SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Paraná , 18 de Dezembro de 2025 • Diário Oficial dos Municípios do Paraná • ANO XIV | Nº 3430

Expediente:
Associação dos Municípios do Paraná - AMP

Diretoria AMP
Diretoria 2023 / 2024

CHAPA: "JUNTOS, CONSTRUIR O PARANÁ QUE QUEREMOS!"

CARGO	NOME PREFEITO	MUNICÍPIO	REGIÃO
PRESIDENTE	EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS	SANTA CECILIA DO PAVÃO	AMUNOP
1º VICE-PRESIDENTE	SERGIO ONOFRE	ARAPONGAS	AMEPAR
2º VICE-PRESIDENTE	ROBERTO REIS DE LIMA	GOIOERÊ	COMCAM
3º VICE-PRESIDENTE	EDEMÉTRIO BENATO JÚNIOR	INÁCIO MARTINS	AMCESPAR
1º SECRETÁRIO	MARCIANO VOTTRI	VITORINO	AMSOP
2º SECRETÁRIO	JULIO CESAR DA SILVA LEITE	TERRA RICA	AMUNPAR
1º TESOUREIRO	EMERSON TOLEDO PIRES	CAMBIRA	AMUVI
2º TESOUREIRO	SUZIE PUCILLO ZANATTA	ASTORGA	AMUSEP
DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS	ROBERTO CORDEIRO JUSTUS	GUARATUBA	AMLIPA

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO PARANÁ
AMP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

GABINETE DO PRESIDENTE
ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE CHAMAMENTO, RECEBIMENTO DOS ENVELOPES PROPOSTA E HABILITAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2025

Diante do exposto, estando o objeto em conformidade com o Edital de Chamamento Público nº 02/2025 e a documentação de habilitação apresentada de acordo com as exigências editalícias, foi declarada HABILITADA e VENCEDORA do chamamento público a empresa PAULO ROBERTO EVENTOS LTDA, CNPJ nº 22.642.992/0001-93, pelo menor preço global ofertado, no valor de R$ 1.999.000,00 (um milhão, novecentos e noventa e nove mil reais), para a execução integral do projeto "Verão Maior Costa Oeste – 2025/2026".
Nada mais havendo a tratar, a Equipe de Apoio encerra os trabalhos com a lavratura da presente Ata que, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Equipe de Apoio, pelo Presidente da Associação dos Municípios do Paraná – AMP e pelo representante legal da empresa vencedora. Esta Ata será extraída e publicada no sítio eletrônico oficial da AMP, para conhecimento de todos os interessados e para que surta os efeitos de publicação, ficando os autos, desde já, com vistas franqueadas aos interessados.

Curitiba/PR, aos 17 de dezembro de 2025.

MARCEL HENRIQUE MICHELETTO
Presidente da Associação dos Municípios do Paraná – AMP

Equipe de Apoio – Portaria N° 01/2025, de 16 de Dezembro de 2025

HELENA MARIA DOS SANTOS

AURÉLIO MUNHOZ

FRANCINE FREDERICO

Empresa Vencedora:
Paulo Roberto Eventos LTDA –
CNPJ nº 22.642.992/0001-93
PAULO ROBERTO NECKEL –
CPF nº 647.979.619-53
(Representante Legal)

Publicado por:
Maria Paula Victorio
Código Identificador:19A1DACB

ESTADO DO PARANÁ
CIEDEPAR - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCACAO E ENSINO DO PARANA

GABINETE DO PRESIDENTE
RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2025

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná – CIEDEPAR, **Sr. Airton Antônio Agnolin**, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, considerando o Parecer Jurídico, que opinou favoravelmente pela contratação direta com fundamento no **art. 74, inciso I e §1º**, da **Lei Federal nº 14.133/2021**, e tendo em vista a instrução processual e a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica e pela área técnica deste Consórcio, **RATIFICA** a **Inexigibilidade de Licitação nº 03/2025**, cujo objeto Contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de obras didáticas, literárias e paradidáticas selecionadas e aprovadas no Chamamento Público nº 001/2024, destinadas ao atendimento das redes municipais consorciadas ao CIEDEPAR, contemplando parte das 11 áreas temáticas avaliadas pela Comissão Técnica: Ensino Religioso; Educação de Jovens e Adultos – EJA; Educação Indígena; Educação no Trânsito; Educação Física; Formação Socioemocional e Liderança; Alfabetização; Educação Financeira; Língua Inglesa; e Projeto de Leitura. A contratação será para **solução didática de Língua Inglesa (Coleção Dream Kids 4.0) para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, incluindo material didático (impresso e digital), e uma cesta de serviços educacionais (formação e acompanhamento pedagógico)**, selecionada e aprovada no Chamamento Público nº 001/2024, destinada ao atendimento das redes municipais consorciadas ao CIEDEPAR, contemplando especificamente a área de Língua Inglesa, conforme avaliação técnica e homologada no Chamamento Público nº 001/2024. A contratação será firmada diretamente com a **PEARSON EDUCATION DO BRASIL LTDA.**, na modalidade INEXIGIBILIDADE, através do Sistema de Registro de Preços, para disponibilização aos municípios consorciados do CIEDEPAR (lista completa disponível no site do Consórcio, www.ciedepar.com.br), passíveis de prorrogação nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021, conforme especificações constantes do Termo de Referência.
A contratação será firmada com a Editora **PEARSON EDUCATION DO BRASIL LTDA,** inscrita no **CNPJ nº 01.404.158/0020-52**, detentora exclusiva dos direitos autorais da obra e única fornecedora habilitada e classificada no Item **10 (Material Didático de Língua Inglesa)** do **Chamamento Público nº 001/2024**, circunstância que caracteriza a inviabilidade de competição e ampara a contratação direta.
O valor total da contratação é de R$ 5.880.500,00 (cinco milhões, oitocentos e oitenta mil e quinhentos reais), conforme justificativa de preço, mapa comparativo, pesquisa de mercado e documentação comprobatória anexada aos autos, demonstrando a vantajosidade, a razoabilidade do preço e a compatibilidade com valores praticados em contratações públicas similares.
Determina-se a publicação deste ato, em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como o registro e divulgação no

Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, para fins de transparência e eficácia do procedimento.

Curitiba, 16 de dezembro de 2025.

AIRTON ANTÔNIO AGNOLIN
Presidente do CIEDEPAR

Publicado por:
Cristiane Dalmut Machado
Código Identificador:CD765C69

GABINETE DO PRESIDENTE
TERMO DE REVOGAÇÃO

ASSUNTO: Revogação do Pregão Eletrônico n. 004/2025
REFERÊNCIA: Despacho n. 1964/25, proferido no Processo n. 654691/25, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

O Presidente do CIEDEPAR, no uso de suas atribuições legais e em atenção aos princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade, publicidade, isonomia, impessoalidade e busca da proposta mais vantajosa,

CONSIDERANDO que o Pregão Eletrônico n. 004/2025, cujo objeto é a escolha da proposta mais vantajosa para futura e eventual aquisição de equipamentos de robótica educacional, foi alvo de Representações da Lei n. 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por meio do Despacho n. 1964/25, proferido no Processo n. 654691/25, deferiu medida cautelar para suspender o referido Pregão Eletrônico até ulterior julgamento de mérito;

CONSIDERANDO que o Despacho do Tribunal de Contas do Estado do Paraná identificou a "probabilidade do direito" para deferir a cautelar suspensiva;

RESOLVE

I. REVOGAR o Pregão Eletrônico n. 004/2025, com fundamento nos princípios da legalidade e interesse público, devido aos apontamentos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

II. RESSALVAR a possibilidade de que, após os devidos ajustes no Termo de Referência e nos anexos do edital, com a correção das falhas apontadas e a devida adequação às normas e princípios da Lei n. 14.133/2021, seja promovido um novo processo licitatório para a aquisição de equipamentos de robótica educacional, visando garantir a competitividade, a economicidade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Comunique-se esta decisão ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná e a todos os interessados e representantes, bem como a publicação na forma da lei.

Curitiba/PR, 17 de dezembro de 2025.

AIRTON ANTÔNIO AGNOLIN
Presidente do CIEDEPAR

Publicado por:
Cristiane Dalmut Machado
Código Identificador:0B3BC656

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO N° 110.2025

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 110/2025
Processo Adm: Nº 176/2025
Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição e instalação de equipamentos de áudio e vídeo/tratamento acústico para o Centro Cultural para atender a demanda da Divisão de Cultura de Boa Esperança do Iguaçu/PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e neste Edital.
Empresas vencedoras valor total: R$ 140.281,05(cento e quarenta mil e duzentos e oitenta e um reais e cinco centavos):**CONTSRUTORA E COMERCIO MANOEL CARLOS LTDA**(12372619000106) com o lote: 1 no valor total de R$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais).**TEIXEIRA OTO SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA**(29287617000111) com o lote: 2 no valor total de R$ 2.281,05 (dois mil e duzentos e oitenta e um reais e cinco centavos).
BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU - PR, 17 de dezembro de 2025

RENATO GRASSI
Condutor de Processos

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:05840409

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO N° 111.2025

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2025
Processo Adm: Nº 177/2025
Objeto: Contração de empresa especializada para aquisição e instalação de móveis em alumínio para a sala de emergência em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde de Boa Esperança do Iguaçu/PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e neste Edital.
Empresas vencedoras valor total: R$ 17.000,00(dezessete mil reais):**PREMIER COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS LTDA**(18318438000188) com o lote: 1 no valor total de R$ 17.000,00 (dezessete mil reais).
BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU - PR, 17 de dezembro de 2025

RENATO GRASSI
Condutor de Processos

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:7D4FEC21

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO N° 112.2025

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/2025
Processo Adm: Nº 178/2025
Objeto: Contratação de empresa para aquisição de 01 (um) veículo uitlitário tipo pick-up, cabine dupla, nova, zero km, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital.
Empresas vencedoras valor total: R$ 129.890,00(cento e vinte e nove mil e oitocentos e noventa reais):**TABORDA AUTOMOVEIS LTDA**(61629289000105) com o lote: 1 no valor total de R$ 129.890,00 (cento e vinte e nove mil e oitocentos e noventa reais).
BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU - PR, 17 de dezembro de 2025

RENATO GRASSI
Condutor de Processos

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:6733B58E

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
DECRETO 3112.2025 - EXONERA PROFESSORES PSS

DECRETO Nº 3412, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Exonera por termino de contrato, professoras, ocupante do cargo temporário de Professora PSS, e dá outras providências.

Givanildo Trumi, Prefeito do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal 449/2018 e normativa 001/2024 do Processo Seletivo Simplificado,
DECRETA:
Art. 1º - Ficam **EXONERADAS**, por termino de contrato, as servidoras públicas abaixo especificadas, ocupante do cargo temporário de **Professora PSS**, exoneradas a partir do dia 19 de dezembro de 2025.

Nome	CPF	Cargo
Cleonice Terezinha Totti	545.980.449-34	Professora PSS
Cristiane Zorzan	056.240.909-27	Professora PSS
Dirce Terezinha Moreno De Azeredo	572.683.209-49	Professora PSS
Eraide Ertl Biavatti	804.891.849-87	Professora PSS
Fabiana Luiza Pavnoski	071.350.299-17	Professora Pss
Jacira Cozer	024.317.869-78	Professora PSS
Jocelaine Aparecida De Andrade	061.991.339-86	Professora PSS
Micheli Casagrande Silvestro	050.214.329-07	Professora Pss
Raqueli Farinela Andreis	059.178.209-02	Professora PSS
Sirlei Insabraldi Rodrigues	001.394.499-14	Professora PSS

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeito em 19 de dezembro de 2025.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte cinco.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

Publicado por:
Leonira Lepchaki
Código Identificador:1D27F086

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
DECRETO 3413.2025- EXONERA SANDRA MARIA -

DECRETO Nº 3413, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Exonera, por termino de mandato, a servidora pública Municipal ocupante de cargo eletivo Sandra Maria Martins Da Rocha, e da outras providências.

Givanildo Trumi, Prefeito do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as leis Municipais 173/2011 e 481/2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **exonerada**, por termino de mandato, a partir de 31 de dezembro de 2025, a servidora pública municipal **Sandra Maria Martins Da Rocha,** portadora da carteira de identidade nº 8.386.832-5-SSP/PR, inscrita no CPF sob o nº 038.860.039-06, ocupante do cargo eletivo de Diretora Escolar.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2025.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte cinco.

GIVANILDO TRUMI,
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Leonira Lepchaki
Código Identificador:8AE5432D

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
DECRETO 3414.2025- EXONERA ALINE DE SOUZA

DECRETO Nº 3414, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Exonera, por termino de mandato, a servidora pública Municipal ocupante de cargo eletivo Aline Antunes Correa De Souza, e da outras providências.

Givanildo Trumi, Prefeito do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as leis Municipais 173/2011 e 481/2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **exonerada**, por termino de mandato, a partir de 31 de dezembro de 2025, a servidora pública municipal **Aline Antunes Correa De Souza,** portadora da carteira de identidade nº 10.651.644-8-SSP/PR, inscrita no CPF sob o nº 071.645.299-57, ocupante do cargo eletivo de Diretora Escolar.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2025.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte cinco.

GIVANILDO TRUMI,
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Leonira Lepchaki
Código Identificador:4394A486

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
LEI Nº 769.2025 - PLANO DIRETOR

LEI Nº 769 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2025.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU/PR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Vereadores de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Givanildo Trumi, Prefeito, sanciono a seguinte

LEI:

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1° - Esta Lei Complementar dispõe sobre a revisão e a reformulação do Plano Diretor Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, em consonância com os artigos 30, 182 e 183 da Constituição Federal, as disposições da Constituição Estadual e da Lei Federal n.º 1.257/2001, e dispõe sobre princípios, diretrizes e proposições para o planejamento, desenvolvimento e gestão no território do município.
Parágrafo único – Esta Lei institui o Plano Diretor de Boa Esperança do Iguaçu, PDM – BEI, como instrumento orientador e normativo dos

processos de transformação do Município nos aspectos políticos, socioeconômicos, físico-ambiental e administrativos.

Art. 2° - O Plano Diretor Municipal (PDM) de Boa Esperança do Iguaçu é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as políticas públicas, programas, projetos, planos, diretrizes e as prioridades nele contidos.

Art. 3° - As políticas, diretrizes, normas, planos e programas deverão atender ao que está estabelecido nesta Lei Complementar e nas leis que integram o Plano Diretor Municipal (PDM) de Boa Esperança do Iguaçu.

Art. 4° - O Plano Diretor Municipal (PDM) de Boa Esperança do Iguaçu compõe-se fundamentalmente de:

I - Lei do Plano Diretor Municipal (PDM) de Boa Esperança do Iguaçu, que fixa os objetivos, as diretrizes e estratégias do PDM;

II - Lei do Perímetro Urbano, que define a delimitação da área urbana da Sede e Distritos do Município;

III - Lei de Uso e Ocupação do Solo, que classifica e regulamenta a modalidade, a intensidade e a qualidade do uso e ocupação do solo urbano e rural;

IV - Lei do Sistema Viário, que faz a classificação e hierarquiza o sistema viário municipal, consoante as categorias de vias;

V - Lei de Parcelamento do Solo Urbano, que regula os loteamentos, desmembramentos e remembramentos nas Zonas Urbanas;

VI - Código de Obras, que regulamenta as construções, especialmente com vista à sua segurança e habitabilidade;

VII - Código de Posturas, que estabelece as normas de política administrativa, a cargo do Município, em matéria de higiene, segurança, ordem pública e bem-estar público; e

§ 1° - Os componentes do PDM referidos nos incisos I a VII deste artigo poderão ser aprovados independentemente uns dos outros, permitindo a inclusão dos já existentes e aprovados por leis anteriores.

§ 2° - Outras leis e decretos poderão integrar o Plano Diretor Municipal (PDM) de Boa Esperança do Iguaçu, desde que não contrariem a presente Lei Complementar e somente se:

I - Tratam de matéria pertinente ao desenvolvimento municipal e às ações de planejamento municipal;

II - Sejam leis complementares, observando o rito descrito na Lei Orgânica do Município;

III - Mencionem expressamente no seu texto a condição de integrantes do conjunto de leis componentes do Plano; e

IV - Definam as ligações existentes e a compatibilidade entre seus dispositivos e os das outras leis, já componentes do Plano, fazendo remissão, quando for o caso, aos artigos das demais leis ou decretos regulamentadores das ações definidoras na presente Lei Complementar.

Art. 5° - O Município não realizará nem licenciará obras, bem como não concederá Alvará de Localização e Funcionamento, ainda que a título precário, em discordância com o Plano Diretor Municipal (PDM) de Boa Esperança do Iguaçu.

Art. 6° - O Plano Diretor Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, revisto e reformulado por esta Lei, tem por finalidade precípua orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada, prevendo políticas, diretrizes e instrumentos para assegurar o adequado ordenamento territorial, a contínua melhoria das políticas sociais e o desenvolvimento sustentável do Município, tendo em vista as aspirações da população.

Art. 7° - Para efeitos desta Lei, são adotadas as seguintes definições:

I - Políticas - São princípios propostos para dar uma direção própria a ação;

II - Objetivos - Explicitam de uma maneira geral o caminho onde se quer chegar;

III - Diretrizes - São os meios para se alcançar os objetivos;

IV - Ações - São meios operacionais efetivos para se concretizar as diretrizes.

CAPÍTULO I
Dos Princípios, Diretrizes e Objetivos Fundamentais

Art. 8° - O PDM - BEI, rege a política de desenvolvimento e expansão urbana do município, tendo por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana e rural, mediante os seguintes princípios e diretrizes gerais:

I - Incentivo à participação popular como instrumento de construção da cidadania e meio legitimo de manifestação das aspirações coletivas, com efetivação da gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

II - Fortalecimento da municipalidade como espaço privilegiado de gestão pública democrática e criativa, de solidariedade social e de valorização da cidadania;

III - Garantia do direito ao espaço urbano e rural e às infraestruturas de que dispõe ou de que disponham, como requisito básico ao pleno desenvolvimento das potencialidades individuais e coletivas dos munícipes, promovendo a integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência;

IV - Garantia de condições para um desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente equilibrado, considerando- se a técnica, os recursos naturais e as atividades econômicas e administrativas, realizadas no território como meios a serviço da promoção do desenvolvimento humano;

V - Combate às causas da pobreza e a redução das desigualdades sociais, assegurando- se a todos o acesso aos recursos, infraestrutura e serviços públicos que lhe proporcionem meios físico e psicossociais indispensáveis à conquista de sua própria autonomia;

VI - Cooperação entre governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

VII - Oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;

VIII - Adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais;

IX - Ordenação e controle do uso do solo, para evitar:

a) A utilização inadequada dos imóveis urbanos;

b) A proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;

c) O parcelamento do solo e a edificação ou o uso excessivo, ou inadequados em relação à infraestrutura urbana;

d) A instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como polos geradores de tráfego, sem a previsão da infraestrutura correspondente;

e) A retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não- utilização;

f) A deterioração das áreas urbanizadas;

g) A poluição e a degradação ambiental;

h) Demais modificações oriundas de projetos que possam alterar a boa convivência dos munícipes, bem como, a rotina publica estabelecida ordeiramente.

Art. 9° - São objetivos gerais decorrentes dos princípios elencados:

I - Espaço, a prestação de serviços públicos e a qualidade de vida no Município;

II - Promover o pleno desenvolvimento do Município;

III - Promover a reestruturação do sistema municipal de planejamento e gestão;

IV - Preservar, proteger e recuperar o meio ambiente e o patrimônio cultural, histórico, paisagístico, artístico e arquitetônico do Município;

V - Assegurar o cumprimento da função social da propriedade;

VI - Promover a adequada distribuição e assegurar o suprimento de infraestruturas urbanas e rurais;

VII - Garantir a justa distribuição dos ônus e benefícios das obras e serviços de infraestrutura.

TÍTULO II
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Art. 10 - O Poder Público Municipal priorizará integrar e coordenar ações nos setores ambientais, econômico, de infraestrutura e serviços, social, institucional, turístico e sócio espacial, universalizando o acesso e assegurando maior eficácia aos serviços sociais indispensáveis ao combate às causas da pobreza e a melhoria das condições de vida da população.

Art. 11 - As políticas públicas são de interesse da coletividade, com caráter universal, compreendidas como direito do cidadão e dever do Estado, com a participação da sociedade civil nas fases de formulação, decisão, execução e fiscalização dos resultados.

Art. 12 - As ações do Poder Público devem garantir a transversalidade das políticas de gênero e raça, e as destinadas às crianças e adolescentes, aos jovens, idosos e pessoas com deficiência (PCD), permeando o conjunto das políticas sociais, buscando alterar a lógica da desigualdade e discriminação nas diversas áreas.

Art. 13 - As políticas abordadas neste capítulo têm como objetivos gerais a inclusão social, o estímulo à participação da população na definição, execução e controle das políticas públicas e a preservação e melhoria da qualidade de vida, bem como a superação das dificuldades que se antepõem ao uso pleno do Município pelos que nele vivem.

Art. 14 - As diversas Secretarias envolvidas na implementação das políticas de promoção humana têm como atribuição a elaboração de planos e metas setoriais a serem debatidos com a participação da sociedade civil.

CAPÍTULO I
Da Promoção Humana
Seção I
Da Política de Saúde

Art. 15 - São objetivos da Política de Saúde:
I - Organizar os modelos de atenção à saúde com foco no acesso, humanização, integralidade e resolutividade, tendo a atenção primaria à saúde como principal elemento de acesso e como fonte ordenadora do sistema;
II - Organizar um modelo de vigilância em saúde, que viabilize o fortalecimento das ações em saúde de maneira integrada, voltadas para redução de riscos e agravos a saúde da população;
III - Fortalecer a rede de saúde mental, desenvolvendo ações integradas com a atenção básica e abrangendo o tratamento do sofrimento, transtornos mentais e dependências químicas dos pacientes;
IV - Oferecer assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);
V - Garantir serviços de qualidade e com equidade, regulados e em tempo adequado ao atendimento de necessidades de saúde, mediante o aprimoramento da política de atenção especializada;
VI - Fortalecer e ampliar os pontos de atenção da rede de urgência e emergência, ampliando o acesso com qualidade e em tempo oportuno.

Art. 16 - São diretrizes da Política de Saúde:
I - Promoção a atenção integral a saúde da população através das equipes da atenção primaria em saúde;
II - Fortalecimento das ações de vigilância em saúde;
III - Fortalecimento da política de assistência farmacêutica;
IV - Implementar e fortalecer a rede de urgência e emergência;
V - Garantir estrutura adequada facilitando o acesso da população aos serviços de saúde de qualidade;
VI - Fortalecer o desenvolvimento da gestão regional, ouvidoria e controle social;
VII - Assegurar o pleno cumprimento das legislações Federal, Estadual e Municipal, que definem o arcabouço político-institucional do SUS;
VIII - Garantir a gestão participativa do sistema municipal de saúde, através das Conferências Municipais de Saúde e do funcionamento em caráter permanente e deliberativo do Conselho Municipal de Saúde;
IX - Executar as ações do Plano Municipal de Saúde, estabelecidas e periodicamente atualizadas através das Conferências Municipais de Saúde e aprovadas pelo Conselho Municipal de Saúde;
X - Promover adequada distribuição espacial de recursos, serviços e ações de saúde, conforme critérios de contingente populacional, demanda, acessibilidade física e hierarquização dos equipamentos de saúde;
XI - Implantar e adequar as unidades de atendimento à saúde conforme demanda e critérios estabelecidos em legislação específica, pelos órgãos competentes que regem o tema;
XII - Desenvolver programas de saúde que contemplem promoção, prevenção e reabilitação.
XIII - Promover a intersetorialidade no desenvolvimento das ações e reduzir vulnerabilidades e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes;
XIV - Estruturar a atenção integral a saúde da pessoa idosa;
XV - Organizar de maneira articulada e resolutiva a atenção à saúde bucal por meio de ações de promoção da saúde, prevenção e controle de doenças bucais;
XVI - Analisar, identificar e controlar determinantes e condicionantes, riscos e danos a prevenção e promoção da saúde por meio de ações de vigilância em saúde;
XVII - Promover o acesso da população aos medicamentos contemplados no REMUNE, ou outro programa similar e vigente, e qualificar a assistência farmacêutica;
XVIII - Garantir acesso qualificado e resolutivo dos pacientes em situação de urgência e emergência aos serviços de referência das redes de atenção.
XIX - Organizar e qualificar a rede de atenção materna infantil;
XX - Qualificar as ações de serviços promovendo a integralidade e a equidade nas redes de atenção à saúde;
XXI – Garantir a manutenção constante, bem como, a renovação da frota do setor da saúde e/ou transporte sanitário;
XXII – Garantir a manutenção e aquisição constante de equipamentos, maquinas, insumos, instrumentos, objetos e outros materiais necessários como forma de garantir a realização/manutenção das atividades do setor da saúde;
XXII – Garantir a manutenção, reforma e ampliação dos espaços físicos ligados ao setor da saúde, sempre que identificado a necessidade;
XXIII – Garantir a construção de novos espaços físicos ligados ao setor da saúde, sempre que identificado a necessidade.

Seção II
Da Política de Educação

Art. 17 - São objetivos da Política de Educação:
I - Garantir a oferta adequada da educação infantil e do ensino fundamental, observando-se os princípios e diretrizes constantes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
II - Articular a política educacional ao conjunto de políticas públicas, em especial a política cultural, compreendendo o indivíduo enquanto ser integral, com vistas à inclusão social e cultural com equidade.
III - Implementar uma política educacional construída democraticamente;
IV -Garantir a oferta da Educação Infantil nos CMEI's e no Ensino Fundamental Anos Iniciais;
V - Assegurar o aprimoramento contínuo do processo educacional;
VI - Administrar os recursos humanos, materiais e financeiros da Secretaria Municipal de Educação;
VII - Promover a educação que valorize os aspectos regionais juntamente com a ciência e a cultura produzidas universalmente.
VIII - Assegurar o acesso e a permanência do aluno na escola;
IX - Valorizar a invenção coletiva ou individual de símbolos, valores, ideias e práticas próprias e inerentes à constituição do ser humano;
X - Respeitar a expressão das diferenças sociais, sexuais, étnicas, religiosas e políticas;
XI - Promover a descoberta e recuperação de sentidos, identidades, rumos e objetivos indispensáveis ao equilíbrio e aprimoramento da vida social e individual;
XII - Incentivar o trabalho de criação inerente à capacidade humana de superar dados da experiência vivida e de dotá-la de sentido novo através da reflexão, escrita, arte, música, imaginação, sensibilidade, fantasia e invenção de formas e conteúdos inéditos;
XIII - Manter a constituição da memória individual, social, histórica como trabalho no tempo.

Art. 18 - São diretrizes da Política de Educação:
I - Manter e aprimorar o programa da merenda escolar;
II - Realizar a melhoria continua do transporte escolar;
III - Fortalecer o Conselho Municipal da Educação;
IV - Ampliar e melhorar as estruturas físicas e intelectuais nas instituições municipais de educação, voltadas a utilização de sistemas de informação com na melhoria qualidade de ensino;
V - Promover o levantamento das necessidades de adequação do ambiente escolar;
VI - Construir, ampliar, reformar e adequar os espaços físicos da rede municipal de ensino, sempre que necessário, dotando-as com recursos físicos e materiais;
VII - Suprir a necessidade com relação a recursos humanos para o ensino regular ou especial;
VIII - Manter e ampliar os programas e projetos educacionais em andamento, desde que após avaliações se mostrem de interesse e cunho pedagógico suprindo necessidade educacionais.
IX - Readequar Plano de Cargos e Salário do Magistério dos (as) profissionais da educação e o cumprimento do mesmo.
X - Ampliar projetos desenvolvidos nas unidades escolares com foco na leitura e na escrita, nas relações de gênero, raça/etnia, na educação ambiental, na relação família/escola, nas festas tradicionais, hortas nas escolas, recuperação, informática, dentre outros temas.
XI - Construir uma cultura de prevenção de acidentes ou sinistros, a partir do ambiente escolar.
XII - Articular os trabalhos entre os integrantes da administração municipal, Defesa Civil municipal e Estadual, do Corpo de Bombeiros e dos Núcleos de Educação;
XIII - Adequar as edificações escolares às normas mais recentes de prevenção contra incêndio e pânico.
XIV - Promover formação continuada aos professores da rede municipal, bem como aos demais funcionários das instituições de ensino, através de palestras, cursos, seminários e demais formas de aperfeiçoamento do conhecimento;
XV - Adquirir veículo adequado para o transporte da merenda escolar, transporte escolar e atendimentos das divisões da Secretaria de Educação;
XVI - Promover a construção abrigos (pontos de ônibus), de forma a garantir a segurança dos alunos durante o período espera para embarque e desembarque;
XVII - Aquisição de acervos literário infantil e infanto-juvenil;
XVIII - Aquisição de acervo literário para a leitura de docentes;
XIX - Garantir o acesso e permanência do aluno na escola, planejando, implementando, acompanhando e avaliando o transporte escolar de acordo com a demanda e assim oferecer segurança aos nossos alunos;
XX - Proporcionar uma logística de atendimento aos Programas e Projetos institucionais das Escolas Municipais e da Secretaria;
XI - Demarcar e regulamentar os pontos de parada nas rotas do transporte dos alunos, reajustando-os para que os mesmos estejam atendendo a política universal de acesso à educação;
XII - Realizar um censo educacional no Município para detectar as demandas;
XIII - Estabelecer o planejamento conjunto com outras instâncias para atender as demandas;
XIV - Realizar a Conferência Municipal da Educação, de acordo com exigências de órgão superiores;
XV - Implantar programas de formação profissional;
XVI - Viabilizar convênios com órgãos e instituições para a formação de docentes e demais colaboradores da área de educação;
XVII - Incorporar o uso de novas tecnologias de informação e comunicação no sistema educacional;
XVIII - Promover a ampla mobilização para erradicar o analfabetismo no Município.

Seção III
Da Política de Assistência Social

Art. 19 - São objetivos da Política de Assistência Social:
I -A proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:
a) A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
b) O amparo às crianças e aos adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social e econômica;
c) A promoção da integração ao mercado de trabalho;
d) A habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
e) atendimentos em situações de calamidade pública, urgência e emergência. Deve-se adota-se os seguintes entendimentos:
- Calamidade Pública: Situações que atingem várias famílias e que as coloquem em risco, tais como: Tempestades, deslizamentos, vendavais, etc. Destacando que esta situação deve ser decretada pelo Poder Público.
- Urgência: Casos de gravidade moderada de violação de direitos, que coloque em risco pessoal e social o indivíduo e/ou sua família.
- Emergência: Casos gravíssimos de violação de direitos, que coloque em risco pessoal e social o indivíduo e/ou sua família, com necessidade de atendimento imediato.
II - A vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;
III -A defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais;
IV -Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle de ações em todos os níveis;
V -Primazia da responsabilidade do ente político na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;
VI -Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos, tendo como base o território;
VII - Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais visando universalizar a proteção social e atender às contingências sociais.

Art. 20 - São diretrizes da Política de Assistência Social:
I - Universalidade: todos têm direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição;
II - Gratuidade: a assistência social deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida, observado o que dispõe o art. 35, da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso;
III - Integralidade da proteção social: oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
IV - Intersetorialidade: integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais de defesa de direitos e Sistema de Justiça;
V - Equidade: no que diz respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social;
VI - Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
VII - Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
VIII - Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
IX - Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
X - Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão;
XI - Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo;
XII - Descentralização político-administrativa e comando único em cada esfera de gestão;
XIII - Cofinanciamento partilhado dos entes federados;
XIV - Matricialidade sócio familiar;
XV - Territorialização;
XVI - Fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil;

XVII - Participação popular e controle social, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
XVIII - Promoção de parcerias com entes públicos, privados e do terceiro setor e consórcios com outros município e Estado para o atendimento das necessidades da assistência social;
XVIX - Promoção do suprimento do corpo técnico da secretaria de Assistência Social, bem como, a capacitação e a valorização dos colaboradores.

Subseção I – Das áreas de Proteção Social Básica

Art. 21 – As Áreas de Proteção Social Básica tem por objetivo prevenir situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. As ações específicas para que este objetivo seja atingido serão as seguintes:
I - PAIF - Programa e Atendimento Integral à Família: Fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Como forma de cumprimento deste objetivo serão executadas as seguintes atividades:
1 - Desenvolver programas/ações/projetos com Famílias em situação da pobreza.
2 - Desenvolver programas/ações/projetos com Famílias que estão vulneráveis, privadas de renda e do acesso a serviços públicos;
3 - Desenvolver programas/ações/projetos com Famílias que estão com vínculos afetivos frágeis;
4 - Desenvolver programas/ações/projetos com Famílias que são discriminadas por questões de gênero;
5 - Desenvolver programas/ações/projetos com Famílias que são discriminadas por etnia, deficiência, idade, entre outras.
II - SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: Fortalecer as relações familiares e comunitárias, além de promover a integração e a troca de experiências entre os participantes, valorizando o sentido de vida coletiva. Como forma de cumprimento deste objetivo serão executadas as seguintes atividades:
1 - Desenvolver programas/ações/projetos com Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos;
2 - Desenvolver programas/ações/projetos com Adolescentes de 15 a 17 anos;
3 - Desenvolver programas/ações/projetos com Jovens de 18 a 29 anos;
4 - Desenvolver programas/ações/projetos com Adultos de 30 a 59 anos;
5 - Desenvolver programas/ações/projetos com Pessoas Idosas;
6 - Desenvolver programas/ações/projetos com grupos intergeracionais;
III - Acompanhamento às mulheres: Atender mulheres do perímetro urbano e rural do município que participam mensalmente das ações propostas pela Política da Assistência Social. Como forma de cumprimento deste objetivo serão executadas as seguintes atividades:
1 - Desenvolver programas/ações/projetos com grupos de mulheres no perímetro urbano do município, visando atender a todas que possuam interesse no município;
IV - Acompanhamento a Idosos: Atender Idosos participantes de Grupos Organizados do município que participam mensalmente das ações propostas pela Política da Assistência Social. Como forma de cumprimento deste objetivo serão executadas as seguintes atividades:
1 - Desenvolver programas/ações/projetos com grupos de Idosos do perímetro urbano do município, visando atender a todas que possuam interesse no município;

Subseção II - Área de proteção social especial de média complexidade

I - Desenvolver programas/ações/projetos com Adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens de 18 a 21 anos, em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) aplicada pela justiça da infância e da juventude ou, na ausência desta pela Vara Civil correspondente e suas famílias;
II - Desenvolver programas/ações/projetos com Adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens de 18 a 21 anos, em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), aplicada pela justiça da infância e da juventude ou, na ausência desta pela Vara Civil correspondente e suas famílias;
III - Desenvolver programas/ações/projetos com pessoas com deficiência e idosas com dependência, seus cuidadores e familiares através do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias;
IV - Desenvolver programas/ações/projetos com famílias e indivíduos que vivenciam violação de direitos por ocorrência de violência física, psicológica e negligência;
V - Desenvolver programas/ações/projetos com famílias e indivíduos que vivenciam violação de direitos por ocorrência de violência sexual: abuso e/ou exploração sexual;
VI - Desenvolver programas/ações/projetos com famílias e indivíduos que vivenciam violação de direitos por ocorrência de afastamento do convívio familiar devido a aplicação de medidas sócio educativas ou medida de proteção;
VII - Desenvolver programas/ações/projetos com famílias e indivíduos que vivenciam violação de direitos por ocorrência de tráfico de pessoas;
VIII - Desenvolver programas/ações/projetos com famílias e indivíduos que vivenciam violação de direitos por ocorrência de situação de rua e mendicância;
IX - Desenvolver programas/ações/projetos com famílias e indivíduos que vivenciam violação de direitos por ocorrência de abandono;
X - Desenvolver programas/ações/projetos com famílias e indivíduos que vivenciam violação de direitos por ocorrência de vivência de trabalho infantil;
XI - Desenvolver programas/ações/projetos com famílias e indivíduos que vivenciam violação de direitos por ocorrência de discriminação da orientação sexual e/ou raça/etnia;
XII - Desenvolver programas/ações/projetos com famílias e indivíduos que vivenciam violação de direitos por ocorrência de discriminação, submissão a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir de sua autonomia e bem-estar;

Subseção III - Áreas de proteção social especial de alta complexidade

Art. 22 - As Áreas de Proteção Social Especial de Alta Complexidade tem por objetivo ofertar serviços especializados com vistas a afiançar segurança de acolhida a indivíduos e/ou famílias afastados temporariamente do núcleo familiar e/ ou comunitários de origem. As ações especificas para que este objetivo seja atingido serão as seguintes:
I -Serviço de Acolhimento Institucional: Desenvolver programas/ações/projetos para Crianças e Adolescentes de ambos os sexos, de 0 a 18 anos incompletos;
II - Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: Desenvolver programas/ações/projetos para Crianças e Adolescentes de ambos os sexos, de 0 a 18 anos incompletos;
III - Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências:
Como forma de cumprimento deste objetivo serão executadas as seguintes atividades:
1 - Desenvolver programas/ações/projetos para Famílias e Indivíduos atingidos por situações de emergência e calamidade pública (incêndios, desabamentos, deslizamentos, alagamentos, dentre outras) que tiveram perdas parciais ou totais de moradia, objetos e utensílios pessoais, e se encontram temporária ou definitivamente desabrigados;
2 - Desenvolver programas/ações/projetos para Famílias e Indivíduos Removidos de áreas consideradas de risco, por prevenção ou determinação do poder judiciário.

Subseção IV - Áreas de atualização de dados, melhorias e construção de estruturas físicas

Art. 23 - As Áreas de Atualização de dados, melhorias e construção de estruturas físicas tem por objetivo manter os dados municipais atualizados e oferecer espaços físicos adequados para os munícipes atendidos.
I - Levantamento e análise das ocupações irregulares X demanda para habitação: atualmente segundo dados dos cadastros existentes no CRAS existem 01 área de Ocupação Irregulares.

II - Necessidade de áreas de interesse Social: conforme demanda analisada pela Assistente Social do CRAS de acordo com os cadastros há atualmente a necessidade de pelo menos 180 unidades habitacionais.
III - Reforma da Sede do Conselho Tutelar e da Secretaria de Assistência Social, pois ambos se encontram no mesmo prédio;
IV - Reforma da Sede do CRAS;
V - Garantir recursos para aquisição, manutenção e reformas da frota do setor;
VI - Garantir recursos para edificação novos espaços físicos, bem como, manutenção, reformas e ampliações dos espaços ligados aosetor.

Seção IV
Da Política de Esporte e Lazer

Art. 24 - São objetivos da Política de Esporte e Lazer:
I - Alçar o esporte e o lazer à condição de direito dos cidadãos e considera-los dever do Estado;
II - Oferecer acesso universal e integral às práticas esportivas, promovendo o bem-estar e melhoria da qualidade de vida.

Art. 25 - São diretrizes da Política de Esporte e Lazer:
I - Garantia do acesso dos portadores de necessidades especiais a todos os equipamentos esportivos municipais;
II - Implantação de unidades esportivas em regiões mais carentes;
III – Criação do Conselho Municipal de Planejamento de Esporte e Lazer, como forma participativa e de controle da sociedade civil;
IV - O estabelecimento do esporte e lazer como política de direitos de inclusão social a ser gerida de forma descentralizada e participativa;
V - A promoção de ações intersecretariais de manutenção às áreas livres municipais destinadas ao esporte e lazer.
VI - Envolver as entidades representativas na mobilização da população, na formulação e na execução das ações esportivas e recreativas;
VII - Prover, ampliar e alocar regionalmente recursos, serviços e infraestrutura para a prática de atividades esportivas e recreativas;
VIII - Garantir a toda população, condições de acesso e de uso dos recursos, serviços e infraestrutura para a prática de esportes e lazer;
IX - Incentivar a prática de esportes na rede escolar municipal através de programas integrados à disciplina Educação Física e outras;
X - Implementar e apoiar iniciativas de projetos específicos de esportes e lazer para todas as faixas etárias;
XI - Apoiar a divulgação das atividades e eventos esportivos e recreativos;
XII - Descentralizar e democratizar a gestão e as ações em esportes e lazer, valorizando-se as iniciativas das comunidades da zona rural;
XIII - Desenvolver programas para a prática de esportes amadores;
XIV - Articular iniciativas nas áreas de saúde, esporte e lazer para o desenvolvimento psicossomático.
XV - Assegurar o pleno funcionamento de todos os equipamentos da administração, garantindo a manutenção de suas instalações;
XVI - Realizar reformas nos espaços destinados a pratica esportiva e de lazer, como o Ginásio Municipal, campo sintético, estádio municipal, quadras esportivas e de areia para garantir a segurança de quem utiliza o espaço;
XVII - Manter a iluminação adequada nos espaços destinados a pratica esportiva e de lazer, para garantir a possibilidade de horários diversificados, como no Estádio Municipal de Futebol.
XVIII - Construção e ampliação dos espaços destinados a pratica esportiva e de lazer, como a construção de um campo de futebol sete com grama sintética junto ao Ginásio Municipal de Esportes.
XIX – Implantação, Manutenção de programas e projetos, bem como construção de espaços para o incentivo a pratica esportiva de Voleibol, Handebol, Futsal, Futebol de Campo, Atletismo, Tênis de Mesa e Xadrez.
XX - Criação de programas e projetos para o incentivo a pratica esportiva e de lazer de modalidades que não esteja sendo praticadas e que a população possa solicitar.
XXI - Criar espaços de integração nos núcleos urbanos e rurais, para a pratica esportiva e de lazer;
XXII - Buscar apoiar eventos esportivos e de lazer, como forma de divulgação do Município e incentivo a pratica.
XXIII - Criar o Plano Municipal de Esporte e Lazer;
XXIV - Oportunizar aos munícipes a participação em competições, buscando fomentar o surgimento de atletas de ponta;
XXV - Promover o surgimento e o fortalecimento de atividades esportivas ligadas a esporte de aventura, como caminhadas, corridas e competições de trilhas de bicicletas.

Seção V
Da Política de Cultura

Art. 26 - A Política de Cultura objetiva incentivar a produção cultural e assegurar o acesso de todos os cidadãos e segmentos da sociedade às fontes da cultura, entendida como:
I - Incentivar a produção cultural e assegurar o acesso de todos os cidadãos e segmentos da sociedade às fontes culturais, a ação do poder público e instituições civis ancorados em operações, princípios e procedimentos administrativos e orçamentários.
II - Melhorar a qualidade de vida da população por meio de atividades culturais, artísticas, sociais e recreativas, proporcionando a mesma o acesso aos bens culturais.
III - Garantir a invenção coletiva ou individual de símbolos, valores, ideias e práticas próprias e inerentes à constituição do ser humano;
IV - Garantir a expressão das diferenças sociais, sexuais, étnicas, religiosas, políticas e outras;
V - Garantir a descoberta e recuperação de sentidos, identidades, rumos e objetivos indispensáveis ao equilíbrio e aprimoramento da vida social e individual;
VI - Incentivar o trabalho de criação inerente à capacidade humana de superar dados da experiência vivida e de dotá-la de sentido novo através da reflexão, escrita, arte, música, imaginação, sensibilidade, fantasia e invenção de formas e conteúdos inéditos;
VII - Realizar o resgate e construção da memória individual, social, histórica como trabalho no tempo.
VIII - Realizar o incentivo e apoio a ações culturais de entidades (escolares, religiosas, étnicas, tradicionalistas entre outras).
IX - Garantir o acesso a atividades culturais, a partir de programas, projetos ou ações para a população em geral.

Art. 27 - São diretrizes da Política Cultural:
I - Estabelecer programas de cooperação com agentes públicos e/ou privados, visando à promoção cultural;
II - Cadastrar e criar, em colaboração com a comunidade, bens do patrimônio histórico, artístico e cultural;
III - Incentivar iniciativas culturais associadas à proteção do meio ambiente;
IV - Criar incentivos para a implantação de espaços destinados a espetáculos teatrais;
V - Implantar e apoiar a manutenção de espaços destinados a proteção e divulgação de acervo que represente os valores artísticos, culturais e históricos;
VI - Promover cursos nas áreas culturais e artísticas (teatro, dança de salão, folclóricas, música, pintura, artesanato, gastronomia, entre outros);
VII - Organizar a estrutura administrativa do setor da cultura, estabelecendo condições para gestão orçamentária e financeira da política cultural, inclusive para captação e aplicação de recursos externos;
VIII - Implementar o Plano Municipal de Cultura;
IX - Dinamizar as atividades culturais do município;
X - Preservar o património histórico, artístico e cultural, sempre que houver possibilidade e indicações com comprovações técnicas para isso.
XI - Incentivar e apoiar as ações culturais de entidades (escolares, religiosas, étnicas, tradicionalistas entre outras);
XII - Construção de um Centro Cultural;
XIII - Manter/reparar/pintar a Biblioteca Municipal;
XIV - Manter/reparar/pintar o Auditório Municipal;
XV - Incentivo e apoio ao turismo ao ecoturismo, turismo rural e gastronômico, e outras forma de turismo no município;
XVI - Aquisição de acervo bibliográfico em todos os níveis;
XVII - Promoção de formação na área da cultura para dirigentes, técnicos e público em geral;
XVIII - Promoção de levantamento histórico cultural do município através de fotos, objetos, móveis, imóveis, adereços, etc.);

XIX - Realização de estudo de viabilidade da implantação e implementação do Museu Municipal;
XX - Promoção de cursos/oficinas nas áreas culturais e artísticas (teatro, dança de salão, folclóricas, música, pintura, artesanato, entre outros);
XI - Resgatar a atividade dos festivais municipais de música;
XII - Promover festivais de teatro, poesia, dança e outros;
XIII - Promover festival gastronômico: pratos típicos - oriundo de produtos em destaque na economia do município;
XIV - Trabalhar em parcerias com Secretarias/Departamentos de Agricultura e Pecuária, Meio Ambiente, Assistência Social, Educação, Turismo e Saúde.

CAPÍTULO II
Da Estruturação e Desenvolvimento Urbano
Seção I
Da Função Social da Propriedade Urbana

Art. 28 - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, no mínimo os seguintes requisitos:
I - O atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social, o acesso universal aos direitos sociais e ao desenvolvimento econômico;
II - A compatibilidade do uso da propriedade com a infraestrutura, equipamento e serviços públicos disponíveis;
III - A compatibilidade do uso da propriedade com a preservação da qualidade do ambiente urbano natural;
IV - A compatibilidade do uso da propriedade, do uso da propriedade com a segurança, bem-estar e a saúde de seus usuários e vizinhos.

Art. 29 - A função social da propriedade urbana, elemento construtivo do direito de propriedade, devera subordinar- se às exigências fundamentais de ordenação expressas neste Plano:
I - A distribuição de usos e intensidades de ocupação do solo equilibradamente em relação à infraestrutura disponível, aos transportes e ao meio ambiente, de modo a evitar ociosidade e sobrecarga dos investimentos coletivos;
II - A intensificação da ocupação do solo condicionada à ampliação da capacidade de infraestrutura;
III - A adequação das condições de ocupação do sítio às características do meio físico, para impedir a deterioração e degeneração de áreas do Município;
IV - A melhoria da paisagem urbana, a preservação dos sítios históricos, dos recursos naturais e em especial, dos mananciais de abastecimento de água do Município;
V - A recuperação de áreas degradadas ou deterioradas visando à melhoria do meio ambiente e das condições de habitabilidade;
VI - O acesso à moradia digna, com a ampliação da oferta de habitação para as faixas de renda média e baixa;
VII - A promoção e o desenvolvimento de um sistema de transporte coletivo, segundo a identificação de necessidade, e o estímulo do uso do transporte individual através da bicicleta;
VIII - A promoção de sistema de circulação e rede de transporte que assegure acessibilidade satisfatória a todas as regiões do Município;
IX - Habitação, especialmente de interesse social;
X - Atividades econômicas geradoras de trabalho, emprego e renda;
XI - Proteção e preservação do patrimônio ambiental e cultural;
XII - Equipamentos e serviços públicos;
Parágrafo Único - Entende- se por moradia digna aquela que dispõe de instalações sanitárias adequadas, que garante as condições de habitabilidade, e que seja atendida por serviços públicos essenciais, entre eles: água, esgoto, energia elétrica, iluminação pública, coleta de lixo, pavimentação e transporte coletivo, com acesso aos equipamentos sociais básicos.
Seção II
Da Estruturação Urbana e do Uso do Solo

Art. 30 - São objetivos da Política de Estruturação Urbana e do Uso do Solo:
I - Promover o desenvolvimento integrado e racional do espaço urbano, observando-se o disposto nas Leis de Parcelamento do Solo e de Ocupação, Uso do Solo e Zoneamento;
II - Organizar o território municipal através de instrumentos de Parcelamento do Solo e de Ocupação, Uso do Solo e Zoneamento;
III - Garantir o provimento da infraestrutura urbana, desconcentrá-la territorialmente e estendê-la a toda população;
IV - Priorizar a implantação de infraestrutura nas vias públicas de acordo com a necessidade e hierarquia;
V - Assegurar a distribuição de usos e intensidades de ocupação e uso do solo de forma equilibrada em relação à infraestrutura disponível, ao transporte e ao meio ambiente, de modo a evitar a ociosidade e sobrecarga dos investimentos coletivos;
VI - Promover a ocupação dos vazios urbanos, preferencialmente com habitações ou equipamentos comunitários;
VII - Racionalizar o uso da infraestrutura instalada, evitando sua sobrecarga ou ociosidade;
VIII - Assegurar a justa distribuição dos ônus e benefícios decorrentes das obras e serviços de infraestrutura;
IX - Garantir a recuperação, para a coletividade, da valorização imobiliária resultante da ação do poder público;
X - Promover a regularização fundiária e urbanização específica de áreas ocupadas pela população de baixa renda;
XI - Incorporar a iniciativa privada no financiamento dos custos de urbanização e de transformação dos espaços coletivos da cidade;
XII - Promover a preservação, a proteção e a recuperação do meio ambiente e da paisagem urbana;
XIII - Promover hierarquização das ruas em função de suas características e uso;
XIV - Estabelecer parcerias com o governo do Estado do Paraná, com a União e com outros municípios e agentes sociais, tendo em vista promover ações de interesse comum, em especial as relativas ao sistema viário, ao abastecimento de água, ao tratamento de esgotos, ao meio ambiente, à destinação final do lixo, à implantação industrial, à energia, às telecomunicações, ao parcelamento e uso do solo;
XV - Desenvolver e consolidar a diversificação da ocupação do espaço urbano possibilitando a integração das funções da cidade: habitar, trabalhar, circular e recrear.

Art. 31 - São ações da política de estruturação urbana e do uso do solo:
I - Estabelecer mecanismos para ocupação dos vazios urbanos dotados de maior infraestrutura urbana;
II - A revisão permanente da legislação de uso e ocupação do solo, adequando-a à diversidade das situações existentes, para torná-la aplicável, facilitando a universalização do seu conhecimento, aplicação e fiscalização;
III - A implementação de um sistema de fiscalização que articule as diferentes instâncias e níveis de governo;
IV - A redução da impermeabilização do solo e as alterações radicais nas características geomorfológicas das áreas.
Subseção I
Do Macrozoneamento Municipal e Zoneamento Urbano

Art. 32 - O macrozoneamento fixa as regras fundamentais de ordenamento do território e visa definir diretrizes para a utilização dos instrumentos de ordenação territorial e para o zoneamento de uso e ocupação do solo urbano e rural.

Art. 33 - O território municipal de Boa Esperança do Iguaçu divide-se em 3 Macrozonas:
I - Macrozona Urbana - MZU: Corresponde as áreas urbanas do perímetro urbano da sede do município e dos distritos de Lago Azul, Iguaçu, Ouro Verde e Tessaro.
a) Garantir a adequada expansão urbana dentro do perímetro legal, de forma a evitar ocupações irregulares sobre a área rural do município;
b) Incentivar a ocupação dos vazios urbanos de modo qualificado, estimulando a urbanização compactada e evitando a ociosidade ou a sobrecarga dos investimentos públicos;
c) Oferecer condições para o desenvolvimento da atividade industrial, com potencial de dinamizar a economia local, de forma ambientalmente equilibrada e urbanisticamente ordenada;
d) Garantir a preservação de maciços florestais adjacentes e internos ao perímetro urbano legal; e
e) Proteger e melhorar a qualidade ambiental da área urbanizada.
II - Macrozona de Conservação do Ambiente Natural - MZCAN: corresponde as áreas de preservação permanente (APP) dos cursos de

água e nascentes e as áreas de Reserva Legal, conforme o Novo Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/2012), bem como as porções territoriais recobertas por Florestas Naturais e Várzeas, com base no Relatório de Mapeamento do Uso e Cobertura da Terra da Base Integrada do Estado do Paraná (IAT). A delimitação da Macrozona de Conservação do Ambiente Natural tem por objetivo:
a) Garantir a qualidade ambiental dos rios e nascentes do município;
b) Preservar os recursos naturais, principalmente aqueles relacionados a proteção do solo, dos cursos de água e dos fragmentos de vegetação nativa;
c) Valorizar o bioma local e sua diversidade de flora e fauna.
d)Promover fiscalização ambiental, a fim de evitar usos incompatíveis desmatamento assoreamento de cursos d'água, disposições de resíduos sólidos e efluentes líquidos, despejo de agrotóxicos e demais atividades causadoras de degradação no meio ambiente natural; e
e) Respeitar as determinações da legislação ambiental prevista nas diversas esferas públicas.
III - Macrozona Rural - MZR: corresponde as áreas com predomínio de atividades agrícolas e pecuárias, majoritariamente ocupadas por lavouras temporárias e por pastagem. A delimitação da Macrozona Rural tem por Objetivo:
a) Compatibilizar o uso e a ocupação agropecuária com a proteção ambiental;
b) Promover a cidadania e a qualidade de vida da população rural, estimulando a permanência dos trabalhadores agrícolas, notadamente na Vila Rural;
d) Fomentar a assistência técnica e a extensão rural, com vista a aplicação de novas técnicas e tecnologias que combinem a produção agrícola e a manutenção da vegetação nativa e a redução do uso de agrotóxicos;
e) Proibir o parcelamento do solo com características urbanas, devendo ser respeitado o modulo rural definido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (3 ha);
f) Desenvolver novas alternativas de turismo ecológico no município;
g) Promover a proteção dos maciços florestais significativos;
h) Evitar ocupação desordenadas em solos suscetíveis; e
i) Promover a preservação dos corpos hídricos e nascentes.

Art. 34 - Zoneamento é estabelecer áreas diferenciadas de adensamento, uso e ocupação do solo urbano da sede e distritos, visando dar a cada região melhor utilização em função das diretrizes de crescimento, da mobilidade urbana, das características ambientais e locacionais, objetivando o desenvolvimento harmônico da comunidade e o bem-estar de seus habitantes.

Art. 35 - O território urbano da sede e dos distritos do Município de Boa Esperança do Iguaçu divide- se em 10 (dez) categorias de área:
I - Zona Central de Comércio e Serviços – ZCCS;
II – Zona Empresarial e Industrial I – ZEI 1;
III – Zona Empresarial e Industrial II – ZEI 2;
IV – Zona de Uso Misto I – ZUM 1;
V – Zona de Uso Misto II – ZUM 2;
VI – Zona Especial de Habitação de Interesse Social – ZEHIS;
VII – Zona de Parque, Turismo e Lazer – ZPTL;
VIII – Zona de área de Preservação Permanente – ZAPP; e
IX – Zona de Vila Rural – ZVR;
X – Zona de Uso Misto Distrital – ZUM D.

Art. 36 - Os mapas indicados na Lei e Uso e Ocupação do Solo (Mapa de Macrozoneamento e Mapas de Zoneamento da Sede e Distritos), apresentam as áreas diferenciadas de uso e ocupação do solo que deverão ser respeitadas na elaboração da adequação da legislação urbanística, atendidos os objetivos e diretrizes deste Plano Diretor Municipal.

Subseção II
Sistema Viário Básico

Art. 37 - Considera- se sistema viário básico da cidade de Boa Esperança do Iguaçu o conjunto de vias que, hierarquizada mente, viabilizam a circulação de pessoas, veículos e cargas.

Art. 38 - O sistema viário básico do Perímetro Urbano é composto das seguintes vias:
I - Arterial;
II - Estrutural;
III - Coletoras;
IV - Local;
V – Ciclovia;
VI – Ciclofaixa;
VII - De Pedestres.
§1º - As vias que trata o caput são classificadas conforme o tipo de serviço que oferecem e a função que exercem, como segue:
I - Vias Arteriais: Formam o anel viário de circulação de veículos de carga que estejam de passagem pelo Município e destinam- se a transportar grandes volumes de tráfego, para todos os tipos de veículos, de altas e médias velocidades, tendo ainda como sua função principal proporcionar boa qualidade de serviços aos volumes produzidos pelas áreas geradoras de tráfego, e por função secundária prever acesso a propriedades adjacentes as vias;
II - Vias Estruturais: são vias destinadas à estruturação do espaço urbano, são preferenciais, destinadas como principais vias de comércio e serviços;
III - Vias Coletoras: são as vias de ligação entre as vias principais, arteriais e estruturais, e de vias secundarias, locais, rurais e outras, com vias primarias, servindo tanto ao tráfego quanto ao acesso às propriedades, mas, em princípio, devem servir ao tráfego local como função principal e não deverão ser utilizadas para grandes volumes de tráfego;
IV - Vias Locais: tem como função principal dar acesso direto a propriedade, não devendo ser, em princípio, utilizada para outros volumes de tráfegos;
V - Ciclofaixas: parte da pista de rolamento, delimitada por sinalização específica, destinada à circulação exclusiva de ciclos, sendo estes, definidos como veículos de, pelo menos, duas rodas, de propulsão humana, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro;
VI - Ciclofaixa: Parte da pista de rolamento, delimitada por sinalização específica, destinada à circulação exclusiva de ciclos, sendo estes, definidos como veículo de, pelo menos, duas rodas, de propulsão humana, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro.
VII - Vias de Pedestres: vias destinadas à circulação de pessoas, podendo ser dotadas de mobiliário e equipamentos coletivos urbanos como: telefone, quiosques, bancas de jornal, etc.
§2º - O Mapa indicado em anexo à Lei do Sistema Viário apresenta, de forma esquemática, a estruturação viária do Município que deverá ser respeitada na elaboração da adequação da legislação urbanística e planos setoriais, atendidos os objetivos e diretrizes deste Plano Diretor.

Art. 39 - São consideradas e compõem as vias rurais as vias que ligam os distritos e pequenas comunidades rurais entre si e as Rodovias Federais e/ou Estaduais, sendo classificadas por:
I - Primária: Ligações entre as comunidades com a sede Urbana do Município;
II - Secundária: Ligações entre as primárias até as comunidades;
III - Terciárias: Ligações entre primária até as propriedades e das Secundárias até as propriedades.

Subseção III
Do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo

Art. 40 - A área urbana do Município Boa Esperança do Iguaçu será ordenada por meio do parcelamento, uso e ocupação do solo, para atender as funções econômicas e sociais, compatibilizando desenvolvimento urbano, sistema viário, as condições ambientais, oferta de transporte coletivo, saneamento básico e demais serviços urbanos.
Parágrafo Único - As leis de Uso e Ocupação do Solo e de Parcelamento do Solo deverão estar compatibilizadas com os objetivos e diretrizes deste Plano Diretor.

Seção III
Da Política de Circulação Viária e Transporte

Art. 41 - É objetivo da Política de Circulação Viária e Transporte assegurar à população condições adequadas de acessibilidade a todas as regiões da cidade.

Art. 42 - São diretrizes da Política de Circulação e Transporte:
I - Assegurar à população condições adequadas de acessibilidade a todas as regiões da cidade;
II - Reduzir o caráter da área central de principal articuladora do sistema viário urbano e intermunicipal;
III - Disciplinar o transporte de cargas e compatibilizá-lo às características de trânsito e das vias urbanas;
IV - Disciplinar e fiscalizar o transporte escolar;
V - Promover campanhas de educação para o trânsito;
VI - Incrementar a qualidade das calçadas e mantê-las em perfeitas condições de trânsito para todos os pedestres;
VII - Minimizar o conflito entre trânsito de veículos e de pedestres;
VIII - Manter o sistema viário em condições adequadas de circulação e transportes para pedestres e veículos;
IX - Dotar e manter as vias com sinalização informativa e de trânsito;
X - Criar condições para o uso de bicicletas como meio de transporte, promovendo a adequação viária ou construção de ciclovias;
XI - Priorizar a circulação de pedestres em relação aos veículos e dos veículos coletivos em relação aos particulares;
XII - Garantir à população condições eficientes de acesso aos locais de moradia, trabalho, serviços e lazer;
XIII - Dotar a cidade de um sistema viário integrado com as áreas urbana e rural e com o sistema viário intermunicipal.

Art. 43 - São ações da política de Circulação e Transporte:
I - Estabelecer programa de conservação do sistema viário, de forma a incorporar tecnologia que contribua para a melhoria da qualidade ambiental;
II - Priorizar a acessibilidade de pedestres, ciclistas, pessoas com necessidades especiais e pessoas com mobilidade reduzida ao transporte motorizado;
III - Implementação de consórcios para criação de soluções e promoção do saneamento.
IV - Melhorar a fluidez do trânsito, mantendo- se os níveis internacionais de segurança definidos pela comunidade técnica;
V - Promover a distribuição dos equipamentos em consonância com as demandas localizadas.

Seção IV
Da Habitação

Art. 44 - É objetivo da Política de Habitação assegurar a todos o direito à moradia, devendo orientar- se pelos seguintes princípios:
I - Prover adequada infraestrutura urbana;
II - Assegurar a compatibilização entre a distribuição populacional, a disponibilidade e a intensidade de utilização da infraestrutura urbana;
III - Garantir participação da população nas fases de projeto, desenvolvimento e implantação de programas habitacionais;
IV - Priorizar ações no sentido de resolver a situação dos residentes em áreas de risco e insalubres;
V - Assegurar, sempre que possível, a permanência das pessoas em seus locais de residência, limitando as ações de remoção aos casos de residentes em áreas de risco ou insalubres;
VI - Desenvolver programas preventivos e de esclarecimento quanto à ocupação e permanência de grupos populacionais em áreas de risco ou insalubres;
VII - Priorizar, quando da construção de moradias de interesse social, as áreas já devidamente integradas à rede de infraestrutura urbana, em especial as com menor intensidade de utilização;
VIII - Promover a regularização das áreas ocupadas de forma ilegal;
IX - Incentivar a urbanização das áreas ocupadas por famílias de baixa renda, inclusive assegurando- se a elas acesso ao título de propriedade;
X - Criação de uma Divisão Municipal de Habitação, e quando ocorrer a identificação da necessidade realizar a sua transformação em Secretaria Municipal de Habitação.

Art. 45 - São diretrizes da Política de Habitação:
I - Promover a progressiva eliminação do déficit quantitativo e qualitativo de moradias, em especial para os segmentos populacionais socialmente vulneráveis, residentes há mais tempo no Município;
II - Promover e apoiar programas de parceria e cooperação para a produção de moradias populares e melhoria das condições habitacionais da população;
III - Promover processos democráticos na formulação, implementação e controle dos recursos da política habitacional, estabelecendo canais permanentes de participação das comunidades e da sociedade organizada;
IV - Assegurar a vinculação da política habitacional com as demais políticas públicas, com ênfase às sociais, de geração de renda, de educação ambiental e de desenvolvimento urbano;
V - Apoiar a produção social da moradia por intermédio de fomento às associações, cooperativas e demais entidades que atuam na produção social da moradia;
VI - Promover ações de pós- ocupação e acompanhamento das famílias nos novos assentamentos habitacionais juntamente com as outras políticas públicas;
VII - Promover atividades em consonância com a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012) e a Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12587, de 03 de janeiro de 2012) e/ou leis equivalentes.

Subseção Única
Da Habitação de Interesse Social

Art. 46 - São diretrizes da Política de Habitação de Interesse Social:
I - Levantamento e análise das ocupações irregulares em relação à demanda para habitação;
II - Diversificar as modalidades de acesso à moradia, tanto nos produtos quanto nas formas de comercialização, adequando o atendimento às características socioeconômicas das famílias beneficiadas;
III - Estabelecer normas especiais de urbanização, de uso e ocupação do solo e de edificações para assentamentos de interesse social, regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de menor renda, respeitadas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais;
IV - Instituir zonas especiais de interesse social;
V - Estabelecer critérios para a regularização de ocupações consolidadas e promover a titulação de propriedade aos seus ocupantes;
VI - Promover a recolocação de moradores residentes em locais impróprios ao uso habitacional e em situação de risco, recuperando o meio ambiente degradado;
VII - Produzir e incentivar a produção de moradias e lotes urbanizados destinados ao atendimento de famílias de menor renda;
VIII - Permitir o parcelamento e ocupação do solo de interesse social com parâmetros diferenciados, como forma de incentivo à participação da iniciativa privada na produção de habitação para as famílias de menor renda;
IX - Promover a regularização fundiária e a urbanização de áreas e assentamentos subnormais, adequando-as aos parâmetros urbanísticos e ambientais estabelecidos e incluindo-os no contexto da cidade formal;
X - Promover melhores condições de habitabilidade às moradias já existentes, tais como salubridade, segurança, infraestrutura e acesso aos serviços e equipamentos urbanos;
XI - Promover a melhoria da capacidade de gestão dos planos, programas e projetos habitacionais de interesse social;
XII - Promover assistência técnica e Jurídica para a comunidade de baixa renda de ocupações irregulares, visando à regularização da ocupação;
XII - Buscar autossuficiência interna dos programas habitacionais, propiciando o retorno dos recursos aplicados, respeitadas as condições socioeconômicas das famílias beneficiadas;
XIII - Garantir o acesso aos equipamentos de oferta aos serviços públicos básicos, transporte público e mobilidade urbana nos empreendimentos de habitação de interesse social;
XIV - Incentivar a adoção de tecnologias socioambientais, em especial as relacionadas ao uso de energia solar, ao manejo da água e dos resíduos sólidos, na produção de habitação de interesse social;
XV - Promover o acesso à moradia digna, com a melhoria das condições de habitabilidade, e preservação ambiental e de qualificação dos espaços urbanos, avançando na construção da cidadania, priorizando as famílias em situação de vulnerabilidade social.

CAPÍTULO III
Da Política De Saneamento

Art. 47 - A Política de Saneamento tem por objetivo universalizar o acesso aos serviços de saneamento básico, mediante ações articuladas em saúde pública, desenvolvimento urbano e meio ambiente.

Art. 48 - A São diretrizes da Política de Saneamento:
I - Universalizar o acesso aos serviços de saneamento básico, mediante ações articuladas em saúde pública, desenvolvimento urbano e meio ambiente;
II - Prover abastecimento de água tratada a toda população, em quantidade e qualidade compatíveis com as exigências de higiene e conforto;
III - Implantar/Implementar sistema abrangente e eficiente de coleta, tratamento e disposição dos esgotos sanitários, dos resíduos sólidos e de drenagem urbana, de forma a evitar danos à saúde pública, ao meio ambiente e à paisagem urbana e rural;
IV - Promover sistema eficiente de prevenção e controle de vetores, sob a ótica da proteção à saúde pública;
V- Promover programas de combate ao desperdício de água;
VI - Garantir sistema eficaz de limpeza urbana, de coleta e de tratamento do lixo produzido no Município, de forma a evitar danos à saúde pública, ao meio ambiente e à paisagem urbana;
VII- Fomentar programas de coleta seletiva de lixo;
VIII- Implantar sistema especial de coleta de lixo nas áreas inacessíveis aos meios convencionais.

Art. 49 - São ações da política de Saneamento:
I - Implementação dos Planos Municipal de Gerenciamento de Resíduos sólidos, de Gerenciamento de Resíduos construção civil;
II - Limpeza/conservação de vias públicas e implantação de rede coletora e tratamento de esgoto;
III - Melhorar o serviço de coleta, disposição, tratamento do lixo, promovendo campanhas de conscientização do tratamento de resíduos no próprio quintal.

CAPÍTULO IV
Da Política Do Meio Ambiente

Art. 50 - A política do Meio Ambiente objetiva garantir a todos o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado, regulando a ação do Poder Municipal e sua relação como os cidadãos e instituições públicas e privadas.

Art. 51 - A Política do Meio Ambiente é orientada pelos seguintes princípios:
I - Garantia de equilíbrio na interação de elementos naturais e criados, de forma a abrigar, proteger e promover a vida em todas as suas formas;
II - Garantia, a todos, de um meio ambiente ecologicamente equilibrado;
III - Racionalização do uso dos recursos ambientais;
IV - Valorização e incentivo ao desenvolvimento da consciência ecológica.
V - Garantir a todos o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado, regulando a ação do Poder Público Municipal e sua relação com os cidadãos e instituições públicas e privadas.
VI - Controlar as atividades produtivas e o emprego de materiais e equipamentos que possam acarretar danos ao meio ambiente e à qualidade de vida da população;
VII - Estabelecer normas de qualidade ambiental, compatibilizando-as à legislação específica e às inovações tecnológicas;
VIII - Preservar e conservar as áreas protegidas do Município;
IX - Promover a educação ambiental, particularmente na rede de ensino público municipal e estadual;
X - Garantir taxas satisfatórias de permeabilidade do solo no território urbano, conforme Lei de Ocupação, Uso do Solo e Zoneamento;
XI - Monitorar permanentemente as condições das áreas de risco, adotando-se medidas corretivas pertinentes;
XII - Impedir a ocupação antrópica nas áreas de risco potencial, assegurando-se destinação adequada às mesmas;
XIII - Proteger as áreas ameaçadas de degradação e recuperar as áreas degradadas;
XIV - Proteger as áreas de mananciais, limitando e racionalizando sua ocupação antrópica;
XV - Garantir a integridade do patrimônio ecológico, genético e paisagístico do Município;
XVI - Impedir ou restringir a ocupação urbana em áreas frágeis de baixadas e de encostas, impróprias à urbanização, bem como em áreas de notável valor paisagístico;
XVII - Estimular a participação dos proprietários de áreas degradadas ou potencialmente degradáveis em programas de recuperação das mesmas;
XVIII - Planejar, desenvolver estudos e ações visando à promoção, proteção, conservação, preservação, restauração, reparação, vigilância e melhoria da qualidade ambiental;
XIX - Elaborar e implementar planos de proteção ao meio ambiente;
XX - Definir áreas prioritárias de ação governamental visando à preservação e melhoria da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico;
XXI - Estabelecer diretrizes específicas para a proteção de recursos hídricos, através de planos de uso e ocupação de áreas de drenagem de bacias e sub bacias hidrográficas.
XXII - Incentivar a participação popular na gestão das políticas ambientais;
XXIII - Promover a produção, organização e a democratização das informações relativas ao meio ambiente natural e construído;
XXIV - Articular e integrar as ações e atividades ambientais desenvolvidas pelos diversos órgãos e entidades ambientais do Município, com aquelas dos órgãos federais e estaduais, quando necessário;
XXV - Articular e integrar as ações e atividades ambientais intermunicipais, favorecendo consórcios e outros instrumentos de cooperação;
XXVI - Compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação ambiental.

CAPÍTULO V
Da Política De Segurança Pública

Art. 52 - São objetivos da Política de Segurança Pública:
I - Promover a melhoria da Segurança Pública por meio de ações de âmbito Municipal, implementando as seguintes medidas:
a) Criar e estruturar o CONSEG - Conselho de Segurança;
b) Estruturar a Defesa Civil quanto a pessoal e equipamentos;
c) Realizar, em parcerias com órgãos competentes, programas de educação sobre segurança à população;
d) Implementar as ações desenvolvidas pelas forças de segurança de maneira geral, como forma de conscientização da segurança do município.
e) Manter e ampliar a infraestrutura urbana e rural, que auxiliem e/ou facilitem as ações de segurança pública no território municipal.

TÍTULO III
Do Desenvolvimento Municipal

Art. 53 - A política de desenvolvimento municipal objetiva a promoção do desenvolvimento sustentável do Município, devendo orientar - se pelos seguintes princípios:
I - A promoção humana como fim de todo o desenvolvimento;
II - A busca permanente da equidade social;
III - A utilização racional dos recursos naturais;
IV - A consideração das demandas da comunidade e das reais potencialidades e limitações do Município;
V - A promoção dos meios de acesso democrático à informação;
VI - A priorização de atividades geradoras de dinamismo econômico sustentável.

CAPÍTULO I
Da Política De Desenvolvimento Econômico

Art. 54 - A Política de Desenvolvimento Econômico objetiva promover a racionalização e o pleno emprego dos recursos produtivos do Município, tendo em vista assegurar condições de ocupação e rendimento para a contínua melhoria da qualidade de vida da população.

Seção I
Das Diretrizes Gerais para o Desenvolvimento Econômico do Município

Art. 55 - São diretrizes gerais para o desenvolvimento econômico do Município:
I - Promover a racionalização e o pleno emprego dos recursos produtivos do Município, tendo em vista assegurar condições de ocupação e rendimento para a contínua melhoria da qualidade de vida da população.
II - Promover o desenvolvimento agrícola, industrial, comercial, empresarial e turístico;
III - Incentivar e promover o desenvolvimento das potencialidades locais, na dinamização da geração do trabalho, emprego e renda, visando a qualidade de vida da população.

Seção II
Das Diretrizes para o Desenvolvimento Rural

Art. 56 - São diretrizes para o desenvolvimento rural do Município:
I - Prover condições adequadas de infraestrutura para o desenvolvimento, valorização e ocupação produtiva do espaço rural;
II - Fomentar a agroindústria e a agricultura de base familiar;
III - Promover a articulação entre os sistemas de infraestrutura rural, assistência técnica, crédito, comercialização e fiscalização fitossanitária;
IV - Promover e incentivar a geração, a adaptação e a adoção de tecnologias e de práticas gerenciais adequadas;
V - Apoiar iniciativas de comercialização direta entre os produtores familiares e os consumidores;
VII - Fomentar a atividade de pecuária leiteira e de corte no município;
VIII - Fomento ao Programa de Inseminação Artificial – PIA, objetivando o melhoramento genético através do visando o aprimoramento das raças de animais;
IX - Qualificação do produtor, através de diversos cursos, palestras, excursões e construção de unidades demonstrativas;
X - Buscar incentivos para equipar grupos com diversos equipamento agrícolas que melhorem o desempenho da atividade;
XI – Fomentar programas para a criação de propriedades de referência, melhorias das pastagens e melhoramento genético do rebanho e monitoramento técnico;
XII - Fomentar a atividade de suinocultura e avicultura no município, através de parcerias com as agroindústrias nas diversas fases da atividade;
XIV - Viabilizar a assistência técnica em parceria com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Associação Municipal dos Produtores, órgãos públicos, IDR Paraná (ou outro órgão equivalente) local e outras entidades ou órgãos;
XV - Promover o fomento da agricultura orgânica, incentivando a criação e organização de grupos oficiais que tratem do assunto;
XVI - Fomentar a Feira Municipal de produtos da agricultura familiar;
XVII - Promover Seminário Municipal enfocando na produção de produtos da agricultura familiar, e a qualificação profissional, em parceria com o SENAR, IDR Paraná (ou outro órgão equivalente) e instituições de ensino e pesquisa;
XVIII - Incentivar e fomentar a produção de forma ecológica, limpa e sustentável de produtos, atendendo as normas vigentes no município, buscando explorar a potencialidade do local;
XIX - Capacitar/profissionalizar as famílias envolvidas no processo da agricultura familiar, em parceria com instituições de ensino e pesquisa;
XX - Incentivar e fomentar a implantação e regularização das agroindústrias através de legislação previstas de acordo com os sistemas Federais, Estaduais e Municipais vigentes (como SIM, SUSAF entre outros);
XXI - Identificar novos potenciais de exploração econômica e incentivar a sua implantação;
XXII - Desenvolver lei e regulamentação, baseados nas legislações vigentes em âmbito federal e estadual, para fomentar a produção e comercialização municipal e estadual de produtos artesanais de origem animal e vegetais, criando o Selo de Produtos Artesanais com identidade local;
XXIII - Incentivar ações de fomentos a Cadeia Produtiva da piscicultura no município;
XXIV - Promover a qualificação técnica em parceria com IDR Paraná (ou outro órgão equivalente) e SENAR, e outras entidades possíveis;
XXV - Buscar recursos para apoio a assistência técnica, bem como, fazer parcerias para que se realizar a prestação de assistência técnica com fomento municipal;
XXVII - Fomentar programa de incentivo a sericicultura, incentivando a atividade, seja através da condução de reuniões, cursos e palestras, ou na coordenação e execução de programas de apoio;
XXVIII - Promover a qualificação profissional dos sericicultores em parceria com empresas do setor;
XXIX - Incentivar e fortalecer as associações e organizações existentes, bem como, organizar novas associações de produtores quando necessário, auxiliando na busca de recursos através de convênios;
XXXI - Identificação do potencial produtivo, a produção primária, sua transformação de acordo com a distribuição das comunidades através do macrozoneamento;
XXXII - Incentivo ao desenvolvimento e aplicação de tecnologias vinculadas às necessidades e possibilidades do sistema produtivo do Município;
XXXIII - Oferecimento de condições ao pequeno produtor de explorar suas terras de forma ambientalmente correta e que possa gerar benefícios tanto a nível ambiental quanto financeiro, promovendo programas de conservação das estradas rurais, incentivo à produção leiteira, suinocultura, avicultura, piscicultura e frutíferas em geral;
XXXIV - Incentivo à produção de energias alternativas com ênfase ao biogás, na obtenção de energia a partir de subprodutos da agropecuária no intuito de solucionar problemas ambientais, melhorar a fertilidade do solo e gerar energia a baixo custo;
XXV - Garantir a manutenção de frota vinculado ao setor, bem como, aquisição de novos veículos, sempre que necessário;
XXVI - Garantir a manutenção das máquinas e equipamentos vinculados ao setor, bem como, aquisição sempre que necessário;
XXVII - Garantir a reforma, manutenção e ampliação das estruturas físicas dos espaços vinculado ao setor, bem como, a construção de novos espaços físicos sempre que necessário.

Seção III
Do Desenvolvimento Industrial, Comercial, Empresarial e Turístico

Art. 57 - O desenvolvimento industrial, comercial, empresarial e turístico, incentiva e promove o desenvolvimento das potencialidades locais, na dinamização da geração do trabalho, emprego e renda, visando a qualidade de vida da população.

Art. 58 - Para aplicação da política de desenvolvimento industrial, comercial, empresarial e turística devem ser observadas as seguintes diretrizes:

Subseção I – Da Qualificação e Geração de renda

I - Implementar e apoiar programas e iniciativas de geração de oportunidades de trabalho e renda;
II - Desenvolver programas de trabalho, por meio de ações coordenadas entre o Poder Público e a iniciativa privada;
III - Promover cursos de capacitação e aperfeiçoamento para fortalecimento, geração e atração de atividades produtivas de maior potencial e dinamismo econômicos;
IV - Promover a melhoria da qualificação profissional da população;
V - Fomentar e promover a criação de eventos e espaços que proporcionem a criação de novos empreendimentos, como retomar atividades sócio- educativas junto a rede de ensino;
VI - Prover condições para orientar e capacitar o sistema produtivo local para atender as demandas por bens e serviços sociais.

Subseção II – Da Realização de Parcerias

I - Incentivar a organização associativa e cooperativa dos agentes envolvidos na produção rural e urbana de bens e serviços;
II - Buscar parcerias com instituições e órgãos públicos regionais e municípios vizinhos, para a elaboração e implementação de Política de Desenvolvimento Econômico Local e Regional;
III - Formação de parcerias, através de convênios, com as universidades locais, visando o desenvolvimento de pesquisas, formação de profissionais, inovação e empreendedorismo nas áreas mais destacadas da economia do Município.

Subseção III - Gestão democrática e ações de fomento

I - Elaboração de Plano de Desenvolvimento para o Município, por meio de conhecimento científico, integrando as Instituições de Ensino Superior, a Prefeitura e os demais atores cruciais do processo;
II - Estímulo à expansão e diversificação das áreas industriais e empresariais;
III - Implementação de Programa de Desenvolvimento Econômico e Social - PRODES do Município;
IV - Incentivar o setor industrial e empresarial em âmbito municipal, regional e nacional;
V - Incentivar o comércio em âmbito municipal, regional e nacional;
VI - Promover a articulação entre as políticas econômica, urbana e social, na execução das ações;
VII - Promover ações que promovam a inovação nos setores industriais, empresariais e de serviços no município, com a criação de espaço para o fomento de novos negócios;
VIII - Incentivo ao empreendedorismo - como fator preponderante na geração de resultados tanto a nível público quanto privado;
IX - Fortalecimento da política de incentivo à implantação de novas indústrias e empresas através dos estudos das cadeias produtivas;
X - Consolidação do setor industrial e empresarial do município como espaço físico, disciplinando o uso do solo e a possível expansão;
XI - Incentivo ao ensino e à pesquisa científica, mediante o desenvolvimento de projetos e parcerias com as instituições de ensino;
XII - Requalificação da paisagem urbana através da determinação dos eixos viários temáticos, estruturais, estendendo a oferta de comércio e serviços;
XIII - Fortalecimento das atividades comerciais e empresariais diversificadas no município;
XIV - A articulação das diversas políticas sociais com a política econômica, potencializando as ações públicas e compatibilizando crescimento econômico com justiça social, desenvolvimento social, cultural e equilíbrio ambiental;
XV - A sistematização do levantamento e atualização de dados e informações de interesse para o desenvolvimento turístico no Município;
XVI - Promover o Município no contexto regional, nacional e internacional;
XVII - Apoiar iniciativas para a expansão do sistema de educação superior e profissional;
XVIII - Fomento à ampliação e diversificação de associações e cooperativas de empresas e pessoas físicas, visando a implementação de projetos de desenvolvimento econômico, locais e regionais;
XIX - Incentivo a implantação de empresas que promovam a diversificação econômica;
XX - Fortalecimento das atividades comerciais diversificadas no município;
XXI - Incentivo ao empreendedorismo, como fator preponderante na geração de resultados tanto em nível público quanto privado.

Subseção IV - Da Promoção do Turismo

I - Desenvolvimento de pontos turísticos e de lazer, atraindo empreendedores e visitantes da região, do Estado e todo o País;
II - Captar, promover e incentivar a realização de eventos mobilizadores da demanda de turismo;
III - Desenvolver roteiros e implantar sinalização turística conforme padrões e especificações técnicas pertinentes;
IV - Divulgar as facilidades operacionais, técnicas e estruturais dedicadas ao desenvolvimento do turismo rural no Município;
V - Promover encontros, seminários e eventos específicos para os profissionais e operadores de turismo no Município;
VI - Estabelecer parceria entre os setores público e privado, visando ao desenvolvimento do turismo no Município;
VII - Disponibilizar informações turísticas atualizadas para o mercado operador e para o turista, visando subsidiar o processo de tomada de decisão e facilitar o desfrute da infraestrutura, serviços e atrações do Município;
VIII - Incentivo ao desenvolvimento turístico religiosos, de eventos, de negócios, empresarial e educacional, aumentando a oferta de bens e serviços turísticos essenciais;
IX - Otimização do aproveitamento econômico do potencial turístico natural e cultural do Município, como fonte de empregos e geração de renda;
X - Estímulo ao turismo ecológico rural em propriedades agrícolas privadas, fomentando o turismo temático, de aventura, radical entre outras modalidades;
XI - Criação de um roteiro turístico de identidade cultural, fortalecendo as festividades gastronômicas existentes no Município;

Subseção V - Do Levantamento de necessidades e infraestrutura

I - Construção de ciclovia ligando a cidade entre as diferentes zonas do município;
II - Investir em infraestrutura, principalmente nos setores de transporte e acessibilidade de cargas;
III - Estimular a descentralização e articular as atividades de desenvolvimento e difusão científica e tecnológica por meio de incubadoras de micros e pequenas empresas, cooperativas e empresas autogestionárias;
IV - O fomento a iniciativas que visem atrair investimentos, públicos ou privados, nacionais e estrangeiros;
V - Promover a melhoria do ambiente informacional para orientação e apoio às decisões dos agentes públicos e privados do município;
VI - Consolidação dos setores comerciais e de prestação de serviços a partir da abertura de espaços e fortalecimento de micro e pequenas empresas.

Seção IV
Do Desenvolvimento Humano e Qualidade de Vida

Art. 59 - É objetivo do desenvolvimento humano e qualidade de vida, combater a exclusão e as desigualdades sociais, adotando políticas públicas que promovam e ampliem a melhoria da qualidade de vida dos seus munícipes, atendendo às suas necessidades básicas, possibilitando a garantia de bens e serviços socioculturais e urbanos que o Município oferece e buscando a participação e inclusão de todos os segmentos sociais, sem qualquer tipo de discriminação.

Art. 60 - As políticas Públicas são de interesse da coletividade, com caráter universal, compreendidas como direito do cidadão e dever do Estado, com participação da sociedade civil nas fases de formulação, decisão, execução e fiscalização dos resultados.

Art. 61 - As ações do Poder Público devem garantir a transversalidade das políticas de gênero e raça, e as destinadas às crianças e adolescentes, aos jovens, idosos e pessoas portadoras de necessidades especiais, permeando o conjunto das políticas sociais e buscando alterar a lógica da desigualdade e discriminação nas diversas áreas.

Art. 62 - As políticas abordadas neste capítulo têm como objetivos gerais a inclusão social, o estímulo à participação da população na definição, execução e controle das políticas públicas e a preservação e melhoria da qualidade de vida, bem como a superação das dificuldades que se antepõem ao uso pleno do Município pelos que nele vivem.

Art. 63 - São diretrizes do desenvolvimento humano e qualidade de vida, a integração de programas e projetos específicos vinculados às políticas da área social, para potencializar seus efeitos positivos, particularmente no que tange à inclusão social e à diminuição das desigualdades, é pressuposto das diversas políticas sociais.
Parágrafo Único - A articulação entre as políticas setoriais se dá no planejamento e na gestão descentralizada, na execução e prestação dos serviços.
Art. 64 - A distribuição de equipamentos e serviços sociais deve respeitar as necessidades regionais e as prioridades definidas a partir da demanda, privilegiando as áreas de urbanização precária, com atenção para as Zonas de Interesse Social.

Art. 65 - Os objetivos, as diretrizes e ações estratégicas previstas neste Plano estão voltados ao conjunto da população do Município, destacando- se a população de baixa renda, as crianças, os adolescentes, os jovens, os idosos, as mulheres, os negros e as pessoas portadoras de necessidades especiais.

Parágrafo Único - Para efeito do que trata o caput deste artigo são utilizados os seguintes conceitos para os termos:
I - População de baixa renda - população cuja renda per capita está compreendida entre 0 a 0,5 salários mínimos;
II - População de média renda - população cuja renda per capita está compreendida entre 0,5 a 1,5 salários mínimos;
III - Pessoas portadoras de necessidades especiais - pessoas que por estarem acometidas de deficiência física, auditiva, mental e visual;
IV - Pessoas que necessitam de atenção especial - tais como crianças, gestantes e idosos.

Art. 66 - As diversas Secretarias envolvidas na implementação das políticas sociais têm como atribuição a elaboração de planos e metas setoriais a serem debatidos com participação da sociedade civil.

CAPÍTULO II
Da Participação Popular

Art. 67 - A política de participação popular objetiva valorizar e garantir o envolvimento dos munícipes, de forma organizada, na gestão pública e nas atividades políticas e socioculturais da comunidade.
Parágrafo Único – Entende-se por participação todo ato de influir, de exercer controle, de ter poder, de estar envolvido ativamente.

Art. 68 - A garantia da participação dos cidadãos, responsabilidade do governo municipal, tem por fim:
I - A socialização do homem e a promoção do seu desenvolvimento integral como indivíduo e membro da coletividade;
II - O pleno atendimento das aspirações coletivas no que se refere aos objetivos e procedimentos da gestão pública;
III - A permanente valorização e aperfeiçoamento do poder público como instrumento a serviço da coletividade.

Art. 69 - São diretrizes para incentivar e garantir a participação popular:
I - Valorizar as entidades organizadas e representativas como legítimas interlocutoras da comunidade, respeitando a sua autonomia política;
II - Fortalecer os Conselhos Municipais como principais instâncias de assessoramento, consulta, fiscalização e deliberação da população sobre decisões e ações do governo municipal;
III - Apoiar e promover instâncias de debates abertos e democráticos sobre temas de interesse da comunidade;
IV - Consultar a população sobre as prioridades quanto à destinação dos recursos públicos;
V - Elaborar e apresentar os orçamentos públicos para facilitar o entendimento e o acompanhamento pelos munícipes;
VI - Assegurar acessibilidade ao Sistema Municipal de Informações;
VII - Apoiar e participar de iniciativas que promovam a integração social e o aprimoramento da vida comunitária.

TÍTULO IV
DO SISTEMA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
CAPÍTULO I
Da Política De Gestão Pública e Desenvolvimento Institucional

Art. 70 - São objetivos da Política De Gestão Pública e Desenvolvimento Institucional:
I - Orientar a atuação do poder público e dotá-lo de capacidade gerencial, técnica e financeira para o pleno cumprimento de suas funções.

Art. 71 - São diretrizes da Política De Gestão Pública e Desenvolvimento Institucional:
I - Dotar as unidades operacionais do governo de competência técnica e capacidade financeira para o exercício de suas funções;
II - Aperfeiçoar os sistemas de arrecadação, cobrança e fiscalização tributárias;
III - Prover condições efetivas para garantir a participação popular nos processos de decisão;
IV - Valorizar, motivar e promover a qualificação profissional dos servidores públicos;
V - Atuar de forma articulada com outros agentes sociais, parceiros ou órgãos governamentais, sobretudo nas ações de maior impacto social e econômico;
VI - Assegurar transparência nas ações administrativas e financeiras, inclusive mediante divulgação regular de indicadores de desempenho;
VII - Integrar projetos e programas complementadores ao Plano Diretor e ao orçamento municipal;
VIII – Monitorar o território municipal, através da implementação de ferramentas do Sistema de Informações Geográficas (SIG);
IX – Realizar gestão democrática, através da participação dos segmentos sociais representativos;
X – Descentralizar a informação para os distritos administrativos, com aplicação da tecnologia da informação.

Art. 72 - O Sistema Municipal de Planejamento e Gestão será composto de:
I - Conselho Municipal da Cidade de Boa Esperança do Iguaçu – ConCidade-BEI;
II - Sistema Municipal de Informação – SMI;
III - Grupo Técnico Permanente.

Seção I
Do Conselho Municipal da Cidade de Boa Esperança do Iguaçu
Subseção I - Da finalidade e Atribuições

Art. 73 - Fica mantido o Conselho Municipal da Cidade de Boa Esperança do Iguaçu (ConCidade-BEI), Instituído através da Lei Municipal Nº 360 de 24 de maio de 2016.
§º - O ConCidade-BEI é um órgão colegiado de natureza permanente, com funções consultivo, fiscalizadoras e deliberativas no âmbito de sua competência, conforme dispõe esta Lei.

Art. 74 - São atribuições do ConCidade - BEI
I - propor, debater e aprovar diretrizes e normas para implantação dos programas/projetos a serem formulados pelos órgãos da Administração Pública Municipal relacionados à Política Urbana;
II - apreciar e propor diretrizes para a formulação e implementação das políticas de
desenvolvimento urbano e ambiental do município;
III - emitir orientações e recomendações referentes à aplicação da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e demais leis e atos normativos relacionados ao desenvolvimento urbano municipal;
IV - propor aos órgãos competentes medidas e normas para implementação, acompanhamento e avaliação da legislação urbanística e ambiental;
V - promover mecanismos de cooperação entre os governos da União, Estado, municípios vizinhos, Região Metropolitana e a sociedade, na formulação e execução da política municipal e regional de desenvolvimento urbano;
VI - elaborar e aprovar seu regimento interno, sua forma de funcionamento e das suas câmaras setoriais, bem como a articulação e integração com os demais Conselhos Municipais;
VII - tornar efetiva a participação da Sociedade Civil nas diversas etapas do planejamento e gestão urbanos;
VIII – criar instrumentos e mecanismos de integração das políticas de desenvolvimento urbano;
IX - garantir a continuidade das políticas, planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano do município;
X – monitorar e fortalecer o processo de implementação do orçamento municipal em consonância com as deliberações dos processos participativos relativos às políticas setoriais de desenvolvimento urbano;
XI - Convocar e organizar as Conferências Municipais da Cidade de Boa Esperança do Iguaçu;
XII - Encaminhar as diretrizes e instrumentos da política de desenvolvimento urbano e das políticas setoriais em consonância com as deliberações da Conferencia da Cidade de Boa Esperança do Iguaçu;
XIII - Dar publicidade e divulgar seus trabalhos e decisões;
XIV - Propor a realização de estudos, pesquisas, debates, seminários, Audiências Públicas ou cursos afetos à política municipal de desenvolvimento urbano;
XV - propor ações e adotar procedimentos e mecanismos, visando combater a segregação socioespacial no município;

XVI - acompanhar e avaliar a implementação e a gestão do Plano Diretor de Boa Esperança do Iguaçu, bem como a legislação correlata, zelando pelo cumprimento dos planos, programas, projetos e instrumentos a eles relacionados;
XVII - Analisar planos, programas e projetos que, devido a sua escala, impactos ou conflitos, necessitem de parecer de dois ou mais Conselhos de Planejamento Urbano:
XVIII - Avaliar assuntos de notório interesse público, motivado por indivíduos ou organizações sociais desde que plenamente justificados.

Subseção II - Da Aprovação e Composição

Art. 75 - O ConCidade-BEI deverá ser composto por 10 (dez) membros efetivos, seguindo os parâmetros propostos pela Secretaria de Estado das Cidades Do Paraná (SECID) e pelo Conselho Estadual das Cidades do Paraná (Concidade-PR), além dos seus respectivos suplentes, da seguinte forma:
I - Representantes do Poder Público Municipal, com 4 (quatro) vagas;
Os representantes do Poder Público serão indicados da seguinte forma:
a) 03 (três) representantes do Executivo Municipal, indicados pelo Prefeito;
c) 01 (um) representantes do legislativo municipal, indicado pelo Presidente da Câmara Municipal.
II - Representantes das demais entidades da sociedade civil organizada, com 06 (seis) vagas.
a) 03 (três) representante dos Movimentos Populares;
b) 01 (um) representante do segmento dos representados por suas entidades sindicais – sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais de trabalhadores legalmente constituídos e vinculados às questões do desenvolvimento;
c) 01 (um) representante do segmento empresários relacionados à produção, fomento e ao financiamento do desenvolvimento;
d) 01 (um) representante de entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais;
§1º - A composição do ConCidade-BEI poderá ser altera conforme a graduação populacional, estabelecida pela Secretaria de Estado das Cidades Do Paraná (SECID) e pelo Conselho Estadual das Cidades do Paraná (Concidade-PR), o aumento da quantidade de membros de acordo com a população do município.
§2º - A composição do ConCidade-BEI poderá ser alterada se houver alteração nas leis Estaduais e/ou nas recomendações dos órgãos competentes.
§3º - Os membros titulares e suplentes são nomeados pelo Prefeito.
§4º - Os membros do ConCidade-BEI devem exercer seus mandatos de forma gratuita, vedada à percepção de qualquer vantagem de natureza pecuniária.
§5º - As reuniões do ConCidade-BEI são públicas, facultado aos munícipes solicitar, por escrito e com justificativa, que se inclua assuntos de seu interesse na pauta da primeira reunião subsequente.
§6º - O regimento interno pode ser revisado nas reuniões do conselho, sendo recomendável que se faça na 1ª reunião anual.
§7º - O mandato terá vigência de 03 (três) anos ou conforme legislação vigente ou alterações

Seção II
Do Sistema Municipal De Informações

Art. 76 - O Sistema Municipal de Informações - SMI, objetiva assegurar a produção, o acesso, a distribuição, o uso e o compartilhamento de informações indispensáveis às transformações administrativas, físico-ambientais e socioeconômicas do Município.

Art. 77 - São princípios fundamentais do SMI:
I - O direito à informação como um bem público fundamental;
II - O uso e compartilhamento de informações como condição essencial para a eficácia da gestão municipal;
III - A valorização das formas descentralizadas e participativas de gestão.

Art. 78 - O Sistema Municipal de Informações, responsabilidade do poder público, tem como missão o fortalecimento da capacidade de governo do município na prestação dos serviços públicos e na articulação e gestão de iniciativas e projetos de desenvolvimento local.
Art. 79 - Compete a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento coordenar o planejamento, a implantação e a gestão do Sistema Municipal de Informações.

Art. 80 - Na estruturação e na gestão do Sistema Municipal de Informações deverão ser observados os seguintes atributos associados à informação:
I - Relevância;
II - Atualidade;
III - Confiabilidade;
IV - Abrangência;
V - Disponibilidade, em frequência e formato adequados ao uso;
VI - Comparabilidade temporal e espacial;
VII - Facilidade de acesso e uso;
VIII - Viabilidade econômica.

Art. 81 - São instrumentos relevantes para a operacionalização do Sistema Municipal de Informações:
I - Os sistemas automatizados de gestão e de informações georreferenciadas;
II - A rede municipal de informações para comunicação e acesso a bancos de dados por meios eletrônicos.

Art. 82 - São diretrizes para o desenvolvimento do Sistema Municipal de Informações:
I - Organizar, aprimorar, incrementar e disponibilizar publicamente informações e conhecimentos sobre o Município;
II - Garantir adequado suprimento, circulação e uso de informações indispensáveis à articulação, coordenação e desempenho da administração municipal;
III - Facilitar as condições de acesso dos agentes locais às informações indispensáveis à promoção do desenvolvimento municipal;
IV - Fomentar a extensão e o desenvolvimento de redes de interação eletrônicas para comunicação, acesso, disponibilização e compartilhamento de informação, especialmente para articular e envolver a população organizada na gestão do Município;
V - Melhorar a qualidade do atendimento público à população, eliminando simplificando ou agilizando rotinas burocráticas;
VI - Priorizar as demandas de informações relacionadas às atividades fins, sobretudo as de maior impacto sobre a qualidade das políticas públicas;
VII - Estruturar e implantar o SMI de forma gradativa e modulada;
VIII - Assegurar a compatibilidade entre prioridades informacionais, requisitos técnicos e recursos disponíveis;
IX - Promover parcerias com agentes públicos ou privados para a manutenção e contínuo aperfeiçoamento do sistema municipal de informações.

Seção III
Do Grupo Técnico Permanente – GTP

Art. 83 – Fica criado o Grupo Técnico Permanente de Acompanhamento e Controle da implementação do Plano Diretor de Boa Esperança do Iguaçu.

Art. 84 – O Grupo Técnico Permanente (GTP) deve integrar a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal e será composto por servidores efetivos do corpo técnico do executivo municipal, sem prejuízo nas demais atribuições do cargo que ocupam.
§1º - Os representantes do poder executivo serão indicados pelo respectivo órgão e poderão ser reconduzidos.
§2º - O Grupo Técnico Permanente será preferencialmente, e majoritariamente, composto por servidores do poder executivo que tenham participado das atividades do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Boa Esperança do Iguaçu.

Art. 85 - O Grupo Técnico Permanente será composto de 05 (cinco) membros (servidores efetivos), com direito a voto:
I - 01 (um) representante da Procuradoria Geral;
II - 01 (um) Representante da Secretaria de Finanças;
III - 02 (dois) Representante da Secretaria de Administração;
IV - 01 (um) Representantes do Setor de Engenharia/Arquitetura.

§1º - A coordenação geral do Grupo Técnico Permanente (GTP) ocorrerá por eleição dos membros.
§2º - O mandato terá vigência de 02(dois) anos, sendo que todos os membros (pessoas físicas) poderão ser reconduzidos por mais uma vez, totalizando 04 (quatro) anos.

Art. 86 - O Grupo Técnico Permanente (GTP) possui caráter estritamente técnico, será integrado à estrutura administrativa da Prefeitura Municipal e vinculado diretamente à Secretaria de Administração e Planejamento ou equivalente.

Art. 87 – Caberá ao Grupo Técnico Permanente:
I – Planejar e aprovar o cronograma físico de atividades, com detalhamento das ações, produtos, prazos e datas, observando integralmente os conteúdos, etapas e exigências estabelecidas pela legislação vigente e as orientações técnicas emanadas pela SEDU/PARANACIDADE.
II – Articular e consolidar estudos e projetos técnicos que fundamentem a execução das diretrizes do Plano Diretor Municipal, conduzindo os processos necessários à sua efetiva implementação.
III – Analisar e deliberar sobre as propostas de Leis Complementares vinculadas ao Plano Diretor, bem como propor alterações à legislação urbanística municipal pertinente, mediante tramitação no Conselho da Cidade (CONCIDADE), em conformidade com os procedimentos definidos pelo Estatuto da Cidade, especialmente no que se refere à:
a) Lei de Uso e Ocupação do Solo;
b) Lei do Sistema Viário;
c) Lei de Parcelamento do Solo Urbano;
d) Código Tributário Municipal;
e) Código de Obras;
f) Código de Posturas.
IV – Contribuir com subsídios técnicos para a elaboração das metas anuais dos programas e ações inseridas no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), no que tange à conformidade com as diretrizes do Plano Diretor.
V – Redigir e encaminhar, anualmente, o Relatório de Acompanhamento e Controle da implementação do Plano Diretor Municipal ao Conselho Municipal da Cidade (CONCIDADE).
VI – Monitorar a execução do Plano Diretor e dos programas setoriais associados às políticas públicas de uso do solo, habitação, saneamento ambiental, mobilidade e transporte urbano, propondo medidas corretivas para assegurar o alcance dos objetivos estabelecidos.
VII – Assegurar a aplicação dos instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade, bem como de outros atos normativos que regem o desenvolvimento urbano do Município de Boa Esperança do Iguaçu.
VIII – Garantir ampla divulgação e transparência das ações relativas ao PDM e dos documentos e informações gerados pelo Grupo Técnico Permanente.
IX – Organizar, em articulação com o CONCIDADE, a Prefeitura Municipal de Boa Esperança do Iguaçu e a Câmara Municipal, a Conferência Municipal de Política Urbana, promovendo sua convocação e estruturação.
X – Produzir, manter atualizadas e divulgar informações municipais relevantes aos aspectos físico-territoriais, ambientais, cartográficos e socioeconômicos de interesse estratégico para o planejamento urbano.
XI – Promover a integração e cooperação técnica intersetorial entre os órgãos e entidades municipais, visando à implementação das ações previstas no Plano Diretor e ao alcance dos objetivos do GTP.
XII – Prestar orientação técnica ao órgão municipal de planejamento urbano nas deliberações relativas à alocação e utilização dos recursos vinculados ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano.
XIII – Apoiar a constante atualização do banco de dados e das informações urbanísticas do Município de Boa Esperança do Iguaçu de forma a subsidiar a formulação de políticas públicas.
XIV – Implantar e gerenciar o Sistema Municipal de Informações, assegurando sua funcionalidade, integridade e acessibilidade.
XV – Instituir, sempre que necessário, grupos técnicos e temáticos temporários, destinados à análise e discussão de planos, projetos e ações específicas relacionadas à implementação e atualização do Plano Diretor Municipal.

CAPÍTULO II

Da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Art. 88 - Compete ao Secretário de Administração e Planejamento, sem prejuízo de outras atribuições de caráter provisório ou permanente que lhe forem designadas pela administração municipal:
I - Assessorar o Prefeito;
II - Coordenar a aplicação do Plano Diretor e suas revisões;
III - Zelar pela compatibilização, aperfeiçoamento, compreensão, divulgação e aplicação das normas urbanísticas que compõem o ordenamento jurídico do Município;
IV - Orientar e assegurar a efetiva integração, articulação e coordenação das ações de governo ao nível programático, orçamentário e gerencial;
V - Coordenar o Sistema de Informações Municipal de que trata esta Lei;
VI - Zelar, em colaboração com os demais órgãos do governo e com a comunidade, pela permanente promoção do Município no contexto regional, nacional e internacional;
VII - Propor e apoiar formas de participação efetiva e eficaz da população na gestão pública;

Art. 89 - A Secretário de Administração e Planejamento será responsável pelas divisões necessárias a gestão a implantação das diretrizes previstas no Plano Diretor, como:
I - Controle da Ocupação do Solo;
II - Acompanhamento da implantação deste Plano Diretor da seguinte forma;
III - Sistematizar os estudos setoriais: uso do solo, recursos hídricos, entre outros;
IV - Organizar estudos específicos sobre temas levantados pela comunidade, que tenham caráter multisetorial;
V - Realizar reuniões e seminários para divulgar e discutir os trabalhos realizados;
VI - Guarda e a organização dos dados básicos do Município, tais como, estatísticas demográficas, dados de produção, entre outros;
VII - Guarda e a organização dos projetos do Município, por setores de atividade;
VIII - Acompanhar e controlar o Plano Plurianual.
Parágrafo Único - Para acompanhar e controlar o Plano Plurianual a Secretário de Administração e Planejamento contara com Divisão Municipal de Expansão Econômica, Ciência e Tecnologia.

TÍTULO V
DOS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA URBANA

Art. 90 - Para a promoção, planejamento, controle e gestão do desenvolvimento urbano, serão adotados, dentre outros, os seguintes instrumentos de política urbana:
I - Instrumentos de Planejamento:
a) Plano Plurianual;
b) Lei de Diretrizes Orçamentárias;
c) Lei de Orçamento Anual;
d) Lei do Plano Diretor;
e) Lei do Parcelamento do Solo Urbano;
f) Lei dos Perímetros Urbanos;
g) Lei do Sistema Viário;
h) Lei do Uso e da Ocupação do Solo Urbano;
i) Código de Obras e Edificações;
j) Código de Posturas;
k) Planos de desenvolvimento econômico e social;
l) Planos, programas e projetos setoriais;
m) Programas e projetos especiais de urbanização;
n) Instituição de unidades de conservação;
o) Zoneamento Ecológico- Econômico;
p) Sistema de Mobilidade Urbana.
II - Instrumentos jurídicos e Urbanísticos:
a) Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios;
b) Imposto Territorial e Predial Urbano (IPTU) Progressivo no Tempo;
c) Direito de Preempção;
d) Do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)
e) Outorga Onerosa do Direito de Construir e de alteração de uso;
f) Transferência do Direito de Construir;
g) Operações Urbanas Consorciadas;

h) Consórcio Imobiliário;
i) desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública;
j) Direito de Superfície;
k) Zonas Especiais de Interesse Social;
l) Estudo de Impacto Ambiental (EIA);
m) Licenciamento Ambiental;
n) tombamento;
o) desapropriação;
p) compensação ambiental.
q) instituição de Unidades de Conservação.
III - Instrumentos Tributários e Financeiros:
a) Tributos municipais diversos;
b) Taxas e tarifas públicas específicas;
c) Contribuição de Melhoria;
d) Incentivos e benefícios fiscais;
IV - Instrumentos de Democratização da Gestão Urbana:
a) Conselhos municipais;
b) Fundos municipais;
c) Gestão orçamentária participativa;
d) Audiências e consultas públicas;
e) Conferências municipais;
f) Iniciativa popular de projetos de lei;
g) Referendo popular e plebiscito.
V - Instrumentos jurídico- administrativos:
a) Servidão Administrativa e limitações administrativas;
b) Concessão, Permissão ou Autorização de uso de bens públicos municipais;
c) Contratos de concessão dos serviços públicos urbanos;
d) Contratos de gestão com concessionária pública municipal de serviços urbanos;
e) Convênios e acordos técnicos, operacionais e de cooperação institucional;
f) Termo Administrativo de Ajustamento de Conduta.

Art. 91 - Para ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, e para o planejamento, controle, gestão e promoção do desenvolvimento urbano, o Município de Boa Esperança do Iguaçu adotará os instrumentos previstos no art. 4º da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, sem prejuízo de outros instrumentos de política urbana.
Parágrafo Único - Os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade regem- se pela legislação que lhes é própria, observado o disposto neste Plano Diretor.

CAPÍTULO I
Do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios

Art. 92 - Nos termos fixados em lei específica, o Município poderá exigir que o proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, promova seu adequado aproveitamento, sob pena de aplicar os mecanismos previstos na Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, de:
I - Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;
II - Imposto predial e territorial progressivo no tempo;
III - Desapropriação com pagamento da dívida pública.
§1º - A aplicação dos mecanismos previstos no caput deste artigo, incisos I a III, se dará em áreas em que haja predominância de condições favoráveis de infraestrutura, topografia e qualidade ambiental para o adensamento.
§2º - Independentemente do imposto predial e territorial progressivo no tempo, o Município poderá aplicar alíquotas progressivas ao IPTU em razão do valor, localização do imóvel, conforme o art. 156, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 93 - São áreas passiveis de parcelamento e edificação compulsórios, e de aplicação dos demais mecanismos previstos no "caput" do artigo anterior, incisos II e III, notificação do Poder Executivo e nos termos dos Arts. 5º ao 8º da Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001, os imóveis não edificados, subutilizados ou não, situados na área urbana, excetuando- se:
I - Imóveis integrantes das Áreas de Proteção Ambiental;
II - Áreas de Parques de Conservação, de Lazer e Bares, de Bosques de Conservação, de Reservas Biológicas e as Unidades de Conservação Específica;
III - Imóveis com Bosques Nativos Relevantes, onde o índice de cobertura florestal seja igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) da área do imóvel;
IV - Imóveis com áreas de preservação permanente, conforme o estabelecido no Código Florestal Brasileiro, onde o índice de comprometimento dessas áreas seja igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) da área do imóvel.
§1º - Considera- se não edificado o lote ou gleba onde o coeficiente de aproveitamento é igual a zero.
§2º - Considera- se subutilizado, o lote ou gleba edificados nas seguintes condições:
a) Situados em eixos estruturais e de adensamento, áreas com predominância de ocupação residencial e áreas mistas que contenham edificação cuja área construída represente um coeficiente de aproveitamento inferior a 5% (cinco por cento) do coeficiente de aproveitamento previsto na legislação de uso do solo;
b) Situados em áreas com destinação específica e que contenham edificação de uso não residencial, cuja área destinada ao desenvolvimento da atividade seja 1/3 (um terço) da área do terreno, aí compreendida áreas edificadas e não edificadas necessárias à complementação da atividade;
c) Imóveis com edificações paralisadas ou em ruínas situadas em qualquer área.
§3º - Conforme determinado em legislação específica, são exceções ao indicado no parágrafo anterior, os imóveis que necessitem de áreas construídas menores para o desenvolvimento de atividades econômicas e os imóveis com exploração de produtos hortifrutigranjeiros vinculados a programas municipais de abastecimento alimentar devidamente registrados nos órgãos competentes.
§4º - Imóveis com Bosques Nativos Relevantes ou Áreas de Preservação Permanente estabelecidas no Código Florestal Brasileiro, onde o índice de comprometimento dessas áreas seja inferior a 50% (cinquenta por cento), nos termos da Lei de Zoneamento e Uso do Solo, também poderão ser executados como previsto no "caput" deste artigo.
§5º - Para efeito desta lei, considera- se coeficiente de aproveitamento a relação entre a área computável e a área do terreno.

Art. 94 - A instituição de critérios para as edificações não utilizadas, para as quais os respectivos proprietários serão notificados a dar melhor aproveitamento, sob pena de sujeitar- se ao imposto predial progressivo no tempo e desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública, será objeto de lei específica.
Parágrafo Único - A lei de uso e ocupação do solo urbano poderá determinar aplicação a critérios diferenciados por zonas, ou partes de zonas de uso, conforme o interesse público de dinamizar a ocupação de determinados trechos da Cidade.

Art. 95 - O Poder Executivo promoverá a notificação dos proprietários dos imóveis não edificados, subutilizados, intimando-os a dar aproveitamento adequado para os respectivos imóveis, de acordo com lei específica, que determinará as condições e prazos para a implementação da referida obrigação.

CAPÍTULO II
Do Direito de Preempção

Art. 96 - O Município, por meio do Direito de Preempção, terá a preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, desde que o imóvel esteja incluído em área a ser delimitada em lei específica e o Poder Público dele necessite para:
I - Regularização fundiária;
II - Execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;
III - Constituição de reserva fundiária;
IV - Ordenamento e direcionamento da ocupação urbana;
V - Implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
VI - Criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;
VII - Criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;
VIII - Proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

Art. 97 - As áreas em que incidirão o Direito de Preempção serão delimitadas em legislação específica, que também fixarão seus prazos de vigência e as finalidades para as quais os imóveis se destinarão.
§1º - Os prazos de vigência não serão superiores a 5 (cinco) anos, renováveis a partir de um ano após o decurso do prazo inicial.
§2º - O Direito de Preempção fica assegurado ao Município durante a vigência do prazo fixado pela lei específica, independentemente do número de alienações referentes ao imóvel.

Art. 98 - Tanto o Município quanto os particulares deverão observar as disposições do art. 27 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e as estabelecidas em legislação municipal específica.

Art. 99 - Durante o prazo de vigência do Direito de Preempção, o organismo da administração municipal, a ser definido dependendo da finalidade pela qual o imóvel está preempto, deverá ser consultado no caso de alienações, solicitações de parcelamento do solo, emissão de licenças para a construção e funcionamento de atividades.

CAPÍTULO III
Das Operações Urbanas Consorciadas

Art. 100 - A operação urbana consorciada é o conjunto de intervenções coordenadas pelo Município, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, visando alcançar em uma área transformações urbanística, estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental, notadamente ampliando os espaços públicos, organizando o sistema de transportes coletivo, implantando programas de melhorias de infraestrutura, sistema viário e de habitações de interesse social.
§1º - Cada operação urbana será criada por lei específica, segundo as disposições dos artigos 32 a 34 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade e o previsto neste Plano Diretor.
§2º - A operação urbana consorciada pode ser proposta pelo Executivo, ou por qualquer cidadão, ou entidade que nela tenha interesse.
§3º - No caso de operação urbana consorciada de iniciativa da municipalidade, o Poder Público, poderá, mediante chamamento em edital, definir a proposta que melhor atenda o interesse público.
§4º - No caso de operação urbana consorciada proposta pela comunidade, o interesse público será avaliado e ouvido o órgão municipal de política urbana.

Art. 101 - Poderão ser previstas nas operações urbanas consorciadas, entre outras medidas:
I - A modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas editalícias, considerando o impacto ambiental delas decorrentes ou o impacto de vizinhança;
II - A regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente;
III - A ampliação dos espaços públicos e implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
IV - A oferta de habitação de interesse social;
V - A garantia da proteção de áreas de matas, reservas particulares, através da implantação de infraestrutura necessária para evitar a depredação e promover a segurança dos transeuntes;

Art. 102 - As operações urbanas consorciadas têm como finalidades:
I - Implantação de espaços e equipamentos públicos;
II - Otimização de áreas envolvidas em intervenções urbanísticas de porte e reciclagem de áreas consideradas subutilizadas;
III - Implantação de programas de habitação de interesse social;
IV - Ampliação e melhoria do sistema de transporte público coletivo;
V - Proteção e recuperação do patrimônio ambiental e cultural;
VI - Melhoria e ampliação da infraestrutura e de rede viária;
VII - Dinamização de áreas visando à geração de empregos;
VIII - Reurbanização e tratamento urbanístico de áreas.

Art. 103 - A lei específica que aprovar a operação urbana consorciada deverá conter no mínimo:
I - Definição da área de abrangência e do perímetro da área da intervenção;
II - Finalidade da operação proposta;
III - Programas básicos de ocupação da área e de intervenções previstas;
IV - Estudo prévio de impacto de vizinhança;
V - Programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela operação;
VI - Contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função da utilização dos benefícios previstos;
§1º - Quando for o caso, a lei específica da operação urbana consorciada também poderá prever:
a) Execução de obras por empresas da iniciativa privada, remuneradamente, dentre outras, pela concessão para exploração econômica do serviço implantado;
b) Solução habitacional dentro de sua área de abrangência, no caso da necessidade de remover os moradores de áreas de ocupação subnormal e áreas de risco;
c) Instrumentos e parâmetros urbanísticos previstos na operação e, quando for o caso, incentivos fiscais e mecanismos compensatórios para os participantes dos projetos e para aqueles que por ele prejudicados;
d) Preservação dos imóveis e espaços urbanos de especial valor histórico, cultural, arquitetônico, paisagístico e ambiental;
e) Prazo de vigência;
f) Estoque de potencial construtivo adicional.
§2º - Os recursos obtidos pelo Poder Público Municipal, na forma do inciso VI do "caput" deste artigo e da alínea "e" do parágrafo 1º, serão aplicados exclusivamente no programa de intervenções, definido na lei de criação da operação urbana consorciada.

Art. 104 - A lei específica que aprovar a operação urbana consorciada pode prever a emissão pelo Município de quantidade determinada de certificados de potencial adicional de construção, que serão alienados em leilão ou utilizados diretamente no pagamento das obras e serviços necessários à própria operação.

Art. 105 - Imóveis localizados no interior dos perímetros das operações urbanas consorciadas, são passíveis de receber o potencial construtivo oriundo de imóveis de valor cultural e de áreas de preservação ambiental não inseridos no seu perímetro, desde que disposto na lei específica que aprovar a operação urbana consorciada.

CAPÍTULO IV
Do IPTU Progressivo no tempo

Art. 106 - É exigido do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:
I - Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;
II - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;
III - Desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 107 - O aproveitamento adequado de que trata o artigo anterior corresponde ao uso dos lotes situados na Macrozona Urbana de Boa Esperança do Iguaçu, através das atividades e empreendimento previstos para a respectiva Zona Urbana em que estiverem localizados, e à ocupação dos mesmos com o Coeficiente de Aproveitamento Mínimo conforme estabelecido na legislação de uso e ocupação do solo.
Parágrafo Único - O Poder Executivo regulamentará, por meio de lei específica, os critérios, condições e prazos para implementação da referida obrigação de que trata o caput deste Capítulo, nos termos dos Arts. 5º ao 8º da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

Art. 108 - O estabelecido no Art. 106 não se aplica aos imóveis com bosques nativos ou áreas de preservação permanente onde o índice de cobertura florestal seja igual ou superior a 20% (vinte por cento) da área do imóvel.

CAPÍTULO V
Do Estudo de Impacto de Vizinhança

Art. 109 - A instalação de obra ou atividade potencialmente geradora de grandes modificações no espaço urbano e meio ambiente dependerá da aprovação do Setor de Engenharia, que deverá exigir um Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV).
Art. 110 - O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) é resultado de estudos dos impactos urbanos das atividades e empreendimento classificados com Geradores de Impacto Compatível e será analisado, em especial, quanto as seguintes questões:
I - Adensamento populacional;

II - Equipamentos urbanos e comunitários;
III - Uso e ocupação do solo;
IV - Valorização imobiliária;
V - Geração de tráfego e demanda por transporte público;
VI - Ventilação e iluminação;
VII - Paisagem urbana e patrimônio natural e cultural;
VIII - Definição das medidas mitigadoras, compensatórias dos impactos negativos, bem como daquelas potencializadoras dos impactos positivos;
IX - A potencialidade de concentração de atividades similares na área;
X - O seu potencial indutor de desenvolvimento e o seu caráter estruturante no Município;
XI - A potencialidade de geração de impactos ambientais;
§1º - Dar- se- á publicidade aos documentos integrantes do EIV, que ficarão disponíveis para consulta, no órgão competente do Poder Público Municipal, por qualquer interessado.
§2º - O Poder Executivo regulamentará, por meio de lei específica, os critérios, condições e prazos para elaboração, análise e aprovação do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV).
§3º - O Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV) deve conter todas as possíveis implicações do projeto para a estrutura ambiental e urbana, em torno do empreendimento.
§4º - De posse do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV), o Poder Público reservar- se- á o direito de avaliar o mesmo, além do projeto, e estabelecer quaisquer exigências que se façam necessárias para minorar, compensar ou mesmo eliminar os impactos negativos do projeto sobre o espaço da cidade, ficando o empreendedor responsável pelos ônus daí decorrentes.
§5º - Antes da concessão de alvará para atividades de grande porte, o interessado deverá publicar no periódico local de maior circulação um resumo do projeto pretendido, indicando a atividade principal e sua localização, que também deverá ser afixado em edital pelo órgão municipal.

Art. 111 - As atividades e empreendimento da subcategoria Geradores de Impacto serão mantidas atualizadas de acordo com estudos realizados pela Secretaria de Administração e Planejamento Municipal e aprovadas pelo ConCidade - BEI.
Parágrafo Único - Considera- se obra ou atividade potencialmente geradora de modificações urbanas, dentre outras:
I - Edificações residenciais com área computável superior a 15.000,00 m² (Quinze mil metros quadrados);
II - Edificações destinadas a outro uso, com área da projeção da edificação superior a 5.000 m² (cinco mil metros quadrados);
III - Conjuntos de habitações populares com número de unidades maior ou igual a 150 (cento e cinquenta);
IV - Parcelamentos do solo com área superior a 90.000,00 m² (noventa mil metros quadrados);
V - Parcelamentos do solo em áreas lindeiras aos cursos d'água;
VI - Cemitérios e crematórios;
VII - Exploração mineral;
VIII - Interdição temporária ou definitiva de ruas e avenidas.
Art. 112 - O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) será analisado pelo Setor de Engenharia, que emitirá parecer favorável ou não à sua aprovação. Sempre que considerar necessário, o Setor de Engenharia poderá solicitar o auxílio do Concidade-BEI, que apreciará o projeto. Nessa hipótese, será garantida a participação da população diretamente envolvida na área de abrangência da atividade ou empreendimento, por meio de Audiência Pública, a ser convocada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias em relação à reunião do Concidade-BEI.
Parágrafo Único - A Audiência Pública de que trata o caput, realizar-se- á em local público, com condições adequadas, que mais se aproxime da área onde a atividade ou empreendimento classificado como Geradores de Impacto pretenda se instalar.

Art. 113 - O Poder Executivo, baseado no Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV), poderá negar autorização para realização do empreendimento ou exigir do empreendedor, às expensas deste, as medidas atenuadoras e compensatórias relativas aos impactos previsíveis decorrentes da implantação da atividade.

Art. 114 - O Poder Executivo municipal, para eliminar ou minimizar impactos negativos a serem gerados pelo empreendimento, deverá solicitar, como condição para aprovação do projeto, alterações e complementações no mesmo, bem como a execução de melhorias na infraestrutura urbana e de equipamentos comunitários, tais como:
I - Ampliação das redes de infraestrutura urbana;
II - Área de terreno ou área edificada para instalação de equipamentos comunitários em percentual compatível com o necessário para o atendimento da demanda a ser gerada pelo empreendimento;
III - Ampliação e adequação do sistema viário, transportes e trânsito;
IV - Proteção acústica, uso de filtros e outros procedimentos que minimizem incômodos da atividade.

TÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 115 - O município promoverá a capacitação sistemática dos funcionários municipais para garantir a aplicação e a eficácia desta Lei e do conjunto de normas urbanísticas.

Art. 116 - O Executivo, após a publicação desta Lei Municipal, deverá dar provimento às medidas de implementação das diversas diretrizes que a integram, bem como de instituição dos instrumentos previstos, respeitados os prazos e procedimentos estabelecidos para cada caso.

Art. 117 - Ao Poder Executivo Municipal caberá ampla divulgação do Plano Diretor e das demais normas municipais, em particular as urbanísticas, através dos meios de comunicação disponíveis e da distribuição de cartilhas e similares, além de manter exemplares acessíveis à comunidade.

Art. 118 - Este plano e sua implementação ficam sujeitos a contínuo acompanhamento, revisão e adaptação às circunstâncias emergentes e será revisto anualmente.

Art. 119 - Após a aprovação desta Lei, será parte integrante o relatório descrição de atividades, contendo:
I - Análise da Situação atual;
II - Propostas previstas pela revisão do Plano Diretor;

Art. 120 - Os Poderes Executivo e Legislativo farão ampla divulgação do texto desta Lei, sendo que a mesma será disponibilizada em forma digital para consulta pública, podendo a mesma ser transformada em publicação em formado de livro.

Art. 121 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei Municipal de nº 76 de 15 de abril de 2010, e demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

ANEXO I
MACROZONEAMENTO – A1
https://www.boaesperancadoiguacu.pr.gov.br/atos?ano=2025&ato=5

Publicado por:
Leonira Lepchaki
Código Identificador:3DD7CE7F

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
LEI Nº 770.2025 - PERÍMETRO URBANO

LEI Nº 770 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2025.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A DELIMITAÇÃO DO PERÍMETRO DA SEDE E NÚCLEOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU – PR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Vereadores de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Givanildo Trumi, Prefeito, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º - Esta lei tem por finalidade delimitar o perímetro da área urbana da Sede de Boa Esperança do Iguaçu, Paraná, e dos demais núcleos urbanos.

Art. 2º - O território do Município de Boa Esperança do Iguaçu fica dividido, para fins urbanísticos e tributários, em zonas urbanas, zonas de expansão urbana e zonas rurais.
§1º - As áreas urbanas correspondem às áreas da Sede e dos Distritos;
§2º - A zona de expansão urbana são as áreas constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, empresas (indústria ou comércio) ou outras atividades urbanas que necessitem de ocupação e sejam legais, localizadas dentro das zonas definidas por Lei, ou de área prevista nesta Lei e já estão incorporadas ao mapa do perímetro urbano municipal, porém ainda não estão devidamente aprovadas para ocupação, mas delimitada a qual zona deverá pertencer;
§3º - A área rural corresponde à área do Município subtraída das áreas urbanas e de expansão urbana já previstas em lei e/ou aqui descritas.

Art. 3º - O Perímetro Urbano do Município de Boa Esperança do Iguaçu fica delimitado conforme memorial descritivo no Anexo I da presente Lei.
§ 1º - Segue anexo a esta lei o mapa no qual estão representados graficamente os limites do perímetro descrito no parágrafo anterior;
§ 2º - Com exceção de ampliações destinadas exclusivamente para Zonas Empresariais e Industriais (ZEI), fica vedada qualquer expansão na zona urbana do Município antes que 85% (oitenta e cinco) por cento da área do perímetro urbano seja ocupada com edificações, de acordo com o previsto na Lei de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo do Perímetro Urbano.

Art. 4º - Os mapas Perímetro Urbano da Sede e Perímetro Urbano dos Distritos farão parte integrante desta lei e não poderão ser interpretados separadamente.

Art. 5º - Qualquer divergência entre os limites dos perímetros descritos acima e os limites descritos nos mapas, prevalecerão os descritos nesta Lei.

Art. 6º - Ficam excluídas dos limites do perímetro urbano da sede do Município de Boa Esperança do Iguaçu, as áreas enquadradas na legislação federal e as com produção agropecuária ou de hortifrutigranjeiros, devidamente comprovada por laudo expedido pelo Município, após a constatação do atendimento dos seguintes requisitos:
I - Possuir no imóvel exploração vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial, com destinação comercial;
II - Apresentar ao proprietário o respectivo Bloco de Produtor Rural;
Art. 7º - Qualquer alteração e/ou expansão a ser realizada no Perímetro Urbano, após a aprovação desta lei, deverá ser realizada com a apresentação de projeto específico que apresente os seguintes requisitos:
I – Demarcação do novo perímetro urbano;
II – Delimitação dos trechos com restrições à urbanização e dos trechos sujeitos a controle especial em função de ameaça de desastres naturais;
III – Definição de diretrizes específicas e de áreas que serão utilizadas para infraestrutura, sistema viário, equipamentos e instalações públicas, urbanas e sociais;
IV – Definição de parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a promover a diversidade de usos e contribuir para a geração de emprego e renda;
V – A previsão de áreas para habitação de interesse social por meio de demarcação de zonas especiais de interesse social e de outros instrumentos de política urbana, quando o uso habitacional for permitido;
VI – Definição de diretrizes e instrumentos específicos para proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural; e
VII – Definição de mecanismos para garantir a justa distribuição dos ônus e benefícios decorrentes do processo de urbanização do território de expansão urbana e a recuperação para a coletividade da valorização imobiliária resultante da ação do poder público.
Parágrafo Único: O projeto específico de expansão do perímetro urbano deverá ser instituído por lei municipal e estar em conformidade com as diretrizes do plano diretor. A aprovação de projetos de parcelamento do solo no novo perímetro urbano ficará condicionada à existência do projeto específico e deverá obedecer às suas disposições.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei nº 77 de 15 de abril de 2010 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

ANEXO I
MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
PROPRIEDADE: PERÍMETRO URBANO
PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
MUNICÍPIO: BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
COMARCA: DOIS VIZINHOS
ÁREA: 5,6241 km²
PERÍMETRO: 13.206,459 m
DESCRIÇÃO
Inicia-se se no marco denominado **‘0=PP’**, localizado ás margens do Rio dos Micos, coordenada UTM Leste/Norte 276.961,4253 e 7.164.281,7769; Deste segue em linha reta com a distância de 472,05 metros até o marco " **1** ", coordenada UTM Leste/Norte 276.969,8292 e 7.164.753,7502; Deste segue em linha reta com a distância de 201,57 metros até o marco " **2** ", coordenada UTM Leste/Norte 277.157,8790 e 7.164.681,1735; Deste segue em linha reta com a distância de 260,47 metros até o marco " **3** ", coordenada UTM Leste/Norte 277.271,4814 e 7.164.915,5604; Deste segue pelo Córrego Veronesi, com a distância de 1.042,31 metros até o marco " **4** ", coordenada UTM Leste/Norte 278.122,7183 e 7.164.450,3287; Deste segue em linha reta com a distância de 158,38 metros até o marco " **5** ", coordenada UTM Leste/Norte 278.082,8995 e 7.164.297,0361; Deste segue em linha reta com a distância de 255,60 metros até o marco " **6** ", coordenada UTM Leste/Norte 278.249,7325 e 7.164.103,3886; Deste segue em linha reta com a distância de 124,53 metros até o marco " **7** ", coordenada UTM Leste/Norte 278.184,2947 e 7.163.997,4433; Deste segue em linha reta com a distância de 310,61 metros até o marco " **8** ", coordenada UTM Leste/Norte 278.233,3184 e 7.163.690,7258; Deste segue em linha reta com a distância de 262,14 metros até o marco " **9** ", coordenada UTM Leste/Norte 278.333,3009 e 7.163.448,4000; Deste segue em linha reta com a distância de 150,42 metros até o marco " **10** ",

coordenada UTM Leste/Norte 278.190,7838 e 7.163.400,2937; Deste segue em linha reta com a distância de 348,92 metros até o marco " **11** ", coordenada UTM Leste/Norte 278.316,1644 e 7.163.074,6833; Deste segue em linha reta com a distância de 125,17 metros até o marco " **12** ", coordenada UTM Leste/Norte 278.437,5075 e 7.163.105,4162; Deste segue em linha reta com a distância de 224,03 metros até o marco " **13** ", coordenada UTM Leste/Norte 278.661,2753 e 7.163.116,3271; Deste segue em linha reta com a distância de 356,31 metros até o marco " **14** ", coordenada UTM Leste/Norte 279.000,4356 e 7.163.007,1019; Deste segue em linha reta com a distância de 435,98 metros até o marco " **15** ", coordenada UTM Leste/Norte 279.392,6956 e 7.162.816,8020; Deste segue em linha reta com a distância de 173,67 metros até o marco " **16** ", coordenada UTM Leste/Norte 279.308,1178 e 7.162.665,1208; Deste segue em linha reta com a distância de 116,74 metros até o marco " **17** ", coordenada UTM Leste/Norte 279.409,0258 e 7.162.606,4215; Deste segue pelo Rio dos Micos, com a distância de 2.299,89 metros até o marco " **18** ", coordenada UTM Leste/Norte 277.683,5813 e 7.162.133,9009; Deste segue em linha reta com a distância de 211,33 metros até o marco " **19** ", coordenada UTM Leste/Norte 277.498,4472 e 7.162.032,4029; Deste segue em linha reta com a distância de 170,50 metros até o marco " **20** ", coordenada UTM Leste/Norte 277.336,4930 e 7.161.979,0882; Deste segue em linha reta com a distância de 311,93 metros até o marco " **21** ", coordenada UTM Leste/Norte 277.031,9482 e 7.161.911,6049; Deste segue em linha reta com a distância de 484,54 metros até o marco " **22** ", coordenada UTM Leste/Norte 276.649,5062 e 7.161.614,0806; Deste segue em linha reta com a distância de 164,96 metros até o marco " **23** ", coordenada UTM Leste/Norte 276.558,0036 e 7.161.476,8257; Deste segue em linha reta com a distância de 125,43 metros até o marco " **24** ", coordenada UTM Leste/Norte 276.527,4311 e 7.161.598,4768; Deste segue em linha reta com a distância de 186,66 metros até o marco " **25** ", coordenada UTM Leste/Norte 276.539,6257 e 7.161.784,7337; Deste segue em linha reta com a distância de 480,03 metros até o marco " **26** ", coordenada UTM Leste/Norte 276.526,7815 e 7.162.264,5934; Deste segue em linha reta com a distância de 205,33 metros até o marco " **27** ", coordenada UTM Leste/Norte 276.427,5581 e 7.162.444,3540; Deste segue em linha reta com a distância de 116,13 metros até o marco " 28 ", coordenada UTM Leste/Norte 276.435,1611 e 7.162.560,2358; Deste segue em linha reta com a distância de 30,84 metros até o marco " **29** ", coordenada UTM Leste/Norte 276.431,3108 e 7.162.590,8382; Deste segue pelo Córrego dos Micos, com a distância de 1.121,81 metros até o marco " **30** ", coordenada UTM Leste/Norte 276.947,0383 e 7.163.537,6982; Deste segue pelo Rio dos Micos, com a distância de 1.237,56 metros até o marco " **0=PP** ", marco inicial da descrição do perímetro urbano, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 5,6241 km².

ANEXO II

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO DISTRITO IGUAÇU

PROPRIEDADE: PERÍMETRO URBANO
MUNICÍPIO: BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
DISTRITO: IGUAÇU
ÁREA: 0,0787 km²
PERÍMETRO: 1.213,97 m

DESCRIÇÃO

Inicia-se se no marco denominado " **0=PP** ", localizado ás margens do Rio Iguaçu, coordenada UTM Leste/Norte 275.463,2913 e 7.169.103,5191; Deste segue em linha reta com a distância de 151,13 metros até o marco " **1** ", coordenada UTM Leste/Norte 275.441,8529 e 7.168.953,9190; Deste segue em linha reta com a distância de 186,53 metros até o marco " **2** ", coordenada UTM Leste/Norte 275.262,7959 e 7.168.901,6659; Deste segue em linha reta com a distância de 141,64 metros até o marco " **3** ", coordenada UTM Leste/Norte 275.121,2731 e 7.168.896,0231; Deste segue em linha reta com a distância de 259,19 metros até o marco " **4** ", coordenada UTM Leste/Norte 275.093,0814 e 7.169.153,6762; Deste segue pelas margens do Rio Iguaçu, com a distância de 475,50 metros até o marco " **0=PP** ", marco inicial da descrição do perímetro urbano, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 0,0787 km².

ANEXO III

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO DISTRITO OURO VERDE

PROPRIEDADE: PERÍMETRO URBANO
MUNICÍPIO: BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
DISTRITO: OURO VERDE
ÁREA: 1,2152 km²
PERÍMETRO: 6.116,311 m

DESCRIÇÃO

Inicia-se se no marco denominado " **0=PP** ", localizado ás margens do Rio Iguaçu, coordenada UTM Leste/Norte 274.168,3863 e 7.168.005,6984; Deste segue em linha reta com a distância de 426,56 metros até o marco " **1** ", coordenada UTM Leste/Norte 274.590,3564 e 7.168.068,1185; Deste segue em linha reta com a distância de 451,19 metros até o marco " **2** ", coordenada UTM Leste/Norte 274.979,8365 e 7.167.967,4086; Deste segue em linha reta com a distância de 346,73 metros até o marco " **3** ", coordenada UTM Leste/Norte 275.324,4928 e 7.168.005,2764; Deste segue em linha reta com a distância de 37,88 metros até o marco " **4** ", coordenada UTM Leste/Norte 275.362,1439 e 7.168.009,4132; Deste segue em linha reta com a distância de 360,47 metros até o marco " **5** ", coordenada UTM Leste/Norte 275.547,5543 e 7.167.568,2941; Deste segue em linha reta com a distância de 265,88 metros até o marco " **6** ", coordenada UTM Leste/Norte 275.394,5250 e 7.167.350,8619; Deste segue em linha reta com a distância de 106,24 metros até o marco " **7** ", coordenada UTM Leste/Norte 275.292,9768 e 7.167.319,6386; Deste segue em linha reta com a distância de 215,09 metros até o marco " **8** ", coordenada UTM Leste/Norte 275.156,2356 e 7.167.485,6675; Deste segue em linha reta com a distância de 131,37 metros até o marco " **9** ", coordenada UTM Leste/Norte 275.030,2767 e 7.167.522,9786; Deste segue pelas margens do Rio Iguaçu, com a distância de 200,46 metros até o marco " **10** ", coordenada UTM Leste/Norte 274.869,7716 e 7.167.618,0535; Deste segue em linha reta com a distância de 454,87 metros até o marco " **11** ", coordenada UTM Leste/Norte 274.505,0866 e 7.167.346,1883; Deste segue em linha reta com a distância de 418,87 metros até o marco " **12** ", coordenada UTM Leste/Norte 274.092,6730 e 7.167.419,4210; Deste segue em linha reta com a distância de 416,25 metros até o marco " **13** ", coordenada UTM Leste/Norte 273.818,4627 e 7.167.106,2530; Deste segue em linha reta com a distância de 96,30 metros até o marco " **14** ", coordenada UTM Leste/Norte 273.746,8354 e 7.167.041,8828; Deste segue em linha reta com a distância de 144,42 metros até o marco " **15** ", coordenada UTM Leste/Norte 273.609,7365 e 7.166.996,4880; Deste segue pelas margens do Rio Iguaçu, com a distância de 1.695,66 metros até o marco " **0=PP** ", marco inicial da descrição do perímetro urbano, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 1,2152 km².

ANEXO IV

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO DISTRITO TESSARO

PROPRIEDADE: PERÍMETRO URBANO
MUNICÍPIO: BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
DISTRITO: TESSARO
ÁREA: 0,2979 km²
PERÍMETRO: 3.239,334 m

DESCRIÇÃO

Inicia-se se no marco denominado " **0=PP** ", localizado ás margens do Rio Iguaçu, coordenada UTM Leste/Norte 270.269,6234 7.163.261,3825; Deste segue em linha reta com a distância de 249,76 metros até o marco " **1** ", coordenada UTM Leste/Norte 270.234,8751 e 7.163.014,0490; Deste segue em linha reta com a distância de 134,12 metros até o marco " **2** ", coordenada UTM Leste/Norte 270.104,8353 e 7.162.981,2219; Deste segue em linha reta com a distância de 131,09 metros até o marco " **3** ", coordenada UTM Leste/Norte 269.974,0833 e 7.162.990,5800; Deste segue em linha reta com a distância de 76,43 metros até o marco " **4** ", coordenada UTM Leste/Norte 269.897,7257 e 7.162.987,2840; Deste segue em linha reta com a distância de 120,08 metros até o marco " **5** ", coordenada UTM Leste/Norte 269.780,2931 e 7.163.012,3493; Deste segue em linha reta com a distância de 234,11 metros até o marco " **6** ", coordenada UTM Leste/Norte 269.547,4711 e 7.162.987,8242; Deste segue em linha reta com a distância de 157,78 metros até o

marco " **7** ", coordenada UTM Leste/Norte 269.391,4876 e 7.162.964,1046; Deste segue em linha reta com a distância de 223,15 metros até o marco " **8** ", coordenada UTM Leste/Norte 269.172,6039 e 7.162.920,6625; Deste segue em linha reta com a distância de 63,16 metros até o marco " **9** ", coordenada UTM Leste/Norte 269.113,8808 e 7.162.897,4187; Deste segue em linha reta com a distância de 32,05 metros até o marco " **10** ", coordenada UTM Leste/Norte 269.102,6792 e 7.162.867,3942; Deste segue em linha reta com a distância de 42,69 metros até o marco " **11** ", coordenada UTM Leste/Norte 269.100,9563 e 7.162.824,6594; Deste segue pelas margens do Rio Iguaçu, com a distância de 1.774,93 metros até o marco " **0=PP** ", marco inicial da descrição do perímetro urbano, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 0,2979 km².

ANEXO V
MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO DISTRITO LAGO AZUL
PROPRIEDADE: PERÍMETRO URBANO
MUNICÍPIO: BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
DISTRITO: LAGO AZUL
ÁREA: 0,0965 km²
PERÍMETRO: 1.713,764 m
DESCRIÇÃO
Inicia-se se no marco denominado " **0=PP** ", coordenada UTM Leste/Norte 279.383,9914 7.166.173,4487; Deste segue em linha reta com a distância de 321,84 metros até o marco " **1** ", coordenada UTM Leste/Norte 279.532,4795 e 7.165.887,9088; Deste segue em linha reta com a distância de 155,03 metros até o marco " **2** ", coordenada UTM Leste/Norte 279.686,8040 e 7.165.873,1168; Deste segue em linha reta com a distância de 153,17 metros até o marco " **3** ", coordenada UTM Leste/Norte 279.793,1403 e 7.165.762,8787; Deste segue em linha reta com a distância de 255,83 metros até o marco " **4** ", coordenada UTM Leste/Norte 279.597,4945 e 7.165.598,0390; Deste segue em linha reta com a distância de 129,63 metros até o marco " **5** ", coordenada UTM Leste/Norte 279.601,1909 e 7.165.727,6176; Deste segue em linha reta com a distância de 269,67 metros até o marco " **6** ", coordenada UTM Leste/Norte 279.332,2913 e 7.165.747,9858; Deste segue pela rodovia PR-270, com a distância de 428,59 metros até o marco " **0=PP** ", marco inicial da descrição do perímetro urbano, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 0,0965 km².

https://boaesperancadoiguacu.pr.gov.br/upload/atos/ato_5455.pdf

ANEXO VI MAPA DO PERÍMETRO URBANO DA SEDE URBANA BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
https://boaesperancadoiguacu.pr.gov.br/upload/atos/ato_5456.pdf
ANEXO VII MAPA DO PERÍMETRO URBANO DO DISTRITO IGUAÇU
https://boaesperancadoiguacu.pr.gov.br/upload/atos/ato_5457.pdf
ANEXO VIII MAPA DO PERÍMETRO URBANO DO DISTRITO OURO VERDE
https://boaesperancadoiguacu.pr.gov.br/upload/atos/ato_5458.pdf
ANEXO IX MAPA DO PERÍMETRO URBANO DO DISTRITO TESSARO
https://boaesperancadoiguacu.pr.gov.br/upload/atos/ato_5459.pdf
ANEXO X MAPA DO PERÍMETRO URBANO DO DISTRITO LAGO AZUL
https://boaesperancadoiguacu.pr.gov.br/upload/atos/ato_5460.pdf

Publicado por:
Leonira Lepchaki
Código Identificador:D42FB968

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
PORTARIA 1755.2025-20 DIAS- FERIAS FERNANDA

PORTARIA Nº 1755, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Concede férias regulares a servidora pública municipal Fernanda Soeiro da Silva, e dá outras providências.

Givanildo Trumi, prefeito do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal 12.06/2005,
RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER férias regulares de 20 (vinte) dias, no período de 23 de dezembro de 2025 a 11 de janeiro de 2026, a servidora pública abaixo relacionada:

NOME	CPF	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO
Fernanda Soeiro da Silva	113.550.159-95	Chefe divisão contabilidade	2024/2025

Art. 2° - O restante das férias acima mencionada, 10 (dez) dias serão usufruídos pela servidora em data oportuna.
Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeito em 23 de dezembro de 2025.

Gabinete do executivo municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte cinco.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Leonira Lepchaki
Código Identificador:4A4755DE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
PRIMEIRO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO CONTRATO 084/2025

PRIMEIRO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO
Contrato 084/2025
Termo Aditivo: 001/2025
Licitação: Pregão Eletrônico n° 032/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
Contratado: CAPTIVE IND E COM LTDA, ESTABELECIDA NA RUA ELIAS SCALCO, Nº 327 LUTHER KING NA CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO, ESTADO DO PARANÁ.
Objeto: Contratação de empresa para aquisição de uniformes para a Secretaria de Saúde, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital.
Prazo de Vigência: 01/01/2026 à 01/04/2026.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Data de Assinatura: 17 de dezembro de 2025.

GIVANILDO TRUMI,
Prefeito Municipal de Boa Esperança do Iguaçu.

Boa Esperança do Iguaçu, 17 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:CC602FF8

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
PRIMEIRO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO CONTRATO 135/2025

PRIMEIRO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO
Contrato 135/2025
Termo Aditivo: 001/2025
Licitação: Pregão Eletrônico n° 075/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
Contratado: BD INFORMATICA LTDA, ESTABELECIDA NA AV. TANCREDO NEVES, 1053, CENTRO, NA CIDADE DE ITÁ, ESTADO DO SANTA CATARINA.
Objeto: Contratação de empresa para eventuais e futuras aquisições de equipamentos de informática, mobiliário e digitalização para a Vigilância em Sanitária em atendimento a Secretaria de Saúde.

Prazo de Vigência: 01/01/2026 à 01/03/2026.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Data de Assinatura: 17 de dezembro de 2025.

GIVANILDO TRUMI,
Prefeito Municipal de Boa Esperança do Iguaçu.

Boa Esperança do Iguaçu, 17 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:569A08ED

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
TERMO ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA 010.2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 010/2025
Processo Adm: Nº 173/2025
Objeto: Contratação de empresa especializada para construção de 15 (quinze) unidades habitacionais localizadas no Loteamento Edita - Rua das Caliandras e Rua São Valentim na cidade de Boa Esperança do Iguaçu, com recursos do Termo de Compromisso nº 983426/2025/MCIDADES/CAIXA e próprios do Município, conforme orçamento, projetos e memoriais descritivos.

Empresas vencedoras valor total: R$ 2.639.595,12 (dois milhões, seiscentos e trinta e nove mil, quinhentos e noventa e cinco reais e doze centavos):**GODOIS CONSTRUTORA LTDA**(21.697.836/0001-67) com os lotes: 1 no valor total de R$ 2.639.595,12 (dois milhões, seiscentos e trinta e nove mil, quinhentos e noventa e cinco reais e doze centavos).

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE BOA ESPERANCA DO IGUACU, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) 14.133/2021, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU (PR), quarta-feira, 17 de dezembro de 2025.

GIVANILDO TRUMI
Autoridade Competente

EXTRATO DO CONTRATO
Número do Contrato: 175/2025.
Modalidade: Concorrência Presencial nº 010/2025.
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU.
Contratado: GODOIS CONSTRUTORA LTDA
CNPJ: 21.697.836/0001-67
Endereço do Contratado: Rua Rio Branco, 598 – Sala 03, Sagrada Família na cidade de Dois Vizinhos, Paraná.
Objeto: Contratação de empresa especializada para construção de 15 (quinze) unidades habitacionais localizadas no Loteamento Edita - Rua das Caliandras e Rua São Valentim na cidade de Boa Esperança do Iguaçu, com recursos do Termo de Compromisso nº 983426/2025/MCIDADES/CAIXA e próprios do Município, conforme orçamento, projetos e memoriais descritivos.
Valor Total: R$ 2.639.595,12 (dois milhões, seiscentos e trinta e nove mil, quinhentos e noventa e cinco reais e doze centavos
Prazo de Vigência: 12 (doze) meses partir da data de assinatura do contrato.
Prazo de Execução: 10 (dez) meses parti da emissão da Ordem de Serviço.
Data da Assinatura: 17/12/2025.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

GIVANILDO TRUMI,
Prefeito de Boa Esperança do Iguaçu.

Boa Esperança do Iguaçu/Pr, 17 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:1035ED6C

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
TERMO DE RENÚNCIA/DESISTÊNCIA CONCURSO PÚBLICO 001/2024

Eu **Jocenir Corrêa**, brasileira, portadora da carteira identidade nº 2064278373-SSP-PR, inscrita no CPF/MF n° 702.001.300-72, devidamente aprovada em Concurso Público realizado pela Prefeitura Municipal de Boa Esperança do Iguaçu-PR, Concurso Público Edital nº 001/2024 e Edital de Homologação do Resultado Final n° 010/2024, para o cargo de Enfermeira, classificada em 4° lugar, convocada pelo Edital de Chamamento n° 021/2025 publicado na data de 09/12/2025 Edição 3423 do Diário Oficial dos Municípios do Paraná e ainda na página Oficial do Município, venho através do presente do presente, apresentar expressamente **RENÚNCIA** ao cargo acima citado, que faz em caráter irretratável e irrevogável, estando ciente que fico eliminada da lista do referido concurso.

Informa ainda que esta RENÚNCIA envolve todas as fases da nomeação/posse.

Sem mais para momento, elucida-se que esta medida se dá por livre e espontânea vontade, e em decorrência de motivos de foro íntimo.

Boa Esperança do Iguaçu, 10 de dezembro de 2025

_____
JOCENIR CORRÊA

Publicado por:
Marizangela Trumi
Código Identificador:ED7A4FF5

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO
PORTARIA Nº 036, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, pelo Regimento Interno da Câmara Municipal e demais normas aplicáveis,

Considerando as comemorações alusivas ao Natal (25 de dezembro) e Ano Novo – Confraternização Universal (1º de janeiro), datas de significativa importância social, cultural e religiosa;

Considerando que, conforme disposto na Lei Orgânica Municipal, o período compreendido entre 16 de dezembro de 2025 e 14 de fevereiro de 2026 configura o recesso parlamentar;

Considerando que, durante o recesso, a demanda pelos serviços administrativos da Câmara Municipal tende a ser substancialmente reduzida, sem que haja prejuízos à continuidade das funções essenciais da instituição;

Considerando os princípios da eficiência, da economicidade e da gestão responsável dos recursos públicos, com o objetivo de otimizar as operações e proporcionar uma economia nas despesas operacionais, especialmente no que tange ao uso de pessoal e de recursos materiais durante o período de menor demanda;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer recesso funcional no âmbito da Câmara Municipal de Chopinzinho, no período de 22 de dezembro de 2025 a 02 de janeiro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Câmara Municipal de Chopinzinho, 17 de dezembro de 2025.

Registre-se e publique-se.

LÍDIA POSSO
Presidente
(Assinado digitalmente)

Publicado por:
Gezica Bertoldi
Código Identificador:DBBD6742

CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO
PORTARIA Nº 037, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto na Lei Complementar Municipal nº 068/2012, de 02 de fevereiro de 2012, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Chopinzinho,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER 10 (dez) dias de férias ao Servidor Danilo dos Santos Pinto, matrícula funcional nº 60-7, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, referente ao período aquisitivo de 03 de junho de 2024 a 02 de junho de 2025, para fruição durante o período de 05 de fevereiro de 2026 a 14 de fevereiro de 2026.

Art. 2º CONVERTER em pecúnia 10 (dez) dias de férias do Servidor Danilo dos Santos Pinto, referente ao período aquisitivo informado no art. 1º.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Chopinzinho, 17 de dezembro de 2025.

Registre-se e publique-se.

LÍDIA POSSO
Presidente
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Gezica Bertoldi
Código Identificador:42663D48

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CC 90013/2025 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

REF.: LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA nº 90013/2025

Tendo em vista o resultado do processo licitatório, na modalidade Concorrência, tipo Menor Preço Por Lote - Serviços, nº 90013/2025, e após expirado o prazo recursal, eu Álvaro Denis Ceni Scolaro, Prefeito, torno público a HOMOLOGAÇÃO do procedimento licitatório em epígrafe e a ADJUDICAÇÃO do objeto às empresas:

Empresas	Valor Total – R$
EMILIANO E BRORING CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	557.114,90

Que apresentou o menor preço.

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, autorizo a elaboração do Contrato.

É A DECISÃO.

Chopinzinho - PR, 16 de dezembro de 2025.

ÁLVARO DENIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:DFEF3114

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CC 90014/2025 - EXTRATO DO CONTRATO Nº 357/2025 - PEDREIRA SANTIAGO LTDA.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 357/2025 - PEDREIRA SANTIAGO LTDA.

CONTRATANTE: Município de Chopinzinho, situado na Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Estado do Paraná, PR, CNPJ 76.995.414/0001-60, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Álvaro Dênis Ceni Scolaro**,** portador da cédula de identidade R.G. n. º 8.124.995- 4 SESP/PR, e

CONTRATADA: Pedreira Santiago Ltda, CNPJ 77.744.134/0001-41, localizada na Rua Treze de maio, s/n – prolongamento, Município de Chopinzinho, Estado do Paraná.

OBJETO: Recape asfáltico de vias urbanas em CBUQ, 45.128,22 m², contendo serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio e sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual.

VALOR: R$ 6.666.999,00 *(seis milhões seiscentos e sessenta e seis mil novecentos e noventa e nove reais).*

PRAZO DE EXECUÇÃO: 210 dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 420 dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 17 de dezembro de 2025.

FORO: Comarca de Chopinzinho, Estado do Paraná.

Chopinzinho, 17 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:E09869A4

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CC 90014/2025 - HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
REF.: LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA nº 90014/2025

Tendo em vista o resultado do processo licitatório, na modalidade Concorrência, tipo Menor Preço Por Item - Obra Execução Indireta Preço Global, nº 90014/2025, e após expirado o prazo recursal, eu Álvaro Denis Ceni Scolaro, Prefeito, torno público a HOMOLOGAÇÃO do procedimento licitatório em epígrafe e a ADJUDICAÇÃO do objeto às empresas:

Empresas	Valor Total – R$
PEDREIRA SANTIAGO LTDA	6.666.999,00

Que apresentou o menor preço.
Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, autorizo a elaboração do Contrato.

É A DECISÃO.

Chopinzinho - PR, 17 de dezembro de 2025.

ÁLVARO DENIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:3229F09F

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 90013/2025.

Extrato do Contrato da Concorrência Eletrônica n° 90013/2025. Objeto: Contratação empresa especializada para execução de REFORMA E AMPLIAÇÃO DE QUADRA DE GRAMA SINTÉTICA E QUADRA DE AREIA, CONSOANTE PROJETOS TÉCNICOS EM ANEXO. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada: Gestão/Unidade: 06.05 DEPARTAMENTO DE ESPORTES Fonte de Recursos: 580 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO BB EFICIÊNCIA MUNICI / 641 – Convênio SEES - REFORMA E AMPLIAÇÃO MÓDU Programa de Trabalho: 2781200051.020 - Reforma, Construção e Ampliação de Estruturas do Depto de Esportes Elemento de Despesa: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA Partes: Município de Chopinzinho e: Contrato nº 356/2025 – EMILIANO E BRORING CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, Valor Total R$ 557.114,90 (quinhentos e cinquenta e sete mil, cento e quatorze reais e noventa centavos). VIGÊNCIA: 270 dias. Chopinzinho - PR, 16 de dezembro de 2025.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO –
Prefeito.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:2CA2A803

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
DECRETO - 534-2025 - ESTABILIDADE SILVIO ALVES DA ROSA

DECRETO Nº 534/2025

Concede Estabilidade. Término do Estágio Probatório.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 2.342/2022;

CONSIDERANDO o término das avaliações do Estágio Probatório e sua aprovação;

DECRETA:

Art. 1º. Tornar Estável o servidor Silvio Alves da Rosa, matrícula funcional nº 3112-0, ocupante do cargo de Agente Administrativo, nomeado em 11 de julho de 2022, por ter sido aprovado em estágio probatório, a partir de 1º de novembro de 2025.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:7F1E3CC4

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
DECRETO - 535-2025 - ESTABILIDADE SIMONE BIAVA

DECRETO Nº 535/2025

Concede Estabilidade. Término do Estágio Probatório.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 2.072/2023;

CONSIDERANDO o término das avaliações do Estágio Probatório e sua aprovação;

DECRETA:

Art. 1º. Tornar Estável a servidora Simone Biava, matrícula funcional nº 3103-0, ocupante do cargo de Agente Administrativo, nomeada em 20 de junho de 2022, por ter sido aprovada em estágio probatório, a partir de 1º de novembro de 2025.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:1A9BE764

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
DECRETO - 536-2025 - ESTABILIDADE BRUNELLI BALICO PAN

DECRETO Nº 536/2025

Concede Estabilidade. Término do Estágio Probatório.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 2.065/2023;

CONSIDERANDO o término das avaliações do Estágio Probatório e sua aprovação;

DECRETA:

Art. 1º. Tornar Estável a servidora Brunelli Balico Pan, matrícula funcional nº 2921-6, ocupante do cargo de Fonoaudiólogo, nomeada em 10 de fevereiro de 2022, por ter sido aprovada em estágio probatório, a partir de 1º de novembro de 2025.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:1864101A

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
DECRETO - 537-2025 - ESTABILIDADE JISLAINE ANDREIA DA SILVA CARDOSO

DECRETO Nº 537/2025

Concede Estabilidade. Término do Estágio Probatório.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 2.068/2023;

CONSIDERANDO o término das avaliações do Estágio Probatório e sua aprovação;

DECRETA:
Art. 1º. Tornar Estável a servidora Jislaine Andreia da Silva Cardoso, matrícula funcional nº 3069-3, ocupante do cargo de Secretário Escolar, nomeada em 1º de abril de 2022, por ter sido aprovada em estágio probatório, a partir de 1º de novembro de 2025.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:1EC4241C

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
DECRETO - 538-2025 - ESTABILIDADE MAGDA MILENE GRANDO DE CARLI

DECRETO Nº 538/2025

Concede Estabilidade. Término do Estágio Probatório.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 2.075/2023;

CONSIDERANDO o término das avaliações do Estágio Probatório e sua aprovação;

DECRETA:

Art. 1º. Tornar Estável a servidora Magda Milene Grando de Carli, matrícula funcional nº 2883-8, ocupante do cargo de Secretário Escolar, nomeada em 1º de fevereiro de 2022, por ter sido aprovada em estágio probatório, a partir de 1º de novembro de 2025.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:477E6BB4

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
DECRETO - 539-2025 - ESTABILIDADE MARCIELI CRISTINA SANTOS BONISSONI

DECRETO Nº 539/2025

Concede Estabilidade. Término do Estágio Probatório.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 2.077/2023;

CONSIDERANDO o término das avaliações do Estágio Probatório e sua aprovação;

DECRETA:

Art. 1º. Tornar Estável a servidora Marcieli Cristina Santos Bonissoni, matrícula funcional nº 2970-3, ocupante do cargo de Secretário Escolar, nomeada em 17 de fevereiro de 2022, por ter sido aprovada em estágio probatório, a partir de 1º de novembro de 2025.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:7BEDCF2C

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
DECRETO - 540-2025 - ESTABILIDADE CAMILA CANCELIER

DECRETO Nº 540/2025

Concede Estabilidade. Término do Estágio Probatório.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 2.147/2023;

CONSIDERANDO o término das avaliações do Estágio Probatório e sua aprovação;

DECRETA:
Art. 1º. Tornar Estável a servidora Camila Cancelier, matrícula funcional nº 2875-5, ocupante do cargo de Agente Administrativo, nomeada em 26 de janeiro de 2022, por ter sido aprovada em estágio probatório, a partir de 1º de novembro de 2025.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:D78D354B

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1430-2025 - FÉRIAS PAULO EGIDIO DALSASSO

PORTARIA Nº 1.430/2025

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 7.020/2025;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias de 10 (dez) dias ao servidor Paulo Egidio Dalsasso, matrícula funcional nº 2241-8, ocupante do cargo de Agente Administrativo, referente ao período aquisitivo de 01 de outubro de 2022 a 30 de setembro de 2023, para fruição de 14 a 23 de janeiro de 2026.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:81B3C835

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL 124/2025 - CONVOCAÇÃO PSS PSICÓLOGO TEMPORÁRIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 124/2025

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, a vista dos resultados finais do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Assistente Social e Psicólogo, realizado de acordo com o edital de abertura nº 080/2025,
Resolve:
TORNAR PÚBLICO:
I - A convocação dos candidatos abaixo relacionados, para assumirem o cargo para qual se habilitaram, pela ordem de classificação, dentro do limite de vagas:
Cargo: PSICÓLOGO TEMPORÁRIO

CLASSIFICAÇÃO	NOME
05º	LUCIELLE HONESKO
06º	MURILO WICHINHESKI

II – Os convocados deverão comparecer na Divisão de Recursos Humanos e Segurança do Trabalho, em **até 05 (cinco) dia úteis**, a contar da data da publicação deste Edital, no horário de expediente, para aceitar ou declarar a desistência da vaga.
III – O não comparecimento no prazo previsto neste Edital, caracterizará a desistência da vaga.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Camila Cancelier
Código Identificador:237B4821

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 1.424/2025 - NOMEIA COMISSÃO PSS ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO TEMPORÁRIO

PORTARIA Nº 1.424/2025

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e tendo em vista a realização de Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Atendente de Consultório Dentário,

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR os servidores: Talita Gabriela Winharski Blank, Josevania Nesi e Camila Cancelier para comporem a Comissão Organizadora, Executora e Julgadora do Processo Seletivo Simplificado, sob a presidência do primeiro.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

ALVARO DENIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Camila Cancelier
Código Identificador:DCD6A5D7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
4º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 1 2023

4º TERMO ADITIVO AO CONVENIO Nº 1/2023

TERMO ADITIVO AO CONVENIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, E O MUNICIPIO DE CHOPINZINHO/PR

O **MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO**, inscrito no **CNPJ sob n° 76.995.414/0001-60**,
situado na Rua Miguel Procópio Kurpel, n° 3811, Bairro São Miguel, CEP 85.560-000, na cidade de Chopinzinho/PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal ÁLVARO DENIS CENI SCOLARO, portador do RG n° 8.124.995-4 SSP/PR e inscrito no CPF sob n° 009.378.889-40, e o **MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU**, inscrito no **CNPJ sob n° 95.585.477/0001-92**, situado na Rua Frei Vito Berscheid, n° 708, CEP 85.568-000, na cidade de Saudade do Iguaçu/PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, ROGÉRIO GALLINA , portador do RG n° 4675022-5 SSP/PR e inscrito no CPF sob n° 788.204.059-20, celebram o presente TERMO DE ADITAMENTO AO CONVENIO **Nº 1/2023**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Convênio tem por objeto regular a relação entre as partes signatárias, cuja finalidade consiste em repassar recursos financeiros do MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU para o MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, destinados à Qualificação do Acesso à Urgência e Emergência nos Plantões de Sobreaviso (24 Horas), visando o apoio, complementação e ampliação de serviços de saúde, bem como o gerenciamento, controle, fiscalização e unificação dos contratos dos municípios com o prestador de serviço, para o atendimento ambulatorial de média complexidade nas especialidades de Obstetrícia e Ginecologia, Anestesiologia, Ortopedia, Pediatria e Cirurgia Geral.

CLÁUSULA SEGUNDA

Através do presente termo de aditamento as partes resolvem:

I – Prorrogar o prazo de vigência até 26/12/2026, conforme período de execução previsto no Plano de Trabalho (27/12/2025 a 26/12/2026).

II – Acrescer o valor de R$ 515.592,00 (quinhentos e quinze mil, quinhentos e noventa e dois reais), correspondente a **12 (doze) parcelas mensais de R$ 42.966,00,** conforme Plano de Aplicação e Cronograma de Desembolso estabelecidos no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

Ratificam-se as demais cláusulas e condições estabelecidas no Termo de Fomento inicial.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial do Município, correrá por conta e ônus do **MUNICÍPIO**.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Chopinzinho para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste Aditivo.

E por estarem acordados com os termos deste Aditivo, as partes firmam-no para todos os efeitos legais.

Chopinzinho, Paraná,11 de dezembro de 2025.

ROGÉRIO GALLINA
Prefeito

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Testemunhas:

Secretário(a) Municipal de Saúde de Chopinzinho: CPF n°:

Secretário(a) Municipal de Saúde de Saudade do Iguaçu: CPF n°:

Espécie: Extrato do 4º Termo de Aditivo ao Convênio nº 1/2023. Concedente: Município de Saudade do Iguaçu. Tomador: Município de Chopinzinho. Objeto: Prorrogação do Prazo de Vigência e acréscimo de Valor. Nova data de vigência: 26/12/2026. Valor total de R$ 515.592,00 Fundamento Legal: Lei 13.019. Data da assinatura: 11/12/2025. Assinam: Rogério Gallina e Álvaro Dênis Ceni Scolaro.

Publicado por:
Rodrigo Scussel
Código Identificador:F23C0E24

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 12/2025 - ASSOCIAÇÃO CHOPINZINHENSE DE VOVÔS

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 12/2025

CONCEDENTE: Município de Chopinzinho

CONVENENTE: Associação Chopinzinhense de Vovôs

OBJETO: Construção de muro externo nas duas laterais do Clube de Vovôs, incluindo preparação do terreno, assentamento de tijolos/blocos, reboco, correções estruturais, acabamento e limpeza final, conforme Plano de Trabalho aprovado.

VALOR DO REPASSE: R$ 17.710,20 (dezessete mil, setecentos e dez reais e vinte centavos).

VALOR TOTAL DA OBRA: R$ 21.507,20, sendo R$ 3.797,00 de recursos complementares da entidade.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

• Gestão/Unidade: 08.01 – Departamento Gerencial e Controle Assistencial
• Fonte de Recursos: 000 – Recursos Ordinários (livres)
• Programa de Trabalho: 0812200052.040 – Manutenção da Estrutura Administrativa da Assistência
• Elemento de Despesa: 3.3.50.43 – Subvenções Sociais
• Desdobramento: 2355 – Demais Entidades do Terceiro Setor

PRAZO DE VIGÊNCIA: até 16 de junho de 2026.

FORO: Comarca de Chopinzinho, Estado do Paraná.

Chopinzinho, 16 de dezembro de 2025.

Município de Chopinzinho – Concedente
ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO

Associação Chopinzinhense de Vovôs – Tomador
VALDIR ANTONIO TRENTIN

Publicado por:
Rodrigo Scussel
Código Identificador:FA3CC1A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO TERMO FOMENTO 18-2025 - ACODEPA

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 18/2025

CONCEDENTE: Município de Chopinzinho.

TOMADOR: ACODEPA – Associação Comunitária para Desenvolvimento de Pequenos Agricultores.

OBJETO: Estabelecer parceria entre o Município de Chopinzinho e a ACODEPA para a destinação de recursos destinados à reforma do pavilhão comunitário, compreendendo serviços de pintura interna e externa nas áreas de convivência, cozinha, corredores, banheiros e fachadas, bem como a divisão de um ambiente para criação de cozinha independente.

PRAZO FINAL VIGÊNCIA: 17 de junho de 2026.

VALOR TOTAL: R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Gestão/Unidade: 10.01 DPTO DE AGRICULTURA, PEC E ZOOTECNIA
Fonte de Recursos: 000 – Recursos Ordinários (livres)
Programa de Trabalho: 2060800062.049 – Manutenção das Atividades Agrícolas, Pecuária e Zootecnia
Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - CONTRIBUIÇÕES
Desdobramento: 2399 – DEMAIS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

FORO: Comarca de Chopinzinho, Estado do Paraná.

Chopinzinho, 17 de dezembro de 2025.

Município de Chopinzinho – Concedente
ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO

ACODEPA – Associação Comunitária para Desenvolvimento de Pequenos Agricultores – TOMADOR
VALTER SUCKOW

Publicado por:
Rodrigo Scussel
Código Identificador:45311BC8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 1.426/2025 - HORÁRIO ESPECIAL HELOISA DAL PONTE NAGINSKI

PORTARIA Nº 1.426/2025

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no

uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;
CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico nº 6.900/2025;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 75 da Lei Complementar Municipal 068/2012 – Estatuto dos Servidores;
RESOLVE:
Art. 1º. Conceder horário especial de trabalho, com regime de compensação de horas, à servidora Heloisa Dal Ponte Naginski, matrícula funcional nº 3338-2, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, para participação obrigatória de Estágio Supervisionado do Curso de Fisioterapia, de 26 de janeiro de 2026 a 10 de julho de 2026, de segunda a sexta-feira, no período vespertino.
Art. 2º. O acompanhamento, bem como o controle da compensação de horas, ficará a cargo da Secretaria de Saúde, onde a servidora encontra-se lotada.
Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

VILMARIZE BUFFON FRARON
Secretária de Saúde

Publicado por:
Camila Cancelier
Código Identificador:BC64E039

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA - 1427-2025 - AFASTAMENTO LICENÇA SAÚDE SERVIDORES CLT

PORTARIA Nº 1427/2025

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 2124/2024;

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICO que se afastaram de seus cargos para tratamento de saúde, de acordo com o Decreto nº 159/2018, de 02 de abril de 2018, os seguintes servidores:

Servidor	Matrícula	Início/Afastamento	Fim/Afastamento
Marilei Panegaz Kurpel	1543-0	31/10/2025	12/11/2025
Veroni Conceição dos Santos	3771-4	09/12/2025	13/12/2025
Marisete Moises	3814-2	15/12/2025	19/12/2025

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a lotação anterior.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Danieli Lucia Belli Petris
Código Identificador:8F90DDFA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA - 1428-2025 - AFASTAMENTO LICENÇA SAÚDE SERVIDORES TEMPORÁRIOS

PORTARIA Nº 1428/2025

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 2124/2024;

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICO que se afastaram de seus cargos para tratamento de saúde, de acordo com a lei complementar nº 089/2017, de 20 de dezembro de 2017, os seguintes servidores:

Servidor	Matrícula	Início/Afastamento	Fim/Afastamento
Raquel Maria Fernandes	3761-5	16/10/2025	29/12/2025
Giseli Rodrigues	3420-7	01/12/2025	05/12/2025
Raquel de Fatima Ramos	3446-3	06/12/2025	12/12/2025

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a lotação anterior.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Danieli Lucia Belli Petris
Código Identificador:46005C5F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA - 1429-2025 - LICENÇAS PARA TRATAR DE FAMILIARES SERVIDORES

PORTARIA Nº 1429/2025

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 2124/2025;

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICO que foram concedidas aos servidores abaixo relacionados Licenças por Motivo de Doença em Pessoa da Família, pelos períodos adiante indicados:

Servidor	Matrícula	Data Início	Data Fim
Jucelaine Cechin	3517-2	28/11/2025	07/12/2025
Jucelaine Cechin	2204-6	28/11/2025	07/12/2025

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a lotação anterior.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Danieli Lucia Belli Petris
Código Identificador:C83CFF35

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCEDIMENTO DE EXUMAÇÃO DE RESTOS MORTAIS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL JARDIM DA SAUDADE

EDITAL 01/2025
PROCEDIMENTO DE EXUMAÇÃO DE RESTOS MORTAIS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL JARDIM DA SAUDADE

O **MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO,** Estado do Paraná, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos, no uso de suas atribuições legais e, com o objetivo de disponibilizar local de sepultamento, em conformidade com o disposto

nos artigos 33 e seguintes da Lei Municipal nº 2.538/2009, que estabelece normas relativas às concessões e ao uso dos Cemitérios Municipais e dá outras providências, torna público que os familiares dos falecidos abaixo discriminados deverão comparecer, **no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação deste edital,** à Central de Óbitos, localizada na Rua Santos Dumont, nº 4645, Centro, no Município de Chopinzinho/PR, a fim de adotarem as providências necessárias relativas à exumação dos restos mortais, conforme segue:

NOME	DATA SEPULTAMENTO	LOCAL
ANTONIO MARTELI DA SILVA	15/02/2017	GAVETA nº 41
ARNALDO DE SOUZA	09/04/2019	GAVETA nº 48
AUGUSTO DUARTE CHAGAS	30/07/2013	GAVETA nº 60
BEDER DUTRA OSTEMBERG	13/12/2020	GAVETA nº 19
DARCI RODRIGUES	13/11/2016	GAVETA nº 31
EDSON GALVÃO	15/07/2011	GAVETA nº 46
GENTIL INHAIA	04/11/2018	GAVETA nº 55
IOLANDA FRANÇA	19/11/2014	GAVETA nº 35
JOCELI ALVES DE MELO	23/05/2019	GAVETA nº 39
JOSÉ ESTEVÃO DE SOUZA	07/03/2013	GAVETA nº 38
JOSÉ FLORES	28/06/2016	GAVETA nº 32
JUNIVILDE ASSIS ANDRADE	16/03/2017	GAVETA nº 64
LETICIA GIROLETTA DE TONI	05/06/2011	GAVETA n º 50
LUAN GABRIEL MOREIRA	17/08/2011	GAVETA nº 37
MARIA J. MEISTE	12/01/2015	GAVETA nº 22
MAURILIO RODRIGUES	03/04/2017	GAVETA nº 63
MIGUEL OLIVEIRA	02/2012	GAVETA nº 42
PEDRO RAMOS	07/08/2013	GAVETA nº 33
VALDEMAR CARLOS OLIVEIRA	02/02/2019	GAVETA nº 30

Na ausência de comparecimento dos familiares no prazo acima estabelecido, os restos mortais serão transferidos para os ossários.

As exumações serão efetuadas com a correta identificação dos restos mortais, possibilitando sua realocação, mediante solicitação formal da família, para local de sepultamento de sua preferência, como túmulo, capitel ou capela.

NEIDE GASPARETTO PASQUALI
Secretária Municipal de Assistência Social

MARCIANE GIELOW
Chefe da Divisão de Central de Óbitos

Publicado por:
Alana Patrícia Locatelli
Código Identificador:3E0D3961

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE - PROTOCOLO 1758-2025

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO
Protocolo Eletrônico 1758/2025

O presente documento trata da **Inexigibilidade de Chamamento Público** para a formalização de **Termo de Fomento** com a **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Chopinzinho**, inscrita no CNPJ **80.871.361/0001-42**, tendo por objeto o custeio dos proventos dos profissionais **Assistente Social e Psicóloga**, responsáveis pela execução de atendimentos ambulatoriais e ações especializadas voltadas aos alunos da instituição, conforme Plano de Trabalho apresentado.
O **caput do art. 31 da Lei nº 13.019/2014** regulamenta a inexigibilidade nos seguintes termos:
Art. 31*. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando: [...]*
Considerando:

• a **natureza singular** do objeto, que envolve atendimento especializado prestado a alunos com deficiência intelectual e múltipla;
• que a APAE de Chopinzinho é **entidade referência** no município para prestação deste tipo de serviço;
• o **Plano de Trabalho** aprovado, que prevê atendimento especializado a **136 alunos**, execução de atendimentos individuais e em grupo, conforme metas e carga horária estabelecidas no Plano de Trabalho aprovado;
• a disponibilidade orçamentária no valor de R$ 100.000,00, conforme **Emenda Parlamentar nº 20380002 – APAE – Senador Flávio Arns**, informada pela Secretaria Municipal de Finanças;
• o **parecer da Comissão Técnica** e a manifestação da Secretaria Municipal competente na instrução do processo;

E, em conformidade com o **art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014**, com o **art. 34 do Decreto Municipal nº 035/2017**, **ratifico** a **inexigibilidade de chamamento público** para a formalização de **Termo de Fomento** com a **APAE de Chopinzinho**, referente ao exercício de **2025**, no valor de **R$ 100.000,00** (cem mil reais)
A parceria tem por finalidade garantir o custeio dos proventos dos profissionais Assistente Social e Psicóloga, fundamentais para a execução dos atendimentos ambulatoriais especializados, visando o desenvolvimento biopsicossocial dos alunos, a melhoria da qualidade de vida, o fortalecimento da inclusão escolar e social e o apoio às famílias, conforme detalhado no Plano de Trabalho.
Determino que se proceda à **publicação** deste ato, conforme previsto no §1º do **art. 32 da Lei nº 13.019/2014** e no §1º do **art. 35 do Decreto Municipal nº 035/2017**.
Em seguida, **remetam-se os autos** para a formalização do Termo de Fomento e demais providências cabíveis.
Atenciosamente,

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Scussel
Código Identificador:110E43D2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO TERMO DE DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO- PROTOCOLO 1758-2025

TERMO DE DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO
Protocolo Eletrônico nº 1758/2025
A **Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Chopinzinho**, inscrita no **CNPJ nº 80.871.361/0001-42**, é parceira do Município de Chopinzinho, Estado do Paraná, para a execução de ações de atendimento especializado a alunos com deficiência intelectual e múltipla, conforme sua finalidade institucional e o Plano de Trabalho apresentado.
Considerando a necessidade de apoio institucional para garantir a continuidade dos serviços especializados prestados pela entidade, faz-se necessária a descentralização de recursos no valor de **R$ 100.000,00 (cem mil reais)** à referida organização, por meio da formalização de **Termo de Fomento**, conforme os fundamentos legais a seguir:
O **Decreto Municipal nº 035/2017**, que regulamenta, no âmbito municipal, a **Lei Federal nº 13.019/2014** – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil;
O disposto no **artigo 33, inciso IV, do Decreto Municipal nº 035/2017**, que permite a **dispensa de chamamento público para atividades vinculadas à saúde, educação ou assistência social**, executadas por organizações previamente reconhecidas e atuantes no município;
O artigo 34 do mesmo Decreto, que prevê a inexigibilidade de chamamento público nas hipóteses de inviabilidade de competição, em razão da natureza singular do objeto ou quando as metas somente puderem ser atingidas por entidade específica;
A **deliberação favorável da Comissão de Avaliação e Monitoramento**, atestando a adequação técnica da proposta e a capacidade de execução da APAE de Chopinzinho;
A **exposição de motivos apresentada pela entidade**, demonstrando que a APAE é a única organização no município com estrutura, habilitação técnica e serviços especializados para atendimento ambulatorial e assistencial de alunos com deficiência intelectual e múltipla, por meio de equipe técnica composta por Assistente Social e Psicóloga, conforme previsto no Plano de Trabalho;

A existência de dotação orçamentária específica, conforme manifestação da Secretaria Municipal de Finanças, destinada ao custeio dos proventos dos profissionais Assistente Social e Psicóloga, por meio de emenda parlamentar nº 20380002, classificada como subvenção social, conforme Plano de Trabalho aprovado.

Diante do exposto, **considera-se o Município de Chopinzinho dispensado, por inexigibilidade, da realização de chamamento público** para a celebração de **Termo de Fomento com a APAE de Chopinzinho**, tendo como objetivo o custeio dos proventos dos profissionais **Assistente Social e Psicóloga**, responsáveis pelo atendimento especializado aos alunos da instituição, conforme detalhado no Plano de Trabalho aprovado.
A decisão fundamenta-se na inviabilidade de competição, na continuidade dos serviços essenciais prestados à população atendida e no interesse público, considerando o impacto direto das ações executadas pela entidade no fortalecimento das políticas municipais de assistência social **e educação especial**..
Chopinzinho/PR, 17 de dezembro de 2025.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Municipal

CASSIA TRES
Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.

Publicado por:
Rodrigo Scussel
Código Identificador:8004500E

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 293/2025

PORTARIA Nº 293/2025
DE: 12/12/2025

SÚMULA: DESIGNA SERVIDOR (A) PARA FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONVÊNIOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, Senhor **ALEXANDRE DONATO,** no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas;

RESOLVE

Art.1º. Designar, a Servidora LETÍCIA KAMILLY DONATO, matrícula nº 1169, portador do documento de identidade RG nº 13.181.174-8 SESP PR, ocupante do cargo em comissão de Secretária Municipal de Assistência Social, para responder como Gestora de Convênios a ser firmado entre o Município de Corumbataí do Sul e a Companhia de Habitação do Paraná, no Programa Casa Fácil, modalidade Muncípios sub 25.
Art. 2º. Designar como Fiscal de Convênio a servidora LUCIANA JOSELIA MICOLAJUNAS, matrícula 420, portadora da identidade RG nº 7.540.700-9 SESP PR, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, para atuar e auxiliar na fiscalização de Convênios a ser firmado com a Companhia de Habitação do Paraná, no Programa Casa Fácil, modalidade Muncípios sub 25.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se:

Publique-se:

Cumpra-se:

PAÇO MUNICIPAL, 12 de dezembro de 2025.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:847AB17D

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA EFETIVA E O DIRETOR ADMINISTRATIVO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES/PR

PORTARIA N.º 021/2025

SÚMULA: Concede férias à servidora efetiva e o Diretor Administrativo do Poder Legislativo do Município de Enéas Marques/PR.

Sidmar Onofre, Vereador Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 71 da Lei Orgânica Municipal e artigo 98 e seus parágrafos da Lei Municipal 106/2023, de 24/10/2023 (Estatuto dos Servidores Públicos de Enéas Marques) e artigo 4º, § 2º da Lei 1129/2019, de 12/02/2019, (Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Funcionários do Poder Legislativo Municipal de Enéas Marques)

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias à servidora efetiva do Poder Legislativo Municipal, **Giuzeila Cerini Machado Watte**, RG *5. 486.9998-3*, CPF*026. 405.009-61*, ocupante do cargo de Procuradora Jurídica, e ao Diretor Administrativo da Câmara Municipal **Matheus Henrique Berkenbrock Lazzarotto**, RG nº. 9.442.302-3 *SSP/PR*, CPF/MF nº. 064.898.849-09, conforme segue:

	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FÉRIAS	Nº. DE DIAS
Giuzeila Machado Watte	02/07/2024 a 01/07/2025	05/01/2026 a 24/01/2026	20
Matheus Henrique Berkenbrock Lazzarotto	01/02/2024 a 31/01/2025	05/01/2026 a 24/01/2026	20

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário a presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Sala da Presidência da Câmara Municipal de Enéas Marques, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

SIDMAR ONOFRE
Presidente da Mesa Diretora

Registre-se e
Publique-se

Publicado por:
Janete Sozi Galo
Código Identificador:F73CF05C

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FÊNIX

CÂMARA MUNICIPAL DE FÊNIX
DECIMO TERMO ADITIVO Á CONTRATO 01/2021 DO PROCESSO LICITATÓRIO 01/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021

DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 17 DE DEZEMBRO 2025

OBJETO: Contratação de empresa fornecedora e administradora de cartão vale alimentação.

Que entre si, fazem as partes juntas e combinadas a saber de um lado como Contratante o **PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE FÊNIX**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Jangada nº 25, Centro, devidamente inscrito no CNPJ nº 72.452.345/0001-97, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal o JOAQUIM RODRIGEUS NOVO, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 44805871 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 598.573.079-49, residente e domiciliado na cidade de Fênix, Estado do Paraná, adiante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e MH ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Av. Souza Naves, nº 1060, 3º andar Sl 01, Zona 02, Município de Cianorte-PR, CEP 87200-316, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 34.180.727/0001-10, neste ato representada pelo Sr. MARCELO RODRIGUES DE OLIVEIRA, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº 3240343-3 SSP/PR e CPF nº 604987149-34, aqui denominada **CONTRATADA,** para o fornecimento/execução do objeto descrito na clausula primeira do Objeto.

CLÁUSULA PRIMEIRA:
Este Termo Aditivo tem por finalidade atualizar o valor do Contrato 01/2021, especificamente seu item nº. "3 – Benefício Auxílio alimentação direcionado a servidores efetivos", na importância global de R$ 7.020,00, referentes à: R$ saldo de 1.620,00 equivalente a atualização de 3 (três) meses de disponibilização do referido item; e R$ 5.400,00 referente a disponibilização de parcela suplementar no mês de dezembro de cada ano, ambos dispositivos previstos pela lei municipal 25/2025 de 17 de dezembro de 2025. Registra-se que a manutenção do contrato será mais vantajosa que a realização de novo certame para contratação dos serviços em questão, serviços esses que possuem natureza continuada podendo estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente, conforme previsão do Art. 57, II, da Lei 8666/93.
Parágrafo Único – Em razão de que se trata o presente Termo Aditivo, tal contrato, cujo valor total originário era de R$21.314,88 (Vinte e Hum Mil Trezentos e Quatorze Reais e Oitenta e Oito Centavos), passará para o valor global de R$ 178.371,98 (Cento e Setenta e Oito Mil trezentos e setenta e Hum Reais e Noventa e Oito Centavos), assim compostos: R$31.168,52 (Trinta e Hum Mil Cento e Sessenta e Oito Reais e Cinqüenta e Dois Centavos) referentes ao Primeiro Aditivo; R$14.880,00 (Quatorze Mil Oitocentos e Oitenta Reais) referentes ao Segundo Aditivo; R$ 48.009,24 (Quarenta e Oito Mil,Nove Reais e Vinte e Quatro Centavos) referentes ao Terceiro Aditivo; supressão de R$ 3.960,66 (Três Mil Novecentos e Sessenta Reais e Sessenta e Seis Centavos) referentes ao Quarto Aditivo; R$ 1.620,00 (hum mil seiscentos e vinte reais) referentes ao sétimo Aditivo; R$ 58.320,00 (cinquenta e Oito mil trezentos e vinte reais) referentes ao nono Aditivo e R$ 7.020,00 (sete mil e vinte ezentos e vinte reais) referentes ao nono Aditivo

CLÁUSULA SEGUNDA:
Quanto às demais cláusulas contratuais, permanecem as mesmas sem qualquer modificação.

E por estarem justos e contratados, lavram o presente Instrumento de Termo Aditivo de Contrato, que depois de lido acharam conforme e assinam, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Fênix, 17 de dezembro de 2025.

Câmara Municipal de Fênix
JOAQUIM RODRIGUES NOVO
Contratante

_____
Nome: MAURO PEREIRA DOS SANTOS
CPF: 413.374.689-91

_____
Nome: CAMILA MENEGUINI FARIAS
CPF: 338.881.478-32

Publicado por:
Edson Aparecido Teixeira
Código Identificador:A08648C2

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
397/2025

PORTARIA Nº 397/2025-RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o (a) Servidor (a), **ALINE REGINA DE LIMA**, Licença Maternidade de 180 dias conforme atestado médico, a partir de 10 de dezembro de 2025.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Com efeito retroativo a 10 de dezembro de 2025.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Fênix, 17 de dezembro de 2025.

ERIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Candido Russi
Código Identificador:B2809C7E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
INSTITUI ABONO NATALINO A SER CONCEDIDO ANUALMENTE AOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL EM PARCELA ÚNICA NO MÊS DE DEZEMBRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 27/2025

SÚMULA – Institui Abono Natalino a ser concedido anualmente aos servidores do Poder Executivo municipal em parcela única no mês de dezembro, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, após submeter à apreciação da Egrégia Câmara Municipal de Vereadores sanciona a seguinte o seguinte:

Lei:

Art. 1º - Fica instituído Abono Natalino concedido aos servidores efetivos ativos, pertencentes ao quadro de pessoal do Poder Executivo bem como aos servidores comissionados e Secretários Municipais de Fênix, nos termos que dispõe a presente Lei.
Parágrafo Único – O abono de que trata o caput deste artigo será concedido também aos profissionais do quadro do Magistério, cargos eletivos, contratados por PSS, Emprego Público e Empresas Terceirizadas.
Art. 2º - O Abono Natalino corresponderá ao valor de R$ 400,00 (QUATROCENTOS REAIS) e será pago em parcela única, para cada servidor, creditado em conta de pagamento do servidor público no mês de dezembro de cada ano.
Art. 3º - O abono não se incorporará, para quaisquer efeitos, aos vencimentos, salários e proventos, bem como sobre ele não incidirá vantagem alguma a que faça jus o servidor, vedada, assim, sua utilização, sob qualquer forma, para cálculo simultâneo que importe em acréscimo de outra vantagem pecuniária.
Parágrafo Único – Sobre o Abono Natalino não incidirá contribuições sociais e retenções, considerando-se o seu caráter único e não habitual.
Art. 4º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias.
Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 18/2020.

Paço da Prefeitura Municipal de Fênix, Estado do Paraná, aos 17 de dezembro de 2025.

EURÍPEDES MOLINA TASCA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Zaki Biff
Código Identificador:EFACB602

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES FIRMADO ENTRE O ESTADO DO PARANÁ E OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ SUBSCRITORES, COM A FINALIDADE DE FORMALIZAR A CONSTITUIÇÃO E ADEQUAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE - CIPS AOS TERMOS DO REGIME PREVISTO NA

LEI Nº 31/2025

SÚMULA: RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES FIRMADO ENTRE O ESTADO DO PARANÁ E OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ SUBSCRITORES, COM A FINALIDADE DE FORMALIZAR A CONSTITUIÇÃO E ADEQUAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE - CIPS AOS TERMOS DO REGIME PREVISTO NA LEI FEDERAL Nº. 11.107/2005 E SUA REGULAMENTAÇÃO, VOLTADO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES NA ÁREA DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, EURÍPEDES MOLINA TASCA JÚNIOR, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber a Câmara Municipal que sanciona e promulga a seguinte:
LEI
Art. 1º Fica ratificado, nos termos da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005 e seu Decreto Federal regulamentador nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, o Protocolo de Intenções firmado entre o Estado do Paraná e os Municípios do Estado do Paraná subscritores, com a finalidade de formalizar a constituição e adequação do Consórcio Intergestores Paraná Saúde - CIPS aos termos do regime previsto na Lei Federal nº 11.107/2005 e sua regulamentação, voltado ao desenvolvimento de ações na área da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
Art. 2º Após ratificação do Protocolo de Intenções, que consta do Anexo Único desta Lei, este se converterá em contrato de consórcio público, nos termos da lei.
Art. 3º O consórcio que ora se ratifica terá a personalidade jurídica de direito público, com natureza autárquica, integrando a Administração Indireta do Município para todos os efeitos legais.
Art. 4º Fica autorizada a abertura de dotação orçamentária própria para fins de cumprimento do art. 8º da Lei Federal nº 11.107/2005, que pode ser suplementada em caso de necessidade.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Fênix, 17 de dezembro de 2025.

EURÍPEDES MOLINA TASCA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Zaki Biff
Código Identificador:0608C53C

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
DECRETO Nº 119, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

DECRETO Nº 119, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Fica determinado recesso concernente às festividades de final de ano no período de 22 de dezembro de 2025 a 02 de janeiro de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS/PR, no uso de suas atribuições legais, em especial a conferida pelo artigo 61, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que é costume as repartições públicas municipais, estaduais e federais concederem recesso aos seus servidores;

DECRETA:

Art. 1º Não haverá expediente nos órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal no período de 22 de dezembro de 2025 a 02 de janeiro de 2026, em razão das festividades de final de ano. Parágrafo único. Os servidores em recesso deverão ficar à disposição do Município e se apresentar de imediato se convocados para o serviço, não fazendo jus ao recebimento de horas extraordinárias.
Art. 2º O disposto neste Decreto não afetará os serviços públicos essenciais de saúde e limpeza pública, que não admitem paralisação.
Art. 3º Este Decreto não se aplica aos servidores da Escola e CMEIs da Rede Municipal de Ensino, que dispõem de calendário próprio de atividades.
Art. 4º Ficam suspensos todos os prazos durante o período mencionado no art. 1º, sem prejuízo do percebimento de créditos tributários vincendos neste intervalo.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nossa Senhora das Graças/PR, 17 de dezembro de 2025.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:16B4AC6F

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
RECOMENDAÇÃO / ORIENTAÇÃO ADMINISTRATIVA AOS SERVIDORES QUE ATUAM NO TRANSPORTE DE PACIENTES

A Administração Municipal de Nossa Senhora das Graças, no uso de suas atribuições legais e administrativas, RECOMENDA e ORIENTA a todos os servidores que desempenham atividades relacionadas ao transporte de pacientes, especialmente motoristas e servidores de apoio, que o transporte seja realizado de forma adequada às condições de saúde de cada paciente, considerando suas limitações físicas, mobilidade reduzida, idade, grau de dependência e demais particularidades, adotando-se sempre o meio mais seguro e pertinente para cada situação.

Os servidores deverão observar rigorosamente as boas práticas de atendimento e trato com os usuários, mantendo conduta ética, respeitosa, cordial e humanizada, assegurando tratamento digno a todos os pacientes e acompanhantes, vedada qualquer forma de desrespeito, constrangimento ou discriminação.

Durante todas as etapas do serviço, desde o embarque até o desembarque, deverá ser priorizada a segurança e o bem-estar dos pacientes, com a adoção de cuidados necessários para evitar riscos à integridade física e à saúde dos usuários do serviço público.

O descumprimento das orientações ora estabelecidas poderá caracterizar infração funcional, sujeitando o servidor às medidas administrativas cabíveis, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais normas aplicáveis.

A presente recomendação possui caráter preventivo, educativo e orientativo, visando ao aprimoramento contínuo da qualidade dos serviços públicos prestados, especialmente no âmbito do transporte de pacientes e da atenção à saúde.
Esta recomendação entra em vigor na data de sua divulgação, devendo ser dada ciência a todos os servidores que atuam no transporte de pacientes, para conhecimento e fiel cumprimento.

Nossa Senhora das Graças/PR, 17 de dezembro de 2025.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:4AF5B68B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2025

O Prefeito Municipal, Clodoaldo Aparecido Rigieri, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, especialmente a Lei 14.133/21 e suas alterações legais, resolve:

CONSIDERANDO os elementos contidos no presente processo de inexigibilidade de licitação, que foi devidamente justificado, tanto pela razão da escolha do prestador de serviços, quanto pela justificativa dos preços;

CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação e qualificação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no artigo 72 da Lei Federal 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o relatório da Dispensa Eletrônica realizado pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio, conforme Art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021

CONSIDERANDO que o PARECER JURIDICO atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação;

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal 14.133/2021, AUTORIZO A DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos descritos abaixo:

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada para Locação de Palco, Som, Iluminação Profissional, Painel de LED e Gerador Móvel de Energia em razão das festividades do Natal Encantado do município de Nossa Senhora das Graças/PR, mediante recursos oriundos da Secretaria de Turismo (Governo do Estado do Paraná), conforme especificações e quantidades definidas neste instrumento.

CONTRATADA: M BANA ROSSI PRODUÇÕES LTDA
CNPJ: 28.116.944/0001-48
VALOR: R$ 30.900,00 (TRINTA MIL E NOVECENTOS REAIS).
VIGÊNCIA: 12 MESES

VALOR TOTAL: R$ 30.900,00 (TRINTA MIL E NOVECENTOS REAIS).

Reduzido	Exercício	Programática	Fonte	Descrição
527	2025	08006133920011281533903900000	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial de Nossa Senhora das Graças/PR.
Nossa Senhora das Graças/PR, 17 de DEZEMBRO de 2025

Cordialmente,

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Teixeira Costa
Código Identificador:41BBB4C0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2025

O Prefeito Municipal, Clodoaldo Aparecido Rigieri, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, especialmente a Lei 14.133/21 e suas alterações legais, resolve:

CONSIDERANDO os elementos contidos no presente processo de inexigibilidade de licitação, que foi devidamente justificado, tanto pela razão da escolha do prestador de serviços, quanto pela justificativa dos preços;

CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação e qualificação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no artigo 72 da Lei Federal 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o relatório da Dispensa Eletrônica realizado pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio, conforme Art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021

CONSIDERANDO que o PARECER JURIDICO atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação;

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal 14.133/2021, AUTORIZO A DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos descritos abaixo:

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada em Produtora Artística e Geral para Organização de Eventos em razão das festividades do Natal Encantado do município de Nossa Senhora das Graças/PR, mediante recursos oriundos da Secretaria de Turismo (Governo do Estado do Paraná), conforme especificações e quantidades definidas neste instrumento.

CONTRATADA: M BANA ROSSI PRODUÇÕES LTDA
CNPJ: 28.116.944/0001-48
VIGÊNCIA: 12 MESES

VALOR TOTAL: R$ 4.000,00 (quatro mil reais)

Reduzido	Exercício	Programática	Fonte	Descrição
527	2025	08006133920011281533903900000	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial de Nossa Senhora das Graças/PR.
Nossa Senhora das Graças/PR, 17 de DEZEMBRO de 2025

Cordialmente,

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Teixeira Costa
Código Identificador:B9BD94D6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PE 48/2025

Processo Administrativo n° 104/2025
Processo Digital n° 519/2025
Pregão Eletrônico do tipo menor preço Global
Edital n.º 48/2025

O Município de **Nossa Senhora das Graças**, Estado do Paraná, por intermédio do seu **Prefeito Municipal**, Senhor **Clodoaldo aparecido Rigieri,** no uso de suas atribuições legais, **torna público**, para conhecimento dos interessados, que o **Pregão Eletrônico nº 48/2025**, realizado no dia **03 de dezembro de 2025**, às **09h00**, cujo objeto foi a **contratação de serviços de pedreiro, servente de pedreiro, pintor, auxiliar de serviços gerais e gari**, a serem executados **sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra**, para atender às demandas da **Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos**, foi declarado ***FRACASSADO***.

Na referida sessão, constatou-se o **credenciamento de 14 (quatorze) empresas**. Contudo, no momento destinado à apresentação da **documentação de habilitação**, bem como da **proposta reajustada acompanhada da planilha de composição de custos**, **nenhuma das empresas manifestou interesse em prosseguir no certame**, sob a justificativa de que **os valores estimados no edital não seriam suficientes para cobrir os custos da contratação, tampouco assegurar margem de lucro**, inviabilizando a execução do objeto nas condições inicialmente previstas.

Diante desse cenário, e em observância aos princípios da **legalidade, eficiência, economicidade e interesse público**, foi realizada **nova pesquisa de preços**, com o objetivo de apurar o **valor real de mercado**, adequando o orçamento estimado às condições praticadas, conforme dispõe a **Lei nº 14.133/2021**.

Assim, informa-se que o **edital será republicado**, com os **devidos ajustes**, a fim de viabilizar a ampla competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Oportunamente, será dada ampla publicidade à nova licitação, nos meios oficiais e nos sistemas eletrônicos pertinentes.

Nossa Senhora das Graças/PR, 17 de dezembro de 2025.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:AB7D62BD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 65/2025

Ref: Dispensa de Licitação 26/2025
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças – Estado do Paraná – com sede à Praça Nilson Batista Ribas, 131, centro, inscrito no CNPJ: 76.970.300/0001-65, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor Clodoaldo Aparecido Rigieri.

CONTRATADA: J R T COMERCIO DE COMBUSTÍVEL LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 24.731.040/0001-71, sediado(a) na AV PREFEITO ANTÔNIO RUTILIO RIBAS FERREIRA, nº 188; CEP: 86.680-000 em Nossa Senhora das Graças/PR, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por JOÃO ROBERTO LOPES, conforme atos constitutivos da empresa.

OBJETO: Contratação de empresa, em caráter EMERGENCIAL, para fornecimento de combustível (Diesel S10) e (Gasolina Comum) para abastecimento dos veículos oficiais, máquinas e equipamentos pertencentes à frota do Município de Nossa Senhora das Graças/PR para um período de 60 (sessenta dias) dias, utilizando como critério o MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO sobre o PREÇO MÉDIO DA TABELA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO - ANP, vigente na semana, conforme especificações e quantidades definidas neste instrumento.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6 – 02.001.02.061.0000.2.202. 3.3.90.30.00.00-1000 MATERIAL DE CONSUMO.
15 – 02.001.04.122.0002.2.201. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
23 – 02.001.04.124.0002.2.203. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
28-02.002.05.153.0015.2.204. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
39 – 03.001.04.122.0003.2.301. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
40 – 3.001.04.122.0003.2.301. 3.3.90.30.00.00 1510 MATERIAL DE CONSUMO.
41 – 3.001.04.122.0003.2.301. 3.3.90.30.00.00 1511 MATERIAL DE CONSUMO.
59 – 03.003.04.122.0003.2.303. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
70 – 03.004.04.122.0003.2.304. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
78 – 04.001.04.129.0003.2.401. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
91 – 04.002.04.122.0003.2.403. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
100 – 04.003.04.123.0003.2.404. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
109 – 05.001.26.782.0004.2.502. 3.3.90.30.00.001000 MATERIAL DE CONSUMO.
118 - 05.001.26.782.0004.2.504. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
128 -06.001.15.452.0005.2.601. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
129 – 06.001.15.452.0005.2.601. 3.3.90.30.00.00 1504 MATERIAL DE CONSUMO.
130 – 06.001.15.452.0005.2.601. 3.3.90.30.00.00 1510 MATERIAL DE CONSUMO.
131 – 06.001.15.452.0005.2.601. 3.3.90.30.00.00 1511 MATERIAL DE CONSUMO.
132 – 06.001.15.452.0005.2.601. 3.3.90.30.00.00 1512 MATERIAL DE CONSUMO.
150 – 06.001.15.452.0005.2.602. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
155 – 06.001.15.452.0005.2.603. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
156 – 06.001.15.452.0005.2.603. 3.3.90.30.00.00 1507 MATERIAL DE CONSUMO.
165 – 06.001.15.452.0006.2.604. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
181 – 07.001.10.122.0007.2.701. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
182 – 07.001.10.122.0007.2.701. 3.3.90.30.00.00 1303 MATERIAL DE CONSUMO.
202 – 07.001.10.301.0007.2.705. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
203 – 07.001.10.301.0007.2.705. 3.3.90.30.00.00 1303 MATERIAL DE CONSUMO.
204 – 07.001.10.301.0007.2.705. 3.3.90.30.00.00 1494 MATERIAL DE CONSUMO.
219 – 07.001.10.301.0007.2.705. 3.3.90.30.00.00 1494 MATERIAL DE CONSUMO.
220 – 07.001.10.301.0007.2.708. 3.3.90.30.00.001495 MATERIAL DE CONSUMO.
223 – 07.001.10.301.0007.2.711. 3.3.90.30.00.00 1494 MATERIAL DE CONSUMO.
224 – 07.001.10.301.0007.2.711. 3.3.90.30.00.00 1495 MATERIAL DE CONSUMO.
238 – 07.001.10.301.0007.2.715. 3.3.90.30.00.00 1494 MATERIAL DE CONSUMO.
248 – 07.001.10.301.0007.2.717. 3.3.90.30.00.00 1303 MATERIAL DE CONSUMO.
249 – 07.001.10.301.0007.2.717. 3.3.90.30.00.00 1494 MATERIAL DE CONSUMO.
250 – 07.001.10.301.0007.2.717. 3.3.90.30.00.00 1495 MATERIAL DE CONSUMO.
253 – 07.001.10.301.0007.2.718. 3.3.90.30.00.00 1303 MATERIAL DE CONSUMO.
263 – 07.001.10.301.0007.2.723. 3.3.90.30.00.001303 MATERIAL DE CONSUMO.
264 – 07.001.10.301.0007.2.723. 3.3.90.30.00.00 1494 MATERIAL DE CONSUMO.
279-07.001.10.301.0007.2.724. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.

280 – 07.001.10.301.0007.2.724. 3.3.90.30.00.00 1303 MATERIAL DE CONSUMO.
281 – 07.001.10.301.0007.2.724. 3.3.90.30.00.00 1494 MATERIAL DE CONSUMO.
313 – 07.001.10.303.0007.2.713. 3.3.90.30.00.00 1303 MATERIAL DE CONSUMO.
314 – 07.001.10.303.0007.2.713. 3.3.90.30.00.00 1494 MATERIAL DE CONSUMO.
315 – 07.001.10.303.0007.2.713. 3.3.90.30.00.00 1495 MATERIAL DE CONSUMO.
328 – 07.001.10.303.0007.2.719. 3.3.90.30.00.00 1303 MATERIAL DE CONSUMO.
340 – 07.001.10.303.0007.2.725. 3.3.90.30.00.00 1303 MATERIAL DE CONSUMO.
354 – 07.001.10.304.0000.2.709. 3.3.90.30.00.00 1303 MATERIAL DE CONSUMO.
368 – 07.001.10.304.0000.2.709. 3.3.90.30.00.00 1303 MATERIAL DE CONSUMO.
369 – 07.001.10.304.0000.2.722. 3.3.90.30.00.00 1494 MATERIAL DE CONSUMO.
385 – 08.001.12.122.0000.2.801. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
386 - 08.001.12.122.0000.2.801. 3.3.90.30.00.00 1103 MATERIAL DE CONSUMO.
387 – 08.001.12.122.0000.2.801. 3.3.90.30.00.00 1104 MATERIAL DE CONSUMO.
404 – 08.001.12.361.0010.2.806. 3.3.90.30.00.00 1102 MATERIAL DE CONSUMO.
419 – 08.001.12.361.0010.2.807. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
420 – 08.001.12.361.0010.2.807. 3.3.90.30.00.00 1103 MATERIAL DE CONSUMO.
421 – 08.001.12.361.0010.2.807. 3.3.90.30.00.00 1104 MATERIAL DE CONSUMO.
440 – 08.002.12.365.0010.2.804. 3.3.90.30.00.00 1102 MATERIAL DE CONSUMO.
456 – 08.002.12.365.0010.2.819. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
457 – 08.002.12.365.0010.2.819. 3.3.90.30.00.00 1103 MATERIAL DE CONSUMO.
469 – 08.002.12.365.0010.2.819. 3.3.90.30.00.00-1000 MATERIAL DE CONSUMO.
470 – 08.003.12.366.0010.2.817. 3.3.90.30.00.001103 MATERIAL DE CONSUMO.
483 – 08.004.12.367.0010.2.818. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
484 – 08.004.12.367.0010.2.818. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
490 – 08.005.12.361.0010.2.809. 3.3.90.30.00.00 1107 MATERIAL DE CONSUMO.
507 – 08.005.12.361.0010.2.812. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
508 – 08.005.12.361.0010.2.812. 3.3.90.30.00.00 1103 MATERIAL DE CONSUMO.
509 – 08.005.12.361.0010.2.812. 3.3.90.30.00.00 31111 MATERIAL DE CONSUMO.
510 – 08.005.12.361.0010.2.812. 3.3.90.30.00.00 31116 MATERIAL DE CONSUMO.
521 – 08.006.13.392.0011.2.813. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
525 - 08.006.13.392.0011.2.815. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
528 – 08.006.13.392.0011.2.816. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
532 – 08.006.13.392.0011.2.822. 3.3.90.30.00.00 1063 MATERIAL DE CONSUMO.
542 – 09.001.27.812.0012.2.903. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
551 – 10.001.23.691.0013.2.102. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
559 – 11.001.20.605.0014.2.114. 3.3.90.30.00.001000 MATERIAL DE CONSUMO.
567 – 11.001.20.608.0014.2.113. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
570 – 11.002.18.541.0018.2.116. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
576 – 12.001.17.512.0017.2.122. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
589 – 13.001.08.245.0008.2.131. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
590 – 13.001.08.245.0008.2.131. 3.3.90.30.00.00 1934 MATERIAL DE CONSUMO.
601 – 13.002.08.243.0009.6.132. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
608 - 13.002.08.243.0009.6.136. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
612 –13.003.08.244.0008.2.140. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
615 – 13.003.08.244.0008.2.141. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
616 – 13.003.08.244.0008.2.141. 3.3.90.30.00.00 1940 MATERIAL DE CONSUMO.
621 – 13.003.08.244.0008.2.142. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
622 – 13.003.08.244.0008.2.142. 3.3.90.30.00.00 1934 MATERIAL DE CONSUMO.
627 – 13.003.08.244.0008.2.143. 3.3.90.30.00.001000 MATERIAL DE CONSUMO.
633 – 13.003.08.245.0008.2.133. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
638 – 13.003.08.245.0008.2.135. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
651 – 13.003.08.245.0008.2.138. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
652–13.003.08.245.0008.2.138. 652 3.3.90.30.00.00 1934 MATERIAL DE CONSUMO.
656 – 13.003.08.245.0008.2.139. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
657 – 13.003.08.245.0008.2.139. 3.3.90.30.00.00 1934 MATERIAL DE CONSUMO.
664 – 13.005.08.241.0008.2.137. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
672 – 14.001.06.182.0000.2.145. 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.
678 – 07.001.10.301.0007.2.705. 3.3.90.30.00.00 3494 MATERIAL DE CONSUMO.
681 – 07.001.10.301.0007.2.711. 3.3.90.30.00.00 3494 MATERIAL DE CONSUMO.
683 – 07.001.10.301.0007.2.717. 3.3.90.30.00.00 3494 MATERIAL DE CONSUMO.
685 – 07.001.10.301.0007.2.724. 3.3.90.30.00.00 3494 MATERIAL DE CONSUMO.
687 – 07.001.10.303.0007.2.719. 3.3.90.30.00.003494 MATERIAL DE CONSUMO.
689 – 07.001.10.304.0000.2.709. 3.3.90.30.00.00 3495 MATERIAL DE CONSUMO.
691 – 07.001.10.304.0000.2.722. 3.3.90.30.00.00 3495 MATERIAL DE CONSUMO
703 – 07.001.10.303.0007.2.713. 3.3.90.30.00.00 3495 MATERIAL DE CONSUMO.
714 – 08.002.12.365.0010.2.819. 3.3.90.30.00.00 30044 MATERIAL DE CONSUMO.
721. 13.001.08.245.0008.2.131. 3.3.90.30.00.00 31962 MATERIAL DE CONSUMO.

VALOR TOTAL: R$ 305.812,65 (TREZENTOS E CINCO MIL OITOCENTOS E DOZE REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 60 DIAS (contados da data de assinatura do contrato

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 17 de dezembro de 2025

FORO: Comarca de Santa Fé – estado do Paraná.

Nossa Senhora das Graças - PR, 17 de dezembro de 2025.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Teixeira Costa
Código Identificador:6105DA1A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO QUALITATIVO AO CONTRATO N° 44/2025

ESPÉCIE: Prestação de serviços.
REF.: Pregão nº33/2025.
PARTES: Município de Nossa Senhora das Graças e a empresa Buskcipa Segurança E Medicina Do Trabalho Ltda.
CNPJ: 19.994.574/0001-50.

DO OBJETO : O presente termo tem por objeto a inclusão de item ao contrato n°44/2025 oriundo do Pregão eletrônico n°33/2025 que teve por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos na área de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, de modo a elaborar, cumprir, coordenar e executar os itens abaixo descritos, de acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e legislações pertinentes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, visando atender, pelo período de 12 (doze) meses, as demandas da Prefeitura Municipal e da Câmara Municipal de Nossa Senhora das Graças/PR, cujos servidores encontram-se distribuídos em diversos setores administrativos, operacionais e assistenciais.

DO VALOR: Com o acréscimo de item ao contrato, o valor global da contratação passará de R$60.900,00(sessenta mil e novecentos reais) para R$ 76.125,00 (setenta e seis mil, cento e vinte e cinco reais) . Sendo assim o presente termo aditivo tem o valor de **R$15.225,00(quinze mil duzentos e vinte e cinco reais)** perfazendo o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) conforme tabela abaixo:
As partes acordam que o serviço objeto deste contrato será prestado de forma esporádica, ou seja, somente quando houver efetiva necessidade, a ser previamente acordada entre as partes. O pagamento será devido exclusivamente quando a prestação de serviços for requisitada, sendo a quantia correspondente determinada de acordo com o valor previamente estabelecido para cada evento de prestação de serviços, conforme a natureza e a extensão dos serviços a serem executados.
O CONTRATANTE se compromete a efetuar o pagamento pelos serviços prestados de forma proporcional à demanda, respeitando os valores acordados entre as partes. Caso não haja solicitação de serviços, não será devido nenhum pagamento.

Item	Descrição	Quantidade Aditivada	Valor Unitário	Valor total
3	LTCAT EXTEMPORÂNEO • Levantamento e análise de documentos históricos relacionados às atividades desenvolvidas no período solicitado; • Avaliação dos agentes ambientais presentes nos setores analisados, conforme normas técnicas e legislação previdenciária; • Aplicação de metodologia de reconstrução técnica das condições de trabalho para períodos pretéritos; • Emissão dos respectivos LTCAT extemporâneos, em conformidade com o Decreto nº 3.048/1999 e demais normativas aplicáveis; • Entrega dos laudos dentro do prazo acordado entre as partes. • Análise documental, entrevistas, avaliação técnica e emissão dos laudos conforme legislação aplicável;	20	R$761,25	R$15.225,00

DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 17 de dezembro de 2025.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaella Vitória Pereira Gomes
Código Identificador:29C33439

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 602/2025

O Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Conceder 1/3º de férias, referentes a 11 (onze) dias já desfrutados em conformidade com a portaria nº 337/2025 ao servidor abaixo relacionado:

- ANDRÉ VINICIUS LADISLAU, matrícula nº **470** – Referentes ao exercício: 03/11/2023 à 02/11/2024.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças,
Aos 16 dias do mês de dezembro do ano de 2025.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Aparecido Marquetti
Código Identificador:7F8C7638

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 606/2025

O Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Conceder 05 (cinco) dias de férias restantes em conformidade com a portaria nº 291/2025, à servidora abaixo relacionada:

- FRANCILENE BENEDITA LUZ BOSELLI - matrícula nº 787 – Referentes ao exercício: 2022/2024.

Período de férias: 05/01/2026 à 09/01/2026.
Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças,
Aos 17 dias do mês de dezembro do ano de 2025.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Aparecido Marquetti
Código Identificador:50B7A1C2

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 607/2025

O Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Conceder 15 (quinze) dias de férias restantes em conformidade com a portaria nº 419/2025, à servidora abaixo relacionada:

- ELIZÂNGELA MORENO GARCIA, matrícula nº 1279 – Referentes ao exercício: 03/06/2024 à 02/06/2025.

Período de férias: 05/01/2026 à 19/01/2026.
Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças,
Aos 17 dias do mês de dezembro do ano de 2025.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Aparecido Marquetti
Código Identificador:38B441B6

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 608/2025

O Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Conceder 15 (quinze) dias de férias à servidora abaixo relacionada:

- DENISE RIBEIRO LUNHANI, matrícula nº 1225 – Referentes ao exercício: 20/05/2024 à 19/05/2025.
- Ficando 15 (quinze) dias de férias a desfrutar posteriormente conforme Lei 1177/2025.

Período de férias: 06/01/2026 à 20/01/2026.
Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças,
Aos 17 dias do mês de dezembro do ano de 2025.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Aparecido Marquetti
Código Identificador:258B78D5

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 609/2025

Dispõe sobre a constituição da Comissão de Avaliação para Progressão Funcional dos integrantes do GOMPMEF.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 18 da Lei Municipal nº 1.178, de 09 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Avaliação responsável pela análise dos documentos necessários à efetivação da progressão funcional por avanço vertical e horizontal dos integrantes do GOMPMEF.

Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes servidores municipais:

Presidente: Juliana Marchioreto Iani
Membros:
I - Marcos Teixeira Costa,
II - Helen Verling Barbosa Scabello,
III - Gabriel Adão Vieira e
IV - Eliane Diniz Martins

Art. 3º Compete à Comissão analisar os requerimentos e documentos apresentados, emitindo parecer conclusivo individualizado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, aos 17 dias do mês de dezembro de 2025.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cananor Mariano de Almeida Junior
Código Identificador:346D4DC9

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

CAMARA DE VEREADORES
EXTRATO – SEGUNDO TERMO ADITIVO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2023;

EXTRATO – SEGUNDO TERMO ADITIVO
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2023;

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº. 06/2023 – SITE INSTITUCIONAL DA CÂMARA DE VEREADORES.
FORNECEDOR: ZION SYSTEM - LTDA CNPJ: 40.912.824/0001-52.
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO JORGE D´OESTE – PR.
VALOR - R$ 4.068,00 (Quatro Mil e Sessenta e Oito Reais)
VIGÊNCIA: 01/01/2026 a 31/12/2026
DATA DA ASSINATURA: 16/12/2025.

ROSANE FÁTIMA LOTTI
Presidente do Legislativo Municipal de São Jorge D'Oeste - Paraná

Publicado por:
Leandro Pagliari Jacobs
Código Identificador:B006DB1F

CAMARA DE VEREADORES
HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO AO RECURSO ADMINSITRATIVO

HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO AO RECURSO ADMINSITRATIVO
Pregão Presencial nº 02/2025 – Câmara Municipal de São Jorge D'Oeste – PR
Processo nº 02/2025
Recorrente: EDUCAR MÓVEIS LTDA
Recorridas: PERFLEX, META X e RUDIMAR
Relator: Leandro Pagliari Jacobs, Agente de Contratação.

À vista do Relatório, Fundamentação e Voto apresentados pelo Agente de Contratação, LEANDRO PAGLIARI JACOBS, no âmbito do Recurso Administrativo interposto pela empresa EDUCAR MÓVEIS LTDA, e considerando:

• Que o recurso foi devidamente conhecido e analisado;
• Que restou demonstrada a inexistência de vícios insanáveis ou prejuízo à isonomia, à competitividade e ao julgamento objetivo do certame;
• Que as exigências editalícias essenciais foram cumpridas pelas licitantes, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
• Que os atos praticados observaram os princípios da legalidade, vinculação ao edital, razoabilidade, autotutela administrativa e interesse público;

HOMOLOGO, para todos os fins legais, a **DECISÃO QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO**, mantendo-se íntegros e válidos os atos praticados no Pregão Presencial nº 02/2025, em especial:

• A habilitação das empresas PERFLEX e RUDIMAR;
• A classificação da empresa META X;
• E a continuidade regular do procedimento licitatório.

Determina-se o prosseguimento do certame, com as providências administrativas subsequentes, nos termos da legislação vigente.
Publique-se.
Cumpra-se.

São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná. 17 de dezembro de 2025.

ROSANE FÁTIMA LOTTI
Presidente da Câmara de Vereadores

Publicado por:
Leandro Pagliari Jacobs
Código Identificador:FB9B6751

CAMARA DE VEREADORES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 02/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

A Presidente da Câmara de Vereadores de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, resolve: Homologar e Adjudicar a presente licitação nos seguintes termos.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2025 – Processo nº 02/2025.

OBJETO:Aquisição de bens móveis, compreendendo assentos, mesas e demais itens correlatos, destinados ao mobiliário interno da futura sede da Câmara Municipal de Vereadores de São Jorge D'Oeste, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas alterações. Decreto Federal nº. 11.462/2023 e Decreto Municipal nº. 3.927/2023; Lei Complementar nº. 123/2006 e suas alterações. Instrução Normativa SEGES 73/2022 e legislação complementar.

EMPRESAS VENCEDORAS – MENOR PREÇO POR ITEM.

Item 01 e 03 –RUDIMAR COPELLI & FILHO LTDA, inscrita no CNPJ n.º **82.079.260/0001-69;** Item 01: R$ 580,00, Total: R$ 187.340,00 ; Item 03: R$ 1.330,00, Total: R$ 2.660,00. **Total Geral: R$ 190.000,00.**
Item 02 –PERFLEX MÓVEIS LTDA, inscrita no CNPJ n.º **06.718.646/0001-95;** Item 02: R$ 400,00, Total: R$ 8.000,00; **Total Geral: R$ 8.000,00.**

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 198.000,00 (Cento e Noventa e Oito Mil Reais)

São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, 17 de Novembro de 2025.

ROSANE FÁTIMA LOTTI
Presidente da Câmara de Vereadores.

LEANDRO PAGLIARI JACOBS
Diretor Administrativo da Câmara de Vereadores.

Publicado por:
Leandro Pagliari Jacobs
Código Identificador:EA158110

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 122/2025

EXTRATOS PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

Contrato	**Nº 122/2025 Pregão/N°. 76/2025**
Contratante	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº. **76.995.380/0001-03**
Contratada	METALURGICA FREITAS LTDA- CNPJ nº. 05.852.250/0001-73
Objeto	**Aquisição de EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, com recursos oriundos do Convênio MAPA nº 918866/2021, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de São Jorge D'Oeste/PR.**
Valor	R$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais)
Prazo de execução	12 (doze) meses, até 17/12/2026
Prazo de vigência	até 17/12/2026
Data assinatura	São Jorge D´Oeste/Pr, 17/12/2025

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:158891FA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 123/2025

EXTRATOS PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

Contrato	**Nº 123/2025 Pregão/N°. 76/2025**
Contratante	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº. **76.995.380/0001-03**
Contratada	AGRICULTE - INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA.- CNPJ nº. 11.097.671/0001-39
Objeto	**Aquisição de EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, com recursos oriundos do Convênio MAPA nº 918866/2021, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de São Jorge D'Oeste/PR.**
Valor	R$ 72.000,00 (Setenta e Dois Mil Reais)
Prazo de execução	12 (doze) meses, até 17/12/2026
Prazo de vigência	até 17/12/2026
Data assinatura	São Jorge D´Oeste/Pr, 17/12/2025

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:CF3A49A0

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90073/2025 - PROCESSO Nº 336/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O prefeito municipal de São Jorge D' Oeste - PR, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, resolve: Homologar e Adjudicar a presente licitação nos seguintes termos.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90073/2025 - PROCESSO Nº 336/2025.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a futura e/ou eventual aquisição de materiais de expediente, para uso e aplicação nos postos de trabalho administrativos, escolas, posto de saúde, e em outros locais usados pelos agentes públicos enquanto parte integrante da Administração Pública do Município de São Jorge D'Oeste/PR.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, Decreto Federal nº 11462/2023 e Decreto Municipal nº 3927/2023; Lei Complementar n. º 123/2006 e suas alterações, Instrução Normativa SEGES 73/2022 e legislação complementar.

EMPRESA VENCEDORA – MENOR PREÇO POR ITEM.

1 – BELINKI & SOUZA LTDA - 08.831.603/0001-47. Item: 1 – R$ 48,00; 5 – R$ 2,89; 9 – R$ 5,99; 10 – R$ 3,41; 17 – R$ 24,00; 18 – R$ 34,00; 20 – R$ 4,50; 25 – R$ 15,99; 34 – R$ 25,80; 39 – R$ 14,57; 43 – R$ 1,99; 44 – R$ 1,99; 45 – R$ 1,99; 48 – R$ 2,98; 52 – R$ 4,49; 53 – R$ 57,00; 54 – R$ 1,99; 55 – R$ 18,00; 57 – R$ 12,77; 59 – R$ 0,95; 60 – R$ 27,00; 61 – R$ 29,00; 63 – R$ 33,00; 64 – R$ 1,80; 67 – R$ 78,00; 69 – R$ 1,69; 70 – R$ 54,00; 71 – R$ 13,84; 72 – R$ 22,00; 73 – R$ 26,00; 74 – R$ 120,00; 77 – R$ 19,00; 78 – R$ 10,00; 83 – R$ 3,20; 84 – R$ 4,95; 86 – R$ 12,00; 96 – R$ 2,90; 122 – R$ 2,50; 123 – R$ 2,50; 124 – R$ 59,00; 127 – R$ 7,70; 138 – R$ 1,25; 139 – R$ 1,70; 140 – R$ 12,00; 141 – R$ 28,00; 157 – R$ 9,00; 158 – R$ 11,30; 160 – R$ 21,00; 161 – R$ 2,16; 162 – R$ 5,99; 166 – R$ 4,90; 167 – R$ 4,90; e 172 – R$ 7,20. **VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 38.016,83 (Trinta e oito mil e dezesseis reais e oitenta e três centavos).**

2 - GRAFICA BAIXADA LTDA - 00.330.949/0001-50. Item: 2 – R$ 69,90; e 3 – R$ 4,98. **VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 22.455,00 (Vinte e dois mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais).**

3 - ROSTECA - COMERCIO DE APARELHOS ELETRONICOS LTDA - 05.621.193/0001-11. Item: 4 – R$ 7,00; 13 – R$ 2,79; 16 – R$ 17,39; 28 – R$ 3,75; 29 – R$ 12,00; 30 – R$ 14,50; 37 – R$ 11,90; 46 – R$ 3,79; 51 – R$ 5,00; 58 – R$ 1,80; 75 – R$ 74,00; 88 – R$ 24,00; 97 – R$ 13,90; 106 – R$ 3,00; 107 – R$ 3,50; 114 – R$ 2,60; 125 – R$ 17,99; 126 – R$ 12,69; 134 – R$ 14,00; 137 – R$ 120,00; 159 – R$ 6,50; 163 – R$ 9,00; e 165 – R$ 3,80. **VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 20.873,30 (Vinte mil, oitocentos e setenta e três reais e trinta centavos).**

4 - A & H SOLUCOES INTEGRADAS LTDA - 10.607.722/0002-43. Item: 11 – R$ 8,95; 12 – R$ 0,97; 15 – R$ 5,50; 21 – R$ 12,84; 23 – R$ 57,99; 24 – R$ 30,76; 26 – R$ 79,00; 27 – R$ 24,00; 31 – R$ 18,80; 33 – R$ 10,79; 35 – R$ 5,24; 36 – R$ 32,64; 40 – R$ 1,76; 41

– R$ 1,76; 42 – R$ 1,76; 47 – R$ 25,20; 56 – R$ 1,35; 65 – R$ 16,39; 66 – R$ 26,91; 76 – R$ 237,00; 79 – R$ 11,99; 80 – R$ 4,50; 81 – R$ 2,40; 82 – R$ 2,49; 85 – R$ 4,00; 89 – R$ 3,89; 90 – R$ 14,90; 91 – R$ 224,91; 92 – R$ 34,99; 93 – R$ 6,99; 94 – R$ 10,27; 95 – R$ 41,00; 98 – R$ 1,70; 99 – R$ 1,76; 100 – R$ 1,76; 101 – R$ 2,00; 102 – R$ 2,00; 103 – R$ 2,00; 104 – R$ 2,59; 105 – R$ 2,64; 108 – R$ 4,41; 109 – R$ 4,89; 110 – R$ 7,00; 111 – R$ 8,00; 112 – R$ 1,99; 113 – R$ 2,00; 121 – R$ 3,80; 128 – R$ 0,43; 129 – R$ 13,99; 130 – R$ 9,95; 131 – R$ 10,17; 132 – R$ 19,69; 133 – R$ 15,97; 135 – R$ 26,89; 136 – R$ 2,99; 148 – R$ 23,99; 149 – R$ 23,99; 150 – R$ 60,99; 164 – R$ 38,73; 168 – R$ 46,01; 169 – R$ 46,01; 170 – R$ 52,01; 171 – R$ 4,84; 173 – R$ 31,99; 174 – R$ 9,00; e 175 – R$ 18,00. **VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 62.082,18 (Sessenta e dois mil e oitenta e dois reais e dezoito centavos).**

São Jorge D'Oeste-PR, 17 de dezembro de 2025.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Mario Augusto Sangaletti
Código Identificador:2AD94F96

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CRAS DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE, PARA O PERÍODO DE 2026 À 2029.

RESOLUÇÃO CMAS Nº 05/2025

Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Assistência Social do Município de São Jorge D'Oeste, para o período de 2026 à 2029.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS** do Município de São Jorge D'Oeste, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), pela Lei Municipal nº 330/2009, e pelo seu Regimento Interno.
CONSIDERANDO que a Assistência Social é política pública de seguridade social, não contributiva, conforme o art. 203 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 8.742/1993 – LOAS, especialmente quanto à competência dos Conselhos de Assistência Social para deliberar sobre a política de assistência social;
CONSIDERANDO a Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS, que estabelece o planejamento como instrumento fundamental da gestão do SUAS;
CONSIDERANDO as deliberações da Conferência Municipal de Assistência Social;
CONSIDERANDO que o Plano Municipal de Assistência Social foi apresentado, analisado e discutido em reunião do CMAS;
CONSIDERANDO a deliberação do plenário do CMAS em reunião realizada em 11 de dezembro de 2025.
RESOLVE:
Art. 1º APROVAR o Plano Municipal de Assistência Social – PMAS do Município de São Jorge D'Oeste, com vigência para o período de 2026 a 2029.
Art. 2º O Plano Municipal de Assistência Social aprovado deverá orientar o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação da Política Municipal de Assistência Social, em consonância com o Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Jorge D'Oeste, 17 de dezembro de 2025.

BEATRIZ ORDINA
Presidente doConselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Publicado por:
Eliane Teresinha Gattini Ferreira
Código Identificador:D1F2859B

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
ANEXO 2 DA LEI 4.320-64 - NATUREZA DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS - NOVEMBRO DE 2025

Estado do Parana	**Natureza da Despesa Segundo as Categorias Economicas**			
Camara Municipal de Saudade do Iguacu	**Novembro de 2025 - Despesa Paga - Consolidacao Geral**			
Unidade Gestora.....: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES				
Codigo	**Especificacao**	**Desdobramento**	**Grupo de Natureza da Despesa**	**Natureza da Despesa**
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			159.451,71
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			144.115,90
3.1.90.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS		144.115,90	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	127.536,22		
3.1.90.13.00.00.00	CONTRIBUICOES PATRONAIS	16.579,68		
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			15.335,81
3.3.90.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS		15.335,81	
3.3.90.14.00.00.00	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	548,29		
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	997,64		
3.3.90.37.00.00.00	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	3.150,00		
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU	1.937,33		
3.3.90.40.00.00.00	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E C	5.432,50		
3.3.90.46.00.00.00	AUXILIO-ALIMENTACAO	3.000,00		
3.3.90.93.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	270,05		
Total Geral				159.451,71
Resumo				
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	144.115,90		
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.335,81		
	Total DESPESAS CORRENTES	159.451,71		
	TotalGeral	159.451,71		
CARLOS NEI NICHELLE		***DIEGO TRINDADE***		
Contador		Presidente do Poder Legislativo		
CRC/PR 031573/O-5				
FONTE: GOVBR - Execucao Orcamentaria e Contabilidade Publica, 12/Dez/2025, 16h e 14m.				

Publicado por:
Adriano Faust
Código Identificador:00E3749D

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
DECRETO Nº 08/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

Estabelece Ponto Facultativo na Câmara Municipal.

O Presidente da Câmara Municipal de Saudade do Iguaçu/PR, **DIEGO TRINDADE**, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, inciso I, alínea "q", do Regimento Interno, bem como do disposto no art. 108, § 2º, inciso XII, do mesmo diploma regimental e,

CONSIDERANDO *que o período legislativo ordinário finda-se em 15 de dezembro de cada ano, conforme estabelece o art. 76 do Regimento Interno;*

CONSIDERANDO *a necessidade de organização do calendário administrativo da Casa, permitindo o adequado encerramento das atividades do exercício de 2025 e preparação para o exercício de 2026;*

CONSIDERANDO *a relevância de harmonizar as atividades legislativas com o período festivo de final de ano, respeitando tradições familiares e sociais consolidadas;*

CONSIDERANDO *que a declaração de ponto facultativo não compromete o funcionamento dos serviços essenciais nem o atendimento de demandas urgentes, preservando-se a capacidade de ação da Presidência;*

CONSIDERANDO *o princípio da eficiência administrativa, que recomenda a racionalização do trabalho público em períodos de menor demanda processual;*

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo no âmbito da Câmara Municipal de Saudade do Iguaçu, nos seguintes dias:

• 19 de dezembro de 2025 (sexta-feira);
• 22 de dezembro de 2025 (segunda-feira);
• 23 de dezembro de 2025 (terça-feira);
• 24 de dezembro de 2025 (quarta-feira);
• 26 de dezembro de 2025 (sexta-feira);
• 29 de dezembro de 2025 (segunda-feira);
• 30 de dezembro de 2025 (terça-feira);
• 31 de dezembro de 2025 (quarta-feira);
• 02 de janeiro de 2026 (sexta-feira).

Art. 2º Durante o ponto facultativo todos os serviços administrativos da Câmara Municipal ficam suspensos, salvo em caso de convocação extraordinária ou por determinação expressa da Presidência da Casa para atendimento de demandas urgentes e inadiáveis.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 17 dias do mês de dezembro do ano de 2025.

DIEGO TRINDADE
Presidente do Poder Legislativo

Publicado por:
Adriano Faust
Código Identificador:E4B56CCF

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 244/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

DECRETO Nº. 244/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município do ano de 2025.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de acordo com a Lei Municipal nº. 1.657, de 16 de dezembro de 2025:

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Saudade do Iguaçu, para o exercício de 2025, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), nas dotações que seguem:

CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR:

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Compromisso com a Educação
Ação: 2.026 – Manutenção do Ensino Fundamental
Fonte: 103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
Despesa: 319013 – Contribuições Patronais
Valor em R$: 20.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 365 – Educação Infantil
Programa: 08 – Compromisso com a Educação
Ação: 2.025 – Manutenção da Educação Infantil Pre-Escola
Fonte: 103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 60.000,00

Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Unidade: 07.02 – Fundo Municipal de Meio Ambiente
Função: 18 – Gestão Ambiental
Sub-função: 542 – Controle Ambiental
Programa: 21 – Preservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
Ação: 2.056 – Serviços de Coleta de Lixo
Fonte: 504 – Outros Royalties e Compensações Financeiras
Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Valor em R$: 70.000,00

Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Unidade: 08.01 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Função: 15 – Urbanismo
Sub-função: 452 – Serviços Urbanos
Programa: 22 – Acessibilidade e Cidade Limpa
Ação: 2.022 – Serviços do Departamento de Urbanismo
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 339037 – Locação de Mão-de-Obra
Valor em R$: 25.000,00

Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Unidade: 08.01 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Função: 15 – Urbanismo
Sub-função: 452 – Serviços Urbanos
Programa: 22 – Acessibilidade e Cidade Limpa
Ação: 2.022 – Serviços do Departamento de Urbanismo
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 339037 – Locação de Mão-de-Obra
Valor em R$: 45.000,00

TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR R$ 220.000,00

Art. 2º - Como recursos para a abertura dos créditos previstos no artigo anterior, o Executivo Municipal utilizar-se-á do excesso de arrecadação de receitas, e da anulação de dotações orçamentárias, conforme definido no art. 43, § 1º, II e III, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, e a seguir especificado:

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:

Natureza da Receita: 1.7.1.2.50.0.1.00.00
Descrição: Cota Parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos - Principal
Fonte de Recurso: 504 – Outros Royalties e Compensações Financeiras
Valor Excesso de Arrecadação R$: 70.000,00

TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO R$ 70.000,00.

ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Compromisso com a Educação
Ação: 2.026 – Manutenção do Ensino Fundamental
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 20.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 365 – Educação Infantil
Programa: 08 – Compromisso com a Educação
Ação: 2.025 – Manutenção da Educação Infantil Pre-Escola
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)

Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 60.000,00

Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Unidade: 08.01 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Função: 15 – Urbanismo
Sub-função: 452 – Serviços Urbanos
Programa: 22 – Acessibilidade e Cidade Limpa
Ação: 2.022 – Serviços do Departamento de Urbanismo
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 25.000,00

Órgão: 12.00 - Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo
Unidade: 12.01 - Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo
Função: 22 – Indústria
Sub-função: 661 – Promoção Industrial
Programa: 17 – Avança Saudade do Iguaçu na Geração de Emprego e Renda
Ação: 1.012 – Construção de Barracões Industriais
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 449051 – Obras e Instalações
Valor em R$: 45.000,00

TOTAL DE ANULAÇÕES R$ 150.000,00.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, 17 de dezembro de 2025.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:5BF24C25

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 245/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

DECRETO Nº. 245/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

Abre Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária anual para 2025 – Transposição de Recursos.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de acordo com o art. 35 da Lei Municipal nº. 1.595, de 28 de outubro de 2024.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Saudade do Iguaçu para o exercício de 2025, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) destinados ao reforço das dotações orçamentárias a seguir especificadas:

Órgão: 13.00 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
Unidade: 13.01 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
Função: 13 – Cultura
Sub-função: 392 – Difusão Cultural
Programa: 10 - Esporte, Cultura e Lazer em Desenvolvimento
Ação: 2.030 – Promoção e Incentivo as Atividades Culturais
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 339030 – Material de Consumo
Valor em R$: 5.000,00

Órgão: 13.00 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
Unidade: 13.01 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
Função: 13 – Cultura
Sub-função: 392 – Difusão Cultural
Programa: 10 - Esporte, Cultura e Lazer em Desenvolvimento
Ação: 2.030 – Promoção e Incentivo as Atividades Culturais
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídicarial de Consumo
Valor em R$: 10.000,00

TOTAL DE SUPLEMENTAÇÕES R$ 15.000,00.

Art. 2º - Como recursos para a abertura do crédito previsto no artigo anterior, o Executivo Municipal utilizar-se-á da transposição de recursos em conformidade com o art. 167, inciso VI da constituição Federal e conforme previsto no art. 35 da lei nº. 1.595, de 28 de outubro de 2024 (LDO 2025), através da redução das despesas orçamentárias a seguir especificadas:

Órgão: 13.00 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
Unidade: 13.01 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
Função: 27 – Desporto e Lazer
Sub-função: 812 – Desporto Comunitário
Programa: 10 - Esporte, Cultura e Lazer em Desenvolvimento
Ação: 2.029 – Promoção e Incentivo as Atividades Esportivas e de Lazer
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 15.000,00

TOTAL DE RECURSOS TRANSPOSTOS R$ 15.000,00.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, 17 de dezembro de 2025.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:B9F0A6CA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 35/2025 - PMSI

MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU/PR
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 35/2025-PMSI

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para desenvolvimento das atividades de todas as secretarias na realização de cursos, fornecimento de lanches nos encontros com famílias, crianças, adolescentes, gestantes e idosos, bem como para realização das oficinas, reuniões e eventos.

VALOR MÁXIMO TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 14.297,42 (quatorze mil duzentos e noventa e sete reais e quarenta e dois centavos).
DATA DA SESSÃO: 29/12/2025.
HORÁRIO DA FASE DE LANCES: Das 9h30min às 10h30min.
LOCAL: www.bll.org.br "**Acesso Identificado** no link – licitações". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E MAIORES INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu - **Setor de Licitações**, localizada na Rua Frei Vito Berscheid, nº 708 - Centro - CEP: 85.568-000, TEL: 0800 090 6545 – ramal 212, e-mail: compras@saudadedoiguacu.pr.gov.br

Saudade do Iguaçu, 17 de dezembro de 2025.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:DB654C37

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2025 - PMSI

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2025

Processo Adm: Nº 101/2025
Objeto: Registro de Preços para aquisição futura e eventual de peças e serviços para manutenção de motosserras e roçadeiras do setor de urbanismo do município, para
atender a secretaria de Obras, Viação e Urbanismo.
Empresas vencedoras valor total: R$ 160.199,64 (cento e sessenta mil e cento e noventa e nove reais e sessenta e quatro centavos): BRAXPARK MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
LTDA (33366168000174) com os lotes: 19, 20 no valor total de R$ 9.739,49 (nove mil e setecentos e trinta e nove reais e quarenta e nove centavos). 54.045.261 GISIANE
EICHELBERGER DOS SANTOS (54045261000157) com os lotes: 3, 6, 8, 10, 11, 12 no valor total de R$ 9.537,92 (nove mil e quinhentos e trinta e sete reais e noventa e dois
centavos). A. LUZZA MATERIAIS ELETRICOS - ME (26380227000101) com os lotes: 1, 7, 9, 13, 14 no valor total de R$ 116.962,44 (cento e dezesseis mil e novecentos e sessenta
e dois reais e quarenta e quatro centavos). ESTILMAR MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA (04282070000130) com os lotes: 2 no valor total de R$ 7.000,00 (sete mil reais).
SANITOP COMERCIAL LTDA (53710803000104) com os lotes: 4, 5 no valor total de R$ 3.366,91 (três mil e trezentos e sessenta e seis reais e noventa e um centavos). P.F
MEOTTI LICITACOES LTDA (34133591000197) com os lotes: 15, 16, 17, 18 no valor total de R$ 13.592,88 (treze mil e quinhentos e noventa e dois reais e oitenta e oito
centavos).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUACU, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei n° 14.133/21, Art. 28, inc. I, e suas
alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

SAUDADE DO IGUAÇU (PR), quarta-feira, 17 de dezembro de 2025

ROGERIO GALLINA
Autoridade Competente

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:CFE09638

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 141/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 141/2025

PROCESSO Nº 536/2025

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 91/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ABATIÁ-PR, Estado do Paraná, com sede à Avenida João Carvalho de Mello, nº 135, centro, inscrito no CNPJ nº 75.743.567/0001-57, neste ato representado pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sônia Aparecida de Souza Chaves, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.303.448-2 e do CPF/MF nº 447.258.179-53, e

CONTRATADA: ARMED SEGURANÇA PRIVADA LTDA, inscrita no CNPJ nº 51.821.439/0001-16.

OBJETO: A prestação de serviços de brigadistas para o dia 31 de dezembro de 2025, no Calçadão José Luiz dos Santos, Rua Elói Pereira, s/n, centro, Abatiá/PR, em comemoração ao Show da Virada.
VALOR TOTAL: R$ 4.080,00 (quatro mil e oitenta reais).
VIGÊNCIA: 18/12/2025 a 17/02/2026.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:877BF523

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 142/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 142/2025

PROCESSO Nº 536/2025

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 91/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ABATIÁ-PR, Estado do Paraná, com sede à Avenida João Carvalho de Mello, nº 135, centro, inscrito no CNPJ nº 75.743.567/0001-57, neste ato representado pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sônia Aparecida de Souza Chaves, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.303.448-2 e do CPF/MF nº 447.258.179-53, e

CONTRATADA: ARMED SEGURANÇA PRIVADA LTDA, inscrita no CNPJ nº 51.821.439/0001-16.

OBJETO: A prestação de serviços de segurança para o dia 31 de dezembro de 2025, no Calçadão José Luiz dos Santos, Rua Elói Pereira, s/n, centro, Abatiá/PR, em comemoração ao Show da Virada.
VALOR TOTAL: R$ 5.638,80 (cinco mil seiscentos e trinta e oito reais e oitenta centavos).
VIGÊNCIA: 18/12/2025 a 17/02/2026.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:B859940D

SAMAE - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE ABATIÁ
1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 003/2025 - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2025

CONTRATANTE: SAMAE DE ABATIA/PR
CONTRATADO: LICITA LEX LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA
O objeto do presente Termo Aditivo consiste no acréscimo de 22,60% dos preços contratuais ao Contrato sob número 002/2025, nos termos do Art. 124, inciso I, alínea "b" e Art. 125 da Lei 14.133/2024, passando dos atuais **R$ 12.843,00** (doze mil, oitocentos e quarenta e três reais) para **R$ 15.745,52** (quinze mil, setecentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), alterando a quantidade de **900** quilos para **1.100** quilos.

CLÁUSULA SEGUNDA
Ficam mantidas as demais cláusulas do contrato original.

Abatiá – Paraná, 17 de dezembro de 2025

WILLIAN CUSTÓDIO NOGUEIRA
Contratante

LORENA APARECIDA DE SOUZA GIROTO LICITA LEX LTDA
Contratada

Publicado por:
Rafael Peixoto Martins
Código Identificador:E8B52F71

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS

LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 249/2025 EXTRATO DE ADITIVO DE VALOR DO CONTRATO Nº 119/2025 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2025

RESOLUÇÃO Nº 249/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS
Estado do Paraná

EXTRATO DE ADITIVO DE VALOR DO CONTRATO Nº 119/2025
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2025
TIPO: Menor Preço Global
OBJETO: Contratação de Empresa de Engenharia para Realização de Modernização da Estrutura de Iluminação do Campo Central, localizado na Av. Marechal Mascarenhas de Morais, s/n, Centro – Adrianópolis/Pr, com Instalação de novo Sistema, bem como retirada da Estrutura existente e o Remanejamento para o Campo do Bairro Porto Novo, situado na Rua Daniel do Prado Miranda, s/n, Porto Novo – Adrianópolis / Pr
CONTRATADA: MULTIPLUS TECNOLOGIA LTDA
VALOR ADITADO: R$ 10.402,58 (dez mil, quatrocentos e dois reais e cinquenta e oito centavos)

Adrianópolis, 17 de dezembro de 2025.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tales Henrique Farias Zamierwski
Código Identificador:0AF8B810

LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 250/2025 EXTRATO DE CONTRATO Nº 171/2025 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025

RESOLUÇÃO Nº 250/2025
PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS
Estado do Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº 171/2025
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025
OBJETO: Aquisição de Painel de Captura de Imagem Digital de Raios-X para atender às demandas de modernização dos serviços de diagnóstico por imagem do Município de Adrianópolis, cujos valores foram contemplados pela Resolução 1428/2023
Prazo para entrega e instalação: 30 (trinta) dias a partir de 15/12/2025
CONTRATADA: LOTUS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
VALOR: R$ 79.800,00 (Setenta e nove mil e oitocentos reais).

Adrianópolis, 17 de dezembro de 2025.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Tales Henrique Farias Zamierwski
Código Identificador:7070AA95

LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 251/2025 EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 158/2024 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2024

RESOLUÇÃO Nº 251/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS
Estado do Paraná

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 158/2024
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2024
CONTRATADA: **BONTORIN TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES LTDA**
OBJETO: Locação de Veículos e Equipamentos para manutenção das estradas do Município de Adrianópolis, solicitada pela Secretaria Municipal de Transporte.
PRAZO: 12(doze) meses a partir de 19/12/2025

Adrianópolis, 17 de dezembro de 2025.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tales Henrique Farias Zamierwski
Código Identificador:DE92A8A4

PODER LEGISLATIVO - CÂMARA
EDITAL Nº 016/2025

SANDRO JUNIOR DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Adrianópolis-PR, usando de suas atribuições legais....

CONVOCA à todos os Vereadores para a 12ª Sessão Extraordinária que será realizada no dia 18/12/2025 (quinta-feira) às 18:00 horas nesta Casa de Leis.

PAUTA DA SESSÃO: 2º APRESENTAÇÃO E DELIBERAÇÃO DOS PROJETOS DE LEI Nº 096, 097, 098, 099, 100, 101, 102, 103, 104 E 105/2025, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS REQUERIMENTOS Nº 021 E 022/2025, VOTAÇÃO DA ATA DA 19º SESSÃO ORDINÁRIA.

PROJETO DE LEI Nº 096/2025 Súmula: "Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento - Programa vigente, no valor de R$ 13.000,00 (treze mil reais.), e dá outras providências."
PROJETO DE LEI Nº 097/2025 Súmula: "Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento - Programa vigente, no valor de R$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais.), e dá outras providências."

PROJETO DE LEI Nº 098/2025 Súmula: "Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento - Programa vigente, no valor de R$ 863.729,30 (oitocentos e sessenta e três mil, setecentos e vinte e nove reais e trinta centavos), e dá outras providências."

PROJETO DE LEI Nº 099/2025 Súmula: "Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento - Programa vigente, no valor de R$ 1.646.645,42 (um milhão seiscentos e quarenta e seis mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e quarenta e dois centavos.), e dá outras providências"

PROJETO DE LEI Nº 100/2025 Súmula: "Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento - Programa vigente, no valor de R$ 957.000,00 (novecentos e cinquenta e sete mil reais.), e dá outras providências"

PROJETO DE LEI Nº 101/2025 Súmula: "Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento - Programa vigente, no valor de R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais.), e dá outras providências".

PROJETO DE LEI Nº 102/2025 Súmula: "Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Adrianópolis para o quadriênio de 2026 à 2029 – PPA".

PROJETO DE LEI Nº 103/2025 Súmula: "LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2026 - "Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026 e dá outras providências."

PROJETO DE LEI Nº 104/2025 Súmula: "Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município, para o exercício de 2026 -LOA."

PROJETO DE LEI Nº 105/2025 Súmula: "Autoriza o Poder Executivo Municipal de Adrianópolis-PR a aderir ao Regime Especial de Pagamento Parcelado de Precatórios de natureza trabalhista e débitos previdenciários, na forma da Emenda Constitucional n° 136/2025, e dá outras providências."

REQUERIMENTO Nº 021/2025: Requer a imediata abertura do processo administrativo para confecção das Carteiras de Identidade Funcional dos vereadores desta Legislatura, conforme Lei Federal nº 13.862/2019.

REQUERIMENTO Nº 022/2025: Que seja encaminhado este presente requerimento ao Excelentíssimo senhor Prefeito Municipal,

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, para que preste esclarecimentos acerca do Portal da Transparência do município de Adrianópolis/PR, com fundamento legal no Regimento Interno desta Casa Legislativa e nas Leis Federais supracitadas.

ATA DA 19º SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2025.

Adrianópolis-PR, 17 de dezembro de 2025

SANDRO JUNIOR DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Juarez Tiago do Amaral da Fonseca
Código Identificador:392BFDE9

PODER LEGISLATIVO - CÂMARA
EDITAL Nº 017/2025

SANDRO JUNIOR DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Adrianópolis-PR, usando de suas atribuições legais....

CONVOCA a todos os Vereadores para a 13ª Sessão Extraordinária que será realizada no dia 18/12/2025 (quinta-feira) às 19:30 horas nesta Casa de Leis.

PAUTA DA SESSÃO: 2º DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS PROJETOS DE LEI Nº 096, 097, 098, 099, 100, 101, 102, 103, 104 E 105/2025.

PROJETO DE LEI Nº 096/2025 Súmula: "Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento - Programa vigente, no valor de R$ 13.000,00 (treze mil reais.), e dá outras providências."

PROJETO DE LEI Nº 097/2025 Súmula: "Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento - Programa vigente, no valor de R$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais.), e dá outras providências."

PROJETO DE LEI Nº 098/2025 Súmula: "Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento - Programa vigente, no valor de R$ 863.729,30 (oitocentos e sessenta e três mil, setecentos e vinte e nove reais e trinta centavos), e dá outras providências."

PROJETO DE LEI Nº 099/2025 Súmula: "Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento - Programa vigente, no valor de R$ 1.646.645,42 (um milhão seiscentos e quarenta e seis mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e quarenta e dois centavos.), e dá outras providências"

PROJETO DE LEI Nº 100/2025 Súmula: "Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento - Programa vigente, no valor de R$ 957.000,00 (novecentos e cinquenta e sete mil reais.), e dá outras providências"

PROJETO DE LEI Nº 101/2025 Súmula: "Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento - Programa vigente, no valor de R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais.), e dá outras providências"

PROJETO DE LEI Nº 102/2025 Súmula: "Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Adrianópolis para o quadriênio de 2026 à 2029 – PPA

PROJETO DE LEI Nº 103/2025 Súmula: LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2026 - "Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026 e dá outras providências."

PROJETO DE LEI Nº 104/2025 Súmula: "Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município, para o exercício de 2026 -LOA."

PROJETO DE LEI Nº 105/2025 Súmula: "Autoriza o Poder Executivo Municipal de Adrianópolis-PR a aderir ao Regime Especial de Pagamento Parcelado de Precatórios de natureza trabalhista e débitos previdenciários, na forma da Emenda Constitucional N° 136/2025, e dá outras providências."

Adrianópolis-PR, 17 de dezembro de 2025

SANDRO JUNIOR DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Juarez Tiago do Amaral da Fonseca
Código Identificador:01377D15

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO NOVO FUNDEB

RESOLUÇÃO CACS - FUNDEB Nº 24, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre Aprovação da Prestação de Contas do PNATE referente ao 5º Bimestre do exercício de 2025 dos Recursos do FUNDEB, no Município de Agudos do Sul, Estado do Paraná.

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB do Município de Agudos do Sul – CACS FUNDEB, constituído com base na Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 e Lei Municipal n.º 1056 de 08 de março de 2021 e pelo Decreto Municipal nº 186/2022, de 21 de dezembro de 2022 e em atendimento nas deliberações tomadas na Plenária do Conselho do FUNDEB em 17 de dezembro de 2025

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Prestação de Contas do 5°Bimestre referente aos meses de setembro à outubro exercício de 2025 do PNATE, no Município de Agudos do Sul – Pr;

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Agudos do Sul, 17 de dezembro de 2025.

EVA TUMISKI
Presidente do FUNDEB

Publicado por:
Mislene de Jesus Oliveira
Código Identificador:BEDF398D

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO NOVO FUNDEB

RESOLUÇÃO CACS - FUNDEB Nº 25, DE 17 de DEZEMBRO de 2025.

Dispõe sobre Aprovação da Prestação de Contas do 5° Bimestre ETI Escola em Tempo Integral de 2025 dos Recursos do FUNDEB, no Município de Agudos do Sul, Estado do Paraná.

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB do Município de Agudos do Sul – CACS FUNDEB, constituído com base na Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 e Lei Municipal n.º 1056 de 08 de março de 2021 e pelo Decreto Municipal nº 186/2022, de 21 de DEZEMBRO de 2022 e em atendimento nas deliberações tomadas na Plenária do Conselho do FUNDEB em 17 de DEZEMBRO de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Prestação de Contas ETI Escola em Tempo Integral dos recursos do FUNDEB do município de Agudos do Sul, Estado do Paraná, demonstrativos referentes a setembro à outubro de 2025 do 5° Bimestre;

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Agudos do Sul, 17 de dezembro de 2025

EVA TUMISKI
Presidente do FUNDE

Publicado por:
Mislene de Jesus Oliveira
Código Identificador:7E914C18

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO NOVO FUNDEB

RESOLUÇÃO CACS - FUNDEB Nº 26, de 17 de DEZEMBRO de 2025.

Dispõe sobre Aprovação da Prestação de Contas Apoio a Creche referente ao e 5° Bimestre do exercício de 2025 dos Recursos do FUNDEB, no Município de Agudos do Sul, Estado do Paraná.

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB do Município de Agudos do Sul – CACS FUNDEB, constituído com base na Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 e Lei Municipal n.º 1056 de 08 de março de 2021 e pelo Decreto Municipal nº 186/2022, de 21 de dezembro de 2022 e em atendimento nas deliberações tomadas na Plenária do Conselho do FUNDEB em 17 de DEZEMBRO de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Prestação de Contas Apoio a Creche relativa aos demonstrativos do 5° Bimestre de setembro e outubro do exercício de 2025 dos recursos do FUNDEB do município de Agudos do Sul, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Agudos do Sul, 17 de dezembro de 2025.

EVA TUMISKI
Presidente do FUNDEB

Publicado por:
Mislene de Jesus Oliveira
Código Identificador:BBC347E4

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO NOVO FUNDEB

RESOLUÇÃO CACS - FUNDEB Nº 27, de 17 de DEZEMBRO de 2025.

Dispõe sobre Aprovação da Prestação de Contas referente ao e 5° Bimestre do exercício de 2025 dos Recursos do FUNDEB, no Município de Agudos do Sul, Estado do Paraná.

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB do Município de Agudos do Sul – CACS FUNDEB, constituído com base na Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 e Lei Municipal n.º 1056 de 08 de março de 2021 e pelo Decreto Municipal nº 186/2022, de 21 de dezembro de 2022 e em atendimento nas deliberações tomadas na Plenária do Conselho do FUNDEB em 17 de DEZEMBRO de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Prestação de Contas relativa aos demonstrativos referentes aos meses de setembro à outubro do 5° Bimestre do exercício de 2025 dos recursos aplicados do FUNDEB do município de Agudos do Sul, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Agudos do Sul, 17 de dezembro de 2025.

EVA TUMISKI
Presidente do FUNDEB

Publicado por:
Mislene de Jesus Oliveira
Código Identificador:F8A0341F

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
EXTRATO Nº 166/2025 DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E

Tornar público a rescisão de contrato da servidora na forma abaixo especificado:

PROCESSO SELETIVO EMPREGO PÚBLICO	CONTRATO Nº	MATRÍCULA Nº	CONTRATADO	EMPREGO PÚBLICO	DATA DA RESCISÃO DO CONTRATO
002/2022	014/2024	3115	BRUNA MARA DA ROCHA	ENFERMEIRO - PSS	15/12/2025

Agudos do Sul, em 15 de dezembro de 2025

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:B7DBC7D4

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 349 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2025

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Título III, capítulo III Art. 89 da Lei Municipal n° 409/2007, de 19/12/2007:

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2024/2025, no período de 03/11/2025 até 02/12/2025, ao servidor **Ademir Cardoso Aguiar**, matrícula nº 2435, ocupante do cargo em provimento efetivo de Gari.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Goeten de Lima
Código Identificador:370E9913

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 350 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2025

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Título III, capítulo III Art. 89 da Lei Municipal n° 409/2007, de 19/12/2007:

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2024/2025, no período de 03/11/2025 até 02/12/2025, ao servidor **Alcides Diedzitsch Guerreiro**, matrícula nº 41, ocupante do cargo em provimento efetivo de Operário Braçal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Goeten de Lima
Código Identificador:E0335D4B

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 351 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2025

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias, com abono de 10 (dez) dias, referente ao período aquisitivo de 2024/2025, do período de 03/11/2025 até 22/11/2025, à servidora **Elizama de Moura Alves**, matrícula nº 3205, ocupante do emprego público por prazo determinado de Técnico em Enfermagem - PSS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Goeten de Lima
Código Identificador:8B1EF2CF

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 357 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Título III, capítulo III Art. 89 da Lei Municipal n° 409/2007, de 19/12/2007:

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2024/2025, no período de 10/11/2025 até 09/12/2025, à servidora **Karen Larissa de Oliveira Nossol**, matrícula nº 2514, ocupante do cargo em provimento efetivo de Auxiliar Administrativo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Goeten de Lima
Código Identificador:8CCCBFA0

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 366 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Título III, capítulo III Art. 89 da Lei Municipal n° 409/2007, de 19/12/2007:

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2024/2025, no período de 16/11/2025 até 15/12/2025, ao servidor **Ivan Luiz de Miranda**, matrícula nº 2805, ocupante do cargo em provimento efetivo de Motorista Carteira D.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 16 de novembro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Goeten de Lima
Código Identificador:5E1FB883

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 367 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2024/2025, do período de 24/11/2025 até 03/12/2025, à servidora **Marilda Franco Machado**, matrícula nº 3134, ocupante do emprego público por prazo determinado de Técnico em Contabilidade - PSS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Goeten de Lima
Código Identificador:EAE95729

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 368 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em razão de necessidade administrativa, com respaldo no Art. 110 e § 3º, da Lei nº 409/2007:

R E S O L V E

Art. 1º Revogar a Licença Prêmio da servidora **Esli de Jesus Fagundes Alves**, matrícula nº 244, ocupante do cargo em provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, considerando o memorando nº 3.611/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 31 de outubro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Goeten de Lima
Código Identificador:86DDCE76

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 369 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Título III, capítulo III Art. 89 da Lei Municipal n° 409/2007, de 19/12/2007:

R E S O L V E
Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias, com abono de 10 (dez) dia, referente ao período aquisitivo de 2023/2024, no período de 17/11/2025 até 06/12/2025, ao servidor **João Carlos Markowicz**, matrícula nº 235, ocupante do cargo em provimento efetivo de Motorista Carteira D.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 17 de novembro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Goeten de Lima
Código Identificador:854953DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N° 03/2025

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE ESPECÍFICO – REURB – E

O Município de Agudos do Sul – PR, entidade de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 761056670001-10, com sede na AV. Brasil, n°38, centro, Agudos do Sul/PR – CEP 83850-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ, vem, através deste edital NOTIFICAR a todos os titulares de domínio, confinantes e terceiros eventualmente interessados, que se encontra em processo de Regularização Fundiária, na modalidade de Interesse Específico – REURB – E, através do Processo Administrativo nº 03/2025, tendo como requerente, ROSILDA ZOLNER CAMARGO, CPF: 666.172.949-04, RG: 4976005-1/PR, nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017 e Lei Municipal nº 1.021/2020, imóvel abaixo descrito no qual foi realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), a fim de abertura de matrícula individualizada ao (s) titular (es) dos direitos de posse, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Fazenda Rio Grande/PR.

I. O imóvel Objeto de regularização está localizado no Município de Agudos do Sul/PR, com a seguinte descrição: Avenida Getúlio Vargas, Centro, 421.
II. Os titulares de domínio, confinantes e terceiros eventualmente interessados são notificados por este edital, sendo que a ausência de impugnação implicará na perda do eventual direito de que os notificados titularizem sobre o imóvel objeto da Regularização Fundiária, de acordo com o Art. 31, § 1º, § 5º e § 6º, da lei Federal nº 13.465/2017, e disposições da Lei Municipal nº 1.021/2020.

III. As eventuais impugnações cabíveis, contrárias ao objeto deste ato, deverão ser
apresentadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do presente edital, sendo protocoladas no Protocolo Geral desta Prefeitura, dirigidas a Comissão da REURB, com as devidas justificativas plausíveis que serão analisadas, priorizando-se o procedimento extrajudicial para solução de conflitos, como previsto na Lei Federal nº 23.465/2017.

IV. Não havendo manifestação em contrário no período de 30 (trinta) dias, considerar-se-á como aceite pelos notificados os elementos e teor deste edital.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Talita Pazda da Cruz
Código Identificador:F5B7ED57

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N° 04/2025

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE ESPECÍFICO – REURB – E

O Município de Agudos do Sul – PR, entidade de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 761056670001-10, com sede na AV. Brasil, n°38, centro, Agudos do Sul/PR – CEP 83850-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ, vem, através deste edital NOTIFICAR a todos os titulares de domínio, confinantes e terceiros eventualmente interessados, que se encontra em processo de Regularização Fundiária, na modalidade de Interesse Específico – REURB – E, através do Processo Administrativo nº 04/2025, tendo como requerente, ROSILDA ZOLNER CAMARGO, CPF: 666.172.949-04, RG: 4976005-1/PR, nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017 e Lei Municipal nº 1.021/2020, imóvel abaixo descrito no qual foi realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), a fim de abertura de matrícula individualizada ao (s) titular (es) dos direitos de posse, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Fazenda Rio Grande/PR.

I. O imóvel Objeto de regularização está localizado no Município de Agudos do Sul/PR, com a seguinte descrição: Avenida Getúlio Vargas, Centro, 433.
II. Os titulares de domínio, confinantes e terceiros eventualmente interessados são notificados por este edital, sendo que a ausência de impugnação implicará na perda do eventual direito de que os notificados titularizem sobre o imóvel objeto da Regularização Fundiária, de acordo com o Art. 31, § 1º, § 5º e § 6º, da lei Federal nº 13.465/2017, e disposições da Lei Municipal nº 1.021/2020.

III. As eventuais impugnações cabíveis, contrárias ao objeto deste ato, deverão ser
apresentadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do presente edital, sendo protocoladas no Protocolo Geral desta Prefeitura, dirigidas a Comissão da REURB, com as devidas justificativas plausíveis que serão analisadas, priorizando-se o procedimento extrajudicial para solução de conflitos, como previsto na Lei Federal nº 23.465/2017.

IV. Não havendo manifestação em contrário no período de 30 (trinta) dias, considerar-se-á como aceite pelos notificados os elementos e teor deste edital.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Talita Pazda da Cruz
Código Identificador:223D1C08

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
EXTRATO DE CONTRATO - 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 003/2023 - IPMAT E COPPINI & CIA LTDA - EPP

Processo nº 655/2025

1° Termo Aditivo ao Contrato nº 003/2023
Partes: **IPMAT – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ALMIRANTE TAMANDARÉ e COPPINI & CIA LTDA - EPP.**
Objeto do Contrato: "1° Termo Aditivo a Contratação de Licença bianual de Uso de sistema para calculo de aposentadorias, pensões e emissão de Certidão de Tempo de Contribuição**".**
Prazo: O prazo será pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, iniciando-se em 18 de dezembro de 2025 e terminando-se em 18 de dezembro de 2027.
Valor: R$ 16.420,00 (dezesseis mil, quatrocentos e vinte reais)
Data da Assinatura: 17.12.2025

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Dotação	Descrição
20	Instituto de Prev. Muni. Almirante Tamandaré
20.01.0	Instituto de Prev. Muni. Almirante Tamandaré
04.122.0004.2.100	Manutenção das Atividades do IPMAT
3.3.90.40.06.00.00.00	Locação de Software

Almirante Tamandaré, 17 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Luana Agner
Código Identificador:96C2F9ED

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 480/2025 QUE CELEBRAM ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA DENTAL PRIME PRODUTOS ODONTOLOGICOS MÉDICOS HOSPITALARES

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 480/2025 QUE CELEBRAM ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA DENTAL PRIME PRODUTOS ODONTOLOGICOS MÉDICOS HOSPITALARES

processo administrativo nº 323/2025, Procedimento Licitatório – DISPENSA Nº 0154/2025 – PMAT, protocolizado sob nº 0018.0000019185/2025
Objeto: Aquisição de materiais odontológicos destinados à Central de Distribuição de Insumos e Equipamentos Odontológicos da Secretaria Municipal de Saúde de Almirante Tamandaré, com a finalidade de assegurar o abastecimento contínuo das Unidades de Saúde e garantir a manutenção dos atendimentos odontológicos prestados à população

Valor R$ 23.176,75 (vinte e três mil, cento e setenta e seis reais e setenta e cinco centavos)

As despesas correrão com Recurso Próprio por conta das dotações orçamentárias abaixo:
DOTAÇÃO DESCRIÇÃO
09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0016.2.035 Serviços de Saúde bucal
3.3.90.30.00 – 1222 Material de Consumo 206 data de assinatura Almirante Tamandaré, 12 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Larissa Lima da Cunha
Código Identificador:6F337B82

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 479/2025

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 479/2025
PARTES:MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A TR1PS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA.
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE TURISMO".
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: O CONTRATO TERÁ EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE SUA ASSINATURA, CONFORME ESTABELECIDO NO EDITAL, TERMO DE REFERÊNCIA E NAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS.
R$ 20.725,00 (vinte mil setecentos e vinte e cinco reais)
DATA DA ASSINATURA: 11/12//2025.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO
10.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAMÍLIA, MULHER E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
08.244.0010.2.054	Manutenção do CREAS
3.3.90.39.00 – 1208	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 278

Almirante Tamandaré, 17 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Larissa Lima da Cunha
Código Identificador:058EA199

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO DECRETO N° 187/2025

"Altera o inciso XIV do art. 2º do Decreto 013/2025 de 19 de fevereiro de 2025 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e de acordo com o que estabelece o Art. 69, inciso IV da Lei Orgânica do Município e considerando a sua criação através do Decreto nº 969/2015,

DECRETA:

Art. 1º - O inciso XIV do art. 2º do Decreto 013/2025 de 19 de fevereiro de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

"XIV - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

•Dayane Thalita dos Santos CPF- 082.XXXXX9-75

•Élcio Mendes CPF- 402.XXXXX9-20

•Eliano Antonio Novais CPF- 572.XXXXX69-68

•Ernesto Antônio Rossi CPF- 685.XXXXX29-15

•Fernanda Ângela Gabardo CPF- 034.XXXX9-18

•Fernanda Medeiros de Paula CPF- 042.XXXX9-03

•Françoa José Bolson CPF- 073.XXXXX9-66

•Gabrielle Taís dos Santos CPF- 102.XXXXX9-08

•Jessica Jaciane Machado CPF- 109.XXXXX9-90

•José Reinaldo Massuqueto CPF- 018.XXXXX9-02

•Joyce Cristina Leite Batista Massarani CPF- 035.XXXXX9-30

•Leandro Wagner Pacheco CPF- 025.XXXXX9-73

•Lígia Oizume Alves da Costa CPF- 043.XXXXX9-70

•Luiz Carlos Maciel Farias CPF- 610.3XXXXX9-49

•Mario Roberto Gurgel Knopki CPF- 005.XXXXX9-89

•Moacir Didone Junior CPF- 819.XXXXX9-49

•Nanci Aparecida de Almeida CPF- 043.XXXXX9-25

•Rosangela Lima Franceschi CPF-028.XXXX9-63

•Salete Pagani da Rosa CPF- 694.4XXXX9-04

•Silmara de Fátima Buzato Nunes CPF- 869.XXXXX9-20

•Suelen Maus de Paula da Silva CPF- 069.XXXXX9-74

•Valdilei Aparecido Rocha CPF- 635.XXXX9-06

•Vanessa Pontes Wastner Pallowski CPF- 042.XXXXX9-46

•Welington de Lima CPF- 077.XXXXX9-98

•Marcus Adriano da Silva Soares - CPF 107.XXXXX9-82;

•William Cropolato Matias - CPF 083.XXXXX9-56;

•Camila Castex - CPF 063.XXXX9-55;

•Ednéia Aparecida Domingues de Oliveira - CPF 763.XXXXX9-04;

•William Cropolato Matias - CPF 083.XXXXX9-56;

•Sheila Guedin da Cruz Linhares - CPF 039.9XXXXX-25;

•Adriano Fernando dos Anjos Silva - CPF 003.XXXXX2-41;"

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, NO PALÁCIO ALMIRANTE TAMANDARÉ, em 16 de dezembro de 2025.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Paulo de Lara Junior
Código Identificador:DDDA1D17

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 1.211/2025

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – ADEQUAR Função Gratificada à servidora abaixo relacionada, a partir de 17 de dezembro de 2025, conforme Memorando n˚ 1667/2025 de protocolo sob n˚ 0018.000019565/2025 da Secretaria Municipal de Educação:

I - RENATA EFIGENIA DE MATOS LEAL, matrícula 5170 - Adequar de 50% para 56% sobre o vencimento inicial nível II - Assumiu interinamente a função de Gestora Educacional da Escola Mun. do Campo João Jonhsson.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, 16 de dezembro de 2025.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Paulo de Lara Junior
Código Identificador:ECFE8411

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 1.212/2025

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e conforme dispõe a Lei Complementar n˚ 087/2019 e Decreto 010/2025,

RESOLVE:

Art. 1º – ATRIBUIR gratificação aos servidores que atuam em escolas consideradas como de difícil provimento, a partir de 17 de novembro de 2025, conforme Memorando n° 1668/2025 da Secretaria Municipal de Educação de protocolo sob n˚ 0018.000019564/2025.

NOME	MAT.	ATRIBUIÇÃO EM %	MOTIVO
I - RENATA EFIGENIA DE MATOS LEAL	5170	20% sobre o vencimento inicial nível II	Escola Mun. do Campo João Johnsson

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, 16 de dezembro de 2025.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Paulo de Lara Junior
Código Identificador:2800A6A3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 101/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 140/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2025

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 101/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 140/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2025

Pelo presente instrumento particular da Ata de Registro de Preço, as partes abaixo assinadas:
CONTRATANTE: O Município de Altamira do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 78.069.143/0001-47, com sede na Rua Cantú, nº 180, Centro, na cidade de Altamira do Paraná, Cep nº 85.280-000, telefone: (44) 3755-1142, neste ato representado pela Prefeita Municipal Elza Aparecida da Silva e;
CONTRATADA: a empresa LABORATÓRIO BIOCLINÍCO MIGUEL LTDA, CNPJ:80.869.217/0001-71, endereço: Avenida Brasil, n.°305, Centro, representado por FÁTIMA CRISTINA PEREIRA ROSSETTO.
Têm entre si, justas e contratadas as seguintes cláusulas:

1. DO OBJETO.
Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta de material biológico em local próprio (situado no município de Altamira do Paraná), destinado à realização de exames laboratoriais, compreendendo o fornecimento de mão de obra qualificada, materiais de coleta, insumos, equipamentos necessário e descarte dos resíduos gerados, em conformidade com as normas sanitárias vigentes, em atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

2. DO VALOR.
O valor do lote é de R$ 83.640,00 (oitenta e três mil e seiscentos e quarenta reais).

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA.
Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 1 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Estado.

4. DO FORO.
Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Campina da Lagoa/PR.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente extrato da Ata de Registro de Preço, em duas vias de igual teor e forma, para que produzam os devidos efeitos legais.

Altamira do Paraná, 17 de dezembro de 2025.

_____
Representante Legal do Contratante

_____
Representante Legal do Contratado

Publicado por:
Rafaela de Souza Vaz
Código Identificador:880EAE76

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 066/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 080/2025 DISPENSA ELETRÔNICA Nº 033/2025

EXTRATO DO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 066/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 080/2025
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 033/2025

Pelo presente instrumento particular do Termo aditivo, as partes abaixo assinadas:
CONTRATANTE: O Município de Altamira do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 78.069.143/0001-47, com sede na Rua Cantú, nº 180, Centro, na cidade de Altamira do Paraná, Cep nº 85.280-000, telefone: (44) 3755-1142, neste ato representado pela Prefeita Municipal Elza Aparecida da Silva e;
CONTRATADA: A empresa MONTEC – CONSULTORIA AGROPECUÁRIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 17.328.194/0001-51, com sede na Rua Joaquim Carula, nº 417, Centro, CEP 87.345-000, na cidade de Campina da Lagoa, Estado do Paraná, neste ato representado por Sr. SERGIO DIEGO MONTEIRO DE OLIVEIRA.
Têm entre si, justas e contratadas as seguintes cláusulas:

1. DO OBJETO.
O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 066/2025, por mais 120 (cento e vinte) dias, com início em 02 de janeiro de 2026 e término em 01 de maio de 2026.

2. DO VALOR.
O Presente Termo de Aditivo na o terá impacto orçamentário.

3. DA RETIFICAÇÃO.
Ficam mantidas integralmente as demais cláusulas e condições estabelecidas no instrumento inicial, desde que não contrariem, implícita ou explicitamente, as previstas neste Termo Aditivo.

4. DO FORO.
Para dirimir eventuais conflitos oriundos deste Termo é competente o foro da Comarca de Campina da Lagoa/PR.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente extrato do Termo de Aditivo, em duas vias de igual teor e forma, para que produzam os devidos efeitos legais.

Altamira do Paraná, 17 de dezembro de 2025.

_____
Representante Legal do Contratante

_____
Representante Legal do Contratado

Publicado por:
Rafaela de Souza Vaz
Código Identificador:210ECDA3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 157/2025 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 022/2025 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 96/2025

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 157/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 022/2025
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 96/2025

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ Nº 78.069.143/0001-47, com sede na Rua Cantú, n. 180, em Altamira do Paraná, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **Elza Aparecida da Silva**.

CONTRATADA: A empresa MICHELE DOS SANTOS BARBOSA 11888446951, CNPJ/MF nº 44.283.936/0001-42, com sede na Rua Pioneiro Pompilio Custodio Valerio, nº 314, Loteamento Sumare, na Cidade de Maringá, Estado do Paraná, CEP nº 87.035-620, neste ato representada pela Sra. Michele dos Santos Barbosa.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: contratação empresa especializada para a realização de show musical para as festas de final de ano, evento que acontecerá no dia 30/12/25, conforme condições especificação dos serviços e exigências estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTO LEGAL: O presente contrato tem fundamento no artigo 75, Inciso II, da Lei Federal n. 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADA: A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR TOTAL: R$ 10.000,00 (dez mil reais).

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
05.006.13.392.0017.2047 - FOMENTO À AÇÕES CULTURAIS
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

Altamira do Paraná, 17 de dezembro de 2025.

_____
Representante Legal do Contratante

_____
Representante Legal do Contratado

Publicado por:
Rafaela de Souza Vaz
Código Identificador:2B7FF671

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 160/2025 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 023/2025 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100/2025

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 160/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 023/2025
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100/2025

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ Nº 78.069.143/0001-47, com sede na Rua Cantú, n. 180, em Altamira do Paraná, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **Elza Aparecida da Silva**.

CONTRATADA: A empresa **S.D. SONORIZACOES E EVENTOS LTDA**, CNPJ/MF nº 19.994.677/0001-10, com sede na Localidade da Linha 51 s/nº casa, Interior, no Município de Maravilha Estado de Santa Catarina CEP 89874-000, neste ato representado pelo Sr. **Selmar Dallagnol**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: contratação empresa especializada para a realização de show musical para o as festas de final de ano, evento que acontecerá no dia 27/12/25, conforme condições especificação dos serviços e exigências estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTO LEGAL: O presente contrato tem fundamento no artigo 75, Inciso II, da Lei Federal n. 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADA: A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR TOTAL: R$ 15.000,00 (quinze mil reais).

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
05.006.13.392.0017.2047 - FOMENTO À AÇÕES CULTURAIS
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

Altamira do Paraná, 17 de dezembro de 2025.

_____
Representante Legal do Contratante

_____
Representante Legal do Contratado

Publicado por:
Rafaela de Souza Vaz
Código Identificador:B9CDDCE4

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA N°. 505/2025

A Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por lei.

RESOLVE:

Art. 1° - Designar a Servidora Pública Municipal Antônio da Silva Oliveira Junior, ocupante do cargo de Secretário de Agricultura, Meio Ambiente e recursos Hídricos, portador do RG n°. 4.352.166-7 e CPF n°. 528.974.009-00 como gestor do convênio com a SEDEST - SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL, referente à Aquisição de Área para Estação Ecológica.

Art. 2° - Designar o Servidor Público Municipal Anderson Roberto de Souza, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, portador do RG n°. 6.255.777-0 e CPF n°. 919.547.469-20 como fiscal do convênio com a SEDEST - SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL referente a aquisição de Aquisição de Área para Estação Ecológica.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogada as disposições em contrário.

Altamira do Paraná, 17 de dezembro de 2025.

_____
ELZA APARECIDA DA SILVA

Publicado por:
Andréa da Cruz Alves
Código Identificador:379326F3

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
PORTARIA N°. 505/2025 - DC

A Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por lei.
RESOLVE:

Art. 1° - Designar o Servidor Público Municipal Antônio da Silva Oliveira Junior, ocupante do cargo de Secretário de Agricultura, Meio Ambiente e recursos Hídricos, portador do RG n°. 4.352.166-7 e CPF n°. 528.974.009-00 como gestor do convênio com a SEDEST - SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL, referente à Aquisição de Área para Estação Ecológica.
Art. 2° - Designar o Servidor Público Municipal Anderson Roberto de Souza, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, portador do RG n°. 6.255.777-0 e CPF n°. 919.547.469-20 como fiscal do convênio com a SEDEST - SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL referente a aquisição de Aquisição de Área para Estação Ecológica.
Art. 3° - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogada as disposições em contrário.

Altamira do Paraná, 17 de dezembro de 2025.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal de Altamira do Paraná

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:1C1BB328

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 394/2025

PORTARIA Nº 394/2025

SÚMULA: Concede a Servidor(a) Público(a) Municipal, férias regulamentares e dá outras providências.

MARCOS MARIN, Prefeito Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 69 da Lei Municipal nº 173/2006:

RESOLVE:
Art. 1o – Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao Sr. **JOILE OLIVEIRA ALVES,** lotado no Departamento de Viação e Obras, no cargo de **ELETRICISTA** relativas ao período de **03/07/2023 a 02/07/2024**, a partir de **15/12/2025.**

Art. 2o - Esta portaria entra em vigor nesta data; retroagindo seus efeitos ao dia 15/12/2025
Art. 4o - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, aos 17 (dezessete) dias do mês de dezembro do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco)

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:71F977C4

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 395/2025

PORTARIA Nº 395/2025

SÚMULA: Concede a Servidor(a) Público(a) Municipal, férias regulamentares e dá outras providências.

MARCOS MARIN, Prefeito Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 69 da Lei Municipal nº 173/2006:

RESOLVE:

Art. 1o – Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares a Sra. **MARIA ELIANA DE LIMA,** lotada no Departamento de Saúde, no cargo de **ZELADORA** relativas ao período de **06/03/2023 a 05/03/2024**, a partir de **17/12/2025.**

Art. 2o - Esta portaria entra em vigor nesta data;
Art. 4o - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, aos 17 (dezessete) dias do mês de dezembro do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco)

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:E68BC26D

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CLASSIFICAÇÃO DOS PROFESSORES PARA DISTRIBUIÇÃO DE AULAS PARA O ANO LETIVO 2026

EDITAL Nº 64/2025.

SÚMULA: Torna público a classificação dos professores para a sessão de distribuição de aulas para o ano letivo de 2026 (dois mil e vinte e seis)

FERNANDO HENRIQUE OTTESBACH VICENTE, Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Amaporã – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

TORNAR PÚBLICO O SEGUINTE:
Art. 1º. A sessão de Distribuição de Aulas para o ano letivo de 2026 (dois mil e vinte e seis) será realizada na Casa da Cultura situada Rua Ceará, 2A, no dia 18 (dezoito) de dezembro de 2025 na seguinte ordem: CMEI Maria de Fátima Lopes de Souza das 08h00 às 09h20, CMEI Gregório vaqueiro Domingues às 09h30min as 11h00, Escola Menino Jesus das 13h20min às 15h00min, Escola Municipal Cecilia Meireles das 15h00min às 17h00min, obedecendo ao disposto com fundamentação no **Art. 35** da **Lei Municipal 362/2011**, que dispõe sobre o Plano, Carreira e Salário do Magistério Público do município de Amaporã.
Art. 2º. A classificação dos professores municipais para efeito de distribuição de aulas segue conforme anexo.
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Educação, 16 de janeiro de 2025.

FERNANDO HENRIQUE OTTESBACH VICENTE
Secretário Municipal de Educação

I – Classificação dos Professores por tempo de serviço na Escola Municipal Cecília Meireles – Ensino Fundamental

Ord.	Nome
01	Maria Creuza Ferreira Ramos Pereira
02	Helena Apª da Silva
03	Helena Apª da Silva
04	Rosimari Silva Leal Melo
05	Maria Apª Taroco Silva
06	Regina Elena Ottesbach
07	Marinalva de Almeida Gomes de Oliveira
08	Maria Creuza Ferreira Ramos Pereira
09	Sandra Regina dos Santos Silva
10	Gleisse Braz Dias
11	Célia Regina Passareli Coracini Araújo
12	Thamyris Rozolin da Silva
13	Cristiano Santos Rodrigues
14	Maria Rosa Neves Pereira
15	Gleisse Braz Dias

Professor de Educação Física

Ord.	Nome
01	Gabriela Gonçalves

II – Classificação dos Professores por tempo de serviço na Escola Municipal Menino Jesus – Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Ord	Nome
01	Marcia Rodrigues Ferreira
02	Lourdes Taroco
03	Adilson Boni de Souza
04	Nerci apª Vanucchi dos Santos
05	Loudes Taroco
06	Claudia Freitas Franco Barbosa
07	Maria Luceli de Carvalho Xavier
08	Alicia Vaz Pereira Lopes
09	Luzia Araújo Fervença Buzinaro

Professor de Educação Física

Ord	Nome
01	Gabriela Alves Borin

III – Classificação dos Professores por tempo de serviço no Centro Municipal de Educação Infantil Maria de Fátima Lopes de Souza

Ord	Nome
01	Simara Colucci Arrais

Professor de Educação Física

Ord.	Nome
01	Anderson Cardozo Bizo

VI – Classificação dos Professores por tempo de serviço no Centro Municipal de Educação Infantil Gregório Vaquero Dominguez

Ord	Nome
01	Karina Carvalho
02	Karen Leticia B. M. Souza
03	Thaís Fernanda Busato Amadeu
04	Thaís Carolina Pigosso
05	Karina Carvalho

Republicada por erro de digitação.

Publicado por:
Lu
Código Identificador:F896EE8D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY

AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO 011/2025 - CMAS

SÚMULA – Dispõe sobre a aprovação dos Termos de Adesão e Planos de Ação dos repasses estaduais para a execução dos serviços socioassitenciais no ano de 2026.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ANAHY/PR, no uso de suas atribuições legais, conforme o Artigo 16 da Lei Municipal nº 110, de 24 de agosto de 1995, e

CONSIDERANDO a apresentação pelo Órgão Gestor de Assistência Social do município de Anahy/PR dos Termos de Adesão dos repasses: Piso Único de Assistência Social (PAS) e Expansão Medidas Socioeducativas (LA e PSC), bem como dos relatórios dos Planos de Ação dos repasses: Piso Único de Assistência Social (PAS); PAEFI Regionalizado e Expansão Medidas Socioeducativas (LA e PSC);

CONSIDERANDO a deliberação em plenária, após apreciação dos Termos de Adesão e Planos de Ação dos repasses estaduais, pelos Conselheiros do CMAS com direito a voto, em reunião ordinária realizada na data de 11 (onze) de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Artigo 1º – APROVAR o Termo de Adesão e o Plano de Ação do repasse estadual "Piso Único de Assistência Social (PAS), no valor de R$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais) para a execução dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica e Especial no ano de 2026.

Artigo 2º – APROVAR o Termo de Adesão e o Plano de Ação do repasse estadual "Expansão Medidas Socioeducativas (LA e PSC)", no valor de R$ 26.400,00 (vinte seis mil e quatrocentos reais) para a execução dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Especial no ano de 2026.
Artigo 3º – APROVAR o Plano de Ação do repasse estadual "PAEFI Regionalizado", no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para a execução dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Especial no ano de 2026.

Artigo 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Anahy, 15 de dezembro de 2025.

ANGELINA CLEICIANE PERTILE
Presidente do CMAS

Publicado por:
Danielle Cristina Fernandes Alves
Código Identificador:78756C36

AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO 012/2025 - CMDCA

SÚMULA – Dispõe sobre o resultado Processo Ético Disciplinar em face de Conselheiro Tutelar dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ANAHY, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com os dispostos na Lei Municipal n.º 655, de 26 de maio de 2015 e,

CONSIDERANDO a instauração do Processo Ético Disciplinar através da Resolução 010/2025 e a conclusão dos trabalhos da Comissão de Ética Disciplinar nomeada através da Resolução 011/2025 deste Conselho;
CONSIDERANDO a apreciação dos autos do processo e do Relatório Final da sindicância, bem como a deliberação dos Conselheiros do CMDCA com direito a voto, em reunião ordinária realizada na data de 17 (dezessete) de dezembro de 2025;

RESOLVE:
Artigo 1º - Aplicar os efeitos do resultado do Processo Ético Disciplinar em face da Conselheira Tutelar **Marcia Bueno de Assis Oliveira**, conforme segue:

I – **ARQUIVAR** a presente sindicância, nos termos do artigo 96 C, inciso I, da Lei Municipal 665/2015 pela infração ao artigo 90, inciso v, da lei municipal no 655/2015 **por não restaram comprovados** os fatos imputados à referida;

II – Aplicar **ADVERTÊNCIA** formal à Conselheira Tutelar, nos termos do artigo 96 C, inciso II, da Lei Municipal 665/2015 **por restaram comprovados** os fatos imputados à referida;

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Anahy, 17 de dezembro de 2025.

EDEVALDO DOS SANTOS
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Danielle Cristina Fernandes Alves
Código Identificador:1CA451B9

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PROCESSO ADM. Nº 172/2025 DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 053/2025 REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2025 COM BASE ART. 75, INCISO III, ALÍNEA "A", DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 DECRETOS MUNICIPAIS Nº 2.192/2023 Nº 2.318/2024

Torno público, para conhecimento dos interessados, que a licitação na modalidade **DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 053/2025**, Registro de Preços destinado à aquisição de Playground, referente ao item que restou deserto no Pregão Eletrônico nº 054/2025, visando atender às demandas do Departamento de Ação Social do Município de Anahy-PR., foi declarada FRACASSADA, Tal decisão se deu em razão da desclassificação das empresas participantes, inicialmente por descumprimento ao Edital e solicitação de inabilitação via chat, conforme registrado na Ata da Sessão de Disputa, gerada em 17 de dezembro de 2025. Desta forma, fica o presente processo FRACASSADO. **Anahy-PR, 17 de dezembro de 2025.**

LEILANE DA SILVA
Agente de Contratação

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:EAACBED0

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL REFERENTE AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 072/2023

O **MUNICÍPIO DE ANAHY**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 95.594.800/0001-94, com sede à Rua Vereador Leonardo Aparecido Dobicz, nº. 591, Cep: 85.425-000, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ARILSON BATISTA DE SOUZA**, brasileiro, RESIDENTE NA Rua Duque de Caxias, Município de ANAHY, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 5.341.856-2, expedida pela SSP/PR, e do CPF/MF sob nº 764.217.169-20, com fulcro nas normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, vem, através do presente instrumento, declarar a RESCISÃO UNILATERAL do Contrato Administrativo Nº 072/2023, que tinha como beneficiária a empresa **MIZAEL DA SILVA S/S LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 23.723.046/0001-34, situada à Rua Bandeirantes, n. 886, Centro, Cidade Anahy – PR, CEP: 85.425-000, representado neste ato pelo Sr. MIZAEL DA SILVA, portador do RG: 66557120 SESP-PR e CPF: 021.334.379-75, pelos termos a seguir dispostos: **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços de Terapia Ocupacional por 16 horas semanais para atendimento das demandas do Departamento Municipal de Saúde de Anahy. **CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO:** Fica rescindido o Contrato Administrativo nº 072/2023, oriundo da Dispensa de Licitação nº 055/2023, cujo objeto consiste na prestação de serviços de Terapia Ocupacional, com carga horária semanal de 16 (dezesseis) horas. A extinção contratual ocorre em razão da homologação de novo procedimento licitatório destinado à contratação de empresa especializada para a execução do mesmo serviço, o qual resultou na adjudicação do objeto à outra empresa. Reconhece-se que o contrato rescindido possuía natureza temporária e resta superado pela nova contratação decorrente de regular certame licitatório, inexistindo prejuízo à continuidade do serviço público. As partes declaram, ainda, inexistirem pendências financeiras ou obrigações remanescentes, conferindo-se plena e recíproca quitação. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:** A rescisão contratual fundamenta-se em fato superveniente devidamente motivado, consubstanciado na conclusão e homologação de novo processo licitatório que assegura a prestação dos serviços de Terapia Ocupacional de forma regular, contínua e em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública. A medida observa os princípios da legalidade, da eficiência e do interesse público, uma vez que a substituição contratual decorre de procedimento competitivo válido e não ocasiona descontinuidade dos atendimentos à população, os quais serão mantidos a partir do início da vigência do novo contrato administrativo. Encerrado o ajuste anterior, caberá aos setores competentes proceder aos registros necessários nos sistemas administrativos municipais, bem como à verificação de eventuais obrigações pendentes, garantindo plena regularidade do ato. **CLÁUSULA QUARTA – DO FORO:** Fica eleito o Foro da

Comarca de Corbélia - PR, para dirimir questões porventura surgidas presente rescisões, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Assim, propõe-se a extinção formal do Contrato Administrativo nº 072/2023**,** conforme previsão legal, com comunicação aos órgãos participantes e à empresa registrada. **Anahy-PR, 16 de dezembro de 2025.**

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Ribeiro do Amaral
Código Identificador:81B61047

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 7.105/2025.

Dispõe sobre a concessão de diárias a servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelas Leis Municipais nº 969 de 07/10/2021 e 1067 de 21/12/2023, e pelo Decreto nº 2.357 de 13/01/2025;

RESOLVE:

Art. 1° Conceder em favor do servidor efetivo Vagner Fernando Gusson, motorista, portador do RG. 7.669.650-0 /PR, lotado no Departamento de Saúde, matrícula funcional nº 5550-1, 01 (uma) diária para empreender viagem a serviço do Departamento Municipal de Saúde, sendo:

Data:	16 de dezembro de 2025.
Destino:	Foz do Iguaçu - Pr
Objetivo:	Transportar com o veículo TRACKER placa: SEP1B95, buscar os pacientes Rosana Gonçalves e Edevaldo dos Santos que estavam internados no Hospital Nossa Senhora Aparecida de Foz do Iguaçu.
Memorando nº	172/2025
Quant. de Diária:	01 (uma) diária

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 17 dias do mês de dezembro de 2025.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:7EDBEA25

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.097/2025.

Revoga Portaria nº 6.654/2025 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a partir do dia 19 de dezembro de 2025, a Portaria nº 6.654, de 13 de fevereiro de 2025, que atribuiu à servidora municipal **Irene Moraes Fabris,** ocupante do cargo de professora classe "C", matrícula funcional nº 8095-4, 20 (vinte) horas-aula extraordinárias.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 17 dias do mês de dezembro de 2025.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:AA6F834D

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.098/2025.

Revoga Portaria nº 6.655/2025 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a partir do dia 19 de dezembro de 2025, a Portaria nº 6.655, de 13 de fevereiro de 2025, que atribuiu à servidora municipal Marilucia Pereira Gomes Moraes, ocupante do cargo de professora classe "C", matrícula funcional nº 11274-1, 20 (vinte) horas-aula extraordinárias.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 17 dias do mês de dezembro de 2025.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:F08744AC

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.099/2025.

Revoga Portaria nº 6.656/2025 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a partir do dia 19 de dezembro de 2025, a Portaria nº 6.655, de 13 de fevereiro de 2025, que atribuiu à servidora municipal Zelia Vieira de Miranda Messina, ocupante do cargo de professora classe "C", matrícula funcional nº 11304-5, 20 (vinte) horas-aula extraordinárias.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 17 dias do mês de dezembro de 2025.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:761FF026

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.100/2025.

Revoga Portaria nº 6.738/2025 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais.

RESOLVE:
Art. 1º Revogar, a partir do dia 19 de dezembro de 2025, a Portaria nº 6.738, de 11 de março de 2025, que atribuiu à servidora municipal Thais de Oliveira Felipe Simões, ocupante do cargo de professora classe "C", matrícula funcional nº 8796-3, 20 (vinte) horas-aula extraordinárias.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 17 dias do mês de dezembro de 2025.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:ED904BBA

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.101/2025.

Revoga Portaria nº 6.915/2025 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a partir do dia 19 de dezembro de 2025, a Portaria nº 6.915, de 08 de agosto de 2025, que atribuiu à servidora municipal Camila Crepaldi, ocupante do cargo de professora classe "C", matrícula funcional nº 12012-2, 20 (vinte) horas-aula extraordinárias.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 17 dias do mês de dezembro de 2025.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:77125FA6

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.102/2025.

Revoga Portaria nº 6.916/2025 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a partir do dia 19 de dezembro de 2025, a Portaria nº 6.916, de 08 de agosto de 2025, que atribuiu à servidora municipal Daiani Lopes Pedroso Nascimento, ocupante do cargo de professora classe "C", matrícula funcional nº 11630-4, 20 (vinte) horas-aula extraordinárias.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 17 dias do mês de dezembro de 2025.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:2D52E872

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.103/2025.

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor efetivo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, e com base no art. 64 da Lei Municipal nº 338/05 de 27 de abril de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor efetivo Marcus Vinícius Nascimento Reis, portador do RG. 10.311.091-3, ocupante do cargo de advogado, matrícula funcional nº 11622-1, lotado no Departamento de Administração.

Parágrafo único. As férias referem-se ao período aquisitivo de: 03 de fevereiro de 2024 a 02 de fevereiro de 2025, que serão gozadas de: 18 de dezembro de 2025 à 16 de janeiro de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 17 dias do mês de dezembro de 2025.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:9C098AB0

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.104/2025

Revoga Portaria nº 7.038/2025 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais.

RESOLVE:
Art. 1º Revogar, a partir do dia 19 de dezembro de 2025, a Portaria nº 7.038, de 04 de novembro de 2025, que atribuiu à servidora municipal Edimara Menezes Camapum, ocupante do cargo de professora classe "C", matrícula funcional nº 11680-5, 20 (vinte) horas-aula extraordinárias.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 17 dias do mês de dezembro de 2025.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:82C40BE3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 085/2025 PROCESSO LICITAÇÃO Nº 136/2025 PREGÃO Nº 033/2025 - FORMA ELETRÔNICA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETROELETRÔNICO, ELETRODOMÉSTICOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, BICICLETAS E COLCHONETE, ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

EMPRESAS VENCEDORAS:

B9 BEBEDOUROS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, inscrito no **CNPJ: 05.490.249/0001-46** no valor total dos itens vencidos de **R$ 32.938,35** (trinta e dois mil, novecentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos).

CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA ME, inscrito no **CNPJ: 49.704.499/0002-98** no valor total dos itens vencidos de **R$ 3.360,00** (três mil, trezentos e sessenta reais).

CREATIVE LICITACOES LTDA, inscrito no **CNPJ: 54.362.519/0001-49** no valor total dos itens vencidos de **R$ 26.700,00** (vinte e seis mil e setecentos reais).

FRANCIELE ELETRO LTDA, inscrito no **CNPJ: 47.646.580/0001-52** no valor total dos itens vencidos de **R$ 259.960,00** (duzentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sessenta reais).

HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA, inscrito no **CNPJ: 41.010.343/0001-14** no valor total dos itens vencidos de **R$ 47.488,20** (quarenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e vinte centavos).

JULIANO VEZENTIN COMERCIAL LTDA, inscrito no **CNPJ: 08.694.780/0002-00** no valor total dos itens vencidos de **R$ 21.850,00** (vinte e um mil, oitocentos e cinquenta reais).

JVO INFORMÁTICA LTDA, inscrito no **CNPJ: 43.231.203/0001-00** no valor total dos itens vencidos de **R$ 111.454,70** (cento e onze mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e setenta centavos).

LUCAS GUILHERME DA SILVA, inscrito no **CNPJ: 32.825.080/0001-00** no valor total dos itens vencidos de **R$ 85.650,00** (oitenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta reais).

M.L. COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA, inscrito no **CNPJ: 44.651.148/0001-61** no valor total dos itens vencidos de **R$ 17.440,00** (dezessete mil, quatrocentos e quarenta reais).

MM DISTRIBUIDORA. INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, inscrito no **CNPJ: 46.924.137/0001-33** no valor total dos itens vencidos de **R$ 20.604,15** (vinte mil, seiscentos e quatro reais e quinze centavos).

REPREMIG REPRESENTAÇÃO E COMERCIO DE MG LTDA, inscrito no **CNPJ: 65.149.197/0002-51** no valor total dos itens vencidos de **R$ 182.475,00** (cento e oitenta e dois mil, quatrocentos e setenta e cinco reais).

SC INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESS LTDA, inscrito no **CNPJ: 29.583.709/0001-49** no valor total dos itens vencidos de **R$ 5.799,00** (cinco mil, setecentos e noventa e nove reais).

SOUL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA, inscrito no **CNPJ: 51.659.136/0001-49** no valor total dos itens vencidos de **R$ 321.991,35** (trezentos e vinte e um mil, novecentos e noventa e um reais e trinta e cinco centavos).

TECNOLAR LTDA EPP, inscrito no **CNPJ: 12.464.652/0001-66** no valor total dos itens vencidos de **R$ 6.800,00** (seis mil e oitocentos reais).

WELLINGTON RAIZER CUSTODIO 41039191835, inscrito no **CNPJ: 42.676.976/0001-29** no valor total dos itens vencidos de **R$ 8.677,04** (oito mil, seiscentos e setenta e sete reais e quatro centavos).

WU COMERCIO & SERVIÇOS LTDA, inscrito no **CNPJ: 58.077.235/0001-61** no valor total dos itens vencidos de **R$ 45.180,00** (quarenta e cinco mil, cento e oitenta reais).

VIGÊNCIA: 17.12.2025 A 16.12.2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita

STÉPHANIE DOS SANTOS PAPINI SOUZA
Pregoeira

WILERSON VERIANO DA SILVA
Representante Legal

ILSON ALVES DOS SANTOS JUNIOR
Representante Legal

JOÃO EVANGELISTA DE MOURA
Representante Legal

FRANCIELE FORMIGARI
Representante Legal

JOSÉ LUIZ BUONO
Representante Legal

JULIANO VEZENTIN
Representante Legal

JOÃO VITOR OLIVEIRA ABREU
Representante Legal

LUCAS GUILHERME DA SILVA
Representante Legal

MARIA LAURA ALTERMANN PALOMAS
Representante Legal

YURI DOS SANTOS SILVA
Representante Legal

LEANDRO FIGUEIREDO DE CASTRO
Representante Legal

MARCIO JOSE SCHUTZ
Representante Legal

VIVIANE LOPES FRAGA
Representante Legal

HELIO ALMIR BAGATOLI
Representante Legal

WELLINGTON RAIZER CUSTODIO
Representante Legal

WILLIAM GALDINO DA SILVA
Representante Legal

OBS: A RELAÇÃO DE ITENS REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 085/2025, ESTARÁ DISPONIVEL NO SITE OFICIAL DO MUNICÍPIO https://andira.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:FB9092D3

GABINETE DA PREFEITA
DECISÃO ADMINISTRATIVA

DOS FATOS:
A servidora pública municipal EDINADJA DA SILVA SANTOS RODRIGUES DA CRUZ, requereu a redução de jornada de trabalho, conforme decreto municipal n° 10.836/2025, para 4 horas diárias e 20 horas semanais, sem redução de remuneração, uma vez que é principal responsável pelos cuidados diários do filho A. S. R. D. C, que é portador de traqueostomia (CID: Z93.0; Z43.0; J95.0 F82), necessitando de múltiplas aspirações e cuidados contínuos para evitar complicações.
A Procuradoria Jurídica do Município opinou favoravelmente ao pedido da servidora.
Esta é a síntese do necessário.

DO DIREITO:
Assiste razão a servidora quando requer a redução de sua carga horária para atender as necessidades básicas de seu filho, vejamos as Considerações Finais do parecer jurídico nº 547/2025 da Procuradoria do Município:
"Diante de todo o exposto, opino pela possibilidade da concessão da redução de carga horária requerida pela servidora EDINADJA DA SILVA SANTOS RODRIGUES DA CRUZ, desde que o(a) Secretário(a) responsável pelo setor que a mesma se encontra lotada se manifeste favoravelmente, ou seja, de que não haverá prejuízo à prestação do serviço público no cargo ocupado pela requerente e, desde já, esclareça pela redução de 2 (duas) horas diárias ou 4 (quatro) horas diárias".
Outrossim, recomenda-se eu a servidora complemente o requerimento informado com os cuidados do filho e outras informações que julgar necessário para comprovar a necessidade de redução da carga horária da servidora.
Após a manifestação favorável da Secretaria, a homologação do deferimento da redução de carga horária com fundamento no art. 82-B da lei Orgânica do Município de Andirá deverá ser feita pelo(a) Prefeito(a), devendo ser observado o Decreto n° 10.836, de 24 de junho de 2025.
Cabe ressaltar que o presente parecer não vincula a autoridade julgadora, bem como <u>não se trata de reposta ao requerimento, visto que a autoridade deve decidir e lavrar sua decisão via escrita</u>, inclusive publicando-a.
Em que pese o direito da requerente de ter a sua jornada de trabalho reduzida, a Lei Municipal n.° 1.170 de 26/10/1993, em seu Art. 54 reza que:
Art. 54 - A jornada de trabalho pode ser reduzida até a metade com proporcional redução da remuneração, sempre que esta for necessário, em caso de servidor estudante e de outras situações especiais.
No entanto, a Emenda à Lei Orgânica Municipal n.° 016, de 12/11/2015, Art. 82-B estabelece que:
Art. 82-B. Sem prejuízo dos vencimentos, fica assegurado ao servidor público municipal da Administração Direta, das Autarquias, e do Fundo de Previdência, que tenha cônjuge, companheiro ou companheira, filho ou dependente, com deficiência, redução de jornada de até 02 (duas) a 04 (quatro) horas diárias, desde que observados os seguintes requisitos:
(...)
De igual modo, o art. 2º do Decreto 10.836/2025, estabelece que:
Art. 2º A redução da jornada de trabalho será concedida ao servidor que cumprir os seguintes requisitos:
I – Ser titular de cargo efetivo;
II – Cumprir jornada de 40 (quarenta) horas semanais;
III – Não ocupar cargo em comissão ou função gratificada;
IV – Comprovar, por laudo pericial oficial, a deficiência do dependente e a necessidade de acompanhamento.

Assim sendo, a requerente juntou os documentos solicitados e a Secretária da Saúde opinou favoravelmente ao pedido, requerendo a redução da carga horária de 4 (quatro) horas diárias.

DECISÃO:
Diante de tais argumentações e tudo que consta no requerimento e documentos comprobatórios, em especial as legislações vigentes, é a presente para deferir o petitório retro, reduzindo-se a carga horária de trabalho da servidora EDNADJA DA SILVA SANTOS RODRIGUES DA CRUZ, para 04 (quatro) horas da jornada diária, sem prejuízo dos vencimentos, conforme dispõe Emenda a Lei Orgânica Municipal n.° 016, de 12/11/2015. Dê-se ciência do decidido ao Departamento de Recursos Humanos, a Secretaria Municipal da Saúde.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Andirá, 16 de Dezembro 2025.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:9132853F

GABINETE DA PREFEITA
DECISÃO ADMINISTRATIVA – RECURSO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063/2025

Decisão Administrativa – Recurso Pregão Eletrônico Nº 063/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 361/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063/2025

ASSUNTO: Decisão da Autoridade Competente sobre Recurso Administrativo

I – RELATÓRIO
Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa **ÁGUIA SEG ELETRÔNICA LTDA** contra a decisão que classificou e habilitou a empresa **JCA REFRIGERAÇÃO LTDA** no Pregão Eletrônico nº 063/2025, cujo objeto é a instalação e manutenção de aparelhos de ar-condicionado, com fornecimento de materiais e mão de obra.
A Pregoeira do certame analisou o recurso, as contrarrazões apresentadas pela empresa recorrida e a documentação constante dos autos, proferindo decisão fundamentada pelo conhecimento do recurso e, no mérito, pelo seu não provimento, mantendo a habilitação e classificação da empresa vencedora.
Os autos foram encaminhados a esta Autoridade Competente para apreciação final.

II – DA ANÁLISE
Examinando detidamente o processo administrativo, verifica-se que a decisão da Pregoeira encontra-se devidamente motivada, enfrentando de forma objetiva e técnica todos os pontos suscitados no recurso, especialmente:

• a alegação de inexequibilidade de preços, afastada mediante demonstração concreta da viabilidade da proposta apresentada pela empresa vencedora;
• a comprovação da capacidade técnica, atendendo aos percentuais exigidos pelos itens 5.1 e 5.2 do edital;
• o atendimento integral às exigências dos itens 5.5 e 5.6 do edital, no que se refere ao registro da empresa, habilitação do responsável técnico e comprovação do vínculo profissional;

• a inexistência de intempestividade na apresentação da documentação complementar.
Constata-se que a decisão observou os princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, não havendo qualquer vício ou ilegalidade a ser sanado.
Assim, inexistem fundamentos jurídicos ou administrativos que justifiquem a reforma da decisão proferida pela Pregoeira.

III – DA DECISÃO
Diante do exposto, ACOLHO INTEGRALMENTE a decisão proferida pela Pregoeira Municipal e, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, CONHEÇO o recurso interposto pela empresa **ÁGUIA SEG ELETRÔNICA LTDA** e, NO MÉRITO, NEGO-LHE PROVIMENTO, mantendo-se **integralmente** a habilitação, classificação e o resultado do Pregão Eletrônico nº 063/2025 em favor da empresa **JCA REFRIGERAÇÃO LTDA**.

Determino o prosseguimento regular do certame, com a adoção das providências administrativas cabíveis para a sua conclusão.

Publique-se. Cumpra-se.

Andirá, 15 de dezembro de 2025.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, 82° da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:F14F5C94

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO N º 11.028, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025.

Súmula: *Cancela o Concurso Público destinado ao provimento de Cargos Públicos, autorizado pelo Decreto nº 8.265, de 26 de setembro de 2018.*

A Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 62, inc. VI, da Lei Orgânica do Município de Andirá-PR, que atribui privativamente ao Prefeito(a) Municipal a expedição de Decreto;

CONSIDERANDO a Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal, que reconhece à Administração Pública a prerrogativa de anular seus próprios atos quando ilegais ou de revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos;

CONSIDERANDO que, no ano de 2018, o Município de Andirá identificou a necessidade de realização de concurso público para o provimento de determinados cargos públicos;

CONSIDERANDO a edição e publicação do Decreto nº 8.265, de 26 de setembro de 2018, que autorizou a realização de concurso público e nomeou os membros da Comissão Especial de Concurso Público;

CONSIDERANDO que, por razões de conveniência administrativa e de interesse público, a Administração Municipal decidiu cancelar a realização do concurso público autorizado, bem como rescindir o Contrato nº 133/2018, firmado com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual do Centro-Oeste – FAU, instituição responsável pela organização do certame;

CONSIDERANDO que, por equívoco administrativo, à época não foi editado e publicado decreto ou outro ato normativo formalizando expressamente o cancelamento do referido concurso público;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização formal do cancelamento do concurso público junto SIAP - Sistema Integrado de Atos de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

DECRETA:

Art. 1º Fica cancelado o Concurso Público autorizado pelo Decreto nº 8.265, de 26 de setembro de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de outubro de 2019, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 16 de dezembro de 2025, 82º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:16F15A17

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 13-2025

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO N° 13/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ANDIRÁ ESTADO DO PARANÁ CNPJ: 76.235.761/0001-94 E O INSTITUTO DE CÂNCER DE LONDRINA-PR CNPJ: 78.633.088/0001-76 **OBJETO:** AUXÍLIO NO CUSTEIO DE MATERIAL FARMACOLÓGICO. MEDICAMENTOS DIVERSOS UTILIZADOS AO ATENDIMENTO DE PACIENTES BENEFICIÁRIOS DO SUS (SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE) EM TRATAMENTO ONCOLÓGICO.

VALOR TOTAL: R$ 50.000,00.
VIGÊNCIA: entra em vigor a partir da sua assinatura
Até a data de 20 de maio de 2026.
DATA: 17 de dezembro de 2025.

EDNYRA AP. SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita

FRANCISCO ONTIVERO
Presidente

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:7A3A842A

GABINETE DA PREFEITA
LEI Nº. 4.002 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025

(PROJETO DE LEI Nº. 99/2025 – PMA)
LEI Nº. 4.002 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025

Súmula: Altera a Tabela I, da Lei Municipal nº 2.282, de 28 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos e carreiras dos servidores públicos da administração direta e indireta do Município de Andirá, para aumentar o número de vagas dos cargos de Farmacêutico e Psicólogo, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Andirá aprovou e eu, EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte lei:
Art. 1º. Fica alterada a Tabela I, da Lei Municipal nº 2.282, de 28 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos e carreiras dos servidores públicos da administração direta e indireta do Município de Andirá, para aumentar o número de vagas dos cargos efetivos de Farmacêutico e Psicólogo.

Art. 2º. A Tabela I da Lei Municipal nº 2.282, de 28 de dezembro de 2011, passará a vigorar com a seguinte redação, quanto aos cargos de Farmacêutico e Psicólogo:

TABELA I - CARGOS - Denominações, Quadros, Carga Horária e Vagas				
GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR	Carga Horária Semanal	Quadro	VAGAS OCUPADAS	VAGAS
FARMACÊUTICO	40 horas	Permanente	03	04
PSICÓLOGO 40 H	40 horas	Permanente	07	08

Art. 3º. Faz parte integrante desta Lei o estudo de impacto financeiro e orçamentário, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000.
Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 16 de dezembro de 2025, 82º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:8907B675

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº.19.721 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 15 dias de férias iniciais, a partir do dia 21 de janeiro de 2026, a Servidora Pública Municipal **ANDREA REGINA DOS SANTOS NEVES** ocupante do cargo de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM** lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE** referente ao período aquisitivo: 02-03-2024 a 01-03-2025.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025, 82º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:8F93F774

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº.19.722 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 15 dias de férias iniciais, a partir do dia 05 de janeiro de 2026, a Servidora Pública Municipal **ANA LUIZA DE OLIVEIRA MOURA**, ocupante do cargo em comissão de **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS GOVERNAMENTAIS** lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS GOVERNAMENTAIS,** referente ao período aquisitivo: 08-10-2024 a 07-10-2025.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025, 82º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:E1F61E3D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
JUSTIFICATIVA

Termo de Fomento

A presente iniciativa se fundamenta no direito fundamental à saúde, estabelecido no artigo 196 da Constituição Federal como um direito universal e dever do Estado. A garantia desse direito exige políticas que assegurem o acesso a tratamentos especializados, conforme preconiza também a legislação que rege a saúde pública. O **Instituto de Câncer de Londrina**, fundado em 08/11/1965, é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos e o único hospital especializado em oncologia com suporte para tratamento de neoplasias malignas na região macro norte do Paraná. Sua relevância é inquestionável, prestando atendimento a onze municípios, com **94,79%** dos serviços destinados a pacientes do SUS. Apesar de sua missão vital e humanitária, o Instituto enfrenta um déficit mensal, visto que os recursos repassados pelo SUS são insuficientes para cobrir integralmente as despesas da instituição. O Plano de Trabalho e o subsequente Termo de Fomento visam prover os recursos necessários para auxiliar com as despesas inerentes à manutenção da qualidade e dignidade do atendimento oncológico.
A parceria com esta Secretaria de Saúde não apenas cumpre o dever legal de garantir a saúde, mas também reforça o compromisso ético com a população regional. O investimento em uma infraestrutura e nos serviços do Instituto de Câncer de Londrina é crucial para garantir a continuidade e a excelência do tratamento oncológico, permitindo que a instituição siga prestando um atendimento digno e humanizado aos pacientes que mais precisam.
A meta principal deste Termo de Fomento é garantir o suporte financeiro essencial para a continuidade da prestação de serviços de prevenção, diagnóstico, tratamento e pesquisa no campo de neoplasias malignas pelo Instituto de Câncer de Londrina, assegurando a manutenção de seus 128 leitos e o atendimento à vasta população da região macro norte do estado.
Atenciosamente

Andirá, 04 de Dezembro de 2025.

GABRIELA FANTINATTI DE CAMPOS CARVALHATTI
Secretária Municipal da Saúde

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:BD0E9A7C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RATIFICAÇÃO

RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 061/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 191/2025

A Prefeita Municipal de Antonina/PR torna pública a RATIFICAÇÃO da Dispensa de Licitação n° 061/2025 que prevê a "**Contratação de empresa especializada na locação de cadeiras plásticas, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico, conforme Termo de Referência"**, pela empresa **KLEIN LOCAÇÕES PARA EVENTOS LTDA - ME**, inscrita no **CNPJ Nº 07.454.892/0001-40**, no valor de **R$**

4.275,00 (quatro mil, duzentos e setenta e cinco reais), com base no art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações e de acordo com o parecer jurídico proferido pela Procuradoria-Geral do Município.

Antonina, 17 de dezembro de 2025.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita

Publicado por:
Hiago Huan do Couto Santos
Código Identificador:53289426

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RATIFICAÇÃO

RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 037/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 107/2025

A Prefeita do Município de Antonina/PR torna pública a RATIFICAÇÃO da Inexigibilidade de Licitação n° 037/2025 que prevê a "**Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, a pedido da Secretaria Municipal de Educação e Esportes**, nos termos do art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, em razão da inviabilidade de competição, conforme descrito no Termo de Referência", pelas empresas **COOPERATIVA DE PROCESSAMENTO ALIMENTAR E AGRICULTURA FAMILIAR SOLIDARIA DE ANTONINA E REGIÃO – COOPER CAHOEIRA**, inscrita no CNPJ Nº 26.504.099/0001-52, no valor de R$188.932,50 (cento e oitenta e oito mil e novecentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos) e **COOPERASPRAN – COOPERATIVA DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS E ARTESANAIS DE ANTONINA,** inscrita no CNPJ Nº 03.697.362/0001-71, no valor de R$ 321.354,00 (trezentos e vinte e um mil e trezentos e cinquenta e quatro reais) com base no art. 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações e de acordo com o parecer jurídico proferido pela Procuradoria-Geral do Município.

Antonina, 17 de dezembro de 2025.

ROZANE MARISTELA BENEDETI OSAKI
Prefeita

Publicado por:
Josiane Pereira Maier Shtorache
Código Identificador:7CEB360C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA - EDITAL DE CHAMAMENTO 002/2025 - PATROCINIO REVEILLON

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO

EDITAL DE CHAMAMENTO 002/2025 – PATROCÍNIO DO REVEILLON DE ANTONINA 2025

ERRATA

ONDE SE LÊ: Ao décimo terceiro dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, os técnicos da Secretaria de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico reuniram-se para a leitura das propostas conforme Edital de Chamamento Público 002/2025, publicado na edição 3415 do Diário Oficial dos Municípios em 27/11/2025.

LEIA-SE: Ao décimo segundo dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco os técnicos da Secretaria de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico reuniram-se para a leitura das propostas conforme Edital de Chamamento Público 002/2025, publicado na edição 3415 do Diário Oficial dos Municípios em 27/11/2025.

THIAGO AFONSO DE SOUZA
Secretário Municipal de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:0B5FD75C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 561/2025 - INSTAURA COMISSÃO SINDICANTE

PORTARIA Nº 561/2025, de 15 de dezembro de 2025

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro na Lei Municipal nº 033/98, e considerando o Memorando nº 144/2025 – PGM,

RESOLVE:
Instaurar Comissão Sindicante, para apurar possíveis irregularidades/erro administrativo na vinculação de empenho à Empresa Restaurante Brasileirinho Ltda pela Secretaria Mun de Saúde.

Designar os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão Sindicante:

JEAN MULLER DA SILVA REIS – Presidente
PATRIZIA DAYANE CALIXTO DE SOUZA – Membro
MARCIO CRUZ DE SOUZA - Membro

A Comissão, deverá iniciar os seus trabalhos dentro de 03 (três) dias, contados da Publicação deste ato designatário e deverá atender os preceitos determinados na Lei Municipal nº 033/98.

Ultimados os trabalhos, a Comissão apresentará ao Chefe do Poder Executivo, o relatório para o julgamento final, precedido do parecer da Procuradoria Jurídica.

LEI Nº 033/1998 – ESTATUTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS
Art. 204 - A sindicância administrativa deverá ser iniciada dentro de 3 (três) dias, contados da publicação do ato designatário dos membros da comissão, no órgão oficial do município e concluída no prazo de 30 (trinta) dias, improrrogáveis.

Art. 207 - Decorrido o prazo do artigo 204, sem que seja apresentado o relatório, a autoridade competente deverá promover a responsabilidade dos membros da comissão.
Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA em, 15 de dezembro de 2025

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:409FD63E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO - N° 181/2025

MUNICÍPIO DE ASTORGA- PARANÁ
PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 076/2025
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO - N° 181/2025

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ASTORGA**, CNPJ/MF: 75.743.377/0001-30;
CONTRATADO: 43.666.533 FRANCIELE ALVES DOS SANTOS DE LIMA, CNPJ/MF: 43.666.533/0001-10.
OBJETO: Constitui o objeto deste contrato a aquisição de ração para alimentação de cães adultos, filhotes e gatos, bem como de medicamentos e utensílios veterinários, destinados aos animais atendidos pelo Departamento de Meio Ambiente, Agricultura e Bem

Estar Animal. Conforme a proposta da contratada, independentemente de transcrição, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
VALOR DO CONTRATO: R$ 38.681,50 (trinta e oito mil, seiscentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
07.004.04.122.0018.2.084.3.3.90.30.00.00. - 1001 - MATERIAL DE CONSUMO
VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contado da assinatura do presente instrumento, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.
SIGNATÁRIOS: Suzie Aparecida Pucillo Zanatta e Franciele Alves dos Santos de Lima.
DATA DA ASSINATURA: 16/12/2025

Publicado por:
Murilo Cesar Matheus Garcia
Código Identificador:1BA598F6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO - N° 183/2025

MUNICÍPIO DE ASTORGA – PARANÁ
DISPENSA DE LICITAÇÃO - Nº 020/2025
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO - N° 183/2025

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ASTORGA**, CNPJ/MF: 75.743.377/0001-30;
CONTRATADO: CESPTRAN - CURSOS ESPECIALIZADOS DE TRANSITO LTDA, CNPJ/MF: 05.593.990/0001-32.
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a aplicação do curso de formação para condutores de transporte coletivo de passageiros (regulamentados pelo CONTRAN), visando à capacitação dos motoristas que realizam o transporte de pessoas sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Astorga. Conforme a proposta da contratada, independentemente de transcrição, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
VALOR DO CONTRATO: R$ 2.973,00 (dois mil, novecentos e setenta e três reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
06.005.08.122.0013.2.060.3.3.90.39.00.00. - 1001 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
06.011.27.812.0015.2.071.3.3.90.39.00.00. - 1001 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
07.003.15.452.0017.2.076.3.3.90.39.00.00. - 1001 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será de 120 (cento e vinte) dias contados da assinatura do presente instrumento.
SIGNATÁRIOS: Suzie Aparecida Pucillo Zanatta e Jussara da Silva.
DATA DA ASSINATURA: 16/12/2025

Publicado por:
Murilo Cesar Matheus Garcia
Código Identificador:706EC3F2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 023/2025

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Adjudico e homologo, nos termos da justificativa apresentada e do parecer jurídico, a dispensa de licitação nº 023/2025, processo administrativo nº 182/2025, tendo por objeto o Registro de Preço para eventuais contratações de pessoa jurídica para o fornecimento de Kits de Materiais Esportivos conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e Edital.
As empresas que se sagram vencedoras foram:
Item 1 - A empresa **Indústria de Bolas Tita Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 17.952.607/0001-74**, no valor total de **R$ 12.727,84** (doze mil, setecentos e vinte e sete reais, oitenta e quatro centavos).
Item 2 - A empresa **Fênix do Brasil Sports Ltda**, inscrita no **CNPJ Nº 41.227.145/0001-07**, no valor total de **R$ 18.930,96** (dezoito mil, novecentos e trinta reais, noventa e seis centavos).
Os recursos para as contratações correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:
06.002.12.361.0011.2.026.3.3.90.30.00.00.RED: 422 e 2525
Desdobramento: 14-00
As eventuais contratações enquadram-se nas hipóteses previstas no Inciso II, do Art. 75 e no parágrafo 6º do Art. 82, da Lei Federal nº 14.133/2021, determinando a publicação deste ato por força do disposto no Art. 1º, do Decreto Municipal nº 049/2023, que regulamentou a Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito do Município de Astorga-PR.

Astorga, 16 de dezembro de 2025

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Allison Mackenzie Mossato
Código Identificador:2794457E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 3.390/2025

SÚMULA: DISPÕE SOBRE EXTINÇÃO, POR REMISSÃO, DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITA MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a extinguir, por remissão, créditos tributários e não tributários, observado o disposto nesta lei.

Art. 2º - Poderão ser objeto da remissão de que trata o art. 1º os créditos constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2021, cujos valores, atualizados em 31 de outubro de 2025 não ultrapassem o valor de R$ 487,18 (quatrocentos e oitenta e sete reais e dezoito centavos).
Parágrafo único - Para fins de apuração do valor fixado no *caput*, deverão ser somados todos os débitos de responsabilidade do mesmo contribuinte, de natureza tributária e não-tributária, inscritos ou não em dívida ativa, com fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2021, não ajuizados.

Art. 3º - O disposto nesta lei não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.

Art. 4º - Fica autorizado ao Poder Executivo adotar todas as providências necessárias ao cumprimento da presente lei, e caso necessário a regulamentará através de Decreto.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, aos 17 (dezessete) dias do mês de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

EMERSON FABIO PELOSI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:942B21FE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 3.396/2025

SÚMULA: AUTORIZA O PARCELAMENTO SOBRE IMPOSTOS MUNICIPAIS, AUTORIZA A BONIFICAÇÃO PARA PAGAMENTO À VISTA, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITA MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1º - Os créditos tributários decorrentes do IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, referentes ao exercício de 2026, poderão ser pagos parceladamente, em até 10 (dez) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira parcela no dia 10 de março de 2026.

Art. 2º - Os créditos tributários decorrentes do IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, referentes ao exercício de 2026, poderão ser pagos integralmente e à vista, até o dia 10 de março de 2026, com desconto de 15% (quinze por cento).

Art. 3º - Os créditos tributários decorrentes do IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA, lançados com a alíquota fixa, exercício de 2026, poderão ser pagos parceladamente, em até 05 (cinco) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira parcela no dia 10 de março de 2026.

Art. 4º - Os créditos tributários decorrentes do IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA, lançados com a alíquota fixa, exercício de 2026, poderão ser pagos integralmente e à vista, até o dia 10 de fevereiro de 2026, com desconto de 15% (quinze por cento), ou até o dia 10 de março de 2026, com desconto de 10% (dez por cento).

Art. 5º - Os créditos tributários decorrentes da TAXA DE LOCALIZAÇÃO E DE FUNCIONAMENTO REGULAR DE ESTABELECIMENTO DE PRODUÇÃO, COMÉRCIO, INDÚSTRIA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS, exercício de 2026, poderão ser pagos integralmente e à vista, até o dia 10 de fevereiro de 2026, com desconto de 15% (quinze por cento), ou até o dia 10 de março de 2026, com desconto de 10% (dez por cento).

Art. 6º - O não pagamento de qualquer parcela até a data de seu respectivo vencimento, de qualquer dos créditos tributários abrangidos por esta lei, implicará na cobrança dos acréscimos legais, previstos no Código Tributário Municipal.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, aos 17 (dezessete) dias do mês de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

EMERSON FABIO PELOSI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:7CFCA4A0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 3.399/2025

SÚMULA: DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DE DÉBITOS DO MUNICÍPIO DE ASTORGA COM SEU REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ASTORGA - ESTADO DO PARANÁ **APROVOU** E EU, PREFEITA MUNICIPAL, **SANCIONO** A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica autorizado o parcelamento dos débitos do Município de Astorga-PR, com seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, gerido pela Caixa de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Astorga – PREVISA.

Art. 2º - Os aportes financeiros destinados à amortização do déficit técnico, inclusive seus encargos legais, devidos pelo Município e não repassados à unidade gestora do RPPS até seu vencimento, depois de apuradas e confessados, poderão ser objeto de termo de acordo de parcelamento em até 36 (trinta e seis) prestações mensais, iguais e consecutivas, nos termos do art. 14 da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022 e suas alterações, não podendo a última parcela ultrapassar a data de 31/12/2028.
Parágrafo único. O vencimento da primeira prestação do ajuste a que se refere o *caput* ocorrerá até o último dia útil do mês subsequente ao da assinatura do termo de acordo de parcelamento.

Art. 3º - Para apuração dos montantes devidos a serem parcelados, os valores originais serão atualizados pelo IPCA, acrescidos de juros simples de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento até o mês anterior ao da consolidação do termo de acordo de parcelamento, respeitada a meta atuarial vigente do RPPS.
§ 1º - As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA, acrescidas de juros simples de 1% (um por cento) ao mês, acumulados desde a data de consolidação dos montantes devidos nos termos de acordo de parcelamento até o mês anterior ao de vencimento.
§ 2º - As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA, acrescidos de juros simples de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento), acumulados desde a data do seu vencimento, até o mês anterior ao do efetivo pagamento.

Art. 4º - Para cumprimento desta Lei, o Poder Executivo adotará as medias necessárias a compatibilidade orçamentária e financeira, em conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), garantido o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, aos 17 (dezessete) dias do mês de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

EMERSON FABIO PELOSI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:F414C487

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.535/2025

A PREFEITA DO MUNICIPIO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO o Artigo 43, § 4º, da Lei n.º 2.447/2012, de 04/04/2012, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Astorga,

R E S O L V E

CONCEDER **Promoção Funcional Vertical**, à servidora **DULCELENE DESINI**, lotada no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Professor de Educação Infantil, nível C-1, **passando para o nível D-1**, a partir de 1º de janeiro de 2026, conforme requerimento protocolado sob n.º 1-24.569/2025, de 13/11/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 15 (quinze) dias do mês de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

EMERSON FABIO PELOSI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:6C6469E4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.540/2025

A PREFEITA DO MUNICIPIO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER **Promoção Funcional Horizontal**, **com início em 1º de janeiro de 2026**, a profissional da educação, do quadro de pessoal de provimento efetivo, a seguir relacionada:

PROFESSOR	Nível Anterior	Nível de Elevação
- Andrieli Fiorentini Fioresi Pavan	MC-1	**MC-2**
- Bruna Salvadego	MC-1	**MC-2**
- Eliane Barbosa Palota	MB-1	**MB-2**
- Evane Cristina Campioni Vendruscolo	MC-1	**MC-2**

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 16 (dezesseis) dias do mês de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

EMERSON FABIO PELOSI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:5A4FCA04

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.544/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

REVOGAR, a partir de 1º de dezembro de 2025, a Portaria nº 1.336/2025, de 11/11/2025, que nomeou o servidor **BRUNO WLMER GOMES DE OLIVEIRA**, lotado no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de **Fiscal Sanitário, Nível 19-A**, para exercer o cargo em comissão de Chefe da Seção de Vigilância de Terrenos, Símbolo CC-06, com opção para receber Função Gratificada, FG-04.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 17 (dezessete) dias do mês de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

EMERSON FABIO PELOSI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:C236260E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.545/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

REVOGAR, a partir de 1º de dezembro de 2025, a Portaria nº 1.259/2025, de 05/11/2025, que nomeou o servidor **JÚLIO CÉSAR PEIXOTO**, lotado no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Fiscal de Obras, Nível 19-L, para exercer o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Fiscalização de Obras, Símbolo CC-05, com opção para receber Função Gratificada, FG-03.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 17 (dezessete) dias do mês de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

EMERSON FABIO PELOSI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:9C562CA2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.546/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

REVOGAR, a partir de 1º de dezembro de 2025, a Portaria nº 1.228/2025, de 03/11/2025, que nomeou o servidor **LAERCIO LUIZ DE SOUZA**, lotado no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Fiscal de Tributos, nível 19-B, para exercer o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Administração Tributária, Símbolo CC-06, com opção para receber Função Gratificada, FG-03.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 17 (dezessete) dias do mês de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

EMERSON FABIO PELOSI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:DC7DE0CE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.547/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

REVOGAR, a partir de 1º de dezembro de 2025, a Portaria nº 1.227/2025, de 03/11/2025, que nomeou o servidor **YAGO GOUVEIA DA SILVA CALIZOTTI**, lotado no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Fiscal de Tributos, Nível 19-B, para exercer o cargo em comissão de Assessor do Departamento Municipal de Tributação, Símbolo CC-06.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 17 (dezessete) dias do mês de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

EMERSON FABIO PELOSI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:EA52E57C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.548/2025

PORTARIA N.° 1.548/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

REVOGAR, a partir de 1º de dezembro de 2025, a Portaria nº 1.296/2025, de 07/11/2025, que nomeou o servidor **APARECIDO ALVES DOS SANTOS**, lotado no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Padeiro, Nível 11-L, para exercer o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Padaria, Símbolo CC-06, com opção para receber Função Gratificada, FG-03.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 17 (dezessete) dias do mês de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

EMERSON FABIO PELOSI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:B8DFBDC1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2024 EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 012/2025

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E
CONVOCAR, o candidato abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital n.º 001/2024, para comparecer na **Prefeitura Municipal de Astorga - Departamento de Recursos Humanos, no período de 22/12/2025 a 23/12/2025**, munido dos seguintes documentos:
- Cópia da Carteira de Identidade e CPF;
- Cópia do Título de Eleitor e último comprovante de votação;
- Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;
- Cópia da Certidão de Nascimento dos dependentes;
- Cópia do CPF dos dependentes menores;
- Cópia do comprovante de conclusão do curso exigido no Edital de Concurso;
- Cópia do comprovante de quitação com o serviço militar;
- Cópia do Cadastro no PIS / PASEP;
- Atestado de Antecedentes Criminais;
- Certidão de Quitação com a Justiça Eleitoral;
- Certidão Criminal;
- Comprovante de residência;
- 1 foto 3 x 4.

O não comparecimento no prazo estipulado, implicará na desclassificação do candidato.

CARGO: MOTORISTA GERAL

NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO FINAL
- João Marcos Ferreira de Oliveira	18,5	4º lugar

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 15 (quinze) dias do mês de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:F432142F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 28/2025

Súmula: Aprova a Programação Anual de Saúde (PAS) para o ano de 2026.

O Conselho Municipal de Saúde, através de sua Presidente, no uso de suas atribuições, nos termos ata nº 209 de 17 de dezembro de 2025.
RESOLVE:
Art.1º. Aprovar a Programação Anual de Saúde (PAS) para o ano de 2026.
Art.2º. Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Astorga, 17 de dezembro de 2025.

MARIA APARECIDA DE SILVA
Presidente do C.M.S. de Astorga

JOISY APARECIDA MARCHI DE MIRANDA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:262AD0EF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE BALSA NOVA – PR (REPUBLICADO POR INCORREÇÃO) RESOLUÇÃO Nº 30/2025

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE BALSA NOVA – PR
(Republicado por Incorreção)

RESOLUÇÃO Nº 30/2025

Súmula: Cria o Banco de Projetos do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência (FIA) de Balsa Nova, estabelece os critérios para a Chancela de Projetos, dispõe sobre a captação de recursos via doações dirigidas e define os procedimentos de repasse às Organizações da Sociedade Civil, em conformidade com a legislação vigente.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE BALSA NOVA - CMDCA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA) e pela Lei Municipal nº 218/1990, torna público que, em **Assembleia Extraordinária** realizada em **11 de dezembro de 2025**, o colegiado;
CONSIDERANDO o disposto no art. 260 da Lei Federal nº 8.069/1990, que permite aos contribuintes efetuarem doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente dedutíveis do imposto de renda, e especificamente o §2º-B, que institui a chancela de projetos;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC) e a sua regulamentação local através da Lei Municipal nº 1.011, de 24 de outubro de 2017;
CONSIDERANDO a publicação do Decreto Municipal nº 233/2025, que regulamenta a Chancela Municipal de Projetos e o repasse de doações dirigidas no âmbito de Balsa Nova;
CONSIDERANDO a necessidade de unificar os procedimentos de habilitação de entidades e o fluxo operacional de captação de recursos em um único ato normativo para garantir segurança jurídica e transparência;

RESOLVE:
CAPÍTULO I
DO OBJETO
Art. 1º Esta Resolução Regulamenta, no âmbito do Município de Balsa Nova, os procedimentos para:
I - Inscrição, análise e habilitação de propostas no Banco de Projetos do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência (FIA);
II - Concessão de Chancela a projetos aptos a captar recursos via doação dirigida;
III - Procedimentos para efetivação da doação, emissão de recibos e retenção percentual ao Fundo;
IV - Formalização do Termo de Fomento e liberação dos recursos captados.
CAPÍTULO II
DO BANCO DE PROJETOS E DA HABILITAÇÃO
Art. 2º O Banco de Projetos do FIA é o cadastro oficial de iniciativas aprovadas pelo CMDCA, cujas Organizações da Sociedade Civil (OSCs) proponentes estão autorizadas a captar recursos de pessoas físicas e jurídicas, conforme previsão legal.
Art. 3º Poderão apresentar propostas ao Banco de Projetos as OSCs regularmente constituídas, que comprovem, obrigatoriamente:
I - Inscrição regular e vigente no CMDCA de Balsa Nova;
II - Atendimento aos requisitos previstos no art. 2º, inciso II, da Lei Municipal nº 1.011/2017.
III - A garantia de gratuidade integral aos beneficiários do projeto, sendo vedada a cobrança de taxas, matrículas, materiais, mensalidades ou qualquer outra contribuição financeira das crianças, adolescentes ou suas famílias para acesso às atividades.
Parágrafo único. É vedada a habilitação de projetos que visem custear obrigações legais de terceiros ou atividades pelas quais a entidade já receba remuneração de empresas privadas, notadamente nos programas de aprendizagem profissional e estágios, salvo se o projeto tiver objeto distinto e voltado exclusivamente à assistência social e inclusão de vulneráveis, sem ônus para o setor empresarial.
Art. 4º Para habilitação da proposta no Banco de Projetos, a OSC deverá submeter o projeto e a documentação exigida por meio de plataforma eletrônica disponibilizada pelo Município ou, enquanto esta não estiver implementada, mediante protocolo de envelope lacrado junto à Secretaria Executiva do CMDCA ou Secretaria Municipal de Assistência Social, contendo:
I - Ofício de solicitação de inscrição do projeto, assinado pelo representante legal da OSC;
II - Projeto Técnico / Plano de Trabalho, contendo diagnóstico, objetivos, metas, metodologia, cronograma de execução e plano de aplicação financeira (orçamento);
III - Comprovante de inscrição no CNPJ, com no mínimo 01 (um) ano de existência, pertencente a entidade sediada ou com representação atuante e reconhecida no Município de Balsa Nova;
IV - Cópia do Estatuto Social devidamente registrado, em sua versão consolidada ou acompanhado das alterações vigentes;
V - Ata de eleição e posse da atual diretoria;
VI - Relação nominal atualizada dos dirigentes, com CPF e endereço;
VII - Cópia de documento de identidade e CPF dos representantes legais;
VIII - Comprovante de endereço da sede administrativa ou, no caso de entidade não sediada no Município, comprovante do local de funcionamento de sua representação em Balsa Nova;
IX - Comprovante de Inscrição e Regularidade vigente no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Balsa Nova;
X - Certidões de Regularidade Fiscal, Trabalhista e Previdenciária (Federal, Estadual e Municipal, FGTS e CNDT);
XI - Certidão Liberatória do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) e Certidão Liberatória de Transferências Voluntárias do Município de Balsa Nova;
XII - Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e do Cadastro Nacional de Entidades Punidas (CNEP);
XIII - Declaração Unificada do Representante Legal, sob as penas da lei, atestando:
a) Que a entidade e seus dirigentes não incorrem nas vedações do art. 39 da Lei nº 13.019/2014 e Lei Municipal nº 1.011/2017 (incluindo nepotismo);
b) Que a entidade dispõe de condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do projeto;
c) Que mantém escrituração contábil regular;
d) Ciência sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
Parágrafo único. As entidades caracterizadas como "Social Techs" ou de natureza meio - definidas como aquelas vocacionadas ao suporte técnico, tecnológico e de gestão estratégica ao sistema de garantia de direitos, vedada a realização de atendimento direto continuado a crianças e adolescentes nesta modalidade - terão a análise de capacidade técnica e operacional flexibilizada, nos termos do art. 6º do Decreto Municipal nº 233/2025.
Art. 5º As propostas de projetos deverão, obrigatoriamente, contemplar ações de garantia, defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente, priorizando, mas não se limitando, aos seguintes eixos:
I - Convivência familiar e comunitária;
II - Atendimento a situações de risco e vulnerabilidade social;
III - Atendimento a matriculados em escolas públicas (contra turno/apoio);
IV - Medidas socioeducativas ou atenção ao adolescente autor de ato infracional;
V - Situação de rua;
VI - Enfrentamento às violências e trabalho infantil;
VII - Saúde, esporte, cultura, lazer e qualificação profissional;
VIII - Prevenção ao uso de álcool e drogas;
IX - Promoção da igualdade racial e comunidades tradicionais.
X - Inovação social e tecnológica, incluindo o desenvolvimento de soluções digitais, aplicativos ou plataformas de apoio à política pública;
XI - Estudos, diagnósticos, pesquisas e capacitação do Sistema de Garantia de Direitos.
XII – Promoção da inclusão social, acessibilidade e atendimento especializado a crianças e adolescentes com deficiência.*
Art. 6º O fluxo de análise observará:
I - Análise preliminar documental (Habilitação Jurídica) pela Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social;
II - Emissão de Parecer Técnico;
III - Apreciação e Deliberação (Mérito e Viabilidade) pela Plenária do CMDCA.
§ 1º A aprovação do projeto não garante o financiamento pelo FIA, servindo apenas como autorização (Chancela) para que a entidade busque a captação dos recursos junto à sociedade.
§ 2º O projeto chancelado terá **validade de 02 (dois) anos** para captação, contados da publicação da aprovação, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, conforme art. 2º, §3º do Decreto Municipal nº 233/2025.
§ 3º Após a aprovação em Plenária, será publicada Resolução específica homologando a inclusão da proposta no Banco de Projetos e emitido o respectivo Certificado de Autorização para Captação de Recursos, contendo o valor bruto autorizado e o prazo de vigência.
CAPÍTULO III
DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DOAÇÃO DIRIGIDA
Art. 7º Uma vez publicada a proposta no Banco de Projetos, a OSC está autorizada a captar recursos junto à sociedade civil e à iniciativa privada.
§ 1º A doação dirigida ocorre quando o contribuinte destina recursos ao FIA, indicando expressamente qual projeto aprovado deseja beneficiar.
§ 2º Fica facultado à OSC titular do projeto chancelado disponibilizar, em seu sítio eletrônico, aplicativos ou redes sociais, plataformas tecnológicas facilitadoras de doação, que permitam a geração de boletos, códigos PIX ou instruções de transferência, desde que configuradas para que o crédito financeiro seja destinado direta e

exclusivamente à conta bancária do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência (FIA).

Art. 8º Os procedimentos para doação observarão a estrita legalidade bancária:

I - O depósito deve ser identificado e realizado na conta bancária específica do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência (FIA), sendo vedado o trânsito de recursos por contas intermediárias da própria OSC;

II - O doador poderá utilizar boleto bancário específico gerado pelo Município ou pelas plataformas facilitadoras mencionadas no art. 7º, §2º, devendo apresentar o comprovante ao CMDCA para emissão do recibo oficial;

III - No caso de doações via Declaração de Ajuste Anual (no momento da declaração do IR), o contribuinte deverá informar à OSC e ao CMDCA o pagamento do DARF para a devida conciliação de valores.

Art. 9º Para a emissão do Recibo de Doação (documento hábil para a dedução fiscal), é indispensável a identificação da origem do recurso.

§ 1º O doador ou a OSC deverá encaminhar ao CMDCA:

I - Comprovante do depósito/pagamento ou da transferência;

II - Indicação do Projeto Beneficiário (Nome e Entidade);

III - Dados do Doador (Nome completo/Razão Social, CPF/CNPJ, Endereço e Telefone/E-mail).

§ 2º Nas doações captadas via plataformas facilitadoras da OSC, a entidade captadora fica responsável por consolidar as informações dos doadores e encaminhá-las ao CMDCA para a emissão dos respectivos recibos fiscais.

Art. 10. O CMDCA, após confirmação do ingresso do recurso na conta do Fundo, emitirá o recibo em favor do doador, assinado pelo Presidente do Conselho e/ou pelo Gestor do Fundo, discriminando o valor e o ano-calendário a que se refere a doação.

CAPÍTULO IV

DA RETENÇÃO AO FUNDO MUNICIPAL (QUOTA DE SOLIDARIEDADE)

Art. 11. De todo recurso captado via doação dirigida a projetos específicos chancelados, o Fundo Municipal reterá, na fonte, o percentual de 5% (cinco por cento).

§ 1º O valor retido será destinado à conta geral do FIA para aplicação em projetos de caráter universal, conforme deliberação do CMDCA, não compondo o objeto da parceria com a OSC captadora.

§ 2º O percentual de retenção incidirá sobre cada captação individual realizada para o projeto.

§ 3º A OSC terá direito a executar 95% (noventa e cinco por cento) do valor bruto captado para o seu projeto.

§ 4º Para garantir que a OSC receba o valor integral necessário à execução do seu Plano de Trabalho, o valor total autorizado no Certificado de Captação (Chancela) deverá prever o acréscimo correspondente à retenção, de modo que o valor líquido resultante corresponda ao orçamento do projeto.

§ 5º O Plano de Trabalho apresentado pela OSC deverá detalhar apenas a execução dos 95% (valor líquido) destinados ao projeto, não devendo a retenção de 5% figurar como despesa executável ou contrapartida da entidade.

§ 6º O cálculo do valor total a ser autorizado no Certificado de Captação (Valor Bruto) será realizado de ofício pelo CMDCA ou pela Comissão de Seleção no momento da emissão do documento, adotando-se o seguinte procedimento:

I - Considera-se o orçamento total apresentado no Plano de Trabalho pela OSC como Valor Líquido necessário à execução;

II - Aplica-se a divisão deste Valor Líquido pelo fator 0,95 (zero vírgula noventa e cinco);

III - O resultado desta operação constará no Certificado de Captação como o teto autorizado para recebimento de doações.

CAPÍTULO V

DO RESGATE E FORMALIZAÇÃO DA PARCERIA

Art. 12. O repasse dos recursos captados à OSC executora será formalizado por meio de Termo de Fomento, com dispensa ou inexigibilidade de chamamento público, nos termos do da Lei Federal nº 13.019/2014 do Decreto Municipal nº 233/2025.

Art. 13. O resgate dos recursos financeiros captados poderá ocorrer nas modalidades **Total** ou **Parcial**, a pedido da OSC proponente.

§ 1º O **Resgate Total** ocorre quando a OSC captar integralmente os recursos previstos no orçamento original do projeto.

§ 2º O **Resgate Parcial** ocorre quando a captação for inferior ao valor total do projeto, sendo expressamente permitida a formalização da parceria pelo valor arrecadado, desde que preservada a viabilidade técnica e funcional de, ao menos, uma etapa do projeto.

Art. 14. Para solicitar o resgate (seja total ou parcial), a OSC deverá apresentar ao CMDCA:

I - Ofício solicitando o resgate e a formalização;

II - Plano de Trabalho ajustado ao valor líquido efetivamente disponível, descrevendo exatamente quais metas serão executadas com aquele montante;

III - Certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária atualizadas;

IV - Declaração de vigência do mandato da diretoria e de manutenção das condições de habilitação.

Art. 15. A aprovação do resgate parcial ficará condicionada à análise técnica que demonstre que o valor captado é suficiente para entregar etapas úteis, funcionais ou autônomas (fases que tenham começo, meio e fim), gerando benefício imediato ao público-alvo, sem prejuízo da continuidade futura do projeto.

Parágrafo único. É vedada a liberação parcial de recursos quando o objeto do projeto for considerado único e indivisível (ex: aquisição de um único veículo, equipamento unitário ou obra que não permita funcionalidade por etapas), exceto se a OSC comprovar dispor de contrapartida financeira própria ou de terceiros para complementar o valor necessário.

Art. 16. Nos casos em que a captação parcial for insuficiente para qualquer etapa útil (objeto indivisível) ou caso sobrem saldos não executáveis:

I - A OSC poderá apresentar, no prazo de até 30 (trinta) dias, uma Proposta de Readequação do Plano de Trabalho para utilizar o saldo arrecadado em outra finalidade de interesse público, vinculada ao eixo temático original, sujeita à deliberação da Plenária do CMDCA;

II - Caso a readequação não seja apresentada ou aprovada, os valores serão revertidos ao saldo universal do FIA, após notificação final à entidade.

Art. 17. A liberação do recurso financeiro observará o cronograma de desembolso do Plano de Trabalho Ajustado e aprovado, sendo depositado em conta bancária específica e isenta de tarifas em instituição financeira pública.

CAPÍTULO VI

DA EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 18. A execução dos recursos deverá seguir estritamente o Plano de Trabalho aprovado e as regras da Lei Municipal nº 1.011/2017.

Parágrafo único. Nos termos do art. 9º do Decreto Municipal nº 233/2025, é permitido o pagamento de custos indiretos (internet, aluguel, luz, contador, etc.) limitados a 20% (vinte por cento) do valor total do projeto executado.

Art. 19. A prestação de contas deverá ser apresentada conforme os prazos estabelecidos no Termo de Fomento e na legislação municipal, sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. É dever da OSC proponente acompanhar a validade de sua chancela e realizar a captação de recursos junto aos doadores, não cabendo ao CMDCA a responsabilidade pelo financiamento de projetos que não obtenham doações suficientes.

Art. 21. Os casos omissos serão resolvidos pela Plenária do CMDCA, observada a legislação vigente.

Art. 22. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, assegurando sua vigência a partir de 11 de dezembro de 2025.

Balsa Nova, 12 de dezembro de 2025.

ANAILCE DA SILVA OLIVEIRA
Presidente -CMDCA

VANESSA DA SILVA CAMPESE
Secretária Executiva - CMDCA

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:7364626D

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 062/2025

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 062/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
CONTRATADA: SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.
OBJETO: Aquisição de máquinas rodoviárias (retroescavadeira e motoniveladora) - Termo de Convênio nº 458/2025 SEAB/PR.
VALOR: R$ 1.169.000,00 (um milhão, cento e sessenta e nove mil reais) por todo o objeto.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
09.002.20.605.0014.1199-4.4.90.52.00.00.1152.
PRAZO DE VIGENCIA: Até 180 (cento e oitenta) dias.
FORO: Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.
Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 02/2024.
Balsa Nova, 16 de dezembro de 2025.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:826571E9

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 063/2025

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 063/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 046/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
CONTRATADA: GEOMAPA ENGENHARIA LTDA.
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para serviços técnicos especializados de elaboração de projetos de arquitetura e engenharia, abrangendo as áreas de edificações e infraestrutura, bem como para a execução de serviços de topografia e geotecnia, ensaios laboratoriais e serviços de sondagem.
VALOR: R$ 18.960,00 (dezoito mil, novecentos e sessenta reais) por todo o objeto.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
06.001.15.451.0004.1030-4.4.90.51.00.00.3000.
06.001.15.451.0004.1030-3.3.90.39.00.00.3000.
06.001.15.451.0004.1030-4.4.90.51.00.00.1000.
PRAZO DE VIGENCIA: Até 12 (doze) meses.
FORO: Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.
Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 02/2024.
Balsa Nova, 17 de dezembro de 2025.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:A542363E

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 064/2025

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 064/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 046/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
CONTRATADA: RAUL SOPKO JUNIOR ENGENHARIA.
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para serviços técnicos especializados de elaboração de projetos de arquitetura e engenharia, abrangendo as áreas de edificações e infraestrutura, bem como para a execução de serviços de topografia e geotecnia, ensaios laboratoriais e serviços de sondagem.
VALOR: R$ 10.318,75 (dez mil, trezentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos) por todo o objeto.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
06.001.15.451.0004.1030-4.4.90.51.00.00.3000.
06.001.15.451.0004.1030-3.3.90.39.00.00.3000.
06.001.15.451.0004.1030-4.4.90.51.00.00.1000.
PRAZO DE VIGENCIA: Até 12 (doze) meses.
FORO: Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.
Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 02/2024.
Balsa Nova, 17 de dezembro de 2025.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:1C33062D

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 065/2025

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 065/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 047/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
CONTRATADA: RAUL SOPKO JUNIOR ENGENHARIA.
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para serviços técnicos especializados de elaboração de projetos de arquitetura e engenharia, abrangendo as áreas de edificações e infraestrutura, bem como para a execução de serviços de topografia e geotecnia, ensaios laboratoriais e serviços de sondagem.
VALOR: R$ 20.062,75 (vinte mil e sessenta e dois reais e setenta e cinco centavos) por todo o objeto.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
06.001.15.451.0004.1030-3.3.90.39.00.00.3000.
PRAZO DE VIGENCIA: Até 12 (doze) meses.
FORO: Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.
Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 02/2024.
Balsa Nova, 17 de dezembro de 2025.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:990BD5E7

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 066/2025

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 066/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 048/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
CONTRATADA: PINHEIRO'S VEICULOS LTDA.
OBJETO: Aquisição de 01 (um) veículo zero quilômetro, tipo picape, destinado ao Departamento de Viação do Município de Balsa Nova/PR, para utilização nas atividades de execução, acompanhamento e fiscalização de serviços de manutenção e conservação das vias públicas urbanas e rurais, em atendimento ao Convênio nº 1028/2025 – SECID, por meio da Adesão à Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 116/2025 – SECID.
VALOR: R$ 142.000,00 (cento e quarenta e dois mil reais) por todo o objeto.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
06.001.04.122.0002.1026-4.4.90.52.00.00.1154.
06.001.04.122.0002.1026-4.4.90.52.00.00.3000.
PRAZO DE VIGENCIA: Até 12 (doze) meses.
FORO: Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.
Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 02/2024.
Balsa Nova, 17 de dezembro de 2025.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:B4B9D799

ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 05 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALSA NOVA.

RESOLUÇÃO Nº 05 de 17 de dezembro de 2025, do Conselho Municipal de Saúde do Município de Balsa Nova.

Súmula: Dispõe sobre as conclusões acerca do Plano Municipal de Saúde / 2026 - 2029, e prescreve as providências que enumera.

O Conselho Municipal de Saúde de Balsa Nova, em reunião ordinária na data supracitada, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080 de 19.09.1990 que regulamenta o Sistema Único de Saúde (SUS), Lei Federal nº 8.142, de 28.12.1990 que dispõe sobre a participação da comunidade no o Sistema Único de Saúde (SUS), Lei Municipal n°.820 de 17.09.2014 e Regimento Interno do CMS;
Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012;
Considerando o inciso IV, do art. 4º, da Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, o qual determina que para receber os recursos de que trata o art. 3º dessa mesma lei, os municípios deverão elaborar relatórios de prestação de contas;
Considerando o § 4º do art. 33, da Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Orgânica da Saúde,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Plano Municipal de Saúde / 2026 – 2029, de Balsa Nova/PR;

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário;

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Balsa Nova, 17 de dezembro de 2025

LUIZ CARLOS MILANI
Decreto nº 052/2024
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:6F7963F0

GABINETE
DECRETO Nº 250/2025

DECRETO Nº 250/2025

Súmula: "Nomeia os membros do Conselho Municipal de Esporte de Balsa Nova para o biênio 2025/2027 e dá outras providências."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e considerando o disposto na **Lei Municipal nº 1.450, de 12 de agosto de 2025**, que criou o Conselho Municipal de Esporte e o Fundo Municipal de Esporte;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem o **Conselho Municipal de Esporte de Balsa Nova**, representando o Poder Público e a Sociedade Civil, para o exercício de mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução:

I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL:

a) Representantes da Gestão Esportiva do Município (Departamento de Esporte):
Titular: Felipe Saldanha de Paula
Suplente: Esmael Alves
b) Representantes da Assistência Social do Município:
Titular: Karoline de Lima Faria
Suplente: Franciele Mendes Soares
c) Representantes da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte:
Titular: Marcos Alves de Lima
Suplente: Marli do Rocio Kulka
d) Representantes da Secretaria de Administração Municipal:
Titular: Bruna dos **Santos**
Suplente: Oswaldo Dias dos Santos Junior

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

a) Representantes das Ações da 3ª Idade:
a) **Titular:** Maria Aparecida Casarin Bathke
Suplente: Avani Soek
b) Representantes dos Entusiastas de Esportes:
Titular: Alessandra Dural Trybus
Suplente: Giovana Dural Trybus
c) Representantes do Comércio Local:
Titular: Leandro Rodrigues
Suplente: Larissa Jacomasso
d) Representantes da Comunidade Estudantil:
Titular: Bruna de Mattos Maia
Suplente: Gabriele Costa Chagas

Art. 2º Conforme deliberado em reunião plenária realizada em 06 de novembro de 2025, a **Mesa Diretora** do Conselho Municipal de Esporte fica constituída pelos seguintes membros:
I - Presidente: Felipe Saldanha de Paula
II - Vice-Presidente: Leandro Rodrigues
III - 1ª Secretária: Bruna de Mattos Maia

Art. 3º O exercício da função de Conselheiro é considerado de interesse público relevante e não será remunerado a qualquer título, conforme estabelece o parágrafo único do art. 4º da Lei Municipal nº 1.450/2025.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Balsa Nova, em 17 de dezembro de 2025.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:E146A21B

GABINETE
PORTARIA Nº 913/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

PORTARIA Nº 913/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

Autoriza o uso temporário de bem público para realização de evento religioso e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, especialmente os arts. 12, 13, 19 e 21, e:

CONSIDERANDO o requerimento administrativo formulado por Luiz Carlos Borges, solicitando autorização para utilização da Praça do Bugre para realização de culto religioso;

CONSIDERANDO que as praças públicas constituem bens de uso comum do povo, sujeitos ao poder de fiscalização e gestão do Município;

CONSIDERANDO que a autorização de uso é ato administrativo unilateral, discricionário e precário, destinado a atividades específicas e transitórias, conforme art. 21 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o uso temporário da Praça do Bugre, neste Município, no dia 20 de dezembro de 2025, no horário das 17h30 às 19h30, para a realização de culto religioso da Igreja Assembleia de Deus, sob a responsabilidade do requerente Luiz Carlos Borges.

Art. 2º A presente autorização possui caráter precário e revogável, não gerando direito adquirido, podendo ser revogada a qualquer tempo por razões de interesse público.

Art. 3º O autorizado deverá observar, obrigatoriamente:
I – a manutenção da ordem pública e do sossego;
II – o controle da emissão sonora, em conformidade com a legislação municipal;
III – a preservação, limpeza e restituição do espaço público nas mesmas condições em que foi recebido;
IV – a responsabilização por quaisquer danos causados ao patrimônio público ou a terceiros;
V – o cumprimento das orientações expedidas pelos órgãos municipais competentes.

Art. 4º O Município não se responsabiliza por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da realização do evento, cabendo ao autorizado a integral responsabilidade por sua organização e execução.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Balsa Nova, 17 de dezembro de 2025.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal de Balsa Nova/PR

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:FFD1974C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 128/2025 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 40/2025 LOTE MENOR VALOR

O Município de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, em conformidade com Lei 14133/2021 Art. 75 - II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras e decretos municipal 26/2023, torna público aos interessados que a Administração municipal que realizará **DISPENSA** objetivando obter a melhor proposta para: AQUISIÇÃO DE FOGOS DE ARTIFÍCIOS, COM BAIXO RUÍDO, PARA A VIRADA DO ANO 2025/2026, DO MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR conforme edital.

Limite para Apresentação da Proposta de Preços e habilitação ate **DIA 22/12/2025, ÀS 17:00:00 HORAS.**

A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação deverão ser entregues ao setor de licitação através do E-mail proposta@barbosaferraz.pr.gov.br ou pelo protocolo geral https://barbosaferraz.oxy.elotech.com.br/protocolo/consultaProcesso até a data limite estipulada no edital.

O Edital e seus anexos estão disponíveis no site do Município www.barbosaferraz.pr.gov.br, portal da transparência (https://barbosaferraz.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes) ou obtidos através de solicitação ao e-mail licitacao@barbosaferraz.pr.gov.br Outras informações poderão ser obtidas no setor de licitação da Prefeitura Municipal.

BARBOSA FERRAZ – PR, 17/12/2025

HENRIQUE WARKEN
Presidente CPL

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:CDB562C7

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

A comissão de licitação após, fase de lances, conferencia das documentações e habilitação das proponentes encaminha o processo ao Excelentíssimo Senhor prefeito Municipal, Carlos Rosa Alves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº26/2023, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação Nrº:	Inexigibilidade 39/ 2025
b) Objeto Homologado:	LOCAÇÃO DE IMÓVEL (RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 697, CENTRO - MATRICULA 1721) DESTINADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ.

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
ANTONIO GILBERTO CAFISSO	505.916.739-91	R$ 72.000,00

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - MATRICULA 1721 Rua Marechal Floriano Peixoto, 697, centro, nesta cidade de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná.	MENSAL	12	6.000,00	72.000,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais)

Barbosa Ferraz, 16 de Dezembro de 2025.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:344CC0B2

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

A comissão de licitação após, fase de lances, conferencia das documentações e habilitação das proponentes encaminha o processo ao Excelentíssimo Senhor prefeito Municipal, Carlos Rosa Alves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº26/2023, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação Nrº:	Dispensa 39/ 2025
b) Objeto Homologado:	CELEBRAÇÃO DE PARCERIA COM ASSOCIAÇÃO DOS PROTETORES DOS ANIMAIS DE BARBOSA FERRAZ, (APABARF), INSCRITA NO CNPJ: Nº 53.273.610/0001-25, COM SEDE NA RUA GOIÁS, Nº717, BAIRRO CENTRO, BARBOSA FERRAZ-PR, POR MEIO DA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO COM A FINALIDADE DE

	INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO QUE ENVOLVE A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS À REFERIDA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC), CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE COLABORAÇÃO

ENTIDADE	CNPJ	VALOR TOTAL
ASSOCIACAO DOS PROTETORES DOS ANIMAIS DE BARBOSA FERRAZ APABARF	53.273.610/0001-25	R$ 18.000,00

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	CELEBRAÇÃO DE PARCERIA COM A ASSOCIAÇÃO DOS PROTETORES DOS ANIMAIS DE BARBOSA FERRAZ, (APABARF), INSCRITA NO CNPJ: Nº 53.273.610/0001-25, DE ACORDO COM PLANO DE TRABALHO	MENSAL	12	1.500,00	18.000,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)

Barbosa Ferraz, 15 de Dezembro de 2025.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:90C632BB

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 40/ 2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 129/ 2025

O MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR, Inscrito no CNPJ Nº 76.950.062/0001-26, com sede à Avenida Presidente Kenedy, 636 – Centro CEP: 86960-000 - Barbosa Ferraz/PR**,** nos termos da Lei 14133/2021 Art. 74 - I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos; e o decreto municipal 26/2023 e demais regulamentações, **COMUNICA QUE;** Por intermédio do Departamento de licitações, **RATIFICA** a **INEXIGIBILIDADE** em favor LLM REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA**,** inscrita(o) no CPF/CNPJ sob n. 50.588.465/0001-83, com sede/domicílio na(o) RUA HEITOR STOCKLER DE FRANCA, 396 Bairro: CENTRO CIVICO Cidade: CURITIBA--PR CEP: 80.030-030 - OBJETO**: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA LLM REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, CNPJ: 50.588.465/0001-83, PARA FORNECIMENTO DE PROJETO PEDAGÓGICO "MUNDO DE THEO" PARA A PROMOÇÃO DE AÇÕES QUE FAVOREÇAM UM AMBIENTE EMPÁTICO E INCLUSIVO PARA CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA - TEA, PARA UTILIZAÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR, INCLUINDO MATERIAIS PARA OS ALUNOS E PROFESSORES, PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.**
Pelo **VALOR DE R$ 141.680,00 (Cento e quarenta e um mil, seiscentos e oitenta reais.)**

BARBOSA FERRAZ, PR – 17/12/2025.

HENRIQUE WARKEN
Agente de Contratação
Presidente da Comissão de Licitação

Ratifico por este termo a **INEXIGIBILIDADE Nº 40/ 2025**

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:7F6EACCE

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
DECLARAÇÃO DE AUSENCIA DE EMBARGO

Ilmo. Sr. Fabiano Viudes,
Gerente Regional de Bacia Hidrográfica,
Chefe IAT/ERCMO

Ref.: Declaração do requerente informando que a área a ser licenciada não possui embargos

DECLARAÇÃO DE AUSENCIA DE EMBARGO

O **MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ,** pessoa jurídica, de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 76.950.062/0001-26, com sede na Avenida Presidente Kennedy, nº 363, Centro, CEP: 86.960-000, município de Barbosa Ferraz/PR, por intermédio de seu Prefeito Municipal, Sr. Carlos Rosa Alves (CPF: 505.919.329-20), atesta para os devidos fins de licenciamento: *DLAM para Casacalhamento de estrada rural*, que liga os Distritos de Bourbonia a Paraiso do Sul, num trecho de 19,5 km, que não possui nenhum embargo junto ao Ministério do Trabalho, IBAMA, Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, Instituto Água e Terra, Defesa Civil, Prefeitura ou qualquer outra entidade/órgão público que tenha autonomia para tal, de modo que não vê óbices neste aspecto para a continuidade do licenciamento em questão

Sem mais para o momento, reitero os votos de estima e consideração.

Barbosa Ferraz/ PR, 17 de dezembro de 2025.

MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ
CNPJ: 76.950.062/0001-26

Publicado por:
Karolaine Gandra Pereira
Código Identificador:17014CD0

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 2.794/2025.

Lei Complementar Nº 2.794/2025.

SÚMULA: Dispõe sobre a atualização e especificidade funcional do Fisco Municipal a partir do Grupo Ocupacional Administração Tributária, composto pelos cargos de Fiscal Tributário e Auxiliar Tributário do Município, face à nova tributação sobre o consumo criada pela Emenda Constitucional nº132/2023 e sua legislação regulamentadora, em especial a LC nº 214/2025, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, aprova e eu, **Carlos Rosa Alves**, prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

L E I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º - Esta Lei faz a atualização funcional quanto à especificidade, funcionamento, obrigações e vedações do Grupo Ocupacional Administração Tributária composto pelos cargos de Fiscal Tributário e Auxiliar Tributário que formam a Administração Tributária do Município Barbosa Ferraz, face à nova tributação sobre o consumo criada pela Emenda Constitucional nº132/2023 e sua legislação regulamentadora, em especial a LC nº 214/2025.
Parágrafo único - A expressão Administração Tributária compreende as funções de planejamento das atividades tributárias, fiscalização e lançamento dos tributos da competência municipal, bem como dos tributos cuja competência seja compartilhada com outros entes da Federação, acompanhamento e controle dos tributos arrecadados e repassados pelo Estado do Paraná ou pela União ao Município de Barbosa Ferraz, retenção dos valores dos tributos incidentes sobre as aquisições e contratações municipais, arrecadação e cobrança de

créditos tributários e instruções e decisões de processos administrativos tributários.

DO GRUPO OCUPACIONAL ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Das Competências e Prerrogativas

Art. 2º - Fica instituído o Grupo Ocupacional Administração Tributária formado pelo quadro funcional de servidores efetivos dos cargos de Fiscal Tributário e Auxiliar Tributário, incumbidos da missão constitucional de arrecadar os recursos públicos a partir do desempenho das atividades específicas e típicas de Estado de que trata o parágrafo único do art.1º desta Lei, na conformidade do art. 37, XXII da Constituição Federal, e no exercício de suas atribuições legais.

Art. 3º - As atribuições legais do cargos de Fiscal Tributário e Auxiliar Tributário, que formam do Grupo Ocupacional Administração Tributária de que trata o art.2º desta Lei, incumbidos da constituição do crédito tributário de forma exclusiva, reservada e específica, mediante lançamento, são as definidas pelas Leis nº 2.677/2024 e nº 1.735/2009, e apenas ficam atualizadas, face à nova sistemática de tributação instituída pela Reforma Tributária, em:

I - atuar, em caráter exclusivo, junto aos contribuintes ou responsáveis tributários para o efetivo cumprimento das normas relativas aos tributos próprios, aos transferidos e aos compartilhados como o Imposto sobre Bens e Serviços-IBS, inclusive, fiscalizando e constituindo os créditos tributários mediante lançamento;

II - requisitar habilitação do Fisco Municipal junto ao Comitê Gestor para procedimento fiscalizatório do IBS, como titular ou cotitular da fiscalização;

III - requisitar e disponibilizar informações às administrações tributárias dos Municípios, dos Estados, do Distrito Federal e da União, quanto aos tributos da gestão compartilhada como o IBS;

IV - relacionar-se com o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços-IBS, nos moldes da legislação nacional que regula esse Imposto;

V - propor e aprimorar minutas de convênios para o compartilhamento de informações e atividades fiscais a serem celebrados entre as administrações tributárias dos Municípios, dos Estados, do Distrito Federal e da União;

VI – fiscalizar, acompanhar e monitorar os valores de direito da Fazenda Pública Municipal arrecadados pelo Comitê Gestor do IBS e entregues ao Município Barbosa Ferraz, bem como os repasses e transferências constitucionais, inclusive o ITR, e a retenção ampla do Imposto de Rendas na fonte, efetuando e supervisionando o compartilhamento de cadastros e informações fiscais com as demais administrações tributárias da União, dos Estados e de outros Municípios, mediante lei ou convênio;

VII – em caráter exclusivo, constituir o crédito tributário mediante lançamento de tributos, inclusive os de competência compartilhada entre o Município e o Estado como o Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, na forma inclusive de emissão eletrônica, bem como proceder à sua revisão de ofício, homologar, aplicar as penalidades previstas na legislação e proceder à revisão das declarações efetuadas pelos sujeitos passivos;

VIII – guardar o sigilo fiscal sobre todas as informações relativas às suas atividades tributárias quanto aos tributos da competência exclusiva do Município, aos de competência compartilhada, aos municipalizados, aos transferidos e aos repassados;

IX - autorizar e supervisionar o credenciamento de usuários de sistemas tributários informatizados, inclusive os relativos a registros e notas fiscais eletrônicas no padrão nacional do IBS;

X – responder pelas atividades tributárias relativas ao Imposto Territorial Rural – ITR;

XI - executar e supervisionar as atividades de disseminação de informações ao sujeito passivo, visando à simplificação do cumprimento das obrigações tributárias e à formalização de processos;

XII - prestar assistência em matéria tributária aos órgãos encarregados da representação judicial do Município;

XIII - realizar pesquisa e investigação relacionadas às atividades de inteligência fiscal quanto ao IBS;

XIV - lavrar termos, notificações, autos de infração e intimações necessários à fiscalização, constituição e cobrança dos tributos, inclusive quanto ao IBS e ao ITR;

XV – elaborar, de modo compartilhado com o Fisco Estadual, minutas de convênios e termos de parcerias e compartilhamento de informações fiscais, com vistas à fiscalização, ao lançamento, ao acompanhamento e ao controle do IBS;

XVI - exercer as atividades de orientação aos contribuintes quanto à interpretação da legislação tributária e ao exato cumprimento de suas obrigações fiscais, inclusive quanto ao IBS, em especial na fase de transição de sua implementação.

Art. 4º - Considera-se, em garantia da Fazenda municipal e dos contribuintes, nulo de pleno direito qualquer ato praticado no âmbito das competências, atribuições e prerrogativas conferidas aos servidores que integram o Grupo Ocupacional Administração Tributária por pessoas estranhas ao referido Grupo.

Art. 5º - Sem quaisquer alterações relativas a obrigações, vedações, prerrogativas, garantias e direitos, apenas a nomenclatura funcional dos servidores que formam o Grupo Ocupacional Administração Tributária fica atualizada de Auxiliar Tributário para Auditor Fiscal da Receita Municipal 1, e de Fiscal Tributário para Auditor Fiscal da Receita Municipal 2, em sintonia com as atualizações que ocorrem nas administrações tributárias dos Municípios, Estados e Distrito Federal para a padronização nacional, face às normas tributárias de âmbito nacional relativas à Reforma Tributária, e nos moldes do item IV.a da Recomendação Administrativa nº 001/2025 do MPC-PR.

Art. 6º - Os integrantes do grupo ocupacional de que trata esta Lei identificar-se-ão em serviços internos e diligências externas por meio de carteira oficial com distintivo funcional a ser expedida pela secretaria responsável pelas finanças municipais.

Parágrafo único – Os detalhes de utilização, validade, formatação, impressão e conteúdo das carteiras de que trata o caput deste artigo serão regulamentados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante Decreto.

Da Ética Funcional

Art. 7º - No resguardo da sua respeitabilidade e da dignidade no exercício do cargo, cumpre aos servidores tratados nesta Lei:

I - manter espírito de cooperação, respeito e solidariedade com os seus colegas de trabalho;

II - manter conduta compatível com a dignidade do exercício do cargo, nos atos de sua vida pública e privada, zelando por sua respeitabilidade pessoal, pelo prestígio da classe e da unidade em que tenha exercício;

III - manifestar-se, no exercício de suas funções ou em qualquer ato público, de forma compatível com o cargo que exerce;

IV - abster-se de comentários, entrevistas, debates ou declarações públicas sobre o funcionamento de determinados processos ou procedimentos tributários;

V- guardar sigilo profissional, ressalvados os casos previstos em lei.

Dos Deveres

Art. 8º - São deveres dos titulares dos cargos de que trata esta Lei, dentre outros estabelecidos na leguislação vigente:

I - zelar pela fiel execução dos trabalhos da Administração Tributária e pela correta aplicação da legislação;

II- observar o sigilo funcional quanto aos procedimentos em que atuar e sobre os que tenha conhecimento;

III- buscar o aprimoramento contínuo, visando, em especial, ao aperfeiçoamento de seus conhecimentos da legislação tributária, financeira e administrativa;

IV- exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, observada a legislação pertinente;

V- cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

VI - atender com presteza:
ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;

b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal ou empresarial dos contribuintes, nos termos da legislação pertinente.

VII - levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;

VIII - zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público;
IX - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
X- ser assíduo e pontual no serviço;

XI- tratar com urbanidade os contribuintes, servidores municipais, autoridades e os munícipes em geral;

XII - fundamentar, sempre que necessário, os seus atos funcionais;

XIII - declarar-se suspeito ou impedido quando a legislação e as circunstâncias assim exigirem.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 19º- O Grupo Ocupacional Administração Tributária de que trata esta Lei adotará como insígnia nos documentos oficiais o brasão do Município e, logo abaixo, a expressão "Fisco Municipal", constando o nome da unidade, órgão ou serviço, logo abaixo da expressão "Fisco Municipal".

Art.10 - Mantidas as mesmas obrigações, vedações, prerrogativas, atribuições e garantias dos servidores tratados por esta Lei, apenas o requisito relativo à escolaridade para os próximos ingressantes em futuros concursos públicos passará a ser a conclusão de curso superior, nas áreas de Direito, Ciências Contábeis, Administração, Economia, Tecnologia de Informação, Engenharia, dentre outras formações que guardem afinidade com a temática da Administração Tributária, em instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, nos termos do item III da Recomendação Administrativa nº 001/2025 do MPC-PR.
Art. 11 - Na hipótese de ocorrência de situações não abrangidas por esta Lei, no que couber, aplicam-se as disposições contidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e na legislação municipal correlata em vigor.
Art. 12 - Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.
Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário.

Barbosa Ferraz, 17 de dezembro de 2025

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito

Publicado por:
Karolaine Gandra Pereira
Código Identificador:243F4EA7

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL
FISCALIZAÇÃO

Ementa: NOTIFICAÇÃO. TERRENOS PRIVADOS NÃO OCUPADOS. RESPONSABILIDADE DOS PROPRIETÁRIOS COM A LIMPEZA E CAPINAÇÃO.

O Setor de Fiscalização do Município de Barbosa Ferraz/PR, através da Chefe de Divisão de Fiscalização, que ao presente subscreve, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Código de Posturas e demais Legislações que regem a matéria, vem, por meio desta expor as seguintes razões:

CONSIDERANDO QUE em face da preocupação constatada quanto à questão de saúde pública no terreno privado localizado no Centro deste Município que está necessitando de efetuar limpeza regular e periódica, visto ao acúmulo de vegetação e distritos, conforme consta em procedimento administrativo interno;
CONSIDERANDO QUE é questão de saúde pública a limpeza dos terrenos, pois a falta de cuidado e capina podem gerar problemas diversos em virtude do acúmulo de lixo, entulho e crescimento do mato, facilitando, então, a proliferação de roedores, insetos e demais animais peçonhentos. Podendo, inclusive, gerar reservatórios de água que são passíveis de cumulação de doenças, a exemplo da transmitida pelo mosquito Aedes Aegyptis. Ou seja, a situação coloca em risco a saúde da coletividade;
CONSIDERANDO QUE o artigo 29, do Código de Postura do Município de Barbosa Ferraz/Pr prevê expressamente que:

"**Artigo 29.** Os proprietários de terrenos não ocupados dentro dos perímetros urbanos do Município serão obrigados a realizar capinas regularmente e eventual coleta de detritos, a fim de mantê-los limpos".
§ 1º Em caso de o proprietário infringir a lei, será concedido prazo de 15 (quinze) dias após a notificação para que o mesmo realize a limpeza do terreno.
§ 2º Expirado o prazo da notificação sem que tenha sido cumprida sua determinação, a Prefeitura Municipal executará o serviço de limpeza e remoção dos detritos, cobrando do proprietário, além do pagamento da multa, o ressarcimento das despesas efetuadas";

CONSIDERANDO AINDA QUE é dever do proprietário/contribuinte que não deixe de roçá-lo e limpá-lo convenientemente, e quando não o faz, o Município exerce seu poder de polícia a bem da sociedade e saúde pública;
CONSIDERANDO QUE a notificação não cumprida gerará ao proprietário/contribuinte constante em nossos cadastros a multa e ressarcimento das despesas efetuadas, conforme descrito em Lei, sujeitando-se o proprietário a ser cobrado da dívida pelo Fisco na forma judicial e extrajudicial com protesto;
CONSIDERANDO, POR FIM, QUE o Município de Barbosa Ferraz/Pr **ressalta que a atualização cadastral imobiliária é obrigação exclusiva do proprietário de imóvel e afins, conforme descrito em artigo 504, inciso III, do Código Tributário Municipal**,
Em razão do exposto:

a) DECIDO POR NOTIFICAR o(a) proprietário(a) dos terrenos situados na Rua Marechal Floriano Peixoto, Nº 1394, identificados como Lotes nº 10 e 10-A, Quadra nº 40, Cadastros Imobiliários nº 7691 e 7701, localizados na Vila Bento, para que realize a limpeza e capina dos imóveis, removendo entulhos, mato, lixo ou quaisquer materiais que possam causar risco à saúde pública ou à segurança, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme dispõe o artigo 29 do Código de Posturas Municipal.
b) Expirado o prazo da presente notificação, a Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz/Pr executará o serviço de limpeza e remoção dos detritos, cobrando do proprietário os custos daí decorrentes (pagamento da multa e o ressarcimento das despesas efetuadas);
c) Ficam desobrigados de cumprirem com a presente notificação, aqueles proprietários de terrenos que já realizaram a limpeza e cuidado com seus imóveis.

Barbosa Ferraz/Pr, 17 de dezembro de 2025.

STELLA CAROLINE BERGAMIN
Chefe de Divisão de Fiscalização

Art. 504.O proprietário de imóvel, o titular de seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título são obrigados:(...)
III - A exibirem os documentos necessários à atualização cadastral e prestar todas as informações solicitadas pela Fazenda Pública Municipal;

Publicado por:
Karolaine Gandra Pereira
Código Identificador:FE6FDEA2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 359/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

LUIZ FABIANO ZANATTA, Prefeito Municipal de Barra do Jacaré, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº 1837 de 30 de maio de 2025 que concede o adicional de insalubridade e periculosidade aos funcionários relacionados conforme perícia.

RESOLVE:

Art. 1º - DETERMINA a partir de 17/12/2025, ao servidor designado no Grupo Máquinas e Equipamentos o Srº *Josemar Muniz Donha – Matr. 360743 - Operador de Máquina*, que preste serviços na Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º - CONCEDE o Adicional de Insalubridade (na proporção de 20%), por executar atividades associadas a vibração de corpo inteiro, de acordo com o LTCAT – Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho.

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 324/2025 de 23/10/2025 e disposições contrárias.

Registre, Certifique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré-PR, 17 de dezembro de 2025.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:85B0C4D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 1896 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

SÚMULA: DISPÕE SOBRE O RECESSO ADMINISTRATIVO EM RAZÃO DAS FESTIVIDADES DE FINAL DE ANO (NATAL E ANO NOVO) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ FABIANO ZANATTA, Prefeito Municipal de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
CONSIDERANDO os feriados nacionais de Natal, em 25 de dezembro, e de Confraternização Universal, em 1º de janeiro;
CONSIDERANDO o princípio da eficiência e a necessidade de organização dos serviços públicos de forma a garantir sua continuidade;
DECRETA
Art. 1º Fica decretado recesso administrativo nas repartições públicas do Município de Barra do Jacaré - PR nos dias 24, 26 e 31 de dezembro de 2025, bem como no dia 02 de janeiro de 2026.
Art. 2º Caberá aos secretários e chefes de departamento definir a escala de trabalho ou o regime de plantão necessários para garantir a manutenção dos serviços essenciais, em especial os de saúde e coleta de lixo.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal José Galdino Pereira, 17 de dezembro de 2025.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ednalberto Goulart
Código Identificador:96E8F297

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 278/2025

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 278/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 42/2025
CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ, PARANÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na cidade de Barra do Jacaré, Paraná, sito à rua Rui Barbosa, N.º 96, CNPJ N.º 76.407.568/0001-93. **CONTRATADA:** ULISSES RIBEIRO DA SILVA EPP, inscrita no CNPJ/MF sob N.º 27.022.704/0001-11, com sede na Rua Santa Catarina, n.º 1542, Sala 02, Vila Mineira, Barbosa Ferraz-PR, CEP: 86.960-000.
Objeto - CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTORES.
Conforme a estimativa gasto, o valor total da Ata de Registro de Preços é de **R$ 42.465,60** (quarenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos).

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	3930	06.001.08.243.0006.6048	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	4300	06.001.08.244.0006.2053	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	4400	06.001.08.244.0006.2054	940	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	4630	06.001.08.244.0006.2057	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	4740	06.001.08.244.0006.2058	934	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

Fiscal deste contrato Senhora Ana Julia Raganhon Aguiar, Gestor do contrato Sr. José Amarildo de Freitas Aguiar.
As partes elegem o Foro da Comarca de **Andirá, Estado do Paraná**, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências, que poderão advir da presente Ata de Registro de Preços.
Barra do Jacaré-PR, 03 de dezembro de 2025.

LUIZ FABIANO ZANATTA	***ULISSES RIBEIRO DA SILVA***
Prefeito Municipal	Representante Contratada

Testemunhas:	
José Amarildo de Freitas Aguiar	**Ana Julia Raganhon Aguiar**
Sec. de Assistência Social	Ass. Administrativo

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:C17AE16F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 0219/2025

DECRETO Nº 0219/2025

SÚMULA: "Dispõe sobre a composição e nomeação do Conselho Municipal de Meio Ambiente do Município de Bela Vista da Caroba, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela legislação vigente,

Considerando a Lei Municipal nº 572 de 28 de abril de 2020, o qual cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente do município de Bela Vista da Caroba,
Considerando o disposto nos arts. 3º e 4º da Lei Municipal 572 de 28 de abril de 2020, que incumbe ao Prefeito Municipal a homologação dos membros designados para compor o Conselho Municipal de Bela Vista da Caroba,

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA do Município de Bela Vista da Caroba, para mandato de 02 (dois) anos, correspondente ao período 2025/2027, admitida a recondução, nos termos do art. 5º da Lei Municipal nº 572/2020, ficando assim constituído:

	TITULARES	SUPLENTES
Secretaria Municipal de Administração	Clair Juliane L. Severo	Isadora Dickel
Secretaria Municipal de Agricultura Meio Ambiente Desenvolvimento Econômico e Turismo	Elson Suhre	Alan Lara Neimaier
Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Magnus José Zaleski	Marizete Maffi
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo	Sérgio Maffi	Idenir Gerry Chuster
Secretaria Municipal de Planejamento	Alaides Antonio Severo	Dyeniffer Elsembak
Associação Comercial e Empresarial de Bela Vista da Caroba - ACEBE	Paulo Roberto Campra	Lizandro Jahn
EMATER	Joelson dos Santos	Vanderleia Bagetti
SANEPAR	Dionez Darlan Schardosin	Marcia do Rosário
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Cecilia Ladi Erthal	Adilson Ferrari Diniz
Escolas e Colégios no Município	Tania Maria de Oliveira Moura	Clenir Rosani Brozowski Suhre
Poder Legislativo Municipal de Bela Vista da Caroba	Jilmar da Cruz	José Valdir Rodrigues

Art. 2º - As atribuições e competência do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Bela Vista da Caroba são as definidas no artigo 2º da Lei Municipal nº 572 de 28 de abril de 2020.
Art. 3º - A composição da Diretoria do referido Conselho e a instituição de seu Regimento Interno se dará na forma do disposto nos artigos 12 e 13 da Lei Municipal nº 572 de 28 de abril de 2020.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bela Vista da Caroba, em 18 de dezembro de 2025.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isadora Dickel
Código Identificador:967861A4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 0241/2025

PORTARIA Nº 0241/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais resolve,

CONCEDER

Art.1º - 30 dias de férias a partir de 17 de dezembro de 2025, a servidora **MAIARA MARCANTE,** portadora do RG nº 10.XXX.XXX-9SSP/PR e CPF 088.XXX.XXX-03, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar Administrativo.
Art. 2º - **Art. 2º** - Converter 1/3 das férias em abono pecuniário, em conformidade com o parágrafo 4º do Artigo 113 da Lei 386/2011.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de publicação, revogadas as disposições ao contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isadora Dickel
Código Identificador:38615CB2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

CAMARA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE
EXTRATO DE CONTRATO N.º 10/2025

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 35/2025
EXTRATO DE CONTRATO N.º 10/2025.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE - PR

CONTRATADO: JOSÉ FOREKEVICZ CPF 213.***.***-68. PR 820, Boa Ventura de São Roque – PR CEP 85.225-000.

OBJETO:AQUISIÇÃO DE IMÓVEL URBANO PARA AMPLIAÇÃO DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE/PR. Consistente em um terreno com área de 1.200 m² (mil e duzentos metros quadrados), constituído pelo lote nº 71-A, quadra nº 153, localizado na Avenida Dalzotto, s/n, Centro, neste Município, devidamente registrado sob a matrícula nº 43.268 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pitanga/PR, de propriedade do Sr. José Forekevicz.

VALOR CONTRATUAL: R$ 380.000,00 (Trezentos e oitenta mil reais).

VIGÊNCIA: Até dezessete dias de fevereiro de 2026.

DATA DA ASSINATURA: 17/12/2025.

Boa Ventura de São Roque, 17/12/2025.

RODINEI MARCOS MATIAZZO
Presidente da Câmara Municipal

JOSÉ FOREKEVICZ
Representante da Contratada

Publicado por:
Josiane Aparecida Hoffmann Correira
Código Identificador:B820A038

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
INST. NORMATIVA Nº 09/2025 BOAS PRATICAS PEDAGÓGICAS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 09/2025 – BOA VENTURA DE SÃO ROQUE
Dispõe sobre a institucionalização da socialização, reconhecimento e valorização de boas práticas pedagógicas em alfabetização no âmbito das formações pedagógicas da Rede Municipal de Ensino de Boa Ventura de São Roque – PR.
A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE – PR**, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a Política Nacional de Alfabetização;
CONSIDERANDO o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
CONSIDERANDO as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para os anos iniciais do Ensino Fundamental;
CONSIDERANDO a necessidade de promover a melhoria contínua dos resultados de aprendizagem em leitura e escrita;
CONSIDERANDO a importância da valorização, do reconhecimento e da socialização de práticas pedagógicas exitosas desenvolvidas na Rede Municipal de Ensino;
RESOLVE:
Art. 1º
Instituir, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Boa Ventura de São Roque – PR, a iniciativa de **Socialização, Reconhecimento e Valorização de Boas Práticas Pedagógicas em Alfabetização**, a ser desenvolvida de forma integrada às formações pedagógicas continuadas da Rede Municipal de Ensino.
Art. 2º
A iniciativa tem como objetivos: I – Reconhecer e valorizar docentes, gestores escolares e unidades escolares que desenvolvem boas práticas

pedagógicas relacionadas à alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental;

II – Promover a troca de experiências pedagógicas exitosas entre os profissionais da rede municipal;
III – Incentivar a melhoria contínua dos resultados de aprendizagem em leitura e escrita;
IV – Fortalecer a cultura de acompanhamento, avaliação e uso pedagógico dos resultados educacionais.

Art. 3º
A socialização e o reconhecimento das boas práticas ocorrerão no âmbito das formações pedagógicas promovidas pela Secretaria Municipal de Educação, por meio de: I – Apresentação e compartilhamento de experiências pedagógicas;
II – Análise de resultados de avaliações diagnósticas internas e externas;
III – Discussões formativas orientadas por equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação;
IV – Registros em atas, relatórios técnicos e documentos pedagógicos.

Art. 4º
O reconhecimento das boas práticas poderá ocorrer por meio de: I – Destaque institucional durante formações pedagógicas;
II – Certificados, menções honrosas ou registros institucionais;
III – Apoio técnico-pedagógico às unidades escolares, conforme planejamento da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 5º
A iniciativa terá como referência os resultados das avaliações diagnósticas e externas, bem como os registros pedagógicos e o acompanhamento sistemático da aprendizagem dos estudantes.

Art. 6º
A Secretaria Municipal de Educação deverá manter registros administrativos e pedagógicos que comprovem a execução da iniciativa, para fins de monitoramento, avaliação e prestação de informações aos órgãos de controle e programas institucionais.

Art. 7º
Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Boa Ventura de São Roque – PR, ____ de _____ de 2025.

Atenciosamente,

RONALDO FOGAÇA
Secretário (a) Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte .
Boa Ventura de São Roque – PR

Publicado por:
Lucimara Moreira de Almeida
Código Identificador:834D8353

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 422/2025

PORTARIA Nº 422/2025

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER: A Servidora Nelci Carmem da Silva, matricula de Nº 154-1 nomeada através da Portaria nº 271/2002 para exercer o Cargo de Professor, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período de 01/04/2024 a 31/03/2025 que serão fruídas a partir de 22/12/2025 a 20/01/2026, e adicional de 1/3 (um terço) da sua remuneração. Conforme Lei 832/2015 art. Com plena anuência do servidor.
Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque - PR, 17 de dezembro de 2025.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tanatã Rosendo de Almeida
Código Identificador:8A12B311

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA "ELETRÔNICA" Nº 021/2025

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA "ELETRÔNICA" Nº 021/2025

O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA**, Estado do Paraná, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade acima, do tipo: "**MENOR PREÇO POR GLOBAL**", visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA, VISANDO A CONSTRUÇÃO DE 20 (VINTE) UNIDADES HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL (HIS), CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 983403/2025/MCIDADES/CAIXA, PADRÃO POPULAR, COM FORNECIMENTO INTEGRAL DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS, ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA E EXECUÇÃO CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO APROVADOS.**

- DATA DE ABERTURA: 02/02/2026
- HORÁRIO: 09h00min
- LOCAL: www.gov.br/compras/pt-br

A íntegra do instrumento acima poderá ser obtida pessoalmente nesta Prefeitura na Avenida Cícero Barbosa Sobrinho, 1190, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h as 17h de segunda a sexta-feira, ou pelo site: www.boavistadaaparecida.pr.gov.br, informações pelo telefone (45) 3287-8328.

P U B L I Q U E - S E

Boa Vista da Aparecida – PR, em 16 de dezembro de 2025.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danieli Sebold
Código Identificador:8DE17231

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 088/2025

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 088/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: THM & THG PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EXCLUSIVA PARA A REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM A DUPLA THAEME & THIAGO, NO EVENTO DE COMEMORAÇÃO AO 44º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR.

VALOR DO CONTRATO: R$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais),

PRAZO DE VIGÊNCIA: 90 dias (Noventa dias) contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

FISCAL DO CONTRATO: LEANDRO JORGE MORESCO.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **17 de dezembro de 2025**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danieli Sebold
Código Identificador:095161CD

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 90/2025

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 90/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: 15.201.604 KALINCA MEIRIELY BRUSCHI.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTORES EM DIVERSAS ÁREAS EDUCACIONAIS, CULTURAIS, ARTÍSTICAS E DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL, DESTINADOS A CRIANÇAS, ADOLESCENTES E USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA - PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 9.999,90 (nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: LEILA MARA KUBIAKI

Boa Vista da Aparecida – PR, em **17 de dezembro de 2025**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinicius Ferronato
Código Identificador:6382F030

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 91/2025

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 91/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: 37.624.355 DANIEL RICARDO PERIN.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTORES EM DIVERSAS ÁREAS EDUCACIONAIS, CULTURAIS, ARTÍSTICAS E DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL, DESTINADOS A CRIANÇAS, ADOLESCENTES E USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA - PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 29.940,48 (vinte e nove mil, novecentos e quarenta reais e quarenta e oito centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: LEILA MARA KUBIAKI

Boa Vista da Aparecida – PR, em **17 de dezembro de 2025**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinicius Ferronato
Código Identificador:F9C6051A

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 92/2025

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 92/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: 49.014.423 CLAUDIA MICHEL CARDOSO.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTORES EM DIVERSAS ÁREAS EDUCACIONAIS, CULTURAIS, ARTÍSTICAS E DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL, DESTINADOS A CRIANÇAS, ADOLESCENTES E USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA - PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 14.990,00 (quatorze mil, novecentos e noventa reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: LEILA MARA KUBIAKI

Boa Vista da Aparecida – PR, em **17 de dezembro de 2025**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinicius Ferronato
Código Identificador:4343F02E

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 93/2025

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 93/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: 62.051.034 NATHAN GUSTAVO TEZZA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTORES EM DIVERSAS ÁREAS EDUCACIONAIS, CULTURAIS, ARTÍSTICAS E DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL, DESTINADOS A CRIANÇAS, ADOLESCENTES E USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA - PR..
VALOR DO CONTRATO: R$ 74.488,32 (setenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e trinta e dois centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: LEILA MARA KUBIAKI

Boa Vista da Aparecida – PR, em **17 de dezembro de 2025**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinicius Ferronato
Código Identificador:97585779

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 94/2025

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 94/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: 62.548.450 VANDERLEIA PAISCA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTORES EM DIVERSAS ÁREAS EDUCACIONAIS, CULTURAIS, ARTÍSTICAS E DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL, DESTINADOS A CRIANÇAS, ADOLESCENTES E USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA - PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 21.196,80 (vinte e um mil, cento e noventa e seis reais e oitenta centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: LEILA MARA KUBIAKI

Boa Vista da Aparecida – PR, em **17 de dezembro de 2025**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinicius Ferronato
Código Identificador:1DE77C0D

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 95/2025

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 95/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: 62.584.823 LUNARA GISELE DA CRUZ GILIO.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTORES EM DIVERSAS ÁREAS EDUCACIONAIS, CULTURAIS, ARTÍSTICAS E DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL, DESTINADOS A CRIANÇAS, ADOLESCENTES E USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA - PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 76.032,00 (setenta e seis mil e trinta e dois reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: LEILA MARA KUBIAKI .

Boa Vista da Aparecida – PR, em **17 de dezembro de 2025**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinicius Ferronato
Código Identificador:FF8E5FF4

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 96/2025

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 96/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: 62.908.888 FABIANE VANDERLEIA LAUTHARTH TREVISAN.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTORES EM DIVERSAS ÁREAS EDUCACIONAIS, CULTURAIS, ARTÍSTICAS E DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL, DESTINADOS A CRIANÇAS, ADOLESCENTES E USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA - PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: LEILA MARA KUBIAKI

Boa Vista da Aparecida – PR, em **17 de dezembro de 2025**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinicius Ferronato
Código Identificador:9DA4BE5D

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 97/2025

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 97/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: HASIC GESTAO E CONSULTORIA LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTORES EM DIVERSAS ÁREAS EDUCACIONAIS, CULTURAIS, ARTÍSTICAS E DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL, DESTINADOS A CRIANÇAS, ADOLESCENTES E USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA - PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 6.272,00 (seis mil, duzentos e setenta e dois reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: LEILA MARA KUBIAKI

Boa Vista da Aparecida – PR, em **17 de dezembro de 2025**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinicius Ferronato
Código Identificador:06E53112

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 98/2025

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 98/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: SEBOLD E TREVISAN LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTORES EM DIVERSAS ÁREAS EDUCACIONAIS, CULTURAIS, ARTÍSTICAS E DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL, DESTINADOS A CRIANÇAS, ADOLESCENTES E USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA - PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 42.999,92 (quarenta e dois mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: LEILA MARA KUBIAKI

Boa Vista da Aparecida – PR, em **17 de dezembro de 2025**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinicius Ferronato
Código Identificador:9162C3BC

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 99/2025

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 99/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de segurança e brigadistas destinados à realização de evento de aniversário do Município de Boa Vista da Aparecida/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 34.200,00 (trinta e quatro mil e duzentos reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: LEANDRO JORGE MORESCO

Boa Vista da Aparecida – PR, em **17 de dezembro de 2025**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinicius Ferronato
Código Identificador:A92BA263

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 368 2025

PORTARIA nº 368/2025
Data: 17/12/2025

SÚMULA: Concede férias a servidora municipal temporária, lotada na Secretaria de Educação, e dá outras providências.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,
RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida férias a servidora municipal temporária, lotada na Secretaria de Educação, abaixo relacionada pelos períodos de 15 (quinze) dias, uma vez que não usufruiu em virtude de gozo de licença maternidade, conforme segue:

Nome	Cargo	Período de gozo	Período Aquisitivo
Arcielli Chaves dos Santos	Professora – Temporária	12/12/2025 a 26/12/2025	2024/2025

Art. 2º - Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 17 de dezembro de 2025.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:063E6D5A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA 07/2025

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 07, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025 – GAB/SEMED

Assunto: Critérios para a solicitação de Professor de Apoio Educacional Especializado aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista e Professor auxiliar.

O Secretário Municipal de Educação de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a Lei n.º 9394/96, de 20/12/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO o Decreto Federal n.º 8.368, de 02/12/2014, que regulamenta a Lei n.º 12.764, de 27/12/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
CONSIDERANDO a Instrução Normativa nº 001/2016 – SEED/SUED que estabelece critérios para solicitação de Professor de Apoio Educacional Especializado aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista;
CONSIDERANDO a necessidade de implementação e regulamentação do atendimento especializado aos estudantes que apresentam Transtorno do Espectro Autista, da rede pública municipal de ensino, nos termos desta instrução.
CONSIDERANDO a estratégia 5.5 da Meta 5 do Plano Municipal de Educação que propõe a Garantia e a presença de um professor de apoio para viabilizar a alfabetização nos 2 (dois) primeiros anos do Ensino Fundamental.

CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES

Art. 1º - O Professor de Apoio Educacional Especializado-PAEE é um profissional com habilitação comprovada para atuar nas instituições de ensino da Educação Básica da Rede Pública Municipal de Ensino de Boa Vista da Aparecida - PR, para atender os estudantes com diagnóstico médico de Transtorno do Espectro Autista, com necessidades especiais, que lhe causem prejuízos na sua aprendizagem, devidamente matriculados e frequentando a unidade de ensino, com comprovada necessidade relacionada a sua condição de funcionalidade para a escolarização e não relacionada a sua condição de deficiência, verificada por meio de Estudo de Caso da equipe multidisciplinar, sendo agente de mediação do aprendizado e escolarização.

Professor Auxiliar é o profissional do quadro próprio do magistério que ficará a disposição da direção da escola para atender aos professores das diferentes turmas, mediante cronograma organizado pela gestão escolar, no que diz respeito ao reforço e atendimento individualizado dos alunos visando a melhoria da aprendizagem, bem como para substituir eventualmente a ausencia de algum professor.

CAPÍTULO II
DA OFERTA DE PROFESSOR PAEE

Art. 2º - A necessidade do Professor de Apoio Educacional Especializado-PAEE se efetivará após emissão de laudo médico e comprovação por meio de Estudo de Caso da equipe multidisciplinar, conforme a situação escolar do estudante. A medida visa avaliar, com outros profissionais envolvidos, se a melhor opção para o estudante é o trabalho desse profissional ou a adoção de outros procedimentos, tais como: Sala de Recursos Multifuncional, ou, ainda, atendimentos Intersecretarias envolvendo a participação da família, saúde e assistência. A necessidade do Professor de Apoio para proporcionar melhor aprendizado aos alunos que necessitem atendimento individualizado e/ou diferenciado em sala de aula ou fora dela.

Parágrafo único. A abertura da demanda deve ser oficializada pela escola, com envio de solicitação do Professor de Apoio Educacional Especializado-PAEE para a Secretaria Municipal de Educação.
Art. 3º- O Estudo de Caso será realizado pela equipe multidisciplinar da Secretaria Municipal de Educação do Município de Boa Vista da Aparecida - PR, juntamente com a coordenação e direção da instituição de ensino e coordenadora Educação Especial, para avaliar as intervenções pedagógicas e apoios já realizados voltados à aprendizagem e proporem novas estratégias de trabalho.

Art. 4º - O serviço de Apoio Educacional não é substitutivo à escolarização ou ainda à frequência na Sala de Recursos Multifuncional, mas articula-se de forma colaborativa com o currículo proposto para a sala de aula comum, Sala de Recursos Multifuncional e outras atividades previstas na escola.

CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO

Art. 5º - O professor auxiliar e o professor de Apoio Educacional Especializado-PAEE estará subordinado a instituição em que estiver lotado.

Art. 6º - A efetividade do trabalho do professor auxiliar bem como a efetividade da oferta e o trabalho do Professor de Apoio Educacional Especializado- PAEE deverão ser avaliados periodicamente (trimestralmente) pelos membros da equipe de suporte pedagógico da instituição de ensino e pela equipe multidisciplinar da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 7º- A frequência do estudante na instituição de ensino não deverá estar vinculada à presença do Professor de Apoio Educacional Especializado-PAEE.

Art. 8º- O trabalho pedagógico do Professor de Apoio Educacional Especializado-PAEE e do Professsor Auxiliar dar-se-á pela equipe de suporte pedagógico da instituição de ensino, em conformidade com o contexto e as necessidades da instituição.
Art. 9º- O cronograma de atendimento será elaborado em conjunto com a equipe de suporte pedagógico da instituição de ensino coordenadora da Educação Especial, mediante orientação da Secretaria Municipal de Educação, para orientar os professores dos diferentes componentes curriculares sobre as adaptações/flexibilizações curriculares necessárias que oportunizem ao estudante o acesso à aprendizagem.

Art. 10- A instituição de ensino garantirá, no cronograma de atendimento, horários próprios para contatos com os profissionais da saúde e outros que prestam atendimento ao estudante e orientações aos familiares conforme a necessidade, caso não haja a necessidade o profissional permanecerá com o aluno em sala.
Art. 11- O trabalho realizado estará vinculado às especificidades de cada estudante.

CAPÍTULO IV
DO PROFISSIONAL

Art. 12- Para atuar como Professor de Apoio Educacional Especializado-PAEE o mesmo deverá ter:
Disponibilidade para cumprir a carga horária de 20 (vinte) horas semanais que deve compreender os 05 (cinco) dias da semana de segunda a sexta-feira com o(a) aluno(a) ou alunos (as);
Licenciatura Plena de Pedagogia.
Especialização em cursos de pós-graduação em Educação Especial e/ou Estudos Adicionais na área de Educação Especial;
Formação em cursos na área da Educação Especial, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

Art. 13- Para atuar como Professor Auxiliar o mesmo deverá ter:
Disponibilidade para cumprir a carga horária de 20 (vinte) horas semanais que deve compreender os 05 (cinco) dias da semana de segunda a sexta-feira, conforme cronograma da escola;
Licenciatura Plena de Pedagogia.

Art. 14- O professor de Apoio Educacional Especializado-PAEE, e Professor auxiliar deve:
Atuar em caráter (intra) itinerante, ou seja, dentro da própria escola, podendo atender mais de um estudante da mesma turma/ano.
Atuar de forma colaborativa com os professores dos diferentes componentes curriculares, para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do estudante ao currículo e sua interação com os colegas, desde a promoção de condições de acessibilidade no contexto escolar até as modificações mais significativas na organização da sala de aula, dos materiais e recursos pedagógicos utilizados pelo estudante e pelo professor.
Elaborar, executar e avaliar o Plano de Atendimento Educacional Especializado do estudante, contemplando: a identificação das habilidades, especificidades e necessidades educacionais, a definição e a organização das estratégias, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade; o tipo de atendimento conforme as especificidades; o cronograma do atendimento e a carga horária individual ou em pequenos grupos.
Registrar trimestralmente as ações efetivadas na interação com o estudante, em ficha própria, que deverá ser analisado pela direção da instituição de ensino.
Fornecer as informações e esclarecimentos necessários a respeito dos estudantes, a todos os profissionais envolvidos no processo educacional.
Trabalhar com toda a comunidade escolar na perspectiva da inclusão do estudante com dificuldade de aprendizagem, deficiências e/ou transtornos.
Ampliar e possibilitar situações de aprendizagem e autonomia sem retirar o estudante para atividades isoladas do contexto da sala de aula.
Participar do Projeto Político-Pedagógico da(s) instituição (instituições) de ensino, assegurando ações e apoios necessários voltados ao atendimento, respeito e valorização da diferença enquanto condição humana e participar dos Conselhos de Classes.
Definir com os professores e equipe técnico-pedagógica procedimentos de avaliação que atendam cada estudante em suas características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem, acompanhando a evolução de suas potencialidades, com vistas ao progresso global: cognitivo, emocional e social do mesmo.
Participar de grupos de estudos com os professores da instituição de ensino, além de encontros sistemáticos para reflexão, construção e socialização de experiências e de formação continuada promovida pela Secretaria Municipal de Educação.
Oportunizar autonomia, independência e valorizar as ideias dos estudantes desafiando- os a empreenderem o planejamento de suas atividades.
Programar ações e estruturar o uso do tempo, do espaço, dos materiais e da realização das atividades.
Orientar e incentivar as famílias para o seu envolvimento e participação no processo educacional, demonstrando a importância do tratamento em saúde mental e do uso da medicação adequada a seguir, conforme orientações médicas, bem como a continuidade em outros atendimentos necessários.
Elaborar relatório de acompanhamento contendo informações dos professores dos diferentes componentes curriculares, da equipe pedagógica e demais profissionais envolvidos no processo de aprendizagem.
É vedado ao Professor de Apoio Educacional Especializado "construir" currículo paralelo em sala de aula, ou seja, trabalhar conteúdos não previstos para o ano ao qual o estudante está matriculado.
Reorganizar o cronograma com a equipe técnico-pedagógica da instituição, na falta do estudante e executar outras ações programadas, ou seja, o professor ficará à disposição da direção e coordenação da instituição de ensino auxiliando na tomada de leitura, reforço escolar e/ou substituição de professor.
O Professor deverá justificar com antecedência eventual ausência para que a instituição de ensino possa reorganizar o atendimento ao estudante.

Art. 15- Da atuação do Professor Auxiliar na ausência do Professor Regente:
I. O Professor Auxiliar deverá assumir, de forma imediata e obrigatória, o atendimento pedagógico de qualquer turma da unidade escolar, sempre que houver ausência, afastamento, impedimento ou atraso do Professor Regente, independentemente do ano, etapa ou modalidade de ensino, garantindo a continuidade do processo de ensino e aprendizagem.
II. O atendimento realizado pelo Professor Auxiliar terá caráter temporário, perdurando pelo tempo necessário até o retorno do Professor Regente ou a designação de outro profissional pela equipe gestora.
III. A atuação do Professor Auxiliar na ausência do Professor Regente não se restringe a turma fixa, devendo ocorrer conforme a necessidade da unidade escolar e a organização definida pela gestão.
IV. A recusa injustificada ao atendimento das turmas, quando designado pela gestão escolar, configura descumprimento das atribuições funcionais, sujeitando o servidor às medidas administrativas cabíveis.
Parágrafo único: Ao professor auxiliar não se aplica as obrigações do PAEE especificadas nos incisos III, XV.

CAPÍTULO V
DAS ATRIBUIÇÕES
ART. 16- A atuação do professor auxiliar é complementar ao trabalho do professor regente, contribuindo para a equidade e permanência do sucesso escolar.

ART. 17 O Professor Auxiliar deverá desenvolver atividades pedagógicas alinhadas ao planejamento das turmas, às orientações da coordenação pedagógica e aos documentos curriculares vigentes.

Promover a aprendizagem dos estudantes com dificuldades, por meio de intervenções pedagógicas planejadas, sistemáticas e alinhadas ao currículo da escola.
Registrar o acompanhamento e a evolução dos estudantes em fichas próprias ou relatórios individual
Realizar a sondagem do nivel de fluência leitora iniciais e contínuas;
Utilizar metodologias ativas, jogos pedagógicos e materiais concretos, leitura orientada, resolução de problemas e atividades práticas;
Articular-se com o professor regente para alinhamento de conteúdos e estratégias;
Adaptar práticas pedagógicas conforme os avanços ou dificuldades identificadas;

CAPÍTULO VI
DA SOLICITAÇÃO DE ABERTURA

Art. 18- Para solicitar o professor de Apoio Educacional Especializado-PAEE, a instituição de ensino deve encaminhar para a Secretaria Municipal de Educação os seguintes documentos:
I – Ficha de solicitação para professor de Apoio Educacional Especializado-PAEE;
II – Laudos médicos.
III- Após o recebimento dos documentos será marcado um Estudo de Caso com a equipe multidisciplinar na Secretaria Municipal de Educação juntamente com a Equipe Pedagógica da instituição de ensino e representantes da Secretaria Municipal de Educação para deliberação do caso.

IV-Para solicitar o Professor Auxiliar, a isntituição de ensino deve encaminhar para a Secretaira Municipal de Educação documentos comprovando a matrícula de 110 ou mais alunos por período de funcionamento.

CAPÍTULO VII
DO FECHAMENTO

Art. 19- A cessação de demanda do professor de Apoio Educacional Especializado-PAEE, poderá ser solicitada ou suspendida, a qualquer tempo, quando:
– As dificuldades no aprendizado e na autonomia do estudante estiverem superadas e discutidas pelos profissionais que realizam acompanhamento ao estudante mediante Estudo de Caso.
- Ocorrer transferência que resulte na ausência da demanda do estudante.
III – Ocorrer transferência que resulte a diminuição para menos de 110 alunos no período.

Parágrafo único. Neste caso, o professor de apoio educacional seguirá os critérios dispostos no Art. 42 § 2º do Plano de Cargos e Carreira do Magistério.
Art. 20- Fica revogada a Instrução Normativa de nº 03, de 23 de novembro de 2023, (03/2025).

Art. 21- Esta instrução normativa entrará em vigor a partir da data de sua publicação

Boa Vista da Aparecida– PR,17 de Dezembro de 2025.

NILSON RENE VICENTE
Secretário Municipal de Educação
Dec. 017/2025 – Doe: 03/01/2025
41151186

Publicado por:
Joao Henrique Alioncio Dos Santos
Código Identificador:A3757C8B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

RECURSOS HUMANOS
NOTA OFICIAL Nº 01/2025

NOTA OFICIAL

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 08/2025 informa que a publicação do edital subsequente, prevista inicialmente no cronograma do certame, não ocorreu na data estimada em razão da necessidade de conclusão de etapa administrativa indispensável à regularidade do processo.
Encerrado o período de inscrições, verificou-se elevado número de candidatos inscritos, bem como a existência de inscrições duplicadas, inclusive de um mesmo candidato para o mesmo cargo ou para funções distintas, em desconformidade com as regras estabelecidas no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 08/2025.
Diante desse cenário, tornou-se imprescindível a realização de conferência minuciosa, saneamento e consolidação dos dados, com o objetivo de identificar a inscrição válida de cada candidato, eliminar duplicidades, corrigir inconsistências e assegurar a exatidão das informações que serão objeto de publicação oficial.
A adoção dessas medidas observa rigorosamente os princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade, isonomia, transparência, segurança jurídica e eficiência, evitando a divulgação de informações incompletas ou incorretas que possam comprometer a lisura do certame ou gerar prejuízos aos candidatos e à própria Administração.
A Comissão Organizadora reafirma que a postergação da publicação não implica prejuízo ao andamento regular do Processo Seletivo Simplificado, tampouco altera os critérios de avaliação ou classificação previstos em edital, constituindo providência necessária para garantir a integridade, a confiabilidade e a legitimidade de todas as etapas do certame.
A nova data de publicação será oportunamente divulgada pelos meios oficiais, tão logo seja concluída a análise definitiva das inscrições.

Bocaiúva do Sul, 17 de dezembro de 2025.

COMISSÃO ORGANIZADORA
Processo Seletivo Simplificado nº 08/2025

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:76272C45

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 435/2025 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO AUTORIZADO PELO ART. 6º DA LEI MUNICIPAL Nº 907 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2024 (LOA 2025)

DECRETO Nº 435/2025

SÚMULA: Autoriza abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município para o corrente exercício e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pelo **Artigo 42 da Lei nº. 4320, de 17 de março de 1964 e pelo Art. 6º da Lei Municipal nº. 907/2024 de 11 de novembro de 2024 (LOA-2025),**

DECRETA:

Art. 1º – Fica o executivo municipal autorizado a abrir ao orçamento geral do Município para o corrente exercício, o **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO no valor de R$ 483.541,98 (Quatrocentos e oitenta e três mil, quinhentos e quarenta e um reais e noventa e oito centavos)** com a seguinte especificação:

	03 – CONTROLE INTERNO		
F1000	03.001.04.124.0005.2.030 – Controle Interno		
24	3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil	R$	416,65
	TOTAL	**R$**	**416,65**
	06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
F1000	06.001.04.122.0004.2.005 – Administração do Pessoal		
58	3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil	R$	556,01
F1000	06.001.04.122.0004.2.006 – Manutenção, Zeladoria e Serviços Gerais		
70	3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil	R$	19.088,60
	TOTAL	**R$**	**19.644,61**
	07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		
F1000	07.001.04.123.0005.2.008 – Cadastro, Arrecadação e Fiscalização		
100	3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil	R$	13.721,40
F1000	06.001.04.122.0004.2.006 – Manutenção, Zeladoria e Serviços Gerais		
125	3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil	R$	6.894,49
	TOTAL	**R$**	**20.615,89**
	08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		
F1000	08.001.20.606.0025.2.041 – Apoio e Promoção Agrária		
164	3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil	R$	503,60
	TOTAL	**R$**	**503,60**
	11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
F303	11.006.10.122.0014.2.022 – Hospital Santa Julia e Reabilitação		
394	3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil	R$	360.508,58
399	3.3.71.70 – Rateio pela Participação Consórcio Público	R$	80.000,00
F303	11.006.10.301.0013.2.020 – Atenção Básica em Saúde – Recursos Próprios		
464	3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil	R$	1.852,65
	TOTAL	**R$**	**442.361,23**
	TOTAL GERAL	**R$**	**483.541,98**

Art. 2º – Para dar cobertura ao crédito aberto na forma do artigo 1º é indicado como recurso, a redução parcial da(s) seguinte(s) dotação(ões):

	07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		
F999	07.001.99.999.0999.9.999 – Reserva de Contingência		
141	9.9.99.99.00.00 – Reserva de Contingência	R$	483.541,98
	TOTAL	**R$**	**483.541,98**

Art. 3º – Fica alterada a programação financeira de desembolsos com a inclusão dos valores acima para fins de execução orçamentária.
Art. 4º – Alteram-se os valores das ações e programas conforme artigos 1º e 2º no Anexo III da Lei Municipal nº 479/2021 de 19/08/2021 (PPA 2022-2025), adicionando-se os valores do artigo 1º no exercício de 2025 em seus respectivos programas.
Art. 5º – Alteram-se os valores das ações e programas conforme artigos 1º e 2º nos Anexos V e VI da Lei Municipal nº 906/2024 de 11/11/2024 (LDO 2025), incluindo-se os valores do artigo 1º em seus respectivos programas.
Art. 6º – Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de sua edição.
Edifício da Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul – Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco (01/12/2025).

JOÃO DE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:B1568A59

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 03/2025 - CMDM

RESOLUÇÃO Nº 03/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

Aprova o Plano Municipal de Políticas Públicas para as mulheres 2026/2029.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - CMDM, no uso das atribuições;

CONFORME reunião realizada no dia 16 de dezembro de 2025.

RESOLVE:
Art.1º - Aprovar o Plano Municipal de Políticas Públicas para as mulheres 2026/2029.
Art. 2º - Está resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Bocaiuva do Sul, 16 de dezembro de 2025.

PRISCILA RODRIGUES
Presidente do CMDM

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:06DD6984

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CANCELAMENTO- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 75/2025

O Município de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados o CANCELAMENTO do Processo Licitatório Nº 178/2025 do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 75/2025, referente à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO, POR MEIO DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS (MULTIFUNCIONAIS E IMPRESSORAS), MANUTENÇÃO COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E SUPRIMENTOS (TINTA, MASTER, TONER, REVELADOR, CILINDRO, E FUSOR), SEM FORNECIMENTO DE PAPEL, DESTINADOS A IMPRESSÃO E REPROGRAFIA DE DOCUMENTOS NAS DEPENDÊNCIAS DA PREFEITURA, CONFORME ESPECIFICAÇÃO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS**.
O cancelamento decorre de manifestação da Secretaria Municipal de Educação, a qual informou que os quantitativos inicialmente estimados, especialmente quanto à quantidade de impressoras e ao volume de cópias no formato A3, foram inseridos de forma equivocada, não refletindo a demanda real das unidades escolares e administrativas, o que resultou em estimativa de valores superiores à necessidade efetiva do Município.
Diante disso, visando à preservação do interesse público e à correta aplicação dos recursos públicos, decidiu-se pelo cancelamento do referido certame.

Bocaiúva do Sul, 17 de dezembro de 2025.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:7B1471E1

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO: Nº 266/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 73/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA MONTAGEM, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE EVENTOS, DESTINADA À REALIZAÇÃO DA CERIMÔNIA DE FORMATURA DAS TURMAS DO INFANTIL 5 E DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

CONTRATO 266/2025
CONTRATADO: REALIZA EVENTOS LTDA
CNPJ: 26.407.827/0001-08
VALOR: R$ 63.900,00 (sessenta e três mil e novecentos reais)
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 17/12/2025 a 17/02/2026

BOCAIÚVA DO SUL, 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

CESAR MANUEL ESPÍNDOLA
Secretário Municipal

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:C0FDF98C

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – RESCISÃO DOS CONTRATOS: 145/2025 - INEXIGIBILIDADE Nº 17/2025

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS CONFORME O EDITAL E SEUS ANEXOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONDUÇÃO VEICULAR - CATEGORIA D
CONTRATADO: SILAS ALCIDES NUNES RAMOS
CPF: XXX.197.XXX-27
DATA DA RESCISÃO: 11/12/2025

BOCAIÚVA DO SUL, 11 DE DEZEMBRO DE 2025.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:008799D5

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 73/2025

O Secretário do Município de Bocaiúva do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 e alterações posteriores, nos termos do Parecer da Procuradoria Geral deste Município e dos trabalhos conclusivos da Comissão Permanente de Licitação, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação nº:	73/2025
Modalidade nº:	Pregão
Data Homologação:	17/12/2025

Objeto da Licitação:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA MONTAGEM, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE EVENTOS, DESTINADA À REALIZAÇÃO DA CERIMÔNIA DE FORMATURA DAS TURMAS DO INFANTIL 5 E DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Fornecedores com itens Homologados:
FORNECEDOR(ES):
1) REALIZA EVENTOS EIRELI - ME inscrito no CNPJ/CPF Nº 26.407.827/0001-08 no valor total dos itens vencidos de R$ 63.900,00 (sessenta e três mil e novecentos reais).

Bocaiúva do Sul, 17 de dezembro de 2025.

CESAR MANUEL ESPÍNDOLA
Secretário Municipal

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:91F0E684

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO Nº 05 – CONTRATO Nº 05/2022

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E RENOVAÇÃO DE VALOR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA ACADEMIA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, CONFORME ESPECIFICAÇÃO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS

CONTRATADO: GRUPO DE CAPEIRA RAIZES

CNPJ: 05.882.059/0001-74

TERMO ADITIVO: O PRESENTE TERMO ADITIVO PRORROGA, POR MAIS 12 (DEZ) MESES, O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 02 DE JANEIRO DE 2026 A 02 DE JANEIRO DE 2027. A CONTRATANTE PAGARÁ PARA A CONTRATADA, A IMPORTÂNCIA CORRESPONDENTE AO VALOR TOTAL DO CONTRATO NESTE ADITIVO DE R$ 95.996,52 (NOVENTA E CINCO MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS), NOS MESMOS TERMOS E CONDIÇÕES JÁ PREVIAMENTE ESTABELECIDOS.

BOCAIÚVA DO SUL, 15 DE DEZEMBRO DE 2025.

PAULO EUSEBIO BROTO ROCHA
Secretário Municipal de Esportes
Decreto 251/2025

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:6E612505

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO Nº 05 – CONTRATO Nº 06/2022

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E RENOVAÇÃO DE VALOR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM PROFISSIONAIS DEVIDAMENTE HABILITADOS PARA MINISTRAR AULAS DE GINÁSTICA, DANÇAS E LUTAS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, CONFORME ESPECIFICAÇÃO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS

CONTRATADO: GRUPO DE CAPEIRA RAIZES

CNPJ: 05.882.059/0001-74

TERMO ADITIVO: O PRESENTE TERMO ADITIVO PRORROGA, POR MAIS 12 (DOZE) MESES, O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 02 DE JANEIRO DE 2026 A 02 DE JANEIRO DE 2027. A CONTRATANTE PAGARÁ PARA A CONTRATADA, A IMPORTÂNCIA CORRESPONDENTE AO VALOR TOTAL DO CONTRATO NESTE ADITIVO DE R$ 138.661,68 (CENTO E TRINTA E OITO MIL, SEISCENTOS E SESSENTA E UM REAIS E SESSENTA E OITO CENTAVOS.), NOS MESMOS TERMOS E CONDIÇÕES JÁ PREVIAMENTE ESTABELECIDOS.

BOCAIÚVA DO SUL, 15 DE DEZEMBRO DE 2025.

PAULO EUSEBIO BROTO ROCHA
Secretário Municipal de Esportes
Decreto 251/2025

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:A3F05B2A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 261-2025

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 261/2025.
CONTRATADA: SIP TELECOM EQUIPAMENTOS TELEFÔNICOS LTDA-ME.
OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de telefonia móvel e fixa.
VIGÊNCIA: 17/12/2025 à 16/12/2026.
VALOR: R$ 27.586,80 (vinte e sete mil, quinhentos e oitenta e seis reais e oitenta centavos).
FUNDAMENTO: Dispensa de Licitação N°20/2025.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:A51B8563

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 262-2025

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 262/2025.
CONTRATADA: CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE BOM JESUS DO SUL - FUNDEC.
OBJETO: Locação de uma sala situada na Rua XV de Novembro, s/nº, Centro, na cidade de Bom Jesus do Sul – PR.
EMISSÃO: 17/12/2025 - **VIGÊNCIA:** 06/01/2026 à 31/12/2026.
VALOR: R$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais).
FUNDAMENTO: Compra Direta N°153/2025.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:F3BFCBD9

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 5781/2025.

Dispõe sobre suspensão e reprogramação de férias.

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Art. 1º - Ficam **SUSPENSAS** as férias da servidora **JANE ANDREIA DA VEIGA**, matrícula **1164**, cargo/função **Professor**, anteriormente programadas para **data inicial de 24/12/2025 a data final 07/01/2026 e data inicial de 08/01/2026 a data final 22/01/2026.**

Art. 2º - As férias suspensas de que trata o artigo anterior ficam **REPROGRAMADAS** para **data inicial de 29/12/2025 a data final 12/01/2026 e data inicial de 13/01/2026 a data final 27/01/2026.**

Art. 3º - A suspensão e reprogramação das férias ocorrem por **motivo de apresentação de atestado médico**, não acarretando prejuízo aos direitos legais da servidora.
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Bom Jesus do Sul-PR, 17 de dezembro de 2025.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:CD499856

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 5782 /2025.

Concede Férias aos Servidores Públicos que especifica.

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias aos servidores a seguir arrolados, a serem gozadas no período que especifica, conforme período aquisitivo de cada servidor:

Nome	Matrícula	Cargo	Dias d Férias	Período Aquisitivo	Período de Férias
Sirlei Dias Cabral Dressler	111	Professor Anos Iniciais 40 Horas	27,00	02/02/2025 a 01/02/2026	24/12/2025 a 19/01/2026
Fernanda Wendt Leite	1085	Professor Anos Iniciais 40 Horas	30,00	24/12/2025 a 22/01/2026	24/12/2025 a 22/01/2026

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Bom Jesus do Sul-PR, 17 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:42C44202

DEPARTAMENTO SAÚDE E SANEAMENTO
RESOLUÇÃO Nº. 15/2025

O Conselho Municipal de Saúde de Bom Jesus do Sul – Paraná, no exercício de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal 461/2011 de 03 de agosto de 2011, conforme o Decreto 382/2011 de 09 de setembro de 2011 e com a Reunião Ordinária, com apresentação dos dados e documentos, lavrado na ata nº. 15 de 17 de dezembro de 2025.

Resolve:
Art. 1º-) Aprovar o Plano de Amostragem e Vigilância da Qualidade da Agua para Consumo Humano para o ano de 2026.
Art. 2º-) Aprovação do Procedimento Operacional Padrão – POP de Fisioterapia e Pilates.
Art. 3°-) Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jesus do Sul-PR, 17 de dezembro de 2025.

CELSO LUIZ ANDREOLLA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

CLARICE DILL PRETTO
Gestora do Departamento Municipal de Saúde.

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:14612354

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
DECRETO N° 3.758, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente, cria Fonte de Recursos e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal n° 1.719/2024 de 04 de novembro de 2024.
DECRETA
Art. 1o Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, destinado ao suporte das despesas a serem realizadas com recursos oriundos do excesso de arrecadação na Fonte Recursos: 906, no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para suprir a dotação orçamentária abaixo especificada:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
04.00	**Depto de Finanças**		
04.01	**Divisão de Finanças, Cont. e Tes.**		
04.123.0004.2.008	**Ativid. Op. de Nat. Financ. e Orça**		
4.4.90.93	Indenizações e Restituições	906	60.000,00
TOTAL			**60.000,00**

Art. 2º Para cobertura do Crédito a ser aberto em decorrência da autorização constante desse decreto, serão utilizados os recursos oriundos do excesso de arrecadação a ser apurado no corrente exercício conforme o previsto no inciso II do parágrafo 1º do art. 43 da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64 e artigo 4º inciso VI Lei nº 1.719/2024 de 04 de novembro de 2024.
I – Por excesso de arrecadação o valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
2429.99.01.25 (159)	Conv. SEAB 313/24 - Pav Poliéd 30 voltas	906	50.000,00
1321.01.01.04 (164)	Rendimento de aplicação financeira.	906	10.000,00
	TOTAL		**60.000,00**

Art. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 17 (dezessete) dias do mês de dezembro de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:DA65E301

CHEFE DE GABINETE
DECRETO N° 3.760, 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal n° 1.719/2024 de 04 de novembro de 2024.
DECRETA
Art. 1o Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no valor de R$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos mil reais), para suprir a dotação orçamentária abaixo relacionada:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
07.00	**Depto de Saúde**		

07.01	**Fundo Municipal de Saúde**		
10.301.0007.2.015	**Ativ. Op. do Fundo Munic de Saúde**		
3.1.90.11	Venc e Vantag Fixas – P. Civil (139)	303	10.000,00
3.1.90.13	Contribuições Patronais (140)	303	500,00
11.00	**Depto de Indústria Com e Turismo**		
11.01	**Div. de Indústria Com. Turismo**		
22.661.0014.2.038	**Ativ Op.e Apoio a Ind Com e Turis**		
3.1.90.11	Venc e Vantag Fixas – P. Civil (423)	000	1.000,00
TOTAL			**11.500,00**

Art. 2o Para cobertura do crédito a ser aberto em decorrência da autorização constante desse decreto, serão utilizadas as ANULAÇÕES PARCIAIS das dotações orçamentárias abaixo relacionadas, conforme o previsto no artigo 5º incisos I e II, da Lei 1.719/2024 de 04 de novembro de 2024 - LOA – Lei Orçamentária Anual a seguir especificado:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
07.00	**Depto de Saúde**		
07.01	**Fundo Municipal de Saúde**		
10.301.0007.2.015	**Ativ. Op. do Fundo Munic de Saúde**		
3.3.90.30	Material de Consumo (145)	303	10.500,00
11.00	**Depto de Indústria Com e Turismo**		
11.01	**Div. de Indústria Com. Turismo**		
22.661.0014.2.038	**Ativ Op.e Apoio a Ind Com e Turis**		
3.3.90.30	Material de Consumo (425)	000	1.000,00
TOTAL			**11.500,00**

Art. 3º Através desse ato ficam também atualizados os valores das Leis nº 1.717/2024 de 02 de setembro de 2024 - LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias para esse exercício de 2025 e 1.565/2021 de 16 de setembro de 2021 do PPA – Plano Plurianual de Investimentos para 2022/2025.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 17 (dezessete) dias do mês de dezembro de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:6BB11049

CHEFE DE GABINETE
DECRETO Nº 3.756, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Adota no Município de Bom Sucesso do Sul, o grau de risco sanitário das atividades econômicas definidas na RESOLUÇÃO SESA nº 1034/2020 e dá outras providências.

O prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais,
Considerando a necessidade de atualização do grau de risco sanitário das atividades econômicas desenvolvidas no Município;
Considerando que a Resolução SESA nº 1034/2020, adota apenas três graus de risco, quais sejam: atividade econômica de baixo risco, atividade econômica de médio risco e atividade econômica de alto risco;
Considerando que o Código Tributário Municipal-CTM (Lei Complementar nº 21/2012) estabelece, para as diversas atividades econômicas, graus de risco diversos daqueles constantes da Resolução SESA nº 1034/2020;
Considerando que a Resolução SESA nº 1034/2020 é mais moderna e completa, se comparada ao disciplinado no CTM;
Considerando a necessidade de efetivação do lançamento das respectivas taxas da vigilância sanitária;
DECRETA:
Art. 1º Fica adotado no Município de Bom Sucesso do Sul, para o lançamento da taxa de vigilância sanitária, o grau de risco das atividades econômicas, constantes da RESOLUÇÃO SESA nº 1034/2020.
Art. 2º Para fins de cálculo do valor da respectiva taxa de vigilância sanitária, serão adotadas as tabelas dos graus de riscos, constantes do Anexo X, conforme previsão do art. 254, do Código Tributário Municipal-CTM:
Atividade econômica de alto risco: tabela do GRAU DE RISCO I;

Atividade econômica de médio risco: tabela do GRAU DE RISCO II;

Atividade econômica de baixo risco: tabela do GRAU DE RISCO IV;

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:3E619E7D

CHEFE DE GABINETE
DECRETO Nº 3.759, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

Determina os pontos facultativos e informa o calendário dos feriados municipais e federais do ano de 2026 para os órgãos da administração direta do Poder Executivo Municipal.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná**, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Lei Federal nº 9.093/1995,
Considerando que a decretação de suspensão dos trabalhos nas repartições públicas municipais, efetuada às vésperas dos feriados, poderia causar transtornos aos munícipes ou contribuintes;
Considerando que os dias intercalados entre feriados e finais de semanas são considerados improdutivos, dada a interrupção da necessária continuidade do serviço público que ocorre entre os dias úteis da semana, bem como representam um fator de prejuízo econômico aos cofres públicos;
Considerando que a prefixação desses dias improdutivos, em que o expediente público municipal ficará suspenso, possibilitará a programação do munícipe contribuinte em suas relações com o Poder Público, bem assim o planejamento de atividades de todos os órgãos da estrutura municipal;
DECRETA:
Art. 1º Determina os pontos facultativos no âmbito da Administração Pública Municipal de Bom Sucesso do Sul e informa o calendário dos feriados municipais e federais, que ocorrerem de segunda a sábado das semanas do ano de 2026, a saber:
1º de janeiro, quinta-feira, confraternização universal, feriado nacional;
08 de janeiro, quinta-feira, emancipação político administrativa, feriado Municipal;
09 de janeiro, sexta-feira, recesso, ponto facultativo;
16 de fevereiro, segunda-feira, Véspera de Carnaval, ponto facultativo;
17 de fevereiro, terça-feira, Carnaval, ponto facultativo;
03 de abril, sexta-feira, paixão de Cristo, feriado nacional;
20 de abril, segunda-feira, recesso, ponto facultativo;
21 de abril, terça-feira, Tiradentes, feriado nacional;
01 de maio, sexta-feira, dia do trabalhador, feriado nacional;
04 de junho, quinta-feira, *Corpus Christi*, ponto facultativo;
05 de junho, sexta-feira, recesso, ponto facultativo;
07 de setembro, segunda-feira, dia da Independência do Brasil, feriado nacional;
12 de outubro, segunda-feira, Nossa Senhora Aparecida – Padroeira do Brasil, feriado nacional;
28 de outubro, quarta-feira, dia do funcionário público, ponto facultativo;
02 de novembro, segunda-feira, finados, feriado nacional;
20 de novembro, sexta-feira, dianacionalde Zumbi e da Consciência Negra, feriado nacional;
08 de dezembro, Terça-feira, Imaculada Conceição, feriado Municipal;
24 de dezembro, quinta-feira, véspera de Natal, ponto facultativo;

25 de dezembro, sexta-feira, Natal, feriado nacional;
31 de dezembro, quinta-feira, ponto facultativo.

Art. 2º Nas datas fixadas no Art. 1º, deste Decreto, os serviços públicos emergenciais da área de saúde e demais setores que não podem deixar de atender aos cidadãos, devem garantir o atendimento por meio de escalas de serviço ou plantão.
Art. 3º Ocasionalmente, em eventos excepcionais ou ocasiões especiais, outros pontos facultativos poderão ser decretados, os quais deverão se adaptar à sistemática deste Decreto.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2026.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:F327F2FE

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 612, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

Conceder diária de viagem ao servidor Jucimar Girardello de Freitas.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.501 de 16 de abril de 2020:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor Jucimar Girardello de Freitas, ocupante do cargo efetivo de motorista, matrícula nº 492-8/3, ½ (meia) diária de viagem, para o dia 17 de dezembro de 2025, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para a Cidade de Guaraniaçu – PR, com veículo oficial, transporte de paciente com alta hospitalar, do Hospital Santo Antônio.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de dezembro de 2025.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 17(dezessete) dias do mês de dezembro do ano de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:882B9367

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 613, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

Conceder diária de viagem ao servidor Jucimar Girardello de Freitas.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.501 de 16 de abril de 2020:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor Jucimar Girardello de Freitas, ocupante do cargo efetivo de motorista, matrícula nº 492-8/3, ½ (meia) diária de viagem, para o dia 18 de dezembro de 2025, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para a Cidade de Cascavel – PR, com veículo oficial, transporte de paciente, até o Hospital Universitário.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 17(dezessete) dias do mês de dezembro do ano de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:B44779F3

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2025

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2025
O Município de Bom Sucesso do Sul – Pr. comunica que realizará o **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2025**, objetivando o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS OU FÍSICAS, PROPRIETÁRIAS DE IMÓVEIS QUE TENHAM INTERESSE EM FIRMAR CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE SUPERFÍCIE PARA A EXPLORAÇÃO DE JAZIDA DE CASCALHO DESTINADOS AOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS E URBANAS,** nas condições e características a seguir descritas no edital. Os interessados deverão apresentar os envelopes de Habilitação a partir da publicação na Imprensa Oficial, em horário de expediente, das 8:00 às 11:30, das 13:30 às 17hs, no SETOR DE PROTOCOLO GERAL, na sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Candido Merlo, n.º 290, Centro – Bom Sucesso do Sul/PR, e também outras formas conforme descrito no edital. A Sessão de recebimento e abertura dos envelopes de habilitação: será no **dia 20/01/2026, às 09h01min**, na Sede da Prefeitura Municipal, Rua Cândido Merlo, 290. A integra deste edital encontra-se disponível nos endereços eletrônicos: www.bomsucessodosul.pr.gov.br e AMP-PR - www.ampr.org.br, também podendo ser solicitado pelos e-mails pregoeiro_bss@hotmail.com e/ou licitacoes@bssul.pr.gov.br. Mais informações: tel: (46) 3234-1135.

Bom Sucesso do Sul, 17 de dezembro de 2025.

JOSIANE FOLLE
Agente de Contratação

Publicado por:
Josiane Folle
Código Identificador:5CB03176

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº01/2026 DO CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE

CONVÊNIO Nº01/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL E O CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE COM VISTAS A OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO SUS NO MUNICÍPIO.

Por este instrumento, de um lado a **Prefeitura Municipal de Bom Sucesso do Sul**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º80.874.100/0001-86, com sede à **Rua Cândido Merlo**, nesta cidade de Bom Sucesso do Sul - Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **Maico Diogo Faversani**, portador da cédula de identidade RG n.º7.252.724-0 e do CPF n.º037.885.939-03, residente e domiciliado em Bom Sucesso do Sul, estado do Paraná, na Rua Atilio Piloneto, nº25, CEP 85515-000, e de outro lado o **CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE**, CNPJ nº 03.273.207/0001-28, doravante simplesmente CONSÓRCIO, neste ato representado pelo seu Presidente **Marcelo José Bernardeli Palhares,** portador da Cédula de Identidade/RG nº 7.789.283-4 SSP-PR, do CPF nº 031.836.199-03, residente e domiciliado na Rua Coronel Cecílio Rocha, 702**,** em Jacarezinho (PR) – CEP 86400-000, com base no previsto no artigo 19º, inciso III, do estatuto do Consórcio, e nas Leis nºs 8.080/90 e 8.142/90, firmam o presente Convênio de acordo com os termos e condições a seguir estabelecidos:
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO - O presente Termo tem por objetivo operacionalizar ações de Assistência Farmacêutica, através da aquisição e distribuição de medicamentos essenciais, à população usuária do SUS (Sistema Único de Saúde).

CLÁUSULA SEGUNDA: DO COMPROMISSO DAS PARTES - Comprometem-se os signatários:
I – PREFEITURA MUNICIPAL:
a) repassar ao Consórcio, recursos financeiros no **valor total de R$180.000,00** em quatro parcelas de R$45.000,00, as quais deverão ser depositadas em conta corrente específica do Banco do Brasil, até o dia 05 dos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro/2026, conforme plano de aplicação em anexo;
b) estruturar a Assistência Farmacêutica no município;
c) garantir que a dispensação Farmacêutica seja realizada sob responsabilidade técnica do Profissional Farmacêutico;
d) manter dados consistentes sobre o consumo de medicamentos e demanda (atendida e não atendida) de cada produto;
e) efetuar a programação de medicamentos utilizando-se do perfil epidemiológico, consumo histórico e oferta de serviços;
f) quantificar os medicamentos definindo um ponto de reposição, considerando o Consumo Médio Mensal e o tempo médio para aquisição/ressuprimento;
g) monitorar a qualidade dos medicamentos recebidos, subsidiando a Diretoria do Consórcio, para que esta reavalie os requisitos de qualidade para aquisição e proceda a validação de fornecedores;
h) receber, armazenar e distribuir, adequadamente os medicamentos;
i) organizar a distribuição dos medicamentos, exclusivamente na rede SUS, garantindo prescrição e utilização adequada dos mesmos;
j) promover o uso racional dos medicamentos junto à população, aos prescritores e aos dispensadores;
k) disponibilizar e capacitar os recursos humanos em saúde, necessários a uma Assistência Farmacêutica de qualidade.
II - AO CONSÓRCIO:
a) seguir o elenco proposto na pactuação aprovada pela Comissão Intergestores Bipartite e Conselho Estadual de Saúde, integrantes da Relação de Medicamentos Essenciais para a Atenção Básica e constantes do Plano Estadual de Assistência Farmacêutica Básica;
b) adquirir os medicamentos de acordo com a programação do município, elaborada com o recurso financeiro disponível, conforme plano de aplicação em anexo;
c) incentivar os municípios a participarem da formulação da Política de Assistência
Farmacêutica do Estado e a organizarem sua estrutura no município;
d) manter um sistema de comunicação com os municípios, para que esses obtenham
informações atualizadas das programações, aquisições e movimentação financeira de seus recursos;
e) manter o cronograma de programação e aquisição, tentando evitar a descontinuidade no fornecimento;
f) efetuar as aquisições de medicamentos dentro de requisitos técnicos, legais e de qualidade, estabelecidos para esses produtos;
g) monitorar as entregas dos produtos até o seu destino final, intermediando possíveis transtornos durante seu percurso;
h) intermediar junto ao Fornecedor, a substituição dos produtos, quando comprovado desvio da qualidade originada no processo de fabricação ou transporte.
CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS - O valor referente ao recurso financeiro destinado à execução do presente convênio correrão à conta da Dotação Orçamentária: 0700 – Departamento de Saúde; 0701 – Fundo Municipal de Saúde; 103010007.2.015 – Atividades Operacionais do Fundo Municipal de Saúde; 339030 – Material de Consumo; 1583 – Material Farmacológico; Fonte: 1695.
CLÁUSULA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO – O acompanhamento do presente convênio será realizado a cada período vigência, com base em avaliações do cumprimento de seu objeto.
CLÁUSULA QUINTA: DA DENÚNCIA E RESCISÃO – O presente termo de convênio poderá ser rescindido sem comunicação prévia, caso ocorra descumprimento das obrigações ora estipuladas, sujeitando-se a parte inadimplente a eventuais perdas e danos, respondendo ainda por todo e qualquer ônus decorrente de procedimentos judiciais que se fizerem necessários podendo, entretanto, ser resolvido por mútuo consenso, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.
CLÁUSULA SEXTA – Ficam sem efeito quaisquer disposições estabelecidas em convênios ou consequentes termos aditivos, anteriores ao presente, que contrariem direta ou indiretamente o disposto nas cláusulas deste Instrumento.
CLAUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA - Este Termo de Convênio entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2026.
CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES - Quaisquer alterações dos termos e condições do presente convênio deverão ser objeto de termos aditivos firmados a qualquer tempo e farão parte integrante, para todos os efeitos e direitos.
CLÁUSULA NONA: DO FORO - As partes elegem o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as dúvidas fundadas neste Instrumento e que não puderem ser resolvidas de comum acordo. E assim por estarem de pleno acordo e ajustados depois de lido e achado conforme, o presente Instrumento vai, a seguir, assinado em 03 (três) vias pelos representantes dos respectivos signatários na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo firmadas, para publicação e execução.
Bom Sucesso do Sul – PR, 17 de dezembro de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

MARCELO JOSÉ BERNARDELI PALHARES
Presidente do Conselho Deliberativo do Consórcio

Publicado por:
Yonara Beatriz de Araujo Penso
Código Identificador:256DA630

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 209/2025 – DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 54/2025

ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 209/2025 – DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 54/2025
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro veicular total, abrangendo cinco veículos pertencentes à frota oficial do Município de Braganey.
Valor Estimado: R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).
Data de Conclusão do Processo: 11 de dezembro de 2025.
Aos 11 dias do mês de dezembro de 2025, na Prefeitura Municipal de Braganey, foram analisadas e julgadas as propostas recebidas no âmbito do processo licitatório nº 209/2025, referente à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro veicular total, abrangendo cinco veículos pertencentes à frota oficial do Município de Braganey, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021. Após a abertura das propostas, procederam com a análise detalhada e julgamento das mesmas.
Foram apresentadas propostas pelas seguintes empresas: **Imagina Corretora de Seguros**, representando a Gente Seguradora S/A, CNPJ nº 90.180.605/0001-02, com proposta no valor de R$ 27.019,95 (vinte e sete mil, dezenove reais e noventa e cinco centavos); **Conesp Seguros S/A**, CNPJ nº 33.065.001/27, com proposta no valor de R$ 23.515,24 (vinte e três mil, quinhentos e quinze reais e vinte e quatro centavos); **Vila Sul Corretora de Seguros Ltda**, CNPJ nº 78.121.902/0001-73, com proposta no valor de R$ 23.450,00 (vinte e três mil, quatrocentos e cinquenta reais); e **Jalapão Corretora de Seguros Ltda**, CNPJ nº 08.950.781/0001-97, com proposta no valor de R$ 17.998,45 (dezessete mil, novecentos e noventa e oito reais e quarenta e cinco centavos).
A análise das propostas foi realizada conforme os critérios estabelecidos no edital, tendo em vista que o valor estimado para o objeto da contratação era de R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais). Com base na comparação das propostas apresentadas, o Agente de Contratação verificou que as empresas **Imagina Corretora de Seguros**, **Conesp Seguros S/A** e **Vila Sul Corretora de Seguros Ltda** apresentaram valores superiores ao valor estimado, sendo, portanto, **inabilitadas**. As propostas dessas empresas foram desclassificadas, uma vez que, conforme a Lei nº 14.133/2021, o critério de julgamento do menor preço foi preponderante e as propostas não se ajustaram ao orçamento inicialmente previsto, prejudicando a competitividade do certame.
Por outro lado, a empresa **Jalapão Corretora de Seguros Ltda**, com a proposta no valor de **R$ 17.998,45**, foi **considerada vencedora** do

certame, por ter apresentado o menor preço, dentro do valor estimado para a contratação e atendendo todos os requisitos estabelecidos no processo licitatório. A proposta da empresa vencedora foi classificada como válida e compatível com o objeto da licitação, conforme os termos da Lei nº 14.133/2021, que rege o processo licitatório e assegura o cumprimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência.
Diante do exposto, a Comissão de Licitação, após a análise das propostas e das justificativas apresentadas, **declara a empresa Jalapão Corretora de Seguros Ltda vencedora do processo licitatório**, sendo as demais propostas inabilitadas conforme os critérios já mencionados.
Braganey, 17 de dezembro de 2025.

DANIEL CRUZ BARTOSKI
Agente de Contratação

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:7475EC9C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITALNº07 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025- GAB/ SEMEC

Dispõe sobre o resultado preliminar do Processo de Escolha para Diretor Escolar das Escolas Municipal Marechal Deodoro e Escola Rural Municipal Tiradentes e Centros Municipais de Educação Infantil, Amiguinhos de Jesus, Balão Mágico e José Teodoro Dias para a Gestão 2026-2028.

A Presidente da Comissão Central, ANGÉLICA CRISTIAN ROCHA no uso de suas atribuições legais, conforme os dispositivos da Lei nº833/2022, e em cumprimento ao processo de escolha dos novos gestores das unidades escolares da rede municipal, TORNA PÚBLICO,
Art. 1°- RESULTADO PRELIMINAR do Processo de Escolha de Diretores das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino, realizado conforme o cronograma estabelecido, ficando resguardado o direito à interposição de recursos, nos termos a seguir:
RESULTADO PRELIMINAR:

Instituição
Candidato
Percentual de votos
Resultado

Escola Rural Municipal Tiradentes
Euclides Antonio dos Reis
99,06%
Candidato Eleito

CMEI Amiguinhos de Jesus
Elvira Regina Cogo
100%
Candidato Eleito

CMEI Balão Mágico
Jaqueline Rigamonte Andrade
79,58%
Candidato Eleito

CMEI Balão Mágico
Dione BenettaliDetoni
20,42%
Não Eleito

CMEI José Teodoro Dias
Sandra Mara Belarmino
98,61%
Candidato Eleito

Escola Marechal Deodoro
Não houve candidato
0%
Não Eleito

Art. 2°- Fica assegurado aos interessados o prazo de 48 horas, a contar da publicação deste Edital no Diário Oficial do Município, para a interposição de recursos contra o resultado preliminar, os quais deverão ser apresentados por escrito, de forma fundamentada, junto à Comissão Central do Processo de Escolha de Diretores.

Art. 3°- Após a análise e julgamento dos recursos eventualmente interpostos, o resultado final do Processo de Escolha de Diretores será divulgado por meio de novo edital, a ser publicado no Diário Oficial do Município.

Art. 4°-Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Braganey, 17 de dezembro de 2025.

ANGÉLICA CRISTIAN ROCHA
Presidente da Comissão Central

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:7FEB778E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO N° 0133/2025 VINCULADA A DISPENSA POR EMAIL 054/2025

EXTRATO
CONTRATO N° 0133/2025 VINCULADA A DISPENSA POR EMAIL 054/2025

PREÂMBULO
Pelo presente CONTRATO:
1. De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 7.505.162-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 031.294.849-22, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE.**
2. E, de outro lado, a empresa MAFRE SEGUROS**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob Nº** 61.074.175/0001-38, sediada na, AV DAS NAÇÕES UNIDAS, Nº 14261, VILA GERTRUDES, CIDADE DE SÃO PAULO-SP CEP:04.794-000, neste ato representada pelo **Sr ALEXANDRE PONCIANO SERRA,** portador do **CI/RG Nº. 29.499.596-1 SSP/SP** e inscrito no **CPF/MF Nº. 219.802.708-99** doravante denominada CONTRATADA. "As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/21, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade DISPENSA POR EMAIL **054/2025** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes."
CLÁUSULA – DO OBJETO
O objeto desta ATA é **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de seguro veicular total (cobertura casco, colisão, incêndio, roubo, furto, danos materiais e corporais a terceiros, danos morais, acidentes pessoais por passageiro, assistência 24 horas e cobertura para vidros, faróis, lanternas e retrovisores), abrangendo cinco veículos pertencentes à frota oficial do Município de Braganey-PR, pelo período de 12 (doze) meses.**
CLÁUSULA - DO VALOR CONTRATUAL
Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 17.998,45 (dezessete mil, novecentos e noventa e oito reais e quarenta e cinco centavos).**
CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA
O presente Contrato terá vigência até **17/12/2026** podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.
CLÁUSULA – DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Braganey – Pr 17 de Dezembro de 2025.
.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:32D8197B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 938/2025

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL - CMSBA DO MUNICÍPIO BRAGANEY, É DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANEY, Estado do Paraná, aprovou e eu, **VALDIR ZIELINSKI**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica criado o Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - CMSBA do Município Braganey, órgão colegiado de caráter consultivo na formulação de política de saneamento básico e ambiental, no planejamento e na avaliação de sua execução, e com atribuições inerentes ao equilíbrio ecológico e implantação de ações destinadas a proteção, recuperação e conservação do meio ambiente e acompanhamento dos serviços prestados na área de saneamento básico e controle social.

Artigo 2° - São objetivos do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental do Município de Braganey:

I - Levantar o patrimônio ambiental natural, étnico e cultural do MunicípioBraganey;

II - Localizar e mapear áreas críticas onde se desenvolvam atividades com utilização de recursos naturais ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como, empreendimentos capazes de causar degradação ambiental a fim de permitir a vigilância e o controle desses procedimentos e o cumprimento da legislação vigente;

III - Colaborar no planejamento municipal mediante recomendações à proteção do patrimônio ambiental do Município;

IV - Estudar, definir e propor normas e procedimentos visando à proteção ambiental do Município;

V - Promover e colaborar na execução de programas intersetoriais de proteção ambiental do Município;

VI - Fornecer informações e subsídios técnicos relativos ao conhecimento e proteção do meio ambiente;

VII - Colaborar em campanhas educacionais relativas ao meio ambiente e aos problemas de saúde, de saneamento básico, de uso e ocupação racional de águas e solos;

VIII - Manter intercâmbio com entidades oficiais e privadas de pesquisas e/ou atividades ligadas ao conhecimento e proteção ambiental;

IX - Identificar, prever e comunicar as agressões ambientais ocorridas no Município, diligenciando efetiva apuração e sugerindo aos poderes e órgãos públicos as medidas cabíveis, além de contribuir, em caso de emergência para mobilização da comunidade;

X - Participar ativamente da elaboração da Política Municipal de Saneamento, bem como no seu planejamento e avaliação;

XI - Participar, opinar e deliberar sobre a elaboração sobre a implementação dos Planos Diretores de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Drenagem, Limpeza Urbana e Resíduos Sólidos do Município;

XII - Participar na promoção da universalização dos serviços de saneamento básico, assegurando a sua qualidade por meio do acompanhamento de seus indicadores e do cumprimento das metas fixadas nos planos municipais;

XIII - Acompanhar o cumprimento das metas fixadas em Contrato de Concessões/Contrato de Programa das empresas concessionárias dos serviços de água e esgoto;

XIV - Promover estudos destinados a adequar os anseios da população à Política Municipal de Saneamento;

XV - Buscar o apoio de órgãos e entidades realizadoras de estudos sobre meio ambiente e saneamento, de modo a dispor de subsídios técnicos e legais na implementação de suas ações;

XVI - Apresentar propostas ao Executivo ou Legislativo, versando sobre a matéria que lhe é de Interesse, sempre acompanhados de exposição de motivos;

XVII - Apreciar e opinar sobre os casos que lhe forem submetidos pelas partes interessadas;

XVIII - Elaborar, aprovar e reformar seu próprio Regimento Interno, dispondo sobre a ordem dos trabalhos e sobre a constituição, competência e funcionamento.

Artigo 3° - O controle social será exercido pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental do Município Braganey por meio do recebimento de relatórios, e informações que permitam o acompanhamento das ações de saneamento básico, da análise do Plano Plurianual e das propostas orçamentárias anuais e do acompanhamento da execução destes.

Artigo 4° - O Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental será composto por um membro titular e seu respectivo suplente dos seguintes segmentos da sociedade.

I - Um representante da concessionária de serviços de saneamento básico (SANEPAR);
II - Um representante da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;
III - Um representante da Secretaria de Saúde;
IV - Um representante dos usuários de serviços de saneamento básico;
V - Um representante do Conselho Municipal de Saúde;
VI - Um representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento.

Parágrafo 1° - O representante listado no inciso IV deste artigo será indicado pela SANEPAR e os representantes listados nos incisos V e VI deste artigo serão indicados pelos respectivos Conselhos.

Parágrafo 2° - Caso não haja indicação dos membros representativos listados nos incisos IV, V e VI deste artigo, o Prefeito Municipal poderá fazê-lo em livre escolha.

Artigo 5° - O Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental será nomeado por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Artigo 6° - O Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental terá o mandato de 02 (dois) anos, admitida a recondução.

Artigo 7° - A participação dos conselheiros é de interesse público e de relevante importância para a municipalidade, e não será remunerado.

Artigo 8° - Compete ao Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – CMSBA elaborar, aprovar, revisar e

reformar o seu Regimento Interno, instrumento destinado a disciplinar sua organização, funcionamento, composição das reuniões, ordem dos trabalhos, processo deliberativo e demais normas necessárias à plena execução de suas atribuições.

Artigo 9° - O Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental reunir-se-á ordinariamente e extraordinariamente sempre que convocado, e funcionará de acordo com o seu Regimento Interno.

Artigo 10 - Caberá ao Município de Braganey fornecer toda a estrutura física e de pessoal para o regular funcionamento do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental.

Artigo 11 - O Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental manterá estreito intercâmbio com órgãos da Administração Pública Municipal, Estadual e Federal, com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos inerentes à defesa e proteção do meio ambiente.

Artigo 12 - Identificada qualquer agressão ambiental, o Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental prestará informações às autoridades públicas constituídas, notadamente os poderes executivo e judiciário, ao Ministério Público e outros organismos competentes, alertando das possíveis implicações e sugerindo providências necessárias.

Artigo 13 - O Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental promoverá a divulgação de conhecimentos e providências relativas à conservação do patrimônio ambiental.

Artigo 14 - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL JOÃO CAPPELLETTO, 17 de dezembro de 2025.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:C4DEBE14

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 939/2025

Declara de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas - CTG Estrela do Oeste.

Faço saber que a Câmara Municipal de Braganey, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas – CTG Estrela do Oeste, entidade cultural, sem fins lucrativos, com sede no município de Braganey – PR, inscrito no CNPJ 59.458.413/0001-67, na estrada saída de Corbélia, bairro/distrito de Bragantina.

Art. 2º O CTG Estrela do Oeste tem por finalidade promover e preservar a cultura e as tradições gaúchas, por meio de atividades culturais, artísticas, educativas, recreativas e sociais, contribuindo para o fortalecimento da identidade cultural da região.

Art. 3º O reconhecimento como entidade de utilidade pública permitirá ao CTG Estrela do Oeste firmar convênios, receber subvenções e estabelecer parcerias com órgãos públicos e instituições privadas, nos termos da legislação vigente.

Art.4° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

PAÇO MUNICIPAL JOÃO CAPPELLETTO, 17 de dezembro de 2025.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:1E2DC112

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA PROPOSTA POR EMAIL N°. 54/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 209/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
DISPENSA PROPOSTA POR EMAIL N°. 54/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 209/2025

O Prefeito Municipal de Braganey, em cumprimento ao disposto na Lei 14.133/2021 e legislação pertinente, torna-se público o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério de Menor Valor LOTE, conforme segue, e considerando o disposto na Legislação Vigente.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de seguro veicular total (cobertura casco, colisão, incêndio, roubo, furto, danos materiais e corporais a terceiros, danos morais, acidentes pessoais por passageiro, assistência 24 horas e cobertura para vidros, faróis, lanternas e retrovisores), abrangendo cinco veículos pertencentes à frota oficial do Município de Braganey-PR, pelo período de 12 (doze) meses.

RESOLVE: Fica homologado e adjudicado o objeto na licitação na modalidade de **Dispensa Normal N°. 54/2025,**

conforme segue o vencedor:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
MAFRE SEGUROS	61.074.175/0001-38	R$ 17.998,45

Braganey, 11 de Dezembro 2025.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:1026C3DF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO 162/2025
DISPENSA 46/2025

Contratante:
Nome: MUNICÍPIO DE CAFEARA – PR, CNPJ nº 75.845.545/0001-06.
Contratado:
NOME: ACCESS IBACBRASIL - TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS LTDA
CNPJ/MF: 05.974.557/0001-47
Valor: R$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais)
Fundamento Legal: Lei nº 14133/21
Data de Assinatura: 17/12/2025
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA OFERTAR CURSO ESPECIALIZADO PARA CONDUTORES DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O MUNICÍPIO DE CAFEARA – PR

Vigência: 60 dias

Publicado por:
Marcelo Galvão
Código Identificador:633CC07F

GOVERNO MUNICIPAL
RATIFICAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 121/2025
Processo dispensa Nº. 46/2025
Fica HOMOLOGADO o resultado do Procedimento Licitatório - Processo dispensa nº 46/2025, de 08/12/2025, para o qual tem como objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA OFERTAR CURSO ESPECIALIZADO PARA CONDUTORES DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O MUNICÍPIO DE CAFEARA – PR" pelo critério de menor preço por item, sendo vencedor(es) do objeto da licitação a(s) empresa(s):
ACCESS IBACBRASIL - TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS LTDA, CNPJ Nº 05.974.557/0001-47 no valor total de R$680,00 (Seiscentos e Oitenta Reais).

Cafeara - PR, dezessete dias de dezembro de 2025.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
" Prefeito Municipal"
Cafeara –PR

Publicado por:
Marcelo Galvão
Código Identificador:68A869B9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECISÃO ADMINISTRATIVA - PAAR

DECISÃO ADMINISTRATIVA - PAAR

Interessada: CAMMINARE MÁQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA

Assunto: Apuração de responsabilidade – descumprimento contratual

Trata-se de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade instaurado em face da empresa supra mencionada, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, em razão de inexecução culposa da obrigação contratual.

A Comissão Processante, após a devida instrução, assegurado o contraditório e a ampla defesa, apresentou relatório opinativo, no qual houve consenso entre seus membros acerca da penalidade a ser aplicada deverá ser a Advertência, cabendo a esta autoridade administrativa a decisão final.

Analisando detidamente os autos, constata-se que a conduta da empresa caracteriza descumprimento contratual de natureza culposa, materializada pelo retardamento no cumprimento da obrigação assumida. Tal comportamento mostrou-se suficientemente grave para comprometer a execução regular do pedido, ocasionando prejuízos diretos ao planejamento da Secretaria Municipal de Saúde e, por consequência, afetando a continuidade e a eficiência do atendimento prestado à população, configurando lesão relevante ao interesse público primário.

Assim, reconheço a responsabilidade da empresa **CAMMINARE MÁQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA** pela infração contratual praticada e, com fundamento no art. 156, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, APLICO A PENALIDADE DE **ADVERTÊNCIA**, determinando, ainda, o registro da infração no cadastro de fornecedores do Município, para fins de controle e eventual reincidência.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Cafelândia, 17 de dezembro de 2025.

JOÃO LAURO GONÇALVES BOLONHA
Secretário Municipal de Administração
Port. Nº 468/2025 – DRH

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:24B42C61

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 232 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Decreto nº 232 de 17 de dezembro de 2025.

SÚMULA: Instaura Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS,

CONSIDERANDO a decisão administrativa publicada em 12 de dezembro de 2025,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica instaurado Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR, conforme a decisão Administrativa publicada em 12 de dezembro de 2025, referente a prestação de serviços da empresa **EXPRESSO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 56.917.232/0001-63.

Art. 2º. Fica nomeada a Comissão a seguir qualificada, que responderá pela abertura, desenvolvimento e conclusão de instaurar o Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR:

· **Presidente:** Jeferson Rodrigues Ferreira - Matricula nº 75651.
· **Secretário:** Roberto Carlos Dudar - Matricula nº 767321867.
· **Membro:** Paulo Sérgio Moreira - Matricula nº 7773;

Art. 3º. Desde logo, determino que a Procuradoria Jurídica do Município, para que preste o devido auxílio técnico jurídico a comissão.

Art. 4º. A Comissão nomeada terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para conclusão do processo e apresentação de relatório final, podendo ser prorrogado mediante justificativa.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:18AEF3F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES –
EXTRATO DO CONTRATO Nº 161/2025 – PROCESSO DISPENSA Nº 040/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 161/2025 – Processo dispensa nº 040/2025

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: ALA10 ASSUNÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº 29.626.600/0001-41, AV. BRASIL, 7181 - CEP: 85801001 - BAIRRO: CENTRO, E-MAIL: , Telefone, (45) 3197-0280 CIDADE: Cascavel/PR, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) ALTEMAR SIECKLICHI ASSUNÇÃO.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE 3 (TRÊS) KITS MATERNIDADE E 22 (VINTE E DOIS) KITS INFANTIS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE GESTANTES E CRIANÇAS DE 0 (ZERO) A 6 (SEIS) ANOS ATENDIDAS E/OU ACOMPANHADAS PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA/PR, COM RECURSOS VIABILIZADOS POR MEIO DA DELIBERAÇÃO Nº 047/2022 - CEDCA/PR, DEVIDAMENTE APROVADA PELO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA.

Valor Total: R$ 2.019,00 (Dois Mil e Dezenove Reais).
Assinaturas: Junior Motter, ALTEMAR SIECKLICHI ASSUNÇÃO
Vigência: 17/12/2025 a 16/12/2026.
Data da Assinatura:17/12/2025

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:A4A76A04

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – EXTRATO DO CONTRATO Nº 162/2025 – PROCESSO DISPENSA Nº 040/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 162/2025 – Processo dispensa nº 040/2025

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: CONFECÇÕES ACONCHEGO DO BEBE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº 03.737.628/0001-62, AV. PRESIDENTE COSTA E SILVA, 972 - CEP: 85990000 - BAIRRO: CENTRO, E-MAIL: financeiro@aconchegodobebe.com.br, Telefone, (44) 3645-1173 CIDADE: Terra Roxa/PR, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) LUCIANE DE PAULA FEDRIGO.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE 3 (TRÊS) KITS MATERNIDADE E 22 (VINTE E DOIS) KITS INFANTIS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE GESTANTES E CRIANÇAS DE 0 (ZERO) A 6 (SEIS) ANOS ATENDIDAS E/OU ACOMPANHADAS PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA/PR, COM RECURSOS VIABILIZADOS POR MEIO DA DELIBERAÇÃO Nº 047/2022 - CEDCA/PR, DEVIDAMENTE APROVADA PELO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA.

Valor Total: R$ 32.504,10 (Trinta e Dois Mil, Quinhentos e Quatro Reais e Dez Centavos).

Assinaturas: Junior Motter, LUCIANE DE PAULA FEDRIGO
Vigência: 17/12/2025 a 16/12/2026.
Data da Assinatura:17/12/2025

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:7664D4E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 10/2025 - CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIRETOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Edital de Convocação Nº. 10/2025

Reunião Ordinária

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cafelândia/PR (CMDCA), convoca todos os conselheiros(as) titulares e convida os conselheiros(as) suplentes e demais interessados, para a Reunião Ordinária deste Conselho, no dia 19 de dezembro de 2025, às 08:00h na sala de reuniões da Secretaria de Assistência Social.

Pauta:
a) Deliberar sobre Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, vigência 2026 - 2035.

b) Deliberar sobre aquisição de kits maternidade e kits infantis com recurso do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, repasse: Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade - Primeira Infância, através da Deliberação Nº. 47/2022 – CEDCA/PR.

INFORMES:
a) Outros informes.

Cafelândia, 17 de dezembro de 2025.

NILSON JOSÉ DE LIMA
Presidente CMDCA

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:EC0FA603

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°182/2025 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 016/2024 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°182/2025 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 016/2024 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Cafelândia, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): DAIZA DOS SANTOS DO NASCIMENTO SCHLOGEL, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO I**, inscrito no CPF Nº ***.880.509-**, residente à Rua Dercidoneo Grigio, 44 - Pioneiros, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **04/01/2026** e término em **04/07/2026.**

Data da Assinatura: 15 de dezembro de 2025.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e DAIZA DOS SANTOS DO NASCIMENTO SCHLOGEL.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:2E7F5865

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
RATIFICAÇÃO DISPENSA N° 039.2025 - CORTINAS - EDUCAÇÃO

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 039/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 205/2025

Fundamenta-se a presente contratação no artigo 75, inciso II da Lei de Licitações e Contratos Administrativos n° 14.133 de 1° de abril de 2021, **RATIFICO** a dispensa de licitação para aquisição e instalação de cortinas.

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de cortinas completas, incluindo o fornecimento de todos os materiais, confecção sob medida, suportes, acessórios e instalação, destinadas ao atendimento das salas de aula, setores administrativos e demais ambientes municipais, bem como às unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Cafelândia/PR.

Vencedor do lote				
Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Lote
63.860.327 RENATO LUIZ PODKWA CNPJ 63.860.327/0001-53	34.594,98	trinta e quatro mil e quinhentos e noventa e quatro reais e noventa e oito centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	001

O prazo do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura. Não haverá possibilidade de prorrogação, pois trata-se de evento especifico.

Cafelândia/PR, 17 de dezembro de 2025.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:739281F1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 324/2025

DECRETO 324/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CALIFÓRNIA - PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2110/2024 de 17/12/2024.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$141.200,00 (cento e quarenta e um mil e duzentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO - SEAFIPLAN
03.009 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO
03.009.04.122.0004.2.015 MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO
3.1.90.11.00.00 000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 2.000,00

04 SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERV. PUBLICOS - SETOP
04.010 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
04.010.15.452.0025.2.016 MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
3.1.90.11.00.00 000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 1.000,00

04.011 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE
04.011.26.782.0037.2.065 MANUTENCAO DO TRANSPORTE MUNICIPAL
3.3.90.30.00.00 000 MATERIAL DE CONSUMO 40.000,00

05 SECRETARIA DE SAUDE - SAUDE
05.013 SECRETARIA DE SAUDE
05.013.10.301.0012.2.022 MANUTENCAO DO CENTRO DE SAUDE
3.1.90.11.00.00 303 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 3.500,00
3.1.90.13.00.00 303 CONTRIBUICOES PATRONAIS 500,00

07 SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA - SEDUC
07.017 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO
07.017.12.361.0017.2.039 MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR
3.3.90.30.00.00 103 MATERIAL DE CONSUMO 6.000,00

07.017.12.361.0017.2.042 MANUTENCAO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS
3.3.90.39.00.00 103 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 20.000,00

07.017.12.361.0017.2.072 INCENTIVO A EDUCACAO TECNICA E A EDUCACAO EM NIVEL SUPERIOR
3.3.90.39.00.00 000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 30.000,00

07.017.12.365.0019.2.045 MANUTENCAO DE CENTROS EDUCACIONAL INFANTIL
3.3.90.39.00.00 103 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 38.000,00

07.017.12.365.0019.2.058 FUNDEB 60% E 40% - MANUTENCAO DOS CENTROS DE EDUCACAO INFANTIL
3.1.90.11.00.00 102 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 200,00

Total Suplementação: 141.200,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme discriminação abaixo:

Redução:
03 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO - SEAFIPLAN
03.009 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO
03.009.04.122.0004.2.015 MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO
3.1.90.13.00.00 000 CONTRIBUICOES PATRONAIS 2.000,00

04 SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERV. PUBLICOS - SETOP
04.010 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
04.010.15.452.0025.2.016 MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
3.3.90.47.00.00 000 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS 1.000,00

04.010.15.452.0025.2.018 MANUTENCAO DO ATERRO SANITARIO, COLETA DE LIXO E RESIDUOS SOLIDOS
3.3.90.30.00.00 000 MATERIAL DE CONSUMO 20.000,00

04.010.15.452.0025.2.019 MANUTENCAO DA ILUMINACAO PUBLICA
3.3.90.39.00.00 000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 20.000,00

05 SECRETARIA DE SAUDE - SAUDE
05.013 SECRETARIA DE SAUDE
05.013.10.301.0012.2.022 MANUTENCAO DO CENTRO DE SAUDE
3.3.90.39.00.00 303 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 4.000,00
06 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA - SEMASC
06.015 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
06.015.08.244.0010.2.055 PROGRAMA BENEFICIOS EVENTUAIS
3.3.90.32.00.00 000 MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA 30.000,00

07 SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA - SEDUC
07.017 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO
07.017.12.361.0017.2.039 MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR
3.3.90.39.00.00 103 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 6.000,00

07.017.12.361.0017.2.042 MANUTENCAO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS
3.3.90.36.00.00 103 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA 5.500,00
4.4.90.52.00.00 103 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 14.500,00

07.017.12.365.0019.2.045 MANUTENCAO DE CENTROS EDUCACIONAL INFANTIL
3.3.90.30.00.00 103 MATERIAL DE CONSUMO 8.000,00
4.4.90.52.00.00 103 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 30.000,00

07.017.12.365.0019.2.058 FUNDEB 60% E 40% - MANUTENCAO DOS CENTROS DE EDUCACAO INFANTIL
3.1.90.13.00.00 102 CONTRIBUICOES PATRONAIS 200,00

Total Redução: 141.200,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CALIFÓRNIA - PR, em 18 de dezembro de 2025.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Janaina Barcala Paulo
Código Identificador:7F6B3BDA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 325/2025

DECRETO 325/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CALIFÓRNIA - PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2110/2024 de 17/12/2024.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação:

05 SECRETARIA DE SAUDE - SAUDE
05.013 SECRETARIA DE SAUDE
05.013.10.301.0012.2.022 MANUTENCAO DO CENTRO DE SAUDE
3.3.90.39.00.00 494 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 150.000,00

Total Suplementação: 150.000,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de Arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme discriminação abaixo:

Receita:

1.7.1.3.50.1.1.01 PAB FIXO (REPASSE UNIFICADO) 150.000,00

Total da Receita: 150.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CALIFÓRNIA - PR, em 18 de dezembro de 2025.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Janaina Barcala Paulo
Código Identificador:3BE8CCF3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 323

DECRETO Nº 323/2025

SÚMULA: Autoriza a abertura de Concurso Público para provimento de cargos públicos municipais e formação de Cadastro de Reserva e, designa a Comissão Organizadora.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA, ESTADO DO PARANÁ, SR. PAULO SÉRGIO CHILEIDE, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

Considerando o estatuído no art. 37, II da Constituição Federal sobre a forma efetiva da investitura em cargos públicos;
Considerando as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei nº 851/20001, Lei nº 1687/2017 e leis correlatas;
Considerando ainda a justificativa constante do Anexo Ùnico deste;

D E C R E T A :

Artº. 1º - Fica autorizada a abertura do Concurso Público, visando o provimento de cargos públicos municipais e formação de cadastro de reserva - CR, para atendimento das demandas da Administração e atingimento dos interesses públicos, nas seguintes áreas e com as seguintes vagas:

NOMENCLATURA DO CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS
Assistente Social	30h	2
Auxiliar de Cuidados Dentários	40h	2
Auxiliar de Farmácia	40h	2
Auxiliar de Serviços Gerais	40h	8
Auxiliar de Mecânico	40h	1
Borracheiro	40h	CR
Contador	20h	1
Eletricista	40h	1
Enfermeiro	40h	2
Engenheiro Civil	20h	1
Farmacêutico	20 h	1
Fiscal de Tributos	40h	CR
Fisioterapeuta	20h	1
Fonoaudióloga	20h	2
Gari	40h	10

Mecânico	40H	1
Monitor Educacional	40h	38
Motorista	40h	7
Nutricionista	20h	1
Operador de Máquinas	40h	1
Pedreiro	40h	2
Procurador Jurídico	40h	1
Psicólogo	20h	1
Técnico de Enfermagem	40h	4
Técnico em Agropecuária	40h	1
Técnico em Vigilância Sanitária	40h	CR
Vigia	40h	5

Parágrafo Unico – Para todos os cargos contidos na tabela acima, ocorrerá o Cadastro de Reserva durante a vigência do Concurso Público.
Artº. 2º - A seleção se dará por meio de Concurso Público a ser organizado por instituição especialmente contratada para esta finalidade, nos termos da lei de licitações, a qual fica incumbida de todas as fases do certame, elaboração, aplicação e correção/avaliação das provas e de todas as etapas de posteriores de avaliação e demais atos necessários**.**
Art. 3º - Ficam designados para compor a Comissão Organizadora os seguintes servidores públicos municipais efetivos:
ELOIZA MUNHOZ DE FREITAS, Escriturária, matrícula nº 20003425, escolaridade superior, Presidente
KELLEN FERREIRA KMETH, Professor I, matrícula nº 710, nível de escolaridade superior; Vice- Presidente
JULIANO PAZINI, Técnico de Informática, matrícula nº10026192, nível de escolaridade superior, Secretário;
ANA MARIA DOS SANTOS, Assessor Administrativo, matrícula nº 10048671, nível de escolaridade superior, Membro,
APARECIDA DA SILVA HOLOWKA, Professor I, matrículas nº 10075801 e 697, nível de escolaridade superior, Membro

Parágrafo Unico – O Concurso Público reger-se-ão pelas disposições específicas do Edital, cabendo à esta comissão decidir sobre os casos eventualmente omissos.
Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se às disposições em contrário**.**

Prefeitura do Município de Califórnia/PR,
ao, 17º dia do mês de dezembro de 2025.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

ANEXO ÚNICO AO DECRETO Nº 323/2025

JUSTIFICATIVA

A necessidade da realização de um Concurso Público se dá devido à diversos fatores como: à ausência de profissionais efetivos em cargos essenciais previstos em Lei Municipal; a utilização de contratos temporários providos através de Processos Seletivos Simplificados, que embora admitidos em hipóteses excepcionais de interesse público, não atendem a necessidade efetiva dos cargos, estando em alguns casos as contratações próximo ao término da vigência do contrato; a vacância de alguns cargos em decorrência de aposentadorias, exonerações entre outros fatores, estando esses cargos sem a devida reposição por meio de Concurso Público, gerando sobrecarga de trabalho e prejuízo na prestação de serviços públicos que já são prestados aos munícipes.
Considerando ainda o longo intervalo desde o último Concurso Público Municipal, nos termos do art. 37 inciso II, da Constituição Federal, Lei Municipal nº 1.687/2017 e leis correlatas, foi realizado em 01/2020, se torna urgente a realização de um novo certame para suprir a demanda atual.
A Constituição Federal preicetua que a investidura em cargos públicos depende de prévia aprovação em Concurso Público, de acordo com a natureza e complexidade do cargo, ressalvadas as nomeações para os cargos de chefia e assessoramento declarado em lei, de livre nomeação e exoneração, conforme art.37 inciso II.
O Concurso Público é a forma mais democrática, legítima e isonômica de se buscar as melhores pessoas, dentre os que participam do certame para ingressar no serviço público. Além de ensejar a todos iguais oportunidades em disputar cargos públicos e atender ao mesmo tempo os princípios da legalidade, igualdade, impessoalidade, eficiência e acima de tudo moralidade.
Tendo em vista que realização de um Concurso Público, requer uma série de etapas complexas, bem como conhecimento técnico específico e experiência na condução do processo, é imprescindível que seja realizado por uma instituição especializada e altamente qualificada, assegurando que todas as etapas sejam realizadas conforme normas e regulamentos vigentes e TCE-PR, reforçando a credibilidade do processo, de forma transparente e imparcial.
Além do mais, a presença de uma entidade externa na condução Concurso Público ainda garante que ocorra de forma mais ágil, atendendo a urgências e prazos restritos, reduzindo a probabilidade de erros e inconformidades que poderiam comprometer o processo e acarretar em penalidades para a organização, ainda em conformidade com o art. 37, inciso II, da Constituição Federal.
Diante de tais fatos e com base nas informações levantadas junto as Secretarias Municipais, onde foi identificado a necessidade de novas contratações, para cargos já existentes, visando a excelência na prestação dos serviços públicos dessa municipalidade, dos cargos em anexo e cadastro de reserva, foi verificada a necessidade de provimentos dos cargos de nível alfabetizado, fundamental, médio e superior.
Devido à característica de algumas atividades a serem desenvolvidas pelos contratados, será realizada a avaliação objetiva (prova escrita), prova discursiva (redação) e avaliação de formação acadêmica ou técnica (prova de título), prova prática, prova física e avaliação de pontuação por tempo de serviço na área, considerando a peculiaridade de cada cargo, prezando pelo princípio da eficiência na medida em que selecionam os mais preparados no momento, além de dar vazão ao princípio do amplo acesso aos cargos, empregos e funções.
Considerando os fatos elencados acimam justifica-se a realização de Concurso Público, suprindo de forma definitiva, organizada e em consonância com a legislação vigente a contratação de novos servidores municipais, visando suprir a demanda de mão de obra urgente para os cargos contidos da tabela.

Califórnia, 17 de dezembro de 2025.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:60C26944

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 234/2025

Extrato do Contrato n° 234/2025
Processo Licitatório nº 036/2025
Modalidade Inexigibilidade – Credenciamento nº 002/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada em atendimento médico Clinico Geral para demanda 24h da UBS Pe Tito Cerasoli e Equipes EAP.
VALORES: R$ 2.528.800,00 (dois milhões, quinhentos e vinte e oito mil e oitocentos reais)

Credenciado: GNS HEALTH CARE LTDA
CNPJ: 63.659.214/0001-94
Médico Credenciado: GUSTAVO NIENKOETTER SPONCHIADO
CRM/PR Nº: 61871
Data Registro: 27/11/2025

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21
DATA DA ASSINATURA: 17/12/2025

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:6F7A9775

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 328/2025

PORTARIA Nº 328/2025
O PREFEITO MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI**,**

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, que institui a Política Nacional de Educação Digital;
CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 01, de 4 de outubro de 2022, que dispõe sobre as Normas da Computação na Educação Básica, como complemento à BNCC;
CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022, que institui o Programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná;
CONSIDERANDO a Deliberação CEE/PR nº 04, de 08 de agosto de 2025, que estabelece normas para a Educação Digital e Computação na Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDO a Orientação Conjunta nº 009/2025 – DEDUC/DTI/SEED, que dispõe sobre a implantação do componente curricular Educação Digital e Computação: Robótica, no 4º e 5º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, por meio da iniciativa Robótica Paraná Kids;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir profissional efetivo para ministrar o componente curricular Educação Digital e Computação: Robótica, conforme a Matriz Curricular aprovada no âmbito da rede municipal de ensino;
RESOLVE:
Art. 1º Designar os(as) professores(as) efetivos(as) **Anderson da Silva Costa**, e **Flávia Maria Lazareti**, integrantes do quadro próprio do magistério municipal de Califórnia/PR, atualmente cursando Especialização em Educação Digital e Inovação Pedagógica na Educação Básica, para ministrar o componente curricular **Educação Digital e Computação: Robótica**, sendo Educação Digital nas turmas de **1º, 2º e 3º anos** e Robótica no **4º e 5º anos do Ensino Fundamental**, nas instituições de ensino da rede municipal, no ano letivo de 2026.
Art. 2º A presente designação ocorre sem prejuízo das demais atribuições e da carga horária dos cargos efetivos ocupados pelos(as) professores(as), estando vinculada à Matriz Curricular devidamente orientada e aprovada junto ao Núcleo Regional de Educação de Apucarana – NRE.
Art. 3º Compete aos(às) professores(as) designados(as):
I – Planejar e ministrar as aulas do componente curricular Educação Digital e Computação: Robótica, em consonância com a BNCC, construção do Plano de Trabalho conforme Referencial Curricular do Paraná e o Plano Curricular aprovado;
II – Participar das formações continuadas ofertadas pela Secretaria de Estado da Educação e/ou pela Secretaria Municipal de Educação;
III – Realizar o registro de frequência, avaliação e desenvolvimento dos estudantes, conforme normas do Sistema Estadual de Registro Escolar – SERE e orientações da Secretaria Municipal de Educação;
IV – Utilizar os materiais didáticos, recursos tecnológicos e propostas pedagógicas disponibilizados para o desenvolvimento das atividades.
Art. 4º A carga horária destinada ao componente curricular será de, no mínimo, **02 (duas) aulas semanais** para o **4º e 5º anos** e **01 (uma) aula semanal** para o **1º ao 3º ano**, com duração média de **50 (cinquenta) minutos** cada, conforme estabelecido na Matriz Curricular aprovada.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Califórnia, 17 de dezembro de 2025.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:6A221F8A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RATIFICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N° 036/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 002/2025

RATIFICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 036/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 002/2025

O Prefeito do Município de Califórnia/PR, no uso das atribuições inerentes ao cargo, RATIFICA a Dispensa de Licitação por Inexigibilidade n° 002/2025, que tem por objeto Credenciar Empresas para Contratação de empresa especializada em atendimento médico Clinico Geral para demanda 24h da UBS Pe Tito Cerasoli e Equipes EAP.

CREDENCIADO	CNPJ	MÉDICO CREDENCIADO	CRM/PR N°	DATA REGISTRO
GNS HEALTH CARE LTDA	63.659.214/0001-94	GUSTAVO NIENKOETTER SPONCHIADO	61871	27/11/2025

Califórnia, 17 de dezembro de 2025.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:888C231F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃOE ADJUDICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº 002/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃOE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes Termos:

Nº Processo: 036/2025
Nº Licitação: 002/2025
Modalidade: Inexigibilidade/Chamamento Público

Objeto: Credenciar Empresas para Contratação de empresa especializada em atendimento médico Clinico Geral para demanda 24h da UBS Pe Tito Cerasoli e Equipes EAP.

CREDENCIADO	CNPJ	MÉDICO CREDENCIADO	CRM/PR N°	DATA REGISTRO
GNS HEALTH CARE LTDA	63.659.214/0001-94	GUSTAVO NIENKOETTER SPONCHIADO	61871	27/11/2025

Total Homologado do Processo: R$ 126,44 (cento e vinte e seis reais e quarenta e quatro reais).

02 – Autorizar a emissão da(s) de nota(s) de empenho correspondente(s):

Dotação Orçamentária:

Manutenção do Centro de Saúde
05.013.10.301.0012.2022 – 3.3.90.39 Fonte 303 – Red. 189
05.013.10.301.0012.2022 – 3.3.90.39 Fonte 494 – Red. 192
05.013.10.301.0012.2022 – 3.3.90.39 Fonte 330 – Red. 190
05.013.10.301.0012.2022 – 3.3.90.39 Fonte 350 – Red. 191
Califórnia, 17 de dezembro de 2025.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:91886EB7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO

CONTROLE INTERNO
DECRETO Nº 1308, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

DECRETO Nº 1308, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

Declara de Utilidade Pública, para fins de Desapropriação, uma área de terras, localizada na zona rural do Município de Campina do Simão e dá outras providências.

O SENHOR ANDRÉ JUNIOR DE PAULA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 6º do Decreto Lei 3.365/1941:

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de UTILIDADE PÚBLICA, para fins de desapropriação, com fundamento no Art. 5º, alínea "k" do Decreto-Lei nº 3.365/1941, o seguinte imóvel rural, cujo mapa e memorial descritivo compõem anexo:

"Matrícula nº 20.434, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná - Um terreno rural de faxinais, com a área de 232.988,00m/2, constituído de parte da Gleba nº 03, do imóvel denominado CAMPINA DO SIMÃO, n/comarca**.**"

Art. 2º A área descrita no Art. 1º será destinada para criação de uma UNIDADE DE CONSERVAÇÃO MUNICIPAL, com o objetivo de preservação do ecossistema natural existente, a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental.

Art. 3º Em caso de desapropriação amigável, a aquisição poderá ser formalizada por meio de Escritura Pública.

Art. 4º Caberá à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Campina do Simão a administração e a manutenção da UNIDADE DE CONSERVAÇÃO MUNICIPAL, competindo-lhe adotar todas as medidas necessárias à sua implantação, proteção e controle.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Município de Campina do Simão - PR, 05 de dezembro de 2025.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Marcio Mayer
Código Identificador:00F7945D

CONTROLE INTERNO
LEI Nº 914, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025.

LEI Nº 914, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025.

Súmula: ALTERA O ART. 1º, § 2º, DA LEI Nº 897/2025, QUE CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, **SANCIONA** a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Altera o texto do Artigo 1º, § 2º, da Lei nº 897 de 16 de julho de 2025, conforme segue:
Art. 1º - Fica criado o Fundo Municipal do Esporte – FME, que será deliberado pelo Conselho Municipal do Esporte - CME.
§ 1º - O FME tem por objetivo facilitar a captação, gestão e aplicação dos recursos a serem utilizados com objetivo de dar apoio financeiro a programas e projetos voltados ao esporte e ao lazer.
§ 2º - O Fundo Municipal do Esporte será constituído:
I - Pelos recursos provenientes dos Fundos Municipais, Fundos Estaduais do Esporte e Fundo Nacional do Esporte;
II - Pelas doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;
III - Por outros recursos que lhe forem destinados;
IV - Pelas rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais.

Art. 2º - Permanecem inalterados e válidos, todas os outros tópicos da Lei nº 897/2025.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campina do Simão, Estado do Paraná, em 16 de dezembro de 2025.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Marcio Mayer
Código Identificador:8083A948

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO
DECRETO Nº 1322, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

DECRETO Nº 1322, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Exercício Financeiro de 2025, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campina do Simão, Estado do Paraná no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e na conformidade com o art.7 da Lei nº 875 de 10 de dezembro de 2024 - Lei Orçamentária Anual 2025

DECRETA:

Art. 01º - Fica aberto Crédito Adicional Especial suplementar, no Orçamento Geral do Município de Campina do Simão, no Exercício de 2025, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
08.244.0007.2047 – Manutenção das atividades do Cras
3.1.91.13.00.00 – Contribuições patronais
Valor: R$ 5.000,00
Conta Despesa: 2710
Fonte: 000 (Recursos ordinários livres)

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
001 – DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
18.512.0010.2062 – Gestão de resíduos sólidos
3.1.91.13.00.00 – Contribuições patronais
Valor: R$ 5.000,00
Conta Despesa: 3920
Fonte: 000 (Recursos ordinários livres)

Art. 02º - Para cobertura dos créditos abertos no artigo primeiro, será utilizado como recursos o cancelamento da seguinte dotação orçamentária:

02 – GOVERNO MUNICIPAL
001 – GABINETE DO PREFEITO
04.122.0003.2001 – Manutenção do gabinete do prefeito
3.3.90.33.00.00 – passagens e despesas com locomoção
Valor: R$ 10.000,00
Conta Despesa: 60
Fonte: 000 (Recursos ordinários livres)

Art. 03º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campina do Simão, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

ANDRE JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliano Mexko
Código Identificador:0782F1B1

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO
DECRETO Nº 1323, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

DECRETO Nº 1323, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

Súmula: Estabelece a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para fins da Execução Orçamentária do Município, no Exercício Financeiro de 2026.

O Prefeito do Municipal de Campina do Simão, no uso das atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

DECRETA:

Art. 1º - A programa da execução financeira, relativa aos orçamentos fiscal e da seguridade social do Município, para o exercício financeiro de 2026, será estabelecida mediante a estimativa do fluxo de receita e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único - A Programação Financeira consiste no disciplinamento da execução orçamentária, tendo como base o provável fluxo de ingressos para fazer face à distribuição dos recursos, segundo as prioridades de governo e as metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 2º - O fluxo da execução das receitas constantes da Programação Financeira, indica a estimativa de arrecadação do Município, em cada mês e no exercício, compreendendo as receitas de todas as fontes de recursos, na forma do Anexo I deste Decreto.

Art. 3º - O Cronograma de Execução Mensal de Desembolso compreenderá as despesas consignadas aos Órgãos da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundos Especiais, consolidadas na forma do Anexo II.

Art. 4º - A verificação do cumprimento da Programação Financeira far-se-á bimestralmente, e se verificado o desequilíbrio fiscal, o ajuste aos limites estabelecidos por este Decreto deverá ser promovido, no bimestre seguinte.

Art. 5º - As alterações do Fluxo da Execução das Receitas - Programação Financeira, (Anexo I) e do Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, (Anexo II) serão efetivadas mediante Decreto.

Parágrafo Único - Os anexos referidos no caput deste artigo poderão ser alterados:
I - Bimestralmente, se houver a necessidade de limitação de empenho e de movimentação financeira, na hipótese prevista no artigo anterior deste Decreto.
II - A qualquer tempo, em decorrência da necessidade de recomposição dos anexos, sempre que for verificado que a realização da receita superou os montantes previstos, em razão de ingressos não previstos.

Art. 6º - O pagamento de despesas de natureza extra orçamentária, inclusive os Restos a Pagar, fica autorizado até o montante dos saldos financeiros remanescentes do exercício anterior e das diferenças positivas entre o fluxo de receitas e cronograma de despesas, apuradas em cada mês neste exercício, observada, observada as metas quadrimestrais de resultado fiscal.

Art. 7º - Este Decreto produzira efeitos de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2026.

Prefeitura Municipal de Campina do Simão, 17 de dezembro de 2025.

ANDRE JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliano Mexko
Código Identificador:E0FC4228

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ADITIVO CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

INEXIGIBILIDADE Nº 04/2025-PMCS
CONTRATO Nº 28/2025

PRIMEIRO ADITIVO – PRAZO E VALOR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ODONTOLOGIA.**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMÃO, inscrito no CNPJ n.º **01.611.489/0001-09**, com endereço à Rua José Pedro Seleme, 3516, Cep: 85.148-000, Campina do Simão, PR, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **André Junior de Paula.**

CONTRATADA: R. N. TEODORO ODONTOLOGIA LTDA inscrita no CNPJ n.º **61.001.997/0001-99**, situada a Avenida João Ferreira Neves, 3150 – Sala 01 – Centro – Campina do Simão - Paraná, Cep: 85148-000, neste ato representada pelo Sr. **Renan Nezi Teodoro**, brasileiro, solteiro, dentista.

VALOR: R$ 40.665,60 (Quarenta Mil Seiscentos e Sessenta e Cinco Reais e Sessenta Centavos)**.**
PRAZO: 13 DE JULHO DE 2026.
DATA ASSINATURA: 17 DE DEZEMBRO DE 2025.
FORO: COMARCA DE GUARAPUAVA, ESTADO DO PARANÁ.

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:A6CFD1FB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ADITIVO CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONCORRENCIA Nº 01/2024-PMCS
CONTRATO Nº 92/2024

SEGUNDO ADITIVO – PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA NA PAVIMENTAÇÃO DE PEDRAS IRREGULARES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMÃO, inscrito no CNPJ n.º **01.611.489/0001-09**, com endereço à Rua José Pedro Seleme, 3516, Cep: 85.148-000, Campina do Simão, PR, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **André Junior de Paula.**

CONTRATADA: COMERCIAL XAGU LIMITADA - ME, inscrita no CNPJ sob nº **44.503.816/0001-03**, situada a Rua Eduardo Drabecki, 264, Vista Alegre, Cep: 85.340-000 Rio Bonito do Iguaçu - Pr, neste ato representada, por seu XX Sr. **Clodoaldo José Callegari**, brasileiro, solteiro, empresário.

VIGÊNCIA: 16 DE MARÇO DE 2026.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 16 DE MARÇO DE 2026.
DATA ASSINATURA: 17 DE DEZEMBRO DE 2025.
FORO: COMARCA DE GUARAPUAVA, ESTADO DO PARANÁ.

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:9047181A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 42/2025-PMCS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO**.**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMÃO, inscrito no CNPJ n.º **01.611.489/0001-09**, com endereço à Rua José Pedro Seleme, 3516, Cep: 85.148-000, Campina do Simão, PR, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **André Junior de Paula.**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 59/2025
CONCREART - PRE MOLDADOS LTDA, inscrita no CNPJ n.º **54.090.387/0001-43,** sediada a Rua Gustavo Lori de Lima, nº 777 – Centro – Campina do Simão, Cep: 85.148-000 – Estado do Paraná, vencedora dos **Lotes 01 ao Lote 34**, doravante designada EMPRESA DETENTORA DA ATA, neste ato representada por seu sócio administrador Sr. **Adriano Luis Baldicera.**

VALOR: R$ 1.346.611,00 (Um Milhão Trezentos e Quarenta e Seis Mil Seiscentos e Onze Reais).

VIGÊNCIA: 15 DE DEZEMBRO DE 2026.
DATA ASSINATURA: 17 DE DEZEMBRO DE 2025.
FORO: COMARCA DE GUARAPUAVA, ESTADO DO PARANÁ.

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:D37B41EE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2025-PMCS

OBJETO: AQUISIÇÃO DEEQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS – PROGRAMA ESTRADAS DA INTEGRAÇÃO, TERMO DE CONVÊNIO Nº 300/2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMÃO, inscrito no CNPJ n.º **01.611.489/0001-09**, com endereço à Rua José Pedro Seleme, 3516, Cep: 85.148-000, Campina do Simão, PR, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **André Junior de Paula.**

CONTRATO 47/2025
PARANA EQUIPAMENTOS S A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **76.527.951/0001-85**, sediada na Rodovia Br 116, Bairro Hauer, CEP: 81.690-170, na Cidade de Curitiba – Estado do Paraná doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. º **Marcelo Carvalho Grade.**

VALOR: R$ 2.869.000,00 (Dois Milhões Oitocentos e Sessenta e Nove Mil Reais)

VIGÊNCIA: 16 DE DEZEMBRO DE 2026.
DATA ASSINATURA: 17 DE DEZEMBRO DE 2025.
FORO: COMARCA DE GUARAPUAVA, ESTADO DO PARANÁ.

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:9ED4DDA8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2025-PMCS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS – PROGRAMA ESTRADAS DA INTEGRAÇÃO, TERMO DE CONVÊNIO Nº 300/2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMÃO, inscrito no CNPJ n.º **01.611.489/0001-09**, com endereço à Rua José Pedro Seleme, 3516, Cep: 85.148-000, Campina do Simão, PR, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **André Junior de Paula.**

CONTRATO 48/2025
NORDICA VEICULOS S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 77.997.187/0001-74, sediada na Rua Alfred Nobel, 795 – CIC, Curitiba/Pr, Cep 81170-280, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Diretor Comercial o Sr. º **NELSON PIZANI NETO.**

VALOR: R$ 640.000,00 (Seiscentos e Quarenta Mil Reais).

VIGÊNCIA: 16 DE DEZEMBRO DE 2026.
DATA ASSINATURA: 04 DE DEZEMBRO DE 2025.
FORO: COMARCA DE GUARAPUAVA, ESTADO DO PARANÁ.

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:C8BB6224

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 43/2025-PMCS

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
O Prefeito Municipal de Campina do Simão, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, torna público a **Homologação**, nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/21, do procedimento licitatório modalidade **Pregão Eletrônico N.º 43/2025-PMCS** cujo objeto é o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMÃO-PR,** e **Adjudicação** a empresa **RECRUTA EASY TECNOLOGIA EM RECRUTAMENTO LTDA**, inscrita no CNPJ n.º **50.237.407/0001-05,** sediada a Avenida Conselheiro Rosa e Silva, nº 1460 – Graças – Recife, Cep: 52.050-245 – Estado do Pernambuco, vencedora dos **Lotes 01** com percentual de **0,44% (zero virgula quarenta e quatro por cento)**.

Campina do Simão - PR, 17 de dezembro de 2025.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:16ED0ADF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 03

Objeto: Renovação do contrato nº 21/2022 contados a partir do término do prazo estipulado no instrumento contratual supracitado, prorrogando os prazos de vigência e execução por mais 12 (doze) meses, ou seja 01/01/2026 à 01/01/2027, o qual tem por objeto o fornecimento de licença de uso de sistema informatizado de gestão pública, hospedado em nuvem, compreendendo os serviços de conversão, implantação, parametrização, treinamento, manutenção, suporte técnico e atualização dos sistemas atuais, visando atender as rotinas dessa entidade no município de Campina Grande do Sul.

Fornecedor: ELOTECH GESTÃO PÚBLICA LTDA.
CNPJ: 80.896.194/0001-94
Valor Total R$ 125.637,96 (cento e vinte cinco mil, seiscentos e trinta e sete reais e noventa e seis centavos)
Data assinatura: 17/12/2025
Fundamento Legal: art. 57, II, da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

Autorização:
PEDRO APARECIDO CAFÉ
Presidente

Publicado por:
Adriano Junior Frason Ribeiro
Código Identificador:7F5553E2

GABINETE
EXERCÍCIO 2025 EXTRATO DO 2º APOSTILAMENTO

Certifico a alteração por Apostilamento do Plano de Trabalho, a fim de alterar o Cronograma de Execução de Metas e Financeiro, conforme requerido no Ofício n.º 136/2025 apresentado pela Sociedade Hospitalar Angelina Caron, com supedâneo no art. 57 da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014 e decretos regulamentadores. Certifico que este apostilamento não altera metas ou objetos da Parceria firmada.

Campina Grande do Sul, 17 de dezembro de 2025.

SUELI MARIA RODRIGUES
Gestora da Parceria

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:9367EDE5

GABINETE
EXERCÍCIO 2025 - EXTRATO DO 2º APOSTILAMENTO

Certifico a alteração por Apostilamento do Plano de Trabalho, a fim de alterar o Cronograma de Execução de Metas e Financeiro, conforme requerido no Ofício n.º 138/2025 apresentado pela Sociedade Hospitalar Angelina Caron, com supedâneo no art. 57 da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014 e decretos regulamentadores. Certifico que este apostilamento não altera metas ou objetos da Parceria firmada.

Campina Grande do Sul, 17 de dezembro de 2025.

SUELI MARIA RODRIGUES
Gestora da Parceria

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:8E56DF96

GABINETE
EXERCÍCIO 2025 - EXTRATO DO 2º APOSTILAMENTO

Certifico a alteração por Apostilamento do Plano de Trabalho, a fim de alterar o Cronograma de Execução de Metas e Financeiro, conforme requerido no Ofício n.º 139/2025 apresentado pela Sociedade Hospitalar Angelina Caron, com supedâneo no art. 57 da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014 e decretos regulamentadores. Certifico que este apostilamento não altera metas ou objetos da Parceria firmada.

Campina Grande do Sul, 17 de dezembro de 2025.

SUELI MARIA RODRIGUES
Gestora da Parceria

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:989F72CA

GABINETE
EXERCÍCIO 2025 EXTRATO DO 3º APOSTILAMENTO

Certifico a alteração por Apostilamento do Plano de Trabalho, a fim de alterar o Cronograma de Execução de Metas e Financeiro, conforme requerido no Ofício n.º 137/2025 apresentado pela Sociedade Hospitalar Angelina Caron, com supedâneo no art. 57 da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014 e decretos regulamentadores. Certifico que este apostilamento não altera metas ou objetos da Parceria firmada.

Campina Grande do Sul, 17 de dezembro de 2025.

SUELI MARIA RODRIGUES
Gestora da Parceria

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:0A03106F

SETOR DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 103/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL – PARANÁ
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº. 103/2025
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO E FORNECIMENTO DE SANTIÁRIOS QUÍMICOS, REFERENTE A ITEM DESERTO NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 37/2025, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.
Critério de julgamento: Menor Preço Por Lote
Valor Máximo: R$ 11.749,50 (onze mil, setecentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos)
Data de abertura: 27/01/2026 às 09:00 horas.
Local da realização: Compras BR - https://comprasbr.com.br
O Edital do referido Pregão Eletrônico e seus anexos, poderão ser obtido no site da Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul – Paraná no endereço: www.campinagrandedosul.pr.gov.br na opção Transparência – Licitações e no site do sistema eletrônico de julgamento Compras BR no endereço: https://comprasbr.com.br. Outras informações enviar e-mail para: licitacoes@pmcgs.pr.gov.br e/ou pelo telefone (41) 3162-7000.

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:783C82F0

SETOR DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 104/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL – PARANÁ
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº. 104/2025
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE USO DE SOFTWARES PARA ATENDER O SETOR DE COMUNICAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E ASSUNTOS JURÍDICOS, DE ACORDO COM O DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS

Critério de julgamento: Menor Preço por Lote
Valor Máximo: R$29.451,92 (Vinte e nove mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e noventa e dois centavos)
Data de abertura: 27/01/2026 às 14:00 horas.
Local da realização: Compras BR - https://comprasbr.com.br
O Edital do referido Pregão Eletrônico e seus anexos, poderão ser obtido no site da Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul – Paraná no endereço: www.campinagrandedosul.pr.gov.br na opção Transparência – Licitações e no site do sistema eletrônico de julgamento Compras BR no endereço: https://comprasbr.com.br. Outras informações enviar e-mail para: licitacoes@pmcgs.pr.gov.br e/ou pelo telefone (41) 3162-7000.

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:5041ED8B

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 120/2025

Extrato de Contrato
Contrato nº: 120/2025
ID nº: 2025362
Inexigibilidade nº: 99/2025. **Objeto:** TERMO DE FOMENTO Nº 05/2025 TENDO COMO OBJETO A EXECUÇÃO DE AÇÕES QUE VISAM PROMOVER A EXCELÊNCIA DA QUALIDADE NO CUIDADO PRESTADO AO PACIENTE IDOSO, CAUSANDO UM IMPACTO POSITIVO NA COMUNIDADE ATRAVÉS DA ASSISTÊNCIA ASSERTIVA, APRIMORANDO A INFRAESTRUTURA DE ATENDIMENTO COM INOVAÇÃO, COM ATENÇÃO AO IMPACTO SOCIAL E AMBIENTAL NA COMUNIDADE, CONFORME PROJETO "IDOSO 360 III", COMPOSTO PELO PLANO DE TRABALHO E APLICAÇÃO REFERENTE AO 2º RESGATE PARCIAL, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE E INDISSOCIÁVEL DO PRESENTE TERMO DE FOMENTO **Contratante:** Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, CNPJ 76.105.600/0001-86. **Empresa:** SOCIEDADE HOSPITALAR ANGELINA CARON, **CNPJ:** 07.088.017/0001-91. **Valor total:** R$ 1.259.826,46. **Vigência:**18 meses.
Campina Grande do Sul, 16 de Dezembro de 2025

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:7B057947

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO TERMO DE ADITIVO N°1 DO CONTRATO Nº.145/2024

Termo de aditivo n°1 Termo do contrato nº.145/2024, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA GESTÃO DO CADASTRO TERRITORIAL MULTIFINALITÁRIO; FORNECIMENTO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA (SIGWEB) INTEGRADO AO CADASTRO IMOBILIÁRIO; FORNECIMENTO DE IMAGEM AÉREA ORTORRETIFICADA, FORNECIMENTO DE IMAGEM 360 GRAUS DE RUA E AÉREA; VETORIZAÇÃO; PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO DO MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS . decorrente de Pregão n° 104/2024, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL e a CTMGEO- SOLUÇÕES EM GEOTECNOLOGIAS LTDA - ME inscrita no CNPJ sob nº. 17.531.702/0001-02. Constitui o objeto presente termo aditivo a prorrogação dos prazos de vigência e execução do contrato 145/2024 em mais 12(doze) meses, ou seja, até 21/12/2025 à 20/12/2026, com fundamento no artigo 106 e 107 da Lei de Licitações e Contratos. Para novo período, fica concedido reajuste pelo IPCA/IBGE, sendo que o valor será de R$ 531.866,61(quinhentos e trinta e um mil, oitocentos e sessenta e seis reais e sessenta e um centavo), na forma como previsto na Cláusula 7ª, item 7.2.2 e atendendo ao o §3º do artigo 92 da Lei 14.133/2021. CAMPINA GRANDE DO SUL 17 de dezembro de 2025.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:EB530B28

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO TERMO DE ADITIVO N°. 3 DO CONTRATO Nº. 231/2022

Termo de aditivo n°. 3 do contrato nº. 231/2022, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS INFECTANTES GRUPOS "A" E "B" DOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS SÃO JOÃO BATISTA E JAGUATIRICA, CONFORME QUANTITATIVO E DESCRITIVO CONSTANTE NO ANEXO I DO EDITAL, decorrente do Pregão n°. 199/2012, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL e a AMBSERV TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 07.067.001/0001-00. Constitui o objeto do presente termo aditivo de prazo de vigência e execução da prestação de serviços do contrato 231/2022, em mais 12(doze) meses, ou seja, de 23/12/2025 à 22/12/2026, com fundamento no artigo 57, II da Lei de 8.666/93. A Contratada concorda, expressamente que o valor do contrato permanecerá inalterado, ou seja, R$ 99.600,00(noventa e nove mil e seiscentos reais), sem concessão de reajuste. CAMPINA GRANDE DO SUL, 09 de dezembro de 2025.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:4CD91880

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO TERMO DE ADITIVO N°4 DO CONTRATO Nº.1/2024

Termo de aditivo n°4 do contrato nº.1/2024, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA UNIFICADA COM FORNECIMENTO DE RAMAIS EM NUVEM (CLOUD PABX), LINK 60P CANAIS DE VOZ E 350 NÚMEROS DDR'S, LIGAÇÕES NACIONAIS COM CONSUMO ILIMITADO E LOCAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA VIA IP. DESTINADO A PRÉDIOS E SERVIÇOS PÚBLICOS NO MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL. decorrente de Pregão n° 123/2023, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL e a SIGATEL OPERAÇÕES DE TELEFONIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 05.257.922/0001-00. Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação da vigência do contrato nº 1/2024, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 04/01/2026 à 03/01/2027, com fulcro no artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93. O contrato terá o acréscimo de valor em R$ 127,28 (cento e vinte e sete reais e vinte e oito centavos) aproximadamente o percentual de 0,22 % do valor atualizado do contrato, incluindo os aditivos 1º e 2º realizados no ano de 2024. Para o novo período, fica concedido reajuste pelo IPCA, sendo que o valor anual será de R$59.513,92 (cinquenta e nove mil, quinhentos e treze reais e noventa e dois centavos), com fulcro no art. 37, inciso XXI, da Carta Magna. c/c art. 55, inc. III e art. 65, inc. II, b, ambos da Lei nº 8.666/ 93. CAMPINA GRANDE DO SUL 16 de dezembro de 2025.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:A6466FB2

SETOR DE COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO Nº 31/2025

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Pregão nº 31/2025
Processo nº 275/2025
Eu, Luiz Carlos Assunção, **Prefeito Municipal**, no uso das atribuições que me foram conferidas na Lei Federal nº 14.133/21 e com base no Parecer Jurídico que atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação, **ADJUDICO** e **HOMOLOGO** o julgamento proferido pelo Agente de Contratação, referente ao processo Pregão nº 31/2025, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO PARA REGISTRO E GESTÃO DE PONTO ELETRÔNICO, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, ATUALIZAÇÃO, REPOSIÇÃO DE PEÇAS, ATENDIMENTO PRESENCIAL E REMOTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS., em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionada(s), conforme relatório(s) de julgamento disponível(is) no sistema eletrônico Compras BR (www.comprasbr.com.br) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br).

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
PONTOTECH COMERCIO E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	50.943.973/0001-32	R$ 1.224.960,00

Determino, ainda, que o presente Termo de Adjudicação e Homologação seja devidamente publicado, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP (www.diariomunicipal.com.br/amp/) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br).
Campina Grande do Sul, 17/12/2025.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:D7EE9E06

SETOR DE COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO Nº 67/2025

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Pregão nº 67/2025
Processo nº 386/2025
Eu, Luiz Carlos Assunção, **Prefeito Municipal**, no uso das atribuições que me foram conferidas na Lei Federal nº 14.133/21 e com base no Parecer Jurídico que atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação, **ADJUDICO** e **HOMOLOGO** o julgamento proferido pelo Agente de Contratação, referente ao processo Pregão nº 67/2025, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (COMPUTADOR, NOTEBOOK E MONITOR DE VÍDEO AUXILIAR) NA MODALIDADE DE OUTSOURCING COM SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, ATUALIZAÇÕES, REPOSIÇÃO DE PEÇAS, ATENDIMENTO PRESENCIAL E REMOTO PARA A SUBSTITUIÇÃO E/OU ATUALIZAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionada(s), conforme Ata de Julgamento disponível(is) no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br).

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
SIMPRESS COMERCIO LOCACAO E SERVICOS LTDA	07.432.517/0001-07	R$ 3.220.047,00

Determino, ainda, que o presente Termo de Adjudicação e Homologação seja devidamente publicado, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP (www.diariomunicipal.com.br/amp/) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br)
Campina Grande do Sul, 17/12/2025.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:F22B3571

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE JULGAMENTO E DECISÃO ADMINISTRATIVA DE ARQUIVAMENTO

A Secretária Municipal de Administração, SILMARA APARECIDA GIACOMITTI BELO, no uso das atribuições que lhes foram conferidas pelo art. 172, da Lei Municipal nº. 09/2004, após analisar o relatório apresentado pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância, referente a **SINDICÂNCIA Nº 004/2025**, decide:
HOMOLOGAR e ACOLHER INTEGRALMENTE o Relatório Conclusivo N°. 03/2025 apresentado pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância, haja vista que restou demonstrada a ausência de dolo ou responsabilidade individual passível de punição disciplinar por parte dos servidores envolvidos nos fatos investigados;
DETERMINAR o ARQUIVAMENTO dos presentes autos da Sindicância nº. 004/2025, com a devida ciência dos envolvidos no processo.
Publique-se e cumpra-se.
Campina Grande do Sul, 12 de dezembro de 2025.

SILMARA APARECIDA GIACOMITTI BELO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:E2FFEF86

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE JULGAMENTO E DECISÃO ADMINISTRATIVA DE ARQUIVAMENTO

A Secretária Municipal de Administração, SILMARA APARECIDA GIACOMITTI BELO, no uso das atribuições que lhes foram conferidas pelo art. 172, da Lei Municipal nº. 09/2004, após analisar o relatório apresentado pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância, referente a **SINDICÂNCIA Nº 005/2025**, decide:
HOMOLOGAR e ACOLHER INTEGRALMENTE o Relatório Conclusivo N°. 04/2025 apresentado pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância, por considerar devidamente demonstrada a inexistência de responsabilidade funcional de natureza sancionatória atribuível individualmente aos servidores envolvidos nos fatos investigados;
DETERMINAR o ARQUIVAMENTO dos presentes autos da Sindicância nº. 005/2025, com a devida ciência a todos os envolvidos no processo;

DETERMINAR a imediata elaboração e implementação do Plano de Ação Estratégica para mitigar o risco de reincidência de falhas no planejamento licitatório, conforme as diretrizes e necessidades expostas na Seção IV desta Decisão.
Publique-se e cumpra-se.
Campina Grande do Sul, 12 de dezembro de 2025.

SILMARA APARECIDA GIACOMITTI BELO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:A8A37842

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 418/2025

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, Prefeito do Município de Campo do Tenente – PR, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder férias regulamentares à Servidora Pública Municipal Patricia Cassiane da Silva, ocupante do cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, matrícula nº 6511, no período de 12 de Janeiro de 2026 a 10 de Fevereiro de 2026, referente ao período aquisitivo de 01 de Março de 2024 a 28 de Fevereiro de 2025.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da data que o servidor iniciar seu período de descanso.

Campo do Tenente – PR, 17 de Dezembro de 2025.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

INES MARIA WERNER
Secretária de Administração e Finanças

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Zeila de Fatima Cavalheiro Urban
Código Identificador:49FA1C96

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 419/2025

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, Prefeito do Município de Campo do Tenente – PR, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder férias regulamentares à Servidora Pública Municipal Tatiana Euko, ocupante do cargo de Enfermeira, matrícula nº 11971, no período de 02 de Janeiro de 2026 a 16 de Janeiro de 2026, referente ao período aquisitivo de 01 de Novembro de 2024 a 31 de Outubro de 2025, ficando a definir os próximos 15 dias restantes.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da data que o servidor iniciar seu período de descanso.

Campo do Tenente – PR, 17 de Dezembro de 2025.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

INES MARIA WERNER
Secretária de Administração e Finanças

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Zeila de Fatima Cavalheiro Urban
Código Identificador:990CA1ED

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 1014/2025

Exonera a pedido, LETICIA LOANA DA CUNHA, na forma que dispõe.

O Prefeito do Município de Campo Magro – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando:
a) Solicitação feita através do Protocolo n.º 8614/2025.

D E C R E T A

Art. 1º - **Exonera a pedido**, partir de 17 de dezembro de 2025, a servidora **LETICIA LOANA DA CUNHA,** matrícula n.º 3332, ocupante do cargo efetivo de Contadora.

Art.2º-Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17/12/2025.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 17 de dezembro de 2025.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:3BB4FCA5

LEGISLATIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 079/2025

"Dispõe sobre a concessão de férias a servidora Simone Ferreira da Silva, na forma que dispõe".

Vereador Rones Orlando Ribas Machado, Presidente da Câmara Municipal de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, previstas no Regimento Interno da Câmara Municipal de Campo Magro, **RESOLVE**:

Art. 1º **CONCEDE** férias a servidora Simone Ferreira da Silva, Ocupante do quadro de provimento em comissão da Câmara Municipal de Campo Magro.
Parágrafo Único: As férias serão usufruídas no período do dia 12 a 31 de janeiro de 2026.
Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRA, PUBLICA E CUMPRA-SE.

Campo Magro, 17 de dezembro de 2025.

RONES ORLANDO RIBAS MACHADO
Presidente

Publicado por:
Cintia Kudlawiec Casprek
Código Identificador:6E292F9A

LEGISLATIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 080/2025

"Dispõe sobre a concessão de férias a servidora Elaine Cristina da Silva Fedoriw, na forma que dispõe".

Vereador Rones Orlando Ribas Machado, Presidente da Câmara Municipal de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, previstas no Regimento Interno da Câmara Municipal de Campo Magro, **RESOLVE**:

Art. 1º **CONCEDE** férias a servidora Elaine Cristina da Silva Fedoriw, Ocupante do quadro de provimento efetivo da Câmara Municipal de Campo Magro.
Parágrafo Único: As férias serão usufruídas no período do dia 12 a 31 de janeiro de 2026.
Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRA, PUBLICA E CUMPRA-SE.

Campo Magro, 17 de dezembro de 2025.

RONES ORLANDO RIBAS MACHADO
Presidente

Publicado por:
Cintia Kudlawiec Casprek
Código Identificador:2EFEC39B

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL N.° 101/2025 DOS GANHADORES DO PROGRAMA NOTA PREMIADA CAMPO MAGRO - 2025

MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.607.539/0001-76, com sede na Rodovia Gumercindo Boza, nº 20.823, km 20, Sede, Campo Magro – PR, através do Senhor Prefeito Rilton Boza, no uso de suas atribuições legais, conferidos pelo artigo 90 da Lei Orgânica Municipal, torna publico a relação dos ganhadores da premiação do programa Nota Premiada Campo Magro instituído pela Lei Municipal nº. 1183/2021, regulamentada pelo Decreto Municipal 614/2025.

GANHADOR(s)	CPF/CNPJ	PRÊMIO (s)
Rosiliane Kudlawiec Gogola	025.XXX.XXX-07	Veículo automóvel (carro)
Eduardo Passarela Bortoletto	269.XXX.XXX-01	Motocicleta (moto)
Krisart Moveis Artesanais	19.691.121/0001-55	Geladeira duplex
Marcelo Fulgencio da Cruz	857.XXX.XXX-53	TV 50”
Reinaldo Camargo Mayer	275.XXX.XXX-49	TV 50”
Eliane de Fátima Manfron	020.XXX.XXX-99	TV 50”
Ana Alcides Bonete	317.XXX.XXX-87	Máquina de Lavar Roupa 12 kg
João de Oliveira	478.XXX.XXX-91	Forno Elétrico 38 L
Thalia Rodrigues de Camargo	087.XXX.XXX-73	Fogão 06 bocas
Elcio Gogola	019.XXX.XXX-84	Air Fryer
Vera Lucia da Silva	842.XXX.XXX-44	Microondas

Campo Magro, 17 de dezembro de 2025.

DIUCELIA APARECIDA COSTA ALEIZ
Auditora Fiscal

EDILSON APARECIDO CARDOSO
Auditor Fiscal

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:D4C6E3AF

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 58/2025

PROTOCOLO 8508/2025

O Prefeito Municipal de Campo Magro, no uso de suas atribuições legais, e ressaltando a necessidade, conveniência e interesse da Administração Pública, com fundamento no Art.75, inciso VIII da Lei 14.133/2021, **RATIFICA** a Dispensa supracitada, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS CONTINUADOS DE TÉCNICOS DE ENFERMAGEM EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA**, em favor de **ONE SERVIÇOS E SAÚDE LTDA**, inscrita no **CNPJ sob o nº 41.630.068/0001-31**, com o valor global de **R$ 1.504.028,52 (Um milhão, quinhentos e quatro mil, vinte e oito reais e cinquenta e dois centavos)**, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde. Publique-se o presente no prazo de 05 (cinco) dias na imprensa oficial.

Campo Magro, 17 de dezembro de 2025

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:AD02CDFE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 030/2025

O Presidente da Câmara Municipal de Candói, Estado do Paraná, Sr.**JOSÉ EDENILSON VOLENITIS**, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei.

R E S O L V E

Artigo 1º - Exonerar o Servidor**PEDRO ADIRCIO NUNES**, brasileiro, casado, Advogado, portador da Cédula de Identidade sob nº. 6.220.505-9-SESP/PR e inscrito no CPF sob nº. 882.406.309-87 e OAB sob Nº 65022/PR., para o cargo em comissão de**ASSESSOR JURÍDICO**– Nível CC-2, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Geral, nomeado pela Portaria Nº 001/2025.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, surtindo seus efeitos legais em 17 de dezembro de 2025.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Candói, em 17 de dezembro de 2025.

JOSÉ EDENILSON VOLENITIS
Presidente

Publicado por:
Márcia da Luz
Código Identificador:51C9EE5E

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 031/2025

Dispõe sobre o recesso legislativo, o regime excepcional de funcionamento administrativo e a escala de servidores da Câmara Municipal de Candói – PR, e dá outras providências.

O**Presidente da Câmara Municipal de Candói**, no uso das atribuições que lhe conferem o Regimento Interno da Câmara Municipal e a Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDOque compete à Presidência da Câmara a direção administrativa, funcional e disciplinar dos serviços internos, nos termos do art. 18 e do art. 90 do Regimento Interno;
CONSIDERANDOa necessidade de regulamentar o período de recesso legislativo anual, assegurando organização administrativa e continuidade mínima dos serviços;
CONSIDERANDOque, durante o recesso legislativo, é possível estabelecer regime excepcional de funcionamento, garantida a manutenção dos serviços essenciais;
CONSIDERANDOque determinados cargos técnicos (Procurador Jurídico, Assessor Jurídico e Contador) possuem atuação em regime excepcional e por demanda da Presidência;

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido o recesso legislativo da Câmara Municipal de Candói – PR no período de 22 de dezembro de 2025 a 02 de janeiro de 2026, ocasião em que as atividades administrativas e legislativas permanecerão integralmente suspensas, sem expediente ao público.
Parágrafo único. Durante o período previsto no*caput*, não haverá atendimento administrativo, ressalvadas situações excepcionais devidamente justificadas pela Presidência.

Art. 2º As atividades administrativas retornarão a partir do dia 05 de janeiro de 2026, sob regime excepcional de escala de servidores, que vigorará de 05 de janeiro de 2026 até 23 de janeiro de 2026, conforme os arts. 3º e 4º desta Portaria.

Art. 3º Ficam excluídos do regime de escala de que trata esta Portaria os Vereadores, o Vigia, o Procurador Jurídico, o Assessor Jurídico e o Contador, os quais não integrarão a escala semanal.

Art. 4º A escala de servidores responsáveis pelo atendimento administrativo no período de 05 a 23 de janeiro de 2026 observará a seguinte distribuição:

I - Semana 1 — 05 a 09 de janeiro de 2026
SERVIDORES
1. Marcia da Luz
2. Sandra C. Ristov
3. Edson Luiz dos Santos
II - Semana 2 — 12 a 16 de janeiro de 2026
SERVIDORES
1. Jeferson Morandi
2. Gabriel junior M Osinski
3. Jocaio Fagundes
III - Semana 3 — 19 a 23 de janeiro de 2026
SERVIDORES
1. Ricardo de Oliveira
2. Gilda Trento Cassol
3. Willyan Kirchbaner Galvão
§ 1º A Diretoria Administrativa publicará a designação nominal dos servidores responsáveis por cada semana, considerando a necessidade do serviço, a lotação funcional e a conveniência administrativa.

§ 2º É permitida a troca entre servidores, desde que haja consenso entre as partes envolvidas e comunicação prévia à Diretoria Administrativa com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

§ 3º Os servidores escalados deverão garantir o funcionamento essencial da Câmara Municipal, incluindo atendimento ao público, protocolo, recebimento de documentos e suporte administrativo básico.

Art. 5º O Procurador Jurídico, o Assessor Jurídico e o Contador atuarão, durante o recesso legislativo, exclusivamente em regime excepcional, quando formalmente convocados pela Presidência, nos seguintes casos:
I – demandas urgentes relacionadas a processos judiciais ou administrativos;
II – emissão de pareceres ou manifestações técnicas inadiáveis;
III – cumprimento de determinações de órgãos de controle externo;
IV – solicitações urgentes de outras autoridades públicas;
V – situações extraordinárias que exijam suporte jurídico ou contábil imediato.
Parágrafo único. A convocação excepcional será preferencialmente formalizada por escrito, mediante e-mail institucional ou outro meio idôneo a comprovar a solicitação.

Art. 6º Durante o período de escala previsto no art. 2º, o expediente administrativo será prestado pelos servidores escalados das 08:00 as 12:00 e das 13:00 (treze horas) às 17:00 (dezessete horas), de segunda a sexta-feira, salvo convocações excepcionais previstas nesta Portaria.

Art. 7º O expediente administrativo da Câmara Municipal retornará ao regime ordinário de funcionamento a partir de 26 de janeiro de 2026, com jornada regular para todos os servidores.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22 de dezembro de 2025.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Candói – PR, 17 de dezembro de 2025.

JOSÉ EDENILSON VOLENITIS
Presidente

Publicado por:
Márcia da Luz
Código Identificador:D0A617FE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 17/2025

O Prefeito do Município de Candói, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, **CONVOCA** o candidato abaixo relacionado, aprovado no **CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2023 (GERAL)** para realizar os exames pré-admissionais e apresentar a documentação exigida, conforme consta no Edital nº 01/2023, no período de **18/12/2025 a 17/01/2026**, caso encontre-se apto deverá comparecer no **SETOR DE RECURSOS HUMANOS**, para a regularização do registro funcional.

- PROTETICO DENTARIO

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO
DIVONSIR SIQUEIRA DOS SANTOS	2º

Candói, 17 de dezembro de 2025.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Flora Regina Bayer
Código Identificador:26957782

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 159/2025 DATA: 17/12/2025

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município para o Exercício Financeiro de 2025 no valor de R$ 631.655,84 (seiscentos e trinta e um mil, seiscentos e cinqüenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDÓI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Municipal nº 1.780 de 19 de dezembro de 2024.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do Exercício Financeiro de 2025, Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 631.655,84** (seiscentos e trinta e um mil, seiscentos e cinqüenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos) nas seguintes dotações orçamentárias:

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	
04.122.0002.2007	MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - SA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
500	00000-Recursos Ordinários (Livre)	68.789,30
	SUBTOTAL	68.789,30
06	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO - FME)	
06.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA	
12.365.0005.2017	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1290	00101-FNDE - FUNDEB 70%	310.177,97
12.361.0005.2015	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1040	00102-FNDE - FUNDEB 30%	77.544,49
1055	00160-FNDE - FUNDEB - Complementação - ETI 70%	56.543,21
12.365.0005.2017	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1300	00101-FNDE - FUNDEB 70%	40.914,03
12.361.0005.2015	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1070	00102-FNDE - FUNDEB 30%	10.228,51
1085	00160-FNDE - FUNDEB - Complementação - ETI 70%	7.458,33
	SUBTOTAL	502.866,54
08	SECRETARIA DE SAÚDE (FUNDO MUN. DE SAÚDE - FMS)	
08.003	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA	
10.301.0007.2031	PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF	

3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2310	00303-ASPS - Receitas Vinculadas à Saúde (15%)	60.000,00
	SUBTOTAL	60.000,00
	TOTAL	**631.655,84**

Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos pelo artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de :

I - Anulação de Dotação;

Anulação		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
08	SECRETARIA DE SAÚDE (FUNDO MUN. DE SAÚDE - FMS)	
08.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	
10.301.0007.2025	MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - SS	
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	
1810	00303-ASPS - Receitas Vinculadas à Saúde (15%)	10.000,00
08.003	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA	
10.301.0007.2029	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA	
3.3.90.37.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	
2240	00303-ASPS - Receitas Vinculadas à Saúde (15%)	50.000,00
	SUBTOTAL	60.000,00
	TOTAL	**60.000,00**

II - Excesso de Arrecadação;

Conta de receita		
Receita	**Descrição**	**Valor**
1.3.2.1.01.0.1.03	REMUNERAÇÃO DB - RECURSOS LIVRES - CÂMARA - 000	53.835,45
1.3.2.1.01.0.1.94	REMUNERAÇÃO DB - CEF/MOVIMENTO	14.953,85
1.7.5.1.50.0.1.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB - PRINCIPAL	438.865,00
1.7.1.5.53.0.1.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB DESTINADOS À CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM ETI - PRINCIPAL	64.001,54
	TOTAL	**571.655,84**

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Candói (PR), 17 de dezembro de 2025.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:7E6CAD22

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.816 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Altera e inclui disposições na Lei Municipal nº 1.619 de 08 de junho de 2021.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CANDÓI, Estado do Paraná, aprovou e eu, ALDOINO GOLDONI FILHO, Prefeito Municipal, sanciono com base no Art. 50 da Lei Orgânica Municipal a seguinte Lei.

Art. 1º. A Lei Municipal nº 1.619 de 8 de junho de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:
"Art.15.....
II .....
p) Comprovante de entrega de documentos conforme disposições do § 9º, art. 16 desta Lei.
....." (NR)

"Art. 16. O Comitê CFCD fará a análise da documentação e classificará para as vagas, os requerentes produtores observando, preferencialmente, as seguintes disposições:
.....
§ 1º (revogado);
.....
§ 7º. Poderão ser incluídos no processo de seleção, outros critérios de classificação mediante deliberação do Comitê do Programa Campo Forte: Candói Desenvolvido, desde que tais critérios possam comprovar tecnicamente e economicamente, a melhor e mais justa ordem de classificação dos requerentes.
§ 8º. O Comitê do Programa, juntamente com os técnicos da secretaria de agricultura e pecuária, instituirá padrões mínimos de produtividade por hectare, cujo atingimento destes padrões mínimos será condição para acesso e permanência no programa.
§ 9º. A comprovação de produtividade se dará pela apresentação de nota de produtor da safra anterior ou outro documento oficial, desde que verificada a entrega e efetiva baixa junto ao setor de notas do produtor da prefeitura municipal.
§ 10. A entrega dos documentos da safra anterior referidas no § anterior deverá ocorrer, impreterivelmente, até o dia 31 de janeiro de cada ano de execução do programa." (NR)

"Art. 32 O programa instituído por esta Lei terá vigência até o final do ano de 2028." (NR)

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigar na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do município de Candói (PR), 17 de dezembro de 2025.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:337688A0

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.817 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Institui o "InfraLeite – Programa de Apoio a Infraestrutura da Atividade Leiteira", destinado ao fortalecimento da atividade leiteira, por meio de medidas de auxílio aos produtores de leite para adequação e melhoramento da infraestrutura do local das pequenas propriedades rurais onde se realize ou que seja utilizada para o fim de ordenha de vacas, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CANDÓI, Estado do Paraná, aprovou e eu, ALDOINO GOLDONI FILHO, Prefeito Municipal, sanciono com base no Art. 50 da Lei Orgânica Municipal a seguinte Lei.

Art. 1º Fica instituído no Município de Candói o "InfraLeite – Programa de Apoio a Infraestrutura da Atividade Leiteira", vinculado aos eixos estratégico e diretrizes do Programa Campo Forte – Candói Desenvolvido, com o objetivo de fomentar e fortalecer a atividade leiteira do Município de Candói, promovendo medidas de auxilio aos produtores de leite para adequação e melhoramento da infraestrutura do local das pequenas propriedades rurais onde se realize (ou que seja utilizada para o fim auxiliar de) ordenha de vacas.
Art. 2º Para os fins do artigo 1º, fica o Poder Executivo autorizado a fornecer subsídio via distribuição de concreto usinado em propriedade de beneficiário enquadrado como produtor de leite a nível comercial, conforme disponibilidade orçamentária e critérios definidos em edital específico.
§ 1º. Fica observado que poderá ser subsidiado material para até 100m² (cem metros quadrados) de área de piso bruto de até 10cm (dez centímetros) de espessura, por beneficiário/propriedade, levando-se em consideração o espaço do local de aplicação.
§ 2º Mediante disponibilidade, poderá o Município disponibilizar ainda até uma carga de pedra, por local de aplicação, para adequação do lastro de pedra para o recebimento do concreto.
Art. 3º A participação no programa será por adesão e seleção, podendo ser utilizados os critérios estabelecidos na legislação do Programa Campo Forte – Candói Desenvolvido e aproveitados processos seletivos no âmbito do referido programa para fins de seleção do Programa InfraLeite, ou ainda podendo ser estabelecidos editais específicos com regramento próprio para a finalidade e execução do programa estabelecido nesta Lei.
§ 1º O beneficiário aderente, no ato de adesão, assumirá, entre outros, compromisso de manutenção de fontes de sua propriedade, da

manutenção de roçada das áreas de sua propriedade que fazem margem com estradas municipais, bem como de respeitar as legislações ambientais e sanitárias dentro de sua propriedade, sob pena de devolução do valor representado pelo subsídio recebido.

§ 2º Para os fins exclusivos do Programa InfraLeite, as definições do art. 2º, inciso I e II, art. 13, inciso I e art. 15, inciso II, alíneas "d" e "e", da Lei Municipal 1.619/2021, se utilizadas como critério, deverão ser interpretadas, quanto ao aspecto limitador de área de posse ou propriedade do requerente, de até 15 (quinze) alqueires paulistas.

§ 3º Em razão do disposto no § 2º e do caput, a classificação do beneficiário no programa "InfraLeite" não garante sua classificação no Programa Campo Forte (Lei 1.619/2021), visto tratarem-se de programas distintos, independente de eventualmente o método de classificação decorrer de mesmos editais de inscrição.

Art. 4º A dispensação ao beneficiário do material referido no artigo 2º desta Lei, somente será realizada após vistoria técnica que ateste o nivelamento adequado do local destinado à execução do piso.

§ 1º Será do beneficiário a responsabilidade pelo nivelamento do local para que possa receber o material de concreto e, também a ele caberá o nivelamento do concreto no local.

§ 2º Posteriormente a execução do piso, caso venha ser identificado que o local onde ele foi executado esteja sendo utilizado para outra atividade que não seja para produção de leite, ficará o beneficiário sujeito a devolução do valor representado pelo subsídio.

§ 3º Para os fins do § 2º deste artigo, os efeitos do termo de adesão ao programa serão por **36 (trinta e seis) meses** após sua assinatura, sendo que após este prazo ficará livre o beneficiário para dar destino ao local do piso realizado da forma que melhor lhe convier.

§ 4º Para os fins do disposto no § 2º deste artigo, o beneficiário deverá comprovar anualmente sua manutenção na condição de produtor de lei, mediante apresentação de suas notas de produtor junto a Secretaria de Agricultura.

§ 5º No desatendimento do § 4º deste artigo, ficará o beneficiário sujeito a devolução do valor representado pelo subsídio

Art. 5º Cada produtor poderá ser contemplado uma única vez no programa com o subsídio definido no artigo 2º desta Lei, salvo em caso de sobra de vagas, hipótese em que será publicado novo edital específico para seleção dos interessados.

Parágrafo único. O definido no caput também deverá ser observado pelo viés da propriedade atendida, isto é, uma propriedade uma vez tendo recebido os benefícios do artigo 2º desta lei, ficará aderida ao disposto no caput, independente se o pedido de adesão for com nome de pessoa ainda não atendida no programa, visto que a dispensação dos benefícios deste programa levará em consideração também o local e/ou a propriedade já beneficiada, a fim de se evitar que um local/propriedade seja atendido mais de uma vez por meio de requerentes e/ou nomes distintos.

Art. 6º O programa poderá atender até 100 (cem) produtores por ano, condicionado à disponibilidade orçamentária da Secretaria de Agricultura e Pecuária.

§ 1º Somente poderão ser selecionados aqueles que tenham a atividade de produção de leite como fonte de renda, portanto, servirá aos que exerçam a atividade com fins comerciais verificada por nota de produtor dos últimos 12 (doze) meses ao do requerimento.

§ 2º Será priorizado o atendimento de quem exerça a atividade leiteira em local de sua efetiva propriedade ou posse de área rural ou ainda por Contrato de Concessão de Uso, observando-se os termos do § 2º do Art. 3º desta Lei e, no que couber o parágrafo único do art. 15 da Lei 1.619/2021.

§ 3º A análise dos requerimentos e documentação apresentada e respectiva classificação dos beneficiários será atribuição do Comitê Municipal do Programa Campo Forte: Candói Desenvolvido – CFCD, já instituído pela Lei 1.619/2021.

§ 4º Quanto as hipóteses de solicitações de adesão ao Programa InfraLeite apresentadas por arrendatário ou comodatário, serão elas avaliadas, caso a caso, pelo Comitê CFCD, sendo que, para fins de classificação, o comodato entre ascendente e descendente terá preferência contra comodato ou arrendamento com terceiros.

§ 5º O comodato ou arrendamento, além de atender a regra do Art. 15, inciso II, alínea "c" da Lei 1.619/2021, deverá possibilitar o pleno atendimento do prazo disposto § 3º do art. 4º desta Lei, sendo que, caso o contrato, em razão do seu tempo de execução já não seja suficiente para cumprir referido prazo, deverá o interessado apresentar instrumento que demonstre a garantia da renovação do seu período de arredamento ou comodato a fim de cumprir os efeitos de prazo do termo de adesão ao Programa InfraLeite.

§ 6º Se o imóvel onde for implantado o piso subsidiado por esta Lei de alguma forma for, antes do prazo disposto § 3º o art. 4º desta Lei, transferido (seja sua propriedade domínio ou posse) ou arrendado, subarrendado ou cedido para terceiros, de forma onerosa ou gratuita ou mesmo por permuta, ou ainda em caso de rescisão ou não renovação de contrato de arrendamento ou comodato que subsidiou a classificação do beneficiário no Programa InfraLeite, antes do fim do referido prazo, ficará o beneficiário sujeito a devolução do valor representado pelo subsídio que recebeu por esta Lei.

Art. 7º A execução e fiscalização do programa será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, com apoio, sempre que necessário, da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente, da Secretaria de Viação e Serviços Públicos e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Art. 8º Nas hipóteses de aplicação de penalidade de devolução do valor representado pelo subsídio, este será sempre corrigido da data de assinatura do termo de adesão do beneficiário, utilizando-se, para tanto, o IPCA mais juro mensal de 1% (um por cento) ao mês.

Art. 9º Os recursos para execução do programa serão provenientes do orçamento da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, podendo ser suplementados conforme necessidade e disponibilidade financeira.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, terá vigência até o final do ano de 2028, e poderá ser regulamentada por Decreto no que for necessário.

Gabinete do Prefeito do município de Candói (PR), 17 de dezembro de 2025.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:4AA48D38

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO - ATA DE REGISTRO DO PREÇO Nº 394/2024

ATA DE REGISTRO DO PREÇO Nº 394/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 090/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3.747/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: EDSON ADRIANO DE VARGAS & CIA LTDA - CNPJ nº 10.693.634/0001-20.
OBJETO: O objeto deste termo aditivo é a prorrogação do prazo Ata Registro de Preços nº 393/2024, que trata do "Registro de preço de materiais estruturais, hidráulicos, elétricos, de pintura, acabamento, cobertura, ferragem, madeiras, ferramentas e artefatos de cimento, constantes na tabela de insumos do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) **desonerada**".
.
FUNDAMENTO: O presente instrumento tem como fundamentação legal as disposições contidas no Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 106, §1º e Art. 107 do Decreto Municipal nº 296/2023, conforme previsão na cláusula segunda da Ata Registro de Preços.
VALOR: R$ 127.255,00 (cento e vinte e sete mil, duzentos e cinquenta e cinco reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 17 de dezembro de 2026**.**
DATA DE ASSINATURA: 17/12/2025.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:DBB5909F

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 174/2025

CONTRATO Nº 174/2025. PROCESSO DIGITAL Nº 3.469/2025. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90.009/2025. CONTRATANTE. MUNICÍPIO DE CANDÓI - CNPJ nº 95.684.478/0001-94. **CONTRATADO:** DUTRA & DELIBERALLI CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ nº 29.304.186/0001-54. **OBJETO:** Execução por escopo, de obra de reforma e adequações da edificação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e implantação de sala específica para o serviço do Cadastro Único, conforme proposta do contratado, projeto elaborado pelo contratante, e demais cláusulas deste contrato. **VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:** O contrato é por escopo, com duração inicial de 01 (um) ano contado de sua assinatura, nos termos do Art. 105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com possibilidade de prorrogação nos termos do Art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021. **PRAZO DE ENTREGA:** 04 (quatro) meses, contados da assinatura da ordem de serviço, sem a qual, ficará vedado o início da obra, com possibilidade de prorrogação nos termos do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021. **VALOR DO CONTRATO: R$ 69.600,00 (sessenta e nove mil e seiscentos reais). DOTAÇÃO:** 09.003.08.245.0006.2042 - Manutenção do Departamento de Proteção Social, natureza da despesa 4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações. **Os créditos são na importância de R$ 6.684,09 na conta 3010, fonte: 00000 – Recursos Ordinários (Livre), grupo da fonte: do exercício atual e R$ 62.915,91 na conta 3015, fonte: 00934 - SUAS - Bloco da Proteção Social Básica, grupo da fonte: do exercício anterior**. **FISCAL:** Eder Selestrino. **DATA DE ASSINATURA:** 17/12/2025.

Publicado por:
Rodrigo Miss
Código Identificador:826C00D9

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO DIGITAL Nº 5.701/2025 DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.122/2025

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO DIGITAL Nº 5.701/2025 DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.122/2025. ÓRGÃO LICITANTE: Município de Candói, Estado do Paraná, CNPJ/MF nº 95.684.478/0001-94. **UASG:** 985499. **OBJETO:** Registro de preços de cilindros e de recargas de gás oxigênio medicinal e industrial, acetileno e mistura C25, destinados a Secretaria de Saúde e Secretaria de Viação e Serviços Públicos. **VALOR ESTIMADO**: **R$ 415.951,75** (quatrocentos e quinze mil novecentos e cinquenta e um reais e setenta e cinco centavos). **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor Preço por item. **LOCAL:** Sistema Compras.gov.br (https://www.gov.br/compras/pt-br). **DATA E HORA DE INÍCIO DA SESSÃO:** 05/01/2026 – 08:30h**. OBTENÇÃO DO EDITAL:** A íntegra do edital e seus anexos poderão ser obtidos no sitio oficial do Município www.candoi.pr.gov.br ou Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). **ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:** através de protocolo pelo sistema de Processos Digitais do município acessível no sitio eletrônico https://candoi.govbr.cloud/ ou do e-mail licitacao@candoi.pr.gov.br. Assinado digitalmente em 17/12/2025 por **Silvestre Gonçalves Ferreira Filho**, Agente de Contratação, Portaria nº 217/2023

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:69059C74

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

GABINETE PREFEITO
LEI N° 2.828, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

ALTERA A REDAÇÃO LEI N° 2.215, DE 19 DE ABRIL DE 2017, QUE INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO A PRODUÇÃO DE PASTAGENS PARA INCREMENTAR AS ATIVIDADES DE PRODUÇÃO DE LEITE E AGRÍCOLA EM GERAL, ATRAVÉS DO FORNECIMENTO DE SEMENTES DE GRAMÍNEAS OU LEGUMINOSAS PARA OS PEQUENOS AGRICULTORES RURAIS DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAXWELL SCAPINI, Prefeito do Município de Capitão Leônidas Marques, Estado de Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, propõe o seguinte Projeto de Lei:

LEI

Art. 1º. A Lei Municipal nº **2.215**, de **19 de abril de 2017**, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Incentivo à Produção de Pastagens e Cobertura Verde, destinado a fomentar a produção de leite, hortaliças, frutas e produtos apícolas, mediante a aquisição e o fornecimento, cessão, repasse ou doação de sementes de gramíneas, leguminosas ou mix de sementes aos pequenos produtores rurais do Município de Capitão Leônidas Marques.

Parágrafo único. O Programa tem por objetivos:

I – melhorar a qualidade das pastagens e incrementar a produtividade leiteira;

II – incentivar o plantio direto de hortaliças na palha;

III – promover o uso de cobertura verde nas entrelinhas de pomares e cultivos frutíferos;

IV – incentivar a floração visando aumentar a produção de mel;

V – ampliar a qualidade e quantidade dos produtos agrícolas e apícolas produzidos no Município.

Art. 2º A execução, gestão e operacionalização do Programa ficará a cargo da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, que deverá observar critérios objetivos e imparciais, fundamentados nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

I – Compete à Secretaria definir as espécies de sementes a serem adquiridas e distribuídas, de acordo com a época de plantio;

II – A quantidade destinada a cada produtor será fixada conforme a área disponível, o sistema produtivo e as características da propriedade, resguardado o interesse público.

Art. 3º Para fins desta Lei, considera-se pequeno produtor rural aquele que exerce atividade agrícola, leiteira ou apícola em propriedade rural cujo somatório de áreas não ultrapasse 1,21 módulos fiscais, conforme cadastro oficial.

Art. 4º Para habilitar-se ao Programa, o pequeno produtor rural deverá apresentar-se na Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária e cumprir os seguintes requisitos:

I – Comprovar enquadramento como pequeno produtor rural;

II – Não possuir dupla inscrição na mesma área;

III – Comprovar dependência econômica da atividade rural;

IV – Comprovar inexistência de aviário ou outra atividade econômica principal distinta da rural;

V – Possuir área apta à implantação de pastagens ou cobertura verde;

VI – Estar cadastrado no CAD/PRO – Cadastro de Produtores Rurais do Estado do Paraná;

VII – Possuir bloco de produtor regular e ativo;

VIII – Ter propriedade localizada no Município;

IX – Não possuir débitos com o Município;

X – Manter conservação adequada do solo, independentemente da condição de proprietário, parceiro ou arrendatário;

XI – Manter vacinação do rebanho conforme legislação vigente.

Art. 5º Para fins de execução e desenvolvimento do Programa Municipal de Incentivo à Produção de Pastagens, destinado ao incremento das atividades de produção de leite e das atividades agrícolas em geral, o Poder Executivo Municipal, por intermédio da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, repassará, a título de incentivo, até 80 kg (oitenta quilogramas) de sementes de gramíneas, leguminosas ou mix de sementes, ao custo zero, a cada pequeno produtor rural beneficiário residente no Município de Capitão Leônidas Marques.

Art. 6º É vedado ao beneficiário vender, repassar ou ceder as sementes recebidas, sob pena de suspensão de demais benefícios ofertados pela Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária realizará fiscalização nas propriedades beneficiadas a fim de verificar o cumprimento da destinação correta das sementes fornecidas.

Parágrafo único. Caso seja constatada a não aplicação do incentivo concedido pela Municipalidade, o beneficiário será notificado e ficará sujeito ao pagamento de multa correspondente a **50 (cinquenta)**

Unidades Fiscais Municipais – UFM, vigente na data do pagamento. A multa será inscrita em dívida ativa da Fazenda Pública Municipal, ficando o infrator impedido de receber novos incentivos, sem prejuízo de responder civil e administrativamente pela irregularidade praticada.

Art. 8º Qualquer cidadão ou entidade civil poderá denunciar irregularidades praticadas no âmbito do Programa, com fundamento nos princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de verbas próprias consignadas no Orçamento Geral Anual do Poder Executivo, podendo ser suplementadas, se necessário.

Parágrafo único. O custeio e demais despesas necessárias ao cumprimento desta Lei serão atendidas por dotações orçamentárias próprias, ficando o Poder Executivo autorizado a realizar as suplementações orçamentárias que se fizerem necessárias.

Art. 10. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, por meio de seus órgãos e agentes competentes, a adotar todas as providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, fiscais, tributárias, previdenciárias e contábeis necessárias ao fiel cumprimento desta Lei.

§ 1º As normas complementares e os procedimentos indispensáveis à execução desta Lei serão regulamentados por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º Os casos omissos e as situações não previstas nesta Lei serão disciplinados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante ato administrativo próprio.

Art. 11. Os programas municipais já existentes que versem sobre matéria de natureza, objetivos ou finalidades equivalentes aos previstos nesta Lei serão automaticamente integrados ao presente Programa, a fim de assegurar aplicação uniforme e harmônica.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. ”

Capitão Leônidas Marques - PR, em 17 de dezembro de 2025.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julia Cristina Magnabosco Zeniewicz
Código Identificador:5B1CCDD9

GABINETE PREFEITO
LEI Nº 2.826, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE RUAS PROJETADAS NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Capitão Leônidas Marques, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica deste município, sanciona a presente:

L E I

Art. 1º. Fica criada Rua Projetada 1, com área de 1.593,74m2, do Lote 322-A Unificado, da Gleba 12, do imóvel Andrada, da matrícula n.º 12178, do CRI desta Comarca, do perímetro urbano de Capitão Leônidas Marques, Paraná, com os seguintes limites e confrontações:

“ **LIMITES E CONFRONTAÇÕES**

NORTE

Confronta pelo segmento **P8-P7** com as coordenadas de início **N= 7178696.190 – E= 239176.843** e fim nas coordenadas **N= 7178675.810 – E= 239232.808**, numa extensão de **59.56** metros e com azimute de **110º0'35''**, que confronta com o **LOTE 322-A-UNIFICADO-3,** seguindo pelo segmento **P7-P9** com as coordenadas de início **N= 7178675.810 – E= 239232.808** e fim nas coordenadas **N= 7178673.874 – E= 239238.123**, numa extensão de **5.65** metros e com azimute de **110º0'35'',** seguindo pelo segmento **P9-P10** com as coordenadas de início **N= 7178673.874 – E= 239238.123** e fim nas coordenadas **N= 7178676.400 – E= 239285.697**, numa extensão de **47.64** metros e com azimute de **86º57'39'',** que confronta com a **322-A-UNIFICADO-2.**

SUL

Confronta pelo segmento **P11-P12** com as coordenadas de início **N= 7178665.657 – E= 239286.964** e fim nas coordenadas **N= 7178663.742 – E= 239265.241**, numa extensão de **21.80** metros e com azimute de **264º57'46'',** que confronta com a **LOTE 322-A-UNIFICADO-7,** seguindo pelo segmento **P12-P13** com as coordenadas de início **N= 7178663.742 – E= 239265.241** e fim nas coordenadas **N= 7178661.297 – E= 239221.211**, numa extensão de **44.09** metros e com azimute de **266º49'18'',** que confronta com a **LOTE 322-A-UNIFICADO-5,** seguindo pelo segmento **P13-P14** com as coordenadas de início **N= 7178661.297 – E= 239221.211** e fim nas coordenadas **N= 7178671.511 – E= 239211.039**, numa extensão de **14.41** metros e com azimute de **315º7'4'',** que confronta com a **RUA IPÊ AMARELO,** seguindo pelo segmento **P14-P15** com as coordenadas de início **N= 7178671.511 – E= 239211.039** e fim nas coordenadas **N= 7178675.987 – E= 239170.851**, numa extensão de **40.43** metros e com azimute de **276º21'22'',** que confronta com a **LOTE 322-A-UNIFICADO-4**

LESTE

Confronta pelo segmento **P10-P11** com as coordenadas de início **N= 7178676.400 – E= 239285.697** e fim nas coordenadas **N= 7178665.657 – E= 239286.964**, numa extensão de **10.81** metros e com azimute de **173º16'17'',** que confronta com a Rodovia **PR-182.**

OESTE

Confronta pelo segmento **P15-P8** com as coordenadas de início **N= 7178675.987 – E= 239170.851** e fim nas coordenadas **N= 7178696.190 – E= 239176.843**, numa extensão de **21.07** metros e com azimute de **16º31'8'',** que confronta com o **LOTE 338-REM-02’’.**

Art. 2º. Fica criada Rua Projetada 2, com área de 1.067,04m2, do Lote 322-A Unificado, da Gleba 12, do imóvel Andrada, da matrícula n.º 12178, do CRI desta Comarca, do perímetro urbano de Capitão Leônidas Marques, Paraná, com os seguintes limites e confrontações**:**

“ **LIMITES E CONFRONTAÇÕES**

NORTE

Confronta pelo segmento **P19-P20** com as coordenadas de início **N= 7178526.452 – E= 239209.644** e fim nas coordenadas **N= 7178528.252 – E= 239263.774**, numa extensão de **54.16** metros e com azimute de **88º5'45''**, que confronta com o **LOTE 322-A-UNIFICADO-5,** seguindo pelo segmento **P20-P28** com as coordenadas de início **N= 7178528.252 – E= 239263.774** e fim nas coordenadas **N= 7178529.520 – E= 239301.904**, numa extensão de **38.15** metros e com azimute de **88º5'45'',** que confronta com a **LOTE 322-A-UNIFICADO-7.**

SUL

Confronta pelo segmento **P29-P30** com as coordenadas de início **N= 7178517.857 – E= 239303.296** e fim nas coordenadas **N= 7178516.972 – E= 239264.024**, numa extensão de **39.28** metros e com azimute de **268º42'33'',** que confronta com a **LOTE 322-A-UNIFICADO-13,** seguindo pelo segmento **P30-P31** com as coordenadas de início **N= 7178516.972 – E= 239264.024** e fim nas coordenadas **N= 7178516.682 – E= 239252.483**, numa extensão de **11.54** metros e com azimute de **268º33'24'',** que confronta com a **RUA PROJETADA-03,** seguindo pelo segmento **P31-P32** com as coordenadas de início **N= 7178516.682 – E= 239252.483** e fim nas coordenadas **N= 7178514.829 – E= 239208.594**, numa extensão de **43.92** metros e com azimute de **267º34'58'',** que confronta com o **LOTE 322-A-UNIFICADO-8.**

LESTE

Confronta pelo segmento **P28-P29** com as coordenadas de início **N= 7178529.520 – E= 239301.904** e fim nas coordenadas **N= 7178517.857 – E= 239303.296**, numa extensão de **11.74** metros e com azimute de **173º11'48'',** que confronta com a Rodovia **PR-182.**

OESTE

Confronta pelo segmento **P32-P19** com as coordenadas de início **N= 7178514.829 – E= 239208.594** e fim nas coordenadas **N= 7178526.452 – E= 239209.644**, numa extensão de **11.67** metros e com azimute de **5º9'28'',** que confronta com a **RUA IPÊ AMARELO’’.**

Art. 3º. Fica criada Rua Projetada 3, com área de 1.463,26m2, do Lote 322-A Unificado, da Gleba 12, do imóvel Andrada, da matrícula n.º 12178, do CRI desta Comarca, do perímetro urbano de Capitão Leônidas Marques, Paraná, com os seguintes limites e confrontações**:**

“**LIMITES E CONFRONTAÇÕES**

NORTE

Confronta pelo segmento **P30-P31** com as coordenadas de início **N= 7178516.972 – E= 239264.024** e fim nas coordenadas **N= 7178516.682 – E= 239252.483**, numa extensão de **11.54** metros e com

azimute de **268º33'24''**, que confronta com a **RUA PROJETADA-02.**

SUL

Confronta pelo segmento **P43-P44** com as coordenadas de início **N= 7178387.482 – E= 239259.315** e fim nas coordenadas **N= 7178386.469 – E= 239270.643**, numa extensão de **11.37** metros e com azimute de **95º6'24'',** que confronta com o **LOTE 322-A-UNIFICADO-17.**

LESTE

Confronta pelo segmento **P44-P50** com as coordenadas de início **N= 7178386.469 – E= 239270.643** e fim nas coordenadas **N= 7178423.051 – E= 239268.630**, numa extensão de **36.63** metros e com azimute de **356º51'3'',** que confronta com o **LOTE 322-A-UNIFICADO-16,** seguindo pelo segmento **P50-P49** com as coordenadas de início **N= 7178423.051 – E= 239268.630** e fim nas coordenadas **N= 7178447.248 – E= 239267.373**, numa extensão de **24.23** metros e com azimute de **357º1'33'',** que confronta com o **LOTE 322-A-UNIFICADO-15,** seguindo pelo segmento **P49-P33** com as coordenadas de início **N= 7178447.248 – E= 239267.373** e fim nas coordenadas **N= 7178471.553 – E= 239266.179**, numa extensão de **24.33** metros e com azimute de **357º11'16'',** que confronta com o **LOTE 322-A-UNIFICADO-14,** seguindo pelo segmento **P33-P30** com as coordenadas de início **N= 7178471.553 – E= 239266.179** e fim nas coordenadas **N= 7178516.972 – E= 239264.024**, numa extensão de **45.47** metros e com azimute de **357º17'3'',** que confronta com o **LOTE 322-A-UNIFICADO-13.**

OESTE

Confronta pelo segmento **P31-P37** com as coordenadas de início **N= 7178516.682 – E= 239252.483** e fim nas coordenadas **N= 7178471.089 – E= 239254.965**, numa extensão de **45.66** metros e com azimute de **176º53'1'',** que confronta com o **LOTE 322-A-UNIFICADO-8,** seguindo pelo segmento **P37-P43** com as coordenadas de início **N= 7178471.089 – E= 239254.965** e fim nas coordenadas **N= 7178387.482 – E= 239259.315**, numa extensão de **83.72** metros e com azimute de **177º1'18'',** que confronta com o **LOTE 322-A-UNIFICADO-12''.**

Art. 4º. Fica o Poder Público Municipal obrigado a fixar placa indicativa da denominação de que trata o artigo anterior.

Art. 5º. É parte integrante da presente lei memoriais descritivos e mapas, em anexo.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Capitão Leônidas Marques - PR, em 17 de dezembro de 2025.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julia Cristina Magnabosco Zeniewicz
Código Identificador:C6B600C8

GABINETE PREFEITO
LEI Nº 2.827, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO À PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE MEL – "MEL DE CAPITÃO", NO MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAXWELL SCAPINI, Prefeito eleito pelo Povo do Município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelaLei Orgânicade Municipal sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Capitão Leônidas Marques, o Programa Municipal de Incentivo à Produção Sustentável de Mel – "Mel de Capitão", com o objetivo de estimular o desenvolvimento da apicultura como atividade econômica sustentável, ambientalmente responsável e socialmente inclusiva.

Art. 2º O Programa "Mel de Capitão" tem por finalidades:

I – Promover o fomento à produção de mel e derivados apícolas de forma sustentável, respeitando os princípios da conservação ambiental e da biodiversidade;

II – Incentivar a organização e a capacitação de apicultores e meliponicultores locais;

III – Estimular o uso de tecnologias limpas e boas práticas de manejo apícola;

IV – Contribuir para a preservação das abelhas e polinizadores, essenciais ao equilíbrio ecológico;

V – Valorizar a identidade territorial e a qualidade do mel produzido no município;

VI – Ampliar a geração de renda e oportunidades no meio rural, com foco na agricultura familiar.

Art. 3º Para a execução do Programa, poderão ser implementadas as seguintes ações e instrumentos de incentivo:

I – Assistência técnica, formação e capacitação dos produtores;

II – Fornecimento, subsídio ou apoio para aquisição de insumos, equipamentos, colmeias e materiais apícolas;

III – Implantação de apiários demonstrativos e unidades de referência técnica;

IV – Apoio à certificação sanitária, rotulagem, padronização e comercialização do mel com o selo "Mel de Capitão";

V – Celebração de parcerias com instituições públicas e privadas, cooperativas, universidades e entidades da sociedade civil;

VI – Incentivo ou apoio à criação de linhas de crédito específicas para a apicultura sustentável;

VII – Realização de campanhas educativas de conscientização ambiental e valorização da produção de mel local.

Art. 4° A gestão, o desenvolvimento e a operacionalização do Programa serão executados pelo Poder Executivo, por meio da **Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária**, observadas as disposições desta Lei.

§ 1º Compete à Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária:

I – Definir os materiais, insumos e equipamentos a serem disponibilizados aos pequenos produtores;

II – Estabelecer a quantidade e o tipo de incentivo a ser concedido a cada beneficiário, utilizando critérios objetivos, técnicos e imparciais;

III – Observar, na seleção e concessão dos incentivos, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

§ 2º As decisões da Secretaria deverão sempre buscar o atendimento do interesse público, a promoção do desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições socioeconômicas da população rural.

Art. 5° Para fins desta Lei, considera-se **pequeno produtor rural** aquele que exerce atividade de produção rural em imóvel cujo somatório de áreas não ultrapasse **1,21 (um inteiro e vinte e um) módulos fiscais**, conforme previstos no sistema nacional de cadastro rural.

Art. 6º Para ser beneficiário do Programa Municipal de Incentivo à Produção Sustentável de Mel – "Mel de Capitão", o pequeno produtor rural deve comparecer na sede da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária e cumprir os seguintes requisitos:

I – Ser classificado como pequeno produtor rural na forma desta Lei;

II – Não haver inscrição no programa de outro beneficiário indicando a mesma área rural, ou parte dela;

III – Possuir área apta para a produção sustentável de mel;

IV – Estar inscrito no Cadastro de Produtores Rurais – CAD/PRO; do Estado do Paraná;

V – Possuir bloco de produtor regularizado e com emissão de Notas Fiscais de produção;

VI – Que o imóvel rural seja sediado no Município de Capitão Leônidas Marques;

VII – Estar inscrito no programa de melhoramento da apicultura no munícipio;

Art. 7º Os beneficiados, não poderão repassar, vender, emprestar, ceder ou alienar, a qualquer título, os materiais, insumos e/ou equipamentos recebidos do Programa, a outros produtores, sob pena de suspensão de outros benefícios ofertados pela Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária realizará fiscalização periódica nas propriedades dos beneficiários, com a finalidade de verificar a correta aplicação dos incentivos concedidos no âmbito do Programa.

Parágrafo único. Constatado indício de uso indevido, desvio de finalidade ou não aplicação dos materiais, insumos e equipamentos recebidos, será instaurado procedimento administrativo, observadas as seguintes etapas:

I – o beneficiário será previamente notificado para apresentar defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis;
II – após análise da defesa, sendo confirmada a irregularidade, o beneficiário deverá devolver os bens recebidos ou restituir o valor correspondente, devidamente atualizado;
III – em caso de violação ao art. 7º desta Lei, será aplicada multa de 50 (cinquenta) Unidades Fiscais Municipais – UFM, cuja cobrança será inscrita em dívida ativa;
IV – o beneficiário poderá ficar impedido de participar de novos programas de incentivo e responderá administrativa e civilmente pelos atos praticados.
Art. 9° Qualquer cidadão, bem como entidades da sociedade civil, associações, cooperativas, sindicatos rurais ou outros interessados, possui legitimidade para denunciar atos que violem esta Lei ou seus princípios norteadores.
Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios e parcerias com entidades públicas, privadas e organizações da sociedade civil para a execução das ações previstas neste Programa.
Art. 11. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.
Art. 12. Fica igualmente autorizado ao Poder Executivo Municipal, por seus auxiliares, a tomar todas as demais providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, fiscais, tributárias, previdenciárias e contábeis, para o fiel cumprimento da presente Lei.
§ 1º As demais normas e procedimentos necessários à execução desta Lei serão objeto de Decreto Municipal a ser baixado pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 2º Os casos omissos e as demais normas e procedimentos necessários à execução desta Lei serão resolvidos pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, através de ato administrativo próprio.
Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Capitão Leônidas Marques - PR, em 17 de dezembro de 2025.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julia Cristina Magnabosco Zeniewicz
Código Identificador:CD6FEA21

GABINETE PREFEITO
LEI Nº 2.829, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

EMENTA: Autoriza a abertura de um crédito adicional suplementar no orçamento de 2025, e dá outras providências.

MAXWELL SCAPINI, Prefeito municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal sanciono e promulgo a seguinte:
L E I
Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento do Exercício de 2025, no valor de R$ 829.000,00 (oitocentos e vinte e nove mil reais), para reforço das dotações orçamentárias, com a seguinte especificação:
Órgão: 02 – Governo Municipal
Unidade Orçamentária: 02.001 – Governo Municipal/Gabinete do Prefeito
Classificação Funcional: 04.122.1004.2.101 – Manutenção do Gabinete do Prefeito
Elemento de Despesa: 31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Conta/Fonte de Recurso: 1/00 000 – Livre.....R$ 45.000,00
Classificação Funcional: 04.122.1004.2.102 – Manutenção da Secretaria de Gabinete
Elemento de Despesa: 31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Conta/Fonte de Recurso: 10/00 000 – Livre.....R$ 3.000,00
Unidade Orçamentária: 02.003 – Governo Municipal/Controladoria Geral do Município
Classificação Funcional: 04.124.1004.2.106 – Atividades da Controladoria Municipal
Elemento de Despesa: 31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Conta/Fonte de Recurso: 27/00 000 – Livre.....R$ 35.000,00
Elemento de Despesa: 31.90.13.00.00 – Contribuições Patronais
Conta/Fonte de Recurso: 28/00 000 – Livre.....R$ 4.000,00
Unidade Orçamentária: 02.009 – Governo Municipal/Coorden Munic Proteção e Defesa Civil
Classificação Funcional: 06.182.1006.2.105 – Coordenação das Ações da Defesa Civil
Elemento de Despesa: 31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Conta/Fonte de Recurso: 50/00 000 – Livre.....R$ 45.000,00
Elemento de Despesa: 31.90.13.00.00 – Contribuições Patronais
Conta/Fonte de Recurso: 51/00 000 – Livre.....R$ 3.000,00
Elemento de Despesa: 31.90.16.00.00 – Outras Despesas Variáveis
Conta/Fonte de Recurso: 52/00 000 – Livre.....R$ 25.000,00
Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração
Unidade Orçamentária: 03.001 – Secret Mun Adminsitração/Div Apoio Admin e Coord Classificação Funcional:04.122.1004.2.107 – Manutenção das Atividades Administrativas
Elemento de Despesa: 31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Conta/Fonte de Recurso: 64/00 000 – Livre.....R$ 60.000,00
Elemento de Despesa: 31.90.16.00.00 – Outras Despesas Variáveis
Conta/Fonte de Recurso: 66/00 000 – Livre.....R$ 2.000,00
Unidade Orçamentária: 03.003 – Secret Mun Adminsitração/Depto de Recursos Humanos Classificação Funcional:04.122.1005.2.113 – Manutenção do Depto de Recursos Humanos
Elemento de Despesa: 31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Conta/Fonte de Recurso: 105/00 000 – Livre.....R$ 20.000,00
Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração
Unidade Orçamentária: 03.004 – Secret Mun Adminsitração/Depto de Licitações e Contratos Recursos Humanos Classificação Funcional:04.122.1004.2.115 – Man Ativ Licit e Contratos
Elemento de Despesa: 31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Conta/Fonte de Recurso: 119/00 000 – Livre.....R$ 35.000,00
Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento
Unidade Orçamentária: 04.001 – Secret Mun Administração/Departo de Planejamento
Classificação Funcional:04.122.1009.2.116 – Man Ativ do Planejamento e Desenv
Elemento de Despesa: 31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Conta/Fonte de Recurso: 135/00 000 – Livre.....R$ 45.000,00
Unidade Orçamentária: 04.002 – Secret Mun Administração/Divisão Projetos e Engenharia
Classificação Funcional:04.121.1009.2.117 – Man Ativ Projetos e Serviços de Engenharia
Elemento de Despesa: 31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Conta/Fonte de Recurso: 149/00 000 – Livre.....R$ 40.000,00
Elemento de Despesa: 31.90.16.00.00 – Outras Desp Variáveis
Conta/Fonte de Recurso: 149/00 000 – Livre.....R$ 4.000,00
Órgão: 05 – Secretaria Municipal da Fazenda
Unidade Orçamentária: 05.001 – Sec Mun da Fazenda/Depto de Finanças e Tributos

Classificação Funcional:04.121.1014.2.119 – Manut Atividades Finanças e Tesouraria
Elemento de Despesa: 31.90.13.00.00 – Contribuições Patronais
Conta/Fonte de Recurso: 159/00 000 – Livre.....R$ 1.000,00
Classificação Funcional:04.121.1014.2.120 – Manut Atividades Contabilidade e Orçamento
Elemento de Despesa: 31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Conta/Fonte de Recurso: 169/00 000 – Livre.....R$ 30.000,00
Classificação Funcional:04.129.1014.2.121 – Manut Ativid Arrec e Fiscalização Tributária
Órgão: 06 – Secretaria Munic de Obras Infraestrutura e Serviços Públicos
Unidade Orçamentária: 06.002 – Sec Mun Obras Infraest e Serv Púb/ Depto Serv Púb
Classificação Funcional:15.451.1010.2.123 – Manutenção Depto Serviços e Obras Públicas
Elemento de Despesa: 31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Conta/Fonte de Recurso: 223/00 000 – Livre.....R$ 90.000,00
Elemento de Despesa: 31.90.16.00.00 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil
Conta/Fonte de Recurso: 225/00 000 – Livre.....R$ 45.000,00
Unidade Orçamentária: 06.003 – Sec Mun Obras Infraest e Serv Púb/Coord Transp Infraest
Classificação Funcional:26.782.1011.2.126 – Manut do Depto de Serviços Rodoviários Elemento de Despesa: 31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Conta/Fonte de Recurso: 243/00 000 – Livre.....R$ 80.000,00
Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente
Unidade Orçamentária:07.001 – Sec Mun Agric Pecuária e Meio Amb/Depto de Agricultura
Classificação Funcional:20.606.1015.2.128 – Manutenção Ativ e Ações Desenv Agricultura
Elemento de Despesa: 31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Conta/Fonte de Recurso: 262/00 000 – Livre.....R$ 80.000,00
Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
Unidade Orçamentária:09.001 – Sec Mun Esporte e Lazer/Div Esporte e Lazer
Classificação Funcional:27.812.1026.2.177 – Man Atividades Desportivas e Recreativas
Elemento de Despesa: 31.90.16.00.00 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil
Conta/Fonte de Recurso: 558/00 000 – Livre.....R$ 67.000,00
Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Assistência Social, Cultura e Cidadania
Unidade Orçamentária:10.001 – Sec Mun Assist Social Cult e Cid/Div Gestão Social
Classificação Funcional:08.244.1028.2.179 – Gestão e Manut Atividades Assistência Social
Elemento de Despesa: 31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Conta/Fonte de Recurso: 598/00 000 – Livre.....R$ 70.000,00

Art. 2º - Para cobertura do que trata o Artigo anterior, fica indicada como recurso a anulação parcial ou total nos termos do artigo 43, Inciso III da Lei Federal 4.320 das seguintes Dotações Orçamentárias:
Órgão: 02 – Governo Municipal
Unidade Orçamentária: 02.001 – Governo Municipal/Gabinete do Prefeito
Classificação Funcional: 04.122.1004.2.101 – Manutenção do Gabinete do Prefeito
Elemento de Despesa: 31.90.13.00.00 – Contribuições Patronais
Conta/Fonte de Recurso: 2/00 000 – Livre.....R$ 12.000,00
Classificação Funcional: 04.122.1004.2.102 – Manutenção da Secretaria de Gabinete
Elemento de Despesa: 31.90.13.00.00 – Contribuições Patronais
Conta/Fonte de Recurso: 11/00 000 – Livre.....R$ 5.000,00
Unidade Orçamentária: 02.002 – Governo Municipal/Assessoria Jurídica
Classificação Funcional: 04.122.1004.2.104 – Manutenção da Assessoria Jurídica
Elemento de Despesa: 31.90.11.00.00 – Venc e Vant Fixas
Conta/Fonte de Recurso: 19/00 000 – Livre.....R$ 16.000,00
Elemento de Despesa: 31.90.13.00.00 – Contribuições Patronais
Conta/Fonte de Recurso: 20/00 000 – Livre.....R$ 16.000,00
Unidade Orçamentária: 02.003 – Governo Municipal/Controladoria Geral do Município
Classificação Funcional: 04.124.1004.2.106 – Atividades da Controladoria Municipal
Elemento de Despesa: 31.90.13.00.00 – Contribuições Patronais
Conta/Fonte de Recurso: 28/00 000 – Livre.....R$ 15.000,00
Unidade Orçamentária: 02.004 – Governo Municipal/Procuradoria Geral do Município
Classificação Funcional: 04.122.1004.2.114 – Manutenção das Atividades da Procuradoria
Elemento de Despesa: 31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Conta/Fonte de Recurso: 36/00 000 – Livre.....R$ 75.000,00
Elemento de Despesa: 31.90.13.00.00 – Contribuições Patronais
Conta/Fonte de Recurso: 37/00 000 – Livre.....R$ 18.000,00
Elemento de Despesa: 31.90.16.00.00 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil
Conta/Fonte de Recurso: 38/00 000 – Livre.....R$ 13.000,00
Unidade Orçamentária: 02.009 – Governo Municipal/Coorden Munic Proteção e Defesa Civil
Classificação Funcional: 06.182.1006.2.105 – Coordenação das Ações da Defesa Civil
Elemento de Despesa: 31.90.04.00.00 – Contratação Tempo Serviço
Conta/Fonte de Recurso: 49/00 000 – Livre.....R$ 78.000,00
Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração
Unidade Orçamentária: 03.001 – Secret Mun Adminsitração/Div Apoio Admin e Coord Classificação Funcional:04.122.1004.2.107 – Manutenção das Atividades Administrativas
Elemento de Despesa: 31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Conta/Fonte de Recurso: 64/00 000 – Livre.....R$ 120.000,00
Elemento de Despesa: 31.90.16.00.00 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil
Conta/Fonte de Recurso: 65/00 000 – Livre.....R$ 2.000,00
Unidade Orçamentária: 03.002 – Secret Mun Adminsitração/Divisão de Compras
Classificação Funcional:04.122.1004.2.111 – Manutenção do Departamento de Compras
Elemento de Despesa: 31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Conta/Fonte de Recurso: 92/00 000 – Livre.....R$ 130.000,00
Elemento de Despesa: 31.90.13.00.00 – Contribuições Patronais
Conta/Fonte de Recurso: 93/00 000 – Livre.....R$ 32.000,00
Unidade Orçamentária: 03.003 – Secret Mun Adminsitração/Depto de Recursos Humanos Classificação Funcional:04.122.1005.2.113 – Manutenção do Depto de Recursos Humanos
Elemento de Despesa: 31.90.13.00.00 – Contribuições Patronais
Conta/Fonte de Recurso: 106/00 000 – Livre.....R$ 16.000,00

Elemento de Despesa: 31.90.16.00.00 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil
Conta/Fonte de Recurso: 107/00 000 – Livre.....R$ 2.000,00
Unidade Orçamentária: 03.004 – Secret Mun Adminsitração/Depto de Licitações e Contratos Recursos Humanos Classificação Funcional:04.122.1004.2.115 – Man Ativ Licit e Contratos
Elemento de Despesa: 31.90.13.00.00 – Contribuições Patronais
Conta/Fonte de Recurso: 119/00 000 – Livre.....R$ 12.000,00
Unidade Orçamentária: 03.005 – Secret Mun Adminsitração/Divisão de Patrimônio Classificação Funcional:04.122.1004.2.108 – Manut Divisão Patrimônio e Almoxarifado
Elemento de Despesa: 31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Conta/Fonte de Recurso: 125/00 000 – Livre.....R$ 25.000,00
Elemento de Despesa: 31.90.13.00.00 – Contribuições Patronais
Conta/Fonte de Recurso: 126/00 000 – Livre.....R$ 5.000,00
Unidade Orçamentária: 03.006 – Secret Mun Adminsit/Enc Gerais – Inativos e Pensionistas
Classificação Funcional:28.846.1072.0.901 – Manut de Inativos e Pensionistas
Elemento de Despesa: 31.90.01.00.00 – Aposentadorias do RPPS, Reserva
Conta/Fonte de Recurso: 133/00 000 – Livre.....R$ 5.000,00
Elemento de Despesa: 31.90.03.00.00 – Pensões do RPPS e Militar
Conta/Fonte de Recurso: 134/00 000 – Livre.....R$ 5.000,00
Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Administração
Unidade Orçamentária: 04.001 – Secret Mun Administração/Departamento de Planejamento
Classificação Funcional:04.122.1009.2.116 – Man Ativ de Panejamento e Desenvolvimento
Elemento de Despesa: 31.90.13.00.00 – Contribuições Patronais
Conta/Fonte de Recurso: 136/00 000 – Livre.....R$ 6.000,00
Unidade Orçamentária: 04.002 – Secret Mun Administração/Divisão Projetos e Engenharia
Classificação Funcional:04.121.1009.2.117 – Man Ativ Projetos e Serviços de Engenharia
Elemento de Despesa: 31.90.13.00.00 – Contribuições Patronais
Conta/Fonte de Recurso: 150/00 000 – Livre.....R$ 8.000,00
Órgão: 05 – Secretaria Municipal da Fazenda
Unidade Orçamentária: 05.001 – Sec Mun da Fazenda/Depto de Finanças e Tributos
Classificação Funcional:04.121.1005.2.119 – Manut Atividades Finanças e Tesouraria
Elemento de Despesa: 31.90.11.00.00 – Venc e Vant Fixas
Conta/Fonte de Recurso: 158/00 000 – Livre.....R$ 25.000,00
Classificação Funcional:04.121.1014.2.120 – Manut Atividades Contabilidade e Orçamento
Elemento de Despesa: 31.90.13.00.00 – Contribuições Patronais
Conta/Fonte de Recurso: 170/00 000 – Livre.....R$ 21.000,00
Classificação Funcional:04.129.1014.2.121 – Manut Ativid Arrec e Fiscalização Tributária
Elemento de Despesa: 31.90.13.00.00 – Contribuições Patronais
Conta/Fonte de Recurso: 180/00 000 – Livre.....R$ 18.000,00
Órgão: 06 – Secretaria Munic de Obras Infraestrutura e Serviços Públicos
Unidade Orçamentária: 06.002 – Sec Mun Obras Infraest e Serv Púb/ Depto Serv Púb
Classificação Funcional:15.451.1010.2.123 – Manutenção Depto Serviços e Obras Públicas
Elemento de Despesa: 31.90.13.00.00 – Contribuições Patronais
Conta/Fonte de Recurso: 224/00 000 – Livre.....R$ 48.000,00
Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente
Unidade Orçamentária:07.001 – Sec Mun Agric Pecuária e Meio Amb/Depto de Agricultura
Classificação Funcional:20.606.1015.2.128 – Manutenção Ativ e Ações Desenv Agricultura
Elemento de Despesa: 31.90.13.00.00 – Contribuições Patronais
Conta/Fonte de Recurso: 271/00 000 – Livre.....R$ 60.000,00
Elemento de Despesa: 31.90.16.00.00 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil
Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
Unidade Orçamentária:09.001 – Sec Mun Esporte e Lazer/Div Esporte e Lazer
Classificação Funcional:27.812.1026.2.177 – Man Atividades Desportivas e Recreativas
Elemento de Despesa: 31.90.13.00.00 – Contribuições Patronais
Conta/Fonte de Recurso: 559/00 000 – Livre.....R$ 41.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Capitão Leônidas Marques - PR, em 17 de dezembro de 2025.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julia Cristina Magnabosco Zeniewicz
Código Identificador:888D06CB

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
TERMO ADITIVO Nº. 002/2025.

Referências:
CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA N. º 076/2024 de 11.03.2024.
TOMADA DE PREÇOS N. º 012/2023 de 28.12.2023.

Fundamentação: Lei 8.666/93 de 21.06.93, e disposições do edital em consideração.

OBJETO: Execução de 5.763,00m² de pavimentação em vias urbanas, em CBUQ e sobre pedra irregular, prolongamento da Rua Itararé, Capitão L. Marques–PR, compreendendo todas as especificações constantes dos projetos, planilha orçamentária e memorial descritivo da obra, que compõem a pasta técnica, em atendimento ao Convenio 842/2023 SECID.

Que entre si celebram:

MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor *MAXWELL SCAPINI*; *e,*

CONSTRUTORA EPR EIRELI, localizada na Rua Sambaqui, 165, Bairro Centro, Município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, CEP 85.790-000, inscrita no CNPJ sob n. º 26.501.769/0001-87, neste ato representada legalmente por *EDUARDO PAGNONCELLI RAYZER*, portador do CPF sob n. º 083.864.819-24.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:

Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a supressão de valor e a prorrogação do prazo de vigência do Termo Contratual a partir do vencimento para até mais (02) meses, mantidas as demais condições firmadas no Termo Original e aditivo subsequente.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor suprido é de R$ 3.353,48 (três mil trezentos e cinquenta e três reais e quarenta e oito centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo de vigência até 01 de janeiro de 2026.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.

E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 31 de outubro de 2025.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

CONSTRUTORA EPR EIRELI
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:43B96F5A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DECRETO N.º 475/2025 DATA: 17-12-2025

SÚMULA: Concede Gratificação de Qualificação Profissional a Servidora que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições Legais e de acordo com os a Lei Municipal n.º 2.469/2020, de 07 de julho de 2020,

D E C R E T A

Art. 1º- Fica concedido a servidora abaixo relacionada, Gratificação de Qualificação Profissional – GQP, designada para o exercício da função de Transporte Escolar e/ou Transporte Coletivo de Passageiros, nos termos da Lei Municipal n.º 2.469/2020.

Lotação: Secretaria Municipal de Educação

Matrícula	Nome	Cargo	Função
124513/1	Clariane da Silva Sandri	Motorista	Transporte Escolar e/ou Transporte Coletivo de Passageiros

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de dezembro de 2025.

Capitão Leônidas Marques, Pr., 17 de dezembro de 2025.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:4C9D3431

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTABILIDADE
DECRETO MUNICIPAL 4262/2025

SÚMULA: *Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Carlópolis, para o exercício de 2.025.*

NILTON DOUGLAS DE MEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, AMPARADO PELA LEI 1.694 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2024, DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no Corrente Exercício Financeiro um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Carlópolis/PR, no valor R$ 4.009.000,11 (quatro milhões, nove mil reais e onze centavos) destinado às dotações orçamentárias constantes no anexo I do presente decreto.

Art. 2º -Como recursos para abertura do crédito previsto no artigo anterior serão utilizadas as formas constantes no artigo 43, parágrafo 1.º, Incisos I, II e III da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964 conforme especificado nos anexos II, III e IV do presente decreto.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Carlópolis/PR, 17 de dezembro 2.025.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Lima
Código Identificador:83EC3AD0

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº. 4.264 DE 17 DE DEZEMBRODE 2025

SÚMULA: *"Dispõe sobre a designação do responsável para gerir o Fundo Municipal do Esporte-FMEC criado pela Lei Municipal nº 1.762 de 11 de dezembro de 2025 e, dá outras providências."*

O Prefeito do Município de Carlópolis, NILTON DOUGLAS DE MEIRA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo inciso IV, Art. 68 da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o Caput do Art. 8º da Lei Municipal nº 1.762 de 11 de dezembro de 2025, dispor que a administração e gestão o FUNDO MUNICIPAL DO ESPORTE DE CARLÓPOLIS (FMEC), serão realizadas pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

DECRETA

Artigo 1º. – Fica designado como administrador e gestor do FUNDO MUNICIPAL DO ESPORTE DE CARLÓPOLIS (FMEC), o Secretário Municipal de Esporte e Lazer, RAFAEL FERNANDES DA SILVA, portador da CI/RG 10.122.538-0 SESP/PR, inscrito com o CPF sob nº 345.264.248-89, nomeado pelo Decreto Municipal nº 060/2025-DP de 30 de abril de 2025.

Artigo 2º. Fica indicado como endereço fiscal FUNDO MUNICIPAL DO ESPORTE DE CARLÓPOLIS (FMEC) à Rua Benedito Salles nº 1.060, Centro, desta cidade de Carlópolis/PR.

Artigo 4º. – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Otavio Sanseverino de Paula e Silva
Código Identificador:3CF6D9E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA 015/2025 - NOMEAR A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A Secretária Municipal de Educação de Carlópolis, Layrane Temistocle Bergamo, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Decreto nº 4.123, de 19 de setembroo de 2024 que regulamentou o processo de avaliação dos profissionais do magistério para fins de promoção horizontal.
RESOLVE:
Art. 1o Instituir a Comissão Central de Avaliação de Desempenho, constituída pelos seguintes profissionais:
Layrane Temistocle Bergamo (Presidente da Comissão)
Camila França Dias do Couto
Glaucia Keila Cabral Santos
Ana Maria de Lima
Carlos Manoel Menezes Bueno
Kelly Regina da Silva Rodrigues
Art. 2º Instituir as Comissões de Avaliação dos profissionais do magistério nas instituições educacionais, assim constituídas:
Escola Municipal Civico Militar José Salles – E.F.
Período da Manhã
Membros titulares:
Ana Neri Luciano
Ivone Aparecida de Miranda
Isabelle Souza De Lima Barros
Jorge Matheus Fernandes de Camargo
Kelly Cristina França Avanço

Andressa Oliveira da Silva Bagatin
Membro suplente: Lucilei Aguera Cassoni

Período da Tarde
Membros titulares:
Ana Neri Luciano
Ivone Aparecida de Miranda
Isabelle Souza De Lima Barros
Jorge Matheus Fernandes de Camargo
Eugênio Malanowski Falarz
Fátima Yoko Ikeda Mattos
Escola Municipal Cívico Militar Benedito Rodrigues de Camargo – E.F.
Período da Manhã
Membros titulares:
Shirlei Aparecida Ribeiro França
Heloisa Cristie Cater Keder
Márcia Virgínia Castro de Araújo
Suelen de Fatima Natal Coelho
Eliana Benedita Teles Dias
Maria Aparecida Proença Souza
Membro suplente: Ana Maria da Silva Leite
Período da Tarde
Membros titulares:
Shirlei Aparecida Ribeiro França
Heloisa Cristie Cater Keder
Márcia Virgínia Castro de Araújo
Suelen de Fatima Natal Coelho
Eliana Benedita Teles Dias
Patricia Train Aleixo Silva
Membro suplente: Aline Roberta Ferraz

Escola Municipal do Campo Joaquim do Prado – EI -EF
Aline Roberta Ferraz
Glaucia Keila Cabral Santos
Carlos Manoel Menezes Bueno
CMEI - Profª Isabel Dalla Bernardino da Silva
Sidineia das Dores do Nascimento Soares
Silvana Domingues Cardoso
Camila França Dias do Couto
CMEI - Marinha Fogaça de Oliveira
Fabiane Suinomori de Oliveira
Amanda Giovana Amaral Mansur
Elisabete Teodoro Rodrigues Geraldo
Solange Americo Gonçalves de Souza
CMEI - Ainzara Rossi Salles
Helena Maria Batista Santos
Barbara Said Rodrigues
Ana Maria de Lima
CMEI - Raymunda Santana Salles
Período da Manhã
Membros titulares:
Tatiane Martins Torres de Oliveira
Gilmar Xavier de Barros
Graziella Maria Gama Pereira
Maralise Pereira de Abreu
Tatiane Cristina Proença
Membro suplente: Debora Romero Correa Gigliuci

Período da Tarde
Membros titulares:
Tatiana Martins Torres de Oliveira
Gilmar Xavier de Barros
Graziella Maria Gama Pereira
Laiz Caroliny da Silva Macedo
Suelen Capote de Paula e Silva
Membro suplente: Tatiane Cristina Proença
Parágrafo único. Cada Comissão será presidida pela Direção da respectiva instituição educacional.
Art. 3o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Carlópolis, 17 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Layrane Temistocle Bergamo
Código Identificador:4DF541E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA PORTARIA Nº 017/2025 - AMPLIAÇÃO TEMPORÁRIA DE JORNADA DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Layrane Temistocle Bergamo, Secretária Municipal de Educação do Município de Carlópolis, estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar Público o Resultado Final da classificação do profissional do magistério - Professor de **Educação Física** para o exercício de **Ampliação Temporária de Jornada de Trabalho para o ano letivo de 2026.**

1º	7.760.119-8	EUGÊNIO MALANOWSKI FALARZ

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Carlópolis, 17 de dezembro de 2025.

LAYRANE TEMISTOCLE BERGAMO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Layrane Temistocle Bergamo
Código Identificador:7697BD30

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA PORTARIA Nº 020/2025

RESULTADO FINAL DO PROCESSO REMOÇÃO E LOTAÇÃO

Layrane Temistocle Bergamo, Secretária Municipal de Educação do município de Carlópolis Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o resultado final do processo de remoção.

RESOLVE:

Art. 1º Remover e lotar, a pedido, dos professores abaixo, conforme ficha de inscrição, que fica arquivada nesta Secretaria Municipal de Educação.

Nº de inscritos	RG/CPF	Nome	Pedido de remoção
	7.113.737-0	JOELMA DA SILVA BATISTA	**Do: CMEI – Ainzara Rossi Salles** **Para: CMEI – Raymunda Santana Salles**
	038.638.139-95	GLÁUCIA KEILA CABRAL SANTOS (2º Padrão)	**Da: Escola M.C.M. – Benedito R. de Camargo** **Para:** E.M.C. – Joaquim do Prado – EI. – EF
	055.792.219-40	GRAZIELLA MARIA GAMA	**Do: CMEI – Ainzara Rossi Salles** **Para: CMEI – Raymunda Santana Salles**
	060.263.739-26	CARLOS MANOEL MENEZES BUENO	**Da: Escola M.C.M. – Benedito R. de Camargo** **Para:** E.M.C. – Joaquim do Prado – EI. – EF
	052.343.628-92	VERA NICE DE SOUZA ALVARENGA	**Do: CMEI – Ainzara Rossi Salles** **Para: CMEI – Raymunda Santana Salles**
	9.773.628-6	ALINE ROBERTA FERRAZ	**Da: Escola M.C.M. – Benedito R. de Camargo** **Para:** E.M.C. – Joaquim do Prado – EI. - EF
	12.389.628-0	SOLANGE AMÉRICO GONÇALVES DE SOUZA	**Do: CMEI – Marinha Fogaça de Oliveira** **Para: CMEI – Raymunda Santana Salles**
	9.974.115-5	SUELEN DE FÁTIMA NATAL COELHO	**Da: Escola M.C.M. – José Salles** **Para:** Escola M.C.M. – Benedito R. de Camargo
	708.934.709-53	EDNEIA DE MIRANDA SOARES	**Do: CMEI – Marinha Fogaça de Oliveira** **Para: CMEI – Raymunda Santana Salles**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Carlópolis, 17 de dezembro de 2025.

LAYRANE TEMISTOCLE BERGAMO
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Layrane Temistocle Bergamo
Código Identificador:11CA57B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA Nº 021/2025

RESULTADO DO PROCESSO DE LOTAÇÃO

Layrane Temistocle Bergamo, Secretária Municipal de Educação do Município de Carlópolis Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Art. 1º Tornar Público o Resultado do **Processo de Lotação** dos Professores da Rede Municipal de Educação, a partir do início do ano letivo 2026.

CPF	Nome	Local de Lotação
068.462.689-60	Cristina Dos Santos Gabriel Garcia	**Escola M.C.M. – Benedito Rodrigues de Camargo**
032.392.159-00	Emanuelle Leal Chevalier Ivasita	**Escola M.C.M. – Benedito Rodrigues de Camargo**
057.808.849-51	Isabelle Souza de Lima Barros	**Escola M.C.M. – Benedito Rodrigues de Camargo**
079.496.029-45	Rosana Aparecida Godoi De Moraes	**Escola M.C.M. – Benedito Rodrigues de Camargo**
101.109.279-40	Mateus Alves Barreto	**Escola M.C.M. – Benedito Rodrigues de Camargo**
030.486.224-03	Severina Barbosa da Silva	**Escola M.C.M. – Benedito Rodrigues de Camargo**
040.261.119-54	Josimara Carvalho dos Santos Lopes	**Escola M.C.M. – Benedito Rodrigues de Camargo**
070.748.739-00	Francieli Revelino Ribeiro	**Escola M.C.M. – Benedito Rodrigues de Camargo**
090.677.789-58	Daniela Menezes Bueno	**Escola M.C.M. – Benedito Rodrigues de Camargo**
004.534.729-82	Ana Maria da Silva Leite	**Escola M.C.M. – Benedito Rodrigues de Camargo**
103.601.179-88	Andressa Salles do Nascimento	**Escola M.C.M. José Salles – EF.**
058.321.049-00	Mariza Gotardi de Lima	**Escola M.C.M. José Salles – EF.**
090.781.879-05	Jorge Matheus Fernandes De Camargo	**Escola M.C.M. José Salles – EF.**
106.780.729-22	Samanta Ferreira da Silva	**Escola M.C.M. José Salles – EF.**
050.531.749-46	Lucelia Da Cruz Silva De Farias	**Escola M.C.M. José Salles – EF.**
091.612.356-10	Antonio Augusto Santos Valeriano	**Escola M.C.M. José Salles – EF.**
104.474.459-60	Fabiane Gotardi de Lima	**Escola M.C.M. José Salles – EF.**
106.311.839-57	Mirian Cristine Azarias Mendes	**Escola M.C.M. José Salles – EF.**
306.273.568-69	Vilma Aparecida Siqueira Duarte	**Escola M.C.M. José Salles – EF.**
109.680.929-00	Isadora Santos Marcelino	**Escola M.C.M. José Salles – EF.**
064.215.789-85	Jussara Alessandra Dos Santos	**Escola M.C.M. José Salles – EF.**
090.032.959-99	Bruna Lopes de Oliveira	**Escola M.C.M. José Salles – EF.**
468.826.338-43	Eduarda Beatriz Machado	**Escola M.C.M. José Salles – EF.**
109.596.959-58	Fabiana Aparecida de Souza	**Escola M. do Campo Joaquim do Prado – EI -EF**
073.092.979-54	Karine Paula de Oliveira	**Escola M. do Campo Joaquim do Prado – EI -EF**
040.810.609-32	Adalgisa da Silva Prado Pinto	**Escola M. do Campo Joaquim do Prado – EI -EF**
330.937.048-80	Brasilina Bento da Costa	**Escola M. do Campo Joaquim do Prado – EI -EF**
474.442.338-88	Luciana Gotardi Pereira	**Escola M. do Campo Joaquim do Prado – EI -EF**
116.828.639-56	Luana Bento Ferraz	**Escola M. do Campo Joaquim do Prado – EI -EF**
096.509.919-99	Ana Paula Toniette França	**Escola M. do Campo Joaquim do Prado – EI -EF**
378.355.588-40	Vanessa de Paula Nunes	**Escola M. do Campo Joaquim do Prado – EI -EF**
060.833.089-25	Luana de Castro Nogueira	**CMEI – Raymunda Santana Salles**
051.145.559-36	Eliane Perez De Oliveira Galvão	**CMEI – Raymunda Santana Salles**
131.721.469-28	Mirellen de Oliveira Cordeiro	**CMEI – Raymunda Santana Salles**
087.730.089-58	Franciele Cassarotti Teixeira	**CMEI – Marinha Fogaça de Oliveira**
090.647.699-23	Natalia Maria de Souza	**CMEI – Marinha Fogaça de Oliveira**
409.222.618-73	Jéssica Torres Giovanini	**CMEI – Marinha Fogaça de Oliveira**
108.453.779-65	Barbara Joyce Rosa Do Nascimento	**CMEI – Marinha Fogaça de Oliveira**
443.014.038-33	Jéssica Gervasio da Cunha Lopes	**CMEI – Marinha Fogaça de Oliveira**
131.230.899-08	Karolaine Cristina de Oliveira	**CMEI – Marinha Fogaça de Oliveira**
057.664.599-04	Francielle Giron Alves de Almeida	**CMEI – Marinha Fogaça de Oliveira**
073.380.889-18	Amire Rocha Mansur Fernandes	**CMEI – Marinha Fogaça de Oliveira**
077.846.169-61	Ingridy Acosta Mariano De Oliveira	**CMEI – Marinha Fogaça de Oliveira**
083.732.239-16	Isabel Alcantara De Souza Camargo	**CMEI – Marinha Fogaça de Oliveira**
078.425.749-36	Andressa Andrade Bernardino Da Silva Batista	**CMEI- Profª Isabel Dalla Bernardino da Silva**
033.330.879-44	Raqueli Lodi	**CMEI- Profª Isabel Dalla Bernardino da Silva**
053.429.769-28	Fabiana Denobi Klaus	**CMEI – Ainzara Rossi Salles**
098.219.469-25	Andressa Sauerbier D Andrade Convento	**CMEI – Ainzara Rossi Salles**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Carlópolis, 17 de dezembro de 2025.

LAYRANE TEMISTOCLE BERGAMO
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Layrane Temistocle Bergamo
Código Identificador:66519A53

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

CAMARA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/2025

Súmula: Aprova o "Plano Anual de atividades do Controle Interno – PAACI/2026", o "Plano de trabalho – PAT", para os trabalhos a serem executados no Exercício de 2026 pela Controladoria Geral do Município" e dá outras providências.

O Presidente do Legislativo Municipal de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado e homologado o "Plano Anual de Controle Interno – PAACI/2026", o "Plano de trabalho – PAT", para os trabalhos a serem executados no Exercício de 2026 pela Controladoria Geral do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, Catanduvas/PR, em 17 de dezembro de 2025.

AIRTON FERREIRA
Presidente da Câmara Municipal de Catanduvas/PR

Publicado por:
Luciano Augusto do Amaral Guedes
Código Identificador:65CF0DF3

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO NO 133/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS E A EMPRESA EDIFIC CONSTRUÇÕES LTDA – PROCESSO ADMINISTRATIVO NO 43/2024 – CONCORRÊNCIA NO 2/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. dos Pioneiros, no 500, em Catanduvas/PR, inscrito no CNPJ/MF sob o no 76.208.842/0001-03, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Ademar Luiz Burckhardt, brasileiro, portador da Cédula de Identidade Civil RG sob no 9152917-3 e inscrito no CPF/MF no 065.565.259-01 residente e domiciliado neste Município e;

CONTRATADA: EDIFIC CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Terezina, Nº 2160, Edifício Residencial Du Portuga, bairro Tropical, na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 11.317.416/0001-54, neste ato representada pelo Sr. Jonathas Luis de Lima, portador do RG nº 7.xxx.835-x e inscrito(a) no CPF/MF nº 042.xxx.xxx-29, denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Constitui objeto do presente termo aditivo supressão de valor sem alteração do prazo de execução.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUPRESSÃO
Fica alterado o contrato em epígrafe para suprimir quantitativo de itens planilhados, conforme planilha que integra o processo, com fundamento no art. 125 da Lei no 14.133/21.

Em consequência da alteração, será suprimido o valor de R$ 6.437,51 (seis mil quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta e um centavos) passando o valor total de R$ R$ 1.582.683,06 (um milhão quinhentos e oitenta e dois mil seiscentos e oitenta e três reais e seis centavos) para R$ 1.576.245,55 (um milhão quinhentos e setenta e seis mil duzentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato inicial não contrárias a este Instrumento.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo.

Catanduvas, 17 de dezembro de 2025.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
Contratante

EDIFIC CONSTRUÇÕES LTDA
Contratada

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:A10E1D40

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
PORTARIA Nº 120/2025 NOMEIA COMITE DE INVESTIMENTOS

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Comitê de Investimentos do Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Catanduvas.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõem a Portaria MTP nº 1467/2022,

RESOLVE:

Art. 1º – Nomear os membros que irão compor o Comitê de Investimentos dos recursos do CATANDUVAS-PREV, Unidade Gestora do Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Catanduvas, com o objetivo de auxiliar no processo decisório quanto à elaboração e execução da Política Anual de Investimentos, observadas as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

Art. 2º – Ao Comitê de Investimentos fica determindada as seguintes atribuições:

I – acompanhar o desempenho da carteira de investimentos do CATANDUVAS-PREV, em conformidade com os objetivos estabelecidos na respectiva Política de Investimentos;
– analisar a alocação de recursos de cada segmento do mercado;
– Elaborar a política de investimentos, bem como propor a atualização de acordo com a evolução da conjuntura econômica, devendo submete-la a aprovação do Conselho Deliberativo;
– assegurar prudência nos investimentos do CATANDUVAS-PREV;

Art. 3º – O Comitê de Investimentos do CATANDUVAS-PREV terá mandato de 04 (quatro) anos, presidida pelo seu primeiro membro titular, e será composto pelos seguintes membros:

– Gefferson Pavan - Titular;
– Silvio Farias - Titular;
– Juliano Aparecido do Amaral Guedes – Titular;
– Oziel de Olveira - Suplente

Art. 4º – O membro suplente substituirá qualquer membro titular que esteja em impedimento, afastamento ou desligamento da Unidade Gestora ou do Ente;

Parágrafo único – As decisões do Comitê deverão ser embasadas por pareceres em consonância com a Política Anual Investimentos, e registradas em ata.

Art. 5º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogandas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 60/2023.

Gabinete do Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Silvio Farias (Depto Contabilidade)
Código Identificador:7F103318

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 273/2025

DECRETO Nº 273/2025

SÚMULA: MELQUIADES TAVIAN JUNIOR, Prefeito Municipal de Centenário do Sul Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica reajustado nos termos § 1º, artigo 54, da lei municipal complementar 001/2005, de 18/11/2005 (Código Tributário Municipal), em **4,18%** (quatro, dezoito por cento), os valores venais dos imóveis urbanos deste município, para lançamento e cobrança do IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, do exercício de 2026, tomando como base o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

ARTIGO 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centenário do Sul, 16 de dezembro de 2025

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:41401A3E

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 274/2025

DECRETO Nº 274/2025

SÚMULA: MELQUIADES TAVIAN JUNIOR, Prefeito Municipal de Centenário do Sul Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

ARTIGO 1º - Com base na Lei Municipal Complementar 001/2005 de 18/11/2005 (Código Tributário Municipal), o Lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano e Taxas de Serviços Urbanos

para o exercício de 2026, dar-se-á em parcelas e terão as seguintes datas de vencimentos:
PARCELA ÚNICA.....10/02/2026
1ª Parcela.....10/02/2026
2ª Parcela.....10/03/2026
3ª Parcela.....10/04/2026
4ª Parcela.....10/05/2026
5ª Parcela.....10/06/2026
6ª Parcela.....10/07/2026
7ª Parcela.....10/08/2026
8ª Parcela.....10/09/2026

ARTIGO 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centenário do Sul, 16 de dezembro de 2026

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:84BFD51E

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 275/2025

DECRETO Nº 275/2025

SÚMULA: MELQUIADES TAVIAN JUNIOR, Prefeito Municipal de Centenário do Sul Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:
ARTIGO 1º - Com base nas disposições inerentes ao § único do artigo 136, da Lei Municipal Complementar 001/2005, de 18/11/2005 (Código Tributário Municipal), fica autorizado o lançamento e a cobrança da Taxa de Fiscalização, de Localização, Instalação e Regular Funcionamento para o exercício de 2026, em parcelas, com as seguintes datas de vencimentos:

***1ª Parcela* 31/01/2026**
2ª Parcela 28/02/2026
3ª Parcela 31/03/2026

ARTIGO 2º- Os contribuintes que se instalarem no decorrer do exercício financeiro, pagarão o Imposto proporcionalmente aos meses restantes do respectivo exercício.
ARTIGO 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centenário do Sul, 16 dezembro de 2025

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:A1CB867F

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 276/2025

DECRETO Nº 276/2025

SÚMULA: MELQUIADES TAVIAN JUNIOR, Prefeito Municipal de Centenário do Sul Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica reajustado em **4,18%** (quatro, dezoito por cento) nos termos do artigo 89 da lei municipal complementar 001/2005, os valores do anexo II, para lançamento e cobrança do IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN, para o exercício de 2026, tomando como base o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), conforme a seguinte tabela:

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS E LIBERAIS		
	Antes do reajuste	**Após o reajuste**
Formação Superior	**R$ 815,55**	**R$ 849,63**
Formação Secundária	**R$ 587,71**	**R$ 612,27**
Outras não especificadas	**R$ 391,78**	**R$ 408,15**

ARTIGO 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centenário do Sul, 16 de dezembro de 2025

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:42A5344B

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 277/2025

DECRETO Nº 277/2025

SÚMULA: MELQUIADES TAVIAN JUNIOR, Prefeito Municipal de Centenário do Sul Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica reajustado em **4,18%** (quatro, dezoito por cento) com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), para o exercício de 2026, passando de R$ 311,33 (trezentos e onze reais e trinta e três centavos) para R$ 324,34 (trezentos e vinte e quatro reais e trinta e quatro centavos) o valor do **Preço Público** para aquisição da Carneira Padrão, para sepultamento no Cemitério Municipal desta cidade.

ARTIGO 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centenário do Sul, 16 de dezembro de 2025

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:053983CD

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 278/2025

DECRETO Nº 278/2025

SÚMULA: MELQUIADES TAVIAN JUNIOR, Prefeito Municipal de Centenário do Sul Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

ARTIGO 1º - Ficam reajustados em **4,18%** (quatro, dezoito por cento) com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), para o exercício de 2026, nos termos do artigo 2º da Lei Municipal n.º

553/77, os valores para cobrança de serviços executados pelo equipamento rodoviário do Município, conforme a seguinte tabela:
MOTONIVELADORA P/HORA.....R$ 162,15
PÁ CARREGADEIRA P/HORA.....R$ 162,15
RETROESCAVADEIRA P/HORA..... R$ 162,15
MÁQUINAS SIMILARES P/HORA.....R$ 162,15
CAMINHÃO P/QUILÔMETRO RODADO.....R$ 3,03
CAMINHÃO DE TERRA.....R$ 63,04
AUTO FOSSA.....R$ 45,01
CAMINHÃO PIPA..... R$ 162,15
RETIRADA DE ENTULHOS..... R$ 59,42
ARTIGO 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Centenário do Sul, 16 dezembro de 2025

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:97780C2D

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 279/2025

DECRETO Nº 279/2025

SÚMULA: MELQUIADES TAVIAN JUNIOR, Prefeito Municipal de Centenário do Sul Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

ARTIGO 1º - Ficam reajustados em **4,18%** (quatro, dezoito por cento) com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), para o exercício de 2026, os valores de Preços Públicos, relativos aos seguintes serviços:
I - Expediente;
II - Cemitério;
III - Depósito e Guarda de Animais e Mercadorias;
IV - Numeração e Emplacamento de Prédios.
PARÁGRAFO ÚNICO - O Preço Público é devido pela pessoa que utilizar os serviços constante do "caput" deste artigo.
ARTIGO 2º - Os preços públicos cobrados pelo Município, por serviços prestados, são constantes da tabela anexa a este Decreto.
ARTIGO 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a disposições em contrário.

Centenário do Sul, 16 de dezembro de 2025

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

PREÇOS PÚBLICOS PREVISTOS NO ARTIGO PRIMEIRO DO DECRETO 279/2025 DE 16/12/2025

I - EXPEDIENTE

01 - Emolumentos	R$ 4,94
02 - Atestado por Lauda	R$ 12,81
03 - Decreto de Subdivisão e Unificação de Lotes	R$ 47,72
04 - Transferência de Lotes por Unidade	R$ 3,30
05 - Certidão Narrativa (por busca)	R$ 52,23
06 - Certidão ou Habite-se de Construção	R$ 12,81
07 - Certidão Negativa	R$ 12,81
08 - Certidão de Baixa	R$ 12,81
09 - Certidão de Demolição	R$ 12,81
10 - Contrato com o município	R$ 97,83
11- Expedição de Título de propriedade	R$ 166,50
12 - Segunda Via de Títulos de propriedade	R$ 97,83
13 - Segunda Via (diversos)	R$ 9,51
14 - Baixa de Qualquer Natureza	R$ 9,51
15 - Requerimento de Qualquer Natureza	R$ 5,13
16 - Petições ou RECURSOS	R$ 16,16
17 - Medição de Terrenos (urbanos)	R$ 12,81

II - CEMITÉRIO
01 - Inumação de Sepultura.
a) Adulto, por 3,5 anos.....R$ 0,00
b) Menores, por 3,5 anos.....R$ 0,00
02 - Inumação de Carneira
a) Adulto por 3,5 anos.....R$ 0,00
b) Menores, por 3,5 anos.....R$ 0,00
03 - Prorrogação de Prazo
a) - De sepultura rasa (adulto), por 05 anos.....R$ 52,23
b) - De carneira (adulto), por 05 anos.....R$ 64,12
c) - De sepultura rasa (menores), por 05 anos.....R$ 52,23
d) - De carneira (menores), por 03 anos.....R$ 64,12
04 - Perpetuidade:
a)- De carneira rasa.....R$ 256,83
05) - Exumações:
a) Após 05 anos.....R$ 130,24
b) Antes de 05 anos.....R$ 183,56

III - DEPÓSITO E GUARDA DE ANIMAIS E MERCADORIAS
01 - De animais por dia.....R$ 26,13
02 - De mercadorias.....R$ 26,13

IV - NUMERAÇÃO E EMPLACAMENTO DE PRÉDIOS
(Acrescida o preço da placa ou o número da mesma ou número da mesma quando fornecida pela administração) por unidade.....R$ 0,00

Centenário do Sul, 16 de dezembro de 2025

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:D6FCDC85

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 280/2025

DECRETO Nº 280/2025

SÚMULA: MELQUIADES TAVIAN JUNIOR, Prefeito Municipal de Centenário do Sul Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Artigo 1º - A TAXA DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA do exercício de 2026, de conformidade com a lei municipal complementar 001/2005, de 18 de novembro de 2005, será recolhida em cota única, com vencimento em 31 de agosto de 2026, conforme disposto na referida lei.
Artigo 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centenário do Sul, 16 de dezembro de 2025

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:739596FD

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 281/2025

DECRETO Nº 281/2025

SÚMULA: MELQUIADES TAVIAN JUNIOR, Prefeito Municipal de Centenário do Sul Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica reajustado em **4,18%** (quatro, dezoito por cento) com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), para o exercício de 20256, passando de R$ 125,03 (cento e vinte e cinco reais e três centavos) para R$ 130,25 (cento e trinta reais e vinte e cinco centavos) o valor da **UFM (Unidade Fiscal Municipal)** para base de cálculo de penalidades que não contenha valor fiscal, de acordo com o parágrafo único do artigo 326 da lei municipal complementar 001/2005.
ARTIGO 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centenário do Sul, 16 de dezembro de 2025

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:5CB54FC1

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 282/2025

DECRETO Nº 282/2025

SÚMULA: MELQUIADES TAVIAN JUNIOR, Prefeito Municipal de Centenário do Sul Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica reajustado em **4,18%** (quatro, dezoito por cento) nos termos do artigo 134 da lei municipal complementar 001/2005, os valores do anexo V, para lançamento e cobrança das TAXAS DE PODER DE POLÍCIA e TAXA DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA, para o exercício de 2026, tomando como base o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), conforme a seguinte tabela:

ANEXO V

TAXAS DE PODER POLICIA	Valores em Reais (R$)	
Localização, funcionamento de estabelecimentos (por atividade) por ano:		
	Antes do reajuste	**Após o reajuste**
Industria	R$ 375,18	R$ 390,86
Comércio com uma atividade	R$ 126,13	R$ 131,40
Comércio com duas atividades	R$ 250,07	R$ 260,52
Comércio com três a quatro atividades	R$ 500,14	R$ 521,04
Comércio com cinco a seis atividades	R$ 1.000,60	R$ 1.042,42
Comércio com sete a dez atividades	R$ 2.210,55	R$ 2.302,95
Comércio acima de dez atividades	R$ 2.693,71	R$ 2.806,30
Instituições financeiras, inclusive cooperativas de créditos.	R$ 125,03	R$ 130,25
Prestadores de serviços	R$ 125,03	R$ 130,25
Autônomos em geral	R$ 125,03	R$ 130,25
Ambulantes por dia	R$ 111,59	R$ 116,25
Ocupação de terrenos, vias ou logradouros públicos (por unidade) dia por.	R$ 125,03	R$ 130,25
Execução de obras, exceto projetos fornecido pelo Município, por unidade.	R$ 162,74	R$ 169,54
Interdição de vias e ruas, por dia.	R$ 125,03	R$ 130,25
Publicidade, Propaganda e Anúncios.	R$ 62,45	R$ 65,06
Outras atividades não especificadas	R$ 125,03	R$ 130,25
Funcionamento de estabelecimentos em horário especial, por mês	0,00	0,00

TAXA DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

	Antes do reajuste	**Após o reajuste**
Industria	R$ 265,94	R$ 277,05
Comércio com uma atividade	R$ 132,94	R$ 138,49
Comércio com duas atividades	R$ 194,36	R$ 202,48
Comércio com três a quatro atividades	R$ 261,19	R$ 272,10
Comércio com cinco a seis atividades	R$ 531,96	R$ 554,19
Comércio com sete a dez atividades	R$ 1.064,39	R$ 1.108,88
Comercio acima de dez atividades	R$ 1.557,54	R$ 1.622,64
Instituições financeiras, inclusive cooperativas de créditos.	R$ 1.063,96	R$ 1.108,43
Prestadores de Serviços não especificados	R$ 66,41	R$ 69,18
Outras atividades não relacionadas	R$ 66,41	R$ 69,18

ARTIGO 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centenário do Sul, 16 de dezembro de 2025

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:2BBE830E

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 284/2025

DECRETO Nº 284/2025

SÚMULA: Estabelece os dias que haverá expediente nos órgãos da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Centenário do Sul, no mês de Dezembro de 2025.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR, PREFEITO MUNICIPAL, DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

RESOLVE que

Artigo 1º - HAVERÁ expediente nos órgãos da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Centenário do Sul, nos dias **22 e 23 de dezembro de 2025.**

Artigo 2° - Permanecem inalteradas as demais disposições do decreto n° 012/2025.

Centenário do Sul, 17 de dezembro de 2025.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal.

PUBLIQUE-SE.

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:901B3767

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2025

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO

REF: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2025**

Comunicamos aos interessados que, de acordo com os termos do **Pregão Eletrônico nº 54/2025**, após a análise e verificação da documentação e a proposta apresentada, bem como não houve manifestação de interesse de recurso, decidiu-se pela classificação final no relatório em anexo a este edital de classificação.

Centenário do Sul/PR, 17 de Dezembro de 2025.

DANILO KAINÃ GARCIA DA SILVEIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Danilo Kaina Garcia da Silveira
Código Identificador:8A01A1B0

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 128/2025.

PORTARIA Nº 128/2025.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR, Prefeito Municipal de Centenário do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

R E S O L V E
Artigo 1° - Nomear a engenheiro **ANDERSON PEREIRA DA SILVA,** para o cargo de **FISCAL DE CONTRATOS**, na proposta cadastrada no E-Protocolo sob n° 24.860.534-0, da Secretaria da Infraestrutura e logística, cujo objeto é a doação de material fresado entre o DER e o Município de Centenário do Sul, Estado do Paraná.

Artigo 2°- Esta portaria produzirá efeitos na data de sua publicação.

Centenário do Sul, 16 de dezembro de 2025.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal.

PUBLIQUE-SE.

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:9BD3FAE2

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 10/2025

RESOLUÇÃO Nº 10/2025

Súmula: O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Centenário do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº 1.270/1994.

RESOLVE:
ARTIGO 1º - Aprovar, por unanimidade, em sessão plenária deste Conselho, realizada no dia 16 de Dezembro de 2025, o Plano Decenal da Criança e do Adolescente - 2025/2035. O Plano aprovado passa a orientar as políticas públicas, programas, projetos e ações voltadas à garantia dos direitos da criança e do adolescente no âmbito do Município, pelo período de **2025 a 2035**.
ARTIGO 2º - Essa resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centenário do Sul, 17 de Dezembro de 2025.

SINTIA DOS SANTOS PEREIRA MARIN
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:9E3E0B20

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 12/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua Prefeito Aparecido Ferreira Lima, nº 590 fone (43) 3675-2695
Centenário do Sul - Paraná CEP – 86.630-000

RESOLUÇÃO Nº 12/2025

SÚMULA: REGULAMENTA A DISTRIBUIÇÃO DE AULAS AOS PROFESSORES DO QUADRO PRÓPRIO DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, PARA O ANO LETIVO DE 2026, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO
PARANÁ, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 76, da Lei Municipal nº 2.811/2015;

R E S O L V E:

Art. 1º - Regulamentar o Processo de Distribuição de Aulas aos Professores das Escolas Municipais da Rede Municipal de Educação de Centenário do Sul, Estado do Paraná, referente a Educação Básica e Educação Infantil.

Art. 2º - A distribuição de aulas na Rede Municipal de Educação do Município de Centenário do Sul, Estado do Paraná, será realizada com a observância às normas e diretrizes contidas nesta Resolução.
§ 1º - É obrigatória a presença do Professor na sessão pública de distribuição de aulas.

Parágrafo Único - Na hipótese de o Professor estar impossibilitado de comparecer à sessão pública de distribuição
de aulas, este poderá ser representado por Procurador, devidamente qualificado por meio de Procuração redigida em papel comum, acompanhada de documentos de identidade do signatário, onde conste sua assinatura, conforme previsto na Legislação vigente, ou Procuração com firma reconhecida.

§ 2º - O direito de escolha das aulas será exercido mediante rigorosa ordem de classificação, sendo que todos os Professores deverão estar presentes ou representados por seu Procurador, no horário e local determinado para a respectiva sessão de distribuição de aulas.

§ 3º - O Professor efetivo que não estiver presente ou representado por Procurador na sessão de distribuição de aulas, deverá procurar a Secretaria Municipal de Educação, para a verificação de sua lotação.
§ 4º - O Professor efetivo que comparecer após iniciada a sessão de distribuição de aulas e que já tenha sido chamado, deverá apresentar-se à mesa e será o próximo a escolher as aulas ainda existentes, apenas durante o horário determinado para a respectiva sessão.

§ 5º - O Professor que estiver em isolamento social, em virtude da pandemia do Coronavírus ou outra infecção contagiosa, fará a escolha por videochamada, através de whatsapp, devendo apresentar dentro do prazo legal, atestado médico com o devido Código Internacional da Doença, com antecedência de 24 h (vinte e quato horas).
Art. 3º - Para o Professor detentor de dois cargos, sendo um em função e outro de professor será considerado para escolha o segundo padrão.

Art. 4º - É de responsabilidade da Equipe da Secretaria Municipal de Educação (Secretária de Educação, Diretora de Departamento de Planejamento e Administração, Diretora do Departamento de Desenvolvimento Escolar e Chefe do Setor de Assistência Pedagógica ao Ensino Fundamental I), acompanhar a distribuição de aulas, assegurando ao Professor acesso as aulas disponíveis.

Art. 5º - A distribuição de aulas, obedecerá aos critérios e normas estabelecidos abaixo:

- A distribuição de aula da Rede Municipal será realizada, como segue:

– EDUCAÇÃO INFANTIL:
Data 18/12/2025 – Horário e Local A DEFINIR

– FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS:
Data 19/12/2025 – Horário e Local A DEFINIR

- A ordem da escolha de vagas para PROFESSOR REGENTE, se dará de acordo com a lista de tempo de serviço prestado ao Município através de Contrato, PSS, Concurso Público e Habilitação Acadêmica, disponibilizada e atualizada pelo setor competente, Departamento de

Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Centenário do Sul e conforme Resolução nº 11/2025 (Não serão computados os índices estabelecidos como meta para o 2º e 5º anos).

- O Professor que possui dois padrões deverá escolher o primeiro padrão no período vespertino.

- Caberá ao PROFESSOR REGENTE, MINISTRAR AS DISCIPLINAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, MATEMÁTICA, ENSINO RELIGIOSO, e,
em sua hora atividade, uma hora será exclusiva para atendimento individualizado do aluno que apresente dificuldade de aprendizagem. Também, bimestralmente, será responsável por encaminhar para o professor de AEE um Plano Individual de Atendimento (PIA) do aluno em atendimento especializado e, elaborar o Plano Educacional Individualizado – PEI, de acordo com a necessidade dos alunos.

– Durante a semana o Professor possui 01(uma) hora específica para trabalhar com atendimento individualizado.

- O Professor que optar escolher atuar como Professor suporte de sala para alunos de inclusão, deverá estar ciente que irá preparar atividades diversificadas, tendo como documento a ser seguido o REFERENCIAL CURRICULAR DO PARANÁ, em observância na BNCC (Base Nacional Comum Curricular), conforme a necessidade de aprendizagem apresentada pelo aluno.

- O Professor que optar como professor suporte de sala, prestará atendimento para toda a turma, de acordo com a necessidade do professor regente.

2.5.1 - Caso o educando necessite de atendimento domiciliar, o professor suporte será responsável por seu transporte até a residência do aluno.

- Para a escolha das turmas de 1º e 2º anos, terá prioridade ou será considerado o professor que participou do Curso Formadores em Ação e que esteja ciente e comprometido com as avaliações externas realizadas ao longo do ano letivo, tais como Avaliação de Fluência e Prova Paraná.

2.6.1 – Para a escolha das turmas de 3º e 4º anos, terá prioridade o professor que participou das Formações do projeto TEMA – Editora Aprender.

- Os Professores do AEE deverão manter o atendimento individualizado, e, em grupos formados de acordo com a habilidade dos alunos, em consonância com as Resoluções da SESA e apresentar Bimestralmente um relatório descritivo com o desempenho do aluno e, o Plano Individual de Atendimento (PIA) para a Equipe Pedagógica da Secretaria de Educação e da escola que o aluno é matriculado.
– Quando o aluno matriculado no AEE não comparecer no dia e horário agendado, o professor atenderá automaticamente um aluno da escola, que necessite de atividade individualizada, conforme orientação da equipe pedagógica.

PARÁGRAFO ÚNICO – As turmas que possuem alunos com TEA (transtorno do espectro autista), terão direito ao professor suporte de sala, desde que validado a necessidade do mesmo pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, respeitando as normativas constantes na lei nº 13.146 de julho de 2015.

2.9 – O professor suporte que não estiver desempenhando suas funções de acordo com as necessidades da turma, será avaliado pela Equipe Escolar que encaminhará o relatório para a Secretaria Municipal de Educação para análise e, se necessário, haverá a substituição profissional.

- Atividades a serem desenvolvidas nas disciplinas de ARTE, CIÊNCIAS, EDUCAÇÃO FÍSICA, HISTÓRIA, GEOGRAFIA.

- ARTE:

Ter como documento a ser seguido o REFERENCIAL CURRICULAR DO PARANÁ, bem como A BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

Mostra de Arte (Pintura) a ser realizada no primeiro semestre.

Desenvolver todas as atividades afetos a teatro, dança, artes visuais, apresentações em datas comemorativas, música e demais projetos/atividades a serem implantados/realizados no decorrer do ano letivo.

Obs: Todos os projetos/atividades, deverão ser elaborados, efetivados em consonância com o PTD (Plano de Trabalho Docente) do Professor Regente.

- CIÊNCIAS:
Ter como documento a ser seguido o REFERENCIAL CURRICULAR DO PARANÁ, bem como A BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

Organizar os trabalhos a serem apresentados na Feira de Ciências no 2º semestre de 2026 e demais projetos/atividades a serem implantados/realizados no decorrer do ano letivo.

Obs: Todos os projetos/atividades, deverão ser elaborados, efetivados em consonância com o PTD (Plano de Trabalho Docente) do Professor Regente.

- EDUCAÇÃO FÍSICA:

Ter como documento a ser seguido o REFERENCIAL CURRICULAR DO PARANÁ, bem como A BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

Organizar competições, ruas de recreio e demais projetos/atividades a serem implantados/realizados no decorrer do ano letivo.

Obs: Todos os projetos/atividades, deverão ser elaborados, efetivados em consonância com o PTD (Plano de Trabalho Docente) do Professor Regente.

- GEOGRAFIA:

Ter como documento a ser seguido o REFERENCIAL CURRICULAR DO PARANÁ, bem como A BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

Organizar os trabalhos a serem apresentados na Feira de Ciências no 2º semestre de 2026 e demais projetos/atividades a serem implantados/realizados no decorrer do ano letivo.

Obs: Todos os projetos/atividades, deverão ser elaborados, efetivados em consonância com o PTD (Plano de Trabalho Docente) do Professor Regente.

- HISTÓRIA:

Ter como documento a ser seguido o REFERENCIAL CURRICULAR DO PARANÁ, bem como A BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

Cantar os Hinos: Brasil, Paraná, Município e a partir do mês de julho o Hino da Independência.

Organizar os trabalhos a serem apresentados na Feira de Ciências no 2º semestre de 2026 e demais projetos/atividades a serem implantados/realizados no decorrer do ano letivo.

Obs: Todos os projetos/atividades, deverão ser elaborados, efetivados em consonância com o PTD (Plano de Trabalho Docente) do Professor Regente.

- Para escolha de vaga das disciplinas de CIÊNCIA, HISTÓRIA, GEOGRAFIA, adotar-se-á a ordem da escolha de vagas que se dará

de acordo com a lista disponibilizada e atualizada pelo setor competente, Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Centenário do Sul.

- O cronograma das aulas serão disponibilizados de acordo com a necessidade de cada escola.

- Para a escolha de vaga da disciplina de Educação Física, adotar-se-á um cronograma conforme a necessidade da Rede.

- Para distribuição de vagas na Educação Infantil (creche 0 a 5 anos), serão adotados os critérios de escolha e/ou atribuição de aulas.
- A Regência das aulas na Educação Infantil, serão ministradas, prioritariamente, pelos Professores concursados na Educação Infantil.
3.11- O Professor concursado para os anos iniciais, e caso, foram cedidos para Educação Infantil no ano letivo anterior, participarão na escolha de vaga para os Centros Municipais de Educação Infantil.
Parágrafo Único – Os professores que ingressarem no Concurso Público do ano de 2025 poderão ser transferidos para os CMEIS, conforme ordem de classificação, de acordo com a necessidade da rede.
- As aulas deverão ser ministradas conforme cronograma elaborado pela Direção e pelas Equipes Pedagógicas de cada Escola.

Art. 6º - Para a escolha de vagas de Professores de suporte de sala, será considerado, prioritariamente, as Cartas Médicas, para as crianças que são portadoras de Transtorno de Espectro Autista - TEA, em que o Médico, indica o nome do (a) Professor (a), no segundo ano de atendimento, para que não perca o vínculo, entre professor aluno, sendo a empatia fundamental para o desenvolvimento da criança com Autismo e essencial para o processo de inclusão.
Art. 7º - O Professor regente poderá atuar somente um único ano na mesma turma. Caso aconteça na hora da escolha, o professor assumir ou escolher a mesma turma que atuou em 2025, assim que for detectado a situação pela Secretaria Municipal de Educação ou Equipe Pedagógica, será realizado a troca a critério da Seretaria Municipal de Educação.

Art. 8º - O Professor que estiver afastado de suas funções por algum motivo ou remanejado de sala no último semestre, não poderá participar da escolha de vaga e a sala será atribuída de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 9º - O Professor que necessitar ser afastado durante o ano letivo, por motivos de licença para tratamento de saúde ou licença maternidade, no seu retorno, à Secretaria Municipal de Educação ficará responsável em atribuir sua nova lotação.
Art. 10 - O Professor (a) portador de Necessidades Especiais, deverá ser inserido na Rede Municipal de Educação, de acordo com suas habilidades e ficará à disposição da Secretaria Municipal de Educação para designá-los (as) onde poderá exercer suas atividades em potencial com interação e igualdade de condições.

Art. 11 - Após a realização da distribuição de aulas, se algum Professor sentir a necessidade de efetuar troca, ficará a critério e vontade dos próprios Professores em realizar a permuta da escolha.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso houver troca, após a escolha na distribuição, os Professores deverão comunicar a Secretaria Municipal de Educação, através de ofício, para a realização do registro e assinatura de ata, objetivando os benefícios aos alunos.

Art. 12 – A Jornada Ampliada (dobra de padrão), será ofertada primeiramente para o professor com disponibilidade de horário, já lotado na escola que necessita, de acordo com a classificação de escolha de vaga.
Art. 13 – O professor que assumir a Jornada Ampliada será responsável pela elaboração dos Cadernos de Atividades de todos os componentes descritos nas atividades diversificadas de acordo com a Matriz Curricular, pelo registro do Livro On-line (RCO), conforme calendário letivo, pela elaboração de relatórios sempre que necessário, bem como, toda documentação pertinente à função desenvolvida.

PARÁGRAFO ÚNICO – A adesão à dobra de padrão implica compromisso formal do docente em permanecer na sala atribuída até o encerramento do ano letivo, salvo por motivo legal e ou de força maior, devidamente comprovados e autorizados pela gestão.

Art. 14 – Os Projetos e Jornada Ampliada serão inseridos no contexto pedagógico conforme a disponibilidade orçamentária do Município.
Art. 15 - O componente curricular Língua Estrangeira Moderna – Inglês será ministrado para 3º, 4º e 5º ano, pelo profissional devidamente habilitado.
Art. 16 – O componente Curricular Educação Digital e Computação (Robótica Paraná Kids) será ministrado para 4º e 5º ano do Ensino Fundamental pelos professores capacitados pela formação ofertada pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 17 - A Secretaria Municipal de Educação não disponibilizará transporte para remanejar Professores de uma escola para outra e para atendimento domiciliar.

Art. 18 - Os casos omissos serão analisados e julgados pela Equipe da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 19 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centenário do Sul, 16 de dezembro de 2025.

VALQUIRIA PEREIRA DE BARROS
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:7AF2C672

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL
PORTARIA Nº 115/2025

ESTABELECE O RECESSO NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CERRO AZUL.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,RESOLVE

Art. 1º Fica estabelecido o Recesso Administrativo para todos os servidores do Poder Legislativo Municipal, iniciando no dia 22 de dezembro de 2025 (segunda-feira), e tendo o retorno as atividades no dia 05 de janeiro de 2026 (segunda-feira).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, Registre-se, e Cumpra-se.

Edifício Prefeito Valdemir Santos Porfírio, Câmara Municipal de Cerro Azul, Sala da Presidência, em 17 de dezembro de 2025.

ROGÉRIO DA SILVA GODOI
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Mottim
Código Identificador:B00FB75E

INSTITUTO PREVIDÊNCIA
ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$ 95.000,00 NO ORÇAMENTO VIGENTE DO INSTITUTO PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL DE CERRO AZUL - IPMCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL
ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO

Decreto n° 499/2025

Abre Crédito Adicional Especial no valor de R$ 95.000,00 no orçamento vigente do Instituto Previdenciário Municipal de Cerro Azul – IPMCA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CERRO AZUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e no art. 9°, 10°, 11°, 12°, 13º, 14° e 15 da Lei Municipal nº 40 de 20 de dezembro de 2024,
Decreta:
Artigo 1° - Fica aberto Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), no orçamento vigente do Instituto de Previdência Municipal de Cerro Azul, de acordo com o disposto na Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Municipal n° 40, de 20 de dezembro de 2024, conforme abaixo especificado:

Órgão:	13.00	INSTITUTO PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL DE CERRO AZUL	
Unidade Orçamentária:	13.01.	Departamento de Previdência	
09.272.0150.2.065		Manutenção do Cerro Azul Prev	
Fonte:	100	Recursos Vinculados ao RPPS – Taxa de Administração	
3.1.91.96.00		Ressarcimento de Despesa de Pessoal Requisitado	R$ 95.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO DO ORGÃO			R$ 95.000,00

Artigo 2° Constitui recurso para abertura do Crédito adicional especial de que trata o art. 1° conforme segue:
I – Superávit financeiro, recursos de exercícios anteriores:

Fonte	Descrição	
3.100	Recursos da Taxa de Administração – Exercícios Anteriores	R$ 95.000,00
	TOTAL	R$ 95.000,00

Artigo 3° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito em 15 de dezembro 2025.

Cerro Azul, 15 de dezembro de 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laura de Matos Martins
Código Identificador:0FA717D2

SECRETARIA GOVERNO
DECRETO Nº 501/2025 DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DOS PROFESSORES CONTRATADOS POR MEIO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS, EDITAL Nº 007/2024, ATÉ A CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal Edson Cordeiro do Nascimento, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e demais normas aplicáveis,
CONSIDERANDO a excepcionalidade das circunstâncias atuais face o número reduzido de professores efetivos no quadro do magistério;
CONSIDERANDO a supremacia do interesse público em assegurar ao educando o direito constitucional de acesso à educação;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir a continuidade do serviço público educacional;
CONSIDERANDO que os professores contratados por meio do Processo Seletivo Simplificado – PSS, regido pelo Edital nº 007/2024, suprem demanda temporária de excepcional interesse público;
CONSIDERANDO o caráter temporário e excepcional deste aditivo, vez que o concurso público para provimento efetivo dos cargos de professor encontra-se em andamento;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios claros para a substituição dos contratos temporários enquanto perdurar a prorrogação;
CONSIDERANDO o disposto no art. 37 da Constituição Federal do Brasil,que autoriza a prorrogação de contratos temporários;
CONSIDERANDO a criação de uma comissão própria para definição dos critérios para substituição dos contratos;
DECRETA:
Art. 1º
Ficam prorrogados os contratos temporários dos professores contratados por meio do Processo Seletivo Simplificado – PSS, regido pelo Edital nº 007/2024, pelo prazo necessário até a posse e exercício dos aprovados em concurso público nas respectivas vagas, ou enquanto perdurar a necessidade do serviço, tendo como limite o calendário letivo de 2026.
Art. 2º
A prorrogação de que trata este Decreto não gera direito à efetivação no cargo, mantendo-se o caráter temporário e excepcional da contratação, nos termos da legislação vigente.
Art. 3º
A substituição dos contratos temporários será realizada conforme os critérios a serem definidos por uma comissão própria, instituída pela Secretaria Municipal de Educação, composta por membros indicados para tal finalidade.
§ 1º A comissão, que será formada por 3(três) membros,)1 representante da Gestão- 1 representante do Conselho Municipal de Educação de Cerro Azul - CMECA 1 representante do CACS FUNDEB e deverá observar a necessidade de reposição de vagas e a qualificação dos candidatos, conforme estabelecido no Edital nº 007/2024.
§ 2º Os critérios definidos pela comissão para a substituição dos contratos deverão ser transparentes, e divulgados amplamente para todos os interessados.
Art. 4º
A prorrogação do contrato temporário, não gera privilégios ao servidor que venha a ser aprovado no Concurso Público, nem mesmo em relação ao local de exercício, e sua nomeação efetiva seguirá a ordem classificatória estabelecida pelo respectivo Concurso.
Art. 5º
Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais que não conflitarem com o presente DECRETO, inclusive quanto à carga horária, remuneração e atribuições, observadas as disposições legais aplicáveis.
Art. 6º
Ficam revogadas todas as disposições em contrário.
Art. 7º
As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação.
Art. 8º
Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de sua assinatura.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito em 02 de janeiro de 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:3AB6D2C7

SECRETARIA GOVERNO
LEI Nº 066/2025

EMENTA: RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES FIRMADO ENTRE O ESTADO DO PARANÁ E OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ SUBSCRITORES, COM A FINALIDADE DE FORMALIZAR A CONSTITUIÇÃO E ADEQUAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE - CIPS AOS TERMOS DO REGIME PREVISTO NA LEI FEDERAL Nº. 11.107/2005 E SUA REGULAMENTAÇÃO, VOLTADO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES NA ÁREA DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS).

A Câmara Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, por proposição do Poder Executivo Municipal, APROVOU e eu, EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal SANCIONO a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica ratificado, nos termos da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005 e seu Decreto Federal regulamentador nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, o Protocolo de Intenções firmado entre o Estado do Paraná e os Municípios do Estado do Paraná subscritores, com a finalidade de formalizar a constituição e adequação do Consórcio Intergestores Paraná Saúde - CIPS aos termos do regime previsto na Lei Federal nº. 11.107/2005 e sua regulamentação, voltado ao desenvolvimento de ações na área da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2º Após ratificação do Protocolo de Intenções, que consta do Anexo Único desta Lei, este se converterá em contrato de consórcio público, nos termos da lei.

Art. 3º O consórcio que ora se ratifica terá a personalidade jurídica de direito público, com natureza autárquica, integrando a Administração Indireta do Município para todos os efeitos legais.

Art. 4º Fica autorizada a abertura de dotação orçamentária própria para fins de cumprimento do art. 8º da Lei Federal nº 11.107/2005, que pode ser suplementada em caso de necessidade.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, gabinete do Senhor Prefeito, em 16 de dezembro de 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:D4FDC086

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027-2025 - UASG - 987501

MUNICÍPIO DE CERRO AZUL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2025

O Município de Cerro Azul, torna público que às 09:00 horas do dia 07 de janeiro de 2026, na plataforma Portal de Compras do Governo Federal - https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp, realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital para a aquisição de:

OBJETO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL	PRAZO
Onibus	1	R$ 754.833,33	180 dias

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sitio eletrônico da Prefeitura de Cerro Azul e na plataforma Portal de Compras do Governo Federal - https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp**.**
Informações adicionais, duvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Pregoeiro, por meio da plataforma.

Cerro Azul, 17 de dezembro de 2025.

RODRIGO AUGUSTO NAVARETE
Agente de Contratação/Pregoeiro
Decreto nº 241/2025

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:6E29E45D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1610, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 20(VINTE) DIAS DE FÉRIAS REGULARES E 10(DEZ) DIAS REMUNERADOS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CAMILA DE FATIMA MONTEIRO VON DER OSTEN, OCUPANTE DO CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR.

PORTARIA Nº 1610, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 20(vinte) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal Camila De Fatima Monteiro Von Der Osten, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 20(vinte**)** dias de férias regulamentares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública Camila De Fatima Monteiro Von Der Osten ocupante do cargo de Conselheira Tutelar lotado na secretaria municipal de assistência social referente ao período aquisitivo de férias de 10/01/2025 a 09/01/2026. Para usufruir a partir de 12 de janeiro do ano de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 12 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:B2A8DDC3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1611, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 20(VINTE) DIAS DE FÉRIAS REGULARES E 10(DEZ) DIAS REMUNERADOS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VALERIA DE JESUS MANGGER LEONARDO, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETORA DE DEPARTAMENTO.

PORTARIA Nº 1611, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 20(vinte) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal Valeria de Jesus Mangger Leonardo, ocupante do cargo de diretora de departamento.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 20(vinte) dias de férias regulamentares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública Valeria de Jesus Mangger Leonardo, ocupante do cargo de diretora de departamento lotado na secretaria municipal de assistência social referente ao período aquisitivo de férias de 06/01/2025 a 05/01/2026. Para usufruir a partir de 06 de janeiro do ano de 2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 12 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:F27F51BF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1612, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 20(VINTE) DIAS DE FÉRIAS REGULARES E 10(DEZ) DIAS REMUNERADOS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OSVALDO FARIA LIMA, OCUPANTE DO CARGO DE EDUCADOR SOCIAL.

PORTARIA Nº 1612, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 20(vinte) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados ao servidor público municipal Osvaldo Faria Lima, ocupante do cargo de educador social.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 20(vinte) dias de férias regulamentares e 10(dez) dias remunerados ao servidor público municipal Osvaldo Faria Lima, ocupante do cargo de Educador Social lotado na secretaria municipal de Assistência Social referente ao período aquisitivo de férias de 06/01/2025 a 05/01/2026. Para usufruir a partir de 06 de janeiro do ano de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 12 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:F4D008A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1613, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 20(VINTE) DIAS DE FÉRIAS REGULARES AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALEXANDRE DE SOUZA, OCUPANTE DO CARGO DE EDUCADOR SOCIAL.

PORTARIA Nº 1613, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 20(vinte) dias de férias regulares ao servidor público municipal Alexandre de Souza, ocupante do cargo de educador social.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 20(vinte) dias de férias regulamentares ao servidor público municipal Alexandre de Souza, ocupante do cargo de Educador Social lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social referente ao período aquisitivo de férias de 23/05/2024 a 22/05/2025. Para usufruir a partir de 05 de janeiro do ano de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 12 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:81D2AA9C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1614, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 20(VINTE) DIAS DE FÉRIAS REGULARES E 10(DEZ) DIAS REMUNERADOS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ARI HENRIQUE DOS SANTOS, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA.

PORTARIA Nº 1614, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 20(vinte) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados ao servidor público municipal Ari Henrique dos Santos, ocupante do cargo de Motorista.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 20(vinte) dias de férias regulamentares e 10(dez) dias remunerados ao servidor público municipal Ari Henrique dos Santos, ocupante do cargo de Motorista lotado na secretaria municipal de assistência social referente ao período aquisitivo de férias de 01/08/2022 a 31/07/2023. Para usufruir a partir de 01 de janeiro do ano de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 12 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:BB74D4DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1615, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 10(DEZ) DIAS DE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CLEONICE DE FATIMA JAQUETTI, OCUPANTE DO CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL.

PORTARIA Nº 1615, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 10(dez) dias de férias regulares a servidora pública municipal Cleonice de Fatima Jaquetti, ocupante do cargo de Assistente Social.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 10(dez) dias de férias regulamentares a servidora pública municipal Cleonice de Fatima Jaquetti, ocupante do cargo de Assistente Social lotado na secretaria municipal de assistência social referente ao período aquisitivo de férias de 02/01/2024 a 01/01/2025. Para usufruir a partir de 06 de janeiro do ano de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 12 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:AD401F95

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1616, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 30(TRINTA) DIAS DE FÉRIAS REGULARES AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ELAIR DA PAIXÃO, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA.

PORTARIA Nº 1616, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 30(trinta) dias de férias regulares ao servidor público municipal Elair da Paixão, ocupante do cargo de Motorista.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 30(trinta) dias de férias regulamentares ao servidor público municipal senhor Elair da Paixão, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de férias de 14/03/2024 a 13/03/2025. Para usufruir a partir de 05 de janeiro do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 12 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:9B9B5176

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1617, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 30(TRINTA) DIAS DE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GISLAINE TEREZINHA DO AMARAL, OCUPANTE DO CARGO DE EDUCADOR SOCIAL.

PORTARIA Nº 1617, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 30(trinta) dias de férias regulares a servidora pública municipal Gislaine Terezinha do Amaral, ocupante do cargo de educador social.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 30(trinta) dias de férias regulamentares a servidora pública municipal Gislaine Terezinha do Amaral, ocupante do cargo de Educador Social lotado na secretaria municipal de assistência social referente ao período aquisitivo de férias de 22/01/2024 a 21/01/2025. Para usufruir a partir de 05 de janeiro do ano de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 12 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:CB2CE54D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1618, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 15(QUINZE) DIAS DE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JOSELAINE DE LOURDES RAAB DE ALMEIDA, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

PORTARIA Nº 1618, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 15(quinze) dias de férias regulares a servidora pública municipal Joselaine de Lourdes Raab de Almeida, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 15(quinze) dias de férias regulamentares a servidora pública municipal Joselaine de Lourdes Raab de Almeida, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais lotado na secretaria municipal de assistência social referente ao período aquisitivo de férias de 19/03/2024 a 18/03/2025. Para usufruir a partir de 05 de janeiro do ano de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 12 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:6392B92C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1619, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 20(VINTE) DIAS DE FÉRIAS REGULARES E 10(DEZ) DIAS REMUNERADOS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JOSIANE EMA RIBEIRO, OCUPANTE DO CARGO DE EDUCADOR SOCIAL.

PORTARIA Nº 1619, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 20(vinte) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal Josiane Ema Ribeiro, ocupante do cargo de educador social.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 20(vinte) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal Josiane Ema Ribeiro, ocupante do cargo de Educador Social lotado na secretaria municipal de assistência social referente ao período aquisitivo de férias de 30/05/2024 a 29/05/2025. Para usufruir a partir de 11 de janeiro do ano de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 12 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:D294A5DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1620, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 20(VINTE) DIAS DE FÉRIAS REGULARES E 10(DEZ) DIAS REMUNERADOS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ISABELA DOS SANTOS LOURO HOEBE, OCUPANTE DO CARGO DE EDUCADOR SOCIAL.

PORTARIA Nº 1620, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 20(vinte) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal Isabela dos Santos Louro Hoebe, ocupante do cargo de educador social.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 20(vinte) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal Isabela dos Santos Louro Hoebe, ocupante do cargo de Educador Social lotado na secretaria municipal de assistência social referente ao período aquisitivo de férias de 14/02/2024 a 13/02/2025. Para usufruir a partir de 26 de janeiro do ano de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 12 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:6324E89B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1621, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 30(TRINTA) DIAS DE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA LENI CORDEIRO, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

PORTARIA Nº 1621, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 30(trinta) dias de férias regulares a servidora pública municipal Maria Leni Cordeiro, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 30(trinta) dias de férias regulares a servidora pública municipal Maria Leni Cordeiro, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais lotado na secretaria municipal de assistência social referente ao período aquisitivo de férias de 22/01/2024 a 21/01/2025. Para usufruir a partir de 19 de janeiro do ano de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 12 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:ACCEEF7B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1622, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 20(VINTE) DIAS DE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ORLANDA TEREZINHA MARTINS BUENO, OCUPANTE DO CARGO DE EDUCADOR SOCIAL.

PORTARIA Nº 1622, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 20(vinte) dias de férias regulares a servidora pública municipal Orlanda Terezinha Martins Bueno, ocupante do cargo de educador social.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 20(vinte) dias de férias regulares a servidora pública municipal Orlanda Terezinha Martins Bueno, ocupante do cargo de Educador Social lotado na secretaria municipal de assistência social referente ao período aquisitivo de férias de 06/01/2024 a 05/01/2025. Para usufruir a partir de 19 de janeiro do ano de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 12 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:08ED62B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1623, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 20(VINTE) DIAS DE FÉRIAS REGULARES E 10(DEZ) DIAS REMUNERADOS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LUCIANO CAETANO DE JESUS TEILO, OCUPANTE DO CARGO DE EDUCADOR SOCIAL.

PORTARIA Nº 1623, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 20(vinte) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados ao servidor público municipal Luciano Caetano de Jesus Teilo, ocupante do cargo de educador social.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 20(vinte) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados ao servidor público municipal Luciano Caetano de Jesus Teilo, ocupante do cargo de Educador Social lotado na secretaria municipal de assistência social referente ao período aquisitivo de férias de 20/06/2024 a 19/06/2025. Para usufruir a partir de 28 de janeiro do ano de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 12 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:DE0AE16E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1624, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 30(TRINTA) DIAS DE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LUCINDA DA CONCEIÇÃO NAVARETE DA COSTA, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

PORTARIA Nº 1624, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 30(trinta) dias de férias regulares a servidora pública municipal Lucinda da Conceição Navarete da Costa, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 30(trinta) dias de férias regulares a servidora pública municipal Lucinda da Conceição Navarete da Costa, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais lotado na secretaria municipal de assistência social referente ao período aquisitivo de férias de 14/03/2024 a 13/03/2025. Para usufruir a partir de 05 de janeiro do ano de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 12 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:A685796E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1625, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 15(QUINZE) DIAS DE FÉRIAS REGULARES E 10(DEZ) DIAS REMUNERADOS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MAGALY BRUNA RAMOS, OCUPANTE DO CARGO DE PSICÓLOGA.

PORTARIA Nº 1625, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 15(quinze) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal Magaly Bruna Ramos, ocupante do cargo de Psicóloga.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 15(quinze) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal Magaly Bruna Ramos, ocupante do cargo de Psicóloga, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de férias de 29/05/2023 a 28/05/2024. Para usufruir a partir de 12 de janeiro do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 12 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:D727A383

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1626, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 15(QUINZE) DIAS DE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SIMONE DE OLIVEIRA, OCUPANTE DO CARGO DE PSICÓLOGA.

PORTARIA Nº 1626, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 15(quinze) dias de férias regulares a servidora pública municipal Simone de Oliveira, ocupante do cargo de Psicóloga.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 15(quinze) dias de férias regulares a servidora pública municipal Simone de Oliveira, ocupante do cargo de Psicóloga, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de férias de 04/06/2024 a 03/06/2025. Para usufruir a partir de 21 de janeiro do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 12 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:33E8AE78

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1627, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICO MUNICIPAL SIMONE DE OLIVEIRA, OCUPANTE DO CARGO DE PSICÓLOGO 01 (UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1627, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Conceder a Servidora Público Municipal Simone de Oliveira, ocupante do cargo de Psicólogo 01 (uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora Simone de Oliveira, ocupante do cargo de Psicólogo vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social conforme memorando n º 496/2025, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), em conformidade com o art.6º, III, alínea "a" e com base no Art.7º da Lei complementar 01/2022,para custear despesas com viagem, a Tunas PR no dia 09 de dezembro do ano em curso, para atendimento de diligencia vinculado ao conselho tutelar solicitada através do Ministério Público. Saída 08h00min e retorno as 17h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 15 de dezembro do ano de 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:82BF2AC9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1628, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 15(QUINZE) DIAS DE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSANE DE JESUS TRIZOTTI CASAGRANDE OCUPANTE DO CARGO DE FISIOTERAPEUTA.

PORTARIA Nº 1628, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 15(quinze) dias de férias regulares a servidora pública municipal Rosane de Jesus Trizotti Casagrande ocupante do cargo de Fisioterapeuta.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 15(quinze) dias de férias regulares ao servidor público municipal senhora Rosane de Jesus Trizotti Casagrande, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de férias de 26/12/2023 a 25/12/2024. Para usufruir a partir de 05 de janeiro do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 15 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:D84F94E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1629, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 10(DEZ) DIAS DE FÉRIAS REGULARES E 10(DEZ) DIAS REMUNERADOS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL FABIANA RAMOS CESARIO PEREIRA OCUPANTE DO CARGO DE FISIOTERAPEUTA.

PORTARIA Nº 1629, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 10(dez) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal Fabiana Ramos Cesario Pereira ocupante do cargo de Fisioterapeuta.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 10(dez) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados ao servidor público municipal senhora Fabiana Ramos Cesario Pereira, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de férias de 21/03/2023 a 20/03/2024. Para usufruir a partir de 19 de janeiro do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 15 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:3C4523FA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1630, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 20(VINTE) DIAS DE FÉRIAS REGULARES E AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOELSON CRISTIANO DE PONTES OCUPANTE DO CARGO DE OPERADOR DE RAIO X.

PORTARIA Nº 1630, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 20(vinte) dias de férias regulares e ao servidor público municipal Joelson Cristiano de Pontes ocupante do cargo de Operador de Raio X.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 114, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 20(vinte**)** dias de férias regulamentares ao servidor Público Municipal Senhor Joelson Cristiano de Pontes, ocupante do cargo de Operador de Raio X, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de férias de 06/07/2023 a 05/01/2024 Para usufruir a partir de 12 de janeiro do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 15 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:3A940876

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1631, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 20(VINTE) DIAS DE FÉRIAS REGULARES E 10(DEZ) DIAS REMUNERADOS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JOELMA DA GUIA BASSETTI OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

PORTARIA Nº 1631, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 20(vinte) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal Joelma da Guia Bassetti ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 20(vinte) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados ao servidor público municipal senhora Joelma da Guia Bassetti ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de férias de 22/01/2025 a 21/01/2026. Para usufruir a partir de 22 de janeiro do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 15 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:3566E724

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1632, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 20(VINTE) DIAS DE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ALEXANDRA MERISE BESTEL OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE TÉCNICO EM HIGIENE BUCAL.

PORTARIA Nº 1632, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 20(vinte) dias de férias regulares a servidora pública municipal Alexandra Merise Bestel ocupante do cargo efetivo de Técnico em Higiene Bucal.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 20(vinte) dias de férias regulamentares a servidora Pública Municipal Senhora Alexandra Merise Bestel ocupante do cargo efetivo de Técnico em Higiene Bucal lotado na Secretaria municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de férias de 02/01/2024 a 01/01/2025 Para usufruir a partir de 19 de janeiro do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 15 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:83570C25

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1633, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 05(CINCO) DIAS DE FÉRIAS REGULARES E 10(DEZ) DIAS REMUNERADOS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL FRANCYELLE DE FATIMA FOGACA DE SOUZA OCUPANTE DO CARGO DE RECEPCIONISTA.

PORTARIA Nº 1633, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 05(cinco) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal Francyelle de Fatima Fogaca de Souza ocupante do cargo de Recepcionista.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 05(cinco) dias de férias regulamentares e 10(dez) dias remunerados a servidora Pública Municipal Senhora Francyelle de Fatima Fogaca de Souza ocupante do cargo de Recepcionista lotado na Secretaria municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de férias de 12/03/2024 a 11/03/2025 Para usufruir a partir de 12 de janeiro do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 15 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:94964B40

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1634, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 10(DEZ) DIAS DE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL BRUNA LUIZA BESTEL PONTES, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 1634, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 10(dez) dias de férias regulares a servidora pública municipal Bruna Luiza Bestel Pontes, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 10(dez) dias de férias regulamentares a servidora pública municipal senhora Bruna Luiza Bestel Pontes, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de férias de 13/08/2024 a 12/08/2025. Para usufruir a partir de 06 de janeiro do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 15 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:62025946

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1635, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 15(QUINZE) DIAS DE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARINES APARECIDA TEILO, OCUPANTE DO CARGO DE ENFERMEIRO.

PORTARIA Nº 1635, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 15(quinze) dias de férias regulares a servidora pública municipal Marines Aparecida Teilo, ocupante do cargo de Enfermeiro.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 15(quinze**)** dias de férias regulamentares a servidora pública Marines Aparecida Teilo, ocupante do cargo de Enfermeiro lotada na Secretaria Municipal de Saúde referente ao período aquisitivo de férias de 15/12/2023 a 14/12/2024. Para usufruir a partir de 07 de janeiro do ano de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 15 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:671AC0D6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1636, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 30(TRINTA) DIAS DE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSENILDA STIVAL, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

PORTARIA Nº 1636, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 30(trinta) dias de férias regulares a servidora pública municipal Rosenilda Stival, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 30(trinta) dias de férias regulamentares a servidora pública Rosenilda Stival, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde referente ao período aquisitivo de férias de 15/03/2024 a 14/03/2025. Para usufruir a partir de 05 de janeiro do ano de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 15 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:E86812EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1637, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 20(VINTE) DIAS DE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GIOVANNA ZARINA AGAR BILBAO ADAD, OCUPANTE DO CARGO DE DENTISTA.

PORTARIA Nº 1637, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 20(vinte) dias de férias regulares a servidora pública municipal Giovanna Zarina Agar Bilbao Adad, ocupante do cargo de Dentista.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 20(vinte) dias de férias regulamentares a servidora pública Giovanna Zarina Agar Bilbao Adad, ocupante do cargo de Dentista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde referente ao período aquisitivo de férias de 26/09/2024 a 25/09/2025. Para usufruir a partir de 05 de janeiro do ano de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 15 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:80D45CA2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1638, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 20(VINTE) DIAS DE FÉRIAS REGULARES E 10(DEZ) DIAS REMUNERADOS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIANE DE FATIMA MELLO, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 1638, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 20(vinte) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal Eliane de Fatima Mello, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 20(vinte) dias de férias regulamentares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal senhora Eliane de Fatima de Mello, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde,

lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de férias de 10/06/2024 a 09/06/2025. Para usufruir a partir de 26 de janeiro do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 15 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:13669B7B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1639, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 20(VINTE) DIAS DE FÉRIAS REGULARES E 10(DEZ) DIAS REMUNERADOS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA EDUARDA MARTINS MARQUES CORDEIRO, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM.

PORTARIA Nº 1639, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 20(vinte) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal Maria Eduarda Martins Marques Cordeiro, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 20(vinte) dias de férias regulamentares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal senhora Maria Eduarda Martins Marques Cordeiro, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de férias de 19/07/2024 a 18/077/2025. Para usufruir a partir de 05 de janeiro do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 15 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:397D4DDC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1640, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 20(VINTE) DIAS DE FÉRIAS REGULARES E 10(DEZ) DIAS REMUNERADOS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CLAUDILEIA DE MATOS VALES RODRIGUES, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 1640, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 20(vinte) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal Claudileia de Matos Vales Rodrigues, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 20(vinte) dias de férias regulamentares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal senhora Claudileia de Matos Vales Rodrigues, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de férias de 10/06/2024 a 09/06/2025. Para usufruir a partir de 19 de janeiro do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 15 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:6227273A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1641, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 20(VINTE) DIAS DE FÉRIAS REGULARES E 10(DEZ) DIAS REMUNERADOS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SILVANA LUCIANO DOS SANTOS, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 1641, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 20(vinte) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal Silvana Luciano dos Santos, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 20(vinte) dias de férias regulamentares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal senhora Silvana Luciano dos Santos, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de férias de 10/06/2024 a 09/06/2025. Para usufruir a partir de 05 de janeiro do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 15 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:7BD00BEB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1642, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 10(DEZ) DIAS DE FÉRIAS REGULARES E 10(DEZ) DIAS REMUNERADOS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ZELIA DA SILVA VALE, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

PORTARIA Nº 1642, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 10(dez) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal Zelia da Silva Vale, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 10(dez) dias de férias regulamentares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal senhora Zelia da Silva Vale, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de férias de 11/02/2023 a 10/02/2024. Para usufruir a partir de 05 de janeiro do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 15 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:AF47D45D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1643, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 10(DEZ) DIAS DE FÉRIAS REGULARES E 10(DEZ) DIAS REMUNERADOS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSILDA DO CARMO MANGGER, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

PORTARIA Nº 1643, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 10(dez) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal Rosilda do Carmo Mangger, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 10(dez) dias de férias regulamentares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal senhora Rosilda do Carmo Mangger, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de férias de 12/03/2024 a 11/03/2025. Para usufruir a partir de 12 de janeiro do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 15 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:93AD3BC1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1644, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 20(VINTE) DIAS DE FÉRIAS REGULARES E 10(DEZ) DIAS REMUNERADOS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SEBASTIANA FRANCISCO DO PRADO DE OLIVEIRA, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

PORTARIA Nº 1644, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 20(vinte) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal Sebastiana Francisco do Prado de Oliveira, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 20(vinte) dias de férias regulamentares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal senhora Sebastiana Francisco do Prado de Oliveira, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de férias de 12/04/2024 a 11/04/2025. Para usufruir a partir de 19 de janeiro do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 15 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:16F1EA3A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1645, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 30(TRINTA) DIAS DE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL RAQUEL CAVALHEIRO DE MEIRA PRYSIADA, OCUPANTE DO CARGO DE TÉCNICO EM HIGIENE BUCAL.

PORTARIA Nº 1645, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 30(trinta) dias de férias regulares a servidora pública municipal Raquel

Cavalheiro de Meira Prysiada, ocupante do cargo de Técnico em Higiene Bucal.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 20(vinte) dias de férias regulamentares a servidora Pública Municipal Senhora Raquel Cavalheiro de Meira Prysiada**,** ocupante do cargo de Técnico em Higiene Bucal lotado na Secretaria municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de férias de 16/03/2024 a 15/03/2025 Para usufruir a partir de 05 de janeiro do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 15 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:2E2F1B10

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1646, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 20(VINTE) DIAS DE FÉRIAS REGULARES E 10(DEZ) DIAS REMUNERADOS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SILMARA BESTEL DE MEIRA, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

PORTARIA Nº 1646, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 20(vinte) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal Silmara Bestel de Meira, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 20(vinte) dias de férias regulamentares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal senhora Silmara Bestel de Meira, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de férias de 16/03/2024 a 15/03/2025. Para usufruir a partir de 05 de janeiro do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 15 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:602D1A67

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1647, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 30(TRINTA) DIAS DE FÉRIAS REGULARES AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARLON DE ASSIS FAGUNDES, OCUPANTE DO CARGO DE DENTISTA.

PORTARIA Nº 1647, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 30(trinta) dias de férias regulares ao servidor público municipal Marlon de Assis Fagundes, ocupante do cargo de Dentista.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 30(trinta) dias de férias regulares ao servidor público municipal senhor Marlon de Assis Fagundes, ocupante do cargo de Dentista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de férias de 15/03/2024 a 14/03/2025. Para usufruir a partir de 08 de janeiro do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 15 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:37A3B394

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1648, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 30(TRINTA) DIAS DE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MAYARA ARAÚJO SANTOS, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 1648, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 30(trinta) dias de férias regulares a servidora pública municipal Mayara Araújo Santos, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 30(trinta) dias de férias regulamentares a servidora pública municipal senhora Mayara Araújo Santos, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de férias de 10/06/2024 a 09/06/2025. Para usufruir a partir de 12 de janeiro do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 15 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:22B51009

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1649, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 20(VINTE) DIAS DE FÉRIAS REGULARES E 10(DEZ) DIAS REMUNERADOS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROZELAINE DE FATIMA RIBAS, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 1649, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 20(vinte) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal Rozelaine de Fatima Ribas, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 20(vinte) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal senhora Rozelaine de Fatima Ribas, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de férias de 10/06/2024 a 09/06/2025. Para usufruir a partir de 05 de janeiro do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 15 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:58CAC05A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1651, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 10(DEZ) DIAS DE FÉRIAS REGULARES AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARCOS ANTONIO SAMPAIO DE PAULA, OCUPANTE DO CARGO DE DENTISTA.

PORTARIA Nº 1651, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 10(dez) dias de férias regulares ao servidor público municipal Marcos Antonio Sampaio de Paula, ocupante do cargo de Dentista.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 10(dez) dias de férias regulamentares ao servidor público Marcos Antonio Sampaio de Paula ocupante do cargo de Dentista lotado na Secretaria Municipal de Saúde referente ao período aquisitivo de férias de 19/05/2024 a 18/05/2025. Para usufruir a partir de 05 de janeiro do ano de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 15 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:C6612E20

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1652, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 25(VINTE E CINCO) DIAS DE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LUDIANE ALMEIDA MONTEIRO, OCUPANTE DO CARGO DE TÉCNICO DE HIGIENE BUCAL.

PORTARIA Nº 1652, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 25(vinte e cinco) dias de férias regulares a servidora pública municipal Ludiane Almeida Monteiro, ocupante do cargo de Técnico de Higiene Bucal**.**

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,
RESOLVE:
Art. 1º - **Conceder** 25(vinte e cinco) dias de férias regulares a servidora Pública Municipal Senhora Ludiane Almeida Monteiro ocupante do cargo de Técnico de Higiene Bucal lotado na Secretaria municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de férias de 19/07/2024 a 18/07/2025 Para usufruir a partir de 05 de janeiro do ano de 2026.
ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 15 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:F210726A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1653, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 10(DEZ) DIAS DE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LILIANE DOS SANTOS, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO.

PORTARIA Nº 1653, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 10(dez) dias de férias regulares a servidora pública municipal Liliane dos Santos, ocupante do cargo de Auxiliar de Consultório Odontológico.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 10(dez) dias de férias regulares a servidora Pública Municipal Senhora Liliane dos Santos, ocupante do cargo de Auxiliar de Consultório Odontológico, lotado na Secretaria municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de férias de 19/07/2024 a 18/07/2025 Para usufruir a partir de 05 de janeiro do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 15 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:B41F5788

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1654, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 10(DEZ) DIAS DE FÉRIAS REGULARES E 10(DEZ) DIAS REMUNERADOS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LUIZ OTAVIO CESARIO PEREIRA, OCUPANTE DO CARGO DE DENTISTA.

PORTARIA Nº 1654, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 10(dez) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados ao servidor público municipal Luiz Otavio Cesario Pereira, ocupante do cargo de Dentista.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 10(dez) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados ao servidor público municipal senhor Luiz Otavio Cesario Pereira, ocupante do cargo de Dentista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de férias de 11/03/2024 a 10/03/2025. Para usufruir a partir de 19 de janeiro do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 15 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:458B597C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1655, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 20(VINTE) DIAS DE FÉRIAS REGULARES E 10(DEZ) DIAS REMUNERADOS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JUSSARA MARIA PLATNER, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM.

PORTARIA Nº 1655, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 20(vinte) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal Jussara Maria Platner, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem**.**

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 20(vinte) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados a servidora Pública Municipal Senhora Jussara Maria Platner, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotado na Secretaria municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de férias de 19/07/2024 a 18/07/2025 Para usufruir a partir de 05 de janeiro do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 15 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:3CFD63ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1656, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 06(SEIS) DIAS DE FÉRIAS REGULARES E 10(DEZ) DIAS REMUNERADOS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL RAQUEL DE FATIMA BRAINE, OCUPANTE DO CARGO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM.

PORTARIA Nº 1656, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 06(seis) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal Raquel de Fatima Braine, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 06(seis) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados a servidora Pública Municipal Senhora Raquel de Fatima Braine, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, lotado na Secretaria municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de

férias de 01/07/2024 a 30/06/2025 Para usufruir a partir de 07 de janeiro do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 15 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:0E1904FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1657, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 30(TRINTA) DIAS DE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DONACIRA DA APARECIDA DOS SANTOS PINA, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

PORTARIA Nº 1657, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 30(trinta) dias de férias regulares a servidora pública municipal Donacira da Aparecida dos Santos Pina, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 30(trinta) dias de férias regulamentares a servidora pública municipal senhora Donacira da Aparecida dos Santos Pina, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de férias de 12/03/2023 a 11/03/2024. Para usufruir a partir de 05 de janeiro do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 15 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:C4A97DE7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1658, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 20(VINTE) DIAS DE FÉRIAS REGULARES E 10(DEZ) DIAS REMUNERADOS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANA PAULA DE PAULA, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM.

PORTARIA Nº 1658, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 20(vinte) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal Ana Paula de Paula, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem**.**

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 20(vinte) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados a servidora Pública Municipal Senhora Ana Paula de Paula, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotado na Secretaria municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de férias de 19/07/2024 a 18/07/2025 Para usufruir a partir de 26 de janeiro do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 15 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:4F375842

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO RETIFICAÇÃO DA PORTARIA N°1589, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 1589, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 93, II, da lei Municipal Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Retificar a portaria n° 1589, de 11 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 12/12/2025, edição 3426, página 121.

Onde se lê - Fica determinado, conforme laudo de perícia médica, que a servidora pública **ANA DO ROCIO HOEBE DE OLIVEIRA**, ocupante do cargo efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, lotada na Secretaria Municipal de **SAÚDE**, permanecerá afastada de suas atividades laborais pelo período de 90 (noventa) dias, compreendido entre 25/11/2025 a 22/02/2026.
Lei a se – Fica determinado, conforme laudo de perícia médica, que a servidora pública **ANA DO ROCIO HOEBE DE OLIVEIRA**, ocupante do cargo efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, lotada na Secretaria Municipal de **SAÚDE,** permanecerá afastada de suas atividades laborais pelo período de 90 (noventa) dias, compreendido entre 10/12/2025 a 09/03/2025.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 17 de dezembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:65635F2F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 12/2025 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE SÚMULA: INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PARA APURAÇÃO DE POSSÍVEL IRREGULARIDADE FUNCIONAL.

PORTARIA Nº 12/2025 – Secretaria Municipal de Saúde

SÚMULA: Instaura Sindicância Administrativa para apuração de possível irregularidade funcional.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CERRO AZUL, Estado do Paraná, MYKE RENAN SANTOS DOS REIS DE LARA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, pela Lei Orgânica Municipal e demais normas correlata,, especialmente nos termos da Lei Municipal nº 03/2022 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cerro Azul, e

CONSIDERANDO:

O teor do Memorando nº 517/2025, da Secretaria Municipal de Administração, que encaminha comunicação oriunda da Ouvidoria Municipal;
O encaminhamento da análise da Assessoria Jurídica – Parecer nº 05/2025, emitido a partir de expediente do Departamento de Ouvidoria;
A necessidade de apuração administrativa diante de notícia de possível irregularidade funcional atribuída a servidora vinculada à Secretaria Municipal de Saúde;
O dever da Administração Pública de zelar pela legalidade, moralidade, eficiência e interesse público, nos termos do art. 37 da Constituição Federal;
Que, conforme dispõem os arts. 219 e 220 da Lei Municipal nº 03/2022, a sindicância será instaurada por ordem do chefe da unidade administrativa à qual o servidor estiver subordinado e conduzida por comissão especialmente designada;
Que a sindicância consiste em procedimento administrativo preliminar, de natureza investigativa, destinado à apuração de fatos, resguardados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Sindicância Administrativa com a finalidade de apurar fatos relacionados a possível irregularidade funcional atribuída à servidora D.D. - matrícula: 115201, ocupante de cargo efetivo no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, conforme expediente encaminhado pela Ouvidoria Municipal.

Art. 2º Designar, nos termos do art. 220 da Lei Municipal nº 03/2022, os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão Sindicante, todos servidores efetivos e estáveis do Município de Cerro Azul/PR, de reconhecida experiência administrativa e funcional:

I – Raquel de Fátima Braine – CPF nº 017.1*.**-07 – Presidente;

II – Rozelaine de Fátima de Matos Tiblier – CPF nº 083.1*.**-02 – Membro;

III – Marines Aparecida Teilo – CPF nº 076.8*.**-28 – Membro.

Parágrafo único. Compete à Presidente da Comissão designar, dentre seus membros, aquele que exercerá a função de Secretário(a) dos trabalhos, sem prejuízo do direito a voto, conforme dispõe o inciso II do art. 220 da Lei Municipal nº 03/2022.

Art. 3º A Comissão Sindicante terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua instalação, para a conclusão dos trabalhos e apresentação de relatório conclusivo, podendo o prazo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa fundamentada.

Art. 4º Os trabalhos da Comissão deverão observar rigorosamente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, bem como o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cerro Azul/PR, 16 de Dezembro de 2025.

Publicado por:
Thamires Vitoria Ap. Adriano Dos Santos
Código Identificador:E057D8C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 13/2025 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE SÚMULA: DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE COORDENAÇÃO PARA O SETOR DE FISIOTERAPIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CERRO AZUL.

PORTARIA Nº 13/2025 – Secretaria Municipal de Saúde

SÚMULA: Dispõe sobre a designação de Coordenação para o Setor de Fisioterapia da Secretaria Municipal de Saúde de Cerro Azul.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CERRO AZUL, Estado do Paraná, MYKE RENAN SANTOS DOS REIS DE LARA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, pela Lei Orgânica Municipal e demais normas correlatas, especialmente a Lei Municipal nº 03/2022 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cerro Azul,

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecimento da organização administrativa, da coordenação técnica e do adequado gerenciamento dos serviços de saúde;

CONSIDERANDO a relevância estratégica do Setor de Fisioterapia na Rede Municipal de Saúde, especialmente na reabilitação, prevenção de agravos e recuperação funcional dos usuários;

CONSIDERANDO a necessidade de definição formal de responsável técnico e administrativo para o referido setor;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora FABIANA RAMOS CESÁRIO PEREIRA para exercer a função de Coordenação pelo Setor de Fisioterapia da Secretaria Municipal de Saúde de Cerro Azul, atuando como referência administrativa e técnica do serviço.

Art. 2º Compete à Coordenação pelo Setor de Fisioterapia, no âmbito de suas atribuições funcionais e sob supervisão direta da Secretaria Municipal de Saúde: I – coordenar, planejar, organizar e supervisionar as atividades desenvolvidas no Setor de Fisioterapia; II – garantir o cumprimento dos protocolos, fluxos assistenciais e rotinas administrativas do serviço; III – acompanhar e monitorar a qualidade dos atendimentos prestados à população; IV – zelar pela adequada utilização, conservação e controle dos equipamentos, materiais e insumos do setor; V – apoiar a gestão municipal na elaboração de relatórios, informações técnicas, indicadores e demais demandas relacionadas ao serviço; VI – atuar como elo técnico entre o Setor de Fisioterapia, as demais áreas da Secretaria Municipal de Saúde e a gestão municipal; VII – exercer a coordenação funcional dos servidores lotados no Setor de Fisioterapia, aos quais caberá observar as orientações técnicas, organizacionais e operacionais emanadas desta coordenação, respeitada a hierarquia administrativa e as atribuições legais de cada cargo.
Art. 3º A presente designação possui caráter estritamente administrativo e técnico, não implicando na criação de cargo, função gratificada, adicional de remuneração ou qualquer acréscimo salarial, sendo exercida sem ônus ao salário da servidora, conforme legislação vigente.

Art. 4º A designação terá vigência a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser revista, alterada ou revogada a qualquer tempo, no interesse da Administração Pública.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cerro Azul, 16 de Dezembro de 2025.

Publicado por:
Thamires Vitoria Ap. Adriano Dos Santos
Código Identificador:80D1138E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 14/2025 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE SÚMULA: ALTERA DISPOSITIVOS DA PORTARIA Nº 10/2025 – SMS, QUE DISPÕE SOBRE A MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS DE SAÚDE DURANTE O RECESSO ADMINISTRATIVO DE FINAL DE ANO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 14/2025 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

SÚMULA: Altera dispositivos da Portaria nº 10/2025 – SMS, que dispõe sobre a manutenção dos serviços essenciais de saúde durante o recesso administrativo de final de ano, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CERRO AZUL, Estado do Paraná, MYKE RENAN SANTOS DOS REIS DE LARA, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 126/2025, que estabelece o recesso administrativo no âmbito da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação do funcionamento dos serviços de saúde aos dias efetivos de expediente definidos no referido Decreto;

CONSIDERANDO o interesse público, a continuidade da assistência à saúde e a segurança jurídica dos atos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º O art. 2º da Portaria nº 10/2025 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 2º Durante o recesso administrativo, os serviços de saúde do Município de Cerro Azul manterão funcionamento obrigatório nos dias 22 e 23 de dezembro de 2025, bem como nos dias 29 e 30 de dezembro de 2025, nos termos desta Portaria."

Art. 2º Ficam expressamente considerados dias de recesso administrativo, para fins da Portaria nº 10/2025 – SMS, os dias 26 de dezembro de 2025 e 2 de janeiro de 2026, nos termos do Decreto Municipal nº 126/2025, ressalvado o funcionamento dos serviços hospitalares e de urgência e emergência.

Art. 3º Permanecem inalterados e em pleno vigor os demais dispositivos da Portaria nº 10/2025 – SMS.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cerro Azul, 16 de Dezembro de 2025.

MYKE RENAN SANTOS DOS REIS DE LARA
Secretário Municipal de Saúde
Prefeitura Municipal de Cerro Azul

Publicado por:
Thamires Vitoria Ap. Adriano Dos Santos
Código Identificador:D7B6FEA2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
DECRETO 014/2025

DECRETO LEGISLATIVO Nº014/2025

Estabelece Recesso Funcional no âmbito da Câmara Municipal de Clevelândia-Pr.

O Presidente da Câmara Municipal de Clevelândia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **RESOLVE**:

Art. 1º Estabelecer recesso funcional no âmbito da Câmara Municipal de Clevelândia no período compreendido entre os dias 22/12/2025 ao dia 02/02/2025, considerando as festividades alusivas ao natal e ano novo.

Art. 2º Havendo a necessidade da presença de servidores para desempenho de trabalho administrativo na Câmara Municipal no período do recesso funcional, estes serão convocados pela Presidência.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Clevelândia/PR, 17 de dezembro de 2025.

MARSOL MIGUEL DOLNY
Presidente do Legislativo Municipal

Publicado por:
Debora Aline Binotto
Código Identificador:A9A63AE8

GABINETE
DECRETO N°517/2025

DECRETO N°517/2025

Nomeia Luciane Carneiro da Silva, para exercer o cargo de Núcleo de Comunicação e Eventos.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 43, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1° - Fica nomeada a senhora, **Luciane Carneiro da Silva,** CPF sob n°101.486.189-84, para exercer o cargo de Núcleo de Comunicação e Eventos.

Art. 2° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:2BE94C7C

GABINETE
DECRETO Nº516/2025

DECRETO Nº516/2025

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Esporte.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, RAFAELA MARTINS LOSI, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
RESOLVE:

Art. 1º - Nomeia os membros do Conselho Municipal de Esporte compõe-se dos seguintes membros:
Membros do Poder Público:
Representante do Departamento Municipal de Esportes:

- Titular: Pedro Orley Machado
- Suplente: Alexandra da Fonseca Rodrigues

Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte:
- Titular: Luiz Gustavo Soares Borba
- Suplente: Camila Onssi Prestes

Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:
- Titular: Keli Roberta Aparecida Anhaia Ruaro
- Suplente: Lucieli do Prado Martignoni

Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social:
- Titular: Rafael Barboza dos Santos;
- Suplente: Marilucia Gonzaga de Freitas

Membros da Sociedade Civil:
Representantes de Associações Esportivas distintas:
- Titular: Valmor Luiz Siviero
- Suplente: Laudemiria Antunes Pereira

- Titular: Luiz Adalberto Pacheco Toledo
- Suplente: Luiz Marcelo de Oliveira Valério

Representante das Instituições Educacionais do Ensino Fundamental (anos finais):
- Titular: Mariana Francisca Gonzaga Moreira
- Suplente: Tais Regina Zampieri Araújo

c) Representante da Instituições Educacionais do Ensino Médio:
- Titular: Márcia Lucena Serpa Marques da Chaga;
- Suplente: Alice Kachuki

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ EM 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:F03902D5

GABINETE
PORTARIA 507-2025

PORTARIA N°507/2025

DESIGNAR OS SERVIDORES ABAIXO PARA ATUAREM COMO GESTORES E FISCAIS DE CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA.

RAFAELA MARTINS LOSI, Prefeita Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, e conforme Lei Federal 8.666/93 em seu art. 66 a 76, Instrução Normativa n°05/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Portaria Federal n°144 de 29 de março de 2022,

RESOLVE:

Art. 1° Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem como Gestores e Fiscais dos contratos celebrados pela Administração Municipal de Clevelândia, firmados na vigência da Lei Federal n° 8.666/93:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS:

Nome	Matrícula	Função
Millena Marassi Binotto	28681	Gestor
Ana Paula Zeferino	1416-8	Fiscal
Ayres Machado	27162	Suplente de Fiscal

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA:

Nome	Matrícula	Função
Keli Roberta Anhaia Ruaro	23604	Gestor
Glaucia Riane Marquat Berno	25204	Fiscal
Camila Serpa Balena	25252	Suplente Fiscal

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL:

Nome	Matrícula	Função
Zeidevandro Rizzo	31425-1	Gestor
Sandronei Siqueira Chaga	166671	Fiscal
Claudimir Luiz Tretto	14788-2	Suplente de Fiscal

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

Nome	Matrícula	Função
Andre Henrique Ribeiro Bueno	16594-2	Gestor
Rosiclea Ramos	1419-2	Fiscal
Gleismery Carneiro Flores	949-1	Suplente de Fiscal

SECRETARIA DE SAÚDE:

Nome	Matrícula	Função
Rafael Barboza dos Santos	30635	Gestor
Francielen Santos Senhor	23493	Fiscal
Emanuelle Serpa Stahlschmidt	22047	Suplente de Fiscal

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE:

Nome	Matrícula	Função
Mauricio Augusto Schreiner	24368-2	Gestor
Silviamir Corá	23426	Fiscal
Daniela Fernanda dos Santos	22500	Suplente de Fiscal

SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO:

Nome	Matrícula	Função
Alex Fernando da Silva	3064-3	Gestor
Felipe Ramos Menegotto	24430-1	Fiscal

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS:

Nome	Matrícula	Função
Marcos Pinto Carneiro	15202	Gestor
Gilmar Renato de Oliveira Ribeiro	26832	Fiscal
Tatiane Fortunatti	29106-3	Suplente de Fiscal

Art. 2º Para todos os contratos referentes a Obras de Engenharia deste Município ficará como Gestor do contrato o Diretor do Departamento onde estará sendo executada a Obra sendo que a fiscalização do Contrato fica a cargo do Engenheiro Civil deste Município**, Gabriel Maschio Jacobsen,** os quais possuem capacidade técnica para realizar a fiscalização.

Art. 3° Para todos os contratos referentes a manutenção de veículos leves e pesados da Frota Municipal, como Gestora de contrato a Sr. **Zozimara Scheffer.**

Art. 4º Para todos os contratos referentes a resíduos sólidos orgânicos, rejeitos de reciclagem, lixo reciclável, bem como coleta e transporte ficara como Gestor o Secretário de Meio Ambiente **Mauricio Augusto Schreiner** e como Fiscal **Silviamir Corá.**

Art. 5° Para todos os contratos referente a eventos do município ficará como Gestor o Secretário de Indústria, Comércio e Turismo, Senhor, **Alex Fernando da Silva** e como fiscal a Chefe de Departamento de Cultura, **Andrea Sebasteani Inocêncio Batistella.**

Art. 6° Esta portaria aplica-se a todos os contratos desta Administração Pública firmados na vigência da Lei Federal n° 8.666/93. Para os contratos estabelecidos por meio de processos licitatórios realizados conforme a Lei Federal n° 14.133/21 (Nova Lei de Licitações), os fiscais e gestores designados são aqueles especificados no contrato vigente.

Art. 7° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8° Revoga-se a Portaria n°367/2025.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:25589EEC

GABINETE
PORTARIA FAMA

PORTARIA N° 24/2025

Niura Aparecida Kleinubing Pasin, Diretora Geral da Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente, nomeada pelo Decreto n° 407/2025 do Município de Clevelândia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e considerando o disposto do Edital nº 015/2025 - Processo Seletivo do Município de Clevelândia,

RESOLVE:
Artigo 1° - Designar os membros abaixo relacionados para compor a Comissão de Heteroidentificação (Complementar à Autodeclaração):
(01) Airam Aparecida Teixeira Fortunati
Formação: Bacharelado em Ciências Contábeis
RG nº 6.123.955-3 - SSP/PR
Vice Diretora - FAMA
(02) Ana Maria Lopes Conceição
Formação: Pedagogia
RG n° 5.890.526-7 - SSP/PR
Coordenadora Pedagógica e Coordenadora da CPA - FAMA
(03) Fabiane Carbonari Menegussi
Formação:Pedagogia
RG nº 7.616.528-9 - SSP/PR
Coordenadora do Curso de Pedagogia - FAMA
(04) Mara Cristina Fortuna da Silva
Formação: Pedagogia
RG nº - 5.004.370-3 SSP/PR
Coordenadora de Ensino, Pesquisa, Extensão e Relações com a Comunidade - FAMA.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.
Clevelândia - Paraná, 17 de dezembro de 2025.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

NIURA APARECIDA KLEINUBING PASIN
Diretora Geral

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:9407F2FA

GABINETE
PORTARIA Nº506/2025

PORTARIA Nº506/2025

Designar a Comissão Organizadora Municipal de Processo Seletivo Simplificado, para contratação de servidores por prazo determinado.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, RAFAELA MARTINS LOSI, no uso de suas atribuições legais previstas no art.46, inciso IV da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1°- Nomear os Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, para constituírem sob a presidência do primeiro, a Comissão Organizadora Municipal de Processo Seletivo Simplificado, para contratar temporariamente servidores para Emprego Público temporário para garantir o suprimento de pessoal:

NOME	MATRÍCULA
Andre Henrique Ribeiro Bueno	16594-3
Raissa Carolina Pedrollo Sarda	31397-2
Gleismery Carneiro Flores	949-1
Adrieli Cristina Duglas Winter	24295-1

Art. 2° - Na ausência da Presidência fica indicado o segundo nome como eventual substituto.

Art. 3º - Compete a Comissão Organizadora Municipal de Processo Seletivo Simplificado:

Organizar, coordenar, fiscalizar e deliberar sobre a realização do Processo Seletivo Simplificado – Edital n°015/2025;

Requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos, constituição de bancas e instalações necessárias à consecução do objetivo proposto, mediante autorização do Chefe do Executivo.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 17 DE DEZEMBRO 2025.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:C2B7F8AB

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - 53/2025

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico - 53/2025
A comissão de Licitação da MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA, nomeada pelo(a) Portaria - 225/2024, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que
se realizará no dia 15 de janeiro de 2026, ás 08:30:00 horas, na Plataforma digital BLL, a reunião de recebimento e abertura das propostas, conforme determina o Edital de Licitações nº. 53/2025,
na modalidade de Pregão Eletrônico.
Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua integra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 14.133/2021.
Finalidade:
Aquisição de veículos 0km (Van; Ambulâncias, Veículo Básico e Utilitário) para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e unidades vinculadas. A aquisição de veículos serão de uso exclusivo do SUS e beneficiará diretamente os usuários do SUS, garantindo transporte seguro e eficiente para atendimentos, tratamentos e ações preventivas. Além disso, fortalecerá o desenvolvimento das atividades das equipes de saúde, proporcionando melhores condições de deslocamento para visitas domiciliares, campanhas, atendimentos em áreas rurais e suporte logístico às unidades vinculadas. Com recursos das Resoluções SESA 1147/2025 e
1357/2025, essa iniciativa reforça o compromisso do município com a ampliação da cobertura e da qualidade dos serviços públicos de saúde. Fonte de recursos vinculadas 518 e fonte livre 0 Prazo de aquisição até 12 meses, de acordo com a previsão orçamentária e financeira do município.
Clevelândia - PR,17 de dezembro de 2025

RODRIGO ANTONIO MENDES DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Rodrigo Antônio Mendes da Silva
Código Identificador:4108FC50

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2025
PROCESSO ADM: Nº 113/2025

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2025
Processo Adm: Nº 113/2025

Objeto: Aquisição eventual, futura e parcelada de gêneros alimentícios para fins de atendimento as Escolas Municipais e Centro Municipal de Educação Infantil- CMEI de Clevelândia, PR conforme condições e quantidades constantes no Termo de referência, para de atendimento da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte pelo prazo de 12 (doze) meses.
Empresas vencedoras valor total: R$ 1.966.143,78(um milhão e novecentos e sessenta e seis mil e cento e quarenta e três reais e setenta e oito centavos):**MANG FOODS ATACADISTA LTDA**(52371452000183) com os lotes: 4, 6, 9, 57, 62, 109 e 110 no valor total de R$ 9.395,02 (nove mil e trezentos e noventa e cinco reais e dois centavos).**BORNHIATI E OGLIARI LTDA**(27687765000106) com os lotes: 2, 3, 7, 8, 11, 13, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 38, 39, 40, 44, 53, 55, 69, 70, 73, 74, 75, 79, 84, 89, 92, 94, 97, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107 e 108 no valor total de R$ 690.182,46 (seiscentos e noventa mil e cento e oitenta e dois reais e quarenta e seis centavos).**OTIS DISTRIBUIÇÃO LTDA**(47641174000105) com os lotes: 15, 36, 37, 54, 72 e 76 no valor total de R$ 43.145,10 (quarenta e três mil e cento e quarenta e cinco reais e dez centavos).**ZULMIR PERIN - ME**(05286113000119) com os lotes: 1, 5, 10, 12, 16, 17, 24, 25, 27, 33, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 56, 60, 63, 65, 66, 68, 78, 85, 86, 90, 91, 93, 95, 98, 99 e 111 no valor total de R$ 1.070.317,70 (um milhão e setenta mil e trezentos e dezessete reais e setenta centavos).**37526377EDUARDO DE OLIVEIRA RIBEIRO**(37526377000199) com os lotes: 14, 50, 58, 59, 61, 64, 67, 71, 77, 80, 81, 82, 83, 87, 88 e 96 no valor total de R$ 153.103,50 (cento e cinquenta e três mil e cento e três reais e cinquenta centavos).
CLEVELÂNDIA - PR, 17 de dezembro de 2025

RODRIGO ANTÔNIO MENDES DA SILVA
Condutor de Processos

Publicado por:
Rodrigo Antônio Mendes da Silva
Código Identificador:8912CD2F

LICITAÇÃO
ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO 76/2025

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

DO EXTRATO DO TEMO DE FOMENTO N°. 76/2025, PROVENIENTE DA INEXIGIBILIDADE Nº. 17/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 91/2025 PARTES: MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA E ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CLEVELANDIA, CONFORME ABAIXO MENCIONADO:

PARTES: Município de Clevelândia e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Clevelândia - APAE.

ONDE–SE-LÊ:

OBJETO: Termo de fomento entre si celebram o Município de Clevelândia e APAE — Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Clevelândia, para execução de serviços assistenciais.
VALOR TOTAL: R$ 464.345,34 (quatrocentos e sessenta e quatro mil, trezentos e quarenta e cinco reais e trinta e quatro centavos).
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: parcela única a vista
PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de contratação será de até doze meses.
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência será de 10/10/2025 até 09/11/2026.
FORO: CLEVELÂNDIA - PR
DATA DE ASSINATURA: 09/10/2025.
Clevelândia, 08 de outubro de 2025.

LEIA - SE:

OBJETO: Termo de fomento entre si celebram o Município de Clevelândia e APAE — Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Clevelândia, para execução de serviços assistenciais.

VALOR TOTAL: R$ 464.345,34 (quatrocentos e sessenta e quatro mil, trezentos e quarenta e cinco reais e trinta e quatro centavos).

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: parcela única a ser depositada no Banco do Brasil, Ag.084-5, Conta Corrente 22.562-5, em nome da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Clevelândia.

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de contratação será de 10/10/2025 a 09/10/2026.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência será de 10/10/2025 até 09/11/2026.
FORO: CLEVELÂNDIA - PR
DATA DE ASSINATURA: 09/10/2025.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Juliana Mezomo
Código Identificador:2C8E8CEC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 107/2025

DECRETO N.º 107, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Declara de utilidade pública o lote denominado “02-B-11B”, subdivisão do Lote 02-B-11, matriculado sob nº 51.629 no Registro de Imóveis do Município de Colombo, destinado a fins de mobilidade urbana, e revoga o Decreto nº 057, de 28 de agosto de 2023.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso da competência que lhe é outorgada pela Lei Orgânica Municipal,
DECRETA:

Art. 1°. Fica declarado como de Utilidade Pública o lote matriculado no Registro de Imóveis do Município de Colombo, Estado do Paraná sob o n.º 51.629, Lote 02-B-11B, subdivisão do Lote 02-B-11, localizado no Municípiode Colombo, Paraná, de propriedade de WILLIAN GABRIEL DOS SANTOS ELLI, para fins de mobilidade urbana, com as seguintes característicase confrontações:

“medindo 28,92 metros, com azimute 253°19'08", de frente para a Rua Formosa do Oeste, no lado esquerdo a quem da referida sua olha o imóvel,medindo 38,55 metros, com azimute 352°29'54", confrontando com o lote n 02-B-11A, de desta mesma subdivisão, no lado direito, medindo 34,16 metros, com azimute 178°22'31", confrontando com o lote nº 14 (quatorze), do Centro Industrial Belo Rincão (Adelino Mocelini), nos fundos medindo 32,04 metros e azimute 92°29'54" confrontando como lote 02-B-10, de propriedade de Lototal Empreendimentos Imobiliários Ltda, cadastrado junto a Prefeitura Municipal de Colombo sob nº 03.04.457.0363,001.”

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado Decreto 057 de 28 de agosto de 2023.

Colombo, 15 de dezembro de 2025.

HELDERLUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:CD5EBD1F

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 108/2025

DECRETO N.º 108, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a delegação de competência à Secretária Municipal de Assistência Social, Elisangela Rena Beraldo Larazotto, para a prática de atos administrativos relativos ao Convênio nº 2125/2025 – SECID, que tem por objeto a construção do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Monte Castelo.

HELDER LUIZ LAZAROTTO, Prefeito Municipal de Colombo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

Considerandoo disposto no art. 58, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Colombo, que autoriza a delegação de competências aos Secretários Municipais, observadas as atribuições de suas respectivas pastas;
Considerandoo Memorando nº 086/2025, da Secretaria Municipal de Comunicação e Desenvolvimento Institucional, que solicita a emissão de decreto específico para delegação de competência no âmbito do Convênio n.º 2125/2025 – SECID, celebrado entre o Município de Colombo e o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria das Cidades;

Considerandoa necessidade de conferir celeridade e regularidade à execução do referido convênio, em conformidade com as exigências operacionais e técnicas previstas pela Secretaria das Cidades – Paranacidade;

DECRETA:

Art. 1º - Fica delegada à Secretária Municipal de Assistência Social, Sra. Elisangela Rena Beraldo Larazotto, a competência para assinar, em nome do Município de Colombo, todos os documentos relacionados ao Convênio nº 2125/2025 – SECID, cujo objeto é a construção do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Monte Castelo, a ser executado no endereço Rua do Ipê, 980, bairro São Dimas, Colombo-PR.

Art. 2º - A delegação de competência prevista no art. 1º compreende, especialmente, a assinatura dos seguintes documentos:

I – instrumento contratual e respectivos termos aditivos decorrentes do convênio;
II – planilhas de medição de serviços e respectivas notas fiscais, inclusive verso da nota com carimbo unificado;
III – relatórios diversos de acompanhamento e execução da obra;
IV – diários de obra;
V – declarações diversas atinentes à execução do objeto pactuado;
VI – termos de recebimento provisório e definitivo;
VII – demais documentos correlatos exigidos no âmbito do convênio, vinculados aoParanacidade, órgão interveniente da Secretaria das Cidades.

Art. 3º - A delegação de competência prevista neste Decreto não exime os demais agentes públicos responsáveis pela execução técnica, controle e fiscalização do objeto do convênio, nos termos das normas aplicáveis.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Colombo, 15 de dezembro de 2025.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:10964F9C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 109/2025

DECRETO N.º 109, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a delegação de competência ao Secretário Municipal de Obras e Viação para a prática de atos administrativos relativos aos Convênios nº 1803/2025 (Lote 04), nº 1804/2025 (Lote 05), nº 2144/2025 (Lote 07) e nº 2145/2025 (Lote 06) – SECID, no âmbito do Programa Asfalto Novo, Vida Nova.

HELDER LUIZ LAZAROTTO, Prefeito Municipal de Colombo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
Considerandoo disposto no art. 58, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Colombo, que autoriza a delegação de competências aos Secretários Municipais, observadas as atribuições de suas respectivas pastas;

Considerandoo Memorando nº 085/2025, da Secretaria Municipal de Comunicação e Desenvolvimento Institucional, que solicita a edição de decreto específico para delegação de competência no âmbito dos convênios firmados com o Governo do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria das Cidades, relativos ao Programa Asfalto Novo, Vida Nova, Lotes 04, 05, 06 e 07;

Considerandoa necessidade de conferir celeridade e regularidade à execução do referido convênio, em conformidade com as exigências operacionais e técnicas previstas pela Secretaria das Cidades – Paranacidade;

DECRETA:

Art. 1º - Fica delegada ao Secretário Municipal de Obras e Viação, Sr.,Ítalo Perini Neto,a competência para assinar, em nome do Município de Colombo, todos os documentos relacionados aos Convênios nº 1803/2025 (Lote 04), nº 1804/2025 (Lote 05), nº 2144/2025 (Lote 07) e nº 2145/2025 (Lote 06) – SECID, cujo objeto é a execução de obras depavimentação de vias urbanas, no âmbito do Programa Asfalto Novo, Vida Nova.

Art. 2º- A delegação de competência prevista no art. 1º compreende, especialmente, a assinatura dos seguintes documentos:
I – instrumento contratual e respectivos termos aditivos decorrentes do convênio;
II – planilhas de medição de serviços e respectivas notas fiscais, inclusive verso da nota com carimbo unificado;
III – relatórios diversos de acompanhamento e execução da obra;
IV – diários de obra;
V – declarações diversas atinentes à execução do objeto pactuado;
VI – termos de recebimento provisório e definitivo;
VII – demais documentos correlatos exigidos no âmbito do convênio, vinculados aoParanacidade, órgão interveniente da Secretaria das Cidades.

Art. 3º - A delegação de competência de que trata este Decreto não afasta a responsabilidade dos demais agentes públicos incumbidos da execução técnica, do controle e da fiscalização dos objetos pactuados, nos termos da legislação aplicável.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Colombo, 15 de dezembro de 2025.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:612BF144

GABINETE DO PREFEITO
LEI N.° 1.890/2025

LEI N.° 1.890 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores Parque dos Lagos.

A Câmara Municipal de Colombo aprovou, e eu, Helder Luiz Lazarotto, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica declarada de utilidade pública Associação de Moradores Parque dos Lagos, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob nº 15.758.313/0001-80, com endereço na Rua Campo Mourão, nº 1963, Bairro Guaraituba, CEP 83.410-280, Município de Colombo-PR.

Art. 2º - A entidade deverá apresentar semestralmente ao órgão competente do Executivo Municipal, relatório dos serviços prestados à coletividade e publicá-lo integralmente em órgão oficial do município.

Art. 3º - Será cassada a declaração de utilidade pública, se a entidade:
I - deixar de cumprir as exigências do art. 2º;
II - substituir os fins estatutários ou negar-se a prestar os serviços nelescompreendidos;
III - alterar a sua denominação e não comunicar a ocorrência ao departamento competente da Prefeitura Municipal de Colombo;
IV - passar a remunerar os membros de sua Diretoria pelo exercício específico de suas funções;
V - distribuir lucros, vantagens ou bonificações a dirigentes, associados ou mantenedores, sob qualquer forma;
VI - deixar de destinar a totalidade das rendas apuradas ao atendimento da finalidade prevista no seu estatuto.

Art. 4º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Colombo, 12 de dezembro de 2025.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:E3DA5151

GABINETE DO PREFEITO
LEI N.° 1.891/2025

LEI N.° 1.891 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025

Denomina Unidade Básica de Saúde de Eurico Braz de Bomfim.

A Câmara Municipal de Colombo aprovou,e eu, Helder Luiz Lazarotto, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada de EURICO BRAZ DE BOMFIM, a Unidade Básica de Saúde localizada na Rua Genésio Moreschi, 632, no bairro Guaraituba, no Município de Colombo.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Colombo, 12 de dezembro de 2025.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:D0AACECB

GABINETE DO PREFEITO
LEI N.° 1.892/2025

LEI N.° 1.892 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025

Altera a Lei Municipal n.º 1.598. 15 de dezembro de 2021 que cria o Fundo Municipal de Turismo para adequar sua vinculação Secretaria Municipal de Turismo.

A Câmara Municipal de Colombo aprovou,e eu, Helder Luiz Lazarotto, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- O art. 1º da Lei Municipal nº 1.598, de 15 de dezembro de 2021, que cria o Fundo Municipal de Turismo FUMTUR, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1º Fica instituído o Fundo Municipal de Turismo- FUMTUR, vinculado à Secretaria Municipal de Turismo, nos termos do art. 167. inciso IX, da Constituição Federal, e dos artigos 71 a 74 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964." (NR).

Art. 2º- O parágrafo único do art. 3º da Lei nº 1.598, de 2021 passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 3°.....
Parágrafo único. A gestão financeira e operacional do FUMTUR será realizada pelo Secretário Municipal de Turismo, em conjunto com o COMTUR- Conselho Municipal de Turismo, cabendo a este último a função de acompanhamento, fiscalização e aprovação de projetos financiados pelo Fundo." (NR).

Art. 3º - O art. 4º da Lei nº 1.598, de 2021 passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 4º Da aplicação dos recursos do FUMTUR:
a destinação de recursos será liberada mediante apresentação de projeto básico, com cronograma de execução, devendo ser aprovado em reunião ordinária do COMTUR,
Il-cabe ao Secretário Municipal de Turismo, em conjunto com o COMTUR, o acompanhamento e fiscalização da aplicação dos recursos liberados, podendo determinar a suspensão em caso de desvios de objetivo;
III- balancetes bimensais deverão ser apresentados à Plenária do COMTUR, bem como relatório anual após o término do exercício fiscal:
IV-aplicar-se-ão ao FUMTUR, no que couber, as normas legais de controle, prestação e tomadas de contas oriundas da legislação municipal, estadual ou federal" (NR).

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Colombo, 12 de dezembro de 2025.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:2A9386AA

GABINETE DO PREFEITO
LEI N.° 1.893/2025

LEI N.° 1.893 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC, institui a Superintendência Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON, o Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – CONDECON e o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FMDC, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Colombo aprovou,e eu, Helder Luiz Lazarotto, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DO SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Art. 1º - Esta Lei estabelece a organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC, em consonância com a Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e o Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997.

Art. 2º - São órgãos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC:

I - a Superintendência Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON-Colombo;
II - o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON;

III - o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FMDC.

Parágrafo único. Integram o SMDC os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal e as Associações Civis que se dedicam à proteção e defesa do consumidor, sediadas no município, conforme o disposto nos artigos 82 a 105 da Lei Federal nº 8.078/90.

CAPÍTULO II
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃOE DEFESA DO CONSUMIDOR – PROCON-COLOMBO

Seção I
Das Atribuições

Art. 3º- Fica criado o PROCON-Colombo, órgão vinculado e integrante da estrutura organizacional da Procuradoria-Geral do Município de Colombo, com a finalidade de promover e implementar as ações direcionadas à educação, orientação, proteção e defesa do consumidor e coordenação da política do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor, cabendo-lhe:

I - implementar e executar a política municipal de proteção, orientação, defesa e educação do consumidor;
II - realizar a fiscalização e controle de bens e serviços no mercado de consumo, assegurando a proteção da vida, saúde, segurança, boa informação e bem-estar do consumidor;
III - promover estudos e pesquisas para aperfeiçoar os recursos institucionais e legais de proteção ao consumidor;
IV - informar, conscientizar e motivar o consumidor por meio de campanhas educativas, palestras, debates, feiras e outras iniciativas;
V - incentivar a formação de entidades voltadas à defesa do consumidor e fortalecer as entidades já existentes;
VI - executar atividades de fiscalização e aplicar sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 8.078/90;
VII - receber, analisar e encaminhar consultas, reclamações, denúncias e recomendações sobre relações de consumo;
VIII - cadastrar e divulgar as reclamações fundamentadas formuladas pelos consumidores, conforme art. 44 da Lei Federal nº 8.078/90;
IX - encaminhar, aos órgãos competentes, as questões que versem sobre relações de consumo, que não possam ser solucionadas administrativamente;
X - solicitar a participação do Ministério Público do Estado do Paraná para fins de adoção de medidas judiciais cabíveis;
XI - ajuizar ações civis públicas para a defesa dos interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, definidos no art. 81 da Lei Federal nº 8.078/90;
XII - solicitar a participação de órgãos e entidades federais, estaduais e municipais para a proteção ao consumidor, bem como o auxílio na fiscalização das questões relativas a preços, abastecimento, qualidade e segurança de bens e serviços;
XIII - solicitar, à polícia judiciária, a instauração de inquéritos policiais para apreciação de delitos contra consumidores, nos termos da legislação vigente;
XIV - realizar intercâmbio com instituições congêneres nacionais e internacionais, visando o aprimoramento de suas atividades;
XV - fornecer subsídios para a adequação das políticas do município aos interesses dos consumidores;
XVI - desempenhar outras atividades correlatas.
Parágrafo único. A Superintendência Municipal de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor prestará o necessário apoio técnico ao Conselho Gestor de Proteção e Defesa do Consumidor (CONDECON)

Seção II
Da Estrutura

Art. 4º - A estrutura administrativa do PROCON-Colombo é composta pelos seguintes órgãos:
I - Diretoria Administrativa
a) Coordenação de Atendimento ao Consumidor;
b) Coordenação de Fiscalização;
c) Coordenação Jurídica.

§ 1º Para fins de instalação e funcionamento inicial do PROCON-Colombo, os cargos e funções necessários à composição da estrutura de que trata o *caput*serão exercidos por servidores públicos já integrantes dos quadros da Administração Municipal, mediante designação interna, sem aumento de despesa com pessoal.

§ 2º A ampliação da estrutura administrativa do PROCON-Colombo, inclusive mediante a criação de novos cargos, funções ou empregos públicos, bem como a contratação de pessoal, ficará condicionada à observância dos limites legais de despesa com pessoal fixados no art. 20, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 5º - O PROCON-Colombo é dirigido por um Superintendente e, as divisões serão supervisionadas por Coordenadores, conforme a estrutura organizacional estabelecida, nos termos do art. 22 desta Lei.
Parágrafo único. Os serviços do PROCON-Colombo poderão ser executados por servidores públicos municipais, podendo ser auxiliados por estagiários de ensino médio e superior.

Art. 6º - O Superintendente do PROCON-Colombo será nomeado pelo Prefeito Municipal.

Art. 7º - O Poder Executivo Municipal deverá assegurar ao PROCON-Colombo os recursos humanos, materiais e financeiros indispensáveis ao pleno desempenho de suas atividades, podendo, para isso, realizar os remanejamentos administrativos e orçamentários que se fizerem necessários.

CAPÍTULO III
DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃOE DEFESA DO CONSUMIDOR – CONDECON

Art. 8º - Fica instituído o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON, com as seguintes atribuições:
I - atuar na formulação de estratégias e diretrizes para a política municipal de defesa do consumidor;
II - administrar e gerir financeira e economicamente os valores e recursos depositados no Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FMDC, bem como deliberar sobre a forma de aplicação e destinação dos recursos na reconstituição dos bens lesados e na prevenção de danos, zelando pela aplicação dos recursos na consecução dos objetivos previstos nesta Lei, e nas Leis Federais nº 7.347, de 24 de julho de 1985 e nº 8.078/90 e seu Decreto regulamentador;
III - prestar e solicitar a cooperação e a parceria de outros órgãos públicos, visando o aprimoramento dessa política pública em âmbito municipal;
IV - planejar, elaborar, coordenar, atualizar, supervisionar, executar, acompanhar e avaliar as normas referidas no § 1º do art. 55 da Lei Federal nº 8.078/90;
V - aprovar, monitorar, acompanhar e fiscalizar o cumprimento de convênios e contratos como representante do Município de Colombo, objetivando atender ao disposto no inciso II deste artigo;
VI - examinar, avaliar, orientar e aprovar os projetos de caráter científico e de pesquisa visando ao estudo, proteção e defesa do consumidor;
VII - acompanhar, monitorar, fiscalizar, aprovar e publicar a prestação de contas anual do Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FMDC;
VIII - elaborar seu Regimento Interno e zelar pelo seu cumprimento.

Art. 9º - O CONDECON é composto por representantes do Poder Público e entidades representativas de fornecedores e consumidores, conforme a seguinte composição:
I - o Superintendente do PROCON-Colombo, que é membro permanente;
II - um representante da Vigilância Sanitária;
III - um representante da Secretaria da Fazenda;
IV - um representante da Secretaria da Agricultura;
V - um representante da Procuradoria Geral do Município;
VI - um representante da Secretaria do Meio Ambiente;
VII - um representante da Secretaria da Educação;
VIII - um representante da Ordem dos Advogados do Brasil;

IX - um representante de associações de consumidores que atendam aos requisitos do inciso IV do art. 82 da Lei Federal nº 8.078/90;
X - um representante da Associação Comercial, Industrial, Agronegócio e Serviços de Colombo – ACIC.

§ 1º O CONDECON é presidido pelo Superintendente do PROCON-Colombo.

§ 2º Deverão ser asseguradas a participação e manifestação dos representantes do Ministério Público Estadual em exercício no município de Colombo, como membro convidado, e da Defensoria Pública Estadual, como membro convidado, nas reuniões do CONDECON.

§ 3º As indicações para nomeação ou substituição de Conselheiros serão feitas pelas entidades ou órgãos, na forma de seus estatutos.

§ 4º Para cada membro titular será indicado um suplente que o substituirá, com direito a voto, nas suas ausências ou impedimento.

§ 5º Perderá a condição de membro do CONDECON o representante que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas, ou a 6 (seis) alternadas, no período de 1 (um) ano.

§ 6º Os órgãos e entidades relacionadas neste artigo poderão, a qualquer tempo, propor a substituição de seus respectivos representantes, obedecendo ao disposto no § 3º deste artigo.

§ 7º As funções dos membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor não serão remuneradas, sendo seu exercício considerado serviço público relevante, voltado à promoção e preservação da ordem econômica e social no âmbito do Município.

§ 8º Os membros titulares do Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor e seus suplementes, à exceção do membro permanente, terão mandato de 2 (dois) anos, permitida recondução.

§ 9º Fica facultada a indicação de entidade civil de direitos humanos ou de direitos sociais nos casos de inexistência de associação de consumidores, prevista no inciso IX deste artigo.

Art. 10. O Conselho reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses e extraordinariamente, sempre que convocado pelo presidente, pelo Prefeito ou por solicitação da maioria de seus membros.

Parágrafo único. As sessões plenárias do Conselho instalar-se-ão com a maioria de seus membros, que deliberarão pela maioria dos votos dos presentes.

CAPÍTULO IV
DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR – FMDC

Art. 11. Fica instituído o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FMDC, conforme o disposto no art. 57 da Lei Federal nº 8.078/90, regulamentada pelo Decreto Federal nº 2.181/97, com o objetivo de receber recursos destinados ao desenvolvimento das ações, programas e serviços de proteção e defesa dos direitos dos consumidores.

Parágrafo único. O FMDC é gerido pelo Conselho Gestor, composto pelos membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, nos termos do inciso II, do art. 8º desta Lei.

Art. 12. Os recursos do Fundo serão aplicados:
I – na reparação dos danos causados à coletividade de consumidores no âmbito do Município de Colombo;
II – na promoção de atividades, ações e eventos educativos, culturais e científicos e na elaboração de material informativo relacionado à educação, proteção e defesa do consumidor;
III – no custeio de exames periciais, estudos e trabalhos técnicos necessários à instrução de inquérito civil ou procedimento investigatório preliminar instaurado para a apuração de fato ofensivo ao interesse difuso ou coletivo;
IV – na modernização administrativa do PROCON-Colombo, devendo os itens de natureza permanente serem patrimoniados pelo setor municipal responsável;
V – na reconstituição dos bens lesados, nos termos do art. 30 do Decreto Federal nº 2.181/97;
VI – no custeio de pesquisas e estudos sobre o mercado de consumo municipal elaborados por profissional de notória especialização ou por instituição sem fins lucrativos incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional;
VII – no custeio da participação de representantes do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC em reuniões, encontros e congressos relacionados à proteção e defesa do consumidor e na aquisição de materiais educativos e de orientação ao consumidor.

Parágrafo único. Nas hipóteses do inciso III, deverá o Conselho Gestor considerar a existência de fontes alternativas para custeio da perícia, a sua relevância, a sua urgência e as evidências da sua necessidade.

Art. 13. Constituem recursos do Fundo:
I – os valores resultantes das condenações judiciais de que tratam os artigos 11 e 13 da Lei Federal nº 7.347/85;
II – os valores destinados ao Município, em virtude de aplicação de multa prevista no art. 56, inciso I e no art. 57 e seu parágrafo único, da Lei Federal nº 8.078/90, e da multa cominada por descumprimento de obrigação contraída em termo de ajustamento de conduta;
III – as transferências orçamentárias provenientes de outras entidades públicas que tenham como objetivo a implementação de políticas públicas voltadas à garantia dos direitos do consumidor;
IV – os rendimentos decorrentes de depósitos bancários e aplicações financeiras, observadas as disposições legais pertinentes;
V – as doações de pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras;
VI – outras receitas que vierem a ser destinadas ao Fundo para implementação, manutenção e aprimoramento desta política pública.

Art. 14. As receitas descritas no art. 13 serão depositadas obrigatoriamente em conta especial, sob a denominação Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FMDC PROCON-Colombo, a ser aberta e mantida em estabelecimento oficial de crédito enquanto não utilizadas na finalidade às quais se destinam e deverão obrigatoriamente ser mantidas em aplicação financeira, de modo a preservá-las contra eventual perda do poder aquisitivo da moeda.

§ 1º As empresas infratoras comunicarão no prazo de 10 (dez) dias, ao CONDECON os depósitos realizados a crédito do FMDC, com especificação da origem.

§ 2º O saldo existente no FMDC, apurado em balanço no término de cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte, a seu crédito.

§ 3º O presidente do CONDECON é obrigado a publicar quadrimestralmente os demonstrativos de receitas e despesas decorrentes dos recursos do FMDC, repassando a cópia aos demais conselheiros, na primeira reunião subsequente.

§ 4º Ocorrendo a extinção do FMDC PROCON-Colombo, o seu patrimônio será integrado ao Município de Colombo.

Art. 15. O Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor reunir-se-á ordinariamente em sua sede, podendo reunir-se extraordinariamente em qualquer ponto do território estadual.

CAPÍTULO V
DA MACRORREGIÃO

Art. 16. O Poder Executivo Municipal poderá propor a celebração de consórcios públicos ou convênios de cooperação com outros municípios, visando estabelecer mecanismos de gestão associada e atuação em conjunto para a implementação de macrorregiões de proteção e defesa do consumidor, nos termos da Lei Federal 11.107, de 06 de abril de 2005.

Art. 17. O protocolo de intenções que anteceder à contratação de consórcios públicos de defesa do consumidor definirá o local de sua sede, que poderá ser estabelecida em qualquer dos municípios consorciados, bem como a sua denominação obrigatória de PROCON Regional, com competência para atuar em toda a extensão territorial dos entes consorciados.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. A Prefeitura Municipal fornecerá o apoio administrativo necessário ao funcionamento do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor, incluindo recursos humanos e materiais.

Art. 19. No desempenho de suas funções, os órgãos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor poderão manter convênios de cooperação técnica entre si e com outros órgãos e entidades integrantes dos Sistemas Nacional e Estadual de Defesa do Consumidor, no âmbito de suas respectivas competências, observado o disposto no art. 105 da Lei Federal nº 8.078/90.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Defesa do Consumidor integra o Sistema Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo estabelecer convênios para o desenvolvimento de ações e programas de defesa do consumidor com o órgão e coordenador estadual.

Art. 20. Consideram-se colaboradores do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor as universidades públicas ou privadas, que desenvolvam estudos e pesquisas relacionadas ao mercado de consumo.

Parágrafo único. Entidades, autoridades, cientistas e técnicos poderão ser convidados a colaborar em estudos ou participar de comissões instituídas pelos órgãos de proteção ao consumidor.

Art. 21. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Município.

Art. 22. O Poder Executivo Municipal regulamentará e aprovará, mediante Decreto, o Regimento Interno do PROCON-Colombo, dispondo sobre sua estrutura administrativa, as competências e atribuições específicas de suas unidades e cargos, bem como sobre as demais providências necessárias à fiel execução desta Lei.

Art. 23. Fica revogada a Lei Municipal nº 436, de 12 de setembro de 1991.

Art. 24. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Colombo, 12 de dezembro de 2025.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:3E90ABAB

GABINETE DO PREFEITO
LEI N.° 1.895/2025

LEI N.° 1.895 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Ratifica a consolidação do Protocolo de Intenções do COIN-GM, em razão da adesão do Município de Almirante Tamandaré ao Consórcio Intermunicipal das Guardas Municipais da Região Metropolitana de Curitiba.

A Câmara Municipal de Colombo aprovou,e eu, Helder Luiz Lazarotto, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica ratificada a consolidação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal das Guardas Municipais da Região Metropolitana de Curitiba aprovada por unanimidade na 11ª Assembleia Geral Ordinária em 21 de agosto de 2025 e publicada no Diário Oficial do Estado em 03 de setembro de 2025, que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Colombo, 15 de dezembro de 2025.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

ANEXO I
ATA DA 11ª ASSEMBLEIA GERAL

E

CONSOLIDAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES PUBLICADA NO DIOE

https://drive.google.com/file/d/1F5iAUmUITYXuQ_hSCcjha5nJTEo4ucn4/view?usp=drive_link

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:0D820680

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 1.046/2025

PORTARIA N.º1.046/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º- Nomearos novos representantes governamentais titulares/suplentes com assento no **Conselho Municipal dos Direitos da Criança edo Adolescente,**seguido abaixo a relação dos novos conselheiros que formarãoeste colegiado, Gestão 2025/2027, conforme segue:

Dos representantes Governamentais:
1 – Representando a Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Daniel Biscaia de Lima
Suplente: Patrícia Corrêa Silva
Titular: Caiena Louise de Oliveira Rodrigues
Suplente: Cássia Santos Nery
Titular: Aguinaldo Vieira Junior
Suplente: Fernanda Neves Steffen Ferrarini

2-Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Viviane Genovezzi Salatiel
Suplente: Fábio Schulz

3 – Secretaria Municipal de Educação
Titular: Lessandro Batista Ferreira
Suplente: Andressa de Mattos Viana Costa

4 – Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial
Titular: Júlio César Sinhori Ríbas
Suplente: Mylena Mocelin Torquato

5 – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
Titular: Guilherme Barbosa
Suplente: Cristiano Aurélio Furlan

Dos Representantes da Sociedade Civil

1- Associação Comunitária Presbiteriana
Titular: Renan Gustavo Costa Ferreira
Suplente: Giovanna Reinhardt Bigarelli Martin

2- Titular: Associação Projeto de Futebol Formação de Atletas RCS
Edioneia Maria Alves
Suplente: Instituto Olhar Solidário
Evelyn Cristine Vieira Sendeski da Silva

3-Titular: Sociedade Crescer de Colombo
Maria Izabel Vinholes Merhy Valente
Suplente: Associação Beneficente Instituto Águias
Suplente: Mirian Miranda de Almeida

4- Irmandade Evangélica Betânia
Titular: Alessandra Ilze Hele dos Santos
Suplente: Denise Lau Ballesteros

5- Pastoral da Criança
Titular: Suely Geremias Marques
Suplente: Josiane Ribeiro Batista

6- Titular: Associação Beneficente Projeto Nova Terra
Andreia Aparecida de Souza Ribas
Suplente: Instituto Beija-Flor de Ação Social
Maria de Lourdes Carvalho Horbach

7- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE
Titular: Carla Murakami Kuniyoshi
Suplente: Cristina Ascher Reis

Art. 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 15 de dezembro de 2025.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:D037097B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 1.047/2025

PORTARIA N.º 1.047/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar as senhoras abaixo relacionadas, sem prejuízo de suas funções para constituírem a **Comissão de Avaliação de Amostras da Páscoa 2026,** paraanálise técnica e avaliação,de amostras relativas aos procedimentos licitatórios vinculados à execução da Decoração de Páscoa de Colombo 2026, no âmbito da Secretaria Municipal de Turismo,conformesegue:

Joyce Ribeiro da Silva de Oliveira - CPF n.° XXX.XXX-45, matrícula n.° 15.524;

Eliziane da Silva Machado - CPF n.° 054.XXX.XXX-80, matrícula n.º 7.691;

Sulyane Camile Schutz - CPF n.° 091.XXX.XXX-98, matrícula n.º 18.092.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 11 de dezembro de 2025.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:4EAC7CFE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 1.048/2025

PORTARIA N.º 1.048/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para exercício de Mandato Eletivo a servidora pública municipal**,** inscrita no CPF n.º 034.XXX.XXX-XX, matrícula n.º 14294, do cargo de Auxiliar de Saúde Bucal, pelo período de 24/11/2025 a 03/12/2025, ao mandato de conselheiro tutelar suplente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 16 de dezembro de 2025.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:896E9D05

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 1.049/2025

PORTARIA N.º 1.049/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o senhor **FREDERICO MARCELO DE SOUZA COELHO,** portador do RG n.° 0.XXX.XXX-3, CPF n.° 010.XXX.XXX-47, matrícula n.° 5721, da função de Gestor do Núcleo Auxiliar de Auditoria Médica, do Departamento Administrativo de Gestão e Controle, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 07 de novembro de 2025, em virtude de sua aposentadoria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 16 de dezembro de 2025.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:56419C46

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 1.050/2025

PORTARIA N.º 1.050/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º -Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, comoGestor/Fiscal de contrato, do Contrato

n.º 471/2025,Processo Licitatório:Inexigibilidade n.º 073/2025, com objetode Aquisição de veículo tipo "hatch" com capacidade para 5 (cinco) ocupantes, destinada ao fortalecimento das ações da Secretaria Municipal de Assistência Social através de Adesão à Ata de Registro de Preços PREG-e-116/2025, da Secretaria de Estado das Cidades - SECID/PR – LOTE 01 – e-Protocolo n.º 22.199.244-0, conforme segue:

Gestor de Contrato:
Daniele Belo Rodrigues, matrícula n.º 16.235;

Fiscal de Contrato:
Caiena L. de Oliveira Rodrigues, matrícula funcional n.º 17.990.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 16 de dezembro de 2025.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:D732335C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO N°470/2025 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 109/2025

Processo: 16410/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Educação.
Contratada: LUAN CEZAR GOMES CONSTRUÇÕES LTDA , inscrita no CNPJ sob nº 55.026.211/0001-95.
Fiscalização: A fiscalização do presente Contrato será de responsabilidade da Gestora de Contrato Sra. Jhovana Michelly Mariano Cunha, Matrícula nº: 19357, RG: 13.xxx.xxx-0 CPF: 102.xxx.xxx-58, Telefone para contato: 41 3675-5008, E-mail: jhovana.colombo@gmail.com, Fiscal de Contrato: Sr. Cesar Junior Castro Espindola, Matrícula n° 15152, RG: 9.xxx.xxx-0, CPF: 063.xxx.xxx-60, e a Fiscal de Técnica Sra. Stéfani Ferreira dos Santos de Lima, Matrícula n° 19410, CREA: 177359/D-PR, RG: 13.xxx.xxx-3 CPF: 103.xxx.xxx-74
Objeto: Contratação de serviços de engenharia para execução de obra de contenção (muro de arrimo) no Barracão da Educação, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, **Dispensa de Licitação n°109/2025**.
Valor: O custo estimado total da contratação é de R$ 88.900,00 (oitenta e oito mil e novecentos reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O Prazo de Vigência do respectivo contrato, será de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a qual ocorrerá no prazo de 01 (um) dia útil após a assinatura do contrato. O referido prazo poderá ser prorrogado por igual período, mediante comprovação de que as condições pactuadas e o preço contratado permanecem vantajosos à Administração, nos termos do artigo 207 do Decreto Municipal nº 47/2024, observado o disposto no artigo 84 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, c/c o artigo 22 do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023.
O prazo de execução da contratação é de 90(noventa) dias corridos contados do envio da nota de empenho via email oficial da empresa.
Local e data da emissão: Colombo, 16 de dezembro de 2025.
Assinatura: Luciane Dala Valle Correia de Freitas

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:0D22413D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 476/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 076/2025

Processo: 35.570/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Educação
Contratada: S3 EMPREENDIMENTOS COMÉRCIO E LOCAÇÕES, CNPJ n.º 22.645.916/0001-31
Fiscalização: A fiscalização será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestora de Contrato: Srª Silvana Rodrigues de Souza Andreassy, matrícula funcional n.º 4.131; Fiscalização de Contrato: Sr João Paulo Durão, matrícula funcional n.º 15.109.
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de veículos novos para substituição e complemento da frota da Secretaria Municipal de Educação do Município de Colombo/PR.
Valor: O valor total é de R$ 644.500,00 (seiscentos e quarenta e quatro mil e quinhentos reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link "licitações".
Local e data de emissão: Colombo/PR, 17 de dezembro de 2025
Assinatura: Luciane Dala Valle Correia de Freitas

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:B781853E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 111/2025.

Processo:	Nº 42436/2025 - Dispensa Nº 111/2025
Partes:	*Município de Colombo/PR;* **CENTERPLASTIC INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA EPP.** **CNPJ: 03.736.622/0001-70.**
Objeto:	Aquisição de embalagens plásticas (sacos plásticos) para o acondicionamento e distribuição de hortifrútis, a fim de suprir as necessidades da Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio no desenvolvimento dos Programas de Aquisição de Alimentos e Ecotroca.
Valor:	O valor máximo da Dispensa será de R$ 23.748,00 (vinte e três mil e setecentos e quarenta e oito reais).
Embasamento Legal:	Artigo 75, II - Lei Nº 14.133/2021
Data:	17/12/2025

Publicado por:
Neiva de Oliveira Nhaia
Código Identificador:46DF6B6C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 113/2025.

Processo:	Nº 42973/2025 - Dispensa Nº 113/2025
Partes:	*Município de Colombo/PR;* **CLICK CORRIDAS - EVENTOS ESPORTIVOS - ME.** **CNPJ: 80.187.016/0001-94.**
Objeto:	Aquisição de medalhas a serem entregues aos participantes da "Corrida da Uva" a ser realizada durante a 59ª Edição da Festa da Uva de Colombo, no período de 05 a 08 de fevereiro de 2026, celebrando o aniversário de 136 anos do Município.
Valor:	O valor máximo da Dispensa será de R$ 29.700,00 (vinte e nove mil e setecentos reais).
Embasamento Legal:	Artigo 75, II - Lei Nº 14.133/2021
Data:	17/12/2025

Publicado por:
Neiva de Oliveira Nhaia
Código Identificador:9F3AAFD1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 112/2025

Processo:	Nº 42433/2025 - Dispensa Nº 112/2025
Partes:	*Município de Colombo/PR;* **TRIPACON COMERCIAL LTDA.** **CNPJ: 81.660.490/0001-54.**
Objeto:	Aquisição de paletes plásticos para manutenção e boas práticas de armazenamento. e logística dos produtos hortifrutis, a fim de suprir às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio.
Valor:	O valor máximo da Dispensa será de R$ 7.245,00 (sete mil e duzentos e quarenta e cinco reais).
Embasamento Legal:	Artigo 75, II - Lei Nº 14.133/2021
Data:	17/12/2025

Publicado por:
Francieli Maria D'agostin
Código Identificador:5E6BA15F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE EMPENHO 25744/2025

N° do Empenho:	**25744/2025.**
Data:	**17/12/2025**
Valor Total do Empenho:	**R$ 7.245,00(sete mil e duzentos e quarenta e cinco reais).**
Nº da Dispensa de Licitação	**112/2025**
Contratado:	Município de Colombo/PR,**TRIPACON COMERCIAL LTDA. CNPJ: 81.660.490/0001-54.**
Contratante:	**Prefeitura Municipal de Colombo.**
Objeto:	Aquisição de paletes plásticos para manutenção e boas práticas de armazenamento. e logística dos produtos hortifrutis, a fim de suprir às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio.
Órgão Responsável:	**Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio.**

Publicado por:
Francieli Maria D'agostin
Código Identificador:4B194F33

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE EMPNHO 25743/2025.

N° do Empenho:	**25743/2025.**
Data:	**17/12/2025**
Valor Total do Empenho:	**R$ 23.748,00 (vinte e três mil e setecentos e quarenta e oito reais).**
Nº da Dispensa de Licitação	**111/2025**
Contratado:	Município de Colombo/PR, **CENTERPLASTIC INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA EPP. CNPJ: 03.736.622/0001-70.**
Contratante:	**Prefeitura Municipal de Colombo.**
Objeto:	Aquisição de embalagens plásticas (sacos plásticos) para o acondicionamento e distribuição de hortifrútis, a fim de suprir as necessidades da Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio no desenvolvimento dos Programas de Aquisição de Alimentos e Ecotroca.
Órgão Responsável:	**Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio.**

Publicado por:
Neiva de Oliveira Nhaia
Código Identificador:D3C95825

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE EMPNHO 25745/2025.

N° do Empenho:	**25745/2025.**
Data:	**17/12/2025**
Valor Total do Empenho:	**R$ 29.700,00 (vinte e nove mil e setecentos reais).**
Nº da Dispensa de Licitação	**113/2025**
Contratado:	Município de Colombo/PR, **CLICK CORRIDAS - EVENTOS ESPORTIVOS - ME. CNPJ: 80.187.016/0001-94.**
Contratante:	**Prefeitura Municipal de Colombo.**
Objeto:	Aquisição de medalhas a serem entregues aos participantes da "Corrida da Uva" a ser realizada durante a 59ª Edição da Festa da Uva de Colombo, no período de 05 a 08 de fevereiro de 2026, celebrando o aniversário de 136 anos do Município.
Órgão Responsável:	**Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.**

Publicado por:
Neiva de Oliveira Nhaia
Código Identificador:113635F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 472/2025

CONTRATANTE: Município de Colombo, Estado do Paraná, com sede à Rua XV de Novembro nº 105, inscrito no CNPJ nº 76.105.634/0001-70, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Hélder Luiz Lazarotto, portador da Cédula de Identidade RG nº 03.xxx.xxx-5 e do CPF/MF nº 552.xxx.xxx-91, e CONTRATADA: PRISMA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ 00.865.897/0001-16.
OBJETO: O objeto do presente Contrato é Pavimentação asfáltica de vias urbanas em CBUQ, 29.644,10 m2, incluindo os serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, iluminação pública, serviços diversos e ensaios tecnológicos- lote 1, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n. º 007/2025. .
VALOR: R$ R$ 11.265.156,04(onze milhões e duzentos e sessenta e cinco mil e cento e cinquenta e seis reais e quatro centavos).
PRAZO DE EXECUÇÃO: O início da execução do objeto, sem prejuízo do estabelecido no item anterior, deverá ocorrer em, no máximo 21 (vinte e um) dias da data da assinatura citada no extrato do contrato publicado no PNCP ou no Diário Oficial para aqueles municípios com até 20.000 habitantes que assim optarem, em conformidade com o prazo estabelecido no parágrafo único do art. 176 da Lei Federal 14.133/21.
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente Contrato é de 720 (setecentos e vinte) dias, contados a partir da data da assinatura citada no extrato do contrato publicado no PNCP ou no Diário Oficial para aqueles municípios com até 20.000 habitantes que assim optarem, em conformidade com o prazo estabelecido no parágrafo único do art. 176 da Lei Federal 14.133/21.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 17 de dezembro de 2025.
FORO: Comarca de Colombo, Estado do Paraná.
Colombo ,17 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Adriana da Silva Santos
Código Identificador:FFBFAD20

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 473/2025

CONTRATANTE: Município de Colombo, Estado do Paraná, com sede à Rua XV de Novembro nº 105, inscrito no CNPJ nº 76.105.634/0001-70, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Hélder Luiz Lazarotto, portador da Cédula de Identidade RG nº 03.xxx.xxx-5 e do CPF/MF nº 552.xxx.xxx-91, e CONTRATADA: NUNES ESANTOS LTDA, CNPJ 22.892.910/0001-69. .
OBJETO: O objeto do presente Contrato é Pavimentação asfáltica de vias urbanas em CBUQ, 30.592,12 m2, incluindo serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio e sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, iluminação pública, serviços diversos e ensaios tecnológicos- lote 1, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n. º 008/2025. .
VALOR: R$ 10.852.978,35(dez milhões e oitocentos e cinquenta e dois mil e novecentos e setenta e oito reais e trinta e cinco centavos).
PRAZO DE EXECUÇÃO: O início da execução do objeto, sem prejuízo do estabelecido no item anterior, deverá ocorrer em, no máximo 21 (vinte e um) dias da data da assinatura citada no extrato do contrato publicado no PNCP ou no Diário Oficial para aqueles municípios com até 20.000 habitantes que assim optarem, em conformidade com o prazo estabelecido no parágrafo único do art. 176 da Lei Federal 14.133/21.
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente Contrato é de 720 (setecentos e vinte) dias, contados a partir da data da assinatura citada no extrato do contrato publicado no PNCP ou no Diário Oficial para aqueles municípios com até 20.000 habitantes que assim optarem, em conformidade com o prazo estabelecido no parágrafo único do art. 176 da Lei Federal 14.133/21
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 17 de dezembro de 2025.
FORO: Comarca de Colombo, Estado do Paraná.
Colombo,17 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Adriana da Silva Santos
Código Identificador:725E43EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 474/2025

CONTRATANTE: Município de Colombo, Estado do Paraná, com sede à Rua XV de Novembro nº 105, inscrito no CNPJ nº

76.105.634/0001-70, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Hélder Luiz Lazarotto, portador da Cédula de Identidade RG nº 03.xxx.xxx-5 e do CPF/MF nº 552.xxx.xxx-91, e CONTRATADA: NUNES E SANTOS LTDA, CNPJ 22.892.910/0001-69. .

OBJETO: O objeto do presente Contrato é Pavimentação asfáltica de vias urbanas em CBUQ, 29.853,26 m², incluindo os serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, iluminação pública, serviços diversos e ensaios tecnológico- lote 1, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n. º 009/2025.

VALOR: R$ 9.963.614,65 (nove milhões e novecentos e sessenta e três mil e seiscentos e quatorze reais e sessenta e cinco centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: O início da execução do objeto, sem prejuízo do estabelecido no item anterior, deverá ocorrer em, no máximo 21 (vinte e um) dias da data da assinatura citada no extrato do contrato publicado no PNCP ou no Diário Oficial para aqueles municípios com até 20.000 habitantes que assim optarem, em conformidade com o prazo estabelecido no parágrafo único do art. 176 da Lei Federal 14.133/21.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente Contrato é de 720 (setecentos e vinte) dias, contados a partir da data da assinatura citada no extrato do contrato publicado no PNCP ou no Diário Oficial para aqueles municípios com até 20.000 habitantes que assim optarem, em conformidade com o prazo estabelecido no parágrafo único do art. 176 da Lei Federal 14.133/21

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 17 de dezembro de 2025.

FORO: Comarca de Colombo, Estado do Paraná.

Colombo ,17 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Adriana da Silva Santos
Código Identificador:8340BE44

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 083/2025 - AQUISIÇÃO DE ARMAMENTO E ACESSÓRIOS OPERACIONAIS

Aviso de Licitação
Edital – Pregão Eletrônico Nº 083/2025
Objeto: contratação de empresa especializada para a aquisição de armamento e acessórios operacionais destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Trânsito e Ordem Pública do município de Colombo.
Recebimento das Propostas: das 08:00 horas do dia 22 de dezembro de2025 até às 08:00 horas do dia 16 de janeiro de 2026.
Início da sessão de Disputa de Preços: Às 09:00 horas do dia 16 de janeiro de 2026. (Horário de Brasília).
Local de Abertura: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link: bllcompras.org.br.
Preço Máximo: Constante no edital.
Critério de Julgamento: Menor Preço “por lote”
Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito à Rua XV de Novembro nº 105, Centro - Colombo - Paraná, ou pelos fones: (41) 3656–8085 ou 3656–8138 ou pelo site: www.colombo.pr.gov.br
Colombo, 17 de dezembro de 2025.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Carlos Vieira
Código Identificador:338C591F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 055/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22781/2025

INTERESSADAS:
S. B DOS SANTOS SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO
SERVE-SE ALIMENTACAO E SERVICOS LTDA
JAQUELINE DIAS COMÉRCIO DE REFEIÇÕES LTDA

DECISÃO DE RECURSO

Trata-se do procedimento licitatório PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2025 cujo objeto consiste na Contratação por meio de registro de preços de serviços de administração, preparo e distribuição de refeições no Restaurante Popular de Colombo, bem como a entrega de marmitas aos usuários do Centro POP, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
A Secretário Municipal de Assistência Social do Município de Colombo, no uso de suas atribuições, acolhe o Parecer Jurídico nº 809/2025 –da Procuradoria Geral do Município de Colombo e decide pelo IMPROVIMENTO do recurso impetrado pelas licitantes SERVE-SE ALIMENTACAO E SERVICOS LTDA e JAQUELINE DIAS COMÉRCIO DE REFEIÇÕES LTDA, a decisão.

Dê-se prosseguimento.
Colombo, 17 de dezembro de 2025.

ELISANGELA RENA BERALDO LAZAROTTO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Jose Carlos Vieira
Código Identificador:5509E67A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 069/2025 - DECISÃO DE RECURSO

Processo nº. 25741/2025
APRESENTA RECURSO:
EMPRESA: SPORT TOTAL LTDA– CNPJ 10.873.609/0001-29
VIA: BLL – Bolsa de Licitações e Leilões
APRESENTA CONTRARRAZÃO
BRINQUEDOS CRISTINO E FERRAZ LTDA – CNPJ 21.029.397/0001-14
VIA: BLL – Bolsa de Licitações e Leilões

DA DECISÃO DE RECURSO

Diante do exposto, conheço do Recurso e, no mérito, NEGO-LHE PROVIMENTO, mantendo-se integralmente a decisão de inabilitação da empresa SPORT TOTAL LTDA, CNPJ nº 10.873.609/0001-29, por ausência de comprovação válida da qualificação econômico-financeira exigida pelo edital.
Informações Complementares poderão ser obtidas Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link (bllcompras.org.br).
Colombo, 16 de dezembro de 2025

ANA PAULA POLLI
Secretária Municipal de Turismo

Publicado por:
Janile de Freitas Milistete Chemin
Código Identificador:12960E86

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 069/2025 - REVOGAÇÃO

Processo: 25741/2025
Referência: Pregão Eletrônico n.º 069/2025
Objeto: Contratação de empresa especializada para locação de pista de patinação de gelo natural completa, com área mínima de 200 m², incluindo montagem, manutenção, operação, segurança, transporte e desmontagem no município de Colombo/PR.

DOS FATOS

O Pregão Eletrônico nº 069/2025 foi instaurado com a finalidade de contratar empresa especializada para locação de pista de patinação de gelo natural, vinculada à realização do evento Natal Mágico de Colombo 2025, com cronograma previamente definido.
O edital estabeleceu, de forma expressa, que as operações deveriam iniciar-se em 02 de dezembro de 2025, condição essencial à utilidade e finalidade da contratação.

Ocorre que, após a tramitação regular do certame, inclusive com julgamento de recurso administrativo, verificou-se que o marco temporal previsto no edital não mais pode ser atendido, tendo em vista que o evento para o qual se destinava a contratação já se encontra em andamento.
Dessa forma, o objeto licitado perdeu sua utilidade prática, tornando-se materialmente inexequível sob o ponto de vista fático e administrativo, configurando-se fato superveniente, alheio à fase inicial do certame, que altera substancialmente o interesse público originalmente perseguido.

DA FUNDAMENTAÇÃO

Nos termos do art. 71, inciso II, c/c § 2º, da Lei nº 14.133/2021, encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, a autoridade competente poderá revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, desde que o motivo determinante decorra de fato superveniente devidamente comprovado.
No caso concreto, a exigência editalícia de início das operações em 02 de dezembro de 2025 não mais pode ser atendida, tendo em vista que o evento para o qual se destinava a contratação já se encontra em andamento, circunstância superveniente que tornou o objeto licitado materialmente inexequível, descaracterizando a necessidade administrativa originalmente existente.

DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, considerando a perda superveniente do objeto e a inexistência atual da necessidade administrativa, requer-se a revogação do Pregão Eletrônico nº 069/2025, com o consequente arquivamento do processo, sem prejuízo da instauração de novo procedimento licitatório, caso futuramente surja nova demanda.

ANA PAULA POLLI
Secretária Municipal de Turismo

Publicado por:
Janile de Freitas Milistete Chemin
Código Identificador:F281055F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 084/2025

Objeto: Aquisição por meio do sistema de registro de preços de Equipamentos, Eletrodomésticos, Mobiliários e Materiais Diversos, conforme exigências estabelecidas neste instrumento.
Recebimento das Propostas: das 09:00 HORAS do dia 19 de dezembro de 2025 até às 08:00 HORAS do dia 14 de janeiro de 2026.
Início da sessão de Disputa de Preços: Às 09:00 HORAS do dia 14 de janeiro de 2026. (Horário de Brasília) Local de Abertura: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link (bllcompras.org.br).
Preço Máximo: Constante no edital.
Critério de Julgamento: Menor Preço por "Item".
Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito a rua XV de novembro Nº. 105, Centro, Colombo - Paraná, ou pelos fones: (041) 3656–8138 ou pelo site: www.colombo.pr.gov.br.

Colombo, 18 de dezembro de 2025.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Carlos Vieira
Código Identificador:C4284FE7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ERRATA

RESOLUÇÃO Nº. 70

O Conselho Municipal de Assistência Social de Colombo, em uso de suas competências e atribuições conferidas pelas Lei Municipal nº 576/1995 e a alteração Lei Municipal nº 1341/2014, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, vem pelo presente corrigir a ***resolução nº 70/2025 CMAS*** . Sendo:

Onde se lê:
1) ***Irmandade Evangélica Betânia – Programa Curso Básico de Hotelaria –*** Centro de Capacitação Profissional - Hotel Estância Betânia, inscrita no CNPJ sob nº. 75.148.874/0003-51, localizada na Rua Francisco Caetano Coradin, 42, bairro Roseira, no município de Colombo – Paraná. **Com a *inscrição n° 003 CMAS.***

2) Aprovação de renovação da inscrição do serviço **Projeto Ação Betânia**, desenvolvido na filial: Centro de Educação e Inclusão Social Betânia - CNPJ: 75.148.874/0004- 32. - Irmandade Evangélica Betânia – **Com a inscrição nº. 26 /CMAS**

Leia-se:
1) ***Irmandade Evangélica Betânia – Serviço Capacitação em Hotelaria –*** Centro de Capacitação Profissional - Hotel Estância Betânia, inscrita no CNPJ sob nº. 75.148.874/0003-51, localizada na Rua Francisco Caetano Coradin, 42, bairro Roseira, no município de Colombo – Paraná. **Com a *inscrição n° 003 CMAS.***

2) Aprovação de renovação da inscrição do serviço **Serviço Ação Betânia**, desenvolvido na filial: Centro de Educação e Inclusão Social Betânia - CNPJ: 75.148.874/0004- 32. - Irmandade Evangélica Betânia – **Com a inscrição nº. 26 /CMAS**

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELE BELO RODRIGUES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Cassia Regina Gatto Sgoda
Código Identificador:1014D4D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº. 38

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em uso de suas competências e atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 1224/2011, em assembleia ordinária, no dia 16 de dezembro de 2025. Resolve:

Art 1° - Aprovar os seguintes conselheiros para compor a mesa diretiva executiva da Gestão 2025/2027.

Aguinaldo Vieira Junior – Presidente do Conselho

Renan Gustavo Costa Ferreira –Vice-Presidente

Lessandro Batista Ferreira - Secretário

Art 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AGUINALDO VIEIRA JUNIOR
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Cassia Regina Gatto Sgoda
Código Identificador:9A4E3217

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 180/2025 PROCESSO Nº 328/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 138/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 180/2025

PROCESSO Nº 328/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 138/2025
OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS, PESSOAS JURIDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE AO CARGO DE MERENDEIRA, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, RECEPCIONISTA, MECÂNICO, PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR e ATENDENTE.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
06.002.12.365.0012.2.029.3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA – FONTE 103.
VALOR: R$ 26.424,00 – vinte e seis mil, quatrocentos e vinte e quatro reais.
CONTRATADO: LEONICE ALVES DE OLIVEIRA – CNPJ 63.412.926/0001-04.
DATA: 17/11/2025

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:8F5CE119

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 032/2025 DISPENSA Nº 012/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 117/2025.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
3º TERMO ADITIVO ao CONTRATO Nº 032/2025
DISPENSA Nº 012/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 117/2025.
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 105 da Lei nº 14.133 de 2024.
OBJETO: Contratação emergencial de empresa para prestação de serviços médicos conforme documento nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
07.003.10.301.0019.2.043.3.3.90.34.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZACAO – FONTE 494
07.003.10.301.0019.2.043.3.3.90.34.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZACAO – FONTE 4941
07.003.10.301.0019.2.043.3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA – FONTE 494
07.003.10.302.0019.2.046.3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA – FONTE 494
PRORROGAÇÃO PRAZO DE EXECUÇÃO: de 01 de janeiro de 2026 a 01 de março de 2026**.**
PRORROGAÇÃO PRAZO DE VIGÊNCIA: de 01 de janeiro de 2026 a 01 de março de 2026.
VALOR TOTAL: R$ 382.720,00 – trezentos e oitenta e dois mil, setecentos e vinte reais.
CONTRATADA: MED NEWS GESTÃO EM SAÚDE S/A - CNPJ: 32.810.983/0001-18.
DATA: 16/12/2025.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:06C05F05

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 428/2025

Estabelece a contagem regular de prazos licitatórios nos dias de Ponto Facultativo.

O Prefeito Municipal de Contenda Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 70, incisos IV daLei OrgânicaMunicipal:
DECRETA:
Art. 1º Estabelece a contagem regular dos prazos em processos licitatórios nos dias de ponto facultativo previsto entre os dias 22 de dezembro de 2025 ao dia 31 de dezembro 2025.
§ 1º Consideram como dias úteis os prazos dispostos no caput deste artigo.
§ 2º Não ocorrerá suspensão de prazos para os processos licitatórios em andamento que envolvam recursos oriundos de transferências de outros entes e que necessitam obrigatoriamente a sua conclusão no ano corrente.
§ 3º Para os processos licitatórios que não atendam o previsto no §2º, haverá a suspensão dos prazos indicados no caput deste artigo.
Art. 2º Ficam convocados os servidores que atuam nos respectivos certames para que sejam realizados os procedimentos necessários, quais sejam; licitações, procuradoria, secretaria responsável, departamento contábil e demais departamentos, objetivando a conclusão do certame.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data e revoga disposições contrárias.
Contenda Paraná, 17 de dezembro de 2025.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliézer Lima Reis
Código Identificador:30C6424E

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
RESOLUÇÃO Nº 004/2025

"Institui o Protocolo e Fluxo de Atendimento às Situações de Violência contra Crianças e Adolescentes no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo de Contenda – PR e dá outras providências".

O(A) SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO DE CONTENDA – PR, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal de 1988, especialmente no art. 227, que assegura à criança e ao adolescente o direito à proteção integral;
CONSIDERANDO o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069/1990), que estabelece a responsabilidade compartilhada entre família, Estado e sociedade na garantia dos direitos de crianças e adolescentes;
CONSIDERANDO a obrigatoriedade legal de comunicação e notificação de situações de suspeita ou confirmação de violência contra crianças e adolescentes por parte dos profissionais da educação;
CONSIDERANDO o papel estratégico das instituições educacionais e de seus profissionais na identificação precoce, prevenção, proteção e encaminhamento de situações de violência;
CONSIDERANDO a necessidade de padronizar procedimentos, fluxos e responsabilidades no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Contenda;
CONSIDERANDO que o **Protocolo e Fluxo de Atendimento às Situações de Violência contra Crianças e Adolescentes** foi submetido à apreciação da Rede de Proteção;
CONSIDERANDO o **Parecer Técnico favorável do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Contenda**;
CONSIDERANDO o **Parecer Técnico favorável do Conselho Municipal de Educação do Município de Contenda**;
RESOLVE:
Art. 1º
Instituir, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo de Contenda – PR, o **PROTOCOLO E FLUXO DE ATENDIMENTO ÀS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**, destinado à identificação, notificação, encaminhamento e acompanhamento de casos de suspeita ou confirmação de violência envolvendo estudantes da Rede Pública Municipal de Ensino.
Art. 2º O Protocolo ora instituído fundamenta-se nos princípios da **proteção integral**, da **prioridade absoluta**, do **interesse superior da**

criança e do adolescente, do **sigilo das informações** e do **trabalho em rede**, conforme previsto na legislação vigente.

Art. 3º O Protocolo e Fluxo de Atendimento instituído por esta Resolução passa a integrar os instrumentos normativos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo de Contenda, constituindo referência obrigatória para a atuação institucional.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.
Silvana Cavalim de Souza

PROTOCOLO E FLUXO DE ATENDIMENTO ÀS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO DE CONTENDA- PR

2025
Elaborado por :

Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo
Silvana Cavalin
Assessoria pedagógica:
Lilian Kelly Wietzycoski
Thais Feitosa Verastegui
Juliana Andrea Vieira da Silveira dos Anjos
Thays de Cássia Ramos Fernandes
Genoveva Mordaski Hornung
Alessandra Mari Raksa
Suzana de Fátima Nunes Correia
Administrativo:
Aline dos Santos Drobnieski
Rosane Gregovsky Gomes
Luana Caroline Pavlick
Mayara Inaye Yoshie Genovez Komine - Nutrição**:**
Michele Rosiane Peres Rudek de Souza - - Nutrição:
Heloísa Pereira Ferreira dos Santos - Biblioteca
Mariza Stanislovski Bubniak - Recepção
Andressa Sobota knapik - Psicopedagoga
Liriane Rogovski Mendes - Psicopedagoga
Amanda dos Santos - Fonoaudióloga
Lucineide Inácia Barbosa - Terapeuta Ocupacional
Luelen Maria Schuster Prata - Psicóloga
Consultoria Lisiane Ap Hudzinski
HDG SOLUÇÔES LTDA

SUMÁRIO:

1. Apresentação
1.1 Objetivos
1.1.1 Objetivo Geral
1.1.2 Objetivos Específicos
1.2 Abrangência
1.3 Público-Alvo
2. Base Legal

2.1 Legislação Federal
2.2 Legislação Estadual (Paraná)
2.3 Normativas Municipais de Contenda
3. Conceitos e Tipos de Violência
3.1 Violência Física
3.2 Violência Psicológica / Bullying
3.3 Violência Sexual
3.4 Negligência e Abandono
3.5 Trabalho Infantil e Exploração Econômica
3.6 Violência Comunitária ou Institucional
3.7 Autolesão e Violência Autoprovocada
3.8 Outras Formas de Violação de Direitos
3.9 Bullying e Cyberbullying (Violência entre Pares)
3.10 Violências Discriminatórias
4. Papéis da Educação e Dever de Notificação
4.1 Princípios Gerais de Atuação
4.2 Dever de Notificação
4.3 Papéis Específicos na Comunidade Escolar
4.4 Sigilo e Proteção de Dados
4.5 Quando Notificar
5. Fluxos Diferenciados por Situação
5.1 Violência Intrafamiliar
5.2 Violência Sexual
5.3 Autolesão e Violência Autoprovocada
5.4 Violência Comunitária ou Extraescolar
5.5 Negligência ou Falta de Cuidados
5.6 Situações com o Responsável como Agressor
5.7 Risco Iminente à Criança em Caso de Violência Familiar
5.8 Atendimento de Urgência e Emergência em Saúde na Escola
5.9 Bullying e Cyberbullying
6.Fluxograma Geral e Subfluxos
6.1 Fluxograma Geral
6.2 Orientações para Leitura do Fluxograma
7. Passo a Passo de Atuação da Escola
7.1 Identificação
7.2 Registro
7.3 Comunicação Interna
7.4 Sigilo
7.5 Encaminhamento
7.6 Acompanhamento
7.7 Registro de Evidências e Provas
8. Rede de Proteção de Contenda
8.1 Conselho Tutelar
8.2 CREAS
8.3 CRAS
8.4 UBS e CAPS
8.5 Delegacia / Polícia Militar
8.6 Ministério Público e Fórum Regional
8.7 SCFV – Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
8.8 Educação
9. Modelos de Documentos
9.1 Comunicação ao Conselho Tutelar
9.2 Comunicação ao CRAS / CREAS
9.3 Comunicação à UBS / CAPS
9.4 Notificação ao Ministério Público
9.5 Registro Interno Escolar
10. Anexos
10.1 Ficha SINAN – Violência Interpessoal e Autoprovocada
10.2 Ficha de Notificação Própria da Educação
10.3 Modelos de Relatórios
10.3.1 Relatório de Observação Escolar
10.3.2 Relatório de Encaminhamento à Rede
10.3.3 Relatório de Acompanhamento
10.4 Termo de Sigilo e Responsabilidade
10.5 Outros Anexos Relevantes
11. Responsabilidades e Prazos
11.1 Escola
11.2 Direção / Coordenação Escolar
11.3 Conselho Tutelar
11.4 CRAS / PAEFI
11.5 CREAS
11.6 UBS / CAPS
11.7 Secretaria Municipal de Educação
11.8 Demais Órgãos da Rede de Proteção

1. APRESENTAÇÃO

A proteção integral de crianças e adolescentes é um dever compartilhado entre a família, o Estado e a sociedade, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e demais legislações nacionais. No âmbito da educação, os profissionais das instituições escolares assumem papel estratégico na identificação, prevenção, comunicação e encaminhamento de situações de violência, uma vez que são atores que mantêm contato cotidiano e direto com crianças e adolescentes.

Este protocolo tem como finalidade organizar e padronizar o fluxo municipal de atendimento a casos de violência, suspeita ou confirmação, envolvendo estudantes da rede pública municipal de Contenda, integrando a atuação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo com os demais órgãos da rede de proteção.

A elaboração deste documento parte da necessidade de fortalecer os mecanismos de prevenção, detecção precoce, proteção e responsabilização, em consonância com os princípios da proteção integral e do interesse superior da criança e do adolescente. Além

disso, considera a obrigatoriedade legal de notificação pelos profissionais da educação quando identificadas situações de risco ou violação de direitos.
Este protocolo será referência para todas as unidades escolares, profissionais da educação, gestão pedagógica e demais atores que atuam direta ou indiretamente com estudantes do município, constituindo instrumento orientador, normativo e operacional.

1.1. Objetivos

1.1.1. Objetivo Geral:

Estabelecer diretrizes, responsabilidades e fluxos padronizados para a identificação, notificação, encaminhamento e acompanhamento de situações de violência contra crianças e adolescentes no âmbito da rede municipal de educação de Contenda.

1.1.2. Objetivos Específicos:

Padronizar procedimentos de observação, escuta qualificada, registro, comunicação interna e externa;
Orientar o encaminhamento aos órgãos competentes da rede de proteção;
Garantir a proteção integral e o sigilo das informações;
Qualificar a atuação dos profissionais da educação diante de situações de suspeita ou confirmação de violência;
Fortalecer a articulação intersetorial entre educação, assistência social, saúde, sistema de justiça e segurança pública;
Instrumentalizar as escolas quanto às medidas emergenciais e preventivas;
Assegurar o cumprimento da legislação vigente, especialmente a Lei nº 13.431/2017 e o ECA;
Estabelecer critérios para registros internos e notificações formais aos órgãos competentes;
Organizar modelos de comunicação padrão e documentos anexos para uso institucional.

1.2. Abrangência

Este protocolo se aplica a todas as instituições e serviços vinculados à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo de Contenda, incluindo:
Escolas urbanas e rurais;
Centros de Educação Infantil;
Programas de educação integral;
Transporte escolar;
Também abrange a articulação direta com a rede de proteção do município, incluindo: Conselho Tutelar, CREAS, CRAS, CAPS, UBS, SCFV, Delegacia, Ministério Público, Judiciário e demais órgãos ligados à garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

1.3. Público-Alvo

Este documento é destinado a todos os profissionais que atuam na rede municipal de educação de Contenda, entre eles:
Professores(as) e pedagogos(as);
Diretores(as), vice-diretores(as) e coordenadores(as);
Psicólogos(as), assistentes sociais e equipes multiprofissionais vinculadas à educação;
Monitores, estagiários e cuidadores;
Profissionais da alimentação escolar;
Equipes administrativas e de apoio;
Conselhos escolares e gestores institucionais.
Transporte escolar (monitores de transporte escolar, motoristas)
Assessoria Pedagógica da Secretaria;
Diretor de disciplina e monitor de disciplinas;
Secretários(as) escolares;
Profissionais de suporte (merenda, serviços gerais, monitores, cuidadores, oficineiros, atendentes, profissionais de apoio escolar, monitores de transporte).
Também serve como referência técnica para os órgãos da rede intersetorial de proteção, com vistas à atuação articulada, padronizada e eficiente.

2. BASE LEGAL

A atuação dos profissionais da educação diante da suspeita ou confirmação de violências contra crianças e adolescentes deve estar alinhada com o ordenamento jurídico vigente. A seguir, apresentam-se as principais normativas que embasam este protocolo.

2.1. Legislação Federal

a) Constituição Federal de 1988 – Art. 227 - Estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com absoluta prioridade, os direitos à vida, saúde, educação, dignidade, convivência familiar e comunitária, protegendo-os de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência e opressão.

b) Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) - Define crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e estabelece mecanismos de proteção integral, prevendo:
Dever de comunicação obrigatória pelos profissionais diante de suspeita ou confirmação de violência (Art. 13 e Art. 245);
Responsabilidade dos órgãos públicos e instituições na proteção dos direitos violados;
Medidas protetivas e atuação do Conselho Tutelar.

c) Lei nº 13.431/2017 (Lei da Escuta Protegida) - Dispõe sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Estabelece:
Escuta especializada para fins de atendimento;
Depoimento especial para fins judiciais;
Proibição de revitimização e exposição inadequada;
Obrigatoriedade de notificação e encaminhamento à rede.

d) Lei nº 8.142/1990 e Lei nº 8.080/1990 - Organizam o SUS e o controle social, garantindo atendimento à saúde integral, incluindo saúde mental e atendimento a situações de violência.

e) Política Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes - Prevê ações intersetoriais entre educação, saúde, assistência e sistema de justiça.

f) Lei nº 9.394/1996 (LDB) - Estabelece que a escola deve promover a formação integral do educando e garantir ambiente seguro, ético e protetivo.

g) Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) - Inclui crianças e adolescentes como potenciais vítimas indiretas de violência doméstica, prevendo desdobramentos quando a agressão ocorre no ambiente familiar.

2.2. Legislação Estadual (Paraná)

Constituição Estadual do Paraná

Lei Estadual nº 16.371/2009 – Política Estadual de Atendimento à Criança e ao Adolescente

Decreto Estadual nº 1234/2017 – Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco e Violência

Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual

Normativas da SEED sobre notificação e proteção escolar

2.3. Normativas Municipais de Contenda

Para fins deste documento, considera-se:
O Sistema de Garantia de Direitos no município;
A atuação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);
As responsabilidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

3. CONCEITOS E TIPOS DE VIOLÊNCIA

A conceituação adequada das formas de violência é essencial para orientar a identificação, o registro e o encaminhamento correto pelas unidades escolares. A Lei nº 13.431/2017, o Estatuto da Criança e do Adolescente e documentos técnicos do Ministério dos Direitos Humanos e do Ministério da Saúde fundamentam as definições que seguem.

3.1. Violência Física

Caracteriza-se por qualquer ação que cause dor, lesão ou dano ao corpo da criança ou adolescente. Inclui, mas não se limita a:
Tapas, empurrões, socos, chutes, beliscões;
Castigos físicos com objetos (cintos, varas, cabos, fios);
Queimaduras propositalmente causadas;
Sacudir bebês ou crianças pequenas;
Agressões com uso de força que deixem ou não marcas visíveis.
A Lei nº 13.010/2014 (Lei Menino Bernardo) proíbe o uso de castigo físico ou tratamento cruel e degradante como prática educativa.

3.2. Violência Psicológica/Bulling.

Manifesta-se por ações que causem sofrimento emocional, humilhação, medo, intimidação ou danos ao desenvolvimento afetivo. Inclui:
Ameaças, xingamentos, humilhações e ridicularização;
Rejeição, isolamento forçado ou abandono afetivo;
Chantagens, constrangimentos, discriminação e comentários depreciativos;
Práticas que geram medo, ansiedade ou submissão.
Pode ocorrer no ambiente familiar, comunitário ou escolar, inclusive na forma de bullying.

3.3. Violência Sexual
Compreende qualquer situação em que a criança ou adolescente seja usado para fins sexuais, com ou sem contato físico, por pessoa adulta ou por outro menor em condição de poder. Envolve:
Abuso sexual: atos libidinosos com ou sem penetração;
Assédio e aliciamento;
Pornografia infantil (produção, consumo ou compartilhamento);
Exposição sexual;
Exploração sexual comercial.
É crime, independe de consentimento, conforme o ECA, Código Penal e Lei 13.431/2017.
3.4. Negligência e Abandono
Caracterizada pela omissão dos responsáveis em oferecer cuidados básicos necessários ao desenvolvimento, proteção e bem-estar. Inclui:
Falta de cuidados com higiene, alimentação e saúde;
Ausência de acompanhamento escolar;
Falta de proteção contra riscos e violências;
Criança deixada sozinha ou entregue a terceiros sem segurança;
Responsável ausente no ponto de entrega (casa) no horário do transporte escolar;
Reincidência de faltas injustificadas à escola.
Faltas em Reuniões escolares;
Falta de observação na agenda;
Falta de materiais escolares (básicos)
A negligência pode ser crônica, eventual ou decorrente de vulnerabilidade social, exigindo encaminhamento para avaliação técnica.
3.5. Trabalho Infantil e Exploração Econômica
Inclui qualquer forma de atividade laboral realizada por menores de 16 anos (exceto na condição de aprendiz a partir dos 14), conforme a Constituição e o ECA.
Exemplos:
Trabalho doméstico não protegido;
Atividades agrícolas ou comerciais;
Pedidos forçados (esmolas, venda, mendicância);
Exploração em atividades ilícitas;
Trabalho que comprometa estudo, saúde, lazer ou dignidade.
3.6. Violência Comunitária ou Institucional
Abrange situações de agressão; ameaça ou violência verbal (comunicação violenta) no território ou em instituições. Pode ser praticada por:
Vizinhos, membros da comunidade, outros estudantes;
Agentes institucionais (professores, cuidadores, transporte escolar, funcionários públicos);
Organizações criminosas ou abuso de poder.
3.7. Autolesão e Violência Autoprovocada
Envolve comportamentos que indicam intenção de se ferir, com ou sem planejamento suicida. Inclui:
Cortes, queimaduras ou pancadas autoinduzidas;
Tentativas de suicídio;
Menções verbais ou escritas de morte, desejo de desaparecer ou ideação suicida.
3.8. Outras Formas de Violação de Direitos
Podem incluir:
Situações de tráfico de pessoas;
Casamento ou união infantil;
Abandono intelectual;
Violência patrimonial;
Alienação parental prejudicial ao desenvolvimento.
3.9. Bullying e CyberBulling (Violência entre Pares)
Configura-se como atos intencionais e repetitivos de intimidação, agressão ou humilhação entre crianças e adolescentes, geralmente em contexto escolar ou comunitário, com desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas. Pode ocorrer de forma presencial ou virtual (cyberbullying).
Apelidos pejorativos, insultos, deboches e provocações constantes;
Isolamento social, exclusão de atividades ou grupos;
Disseminação de boatos, humilhações públicas ou constrangimento deliberado;
Agressões físicas ou empurrões intencionais e recorrentes;
Danos a materiais escolares ou pertences pessoais;
Ataques e ameaças por redes sociais, mensagens ou imagens (cyberbullying).
O bullying pode causar sofrimento psicológico, evasão escolar, automutilação e outras formas de violência autoprovocada, exigindo notificação e acompanhamento.
3.10. Violências Discriminatórias (Racismo, Capacitismo, Homofobia e Outras Intolerâncias)
São ações, omissões ou discursos que inferiorizam, constrangem ou violentam a criança ou adolescente com base em características identitárias, físicas, culturais, religiosas, de gênero ou orientação sexual. Incluem:
Ofensas, piadas, apelidos ou estereótipos relacionados à cor, raça, etnia ou origem (racismo, xenofobia);
Desvalorização, exclusão, ridicularização ou negação de acessibilidade a pessoas com deficiência (capacitismo);
Comentários preconceituosos, violência verbal, exclusão ou agressões por motivo de identidade de gênero ou orientação sexual (LGBTfobia/homofobia/transfobia);
Negação de direitos, oportunidades ou atendimento adequado por motivo discriminatório;
Comportamentos hostis motivados por religião, aparência, classe social, condição de saúde ou nacionalidade.
Essas violências possuem enquadramento legal específico (Lei 7.716/1989, ECA, Constituição Federal, Lei 14.532/2023) e demandam registro, proteção imediata e comunicação aos órgãos competentes quando configuradas.

4. PAPÉIS DA EDUCAÇÃO E DEVER DE NOTIFICAÇÃO
A escola é uma instituição estratégica na proteção integral de crianças e adolescentes. Sua responsabilidade está prevista na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na Lei nº 13.431/2017 e nas normativas educacionais nacionais, estaduais e municipais.
Este capítulo define os papéis e os deveres de cada segmento da comunidade escolar diante da suspeita ou confirmação de violência.
4.1. Princípios Gerais de Atuação da Educação
Proteção integral e prioridade absoluta (Art. 227 da Constituição e Art. 4º do ECA);
Dever de comunicar suspeita ou confirmação de maus-tratos (Art. 13 do ECA);
Proibição de omissão ("silêncio institucional"); Lei Henry Borel L14.344
Sigilo profissional e proteção de dados sensíveis;
Não revitimização da criança/adolescente; L14.321
Articulação com a rede intersetorial (saúde, assistência, conselho tutelar, justiça);
Registro formal e documental das ocorrências.
4.2. Dever de Notificação
O Art. 245 do ECA determina que:
"Deixar o responsável por estabelecimento de ensino fundamental de comunicar ao Conselho Tutelar os casos de que tenha conhecimento envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente constitui infração administrativa."
*Portanto, não é necessário o relato direto da vítima para que a escola acione a rede. A **suspeita já é suficiente**, e **a escola não precisa comprovar a violência** para registrar e encaminhar.*

4.3. Papéis Específicos na Comunidade Escolar
a) Professores
Observar comportamentos, sinais físicos e mudanças de rendimento;
Registrar informações em formulário ou livro próprio;
Comunicar imediatamente a equipe gestora ou pedagógica;
Não investigar, não interrogar e não julgar a situação;
Preservar a integridade emocional do estudante.
Sigilo ;
b) Direção Escolar – Coordenação Pedagógica
Ouvir o professor e validar o registro interno do ocorrido;
Verificar histórico escolar e de atendimentos;
Articular com a equipe e com o profissional de referência;
Encaminhar formalmente ao Conselho Tutelar, CREAS ou UBS, conforme o caso;
Acionar rede conforme gravidade e protocolo;
Garantir que nenhuma denúncia ou suspeita seja omitida;
Comunicar à Secretaria Municipal de Educação em casos graves ou recorrentes;
Sigilo ;

c) Equipe Multiprofissional
Auxiliar na escuta qualificada e no acolhimento;
Orientar os profissionais da escola;
Articular com CRAS, CREAS, CAPS, UBS, CMDCA e CT;
Contribuir com relatórios técnicos para órgãos competentes;
Acompanhar os casos de média e longa duração.
Sigilo ;
e) Profissionais de Apoio, Estagiários, Merendeiras atendentes, assistente operacionais, monitores, motoristas, secretários escolares, monitores de disciplina, diretores de disciplina, gestoras;
Comunicar situações percebidas à direção e equipe pedagógica;
Não deixar de relatar por medo, dúvida ou pressão familiar;
Proteger a identidade da criança ou adolescente.
Sigilo ;
f) Transporte Escolar
Observar comportamentos no trajeto;
Informar imediatamente a escola sobre sinais de violência, abandono ou negligência;
Relatar situações em que o responsável negligencia embarque ou desembarque.
Sigilo ;
4.4. Sigilo: Responsável e Proteção de Dados
Todos os profissionais devem observar a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), mantendo:
Sigilo das informações internas;
Restrição de acesso aos registros;
Proibição de exposição da identidade da vítima ou família sem justa causa;
Comunicação segura apenas aos envolvidos e órgãos competentes.
O sigilo é princípio obrigatório no tratamento de situações de suspeita ou confirmação de violência contra crianças e adolescentes no ambiente escolar. Todos os profissionais devem garantir a proteção da identidade, da imagem e das informações do estudante e de sua família. São diretrizes fundamentais:
Não expor o caso em conversas informais ou entre pessoas não envolvidas no atendimento;
Evitar comentários em sala dos professores, corredores, transporte escolar ou grupos de mensagens;
Manter registros físicos e digitais em local seguro, com acesso restrito à equipe gestora e aos responsáveis pelo encaminhamento;
Proteger a criança/adolescente de constrangimentos, rotulações e represálias;
Compartilhar dados somente com órgãos competentes (Conselho Tutelar, Ministério Público, CREAS, CRAS, Delegacia, etc.) conforme a legislação vigente.
A quebra de sigilo institucional ou a exposição indevida pode configurar violação ética, funcional e legal, sujeita a responsabilização administrativa, civil e penal.

4.5 Quando Notificar?
A notificação deve ocorrer quando houver:
- Sinais físicos suspeitos ou recorrentes;
- Relatos verbais ou escritos do estudante;
- Mudanças bruscas de comportamento;
- Ausências repetidas e sem justificativa;
- Indícios de negligência, exploração, abuso ou abandono;
- Situações de agressão entre pares
-Descaso em orientações e encaminhamentos feitos pela escola
- Reincidência dos fatos
- Situações observadas por funcionários, transporte ou colegas.
- Quaisquer Situações de agravos relacionadas a criança/adolescente já em acompanhamento da REDE.
*A escola **não investiga os fatos** — ela **registra, notifica e encaminha** aos órgãos da rede.*

5. FLUXOS DIFERENCIADOS POR SITUAÇÃO
Cada forma de violência exige um encaminhamento específico, respeitando o grau de urgência, o risco à vida e a atribuição legal de cada órgão da rede. A escola **não atua sozinha**, mas é o principal ponto de identificação e comunicação.
A seguir, são apresentados os principais tipos de situações e os respectivos fluxos.
5.1. Violência Intrafamiliar
Situações que envolvem agressão, abuso, negligência ou ameaça praticada por pais, responsáveis ou pessoas do núcleo familiar.
Fluxo:
Registrar observações ou relatos em ATA, ou ainda em formulário próprio, incluindo data, hora, envolvidos e descrição objetiva dos fatos.
Comunicar imediatamente à direção, que por sua vez irá validar o registro e encaminhar;
A direção notifica o **Conselho Tutelar**, sempre por escrito (relatório)
Se houver risco iminente → acionar também Delegacia/PM, considerar risco iminente o risco a vida e a integridade da criança.
Registrar internamente e acompanhar. Registro em ATA e ficha da criança para acompanhamento da coordenação pedagógica.
Obs: Se houver risco iminente → acionar através de contato direto, por telefone para encaminhamentos e orientações.
5.2 Violência Sexual
Envolve abuso, exploração, aliciamento, pornografia ou suspeita de violação sexual.
Se houver suspeita ou confirmação:
Não interrogar a vítima → evitar revitimização;
Registrar observações ou relatos em ATA, ou ainda em formulário próprio, incluindo data, hora, envolvidos e descrição objetiva dos fatos.
Comunicar imediatamente à direção, que por sua vez irá validar o registro e dar os encaminhamentos;
Acionar Equipe multi se necessario, preencher (FICHA SINAN) em 3 (três) via e encaminhar imediatamente via email. Conselho Tutelar / Vigilância Epidemologica / CREAS
Em casos de risco iminente comunicar/encaminhar:
Conselho Tutelar (prioritário);
Hospital: lesão corporal (hematomas, sangramentos, dente quebrado, queimaduras e outros indícios de violência sexual);
Delegacia de Polícia: Realizar Boletim de ocorrência identificando lesão corporal (hematomas, sangramentos, dente quebrado, queimaduras e outros indícios de violência sexual);
Policia Militar: em caso de necessidade de garantir proteção da vitima;
Em caso de suspeita , encaminhamento ao Hospital Municipal para atendimento médico (se necessário); observando as 72 horas do ocorrido.
Notificação obrigatória 3 vias - (SINAN);
Comunicação à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, através de relatório ou ainda formulário próprio (casos graves ou de alta repercussão).
5.3 Autolesão e Violência Autoprovocada
Inclui ideação suicida, automutilação, tentativas de suicídio ou verbalizações de morte.
Fluxo:
Conforme gravidade:
Sinais leves (fala, rascunhos, comportamentos):
Registrar observações ou relatos em ATA, ou ainda em formulário próprio, incluindo data, hora, envolvidos e descrição objetiva dos fatos.
Comunicar direção e equipe técnica multiprofissional; esta irá fazer os encaminhamentos e agendar reunião com os responsáveis;
Encaminhar à UBS para avaliação e conduta, CAPS para acolhimento;
Em caso de não conseguir contato com os responsáveis, notificar Conselho Tutelar se ausência de responsável.
Situação grave ou emergência: risco de agravos, sangramentos, lesões
Registrar observações ou relatos em ATA, ou ainda em formulário próprio, incluindo data, hora, envolvidos e descrição objetiva dos fatos.
Comunicar direção e equipe técnica multiprofissional; esta irá fazer os encaminhamentos e agendar reunião com os responsáveis;
Acionar Ambulância conduzir ao Hospital Municipal;
Comunicar Conselho Tutelar;
Notificar família (se não for fator de risco);
Registrar ficha SINAN. (encaminhar em 3 (três) vias)
5.4 Violência Comunitária ou Extraescolar
Envolve agressões, ameaças, tiroteios, brigas de rua, racismo, bullying comunitário, tráfico ou violência no trajeto da escola. (ou dentro do transporte escolar)
Fluxo:

Ao tomar ciência do fato ocorrido extra muros, o profissional que recebeu/tomou ciência da agressão, deve registrar em ATA o relato daquele que comunicou a situação (podendo ser o aluno ou outro)
Informar a Direção para encaminhamentos;
Direção comunica os responsáveis (agenda ou contato telefônico), informa Conselho Tutelar (notifica – relatório), se for o caso notifica o responsável da Central de Transporte sobre o ocorrido;
Se ameaça à integridade → acionar Polícia Militar;
Se risco a saúde, (lesões, hematomas, sangramentos, dor e febre) encaminhar através da Ambulância ao Hospital
Acionar CRAS/CREAS em caso de vulnerabilidade familiar;
Garantir proteção e acompanhamento escolar.

5.5. Negligência ou Falta de Cuidados pelo Responsável

Inclui abandono, ausência de supervisão, falta de higiene, fome, vestuário precário, faltas recorrentes e não justificadas.

Fluxo:

Registrar observações ou relatos em ATA, ou ainda em formulário próprio, incluindo data, hora, envolvidos e descrição objetiva dos fatos;
Contato com a família (se não for fator de risco a saúde);
Direção Notifica Conselho Tutelar; relatorio dos fatos e conduta;
Acionamento do CRAS (PAIF) ou CREAS, conforme gravidade; através de relatorio com descrição detalhada dos fatos e conduta;
Acompanhamento em ambiente escolar, e notificação posterior a REDE, se reincidente.

5.6. Situações que envolvem o próprio responsável como agressor

Quando a violência parte do pai, mãe, padrasto, madrasta ou responsável direto.

Fluxo prioritário:

Registrar observações ou relatos em ATA, ou ainda em formulário próprio, incluindo data, hora, envolvidos e descrição objetiva dos fatos;
Comunicar imediatamente a Direção ;
A Direção NÃO deve comunicar a família antes da proteção;
Relato sigiloso ao Conselho Tutelar; contato imediato por telefone;
Caso de risco iminente aciona a PM/Delegacia;
Preservação da criança/adolescente na escola;
Acionamento da rede especializada (CREAS, CAPS, Saúde) – através de relatorio contextualizado;
Se houver risco imediato:
Acionar PM (190) ou Delegacia;
Solicitar proteção à rede emergencial.

5.7. Risco Iminente à Criança em Caso de Violência Familiar

O risco iminente é a situação em que a criança ou adolescente encontra-se imediatamente exposto a perigo sério à sua integridade física, psicológica ou emocional, de forma que a permanência no ambiente familiar possa resultar em lesão, sofrimento intenso ou ameaça à vida.

a) Indicadores de risco iminente incluem, mas não se limitam a:

Agressões físicas recentes ou em curso, como tapas, socos, queimaduras ou chutes;
Ameaças de morte ou de ferimentos graves por pais, responsáveis ou pessoas do núcleo familiar;
Indícios de violência sexual, abuso ou exploração; lesão em genitálias;
Negligência severa e imediata que comprometa saúde, alimentação, abrigo ou higiene básica; tortura, agressões; privação de alimentos e/ou sono;
Comportamento da criança demonstrando medo extremo, ansiedade, retraimento ou tentativa de fuga do domicílio; choro em desespero ao ver os pais ou próximo ao horário de termino da aula
Exposição direta a situações de violência doméstica intensa ou episódios graves de agressão entre familiares na presença da criança.

b) Procedimentos em caso de risco iminente percebido na escola:

Preservar a segurança da criança: não confrontar o agressor, manter a criança em local seguro dentro da unidade escolar;
Registrar o ocorrido em ATA, descrevendo fatos observados, datas, horários, envolvidos e sinais físicos ou emocionais;
Comunicar imediatamente à direção da escola;
Direção vai Acionar Conselho Tutelar e Delegacia ;
Se houver ameaça à vida ou agressão em curso (invasão da escola pelos suspeitos e agressores, tentar retirar a criança da escola antes da chegada o Conselho Tutelar), acionar Polícia Militar ou Delegacia;
Encaminhar ao acompanhamento contínuo da criança, com suporte da rede de proteção e sigilo absoluto quanto às informações.

A identificação rápida e o registro detalhado são fundamentais para prevenir danos graves e assegurar proteção imediata, resguardando o direito à vida, à integridade física e ao desenvolvimento saudável da criança ou adolescente.

5.8. Atendimento de Urgência e Emergência em Saúde na Escola:
Situações como convulsão, queda, desmaio, engasgo, choque, mal súbito, crise respiratória, etc.

a) O que configura situação de urgência/emergência:

Quando a criança ou adolescente apresenta sinais que colocam sua integridade física ou vida em risco imediato, exigindo intervenção rápida e adequada antes da chegada da família ou serviços externos.

b) Procedimentos da Equipe Escolar:

1. Identificação e Primeira Ação Imediata
2. Interromper qualquer atividade e afastar os demais alunos do local;
3. Verificar nível de consciência, respiração e segurança do ambiente;
4. Nunca deixar a criança sozinha.

c) Prestar os Primeiros Cuidados (dentro dos limites da competência da escola):

Convulsão: acionar apoio (profissional mais próximo) comunicar imediatamente direção para chamar a Ambulância para encaminhamento Hospitalar e comunicar o responsável para acompanhar;
Orientações :
Não deixar o aluno (a) sozinho por nenhum minuto
Proteger de impactos (afastar objetos);
Não conter os movimentos;
Não colocar nada na boca;
Acompanhar o tempo da crise;
Posicionar de lado após cessar a convulsão (posição lateral de segurança).
Queda ou Trauma: acionar apoio (profissional mais próximo) comunicar imediatamente direção para chamar a Ambulância para encaminhamento Hospitalar e comunicar o responsável para acompanhar;
Orientações:
Não deixar o aluno (a) sozinho por nenhum minuto
Evitar movimentar o estudante, principalmente se houver suspeita de fratura ou traumatismo craniano;
Controlar sangramentos com compressão limpa e leve;
Observar sinais de dor, confusão ou desmaio.
Desmaio ou Mal Súbito: acionar apoio (profissional mais próximo) comunicar imediatamente direção para chamar a Ambulância para encaminhamento Hospitalar e comunicar o responsável para acompanhar;
Orientações:
Não deixar o aluno (a) sozinho por nenhum minuto
Colocar a criança deitada de barriga para cima;
Elevar as pernas, se possível;
Acompanhar respiração e responsividade.
Engasgo: acionar apoio (profissional mais próximo) comunicar imediatamente direção para chamar a Ambulância para encaminhamento Hospitalar e comunicar o responsável para acompanhar;
Orientações: (quando possível e conforme capacitação):
Não deixar o aluno (a) sozinho por nenhum minuto
Incentivar tosse se houver reflexo;
Aplicar manobra de Heimlich em caso de engasgo total, se houver servidor habilitado.

d) Acionamento de Serviço de Saúde:

Ligar imediatamente para a Ambulancia;
Informar: localização, idade aproximada, situação, nível de consciência e sintomas observados;
Se for viável (sem risco), preparar acesso ao local para os socorristas.

e) Comunicação à Direção e Registro:

Registrar em ATA e ficha do aluno(a) - data, horário, local, tipo de situação, ações adotadas, servidores envolvidos e quem foi acionado
Contato com a Família ou Responsável Legal - informar com clareza e objetividade sobre a situação e encaminhamentos;

Se o atendimento for urgente, a comunicação com a família acontece "paralelamente ao acionamento médico", nunca antes a prestação do socorro e prioritária.
f) Acompanhamento e Encaminhamento:
Um profissional da escola mantêm o acompanhamento da criança até a chegada do socorro;
Em casos de remoção, na ausência temporária do responsável, um profissional da escola acompanha a criança até o Hospital (emergência
g) Medidas de Proteção dos Demais Estudantes
Remover o público do local ou reorganizar a turma para evitar exposição e tumulto;
Manter sigilo e evitar comentários ou gravações.
5.9. Bullying e Cyberbullying
a) O que caracteriza a situação: Agressões físicas, verbais, emocionais, psicológicas ou virtuais, sistemáticas ou pontuais, que causem constrangimento, humilhação, exclusão, ameaça ou exposição da criança/adolescente, podendo ocorrer presencialmente ou por meios digitais (redes sociais, mensagens, jogos online, grupos de WhatsApp, etc.).

b) Procedimentos da Equipe Escolar:
1. Identificação da Situação:
Observar relatos, mudanças comportamentais, isolamento, quedas no rendimento, marcas físicas, choro frequente ou fal falas de medo, vergonha ou humilhação.
Considerar informações vindas de colegas, familiares ou professores.
2. Proteção e Acolhimento da Vítima:
Acolher o estudante sem exposição pública;
Garantir integridade emocional e física;
3. Registro Inicial:
Registrar a situação em ATA, com data e descrição do ocorrido; nome(s) dos envolvidos, se identificados; indícios, comportamentos observados ou relatos espontâneos; presença de conteúdo digital (prints, mensagens, áudios, vídeos).
Preservar qualquer material digital com responsabilidade e sigilo.
4. Comunicação Imediata à Equipe Gestora/Pedagógica:
Encaminhar o registro à direção, coordenação pedagógica ou setor responsável;
Não confrontar os estudantes diretamente e não julgar a situação no momento da constatação.
5. Análise Interna da Situação:
A direção/coordenação pedagogica verifica a gravidade, recorrência e impactos;
Identifica se há necessidade de acionar rede externa ou apenas medidas pedagógicas internas.
Ações internas: campanhas preventivas, informativos, formações, capacitações;

6. Possíveis Encaminhamentos após analise da equipe pedagógica:
Caso necessário, encaminhar ao serviço de apoio escolar (psicossocial, pedagógico ou orientação educacional).
Encaminhar para a saúde mental do município – agendar acolhimento no CAPS
Notificar o Conselho Tutelar - através de relatório (vitimas e agressores)
Informar os responsáveis – reunião para compartilhar o cuidado
7. Comunicação com Responsáveis:
A família da vítima deve ser comunicada com cautela e respeito à privacidade;
A família do(s) agressor(es) pode ser chamada para diálogo, conforme a gravidade e as normas da escola.
8. Encaminhamento para Rede de Proteção (se necessário)
. Acionar o Conselho Tutelar, CREAS ou outro órgão, quando:
Há reincidência ou situação grave;
Envolve violência física, ameaça, discriminação ou danos psíquicos;
Os responsáveis não comparecem ou não colaboram;
A dignidade, integridade ou segurança do estudante está comprometida.
Acionar a Delegacia / Boletim de Ocorrencia:
Em casos graves de cyberbullying com exposição, ameaça, racismo, pornografia ou incitação ao ódio, comunicar Ministério Público ou Delegacia Especializada.
9. Ações Pedagógicas e Preventivas:
Realizar rodas de conversa, atividades educativas, campanhas e projetos sobre respeito, cultura de paz e uso responsável da internet;
Mediar conflitos quando apropriado (sem revitimizar);
Avaliar a necessidade de apoio psicológico para vítima e agressor.

10. Sigilo e Proteção de Dados:
Evitar exposição dos envolvidos entre outras turmas, funcionários ou comunidade;
Não divulgar nomes, vídeos ou conversas em grupos escolares, redes ou murais;
Garantir tratamento ético das informações registradas.
11. Acompanhamento Continuado:
Monitorar a convivência entre os estudantes após a intervenção;
Registrar novas ocorrências, caso persistam;
Verificar necessidade de apoio externo (CRAS, CREAS, CAPSij, rede de saúde mental ou conselho tutelar).

6. FLUXOGRAMA GERAL E SUBFLUXOS
O fluxograma estabelece a sequência de ações que devem ser adotadas pelas unidades escolares e demais atores da rede de proteção de Contenda, garantindo agilidade, padronização e segurança para a criança ou adolescente.
6.1 Fluxograma Geral
Passos principais:
Identificação
Sinais físicos, emocionais ou relatos de violência observados por professores, equipe pedagógica, transporte escolar ou outros funcionários.
Registro Interno
Preenchimento da ATA **da escola** (observações objetivas, datas, horários, fatos percebidos).
Preservar sigilo e identidade da criança/adolescente.
Comunicação à Direção / Coordenação
Direção verifica registro e orienta encaminhamento inicial.
Avaliação preliminar do grau de risco.
Encaminhamento à Rede de Proteção
Conselho Tutelar: prioridade em todos os casos.
CREAS/PAEFI: casos com vulnerabilidade social, reincidência ou acompanhamento psicossocial.
UBS/CAPS: situações de saúde física ou mental.
Polícia Militar / Delegacia: emergências e risco imediato.
Ministério Público: situações graves, reincidentes ou envolvendo descumprimento de medidas protetivas.
Acompanhamento e Monitoramento
Registro das providências adotadas;
Feedback à escola (sem expor detalhes sensíveis);
Planejamento de medidas de proteção e reintegração.

6.2 Orientações para Leitura do Fluxograma
As setas representam a **sequência mínima de ação**; pode haver fluxos paralelos dependendo da gravidade.
Todos os registros devem ser **documentados e arquivados** na unidade escolar.
A comunicação à rede deve respeitar **sigilo e proteção da criança/adolescente**.
A atuação da escola é **observação, registro, notificação e acompanhamento**, nunca investigação ou julgamento.

7. PASSO A PASSO DE ATUAÇÃO DA ESCOLA
Este capítulo organiza de forma prática as etapas que a unidade escolar deve seguir ao identificar ou suspeitar de qualquer tipo de violência contra crianças e adolescentes, garantindo padronização, segurança e conformidade legal.
Identificação
Profissionais da escola devem **observar sinais físicos, emocionais ou comportamentais** suspeitos, incluindo: Mudanças repentinas de humor ou rendimento escolar;
Lesões ou marcas recorrentes no corpo;
Relatos de medo, angústia ou sofrimento;
Sinais de negligência (fome, vestuário inadequado, falta de higiene);
Comportamento agressivo ou autolesivo.
Registrar **objetivamente** o que foi percebido, sem interpretar ou julgar.

7.2 Registro
Utilizar **formulários internos padronizados , anexos**;
Anotar: Data, hora e local;
Observador e função;
Fatos percebidos e relato do estudante (se houver);
Elementos que possam indicar risco à integridade;
Assinar e arquivar o registro com **acesso restrito** à equipe pedagógica e direção.

7.3 Comunicação Interna
Encaminhar imediatamente o registro à **coordenação pedagógica ou direção**;
Não discutir a situação com outros alunos ou terceiros fora da rede de proteção;
Garantir **confidencialidade** e **proteção da criança/adolescente**.

7.4 Sigilo
Respeitar a **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)** e o **ECA**, mantendo:
Identidade da vítima protegida;
Compartilhamento restrito apenas aos órgãos competentes;
Registro de todos os acessos e comunicações.
O sigilo não impede a notificação obrigatória aos órgãos de proteção.

7.5 Encaminhamento
Avaliar o tipo de violência e encaminhar para o órgão competente:
Conselho Tutelar → todos os casos;
CREAS/CRAS → vulnerabilidade social, reincidência, acompanhamento psicossocial;
HOSPITAL/ UBS / CAPS → casos que envolvem saúde física ou mental;
Delegacia / Polícia Militar → risco imediato, crimes em flagrante;
Ministério Público → situações graves, reincidentes ou descumprimento de medidas protetivas.
Para violência sexual ou suspeita de crime, **não confrontar o agressor** e não colher depoimento da vítima sem escuta especializada.

7.6 Acompanhamento
Manter registro atualizado do encaminhamento e do acompanhamento do caso;
Verificar se a criança/adolescente recebeu atendimento e proteção adequados;
Participar das reuniões de articulação com a rede de proteção quando necessário;
Avaliar o impacto na vida escolar do estudante e providenciar suporte pedagógico ou psicológico;
Atualizar a Secretaria Municipal de Educação sobre casos graves ou recorrentes.

7.7 Registro de Evidências e Provas
Sempre que possível, anexar:
Fotos ou documentos que não exponham a vítima;
Relatórios médicos ou sociais quando disponíveis;
Testemunhos de funcionários ou colegas, de forma ética e sigilosa.
Evitar armazenar registros em dispositivos pessoais ou locais inseguros.

8. REDE DE PROTEÇÃO DE CONTENDA
A Rede de Proteção é formada por órgãos e serviços que atuam de forma articulada para garantir a segurança, integridade e direitos de crianças e adolescentes. A escola atua como **ponto de identificação e comunicação**, mas a proteção é compartilhada com toda a rede intersetorial.
8.1 Conselho Tutelar
Função principal: Garantir a proteção imediata da criança/adolescente em situação de risco ou violência.
Responsabilidades:
Receber denúncias da escola, família ou comunidade;
Avaliar a situação e aplicar medidas de proteção conforme Art. 101 do ECA;
Acionar CREAS, UBS/CAPS ou Polícia em casos específicos;
Acompanhar o cumprimento das medidas protetivas;
Registrar formalmente os atendimentos.

8.2 CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
Função principal: Atendimento psicossocial especializado em situações de violação de direitos.
Responsabilidades:
Acolher crianças, adolescentes e famílias;
Elaborar Plano de Atendimento Especializado (PAEFI);
Orientar sobre medidas legais e de proteção;
Articular com Conselho Tutelar, UBS/CAPS e escola;
Acompanhar reintegração familiar ou institucional.
8.3 CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
Função principal: Prevenção e acompanhamento de situações de vulnerabilidade social.
Responsabilidades:
Atendimento no âmbito do **PAIF**;
Orientação e acompanhamento de famílias;
Articulação com CREAS e escola;
Registro de casos de negligência, abandono ou vulnerabilidade.
8.4 UBS e CAPS – Saúde e Saúde Mental
UBS (Unidade Básica de Saúde)
Avaliação de sinais físicos de violência, saúde geral e vacinação;
Encaminhamento para especialistas, exames ou hospital, se necessário;
Orientação para prevenção e proteção.
CAPS (Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil)
Atendimento psicológico e psiquiátrico especializado;
Avaliação de autolesão, sofrimento psíquico ou violência psicológica;
Acompanhamento terapêutico e apoio às famílias.
8.5 Delegacia/Polícia Militar
Função principal: Garantir segurança, investigar crimes e proteger a integridade física.
Responsabilidades:
Atender emergências e flagrantes;
Coletar provas e formalizar boletins de ocorrência;
Encaminhar vítimas para atendimento médico e psicossocial;
Trabalhar em articulação com Conselho Tutelar e MP.
8.6 Ministério Público e Fórum Regional
Função principal: Fiscalizar o cumprimento da lei e assegurar proteção legal.
Responsabilidades:
Atuar em casos graves, reincidentes ou de descumprimento de medidas protetivas;
Propor medidas judiciais, quando necessário;
Receber notificações formais da escola ou Conselho Tutelar;
Acompanhar processos de destituição de guarda ou tutela.
8.7 SCFV – Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
Exemplos: Anjo da Guarda, Adolescentro
Função principal: Apoio psicossocial, educação complementar e prevenção de risco.
Responsabilidades:
Acolher crianças e adolescentes fora do horário escolar;
Identificar sinais de vulnerabilidade e violência;
Articular com escola, CRAS, CREAS e Conselho Tutelar;
Registrar ocorrências e encaminhar para proteção especializada.
8.8 Educação (Escolas Urbanas e Rurais)
Função principal: Identificação, registro, notificação e acompanhamento das situações de violência.
Responsabilidades:
Observar e registrar sinais de violência;
Comunicar à direção e órgãos da rede de proteção;
Garantir sigilo e proteção da criança/adolescente;
Acompanhar o caso em articulação com a rede;
Integrar informações em relatórios e protocolos institucionais.
9. MODELOS DE DOCUMENTOS
O uso de documentos padronizados é essencial para garantir **registro formal, clareza, integridade das informações e rastreabilidade** em casos de violência contra crianças e adolescentes. Todos os modelos devem respeitar **sigilo, proteção da identidade da vítima e obrigatoriedade legal de notificação**. **Registrar fatos observados, relatos e ações tomadas, com datas e responsáveis;**
Seguir a obrigatoriedade legal de notificação, conforme legislação vigente (ECA, Lei nº 13.431/2017, SINAN, etc.).
9.1 Comunicação ao Conselho Tutelar

a) Objetivo: Informar situações de violência, abuso, negligência ou risco iminente envolvendo crianças ou adolescentes.
b) Informações necessárias:
Dados da criança/adolescente (nome, idade, turma ou série, contato, se seguro);
Descrição objetiva da situação observada ou relatada, incluindo datas, horários, local e sinais físicos ou emocionais;
Medidas de proteção já adotadas pela escola;
Indicação de risco iminente, se houver.
c) Quem deve preencher:
Direção ou responsável pela unidade escolar.
Observação :
Manter sigilo absoluto, evitando divulgar nomes, detalhes que exponham a vítima ou julgamentos;
Utilizar linguagem neutra e factual, evitando termos pejorativos.
9.2 Comunicação ao CRAS / CREAS
a) Objetivo: Acionar a rede de proteção social para situações de vulnerabilidade familiar ou violência complexa.
b) Informações necessárias:
Dados da criança/adolescente e da família;
Histórico de episódios observados na escola;
Descrição objetiva do contexto familiar;
Ações já tomadas pela escola (comunicados anteriores, acompanhamento pedagógico).
c) Quem deve preencher:
Direção ou responsável pela unidade escolar.
Observação :
Manter sigilo absoluto, evitando divulgar nomes, detalhes que exponham a vítima ou julgamentos;
Utilizar linguagem neutra e factual, evitando termos pejorativos.
9.3 Comunicação à UBS / CAPS
a) Objetivo: Encaminhar crianças ou adolescentes que necessitam de atendimento de saúde física ou mental devido a violência, trauma ou risco à integridade.
b) Informações necessárias:
Dados do estudante e contatos de emergência;
Sinais clínicos ou comportamentais observados;
Histórico de episódios de violência ou acidentes na escola;
Intervenções já realizadas pela equipe escolar.
c) Quem deve preencher:
Direção ou responsável pela unidade escolar.
Observação :
Manter sigilo absoluto, evitando divulgar nomes, detalhes que exponham a vítima ou julgamentos;
Utilizar linguagem neutra e factual, evitando termos pejorativos.
9.4 Notificação ao Ministério Público
a) Objetivo: Garantir que casos graves, reincidentes ou de risco iminente sejam formalmente comunicados à autoridade legal competente.
b) Informações necessárias:
Dados da criança/adolescente e da família (quando pertinentes);
Relato objetivo de fatos, datas e horários;
Histórico de medidas adotadas pela escola e demais órgãos (Conselho Tutelar, CREAS, UBS);
Evidências documentais ou relatórios anteriores.

c) Quem deve preencher:
Direção ou responsável pela unidade escolar, com copia do registro da equipe técnica ou docente que observou a situação. Se houver, com auxilio/anuência da coordenação pedagogica e equipe multi
9.5 Registro Interno Escolar
a) Objetivo: Documentar todas as situações de violência, risco, atendimento emergencial e encaminhamentos realizados, garantindo rastreabilidade e acompanhamento interno.
b) Informações necessárias:
Dados básicos da criança/adolescente e turma;
Descrição objetiva de fatos, observações e relatos;
Medidas tomadas, profissionais envolvidos e contatos acionados;
Indicação de risco iminente, atendimento de urgência ou encaminhamento externo;
Datas, horários e assinatura dos responsáveis pelo registro.
c) Quem deve preencher:
Professor que observa a situação ou profissional designado;
Direção e equipe técnica validam e mantêm o registro atualizado.
Observação :
Manter sigilo absoluto, evitando divulgar nomes, detalhes que exponham a vítima ou julgamentos;
Utilizar linguagem neutra e factual, evitando termos pejorativos.
Preservar sigilo absoluto, armazenando registros em local seguro;
Compartilhar informações somente com equipe interna autorizada ou órgãos competentes conforme protocolo legal.

9.1. Modelo : Comunicação ao Conselho Tutelar

ESCOLA: _____
ENDEREÇO: _____
DATA: ___/___/_____

À Ilma. Coordenação do Conselho Tutelar de Contenda

Assunto: Comunicação de suspeita/violência contra criança/adolescente

Informamos que, conforme observação da equipe escolar, a criança/adolescente abaixo apresenta indícios de violência:

Nome: _____
Data Nasc: _____ Idade: _____ Sexo: _____
Responsavel(s) _____
Contatos: _____/_____/_____/_____ Endereço: _____
Descrição objetiva do ocorrido:
_____

Principais condutas adotadas:
_____

Encaminhamos para que sejam adotadas as providências legais cabíveis, conforme Art. 13 e 245 do ECA.

Atenciosamente,

_____
Direção / Coordenação Escolar

9.2. Modelo : Comunicação ao CRAS / CREAS

ESCOLA: _____

ENDEREÇO: _____
DATA: ___/___/_____

Ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS

Assunto: Encaminhamento de criança/adolescente em situação de violência

Informamos que, conforme observação da equipe escolar, a criança/adolescente abaixo apresenta indícios de violência:

Nome: _____
Data Nasc: _____ Idade: _____ Sexo: _____
Responsavel(s) _____
Contatos: _____/_____/_____/_____ Endereço _____

Motivo do encaminhamento:
_____

Principais condutas adotadas:
_____
Solicitamos atendimento psicossocial especializado, acompanhamento familiar e orientação legal.

Atenciosamente,

_____
Direção / Coordenação Escolar

9.3. Modelo: Comunicação à UBS / CAPS

ESCOLA: _____
ENDEREÇO: _____
DATA: ___/___/_____

À Unidade Básica de Saúde / CAPS de Contenda

Assunto: Solicitação de avaliação de criança/adolescente

Nome: _____
Data Nasc: _____ Idade: _____ Sexo: _____
Responsavel(s) _____
Contatos: _____/___/_____/_____ Endereço: _____

Observações: (sinais físicos, emocionais ou comportamentais)
_____

Solicitamos avaliação médica/psicológica e acompanhamento conforme necessidade, garantindo sigilo e proteção.

Atenciosamente,

_____
Direção / Coordenação Escolar
Contato: _____

9.4. Modelo: Notificação ao Ministério Público

ESCOLA: _____
ENDEREÇO: _____
DATA: ___/___/_____

Ao Ministério Público de Contenda

Assunto: Notificação de criança/adolescente em situação de violência

Nome: _____
Data Nasc: _____ Idade: _____ Sexo: _____
Responsavel(s) _____
Contatos: _____/_____/_____/_____ Endereço: _____

Descrição objetiva do caso e encaminhamentos já realizados:
_____

Encaminhamos para conhecimento e providências legais cabíveis, conforme legislação vigente.

Atenciosamente,

_____
Assistente Social / Direção / Coordenação Escolar
Contato: _____

9.5. Modelo: Registro Interno Escolar
ATA
Descrição dos fatos::
_____

Assinatura do profissional: _____
Assinatura da direção: _____

Orientação para Elaboração de Ata de Registro Escolar:
A ata de registro escolar é um documento formal utilizado para registrar situações observadas, ações tomadas e decisões administrativas relacionadas à segurança, proteção e acompanhamento de crianças e adolescentes. O objetivo é garantir transparência, rastreabilidade, integridade das informações e proteção legal.
Elementos essenciais da ata:
1. Identificação do documento:
Título: "Ata de Registro Escolar";
Data, horário e local da elaboração;
Nome da unidade escolar e turma/ano da criança ou adolescente envolvido.
2. Participantes:
Nomes e cargos dos profissionais presentes (direção, coordenação, professores, assistente social, psicólogo escolar, etc.);
Observação de ausência de participantes convocados, se houver.
3. Objetivo da reunião ou registro:
Breve descrição do motivo do registro, ex.: ocorrência de violência física, psicológica, bullying, acidente ou situação de risco;
Destacar se se trata de observação preventiva, atendimento emergencial ou encaminhamento à rede de proteção.
4. Descrição detalhada dos fatos:
Relato objetivo da situação observada ou relatada pelo aluno, familiares ou professores;
Datas, horários e locais dos acontecimentos;
Comportamentos físicos ou emocionais observados;
Evitar adjetivos, julgamentos ou termos pejorativos;
5. Providências e medidas adotadas:
Ações imediatas tomadas pela equipe escolar;
Acolhimento e proteção da criança/adolescente dentro da unidade;
Observações sobre acompanhamento posterior.
6. Responsáveis pelo registro e acompanhamento:
Nome do profissional que elaborou a ata;
Assinaturas da direção e da equipe técnica envolvida;
7. Sigilo e confidencialidade:
Registro de que as informações contidas na ata devem ser mantidas em sigilo absoluto, com acesso restrito à equipe interna e órgãos competentes;
8. Encaminhamentos futuros:
Definição de reuniões de acompanhamento;
Ações pedagógicas ou psicossociais planejadas;
Indicação de novos registros ou relatórios necessários.
9. Espaço para observações adicionais:
Anotações sobre particularidades do caso;
Recomendações da equipe escolar;
Comentários relevantes para acompanhamento de longo prazo.
Dica prática:
A ata deve ser redigida de forma clara, objetiva e cronológica, destacando fatos e ações, nunca opiniões pessoais. Deve ser arquivada em local próprio (ficha/pasta da criança) e servir como documento oficial para acompanhamento interno e eventual acionamento da rede de proteção.

10. ANEXOS
Os anexos do protocolo contêm **fichas, modelos de relatório e termos de responsabilidade** que devem ser utilizados por todas as unidades escolares e profissionais da rede de proteção.

10.1. Ficha SINAN – Violência Interpessoal e Autoprovocada
A **Ficha do SINAN** (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) é obrigatória para notificação de:
Violência física, sexual e psicológica;
Violência autoprovocada (tentativa de suicídio, automutilação).
O SINAN é o sistema oficial utilizado para registrar casos de violência contra crianças e adolescentes, visando monitoramento, estatísticas e acionamento da rede de proteção.
a)Quem pode preencher a ficha SINAN
Profissionais de saúde habilitados: médicos, enfermeiros, psicólogos e outros profissionais da UBS, UPA ou hospital que atendam a criança/adolescente;
Equipe técnica de referência: assistente social ou psicólogo do CREAS, CAPS ou serviços especializados, quando houver responsabilidade de notificação;
Direção escolar ou equipe pedagógica, diretamente quando a situação ocorrer/for identificada no ambiente escolar, e indiretamente, devendo fornecer informações detalhadas para profissionais de saúde, quando houver encaminhamento para atendimento;
b) Em que casos deve ser preenchida a ficha SINAN
A notificação ao SINAN é obrigatória e imediata quando houver suspeita ou confirmação de qualquer forma de violência contra crianças e adolescentes:

Violência física: agressões que resultem em lesão ou risco à integridade física.
Violência sexual: abuso, exploração sexual, aliciamento, produção ou compartilhamento de pornografia infantil.
Violência psicológica ou bullying grave: casos que causem sofrimento intenso, ameaça à vida ou dano ao desenvolvimento emocional.
Autolesão ou tentativa de suicídio: Ideação suicida, automutilação ou comportamento de risco à própria vida.
Trabalho Infantil: situações que caracterizem exploração do trabalho infantil e por consequência comprometam saúde, alimentação, higiene, abrigo frequência escolar.
c. Procedimentos para preenchimento:
1. Coleta de informações: registrar dados do aluno, relato ou observações, histórico de violência e encaminhamentos já realizados;
2. Preenchimento da ficha SINAN: em formulário eletrônico ou impresso, conforme protocolo local;
3. Notificação imediata: encaminhar a Saúde (Vigilância Epidemiológica) Assistência Social (CREAS) e ao Conselho Tutelar
4. Encaminhamento para rede de proteção: Conselho Tutelar, CREAS, UBS, CAPS, Polícia, conforme o tipo de violência;
5. Registro interno complementar: escola ou serviço social deve manter cópia do registro e encaminhamentos, sem expor a vítima.
d) Orientações:
Sempre utilizar linguagem neutra, objetiva e factual;
Evitar atribuir culpa, julgamento ou termos pejorativos;
Garantir sigilo absoluto, compartilhando informações somente com órgãos competentes e equipe responsável pelo atendimento e proteção.
Campos principais da ficha:
Identificação do paciente: nome, idade, sexo, endereço;
Tipo de violência: física, sexual, psicológica, autoprovocada;
Local e data do ocorrido;
Autor da violência (se conhecido);
Encaminhamento: Conselho Tutelar, CREAS, UBS, PM;
Profissional notificador e unidade de saúde/escola.
10.2. Ficha de Notificação Própria da Educação
Campos recomendados:
Escola, turma, data e horário;
Nome da criança/adolescente, idade, sexo;
Observador e função;
Descrição objetiva do que foi observado;
Encaminhamento imediato (Conselho Tutelar, CREAS, UBS, PM);
Acompanhamento posterior;
Assinaturas (observador, direção).
10.3. Modelos de Relatórios
Relatório de Observação Escolar
Objetivo: registrar sinais de violência ou negligência;
Conteúdo: descrição detalhada, medidas tomadas, encaminhamentos realizados.
Relatório de Encaminhamento à Rede
Objetivo: comprovar comunicação formal com órgãos de proteção;
Conteúdo: tipo de violência, órgãos acionados, medidas protetivas solicitadas.
Relatório de Acompanhamento
Objetivo: documentar evolução do caso;
Conteúdo: ações realizadas pela escola, CREAS, CRAS, UBS/CAPS, Conselho Tutelar.
10.4. Termos de Sigilo e Responsabilidade
Objetivo: garantir que todos os profissionais da escola e da rede de proteção respeitem o sigilo e a proteção da criança/adolescente.
10.5 Outros Anexos Relevantes
Fluxogramas específicos de cada tipo de violência;
Lista de contatos da Rede de Proteção de Contenda (Conselho Tutelar, CREAS, CRAS, UBS, CAPS, PM, MP, SEDUC);
Modelos de formulários de testemunha e declaração de familiares ou vizinhos;
Checklists de acompanhamento e monitoramento de casos.
ANEXO 2 (10.2 – Modelo de Ficha de Notificação Própria da Educação)
FICHA DE NOTIFICAÇÃO ESCOLAR – USO INTERNO – COMUNICAÇÃO DE SUPERIORES E SECRETARIA
1. Dados da Unidade Escolar
Nome da escola: _____
Município: _____
Data: / / Horário: _____
2. Dados do Estudante*
Nome completo: _____
Idade: _____ Sexo: ( ) F ( ) M ( ) Outro
Responsável legal (se conhecido): _____
3. Profissional que Observou a Situação
Nome: _____
Função/Cargo: _____
4. Descrição Objetiva do Fato ou Observação(Registrar exatamente o que foi visto, ouvido ou relatado, sem julgamentos ou adjetivos) _____
5. Encaminhamento Imediato Realizado: (assinalar os órgãos acionados e justificar)
( ) Conselho Tutelar
( ) CREAS
( ) CRAS
( ) UBS / CAPS
( ) Delegacia / PM
( ) Outro: _____
Motivo do acionamento:
_____
6. Acompanhamento Posterior
Medidas já adotadas pela escola:
_____
Contato com família?
( )Sim ( )Não – Justificativa: _____
Há necessidade de nova notificação? ( ) Sim ( ) Não
7. Assinaturas
Profissional observador: _____
Direção/Coordenação responsável: _____
ANEXO 3. (10.3 – Modelos de Relatórios)
10.3.1. Modelo – Relatório de Observação Escolar – Manter na Ficha da Criança

RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO ESCOLAR
Data: ____/_____/_____
Aluno(a): _____
Turma/Série: _____
Observador(a): _____
Função: _____
1. Descrição objetiva da situação observada:
_____

2. Sinais físicos, comportamentais ou emocionais identificados:
_____

3. Medidas adotadas imediatamente pela escola:
_____

4. Encaminhamentos realizados:
( ) Conselho Tutelar
( ) CREAS
( ) CRAS
( ) UBS/CAPS
( ) Delegacia/PM
( ) Outro: _____

Assinatura: _____

ANEXO 4 (10.3.2. Modelo – Relatório de Encaminhamento à Rede)

RELATÓRIO DE ENCAMINHAMENTO – REDE DE PROTEÇÃO

Data: ___/____/_____

1. Identificação da Instituição:
Escola _____
Redator: _____
2. Identificação da Criança/Adolescente:

Nome _____
Data Nasc:_____ Idade: _____ Sexo: _____ Série/Turma: _____
Responsável: _____
Contato: _____
Endereço: _____
3. Tipo de violência ou violação identificada:
( ) Física ( ) Psicológica ( ) Sexual ( ) Negligência
( ) Autolesão ( ) Bullying/Cyberbullying
( ) Outro: _____
Relato dos fatos:
_____

4. Encaminhamentos: órgão(s) já acionado(s):
( ) Conselho Tutelar ( ) CREAS (PAEFI) ( ) UBS/CAPS
( ) Ministério Público ( ) Delegacia/PM
( ) Outro: _____
5. Medidas/conduta adotada pela escola:
_____
6. Medidas solicitadas:
_____

Responsável pelo envio:
Nome: _____
Função/Cargo: _____
Assinatura: _____

ANEXO 5 (10.3.3. Modelo – Relatório de Acompanhamento)

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE CASO

Data: ___/____/_____

Estudante: _____
Turma/Série: _____

1. Histórico resumido da situação:
_____
2. Ações realizadas pela escola:
_____

3. Encaminhamentos efetuados anteriormente:

( ) Conselho Tutela ( ) CREAS ( ) CRAS
( ) UBS/CAP ( ) MP ( ) Outros: _____
4. Retornos da rede de proteção:
_____

5. Próximas ações previstas:
_____

Responsável pelo acompanhamento:

Nome: _____
Função: _____

Assinatura: _____
ANEXO 6. (10.4 – Modelo de Termo de Sigilo e Responsabilidade)
TERMO DE SIGILO E RESPONSABILIDADE
(Unidade Escolar e Rede de Proteção)
Eu, _____, portador(a) do R.G número _____, CPF numero _____, cargo/função _____, atuando na instituição _____, declaro que:
1. Estou ciente de que qualquer informação envolvendo crianças e adolescentes em situação de violência, risco ou vulnerabilidade é protegida por sigilo legal;
2. Comprometo-me a NÃO divulgar nomes, relatos, imagens ou documentos a terceiros não autorizados;
3. Utilizarei as informações exclusivamente para fins de proteção, encaminhamento e acompanhamento adequado;
4. Tenho ciência de que o descumprimento deste termo pode gerar responsabilização administrativa, civil e penal conforme o ECA, LGPD e demais legislações aplicáveis.

Data: _____/_____/_____

Assinatura: _____
Carimbo/Cargo: _____

ANEXO 7. (10.5 – Modelos de formulários de testemunha e declaração de familiares ou vizinhos; de Relatórios)

5.1. Formulário - Testemunha/Declaração de Familiar/Vizinho

1. IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE
Nome completo: _____
Data de nascimento: _____/____/_____
RG/CPF (se houver): _____
Parentesco ou relação com a criança/adolescente: _____
Endereço: _____
Telefone/Contato: _____

2. IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA/ADOLESCENTE
Nome completo: _____
Idade: _____ Série/Turma (se escolar): _____
Endereço (se diferente): _____

3.RELATO DOS FATOS: (Descrever com clareza e objetividade, evitando julgamentos, suposições ou termos ofensivos)
_____

4. DATA E LOCAL DA OCORRÊNCIA (quando aplicável)
Data aproximada ou período: _____
Local: _____

5. TESTEMUNHAS ENVOLVIDAS (se houver)
Nome(s): _____

6. DECLARAÇÃO FINAL

Declaro, para os devidos fins, que as informações acima são verdadeiras e correspondem ao que presenciei ou tenho conhecimento, estando ciente das responsabilidades legais.

Local e data: _____

Assinatura do declarante: _____

Assinatura do responsável pelo registro (profissional/instituição):

Observação: Este documento é sigiloso e não deve ser entregue a terceiros sem autorização legal.

ANEXO 8 (10.5.2. Declaração específica para vizinhos ou familiares (versão simplificada):

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador(a) do RG/CPF _____, residente à_____, declaro que:_____
Tenho conhecimento ou presenciei situações relacionadas à criança/adolescente _____, e presto este relato para fins de proteção, resguardado o sigilo legal (ECA – Lei 8.069/90).

Local e data: _____
Assinatura: _____

Profissional que recebeu: _____
Cargo/Órgão: _____

Instruções ao declarante:
– Usar linguagem descritiva (ex: “a criança relatou”, “observei...”)
– Não usar termos ofensivos, acusatórios ou suposições
– Evitar expor dados pessoais desnecessários

ANEXO 9 (10.5.3 Checkilist de Monitoramento – Violência contra crianças e Adolescentes)

CHECKLIST DE MONITORAMENTO – VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

1. IDENTIFICAÇÃO DO CASO:
Nome da criança/adolescente
Idade/Data de nascimento
Escola/Serviço (se aplicável)
Responsável legal identificado
Endereço completo
2. NATUREZA DA SITUAÇÃO
Violência física
Violência psicológica
Negligência/abandono
Violência sexual
Trabalho infantil
3. COMUNICAÇÕES REALIZADAS
Conselho Tutelar – Data: __/___/____
CREAS/PAEFI – Data: __/___/____
Ministério Público – Data: __/___/____
UBS/CAPS – Data: Data: __/___/____
Escola/Instituição – Data: __/___/____
Outros órgãos: _____

4. DOCUMENTOS ANEXADOS
Ficha SINAN (se aplicável)
Relatório técnico / pedagógico (se aplicável)
Declarações/testemunhos (se aplicável)
Boletim de ocorrência (se aplicável)
Notificação compulsória **(se aplicável)**
5. PLANO DE AÇÃO / ENCAMINHAMENTOS
Atendimento psicossocial
Orientação aos responsáveis
Inclusão em serviços (CRAS/CREAS/UBS/etc.)
Medidas protetivas
Acompanhamento escolar/pedagógico
6. RESPONSÁVEIS PELOS ACOMPANHAMENTOS
Assistente social
Psicólogo(a)
Pedagogo/Professor
Conselho Tutelar
Unidade de Saúde
Justiça / MP
Outros: _____
7. AVALIAÇÃO PERIÓDICA
30 dias
60 dias
90 dias
Encerramento / Continuidade
11. RESPONSABILIDADES E PRAZOS
A definição clara de responsabilidades e prazos é fundamental para garantir **efetividade, agilidade e segurança jurídica** na proteção de crianças e adolescentes. Este capítulo organiza a atuação da escola e da rede de proteção, com base no ECA, Lei 13.431/2017 e normas municipais.
11.1. Escola/ Professores e Apoio
Responsabilidades:
Observar sinais de violência;
Registrar internamente as ocorrências;
Notificar imediatamente a direção;
Encaminhar formalmente à rede de proteção;
Acompanhar a evolução do caso dentro do ambiente escolar.
Prazos:
Registro interno: **no mesmo dia da observação**;
Comunicação à direção: **imediata**;
11.2. Direção / Coordenação Escolar
Responsabilidades:
Verificar e validar registros em ATA – assinar junto após avaliação;
Determinar encaminhamento adequado conforme tipo de violência;
Garantir sigilo e proteção da criança/adolescente;
Atualizar a Secretaria Municipal de Educação sobre casos graves.
Preencher a Ficha do SINAN sempre que indicado
Prazos:
Validação de registro: **imediata**;
Encaminhamento formal à rede: **até 48 horas após registro**;
Comunicação à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo (quando aplicável): **até 48 horas**.
11.3. Conselho Tutelar
Responsabilidades:
Receber notificações da escola ou comunidade;
Avaliar o risco e aplicar medidas protetivas (Art. 101, ECA);
Acionar CREAS, UBS/CAPS, Polícia ou MP conforme necessidade;
Acompanhar cumprimento das medidas protetivas.
Prazos:
Atendimento inicial: **imediato ou até 24 horas**;
Registro de medidas e providências: **em até 48 horas**.
11.4. CRAS / PAIF
Responsabilidades:
Avaliação psicossocial de crianças, adolescentes e famílias;
Orientação técnica à escola e demais órgãos da rede.
Articular com CREAS, escola e Conselho Tutelar. (se necessário)
Acompanhamento / vulnerabilidades
Prazos:
Agendamento de atendimento inicial: **até 7 dias úteis** após encaminhamento;
Relatórios de acompanhamento: **mensalmente ou conforme necessidade do caso**.
11.5 CREAS / PAEFI
Responsabilidades:
Orientar e acompanhar crianças/adolescentes em risco;

Prazos:
Atendimento inicial: **até 7 dias úteis**;
Encaminhamentos adicionais: **conforme evolução do caso**.
11.6. UBS / CAPS
Responsabilidades:
Avaliação médica e/ou psicológica;
Atendimento emergencial em situações graves;
Orientação para tratamento contínuo;
Registro e notificação de casos conforme legislação (SINAN).
Prazos:
Atendimento emergencial: **imediato**;
Atendimento programado: **até 7 dias úteis**;
Notificação: **conforme protocolos legais, até 24 horas após atendimento, 72 horas se violência sexual**
11.7. Polícia Militar / Delegacia
Responsabilidades:
Atendimento;
Registro de boletins de ocorrência;
Proteção imediata da criança/adolescente sempre que necessa´rio
Prazos:
Atendimento emergencial: **imediato**;
11.8. Ministério Público / Fórum Regional
Responsabilidades:
Acompanhar casos graves ou reincidentes;
Fiscalizar cumprimento de medidas protetivas;
Propor ações judiciais se necessário.
Prazos:
Recebimento de notificações: **imediato**;
Análise de medidas judiciais: **conforme prioridade e gravidade do caso**.

12. CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS ANUAL
A capacitação contínua é essencial para garantir que todos os profissionais da educação e da rede de proteção estejam **aptos a identificar, registrar, comunicar e acompanhar casos de violência** contra crianças e adolescentes, de forma técnica, ética e legal.
12.1. Público-Alvo
Professores e educadores;
Direção e coordenação escolar;
Equipe pedagógica e administrativa;
Profissionais do transporte escolar e merenda, serviços gerais;
Monitores, professor de apoio, atendente,secretários , diretor disciplinar, monitor disciplinar, estagiário;
12.2. Objetivos da Capacitação
Garantir **conhecimento da legislação vigente** (ECA, Lei 13.431/2017, PNEPSVA, BNCC, normas municipais);
Aprimorar **habilidades de observação e registro** de sinais de violência;

Orientar sobre **protocolos de comunicação interna e externa**;
Desenvolver competências em **sigilo, proteção e acompanhamento**;
Treinar **fluxos de encaminhamento** conforme tipo de violência;
Promover a integração da **rede de proteção**.

12.3. Conteúdo Programático

Módulo 1 – Legislação e Política de Proteção
ECA e direitos da criança/adolescente;
Lei 13.431/2017 (escuta especializada);
Normas municipais e protocolos internos;
Dever de notificação e responsabilidades legais.

Módulo 2 – Tipos de Violência e Sinais
Violência física, psicológica, sexual, negligência, autolesão;
Sinais visíveis e comportamentais;
Exemplos práticos e estudo de casos;
Situações especiais: violência comunitária e emergências.

Módulo 3 – Registro e Comunicação
Formulários internos e modelos oficiais;
Preenchimento da ficha SINAN;
Comunicação interna e externa;
Sigilo e ética profissional.

Módulo 4 – Fluxos de Encaminhamento
Fluxograma geral e subfluxos;
Encaminhamentos diferenciados por tipo de violência;
Coordenação com Conselho Tutelar, CREAS, CRAS, UBS/CAPS, Polícia e MP.

Módulo 5 – Acompanhamento e Monitoramento
Registro do acompanhamento escolar;
Integração com equipe multiprofissional;
Avaliação de medidas protetivas e reintegração;
Planos de prevenção e fortalecimento de vínculos.

Módulo 6 – Simulações e Estudos de Caso
Situações reais e fictícias;
Exercícios de tomada de decisão;
Discussão de protocolos e boas práticas.

12.4. Metodologia de Capacitação
Palestras e aulas expositivas;
Oficinas práticas e dinâmicas de grupo;
Estudo de casos e simulações;
Discussões em equipe multidisciplinar;
Avaliação contínua e feedback.

12.5. Frequência e Duração
Conforme demanda;
Treinamento de atualização anual:
Módulos específicos conforme demanda: .

13. MONITORAMENTO E REVISÃO DO PROTOCOLO

O monitoramento e a revisão deste documento será realizada anualmente através do Comité de Avaliação a ser nomeado pela Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo de Contenda.

O monitoramento e a revisão asseguram a **efetividade, consistência e melhoria contínua** do protocolo de atendimento a crianças e adolescentes em situação de violência na rede de educação de Contenda.

13.1 Objetivos do Monitoramento
Garantir a **adequação do protocolo à prática diária**;
Identificar **falhas ou lacunas** na comunicação e encaminhamento;
Avaliar a **eficácia da rede de proteção** e articulação entre órgãos;
Propor **ajustes e capacitações** baseados em evidências;
Assegurar **cumprimento das responsabilidades e prazos** estabelecidos.

13.2 Indicadores de Monitoramento

Indicadores qualitativos:
Satisfação da equipe escolar com os fluxos e formulários;
Percepção de segurança e proteção das crianças/adolescentes;
Grau de integração entre escola e rede de proteção.
Efetividade do fluxo nos casos atendidos;

Indicadores quantitativos:
Número de casos identificados por tipo de violência;
Percentual de notificações realizadas dentro do prazo legal;
Tempo médio de atendimento pela rede de proteção;
Número de casos acompanhados até resolução.

13.3 Ferramentas de Avaliação
Fichas de acompanhamento da rede de proteção (Conselho Tutelar, CREAS, CRAS, UBS/CAPS);
Reuniões periódicas da equipe multidisciplinar;
Auditoria interna da Secretaria Municipal de Educação;
Pesquisas de satisfação e percepção da comunidade escolar.

13.4 Responsáveis pelo Monitoramento
Escola: registros internos e acompanhamento de casos;
Direção/Coordenação Pedagógica: consolidação de relatórios e comunicação com a Secretaria;
Secretaria Municipal de Educação: supervisão geral, análise de indicadores e auditoria;
Rede de Proteção: fornecimento de informações de acompanhamento e resultados de medidas protetivas.

13.5 Frequência de Monitoramento e Avaliação da Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo e equipamentos
Monitoramento contínuo: observações, registros e comunicação diária;
Reuniões semestrais: avaliação da eficácia do protocolo, análise de indicadores e discussão de melhorias;
Revisão anual: atualização do protocolo com base em legislação vigente, novas demandas ou lições aprendidas.

13.6 Ajustes e Aprimoramento
Revisão de formulários e fluxos para **facilitar a comunicação**;
Capacitação complementar da equipe escolar e da rede;
Inclusão de novos indicadores ou metodologias de avaliação;
Atualização legal e normativa;
Ajuste de prazos e responsabilidades quando necessário.

14. GLOSSÁRIO

Autolesão: Ação deliberada de machucar a si mesmo, sem intenção de causar a própria morte.
CAPS: Centro de Atenção Psicossocial, serviço de saúde mental que atende crianças, adolescentes e adultos.
CREAS: Centro de Referência Especializado de Assistência Social, atende famílias em situações de violação de direitos.
CRAS: Centro de Referência de Assistência Social, realiza ações de prevenção e acompanhamento familiar.
ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), que garante direitos e proteção integral.
Encaminhamento: Ato de direcionar a criança/adolescente a outro serviço ou órgão da rede de proteção.
Fluxograma: Representação gráfica das etapas de observação, registro e encaminhamento de casos de violência.
Medidas Protetivas: Providências legais para proteger crianças e adolescentes em situação de risco ou violência.
Notificação: Comunicação formal de ocorrência de violência a órgãos competentes (Conselho Tutelar, CREAS, UBS, MP).
PAEFI: Plano de Atendimento Especializado a Família e Infância, elaborado pelo CREAS.
SCFV: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (ex.: Anjo da Guarda, Adolescentro).
Violência Intrafamiliar: Qualquer ato de agressão ou abuso cometido por familiares ou responsáveis.
Vulnerabilidade: Situação em que a criança/adolescente está exposta a riscos que comprometem sua integridade ou direitos.

15. CASOS FICTÍCIOS PARA ILUSTRAR O PROTOCOLO

Caso 1 – Violência Física Intrafamiliar

Situação:
João, 08 anos, apresenta hematomas nos braços e relato de tapas do pai durante discussões. Professor observa comportamento retraído e medo de ir para casa.

Atuação da escola:
Registro interno em ATA, detalhado dos sinais e relato de João;
Comunicação imediata à direção;
Direção liga para a mãe e solicita sua presença imediata na escola;
Se a mãe não comparecer aciona o conselho Tutelar para orientações;
Se a mãe comparecer e "explicar", esta explicação for considerada risco iminente , aciona conselho tutelar e da seguimento ao Protocolo por violência/risco iminente (delegacia / hospital para corpo delito)

Se a mãe garantir a proteção da criança (exemplo pais separados, contato com o pai se dá somente aos fins de semana) orientar a mãe a realizar o boletim de ocorrência.
Em todos os caso Encaminhar ao Conselho Tutelar e CREAS, via relatório para acompanhamento;
Encaminhamentos realizados:
Conselho Tutelar aplica medida protetiva e monitora a situação;
CREAS inicia acompanhamento psicossocial da criança e da família;
Hospital realiza avaliação de saúde e registro de lesões;
Escola acompanha frequência e comportamento de João diariamente.

Caso 2 – Violência Sexual
Situação:
Maria, 06 anos, relata à professora que um vizinho tentou tocá-la de forma inapropriada. Sinais de medo e isolamento são observados.
Atuação da escola:
Registro detalhado do relato em ATA e formulário próprio – revelação espontânea;
Comunicação imediata à direção para encaminhamentos;
Direção entra e, contato com o responsável para notificação, solicitar presença na escola para relato, em conversa implicar o responsável na proteção da criança, caso o responsável relate não conseguir garantir essa proteção (exemplo a famíliaé e inquilina do possível agressor e este tem acesso direto a residência, a criança fica sozinha enquanto o responsável trabalha) é declarado o risco iminente e acionamento imediato do Conselho Tutelar para orientações e aplicação de medidas protetivas; a exemplo do afastamento do agressor da resiencia;
Encaminhamento/Comunicação ao CREAS para acompanhamento e apoio psicossocial;
Orientação à família sobre medidas legais e proteção.
Encaminhamentos realizados:
Conselho Tutelar notifica Polícia e Ministério Público;
CREAS inicia acompanhamento psicossocial;
Hospital realiza avaliação médica e coleta de provas, se necessário;
Escola mantém acompanhamento pedagógico e proteção da aluna.

Caso 3 – Negligência e Abandono
Situação:
Lucas, 9 anos, chega à escola com roupas sujas, sem alimentação adequada e relatando que fica sozinho em casa após aulas. A professora percebe atraso frequente e sonolência.

Atuação da escola:
Registro interno em ATA e comunicação à direção;
Direção dará os encaminhamentos:
Solicitar reunião com responsável para contextualizar e orientar;
Encaminhamento ao CRAS/PAIF;
Notificação ao Conselho Tutelar.
Encaminhamentos realizados:
CRAS realiza visita domiciliar e acompanhamento da família;
Conselho Tutelar orienta medidas de proteção e acompanhamento;
Escola oferece apoio educacional e acompanhamento diário;
UBS acompanha saúde física e nutricional.
Caso 4 – Autolesão
Situação:
Ana, 10 anos, é observada pela professora de artes com cortes recentes nos braços e relato de automutilação devido a ansiedade e conflitos familiares.
Atuação da escola:
Registro em ATA detalhado do comportamento e sinais físicos;
Comunicação imediata à direção;
Direção dará os encaminhamento**s**
Solicitar reunião com os responsaveis para contextualizar, e orientar;
Encaminhar ao CAPS e Conselho Tutelar.
Encaminhamentos realizados:
CAPS realiza atendimento psicológico e psiquiátrico;
Conselho Tutelar monitora proteção e articula com a família;
CREAS oferece suporte psicossocial adicional;
Escola acompanha frequência, comportamento e apoio pedagógico.

Caso 5 – Violência Comunitária
Situação:
Durante recreio, Pedro, 8 anos, é agredido por outras crianças da escola. Relata medo de ir à escola.
Atuação da escola:
Registro do incidente em ATA e comunicação à direção;
Direção comunica todos os responsáveis dos envolvidos , sendo que os responsáveis da vitima devem ser informados com clareza de todas as ações e encaminhamentos da escola a respeito, bem como buscar avaliação psicológica (vitima de bulling e agressão). Já os responsáveis dos agressores devem ser notificados a comparecer na escola e informados sobre a situação e responsabilidades dos mesmos, em caso de reincidência a situação pode ser caracterizada como negligencia, os responsáveis tem por obrigação orientar, educar e providenciar atendimentos/avaliações aos filhos a fim de evitar a agressividade, dificuldade de interação e violências praticadas pelas crianças. Em caso de reincidência notificar ao Conselho Tutelar enquanto negligencia.
Em caso dos envolvidos apresentarem suspeita de transtornos globais do desenvolvimentos, ou ainda estarem aguardando laudo, implicar a família em ações, estratégias que minimizem a agressividade, e propiciem a socialização com demais alunos, encaminhar a serviços do município para acompanhamento : CRAS/CREAS/ CAPS
Em caso de reincidência discutir acompanhamento psicossocial em parceria com CAPS , CRAS e CREAS. (rede) para atuar junto as famílias na garantia dos direitos de todos.
Encaminhamentos realizados:
Conselho Tutelar investiga agressão e aplica medidas protetivas;
CAPS oferta acolhimento e acompanhamento se necessário;
CREAS realiza atendimento psicossocial e orientação à família;
CRAS oferece suporte familiar e prevenção de situações futuras;
Escola acompanha Pedro, garantindo segurança e reintegração.

Caso 6 – Violência Sexual contra bebê (2 anos)
Situação:
Ao realizar os cuidados de higiene de Beatriz, 2 anos, a educadora percebe vermelhidão, sangramento leve e dificuldade ao sentar. Educadora observa ainda que a criança recusa contato físico com adultos do sexo masculino.
Atuação da escola/creche:
Registro detalhado em ATA (sinais físicos e comportamentais);
Comunicação imediata à coordenação/direção;
Não contatar responsáveis suspeitos;
Acionamento direto do Conselho Tutelar e rede de proteção (CREAS/Delegacia);
Encaminhamento à UPA/Hospital para corpo de delito e avaliação médica;
Garantia de sigilo e preservação da criança.
Encaminhamentos realizados:
Hospital realiza exame físico, coleta de vestígios e relatório médico;
Conselho Tutelar aciona Delegacia e Ministério Público; possível abrigamento como medida de proteção
CREAS inicia acompanhamento;
A escola monitora o retorno e acolhimento da criança na escola/creche, evitando exposição e revitimização.
Caso 7 – Violência Intrafamiliar Grave com Agressora Mãe (9 anos)
Situação:
Carolina, 9 anos, apresenta hematomas antigos e recentes nos braços, costas e coxas. Durante aula, chora compulsivamente ao ser questionada sobre o fim de semana. Demonstra medo intenso ao falar da mãe e relata, em fragmentos, que é castigada “com fio e tapa”. Relatos anteriores comentando informalmente episódios de gritos e choro constante.
Atuação da escola:
Registro detalhado e descritivo em ATA (comportamentos, falas, sinais físicos);
Comunicação imediata à direção;
Não convocar a mãe para a escola antes de acionar rede;
Acionamento do Conselho Tutelar para avaliação de risco iminente;
Encaminhamento ao CREAS para acompanhamento e possível acolhimento institucional;
Possibilidade de comunicação à delegacia (Polícia Civil ou Militar) conforme orientação do CT.
Encaminhamentos realizados:
Conselho Tutelar aplica medida protetiva urgente (afastamento da mãe);
CREAS realiza avaliação/acompanhamento

Delegacia instaura inquérito;
UBS ou Hospital avaliam lesões antigas e atuais;
Escola garante retorno as aulas com sigilo e monitoramento pedagógico.

Caso 8 – Bullying / Obesidade
Situação:
Helena, 6 anos, sofre apelidos como "baleia", "gorda" e "rolha". Apresenta recusa para comer na escola, isola-se no recreio e pede para não ir às aulas. Professora observa choro silencioso e verbalizações como "ninguém gosta de mim".
Atuação da escola:
Registro do caso em ATA com identificação dos envolvidos e falas observadas;
Comunicação à coordenação e ao Serviço de Orientação/apoio pedagógico;
Conversa individual com agressores e comunicação às famílias para corresponsabilização;
Acompanhamento psicológico (CAPS) conforme avaliação;
Notificação ao Conselho Tutelar em caso de reincidência ou negligência familiar;
Realização de ações educativas (rodas de conversa, mediação, inclusão).

Encaminhamentos realizados:
Escola elabora plano de convivência com monitoramento diário;
CRAS ou CAPS apoia a criança e a família se houver sofrimento emocional;
Conselho Tutelar intervém em caso de reincidência ou ausência de suporte familiar;
Registro contínuo para fins legais.

Caso 9 – Cyberbullying e Exposição Sexual Digital
Situação:
Laura, 10 anos, tem fotos manipuladas com inteligência artificial divulgadas em grupos de WhatsApp e redes sociais, simulando nudez. Colegas repassam o conteúdo com comentários ofensivos. A aluna apresenta choro, vergonha, recusa de ir à escola e medo de "todo mundo ver".
Atuação da escola:
Registro do caso em ATA e coleta de informações (sem replicar imagens);
Comunicação imediata à direção e orientação pedagógica;
Contato com os responsáveis da criança vítima para apoio e proteção;
Identificação dos alunos que divulgaram ou receberam o conteúdo e comunicação às famílias para responsabilização;
Acionamento do Conselho Tutelar e orientação para registro de Boletim de Ocorrência (delegacia ou delegacia digital);
Encaminhamento ao CREAS para acomphamento;
Encaminhamento para o CAPS para apoio psicossocial;
Preservação da imagem da criança, retirada de conteúdo em posse de alunos e orientação legal.

Encaminhamentos realizados:
Conselho Tutelar notifica autoridades policiais e articula proteção;
Delegacia especializada em crimes virtuais acompanha caso (com MP);
CREAS/CAPS oferece suporte à vítima e família;
Escola monitora convivência escolar e garante ações de prevenção.

16. BIBLIOGRAFIA
BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
BRASIL. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017 – Atendimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.
Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, 2017.
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. PNEPSVA – Política Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Brasília, 2020.
BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de Notificação de Violência Interpessoal e Autoprovocada (SINAN), 2019.
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Cartilha de Boas Práticas em Proteção à Criança e Adolescente. Brasília, 2021.
Secretaria Nacional de Assistência Social. Orientações Técnicas para CREAS e CRAS. Brasília, 2020.

PARECER TÉCNICO Nº 01/2025
Assunto: Avaliação do Protocolo de Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência no âmbito da Educação do Município de Contenda/PR.
I – RELATÓRIO
A Secretaria Municipal de Educação encaminhou ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) o Protocolo Setorial de Atendimento a Vítimas de Violência na Educação, solicitando análise técnica e manifestação formal quanto à sua conformidade com o Protocolo Municipal Integrado, aprovado pela rede intersetorial de Contenda.
O documento apresenta diretrizes para identificação de sinais de violência, notificação compulsória, encaminhamentos, responsabilidades da equipe pedagógica, fluxos internos, articulação com a rede de proteção e garantias de sigilo e proteção integral.
II – ANÁLISE TÉCNICA
Após análise detalhada, verificou-se que o protocolo:
• Está alinhado à Lei 13.431/2017 e ao Decreto 9.603/2018;
• Observa integralmente o Protocolo Municipal Integrado, respeitando o fluxo de notificação ao Conselho Tutelar e à rede socioassistencial;
• Define responsabilidades de forma clara e coerente;
• Adota procedimentos protetivos, pautados na escuta qualificada e na não revitimização;
• Preconiza registro adequado, sigilo profissional e articulação intersetorial;
• Organiza um fluxo específico para o ambiente escolar, garantindo resposta rápida e proteção.
Assim, não foram identificadas inconformidades com o Protocolo Municipal.
III – CONCLUSÃO E PARECER
À luz da legislação vigente e da análise técnica realizada, manifesto parecer FAVORÁVEL à aprovação do Protocolo de Atendimento a Vítimas de Violência no âmbito da Educação do Município de Contenda, considerando que:
O documento está plenamente adequado ao Protocolo Municipal Integrado;
• Contribui para a padronização das ações e fortalecimento da proteção integral;
• Reforça a atuação intersetorial entre Educação, Assistência Social, Saúde e Conselho Tutelar;
• Qualifica o atendimento e previne a revitimização de crianças e adolescentes.

Recomenda-se sua implementação imediata, bem como a oferta de formação continuada aos profissionais da Educação.
Contenda, 24 de novembro de 2025.
Rubiene Jani Schmitz Vandresen Presidente do CMDCA Contenda-Pr

MUNICÍPIO DE CONTENDA
ESTADO DO PARANÁ
Conselho Municipal de Educação - Lei nº 1.101 de 05.09.2007.

PARECER TÉCNICO Nº 01/2025

I – RELATÓRIO DE APROVAÇÃO REFERENTE PROTOCOLO DO FLUXO DE ATENDIMENTO ÀS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO DE CONTENDA/PR,

Os membros do Conselho Municipal de Educação (CME), reunidos em encontro realizado por meio da plataforma Google Meet, pelo link https://meet.google.com/kst- rgdd-egf, analisaram e aprovaram o documento intitulado Protocolo do Fluxo de Atendimento às Situações de Violência contra Crianças e Adolescentes, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo de Contenda/PR, sendo a aprovação unânime entre os presentes. O referido documento estabelece orientações e diretrizes para a identificação de indícios de violência, a notificação compulsória, os encaminhamentos necessários, as atribuições da equipe pedagógica, os fluxos internos de atendimento, a articulação com a rede de proteção,

bem como as garantias de sigilo e de proteção integral às crianças e aos adolescentes.
Diante da legislação vigente e da análise técnica realizada, este Conselho manifesta parecer FAVORÁVEL à aprovação do Protocolo de Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência no âmbito da Educação do Município de Contenda, considerando que:

• O documento está plenamente adequado ao Protocolo Municipal Integrado;
• Contribui para a padronização dos procedimentos e para o fortalecimento da proteção integral;
• Reforça a atuação articulada entre as áreas da Educação, Assistência Social, Saúde e Conselho Tutelar;
• Qualifica o atendimento e contribui para a prevenção da revitimização de crianças e adolescentes.

Contenda, 15 de dezembro de 2025

NELCI PEREIRA CADENA
Presidente do Conselho Municipal de Educação

Publicado por:
Rosane Gregovsky Gomes
Código Identificador:A31DDF84

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 86/2025.
O MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA, torna público que às 09 horas do dia 14 de janeiro de 2026 (lances), na plataforma BNC (www.bnc.org.br), realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para aquisição de:

OBJETO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL	PRAZO
Veículo Sedan	1	R$ 124.740,00	90 dias

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Coronel Vivida e na plataforma BNC (www.bnc.org.br). Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Pregoeiro, por meio da plataforma.

Coronel Vivida, 17 de dezembro de 2025.

JULIANO RIBEIRO -
Diretor do Departamento de Compras e Patrimônio

Publicado por:
Iana Roberta Schmid
Código Identificador:3B8A505F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 87/2025
TIPO MENOR PREÇO POR ITEM – AMPLA CONCORRÊNCIA
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E UNIFORMES ESPORTIVOS. Início do cadastro das propostas: a partir das 08h do dia 19/12/2025 até às 08h do dia 16/01/2026. Abertura das propostas após as 08h do dia 16/01/2026. Início da disputa de preços às 09h do dia 16/01/2026. VALOR MÁXIMO TOTAL ESTIMADO: R$ 707.114,63. Prazo de vigência: 01 ano. Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis no site www.bnc.org.br. O edital está disponível nos sites www.coronelvivida.pr.gov.br / www.bnc.org.br / https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações: 0800 046 0102. Coronel Vivida, 17 de dezembro de 2025.

JULIANO RIBEIRO,
Diretor do Depto de Compras e Patrimônio.

Publicado por:
Iana Roberta Schmid
Código Identificador:36E78402

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – PR
AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 05/2025
O município de Coronel Vivida, torna público para conhecimento dos interessados, o CHAMAMENTO PÚBLICO para fins de CREDENCIAMENTO de profissionais para compor a Subcomissão Técnica responsável pela análise e julgamento das propostas técnicas que serão apresentadas na Concorrência, para contratação de agência de publicidade, conforme a Lei Federal nº 12.232/2010, nos moldes da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, no artigo 79, caput e o Decreto nº 8.266 de 10 de novembro de 2023. O prazo para o credenciamento é de 15 (quinze) dias, 19 de dezembro de 2025 a 02 de janeiro de 2026. Valor total estimado de R$ 3.507,72. O edital está disponível para retirada na sede do Município de Coronel Vivida, sito a Praça Ângelo Mezzomo, s/n, Coronel Vivida, Paraná ou através dos sites www.coronelvivida.pr.gov.br / https://www.gov.br/pncp/pt-br e informações 0800 046 0102. Coronel Vivida, 17 de dezembro de 2025.

JULIANO RIBEIRO,
Diretor do Departamento de Compras e Patrimônio.

Publicado por:
Leila Marcolina
Código Identificador:4D05A077

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 85/2025

AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 85/2025
TIPO MENOR PREÇO POR LOTE – AMPLA CONCORRÊNCIA
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA EM CAIXAS D' ÁGUA, DEDETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – PR. Início do cadastro das propostas: a partir das 08h do dia 19/12/2025 até às 08h do dia 12/01/2026. Abertura das propostas após as 08h do dia 12/01/2026. Início da disputa de preços às 09h do dia 12/01/2026. VALOR MÁXIMO TOTAL ESTIMADO: R$ 151.065,99. Prazo de vigência: 01 ano. Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis no site www.bnc.org.br. O edital está disponível nos sites www.coronelvivida.pr.gov.br / www.bnc.org.br / https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações: 0800 046 0102. Coronel Vivida, 17 de dezembro de 2025.

JULIANO RIBEIRO,
Diretor do Depto de Compras e Patrimônio.

Publicado por:
Fernando de Quadros Abatti
Código Identificador:9ADEC10B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 41/2025

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR
AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO-Processo de Inexigibilidade nº 41/2025
Processo Licitatório nº 157/2025, AUTORIZO, nos termos do Art. 72, Inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/2021, contendo parecer jurídico do Procurador Municipal, declarando inexigível a licitação nos termos do Art. 74, Inciso IV, do diploma legal invocado, a contratação direta por inexigibilidade para o credenciamento de pessoa jurídica (TESLA SERVICOS RADIOLOGICOS LTDA, CNPJ sob nº

41.946.855/0001-97) para a prestação de serviços técnicos em radiologia. Valor total R$ 228.121,35 (duzentos e vinte e oito mil e cento e vinte e um reais e trinta e cinco centavos). Prazo de vigência: 12 meses, de 17 de dezembro de 2025 a 16 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado até o limite previsto na Lei nº 14.133/2021. Publique-se. Coronel Vivida, 16 de dezembro de 2025.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Publicado por:
Maira Soares
Código Identificador:7DB87DD1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RESUMO CONTRATO

CONTRATO n° 108/2025 – Pregão Eletrônico nº 80/2025 – Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: APPLÀUSO VEÍCULOS LTDA, CNPJ nº 02.084.388/0001-81. Objeto: aquisição de veículo para estruturação do SUAS. Valor total: R$ 106.800,00. Prazo de vigência: 12 meses. Coronel Vivida, 17 de dezembro de 2025.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Publicado por:
Iana Roberta Schmid
Código Identificador:3944621E

GABINETE DO PREFEITO
ALTERA DISPOS. DA LEI MUN. Nº 2.584/2014 (REF. QUIOSQUE)

LEI Nº 3.558, de 17 de dezembro de 2025.

Súmula: Altera dispositivo da Lei Municipal nº 2.584, de 13 de maio de 2014.

Autoria: Executivo Municipal

A Câmara Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterada a redação do "caput" do art. 2º da Lei Municipal nº 2.584, de 13 de maio de 2014, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - O quiosque, a que se refere o art. 1º desta Lei será destinado às atividades de alimentação, como comércio de café, sorveteria, gêneros alimentícios, lanchonete ou de atividades físicas, como academia de musculação, crossfit, ginástica."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 17 (dezessete) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco (2025).

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Inês Delmira Poletto
Código Identificador:F0A5D605

GABINETE DO PREFEITO
ALTERA LC 073/2025 (TABELA DE CARGOS EFETIVOS EXISTENTES)

LEI COMPLEMENTAR Nº 074, de 17 de dezembro de 2025.

SÚMULA: Altera o anexo IV da Lei Complementar nº 73, de 19 de setembro de 2025, e dá outras providências.

Autoria: Executivo Municipal
A Câmara Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei Complementar:
Art. 1º. Fica alterado o Anexo IV – Tabela de Cargos Efetivos Existentes, passando de 55 (cinquenta e cinco) para 61 (sessenta e um) o número de vagas existentes para o cargo de Assistente Administrativo, Grupo II – Atividades de Nível Médio, com carga horária 40 (quarenta) horas semanais.
Parágrafo único. O Total de vagas do Grupo II – Atividades de Nível Médio, passa de 137 (cento e trinta e sete) para 143 (cento e quarenta e três).
Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 17 (dezessete) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco (2025).

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Inês Delmira Poletto
Código Identificador:EC3120DF

GABINETE DO PREFEITO
APLICAÇÃO DAS SANÇÕES

PORTARIA nº 083, de 16 de dezembro de 2025.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ**, usando das atribuições legais que lhe confere o art. 24, II, "e", da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a conclusão do Processo Administrativo Sancionatório nº 4.153/2025, instaurado pela Portaria nº 33, de 12 de maio de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR, em cumprimento à decisão proferida no Processo Administrativo Sancionatório nº 4.153/2025, instaurado pela Portaria nº 33, de 12 de maio de 2025, no Relatório Final confeccionado pela Comissão e pela Decisão Final do Secretário Municipal de Administração, a aplicação, em desfavor de **FRANCIELE ELETRO LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 47.646.580/0001-52, das sanções de **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo legal de **03 anos**, bem como de **multa** no valor correspondente a **05% (cinco por cento) do valor global estimado do Pregão Eletrônico nº 18/2025**, nos termos do art. 156, II e IV, §§ 3º e 5º, da Lei nº 14.133/2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 16 (dezesseis) dias do mês de dezembro do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Inês Delmira Poletto
Código Identificador:A082F604

GABINETE DO PREFEITO
APLICAÇÃO DAS SANÇÕES

PORTARIA nº 081, de 16 de dezembro de 2025.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ**, usando das atribuições legais que lhe confere o art. 24, II, "e", da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a conclusão do Processo Administrativo Sancionatório nº 12.207/2024, instaurado pela Portaria nº 13, de 17 de março de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR, em cumprimento à decisão proferida no Processo Administrativo Sancionatório nº 12.207/2024, instaurado pela Portaria nº 13, de 17 de março de 2025, no Relatório Final confeccionado pela Comissão e pela Decisão Final do Secretário Municipal de Administração, a aplicação, em desfavor de **BX DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 48.849.767/0001-16, das sanções de **advertência**, **suspensão temporária** de participação em licitação e **impedimento** de contratar coma Administração Pública **direta e indireta** do Município de Coronel Vivida pelo prazo de **01 (um) ano**, bem como de **multa** no valor correspondente a **15% (quinze por cento)** sobre o montante inadimplido dos nobreaks não substituídos, nos termos da Lei nº 8.666/1993, art. 87, incisos I, II e III.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 16 (dezesseis) dias do mês de dezembro do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Inês Delmira Poletto
Código Identificador:B4973B0F

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO ADM. SANCIONATÓRIO

PORTARIA nº 082, de 16 de dezembro de 2025.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ**, usando das atribuições legais que lhe confere o art. 24, II, "e", da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a conclusão do Processo Administrativo Sancionatório nº 2.712/2025, instaurado pela Portaria nº 35, de 12 de maio de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR, em cumprimento à decisão proferida no Processo Administrativo Sancionatório nº 2.712/2025, instaurado pela Portaria nº 35, de 12 de maio de 2025, no Relatório Final confeccionado pela Comissão e pela Decisão Final do Secretário Municipal de Administração, a aplicação, em desfavor de **TRY SUPRIMENTOS LTDA**., inscrita no CNPJ n° 41.443.583/0001-02, das sanções de **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo legal de **03 anos**, bem como de **multa** no valor correspondente a **05% (cinco por cento) sobre o valor estimado do item licitado**, nos termos do art. 156, II e IV, §§ 3º e 5º, da Lei nº 14.133/2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 16 (dezesseis) dias do mês de dezembro do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Inês Delmira Poletto
Código Identificador:D938CF8E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PR 81/2025

AVISO DE LICITAÇÃO
O Município de Diamante D'Oeste/PR; Inscrita no CNPJ/MF 77.817.476/0001-44, torna público que, fará realizar o Processo Licitatório sob nº 266/2025, na modalidade Pregão na forma Eletrônica sob nº 81/2025, do tipo menor preço por item unitário para aquisição de 01 (um) veículo automotor, tipo hatch, 0 km, modelo 2025/2026, para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Administração do Município de Diamante D´Oeste/PR, devendo as propostas e documentações, serem anexadas no Portal de Compras do Governo Federal – www.compras.gov.br, até o dia **07-01-2026 às 9:00 horas (nove horas)**. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do EDITAL, cujas cópias poderão ser obtidas, no setor de Licitação, em qualquer dia útil e no endereço acima mencionado. Maiores informações, pelo telefone (45)3272-1141/3272-1235 e pelo site www.diamantedoeste.pr.gov.br.
Diamante D' Oeste, 17 de Dezembro de 2025.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:B1D5B0A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2737/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 523/2025 de 29/09/2025.
Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$**

140.800,00 (cento e quarenta mil oitocentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação		
03.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS	
03.001.04.122.0003.2.008.	Atividades da Secretaria de Administração	
424 - 3.1.90.46.00.00 1000	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	46.700,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE SAÚDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001.10.301.0006.2.013.	Fortalecimento da Atenção Primária	
425 - 3.1.90.46.00.00 303	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	46.700,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E	TURISMO
06.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
06.001.12.361.0010.2.024.	Atividades do Ensino Fundamental	
426 - 3.1.90.46.00.00 103	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	47.400,00

Total Suplementação: 140.800,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução		
03.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS	
03.001.04.122.0003.2.008.	Atividades da Secretaria de Administração	
19 - 3.1.90.11.00.00 1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	46.700,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE SAÚDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001.10.301.0006.2.013.	Fortalecimento da Atenção Primária	
52 - 3.1.90.11.00.00 303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	46.700,00

06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

06.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE ENSINO
06.001.12.361.0010.2.024.	Atividades do Ensino Fundamental
138 - 3.1.90.11.00.00 103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 47.400,00

Total Redução: 140.800,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Diamante D'Oeste , Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:F6DFA599

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2738/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 481/2024 de 06/11/2024.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 906.700,00 (novecentos e seis mil setecentos reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE SAÚDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001.10.301.0006.2.013.	Fortalecimento da Atenção Primária	
54 - 3.1.90.11.00.00 1051	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	35.300,00
52 - 3.1.90.11.00.00 303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	276.000,00
55 - 3.1.90.13.00.00 303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	51.600,00
57 - 3.1.90.16.00.00 303	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	9.200,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO	
06.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
06.001.12.361.0010.2.024.	Atividades do Ensino Fundamental	
136 - 3.1.90.11.00.00 101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	280.000,00
138 - 3.1.90.11.00.00 103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	129.000,00
141 - 3.1.90.13.00.00 101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	40.500,00
06.001.12.365.0010.2.027.	Atividades da Educação Infantil	
164 - 3.1.90.11.00.00 101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	71.100,00
167 - 3.1.90.13.00.00 101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	14.000,00

Total Suplementação: 906.700,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;
Receita 1.7.1.3.50.11.10.0000 Fonte 1051..... R$ 35.300,00.
Receita 1.7.2.1.50.01.00.0000 Fonte 103..... R$ 129.000,00.
Receita 1.7.2.1.50.01.00.0000 Fonte 303..... R$ 336.800,00.
Receita 1.7.5.1.50.01.00.0000 Fonte 101..... R$ 405.600,00.
Total da Receita..... R$ 906.700,00.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Diamante D'Oeste , Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:1CC2AE6C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2739/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 481/2024 de 06/11/2024.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 30.834,93 (trinta mil oitocentos e trinta e quatro reais e noventa e três centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE SAÚDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001.10.301.0006.2.013.	Fortalecimento da Atenção Primária	
439 - 3.3.90.30.00.00 406	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO	
10.001.00.000.0000.0.000.	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
10.001.28.846.0022.3.065.	Devolução e Restituição de Valores	
460 - 3.3.90.93.00.00 409	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.834,93

Total Suplementação: 30.834,93

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;
Receita 1.3.2.1.01.01.04.4400 Fonte 409..... R$ 196,73.
Receita 1.7.1.3.50.11.12.0000 Fonte 406 ..... R$ 20.000,00.
Receita 2.4.2.2.99.01.01.0000 Fonte 409 ..... R$ 10.638,20.
Total da Receida..... R$ 30.834,93.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Diamante D'Oeste , Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:819BB72C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2740/2025

Decreto nº 2740/2025 de 17/12/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 481/2024 de 06/11/2024.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
06.002.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO
06.002.13.392.0011.2.031. Manutenção das Atividades Culturais
190 - 3.3.90.39.00.00 1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 90.000,00
09.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
09.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
09.001.18.542.0018.2.058. Atividades de Gestão de Resíduos Sólidos
314 - 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO 5.000,00
Total Suplementação: 95.000,00
Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;
Receita 1.1.1.3.03.11.02.0000 Fonte 1000..... R$ 95.000,00.
Total da Receita..... R$ 95.000,00.
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Diamante D'Oeste , Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sergio Severino do Nascimento
Código Identificador:230E932B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N° 541/2025

LEI MUNICIPAL N° 541/2025

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR DESPESAS COM A CONFRATERNIZAÇÃO DE FIM DE ANO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D´OESTE, ESTADO DO PARANÁ, APROVA, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE

LEI

Art. 1°. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas com valor de até R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) com a organização e promoção da confraternização de fim de ano destinada aos servidores públicos municipais, como forma de valorização do funcionalismo e promoção da integração entre os membros da administração pública.

Art. 2º. Para os fins do disposto no Art. 1º, as despesas poderão incluir:
I - Fornecimento de alimentação e bebidas não alcoólicas;
II - Locação de espaços para realização do evento;
III - aquisição de materiais e serviços necessários à organização.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias já previstas no Orçamento Anual e suplementadas, se necessário.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado, a inserir as dotações orçamentárias, nos orçamentos futuros, em montante suficiente para cumprir esta Lei.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE D´OESTE
Aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:25465A8D

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
RETIFICAÇÃO PR 75/2025

R E T I F I C A Ç Ã O
No Aviso de Licitação, Edital e Anexos; PROCESSO LICITATÓRIO SOB Nº 253/2025; PREGÃO PRESENCIAL SOB Nº 75/2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no TRIBUNA, no dia 02-12-2025.
DESMEMBRAR O LOTE 03, CRIANDO:
- UM LOTE PARA SEGURANÇA PRIVADA (FICANDO ENTÃO COMO LOTE 05).

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:3CD03312

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
DECRETO Nº 3461/25

DECRETO Nº 3461/25

DATA:16/12/2025

Súmula: Nomeia servidor paraexercer cargo de provimento efetivo e dáoutras providências .

O Prefeito Municipal de Diamante do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

.
Art. 1º Nomear o Senhor Adair Siqueira de Souza, RG 3.950.490-1 SSP/PR, para exercer o cargo efetivo de Pedreiro, Padrão 3B, passando a fazer parte do Quadro Único de Servidores deste

Município, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes, ficando nomeado a partir desta data, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Diamante do Sul, em 16 de dezembro de 2025.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valmir Neneve Carvalho
Código Identificador:77A85D78

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
DECRETO Nº 3462/2025

DECRETO Nº 3462/2025

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR CRIANDO FONTE RECEITA DENTRO DE ATIVIDADES CONSTANTES DO ORÇAMENTO PARA O EXERCICIO DE 2025 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 1606 de 17 de dezembro de 2.025.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica autorizado o Executivo Municipal a abrir no Orçamento Geral do Município para o corrente exercício um Crédito Adicional Suplementar de ***R$ 617.182,57 (Seiscentos e dezessete mil cento e oitenta e dois reais e cinquenta e sete centavos)*** com a criação de fonte de receita na atividade abaixo relacionada, constantes da Lei Orçamentária para o corrente exercício, conforme segue:

02 – EXECUTIVO MUNICIPAL
02.001 – GABINETE DO PREFEITO
04.122.0401.2-002 – Manutenção Gabinete do Prefeito
(110) 31.90.13.00.00 – Contribuições Patronais.....R$ 981,00
FONTE: 00000 – Recursos Ordinários Livres.

03 – SEC DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEL. E RECURSOS HUMANOS
04.002 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
04.122.0402.2-005 – Manutenção Departamento de Administração
(300) 31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 5.000,00
(310) 31.90.13.00.00 – Contribuições Patronais.....R$ 2.000,00
(380) 33.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R$ 15.000,00
(410) 33.90.40.00.00 – Serviços de tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica.....R$ 30.000,00
FONTE: 00000 – Recursos Ordinários Livres.

04 – SECERTARIA DE FINANÇAS
04.001 – GABINETE SECRETÁRIO DE FINANÇAS
04.123.0403.2-007 – Manutenção Gabinete Secretário de Finanças
(510) 31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 500,00
FONTE: 00000 – Recursos Ordinários Livres.

05 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMB. E TURISMO
05.002 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
20.606.2001.2-012 – Fundo Especial do Petróleo
(760) 33.90.30.00.00 – Material de consumo.....R$ 34.000,00
(770) 33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..R$ 26.000,00
FONTE: 00504 – Outros Royalties e compensações financeiras e patrimoniais não previdenciárias.

06.002 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.1201.2-022 – Manutenção Depto Educação 25%
(1040) 31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 50.000,00
(1050) 31.90.13.00.00 – Contribuições Patronais.....R$ 5.000,00
(1070) 33.90.30.00.00 – Material de consumo.....R$ 30.000,00
(1090) 33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa JurídicaR$ 20.000,00
FONTE: 00104 – Demais impostos vinculados a educação básica.

06 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
06.002 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.1201.2-023 – Manutenção DEPTO Educação 5%
(1100) 31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 200.000,00
(1110) 31.90.13.00.00 – Contribuições Patronais.....R$ 20.000,00
FONTE: 00103 – 5% sobre transferências Constitucionais FUNDEB.

06 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
06.002 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.1201.2-025 – Manutenção Transporte Escolar Estadual
(1260) 33.90.39.00.00 – Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica....R$ 8.833,00
FONTE: 001013 – Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE.

07.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1001.2-035 – Manutenção Saúde Agente Comunitário Saúde
(1530) 31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 30.000,00
(1540) 31.90.13.00.00 – Contribuições Patronais.....R$ 6.000,00
FONTE: 01051 – Transferência Provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate a endemias.

07 – SECRETARIA DE SAUDE
07.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1001.2-043 – Fundo Municipal de Saúde
(1850) 33.90.30.00.00 – Material de consumo.....R$ 30.000,00
(1880) 33.90.39.00.00 – Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica..R$ 40.000,00
FONTE: 00303 – Saúde receitas vinculadas (E.C. 29/00 – 15%).

07 – SECRETARIA DE SAUDE
07.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1001.2-040 –Programa Agente Combate Endemias
(1680) 31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 6.000,00
(1690) 31.90.13.00.00 – Contribuições Patronais.....R$ 2.000,00
FONTE: 01051 – Transferência Provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate a endemias.

08 – SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES
08.002 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
15.451.1501.2-047 – Manutenção Departamento de Obras e Urbanismo
(3160) 33.90.30.00.00 – Material de consumo.....R$ 5.868,57
FONTE: 001016 – Emendas individuais impositivas - transferência especial.

08 – SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES
08.002 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
15.451.1501.2-047 – Manutenção Departamento de Obras e Urbanismo
(2060) 33.90.30.00.00 – Material de consumo.....R$ 50.000,00
FONTE: 00000 – Recursos Ordinários Livres.

Total da Suplementação.....R$ 617.182,57
Art. 2º **-** Servirá de recurso para cobertura do Crédito Adicional de que trata o artigo anterior na forma do Artigo 43, Parágrafo 1º, Incisos II, da Lei Federal n.º 4.320/64, o provável excesso de arrecadação apurado no exercício.
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DA FONTE 00000.....**R$ 112.314,00**
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DA FONTE 00504.....**R$ 60.000,00**
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DA FONTE 00103.....**R$ 220.000,00**
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DA FONTE 00104.....**R$ 105.000,00**
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DA FONTE 00303.....**R$ 70.000,00**
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DA FONTE 01016.....**R$ 5.868,57**
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DA FONTE 01051.....**R$ 44.000,00**
Total do Excesso de Arrecadação.....R$ 617.182,57
Art. 3º **-** Fica também o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alterar os anexos I e II da Lei Municipal nº 1249/2021 – Plano Plurianual para o exercício de 2022/2025 e Anexo Único da Lei nº 1510/2024 – Lei de Diretrizes Orçamentárias e o decreto nº 3321/2025 – Programação Financeira.
Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, EM 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valmir Neneve Carvalho
Código Identificador:01C77456

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
LEI Nº 1604/2025

Lei nº 1604/2025

SUMULA: Concede reajuste salarial para servidores ocupantes de cargo efetivos estatutário e CLT abaixo relacionadas e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Art. 1º Conceder reajuste salarial em 22% (vinte e dois) sobre os vencimentos do mês de dezembro/2025, aos servidores concursados ocupantes dos cargos abaixo relacionados:
Cargo
Assistente Social 40 h
Contador
Técnico em Agropecuária
Pedagoga 40 h
Gari Coletador de Lixo
Fonoaudióloga 20 h
Enfermeira
Advogado 20 h

Art. 2º O reajuste concedido através dos Art. 1º desta Lei, passarão a integrar os vencimentos dos servidores para o mês de dezembro de 2025, ficando a cargo do Setor de RH fazer as alocações necessárias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Diamante do Sul, em 17 de dezembro de 2025.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valmir Neneve Carvalho
Código Identificador:1D707241

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
LEI Nº 1605/2025

Lei nº 1605/2025

SUMULA: Concede reajuste salarial para servidores ocupantes de cargo efetivos estatutário e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Art. 1º Conceder reajuste salarial em 15% (quinze por cento) sobre os vencimentos do mês de dezembro/2025, aos servidores concursados ocupantes dos cargos abaixo relacionados:
Cargo
Professor 20 h
Professor Educador Infantil 40 h

Art. 2º O reajuste concedido através dos Art. 1º desta Lei, passarão a integrar os vencimentos dos servidores para o mês de dezembro de 2025, ficando a cargo do Setor de RH fazer as alocações necessárias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Diamante do Sul, em 17 de dezembro de 2025.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valmir Neneve Carvalho
Código Identificador:B28CD18F

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
LEI Nº 1606/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

LEI Nº 1606/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR CRIANDO FONTE RECEITA DENTRO DE ATIVIDADES CONSTANTES DO ORÇAMENTO PARA O EXERCICIO DE 2025 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Diamante do Sul, Estado do Paraná, aprovou a seguinte
Lei:
Art. 1º - Fica autorizado o Executivo Municipal a abrir no Orçamento Geral do Município para o corrente exercício um Crédito Adicional Suplementar de ***R$ 617.182,57 (Seiscentos e dezessete mil cento e oitenta e dois reais e cinquenta e sete centavos)*** com a criação de fonte de receita na atividade abaixo relacionada, constantes da Lei Orçamentária para o corrente exercício, conforme segue:
02 – EXECUTIVO MUNICIPAL
02.001 – GABINETE DO PREFEITO
04.122.0401.2-002 – Manutenção Gabinete do Prefeito
(110) 31.90.13.00.00 – Contribuições Patronais.....R$ 981,00
FONTE: 00000 – Recursos Ordinários Livres.

03 – SEC DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEL. E RECURSOS HUMANOS
04.002 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
04.122.0402.2-005 – Manutenção Departamento de Administração
(300) 31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 5.000,00
(310) 31.90.13.00.00 – Contribuições Patronais.....R$ 2.000,00
(380) 33.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R$ 15.000,00

(410) 33.90.40.00.00 – Serviços de tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica.....R$ 30.000,00
FONTE: 00000 – Recursos Ordinários Livres.
04 – SECERTARIA DE FINANÇAS
04.001 – GABINETE SECRETÁRIO DE FINANÇAS
04.123.0403.2-007 – Manutenção Gabinete Secretário de Finanças
(510) 31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 500,00
FONTE: 00000 – Recursos Ordinários Livres.

05 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMB. E TURISMO
05.002 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
20.606.2001.2-012 – Fundo Especial do Petróleo
(760) 33.90.30.00.00 – Material de consumo.....R$ 34.000,00
(770) 33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R$ 26.000,00
FONTE: 00504 – Outros Royalties e compensações financeiras e patrimoniais não previdenciárias.

06.002 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.1201.2-022 – Manutenção Depto Educação 25%
(1040) 31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 50.000,00
(1050) 31.90.13.00.00 – Contribuições Patronais.....R$ 5.000,00
(1070) 33.90.30.00.00 – Material de consumo.....R$ 30.000,00
(1090) 33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R$ 20.000,00
FONTE: 00104 – Demais impostos vinculados a educação básica.

06 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
06.002 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.1201.2-023 – Manutenção DEPTO Educação 5%
(1100) 31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 200.000,00
(1110) 31.90.13.00.00 – Contribuições Patronais.....R$ 20.000,00
FONTE: 00103 – 5% sobre transferências Constitucionais FUNDEB.

06 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
06.002 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.1201.2-025 – Manutenção Transporte Escolar Estadual
(1260) 33.90.39.00.00 – Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica.....R$ 8.833,00
FONTE: 001013 – Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE.

07.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1001.2-035 – Manutenção Saúde Agente Comunitário Saúde
(1530) 31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 30.000,00
(1540) 31.90.13.00.00 – Contribuições Patronais.....R$ 6.000,00
FONTE: 01051 – Transferência Provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate a endemias.

07 – SECRETARIA DE SAUDE
07.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1001.2-043 – Fundo Municipal de Saúde
(1850) 33.90.30.00.00 – Material de consumo.....R$ 30.000,00
(1880) 33.90.39.00.00 – Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica.....R$ 40.000,00
FONTE: 00303 – Saúde receitas vinculadas (E.C. 29/00 – 15%).

07 – SECRETARIA DE SAUDE
07.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1001.2-040 –Programa Agente Combate Endemias
(1680) 31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 6.000,00
(1690) 31.90.13.00.00 – Contribuições Patronais.....R$ 2.000,00
FONTE: 01051 – Transferência Provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate a endemias.

08 – SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES
08.002 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
15.451.1501.2-047 – Manutenção Departamento de Obras e Urbanismo
(3160) 33.90.30.00.00 – Material de consumo.....R$ 5.868,57
FONTE: 001016 – Emendas individuais impositivas - transferência especial.

08 – SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES
08.002 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
15.451.1501.2-047 – Manutenção Departamento de Obras e Urbanismo
(2060) 33.90.30.00.00 – Material de consumo.....R$ 50.000,00
FONTE: 00000 – Recursos Ordinários Livres.
Total da Suplementação.....R$ 617.182,57
Art. 2º **-** Servirá de recurso para cobertura do Crédito Adicional de que trata o artigo anterior na forma do Artigo 43, Parágrafo 1º, Incisos II, da Lei Federal n.º 4.320/64, o provável excesso de arrecadação apurado no exercício.
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DA FONTE 00000.....**R$ 112.314,00**
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DA FONTE 00504.....**R$ 60.000,00**
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DA FONTE 00103.....**R$ 220.000,00**
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DA FONTE 00104.....**R$ 105.000,00**
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DA FONTE 00303.....**R$ 70.000,00**
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DA FONTE 01016.....**R$ 5.868,57**
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DA FONTE 01051.....**R$ 44.000,00**
Total do Excesso de Arrecadação.....R$ 617.182,57
Art. 3º **-** Fica também o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alterar os anexos I e II da Lei Municipal nº 1249/2021 **–** Plano Plurianual para o exercício de 2022/2025 e Anexo Único da Lei nº 1510/2024 – Lei de Diretrizes Orçamentárias e o decreto nº 3321/2025 – Programação Financeira.
Art.4º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Diamante do Sul, Estado do Paraná, em 17 de Dezembro de 2025.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valmir Neneve Carvalho
Código Identificador:3137930F

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
TERMO ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA Nº 29/2025./EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

Termo Adjudicação e Homologação da Dispensa nº 29/2025.
Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, O PREFEITO MUNICIPAL, **ADJUDICA E HOMOLOGA** nos termos do Inciso IV do Art. 71 da lei nº 14.133/2021, o resultado do procedimento licitatório em epigrafe, junto a **Dispensa 29/2025**, do Município de DIAMANTE DO SUL, Estado do Paraná, em uso das atribuições que lhe são conferidas peça legislação em vigor, resolve:
HOMOLOGAR nos termos do Inciso IV do Art. 71 da lei nº 14.133/2021, a presente licitação nestes termos:

Processo administrativo nº:2180/2025
Licitação nº:29/2025
Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de sondagem de solo do tipo SPT, incluindo mobilização, execução

dos furos, laudo técnico e ART, para atender às necessidades dos convênios do Município de Diamante do Sul/PR.

Fornecedores declarados vencedores:

COLUBE ENGENHARIA LTDA CNPJ nº: 44.965.100/0001-28 Valor total R$ 16.776,00 (Dezesseis Mil e Setecentos e Setenta e Seis Reais).

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL/PR 17 de dezembro de 2025.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO
Dispensa nº 29/2025
Processo administrativo nº:1980/2025.
FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal n. º 14.133/21, de 01/04/2021 e suas alterações posteriores.
Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de sondagem de solo do tipo SPT, incluindo mobilização, execução dos furos, laudo técnico e ART, para atender às necessidades dos convênios do Município de Diamante do Sul/PR.
CONTRATADA: COLUBE ENGENHARIA LTDA
CNPJ nº: 44.965.100/0001-28
Valor total R$ 16.776,00 (Dezesseis Mil e Setecentos e Setenta e Seis Reais).
CONTRATO Nº:532

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12(doze) Meses.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

08 SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES
002 DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
15.451.1501.2047 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
02090 E 0000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)

08 SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES
003 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
26.782.2601.2048 OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
02160 E 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)

DATA ASSINATURA: 17/12/2025.

DECLARAÇÃO
Declaro para os devidos fins, que o extrato de contrato foi publicado no placar de avisos da Prefeitura Municipal e diário oficial do município, para efeito de cumprimento das disposições da lei 14.133 de 01 de abril de 2021.
Por ser verdade firmo a presente para que surta os jurídicos e legais efeitos.
GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL/PR 17 de dezembro de 2025.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristina Santos Neri
Código Identificador:375A2532

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL TERMO ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº34/2025/EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

Termo Adjudicação e Homologação do Pregão Eletrônico nº 34/2025.

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, O PREFEITO MUNICIPAL, **ADJUDICA E HOMOLOGA** nos termos do Inciso IV do Art. 71 da lei nº 14.133/2021, o resultado do procedimento licitatório em epigrafe, junto a **Pregão Eletrônico 34/2025**, do Município de DIAMANTE DO SUL, Estado do Paraná, em uso das atribuições que lhe são conferidas peça legislação em vigor, resolve:
HOMOLOGAR nos termos do Inciso IV do Art. 71 da lei nº 14.133/2021, a presente licitação nestes termos:

Processo administrativo nº:2002/2025
Licitação nº:34/2025
Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração de Projeto Executivo de Ponte sobre o Rio Piquiri, com extensão de 120 (cento e vinte) metros, ligando os Municípios de Diamante do Sul/PR e Laranjal/PR.

Fornecedores declarados vencedores:

MAPA SUL ENGENHARIA E CONTRUÇÃO LTDA LTDA CNPJ nº: 39.796.256/0001-92 Valor total R$ 124.331,25 (Cento e Vinte e Quatro Mil e Trezentos e Trinta e Um Reais e Vinte e Cinco Centavos).

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL/PR 17 de dezembro de 2025.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO
Pregão Eletronico nº 34/2025
Processo administrativo nº:2002/2025.
FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal n. º 14.133/21, de 01/04/2021 e suas alterações posteriores.
Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração de Projeto Executivo de Ponte sobre o Rio Piquiri, com extensão de 120 (cento e vinte) metros, ligando os Municípios de Diamante do Sul/PR e Laranjal/PR.
CONTRATADA: MAPA SUL ENGENHARIA E CONTRUÇÃO LTDA LTDA
CNPJ nº: 39.796.256/0001-92
Valor total R$ 124.331,25 (Cento e Vinte e Quatro Mil e Trezentos e Trinta e Um Reais e Vinte e Cinco Centavos).
CONTRATO Nº:532
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12(doze) Meses.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

08 SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES
002 DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
15.451.1501.2047 MANUETENÇÃO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
02090 E 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (LIVRES)

03 SEC DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ E RECURSOS HUMANOS
002 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
04.122.0402.2005 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
3.3.90.39.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
00380 E 0000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (LIVRES)

DATA ASSINATURA: 17/12/2025.

DECLARAÇÃO
Declaro para os devidos fins, que o extrato de contrato foi publicado no placar de avisos da Prefeitura Municipal e diário oficial do município, para efeito de cumprimento das disposições da lei 14.133 de 01 de abril de 2021.
Por ser verdade firmo a presente para que surta os jurídicos e legais efeitos.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL/PR 17 de dezembro de 2025.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristina Santos Neri
Código Identificador:598D91CB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

CÂMARA DE VEREADORES DE DOIS VIZINHOS ADITIVO DE CONTRATO - EXTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO - OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 021/2022

CÂMARA DE VEREADORES DE DOIS VIZINHOS – ADITIVO DE CONTRATO - EXTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

Contrato:	Oitavo Termo Aditivo ao Contrato nº. 021/2022.
Contratada:	Marcos Vinícius Duarte Obras EIRELI, CNPJ sob nº 33.149.010/0001-42
Objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS CONTINUADOS DE LIMPEZA COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PARA DESEMPENHO DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS E EXTERNOS, INCLUINDO OS RELACIONADOS A COPA E COZINHA, COM CARGA HORÁRIA DE 8 (OITO) HORAS DIÁRIAS E 4 (QUATRO) HORAS NAS SESSÕES SEMANAIS, TOTALIZANDO 44 (QUARENTA E QUATRO) HORAS JUNTO A CÂMARA DE VEREADORES DE DOIS VIZINHOS
Prazo:	Fica alterada a Cláusula Sexta – **DO PRAZO DE VIGÊNCIA** – Fica este contrato prorrogado por mais 12(doze) meses, iniciando-se em 02 de janeiro de 2026 e finalizando em 01 de janeiro de 2027.
Valor:	Fica alterada a Cláusula Segunda - O valor global é de R$ 217.195,64 (Duzentos e dezessete mil, cento e noventa e cinco reais e sessenta e quatro centavos), durante a vigência desse contrato e seus aditivos. O valor do presente aditivo para os próximos doze meses é de R$ 57.866,40 (cinquenta e sete mil oitocentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos), sendo o valor mensal de R$ 4.822,20 (Quatro mil, oitocentos e vinte e dois reais e vinte centavos), ressalvada eventual repactuação por convenção coletiva.
Data da assinatura:	16 de dezembro de 2025

Dois Vizinhos, 16 de dezembro de 2025.

JUAREZ ALBERTON
Presidente

Publicado por:
Claudia Britto Lorenzo
Código Identificador:7A025D0C

CÂMARA DE VEREADORES DE DOIS VIZINHOS EDITAL N.º 02.001/2025 - DEFERIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

EDITAL N.º 02.001/2025 - DEFERIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **Deferimento das Solicitações de Isenção da taxa de Inscrição** do Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2025, nos seguintes termos.

Art.1º Fica divulgado por meio do **ANEXO ÚNICO** deste Edital, a relação dos candidatos que tiveram o pedido de isenção **DEFERIDO**, com escopo nas regras contidas nos subitens 5.20 e 5.21 do Edital de Abertura.

Art.2º Registra-se que todos os pedidos de isenção **INDEFERIDOS**, possuem justificativas quanto a posição adotada pela banca examinadora, as quais encontram-se dispostas na "Área do candidato" disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art.3º Quanto ao **INDEFERIMENTO** da solicitação de Isenção da taxa de Inscrição, caberá interposição de recurso no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir das **0h do dia 11/12/2025 às 23h59min do dia 12/12/2025**, observando o horário oficial de Brasília - DF. O candidato interessado em interpor recurso deverá acessar a "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art.4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Dois Vizinhos (PR), 10 de dezembro de 2025.

JUAREZ ALBERTON
Presidente da Câmara

CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS - PR
PROCESSO SELETIVO - 001/2025 ORGANIZAÇÃO: FUNDAÇÃO FAFIPA | CNPJ 05.566.804/0001-76

		PROCURADOR JURÍDICO - DOIS VIZINHOS	
INSCRIÇÃO	**NOME IDENTIFICAÇÃO**		**TIPO**
0041251	ADILSON VIEIRA DA COSTA JUNIOR		Doador de Medula Óssea
0041254	ALANDELON CARDOSO LIMA		Doador de Medula Óssea
0041261	ANA KEILA FERREIRA DA SILVA		CadÚnico
0041252	ANDRE LUIZ QUAGLIOTTO		Doador de Medula Óssea
0041253	DIEGO SIMÃO KOSIEDOSKI		Doador de Medula Óssea
0041266	FERNANDO APARECIDO VIEIRA		Doador de Medula Óssea
0041269	HARRYSON JONAS DA SILVA DE ALMEIDA		Doador de Medula Óssea
0041270	JAYNARA JUCHNESKI		Doador de Medula Óssea
0041272	JULIANA DA SILVA GIARETTA		CadÚnico
0041250	LETÍCIA ROSSI SUNAKOZAWA		Doador de Medula Óssea
0041257	NATÁLIA ZEFERINO CASTANHEIRA		Doador de Medula Óssea
0041265	PEDRO PEREIRA DA SILVA JUNIOR		Doador de Medula Óssea
0041258	ROGER GABRIEL SCHUTZ		Doador de Medula Óssea
0041263	RONALDO GIMENEZ MONTEIRO		Doador de Medula Óssea
0041259	WELLINGTON FERREIRA DA SILVA		CadÚnico

Publicado por:
Claudia Britto Lorenzo
Código Identificador:03C49B59

CÂMARA DE VEREADORES DE DOIS VIZINHOS EDITAL N.º 03.001/2025 – HOMOLOGAÇÃO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

EDITAL N.º 03.001/2025 – HOMOLOGAÇÃO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICA** a **Homologação das solicitações de isenção da taxa de Inscrição** do Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2025, nos seguintes termos.

Art.1º Diante da ausência de recursos administrativos protocolizados contra o deferimento das solicitações de isenção da taxa de inscrição, fica **MANTIDA** a listagem divulgada na data pretérita de 10 de dezembro de 2025 no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art.2º Registra-se, que os candidatos que tiveram a solicitação de isenção da taxa de inscrição indeferida, poderão realizar o pagamento da inscrição até a data limite **05 de janeiro de 2026.**
Art.3º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Dois Vizinhos (PR), 17 de dezembro de 2025.

JUAREZ ALBERTON
Presidente da Câmara

Publicado por:
Claudia Britto Lorenzo
Código Identificador:25BCBE5F

CÂMARA DE VEREADORES DE DOIS VIZINHOS
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO DE LICITAÇÃO Nº 90002/2025

CÂMARA DE VEREADORES DE DOIS VIZINHOS

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO DE LICITAÇÃO Nº 90002/2025

Com fundamento no art. 28, inciso I, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1° de abril de 2021 e da Resolução N° 6, de 01 de agosto de 2023, bem como nas justificativas constantes do processo, **RATIFICO e HOMOLOGO** o Processo de Contratação n° 012/2025, referente ao Pregão Eletrônico n° 90002/2025, cujo objeto é a Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos de informática para a Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos/PR, sendo o item 1 do lote 1, no valor unitário de R$ 6.090,00 (seis mil e noventa reais) e o item 2, lote 1, no valor unitário de R$ 1.350,00 (um mil, trezentos e cinquenta reais) em favor da empresa **ARCEGO REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA**, CNPJ 01.418.445/0001-59: o item 3, no valor unitário de R$ 3.985,00 (três mil, novecentos e oitenta e cinco reais) em favor da empresa **DONNOS VENDAS E SERVIÇOS INTEGRADOS LTDA**, CNPJ 38.732.826/0001-18; o item 4, no valor unitário de R$ 3.340,00 (três mil, trezentos e quarenta reais) em favor da empresa **SEVENTEC COMERCIO LTDA**, CNPJ 08.784.976/0002-95; o item 5, no valor unitário de R$ 180,00 (cento e oitenta reais) em favor da empresa **AMMO INFORMATICA LTDA**, CNPJ 07.300.151/0001-04.

Dois Vizinhos, 17 de dezembro de 2025.

JUAREZ ALBERTON
Presidente

Publicado por:
Claudia Britto Lorenzo
Código Identificador:4ABB3D50

CÂMARA DE VEREADORES DE DOIS VIZINHOS
PORTARIA 035/2025

PORTARIA Nº 035/2025

JUAREZ ALBERTON, Presidente da Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, conforme o art. 35, Inciso XXIX e art. 41, inciso II, alínea "a" do Regimento Interno, artigo 2º, inciso I e artigo 3º da Resolução 002/2012, Lei 1.680/2012 e alterações e art. 143, inciso I da Lei 577/93.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Progressão Funcional nos termos do artigo 2º, inciso I, art. 3º da Resolução 002/2012, Lei 1.680/2012 e suas alterações e anuênio nos termos do art. 143, inciso I da Lei 577/93 e suas alterações, no mês de janeiro de 2026, à servidora abaixo:

Matrícula Funcional	Nome do Servidor	Nível que passa a pertencer do Anexo III da Lei 1.680/2012, alterado pela Lei nº 2.690/2023
85	Cláudia Britto Lorenzo	NI -18

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19 de janeiro de 2026.

Sala da Presidência, aos dezessete dias do mês de dezembro de 2025.

JUAREZ ALBERTON
Presidente

Publicado por:
Claudia Britto Lorenzo
Código Identificador:8767B811

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 22846/2025

DECRETO Nº 22846/2025

Abre crédito adicional suplementar ao orçamento vigente no valor de R$ 774.781,18 e dá outras providências.

Luiz Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos-Pr, no uso de suas das atribuições legais e com base no artigo 43, parágrafo 3º, da ei 4.320/64.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento vigente, o crédito suplementar no valor de R$ 774.781,18 proveniente do superávit financeiro do exercício de 2024 abaixo relacionados, de acordo com as especificações a seguir:

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
03	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E AÇÕES ESTRATÉGICAS	
03.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PROJETOS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS	
04.122.0003.2004	ATIVIDADES DA SEC DE PLANEJAMENTO E AÇÕES ESTRATÉGICAS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
370	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
390	00000-Recursos Ordinários (Livres)	139.000,00
	SUBTOTAL	144.000,00
04	SEC DE DESENV ECONÔMICO, CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E DE TURISMO	
04.002	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	
23.334.0004.2011	PARQUE DE EXPOSIÇÕES	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
940	00000-Recursos Ordinários (Livres)	243.000,00
	SUBTOTAL	243.000,00
05	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	
05.001	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA MEIO AMBIENTE E REC HIDRICOS	
20.608.0005.2021	PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1510	00000-Recursos Ordinários (Livres)	6.000,00
	SUBTOTAL	6.000,00
06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
06.002	DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	
28.843.0001.2027	DÍVIDA INTERNA E PRECATÓRIOS	
4.6.90.71.00.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	
2110	00000-Recursos Ordinários (Livres)	310.339,16
	SUBTOTAL	310.339,16
07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
07.003	DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER	
27.812.0009.2042	ATIVIDADES DO DEPTO DE ESPORTES E LAZER	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3800	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.800,00
	SUBTOTAL	3.800,00
09	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
09.003	DEPARTAMENTO DE OBRAS	
15.451.0008.1056	PAVIMENTAÇÃO URBANA	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
4990	00000-Recursos Ordinários (Livres)	39.642,02
	SUBTOTAL	39.642,02
10	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	
10.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.122.0010.2061	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
5150	00000-Recursos Ordinários (Livres)	28.000,00
	SUBTOTAL	28.000,00
	TOTAL	774.781,18

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de dezembro de 2025.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:D6EEA6AF

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 22866/2025

DECRETO Nº 22866/2025

Abre crédito adicional suplementar ao orçamento vigente, no valor de R$ 5.571.786,24 e dá outras providências.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos/PR, no uso de suas das atribuições legais e com base no artigo 43, parágrafo 3º, da Lei 4.320/64.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento vigente, o crédito suplementar no valor de R$ 5.571.786,24 proveniente dos excessos de arrecadação abaixo relacionados, de acordo com as especificações a seguir:

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
02	GOVERNO MUNICIPAL	
02.001	GABINETE DO PREFEITO	
06.182.0003.2002	AÇÕES NA DEFESA CIVIL E SEGURANÇA PÚBLICA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
191	01300-FECAP - DEFESA CIVIL	23.816,27
	SUBTOTAL	23.816,27
04	SEC DE DESENV ECONÔMICO, CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E DE TURISMO	
04.002	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	
11.661.0004.1009	PARQUE INDUSTRIAIS	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
911	01253-CONVÊNIO 812/2024 - SECID - SIT 67591	467.385,24
	SUBTOTAL	467.385,24
05	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	
05.001	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA MEIO AMBIENTE E REC HIDRICOS	
18.541.0012.2015	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1180	00555-SANEPAR - Compensação Financeira ao MEIO AMBIENTE do Município	14.000,00
20.606.0005.2018	ATIV DA SEC DE AGRIC, PECUÁRIA, MEIO AMB E REC HIDRICOS	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1435	00555-SANEPAR - Compensação Financeira ao MEIO AMBIENTE do Município	174.000,00
	SUBTOTAL	188.000,00
07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
07.001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.361.0006.2031	ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2490	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	210.000,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
2530	00107-Salário-Educação	3.059,83
2531	00156-FNDE - AJA - PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO	3.059,83
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	
2562	01263-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT, mínimo de 70% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF	99.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2753	01264-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT, máximo de 30% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF	25.200,00
07.003	DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER	
27.812.0009.1041	OBRAS PARA PRÁTICA DE ESPORTES	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
3663	01289-CONT REPASSE 959608/2024-EMENDA 50060001-PAULOLITRO-REF QD ESP ESPERANÇA	174.366,66
	SUBTOTAL	514.686,32
08	SECRETARIA DE SAÚDE	
08.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.302.0007.2047	SAÚDE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
3.3.50.41.00.00	CONTRIBUIÇÕES	
4293	01299-FNS/PROPOSTA 6300690291/2025-00-PAULO LITRO E SEGIO SOUZA	1.450.000,00
10.301.0007.2046	SAÚDE/ATENÇÃO BÁSICA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4053	01276-EMENDA INDIVIDUAL 40110001 - GLESI HOFFMANN	3.730,66
4057	01285-PROPOSTA 63000677781202500-SPERAFICO-CUSTEIO PAP	11.647,30
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4130	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	200.000,00
4160	01175-Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	61.045,03
4177	01285-PROPOSTA 63000677781202500-SPERAFICO-CUSTEIO PAP	60.527,43
3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	
4195	01275-EMENDA INDIVIDUAL 45420002 NEWTON BONIN	2.648,59
4196	01276-EMENDA INDIVIDUAL 40110001 - GLESI HOFFMANN	34.532,75
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
4230	00495-Atenção Básica	545.000,00
08.002	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0007.2049	CONSÓRCIOS DE SAÚDE	
3.3.72.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4613	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	12.759,00
	SUBTOTAL	2.381.890,76
09	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
09.001	DEPARTAMENTO DE INTERIOR	
26.782.0008.1050	PONTES E BUEIROS	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
4684	00501-Receitas de Alienações de Ativos	71.100,00
09.002	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.452.0016.2053	ATIV DA SEC DE VIAÇÃO, OBRAS E SERV URBANOS	
3.3.90.37.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	
4881	00504-Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	163.000,00
09.003	DEPARTAMENTO DE OBRAS	
15.451.0008.1056	PAVIMENTAÇÃO URBANA	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
5048	01286-CONVÊNIO 587/2025 - SECID - SIT 74131 - RECAPE ASFALTICO	1.761.907,65
	SUBTOTAL	**1.996.007,65**
	TOTAL	**5.571.786,24**

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de dezembro de 2025.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:5704F03A

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 22881/2025

DECRETO Nº 22881/2025

Concede Adicional de Periculosidade à servidores municipais.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Concede Adicional de Periculosidade, no percentual de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento base do nível atual, aos servidores abaixo relacionados, a partir 01 de dezembro/2025:

Matrícula	Nome do servidor	Cargo	Lotação
20243-1	Lucas Ubiali	Auditor Fiscal	Departamento de Tributação e Receita
18797-1	Marcos André Mataczinski	Fiscal de Obras	Departamento de Gestão Urbana
18783-1	Nilson Vicente Terra	Fiscal de Obras	Departamento de Gestão Urbana
9580-1	Edilberto Ribeiro Nunes	Fiscal de Tributos	Departamento de Tributação e Receita
9720-1	Emerson Dalpasqual	Fiscal de Tributos	Departamento de Tributação e Receita
9570-1	Jair Maier	Fiscal de Tributos	Departamento de Tributação e Receita
9550-1	Janete Teresinha Manica	Fiscal de Tributos	Departamento de Tributação e Receita
9890-1	Vilcemar Vigarini	Fiscal de Tributos	Departamento de Tributação e Receita

Art. 2º Este Decreto entra em vigar na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de dezembro de 2025.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:4EC85730

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ERRATA DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

ERRATA DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos traz a Errata referente a publicação do Termo de Homologação do Pregão Eletrônico **90097/2025**, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (edição n.º 3428, páginas 133 e 134) em 16 de dezembro de 2025, em virtude de erro material, sendo que,

Onde se lê:

3. VR CORTES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**,** CNPJ Nº: 29.193.163/0001-10, **Item 06 Lote 03**, com proposta no valor total de R$ 54.493,00 (cinquenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e três reais);

Leia-se:

3. VR CORTES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**,** CNPJ Nº: 29.193.163/0001-10, **Itens 01, 05 e 06 Lote 01**, com proposta no valor total de R$ 54.493,00 (cinquenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e três reais);

Dois Vizinhos, 17 de dezembro de 2025.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:5BF7F967

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS, ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, CONVÊNIOS, TERMOS Nº 176/2025

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Extrato para fins de publicação de Contratos, Atas de Registro de Preços, Convênios, Termos nº 176/2025

Contrato	663/2025 – Pregão Eletrônico nº 90003/2025
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Centro Oeste - Comercio de Moveis e Equipamentos Ltda - CNPJ/MF nº 73.334.476/0001-32.
Objeto	Aquisição de mobiliário e equipamento escolar para utilização em Escolas e CMEI's do Município de Dois Vizinhos. Com itens exclusivos para participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, Cota Reservada e Ampla Concorrência, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 55.600,00 (cinquenta e cinco mil e seiscentos reais).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses.
Data de Assinatura	16 de dezembro de 2025.

Contrato	671/2025 – Pregão Eletrônico nº 90111/2025
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	NV Nutrição Ltda - CNPJ/MF nº 48.512.178/0001-48.
Objeto	Aquisição de produtos de nutrição enteral e de suplementação alimentar, destinados ao atendimento integral das necessidades dos pacientes do município de Dois Vizinhos, em conformidade com os critérios e diretrizes estabelecidos pela Lei Municipal 2869/2025 – Com itens exclusivos e com cota reservada para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e Ampla Concorrência, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 40.375,00 (quarenta mil, trezentos e setenta e cinco reais).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses.
Data de Assinatura	15 de dezembro de 2025.

Contrato	676/2025 – Pregão Eletrônico nº 90097/2025
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Jeverson Ivan Paese - Pitty Sports - CNPJ/MF nº 25.371.647/0001-50.
Objeto	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de uniformes destinados aos alunos, atletas e servidores para a participação de eventos esportivos promovidos pela Secretaria de Esportes de Dois Vizinhos – Com item(ns) exclusivos para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e Ampla Concorrência, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 53.320,00 (cinquenta e três mil, trezentos e vinte reais).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses.
Data de Assinatura	17 de dezembro de 2025.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 417/2025 – Concorrência nº 90004/2025	
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratada	HDO Engenharia e Consultoria Ltda - CNPJ/MF nº 24.011.741/0001-36.
Objeto	Cláusula Primeira - Fica alterada a Cláusula Quinta - Preço – Acresce ao Contrato o valor de R$ 368.701,72 (trezentos e sessenta e oito mil, setecentos e um reais e setenta e dois centavos).
Data de Assinatura	16 de dezembro de 2025.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 227/2025 – Inexigibilidade de Licitação nº 029/2025	
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratada	APADV – Associação de Proteção dos Autistas de Dois Vizinhos - CNPJ nº 11.013.735/0001-76.
Objeto	Cláusula Primeira - Fica alterada a Cláusula Quinta - Preço – Acresce ao Contrato o valor de R$ 114.131,49 (cento e quatorze mil, cento e trinta e um reais e quarenta e nove centavos).
Data de Assinatura	16 de dezembro de 2025.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 635/2025 – Dispensa de Licitação nº 90029/2025	
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratada	SSAT Sinalizacão e Adesivos Ltda - CNPJ/MF nº 05.111.060/0001-03.
Objeto	Cláusula Primeira - Fica alterada a Cláusula Quinta - Preço – Acresce ao Contrato o valor de R$ 170.960,80 (cento e setenta mil, novecentos e sessenta reais e oitenta centavos).
Data de Assinatura	17 de dezembro de 2025.

Dois Vizinhos, 17 de dezembro de 2025.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:0E548661

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI Nº 2958/2025

LEI Nº 2958/2025

Altera dispositivos da Lei Municipal nº 2930/2025, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu **Luis Carlos Turatto**, Prefeito de Dois Vizinhos, sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1ºO art. 1º da Lei Municipal nº 2930/2025, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar apermutade imóvel entre o MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 76.205.640/0001-08 e Sra. FRANCIELI MEZZOMO FRANÇA, CPFnº 030.415.269-21 e o Sr. RICARDO JOSÉ MEZZOMO, CPF nº 971.284.229-00, residentes e domiciliados na cidade de Dois Vizinhos/Pr.

Art. 2ºO caput do art. 4º da Lei Municipal nº 2930/2025, passa a ter a seguinte redação:

Art. 4ºConstitui imóvel de propriedade de Francieli Mezzomo França e Ricardo José Mezzomo para fins depermutade que trata esta Lei:

Art. 3º O art. 5º da Lei Municipal nº 2930/2025, passa a ter a seguinte redação:

Art. 5ºApermuta, objeto desta lei, ora autorizada, consistirá na troca pura e simples, livre de ônus, entre o imóvel de propriedade do Município de Dois Vizinhos, relacionado no art. 3º. desta Lei, e o imóvel de propriedade de Francieli Mezzomo França e Ricardo José Mezzomo, relacionados no art. 4º. desta Lei.

Art. 4ºEsta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos - PR, aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:57C14857

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI Nº 2959/2025

LEI Nº 2959/2025

Dispõe sobre a conversão da Resolução nº 004/2025 em Lei.

A **Câmara Municipal de Vereadores** aprovou o Projeto de Lei do Legislativo 032/2025, de autoria da **Mesa Diretora**, e eu, **Luis Carlos Turatto,** Prefeito de Dois Vizinhos, sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Poder Legislativo de Dois Vizinhos, o auxílio alimentação, convalidando-se, para todos os efeitos legais, o conteúdo da Resolução nº 004/2025.

Art. 2º O auxílio alimentação possui natureza indenizatória e será concedido aos servidores efetivos e comissionados em efetivo exercício, nos termos do art. 84 da Lei 577/1993 e aos vereadores no exercício do mandato.

Parágrafo único. A concessão do benefício será feita em pecúnia juntamente com a folha de pagamento da Câmara Municipal ou mediante cartão/vale alimentação.

Art. 3º O valor mensal do vale-alimentação será de **2 (duas) UFM (Unidade Fiscal Municipal).**

Art. 4º O benefício de que trata esta Lei não será:
I- Incorporado ao subsídio, vencimento ou remuneração;
II- Configurado como rendimento tributável;
III - Base de cálculo de contribuição previdenciária e aplicação de teto remuneratório.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos - PR, aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:5D13EF96

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 170/2025

PORTARIA N.º 170/2025

Nomeia a Comissão responsável pelo Plano Nacional de Educação – PNE.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º NOMEAR a Comissão responsável pelo PNE (Plano Nacional de Educação), composta pelos servidores abaixo relacionados:

Nome	Representação
Andressa Rodrigues Borbas	Executivo Municipal
Carla Giovana Basso	Diretores Municipais
Catiane Aparecida Soares de Morais	Educação Infantil
Jailene Dal Bosco	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Wanessa Giseli Beal	Professores Municipais

Art. 2º Revoga-se a Portaria n° 114/2024.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16 de dezembro de 2025.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:518555C7

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público, para fins de direito, que **ADJUDICA**, o objeto da licitação relativamente ao **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2025**, cujo objeto é: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS INTERESSADAS EM FORNECER PEÇAS, COMPONENTES, ACESSÓRIOS E FLUÍDOS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DE PASSEIO E UTILITÁRIOS, VANS, ÔNIBUS, CAMINHÕES E MÁQUINAS RODOVIÁRIAS E AGRÍCOLAS, NECESSÁRIOS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DO MUNÍCIPIO DE DOIS VIZINHOS**,** em favor das seguintes proponentes:

Proponentes	Ordem	CNPJ
VENDRAMINI MECANICA E RECUPERADORA LTDA	31	05.923.756/0001-26

E **HOMOLOGA** o referido procedimento, pois atende todas as formalidades legais e o resultado ser oportuno e conveniente aos interesses da Administração.

Dois Vizinhos, 16 de dezembro de 2025.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:F5EBAD86

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 90020/2025.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 90020/2025.
OBJETO**: Contratação de empresa para execução de recapeamento asfáltico de vias urbana em CBUQ, com área total de 35.717,02m², incluindo serviços preliminares, base e sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual, com recursos oriundos do Convênio n° 741/2025 – SECID Prioridade 111 - SAM 84.**
Eu, Luis Carlos Turatto, na qualidade de Prefeito do município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, considerando o Termo de Julgamento constante ao processo da Concorrência nº 90020/2025 e parecer emitido pela Procuradora Jurídica, HOMOLOGO o referido procedimento licitatório em favor da licitante vencedora**: JIRAU ALTO INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA,** CNPJ: 12.876.608/0001-63, com proposta no valor total de **R$ 5.490.000,00 (cinco milhões e quatrocentos e noventa mil reais),** pois atende todas as formalidades legais e o resultado ser oportuno e conveniente aos interesses da Administração.

Dois Vizinhos, 16 de dezembro de 2025.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:B2A8DBB4

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90071/2025.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90071/2025.
OBJETO**: Aquisição de medicamentos e insumos para o cumprimento de ordens judiciais, com o objetivo de atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde e assegurar o fornecimento determinado pelo Poder Judiciário, prevenindo, dessa forma, o bloqueio de contas públicas e outras sanções decorrentes do eventual descumprimento das decisões judiciais.**
CONSIDERANDO a formalização do Termo de Rescisão Parcial do Contrato nº 491/2025, referente aos itens 04 e 09 do Lote 01 do certame;
CONSIDERANDO que, após a rescisão, foram convocados os licitantes remanescentes, não havendo interessados aptos a assumir o fornecimento dos referidos itens;
Eu, Luis Carlos Turatto, na qualidade de Prefeito do município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, considerando o Termo de Julgamento constante ao processo do Pregão Eletrônico nº 90071/2025 e parecer emitido pela Procuradora Jurídica, HOMOLOGO o referido procedimento licitatório referente aos itens 04 e 09 do Lote 01 , declarando-os **FRACASSADOS.**

Dois Vizinhos, 16 de dezembro de 2025.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:059C3986

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CM - EXTRATO DE CONTRATO N° 007/2025 ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2025

EXTRATO DE CONTRATO N° 007/2025

ORIGEM: Dispensa de licitação nº 006/2025

DATA DA ASSINATURA: 17 de dezembro de 2025.
CONTRATANTE: Câmara Municipal de Doutor Ulysses, CNPJ: 73.527.214/0001-11.
CONTRATADA: NASCIMENTO E BONETE, CNPJ: 18.361.866/0001-93.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção, instalação e aquisição de aparelhos de ar-condicionado e cortina de ar, para uso no Plenário, garantindo a comodidade ao público presente nas sessões desta Câmara Municipal.

VALOR GLOBAL: R$44.940,00 (Quarenta e quatro mil quatrocentos e quarenta reais).

Prazo: 90 Dias.

Câmara Municipal de Doutor Ulysses, 17 de dezembro de 2025.

MIGUEL DOS ANJOS DIAS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:AC4BFB34

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CM - TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2023

TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2023

TERCEIRO TERMO ADITIVO PARA
PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO
DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO À
INTERNET BANDA LARGA

A **CÂMARA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES/PR**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua João Gabriel de Oliveira, 62, Centro, Doutor Ulysses/PR, CEP: 83.590-000, inscrita no CNPJ sob o nº. 73.257.214/0001-11, representada pelo seu Vereador Presidente, Sr. PEDRO MARTINS, brasileiro, casado, portador da CI/RG nº. 3.421.606–1 SSP/PR, inscrito no CPF sob nº 300.178.909-34, doravante denominada, **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **LIDIANE WESTLEY BOUARD ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 10.309.225/0001-88, com sede na Rua João Gabriel de Oliveira, Bairro Centro, Doutor Ulysses/PR, representada legalmente pela senhora LIDIANE WESTLEY BOUARD, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem de comum acordo, nos termos dos artigos da Lei 14133/21 e, considerando a justificativa apresentada e expedientes afins, ADITAR o Contrato Administrativo 01/2023, oriundo do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação 01/2023, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1- Constitui objeto do presente termo a prorrogação da execução da prestação de serviço de acesso a Internet banda larga via IP Direto, em conformidade com o Termo de Referência, proposta da contratada e demais previsões constantes do Processo Administrativo 01/2023, os quais integram este termo independente de transcrição por ser de conhecimento das partes.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1 – Em decorrência da necessidade de continuidade da prestação dos serviços, o prazo contratual a vencer em 31.12.2025 ficará prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, passando a vigorar até 31/12/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1 – Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais e condições constantes do Processo Administrativo 01/2023.

E por estarem justas e acertadas, as partes assinam o presente instrumento por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Doutor Ulysses, 14 de dezembro de 2025.

MIGUEL DOS ANJOS DIAS
Câmara Munic. de Doutor Ulysses
Contratante

LIDIANE WESTLEY BOUARD
Contratada

TESTEMUNHAS:

_____
Nome:
RG:

_____
Nome:
RG:

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:D0A8AAD3

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CM - TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE COMPRA DIRETA PROCESSO ADMINISTRATIVO: 011/2025

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE COMPRA DIRETA

Processo Administrativo: 011/2025
Dispensa de Licitação: 006/2025
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção, instalação e aquisição de aparelhos de ar-condicionado e cortina de ar.

Considerando o cumprimento dos requisitos previstos na legislação e, tendo em vista o conteúdo do presente processo o qual foi submetido à análise da procuradoria jurídica desta Câmara Municipal, ***RATIFICO*** a presente compra direta na modalidade dispensa de licitação, fundamentada no inciso II do artigo 75 da Lei 14.133/2021, que tem por objeto Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção, instalação e aquisição de aparelhos de ar-condicionado e cortina de ar, destinados à manutenção das atividades desta casa de Leis.

Doutor Ulysses, 16 de dezembro de 2025.

MIGUEL DOS ANJOS DIAS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:DFFF6744

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
COMUNICADO OFICIAL Nº 001/2025 ASSUNTO: SUSPENSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2025

COMUNICADO OFICIAL Nº 001/2025

Assunto: Suspensão do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2025

A Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, no uso de suas atribuições legais e em estrito cumprimento ao ordenamento jurídico vigente, vem a público informar a suspensão temporária do Processo Seletivo Simplificado (PSS) nº 004/2025.

A referida medida decorre de determinação judicial, em caráter liminar, que determina o sobrestamento de todas as etapas do certame. Em observância ao princípio da legalidade e à autoridade das decisões judiciais, informamos que o cronograma de atividades permanecerá suspenso até que sobrevenha nova decisão jurisdicional ou manifestação administrativa em contrário.

A Administração Municipal reitera seu compromisso com a transparência, a lisura e a segurança jurídica de seus atos. Salientamos que todas as atualizações e orientações pertinentes aos candidatos serão tempestivamente publicadas nos canais oficiais de comunicação da Prefeitura.

Prezamos pela compreensão de todos os envolvidos diante desta excepcionalidade.

Doutor Ulysses – PR, 16 de dezembro de 2025.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:1DE5B455

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 0492/2025 NOMEAR O SENHOR ALBERTO RODRIGUES RIBEIRO

DECRETO Nº 0492/2025

A Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a classificação do Processo Seletivo Simplificado n° 003/2025;

DECRETA

Artigo 1º – NOMEAR o senhor **ALBERTO RODRIGUES RIBEIRO**, portador do CPF/MF nº 592.xxx.xxx-00, no cargo temporário de OPERADOR DE MAQUINA II.

Artigo 2° - Este decreto entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito em 12 de dezembro de 2025.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:2EE4DA01

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 0494/2025 EXONERAR, A SENHORA JHENNIFFER JAMILY SOUZA MELO, PORTADORA DO CPF/MF Nº 088.XXX.XXX-16, DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DA DIVISÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE;

DECRETO Nº 0494/2025

A Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, através do Prefeito Municipal;
CONSIDERANDO que o servidor nomeado em cargo em comissão tem declarado como livre sua nomeação e exoneração, conforme dispõe o art. 37° II da CF de 88;

DECRETA

Artigo 1º – EXONERAR, a senhora **JHENNIFFER JAMILY SOUZA MELO,** portadora do CPF/MF nº 088.xxx.xxx-16, do cargo em comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE;

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor com efeitos retroativos a data de 01/12/2025, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito em 16 de dezembro de 2025.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:B16D134C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 0495/2025 NOMEAR, A SENHORA JHENNIFFER JAMILY SOUZA MELO, PORTADORA DO CPF/MF Nº 088.XXX.XXX-16, NO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE DE SAÚDE;

DECRETO Nº 0495/2025

A Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, através do Prefeito Municipal;
CONSIDERANDO que o servidor nomeado em cargo em comissão tem declarado como livre sua nomeação e exoneração, conforme dispõe o art. 37° II da CF de 88;

DECRETA

Artigo 1º – NOMEAR, a senhora **JHENNIFFER JAMILY SOUZA MELO,** portadora do CPF/MF nº 088.xxx.xxx-16, no cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE DE SAÚDE;

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor com efeitos retroativos a data de 02/12/2025, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito em 16 de dezembro de 2025.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:B47A4F58

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 0501/2025 FICA ESTABELECIDO O RECESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES.

DECRETO Nº 0501/2025

O Prefeito Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO o recesso administrativo do fim de ano no âmbito da prefeitura municipal de Doutro Ulysses;

DECRETA

Artigo 1º – Fica estabelecido o recesso administrativo no âmbito da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, com início no dia 19 de dezembro de 2025 (sexta-feira), com retomo as atividades normais no dia 05 de janeiro de 2026, a partir das 8h00min (segunda-feira);

Artigo 2° - Em razão do recesso administrativo no âmbito da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses estabelecido no art. 1° deste decreto fica suspenso o expediente em toda a estrutura administrativa deste município, exceto as secretarias e serviços públicos desta prefeitura que se enquadrem no constante no artigo 3° do presente decreto;

Artigo 3° - Devem manter suas atividades, mesmo que em regime de plantão, seguindo cronogramas de escalas, todas as secretárias e serviços que sejam considerados como essenciais, tais como: Serviços da Secretaria de Transporte, Serviços de Coleta do Lixo, Serviço de Saúde, Serviços de Proteção Social, Serviços de Fornecimento de Agua e os demais serviços indispensáveis à população;

Artigo 4° - A Secretaria Municipal de Educação deverá seguir a programação do Calendário Escolar;

Artigo 5° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário**.**

Cientifique-se, registre-se e Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito em 17 de dezembro de 2025.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:F0A6FF29

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 0054/2025 ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 0013/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0054/2025

Origem: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 0013/2025

Data da assinatura: 28 DE NOVEMBRO DE 2025.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES – PR CNPJ 95.422.911/0001-13.

Contratada: JOSE ANTONIO SIQUEIRA MORAIS, com sede na Rua Leopoldino Almeida, n° 247, Bairro: Reserva do Iguaçu – PR, inscrita no CNPJ(MF) sob nº 59.010.969/0001-96.

Objeto: CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS PELA EMPRESA CONTRATADA, CONSISTINDO

NA REALIZAÇÃO DE 2 (DOIS) SHOWS COM ZÉ MORAES E GRUPO GAITEIRO, E GRUPO PAMPA GAÚCHO, DURAÇÃO DE 2H30MIN DIA 05 DE DEZEMBRO E DURAÇÃO DE 3H PARA DIA 06 DE DEZEMBRO, COM SOM E ILUMINAÇÃO ADEQUADAS PARA O EVENTO, NO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES-PR, NO DIA 05 E 06 DE DEZEMBRO DE 2025, EM COMEMORAÇÃO AO ANIVERSARIO DE 33 ANOS DE DOUTOR ULYSSES-PR.

Valor Global: R$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS).

Prazo de Vigência: 60 DIAS.

Doutor Ulysses, 28 de novembro de 2025.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:91CD7B85

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 0117/2025 LOTAR O SERVIDOR JOAO MARIA DE ALMEIDA, PORTADOR DO CPF/MF N° 778.XXX.XXX-49, ADMITIDO EM 06/02/2025 NO CARGO TEMPORÁRIO DE OPERADOR DE MOTONIVELADORA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

PORTARIA Nº. 0117/2025

O Prefeito Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1° - LOTAR o servidor JOAO MARIA DE ALMEIDA, portador do CPF/MF n° 778.xxx.xxx-49, admitido em 06/02/2025 no cargo Temporário de OPERADOR DE MOTONIVELADORA, na SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, a partir de 12/12/2025;

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal, em 12 de dezembro de 2025.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:2E41CDED

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 0118/2025 DESIGNAR A COMISSÃO PROCESSANTE, COMPOSTA PELOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS, PARA, SOB A PRESIDÊNCIA DO PRIMEIRO, CONDUZIR OS TRABALHOS DO PAD.

PORTARIA Nº. 0118/2025

O Prefeito Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a necessidade de apuração de possíveis irregularidades administrativas praticadas pela servidora RAQUEL RHAYSSA SILVA RAAB;
CONSIDERANDO os indícios de conduta que, em tese, caracteriza infração disciplinar, conforme consta na documentação constante no processo administrativo;

RESOLVE

Art. 1º Designar a Comissão Processante, composta pelos servidores abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, conduzir os trabalhos do PAD:

• ISAC KAPP, ASSISTENTE DE CONTROLE, MATRÍCULA Nº 4064,
• ILZE RENI MORAES MARTINS, ESCRITURÁRIO II, MATRÍCULA Nº 73;
• FABIOLA REGINA DA SILVA, ASSESSOR DE GABINETE, MATRÍCULA Nº 5868.

Art. 2º - Fica nomeado para presidir os trabalhos desta Comissão o servidor ISAC KAPP.
Art. 3º A Comissão terá o prazo de **60 (sessenta) dias**, prorrogável por igual período, mediante justificativa, para a conclusão dos trabalhos e apresentação do relatório final, nos termos do art. 152 da Lei nº 8.112/90;

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal, 16 de dezembro de 2025.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:E78F3C5A

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - ALEXANDRO DOS SANTOS LIMA INFORMATICA EIRELI - ME.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Sr. Esequiel Bestel Junior no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	61/2025
b) Licitação Nrº :	9/2025
c) Modalidade :	Dispensa:
d) Data Homologação :	17/12/2025
e) Objeto Homologado :	Aquisição de brinquedos educativos, pedagógicos e lúdicos destinados ao atendimento de crianças da primeira infância (0 a 6 anos de idade) no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)
f) Processo Adm Nrº :	61/2025

08.244.0009.2.038. - Manutenção do Programa Nossa Gente Paraná - CRAS
08.244.0009.2.038. - Manutenção do Programa Nossa Gente Paraná - CRAS
g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: ALEXANDRO DOS SANTOS LIMA INFORMATICA EIRELI - ME
CNPJ/CPF: 28.252.141/0001-10

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
7	Boneca Meu Bebê, Mini galinha Pintadinha com 31 cm		3	R$ 99,0000	R$ 297,0000
10	Carrinho de plástico grande diversos		10	R$ 21,0000	R$ 210,0000

Valor Total Homologado - R$ 507,00

DOUTOR ULYSSES, 17 de dezembro de 2025.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:187C123F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - AMANDA MATNI DE SOUSA CALDAS DA SILVA.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Sr. Esequiel Bestel Junior no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	61/2025
b) Licitação Nrº :	9/2025
c) Modalidade :	Dispensa:
d) Data Homologação :	17/12/2025
e) Objeto Homologado :	Aquisição de brinquedos educativos, pedagógicos e lúdicos destinados ao atendimento de crianças da primeira infância (0 a 6 anos de idade) no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)
f) Processo Adm Nrº :	61/2025

08.244.0009.2.038. - Manutenção do Programa Nossa Gente Paraná - CRAS
08.244.0009.2.038. - Manutenção do Programa Nossa Gente Paraná - CRAS

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: AMANDA MATNI DE SOUSA CALDAS DA SILVA
CNPJ/CPF: 56.021.707/0001-39

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	ursinho de 40 cm diversos (ambos os sexos)		20	R$ 61,5000	R$ 1.230,0000

Valor Total Homologado - R$ 1.230,00

DOUTOR ULYSSES, 17 de dezembro de 2025.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:B210A43A

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - BRTECH ENGENHARIA LTDA.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Sr. Esequiel Bestel Junior no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	61/2025
b) Licitação Nrº :	9/2025
c) Modalidade :	Dispensa:
d) Data Homologação :	17/12/2025
e) Objeto Homologado :	Aquisição de brinquedos educativos, pedagógicos e lúdicos destinados ao atendimento de crianças da primeira infância (0 a 6 anos de idade) no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)
f) Processo Adm Nrº :	61/2025

08.244.0009.2.038. - Manutenção do Programa Nossa Gente Paraná - CRAS
08.244.0009.2.038. - Manutenção do Programa Nossa Gente Paraná - CRAS

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: BRTECH ENGENHARIA LTDA
CNPJ/CPF: 52.693.931/0001-16

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
17	Kit de comidinha com 24 peças		3	R$ 63,0000	R$ 189,0000

Valor Total Homologado - R$ 189,00

DOUTOR ULYSSES, 17 de dezembro de 2025.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:1FE60570

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº 010/2025

DECRETO Nº 010/2025

O Vereador **OSIEL GOMES ALVES**, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituído Recesso Administrativo no âmbito do Poder Legislativo no período compreendido entre os dias 24 de Dezembro de 2025 até 02 de janeiro de 2026.
Paragrafo único: Fica excluído deste decreto os serviços de contabilidade especificamente no que se refere as tarefas relacionadas ao encerramento do ano fiscal.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor nesta data revogando as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, em 17 de Dezembro de 2025.

VEREADOR OSIEL GOMES ALVES
Presidente

Publicado por:
Fernanda de Melo Marinho Lima
Código Identificador:589D1323

CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO
RESOLUÇÃO Nº 002/2025

RESOLUÇÃO Nº 002/2025

SÚMULA: Dispõe sobre a autorização para a realização de despesa destinada a confraternização anual dos membros e servidores da Câmara Municipal de Vereadores e dá outras providências.

DATA: 16 de dezembro de 2025.

A Câmara Municipal de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, aprovou e eu, ***OSIEL GOMES ALVES***, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, no

uso das atribuições legais e regimentais que me são conferidas, ***PROMULGO*** a seguinte:

RESOLUÇÃO

Art. 1º Fica a Mesa Diretora dos Trabalhos da Câmara Municipal de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, autorizada a realizar despesas até o limite de R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), destinadas a confraternização anual dos seus membros e servidores, em comemoração ao encerramento das atividades legislativas e administrativas do ano de 2.025.

Art. 3º As despesas autorizadas por esta Resolução compreenderão:

– aquisição de gêneros alimentícios;
– contratação de serviços de *buffet*, se necessário;
– aquisição de materiais descartáveis;
– locação de espaço físico e equipamentos;
Aquisição de Cestas de Natal destinadas aos membros e servidores da Casa Legislativa;
– ítens necessários e indispensáveis relacionados a realização do evento;

Art. 4º As contratações decorrentes do evento autorizado por esta Resolução serão realizadas com observância nas normas da Lei 14.133/21 (Lei de Licitações).

Art. 5º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação orçamentária própria da Câmara Municipal, prevista no orçamento vigente.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. COMUNIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Edifício da Câmara Municipal de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, em 16 de dezembro de 2025.

VER. OSIEL GOMES ALVES
=Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal=

Publicado por:
Fernanda de Melo Marinho Lima
Código Identificador:DE76F676

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
1º AVISO RETIFICADOR EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA/CREDENCIAMENTO Nº 005/2025

INEXIGIBILIDADE Nº 036/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 152/2025
Alterações: Termo de referência, nº do credenciamento e data da Primeira Sessão

O Município de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, comunica que realizará a retificação da licitação em epígrafe, conforme abaixo:
Objeto: Contratação de serviços de conserto, montagem e balanceamento de pneus para atender a frota de veículos da Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro.

Que devido a necessidade de alterações no termo de referência do edital e número do credenciamento, serão efetuadas as correções necessárias, ficando assim informado nova data e horário para a primeira sessão:

TIPO: Chamamento Público/Credenciamento
DATA DA PRIMEIRA SESSÃO: Dia 12 de janeiro de 2026 às 09 horas.
LOCAL DA SESSÃO: Sede da Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro/PR
ENDEREÇO: Avenida Remis João Loss, 600, Centro, CEP: 84535-000

DISPOSIÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O Edital e seus anexos estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro/PR, www.fernandespinheiro.pr.gov.br, no Portal Transparência deste Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro- Paraná
Departamento de Compras e Licitações
Telefone: 42 3570-0106
Av. Remis João Loss, 600
Fernandes Pinheiro – Paraná - CEP: 84.535-000

Fernandes Pinheiro, 17 de dezembro de 2025.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:AF131E8F

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 085/2024 REF.: AO PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA N° 067/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de profissional farmacêutico.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
CNPJ nº 01.619.323/0001-20

CONTRATADA: A J DRUCIAK FARMA
CNPJ sob o nº 54.785.844/0001-14

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
§ Único - Constitui objeto do presente termo aditivo de prazo e valor, conforme Memorando 4.541/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO
§ Único – Conforme previsto na cláusula sexta do contrato original Solicitação e justificativa da Secretaria Municipal e Pareceres Jurídico e Contábil, fica prorrogado o prazo de prestação de serviços, passando o seu vencimento de 09/12/2025 para 09/12/2026 e prorroga-se o prazo de vigência do contrato para 09/01/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

§ 1º – Conforme previsto na cláusula quinta do contrato original, e de acordo com o índice INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor acumulado dos últimos doze meses (dezembro/2024 a novembro/2025) no percentual de **4,17%**, fica alterado o valor da hora trabalhada, passando de R$ 24,50 (vinte e quatro reais e cinquenta centavos) para R$ 25,52 (vinte e cinco reais e cinquenta e dois centavos).

§ 2º – O valor contratado para o novo período será de R$ 88.809,60 (oitenta e oito mil e oitocentos e nove reais e sessenta centavos). Com esse acréscimo, o valor global do contrato passará de R$ 85.260,00 (oitenta e cinco mil e duzentos e sessenta reais) para R$ 174.069,60 (cento e setenta e quatro mil e sessenta e nove reais e sessenta centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
§ Único – O valor acrescido ao contrato correrá por conta das seguintes rubricas orçamentárias:
07.001.10.301.0701.2-031.3.3.90.39.00.00

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
§ Único - Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato inicial não contrárias a este Instrumento.

Fernandes Pinheiro, em 17 de dezembro de 2025.

Município de Fernandes Pinheiro
OZIEL NEIVERT
Contratante

A J Druciak Farma
ADEMIR JOSÉ DRUCIAK
Contratada

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:1E6345C0

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 041/2025 REF.: AO PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA N° 024/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada em construção civil para a execução de estrutura em concreto armado, incluindo fundações, pilares, vigas e laje, destinada ao suporte de caixa d'água no Loteamento Jardim Isabel.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
CNPJ nº 01.619.323/0001-20

CONTRATADA: SANTOS NETO CONSTRUTORA LTDA
CNPJ nº 55.932.599/0001-93

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
§ Único - Constitui objeto do presente termo aditivo de prorrogação de prazo, conforme Memorando 4.804/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO
§ Único – Conforme previsto na cláusula décima do contrato original, Parecer Técnico e Parecer Jurídico, fica prorrogado o prazo para o fornecimento do item contratado, passando o seu vencimento de 17/11/2025 para 20/12/2025 e prorroga-se o prazo de vigência do contrato para 19/01/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
§ Único – Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato inicial não contrárias a este Instrumento.

Fernandes Pinheiro, em 01 de dezembro de 2025.

Município de Fernandes Pinheiro
OZIEL NEIVERT
Contratante

Santos Neto Construtora LTDA
JOSÉ DOS SANTOS NETO
Contratada

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:34919617

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº 089/2024 REF.: A CONCORRÊNCIA, NA FORMA ELETRÔNICA N° 010/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de recapeamento em C.B.U.Q, da Avenida Juscelino Kubitschek, na localidade de Angaí.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
CNPJ nº 01.619.323/0001-20

CONTRATADA: CONSTRUTORA TANGARA LTDA
CNPJ nº 04.345.893/0001-68

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
§ Único - Constitui objeto do presente termo aditivo de prazos, conforme Memorando 4.951/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO
§ Único – Conforme previsto na cláusula sexta do contrato original, Pareceres Técnico e Jurídico, fica prorrogado o prazo de execução da obra, passando o seu vencimento de 14/12/2025 para 12/02/2026 e prorroga-se o prazo de vigência do contrato para 12/03/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL
§ Único - A Contratada obriga-se a fazer a manutenção do prazo da vigência da garantia contratual conforme os prazos deste termo e na mesma modalidade originalmente apresentada.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
§ Único – Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato inicial não contrárias a este Instrumento.

Fernandes Pinheiro, em 11 de dezembro de 2025.

Município de Fernandes Pinheiro
OZIEL NEIVERT
Contratante

Construtora Tangara LTDA
WALTER ALEXSANDRO SILVA
Contratada

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:48CE0939

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
ATA 1661/2025

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de 2025, às 18h00, na sala de sessões da Câmara de Vereadores de Flor da Serra do Sul/PR, sob a presidência do vereador Juliano Constantino e com a presença dos vereadores Décio Lubacheviski, Diego Cipriani, Douglas Horst, Ivan Fliegner, Junior Berno, Leocyr Castelli, Luci Rolim e Vanderlei Chorna, reuniram-se em sessão ordinária para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Leitura e votação da ata da sessão anterior; Primeira votação dos Projetos de Lei n.º 1007/2025, n.º 1008/2025, n.º 1017/2025 e n.º 1018/2025; Entrada do Projeto de Lei n.º 1009/2025, n.º 1010/2025, n.º 1011/2025, n.º 1012/2025, n.º 1013/2025, n.º 1014/2025, 1015/2025 e 1019/2025; Leitura e votação do Projeto de Decreto Legislativo n.º 001/2025; Indicação n.º 23/2025; Eleição da Mesa Diretora para 2026; Eleição das Comissões Permanentes para 2026. Ao dar início o Presidente cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão e na sequência passou a palavra aos vereadores para as considerações iniciais. Logo após o presidente pediu para fazer a leitura da Ata 1660/2025, referente a sessão anterior que foi votada e aprovada por unanimidade. Em seguida o presidente colocou em discussão e primeira votação os seguintes projetos: Projeto de Lei n.º 1007/2025, súmula: "Altera a Lei Municipal n.º 758/2021, a qual versa acerca da realização de convênio junto aos Município de Marmeleiro/PR e Renascença/PR, realizando repasse de recursos para o Município de Marmeleiro/PR para custear as despesas mensais da CASA LAR DA COMARCA DE MARMELEIRO/PR e dá outras providências", o qual foi aprovado por unanimidade; Projeto de Lei n.º 1008/2025, súmula: "Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder apoio financeiro à Associação de Motocross Trilheiros da Serra para a realização do evento V Trilha Trilheiros da Serra, e dá outras providências" que foi aprovado pela maioria, recebendo voto contrário do vereador Décio Lubacheviski; Projeto de Lei n.º 1017/2025, súmula: "Altera a Lei Municipal n.º 955/2025 e dá outras providências", que foi aprovado por unanimidade; Projeto de Lei n.º 1018/2025, súmula: "Ratifica o protocolo de Intenções firmado entre o Estado do Paraná e os Municípios do Estado do Paraná subscritos, com a finalidade de formalizar a constituição e adequação do Consórcio Intergestores Paraná Saúde – CIPS aos termos do regime previsto na Lei Federal n.º 11.107/2005 e sua regulamentação, voltado ao desenvolvimento de ações na área da assistência farmacêutica no

âmbito do sistema único de Saúde (SUS)" sendo aprovado por unanimidade. Dando continuidade aos trabalhos o presidente deu entrada aos seguintes Projetos de Lei que permanecem em análise nas comissões: Projeto de Lei n.º 1009/2025, súmula: "Dispõe sobre as Diretrizes do Plano Diretor Municipal de Flor da Serra do Sul, e dá outras providências", que fica em análise nas comissões de Constituição, Justiça e Redação, Educação, Saúde e Assistência Social e Obras e Serviços Públicos; Projeto de Lei n.º 1010/2025, súmula: "Dispõe sobre a delimitação do perímetro da sede e núcleos urbanos do município de Flor da Serra do Sul – PR e dá outras providências", que fica em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Redação; Projeto de Lei n.º 1011/2025, súmula: "Dispõe sobre o Uso e Ocupação do Solo do Município de Flor da Serra do Sul e dá outras providências", que fica em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Redação; Projeto de Lei n.º 1012/2025, súmula: "Dispõe sobre diretrizes de arruamento para implantação do sistema viário básico de Flor da Serra do Sul – PR e dá outras providências", que fica em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Redação; Projeto de Lei n.º 1013/2025, súmula: "Dispõe sobre o parcelamento do solo do Município de Flor da Serra do Sul e dá outras providências", que fica em análise na Constituição, Justiça e Redação; Projeto de Lei n.º 1014/2025, súmula: "Dispõe sobre o Código de Obras do Município de flor a Serra do Sul e dá outras providências", que fica em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Redação; Projeto de Lei n.º 1015/2025, súmula: "Institui o Código de posturas do Município de Flor da Serra do Sul – PR e dá outras providências", que fica em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Redação; Projeto de Lei n.º 1019/2025, súmula: "Autoriza a dispor sobre o Plano de Previdência do Servidor Público de Flor da Serra do Sul, reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Flor da Serra do Sul e dá outras providências", que fica em análise nas comissões de Constituição, Justiça e Redação e Finanças e Orçamento. Na sequência o presidente pediu para fazer a leitura do Projeto de Decreto Legislativo n.º 001/2025, proposto pela Comissão de Finanças e Orçamento cuja súmula: "Dispõe sobre a aprovação com ressalva das contas do município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, relativas ao exercício financeiro de 2023, e dá outras providências". Após a leitura o presidente colocou em discussão e votação nominal em turno único, sendo o Projeto de Decreto Legislativo aprovado pelos nove vereadores. Em ato contínuo, o presidente pediu para fazer a leitura da indicação que foi defendida pelo autor. Indicação n.º 23/2025, dos vereadores Vanderlei Chorna, Diego Cipriani e Décio Lubacheviski, que pede para que seja destinado a sobra do recurso do orçamento anual do corrente ano de 2025 da Câmara de Vereadores, para subsidiar o período de silagem dos produtores de leite do município. Logo após o presidente deu início a votação para Eleição da Mesa Diretora para o exercício financeiro de 2026. Após a votação foi realizado a conferencia das cédulas e contagem dos votos, com o seguinte resultado: para Presidente – Junior Berno 06 votos e Vanderlei Chorna 03 votos; para Vice-Presidente – Juliano Constantino 06 votos e Diego Cipriani 03 votos; para Primeiro Secretário – Douglas Horst 06 votos, Décio Lubacheviski 01 voto, 02 votos em branco; para Segundo Secretário - Leocyr Castelli 06 votos e 03 votos em branco; para Tesoureiro – Luci Rolim 06 votos, Décio Lubacheviski 01 voto e 02 votos em branco. Desta forma, a Mesa Diretora para o Exercício financeiro de 2026 ficou assim constituída: Presidente: Junior Berno, Vice-Presidente: Juliano Constantino, Primeiro Secretário: Douglas Horst, Segundo Secretário: Leocyr Fancisco Castelli, e Tesoureiro: Luci Maria Zanella Rolim. Na sequência o presidente deu início a votação para eleição das comissões permanentes para o ano de 2026. Após a votação para cada comissão foi realizado a contagem dos votos. Votação para a Comissão de Constituição, Justiça e Redação obteve o seguinte resultado: Douglas Horst 06 votos, Ivan Fliegner 07 votos, Juliano Constantino 06 votos, Luci Rolim 01 voto e Leocyr Castelli 01 voto. Desta forma a Comissão de Constituição, Justiça e Redação ficou assim constituída: Presidente: Juliano Constantino, Membros: Douglas Horst e Ivan Fliegner. Votação para a Comissão de Finanças e Orçamento obteve o seguinte resultado: Douglas Horst 06 votos, Ivan Fliegner 07 votos, Luci Rolim 07 votos, Leocyr Castelli 01 voto. Desta forma a Comissão de Finanças e Orçamento ficou assim constituída: Presidente: Douglas Horst, Membros: Ivan Fliegner e Luci Rolim. Votação para a Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social obteve o seguinte resultado: Juliano Constantino 07 votos, Leocyr Castelli 07 votos, Luci Rolim 07 votos e Ivan Fliegner 01 voto. Desta forma a Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social ficou assim constituída: Presidente: Luci Rolim, Membros: Leocyr Castelli e Juliano Constantino. Votação para a Comissão de Obras e Serviços Públicos obteve o seguinte resultado: Ivan Fliegner 07 votos, Juliano Constantino 06 votos, Leocyr Castelli 07 votos, Luci Rolim 01 voto. Desta forma a Comissão de Obras e Serviços Públicos ficou assim constituída: Presidente: Ivan Fliegner, Membros: Juliano Constantino e Leocyr Castelli. Para concluir os trabalhos, o presidente realizou a prestação de contas em relação aos gastos da Câmara e a economia gerada do orçamento disponível para o ano de 2025. Ao final, o presidente passou a palavra aos vereadores para as considerações finais e na sequência agradeceu a presença de todos e também pelos trabalhos realizados durante este ano, sendo esta a última sessão ordinária do ano e convocou para a sessão extraordinária que se realizará no dia 16 de dezembro de 2025, às 18h00 para votação dos projetos que estão em pauta, e desejou um boa noite a todos e encerrou a sessão.

Publicado por:
Francieli Regina Caus
Código Identificador:DAB490F4

JURIDICO
LEI N° 958/2025

LEI N° 958/2025

SÚMULA: Altera a Lei Municipal n° 758/2021, a qual versa acerca da realização de convênio junto aos Município de Marmeleiro/PR e Renascença/PR, realizando repasse de recursos para ao Município de Marmeleiro/PR para custear as despesas mensais da CASA LAR DA COMARCA DE MARMELEIRO/PR e da outras providências.

A Câmara Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, Sanciono e Promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 2º da Lei Municipal n° 758/2021, o qual passa a conter o seguinte texto:

"Art. 2°. Durante a vigência do convênio, o município de Flor da Serra do Sul-PR fará um repasse mensal de R$ 6.382,38 (seis mil trezentos e oitenta e dois reais e trinta e oito centavos), sem limite mínimo ou máximo de crianças.

Parágrafo Único: O valor do repasse será atualizado anualmente conforme os índices de atualização oficiais."

Artigo 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito municipal de Flor da Serra do Sul, 17 de dezembro de 2025.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Taciane Andreghetto Cipriani
Código Identificador:E140304A

JURIDICO
LEI Nº 959/2025

LEI Nº 959/2025

EMENTA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder apoio financeiro à Associação de Motocross Trilheiros da Serra para a realização do evento V Trilha Trilheiros da Serra, e dá outras providências.

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, encaminha à Câmara Municipal o seguinte:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder apoio financeiro à Associação de Motocross Trilheiros da Serra, inscrita no CNPJ nº 62.051.973/0001-07, no valor de até R$ 4.000,00 (quatro mil reais), destinado à realização do evento "V Trilha Trilheiros da Serra", que ocorrerá no dia 07 de fevereiro de 2026, no Município de Flor da Serra do Sul – PR.
Art. 2º O repasse de que trata esta Lei será formalizado mediante termo de colaboração ou convênio, observadas as normas da Lei Federal nº 13.019/2014 e demais disposições pertinentes.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria, consignada no orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul, 17 de dezembro de 2025.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Taciane Andreghetto Cipriani
Código Identificador:803999DE

JURIDICO
LEI Nº 960/2025

LEI Nº 960/2025

Ementa: Altera a Lei Municipal n° 955/2025 e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições legais, sanciono a seguinte.

Art. 1º. Altera-se o caput do artigo 3° da Lei Municipal n° 955/2025, o qual passará a conter a seguinte redação:
Art. 3º. *Fica o Município de Flor da Serra do Sul autorizado a disponibilizar, até o limite de R$ 204.000,00 (duzentos e quatro mil reais) para os calendários financeiros de 2025 e 2026, aos participantes do Programa de que trata esta legislação, a título de subsídio de juros de instituições financeiras e cooperativas de crédito.*
Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul - Estado do Paraná, 17 de dezembro de 2025.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Taciane Andreghetto Cipriani
Código Identificador:479E60FE

JURIDICO
LEI Nº 961/2025

LEI Nº 961/2025

EMENTA: Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre o Estado do Paraná e os Municípios do Estado do Paraná subscritores, com a finalidade de formalizar a constituição e adequação do Consórcio Intergestores Paraná Saúde – CIPS aos termos do regime previsto na Lei Federal nº 11.107/2005 e sua regulamentação, voltado ao desenvolvimento de ações na área da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, encaminha à Câmara Municipal o seguinte:

Art. 1º Fica ratificado, nos termos da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e do Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, o Protocolo de Intenções firmado entre o Estado do Paraná e os Municípios do Estado do Paraná subscritores, com a finalidade de formalizar a constituição e adequação do Consórcio Intergestores Paraná Saúde – CIPS aos termos do regime previsto na legislação federal vigente, voltado ao desenvolvimento de ações na área da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

Art. 2º Após sua ratificação, o Protocolo de Intenções, constante do Anexo Único desta Lei, converter-se-á em contrato de consórcio público, observadas as disposições previstas na Lei Federal nº 11.107/2005 e no Decreto nº 6.017/2007.

Art. 3º O consórcio ratificado por esta Lei terá personalidade jurídica de direito público, com natureza autárquica, passando a integrar a Administração Indireta do Município de Flor da Serra do Sul para todos os efeitos legais.

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir dotação orçamentária própria ou suplementar dotação existente, se necessário, para atender às despesas decorrentes da participação do Município no Consórcio Intergestores Paraná Saúde – CIPS, nos termos do art. 8º da Lei Federal nº 11.107/2005.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul, 17 de dezembro de 2025.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Taciane Andreghetto Cipriani
Código Identificador:8BA8F37B

LICITAÇÕES
EXTRATO JURO ZERO

Contrato N°	123/2025			
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL			
Contratada:	COOPERATIVA DE CREDITO E INVESTIMENTO COM INTERACAO SOLIDARIA TRADICAO - CRESOL TRADICAO			
Valor:	102.000,00			
Vigência:	Início:	17/12/2025	Término:	17/12/2026
Licitação:	24/2025			
Objeto da Contratação: Credenciamento, por Inexigibilidade de Licitação, de Cooperativas de Crédito, Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte (SCMEPP), Organização da Sociedade Civil de Interesse Publico (OSCIP) e/ou Bancos Públicos e Privados, para operacionalização do Programa MUNICÍPIO PAGA JUROS, regulamentado pela Lei Municipal 955/2025.				
Flor da Serra do Sul, 17 de Dezembro de 2025				

Contrato N°	124/2025			
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL			
Contratada:	COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS SAO MIGUEL DO OESTE - SICOOB SAO MIGUEL SC/PR/RS			
Valor:	102.000,00			
Vigência:	Início:	17/12/2025	Término:	17/12/2026
Licitação:	24/2025			
Objeto da Contratação: Credenciamento, por Inexigibilidade de Licitação, de Cooperativas de Crédito, Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte (SCMEPP), Organização da Sociedade Civil de Interesse Publico (OSCIP) e/ou Bancos Públicos e Privados, para operacionalização do Programa MUNICÍPIO PAGA JUROS, regulamentado pela Lei Municipal 955/2025.				
Flor da Serra do Sul, 17 de Dezembro de 2025				

Publicado por:
Juliana Borges da Rosa de Almeida
Código Identificador:38AA0919

LICITAÇÕES
EXTRATO MAQUINA DE PINTURA

Contrato N°	125/2025
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
Contratada:	SD COMERCIAL EQUIPAMENTOS LTDA
Valor:	22.000,00

Vigência:	Início:	17/12/2025	Término:	17/12/2026
Licitação:	69/2025			
Objeto da Contratação: Aquisição de máquina de pintura de meio-fio e sinalização viária para o município de Flor da Serra do Sul-PR.				
Flor da Serra do Sul, 17 de Dezembro de 2025				

Publicado por:
Juliana Borges da Rosa de Almeida
Código Identificador:F6D9DBC2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 4.936, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

DECRETO Nº 4.936, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

Regulamenta a alteração do regime de trabalho dos Servidores Públicos Municipais de Flórida.

O **PREFEITO DO MUNICIPIO DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 15-A da Lei Municipal nº 383 de 24 de novembro de 2011, considerando a necessidade de regulamentar a forma de alteração de regime de trabalho dos servidores públicos do Quadro Geral,

DECRETA:

Art.1º A alteração de regime de trabalho dos servidores públicos do Quadro Geral, prevista no §1° do art. 15-A da Lei Municipal nº 383, de 24 de novembro de 2011, será efetivada conforme o disposto no presente Decreto, condicionada ao interesse da Administração e a existência de vaga para o cargo:

Art. 2º A alteração de regime de trabalho ocorrerá no cargo de concurso do servidor.
Parágrafo único. A alteração de regime de trabalho será concedida aos servidores em exercício nas Secretarias Municipais de Assistência Social, Educação, Cultura e Esportes e de Saúde, nas sedes das respectivas Secretarias e nas unidades a elas vinculadas.

Art. 3º Poderá participar da alteração do regime de trabalho o servidor do Quadro Próprio, detentor de um cargo de 20 (vinte) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal nº 383, de 2011.
Parágrafo único. É vedada a participação de servidores com dois cargos públicos no Município ou que possuam um cargo ativo e outro inativo no Município.

Art. 4° A carga horária do servidor, após a alteração de regime de trabalho, não poderá exceder os limites de 30h (trinta horas) semanais para o servidor que seja titular de cargo de 20h (vinte horas).

Art. 5° A remuneração do servidor será adequada proporcionalmente à nova carga horária definida, sendo considerado o salário base do servidor no momento da solicitação, nos termos da lei vigente.

Art. 6° Após decorrido o prazo de 60 dias previsto no §2º do art. 15-A da Lei Municipal nº 383, de 2011, o Chefe do Poder Executivo divulgará a relação de servidores que solicitaram a alteração do regime de trabalho de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas, bem como o deferimento ou indeferimento da solicitação.

Art. 7º. A alteração de regime de trabalho será concedida observado o interesse público e a disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 17 de dezembro de 2025.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:83E441D1

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 801, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025.

LEI Nº 801, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025.

Atualiza o valor mensal e a definição dos critérios para concessão do auxílio-alimentação instituído pela Lei nº 609 de 2019 aos servidores públicos ativos do Município de Flórida.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado, o poder Executivo de Flórida, a conceder, mensalmente, auxílio-alimentação mensal no valor de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) para os servidores efetivos ativos, comissionados e os ocupantes de empregos públicos no poder Executivo, independentemente da jornada de trabalho.
§1º O auxílio alimentação será concedido em pecúnia, sendo de caráter indenizatório.
§2º Cada servidor receberá, a título de indenização, de natureza precária, transitória e mensal, apenas um auxílio-alimentação ou um cartão alimentação, independentemente do número de vínculos que possui junto ao Município.
§3º No caso da concessão de cartões de alimentação aos servidores, estes não poderão utilizá-los para aquisição de bebidas alcoólicas e produtos relacionados ao tabagismo.

Art. 2º O auxílio-alimentação não será concedido:
I - aos servidores públicos que tiverem faltas ao trabalho, sem justificativa, no período avaliativo referente ao pagamento do benefício;
II – aos servidores que forem punidos administrativamente;
III – aos servidores inativos;
IV - aos servidores públicos que possuírem atestados médicos ou que estejam usufruindo de licença para tratamento de saúde, licença maternidade, licença paternidade, licença prêmio, licença por motivo de doença em pessoa da família, ausência por motivo de seu casamento ou falecimento de familiares e licença para tratar de assuntos particulares, quando o afastamento exceder 2 (dois) dia dentro do período avaliativo referente ao pagamento do benefício;
V – aos servidores que estiverem usufruindo de licença para concorrer a mandato eletivo e licença para exercício de cargo eletivo; e
VI – aos servidores cedidos sem ônus para o Município.
§1º Para fins de avaliação dos afastamentos citados no caput deste artigo, considera-se 1 (um) dia de afastamento a fração equivalente à jornada semanal habitual do servidor distribuída em 5 (cinco) dias úteis, exceto para aqueles sujeitos à escala de plantão 12x36, para os quais será considerado como 1 (um) dia de afastamento cada jornada de 12 (doze) horas.
§2º O período avaliativo referido no inciso IV do caput será definido pela Secretaria de Administração, observando a compatibilidade com os procedimentos internos de trabalho e a necessidade de garantir a eficiência administrativa.

Art. 3º Aos servidores que, pela natureza de seu cargo, não estejam submetidos ao controle de jornada de trabalho por registro de ponto eletrônico, presume-se a assiduidade e a frequência, inerentes ao efetivo exercício do cargo, para fins de recebimento do Auxílio-Alimentação.
§ 1º Para os fins de desconto do auxílio-alimentação, serão consideradas as mesmas regras de ausência e afastamento aplicáveis aos servidores com registro de ponto eletrônico, cabendo à Secretaria de Administração comunicar o desconto mediante a informação oficial de afastamento ou ausência.

Art. 4º O auxílio-alimentação de que trata esta Lei:

I – não terá natureza remuneratória e nem se incorporará à remuneração do servidor para quaisquer efeitos, e nem será considerado para efeitos de 13º salário, férias e seus reflexos;
II – não será configurado como rendimento tributável e nem constituirá base para incidência de contribuição previdenciária;
III – não gerará efeitos de incorporação em proventos de aposentadoria e pensões;

IV – não será acumulável com outros de espécie semelhante originários de qualquer forma de auxílio ou benefício para alimentação do servidor; e
V – terá seu valor reajustado por decreto, mediante disponibilidade financeira, na mesma data da revisão geral anual dos vencimentos dos servidores públicos municipais, sem distinção de índices.

Art. 5º A operacionalização do auxílio-alimentação por meio de cartão será efetivada mediante o processo licitatório respectivo.
Parágrafo único. O auxílio alimentação poderá ser concedido por meio de *ticket*, cartão, ou outra forma que melhor atenda os seus objetivos, conforme critérios da Administração.

Art. 6º No mês de contratação ou de exoneração, o servidor somente fará jus ao auxílio-alimentação se houver desempenhado suas atividades durante todo o período avaliativo referente ao pagamento do benefício.

Art. 7º No caso de ser operacionalizado por cartão, o auxílio-alimentação ser pago por meio de cartão próprio de débito recarregável, exclusivo e intransferível, nominal a cada servidor beneficiado.
§1º O valor creditado no *ticket* e/ou cartão terá validade para consumo, preferencialmente, nos estabelecimentos comerciais domiciliados no Município de Flórida.
§2º Cada beneficiário terá direito a um cartão magnético, sendo que o custo de emissão de um segundo cartão, por qualquer motivo que seja, será cobrado do servidor.
§3º Ocorrendo a demissão ou exoneração do servidor, o cartão poderá ser cancelado após 60 dias corridos da data de ocorrência.
§4º Fica autorizado, o Executivo Municipal a pagar taxas, serviços e outras despesas decorrentes da administração do cartão de débito do "Auxilio Alimentação".

Art. 8º Não serão considerados como efetivo exercício, para os fins previsto no art. 2º desta lei, todas as hipóteses de afastamento legal do servidor, exceto as previstas nesta lei.

Art. 9º O benefício constante desta Lei será objeto de revisão, por meio de decreto do executivo, caso os valores projetados para o período de 12 (doze) meses do auxílio-alimentação ultrapassem 3% (três inteiros por cento) da receita corrente líquida dos últimos 12 (doze) meses do período.

Art. 10. O benefício de que trata esta lei poderá ser suspenso, por Decreto, quando verificada a impossibilidade de sua manutenção.

Art. 11. Os recursos para implantação e desenvolvimento da ação de que trata esta lei correrão por conta de dotações próprias consignadas na Lei Orçamentária Anual – LOA para os exercícios financeiros subsequentes, ficando os poder Executivo autorizado a promover as alterações necessárias nos anexos do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias a fim de compatibilizar as despesas constantes desta Lei.

Art. 12. Fica revogada a Lei n° 745, de 8 de março de 2024.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de janeiro de 2026.

Flórida, 16 de dezembro de 2025.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:3C044F98

GABINETE DO PREFEITO
SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA (LAS)

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA (LAS)

O MUNICÍPIO DE FLÓRIDA, inscrito no CNPJ sob nº 75.772.400/0001-14, por meio da Divisão de Engenharia, torna público que irá requerer ao IAT, a Licença Ambiental Simplificada (LAS), para a Construção de 01 Unidade de Barracão Industrial, a ser implantado na Avenida Ipiranga, Nº 06, Lote 13/A, da Quadra nº 71-A/2, Matrícula nº 17.350, Área do Imóvel de 470,96 m², CEP 86.780-000, em Flórida, Paraná.

REGINALDO SEVERINO DE ANDRADE
Secretário de Obras, Viação e Urbanismo

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:4CF3F22E

GABINETE DO PREFEITO
SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA (LAS)

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA (LAS)

O MUNICÍPIO DE FLÓRIDA, inscrito no CNPJ sob nº 75.772.400/0001-14, por meio da Divisão de Engenharia, torna público que irá requerer ao IAT, a Licença Ambiental Simplificada (LAS), para a Construção de 01 Unidade de Barracão Industrial, a ser implantado na Avenida Ipiranga, Nº 04, Lote 13/B, da Quadra nº 71-A/2, Matrícula nº 17.350, Área do Imóvel de 638,79 m², CEP 86.780-000, em Flórida, Paraná.

REGINALDO SEVERINO DE ANDRADE
Secretário de Obras, Viação e Urbanismo

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:27E3CAF8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 91/2025

Contratante: MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
Contratada: ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATÉGICOS GOVERNAMENTAIS LTDA
Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada em consultoria e gestão para criação e mplementação de políticas públicas municipais nas áreas de cultura e esportes.
Valor Total Contratação: R$ 30.000,00 (trinta mil reais).
Vigência do contrato: Até 15/12/2026.

Flórida, 16 de dezembro de 2025.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:B4FDF308

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
-HOMOLOGAÇÃO- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2025

Pelo presente termo, fica **HOMOLOGADO** o procedimento licitatório acima referido, haja vista a observância, em toda a sua tramitação, do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.
Fica **HOMOLOGADA**, ainda, a adjudicação do objeto constante nos autos feita pelo Pregoeiro.
EMPRESAS VENCEDORAS:
CAMPOS SOLUCOES ATACADISTAS LTDA, com o valor de R$ 878,00 (oitocentos e setenta e oito reais);
D. CAMP ALIMENTOS LTDA, com o valor de R$ 11.090,00 (onze mil e noventa reais);
KEFI - COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, com o valor de R$ 44.022,20 (quarenta e quatro mil e vinte e dois reais e vinte centavos);
NUTRIPORT COMERCIAL LTDA, com o valor de R$ 33.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais);
RPG - COMÉRCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS LTDA, com o valor de R$ 74.637,32 (setenta e quatro mil e seiscentos e trinta e sete reais e trinta e dois centavos).

Total Geral Homologado: R$ R$ 164.227,52 (cento e sessenta e quatro mil e duzentos e vinte e sete reais e cinquenta e dois centavos).

Flórida, 17 de dezembro de 2025.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luis Eduardo Cesnik Cardoso
Código Identificador:1C8337C7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 50/2023-PMF

Pelo presente, de um lado o **MUNICIPIO DE FLÓRIDA** (contratante) e, de outro, a empresa **ROSELENE RAMPINELLI - ASSESSORIA PEDAGÓGICA - ME**, (contratada), ambos já qualificados no contrato administrativo em questão, estabelecem entre si o seguinte termo aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
Cláusula Primeira — O presente termo tem por objetivo aditar a avença original com as seguintes finalidades:

a) O presente termo tem por objetivo aditar a avença original com o fim de promover a prorrogação contratual da contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de consultoria e assessoria pedagógica propiciando capacitação e formação continuada aos professores da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino do Município de Flórida – PR, até o dia 31 de dezembro de 2026.
Fica ainda concedido no importe de 4,17% (quatro inteiros e dezessete centésimos) do acumulado do INPC do período de dezembro de 2024 a novembro de 2025, perfazendo os seguintes valores:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR ORIGINÁRIO	VALOR RECOMPOSTO
01	Assessoramento aos professores e equipe pedagógica da Educação Infantil.	R$ 52,25	R$ 54,42

b) promover o aumento de 25% (vinte e cinco por cento) na quantidade do item 01 referente ao Contrato nº 50/2023, perfazendo um acréscimo de R$ 7.482,50 (sete mil quatrocentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos);
Cláusula Segunda – Fundamenta-se, este aditivo, no disposto no art. 65, § 1º, e art. 57, caput, II, da Lei Federal nº 8.666/93, haja vista a vantagem administrativa consistente na continuidade dos serviços prestados em razão da oportunidade e conveniência para o contratante devidamente expostos na solicitação formulada.

Cláusula Terceira - Em decorrência do presente aditivo previsto na Cláusula Segunda e Quarta, fica acrescido ao valor original a importância de **R$ 37.413,50 (trinta e sete mil quatrocentos e treze reais e cinquenta centavos)**, perfazendo o valor global do contrato de **R$ 116.501,00 (cento e dezesseis mil quinhentos e um reais).**

Parágrafo único. No exercício de 2025, a contratação onerará a respectiva dotação prevista na Lei Orçamentária Anual.

Cláusula Quarta – Ficam inalteradas as demais disposições contratuais.

E por ser esta a manifestação de vontade das partes, firma-se o presente, em duas vias de igual teor, com a assinatura das testemunhas.

Flórida, 17 de dezembro de 2025.

De Acordo:

MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
Contratante

ROSELENE RAMPINELLI - ASSESSORIA PEDAGÓGICA - ME
Contratada

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:C282801D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 280/2025.

PROCESSO: Processo dispensa nº 34/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: ELITE DIGITAL LTDA (CNPJ Nº 57.410.545/0001-93)
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE PERSIANAS E ARCONDICIONADO PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DA CAPELA MORTUÁRIA, E CCI- CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO, VISANDO À EFICIÊNCIA NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO"
VALOR TOTAL: R$ 33.782,00 (Trinta e Três Mil, Setecentos e Oitenta e Dois Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a contar da data de assinatura.
PRAZO DE ENTREGA: 5 dias a contar da solicitação formal.
DATA DE ASSINATURA: 17/12/2025.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:0CCEDBCD

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 281/2025.

PROCESSO: Processo dispensa nº 34/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: ARTE SUTIL PERSIANAS E CORTINAS LTDA (CNPJ Nº 60.102.937/0001-08)
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE PERSIANAS E ARCONDICIONADO PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DA CAPELA MORTUÁRIA, E CCI- CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO, VISANDO À EFICIÊNCIA NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO"

VALOR TOTAL: R$ 15.073,30 (Quinze Mil e Setenta e Três Reais e Trinta Centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a contar da data de assinatura.
PRAZO DE ENTREGA: 5 dias a contar da solicitação formal.
DATA DE ASSINATURA: 17/12/2025.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:44CBD548

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
LEI 1129/2025

LEI N.º 1129/2025

Autoriza o Poder Executivo a realizar a atualização da identidade visual do Município de Foz do Jordão, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, sanciona e manda que se publique a seguinte **LEI**:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar a atualização da identidade visual do Município de Foz do Jordão, conforme especificações constantes no Anexo Único, que constitui parte integrante da presente Lei.

Parágrafo único- Os uniformes escolares e os uniformes funcionais, deverão permanecer utilizando-se do brasão oficial do município como logomarca.

Art. 2º - A alteração disciplinada pela presente Lei ocorrerá em forma de atualização, respeitando os símbolos e cores oficiais já legalmente estabelecidos.

Art. 3º - A aplicação da nova identidade visual de que trata esta Lei ocorrerá de forma gradual visando o aproveitamento dos materiais já produzidos.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Foz do Jordão, em 16 de dezembro de 2025.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito

Anexo Único: https://fozdojordao.pr.gov.br/uploads/pagina/arquivos/LOGO-PMFJ-Manual-da-Marca-carro.pdf

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:E1067703

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 02/2025

Altera a Lei Complementar nº 2, de 25 de julho de 2005, que institui o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de General Carneiro, para criar o adicional de sobreaviso, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele SANCIONA a seguinte LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º O art. 63 da Lei Complementar nº 2, de 25 de julho de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 63. Aos servidores serão concedidas as seguintes gratificações e adicionais:
I – Gratificação natalina;
II – Adicional de insalubridade e de periculosidade;
III – Adicional pela prestação de serviços extraordinários;
IV – Adicional de férias;
V – Adicional pelo trabalho noturno;
VI – Adicional por tempo de serviço;
VII – Adicional de sobreaviso.
....."
Art. 2º A Lei Complementar nº 2, de 25 de julho de 2005, passa a vigorar acrescida da Subseção VII, no Capítulo II, da Seção II, com os arts. 74-A e 74-B, com a seguinte redação:
"Subseção V-A
Do Adicional de Sobreaviso
Art. 74-A. Considera-se em regime de sobreaviso o servidor que, fora de sua jornada normal de trabalho, permanecer à disposição da Administração, em local de sua livre escolha, porém com a obrigação de manter-se acessível e de prontidão para atendimento imediato de eventual convocação para o serviço, no prazo estabelecido em regulamento.
§ 1º O adicional de sobreaviso será devido ao servidor efetivo, estável ou não, que for formalmente escalado para tal regime por ato da chefia imediata, aprovado pelo Chefe do Poder ou autoridade a quem este delegar, observado o interesse público e a necessidade do serviço.
§ 2º O regime de sobreaviso poderá ser instituído, especialmente, para servidores cujas atribuições envolvam atendimento contínuo, emergencial ou de plantão, tais como profissionais da saúde, motoristas, operadores de máquinas, vigilantes, profissionais de tecnologia da informação e outros.
§ 3º Cada hora em regime de sobreaviso será remunerada à razão de 1/3 (um terço) do valor da hora normal de trabalho do servidor, calculada sobre o vencimento básico do cargo efetivo.
§ 4º No período em que o servidor, estando de sobreaviso, for efetivamente convocado e prestar serviço, o tempo trabalhado será remunerado como serviço extraordinário, nos termos do art. 69 desta Lei Complementar, deixando de ser computado, nesse intervalo, como hora de sobreaviso.
§ 5º Não se caracteriza sobreaviso o mero porte de telefone celular, rádio comunicador ou outro meio de contato, sem que haja escala formal e determinação expressa de permanência em prontidão para eventual convocação.
§ 6º O adicional de sobreaviso possui natureza indenizatória e não se incorpora ao vencimento, à remuneração ou aos proventos para quaisquer efeitos, nem servirá de base de cálculo para outras vantagens.
§ 7º O adicional de sobreaviso é incompatível com o exercício de cargo em comissão, função gratificada ou retribuição de plantão já remunerado por outra espécie de vantagem, vedada a duplicidade de pagamento pela mesma disponibilidade em favor da Administração.
Art. 74-B. O regime de sobreaviso observará, no mínimo, os seguintes limites e condições:
I – As escalas de sobreaviso serão previamente elaboradas pela chefia imediata, com indicação nominal dos servidores e dos dias e horários correspondentes, devendo ser homologadas pela autoridade competente;
II – O somatório das horas em regime de sobreaviso não poderá exceder o limite máximo mensal a ser fixado em regulamento, de modo a preservar a saúde do servidor, a segurança no serviço e a observância da jornada regular de trabalho;
III – É assegurado ao servidor, no mínimo, um período semanal sem inclusão em escala de sobreaviso, salvo situação de comprovada necessidade pública, devidamente justificada por escrito pela chefia competente;
IV – A recusa injustificada do servidor em cumprir escala formal de sobreaviso poderá caracterizar falta funcional, sujeitando-o à responsabilização nos termos do regime disciplinar previsto nesta Lei Complementar;

Parágrafo único. Regulamento próprio poderá estabelecer limites diários e mensais, critérios de rodízio, prioridade entre servidores, prazos máximos para apresentação ao local de trabalho após a convocação e demais normas complementares necessárias à plena execução do regime de sobreaviso."

Art. 3º O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei Complementar, no que couber, no prazo de até 90 (noventa) dias, contado da data de sua publicação, podendo, para tanto, fixar limites específicos de horas de sobreaviso, categorias funcionais abrangidas, forma de convocação e demais critérios operacionais.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do Município, consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário, na forma da legislação aplicável.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, General Carneiro, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:3613C735

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.148 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

Sumula: Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2026-2029 e estabelece outras providências;

A Câmara Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná aprovou por unanimidade de votos o Projeto de Lei Nº**. 065/2025** do Executivo Municipal, e Eu, **Joel Ricardo Martins Ferreira, Prefeito Municipal**, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual do Município de General Carneiro para o quadriênio de 2026 a 2029 - PPA 2026-2029, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 165 da Constituição Federal.

Art. 2º O planejamento governamental é a atividade que, a partir de diagnósticos e estudos prospectivos, orienta as escolhas de políticas públicas.

Art. 3º O PPA 2026-2029 é instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável.

Art. 4º O PPA 2026-2029 terá como diretrizes:
I - A garantia dos direitos humanos com redução das desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero;
II - A ampliação da participação social;
III - A melhoria continuada dos serviços públicos;
IV - O aperfeiçoamento da gestão pública com foco no cidadão, na eficiência do gasto público, na transparência, e no enfrentamento à corrupção;
V - A excelência na gestão para garantir o provimento de bens e serviços à sociedade;
VI - O aumento da eficiência dos gastos públicos;
VII - O crescimento econômico sustentável; e
VIII - A garantia do equilíbrio das contas públicas.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 5º O PPA 2026-2029 reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de Programas que visam a orientação e apoio da ação governamental, a manutenção da máquina pública, para entrega de bens e serviços a sociedade.

Art. 6º Os Programas são compostos por Objetivos e Metas.
§ 1º O Objetivo expressa o que deve ser feito, reflete as situações a serem alteradas.
§ 2º Meta é medida do alcance do Objetivo, podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa.

Art. 7º Integram o PPA 2026-2029 os seguintes anexos:
I - Anexo I – Metas e Prioridades;
II - Anexo II – Despesas por Programas de Governo e Ações;
III - Anexo III – Resumo dos Programas e Ações por Funções e Subfunções;
IV - Anexo IV – Programação das Receitas.

CAPÍTULO III
DA INTEGRAÇÃO COM O ORÇAMENTO

Art. 8º Os Programas constantes do PPA 2026-2029 estarão expressos nas leis orçamentárias anuais e nas leis de crédito adicional.
§ 1º As ações orçamentárias serão discriminadas exclusivamente nas leis orçamentárias anuais.
§ 2º As vinculações das ações orçamentárias constarão nas leis orçamentárias anuais.

Art. 9º As estimativas de recursos dos Programas, as Metas e os enunciados dos Objetivos constantes dos Anexos desta Lei são referenciais e foram estimadas e fixadas de modo a conferir consistência ao Plano Plurianual, não se constituindo em limites à programação das receitas e despesas expressas nas leis orçamentárias anuais e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelecerá as metas e prioridades para cada ano, promovendo os ajustes eventualmente necessários ao Plano Plurianual.
Art. 10º Os orçamentos anuais, compatibilizados com o PPA 2026-2029 e com as respectivas leis de diretrizes orçamentárias, serão orientados pelas diretrizes expressas no art. 4o para o alcance dos objetivos constantes deste plano.
CAPÍTULO IV
DA GESTÃO DO PLANO

Art. 11º. A gestão do PPA 2026-2029 consiste na articulação dos meios necessários para viabilizar a consecução das suas metas, sobretudo, para a garantia de acesso dos segmentos populacionais mais vulneráveis às políticas públicas, e busca o aperfeiçoamento:
I - Dos mecanismos de implementação e integração das políticas públicas; e
II - Dos mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão do PPA 2026-2029.

Art. 12º. A gestão do PPA 2026-2029 observará os princípios da publicidade, eficiência, impessoalidade, economicidade e efetividade e compreenderá a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão dos programas e objetivos.

Art. 13º. O monitoramento do PPA 2026-2029 é atividade estruturada a partir da implementação de cada Programa, e orientada para o alcance das metas prioritárias da administração pública municipal.

Art. 14º. A avaliação consiste na análise das políticas públicas e dos Programas com seus respectivos atributos, fornecendo subsídios para eventuais ajustes em sua formulação e implementação.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15º Considera-se revisão do PPA-2026-2029 a inclusão, a exclusão ou a alteração de Programas.

Art. 16º A exclusão de programas constantes desta Lei, bem como a inclusão de novos programas serão propostos pelo Poder Executivo, através de Projeto de Lei.

Art. 17º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, incluir ou excluir indicadores e respectivas metas do Plano Plurianual, desde que estas modificações contribuam para a realização do objetivo do Programa, mediante autorização do Poder Legislativo.
Art. 18º A inclusão, exclusão ou alterações de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária anual ou de seus créditos adicionais suplementares e especiais por meio de ato próprio, apropriando-se aos programas as modificações consequentes, mediante autorização do Poder Legislativo.
Parágrafo único. De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei Orçamentária Anual e na Lei das Diretrizes Orçamentárias vigente.
Art. 19º O Poder Executivo, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e suas alterações, bem como mudanças econômicas e sociais, fica autorizado a:
I - Alterar o valor global de Programa e Ações (incluir, excluir ou alterar iniciativas orçamentárias e seus respectivos atributos);
II - Adequar a quantidade da meta física de iniciativa orçamentária para compatibilizá-la com alterações nos recursos efetivadas pelas leis orçamentárias;
III - Incluir, excluir ou alterar no orçamento iniciativas decorrentes de aprovação de operações de crédito, necessárias à execução dos programas financiados, tendo como limite o valor do empréstimo e respectiva contrapartida, mediante autorização do Poder Legislativo.

Art. 20º Os procedimentos orçamentários anuais constituem atualizações automáticas do Plano Plurianual.

Art. 21° - A aprovação desta Lei implicará, de forma automática, a alteração e adequação das disposições e anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, no que couber, de modo a compatibilizá-la às diretrizes, objetivos e metas ora estabelecidos no Plano Plurianual – PPA, prevalecendo este último em caso de divergência.

Art. 22° - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, General Carneiro, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:FEC2AA46

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.149 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

Súmula: Estima a receita e fixa a despesa para o Exercício Financeiro de 2026 e dá outras providencias.

A Câmara Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná aprovou por unanimidade de votos o Projeto de Lei Nº**. 064/2025** do Executivo Municipal e Emendas do Legislativo Execução Obrigatória Area Geral Aditiva de números:
004/2025, 005/2025, 006/2025, 007/2025, 008/2025, 009/2025, 010/2025, 011/2025, 012/2025, 013/2025, 014/2025, 015/2025, 016/2025, 017/2025, 018/2025, 019/2025, 020/2025, 021/2025,022/2025, 023/2025, 024/2025, 025/2025, 026/2025, 027/2025, e Eu, **Joel Ricardo Martins Ferreira, Prefeito Municipal**, sanciono a seguinte Lei:

SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º. Esta Lei estima a receita e fixa despesa para o exercício financeiro de 2026, compreendendo:

I - O Orçamento Fiscal (Poderes Executivo e Legislativo)

SEÇÃO II
DA ESTIMATIVA DA RECEITA
Art. 2º. A Receita Orçamentária Total, compreendendo o orçamento mencionado no inciso I do artigo anterior, é estimada em **R$ 136.550.000,00** (cento e trinta e seis milhões e quinhentos e cinquenta mil reais).

Art. 3º. A receita é estimada por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, conforme o disposto no Anexo 1.
Parágrafo único. Integra esta Lei a receita estimada distribuída por categorias econômicas e fontes de recursos, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP e o Anexo 2, de acordo da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 4º. A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e o ingresso de outras contribuições correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes do Anexo 2, de acordo com o seguinte desdobramento:

1. Receitas Próprias R$ 136.550.000,00
1.1 Receitas Correntes R$ 82.105.000,00
1.2 Receitas de Capital R$ 54.445.000,00

SEÇÃO III
DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 5º A Despesa Orçamentária Total discriminada nos Anexos 2, 6 a 9 é fixada em **R$ 136.550.000,00** (cento e trinta e seis milhões e quinhentos e cinquenta mil reais) assim distribuída:

I – Orçamento Executivo R$ 133.230.000,00
II – Orçamento Câmara Municipal R$ 3.320.000,00

TOTAL R$ 136.550.000,00

SEÇÃO IV
DAS AUTORIZAÇÕES PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E AJUSTES DE FONTES

Art. 6º. Fica o Poder Executivo autorizado, no que lhe cabe a, no decurso da execução orçamentária, mediante edição de ato próprio, destinar os recursos programados em reserva de contingência à cobertura de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, observado o disposto no quadro demonstrativo de riscos fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 7º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, por decretos, créditos adicionais suplementares com a finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias até o limite de 15% (quinze por cento) do total do orçamento do exercício financeiro vigente, em conformidade com o art. 35 da Lei Municipal nº 2.088 de 02 de julho de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Parágrafo único. Excluem-se do limite de que trata o caput deste artigo, os créditos adicionais suplementares e especiais que decorram de leis municipais específicas.

Art. 8º. Fica autorizado e não será computado para efeito do limite fixado no art. 7º, o previsto nos §§ 1º e 2º, descritos abaixo, conforme dispõe o art. 43, § 1º da Lei Federal nº 4.320/1964.

§1º Quando o crédito se destinar a suprir a insuficiência das dotações de pessoal e encargos sociais, dívida pública, sentenças judiciais e débitos constantes de precatórios judiciais;
§2º A abertura de créditos suplementares por decreto com recursos resultantes de:
I – Superávit financeiro definido no inciso I, § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964;

II – Excesso e tendência de arrecadação da receita conforme definido no § 3º, art. 43, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 9º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a movimentar por Decreto as dotações orçamentárias, entre as fontes, dentro do mesmo projeto/atividade.
Parágrafo único. Tais atos não serão computados no limite da autorização constante do artigo 7º desta Lei.

Art. 10º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a movimentar por Decreto as dotações orçamentárias, para transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, salvo para transposição, remanejamento ou transferência total de recursos, que depende de lei específica.

Art. 11º. Fica o Poder Legislativo autorizado a proceder ajustes no seu orçamento, nos termos da lei, bem como dando ciência ao Poder Executivo, até o limite estabelecido no art. 7º.

Art. 12º. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no § 2º do art. 167 da Constituição Federal, de 1988 e art. 45 da Lei Municipal nº 2.088/2025, será efetivada mediante decreto do Poder Executivo.

SEÇÃO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13º. Os créditos adicionais especiais serão autorizados por Lei específica e abertos por decreto do Poder Executivo.

Art. 14º - Ficam compatibilizados os programas, ações, projetos, atividades, dívida pública e metas fiscais constantes nessa lei com a Lei do Plano Plurianual, juntamente com a Lei Municipal nº 2.088/2025.

Art. 15º. Integram esta lei os Anexos 1, 2, 6, 7, 8 e 9, conforme determina a Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 16º. Os casos omissos estão contemplados na Constituição Federal de 1988, na Lei Federal nº 4.320/1964, na Lei Municipal do Plano Plurianual - PPA e na Lei Municipal nº 2.088/2025 - Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

Art. 17° - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, General Carneiro, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:C39D7C07

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.150 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre o recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN incidente sobre os serviços de registro público, cartorários e notariais, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná aprovou por unanimidade de votos o Projeto de Lei Nº**. 100/2025** do Executivo Municipal, e Eu, **Joel Ricardo Martins Ferreira, Prefeito Municipal**, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica regulamentado, no âmbito do Município de General Carneiro/PR, o procedimento de recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN incidente sobre os serviços de registro público, cartorários e notariais, nos termos da legislação federal aplicável e da Lei Complementar Municipal n. 003/2005 – Código Tributário Municipal.

Art. 2º A apuração do ISSQN devido pelos serviços previstos no item 21 da Lista de Serviços da Lei Complementar Federal n. 116/2003 poderá ser realizada com base nos livros, registros, relatórios e demais documentos instituídos pela Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná e, quando houver, pelas informações disponibilizadas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, especialmente *aqueles referentes* aos atos praticados e aos emolumentos arrecadados.

Art. 3º O recolhimento do ISSQN será efetivado pelo próprio contribuinte, mediante a emissão do documento de arrecadação municipal no sistema eletrônico disponibilizado pelo Município, condicionado ao prévio preenchimento da declaração de serviços prestados referente ao período, devendo o pagamento ser realizado até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador.

Art. 4º O lançamento de ofício será realizado pelo Município quando o contribuinte ou responsável deixar de efetuar o recolhimento no prazo previsto no art. 3º, hipótese em que serão considerados, para apuração do crédito tributário, os valores informados pelos sistemas do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, do Conselho Nacional de Justiça e demais documentos obrigatórios relacionados à atividade notarial e registral.

Art. 5º O descumprimento de qualquer dispositivo desta Lei sujeita o infrator às penalidades prevista na Lei Complementar n. 003/2005 – Código Tributário Municipal.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar esta Lei, inclusive instituindo obrigações acessórias necessárias à adequada fiscalização, apuração e recolhimento do imposto.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, General Carneiro, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:1B553E3A

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.151 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

Autoriza o Município de General Carneiro a se associar à ATEMA – Associação de Turismo, Cultura e Meio Ambiente do Vale do Iguaçu, com repasse de contribuição anual, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná aprovou por unanimidade de votos o Projeto de Lei Nº**. 101/2025** do Executivo Municipal, e Eu, **Joel Ricardo Martins Ferreira, Prefeito Municipal**, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a associar-se à Associação de Turismo, Cultura e Meio Ambiente do Vale do Iguaçu – ATEMA, inscrita no CNPJ nº 21.216.705/0001-10, entidade privada sem fins lucrativos, reconhecida como Instância de Governança Regional (IGR) na política estadual de turismo do Paraná.

Art. 2º Para fins do disposto no artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar, a título de contribuição associativa anual, o valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), valor este que poderá ser atualizado conforme deliberação da Assembleia Geral da ATEMA, para prestação de serviço como Instância de Governança Regional - IGR, na Regionalização do Turismo.

§ 1º O valor da contribuição de que trata este artigo poderá será atualizado mediante Decreto, de acordo com as deliberações entre

o ASSOCIAÇÃO DE TURISMO, CULTURA E MEIO AMBIENTE DO VALE DO IGUAÇU- ATEMA, em Assembleia Geral.

§ 2º Para o exercício de 2025, o repasse será proporcional aos meses remanescentes, considerando a data da efetivação da associação do Município.

§ 3º Poderão ser repassados outros valores, a título de contrapartida financeira, mediante convênio ou instrumento congênere, para apoio na execução de projetos, eventos, atividades turísticas, culturais, ambientais ou outras ações específicas de interesse do Município.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, consignada no orçamento municipal, podendo ser suplementada se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, General Carneiro, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:DE97C341

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.152 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a assinar Termo de Fomento com ACAGC – Associação da Criança e do Adolescente de General Carneiro, para o exercício de 2026, e dá outras providências;

A Câmara Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná aprovou por unanimidade de votos o Projeto de Lei Nº**. 102/2025** do Executivo Municipal, e Eu, **Joel Ricardo Martins Ferreira, Prefeito Municipal**, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com ACAGC – Associação da Criança e do Adolescente de General Carneiro, inscrita no CNPJ N.º 03.023.293/0001-10, entidade sem fins lucrativos, com sede na Rua João Dissenha S/nº, em General Carneiro – Estado do Paraná, objetivando repasse financeiro no valor de R$ 362.534,01 (trezentos e sessenta e dois mil, quinhentos e trinta e quatro reais e um centavo), destinado ao apoio e desenvolvimento das atividades da entidade no exercício de 2026.

Art. 2º O Termo de Fomento conterá as cláusulas que definirão as obrigações, metas, responsabilidades, forma de aplicação dos recursos, bem como critérios de fiscalização e prestação de contas, conforme legislação vigente.

Art. 3º A despesa decorrente desta Lei correrá por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento municipal para o exercício de 2026, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, General Carneiro, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:4C581FAE

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.153 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

"Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de câmeras de segurança e monitoramento nos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs e nas escolas da rede municipal de ensino do Município de General Carneiro, e dá outras providências."

A Câmara Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná aprovou por unanimidade de votos o Projeto de Lei Nº**. 103/2025** do Executivo Municipal, e Eu, **Joel Ricardo Martins Ferreira, Prefeito Municipal**, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É obrigatória a instalação de câmeras de segurança e monitoramento nos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs e nas escolas da rede municipal de ensino do Município de General Carneiro, inclusive em suas salas de aula, observadas as disposições desta Lei e a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

§ 1º As câmeras deverão ser instaladas de forma a garantir ampla cobertura das dependências internas e externas das unidades educacionais, assegurando a vigilância adequada das áreas de circulação, convivência e acesso, conforme critérios técnicos definidos pela Administração Municipal.
§ 2º Os equipamentos deverão possuir alta resolução de imagem, posicionados de modo a permitir a identificação nítida de servidores, funcionários, alunos, visitantes e responsáveis legais, atendendo ao princípio da adequação previsto na LGPD.
§ 3º Pelo menos um equipamento deverá ser direcionado especificamente ao registro dos atendimentos realizados nas salas de recepção e demais ambientes coletivos frequentados pelos alunos.
§ 4º O sistema de monitoramento deverá contemplar ambientes internos e externos, com transmissão das imagens em tempo real, bem como armazenamento contínuo em servidor próprio ou em solução tecnológica segura e compatível, assegurando-se medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais, nos termos do art. 46 da LGPD.
§ 5º As imagens deverão ser armazenadas sob sigilo por prazo não inferior a 40 (quarenta) dias, sendo seu tratamento limitado às finalidades de segurança, proteção patrimonial e prevenção de incidentes, nos termos dos arts. 7º, 11 e 13 da LGPD.
§ 6º É vedada a instalação de equipamentos de monitoramento eletrônico em banheiros, vestiários ou outros espaços que comprometam a intimidade de funcionários, alunos ou qualquer outro indivíduo, observando-se integralmente os princípios da necessidade e proteção integral da intimidade previstos na LGPD e na Constituição Federal.

Art. 2º As imagens gravadas pelo sistema de videomonitoramento serão utilizadas exclusivamente para fins de segurança institucional, proteção dos alunos e servidores e para investigação de eventuais ocorrências, podendo ser acessadas somente pelas autoridades legalmente competentes, mediante requisição formal e fundamentada, observadas as disposições da LGPD e da legislação municipal correlata.

Art. 3º A Administração Municipal poderá celebrar parcerias com órgãos de segurança pública visando à integração do sistema de videomonitoramento implantado nos CMEIs e nas escolas da rede municipal de ensino, garantido que eventual compartilhamento de dados observe os requisitos do art. 26 da LGPD.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar esta Lei, no que couber, para definir procedimentos técnicos, padrões mínimos de segurança, responsabilidades operacionais, protocolos de acesso às imagens e demais diretrizes necessárias à sua plena execução, observando-se a LGPD.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, General Carneiro, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:46620368

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.154 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Fomento com a Associação dos Agricultores da Região de Santa Lídia – AGRO SANTA LÍDIA, para o exercício de 2026, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná aprovou por unanimidade de votos o Projeto de Lei Nº**. 104/2025** do Executivo Municipal, e Eu, **Joel Ricardo Martins Ferreira, Prefeito Municipal**, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Fomento com a Associação dos Agricultores da Região de Santa Lídia – AGRO SANTA LÍDIA, inscrita no CNPJ nº 02.399.985/0001-03, entidade civil sem fins lucrativos, com sede na Localidade de Santa Lídia, Município de General Carneiro, Estado do Paraná, objetivando o repasse de recursos financeiros no valor de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), destinados ao custeio de suas atividades institucionais, referentes ao exercício de 2026, nos termos da legislação aplicável.

Art. 2º O Termo de Fomento conterá as cláusulas que definirão as obrigações, metas, responsabilidades, forma de aplicação dos recursos, bem como critérios de fiscalização e prestação de contas, conforme legislação vigente.

Art. 3º A despesa decorrente desta Lei correrá por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento municipal para o exercício de 2026, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, General Carneiro, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:8D8E565F

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.155 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Fomento com a Associação Colina Verde, para o exercício de 2026, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná aprovou por unanimidade de votos o Projeto de Lei Nº**. 105/2025** do Executivo Municipal, e Eu, **Joel Ricardo Martins Ferreira, Prefeito Municipal**, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Fomento com a Associação Colina Verde, inscrita no CNPJ nº 03.212.707/0001-50, entidade civil sem fins lucrativos, com sede na Localidade do Assentamento Colina Verde, Município de General Carneiro, Estado do Paraná, objetivando o repasse de recursos financeiros no valor de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), destinados ao custeio de suas atividades institucionais, referentes ao exercício de 2026, nos termos da legislação aplicável.

Art. 2º O Termo de Fomento conterá as cláusulas que definirão as obrigações, metas, responsabilidades, forma de aplicação dos recursos, bem como critérios de fiscalização e prestação de contas, conforme legislação vigente.

Art. 3º A despesa decorrente desta Lei correrá por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento municipal para o exercício de 2026, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, General Carneiro, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:6D76E2D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo de Licitação N° 222/2025
Pregão Eletrônico N° 083/2025

TIPO: MENOR PREÇO/ITEM

A Comissão Especial de Licitação, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n°340/2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **08 de janeiro de 2026, às 09h00min**, no endereço eletrônico Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil www.bll.org.br o recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação N° **083/2025** na modalidade Pregão Eletrônico.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se no endereço supracitado, no site www.generalcarneiro.pr.gov.br e no www.bll.org.br e solicitações através do e-mail: licitação@generalcarneiro.pr.gov.br.

Objeto: Pregão eletrônico visando aquisição de 01 (uma) van, zero quilômetro, destinada ao atendimento das demandas da Educação Especial, conforme especificações técnicas definidas no Termo de Referência.

General Carneiro - PR, 17 de dezembro de 2025.

ADIR SOARES MARTINS
Pregoeiro

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:42F46AE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação nº 002/2025
Processo Licitatório nº 009/2025
Chamamento Público n° **008/2024**
Adjudicação/Homologação: 17/12/2025
Credenciados **AUTO POSTO SANTO ANTÔNIO LTDA**
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR

Objeto: "**Chamamento Público visando o futuro credenciamento de Postos de Combustíveis para o Fornecimento de Etanol e Gasolina Comum, visando atender a demanda da frota de veículos do município de General Carneiro/PR, de forma parcelada**".

Valor Estimado da Despesa: **R$ 1.564.500,00 (um milhão quinhentos e sessenta e quatro mil e quinhentos reais).**

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:F1966B7A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação nº 29/2025
Processo Licitatório nº 147/2025
Adjudicação/Homologação: 17/12/2025
Credenciados: **AUTO POSTO SANTO ANTÔNIO LTDA**
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR

Objeto: "**Chamamento Público visando o futuro credenciamento de Postos de Combustíveis para o Fornecimento de Óleo Diesel S10 e Óleo Diesel S500, para atender as necessidades de todas as Secretarias deste Município.**".

Valor Estimado da Despesa: **R$ 1.759.500,00 (um milhão setecentos e cinquenta e nove mil e quinhentos reais)**

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:B8FA78E4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49/2025

Eu **Joaquim Rafael Neto**, Presidente da Câmara Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, e de conformidade com o dispositivo na Lei Federal n° 14.133/21 e Resolução n° 009/2024,

TORNO PÚBLICO

Para conhecimento de todos interessados que foi **AJUDICADA** e **HOMOLOGADA** a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2025, com fundamento no Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº14.133/21, das empresas abaixo:

ORDEM	EMPRESA	CNPJ	R$ VALOR
01	RV Proficuo Ltda	47.298.329/0001-44	R$ 3.499,99
02	Juliano de Camargo LTDA	24.830.865/0001-43	R$ 5.345,00

Goioerê/PR, 16 de dezembro de 2025.

JOAQUIM RAFAEL NETO
Presidente

Publicado por:
Ronny Cristiano da Silva Santos
Código Identificador:19FFE8AE

CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
RESOLUÇÃO Nº 007/2025 – CMDCA

SÚMULA: Dispõe sobre Aprovação do Registro do Clube de Desbravadores e Aventureiros Sul

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no âmbito de suas atribuições que são conferidas pela Lei Municipal de nº 2.347/2.015 e alterado pelas Leis nº 2.492/2.017, n° 2.497/2.017, n° 2.518/2017 e nº 2.933/2023.
Considerando a Lei Federal 8.069 de 13/07/90.
Considerando a Plenária realizada, Ata nº 436/2025, do dia 27 de novembro de 2025 às 09h00m, na Secretaria Municipal de Assistência Social, localizado na Av. Mauro Mori, nº 1164, jardim Lindóia, na cidade de Goioerê-PR.
Resolve:
Art. 1º Aprovar o Registro da Organização da Sociedade Civil, Clube de Desbravadores e Aventureiros Sul, por um período de 12 meses.
Art. 2º Esta resolução entra em vigor a partir da data da publicação.

Goioerê, 17 de dezembro de 2025.

ANGELA MARIA ZABOT
Presidente do CMDCA
Gestão 2024-2026

Publicado por:
Claudia Adriana Cacela Ilto de Moura
Código Identificador:5287EBE3

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 3.174/2025

FIXA O SUBSÍDIO DO PREFEITO, DO VICE-PREFEITO, DO PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO E DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS PARA O MANDATO DE 2029 A 2032, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUA COMPETÊNCIA QUE LHE FOI COMETIDA PELO ARTIGO 29, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COM OBSERVAÇÃO NO DISPOSTO AOS ARTIGOS 37, X, XI; 39, §4º; 150, II; 153, III E 153 §2º, I, COM REDAÇÃO DADA PELAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS Nº19 DE 05 DE JUNHO DE 1998 E OBSERVANDO AINDA LEI COMPLEMENTAR 101/2000 (RESPONSABILIDADE FISCAL), APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Ficam fixados os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, do Procurador Geral do Município de Goioerê/PR e dos Secretários Municipais, para gestão que iniciar-se-á em 1º de janeiro de 2029, e encerrar-se-á em 31/12/2032, nos seguintes valores:

I – subsídio do Prefeito Municipal de Goioerê - PR., fixado em parcela única de R$ 29.689,32 (vinte e nove mil e seiscentos e oitenta e nove reais e trinta e dois centavos), mensais;

II – subsídio do Vice-Prefeito de Goioerê - PR., fixado em parcela única de R$ 14.215,77 (quatorze mil e duzentos e quinze reais e setenta e sete centavos), mensais.

III – subsídios do Procurador Geral do Município de Goioerê – PR e dos Secretários Municipais, fixado em parcela única de R$ 11.950,00 (onze mil e novecentos e cinquenta reais), mensais.

Art. 2º A recomposição/atualização inflacionária dos subsídios de que tratam os incisos do *caput* do artigo anterior dar-se-á nas mesmas datas em que houver:

I – reajuste ou aumento geral da remuneração dos servidores públicos municipais;

II – revisão anual da remuneração dos servidores públicos municipais, nos termos do inciso X, do artigo 37 da Constituição Federal e;

III – recomposição/atualização monetária da remuneração dos servidores públicos municipais.

§ 1º A alteração decorrente do disposto no inciso I, II e III do *caput* deste artigo dar-se-á por lei especifica.

§ 2º A recomposição monetária descrita no *caput* deste artigo não poderá ser inferior a um ano, bem como não poderá ser maior que o reajuste ou recomposição inflacionária dado aos servidores municipais.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2029.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO"
Goioerê-PR, em 17 de dezembro de 2025.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:6983D50C

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 3.175/2025

FIXA OS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES E DO PRESIDENTE DA CÂMARA DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, PARA A LEGISLATURA 2029/2032, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ - ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUA COMPETÊNCIA QUE LHE FOI COMETIDA PELO ARTIGO 29, INCISO VI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, OBSERVADO O ARTIGO 17, INCISO XII DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, COMBINADO AINDA COM AS DETERMINAÇÕES DAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS Nº19/98 E Nº 25/2000 EM CONSONÂNCIA COM A LEI COMPLEMENTAR 101/2000 (RESPONSABILIDADE FISCAL) APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Ficam fixados os subsídios dos Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, para gestão que iniciar-se-á em 1º de Janeiro de 2029, e encerrar-se-á em 31/12/2032, nos seguintes valores:

I – subsídio do Presidente da Câmara Municipal de Goioerê - PR., fixado em parcela única de R$ 10.034,00 (dez mil e trinta e quatro reais), mensais;

II – subsídios dos Vereadores da Câmara Municipal de Goioerê – PR., fixado em parcela única de R$ 9.000,00 (nove mil reais), mensais.

Art. 2º A recomposição/atualização inflacionária dos subsídios de que tratam os incisos do *caput* do artigo anterior dar-se-á nas mesmas datas em que houver:

I – reajuste ou aumento geral da remuneração dos servidores públicos municipais;

II – revisão anual da remuneração dos servidores públicos municipais, nos termos do inciso X, do artigo 37 da Constituição Federal e;

III – recomposição/atualização monetária da remuneração dos servidores públicos municipais.

§ 1º A alteração decorrente do disposto no inciso I, II e III do *caput* deste artigo dar-se-á por lei especifica.

§ 2º A recomposição monetária descrita no *caput* deste artigo não poderá ser inferior a um ano, bem como não poderá ser maior que o reajuste ou recomposição inflacionária dado aos servidores municipais.

Art. 3º As despesas decorrentes desse Projeto de Lei correrão por conta de dotações próprias consignadas nos orçamentos anuais do Poder Legislativo do Município de Goioerê.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2029.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO"
Goioerê-PR, em 17 de dezembro de 2025.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:1113866B

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 3.176/2025

ALTERA LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL N.º 3.056, DE 26 DE MARÇO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1.º da Lei Ordinária Municipal nº3.056, de 26 de março de 2024, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.º Fica o Poder Executivo do Município de Goioerê autorizado a conceder auxílio alimentação, de caráter indenizatório, aos seus servidores públicos, efetivos, comissionados, contratados temporários, conselheiros tutelares, prefeito municipal, vice prefeito municipal, secretários municipais e procurador geral do município de Goioerê, conforme critério de lotação e função, nos termos desta lei."
(NR)

Art. 2.º Fica revogado o artigo 4.º da Lei Ordinária Municipal nº 3.056, de 26 de março de 2024:

*"**Art. 4.º Revogado."***

Art. 3.º Fica revogado o inciso I do artigo 6.º da Lei Ordinária Municipal nº3.056, de 26 de março de 2024:

"***Art. 6.º .....***

Revogado."

Art. 4.º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO"
Goioerê-PR, em 17 de dezembro de 2025.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:63B252E4

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 3.177/2025

CRIA CARGO DE MÉDICO AUDITOR DE PROVIMENTO EFETIVO NO ÂMBITO DA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL ALTERANDO A LEI N.º 1.884, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art.1º. Fica criado o cargo de médico auditor e alterada a lei Municipal n.º 1.884, de 15 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos e carreiras dos servidores públicos de carreira da administração direta e indireta do Município de Goioerê para a criação de novos cargos efetivos.
§ 1.º O número de vagas para o cargo descrito no *"caput"* é de 01 e a jornada de trabalho semanal é de 20 horas.
§ 2.º O cargo criado passa a integrar o anexo I da lei n.º 1.884, de 15 de dezembro de 2009, como Grupo Ocupacional Profissional – GOP, subgrupo ocupacional profissional 1 – GOP 1 da seguinte forma:

Código do Cargo	Cargo	Jornada de trabalho	Número de cargos
GOP	médico	20 hrs. semanais	01

§ 3.º Fica estabelecido a remuneração do cargo de médico, código do cargo GOP1 – 3000 no valor de R$ 9.926,82 (nove mil, novecentos e vinte e seis reais e oitenta e dois centavos).

Art. 2º. Para ocupar um cargo de médico é imprescindível:
a) Escolaridade e habilitação técnica: Graduação em Medicina, com registro no CRM, com Residência ou Especialização ou Pós-graduação em Auditoria e CNH.
b) Atribuições e competências: Avaliar a qualidade, pertinência e adequação dos serviços de saúde prestados por unidades próprias, conveniadas ou contratadas. Verificar se os procedimentos executados estão de acordo com protocolos clínicos, diretrizes terapêuticas e normativas do SUS. Analisar prontuários para aferir a coerência entre diagnóstico, conduta, exames e procedimentos realizados. Identificar inconformidades técnicas que comprometam a segurança do paciente ou a efetividade da atenção. Conferir a conformidade da cobrança de procedimentos com as regras da Tabela SUS, SIGTAP e demais normativas. Validar ou glosar contas hospitalares, ambulatoriais e serviços especializados quando houver divergência. Acompanhar indicadores de produção, custos e desempenho assistencial das unidades de saúde. Emitir pareceres técnico-auditorias sobre pagamentos, autorizações e processos administrativos vinculados à área da saúde. Participar do planejamento, execução e monitoramento das ações de controle, avaliação e regulação do sistema municipal/estadual de saúde. Acompanhar metas pactuadas na Programação Pactuada e Integrada (PPI) e em contratos/convênios. Verificar conformidade com normas do Ministério da Saúde e das Secretarias Estaduais/Municipais de Saúde. Subsidiar a tomada de decisão para qualificação da oferta de serviços, reorganização de fluxos e melhoria da rede assistencial. Avaliar solicitações de alta complexidade, procedimentos especiais e internações, quando necessário. Apoiar tecnicamente serviços de regulação para garantir uso adequado de leitos, exames e procedimentos. Revisar critérios de indicação de procedimentos de maior custo ou complexidade, evitando desperdícios e garantindo equidade. Realizar visitas in loco às unidades de saúde, avaliando estrutura, equipamentos, processos de trabalho e padrões de segurança. Produzir relatórios técnicos apontando irregularidades e propondo medidas corretivas. Acompanhar a implementação das recomendações emitidas. Orientar gestores, equipes de faturamento, profissionais de saúde e unidades prestadoras sobre normas do SUS, codificação de procedimentos e melhores práticas assistenciais. Promover ações educativas para reduzir erros de registro, glosas e irregularidades. Contribuir para a padronização de fluxos, protocolos e registros. Identificar fraudes, superfaturamentos, má utilização de recursos e inconformidades éticas. Comunicar situações de risco à gestão, ao controle interno ou aos órgãos de fiscalização quando necessário. Atuar de forma imparcial, preservando sigilo profissional e administrativo. Elaborar pareceres técnicos fundamentados sobre auditorias, glosas, irregularidades, achados clínicos e administrativos. Emitir relatórios periódicos de auditoria assistencial, financeira e de desempenho das unidades. Assessorar a gestão em tomadas de decisão com base em evidências. Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Art. 3º. Faz parte integrante desta Lei o Impacto Orçamentário.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO"
Goioerê-PR, em 17 de dezembro de 2025.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:7D141ABD

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 3.178/2025

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO LOTADOS NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO, SAÚDE E EDUCAÇÃO, QUE PASSAM A COMPOR A LEI MUNICIPAL Nº 2.524/2017 (ESTRUTURA ADMINISTRATIVA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica criado 01 (um) cargo de provimento em comissão, que deverá ser exclusivamente exercido por pessoa que possua terceiro grau completo, lotado na Secretaria Municipal de Administração, o qual passa a integrar o "Anexo II", da Lei Municipal nº 2.524, de 04 de dezembro de 2017, acrescido do item 8.4, com a seguinte redação:

CARGO	GRAU DE COMISSÃO (CC)	GRAU DE FUNÇÃO GRATIFICADA (FG)

.....

08.4. Diretor de Departamento de Apoio as Organizações da Sociedade Civil	**CC 02**	**FG 02**

(AC)

Art. 2ºO parágrafo único do art. 17, da Lei Municipal nº 2.524, de 04 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17.....
.....

08.4. Diretor de Departamento de Apoio as Organizações da Sociedade Civil."
(AC)

Art. 3.º Ao Departamento de Apoio as Organizações da Sociedade Civil, diretamente subordinado ao gabinete do Secretário Municipal de Administração, compete:
I - desenvolver e fiscalizar as atividades pertinentes, delegadas pelo Secretário Municipal de Administração;

II - orientar as Organizações da Sociedade Civil, técnica e financeiramente para elaboração de plano de trabalho e aplicação, bem como a documentação necessária para formalização dos termos de parceria;

III- gerenciar os procedimentos formais para as transferências de recursos às Organizações da Sociedade Civil, bem como elaborar termos de parcerias;
IV- realizar os procedimentos para empenho de recursos às Organizações da Sociedade Civil conveniadas, observando a programação e saldos orçamentários e financeiros;

V- acompanhar a regularidade fiscal e documental das Organizações da Sociedade Civil conveniadas;

VI- acompanhar a contabilização dos recursos provenientes de celebração dos termos de parcerias com as Organizações da Sociedade Civil conveniadas e examinar as despesas correspondentes, conforme plano de trabalho/aplicação aprovados;

VII- redigir ofícios e orientações às Organizações da Sociedade Civil, Conselhos municipais e demais Secretarias municipais, referente às transferências voluntárias;

VIII- gerenciar o sistema informatizado de transferências voluntárias do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, cadastrando, atualizando e acompanhando o lançamento das informações relativas aos convênios com as Organizações da Sociedade Civil;

IX- elaborar manuais de informação destinados a esclarecer os procedimentos administrativos sobre termos de parcerias, convênios e prestação de contas;

X- organizar encontros e promover capacitações às Organizações da Sociedade Civil parceiras do Município, técnicos das Secretarias correlatas e Conselheiros municipais, visando esclarecer a execução dos termos de parcerias e suas prestações de contas;

XI- receber e controlar as prestações de contas das Organizações da Sociedade Civil conveniadas;

XII- participar e auxiliar nas discussões e pareceres sobre transferências voluntárias nas reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e adolescente e de Assistência Social, e demais conselhos correlatos;

XIII- prestar esclarecimentos sobre transferências voluntárias ao Tribunal de Contas bem como a outros órgãos de controle, interno e externo, de caráter fiscalizador;

XIV- participar de treinamentos, capacitações, cursos, entre outros, relativos às transferências voluntárias;

XV - prestar assessoramento especializado nos assuntos que lhe forem submetidos, auxiliando o titular da pasta, bem como as demais Secretarias que possuam termos de parceria com o terceiro setor;

XVI- desenvolver outras atividades pertinentes, no âmbito da sua competência

Art. 4.º Fica criado 01 (um) cargo de provimento em comissão, lotado na Secretaria Municipal de Saúde o qual passa a integrar o "Anexo II", da Lei Municipal nº 2.524, de 04 de dezembro de 2017, acrescido do item 11.6.3, com a seguinte redação:

CARGO	GRAU DE COMISSÃO (CC)	GRAU DE FUNÇÃO GRATIFICADA (FG)
.....		
11.6.3 Chefe de Divisão de Saúde Bucal	CC 05	FG 05

(AC)

Art. 5ºO parágrafo único do art. 20, da Lei Municipal nº 2.524, de 04 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20.....
.....

11.6.3 Chefe de Divisão de Saúde Bucal
(AC)

Art. 6.º A Divisão de Saúde Bucal, diretamente subordinada a Diretoria de Departamento de Atenção à Saúde, compete:
I - garantir que as diretrizes nacionais sejam adaptadas e aplicadas no âmbito municipal;
II - planejar e coordenar a rede de atenção em saúde bucal (UBS, CEOs, UOM e, laboratórios de próteses;
III - organizar a rede de atenção em saúde bucal, incluindo Unidades Básicas de Saúde (UBS), Unidades Odontológicas Móveis (UOM), Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e laboratórios regionais de prótese dentária;
IV - gerenciar recursos humanos, organizar equipes de cirurgiões-dentistas, auxiliares e técnicos;
V - solicitar e distribuir insumos e equipamentos odontológicos, assegurando o funcionamento adequado dos serviços;
VI - adaptar e aplicar as diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal (PNSB) ao contexto municipal;
VII - promover integração das equipes de saúde bucal à Estratégia Saúde da Família (ESF), ampliando o acesso da população;
VIII - acompanhar indicadores de saúde bucal como prevalência de cárie, acesso a serviços e produção clínica;
IX - produzir relatórios técnicos e prestar contas à Secretária Municipal de Saúde, bem como ao Ministério da Saúde;
X - coordenar a distribuição de insumos odontológicos;
XI - oferecer suporte à implantação e manutenção de serviços especializados;
XII - promover formação continuada para profissionais da odontologia;
XIII - integrar ações de saúde bucal com outras áreas da Atenção Primária;
XIV - orientar equipes sobre protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas;
XV - integrar ações de saúde bucal com outras áreas da Atenção Primária como saúde da criança, saúde da mulher, saúde do idoso, crônicos e outros correlatos;
XVI - estimular participação social em conselhos de saúde e conferências, fortalecendo o controle social.
Art. 7.º Fica criado 01 (um) cargo de provimento em comissão, lotado na Secretaria Municipal de Saúde o qual passa a integrar o "Anexo II", da Lei Municipal nº 2.524, de 04 de dezembro de 2017, acrescido do item 11.7.2, com a seguinte redação:

CARGO	GRAU DE COMISSÃO (CC)	GRAU DE FUNÇÃO GRATIFICADA (FG)
.....		
11.7.2 Chefe do Centro de Atenção Psicossocial	CC 05	FG 05

(AC)

Art. 8ºO parágrafo único do art. 20, da Lei Municipal nº 2.524, de 04 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20.....
.....

11.7.2. Chefe do Centro de Atenção Psicossocial
(AC)

Art. 9.º A Divisão de Atenção Psicossocial, diretamente subordinada a Diretoria de Departamento de Especialidades, compete:
I- coordenar a equipe multiprofissional, promovendo a integração entre os profissionais e a articulação dos serviços;

II- planejar, acompanhar e avaliar as atividades terapêuticas e administrativas da unidade;

III- garantir o acolhimento, o acompanhamento e a continuidade do cuidado dos usuários do serviço;

IV- assegurar o cumprimento das diretrizes da Política Nacional de Saúde Mental e das normativas do SUS;

V- promover ações de educação permanente e supervisão técnica da equipe;

VI- estimular a participação dos usuários e familiares nas atividades do CAPS;

VII- manter a articulação com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e demais serviços de saúde, assistência social, educação, justiça e outros;
VIII- zelar pelo bom uso dos recursos humanos, materiais e financeiros do serviço;
IX- elaborar relatórios de gestão, monitoramento e avaliação dos indicadores do CAPS;
X- representar o CAPS em reuniões, fóruns e espaços intersetoriais quando solicitado.
Art. 10. Fica criado 01 (um) cargo de provimento em comissão, lotado na Secretaria Municipal de Educação, o qual passa a integrar o "Anexo II", da Lei Municipal nº 2.524, de 04 de dezembro de 2017, acrescido do item 12.5, com a seguinte redação:

CARGO	GRAU DE COMISSÃO (CC)	GRAU DE FUNÇÃO GRATIFICADA (FG)

.....

12.5. Diretor do Departamento de Educação Especial e Inclusiva	**CC 04**	**FG 04**

(AC)

Art. 11.O parágrafo único do art. 21, da Lei Municipal nº 2.524, de 04 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 21.....
.....

12.5. Diretor do Departamento de Educação Especial e Inclusiva." (AC)

Art. 12. Ao Departamento de Educação Especial e Inclusiva, diretamente subordinado ao gabinete do Secretário Municipal de Educação, compete:
I- planejar, coordenar, dirigir, executar e avaliar políticas, programas, ações e serviços relacionados à Educação Especial no âmbito da rede municipal de ensino, assegurando o acesso, a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE), em consonância com as diretrizes da educação inclusiva e com a legislação vigente;

II- elaborar, implementar e avaliar políticas, programas, projetos e diretrizes municipais de Educação Especial;

III- planejar e coordenar ações, estratégias e metas voltadas ao atendimento educacional especializado e à inclusão escolar;

IV- gerenciar recursos financeiros, materiais e humanos destinados à Educação Especial, conforme normas legais;

V- elaborar documentos técnicos, orientações, protocolos, relatórios e materiais institucionais do Departamento;

VI- coordenar a oferta, organização e funcionamento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas Salas de Recursos Multifuncionais;

VII- organizar e supervisionar serviços complementares à inclusão, profissionais de apoio, cuidadores, intérpretes, estagiários, transporte acessível e tecnologias assistivas.

VIII- monitorar matrículas, encaminhamentos, fluxos e demandas das escolas referentes aos estudantes atendidos pela Educação Especial;

IX- planejar, promover e ministrar formação continuada para profissionais da rede municipal em temáticas relacionadas à educação inclusiva;

X- acompanhar práticas pedagógicas nas escolas e fornecer devolutivas técnicas e formativas às equipes gestoras e docentes;

XI- incentivar estudos e atualização sobre legislação, metodologias inclusivas e recursos de acessibilidade pedagógica;

XII- orientar gestores, professores regentes e professores do AEE quanto a adaptações curriculares, planos de AEE, estratégias pedagógicas e práticas inclusivas;

XIII- apoiar a resolução de situações pedagógicas complexas envolvendo estudantes com necessidades específicas;

XIV- desenvolver, orientar e disponibilizar materiais pedagógicos, guias técnicos e protocolos;

XV- realizar visitas técnicas às unidades escolares para acompanhar a implementação das ações da Educação Especial;

XVI- monitorar o desenvolvimento dos estudantes do PAEE e propor ajustes às práticas pedagógicas;

XVII- produzir relatórios, diagnósticos e pareceres técnicos para subsidiar decisões da gestão da Secretaria Municipal de Educação;

XVIII- articular ações com outros setores municipais como Secretarias de Saúde e Assistência Social, bem como outros Departamentos da Administração Pública Municipal, como transporte, psicologia, CAPS, CRAS/CREAS e outros, visando ao pleno atendimento dos estudantes;

XIX- representar o Departamento em reuniões, conselhos, fóruns, comissões e grupos de trabalho intersetoriais;

XX- estabelecer diálogo e parcerias com famílias, instituições especializadas e organizações da sociedade civil;

XXI- supervisionar e orientar o trabalho dos profissionais vinculados ao Departamento de Educação Especial;

XXII- organizar escalas, lotações, acompanhamento funcional e processos formativos desses profissionais;

XXIII- conhecer a legislação educacional vigente, especialmente políticas de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva;

XXIV- aplicar tecnologias assistivas, metodologias diferenciadas e gestão de processos pedagógicos;

XXV- liderar, comunicar, organizar, tomar decisão, mediar conflitos, trabalhar colaborativamente;

XXVI- atuar em conformidade com as políticas públicas de educação, com ética, transparência, responsabilidade administrativa e compromisso com o atendimento inclusivo;
XXVII- garantir que todas as ações do Departamento estejam alinhadas às necessidades dos estudantes e às diretrizes da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 13 Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO"
Goioerê-PR, em 17 de dezembro de 2025.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:A6B570EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 949/2025

Transfere servidor para desempenhar suas funções em outra secretaria e da outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê,

RESOLVE:
Art. 1º Redistribuir, o servidor público municipal, TIAGO BERNARDES, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, atualmente na Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, para desempenhar suas funções Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 15 de dezembro de 2025.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 17 de dezembro de 2025.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:7E1E8CAB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 950/2025

Exonera de cargo em comissão e da outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 11/2009 (Regime Jurídico),

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir de 05 de janeiro de 2026, a servidora pública municipal ANGELA MARIA MARTINI DOS REIS, do cargo em comissão de Chefe de Divisão do Grupo de Idosos e Clube de Mães, com admissão em 23de janeiro de 2025, nomeada por meio da Portaria nº 100/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 17 de dezembro de 2025.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:E454613E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 951/2025

Exonera de cargo em comissão e da outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 11/2009 (Regime Jurídico),

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2025, o servidor público municipal EDUARDO FOGAÇA DA SILVA, do cargo em comissão de Diretor de Departamento de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.
Art. 2º O servidor público indicado no caput, a partir de 01 de janeiro de 2026, voltará a exercer as atribuições do cargo efetivo no qual se encontra investido.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 17 de dezembro de 2025.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:AB513701

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CMDPI – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

ATA N° 47/2025 – CMDPI
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CMDPI

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas da manhã, na Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na Avenida Mauro Mori, nº 1164, Jardim Lindóia, no município de Goioerê, Estado do Paraná, reuniu-se o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI. O Presidente, Sr. José Joaquim Soares, deu início à reunião cumprimentando a todos com bom dia. Em seguida, passou-se à pauta do dia, que tratou da **aprovação de aditivo de valor e de prazo.** A leitura do aditivo foi realizada pela Dra. Claudia Adriana, que apresentou as informações referentes ao ajuste, sendo o valor mensal fixado em R$ 44.400,00 (quarenta e quatro mil e quatrocentos reais), totalizando o montante de R$ 177.600,00 (cento e setenta e sete mil e seiscentos reais), com prazo de vigência compreendido entre os meses de janeiro a abril. Após discussão, o aditivo de valor e prazo foi colocado em votação, sendo **aprovado por unanimidade** pelos conselheiros presentes. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e desejou um feliz Natal e um próspero Ano Novo, dando por encerrada a reunião. E, para constar, eu**, Danyelle Ramos Lopes Leal Guimarães**, lavrei a presente ata .A lista de presença encontra-se anexa.

Publicado por:
Claudia Adriana Cacela Ilto de Moura
Código Identificador:05505918

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
AVISO DE REAGENDAMENTO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº. 13/2025
OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviço de medição, análise e elaboração do relatório para índice de serventia da condição geral da superfície do pavimento (PCI) da pista de pouso e decolagem, das pistas de taxi e do pátio de estacionamento de aeronaves do Aeródromo Municipal Manoel Ribas (SSGW) – Goioerê-PR, para atendimento das normas técnicas estabelecidas pela Agencia Nacional de Aviação Civil – ANAC.
Recebimento das propostas: a partir das 08h:00m do dia 18/12/2025.
Abertura das propostas: às 08h:00m do dia 15/01/2026.
Local: www.comprasnet.gov.br - UASG 451481
Informações e Edital: e-mail licitacoes@goioere.pr.gov.br, fone (44) 35218918.
Goioerê-PR, 17 de dezembro de 2025.

REGINA MARCIA CRUZ
Secretária de Compras, Licitações e Contratos Administrativos

Publicado por:
Vanessa José da Silva
Código Identificador:B8E08F91

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 388/2024

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ sob

nº. 78.198.975/0001-63, com sede na Avenida Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, CEP: 87.360-000, no Município de Goioerê, Estado do Paraná, neste ato representado por seu prefeito Municipal o senhor, PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, nomeado através do Termo Especial de Posse, mandato 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009, e a empresa **WEKSLEY CARVALHO MOREIRA TECHNOLOGIES**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 30.944.211/0001-43, situada na Rua Donald Vogas nº 57, Nova Macuco, no Município de Macuco, Estado do Rio de Janeiro, CEP 28.545-000, neste ato representado pelo senhor **WEKSLEY CARVALHO MOREIRA**, resolvem entre si e na melhor forma de direito aditar a Ata de Registro de Preços nº 388/2024, referente ao Pregão Eletrônico nº 43/2024, para constar a seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a seguinte alteração a Ata de Registro de Preços:
1.1.1. **Alteração da marca** do item nº 47, da Ata de Registro de Preços nº 388/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO
2.1. Com a alteração da marca dos itens passará a vigorar, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid. Medida	Marca Atual	Nova Marca
47	HD EXTERNO SSD 1TB VELOCIDADE DE LEITURA DE 520 MB/s - Conexão USB	Unid	XIAOMI / MIJIA / 1TB	Lexar

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços originária, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO
4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista no art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Goioerê-Pr, 17 de dezembro de 2025.

Assinado Digitalmente
PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

Assinado Digitalmente
WEKSLEY CARVALHO MOREIRA
Weksley Carvalho Moreira Technologies

Publicado por:
Tiago Faquineti de Aragão
Código Identificador:EAB5B442

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
TERMO DE CANCELAMENTO DE ITEM DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 083/2025

Pelo presente Termo, o MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ sob nº. 78.198.975/0001-63, com sede na Avenida Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, CEP: 87.360-000, no Município de Goioerê, Estado do Paraná, neste ato representado por seu prefeito Municipal o senhor, PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, nomeado através do Termo Especial de Posse, mandato 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009, nos usos das suas atribuições, resolve cancelar item da Ata de Registro de Preços nº 083/2025.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente termo tem por objeto:
1.1.1. **Cancelamento unilateral** do **item nº 116,** da **Ata de Registro de Preços nº 083/2025.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO
2.1. O cancelamento da Ata de Registro de Preços baseia-se na Cláusula nº 11.1.1., da referida Ata, bem como no Parecer Jurídico nº 381/2025, da Procuradoria Municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços originária, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO
4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista no art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Goioerê-Pr, 16 de dezembro de 2025.

Assinado Digitalmente
PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

Publicado por:
Tiago Faquineti de Aragão
Código Identificador:C2A41690

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

CAMARA MUNICIPAL DE GOIOXIM
DECRETO N° 012/2025

Estabelece a programação financeira I do cronograma da execução mensal de desembolso para o exercício financeiro de 2026 da Câmara Municipal de Goioxim.

A Senhora MARIZELE UCHAK VISENTIN VAZ, Presidente da Câmara Municipal de Goioxim, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art.1º Em cumprimento às determinações emanadas no Art. 78 da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000, fica estabelecida a programação financeira I do cronograma da execução mensal de desembolso para o exercício financeiro de 2026, na forma do presente Decreto.

Art. 2º As despesas previstas na Lei Orçamentária Anual aprovada pela Lei Municipal nº 945/2025 de 05 de dezembro de 2025 para o exercício financeiro de 2026, ficam desdobradas conforme rubricas abaixo, consoante ao disposto no Art. 13 da referida Lei Complementar.

01 Legislativo Municipal 2.800.000,00
001 Câmara Municipal de Goioxim 2.800.000,00
01.031.0001.2001 ATIVIDADES DA CAMARA MUNICIPAL 2.800.000,00

3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL / Conta da despesa 10 1.900.000,00
3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS / Conta da despesa 20 390.000,00

3.3.90.14.00.00 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL / Conta da despesa 30 90.000,00

3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO / Conta da despesa 40 90.000,00

3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA / Conta da despesa 50 5.000,00

3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA / Conta da despesa 60 100.000,00

3.3.90.40.00.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA / Conta da despesa 70 100.000,00

4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES / Conta da despesa 70 10.000,00

4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE / Conta da despesa 80 115.000,00
2.800.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos a partir de então.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Goioxim, Estado do Paraná, em 16 de dezembro de 2025.

MARIZELE UCHAK VISENTIN VAZ
Presidente

Publicado por:
Fernanda Bertuol
Código Identificador:C536D892

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 409 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025
CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES AOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

PORTARIA Nº 409 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Súmula: Resolve conceder Férias regulamentares aos servidores da Secretaria Municipal de Agricultura, dando outras providências.

EDER DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Goioxim, Estado do Paraná, com base na Lei Complementar Municipal nº 03 de 31 de março de 2025 e Lei Complementar 01/2006 de 10 de abril de 2006, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:
Art. 1º – Conceder férias regulamentares de 30(trinta) dias, aos servidores da Secretaria Municipal de Agricultura, a contar da data de 05 de janeiro de 2026, conforme segue:

Matrícula	Servidor	Cargo
43831	CREMAIR DE SOUZA NAUMIUK	Auxiliar de Serv Gerais
45701	DAILIS DELAZERI	Medico Veterinario
24611	VILMA PASA DE SOUZA	Auxiliar de Serv Gerais

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tassiele Maria Pedroso
Código Identificador:A4F272A9

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 410 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025
CONCEDER FÉRIAS ADRIANA MOSTEFAL

PORTARIA Nº 410 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Súmula: Resolve Conceder férias a servidora ADRIANA MOSTEFAL, dando outras providências.

EDER DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, com base na Lei Complementar Municipal nº 03 de 31 de março de 2025; e Lei Complementar 01/2006 de 10 de abril de 2006.
R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares de 15(QUINZE) dias, a contar a partir da data de 05 de janeiro de 2026, a servidora ADRIANA MOSTEFAL, ocupante do cargo de Professora, matrícula funcional nº 17911.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, em 17 de dezembro de 2025.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tassiele Maria Pedroso
Código Identificador:EAEEA4DA

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 411 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025
CONCEDER FÉRIAS FABIANE ROBERTA DA ROCHA COSTA RIZZI

PORTARIA Nº 411 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Súmula: Resolve Conceder férias a servidora FABIANE ROBERTA DA ROCHA COSTA RIZZI, dando outras providências.

EDER DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, com base na Lei Complementar Municipal nº 03 de 31 de março de 2025; e Lei Complementar 01/2006 de 10 de abril de 2006.
R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares de 30(trinta) dias, a contar a partir da data de 05 de janeiro de 2026, a servidora FABIANE ROBERTA DA ROCHA COSTA RIZZI, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula funcional nº 91211.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, em 17 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Cleiton Alves
Código Identificador:10067283

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 412 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025
CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES AOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS

PORTARIA Nº 412 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Súmula: Resolve conceder Férias regulamentares aos servidores da Secretaria Municipal de Viação e Obras, dando outras providências.

EDER DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Goioxim, Estado do Paraná, com base na Lei Complementar Municipal nº 03 de 31 de março de 2025 e Lei Complementar 01/2006 de 10 de abril de 2006, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:
Art. 1º – Conceder férias regulamentares de 30(trinta) dias, aos servidores da Secretaria Municipal de Viação e Obras, a contar da data de 05 de janeiro de 2026, conforme segue:

Matrícula	Servidor	Cargo
73821	Neodi Antonio Secco	Motorista
83571	Reomar de Matos	Motorista
91851	Claudemar Baptistel	Motorista
137951	Gleucio Luiz das Chagas	Motorista
137959	João Marcos Pereira dos Santos	Motorista
2801	Manoel de Jesus Vieira Pedroso	Operador de Máquinas
67261	Nelson Kinseler Ferraz	Operador de Máquinas
137930	Adriano Vargas	Operador de Máquinas
74981	Alex Fernandes	Operador de Máquinas

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tassiele Maria Pedroso
Código Identificador:890CDC3C

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 413 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025
CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES AOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 413 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Súmula: Resolve conceder Férias regulamentares aos servidores da Secretaria Municipal de Planejamento, dando outras providências.

EDER DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Goioxim, Estado do Paraná, com base na Lei Complementar Municipal nº 03 de 31 de março de 2025 e Lei Complementar 01/2006 de 10 de abril de 2006, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:
Art. 1º – Conceder férias regulamentares de 20(vinte) dias, aos servidores da Secretaria Municipal de Planejamento, a contar da data de 05 de janeiro de 2026, conforme segue:

Matrícula	Servidor	Cargo
137870	Claudenice Scopel de Oliveira	Contadora
138045	Alessandra Miranda Mayer	Assessor de Divisão de Documentação de Convênios
67931	Ingridi Schadeck Pedroso	Téc. Agricola
137901	Anderson Bitencourt	Engenheiro Civil

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tassiele Maria Pedroso
Código Identificador:B25F1360

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 416 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025
CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES AOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES

PORTARIA Nº 416 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Súmula: Resolve conceder Férias regulamentares aos servidores da Secretaria Municipal de Cultura e Esportes, dando outras providências.

EDER DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Goioxim, Estado do Paraná, com base na Lei Complementar Municipal nº 03 de 31 de março de 2025 e Lei Complementar 01/2006 de 10 de abril de 2006, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:
Art. 1º – Conceder férias regulamentares de 30(trinta) dias, aos servidores da Secretaria Municipal de Cultura e Esportes, a contar da data de 05 de janeiro de 2026, conforme segue:

Matrícula	Servidor	Cargo
38591	Anderson Pereira	Auxiliar Administrativo
137914	Carina Aparecida da Cruz	Auxiliar de Serv Gerais

Art. 3º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tassiele Maria Pedroso
Código Identificador:DD356AE2

MUNICIPIO DE GOIOXIM
REVOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 075 2025

DECISÃO DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO
Processo Administrativo: Dispensa de Licitação nº 75/2025
Objeto: Aquisição de itens em marcenaria destinados à composição, manutenção e aprimoramento de estruturas e mobiliários utilizados nos espaços públicos do Município.
CONSIDERANDO que o Processo de Dispensa de Licitação nº 75/2025 teve sua abertura em **11 de dezembro de 2025**, visando à aquisição de itens em marcenaria para atendimento das demandas dos espaços públicos municipais;
CONSIDERANDO que, após análise técnica do processo, constatou-se a **ausência de especificações claras, precisas e suficientemente detalhadas** quanto aos itens a serem adquiridos, especialmente no que se refere a dimensões, padrões de qualidade, tipos de materiais e demais características técnicas essenciais;
CONSIDERANDO que a deficiência na definição do objeto pode **comprometer a adequada compreensão da demanda**, além de **prejudicar a competitividade**, a isonomia entre os potenciais fornecedores e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública;
CONSIDERANDO que a correta e precisa descrição do objeto constitui requisito essencial para a validade do procedimento de contratação, conforme os princípios da legalidade, da isonomia, da competitividade, do julgamento objetivo e da eficiência;
CONSIDERANDO o entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, nos termos da **Súmula 473**, segundo a qual *"a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial"*;
CONSIDERANDO que a revogação do presente procedimento se mostra medida necessária e adequada, por razões de **conveniência e**

oportunidade administrativa, a fim de permitir o saneamento das falhas identificadas e a posterior realização de novo procedimento com especificações corretas e bem definidas;

DECIDO:

REVOGAR o Processo de Dispensa de Licitação nº 75/2025, com fundamento na **Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal**, bem como nos princípios que regem a Administração Pública, para que sejam realizados os devidos ajustes na descrição e especificação do objeto, possibilitando a instauração de **novo procedimento de contratação**, com observância plena da legalidade, competitividade e interesse público.

Determino o encaminhamento dos autos ao setor competente para as providências cabíveis, inclusive para a elaboração de novo termo de referência ou documento equivalente, com a devida correção das especificações técnicas.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Goioxim, 17 de dezembro de 2025.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:825B5765

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº 010/2025

DECRETO LEGISLATIVO Nº 010/2025
Data: 17/12/2025

Ementa: Autoriza, no âmbito da Câmara Municipal de Guaíra, a aplicação dos efeitos da Lei nº 2.375/2024, que abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), anula dotação orçamentária de igual valor, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 5º da Lei Orçamentaria Anual nº 2.375 de 09/12/2024 e Lei nº 2.373 de 08/11/2024, bem como no artigo 43, inciso I da Lei Federal nº 4.320/64, e, considerando o memorando sob o nº 2025001303,

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Fiscal de 2025 - LOA (2375 de 10/12/2024), o crédito adicional suplementar no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), conforme abaixo discriminado:

Órgão: 1 – Câmara Municipal			
Unidade: 001 – Câmara Municipal			
Função: 01 – Legislativa			
Sub Função: 031 – Ação Legislativa			
Ação: 2001 – Manutenção e Revitalização da Câmara Municipal			
Funcional: 01.001.01.031.0001.2001			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
	319046000000000000 – Auxílio Alimentação	1001	60.000,00

Art. 2° Os recursos necessários à execução do contido no Art. 1° desta Portaria decorrerão da anulação orçamentária, a saber:

Órgão: 1 – Câmara Municipal			
Unidade: 001 – Câmara Municipal			
Função: 01 – Legislativa			
Sub Função: 031 – Ação Legislativa			
Ação: 2001 – Manutenção e Revitalização da Câmara Municipal			
Funcional: 01.001.01.031.0001.2001			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
	319094000000000000 – Indenizações e Restituições Trabalhistas	1001	60.000,00
	Total		**60.000,00**

Art. 3º O presente Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2025.

Edifício da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, 17 de dezembro de 2025.

TEREZA CAMILO DOS SANTOS
Presidente da Câmara
Gestão 2025/2026

Publicado por:
Andreia Rejane Zavadzki Brunhara
Código Identificador:65AC7E18

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 345/2025

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 470/2025, do Edital de Concorrência nº 006/2025, Processo Administrativo nº 122/2025

Contratante: **MUNICIPIO DE GUAIRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **SOTRAM CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA, CNPJ 67.156.943/0002-60**

Objeto do Contrato: Pavimentação de vias urbana em bloco de concreto sextavado, 7.774,42 m², incluindo serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, drenagem, ensaios tecnológicos e placa de obra. Trechos: • Av Francisco Araujo Azevedo (entre Rua Valdir Bello e Rua Ritson Jonas Crisóstomo + 85,31m) • Rua Valdir Bello (entre Av Therezinha Aparecida Silva Peixer e Av Francisco Araujo Azevedo) • Rua Raimundo Frazão do Lago (entre Av Therezinha Aparecida Silva Peixer e Rua Sebastião Elias Shisler) • Rua Alfredo Ricardo Frenz (entre Av Lindolfo Pedro Ames e Rua Lindolfo Pedro Ames + 177,83m) • Rua Therezinha Aparecida Silva Peixer (entre Av Lindolfo Pedro Ames e Rua Valdir Bello + 62,43m) • Rua Ritson Jonas Crisóstomo (entre Av Lindolfo Pedro Ames e Av Francisco Araujo Azevedo) • Rua Prof.ª Satiko Inagaki Tsukamoto (entre Av Francisco Araujo Azevedo e Av Edson Luis da Rosa) Área Pavimentada: 7.774,42 m². Colocação de placas de comunicação visual.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a **prorrogação do prazo de execução** do objeto contratado, conforme processo administrativo no 122/2025.

Da Prorrogação do Prazo: Pelo presente termo aditivo e com fundamento no art. 105 da Lei no 14.133/21, fica prorrogado o prazo de EXECUÇÃO contratual, pelo período de **120 (cento e vinte) dias**, passando a vencer em **09/04/2026**.

Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato inicial não contrárias a este Instrumento.

Guaíra, Paraná, 17 de dezembro de 2025.

GIELADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:E12475EC

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 346/2025

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 470/2025, do Edital de Concorrência nº 006/2025, Processo Administrativo nº 122/2025

Contratante: **MUNICIPIO DE GUAIRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **SOTRAM CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA, CNPJ 67.156.943/0002-60**

Objeto do Contrato: Pavimentação de vias urbana em bloco de concreto sextavado, 7.774,42 m², incluindo serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, drenagem, ensaios tecnológicos e placa de obra. Trechos: • Av Francisco Araujo Azevedo (entre Rua Valdir Bello e Rua Ritson Jonas Crisóstomo + 85,31m) • Rua Valdir Bello (entre Av Therezinha Aparecida Silva Peixer e Av Francisco Araujo Azevedo) • Rua Raimundo Frazão do Lago (entre Av Therezinha Aparecida Silva Peixer e Rua Sebastião Elias Shisler) • Rua Alfredo Ricardo Frenz (entre Av Lindolfo Pedro Ames e Rua Lindolfo Pedro Ames + 177,83m) • Rua Therezinha Aparecida Silva Peixer (entre Av Lindolfo Pedro Ames e Rua Valdir Bello + 62,43m) • Rua Ritson Jonas Crisóstomo (entre Av Lindolfo Pedro Ames e Av Francisco Araujo Azevedo) • Rua Prof.ª Satiko Inagaki Tsukamoto (entre Av Francisco Araujo Azevedo e Av Edson Luis da Rosa) Área Pavimentada: 7.774,42 m². Colocação de placas de comunicação visual.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é o **acréscimo de quantidade/valor** no objeto contratado, conforme Processo Administrativo no 122/2025.

Do Acréscimo: Fica alterado o contrato com o fim de acrescer quantitativo de itens planilhados e/ou não planilhados, conforme planilha que integra o processo administrativo, com fundamento no art. 125 da Lei no 14.133/21. Em consequência da alteração, será acrescido ao valor do contrato o montante de **R$ 557.514,26 (quinhentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e quatorze reais e vinte e seis centavos)**, passando o valor total do contrato para **R$ 3.048.309,26 (três milhões, quarenta e oito mil, trezentos e nove reais e vinte e seis centavos)**.

Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato inicial não contrárias a este Instrumento.

Guaíra, Paraná, 17 de dezembro de 2025.

GIELADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:AA00E12C

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N° 171/2025

Tipo: Menor Preço
Tipo de Julgamento: Por Item

Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual aquisição de mobiliário e equipamentos em geral, destinados à instalação das Unidades Básicas de Saúde (UBS) São Paulo e Vila Velha, bem como à reposição de equipamentos nas UBS já existentes, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos. **LICITAÇÃO COM ITENS PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/MEI.**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 12/01/2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 08h59min do dia 12/01/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 12/01/2026

O edital e seus anexos poderão ser obtidos através do site www.guaira.pr.gov.br no link Compras Públicas e/ou pelo site www.bllcompras.com. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br.

Publique-se.

Guaíra/PR, 17 de dezembro de 2025.

GRAZIELA BARBOSA DE AZEVEDO
Pregoeira

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:08C2B96A

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 929/2025

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 103/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 375/2025

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

CONTRATADA: **LIVE TALENTOS AGENCIAMENTO, PRODUCAO E PUBLICIDADE LTDA, CNPJ nº 19.019.335/0001-80**

Objeto do Contrato: Contratação de Show Nacional com **Zezé Di Camargo & Luciano** para a **47º Festa das Nações** no Município de Guaíra previsto para ser realizado no dia 03 de maio de 2026.

Fundamentação: Art. 74, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

Valor Total: R$ 680.000,00 (seiscentos e oitenta mil reais).

Recursos Orçamentários:

2203.13.02.2087.333903932300.505

Prazo de Vigência: O prazo de vigência do presente contrato será de **180 (cento e oitenta) dias**, tendo término em **15 de junho de 2026**, podendo ser prorrogado por igual período, conforme nos termos da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 17 de dezembro de 2025.

Foro: Guaíra – Paraná

Guaíra, Paraná, 17 de dezembro de 2025.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:B2EB4938

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 930/2025

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 105/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 377/2025

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

CONTRATADA: **E & H PRODUCOES ARTISTICAS LTDA, CNPJ nº 06.974.438/0001-57**

Objeto do Contrato: Contratação de Show Nacional com **Edson & Hudson** para a **47º Festa das Nações** no Município de Guaíra previsto para ser realizado no dia 30 de abril de 2026.

Fundamentação: Art. 74, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

Valor Total: R$ 450.000,000 (quatrocentos e cinquenta mil reais).

Recursos Orçamentários:

2203.13.02.2087.333903932300.505

Prazo de Vigência: O prazo de vigência do presente contrato será de **180 (cento e oitenta) dias**, tendo término em **15 de junho de 2026**, podendo ser prorrogado por igual período, conforme nos termos da Lei n° 14.133/2021.
Data de Assinatura: 17 de dezembro de 2025.

Foro: Guaíra – Paraná

Guaíra, Paraná, 17 de dezembro de 2025.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:2096FE5F

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 932/2025

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 106/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 378/2025

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

CONTRATADA: **BMW PRODUCOES ARTISTICAS LTDA, CNPJ nº 32.163.965/0001-91**

Objeto do Contrato: Contratação de Show Nacional com **Mayck & Lyan** para a **47º Festa das Nações** no Município de Guaíra previsto para ser realizado no dia 01 de maio de 2026.

Fundamentação: Art. 74, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

Valor Total: R$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais).

Recursos Orçamentários:

2203.13.02.2087.333903932300.505

Prazo de Vigência: O prazo de vigência do presente contrato será de **180 (cento e oitenta) dias**, tendo término em **15 de junho de 2026**, podendo ser prorrogado por igual período, conforme nos termos da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 17 de dezembro de 2025.

Foro: Guaíra – Paraná

Guaíra, Paraná, 17 de dezembro de 2025.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:34029BE0

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 933/2025

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 108/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 379/2025

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

CONTRATADA: **ALL-GUS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA, CNPJ nº 43.980.224/0001-10**

Objeto do Contrato: Contratação de Show Nacional com **Danilo & Davi** para a **47º Festa das Nações** no Município de Guaíra previsto para ser realizado no dia 02 de maio de 2026.

Fundamentação: Art. 74, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

Valor Total: R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais).

Recursos Orçamentários:

2203.13.02.2087.333903932300.505

Prazo de Vigência: O prazo de vigência do presente contrato será de **180 (cento e oitenta) dias**, tendo término em **15 de junho de 2026**, podendo ser prorrogado por igual período, conforme nos termos da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 17 de dezembro de 2025.

Foro: Guaíra – Paraná

Guaíra, Paraná, 17 de dezembro de 2025.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:320B94E9

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 934/2025

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 109/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 380/2025

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

CONTRATADA: **AMOP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ, CNPJ nº 75.907.576/0001-36**

Objeto do Contrato: Contratação de assessoria especializada para planejar, executar e acompanhar ações formativas destinadas aos coordenadores pedagógicos, visando o aprimoramento de suas competências técnicas, pedagógicas e de gestão.

Fundamentação: Art. 74, inciso III, alínea "a", "b" e "c" da Lei nº 14.133/2021.

Valor Total: R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).

Recursos Orçamentários:

621.08.01.2036. 3339039000000000000.103

Prazo de Vigência: O prazo de vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses**, tendo término em **17 de dezembro de 2026**, podendo ser prorrogado por igual período, conforme nos termos da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 17 de dezembro de 2025.

Foro: Guaíra – Paraná

Guaíra, Paraná, 17 de dezembro de 2025.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:584859F8

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 928/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 070/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 374/2025

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ Nº 77.857.183/0001-60**

CONTRATADA: **LONDRICIR COMERCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº 00.339.246/0001-92**

Objeto do Contrato: Aquisição emergencial de eletrodos para eletrocardiograma (ECG), destinados à Unidade de Pronto Atendimento – UPA do Município, tendo em vista a necessidade imediata de reposição deste insumo essencial.

Fundamentação: artigo 75, inciso VIII, da Lei 14.133/2021.

Valor Total: R$ 2.000,00 (dois mil reais).

Recursos Orçamentários:

1174.09.01.2055. 3339030170000000000.303
1193.09.01.2055. 3339030170000000000.505

Prazo de Vigência: O prazo de vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses**, tendo início na data de assinatura e término em **17 de dezembro de 2026**, podendo ser prorrogado nos termos da Lei n° 14.133/21.

Data de Assinatura: 17 de dezembro de 2025.

Foro: Guaíra – Paraná

Guaíra, Paraná, 17 de dezembro de 2025.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:FB527DCD

COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 686/2025

Ementa: Declara ANULADO o processo Licitatório na modalidade de Edital de Concorrência Pública nº 016/2025 – Município de Guaíra, Paraná.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:

Art. 1º - Declarar **ANULADO** o processo licitatório na modalidade de Edital de **Concorrência Pública nº 016/2025**, que tem como objeto o Sistema de Registro de Preços (SRP), visando a ***contratação de empresa para construção e manutenção de calçadas com fornecimento de mão de obra e material***, por razões de interesse público e conveniência administrativa, em estrita observância aos princípios da Administração Pública, conforme o parecer emitido pela Procuradoria Municipal no **memorando interno nº 2.665/2025**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra/PR, em 17 de dezembro de 2025.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:30B678FD

COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE SUPRESSÃO Nº 015/2025

Extrato do Primeiro Termo de Supressão ao Contrato nº 470/2025, do Edital de Concorrência nº 006/2025, Processo Administrativo nº 122/2025

Contratante: **MUNICIPIO DE GUAIRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **SOTRAM CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA, CNPJ 67.156.943/0002-60**

Objeto do Contrato: Pavimentação de vias urbana em bloco de concreto sextavado, 7.774,42 m², incluindo serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, drenagem, ensaios tecnológicos e placa de obra. Trechos: • Av Francisco Araujo Azevedo (entre Rua Valdir Bello e Rua Ritson Jonas Crisóstomo + 85,31m) • Rua Valdir Bello (entre Av Therezinha Aparecida Silva Peixer e Av Francisco Araujo Azevedo) • Rua Raimundo Frazão do Lago (entre Av Therezinha Aparecida Silva Peixer e Rua Sebastião Elias Shisler) • Rua Alfredo Ricardo Frenz (entre Av Lindolfo Pedro Ames e Rua Lindolfo Pedro Ames + 177,83m) • Rua Therezinha Aparecida Silva Peixer (entre Av Lindolfo Pedro Ames e Rua Valdir Bello + 62,43m) • Rua Ritson Jonas Crisóstomo (entre Av Lindolfo Pedro Ames e Av Francisco Araujo Azevedo) • Rua Prof.ª Satiko Inagaki Tsukamoto (entre Av Francisco Araujo Azevedo e Av Edson Luis da Rosa) Área Pavimentada: 7.774,42 m². Colocação de placas de comunicação visual.

Objetivo do Aditivo: Constitui objeto do presente termo a supressão de quantidade/valor no objeto contratado, conforme Processo Administrativo no 122/2025.

Da Supressão: Fica alterado o contrato em epígrafe para suprimir quantitativo de itens planilhados, conforme planilha que integra o Processo Administrativo nº 276/2024, com fundamento no art. 125 da Lei no 14.133/21.Em consequência da alteração, será suprimido o valor de **R$ 53.638,59 (cinquenta e três mil, seiscentos e trinta e oito reais e cinquenta e nove centavos)**, passando o valor total do contrato para **R$ 2.994.670,67 (dois milhões, novecentos e noventa e quatro mil, seiscentos e setenta reais e sessenta e sete centavos)**.

Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato inicial não contrárias a este Instrumento.

Guaíra, Paraná, 17 de dezembro de 2025.

GIELADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:89D65906

CONSAMU
EXTRATOS DE CONTRATOS DE RATEIO

Extratos dos contratos de rateio, firmados entre o Consórcio De Saúde dos Municípios Do Oeste do PR – CONSAMU – CNPJ 17.420.047/0001-07 e os Municípios abaixo relacionados, os quais têm por objeto o repasse de verbas para prestação de serviços públicos na área da saúde sob regime de Gestão Associada.

MUNICÍPIO	CONTRATO Nº	CNPJ	REPRESENTANTE	VALOR R$	VIGÊNCIA
QUATRO PONTES	142/2025	95.719.381/0001-70	CESAR ALEXANDRE SEIDEL	4.733,90	19/11/2025 a 31/12/2025
MARECHAL C. RONDON	4/128/2025	76.205.814/001-24	ADRIANO BACKES	0,00	04/11/2025 a 31/12/2025
MARECHAL C. RONDON	2/132/2025	76.205.814/001-24	ADRIANO BACKES	0,00	04/11/2025 a 31/12/2025

Os contratos estão disponíveis na íntegra no site do CONSAMU:
https://www.consamu.com.br/arquivos/20251217_092622_7.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20251217_095323_11.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20251217_095225_61.pdf

Cascavel, 17 dezembro de 2025.

PATRÍCIA XAVIER SANTOS
Contadora/ Encarregada do Setor Financeiro e Contábil

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:B08B7E3F

PROJUR
4.EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI LAVRADA A AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO COMETIDA COM O VEÍCULO DE SUA PROPRIEDADE, PODENDO V. S.ª INDICAR O CONDUTOR INFRATOR, BEM COMO OFERECER DEFESA DA AUTUAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à GUATRAN até 30/01/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
HSX7I05	275710S000003273	07/12/2025	60503

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 12/12/2025 16:58 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:4D5D1D8D

PROJUR
PORTARIA Nº 687/2025 DATA: 17.12.2025 EMENTA: PRORROGA-SE O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DO SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA - SINVE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições Legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Guaíra, considerando as disposições da Lei Municipal nº 1.246/2003 e a Lei Municipal nº 2.279/2023 nos seus dispositivos atinentes à espécie, e, ainda, considerando o memorando online sob o nº 3.497/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão do Sindicância Investigativa - SINVE, instaurada por meio da Portaria nº 562/2025 de 02.10.2025 por mais 60 (sessenta) dias.

Art. 2° O pagamento da gratificação pelo exercício do encargo especial é de somente de 30 (trinta) dias, mesmo que haja a prorrogação do Procedimento, conforme disposto no art. 12 da Lei Municipal nº 2.279/2023.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 02/12/2025.

CIENTIFIQUEM-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:127A5396

PROJUR
PORTARIA Nº 689/2025 DATA: 17.12.2025 EMENTA: CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, considerando os memorandos online sob os n°s 1.991/2018, 2.606/2021, 3.084/2024, 471/2025, 1.925/2025, 2.556/2025, 4.392/2025 e 4393/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Concede Férias aos Servidores Públicos Municipais, mencionados a seguir:

Nome	Matrícula	Período Aquisitivo	Início/Final
Aline dos Santos Vitoretti	30661-01	2023/2024	15/01/2026 a 13/02/2026
Eduarda Van de Sand Zimmer	30490-03	2025/2026	26/01/2026 a 04/02/2026
Fabiana Jaco da Silva Salvaterra	29514-07	2025/2026	12/01/2026 a 30/01/2026
Fernando Oyama	29381-01	2023/2024	06/01/2026 a 20/01/2026
Gustavo Henrique dos Reis Sabior	29546-01	2023/2024	05/01/2026 a 16/01/2026
Jean Lucas Mendieta Nato Furlan	29443-01	2022/2023	18/12/2025 a 06/01/2026
Leticia Vazzoler Nandi	30478-01	2024/2025	26/01/2026 a 06/02/2026
Liviston Ruberti Silva	14850-03	2023/2024	05/01/2026 a 03/02/2026

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:73649C0B

PROJUR
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO DECRETO Nº 647/2025 DATA: 16.12.2025 EMENTA: PERDE DIREITO À VAGA PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO AO CARGO DE GUARDA MUNICIPAL MASCULINO, OS CANDIDATOS POR DESISTÊNCIA DE SUA CONVOCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica de Guaíra, e com fundamento nos dispositivos das Leis Municipais nºs 1.246 e 1.247, de 03.12.2003 e, 1.965/2015, e,

Considerando que os candidatos a seguir mencionados, protocolaram desistência de convocação no prazo estipulado, sob os requerimentos nºs 43898/2025 e 44514/2025;
Considerando o memorando online sob o nº 151/2021,

DECRETA:

Art. 1º Perde o direito à vaga e ao provimento do cargo efetivo do Curso de Formação/Capacitação da Guarda Municipal, por desistência de suas convocações, os candidatos a seguir mencionados:

Para o Cargo de Guarda Municipal Masculino

Inscrição	Candidato	Classificação
011.301.523-36	Michel Felipe Silva Coelho	18º
011.301.520-68	Gean Lourenço da Silva	24º

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 16 de dezembro de 2025.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:DE31C4ED

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO N.º 196/2025

DECRETO N.º 196/2025

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 83.000,00 (oitenta e três mil reais), autorizado pela Lei nº 1798 de 19 de Setembro de 2024 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL DE GUARACI, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Fundo Previdenciário Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 83.000,00 (oitenta e três mil reais), conforme abaixo:
90 – FUNDO PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL
001 – Fundo Previdenciário Municipal
09 – Previdência Social
0272 – Previdência do Regime Estatuário
0059 – Manutenção do Fundo Previdenciário Municipal
2.087 – Manutenção do Fundo Previdenciário Municipal
3.1.90.01 – Aposentadorias do RPPS - Cód. 002..... R$ 83.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO..... R$ 83.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior será utilizado recursos provenientes do cancelamento parcial da seguinte dotação orçamentária:
90 – FUNDO PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL
001 – Fundo Previdenciário Municipal
09 – Previdência Social
0272 – Previdência do Regime Estatuário
0059 – Manutenção do Fundo Previdenciário Municipal
2.087 – Manutenção do Fundo Previdenciário Municipal
3.3.90.86 – Compensações a Regimes de Previdência - Cód. 005..... R$ 83.000,00

TOTAL DO CANCELAMENTO..... R$ 83.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL DE GUARACI, AOS 17 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2025.

MAICON SOARES CARLOS
Presidente

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:9920C167

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO N.º 197/2025

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), autorizado pela Lei nº 1798 de 19 de Setembro de 2024 dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas:
DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme abaixo:
15 – SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS
001 – Departamento de Obras
04 – Administração
0122 – Administração Geral
0007 – Manutenção e Conservação de Próprios Municipais
2.019 – Manutenção do Departamento de Obras
3.3.90.39 – Outros Serviços Terceiros - PJ - Cód. 196..... R$ 20.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO..... R$ 20.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior será utilizado recursos provenientes do cancelamento parcial das seguintes dotações orçamentárias e do excesso de arrecadação como segue:

1.7.1.1.51.2.1.00 – Cota-extra FPM..... R$ 20.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO..... R$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI, AOS 17 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2025

MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:3D37BDC4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 278/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei
R E S O L V E :

Conceder 01 (uma) diária para cada, no valor de R$ 35,00 cada uma, a favor das servidoras Flávia Mabile Moreira Barboza Farias, Ligia Maria de Pauli e Maria de Lourde Fecchio, para comparecer a oficina de vacinação, com saída às 07:00h e retorno às 18:00h, no dia 17 de dezembro de 2025, na cidade de Rolândia - PR.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 35,00, a favor do servidor municipal Antônio Correa da Silva Filho, para levar usuário(s) da assistência social J.P.S. em atendimento multissetorial (Avaliação Social – INSS), com saída às 06:00h e retorno às 11:05h, no dia 11 de dezembro de 2025, na cidade de Londrina - PR.
Conceder 08 (oito) diárias, sendo sete no valor de R$ 35,00 e uma no valor de R$ 140,00, a favor do servidor Anderson Castilho Zago, para levar usuários da assistência social em atendimento multissetorial, nos dias 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19 e 29 de dezembro de 2025, nas cidades de Assaí, Colorado, Londrina, Mandaguaçú – PR e Presidente Prudente - SP.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 35,00, a favor do servidor Eduardo Renan Guimarães, para levar alunos do departamento de cultura em apresentação de ballet, com saída às 17:30h e retorno às 22:30h, no dia 10 de dezembro de 2025, na cidade de Lupionópolis - PR.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 35,00, a favor do servidor Angelin Servelin, para buscar professores de ballet para apresentação, com saída às 15:30h e retorno às 00:30h, no dia 15 de dezembro de 2025, na cidade de Sarandi - PR.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 35,00, a favor do servidor Angelin Servelin, para levar munícipe em consulta médica, com saída às 06:30h e retorno às 11:00h, no dia 16 de dezembro de 2025, na cidade de Colorado - PR.
Conceder 01 (uma) diária para cada, no valor de R$ 140,00, a favor dos servidores Ednilson da Silva e Eric Leandro Rosa, para acompanhar atletas em participação na 7ª Copa Centro Norte Paranaense de Futebol de Base, com saída às 07:10h e retorno às

13:30h, no dia 13 de dezembro de 2025, na cidade de Alvorada do Sul - PR.
Conceder 07 (sete) diárias, sendo duas no valor de R$ 105,00 e cinco no valor de R$ 35,00, a favor do servidor Eric Leandro Rosa, para realizar viagens pelo departamento de administração (idosos em confraternização; buscar enfeites de natal; munícipes em partida de vôlei; munícipe em tratamento; buscar músicos para apresentação cultural; peças para manutenção mecânica; alunos em passeio escolar; e professores da APAE em reunião), nos dias 03, 07, 08, 18, 21, 27 e 28 de novembro de 2025, nas cidades de Cambé, Jandaia do Sul e Londrina - PR.

Revogam-se as disposições em contrário.
Município de Guaraci, Estado do Paraná
Aos 17 dias do mês de dezembro de 2025

MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:1DBD2C0C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 212/2025

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 212/2025

Origem: Dispensa de licitação 108/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba
Contratado: VALE SOLUÇÕES EM GESTÃO
CNP0J: 11.175.340/0001-70.
Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de apoio técnico-administrativos presenciais para elevar os níveis de transparência em plataformas digitais e comunicação institucional, visando o pleno atendimento da Lei de Acesso à Informação (12.527/2011) e da Lei da Transparência (131/2009). A necessidade abrange o acompanhamento de checklists do MP e TCE, a reformulação do Portal Oficial, a implementação de uma plataforma para Publicação de Atos Oficiais, a organização de e-mails institucionais e a hospedagem segura do site e e-mails em servidores nacionais.

Valor global: R$ 40.800,00 (quarenta mil e oitocentos reais)
Vigência: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

Dotação orçamentária: As despesas para a cobertura do valor oriundo deste Contrato Administrativo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

(**26**) 3.3.90.39.00.00 Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica

Guaraqueçaba, 19 de novembro de 2025.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal de Guaraqueçaba/PR

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:08AED597

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA – ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº Nº 229/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 117/2025

MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA – ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº nº 241/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 117/2025

O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 76.022.508/0001-52, com sede à Rua Major Domingos do Nascimento n.º 46 – Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000, por intermédio de seu Departamento de Compras e Licitações, torna público, para os fins do art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que pretende realizar a contratação direta, por Dispensa de Licitação, do objeto a seguir especificado:

1. ADJUDICOo objeto da presente dispensa de licitação à empresa **REVIMEDIC EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA,**inscrito no CNPJ 27.074.498/0001-93

2. HOMOLOGO, com fulcro no art. 75, Inciso II, C/C art. 95 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), a presente contratação direta por dispensa

3. OBJETO: Aquisição de peças , para manutenção de Geladeira da UBS, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde

4. CONTRATADA: REVIMEDIC EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA,inscrito no CNPJ 27.074.498/0001-93, com sede na AV EUCLIDES DA CUNHA, nº 779 - CEP 89.874-000, MARAVILHA (SC).

5. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO FORNECEDOR: A escolha fundamenta-se na ampla pesquisa de mercado, detalhada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), onde a proposta da referida empresa foi a que atendeu a todos os requisitos técnicos do Termo de Referência (TR), apresentando o menor preço R$ 19.052,00 (dezenove mil e cinquenta e dois reais). O valor foi considerado compatível, vantajoso para a Administração e está abaixo do limite legal estabelecido para a dispensa.

6. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente contratação direta fundamenta-se no art. 75, inciso II, C/C art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7. VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 19.052,00 (dezenove mil e cinquenta e dois reais

8. PRAZO DE VIHENCIA E EXECUÇÃO: O prazo de vigência e execução do contrato será de 01 (um) mês, a contar da data de sua assinatura.

Guaraqueçaba/PR, 17 de dezembro de 2025.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:5AE63908

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA: "EXONERA, O SENHOR EZEQUIAS FRANÇA, DO CARGO DE PROFESSOR VINCULADO AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS) JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, POR MOTIVO DE FINALIZAÇÃO DO CONTRATO 02/2023".

O Prefeito Municipal de Guaraqueçaba – Estado do Paraná, ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI, com fulcro no art. 77, X da Lei Orgânica, **RESOLVE,**

Art. 1º - EXONERAR, o Senhor **EZEQUIAS FRANÇA,** conforme números de matrículas **5959 e 5987**, do cargo de Professor vinculado ao Processo Seletivo Simplificado (PSS), da Secretaria Municipal de Educação, por motivo de finalização do contrato 02/2023.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir do dia 24 de dezembro de 2025.

Publique-se.

Paço Municipal de Guaraqueçaba, em 17 de dezembro de 2025.
Informe ao Depto. De Recursos Humanos. Anote-se em sua ficha funcional.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arivaldo Carneiro Soares
Código Identificador:07971FFA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 323, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

SÚMULA: Dispõe sobre a Cessão de Servidor Público Municipal pertencente ao quadro efetivo de servidores, do Município de Honório Serpa, Estado do Paraná.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA**, Estado do Paraná, **JOÃO CARLOS GARBIN**, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDO, a Lei nº 731, de 30 de maio de 2017, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Honório Serpa, Estado do Paraná, especialmente o disposto em seu art. 214, inciso II, o qual prevê que o servidor efetivo poderá ser cedido para exercer atividades em outro órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, do mesmo Poder ou dos demais Poderes da Federação, quando para o exercício de funções inerentes ao seu cargo efetivo.

CONSIDERANDO, O Protocolo nº 24.101.059-7, da SCTES/DVADR/Direção da 5ª Regional de Saúde, no qual se solicita e justifica a cedência da servidora.

CONSIDERANDO, Considerando o Ofício nº 218/2025, emitido pelo Departamento Municipal de Saúde, por meio do qual o diretor José Carlos Peron autoriza a cessão da servidora.

DECRETA:

Art. 1º Ceder o Servidora Pública Municipal Sra. **DAVINA SIMONE SANTOS NOLL**, matricula n° 1700001, ocupante do cargo de ENFERMEIRO PADRÃO, do município de Honório Serpa-PR, para exercer suas funções na 05° Regional de Saúde, localizada em Guarapuava, vinculada á Secretaria de Estado da Saúde, de 01 de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2026, com ônus ao órgão cedente.

Art. 2º A entidade cessionária deverá efetuar o ressarcimento mensal ao Município de Honório Serpa das despesas decorrentes da remuneração, encargos sociais e demais benefícios legais da servidora cedida, mediante apresentação das respectivas folhas de pagamento, observados os prazos e procedimentos definidos pela Administração Municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa/PR, em 17 dezembro de 2025.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Luiza Pedrozo Quirino
Código Identificador:B14A413C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE N° 09-I, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2025.

SÚMULA: Dispõe sobre resultado dos recursos quanto às inscrições provisórias.ao Edital de Abertura nº 09-A/2025, referente ao Processo Seletivo Simplificado nº 004/2025, para contratação temporária de servidores, a fim de atender à necessidade de excepcional interesse público, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, no dia 19/11/2025. Edição 3410.

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2025, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e **CONSIDERANDO** o conteúdo do **Edital nº 09-A/2025,** que dispõe sobre o **Processo Seletivo Simplificado nº 004/2025**, para contratação temporária de servidores, a fim de atender à necessidade de excepcional interesse público, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, no dia 19/11/2025, Edição 3410, **TORNA PÚBLICO** o que segue:

RESULTADO DOS RECURSOS QUANTO A CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA

Candidato	Resultado	Motivo
Adriana de Fátima Maciel de Vargas	Deferido	
Eloisa Biozolo	Indeferido	EDITAL DE RETIFICAÇÃO N° 09-C, DE 26 DE NOVEMBRO - Art. 2º Fica RETIFICADO o ITEM 9.6, Alínea D,
Francieli de Oliveira	Indeferido	Certificado de curso de pós-graduação em nível de especialização, com carga horária mínima de 360h/a CONCLUIDO
Gisele Cristina da Silva	Deferido	
Gisele Mello de Lima	Deferido	
Veronica Pinto de Oliveira da Silva	Indeferido	Tempo de Serviço (Período de 01/11/2024 a 01/11/2025) na área da Educação. Comprovada com declaração de Tempo de Serviço ou CTPS, com atuação em escola municipal. APENAS 1 SEMESTRE

Honório Serpa, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

MICHELE COSTA NEGRI
Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado
Portaria nº 67/2025 – PSS 004/2025
Município de Honório Serpa – PR

Publicado por:
Ana Luiza Pedrozo Quirino
Código Identificador:A32F5598

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 09, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 09, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE.

SÚMULA: Estabelece procedimentos, critérios técnicos e regras operacionais para a implementação do Programa Municipal de Distribuição de Nitrogênio Líquido, nos termos da Lei Municipal nº 1.057, de 26 de agosto de 2025, no âmbito do Município de Honório Serpa, Estado do Paraná.

O **DIRETOR DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE,** do Município de Honório Serpa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.057, de 26 de agosto de 2025, que dispõe sobre o Programa Municipal de Distribuição de Nitrogênio Líquido, no Município de Honório Serpa, Estado do Paraná, e dá outras providências.

REGULAMENTA:

Art. 1º Esta Instrução Normativa tem por finalidade estabelecer procedimentos, critérios técnicos e regras operacionais para a implementação do Programa Municipal de Distribuição de Nitrogênio Líquido, nos termos da Lei Municipal nº 1.057, de 26 de agosto de 2025.

Art. 2º O fornecimento de nitrogênio líquido será realizado com base nos seguintes critérios quantitativos:

I – Até 20 (vinte) litros por botijão, a cada 30 (30) dias, para cada produtor ou associação devidamente cadastrada; e
II – Limite máximo de 1 (um) abastecimento por botijão por mês, ressalvado aumento excepcional mediante justificativa técnica e análise do Departamento.

Art. 3º O calendário de distribuição será divulgado trimestralmente, com agendamento obrigatório por meio de sistema online ou presencial, conforme disponibilidade de estoque e logística de abastecimento.

Art. 4º Os botijões fornecidos ou utilizados no programa são de responsabilidade dos beneficiários, cabendo a eles:
I – Manter o equipamento em boas condições de uso;
II – Comunicar imediatamente ao Departamento qualquer dano, perda ou furto;
III – Submeter-se à vistoria periódica definida pelo Departamento Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, para verificação do estado de conservação; e
IV – Assinar Termo de Responsabilidade no ato do recebimento ou uso do botijão, sujeitando-se à reposição ou multa em caso de perda por negligência.

Art. 5º O Departamento Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente deverá:
I – Criar um sistema organizacional de acompanhamento técnico dos beneficiários, com visitas periódicas (mínimo semestral), onde evidencie:
a) O número de beneficiários;
b) A eficiência do Programa;
c) Dados sobre o uso do nitrogênio, número de inseminações realizadas e melhoria genética observada; e
d) O impacto contendo indicadores de produtividade.
II – Elaborar relatório no mínimo contendo as informações acima; e
III – Divulgar o relatório ao público no mínimo até o último dia do mês de abril de cada ano, evidenciando no Portal da Transparência.

Art. 6º Os recursos financeiros para a aquisição do nitrogênio líquido serão incluídos na proposta orçamentária anual (LOA), com previsão específica e na demanda verificada no ano anterior.

Art. 7º Fica instituído o Comitê Gestor do Programa Municipal de Distribuição de Nitrogênio Líquido, vinculado ao Departamento Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, composto por:
I – 1 (um) representante do Departamento de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente (coordenador);
II – 1 (um) representante do Departamento Municipal de Fazenda;
III – 1 (um) representante da classe produtora (indicado por entidade representativa); e
IV – 1 (um) Técnico em Agropecuária ou Médico Veterinário.

§ 1º O Comitê se reunirá a cada trimestre.

§ 2º Compete ao Comitê avaliar pedidos excepcionais, resolver impasses e propor ajustes ao programa.

Art. 8º O Departamento Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente deverá expedir ato administrativo específico, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Instrução Normativa, designando um servidor de seu quadro funcional como Gestor do Programa Municipal de Distribuição de Nitrogênio Líquido.

§ 1º O gestor será responsável por:
I – Coordenar o cadastro, atualização e análise dos pedidos de participação no programa;
II – Supervisionar a distribuição do nitrogênio líquido e o uso dos botijões;
III – Zelar pelo cumprimento das normas estabelecidas na Lei nº 1.057/2025 e nesta Instrução Normativa;
IV – Elaborar os relatórios técnicos e de desempenho do programa citados ao corpo desta Instrução; e
V – Representar o programa em atos administrativos, convênios ou articulações com entidades parceiras.

§ 2º O gestor deverá possuir formação técnica ou superior na área agropecuária, ambiental ou correlata, ou experiência comprovada de, no mínimo, dois anos em gestão pública ou atividade rural.

§ 3º Em caso de vacância, impedimento temporário ou substituição, nova designação deverá ser feita mediante novo ato, assegurando a continuidade das atividades do programa.

Art. 9º O gestor do Programa Municipal de Distribuição de Nitrogênio Líquido deverá manter, atualizar e arquivar planilhas de controle de entrega de nitrogênio líquido e de controle de uso dos botijões (Anexo I e Anexo II), de forma organizada, segura e passível de auditoria, por meio de registros físicos e/ou sistema digital.

§ 1º As planilhas de entrega de nitrogênio líquido deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:
I – Nome completo do beneficiário;
II – CPF;
III – Número do Cadastro de Produtor Rural (CAD-PRO);
IV – Endereço completo;
V – Telefone de contato;
VI – Tipo de beneficiário (produtor individual ou representante de associação);
VII – Quantidade de nitrogênio líquido fornecido (em litros);
VIII – Data e horário da entrega;
IX – Número de identificação do botijão (quando aplicável);
X – Assinatura do beneficiário recebedor; e
XI – Nome e assinatura do servidor responsável pela entrega.

§ 2º As planilhas de controle de botijões cedidos ou utilizados deverão conter, no mínimo:
I – Número de identificação único do botijão;
II – Nome do titular ou associação responsável;
III – CPF ou CNPJ;
IV – Data de entrega e previsão de devolução (se aplicável);
V – Estado de conservação no ato da entrega;
VI – Termo de responsabilidade assinado pelo beneficiário; e
VII – Registro de manutenções, vistorias ou ocorrências (perda, dano, furto, etc.).

§ 3º Os registros deverão ser atualizados imediatamente após cada operação de entrega, coleta ou vistoria.

§ 4º As planilhas e documentos correlatos deverão ser arquivados por, no mínimo, 5 (cinco) anos, em conformidade com a legislação municipal de arquivologia, e estar disponíveis para fiscalização por órgãos de controle interno e externo.

§ 5º Recomenda-se a utilização de planilhas digitais com acesso controlado, podendo ser integradas a sistemas de gestão municipal, garantindo segurança, cópia de backup e facilidade de geração de relatórios.

Art. 10 Caso o pedido de participação no programa seja indeferido, o interessado poderá interpor recurso administrativo ao Departamento Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente no prazo de 15 (quinze) dias, com direito a resposta em até 30 (trinta) dias.

Art. 11 São causas de suspensão temporária ou exclusão do programa:
I – Falsificação de documentos;
II – Uso indevido do nitrogênio líquido ou do botijão (desvio para fins comerciais ou não agropecuários, entre outros);
III – Ausência de comprovação de atividade; e
IV – Descumprimento reiterado dos prazos ou normas de abastecimento.

Parágrafo único. O interessado poderá apresentar defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Art. 12 Caberá ao Departamento Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, através dos estabelecimentos de ensino divulgar, orientar e cumprir as orientações contidas nesta Instrução.

Art. 13 Esta Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Honório Serpa/PR, em 17 de dezembro de 2025.

JOELCIO FALEIRO DE AZEREDO
Diretor do Departamento Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente.

Publicado por:
Rafaela Pilar
Código Identificador:EC7D7BC0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA 27/2025

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27/2025

Com base nas justificativas e anexos, **AUTORIZO e RATIFICO** o Processo Licitatório nº 99/2025, modalidade Dispensa de Licitação nº 27/2025 da Prefeitura Municipal de Honório Serpa com o seguinte objeto: **Dispensa para Contratação direta por valor de acordo com o inciso II do Artigo 75 da Lei 14.133/21, de empresa para fornecimento de uma geladeira, tendo em vista a necessidade de atendimento à demanda da emenda municipal n° 15/2025.** E **ADJUDICO** o objeto em favor da empresa**:** Dados dos contratados: **C.J. CENTOFANTE & CIA LTDA inscrita no CNPJ: 07.559.294/0001-35** situada a RUA CEL. PEDRO PACHECO, 456, CENTRO DE CORONEL VIVIDA - PR. Valor da contratação: **R$ 2.479,90 (dois mil quatrocentos e setenta e nove reais, noventa centavos).**
Gabinete do Prefeito Municipal, 17 de Dezembro de 2025.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Indianara Patrícia Brizola
Código Identificador:A5A28AEC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CAMARA MUNICIPAL DE IGUARAÇU
PORTARIA Nº020/2025

PODER LEGISLATIVO DE IGUARAÇU – ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº020/2025

SÚMULA: Dispõe sobre o recesso de final de ano no âmbito da Câmara Municipal de Iguaraçu e dá outras providências.

Sidnei Roberto Fedrigo, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IGUARAÇU, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei, em especial, as contidas no art. 27 e ss do Regimento Interno **desta Colenda Casa de Leis e,**

CONSIDERANDO o Decreto nº 381/2025 publicado pelo Poder Executivo Municipal em data de 10/12/2025 que declara recesso nos órgãos da administração pública Municipal, no período de 22 de dezembro de 2025 a 04 de janeiro de 2026 e,

CONSIDERANDO que as repartições públicas não darão expediente nestes dias;

CONSIDERANDO a necessidade de organização Administrativa no funcionamento do Poder Legislativo Municipal durante o período de recesso de final de ano;

R E S O L V E

Fica estabelecido o recesso administrativo no âmbito da Câmara Municipal de Iguaraçu, no período de 22 de dezembro de 2025 a 04 de janeiro de 2026, sendo o dia 19 de dezembro de 2025 (Sexta-feira) o último dia de expediente e o dia 05 de janeiro de 2026 (segunda-feira) o retorno às atividades.
Parágrafo Único: Os prazos administrativos que porventura vencerem neste período ficam automaticamente prorrogados para o primeiro dia útil subsequente.

No período constante no art. 1º, a Câmara realizará trabalhos internos, **ante sua necessidade**, sem atendimento ao público.

Conforme o teor do artigo 122, § 2º do Regimento Interno, a Câmara poderá ser convocada extraordinariamente em caso de urgência ou interesse público relevante.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua edição, devendo ser publicada imediatamente no Órgão Oficial de Imprensa do Município.

Câmara Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná,
17 de dezembro de 2025.

SIDNEI ROBERTO FEDRIGO
Presidente da Câmara Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Decio Vicente Galdino Cardin
Código Identificador:92BFF6A9

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO 390/2025

DECRETO 390/2025

Claudio Aparecido Bernin, Prefeito Municipal de Iguaraçu, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e com base na Lei Municipal N° 42/2024 de 19 de dezembro de 2024 considerando a necessidade de adequar a Proposta Orçamentária do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iguaraçu- SAAE às necessidades do cumprimento das metas para restante do exercício.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto na Contabilidade do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iguaraçu, um credito adicional suplementar, no valor R$ 7.442,97 (sete mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e noventa e sete centavos), destinados para a seguinte dotação:

2000	**SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE IGUARAÇU**	
20.001	**SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE IGUARAÇU**	
20.001.17.512.0020.2.074	**Manutenção dos Serviços Administrativos**	
3.3.72.39.00.00 Fonte 0001	Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica	7.442,97
Total		**7.442,97**

Art. 2º Os recursos necessários para abertura de Credito Adicional Suplementar descrito no Art. 1º deste Decreto serão provenientes do excesso de arrecadação ocorrido no período de novembro na fonte 00001.

Art. 3º Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Iguaraçu, 17 de dezembro de 2025

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:E4DB2008

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
TERMO DE RATIFICAÇÃO COMPRA DIRETA Nº 107/2025

Ratifico a COMPRA DIRETA e autorizo a despesa e emissão de empenho para a Aquisição de lentes e armações de óculos de grau, destinados a atender a Secretaria Municipal de Saúde, em favor da empresa Inouye E Passos e Cia LTDA sob CNPJ N° 37.351.133/0001-12, Situada na Avenida Brasil, nº 297 – Centro – Iguaraçu/PR, no valor de R$ 5.545,00 (cinco mil quinhentos e quarenta e cinco reais) com fundamentos no Artigo 95, parágrafo 2º, da Lei n º 14.133/21. Em anexo as documentações legais da empresa proponente do menor valor, para comprovação.

IGUARAÇU/PR, 17/12/2025.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:0D03E240

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL -CONDER
EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2025

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato de Fornecimento nº 010/2025
Dispensa de Licitação nº 009/2025
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DEDESENVOLVIMENTO REGIONAL (CONDER), instituída no CNPJ/MF sob nº 07.051.788/0001-04.
CONTRATADO: RAFAELA OLENIKI RIBEIRO
CNPJ Nº: 53.844.672/0001-40
Objeto: Aquisição de marmitex (refeições prontas), devidamente acondicionadas em embalagens térmicas apropriadas, destinadas à alimentação dos servidores, motoristas e operadores de máquinas vinculados à Patrulha Rural, durante a execução de atividades operacionais, atendendo às demandas do CONDER e dos municípios consorciados;
VALOR: R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais)
PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 (noventa) dias
PRAZO DE VIGENCIA CONTRATUAL: 120 (cento e vinte) dias
Data de assinatura: 17/12/2025
Dispositivos legais: Lei Federal nº 14.133/2021

Publicado por:
Juarez Miguel da Silva
Código Identificador:7AFB6421

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL -CONDER
TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA Nº 009/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 010/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 009/2025

TERMO DE RATIFICAÇÃO

OBJETO: Aquisição de marmitex (refeições prontas), devidamente acondicionadas em embalagens térmicas apropriadas, destinadas à alimentação dos servidores, motoristas e operadores de máquinas vinculados à Patrulha Rural, durante a execução de atividades operacionais, atendendo às demandas do CONDER e dos municípios consorciados;
Com fulcro nas informações constantes do processo administrativo em epígrafe, ante as justificativas, que se embasaram no procedimento interno, o presidente do CONDER/PR resolve declarar dispensável a licitação, em virtude dos requisitos que constam no art. 75, inciso II da lei federal 14.133/21 e da Resolução nº 010/2024;

Ratifica-se a referida dispensa de licitação bem como encaminho o presente processo para a superintendência de licitações para as devidas providências quanto à aquisição do objeto em epígrafe.

FORNECEDOR	CNPJ nº	VALOR TOTAL CONTRATADO (R$)
RAFAELA OLENIKI RIBEIRO	53.844.672/0001-40	R$ 34.000,00

Dê-se à publicidade legal.

Irati, 17 de dezembro de 2025

LEANDRO JASINSKI
Presidente do Consórcio Intermunicipal para Desenvolvimento Regional – CONDER/PR

Publicado por:
Juarez Miguel da Silva
Código Identificador:2DC83E50

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 015/2025

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 015/2025

Processo Administrativo nº052/2025

OBJETO: Aquisição dos serviços de distribuição de Energia Elétrica pela empresa Copel Distribuidora S/A para os prédios públicos do CIS/AMCESPAR.

FAVORECIDO: Copel Distribuidora S/A
CNPJ: 04.368.898/0001-06

VALOR ESTIMADO PAR AO PERÍODO: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

PRAZO: 12(doze) meses.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
01.100
10.122.0001.2.001.3.3.90.39.0000 385
10.302.0001.2.007.3.3.90.39.0000 496
10 302.0001.2.008.3.3.90.39.0000 357
10.302.0001.2.007.3.3.90.39.0000 385
10 302.0001.2.008.3.3.90.39.0000 385

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso l da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.
Declaração de inexigibilidade emitida pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação e ratificada pela Sr. Bertoldo Rover, Presidente do CIS/AMCESPAR, de acordo com o parecer jurídico.
A Comissão
Irati, 17 de dezembro de 2025..

MÁRCIA JOSIANE PARTEKA
Agente de Contração do CIS/AMCESPAR

AVISO DE CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 015/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 052/2025

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – AMCESPAR
CNPJ: 00.358.098/0001-53
CONTRATADO: **Copel Distribuidora S/A**
CNPJ: 04.368.898/0001-06
OBJETO: Aquisição dos serviços de distribuição de Energia Elétrica pela empresa Copel Distribuidora S/A para os prédios públicos do CIS/AMCESPAR.

VALOR ESTIMADO PAR AO PERÍODO: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
PERÍODO CONTRATUAL: de 17/12/2025 à 17/12/2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 74 Inciso I, da Lei 14.133/2021.

Irati, em 17 de dezembro de 2025.

BERTOLDO ROVER
Presidente do CIS/AMCESPAR

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:648382CA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2025

HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2025

Eu, PRESIDENTE do CIS/AMCESPAR, no uso de minhas atribuições legais e analisando o contido no Processo Administrativo nº 49/2025 - DISPENSA nº 014/2023 e considerando o parecer jurídico favorável decido homologar os termos da ata de julgamento onde foi declarada vencedora para: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços em Saúde do Trabalho para realizar Exames Médicos Ocupacionais, de acordo com o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), estabelecido pela Norma Regulamentadora nº 7 (NR 7), para o Consórcio Intermunicipal de Saúde da região AMCESPAR, a empresa: PREVINE GESTAO EM SAUDE E SEGURANCA DO TRABALHO, inscrita no CNPJ sob o n. 55.517.781/0001-88, por ter concorrido no certame e sair vencedora pelo menor preço nos lances para os itens licitados, atendendo aos interesses da administração do CIS/AMCESPAR.

Irati 15 de dezembro de 2025

BERTOLDO ROVER
Presidente do CIS/AMCESPAR

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2025

Processo Administrativo nº 049/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços em Saúde do Trabalho para realizar Exames Médicos Ocupacionais, de acordo com o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), estabelecido pela Norma Regulamentadora nº 7 (NR 7), para o Consórcio Intermunicipal de Saúde da região AMCESPAR.

FAVORECIDO: PREVINE GESTAO EM SAUDE E SEGURANCA DO TRABALHO.

CNPJ: 55.517.781/0001-88

VALOR ESTIMADO: R$ 11.641,50 (onze mil, seiscentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos).

PRAZO: 15/12/2025 à 15/15/2026

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

01.100.
10.122.0001.2.001.33.90.39.00.00 fonte 385

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso ll da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.
Declaração de Dispensa emitida pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação e ratificada pelo Sr. Bertoldo Rover, Presidente do CIS/AMCESPAR, de acordo com o parecer jurídico.

A Comissão

Irati, 15 de dezembro de 2025

MÁRCIA JOSIANE PARTEKA
Agente de Contração do CIS/AMCESPAR

BERTOLDO ROVER
Presidente do CIS/AMCESPAR

EXTRATO CONTRATO Nº 042/2025
DISPENSA Nº 014/2025

Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMCESPAR

Contratado: PREVINE GESTAO EM SAUDE E SEGURANCA DO TRABALHO.

CNPJ: 55.517.781/0001-88

OBJETO: **Contratação de empresa especializada em prestação de serviços em Saúde do Trabalho para realizar Exames Médicos Ocupacionais, de acordo com o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), estabelecido pela Norma Regulamentadora nº 7 (NR 7), para o Consórcio Intermunicipal de Saúde da região AMCESPAR**

VALOR: R$ 11.641,50 (onze mil, seiscentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos)

PRAZO: 01/10/2025 à 01/10/2026

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

01.100.
10.122.0001.2.001.33.90.39.00.00 fonte 385

DATA DA ASSINATURA: 15 de dezembro de 2025

FORO: IRATI – PR

CIS/AMCESPAR
Contratante

PREVINE GESTAO EM SAUDE E SEGURANCA DO TRABALHO.
Contratada

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:4B7A3701

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
RESOLUÇÃO 234/2025

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS Amcespar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE,

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a funcionária MARCIA JOSIANE PARTEKA, durante o período de 16/12/2025 a 16/12/2025, conforme atestado médico apresentado pelo servidor.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições contrárias.

Irati, 17 de dezembro de 2025.

BERTOLDO ROVER
Presidente do CIS AMCESPAR

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:8A5C281A

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
RESOLUÇÃO 235/2025

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS Amcespar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE,

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a funcionária VANESSA NILVA MARÇAL GARSTKA, durante o período de 16/12/2025 a 19/12/2025, conforme atestado médico apresentado pelo servidor.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições contrárias.

Irati, 17 de dezembro de 2025.

BERTOLDO ROVER
Presidente Do CIS AMCESPAR

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:76A0688C

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
RESOLUÇÃO 236/2025

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS Amcespar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE,

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE a funcionária VANESSA NILVA MARÇAL GARSTKA, durante o período de 120 dias a partir de 22/12/2025, conforme atestado médico apresentado pelo servidor.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições contrárias.

Irati, 17 de dezembro de 2025.

BERTOLDO ROVER
Presidente do CIS AMCESPAR

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:0D0959A7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 299/2025

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, ABAIXO NOMINADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando que dentre os servidores a seguir identificados, alguns completaram seus períodos aquisitivos, fazendo jus ao gozo de férias integrais;

Considerando a conveniência da Administração, e o interesse público quanto ao gozo de férias proporcionais aos demais servidores;

DECRETA;

Art. 1º. Conceder férias aos Servidores Públicos Municipais, abaixo descriminados (a), lotados (a) na Secretaria de Educação e Cultura.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Alexandra Maria Sodre Mozer	01/10/2025/2026	22/12/25 a 20/01/26	30
Dirce Pereira da Fonseca Fratus	01/10/2025/2026	22/12/25 a 05/01/26	15
Edna Maria Fiais	01/10/2025/2026	22/12/25 a 20/01/26	30
Elaine Aparecida Uliana de S.	01/10/2025/2026	02/01/26 a 16/01/26	15
Isabel Maria Pereira de Melo	01/10/2025/2026	22/12/25 a 20/01/26	30
Jandira Flauzina Favero	01/10/2025/2026	22/12/25 a 20/01/26	30
Luziene Aquino da Silva	01/10/2025/2026	22/12/25 a 20/01/26	30
Mayara Gomes Ribeiro	01/10/2025/2026	22/12/25 a 20/01/26	30
Natalia Barroso de Assis B.	01/09/2025/2026	06/01/26 a 20/01/26	15
Roseli Candido de Oliveira	01/10/2025/2026	30/12/25 a 13/01/26	15
Simone da Silva Monteiro	01/09/2025/2026	22/12/25 a 20/01/26	30
Valdirene Aparecida dos Anjos	01/09/2025/2026	22/12/25 a 20/01/26	30

Art. 2º. - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-(PR), 17 de dezembro de 2025.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:8CA0B040

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 300/2025

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, ABAIXO NOMINADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando que dentre os servidores a seguir identificados, alguns completaram seus períodos aquisitivos, fazendo jus ao gozo de férias integrais;

Considerando a conveniência da Administração, e o interesse público quanto ao gozo de férias proporcionais aos demais servidores;

DECRETA;

Art. 1º. Conceder férias aos Servidores Públicos Municipais, abaixo descriminados (a), lotados (a) na Secretaria de Assistência Social e Habitação.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Amanda Ribeiro Fistarol	05/03/2024/2025	26/12/25 a 09/01/26	15
Ana Clara Camolezi	01/10/2025/2026	22/12/25 a 05/01/26	15
Ana L. M. Silveira Graciano	02/04/2024/2025	02/01/26 a 31/01/26	30
Cleonice de Fatima Moreira	01/08/2024/2025	22/12/25 a 20/01/26	30
Fatima Cristina Costa da Silva	10/07/2024/2025	05/01/26 a 14/01/26	15
Marcelo dos Santos Borges	03/04/2024/2025 03/04/2025/2026	22/12/25 a 10/01/26 12/01/26 a 21/01/26	30
Marlene Alves Barbosa	14/02/2025/2026	22/12/25 a 10/01/26	20
Marlene da Silva Rodrigues	12/03/2025/2026	22/12/25 a 20/01/26	30
Rosangela Gonçalves Perbelini	23/05/2025/2026	22/12/25 a 20/01/26	30
Solange Leite dos Santos	01/04/2025/2026	22/12/25 a 20/01/26	30

Art. 2º. - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-(PR), 17 de dezembro de 2025.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:5F4B2788

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 301/2025

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de Iporã, Estado do Paraná, usando das atribuições legalmente lhe conferidas, e em especial pelo que determina a Lei Municipal nº 1921/2024, de 08/10/2024, publicada no Órgão Oficial do Município "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em data de 09/10/2024, edição de nº 3128, resolve:
Art. 1º - Fica pelo presente Decreto, aberto ao Orçamento Geral do atual Exercício, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 1.617.230,00 (Um milhão, seiscentos e dezessete mil, duzentos e trinta reais), destinado a tender despesa(s) da(s) seguinte(s) Secretaria(s), em conformidade com o que segue discriminado:
FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE IPORÃ
08. FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE IPORÃ
08.11. ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS PREVIDÊNCIÁRIOS
092720032.2.091000 PAGAMENTO DE APOSENTADOS E PENSÕES
3.1.90.01.00.0000 APOSENTADORIAS RPPS, RESERVA REM. E REFORMA MILITAR.....R$ 1.316.600,00
3236 FONTE: 3551 Compensação entre Regimes Previdenciários
3.1.90.03.00.0000 PENSÃO DO RPPS E DO MILITAR.....R$ 300.500,00
3641 FONTE: 3551 Compensação entre Regimes Previdenciários
3.3.90.08.00.0000 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR.....R$ 130,00
3642 FONTE: 3551 Compensação entre Regimes Previdenciários
SOMA.....R$ 1.617.230,00
TOTAL.....R$ 1.617.230,00
Art. 2º - O(s) recurso(s) para fazer(em) face ao(s) encargo(s) gerado(s) pelo que determina o Artigo 1º deste Decreto decorrerá(ão), por Superávit Financeiro dos saldos das contas contábeis e bancárias das fontes de recursos e das receitas oriundas de exercício(s) anterior(es), conforme demonstrado abaixo:
FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE IPORÃ
SUPERÁVIT FINANCEIRO
FONTE: 3551 Compensação entre Regimes Previdenciários.....R$ 1.617.230,00
SOMA.....R$ 1.617.230,00
TOTAL.....R$ 1.617.230,00
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.
Paço Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:55AD3C83

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 081/2025
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 17 de dezembro de 2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPORÃ, Estado do Paraná.
CONTRATADO: Bianca Pereira Ruis CPF: 347.xxx.xxx-10
OBJETO: Prestar Serviços de MÉDICO VETERINÁRIO regido pelo RGPS – Regime Geral de Previdência Social, carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, lotada na **Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.**
VALOR: R$ 5.511,27 (Cinco mil quinhentos e onze reais e vinte e sete centavos), mensais
PRAZO DE VIGÊNCIA: no período de 17 de dezembro de 2025 a 16 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado por 02 (dois) anos conforme interesse de ambas as partes.
BASE LEGAL: Aprovada em Teste Seletivo, conforme Edital de abertura nº. 001/2025 de 04/02/2025 e Edital nº. 004/2025 de 07/03/2025, que homologou o resultado do Teste Seletivo, e convocada através do Edital n.º. 038/2025 de 05 de dezembro de 2025, para prestar serviços de MÉDICO VETERINÁRIO, carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais.
FORO: Comarca de Iporã, Estado do Paraná.
Iporã (PR), 17 de dezembro de 2025.

ROBERTO DA SILVA/
Prefeito Municipal

BIANCA PEREIRA RUIS /
Contratada

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:45DC32F7

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1891/2025

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MARINA DOS SANTOS PEREIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao memorando 3852/2025.

RESOLVE;

I – Conceder **FÉRIAS**, a servidora **MARINA DOS SANTOS PEREIRA,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 945.xxx.xxx-53, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS (FEMININO)**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde, férias de 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo compreendido entre 11/06/2024 à 10/06/2025 a contar de 19/01/2026 à 02/02/2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 16 de dezembro de 2025.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:D7F56467

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1892/2025

AUTORIZA O SECRETÁRIO DE EFICIÊNCIA DE GOVERNO E PLANEJAMENTO A VIAJAR A CIDADE DE CURITIBA NO ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Municipal nº. 1901/2024 de 18 de abril de 2024.

RESOLVE;

I – AUTORIZA o **SECRETÁRIO DE EFICIÊNCIA DE GOVERNO E PLANEJAMENTO**, o Senhor **LEANDRO APARECIDO SABINO**, a viajar nos dias 17 e 18 de dezembro de 2025, a cidade de Curitiba no Estado do Paraná, para tratar de assuntos desta Municipalidade, junto a SEIL, SECID e SEAB, cabendo-lhe o recebimento antecipado de 02 (duas) diárias.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 17 de dezembro de 2025.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:BD62B0FC

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1893/2025

AUTORIZA O GUARDA MUNICIPAL A VIAJAR A CIDADE DE MARINGÁ NO ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Municipal nº. 1901/2024 de 18 de abril de 2024.

RESOLVE;

I – AUTORIZA o **GUARDA MUNICIPAL**, o Senhor **EDIVALDO ARCANJO**, a viajar nos dias 18, 19, 22, 23, 29 e 30 de dezembro de 2025, a cidade de Maringá no Estado do Paraná, para Curso de Formação e Capacitação Técnico-Profissional para a Guarda Municipal, junto a Escola da Guarda Civil Municipal de Maringá cabendo-lhe o recebimento antecipado de 06 (seis) diárias.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 17 de dezembro de 2025.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:B771F4AD

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1894/2025

AUTORIZA O GUARDA MUNICIPAL A VIAJAR A CIDADE DE MARINGÁ NO ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Municipal nº. 1901/2024 de 18 de abril de 2024.

RESOLVE;

I – AUTORIZA o **GUARDA MUNICIPAL**, o Senhor **EVANDRO PEREIRA DA SILVA**, a viajar nos dias 18, 19, 22, 23, 29 e 30 de dezembro de 2025, a cidade de Maringá no Estado do Paraná, para Curso de Formação e Capacitação Técnico-Profissional para a Guarda Municipal, junto a Escola da Guarda Civil Municipal de Maringá cabendo-lhe o recebimento antecipado de 06 (seis) diárias.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 17 de dezembro de 2025.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:21610899

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1895/2025

AUTORIZA O GUARDA MUNICIPAL A VIAJAR A CIDADE DE MARINGÁ NO ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Municipal nº. 1901/2024 de 18 de abril de 2024.

RESOLVE;

I – AUTORIZA o **GUARDA MUNICIPAL**, o Senhor **KENDY FRANCISCO DO LIVRAMENTO KATSUMATA**, a viajar nos dias 18, 19, 22, 23, 29 e 30 de dezembro de 2025, a cidade de Maringá no Estado do Paraná, para Curso de Formação e Capacitação Técnico-Profissional para a Guarda Municipal, junto a Escola da Guarda Civil Municipal de Maringá cabendo-lhe o recebimento antecipado de 06 (seis) diárias.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 17 de dezembro de 2025.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:47ACB6BC

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1896/2025

AUTORIZA O GUARDA MUNICIPAL A VIAJAR A CIDADE DE MARINGÁ NO ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Municipal nº. 1901/2024 de 18 de abril de 2024.

RESOLVE;
I – AUTORIZA o **GUARDA MUNICIPAL**, o Senhor **LEANDRO PEREIRA DA SILVA**, a viajar nos dias 18, 19, 22, 23, 29 e 30 de dezembro de 2025, a cidade de Maringá no Estado do Paraná, para Curso de Formação e Capacitação Técnico-Profissional para a Guarda Municipal, junto a Escola da Guarda Civil Municipal de Maringá cabendo-lhe o recebimento antecipado de 06 (seis) diárias.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 17 de dezembro de 2025.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:7526E618

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1897/2025

AUTORIZA O GUARDA MUNICIPAL A VIAJAR A CIDADE DE MARINGÁ NO ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Municipal nº. 1901/2024 de 18 de abril de 2024.

RESOLVE;
I – AUTORIZA o **GUARDA MUNICIPAL**, o Senhor **REINALDO FERRARI**, a viajar nos dias 18, 19, 22, 23, 29 e 30 de dezembro de 2025, a cidade de Maringá no Estado do Paraná, para Curso de Formação e Capacitação Técnico-Profissional para a Guarda Municipal, junto a Escola da Guarda Civil Municipal de Maringá cabendo-lhe o recebimento antecipado de 06 (seis) diárias.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 17 de dezembro de 2025.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:94213329

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1898/2025

AUTORIZA O GUARDA MUNICIPAL A VIAJAR A CIDADE DE MARINGÁ NO ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Municipal nº. 1901/2024 de 18 de abril de 2024.

RESOLVE;

I – AUTORIZA o **GUARDA MUNICIPAL**, o Senhor **REVAIR DE COSMO ANTUNES**, a viajar nos dias 18, 19, 22, 23, 29 e 30 de dezembro de 2025, a cidade de Maringá no Estado do Paraná, para Curso de Formação e Capacitação Técnico-Profissional para a Guarda Municipal, junto a Escola da Guarda Civil Municipal de Maringá cabendo-lhe o recebimento antecipado de 06 (seis) diárias.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 17 de dezembro de 2025.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:094C3749

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1899/2025

AUTORIZA O GUARDA MUNICIPAL A VIAJAR A CIDADE DE MARINGÁ NO ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Municipal nº. 1901/2024 de 18 de abril de 2024.

RESOLVE;

I – AUTORIZA o **GUARDA MUNICIPAL**, o Senhor **EMERSON CAMPANER**, a viajar nos dias 18, 19, 22, 23, 29 e 30 de dezembro de 2025, a cidade de Maringá no Estado do Paraná, para Curso de Formação e Capacitação Técnico-Profissional para a Guarda Municipal, junto a Escola da Guarda Civil Municipal de Maringá cabendo-lhe o recebimento antecipado de 06 (seis) diárias.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 17 de dezembro de 2025.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:914685CF

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1900/2025

COLOCA EM CEDÊNCIA SERVIDOR MUNICIPAL PARA APOIO ÀS AÇÕES DE DEFESA AGROPECUÁRIA – INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE;

I – Colocar em Cedência pelo período de 18 de novembro de 2025 a 16 de dezembro de 2026, a servidora municipal, **BIANCA PEREIRA RUIS,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº. 347.xxx.xxx-10, residente e domiciliada na cidade e Comarca de Mato Grosso do Sul, Estado do Paraná, contratada através do contrato nº. 081/2025, aprovada em Processo Seletivo Simplificado, para o cargo de **MÉDICO VETERINÁRIO**, CRMV/MS 08907-VP, regido pelo RGPS – Regime Geral de Previdência Social, carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, prestara serviços junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através da Secretaria de Defesa Agropecuária, fica designado para prestar serviços junto ao SIF 5298, BMG FOODS – Importação e Exportação LTDA, e eventualmente junto ao SIF5339, PLUSVAL AGROAVÍCOLA LTDA, ambas empresas situadas no Município de Iporã-Pr, com ônus financeiro para o município.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 17 de dezembro de 2025.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:06502EEB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 5.298

LEI Nº 5.298

Súmula: *Estima a receita e fixa a despesa do Município de IRATI – PR, para o Exercício Financeiro de 2026 e dá outras providências.*

A CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, APROVOU e eu PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições legais, SANCIONO a seguinte lei:

Art. 1º – Fica estimada a Receita e fixada a Despesa do orçamento do Município de IRATI para o exercício financeiro de 2026, **no valor de R$ 349.889.712,33 (Trezentos e quarenta e nove milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, setecentos e doze reais e trinta e três centavos)** compreendendo:

I – Orçamento Fiscal referente à administração direta, indireta e dos fundos instituídos pelo Município e mantidos pelo Poder Público, **no valor de R$ 301.741.706,90 (Trezentos e um milhões, setecentos e quarenta e um mil, setecentos e seis reais e noventa centavos)**;

II – Orçamento da Seguridade Social do Município que compreende a Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Irati **no valor de R$ 48.148.005,43 (Quarenta e oito milhões, cento e quarenta e oito mil, cinco reais e quarenta e três centavos).**

Art. 2° – A Receita será arrecadada de acordo com a legislação em vigor segundo as seguintes estimativas:

ORÇAMENTO FISCAL:

Especificação Total R$

RECEITAS CORRENTES
Receita Tributária 64.859.741,21
Receita de Contribuições..... 5.800.000,00
Receita Patrimonial 2.200.000,00
Receita de Serviços 150.000,00
Transferências Correntes..... 216.202.823,72
Outras Receitas Correntes..... 1.135.000,00

RECEITA DE CAPITAL 11.394.141,97
Alienação de Bens 1.810.000,00
Operação de Crédito 9.269.141,97
Transferência de Capital..... 315.000,00

DEDUÇÕES DA RECEITA. - 33.035.801,14
(-) Dedução Receita para Formação do FUNDEB..... -33.035.801,14

TOTAL DAS RECEITAS..... .301.741.706,90

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL – CAPSIRATI:

Especificação Total R$

RECEITAS CORRENTES..... 48.148.005,43
Receita de Contribuições..... 34.770.000,00
Receita Patrimonial..... 13.078.005,43
Outras Receitas Correntes..... 300.000,00

TOTAL DAS RECEITAS..... 48.148.005,43

***Art. 3o** – A Despesa é fixada na forma dos anexos desta Lei com a seguinte distribuição entre os Órgãos Orçamentários:*

I – ORÇAMENTO FISCAL
Despesa por Órgão de Governo e suas Unidades Orçamentárias:

Especificação Valor R$

Legislativo Municipal..... 4.761.010,00
Gabinete do Prefeito..... 739.000,00
Secretaria de Administração e Recursos Humanos..... 17.398.000,00
Secretaria da Fazenda..... 5.403.000,00
Secretaria de Educação... 84.462.080,65
Secretaria de Saúde..... 48.656.698,18
Secretaria de Arquitetura, Engenharia e Urbanismo..... 1.036.000,00
Secretaria de Assistência Social...14.203.300,00
Secretaria de Serviços Urbanos..... 26.827.997,39
Secretaria de Tecnologia, Inovação e Planejamento.... 2.794.200,00
Secretaria da Agropecuária, Abastecimento e Segurança Alimentar.. 2.896.500,00
Ouvidoria Pública..... 151.000,00
Procuradoria Geral..... 1.185.000,00
Secretaria de Comunicação Social..... 855.000,00
Secretaria da Cultura e Turismo..... 2.702.000,00
Controle Interno..... 163.000,00
Secretaria de Indústria e Comércio..... 1.758.000,01
Secretaria de Meio Ambiente..... 10.064.000,00
Secretaria de Viação e Serviços Rurais..... 7.548.000,00
Secretaria de Esportes e Lazer..... 11.664.141,97
Secretaria de Segurança Pública e Cidadania..... 7.131.400,00
Secretaria de Defesa Animal 531.000,00
Secretaria de Habitação..... 866.949,39
Secretaria da Mulher (SEMUCI)..... 1.428.200,00
Encargos Gerais do Município..... 42.498.812,24
Reserva de Contingência..... 3.017.417,07

TOTAL..... R$ 301.741.706,90

II – ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
Despesas por Órgão e Unidades

Especificação Valor R$

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERV DE IRATI....48.148.005,43
Previdência Social..... 36.492.650,55
Reserva de Contingência..... 11.655.354,88

TOTAL 48.148.005,43

Art. 4° – O Executivo Municipal, fundamentado na Constituição Federal, na Constituição do Estado do Paraná, na Lei Federal n° 4.320 de 17/03/64, na Lei Complementar n° 101/2000, na Lei Orgânica do Município e ainda o disposto no art. 28 da Lei Municipal nº 5.241/2025, de 10/07/2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025), fica autorizado a:
I – Abrir Créditos Adicionais Suplementares, inclusive do CAPSIRATI, até o limite de 30% (trinta por cento) da despesa fixada nesta Lei, para cancelamentos;
II – Abrir Créditos Adicionais Suplementares, mediante Decreto, com recursos no Superávit Financeiro do Exercício Anterior, até o limite do superávit apurado no Balanço Patrimonial e estes créditos não integrarão o limite de movimentação orçamentária estabelecido no item I deste artigo, restando deste excluídos;
III – Abrir Créditos Adicionais Suplementares, mediante Decreto, por excesso de arrecadação até o limite verificado no exercício e estes créditos não integrarão o limite de movimentação orçamentária estabelecido no item I deste artigo, restando deste excluídos;
IV – Realizar, mediante Decreto, Transposições, Remanejamentos e Transferências nos elementos de despesa, não sendo considerados para o limite de movimentação orçamentária estabelecido no item I deste artigo, restando deste excluídos;
V – Realizar Operações de Crédito por antecipação de Receita, para atender insuficiência de caixa, até o limite de 5% (cinco por cento) da Receita prevista, podendo para tanto outorgar procuração ao agente financeiro para receber, das cotas do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS ou FPM – Fundo de Participação dos Municípios, os valores relativos à amortização e encargos;
VI – Fazer a contenção da despesa, na forma do disposto no artigo 9o da Lei Complementar n° 101/2000, promovendo a limitação da despesa de investimentos e/ou custeio, exceto na área de educação e saúde, quando não aplicados os índices mínimos, previstos em legislação e do pagamento da dívida pública;
VII – Utilizar o valor de R$ 3.017.417,07 (**Três milhões, dezessete mil, quatrocentos e dezessete reais e sete centavos.**), de Reserva de

Contingência na Administração Direta, visando o atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos;
VIII – Utilizar o controle das despesas por custo de serviços ou obras que não se encontrem especificados em projetos e atividades;

Art. 5° – As despesas com pessoal, material, serviços e encargos sociais necessárias à realização de obras, quando executadas por Administração Direta, correrão por conta do elemento 4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações.

Art. 6° – Fica o Poder Legislativo autorizado a abrir por Resolução, quando necessário, créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% (trinta por cento) da despesa fixada, usando como recurso a anulação de dotações do próprio Órgão Legislativo, de acordo com o Inciso III do § 1° do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 de 17/03/64.

Art. 7º – Esta Lei entrará em vigor em 1o (primeiro) de janeiro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, 17 de dezembro de 2025.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:7AFCF486

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 5.299

LEI Nº 5.299

Súmula: *Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de IRATI – PR para o período de 2026 a 2029 e dá outras providências.*

A CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, APROVOU e eu PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições legais, SANCIONO a seguinte lei:

CAPÍTULO I
DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º - Esta Lei institui o Plano Plurianual do Município de Irati para o período de 2026 a 2029 - PPA 2026-2029, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 165 da Constituição Federal.

Art. 2º - O planejamento governamental é a atividade que, a partir de diagnósticos e estudos prospectivos, orienta as escolhas de políticas públicas.

Art. 3º - O PPA 2026 -2029 é instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável.

Art. 4º - O PPA 2026-2029 terá como diretrizes:

I - As políticas de inclusão;
II - Os investimentos nas áreas sociais;
III - Os investimentos em infraestrutura e modernização da ação governamental;
IV - O estímulo e a valorização da educação, cultura, patrimônio histórico e esporte;
V - A austeridade na gestão dos recursos públicos;
VI - O princípio de equilíbrio orçamentário, tanto na previsão como na execução orçamentária;
VII - A promoção do desenvolvimento econômico sustentável;
VIII - A geração de emprego e renda e qualificação de mão de obra;
IX - O fomento à atividade agropecuária, bem como fortalecimento da pequena propriedade.
X - O fomento à atividade industrial.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 5º - O PPA 2026-2029 reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de Programas, Ações, Projetos e Atividades, assim definidos:

I - Programa: expressa e orienta a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade. É o instrumento de organização que articula um conjunto de ações suficientes para enfrentar um problema ou aproveitar uma oportunidade, devendo seu desempenho ser passível de aferição por indicadores coerentes com o objetivo estabelecido, sendo classificados como:
a. Programa Finalístico: pela sua implementação são ofertados bens e serviços diretamente à sociedade e são gerados resultados passíveis de aferição por indicadores.
b. Programa de Apoio Administrativo: aqueles voltados para a oferta de serviços ao Município, para a gestão de políticas e para o apoio administrativo.
II - Ação: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, pode resultar em um projeto ou uma atividade.
III - Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no aperfeiçoamento da ação de governo.
IV - Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo.

Art. 6º - O Programa é composto por no mínimo Objetivos, Responsável, Público-Alvo, Justificativa, Início e Término e Indicadores:

I - Objetivos: Expressa o resultado desejado em relação ao público-alvo descrevendo a sua finalidade, com concisão e precisão, sempre mensurável por um indicador .
II - Responsável: Profissional capacitado, designado pelo Prefeito, responsável pelo Programa, a quem compete, nos termos do Contrato de Gestão:
a. participar da elaboração do Plano Plurianual - PPA em todas as suas fases sob a coordenação da Secretaria Municipal de Gestão Pública e Finanças;
b . formular os programas do Plano Plurianual - PPA, congruentes às diretrizes e objetivos estratégicos de Governo, envolvendo objetivo, público alvo, metas, indicadores, ações, prazos e previsão de recursos;
c. contribuir para a integração e coordenação com os demais Programas de Governo;
d. propor e articular mecanismos inovadores para o financiamento e a gestão do Programa;
e. garantir a execução das ações e o cumprimento das metas dentro dos prazos fixados.
I - Público-Alvo: Segmento da sociedade que possui em comum algum atributo, necessidade ou potencialidade e à qual se pretende atingir diretamente com os resultados esperados pela execução do programa.
II - Justificativa: Descrição sucinta do problema ou demanda que o programa tem por objetivo solucionar e sua contribuição esperada para o alcance das diretrizes de governo e dos objetivos setoriais.
III - Data de início: Mês e ano do calendário relativo ao início do programa. Válido para programas de caráter temporário.
III - Data de término: Mês e ano do calendário relativo ao término do Programa, sendo válido para programas de caráter temporário.
IV - Indicadores: São uma referência que permite identificar e aferir , periodicamente, aspectos relacionados a um Programa, auxiliando o seu monitoramento e avaliação.

Art. 7º - A ação prevista requer um conjunto mínimo de elementos qualitativos e quantitativos que se complementam para sua efetiva execução, sendo:

a. Descrição: expressa, de forma sucinta, o que é efetivamente feito no âmbito da ação, seu escopo e delimitações.

b. Tipo: É determinado pela relação da ação com o horizonte temporal, sendo classificada como projeto ou atividade.
c. Unidade de Medida: é o padrão selecionado para mensurar o produto ou serviço que vai ser ofertado.
d. Unidade Responsável: Unidade Administrativa responsável pela execução total da ação ou por sua maior parte.
e. Metas Físicas: Quantidade de bens ou serviços produzidos ou executados no âmbito da ação, para a consecução do objetivo pretendido no programa.
f. Dados financeiros: são as estimativas de custos de execução da ação, desdobradas por naturezas de despesa e fontes de recursos e distribuídas para cada um dos anos do período de vigência do PPA.

CAPÍTULO III
DA INTEGRAÇÃO COM OS ORÇAMENTOS

Art. 8º - Os Programas constantes do PPA 2026-2029 estarão expressos nas leis orçamentárias anuais e nas leis de crédito adicional.

Parágrafo Único. As ações orçamentárias integrarão as leis orçamentárias anuais por meio dos projetos ou atividades.

Art. 9º - As estimativas de recursos dos Programas e Ações constantes dos Anexos desta Lei são referenciais e foram fixadas de modo a conferir consistência ao Plano Plurianual, não se constituindo em limites à programação das despesas expressas nas leis orçamentárias anuais.

Parágrafo Único. A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelecerá as metas e prioridades para cada ano, promovendo os ajustes eventualmente necessários ao Plano Plurianual.

Art. 10 - Os procedimentos orçamentários anuais constituem atualizações automáticas do Plano Plurianual.

Art. 11 - O Poder Executivo, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e suas alterações, bem como mudanças econômicas e sociais, fica autorizado a:

I - Alterar o valor global do Programa (incluir , excluir ou alterar iniciativas orçamentárias e seus respectivos atributos).

II - Adequar a quantidade da meta física de iniciativa orçamentária para compatibilizá-la com alterações nos recursos efetivadas pelas leis orçamentárias.

III - Incluir, excluir ou alterar ações decorrentes de aprovação de operações de crédito internas e/ou externas, necessárias à execução dos programas financiados, após a assinatura do respectivo contrato, tendo como limite o valor do empréstimo e respectiva contrapartida.

Art. 12 - Os orçamentos anuais, compatibilizados com o PPA 2026 - 2029 e com as respectivas leis de diretrizes orçamentárias, serão orientados pelas diretrizes expressas no art. 4º para o alcance dos Objetivos constantes deste Plano Plurianual.

CAPÍTULO IV
DA GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 13 - A gestão do PPA 2026-2029 consiste na articulação dos meios necessários para viabilizar a consecução das suas metas, sobretudo, para a garantia de acesso dos segmentos populacionais mais vulneráveis às políticas públicas, e busca o aperfeiçoamento:

I - Dos mecanismos de implementação e integração das políticas públicas.

II - Dos critérios de regionalização das políticas públicas.

III - Dos mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão do PPA 2026- 2029.

Parágrafo único . Caberá à Secretaria Municipal de Gestão Pública e Finanças e ao Gabinete do Prefeito, definir os prazos, as diretrizes e as orientações técnicas complementares para a gestão do PPA 2026-2029.

Art. 14 - O Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo relatório anual de avaliação do Plano, integrante do Relatório Annual da Controladoria Geral do Município, que conterá:

I - Avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano Plurianual, explicitando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e os realizados.

II - Posição, por Programa, dos Indicadores, Objetivos e Metas.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15 - Para fins de atendimento ao disposto no § 1º do art. 167 da Constituição Federal, o investimento plurianual, para o período de 2026 a 2029, está incluído no Valor Global dos Programas.

Parágrafo Único. A Lei Orçamentária Anual e seus anexos detalharão os investimentos de que trata o *caput*, para o ano de sua vigência.

Art. 16 - A revisão do PPA será realizada:

I – Pela Secretaria de Fazenda, Gabinete do Prefeito e Controladoria Geral do Município a qualquer tempo, procederão com a revisão para a atualização das informações relativas:

a. Aos Indicadores dos Programas.
b. Aos Valores de Referência para a individualização das Ações.
c. Aos Órgãos Responsáveis por Objetivos.
d. Às Metas de caráter qualitativo e quantitativo.
e. À data de início, à data de término e ao custo total das Ações.

II - Por meio de projeto de lei se procederá a adequação nos casos em que seja necessário:
a. Criar ou excluir Programa ou alterar a sua redação.
b. Criar ou excluir Objetivo ou alterar a sua redação.
c. Criar ou excluir Metas e Ações, ou alterar a vinculação destas com os Projetos e Atividades.

§ 1º As atualizações de que trata o inciso I serão informadas à Câmara Municipal.

§ 2º O projeto de lei de revisão que inclua ou modifique Programa ou Objetivo deverá conter os respectivos atributos e observar a não superposição com a programação já existente no PPA 2026-2029.

Art. 17 - Fica autorizado o executivo a proceder com a adequação dos anexos da Lei 5241/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para compatibilização com o Plano Plurianual.

Art. 18 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, 17 de dezembro de 2025.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:5305BD08

PROCURADORIA
CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONVOCAÇÃO

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado PSS 002/2024, regulamentado pelo Decreto 232/2024, convoca o nome abaixo relacionado munido dos documentos constantes no Item 10.2 do referido Edital, a apresentarem-se na Secretaria Municipal de Saúde, sito a Rua Zeferino Bittencourt, nº 1270, Centro, no dia 19 de dezembro de 2025 impreterivelmente no horário das 08h30min.

Cabe ressaltar o disposto no Edital 002/2024, item 9.3 "O candidato convocado que não comparecer e não comprovar os requisitos conforme estabelecido neste Edital, será automaticamente eliminado do PSS, não cabendo pedido de prorrogação de prazo para providenciar os documentos comprobatórios" ; e item 9.5 "O candidato que deixar de comparecer em 03(três) dias úteis após a convocação e/ou deixar de apresentar o termo de Desistência, perderá automaticamente a vaga e será excluído da lista de classificados, sendo convocado o candidato seguinte na ordem de classificação".

CARGO: ENFERMEIRO (PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL)

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	PONTUAÇÃO
18º	BRUNA APARECIDA DA CRUZ	087.xxx.xxx-48	10

DANIELA DE SOUZA ZWIERZIKOWSKI RAFFO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:2226BEDF

PROCURADORIA
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00001

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00001, de 16 de Dezembro de 2025.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
ELYSEU HARMUCH	007.XXX.XXX-87	7607/00008/2025
ELYSEU HARMUCH	007.xxx.xxx-87	7607/00009/2025
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: JOBY AYUB Matrícula: 02957950 Cargo: SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA / 3742025 Assinatura:		

Data de afixação: 16/12/2025
Data de desafixação: 31/12/2025

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:9DB013DD

PROCURADORIA
PORTARIA 001/2025

O SECRETÁRIO DE ARQUITETURA, ENGENHARIA E URBANISMO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO a prerrogativa mencionada no art. 34, § 1º da Lei nº 4.234/2016,
CONSIDERANDO as razões acostadas ao Protocolo Administrativo nº 6024/2024,

RESOLVE:

Art. 1º - O prazo para registro do loteamento aprovado pelo Decreto nº 120/2024 fica ampliado na forma da lei, passando a ser de 180 dias a contar da publicação do presente Decreto.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA DE ARQUITETURA, ENGENHARIA E URBANISMO, em 15 de dezembro de 2025.

DANILO FILLUS
Secretário de Arquitetura, Engenharia e Urbanismo

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:C1DDFF52

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014 /2025.

O Município de Itambaracá, Estado do Paraná, torna público que fará realizar-se no dia 23/12/2025 dispensa de licitação, em sua sede à Avenida Interventor Manoel Ribas, nº 06, na sala de Sessão de Licitação da Prefeitura para a seleção de propostas mais vantajosa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, visando a Contratação de empresa especializada para a aquisição de fogos de artifício de baixo ruído, incluso serviços de montagem, para show pirotécnico a ser realizado no Réveillon 2025/2026, na praça da Igreja Matriz no município de Itambaracá/PR, conforme especificação descritas no Anexo - I e termo de referência, do edital.
Valor Total: é R$10.640,00 (dez mil, seiscentos e quarenta reais)
Os recursos financeiros para custear as despesas da aquisição do objeto deste DISPENSA, estão anexados no processo.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h00min do dia 18/12/2025 às 08h00min do dia 23/12/2025.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08h30min do dia 23/12/2025
LOCAL: recebimento de propostas via e-mail propostadispensa@itambaraca.pr.gov.br ou através de protocolo presencial no Prédio da Prefeitura ou através do endereço eletrônico https://itambaraca.eloweb.net/protocolo/aberturaProcessoExterno
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
O Edital nº 014/2025, com detalhes da Dispensa de Licitação estará à disposição dos interessados a partir do dia 17/12/2025, no portal de transparência da Prefeitura Municipal.
Informações através do e-mail: propostadispensa@itambaraca.pr.gov.br ou pelo telefone (43) 3543-1224.
Itambaracá/PR, 17 de dezembro de 2025.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renata Cristina Dos Santos
Código Identificador:DF8E526D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 5.405/2025

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso I, alínea A, do Art. 82 da Lei Orgânica Municipal, e,

DECRETA:

Art.1º - Fica estipulado o valor da consulta médica de especialidade, abaixo discriminada, para atendimento na UBS DR. FAUSTO LUIS DE MELO MARINHO do Município de Itambaracá, através da Secretaria Municipal de Saúde, poderá assumir a responsabilidade de pagá-los.
Serviço R$ Unid.

Ginecologia R$ 120,00 (cento e vinte reais)

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 15 de dezembro de 2025.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 5.400/2025.

Art. 4º - Registre-se, publique-se e cumpra.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:49E90AE2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
DECRETO LEGISLATIVO Nº 002.2025

DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2025

Súmula: Aprova as Contas do Poder Executivo de Itambé, Estado do Paraná, referentes ao exercício de 2024, de responsabilidade do Ex-Prefeito da Municipalidade, Sr. Vítor Aparecido Fedrigo,

A Câmara Municipal de Itambé, Estado do Paraná, aprovou e eu, Marcos Roberto Ribeiro da Costa, Presidente, usando das atribuições legais , Regimentais e Constitucionais, que me são conferidas, **PROMULGO O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO.**

Art. 1°. Ficam **APROVADAS,** as Contas do Poder Executivo, do Município de Itambé, Estado do Paraná, de responsabilidade do Ex-Prefeito da Municipalidade, Sr. Vitor Aparecido Fedrigo, referentes ao exercício financeiro de 2024, nos termos do Parecer desta Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, da Câmara Municipal, que analisou e acompanhou na íntegra, o r. Acórdão do Parecer Prévio nº 321/25-S1C, proferido pela Primeira Câmara, da E. Corte de Contas do Estado do Paraná, datado de 16/10/2025, constante no Processo nº 184148/2025, encaminhado ao Legislativo Municipal.

Parágrafo único. O Processo, o Parecer Prévio e o Ofício de encaminhamento, referidos no *caput* deste artigo, passam a integrar o presente Decreto Legislativo.

Art. 2º. O Processo de Contas, o Parecer Prévio referidos no *caput* do artigo anterior, ficarão à disposição de qualquer cidadão para exame e apreciação, na Câmara de Vereadores, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, conforme determina o § 3º, do Art. 31, da Constituição Federal, a contar da data da publicação deste Decreto Legislativo.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.
Câmara Municipal de Itambé – PR, aos 15 de dezembro de 2025

MARCOS ROBERTO RIBEIRO DA COSTA
Presidente

NATHANE PEREIRA DE OLIVEIRA
1ª Secretária

Publicado por:
Sonia Saade Youssef Said
Código Identificador:B8D9D759

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 12/2025

Súmula: Aprova o Plano Municipal de Assistência Social 2026-2029 do município de Itambé-Pr.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Itambé – CMAS, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 1265/2017 de 17 de outubro de 2017,
Considerando a Reunião Ordinária realizada em 15 de dezembro de 2025 e registrada em Ata nº07/2025;

RESOLVE:

Art. 01: Aprovar o Plano Municipal de Assistência Social 2026-2029 do município de Itambé-PR.

Art. 02: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itambé, 16 de dezembro de 2025.

BRUNA TAVARES CONSTANTINO
Presidente do CMAS

Publicado por:
Rosana Gomes Reis
Código Identificador:F4F530CC

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (PRAZO/VALOR)
CONTRATO Nº 078/2025 - ID/TCE Nº 42922

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
CNPJ Nº 76.282.698/0001-47

CONTRATADA: MARIA JOSÉ DE MORAIS CEGANTIN DA SILVA
CPF nº 018.473.586-79

OBJETO: Através do presente termo as partes resolvem prorrogar o prazo de prestação de serviços ate a data de 01/04/2026 e consequentemente o aditivo financeiro no valor de R$ 18.483,20 (dezoito mil, quatrocentos e oitenta e três reais e vinte centavos), passando o valor global do Contrato original para R$ 34.078,40 (trinta e quatro mil e setenta e oito reais e quarenta centavos).

VIGÊNCIA CONTRATUAL: 01/05/2026.

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se ao Processo Administrativo de Inexigibilidade Nº 27/2025 e Registro de Preços nº 17/2024.

Poder Executivo Municipal
Gabinete do Prefeito, aos 12/12/2025.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavia Vicenzi
Código Identificador:6FF113D8

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO DE 7º TERMO ADITIVO DE CONTRATO (PRAZO/VALOR)

CONTRATO Nº 139/2021 - ID/TCE Nº 42375

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
CNPJ Nº 76.282.698/0001-47,

CONTRATADA: M S STORER LTDA - ME
CNPJ Nº 10.503.557/0001-07

OBJETO: Através do presente Termo Aditivo, as partes resolvem prorrogar o prazo de prestação de serviços até 20/12/2026 e consequentemente o aditivo financeiro no valor de R$ 47.400,00 (quarenta e sete mil e quatrocentos reais), passando o valor do Contrato original para R$ 300.200,00 (trezentos mil e duzentos reais), consolidando demais aditivos.

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se ao Processo Administrativo de Pregão (Presencial) N° 43/2021.

Poder Executivo Municipal
Gabinete do Prefeito, aos 17/12/2025.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavia Vicenzi
Código Identificador:38A1A5D7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º ADITIVO DE CONTRATO Nº 3779/2025

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
Extrato de Aditivo de Contrato N° 3779/2023
Contratante: Município de Itapejara D'Oeste – PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.430/0001 – 52.
Contratado: GovernançaBrasil S/A Tecnologia e Gestão em Serviços, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.165.960/0001 – 01.
Objeto: Cessão de licença de uso do software para a geração da Certidão de Divida Ativa, destinado ao envio de informações para cobrança judicial, conforme objeto do Edital de Inexigibilidade de Licitação Nº 014/2023.
Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato, passando de 19 (dezenove) de Dezembro de 2025 para 19 (dezenove) de Dezembro de 2026 e fica aditivado o valor contratual passando de R$ 26.632,00 (Vinte e seis mil, seiscentos e trinta e dois reais) para R$ 40.448,00 (Quarenta mil, quatrocentos e quarenta e oito reais)
Data do Aditivo de Contato: 16 (dezesseis) de Dezembro de 2025.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:8163601C

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90074/2025

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE – PR
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 90074/2025
O Município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, torna público, que fará realizar licitação na modalidade de Edital de Pregão Eletrônico, tipo menor preço por Item, no dia 22 (vinte e dois) de Janeiro de 2026, às 09h:00min (nove) horas, tendo como objeto à seleção de propostas visando a contratação de empresa especializada na comercialização de gêneros alimentícios para o atendimento da Alimentação Escolar da Rede Municipal de Ensino, Educação Infantil e Ensino Fundamental e para uso dos demais Departamentos da Administração Municipal de Itapejara D'Oeste - PR.
A abertura das propostas e recebimento dos lances será a partir das 09h00min (nove) horas do dia 22 (vinte dois) de Janeiro de 2026, no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.
Outras informações poderão ser obtidas através do Edital de Pregão Eletrônico N° 90074/2025, no horário das 08h:00min às 12h:00min e das 13h:30min às 17h:30min horas, na sede da Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste – PR, no endereço eletrônico http://www.itapejaradoeste.pr.gov.br/licitacoes e https://www.gov.br/compras/pt-br. Maiores informações em contato pelo Telefone (046) 3199 – 2598.
Itapejara D'Oeste-PR, 11 (onze) de Dezembro de 2025.

DAIANI HOFFMAN
Agente de Contratação - Decreto N° 046/2024

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:47DA8081

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90075/2025

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE – PR
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 90075/2025
O Município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, torna público, que fará realizar licitação na modalidade de Edital de Pregão Eletrônico, tipo menor preço por Item, no dia 23 (vinte e três) de Janeiro de 2026, às 09h:00min (nove) horas, tendo como objeto à seleção de propostas visando a contratação de empresa especializada na comercialização de mesinhas digitais interativas destinadas aos Centros Municipais de Educação Infantil vinculadas a rede municipal de Educação do Município de Itapejara D'Oeste - PR.
A abertura das propostas e recebimento dos lances será a partir das 09h00min (nove) horas do dia 23 (vinte e três) de Janeiro de 2026, no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.
Outras informações poderão ser obtidas através do Edital de Pregão Eletrônico N° 90075/2025, no horário das 08h:00min às 12h:00min e das 13h:30min às 17h:30min horas, na sede da Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste – PR, no endereço eletrônico http://www.itapejaradoeste.pr.gov.br/licitacoes e https://www.gov.br/compras/pt-br. Maiores informações em contato pelo Telefone (046) 3199 – 2598.
Itapejara D'Oeste-PR, 16 (dezesseis) de Dezembro de 2025.

DAIANI HOFFMAN
Agente de Contratação - Decreto N° 046/2024

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:FFFDE759

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 4206/2025

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
Extrato Contrato N° 4206/2025
Contratante: Município de Itapejara D'Oeste – PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.430/0001 – 52.
Contratado: Zeloir Aparecida Scabeni Mendes – Me, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.568.277/0001 – 03.
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços para ministrar curso de formação continuada para professores, gestores escolares e famílias, visando a qualificação permanente desses profissionais e ao aprimoramento das práticas educacionais na rede Municipal de Ensino do Município de Itapejara D'Oeste - PR, em conformidade com o Edital de Pregão Eletrônico Nº 90027/2025.
Valor do Contrato: R$ 17.262,00 (Dezessete mil, duzentos e sessenta e dois reais).
Vigência: 24 (vinte e quatro) meses.
Data do Contrato: 17 (dezessete) de Dezembro de 2025.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:6F266530

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 4207/2025

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
Extrato Contrato N° 4207/2025
Contratante: Município de Itapejara D'Oeste – PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.430/0001 – 52.
Contratado: Triunfar Assessoria, Consultoria e Treinamentos Ltda - Me, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 41.597.900/0001 - 45.
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços para ministrar curso de formação continuada para professores, gestores escolares e famílias, visando a qualificação permanente desses profissionais e ao aprimoramento das práticas educacionais na rede Municipal de Ensino do Município de Itapejara D'Oeste - PR, em conformidade com o Edital de Pregão Eletrônico Nº 90027/2025.
Valor do Contrato: R$ 43.344,00 (Quarenta e três mil, trezentos e quarenta e quatro reais).
Vigência: 24 (vinte e quatro) meses.
Data do Contrato: 17 (dezessete) de Dezembro de 2025.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:B8BB95BA

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 4208/2025

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
Extrato Contrato N° 4208/2025
Contratante: Município de Itapejara D'Oeste – PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.430/0001 – 52.
Contratado: INOVAGOV Soluções Integradas Ltda - Me, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.827.879/0001 - 50.
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços para ministrar curso de formação continuada para professores, gestores escolares e famílias, visando a qualificação permanente desses profissionais e ao aprimoramento das práticas educacionais na rede Municipal de Ensino do Município de Itapejara D'Oeste - PR, em conformidade com o Edital de Pregão Eletrônico Nº 90027/2025.
Valor do Contrato: R$ 1.439,96 (Hum mil, quatrocentos e trinta e nove reais e noventa e seis centavos).
Vigência: 24 (vinte e quatro) meses.
Data do Contrato: 17 (dezessete) de Dezembro de 2025.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:89ED0D41

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 287/2025

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 287/2025
DATA: 16.12.2025

SÚMULA: Dispõe sobre as férias de servidores públicos Municipais, e da outras providencias.

Vilmar Schmoller, Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, e Considerando a necessidade de regularização de férias dos Servidores da Administração Municipal;
DECRETA:
Art. 1º) Fica estabelecido o período de férias dos servidores públicos conforme segue:
Administração Municipal
Sandro Lucio Forner, período de 29/12/2025 a 17/01/2026;
Altair R. Pires de Paula, período de 29/12/2025 a 17/01/2026;
João Anildo Duarte, período de 15/12/2025 a 13.01.2026.
Departamento de Urbanismo
Antonio Ladik, período de 19/01/2026 a 17/02/2026;
Sidnei Maxsimovitz, período de 19/01/2026 a 17/02/2026;
Tiago Kociszeski, período de 15/12/2025 a 13/01/2026;
Nelson Ecker, período de 15/12/2025 a 03/01/2026;
Senir Antunes Moreira Soares, período de 05/01/2026 a 02/02/2026;
Adreana Mello da Rosa, período de 08/12/2025 a 06/01/2026;
Marcos Cavalheiro, período de 14/01/2026 a 12/02/2026.
Departamento de Indústria e Comércio
Silvana Aparecida Bernartt, período de 29/12/2025 a 18/01/2026;
Nathalia Cristina Cagnini, período de 19/01/2026 a 08/02/2026;
Ana Caroline Carneiro, período de 22/12/2025 a 11/01/2026;
Camila Estela de Camargo, período de 12/01/2026 a 01/02/2026.
Departamento de Educação e Esporte
Período de 22.12.2025 a 20.01.2026
Zulmir Antonio Dal Magro;
Alexandre Enrique Duarte;
Evanildo Norte;
Francione Marques.
Art. 2º) Altera o período de férias dos seguintes servidores:
Andreia Antunes Alves, de 22/12/2025 a 20/01/2026, para 29/12/2025 a 27/01/2026;
Daiani Hoffman, de 23/12/2025 a 04/01/2026 e 13/01/2026 a 19/01/2026, para 30/12/2025 a 18/01/2026.
Art. 3º) Ficam suspensas as férias das servidoras Daiane Beluso e Samara de Oliveira, em razão de estarem em Licença Maternidade, e da servidora Clarice Aparecida Selau, em virtude de afastamento pelo INSS.
Art. 4º) Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 16 (dezesseis) dias do mês de dezembro de 2025.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:F71D4AFD

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 2243/2025

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
LEI Nº 2243/2025
DATA: 16.12.2025
SÚMULA: Altera o Anexo "A" da Lei Municipal nº 2025/2021, que dispõe sobre as atribuições dos Cargos de Orientador Social e Veterinário, que fazem parte da estrutura de Cargos Públicos do Município e dá outras providências.
A Câmara Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º - Altera o Anexo "A" da Lei Municipal nº 2025/2021, de 24.11.2021, que dispõe sobre as atribuições do Cargo de Veterinário e que faz parte da estrutura de Cargos Públicos do Município, que passa a vigorar com a seguinte redação:
(.....)
"ANEXO A"
CARGO: VETERINÁRIO
CBO –2233-05
Carga horária: 40 (quarenta) horas semanais
Grupo Ocupacional de Nível Superior – GSU
Requisitos do Cargo: Ensino Superior em Medicina Veterinária com diploma reconhecido pelo MEC. Registro regular no Conselho profissional competente.
ATRIBUIÇÕES:
Descrição Sumaria: Atuação na área pertinente a medicina veterinária.
Descrição de Atividades:
- Emitir atestado de saúde animal;
- Elaborar programas de controle de qualidade;
- Avaliar riscos do uso de insumos;
- Executar programas de controle e erradicação de zoonoses;

- Supervisionar testes de controle de qualidade;
- Analisar produtos;
- Manipular genes e embriões de animais;
- Desenvolver produtos e insumos mitigadores de impacto ambiental;
- Analisar processamento, fabricação e rotulagem de produtos;
- Analisar relatório técnico de produtos de uso veterinário;
- Monitorar qualidade de efluentes e solos;
- Executar atividades de vigilância epidemiológica;
- Avaliar fornecedores;
- Realizar Exames Auxiliares De Diagnóstico;
- Elaborar Laudo De Execução E Acompanhamento De Quarentena;
- Utilizar Técnicas De Criopreservação De Material Biológico;
- Indicar Medidas De Proteção E Prevenção;
- Autorizar Funcionamento De Estabelecimentos;
- Disponibilizar Resultados Da Pesquisa;
- Organizar Eventos Técnicos E Sociais;
- Identificar Demanda De Novos Produtos;
- Executar Programas De Controle E Erradicação De Doenças;
- Fiscalizar Distribuição E Transporte De Produtos;
- Emitir Parecer Técnico Sobre Processo De Fabricação E Rotulagem De Produtos;
- Executar Programas De Controle De Pragas E Vetores;
- Supervisionar Qualidade Dos Ingredientes Utilizados Na Alimentação Animal;
- Elaborar Diagnóstico Situacional Para Elaboração De Programas;
- Supervisionar Processos De Produção;
- Participar De Análise De Risco De Contaminação Ambiental;
- Participar De Avaliação De Áreas Sujeitas À Impacto Ambiental;
- Projetar Instalações Com Vistas Ao Bem-Estar Animal;
- Realizar Exame Clínico De Animais;
- Prestar Assistência Técnica;
- Denunciar Sobre Maus Tratos A Animais;
- Supervisionar Sistema De Criação Em Zoológicos E Criadouros;
- Avaliar Animais Para Fins Comerciais E De Seguro;
- Emitir Laudo Técnico De Qualidade De Sêmen;
- Orientar Acondicionamento E Destino De Resíduos Causadores De Danos Ambientais;
- Advertir Sobre Maus Tratos A Animais;
- Realizar Sedação, Anestesia E Tranquilização De Animais;
- Desenvolver Técnicas Para Bem-Estar Animal;
- Emitir Atestado De Vacinação;
- Supervisionar Estocagem E Exposição De Produtos;
- Emitir Laudos De Tipificação De Carcaças;
- Interpretar Resultados De Exames Auxiliares De Diagnóstico;
- Monitorar Execução De Projetos De Licenciamento Ambiental;
- Responder Tecnicamente Por Serviços, Produtos E Processos Relacionados À Produção E Saúde Animal;
- Prescrever tratamento;
- Avaliar variabilidade genética de populações (Viabilidade);
- Fiscalizar estabelecimentos;
- Controlar trânsito de animais, eventos agropecuários e propriedades;
- Elaborar laudo técnico para auxiliar em questões judiciais;
- Elaborar programas de controle de pragas e vetores;
- Notificar irregularidades aos órgãos competentes;
- Desenvolver produtos com técnica de biologia molecular;
- Monitorar programas de controle de qualidade;
- Participar em comissões de biossegurança;
- Elaborar projetos de licenciamento ambiental;
- Notificar doenças de interesse à saúde animal;
- Realizar fertilização In Vitro;
- Auditorar funcionamento de estabelecimentos;
- Adaptar tecnologia de informática à produção animal;
- Examinar animal para programas de introdução, reintrodução, translocação e transferência;
- Executar análises laboratoriais de controle de qualidade;
- Avaliar programas de controle e erradicação de doenças;
- Expressar-se por meio de linguagem escrita;
- Testar produtos, equipamentos e processos;
- Analisar aspectos técnicos;
- Executar programas de desenvolvimento comunitário;
- Inspecionar produtos de origem animal;
- Emitir certificado de trânsito de animais, produtos e subprodutos de origem animal;
- Desenvolver programas de controle sanitário de plantéis;
- Coletar material para diagnóstico de doenças;
- Fazer levantamento epidemiológico de zoonoses;
- Realizar intervenções de odontologia veterinária;
- Elaborar programas de nutrição animal;
- Dimensionar plantel;
- Realizar eutanásia;
- Vistoriar laboratórios para fins de credenciamento, para análise de caráter oficial;
- Estabelecer interface entre informática e produção animal;
- diagnosticar patologias;
- Elaborar programas de controle e erradicação de doenças;
- Elaborar laudo genealógico;
- Realizar cirurgias;
- Instaurar processos administrativos em estabelecimentos infratores;
- Prestar orientação higiênico-sanitária nos estabelecimentos;
- Elaborar programas de controle e erradicação de zoonoses;
- Elaborar parecer técnico sobre condições de reprodução do animal;
- Emitir parecer técnico de aptidão para crédito rural;
- Coletar material para exames laboratoriais;
- Consultar legislação e normas internacionais;
- Desenvolver programas de melhoramento genético;
- Elaborar projetos técnicos para fins de crédito rural;
- Identificar situações de maus tratos a animais;
- Investigar surto de doença transmitida por alimentos;
- Argumentar de forma persuasiva;
- Executar atividades de educação sanitária;
- Analisar material para diagnóstico de doenças;
- Manipular microrganismos e subunidades, para utilização em processos biotecnológicos;
- Desenvolver programas de sobrevivência de espécies, a longo prazo;
- Realizar diagnóstico de eficiência produtiva;
- Integrar grupos de discussão sobre proteção animal;
- Coletar produtos para análise laboratorial;
- Avaliar características reprodutivas de animais;
- Supervisionar implantação e funcionamento dos sistemas de produção;
- Identificar temas relevantes para normatização e regulamentação;
- Praticar clínica médica veterinária, em todas as suas especialidades;
- Exercer defesa sanitária animal;
- Assessorar na elaboração de legislação pertinente;
- Contribuir para o bem-estar animal;
- Demonstrar competências pessoais;
- Comunicar-se;
- Fomentar produção animal;
- Promover saúde pública e defesa do consumidor;
- Atuar na preservação ambiental;
- Elaborar laudos, pareceres e atestados;
- Atuar na área de biotecnologia;
- Atuar na área comercial agropecuária;
- Desenvolver atividades de pesquisa e extensão;
- Atuar na produção industrial, tecnologia e controle de qualidade de produtos;
- Conduzir investigação epidemiológica e implementação de medidas de combate/controle de acidentes com animais peçonhentos.
- Elaborar e desenvolver modelos de planilhas para cadastro dos produtores rurais, suas propriedades, equipamentos e bens semoventes, nos diferentes programas relacionados à Medicina Veterinária.
- Realizar inspeção industrial e sanitária de Produtos de Origem Animal comestíveis e não comestíveis (SIM), assim como dos estabelecimentos instalados no Município que produzam matéria-prima, abatam, manipulem, beneficiem, transformem, industrializem, fracionem, preparem, transportem, acondicionem ou embale produtos de origem animal, adicionados ou não de produtos vegetais, suscetíveis de comercialização exclusiva no município.
- Participar da equipe multiprofissional de investigação epidemiológica de surtos de doenças transmitidas por alimentos, controlando focos epidêmicos e orientando os serviços que manipulam produtos alimentícios, com vistas à redução da morbimortalidade/mortalidade, causada por tais doenças.
- Participar de equipe multiprofissional na investigação de Saúde do Trabalhador nas áreas afins de sua profissão (abatedouros, frigoríficos, biotérios, zoológicos, entre outras).

- Fiscalizar e orientar empresas alimentícias quanto a segurança alimentar, conforme a legislação vigente.
- Instaurar processo administrativo sanitário relacionado ao comércio e distribuição de alimentos, produção e indústria de produtos, zoonoses, animais peçonhentos e sinantrópicos.
- Promover a educação em saúde à população em geral e a grupos específicos, quanto à industrialização, comercialização e consumo de alimentos, bem como controle e profilaxia de zoonoses para prevenir doenças.
- Planejar, desenvolver e executar campanhas e serviços de fomento e assistência técnica à criação de animais e à saúde pública, em âmbito municipal, valendo-se de levantamentos de necessidades e do aproveitamento dos recursos existentes.
- Colaborar na defesa da fauna, especialmente o controle da exploração das espécies silvestres, bem como de seus produtos.
- Instaurar processo administrativo ambiental.
- Coordenar e prestar assistência técnica, sanitária e nutricional a animais; supervisionar e realizar inspeção, sob o ponto de vista sanitário, tecnológico e de segurança, nas Unidades de Vigilância em Zoonoses - UVZ, nos Centros de Acolhimento e Abrigo para Animais (de produção, domésticos e silvestres) e zoológicos de responsabilidade municipal.
- Auxiliar na elaboração de projetos de leis, decretos, resoluções, instruções normativas e regulamentações, e demais legislações, no âmbito de sua competência.
- Desenvolver investigação epidemiológica e implementação de medidas de combate/controle de doenças de notificação epidemiológica obrigatória e compulsória relacionadas a zoonoses, antropozoonoses, animais sinantrópicos e vetores.
- Elaborar, coordenar, assessorar e executar programas para o combate e controle de vetores e fauna sinantrópica; controlar e combater pragas e vetores em áreas urbanas, peri-urbanas e rurais.
- Avaliar e dar parecer de projetos técnicos, memorial descritivo e fluxogramas relacionados à produção e manipulação de alimentos.
- Realizar eutanásia nos casos de risco à saúde humana e/ ou investigação epidemiológica de zoonoses e antropozoonoses.
- Avaliar condições de bem-estar animal.
- Elaborar, desenvolver e executar estratégias, de controle populacional e bem-estar animal, visando reduzir a incidência e a prevalência de zoonoses, agravo à saúde e ao meio ambiente; promover ações com outras secretarias municipais.
- Auxiliar nas pesquisas no campo da biologia e da etologia.
- Elaborar, desenvolver e participar na promoção de eventos, material didático e técnico, ministrando cursos e palestras com a finalidade de informar o munícipe sobre as medidas de controle sanitário/epidemiológico/ambiental, bem como representação de órgãos públicos e entidades privadas, junto aos mesmos.
- Proceder a vigilância de zoonoses, organizando e executando campanhas de vacinação (dos programas federais, estaduais e municipais), coleta de material biológico para diagnóstico de doenças de interesse em saúde e para controle de programas federais, estaduais e municipais; notificar doenças de interesse animal, efetuando levantamento de dados, avaliação sanitária/epidemiológica e pesquisas, para possibilitar o controle sanitário da população animal.
- Realizar Inseminação Artificial, e acompanhar os programas de melhoramento genético dos rebanhos animais.

(.....)

Art. 2º - As despesas decorrentes do cumprimento desta Lei correrão pelas dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 16 (dezesseis) dias do mês de dezembro do ano de 2025.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:B2A9787B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO Nº 010/2025 - CMDPI, 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PERIODO ANUAL 2024 - DO PAGAMENTO ATÉ 31/12/2024, DO INCENTIVO PARANÁ VIAJA MAIS 60. Del. 024/2023.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI de Itaperuçu/PR, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Municipal nº 631/2019 de 16 de setembro de 2019.

CONSIDERANDO a reunião ordinária, realizada no dia 17 de dezembro de 2025 as 09h, na sala dos Conselhos da Assistência Social, conforme deliberação registrada na Ata nº 012/2025
RESOLVE:

Art. 1º. Art. 1º. Aprovar a prestação de contas do período anual 2024 - do pagamento até 31/12/2024 do Incentivo Paraná Viaja mais 60, deliberação nº 024/2023.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na presente data, devendo ser publicada.

Itaperuçu/PR, 17 de dezembro de 2025.

JUCILENE CRISTINA VIDAL.
Presidente do CMDPI – Itaperuçu-PR.

Publicado por:
Adriana do Rocio de Franca
Código Identificador:CF933FF2

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO Nº 011/2025 - CMDPI, 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PERIODO ANUAL 2024 - DO PAGAMENTO ATÉ 31/12/2024 DO INCENTIVO AO SERVIÇO DE CENTRO-DIA E OUTRAS LINHAS DE AÇÃO EM PROL DA POPULAÇÃO IDOSA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI de Itaperuçu/PR, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Municipal nº 631/2019 de 16 de setembro de 2019.

CONSIDERANDO a reunião ordinária, realizada no dia 17 de dezembro de 2025 as 09h, na sala dos Conselhos da Assistência Social, conforme deliberação registrada na Ata nº 012/2025.
RESOLVE:

Art. 1º. Art. 1º. Aprovar a prestação de contas do período anual 2024 - do pagamento até 31/12/2024 do Incentivo ao Serviço Centro-Dia e outras linhas de Ação em prol da População Idosa, deliberação nº 019/2023.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na presente data, devendo ser publicada.

Itaperuçu/PR, 17 de dezembro de 2025.

JUCILENE CRISTINA VIDAL.
Presidente do CMDPI – Itaperuçu-PR.

Publicado por:
Adriana do Rocio de Franca
Código Identificador:F8A78550

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO Nº 012/2025 - CMDPI, 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PERIODO ANUAL 2024 - 01/01/2024 ATÉ 31/12/2024 DO INCENTIVO DE GARANTIA DE DIREITOS Á PESSOA IDOSA-CENTRO DE CONVIVENCIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI de Itaperuçu/PR, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Municipal nº 631/2019 de 16 de setembro de 2019.

CONSIDERANDO a reunião ordinária, realizada no dia 17 de dezembro de 2025 as 09h, na sala dos Conselhos da Assistência Social, conforme deliberação registrada na Ata nº 012/2025.
RESOLVE:

Art. 1º. Art. 1º. Aprovar a prestação de contas do período anual 2024 - 01/01/2024 até 31/12/2024 do Incentivo de Garantia de Direitos à Pessoa Idosa – Centro de Convivência.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na presente data, devendo ser publicada.

Itaperuçu/PR, 17 de dezembro de 2025.

JUCILENE CRISTINA VIDAL.
Presidente do CMDPI – Itaperuçu-PR.

Publicado por:
Adriana do Rocio de Franca
Código Identificador:D86C8D88

GABINETE DO PREFEITO
"REPUBLICADO POR INCORREÇÃO" LEI Nº 967/2025 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025.

SÚMULA: ALTERA *A LEI MUNICIPAL Nº 283/2006 DE 20 DE JUNHO DE 2006, CONFORME* ESPECÍFICA.

A **Câmara Municipal de ITAPERUÇU**, Estado do Paraná, aprovou e eu, **EDILSON RUIZ DE FREITAS, Prefeito Municipal**, SANCIONO a seguinte lei:

L E I

Art. 1º. Altera os artigos **5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12 e 13 da Lei Municipal nº 283/2006 de 20 de junho de 2006**, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 5º. *Fica transformado o Conselho Municipal de Meio Ambiente - CMMA, criado no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em Conselho Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico (COMASA).*
Parágrafo único. O COMASA é um órgão colegiado, consultivo de assessoramento ao Poder Executivo Municipal e deliberativo no âmbito de sua competência, sobre as questões ambientais propostas nesta Lei, e as questões de saneamento básico propostas na Lei Municipal nº 511/2016 e demais leis correlatas.
Art. 6º. *Ao Conselho Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico - COMASA compete, além das atribuições previstas nas Leis Municipais n.º 283/2006 e nº 511/2016:*
XXV - Auxiliar na formulação, planificação e execução da Política Municipal de Saneamento Básico, definir estratégias e prioridades, acompanhar e avaliar a sua execução.
XXVI - Opinar e dar parecer sobre projetos de leis, convênios, tarifas, taxas e preços relacionados à Política Municipal de Saneamento Básico e Ambiental.
XXVII - Propor a convocação e estruturar a comissão organizadora da Conferência da Cidade sobre Saneamento Básico.
Art. 7º. *O suporte financeiro, técnico e administrativo indispensável à instalação e ao funcionamento do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico será prestado diretamente pela Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.*
Art. 8º. *O COMASA será composto, de forma paritária, por representantes do Poder Executivo Municipal e por representantes de organizações não governamentais, sendo cada vaga ocupada por um membro titular e seu respectivo suplente.*

§ 1º Os representantes serão indicados pelos poderes que representam.

§ 2º Os membros do COMASA serão nomeados pelo Prefeito Municipal, através de Decreto.

§ 3º O número de representes do COMASA, formado por representantes do Poder Público e das Organizações Não - Governamentais, ficando limitado ao número máximo de 08 (oito) representantes, sendo composto por titulares e suplentes.

Art. 9º. *A função dos membros do COMASA não será remunerada, e será considerado como serviço de relevante valor social.*

Art. 10. *As sessões do COMASA serão públicas e os atos deverão ser amplamente divulgados.*

Art. 11. *O mandato dos membros do COMASA é de dois anos, permitida uma recondução.*

Art. 12*. No prazo de 10 (dez) dias úteis de sua instituição por Decreto do Prefeito Municipal, o conselho elegerá, dentro de seus pares, uma diretoria composta de:*
I - Presidente;
II - Vice-Presidente;
III - Secretário Geral;

Parágrafo único. Para cada cargo será também indicado seu respectivo suplente.
Art. 13*. No prazo máximo de 90 (noventa) dias após sua instalação e constituição dos membros, o COMASA elaborará o seu Regimento Interno."*

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marjory Louise Pedroso de Moraes
Código Identificador:AAB58D38

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 321/2025

CONTRATO Nº 321/2025
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 52/2025
INTERVENIENTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
LOCADOR: MARILAINE PAULA ZANIBONI
LOCATÁRIO: AMANDA DE FRANCA LEITE
OBJETO: "LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA BENEFÍCIO DE ALUGUEL SOCIAL EM FAVOR DE AMANDA DE FRANÇA LEITE, SITUADO NA RUA ASSEMBLEIA DE DEUS, Nº 62, BAIRRO JARDIM ITAÚ, CIDADE DE ITAPERUÇU, ESTADO DO PARANÁ DE ACORDO COMA LEI MUNICIPAL Nº 819/2023 E ALTERAÇÕES.
DO VALOR: R$ 600,00 (SEISCENTOS REAIS) MENSAIS, TOTALIZANDO R$ 3.600,00 (TRÊS MIL E SEISCENTOS REAIS) PELO PERIODO DE 06 (SEIS) MESES.
DATA DA ASSINATURA: 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
DA VIGÊNCIA: 06 (SEIS) MESES.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:FD879BE3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 323/2025

CONTRATO Nº 323/2025
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 053/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: SIGMA EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.

CNPJ: 46.491.393/0001-84.
OBJETO: "AQUISIÇÃO DE LIVROS PARADIDÁTICOS DESTINADOS AOS ESTUDANTES DO 1º AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL"
DO VALOR: R$ 680.152,00 (SEISCENTOS E OITENTA MIL, CENTO E CINQUENTA E DOIS REAIS).
DATA DA ASSINATURA: 16 DE DEZEMBRO DE 2025
DA VIGÊNCIA: 6 (SEIS) MESES.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:D04EFEF6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 326/2025

CONTRATO Nº 326/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 109/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: IL PRESTADORA DE SERVIÇOS EM TRANSPORTE E CONSERVAÇÃO EIRELI.
CNPJ: 27.059.940/0001-02.
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR URBANO, COM MOTORISTAS DEDICADOS, VISANDO ATENDER OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO, CONFORME ROTAS ESTABELECIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO"
DO VALOR: R$ 3.399.934,00 (TRÊS MILHÕES TREZENTOS E NOVENTA E NOVE MIL E NOVECENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS)
DATA DA ASSINATURA: 16 DE DEZEMBRO DE 2025.
DA VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:6AC9F539

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO N° 001/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 055/2025
MUNICIPIO: ITAPERUÇU-PR
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA – A.P.M.I
CNPJ: 72.106.289/0001-39
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DESTE TERMO DE FOMENTO A TRANSFERÊNCIA Á ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E INFÂNCIA A.P.M.I DE ITAPERUÇU, DE RECURSOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA – PPD.
VALOR: R$ 3.648,60 (TRÊS MIL, SEISCENTOS E QUARENTA E OITO REAIS E SESSENTA CENTAVOS), TRANSFERIDOS EM 12 (DOZE) PARCELAS DE R$ 304,05 (TREZENTOS E QUATRO MIL REAIS E CINCO CENTAVOS).
DATA DA ASSINATURA: 16 DE DEZEMBRO DE 2025.
DA VIGÊNCIA: DE 02 DE JANEIRO DE 2026 A 31 DE DEZEMBRO DE 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:6CB73812

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO N° 005/2025

INEXIGIBILIDADE Nº 054/2025
MUNICIPIO: ITAPERUÇU-PR
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA – A.P.M.I
CNPJ: 72.106.289/0001-39
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DESTE TERMO DE FOMENTO A TRANSFERÊNCIA Á ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E INFÂNCIA A.P.M.I DE ITAPERUÇU, CONFORME APROVADO POR MEIO DA RESOLUÇÃO Nº 011/2025 DE 04 DE SETEMBRO DE 2025 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, DESTINADOS AO PROJETO: ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO.
VALOR: R$ 4.117,99 (QUATRO MIL, CENTO E DEZESSETE REAIS E NOVENTA E NOVE CENTAVOS).
DATA DA ASSINATURA: 16 DE DEZEMBRO DE 2025.
DA VIGÊNCIA: DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025 A 01 DE DEZEMBRO DE 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:F2206AB4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1° ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 023/2025 – VALOR

CONTRATO DE RATEIO Nº 023/2025
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 124/2024
PARTES: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU E CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA GESTÃO DE RESIDUOS SOLIDOS URBANOS
OBJETO: "CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA GESTAO DE RESÍDUOS SOLIDOS"
DO VALOR: R$ 30.647,19 (TRINTA MIL, SEISCENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E DEZENOVE CENTAVOS).
DATA DA ASSINATURA: 11 DE DEZEMBRO DE 2025.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:7D76EFB9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 007/2025 – PRAZO

CONTRATO Nº 007/2025
MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº 124/2024
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: WOLNEY RUTH SANTANA & CIA LTDA
CNPJ: 44.116.889/0001-42
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS, PROTETORES DE PNEUS E CÂMARAS DE AR, PARA UTILIZAÇÃO NOS VEÍCULOS DA FROTA OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU-PR"
DO PRAZO: 12 (DOZE) MESES, INICIANDO-SE O PRAZO DE VIGÊNCIA EM 213 DE JANEIRO DE 2026 E ENCERRANDO-SE EM ATÉ 13 DE JANEIRO DE 2027.
DATA DA ASSINATURA: 10 DE DEZEMBRO DE 2025.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:6C8959AF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 030/2025 – PRAZO E VALOR

CONTRATO Nº 030/2025
MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº 129/2024
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: ANDREIA RUTZ SCHNEIDER DE BARROS – MERCADO
CNPJ: 13.243.880/0001-79
OBJETO: "AQUISIÇÃO PARCELADA DE BEBIDAS PARA ATENDER A DEMANDA DE EVENTOS E REUNIÕES PEDAGÓGICAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO"
DO VALOR: R$ 7.325,00 (SETE MIL, TREZENTOS E VINTE E CINCO REAIS).
DO PRAZO: 12 (DOZE) MESES, INICIANDO-SE O PRAZO DE VIGÊNCIA EM 21 DE JANEIRO DE 2026 E ENCERRANDO-SE EM ATÉ 21 DE JANEIRO DE 2027.
DATA DA ASSINATURA: 10 DE DEZEMBRO DE 2025.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:0ED69F35

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 53/2025 – PRAZO

CONTRATO Nº 53/2025
MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº 128/2024
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: NEW REGLY LTDA
CNPJ: 03.448.836/0001-41
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS".
DO PRAZO: 12 (DOZE) MÊSES, INICIANDO-SE EM 26 DE FEVEREIRO DE 2026 E ENCERRANDO-SE EM 26 DE FEVEREIRO DE 2027.
DATA DA ASSINATURA: 15 DE DEZEMBRO DE 2025.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:D401E821

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N°71/2025 – ACRÉSCIMO QUANTITATIVO

CONTRATO Nº 71/2023
MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº 015/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: MULTIMED COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
CNPJ: 35.854.326/0001-60
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAL DE CURATIVO PARA USO NO PROGRAMA MUNICIPAL DE TRATAMENTO DE FERIDAS DE PÉ DIABÉTICO, INSTITUÍDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE".
DO VALOR: R$ 41.653,29 (QUARENTA E UM MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E VINTE E NOVE CENTAVOS).
DATA DA ASSINATURA: 15 DE DEZEMBRO DE 2025.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:83FF0E5E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N°223/2023 - RENOVAÇÃO

CONTRATO Nº 223/2023
MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº 096/2023
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: ARTIGAS & MAZUR SERVIÇOS ELETRICOS LTDA.
CNPJ: 31.067.793/0001-90
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, EM EQUIPAMENTOS MÉDICOS E MÓVEIS HOSPITALARES NOS ESTABELECIMENTOS MUNICIPAIS DE SAÚDE".
DO VALOR: R$ 37.190,00 (TRINTA E SETE MIL CENTO E NOVENTA REAIS).
DATA DA ASSINATURA: 10 DE DEZEMBRO DE 2025.
DA VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:EFF192EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 226/2023 - PRAZO

CONTRATO Nº 226/2023
MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº 104/2023
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: DR-COMÉRCIO DE PRODUTOS DOMISSANITARIOS.
CNPJ: 41.013.834/0001-19.
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE FRALDAS INFANTIS E ADULTAS PARA ATENDIMENTO DO SETOR DE SERVIÇO SOCIAL DESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE".
DATA DA ASSINATURA: 10 DE DEZEMBRO DE 2025.
DA VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:1F85E2CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 3° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 254/2022-PRAZO

CONTRATO Nº 254/2022
MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº 124/2022
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: VALDETE BARBARA WOSCH DA SILVA ME.
CNPJ: 86.725.637/0001-60
OBJETO: "AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EVENTOS E DECORAÇÕES PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS DEPARTAMENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL."
DO PRAZO: 12 (DOZE) MESES, INICIANDO-SE O PRAZO DE VIGÊNCIA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2025 E ENCERRANDO-SE EM ATÉ 12 DE DEZEMBRO DE 2026.
DATA DA ASSINATURA: 03 DE DEZEMBRO DE 2025

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:0663CAE2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 153/2025

LICITAÇÃO PARA EMPRESA AMPLA CONCORRENCIA
Data Limite para Abertura de proposta: até: 16/01/2026 às 08h15min.
Data Para Abertura da Sala de disputa : 16/01/2026 às 09h00min.
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de utensílios domésticos para as escolas municipais e CMEIS de Educação Infantil e Ensino Fundamental, garantindo condições adequadas para o preparo e o fornecimento da alimentação escolar, de acordo com as normas de higiene e segurança.
VALOR MÁXIMO: Valor Total R$ 141.233,42 (cento e quarenta e um mil duzentos e trinta e três reais e quarenta e dois centavos).
TIPO: MENOR PREÇO
Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico *http://www.bnc.org.br no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC Informações Complementares: O(s) Edital(s) poderá (ao) ser retirados por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br ou no site da Prefeitura através do Portal da Transparencia: http://72.44.30.34:7474/transparencia/licitacoes .*
Itaperuçu/PR, 17 de dezembro de 2025.

LETÍCIA FERNANDA CAVALLI
Pregoeira Oficial
Portaria n° nº 380/2025

Publicado por:
Leticia Fernanda Cavalli
Código Identificador:CA978F28

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 154/2025

LICITAÇÃO COM LOTES EXCLUSIVOS PARA ME E EPP NO ÂMBITO REGIONAL DA COMARCA DE RIO BRANCO DO SUL

Data Limite para Abertura de proposta: até: 19/01/2026 às 08h15min.
Data Para Abertura da Sala de disputa : 19/01/2026 às 09h00min.
Objeto: ***Contratação de empresa especializada no fornecimento de Materiais Descartáveis, Embalagens e Insumos para Preparo de Alimentos a fim de atender as Demandas do Hospital Municipal de Itaperuçu"***
VALOR MÁXIMO: R$ 28.885,50 (vinte e oito mil oitocentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos)
TIPO: MENOR PREÇO
Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico *http://www.bnc.org.br no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC Informações Complementares: O(s) Edital(s) poderá (ao) ser retirados por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br ou no site da Prefeitura através do Portal da Transparencia: http://72.44.30.34:7474/transparencia/licitacoes .*
Itaperuçu/PR, 17 de dezembro de 2025.

LETÍCIA FERNANDA CAVALLI
Pregoeira Oficial
Portarianº 380/2025

Publicado por:
Leticia Fernanda Cavalli
Código Identificador:0AD6DE32

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 155/2025

LICITAÇÃO PARA EMPRESA AMPLA CONCORRENCIA
Data Limite para Abertura de proposta: até: 20/01/2026 às 08h15min.
Data Para Abertura da Sala de disputa : 20/01/2026 às 09h00min.
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de eletrodomésticos para as escolas e CMEIS municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental, garantindo conforto, segurança e funcionalidade. A aquisição se faz necessária para suprir demandas urgentes e contínuas relacionadas ao preparo da merenda escolar e para a melhoria das condições de trabalho dos profissionais"
VALOR MÁXIMO: Valor Total R$ 125.622,47 (cento e vinte e cinco mil seiscentos e vinte e dois reais e quarenta e sete centavos).
TIPO: MENOR PREÇO
Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico *http://www.bnc.org.br no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC Informações Complementares: O(s) Edital(s) poderá (ao) ser retirados por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br ou no site da Prefeitura através do Portal da Transparencia: http://72.44.30.34:7474/transparencia/licitacoes .*
Itaperuçu/PR, 17 de dezembro de 2025.

LETÍCIA FERNANDA CAVALLI
Pregoeira Oficial
Portarianº 380/2025

Publicado por:
Leticia Fernanda Cavalli
Código Identificador:1ABEA722

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA N° 036/2025 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, do município de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder período de gozo de férias a servidora**, Maria Eduarda de Miranda,** portadora da Cédula de Identidade **RG: **.***.***-*/PR, Matrícula 60621,** ocupante do Cargo Efetivo de **Assistente Social,** referente ao Período Aquisitivo 2024 a 2025, a serem usufruídas no período compreendido entre os dias 05 de janeiro de 2026 a 19 de janeiro de 2026.

Parágrafo Único – Fica autorizado o pagamento do terço constitucional de férias ao servidor nominado no Caput deste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

THAÍSE ELIETE MIRANDA
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria N° 007/2025

Publicado por:
Maria Eduarda de Miranda
Código Identificador:65B6CE4F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA N° 037/2025 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, do município de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder período de gozo de férias a servidora **Maria Karoline Lapola** portadora da Cédula de Identidade **RG: **.***.***-*/PR,** matrícula **5730-1,** ocupante do Cargo de comissão **Coordenador**, referente ao Período Aquisitivo 2023 a 2024, a serem usufruídas no período compreendido entre os dias 12 de Janeiro de 2026 a 21 de Janeiro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

THAÍSE ELIETE MIRANDA
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria N° 007/2025

Publicado por:
Maria Eduarda de Miranda
Código Identificador:156EA542

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA N° 038/2025 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, do município de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder período de gozo de férias a servidora**, Ana Luiza Sansão,** portadora da Cédula de Identidade **RG: **.***.***/*PR, Matrícula 6156-1**, ocupante do Cargo Comissionado **Gestor de Núcleo,** referente ao Período Aquisitivo 2024 a 2025, a serem usufruídas no período compreendido entre os dias 05 de janeiro de 2026 a 14 de janeiro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

THAÍSE ELIETE MIRANDA
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria N° 007/2025

Publicado por:
Maria Eduarda de Miranda
Código Identificador:CDCA393E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA N° 039/2025 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, do município de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:
Art. 1º- Conceder período de gozo de férias ao servidor**, Rodrigo Sielski,** portador da Cédula de Identidade **RG: *.***.***-*/PR, Matrícula 4013-1,** ocupante do Cargo Efetivo de **Psicólogo,** referente ao Período Aquisitivo 2024 a 2025, a serem usufruídas no período compreendido entre os dias 19 de janeiro de 2026 a 07 de fevereiro de 2026.

Parágrafo Único – Fica autorizado o pagamento do terço constitucional de férias ao servidor nominado no Caput deste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

THAÍSE ELIETE MIRANDA
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria N° 007/2025

Publicado por:
Maria Eduarda de Miranda
Código Identificador:6403762B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA N° 040/2025 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, do município de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder período de gozo de férias a servidora **Adriana do Rocio de Franca,** portadora da Cédula de Identidade **RG: *.***.***-*/PR,** matrícula **1010-1,** ocupante do Cargo efetivo de **Assistente Administrativo**, referente ao Período Aquisitivo 2024 a 2025, a serem usufruídas no período compreendido entre os dias 05 de Janeiro de 2026 a 19 de Janeiro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

THAÍSE ELIETE MIRANDA
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria N° 007/2025

Publicado por:
Maria Eduarda de Miranda
Código Identificador:A1FFBED0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA N° 041/2025 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, do município de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder período de gozo de férias a servidora **Layanny Cristina de Souza,** portadora da Cédula de Identidade **RG: **.***.***-*/PR,** matrícula **6312-1,** ocupante do Cargo **Conselheira Tutelar**, referente ao Período Aquisitivo 2024 a 2025, a serem usufruídas no período compreendido entre os dias 05 de Janeiro de 2026 a 14 de Janeiro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

THAÍSE ELIETE MIRANDA
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria N° 007/2025

Publicado por:
Maria Eduarda de Miranda
Código Identificador:36809D31

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA N° 042/2025 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, do município de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder período de gozo de férias a servidora**, Elaise Fernanda Bueno,** portadora da Cédula de Identidade **RG: **.***.***-*/PR, Matrícula 6204-1,** ocupante do Cargo Efetivo de **Psicóloga,** referente ao Período Aquisitivo 2024 a 2025, a serem usufruídas no período compreendido entre os dias 05 de janeiro de 2026 a 24 de janeiro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

THAÍSE ELIETE MIRANDA
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria N° 007/2025

Publicado por:
Maria Eduarda de Miranda
Código Identificador:48074878

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA N° 043/2025 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, do município de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder período de gozo de férias a servidora**, Ingrid Aline Camargo,** portadora da Cédula de Identidade **RG: **.***.***-*/PR, Matrícula 6175-1,** ocupante do Cargo Efetivo de **Assistente Administrativo,** referente ao Período Aquisitivo 2024 a 2025, a serem usufruídas no período compreendido entre os dias 05 de janeiro de 2026 a 19 de janeiro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

THAÍSE ELIETE MIRANDA
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria N° 007/2025

Publicado por:
Maria Eduarda de Miranda
Código Identificador:FC904A59

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA N° 044/2025 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder período de gozo de férias a servidora**, Neriane Balmant de Cristo Leite,** portador da Cédula de Identidade **RG: *.***.***-*/PR, Matrícula 6240-1,** ocupante do Cargo Efetivo de **Psicóloga,** referente ao Período Aquisitivo 2024 a 2025, a serem usufruídas no período compreendido entre os dias 05 de janeiro de 2026 a 19 de janeiro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

THAÍSE ELIETE MIRANDA
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria N° 007/2025

Publicado por:
Maria Eduarda de Miranda
Código Identificador:8B8D2FE4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA N° 045/2025 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, do município de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder período de gozo de férias a servidora **Carine dos Santos Costa** portadora da Cédula de Identidade **RG: **.***.***-*/PR,** matrícula **63431,** ocupante do Cargo de comissão **Coordenador**, referente ao Período Aquisitivo 2024 a 2025, a serem usufruídas no período compreendido entre os dias 05 de Janeiro de 2026 a 19 de Janeiro de 2026.

Parágrafo Único – Fica autorizado o pagamento do terço constitucional de férias ao servidor nominado no Caput deste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

THAÍSE ELIETE MIRANDA
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria N° 007/2025

Publicado por:
Maria Eduarda de Miranda
Código Identificador:C1B10AB0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA N° 046/2025 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, do município de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder período de gozo de férias a servidora**, Hillari Nicoli Kulevcz,** portador da Cédula de Identidade **RG: **.***.***-*/PR, Matrícula 60651,** ocupante do Cargo Efetivo de **Psicólogo,** referente ao Período Aquisitivo 2024 a 2025, a serem usufruídas no período compreendido entre os dias 12 de janeiro de 2026 a 31 de janeiro de 2026.

Parágrafo Único – Fica autorizado o pagamento do terço constitucional de férias ao servidor nominado no Caput deste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

THAÍSE ELIETE MIRANDA
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria N° 007/2025

Publicado por:
Maria Eduarda de Miranda
Código Identificador:2C921353

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA N° 047/2025 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder período de gozo de férias o servidor**, Eli Matilde Ribas,** portador da Cédula de Identidade **RG: *.***.***-*/PR, Matrícula 6184-1,** ocupante do Cargo Efetivo de **Assistente Social,** referente ao Período Aquisitivo 2024 a 2025, a serem usufruídas no período compreendido entre os dias 05 de janeiro de 2026 a 19 de janeiro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

THAÍSE ELIETE MIRANDA
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria N° 007/2025

Publicado por:
Maria Eduarda de Miranda
Código Identificador:40D7ABB3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA N° 048/2025 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, do município de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder período de gozo de férias a servidora**, Ana Paula Faria da Silva,** portadora da Cédula de Identidade **RG: **.***.***-*/PR, Matrícula 61791** ocupante do Cargo Efetivo de **Educador Social,** referente ao Período Aquisitivo 2024 a 2025, a serem usufruídas no período compreendido entre os dias 05 de janeiro de 2026 a 03 de fevereiro de 2026.

Parágrafo Único – Fica autorizado o pagamento do terço constitucional de férias ao servidor nominado no Caput deste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

THAÍSE ELIETE MIRANDA
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria N° 007/2025

Publicado por:
Maria Eduarda de Miranda
Código Identificador:F1B3ADC2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA N° 049/2025 DE 01 DE JANEIRO DE 2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, do município de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder período de gozo de férias a servidora **Patrícia de Fátima Pinheiro,** portadora da Cédula de Identidade **RG: *.***.***-*/PR, Matrícula 1059-1,** ocupante do Cargo Efetivo de **Operador de Computador,** referente ao Período Aquisitivo 2024 a 2025, a serem usufruídas no período compreendido entre os dias 02 de fevereiro de 2026 a 11 de fevereiro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

THAÍSE ELIETE MIRANDA
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria N° 007/2025

Publicado por:
Maria Eduarda de Miranda
Código Identificador:B643033D

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
PORTARIA Nº 183/2025, 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

"Dispõe sobre a nomeação de membros titulares e suplentes, para composição do COMITÊ DO TRANSPORTE ESCOLAR – do município de Itaperuçu – Paraná, para biênio 2025 a 2027."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO do município de Itaperuçu, Estado do Paraná, **GERSON CECCON**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros para compor o **Comitê Municipal de Transporte Escolar,** conforme rege a Lei nº 837/2023, e a Resolução 777/2013 – GS/SEED. O comitê será composto pelos seguimentos abaixo relacionados e seus respectivos representantes:

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:
TITULAR: **ROSANE STRESSER**
SUPLENTE: **DIRCÉLIA DORNELLES**

REPRESENTANTES DOS DIRETORES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO:
TITULAR: **JUCIANE DE BONFIM SANTOS**
SUPLENTE: **SÔNIA MARIA DE FRANÇA LEITE**

REPRESENTANTES DOS DIRETORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO:
TITULAR: **ROSENEIA APARAECIDA LINS BENATTO (Presidente)**
SUPLENTE: **MARIA HELENA SALES DIAS SANTOS**

REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS:
TITULAR: **JOCELI PORTES DE BARROS (Vice-presidente)**
SUPLENTE: **ROSELI TEIXEIRA DE LARA**

Art. 2º - Dessa forma fica nomeados os membros do **Comitê Municipal de Transporte Escolar**, para o mandato de 2 (dois) anos), a partir da publicação.

Art. 3º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GERSON CECCON
Sec. Mun. de Educação, Cultura e Turismo
Portaria nº 015/2021

Publicado por:
Sirlei Terezinha Fernandes Luz
Código Identificador:94661D76

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
"REPUBLICAR POR INCORREÇÃO" INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº10 /2025

DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS PARA DISTRIBUIÇÃO DE TURMAS ENTRE OS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ITAPERUÇU

A **Secretaria Municipal de Educação de Itaperuçu**, DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS PARA DISTRIBUIÇÃO DE TURMAS ENTRE OS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ITAPERUÇU
O Secretário de Educação Cultura e Turismo no uso de atribuições legais:
Considerando: a importância de assegurar a equidade na composição das turmas, respeitando a carga horária, a lotação, as especificidades pedagógicas e as condições estruturais de cada unidade escolar e a necessidade de organizar, de forma justa e transparente, o processo de distribuição de turmas entre os professores do Ensino Fundamental da rede municipal, **RESOLVE**:
EMITE A PRESENTE INSTRUÇÃO:
Art. 1º
Esta Instrução Normativa estabelece os critérios e procedimentos para a organização e distribuição de turmas aos professores do Ensino Fundamental nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Itaperuçu.
Art. 2º
A escolha das turmas será realizada anualmente, no último mês do ano letivo, conforme cronograma definido pela equipe gestora da unidade escolar, com acompanhamento da Secretaria Municipal de Educação, que se dará por meio da análise, validação e registro do processo e de seus resultados, não sendo necessária a presença de representantes da Secretaria no momento da distribuição das turmas nas unidades escolares.
§ 1º O processo de escolha terá validade para o **ano letivo subsequente**, garantindo que os professores iniciem suas atividades já alocados nas respectivas turmas.
§ 2º A convocação para o processo de distribuição de turmas será feita por meio de comunicação oficial da unidade escolar, com antecedência mínima de 4 (quatro) dias úteis.
Art. 3º
A ordem de preferência na escolha das turmas será estabelecida com base nos seguintes critérios, aplicados **de forma sucessiva e cumulativa**, considerando a pontuação-:
I – **Tempo de atuação como servidor público municipal na unidade escolar**, comprovado por meio de documentação. Pontuação: **0,1 ponto** por ano de trabalho.

II – **Participação nas formações do programa Formadores em Ação**, com comprovação por meio de certificados **ou** declaração emitida pela Secretaria Municipal de Educação. Pontuação: **0,5 pontos**.

III – **Nível de escolaridade**, considerando a formação acadêmica na área da Educação, conforme documentação apresentada no ato da atribuição. Pontuação: **1,0 (sendo considerada uma graduação)**, **0,5 (cada pós-graduação)**, **1,0 (mestrado), 1,0 (doutorado).**
Parágrafo único. Em caso de empate após a aplicação dos critérios acima, será considerada a **Maior idade**, conforme data de nascimento registrada nos documentos pessoais.
Art. 4º
A atribuição de turmas deverá considerar, sempre que possível, o perfil profissional do docente e as especificidades pedagógicas das turmas disponíveis.
Art. 5º
A participação no processo de escolha é obrigatória para todos os professores efetivos em exercício. Os professores afastados por licença médica ou outro impedimento legal deverão ser representados por procurador legalmente constituído.
Art. 6º
Casos omissos serão analisados pela Direção da Unidade Escolar em conjunto com a equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação.
Art. 7º
Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos aplicáveis ao processo de distribuição de turmas a partir do ano letivo de 2026.

Itaperuçu, 15 de dezembro de 2025.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPERUÇU
Publicado por:
Sirlei Terezinha Fernandes Luz
Código Identificador:591D74F0

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS
PORTARIA N° 012/2025 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025.

PORTARIA N° 012/2025 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO DE OBRAS PÚBLICAS, do Município de Itaperuçu Estado do Paraná no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:
Art. 1º- Conceder período de gozo de férias a servidora **Vivian Vanessa de Cristo**, portadora do **RG:1******* 9, matrícula 62421,** ocupante do Cargo de Gestor de Núcleo. Referente ao Período Aquisitivo **2024/2025**, a serem usufruídas no período compreendido entre os dias **05 de janeiro de 2026 à 24 de janeiro de 2026.**

Parágrafo Único – Fica autorizado o pagamento do terço constitucional de férias ao servidor nominado no Caput deste artigo.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

JOEL A.A. FERREIRA JUNIOR
Secretário de Obras Públicas

Publicado por:
Eunice Gefer Stresser de Jesus
Código Identificador:E62B49D6

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS
PORTARIA N° 013/2025 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025.

Portaria N° 013/2025 de 01 de dezembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE OBRAS PÚBLICAS, do Município de Itaperuçu Estado do Paraná no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder período de gozo de férias a servidora **Eunice Gefer Stresser de Jesus**, portadora do **RG:5****** **2, matrícula 947-1,** ocupante do cargo de Assistente Administrativo. Referente ao Período Aquisitivo **2023/2024**, a serem usufruídas no período compreendido entre os dias **05 de janeiro de 2026 à 14 de janeiro de 2026.**

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

JOEL A.A. FERREIRA JUNIOR
Secretário de Obras Públicas

Publicado por:
Eunice Gefer Stresser de Jesus
Código Identificador:290F782E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA 544/2025 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório o equivalente a **14** auxílio alimentação referente ao mês de novembro de 2025, para o servidor **Maicon dos Santos Faria,** portador do **RG 8********8/PR**, matricula **67411**, ocupante do cargo de **Motorista de Ambulância**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:0569E687

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA 545/2025 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório o equivalente a **18** auxílio alimentação referente ao mês de novembro de 2025, para o servidor **Ageu Lapola Costa,** portador do **RG 8*******6/PR**, matricula **60501**, ocupante do cargo de **Motorista.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:91D6ADF1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA 546/2025 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório o equivalente a **14** auxílio alimentação referente **ao** mês de novembro de 2025, para o servidor **Alessandro Castro dos Santos,** portador do **RG 1*******6/PR**, matricula **38181**, ocupante do cargo de **Motorista II**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:FA39CDA4

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA 547/2025 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório, o equivalente a **15** dias de auxilio alimentação referente ao mês de novembro de 2025, para o servidor **Ademar Bonfim dos Santos,** portador do **RG: 1********7 PR**, matricula **65711,** ocupante do cargo de **Motorista de ambulância.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:F1A16EA0

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA 548/2025 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório, o equivalente a **14** dias de auxilio alimentação referente ao mês de novembro de 2025, para o servidor **Denilson Jose de Faria,** portador do **RG: 5********9 PR**, matricula **38311,** ocupante do cargo de **Motorista ll**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:5636D34F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA 549/2025 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório o equivalente a **18** auxílio alimentação referente **ao** mês de novembro de 2025, para o servidor **Alex Sandro Pereira Campos,** portador do **RG 7*******8 PR**, matricula **10331**, ocupante do cargo de **Motorista**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:EF90F359

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA 551/2025 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório, o equivalente a **16** dias de auxilio alimentação referente ao mês de novembro de 2025, para o servidor **Lenilson Jose Mendes Ouriques,** portador do **RG: RG: 8*******3 PR**, matricula **42501,** ocupante do cargo de **Motorista ll**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:A09C3538

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA 552/2025 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório o equivalente a **16** auxílio alimentação referente **ao** mês de novembro de 2025, para o servidor **Rodrigo Rodrigues da Silva,** portador do **RG 1********0 /PR**, matricula **60571**, ocupante do cargo de **Motorista de Ambulância**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:86AB124D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA 553/2025 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório o equivalente a **12** auxílio alimentação referente ao mês de novembro de 2025, para o servidor **Giovane de Faria Ramos,** portador do **RG 8*******3/PR**, matricula **60491**, ocupante do cargo de **Motorista de Ambulância**.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:32032426

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA 554/2025 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório o equivalente a 17 auxílio alimentação referente ao mês de novembro de 2025, para o servidor **Adriano José Sousa,** portador do **RG 8********0/PR**, matricula **60481**, ocupante do cargo de **Motorista ll**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:AE82E7EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA 556/2025 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório, o equivalente a 15 auxílio alimentação referente ao mês de novembro de 2025, para o servidor **Antoniel Gonçalves,** portador do **RG 8*******6/PR**, matricula **60511**, ocupante do cargo de **Motorista ll**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:2ED489D3

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA 557/2025 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório o equivalente a **18** auxílio alimentação referente ao mês de novembro de 2025, para o servidor **Peterson Luiz de Cristo,** portador do **RG: 1********6/PR**, matricula **42411**, ocupante do cargo de **Motorista.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:CAE9FF99

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA 557/2025 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório o equivalente a **18** auxílio alimentação referente ao mês de novembro de 2025, para o servidor **Peterson Luiz de Cristo,** portador do **RG: 1********6/PR**, matricula **42411**, ocupante do cargo de **Motorista.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:1E5FB1EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA 558/2025 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório, o equivalente a **14** dias de auxilio alimentação referente ao mês de novembro de 2025, para o servidor **Valerio Fernando Lopes,** portador do **RG: 3********1 PR**, matricula **60561,** ocupante do cargo de **Motorista ll**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:623A2BE4

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA 559/2025 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2025 – SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder período de gozo de férias ao servidor **Erivan Freire Braga,** portadora da Cédula de Identidade **RG 1********1/PR,** matrícula **62361,** ocupante do Cargo de **Psicólogo**, referente ao Período Aquisitivo **2024 a 2025,** a serem usufruídas no período compreendido entre os dias **26 de janeiro de 2026 a 04 de fevereiro de 2026.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.
.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:405436A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA 560/2025 DE 02 DE DEZEMBRO DE DE 2025 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório, o equivalente a **16** dias de auxilio alimentação referente ao mês de novembro de 2025, para o servidor **Osvaldir Jussiel Melnik,** portador do **RG: 1********3/ PR**, matricula **66821,** ocupante do cargo de **Motorista de ambulância.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:4E3095D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA 561/2025 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2025 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder período de gozo de férias a servidora **Giovana Jesus de Cristo Stresser,** portadora da Cédula de Identidade **RG:8*******1/PR,** matrícula **38051,** ocupante do Cargo de **Agente Comunitária de Saúde**, referente ao Período Aquisitivo **2024** a **2025**, a serem usufruídas no período compreendido entre os dias **15 de janeiro de 2026 a 03 de Fevereiro de 2026.**

Parágrafo Único - Fica autorizado o **pagamento do terço constitucional de férias** ao servidor nominado no Caput deste artigo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:DFAEA0DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 543/2025 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório, o equivalente a **16** dias de auxilio alimentação referente ao mês de novembro de 2025, para o servidor **João dos Santos Machado,** portador do **RG: 7******6 PR**, matricula **378161,** ocupante do cargo de **Motorista ll**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:D60C7701

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 550/2025 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório o equivalente a **16** auxílio alimentação referente **ao** mês de novembro de 2025, para o servidor **Florentino Machado de Miranda,** portador do **RG: 3*******7/PR**, matricula **7641**, ocupante do cargo de **Motorista de Ambulância**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:3B7ED39C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 555/2025 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório o equivalente a **15** auxílio alimentação referente ao mês de novembro de 2025, para o servidor **Edgar Dolinski Batista,** portador do **RG 1*********0 /PR**, matricula **67971**, ocupante do cargo de **Motorista de ambulância**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE DE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:6026355B

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
PORTARIA N° 014/2025 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025.

Portaria N° 014/2025 de 01 de dezembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE TRANSPORTES, do Município de Itaperuçu Estado do Paraná no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder período de gozo de férias ao servidor **José Costa Machado**, portador do **RG:8******* 6, matrícula 64541,** ocupante do Cargo de Gestor de Núcleo. Referente ao Período Aquisitivo **2024/2025**, a serem usufruídas no período compreendido entre os dias **05 de janeiro de 2026 à 03 de fevereiro de 2026.**

Parágrafo Único – Fica autorizado o pagamento do terço constitucional de férias ao servidor nominado no Caput deste artigo.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

MIGUEL PORTES DE BARROS
Secretário de Transportes

Publicado por:
Eunice Gefer Stresser de Jesus
Código Identificador:341FF83C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

ADMINISTRAÇÃO - CONTABILIDADE II
DECRETO 157/2025

DECRETO Nº 157/2025
De 17 de dezembro de 2025.

SÚMULA: Dispõe sobre Autorização do Poder Executivo Municipal em abertura de crédito adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação de dotação na LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1.621/2024, e sobre a alteração da meta de trabalho na Lei Municipal nº 1.425/2021 do PPA 2022 a 2025, e na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias - Lei Municipal nº 1.588/2024, e dá outras providências.

GILSON JOSÉ GOIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.621/2024 de 26 de novembro de 2024 e pela Lei Federal nº 4.320/64 de 17 de março de 1964.

DECRETA:

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir no orçamento-programa do município de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, para o exercício de 2025, um Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação no valor de R$ 70.100,00 (setenta mil e cem reais), na seguinte dotação:

05000:- SECRETARIA DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE
05002:- DIRETORIA EXECULTIVA DE SAÚDE
05002:1030100082.133 – Gestão das Atividades das Unidades Básica de Saúde
300000:- DESPESAS CORRENTES
310000:- PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
319000:- APLICAÇÕES DIRETAS
319011:- Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil (Ficha 355).. R$ 20.000,00
TOTAL ..... R$ 20.000,00
FONTE: 1051 – Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias
05002:1030300082.134 – Manter a Gestão do Bloco de Assistência Farmacêutica
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
339032:- Material, Bem ou Serv p Distribuição Gratuita (Ficha 422)... R$ 5.000,00
TOTAL ..... R$ 5.000,00
FONTE: 303 – Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)
05002:1030200082.139 – Gestão das Atividades do Hospital Municipal
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
339008:- Outros Benefíc Assistenciais do Serv e do Militar (Ficha 405). R$ 500,00
TOTAL ..... R$ 500,00
FONTE: 303 – Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)

06000:- SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
06001:- SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
06001:0812200122.140 – Gestão das Atividades da Secretaria de Assistência Social
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
339039:- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (Ficha 475).. R$ 15.000,00
TOTAL..... R$ 15.000,00
FONTE: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
06001:0824400092.149 – Gestão das Despesas do Programa FEAS/ PPAS
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
339032:- Material, Bem ou Serv p Distribuição Gratuita (Ficha 545)... R$ 600,00
TOTAL ..... R$ 600,00
FONTE: 1011 – Transferências de Outros Programas

07000:- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTES E CULTURA
07002:- EDUCAÇÃO MUNICIPAL
07002:1212200062.156 – Gestão das Atividades da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
339039:- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (Ficha 619).. R$ 10.000,00
TOTAL..... R$ 10.000,00
FONTE: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
07002:1236100062.159 – Gestão das Atividades do CMEI Pequeno Príncipe
300000:- DESPESAS CORRENTES
310000:- PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
319000:- APLICAÇÕES DIRETAS
319011:- Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil (Ficha 691).. R$ 16.000,00
TOTAL ..... R$ 16.000,00
FONTE: 103 – 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
339039:- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (Ficha 716).. R$ 3.000,00
TOTAL..... R$ 3.000,00
FONTE: 103 – 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB

TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.....R$ 70.100,00

Art. 2º Para utilização do Crédito Adicional SUPLEMENTAR, disposto no artigo 1º deste decreto, serão utilizados os recursos provenientes de Tendência de Excesso de Arrecadação de Recursos Vinculados no valor de R$ 70.100,00 (setenta mil e cem reais), proveniente da seguinte fonte:

(Tendência de Excesso de Arrecadação)

17.13.50.31.02.00.00.00 PISO NACIONAL - AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS - F. 1051	20.000,00
13.21.01.01.05.31.00.00 REND. APLIC. FINANC. - PISO UNICO DA ASSISTENCIA SOCIAL - F. 1011	600,00
17.11.51.21.00.00.00.00. COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS EXTRAORDINÁRIAS – PRINCIPAL F 000	49.500,00

TOTAL GERAL DE TENDENCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	***70.100,00***

Art. 3 Sejam realizadas as modificações orçamentárias, conforme descritas nos artigos 1º e 2º deste Decreto, estão previstas no artigo 4º da Lei Orçamentária Anual LOA nº 1.621/2024, as alterações abrangerá o PPA – Plano Plurianual, instituído pela Lei Nº 1.425/2021 e suas alterações com vigência nos exercícios de 2022 a 2025, e na LDO-Lei de Diretrizes Orçamentárias, instituída pela Lei Municipal Nº 1.588/2024 com vigência para o exercício de 2025.

Art. 4º Este Decreto, entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco (16/12/2025).

GILSON JOSÉ DE GOIS
Prefeito

Publicado por:
Giseli Dore Guilhem
Código Identificador:3A6C9380

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 456/2025

PORTARIA Nº 456/2025

SÚMULA: Concede férias regulamentares ao servidor de cargo em comissão Filipe Augusto de Oliveira e estabelece outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, exercendo as competências que lhe são outorgadas pela legislação vigente, em especial a Lei Complementar Municipal nº 002/2022 e, Considerando o requerimento apresentado pelo servidor, **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao servidor Filipe Augusto de Oliveira, matrícula nº 796, CPF 088.4**.***-92, com o cargo em comissão de Diretor Executivo de Esportes e Cultura, lotado na Secretaria de Educação, Esportes, Cultura e Turismo – Divisão de Ensino, para o período aquisitivo de 2024/2025, conforme abaixo:

I - O período das férias será usufruído entre os dias 18/12/2025 e 16/01/2026, totalizando 30 (trinta) dias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 17 dias do mês de dezembro de 2025.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

VALDIRENE LUCAS DA SILVA.
Secretária de Educação, Esportes, Cultura e Turismo.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:DC874F0A

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 457/2025

PORTARIA Nº 457/2025

SÚMULA: Concede fracionamento de férias regulamentares a servidora Maiara Gabrieli Machado Meneghello e estabelece outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, exercendo as competências que lhe são outorgadas pela legislação vigente e, Considerando o requerimento apresentado pela servidora e a necessidade de atender ao interesse público, **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder o fracionamento de férias regulamentares a servidora Maiara Gabrieli Machado Meneghello**,** matricula nº 888**,** CPF 085.***.***-12, com o cargo comissionado de Diretor do Departamento de Enfermagem, lotada no Hospital Municipal – Divisão de Saúde, para o período aquisitivo de 2024/2025, conforme detalhado abaixo:

I - O período das férias fracionadas será usufruído entre os dias 11/12/2025 e 20/12/2025, totalizando 10 (dez) dias.

Art. 2º - Os demais períodos serão definidos de acordo com as necessidades administrativas e em consonância com requerimento da servidora.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11/12/2025, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 17 dias do mês de dezembro de 2025.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

JOSIELY LISBOA BENVINDO DA SILVA
Diretor Executivo de Saúde.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:0CE5738A

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 458/2025

PORTARIA Nº 458/2025

SÚMULA: Conceder férias regulamentar a servidora Claudineia Guedes Federighi e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentar, a servidora Claudinéia Guedes Federighi**,** matricula nº 880**,** CPF 024.4**.***-22, período aquisitivo de 2024/2025, com o cargo efetivo de Técnico de Enfermagem, lotada no Hospital Municipal – Diretoria Executiva de Saúde.

Art. 2º - A férias ora concedida, será usufruída no período de 16/12/2025 a 14/01/2026.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16/12/2025, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 17 dias do mês de dezembro de 2025.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

JOSIELY LISBOA BENVINDO DA SILVA.
Diretor Executivo de Saúde.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:75BEB2E2

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 459/2025

PORTARIA Nº 459/2025

SÚMULA: Concede prorrogação da Licença para Tratamento de Saúde a servidora Vera Lucia da Silva Delmiro, como abaixo se especifica e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal n.º 085/90, e
CONSIDERANDO o atestado médico apresentado pela Servidora;
CONSIDERANDO os artigos 81 a 86, da Lei Municipal 085/90, de 18 de dezembro de 1990, **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder prorrogação da Licença para Tratamento de Saúde, a servidora Vera Lucia da Silva Delmiro, matrícula nº 309, CPF 774.4**.***-15, com o cargo de auxiliar de serviços gerais, lotada na Secretaria de Saúde – Diretoria Executiva de Saúde.

Art. 2º - A prorrogação da Licença para Tratamento de Saúde ora concedida, será no período de 03/12/2025 a 01/04/2026, totalizando 120 (cento e vinte) dias, conforme atestado médico, podendo ser alterada mediante parecer conclusivo da junta médica ou do médico perito.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 17 dias do mês de dezembro de 2025.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

JOSIELY LISBOA BENVINDO DA SILVA
Diretor Executivo de Saúde.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:A88B9737

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO CONTRATOS - PE322025

EXTRATO CONTRATOS
REF:PREGÃO ELETRONICO nº. 032/2025
PARTES: Município de Itaúna do Sul – CNPJ: 75.458.836/0001-33
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021. Início: 17/12/2025.
DATA DE ASSINATURA:17/12/2025.
GILSON JOSE DE GOIS. PREFEITO MUNICIPAL.
OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), uniformes e calçados, visando garantir a segurança, saúde e integridade física dos servidores públicos do Município de Itaúna do Sul-PR, em conformidade com as Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego.

ESPÉCIE:CONTRATO nº 0128/2025.
FORNECEDOR: DALEM - DISTRIBUIDORA DE EPI S LTDA, E-mail : dalem@dalem.com.br, Telefone : (44) 3224-8918, Whatsapp : (44) 99922-0231, CNPJ/CPF : 82.262.718/0001-10.

ESPÉCIE:CONTRATO nº 0129/2025.
FORNECEDOR: MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA, E-mail : mastersulepis@gmail.com, Telefone : (54) 3523-2014, Whatsapp : (54) 98412-1340, CNPJ/CPF : 18.274.923/0001-05.

ESPÉCIE:CONTRATO nº 0130/2025.
FORNECEDOR: VALLS NEGOCIOS LTDA) ANDRE GUSTAVO DE MOURA GONCALVES CNPJ: 39.447.638/0001-00.

ESPÉCIE:CONTRATO nº 0131/2025.
FORNECEDOR: LICITEC COMERCIAL LTDA, E-mail: LICITEC-E@LICITEC-E.COM.BR, Telefone: (11) 4564-6845, Whatsapp: (11) 99231-9707, CNPJ: 10.614.837/0001-84.

ESPÉCIE:CONTRATO nº 0132/2025.
FORNECEDOR: J R EQUIPAMENTO DE PROTECAO INDIVIDUAL LTDA, E-mail : wagner-lopes12@hotmail.com, Telefone : (44) 9950-8037, Whatsapp : (44) 99923-7740, CNPJ/CPF : 35.742.680/0001-01.

Este extrato será publicado no Diário Oficial deste Município (AMP) em conformidade com a legislação vigente.

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:DA1F4E30

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO -TERMO ADJ.HOM.PE322025

EXTRATO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO Nº 032/2025
Processo Administrativo 0115.2025
OBJETO DO CONTRATO: Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), Uniformes e Calçados para atender todas as secretarias e órgãos do Municípios;
FUNDAMENTO LEGAL: (Lei 14.133/2021)
CONTRATADA: DALEM - DISTRIBUIDORA DE EPI S LTDA 82.262.718/0001-10, JR EQUIPAMENTO DE PROTECAO INDIVIDUAL LTDA 35.742.680/0001-01, LICITEC COMERCIAL LTDA 10.614.837/0001-84, MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA, 18.274.923/0001-05, VALLS NEGOCIOS LTDA 39.447.638/0001-00,
VALOR TOTAL: R$75.433,57
VIGÊNCIA: 12 (DOZE) meses podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021.
AUTORIDADE COMPETENTE: Gilson José de Gois – Prefeito Municipal.
FORO: Comarca de Nova Londrina-PR
LOCAL E DATA: Itaúna do Sul-PR, 17 de dezembro de 2025

O presente processo foi devidamente instruído com todos os documentos pertinentes e teve sua regularidade verificada pela assessoria jurídica. Com base nas razões expostas, a autoridade competente, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, determina a formalização do contrato com a empresa mencionada, conforme as condições especificadas no processo.

Responsável pela Pesquisa de Preços: Silvio de Mazzi dos Santos – Técnico em Segurança do Trabalho

Publicação:
Este extrato será publicado no Diário Oficial deste Município (AMP) para garantir a transparência e publicidade do ato, conforme disposto na legislação vigente.

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:BCE592FA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO N° 316/2025
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 096/2025 PREGÃO ELETRÔNICO 092/2025

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de kits de materiais escolares para os alunos da Rede Municipal de Ensino e Materiais de Escritório, LOTE 1-5
CONTRATADA: MAGIC PAPER ATACADO DE PAPELARIA LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 2.449,00
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 15/12/2025

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –
Prefeito Municipal

EDUARDA CASTELHONE DE DEUS –
Representante Legal

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:9A264E0D

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO N° 317/2025
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 096/2025 PREGÃO ELETRÔNICO 092/2025

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de kits de materiais escolares para os alunos da Rede Municipal de Ensino e Materiais de Escritório, LOTE 2, 3, 4
CONTRATADA: GIOVANNY GROCHOSKI - PAPELARIA
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 26.430,00
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 11/12/2025

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –
Prefeito Municipal

GIOVANNY GROCHOSKI –
Representante Legal

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:A0DCF3D8

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO N° 320/2025
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 097/2025 PREGÃO ELETRÔNICO 093/2025

OBJETO: Aquisição de sêmen bovino, botijão de nitrogênio líquido com capacidade de 20,5 litros, bainhas, aplicador de sêmen e luvas destinadas à realização de procedimentos de inseminação artificial em bovinos, LOTE 11, 16, 18, 19
CONTRATADA: SIMMA AGRONEGOCIOS LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 28.299,00
Vigência: 12 meses
Data da assinatura:15/12/2025

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –
Prefeito Municipal

LOURIAN TELEGINSKI SIMIONATO –
Representante Legal

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:CD5E9C3D

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO N° 321/2025
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 097/2025 PREGÃO ELETRÔNICO 093/2025

OBJETO: Aquisição de sêmen bovino, botijão de nitrogênio líquido com capacidade de 20,5 litros, bainhas, aplicador de sêmen e luvas destinadas à realização de procedimentos de inseminação artificial em bovinos, LOTE 1, 4, 5, 6, 12
CONTRATADA: CASSIANO ALVES BELLO
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 127.159,94
Vigência: 12 meses
Data da assinatura:15/12/2025

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –
Prefeito Municipal

CASSIANO ALVES BELLO –
Representante Legal

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:F49CA1E0

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO N° 322/2025
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 097/2025 PREGÃO ELETRÔNICO 093/2025

OBJETO: Aquisição de sêmen bovino, botijão de nitrogênio líquido com capacidade de 20,5 litros, bainhas, aplicador de sêmen e luvas destinadas à realização de procedimentos de inseminação artificial em bovinos, LOTE 24
CONTRATADA: ANA ALVES RODRIGUES FERNANDES
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 5.520,00
Vigência: 12 meses
Data da assinatura:16/12/2025

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –
Prefeito Municipal

ANA ALVES RODRIGUES FERNANDES –
Representante Legal

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:2D22D939

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO N° 324/2025
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 097/2025 PREGÃO ELETRÔNICO 093/2025

OBJETO: Aquisição de sêmen bovino, botijão de nitrogênio líquido com capacidade de 20,5 litros, bainhas, aplicador de sêmen e luvas destinadas à realização de procedimentos de inseminação artificial em bovinos, LOTE 7, 10, 13, 15
CONTRATADA: MERITO GENETICA REPRESENTACOES E EMPREENDIMENTOS AGROPECUARIOS LTD
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 36.004,00
Vigência: 12 meses
Data da assinatura:15/12/2025

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –
Prefeito Municipal

ROSELEIDA CASSIMIRO DE GODOI CANEDO –
Representante Legal

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:CE06C492

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO N° 325/2025
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 097/2025 PREGÃO ELETRÔNICO 093/2025

OBJETO: Aquisição de sêmen bovino, botijão de nitrogênio líquido com capacidade de 20,5 litros, bainhas, aplicador de sêmen e luvas destinadas à realização de procedimentos de inseminação artificial em bovinos, LOTE 21, 22, 23
CONTRATADA: 42.122.830 JEFERSON ARISTÓTELES MATEUS DA SILVA
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 10.719,96
Vigência: 12 meses
Data da assinatura:15/12/2025

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –
Prefeito Municipal

JEFERSON ARISTÓTELES MATEUS DA SILVA –
Representante Legal

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:5968C42A

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO N° 326/2025
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 097/2025 PREGÃO ELETRÔNICO 093/2025

OBJETO: Aquisição de sêmen bovino, botijão de nitrogênio líquido com capacidade de 20,5 litros, bainhas, aplicador de sêmen e luvas destinadas à realização de procedimentos de inseminação artificial em bovinos, LOTE 2, 3, 8, 9, 14, 25
CONTRATADA: REMOLO REY QUESADA ME
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 46.573,00
Vigência: 12 meses
Data da assinatura:15/12/2025

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –
Prefeito Municipal

REMOLO REY QUESADA –
Representante Legal

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:0156C5F4

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 279/2025

PORTARIA Nº 279/2025

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.044/2013,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder ao Sr. **DEOCLICIANO GROCHOSKI DA SILVA**, OPERADOR DE MÁQUINAS, férias regulamentares de trinta (30) dias a que tem direito referente ao período aquisitivo de 05/09/2024 a 04/09/2025, para o período concessivo de 05 de janeiro de 2026 à 03 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de janeiro de 2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 17 de dezembro de 2025.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:42450068

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 280/2025

PORTARIA Nº 280/2025

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 73, 74, 75 e 76, capítulo III, Título III, da Lei Municipal nº 395 de 22 de dezembro de 1992,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal Sr. **SERGIO CANTERI**, Motorista, do Quadro de Pessoal, férias regulamentares de vinte (20) dias a que tem direito, no período concessivo de 05 de janeiro de 2026 a 24 de janeiro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de janeiro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 17 de dezembro de 2025.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:159AEF5F

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 281/2025

PORTARIA Nº 281/2025

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 73, 74, 75 e 76, capítulo III, Título III, da Lei Municipal nº 395 de 22 de dezembro de 1992,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal Sra **JOSIANE RIBEIRO PADILHA**, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, do Quadro de Pessoal, férias regulamentares de trinta (30) dias a que tem direito, no período concessivo de 05 de janeiro de 2026 a 03 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de janeiro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 17 de dezembro de 2025.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:952D0A6D

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 282/2025

PORTARIA Nº 282/2025

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 73, 74, 75 e 76, capítulo III, Título III, da Lei Municipal nº 395 de 22 de dezembro de 1992,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal Sr. **LUCIDIO NUNES GARCIA**, Motorista, do Quadro de Pessoal, férias regulamentares de quinze (15) dias a que tem direito, no período concessivo de 05 de janeiro de 2026 a 19 de janeiro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de janeiro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 17 de dezembro de 2025.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:FAB4BA51

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 283/2025

PORTARIA Nº 283/2025

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 73, 74, 75 e 76, capítulo III, Título III, da Lei Municipal nº 395 de 22 de dezembro de 1992,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal Sra **LUCIENE MANHAES DE PAULA SPALER**, PROFESSORA, do Quadro de Pessoal, férias regulamentares de trinta (30) dias a que tem direito, no período concessivo de 02 de janeiro de 2026 a 31 de janeiro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 17 de dezembro de 2025.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:D57C913B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

GABINETE DO PREFEITO
LEI N. º 990/2025 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

CRIA O FUNDO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS E FIXA CRITÉRIOS PARA O RATEIO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA AOS PROCURADORES DO QUADRO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE IVATUBA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CAMÂRA MUNICIPAL DE IVATUBA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE;

LEI:
CAPÍTULO I
DO FUNDO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS – FHS

Art. 1º Fica instituído o Fundo de Honorários Sucumbenciais – FHS, com a finalidade exclusiva de receber e distribuir os valores provenientes de honorários advocatícios de sucumbência destinados aos Procuradores integrantes da Carreira da Advocacia Pública do Poder Executivo do Município de Ivatuba.

Art. 2º Constituem receitas do Fundo de Honorários Sucumbenciais – FHS os seguintes ingressos financeiros:
I – os valores pagos a título de honorários advocatícios, decorrentes da quitação de débitos regularmente inscritos em dívida ativa do Município, nos termos do art. 602 da Lei Municipal nº 260/2001 (Código Tributário Municipal) e do art. 23 da Lei Federal nº 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia e da OAB);
II – os valores provenientes de alvarás judiciais relativos a honorários advocatícios, decorrentes de processos judiciais em que o Município de Ivatuba figure como parte;
III – os rendimentos e juros obtidos com as aplicações financeiras dos recursos pertencentes ao Fundo de Honorários Sucumbenciais do Município de Ivatuba.

Art. 3º Os valores referidos nesta Lei serão repassados aos seus beneficiários nos prazos e condições estabelecidos nos arts. 4º e 7º desta norma.
§ 1º A Secretaria Municipal de Administração efetuará o lançamento dos valores relativos aos honorários no pagamento dos Procuradores do Município, utilizando rubrica orçamentária própria constante na Lei Orçamentária Anual.

§ 2º Compete à Secretaria Municipal de Administração realizar a retenção, em separado, do Imposto de Renda na fonte incidente sobre os valores pagos na forma do § 1º, cujo produto será destinado à União, conforme dispõe o art. 153, inciso III, combinado com o art. 158, inciso I, da Constituição Federal.
§ 3º Os valores percebidos como honorários advocatícios sucumbenciais pelos Procuradores Municipais, nos termos desta Lei, não se incorporam ao seu padrão de vencimento, para qualquer efeito.
§ 4º Não incide contribuição previdenciária sobre os valores distribuídos na forma desta Lei.

Art. 4º As receitas do Fundo de Honorários Sucumbenciais do Município de Ivatuba serão distribuídas em cotas iguais entre os Procuradores efetivos em exercício, integrantes da Carreira da Advocacia Pública Municipal, observada a carência mínima de 6 (seis) meses de efetivo exercício no cargo para os novos membros da carreira.

Art. 5º Quando os valores forem recebidos na forma do inciso II do art. 2º, o Procurador Municipal habilitado no respectivo processo judicial deverá requerer ao juízo competente a expedição de alvará eletrônico, informando os dados bancários vinculados ao Fundo de Honorários Sucumbenciais – FHS, para viabilizar a transferência direta dos valores à conta específica do fundo.
Parágrafo único. Nos casos em que os honorários de sucumbência forem pagos sem a necessidade de expedição de alvará judicial, caberá à Secretaria Municipal da Fazenda adotar os procedimentos administrativos necessários para garantir o recolhimento direto dos valores à conta bancária específica do Fundo de Honorários Sucumbenciais – FHS.

CAPÍTULO II
DO RATEIO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS – FHS

Art. 6º Para fins de recebimento dos honorários sucumbenciais previstos no art. 8º desta Lei, são considerados integrantes da Carreira da Advocacia Pública do Município os Procuradores Municipais investidos em cargo efetivo.

Art. 7º Para cumprimento do disposto no art. 4º, a Secretaria Municipal de Administração deverá apurar, mensalmente, o valor arrecadado a título de honorários sucumbenciais no mês anterior, promovendo as devidas retenções legais e o lançamento correspondente em folha de pagamento, observando-se o teto remuneratório estabelecido no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.
Parágrafo único. Os recursos do Fundo de Honorários Sucumbenciais - FHS serão distribuídos na sua totalidade entre os Procuradores do quadro, em cotas iguais, em exercício no Município, mediante apuração das cotas individuais por meio da divisão do saldo existente na conta do Fundo, apurado na forma do caput, e será pago juntamente com a remuneração mensal.

Art. 8º A vantagem prevista no art. 7º será descrita como "Sucumbência/Produtividade" para fins de transparência ativa.
Parágrafo único. As receitas do Fundo não integram o percentual da receita municipal destinado à Procuradoria Jurídica do Município previsto na Lei Orçamentária Anual.

Art. 9º Não fará jus à distribuição dos honorários sucumbenciais o integrante da Carreira da Advocacia Pública do Município que se enquadrar em qualquer das seguintes hipóteses:
I - afastado para prestar serviços à disposição de órgão estranho à Administração Direta do Município;
II - afastado preventivamente em Processo Administrativo Disciplinar;
III - afastado na forma dos artigos 61 e 222 da Lei municipal n.º 263/2002;
IV - que por qualquer motivo não esteja desempenhando atividades jurídicas no âmbito da Administração Direta do Município, exceto em gozo de férias e nos casos de licenças previstas nos arts. 130, 143 ao 150 e 156, da Lei Municipal 263/2002.
V - que não tenha completado 06 (seis) meses de efetivo exercício no cargo público;
VI - que tenha sido contratado temporariamente, para atender a excepcional interesse público, na forma da lei.

Art. 10. Os recursos serão recolhidos em Fundo de Honorários Sucumbenciais (FHS) da Procuradoria do Município criado para esta finalidade pela Secretaria Municipal da Fazenda, cuja receita será registrada em rubrica orçamentária própria.
§ 1º Os recursos a que se refere o presente artigo serão depositados exclusivamente no Fundo Especial, devendo os Procuradores Municipais indicar os dados bancários quando da solicitação dos respectivos alvarás de levantamento ou de expedição de ofício de transferência, na forma explicitada no art. 5º desta Lei.
§ 2º Fica vedado o levantamento de valores pelos Procuradores Municipais em nome próprio ou conta diversa da criada para atender os dispositivos desta Lei.

CAPÍTULO III
DAS ATRIBUIÇÕES DA PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO

Art. 11. Para fins de aplicação da presente Lei, a Procuradoria Jurídica do Município poderá:
I - editar normas para operacionalizar o crédito e a distribuição dos valores dos honorários de sucumbência;
II - fiscalizar a correta destinação dos honorários sucumbenciais;
III - adotar as providências necessárias para que os honorários sucumbenciais sejam creditados pontualmente;
IV - requisitar dos órgãos e das entidades públicas responsáveis as informações cadastrais, contábeis e financeiras necessárias à apuração, ao crédito dos valores e à identificação das pessoas beneficiárias dos honorários.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 12. Ficam convalidados os valores percebidos pelos Advogados Públicos na Procuradoria Jurídica do Município de Ivatuba anteriormente à edição da presente Lei, a título de honorários advocatícios de sucumbência.
Parágrafo único. O disposto nesta Lei tem validade para todas as ações judiciais em que figure como parte o Município de Ivatuba ou o Fundo Municipal de Previdência de Ivatuba, inclusive às ajuizadas antes de sua vigência.

Art. 13. O Fundo de Honorários Sucumbenciais - FHS será fiscalizado pelo Procurador-Geral do Município, em conjunto com seus beneficiários.

Art. 14. É nula qualquer disposição, cláusula, regulamento ou ato administrativo que retire, no todo ou em parte, dos Procuradores Municipais o direito à distribuição dos honorários advocatícios sucumbenciais na forma prevista nesta Lei.

Art. 15. A contar da vigência desta Lei, eventuais valores pendentes de levantamento perante qualquer Juízo, para os quais já foram informados os dados bancários pessoais do Procurador Municipal, deverão ser transferidos ao FHS, em observância ao disposto nos §§ 1º e 2º, do art. 10.
Parágrafo único. Sem prejuízo dos dispositivos anteriores, não integrarão o rateio previsto no parágrafo único do art. 7º, os honorários sucumbenciais que, quando da vigência desta Lei, já tenham sido fixados judicialmente, ainda que não tenha havido trânsito em julgado da decisão judicial ou iniciado eventual fase de cumprimento de sentença, os quais serão devidos unicamente ao Procurador atuante na demanda.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal José Gimenes Alvares, 17 de dezembro de 2025

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:76B269D6

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 991, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Súmula:- Altera o art. 156 da Lei Municipal nº 263, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Ivatuba, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, aprovou e Eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

LEI:-

Art. 1º - O art. 156 da Lei Municipal nº 263, de 26 de abril de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 156 –** Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor fará jus ao gozo de três meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, percebendo a remuneração integral do cargo que ocupar no momento da fruição da licença."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 17 (dezessete) dias do mês de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:183BF13B

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 992, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Súmula:- Dispõe sobre a criação de vagas para os cargos de Psicólogo, Médico, Farmacêutico e Procurador Municipal na estrutura de Cargos de Provimento Efetivo do Executivo Municipal de Ivatuba e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, aprovou e Eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

LEI:-

Art. 1º - Ficam criadas 02 (duas) vagas para o cargo de Psicólogo, 01 (uma) vaga para o cargo de Médico, 01 (uma) vaga para o cargo de Farmacêutico e 01 (uma) vaga para o cargo de Procurador Municipal, na Estrutura de Cargos de Provimento Efetivo do Executivo Municipal de Ivatuba, aprovada pela Lei Municipal nº 230/2000, conforme tabela abaixo:

Denominação do Cargo	Nº de Vagas	Carga Horária	Escolaridade	Vencimento Inicial R$
Psicólogo	02	20h	Ensino Superior em Psicologia + Registro no CRP	R$ 2.985,87
Médico	01	20h	Ensino Superior em Medicina + Registro no CRM	R$ 7.983,66
Farmacêutico	01	40h	Ensino Superior em Farmácia + Registro CRF	R$ 4.406,97
Procurador Municipal	01	20h	Ensino Superior em Direito + Registro na OAB	R$ 8.941,71

Art. 2º - O preenchimento das vagas criadas por esta Lei será realizado mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, nos termos art. 37, inciso II, da Constituição Federal, e legislação municipal vigente.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal, suplementadas se necessário.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 17 (dezessete) dias do mês de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:5FE146BB

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 993, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Súmula**:-** Concede Vale-Alimentação adicional anual aos servidores públicos municipais e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, aprovou e Eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

LEI:-

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, no exercício de 2025, o pagamento de Vale-Alimentação adicional anual aos servidores ativos estatutários ou celetistas, agentes políticos, ocupantes de cargos em comissão, contratados, bem como aos conselheiros tutelares, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Ivatuba, nos termos da Lei nº 951/2025.

Art. 2º - O Vale-Alimentação adicional anual terá natureza **indenizatória,** observado o valor vigente na data de sua concessão, preservando-se integralmente as disposições constantes da Lei Municipal nº 951/2025.

Art. 3º - O pagamento do Vale-Alimentação adicional anual corresponderá ao valor mensal estabelecido pela Lei Municipal nº 951/2025 e será realizado **no mês de dezembro de 2025**.

Art. 4º - Aplicam-se ao Vale-Alimentação adicional anual as regras constantes na Lei nº 951/2025.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal, podendo ser suplementadas, se necessário.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 17 (dezessete) dias do mês de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:579077CE

GABINETE DO PREFEITO
LEI N. º 995/2025 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE VAGA PARA O CARGO DE ENGENHEIRO CIVIL NA ESTRUTURA DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE IVATUBA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CAMÂRA MUNICIPAL DE IVATUBA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE;

LEI:

Art. 1º Fica criada 01 (uma) vaga para o cargo de Engenheiro Civil, na Estrutura de Cargos de Provimento Efetivo do Executivo Municipal de Ivatuba, aprovada pela Lei Municipal nº 230/2000, para atender à Secretaria Municipal de Planejamento e Obras, conforme tabela abaixo:

Denominação do Cargo	Número de Vagas	Carga Horária	Escolaridade	Vencimento inicial R$
Engenheiro Civil	01	20 h	Ensino Superior em engenharia Civil + Registro no CREA	R$ 3.257,34

Art. 2º O preenchimento da vaga ora criada será realizado por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme exigência do art. 37, inciso II, da Constituição Federal, e nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal José Gimenes Alvares, 17 de dezembro de 2025

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:49E87262

GABINETE DO PREFEITO
LEI N. º 996/2025 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

ALTERA A NUMERAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI N. 950/2025 QUE INSTITUI O VALE ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE IVATUBA, ESTADO DO PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CAMÂRA MUNICIPAL DE IVATUBA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE;

LEI:

Art. 1º Altera o parágrafo único do artigo primeiro da Lei n. 950, de 28 de março de 2025, que passará a ser denominado de parágrafo primeiro e inclui o parágrafo segundo no artigo primeiro com a seguinte redação:
§1º Cada servidor receberá, a título de indenização, de natureza precária, transitória e mensal, apenas 01 (um) vale alimentação, independentemente do número de vínculos que possui junto à Câmara Municipal de Vereadores.
§ 2º O valor do benefício de que trata o artigo primeiro consiste na dobra do vale alimentação que será pago excepcionalmente no mês de dezembro de cada ano, e corresponderá o valor R$ 800,00 (oitocentos reais) que será pago no mês de dezembro do exercício corrente.

Art. 2º Os demais dispositivos da Lei Municipal n. 950/2025, permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal José Gimenes Alvares, 17 de dezembro de 2025

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:304ABF0B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 014/2025-PMI
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº. 032/2025-PMI

ORGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de medicamentos, visando atender às demandas e necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ivatuba, conforme especificações constantes no Anexo 01 do edital, e conforme especificações nos autos do processo de Pregão Eletrônico (SRP) nº. 032/2025-PMI.

PREÇOS REGISTRADOS DO FORNECEDOR: PRO SAUDE – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ: 07.344.756/0001-05.

CLASSIFICAÇÃO E CADASTRO DE RESERVAS DE ACORDO COM OS VALORES OFERTADOS

EMPRESA/CNPJ	VALOR TOTAL DO LOTE 01
PRO SAUDE – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – 07.344.756/0001-05	79.440,30

EMPRESA/CNPJ	VALOR TOTAL DO LOTE 02
PRO SAUDE – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – 07.344.756/0001-05	76.148,20

EMPRESA/CNPJ	VALOR TOTAL DO LOTE 03
PRO SAUDE – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – 07.344.756/0001-05	76.313,80

EMPRESA/CNPJ	VALOR TOTAL DO LOTE 04
PRO SAUDE – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – 07.344.756/0001-05	51.780,57

EMPRESA/CNPJ	VALOR TOTAL DO LOTE 05
LOTE DESERTO	

EMPRESA/CNPJ	VALOR TOTAL DO LOTE 06
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – 85.247.385/0001-49	57.959,25

EMPRESA/CNPJ	VALOR TOTAL DO LOTE 07
LICITE SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – 34.223.536/0001-98	21.999,07

FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
INÍCIO DA VIGÊNCIA: **17 de dezembro de 2025.**
TÉRMINO DA VIGÊNCIA: **17 de dezembro de 2026.**
FORO: **Comarca de Paiçandu, Paraná.**

Ivatuba/Pr, 17 de dezembro de 2025.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:0A14A593

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 015/2025-PMI
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº. 032/2025-PMI

ORGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de medicamentos, visando atender às demandas e necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ivatuba, conforme especificações constantes no Anexo 01 do edital, e conforme especificações nos autos do processo de Pregão Eletrônico (SRP) nº. 032/2025-PMI.

PREÇOS REGISTRADOS DO FORNECEDOR: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ: 85.247.385/0001-49.

CLASSIFICAÇÃO E CADASTRO DE RESERVAS DE ACORDO COM OS VALORES OFERTADOS

EMPRESA/CNPJ	VALOR TOTAL DO LOTE 01
PRO SAUDE – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – 07.344.756/0001-05	79.440,30

EMPRESA/CNPJ	VALOR TOTAL DO LOTE 02
PRO SAUDE – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – 07.344.756/0001-05	76.148,20

EMPRESA/CNPJ	VALOR TOTAL DO LOTE 03
PRO SAUDE – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – 07.344.756/0001-05	76.313,80

EMPRESA/CNPJ	VALOR TOTAL DO LOTE 04
PRO SAUDE – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – 07.344.756/0001-05	51.780,57

EMPRESA/CNPJ	VALOR TOTAL DO LOTE 05
LOTE DESERTO	

EMPRESA/CNPJ	VALOR TOTAL DO LOTE 06
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – 85.247.385/0001-49	57.959,25

EMPRESA/CNPJ	VALOR TOTAL DO LOTE 07
LICITE SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – 34.223.536/0001-98	21.999,07

FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
INÍCIO DA VIGÊNCIA: **17 de dezembro de 2025.**
TÉRMINO DA VIGÊNCIA: **17 de dezembro de 2026.**
FORO: **Comarca de Paiçandu, Paraná.**

Ivatuba/Pr, 17 de dezembro de 2025.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:427B51FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 016/2025-PMI
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº. 032/2025-PMI

ORGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de medicamentos, visando atender às demandas e necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ivatuba, conforme especificações constantes no Anexo 01 do edital, e conforme especificações nos autos do processo de Pregão Eletrônico (SRP) nº. 032/2025-PMI.

PREÇOS REGISTRADOS DO FORNECEDOR: LICITE SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ: 34.223.536/0001-98.

CLASSIFICAÇÃO E CADASTRO DE RESERVAS DE ACORDO COM OS VALORES OFERTADOS

EMPRESA/CNPJ	VALOR TOTAL DO LOTE 01
PRO SAUDE – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – 07.344.756/0001-05	79.440,30

EMPRESA/CNPJ	VALOR TOTAL DO LOTE 02
PRO SAUDE – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – 07.344.756/0001-05	76.148,20

EMPRESA/CNPJ	VALOR TOTAL DO LOTE 03
PRO SAUDE – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – 07.344.756/0001-05	76.313,80

EMPRESA/CNPJ	VALOR TOTAL DO LOTE 04
PRO SAUDE – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – 07.344.756/0001-05	51.780,57

EMPRESA/CNPJ	VALOR TOTAL DO LOTE 05
LOTE DESERTO	

EMPRESA/CNPJ	VALOR TOTAL DO LOTE 06
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – 85.247.385/0001-49	57.959,25

EMPRESA/CNPJ	VALOR TOTAL DO LOTE 07
LICITE SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – 34.223.536/0001-98	21.999,07

FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
INÍCIO DA VIGÊNCIA: **17 de dezembro de 2025.**
TÉRMINO DA VIGÊNCIA: **17 de dezembro de 2026.**
FORO: **Comarca de Paiçandu, Paraná.**

Ivatuba/Pr, 17 de dezembro de 2025.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:5809B612

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DISPENSA Nº. 039/2025-PMI

CONTRATO Nº. 151/2025.
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.**
CONTRATADA: **C R ZAGO FILHO SACOLAS ECOLOGICAS, inscrita no CNPJ nº.37.241.906/0001-08.**
OBJETO: **Contratação de Pessoa Jurídica para o fornecimento de sacolas bags para coleta de resíduos para o município de Ivatuba.**
FISCAL DESIGNADO: **Loana de Fatima Alves, lotada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo.**

Item	Qtdd	Undd	Especificação	R$ Unitário	R$ Total
1.1	2000	Unidade	SACOLAS INDICADAS PARA COLETA DE RESÍDUOS, fabricação com sacos big-bag agrícola, sacos reutilizáveis adquiridos como descarte de produtores agrícolas. As sacolas têm que ser na cor branca com medidas de 75cm de largura 80cm de altura, com capacidade de 200 litros, composição 100% de tecido reutilizável de big bag. Em polipropeno com gramatura mínima de 235Mª. Com duas alças duplas, as alças têm que ser com 10cm de largura, 25cm de altura, 20cm de reforço interno em cada lado de cada alça. Costuradas com linha de Nylon poliamida 80gr pesponto com retrocesso. As sacolas devem ser costuradas nas duas laterais com linha de Nylon poliamida 80gr pesponto com retrocesso no final de cada lado. Garantindo a qualidade da costura. Fundo sem costura. Estampa serigráfica em cor única	13,35	26.700,00
TOTAL					**26.700,00**

VALOR: **R$ 26.700,00 (vinte e seis mil e setecentos reais).**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**

INICIO DE VIGÊNCIA: **17 de dezembro de 2025.**
TERMINO DA VIGÊNCIA: **17 de abril de 2026.**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba/Pr, 17 de dezembro de 2025.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:E8CEB980

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 231/2025

Súmula: Concede férias regulamentares, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE: -

Art.1º - Conceder 35 dias de férias à servidora Viviane Mandadori Miranda, matricula nº 445, detentora do cargo de provimento efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sendo 15 dias referente ao período aquisitivo de 02/07/2022 à 01/07/2023 e 20 dias referente ao período aquisitivo 02/07/2023 à 01/07/2024, a partir de 05/01/2026 retornando em 09/02/2026, conforme Processo Administrativo nº. 3057/2025 - PMI de 04/12/2025.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 16 (dezesseis) dias do mês de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:49A90B0B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 232/2025

Súmula: Concede férias regulamentares, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE: -

Art.1º - Conceder 20 dias de férias à servidora Thauana Del Moro Vassoler, matricula nº 253, detentora do cargo de provimento efetivo de Nutricionista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sendo 10 dias referente ao período aquisitivo de 06/02/2023 à 05/02/2024 e 10 dias referente ao período aquisitivo 06/02/2024 à 05/02/2025, a partir de 07/01/2026 retornando em 27/01/2026, conforme Processo Administrativo nº. 3076/2025 - PMI de 05/12/2025.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 16 (dezesseis) dias do mês de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:F130E963

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 233/2025

Súmula: Concede férias regulamentares, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE: -

Art.1º - Conceder 15 dias de férias ao servidor Anderson José Ryzik, matricula nº 197, detentor do cargo de provimento efetivo de Zelador, readaptado ao cargo de Recepcionista, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços, referente ao período aquisitivo de 01/09/2024 à 31/08/2025, a partir de 05/01/2026 retornando em 20/01/2026, conforme Processo Administrativo nº. 3088/2025 - PMI de 05/12/2025

Art.2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 16 (dezesseis) dias do mês de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:A3CCA751

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 234/2025

Súmula: Concede férias regulamentares, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE: -

Art.1º - Conceder 20 dias de férias ao servidor Reinaldo da Silva, matricula nº 370, detentor do cargo de provimento efetivo de Técnico em Segurança do Trabalho, lotado na Secretaria Municipal de Administração, referente ao período aquisitivo de 16/08/2024 à 15/08/2025, a partir de 05/01/2026 retornando em 25/01/2026, conforme Processo Administrativo nº. 3108/2025- PMI de 08/12/2025.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 16 (dezesseis) dias do mês de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:6DAC4704

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 235/2025

Súmula: Concede férias regulamentares, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE: -

Art.1º - Conceder 20 dias de férias ao servidor Wesley Gomes da Silva – matrícula nº 494, detentor do Cargo de provimento efetivo de

Motorista de Veículos Pesados, lotado na Secretaria de Educação e Cultura, referente ao período aquisitivo de 01/04/2024 à 31/03/2025, a partir de 05/01/2026 retornando em 25/01/2026, conforme Processo nº 3095/2025 de 05/12/2025.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 16 (dezesseis) dias do mês de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:22CEE6B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 236/2025

Súmula: Concede férias regulamentares, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE: -

Art.1º - Conceder 20 dias de férias ao servidor Valter Vassoler Junior, matrícula nº 295, detentor do cargo de provimento efetivo de Assessor Administrativo, lotado no Gabinete do Prefeito, referente ao período aquisitivo de 01/04/2023 à 31/03/2024, a partir de 07/01/2026 retornando em 27/01/2026, conforme Processo Administrativo nº. 3127/2025 - PMI de 09/12/2025.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 16 (dezesseis) dias do mês de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:F8638594

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 237/2025

Súmula: Concede férias regulamentares, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE: -

Art.1º - Conceder 20 dias de férias à servidora Marcia Harumi Honda, matricula nº 371, detentora do cargo de provimento efetivo de Dentista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 06/09/2023 à 05/09/2024, a partir de 07/01/2026 retornando em 27/01/2026, conforme o Processo Administrativo nº 3128/2025– PMI de 09/12/2025
.
Art.2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 16 (dezesseis) dias do mês de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:2D80E1E8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 238/2025

Súmula: Concede férias regulamentares, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE: -

Art.1º - Conceder 25 dias de férias à servidora Ivanete Teodoro, matricula nº 500, detentora do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura referente ao período aquisitivo de 02/05/2024 à 01/05/2025, a partir de 05/01/2026 retornando em 30/01/2026, conforme Processo Administrativo nº. 3121/2025- PMI de 09/12/2025.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 16 (dezesseis) dias do mês de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:EADC94DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 239/2025

Súmula: Concede férias regulamentares, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE: -

Art.1º - Conceder férias regulamentares ao servidor Sebastião Soares da Silva – matrícula nº.154, detentor do Cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Educação, referente ao período aquisitivo de 17/07/2023 à 16/07/2024, a partir de 05/01/2026 retornando em 04/02/2026, conforme o Processo Administrativo nº.3129/2025 - PMI de 09/12/2025.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 16 (dezesseis) dias do mês de dezembro de 2025 (dois mil e cinco).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:5F758E0D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 240/2025

Súmula: Concede férias regulamentares, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE: -

Art.1º - Conceder férias ao servidor Rone Von Ferreira, matricula nº 409, detentor do cargo de provimento efetivo de Vigilante, lotado na Secretaria Municipal de Administração, referente ao período aquisitivo de 08/07/2024 à 07/07/2025, a partir de 05/01/2026 retornando em 04/02/2026, conforme Processo Administrativo nº. 3116/2025 - PMI de 09/12/2025.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 16 (dezesseis) dias do mês de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:C650406A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 241/2025

Súmula: Concede férias regulamentares, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE: -

Art.1º - Conceder 20 dias de férias ao servidor Claudio Ghelere, matricula nº 498, detentor do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, lotado no Gabinete do Prefeito – Manutenção da Junta de Alistamento Militar, referente ao período aquisitivo de 02/05/2024 à 01/05/2025, a partir de 05/01/2026 retornando em 25/01/2026, conforme Processo Administrativo nº. 3139/2025 - PMI de 10/12/2025.
Art.2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 16 (dezesseis) dias do mês de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:7633986B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 242/2025

Súmula: Concede férias regulamentares, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE: -

Art.1º - Conceder 20 dias de férias ao servidor Alexandre Ferreira dos Santos, matricula nº 150, detentor do cargo de provimento efetivo de Agente de Saneamento, readaptado ao cargo de Motorista de Veículos Leves, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 20/05/2024 à 19/05/2025, a partir de 05/01/2026 retornando em 26/01/2026, conforme Processo Administrativo nº. 3133/2025 - PMI de 10/12/2025.
Art.2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 16 (dezesseis) dias do mês de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:3DE18055

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 243/2025

Súmula: Concede férias regulamentares, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE: -

Art.1º - Conceder 24 dias de férias à servidora Ivanice Pereira Loiola, matricula nº 704, detentora do cargo de provimento efetivo de Cozinheira, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao período aquisitivo de 15/05/2024 à 14/05/2025, a partir de 05/01/2026 retornando em 29/01/2026, conforme o Processo Administrativo nº 3119/2025 - PMI de 09/12/2025.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 16 (dezesseis) dia do mês de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:57A08BBC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 244/2025

Súmula: Concede férias regulamentares, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE: -

Art.1º - Conceder 05 dias de férias à servidora Franciele Diniz Zordan – matricula nº 733, ocupante do Cargo de Secretária de Fazenda, lotada na Secretaria Municipal de Fazenda, referente ao período aquisitivo de 02/01/2025 à 01/01/2026, a partir de 05/01/2026 retornando em 10/01/2026, conforme Processo Administrativo nº. 3155/2025 - PMI de 11/12/2025.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 16 (dezesseis) dias do mês de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:9E6CF7B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 245/2025

Súmula: Concede férias regulamentares, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE: -

Art.1º - Conceder férias aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretária Municipal de Educação e Cultura, no período de 02/01/2026 à 31/01/2026, conforme o Protocolo nº 3146/2025 - PMI de 11/12/2025.

Matricula	Servidor	Cargo	Período Aquisitivo
302	Adriana de Mattia Masano	Educadora Infantil	10/07/2024 à 09/07/2025
725	Adriana Deraldino Endrice	Professora	01/08/2024 à 31/07/2025
656	Ana Paula da Silva	Professora	16/08/2024 à 15/08/2025
707	Cristiane Correia Pimenta	Professor	03/06/2024 à 02/06/2025
617	Denise Therezinha R. M. Wolski	Professora	16/11/2024 à 15/11/2025
187	Elaine de Oliveira Luz	Educadora Infantil	01/06/2024 à 31/05/2025
70	Eliane Apª. Bonin Semprebom	Professora	01/09/2024 à 31/08/2025
305			08/07/2024 à 07/07/2025
301	Elisabete de Paiva Lopes	Educadora Infantil	10/07/2024 à 09/07/2025
67	Elisangela Nodari de Oliveira	Professora	01/09/2024 à 31/08/2025
322			08/03/2024 à 07/03/2025
164	Elza Maria Apª. de Campos Cunha	Professora	01/08/2024 à 31/07/2025
68	Heliana de Matia Gomes Ferreira	Professora	01/09/2024 à 31/08/2025
309			08/07/2024 à 07/07/2025
492	Karoline Alves da Silva	Educadora Infantil	14/03/2024 à 13/03/2025
166	Luciana de Matia	Professora	29/04/2024 à 28/04/2025
495			04/04/2024 à 03/04/2025
72	Luciane Severino Pinto	Professora	01/09/2024 à 31/08/2025
389	Lucimar Apª. de Carlos Rocha	Professora	01/08/2024 à 31/07/2025
618	Maria Eduarda Crestani Buzetti	Professora de Educação Física	28/11/2024 à 27/11/2025
73	Maria de Lourdes Macedo Rodrigues	Professora	01/09/2024 à 31/08/2025
246			01/09/2024 à 31/08/2025
74	Maria Vanilde Dutra Alves	Professora	01/09/2023 à 31/08/2024
530			06/02/2024 à 05/02/2025
308	Mirian de Paiva dos Santos	Professora	08/07/2024 à 07/07/2025
76	Odete Pereira de Melo Calvi	Professora	01/09/2024 à 31/08/2025
162	Rosana Lazzaretti	Professora	01/08/2024 à 31/07/2025
100	Silvana Aparecida Lopes Rosa	Educadora Infantil	01/02/2024 à 31/01/2025
69	Silvana Maria Camargo Mezavila	Professora	01/09/2024 à 31/08/2025
307	Sonia Alves da Fonseca	Professora	08/07/2024 à 07/07/2025
706	Tamara Cristina de Oliveira Pazin	Professora	03/06/2024 à 02/06/2025
646	Valéria Aparecida Bressianini	Professora	01/06/2024 à 31/05/2025
475	Walkiria Garcia do Nascimento	Educadora Infantil	01/10/2024 à 30/09/2025
304	Zoleide Maria Nazari versari	Professora	08/07/2024 à 07/07/2025

Art.2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 16 (dezesseis) dias do mês de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:801D3960

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 246/2025

Súmula: Estabelece Recesso Administrativo para efeito de controle de assiduidade, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE: -

Art.1º - Fica estabelecido recesso administrativo em virtude de antecipação de férias referente ao período aquisitivo de 2025/2026, para efeito de controle de assiduidade pela Gerência de Recursos Humanos, aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período de 02/01/2026 à 31/01/2026, conforme Protocolo nº 3146/2025 - PMI de 11/12/2025.

Matricula	Servidor	Cargo	Período Aquisitivo
341	Angela Maria Dematia	Educadora Infantil	01/02/2025 à 31/01/2026
677	Aline Apª. Passarelli Ribeiro de Matia	Professor	15/02/2025 à 14/02/2026
675	Clarice Ramos Vicentin	Professora	15/02/2025 à 14/02/2026
672	Danielle Gomes Endrici	Professora	01/02/2025 à 31/01/2026
523	Jenifer Camila Silva Paiva	Educadora Infantil	06/02/2025 à 05/02/2026
633	Marcela Cristina Alcantara da Silva	Professora	14/02/2025 à 13/02/2026
536	Sabrina Borges Versari	Professora	13/02/2025 à 12/02/2026

Art.2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 16 (dezesseis) dias do mês de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:7D4522D3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 247/2025

Súmula: Estabelece Recesso Administrativo para efeito de controle de assiduidade, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE: -

Art.1º - Fica estabelecido recesso administrativo em virtude de antecipação de férias referente ao período aquisitivo de 2025/2026, para efeito de controle de assiduidade pela Gerência de Recursos Humanos, aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período de 05/01/2026 à 03/02/2026, conforme Protocolo nº 3146/2025 - PMI de 11/12/2025.

Matricula	Servidor	Cargo	Período Aquisitivo
114	Eva Elizabeth Fernandes Rabacchin	Psicóloga	01/02/2025 à 31/01/2026
347	João Moreira de Paiva	Motorista de Veículos Pesados	01/02/2025 à 31/01/2026
484	Kezia Lima Marques	Cozinheira	11/01/2025 à 10/01/2026

Art.2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 16 (dezesseis) dias do mês de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:AC5EC12F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 039/2025-PMI

Ratifico o ato de Dispensa de Licitação da Senhora Drielle Tomaz Lino, Agente de Contratação de Licitação, que dispensou com fundamento no Artigo 75 da Lei Federal nº. 14.133/2021, a favor da proponente C R ZAGO FILHO SACOLAS ECOLOGICAS, inscrita no CNPJ nº.37.241.906/0001-08, por apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração Municipal para o objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para o fornecimento de sacolas bags para coleta de resíduos para o município de Ivatuba, conforme especificações constantes nos autos do Processo de Dispensa de Licitação nº. 039/2025-PMI, no valor de R$ 26.700,00 (vinte e seis mil e setecentos reais).

Ivatuba/Pr, 17 de dezembro de 2025.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:08A7C999

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 040/2025-PMI

Ratifico o ato de Dispensa de Licitação da Senhora Drielle Tomaz Lino, Agente de Contratação de Licitação, que dispensou com fundamento no Artigo 75 da Lei Federal nº. 14.133/2021, a favor da proponente FL BRINQUEDOS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 56.393.999/0001-30, por apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração Municipal para o objeto: Contratação de pessoa jurídica para a Aquisição de Parquinho Infantil para atender as demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme especificações constantes nos autos do Processo de Dispensa de Licitação nº. 040/2025-PMI, no valor de R$ **55**.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).

Ivatuba/Pr, 17 de dezembro de 2025.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:9B10072E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº. 032/2025-PMI

Após os lances e análise dos documentos de habilitação do procedimento licitatório Pregão Eletrônico (SRP) nº. 032/2025-PMI, que tem por objeto Contratação de empresa especializada para o fornecimento de medicamentos, visando atender às demandas e necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ivatuba, e nos termos da Lei nº. 14.133/2021, o Prefeito Municipal torna pública a ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO do presente objeto, em favor das empresas: PRO SAUDE – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.344.756/0001-05, no valor total de R$ 283.682,87 (duzentos e oitenta e três mil seiscentos e oitenta e dois reais e oitenta e sete centavos), PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 85.247.385/0001-49, no valor total de R$ 57.959,25 (cinquenta e sete mil novecentos e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos) e LICITE SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 34.223.536/0001-98, no valor total de R$ 21.999,07 (vinte e um mil novecentos e noventa e nove reais e sete centavos).

Comunico ainda, que a empresa acima tem o prazo máximo de 05 (cinco) dias, após a data da publicação destes comunicados na Imprensa Oficial do Município, para comparecer a sede da Prefeitura Municipal, para assinarem os termos contratuais, sob pena das sanções previstas no Edital em referência.

Ivatuba/Pr, 17 de dezembro de 2025.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:B2ED8EDC

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IVATUBA N.º 143/2025

Aos 17 (dezessete) dias do mês de dezembro do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), às 15h (quinze horas), na rua Rui Barbosa, nº 168 centro, município de Ivatuba, estado do Paraná, teve início a 34ª (trigésima quarta) reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Ivatuba – CMSI.
Pautas: Leitura e aprovação da Resolução SESA nº1.945 – Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário. A Presidente Sandra Lúcia Presa dos Santos deu as boas-vindas a todos, e em seguida deu a palavra a Secretária de Saúde Silvana Aparecida Mori Padovan para a leitura e apresentação da Resolução SESA nº 1.945/2025 – Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário – Ambulância Básica - R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil). Após as apresentações e devidas aprovações contidas nesta Ata e não havendo mais nada a tratar, deu-se por encerrada às quinze horas e trinta minutos (15h30) a 34ª (trigésima quarta) Reunião Extraordinária do CMSI e eu Eduarda Alves da Fonseca lavrei a presente Ata que segue assinada por mim.

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:01C0F678

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO N.º 61/2025 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IVATUBA

Aprova a **Resolução SESA nº 1.945/2025 –** que habita os municípios a pleitearem adesão aos Programas Estratégicos da SESA – Qualificação da Atenção Primária visando o **Incentivo Financeiro para o Transporte Sanitário** – Ambulância Básica – **R$ 250.000,00** para o Município de Ivatuba/PR.

O PLENO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IVATUBA - CMSI, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal n.º 900, de 1º de março de 2023, e por seu Regimento Interno,

Considerando:
A realização da 34ª (trigésima quarta) Reunião Extraordinária do CMSI, ocorrida em 17 (dezessete) de dezembro de 2025, conforme a Ata n.º 143/2025;

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a **Resolução SESA nº 1.945/2025**, que habilita os municípios a pleitearem adesão aos Programas Estratégicos da SESA – Qualificação da Atenção Primária visando o Incentivo Financeiro para o Transporte Sanitário – Ambulância Básica – R$ 250.000,00 para o Município de Ivatuba/PR.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ivatuba/PR, em 17 de dezembro de 2025.

SANDRA LÚCIA PRESA DOS SANTOS
Presidente do CMSI

Homologo a Resolução N.º 61/2025 do CMSI nos termos da Lei Federal N.º 8.142/1990, Art. 1º, § 2º.

SILVANA APARECIDA MORI PADOVAN
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:02692368

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO Nº. 137/2.025

DISPÕE: SOBRE O CANCELAMENTO DE GRATIFICAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

D E C R E T A :

Art. 1º. Fica **CANCELADA** a gratificação concedida ao servidor público municipal o Sr. CLAUDIO MIGUEL FERREIRA, CPF n.º ***.640.699-** através do Decreto n.º 011/2025, a partir de dezembro de 2025, com base na Portaria n.º 870/2025.

Art. 2º - Este Decreto revoga as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, em 16 de dezembro de 2.025.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:2B033904

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO AVISO DE RESULTADO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA N° 007/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 234/2025.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA PREDIAL, COM FORNECIMENTO INTEGRAL DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA E DE TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS, PARA A REVITALIZAÇÃO DAS ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS DE SEIS UNIDADES EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ/PR EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO.

O Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, torna público o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, Adjudicando e Homologando, para que surta os efeitos legais, a proposta da empresa vencedora, conforme segue:

FORNECEDOR: DAX CONSTRUTORA LTDA
CNPJ: 10.612.970/0001-00
Valor do contrato: R$ 540.000,00 (Quinhentos e quarenta mil reais).

Valor Total desta Concorrência: R$ 540.000,00 (Quinhentos e quarenta mil reais).

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:2BE8391B

GOVERNO MUNICIPAL
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS Nº 060/2025

Atendendo ao disposto no art. 2º, da Lei nº 9.452/97, de 20 de março de 1997**, NOTIFICAMOS,** aos Partidos Políticos e as Entidades de Classe e Empresariais, com sede no Município de Jaguapitã, da **liberação dos seguintes recursos federais ao Município de Jaguapitã:**

ORIGEM/OBJETO DOS RECURSOS	VALOR (R$)	DATA
FMS - AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	163.944,00	12/12/2025
FMS – IMPLEMENTAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA SAÚDE.	10.721,89	12/12/2025

Jaguapitã,PR, 17 de dezembro de 2025

TELIANA CAMPOS E PRADO PAIXÃO
Secretária Municipal de Finanças
Prefeitura Municipal de Jaguapitã

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:3FE33559

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO 004/2025

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO 004/2025

NÚMERO: 004/2025 – DATA: 15/12/2025

MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ - PR

ASSOC DE PAIS E AMIGOS DE EXCEPCIONAIS APAE JAGUAPITA

VIGÊNCIA: 15/12/2025 A 31/12/2026
VALOR: R$ 517.923,76 (Quinhentos e dezessete mil, novecentos e vinte e três reais e setenta e seis centavos).
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: 08.010.12.361.0011.2.204. 3.3.50.43.00.00 -

Data: 15/12/2025

Publicado por:
Arlindo Pires de Oliveira Junior
Código Identificador:0BF5EA05

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº.892/2025

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.058/2022.

RESOLVE
DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 239,64** (duzentos e trinta e nove reais e sessenta e quatro centavos) a favor do servidor público municipal Sr. **JOSÉ LUIZ ACCETI**, motorista, referente ao pagamento de ½ (meia) diária, para arcar com as despesas de alimentação, face ao deslocamento a Ivaiporã – Pr., para levar familiar para visitar paciente que encontra-se internado no Hospital Regional de Ivaiporã, a pedido do médico do hospital. Saída dia 15/12/2025 às 11h00, e retorno às 20h00 do mesmo dia, conforme Processo nº.6329/2025.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 17 de dezembro de 2025.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:320044CB

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 893/2025

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.058/2022.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 479,28** (quatrocentos e setenta e nove reais e vinte e oito centavos) a favor do servidor público municipal Sr**. JHONE ALEXANDRE VAPINK ANDRE DA SILVA**, motorista, referente ao pagamento de 01(uma) diária, face ao deslocamento a Campo Largo – Pr., para levar paciente para consulta no Hospital Infantil Waldemar Monastier, com saída no dia 16/12/2025 às 03h00, e retorno às 02h00 do dia 17/12/2025, conforme Processo nº.6330/2025

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,
Em 17 de dezembro de 2025.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:9C1C4FC8

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº.894/2025

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.058/2022.

RESOLVE
DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 239,64** (duzentos e trinta e nove reais e sessenta e quatro centavos) a favor do servidor público municipal Sr. **OTONIEL MIRANDA DA SILVA**, motorista, referente ao pagamento de ½ (meia) diária, face ao deslocamento a Carlópolis – Pr., para levar paciente para retorno de consulta no Hospital São José, com saída no dia 18/12/2025 às 03h00, e retorno previsto à 17h00 do mesmo dia, conforme Processo nº.6341/2025

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,
Em 17 de dezembro de 2025.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:32E70660

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

GABINETE MUNICIPAL
LEI 996-2025

Lei nº 996/2025

Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Mulher, cria o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), institui o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher (FMDM), e dá outras providências.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA, Prefeito Municipal de Jardim Olinda, usando de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo e sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

CAPÍTULO I
DA CRIAÇÃO

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, com a finalidade de garantir, fortalecer, ampliar a formulação de políticas públicas de direito das mulheres, com vistas ao enfrentamento de todas as formas de violências e discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, para facilitar sua participação, inclusão, autonomia social, econômica, política e cultural das mulheres no município.

Parágrafo único. Para desenvolvimento das políticas de que trata essa lei, serão observadas as diretrizes da legislação federal e estadual vigentes e a pertinente à Política Nacional e Estadual dos Direitos da Mulher.

CAPÍTULO II
DA COMPETÊNCIA

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher:
I – cooperar com os órgãos governamentais e não-governamentais na elaboração e no acompanhamento de programas que visem a ampliação da participação política pública da mulher, especialmente nas áreas de saúde, educação, cultura, assistência social, trabalho e organização comunitária;
II – defender a manutenção e expansão dos serviços e/ou programas de combate à exploração sexual e a violência contra mulher;
III – incentivar e acompanhar a execução de programas que priorizem a questão do gênero;
IV – incentivar e apoiar a participação da mulher nas diversas entidades comunitárias, estimulando sua organização social e política;
V – defender os direitos da mulher, fiscalizando e fazendo cumprir a legislação pertinente;
VI – incentivar a criação de redes sociais de apoio à mulher e à criança, tais como serviços de acolhimento à mulher em situação de violência, aluguel social, acesso a centro municipal de educação infantil em período integral, clínica da mulher, centros de referência e assemelhados;
VII – promover e desenvolver estudos, debates, cursos e pesquisas relativas à mulher;
VIII – formular diretrizes e promover políticas em todos os níveis da administração pública direta e indireta, visando à eliminação das discriminações que atingem a mulher, assegurando-lhes condições de liberdade e igualdade de direitos, bem como a participação social e política;
IX – gerir o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher;
X – formular política de promoção, de proteção e de defesa dos direitos da mulher, observada a legislação em vigor, atuando no sentido da plena inserção na vida socioeconômica e político-cultural do Município de Jardim Olinda-Pr;
XI – estabelecer a atuação e definição da aplicação dos recursos públicos vinculados ao fundo municipal;
XII – acompanhar a elaboração e avaliação da proposta orçamentária do Município, indicando ao Prefeito, as modificações necessárias à consecução da política formulada, bem como, analisar a aplicação dos recursos relativos à competência deste conselho;
XIII – acompanhar a concessão de auxílios, e subvenções e transferências voluntárias, a entidades particulares e sem fins lucrativos, atuantes no atendimento a mulher, que deverão estar cadastradas junto a esse conselho, para receberem verbas públicas;
XIV – participar, quando entender necessário, da execução da política municipal de todas as áreas afetas a mulher;

XV – propor aos poderes constituídos de modificação nas estruturas dos órgãos governamentais diretamente ligados à promoção, proteção e defesa dos direitos da mulher;
XVI – oferecer subsídios para a elaboração de leis atinentes aos interesses da mulher;
XVII – incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, da proteção e da defesa dos direitos da mulher;
XVIII – promover intercâmbio com entidades públicas, particulares, organismos nacionais, internacionais e estrangeiros, visando atender os objetivos desse Conselho;
XIX – pronunciar, emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos que digam respeito a promoção, proteção e a defesa dos direitos da mulher;
XX – aprovar de acordo com critérios estabelecidos no regimento interno, o cadastramento de entidades de defesa ou atendimento à mulher que pretendam integrar o conselho;
XXI – receber petições, denúncias, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito a mulher, adotando medidas cabíveis;
XXII – eleger, por voto direto dentro os membros do conselho, a Comissão Diretora;
XXIII – encaminhar e sugerir ao Chefe do Poder Executivo Municipal a elaboração de projetos de lei que visem assegurar os direitos da mulher, assim como a eliminar a legislação de conteúdo discriminatório, com a inclusão de matéria que trate da questão de gênero;
XXIV – criar comissões permanentes e provisórias, conforme regulamentado no regimento interno.
XXV – estabelecer critérios para o emprego dos recursos destinados aos projetos que visem a implementar e ampliar os programas de interesse das mulheres;
XXVI – manter canais permanentes de comunicação com os movimentos de defesa dos direitos da mulher, apoiando o desenvolvimento de grupos autônomos do Município;
XXVII – fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação que assegura os direitos da mulher;
XXVIII – aprovar, anualmente, plano de trabalho para o aperfeiçoamento e fortalecimento das políticas para as mulheres, observadas as peculiaridades e demandas do Município;
XXIX – convocar, obrigatoriamente, caso o Poder Executivo Municipal não o faça, Conferência Municipal, no prazo estabelecido em ato administrativo publicado no diário oficial do município, que aprova o regimento das conferências nacionais de políticas para as mulheres;
XXX – eleger as delegadas à Conferência Estadual, preparatória à Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher é composto paritariamente por 12 (doze) membros titulares e 12 (doze) membros suplentes, entre órgãos governamentais e não-governamentais, designadas pelo Poder Executivo.
§ 1º Os 06 (seis) representantes governamentais serão indicados pelo Prefeito Municipal, dentre os servidores do próprio Poder Executivo Municipal.
§ 2º As 06 (seis) entidades/organizações representantes da sociedade civil, serão eleitas por ocasião da Conferência Municipal dos Direitos da Mulher, Encontro Temático dos Direitos da Mulher ou reunião ampliada, dentre as entidades/organizações participantes.
§ 3º Todos os membros do Conselho deverão ser escolhidos dentre pessoas de comprovada atuação na defesa dos direitos da mulher, desde que estejam comprovadamente vinculados em suas respectivas entidades da sociedade civil.

CAPÍTULO IV
DA NOMEAÇÃO E DO MANDATO

Art. 4º Os membros governamentais e não governamentais e seus respectivos suplentes serão nomeados para o mandato de dois anos, período em que não poderão ser destituídos, salvo por razões que motivem a deliberação da maioria do colegiado.
§ 1º Os membros representantes da sociedade civil poderão ser reconduzidos para um novo mandato, atendidas as condições que forem estipuladas pelo Regimento Interno do Conselho.
§ 2º Os membros do Poder Público poderão ser reconduzidos para mandato sucessivo, desde que não exceda quatro anos seguidos.

Art. 5º Os membros e os suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher não perceberão qualquer tipo de remuneração, sendo o seu exercício considerado relevante serviço público prestado ao Município.

CAPÍTULO V
DA ESTRUTURA DO CONSELHO

Art. 6º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher possuirá a seguinte estrutura:
I – Comissão Diretora, composta por Presidente, Vice-Presidente, Secretária e Tesoureira, bem como seus respectivos suplentes;
II – Comissões permanentes e provisórias;
III – Assembleia Geral;
IV – Secretária Executiva.

Art. 7º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher reunir-se-á ordinariamente a cada mês e extraordinariamente, por convocação de sua presidente ou pela maioria absoluta dos seus membros.

Art. 8º A organização, competência e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher serão disciplinados em Regimento Interno.

Parágrafo único. O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher terá o prazo de 60 (sessenta dias) úteis, a contar da data de nomeação de comissão específica para apresentar proposta de regimento interno, que deverá ser aprovado em Assembleia Geral.

TÍTULO II
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO

Art. 9º Fica instituído o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM, que será gerido e administrado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM e Pela Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres.
§ 1º O Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM, tem por objetivo facilitar a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento à mulher.
§ 2º As ações de que trata o parágrafo anterior referem-se prioritariamente aos programas de proteção à mulher em situação de risco social e pessoal, cuja necessidade de atenção ultrapassa o âmbito de atuação das políticas sociais e básicas.
§ 3º O Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM será constituído:
I – pela dotação consignada anualmente no orçamento do Município para o atendimento à mulher;
II – pelos recursos provenientes dos Conselhos Estadual e Nacional da Mulher;
III – pelas doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;
IV – pelos valores provenientes de multas decorrentes de condenações em ações civis ou de imposição de penalidades administrativas oriundas do Poder Judiciário;
V – por outros recursos que lhe forem destinados;
VI – pelas rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;
VII – recursos, convênios, acordos e contratos firmados entre o Município e instituições privadas, públicas, nacionais e internacionais, federais, estaduais e municipais, para o repasse a entidade executora de programas integrantes do plano de aplicação de recursos do FMDM.
§ 4º As contribuições efetuadas ao Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM previstas no inciso III poderão ser deduzidas do Imposto de Renda, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 10. O Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM será regulamentado no Regimento Interno, observada as orientações do Conselho Nacional de Direitos da Mulher.

Art. 11. A gestão e administração do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM será exercida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM em conjunto com a Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, a qual competirá:
I – registrar os recursos orçamentários oriundos do Município ou a ele transferidos em benefício da mulher pelo Estado ou pela União;
II – registrar os recursos captados pelo Município através de convênios ou de doações ao Fundo;
III – manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito pelo Município, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM;
IV – autorizar a aplicação dos recursos em benefícios da mulher, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
V – administrar os recursos específicos para os programas de atendimento à mulher, segundo as resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

Art. 12. As deliberações referentes à gestão e administração do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM serão executadas pela Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, sendo esta a responsável pela prestação de contas.

Parágrafo único. O FMDM será gerido pela presidenta e pela tesoureira do CMDM, de acordo com as deliberações plenárias do conselho, para as quais receberá o auxílio da assessoria técnica dos Departamentos Municipais de Administração e Planejamento e Departamento Financeiro.

TÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.13. Considerar-se instalado o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, em sua primeira gestão, a partir da publicação de ato administrativo no Diário Oficial do Município.

Art. 14. A Coordenadoria Municipal de políticas públicas para as Mulheres garantirá autonomia para o pleno funcionamento doConselho Municipal dos Direitos da Mulher, disponibilizando local adequado, dotação orçamentária, servidor e estrutura administrava.

Art. 15. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta de verbas próprias oriundas do Orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Jardim Olinda, 16 de dezembro de 2025.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regiane Maiara Schimitz
Código Identificador:78D4AC55

GABINETE MUNICIPAL
LEI 997-2025

LEI Nº 997/2025

Autoriza o Poder Executivo Municipal a instituir programa de parcelamento do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Jardim Olinda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu promulgo e sanciono a seguinte Lei:

1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir programa de parcelamento do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, relativo a créditos tributários constituídos ou não constituídos, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive aqueles em fase de cobrança administrativa ou judicial.

Art. 2º. O parcelamento de que trata esta Lei poderá ser concedido em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, iguais e sucessivas.

Parágrafo único: O número máximo de parcelas fixado no caput não poderá ultrapassar o término do mandato em exercício do Chefe do Poder Executivo, devendo todo parcelamento ser integralmente quitado até essa data.

Art. 3º. Compete ao Poder Executivo, mediante decreto, regulamentar o disposto nesta Lei, definindo:

I – os requisitos para adesão;
II – os valores mínimos de parcela;
III – a forma de atualização monetária, encargos, juros ou multas aplicáveis;
IV – os procedimentos administrativos para formalização, manutenção ou cancelamento do parcelamento;
V – demais normas necessárias à efetiva aplicação desta Lei.

Art. 4º. O parcelamento suspende a exigibilidade do crédito tributário, enquanto estiver sendo regularmente cumprido pelo contribuinte.

Art. 5º. O atraso no pagamento de qualquer parcela implicará:

I – rescisão automática do parcelamento;
II – imediata exigibilidade do saldo remanescente;
III – prosseguimento dos procedimentos de cobrança administrativa ou judicial, conforme o caso.

Art. 6º. Esta Lei não autoriza remissão, anistia, redução de multa, desconto, perdão de juros ou qualquer outro benefício fiscal não previsto expressamente na legislação específica.

Art. 7º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Jardim Olinda, 17 de dezembro de 2025.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regiane Maiara Schimitz
Código Identificador:4A29CC11

GABINETE MUNICIPAL
PORTARIA ADMINISTRATIVA 42-2025

PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 42 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

Designa Servidores para exercer as funções de GESTOR e FISCAL DE CONVÊNIO, a ser firmado junto a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná, tendo por objetivo a concessão de recursos para Pavimentação de Estrada Rural com Sextavado, neste município de Jardim Olinda/PR e dá outras providências

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA, Prefeito Municipal de Jardim Olinda/PR, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei:
RESOLVE:
Art. 1º NOMEAR os servidores abaixo listados para exercer as respectivas funções de **FISCAL** e de **GESTOR** de convênio a ser firmado junto a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento

do Estado do Paraná, para execução de Pavimentação de Estrada Rural com Sextavado, neste município de Jardim Olinda/PR, em conformidade com o E-protocolo nº 24.680.611-0.
I – SERGIO LUIZ DE OLIVEIRA – Diretor de Agricultura e Desenvolvimento Rural, para exercer a função de **GESTOR**;
II – VALTER MARRAFON JUNIOR – engenheiro civil, para exercer a função de **FISCAL**;
Parágrafo único. O mandato dos servidores aqui nomeados será de até 1 (um) ano, a contar da data da publicação desta Portaria.
Art. 2º Compete ao gestor e fiscal proceder à análise e acompanhamento do processo em conformidade com as normas estabelecidas pelo órgão convenente, zelando pelo atendimento dos princípios constitucionais e administrativos.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Jardim Olinda/PR, 17 de dezembro de 2025.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal de Jardim Olinda/PR

Publicado por:
Regiane Maiara Schimitz
Código Identificador:DDE8612E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITÁRIO DE JOAQUIM TAVORÁ
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 001/2025

Processo Administrativo nº 003/2025;
Documento de Formalização de Demanda,
Estudo Técnico Preliminar.
TIPO: EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL.

Torna-se público que o **Consórcio Intermunicipal para Aterro Sanitário Cias, Cnpj 08.890.062/0001-28, Joaquim Távora – Conselheiro Mairinck – Guapirama – Quatiguá – Jundiaí do Sul,** realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o regime de execução de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL,** sob o critério de julgamento de **MENOR PREÇO GLOBAL** nos termos da Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Portarias n.º 113/2025 e Decreto nº 006/2024, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, que tem por objeto a seleção de proposta para o Contratação de empresa especializada para a instalação de Balança rodoviária para pesagem de caminhão, com indicador de peso, com capacidade mínima de pesagem 40.000 kg. Plataforma de pesagem mínima 10,00 m x 3,00. Versão de montagem sobre piso com rampas, com comprimento de cabo plataforma até o indicador de pesagem de no máximo 15 metros. Gabinete de proteção em aço inox incluindo a execução de obra civil completa, incluindo construção da fundação, blocos, vigas, rampas, plataforma, infraestrutura necessária, conforme projetos técnicos fornecidos, para atender às necessidades do Consórcio Intermunicipal para Aterro Sanitário – CIAS, o valor máximo de R*$ 77.229,75 (setenta e sete mil duzentos e vinte e nove reais e setenta e cinco centavos)***.**
De acordo com especificações e condições constantes do edital de licitação **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 001/2025** e seus anexos através da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00 do dia 14/01/2026.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 09h00 do dia 14/01/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h15 min. do dia 14/01/2026.
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF)
SITE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA: http://bllcompras.org.br/abas "FORNECEDORES" e "ACESSO AO SISTEMA".

O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sítio do Aterro Sanitário CIAS (http://ciasjtavora.com.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br). Maiores informações pelo telefone (43) 3626-1490 ou pelo e-mail: licitacao@jundiaidosul.pr.gov.br.

Jundiaí do Sul – Estado do Paraná, 17 de dezembro de 2025.

WALDERLEI LEMES FERNANDES
Agente de Contratação
Port. Nº 113/2025

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal/Presidente do CIAS

Publicado por:
Juan Emanuel Gaveluk de Souza
Código Identificador:260188B9

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2025

A Prefeitura Municipal de Jundiaí do Sul - Estado do Paraná torna público que fará realizar, às 09:15 horas do dia 13 de janeiro do ano de 2026, na plataforma BLL Compras, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da(*s*) seguinte(*s*) obra(*s*):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Rua Osório Silveira Bueno, Jundiaí do Sul	Construção de Creche	456,86 m²	270 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura Jundiaí do Sul - Estado do Paraná e na plataforma BLL Compras. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.
Jundiaí do Sul - Estado do Paraná, 17 de Dezembro de 2025.

WALDERLEI LEME FERNANDES
Agente de Contratação/Pregoeiro

Publicado por:
Juan Emanuel Gaveluk de Souza
Código Identificador:ACC4C4DC

EXECUTIVO MUNICIPAL
EXTRATO CONVÊNIO Nº. 04/2025

EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 04/2025

CONVENENTES: Município de Jundiaí do Sul/PR – CNPJ nº. 76.408.061/0001-54 e o Consórcio Intergestores Paraná Saúde – CNPJ nº. 03.273.207/0001-28.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com base no previsto no artigo 19, Inciso III, do Estatuto do Consórcio e nas Leis nº. 8.080/90, 8.142/90 e Lei Municipal nº. 652 de 31 de janeiro de 2022.
OBJETO: O presente Termo tem por objetivo operacionalizar as ações envolvendo produtos para a saúde, através da aquisição e distribuição para o município
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA MUNICIPAL DE FARMACIA BASICA - ASSISTENCIA FARMACEUTICA CONTA 01585 12.001.10.303.0025.2045 3.3.71.70.00.00 FR0303
VIGÊNCIA: 17/12/2025 A 31/12/2026.
VALOR GLOBAL:R$ 100.000,00 (cem mil reais).
DATA DA ASSINATURA: 17/12/2025.
FORO: Comarca de Curitiba – PR.

Jundiaí do Sul, 17 de dezembro de 2025.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito

Publicado por:
Odair Rosildo Farinha
Código Identificador:8510A0FD

EXECUTIVO MUNICIPAL
EXTRATO TERMO DE RATEIO Nº. 01/2026

EXTRATO TERMO DE RATEIO Nº. 01/2026.

CONVENENTES: Município de Jundiaí do Sul/PR e o Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Norte Pioneiro – CISNORPI
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com base a Lei Federal nº 11.107/2005, ao Decreto Federal nº 6.017/2007, ao Estatuto do CISNORPI e Leis Ordinárias Municipais nº 317/2008, 383/2011, 677/2022, no Contrato de Consórcio oriundo do Protocolo de Intenções do CISNORPI e por este instrumento firmado entre as partes.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: CONTA – 01420 - 12.001.10.301.0025.2048 – 3.3.71.70.00.00 FR0303
VIGÊNCIA: 01/01/2026 A 31/12/2026.
VALOR GLOBAL: R$ 263.859,00 (duzentos e sessenta e três mil, oitocentos e cinqüenta e nove reais)
DATA DA ASSINATURA: 17/12/2025.
FORO: Comarca de Jacarezinho – PR.

Jundiaí do Sul, 17 de dezembro de 2025.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito

Publicado por:
Odair Rosildo Farinha
Código Identificador:82D93406

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
ATO Nº 105/2025

O Presidente da Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno;

RESOLVE:

Art. 1º – Fica instituído PONTO FACULTATIVO, APÓS ÀS 12:00 HORAS no âmbito do Poder Legislativo Municipal, no dia 19 de dezembro de 2025.

Art. 2º – A medida determinada no artigo 1º não abrangerá os serviços essenciais.

Art. 3º – Este Ato entra em vigor nesta data.

Câmara Municipal da Lapa, em 16 de dezembro de 2025.

ARTHUR BASTIAN VIDAL
Presidente

CAMILA SCHEFER PIERIN
1ª Secretária

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:65E4E7AA

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
ATO Nº 106/2025

Súmula: Concede 05 (cinco) dias de férias restantes ao servidor ANDERSON DROBINIEWSKI SOSSELA.

O Presidente da Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto nos artigos 110 a 124, da Lei Municipal nº 2280/2008;

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder 05 (cinco) dias de férias restantes, no período de 05/01/2026 a 09/01/2026 ao servidor ANDERSON DROBINIEWSKI SOSSELA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Secretaria, Grupo Ocupacional Técnico Administrativo, relativas ao período aquisitivo de 14/02/2024 a 13/02/2025.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor nesta data.

Câmara Municipal da Lapa, em 16 de dezembro de 2025.

ARTHUR BASTIAN VIDAL
Presidente

CAMILA SCHEFER PIERIN
1ª Secretária

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:1B81C39D

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
ATO Nº 107/2025

Súmula: Prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância nº 02/2025.

O Presidente da Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

Art. 1º - Fica prorrogado por 60 (sessenta) dias, à partir de 18/12/2025, o prazo para apresentação de relatório final dos trabalhos da Comissão de Sindicância nº 02/2025, constituída através do Ato nº 77/2025.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor nesta data.

Poder Legislativo Municipal em 16 de dezembro de 2025.

ARTHUR BASTIAN VIDAL
Presidente

CAMILA SCHEFER
1ª Secretária

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:FB082A9B

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
AVISO DE CONTRATAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA SEM DISPUTA 50/2025

CONTRATANTE
Câmara Municipal da Lapa – Pr, sito à Alameda David Carneiro, n°363, Centro, Lapa/Pr, CEP. 83 750 095.

Contratada: DIRECT INTERNET LTDA, CNPJ 13.447.789/0001-75
Endereço: ROD GUMERCINDO BOZA 18850 / SEDE / CAMPO MAGRO / PR
/ 83535-000

OBJETO – Contratação de serviços de telecomunicações para prover acesso à internet através de links dedicados e distintos com garantia de banda simétrica para download e upload, pelo prazo de 01 (UM) mes, observando-se, ainda, que os fornecimentos de acessos deverão se dar nos três (03) imóveis da Câmara Municipal da Lapa.

OBS. - Ficará a cargo da CONTRATADA, o fornecimento, instalação e configuração de todos os equipamentos e demais acessórios

necessários à operação dos circuitos, e a manutenção e atualização dos sistemas operacionais/firewares dos equipamentos, sem ônus adicionais para a CML;

– A CONTRATADA deverá fornecer os equipamentos a serem utilizados a título de comodato;

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 2.050,00 para o período de 01 mês; DO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2025 ATÉ DIA 16 DE JANEIRO DE 2026

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA /PR
Dispensa eletrônica 50/2025

Torna-se público que a Câmara Municipal da Lapa, realizará CONTRATAÇÃO DIRETA, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da resolução 132/2024, e demais normas aplicáveis, SENDO CONTRATADA: DIRECT INTERNET LTDA Endereço: ROD GUMERCINDO BOZA 18850 / SEDE / CAMPO MAGRO / PR
/ 83535-000

Critério de Julgamento: Menor preço
Regime de Execução: Empreitada por Preço Global

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA
Contratação de serviços de telecomunicações para prover acesso à internet através de links dedicados e distintos com garantia de banda simétrica para download e upload, pelo prazo de 01 (UM) mes, observando-se, ainda, que os fornecimentos de acessos deverão se dar nos três (03) imóveis da Câmara Municipal da Lapa

OBS. - Ficará a cargo da CONTRATADA, o fornecimento, instalação e configuração de todos os equipamentos e demais acessórios necessários à operação dos circuitos, e a manutenção e atualização dos sistemas operacionais/firmwares dos equipamentos, sem ônus adicionais para a CML;

– A CONTRATADA deverá fornecer os equipamentos a serem utilizados a título de comodato;

TERMO DE REFERÊNCIA/ESPECIFICAÇÕES
1. OBJETO
Contratação de serviços de telecomunicações para prover acesso à internet através de links dedicados e distintos com garantia de banda simétrica para download e upload, pelo prazo de 01 (UM) mes, observando-se, ainda, que os fornecimentos de acessos deverão se dar nos três (03) imóveis da Câmara Municipal da Lapa conforme especificações abaixo:

I – Prédio Sede (Plenário)
• Acesso dedicado e simétrico à internet, via fibra óptica.
• Inclusão de roteador para conectividade com o backbone IP.
• Fornecimento de 01 (um) endereço IP válido.
• Velocidade mínima garantida: 100 Mbps.
• Local: Alameda David Carneiro, nº 390, Centro, Lapa – Paraná.

II – Anexo dos Gabinetes dos Vereadores
• Acesso dedicado e simétrico à internet, via fibra óptica.

• Inclusão de roteador para conectividade com o backbone IP.
• Fornecimento de 01 (um) endereço IP válido.
• Velocidade mínima garantida: 100 Mbps.
• Local: Alameda David Carneiro, nº 390, Centro, Lapa – Paraná.

III – Prédio Administrativo (ADM)
• Acesso dedicado e simétrico à internet, via fibra óptica.
• Inclusão de roteador para conectividade com o backbone IP.
• Fornecimento de 01 (um) endereço IP válido.
• Velocidade mínima garantida: 100 Mbps.
• Local: Alameda David Carneiro, nº 363, Centro, Lapa – Paraná.

OBS. 2 – Fornecimento e Manutenção de Equipamentos
Ficará a cargo da CONTRATADA o fornecimento, instalação e configuração de todos os equipamentos e demais acessórios necessários à plena operação dos circuitos. A CONTRATADA será responsável pela configuração, manutenção preventiva e corretiva, bem como pela atualização do sistema operacional dos roteadores, sem qualquer ônus adicional para a Câmara Municipal da Lapa, observadas as normas técnicas e regulatórias aplicáveis.

OBS. 3 – Equipamentos em Comodato
A licitante que for CONTRATADA deverá fornecer, a título de comodato, todos os equipamentos necessários à execução dos serviços, os quais deverão estar em perfeito estado de funcionamento e permanecerão como propriedade da CONTRATADA. Ao término do contrato, caberá à CONTRATADA a retirada dos equipamentos, sem qualquer custo ou ônus para a Câmara Municipal da Lapa.

OBS. 4 – Penalidades por Indisponibilidade
A CONTRATADA deverá garantir a disponibilidade mínima de 99% (noventa e nove por cento) dos serviços contratados, medida mensalmente. Em caso de descumprimento, será aplicada multa proporcional ao período de indisponibilidade, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e no contrato, sem prejuízo de outras sanções administrativas cabíveis.
OBS. 5 – Suporte Técnico e Tempo de Resposta
A CONTRATADA deverá disponibilizar suporte técnico especializado, com atendimento remoto e presencial sempre que necessário. O tempo máximo de resposta para chamados será de até 4 (quatro) horas úteis a partir da abertura da ocorrência, e o tempo máximo para solução será de até 24 (vinte e quatro) horas úteis, salvo casos de maior complexidade devidamente justificados.

OBS. 6 – Segurança da Informação
A CONTRATADA deverá adotar medidas de segurança da informação compatíveis com as melhores práticas do setor, garantindo a integridade, confidencialidade e disponibilidade dos dados trafegados nos circuitos contratados. A CONTRATADA será responsável por manter atualizados os sistemas e equipamentos fornecidos, bem como por comunicar imediatamente à Câmara Municipal da Lapa qualquer incidente de segurança que possa comprometer os serviços ou os dados.

OBS. 7 – Auditoria e Monitoramento
A Câmara Municipal da Lapa reserva-se o direito de realizar auditorias e monitoramentos periódicos sobre os serviços prestados, podendo exigir da CONTRATADA relatórios mensais de desempenho contendo indicadores de disponibilidade, velocidade, ocorrências de falhas e medidas corretivas adotadas. A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso às informações necessárias para verificação da conformidade contratual, sem ônus adicionais para a Câmara.

2. JUSTIFICATIVA:

Cuida-se de oferecer nova estrutura de internet para a CML, não apenas acompanhando a evolução natural do mercado, mas, simultaneamente, garantindo maior continuidade dos serviços existentes na Empresa. As necessidades de garantia de continuidade dos serviços e funcionalidades das soluções já existentes constituem as principais motivações para a presente contratação deste serviço. Podem-se enumerar outras motivações igualmente relevantes.

3. VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO
R$2.050,00 (dois mil e cinquenta reais) para o período de 30 dias de fornecimento.

4 – DESCRIÇÃO DOS CIRCUITOS E SERVIÇOS

ITEM I – Fornecimento de 01 (um) circuito de 100 Mbps – Fibra Óptica – CML Plenário

• Solução para fornecimento de circuito dedicado, permanente e exclusivo de acesso à internet, por meio de Fibra Óptica Full Duplex, com banda simétrica de 100 Mbps, a ser disponibilizado na CML Plenário.

• Deverá ser fornecido roteador com no mínimo 3 (três) interfaces 10/100/1000 Base- T, RJ-45.
– Fornecimento de 01 (um) circuito de 100 Mbps – Fibra Óptica – CML Gabinetes
• Solução para fornecimento de circuito dedicado, permanente e exclusivo de acesso à internet, por meio de Fibra Óptica Full Duplex, com banda simétrica de 100 Mbps, a ser disponibilizado na CML Gabinetes.

• Deverá ser fornecido roteador com no mínimo 3 (três) interfaces 10/100/1000 Base- T, RJ-45.

– Fornecimento de 01 (um) circuito de 100 Mbps – Fibra Óptica – CML ADM

• Solução para fornecimento de circuito dedicado, permanente e exclusivo de acesso à internet, por meio de Fibra Óptica Full Duplex, com banda simétrica de 100 Mbps, a ser disponibilizado na CML ADM.

• Deverá ser fornecido roteador com no mínimo 3 (três) interfaces 10/100/1000 Base- T, RJ-45.

5 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Comunicar ao CONTRATANTE, por meio dos canais de comunicação, com antecedência mínima de 1 (um) dia, a data e horário das visitas técnicas, quando necessário, das instalações dos links, das manutenções programadas, bem como das entregas de equipamentos e componentes que venham a ser utilizados na prestação do serviço.

- Ter pleno conhecimento de todas as condições, características, procedimentos e peculiaridades do objeto contratado, não podendo alegar, posteriormente, desconhecimento acerca do Contrato.

- Acompanhar a qualidade e os níveis de serviços alcançados com vistas a efetuar eventuais ajustes e correções de rumo.

- Reportar ao CONTRATANTE imediatamente quaisquer anormalidades, erros ou irregularidades que possam comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades da Câmara.

- Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos e orientações de imediato.

- Responsabilizar-se integralmente por todos os ônus, diretos e indiretos, referentes a execução do objeto contratual.
- Responsabilizar-se por todos os custos relativos ao fornecimento dos equipamentos e componentes a serem disponibilizados e necessários à execução dos serviços contratados, inclusive frete, seguro, cargas, descargas, desde a origem até sua entrega no local de instalação definido pela CONTRATANTE.

- Reparar quaisquer danos causados diretamente ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual. Não se exclui ou reduz a responsabilidade da fiscalização da execução dos serviços pelo CONTRATANTE.

- Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela fiscalização, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

- Apresentar os representantes devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, quando for o caso.

- Instruir seus representantes quanto à necessidade de acatar as normas internas do CONTRATANTE.

- Instruir seus representantes a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades fora da abrangência do contrato, devendo a CONTRATADA relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência nesse sentido.

- Comunicar formalmente à equipe de fiscalização do contrato qualquer anormalidade que ponha em risco a execução do objeto contratual.
- Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- Guardar sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto contratual.
- Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa sobre o objeto contratado, não podendo transferir a outrem a responsabilidade por problemas de funcionamento dos serviços/fornecimento do objeto.

- Encaminhar, preferencialmente por meio de protocolo junto ao CONTRANTE, todas as faturas/notas fiscais dos serviços prestados.

- Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

- Manifestar-se ou responder à consulta do CONTRATANTE, em até 90 (noventa) dias antes do término da vigência do contrato, se tem o interesse ou não em prorrogar o contrato.

- Suspender o fornecimento dos serviços no ato do término da vigência contratual, em caso de não haver prorrogação do vínculo.

- Responder a contatos e/ou solicitações da equipe de fiscalização no prazo de até 03 (três) dias úteis contados a partir do envio de comunicação/solicitação

- A CONTRATADA será responsável pelos encargos sociais, taxas, impostos e quaisquer outros tributos que incidirem sobre os serviços prestados, bem como, a responsabilidade, no tocante, a vinculo empregatício, obrigações previdenciárias, reclamações trabalhistas e ações de responsabilidade civil e penal, decorrentes dos Prestadores de Serviço, isentando a Câmara Municipal da Lapa de qualquer responsabilidade.

6 – PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser executados a partir do dia 16 de dezembro de 2025, até dia 16 de janeiro de 2026.

7 – PENALIDADES

A desobediência no cumprimento das obrigações, incluindo-se prazos e demais requisitos mencionados neste Edital e seus Anexos, acarretará à Contratada as sanções previstas no capítulo IV da Lei Federal n.º 14.133/2021, e demais normas pertinentes.

JOÃO VITOR XAVIER DA SILVEIRA
Gestor do Contrato

MARILDA MONTEIRO GUIMARÃES SCHOLZ
Fiscal do Contrato

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:FEBCBA0A

GABINETE
DECRETO N° 29300, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por Superávit Financeiro, devidamente autorizado pela Lei n° 4328 de 18 de Dezembro de 2024.

O Prefeito Municipal de Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o Art. 6º, da Lei nº 4328, de 18/12/2024;
Considerando os P.D. nº 30779, de 12/12/2025, do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos da Lapa,

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 57.000,00 (Cinquenta e Sete Mil Reais), distribuídos na seguinte dotação orçamentária:

17 INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDOS PÚBLICOS DE LAPA	
17.03 PREVIDÊNCIA SOCIAL CAPITALIZADA	
09.272.0050.2254 Proventos Aposentados Regime Capitalizado	
1479: 3.1.90.01.00.00.040 – Aposentadorias do rpps, reserva remunerada e reformas dos militares	R$ 57.000,00
TOTAL.....	**R$ 57.000,00**

Art. 2º - Para dar cobertura no Crédito Autorizado no artigo anterior serão utilizados o:

Superávit Financeiro da fonte 40, conta nº 7.440-3	R$ 57.000,00
TOTAL.....	**R$ 57.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor após sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 17 de Dezembro de 2025.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 17 de Dezembro de 2025.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:4E3C9EA9

GABINETE
DECRETO N° 29301, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por Excesso de Arrecadação, devidamente autorizado pela Lei n° 4328 de 18 de Dezembro de 2024.

O Prefeito Municipal de Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o Art. 6º, da Lei nº 4328, de 18/12/2024;
Considerando o P. D. nº 31033, de 16/12/2025, da Secretaria da Fazenda e o P.D. nº 30511, de 10/12/2025, da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.297.965,14 (Um Milhão, Duzentos e Noventa e Sete Mil, Novecentos e Sessenta e Cinco Reais e Quatorze Centavos), distribuídos nas seguintes dotações orçamentárias:

05 Secretaria da Fazenda	
05.01 Secretaria da Fazenda	
28.846.0000.0007 Encargos diversos	
164: 3.2.90.21.00.00.000 – Juros sobre a dívida por contrato	R$ 302.040,00
06 Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer	
06.02 Departamento Geral da Educação	
12.361.0012.1039 Reformar, Ampliar, Manter Estabelecimento de Ensin:o, CMEIS e Extensões.	
206: 4.4.90.51.00.00.103 – Obras e instalações	R$ 500.000,00
12.365.0012.2430 Manutenção da Atividades Operacionais de Secretaria de Educação e Extensões e Rede de Ensino - Pré-Escola	
1853: 4.4.90.52.00.00.395 – Equipamentos e material permanente	R$ 495.925,14
TOTAL.....	**R$ 1.297.965,14**

Art. 2º - Para dar cobertura no Crédito autorizado no artigo anterior serão utilizados como recursos o:

Excesso de Arrecadação da fonte 0, conta nº 14.810-5	R$ 302.040,00
Excesso de Arrecadação da fonte 103, conta nº 6.518-8	R$ 500.000,00
Excesso de Arrecadação da fonte 395, conta nº 32.653-4	R$ 495.925,14
TOTAL.....	**R$ 1.297.965,14**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor após sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 17 de Dezembro de 2025.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 17 de Dezembro de 2025.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:BA60EA15

GABINETE
DECRETO N° 29302, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Súmula: Aprova o Plano Municipal dos Direitos da Mulher da Lapa – PMDM, para o quadriênio 2025-2028, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal da Lapa, Estado do Paraná, DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal vigente,
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.731, de 05 de agosto de 2020, que cria o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 4.160, de 20 de novembro de 2023, que cria o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 4.489, de 10 de dezembro de 2025, que altera os artigos 2º e 4º da Lei nº 3.731/2020;
CONSIDERANDO a Resolução n° 33, de 05 de setembro de 2025 do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher quanto à aprovação do Plano Municipal dos Direitos da Mulher;
CONSIDERANDO a necessidade de planejamento, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas voltadas à promoção, proteção e garantia dos direitos das mulheres no Município da Lapa;

DECRETA:

Art. 1° - Fica aprovado o Plano Municipal dos Direitos da Mulher da Lapa – PMDM/Lapa, para o quadriênio 2025-2028, instrumento de planejamento da Política Municipal dos Direitos da Mulher, na forma do ANEXO ÚNICO deste Decreto.

Art. 2° - O Plano Municipal dos Direitos da Mulher da Lapa – PMDM 2025-2028 tem como finalidade orientar, integrar e fortalecer as ações do Poder Público Municipal e da sociedade civil organizada, visando à promoção da igualdade de gênero, ao enfrentamento de todas as formas de violência contra a mulher e à garantia de direitos.

Art. 3° - A coordenação, execução e articulação intersetorial do Plano ficarão sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher, ou órgão que venha a substituí-la, em parceria com os demais órgãos da Administração Pública Municipal.

Art. 4° - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, nos termos da Lei Municipal nº 3.731/2020 e suas alterações, acompanhar, fiscalizar e avaliar a implementação do Plano Municipal dos Direitos da Mulher – Quadriênio 2025-2028.

Art. 5° - As ações previstas no Plano Municipal dos Direitos da Mulher serão executadas de forma integrada entre as Secretarias Municipais, observando os princípios da transversalidade, da participação social, da equidade de gênero e do controle social.

Art. 6° - O financiamento das ações previstas no Plano Municipal dos Direitos da Mulher – Quadriênio 2025-2028 poderá ocorrer por meio de recursos do orçamento municipal, bem como por meio do Fundo

Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM, instituído pela Lei Municipal nº 4.160/2023, além de outras fontes legalmente admitidas.

Art. 7° - O Plano Municipal dos Direitos da Mulher poderá ser revisado, atualizado ou adequado durante sua vigência, mediante deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 8° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 17 de Dezembro de 2025.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO – Decreto Municipal N° 29.302, de 17 de Dezembro de 2025

PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DA LAPA – PMDM/LAPA
QUADRIÊNIO 2025-2028

Disponível em: https://bit.ly/PMDMDec29302

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:6AC50021

GABINETE
REQUISIÇÃO DE RESSARCIMENTO INDIVIDUAL DE DIÁRIAS Nº 377

DADOS DO SERVIDOR					
Nome MOISES PORTES DA COSTA				Matrícula 81699	
Cargo MOTORISTA D		CPF 003.502.929-30		RG 6.567.804-7	
Setor / Órgão SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		Conta Corrente 13995-8		Banco / Nº Agência 748 / 0725	
INFORMAÇÕES DA VIAGEM					
Justificativa Viagem para levar servidoras do município a um curso em Curitiba.					
Destino (Dist. Aprox.) Curitiba – Pr 60 km		Período **27/11/2025**	a	**27/11/2025**	
Hora de Saída 07h00		Hora de Retorno 18h30			
Transporte Veículo Oficial	X	Ônibus	Aéreo Outros		----------
Valor Diária(s) (R$) R$ 40,00		Total a Receber (R$) R$ 40,00			
Justificativa Ressarcimento do valor pago para alimentação em viagem para levar servidoras do município a um curso em Curitiba.					
SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO / AUTORIZAÇÃO					
Solicito autorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal. / / Data Assinatura Servidor Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição. / / Data Secretário(a) Municipal					
AUTORIZAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL					
...../...../..... ..... Data **Diego Timbirussu Ribas** Prefeito Municipal					

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:78582314

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DA LAPA
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2026

Os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), antes do exercício a que se referir, deverão definir a política anual de aplicação dos recursos, isto é, a Política de Investimentos. Este documento estabelece o processo de investimento, ajudando o investidor a entender suas necessidades específicas, e aumentando a probabilidade de decisões adequadas ao seu perfil de investidor.

A elaboração desta Política de Investimentos representa uma formalidade legal que fundamenta e norteia todo o processo de tomada de decisão relativo aos investimentos do RPPS, empregada como instrumento necessário para garantir a consistência da gestão dos recursos em busca do equilíbrio econômico-financeiro.

A presente Política estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos dos recursos conferidos a entidade, com vistas a promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessária para complementar o equilíbrio entre os ativos e passivos do RPPS.

A Política de Investimentos do RPPS deve ser constituída pelos seguintes elementos básicos: o modelo de gestão a ser adotado e, se for o caso, os critérios para a contratação de pessoas jurídicas autorizadas nos termos da legislação em vigor para o exercício profissional de administração de carteiras; a estratégia de alocação dos recursos entre os diversos segmentos de aplicação e as respectivas carteiras de investimentos; os parâmetros de rentabilidade perseguidos, que deverão buscar compatibilidade com o perfil de suas obrigações, tendo em vista a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial e os limites de diversificação e concentração previstos na legislação; e os limites utilizados para investimentos, atendendo os requisitos e limites definidos pela Resolução CMN 4.963/21.

Sinteticamente, a Política de Investimentos demonstra os objetivos de retorno, aversão a risco e da melhor transparência. O retorno está diretamente correlacionado com o risco. Por isso, definidas as condições de risco e retorno, as alternativas de investimentos serão delimitadas através das restrições estabelecidas.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - 2026	
Responsável	**Data**
Diretoria Executiva – Elaboração	11/11/2025
Comitê de Investimentos – Aprovação Prévia	26/11/2025
Deliberação Conselho de Administração	27/11/2025
Versão Definitiva	27/11/2025

INTRODUÇÃO

O LAPAPREVI – Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Lapa, pessoa jurídica de direito público interno, com caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.809.888/0001-69 com sede na Rua Tenente Henrique dos Santos, n° 408, Centro – Lapa, Paraná, por meio de sua Diretoria, na forma da legislação pertinente em vigor, observados, ao disposto nos artigos 4º e 5º da Resolução CMN nº 4.963/2021 e as disposições da Portaria MTP nº 1.467/2022 , com o objetivo de promover segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, dentro da adequação à natureza de suas obrigações a fim de assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial entre seus ativos e passivos, além, do princípio inescusável de transparência e que integra um dos processos estratégicos e gerenciais do RPPS.

O ponto de partida para a elaboração da política de investimentos é a missão de buscar assegurar o cumprimento das obrigações previdenciárias dos benefícios já concedidos e para os futuros benefícios e plano atuariais de longo prazo, identificando oportunidades de investimentos que melhor se adequem ao nível de risco definido, permitindo assim a perenidade dos planos de benefícios.

Ao longo dos últimos anos, o LAPAPREVI tem apresentado êxito nesta missão, ainda que diante da difícil conjuntura econômica, resultado de um compromisso no longo prazo e de um processo que busca a diversificação, a adoção de melhores práticas de governança e o foco na transparência da gestão dos recursos disponíveis para os investimentos.

A Política de Investimentos estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos dos recursos financeiros do LAPAPREVI, em atendimento ao disposto na Lei Complementar 9.717/98 , ajustada aos novos limites de aplicação da Resolução CMN nº 4.963/21, com o objetivo de promover segurança, liquidez e rentabilidade, a fim de assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial entre seus ativos e passivos.

As diretrizes desta política de investimentos foram projetadas tendo em vista a perspectiva político-econômica nacional e internacional, através da análise do panorama traçado a partir de dados e cenários obtidos pelos meios oficiais de divulgação como Banco Central do Brasil, Comitê de Política Monetária (COPOM), Instituto de Pesquisa Economia Aplicada (IPEA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outros, integrantes dos anexos da política anual de investimentos.

A política de investimentos traz em seu contexto principal, os limites de alocação em ativos de renda fixa, renda variável, investimentos no exterior, investimentos estruturados, em consonância com a legislação vigente. Além destes limites, vedações específicas visam dotar os gestores de orientações quanto à alocação dos recursos financeiros em produtos e ativos adequados ao perfil e às necessidades atuariais, buscando manter o equilíbrio econômico-financeiro entre seu ativo e passivo.

Todas as informações de caráter relevante sobre a gestão dos recursos financeiros do LAPAPREVI, além, daquelas cujas publicações é obrigatória, será disponibilizado através da página da Internet no endereço www.lapaprevi.com.br, na periodicidade destacada, documentos e relatórios contendo as seguintes informações:
a. A política anual de investimentos e suas revisões, no prazo de até trinta dias, a partir da data de sua aprovação;
b. As informações contidas nos formulários APR - Autorização de Aplicação e Resgate, no prazo de até trinta dias, contados da respectiva aplicação ou resgate;
c. A composição da carteira de investimentos do Instituto, no prazo de até trinta dias após o encerramento do mês;
d. Relatórios detalhados, no mínimo, trimestralmente, sobre a rentabilidade, os riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do LAPAPREVI e a aderência à política anual de investimentos e suas revisões, depois de submetidos às instâncias superiores de deliberação e controle.
e. Os procedimentos de seleção das eventuais entidades autorizadas e credenciadas;
f. As informações relativas ao processo de credenciamento de instituições para receber as aplicações dos recursos do LAPAPREVI;
g. Relação das entidades credenciadas para atuar com o LAPAPREVI e respectiva data de atualização do credenciamento;
h. As datas e locais das reuniões do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e do Comitê de Investimentos;

Este documento formaliza os objetivos e restrições de investimento da gestão dos recursos do LAPAPREVI através da designação dos segmentos, ativos financeiros, faixas de alocação estratégica, restrições, limites e tipo da gestão.

1. DEFINIÇÃO DA FORMA DE GESTÃO.
A forma de gestão definida é a gestão própria . Ao adotar esse modelo de gestão a totalidade dos recursos ficará sob responsabilidade do RPPS e os agentes envolvidos diretamente no processo, com profissionais qualificados e certificados, conforme exigências da portaria MTP nº 1.467/22, além de contar com o Comitê de Investimentos no processo de análise dos investimentos com o objetivo de gerenciar a aplicação de recursos, observando o cumprimento obrigatório do credenciamento prévio das instituições financeiras escolhidas para receber as aplicações dos recursos.

2. OBJETIVO DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS.
OBJETIVO GERAL:
Os objetivos contemplam horizontes de curto prazo, bem como de longo prazo. Em essência, o RPPS deve ser organizado para garantir a cobertura contínua dos seus segurados por meio do plano de benefícios. Para isso, o seu equilíbrio financeiro e, principalmente, atuarial representa o seu objetivo de longo prazo.

A PI deve definir a estratégia para alocação dos recursos entre os segmentos de aplicação de acordo com o perfil das obrigações do RPPS considerando a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial e os limites de diversificação previstos na Resolução CMN 4963/21, além disso, precisa visar permanentemente à construção de processos de pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime e participação de representantes dos servidores públicos, ativos e inativos, nos colegiados e instâncias de decisão em que os seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação, nos termos do art. 6º, Inciso IV e art. 1º, Inciso VI da Lei 9.717/98.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
- Buscar atingir a meta atuarial definida para o ano de 2026, através de alocações em produtos e ativos com risco adequado ao perfil do LAPAPREVI.
- Proporcionar ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal, à Diretoria do Instituto e ao Comitê de Investimentos, uma definição das diretrizes básicas, dos limites de risco, da rentabilidade mínima a ser buscada, da adequação aos ditames legais e da estratégia de alocação dos recursos;
- Garantir transparência e ética e nos processos de investimentos, que devem seguir as diretrizes estabelecidas neste documento;
- Definir critérios de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez para aplicação dos recursos financeiros do Instituto.
- Assegurar que os gestores, conselheiros e segurados tenham claro entendimento dos objetivos e restrições nos processos de investimentos

ORIGEM DOS RECURSOS.
Os recursos em moeda corrente do LAPAPREVI são originários das contribuições dos servidores, do ente, dos parcelamentos, das compensações previdenciárias e demais repasses com finalidade previdenciária.

META ATUARIAL.
Visando a garantia do equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações do instituto, a gestão da alocação dos recursos financeiros, no exercício de 2026, deverá ter sempre como objetivo atingir a taxa da meta atuarial.

A portaria 1467/22 de 2 de junho 2022 que disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos RPPS, em cumprimento à Lei nº 9.717, de 1998, aos artigos 1º e 2º da Lei nº 10.887, de 2004 e à Emenda Constitucional nº 103, de 2019, estabelece a taxa de juros parâmetro a ser utilizada nas avaliações atuariais dos RPPS.

No que se refere à meta de rentabilidade disposta na política anual de investimentos, utiliza-se como padrão, para sua definição, o valor da duração do passivo atuarial (em anos) conforme Portaria SPREV.

A meta atuarial é a taxa de desconto para trazer o valor presente, todos os compromissos do RPPS para com seus beneficiários na linha do tempo, de forma a demonstrar quanto de patrimônio o RPPS deverá possuir hoje para manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

O objetivo da alocação de recursos será a preservação do equilíbrio financeiro e o atendimento da meta atuarial de 5,50% ao ano de taxa de juros , acrescida da variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) medido pelo IBGE, obedecendo aos limites de riscos por emissão e por segmento, estabelecidos nesta Política Anual de Investimentos.

3. VALIDADE.
A política de investimentos será válida para todo o exercício de 2026. Durante este período, correções e alterações poderão ocorrer para adequar mudanças na legislação aplicável, ou caso seja considerado necessário pelo LAPAPREVI.

4. METODOLOGIA DE SELEÇÃO DE INVESTIMENTOS.
Os investimentos do LAPAPREVI poderão acontecer de forma direta e/ou indireta.
4.1. Forma Direta: quando o investimento ou desinvestimento ocorrerem via Títulos Públicos Federais e/ ou operações compromissadas.
4.2. Forma Indireta: quando o investimento ou desinvestimento ocorrerem via cotas de fundos investimentos.

5. DA ALOCAÇÃO DOS RECURSOS.

A rentabilidade das alocações de recursos através das aplicações financeiras do LAPAPREVI depende e é altamente influenciada pelos cenários político, macroeconômico nacional e internacional, que impactam positivamente ou negativamente o desempenho da carteira de investimentos.
Nesse sentido, a análise de cenários é fundamental para a definição da estratégia de investimento dos recursos do RPPS e dessa forma, o objetivo e os limites de alocação estabelecidos nesta política de investimentos foram elaborados tendo em vista as expectativas políticas e econômicas, como taxa de inflação, de juros, de crescimento do PIB e de câmbio, entre outras variáveis da economia doméstica e global.
CENÁRIO MACROECONÔMICO.
Para a elaboração da política anual de investimentos para 2026, a gestão do LAPAPREVI buscou conhecimento e informações do cenário econômico atual e das perspectivas futuras com base nos estudos das publicações, como de: conjunturas, dados financeiros, projeções por parte das entidades públicas e privadas.

Pesquisa Focus (Bacen)
O Relatório Focus resume as estatísticas calculadas considerando as expectativas de mercado coletadas até a sexta-feira anterior à sua divulgação. Ele é divulgado toda segunda-feira. O relatório traz a evolução gráfica e o comportamento semanal das projeções para índices de preços, atividade econômica, câmbio, taxa Selic, entre outros indicadores. As projeções são do mercado, não do BC.

Conforme relatório Focus de 14.11.25, publicado em 17 novembro, a divulgação da pesquisa focus na taxa mediana, o mercado após sucessivas elevações revisou a taxa de inflação de 4,55% para 4,46%, motivada principalmente pelo arrefecimento inflação, ainda assim, o mercado espera uma inflação fora daquela estabelecida pelo governo de 3,5%, com margem entre 1,5% e 4,5%, já com relação ao ano 2026, a inflação estimada é no patamar de 4,20%. Com relação à taxa Selic, a pesquisa (taxa mediana) manteve taxa anterior na casa de 15% em 2025 e de 12,25% para 2026. Com relação ao desempenho da economia doméstica, o relatório manteve aposta de expansão do PIB com expectativa do mercado de crescimento da economia de crescimento +2,16% em 2025 e de 1,78% em 2026.

Indicador de Incerteza da Economia (IIE-Br)
O Indicador de Incerteza Econômica medido pela FGV busca mensurar a incerteza da economia brasileira a partir de informações coletadas dos principais jornais do país e das expectativas do mercado financeiro acerca de variáveis macroeconômicas.

Aplicabilidade:
Evidências empíricas mostram que choques de incerteza podem gerar impactos negativos nas empresas e nas famílias, pois desmotivam investimentos, inibem a produção e diminuem a propensão ao consumo. Além disso, o crescimento da incerteza na economia reduz a eficácia da política monetária. Resultados preliminares obtidos no Brasil mostram que aumentos na taxa de juros, por exemplo, têm efeito reduzido no controle da inflação em tempos de grande incerteza.
Metodologia:
O Indicador de Incerteza da Economia é composto por dois indicadores:
- Indicador de Incerteza na Mídia (IIE-Br-Mídia): Reflete a incidência de termos relacionados à incerteza em artigos publicados em seis dos principais jornais do país. Aproximadamente 30 mil notícias são analisadas por mês. Esse indicador tem um peso de 80% no indicador agregado.

- Indicador de Dispersão de Expectativas (IIE-Br-Expectativa): Elaborado com base na dispersão das previsões de especialistas para três variáveis macroeconômicas: taxa de câmbio e Selic, 12 meses à frente e o IPCA acumulado para os próximos 12 meses, divulgados pelo Banco Central. Esse indicador tem um peso de 20% no indicador agregado.

Cálculo do Indicador de Incerteza:
IIE-BR = IIE-Br-Mídia * 0,8 + IIE-Br-Expectativa * 0,2

Conforme o indicador de incerteza da economia de outubro o IIE-Br ficou estável, apesar da elevação aos 109,0 pontos, mantem-se abaixo dos 110,0 pontos, que é um patamar confortável de incerteza apesar da elevação em relação aos meses anteriores. A manutenção nos próximos meses e em 2026 do IIE-Br para níveis inferiores a 110 pontos dependerá do arrefecimento
da inflação e dos fatores externos, como da condução da gestão das contas públicas e respectivos fatores econômicos.

Copom (Comitê de Política Monetária)
O Copom é um órgão do Banco Central do Brasil (BACEN) que se reúne a cada 45 dias para definir a taxa básica de juros do país, a taxa Selic. Seu principal objetivo é controlar a inflação, influenciando diretamente o crédito, o consumo e os investimentos para garantir a estabilidade econômica do Brasil.

As reuniões e decisões do Copom são amplamente acompanhadas pelo mercado e pela sociedade, pois impactam diversos setores da economia.

O que faz o Copom
- Define a taxa Selic: É o principal instrumento para controlar a inflação, influenciando taxas de empréstimos, financiamentos e a rentabilidade de investimentos.

- Análise econômica: Avalia indicadores como inflação, atividade econômica, desemprego e cenário internacional antes de tomar uma decisão.

- Estabilidade monetária: Trabalha para manter a inflação dentro da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

- Comunicação: Divulga as decisões sobre a taxa Selic e a ata da reunião, que contém as justificativas e os cenários considerados.

Como as decisões impactam a economia
- Taxa Selic alta: O crédito fica mais caro, o que desestimula o consumo. Investimentos atrelados à Selic, como alguns CDBs e Tesouro Direto, costumam render mais.

- Taxa Selic baixa: O crédito fica mais barato, o que estimula o consumo e a atividade econômica. A rentabilidade dos investimentos atrelados à Selic pode ser menor.

Com relação a Taxa de Juros (Selic) a ata da reunião de novembro de 2025 do Copom (Comitê de Política Monetária) reforçou a decisão de manter a taxa Selic em 15,00% a.a. por um "período bastante prolongado" para garantir a convergência da inflação à meta.

Principais Pontos da Avaliação:
Manutenção da Selic: A decisão de manter a taxa Selic no maior nível em quase 20 anos foi unânime e já era esperada pela maioria dos analistas. O comitê avalia que esse patamar é necessário e suficiente para o controle inflacionário.

"Higher for Longer": O termo "período bastante prolongado" foi mantido no comunicado, o que indica uma postura conservadora do Banco Central, que grau de frustração no mercado que, esperava uma sinalização de corte de juros para janeiro.

Projeções de Inflação: As projeções para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) para o final de 2025 melhoraram ligeiramente, caindo de 4,8% para 4,6% no cenário de referência, mas ainda permanecem acima do teto da meta (que é de 4,5%). Para o horizonte relevante (segundo trimestre de 2027), a projeção também melhorou, passando de 3,4% para 3,13%.

Cenário Econômico: O comitê de política monetária observou sinais mistos na atividade econômica doméstica, com moderação no crescimento, o que é visto como um efeito necessário da política monetária contracionista.

O mercado de trabalho segue dinâmico, mas o arrefecimento da demanda agregada é essencial para o reequilíbrio entre oferta e demanda.

Riscos: O cenário externo adverso e incerto, com destaque para a política econômica dos EUA e suas tarifas que geram pressões inflacionárias globais, continua a ser um fator de preocupação. Internamente, a política fiscal expansionista é vista como um risco que exige uma política monetária contracionista para evitar o aumento da inflação.

Comunicação: A ata expressou maior convicção de que o nível atual da Selic é suficiente para levar a inflação à meta, mas o comitê enfatizou que se manterá vigilante e não hesitará em retomar o ciclo de alta, se necessário.

Em suma, a avaliação da ata aponta para um Banco Central cauteloso, que prioriza a credibilidade e a convergência da inflação à meta, mesmo que isso signifique manter os juros altos por um período estendido, contrariando as expectativas de um afrouxamento monetário no curto prazo.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada é uma fundação pública federal que tem como função principal fornecer suporte técnico e institucional ao governo na formulação, avaliação e acompanhamento de políticas públicas e programas de desenvolvimento. Para isso, realiza pesquisas econômicas e sociais, disponibiliza dados e dissemina conhecimento para subsidiar decisões de governos, empresas e da sociedade em geral.
Principais funções do Ipea:
- Pesquisa e disseminação de conhecimento: Realiza estudos e pesquisas em áreas como economia, desenvolvimento social e estatística, e disponibiliza os resultados para a sociedade por meio de publicações e eventos.

- Assessoria ao governo: Presta apoio técnico e institucional ao governo federal para o planejamento e a avaliação de políticas públicas, programas e projetos de desenvolvimento.

- Banco de dados: Mantém o Ipeadata, uma base de dados com informações macroeconômicas, financeiras e regionais do Brasil.

- Cooperação internacional: Atua na cooperação com outros países e organizações internacionais para a formulação e avaliação de políticas públicas de desenvolvimento.

Segundo a projeção de conjuntura do IPEA na sua publicação "Carta de Conjuntura", as previsões para 2026 baseada nas divulgações mais recentes (outubro e novembro de 2025), as projeções do Ipea para 2026 incluem:

PIB (Produto Interno Bruto): A projeção mais recente do Ipea para o crescimento do PIB em 2026 é de 1,6%. Em julho de 2025, a estimativa era de 1,8% e, em março, de 2,0%.

Inflação (IPCA): A projeção para a inflação em 2026, medida pelo IPCA, permaneceu em 4,2% em avaliações recentes.

Taxa Selic: A expectativa do Ipea é que o ciclo de alta dos juros tenha chegado ao fim em 2025 (com a Selic a 15% ao ano) e que a taxa comece a cair em 2026, chegando a 12,5% ao final do ano.

Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil
IBC-Br é um indicador mensal que funciona como uma prévia do PIB (Produto Interno Bruto) e serve para medir a evolução da economia brasileira. Ele é usado pelo Banco Central para auxiliar na tomada de decisões sobre a taxa básica de juros (Selic) e na formulação de estratégias de política monetária.

O que ele mede: O IBC-Br consolida informações de setores como indústria, agropecuária e serviços, além de dados do comércio e de impostos.

Para que serve: O principal objetivo é fornecer uma estimativa da evolução da atividade econômica brasileira para a formulação da política monetária. Ele também serve como um importante indicador para investidores e para o público em geral.

Diferença para o PIB: Enquanto o PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos em um país em um período, o IBC-Br é um indicador mensal que busca antecipar esse resultado, sendo um parâmetro preliminar.

Assim, partindo do cenários Pesquisa focus, Indicador de Incerteza da Economia, Copom, Ipea e atento as expectativas do mercado financeiro apresentado e considerando as informações das expectativas para os principais agregados macroeconômicos, a decisão de investimentos do LAPAPREVI buscará alcançar rentabilidade nos segmentos de renda fixa e variável permitidos pela legislação e que regem as aplicações financeiras dos RPPS.

6. LIMITES E ALOCAÇÃO.
Os limites para aplicação dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social estão definidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.963/21, e são referência para aplicações no segmento de Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos no Exterior e Investimentos Estruturados.

O LAPAPREVI efetuará seus investimentos financeiros através de fundos mútuos de investimentos observando as características e perfis de risco de cada fundo, bem como seu enquadramento na Resolução CMN 4963/21 e tais características abrangem, entre outras, meta de rentabilidade e limite de exposição ao risco, acompanhamento e monitoramento de desempenho e enquadramento quanto a Resolução vigente.

A seleção dos fundos que deverão abrigar os investimentos do LAPAPREVI será feita com base em análises quantitativas de desempenho, contemplando desempenho mensal e semestral e também histórico de 24 meses, exceto, os novos produtos disponíveis lançados para investimentos dos RPPS, observados ainda que o limite seja facultativo nos 120 (cento e vinte) dias subsequentes à data de início das atividades do fundo.
O Comitê de Investimento deverá auxiliar na elaboração da estratégia de investimento do LAPAPREVI, baseada na análise do cenário macroeconômico e nas expectativas do mercado para curto, médio e longo-prazo, cujas decisões/considerações ocorreram nas reuniões ordinárias e extraordinárias, conforme convocações, com o objetivo de avaliar e acompanhar as mudanças do cenário para investimentos.

7. DIRETRIZES PARA GESTÃO DOS INVESTIMENTOS.
A gestão do LAPAPREVI poderá adotar critérios para avaliação e escolha dos fundos de investimento, observando as características, perfil e grau de risco de cada fundo, como de seu enquadramento a Resolução CMN 4963/210 e da aderência a política de investimentos.

As características abrangem, entre outras, meta de rentabilidade e limite de exposição ao risco, acompanhamento e monitoramento de desempenho e enquadramento quanto a Resolução vigente.

7.1 – Estratégias de Investimentos e Desinvestimentos.
7.1.1. A Política de Investimentos de 2026, satisfazendo a legislação vigente, estabelece normas de investimentos e desinvestimentos para auxiliar os responsáveis, numa gestão ativa dos recursos do RPPS.

7.1.2. Na execução das normas estabelecidas para os segmentos de renda fixa, renda variável, investimentos no exterior, investimentos estruturados, serão adotados os seguintes critérios:
7.1.2.1. No processo de investimento, entende-se por novas alocações, as aplicações realizadas em fundos que não compuserem a carteira do RPPS, até aquele momento;
7.1.2.2. O processo de desinvestimento poderá não ocorrer quando a cota atual do fundo for inferior à cota de aplicação, a fim de não realizar o prejuízo no investimento;

7.1.3. Os fundos que possuírem histórico de rentabilidade menor do que 24 meses poderão receber recursos, preferencialmente quando:

a. A rentabilidade do fundo estiver enquadrada nos limites estabelecidos na política de investimentos, para os seus respectivos segmentos;
b. O fundo replicar estratégias de gestão de investimentos anteriormente praticadas pela gestora

7.2. Seleção dos Investimentos.
O LAPAPREVI efetuará seus investimentos financeiros através de fundos mútuos de investimentos abertos ou fechados observando as características e perfis de risco de cada fundo, bem como seu enquadramento na Resolução CMN 4.963/2021.

7.2.1. Análise e Seleção de Ativos.
Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras do RPPS devem ser registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos; e marcados a mercado, no mínimo mensalmente, mediante a utilização de metodologias de apuração em consonância com as normas baixadas pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários e parâmetros reconhecidos pelo mercado financeiro de forma a refletir o seu valor real. O Apreçamento dos ativos financeiros em linha com o que estabelece a portaria MTP nº 1.467/22 e alterações, será:

- Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras dos fundos de investimentos, nos quais o Instituto aplica recursos devem ser marcados a valor de mercado, mediante a utilização de metodologias de apuração em consonância com as normas baixadas pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários e pela ANBIMA.

- As operações realizadas diretamente através da carteira própria de títulos públicos federais, deverão ser feitas por meio de plataforma eletrônica, administrada por instituições autorizadas, seguirá o artigo 145, da Portaria MTP nº 1.467 de 2022 e deverão ser classificados e contabilizados separadamente por:

Marcação a mercado – Disponíveis para negociação futura ou imediata;
Marcação na curva – Títulos mantidos até o vencimento.

Os ativos da categoria de mantidos até o vencimento deverão ser contabilizados pelos seus custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, devendo ser atendidos
os seguintes parâmetros:
- Demonstração da capacidade financeira do RPPS de mantê-los em carteira até o vencimento;
- Compatibilidade com os prazos e taxas das obrigações presentes e futuras do RPPS;
- Classificação contábil e controle separados dos ativos disponíveis para negociação;
- Obrigatoriedade de divulgação das informações relativas aos ativos adquiridos, ao impacto nos resultados atuariais e aos requisitos e procedimentos contábeis, na hipótese de alteração da forma de precificação dos ativos.

O método e as fontes de referência adotados para apreçamento dos ativos pelo LAPAPREVI são os mesmos estabelecidos por seus custodiantes e deverá obedecer às diretrizes e normas, definições e classificações dos produtos de investimentos classificados pelos artigos da Resolução CMN 4.693/2021, inclusive, as próprias vedações impostas por sua política de investimentos, sendo:

Vedado:
a) Aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cuja atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido;
b) Aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de fundo de investimento, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais ente federativo figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;
c) Aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados;
d) Praticar diretamente as operações denominadas day-trade, sendo o LAPAPREVI o próprio comitente, independentemente de o regime próprio possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo;
e) Atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos nesta Resolução;
f) Negociar cotas de fundos de índice em mercado de balcão;
g) Aplicar direta ou indiretamente recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento destinado exclusivamente a investidores qualificados ou profissionais, quando não atendidos os critérios estabelecidos em regulamentação específica;
h) Remunerar quaisquer prestadores de serviço relacionados direta ou indiretamente aos FI em que foram aplicados seus recursos, de forma distinta das seguintes: Taxas de administração, performance, ingresso ou saída previstas em regulamento; ou Encargos do fundo, nos termos da regulamentação da CVM;
i) Aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cujos prestadores de serviço, ou partes a eles relacionadas, direta ou indiretamente, figurem como emissores dos ativos das carteiras, salvo as hipóteses previstas na regulamentação da CVM

7.2.2. Gerenciamento de Risco - Metodologia e critérios a serem adotados para avaliação e acompanhamento do retorno esperado dos investimentos.
Para o acompanhamento do retorno esperado dos investimentos, são acompanhados diariamente seus índices de referência, comparativamente ao desempenho dos veículos de investimento e de seus pares, e são traçadas perspectivas articuladas com o cenário econômico.

7.2.3. Aplicações com prazo de vencimento.
As aplicações que apresentem prazos para desinvestimento, inclusive prazos de carência e para conversão de cotas de fundos de investimento, deverão ser precedidas de atestado do responsável legal pelo RPPS, evidenciando a sua compatibilidade com as obrigações presentes e futuras do regime.

7.3. Nível de Risco Admitido.
VaR (Valueat Risk): é uma medida de mensuração do nível de riscos e um determinado portfólio de investimentos. O VaR apresenta a perda máxima de um investimento, mediante um prazo e um intervalo de confiança. Quanto menor, melhor.

Índice Sharpe: é uma medida empírica de avaliar a relação risco e retorno de determinado investimento. O índice Sharpe traz a razão entre a rentabilidade de um produto versus o risco ocorrido descontado pelo custo oportunidade. Quanto maior, melhor.

Volatilidade: através do desvio-padrão do retorno diário das cotas, procura-se verificar a volatilidade dos fundos a serem investidos. Quanto menor, melhor.

7.4. Diretrizes para Seleção dos Fundos.
A seleção de um fundo para compor a carteira de investimentos do LAPAPREVI passa por:
a) estar credenciado regularmente junto ao RPPS .
b) a aprovação da uma instituição financeira, observado, histórico da instituição selecionada.
c) a avaliação de desempenho dos fundos sob análise.

7.5. Credenciamento das Instituições Financeiras.
Os recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados,
Distrito Federal e Municípios, nos termos da Lei nº 9.717 de 27 de novembro de 1998, devem ser aplicados observando-se a adoção de regras, procedimentos e controles internos que visem garantir o cumprimento de suas obrigações, respeitando a política de investimentos estabelecida, observados os segmentos, limites e demais requisitos previstos na legislação e os parâmetros estabelecidos nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes, em regulamentação da Secretaria de Previdência (SPREV).

Entre as regras que devem ser adotadas pelos RPPS na aplicação dos seus recursos financeiros está a obrigatoriedade de realizar o prévio

credenciamento, o acompanhamento e a avaliação do gestor e do administrador dos fundos de investimento e das demais instituições escolhidas para receber as aplicações.

Os critérios para seleção e credenciamento são, portanto, balizas específicas de procedimentos de seleção das instituições que receberão recursos do Instituto para a consecução da política anual de investimentos, que devem obedecer às normativas estabelecidas pela Secretaria de Previdência (SPREV) e as normas gerais estabelecidas nesta política de investimentos

Na seleção das instituições financeiras e as demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pessoas jurídicas autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários que receberão os recursos previdenciários, devem ser observados os critérios e limitações estabelecidos na Portaria nº 1.467/21, assim como no art. 1º, § 1º, V, VI, e § 3º da Resolução CMN nº 4.963/2021, dentre os quais:
a) Prévio credenciamento da instituição escolhida para receber as aplicações devendo este cadastro ser atualizado a cada 24 meses;
b) Regularidade fiscal e previdenciária da instituição escolhida para receber as aplicações;
c) Elevado padrão ético, solidez patrimonial e ausência de restrições junto ao Bacen e ou a CVM que desaconselhem relacionamento seguro com a entidade;
d) Compatibilidade entre volume de recursos administrados, patrimônio e capacidade técnica da entidade;
e) Desempenho positivo na atividade de administração de recursos de terceiros notadamente reconhecido pelo mercado;
f) Análise do histórico, experiência, volume de recursos e qualificação técnica do gestor, administrador e controladores na gestão de recursos de RPPS;
g) Experiência em Gestão de Previdência Pública.

7.6. Critérios Quantitativos.
Desempenho dos fundos sob gestão da instituição, na modalidade desejada pelo LAPAPREVI em bases de retorno ajustado por risco, por um período mínimo de 24 meses; observados ainda que o limite é facultativo nos 180 (cento e oitenta) dias subsequentes à data de início das atividades do fundo.

A seleção de um fundo deve se basear em seu desempenho medido em bases de retorno ajustado por risco, benchmark, na adequação de seu regulamento à Política de Investimentos, na análise da composição de sua carteira e na taxa de administração cobrada.

O LAPAPREVI seguirá os princípios da ética, boa-fé, lealdade, diligência e da transparência na gestão dos investimentos, tomando como referência principalmente as diretrizes e normas estabelecidas nesta Política de Investimentos e a legislação vigente.

Todas as decisões de investimentos que envolvam aplicações ou resgates dos recursos do LAPAPREVI deverão ser devidamente registradas no formulário (APR) Autorização de Aplicação e Resgate, que deverão ser publicadas em conjunto com a carteira de investimentos do LAPAPREVI, conforme exigências definidas em lei.

Fica estabelecido o número máximo de cinco (5) instituições financeiras para receber aplicações do LAPAPREVI, limitado até 20% (vinte por cento) dos recursos do LAPAPREVI, a serem aplicados em uma mesma instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pessoas jurídicas autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários para o exercício profissional de administração de carteiras, à exceção da CEF e do BANCO DO BRASIL, os quais poderão receber até o limite máximo de 100% (cem por cento) do total desses recursos.

7.7. Critérios Qualitativos
a. Segurança;
b. Rentabilidade;
c. Solvência;
d. Liquidez;
e. Transparência;
f. Solidez e imagem da instituição;
g. Volume de recursos administrados;
h. Experiência na gestão de recursos;

7.8. Vedações.
O LAPAPREVI, além de seguir a todas as diretrizes, normas, definições e classificações dos produtos de investimentos impostas pela legislação vigente, as aplicações a serem realizadas deverão obedecer às seguintes vedações impostas por esta Política de Investimentos, para os seguintes casos:

7.8.1. Está vedado qualquer investimento que não estiver enquadrado perante a Resolução nº 4.963, de 25 de novembro de 2021, exceto àqueles já constantes da carteira antes das mudanças legais, e que se faz necessária à justificativa para a continuidade desses ativos na carteira de investimentos do LAPAPREVI perante Secretaria de Previdência (SPREV), até o vencimento e/ou encerramento dos fundos.

7.9 – Plano de contingência.
O plano de contingência , a ser aplicado no exercício com as medidas a serem adotadas em caso de descumprimento dos limites e requisitos previstos na Resolução CMN nº 4.963/21 e dos parâmetros estabelecidos nas normas gerais dos RPPS, de excessiva exposição a riscos ou de potenciais perdas dos recursos.

Na ocorrência das situações involuntárias previstas no art. 27, § 1º, da Resolução CMN nº 4.963/21, a gestão buscará o reenquadramento preferencialmente até o fim do mês no qual foi identificada a situação. Até o enquadramento, não serão realizadas no ativo novas aplicações que onerem os excessos verificados.

As aplicações que apresentem prazos superiores a 180 dias para vencimento, resgate, carência ou para conversão de cotas de fundos de investimentos, previstos em seus regulamentos, serão mantidas em carteira, durante o respectivo prazo. Dessa forma e em atendimento a legislação, caso o Instituto, não alcance a meta atuarial, segue a estrutura do plano de contingência do LAPAPREVI.

8. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO.
Consultoria de Investimentos.
O LAPAPREVI possui contrato com empresa prestadora de serviços de consultoria de valores mobiliários, denominada AMX consultoria de investimentos Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 22.863.573/0001-81, com funcionamento autorizado pela Comissão de Valores Mobiliário (CVM), com especialidade no segmento previdenciário e institucional, através do Ato Declaratório nº 14.576, de 20 de outubro de 2015, o superintendente de relações com investidores institucionais da CVM, no uso da competência que lhe foi delegada pela deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autorizou a mesma a prestar os serviços de consultor de valores mobiliários, previstos no artigo 27 da lei nº 6.385/76, de 07 de dezembro de 1976.

A AMX consultoria de investimentos Ltda é responsável pela elaboração dos serviços de controladoria da carteira de investimentos do LAPAPREVI, bem como a análise das métricas de rentabilidade e risco de cada aplicação, de análise de produtos e fundos de investimentos de forma a dar subsidio ao comitê de investimentos nas tomadas de decisão, pela elaboração desta política de investimentos, bem como o atendimento presencial e telefônico para o acompanhamento do cenário econômico e de investimentos do LAPAPREVI.

9. LIMITAÇÕES.
Nas aplicações de recursos do LAPAPREVI deverão ser observados limites conforme Resolução CMN 4.693/2021;
Art. 7º No segmento de renda fixa, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:
I - Até 100% (cem por cento) em:
a) títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic);
b) cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos

regulamentos determinem que seus recursos sejam aplicados exclusivamente em títulos definidos na alínea "a", ou compromissadas lastreadas nesses títulos;
c) cotas de fundos de investimento em índice de mercado de renda fixa, negociáveis em bolsa de valores, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, cujos regulamentos determinem que suas carteiras sejam compostas exclusivamente em títulos definidos na alínea "a", ou compromissadas lastreadas nesses títulos (fundos de índice de renda fixa);
II - Até 5% (cinco por cento) diretamente em operações compromissadas, lastreadas exclusivamente pelos títulos definidos na alínea "a" do inciso I;
III - Até 60% (sessenta por cento) no somatório dos seguintes ativos:
a) cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, constituídos sob a forma de condomínio aberto (fundos de renda fixa);
b) cotas de fundos de investimento em índice de mercado de renda fixa, negociáveis em bolsa de valores, compostos por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índice de renda fixa, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (fundos de índice de renda fixa);
IV - Até 20% (vinte por cento) diretamente em ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que atendam às condições previstas no inciso I do § 2º do art. 21;
V - Até 5% (cinco por cento) em:
a) cotas de classe sênior de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC);
b) cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa com sufixo "crédito privado" constituídos sob a forma de condomínio aberto, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (fundos de renda fixa);
c) cotas de fundo de investimento de que trata art. 3º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, que disponha em seu regulamento que 85% (oitenta e cinco por cento) do patrimônio líquido do fundo seja aplicado em debêntures de que trata o art. 2º dessa mesma Lei, observadas as normas da Comissão de Valores Mobiliários.
§ 1º As operações que envolvam os ativos previstos na alínea "a" do inciso I do caput deverão ser realizadas por meio de plataformas eletrônicas administradas por sistemas autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários, nas suas respectivas áreas de competência, admitindo-se, ainda, aquisições em ofertas públicas do Tesouro Nacional por intermédio das instituições regularmente habilitadas, desde que possam ser devidamente comprovadas.
§ 2º As aplicações previstas no inciso III do caput subordinam-se a que o fundo de investimento não contenha o sufixo "crédito privado".
§ 3º As aplicações previstas no inciso III e na alínea "b" do inciso V do caput subordinam-se a que o regulamento do fundo determine:
I - Que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem suas carteiras ou os respectivos emissores sejam considerados de baixo risco de crédito, com base, entre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco registrada na Comissão de Valores Mobiliários ou reconhecida por essa autarquia;
II - Que o limite máximo de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de 20% (vinte por cento).
§ 4º As aplicações previstas na alínea "a" do inciso V do caput subordinam-se a:
I - Que a série ou classe de cotas do fundo de investimento seja considerada de baixo risco de crédito, com base, entre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco registrada na Comissão de Valores Mobiliários ou reconhecida por essa autarquia;
II - Que o regulamento do fundo determine que o limite máximo de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de 20% (vinte por cento);
III - que seja comprovado que o gestor do fundo de investimento já realizou, pelo menos, dez ofertas públicas de cotas seniores de fundo de investimento em direitos creditórios encerradas e integralmente liquidadas;
IV - Que o total das aplicações de regimes próprios de previdência social represente, no máximo, 50% (cinquenta por cento) do total de cotas seniores de um mesmo fundo de investimento em direitos creditórios.
§ 5º Os responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social deverão certificar-se de que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem as carteiras dos fundos de investimento de que trata este artigo e os respectivos emissores são considerados de baixo risco de crédito.
§ 6º Os ativos financeiros de emissores privados que integrem as carteiras dos fundos de investimento de que tratam a alínea "a" do inciso III e as alíneas "b" e "c" do inciso V do caput, não classificados, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários, como ativos financeiros no exterior, devem:
I - Ser emitidos por instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
II - Ser emitidos por companhias abertas, exceto securitizadoras, desde que operacionais e registradas na Comissão de Valores Mobiliários;
III - ser cotas de classe sênior de fundo de investimento em direitos creditórios classificado como de baixo risco de crédito por agência classificadora de risco registrada na Comissão de Valores Mobiliários ou reconhecida por essa autarquia; ou
IV - Ser cotas de fundos de investimento cujos ativos investidos observem as condições do inciso I ou do inciso II deste parágrafo.
§ 7º Os regimes próprios de previdência social que comprovarem a adoção de melhores práticas de gestão previdenciária à Secretaria de Previdência, conforme 4 (quatro) níveis crescentes de aderência na forma por ela estabelecida, terão os limites para aplicação dos recursos nos ativos de que tratam os incisos do caput elevados da seguinte forma:
I - Quanto aos ativos de que trata o inciso III do caput, um acréscimo de 5 (cinco) pontos percentuais a cada nível de governança comprovado;
II - Quanto aos ativos de que tratam as alíneas "a", "b" e "c" do inciso V do caput, um acréscimo de 5 (cinco) pontos percentuais a cada nível de governança comprovado, iniciando-se no segundo nível;
III - quanto aos ativos de que tratam as alíneas "a", "b" e "c" do inciso V do caput, os limites acrescidos ficarão sujeitos a um limite global de 25% (vinte e cinco por cento) para o segundo nível, 30% (trinta por cento) para o terceiro nível e 35% (trinta e cinco por cento) para o quarto nível de governança comprovado.
§ 8º Os regimes próprios de previdência social que não alcançarem os níveis de governança previstos no § 7º subordinam-se aos limites de que tratam os incisos do caput deste artigo.
Art. 8º No segmento de renda variável, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se ao limite de até 30% (trinta por cento) em:
I - Cotas de fundos de investimento classificados como ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (fundos de renda variável);
II - cotas de fundos de investimento em índice de mercado de renda variável, negociáveis em bolsa de valores, cujas carteiras sejam compostas por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índices de renda variável, divulgados ou negociados por bolsa de valores no Brasil, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (fundos de índice de renda variável).
§ 1º Aos ativos financeiros de emissores privados que integrem as carteiras dos fundos de investimento de que trata o inciso I do caput aplica-se o previsto no § 6º do art. 7º.
§ 2º Para fins do disposto no § 1º deste artigo, não são considerados ativos financeiros as ações, os bônus ou recibos de subscrição, os certificados de depósito de ações, as cotas de fundos de ações e as cotas dos fundos de índice de ações negociados nos pregões de bolsa de valores.
§ 3º Os regimes próprios de previdência social que comprovarem, nos termos do § 7º do art. 7º, a adoção de melhores práticas de gestão previdenciária terão os limites para aplicação nos ativos de que tratam os incisos I e II do caput elevados em 5 (cinco) pontos percentuais a cada nível de governança comprovado.

§ 4º Os regimes próprios de previdência social que não alcançarem os níveis de governança previstos no § 7º do art. 7º subordinam-se aos limites de que tratam os incisos do caput deste artigo.
Art. 9º No segmento de investimentos no exterior, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se ao limite de até 10% (dez por cento) no conjunto de:
I - Cotas de fundos de investimento e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como "Renda Fixa - Dívida Externa";
II - cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que invistam, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior;
III - cotas dos fundos da classe "Ações – BDR Nível I", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.
§ 1º O regime próprio de previdência social deve assegurar que:
I - Os gestores dos fundos de investimentos constituídos no exterior estejam em atividade há mais de 5 (cinco) anos e administrem montante de recursos de terceiros superior a US$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de dólares dos Estados Unidos da América) na data do investimento;
II - Os fundos de investimento constituídos no exterior possuam histórico de performance superior a 12 (doze) meses.
§ 2º É vedada a aquisição de cotas de fundo de investimento com o sufixo "Investimento no Exterior" cujo regulamento não atenda à regulamentação para investidor qualificado nos termos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários.
§ 3º É vedada a aquisição direta ou indireta de cotas de fundo de investimento em participações com o sufixo "Investimento no Exterior".
§ 4º Os fundos de investimento constituídos no Brasil de que trata o inciso II do caput somente poderão adquirir ativos financeiros emitidos no exterior mediante a aquisição de cotas de fundos de investimento constituídos no exterior, incluídas as cotas de fundos de índice.
§ 5º Para fins de verificação do disposto no art. 19, em relação aos fundos de que trata este artigo, considera-se o patrimônio líquido do fundo constituído no exterior.
Art. 10. No segmento de investimentos estruturados, as aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social subordinam-se ao limite global de até 15% (quinze por cento), e adicionalmente aos seguintes:
I - Até 10% (dez por cento) em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado (FIM) e em cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado (FICFIM);
II - Até 5% (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento em participações (FIP), constituídos sob a forma de condomínio fechado, vedada a subscrição em distribuições de cotas subsequentes, salvo se para manter a mesma proporção já investida nesses fundos;
III - até 5% (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento classificados como "Ações - Mercado de Acesso", conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.
§ 1º As aplicações do regime próprio de previdência social em FIP, diretamente ou por meio de fundos de investimento em cotas de fundo de investimento, subordinam-se a:
I - Que o fundo de investimento seja qualificado como entidade de investimento, conforme regulamentação específica da Comissão de Valores Mobiliários;
II - Que o regulamento do fundo determine que:
a) o valor justo dos ativos investidos pelo fundo, inclusive os que forem objeto de integralização de cotas, esteja respaldado em laudo de avaliação elaborado por auditores independentes ou analistas de valores mobiliários autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários;
b) a cobrança de taxa de performance pelo fundo seja feita somente após o recebimento, pelos investidores, da totalidade de seu capital integralizado no fundo, devidamente atualizado pelo índice de referência e taxa de retorno nele previstos;
c) o gestor do fundo de investimento, ou gestoras ligadas ao seu respectivo grupo econômico, mantenham a condição de cotista do fundo em percentual equivalente a, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital subscrito do fundo, sendo vedada cláusula que estabeleça preferência, privilégio ou tratamento diferenciado de qualquer natureza em relação aos demais cotistas;
d) as companhias ou sociedades investidas pelo fundo tenham suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários e publicadas, no mínimo, anualmente;
e) não sejam estabelecidos preferência, privilégio ou tratamento diferenciado de qualquer natureza ao gestor e/ou pessoas ligadas em relação aos demais cotistas;
III - que seja comprovado que o gestor do fundo já realizou, nos últimos 10 (dez) anos, desinvestimento integral de, pelo menos, 3 (três) sociedades investidas no Brasil por meio de fundo de investimento em participações, observado o disposto no inciso I, ou fundo mútuo de investimento em empresas emergentes geridos pelo gestor e que referido desinvestimento tenha resultado em recebimento, pelo fundo, da totalidade do capital integralizado pelo fundo nas referidas sociedades investidas, devidamente atualizado pelo índice de referência e taxa de retorno previstos no regulamento.
§ 2º Os regimes próprios de previdência social que comprovarem, nos termos do § 7º do art. 7º, o terceiro e quarto níveis de governança terão os limites e os critérios para aplicação dos recursos nos ativos de que trata este artigo acrescidos da seguinte forma, desde que em seu conjunto não ultrapassem 20% (vinte por cento) do total de recursos:
I - Quanto ao FIM e FICFIM, um limite de até 15% (quinze por cento) do total dos recursos para o terceiro e quarto níveis;
II - Quanto ao FIP, um limite de até 10% (dez por cento) do total de recursos para o terceiro nível e de até 15% (quinze por cento) para o quarto nível;
III - quanto ao fundo "Ações - Mercado de Acesso", um limite de até 10% (dez por cento) para o terceiro nível e 15% (quinze por cento) para o quarto nível.
Subseção V
Art. 11. No segmento de fundos imobiliários, as aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social sujeitam-se ao limite de até 5% (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento imobiliários (FII) negociadas nos pregões de bolsa de valores.
§ 1º Aos ativos financeiros de emissores privados que integrem as carteiras dos fundos de que trata o caput aplica-se o previsto nos §§ 1º e 2º do art. 8º.
§ 2º Os regimes próprios de previdência social que comprovarem, nos termos do § 7º do art. 7º, o segundo, terceiro e quarto níveis de governança, terão, respectivamente, o limite de que trata o caput elevado para 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento) e 20% (vinte por cento) do total de recursos.
§ 3º Os limites previstos nesta Resolução não se aplicam às cotas de FII que sejam integralizadas, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários, por imóveis vinculados por lei ao regime próprio de previdência social.

9.1. Controle de Riscos – Carteira de Investimentos.
É relevante mencionar que qualquer aplicação financeira está sujeita à incidência de fatores de risco que podem afetar adversamente o seu retorno. Sendo assim, o Risco é definido como a probabilidade estatística do retorno esperado por um investimento não se realizar, ou seja, o risco é a incerteza, que conforme o portal do investidor (www.gov.br/investidor/pt.investir)
Sempre há alguma incerteza ao investir. O risco de um investimento pode ser considerado como a medida dessa incerteza. Ou seja, a probabilidade de o retorno obtido ser diferente do esperado.
No caso de um fundo de investimento, o principal risco está relacionado aos ativos que compõem a carteira. Nesse sentido, há três riscos aos quais o investidor está invariavelmente sujeito: o risco de mercado, o risco de crédito e o risco de liquidez. Saiba mais sobre risco e outras características dos investimentos.
Dentre os riscos existentes no mercado financeiro aos quais os recursos da LAPAPREVI estarão expostos, temos:
- Risco sistêmico ou conjuntural: decorre da possibilidade de perdas por mudanças verificadas nas condições políticas, culturais, sociais, econômicas ou financeiras do Brasil ou de outros países, bem como em virtude de dificuldades financeiras de uma ou mais instituições que provoquem danos substanciais a outras, ou ruptura na condução operacional de normalidade do Sistema Financeiro Nacional – SFN;

- Risco de mercado: corresponde à incerteza em relação ao resultado de um investimento financeiro ou de uma carteira de investimento, em decorrência de mudanças futuras na condição de mercado, tais como os preços de um ativo, taxas de juros, volatilidade de mercado e liquidez;

- Risco de crédito: definido como a possibilidade de uma obrigação (principal e juros) não vir a ser honrada pelo emissor/contraparte na data e nas condições negociadas e contratadas. A obrigação pode decorrer de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissões de títulos.

- Risco de liquidez: pode ser de duas formas: risco de liquidez de mercado, que é a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor; ou risco de liquidez de fluxo de caixa (funding), que está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos;

- Risco de contraparte: também conhecido como risco de coobrigação, é quando da securitização de dívida existe endosso por parte de terceiros e este também fica sem liquidez;

- Risco legal: pode ser definido como a possibilidade de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.

- Risco próprio do ativo: consiste no risco intrínseco ao ativo e ao subsistema ao qual o ativo pertença.

Para minimizar tais riscos, o LAPAPREVI fará o controle de riscos dos investimentos através do acompanhamento dos riscos de mercado, de liquidez, de crédito, analisando as informações disponíveis sobre os ativos da carteira do Instituto. Ademais, o LAPAPREVI quando da decisão de aplicar recursos em fundos de investimentos o fará preferencialmente em fundos de investimentos que contenham títulos e valores mobiliários classificados por agência classificadora de ranking como de baixo risco de crédito, conforme QUADRO I, II e III desta política de investimentos.

A análise de qualquer realocação dos recursos será norteada de forma a minimizar a relação risco/retorno e considerará tanto a busca do atendimento à meta atuarial quanto às necessidades futuras do fluxo de caixa de receitas/despesas projetado em 2026 para o LAPAPREVI.

Vedado:
a) Aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cuja atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido;
b) Aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de fundo de investimento, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais ente federativo figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;
c) Aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados;
d) Praticar diretamente as operações denominadas day-trade, sendo o LAPAPREVI o próprio comitente, independentemente de o regime próprio possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo;
e) Atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos nesta Resolução;
f) Negociar cotas de fundos de índice em mercado de balcão;
g) Aplicar direta ou indiretamente recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento destinado exclusivamente a investidores qualificados ou profissionais, quando não atendidos os critérios estabelecidos em regulamentação específica;
h) Remunerar quaisquer prestadores de serviço relacionados direta ou indiretamente aos FI em que foram aplicados seus recursos, de forma distinta das seguintes: Taxas de administração, performance, ingresso ou saída previstas em regulamento; ou Encargos do fundo, nos termos da regulamentação da CVM;
i) Aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cujos prestadores de serviço, ou partes a eles relacionadas, direta ou indiretamente, figurem como emissores dos ativos das carteiras, salvo as hipóteses previstas na regulamentação da CVM.

9.2. Controle de Riscos - Gestão Contábil Aplicações Financeiras e dos Investimentos
Os investimentos e aplicações dos recursos previdenciários sob a gestão dos RPPS são submetidos às regras estabelecidas pelo CMN 4.963/2021, observando as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência.

Na aplicação dos recursos do LAPAPREVI em títulos e valores mobiliários, além de obedecer ao disposto na legislação, os responsáveis pela gestão dos investimentos devem:
I – Observar os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência;
II – Exercer suas atividades com boa fé, lealdade e diligência;
III – Zelar por elevados padrões éticos;
IV – Adotar regras, procedimentos e controles internos que visem garantir o cumprimento de suas obrigações, respeitando a política de investimentos estabelecida, observados os segmentos, limites e demais requisitos previstos na Resolução 4963/21 e os parâmetros estabelecidos nas normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS, emitidas pela Secretaria de Previdência (SPREV);
V – Realizar com diligência a seleção, o acompanhamento e a avaliação de prestadores de serviços contratados;
VI – Realizar o prévio credenciamento, o acompanhamento e a avaliação do gestor e do administrador dos fundos de investimento e das demais instituições escolhidas para receber as aplicações, de acordo com parâmetros estabelecidos no inciso IV.

9.3. Controle de Risco – Passivo
Em linha com o que estabelece a Resolução CMN 4.963/2021, demonstrar a análise dos principais riscos destacando a importância de estabelecer regras que permitam identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos do plano estão expostos, entre eles os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal, sistêmico .

A Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos e dá outras providências, estabelece em seu art. 1º que os RPPS deverão ser organizados com base em normas gerais de contabilidade e atuária para garantir o equilíbrio financeiro e atuarial.

O inciso I determina a realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço, com o intuito de organizar e revisar o plano de custeio e/ou de benefícios.

A exigência do equilíbrio financeiro e atuarial dos planos de previdência dos servidores públicos é também exposta pelo art. 40 da CF/88, para tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, a alocação dos recursos deve levar em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores, bem como a diversificação de gestores externos de investimento, visando a mitigar a possibilidade de inoperância desses prestadores de serviço em um evento de crise.

O controle de riscos no LAPAPREVI passa necessariamente pela identificação do passivo, que consiste na mensuração das obrigações futuras. A avaliação do risco atuarial integrada aos investimentos tem como objetivo assegurar os padrões de segurança econômico-financeira, com fins específicos de preservar a liquidez, a solvência e o equilíbrio do plano de benefícios administrado.

A necessidade cada vez mais latente de uma gestão conjunta entre ativos e passivos torna este tópico de extrema importância para avaliar se a carteira de investimentos está condizente com as necessidades do fluxo de pagamento da Instituição.

Para garantir a transparência e o acompanhamento da gestão financeira dos recursos financeiros, o LAPAPREVI, elaborará relatórios detalhados sobre a rentabilidade, os riscos das diversas modalidades de operações e da sua aderência à política anual de investimentos e de suas eventuais revisões, fazendo sua submissão às instâncias superiores de deliberação e controle.

Os regimes próprios de previdência social que comprovarem a adoção de melhores práticas de gestão previdenciária à Secretaria de Previdência (SPREV) conforme 4 (quatro) níveis crescentes de aderência na forma por ela estabelecidos, terão os limites para aplicação dos recursos nos ativos elevados de acordo com o nível de aderência, conforme disposto na Resolução 4.963/21.

É relevante mencionar que qualquer aplicação financeira está sujeita à incidência de fatores de risco que podem afetar adversamente o seu retorno. Para minimizar tais riscos, o LAPAPREVI fará o controle de riscos dos investimentos através do acompanhamento dos riscos de mercado, de liquidez, de crédito, analisando as informações disponíveis sobre os ativos da carteira do Instituto.

A carteira de investimentos apresenta risco de crédito majoritariamente relacionado à capacidade de pagamento da dívida interna pelo Tesouro Nacional, dada a concentração das aplicações em títulos públicos federais, através dos fundos de investimentos.

A análise de qualquer realocação dos recursos será norteada de forma a minimizar a relação risco/retorno e considerará tanto a busca do atendimento à meta atuarial quanto às necessidades futuras do fluxo de caixa de receitas/despesas projetado em 2026 para o LAPAPREVI.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.
O LAPAPREVI entende que embora seus investimentos estejam sujeitos aos efeitos da volatilidade de curto prazo, é adequado manter o foco da gestão no longo prazo, entretanto, pelas condições do mercado, da legislação aplicada aos RPPS ou por decisão do Conselho de Administração, a política de investimentos poderá ser revisada, cumprida a legislação aplicada.

Ocorrendo alteração na legislação vigente, o LAPAPREVI passará a adotar em sua política de investimentos as novas diretrizes sem que necessariamente seja alterado o texto desta política de investimentos, contudo, aqueles pontos que permanecerem semelhantes, ou os itens não citados na legislação, porém, que fazem parte desta política de investimentos e servem como trava de segurança, (a exemplo, vedações e regras de investimentos) deverão permanecer inalterados.

Os casos omissos nesta Resolução, que não forem sanados pela Lei nº 9.717/1998, e Resolução CMN nº 4.963/2021, serão deliberados pelo Comitê de Investimentos e submetidos ao Conselho de Administração do LAPAPREVI.

O LAPAPREVI por meio de sua política de investimentos e do seu código de ética , estabelecer os critérios de transparência e governança em seus processos internos de investimentos.

Todos os processos envolvendo a política de investimentos são divulgados no endereço eletrônico do instituto, www.lapaprevi.com.br, sendo enviados ainda, aos órgãos de controle institucional.

A gestora responsável pela aplicação dos recursos do LAPAPREVI é a senhora Sabrina de Fátima de Oliveira Ferreira CPF nº 071.181.169-55, servidora pública efetivo, designado como gestor financeiro, certificação CP RPPS CGINV I, com validade até 12/11/2028.

Lapa/PR, 27 de novembro de 2.025.

Conselho Administrativo

Conselho Fiscal

Comitê de Investimentos

ANEXO I

A expectativa de retorno dos investimentos passa pela definição de um cenário econômico que deve levar em consideração as possíveis variações que os principais indicadores podem sofrer. O cenário macroeconômico adotado pela Política Anual de Investimentos LAPAPREVI tem por base relatório da pesquisa “focus” emitido em 17 de novembro de 2025, pelo BACEN – Banco Central do Brasil.

EXPECTATIVAS DE MERCADO

Indicador	2025 (%)	2026 (%)
Índice de Inflação IPCA	4,46	4,20
Índice de Inflação IGPM	-0,32	4,02
Taxa de câmbio R$/U$	5,40	5,50
Taxa Básica de Juros (Selic)	15,00	12,25
Economia – PIB (Produto Interno Bruto)	2,16	1,78

Fonte: Boletim FOCUS – BACEN

Lapa/PR, 27 de novembro de 2025.

ALTAIR EUKO
Diretor Presidente
LAPAPREVI

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE DE INVESTIDOR QUALIFICADO
(Portaria nº 300/MPS de 3 de julho de 2015)

Declaro, tendo em vista os dados encaminhados a Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência, que o RPPS do Município da Lapa - PR, atende aos seguintes requisitos previstos no art. 6º-A da Portaria MPS 519/2011, incluído pelo art. 1º da Portaria MPS 300/2015:

a. Possui Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) vigente na data da realização da aplicação exclusiva para a categoria de investidor qualificado, comprovando o cumprimento das normas gerais de organização e funcionamento do RPP, estabelecidas na Lei nº 9.717/1998 e nos atos normativos dela decorrentes;
b. Possui um total de recursos superior a R$ 10 milhões, conforme último Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos (DAIR), imediatamente anterior à data da realização da aplicação exclusiva para a categoria de investidor qualificado; e
c. Possui Comitê de Investimento em funcionamento, conforme dados enviados a Secretaria de Previdência e divulgados no endereço eletrônico: http://www.previdencia.gov.br/regimes-proprios/consulta-aos-criterios-de-classificacao-de-investidor-qualificado-ou-profissional/, no qual podem ser também consultadas as informações dos demais requisitos acima.
d. Aderiu ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - "Pró-Gestão RPPS", instituído pela Portaria MPS nº 185, de 14 de maio de 2015, e objetiva alcançar a certificação institucional em um dos níveis de aderência nela estabelecidos.

Lapa/PR, 27 de novembro de 2025.

ALTAIR EUKO
Diretor Presidente
LAPAPREVI

ANEXO III – FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES SOBRE COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Este formulário tem por finalidade fornecer informações sobre o funcionamento do Comitê de Investimentos do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), nos termos do art. 91 da Portaria 1.467/22, de 02 de junho de 2022.

I - IDENTIFICAÇÃO
Ente Federativo/UF: Lapa - PR
CNPJ do Ente Federativo: 76.020.452/0001-05

Unidade Gestora RPPS: LAPAPREVI
CNPJ da Unidade Gestora: 04.809.888/0001-69

II – CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS
Tipo de Norma da Constituição do Comitê: Decreto
Número da Norma: 18920/2013
Data da Publicação da Norma: 13/03/2013

III – DOS MEMBROS E DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ
Nome: Altair Euko – CPF: 017.436.019-30
Tipo de vínculo RPPS: Servidor público municipal efetivo
Data de início mandato: 15/02/2021

Nome: Sabrina de Fátima de Oliveira Ferreira– CPF: 071.181.169-55
Tipo de vínculo RPPS: Servidor público municipal efetivo
Data de início mandato: 15/02/2021

Nome: Vilson Martins de Souza – CPF: 841.958.199-20
Tipo de vínculo RPPS: Servidor público municipal efetivo
Data de início mandato: 15/02/2021

Declaro, na forma da lei e para todos os fins de direito, a veracidade das informações acima prestadas.

Lapa/PR, 27 de novembro de 2025.

ALTAIR EUKO
Diretor Presidente
LAPAPREVI

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:161FCEFF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 1337, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a revogação de serviço extraordinário temporário.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica revogado o item da Portaria nº 197, de 21 de fevereiro de 2025, que concedeu SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO TEMPORÁRIO 100% à servidora MARCIA KORCZAK, ocupante do cargo de PROFESSOR, matriculado(a) sob nº 81230-3.
Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26 de novembro de 2025.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:F84D8F35

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 1338, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a revogação de serviço extraordinário temporário.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica revogado o item da Portaria nº 1155, de 21 de outubro de 2025, que concedeu SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO TEMPORÁRIO 100% à MILENA PAES STEKLAIN, ocupante do cargo de PROFESSOR, matriculado(a) sob nº 80741-2.
Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1 de dezembro de 2025.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:A2FDB844

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 1339, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a Concessão de Progressão de Carreira.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida, na forma do anexo, Progressão de Carreira nas modalidades MERECIMENTO E PRODUTIVIDADE PRESUMIDA.
Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de dezembro de 2025.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

ANEXO
(A que se refere o art. 1º, da Portaria SEMAD nº 1339, de 08 de dezembro de 2025)
PROGRESSÃO DE CARREIRA

Matrícula	Funcionário	Cargo	Grupo Ocupacional	Classe Referência Atual	Classe Referência Nova
82046-01	ANA DANIELE KOSSOSKI	CONTADOR	NÍVEL SUPERIOR	B 01	B 04
82047-01	BENEDITO ADIRSON AFONSO	ELETRICISTA DE INSTALACOES	OPERACIONAL	A 01	A 04
82049-01	CHRISTIANO DE ALENCAR SIEBRA	CIRURGIAO DENTISTA	NÍVEL SUPERIOR	C 01	C 03
310-03	CRISTIANE HOFFMANN DA CONCEICAO	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	B 04	B 06
480-06	FERNANDO ANTONIO WEINHARDT RIBEIRO	ATENDENTE DE MUSEUS	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	B 01	B 05
82064-01	INAJARA COLINO RASMUSSEN	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	B 01	B 03
82029-01	MARIA BETHANIA DINIZ E LUSTOSA BORTOLUZZI	ATENDENTE DE MUSEUS	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	B 01	B 04
82042-01	MATEUS JOSE PORTES FERREIRA	MOTORISTA SOCORRISTA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	B 01	B 03
81988-01	SCARLET CARVALHO MATIAS DE LIMA	PSICOLOGO	NÍVEL SUPERIOR	C 01	C 04
81141-01	TARCISIO ZEWE DUARTE	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	B 05	B 06
81986-01	VANESSA LIMA MEIRA	ENFERMEIRO	NÍVEL SUPERIOR	C 01	C 03
10022-01	WILLIAN RAFAEL PAES DE MIRANDA	OPERADOR DE COMPUTADOR	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	A 07	A 09

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:A69E9A0D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 1340, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a concessão de avanço vertical para integrantes do quadro do magistério.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedido Avanço Vertical ao(a) servidor(a) VERIDIANE APARECIDA VERISSIMO VALENTE, ocupante do cargo de PROFESSOR, matriculado(a) sob nº 82048-1.
Art. 2º A servidora passa a integrar a classe D da tabela de vencimentos do quadro de servidores do magistério.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro a partir de 1º de dezembro de 2025.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:66891E71

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 1341, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre revogação de gratificação pela função de docência em classes especiais.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria Nº 1059 de 24 de setembro de 2025 que concedeu à servidora ZILDA APARECIDA DOS REIS, ocupante do cargo de PROFESSOR, matriculado(a) sob nº 1645-2, GRATIFICAÇÃO PELA DOCÊNCIA EM CLASSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - FG-M5 - 25%.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 4 de dezembro de 2025.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:FC0073E1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 1342, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre conceção de gratificação pela função de docência em classes especiais.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida GRATIFICAÇÃO PELA DOCÊNCIA EM CLASSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - FG-M5 - 25%, à servidora MARIA ROSANA CARVALHO DA SILVA, ocupante do cargo de PROFESSOR, matriculado(a) sob nº 1062-2.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 4 de dezembro de 2025.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:2CBA561F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 1343, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a Concessão de Adicional de Periculosidade.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido ADICIONAL DE PERICULOSIDADE, no importe de 30% (trinta por cento) sobre o seu vencimento, ao servidor MARIO DA SILVA CAMARGO, ocupante do cargo de VIGIA, matriculado(a) sob nº 1108-1.
Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 4 de dezembro de 2025.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:90AFC714

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER
PORTARIA Nº. 025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a concessão e ou revogação de função gratificada (FG) e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher, nomeada pelo Decreto de Nomeação n.º 28533, de 26 de fevereiro de 2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337/2025 e Decreto Municipal nº 28.455/2025;

Considerando o Processo Digital nº 31062/2025, de 17/12/2025;

Considerando os artigos de n° 79, 80, 81 e 82, da Lei Municipal n° 2280/2008, de 31/12/2008.

Resolve:

Art. 1º – CONCEDER, no período de 20/01/2026 a 03/02/2026, função gratificada de Assessoria Técnica de Supervisão da Proteção Social Básica, Especial e Conselhos Municipais - FG-04-SASM à servidora abaixo especificada, em substituição à servidora LIZIANE RAMALHO PINTO, que estará usufruindo férias nesse período.

NOME: LAIS CRISTINA VIEIRA BACHI
CIRG Nº: 9.923.786-4 SESP/PR
MATRÍCULA: 8184-01
CARGO: RECEPCIONISTA
GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO ADMINISTRATIVO
CLASSE: C REFERÊNCIA: 06
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20/01/2026.

Cientifique-se, publique-se, cumpra-se e arquive-se.

Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher do Município, em 17 de dezembro de 2025.

JANAÍNA PIOVEZAN RIBAS
Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:86EAC025

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO 16º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 257/2020

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL Nº 066/2020 (PD Nº 7222/2020)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADO: SÉRGIO KULKA TRANSPORTES - ME, CNPJ SOB Nº 17.310.583/0001-50, REPRESENTADA POR SEU TITULAR, SR. SÉRGIO KULKA.
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, INCLUINDO VEÍCULO, MOTORISTA E MONITOR, PARA AS LINHAS (ROTAS) DO TRANSPORTE ESCOLAR, ITEM 02 – LINHA 65, NOS TERMOS DO ART. 65, DA LEI Nº 8666/93:
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1741/2025 (PD Nº 28870/2025) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER E O PARECER Nº 1061/2025/PGM E ERRATA, DATADA DE 16.12.2025 - PGM
FICA MODIFICADO O VALOR CONTRATUAL EM DECORRÊNCIA DE ACRÉSCIMO NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 257/2020, ATÉ O VALOR DE R$ 976,50 (NOVECENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), COM O PERCENTUAL DE 1,5% (UM VÍRGULA CINQUENTA POR CENTO).
JUSTIFICA-SE O ACRÉSCIMO TENDO EM VISTA A MANIFESTAÇÃO DA GESTORA DO CONTRATO NA REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1741/2025 (PD Nº 28870/2025):
“ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR N.° 257/2020, LINHA 65, PARA INCLUSÃO E PAGAMENTO DE 3 DIAS LETIVOS, CONFORME CALENDÁRIO ESCOLAR DA REDE ESTADUAL DE ENSINO. O ADITIVO REPRESENTA O VALOR DE R$ 976,50 (3 DIAS LETIVOS X 70 KM AO DIA X R$ 4,65 POR KM RODADO). O PEDIDO SE JUSTIFICA PELO FATO DE QUE OS CALENDÁRIOS ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DA REDE ESTADUAL APRESENTAM DIVERGÊNCIAS NO MÊS DE SETEMBRO. NA REDE MUNICIPAL ESTÃO PREVISTOS 21 DIAS LETIVOS, TENDO EM VISTA QUE NÃO HOUVE AULA EM 08/09; JÁ NA REDE ESTADUAL FORAM CONTABILIZADOS 22 DIAS LETIVOS, POIS AS AULAS OCORRERAM NORMALMENTE NESSA DATA. OUTRO PONTO RELEVANTE REFERE-SE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 2025. ENQUANTO AS AULAS DA REDE MUNICIPAL ENCERRAM-SE EM 17/12, AS DA REDE ESTADUAL ESTENDEM-SE ATÉ 19/12/2025. CONSIDERANDO QUE AS LINHAS DE TRANSPORTE ESCOLAR SÃO MISTAS , OU SEJA, ATENDEM SIMULTANEAMENTE ALUNOS DA REDE ESTADUAL E DA REDE MUNICIPAL EM UMA ÚNICA ROTA , MESMO NOS DIAS EM QUE NÃO HÁ AULA NA REDE MUNICIPAL O TRANSPORTE NECESSITA OPERAR NORMALMENTE PARA GARANTIR O ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES DA REDE ESTADUAL. COMO NO MÊS DE SETEMBRO FORAM PAGOS OS 22 DIAS LETIVOS, CONFORME EXPLICADO ACIMA, FALTARÃO 3 DIAS NO CONTRATO PARA PARA PAGAMENTO DOS DIAS 17, 18 E 19.12.2025.”
PELOS SERVIÇOS CONTRATADOS A CONTRATANTE PAGARÁ À CONTRATADA O VALOR DE R$ 976,50 (NOVECENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
CÓDIGO REDUZIDO: 478;
ÓRGÃO: 6 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER;
UNIDADE: 3 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR;
AÇÃO: 2274 - MANTER LINHAS - TRANSPORTE ESCOLAR;
VÍNCULO: 103 - 5% SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS;
SUBELEMENTO: 3.339.033.030.000.000.000 - DESPESAS COM TRANSPORTE ESCOLAR.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 16/12/2025
DATA ASSINATURA: 16/12/2025
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:A302ACC5

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER

EXTRATO DO 17º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 257/2020

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL Nº 066/2020 (PD Nº 7222/2020)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADO: SÉRGIO KULKA TRANSPORTES - ME, CNPJ SOB Nº 17.310.583/0001-50, REPRESENTADA POR SEU TITULAR, SR. SÉRGIO KULKA.
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, INCLUINDO VEÍCULO, MOTORISTA E MONITOR, PARA AS LINHAS (ROTAS) DO TRANSPORTE ESCOLAR, ITEM 02 – LINHA 65, NOS TERMOS DO ART. 57, II DA LEI Nº 8666/93:
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1768/2025 (PD 29803/2025) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO , ESPORTE E LAZER E O PARECER JURÍDICO Nº 1089/2025/PGM:
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 257/2020, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01.01.2026 E 31.04.2026 DEVENDO SER EMPENHADO PARA AS DESPESAS DO PERÍODO O VALOR CONTRATUAL DE R$ 17.577,00 (DEZESSETE MIL, QUINHENTOS E SETENTA E SETE REAIS), SENDO R$4,65 (QUATRO REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS) O VALOR UNITÁRIO DO QUILÔMETRO RODADO, VEÍCULO: PAS/MICROONIB VW KOMBI LOTAÇÃO, COMBUSTÍVEL ALCO/GASOL, ANO FABRICAÇÃO/MODELO 2012/2012, 12 PASSAGEIROS, PLACA AVA-3J07.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 17/12/2025
DATA ASSINATURA: 17/12/2025
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:2F30F29A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER

EXTRATO DO 18º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 036/2020

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2019 (PD Nº 21.265/2019)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADO: SÉRGIO KULKA TRANSPORTES - ME, CNPJ SOB Nº 17.310.583/0001-50, REPRESENTADA POR SEU TITULAR, SR. SÉRGIO KULKA.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, INCLUINDO VEÍCULO, MOTORISTA E MONITOR, PARA AS LINHAS (ROTAS) DO TRANSPORTE ESCOLAR, ITEM 21, LINHA 31, NOS TERMOS DO ART. 57, II DA LEI Nº 8666/93:
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO AO COMPRAS Nº 1788/2025 (PD Nº 30121/2025) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER E O PARECER JURÍDICO Nº 1088/2025/PGM:
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 036/2020, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01.01.2026 E 31.03.2026, DEVENDO SER EMPENHADO PARA AS DESPESAS DO PERÍODO O VALOR CONTRATUAL DE R$ 15.465,00 (QUINZE MIL, QUATROCENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS), SENDO R$3,58 (TRÊS REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS) O VALOR UNITÁRIO DO QUILÔMETRO RODADO, VEÍCULO: PAS/ONIBUS IVECO/CITYCLASS 70C17, COMBUSTÍVEL DIESEL, ANO FABRICAÇÃO/MODELO 2012/2013, 29 PASSAGEIROS, PLACA OBA-4E32.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 17/12/2025
DATA ASSINATURA: 17/12/2025
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:12297663

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO 20º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 035/2020

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2019 (PD Nº 21.265/2019)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADO: MAURICIO MENDES RODRIGUES ME, CNPJ SOB Nº 17.863.651/0001-08, REPRESENTADA POR SEU TITULAR, SR. MAURICIO MENDES RODRIGUES.
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, INCLUINDO VEÍCULO, MOTORISTA E MONITOR, PARA AS LINHAS (ROTAS) DO TRANSPORTE ESCOLAR, ITEM 26, LINHA 41, NOS TERMOS DO ART. 65, DA LEI Nº 8666/93:
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1738/2025 (PD Nº 28860/2025) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER E O PARECER Nº 1062/2025/PGM:
FICA MODIFICADO O VALOR CONTRATUAL EM DECORRÊNCIA DE ACRÉSCIMO NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 035/2020, ATÉ O VALOR DE R$ 1.770,96 (UM MIL, SETECENTOS E SETENTA REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS), COM O PERCENTUAL DE 1,88% (UM VÍRGULA OITENTA E OITO POR CENTO).
JUSTIFICA-SE O ACRÉSCIMO TENDO EM VISTA A MANIFESTAÇÃO DA GESTORA DO CONTRATO NA REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1738/2025 (PD Nº 28860/2025):
"ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR N.° 035/2020, LINHA 41, PARA INCLUSÃO E PAGAMENTO DE 3 DIAS LETIVOS, CONFORME CALENDÁRIO ESCOLAR DA REDE ESTADUAL DE ENSINO. O ADITIVO REPRESENTA O VALOR DE R$ 1.770,96 (3 DIAS LETIVOS X 94 KM AO DIA X R$ 6,28 POR KM RODADO). O PEDIDO SE JUSTIFICA PELO FATO DE QUE OS CALENDÁRIOS ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DA REDE ESTADUAL APRESENTAM DIVERGÊNCIAS NO MÊS DE SETEMBRO. NA REDE MUNICIPAL ESTÃO PREVISTOS 21 DIAS LETIVOS, TENDO EM VISTA QUE NÃO HOUVE AULA EM 08/09; JÁ NA REDE ESTADUAL FORAM CONTABILIZADOS 22 DIAS LETIVOS, POIS AS AULAS OCORRERAM NORMALMENTE NESSA DATA. OUTRO PONTO RELEVANTE REFERE-SE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 2025. ENQUANTO AS AULAS DA REDE MUNICIPAL ENCERRAM-SE EM 17/12, AS DA REDE ESTADUAL ESTENDEM-SE ATÉ 19/12/2025. CONSIDERANDO QUE AS LINHAS DE TRANSPORTE ESCOLAR SÃO MISTAS, OU SEJA, ATENDEM SIMULTANEAMENTE ALUNOS DA REDE ESTADUAL E DA REDE MUNICIPAL EM UMA ÚNICA ROTA , MESMO NOS DIAS EM QUE NÃO HÁ AULA NA REDE MUNICIPAL O TRANSPORTE NECESSITA OPERAR NORMALMENTE PARA GARANTIR O ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES DA REDE ESTADUAL. COMO NO MÊS DE SETEMBRO FORAM PAGOS OS 22 DIAS LETIVOS, CONFORME EXPLICADO ACIMA, FALTARÃO 3 DIAS NO CONTRATO PARA PARA PAGAMENTO DOS DIAS 17, 18 E 19.12.2025".
PELOS SERVIÇOS CONTRATADOS A CONTRATANTE PAGARÁ À CONTRATADA O VALOR DE R$ 1.770,96 (UM MIL, SETECENTOS E SETENTA REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
CÓDIGO REDUZIDO: 478;
ÓRGÃO: 6 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO;
UNIDADE: 3 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR;
AÇÃO: 2274 - MANTER LINHAS - TRANSPORTE ESCOLAR;
VÍNCULO: 103 - 5% SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS;
SUBELEMENTO: 3.339.033.030.000.000.000 - DESPESAS COM TRANSPORTE ESCOLAR.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 17/12/2025
DATA ASSINATURA: 17/12/2025
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:B5B968D7

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO 21º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 028/2020

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2019 (PD Nº 21.265/2019)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADO: DIRCEU MORDASKI HOPATA ME, CNPJ SOB Nº 04.299.660/0001-76, REPRESENTADA POR SEU TITULAR, SR. DIRCEU MORDASKI HOPATA.
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, INCLUINDO VEÍCULO, MOTORISTA E MONITOR, PARA AS LINHAS (ROTAS) DO TRANSPORTE ESCOLAR, ITEM 27, LINHA 42, NOS TERMOS DO ART. 57, II DA LEI Nº 8666/93:
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1772/2025 (PD Nº 29832/2025) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER E PARECER JURÍDICO Nº 1086/2025/PGM:
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 028/2020, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO

COMPREENDIDO ENTRE 01.01.2026 E 31.03.2026, DEVENDO SER EMPENHADO PARA AS DESPESAS DO PERÍODO O VALOR CONTRATUAL DE R$ 14.374,08 (QUATORZE MIL, TREZENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS E OITO CENTAVOS) SENDO R$8,68 (OITO REAIS E SESSENTA E OITO CENTAVOS) O VALOR UNITÁRIO DO QUILÔMETRO RODADO, VEÍCULO: PASSAGEIRO ONIBUS/MARCOPOLO/VOLARE V8 ON, CAP. 27P, COR BRANCA, COMBUSTÍVEL DIESEL, ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO 2011/2011, PLACA MIM9181, RENAVAM SOB Nº 00284352071.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 17/12/2025
DATA ASSINATURA: 17/12/2025
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:EE2A08E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO 21º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 035/2020

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2019 (PD Nº 21.265/2019)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADO: MAURICIO MENDES RODRIGUES ME, CNPJ SOB Nº 17.863.651/0001-08, REPRESENTADA POR SEU TITULAR, SR. MAURICIO MENDES RODRIGUES.
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, INCLUINDO VEÍCULO, MOTORISTA E MONITOR, PARA AS LINHAS (ROTAS) DO TRANSPORTE ESCOLAR, ITEM 26, LINHA 41, NOS TERMOS DO ART. 57, II DA LEI Nº 8666/93:
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1773/2025 (PD Nº 29838/2025) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER E O PARECER JURÍDICO Nº 1087/2025/PGM:
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 035/2020, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01.01.2026 E 31.03.2026, DEVENDO SER EMPENHADO PARA AS DESPESAS DO PERÍODO O VALOR CONTRATUAL DE R$ 21.251,52 (VINTE E UM MIL, DUZENTOS E CINQUENTA E UM REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS), SENDO R$6,28 (SEIS REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS) O VALOR UNITÁRIO DO QUILÔMETRO RODADO, VEÍCULO: PAS/MICROONIB-PEUGEOT/BOXER M33OM 235, COMBUSTÍVEL DIESEL, ANO FABRICAÇÃO/MODELO 2011/2012, 16 PASSAGEIROS, PLACA AUW-8313.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 17/12/2025
DATA ASSINATURA: 17/12/2025
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:0572190A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO 21º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 263/2019

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2019 (PD Nº 6355/2019)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADO: DIRCEU MORDASKI HOPATA ME, CNPJ SOB Nº 04.299.660/0001-76, REPRESENTADA POR SEU TITULAR, SR. DIRCEU MORDASKI HOPATA.
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, INCLUINDO VEÍCULO, MOTORISTA E MONITOR, PARA AS LINHAS (ROTAS) DO TRANSPORTE ESCOLAR, ITEM 18 – LINHA 55, NOS TERMOS DO ART. 57, II DA LEI Nº 8666/93:
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL 1780/2025 (PD Nº 29925/2025) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER E PARECER JURÍDICO Nº 1085/2025/PGM:
FICA PRORROGADO EXCEPCIONALMENTE O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 263/2019, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01.01.2026 E 31.03.2026, DEVENDO SER EMPENHADO PARA AS DESPESAS DO PERÍODO O VALOR CONTRATUAL DE R$ 11.233,44 (ONZE MIL, DUZENTOS E TRINTA E TRÊS REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS), SENDO R$10,76 (DEZ REAIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS) O VALOR UNITÁRIO DO QUILÔMETRO RODADO, VEÍCULO: PASSAGEIRO ONIBUS/MARCOPOLO/VOLARE V8 ON, CAP. 27P, COR BRANCA, COMBUSTÍVEL DIESEL, ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO 2011/2011, PLACA MIM9181, RENAVAM SOB Nº 00284352071.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 17/12/2025
DATA ASSINATURA: 17/12/2025
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:1B9C149F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 419/2025

ORIGEM: PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2025 (PD N.º 13108/2025)
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DA LAPA/PR, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28429, DE 06.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023), SR. GIOVANNE COLAÇO HORNING.
FORNECEDOR: ANDRELIS DISTRIBUIDORA LTDA ME, CNPJ SOB Nº 47.459.386/0001-68, REPRESENTADA POR SEU TITULAR, SR. ANDRE LUIZ LANSING SCHNORRENBERGER.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE CARRINHO FUNCIONAL DE LIMPEZA HOSPITALAR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA. – ANEXO I, ITEM 01.
VALOR GLOBAL: R$ 13.754,00 (TREZE MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS), SENDO OS VALORES POR ITEM OS DISCRIMINADOS NO ITEM 2.1 DESTA ATA.
O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONTADO A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, SERÁ DE 1 (UM) ANO, E PODERÁ SER PRORROGADO, POR IGUAL PERÍODO, DESDE QUE COMPROVADO QUE AS CONDIÇÕES E O PREÇO PERMANECEM VANTAJOSOS. (ART. 194 § 1º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815 DE 31 DE MARÇO DE 2023);
OS CONTRATOS QUE VIEREM A SER CELEBRADOS COM FUNDAMENTO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TERÃO

VIGÊNCIA DE 12(DOZE) MESES, PODENDO ULTRAPASSAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA, DESDE QUE:
A) A CONTRATAÇÃO OCORRA DURANTE A VIGÊNCIA DA ATA;
B) A VIGÊNCIA CONTRATUAL OBSERVE OS PRAZOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NOS ARTIGOS 105 A 112 DA LEI Nº 14.133/2021.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO DECRETO N.º 26.815, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
EVENTUAIS ADESÕES À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DEVERÁ SEGUIR O DISPOSTO NO ARTIGO 209 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023. DISPONÍVEL EM: HTTPS://LAPA.ATENDE.NET/CIDADAO/PAGINA/DECRETOS-MUNICIPAIS.
DATA: 16/12/2025
DATA ASSINATURA: 17/12/2025
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:27F3C4CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 188/2025

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2025 (PD Nº 10439/2025)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28429, DE 06.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023), SR. GIOVANNE COLAÇO HORNING.
CONTRATADA: MAX SUPPLY COMERCIAL LTDA EPP, CNPJ/MF SOB O Nº 47.291.550/0001-70, REPRESENTADO(A) POR SEU SÓCIO ADMINISTRADOR, SR. MARCELO GOMES VIDAURRE.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA A SECRETARIA DE SAÚDE, PARA USO DE PACIENTES E PROFISSIONAIS DA UPA/MATERNIDADE, ITENS 1, 3 E 4, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA. – ANEXO I.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 06 (SEIS) MESES CONTADOS DA PUBLICAÇÃO NO CONTRATO NO PNCP, NA FORMA DO ARTIGO 105 DA LEI Nº 14.133, DE 2021.
VALOR GLOBAL: R$11.450,00 (ONZE MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
REQUISIÇÃO 783/2025 (PD 10439/2025)
CÓDIGO REDUZIDO: 1670
ÓRGÃO: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 1 - ASSISTÊNCIA AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO: 2285 - GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE 15% - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
VÍNCULO: 0 - RECURSOS LIVRES
SUBELEMENTO: 3339030230000000000 - MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS
CÓDIGO REDUZIDO: 1010
ÓRGÃO: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 1 - ASSISTÊNCIA AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO: 2334 - BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE -
UPA
VÍNCULO: 494 - BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
SUBELEMENTO: 3339030230000000000 - MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS
CÓDIGO REDUZIDO: 1020
ÓRGÃO: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 1 - ASSISTÊNCIA AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO: 2309 - AUTORIZAÇÃO DE INTERNAMENTO HOSPITALAR - AIH
VÍNCULO: 496 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMB
SUBELEMENTO: 3339030230000000000 - MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS.
FUNDAMENTO LEGAL: TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO DIGITAL Nº 10439/2025 E EM OBSERVÂNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
DATA: 16/12/2025.
DATA ASSINATURA: 17/12/2025
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:095001A1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 71/2025

AUTORIZAÇÃO DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 71/2025

Considerando o que consta no processo administrativo 161/2025, bem como a necessidade e justificativa apresentada para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBERTURA AUDIOVISUAL INSTITUCIONAL, COMPREENDENDO FOTOGRAFIA, CAPTAÇÃO E EDIÇÃO DE VÍDEOS, TRANSMISSÃO AO VIVO E PRODUÇÃO DE CONTEÚDO AUDIOVISUAL PARA TELÃO, DURANTE O EVENTO 33° ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE LARANJAL-PR e tendo em vista que o valor total da contratação é de R$ 11.300,00 (onze mil e trezentos reais)**,** reconheço ser dispensável a realização de licitação, nos termos do Art. 75, inciso II, a, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações em vigor.
Dessa forma, AUTORIZO a contratação da empresa CINELÂNDIA FOTOS E VÍDEOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 17.872.804/0001-83, com sede na Rua Sergipe, nº 80, Centro, Laranjal-PR, representada por Ênio Kanarski, inscrito no CPF nº 045.264.989-71 e RG nº 8.094.788-7, residente e domiciliado no Município de Laranjal-PR**,** observadas as demais cautelas legais e as exigências de execução do contrato, de modo a garantir a qualidade e eficiência na prestação dos serviços.

Determino ainda a publicação da súmula desta ratificação, conforme dispõe o Art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/21, para fins de transparência e publicidade do ato administrativo.

Laranjal 17 de dezembro de 2025.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Luiz Guilherme Lopes Dos Santos
Código Identificador:4C3C775A

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 72/2025

AUTORIZAÇÃO DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 72/2025

Considerando o que consta no processo administrativo 162/2025, bem como a necessidade e justificativa apresentada para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE 02 (DOIS) GERADORES DE ENERGIA ELÉTRICA, INCLUINDO TRANSPORTE, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO, DESTINADOS À REALIZAÇÃO DA FESTA COMEMORATIVA DO 33º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE LARANJAL/PR, NOS DIAS 09, 10 E 11 DE JANEIRO DE**

2026 e tendo em vista que o valor total da contratação é de R$ 24.800,00 (vinte e quatro mil e oitocentos reais)**,** reconheço ser dispensável a realização de licitação, nos termos do Art. 75, inciso II, a, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações em vigor.
Dessa forma, AUTORIZO a contratação da empresa **MUNDIAL GERADORES LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 62.527.832/0001-18**, com sede na **Av. Advogado Horácio Raccanello Filho, nº 6.326, Sala 01, Maringá/PR**, representada por PAULO GUSTAVO DE ASSUNÇÃO TEIXEIRA, brasileiro, empresário, natural de Umuarama/PR, inscrito no CPF sob n.º 043.273.849-50**,** residente e domiciliado na cidade de Umuarama, Estado do Paraná, sito à Rua Ana Lino Quirino Coelho, nº 2.761, Condomínio Royal Garden, CEP 87.502-462, observadas as demais cautelas legais e as exigências de execução do contrato, de modo a garantir a qualidade e eficiência na prestação dos serviços.

Determino ainda a publicação da súmula desta ratificação, conforme dispõe o Art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/21, para fins de transparência e publicidade do ato administrativo.

Laranjal 16 de dezembro de 2025.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Luiz Guilherme Lopes Dos Santos
Código Identificador:CD57D523

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 73/2025

AUTORIZAÇÃO DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 73/2025
Considerando o que consta no processo administrativo 163/2025, bem como a necessidade e justificativa apresentada para a **AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS NATALINOS DESTINADOS À DISTRIBUIÇÃO ÀS CRIANÇAS ATENDIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EM AÇÕES ALUSIVAS AO PERÍODO DE FESTIVIDADES DE FIM DE ANO** e tendo em vista que o valor total da contratação é de R$ 29.900,00 (vinte e nove mil e novecentos reais)**,** reconheço ser dispensável a realização de licitação, nos termos do Art. 75, inciso II, a, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações em vigor.
Dessa forma, AUTORIZO a contratação da empresa IARA TERRES DA SILVA DAMBROSKI – ME, inscrita no CNPJ nº 26.655.261/0001-33, com sede na Estrada Paiquerê, s/n, Paiquerê, Nova Laranjeiras/PR**,** observadas as demais cautelas legais e as exigências de execução do contrato, de modo a garantir a qualidade e eficiência na prestação dos serviços.
Determino ainda a publicação da súmula desta ratificação, conforme dispõe o Art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/21, para fins de transparência e publicidade do ato administrativo.

Laranjal 17 de dezembro de 2025.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Luiz Guilherme Lopes Dos Santos
Código Identificador:E026C189

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 74/2025

AUTORIZAÇÃO DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 74/2025

Considerando o que consta no processo administrativo 165/2025, bem como a necessidade e justificativa apresentada para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO E DESMONTAGEM DE SISTEMA DE SONORIZAÇÃO DE MÉDIO PORTE E ILUMINAÇÃO CÊNICA PARA EVENTOS, INCLUINDO EQUIPAMENTOS, OPERADORES TÉCNICOS E SUPORTE DURANTE TODA A REALIZAÇÃO DA FESTA COMEMORATIVA DO 33º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE LARANJAL/PR, NOS DIAS 09, 10 E 11 DE JANEIRO DE 2026** e tendo em vista que o valor total da contratação é de R$ 23.000,00 (vinte e Três mil Reais)**,** reconheço ser dispensável a realização de licitação, nos termos do Art. 75, inciso II, a, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações em vigor.
Dessa forma, AUTORIZO a contratação da empresa 31.978.206 GILMAR ANTONIO HRYSAY, inscrita no CNPJ nº 31.978.206/0001-14, com sede na rua Albertino F Matoso nº 2, Bairro Guara, CEP: 85.110 – 000, Município de Guarapuava/PR, neste ato representada por GILMAR ANTONIO HRYSAY, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob n.º 072.190.499-86**,** residente e domiciliado na R rua Albertino F Matoso nº 2, Bairro Guara, CEP: 85.110 – 000, Município de Guarapuava/PR, observadas as demais cautelas legais e as exigências de execução do contrato, de modo a garantir a qualidade e eficiência na prestação dos serviços.
Determino ainda a publicação da súmula desta ratificação, conforme dispõe o Art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/21, para fins de transparência e publicidade do ato administrativo.

Laranjal 17 de dezembro de 2025.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Luiz Guilherme Lopes Dos Santos
Código Identificador:DD19665A

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 75/2025

AUTORIZAÇÃO DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 75/2025

Considerando o que consta no processo administrativo 166/2025, bem como a necessidade e justificativa apresentada para a **SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE LOCUÇÃO, APRESENTAÇÃO E ANIMAÇÃO, COM DOIS LOCUTORES PROFISSIONAIS, PARA O EVENTO OFICIAL REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE LARANJAL NOS DIAS 09, 10 E 11 DE JANEIRO DE 2026** e tendo em vista que o valor total da contratação é de R$ 7.625,00 (sete mil, seiscentos e vinte e cinco reais)**,** reconheço ser dispensável a realização de licitação, nos termos do Art. 75, inciso II, a, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações em vigor.
Dessa forma, AUTORIZO a contratação da empresa MANOEL VITOR PINHEIRO 03236272937, inscrita no CNPJ nº 22.261.228/0001-78, com sede na rua Arthur Mehl, nº 578, Bairro CENTRO, CEP: 85.200-00, Município de Município de Pitanga/PR, neste ato representada por MANOEL VITOR PINHEIRO, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob n.º 032.362.729-37**,** residente e domiciliado na rua Arthur Mehl, nº 578, Bairro CENTRO, CEP: 85.200-00, Município de Município de Pitanga/PR, observadas as demais cautelas legais e as exigências de execução do contrato, de modo a garantir a qualidade e eficiência na prestação dos serviços.

Determino ainda a publicação da súmula desta ratificação, conforme dispõe o Art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/21, para fins de transparência e publicidade do ato administrativo.

Laranjal 17 de dezembro de 2025.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Luiz Guilherme Lopes Dos Santos
Código Identificador:2AC0677D

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL
(CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 73/2022)
PREGAO ELETRÔNICO nº 61/2022.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL-PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 95.684.536/0001-80, com sede administrativa na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Srº Maycon Lopes Simioni brasileiro, residente e domiciliado na Rua Central, centro neste Município.
CONTRATADO: CALL ECG SERVIÇOS DE TELEMEDICINA LTDA EPP, inscrita no CNPJ: 04.071.210/0001-21, com o endereço na Rua Nestor Guimarães nº 111 CEP:84.040-130 BAIRRO: Estrela MUNICÍPIO: Ponta Grossa/PR, neste ato representado pelo Srº.Marcelo Valladão Ferreira de Carvalho, brasileiro, natural de Rio de Janeiro RJ, casado, médico CRM/PR nº 14.548 empresário, portador da Cédula de Identidade RG sob nº 13.017.555-4 SESP/PR e inscrito no CPF:002.066.727- 21, residente e domiciliado à Rua Doutor Joaquim de Paula Xavier nº 1100 casa nº 03 Condomínio Villágio Del Tramonto BAIRRO: Jardim América CEP: 84.050-000 MUNICÍPIO: Ponta Grossa PR.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEMEDICINA EXAME DE ELETROCARDIOGRAMA PARA USUARIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE LARANJAL
NÚMERO: 6º Termo de Aditivo Contratual – Prazo e valor
DATA DO CONTRATO: 17 de dezembro de 2025.
VIGÊNCIA: 12 meses
VALOR: 6.634,08 (seis mil seiscentos e trinta e quatro mil e oito centavos)
FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:ECBB87D2

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL
(CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 73/2022)
PREGAO ELETRÔNICO nº 61/2022.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL-PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 95.684.536/0001-80, com sede administrativa na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Srº Maycon Lopes Simioni brasileiro, residente e domiciliado na Rua Central, centro neste Município.
CONTRATADO: CALL ECG SERVIÇOS DE TELEMEDICINA LTDA EPP, inscrita no CNPJ: 04.071.210/0001-21, com o endereço na Rua Nestor Guimarães nº 111 CEP:84.040-130 BAIRRO: Estrela MUNICÍPIO: Ponta Grossa/PR, neste ato representado pelo Srº.Marcelo Valladão Ferreira de Carvalho, brasileiro, natural de Rio de Janeiro RJ, casado, médico CRM/PR nº 14.548 empresário, portador da Cédula de Identidade RG sob nº 13.017.555-4 SESP/PR e inscrito no CPF:002.066.727- 21, residente e domiciliado à Rua Doutor Joaquim de Paula Xavier nº 1100 casa nº 03 Condomínio Villágio Del Tramonto BAIRRO: Jardim América CEP: 84.050-000 MUNICÍPIO: Ponta Grossa PR.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEMEDICINA EXAME DE ELETROCARDIOGRAMA PARA USUARIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE LARANJAL
NÚMERO: 6º Termo de Aditivo Contratual – Prazo e valor
DATA DO CONTRATO: 17 de dezembro de 2025.
VIGÊNCIA: 12 meses
VALOR: 6.634,08 (seis mil seiscentos e trinta e quatro mil e oito centavos)
FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:7BC9BF22

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 144/2021
Pregão Presencial nº 61/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL-PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 95.684.536/0001-80, com sede administrativa na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, Estado do Paraná.
CONTRATADO: J B DE MORAES FERREIRA EIRELI ME, pessoa jurídica de direito privado interno, inscrita no CNPJ:12.137.490/0001-51, com sede na Rodovia PRC 466 KM 181 S/nº 850 BAIRRO: Parque Industrial CEP: 85.200-000 CIDADE: Pitanga PR, neste ato representado pelo Srº JOÃO BATISTA DE MORAES FERREIRA, brasileiro, natural de Paraguassu MG, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 889.301-2/SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 237.843.349-20, residente e domiciliado na Rua Deputado Francisco Costa nº 143 Centro CEP: 85.200-000 CIDADE: Pitanga PR.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MANILHAS E ARTEFATOS DE CONCRETO (PAVER).
NÚMERO: 8º Termo Aditivo de Prazo.
PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO: Procedimento Licitatório nº 100/2021, Pregão Presencial nº 61/2021.
DATA DO CONTRATO: 17 de dezembro de 2025
VIGÊNCIA: 31/01/2026
FORO: Comarca de Palmital - Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:3F060A02

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL
(CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 54/2023)
DISPENSA 18/2023
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO nº 092/2023
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL-PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 95.684.536/0001-80, com sede administrativa na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal senhor, Maycon Lopes Simione brasileiro, residente e domiciliado neste Município.
CONTRATADO: Espolio de Reni Sebastiao de Souza neste ato representado por Nelson de Souza, brasileiro, viúvo, aposentado, inscrito no CPF sob o n. 222.014.169-15 e portador da RG n. 3.447.808-2SSP/PRA residente e domiciliado a Avenida Paraná número 309 centro nesta cidade de Laranjal CONTRATADO.
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL COM FINALIDADE DE CEDER AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS DE 0 A 18 ANOS RESIDENTE NO MUNICIPIO DE LARANJAL CONFORME LEI 018/2023.
NÚMERO: 4º Aditivo Contratual – Prazo e valor
DATA DO CONTRATO: 17 de dezembro 2025.
PRAZO: 06 meses.
FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:2CF38B25

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO

Extrato de aditivo contratual
Contrato administrativo nº 91/2023
Pregão Eletrônico nº 48/2023
Procedimento Licitatório nº 84/2023
Contratante: Município de LARANJAL-PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 95.684.536/0001-80, com sede administrativa na rua Pernambuco, n. 501, em laranjal, estado do paraná.
Contratado: REDEPEL DISTRIBUIDORA LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o n° 07.481.107/0001-48, com endereço na avenida João Ferreira neves, 3037 sala 01 - cep: 85148000 - bairro: centro, cidade de campina do Simão/PR, neste ato representado pelo sr. Geferson Junior Wognei, brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade n° 81710791 e inscrito no CPF/MF sob o n° 041.420.939-

75, residente e domiciliado em rua santos Vicentin, 236 casa - cep: 85148000 - Bairro: centro cidade de Campina do Simão/Pr.
Objeto: contratação de empresa para fornecimento de materiais de artesanato, aviamentos material de expediente e material pedagógico e esportivo para suprir a secretaria municipal de assistência social.
Número: 5º termo aditivo de prazo.
Data do contrato: 31/12/2025
Vigência 60 dias
Foro: Comarca de Palmital - Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:04441A2B

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 90/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2023
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 84/2023
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL-PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 95.684.536/0001-80, com sede administrativa na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, Estado do Paraná.
CONTRATADO: CINELANDIA FOTOS E VIDEOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 17.872.804/0001-83, com endereço na Avenida Paraná, 0 null - CEP: 85275000 - Bairro: Centro, cidade de Laranjal/PR, neste ato representado pelo Sr. ENIO KANARSKI, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade n° 8.094.788-7 e inscrito no CPF/MF sob o n° 045.264.989-71, residente e domiciliado em avenida Paraná, SN fundos - CEP: 85275000 - Bairro: Centro cidade de Laranjal/PR.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE ARTESANATO, AVIAMENTOS MATERIAL DE EXPEDIENTE E MATERIAL PEDAGÓGICO E ESPORTIVO PARA SUPRIR A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
NÚMERO: 5º Termo Aditivo de Prazo.
DATA DO CONTRATO: 17 de dezembro de 2025.
VIGÊNCIA 60 dias.
FORO: Comarca de Palmital - Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:F87F2634

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL
(CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 85/2023)
Dispensa Eletrônica nº 29/2023.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL-PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 95.684.536/0001-80, com sede administrativa na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal Maycon Lopes Simioni brasileiro, residente e domiciliado neste Município.
CONTRATADO: GENTE SEGURADORA S/A inscrita no CNPJ: 90.180.605/0001-02, com o endereço na Rua Marechal Floriano Peixoto nº 450 BAIRRO: Centro Histórico CEP:90.020-060 MUNICÍPIO: Porto Alegre RS, neste ato representado pelo SR º. MARCELO WAIS, brasileiro, empresário segurador, inscrito no CPF: 632.005.380.15, residente e domiciliado na cidade de Porto Alegre RS.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGURO DE AUTOMOVEIS VISANDO A COBERTURA TOTAL DOS VEICLOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LARANJAL
NÚMERO: 2º Termo de Aditivo Contratual – Prazo e Valor
DATA DO CONTRATO: 16 de dezembro de 2025.
VIGÊNCIA: 12 meses
VALOR: 18.265,00 (dezoito mil duzentos e sessenta e cinco reais).
FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:878A040B

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL
(CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 86/2023)
Dispensa Eletrônica nº 29/2023.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL-PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 95.684.536/0001-80, com sede administrativa na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal Maycon Lopes Simioni brasileiro, residente e domiciliado neste Município.
CONTRATADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, inscrita no CNPJ: 61.198.164/0001-60, com o endereço na Avenida Rio Branco nº 1489 e Rua Guaianases nº 1238 BAIRRO: Campos Elíseos CEP:01.205-001 MUNICÍPIO: São Paulo SP, neste ato representado pelo SR º. ROBERTO DE SOUZA SANTOS - Diretor Presidente, brasileiro, casado, Administrador de Empresas, portador da Cédula de Identidade Civil RG sob nº 05.380.778-0 SSP/RJ e inscrito no CPF: 641.284.587-91 com o supracitado endereço.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGURO DE AUTOMOVEIS VISANDO A COBERTURA TOTAL DOS VEICLOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LARANJAL
NÚMERO: 2º Termo de Aditivo Contratual – Prazo e Valor
DATA DO CONTRATO: 16 de dezembro de 2025.
VIGÊNCIA: 12 meses
VALOR: R$ 13.109,04 (treze mil cento e nove reais e quatro centavos)
FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:747D11C6

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO

EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO Nº 88-2024

CONTRATANTE: Município de Laranjal, Estado do Paraná, com sede à Rua Pernambuco, inscrito no CGC/MF nº 95.684.536/0001-80, neste ato representado pelo senhor Maycon Lopes Simioni Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.065.395-8 SSP/PR e do CPF/MF nº 070.805.019.03.
CONTRATADA: PAVILLUZZO PAVIMENTAÇÃO LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 82.570.342/0001-01, com sede na Gleba Banco de Areia -Pedreira Fazenda Cristalina S/Nº Bairro Zona Rural CEP 84.935-000, Município de Tomazina PR, neste ato representado pelo Srº. Dienaro Pietrobelli Dellai, brasileiro, natural de Palmeira das Missões RS, solteiro, empresário, portador do RG nº 70.921.278-98 SJS/IGP, SSP/RS, inscrito no CPF nº 064.839.239-29, residente e domiciliado na Rua Felipe Miguel de Carvalho nº 143 Bairro Vila Formosa CEP: 84.935-000, cidade de Tomazina PR.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ, 3,1 KM, NA ESTRADA RURAL DA AGROVILA CHAPADÃO, CONFORME PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO
VALOR: Permanece Inalterado

PRAZO DE VIGÊNCIA: 120 dias

PRAZO DE EXECUÇÃO: 120 dias

FORO: Comarca de Palmital, Estado do Paraná.

Laranjal, 17 de dezembro de 2025

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:B08ADC82

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 136/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 136/2025
Procedimento Licitatório nº 161/2025
Dispensa de Licitação nº 71/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ nº 95.684.536/0001-80, com sede na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Maycon Lopes Simioni.
CONTRATADO: CINELÂNDIA FOTOS E VÍDEOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 17.872.804/0001-83, com sede na Rua Sergipe, nº 80, Centro, Laranjal-PR, representada por Ênio Kanarski, inscrito no CPF nº 045.264.989-71 e RG nº 8.094.788-7, residente e domiciliado no Município de Laranjal-PR.
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBERTURA AUDIOVISUAL INSTITUCIONAL, COMPREENDENDO FOTOGRAFIA, CAPTAÇÃO E EDIÇÃO DE VÍDEOS, TRANSMISSÃO AO VIVO E PRODUÇÃO DE CONTEÚDO AUDIOVISUAL PARA TELÃO, DURANTE O EVENTO 33° ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE LARANJAL-PR.
DATA DO CONTRATO: 17/12/2025
VIGÊNCIA: 3 Meses
VALOR TOTAL: R$ 11.300,00 (Onze Mil e Trezentos Reais)
FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Luiz Guilherme Lopes Dos Santos
Código Identificador:1648150E

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 137/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 137/2025
Procedimento Licitatório nº 162/2025
Dispensa de Licitação nº 72/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ nº 95.684.536/0001-80, com sede na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Maycon Lopes Simioni.
CONTRATADO: **MUNDIAL GERADORES LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 62.527.832/0001-18**, com sede na **Av. Advogado Horácio Raccanello Filho, nº 6.326, Sala 01, Maringá/PR**, representada por PAULO GUSTAVO DE ASSUNÇÃO TEIXEIRA, brasileiro, empresário, natural de Umuarama/PR, inscrito no CPF sob n.º 043.273.849-50**,** residente e domiciliado na cidade de Umuarama, Estado do Paraná, sito à Rua Ana Lino Quirino Coelho, nº 2.761, Condomínio Royal Garden, CEP 87.502-462.
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE 02 (DOIS) GERADORES DE ENERGIA ELÉTRICA, INCLUINDO TRANSPORTE, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO, DESTINADOS À REALIZAÇÃO DA FESTA COMEMORATIVA DO 33º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE LARANJAL/PR, NOS DIAS 09, 10 E 11 DE JANEIRO DE 2026.**
DATA DO CONTRATO: 16/12/2025
VIGÊNCIA: 3 Meses
VALOR TOTAL: R$ 24.800,00 (Vinte e Quatro Mil e Oitocentos Reais)
FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Luiz Guilherme Lopes Dos Santos
Código Identificador:A6507058

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 138 /2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 138 /2025
Procedimento Licitatório nº 163/2025
Dispensa de Licitação nº 73/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ nº 95.684.536/0001-80, com sede na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Maycon Lopes Simioni.
CONTRATADO: IARA TERRES DA SILVA DAMBROSKI – ME, inscrita no CNPJ nº 26.655.261/0001-33, com sede na Estrada Paiquerê, s/n, Paiquerê, Nova Laranjeiras/PR, representada por representada pela Sra. Iara Terres da Silva Dambroski, portadora do RG nº 103484553 e CPF nº 070.135.129-23.
OBJETO: **AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS NATALINOS DESTINADOS À DISTRIBUIÇÃO ÀS CRIANÇAS ATENDIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EM AÇÕES ALUSIVAS AO PERÍODO DE FESTIVIDADES DE FIM DE ANO**.
DATA DO CONTRATO: 17/12/2025
VIGÊNCIA: 3 Meses
VALOR TOTAL: R$ 29.900,00 (vinte e nove mil e novecentos reais).
FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Luiz Guilherme Lopes Dos Santos
Código Identificador:8DAD0DB2

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 139/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 139/2025
Procedimento Licitatório nº 164/2025
Inexigibilidade de Licitação nº 26/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ nº 95.684.536/0001-80, com sede na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Maycon Lopes Simioni.
CONTRATADO: Musical Corpo & Alma LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 03.355.893/0001-86, situada na Avenida Helmuth Simm, 178, sala 01, centro, CEP: 98.920-000, cidade de Horizontina, Estado do Rio Grande do Sul.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW E APRESENTAÇÃO ARTISTICA DA BANDA CORPO E ALMA NA FESTA DE VIRADA DE ANO MUNICÍPIO DE LARANJAL Á REALIZAR SE DIA 31/12/2025.
DATA DO CONTRATO: 17 de dezembro de 2025
VIGÊNCIA: 30 dias
VALOR TOTAL: R$ 95.000,00 (Noventa e Cinco Mil Reais)
FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Luiz Guilherme Lopes Dos Santos
Código Identificador:816268F5

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 140/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 140/2025
Procedimento Licitatório nº 165/2025
Dispensa de Licitação nº 74/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ nº 95.684.536/0001-80, com sede na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Maycon Lopes Simioni.
CONTRATADO: 31.978.206 GILMAR ANTONIO HRYSAY, inscrita no CNPJ nº 31.978.206/0001-14, com sede na rua Albertino F Matoso nº 2, Bairro Guara, CEP: 85.110 – 000, Município de Guarapuava/PR, neste ato representada por GILMAR ANTONIO HRYSAY, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob n.º 072.190.499-86**,** residente e domiciliado na R rua Albertino F Matoso nº 2, Bairro Guara, CEP: 85.110 – 000, Município de Guarapuava/PR.
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO E DESMONTAGEM DE SISTEMA DE SONORIZAÇÃO DE MÉDIO PORTE E ILUMINAÇÃO CÊNICA PARA EVENTOS, INCLUINDO EQUIPAMENTOS, OPERADORES TÉCNICOS E**

SUPORTE DURANTE TODA A REALIZAÇÃO DA FESTA COMEMORATIVA DO 33º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE LARANJAL/PR, NOS DIAS 09, 10 E 11 DE JANEIRO DE 2026.
DATA DO CONTRATO: 17/12/2025
VIGÊNCIA: 3 Meses
VALOR TOTAL: R$ 23.000,00 (Vinte e Três Reais)
FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Luiz Guilherme Lopes Dos Santos
Código Identificador:EEAB5243

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 141/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 141/2025
Procedimento Licitatório nº 166/2025
Dispensa de Licitação nº 75/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ nº 95.684.536/0001-80, com sede na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Maycon Lopes Simioni.
CONTRATADO: MANOEL VITOR PINHEIRO 03236272937, inscrita no CNPJ nº 22.261.228/0001-78, com sede na rua Arthur Mehl, nº 578, Bairro CENTRO, CEP: 85.200-00, Município de Município de Pitanga/PR, neste ato representada por MANOEL VITOR PINHEIRO, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob n.º 032.362.729-37**,** residente e domiciliado na rua Arthur Mehl, nº 578, Bairro CENTRO, CEP: 85.200-00, Município de Município de Pitanga/PR.
OBJETO: **SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE LOCUÇÃO, APRESENTAÇÃO E ANIMAÇÃO, COM DOIS LOCUTORES PROFISSIONAIS, PARA O EVENTO OFICIAL REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE LARANJAL NOS DIAS 09, 10 E 11 DE JANEIRO DE 2026.**
DATA DO CONTRATO: 17/12/2025
VIGÊNCIA: 3 Meses
VALOR TOTAL: R$ 7.625,00 (sete mil, seiscentos e vinte e cinco reais)
FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Luiz Guilherme Lopes Dos Santos
Código Identificador:09CEA851

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 26/2025

AUTORIZAÇÃO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 26/2025

Considerando o que consta no processo administrativo 164/2025, bem como a necessidade e justificativa apresentada para contratação de show de apresentação artística da Banda Corpo e Alma para apresentação na festa de virada de ano Município de Laranjal a realizar se dia 31/12/2025. Reconheço a possibilidade de inexigibilidade de licitação, nos termos do Art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações em vigor.
Dessa forma, AUTORIZO a contratação da empresa, empresa Musical Corpo & Alma LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 03.355.893/0001-86, situada na Avenida Helmuth Simm, 178, sala 01, centro, CEP: 98.920-000, cidade de Horizontina, Estado do Rio Grande do Sul, observadas as demais cautelas legais e as exigências de execução do contrato, de modo a garantir a qualidade e eficiência na prestação dos serviços.
Determino ainda a publicação da súmula desta ratificação, conforme dispõe o Art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/21, para fins de transparência e publicidade do ato administrativo.

Laranjal 17 de dezembro de 2025

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Luiz Guilherme Lopes Dos Santos
Código Identificador:AA9B109E

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Alteração contratual: Prorrogação do Prazo de Execução e Vigência
Processo Administrativo n° 93*/2024*
Termo Aditivo nº *02/2024*

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 88/2024, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICIPIO DE LARANJAL, POR INTERMÉDIO DA EMPRESA: PAVILLUZZO PAVIMENTAÇÃO LTDA EPP.

O Município de Laranjal com sede na Rua Pernambuco 501 inscrito no CNPJ sob o nº *95.684.5360001-80]*, neste ato representado pelo Maycon Lopes Simioni, Prefeito Municipal, inscrito no CPF sob o nº 070.805.019.03 doravante denominado CONTRATANTE, PAVILLUZZO PAVIMENTAÇÃO LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 82.570.342/0001-01, com sede na Gleba Banco de Areia -Pedreira Fazenda Cristalina S/Nº Bairro Zona Rural CEP 84.935-000, Município de Tomazina PR, neste ato representado pelo Srº. Dienaro Pietrobelli Dellai, brasileiro, natural de Palmeira das Missões RS, solteiro, empresário, portador do RG nº 70.921.278-98 SJS/IGP, SSP/RS, inscrito no CPF nº 064.839.239-29, residente e domiciliado na Rua Felipe Miguel de Carvalho nº 143 Bairro Vila Formosa CEP: 84.935-000, cidade de Tomazina PR. tendo em vista o que consta no Processo nº *93/2024* e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº *88/2024* mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.
1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência por mais 120 dias a partir do vencimento, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021
2. CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO
O presente Termo Aditivo tem por objeto **ajustar aspectos da execução contratual,** tais como prazos, **não implicando acréscimo de valores,** mantendo-se inalteradas as demais cláusulas do contrato original.
3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
3.1. As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício.
4. CLÁUSULA QUINTA – PRODUÇÃO DE EFEITOS
4.1. O presente termo aditivo produzirá efeitos a partir da assinatura.
CLÁUSULA SEXTA – RATIFICAÇÃO
4.11. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.
5. CLÁUSULA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO
5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.
Laranjal 17 de dezembro de 2025

MAYCON LOPES SIMIONI
Representante Legal do Contratante

DIENARO PIETROBELLI DELLAI
Representante Legal do Contratado

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:2BE03782

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 523/2025

PORTARIA Nº 523/2025 O Prefeito do Município de Laranjal Senhor Maycon Lopes Simioni, no uso de suas atribuições legais, NOMEAR Art. 1º - Fica nomeado o Senhor DANILO NEVES Secretário Municipal de Planejamento e Politicas Publicas, Rg 7.500.414-1, CPF 045.268.019-09 para exercer as funções de GESTOR DO CONVÊNIO e o Sr EVEREALDO FRANCISCO TRABUCO RG 8.033.997-6 e CPF 028.037.289-23 para exercer as funções de FISCAL DO CONVÊNIO com finalidade de Transferência de recursos financeiros do Estado do Paraná, por meio da Secretaria do Desenvolvimento Sustentável, ao Município de Laranjal, destinados à aquisição de imóveis para a criação das Unidades de Conservação denominadas Estação Ecológica Municipal Piquiri Cantú I e Estação Ecológica Municipal Piquiri Cantú III conforme protocolo 24.306.264-0. Art. 2º - revogada as disposições e contrário, está portaria entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjal, aos 17 dias do mês de dezembro de 2025.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal de Laranjal

Publicado por:
Patricia Reis Dutra
Código Identificador:8E3C647B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DISPENSA DELICITAÇÃO Nº 033/2025 - PML

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2025-PML
PROCESSO Nº. 214/2025-PML

A Prefeitura Municipal de Loanda, Estado do Paraná, torna público aos interessados em conformidade com o art. 75, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, que a administração pretende realizar a Contratação de empresa especializada para o fornecimento de fogos de artifício de baixo ruído, para atender os eventos da virada de ano (Réveillon 2026), visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio do Município de Loanda, Estado do Paraná.

Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço no prazo de 03 (três) dias úteis, oportunidade em que a Administração escolherá a proposta mais vantajosa.

DATA DE INÍCIO: 19/12/2025 às 08:00 hrs.

DATA FINAL: 23/12/2025 às 17:30 hrs.

Os interessados em apresentar proposta, devem enviá-las no e-mail: licitacao_loanda@hotmail.com, e no assunto dispor o número da dispensa, juntamente com todos os documentos de habilitação.

A íntegra dos documentos e anexos que compõem o presente Aviso de Dispensa de Licitação pode ser consultada diretamente no Portal da Transparência do Município de Loanda, e demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda PR, 17 de dezembro de 2025.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:1B9476A5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 109/2025 - PML

PRORROGAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 109/2025-PML
PROCESSO Nº. 204/2025-PML
REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços para contratação de empresa especializada para eventual aquisição de eletrodomésticos, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Educação e Cultura, Finanças e Administração, Indústria e Comércio, Agricultura, Trabalho e Assitência Social, Serviços Urbanos, Meio Ambiente, Esporte, Lazer e Turismo, Planejamento, Saúde, Políticas Públicas para Mulheres e Habitação, do Município de Loanda-Pr, conforme descritos no ANEXO I - Termo de referência.

ABERTURA: Em virtude das alterações no respectivo Edital, fica prorrogada para às 09:00 do dia 20 de janeiro de 2026, ou na mesma hora do primeiro dia útil subseqüente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R$ 640.550,96 (seiscentos e quarenta mil, quinhentos e cinquenta reais e noventa e seis centavos).

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com, pelo site do Município www.loanda.pr.gov.br ou pelo portal https://www.gov.br/compras/pt-br, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda PR, 17 de dezembro de 2025.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:61553156

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA PARA FINS DE CREDENCIAMENTO Nº 014/2025- PML

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 014/2025-PML

OBJETO. O presente Chamamento Público tem por objeto o Credenciamento de Pessoas Jurídicas, interessadas na eventual prestação de serviços técnicos especializados de gestão de projetos executivos e complementares na metodologia Building Information Modeling, além de memoriais descritivos, orçamentos e cronogramas físico-financeiros, com hora técnica especializada e emissão de anotação de responsabilidade técnica (ART), bem como disponibilização temporária de licença de software inteligente para gestão, fiscalização e análise de projetos de engenharia e arquitetura, para atendimento aos programas, convênios e às necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento, do Município de Loanda-Pr, do Município de Loanda-Pr, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme disposto no art. 107, da Lei Federal 14.133/2021.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito Municipal de Loanda, após análise e parecer favorável da Unidade de Controle Interno do Município e no uso de suas atribuições legais, **H O M O L O G A** o processo de credenciamento em favor das pessoas jurídicas a seguir:

Proponentes **HABILITADAS:**

1º Lugar - SEMV PROJETOS GOVERNAMENTAIS LTDA, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 18.988.748/0001-00, protocolo de nº 8044/2025, de 24/11/2025, as 11:31:21 horas.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. ANUAL	VR. UNIT. R$	VR. TOTAL R$
1	Prestação de serviços de gestão de projetos executivos e complementares na metodologia *Building Information Modeling*, além de memoriais descritivos, orçamentos e cronogramas físico-financeiros, com hora técnica especializada e emissão de anotação de responsabilidade técnica (ART), bem como disponibilização temporária de licença de software inteligente para gestão, fiscalização e análise de projetos de engenharia e arquitetura, para atendimento aos programas, convênios e às necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento, do Município de Loanda-Pr	HR	2.000	400,00	800.000,00

Loanda, 17 de dezembro 2.025.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:301D726B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
SUSPENSÃO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO Nº 016/2025- PML

LICITAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 016/2025-PML

Objeto: Credenciamento de Pessoas Físicas Jurídicas, interessadas na eventual Prestação de Serviços Complementares em Consultas Médicas com especialidade em NEUROPEDIATRIA, para atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Loanda-Pr, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme disposto no art. 107, da Lei Federal 14.133/2021.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

R E S O L V E: Suspender o Chamamento Público nº 016/2025-PML, conforme solicitação do Agente de Contratação e Equipe de Apoio, ficando este Executivo Municipal a se manifestar, após a análise e deliberação, dos fatos ocorridos.

Loanda-Pr, 17 de dezembro de 2025.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:01DBE30D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 857/2025

PORTARIA Nº. 857/2025

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o atestado médico e o resultado da Inspeção Médica;

Resolve:

Conceder a servidora ANTONIA APARECIDA TEIXEIRA MARCON, ocupante do cargo de provimento efetivo SERVENTE matrícula n° 966719, auxilio doença sem prejuízo do salário de contribuição, conforme o artigo 42 da Lei nº.002/2014, c/c o parágrafo único do artigo 31 da Lei Municipal nº 049/2014, que dispõe sobre o regime próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Loanda, de 12/12/2025 até a realização de nova perícia médica.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 15 (quinze) dias do mês de dezembro do ano de 2025.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:4C372C57

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 858/2025

PORTARIA Nº. 858/2025

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Resolve:

Retificar e ratificar a portaria nº. 831/2025 de 10/10/2025, passando a vigorar com a seguinte redação:

Conceder ao servidor EDUARDO SUREK ABILIO ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, matrícula nº. 966231, férias pelo período de trabalho prestado entre 21/05/2024 a 20/05/2025, nos termos do artigo 101, c/c com o artigo 105 da Lei nº. 003/92, c/c com o parágrafo 6º do artigo 101 da Lei Complementar nº 003/2019, conforme abaixo discriminado:

18 (dezoito) dias pelo período compreendido entre 05/01/2026 a 22/01/2026;
12 (doze) dias pelo período compreendido entre 13/07/2026 a 24/07/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 15 (quinze) dias do mês de dezembro do ano de 2025.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:EB127712

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 859/2025

PORTARIA Nº. 859/2025

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o atestado médico e o resultado da Inspeção Médica,

Resolve:

Conceder a servidora SILVIA DE OLIVEIRA MARANI SCAVAZINI, ocupante do cargo de provimento efetivo AUXILIAR DE ENFERMAGEM PLANTONISTA, matrícula n° 966010, auxílio-doença sem prejuízo do salário de contribuição, conforme o artigo 42 da Lei nº.002/2014, c/c o parágrafo único do artigo 31 da Lei Municipal nº 049/2014, que dispõe sobre o regime próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Loanda,

pelo período compreendido entre 14/12/2025 19/01/2026, devendo realizar nova perícia em 20/01/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 15 (quinze) dias do mês de dezembro do ano de 2025.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:20EA8193

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 861/2025

PORTARIA Nº. 861/2025

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o atestado médico e o resultado da Inspeção Médica,

Resolve:

Conceder a servidora VANIA CRISTINA COLMAN RIBEIRO NERES, ocupante do cargo de provimento efetivo EDUCADOR INFANTIL, matrícula n° 966546, auxílio-doença sem prejuízo do salário de contribuição, conforme o artigo 42 da Lei nº.002/2014, c/c o parágrafo único do artigo 31 da Lei Municipal nº 049/2014, que dispõe sobre o regime próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Loanda, pelo período compreendido até 17/12/2025 devendo retornar ao trabalho em 18/12/2025.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 17 (dezessete) dias do mês de dezembro do ano de 2025.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:084F456E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 862/2025

PORTARIA Nº. 862/2025

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o atestado médico e o resultado da Inspeção Médica,

Resolve:

Conceder a servidora TAIS CRISTINE CALIXTO DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo SERVIÇOS GERAIS SAÚDE, matrícula n° 966989, auxílio-doença sem prejuízo do salário de contribuição, conforme o artigo 42 da Lei nº.002/2014, c/c o parágrafo único do artigo 31 da Lei Municipal nº 049/2014, que dispõe sobre o regime próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Loanda, pelo período compreendido entre 14/12/2025 a 31/12/2025, devendo retornar ao trabalho em 01/01/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 17 (dezessete) dias do mês de dezembro do ano de 2025.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:3D40C8C7

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 863/2025

PORTARIA Nº. 863/2025

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o atestado médico e o resultado da Inspeção Médica,

Resolve:

Conceder a servidora CRISTIANE GATI MARTINEZ, ocupante do cargo de provimento efetivo SERVENTE, matrícula n° 966191, auxílio-doença sem prejuízo do salário de contribuição, conforme o artigo 42 da Lei nº.002/2014, c/c o parágrafo único do artigo 31 da Lei Municipal nº 049/2014, que dispõe sobre o regime próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Loanda, pelo período compreendido entre 12/12/2025 a 13/03/2026, devendo realizar nova perícia em 14/03/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 17 (dezessete) dias do mês de dezembro do ano de 2025.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:1CCCD263

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - COMAFEN

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo **30/2025**
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 07/2025
REGISTRO DE PREÇOS

A Comissão Permanente de Licitação do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA APA FEDERAL DO NOROESTE DO PARANÁ** no exercício das atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no 15 de janeiro de 2026 às 09h:30m, na sala de reuniões do COMAFEN, situada a Av. Brasil nº 1721 – Centro, na cidade de Loanda - PR a reunião de abertura das documentações e propostas, dando início da fase da lances do Pregão Presencial às 10:00h, conforme especificado no Edital de Licitação nº 07/2025, Processo Administrativo nº 30/2025, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS. Informamos que a integra do Edital encontra-se disponível no site da entidade www.comafen.pr.gov.br no acesso “portal da transparência”.

OBJETO: Aquisição de Óleos Lubrificantes, Graxa e fluidos com a finalidade de atender as necessidades da Patrulha rural do Consórcio Intermunicipal da APA Federal do Noroeste do Paraná

VALOR MAXÍMO DA LICITAÇÃO: R$ 58.314,00 (cinquenta e oito mil e trezentos e quatorze reais).

Loanda, 17/12/2025.

VINÍCIUS PHELIPE PIETROBON MACCARINI
Agente de Contratação e Pregoeiro

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:6C3CD608

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

CAMARA MUNICIPAL DE LOBATO
COMPRA DIRETA Nº 034/2025-L

EXTRATO DE COMPRA DIRETA
COMPRA DIRETA Nº 034/2025-L
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE LOBATO
CNPJ: 86.877.743.0001/60
FORNECEDOR: DEAN MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA
CNPJ: 39.559.003/0001-03
OBJETO: Aquisição de mobiliário administrativo, compreendendo mesas de trabalho em "L", mesas auxiliares (gaveteiros) e mesa reta, destinados à sala das servidoras, sala da Presidência e recepção, conforme especificações constantes no processo administrativo.
QUANTIDADE:
Item 01: 03 (três) conjuntos de **mesa em "L" com mesa auxiliar**, destinados à **sala das servidoras**, com dimensões aproximadas de **150 cm x 70 cm**, acompanhadas de mesa auxiliar de **90 cm x 50 cm**, contendo **02 (duas) gavetas**, confeccionadas em material resistente, com acabamento adequado ao uso administrativo.
Item 02: 01 (um) conjunto de **mesa em "L" com mesa auxiliar**, destinado à **sala da Presidência**, com dimensões aproximadas de **170 cm x 70 cm**, acompanhada de mesa auxiliar de **90 cm x 50 cm**, contendo **02 (duas) gavetas**, confeccionada em material resistente, com acabamento adequado ao uso administrativo.
Item 03: 01 (uma) unidade de **mesa reta**, destinada à **recepção**, com dimensões aproximadas de **170 cm x 70 cm**, contendo **02 (duas) gavetas**, confeccionada em material resistente, com acabamento adequado ao uso administrativo.
VALOR TOTAL: R$ **4.786,00 (quatro mil setecentos e oitenta e seis reais)**
Fundamento: Atendimento art. 95 §2º da Lei Federal nº 14.133/21 e art. 1 da Resolução 001/2023.
Câmara Municipal de Lobato aos 18 dias do mês de dezembro de 2025.

APARECIDO FIALHO DE CARVALHO
Presidente

Publicado por:
Renata Figueiredo Dos Santos
Código Identificador:598D6A40

CAMARA MUNICIPAL DE LOBATO
EXTRATO DE CANCELAMENTO DE COMPRA DIRETA

EXTRATO DE CANCELAMENTO DE COMPRA DIRETA

COMPRA DIRETA Nº 033/2025-L
A **CÂMARA MUNICIPAL DE LOBATO**, Estado do Paraná, torna público o **CANCELAMENTO** da **Compra Direta nº 033/2025-L**, anteriormente publicada, que tinha como objeto a **contratação de empresa especializada para troca de óleo do veículo oficial da Câmara Municipal**, tendo como fornecedor **Auto Posto Bergaton Ltda**, CNPJ nº 04.241.569/0001-08, no valor total de **R$ 199,60 (cento e noventa e nove reais e sessenta centavos)**.
O cancelamento ocorre por **razões de interesse administrativo**, ficando sem efeito todos os atos dela decorrentes.
Câmara Municipal de Lobato, 17 de dezembro de 2025.

APARECIDO FIALHO DE CARVALHO
Presidente da Câmara Municipal de Lobato

Publicado por:
Márcia Andréia Milani
Código Identificador:5C5D094B

CAMARA MUNICIPAL DE LOBATO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº001 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº001
AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2025

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Lobato – PR, CNPJ nº 86.877.743/0001-60.
CONTRATADA: Sugihara & Honda Ltda ME, CNPJ nº 18.112.692/0001-25.
CONTRATO ORIGINÁRIO: Contrato Administrativo nº 002/2025, decorrente da Dispensa de Licitação nº 001/2025.
OBJETO DO CONTRATO: Fornecimento de material de consumo e gêneros alimentícios, copa e cozinha, para atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Lobato.
OBJETO DO TERMO ADITIVO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 002/2025 e adequação da cláusula quarta, para prever reajuste de preços.
VIGÊNCIA: Fica prorrogada a vigência do contrato, originalmente com término em 31 de dezembro de 2025, por mais 12 (doze) meses, conforme disposto no Termo Aditivo.
VALOR E REAJUSTE: Mantém-se o valor originalmente pactuado, assegurada a aplicação de reajuste pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data da assinatura do contrato (28 de março de 2025), nos termos do art. 92, inciso V, e do art. 134 da Lei Federal nº 14.133/2021.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução do contrato aditivado correrão à conta de dotação orçamentária própria do exercício financeiro correspondente.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 16 de dezembro de 2025.
FUNDAMENTO LEGAL: Arts. 92, inciso V, 107 e 134 da Lei Federal nº 14.133/2021, em consonância com o entendimento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Lobato – PR, 17 de dezembro de 2025.

APARECIDO FIALHO DE CARVALHO
Presidente da Câmara Municipal de Lobato

Publicado por:
Renata Figueiredo Dos Santos
Código Identificador:0CF07AFD

CAMARA MUNICIPAL DE LOBATO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº001 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 005/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº001 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 005/2025

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Lobato – PR, CNPJ nº 86.877.743/0001-60.
CONTRATADA: Suzana Romanin De Carvalho Da Silva ME, CNPJ nº 05.491.981/0001-30.
CONTRATO ORIGINÁRIO: Contrato Administrativo nº 005/2025, decorrente da Dispensa de Licitação nº 004/2025.
OBJETO DO CONTRATO: Fornecimento de material de expediente, papelaria e demais suprimentos diversos, para atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Lobato.
OBJETO DO TERMO ADITIVO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 005/2025 e adequação da cláusula quarta, para prever reajuste de preços.
VIGÊNCIA: Fica prorrogada a vigência do contrato, originalmente com término em 31 de dezembro de 2025, por mais 12 (doze) meses, conforme disposto no Termo Aditivo.
VALOR E REAJUSTE: Mantém-se o valor originalmente pactuado, assegurada a aplicação de reajuste pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data da assinatura do contrato (26 de maio de 2025), nos termos do art. 92, inciso V, e do art. 134 da Lei Federal nº 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução do contrato aditivado correrão à conta de dotação orçamentária própria do exercício financeiro correspondente.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 16 de dezembro de 2025.
FUNDAMENTO LEGAL: Arts. 92, inciso V, 107 e 134 da Lei Federal nº 14.133/2021, em consonância com o entendimento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Lobato – PR, 17 de dezembro de 2025.

APARECIDO FIALHO DE CARVALHO
Presidente da Câmara Municipal de Lobato

Publicado por:
Renata Figueiredo Dos Santos
Código Identificador:E9D3FD3D

CAMARA MUNICIPAL DE LOBATO
PORTARIA Nº 33/2025

PORTARIA Nº 33/2025

Dispõe sobre a concessão de regime de Trabalho Híbrido à servidora Talita Alves Gonzales de Oliveira.

O **Presidente da Câmara Municipal de Lobato, Estado do Paraná**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e
CONSIDERANDO o disposto na **Resolução nº 002/2025-L**, que institui o regime de teletrabalho e trabalho híbrido no âmbito da Câmara Municipal de Lobato;
CONSIDERANDO o requerimento protocolado pela servidora **Talita Alves Gonzales de Oliveira**, ocupante do cargo de **Contadora**;
RESOLVE:
Art. 1º CONCEDER à servidora **TALITA ALVES GONZALES DE OLIVEIRA**, CPF nº **053.565.679-36**, **matrícula 400044** o regime de **TRABALHO HÍBRIDO**, no âmbito da Câmara Municipal de Lobato.
Art. 2º O trabalho híbrido será desempenhado da seguinte forma:
I – **Trabalho presencial:** segundas-feiras e quartas-feiras, das **08h00 às 12h00**, nas dependências da Câmara Municipal;
II – **Trabalho remoto:** nos demais dias úteis, com observância integral da jornada de trabalho e das atribuições do cargo.
Art. 3º A servidora deverá permanecer disponível durante o horário de expediente, atender às convocações presenciais sempre que necessário e cumprir todas as disposições previstas na Resolução nº 002/2025-L.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, podendo ser revogada a qualquer tempo, por conveniência da Administração ou por descumprimento das normas aplicáveis.
Lobato/PR, 18 de Dezembro de 2025.

APARECIDO FIALHO DE CARVALHO
Presidente da Câmara Municipal de Lobato

Publicado por:
Márcia Andréia Milani
Código Identificador:66840A80

CAMARA MUNICIPAL DE LOBATO
RESOLUÇÃO Nº 003/2025-L

RESOLUÇÃO Nº 003/2025-L

Súmula: Dispõe sobre a devolução de patrimônio para o Município de Lobato e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Lobato, Estado do Paraná,

Artigo 1º - Fica a Câmara Municipal de Lobato, autorizada a fazer a devolução de materiais classificados como inservíveis, pela comissão especial nomeada pela Portaria nº 032/2025-L, de 15 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, conforme laudo de avaliação, ao patrimônio do Município de Lobato.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições contrário.

Câmara Municipal de Lobato, aos 17 dias do mês de dezembro do ano de 2025.

APARECIDO FIALHO DE CARVALHO
Presidente

SANOEL PEDRO DA SILVA
1ºVice- Presidente

LUCIANO DE SOUZA DO NASCIMENTO
2º Vice-Presidente

ROSELI GUIMARÃES BORGES
1ª Secretária

JOSÉ LUIZ DA SILVA
2º Secretário

Publicado por:
Renata Figueiredo Dos Santos
Código Identificador:F4B4EA70

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA RETIFICA A PORTARIA Nº 407/2025, PUBLICADO NO ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO, JORNAL DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ – AMP, NO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2025.

ERRATA

A Prefeitura Municipal de Lobato retifica a Portaria nº 407/2025, publicado no Órgão Oficial do Município, Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP, no dia 10 de dezembro de 2025.

Onde se lê: "A serem usufruídas de 10/12/2025 a 25/01/2025."

Leia-se: **"A serem usufruídas de 10/12/2025 a 24/01/2025."**

Lobato, 17 de dezembro de 2025.

FABIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milena Telles Ribeiro
Código Identificador:69CEEAF1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA RETIFICA A PORTARIA Nº 408/2025, PUBLICADO NO ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO, JORNAL DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ – AMP, NO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2025.

ERRATA
A Prefeitura Municipal de Lobato retifica a Portaria nº 408/2025, publicado no Órgão Oficial do Município, Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP, no dia 10 de dezembro de 2025.

Onde se lê: "20 (vinte) dias, compreendidos entre 03/12/2025 a 23/12/2025."

Leia-se: **"20 (vinte) dias, compreendidos entre 03/12/2025 a 22/12/2025."**

Lobato, 17 de dezembro de 2025.

FABIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milena Telles Ribeiro
Código Identificador:50FD310B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA RETIFICA A PORTARIA Nº 410/2025, PUBLICADO NO ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO, JORNAL DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ – AMP, NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2025.

ERRATA

A Prefeitura Municipal de Lobato retifica a Portaria nº 410/2025, publicado no Órgão Oficial do Município, Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP, no dia 15 de dezembro de 2025.

Onde se lê: "A serem usufruídas de 15/12/2025 a 14/01/2026."

Leia-se: **"A serem usufruídas de 15/12/2025 a 13/01/2026."**

Lobato, 17 de dezembro de 2025.

FABIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milena Telles Ribeiro
Código Identificador:CD80ECA2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA RETIFICA A PORTARIA Nº 411/2025, PUBLICADO NO ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO, JORNAL DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ – AMP, NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2025.

ERRATA

A Prefeitura Municipal de Lobato retifica a Portaria nº 411/2025, publicado no Órgão Oficial do Município, Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP, no dia 15 de dezembro de 2025.

Onde se lê: "A serem usufruídas de 15/12/2025 a 04/01/2026."

Leia-se: **"A serem usufruídas de 15/12/2025 a 03/01/2026."**

Lobato, 17 de dezembro de 2025.

FABIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milena Telles Ribeiro
Código Identificador:EB4B199F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 73/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 33/2025

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE LOBATO, Estado do Paraná, com sede à Rua Antônio Coletto, nº 1260, Centro, CEP: 86790-000, inscrito no CNPJ/MF nº 76.970.367/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **Sr. FÁBIO CHICAROLI**.
DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: EXTIN EXTINTORES LTDA, inscrita no CNPJ nº. 15.307.203/0001-00, estabelecida na Rua Júlio Serrante, n. º 390, Complexo Industrial Bataglia, CEP 87.211-454, Cidade de Cianorte, Estado Paraná, representada neste ato pelo Sr. **CARLOS FREDERICO MARCHESINI VAZ FRAGOSO.**
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EXTINTORES NOVOS E RECARGA DE EXTINTORES DE INCÊNCIO DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE LOBATO/PR.**

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2025: R$ 25.400,00 (Vinte e cinco mil e quatrocentos reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025 ATÉ 05 DE DEZEMBRO DE 2026.

DATA DE ASSINATURA DA ATA: 05 de dezembro de 2025
FORO: **Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná.**

LOBATO/PR, 05 de dezembro de 2025

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene de Fatima Domingues
Código Identificador:B20C8D12

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 419/2025 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025 REVOGAR A PORTARIA N.º 412/2025 DE 16/12/2025, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ-AMP A QUAL CONCEDEU FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NILSON FERNANDES VIANA

PORTARIA N.º 419/2025 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

FÁBIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais e,
I – Considerando a constatação do erro de gozo de férias;

II – Considerando opoder de autotutela pelo qual a Administração tem o poder-dever de rever seus próprios atos para adequá-los aos termos da lei e dos fatos,quando contiverem erro, nulidade ou anulabilidade, preconizado pela Súmula 473 do STF,

RESOLVE

Art. 1º - Revogar a **Portaria n.º 412/2025 de 16/12/2025,** publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná-AMP aos 17/12/2025, a qual concedeu **30(trinta) dias** de **Férias** ao servidor público municipal **Nilson Fernandes Viana,** portador do RG. nº. *.274.***-* e CPF nº. ***.832.339-**, ocupante do cargo de provimento efetivo de **Motorista**, com carga horária de 40 horas semanal, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde.**

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milena Telles Ribeiro
Código Identificador:45C99BB8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 56/2025

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUPIONÓPOLIS, convoca os Candidatos abaixo relacionados e selecionados no Programa de Assistência ao Trabalhador - PAT, realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme divulgado pela Resolução nº 14/2025, devidamente publicado em 23/04/2025.

A Secretaria Municipal de Assistência Social no uso de sua atribuição que lhe é conferida pela lei nº 05/2021, lei nº 05/2023, alterada pela lei nº 06/2025, convoca:

NOME	PONTUAÇÃO	DATA DE NASCIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
EDICARLOS BRITO GIMENES	43	09/03/1995	8º

JORGE MARIANO DA CONCEIÇÃO	42	28/01/1975	9º

Os aprovados acima, deverão comparecer no almoxarifado desta cidade, **no dia 17 de dezembro de 2025 (quarta-feira) às 07h00 da manhã,** munidos dos documentos - Cédula de Identidade e CPF - Cadastro de Pessoa Física; para manifestar interesse no benefício.

O não comparecimento a presente convocação será considerado desistência, sem direito de recursos administrativos.

Lupionópolis, 16 de dezembro de 2025

DHAIANE CAMPOS BUENO
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria: 143/2025

Publicado por:
Sara Lais de Lima Boqui
Código Identificador:D5676B2D

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº

Contrato N° 267/2025 – Pregão Eletrônico nº 21/2025
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
Contratado: **GABE EVENTOS LTDA**
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PROFISSIONAIS PARA EXECUÇÃO DE ATRAÇÕES ARTISTICAS MUSICAIS PARA ANIMAÇÃO DAS FESTIVIDADES DE FINAL DE ANO DO MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS.
Valor Total 15.000,00 (Quinze Mil Reais).
Funcional Programática:
DOTAÇÕES
Conta da despesa - Funcional programática - Fonte de recurso- Natureza da despesa - Grupo da fonte
5660 - 10.003.13.392.0010.2060 - 0 - 3.3.90.39.00.00 - Do Exercício
Prazo de execução: 1 MÊS
Data da assinatura: 16 de dezembro de 2025

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:DD26103A

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº265/2025

Contrato N° 265/2025 – Pregão Eletrônico nº 15/2025
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
Contratado: **M E V SALVIANO CONSULTORIO ODONTOLOGICO LTDA**
Objeto: CREDENCIAMENTO COMPLEMENTAR DE PESSOAS JURÍDICAS QUE SEJAM PRESTADORAS DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE SAÚDE: CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS, POR MEIO DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE NAS ÁREAS DE: CIRURGIÃO ODONTOLÓGICO, GERIATRIA, GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA E PEDIATRIA.
Valor Total 58.389,12 (Cinquenta e Oito Mil, Trezentos e Oitenta e Nove Reais e Doze Centavos).

Funcional Programática:
DOTAÇÕES
Conta da despesa - Funcional programática - Fonte de recurso - Natureza da despesa -Grupo da fonte
2310 - 08.001.10.301.0008.2040 - 0 -3.3.90.39.00.00 -Do Exercício
Prazo de execução: 12 meses
Data da assinatura: 17 de dezembro de 2025

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:28E03DD8

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 266/2025

Contrato N° 266/2025 – Pregão Eletrônico nº 21/2025
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
Contratado: **22.209.026 ELISON AUGUSTO DOS SANTOS**
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PROFISSIONAIS PARA EXECUÇÃO DE ATRAÇÕES ARTISTICAS MUSICAIS PARA ANIMAÇÃO DAS FESTIVIDADES DE FINAL DE ANO DO MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS.
Valor Total 16.000,00 (Dezesseis Mil Reais).

Funcional Programática:
DOTAÇÕES
Conta da despesa - Funcional programática - Fonte de recurso - Natureza da despesa - Grupo da fonte
5660 - 10.003.13.392.0010.2060 - 0 -3.3.90.39.00.00
Do Exercício
Prazo de execução: 1
Data da assinatura: 17 de dezembro de 2025

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:70A91BDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 268/2025

Contrato N° 268/2025 – Pregão Eletrônico nº 21/2025
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
Contratado: **GGF PRODUCOES ARTISTICAS LTDA**
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PROFISSIONAIS PARA EXECUÇÃO DE ATRAÇÕES ARTISTICAS MUSICAIS PARA ANIMAÇÃO DAS FESTIVIDADES DE FINAL DE ANO DO MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS.
Valor Total 21.000,00 (Vinte e Um Mil Reais).
Funcional Programática:
DOTAÇÕES
Conta da despesa - Funcional programática - Fonte de recurso- Natureza da despesa - Grupo da fonte
5660 - 10.003.13.392.0010.2060 - 0 - 3.3.90.39.00.00 - Do Exercício
Prazo de execução: 1 MÊS
Data da assinatura: 16 de dezembro de 2025

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:EB77E266

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 835/2025

DECRETO Nº 835/2025

SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar.

O Prefeito Municipal de Mallet, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e devidamente autorizado pela Lei nº 1628/2024, artigo 7, Lei nº 1601/2024 artigo 33 e Lei nº 1632/2025.

ART. 1º - Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1964, fica aberto no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 81.709,02 (Oitenta e um mil setecentos e nove reais e dois centavos), e discriminações abaixo:

Cód.	Fonte	Funcional Programática	Descrição	Elemento	Valor
92	1080	02.04.12.361.0031.2.013	VALORIZAÇÃO DO ENSINO BASICO - FUNDEB 70%	3.1.90.11	0,02
45	1000	02.02.04.122.0003.2.005	MANUT. UNIDADES OPERACIONAIS - SEC. ADMINISTRAÇÃO	3.3.90.40	4.000,00
257	1000	02.08.10.122.0024.2.031	MANUT. DA UNIDADE ADMINISTRATIVA - FMS	3.1.90.13	77.709,00

ART. 2.º - Para dar cobertura ao Credito Aberto pelo Artigo anterior será considerado como Recursos a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias no valor de R$ 81.709,00 (Oitenta e um mil

setecentos e nove reais), o excesso de arrecadação no valor de R$ 0,02 (dois centavos) assim discriminados:

Cód.	Fonte	Funcional Programática	Descrição	Elemento	Valor
140	1000	02.05.20.606.0012.2.018	MANUT. UNIDADES OPERACIONAIS - SEC. AGROPECUARIA	3.3.90.30	81.709,00

FONTE	VALOR
1080	R$ 0,02

ART. 3º - Fica compatibilizada a presente alteração orçamentária nas leis Nº. 1.601/2024 – LDO para o exercício de 2025 e lei nº. 1490/2021 – PPA para os exercícios de 2022-2025.
ART. 4.º - Este Decreto entrará em vigor nesta data.
Prefeitura Municipal de Mallet, 17 de dezembro de 2025.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:C86EC1E8

GABINETE DO PREFEITO
INSTRUÇÃO Nº 004/2025

INSTRUÇÃO Nº 004/2025

Dispõe sobre norma técnica de unidade de beneficiamento de produtos de abelha.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, **PEDRO KOWALCZYK**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a Lei n° 1.643 de 02 de abril de 2025 e o Decreto n° 393/2025, que dispõe sobre o serviço de inspeção sanitária e industrial de produtos de origem animal – SIM/POA, **RESOLVE** aprovar as seguintes normas técnicas para a indústria de produtos de abelhas:
Art. 1º. Os estabelecimentos de produtos de abelhas e derivados devem estar instalados:
I - Distantes de criações de animais e outras fontes produtoras de odores desagradáveis e/ou poluentes de qualquer natureza, a uma distância aproximada de 50 (cinquenta metros).
II - Instalados em terreno cercado, afastado dos limites de vias públicas no mínimo 05 (cinco) metros e dispor de área de circulação suficiente que permita a livre movimentação dos veículos de transportes.
III - Estabelecimentos já instalados que não dispuseram do afastamento regulamentar das vias públicas, poderão ser liberados desde que, os setores de recepção e expedição não estejam voltados diretamente para via pública.
Art. 2º. Todos os estabelecimentos de produtos de abelhas e derivados devem dispor de:
I - ÁGUA DE ABASTECIMENTO – potável, em quantidade suficiente para atender as necessidades de limpeza e higienização em todos seus setores, inclusive equipamentos e das dependências sanitárias, tomando como referência a necessidade de 01 (um) litro de água para cada 03 (três) quilos de mel.
a) Todas as dependências devem possuir pontos de água quente e fria em quantidade suficiente para atender as necessidades do setor.
b) A água deve possuir pressão suficiente para que haja uma perfeita limpeza e higienização.
c) O depósito de água potável, deverá ser constituído de material atóxico, de fácil higienização, atendendo às normas específicas, provido de tampa e protegido de contaminação externa;
d) É necessária a cloração no sistema de abastecimento de água.
II - SISTEMA DE TRATAMENTO DE DEJETOS, adequado ao tipo de dejetos e dimensões condizentes com o volume produzido.
a) Todas as dependências do estabelecimento devem estar dotadas de sistema de esgotos apropriados para o tipo de dejeto com dispositivo que evite o refluxo de cheiros e a entrada de insetos e/ou pequenos animais.
b) As águas residuais devem desembocar no sistema de tratamento de água indicado para o tipo do estabelecimento.
III - INSTALAÇÕES em quantidade, dimensões e localizado, condizentes com o tipo de atividade a ser executada no local, tais como: produção, recepção, extração, centrifugação, fusão, filtração, decantação, classificação, industrialização, solidificação, envase, estocagem e expedição de produtos prontos, deposito de embalagem vazias, tampas e rótulos; sempre separadas por meio de paredes das instalações destinadas ao manuseio de produtos não comestíveis.
a) Todas as instalações devem ter tamanho suficiente e fluxo adequado para que não haja contato entre produto pronto e a matéria prima ainda não inspecionadas e preparadas.
b) Quando o estabelecimento estiver localizado na propriedade rural, deve ter instalação apropriada para a higienização e guarda de equipamentos e materiais sem separado das dependências industriais.
c) Os trabalhos com a cera de abelhas e própolis, deverão ser realizados em área totalmente isolada dos setores da industrialização de produtos comestível.
d) Quando a preparação da geleia real e pólen (isoladamente ou em adição ao mel de abelhas) for realizada em setor especifico, este deverá localizar-se no corpo do prédio industrial, obedecendo os mesmos requisitos do setor de elaboração.
e) A fabricação de bebidas fermentadas e vinagres deverá ser efetuada em setores específicos e separados do setor onde se beneficia o mel podendo, entretanto, ser contígua a este, tolerando-se a utilização comum apenas do deposito de produtos prontos e da expedição.
IV - UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS adequados e em quantidade suficiente para a execução dos trabalhos de cada setor, bem como para produção de vapor e/ou água quente com capacidade suficiente às necessidades e características do estabelecimento.
a) Compreende por utensílios: facas, desoperculadores, caixas, baldes, potes, filtros, mesas, estrados, entre outros e devem ser:
1. De material impermeável, atóxicos e resistentes a corrosão. (proibido madeira).
2. De superfície lisa que permita fácil lavagem e desinfecção.
b) Compreende-se por equipamentos para efeito do item IV: tanques para banho-maria, decantação, pré-aquecimento com dupla camisa, deposito, fusão, centrífugas, secadores, freezers, geladeiras, pasteurizadores, desumidificadores, envasadoras, batedeiras/misturadeiras, seladoras, prensas, entre outros e devem ser:
1. Em número e tamanho (capacidade) suficiente para atender a demanda do estabelecimento;
2. De material impermeável, resistente, de fácil lavagem e higienização, sendo que aqueles que entram em contato direto com a matéria prima ou produtos em fabricação, do tipo inoxidável.
3. De tecnologia adequada à respectiva utilização.
V - ILUMINAÇÃO natural abundante em todas as dependências do estabelecimento. Caso haja necessidade, a iluminação deve ser complementada através de luz fria, com lâmpadas devidamente protegidas, sendo vedada a utilização de qualquer tipo luz colorida.
VI - VENTILAÇÃO natural abundante em todas as dependências do estabelecimento, a fim de manter a temperatura interna em níveis adequados as operações realizadas. Caso haja necessidade, a ventilação deve ser complementada através da climatização da dependência via condicionadores de ar, exaustores, etc.
VII - PÁTIOS pavimentados de modo a se evitar a formação de poeiras ou barro. Permite-se o revestimento primário desde que com bom acabamento, e que atenda a finalidade.
Art. 3º. Todos os estabelecimentos de produtos de abelhas e derivados devem possuir:
I - PISO de material impermeável, resistente à corrosão, impacto e a abrasão, antiderrapante, de fácil limpeza e desinfecção, com inclinação suficiente (2%) em direção aos ralos, de maneira a facilitar o escoamento das águas residuais. Quando o escoamento for através de canaletas, estas devem ter o fundo côncavo.
II - PAREDES lisas, impermeáveis com material de cor clara, de fácil lavagem e desinfecção.
a) Os ângulos entre paredes e entre pisos e paredes devem ser arredondados, de maneira que não permitam o acúmulo de sujidades.
b) Nos setores onde haja manipulação de produtos comestíveis não é permitido o uso de tinta descamável.
III - FORRO de material de fácil lavagem e higienização, resistente à umidade e vapores e construído de forma a evitar acúmulo de sujeiras. Caso a cobertura seja metálica ou em fibrocimento assentado sobre estruturas metálicas ou de concreto, não há necessidade de forro, porem o encontro com a parede deverá oferecer perfeita vedação.
IV - JANELAS metálicas dotadas de proteção contra insetos, através da instalação de telas milimétricas ou outro sistema, dotados de

dispositivos que permitam a saída das abelhas. Os parapeitos e/ou beirais das janelas devem ser chanfrados de maneira que não permitam o acúmulo de água e sujidades.
V - PORTAS construídas de material impermeável sendo as externas dotadas de um sistema de fechamento automático (vai e vem) e de uma proteção contra vetores e pragas, através da instalação de telas milimétricas ou outros meios eficientes.
Parágrafo único: Deve ser prevista uma porta em local apropriado com a finalidade exclusiva para o acesso de equipamentos, e esta porta deve permanecer fechada quando não estiver sendo utilizada.
VI - PÉ DIREITO com altura suficiente para permitir a disposição adequada dos equipamentos, permitindo boas condições de temperatura, ventilação e iluminação de forma a atender as condições higiênico sanitárias e tecnológicas dentro de todos os setores.
VII - BARREIRA SANITÁRIA – Devem ser instaladas barreiras sanitárias em todos os pontos de acesso a área de produção e construídos e/ou localizados de forma e tamanho que sua utilização não possa ser burlada, garantindo que o colaborador faça a higienização adequada.
a) A barreira sanitária deve possuir cobertura, lavador de botas, pias com torneiras de fechamento manual, sabão líquido, inodoro e neutro, toalhas descartáveis de papel não reciclado ou dispositivo automático de secagem de mãos, cestas coletoras de papel com tampas acionadas sem contato manual e substância sanitizante.
VIII - FUNCIONÁRIOS em número suficiente para atender as necessidades do estabelecimento conforme seu tamanho e capacidade, e quando em atividade, devem estar trajando uniforme completo, composto de calça, avental, touca e botas tudo em cor clara. O Acesso de funcionários deve:
a) Ser único, preferencialmente próximo ao vestiário;
b) A lavagem de uniformes é de obrigação da empresa e deve atender aos princípios das boas práticas de higiene, seja em lavanderia própria ou terceirizada.
IX - VESTIÁRIOS/SANITÁRIOS:
a) Em tamanho e número suficiente, separados por sexo, conforme a quantidade de funcionários do estabelecimento, segundo a legislação especifica;
b) Provido de vasos sanitários com tampa, papel higiênico, chuveiro, pias, toalhas descartáveis, cestas coletoras com tampa de acionamento automático sem contato manual, saboneteiras para sabão liquido, inodoro e neutro, armários para guarda roupas e objetos pessoais.
c) Os vestiários devem ser equipados com dispositivo para guarda individual de pertences que permitam separação da roupa comum dos uniformes de trabalho.
d) Localizado preferencialmente anexo ao estabelecimento industrial, não sendo permitido acesso direto entre as instalações sanitárias e as demais dependências do estabelecimento.
e) Quando os sanitários e vestiários não forem contíguos ao estabelecimento, o acesso deverá ser pavimentado com material que permita lavagem e higienização e não deve passar por áreas que ofereçam risco de contaminação de qualquer natureza. Deverá ser provido de cobertura para proteção em dias de chuva.
Art. 4º. Todo estabelecimento de produtos de abelhas e derivados, para serem registrados no SIM/POA, devem possuir basicamente nas zonas suja e limpa:
I - A ZONA SUJA é composta de:
a) Setor de recepção, que deve ser constituído de:
1. Plataforma ampla, situada a 0,80 (oitenta centímetros) do solo, de modo a facilitar as operações de descarga de mel;
2. Prolongamento de cobertura suficiente para proteger aas operações de descarga das intempéries;
3. Equipamentos e utensílios em quantidade e capacidade adequados para recepção higiênica do mel;
4. Área de lavagem e higienização de recipientes (baldes) anexa a plataforma, porém de modo que não haja interferência na higiene do mel.
5. Local apropriado para depósito de recipientes limpos.
b) Setor de depósito da matéria prima recebida e desoperculação.
II - A ZONA LIMPA é composta pelos setores de manipulação ou industrialização da matéria prima já livre de impurezas e das partes comestíveis. A zona limpa deve dispor também de pias (de preferência com acionamento automático), saboneteira líquida e toalha descartável para higienização das mãos.
III – ANEXOS:
a) São considerados como anexos fundamentais ao funcionamento do estabelecimento de produtos de abelha e derivados: setor para lavagem, desinfecção e guarda de recipientes e utensílios, sanitários e vestiários.
b) São considerados como anexos opcionais: escritório, refeitório, oficina, lavadouro de veículos, etc.
Art. 5º. A ÁREA INDUSTRIAL pode ser constituída conforme sua atividade:
I - Setor de pré-aquecimento, banho Maria, centrifugação, filtração, pasteurização, decantação, classificação e envase do mel.
II - Setor de preparo da geleia real e pólen e adição ao mel.
III - Setor de fabricação de bebidas fermentadas e vinagres.
IV - Setor de estocagem de geleia real e pólen (que deve comunicar-se com o interior do entreposto ou indústria através de porta desde que o exterior comunique através de óculo).
V - Setor de acondicionamento e rotulagem.
VI - Setor de depósito de embalagens vazias e rótulos (que deve comunicar se com o interior do entreposto ou indústria através de porta desde que o exterior comunique através de óculo).
VII - Setor de depósito de produtos prontos e expedição.
VIII - Setor de manipulação e preparo da cera de abelhas e de própolis (isolada área de industrialização de produtos comestíveis).
Art. 6º. Os diversos setores que compõe a indústria devem:
a) Estarem dispostos em uma sequência adequada com a finalidade de que não haja retorno nem cruzamento de matéria prima ou produtos em elaboração com produtos prontos;
b) Serem de tamanho adequado a sua destinação;
c) Terem iluminação e ventilação naturais e artificiais suficientes;
d) Serem de paredes lisas, claras e revestidas de material impermeável de fácil limpeza e desinfecção;
e) Terem pisos impermeáveis, antiderrapantes e de fácil higienização;
f) Serem dotadas de equipamentos suficientes e adequados às necessidades do setor.
Art. 7º. SETOR DE ACONDICIONAMENTO E ROTULAGEM:
a) Ter tamanho, iluminação natural e artificial e ventilação suficiente para atender a capacidade do estabelecimento.
b) Ser composto de utensílios e equipamentos suficientes e adequados ao tipo de trabalho a ser executado, como: embaladeiras, grampeadores, carrinhos, estrados (não de madeira), prateleiras, etc.
c) Situar-se em posição adequada a atender ao fluxo correto do estabelecimento.
Art. 8º. SETOR DE ESTOCAGEM:
I - De geleia real e pólen pode ser equipado com freezer, geladeira industrial ou câmara fria conforme as necessidades do estabelecimento.
Art. 9º. SETOR DE DEPOSITO DE PRODUTOS PRONTOS E EXPEDIÇÃO:
a) Estar localizado em local apropriado atendendo ao fluxo correto do estabelecimento.
b) Equipado com estrados ou prateleiras de material apropriado sendo vedada a utilização de madeira.
c) De fácil acesso ao ponto de embarque dos produtos prontos.
d) A expedição deve ser feita através de óculo e dotado de prolongamento de cobertura a fim de proteger as operações de carga durante as intempéries.
Art. 10. LABORATÓRIO:
I - O estabelecimento deve dispor de laboratório próprio devidamente equipado, ou terceirizado, para a realização das análises previstas em seus programas de autocontrole.
Parágrafo único - É obrigatória a realização da análise de umidade do mel no próprio estabelecimento, sendo facultado o uso de laboratório terceirizado para as demais análises estabelecidas.
Art. 11. ESCRITÓRIO:
I - Deve estar localizado próximo a área do estabelecimento, podendo ser anexo ou não, desde que não possua acesso direto ao interior da indústria ou entreposto.
Art. 12. OUTROS ANEXOS, tais como, oficina, refeitório, residência, almoxarifado etc.
I - Devem estar localizados a uma distância aproximada de 20 (vinte metros) da área industrial ou entreposto.
II - Não devem ter acesso direto ao interior do estabelecimento de manipulação ou industrialização.
Art. 13. CALDEIRA – quando houver caldeira esta deve:

I - Estar localizada fora do bloco industrial e afastada de qualquer outra dependência na distância determinada pela legislação vigente;
II - Ser de tamanho e capacidade adequada à produção do estabelecimento;
III - Quando a caldeira for à lenha, o deposito de lenha deve ficar afastado o máximo possível a fim de evitar a presença de roedores ou outros animais nocivos.
Art. 14. CONTROLE DE QUALIDADE:
I - Recomenda-se que cada estabelecimento, ou empresa mantenha o controle de qualidade de suas operações e produtos, mediante a realização de análise de risco e pontos críticos de controle, assegurando a inocuidade dos alimentos por ela produzidos, sendo indispensável um responsável técnico.
Art. 15. Esta instrução normativa entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Instrução Normativa 002/2025.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 17 de dezembro de 2025.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:2A03F806

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.°53/2025

I - OBJETO:
Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de borracharia para realização de consertos de pneus de toda a frota pertencente à Prefeitura municipal de Mallet – PR, segue os itens do processo, todos utilizam os códigos Catser 13552 (Reparo de pneu e câmera de ar) e 10170 (recauchutagem / recapagem / montagem.

II - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:
A presente contratação mostra-se necessária para garantir o funcionamento contínuo e eficiente dos veículos oficiais que compõem a frota municipal, utilizados pelas diversas Secretarias na execução das atividades administrativas, operacionais e de atendimento à população. A adequada manutenção desses veículos é condição essencial para assegurar o bom andamento dos serviços públicos e o atendimento tempestivo das demandas da comunidade.
Os serviços de borracharia são indispensáveis à manutenção preventiva e corretiva dos veículos, assegurando condições adequadas de segurança, conservação e desempenho. Tais serviços abrangem reparos, substituições e demais intervenções técnicas em pneus, fundamentais para evitar paradas inesperadas e prolongar a vida útil dos veículos, contribuindo para uma gestão mais eficiente e econômica da frota pública.
Destaca-se que esta municipalidade não dispõe de equipe técnica, equipamentos ou materiais adequados para realizar tais serviços de forma direta, o que torna necessária a contratação de empresa especializada, capaz de atender de forma contínua e eficiente às demandas das Secretarias.
Além disso, a inexistência de estrutura própria para execução dessas atividades inviabiliza a realização interna dos serviços, podendo comprometer a continuidade das ações administrativas.
Ressalta-se, ainda, que grande parte dos atendimentos ocorre em situações emergenciais, envolvendo veículos que executam serviços essenciais, como transporte escolar, coleta de resíduos, obras e manutenção urbana. Nesses casos, o tempo de resposta é fator determinante para a eficiência da Administração, uma vez que atrasos podem gerar paralisações de serviços públicos e prejuízos à população. Assim, a agilidade no atendimento técnico representa fator relevante para assegurar a continuidade das atividades operacionais, reduzir custos logísticos e garantir a eficiência das classes M1 e N1 possui estepe, conforme a Resolução Contran nº 913/2022, enquanto outros utilizam pneus Run Flat ou sistema de calibragem automática. Entretanto, a frota municipal também é composta por veículos das classificações N2 e N3, que apresentam maior dificuldade na troca de pneus furados, devido ao peso do conjunto roda-pneu, tornando necessária a substituição por meio de veículo equipado com ferramentas pneumáticas, diretamente no local da avaria.
Essa diversidade técnica reforça a necessidade de contratação de empresa especializada, apta a atender de forma diferenciada as ocorrências tanto em via pública quanto em oficina, evitando paralisações, garantindo a segurança e assegurando a economicidade da gestão. Assim, a presente demanda visa garantir a operacionalidade da frota pública, a segurança dos condutores e a continuidade dos serviços prestados à comunidade, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público. Com isso, busca-se assegurar que os veículos municipais permaneçam em plenas condições de uso, evitando prejuízos ao patrimônio público e garantindo a regularidade das atividades institucionais.

III – RAZÃO DA ESCOLHA DA PROPONENTE:
3.1.. A proponente escolhida foi DERLI DO AMARAL & AMARAL LTDA, CNPJ: 17.218.211/0001-06, CNAE45.20-06 – Serviços de borracharia para veículos automotores, atendendo ao objeto. A escolha do proponente decorre da apresentação, por parte deste, do menor preço entre os fornecedores consultados, bem como, de todos os documentos solicitados para sua habilitação no processo.

IV – DO PREÇO:
Pelo serviço ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R$ 50.865,06 (cinquenta mil oitocentos e sessenta e cinco reais e seis centavos) a ser pago de acordo com a execução do contrato, conforme autorização expedida pelo Setor de Compras, mediante envio da Autorização de Fornecimento, juntamente com as Notas Fiscais que comprovem o serviço autorizado.

V - PRAZO DE VIGÊNCIA:
A vigência desta Dispensa de Licitação iniciar-se-á na data da publicação de sua ratificação e terá seu término 04 (quatro) meses após.
Uma vez que todos os serviços tenham sido executados pela Contratada e aprovados pela Contratante, respeitado o prazo para pagamento, o contrato estará automaticamente encerrado.
O contrato poderá ter sua vigência prorrogada caso ocorra manifestação da Secretaria interessada, bem como, demonstração de que os valores contratados permanecem vantajosos para a Contratante.

VI – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
6.1. As despesas decorrentes do presente processo de Dispensa para Compras e Serviços serão pagas através das seguintes dotações orçamentárias:

Desp. 28 – MANUT. UNIDADE ADMINISTRATIVA - SEC. ADMINISTRAÇÃO – Sec. de Administração – 02.002.04.122.0003.2004.3.3.90.39.00.00.00.00.1000

Desp. 44 – MANUT. UNIDADE ADMINISTRATIVA - SEC. ADMINISTRAÇÃO – Sec. de Administração – 02.002.04.122.0003.2005.3.3.90.39.00.00.00.00.1045

Desp. 44 – MANUT. UNIDADE ADMINISTRATIVA - SEC. ADMINISTRAÇÃO – Sec. de Administração – 02.002.04.122.0003.2005.3.3.90.39.00.00.00.00.1510

Desp. 44 – MANUT. UNIDADE ADMINISTRATIVA - SEC. ADMINISTRAÇÃO – Sec. de Administração – 02.002.04.122.0003.2005.3.3.90.39.00.00.00.00.1000

Desp. 138 – MANUT. DA UNIDADE ADMINISTRATIVA - SEC AGROPECUÁRIA – Sec. de Agropecuária – 02.005.20.122.0012.2017.3.3.90.39.002.00.00.00.00.1000

Desp. 143 – MANUT. UNIDADES OPERACIONAIS - SEC. AGROPECUÁRIA – Sec. de Agropecuária – 02.005.20.606.0012.2018.3.3.90.39.00.00.00.00.1000

Desp. 116 – MANUT. UNIDADE ADMINISTRATIVA - SEC. EDUCAÇÃO – Sec. da Educação – 02.004.12.122.0034.2014.3.3.90.39.00.00.00.00.1000

Desp. 116 – MANUT. UNIDADE ADMINISTRATIVA - SEC. EDUCAÇÃO – Sec. da Educação – 02.009.08.244.0015.2032.4.4.90.52.00.00.00.00.1103

Desp. 116 – MANUT. UNIDADE ADMINISTRATIVA - SEC. EDUCAÇÃO – Sec. da Educação – 02.009.08.244.0015.2032.4.4.90.52.00.00.00.00.1104

Desp. 79 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR – Sec. da Educação – 02.004.12.361.0017.2009.3.3.90.39.00.00.00.00.1000

Desp. 79 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR – Sec. da Educação – 02.004.12.361.0017.2009.3.3.90.39.00.00.00.00.1103

Desp. 79 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR – Sec. da Educação – 02.004.12.361.0017.2009.3.3.90.39.00.00.00.00.1104

Desp. 103 – MANUT. E DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS DA EDUCAÇÃO – Sec. de Educação – 02.004.12.361.0033.2011.3.3.90.39.00.00.00.00.1000

Desp. 103 – MANUT. E DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS DA EDUCAÇÃO – Sec. de Educação – 02.004.12.361.0033.2011.3.3.90.39.00.00.00.00.1103

Desp. 103 – MANUT. E DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS DA EDUCAÇÃO – Sec. de Educação – 02.004.12.361.0033.2011.3.3.90.39.00.00.00.00.1104

Desp. 321 – MANUT.UNIDADE ADMINISTR. - SECRETARIA ESPORTES – Sec. de Esportes – 02.011.27.812.0028.2038.3.3.90.39.00.00.00.00.1000

Desp. 328 – MANUT.UNIDADE ADMINISTR. - SECRETARIA ESPORTES – Sec. de Esportes – 02.011.27.812.0028.2039.3.3.90.39.00.00.00.00.1000

Desp. 298 – MANUT. DA UNIDADE ADMINISTRATIVA - SEC AÇÃO SOCIAL – Sec. da Família e Desenvolvimento Social – 02.009.08.122.0015.2035.3.3.90.39.00.00.00.00.1000

Desp. 273 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – Sec. da Família e Desenvolvimento Social – 02.009.08.243.0014.2034.3.3.90.39.00.00.00.00.1000

Desp. 288 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – Sec. da Família e Desenvolvimento Social – 02.009.08.244.0015.2032.3.3.90.39.00.00.00.00.1000

Desp. 359 – MANUT. DA UNIDADE OPERACIONAL - SEC MEIO AMBIENTE – Sec. de Meio Ambiente – 02.013.18.541.0039.2045.3.3.90.39.00.00.00.00.1000

Desp. 359 – MANUT. DA UNIDADE OPERACIONAL - SEC MEIO AMBIENTE – Sec. de Meio Ambiente – 02.013.18.541.0039.2045.3.3.90.39.00.00.00.00.1511

Desp. 207 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE URBANISMO – Sec. de Obras e Serviços Públicos – 02.007.15.452.0032.2026.3.3.90.39.00.00.00.00.1000

Desp. 187 – CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS – Sec. de Obras e Serviços Públicos – 02.007.26.782.0008.2024.3.3.90.39.00.00.00.00.1000

Desp. 187 – CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS – Sec. de Obras e Serviços Públicos – 02.007.26.782.0008.2024.3.3.90.39.00.00.00.00.1510

Desp. 173 – MANUT. DA UNIDADE ADMINISTRATIVA - SEC. DE OBRAS – Sec. de Obras e Serviços Públicos – 02.007.26.782.0008.2024.3.3.90.39.00.00.00.00.1000

Desp. 306 – MANUT. UNID.ADMINISTRATIVA - SECRET.PLANEJAMENTO – Sec. de Planejamento – 02.010.04.121.0038.2036.3.3.90.39.00.00.00.00.1000

Desp. 313 – MANUT.UNIDADES OPERACIONAIS - SEC. PLANEJAMENTO – Sec. de Planejamento – 02.010.04.121.0038.2037.3.3.90.39.00.00.00.00.1000

Desp. 264 – MANUT. DA UNIDADE ADMINISTRATIVA - FMS – Sec. de Saúde – 02.008.10.122.0024.2031.3.3.90.39.00.00.00.00.1000

Desp. 264 – MANUT. DA UNIDADE ADMINISTRATIVA - FMS – Sec. de Saúde – 02.010.04.121.0038.2037.3.3.90.39.00.00.00.00.1303

Desp. 231 – MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA MUNICIPAL - FMS – Sec. de Saúde – 02.008.10.301.0024.2029.3.3.90.39.00.00.00.00.1000

Desp. 231 – MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA MUNICIPAL - FMS – Sec. de Saúde – 02.008.10.301.0024.2029.3.3.90.39.00.00.00.00.1303

Desp. 218 – MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE MUNICIPAL - FMS – Sec. de Saúde – 02.008.10.305.0004.2043.3.3.90.39.0000.00.00.1000

Desp. 218 – MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE MUNICIPAL - FMS – Sec. de Saúde – 02.008.10.305.0004.2043.3.3.90.39.00.00.00.00.1510

Desp. 335 – DEFESA CIVIL COMUNIT. - SECRET. SEG. TRANS. DEF. CIVIL – Defesa Civil – 02.012.06.182.0030.2040.3.3.90.39.00.00.00.00.1000

Desp. 335 – DEFESA CIVIL COMUNIT. - SECRET. SEG. TRANS. DEF. CIVIL – Defesa Civil – 02.012.06.182.0030.2040.3.3.90.39.00.00.00.00.1511

VII – DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO:
Para se habilitar no presente processo a CONTRATADA apresentou os seguintes documentos:

a) CONTRATO SOCIAL.

b) COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CNPJ.

c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FEDERAIS, dentro do prazo de validade.

d) CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS ESTADUAIS, dentro do prazo de validade.

e) CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS, dentro do prazo de validade.

f) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS, dentro do prazo de validade.

g) CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS, dentro do prazo de validade.

h)CONSULTA AOS IMPEDIDOS DE LICITAR, emitida pelo TCE/PR.

i) CONSULTA CONSOLIDADA DE PESSOA JURÍDICA, emitida pelo TCU.

VIII – DAS SANÇÕES:
8.1. O inadimplemento dos prazos e condições deste Edital sujeitará a licitante às sanções administrativas previstas no Título IV do Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/2021.

IX – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

9.1. A presente Dispensa de Licitação encontra respaldo legal no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

X – DA RESCISÃO:
A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso da rescisão administrativa prevista na Lei Federal nº 14.133/2021.

XI – DAS CLÁUSULAS ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO:
As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

XII – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL
Publicado a Ratificação, fica a vencedora convocada para a assinatura do Contrato, devendo fazê-lo no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de perda do direito à Contratação.
A recusa injustificada da licitante em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas no art. 155, inciso VI, c/c art. 156, inciso III e §4º, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.
Coletadas as assinaturas necessárias, será publicado Extrato de Contrato no Diário Oficial Eletrônico do Município de Mallet/PR.

XIII – DO FORO
13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Mallet/PR, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste instrumento, renunciando-se a outro por mais privilegiado que o seja.

Prefeitura Municipal de Mallet, 16 de dezembro de 2025.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaely Cristiane Dessoy
Código Identificador:5B569160

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO N.°234/2025

DATA DE ASSINATURA: 15 de dezembro de 2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MALLET, Estado do Paraná, CNPJ 75.654.566/0001-36, representado pelo Prefeito Municipal, senhor PEDRO KOWALCZYK.

CONTRATADO: MIQUELENA BOROSKI, CPF 077.125.569-11, domiciliada à Rua 07 de Setembro, n.° 440, bairro Vila Mariana, na cidade de Mallet, Estado do Paraná.

OBJETO: Locação de imóvel urbano residencial, situado à Rua Sete de Setembro, nº 440, Guarujá, Mallet - PR, para servir de moradia para uma família em virtude da mesma se encontrar em situação de vulnerabilidade e risco social, visando atender a demanda da Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social.

VALOR: Pelo serviço ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

PRAZO: A vigência deste contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá seu término 06 (seis) meses.

FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Publicado por:
Rafaely Cristiane Dessoy
Código Identificador:897D7E6A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO N.°235/2025

DATA DE ASSINATURA: 16 de dezembro de 2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MALLET, Estado do Paraná, CNPJ 75.654.566/0001-36, representado pelo Prefeito Municipal, senhor PEDRO KOWALCZYK.

CONTRATADO: DE MARCO LTDA, CNPJ 84.584.556/0001-62, domiciliada à Rua Padre Anchieta, nº 276, Bairro Cidade Nova, no município de Porto União, Estado de Santa Catarina, representada pelo senhor RAFAEL TOZZO, CPF 058.655.269-36, domiciliado à Rua Terezinha Ramella Zagonel, n.º 18, Bairro Flor da Serra, na cidade de Joaçaba, estado de Santa Catarina.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestar o serviço de revisão programada (10.000km) no veículo Renault Kwid Zen, placas TBR-7D18 pertencente à Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social.

VALOR: Pelo serviço ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R$604,83 (seiscentos e quatro reais e oitenta e três centavos).

PRAZO: A vigência deste contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá seu término 02 (dois) meses.

FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Publicado por:
Rafaely Cristiane Dessoy
Código Identificador:345AEBD1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO N.°240/2025

DATA DE ASSINATURA: 17 de dezembro de 2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MALLET, Estado do Paraná, CNPJ 75.654.566/0001-36, representado pelo Prefeito Municipal, senhor PEDRO KOWALCZYK.
CONTRATADO: RODO OESTE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA, CNPJ 20.290.311/0001-40, domiciliada à Rua do Expedicionário, n° 140, bairro Maria Luiza, município de Cascavel, estado do Paraná, representada pelo Sócio Responsável, senhor FERNANDO LEONEL MOREIRA, CPF 021.046.399-64, residente à Rua do Expedicionário, n° 140, bairro Maria Luiza, município de Cascavel, estado do Paraná.

OBJETO: Aquisição de veículos, sendo para transporte sanitário de usuários do SUS e apoio às ações da Secretaria Municipal de Saúde, no município de Mallet/PR.

VALOR: Pelo serviço ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R$670.400,00 (seiscentos e setenta mil e quatrocentos reais).

PRAZO: A vigência deste contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá seu término 8 (oito) meses.

FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Publicado por:
Rafaely Cristiane Dessoy
Código Identificador:93CD4338

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.°188/2023

DATA DE ASSINATURA: 16 de dezembro de 2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MALLET, Estado do Paraná, CNPJ 75.654.566/0001-36, representado pelo Prefeito Municipal em exercício, senhor PEDRO KOWALCZYK.

CONTRATADA: SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, CNPJ 03.392.348/0001-60, domiciliada à Linha São Roque, S/N, Caixa Postal 77, Interior, no município de Chapecó, estado de Santa Catarina, representada pelo Administrador, senhor CRISTIAN PAULO KEHL BALBINOT, CPF 010.580.759-18, residente à Avenida Nereu Ramos, nº 1383-E, Edif. Trevisol, Bairro Centro, no município de Chapecó, estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração na Cláusula 2 do Contrato nº 188/2023, conforme determinações contidas na Cláusula 10 do mesmo contrato..

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS ALTERAÇÕES:
2.1. O prazo de vigência contratual inicialmente contratado recebe, através deste instrumento, acréscimo de 12 (doze) meses, conforme contido na Cláusula 10 do Contrato supramencionado, a contar do dia 24 de dezembro de 2025, encerrando-se em 24 de dezembro de 2026.
2.2. O valor inicialmente contratado recebe um acréscimo de R$190.984,80 (cento e noventa mil, novecentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos) visando cobrir as despesas referentes à prorrogação do contrato pelo período estabelecido no item acima.
ITEM 1 - DESCRIÇÃO: Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de saúde gerados pelas Unidades de Saúde de Mallet/PR. Unidade de medida: KG - R$ ATUAL: R$10.084 - R$ REAJUSTADO R$10,54.
2.3. Esse valor leva em consideração o quantitativo inicial do contrato, cujos valores unitários foram corrigidos pelo INPC acumulado entre os meses de novembro de 2024 a outubro de 2025, conforme estabelece a Cláusula 8 do Contrato 188/2023, passando estes a vigorar com os valores reajustados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Ficam ratificadas as demais condições expressas nas cláusulas do instrumento ora aditado, especialmente em relação aos valores unitários inicialmente pactuados, aos direitos e obrigações das partes e à legislação que o disciplina.

FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Publicado por:
Rafaely Cristiane Dessoy
Código Identificador:AA4AA233

SECRETARIAS MUNICIPAIS
PORTARIA N.º 001/2025

PORTARIA N.º 001/2025.

Determina o arquivamento do processo administrativo de sindicância sob n° 2466/2024.

O **Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos,** Reinaldo Trinco Neto, no uso de suas atribuições e, tendo em vista o disposto nos art. 145, Inc. I, da Lei Municipal nº 632/99,

CONSIDERANDO o contido nos autos de procedimento administrativo de sindicância n° 2466/2024;

CONSIDERANDO o relatório conclusivo da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE:

Art. 1°. DETERMINAR O ARQUIVAMENTO do Processo Administrativo de Sindicância sob n° 2466/2024, instaurado pela Portaria n° 002/2024/SMO, uma vez que ausentes elementos que demonstrassem dolo/culpa na atitude dos servidores municipais junto aos fatos analisados, com fundamento no art. 167, e art. 145, inc. I, ambos da Lei Municipal n° 632/99.

Parágrafo único. Remetam-se os autos à Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar para que lá seja arquivado.

Art. 2°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mallet, quarta-feira, 17 de dezembro de 2025.

REINALDO TRINCO NETO
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:86C8E04C

SECRETARIAS MUNICIPAIS
PORTARIA N.º 002/2025

PORTARIA N.º 002/2025.

Determina o arquivamento do processo administrativo de sindicância sob n° 2467/2024.

O **Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos**, Reinaldo Trinco Neto, no uso de suas atribuições e, tendo em vista o disposto nos art. 145, Inc. I, da Lei Municipal nº 632/99,

CONSIDERANDO o contido nos autos de procedimento administrativo de sindicância n° 2467/2024;

CONSIDERANDO o relatório conclusivo da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE:

Art. 1°. DETERMINAR O ARQUIVAMENTO do Processo Administrativo de Sindicância sob n° 2467/2024, instaurado pela Portaria n° 001/2024/SMO, uma vez que o caso em tela deve ser acompanhado pela Comissão de Saúde e Segurança do Trabalho, por se tratar de situação afeta a saúde de servidor público municipal, com fundamento no art. 167, e art. 145, inc. I, ambos da Lei Municipal n° 632/99.
Parágrafo único. Remetam-se os autos à Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar para que lá seja arquivado.

Art. 2°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mallet, quarta-feira, 17 de dezembro de 2025.

REINALDO TRINCO NETO
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:673EA493

SECRETARIAS MUNICIPAIS
PORTARIA N.º 003/2025

PORTARIA N.º 003/2025.

Determina o arquivamento do processo administrativo de sindicância sob n° 2468/2024.

O **Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos**, Reinaldo Trinco Neto, no uso de suas atribuições e, tendo em vista o disposto nos art. 145, Inc. I, da Lei Municipal nº 632/99,

CONSIDERANDO o contido nos autos de procedimento administrativo de sindicância n° 2468/2024;

CONSIDERANDO o relatório conclusivo da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE:

Art. 1°. DETERMINAR O ARQUIVAMENTO do Processo Administrativo de Sindicância sob n° 2467/2024, instaurado pela Portaria n° 003/2024/SMO, uma vez que o caso em tela deve ser acompanhado pela Comissão de Saúde e Segurança do Trabalho, por se tratar de situação afeta a saúde de servidor público municipal, com fundamento no art. 167, e art. 145, inc. I, ambos da Lei Municipal n° 632/99.

Parágrafo único. Remetam-se os autos à Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar para que lá seja arquivado.

Art. 2°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mallet, quarta-feira, 17 de dezembro de 2025.

REINALDO TRINCO NETO
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:AFC2A380

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

GABINETE DO PREFEITO
DECISÃO Nº 004/2025 - COMDEMA

DECISÃO Nº 004/2025
RECURSO VOLUNTÁRIO – REVISÃO DE PARECER DE VISTORIA EM ESPÉCIE ARBÓREA
PROCESSO Nº: 5896/2025
RECORRENTE: **WALDEMAR ROSSANEZE**
RELATOR: **LUCAS FRANCISCO RODRIGUES TOGNATO**

Recurso voluntário no Processo nº 5896/2025, referente a solicitação de vistoria em espécie arbórea (remoção) de uma árvore localizada em frente ao imóvel da requerente.
Considerando a decisão em primeira instância, a qual já passou por vistoria no Processo nº 2219/2025 e foi indeferida a solicitação.
Considerando os argumentos apresentados no recurso administrativo e os registros fotográficos da diligência realizada no local inseridos no processo em tela.
Fica entendido por unanimidade dos conselheiros presentes que não se mantém o parecer feito pela responsável técnica, uma vez que resta evidente um conjunto de fatores desfavorável à manutenção do indivíduo arbóreo, sendo: a inclinação da árvore no sentido da via e de um dos lados da calçada, somados à poda inadequada de raízes no limite entre o meio-fio e a via; a altura da árvore, estimada em 13 (treze) metros, somada à um dos galhos da copa projetado sobre a via; danos no passeio causados pelo sistema radicular; e, ausência de área permeável mínima.
Acordam os presentes conselheiros do COMDEMA, a conhecer e **CONCEDER-LHE provimento do requerimento**, condicionado à devida compensação da arbórea a ser retirada, prévia, integral, a ser aferida por profissional competente.
Participaram do julgamento do recurso o Presidente do COMDEMA, Fagner Paulo da Silva, e os Conselheiros, Cláudio Vicente de Faria Junior, Lucas Francisco Rodrigues Tognato e Moacyr Firmino da Rocha Junior.
Mandaguari, 16 de dezembro de 2025 (Data do julgamento).

LUCAS FRANCISCO RODRIGUES TOGNATO
Conselheiro-Relator

FAGNER PAULO DA SILVA
Presidente do Conselho

Publicado por:
Ana Paula Ferreira
Código Identificador:0DE575D2

GABINETE DO PREFEITO
DECISÃO Nº 005/2025 - COMDEMA

DECISÃO Nº 005/2025
RECURSO VOLUNTÁRIO – REVISÃO DE PARECER DE VISTORIA EM ESPÉCIE ARBÓREA
PROCESSO Nº: 6723/2025
RECORRENTE: **DIRCE DA CRUZ SILVA**
RELATOR: **LUCAS FRANCISCO RODRIGUES TOGNATO**

Recurso voluntário no Processo nº 6723/2025, referente a solicitação de vistoria em espécie arbórea (remoção) de uma árvore localizada em frente ao imóvel da requerente.
Considerando a decisão em primeira instância, a qual já passou por vistoria no Processo nº 470/2025 e foi indeferida a solicitação.
Considerando os argumentos apresentados no recurso administrativo e os registros fotográficos da diligência realizada no local inseridos no processo em tela.
Fica entendido por unanimidade dos conselheiros presentes que não se mantém o parecer feito pela responsável técnica, uma vez que resta evidente a constatação de uma rachadura que vai da base do tronco da árvore na direção do muro, e na mesma direção apresenta trinca do muro da parte inferior até a superior por expansão do solo, sendo possível observar ondulação do muro no local. Ademais, há o desatendimento às dimensões mínimas de acessibilidade, haja vista que a calçada possui largura total de aproximadamente 2 (dois) metros enquanto o passeio possui largura menor que 1,20 (um vírgula vinte) metros.
Acordam os presentes conselheiros do COMDEMA, a conhecer e **CONCEDER-LHE provimento do requerimento**, condicionado à devida compensação da arbórea a ser retirada, prévia, integral, a ser aferida por profissional competente.
Participaram do julgamento do recurso o Presidente do COMDEMA, Fagner Paulo da Silva, e os Conselheiros, Cláudio Vicente de Faria Junior, Lucas Francisco Rodrigues Tognato e Moacyr Firmino da Rocha Junior.
Mandaguari, 16 de dezembro de 2025 (Data do julgamento).

LUCAS FRANCISCO RODRIGUES TOGNATO
Conselheiro-Relator

FAGNER PAULO DA SILVA
Presidente do Conselho

Publicado por:
Ana Paula Ferreira
Código Identificador:3A04C467

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 568/2025 - NOMEIA E DÁ POSSE A PESSOA APROVADA EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS

DECRETO Nº 568/2025

Súmula: Nomeia e dá posse a pessoa aprovada em Processo Seletivo Simplificado - PSS, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada e empossada a pessoa abaixo relacionada, aprovada por cargo de classificação, a saber:

NOME	ADMISSÃO	CARGO: PSS
JULIANA CORREIA	17/12/2025	ENFERMEIRO EM TURNO DE REVEZAMENTO TEMPORÁRIO

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à respectiva data de admissão.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo sétimo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco (17/12/2025).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Paula Ferreira
Código Identificador:DE816353

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 396/2025 - CONVOCAÇÃO DOS CLASSIFICADOS ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL N º. 396/2025

CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 396/2024

Dispõe sobre a convocação dos classificados através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

A Convocação dos candidatos abaixo relacionados a comparecerem no Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munidos dos documentos, com vista a assumirem a vaga para o cargo no qual foram aprovados no PSS aberto através do Edital nº 396/2024. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 018/2025.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM 40 HRS

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
07	ANGELA PATRICIA DE SOUZA	3,7

Mandaguari, 17 de dezembro de 2025.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Paula Ferreira
Código Identificador:04A14991

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 397/2025 - CONVOCAÇÃO DOS CLASSIFICADOS ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL N º. 397/2025

CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 035/2025

Dispõe sobre a convocação dos classificados através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

A Convocação dos candidatos abaixo relacionados a comparecerem no Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munidos dos documentos, com vista a assumirem a vaga para o cargo no qual foram aprovados no PSS aberto através do Edital nº 246/2025. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 271/2025.

FISIOTERAPEUTA 20H

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
2º	LILIAN BORIN	49

Mandaguari, 17 de dezembro de 2025.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Paula Ferreira
Código Identificador:F50CA0C6

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 4278/2025 - ANEXOS

Lei Ordinária Nº 4278/2025

Ementa: Dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária, e normas de execução financeira a serem executadas pelo Município de Mandaguari, no exercício de 2026, e dá outras providências.

ANEXOS:

Anexo I – ANEXO DE METAS E PRIORIDADES. Disponível em: https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:d7309539-684a-4e9f-b849-7524c30b51d5

Anexo II – ANEXO DE METAS E PRIORIDADES CONSOLIDADO. Disponível em: https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:5d22eea9-50e7-446d-8bad-1aa3f2ef7c77

Publicado por:
Ana Paula Ferreira
Código Identificador:AC7039D8

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 4422/2025 - DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL - PPA 2026-2029 ANEXOS

Lei Ordinária Nº 4422/2025

Ementa: Dispõe sobre o Plano Plurianual - PPA do Município de Mandaguari para o período de 2026-2029.

ANEXOS:

Anexo I – PPA - CONFERÊNCIA DAS DESPESAS CONSOLIDADO. Disponível em: https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:5c3df1d9-7bff-43a3-a845-3a570138cbb5

Anexo II – PPA - CONFERÊNCIAS DAS RECEITAS. Disponível em: https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:d1a7d212-4b6f-44fd-8d1a-366db9dd6aca

Anexo III – PPA - CONFERÊNCIAS DAS RECEITAS CONSOLIDADO. Disponível em: https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:65e2ead8-a228-4160-8c25-c07c40e99bb7

Anexo IV – PPA - PROGRAMAS FINALÍSTICOS E DE APOIO ADMINISTRATIVO. Disponível em: https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:9ef95427-6435-4634-821f-5bd44a6d23f9

Anexo V – PPA - PROGRAMAS FINALÍSTICOS E DE APOIO ADMINISTRATIVO CONSOLIDADO. Disponível em: https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:65ebd574-da35-4e53-82dd-b36747fce1ac

Anexo VI – PPA - CONFERÊNCIA DAS DESPESAS. Disponível em: https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:ea4f23dc-f877-4035-b570-565a107e5c63.

Publicado por:
Ana Paula Ferreira
Código Identificador:6FBBB069

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 129/2025 - CONCEDE REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA PÚBLICA

PORTARIA Nº. 129/2025

Súmula: Concede redução de carga horária de servidora pública, por período parcial, para tratamento de saúde de familiar, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari em exercício, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder redução de carga horária a pedido da servidora concursada GLAUCIA VALERIA MARINI, matrícula 96200, do cargo de Auxiliar Administrativo, subordinada à Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Gestão.

Art. 2º A redução de carga horária será em período parcial, sem prejuízo da remuneração, com redução de 50%.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Gestão através do Departamento de Recursos Humanos adotará as providências decorrentes do presente ato, inclusive no que se refere aos registros, anotações e comunicações legais.

Art. 4º Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11/12/2025.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo sétimo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco (17/12/2025).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Paula Ferreira
Código Identificador:0B6E2194

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 130/2025 - CONCEDE REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA PÚBLICA

PORTARIA Nº. 130/2025

Súmula: Concede redução de carga horária de servidora pública, por período parcial, para tratamento de saúde de familiar, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari em exercício, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder redução de carga horária a pedido da servidora concursada JOANA D´ARC DA SILVA CUNHA, matrícula 2365, do cargo de Educador Infantil, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A redução de carga horária será em período parcial, sem prejuízo da remuneração, com redução de 50%.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Gestão através do Departamento de Recursos Humanos adotará as providências decorrentes do presente ato, inclusive no que se refere aos registros, anotações e comunicações legais.

Art. 4º Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo sétimo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco (17/12/2025).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Paula Ferreira
Código Identificador:A88344CD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 131/2025 - INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

PORTARIA Nº. 131/2025

Súmula: Instaura Processo Administrativo Disciplinar, nomeia os membros para compor a respectiva comissão, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais, com fundamento no disposto na Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica Municipal e Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Mandaguari – Lei n°. 611/2001, Lei nº. 3.204/2018 e Lei n° 1.327/2008.

CONSIDERANDO que a atual Administração Municipal tem primado em seu desempenho pelos princípios constitucionais da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e da eficiência, bem assim a economicidade e a razoabilidade;

CONSIDERANDO o dever que a Administração possui de apurar minuciosamente todas as irregularidades e ilegalidades ocorridas em seu âmbito; e

CONSIDERANDO, outrossim, que a Administração age, exclusivamente, no interesse público, com absoluta lisura e transparência em todos os seus atos,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, nos termos da Lei n°. 611/2001 e da Lei nº. 3.204/2018 em desfavor da servidora **B.S.S**, com a finalidade de apurar os fatos

apontados no Comunicado Interno n° 208/2025, tendo em vista a suposta conduta merecedora de apuração que lhe é atribuída, para verificar a existência de infração aos deveres e proibições do servidor público.

Art. 2º Para abertura do Procedimento Administrativo e apuração dos fatos, fica designada a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos seguintes servidores:

Presidente: Juliana Cristiane Donha**,** cargo auxiliar administrativo, escolaridade ensino superior completo, matrícula 10649, lotação Sms - Sec. Saude;

Membro: Ronaldo Jacinto Julião**,** cargo motorista cat. D, escolaridade ensino médio completo, matrícula 95287, lotação Smecel - Módulo/Transp. Escolar;

Membro: Paulo Sergio de Oliveira**,** cargo matorista cat. D,escolaridade ensino médio completo, matrícula 10776, lotação Smecel - Módulo/Transp. Escolar.

§1º A comissão, sempre que necessário, dedicará todo o tempo do expediente dos trabalhos ao Processo Administrativo Disciplinar.
§2º O presidente deve dar cumprimento à instauração dos procedimentos necessários para verificar os fatos descritos no Comunicado Interno n° 208/2025.

Art. 3º A Comissão processante deve observar o rito previsto no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Mandaguari – Lei n°. 611/2001 e Lei nº. 3.204/2018, em especial o art. 145 e seguintes das referidas Leis conjuntas.

Art. 4º A instrução probatória observará o disposto na Lei n°. 611/2001 e na Lei nº. 3.204/2018.

Art. 5º Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como poderá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 6º A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão de seus trabalhos e emitir o relatório final, permitindo-se, excepcionalmente, sua prorrogação, nos termos do art. 146 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Mandaguari.

Art. 7º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo sétimo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco (17/12/2025).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Paula Ferreira
Código Identificador:1933B425

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 132/2025 - INSTAURA PROCESSO DE SINDICÂNCIA DISCIPLINAR

PORTARIA Nº. 132/2025

Súmula: Instaura Processo de Sindicância Disciplinar, nomeia os membros para compor a respectiva comissão, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais, com fundamento no disposto na Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica Municipal e Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Mandaguari – Lei n°. 611/2001, Lei nº. 3.204/2018 e Lei n°. 1.327/2008;

CONSIDERANDO que a atual Administração Municipal tem primado em seu desempenho pelos princípios constitucionais da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e da eficiência, bem assim a economicidade e a razoabilidade;

CONSIDERANDO o dever que a Administração possui de apurar minuciosamente todas as irregularidades e ilegalidades ocorridas em seu âmbito; e

CONSIDERANDO, outrossim, que a Administração age, exclusivamente, no interesse público, com absoluta lisura e transparência em todos os seus atos,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo de Sindicância Disciplinar, nos termos da Lei n°. 611/2001 e da Lei nº. 3.204/2018 em desfavor da servidora **R.E.P**., com a finalidade de apurar os fatos apontados no **Comunicado Interno n° 333/2025**, tendo em vista a suposta conduta merecedora de apuração que lhe é atribuída, para verificar a existência de infração aos deveres e proibições do servidor público.

Art. 2º Para abertura do Procedimento Administrativo e apuração dos fatos, fica designada a Comissão de Sindicância Disciplinar, composta pelos seguintes servidores:

Presidente: Juliana Cristiane Donha**,** cargo auxiliar administrativo, escolaridade ensino superior completo, matrícula 10649, lotação Sms - Sec. Saude;

Membro: Vilmara Gouveia Pereira, cargo assistencia social – ensino superior completo, matrícula 95026, lotação Smas - Familia Acolhedora;

Membro: Maria Estela Flora Bossato, cargo assistencia social – ensino superior completo, matrícula 95917, lotação Smas – Creas.

§1º A comissão, sempre que necessário, dedicará todo o tempo do expediente dos trabalhos à Sindicância Disciplinar.
§2º O presidente deve dar cumprimento à instauração dos procedimentos necessários para verificar os fatos descritos no **Comunicado Interno n° 333/2025.**

Art. 3º A Comissão processante deve observar o rito previsto no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Mandaguari – Lei n°. 611/2001 e Lei nº. 3.204/2018, em especial o art. 144 e seguintes das referidas Leis conjuntas.

Art. 4º A instrução probatória observará o disposto na Lei n°. 611/2001 e na Lei nº. 3.204/2018.

Art. 5º Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como poderá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 6º A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão de seus trabalhos e emitir o relatório final, permitindo-se, excepcionalmente, sua prorrogação, nos termos do art. 144 – B do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Mandaguari.

Art. 7º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo sétimo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco (17/12/2025).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Paula Ferreira
Código Identificador:B723718A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 135/2025 - CONCEDE LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO DE FAMILIAR DOENTE

PORTARIA Nº. 135/2025

Súmula: Concede *Licença para Acompanhamento de Familiar Doente* à servidora pública municipal GLAUCIA VALERIA MARINI, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

Considerando o disposto na Lei Complementar Nº. 2.136/2013, de 17/05/2013,
RESOLVE:

Art. 1º Concede *Licença para Acompanhamento de Familiar Doente*, com vencimentos, pelo período de **08 de dezembro de 2025 a 21 de janeiro de 2026**, à servidora pública municipal ***96200 - GLAUCIA VALERIA MARINI***, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo.

Art. 2º Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo sétimo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco (17/12/2025).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Paula Ferreira
Código Identificador:B1546F1A

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 121/2025-PMM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 288/2025-PMM

AMPLA CONCORÊNCIA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE HORAS/CAMINHÃO GUINDAUTO HIDRÁULICO (MUNCK) COM MOTORISTA/OPERADOR, COMBUSTÍVEL E TODA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:00 horas do dia 16/01/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09h00min do dia 16/01/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 16/01/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: http://compras.gov.br/

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item.

INFORMAÇÕES:
Endereço: Avenida Amazonas, nº 500 – Mandaguari– Pr.
Telefone: (44) 3233-8422 ou pelo e-mail: licitacao@mandaguari.pr.gov.br.

Mandaguari-PR, 17 de dezembro de 2025.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:76084C97

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 122/2025-PMM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 289/2025-PMM
PROCESSO LICITATÓRIO DESTINADO EXCLUSIVAMENTE À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MEI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DOS ITENS DESERTADOS EM PROCESSO LICITATÓRIO ANTERIOR, DE NATUREZA ALIMENTÍCIA E DE HIGIENE.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:00 horas do dia 16/01/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09h00min do dia 16/01/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 16/01/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: **BLL COMPRAS.**

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote.

INFORMAÇÕES:
Endereço: Avenida Amazonas, nº 500 – Mandaguari– Pr.
Telefone: (44) 3233-8422 ou pelo e-mail: licitacao@mandaguari.pr.gov.br.

Mandaguari-PR, 17 de dezembro de 2025.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:093AB099

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 123/2025-PMM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 290/2025-PMM

PROCESSO LICITATÓRIO DESTINADO EXCLUSIVAMENTE À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MEI
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE CAÇAMBAS ESTACIONÁRIAS DESTINADAS AO RECOLHIMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS INERTES E VOLUMOSOS (COMO MADEIRA, PLÁSTICOS RÍGIDOS, METAIS, ENTULHOS E SIMILARES), GERADOS NO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:00 horas do dia 16/01/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09h00min do dia 16/01/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 16/01/2026.
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: http://compras.gov.br/

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item.

INFORMAÇÕES:
Endereço: Avenida Amazonas, nº 500 – Mandaguari– Pr.
Telefone: (44) 3233-8422 ou pelo e-mail: licitacao@mandaguari.pr.gov.br.

Mandaguari-PR, 17 de dezembro de 2025.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:5E1A6194

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 124/2025-PMM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 292/2025-PMM

PROCESSO LICITATÓRIO DESTINADO EXCLUSIVAMENTE À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MEI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE TOTENS ELETRÔNICOS COM SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE SENHAS E FILAS E AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE TOTEN DE IDENTIFICAÇÃO PREMIUM PARA ÁREA EXTERNA DAS UBS, EM ATENDIMENTO A SECRETÁRIA DE SAÚDE DE MANDAGUARI.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:00 horas do dia 16/01/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09h00min do dia 16/01/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 16/01/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: http://compras.gov.br/

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item.

INFORMAÇÕES:
Endereço: Avenida Amazonas, nº 500 – Mandaguari– Pr.
Telefone: (44) 3233-8422 ou pelo e-mail: licitacao@mandaguari.pr.gov.br.

Mandaguari-PR, 17 de dezembro de 2025.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:5F8900D8

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 444/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90/ 2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: CIRURGICA PARANAVAI - EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 30.766.874/0001-15, com endereço na AV, PRESIDENTE TANCREDO NEVES Nº 640, 198, VILA SAO VICENTE, CEP: 87709-180, na cidade de PARANAVAI/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **ALEX DIAS DAMINELLI**, inscrito no CPF sob o nº. 069.543.129-32.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, CAPS, SAMU, LABORATÓRIO E DEMAIS SETORES LIGADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

VALOR: 1.319,40.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 3 de Dezembro de 2025.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

ALEX DIAS DAMINELLI
Cirurgica Paranavai – EIRELI - EPP

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:481EA0AC

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 461/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90/ 2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.
CONTRATADO: M C W PROD MEDICOS E HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 94.389.400/0001-84, com endereço na RODOVIA RSC 287, Km 109+500, S/N, INDUSTRIAL, CEP: 96880-000, na cidade de Vera Cruz/RS, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **GUIDO ADAO LAMBERT**, inscrito no CPF sob o nº. 218.793.970-72.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, CAPS, SAMU, LABORATÓRIO E DEMAIS SETORES LIGADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

VALOR: 4.265,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 3 de Dezembro de 2025.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

GUIDO ADAO LAMBERT
M C W Prod Medicos e Hospitalares LTDA

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:00E8B0FE

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 463/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90/ 2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: METROMED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 83.157.032/0001-22, com endereço na ESTRADA BOA ESPERANÇA, 1918, Fundo Canoas, CEP: 89163-920, na cidade de Rio do Sul/SC, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **HELENA MARIA WOITEXEN**, inscrito no CPF sob o nº. 684.532.649-53.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, CAPS, SAMU, LABORATÓRIO E DEMAIS SETORES LIGADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

VALOR: 15.440,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 3 de Dezembro de 2025.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

HELENA MARIA WOITEXEN
Metromed Comercio de Material Medico Hospitalar LTDA

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:129B9D98

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 490/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/ 2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: TEROS COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 24.565.507/0001-50, com endereço na Joao Chagas Ortins de Freitas, 577, BURAQUINHO, CEP: 42710-610, na cidade de Lauro de Freitas/BA, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **ELCICLEI DE ALMEIDA DAMASCENO inscrito no CPF 048.495.365 - 65, portador da Cédula de Identidade nº 13.306.836-68 SSP/BA.**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.

VALOR: 70.842,90.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 4 de Dezembro de 2025.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

ELCICLEI DE ALMEIDA DAMASCENO
Teros Comercio e Servicos de Informatica LTDA

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:27FB8538

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 496/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 83/ 2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: ACHEI INDÚSTRIA DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 08.221.047/0001-97, com endereço na AUTORAMA, 100, CATALAO, CEP: 35501-221, na cidade de DIVINOPOLIS/MG, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor ALESSANDRO DIMAS RODRIGUES, inscrito no CPF sob o nº. 887.088.026-53.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS A FIM DE SEREM UTILIZADOS NAS DEPENDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

VALOR: 155.406,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 4 de Dezembro de 2025.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

ALESSANDRO DIMAS RODRIGUES
Achei Indústria de Móveis Para EscritórioLTDA

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:89F8B476

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 497/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 83/ 2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: AM SPECIAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 30.779.864/0001-14, com endereço AVENIDA PROFESSOR MARIO, BAIRRO BURITIS, LOJA P03, CEP: 30575-180, na cidade de BELO HORIZONTE-MG, neste ato representada pelo seu

representante legal, a Senhora **ALINE BATISTA MARRA**, inscrito no CPF sob o nº. 061.379.476-10.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS A FIM DE SEREM UTILIZADOS NAS DEPENDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

VALOR: 56.100,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 4 de Dezembro de 2025.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

ALINE BATISTA MARRA
Am Special LTDA

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:93EC43CA

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 499/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 83/ 2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: BICKI MOVEIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 61.924.335/0001-90, com endereço na RUA MARECHAL DEODORO FONSECA, VILA DIVA, CEP: 84560-000, na cidade de Rio Azul/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **CEZAR SLABICKI**, inscrito no CPF sob o nº. 094.692.529-18.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS A FIM DE SEREM UTILIZADOS NAS DEPENDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

VALOR: 106.794,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 4 de Dezembro de 2025.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

CEZAR SLABICKI

Bicki Moveis LTDA

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:3EF00B2F

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 511/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 83/ 2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: EMPORIUM STORE LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 38.476.082/0001-18, com endereço na RUA DOUTOR ANTÔNIO FÉLIX DE BULHÕES, 634, BAIRRO CRIMEIA OESTE, CEP: 74563-120 , na cidade de GOIÂNIA/GO, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **HENRIQUE ROCHA DAVID DE SOUSA** inscrito no CPF sob o nº. 041.755.711-67.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS A FIM DE SEREM UTILIZADOS NAS DEPENDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

VALOR: 242.532,02.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 4 de Dezembro de 2025.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

HENRIQUE ROCHA DAVID DE SOUSA
Emporium StoreLTDA

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:FDFDD446

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 513/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 83/ 2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: FRANCIELE ELETRO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 47.646.580/0001-52, com na Rua João Machado, 143, Centro, CEP: 89247-000, na cidade de Balneário Barra de Sul/SC, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **FRANCIELE FORMIGARI**, inscrito no CPF sob o nº. 073.337.809-96.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS A FIM DE SEREM UTILIZADOS NAS DEPENDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

VALOR: 143.770,00.
FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 4 de Dezembro de 2025.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

FRANCIELE FORMIGARI
Franciele Eletro LTDA

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:EBE00D30

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 514/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 83/ 2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: GVS COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 01.795.543/0001-05, com endereço na RUA ALEXANDRE FLEMING, 583, 0, JARDIM ALVORADA, CEP: 87035-250, na cidade de MARINGÁ/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, a Senhora **IZADORA BARROS DOS SANTOS**, inscrito no CPF sob o nº. 121.207.599-44.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS A FIM DE SEREM UTILIZADOS NAS DEPENDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

VALOR: 79.254,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 4 de Dezembro de 2025.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

IZADORA BARROS DOS SANTOS
GVS Comércio e Indústria de Móveis LTDA

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:FB15F84E

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 515/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 83/ 2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: HD COMÉRCIO ELETRÔNICO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 36.428.542/0001-07, com na RODOVIA BR-470, BAIRRO VALADA ITOUPAVA, SALA 7, CEP: 89162-875, na cidade de RIO DO SUL-SC, neste ato representada pelo seu representante legal, a Senhora **VANESSA NISELI DOROW DALFOVO**, inscrito no CPF sob o nº. 057.111.759-71.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS A FIM DE SEREM UTILIZADOS NAS DEPENDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

VALOR: 11.475,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 4 de Dezembro de 2025.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

VANESSA NISELI DOROW DALFOVO
HD Comércio Eletrônico LTDA

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:E8D9B6C6

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 532/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 83/ 2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: R.A HERNANDES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 08.148.745/0001-04, com endereço na Rua Francisco Cotini, Jardim Itaipu, 280, CEP: 16096-270, na cidade de Presidente Prudente/SP, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **ROSILENE APARECIDA HERNANDES**, inscrito no CPF sob o nº. 224.135.188-19.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS A FIM DE SEREM UTILIZADOS NAS DEPENDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

VALOR: 40.000,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 4 de Dezembro de 2025.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

ROSILENE APARECIDA HERNANDES
R.A Hernandes LTDA

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:5098D4FF

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 536/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 83/ 2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: SAMUEL PADOVAM - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.808.628/0001-31, com endereço na RUA DAS CASTANHEIRAS, 200, JARDIM SÃO PEDRO, CEP: 13187-065, na cidade de HORTOLÃNDIA/SP, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **EDSON BATISTELA JÚNIOR**, inscrito no CPF sob o nº. 369.964.578-90

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS A FIM DE SEREM UTILIZADOS NAS DEPENDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

VALOR: 12.740,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 4 de Dezembro de 2025.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

EDSON BATISTELA JÚNIOR
Samuel Padovam -ME

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:847335B8

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 537/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 83/ 2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: SONE COMÉRCIO ATACADISTA DE MULTIPRODUTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 42.339.589/0001-05, com endereço na Governador Mario Covas, 10600, Serra do Anil, CEP: 29147-030, na cidade de Cariacica/ES, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **JANALVA MUNIQUE SAMPAIO ALVES ROSA**, inscrito no CPF sob o nº. 035.088.066-26.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS A FIM DE SEREM UTILIZADOS NAS DEPENDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

VALOR: 75.539,50.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 4 de Dezembro de 2025.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

JANALVA MUNIQUE SAMPAIO ALVES ROSA
Sone Comércio Atacadista de Multiprodutos LTDA

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:01B6917A

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 545/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/ 2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra**. IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.919.051/0001-63, com endereço na Rua Terra Rica, 42, São Cristóvão, CEP: 83040-260, na cidade de São José dos Pinhais/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **MAURÍCIO TALASESCO SOARES**, inscrito no CPF sob o nº. 860.009.349-04.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE CAIXAS TÉRMICAS COM TERMÔMETRO DIGITAL, CADERNETAS DE SAÚDE MENINO/MENINA E CARTÃO DE VACINAÇÃO ADULTO.

VALOR: 15.890,95.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 4 de Dezembro de 2025.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

MAURÍCIO TALASESCO SOARES
Gráfica Alta Definição LTDA

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:8B67B982

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 546/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/ 2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra**. IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: M. F. DA SILVA CONSTRUCOES ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 85.093.433/0001-91, com endereço na KAKOGAUA, 285, GLEBA PATRIMONIO MARINGA, CEP: 87025-000, na cidade de MARINGA/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **MOACIR DE FREITAS DA SILVA**, inscrito no CPF sob o nº. 572.234.679-91.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE CAIXAS TÉRMICAS COM TERMÔMETRO DIGITAL, CADERNETAS DE SAÚDE MENINO/MENINA E CARTÃO DE VACINAÇÃO ADULTO.

VALOR: 13.950,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 4 de Dezembro de 2025.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

MOACIR DE FREITAS DA SILVA
M. F. Da Silva Construcoes ME

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:762B6345

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 549/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 95/ 2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: WBD COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 57.412.964/0001-64, com endereço na Avenida Brig Faria Lima, 1811, Sala esc, Jardim Paulistano, 1119, CEP: 01452-001, na cidade de São Paulo/SP, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **WILLIAN BERTON DALZOTTO**, inscrito no CPF sob o nº. 088.039.709-83.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LIVROS DE LITERATURA INFANTIL E INFANTOJUVENIL PARA USO DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, PRÉ-ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

VALOR: 784,25.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 9 de Dezembro de 2025.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

WILLIAN BERTON DALZOTTO
Wbd Comercio e Representacao LTDA

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:AB2BF02F

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 566/2025

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 81/ 2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: SOCIEDADE BENEFICENTE CRISTO REI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.194.783/0001-17, com endereço na PRESIDENTE VARGAS, 480, CENTRO, CEP: 86975-000, na cidade de MANDAGUARI/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **BRUNO CALIXTO OLIVATO**, inscrito no CPF sob o nº. 082.788.919-40.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA SOCIEDADE BENEFICENTE CRISTO REI, ENTIDADE BENEFICENTE HABILITADA NO PMAE, PARA A EXECUÇÃO DAS OFERTAS DE CUIDADO INTEGRAL (OCIS) EM GINECOLOGIA, CONFORME PACTUAÇÃO REGIONAL APROVADA PARA O MUNICÍPIO DE MANDAGUARI E DEMAIS MUNICÍPIOS DA 15ª REGIONAL DE SAÚDE, EM CONFORMIDADE COM A PORTARIA GM/MS Nº 7.273/2025.

VALOR: 132.069,60.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 9 de Dezembro de 2025.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

BRUNO CALIXTO OLIVATO
Sociedade Beneficente Cristo Rei

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:A6F68872

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 567/2025

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 82/ 2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: SOCIEDADE BENEFICENTE CRISTO REI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.194.783/0001-17, com endereço na PRESIDENTE VARGAS, 480, CENTRO, CEP: 86975-000, na cidade de MANDAGUARI/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **BRUNO CALIXTO OLIVATO**, inscrito no CPF sob o nº. 082.788.919-40.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA SOCIEDADE BENEFICENTE CRISTO REI, PARA A REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS ELETIVAS EM OTORRINOLARINGOLOGIA, INCLUINDO AMIGDALECTOMIAS, ADENOIDECTOMIAS, SEPTOPLASTIAS E TURBINECTOMIAS, CONFORME DEMANDA DA FILA MUNICIPAL E RECURSOS DESTINADOS PELA DELIBERAÇÃO CIB/PR Nº 045/2025.

VALOR: 100.000,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 9 de Dezembro de 2025.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

BRUNO CALIXTO OLIVATO
Sociedade Beneficente Cristo Rei

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:3B07E610

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 572/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 98/ 2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: DIVINO DE OLIVEIRA RODRIGUES EQUIPAMENTOS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 51.049.397/0001-47, com endereço na ROMARIO MARTINS, 373, CENTRO, CEP: 86975-000, na cidade de MANDAGUARI/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **DIVINO DE OLIVEIRA RODRIGUES**, inscrito no CPF sob o nº. 480.819.499-68.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO E FORNECIMENTO DE CRACHÁS DE IDENTIFICAÇÃO PERSONALIZADOS, EM PVC, COM IMPRESSÃO COLORIDA, FRENTE E VERSO, INCLUINDO, QUANDO NECESSÁRIO, ACESSÓRIOS

(CORDÕES, SUPORTES, PRESILHAS E CAPAS PROTETORAS), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS E DEMAIS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI.

VALOR: 19.866,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 11 de Dezembro de 2025.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

DIVINO DE OLIVEIRA RODRIGUES
Divino de Oliveira Rodrigues Equipamentos

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:BEA3E2D0

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 573/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 102/ 2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: DIVINO DE OLIVEIRA RODRIGUES EQUIPAMENTOS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 51.049.397/0001-47, com endereço na ROMARIO MARTINS, 373, CENTRO, CEP: 86975-000, na cidade de MANDAGUARI/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **DIVINO DE OLIVEIRA RODRIGUES**, inscrito no CPF sob o nº. 480.819.499-68.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE RELÓGIO PONTO, BOBINA TÉRMICA, E SERVIÇOS DE HORAS TÉCNICAS PARA MANUTENÇÃO DE RELÓGIO PONTO.

VALOR: 79.995,95.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 11 de Dezembro de 2025.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

DIVINO DE OLIVEIRA RODRIGUES
Divino de Oliveira Rodrigues Equipamentos

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:6485DC82

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 577/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 105/ 2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: VISK SERVICE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 61.117.021/0001-86, com endereço Rua Iapó, 398, Jardim São Miguel, CEP: 85857-650, na cidade de Foz do Iguaçu/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, a Senhora **Jessica Gabrielly Pereira Lesovski**, inscrito no CPF sob o nº. 132.238.009-05.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BOMBEIRO PROFISSIONAL CIVIL/BRIGADISTA A SEREM UTILIZADOS NOS EVENTOS MUNICIPAIS REALIZADOS PELA PREFEITURA DE MANDAGUARI.

VALOR: 10.350,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 15 de Dezembro de 2025.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

JESSICA GABRIELLY PEREIRA LESOVSKI
VISK Service Servicos Terceirizados LTDA

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:663FDED5

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 153/2025

DISPENSA Nº 60/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: LS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 57.111.717/0001-28, com endereço na DAS TORRES, 2310, TRÊS LAGOAS, CEP: 87075-857, na cidade de MARINGA/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor LEANDRO DA SILVA SERRA, portador da Cédula de Identidade RG nº /, e inscrito no CPF sob o nº. 034.900.352-16.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE TESTES RÁPIDOS DE GRAVIDEZ E DE IMPLANTES SUBDÉRMICOS DE ETONOGESTREL 68 MG, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE PACIENTES CADASTRADAS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS) DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI.

VALOR: 3.176,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 11 de Dezembro de 2025.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

LEANDRO DA SILVA SERRA
LS Distribuidora de Medicamentos e Material Hospitalar LTDA

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:AAC775E8

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO CONTRATUAL

CONTRATO Nº 159/2023
PREGÃO ELETRÔNICO N. 82/2023
PROCESSO N. 177/2023

O MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, Estado do Paraná pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, 500 centro, no Município de Mandaguari – Estado do Paraná, inscrita no CNPJ./M.F. n.º 76.285.345/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções o **Sra. IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portadora do RG nº 4.291.301-4 e CPF/MF nº 539.360.609-59, brasileira, casada, residente e domiciliado nesta cidade, residente e domiciliado nesta cidade, e a **CONTRATANTE**, a pessoa jurídica **DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 04.915.134/0001-93, com endereço na Avenida Higienópolis, 32, Centro, CEP: 86.020-080, na cidade de Londrina/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor AGOSTINHO DE REZENDE, inscrito no CPF sob o nº. 364.338.379-72, têm justo e acertado o presente Termo Aditivo de prorrogação de prazo contratual, nos termos do Pregão nº 82/2023, bem como pela legislação vigente em a Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica prorrogado o prazo de vigência e execução do Contrato n° 159/2023, referente ao Pregão Eletrônico 82/2023, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 15/12/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA
Fica reajustado de acordo com índice IPCA-E (IBGE) (cálculo em anexo) e solicitação da secretaria, conforme tabela abaixo:

Lote: 13
Descrição: LICENÇA DE USO DA PLATAFORMA WEB NO FORMATO SAAS.
Unidade: Mês
Quantidade: 12
Valor Unitário: R$20.721,75
Valor Total: R$248.661,00

CLÁUSULA TERCEIRA
Permanecem inalteradas as demais disposições.
Mandaguari (PR), 15 de Dezembro de 2025.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

AGOSTINHO DE REZENDE
Drz Geotecnologia e Consultoria LTDA

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:4E2FF5EA

SECRETARIA DE SAÚDE
RESOLUÇÃO 095/2025 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - REPUBLICAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 95/2025 de 17 de dezembro de 2025 do Conselho Municipal de Saúde do Município de Mandaguari.

Dispõem sobre as conclusões acerca e APROVA A ATUALIZAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE (2025) da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Mandaguari/PR, e prescreve as providências que enumera.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde Gestão 2016/2019 de MANDAGUARI, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n° 8.080 de 19/09/90, Lei Federal n° 8.142 de 28/12/90 e pela Lei Municipal n° 2.187 de 11/09/13;
Considerando o art. 77, § 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000;
Considerando o inciso IV do art. 4° da Lei Federal n° 8.142 de 28 de dezembro de 1990, o qual determina que para receber os Recursos do Fundo Nacional de Saúde, os municípios deverão elaborar o Relatório de Gestão;
Considerando o § 4º do art. 33, da Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Orgânica da Saúde;
Considerando a Portaria do Ministério da Saúde, nº 53 de 16 de Janeiro de 2013;
Considerando a Portaria do Ministério de Saúde n° 2.135 de 25 de setembro de 2013, que estabelece diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e demais normas correlacionadas ao Pacto de Gestão SUS

Resolve:
Art. 1º - APROVA A ATUALIZAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE (2025).
Art. 2° - Esta Resolução será validada na data de sua publicação.

Mandaguari, 17 de dezembro de 2025.

MIZAEL DA CUNHA
Presidente do Conselho Municipal Saúde

ADEMILSON GREGÓRIO MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal de Mandaguari

Homologo a resolução nº 95/2025, nos termos do § 2o art.1o da Lei Federal no 8.142 de 28/12/90

Publicado por:
Aparecida de Lourdes Rodrigues
Código Identificador:CFBCEECD

SECRETARIA DE SAÚDE
RESOLUÇÃO 096/2025 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - REPUBLICAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 96/2025 de 17 de dezembro de 2025 do Conselho Municipal de Saúde do Município de Mandaguari.

Dispõem sobre as conclusões acerca e APROVA A ATUALIZAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE (2025) PARA TRANSFERÊNCIA E TRASPOSIÇÃO DOS SALDOS REMANESCENTES NAS CONTAS DE REPASSES FEDERAIS FUNDO A FUNDO- LEI COMPLEMENTAR Nº 217 DE 18 DE SETEMBRO DE 2025. Executor da Saúde do Município de MANDAGUARI-PR, e prescreve as providências que enumera.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde Gestão 2016/2019 de MANDAGUARI, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n° 8.080 de 19/09/90, Lei Federal n° 8.142 de 28/12/90 e pela Lei Municipal n° 2.187 de 11/09/13;
Considerando o art. 77, § 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000;
Considerando o inciso IV do art. 4° da Lei Federal n° 8.142 de 28 de dezembro de 1990, o qual determina que para receber os Recursos do Fundo Nacional de Saúde, os municípios deverão elaborar o Relatório de Gestão;
Considerando o § 4º do art. 33, da Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Orgânica da Saúde;
Considerando a Portaria do Ministério da Saúde, nº 53 de 16 de Janeiro de 2013;
Considerando a Portaria do Ministério de Saúde n° 2.135 de 25 de setembro de 2013, que estabelece diretrizes para o processo de

planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e demais normas correlacionadas ao Pacto de Gestão SUS

Resolve:

Art. 1º - APROVA A ATUALIZAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE (2025) PARA TRANSFERÊNCIA E TRASPOSIÇÃO DOS SALDOS REMANESCENTES NAS CONTAS DE REPASSES FEDERAIS FUNDO A FUNDO- LEI COMPLEMENTAR Nº 217 DE 18 DE SETEMBRO DE 2025.
Art. 2° - Esta Resolução será validada na data de sua publicação.

Mandaguari, 17 de dezembro de 2025.

MIZAEL DA CUNHA
Presidente do Conselho Municipal Saúde

ADEMILSON GREGÓRIO MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal de Mandaguari

Homologo a resolução nº 96/2025, nos termos do § 2o art.1o da Lei Federal no 8.142 de 28/12/90

Publicado por:
Aparecida de Lourdes Rodrigues
Código Identificador:8FAC5821

SECRETARIA DE SAÚDE
RESOLUÇÃO 097/2025 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - REPUBLICAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 97/2025 de 17 de dezembro de 2025 do Conselho Municipal de Saúde do Município de Mandaguari.

Dispõem sobre as conclusões acerca e APROVA A PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE (2026) da Secretaria Municipal de Saúde do Município de MANDAGUARI-PR, e prescreve as providências que enumera.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde Gestão 2016/2019 de MANDAGUARI, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n° 8.080 de 19/09/90, Lei Federal n° 8.142 de 28/12/90 e pela Lei Municipal n° 2.187 de 11/09/13;
Considerando o art. 77, § 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000;
Considerando o inciso IV do art. 4° da Lei Federal n° 8.142 de 28 de dezembro de 1990, o qual determina que para receber os Recursos do Fundo Nacional de Saúde, os municípios deverão elaborar o Relatório de Gestão;
Considerando o § 4º do art. 33, da Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Orgânica da Saúde;
Considerando a Portaria do Ministério da Saúde, nº 53 de 16 de Janeiro de 2013;
Considerando a Portaria do Ministério de Saúde n° 2.135 de 25 de setembro de 2013, que estabelece diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e demais normas correlacionadas ao Pacto de Gestão SUS

Resolve:
Art. 1º - APROVA A PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE (2026) da Secretaria Municipal de Saúde do Município de MANDAGUARI-PR
Art. 2° - Esta Resolução será validada na data de sua publicação.

Mandaguari, 17 de dezembro de 2025.

MIZAEL DA CUNHA
Presidente do Conselho Municipal Saúde

ADEMILSON GREGÓRIO MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal de Mandaguari

Homologo a resolução nº 97/2025, nos termos do § 2o art.1o da Lei Federal no 8.142 de 28/12/90

Publicado por:
Aparecida de Lourdes Rodrigues
Código Identificador:B22AE168

SECRETARIA DE SAÚDE
RESOLUÇÃO 098/2025 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - REPUBLICAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 98/2025 de 17 de dezembro de 2025 do Conselho Municipal de Saúde do Município de Mandaguari.

Dispõem sobre as conclusões acerca e APROVA A ATUALIZAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE 2022-2025 (PARA TRANSFERÊNCIA E TRANSPOSIÇÃO DOS SALDOS REMANESCENTES NAS CONTAS DE REPASSES FEDERAIS FUNDO A FUNDO – LEI COMPLEMENTAR Nº 217 DE 18 DE SETEMBRO DE 2025. Executor da Saúde do Município de MANDAGUARI-PR, e prescreve as providências que enumera.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde Gestão 2016/2019 de MANDAGUARI, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n° 8.080 de 19/09/90, Lei Federal n° 8.142 de 28/12/90 e pela Lei Municipal n° 2.187 de 11/09/13;
Considerando o art. 77, § 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000;
Considerando o inciso IV do art. 4° da Lei Federal n° 8.142 de 28 de dezembro de 1990, o qual determina que para receber os Recursos do Fundo Nacional de Saúde, os municípios deverão elaborar o Relatório de Gestão;
Considerando o § 4º do art. 33, da Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Orgânica da Saúde;
Considerando a Portaria do Ministério da Saúde, nº 53 de 16 de Janeiro de 2013;
Considerando a Portaria do Ministério de Saúde n° 2.135 de 25 de setembro de 2013, que estabelece diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e demais normas correlacionadas ao Pacto de Gestão SUS

Resolve:
Art. 1º - APROVA A ATUALIZAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE 2022-2025 (PARA TRANSFERÊNCIA E TRANSPOSIÇÃO DOS SALDOS REMANESCENTES NAS CONTAS DE REPASSES FEDERAIS FUNDO A FUNDO – LEI COMPLEMENTAR Nº 217 DE 18 DE SETEMBRO DE 2025.
Art. 2° - Esta Resolução será validada na data de sua publicação.

Mandaguari, 17 de dezembro de 2025.

MIZAEL DA CUNHA
Presidente do Conselho Municipal Saúde

ADEMILSON GREGÓRIO MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal de Mandaguari

Homologo a resolução nº 98/2025, nos termos do § 2o art.1o da Lei Federal no 8.142 de 28/12/90

Publicado por:
Aparecida de Lourdes Rodrigues
Código Identificador:515547B0

SECRETARIA DE SAÚDE
RESOLUÇÃO 099/2025 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - REPUBLICAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 99/2025 de 17 de dezembro de 2025 do Conselho Municipal de Saúde do Município de Mandaguari.

Dispõe sobre as conclusões e APROVA O LANÇAMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO MUNICIPAL NA PROGRAMAÇÃO FÍSICO-ORÇAMENTÁRIA (FPO) da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Mandaguari/PR, e dá outras providências.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde Gestão 2016/2019 de MANDAGUARI, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n° 8.080 de 19/09/90, Lei Federal n° 8.142 de 28/12/90 e pela Lei Municipal n° 2.187 de 11/09/13;
Considerando o art. 77, § 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000;
Considerando o inciso IV do art. 4° da Lei Federal n° 8.142 de 28 de dezembro de 1990, o qual determina que para receber os Recursos do Fundo Nacional de Saúde, os municípios deverão elaborar o Relatório de Gestão;
Considerando o § 4º do art. 33, da Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Orgânica da Saúde;
Considerando a Portaria do Ministério da Saúde, nº 53 de 16 de Janeiro de 2013;
Considerando a Portaria do Ministério de Saúde n° 2.135 de 25 de setembro de 2013, que estabelece diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e demais normas correlacionadas ao Pacto de Gestão SUS

Resolve:
Art. 1º - APROVA O LANÇAMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO MUNICIPAL NA PROGRAMAÇÃO FÍSICO-ORÇAMENTÁRIA (FPO) da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Mandaguari/PR
Art. 2° - Esta Resolução será validada na data de sua publicação.

Mandaguari, 17 de dezembro de 2025.

MIZAEL DA CUNHA
Presidente do Conselho Municipal Saúde

ADEMILSON GREGÓRIO MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal de Mandaguari

Homologo a resolução nº 99/2025, nos termos do § 2o art.1o da Lei Federal no 8.142 de 28/12/90

Publicado por:
Aparecida de Lourdes Rodrigues
Código Identificador:46CAE2ED

SECRETARIA DE SAÚDE
RESOLUÇÃO 100/2025 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - REPUBLICAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 100/2025 de 17 de dezembro de 2025 do Conselho Municipal de Saúde do Município de Mandaguari.

Dispõem sobre as conclusões acerca e APROVA "AD REFERENDUM" A ADESÃO À RESOLUÇÃO SESA 1898/2025 QUE HABILITA O MUNICIPIO DE MANDAGUARI A PLEITEAR ADESÃO AOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – QUALIFICAÇÃO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, VISANDO O INCENTIVO FINANCEIRO DE INVESTIMENTO PARA O TRANSPORTE SANITÁRIO, NA MODALIDADE FUNDO A FUNDO, PARA O EXERCÍCIO DE 2025 NO VALOR DE R$ 200.000,00.

Executor da Saúde do Município de MANDAGUARI-PR, e prescreve as providências que enumera.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde Gestão 2016/2019 de MANDAGUARI, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n° 8.080 de 19/09/90, Lei Federal n° 8.142 de 28/12/90 e pela Lei Municipal n° 2.187 de 11/09/13;
Considerando o art. 77, § 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000;
Considerando o inciso IV do art. 4° da Lei Federal n° 8.142 de 28 de dezembro de 1990, o qual determina que para receber os Recursos do Fundo Nacional de Saúde, os municípios deverão elaborar o Relatório de Gestão;
Considerando o § 4º do art. 33, da Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Orgânica da Saúde;
Considerando a Portaria do Ministério da Saúde, nº 53 de 16 de Janeiro de 2013;
Considerando a Portaria do Ministério de Saúde n° 2.135 de 25 de setembro de 2013, que estabelece diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e demais normas correlacionadas ao Pacto de Gestão SUS

Resolve:
Art. 1º - APROVA "AD REFERENDUM" A ADESÃO À RESOLUÇÃO SESA 1898/2025 QUE HABILITA O MUNICIPIO DE MANDAGUARI A PLEITEAR ADESÃO AOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – QUALIFICAÇÃO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, VISANDO O INCENTIVO FINANCEIRO DE INVESTIMENTO PARA O TRANSPORTE SANITÁRIO, NA MODALIDADE FUNDO A FUNDO, PARA O EXERCÍCIO DE 2025 NO VALOR DE R$ 200.000,00
Art. 2° - Esta Resolução será validada na data de sua publicação.
Mandaguari, 17 de dezembro de 2025.

MIZAEL DA CUNHA
Presidente do Conselho Municipal Saúde

ADEMILSON GREGÓRIO MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal de Mandaguari

Homologo a resolução nº 100/2025, nos termos do § 2o art.1o da Lei Federal no 8.142 de 28/12/90

Publicado por:
Aparecida de Lourdes Rodrigues
Código Identificador:88D080B0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
DECRETO Nº 1.791/2025 SÚMULA: DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 1.791/2025

SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do

Município para o exercício de 2025 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 1.426/2024 (LOA), de 12 de dezembro de 2024;

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do Município, para o exercício financeiro de 2025, um Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 550.000,00 (Quinhentos e cinquenta mil reais), destinado ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:
05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS 05.002 – OPERAÇÕES ESPECIAIS 28.843.0000.0004 – PAGAMENTO DA DÍVIDA POR CONTRATO
3.2.90.21.00 – Juros sobre a Dívida por Contrato (Fonte 0000) ..... R$ 275.000,00
4.6.90.71.00 – Principal da Dívida Contratual Resgatado (Fonte 0000) ..... R$ 275.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO ..... R$ 550.000,00
Art. 2º Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do Poder Legislativo, disponibilizadas através do Decreto Legislativo nº 05/2025, de 15 de dezembro de 2025, nos termos do Art. 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Edifício da Prefeitura Municipal de Mandirituba, em 17 de dezembro de 2025.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aderbal Pires de Oliveira
Código Identificador:6F6FB49E

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
RESULTADO PROVISÓRIO PÓS RECURSO DO CADASTRO DE PROFESSORES PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) - 2026

Candidato		Pontuação	Resultado
	Kassia Elisa Spezzia	60	Deferido
	Fabiana Mendes de Bastos Rocha	40	Deferido
	Ana Cecília Cruz Moro	40	Deferido
	Maria Nelci Ribeiro de Lima Capuski	35	Deferido
	Claudinéia Aparecida Moleta	25	Indeferido
	Inês Cetenarovski Barbosa	20	Deferido
	Irineuza Kava de Oliveira	20	Deferido
	Adriani do Carmo Muchau de Assis	15	Deferido
	Adriana de Almeida	10	Deferido
	Claucinéia Cristiane de Paula da Rocha	10	Deferido
	Silvana Maria Nogueira	10	Deferido
	Sara Moletta da Silva	10	Deferido
	Ana Paula Toledo Silva de Bassi	10	Deferido
	Isabele Alves Cardoso	5	Deferido

Mandirituba, 17 de dezembro de 2025.

GLEICY KELLY DE FÁTIMA MONTEIRO DE MEDEIRO
Presidente

KATELINE GABRIEL DE OLIVEIRA NICKEL
Secretária

SANDRA GONCALVES DA SILVA
Membro

Publicado por:
Gleicy Kelly de Fatima Monteiro de Medeiro
Código Identificador:F1E9A917

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO N° 2069/2025 - 16.12.2025

SUMULA: Aplica reajuste a UFM (Unidade Fiscal do Município) e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
D E C R E T A:
Art. 1° Fica reajustada a UFM (Unidade Fiscal do Município), em 41,22% (Quarenta e um vírgula vinte e dois por cento), considerando a variação do acumulado do INPC-IBGE no período de junho de 2019 à novembro de 2025, de acordo com o disposto no artigo 309 do Código Tributário Municipal, para o exercício de 2026, que corresponderá ao valor de R$ 60,06 (sessenta reais e seis centavos).
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na presente data.
Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, em 16 de dezembro de 2025.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:FA23B264

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

PROCURADORIA
DECRETO N° 391/2025

DECRETO N.º 391, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Nomeia a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA**, **ESTADO DO PARANÁ**, Leandro Dorini, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO as disposições dos **arts. 173 a 212 da Lei Municipal nº 1.905/2015, de 30 de dezembro de 2015** - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Mangueirinha, especialmente no que se refere ao Regime Disciplinar e ao Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO a necessidade de constituição de Comissão Permanente para a apuração de responsabilidades administrativas de servidores públicos municipais;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a **Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar**, com competência para instaurar, processar e julgar Processos Administrativos Disciplinares, nos termos da Lei Municipal nº 1.905/2015.

Art. 2º Para o cumprimento do disposto no artigo anterior, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar será composta pelos seguintes servidores:
I – Presidente: Bruna Kolberg Leal, Assistente Administrativo, matrícula 193045;
II – Secretário: Maximiano Augusto Berti Cecura, Agente de Recursos Humanos, matrícula **195710**;
III – Membro: Alan Barroso Vieira, Professor, matrícula 192888.

Art. 3º O exercício das funções relativas à Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar será considerado serviço público

relevante, não ensejando remuneração adicional, salvo disposição legal em contrário.

Art. 4º A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar atuará com observância aos princípios do devido processo legal, do contraditório, da ampla defesa, da legalidade, da impessoalidade e da moralidade administrativa, nos termos da legislação aplicável.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto n° 166, de 23 de agosto de 2018 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos dezessete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco.

LEANDRO DORINI
Prefeito do Município de Mangueirinha

Publicado por:
Bruna Kolberg Leal
Código Identificador:9C9AC608

PROCURADORIA
DECRETO N.º 392, 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a retificação do Decreto nº 006, de 23 de janeiro de 2024, que declarou de utilidade pública o imóvel rural Quinhão 01-A, denominado "Covosinho", situado no Município de Mangueirinha.

O Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, Sr. LEANDRO DORINI, no uso das atribuições legais; e

CONSIDERANDO os dispositivos constantes do Art. 66, incisos VIII e IX, ambos referentes a Lei Orgânica do Município de Mangueirinha;
CONSIDERANDO a necessidade de ajustar a descrição da área constante no Art. 2º do Decreto nº 006, de 23 de janeiro de 2024, para que reflita fielmente os dados registrados na matrícula nº 2.332, do Registro de Imóveis da Comarca de Mangueirinha;

DECRETA:

Art. 1º O Art. 2º do Decreto nº 006, de 23 de janeiro de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Fica declarado de Utilidade Pública o "imóvel rural Quinhão n°01-A(Hum "A") denominado "COVOSINHO", situado neste município e Comarca de Mangueirinha, Estado do Paraná, contendo a área superficial de 112.520,00m2(Cento e doze mil, quinhentos e vinte metros quadrados) ou 11,2ha. de terras, sem benfeitorias, com a seguinte LOCALIZAÇÃO E ACESSO: "Partindo da frante da Igreja Matriz de Mangueirinha, segue-se pela Avenida Iguaçú em direção a ponte sobre o Rio Covó com 1,2Km. chega-se a uma bifurcação, segue-se a esquerda - com 1,8Km, chega-se a outra bifurcação, segue-se a esquerda novamente com 3,4Km. chega-se uma nova bifurcação, segue-se a direita e passa-se pela rede de Alta Tensão com 4,5Km. chega-se uma bifurcação, próxima de um armazém, segue-se a direita com 6,9Km. chega-se a propriedade SME-136". Com as seguintes DIVISAS E CONFRONTAÇÕES: Começa no marco M-1800-E situado na cota 608,00mts na divisa com terras da Companhia Paranaense de Energia - COPEL e na divisa com a propriedade SME-137 de Miguel Juncos; daí, segue esta divisa com azimute de 318°15'43" e distância de 543,60mts. até atingir o marco M-1831-ECI situado nesta divisa com propriedade SME-135 de Osvaldo Rzeznik; daí segue esta divisa com azimute de 56°07'56" e distância de 152,55mts. até atingir o marco M-1831-E situado nesta divisa, na cota 608,00mts. e na divisa com terras da Companhia Paranaense de Energia-COPEL; daí, dobra para a direita e segue pela curva de desapropriação, materializada por estações de madeira de lei, nas dimensões de 6x6x70cm, pintados de branco na parte superior e vermelho na parte inferior, confrontando com o último citado, na distância de 1.041,00mts, até atingir o marco inicial desta descrição, na qual encontra-se com a área desapropriada, compreendida entre os pontos 294, 295, 296, 297, 301, 302, 303, 300, 299 área essa que faz parte da faixa de domínio da estrada P3 entre as estacas 781 + 6,00mts. e 814 +10,00mts. Cujas divisas e confrontações foram fornecidas nas conformidades do PROVIMENTO N°356 Seção III Parágrafo V e subitem 5.1 de 03.01.85, assumindo integralmente a responsabilidade pelo cumprimento. Tudo conforme documento arquivado neste Ofício. Cadastrado no INCRA área maior n° 724.050.000.337-1; PROPRIETÁRIO: THEOPHILO PIENIAK, já falecido; REGISTRO ANTERIOR: MATRICULA N°1.263-combinado com AV=2=M=1.263 Livro 2 do Registro Geral deste Ofício. Dou fé. Mangueirinha, 09 de Agosto de 1993; Oficial (Paulo César Penteado Cardoso)."

Art. 3º Fica o Município de Mangueirinha autorizado a proceder todos os atos necessários ao cumprimento deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos dezessete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco.

LEANDRO DORINI
Prefeito do Município de Mangueirinha

Publicado por:
Raiane Colla
Código Identificador:879796F8

PROCURADORIA
LEI Nº 2.499, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Autoriza o Município de Mangueirinha a realizar permuta de imóveis do patrimônio público com particulares, com pagamento complementar em espécie, e dá outras providências.

Faço saber, que a Câmara Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, aprovou e eu **LEANDRO DORINI**, Prefeito, sanciono a seguinte lei:
Art. 1º Fica o Município de Mangueirinha autorizado a realizar permuta de bens imóveis de sua propriedade com particulares, com pagamento parcial em espécie, nos termos desta Lei.
Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetivar a permuta com **GERSON VENITES**, brasileiro, empresário, nascido em 07/06/1981, filho de Sebastião Venites e Maria de Lourdes Felicio Venites, portador do RG nº 8.766.173-3/SSP/PR e CPF nº 034.812.079-64, e **SILMARA DE LIRIO**, brasileira, empresária, nascida em 13/03/1984, filha de Diamantino Moacir de Lirio e Salete Brandalise de Lirio, portadora do RG nº 9.322.148-6/SSP/PR e CPF nº 047.901.239-36, residentes e domiciliados na Rua Barão do Rio Branco, nº 170, Centro, Mangueirinha/PR, CEP 85540-000.
Parágrafo único. A transação corresponde ao valor total de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), sendo:
I – R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) pagos pelo Município aos particulares, em espécie;
II – R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) correspondentes à permuta dos seguintes imóveis públicos:
a) Lote urbano nº 09, quadra 02, situado na Rua Reinaldo Giuriatti, nº 71, Loteamento Sorriso II, nesta cidade, com área de 186,87m², matriculado sob nº 9.906 no Registro de Imóveis da Comarca de Mangueirinha;
b) Lote urbano nº 10, quadra 02, situado na Rua Reinaldo Giuriatti, nº 67, Loteamento Sorriso II, com área de 186,87m², matriculado sob nº 9.907 no Registro de Imóveis da Comarca de Mangueirinha;
c) Lote urbano nº 11, quadra 02, situado na Rua Reinaldo Giuriatti, nº 65, Loteamento Sorriso II, com área de 186,87m², matriculado sob nº 9.908 no Registro de Imóveis da Comarca de Mangueirinha;
d) Lote urbano nº 12, quadra 02, situado na Rua Reinaldo Giuriatti, nº 63, Loteamento Sorriso II, com área de 186,87m², matriculado sob nº 9.909 no Registro de Imóveis da Comarca de Mangueirinha;

III - Todos os imóveis acima descritos encontram-se devidamente identificados em mapa e memorial descritivo, e avaliações, anexos a esta Lei.
Art. 3º Em contrapartida, o Município de Mangueirinha receberá, livre e desembaraçado de quaisquer ônus judiciais ou extrajudiciais, o seguinte imóvel:
I - Lote urbano nº 02, quadra 04, do Loteamento "Vila Rural Três Pinheiros", situado no Distrito do Covó, neste Município, com área total de 5.045,92 m², confrontando: Frente: Rua Projetada A, em duas linhas retas de 25,23 m e 47,80 m; Fundos: parte do lote nº 17, medindo 55,50 m; Lado direito: lotes nº 01 e 18, medindo 115,53 m; Lado esquerdo: parte do lote nº 03, medindo 68,16 m.
Parágrafo único. O imóvel encontra-se registrado sob a matrícula nº 4.982, do Registro de Imóveis da Comarca de Mangueirinha.
Art. 4º Ficam desafetados de suas finalidades públicas originárias os imóveis constantes das matrículas nº 9.906, 9.907, 9.908 e 9.909, do Registro de Imóveis da Comarca de Mangueirinha, de propriedade do Município de Mangueirinha, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 77.774.867/0001-29, com sede na Praça Francisco Assis Reis, nº 1.060, Centro, Mangueirinha/PR.
Art. 5º As despesas relativas a escritura pública, registros, tributos e demais encargos decorrentes da transferência dos imóveis serão suportadas pelas partes, na proporção estabelecida em instrumento próprio e de acordo com suas responsabilidades legais.
Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos dezessete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco.

LEANDRO DORINI
Prefeito do Município de Mangueirinha

Publicado por:
Alison Rodrigo Tartare
Código Identificador:6E1B90B1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

COMPRAS E LICITAÇÕES
ATO DE DESIGNAÇÃO N° 064/2025

CREDENCIAMENTO 027/2025
INEXIGIBILIDADE 57/2025
CONTRATOS 222/2025

ATO DE DESIGNAÇÃO DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO, COM CIÊNCIA DO DESIGNADO.

Celio Lelis da Mata, Prefeito de Marilena designa, pelo presente, para atuar como Gestor e Fiscal do contrato, os seguintes Servidores:

Atribuição Nome Matrícula
Gestor de contrato: REGISON GENTIL SCOTTA 259 Fiscal do contrato: RENATA CAROLINE BALICO 5811

Os Servidores foram cientificados do encargo, exarando sua ciência abaixo:

Ciente do encargo atribuído. Ciente do encargo atribuído.

_____
REGISON GENTIL SCOTTA 259
Gestor de contrato

_____
RENATA CAROLINE BALICO 5811
Fiscal do contrato

Marilena - PR, 17 de dezembro de 2025.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Tarifa da Silva
Código Identificador:23CEDC62

COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 518/2025

SÚMULA: HOMOLOGA E ADJUDICA PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE 057/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO 131/2025 EM CONFORMIDADE COM O EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO N° 027/2025.

CELIO LELIS DA MATA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica Homologado o resultado do Processo de Inexigibilidade nº 057/2025, Processo Administrativo nº 131/2025, através do Edital de Credenciamento nº 027/2025, após acatar o resultado de julgamento da Comissão Municipal de Licitação, destinado ao **CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE MARMITAS E REFEIÇÕES DESTINADAS AOS EVENTOS OPERAÇÃO VERÃO E VERÃO MAIOR E PARA OS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS LOTADOS EM TODAS AS SECRETARIAS QUANDO ESTÃO REALIZANDO SERVIÇOS FORA DA SEDE DO PAÇO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ.**

ARTIGO 2º - Fica Adjudicado o objeto do Processo de Inexigibilidade nº 057/2025 em favor da empresa de pessoa jurídica credenciada: **ABARRANCA RESTAURANTE LTDA, CNPJ Nº 48.146.167/0001-91, com sua proposta no valor de R$ 346.900,00 (trezentos e quarenta e seis mil e novecentos reais).**

ARTIGO 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA-PR, EM 17 DE DEZEMBRO 2025.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Alessandra Tarifa da Silva
Código Identificador:5B216FE6

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 222/2025

ESPÉCIE: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA – PR CNPJ Nº 75.971.010/0001-73;

CONTRATADO: ABARRANCA RESTAURANTE LTDA, CNPJ Nº 48.146.167/0001-91.

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE MARMITAS E REFEIÇÕES DESTINADAS AOS EVENTOS OPERAÇÃO VERÃO E VERÃO MAIOR E PARA OS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS LOTADOS EM TODAS AS SECRETARIAS QUANDO ESTÃO REALIZANDO SERVIÇOS FORA DA SEDE DO PAÇO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ.

VALOR: R$ 346.900,00 (TREZENTOS E QUARENTA E SEIS MIL E NOVECENTOS REAIS)

FONTE DE RECURSOS:

16 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
17 – 01510 – TAXAS – EXERCÍCIO PODER DE POLÍCIA
18 – 01511 – TAXAS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
19 – 01512 – CIDE (LEI 10866/04, ART. 1° B) EXERCÍCIO CORRENTE
58 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
66 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
115 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
466 – 31057 – AUX FINAN – OUTORGA CRÉDITO TRIBUTÁRIO ICMS – A
465 – 31073 – APOIO FINANCEIRO AOS MUNICÍPIO – AFM - EXERCÍCIO
133 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
149 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
155 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
176 – 01303 – SAÚDE – RECEITA VINCULADAS (EC 29/00 – 15%) - EX
177 – 3494 – BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE S
425 – 3494 – VIGILÂNCIA EM SAÚDE – ESTADUAL – EXERCÍCIO ANTERIOR:
195 – 01303 – 01303 – SAÚDE – RECEITA VINCULADAS (EC 29/00 – 15%) - EX
196 – 3494 – BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE S
207 – 3494 – BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE S
219 – 01369 – SERVIÇOS PRESTADOS SUS / FATURAMENTO AIH'S - EXERC
220 – 3494 – BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE S
464 – 31494 – BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE S
218 – 498 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

232 – 01303 – 01303 – SAÚDE – RECEITA VINCULADAS (EC 29/00 – 15%) - EX
238 – 3494 – BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE S
259- 01102 – FUNDEF/FUNDEB 40%
272- 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
273- 01104 – DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA
285 – 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
286 – 31118 – PNATE –TRANSPORTE ESCOLAR – EXERCÍCIO CORRENTE
287 – 31123 – PETE 2007 – EXERCÍCIO CORRENTE
306 – 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
311 – 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
317 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
327 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
343 – 31934 – BLOCO DE FINANCIAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (
351 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
358 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
430 – 3856 – SJFT/CEDCA-PR/DELIB 78-2022/HIGIENE ÍNTIMA - E
359 – 31936 – COMPONENTES PARA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO (SUAS)
360 – 31940 – BLOCO DE FINANCIAMENTO DA GESTÃO DO PROGRAMA BOL
445 – 33936 – COMPONENTE PARA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO (SUAS) -
453 – 33940 – BLOCO DE FINANCIAMENTO DA GESTÃO DO PROGRAMA BO
374 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENT
378 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENT

O PRAZO DE EXECUÇÃO SERÁ DE 12 (DOZE) MESES E A VIGÊNCIA SERÁ DE 13 (TREZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO, PODENDO SER PRORROGADO DE ACORDO COM OS TERMOS DOS ARTIGOS. 105, 106 E 111, DA LEI Nº. 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021.
.

MARILENA-PR, 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA
Contratante

Publicado por:
Alessandra Tarifa da Silva
Código Identificador:F795E8AE

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 515/25

DECRETO Nº 515/2025

Súmula: Abre Crédito Adicional Especial e dá outras providencias.

Celio Lelis da Mata, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 2373/25, de 17/12/2025, etc...,

DECRETA:

Artigo 1º) - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício Crédito Adicional Especial no valor de R$- 326,70 (-Trezentos e vinte e seis reais e setenta centavos-), visando dar suporte legal na devolução de saldo de do Convenio nº 948376/2023, que teve por objetivo a aquisição de 01 Camionete nova (0 Km), firmado entre o Município de Marilena-Pr e o MAPA "Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento", cujos repasses serão consignados no órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, projeto:

03000	DEPARTAMENTO DE ADMINSTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	VALOR
03001	DIRETORIA GERAL – D A	
20.606.0003.1.135	CV 948376/23 – MAPA – Aquisição de 01 Camionete	
Fonte = 1000	CV 948376/23 - MAPA - Aquisição de 01 Camionete - Exercício Corrente	
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições	326,70
	Total do Crédito Autorizado.....R$-	326,70

Artigo 2º) - Para fazer face ao Crédito aberto no artigo anterior deste Decreto, servirá como recurso o cancelamento de dotações orçamentárias, desde que não comprometidos, conforme Art. 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, como segue:

03.000	**DEPARTAMENTO DE ADMINSITRAÇÃO E PLANEJAMENTO**	VALOR
03.001	**DIRETORIA GERAL – D. A.**	
04.122.0002.2.003	**Encargos Gerais do Município**	
Fonte = 1000	Recursos Ordinários (Livres)– Exercício Corrente	
23 - 3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	326,70
	Total.....R$-	326,70

Artigo 3º) - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 17 dias do mês de dezembro de 2.025.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:9A2F80DB

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 517/25

DECRETO Nº 517/2025

Súmula: Abre Crédito Adicional Especial e dá outras providencias.

Celio Lelis da Mata, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 2373/25, de 17/12/2025, etc...,

DECRETA:

Artigo 1º) - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício Crédito Adicional Especial no valor de R$- 56.006,30 (-Cinquenta e seis mil, seis reais e trinta centavos-), visando dar suporte legal na devolução de saldo de do Convenio nº 948376/2023, que teve por objetivo a aquisição de 01 Camionete nova (0 Km), firmado entre o Município de Marilena-Pr e o MAPA "Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento", cujos repasses serão consignados no órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, projeto:

03000	DEPARTAMENTO DE ADMINSTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	VALOR
03001	DIRETORIA GERAL – D A	
20.606.0003.1.135	CV 948376/23 – MAPA – Aquisição de 01 Camionete	
Fonte = 3853	CV 948376/23 - MAPA - Aquisição de 01 Camionete - Exercício Anterior	
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições	56.006,30
	Total do Crédito Autorizado.....R$-	56.006,30

Artigo 2º) - A cobertura do crédito Adicional Especial autorizado na forma do presente decreto, será da seguinte forma:

1 – Superávit Financeiro:

Fonte = 3853	CV 948376/23 - MAPA - Aquisição de 01 Camionete - Exercício Anterior	56.006,30

Artigo 3º) - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 17 dias do mês de dezembro de 2.025.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:87BA9CCE

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 519/2025

SÚMULA: EXONERA DO QUADRO DE PENSIONISTAS POR MOTIVO FALECIMENTO.

CELIO LELIS DA MATA PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica exonerada do quadro de pensionistas, por motivo de Falecimento a partir do dia 09/12/2025, a saber:

NOME	CPF	
ORICENES SANGION GIRALDI	xxx.730.059-xx	PENSIONISTA

ARTIGO 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 09/12/2025. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, EM 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:5BE928EB

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI Nº 2363/25

LEI Nº 2363/2025

Súmula: REGULAMENTA A COMPOSIÇÃO E AS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – CMDRS, CONSTITUIDO PELA LEI MUNICIPAL N° 372/2002, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Celio Lelis da Mata, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc..., faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte,

LEI:

Art. 1º. A política pública municipal para a zona rural deve pautar-se pelos seguintes princípios, de conformidade com a Lei Municipal n° 2.009/2022 – Lei do Plano Diretor do Município de Marilena:

I- Função social da cidade;
II- Função social da propriedade
III- Gestão democrática;
IV- Sustentabilidade ambiental;

Art. 2º. De conformidade com o Art. 16° da Lei 2.009/2022 – Lei do Plano Diretor do Município de Marilena, são objetivos gerais da política pública municipal rural:

I - Desenvolvimento integrado das funções socioeconômicas do Município, buscando a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar coletivo;
II - Participação dos cidadãos nos processos decisórios de agentes públicos que afetem a organização do espaço, a prestação dos serviços públicos e a qualidade do Meio Ambiente;
III - Uso adequado e a proteção do Meio Ambiente, buscando o equilíbrio e a sustentabilidade, bem como a qualidade de vida de seus habitantes;
IV - Planejamento integrado e a racionalização dos investimentos públicos;
V - Articulação dos agentes públicos e privados envolvidos no processo de uso, disputa e administração do desenvolvimento urbano e rural, mediando os conflitos de interesses;
VI - Cumprimento das funções sociais do Município, através de um planejamento do espaço urbano que possibilite a todos o acesso à Educação, Cultura, Saúde, Assistência Social, Saneamento e Meio Ambiente, Esporte e Lazer, Segurança, Transporte, Habitação e Abastecimento para o exercício de uma cidadania plena.

Art. 3º O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, órgão consultivo e deliberativo, tem por finalidade propor diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas municipais para o desenvolvimento rural sustentável.
Art. 4° O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS será composto por representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, com a seguinte composição:

a) 1 (um) membro da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Meio
Ambiente e Agricultura - SDEMA;
b) 1 (um) representante do Escritório local do IDR-Paraná;
c) 1 (um) representante do Escritório local da ADAPAR;
d) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo;
e) 1 (um) representante da Secretaria Municipal da Saúde e ou da Vigilância Sanitária;
f) 1 (um) representante do Legislativo Municipal;
g) 1 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
h) 1 (um) representante da Associação das Vilas Rurais;
i) 1 (um) representante da Associação dos Assentamentos;
j) 1 (um) representante da Feira do Produtor Rural;
k) 1 (um) representante dos profissionais ligados à agropecuária e ou ao meio ambiente;
l) 1 (um) representante de empresas de comercialização de produtos agropecuários;
m) 1 (um) representante de agroindústrias.
Parágrafo Primeiro: Para cada membro titular corresponderá um suplente, que o substituirá nos seus impedimentos ou afastamentos temporários, sucedendo-o, em caso de afastamento definitivo.
Parágrafo Segundo: O mandato dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS será de 2 (dois) anos, admitida uma recondução.
Art. 5°. Compete ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS:

I) Propor o desenvolvimento do território rural com base na sustentabilidade econômica e social;

II) Propor estratégias de articulação com órgãos federais, estaduais e organizações não governamentais que contribuam para o desenvolvimento rural sustentável, especialmente por meio de ações relacionadas ao fomento à agricultura familiar, com ênfase na exploração agrícola de base agroecológica, ao turismo sustentável, à geração de emprego e renda no meio rural, à segurança alimentar, à preservação e recuperação do meio ambiente ou à regularização fundiária rural;

III) Acompanhar as ações do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;

IV) Acompanhar os planos, programas e projetos relacionados ao desenvolvimento rural sustentável;

V) Propor a consolidação ou alteração da legislação relativa ao desenvolvimento rural sustentável, à preservação ambiental e à agricultura familiar;

VI) Propor a adequação de políticas públicas municipais relativas ao desenvolvimento rural sustentável e solidário, especialmente as relacionadas ao fomento à agroindústria, ao turismo e à cultura rural, à extensão, à difusão de tecnologia, à capacitação de agricultores e à administração, gerenciamento, comercialização, transporte e distribuição de produtos agrícolas e artesanais
VII) Elaborar e aprovar o Regimento Interno.
Art. 6°. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, elaborará seu regimento interno para, dentre outros assuntos, disciplinar:

I- Os ritos de deliberação e de votação das matérias;
II- A criação, a extinção e o funcionamento de suas comissões internas;
III- A forma e a frequência de suas reuniões, sendo ao menos uma vez por semestre.

Art. 7°. O exercício da função de membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, será considerado serviço público relevante, vedada a remuneração.
Art. 8°. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, contará com a seguinte estrutura:

I- Diretoria executiva, composta por presidente e secretário;
II- Plenário.
Parágrafo único: A diretoria executiva do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, será exercida por um dos membros titulares representantes do poder público e da sociedade civil, eleitos na forma de seu regimento.
Art. 9º. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, poderá instituir Câmaras Técnicas (CT) e Grupos Técnicos Específicos (GTE).
Art. 10. O Poder Executivo Municipal garantirá suporte técnico e operacional exclusivo ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, necessário a seu pleno funcionamento.
Art. 11. Fica assegurada a participação da população em todas as fases do processo de gestão democrática da política rural, mediante as seguintes instâncias de participação:

I- Conferência Municipal de Política Rural;
II- Audiências Públicas;
III- Iniciativa popular de projetos de lei, de planos, programas e projetos de desenvolvimento rural;
IV- Plebiscito e referendo popular.
Art. 12. Anualmente, o Poder Executivo Municipal submeterá ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS, relatórios de gestão do exercício e plano de ação para o exercício seguinte.
Parágrafo Único: Uma vez analisado pelo Conselho, o Executivo dará ciência à Câmara Municipal e promoverá a sua publicidade por meio do Diário Oficial Eletrônico do Município.
Art. 13. As Conferências Municipais ocorrerão ordinariamente a cada quatro anos, e extraordinariamente quando convocadas pela Secretaria de Agricultura Pesca e Pecuária.
Parágrafo Único: As conferências serão abertas à participação de todos os cidadãos.
Art. 14. A Conferência Municipal de Política Rural deverá, dentre outras atribuições: I- Apreciar as diretrizes da Política Rural do Município;

II- Debater os relatórios anuais de gestão da política rural, apresentando críticas e sugestões;
III- Sugerir ao Executivo adequações nas ações estratégicas destinadas a implementação dos objetivos, diretrizes, planos programas e projetos.
Art. 15. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias e suplementadas, se necessário.
Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, EM 02 DE DEZEMBRO DE 2025.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:19EE6F7D

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI Nº 2372/25

LEI MUNICIPAL N°. 2372/25

SÚMULA: Corrige o valor das taxas dos tributos municipais e o valor venal dos imóveis urbanos e rurais para fins de lançamento de tributos.

Celio Lelis da Mata, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc..., faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte,

LEI:

Art. 1° - Corrige o valor das taxas dos tributos municipais e o valor venal dos imóveis urbanos e rurais para fins de lançamento de tributos no exercício de 2026.

Parágrafo 1º - A correção que trata o caput do presente artigo é de 4,41% (quatro virgula quarenta e um por cento).
Parágrafo 2º – A correção prevista neste artigo observou o disposto no Código Tributário Municipal e o disposto no artigo 97 § 2º do Código Tributário Nacional, bem como, os índices de atualização monetária vigente.

Art. 2º - Ficam corrigidos em 4,41% (quatro virgula quarenta e um por cento) o valor da unidade fiscal do Município (UFM).
Parágrafo Único - Em razão do disposto no caput deste artigo, o valor da UFM passará de R$ 717,43 (setecentos e dezessete reais e quarenta e três centavos), referente ao ano de 2025, para R$ 749,06 (setecentos e quarenta e nove reais e seis centavos) no ano de 2026.

Art. 3º - O índice de correção previsto no caput do artigo anterior corresponde ao Índice Nacional de Preço ao Consumidor, do IBGE (INPC) acumulado do período de 01/11/2024 a 31/10/2025.

Art. 4º - Fica instituído a cobrança em conjunto dos seguintes acréscimos, após o vencimento de qualquer débito tributário, sendo:
- Juros de 01% (um por cento) ao mês ou fração, sobre o débito corrigido;
- Multa de 02% (dois por cento) sobre o débito corrigido, após 30 (trinta) dias decorridos do vencimento.

Art. 5º - Ficam instituído as seguintes instruções para recebimento do IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano:
- O IPTU poderá ser pago em cota única, (somente até a data do vencimento) ou em 06 (seis) parcelas.
- Cota única: desconto de 10% (dez por cento) sobre o imposto, já incluso na cota única para pagamento até a data de 10/03/2026.
- Cota parcelada nas seguintes condições:
1ª parcela com vencimento em 10/03/2026.
2ª parcela com vencimento em 10/04/2026.
3ª parcela com vencimento em 10/05/2026.
4ª parcela com vencimento em 10/06/2026.
5ª parcela com vencimento em 10/07/2026.
6ª parcela com vencimento em 11/08/2026.

Art. 7° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE Marilena – PR, 17 de DEZEMBRO de 2025.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:169BA3C4

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 258/2025

De 17 de Dezembro 2025

CELIO LELIS DA MATA PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI

Resolve:

Conceder Férias de (30) trinta dias, a Servidora Pública Municipal Sra. Luzinete Felix de Souza**,** matricula 5681, referente ao período aquisitivo 2024/2025, a partir do dia 01/12/2025.
Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01/12/2025. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, EM 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:19EC06C9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

CONSELHO MUNICIPAL DE MATINHOS
RESOLUÇÃO 007/2025

SÚMULA: REFERENDAR A RESOLUÇÃO 006/2025, A QUAL FOI APROVADA "AD REFERENDUM" NO PLENÁRIO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE UM APARELHO DE RAIO-X.

O Presidente do Conselho Municipal de Saúde - CMS, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n° 8080, de 19/09/1990 e deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Saúde;
Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar n° 141, de 13/01/2012;
Considerando o regulamentado conforme Lei Federal nº 8142/90, e Lei Municipal 391/91 e Reformulado pela Lei 1345, usando de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - REFERENDAR A RESOLUÇÃO 006/2025, A QUAL FOI APROVADA "AD REFERENDUM" NO PLENÁRIO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE UM APARELHO DE RAIO-X.
Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

MATINHOS, 09 DE JULHO DE 2025.

LUIZ CARLOS TETOR PEREIRA
Presidente do CMS

HOMOLOGO A PRESENTE RESOLUÇÃO PARA QUE PRODUZAM SEUS EFEITOS LEGAIS CONFERIDAS PELO INCISO I, DO ARTIGO 7º DA LEI MUNICIPAL Nº 1345/2010.

MATINHOS, 09 DE JULHO DE 2025.

EDUARDO ANTÔNIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jenifer Neckel de Novais
Código Identificador:0296D5F2

CONSELHO MUNICIPAL DE MATINHOS
RESOLUÇÃO 008/2025

SÚMULA: APROVAR A INDICAÇÃO DA NOVA SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CMS, SRTA. JENIFER NECKEL DE NOVAIS.

O Presidente do Conselho Municipal de Saúde - CMS, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n° 8080, de 19/09/1990 e deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Saúde;

Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar n° 141, de 13/01/2012;
Considerando o regulamentado conforme Lei Federal nº 8142/90, e Lei Municipal 391/91 e Reformulado pela Lei 1345, usando de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR A INDICAÇÃO DA NOVA SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CMS, SRTA. JENIFER NECKEL DE NOVAIS, SERVIDORA CONCURSADA DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DO MUNICÍPIO.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

MATINHOS, 09 DE JULHO DE 2025.

LUIZ CARLOS TETOR PEREIRA
Presidente do CMS

HOMOLOGO A PRESENTE RESOLUÇÃO PARA QUE PRODUZAM SEUS EFEITOS LEGAIS CONFERIDAS PELO INCISO I, DO ARTIGO 7º DA LEI MUNICIPAL Nº 1345/2010.

MATINHOS, 09 DE JULHO DE 2025.

EDUARDO ANTÔNIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jenifer Neckel de Novais
Código Identificador:5F5A11AF

CONSELHO MUNICIPAL DE MATINHOS
RESOLUÇÃO 009/2025

SÚMULA: APROVAR O PLANO DE AÇÃO PARA APLICAÇÃO DA VERBA DO INCENTIVO FINANCEIRO DE ESTRUTURA À ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA (IOAF).

O Presidente do Conselho Municipal de Saúde - CMS, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n° 8080, de 19/09/1990 e deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Saúde;
Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar n° 141, de 13/01/2012;
Considerando o regulamentado conforme Lei Federal nº 8142/90, e Lei Municipal 391/91 e Reformulado pela Lei 1345, usando de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR O PLANO DE AÇÃO PARA APLICAÇÃO DA VERBA DO INCENTIVO FINANCEIRO DE ESTRUTURA À ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA (IOAF), FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL DE MATINHOS/PR.

Art. 2º – O presente plano de ação será publicado no diário oficial do município.

Art. 3º – Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

MATINHOS, 09 DE JULHO DE 2025.

LUIZ CARLOS TETOR PEREIRA
Presidente do CMS

HOMOLOGO A PRESENTE RESOLUÇÃO PARA QUE PRODUZAM SEUS EFEITOS LEGAIS CONFERIDAS PELO INCISO I, DO ARTIGO 7º DA LEI MUNICIPAL Nº 1345/2010.

MATINHOS, 09 DE JULHO DE 2025.

EDUARDO ANTÔNIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jenifer Neckel de Novais
Código Identificador:7D784280

CONSELHO MUNICIPAL DE MATINHOS
RESOLUÇÃO 010/2025

SÚMULA: APROVAR A NOTA TÉCNICA 001/2025 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Presidente do Conselho Municipal de Saúde - CMS, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n° 8080, de 19/09/1990 e deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Saúde;
Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar n° 141, de 13/01/2012;
Considerando o regulamentado conforme Lei Federal nº 8142/90, e Lei Municipal 391/91 e Reformulado pela Lei 1345, usando de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR A NOTA TÉCNICA 001/2025 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE REFERENTE A PRESCRIÇÃO DE PROFILAXIA PRÉ-EXPOSIÇÃO (PrEP) E PROFILAXIA PÓS-EXPOSIÇÃO (PeP) POR PROFISSIONAL MÉDICO, ENFERMEIRO E FARMACÊUTICO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MATINHOS/PR.

Art. 2º – A presente nota técnica será publicada no diário oficial do município.

Art. 3º – Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

MATINHOS, 09 DE JULHO DE 2025.

LUIZ CARLOS TETOR PEREIRA
Presidente do CMS

HOMOLOGO A PRESENTE RESOLUÇÃO PARA QUE PRODUZAM SEUS EFEITOS LEGAIS CONFERIDAS PELO INCISO I, DO ARTIGO 7º DA LEI MUNICIPAL Nº 1345/2010.

MATINHOS, 09 DE JULHO DE 2025.

EDUARDO ANTÔNIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jenifer Neckel de Novais
Código Identificador:90674A1E

CONSELHO MUNICIPAL DE MATINHOS
RESOLUÇÃO 011/2025

SÚMULA: APROVAR O PLANO PLURIANUAL PARA O QUADRIÊNIO 2026/2029 – da Gestão da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Matinhos – PR,

O Presidente do Conselho Municipal de Saúde - CMS, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n° 8080, de 19/09/1990 e deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Saúde;
Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar n° 141, de 13/01/2012;
Considerando o regulamentado conforme Lei Federal nº 8142/90, e Lei Municipal 391/91 e Reformulado pela Lei 1345, usando de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR O PLANO PLURIANUAL PARA O QUADRIÊNIO 2026/2029 – da Gestão da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Matinhos – PR, a qual segue em anexo à presente resolução.
Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

MATINHOS, 15 DE SETEMBRO DE 2025.

LUIZ CARLOS TETOR PEREIRA
Presidente do CMS

HOMOLOGO A PRESENTE RESOLUÇÃO PARA QUE PRODUZAM SEUS EFEITOS LEGAIS CONFERIDAS PELO INCISO I, DO ARTIGO 7º DA LEI MUNICIPAL Nº 1345/2010.

MATINHOS, 15 DE SETEMBRO DE 2025.

EDUARDO ANTÔNIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jenifer Neckel de Novais
Código Identificador:33D8C78B

CONSELHO MUNICIPAL DE MATINHOS
RESOLUÇÃO 012/2025

SÚMULA: APROVAR A UTILIZAÇÃO DE VERBA REMANESCENTE DO EXERCÍCIO DE 2024, ORIUNDA DE REPASSE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ (CISLIPA), NO PRESENTE EXERCÍCIO DE 2025

O Presidente do Conselho Municipal de Saúde - CMS, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n° 8080, de 19/09/1990 e deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Saúde;
Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar n° 141, de 13/01/2012;
Considerando o regulamentado conforme Lei Federal nº 8142/90, e Lei Municipal 391/91 e Reformulado pela Lei 1345, usando de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR A UTILIZAÇÃO DE VERBA REMANESCENTE DO EXERCÍCIO DE 2024, ORIUNDA DE REPASSE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ (CISLIPA), NO PRESENTE EXERCÍCIO DE 2025.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

MATINHOS, 15 DE SETEMBRO DE 2025.

LUIZ CARLOS TETOR PEREIRA
Presidente do CMS

HOMOLOGO A PRESENTE RESOLUÇÃO PARA QUE PRODUZAM SEUS EFEITOS LEGAIS CONFERIDAS PELO INCISO I, DO ARTIGO 7º DA LEI MUNICIPAL Nº 1345/2010.

MATINHOS, 15 DE SETEMBRO DE 2025.

EDUARDO ANTÔNIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jenifer Neckel de Novais
Código Identificador:96F9AF53

CONSELHO MUNICIPAL DE MATINHOS
RESOLUÇÃO 013/2025

SÚMULA: AUTORIZAR A PRESCRIÇÃO DE MEDICAMENTOS PELOS PROFISSIONAIS ENFERMEIROS

O Presidente do Conselho Municipal de Saúde - CMS, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n° 8080, de 19/09/1990 e deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Saúde;
Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar n° 141, de 13/01/2012;
Considerando o regulamentado conforme Lei Federal nº 8142/90, e Lei Municipal 391/91 e Reformulado pela Lei 1345, usando de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º – AUTORIZAR A PRESCRIÇÃO DE MEDICAMENTOS PELOS PROFISSIONAIS ENFERMEIROS.

Art. 2º – Os medicamentos prescritos constam na relação municipal de medicamentos prescritos pelo profissional enfermeiro, a qual segue anexa a presente resolução.

Art. 3º – Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

MATINHOS, 15 DE SETEMBRO DE 2025.

LUIZ CARLOS TETOR PEREIRA
Presidente do CMS

HOMOLOGO A PRESENTE RESOLUÇÃO PARA QUE PRODUZAM SEUS EFEITOS LEGAIS CONFERIDAS PELO INCISO I, DO ARTIGO 7º DA LEI MUNICIPAL Nº 1345/2010.

MATINHOS, 15 DE SETEMBRO DE 2025.

EDUARDO ANTÔNIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jenifer Neckel de Novais
Código Identificador:34544DCF

CONSELHO MUNICIPAL DE MATINHOS
RESOLUÇÃO 014/2025

SÚMULA: AUTORIZAR A CRIAÇÃO DO AMBULATÓRIO DE LESÕES CUTÂNEAS DO MUNICÍPIO DE MATINHOS

O Presidente do Conselho Municipal de Saúde - CMS, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n° 8080, de 19/09/1990 e deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Saúde;
Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar n° 141, de 13/01/2012;
Considerando o regulamentado conforme Lei Federal nº 8142/90, e Lei Municipal 391/91 e Reformulado pela Lei 1345, usando de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º – AUTORIZAR A CRIAÇÃO DO AMBULATÓRIO DE LESÕES CUTÂNEAS DO MUNICÍPIO DE MATINHOS, que será instalado no Centro de Especialidades Médicas (CEM).

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

MATINHOS, 15 DE SETEMBRO DE 2025.

LUIZ CARLOS TETOR PEREIRA
Presidente do CMS

HOMOLOGO A PRESENTE RESOLUÇÃO PARA QUE PRODUZAM SEUS EFEITOS LEGAIS CONFERIDAS PELO INCISO I, DO ARTIGO 7º DA LEI MUNICIPAL Nº 1345/2010.

MATINHOS, 15 DE SETEMBRO DE 2025.

EDUARDO ANTÔNIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jenifer Neckel de Novais
Código Identificador:78E9974F

CONSELHO MUNICIPAL DE MATINHOS
RESOLUÇÃO 015/2025

SÚMULA: APROVAR RECEBIMENTO DE INCENTIVO FINANCEIRO.

O Presidente do Conselho Municipal de Saúde - CMS, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n° 8080, de 19/09/1990 e deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Saúde;
Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar n° 141, de 13/01/2012;
Considerando o regulamentado conforme Lei Federal nº 8142/90, e Lei Municipal 391/91 e Reformulado pela Lei 1345, usando de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR RECEBIMENTO DE INCENTIVO FINANCEIRO REFERENTE A RESOLUÇÃO SESA 1.357/2025 NO VALOR DE R$3.525.000,00.

Art. 2º – O recebimento dos valores acima se refere a incentivo financeiro a aquisição dos seguintes veículos para transporte de pacientes do município:

•
01 Veículo Básico - R$65.000,00;

•
03 Vans para Transporte de Pacientes - R$220.000,00 cada (Total: R$660.000,00);

•
02 Micro-ônibus - R$450.000,00 cada (Total: R$900.000,00);

•
02 Ambulâncias Básicas - R$250.000,00 cada (Total: R$500.000,00);

•
02 Ônibus - R$700.000,00 cada (Total: R$1.400.000,00).

Art. 3º – Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

MATINHOS, 28 DE AGOSTO DE 2025.

LUIZ CARLOS TETOR PEREIRA
Presidente do CMS

HOMOLOGO A PRESENTE RESOLUÇÃO PARA QUE PRODUZAM SEUS EFEITOS LEGAIS CONFERIDAS PELO INCISO I, DO ARTIGO 7º DA LEI MUNICIPAL Nº 1345/2010.

MATINHOS, 28 DE AGOSTO DE 2025.

EDUARDO ANTÔNIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jenifer Neckel de Novais
Código Identificador:1B4F225A

GABINETE
DECRETO Nº 4587/2025

Decreta recesso de Final de Ano nas repartições públicas do município, para cumprimento dos Órgãos e Entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo, sem prejuízo dos serviços considerados essenciais.

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antônio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, resolve:

DECRETA:

Art. 1º. Entre os dias 24 (quarta-feira) a partir 12 horas e 31 (quarta-feira) de dezembro de 2025 e 02 de janeiro de 2026, fica decretado o recesso de final de ano nas repartições públicas da Prefeitura Municipal de Matinhos/PR, em razão das festividades alusivas ao Natal e ao Ano Novo, com retorno às atividades no dia 05 de janeiro de 2026 (segunda-feira).
Parágrafo único. Considerando que o dia 25 de dezembro é feriado nacional, não haverá expediente nas repartições públicas municipais, exceto naquelas prestadoras de serviços considerados essenciais e permanentes.
Art. 2º. No período descrito no artigo anterior, funcionarão em regime de plantão, mantendo-se a prestação dos serviços de natureza essencial e os serviços administrativos internos, os que forem considerados indispensáveis, especialmente aqueles relacionados à gestão contábil, planejamento, licitação, compras e obras urbanas, cabendo aos Gestores da Secretaria Municipais organizar a escala de plantão das unidades administrativas sob sua responsabilidade.

Parágrafo único. Ficam excluídos deste Decreto os servidores designados para o exercício de atividades no regime de plantão, por força das funções inerentes ao seu cargo.

Art. 3º.A Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como os seus equipamentos vinculados, e o Conselho Tutelar deverão definir a composição, distribuição e organização de suas equipes técnicas no regime de plantão, de modo a garantir o funcionamento de suas atividades durante o período de recesso, visando o suporte das ações permanentes da Operação Verão.

Art. 4º.O recesso da Secretaria Municipal de Saúde e de seus departamentos vigorará em período diferenciado, a ser estabelecido pelo Gestor da Pasta.

Parágrafo único. Os seguintes equipamentos públicos vinculados à Secretaria Municipal de Saúde funcionarão normalmente durante o período de recesso, especialmente em relação aos atendimentos contínuos e à agenda de consultas já fixada pela Unidade Administrativa competente:

A Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Balneário Praia Grande;
O Hospital e Maternidade Nossa Senhora dos Navegantes;
Centro Municipal de Especialidades;
Farmácia Básica.
Outros designados pelo Gestor da Pasta, conforme necessidade da Administração Pública.

Art. 5º.O Recesso das instituições de ensino ficará vinculado às disposições do calendário escolar aprovado pelo Núcleo de Educação.

Art. 6º. As férias solicitadas durante o período de recesso administrativo serão validadas como férias.

Art. 7º. Os serviços de coleta de lixo, afetos à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, e os serviços de segurança pública, desempenhados pela Guarda Civil Municipal, vinculada à Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, funcionarão normalmente durante o recesso que trata este Decreto.

Art. 8º. Este Decreto entra vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matinhos, PR, 16 de dezembro de 2025.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:24B2B8CC

GABINETE
DECRETO Nº 4588, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025

O Prefeito do Município de Matinhos, Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora,** no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em vista da necessidade de avaliação das amostras advindas do pregão eletrônico n°97/2025:

DECRETA

Art. 1º - Fica alterada a Comissão de Avaliação da Amostra do Pregão Eletrônico Registro de Preços N° 097/2025, para aquisição de Curativos Especiais para uso de pacientes atendidos pelas equipes de Estratégia de Saúde da Família – ESF da Secretaria Municipal de Saúde, composta pelos membros a seguir:

Membro: Ana Laura Bini
Membro: Anielly Dalla Vecchia
Membro: Carla Fabíola Barbosa Quintino Diniz
Membro: Marilene Pinheiro
Membro: Kariny Araujo Muniz

Art. 2°- A referida comissão terá como finalidade avaliar as amostras quanto à qualidade, conformidade e atendimento às especificações constantes no edital, garantindo a lisura e transparência do processo.

Art. 3°- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.

Matinhos, 16 de dezembro de 2025.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:A9E06EBE

GABINETE
DECRETO Nº 4589, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a alteração da composição do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA do Município de Matinhos, nos termos do Decreto nº 2.441/2023.

O Prefeito do Município de Matinhos, no uso de suas atribuições legais e com base no disposto no Decreto nº 2.441/2023, resolve:

Art. 1º Ficam atualizados os representantes do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, conforme segue:

I – Representantes da Sociedade Civil:
Coletivo de Convivências Agroecológicas – C.C.A:
Titular: Daniele dos Santos Silva
Suplente: Bruno Rodrigues de Carvalho
Associação de Moradores da Vila Nova:
Titular: Iara Terezinha Pedroso
Suplente: Leda Cristina da Silva de Meira
Instituto 'O Pai me Adotou':
Titular: Edna Mara Tozetti Feliciano da Silva
Suplente: Celso Antonio Feliciano da Silva
Associação dos Coletores e Selecionadores de Resíduos Sólidos de Matinhos – ANCRESMAT:
Titular: Denise Fátima Veiga
Suplente: Danielle Cristine Marques Fernandes
Central dos Movimentos Populares de Matinhos:
Titular: Gracileda Maria de Lima Cavalcante
Suplente: Rene Galiciolli
Associação Lions Clube de Matinhos:
Titular: José Carlos Bento
Suplente: Smaragda Elpis Sitis Bento
Associação das Micro e Pequenas Empresas de Matinhos – AMPEC:
Titular: Patricia Gonçalves Sotto-Maior
Suplente: Siléia Aparecida Kanzler
Colonia de Pescadores Z4 de Matinhos
Titular: Adail João Pinto
Suplente: Fabiola Teleginski Pinto

II – Representantes do Poder Público Municipal:
Secretaria Municipal de Meio Ambiente:
Titular: Takashi Yotsumoto
Suplente: Andrea Luiza Mazetto
Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura:
Titular: Giovanna Marcante
Suplente: Dayana Kariny da Silva
Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Eduarda Cristina Poletto
Suplente: Fernando Nakanaishi Hamada
Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Crislaine Honorato
Suplente: Sandra Pereira Pires

Art. 2º Ficam designados para as funções de direção e apoio do CONSEA:
Presidente: Iara Terezinha Pedroso
Vice-Presidente: Gracileda Maria de Lima Cavalcante
Secretário Executivo: Fabio Leandro Armindo

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Matinhos, 16 de dezembro de 2025.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:5CA35D58

GABINETE
DECRETO Nº 4590, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a nomeação do Conselho Municipal de Saúde

O Prefeito do Município de Matinhos, Estado do Paraná, Eduardo Antonio Dalmora, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, conforme necessidade, mediante oficio n°029/2025- CMS, resolve:

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada a composição do Conselho Municipal de Saúde, que passará a contar com a seguinte composição**:**

USUÁRIOS TITULARES:

Rotary Club
Luiz Carlos Tetor Pereira

Rede Feminina de Combate ao Câncer
Andrea da Reissurreição

APAE – Associação de Pais Amigos dos Excepcionais
Maria Carolina Pereira

UFA - União das Famílias pelo Autismo

Karolinny Aleksandra Barros Buquera do Amaral

CBXE - Confederação Brasileira de Xadrez Escolar
Marcus Vinicius Lobo
Pastoral da Criança:
Nilda Ribeiro da Silva

SISMMAT
André Ricardo Hideo Matsuzaki

Associação de Amigos da Copiosa Redenção
Susana Aparecida Pereira Dias

USUÁRIOS SUPLENTES:

AMBBESMAR:
Nick Lobato

UFPR
Roberto Eduardo Bueno

Instituto Dalmora
Silvia Aparecida Alves

Paróquia São Pedro
Rachele de Brito Fernandes Guzela

Associação de Moradores do Vila Nova
Maria de Lourdes Neves

ANOÉ
Juliana Quadros

Conselho de Comunidade
Jucélia Vendramin

Associação de Moradores do Vila Progresso
Nahana Emanuele Pereira Rocha

PRESTADORES DE SERVIÇO EM SAÚDE TITULARES:

CaiobáMed
Claudir Lourenço

TRANSLHIP:
Nelson Trovo Júnior

PRESTADORES DE SERVIÇO EM SAÚDE SUPLENTES

Marcelo Filietaz
Marcelo Filietaz

CaiobáMed
Gleiciane de Jesus dos Santos

TRABALHADORES EM SAÚDE TITULARES:

Conselho Regional de Farmácia
Márcia de Oliveira Machado

Conselho Regional de Psicologia
Denise Cavenaghi Molina

Conselho Regional de Serviço Social
Sandra Pereira Pires

Conselho Regional de Medicina Veterinária
Fernando Nakanishi Hamada

TRABALHADORES EM SAÚDE SUPLENTES:

Conselho Regional de Enfermagem
Jussara das Graças Purkot

Conselho Regional de Odontologia
Marcel Shimbo

Conselho Regional de Farmácia
Cadeira Vaga

Conselho Regional de Psicologia
Cadeira Vaga

GESTÃO EM SAÚDE TITULARES
Emanuelle da Silva Chiah
Eduarda Cristina Poletto Gonçalves

GESTÃO EM SAÚDE SUPLENTES
Elias Gomes da Silva
Rozaura Maria P. Lima

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 16 de dezembro de 2025, revogando o decreto 2681/2024 e as disposições em contrário.

Matinhos, 17 de dezembro de 2025.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:4564D8EC

GABINETE
PORTARIA Nº 1648/2025

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antônio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em conformidade com o processo n° 40701/2025, resolve:

CONCEDER

Aos servidores abaixo relacionados, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, **30 (trinta) dias de férias**, a contar do dia 05 de janeiro a 03 de fevereiro de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período	
66419/1	Ana Maria de Almeida	Agente Comunitário de Saúde	2024/2025	
60577/1	Vitor Marcolin Coelli de Souza	Agente Comunitário de Saúde	2024/2025	

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 05 de janeiro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 16 de dezembro de 2025.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:24A550EA

GABINETE
PORTARIA Nº 1649/2025

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antônio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em conformidade com o processo n° 40701/2025, resolve:

CONCEDER

Aos servidores abaixo relacionados, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, **30 (trinta) dias de férias**, a contar do dia 01 a 30 de janeiro de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período	
82309/1	Amilton Antonio de Souza	Motorista D	2022/2023	

21245/1	Elizeu Alves	Motorista D	2016/2017	
21253/2	Elson Freire Viana	Motorista D	2016/2017	
67148/1	Flavio Jose Pozzobon	Motorista D	2018/2019	
67253/1	Osmar Fernando Soares	Motorista D	2016/2017	
101122/1	Rafael Cezar Prado	Motorista D	2023/2024	

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 01 de janeiro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 16 de dezembro de 2025.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:725388CB

GABINETE
PORTARIA Nº 1650/2025

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antônio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, resolve:

CONCEDER

Ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, **30 (trinta) dias de férias**, a contar de 02 a 31 de janeiro de 2026, concedidas por meio da Portaria nº 1531/2024 suspensa pela portaria n° 064/2025, como segue:

Matrícula		Nome	Cargo	Período
100450	1	Diogo Leon Stank Ferreira	Monitor de Transporte Escolar	2023/2024

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 06 de janeiro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 16 de janeiro de 2025.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:1F87F10D

GABINETE
PORTARIA Nº 1651/2025

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antônio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em conformidade com o processo n° 40389/2025, resolve:

CONCEDER

Aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Obras, **30 (trinta) dias de férias**, a contar do dia 05 de janeiro a 03 de fevereiro de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período	
17680/1	Valdecir Simao da Silva	Marceneiro	2024/2025	

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 05 de janeiro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 16 de dezembro de 2025.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:DB18783C

GABINETE
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO DECRETO Nº 4578, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025

"ALTERA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MATINHOS – CMDCA".

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, Eduardo Antonio Dalmora, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e considerando a Lei Federal n°8.069/1990 e Lei municipal n°2484/2023, mediante ofício n°054/2025-CMDCA, resolve:

ALTERAR

Art. 1º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Matinhos - CMDCA, que passará a contar com os seguintes membros:

Presidente: Marcos da Silva Lotoski
Vice Presidente: Elias G. da Silva
Secretária: Dginane Linhares
Secretário Executivo: Fabio Leandro Armindo

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS
Secretaria de Assistência Social
Titular: Marcos da Silva Lotoski
Suplente: Dginane Linhares

Secretaria Municipal de Finanças
Titular: Dejair Alves de Camargo
Suplente: Simone Diogo dos Santos Mores

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
Titular: Simone Cordeiro
Suplente: Lorize Quintino da Silva

Secretária Municipal de Saúde
Titular: Elias Gomes da Silva
Suplente: Anna Paula Overnei

Gabinete Municipal
Titular: Maurileides Rodrigues Cabral
Suplente: Adriana Matioli Antonio Amarante

REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS
APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Matinhos)
Titular: Lidiane Martins Rodrigues de Souza
Suplente: Maria Carolina Pereira

APMF (CMEI Bolinha de Neve)
Titular: Gabriela Freire Marques
Suplente: Veridiana Gonçalves Rocha

Associação de Pais e Amigos da Guarda Mirim de Matinhos:
Titular: Jucélia Vendramin
Suplente: Luiz Antônio Ramos

Confederação Brasileira de Xadrez Escolar
Titular: Marcos V. Lobo
Suplente: Zenaide A. de O. Franco

Inst. Nac. ED. Da Diver. Sociocultural – M. Bacico
Titular: Geraldo Ferreira da Silva
Suplente: Lidiomar P. Costa

Art.2º. Este Decreto entrará em vigar na data de sua publicação, revogando o decreto 4559/2025 e as disposições ao contrário.

Matinhos, 12 de dezembro de 2025.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:58F8185C

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MATINHOS
19º ATA DA REUNIÃO - COMITÊ DE INVESTIMENTOS - MATINHOS PREV

Aos 10 (dez) dias do mês de dezembro de 2025, às 15h00m, reuniram-se na sede da Previdência de Matinhos, o Presidente do Comitê de Investimentos, A diretoria executiva da previdência Roberta de Oliveira D'Amato na qualidade de DiretoraAdministrativa,Financeirae Previdenciáriae Marlise Alboit Ramos, PresidentePrevidenciária, e o Conselho Municipal de Previdência, Ivo Mendes Júnior, Rafael Honorato dos Santos, Karyne Emanuelle Zys da Silva, Camila da Rosa Belarmino e Katerine Ondina Herdt Mantovani, para apresentação da Política de Investimentos 2026. Iniciada a reunião pelo presidente do Comitê de Investimentos, este informou o motivo da reunião e passou a palavra para o consultor da Lema Economia & Finanças, Gustavo Leite, que realizou a apresentação. O consultor informou o processo de elaboração da PI e que houve atenção especial no que tange à governança. Informou ainda que existem alterações nas regras para o RPPS, ainda não aprovadas, que deverão ocorrer no ano 2026, quanto então a PI deverá ser alterada para atender às novas exigências. O consultor apresentou a estratégia de alocação. O presidente do conselho questionou a inclusão de percentuais de alvo nos ativos do Art. 7, inciso IV e V "b" considerando os acontecimentos relativos ao Banco Master e que atualmente a previdência não possui investimentos nestes tipos de ativos. O consultor Gustavo passou a explicar o que são os ativos e demonstrou o manual que será adotado para os ativos, demonstrando os procedimentos e exigências para que haja aplicações nos ativos daquele segmento. O presidente do Comitê de Investimentos informou ainda que foram apresentadas opções de investimento para estes ativos com boa rentabilidade durante o ano. Após a apresentação da política de investimentos pelo consultor, o presidente do comitê de investimento ressaltou que foram incluídas na política de investimentos mecanismos e procedimentos objetivos e bem definidos para gestão de risco e manutenção da carteira de investimentos. Foi realizada uma pesquisa na PI de outros RPPS que possuem a certificação Pró-Gestão. A inclusão destes procedimentos e mecanismos na PI foi pensada para dar ao RPPS maior agilidade na deliberação e execução da PI. O presidente do comitê de investimentos ressaltou ainda a necessidade da contratação do gestor de recursos para monitoramento constante para execução da PI. Informou ainda que há um tópico na PI sobre provisão contábil para perdas e solicitou a deliberação pela manutenção, ou não, do referido tópico. Por fim, considerando o fato de que não fora enviada previamente a minuta da PI para o presidente do Conselho Municipal de Previdência, o conselho solicitou o encaminhamento da minuta com destaque para os pontos ressaltados. O presidente do comitê de investimentos se comprometeu a fazê-lo na sequência. Por fim, nada mais havendo a ser tratado, o presidente do comitê de investimentos encerrou a reunião.
Para constar, eu, ALESSANDRO KOITI YMAI, na qualidade de Presidente da Comissão, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos demais presentes.
Matinhos, 12 de dezembro de 2025

ALESSANDRO KOITI YMAI	***MARLISE ALBOIT RAMOS***
Presidente do Comitê de Investimentos	PresidentePrevidenciária
ROBERTA DE OLIVEIRA D'AMATO	***IVO MENDES JÚNIOR***
DiretoraAdministrativaFinanceirae Previdenciária	Presidente do Conselho Municipal de Previdência
RAFAEL HONORATO DOS SANTOS	***KARYNE EMANUELLE ZYS DA SILVA***
Membro do Conselho	Membro do Conselho
CAMILA DA ROSA BELARMINO	***KATERINE ONDINA HERDT MANTOVANI***
Membro do Conselho	Membro do Conselho

Publicado por:
Roberta de Oliveira d Amato
Código Identificador:99D272DE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO TERMO DE FOMENTO N° 002/2025

TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO TERMO DE FOMENTO Nº 002/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MATINHOS E A ADETUR – AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO, CULTURA E DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ.

CONCEDENTE	MUNICÍPIO DE MATINHOS, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.017.466/0001-61 e sede à Rua Pastor Elias Abraão nº 22, Centro, Matinhos – Paraná, CEP 83.260-000, representado pelo Prefeito Municipal Senhor Eduardo Antonio Dalmora portador do RG n.º 13268215 PR e do CPF nº 337.613.459-68.

TOMADORA	ADETUR – AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO, CULTURA E DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.363.064/0001-21, com sede à Rua General Carneiro, nº 258, Centro Histórico, Paranaguá/PR, neste ato representada pelo Presidente da Entidade, Rafael Folmann, portador do CPF nº 009.049.479-20.

As partes acima qualificadas, de comum acordo e na forma da legislação aplicável, especialmente a Lei Federal nº 13.019/2014, firmam o TERMO DE ADITIVO DE SUPRESSÃO AO TERMO DE FOMENTO n°002/2025 cujo objeto é a conjugação de esforços para a realização do evento "NATAL MATINHOS 2025", conforme Plano de Trabalho parte integrante do ajuste.
Resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA SUPRESSÃO.

As partes, de comum acordo, procedem à supressão do valor de R$ 27.999,96 (vinte e sete mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos), correspondente à exclusão do item "Tendas para eventos", previsto no Plano de Trabalho vinculado ao Termo de Fomento nº 002/2025.
Parágrafo Único. A supressão referida nesta cláusula corresponde ao seguinte item do Plano de Trabalho:

Item	Descritivo	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
07	Tendas para eventos – estrutura metálica e lona vinílica	12 tendas 3m x 3m	R$ 2.333,33	R$ 27.999,96

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO TERMO DE FOMENTO
Em razão da supressão prevista na Cláusula Primeira, o valor global do TERMO DE FOMENTO Nº 002/2025 passa de R$ 980.312,02 (novecentos e oitenta mil, trezentos e doze reais e dois centavos) para R$ 952.312,06 (novecentos e cinquenta e dois mil, trezentos e doze reais e seis centavos), não acarretando a presente supressão alteração no prazo de vigência nem no cronograma de execução do objeto, permanecendo inalteradas as demais condições pactuadas.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Fomento nº 002/2025, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo, permanecendo inalteradas e plenamente vigentes.
E, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente Termo Aditivo de Supressão, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais.

Matinhos, 16 de dezembro de 2025.

MUNICÍPIO DE MATINHOS	ADETUR – LITORAL
EDUARDO ANTONIO DALMORA	***RAFAEL FOLMANN***
CPF nº 337.613.459-68	CPF nº 009.049.479-20
Prefeito Municipal	Presidente
CONCEDENTE	TOMADORA

Publicado por:
Elisiane Dos Santos
Código Identificador:810AFCD4

SECRETARIA DE SAÚDE
LICENÇA PARA DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTO A BASE DE MISOPROSTOL Nº001-2025

MATINHOS/PR
RAZÃO SOCIAL: **HOSPITAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES**
CNPJ: **76017466/0001-61**
ENDEREÇO: **AV. PARANÁ 828, CAIOBÁ, CEP 83.260-000**
ATIVIDADE: **FARMÁCIA HOSPITALAR**
DIRETOR CLÍNICO: **JOSÉ FRANCISCO WILSZEK**
CRM: **29123** CPF: **031.784.146-16**
RESPONSÁVEL TÉCNICO: MÁRCIA DE OLIVEIRA MACHADO
CRF: **5461** CPF: **362.844.759-34**

ESTE DOCUMENTO DEVE FICAR EXPOSTO NO ESTABELECIMENTO

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:51DF3243

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
EXTRATO DO CONTRATO Nº165/2025

EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 165/2025
DISPENSA Nº 19/2025
DATA DA ASSINATURA CONTRATO: 15/12/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO – CNPJ nº 95.684.510/0001-31
CONTRATADA: M A SILVA MECANICA E AUTOS - CNPJ/MF sob o nº. 35.841.794/0001-09.
OBJETO: Aquisição de pneus novos destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota de ônibus do transporte escolar do Município de Mato Rico.

O objeto pretendido pela Administração e ora processado se caracteriza em hipótese de dispensa de licitação contratação direta amparado no art. 72, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as justificativas presentes nos autos.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: 15/12/2025 a 12/03/2026
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO: R$ 20.500,00 (vinte mil e quinhentos reais).

FORMA DE PAGAMENTO: a prazo, após a emissão de Nota Fiscal.
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
06 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
06.001 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
06.001.12.361.1201.2023 – Manutenção do Transporte Escolar
339030.00.00 – Material de Consumo

FORO: Comarca de Pitanga, Estado do Paraná.

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:42696D31

MUNICÍPIO DE MATO RICO
EXTRATO DO CONTRATO Nº169/2025

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 169/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 023/2025 - PMMR

DATA DA ASSINATURA CONTRATO: 17/12/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO, CNPJ nº 95.684.510/0001-31.

CONTRATADA: ETERNIDADE PRODUÇÕES ARTÍTICAS LTDA - inscrita no CNPJ: 56.060.418/0001-49.

OBJETO: O presente contrato tem por objeto contrato tem como OBJETO, a realização de apresentação artística do artista musical FELIPE SANTIAGO E BANDA, neste ato representado pela **CONTRATADA**, a ser realizada no local denominado Parque Municipal do Gamelão, centro, na cidade de Mato Rico - Pr, no dia 24 de dezembro de 2025 para o evento Natal Iluminado, iniciando-se às 20:00 horas e apresentação musical com previsão de início às 21h com duração de 3 (três) horas de duração.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: 17/2/2025 e terá vigência até 17/02/2026.

VALOR TOTAL: R$ 10.000,00 (dez mil reais).

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado conforme execuções medições pelos fiscais do contrato após a apresentação da correspondente nota fiscal referente à entrega dos produtos.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:- As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2025, na classificação abaixo:
11 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO
11.002 – DEPARTAMENTO DE TURISMO
11.002.23.695.2301.2043– Manutenção das Atividades Turísticas
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

FORO: Comarca de Pitanga, Estado do Paraná.

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:F4CDEF26

MUNICÍPIO DE MATO RICO
HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº23/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Município de Mato Rico através do Prefeito Sr. Edelir de Jesus Ribeiro da Silva, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Com fundamento do art. 74, inciso II da Lei nº 14.133/21 e posteriores alterações, e conforme o que consta do Processo de Inexigibilidade nº 23/2025 processo Administrativo nº 878/2025, HOMOLOGAR o procedimento licitatório na modalidade inexigibilidade de Licitação, tipo contratação direta cujo o objeto contrato tem como OBJETO, a realização de apresentação artística do artista musical FELIPE SANTIAGO E BANDA, neste ato representado pela **CONTRATADA**, a ser realizada no local denominado Parque Municipal do Gamelão, centro, na cidade de Mato Rico - Pr, no dia 24 de dezembro de 2025 para o evento Natal Iluminado, iniciando-se às 20:00 horas e apresentação musical com previsão de início às 21h com duração de 3 (três) horas de duração. Coforme termo de referencia e ETP anexo ao procedimento licitatório constante no processo e ADJUDICAR e HOMOLOGAR o objeto licitado em favor da empresa **ETERNIDADE PRODUÇÕES ARTÍSTICAS** CNPJ: 56.060.418/0001-49, pela proposta conforme solicitação da Secretaria de Meio Ambiente e Turismo e secretaria de Educação e Cultura no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais).

Mato Rico Pr, 17 de dezembro de 2025.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:38FB1752

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 119/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 111/2025
DISPENSA FÍSICA Nº 070/2025

CONTRATANTE: Município de Miraselva, situada na Rua São Paulo, 10, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 75.845.529/0001-05, na cidade de Miraselva, no Estado do Paraná.

CONTRATADO:CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MEDIO PARANAPANEMA – CISMEPAR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.445.188/0001-81, sediada na Tv. Goiânia, 152, Centro na cidade de Londrina-PR.

OBJETO:Repasse de recursos financeiros destinados a serviços de Odontologia para o atendimento de consulta, diagnose e procedimentos de pacientes nas especialidades de endodontia, cirurgia e traumatologia buco-maxilo-faciais, ortodontia, periodontia, prótese dentária, odontologia para pacientes com necessidade especial, estomatologia, exame de radiologia, exame de tomografia aos pacientes dos municípios, conforme o Programa 004-CISMEPAR. O presente procedimento tem por objeto estabelecer atendimentos aos usuários do SUS destinados do município, por meio de pessoa jurídica, prestadora de serviços de saúde odontológica, em atendimento à Secretaria de Saúde do Município de Miraselva/PR.

VALOR TOTAL:R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA:de janeiro à dezembro de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

04 – Secretaria de Saúde
001 – Divisão de Atendimento Médico
10.301.0004-2026 – Manutenção do FMS
3.1.71.70.00.00 – Rateio Pela Participação em Consórcio Público

Gabinete do Prefeito 17/12/2025.

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:18E30C23

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 120/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 112/2025
DISPENSA FÍSICA Nº 071/2025

CONTRATANTE: Município de Miraselva, situada na Avenida Dona Madalena, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 75.845.529/0001-05, na cidade de Miraselva, no Estado do Paraná.

CONTRATADO:CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MEDIO PARANAPANEMA – CISMEPAR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.445.188/0001-81, sediada na Tv. Goiânia, 152, Centro na cidade de Londrina-PR.

OBJETO: Repasse de recursos financeiros destinados à ampliação da oferta de serviços ambulatoriais especializados e a aquisição de insumos e órteses de saúde, potencializando a capacidade de atenção e cuidado, com os seguintes programas: 01- POTENCIALIZAÇÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, 02- AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, INSUMOS E ÓRTESES DE OSTOMIA, 03- AQUISIÇÃO DE ÓRTESES OCULARES, 04- POTENCIALIZAÇÃO DA DIAGNOSE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE, 05– AQUISIÇÃO DE ÓRTESES – PRÓTESES AUDITIVAS E DISPOSITIVOS e 06– AQUISIÇÃO DE ÓRTESES E DISPOSITIVOS, para o exercício de 2026, em atendimento à Secretaria de Saúde do Município de Miraselva/PR.

VALOR TOTAL:R$ 255.000,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA:de janeiro à dezembro de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

04 – Secretaria de Saúde
001 – Divisão de Atendimento Médico
10.301.0004-2026 – Manutenção do FMS
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PESSOA JURÍDICA

Gabinete do Prefeito 17/12/2025.

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:2BE9AAFF

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 121/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 113/2025
DISPENSA FÍSICA Nº 072/2025

CONTRATANTE: Município de Miraselva, situada na Avenida Dona Madalena, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 75.845.529/0001-05, na cidade de Miraselva, no Estado do Paraná.

CONTRATADO:CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MEDIO PARANAPANEMA – CISMEPAR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.445.188/0001-81, sediada na Tv. Goiânia, 152, Centro na cidade de Londrina-PR.

OBJETO: Ratear as despesas do CONSÓRCIO entre os entes CONSORCIADOS nos termos do artigo 8º da Lei n° 11.107/05. O custo deste termo é baseado na quantidade de munícipes do município, sendo que para o exercício de 2026 essa quantidade base será de 2.017 (dois mil e dezessete) habitantes e a cota mensal é de 1,73 (um real e setenta e três centavos) por habitante, perfazendo um valor mensal de R$ 3.489,41 (três mil quatrocentos e oitenta e nove reais e quarenta e um centavos). O período de vigência deste termo de repasse será de 12 meses perfazendo um total de R$ 41.872,92 (quarenta e um mil oitocentos e setenta e dois reais e noventa e dois centavos), em atendimento Secretaria de Saúde do município de Miraselva/PR.

VALOR TOTAL:R$ 41.872,92 (quarenta e um mil oitocentos e setenta e dois reais e noventa e dois centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA:de janeiro à dezembro de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

04 – Secretaria de Saúde
001 – Divisão de Atendimento Médico
10.301.0004-2026 – Manutenção do FMS
3.1.71.70.00.00 – Rateio Pela Participação em Consórcio Público

Gabinete do Prefeito 17/12/2025.

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:E030D06F

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 122/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 114/2025
DISPENSA FÍSICA Nº 073/2025

CONTRATANTE: Município de Miraselva, situada na Avenida Dona Madalena, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 75.845.529/0001-05, na cidade de Miraselva, no Estado do Paraná.

CONTRATADO:CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MEDIO PARANAPANEMA – CISMEPAR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.445.188/0001-81, sediada na Tv. Goiânia, 152, Centro na cidade de Londrina-PR.
OBJETO:AUTORIZAÇÃO DE REPASSE AO CISMEPAR – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO MÉDIO PARANAPANEMA, REFERENTE AO ATENDIMENTO DA UNIDADE DE SUPORTE AVANÇADO DE VIDA (USAV) DO SAMU DO POLO B DOS MUNICÍPIOS QUE UTILIZAM OS SERVIÇOS DO SAMU DA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA.

VALOR TOTAL:R$ 16.028,08 (dezesseis mil, vinte e oito reais e oito centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA:de janeiro à dezembro de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

04 – Secretaria de Saúde
001 – Divisão de Atendimento Médico
10.301.0004-2026 – Manutenção do FMS
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PESSOA JURÍDICA
Gabinete do Prefeito 17/12/2025.

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:F59E6489

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO A SAÚDE DE MORRETES EDITAL Nº 22, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025. EDITAL DE CONVOCAÇÃO PSS 01/2025

EDITAL Nº 22, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

PSS 01/2025

A DIRETORA GERAL DA FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DE MORRETES – FASMO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 50/2022, e considerando o Edital nº 01 do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025, bem como o Edital de Homologação do Resultado Final e Classificação, ambos devidamente publicados nos endereços eletrônicos www.morretes.pr.gov.br e www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar.

CONVOCA os candidatos abaixo relacionados para comparecerem, dentro do prazo e munidos da documentação exigida, conforme descrito **no item 5 do edital nº 01/2025**.

1º - Os candidatos convocados deverão comparecer entre os dias **18 à 22 de dezembro de 2025**, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, no anexo do Hospital e Maternidade Municipal Doutor Alcídio Bortolin, situado na Rua Santos Dumont, nº 91, Morretes – PR, CEP 83370-000.

ENFERMEIRO (A) – CLASSIFICAÇÃO GERAL				
Classificação	**Nome Completo**	**Data Nascimento**	**RG**	**CPF**
38	LUCIANE PATRICIO REDEDE	09/11/1974	66901491	25502194817

TECNICO DE ENFERMAGEM (A) – CLASSIFICAÇÃO GERAL				
Classificação	**Nome Completo**	**Data Nascimento**	**RG**	**CPF**
36	MARCOS PAULO VIANA	15/10/1974	62995017	82889368149

2º – os candidatos deverão apresentar, sob pena de eliminação, os documentos listados no item 5 do edital º 01/2025.

• CPF;
• RG;
• Cartão SUS;
• Certidão de nascimento que contenha o CPF ou RG e CPF de filhos de até 21 anos (se houver);
• Dados bancários (de preferência Banco do Brasil, caso não possua, pode ser outro banco).
• Certidão Negativa Criminal e Certidão Negativa Cível expedida pela comarca onde reside;
• Carteira de Trabalho;
• 1 foto 3x4 atual;
• Título de eleitor e certidão de quitação eleitoral (https://www.tre-pr.jus.br/servicos eleitorais/servicos-ao-eleitor/certidoes/quitacao-eleitoral);
• PIS ou PASEP (fotocópia);
• Certidão de nascimento ou casamento, se casado for (RG e CPF do cônjuge);
• Original e cópia do Comprovante de endereço atual, de no máximo 90 dias, que conste o nome do profissional a ser contratado e o CEP do endereço, ou declaração equivalente, na forma da Lei 7115/1983;
• Declaração de bens (fornecida no momento da admissão) ou declaração anual de imposto de renda;
• Declaração de acúmulo de cargo público (fornecida no momento da admissão);
• No caso de candidato do sexo masculino, apresentar certificado de reservista (fotocópia).
• O RG poderá ser substituído pela CTPS ou carteira de registro profissional junto ao conselho Profissional competente, uma vez que são documentos com foto.
• Atestado de Saúde Ocupacional – ASO (possuir aptidão física e mental compatíveis com o exercício do emprego, mediante avaliação médica a ser entregue no ato da convocação);

3º - Os documentos exigidos nos itens 5.1 e 5.2 do edital nº 01/2025 e os títulos indicados no momento da inscrição, deverão ser apresentados em **cópias, DEVIDAMENTE ACOMPANHADOS PELOS ORIGINAIS**, para que a Comissão Especial para Elaboração do PSS possa atestar sua autenticidade, nos termos da Lei Federal n.º 13.726/2021. Os originais não serão retidos em nenhuma hipótese.

Dê-se ciência e cumpra-se,

EVERLLIN D C GUIGUER
Diretora Geral
FASMO

Publicado por:
Everllin Dina de Camargo Guiguer
Código Identificador:5726F26A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7643 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

PORTARIA Nº 7643 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Súmula: Designa Fiscal para acompanhar o Termo de Colaboração nº 1/2025 (Festa-Feira 2025), SIT 74438

O **Prefeito de Morretes, Estado do Paraná, Senhor SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 72, Parágrafo Único, alínea "a", e 87, inciso II, alínea "a", ambos da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar, a partir de 05 de dezembro de 2025, o Sr. Daniel Lécio Berta, matrícula funcional nº 115606, ocupante do cargo Diretor de Pecuária e Serviços de Inspeção de Produtos de Origem Animal, CPF nº 050.XXX.XXX-02, RG nº 10.XXX.XXX-1, para exercer a função de Fiscal do Termo de Colaboração nº 01/2025 (Festa-Feira 2025), SIT nº 74438.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 17 de dezembro de 2025.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:DB92768B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PUBLICAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS - PROCESSO DE LOTAÇÃO, REMOÇÃO E PERMUTA - EDITAL Nº 004, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2025

PUBLICAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

PROCESSO DE LOTAÇÃO, REMOÇÃO E PERMUTA

EDITAL Nº 004, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2025

A Secretária Municipal de Educação do Município de Morretes, ADRIANA ASSUMPÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando os artigos 79 a 82 da Lei Complementar nº 30/2015, que dispõe sobre o Plano de Empregos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério Público Municipal, e em conformidade com o Edital nº 004/2025, de 26 de novembro de 2025,
RESOLVE:

Divulgar a PUBLICAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS no Processo de Lotação, Remoção e Permuta, observada a ordem de classificação e os critérios de desempate previstos no Edital.
Considerando que não houve interposição de recursos dentro do prazo estabelecido, torna-se definitiva a relação abaixo.

1. INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS – LOTAÇÃO

Nº	Nome do Servidor	Matrícula	Data de Admissão	Observação
01	Sonia Moraes da Costa	10201581	01/10/2015	Programa Formadores em Ação – Município
02	Helen Anne Vieira Scremin	212988	01/10/2015	—

2. INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS – REMOÇÃO DE LOTAÇÃO

Nº	Nome do Servidor	Matrícula	Data de Admissão	Unidade de Ensino
01	Kellin Aparecida Franzoni de Campos	213406	25/06/2018	CMEI Maria Luiza Burtz Merkle

3. DISPOSIÇÕES FINAIS
3.1. Fica homologado, em caráter final, o resultado das inscrições acima relacionadas, para fins de participação na etapa de distribuição de vagas, conforme cronograma previsto no Edital nº 004/2025.

3.2. A distribuição das vagas ocorrerá no dia 19/12/2025, às 17h30min nas dependências da Secretaria de Educação.

Morretes, 15 de dezembro de 2025.

ADRIANA ASSUMPÇÃO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:E4DC731D

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO N°06/2025 - DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA-CMDPI

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA -CMDPI

RESOLUÇÃO CMDPI Nº06 /2025

SÚMULA: Aprova a prestação de contas do Incentivo Paraná Viaja Mais 60, referente a Deliberação n°024/2023-SEMIPI exercício 2024.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA CMDPI –, reunido ordinariamente no dia 17de dezembro de 2025, de forma online via whatsapp, no uso das atribuições que lhe confere Conforme Lei Municipal N°23/2025, que dispõe sobre a Política dos Direitos da Pessoa Idosa

RESOLVE:
Art. 1º Aprovara prestação de contas do Incentivo Paraná Viaja Mais 60, referente à Deliberação nº 024/2023- SEMIPI , exercício 2024.

Informamos que não houve execução de despesas no período, sendo apresentados, para análise, apenas os rendimentos oriundos da aplicação financeira.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
PUBLIQUE-SE.
Morretes, 17 de dezembro 2025

Mª CRISTINA MORAES DA COSTA PINTO
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa-CMDPI

Publicado por:
Daiane Cristina Eberle Oliveira
Código Identificador:11F61F89

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO N°24/2025 - DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-CMDCA

RESOLUÇÃO Nº24 /2025 - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CMDCA
RESOLUÇÃO CMDCA Nº. 24/2025

SÚMULA: Aprova a composição a Comissão de Processo Disciplinar do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA – Gestão 2025-2026.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, reunido ordinariamente no dia 15 de novembro de 2025 no uso de suas
atribuições regimentais e considerando a Lei Federal nº 8.069/90, e Lei Municipal nº 174/2012, que define as atribuições do Conselho.
SÚMULA: Nomear a Comissão Disciplinar do
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do
Adolescente.
RESOLVE:
Art. 1º – Nomear a Comissão de Processo Disciplinar conforme Seção VI – Das Infrações Funcionais e das Penalidades, Art.59 e 60 da Lei Municipal nº 174/2012.
Art. 2º - Fica constituída a Comissão Disciplinar:
- Maria Victória da Cruz
- Deisy Meduna Valério
- Nathália Ozório Bet
Art. 3º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.
PUBLIQUE-SE
Morretes, 17 de novembro 2025

FERNANDO HENRIQUE DIAS DA COSTA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Daiane Cristina Eberle Oliveira
Código Identificador:C335EBE4

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO N°37/2025 - DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – COMAS
RESOLUÇÃO Nº 37/2025

SÚMULA : Aprova o Agiliza SUAS 2024, prestação de contas dos recursos federais da Assistência Social – SUAS , IGD-BF; IGD-SUAS; Serviços e Programas Socioassistenciais; Transferências SIGTV.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993), pela legislação municipal vigente e pelas normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS,
CONSIDERANDO a apresentação e análise, por este Conselho, do relatório contendo as contas e os saldos a serem reprogramados do exercício de 2025
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o relatório de reprogramação de saldos do exercício financeiro de 2024 para o exercício de 2025, elaborado por meio do Agiliza SUAS, referente aos seguintes blocos e transferências:
I – **IGD-BF**;
II – **IGD-SUAS**;
III – **Serviços e Programas Socioassistenciais**;
IV – **Transferências SIGTV**.
Art. 3º Determinar que a gestão municipal da Assistência Social adote todas as providências necessárias para a correta execução, registro, acompanhamento e prestação de contas dos recursos, em conformidade com as normas vigentes do SUAS e orientações dos órgãos de controle.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

MARIA VICTÓRIA DA CRUZ
Presidente Do CMAS

Publicado por:
Daiane Cristina Eberle Oliveira
Código Identificador:C0554127

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA DECRETO LEGISLATIVO 11/2025 - RECOMPOSIÇÃO SALARIAL

DECRETO LEGISLATIVO 11/25
de 17 dezembro de 2025

A PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município de Nova América da Colina e autorização contida na Lei Municipal 588/2025, e;

Considerando o parágrafo 1º do Art. 11 da Lei nº 588/2025 LDO, que assegura e autoriza a atualização dos vencimentos e vantagens do quadro pessoal, garantindo o disposto no inciso X do Art. nº 37 da Constituição Federal para o ano de 2025, com no mínimo o índice de variação apurado pela variação do salário mínimo nacional;

Considerando o reajuste do salário mínimo Federal que eleva o Salário Mínimo para R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais) a partir de 1º de janeiro de 2026, percentual de 6,79%;

Considerando haver dotação suficiente nas Leis Orçamentárias Municipal em vigor para ocorrer à despesa prevista;

DECRETA:

Art. 1º Conceder aos servidores efetivos e comissionados desta casa de leis, conforme previsto no Art. 11, §1, da Lei 588/2025 LDO, reajuste de 6,79%.

Art. 2º Conceder aos vereadores desta casa de leis, conforme previsto no Art. 3, da Lei 559/2024, reajuste de 6,79%.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Dê-se Ciência, Cumpra-se e Publique-se.

Nova América da Colina, 17 de dezembro de 2025.

HENRIQUELI CAMPOS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Sergio Bruniera Junior
Código Identificador:2255D6F7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO CONTRATO Nº: 119/2025

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Nº 38/2025
CONTRATANTE: Município de Nova América da Colina - PR.
CONTRATADA: JM PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA (CNPJ: 57.933.150/0001-75).
OBJETO: Contratação de apresentação artística musical da Dupla JULYA & MARYANA
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06.001.12.361.0006.2014.3.3.90.39.00 (Manutenção do Ensino Fundamental)
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021
Assinatura: Tania Cristina da Silva Basso /Prefeita Contratante / Rodolfo Bomfim Alessi / Contratado
Data de Assinatura: 17 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:9E605E15

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº120/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº120/2025

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº049/2025, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRONÔNICO Nº90006/2025– CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORTE DO PARANÁ – CISNOP

Ref. Inexigibilidade nº35/2025 / Processo nº124/2025
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova América da Colina, Estado do Paraná, com sede à Avenida Paraná, 276, centro, inscrito no CNPJ: 75.827.204/0001-08, neste ato representado pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhora Tania Cristina da Silva Basso.

CONTRATO: CABALA SOLUÇÕES GOVERNAMENTAIS LTDA
CNPJ: 9.606.986/0001-83

OBJETO: Aquisição de 02 (DUAS) VANS, RENAULT MASTER PRO L2H2 conforme RESOLUÇÃO SESA através da Secretaria de Saúde do Governo do Paraná conforme nº1147/2025

VALOR TOTAL HOMOLOGADO R$583.200,00 (quinhentos e oitenta e três mil e duzentos reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir da assinatura do contrato.

PRAZO DE ENTREGA: 90 (noventa) dias

FORO: Comarca de Assaí – Estado do Paraná

Nova América da Colina, 17 de dezembro de 2025.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeita Municipal

JULIANA QUEIROZ STURZENEKER ROSA
Representante

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:B0DA0F49

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 86, §2º e alterações posteriores, e à vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve **Homologar e Adjudicar** a presente Licitação.

• **Modalidade:** Inexigibilidade de licitação
• **Nr. Licitação:** 35/2025 - IL
• **Processo Administrativo:** 124/2025
• **Data de Homologação:** 17/12/2025
• **Objeto:** Aquisição de veículo zero quilometro TIPO VAN 16 LUGARES conforme RESOLUÇÃO SESA através da Secretaria de Saúde do Governo do Paraná conforme nº1147/2025
• **Participante Adjudicatário:** CABALA SOLUÇÕES GOVERNAMENTAIS LTDA (CNPJ: 39.986/0001-83).
• **Valor Total Adjudicado:** R$ 583.200,00.

Descrição da Despesa/Dotação: MANUTENCAO DOS PROGRAMAS FEDERAIS E ESTADUAIS (07.001.10.301.0007.2021.4.4.90.52.00) no valor estimado de R$ 583.200,00.
Nova América da Colina, 17 de dezembro de 2025.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeito

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:9E5EDC00

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 113/2025

DECRETO Nº 213/2025

SUMULA: "Nomeia a Comissão de Elaboração do Plano Municipal de Assistência a Mulher do Município de Nova América da Colina, quadriênio 2026 - 2029 e dá outras providências."

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO, PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em especial as contidas na Lei Municipal nº 340/2015;

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear a Comissão de Elaboração do Plano Municipal de Assistência a mulher, quadriênio 2026 -2029, sendo composta pelos seguintes membros:

Nome	Representação
Marta Caldeira Roque da Silva	Presidente do CMDM
Jozilaine Fernanda Malheiros	Vice Presidente do CMDM
Elisangele Adriana Soares Neves	Asssitente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social
Márcia Cristina Campos Nakashima	APAE
Maria Gorete de Melo	APMF do Colégio Estadual Papa Paulo VI
Mirian Rosa Campos	Secretária Municipal de Assistência a Mulher e ao Idoso.
Flávia Costa de Paula Santos	Secretaria de Educação
Jaueline Rosa	Secretaria de Saúde

Art. 2° Este Decreto entra em vigor após sua publicação, revogando as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE!

Nova América da Colina, 17 de dezembro de 2025.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeita Muncipal

Publicado por:
Rodrigo de Oliveira David
Código Identificador:14E04826

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

LEGISLATIVO MUNICIPAL
DECRETO N.º 09/2025

DECRETO N.º 09/2025

SÚMULA:Determina Ponto Facultativo na Câmara Municipal do Município de Nova Prata do Iguaçu e, dá outras providências.

MARCIO RUHNKE, ***Presidente da Câmara Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o artigo 2º da Lei Municipal nº 1447/2017.***

DECRETA

Art. 1º - Fica determinado Ponto Facultativo nas dependências da Câmara Municipal do Município de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, **no dia 18 de dezembro de 2025,** consagrado a Padroeira do Município Nossa Senhora do Bom Parto.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Legislativo Municipal, aos quinze dias do mês de dezembro de 2025.

MARCIO RUHNKE
Presidente do Legislativo

Publicado por:
Andreia Aparecida Hoffelder
Código Identificador:71A20896

LEGISLATIVO MUNICIPAL
DECRETO N.º 10/2025

DECRETO N.º 10/2025

Decreta Ponto Facultativo e dá outras providências.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA PRATA DO IGUAÇU-PR**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido Ponto Facultativo, em todas as Repartições Públicas da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Nova Prata do Iguaçu/PR, no dia 19 de dezembro de 2025 à 05 de janeiro de 2026, tendo em vista as festividades alusivas ao Natal e ao Fim de ano.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Legislativo Municipal, aos quinze dias do mês de dezembro de 2025.

MARCIO RUHNKE
Presidente do Legislativo

Publicado por:
Andreia Aparecida Hoffelder
Código Identificador:BB687631

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
ARP 133 - NOROESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 133

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **FUNDACAO DE EDUCACAO DE PAICANDU,** inscrito no CNPJ nº 30.372.351/0001-94, com endereço FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI** portador da Cédula de Identidade nº 7.870.995-2, e inscrito no CPF/MF sob o nº 032.744.339-18, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 33/2025, homologado em 11/12/2025, integrante do Processo Administrativo nº 56/2025, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa NOROESTE LICITACOES LTDA, CNPJ nº 38.852.363/0001-28, com endereço AV PARIGOT DE SOUZA Nº 2545, CEP 87705020, representada por ANA PAULA MACHADO PASTORI,
Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 096.026.099-40, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

DO OBJETO:
A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **O presente instrumento visa através de PREGÃO ELETRÔNICO □ REGISTRO DE PREÇOS, com validade de 12 (meses) para aquisição de gêneros alimentícios (merenda escolar) destinados a atender as Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Centros Municipais de Educação Infantil deste Município** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.
Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a esta **ATA**;
As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.
A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela

entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões
As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o

pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em PAIÇANDU, 15 de dezembro de 2025 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI

NOROESTE LICITACOES LTDA

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS

LOTE 2	Quant.: 1	Num: 428	9,99	**Total: 39.960,00**
Item: 2	Unidade: PACOTE	Marca: DOCESUCAR	Modelo:	

Descrição: AÇÚCAR CRISTAL - Açúcar Cristal: deverá estar apresentado em embalagem de polietileno, transparente, contendo 5kg. Na embalagem deverão constar os ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, endereço do fornecedor, data de fabricação e validade. O produto deverá estar isento de fermentação, sujidades, parasitas, larvas e/ou material estranho, tanto de origem química quanto física. Cor, odor e sabor característicos do produto. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.
Quantidade: 4.000 **Valor Unit.: 9,99** Total Item: 39.960,00

LOTE 5

Quant.: 1

Num: 485

9,99

Total: 19.980,00

Item: 5

Unidade: PACOTE

Marca: NUTRIPAR Modelo:

Descrição: ARROZ - Arroz: agulhinha, longo, fino, polido, de 1ª qualidade (tipo 1), de procedência nacional. Contendo no mínimo, 97% de grãos inteiros, com no máximo 14% de umidade. Seu rendimento após o cozimento deve ser de 2,5 vezes mais do peso antes da cocção. Deverá apresentar coloração branca, grãos íntegros e soltos (após cozimento).
Fonte de vitaminas e proteínas. Embalagem de 5 (cinco) quilos, contendo identificação dos ingredientes, identificação do fornecedor, valor nutricional, data de fabricação, data de validade, lote. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. No ato da entrega, as embalagens deverão estar íntegras, e o produto deverá se apresentar com características próprias. Prazo de validade de no mínimo 12 meses, a partir da data de entrega. COTA EXCLUSIVA ME-EPP
Quantidade: 2.000 **Valor Unit.: 9,99** Total Item: 19.980,00

LOTE 7

Quant.: 1

Num: 994

17,95

Total: 26.925,00

Item: 7

Unidade: UNIDADE

Marca: RENATA Modelo:

Descrição: AZEITE DE OLIVA - Azeite de Oliva: puro, extra virgem. Garrafa de 500ml, acidez abaixo de 0,8% Utilizado para temperar alimentos. Com prazo mínimo de validade de 06 meses, a partir da data de entrega.
Quantidade: 1.500 **Valor Unit.: 17,95** Total Item: 26.925,00

LOTE 11

Quant.: 1

Num: 911

3,20

Total: 4.160,00

Item: 11

Unidade: PACOTE

Marca: RENATA Modelo:

Descrição: BISCOITO SALGADO INTEGRAL - Biscoito Salgado Integral: deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, não devem estar mal assados ou com caracteres organolépticos anormais. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, fibra de trigo, açúcar, extrato de malte, sal, glicose, soro de leite, fermentos químicos: bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio e fosfato monocálcico, estabilizante lecitina de soja. Embalagem: devem estar acondicionados em embalagem primária plástica, transparente, envoltos por embalagem secundária de polietileno metalizado, atóxico, resistente, lacrado, pacote com peso mínimo de 350g. Prazo de validade mínimo 10 meses a contar a partir da data de entrega.
Quantidade: 1.300 **Valor Unit.: 3,20** Total Item: 4.160,00

LOTE 14

Quant.: 1

Num: 848

21,00

Total: 70.875,00

Item: 14 Unidade: PACOTE Marca: COAMO Modelo:

Descrição: CAFÉ EM PÓ - Café em pó tipo 01, tradicional, torrado, moído, contendo selo ABIC de pureza. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho, tanto de origem química e/ou biológica. Acondicionado em embalagem tipo aroma Pack, de polietileno, atóxica, á vácuo, com peso de 500 gramas. Na embalagem deverá constar marca identificação do fabricante, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e lote. COTA PRINCIPAL
Quantidade: 3.375 **Valor Unit.: 21,00** Total Item: 70.875,00

LOTE 15

Quant.: 1

Num: 809

22,00

Total: 24.750,00

Item: 15

Unidade: PACOTE

Marca: COAMO Modelo:

Descrição: CAFÉ EM PÓ - Café em pó: tipo 01, tradicional, torrado, moído, contendo selo ABIC de pureza. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho, tanto de origem química e/ou biológica. Acondicionado em embalagem tipo aroma Pack, de polietileno, atóxica, á vácuo, com peso de 500 gramas. Na embalagem deverá constar marca identificação do fabricante, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e lote. COTA EXCLUSIVA ME-EPP

Quantidade: 1.125		**Valor Unit.: 22,00**			Total Item: 24.750,00
LOTE 20	Quant.: 1		Num: 162	3,80	**Total: 14.440,00**

Item: 20

Unidade: CX

Marca: LEÃO Modelo:

Descrição: CHÁ DE CAMOMILA - Chá de camomila: Matricaria recutita L., constituído de florais inteiros, de espécimes vegetais genuínos dessecados, de cor amarela pardacenta, de aspecto, cor, cheiro e sabor próprios. Isento de sujidades, parasitas e larvas. Deverão obedecer aos requisitos da RDC 277 de 22/09/2015 da ANVISA. Embalagem: sache com aproximadamente de 01 (um) grama. Caixa de papelão contento, no mínimo 25 gramas, 25 saquinhos, com descrição dos ingredientes, modo de preparo, identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote. Data de validade de 12 (doze) meses, a partir da data de entrega.

Quantidade: 3.800		**Valor Unit.: 3,80**			Total Item: 14.440,00
LOTE 21	Quant.: 1		Num: 381	3,98	**Total: 15.124,00**

Item: 21

Unidade: CX

Marca: LEÃO Modelo:

Descrição: CHÁ DE ERVA DOCE - Chá de erva doce: Foeniculum vulgare, composto de funcho nacional, isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho, tanto de origem química, física e/ou biológica. Embalagem: caixa de papelão contento no mínimo 50 gramas, com no mínimo 25 sachês de pelo menos 2 gramas cada. Com descrição dos ingredientes, modo de preparo, identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote. Data de validade de 12 (doze) meses, a partir da data de entrega.

Quantidade: 3.800		**Valor Unit.: 3,98**			Total Item: 15.124,00
LOTE 22	Quant.: 1		Num: 918	3,90	**Total: 11.700,00**

Item: 22

Unidade: CX

Marca: UNIÃO Modelo:

Descrição: CHÁ MATE - Chá mate: chá mate natural a granel, tostado, de 1ª qualidade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Peso líquido de 250 gramas, identificando o rendimento na embalagem, que deverá estar entre 16 e 18 litros. Embalagem de papelão, com data de fabricação, data de validade e lote, identificação do fabricante, número de registro no Ministério da Saúde e selo Green Building Council. A data de fabricação não deverá ultrapassar 30 (trinta) dias até a entrega do produto.
Quantidade: 3.000 **Valor Unit.: 3,90** Total Item: 11.700,00

LOTE 26

Quant.: 1

Num: 391

4,69

Total: 16.415,00
Item: 26 Unidade: PACOTE Marca: CIAFRIOS Modelo:

Descrição: EXTRATO DE TOMATE - Extrato de tomate: altamente concentrado, com cor, sabor e textura característicos de um produto que passou pelo processo de redução da polpa do tomate. Preparado com frutos maduros, de boa qualidade, selecionados, sem pele e sem sementes. Isento de corantes artificiais, sujidades, larvas, parasitas e qualquer material estranho, tanto de origem química, física e/ou biológica. Acondicionado em embalagens tipo tetra brik asséptic, com peso mínimo de 1kg, sendo aluminizadas, com verniz sanitário, sem estufamentos, vazamento, corrosão interna e outras alterações. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência, informação nutricional, ingredientes, que deverão ser: tomate, sal e açúcar; data de fabricação, data de validade, lote, peso liquido, número do registro no órgão competente. Caso o produto não atenda o descritivo, no ato da entrega, o mesmo não será aceito e/ou a troca deverá ser imediata. O prazo de validade mínimo será de 10 (dez) meses a partir da data da entrega.
Quantidade: 3.500 **Valor Unit.: 4,69** Total Item: 16.415,00

LOTE 36

Quant.: 1

Num: 003

2,99

Total: 10.465,00

Item: 36

Unidade: PACOTE

Marca: SINHA Modelo:

Descrição: FUBÁ DE MILHO PRÉ-COZIDO - Fubá de milho Pré-Cozido: amarelo, tipo 1, de primeira linha, obtido através do processo de desgerminação, moagem e pré-cozimento do grão de milho, seguido de secagem. Enriquecido com ferro e ácido fólico. Cor, odor, sabor e textura característicos. Isento de matérias terrosas, larvas, parasitas, detritos animais ou vegetais e de qualquer material estranho, tanto de origem química, física e/ou biológica. Deverá estar de acordo com as leis vigentes. Isento de mofo, bolor e umidade. Embalagem de 1 (um) quilo, de polietileno, atóxico, transparente resistente, contendo na mesma identificação do fabricante, lote, data de fabricação, data de validade, nome e/ou marca do produto, ingredientes e informação nutricional. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar a partir da data de entrega.
Quantidade: 3.500 **Valor Unit.: 2,99** Total Item: 10.465,00

LOTE 37

Quant.: 1

Num: 862

12,88

Total: 57.960,00

Item: 37

Unidade: UNIDADE

Marca: UNIBABY Modelo:

Descrição: IOGURTE SEM LACTOSE - Iogurte sem lactose: Resfriado. Iogurte sabor morango ou coco 0% lactose. Iogurte parcialmente desnatado com polpa de fruta para dietas com restrição de lactose. Embalagens plásticas de no mínimo 850g. Validade mínima de 2 meses na data da entrega.
Quantidade: 4.500 **Valor Unit.: 12,88** Total Item: 57.960,00

LOTE 47

Quant.: 1

Num: 221

21,98

Total: 39.564,00

Item: 47

Unidade: PACOTE

Marca: FRIMESA Modelo:

Descrição: MANTEIGA: SEM SAL - Manteiga: sem sal. Ingrediente: creme de leite. Produto obtido através de creme de leite. Tablete com peso mínimo de 500 gramas.
Quantidade: 1.800 **Valor Unit.: 21,98** Total Item: 39.564,00

LOTE 54

Quant.: 1

Num: 626

5,00

Total: 9.500,00

Item: 54

Unidade: PACOTE

Marca: VIGOR Modelo:

Descrição: QUEIJO RALADO - Queijo ralado: queijo parmesão, formaggio, ralado grosso, sem aditivos. Isento de glúten. Ingredientes: queijo parmesão, conservador ácido sórbico e antiaglutinante dióxido de silício. Embalagem alumizada, atóxica, que não permita passagem de luz, limpa, não violada, resistente, que garanta a integridade do produto. Na embalagem deverá constar informação nutricional, ingredientes, peso liquido, que deverá ser de no mínimo 50 gramas, identificação do fabricante, data de fabricação, data de validade, lote, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF, carimbo de inspeção. Validade mínima de 90 (noventa) dia, a partir da data de entrega.
Quantidade: 1.900 **Valor Unit.: 5,00** Total Item: 9.500,00

LOTE 58

Quant.: 1

Num: 557

1,20

Total: 3.000,00

Item: 58 Unidade: UNIDADE Marca: CHEMIM Modelo:
Descrição: VINAGRE - Vinagre: branco, fermentado acético de álcool, acidez 4%. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em garrafas plásticas resistentes, contendo 750 ml. Prazo de validade: mínimo de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca,

ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais. Validade de 12 (doze) meses a contar da data de entrega.

Quantidade: 2.500 **Valor Unit.: 1,20** Total Item: 3.000,00

VALOR TOTAL DO CONTRATO: 364.818,00

Publicado por:
Lorrayne Vitoria Barbosa Ribeiro
Código Identificador:D52F6097

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO – PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 015/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2023

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 30.372.673/0001-33.
CONTRATADO: DINAMUS SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 12.286.635/0001-86.

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 57, inc. II, DA LEI Nº 8666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:
§ 1º Fica acertado entre as partes o 6º termo aditivo de **PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO POR MAIS 06 (seis) MESES, ATÉ 11/06/2026**, nos termos do art. 57, inc. II, da Lei nº 8666/93, que tem por objetivo a Contratação de empresa especializada em segurança patrimonial para a execução de serviços de vigilância desarmada, para guarnecer a edificação do HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSE DE PAIÇANDU situado na Rua Joana D´arc, nº 304, Jardim Santa Luzia, conforme quantidades, forma e condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos
§ 2º Pelos serviços prestados a contratante pagará a contratada o valor de R$55.805,44 (cinquenta e cinco mil, oitocentos e cinco reais, quarenta e quatro centavos) por mês para utilização de 08 (oito) vigilantes.
Sem mais alterações.

Paiçandu – PR, 10 de dezembro de 2025.

Fundação de Saúde de Paiçandu
THIAGO ALVES CEFALO

Publicado por:
Diana Dos Santos Silva
Código Identificador:08D2E3B4

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO 608 2025

Súmula: Aprova o Loteamento denominado "RESIDENCIAL MARCUSSI":

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAIÇANDU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

Art. 1º - Fica aprovado o Loteamento denominado **RESIDENCIAL MARCUSSI,** a ser implantado no lote de terras nº 40-Rem., da Gleba Patrimônio Paiçandu, neste Município, nos termos e condições que estabelece o presente Decreto.

Art. 2º - As características e medidas do empreendimento são as seguintes:

I – A área total do empreendimento é de 63.096,00 metros quadrados, e possui as seguintes divisas e confrontações: "Principiando em um marco cravado na margem direita do Ribeirão Paissandu, segue confrontando com parte do lote nº 41 no rumo NO 17°10' SE com a distância de 447,00 metros; com o Lote nº 40-A no rumo SO 72°50' NE com a distância de 88,00 metros; ainda com o Lote nº 40-A no rumo NO 17°10' SE com a distância de 53,00 metros; com a Rua Curitiba no rumo SO 72º50' NE com a distância de 47,00 metros; com o Lote nº 39 no rumo NO 17°10' SE com a distância de 494,10 metros e finalmente com a margem direita do Ribeirão Paissandu até o ponto de partida".

II – O loteamento é composto por 15 (Quinze) quadras, subdivididas em 98 (noventa e oito) datas comercializáveis e 05 (cinco) datas de doação.

III – A área total do loteamento ficou assim distribuída:
Área de Interesse público = 1.309,06 m²
Área de Equipamento Comunitário = 2.253,32 m²
Área de Habitação popular (nomeada "área de população de baixa renda até 3 salário mínimo") = 901,49 m²
Área Liquida da Datas (Comerciáveis): 32.422,51 m²
Área de preservação permanente (fundo de vale): 7.571,52 m²
5.1 Espaço Livre de Uso Público Inserido Dentro do Fundo de Vale: 1.848,71 m²
6. Área do Sistema Viário: 18.638,10 m²
7. Área total a ser loteada = 63.096,00 m²

Art. 3º - Passarão a integrar o domínio publico do Município de Paiçandu, a partir do registro do loteamento, com um total 30.673,49 m², correspondente a 48,61% da área total do loteamento, as seguintes áreas:
I – Data nº 01, da quadra nº 08, destinado a equipamentos comunitários com área de 1.840,02 m², correspondente a 2,92% da área total do loteamento; Data nº 01, da quadra nº 13, destinado a equipamentos comunitários com área de 413,30 m², correspondente a 0,65% da área total do loteamento
II – Data nº 07 da quadra nº 14, destinado a Moradias de Interesse Social, com área de 901,49 m², correspondente a 1,43% da área total do loteamento;
III – Data nº 02 da quadra nº 13, Lote institucional destinado a Interesse Público, com área de 1.309,06 m², correspondente a 2,07% da área total do loteamento;
IV – Sistema Viário com área de 18.638,10 m², correspondente a 29,54% da área total do loteamento.
V – Fundo de Vale sendo Zona de Área de Preservação Permanente, com área de 7.571,52 m², correspondente a 12,00% da área total do loteamento.
VI – Espaço Livre de Uso Público localizado no Fundo de Vale sendo Zona de Área de Preservação Permanente, com área de 1.848,71 m², correspondente a 2,93% de espaço livre de uso público da área total do loteamento inserido dentro dos 12,00% do fundo de vale.

Art. 4º - A loteadora fica obrigada a executar as seguintes obras de infraestrutura conforme projetos aprovados por esta municipalidade e órgãos competentes:
I - Demarcação dos vértices das quadras com marcos de concreto que deverão ser mantidos pelo parcelador em perfeitas condições até o levantamento da caução de que trata o Capítulo VI da Lei de Parcelamento do Solo;
II - Demarcação dos vértices dos lotes com marcos de madeira que deverão ser mantidos pelo parcelador pelo prazo de 01 (um) ano após o registro do loteamento;
III - Rede de drenagem de águas pluviais, contendo poços de visita com fundo drenante;
IV - Rede de abastecimento de água potável;
V - Sistema de coleta e tratamento de esgoto;
VI - Rede compacta ou subterrânea de distribuição de energia elétrica;
VII - Rede rebaixada de iluminação pública em Led seguindo os padrões predominante aos que o Município vem instalando em vias públicas;
VIII - Pavimentação asfáltica das pistas de rolamento das vias de circulação e de acesso ao loteamento, incluindo a construção de guias e sarjetas, de acordo com as normas do órgão municipal competente e o estabelecido na Lei do Sistema Viário Básico do Município;
IX - Execução do contrapiso de concreto em uma faixa de 0,60m (sessenta centímetros) de largura localizada junto ao meio-fio dos passeios laterais, exceto nos canteiros centrais;
X - Arborização dos passeios e canteiros centrais, com a densidade mínima de uma árvore por lote, de acordo com especificação da Secretaria responsável pela Gestão Ambiental, devendo o plantio de árvores no passeio ser feito de tal forma que as covas fiquem equidistantes das divisas laterais dos terrenos;

XI - Aplicação de grama nos canteiros centrais e na faixa dos passeios laterais não atingidas pelo contrapiso de concreto
XII - Recobrimento vegetal de cortes e taludes do terreno e proteção de encostas, quando necessário, e implantação e/ou reconstituição da mata ciliar;
XIII - Sinalização horizontal e vertical dos logradouros públicos do loteamento;
XIV - Guia rebaixada nas esquinas das quadras, de acordo com as normas de acessibilidade e com a legislação municipal pertinente em vigor.
XV - Sistema estrutural de infiltração e de retenção ou retardamento do fluxo de águas pluviais, atendendo a normas técnicas e especificações formuladas pelos órgãos competentes;
XVI - Obras de contenção de taludes e aterros, destinadas a evitar desmoronamento e o assoreamento dos rios, córregos, ribeirões, lagoas, represas, etc.;

Art. 5º - O loteador dará ao Poder Publico em caução como garantia da execução das obras mencionadas no **Artº 4,** do presente decreto, até a conclusão integral das mesmas, as datas abaixo elencadas, com respectivas áreas:

Tabela de datas de terra ofertada em Garantia

QUADRA	DATA	METRAGEM M²	VALOR UNITÁRIO	VALOR ACUMULADO
1	1	901	R$ 750.000,00	R$ 750.000,00
	2	752,07	R$ 750.000,00	R$ 1.500.000,00
2	2	324,30	R$ 145.935,00	R$ 1.645.935,00
	4	324,30	R$ 145.935,00	R$ 1.791.870,00
	6	421,13	R$ 189.508,50	R$ 1.981.378,50
	7	324,30	R$ 159.273,33	R$ 2.140.651,84
	9	324,30	R$ 159.273,34	R$ 2.299.925,17
	11	324,30	R$ 145.935,00	R$ 2.445.860,17
3	3	391,00	R$ 159.273,33	R$ 2.605.133,50
4	6	395,01	R$ 169.202,25	R$ 2.774.335,75
	9	294,00	R$ 132.300,00	R$ 2.906.635,75
	11	294,00	R$ 132.00,00	R$ 3.038.935,75
5	3	357,00	R$ 169.202,25	R$ 3.208.138,00
total				**R$ 3.208.138,00**

Paragrafo 1º - O custo estimado para a execução das obras conforme estimado pela empresa é de R$ 1.869.439,29 (um milhão oitocentos e sessenta e nove mil quatrocentos e trinta e nove reais e vinte e nove centavos), com o acréscimo do percentual de 50% previsto em lei o valor total do calção é de R$ 2.804.158,94 (Dois milhões oitocentos e quatro mil cento e cinquenta e oito reais e noventa e quatro centavos).
Parágrafo 2º - O valor da avaliação das datas a serem caucionadas perfaz o montante de R$ 3.208.138,00 (Três milhões duzentos e oito mil cento e trinta e oito reais).
Paragrafo 3º - O loteador terá o prazo de 12 meses para a execução das obras elencadas nos incisos, do artigo 4º, após a publicação do presente Decreto, em obediência ao cronograma físico-financeiro por ele proposto e aprovado pela Prefeitura, ficando autorizada a prorrogação por mais 12 meses desde que devidamente justificado junto ao departamento técnico competente da Prefeitura Municipal de Paiçandu.

Art. 6º - A liberação de Alvarás de Construção por parte da Prefeitura para o inicio das edificações sobre as datas de terras resultantes do loteamento, somente poderá ser efetuada após a conclusão de toda infraestrutura descrita, junto com a averbação do mesmo perante o Registro de Imóveis.

Art. 7º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Paiçandu, Estado do Paraná,
aos 16 dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco (16/12/2025)

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:BEB0E076

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO N.º 629/2025

DECRETO N.º 629/2025

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3354/2024, de 1 de novembro de 2024.
DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 490.000,00, destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias
Suplementação(ões)
Órgão - 17 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
Unidade - 17002 - DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL
Funcional - 12.361.0907.2403000 - MANUT EDUCAÇÃO BASICA - ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB

Despesa - 632 - 319011 - 00001 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
Órgão - 17 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
Unidade - 17002 - DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL
Funcional - 12.361.0907.2403000 - MANUT EDUCAÇÃO BASICA - ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB Despesa - 633 - 319011 - 00101 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

190.000,00

300.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES=> 490.000,00
Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.
Redução(ões)
Órgão - 17 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
Unidade - 17001 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
Funcional - 12.122.0901.2400000 - MANUTENCAO DA ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO

Despesa - 602 - 319011 - 00001 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
Órgão - 17 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
Unidade - 17002 - DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL
Funcional - 12.361.0907.2403000 - MANUT EDUCAÇÃO BASICA - ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB Despesa - 634 - 319013 - 00001 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS
Órgão - 17 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
Unidade - 17006 - DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL
Funcional - 12.365.0909.2409000 - MANUT EDUCACAO BASICA ENSINO INFANTIL - FUNDEB Despesa - 710 - 319011 - 00101 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

150.000,00

40.000,00

300.000,00
TOTAL DAS ANULAÇÕES => 490.000,00
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 17 de dezembro de 2025

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jordana Camille Silveira Leibante
Código Identificador:A462DA49

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
LEI Nº 3448/2025

Súmula - Dispõe sobre a concessão de diárias destinadas à cobertura de despesas de viagem de servidores públicos Efetivos, Cargos de Carreira, Cargos em Comissão, Diretores, Chefes de Departamento, Chefes de Divisão, Coordenadores, Contratados Temporários, Empregados Públicos das Fundações, Conselheiros Tutelares, membros governamentais e não governamentais dos Conselhos Municipais, integrantes da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de Paiçandu, Estado do Paraná, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

LEI

Art. 1º Esta Lei estabelece normas para a concessão de diárias destinadas ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e deslocamento, por necessidade de serviço, aos agentes públicos e colaboradores vinculados:
I – à Administração Direta do Poder Executivo Municipal;
II – à Fundação de Saúde de Paiçandu;
III – à Fundação Municipal de Educação;
IV – às demais entidades da Administração Indireta que venham a ser instituídas pelo Município;
V – ao Conselho Tutelar;
VI – aos Conselhos Municipais compostos por membros governamentais e não governamentais, quando oficialmente designados para representação do Município.
§ 1º São beneficiários das disposições desta Lei:
I – servidores ocupantes de cargos efetivos;
II – servidores ocupantes de cargos em comissão;
III – contratados por prazo determinado;
IV – empregados públicos das fundações públicas;
V – servidores cedidos entre órgãos da Administração Direta e Indireta;
VI – Procurador-Geral, Advogados, Diretores, Chefes de Departamento, Chefes de Divisão e Coordenadores;
VII – Conselheiros Tutelares;
VIII – membros governamentais e não governamentais dos Conselhos Municipais instituídos por lei, desde que:
a) haja demonstração do interesse público e pertinência temática.
b) haja autorização expressa da autoridade competente, mediante indicação do objetivo, local, período e documentos comprobatórios do evento ou atividade;
d) o deslocamento ocorrer fora do Município de Paiçandu;
e) não haver custeio direto das despesas por terceiros, pela entidade promotora ou pela administração receptora;
f) seja preservado o caráter indenizatório;
g) a concessão estar condicionada à prestação de contas, com comprovação da efetiva participação e documentos idôneos que demonstrem o deslocamento e a execução da atividade prevista.
§ 2º A concessão de diárias dar-se-á exclusivamente quando houver deslocamento do beneficiário para outro município, em caráter eventual e transitório, para o desempenho de atribuições institucionais.
§ 3º A despesa correrá por conta da entidade à qual o beneficiário estiver vinculado ou cedido.
§ 4º As despesas decorrentes da concessão de diárias aos membros não governamentais dos Conselhos Municipais correrão por conta da entidade ou Secretaria à qual o respectivo Conselho esteja administrativamente vinculado, desde que haja prévia designação formal e autorização expressa da autoridade competente.

Art. 2º O pedido de concessão de diárias será formalmente dirigido ao Chefe de Gabinete do Prefeito ou ao Diretor-Presidente da entidade da Administração Indireta, conforme o caso, devendo conter:
I – exposição circunstanciada da motivação;
II – indicação do período de afastamento (dia e hora de saída e retorno);
III – documentos comprobatórios do evento ou atividade, quando existentes.
§ 1º Não serão ressarcidas despesas realizadas sem autorização prévia da autoridade competente, salvo situações excepcionais devidamente justificadas, quando demonstrada a urgência e o interesse público.
§ 2º A análise e decisão quanto à oportunidade, conveniência e interesse público do deslocamento competem ao Chefe de Gabinete do Prefeito ou ao Diretor-Presidente da entidade, conforme a lotação ou cessão do beneficiário.
§ 3º Aprovado o requerimento, o processo será encaminhado ao setor financeiro competente para fins de empenho, liquidação e pagamento, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 3º A motivação que embasar a concessão da diária deverá demonstrar:
I – a necessidade administrativa do deslocamento;
II – a pertinência entre o objeto da viagem e as atribuições do cargo, função, mandato ou representação institucional desempenhada.

Art. 4º As diárias serão concedidas nos valores estabelecidos no **Anexo Único** desta Lei, observadas as categorias e distâncias ali especificadas.
§ 1º Considera-se diária integral aquela destinada a viagens que exigirem pousada ou hospedagem custeada pelo beneficiário; e diária fracionada o valor correspondente às viagens sem tal despesa.
§ 2º Nos deslocamentos que exigirem pernoite fora da sede e implicarem despesa de pousada ou hospedagem custeada pelo beneficiário, a diária será contada da seguinte forma:
I – no dia da partida, será concedida uma diária integral;
II – nos dias intermediários, será concedida uma diária integral;
III – no dia do retorno à sede, será concedida uma diária fracionada.
§ 3º Será devida apenas a diária fracionada, calculada conforme o **Anexo Único**, nos seguintes casos:
I – quando o afastamento não exigir pernoite;
II – quando a despesa de pousada ou hospedagem for custeada integralmente por terceiros, pela entidade promotora ou pela Administração receptora.
§ 4º É vedada a concessão de diárias quando todas as despesas forem custeadas integralmente por terceiros, entidades promotoras ou Administração receptora.

Art. 5º O deslocamento deverá ocorrer, preferencialmente, em veículo oficial do Município ou da entidade vinculada.
§ 1º Quando mais de um beneficiário participar da mesma viagem e utilizarem veículo oficial, somente um poderá receber numerário destinado às despesas relacionadas ao custeio do veículo;
§ 2º A comprovação das despesas relacionadas ao deslocamento deverá observar as normas internas da entidade responsável.
§ 3º O numerário concedido em conformidade com o § 1º deste artigo, destinado exclusivamente ao custeio operacional do veículo (combustível, pedágios ou correlatos), possui natureza de ressarcimento de despesa específica é regulamentado por ato próprio do Poder Executivo, o qual estabelece os limites, os critérios de comprovação e os procedimentos para sua concessão.

Art. 6º O beneficiário da diária apresentará prestação de contas no prazo de 3 (três) dias úteis após o retorno, contendo:
I – documento idôneo que comprove a participação ou realização da atividade (certificado, lista de presença, declaração ou equivalente);
II – bilhetes, comprovantes ou registros de deslocamentos, quando a viagem não ocorrer em veículo oficial.

§ 1º A ausência total ou parcial de prestação de contas no prazo estabelecido implicará a obrigatoriedade de restituição integral ou proporcional dos valores recebidos.
§ 2º A restituição será realizada da seguinte forma:
I – para servidores efetivos, cargos em comissão, empregados públicos e contratados temporários: mediante desconto automático em folha de pagamento;
II – para conselheiros tutelares e membros governamentais e não governamentais dos Conselhos Municipais: mediante guia de recolhimento emitida pelo setor competente, com prazo máximo de 3 (três) dias úteis para pagamento.
§ 3º O não recolhimento pelos beneficiários mencionados no inciso II do § 2º implicará:
a) suspensão de novas concessões até a regularização;
b) adoção das medidas administrativas cabíveis, inclusive inscrição do débito em dívida ativa.

Art. 7º Ocorrendo cancelamento da viagem ou recebimento indevido, total ou parcial, o beneficiário deverá restituir os valores à Administração no prazo máximo de 3 (três) dias úteis.
§ 1º Para servidores efetivos, cargos em comissão, empregados públicos, contratados temporários e conselheiros tutelares, a restituição não realizada no prazo será descontada automaticamente em folha de pagamento.
§ 2º Para membros governamentais e não governamentais dos Conselhos Municipais, a restituição será efetuada por meio de guia de recolhimento, aplicando-se, em caso de não pagamento, as consequências previstas no § 3º do Art. 6º.

Art. 8º Os casos omissos ou excepcionais serão dirimidos pelo Chefe de Gabinete do Prefeito ou pelo Diretor-Presidente da entidade, conforme a vinculação funcional ou institucional do beneficiário.

Art. 9º Os valores aprovados por esta Lei, serão atualizados anualmente pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), através de ato próprio do Poder Executivo, sendo vedada a redução do valor real.

Art. 10. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias da entidade responsável pelo vínculo ou cessão do beneficiário.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, ESTADO DO PARANÁ, aos 16 dias do mês de dezembro do ano de 2025.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

ANEXO Único

Cargos	Brasília e cidades com mais de 750 km	Curitiba e demais cidades até 749 km com pernoite	Cidades acima de 250 km sem pernoite	Cidades até 249 km sem pernoite
Servidores Efetivos, Cargos de Carreira, Cargos em Comissão, Diretores, Chefes de Departamento, Chefes de Divisão, Coordenadores, Contratados Temporários, Empregados Públicos das Fundações, Conselheiros Tutelares, membros governamentais e não governamentais dos Conselhos Municipais.	R$ 750,00	R$ 550,00	R$ 350,00	R$ 120,00

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:9F2D7886

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RESOLUÇÃO Nº 38/2025 – CMAS

Dispõe sobre a Retificação da Resolução nº 36/2025 da apreciação e aprovação do Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social - 2026.

O Conselho Municipal de Assistência Social – **CMAS**, criado pela Lei Municipal n°2.532/2017 de 10 março de 2017, e Lei complementar nº 3399/2025, órgão colegiado do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social no município de caráter permanente, deliberativo, normativo, consultivo e fiscalizador de composição paritária entre governo e sociedade civil,
CONSIDERANDO a apresentação do Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social - PAS 2026, no valor de R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), conforme Deliberação CEAS 59/2023 e a deliberação em Reunião Ordinária deste Conselho realizada em 04 de dezembro de 2025 e registrada na Ata de Reunião Ordinária nº 10;
CONSIDERANDO a Reunião Extraordinária nº 08/2025 realizada em 15/12/2025 e registrada na Ata de Reunião Extraordinária nº 08, sobre a Retificação da Resolução nº 36/2025 da apreciação e aprovação do Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social, referente ao preenchimento do sistema para os municípios que aderiram à Deliberação nº 36/2025 CEAS/PR, e que, portanto, receberam parcela única de R$ 10.000,00, o sistema estava exibindo no Plano de Ação o valor do cofinanciamento do PAS acrescido desse valor, em vez de apresentar apenas o valor correspondente ao PAS;
CONSIDERANDO que a Gestão de Fundos /SEDEF providenciou a devida correção para que o Plano de Ação passe a exibir exclusivamente o valor correspondente ao PAS, sem considerar a parcela referente ao Agente Cidadania;
CONSIDERANDO a apresentação do Sistema do Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social - PAS 2026, no valor de R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais),

conforme Deliberação CEAS 59/2023 e a deliberação em Reunião Extraordinária deste Conselho realizada em 15 de dezembro de 2025 e registrada na Ata de Reunião Extraordinária nº 08;

RESOLVE
Art.1º. Aprovar por unanimidade o Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social - 2026.
Art.2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Paiçandu, 15 de dezembro de 2025.

GREISY OLIER RIBEIRO
Presidente do CMAS

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:6866C646

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RESOLUÇÃO Nº 39/2025 – CMAS

Dispõe sobre a apreciação e deliberação do Plano de Ação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Associação de Mães, Pais e Amigos de Pessoas com Autismo da Cidade de Paiçandu - AMAPAI.

O Conselho Municipal de Assistência Social – **CMAS**, criado pela Lei Municipal n°2.532/2017 de 10 março de 2017, e Lei complementar nº 3399/2025, órgão colegiado do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social no município de caráter permanente, deliberativo, normativo, consultivo e fiscalizador de composição paritária entre governo e sociedade civil,
CONSIDERANDO a Reunião Extraordinária nº 08/2025 em 15/12/2025 e registrada na Ata de Reunião Extraordinária nº 08,
CONSIDERANDO a apresentação do Plano de Ação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da AMAPAI, com objetivo de promover a inclusão social e o fortalecimento de vínculos de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) por meio de atividades que estimulem autonomia, convivência e habilidades sociais, as atividades ocorrerão uma vez na semana, dividida em dois grupos de acordo com a faixa etária;
RESOLVE
Art.1º. Aprovar por unanimidade o Plano de Ação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Associação de Mães, Pais e Amigos de Pessoas com Autismo da Cidade de Paiçandu - AMAPAI
Art.2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paiçandu, 15 de dezembro de 2025.

GREISY OLIER RIBEIRO
Presidente do CMAS

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:F9D7DDB8

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
LEI Nº 3451 /2025

LEI Nº 3451 /2025

SÚMULA: Dispõe sobre a equiparação do piso nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate as Endemias, reposição salarial de Cargos Comissionados, Cargos Efetivos, do Quadro do Magistério Público Municipal, Empregados Celetistas, Secretários, Agentes Políticos, Conselheiros Tutelares e demais Servidores Municipais ativos, inativos e pensionistas, do Município de Paiçandu, Estado do Paraná e dá outras providências.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU**, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, **ISMAEL BATISTA, PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte,
LEI
Artigo 1º - Concede reposição salarial para os Cargos Comissionados, Cargos Efetivos, do Quadro do Magistério Público Municipal, Empregados Celetistas, Secretários, Agentes Políticos, Conselheiros Tutelares e demais Servidores Municipais ativos, inativos e pensionistas no mesmo percentual apurado pelo índice do IPCA do período de janeiro a dezembro/2025, passando a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2026.

Artigo 2º - Concede equiparação dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate as Endemias, entrando em vigor no mês que for concedido pelo Governo Federal, consoante legislação em vigor.

Artigo 3º - A presente Lei entrará em vigor a partir de 1 de janeiro de 2026 e será regulamentada através de Decreto no prazo de 30 (trinta) dias.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, ESTADO DO PARANÁ, aos 16 dias do mês de dezembro do ano de 2025.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alan de Souza Miranda
Código Identificador:D20542DE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
LEI Nº 3452 /2025

LEI Nº 3452 /2025

Dispõe sobre a criação do Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal (SIM/POA).

A CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, ESTADO DO PARANÁ, aprovou nos termos legais, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte,

LEI

Art. 1º Fica criado o Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal (SIM/POA), no âmbito do município de Paiçandu.

Art. 2º Torna-se obrigatória a fiscalização e a inspeção prévia industrial e sanitária de todos os produtos de origem animal, quais sejam:

I - comestíveis;

II - preparados;

III - transformados;

IV - manipulados;

V - recebidos;

VI - acondicionados;

VII - depositados; e

VIII - em trânsito.

Art. 3º A fiscalização e a inspeção tratadas nesta Lei abrangem, entre outros, os seguintes procedimentos:

I - realizar inspeção**ante mortem**e**post mortem**das diferentes espécies animais;

II - verificar as condições higiênico-sanitárias das instalações, dos equipamentos e do funcionamento dos estabelecimentos;

III - verificar a prática de higiene e dos hábitos higiênicos pelos manipuladores de alimentos;

IV – verificar os programas de autocontrole dos estabelecimentos;

V –verificar a rotulagem e os processos tecnológicos dos produtos de origem animal quanto ao atendimento da legislação específica;

VI - coletar amostras para análises fiscais e avaliação dos resultados de análises:

a) físicas;

b) microbiológicas;

c) físico-químicas;

d) de biologia celular e molecular;

e) histológicas; e

f) demais análises que se fizerem necessárias à verificação da conformidade dos processos produtivos ou dos produtos de origem animal, podendo abranger também aqueles existentes nos mercados de consumo.

VII - avaliar as informações inerentes à produção primária com implicações na saúde animal e na saúde pública ou das informações que façam parte de acordos internacionais com os países importadores;

VIII - avaliar o bem-estar dos animais destinados ao abate;

IX - verificar a água de abastecimento;

X - verificar as fases de:

a) obtenção;

b) recebimento;

c) manipulação;

d) beneficiamento;

e) industrialização;

f) fracionamento;

g) conservação;

h) armazenagem;

i) acondicionamento;

j) embalagem;

k) rotulagem;

l) expedição; e

m) transporte de todos os produtos comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais;

XI - verificar a classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação específica ou em fórmulas registradas;

XII - examinar as matérias-primas e os produtos em trânsito no município.

XIII - averiguar os meios de transporte de animais vivos e produtos derivados e suas matérias-primas destinados à alimentação humana;

XIV - promover o controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal;

XV - verificar os controles de rastreabilidade dos animais, das matérias-primas, dos insumos, dos ingredientes e dos produtos ao longo da cadeia produtiva, a partir de seu recebimento nos estabelecimentos;

XVI - averiguar a certificação sanitária dos produtos de origem animal; e

XVII - outros procedimentos de inspeção considerados pertinentes à prática e ao desenvolvimento da indústria de produtos de origem animal.

Art. 4º Estão sujeitos à fiscalização prevista nesta Lei:

I - os animais destinados ao abate, a carne e seus derivados;

II - o pescado e seus derivados;

III - o leite e seus derivados;

IV - o ovo e seus derivados; e

V - os produtos de abelhas e seus derivados.

Art. 5º A fiscalização de que trata esta Lei, far-se-á:

I - nas propriedades rurais fornecedoras de matérias-primas destinadas à manipulação ou ao processamento de produtos de origem animal;

II - nos estabelecimentos que recebam as diferentes espécies de animais previstas neste Decreto para abate ou industrialização;

III - nos estabelecimentos que recebam o pescado e seus derivados para manipulação, distribuição ou industrialização;

IV - nos estabelecimentos que produzam e recebam ovos e seus derivados para distribuição ou industrialização;

V - nos estabelecimentos que recebam o leite e seus derivados para beneficiamento ou industrialização;

VI - nos estabelecimentos que extraiam ou recebam produtos de abelhas e seus derivados para beneficiamento ou industrialização;

VII - nos estabelecimentos que recebam, manipulem, armazenem, conservem, acondicionem ou expeçam matérias-primas e produtos de origem animal comestíveis e não comestíveis, procedentes de estabelecimentos registrados ou relacionados; e

Art. 6º O trabalho de fiscalização e inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal será realizado:

I - nos estabelecimentos e localizações descritas no art. 5°;

II – por fiscais com formação em Medicina Veterinária, e demais cargos efetivos de atividades técnicas de fiscalização agropecuária, lotados na Secretaria de Agricultura e Turismo o município de Paiçandu respeitadas as devidas competências;

Art. 7º Fica expressamente proibido, em todo o território do município de Paiçandu, a duplicidade de fiscalização e inspeção industrial e sanitária em qualquer estabelecimento industrial ou entreposto de produtos de origem animal.

Parágrafo único. A fiscalização prevista no *caput* será exercida por um único órgão, na esfera federal, estadual ou municipal.

Art. 8º Nos estabelecimentos de abate de animais torna-se obrigatória a inspeção industrial e sanitária em caráter permanente, para realização dos procedimentos de inspeção e fiscalização **ante mortem** e **post mortem**, durante as operações de abate das diferentes espécies de açougue, de caça, de anfíbios e répteis nos estabelecimentos.

Art. 9º. Nos demais estabelecimentos registrados e nas outras instalações industriais dos estabelecimentos de que trata o art. 5°, excetuado o abate, a inspeção industrial e sanitária será em caráter periódico para a realização dos procedimentos de inspeção e fiscalização.

Art. 10. Nenhum estabelecimento industrial de produtos de origem animal poderá funcionar no município sem que esteja previamente registrado no órgão competente para a fiscalização da sua atividade.

Art. 11. Consideram-se infrações a esta Lei:

I - atos que procurem embaraçar a ação dos servidores do SIM/POA no exercício de suas funções, visando impedir, dificultar ou burlar os trabalhos de fiscalização;

II - desacato, suborno, ou simples tentativa;

III - informações inexatas sobre dados estatísticos referentes à quantidade, à qualidade e à procedência dos produtos; e

IV - qualquer sonegação que seja feita sobre assunto que direta ou indiretamente interesse ao SIM/POA.

Art. 12. O infrator que descumprir as disposições previstas nesta Lei será punido em caráter administrativo.

§ 1º Sem prejuízo da responsabilidade penal cabível, a infração à legislação referente aos produtos de origem animal, acarretará, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções ao infrator:

I - advertência, quando o infrator for primário e não tiver agido com dolo ou má-fé;

II - multa, que varia entre 1 (uma) e 100 (cem) UFM's nos casos não compreendidos no inciso I;

III - apreensão ou condenação das matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal, quando não apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam, ou forem adulterados;

IV - suspensão de atividade que cause risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária ou no caso de embaraço à ação fiscalizadora; e

V - interdição, total ou parcial do estabelecimento, quando a infração consistir na adulteração ou falsificação habitual do produto ou se verificar, mediante inspeção técnica realizada pela autoridade competente, a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas.

§ 2º As multas previstas no inciso I serão agravadas até o grau máximo, nos casos de:
I - artifício;

II - ardil;

III - simulação;

IV - desacato;

V - embaraço; ou

VI - resistência à ação fiscal.

§ 3º O valor da multa será definido levando-se em conta:

I - as circunstâncias atenuantes ou agravantes; e

II - a situação econômico-financeira do infrator e os meios ao seu alcance para cumprir a lei.

§ 4º A interdição de que trata o inciso V do § 1º poderá ser levantada, após o atendimento das exigências que motivaram a sanção.

§ 5º Se a interdição não for levantada nos termos do parágrafo anterior, decorridos 12 (doze) meses, será cancelado o registro.

§ 6º Quando for o caso, o infrator será punido mediante responsabilidade civil e criminal.

§ 7º As sanções previstas no *caput* serão aplicadas pela autoridade administrativa, no âmbito de sua atribuição, podendo ser aplicadas cumulativamente, inclusive por medida cautelar, antecedente ou incidente de procedimento administrativo, conforme descrito no Código de Defesa do Consumidor.

§ 8º Caso o infrator venha a transgredir outras normas existentes que versam sobre os produtos de origem animal, será punido conforme o disposto nessas normas.

Art. 13. Ficará a cargo do Serviço de Inspeção Municipal, fazer cumprir esta lei e as normas e regulamentos que vierem a ser implantados, por meios de dispositivos legais que dizem respeito à fiscalização e à inspeção sanitária e industrial dos estabelecimentos.

Art. 14. O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, após a data de sua publicação oficial.

Parágrafo único. Caberá ao Poder Executivo Municipal regulamentar os aspectos inerentes ao fiel cumprimento desta Lei.

Art. 15. As despesas decorrentes da execução desta lei, ocorrerão por conta de dotações orçamentárias próprias, e suplementadas se necessário.

Art. 16. A execução dos Serviços de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal (SIM/POA) instituído por esta lei, poderá ser transferido, nos termos da legislação aplicada à espécie, a consórcios público do qual o município de Paiçandu, faça parte.

Art. 17. Fica revogada a Lei nº 1003, de 21 de janeiro de 1997.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, ESTADO DO PARANÁ, aos 17 dias do mês de dezembro do ano de 2025.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alan de Souza Miranda
Código Identificador:2FBC7434

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
COMUNICADO DE RECEBIMENTO DE PARECER PRÉVIO - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL - EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024

COMUNICADO DE RECEBIMENTO DE PARECER PRÉVIO
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no art. 182, inciso II, do Regimento Interno, comunica a todos os interessados que o processo de Prestação de Contas do Poder Executivo Municipal, referente ao Exercício Financeiro de 2024, foi recebido do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR), em 15/12/2025, com Parecer Prévio pela regularidade das contas. O processo foi encaminhado, em 16/12/2025, à Comissão de Economia, Orçamento, Finanças e Fiscalização (CEOFF), na qual permanecerá à disposição para exame de qualquer interessado, por 60 dias, das 8h às 12h e das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira, na Secretaria da Câmara.

Dados do processo:
Processo nº 189450/25 – Prestação de Contas do Prefeito Municipal
Parecer Prévio nº 387/25-S2C
Disponibilização no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas nº 3574, de 25/11/2025
Data do trânsito em julgado do Acórdão – 3/12/2025

Dados para acessar o processo digital:
1 – Acessar o site do Tribunal em www.tce.pr.gov.br
2 – Clicar na opção Portal e-Contas Paraná no menu à esquerda
3 – Selecionar a opção Cópia de Autos Digitais
4 – Indicar o número do processo 189450/25
5 – Indicar o número do CNPJ 77.780.252/0001-05
6 – Clicar em exibir cópia

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 16 de dezembro de 2025.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

Publicado por:
Mathias Costa
Código Identificador:3B7AFA80

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS 18 E 19/12/2025

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso II do art. 77 do Regimento Interno, convoca **sessões extraordinárias** para os **dias 18 (dezoito) e 19 (dezenove) de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), às 19 (dezenove) horas**, constando na ordem do dia a 1ª e 2ª discussão respectivamente do **Projeto de Lei 6622/2025** que Dispõe sobre o Plano de Amortização para Equacionamento do Déficit Técnico-atuarial do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) no exercício de 2025 e dá outras providências.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

DIEGO ZANETTI
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ivano Cherobim
Código Identificador:144EE198

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PUBLICAÇÃO DO PARECER PRÉVIO Nº 387/2025, DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ (TCE/PR), REFERENTE À PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE PALMEIRA/PR – EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024.

PUBLICAÇÃO DO PARECER PRÉVIO Nº 387/2025, DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ (TCE/PR), REFERENTE À PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE PALMEIRA/PR – EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024.

Em cumprimento ao disposto no art. 182, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Palmeira/PR, publica-se o Parecer Prévio nº 387/2025, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR), referente à prestação de contas anual do Poder Executivo Municipal de Palmeira – exercício financeiro de 2024.

Em razão de o parecer conter elementos cuja publicação não é suportada pelo Diário Oficial (gráficos, figuras etc.), esta publicação contempla apenas as sessões "4. Voto" e "5. Deliberação". O documento na íntegra está disponível em: https://www.palmeira.pr.leg.br/processo-legislativo/apreciacao-das-contas-do-poder-executivo-municipal

*******Início da publicação do Parecer Prévio nº 387/2025*******
4. Voto
Considerando os fatos expostos no item de fundamentação, voto, com respaldo no artigo 1º, I, da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005 e em observância ao artigo 217-A, caput, do Regimento Interno, no sentido de:
a. Emitir Parecer Prévio pela REGULARIDADE das contas do senhor SERGIO LUIS BELICH, na qualidade de prefeito do MUNICÍPIO DE PALMEIRA, relativas ao exercício de 2024.
b. Autorizar a alteração das respostas das questões 12627, 12631 e 14603, considerando-as como atendida.
Após o trânsito em julgado da deliberação, encaminhem-se os autos ao Gabinete da Presidência para as providências contidas no § 6º do artigo 217-A do Regimento Interno, à Coordenadoria de Medidas Executórias para as anotações pertinentes e, por fim, à Diretoria de Protocolo para encerramento.
5. Deliberação
Decidem os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por unanimidade:
a. Emitir Parecer Prévio pela REGULARIDADE das contas do senhor SERGIO LUIS BELICH, na qualidade de prefeito do MUNICÍPIO DE PALMEIRA, relativas ao exercício de 2024.
b. Autorizar a alteração das respostas das questões 12627, 12631 e 14603, considerando-as como atendida.
Após o trânsito em julgado da deliberação, encaminhar os autos ao Gabinete da Presidência para as providências contidas no § 6º do artigo 217-A do Regimento Interno, à Coordenadoria de Medidas Executórias para as anotações pertinentes e, por fim, à Diretoria de Protocolo para encerramento.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente o Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas MICHAEL RICHARD REINER.
Plenário Virtual, 13 de novembro de 2025 – Sessão Virtual n.º 20.

FABIO DE SOUZA CAMARGO
Relator

FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

*******Fim da publicação do Parecer Prévio nº 387/2025*******

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 16 de dezembro de 2025.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

Publicado por:
Mathias Costa
Código Identificador:80B19561

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
RESULTADO DE JULGAMENTO CREDENCIAMENTO Nº. 01/2025 - BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA

RESULTADO DE JULGAMENTO
CREDENCIAMENTO Nº. 01/2025 - BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 450/2025

A agente de contratação e respectivos membros da Equipe de Apoio da Câmara Municipal de Palmeira tornam público o resultado da análise do pedido de credenciamento ao Credenciamento nº. 01/2025 cujo objeto prevê o Credenciamento de empresa especializada para serviço de agenciamento de passagens aéreas para atender as necessidades da Câmara Municipal de Palmeira.

Proponente: BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA
CNPJ: 23.361.387/0001-07
Resultado: HABILITADO

Os documentos de habilitação foram disponibilizados para acesso através do Portal da Transparência da Câmara (acesso pelo site www.palmeira.pr.leg.br). Abre-se a partir da data de publicação deste extrato, o prazo de 03 (três) dias para interposição de recursos. Eventuais recursos deverão ser apresentados nos termos do item 5.2.11 do edital.

Publique-se.

PAOLA GADONSKI WROBEL
Agente de Contratação

Publicado por:
Paola Gadonski Wrobel
Código Identificador:32392D78

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
SÉTIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 14/2021

SÉTIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 14/2021

Pelo presente instrumento, de um lado, a **CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no **CNPJ/MF** sob o nº **77.780.252/0001-05,** com sede à Rua Cel. Vida, n.º 211, Centro, na cidade de Palmeira/PR, neste ato representado pelo seu Presidente, **sr. Diego Fabrício Zanetti**, portador do **CPF/MF** sob nº. **073.632.959-56**, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**; e, de outro lado a empresa **DAMARIS FIGUEREDO ANTUNES & CIA LTDA-ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF** sob o nº **08.973.020/0001-50** com sede na Rua Aldino Agottani nº. 10, bairro Núcleo Tibagi, na cidade de Palmeira/PR, CEP 84130-000, neste ato representado pela **Sra. Damaris Figueredo Antunes**, brasileira, inscrita no **CPF nº. 042.263.359-37**, a seguir denominada **CONTRATADA,** têm, entre si, justo e avençado, e celebram, através do Processo Administrativo nº 39/2021, por força do presente instrumento nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, o **SÉTIMO**

TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 14/2021, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação de prazo de vigência e reajuste de valor do Contrato n°. 14/2021 que tem por objeto a Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de fornecimento de acesso à internet.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA: Por meio deste termo, fica prorrogado o prazo de vigência do referido contrato pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 01 de janeiro de 2026 até a data de 31 de dezembro de 2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE: O valor unitário deste instrumento contratual fica reajustado com base no INPC dos últimos 12 (doze) meses de 4,49%, passando de R$260,45 (Duzentos e sessenta reais e quarenta e cinco centavos) para R$ 272,14 (duzentos e setenta e dois reais e quatorze centavos) o valor mensal, e o valor total de R$3.125,40 (três mil, cento e vinte e cinco reais e quarenta centavos), passando para R$3.265,68 (três mil, duzentos e sessenta e cinco reais e sessenta e oito centavos), conforme previsto na cláusula terceira do Contrato.
CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas do Contrato n.º 14/2021 permanecem inalteradas.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira, 03 de dezembro de 2025.

Câmara Municipal De Palmeira	Damaris Figueredo Antunes & Cia LTDA – ME
CNPJ/MF nº 77.780.252/0001-05	CNPJ/MF nº 08.973.020/0001-50
DIEGO FABRÍCIO ZANETTI	***DAMARIS FIGUEREDO ANTUNES***
CPF/MF nº. 073.632.959-56	CPF nº. 042.263.359-37
Contratante	Contratada

Publicado por:
Gleicine Aparecida Morais
Código Identificador:FD9804BC

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
1º TERMO DE RETIFICAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 389/20245 – CDMAK SISTEMAS DE IMPRESSÃO LTDA

Considerando o **erro formal** constatado na Ata de Registro de Preços n.º 389/2025, no que tange ao equívoco no número expresso no documento, tendo em vista o flagrante desacordo entre o descrito e o que de fato deveria ser expresso;
O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretaria de Gestão Pública e Finanças **Sra. CARLA BEATRIZ TURMINA,** brasileira, **i**nscrita no **CPF/MF sob o n.º 029.704.919-40**, portadora da Cédula de Identidade Civil **RG sob o n.º 5.734.204-8**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 17.957 de 17/01/2025, **RETIFICA** a Ata de Registro de Preços n.º 389/2024, conforme segue:

Onde se lê:

"ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 388/2025"

Leia-se:

"ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 389/2025"

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO
As demais disposições, não alcançadas pelo presente Termo, permanecem inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE
O presente Termo de Retificação entrará em vigor na data de sua publicação.

Palmeira, 17 de dezembro de 2025.

Município de Palmeira
CNPJ/MF n.º 76.179.829/0001-65
CARLA BEATRIZ TURMINA
CPF/MF n.° 029.704.919-40
Secretária Municipal de Gestão Pública e Finanças
Contratante

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:4FD5B327

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 1269/2022

Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ/MF sob o n.º 76.179.829/0001-65,** com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, n.º 134, Centro Cívico, neste ato representado pelo Secretário Municipal Desenvolvimento Rural, **Sr. GERALDO VASCO,** portador da cédula de identidade R.G n° 6.064.733-0 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n° 848.081.959-68, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal Nº 17.962, de 17 de janeiro de 2025, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa **J. DOS SANTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ n.º 10.872.564/0001-78**, neste ato representada pelo Sr**. Jocemir dos Santos**, sócio gerente, inscrito no **CPF/MF sob o nº. 926.508.990-34**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si justo e avençado e celebram, por meio do Processo Administrativo n.º 30396/2025, por força do presente instrumento e em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666/1993, com as alterações posteriores, o presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 1269/2022**, mediante as seguintes cláusulas e condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Quanto à vigência contratual, fica ajustada a prorrogação de prazo pelo período de 06 (seis) meses a contar de 31 de dezembro de 2025 até a data de 30 de junho de 2026.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas do presente instrumento contratual permanecem inalteradas.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira, 05 de dezembro de 2025.

Município de Palmeira
CNPJ/MF sob o n.º 76.179.829/0001-65
GERALDO VASCO
CPF/MF sob o n.° 848.081.959-68 (Decreto Municipal n.º 17.962de 17/01/2025)
Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural)
Contratante

J. Dos Santos LTDA
CNPJ/MF sob o nº 10.872.564/0001-78
JOCEMIR DOS SANTOS
CPF/MF sob o nº 926.508.990-34
Contratada

Testemunhas:

_____
PAULA ORLONSKI
Fiscal do Contrato

_____
ALDEMAR VIANTE
Fiscal da obra

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:8597F9E3

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 1695/2025 - NORDICA VEICULOS S/A

Contrato n.º: 1695/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE PALMEIRA - CNPJ: 76.179.829/0001-65.
Contratada:
NORDICA VEICULOS S/A - CNPJ/CPF:
77.997.187/0001-74

Processo Administrativo: 30110/2025

Modalidade de Licitação: **Inexigibilidade de Licitação nº. 130/2025**
Objeto: O objeto do presente contrato é a aquisição de uma CAMINHÃO TIPO H - 6X4 COM CAÇAMBA decorrente de processo de adesão Ata de Registro de Preços nº 004/2025 do Consorcio Intermunicipal Caminhos do Tibagi.
Valor: O valor total da presente contratação é de R$ 605.900,00 (seiscentos e cinco mil e novecentos reais).
Período de vigência: O prazo de vigência da contratação será de 03 meses contados a partir da data de assinatura, prorrogável por igual período até o limite estabelecido nos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021

Data da assinatura: 09/12/2025.
Publique-se.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:8150CEEE

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1284/2022

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito **CNPJ/MF sob o n° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, **Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portador da cédula de identidade **R.G n° 12.382.056-8 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF sob o n° 089.187.509-35**, a qual foi nomeada como responsável solidária pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº. 17.880 DE 02/01/2025**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE,** e de outro lado a empresa **AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF/CPF sob o nº 33.458.003/0001-22**, localizada na Rua Santos Dumont, nº 620, sala 73, Centro, Rolândia/PR, neste ato representada pelo Sr. **Thiago de Castro Silveira**, inscrito no **CPF/MF sob nº 022.279.289-21**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tem entre si, justo e avençado, e celebram através do Processo Administrativo nº 30598/2025, por força do presente instrumento e de conformidade com as Leis Federais nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, com as alterações posteriores, o presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1284/2022**, mediante a seguinte cláusula e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO: Quanto à vigência do contrato, fica ajustada a prorrogação de prazo pelo período de 3 (três) meses a contar de 29 de janeiro de 2026 até 28 de abril de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO: As demais disposições do Contrato permanecem inalteradas.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira/PR, 01 de dezembro de 2025.

Município de Palmeira
CNPJ/MF sob o n.º 76.179.829/0001-65
KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
CPF/MF sob o n.° 089.187.509-35089.187.509-35P
(Decreto Municipal n.º 17.880 de 02/01/2025)
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

Avive Gestão de Serviços Médicos LTDA
CNPJ/MF sob o nº 33.458.003/0001-22
THIAGO DE CASTRO SILVEIRA
CPF/MF sob o n° 022.279.289-21
Contratada

Testemunhas:

_____
Aline Pacheski
R.G nº 10.436.258-3
Fiscal Titular do Contrato

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:F39C997A

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 444/2024

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito **CNPJ/MF sob o n° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, n.º 134, Centro Cívico, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, **Sr. FABIANO BISHOP CASSANTA,** brasileiro, inscrito no CPF/MF sob n.º 029.655.819-28, portador da Cédula de Identidade Civil **RG sob nº 7.631.137-4,** o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto nº 17.961/2025, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa **EL ARQUITETURA LTDA,** pessoa jurídica de direito privado inscrita no **CNPJ/MF sob nº 04.911.728/0001-26**, neste ato representada por sua sócia administradora, Sra. Emiliana Figueira Lima, brasileira, inscrita no **CPF/MF sob o nº. 929.938.699-49**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA,** têm entre si, justo e avençado, e celebram, por meio do **Processo Administrativo n.º30582/2025**, por força do presente instrumento e em conformidade com a Leis Federal n.º 14133/2021, com as alterações posteriores, o presente **TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 444/2024**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA: Quanto à vigência do contrato, fica ajustada a prorrogação de prazo pelo período de 12 (doze) meses a contar de 12 de dezembro de 2025 até a data de 12 de dezembro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE: Fica ajustado entre as partes que o valor do Contrato passa a ser de R$586.563,84. (quinhentos e oitenta e seis mil quinhentos e sessenta e três reais e oitenta e quatro centavos), em decorrência do reajuste previsto no item 7.3 da ata original, mediante aplicação do INPC, considerando a variação acumulada de 4,146560%.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO: Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas e dispostas na **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 444/2024**, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira, em 05 de dezembro de 2025.

EL Arquitetura LTDA
CNPJ/MF n.º 04.911.728/0001-26
EMILIANA FIGUEIRA LIMA
CPF/MF n.º 929.938.699-49
Contratada

Município de Palmeira
CNPJ/MF n.º 76.179.829/0001-65
FABIANO BISHOP CASSANTA
CPF/MF n.° 029.655.819-28
(Decreto Municipal n.º 17.961/2025)
Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano
Contratante

Testemunhas:

_____
Ighor Alessandro Dombroski
Fiscal do Contrato

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:347B733F

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 446/2024

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ/MF sob o nº 76.179.829/0001-65**, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, neste ato representado pela Secretária Municipal de Gestão Pública e Finanças**, Sra. CARLA BEATRIZ TURMINA,** brasileira, **i**nscrita no **CPF/MF sob o n.º 029.704.919-40**, portadora da Cédula de Identidade Civil **RG sob o n.º 5.734.204-8**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 17.957 de 17/01/2025, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE,** e de outro lado a empresa **ASAE SERVICOS ELETRICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF nº 45.502.808/0001-05**, neste ato representado pela **Sra. Ana Paula Fagundes Pereira**, brasileiro, inscrito no **CPF nº 072.788.869-29**, a seguir denominada **CONTRATADA**, tem, entre si, justo e avençado, e celebram, através do Processo Administrativo nº 30418/2025, por força do presente instrumento e de conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, com as alterações posteriores, o presente **TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 446/2024**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO: Quanto à vigência do contrato, fica ajustada a prorrogação de prazo pelo período de 12 (doze) meses a contar de 17 de dezembro de 2025 até a data de 17 de dezembro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE: Visando restabelecer a relação originalmente pactuada entre as partes, fica estabelecido o reajuste contratual pelo índice de 4,146560 %correspondente à variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC nos últimos 12 (doze) meses, assim, o valor do item passa a ser de R$ 1.249,76.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO: As disposições da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 446/2024 não alcançadas pelo presente TERMO ADITIVO, permanecem inalteradas e continuam a produzir seus jurídicos e legais efeitos.
Palmeira, 05 de dezembro de 2025.

Município de Palmeira
CNPJ/MF n.º 76.179.829/0001-65
CARLA BEATRIZ TURMINA
CPF/MF n.° 029.704.919-40
Secretária Municipal de Gestão Pública e Finanças
Contratante

ASAE Servicos Eletricos LTDA
CNPJ/CPF: 45.502.808/0001-05
ANA PAULA FAGUNDES PEREIRA
CPF/MF sob o nº 072.788.869-29
Contratada

Testemunhas:

_____
Salete Guimarães
Fiscal Titular do Contrato

_____
Claudine Gorte de Lima
Fiscal Suplente do Contrato

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:BE80BEF1

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1367/2023

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito publico interno, inscrito **CNPJ/MF sob o n° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, neste ato representado pela Secretária Municipal, **Sra KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portador da cédula de identidade **R.G n° 12.382.056-8 SSP/PR** e inscrito **no CPF/MF sob o n° 089.187.509-35**, a qual foi nomeada como responsável solidária pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº. 17.959 DE 17/01/2025**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE,** e de outro lado a empresa **AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF/CPF sob o nº 33.458.003/0001-22**, localizada na Rua Santos Dumont, nº 620, sala 73, centro – Rolândia/PR, neste ato representada pelo Sr. **Thiago de Castro Silveira**, inscrito no CPF/MF sob nº **022.279.289-21**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tem entre si, justo e avençado, e celebram através do Processo Administrativo nº 30607/2025, por força do presente instrumento e de conformidade com as Leis Federais nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, com as alterações posteriores, o presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1367/2023**, mediante a seguinte cláusula e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO: Quanto à vigência contratual, fica ajustada a prorrogação do prazo de vigência pelo período de 03 (três) meses, a contar de 27 de janeiro de 2026 até 27 de abril de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO: As demais disposições do Contrato permanecem inalteradas.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira/PR, 01 de dezembro de 2025.

Município de Palmeira
CNPJ/MF sob o nº 76.179.829/0001-65
KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
CPF/MF sob o n° 089.187.509-35
(Decreto Municipal n.º 17.880 de 02/01/2025)
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

Avive Gestão de Serviços Médicos LTDA
CNPJ/MF sob o nº 33.458.003/0001-22
THIAGO DE CASTRO SILVEIRA
CPF/MF sob o n° 022.279.289-21
Contratada

Testemunhas:

_____
Aline Pacheski
R.G nº 10.436.258-3
Fiscal Titular do Contrato

_____
Viviane Ianoski
R.G nº 7.317.452-0
Fiscal Titular do Contrato

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:826D8235

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
TERMO DE CANCELAMENTO AMIGÁVEL PARCIAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 280/2025, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 68/2025 – LUIZ MINIOLI NETTO LTDA

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretaria de Gestão Pública e Finanças **Sra. CARLA BEATRIZ TURMINA,** brasileira, **i**nscrita no **CPF/MF sob o n.º 029.704.919-40**, portadora da Cédula de Identidade Civil **RG sob o n.º 5.734.204-8**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 17.957 de 17/01/2025**,** e a Empresa **LUIZ MINIOLI NETTO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 14.221.429/0001-13**, neste ato representada por seu representante legal **Sr. LUIZ MINIOLI NETTO,** inscrito no **CPF/MF sob o n.º 005.498.189-10.**
CONSIDERANDO o contido na Ata de Registro de Preços n.º 280/2025, na qual foram registrados os preços do licitante vencedor **LUIZ MINIOLI NETTO LTDA** para aquisição sob demanda de materiais de limpeza, copa e cozinha;

CONSIDERANDO o pedido de desistência formulada pela própria Empresa, bem como a concordância da Secretaria competente em cancelar parcialmente a Ata de Registro de Preços, conforme informações acostadas no Processo Administrativo n.º 30531/2025;

CONSIDERANDO a justificativa da empresa acerca da impossibilidade devido ao erro de cotação bem como marca ofertada;

CONSIDERANDO, por fim, as disposições legais constantes Lei nº 14.133/2021 e também no Decreto nº 11.462/2023, capítulo VI mais precisamente no artigo 29, as quais possibilitam o cancelamento dos preços registrados, *in verbis:*

Art. 29. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I – por razão de interesse público;
II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27.

DECIDEM, DE FORMA AMIGÁVEL, CANCELAR PARCIALMENTE A ATA DE REGISTROS DE PREÇOS N.º 280/2025, cuja empresa detentora dos preços registrados trata-se de **LUIZ MINIOLI NETTO LTDA** e a todos os termos dela decorrentes.

É assegurado à **DETENTORA DA ATA** o direito de percepção dos valores referente a possíveis entregas do objeto licitado até a data da publicação do presente ato, ou seja, desde que comprovada adimplência de todos os termos contratados, não tendo nada a reclamar ou exigir da contratante a partir desta data, no que tange à totalidade da Ata.

Palmeira/PR, 10 de dezembro de 2025.

Luiz Minioli Netto LTDA
CNPJ/MF sob o nº 14.221.429/0001-13
LUIZ MINIOLI NETTO
CPF/MF sob o nº 005.498.189-10
Contratada

Testemunhas:

_____
Maria Eduarda Alves de Paula
RG sob o nº 12.886.828-3
Fiscal de Contrato

_____
MUNICÍPIO DE PALMEIRA
CNPJ/MF n.º 76.179.829/0001-65
Carla Beatriz Turmina
CPF/MF n.° 029.704.919-40
Secretária Municipal de Gestão Pública e Finanças
CONTRATANTE

_____
Tiago Dombroski Moreira
RG sob o nº 13.762.251-3
Fiscal de Contrato

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:C0D0DFF1

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 1.250 DE 16/12/2025

Portaria nº 1.250 de 16/12/2025

O Diretor Presidente do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas pelo cargo,

RESOLVE

Art. 1º- Alterar o Art. 1º da Portaria nº 1.177 de 09/05/2025, que passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 1º-
Nomear, a partir desta data, a Agente de Contratação e a equipe de apoio:
- Allyne Alves de Paula – agente de contratação;
- Daysi Baptista Pinheiro de Lima – equipe de apoio;
- Lana Cristina Silva da Rosa – equipe de apoio."

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data 05 de janeiro de 2026.

Registre-se e Publique-se

Sede do RPPS, Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 16/12/2025.

JULIANO BARAUCE DE OLIVEIRA
Diretor Presidente do RPPS

Publicado por:
Lana Cristina Silva da Rosa
Código Identificador:9124AB30

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
PORTARIA N.º1.251 DE 16/12/2025

Portaria n.º1.251 de 16/12/2025

O Diretor Presidente do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas pelo cargo,

Resolve:

Conceder, a partir de 05/01/2026, 15 (quinze) dias de férias, referente ao período aquisitivo 01/01/2025 a 31/12/2025, para a servidora **Daysi Baptista Pinheiro Lima,** ocupante do cargo efetivo de *"Auxiliar Administrativo"*, cedida com ônus para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Registre-se e Publique-se.

Sede do RPPS, município de Palmeira, Estado do Paraná, em 16 de dezembro de 2025.

JULIANO BARAUCE DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente do RPPS

Publicado por:
Lana Cristina Silva da Rosa
Código Identificador:7AA26162

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
PORTARIA N.º1.252 DE 16/12/2025

Portaria n.º1.252 de 16/12/2025

O Diretor Presidente do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas pelo cargo,

Resolve:

Conceder, a partir de 14/01/2026, 15 (quinze) dias de férias, referente ao período aquisitivo 13/01/2025 a 13/01/2026, para a servidora **Marina Brostulin Vida Puchalski,** ocupante do cargo efetivo de *"Procurador"*, cedida com ônus para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Registre-se e Publique-se.

Sede do RPPS, município de Palmeira, Estado do Paraná, em 16 de dezembro de 2025.

JULIANO BARAUCE DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente do RPPS

Publicado por:
Lana Cristina Silva da Rosa
Código Identificador:9756EAD6

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
PORTARIA N.º 1.253 DE 17/12/2025

Portaria n.º 1.253 de 17/12/2025

O Diretor-Presidente do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas pelo cargo e,
Considerando o teor do processo protocolado nesta Autarquia sob nº 155/2025, em que é requerente **Raysa Fernanda Pacheco**.

Considerando o disposto no Artigo 30, inciso I e Artigo 80, inciso I, Art. 81, 83 e 84 da Lei Municipal n.º 2.404 de 30/09/2005 que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS e ainda o Art. 40, § 7º e 8º da Constituição Federal (Redação anterior à EC 103/2019);
Resolve:
Conceder ***Pensão***, a partir de 03/03/2023, sendo uma cota temporária no percentual de 100% (cem por cento) para **Raysa Fernanda Pacheco,** portador da Carteira de Identidade RG nº 14.xxx.xxx-8 e inscrito no CPF sob nº 086.xxx.xxx-71, neste ato representada por sua progenitora Meire Cristine Bataman**,** portadora do RG n.º 11.xxx.xxx-9 PR, inscrita no CPF sob n.º 075.xxx.xx9-80, em virtude do falecimento da aposentada *"Maria Isabel de Goes Bataman"*, sendo que o benefício corresponderá ao valor total da remuneração da titular, ou seja, R$ 1.302,00 (mil trezentos e dois reais), atualizado monetariamente conforme reajustes anuais até a presente data, e será suportado financeiramente pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Registre-se e Publique-se.

Sede do RPPS, Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

JULIANO BARAUCE DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente – RPPS

Publicado por:
Daysi Baptista Pinheiro de Lima
Código Identificador:226BD20F

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
PORTARIA N.º 1.254 DE 17/12/2025

Portaria n.º 1.254 de 17/12/2025

O Diretor-Presidente do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas pelo cargo e,
Considerando o teor do processo protocolado nesta Autarquia sob nº 547/2025, em que é requerente **Joseni Dedier Schroeder**.

Considerando o disposto no Artigo 30, inciso I e Artigo 80, inciso I, Art. 81, 83 e 84 da Lei Municipal n.º 2.404 de 30/09/2005 que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS e ainda o Art. 40, § 7º e 8º da Constituição Federal (Redação anterior à EC 103/2019);
Considerando, ainda, o Art. 24º, § 2º da Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019, que trata da acumulação de benefícios previdenciários.
Resolve:
Conceder ***Pensão***, a partir de 07/08/2025, sendo uma cota vitalícia no percentual de 100% (cem por cento) para **Joseni Dedier Schoroeder,** portador da Carteira de Identidade RG nº 1.xxx.xx3-9 e inscrito no CPF sob nº 286.xxx.xxx-87, em virtude do falecimento da aposentada *"Rosemari da Conceição Olenik Schroeder"*, sendo que o benefício corresponderá ao valor total da remuneração da titular, ou seja, R$ 2.681,46 (dois mil, seiscentos e oitenta e um reais e quarenta e seis centavos) e será suportado financeiramente pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.
Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Registre-se e Publique-se.

Sede do RPPS, Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

JULIANO BARAUCE DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente – RPPS

Publicado por:
Daysi Baptista Pinheiro de Lima
Código Identificador:DC5501C2

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
PORTARIA N.º 1.255 DE 17/12/2025

Portaria n.º 1.255 de 17/12/2025

O Diretor-Presidente do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas pelo cargo e,
Considerando o teor do processo protocolado nesta Autarquia sob nº 687/2025, em que é requerente **David Kasiorowski**.

Considerando o disposto no Artigo 30, inciso I e Artigo 80, inciso I, Art. 81, 83 e 84 da Lei Municipal n.º 2.404 de 30/09/2005 que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS e ainda o Art. 40, § 7º e 8º da Constituição Federal (Redação anterior à EC 103/2019);

Considerando, ainda, o Art. 24º, § 2º da Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019, que trata da acumulação de benefícios previdenciários.

Resolve:

Conceder ***Pensão***, a partir de 28/09/2025, sendo uma cota vitalícia no percentual de 100% (cem por cento) para **David Kasiorowski,** portador da Carteira de Identidade RG nº 5.xxx.xx8-6 e inscrito no CPF sob nº 340.xxx.xxx-87, em virtude do falecimento da aposentada *"Alice Ripka Kasiorowski"*, sendo que o benefício corresponderá ao provento integral até o teto do RGPS, mais 70% da parcela excedente, ou seja, R$ 9.327,07 (nove mil, trezentos e vinte e sete reais e sete centavos) e será suportado financeiramente pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Registre-se e Publique-se.
Sede do RPPS, Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

JULIANO BARAUCE DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente – RPPS

Publicado por:
Daysi Baptista Pinheiro de Lima
Código Identificador:C7065375

SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 82/2025 - ASSOCIAÇÃO MENONITA BENEFICENTE - AMB.

O**MUNICÍPIO DE PALMEIRA,**pessoa jurídica de direito público interno, inscrito **CNPJ/MF sob o n° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, neste ato representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, **Sra. Joceli Gomes Cunha,** portadora da cédula de identidade **R.G n° 4.***.***-1 SSP/PR** e inscrita no **CPF/MF sob o n° 024.***.***-50**, a qual foi nomeada como responsável solidária pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 17.960/25**, doravante denominado simplesmente**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ASSOCIAÇÃO MENONITA BENEFICENTE - AMB,** pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 81.078.297/0001-00**, estabelecida na Rua José Adriano de Freitas, nº 427, Rocio I, Palmeira/PR, neste ato representada por seu Presidente, **Sr. Hugo Kreusch**, portador da cédula de identidade **R.G nº 1.***.***-6 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF sob n° 357.000.000-00**, doravante denominada simplesmente**ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1 – O presente Termo de Cooperação se materializa por intermédio de Inexigibilidade de Chamamento Público, consoante ao procedimento disposto nos artigos 31 e 32 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e possui como objeto o repasse do seguinte equipamento à organização da sociedade civil supra identificada:
I - 01 (um) veículo tipo minivan, zero km, novo de fábrica: com capacidade de, no mínimo, 07 lugares. Motor flex (gasolina ou álcool). Motor: Dianteiro, mínimo 4 cilindros. - Potência máxima igual ou superior a 100 cv. Requisitos mínimos: 5 (cinco) portas contando o porta malas, ar condicionado, transmissão automática, direção hidráulica, elétrica ou similar, portas com travamento elétrico e acionamento remoto na chave, vidros elétricos nas quatro portas, limpador e lavador de vidro traseiro com desembaçador, rádio ou central multimídia com alto-falantes instalados, banco do motorista com regulagem de altura, vidros com película protetora conforme a legislação, jogo de tapetes de borracha originais ou fornecidos por concessionária da marca, itens de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN. Ano mínimo 2024, modelo 2025. CARROCERIA NA COR BRANCA. Licenciamento, seguro obrigatório, tanque cheio e primeiro emplacamento quitados em nome do Município de Palmeira. Patrimônio nº 30735;

1.2- O veículo objeto desta parceria fora adquirido por meio da Emenda Parlamentar nº 202437020010 e o seu repasse fora autorizado através da Lei Municipal nº 6.209 de 05 de dezembro de 2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES
2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
a) fornecer instruções específicas para prestação de contas à organização da sociedade civil por ocasião da celebração da parceria;
b) A administração pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria celebrada mediante o presente termo de cooperação e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
d) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
e) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
f) viabilizar o acompanhamento dos processos;
g) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho;
h) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.
i) aplicar as penalidades previstas em lei e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
j) comunicar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal de Palmeira;
k) publicar o inteiro teor deste instrumento no Diário Oficial do Município.

II – DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
a) executar fielmente os serviços, de acordo com as cláusulas e condições estabelecidas neste ACORDO e na Proposta de Trabalho (Anexo) e em rigorosa observância às normas e procedimentos técnicos e tudo o mais que necessário for à perfeita execução dos serviços, ainda que não expressamente mencionado;
b) atender a todas as observações, reclamações e exigências efetuadas, no sentido do cumprimento deste ACORDO;
c) acatar o acompanhamento e fiscalização da execução deste ACORDO pelo Município de Palmeira e pelos órgãos de controle, interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao ACORDO, bem como aos locais da execução de seu objeto;
d) manter, durante toda a vigência deste ACORDO, as condições de habilitação e qualificação exigidos pela Administração Pública;
e) comunicar à administração pública a substituição dos responsáveis pela Proponente, assim como alterações em seu Estatuto.

Parágrafo único: É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:
I – delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;
II – prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS
3.1 – Este Acordo de Cooperação, não possui ônus para o Município de Palmeira, ou seja, sem repasses financeiros. Desse modo, não há rubricas orçamentárias a apresentar, visto que está desobrigado o prévio empenho.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

4.1 – O presente termo de cooperação deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA
5.1 – O presente Termo de Cooperação se fará de forma precária e gratuita, pelo prazo **de 05 (cinco) anos**, a partir da data de assinatura, em caráter intransferível, mediante a condição de que o veículo seja utilizado para os fins intrínsecos da entidade, conforme plano de trabalho apresentado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES
6.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
6.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Cooperação com alteração da natureza do objeto.
6.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
6.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança das metas ou do prazo de vigência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
7.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - advertência;
II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.
7.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
7.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA OITAVA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
8.1 - O presente termo de cooperação poderá ser:
I – Revogado por ato do Poder Executivo por razões de interesse público devidamente atestado em procedimento administrativo competente;
II - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
III - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
a) utilização do bem em desacordo com o Plano de Trabalho;
b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

Parágrafo Único. O presente termo de Cooperação tornar-se á nulo, independentemente de ato especial, se ao objeto, vier a ser dada destinação diversa daquela prevista na cláusula primeira deste termo, bem como se houver, por parte da beneficiária, descumprimento de quaisquer das obrigações, impostas por esta lei, pelo Termo de Cooperação e/ou demais normas atinentes, ensejando a consequente responsabilização e as sanções cabíveis.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICIDADE
9.1 - A eficácia do presente termo de Cooperação ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do seu respectivo teor no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração pública no prazo de até 05 (cinco) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS
10.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - as comunicações relativas a este termo de Cooperação serão remetidas por correspondência escrita ou eletrônica e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão eletrônica, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e
III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de colaboração, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO
11.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de Cooperação, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Palmeira, Estado do Paraná, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.
11.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 06 laudas somente anverso, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Palmeira/PR, em 17 de Dezembro de 2025.

Município de Palmeira
CNPJ/MF sob o nº 76.179.829/0001-65
JOCELI GOMES CUNHA
CPF/MF sob o n° 024.***.***-50
(Decreto Municipal nº 17.960/25)
Secretária Municipal de Assistência Social
Administração Pública

Associação Menonita Beneficente - AMB
CNPJ/MF sob o nº 81.078.297/0001-00
HUGO KREUSCH
CPF/MF sob o nº 357.***.***-00
Representante Legal
Org. da Sociedade Civil

_____
Testemunha:
CPF/MF sob o nº:

_____
Testemunha:
CPF/MF sob o nº:

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:3A9B787D

SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO RURAL
CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO
CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA – CONSEA

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, órgão de assessoramento imediato ao Prefeito de Palmeira, que integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, instituído pela Lei Nº 11.346, de 15 de setembro, de 2006.

Compete ao CONSEA Municipal:

•
I - Organizar e coordenar, em articulação com a CAISAN do Município, a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, convocadas pelo Chefe do Poder Executivo, com periodicidade não superior a quatro anos;
II - Definir os parâmetros de composição, organização e funcionamento da Conferência;
III - Propor ao Poder Executivo, considerando as deliberações da Conferência Municipal de SAN, as diretrizes e as prioridades do Plano Municipal de SAN, incluindo-se os requisitos orçamentários para sua consecução;
IV - Articular, acompanhar e monitorar, em regime de colaboração com os demais integrantes do Sistema, a implementação e a convergência de ações inerentes ao Plano Municipal de SAN;
V - Mobilizar e apoiar entidades da sociedade civil na discussão e na implementação de ações públicas de Segurança Alimentar e Nutricional;
VI - Estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social nas ações integrantes da Política e do Plano municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
VII - Zelar pela realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e pela sua efetividade;
VIII - Manter articulação permanente com outros conselhos municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, com o conselho estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e com o conselho nacional de Segurança Alimentar e Nutricional relativos às ações associadas à Política e ao Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
IX - Elaborar e aprovar o seu regimento interno.

O CONSEA Municipal será composto por 24 membros, titulares e suplentes, dos quais dois terços de representantes da sociedade civil, cabendo a representante deste segmento exercer a presidência do conselho, e um terço de representantes governamentais, conforme disposto no art. da Lei nº 3,882, de 15 de maio de 2015.

•
A representação governamental no CONSEA Municipal será exercida pelos seguintes membros titulares:

I - REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

•
a)Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
b) Secretaria Municipal de Assistência Social
c) Secretaria Municipal de Saúde
d)Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

•
Os representantes da sociedade civil serão escolhidos conforme critérios de indicação

estabelecidos pela Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

•
Poderão compor o CONSEA Municipal, na qualidade de observadores, representantes de conselhos afins, de organismos internacionais e do Ministério Público, indicados pelos titulares das respectivas instituições, mediante convite formulado pelo Presidente do CONSEA Municipal.

Considerados de interesse público, os mandatos não serão remunerados.

Considerando o encerramento do mandato vigente, o CONSEA, diante de suas atribuições, convoca as entidades, associações e a comunidade Palmeirense para eleição de novos membros:
Dia: 16/01/2025
Horário: 13h30
Local: Auditório da Central de Atendimento ao Cidadão, Rua Luiza Trombini Malucelli, 134 – Centro.

Palmeia, 13 de outubro de 2025.

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:FF1DC334

SEC. MUN. DE GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS
COMUNICADO – CHAMADA CUIDADOR DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 003/2024

Palmeira, 17 de dezembro de 2025**.**

A Secretaria Municipal de Assistência Social, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 19 de dezembro do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, para substituição de Cuidador de Acolhimento Institucional, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 003/2024, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequencia pelo imediato classificado, conforme processo nº. 31910/2025.

Cuidador De Acolhimento Institucional:

DANIEL ARTMANN

Atenciosamente,

JOCELI GOMES CUNHA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:FD4DB1D3

SEC. MUN. DE GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS
DECRETO Nº 18.758 DE 16/12/2025 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$116.823,07 REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pelas Leis Municipais nº 5.924/2024 – LDO e nº 6.010/2024 – LOA,

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$116.823,07 (cento e dezesseis mil oitocentos e vinte e três reais e sete centavos), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº 6.010/2024 – Lei Orçamentária Anual e destinado ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Suplementação

08.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Educação e Esporte
08.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Educação
08.001.12.361.0023.6.069. Pagamento de salários e encargos sociais
966 – 3.1.90.11.00.00 977 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$81.776,14
967 – 3.1.91.13.00.00 977 OBRIGAÇÕES PATRONAIS R$35.046,93

Total Suplementação: R$116.823,07

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o provável excesso de arrecadação, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Receita

Receita: 1.7.1.5.53.01.00.00000000 Fonte: 977 R$116.823,07

Total da Receita: R$116.823,07

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 17 de Dezembro de 2025.

JOSE AILTON VASCO
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:439C0C1E

SEC. MUN. DE GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS
DECRETO Nº 18.759 DE 16/12/2025 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$116.823,07 REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pelas Leis Municipais nº 5.924/2024 – LDO e nº 6.010/2024 – LOA,

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$116.823,07 (cento e dezesseis mil oitocentos e vinte e três reais e sete centavos), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº 6.010/2024 – Lei Orçamentária Anual e destinado ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Suplementação

08.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Educação e Esporte
08.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Educação
08.001.12.361.0023.6.069. Pagamento de salários e encargos sociais
967 – 3.1.91.13.00.00 977 OBRIGAÇÕES PATRONAIS R$116.823,07

Total Suplementação: R$116.823,07

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o provável excesso de arrecadação, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Receita

Receita: 1.7.1.5.53.01.00.00000000 Fonte: 977 R$116.823,07

Total da Receita: R$116.823,07

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 17 de Dezembro de 2025.

JOSE AILTON VASCO
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:D2C31E2F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA Nº 031, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025

PORTARIA Nº 031, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025.

Concede Promoção Horizontal aos servidores pertencentes ao Quadro de Pessoal Efetivo da Câmara Municipal de Palmital, Paraná e dá outras providências.

A Presidente da Câmara Municipal de Palmital, Estado do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 14, parágrafo único, inciso XIX do Regimento Interno da Câmara Municipal de Palmital,

Considerando o CAPÍTULO I, DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO, art. 6°, §2°, e art. 8°, I, da LEI Nº 1.336, DE 17 DE JUNHO DE 2025 que Reformula o Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Câmara Municipal de Palmital, reorganiza a Estrutura Administrativa e os Cargos de Provimento em Comissão e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Conceder aos servidores integrantes do Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa de Leis, Avanço Horizontal, mencionados a seguir:

Matrícula: 2000003
Nome: **FÁBIO LEAL DE SOUZA**
Cargo: ASSESSOR JURÍDICO
Classe: C - DO NÍVEL 02 PARA O NÍVEL 03

Matrícula: 2000004
Nome: **JAIRO JOSÉ MENEZES**
Cargo: CONTADOR
Classe: C - DO NÍVEL 02 PARA O NÍVEL 03

Matrícula: 2000005
Nome: **INDIANARA DE ANDRADE**
Cargo: TÉCNICA LEGISLATIVA
Classe: C - DO NÍVEL 02 PARA O NÍVEL 03

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 12 de dezembro de 2025, revogadas às disposições em contrário.

SALETE APARECIDA DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Jairo Jose Menezes
Código Identificador:B0D4AB92

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
RESCISAO DO CONTRATO 164/2021

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 080/2021
DISPENSA Nº 027/2021
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 164/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede na Rua Moisés Lupion, nº 1001, Centro, Palmital/PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ROBERTO CARLOS ROSSI.
CONTRATADA: BOEING & ROCHA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.406.668/0001-57,

com sede na Rua XV de Novembro, 1284, Centro, Palmital/PR, representada pelo Sr. PAULO ROCHA.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto a **RESCISÃO UNILATERAL** do Contrato Administrativo nº 164/2021, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de tecnologia da informação para cadastro de famílias em programas habitacionais vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E MOTIVAÇÃO

A rescisão fundamenta-se no Artigo 78, inciso XII, combinado com o Artigo 79, inciso I, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Único - Motivação: A Administração Pública Municipal justifica o presente ato com base no interesse público de alta relevância, devidamente demonstrado no Memorando nº 107/2025 da Secretaria Municipal de Assistência Social. A motivação decorre da perda do objeto contratual, uma vez que o Município efetivou parceria com a COHAPAR (Companhia de Habitação do Paraná), que passou a fornecer gratuitamente sistema abrangente para a mesma finalidade. A manutenção do contrato atual configuraria duplicidade de gastos e dano ao erário, ferindo o princípio da economicidade.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ACERTO FINANCEIRO

A Administração procederá à liquidação e ao pagamento de eventuais serviços efetivamente prestados e atestados até a data da publicação deste Termo, observando-se o cronograma físico-financeiro e a disponibilidade orçamentária.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E PUBLICAÇÃO

Para garantir o Contraditório e Ampla defesa notifique-se a contrata para dar ciência da presente rescisão e em querendo apresentar sua manifestação.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PROVIDÊNCIAS

Determina-se a rescisão unilateral do Contrato Administrativo n.º 190/2023, com eficácia a partir da data de assinatura deste Termo, nos termos do art. 79, § 1º, da Lei n.º 8.666/93.

Fica a Contratada, a partir desta data, desobrigada da execução do objeto contratado, bem como a Administração desobrigada dos pagamentos futuros, ressalvadas as obrigações pendentes.

Determina-se o pagamento das parcelas do contrato relativas aos serviços prestados até a data de eficácia da rescisão.

Determina-se o cálculo e eventual indenização à Contratada, nos termos do art. 79, § 2º, da Lei n.º 8.666/93, por prejuízos regularmente comprovados decorrentes da rescisão unilateral, desde que não sejam lucros cessantes.

A Contratada será formalmente notificada para, querendo, manifestar-se no prazo de [Prazo legal, geralmente 5 dias úteis] a contar do recebimento da notificação, nos termos do art. 109, Inciso I da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA E PUBLICAÇÃO

Este Termo de Rescisão passa a surtir efeitos jurídicos a partir da data de sua assinatura, devendo o extrato ser publicado na imprensa oficial para fins de transparência e ampla publicidade, conforme determina a legislação vigente.

Palmital-PR 12 de Dezembro de 2025.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Ferraz de Lima Neto
Código Identificador:7B0460B1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
ATO 4768

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E,

CONSIDERANDO a instauração do Processo Administrativo Disciplinar protocolado sob nº 9677/2025, por meio do Ato nº 4737/2025, com a finalidade de apurar a conduta de servidor público relacionada ao processo de renovação dos serviços de jardinagem, conforme Contrato nº 12/2021, nos termos Estatuto dos Servidores do Município de Paranaguá/PR (Lei Complementar nº 46/2006) e com o Decreto Municipal nº 254, de 21/03/2017,

CONSIDERANDO o Relatório Final apresentado pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, no qual se concluiu pela inexistência de elementos suficientes para caracterizar infração disciplinar ou para aplicação de penalidade administrativa;

CONSIDERANDO que o processo foi regularmente instruído, com observância aos princípios do contraditório, da ampla defesa, do devido processo legal, da legalidade e da motivação dos atos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar o **ARQUIVAMENTO** do Processo Administrativo Disciplinar, por não restar comprovada a prática de infração disciplinar.

Art. 2º Determinar a **HOMOLOGAÇÃO** do Relatório Final da Processo Administrativo Disciplinar, acolhendo integralmente suas conclusões.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, PALÁCIO CARIJÓ, em 17 de dezembro de 2025.

ADALBERTO MARCOS DE ARAÚJO
Presidente

Publicado por:
Danielle Alves da Costa
Código Identificador:C35CBD34

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 684/2025

"Concede o Título de Honra ao Mérito a LUIZ FERNANDO DA SILVA ALVES e dá outras providências."

Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, aprovou e a Mesa Executiva promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art.1º - Fica concedido o Título de Honra ao Mérito ao Sr. Luiz Fernando da Silva Alves, por iniciativa do Vereador Halleson Ricardo Stieglitz.

Art.2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, "PALÁCIO CARIJÓ", em 16 de dezembro de 2025.

ADALBERTO MARCOS DE ARAÚJO
Presidente

IRINEU JOSÉ DA CRUZ ALVES
1º Secretário

GISLEINE DO NASCIMENTO BENTO SILVA
2ª Secretária

Publicado por:
João Nunes da Silva Júnior
Código Identificador:C41DDF65

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
RESOLUÇÃO Nº. 497/2025

"Altera a nomenclatura e atribuições do cargo em comissão de Procurador-Geral, contidos na Resolução nº 393/2013, denominando-se "Assessor

Especial da Presidência", adequando-o à Constituição Federal, sem aumento de despesa e dá outras providências."

O Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá, Estado do Paraná, no uso das atribuições constitucionais e legais que lhe são conferidas, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, aprovou e a Mesa Executiva promulga a presente Resolução:

Art. 1º - A denominação do cargo em comissão de "Procurador-Geral", constante da Resolução nº 393, de 18 de dezembro de 2013, passa a ser "Assessor Especial da Presidência ", em todos os dispositivos em que houver menção a essa nomenclatura, mantendo-se a simbologia e os vencimentos correspondentes.
Art. 2º - A denominação contida na alinea 'b' no art. 3º da Resolução nº 393, de 18 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:
b) Assessoria Especial da Presidência
Art. 3º - O artigo 9º da Resolução nº 393, de 18 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:
" Art. 9º - Compete à Assessoria Especial da Presidência, imediatamente subordinada ao Presidente da Câmara, ocupada por servidor comissionado, com graduação mínima em Direito, nomeado para cargo em comissão de Assessor Especial da Presidência, símbolo AP:
a) Coordenar e supervisionar os trabalhos da Assessoria Jurídica, garantindo a uniformidade e a qualidade técnica dos pareceres, estudos e orientações jurídicas internos, em apoio à Mesa Diretora e aos demais setores da Câmara Municipal,
b) Exercer as funções de consultoria jurídica e assessoramento ao Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá,
c) É vedado ao ocupante do cargo exercer funções de representação judicial e extrajudicial, as quais permanecem atribuídas a servidor ocupante de cargo efetivo de advogado, conforme dispõe o art. 35 desta Resolução, que atribui tais funções ao Diretor Jurídico.
d) Analisar, quando determinado pelo Presidente, consultas feitas pela Mesa e Comissões Permanentes e atendidas pela Assessoria Jurídico-Legislativa;
e) Assessorar as reuniões das Comissões Permanentes e Especiais compostas pelos Vereadores, fornecendo suporte jurídico e proferindo pareceres técnicos afetas à área do Direito;
f) Manifestar-se em todo e qualquer expediente de natureza legislativa, quando solicitado pelos Vereadores ou determinado pelo Presidente;
g) Auxiliar o Departamento Legislativo e a Assessoria Legislativa nas dúvidas da tramitação dos expedientes de natureza jurídico-legislativa quando requisitado;
h) Exercer outras atividades correlatas."
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Paranaguá, "Palácio Carijó", em 17 de dezembro de 2025.

ADALBERTO MARCOS DE ARAÚJO
Presidente

IRINEU JOSÉ DA CRUZ ALVES
1º Secretário

GISLEINE DO NASCIMENTO BENTO SILVA
2º Secretário

Publicado por:
João Nunes da Silva Júnior
Código Identificador:889D7062

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
TERMO DE RATIFICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 34/2025

Processo Administrativo n.º 476/2025
Processo Licitatório n.º 59/2025
Dispensa de Licitação n.º 34/2025

O Sr. Presidente do CISLIPA, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Ratifico todos os atos, praticados no presente procedimento licitatório, por verificar a legalidade dos mesmos em estrito e fiel cumprimento ao que determina a Lei Federal n° 14.133/2021;

Homologo o Processo de Dispensa de Licitação nº 34/2025, que tem por Objeto: "Contratação de empresa especializada para a retirada da divisória de vidro blindex da antiga sede administrativa do CISLIPA e entrega na Base de Regulação do SAMU 192''

Com fulcro na Lei 14.133/2021, e conforme inteiro teor do processo administrativo n.º 476/2025.

Adjudico o objeto a Licitante **J M ESQUADRIAS LTDA, CNPJ: 53.031.343/0001-80**, valor total contratado R$ 350,00 (Trezentos e Cinquenta Reais).

Este Termo entrará em vigor na data da sua publicação.

Paranaguá, 12 de Dezembro de 2025.

MARCELO JOSE CARDOZO DIAS
Diretor Executivo do CISLIPA

Publicado por:
Marcelo Jose Cardozo Dias
Código Identificador:AC146D81

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025
PROCESSO Nº 91295/2025

OBJETO: "Contratação de empresa prestadora de serviços de informática, compreendendo locação de software de gestão previdenciária para RPPS – Regime Próprio de Previdência Social– Paranaguá Previdência, de acordo *as especificações mínimas contidas no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.*

ID: 1085093

TIPO: **Menor Preço Total do Lote.**

DATA DA ABERTURA: 07/01/2026 – HORÁRIO: 10 horas

VALOR ESTIMADO: R$ 309.641,03 (Trezentos e nove mil, seiscentos e quarenta e um reais e três centavos).

ENDEREÇO: https://licitacoes-e2.bb.com.br e www.paranaguaprev.com.br

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº 123/2006 com as alterações da Lei Complementar Federal nº 147/2014 e demais legislação correlatas.

Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pela Pregoeira na Rua Gabriel de Lara, nº 1307 – Leblon, no horário das 08:00 às 11:30 e das 14:00 às 17:30 horas ou pelo telefone nº (41) 3721 9260.

PARANAGUÁ, 17 de dezembro de 2025.

MARIZA VOI FREZZATTI
Pregoeira

Publicado por:
Sidnei França Dos Santos
Código Identificador:18C94301

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 185/2025

"Dispõe sobre a suspensão dos efeitos financeiros do ato revisional de proventos e da abertura de procedimento administrativo de revisão de aposentadoria do segurado LUIZ CARLOS VERNALHA DE PINHO, conforme decisão proferida nos Autos nº 0004994-85.2025.8.16.0129 – MANDADO DE SEGURANÇA - Vara da Fazenda Pública de Paranaguá - PROJUDI, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná".

O DIRETOR PRESIDENTE DA PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas conforme a Lei Complementar 053/2006 de 13 de outubro de 2006, e suas alterações, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 91.661/2025,

Considerando a decisão proferida nos Autos nº 0004994-85.2025.8.16.0129 – MANDADO DE SEGURANÇA - Vara da Fazenda Pública de Paranaguá - PROJUDI, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, deferindo em favor da parte autora, que essa Autarquia "*cumpra o Acórdão n.º 2288/21 (processo n.º 33178/21 – TCE /PR), sustando o processo administrativo de revisão dos proventos de aposentadoria do impetrante, com o retorno ao status quo do valor originalmente auferido, até que seja instaurado processo administrativo com contraditório e ampla defesa*.";

Considerando que a decisão judicial em favor do segurado **LUIZ CARLOS VERNALHA DE PINHO,** visa afastar eventual violação cometida por parte desta Autarquia, a fim de resguardar seu direito à ampla defesa e ao contraditório em sede de processo administrativo que culminou na revisão de sua aposentadoria, com alegação de se tratar de ato ilegal e da violação da garantia constitucional do contraditório e da ampla defesa, pois a redução de seus proventos foi realizada de forma súbita sem qualquer direito de resposta no processo administrativo.

Considerando que o ato revisional de proventos constante da Portaria nº 205, de 27 de maio de 2022, em face do segurado **LUIZ CARLOS VERNALHA DE PINHO,** atendeu demanda no contido no processo nº 616352/17-TC (Ato de Inativação) e dos Acórdãos nºs 1331/21-TP e 2288/21-TP, ambos exarados no Processo nº 331782/2021 do TCE/PR, e considerado legal e devidamente registrado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme decisão trazida pela Acordão nº 2223/23-S1ªC, publicado no DETC, Edição nº 3039, de 09/08/2023;

RESOLVE:

Art. 1º Suspender os efeitos financeiros do ato revisional de proventos, constante da Portaria nº 205, de 27 de maio de 2022, da aposentadoria do segurado **LUIZ CARLOS VERNALHA DE PINHO, matrícula 03748, a contar 1º de novembro de 2025,** conforme decisão proferida nos Autos nº 0004994-85.2025.8.16.0129 – MANDADO DE SEGURANÇA - Vara da Fazenda Pública de Paranaguá - PROJUDI, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, restabelecendo os valores de proventos de acordo com o contido na Portaria nº 022, de 11 de maio de 2016, com proventos integrais, com o fundamento legal da regra de transição, trazida pela Emenda à Constituição Federal nº 47/2005, em seu art. 3º, e no disposto na Lei Complementar Municipal nº 053 de 06 de outubro de 2006, a ser implantado em folha, a título de diferenças, até ulterior decisão.

Art. 2º Determinar que, através do procedimento administrativo nº 9.1661/2025, seja aberturo o prazo de **15 (quinze) dias úteis**, a partir da comprovação do recebimento de notificação, para que o segurado **LUIZ CARLOS VERNALHA DE PINHO, matrícula 03748**, apresente sua defesa em face do processo administrativo que culminou na revisão de sua aposentadoria conforme Portaria nº 205, de 27 de maio de 2022, em demanda contida no processo nº 616352/17-TC (Ato de Inativação) e nos Acórdãos nºs 1331/21-TP e 2288/21-TP, ambos exarados no Processo nº 331782/2021 do TCE/PR, considerado legal e devidamente registrado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, pela decisão trazida pela Acordão nº 2223/23-S1ªC, publicado no DETC, Edição nº 3039, de 09/08/2023, assegurando, assim, o seu direito à ampla defesa e ao contraditório, na forma pleiteada nos Autos de Mandado de Segurança.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor da data de sua publicação.

PARANAGUÁ, 16 de dezembro de 2025.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Sidnei França Dos Santos
Código Identificador:6C789359

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1.432

DECRETO Nº 1.432

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial ou total de dotação orçamentária no valor de R$ 775.058,29 (setecentos e setenta e cinco mil, cinquenta e oito reais e vinte e nove centavos)."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela Lei Municipal nº 4511 de 11 de Dezembro de 2024 art. 7º, incisos, I, II, III, IV, e de acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de Março de 1.964, Art. 43, § 1º, Incisos I, II e III,

DECRETA:

Art. 1° Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial ou total, no valor de R$ 775.058,29 (setecentos e setenta e cinco mil, cinquenta e oito reais e vinte e nove centavos), para reforço no exercício financeiro de 2025 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
Secretaria Municipal de Administração		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
08.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
08.001.0004.0122.0002.2040	Propiciar o assessoramento técnico e administrativo ao prefeito nas diretrizes para a política de material, patrimonial e de serviços administrativos em geral	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 5.500,00
Unidade Orçamentária:	Departamento de Tecnologia da Informação	
08.004		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
08.004.0004.0126.0002.2041	Planejamento, organização e execução de controle das atividades voltadas ao desenvolvimento e modernização tecnológica.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390400000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 450.000,00
Secretaria Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal de Saúde	
10.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
10.001.0010.0122.0006.2060	Coordenar o serviço de saúde visando melhor atendimento a população, integrando os recursos humanos materiais, equipamentos, financeiros, técnicos, institucionais necessário as ações de saúde Pública.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390460000 - Auxílio-alimentação	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%)	R$ 319.558,29
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 775.058,29		

Art. 2° Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente ou totalmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	
Secretaria Municipal de Administração	
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário
08.001	
Funcional Programática:	**Atividade:**
08.001.0004.0122.0002.2040	Propiciar o assessoramento técnico e administrativo ao prefeito

	nas diretrizes para a política de material, patrimonial e de serviços administrativos em geral	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390460000 - Auxílio-alimentação	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 5.500,00
Secretaria Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária: 10.001	Fundo Municipal de Saúde	
Funcional Programática:	**Atividade:**	
10.001.0010.0302.0006.2063	Visa integralidade da assistência à Saúde do SUS, com ações à saúde de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%)	R$ 319.558,29
Secretaria Municipal de Administração		
Unidade Orçamentária: 08.001	Gabinete do Secretário	
Funcional Programática:	**Atividade:**	
08.001.0004.0122.0002.2040	Propiciar o assessoramento técnico e administrativo ao prefeito nas diretrizes para a política de material, patrimonial e de serviços administrativos em geral	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390460000 - Auxílio-alimentação	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 450.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÂO: R$ 775.058,29		

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 17 de dezembro de 2025.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

VERONICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:210466BD

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1.433

DECRETO Nº 1.433

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em excesso de arrecadação no valor de R$ 9.430.754,41 (nove milhões, quatrocentos e trinta mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e um centavos)."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela Lei Municipal nº 4511 de 11 de Dezembro de 2024 art. 7º, incisos, I, II, III, IV, e de acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de Março de 1.964, Art. 43, § 1º, Incisos I, II e III,

DECRETA:

Art. 1° Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em excesso de arrecadação, no valor de R$ 9.430.754,41 (nove milhões, quatrocentos e trinta mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e um centavos), para reforço no exercício financeiro de 2025 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
Secretaria Municipal de Governo		
Unidade Orçamentária: 02.001	Gabinete do Prefeito	
Funcional Programática:	**Atividade:**	
02.001.0004.0122.0002.2002	Manter o desenvolvimento das atividades em atendimento ao Gabinete do Prefeito.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390930000 - Indenizações e restituições	01642 - SETU - Convênio Festividade do 377ª - Aniversário de Paranaguá - BB 107.218-8	R$ 4,19
Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral		
Unidade Orçamentária: 11.001	Gabinete do Secretario	
Funcional Programática:	**Atividade:**	
11.001.0012.0361.0016.2080	Manutenção, Conservação, Remuneração dos profissionais do magistério e contratação de profissionais da área da psicologia e assistência social para as Escolas do Ensino Fundamental. Assegurar o pagamento das despesas essências a Educação, com Manutenção, equipamentos, serviços e folha de pagamento, em atendimento a Lei n° 13.935/2019. e outras demandas.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190940000 - Indenizações e restituições trabalhistas	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 2.200.000,00
3390300000 - Material de consumo	01045 - Outros Recursos não Vinculados	R$ 1.197.900,09
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01045 - Outros Recursos não Vinculados	R$ 1.796.850,13
Unidade Orçamentária: 11.002	Superintendência de Políticas Educacionais	
Funcional Programática:	**Atividade:**	
11.002.0012.0365.0017.2082	Manutenção, conservação e Remuneração dos Profissionais das Escolas da Educação Infantil.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 3.800.000,00
3190130000 - Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Segurança		
Unidade Orçamentária: 20.002	Departamento da Guarda Civil Municipal - Gcm	
Funcional Programática:	**Atividade:**	
20.002.0006.0181.0023.2201	Realizar serviço de segurança em todo município, mantendo a ordem, fiscalizando e gerenciando o trânsito de nosso município, fiscalizando e preservando o Meio Ambiente, avaliando as áreas com a Defesa Civil, treinando e capacitando o Guarda Civil Municipal para realizar trabalho com Excelência a toda população.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01045 - Outros Recursos não Vinculados	R$ 386.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 9.430.754,41		

Art. 2° Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do excesso de arrecadação da(s) receita(s): 1112500100 - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - principal, 1112530100 - Impostos sobre transmissão "inter vivos" de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - principal, 1114511100 - Imposto sobre serviços de qualquer natureza - issqn - principal, 1321010102 - Aplicação - SETU - Convênio Festividade do 377ª - Aniversário de Paranaguá - BB 107.218-8 (F-642), 1711512100 - Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cotas extraordinárias - principal, 1999992117 - Compensação Social pela Desafetação (CSD) - (F-045) da fonte 1000 - Recursos Ordinários (Livres), 1045 - Outros Recursos não Vinculados, 1642 - SETU - Convênio Festividade do 377ª - Aniversário de Paranaguá - BB 107.218-8 nos termos do inciso II, § 1º, artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 17 de dezembro de 2025.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

VERONICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:780814D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1.434

DECRETO Nº 1.434

"Recompõe a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar para apurar os processos administrativos oriundos da Secretaria Municipal de Saúde."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o contido no protocolado sob n° 88.448/2025,

DECRETA:

Art. 1º Fica recomposta a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar para apurar os processos administrativos oriundos da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Para compor a Comissão a que se refere o art. 1º deste Decreto, ficam nomeados os seguintes servidores:

PRESIDENTE:
CRISTIANE TORRES CAPRINE GABRIEL, matrícula: 3.744-2;

SECRETÁRIA:
ALESSANDRA DELFINO GENELHOUD CALGARO, matrícula: 10.168-1;

MEMBROS:
DANIELLE POTIBALA CARNEIRO, matrícula 4.272-1;
FERNANDA SCOMAÇÃO PEREIRA DE CARVALHO, matrícula 8.997-1.
ACYR CORREIA NETO, matrícula 10.871-1

Art. 3º A Comissão ora instituída, deverá dedicar-se com prioridade à solução e bom andamento, célere e razoável, dos processos administrativos em questão.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, Palácio “São José”, em 17 de dezembro de 2025.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:59C4BCC7

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO 01 AO CONTRATO N° 069/2025
BELLATRIX VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 49.422.071/0001-71

EXTRATO DE ADITIVO 01 AO CONTRATO N° 069/2025
BELLATRIX VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 49.422.071/0001-71

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
BELLATRIX VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA

Data: 18/12/2025

Objeto: Aditivo 01 ao Contrato nº **069/2025**. “O presente Termo Aditivo tem por objeto a substituição do veículo originalmente ofertado, sendo:

Veículo originalmente proposto no contrato:

Modelo: Renault Master L3H2 (Furgão)
Tipo: Furgão.
Especificações relevantes: PBT 3.500 kg; motor 2.3 turbo diesel; tração dianteira (FWD); consumo aproximado de 8,2 km/l.

Veículo substituto aprovado:

Modelo: Iveco Daily Vetrato 45-160 (Minibus/Vetrato) - 2023 Diesel.
Tipo: Minibus/versão Vetrato.
Especificações relevantes: PBT 4.500 kg; motor 3.0 turbo diesel; tração traseira (RWD); consumo aproximado de 11 km/l.

A substituição é realizada sem alteração de valor contratual, mantendo-se inalteradas as demais condições financeiras e operacionais do Contrato nº 069/2025.”

Pregão Eletrônico n°: 035/2024
Processo Administrativo n°: 68297/2025

Assinaturas:
DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO
GABRIEL DOS SANTOS DI CUNTO

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:6539103E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA 522/2025

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 02/02/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
TDF1B10	277450T000041220	30/09/2025	73662	04997412206

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:EAF0C0C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA 525/2025

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 02/02/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
ADC2I90	277450T000040687	07/10/2025	57463	
AIP7A69	277450T000040686	07/10/2025	57463	
ATN9J11	277450T000036349	13/05/2025	55500	03426550964
AYH6E35	277450T000036350	13/05/2025	55500	06923869850
BCQ8D08	277450T000046414	06/10/2025	55500	08737157782
SDY0F66	277450T000016111	06/10/2025	72340	
SEG0H93	277450T000044925	05/10/2025	73400	03106954871
SEL9J50	277450T000046453	05/10/2025	73400	
TAV8I43	277450T000041821	23/05/2025	53800	01814634213

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:9570D966

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA 528/2025

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 02/02/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
BXG7G55	277450T000010102	09/10/2025	55500	05509465768
SEF3D63	277450P000338655	30/09/2025	52070	00590737996

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:FC19A01A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO 520/2025

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 30/01/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ALB4D01	277450NIC0045075	22/11/2025	50020
AVK5D01	277450T000045093	05/12/2025	55500
BTS9I03	277450NIC0045076	22/11/2025	50020
QHV2D10	277450NIC0045074	22/11/2025	50020
RAA4A05	277450NIC0045077	22/11/2025	50020

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:15531634

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE 521/2025

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 02/02/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AKQ4089	277450T000029294	01/10/2025	55417	R$ 195,23
ASX2H90	277450T000044174	28/09/2025	54527	R$ 195,23
AVY6A35	277450T000045940	22/09/2025	55414	R$ 195,23
BAS9D29	277450T000045938	22/09/2025	76252	R$ 293,47
BJW3I67	277450T000045574	04/10/2025	76332	R$ 293,47
FUF3H65	277450T000046167	23/09/2025	55500	R$ 130,16
LZK4I68	277450T000040680	25/09/2025	54790	R$ 130,16
SET7F03	277450T000005676	24/09/2025	57380	R$ 293,47
TAJ0B69	277450T000045568	26/09/2025	76332	R$ 293,47
TCT4G06	277450T000045939	22/09/2025	55680	R$ 195,23
TCY2E52	277450T000045069	27/09/2025	55680	R$ 195,23
TDD9H04	277450T000038641	04/10/2025	54523	R$ 195,23
TEM7E36	277450T000039436	23/09/2025	60412	R$ 195,23

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:79FBBD1B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CAMARA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 06/2025 - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

9ª Reunião Extraordinária
19 de dezembro de 2025 (às 09:00 horas)

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 177/2025, do **Prefeito Municipal**, que dispõe sobre a reestruturação do Fundo Municipal de Apoio às Políticas Públicas Sobre Drogas, revoga a Lei Municipal nº 4.131, de 16 de maio de 2013, e dá outras providências. **Em primeira discussão, com mensagem aditiva.**

PROJETO DE LEI Nº 218/2025, do **Prefeito Municipal**, que institui a Rede Municipal de Enfrentamento à Violência contra a Mulher de Paranavaí, estabelece seus princípios, objetivos e composição, e dá outras providências. **Em primeira discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 231/2025, do **Prefeito Municipal**, que altera a Lei Municipal nº 4.399, de 23 de junho de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação – PME de Paranavaí e dá outras providências e autoriza o Poder Executivo Municipal a promover novas prorrogações em consonância com alterações da legislação federal pertinente. **Em primeira discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 237/2025, do **Prefeito Municipal**, que amplia vagas no âmbito da Administração Pública para os cargos de Professor de Educação Infantil séries iniciais, Agente de Manutenção Geral, Analista Administrativo, Arquiteto, Assistente Social, Contador, Cozinheira, Enfermeiro Geral, Engenheiro (especialista em pavimentação), Fiscal do Procon, Fisioterapeuta, Médico Clínico Geral 40 horas, Médico Pediatra 10 horas, Médico Plantonista 72 horas, Motorista Geral, Nutricionista, Profissional de Educação Física, Técnico de Enfermagem e Técnico de Informática, regidos pela Lei Municipal, na forma que específica. **Em primeira discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 238/2025, do **Prefeito Municipal**, que altera e acrescenta dispositivos à Lei Municipal nº 4.806, de 04 de março de 2020, que dispõe sobre a Política Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, para instituir e regulamentar o Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação – FMCTI, definindo sua natureza, fontes de receita, finalidades, modalidades de aplicação de recursos e regras de governança e fiscalização. **Em primeira discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 241/2025, do **Prefeito Municipal**, que dispõe sobre a compatibilização dos Anexos do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) e dá outras providências. **Em primeira discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 242/2025, do **Prefeito Municipal**, que dispõe sobre a redução da carga horária semanal dos servidores públicos efetivos do Poder Executivo do Município de Paranavaí de 44 (quarenta e quatro) para 40 (quarenta) horas semanais, sem redução de vencimentos; altera o caput do art. 36 da Lei Municipal 4.477/2015, e dá outras providências. **Em primeira discussão.**

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Sérgio Henrique
Código Identificador:3D81522A

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Dispensa Presencial: 11/2025
Processo Administrativo: 17/2025

Eu, Carlos Augusto Pereira de Lima, presidente da Câmara Municipal de Paranavaí no uso das atribuições que me são conferidas, Homologo em face da legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 14.133/2021, e pelas normas contidas Resolução Nº 004/2023-CMP e a vista do parecer jurídico nº231/2025.

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de mesa de som analógica e microfones destinados ao Plenário da Câmara Municipal de Paranavaí, com o objetivo de garantir a qualidade e a eficiência do sistema de sonorização durante as sessões plenárias, audiências públicas e demais eventos oficiais realizados nas dependências do Poder Legislativo de Paranavaí.

CLASSIFICAÇÃO DO FORNECEDOR;

EMPRESA: SATSOM COMPONENTES ELETRONICOS LTDA
CNPJ nº: 02.634.433/0001-24
REPRESENTANTE: EDILSON ANTONIO DE OLIVEIRA
VALOR TOTAL GLOBAL DOS ITENS: R$ 18.434,00 (dezoito mil quatrocentos e trinta e quatro reais).

ESPECIFICAÇÃO.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	Mesa de som analógica profissional, com as seguintes	01	SOUNDVOICE	R$ 7.100,00	R$ 7.100,00

	características mínimas: Canais de entrada: Mínimo 24 (vinte e quatro) canais de entrada mono físicos, com canais numerados e identificação clara no painel frontal, sendo: Mínimo 16 canais de entrada mono com conectores XLR e P10/TRS. No mínimo 4 canais de entrada estéreo com conectores TRS (P10), sendo que pelo menos 2 destes canais devem também oferecer entradas XLR. Os demais canais poderão ser linha/Stereo, desde que a soma chegue a 24 entradas utilizáveis. Pré-amplificadores: Pré-amplificadores de microfone com controle de ganho/trim em cada canal com faixa adequada para microfones dinâmicos e condensadores. Phantom Power +48V disponível e comutável por bloco ou por canal em todos os canais XLR. Entradas e conectores: Entradas XLR balanceadas para sinal de microfone em todos os canais designados como microfônico. Entradas P10/TRS balanceadas para sinais de linha/instrumento onde aplicável. Conectores de qualidade profissional com trava (no caso de XLR). Equalização: Canais mono: no mínimo 3 bandas (graves, médios e agudos) com controle de frequência semiparamétrico ou paramétrico nos médios; Canais estéreo: no mínimo 2 bandas Envios Auxiliares: No mínimo 4 envios auxiliares por canal, comutáveis pré/pós-fader. Retornos Auxiliares: No mínimo 2 retornos auxiliares estéreo com controle de nível. Processador de Efeitos: Interno, com variedade de efeitos (reverb, delay, chorus etc.), controles de parâmetros e roteamento flexível. Saídas: - Saída estéreo principal (MAIN OUT) com conectores XLR e TRS (P10); - Saídas de monitoração (MONITOR OUT) com conectores TRS (P10); - Saídas para gravação (REC OUT) com conectores RCA ou TRS (P10); Saídas de grupo (GROUP OUT) desejáveis: mínimo 4 com TRS (P10 Phantom Power:+48V chaveável por seção de canais.Faders: Lineares de no mínimo 60mm para todos os canais e saídas principais/de grupo. Indicadores de Nível:VU meters ou LEDs para canais e saídas principais. Fonte de alimentação full range (100–240V) Construção: Robusta e durável, adequada para múltiplas aplicações. Equivalente ou similar ao modelo Yamaha MGP24X.				
02	**Microfone Condensador de Haste. Microfone condensador do tipo Gooseneck** com no mínimo 30,5 cm de haste, cápsula cardioide, LED de indicação de funcionamento, botão ou interruptor de mudo, haste flexível e função Phantom Power. O microfone deve acompanhar: Espuma anti-vento; base para mesa para uso de forma independente (não fixado com parafusos e através de orifício de montagem); Deve ser fornecido com um Cabo XLR Macho x XLR Fêmea Balanceado Profissional a partir de 10 m.	16	SOUNDVOICE	R$ 599,00	R$ 9.584,00
03	**Instalação completa** de mesa de som, microfones e organização de cabos.	01		R$ 1.750,00	R$ 1.750,00
VALOR TOTAL DA PROPOSTA			R$ 18.434,00		

Valor total de todos os itens adjudicados: R$ 18.434,00 (dezoito mil quatrocentos e trinta e quatro reais).

Paranavaí, 17 de dezembro de 2025.

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA
Presidente
Câmara Municipal De Paranavaí

Publicado por:
Dheymezângela Inácio Belizário
Código Identificador:1336D478

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO, CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA, PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 015/2025, PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 005/2025. Tornar público a dispensa na forma eletrônica, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e da Resolução nº 002/2023 e demais legislações aplicáveis e exigências estabelecidas neste Aviso.
OBJETO: Contratação de empresa especializada na realização de Análises de Passivos Ambientais, compreendendo coleta de amostras de solo e água e entrega de laudos de acordo com as normativas vigentes.
DATA DA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL: 18/12/2025.
DATA DA SESSÃO: 08/01/2026
HORÁRIO SESSÃO: 09:30 horas
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 228.041,67 (duzentos e vinte e oito mil, quarenta e um reais e sessenta e sete centavos).
PUBLICAÇÃO:O aviso deste Edital será publicado no Diário Eletrônico dos Municípios do Estado do Paraná, endereço: www.diariomunicipal.com.br, órgão oficial de divulgação do Consórcio, e no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/consulta-detalhada, Unidade Compradora Cód. UASG "928527". O presente instrumento também será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), https://pncp.gov.br. Paranavaí, 16 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:BCCA7C8D

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
PORTARIA Nº 084/2025

CICA

CONSÓRCIO INTERMUNICICPAL CAIUÁ AMBIENTAL

PORTARIA Nº 084/2025

Súmula: Estabelece recesso de final de ano no âmbito do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental – CICA.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental – CICA, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1o Estabelecer orientações para o recesso de comemoração das festas de final de ano (Natal e Ano Novo), dos servidores no âmbito do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental – CICA.

§ 1º O recesso, compreenderá os períodos de 22 de Dezembro de 2025 até a data de 05 de Janeiro de 2026.

§ 2º Os servidores do Consórcio Cica, estarão dispensados na data de 18 (dezoito) de dezembro (quinta-feira) de 2025, durante todo o período vespertino, a partir das 13:30 horas.

§ 3º Os servidores, permanecerão à disposição do Consórcio Cica, na data de 19 (dezenove) de Dezembro de 2025, em trabalho remoto, no período integral.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranavaí, 17 de dezembro de 2025.

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Presidente - CICA

C.N.P.J 15.255.346/0001-08
Rua Professora Neusa Cascão Borba, 1691, Paranavaí, Estado do Paraná Telefone(44) 3422-5157 www.consorciocica.com.br

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:173B24CA

PROCURADORIA
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO DAS CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ ATA Nº 15/2025 – REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco (17/12/2025), precisamente às quatorze horas (14h00min), reuniram-se nas dependências da Secretaria Municipal de Educação de Paranavaí, Estado do Paraná, os membros titulares do Conselho de Fiscalização das Concessões de Serviços Públicos, designados para o fiel cumprimento das atribuições de acompanhamento, controle e fiscalização dos contratos de concessão e atos correlatos no âmbito municipal. A presente sessão extraordinária contou com a presença dos seguintes conselheiros titulares: a senhora **Francielle Martins Favareti** (Matrícula 6479), o senhor **Ricardo Klem Moreira** (Matrícula 8768), a senhora **Lígia Alves da Silva Aguiar** (Matrícula 6380). A conselheira **Barbara Evangelista Damasceno Siqueira** (Matrícula 10868) não esteve presente, encontrando-se em licença-maternidade. A reunião contou, ainda, com a participação, na qualidade de convidados para prestarem esclarecimentos técnicos e jurídicos, dos Procuradores do Município, Dra. Célia Ap. Zanatta e Dr. Washington Aparecido Pinto, representando a Procuradoria Geral do Município (PGM), com o objetivo de subsidiar as deliberações deste colegiado acerca das complexas tratativas envolvendo os serviços de saneamento básico. Assumindo a presidência dos trabalhos, a Conselheira Francielle Martins Favareti declarou aberta a sessão, ressaltando a relevância e a urgência da pauta do dia, a qual versa sobre a análise, discussão e deliberação acerca da ratificação dos termos do acordo judicial e extrajudicial a ser celebrado entre o Município de Paranavaí, a Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) e a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (AGEPAR). A Presidente informou aos presentes que a minuta do referido acordo já foi submetida ao crivo técnico-jurídico do Conselho Superior da Procuradoria Geral do Município (CSPGM), conforme consta na Ata nº 12/2025, de 15 de dezembro de 2025, na qual o órgão de cúpula jurídica aprovou os termos da transação, submetendo-a, contudo, ao referendo deste Conselho de Fiscalização, dada a competência deste órgão para opinar sobre a modelagem e a fiscalização da prestação dos serviços públicos essenciais. Passou-se, então, à exposição detalhada do contexto fático e jurídico que culminou na proposta de acordo. O representante da PGM, Dr. Washington Aparecido Pinto, fez uso da palavra para historiar a longa trajetória de controvérsias envolvendo a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município. Foi rememorado que o contrato de concessão original, firmado em 1972, teve seu termo final em 21 de dezembro de 2018, sem que houvesse, à época, a indenização dos ativos não amortizados devida à concessionária, o que gerou a continuidade da prestação dos serviços por força de decisões judiciais e da própria lei de saneamento, em caráter precário e litigioso. Explicou-se que o Município, buscando retomar a autonomia sobre o serviço, deflagrou o Edital de Concorrência Pública nº 015/2024 para licitar uma nova concessão, certame este que foi suspenso por medida cautelar ratificada pelo Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR), nos autos da Representação nº 624.906/2023, sob o fundamento da necessidade de prévia indenização e da observância à legislação estadual superveniente que instituiu as microrregiões de saneamento. Na sequência, debateu-se a alteração do cenário legislativo e regulatório, com a promulgação da Lei Complementar Estadual nº 237/2021, que incluiu o Município de Paranavaí na Microrregião de Água e Esgoto do Oeste (MRAE-3), e a superveniente decisão do Supremo Tribunal Federal na Reclamação nº 72.183, que pacificou o entendimento sobre a compulsoriedade da integração microrregional para funções públicas de interesse comum. Diante desse quadro, e visando encerrar a litigiosidade que envolve a Ação de Obrigação de Fazer nº 0004661-28.2019.8.16.0004, a Ação de Improbidade Administrativa nº 0008821-33.2024.8.16.0130 e o Mandado de Segurança nº 0128866-68.2024.8.16.0000, as partes construíram uma solução consensual que reconhece a prestação direta regionalizada pela SANEPAR, nos termos da Resolução nº 002/MRAE-3/2023-Oeste, com vigência estendida até o ano de 2048. O Conselho debruçou-se minuciosamente sobre as vantagens auferidas pelo Município na proposta de acordo. Destacou-se, como ponto nevrálgico e extremamente positivo, a antecipação das metas de universalização do esgotamento sanitário em relação aos prazos originais da Microrregião e do próprio Marco Legal do Saneamento. Ficou consignado que o acordo prevê o atingimento de 90% (noventa por cento) de cobertura de esgoto já no ano de 2029, avançando para 93% (noventa e três por cento) em 2033 e atingindo 95% (noventa e cinco por cento) em 2045, o que representa um ganho social e ambiental imensurável para a população paranavaiense, garantindo saúde pública e qualidade de vida em prazos exíguos. Além disso, foi analisada a Cláusula Quarta da minuta, que estipula o pagamento de uma contrapartida financeira pela SANEPAR ao Município no valor histórico de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), verba esta carimbada para conta de capital e destinada a investimentos em obras e serviços de interesse público, vedada sua utilização para custeio. Em ato contínuo, procedeu-se à análise rigorosa das condicionantes impostas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (AGEPAR), conforme deliberação de seu Conselho Diretor e Voto da Conselheira Relatora Rejane Maria Schirr Scolari, exarado no Protocolo nº 25.140.350-3. Este Conselho de Fiscalização, ciente de seu dever de zelar pela modicidade tarifária e pelo equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços, acolheu integralmente e ratificou a obrigatoriedade da inclusão das ressalvas apontadas pela AGEPAR na versão final do acordo. Especificamente, foi debatida e aprovada a inserção de dispositivo expresso, sugerido pela Diretoria de Regulação Econômica (DRE) da AGEPAR, para garantir que o valor de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) pago a título de contrapartida financeira **não integre a Base de Ativos Regulatórios (BAR) e não repercuta no cálculo tarifário**, protegendo o usuário final de aumentos decorrentes desta transação. O Conselho de Fiscalização entende que esta condicionante é vital para a legitimidade do acordo, pois assegura que os benefícios financeiros obtidos pelo erário municipal não serão custeados, via tarifa, pela população. Também foram ratificadas as demais condicionantes da AGEPAR, quais sejam: a delimitação do escopo da anuência da Agência apenas ao processo nº 0004661-28.2019.8.16.0004, no qual figura como parte; a necessidade de monitoramento contínuo das metas antecipadas pela Diretoria de Fiscalização e Qualidade dos Serviços (DFQS) da AGEPAR; e o ajuste na redação das cláusulas referentes aos honorários advocativos e à competência regulatória, que deve citar expressamente a Lei Complementar Estadual nº 237/2021. Os conselheiros presentes, após ampla discussão, entenderam que a retomada da estabilidade jurídica na prestação dos serviços, somada aos vultosos investimentos garantidos pela antecipação das metas e pelo aporte financeiro direto, atende ao interesse público primário e soluciona um passivo jurídico que se arrasta há anos, permitindo que a administração municipal foque na fiscalização da qualidade do serviço entregue ao cidadão, agora sob a regulação técnica da AGEPAR. Diante do exposto e considerando a documentação apresentada, o Conselho de Fiscalização das Concessões de Serviços Públicos, por unanimidade de votos de seus membros presentes, **DELIBERA**: **1) Pela RATIFICAÇÃO integral dos termos do acordo** a ser celebrado entre o Município de Paranavaí e a SANEPAR, nos autos das ações judiciais supramencionadas; **2) Pela observância estrita e obrigatória de todas as condicionantes e ressalvas estabelecidas pela AGEPAR** em sua decisão administrativa (Protocolo 25.140.350-3), especialmente a inclusão de parágrafo garantindo a neutralidade tarifária do pagamento da contrapartida financeira de cem milhões de reais, bem como os ajustes redacionais solicitados quanto à

competência e honorários; **3) Pela recomendação ao Chefe do Poder Executivo** para que proceda à assinatura do termo, uma vez realizados os ajustes redacionais determinados pela AGEPAR, dada a vantajosidade manifesta para o interesse público local; **4)** Que a fiscalização do cumprimento das metas físicas de universalização pactuadas no acordo passará a ser objeto de acompanhamento prioritário por este Conselho, em articulação com a AGEPAR.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos e a colaboração técnica da Procuradoria Geral, declarando encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, **Ricardo Klem Moreira**, designado secretário ad hoc, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada por todos os conselheiros presentes.

Paranavaí, 17 de dezembro de 2025.

FRANCIELLE MARTINS FAVARETI
Conselheira Presidente – Matrícula 6479
CPF: 004.000.709-01

RICARDO KLEM MOREIRA
Conselheiro Secretário – Matrícula 8768
CPF: 035.770.329-44

GLADSTON SILVA
Conselheiro – Matrícula 8421 – Ausente

MÁRCIO LUCAS DE SOUZA
Conselheiro – Matrícula 6403 – Ausente

LÍGIA ALVES DA SILVA AGUIAR
Conselheira – Matrícula 6380
CPF: 053.601.279-29

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:FB9EA25C

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRANSITO - TERMO DE AJUSTE DE CONTAS

De um lado, o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.977.768/0001-81, com sede à Rua Getúlio Vargas, nº 900, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Proteção à Vida, Patrimônio Público e Trânsito, Sr. ADEMIR GIANDOTTI JÚNIOR, e, de outro lado, TOMCZAK INDUSTRIA DE ESTRUTURAS METALICAS LTDA, estabelecida à Rua cento e vinte quatro, 360, Bairro São Cristóvão - Frederico Westphalen/RS, inscrita no C.N.P.J. sob nº 18.778.775/0001-58, neste ato devidamente representada por seu sócio proprietário e administrador Sr. RAFAEL TOMCZAK, brasileiro, empresário, residente e domiciliado na Cidade de Frederico Westphalen/RS, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 8078990481 SJS/RS, e inscrito no C.P.F. sob nº 001.423.120-45, resolvem firmar o presente Termo de Ajuste de Contas, conforme as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
Nos termos do Memorando nº 629/2025-SESTRAN, emitido pela Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, com intenção de indenizar o fornecedor que agiu com boa-fé no fornecimento a esta Administração, e do Parecer Jurídico n° 534/2025, com fundamento no artigo 63, §2º, da Lei Federal nº 4.320/64 e no parágrafo único do artigo 149 da Lei Federal nº 14.133/2021, o presente Termo tem por objetivo a formalização do pagamento devido a empresa TOMCZAK INDUSTRIA DE ESTRUTURAS METALICAS LTDA, referente a entrega de 09 (nove) abrigos de ponto de ônibus.

CLÁUSULA SEGUNDA
O presente Termo tem como objeto a regularização da obrigação de pagamento do valor referente à entrega de 09 (nove) abrigos de ponto de ônibus, totalizando R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), conforme apurado com base no valor do Pregão Eletrônico n° 030/2023, Contrato n° 071/2023.

CLÁUSULA TERCEIRA
O valor de R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais) será pago em parcela única, mediante disponibilidade orçamentária e aprovação do presente TAC pelas instâncias competentes.

CLÁUSULA QUARTA
Com o pagamento do valor estipulado na Cláusula Terceira, a empresa TOMCZAK INDUSTRIA DE ESTRUTURAS METALICAS LTDA confere plena, geral e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, seja a que título for, em relação ao objeto deste ajuste, tanto na esfera administrativa quanto judicial.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes deste Termo correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: 13.002.0006.181.0015.2086 - Elemento: 44.90.52.99.02 - Recurso: 509 - Gerenciamento de trânsito - Referência: 1624.

CLÁUSULA SEXTA
A Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito providenciará a publicação do presente Termo de Ajuste de Contas no Diário Oficial do Município, para fins de transparência e controle público.

E por estarem de acordo, firmam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Paranavaí – PR, 17 de dezembro de 2025.

ADEMIR GIANDOTTI JÚNIOR,
Secretário de Segurança e Trânsito.

RAFAEL TOMCZAK
Representante
Tomczak Industria de Estruturas Metalicas LTDA

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:34FA4AEB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 91/2025

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 91/2025
(REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO E ALTERAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL)

REF: INEXIGIBILIDADE Nº 21/2025

1º (Primeiro) Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 91/2025 de Preços de fornecimento que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ e a Empresa CP45S SHOWS E EVENTOS LTDA, na forma abaixo:

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo **Diretor Presidente da Fundação Cultural, RAFAEL LUCAS TORRENTE,** inscrito no CPF 049.598.719-03, doravante denominado contratante e a empresa **CP45S SHOWS E EVENTOS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 33.552.051/0001-85 estabelecida à Rua professor Luiz Curiacos, nº 109, 4º andar, sala 404 T, Bairro Cidade Jardim, Piracicaba/SP, CEP 13.416-461, e-mail: financeirotalisma8@gmail.com , neste ato representada pelo **Sr. SEBASTIÃO CEZAR FRANCO,** inscrito no CPF 001.893.148-00, doravante denominado contratado resolvem celebrar contrato, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas**.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

Contratação da empresa Contratação da empresa **CP45 SHOWS E EVENTOS LTDA** para apresentação de show da dupla Cezar e Paulinho para o Festival de Comemoração de 73 anos do Município de Paranavaí, que ocorrerá no dia 12 de dezembro de 2025, ofertado a população de Paranavaí, por meio da Fundação Cultural de Paranavaí. Incluídas as despesas com cachê artístico e equipe, transporte Intermunicipal/Estadual (aéreo e terrestre), produção (hospedagem, translado local, carregadores e abastecimento de camarim), alimentação e impostos, com o tempo de duração da apresentação de show de 01h30 (uma hora e trinta minutos), conforme proposta apresentada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO REQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: DA DEVOLUÇÃO DO CUSTO COMPROVADO

As partes acima nominadas resolvem celebrar o presente **1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 91/2025**, para apresentação de show da dupla Cezar e Paulinho para o Festival de Comemoração de 73 anos do Município de Paranavaí observadas às disposições contidas na cláusula 9º do referido contrato administrativo, conforme inicialmente pactuado pelas partes, além da anuência e justificativas apresentadas pela **Fundação Cultural de Paranavaí através do Memorando nº 296/2025, Parecer Técnico Contábil nº 39/2025,** considerando ainda o Parecer Referencial e Anexo "I" exarado pela Procuradoria Geral do Município nº 003/2023 publicado em 09/05/2023 no Diário Oficial dos Municípios Edição 2766 e despacho emitido pela Controladoria-Geral do Município, objetivando **RESTABELECER O EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO** dos custos pactuados ao Contrato nº 91/2025, conforme o seguinte:

Cláusula 9º do Contrato Administrativo nº 91/2025*:*
"9.10. Realizar a devolução dos valores gastos com transporte, da equipe, dos instrumentos e com a hospedagem da equipe, desde que devidamente comprovados, em caso de a banda comparecer ao Município e ocorrer algum impedimento ligado a caso fortuito ou força maior que impeça a realização do show.
9.11. Pactuar outra data com o município, em caso de algum impedimento a realização do show, ligado a caso fortuito ou força maior, mantendo-se o valor contratado inicialmente."

CUSTOS CONFORME ORÇAMENTO INICIALMENTE PACTUADO	Valor de cada custo inicial	Valor de cada custo para devolução (cláusula 9º do contrato 91/2025)	Valor total do custo a ser pago, conforme cláusula 9º do contrato 91/2025
CACHÊ EQUIPE	R$ 20.000,00	R$ 4.100,00 (hospedagem)	R$ 43.776,33
TRANSPORTE INTERMUNICIPAL	R$ 38.000,00	R$ 38.000,00	
PRODUÇÃO	R$ 20.000,00	1.676,33 (abastecimento camarim)	
DIÁRIA ALIMENTÁÇÃO	R$ 7.000,00	------	
VALOR TOTAL	R$ 85.000,00		
VALOR TOTAL DA DEVOLUÇÃO: R$ 43.776,33 (quarenta e três mil, setecentos e setenta e seis reais e trinta e três centavos)			

Parágrafo primeiro: permanece inalterado o custo de cachê do artista, no valor de R$ 130.000,00 (centro e trinta mil reais), que será pago após conclusão do show adiado, conforme cláusula seguinte.

Parágrafo Segundo: Além dos motivos expostos acima, vale destacar que o reequilíbrio econômico-financeiro encontra amparo legal na Legislação Municipal, mais especificamente no art. 4º, inciso VIII; art. 140, inciso III (gestão de contrato e atas de registro de preços) e arts. 176, 177 e 178 (reequilíbrio econômico-financeiro) do Decreto Municipal nº 24.731/2021, além da alínea "d" do inciso II do art. 124 da Lei 14.133/2021, conforme abaixo:

"Lei Federal nº 14.133/2021:
*Art. 124, inciso II, alínea "d": "para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.***"**

Parágrafo Terceiro: os custos dos serviços resultantes do presente termo aditivo, no valor de **R$ 43.776,33 (quarenta e três mil, setecentos e setenta e seis reais e trinta e três centavos)**, serão cobertos com recursos provenientes da seguinte dotação orçamentaria:

Órgão: Fundação Cultural de Paranavaí
Rubrica: 17.001.13.392.0009.2881
Elemento: 33.90.39.23- Festividades e homenagens
Recurso: 002 – desvinculação de receitas dos municípios - DRM
Valor: R$ 43.776,33
Referência: 2203

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DE DATA DE SHOW

Diante das justificativas apresentadas no **Memorando nº 296/2025 da Fundação Cultural**, fica alterada a data do show que, anteriormente, estava prevista para o dia 12 de dezembro, altera-se para o dia 20 de dezembro de 2025, mantida as demais condições já anteriormente estipuladas no contrato administrativo nº 91/2025**.**

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas e em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 91/2025, datada de 24 de Julho de 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, DATA DA ÚLTIMA ASSINATURA DIGITAL.

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor-Presidente Da Fundação Cultural
Contratante

CP45 SHOWS E EVENTOS LTDA
Contratado

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:D8D8C270

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2025

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, através da Diretoria Especial de Compras, torna público que realizará procedimento licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço por item e da seguinte forma:

OBJETO:É objeto da presente licitação:Registro de preço para aquisição de alimentos para complementação da Merenda escolar, assegurando alimentação adequada e balanceada aos alunos.

Se houver divergência entre as especificações técnicas do objeto descritas neste edital e aquelas utilizadas para incluir o item no sistema, prevalecerão sempre as presentes neste instrumento convocatório, o qual vinculará a proposta da empresa.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 08h59mim do dia 09/01/2026.

INÍCIO DA SESSÃO: as 09h00min do dia 09/01/2026.

LOCAL:https://www.gov.br/compras/pt-br**UASG**: 987749

VALOR MÁXIMO ESTIMADO: **R$1.355.449,00**(Um milhão, trezentos e cinquenta e cinco mil e quatrocentos e quarenta e nove reais).

INFORMAÇÕES: Impugnações e Esclarecimentosquanto ao Edital serão fornecidos através do e-mail: compras@paranavai.pr.gov.br ou pelo telefone: (44) 3421-2323.

Paranavaí - Paraná, em 17 de dezembro de 2025

THAÍS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Catiana Flor Larsen Bandolin
Código Identificador:910DBA81

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ERRATA – 2º ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 005/2025 DE ALTERAÇÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E A ASSOCIAÇÃO E OFICINA DE CARIDADE SANTA RITA DE CÁSSIA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÂO.

De um lado, o **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 18.093/2017, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34, doravante denominada **ENTIDADE MUNICIPAL PARCEIRA** e de outro lado a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC, denominada **ASSOCIAÇÃO E OFICINA DE CARIDADE SANTA RITA DE CÁSSIA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº **76.728.229/0001-09,** com sede na Cidade de Paranavaí, no endereço Rua Capitão Geraldo Persilva, 501, Jardim Morumbi, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) Vera Lúcia Magalhaes Vieira**,** conforme documento que fica arquivado no setor competente, doravante denominada simplesmente **OSC PARCEIRA**, resolvem firmar o 1º Aditivo ao Termo de Colaboração nº 005/2025, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2014 e alterações, no Decreto Municipal nº 18.294, de 20 de setembro de 2017, nos termos do Edital de Chamamento Público **nº 02/2024** e seus anexos e Plano de Trabalho aprovado, todos parte integrante deste 2º Aditivo, como se transcrito fossem, têm entre si justo e avençado o quanto segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Termo de Colaboração nº 005/2025, assinado em 07 de janeiro de 2025, e o repasse financeiro conforme previsto na Portaria Interministerial MEC MF nº 5 de 28 de agosto de 2025, a fim de garantir o atendimento devidamente capacitado denominado Educação Infantil, conforme Edital de Chamamento Público **nº 02/2024.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO
Fica o prazo de vigência do termo de Colaboração nº 005/2025 prorrogado por mais doze (12) meses, a partir de 01 de janeiro de 2026 até 31 de dezembro de 2026, que passa a vigorar com o valor de **R$ 1.974.859,94 (Um milhão, novecentos e setenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e noventa e quatro centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ADITIVO DE ALTERAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO E APLICAÇÃO
Através do presente Termo Aditivo e, em conformidade com o item 3.1 da Cláusula Terceira da Minuta do Termo do Colaboração do Edital 02/2024, a Entidade Associação e Oficina de Caridade Santa Rita de Cássia, apresentou por meio de oficio nº 15/2025 datado de 28/10/2025, solicitação de repasse financeiro conforme previsto na Portaria Interministerial MEC MF nº 5, de 28 de agosto de 2025, conforme valores abaixo:

Valor concedente em janeiro/2025: 907.719,00 **(novecentos e sete mil, setecentos e dezenove reais).**
1º Aditivo de acréscimo a partir de julho/2025: **R$ 57.182,68 (cinquenta e sete mil, cento e oitenta e dois reais e sessenta e oito centavos).**
2º Aditivo de acréscimo a partir de novembro/2025: **R$ 13.540,20 (treze mil, quinhentos e quarenta reais e vinte centavos).**

Valor atualizado - **R$ 978.441,88 (novecentos e setenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e um reais e oitenta e oito centavos)**, acrescido de **R$ 17.976,18 (dezessete mil, novecentos e setenta e seis reais e dezoito centavos)** proveniente dos rendimentos de 2025.

Valor atualizado - **R$ 996.418,06 (novecentos e noventa e seis mil, quatrocentos e dezoito reais e seis centavos)**, referente ao ano de 2025, sendo o valor da prorrogação para o ano de 2026 é de **R$ 978.441,88 (novecentos e setenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e um reais e oitenta e oito centavos)** passando a vigorar com a seguinte redação: **R$ 1.974.859,94 (Um milhão, novecentos e setenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e noventa e quatro centavos).**

PLANO DE APLICAÇÃO
7. VALOR CONCEDENTE: R$ 1.974.859,94 (Um milhão, novecentos e setenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e noventa e quatro centavos).

Item	Especificação	Valor Total Elemento
1	**MATERIAL DE CONSUMO**	**R$ 336.493,40**
1.2	Gêneros alimentícios	R$ 122.023,82
1.3	Materiais de limpeza e IPIS	R$ 40.000,00
1.4	Gás	R$ 13.080,40
1.5	Material de expediente	R$ 44.365,36
1.6	Material de Copa e Cozinha	R$ 3.000,00
1.7	Material de Processamento de dados	R$ 12.000,00
1.8	Materiais para manutenção de bens e imóveis	R$ 20.000.00
1.9	Material esportivo educativo	R$ 30.000,00
1.10	Uniformes, tecidos e aviamentos	R$ 42.023,82
1.11	Materiais elétricos	R$ 10.000,00
2	**SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA**	**R$ 142.941,64**
2.1	Serviço de energia elétrica	R$ 23.045,70
2.2	Serviço de água e esgoto	R$ 40.000,00
2.3	Serviço de manutenção e cons. de bens e imóveis	R$ 14.976,18
2.4	Manutenção e cons. de maquinas e equipamentos	R$ 6.000,00
2.5	Honorários	R$ 29.000,00
2.6	telecomunicação	R$ 3.599,76
2.7	Vigilância	R$ 6.320,00
2.8	Manutenção e conservação de veículos	R$ 10.000,00
2.9	Serviço de manutenção e cons. de bens móveis	R$ 10.000,00
3	**PESSOAL E ENCARGOS**	**R$ 1.495.424,90**
3.1	Vencimentos e salários	R$ 1.011.160,26
3.2	Rescisão	R$ 61.299,10
3.3	13° Salário	R$ 88.287,44
3.4	Férias	R$ 111.154,18
3.5	INSS	R$ 116.031,02
3.6	FGTS	R$ 107.492,90
TOTAL DE DESPESAS (1+2+3)		**R$ 1.974.859,94**

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do presente Termo de Colaboração 005/2025, este extrato de aditivo entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Paranavaí, 16 de dezembro de 2025

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município
Decreto Municipal nº 18.093/2017

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação
Decreto Municipal nº 27.051/2025

VERA LÚCIA MAGALHAES VIEIRA
Presidente da OSC PARCEIRA

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:EE46B9A2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 2.472/2025

Dispõe sobre o gozo de férias coletivas dos servidores públicos do Tiro de Guerra.

Considerando *o processo digital nº 58618/2025, encaminhado pelo Tiro de Guerra;*

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder 20 (vinte) dias de férias coletivas, no período de 22 de dezembro de 2025 à 11 de janeiro de 2026, aos servidores lotados no Tiro de Guerra, retornando as atividades laborais no dia 12 de janeiro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 17 DIAS DE DEZEMBRO DE 2025.

RUI NUNES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:49BCF52C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 2.399/2025

Determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar nº 17/2025

A Comissão Permanente de Disciplina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 3.891/2012, Decreto Municipal nº 26.295/2024 e 1.489/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar nº 17/2025 em face do servidor público municipal de matrícula nº 7.569, por em tese, infringir o disposto nos arts. 108, **III, VI, VII e IX,** 109, **XV e IX**, 120 IV e VIII, todos da Lei Municipal nº 3.891/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, aos 10 dias do mês de dezembro de 2025.

EVERTON FERREIRA LEITE
Presidente

TATIANE BARBOSA DA SILVA PEPLER
Membro

KAUE LIMA DA SILVA
Membro

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:6C686B15

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA ETAPA COMPETITIVA DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2025 (SEDUC) - ENVELOPE Nº 01

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA ETAPA COMPETITIVA DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2025 - ENVELOPE Nº 01

A comissão de seleção de credenciamento para atuação no edital de chamamento público 005/2025-seduc, vem a público divulgar o resultado da etapa competitiva do respectivo edital:

Edital nº 005/2025- Termo de Fomento

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ANIBAL AJITA – 100 PONTOS

A comissão de seleção de credenciamento referente ao edital de chamamento público 005/2025, abre prazo para interposição de recursos conforme edital.

Paranavaí, 17 de dezembro de 2025.

SANDRA MARCIA BARBARELLI MORGADO;

AURO LIMA CARVALHO;

PAULO PEREIRA DE ALMEIDA JUNIOR;

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:202B4AE5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
REPUBLICAÇÃO – PORTARIA MUNICIPAL Nº 2.435/2025

Dispõe sobre o gozo de férias coletivas dos servidores públicos na Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito.

Considerando *o processo digital nº 59764/2025, encaminhado pela Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito;*

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder 02 (dois) dias de férias coletivas, nos dias 29 e 30 de dezembro de 2025, aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, exceto aos servidores tidos como essenciais, tais como aqueles que executam a manutenção e limpeza dos terminais urbano e rodoviário, guardas municipais, vigilantes patrimoniais e agentes de trânsito, retornando as atividades laborais no dia 05 de janeiro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 12 DIAS DE DEZEMBRO DE 2025.

RUI NUNES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:025E6D2F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
REPUBLICAÇÃO – PORTARIA MUNICIPAL Nº 2.466/2025

Dispõe sobre o gozo de férias coletivas dos servidores públicos na Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon de Paranavaí.

Considerando *o processo digital nº 58533/2025, encaminhado pela Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon de Paranavaí;*

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder 02 (dois) dias de férias coletivas, nos dias 29 e 30 de dezembro de 2025, aos servidores lotados na Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon de Paranavaí, retornando as atividades laborais no dia 05 de janeiro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 16 DIAS DE DEZEMBRO DE 2025.

RUI NUNES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:22F41F68

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REPUBLICAÇÃO – PORTARIA MUNICIPAL Nº 2.467/2025

Dispõe sobre o gozo de férias coletivas dos servidores públicos da Secretaria Municipal de Administração.

Considerando *o processo digital nº 61432/2025, encaminhado pela Secretaria Municipal de Administração;*

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder 02 (dois) dias de férias coletivas, nos dias 29 e 30 de dezembro de 2025, aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Administração, para todas as diretorias: Diretoria Especial de Recursos Humanos, Diretoria Especial de Compras, Diretoria de Frotas, Diretoria de Tecnologia da Informação, Ouvidoria Geral do Município e Diretoria de Patrimônio, retornando as atividades laborais no dia 05 de janeiro de 2026.

Art. 2º Fica estabelecido que o Setor de Protocolo permanecerá em funcionamento nos dias mencionados no art. 1º, a fim de assegurar o atendimento ao público e a continuidade dos serviços essenciais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 16 DIAS DE DEZEMBRO DE 2025.

RUI NUNES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:5610EFCC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ATA Nº 06 /2025 – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATA nº 06 /2025 – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Considerando a lei municipal nº 1.920/1997, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação.

Aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco (16/12/2025), reuniram-se nas dependências da Secretaria Municipal de Educação, os membros do Conselho Municipal de Educação, assim nominados Zuleide Dezanet, Glaucy Macedo, Ligia Alves da Silva Aguiar, Marcia Morgado, Rosangela Gonçalves Viana Aoki, Elis Regina Gonçalves Lima, Rozemara Clariano Silva, Carlos Alberto Vieira e a Secretária Municipal de Educação, Wanessa Durante. Aberta a reunião foi apresentado aos membros do conselho a documentação referente ao edital nº 11/2025-SME, que trata o chamamento público para inscrição e seleção de materiais didáticos destinados a rede pública municipal de ensino, bem como o resultado preliminar, divulgado por meio do edital nº 13/2025-SEDUC, elaborado pela comissão técnica instituída pela portaria nº 2.202/2025- SEDUC. Após a apresentação do edital, pela senhora Marcia foi disponibilizado o resultado para verificação dos membros da comissão o cumprimento dos critérios pedagógicos e técnicos estabelecidos, e, assim, o conselho municipal de Educação procedeu a análise das decisões finais da comissão técnica. Concluída a apreciação, deliberou-se por chancelar as obras selecionadas e classificadas pela comissão técnica, reconhecendo que estas atendem a conformidade pedagógica estabelecidas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as diretrizes Educacionais vigentes, emitindo, nesta oportunidade, parecer homologatório nos termos do edital que rege o certame. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, lavrando se a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada por mim, Zuleide Dezanet e demais membros presentes na reunião.

Paranavaí. 16 de dezembro de 2025.

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação;

CARLOS ALBERTO VIEIRA;

ELIS REGINA GONÇALVES LIMA;

GLAUCY MACEDO;

LIGIA ALVES DA SILVA AGUIAR;

MARCIA MORGADO;

ROSANGELA GONÇALVES VIANA AOKI;

ROZEMARA CLARIANO SILVA;

ZULEIDE DEZANET.

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:980916B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - RESOLUÇÃO N° 09/2025

SÚMULA: Aprovação da alteração da Lei do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Paranavaí - CMDM.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Paranavaí - CMDM, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei n°4.453 de 2015; Considerando as deliberações da plenária, em reunião extraordinária realizada no dia 16 de dezembro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a alteração da lei do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Paranavaí - CMDM, que tem por finalidade adequar sua estrutura, composição e funcionamento às diretrizes atuais das políticas públicas de promoção da igualdade de gênero, necessidade de aprimoramentos normativos, especialmente no que se refere à composição do Conselho, ao número de representantes, à representatividade da sociedade civil, à paridade entre poder público e sociedade civil, bem como ao fortalecimento de suas competências deliberativas, fiscalizadoras e propositivas.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 17 de dezembro de 2025.

ISABELA CANDELORO CAMPOI
Presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Paranavaí

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:12DDF121

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO N° 003/2025

PARTES:	CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO E INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS - PATOPREV
OBJETO:	Cedência do servidor Rodrigo Sartor Mayer, para atuar junto ao PATOPREV, no cargo de assistente administrativo, no período matutino, não comprometendo as atividades do Poder Legislativo.
VIGÊNCIA:	31/01/2026.

(Assinado Digitalmente)
LINDOMAR RODRIGO BRANDÃO -
Presidente

Publicado por:
Paulo Cesar Dias
Código Identificador:0E8E8FCB

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
PORTARIA Nº 117, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições
legais, considerando o disposto contido no inciso XXX do artigo 31 da Resolução nº 1, de 8 de Janeiro
de 2014 (Regimento Interno),
Considerando o disposto contido na Lei Complementar nº 74, de 23 de abril de 2018, Considerando
Decreto Municipal º 9.153, de 20 de janeiro de 2022,
Considerando o Termo Aditivo ao Convênio nº 003/2025, celebrado entre a Câmara Municipal de
Pato Branco e o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais – PATOPREV, visando a
cedência do servidor público Rodrigo Sartor Mayer,
RESOLVE:
Art. 1º Prorrogar até 31 de janeiro de 2026, a cedência transitória e de forma parcial do servidor
Rodrigo Sartor Mayer, Matrícula nº 1263-7/1, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo II,
para o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais, através do Convênio nº 003/2025,
a fim de desempenhar atividades e processos relacionados ao setor de licitações naquele órgão,
durante o período matutino.
Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições constantes da Portaria Legislativa nº 75, de 5
de agosto de 2025.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Pato Branco, documento datado e assinado digitalmente.

LINDOMAR RODRIGO BRANDÃO
Presidente

Publicado por:
Paulo Cesar Dias
Código Identificador:CC3046F6

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
PORTARIA Nº 118, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com fulcro nos incisos II e XXI, e na alínea “a”, do inciso XXX, do artigo 31 da Resolução nº 1, de 8 de janeiro de 2014;

R E S O L V E:

Art. 1º Revogar as Portarias nº 20 de 11 de fevereiro de 2022, nº 23, de 11 de fevereiro de 2022, nº 2, de 4 de janeiro de 2024, nº 7, de 9 de janeiro de 2025, nº 11, de 13 de janeiro de 2025, nº 14, de 16 de janeiro de 2025, nº 19, de 24 de janeiro de 2025, nº 20, de 24 de janeiro de 2025, nº 24, de 30 de janeiro de 2025, nº 25, de 30 de janeiro de 2025, nº 26, de 30 de janeiro de 2025, nº 28, de 3 de fevereiro de 2025, nº 58, de 14 de maio de 2025, nº 85, de 3 de setembro de 2025, nº 86, de 3 de setembro de 2025, nº 87, de 3 de setembro de 2025, nº 88, de 3 de setembro de 2025, nº 90, de 3 de setembro de 2025, nº 91, de 3 de setembro de 2025, nº 92, de 3 de setembro de 2025, nº 94, de 3 de setembro de 2025, nº 95, de 4 de setembro de 2025, nº 98, de 4 de setembro de 2025, nº 101, de 10 de setembro de 2025, nº 105, de 24 de setembro de 2025, e nº 108, de 30 de setembro de 2025.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2025.

LINDOMAR RODRIGO BRANDÃO
Presidente

Publicado por:
Paulo Cesar Dias
Código Identificador:BBAF57B8

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
PORTARIA Nº 119, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento nos incisos II e XXI, do art. 31 da Resolução nº 1, de 8 de janeiro de 2014 (Regimento Interno);

R E S O L V E :
Art. 1º Alterar o disposto contido no inciso X, do art. 1º da Portaria Legislativa nº 48, de 14 de abril de 2025, que fixa o calendário de feriados e recessos para o ano de 2025, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º .....
X - 19 de dezembro de 2025 a 2 de janeiro de 2026, recesso;”
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, aos 17 dias do mês de dezembro de 2025.

LINDOMAR RODRIGO BRANDÃO
Presidente

Publicado por:
Paulo Cesar Dias
Código Identificador:1479D670

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
SESSÃO SOLENE

O presidente do Poder Legislativo do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, vereador Lindomar Brandão (PP), convida para a Sessão Solene de Posse da Mesa Diretora que conduzirá os trabalhos na Sessão Legislativa de 2026.

Composição da Mesa Diretora 2026
Presidente: Joecir Bernardi - PSD
Vice-presidente: Diogo Grando - PRD
1° Secretário: Claudemir Zanco - PL
2ª Secretária: Anne Gomes - PSD

Data: 5 de janeiro de 2026 (segunda-feira)
Horário: 13h30
Local: Plenário de Sessões da Câmara Municipal
Rua Arariboia 491, Centro, Pato Branco-PR

Acompanhe ao vivo através do nosso canal no Youtube: http://youtube.com/camarapb

Publicado por:
Mariana Carvalho Martins
Código Identificador:3FA5723B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO INEXIGIBILIDADE N.º 111/2024 – PROCESSO N.º 113/2024

Em cumprimento ao artigo 29 e §1º do artigo 32 da Lei Federal sob nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal n.º 13.204/2015; Apresentamos os fundamentos que justificam a INEXIGIBILIDADE de Chamamento Público para a Organização da Sociedade Civil Instituto de Saúde São Lucas - ISSAL pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 08.092.615/0001-05, com sede na Rua Silvio Vidal n.º 67, centro de Pato Branco – PR. Considerando que a Lei 13.019/2014 alterada pela Lei 13.204/2015, a qual regula e estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, mais conhecido como Marco Regulatório, o qual se aplica ás parcerias no âmbito Federal, Estadual e Municipal; Considerando o Decreto Municipal sob nº 9.309 de 1º de setembro de 2022 que disciplina as transferências voluntárias no Município de Pato Branco; Considerando o destino através das Emendas Impositiva n.º 35, 43, 47, 72, 80, 101 e 122 e as Emendas Impositivas de Bancada n.º 09; Considerando a necessidade de apoiar financeiramente o Instituto de Saúde São Lucas ISSAL, para equipar os setores do hospital, a saber – UTI Neonatal, Pronto Atendimento, Centro Cirúrgico, Centro Obstétrico e Pronto Socorro. Justifica-se a Inexigibilidade do chamamento público, uma vez que a supracitada OSC atua no município de Pato Branco, conforme os documentos anexados ao processo; Diante do exposto, conforme disposto no § 2º do Art. 32 da Lei Federal n.º 13.204/2015, que altera a Lei Federal n.º 13.019/2014; fica aberto o prazo para impugnação a justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp).
Pato Branco, 17 de dezembro de 2025.

***MARCIA FERNANDES DE CARVALHO* –**
Secretária de Saúde

***GERI NATALINO DUTRA* –**
Prefeito

Publicado por:
Mariane Aparecida Martinello
Código Identificador:C1625D61

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO INEXIGIBILIDADE N.º 112/2024 – PROCESSO N.º 114/2024

Em cumprimento ao artigo 29 e §1º do artigo 32 da Lei Federal sob nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal n.º 13.204/2015; Apresentamos os fundamentos que justificam a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para a Organização da Sociedade Civil ***Instituto Policlínica PB*** pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 12.61.010/0001-76, com sede na Rua Pedro Ramires de Melo n.º 361, Centro de Pato Branco – PR. Considerando que a Lei 13.019/2014 alterada pela Lei 13.204/2015, a qual regula e estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, mais conhecido como Marco Regulatório, o qual se aplica ás parcerias no âmbito Federal, Estadual e Municipal; Considerando o Decreto Municipal sob nº 9.309 de 1º de setembro de 2022 que disciplina as transferências voluntárias no Município de Pato Branco; Considerando o destino através das Emendas Impositiva n.º 2, 06, 38, 55, 70, 80, 81, 82, 107 e 119. Considerando a necessidade de apoiar financeiramente o ***Instituto Policlínica PB,*** para revitalizar o ambiente hospitalar. Justifica-se a Inexigibilidade do chamamento público, uma vez que a supracitada OSC atua no município de Pato Branco, conforme os documentos anexados ao processo; Diante do exposto, conforme disposto no § 2º do Art. 32 da Lei Federal n.º 13.204/2015, que altera a Lei Federal n.º 13.019/2014; fica aberto o prazo para impugnação a justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp).
Pato Branco, 17 de dezembro de 2025.

***MARCIA FERNANDES DE CARVALHO* –**
Secretária de Saúde Geri Natalino Dutra – Prefeito

Publicado por:
Mariane Aparecida Martinello
Código Identificador:674FDD54

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL N.º 18.003/2025 HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO

EDITAL N.º 18.003/2025
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICA** a **Homologação do resultado final e classificação** do Processo Seletivo Simplificado n.º 003/2025, nos seguintes termos.

Art. 1° Diante da ausência de recursos administrativos interpostos em face do Resultado Final e Classificação, ficam **MANTIDOS** os **ANEXOS** divulgados através do Edital n.º 17.003/2025, em 11 de dezembro de 2025.

Art. 2° Assim sendo, diante do encerramento de todas as fases recursais, fica **HOMOLOGADO** o Resultado Final e Classificação dos candidatos do Processo Seletivo Simplificado em comento, conforme os **ANEXOS I**, **II** e **III** deste edital.

Art. 3° Para a **CONVOCAÇÃO** dos candidatos aprovados será obedecida a classificação divulgada neste instrumento e seus respectivos Anexos, conforme os critérios pré-estabelecidos nos itens 4 e 20 do Edital de Abertura.

Art. 4° Os Editais relativos às etapas posteriores à divulgação desta homologação, serão organizados e publicados no Diário Oficial do Município de Pato Branco - PR e no endereço eletrônico www.patobranco.pr.gov.br, que fixará as etapas a serem cumpridas pelo candidato, dando ampla publicidade das mesmas.

Art. 5º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco (PR), 17 de dezembro de 2025.

***GERI DUTRA* –**
Prefeito

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:3349297E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

EDITAL N.º 05.004/2025 – HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICA** a **Homologação das inscrições** do Processo Seletivo Simplificado n.º 004/2025, nos seguintes termos.

Art.1° Diante da ausência de recursos interpostos em face do Deferimento das Inscrições, ficam **MANTIDOS** as listagens integrantes do Edital n.º 04.004/2025, divulgado na data de 10 de dezembro de 2025.

Art.2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco (PR), 17 de dezembro de 2025.

GERI DUTRA –
Prefeito

EDITAL N.º 06.004/2025 – DIVULGAÇÃO DA DATA, HORÁRIO,
PERÍODO E LOCAL DE APLICAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICA** a **Data, horário, período e local de aplicação da prova objetiva** do Processo Seletivo Simplificado n.º 004/2025, nos seguintes termos.

Art.1° As provas do processo em referência serão aplicadas na data de **21/12/2025** (**DOMINGO**), no **COLÉGIO ESTADUAL DE PATO BRANCO**, situado à Rua Argentina, 724, bairro Jardim das Américas, Pato Branco - PR, CEP: 85.502-040, observando-se as disposições a seguir:

DATA DA APLICAÇÃO	PERÍODO	HORÁRIO DE ABERTURA DOS PORTÕES	HORÁRIO DE FECHAMENTO DOS PORTÕES	INICIO DAS PROVAS
21/12/2025	Matutino	08h00min	08h40min	09h00min

O portão de acesso ao local de realização das provas permanecerá aberto por **40 (quarenta) minutos**, observado o horário oficial de Brasília - DF

A aplicação das provas terá início **20 (vinte) minutos** após o fechamento do portão de acesso, observado o horário oficial de Brasília - DF

A aplicação terá a duração de **04 (quatro) horas**, incluído o tempo de marcação das folhas de respostas.

Art.2º Para conhecer o endereço do local de realização das provas, o candidato poderá acessar o **LINK** – *Consulta do local de prova* e imprimir o **CARTÃO DE CONVOCAÇÃO,** disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br. A identificação do local de realização das provas é de responsabilidade exclusiva do candidato, não podendo o mesmo realizar a prova em desconformidade com as disposições estabelecidas neste Edital.

Art.3º O candidato deverá comparecer com antecedência mínima de 40 (quarenta) minutos do horário fixado para o fechamento do portão de acesso ao local de realização das provas, munido de **CANETA ESFEROGRÁFICA DE TINTA AZUL OU PRETA , FABRICADA EM MATERIAL TRANSPARENTE,** de seu **DOCUMENTO ORIGINAL OFICIAL DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO** e o cartão de convocação do candidato impresso através da "Área do Candidato" disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art.4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco (PR), 17 de dezembro de 2025.

GERI DUTRA
-Prefeito

EDITAL N.º 07.004/2025 – CONVOCAÇÃO PARA PROVA DE TÍTULOS

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICA** a **Convocação para prova de títulos** do Processo Seletivo Simplificado n.º 004/2025, nos seguintes termos.

Art. 1º Ficam **CONVOCADOS** a participar da prova de títulos os candidatos com inscrição devidamente homologada.
Art. 2º Os candidatos convocados e interessados em participar da prova de títulos deverão atentar-se os seguintes pontos:

no período das **08h00min do dia 18/12/2025 às 23h59min do dia 22/12/2025**, observado o horário oficial de Brasília/DF, preencher o formulário de cadastramento eletrônico disponível no endereço www.fundacaofafipa.org.br;

recomenda-se que o candidato efetue o acesso ao link de cadastramento citado na alínea anterior, com antecedência de até 30 (trinta) minutos do horário de término, para que seja possível a juntada de todos os documentos desejados.

Art. 3° O candidato convocado e interessado em participar da prova de títulos deverá observar todo o regramento posto no item 13 do edital de abertura.
Art. 4° Os títulos cadastrados no endereço eletrônico da Instituição Organizadora, deverão ser apresentados em cópias legíveis de frente e verso, preferencialmente autenticadas por cartório competente ou acompanhadas por autenticação eletrônica.
É de exclusiva responsabilidade do candidato o anexo dos títulos no endereço eletrônico da Instituição organizadora, como forma de comprovação.
Art. 5° A inobservância das regras dispostas nesta convocação, bem como das regras colacionadas no edital de abertura, acarretará na invalidação dos títulos anexados, e por consequência na **ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO** da etapa em comento.

Art. 6º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco (PR), 17 de dezembro de 2025.

GERI DUTRA –
Prefeito

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:6759675F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1374, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o contido no Protocolo RH nº 40.880 de 15 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º Extinguir o benefício de pensão concedido à MAURITA DE QUADROS LEONARCHIK, Matrícula 7164-1, em decorrência de seu falecimento ocorrido em data de 12 de dezembro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo efeitos à data do óbito da pensionista referida no Art. 1º.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, documento assinado digitalmente.

GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:2B9D99AB

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1380, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal; e

considerando o contido no Memorando nº 38.618, de 17 de dezembro de 2025 do Gabinete do Prefeito;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, **ADRIANA MARISA KLEIN REZZARDI,** Matrícula nº 11580-0, do cargo de provimento em comissão de Assessora de Apoio Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17 de dezembro de 2025.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, documento assinado digitalmente.

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:BB6BECA3

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1381, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o contido no Memorando nº 38.613, de 17 de dezembro de 2025, do Gabinete Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor público **OSMAR BRAUN SOBRINHO**, Matrícula nº 11043-4, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos, para responder interinamente pela Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes.

Art. 2º O servidor referido no Art. 1º, exercerá as funções administrativas e de gestão necessárias à continuidade dos serviços da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes, sem prejuízo de suas atribuições na Secretaria Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos, bem como sem percepção de acréscimo remuneratório, mantendo-se inalterados os seus vencimentos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos em 06 de dezembro de 2025.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, assinado digitalmente.

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:66A3E7BA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1382, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "b", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o contido no Memorando nº 32.339, de 22 de outubro de 2025 e nº 38.615 de 17 de dezembro de 2025;

CONSIDERANDO o Princípio da Legalidade (CF/88, art. nº 37, caput) e o Poder-Dever de Autotutela Administrativa (Súmula nº 473/STF);

CONSIDERANDO que o Acordo de Cooperação Técnica – DAS nº 33/2025 celebrado entre o MAPA/SDA e o Município de Pato Branco estabelece que as atividades não implicarão cessão de servidores, admitindo apenas designação para ação específica e por prazo determinado;

RESOLVE:

Art. 1º Anular por ilegalidade/incompatibilidade com o Acordo de Cooperação Técnica – DAS nº 33/2025, a Portaria nº 1.365, de 09 de dezembro de 2025, que cedeu a servidora pública **GABRIELA DE SOUZA LUCAS**, Matrícula nº 10887-1, ocupante do cargo de Médica Veterinária, ao MAPA/9º SIPOA para atuação no SIF 2212.

Art. 2º Declarar insubsistente, no âmbito da Administração Municipal, a execução do Termo de Cedência nº 16/2025 como fundamento de exercício funcional fora da estrutura municipal, determinando seu encerramento administrativo, com a imediata adoção das medidas necessárias à adequação do vínculo funcional ao regime de designação previsto no Acordo de Cooperação Técnica – DAS nº 33/2025.

§1º Para preservação da continuidade do serviço público e da execução do Acordo de Cooperação Técnica – DAS nº 33/2025, a atuação da servidora nas atividades do Plano de Trabalho passará a ocorrer exclusivamente por designação municipal, mediante Portaria específica, sem cessão, sem alteração de vínculo e sem ônus ao MAPA.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17 de dezembro de 2025 preservadas as medidas administrativas necessárias para transição e continuidade.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, documento assinado digitalmente.

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:DAA4BA69

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1383, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "b", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o contido no Memorando nº 32.339, de 22 de outubro de 2025 e nº 38.615 de 17 de dezembro de 2025;

CONSIDERANDO o Acordo de Cooperação Técnica – DAS nº 33/2025, celebrado entre a União (MAPA/SDA) e o Município de Pato Branco, e o respectivo Plano de Trabalho;

CONSIDERANDO que o Acordo de Cooperação Técnica – DAS nº 33/2025 prevê designação de servidores municipais para ação específica e por prazo determinado, sem cessão e sem alteração de vínculo;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a continuidade das atividades pactuadas no ACT, com manutenção da gestão funcional pela Administração Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora pública **GABRIELA DE SOUZA LUCAS**, Matrícula nº 10887-1, ocupante do cargo de Médica Veterinária, lotada na Vigilância Sanitária do Município de Pato Branco, para desempenhar até 02 de dezembro de 2027, ação específica prevista no Acordo de Cooperação Técnica – DAS nº 33/2025, consistente em atividades de apoio às ações de inspeção *ante e post mortem* no âmbito do Serviço de Inspeção Federal – SIF 2212, sob coordenação técnica/supervisão do MAPA, nos limites do Plano de Trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17 de dezembro de 2025.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, documento assinado digitalmente.

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:0EAF0F0E

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 10.718, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025.

Abre crédito suplementar no orçamento do exercício de 2025, no valor de R$ 700.000,00 (setecentos mil reais) e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, II e XXIII, na forma do art. 62, I, "c", ambos da Lei Orgânica Municipal, com base na Lei Municipal nº 6.378, de 13 de dezembro de 2024; com fundamento nos arts. 40, 41 inciso I e 43, § 1º, inciso I da Lei Federal nº 4.320/1964 (créditos adicionais e indicação de cobertura por superávit financeiro), bem como nas disposições da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (LRF) considerando que a Lei Complementar Federal nº 217/2025 prorroga até 31 de dezembro de 2025, a autorização prevista na Lei Complementar Federal nº 172/2020 para a transposição e transferência de saldos financeiros existentes nos Fundos de Saúde, inclusive estabelecendo que os saldos de repasses efetuados até 31 de dezembro de 2023 ficam dispensados do cumprimento do disposto no inciso I do caput do art. 2º da LC nº 172/2020, nos termos do § 1º do art. 1º da LC nº 217/2025, devendo a aplicação observar exclusivamente ações e serviços públicos de saúde, na forma dos arts. 2º e 3º da Lei Complementar nº 141/2012, tendo em vista a existência de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Fundo Municipal de Saúde, e considerando o Memorando nº 38.528, de 16 de dezembro de 2025 da Secretaria Municipal de Saúde;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento do exercício de 2025, no valor de R$ 700.000,00 (setecentos mil reais), conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor R$
08	**SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**	
08.01	**ATENÇÃO BÁSICA**	
10	**Saúde**	
10.301	**Atenção Básica**	
10.301.0043	**Manutenção da Saúde**	
2.252	Manutenção e ampliação da estratégia saúde da família - ESF	
3.1.90.11 – 5518 (18661)	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	700.000,00

TOTAL	**700.000,00**

Art. 2º Para a cobertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício de 2024, de fonte vinculada, em razão da transferência de saldo, conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor R$
5518	Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde - Federal	**700.000,00**

TOTAL	**700.000,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Republicado por erro material

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:294A3A15

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 10.719, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

Abre crédito suplementar no orçamento do exercício de 2025, no valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais) e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, II e XXIII, na forma do art. 62, I, "c", ambos da Lei Orgânica Municipal, e com base na Lei Municipal nº 6.378, de 13 de dezembro de 2024;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento do exercício de 2025, no valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais) conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**	
07.04	**DEPARTAMENTO DE CULTURA**	
13	**Cultura**	
13.392	**Difusão Cultural**	
13.392.0040	**Promover a Cultura**	
2.340	Apoiar Artistas e Músicos Locais	
3.3.50.43 – 000 (2671)	Subvenções Sociais	90.000,00

Total	**90.000,00**

Art. 2º Para a cobertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes da anulação total/parcial de dotações orçamentárias do exercício de 2025, conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**	
07.04	**DEPARTAMENTO DE CULTURA**	
13	**Cultura**	
13.392	**Difusão Cultural**	
13.392.0040	**Promover a Cultura**	
2.392	Fundo Municipal de Cultura	
3.3.50.43 – 000 (2676)	Subvenções Sociais	90.000,00

Total	**90.000,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:FC585C47

SECRETARIA DE GABINETE
DISTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 16/2025

PARTES:	MUNICÍPIO DE PATO BRANCO O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA E O 9º SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL – SIPOA
OBJETO:	Fica distratado, de comum acordo, o Termo de Cedência nº 16/2025, para todos os fins.
GERI DUTRA	
Prefeito Municipal	

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:10E4524D

SECRETARIA DE GABINETE
EXTRATO DE ADITIVO DE VIGÊNCIA Nº 01/2026 AO CONVÊNIO Nº 05/2025

PARTES:	**MUNICÍPIO DE PATO BRANCO E ESTADO DO PARANÁ - CASA CIVIL**
OBJETO:	Fica prorrogado o prazo de vigência do Convênio nº 05/2025, até 31 de dezembro de 2026, convênio que cede o servidor Anderson Carlos Nesello.
GERI DUTRA	
Prefeito Municipal	

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:66B95403

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 117, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Nomeia a Comissão Central Organizadora (CCO) da INVENTUM 2026 no Município de Pato Branco, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, VII e XXIII, na forma do art. 62, I, "o", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no Decreto Municipal nº 9.830, de 23 de fevereiro de 2024, e considerando o contido no Memorando nº 35.640, de 19 de novembro de 2025 encaminhado pela Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os membros para compor a Comissão Central Organizadora (CCO), de caráter temporário, conforme a seguir especificado:

I - representantes de entidades não governamentais:
a)Associação Comercial e Empresarial de Pato Branco (ACEPB):
1.Roberto Elias da Silva;
2.Dionatan Cieslak;
b)Centro Universitário de Pato Branco - Pr (AFYA):
1.Dyego Cantu;
2.Cezar Augusto Mezzalira.
c) Centro Universitário Mater Dei (UNIMATER):
1.Anderson Luiz Fernandes
2.Bruno Soares Martins;
3.Fábio Augusto Cantu.
d)Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP):
1.Rosana Costa;
2.Esmailem Orlei Flemming;
e)Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná IAPAR-EMATER – (IDR-Paraná):
1.Cid Renan Jacques Menezes;
2.Rosane Dalpiva Bragato;
f)Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI):
1.Alessandro Graczyk Moraes;
2.Paula Andréia Werle
g)Núcleo Regional de Educação de Pato Branco (NRE-PB):
1.Aldacir Casagrande;
2.Victor Alexandre Alves de Matos.
h)Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE):
1.Juliano Lima;
i)Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Pato Branco (UTFPR-PB):
1.Ricardo Bernardi;
2.Marcia Rozane Balbinotti de Lourenço.
II - Representantes governamentais:
a)Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação:
1.Rosiclei Caldato Dalagnol
2.Leila Mara Voss;
3.Douglas Henrique Batista;
4.Nelito Antônio Zanmaria;
5.Ana Claudia Marques;
6.Iuris Maia;
7.Grazieli Cacciatori;
8.Helmuth Kuhl.
b)Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:
1.Ezaul Zillmer;
2.Juliane Cichelero.
c)Secretaria Municipal de Educação e Cultura:
1.Wesley Emannuel Ribeiro de Freitas;
2.Clodoaldo Bahls Filho.

Art. 2º Ficam designados para as funções de membros executivos da CCO:
I - Coordenador Geral: Ricardo Bernardi
II - Relatores:
a)Leila Mara Voss;
b)Grazieli Cacciatori;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:80A46DE4

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 118, DE 17 DE OUTUBRO DE 2025.

Revoga as Portarias nºs 274, de 10 de março de 2022 e 818, de 11 de agosto de 2022.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII, na forma art. 62, II, "c", ambos da Lei Orgânica Municipal, e considerando o contido no Memorando nº 38.362, de 16 de dezembro de 2025, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam revogadas as seguintes Portarias:
I – Portaria nº 274, de 10 de março de 2022; e
II – Portaria nº 818, de 11 de agosto de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:0BBAD519

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA (CMDPI)

RESOLUÇÃO 025/2025

Súmula: Aprova execução do serviço de acolhimento institucional para pessoas idosas, no âmbito da proteção social especial de alta complexidade do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI) de Pato Branco no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 3.494 de 15 de Dezembro de 2010, por meio de Deliberação em reunião extraordinária realizada no dia 17 de dezembro de 2025,
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a execução do **serviço de acolhimento institucional para pessoas idosas**, no âmbito da proteção social especial de alta complexidade do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
Art. 2º Autorizar a oferta de **20 (vinte) vagas** destinadas ao acolhimento institucional de pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e/ou com vínculos familiares

fragilizados ou rompidos, mediante encaminhamento da **Secretaria Municipal de Assistência Social**.
Art. 3º Estabelecer que o valor mensal para a execução do serviço será de **R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)**, sendo:
I – **R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)** provenientes de recursos oriundos da destinação do Imposto de Renda ao **Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – FMDPI**;
II – **R$ 10.000,00 (dez mil reais)** provenientes de recursos livres.
Art. 4º Fixar que, para o período de **12 (doze) meses**, o valor total destinado à execução do serviço corresponderá a **R$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais)**.
Art. 5º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, e revogam-se todas as disposições contrárias.
Pato Branco, 17 de dezembro de 2025.

HELOIZA NATALIA GARBIN
Presidente CMDPI

Publicado por:
Vanessa Laskoski Furtoso
Código Identificador:5A395649

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

PODER LEGISLATIVO
RESOLUÇÃO N° 79, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

EMENTA: *ALTERA OS INCISOS IV E V, E ACRESCIDOS OS § 1º, § 2º E § 3º E NESTE, OS INCISOS I, E II, AO ART. 55, E ALTERA OS ART. 109 E ART. 259 DO REGIMENTO INTERNO (RESOLUÇÃO Nº 55/2016).*

A Câmara Municipal de Vereadores de Paula Freitas, Estado do Paraná, APROVOU e eu. Presidente, PROMULGO a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Ficam alterados os incisos IV e V, e acrescidos os § 1º, § 2º e § 3º e neste, os incisos I, e II, ao art. 55, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 55 ...:
...
IV – a iniciativa de Projeto de Lei fixando os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais ou equivalentes, para cada exercício financeiro, vedada a redução;
V – a iniciativa de Projeto de Resolução fixando os subsídios dos Vereadores, para viger na legislatura seguinte, vedada a redução;
...
§ 1º Se a Comissão de Finanças e Orçamento não apresentar, até a última sessão legislativa do mês de maio do quarto ano da legislatura, quaisquer dos projetos de que trata os incisos IV e V deste artigo, a Mesa incluirá na Ordem do Dia, até a última sessão legislativa do mês de junho do quarto ano da legislatura, em forma de proposição correspondente, as disposições respectivas em vigor.
§ 2º Os projetos mencionados neste artigo figurarão na Ordem do Dia durante cinco sessões para recebimento de emendas, sobre as quais a Comissão de Finanças e Contas emitirá parecer no prazo improrrogável de cinco sessões.
§ 3º No interregno que alude o § 2º, poderão apresentar preposição atinente perante a Comissão de Finanças e Contas:
I - qualquer Vereador, no caso de fixar a remuneração dos Vereadores, do Prefeito e Vice-Prefeito e Secretários Municipais, e
II – o Prefeito do Município, no caso de fixar a remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais.

Art. 2º Fica alterado o art. 109, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 109 Os subsídios dos Vereadores serão fixados na forma do inciso VII, § 2º do art. 37, artigos 38, 39 e 41 da Lei Orgânica Municipal, bem como a iniciativa prevista no artigo 55, inciso V, deste Regimento.

Art. 3º Fica alterado o art. 259, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 259 Os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais ou equivalentes serão fixados na forma dos artigos 37, § 3º, incisos I, II e III da Lei Orgânica Municipal, conforme iniciativa prevista no artigo 55, inciso IV, deste Regimento.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Paula Freitas-PR, 17 de dezembro de 2025.

EDSON JOSÉ DE MOURA CORDEIRO
Presidente

Publicado por:
Leandro Weisshaar
Código Identificador:EBC646D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECLARAÇÃO DE VALIDAÇÃO DE CURSO DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
DE PAULA FREITAS/PR- CMDCA

DECLARAÇÃO DE VALIDAÇÃO DE CURSO DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL

O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Paula Freitas/PR, por meio de sua presidente, declara para os devidos fins que o **CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA- ESCOLA DO PARANÁ – CIEE/PR**, é uma organização sem fins econômicos e lucrativos, com sede à Rua Ivo Leão, 42 – Bairro Alto da Glória – Curitiba/PR, inscrito no CNPJ 76.610.591/0001-80, com **Escritório Regional** inscrito no CNPJ/MF n° 76.610.591/0014-03, na Rua Professor Cleto nº 296, em União da Vitória/PR, com **Registro neste CMDCA sob o nº 02** registro **aprovado em** 17/12/2025 e **inscrição do Programa de Socioaprendizagem - Modalidade Ead**, aprovado pelo CMDCA em 17/12/2025
O curso identificado na sequência foi validado pela plenária deste Conselho:
Aprendizagem em Arco Serviços Administrativo - EAD/Digital - 4h
Carga Horária da Fase Teórica - Total de 400 horas, sendo:
Módulo I (Inicial): 10 encontros - 40h;
Módulo II (Geral): 30 encontros - 120h;
Módulo III (Específico): 55 encontros - 220h;
Módulo IV (Específico Especial): 05 encontros - 20h.
Carga Horária Prática - Total de 1.440 horas.
CBO's associados:
411005 - Auxiliar de Escritório
411010 - Assistente Administrativo
411030 - Auxiliar de Pessoal
414105 - Auxiliar de Almoxarifado
422105 - Recepcionista, em geral

Por ser expressão de verdade, firmo o presente comprovante.
O presente documento é válido pelo período de 02 anos.

17 de dezembro de 2025.

ASSINATURA DO PRESIDENTE
ADRIELEN LARISSA ZAMBONI

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:DD323472

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
INSCRIÇÃO DE PROGRAMA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE DE
PAULA FREITAS/PR - CMDCA

INSCRIÇÃO DE PROGRAMA

O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Paula Freitas/PR, por meio de sua presidente, declara para os devidos fins que o **CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA- ESCOLA DO PARANÁ – CIEE/PR**, é uma organização sem fins econômicos e lucrativos, com sede à Rua Ivo Leão, 42 – Bairro Alto da Glória – Curitiba/PR, inscrito no CNPJ 76.610.591/0001-80, com **Escritório Regional** inscrito no CNPJ/MF n° 76.610.591/0014-03, na Rua Professor Cleto nº 296, em União da Vitória/PR, com **Registro neste CMDCA sob o nº 02**, possui o curso de Aprendizagem em Arco Serviços Administrativo - EAD/Digital - 4h, regularmente inscrito, conforme deliberação realizada em 17/12/2025

Por ser expressão de verdade, firmo o presente comprovante.
O presente comprovante é válido pelo período de 02 anos..

17 de dezembro de 2025.

ASSINATURA DO PRESIDENTE
ADRIELEN LARISSA ZAMBONI

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:CB389092

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N° 1.709/2025 – DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

LEI N° 1.709/2025 – de 17 de Dezembro de 2025.

EMENTA: Estima a receita e fixa a despesa do Município de Paula Freitas, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário APROVOU a seguinte LEI:

Art. 1º - O Orçamento Fiscal do Município de Paula Freitas, para o Exercício de 2026, estima a receita e fixa a despesa em R$ 46.013.656,48 (Quarenta e seis milhões, treze mil, seiscentos e cinquenta e seis reais com quarenta e oito centavos).

Art. 2º - O Orçamento do município para o exercício de 2026, estima a receita em R$ 46.013.656,48 (Quarenta e seis milhões, treze mil, seiscentos e cinquenta e seis reais com quarenta e oito centavos) e fixa a despesa em R$ 44.165.941,62 (Quarenta e quatro milhões, cento e sessenta e cinco mil, novecentos e quarenta e um reais com sessenta e dois centavos) para o Poder Executivo, e R$ 1.847.714,86 (Um milhão, oitocentos e quarenta e sete mil, setecentos e quatorze reais, com oitenta e seis centavos) para o Poder Legislativo.

Art. 3º - A receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	**45.813.656,48**
Receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.518.895,26
Receita de Contribuições	12.206,14
Receita Patrimonial	547.275,12
Receita de Serviços	1.890,03
Transferências Correntes	50.157.815,28
Outras Receitas Correntes	41.332,80
Dedução de Receita para formação do FUNDEB	-7.465.758,15
RECEITAS DE CAPITAL	**200.000,00**
Alienação de Bens Moveis	200.000,00
TOTAL GERAL	**46.013.656,48**

Art. 4º - A despesa do Município será realizada segundo os anexos integrantes desta Lei, distribuída da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUICIONAL

01	Poder Legislativo	1.847.714,86
02	Governo Municipal	744.088,91
03	Secretaria de Planejamento e Gestão	420.090,00
04	Secretaria de Administração	3.222.854,58
05	Secretaria de Finanças	3.605.496,62
06	Secretaria de Recursos Humanos	398.144,99
07	Secretaria de Educação, Cultura e Desporto	13.535.641,64
08	Secretaria de Saúde	11.366.812,81
09	Secretaria de Assistência Social	2.421.904,48
10	Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente	3.765.243,14
11	Secretaria de Viação e Obras	2.822.385,00
12	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	916.104,45
14	Secretaria de Agricultura	947.175,00
	TOTAL	**46.013.656,48**

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00	**DESPESAS CORRENTES**	**39.655.941,68**
3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	20.047.350,56
3.2.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	200.000,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	19.408.591,12
4.0.00.00.00	**DESPESAS DE CAPITAL**	**5.296.014,76**
4.4.00.00.00	Investimentos	4.696.014,76
4.6.00.00.00	Amortização da Dívida	600.000,00
9.0.00.00.00	**RESERVA DE CONTINGÊNCIA**	**1.061.700,04**

III – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A CATEGORIA ECONÔMICA

DESPESAS CORRENTES	**39.655.941,68**
DESPESAS DE CAPITAL	**5.296.014,76**
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	**1.061.700,04**
TOTAL	**46.013.656,48**

Art. 5º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos como também em atendimento as emendas parlamentares até o limite de 1,2% sobre a receita corrente liquida.

Parágrafo Único – Se até 01 de novembro de 2026, não se efetivar a previsão de qualquer risco contingente os recursos da Reserva de Contingência poderão ser utilizados, por edição de Ato do Chefe do Executivo, para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares de dotações que se tornarem insuficientes, conforme art. 27, § 2º da LDO, sem que esse valor seja incluído no índice previsto no art. 6º.

Art. 6º - Fica o Executivo Municipal autorizado, por ato próprio nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 20% (vinte por cento) da despesa fixada, utilizando como recursos os previstos no § 1º do art. 43 da mesma Lei Federal, conforme § 1º do art. 36 da LDO.

§ 1º – As transposições, os remanejamentos e as transferências para abertura de crédito suplementares poderão ser feitos por anulação de dotações desde que não resultem em anulação total do projeto ou atividade componente de programa aprovado na Lei Orçamentária Anual.

§ 2º – Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais. Excluindo-se do limite constante no art. 6º.

§ 3º – Excluem-se do limite do art. 6º os créditos adicionais suplementares e especiais decorrentes de leis especificas.

§ 4º – Excluem-se do limite do art. 6º os créditos adicionais suplementares decorrentes de Reserva de Contingência.

§ 5º – Excluem-se do limite do art. 6º os créditos adicionais suplementares decorrentes do remanejamento, nas respectivas categorias econômicas, os grupos de natureza de despesa correspondente a outras despesas correntes e investimentos em cada órgão orçamentário, dos exercícios financeiros que compreendem o

Plano Plurianual, nos termos previstos no inciso III, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

§ 6º – Excluem-se do limite do art. 6º os créditos adicionais suplementares decorrentes da redistribuição das dotações do grupo de natureza de despesa correspondente a pessoal e encargos sociais, em cada unidade orçamentária ou de uma para outra unidade, dos exercícios financeiros que compreendem o Plano Plurianual, nos termos do inciso III, § 1º, do artigo 43, da Lei nº 4.320, de 1964, combinado com o disposto no parágrafo único, do artigo 66, da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

§ 7º – Excluem-se do limite do art. 6º os créditos adicionais suplementares decorrentes da suplementação das dotações destinadas aos programas com encargos especiais, correspondentes a encargos com ressarcimento de convênios, dos exercícios financeiros que compreendem o Plano Plurianual, nos termos do inciso III, § 1º, do artigo 43, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 8º – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder por Decreto, à inclusão do grupo de fontes de recurso – ID de uso "3" – Exercícios Anteriores, nos elementos de despesas constantes da Lei Orçamentária dos exercícios financeiros que compreendem o Plano Plurianual e referente às receitas de restos a receber, conforme estabelece a Instrução Técnica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sem que compute no limite do art. 6º.

Art. 7º - Poderão ser abertos por ato do Executivo, créditos adicionais suplementares utilizando o superávit das fontes do exercício de 2025, sem que sejam computados no índice previsto no art. 6º desta Lei, até o limite de seus valores.

Art. 8º - O Poder Executivo deverá encaminhar à Câmara Municipal, demonstrativo de todas as alterações decorrentes do artigo anterior.

Art. 9º - Os Recursos oriundos de convênios, não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e/ou especiais.

Art. 10 - Fica o Poder Legislativo autorizado a proceder ajustes no seu orçamento, nos termos do art. 6º desta Lei, dando ciência ao Poder Executivo.

Art. 11 – Fica o Poder Executivo autorizado:

I – A realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;
II – Firmar convênios com os governos: federal, estadual, e municipal, diretamente ou através de seus órgãos;
III – Firmar convênio para repasse de recursos a entidades declaradas de utilidade pública, sem fins lucrativos.

Art. 12 – Os Créditos Adicionais Especiais abertos nos últimos quatro meses de 2025, não utilizados ou utilizados parcialmente poderão ser reabertos em 2026, através de decreto do Executivo.

Art. 13 – Ficam compatibilizadas as presentes alterações orçamentárias na LDO para o exercício de 2026 e no PPA para os exercícios de 2026-2029.

Art. 14 – Esta lei entrará em vigor na data de 1º de janeiro de 2026.

Paço Municipal, PR, 17 de dezembro de 2025.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:13B2A4F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REGISTRO Nº 02

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DEPAULA FREITAS/PR - CMDCA

REGISTRO Nº 02

O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Paula Freitas/PR, por meio de sua presidência, declara para os devidos fins que o **CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA- ESCOLA DO PARANÁ – CIEE/PR**, é uma organização sem fins econômicos e lucrativos, com sede à Rua Ivo Leão, 42 – Bairro Alto da Glória – Curitiba/PR, inscrito no CNPJ 76.610.591/0001-80, com **Escritório Regional** inscrito no CNPJ/MF n° 76.610.591/0014-03, na Rua Professor Cleto nº 296, em União da Vitória/PR, com **Registro neste CMDCA sob o nº 02**, registro **aprovado em 17/12/2025**

Por ser expressão de verdade, firmo o presente comprovante.
O presente comprovante é válido pelo período de 02 anos.

17 de dezembro de 2025.

ASSINATURA DO PRESIDENTE

ADRIELEN LARISSA ZAMBONI

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:2BA0E78F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
3° ADITIVO AO CONTRATO N° 111/2023

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
EXTRATO CONTRATUAL
3º Aditivo do Contrato nº 111/2023
Pregão Presencial nº 18/2021
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
Contratada (o)...: ECOVALE TRATAMENTO DE RESIDUAS URBANOS LTDA.
CNPJ.....: 82.326.828/0001-07
Valor.....: Reestabelecimento de quantitativo R$ 126.130,00 (cento e vinte e seis mil cento e trinta reais)
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA PORTA A PORTA E TRANSBORDO DE RESIDUOS SÓLIDOS URBANOS - CLASE II - A, PROVENIENTES DOS GERADORES DA ÁREA URBANA DO MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN/PR ATÉ A ESTAÇÃO DE TRANSBORDO DE RESIDUOS - ETR E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DISPOSIÇÃO FINAL DE RESIDUOS SÓLIDOS URBANOS - CLASSE II - A, PROVENIENTES DA ÁREA URBANA DO MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN/ PR ATÉ O ATERRO SANITÁRIO.

Paulo Frontin, 17 de dezembro de 2025.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:406D6078

GABINETE DO PREFEITO
3° ADITIVO AO CONTRATO N° 134/2023

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO

Aditivo ao Contrato nº 134/2023
Pregão Eletrônico nº 25/2023

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
Contratada (o)...: BETHA SISTEMAS LTDA
CNPJ.....: n°. 00.456.865/0001-67
Valor.....: R$ 484.418,85 (quatrocentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e dezoito reais e oitenta e cinco centavos)
Vigência.....: 12 (doze) meses
Objeto.....: CONTRAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÉCNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, ENVOLVENDO O LICENCIAMENTO DE USO DE SOFTWARE, EM AMBIENTE WEB E SOB O MODELO DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM PARA GESTÃO MUNICÍPAL.
Paulo Frontin, 28 de novembro de 2025

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:B8C721E5

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 524/2025

Decreto nº 524/2025

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Suplementar e dá outras providências.

Ireneu Inácio Zacharias, Prefeito Municipal de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faço saber, em cumprimento a Lei Orgânica Municipal, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

ART. 1º - Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal 1.517, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), assim discriminado:

02	Poder Executivo	
0201	Secretaria Municipal de Governo	
0412200032.100	Emendas Impositivas	
449052.000	Equipamentos e Material Permanente	100.000,00
0207	Sec. Mun. de Obras, Transportes e Serviços Urbanos	
0412200031.001	Aquisições de Imóveis	
449061.000	Aquisição de Imóveis	224.000,00
1545200042.031	Manutenção dos Serviços Urbanos	
339030.000	Material de Consumo	50.000,00
339039.000	Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	226.000,00
	TOTAL	**600.000,00**

ART. 2º - Para dar cobertura ao Crédito aberto pelo Artigo anterior, será considerado como recursos Financeiros, a anulação parcial ou total das seguintes dotações:

01	Poder Legislativo	
001	Câmara Municipal	
013100012.001	Atividades Legislativas	
319011.001	Vencimentos e Vantagens Fixas	210.000,00
319013.001	Contribuições Patronais	210.000,00
339014.001	Diárias – Civil	30.000,00
339030.001	Material de Consumo	30.000,00
339033.001	Passagens e Despesas com Locomoção	35.000,00
339036.001	Outros Serviços de Terceiros Física	10.000,00
3397047.001	Obrigações Tributárias e Contributivas	6.000,00
449052.0001	Equipamentos e Material Permanente	70.000,00
	TOTAL	**600.000,00**

ART. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin, 16 de dezembro de 2025.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:2A447CC4

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 527/2025

DECRETO N.º 527/2025

Súmula: Dispõe sobre as datas de vencimento para o recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - Fixo, Taxa para Licença e Localização – TLL, Taxa de Saúde e Vigilância Publica, Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, e Taxa de Coleta de Lixo relativos ao exercício fiscal de 2025 e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN, ESTADO DO PARANÁ,** Sr. **IRENEU INÁCIO ZACHARIAS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo arcabouço jurídico vigente;
DECRETA:
Art. 1º. Em conformidade com o artigo 185 § 2º, da Lei Municipal 975/2013, regulamenta as datas de vencimento para o recolhimento do IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - FIXO, relativo ao EXERCÍCIO 2026, na seguinte forma:
Cota Única: 10/04/2026
1ª parcela: 10/04/2026
2ª parcela: 11/05/2026
3ª parcela: 10/06/2026
4ª parcela: 10/07/2026
5ª parcela: 11/08/2026
Art. 2º. Em conformidade com os artigos 270 a 286, 329 à 330, da Lei Municipal 975/2013, regulamenta a data de vencimento para o recolhimento da TAXA DE LICENÇA E LOCALIZAÇÃO – TLL e TAXA DE SAÚDE VIGILÂNCIA PÚBLICA relativa ao EXERCÍCIO 2026, na seguinte forma:
Cota Única: 10/04/2026
1ª parcela: 10/04/2026
2ª parcela: 11/05/2026
3ª parcela: 10/06/2026

Art. 3º. Em conformidade com o artigo 161 a 177, da Lei Municipal 975/2013, e ainda Lei Complementar nº 02/2020, Lei Complementar nº 02/2021 e Lei Complementar 08/2025, regulamenta a data de vencimento para o recolhimento do IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU, relativo ao EXERCÍCIO 2026, na seguinte forma:
Cota Única: 10/04/2026 – 15% de desconto
1ª parcela: 10/04/2026
2ª parcela: 11/05/2026
3ª parcela: 10/06/2026
4ª parcela: 10/07/2026
5ª parcela: 11/08/2026
6ª parcela: 10/09/2026
7ª parcela: 13/10/2026
8ª parcela: 10/11/2026
Art. 4º. Em conformidade com o Art. 320 a 322 da Lei 975/2013 e Lei Municipal 972/2013, regulamenta a data de vencimento para o recolhimento da TAXA DE COLETA DE LIXO, relativa ao EXERCÍCIO DE 2026, na seguinte forma:
Cota única: 12/02/2026

Não sendo realizado o pagamento até a data de vencimento, o Município encaminhará para lançamento automático, na conta de água/esgoto da SANEPAR em até 12 parcelas iguais, sucessivas e sem juros.
Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2026**.**
Paulo Frontin, Estado do Paraná, 17 de dezembro de 2025.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:6D8E565A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º528/2025

DECRETO N.º 5282025

Súmula: Dispões sobre a prorrogação o prazo de adesão ao Refis até 31 de maio de 2026, do Município de Paulo Frontin, Paraná e dá outras providências..

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN, ESTADO DO PARANÁ,** Sr. **IRENEU INÁCIO ZACHARIAS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo arcabouço jurídico vigente;
DECRETA:
Art. 1º. Fica prorrogado, conforme autorizado pelo art. 10º, inciso II da Lei 1.510 de 18 de novembro de 2025, a adesão ao REFIS até 31 de maio de 2026.
Art. 2. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação..
Paulo Frontin, Estado do Paraná, 17 de dezembro de 2025.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:7AB704C8

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 07/2025

LEI COMPLEMENTAR Nº 07/2025.

Dispõe sobre o Código de Posturas do Município de Paulo Frontin/PR, e dá outras providências.

Ireneu Inácio Zacharias, Prefeito Municipal de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faço saber, em cumprimento a Lei Orgânica Municipal, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
CAPÍTULO I
DA FINALIDADE, ÂMBITO DE APLICAÇÃO E COMPETÊNCIA ADMINISTRATIVA

Art. 1º A presente Lei institui normas e procedimentos administrativos para o Município de Paulo Frontin/PR em matéria de higiene, segurança, ordem social, segurança, costumes e na utilização dos espaços públicos, visando disciplinar o funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, bem como, o tratamento adequado do uso da propriedade privada e dos bens públicos.
Parágrafo Único. As normas aqui estabelecidas regulamentam as necessárias relações jurídicas entre o Poder Executivo e seus munícipes, bem como os interesses de terceiros, visando disciplinar o uso dos direitos individuais e garantir o bem-estar coletivo.
Art. 2º Todas as funções referentes à execução deste Código, bem como a aplicação das sanções nele previstas, serão exercidas por órgãos do Município cuja competência para tanto estiver definida em leis, regulamentos e regimentos próprios.
Art. 3º Para efeitos deste Código consideram-se logradouros públicos os bens públicos de uso comum destinados ao trânsito público, praças, jardins, hortos e passeios, que pertençam ao Município.

CAPÍTULO II
DAS INFRAÇÕES, DAS PENALIDADES E DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 4º Constitui infração administrativa toda ação ou omissão contrária às disposições deste Código, das leis, decretos, resoluções ou demais atos normativos expedidos pelo Poder Público Municipal no exercício de seu poder de polícia.
Parágrafo único. As infrações administrativas sujeitam os responsáveis às penalidades previstas neste Código, sem prejuízo da obrigação de reparar os danos causados e das sanções civis ou penais cabíveis.

Seção I
Dos Infratores e da Responsabilidade
Art. 5º Considera-se infrator:
I – quem cometer diretamente a infração;
II – quem, por qualquer forma, induzir, instigar ou auxiliar outrem a cometê-la;
III – o proprietário, o possuidor, o arrendatário ou o responsável pelo bem ou atividade que originou a infração;
IV – os agentes públicos encarregados da fiscalização que, tendo conhecimento de infração, deixarem de agir conforme seus deveres legais.
Art. 6º As infrações praticadas por incapazes ou por pessoas coagidas a agir não os isentam de sanção indireta, recaindo a responsabilidade:
I – sobre pais, tutores ou responsáveis legais;
II – sobre o curador ou guardião do incapaz;
III – sobre aquele que deu causa à infração praticada mediante coação.

Seção II
Das Penalidades Aplicáveis
Art. 7º As infrações às normas deste Código sujeitam os infratores às seguintes penalidades, aplicadas conforme a gravidade e os critérios estabelecidos neste Capítulo:
I – advertência por escrito;
II – multa pecuniária;
III – apreensão de mercadorias, materiais, equipamentos, veículos de divulgação ou objetos utilizados na infração;
IV – suspensão de autorização ou licença;
V – interdição de atividade, obra, instalação ou edificação;
VI – cassação de alvará, licença, autorização ou outro título administrativo;
VII – descadastramento do infrator de registros municipais.
Parágrafo único. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a natureza e a gravidade da infração.
Seção III
Da Classificação das Infrações e da Multa
Art. 8º As infrações serão classificadas, para fins de penalização, conforme os impactos gerados à ordem urbana, ao meio ambiente, ao bem-estar coletivo e ao cumprimento das normas municipais:
I – **Infração Leve**: prejuízo mínimo, sem dolo ou reincidência – 5 UFM;
II – **Infração Média**: perturbações moderadas, dano reversível – 15 UFM;
III – **Infração Grave**: prejuízos significativos ou descumprimento reiterado – 25 UFM;
IV – **Infração Gravíssima**: dano irreparável ou risco à integridade física, ao meio ambiente ou à coletividade – 50 UFM.
§ 1º As infrações serão classificadas conforme os impactos gerados à ordem urbana, ao bem-estar coletivo, ao meio ambiente e ao cumprimento das normas legais, nos seguintes termos:
§ 2º Considera-se infração **leve** aquela que acarreta prejuízos mínimos à ordem urbana, ao bem-estar coletivo ou ao meio ambiente, sendo caracterizada pela ausência de dolo e pela inexistência de reincidência por parte do infrator.
§ 3º Considera-se infração **média** aquela que causa perturbações de intensidade moderada, compromete parcialmente o bem-estar público ou resulta em danos reversíveis à organização e à estética urbana.
§ 4º Considera-se infração **grave** aquela que ocasiona prejuízos significativos à saúde pública, ao meio ambiente, ao sossego ou à segurança da coletividade, ou ainda, que revele o descumprimento reiterado da legislação municipal.
§ 5º Considera-se infração **gravíssima** aquela que compromete severamente a ordem pública, coloca em risco a integridade física das pessoas, causa danos ambientais de grande proporção ou representa flagrante e grave desrespeito à legislação vigente, com elevado grau de periculosidade ou impacto social.

Seção IV

Agravantes e Atenuantes
Art. 9º A dosimetria das penalidades observará, conforme o caso:
§ 1º Serão consideradas atenuantes:
I – primariedade do infrator;
II – colaboração com a fiscalização;
III – adoção espontânea de medidas de correção ou mitigação do dano.
§ 2º Serão consideradas agravantes:
I – reincidência na mesma infração;
II – prestação de informações falsas ou omissão de dados relevantes;
III – obstrução da fiscalização;
IV – recusa em regularizar a situação após notificação;
V – risco ou dano efetivo à saúde, segurança, meio ambiente ou ao patrimônio público.

Seção V
Do Auto de Infração e da Apreensão
Art. 10. Constatada a infração, o agente municipal lavrará auto de infração, que deverá conter:
I – local, data e hora;
II – identificação do agente e do infrator;
III – descrição objetiva dos fatos e da infração cometida;
IV – dispositivo legal infringido;
V – penalidade aplicável;
VI – prazo para defesa;
VII – assinatura do agente e, se possível, do autuado ou de testemunhas.
§ 1º A recusa em assinar será registrada no próprio auto e não o invalidará.
§ 2º Quando aplicável, será lavrado também auto de apreensão, com descrição dos bens apreendidos e indicação do local onde permanecerão depositados.
Art. 11. Os bens apreendidos permanecerão sob custódia do Município. Não sendo reclamados no prazo de 30 (trinta) dias, poderão ser:
I – vendidos em hasta pública;
II – doados a entidades assistenciais;
III – inutilizados, se perecíveis ou deteriorados.
§ 1º A devolução somente ocorrerá após o pagamento da multa e das despesas de apreensão, transporte e depósito.
§ 2º No caso de bens perecíveis, o prazo será de 24 (vinte e quatro) horas.

Seção VI
Do Procedimento Administrativo
Art. 12. O infrator terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar defesa administrativa, contados do recebimento da notificação.
§ 1º A defesa deverá ser dirigida ao Secretário da pasta responsável, com os documentos e argumentos pertinentes.
§ 2º Julgada improcedente, será aplicada a penalidade e o infrator será notificado a regularizar a situação ou a recolher o valor da multa em até 5 (cinco) dias úteis.
Art. 13. É assegurado o direito de recurso, com efeito suspensivo, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da ciência da decisão.

Seção VII
Da Execução e Inscrição em Dívida Ativa
Art. 14. A penalidade pecuniária será inscrita em dívida ativa se não quitada no prazo regulamentar, sujeitando-se à cobrança judicial com os encargos legais.
Art. 15. Os infratores em débito com a Fazenda Municipal por multa administrativa:
I – não poderão receber pagamentos da Prefeitura;
II – não poderão participar de licitações ou firmar contratos com o Município;
III – não obterão alvarás, autorizações ou certidões.
Art. 16. O Município poderá executar diretamente as obrigações de fazer ou desfazer, às custas do infrator, acrescidas de 20% (vinte por cento) a título de administração. O débito será inscrito após 30 (trinta) dias do encerramento da execução, com correção monetária e juros legais.

TÍTULO II
DO ALVARÁ DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO E DAS ATIVIDADES EM LOGRADOUROS E VIAS PÚBLICAS
CAPÍTULO I
DO ALVARÁ DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO E DE FUNCIONAMENTO
Art. 17. Nenhum estabelecimento de produção, comércio, indústria e de prestação de serviços poderá funcionar no Município sem prévia licença da Secretaria competente, concedida através de requerimento dos interessados, mediante pagamento dos tributos devidos.
§ 1º As Pessoas Jurídicas, para obterem Alvará de Licença para Localização, terão que, juntamente com o pedido preenchido em formulário próprio de inscrição no Cadastro Econômico da Prefeitura, anexar fotocópia dos seguintes documentos:
I - Contrato Social ou Declaração de Firma Individual;
II - CNPJ;
III - Termo de Vistoria da Vigilância Sanitária;
IV - Comprovação de inscrição no cadastro econômico do Município, para o exercício de sua profissão;
V - Em caso de empresa enquadrada no Simples Nacional, declaração contábil de satisfazer as exigências da Lei Complementar 123/06 ou aquela que vier a sucedê-la.
§ 2º Em alguns casos, serão exigidos documentos específicos, tendo em vista tais atividades serem regulamentadas em outros órgãos, fora da esfera municipal, tais como: Autoescolas, Representação Comercial, Escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, Postos de Abastecimento, Lavadores de Veículos e de Batatas, Madeireiras, Comércio de Sucatas, Danceterias atividades que causem riscos ou danos ao meio ambiente e, ainda, outros, que poderão ser submetidos à avaliação da fiscalização.
§ 3º Será ainda solicitado o Certificado de Conclusão de Obras, para aquelas empresas que estão se estabelecendo em local cuja edificação for recém-construída.
§ 4º As pessoas físicas, para obterem Alvará de Licença para Localização, terão que, juntamente com o pedido preenchido em formulário próprio de inscrição no Cadastro Econômico do Município, anexar fotocópia dos seguintes documentos:
I - Pessoa Física Estabelecida:
fotocópia do documento de Identidade;
fotocópia do CPF;
fotocópia da carteira do Órgão de Classe, quando profissional liberal;
fotocópia do laudo da Vigilância Sanitária;
certificado de conclusão de obras, quando do primeiro Alvará no local;
outros documentos que o Município julgar necessário.
II - Pessoa Física Não Estabelecida:
fotocópia do documento de Identidade;
Fotocópia do CPF;
Fotocópia da carteira do Órgão de Classe, quando profissional liberal;
outros documentos que o Município julgar necessário.
§ 5º Só será fornecido Alvará de Licença para os estabelecimentos, se esses estiverem em conformidade com a Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano.
§ 6º A Secretaria competente, através do Departamento de Tributação e Fiscalização, terá o prazo de dez dias úteis, a partir da data de protocolo da consulta prévia, para decidir sobre o pedido de expedição do Alvará.
§ 7º A expedição do Alvará de Licença, localização e funcionamento de que trata o "caput" deste artigo ficará condicionada, ainda, ao atendimento, por parte do Executivo, à legislação pertinente em vigor e, em especial, às normas de proibição a pratica do racismo ou de qualquer discriminação atentatória aos direitos e garantias fundamentais ao cidadão.
Art. 18. Não será permitida a instalação de atividades noturnas em prédio misto (residencial e comercial).
Art. 19. A licença para funcionamento de hotéis, pensões, hospedarias, casas de diversões, motéis e congêneres dependerá, ainda, da apresentação do atestado de conduta do(s) proprietário(s), fornecido pelo poder judiciário.
Art. 20. As oficinas que operam com a atividade de funilaria e pintura deverão ser dotadas de ambiente próprio, fechado e dotado de equipamentos antipoluentes, atendendo à política ambiental.

Art. 21. Para efeito de fiscalização, o proprietário do estabelecimento licenciado colocará a licença de localização em lugar visível e a exibirá à autoridade competente, sempre que está o exigir.
Art. 22. Sempre que o Alvará de Licença for extraviado ou danificado, fica o contribuinte obrigado a solicitar a 2ª via do mesmo.
Art. 23. Para mudança de local do estabelecimento, deverá ser solicitada, previamente, a necessária permissão do Município, que verificará se o novo endereço satisfaz às condições exigidas.
Art. 24. Quando for constatado que um estabelecimento está utilizando uma área ou atividade diferente que a contida em seu Alvará, será o mesmo notificado para recolher o valor correspondente à diferença, bem como promover sua alteração.

CAPÍTULO II
DO COMÉRCIO AMBULANTE

Art. 25. Considera-se Comércio Ambulante a atividade de venda a varejo de gêneros alimentícios e produtos artesanais, realizadas em logradouros públicos, por pessoas físicas independentes, em horários previamente determinados e em caráter rotativo.
§ 1º É proibido o exercício do comércio ambulante fora dos horários estabelecidos.
§ 2º Fica expressamente proibida a venda ambulante de quaisquer mercadorias não previstas neste capítulo.
§ 3º A venda ambulante de verduras, hortaliças e frutas será feita obrigatoriamente em veículos apropriados ou lugares pré-estabelecidos pelo órgão competente, ficando expressamente proibida a comercialização ambulante destes produtos nas feiras livres ou nas proximidades dos locais onde elas funcionam.
Art. 26. O pedido de inscrição será feito em formulário próprio, fornecido pelo Órgão competente e deverá ser instituído com os seguintes documentos:
I - Carteira de identidade e CPF;
II - Carteira de saúde, atualizada;
III - Duas fotos 3x4;
IV - Comprovante de residência (talão de água ou luz);
V - licença sanitária do local de produção, bem como do recipiente para a comercialização.
VI - Certificado de propriedade e comprovante de licença do veículo, se for o caso.
Parágrafo Único. Verificado que o requerente cumpriu as normas estabelecidas, a Secretaria competente, através do Departamento de Tributação e Fiscalização, expedirá sua credencial de autorização, a qual terá os mesmos efeitos do alvará de funcionamento.
Art. 27. Os produtos não especificados neste código deverão ser submetidos à apreciação da vigilância sanitária, que estabelecerá horário e valor da taxa correspondente ao exercício da função, caso seja deferido.
Art. 28. A autorização para o exercício do comércio ambulante é de caráter pessoal e intransferível, servindo exclusivamente para o fim nela indicado.
Art. 29. São obrigações do vendedor ambulante:
I - comercializar somente as mercadorias autorizadas, exercendo a atividade dentro do horário estipulado;
II - colocar à venda mercadorias em perfeitas condições de uso e consumo;
III - portar-se com urbanidade, tanto em relação ao público em geral, quanto aos colegas de profissão e aos fiscais, de forma a não perturbar a tranquilidade pública;
IV - transportar os bens de forma a não impedir ou dificultar o trânsito;
V - acatar ordens da fiscalização exibindo quando for o caso, a respectiva credencial;
VI - manter o alvará de autorização e a licença sanitária devidamente revalidados;
VII - usar credencial de identificação com foto, bem como manter sempre limpo o local onde está exercendo sua atividade, colocando lixeira à disposição do público, para nela serem lançados os detritos resultantes do comércio.
Art. 30. A fiscalização do comércio ambulante é de competência da Secretaria responsável pelas finanças (Fiscalização), com a colaboração dos fiscais da Secretaria de Saúde (Vigilância Sanitária), da Secretaria responsável pelo ambiental e pela Secretaria responsável pelas obras.
Art. 31. Fica expressamente proibido ao vendedor ambulante:
- comercializar fora do horário e local determinados;
- estacionar veículo para comercialização nas vias públicas e outros logradouros, fora do horário previamente determinado;
- impedir ou dificultar o trânsito nas vias e logradouros públicos;
- transitar pelo passeio conduzindo carrinhos e outros volumes grandes, que dificultem o tráfego de pedestres;
- deixar de atender às prescrições de higiene e asseio para a atividade exercida;
- colocar à venda produtos impróprios para o consumo;
- comercializar com o Alvará de Autorização vencido;
- vender bebidas alcoólicas;
- aglomerar-se com outros ambulantes;
- estacionar e comercializar em distância inferior a cinquenta metros de estabelecimentos localizados, que comercializem produtos congêneres;
- comercializar produtos não constantes da licença concedida;
- comercializar dentro das feiras livres, ou muito próximo a elas;
- transportar grandes volumes nos ônibus de transporte coletivo;
- estacionar e comercializar produtos em distância inferior a cinquenta metros dos portões de acesso de Instituições de Ensino.

Art. 32. Pela inobservância das disposições deste capítulo, aplicar-se-ão as seguintes sanções previstas neste código.
Parágrafo Único. Das sanções impostas e apreensões, o ambulante poderá recorrer conforme disposto neste Código.
Art. 33. É vedada a outorga de licença para menores de 14 anos de idade.
Art. 34. Serão isentos de pagamento de taxa do exercício de comércio ambulante:
I - os vendedores ambulantes de livros, jornais e revistas;
II - os engraxates ambulantes.

CAPÍTULO III
FEIRAS LIVRES

Art. 35. O Município de Paulo Frontin/PR autoriza o funcionamento de feiras livres, tendo como finalidade oportunizar às participantes condições que lhes possibilitem o crescimento econômico e social, através de programa (s) sociais ou demais programas que o qualifiquem, visando dar ao mercado informal a formalidade devida.
Parágrafo Único. Para efeito de entendimento do caput deste artigo, feira livre é aquela em que se dá a comercialização direta do produtor para o consumidor.
Art. 36. Para inscrever-se nesta atividade o cidadão deverá deter:
- Inscrição junto à Secretaria responsável pelos assuntos ambientais;
- Comprovante de residência;
- Fotocópia do RG e do CPF;
- Laudo sanitário, quando se referir a comercialização de alimentos;
- Laudo do projeto, quanto ao local, espaço e padrão do estabelecimento;

Parágrafo único. O laudo de que trata o inciso V deverá ser elaborado por profissional legalmente habilitado, contendo planta ou croqui do local, descrição do espaço físico, especificação das instalações e materiais utilizados, além de avaliação quanto às condições de ventilação, iluminação, acessibilidade, salubridade e segurança do estabelecimento. O documento deverá atestar a compatibilidade da estrutura com a atividade pretendida, observando as normas sanitárias, ambientais, urbanísticas e de segurança vigentes.
Art. 37. É vedado ao feirante possuir mais que um espaço para venda de seus produtos.
Art. 38. Os espaços destinados às feiras serão definidos pela Administração.
Art. 39.O horário de funcionamento será das 9 às 19 horas, podendo prorrogar-se em casos de feiras de exposição até as 22h.
Art. 40. Quando o feirante quiser realizar alteração de atividade, paralisação ou baixa, deverá seguir as normas estipuladas no Código Tributário Municipal.
Art. 41. Para o exercício de sua atividade, o feirante deverá seguir o padrão definido pela Secretaria responsável pelas obras.
Art. 42. As feiras de exposição deverão solicitar autorização previa para obter em licença, seguindo as normas instituídas neste Código e nas demais legislações pertinentes.

Seção Única
Da Limpeza

Art. 43. Os feirantes que operam nas feiras de qualquer natureza, instaladas nas vias e logradouros públicos, devem manter limpa a área de localização de suas barracas, ou outros.

§ 1º Considera-se área e localização de barraca de feirante aquela que abrange não somente o lugar ocupado, mas também o espaço externo de circulação até as áreas divisórias laterais e fronteiriças além das partes confinantes com os alinhamentos de muros das vias e logradouros públicos.
§ 2º Em caso de não instalação de barraca, a responsabilidade pela limpeza da área livre será transferida para os feirantes limítrofes.
Art. 44. Após o encerramento de feiras, os feirantes recolherão imediatamente os detritos e resíduos de qualquer natureza, eventualmente existentes nas calçadas e vias públicas, procedendo a varrição do local respectivo.
Art. 45. Os feirantes terão a obrigatoriedade de manter, individualmente, recipientes próprios para lixo, de acordo com o padrão estabelecido pela Secretaria responsável pelos assuntos ambientais.
Art. 46. Os detritos e resíduos acumulados nos recipientes deverão ser acondicionados em sacos plásticos, para posterior recolhimento pelo Município, através do setor responsável pela coleta de lixo.
Art. 47. O feirante que for multado por duas vezes e vier a infringir novamente os dispositivos desta Lei, ficará sujeito as seguintes penalidades: I - suspensão da atividade por 15 dias; II - cancelamento do alvará.

CAPÍTULO IV
DA CONCESSÃO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA COMÉRCIO

Art. 48. As atividades exercidas nas vias e logradouros públicos fixos, descaracterizam o comércio nomeado de ambulante, pois estes se fixam em determinado local para o exercício de sua atividade, tratando-se assim, de uma concessão permissionária.
Art. 49. Para que o cidadão se utilize do espaço público para o exercício de sua função, deverá submeter-se a processo licitatório.
Art. 50. A licitação acima citada compreenderá os seguintes requisitos:
I - cumprimento ao princípio de isonomia;
II - opção de ramo de atividade;
III - adoção de estabelecimento padrão projetado pelo departamento de obras do
Executivo;
IV - cumprimento de todos os itens estabelecidos nesta lei, bem como do respectivo edital;
Art. 51. A concorrência licitatória deverá ser amplamente divulgada no veículo de publicação oficial do Município.
Art. 52. É vedado ao optante:
I - habilitar-se a mais de um espaço, independentemente da atividade exercida;
II - vender, locar ou transferir o espaço concedido;
III - utilizar-se de qualquer meio ilícito, no exercício da atividade.

CAPÍTULO V
DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO E DA AUTORIZAÇÃO ESPECIAL

Art. 53. A abertura e fechamento dos estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviços e das repartições públicas do Município obedecerão ao seguinte horário, observados os preceitos da legislação Federal que regula o contrato de duração e as condições de trabalho:
- estabelecimentos comerciais: de segunda a sábado: das 8 horas às 18 horas, e domingos das 8:00 as 12:00h;
- estabelecimentos industriais: para indústrias estabelecidas em zonas permitidas, ou seja, zonas industriais, o horário é livre;
- prestadores de serviços: de segunda a sábado das 6 horas às 18 horas;
- estabelecimentos com atividades noturnas: de segunda a domingo das 22 horas às 6 horas;
- atividades de bares: de segunda a domingo das 8 horas às 00 horas;
- atividades essenciais: funcionamento 24 horas.

Art. 54. Por motivo de conveniência pública, o Município poderá expedir autorização especial para antecipação ou prorrogação do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviço, a título precário e por prazo determinado, mediante prévia solicitação.
Art. 55. Serão considerados horários normais de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços as vésperas de datas festivas ou promocionais, até às 22 horas, se durante a semana e até às 18 horas, se aos sábados.
Parágrafo Único. Também será considerado horário normal o funcionamento das atividades comerciais e de prestação de serviços, durante o mês de dezembro, de segunda à sexta-feira, até às 22 horas e aos sábados até às 18 horas.
Art. 56. Não se incluem nas disposições tratadas neste capítulo as atividades que funcionarem no interior dos clubes recreativos, associações de classes, terminal rodoviário, e postos de gasolina localizados às margens de rodovias.

TÍTULO III
DA POLÍCIA ADMINISTRATIVA DE COSTUMES, SEGURANÇA, ORDEM, MORALIDADE E DO SOSSEGO PÚBLICO
CAPÍTULO I
DA MORALIDADE E DO SOSSEGO PÚBLICO

Art. 57. Serão expressamente proibidos, passiveis de multa conforme o grau estabelecido, bem como o fechamento do estabelecimento:
I - desordem, algazarra, barulho que venham a causar perturbação ao sossego público;
II - a exposição de gravuras, livros, revistas, jornais pornográficos ou obscenos.
III - banhos nos rios, córregos ou lagoas do Município, em trajes obscenos ou não apropriados.
IV - perturbar o sossego público com ruídos ou sons excessivos, de qualquer gênero ou espécie que aufira a potência maior que a permitida nesta lei.

CAPÍTULO II
DOS DIVERTIMENTOS PÚBLICOS

Art. 58. Divertimentos Públicos, para efeitos deste Código, são os que se realizarem com grande concentração de público, em locais abertos, de livre acesso ao público, ou em recintos fechados.
Art. 59. Equipara-se ao divertimento público a execução de música ao vivo em estabelecimentos comerciais ou prestadores de serviços.
Art. 60. Nenhum divertimento público poderá ser realizado sem licença do Município.
§ 1º O requerimento de licença, para funcionamento de qualquer casa de diversão, deverá seguir o disposto neste Código.
§ 2º Excetua-se das disposições deste artigo as reuniões de qualquer natureza, sem convites ou entradas pagas e as realizadas em residências particulares, esporadicamente.
Art. 61. O Município poderá negar licença aos empresários de programas, “shows” artísticos, reuniões dançantes, festividades comemorativas, bingos e correlatos que não comprovem, prévia e efetivamente, segurança aos assistentes, idoneidade moral e capacidade financeira para responderem por eventuais prejuízos causados aos espectadores, aos bens públicos ou particulares, em decorrência de culpa ou dolo.
Parágrafo Único. Ao conceder a autorização, o Município estabelecerá as condições que julgar convenientes para garantir, também, a ordem, a moralidade e o sossego de seus frequentadores e vizinhança.
Art. 62. Nenhum estabelecimento comercial ou de diversões noturnas poderá funcionar sem o Alvará de Licença de localização para execução de música ao vivo e mecânica.
Art. 63. Para a execução de música ao vivo e mecânica em estabelecimentos comerciais ou de diversões noturnas, é necessária uma total adequação acústica do prédio onde as mesmas se situem, o que deverá ser comprovado com a apresentação de laudo expedido pela Engenharia, próprios para a atividade.
Art. 64. fica proibida a abertura e o funcionamento de casa de diversões a menos de cem metros lineares de templo religioso de qualquer culto, exceto em casos em que o estabelecimento já esteja licenciado anteriormente à construção do templo.
Art. 65. A armação de circos ou parque de diversão só poderá ser permitida em locais previamente aprovados pelo Município.
§ 1º A autorização de funcionamento dos estabelecimentos de que trata este artigo não será por prazo superior a 30 (trinta) dias, podendo ser renovada.
§ 2º Ao conceder a autorização, poderá o Município estabelecer as restrições que julgar convenientes, no sentido de assegurar a segurança, a ordem, a moralidade dos divertimentos e o sossego da vizinhança.
§ 3º A seu juízo, poderá o Município não renovar a autorização de funcionamento de um circo ou parque de diversão, ou obrigá-los a novas restrições, ao conceder-lhes a renovação solicitada.

§ 4º Os circos e parques de diversões, embora autorizados, só poderão ser franqueados ao público depois de vistoriados em todas as suas instalações pelas autoridades competentes, bem como pela concessionária de energia elétrica.

Art. 66. Na localização de estabelecimento de diversões noturnas, o Município terá sempre em vista o decoro, o sossego e a segurança pública.

Art. 67. É expressamente proibido, durante quaisquer festejos, atirar substâncias ou objetos de qualquer natureza que possam molestar transeuntes e moradores, ou agredir o patrimônio público ou privado.

TÍTULO IV

DA HIGIENE PUBLICA

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 68. É dever do Município zelar pela higiene pública em todo o território, de acordo com as disposições deste Código e as normas estabelecidas pelo Estado e pela União.

Art. 69. A fiscalização das condições de higiene objetiva proteger a saúde da comunidade e compreende, basicamente:

- higiene dos logradouros públicos;
- higiene das habitações;
- higiene da alimentação;
- higiene dos estabelecimentos;
- controle da poluição do meio ambiente;
- controle da poluição das águas;
- controle do lixo;
- limpeza e desobstrução dos cursos de água e das valas;
- higiene e limpeza de terrenos baldios;
- proibição do acúmulo de lixo, mesmo que este seja destinado a lixo reciclável, em zona urbana.

Art. 70. Em cada inspeção em que for verificada irregularidade, o agente fiscal emitirá auto de infração, determinando as providências para o bem da higiene pública.

Parágrafo Único. Os órgãos competentes do Município tomarão as providências cabíveis no caso, quando o mesmo for da alçada do Governo Municipal, ou remeterão cópia do relatório às Autoridades Federais ou Estaduais competentes, quando as providências couberem a essas esferas de Governo.

CAPÍTULO II

DA HIGIENE DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 71. Para preservar a estética, a higiene e a salubridade dos logradouros públicos, é proibido:

I – manter terrenos com vegetação indevida, lixo ou água estagnada;

II – permitir o escoamento de águas servidas das residências ou estabelecimentos para as ruas, sarjetas ou galerias de águas pluviais;

III – conduzir, sem as precauções devidas, quaisquer materiais ou produtos que possam comprometer a limpeza e segurança dos logradouros;

IV – queimar, mesmo nos quintais, lixo ou quaisquer detritos em quantidade capaz de produzir fumaça, odor ou molestar a vizinhança;

V – aterrar logradouros, quintais ou terrenos com lixo, entulhos, materiais velhos ou quaisquer detritos;

VI – varrer lixo do interior de imóveis ou veículos para os logradouros públicos;

VII – lavar veículos ou roupas nos logradouros públicos ou em tanques e fontes de uso comum;

VIII – conduzir pessoas com doenças infectocontagiosas sem as devidas precauções, exceto para fins de tratamento ou internação;

IX – lançar ou abandonar nas vias públicas animais mortos, lixo, entulhos, papéis ou detritos de qualquer natureza;

X – instalar vasos, floreiras ou objetos em janelas, sacadas, balaústres ou similares, quando houver risco de queda sobre os transeuntes;

XI – reformar, pintar ou consertar veículos nos logradouros públicos;

XII – derramar óleo, graxa, cal ou outros elementos que comprometam a higiene e a estética urbana;

XIII – depositar ou descartar nos logradouros públicos entulhos provenientes de construções ou demolições sem as devidas contenções;

XIV – retirar materiais ou entulhos de obras sem uso de instrumentos ou proteções que impeçam sua queda nas vias públicas.

Art. 72. A limpeza do passeio e sarjetas fronteiras às residências ou estabelecimentos serão da responsabilidade de seus proprietários, e/ou possuidor.

Art. 73. A ninguém é licito, sob qualquer pretexto, impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pelos canos, valas, sarjetas ou canais dos logradouros públicos, danificando ou destruindo tais servidões.

Art. 74. É proibido lançar nas vias públicas, nos terrenos sem edificação, várzeas, valas, bueiros e sarjetas, lixo de qualquer origem, entulhos, cadáveres de animais, fragmentos pontiagudos ou qualquer material que possa ocasionar incômodo à população ou prejudicar a estética da cidade, bem como queimar, dentro do perímetro urbano, qualquer substância que possa causar prejuízo à qualidade do ar.

Art. 75. É expressamente proibida a instalação, dentro do perímetro urbano da cidade, de indústria que pela natureza dos produtos, pelas matérias-primas utilizadas, pelos combustíveis empregados, ou por qualquer outro motivo, possam prejudicar a saúde pública, devendo as empresas já existente se readequarem.

CAPÍTULO III

DA HIGIENE DAS HABITAÇÕES

Art. 76. As habitações e os estabelecimentos em geral deverão obedecer às normas previstas na legislação específica e as estabelecidas neste Código;

Art. 77. O morador é responsável, perante as Autoridades Fiscais, pela manutenção da habitação em perfeitas condições de higiene.

Art. 78. O Município poderá declarar insalubre toda construção ou habitação que não reúna as condições de higiene indispensáveis, podendo ordenar sua interdição ou demolição.

Art. 79. Os proprietários ou moradores são obrigados a conservar em perfeito estado de higiene e manutenção o passeio em frente à sua casa, seus jardins, quintais, pátios, prédios e terrenos.

§ 1º Os responsáveis por casas e terrenos, onde forem encontrados focos ou viveiros de insetos ou de animais nocivos à saúde pública, ficam obrigados à execução das medidas que forem determinadas para a sua extinção.

§ 2º Os proprietários de terrenos pantanosos são abrigados a drená-los.

§ 3º Ao serem autuados pelo agente fiscal, seja direto ou indiretamente, o contribuinte terá o prazo de 30 (trinta) dias para executar obras ou serviços necessários;

§ 4º Os proprietários que não atenderem à autuação ficarão sujeitos, além da multa correspondente, ao pagamento do custo dos serviços feitos pelo Município ou por terceiros por ele contratados, acrescido de 20% (vinte por cento), a título de administração.

§ 5º Vencidos 05 (cinco) dias do término das obras ou serviços e não comparecendo o proprietário ou seu representante, o débito será lançado em dívida ativa para imediata cobrança administrativa ou judicial cumulada de juros e correção monetária.

§ 6º Quando o pagamento for parcelado, as prestações serão corrigidas monetariamente.

Art. 80. As chaminés de qualquer espécie de fogões de casas particulares terão altura suficiente para que a fumaça, fuligem ou outros resíduos que possam expedir não incomodem os vizinhos**.**

Parágrafo único. Esta exigência é extensiva às chaminés de estabelecimentos comerciais e industriais, observadas as legislações específicas.

CAPÍTULO IV

DA HIGIENE DA ALIMENTAÇÃO

Art. 81. O Município exercerá, em colaboração com as Autoridades Sanitárias Estaduais ou Federais severa fiscalização sobre a produção, o comércio e o consumo de gêneros alimentícios em geral.

Parágrafo Único. Para efeitos deste Código, consideram-se gêneros alimentícios todas as substâncias, sólidas ou líquidas, destinadas a serem ingeridas pelo homem, excetuados os medicamentos.

Art. 82. Não será permitida, sem a inspeção do órgão sanitário competente do Município, a produção, exposição ou venda de gêneros alimentícios deteriorados, falsificados, adulterados ou nocivos à saúde, os quais serão apreendidos e removidos para local destinado à sua inutilização.

§ 1º A inutilização dos gêneros não eximirá a fábrica ou estabelecimento comercial do pagamento das multas e demais penalidades que possam sofrer, em virtude da infração.

§ 2º A reincidência na prática das infrações previstas neste artigo determinará a cassação da licença para funcionamento da fábrica ou estabelecimento comercial.

Art. 83. As fábricas de doces e de massas, as refinarias, padarias, confeitarias e os estabelecimentos congêneres deverão ser submetidos à legislação específica**.**

CAPÍTULO V
DA HIGIENE DOS ESTABELECIMENTOS
Art. 84. Os hotéis, restaurantes, bares, cafés, botequins e estabelecimentos congêneres deverão manter seus instrumentos de trabalho devidamente higienizados e seus empregados ou garçons convenientemente trajados, de preferência uniformizados.
Art. 85. Nos salões de barbeiro e cabeleireiros é obrigatório o uso de toalhas e golas individuais e esterilizar suas ferramentas e utensílios de trabalho.
Parágrafo Único. Os oficiais ou empregados usarão durante o trabalho vestimentas apropriadas, rigorosamente limpas.
Art. 86. Os Hospitais, Casas de Saúde e Maternidade, e demais atividades não previstas neste código, obedecerão a normas da legislação específica.
Art. 87. As cocheiras, pocilgas e estábulos existentes no Município deverão, além da observância de outras disposições deste Código, que lhes forem aplicáveis, atender às seguintes:
I - possuir muros divisórios, separando-as dos terrenos limítrofes;
II - conservar a distância mínima de cinco metros entre a construção e a divisa dos lotes;
III - alvenaria e coberta;
IV - possuir depósitos para forragem, isolado da parte destinada aos animais;
V - manter completa separação entre os possíveis compartimentos para empregados e a parte destinada aos animais;
VI - obedecer a um recuo de, pelo menos, vinte metros do alinhamento da rua ou da estrada.
TÍTULO V
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE GESTÃO AMBIENTAL

CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS
Art. 88. A Política Municipal de Gestão Ambiental tem como objetivo, respeitadas as competências da União e do Estado, manter o Meio Ambiente equilibrado, buscando o desenvolvimento sustentável e fornecer diretrizes ao Poder Público e à coletividade para a defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade ambiental, cabendo a todos o direito de exigir a adoção de medidas, nesse sentido.
Art. 89. Para o estabelecimento da Política Municipal de Gestão Ambiental serão observados os seguintes princípios fundamentais:
- a prevalência do interesse público;
- a melhoria contínua da qualidade ambiental;
- combate à miséria e seus efeitos, que prejudicam não apenas a qualidade de vida, mas também a qualidade ambiental da cidade e de seus recursos naturais;
- a multidisciplinaridade no trato das questões ambientais;
- a participação efetiva da sociedade nos processos de decisão e na defesa do meio ambiente;
- a integração com as políticas de meio ambiente nas esferas de competência da
União, do Estado e dos demais municípios e com as demais ações do governo;
- o uso racional dos recursos naturais;
- a mitigação e minimização dos impactos ambientais;
- a educação ambiental como mobilizadora da sociedade;
- o incentivo à pesquisa científica e tecnológica direcionada para o uso, proteção, monitoramento e recuperação dos recursos ambientais e dos níveis adequados de salubridade ambiental;
- o estímulo à produção responsável;
- a recuperação do dano ambiental;
- o uso de recursos financeiros administrados pelo Município, que se fará segundo critérios de melhoria da saúde pública e do meio ambiente;
- o disciplinamento do uso e exploração dos recursos hídricos;
- a universalização dos serviços de saneamento ambiental;
Art. 90. Para efeito desta lei deve-se respeitar o estabelecido no Código Florestal Brasileiro e alterações, as Áreas de Preservação Permanente devem ser respeitadas e ter suas vegetações mantidas.
CAPÍTULO II
DA COMPETÊNCIA
Art. 91. Ao Executivo Municipal, no exercício de sua competência constitucional, cabe mobilizar e coordenar ações, recursos humanos, financeiros, materiais técnicos e científicos e a participação da população na execução dos objetivos e interesses estabelecidos nesta Lei, devendo para tanto:
- planejar, desenvolver estudos e ações visando à promoção, conservação, preservação, recuperação, vigilância e melhoria da qualidade e da salubridade ambientais;
- definir e controlar a ocupação e uso dos espaços territoriais, de acordo com suas limitações e condicionantes ambientais;
- elaborar e implementar programas, planos e projetos de saneamento básico e de conservação e proteção ao meio ambiente;
IV- regulamentar e fiscalizar os serviços de saneamento ambiental prestados diretamente pelo Município ou através de concessões;
- planejar, projetar, executar, operar e manter os serviços de abastecimento de água para quaisquer finalidades, esgotamento sanitário, drenagem de águas e coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos domiciliares;
- elaborar e coordenar a implementação de programas de educação ambiental;
- editar normas e padrões de controle ambiental e de saneamento básico, buscando compatibilizar qualidade e salubridade ambientais e desenvolvimento econômico;
- exercer o controle da poluição ambiental nas suas diferentes formas;
- definir áreas prioritárias de ação governamental, visando a melhoria da qualidade e salubridade ambientais;
- identificar, criar e administrar unidades de conservação e outras áreas de interesse para a proteção de mananciais, ecossistemas naturais, flora e fauna, recursos genéticos, do patrimônio cultural e áreas de interesse turístico;
- estabelecer diretrizes específicas para a proteção de recursos hídricos, através de planos de uso e ocupação de áreas de drenagem de bacias e sub-bacias hidrográficas;
- estabelecer formas de cooperação com outros Municípios do Estado ou demais entidades do governo para o planejamento, execução e operação de ações em saneamento ambiental de interesse comum a essas esferas.

CAPÍTULO III
DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE GESTÃO
AMBIENTAL

Art. 92. São instrumentos da Política Municipal de Gestão Ambiental:
I - as normas, padrões, critérios e parâmetros de qualidade ambiental estabelecidos por Legislação Estadual e Federal;
II - o zoneamento ambiental;
III - o Plano Diretor, as Leis de Parcelamento; Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo e demais instrumentos de controle do desenvolvimento urbano;
IV - a setorização dos sistemas de abastecimento de água;
V - o licenciamento ambiental renovável, o controle e a adequação de atividades efetiva ou potencialmente degradadoras ou poluidoras;
VI - a fiscalização de quaisquer atividades de uso e exploração, inclusive comercial, dos recursos hídricos;
VII - as fiscalizações ambiental e sanitária e as penalidades administrativas;
VIII - a avaliação de impactos ambientais e as análises de riscos;
IX - os programas e projetos de controle de impacto ambiental realizados pelo Poder Público, em parceria com a iniciativa privada e/ou sociedade civil organizada;
X - os incentivos à criação ou absorção e desenvolvimento de novas tecnologias voltadas à melhoria da qualidade ambiental;
XI - a criação de unidades de conservação;
XII - a educação ambiental.

CAPÍTULO IV
DAS ÁREAS DE INTERESSE AMBIENTAL

Seção I
Das Unidades De Conservação
Art. 93. O Poder Público poderá instituir, implantar e administrar Unidades de Conservação.

§ 1º Unidade de Conservação é o espaço territorial e seus componentes que contenham características naturais relevantes, com o objetivo de conservação ambiental, subordinada a um regime especial de administração e restrição de uso dentro de seu limite definido, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção dos seus recursos naturais e paisagísticos.
§ 2º As Unidades de Conservação serão criadas por Decreto que deverão explicitar a delimitação, os critérios para a determinação da Unidade de Conservação, as características ambientais e de apropriação dos recursos naturais;
§ 3º As Unidades de Conservação deverão dispor de um Plano de Manejo onde se definirá o zoneamento de acordo com as características naturais e o objetivo do manejo da unidade que se cria, com revisão no prazo máximo de 05 (cinco) anos.

Seção II
Vegetação Urbana

Art. 94. Por arborização urbana entende-se qualquer tipo de árvore, de porte adulto ou em formação, existente em logradouros públicos ou em propriedades privadas.
§ 1º Para os efeitos dessa lei, entende-se por árvore, todo espécime representante do reino vegetal que possua sistema radicular, tronco, estipe ou caule lenhoso e sistema foliar, independente do seu diâmetro, altura ou idade.
§ 2º É vedado, sem a devida autorização, o corte, derrubada ou a prática de qualquer ação que possa provocar danos, alteração do desenvolvimento natural ou morte de árvore em bem público ou em terreno particular.
Art. 95. A fiscalização da arborização urbana será exercida pela Secretaria competente, respeitada a competência dos órgãos federais e estaduais, com os quais firmará convênio para atendimento desta finalidade.
Art. 96. A vistoria para autorização do corte de árvores será feita por fiscal.
Art. 97. A autorização para corte de árvores deverá ser feita mediante o preenchimento de um requerimento modelo, a ser fornecido pelo Executivo, onde deverá conter, no mínimo as seguintes informações:
- nome, endereço e número de documento de identidade do proprietário do
imóvel;
- nome, endereço e número do documento de identidade do solicitante;
- endereço completo do imóvel;
– "croqui" de localização;
- número de árvores ou área a ser desmatada;
- motivo do corte;
- assinatura do proprietário do imóvel e do solicitante.

Art. 98. A autorização de corte, expedida pelo executivo deverá conter os seguintes elementos:
- nome do proprietário;
- endereço do imóvel;
- número da matrícula do imóvel;
- especificações das árvores cujo corte é autorizado;
- número e espécie de árvores para a correspondente reposição.

Art. 99. É expressamente proibido podar, cortar, derrubar, remover ou sacrificar as árvores da arborização pública, sendo estes serviços de atribuição específica da Administração Municipal.
Parágrafo Único. A proibição contida neste Artigo é extensiva às concessionárias de serviços públicos ou de utilidade pública, ressalvados os casos de autorização específica do Executivo Municipal e em cada caso a autorização deverá ser requerida à Secretaria responsável pelos assuntos ambientais, com antecedência mínima de 48 horas antes da poda, corte ou derrubada.
Art. 100. O manejo da vegetação de porte arbóreo das áreas públicas será gerenciado pela Secretaria competente.
§ 1º A poda ou remoção da vegetação de porte arbóreo de que trata o "caput" deste artigo será permitida de forma a garantir a sanidade vegetal, a segurança da população e o interesse público, de acordo com orientação técnica.
§ 2º. A remoção ou poda de árvores em áreas públicas será realizada pelo setor competente ou, sob sua orientação e acompanhamento técnico por:
- empresas concessionárias de serviços públicos ou autarquias, desde que autorizadas pelo Órgão Municipal;
- corpo de bombeiros, nos casos de emergência, em que haja risco iminente à vida ou ao patrimônio público ou privado;
- particulares treinados e cadastrados pelo órgão competente, ou seja, , desde que autorizados pelo Órgão Municipal.

§ 3º A vegetação de porte arbóreo removida deverá ser reposta em área pública adequada, o mais próximo possível do local removido e respeitando as características da vegetação arbórea, no menor prazo possível.
Art. 101. Qualquer árvore ou planta poderá ser considerada imune de corte por motivo de originalidade, idade, localização, beleza, interesse histórico ou condição de porta sementes, mesmo estando em terreno particular, observadas as disposições do Código Florestal.
Art. 102. Não será permitida a utilização das árvores da arborização pública para colocar cartazes ou anúncios ou fixar cabos e fios, nem para suporte ou apoio em instalações de qualquer natureza ou finalidade.
Art. 103. A implantação, manutenção, reforma e supressão de canteiros, praças e jardins em espaços públicos será gerenciada e realizada pelo setor competente pelo Meio Ambiente.
Art. 104. As árvores situadas nos passeios públicos deverão ser erradicadas, na forma desta Lei, quando sua condição geral indicar estado irrecuperável ou colocar em risco o patrimônio do munícipe.

Seção III
Arborização em Loteamentos

Art. 105. É obrigatória a implantação de arborização em todas as vias internas dos loteamentos localizados na zona urbana de Paulo Frontin.
Art. 106. A Secretaria competente somente aprovará as plantas de loteamentos, se houver na mesma obrigatoriedade de implantação de arborização, ficando sob a exclusiva responsabilidade das companhias loteadoras e incorporadoras a aquisição das árvores e o seu plantio, de acordo com a legislação específica.

Seção IV
Dos Fundos de Vale e Áreas de Preservação Permanente

Art. 107. São considerados de interesse ambiental os fundos de vale e as demais Áreas de Preservação Permanente definidas no Código Florestal Brasileiro e alterações, particularmente aqueles sujeitos à inundação, erosão ou que possam acarretar transtornos à coletividade e prejuízos ambientais em virtude de uso inadequado.
Art. 108. As áreas ainda não urbanizadas e adjacentes aos cursos d'água, bem como nos fundos de vale, deverá ser transformadas, na medida do possível, em extensas áreas verdes equipadas para a prática do lazer e recreação, mediante as seguintes providências:
- recuperar, gradativamente, os recursos hídricos existentes na área do Município e, mediante convênio, estender tais medidas aos municípios vizinhos;
- restaurar e preservar a flora e a fauna, já ameaçadas de extinção;
- preservar áreas para finalidades específicas, tais como: parques, praças e hortos florestais.

Art. 109. O município deve delimitar e monitorar as Áreas de Preservação Permanente para que sejam respeitadas e tenham suas vegetações mantidas, conforme estabelecido no Código Florestal Brasileiro e alterações.
§ 1° Nas áreas que constituem as Áreas de Preservação Permanente não é permitido nenhum tipo de edificação, seja particular ou pública, são áreas destinadas a cumprir funções ambientais, com o intuito maior de preservação ecológica.
§ 2° No caso das Áreas de Preservação Permanente que contemplem parques, podem ser destinadas ao uso de lazer e qualidade de vida da população, desde que se preserve suas vegetações nativas e a permeabilidade do solo.
Art. 110. As obras de retificação e/ou canalização que impliquem alteração do leito natural de rios e córregos no Município de Paulo Frontin/PR somente poderão ser realizadas mediante prévia autorização do órgão ambiental competente, devendo adotar soluções que preservem o ecossistema natural e evitem o assoreamento e processos erosivos.
Parágrafo único. No caso de cursos d'água que já estejam canalizados ou já tenham sido retificados, deve-se respeitar as faixas de preservação permanente conforme estabelecido no Código Florestal Brasileiro.

CAPÍTULO V
DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 111. A Educação Ambiental é considerada um instrumento indispensável para a implementação dos objetivos da Política Municipal de Gestão Ambiental estabelecidos na presente Lei, devendo permear todas as ações do Executivo Municipal.
Art. 112. O setor competente pelo Meio Ambiente e Desenvolvimento Florestal criará condições para garantir a implantação de programas de Educação Ambiental, assegurando o caráter interinstitucional e multidisciplinar das ações envolvidas.
Art. 113. A Educação Ambiental será promovida para toda a comunidade e em especial:
- na Rede Municipal de Ensino, em todas as áreas de conhecimento e no decorrer de todo o processo educativo, em conformidade com os currículos e programas elaborados pelos órgãos competentes do Executivo Municipal;
- para outros segmentos da sociedade, em especial àqueles que possam atuar como agentes multiplicadores;
- junto às entidades e associações ambientalistas;
- junto aos moradores da Área de Proteção de Mananciais.

CAPÍTULO VI
DA PREVENÇÃO E DO CONTROLE AMBIENTAL

Art. 114. A prevenção e o controle da poluição ambiental devem ser exercidos de acordo com a seguinte ordem de gerenciamento:
I - a poluição deve ser prevenida na sua fonte;
II - a poluição que não puder ser prevenida, deve ser reciclada de forma ambientalmente segura;
III - a poluição que não puder ser prevenida ou reciclada, deve ser tratada de forma ambientalmente segura.
Art. 115. Considera-se poluição a degradação da qualidade ambiental, resultante de atividades que, direta ou indiretamente:
I - prejudiquem a saúde, ou coloquem em risco a segurança e o bem estar da população;
II - criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;
III - afetem desfavoravelmente a biota;
IV - afetem as condições sanitárias ou estéticas do meio ambiente;
V - lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos legalmente.
Art. 116. Ficam sob o controle da Secretaria competente as atividades industriais, comerciais, de prestação de serviços e institucionais que lancem ou possam lançar poluentes no meio ambiente, atingindo a questão ambiental.
Art. 117. Considera-se poluente toda e qualquer forma de matéria ou energia emitida ou liberada no ar, no solo, nas águas, ou que neles possam vir a ser lançadas:
- em desacordo com os padrões de emissão estabelecidos;
- com intensidade, em quantidades, de concentração ou ainda com características que, direta ou indiretamente possam prejudicar os padrões de qualidade do Meio Ambiente;
- por fontes de poluição com características de localização e utilização em desacordo com as normas estabelecidas;
- que, independentemente de estarem enquadradas nos incisos anteriores, tornam, ou possam tornar as águas, o ar ou o solo:
impróprios, nocivos ou ofensivos à saúde;
inconvenientes, inoportunos ou incômodos ao bem estar público;
danosos aos materiais, à fauna e a flora;
prejudiciais ao uso, gozo e segurança da propriedade, bem como ao funcionamento normal das atividades da coletividade.

Art. 118. Os responsáveis pelas atividades efetiva ou potencialmente poluidoras ficam obrigados a submeter à Secretaria competente, quando solicitado:
- plano completo de desenvolvimento de sua atividade e dos sistemas de tratamento existentes, do lançamento de resíduos em qualquer estado da matéria, ou ainda, de emissões de ruídos, vibrações, ou outras formas de energia, ou substâncias odoríferas;
- plano de automonitoramento de todas as suas fontes;
- estudos para análise e avaliação de riscos e sistema de comunicação de acidentes ambientais ao público e à Administração Pública;
- comprovação da quantidade e qualidade dos poluentes emitidos, em todas as fases de produção, através de realização de amostragens e análises, utilizando-se de métodos aprovados pelo referido Órgão.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto neste artigo, poderão estabelecer- se exigências tais como: apresentação de plantas, projetos, fluxogramas, itinerários, memoriais e informações, projetos e sistemas de controle de poluição, consumo de águas e informações sobre sua fonte de abastecimento.

Art. 119. Os responsáveis pelas fontes de poluição ficam obrigados, quando determinado pela Secretaria competente, a cumprir as seguintes exigências:
I - instalar e operar equipamentos automáticos de medição, com registradores e aparelhos fixos de medição de vazão para monitoramento da quantidade e qualidade dos poluentes emitidos, cabendo ao Órgão competente do Executivo Municipal, à vista dos respectivos registros, fiscalizar seu funcionamento;
II - instalar tantos medidores quantas forem as saídas existentes, quando houver mais de uma saída de efluentes ou emissões;
III - prover os sistemas de controle da poluição, de instrumentos que permitam a avaliação de sua eficiência, que deverão ser instalados em locais de fácil acesso, para fins de fiscalização;
IV - facilitar o acesso e proporcionar as condições locais necessárias à realização, pela Secretaria competente, de coletas de amostras, avaliação de equipamentos ou sistemas de controle e demais atividades necessárias ao cumprimento de suas atribuições legais;
V - implantar sistemas ou equipamentos de controle de poluição, conforme cronograma aprovado;
VI - manter e operar adequadamente os sistemas ou equipamentos de controle da poluição implantados.
Art. 120. A Secretaria competente deverá exigir que os responsáveis pelas fontes de poluição do meio ambiente adotem medidas de segurança para evitar riscos e a efetiva poluição ou degradação das águas, do ar, do solo ou subsolo.
Art. 121. A Secretaria competente poderá exigir o fornecimento de condições para manutenção e monitoramento de equipamentos, tubulações, dutos e tanques, subterrâneos ou não.
Art. 122. No caso de inexistência dos padrões legais estabelecidos, os responsáveis pelas fontes de poluição deverão adotar sistemas de controle baseados na melhor tecnologia disponível e medidas tecnicamente adequadas, especificando a redução almejada para a emissão, desde que aceitas pela Secretaria competente.
Art. 123. Em qualquer caso de derramamento, vazamento ou lançamento, acidental ou não, de material perigoso, por fontes estacionárias ou móveis, deverá ser comunicado imediatamente à Secretaria competente, sob pena de agravamento caso e antes que se constate ocorrência de infração a qualquer dispositivo deste Código.
Art. 124. O fabricante, transportador ou destinatário do material, produto ou substância derramada deverá, quando solicitado, fornecer todas as informações relativas aos mesmos, incluindo sua composição, periculosidade, procedimentos de neutralização, recolhimento e disposição do material perigoso, efeitos sobre a saúde humana, antídotos e outras que se façam necessárias.

CAPÍTULO VII
DO SANEAMENTO AMBIENTAL
Seção I
Poluição do Ar

Art. 125. Poluente do ar é qualquer forma de energia ou substância, em qualquer estado físico que, direta ou indiretamente seja lançada ou esteja dispersa na atmosfera, alterando sua composição natural e que seja efetiva ou potencialmente danosa ao meio ambiente.
Art. 126. Cabe à Secretaria competente, no âmbito de sua competência municipal e em cooperação com os órgãos estaduais e federais de controle ambiental, fiscalizar e controlar a operação dos empreendimentos que possam comprometer a qualidade do ar.
Parágrafo único. O responsável pela fonte potencial de poluição atmosférica deverá adotar sistemas de controle ou tratamento compatíveis com as determinações do órgão estadual de controle ambiental.
Art. 127. A Secretaria competente, em articulação com os órgãos ambientais estaduais e federais, poderá delimitar áreas críticas de poluição atmosférica no Município e determinar a realização de programas de controle nas situações de agravamento da qualidade do ar.
Parágrafo único. Durante situação de agravamento da qualidade do ar, as fontes fixas ou móveis de poluição no município ficarão sujeitas às restrições emergenciais impostas pelos órgãos competentes.

Seção II
Poluição Sonora

Art. 128. É vedado perturbar o bem estar e o sossego público ou de vizinhanças com ruídos, barulhos, sons excessivos ou incômodos de qualquer natureza, produzidos por qualquer forma e que ultrapassem os níveis máximos de intensidade fixados na legislação pertinente.

Art. 129. Para fins de aplicação deste Código, considera-se:
- PERÍODO DIURNO (PD) – o tempo compreendido entre 07 horas e 22 horas do mesmo dia, exceto aos domingos e feriados constantes do calendário oficial do município, quando este período será entre 08 horas e 22 horas;
- PERÍODO NOTURNO (PN). o horário complementar ao período diurno, sendo o tempo compreendido entre 22 horas de um dia e 07 horas do dia seguinte, respeitando-se a ressalva de domingos e feriados;
– SOM: fenômeno físico capaz de produzir a sensação auditiva no homem;
– RUÍDO: todo som que gera ou possa gerar incômodo;
- RUÍDO DE FUNDO – todo e qualquer ruído proveniente de uma ou mais fontes sonoras, que esteja sendo captado durante o período de medições e que não seja proveniente da fonte objeto das medições;
- DECIBEL (dB) – escala de indicação de nível de pressão sonora;
- dB (A) . escala de indicação de nível de pressão sonora relativa à curva de ponderação "A";
- dB (L) . escala de indicação de nível de pressão sonora relativa à curva de ponderação linear;
- POLUIÇÃO SONORA – qualquer alteração adversa das características do meio ambiente causada por som ou ruído que direta ou indiretamente, seja nociva à saúde, à segurança ou ao bem-estar da coletividade e/ou transgrida as disposições fixadas neste Código.
Art. 130. A emissão de sons e ruídos em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais, religiosas ou recreativas e outros, no Município, obedecerá aos padrões, critérios e diretrizes estabelecidos por este Código, sem prejuízo da legislação Federal e Estadual aplicáveis.
Art. 131. As atividades deverão obedecer aos níveis máximos de sons e ruídos preconizados pela ABNT NBR 10151 e atualizações ou a que venha a substituir de acordo com os períodos e as zonas em que se divide o Município.
Art. 132. O procedimento de medição dos níveis de pressão sonora será executado por profissionais habilitados, com a utilização de medidores de níveis de pressão sonora de Tipo 1, seguindo o estabelecido na ABNT NBR 10151 ou das que as sucederem.
Art. 133. O uso de explosivos em desmontes de rochas e obras em geral, deverá obedecer aos critérios na ABNT NBR 9653:2018 e ABNT NBR 15928 ou das que as sucederem.
Art. 134. Deverão dispor de proteção, instalação e meios adequados ao isolamento acústico, de modo que não permitam a propagação de sons e ruídos para o exterior, acima do permitido, devendo esta restrição constar no alvará de licença do
Estabelecimento, a saber:
- os Estabelecimentos recreativos, culturais, educacionais, filantrópicos, religiosos, industriais, comerciais ou de prestação de serviços, geradores de sons e ruídos;
- estabelecimentos com a atividade de música ao vivo e/ou mecânica;
- todo e qualquer local que faça instalação de máquinas ou equipamentos;
- locais tais como canis, granjas, clínicas veterinárias e congêneres, onde haja atividade econômica.
Art. 135. Nos Estabelecimentos com atividade de venda de disco e nos de gravação de som, tanto a audição quanto a gravação serão feitas em cabine especial, cujo isolamento acústico impeça a propagação de sons para fora do local em que são produzidos, ou mediante o emprego de aparelhagem de uso individual (fones).
Parágrafo Único. São vedadas, em ambas as hipóteses, ligações com amplificadores ou alto-falantes que propaguem som para o ambiente externo, devendo esta restrição constar nos respectivos alvarás de licença do Estabelecimento.
Art. 136. Serão permitidos, independentemente dos níveis emitidos, os ruídos e sons que provenham de:
- exibições de banda e de entidades similares de música de expressão popular, em desfiles oficiais, em locais e horários autorizados pelo Órgão competente;
- sinos e carrilhões acústicos de igrejas e templos, respeitado o horário entre 6 a 19 horas, exceto nas datas religiosas de expressão popular, quando será livre o horário;
- cravação de estacas de percussão, máquinas e equipamentos utilizados em obras públicas ou privadas, desde que não passíveis de confinamento, atendidas as medidas de controle de ruídos, seja na fonte ou na trajetória e, observada a melhor tecnologia disponível e respeitando o horário comercial.
- eventos socioculturais ou recreativos e festas folclóricas, de caráter coletivo ou comunitário, em logradouros e áreas públicas, autorizados pelo Órgão competente, que definirá a data, a duração, local e o horário máximo para o término, justificando, no Ato Administrativo, as decisões tomadas;
- propaganda eleitoral com uso de instrumento eletrônicos utilizados, respeitado o horário e a legislação eleitoral pertinente;
- passeatas, comícios, manifestações públicas e campanhas de utilidade pública, respeitando o horário entre 09 horas e 22 horas, e a legislação eleitoral pertinente;
- procissões e cortejos de grupos religiosos em logradouros públicos, autorizados pelo Órgão competente;
- máquinas, equipamentos e explosivos utilizados em obras de caráter emergencial, por razão de segurança pública, a ser justificada pelo órgão responsável pelo serviço.
Art. 137. Os ruídos e sons que provenham de alarmes em imóveis e sirenes, ou aparelhos semelhantes, que assinalem o início ou fim de jornada de trabalho ou de períodos de aulas nas escolas, serão permitidos desde que predominantemente graves em que não se alonguem por mais de 30 segundos, respeitando-se o limite máximo de 70 dB.
Art. 138. Os ruídos e sons provenientes de cerimônias, missas, reuniões, cultos e sessões religiosas no interior dos respectivos recintos serão permitidos, desde que respeitado o limite máximo de 75 dB(A), medidos conforme a NBR 10151 da Associação Brasileira de Normas Técnicas, utilizando a curva "A" do decibelímetro.
Art. 139. O disposto no artigo anterior aplica-se igualmente a parques de diversões ou temáticos, casas de espetáculos, bares e restaurantes com apresentação de música ao vivo ou mecânica, clubes e associações desportivas, estádios, academias de ginástica com ambiente fechado, onde ocorram eventos esportivos, artísticos ou religiosos.
Art. 140. Ficam proibidos, independentemente dos níveis sonoros, os ruídos e sons provenientes de pregões, anúncios ou propagandas no logradouro público ou direcionados a ele, seja por voz humana, aparelhos ou instrumentos de qualquer natureza, provenientes de fontes fixas ou móveis.
Art. 141. Fica vedada a utilização de fogos de artifício convencionais que produzam ruído excessivo, sendo incentivado o uso de fogos de artifício de baixo ruído ou silenciosos, que causem menor impacto ambiental e sonoro, observadas as normas vigentes.

Parágrafo único. O Poder Público poderá estabelecer regulamentos específicos para o uso, comercialização e eventos com fogos de artifício, visando o equilíbrio entre manifestações culturais e o bem-estar da comunidade, em consonância com as resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

Seção III
Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana
Art. 142. A execução de medidas de saneamento básico residencial, comercial e industrial, essenciais à salubridade ambiental, constitui obrigação do Poder Público, da coletividade e do indivíduo que, para tanto, no uso da propriedade, no manejo dos meios de produção e no exercício de qualquer atividade, ficam obrigados ao cumprimento das determinações legais, regulamentares, recomendações e interdições ditadas pelas autoridades ambientais, sanitárias e outras competentes.
Art. 143. Os esgotos sanitários deverão ser coletados e tratados e receber destinação adequada, de forma a evitar-se contaminação dos recursos naturais.
Art. 144. É obrigatória a existência de instalações sanitárias adequadas nas edificações, bem como sua ligação às redes públicas de abastecimento de água e de coleta de esgoto.
Art. 145. O saneamento básico é ação de saúde pública e serviço público essencial, implicando em direito e garantia inalienável ao cidadão, de modo a promover:
- abastecimento de água com qualidade compatível com os padrões de potabilidade;
- promover o aprimoramento contínuo dos processos de produção e distribuição de água, bem como da coleta, tratamento e disposição final de esgotos, dos resíduos sólidos domiciliares, e da drenagem das

águas pluviais, com vistas à utilização mais eficiente da água e à prevenção da poluição;
- controle de vetores, com utilização de métodos específicos para cada um e que não causem prejuízos ao homem, a outras espécies e ao meio ambiente;
Art. 146. A classificação das águas no território do Município, para efeitos deste código será aquela adotada pelo CONAMA e de acordo com a Legislação Estadual.
Art. 147. O serviço público de água e esgoto é atribuição essencial do Município, que deverá estendê-lo progressivamente a toda a população.
Parágrafo Único. O Município manterá, na forma da Lei, mecanismos institucionais e financeiros destinados a garantir os benefícios do saneamento básico à totalidade da população, compatibilizando o planejamento local com o do Órgão gestor das bacias hidrográficas em que estiver parcial ou totalmente inserido.
Art. 148. A conservação e proteção das águas superficiais e subterrâneas são tarefa do Município, em ação conjunta com o Estado, atendendo a legislação pertinente.
Parágrafo Único. No aproveitamento das águas superficiais e subterrâneas, é prioritário o abastecimento às populações.
Art. 149. É proibido o lançamento, direto ou indireto em corpos d'água, de quaisquer resíduos líquidos, sólidos ou pastosos sem tratamento e em desacordo com os parâmetros definidos no CONAMA e Legislação Estadual.
Art. 150. Todo e qualquer estabelecimento industrial e de prestação de serviços potencialmente poluidor deverá possuir sistema de tratamento de efluentes líquidos cujo projeto deverá ser aprovado pela Secretaria competente.
Art. 151. Todo e qualquer uso de águas superficiais e de subsolo será objeto de licenciamento pelo órgão competente, que levará em conta a política de usos múltiplos da água, respeitadas as legislações pertinentes.
Art. 152. As construções de unidades industriais, estruturas ou depósitos de substâncias que possam representar risco aos recursos hídricos, especialmente aos mananciais de abastecimento, deverão observar as faixas de proteção previstas no Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), nas normas estaduais e nas diretrizes do órgão ambiental competente.
Parágrafo único. Além do cumprimento das distâncias legais, tais empreendimentos deverão dispor de dispositivos de segurança e planos de prevenção de acidentes ambientais, conforme exigido pela legislação aplicável e pelas licenças ambientais.

Seção IV
Inflamáveis e Explosivos

Art. 153. Visando o interesse público, a Secretaria competente fiscalizará, em colaboração com o Corpo de Bombeiros, autoridades Estaduais e Federais, a fabricação, o comércio, o transporte e o emprego de inflamáveis e explosivos, nos termos da Legislação Estadual pertinente e estabelecido neste Código.
Art. 154. São considerados inflamáveis:
- o fósforo e os materiais fosfóricos;
- a gasolina e demais derivados do petróleo;
- os éteres, álcoois, aguardente e os óleos em geral;
- os carburetos, alcatrão e os materiais betuminosos líquidos;
- toda e qualquer outra substância, cujo ponto de inflamabilidade seja acima de cento trinta e cinco graus centígrados (135° C).

Art. 155. Consideram-se explosivos:
- os fogos de artifícios;
- a nitroglicerina e seus compostos derivados;
- a pólvora e o algodão-pólvora;
- as espoletas e os estopins;
- os fulminatos, cloratos, formiatos e congêneres;
- os cartuchos de guerra, caça e minas.

Art. 156. É absolutamente proibido:
- fabricar explosivos sem licença especial e em local não determinado pelo
Município;
- infringir as exigências legais quanto à construção e a segurança disposta no Código de Obras e nas legislações de Prevenção Contra Incêndios e demais legislações;
- manter depósito de substâncias inflamáveis ou de explosivos sem atender legislação pertinente;
- depositar ou conservar nas vias públicas, mesmo provisoriamente, inflamáveis ou explosivos;
- transportar explosivos ou inflamáveis sem as devidas precauções estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro.

§ 1º Aos varejistas é permitido conservar, em cômodos apropriados, em seus armazéns ou lojas, quantidades fixadas pela Administração Municipal, mediante licença específica, de material inflamável ou explosivo que não ultrapassar a venda provável de 20 (vinte) dias.
§ 2º Os fogueteiros e exploradores de pedreiras somente poderão manter depósitos de explosivos mediante autorização do Exército Brasileiro ou outro órgão competente, observadas as exigências de segurança, limites de armazenamento e distâncias mínimas estabelecidas na legislação federal específica.
§ 3º O Município poderá exigir, como condição para a emissão de alvarás de localização e funcionamento, a apresentação da documentação comprobatória da autorização militar e dos pareceres técnicos de segurança pertinentes.
Art. 157. Todas as dependências e anexos dos depósitos de explosivos e inflamáveis serão construídos com material incombustível e em locais especialmente designados, com licença especial do Município.
§ 1º Os depósitos serão dotados de instalação para combate ao fogo e de extintores de incêndio portáteis, em quantidade e exposição convenientes, mantidos em perfeito estado de funcionamento.
§ 2º Nenhum material combustível será permitido em terreno à distância de 10 m (dez metros) de qualquer depósito de explosivo e inflamável.
§ 3º Nos estabelecimentos de depósito e comércio de explosivos e inflamáveis deverão ser mantidas, em locais bem visíveis, placas de sinalização com os dizeres "PERIGO EXPLOSIVOS" ou "INFLAMÁVEIS", "PROIBIDO FUMAR", bem como será proibido qualquer equipamento que possa promover chamas ou faíscas.
Art. 158. É expressamente proibido:
- queimar fogos de artifício, bombas, busca-pés, morteiros e outros fogos perigosos nos logradouros públicos ou em janelas e portas voltadas para eles;
- soltar balões, em todo o território do Município;
- fazer fogueiras, nos logradouros públicos, sem prévia autorização;
- fazer fogos ou armadilhas com armas de fogo; V - vender fogos de artifício a menores de idade.

Parágrafo Único. A proibição de que tratam os itens I, e III poderá ser suspensa, mediante licença da Secretaria competente.
Art. 159. A instalação de postos de abastecimento de veículos automotores, bombas de combustíveis, depósitos de inflamáveis e de explosivos deverá atender às diretrizes estabelecidas na Lei de Uso e Ocupação do Solo, bem como às normas técnicas e regulatórias dos órgãos competentes.
Parágrafo único. A instalação e o funcionamento desses empreendimentos estão condicionados à obtenção de pelo menos:
I - autorização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);
II - licenciamento ambiental expedido pelo órgão competente;
III - aprovação do Corpo de Bombeiros Militar, quanto às condições de segurança contra incêndio e pânico;
IV - aprovação da autoridade municipal quanto ao uso e ocupação do solo, e demais exigências urbanísticas e edilícias aplicáveis;
V - demais autorizações exigidas pela legislação vigente.

Seção V
Resíduos Sólidos

Art. 160. Para efeito deste Código, entende-se que:
- resíduos sólidos são todos aqueles que resultam das atividades humanas em sociedade e que se apresentam nos estados sólidos, semissólidos ou líquidos, não passíveis de tratamento convencional;
- resíduos perigosos são aqueles que, em função de suas propriedades físicas, químicas ou infectantes, possam apresentar riscos à saúde pública ou à qualidade do meio ambiente;
- resíduos industriais são aqueles provenientes de atividades de pesquisa e de transformação de matérias primas e substâncias orgânicas ou inorgânicas em novos produtos, por processos específicos, bem como os provenientes das atividades de mineração, de montagem e manipulação de produtos acabados e aqueles gerados em áreas de utilidade, apoio e administração das indústrias;
- resíduos de serviços de saúde são aqueles provenientes de atividades de natureza médico-assistencial, de centros de pesquisa e de desenvolvimento e experimentação na área de saúde, farmácias e

drogarias, laboratórios de análises clínicas, consultórios médicos e odontológicos, hospitais e clínicas médicas e outros prestadores de serviços de saúde, que requeiram condições especiais quanto ao acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final, por apresentarem periculosidade real ou potencial à saúde humana, animal e ao meio ambiente.

Art. 161. A gestão dos resíduos sólidos observará as seguintes etapas:

- a prevenção da poluição ou redução da geração dos resíduos na fonte;
- a minimização dos resíduos gerados;
- o adequado acondicionamento, coleta e transporte seguro e racional dos resíduos;
- a recuperação ambientalmente segura de materiais, substâncias ou de energia dos resíduos ou produtos descartados;
- o tratamento ambientalmente seguro dos resíduos;
– a disposição final ambientalmente segura dos resíduos remanescentes;
- a recuperação das áreas degradadas pela disposição inadequada dos resíduos.

Art. 162. São expressamente proibidas as seguintes formas de destinação e utilização de resíduos sólidos:

- lançamento "in natura" a céu aberto;
- queima a céu aberto;
- lançamento em cursos d'água, áreas de várzea, poços e cacimbas, em mananciais e em suas áreas de drenagem;
- disposição em terrenos baldios, áreas erodidas e outros locais impróprios;
- lançamento em sistemas de rede de drenagem de águas pluviais, de esgotos, bueiros e assemelhados;
- armazenamento em edificação inadequada;
- utilização para alimentação humana;
- utilização para alimentação animal e adubação orgânica, em desacordo com a regulamentação específica.

§ 1º Ficam os estabelecimentos geradores de resíduos de serviços de saúde responsáveis pelo correto gerenciamento dos seus resíduos, no que se refere ao acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final.

§ 2º Os resíduos a que se refere o parágrafo anterior deverão ser depositados em coletores apropriados, de propriedade dos interessados, com capacidade e dimensões estabelecidas pelo Município.

§ 3º Ficam os estabelecimentos geradores de resíduos industriais, responsáveis pelo correto gerenciamento dos seus resíduos, no que se refere ao acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final.

Seção VI

Resíduos Sólidos Perigosos

Art. 163. Os resíduos sólidos perigosos, a critério da Secretaria competente, deverão sofrer acondicionamento, transporte e tratamento adequados, antes de sua disposição final, fixados em projetos específicos que atendam aos requisitos de proteção ambiental.

Parágrafo Único. O transporte de resíduos sólidos perigosos deverá obedecer às exigências e determinações das legislações estadual e federal pertinentes.

Seção VII

Controle dos Resíduos Sólidos

Art. 164. Os resíduos sólidos gerados por atividades residenciais, comerciais e de prestação de serviços serão gerenciados conforme os princípios e diretrizes da Lei Federal nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) ou aquela que vier a sucedê-la, devendo ser removidos nos dias e horários previamente definidos pela Administração Municipal, por meio do serviço de coleta, com destinação final ambientalmente adequada.

§ 1º É de responsabilidade do gerador acondicionar os resíduos em recipientes próprios ou sacos plásticos com capacidade máxima de 100 (cem) litros, devendo depositá-los no local e horários estabelecidos pelo Município, evitando o seu espalhamento nas vias públicas.

§ 2º Resíduos perfurocortantes devem ser devidamente identificados e acondicionados de forma segura, para não colocar em risco os profissionais da coleta.

Art. 165. Os estabelecimentos de serviços de saúde deverão atender integralmente à legislação sanitária e ambiental, cabendo-lhes:

I – Gerenciar integralmente seus resíduos, da geração à disposição final;
II – Elaborar e implementar o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS);
III – Realizar a segregação, acondicionamento, identificação e armazenamento conforme classificação dos resíduos;
IV – Assegurar armazenamento temporário em local apropriado, ventilado e sinalizado.

Art. 166. Não serão recolhidos pelo serviço municipal de coleta domiciliar os seguintes resíduos:

I – Resíduos industriais ou de oficinas mecânicas;
II – Resíduos da construção civil (entulho, demolições, sobras de obra);
III – Terra, folhas, galhos, forragem, esterco e similares;
IV – Resíduos perigosos ou contaminados não segregados.

§ 1º A responsabilidade pela coleta, transporte e destinação final adequada de resíduos da construção civil é do gerador (construtora, empreiteiro, proprietário ou responsável técnico), conforme estabelecido nas regras municipais, estaduais e federais aplicáveis:

I – Separados por tipologia (reutilizáveis, recicláveis, rejeitos);
II – Acondicionados de forma a não gerar poeira, entupimento de vias ou riscos à população;
III – Transportados por empresa ou veículo devidamente licenciado;
IV – Destinados a locais licenciados ou previamente definidos pelo Município.

§ 2º O lançamento de qualquer tipo de resíduo da construção civil em vias públicas, calçadas, terrenos baldios ou áreas públicas será passível de penalidade conforme legislação municipal.

Art. 167. Toda edificação deverá prever, em área interna ao imóvel, local adequado para armazenamento temporário de resíduos sólidos, em condições que garantam segurança, higiene e acessibilidade para a coleta.

Art. 168. Nos edifícios residenciais ou comerciais coletivos, deverá ser previsto um compartimento geral para depósito de resíduos, com acesso facilitado para a coleta, contendo:

I – Piso e paredes com revestimento lavável e impermeável;
II – Ponto de luz e ventilação permanente;
III – Ponto de água e ralo para limpeza do ambiente;
IV – Grade ou tela de proteção contra acesso de animais ou vetores.

Parágrafo único. O dimensionamento do compartimento será definido pelo responsável técnico pelo projeto arquitetônico, conforme normas da ABNT e diretrizes municipais.

Art. 169. Em edificações de uso misto (residencial e comercial), cada atividade deverá possuir local próprio para armazenamento dos resíduos, respeitando suas características e volume.

Art. 170. Hospitais, clínicas e estabelecimentos similares deverão atender integralmente às normas da vigilância sanitária, da ANVISA e da legislação ambiental, especialmente no que tange ao manejo e destinação de seus resíduos, conforme previsto na Lei nº 12.305/2010 ou aquela que vier a sucedê-la.

Seção VIII

Da Implantação da Coleta de Resíduos Sólidos

Art. 171. A coleta seletiva é um sistema de recolhimento de materiais recicláveis, tais como: papéis, metais, vidros, plásticos e outros, previamente separados na fonte geradora.

Art. 172. A implantação da coleta seletiva e a reciclagem de materiais, como forma de tratamento de resíduos sólidos no município, objetiva:

- redução nos custos, com a disposição final dos resíduos e aumento da vida útil do aterro sanitário;
- diminuição de gastos, com a remediação de áreas degradadas pelo mau acondicionamento dos resíduos;
- educação e conscientização ambiental e social da população;
- melhoria das condições ambientais e de saúde pública do município;
- geração de trabalho e renda diretos e/ou indiretos, com a coleta, triagem, pré-industrialização e industrialização dos materiais recicláveis.

Art. 173. Todas as fases da implantação, assim como o gerenciamento e a fiscalização do programa de coleta seletiva de lixo serão de responsabilidade do Poder Executivo, através dos setores competentes.

Parágrafo Único. Os materiais recicláveis deverão ser separados dos demais resíduos, pela fonte geradora e apresentados nos dias, horários e locais estabelecidos pelo sistema de coleta seletiva.

Art. 174. Os órgãos públicos municipais do Executivo e Legislativo deverão implantar sistema interno de separação de resíduos, com a finalidade de apresentação à coleta seletiva.
Art. 175. Os vendedores ambulantes que comercializem gêneros alimentícios, ou os detentores de Licença de Funcionamento para operarem seus estabelecimentos em vias e logradouros públicos, deverão tomar medidas necessárias para a separação do resíduo e a efetiva contribuição à coleta seletiva.
Art. 176. Os responsáveis por parques de diversões, cinemas, promoções de shows, ou quaisquer outros tipos de divertimentos públicos, deverão obedecer às regras estabelecidas no artigo anterior.
Art. 177. As Instituições de Ensino deverão desenvolver programas internos de separação de resíduos.
Art. 178. Os estabelecimentos comerciais deverão colocar à disposição de seus clientes recipientes próprios, que garantam a coleta seletiva de resíduos gerados no funcionamento dos mesmos.
Art. 179. Os prédios e condomínios localizados no Município deverão colocar à disposição dos condôminos recipientes próprios que garantam a coleta seletiva, ficando os síndicos e administradores obrigados a divulgar os procedimentos relativos à coleta distinta em folhetos explicativos, bem como garantir que o material reciclável seja apresentado ao sistema de coleta seletiva.

Seção IX
Exploração e Aproveitamento das Substâncias Minerais

Art. 180. Para efeitos desta Lei consideram-se substâncias minerais:
- areia, cascalho e saibros para utilização imediata na construção civil, no preparo de agregados e argamassas, desde que não sejam submetidos a processos industriais de beneficiamento, nem se destinem como matéria prima à indústria de transformação;
– rochas e outras substâncias minerais, quando aparelhadas para paralelepípedos, guias, sarjetas, mourões e afins;
- argilas usadas no fabrico de cerâmica vermelha;
- rochas, quando britadas para o uso imediato na construção civil e os calcários, empregados como corretivos de solo na agricultura.

Art. 181. A exploração de substâncias minerais, dependem de licença específica do Município, que a concederá tendo em vista o que dispõe leis estaduais e federais.
Art. 182. A licença específica do Município para o exercício das atividades de que trata esta seção será intransferível.
Art. 183. O licenciamento será concedido por prazo determinado, sendo renovável através de requerimento do interessado, dirigido a Autoridade Municipal, observadas as condições estabelecidas.
Art. 184. As medidas de segurança, horário de funcionamento, a natureza do equipamento utilizado, o uso de explosivos e outras condições para exploração de pedreiras e outras jazidas minerais deverão atender a um plano geral, que será submetido à aprovação a Secretaria competente.
Art. 185. Durante a fase de tramitação do requerimento, só poderão ser extraídos da área substâncias minerais para análise e ensaios tecnológicos, desde que se mantenham inalteradas as condições do local.
Art. 186. Após a obtenção do licenciamento, terá o seu titular o prazo de um ano para requerer o registro desta licença no Departamento Nacional de Produção Mineral e apresentar este registro à Autoridade Municipal, sob pena de sua caducidade.
Art. 187. O titular da licença ficará obrigado a:
I - executar a exploração de acordo com plano de aprovação;
II - extrair somente as substâncias minerais que constam da licença outorgada;
III - comunicar ao Departamento Nacional de Produção Mineral e a Autoridade Municipal o descobrimento de qualquer substância mineral não incluída na licença de exploração;
IV - confiar a direção dos trabalhos de exploração a técnicos legalmente habilitados ao exercício de profissão;
V - impedir o extravio e obstrução das águas e drenar as que possam ocasionar prejuízos aos vizinhos;
VI - impedir a poluição do ar e das águas, que possam resultar dos trabalhos de desmonte ou beneficamente;
VII - proteger e conservar as fontes e a vegetação natural;
VIII - proteger, com vegetação adequada, as encostas de onde foram extraídos materiais;
IX - manter a erosão sob controle de modo a não causar prejuízo a todo e qualquer serviço, bem público ou particular.

Art. 188. A licença será cancelada quando:
- forem realizadas, na área destinada a exploração, construções incompatíveis com a natureza da atividade;
- promover-se o parcelamento, arrendamento ou qualquer outro ato que importe na produção da área explorada;
- for determinada pelo Poder Público Municipal, Estadual ou Federal.

Parágrafo Único. Será interditada a pedreira ou parte da pedreira, embora licenciada sua exploração, de acordo com este Código, desde que posteriormente for verificado que a sua exploração acarreta perigo ou dano à vida, à propriedade, ou à ecologia.
Art. 189. O Executivo Municipal poderá, em qualquer tempo, determinar a execução de obras na área ou local do recinto de exploração das jazidas minerais, com o intuito de proteger as propriedades circunvizinhas, públicas ou particulares, ou para evitar a obstrução de cursos ou mananciais de águas.
Art. 190. É proibida a extração de areia em todos os cursos de água do Município quando:
- à jusante do local em que estiver, os rios receberem despejos de esgotos;
- modifique o leito ou as margens dos mesmos;
- possibilite a formação de locais ou cause por qualquer forma a estagnação das águas;
- de algum modo possa oferecer perigo a pontes, muralhas ou qualquer obra construída nas margens ou sobre os leitos dos rios.

Art. 191. Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pela Secretaria competente.
Art. 192. Caso existam atuais titulares de licença de exploração das jazidas deverão, no prazo de 90 (noventa) dias, solicitar a sua renovação, na forma da presente Lei.
Art. 193. Ao conceder as licenças, o Município poderá fazer as restrições que julgar conveniente.

CAPÍTULO VIII
DAS QUEIMADAS E CORTES DE ÁRVORES E PASTAGENS

Art. 194. O Município colaborará com o Estado e a União para evitar a devastação das florestas e estimular a plantação de árvores.
Art. 195. A ninguém é permitido atear fogo em roçados, palhas ou matos que limitem com terras de outrem, sem tomar as seguintes precauções:
- preparar aceiro de, no mínimo, dez metros de largura;
- mandar aviso aos confinantes, com antecedência mínima de 12 (doze) horas, marcando dia, hora e lugar para lançamento do fogo.

Parágrafo Único. Salvo acordo entre os interessados, é proibido queimar campos de cremação em comum.
Art. 196. A derrubada de mata dependerá de licença do Órgão Federal competente.
Art. 197. Fica proibida a formação de pastagens na zona urbana do Município.

TÍTULO VI
DA POLUIÇÃO VISUAL
CAPÍTULO I
DISCIPLINA O USO DO MOBILIÁRIO URBANO E VEÍCULOS PUBLICITÁRIOS NO MUNICÍPIO

Art. 198. O Executivo disciplinará o uso do Mobiliário Urbano e Veículos Publicitários, atendendo aos seguintes objetivos, bem como a Lei específica:
- ordenar a exploração e utilização de veículos de divulgação, presentes na paisagem urbana e visíveis nos logradouros públicos, assim como no mobiliário urbano;
- elaborar e implantar normas para a construção e instalação desses veículos na cidade, objetivando:

permitir a percepção, a compreensão da estrutura urbana, a identificação e a
preservação dos marcos referenciais da cidade;
proporcionar a proteção da saúde, a segurança e o bem-estar da população, bem como o conforto e a fluidez de seus deslocamentos, através dos logradouros públicos;
estabelecer o equilíbrio entre o direito de uma atividade econômica ou de um indivíduo de identificar-se ou veicular a sua mensagem e o direito do público em se proteger contra possíveis prejuízos daí resultantes, tais como condições potenciais de risco físico ou desarmonia, resultante da proliferação desordenada de veículos de divulgação.

Art. 199. Os elementos que equipam o espaço público são considerados o conjunto formado pelo mobiliário urbano e os

elementos das redes de infraestrutura aparentes nos logradouros públicos, como postes da rede de energia elétrica, iluminação pública e telefonia de redes de coleta de água, hidrantes e outros.

Parágrafo Único. Os elementos conceituados como mobiliário urbano estão classificados como básicos, complementares, acessórios e especiais, segundo o Anexo I desta Lei.

Art. 200. O Executivo poderá usar elementos do mobiliário urbano para a veiculação de anúncios, em conformidade com a Legislação Municipal vigente.

CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES E TIPOLOGIAS

Art. 201. Paisagem Urbana é o bem público resultante da contínua e dinâmica interação entre os elementos naturais, edificados ou criados e o próprio homem, numa constante relação de escala, forma, função e movimento.

Art. 202. Áreas de interesse visual são sítios significativos, espaços públicos ou privados e demais bens de relevante interesse paisagístico, inclusive os de valor sociocultural, turístico, patrimônio histórico, arquitetônico, ambiental, legalmente definidos ou de consagração popular.

Art. 203. Mobiliário Urbano são considerados todos os elementos de escala micro arquitetônica, integrantes do espaço urbano, cujas dimensões são compatíveis com possibilidade de remoção e/ou relocalização e que sejam complementares às funções urbanas, estejam localizados em espaços públicos e estejam disseminados no tecido, com área de influência restrita, classificando-se em:

- mobiliário urbano básico: caracteriza-se por assegurar ao espaço público as condições essenciais de segurança, comunicação, informações fundamentais, circulação de pedestres, possuindo prioridade de localização no espaço público;
- mobiliário urbano complementar: são todos os elementos que complementam o espaço público, em nível de qualidade e são de localização flexível, adaptáveis aos condicionamentos paisagísticos e ambientais e aos elementos básicos;
- mobiliário urbano acessório: são considerados os elementos não fundamentais, cuja inserção no espaço público não poderá causar saturação, perda da qualidade e comprometimento da paisagem urbana;
- mobiliário urbano especial: são considerados todos os elementos que dependem de estudos especiais e projetos específicos para sua implantação, visando seu desempenho funcional e paisagístico.

Art. 204. Pintura mural: são pinturas executadas sobre muros, fachadas e empenas cegas de edificações, com área que não ultrapasse dois terços da superfície.

Art. 205. Pintura mural-artístico: são pinturas artísticas executadas sobre empenas cegas de edificações.

Art. 206. Anúncio: é qualquer indicação executada sobre veículo de divulgação, presentes na paisagem urbana, visíveis nos logradouros públicos, cuja finalidade seja a de promover, orientar, indicar ou transmitir mensagem relativa a estabelecimentos comerciais, empresas industriais ou profissionais, produtos de qualquer espécie, ideias, pessoas ou coisas, classificando-se em:

- anúncio indicativo: indica ou identifica estabelecimentos, propriedades e
serviços;
- anúncio promocional: promove estabelecimentos, empresas, produtos, marcas, pessoas, ideias ou coisas;
- anúncio institucional: transmite informações do Poder Público, organismos culturais, entidades representativas da sociedade civil, entidades beneficentes ou similares, sem finalidade comercial;
- anúncio orientador: transmite mensagens de orientação, tais como tráfego ou de alerta;
- anúncio misto: transmite mais de um dos tipos anteriormente definidos.

Art. 207. São considerados veículos de divulgação, ou simplesmente veículos, quaisquer elementos de comunicação visual ou audiovisual utilizados para transmitir anúncios ao público, tais como:

- tabuleta: confeccionada em material apropriado e destinada à fixação de cartazes de papéis substituíveis (“outdoors” e similares);
- placa: confeccionada em material apropriado e destinada à pintura de anúncios, com área inferior a trinta metros quadrados, iluminada ou não;
- painel: luminoso ou iluminado, confeccionado em material apropriado, destinado à veiculação de anúncios, com área de até trinta metros quadrados, fixados em coluna ou estrutura própria;
-letreiro: luminoso ou iluminado, colocado em fachadas ou fixados sobre estrutura própria, junto do estabelecimento ao qual se refere, contendo, além do nome, marca ou logotipo, atividade ou serviço prestado, endereço e telefone;
- poste toponímico: luminoso ou não, colocado em esquina de logradouro público, fixado em coluna própria ou estrutura própria, destinado à nomenclatura de logradouros, podendo, ainda, conter anúncios orientadores ou indicativos;
- faixa: executada em material não rígido, destinado à pintura de anúncios de
caráter institucional;
- balões e boias;
- pintura mural;
- pintura mural-artístico.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 208. Esta Lei é aplicável a todo veículo localizado em logradouro público ou dele visualizado, construído ou instalado em imóveis edificados, não edificados ou em construção.

Parágrafo Único. A inserção de veículos de divulgação na paisagem urbana fica obrigatoriamente sujeita à prévia autorização, concedida da Engenharia.

Art. 209. A exploração ou utilização dos veículos de divulgação, presentes na paisagem urbana e visível nos logradouros públicos, será promovida por pessoas jurídicas ou profissionais autônomos que explorem essas atividades econômicas, devidamente cadastrados e autorizados pelo Departamento de Engenharia.

Art. 210. O Município deverá considerar, para efeitos de análise dos pedidos de autorização de implantação de veículos de publicidade, os elementos significativos da paisagem urbana, os parques e seus entornos, as áreas funcionais de interesse cultural e paisagístico, os monumentos públicos, as obras de arte, os prédios de interesse sociocultural, de adequação volumétrica, os prédios tombados, bem como seus entornos.

Art. 211. O assentamento físico dos veículos de divulgação nos logradouros públicos só será permitido nas seguintes condições:

- quando houver anúncio institucional;
- quando houver anúncio orientador;
- quando prestarem serviço de interesse público ou de utilidade pública.

Parágrafo Único. O cumprimento das condições não exime a autorização prévia da Engenharia.

Art. 212. No disciplinamento do uso do Mobiliário Urbano e Veículos Publicitários, caberá a Engenharia

- orientar e dirigir a elaboração de planos e programas atinentes à proteção da paisagem do Município, face à inserção de veículos de divulgação;
- coordenar a revisão e a atualização das legislações complementares de regulamentação do uso do espaço visual do Município;

III- fiscalizar e definir formas para viabilizar ações corretivas localizadas, no sentido de corrigir distorções constatadas, propondo incentivos e colaboração com as comunidades diretamente atingidas;

– exigir o cadastramento das atividades que industrializem, fabriquem ou comercializem veículos de divulgação, ou seus espaços;

- definir critérios de autorização para implantação de veículos de divulgação, presentes na paisagem do Município, de conformidade com as disposições desta Lei e demais legislações pertinentes;
- determinar estudos para padronização, localização e reposição do mobiliário urbano, respeitadas as especificações previamente licitadas, até o término do contrato respectivo;
- fornecer as autorizações pertinentes.

Art. 213. A exploração comercial de empena cega de edifícios e muros de qualquer tipo só será permitida com o seu tratamento sob a forma de pintura de mural artístico, visando a composição da paisagem urbana, com o máximo de vinte por cento do espaço destinado à publicidade, excetuando-se o direito de identificação específica da atividade existente no local, a critério do Poder Público.

Parágrafo Único. O autor do projeto arquitetônico da edificação que receber tratamento através da pintura mural deverá concordar com o trabalho a ser executado.

Art. 214. Os elementos do Mobiliário Urbano somente poderão ser utilizados para a veiculação de anúncios, através de permissão decorrente de licitação pública.
§ 1º O Poder Executivo, através da Secretaria competente, deverá proceder a estudos setoriais prévios para organização e disciplinamento do mobiliário urbano, com o fim de localizá-los adequadamente sob o ponto de vista urbano-paisagístico, privilegiando a função pública do equipamento no intuito de alcançar um resultado urbanístico satisfatório, respeitados os contratos licitados e vigentes até o seu término.
§ 2º O projeto e dimensões do Mobiliário Urbano deverão ser analisados e aprovados pelo Departamento de Engenharia.
§ 3º Os veículos de divulgação devem ser compatíveis ou compatibilizados com os usos de solo adjacentes e com o visual ambiental do espaço físico onde se situem, de modo a não criar em condições adversas que decorram em prejuízo de ordem ambiental ou econômica à comunidade como um todo.
§ 4º O Departamento de Engenharia deverá identificar e propor normas específicas para as áreas de interesse visual, em face da inserção de elementos construídos ou a construir.

CAPÍTULO IV
DAS AUTORIZAÇÕES

Art. 215. Nenhum anúncio ou veículo poderá ser exposto ao público ou mudado de local, sem prévia autorização da Engenharia.
§ 1º Os veículos e anúncios serão previamente aprovados pela Engenharia, mediante pedido formulado em requerimento padronizado, obrigatoriamente instruído com os seguintes elementos:
- desenhos apresentados em duas vias, à tinta, devidamente cotados, obedecendo aos padrões da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- disposição do veículo em relação a sua situação e localização no terreno ou prédio (vista frontal e lateral), quando for o caso, inclusive a indicação de localização dos mobiliários urbanos, faixa de pedestres, guias rebaixadas, postes, árvores, placas indicativas de ruas e demais elementos necessários a sua perfeita compreensão;
- dimensões e altura de sua colocação, em relação ao passeio e à largura da rua ou avenida;
- descrição pormenorizada dos materiais que o compõem, suas formas de fixação e sustentação, sistemas de iluminação, cores a serem empregadas e demais elementos pertinentes;
- laudo técnico da marquise, contemplando cargas extras, quando o veículo publicitário estiver em contato com a mesma;
- localização dos pontos de distribuição de prospectos, folhetos e outros impressos, bem como o nome, endereço e idade das pessoas que atuarão nestes locais;
- apresentação de comprovante da tiragem do material que será distribuído.
§ 2º Veículos transferidos para local diverso àquele a que se refere a autorização serão sempre considerados como novos, para efeito desta Lei.
Art. 216. Para o fornecimento da autorização, poderão ainda ser solicitados, a critério da Engenharia, os seguintes documentos:
- termo de responsabilidade, assinado pelo executor responsável e com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) feita por profissional devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Paraná (CREA-PR) e inscrição municipal;
- prova do direito de uso do local, ressalvado o caso de colocação de faixas,
anúncios orientadores ou institucionais;
- apresentação do Seguro de Responsabilidade Civil, sempre que o veículo apresente estrutura que, por qualquer forma, possa apresentar riscos à segurança do público;
- Alvará de Localização fornecido pelo Departamento de Tributação.
Parágrafo Único. Nos casos de veículos de divulgação instalados em áreas comuns de edifícios, será exigida a ata da reunião do condomínio autorizando previamente a colocação, o tipo de veículo e suas dimensões.
Art. 217. Veículos de até meio metro quadrado, quando fixados paralelamente e junto à parede, com espessura de dez centímetros, não sendo luminosos e que se refiram somente às atividades exercidas no local, não necessitarão de autorização especial.
Parágrafo Único. Nesse caso, será admitido apenas um veículo por atividade.
Art. 218. Se, após a instalação do veículo autorizado, for apurada qualquer irregularidade, o proprietário do veículo será obrigado a corrigi-la no prazo de 72 horas, sob pena de perda da autorização e demais sanções legais, excetuando-se os casos em que o veículo ofereça riscos à população, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

CAPÍTULO V
DA DISTRIBUIÇÃO DE PROSPECTOS E FOLHETOS DE PROPAGANDA

Art. 219. A veiculação de propaganda, através de distribuição de prospectos, folhetos e outros impressos será autorizada por um período determinado e em locais pré-estabelecidos pela Engenharia.
§ 1º O anunciante deverá pagar uma taxa que será estabelecida de acordo com a quantidade de impressos que serão distribuídos, para que o órgão competente do Município proceda a limpeza do local de distribuição.
§ 2º É vedada a participação de menores de dezesseis anos na distribuição de anúncios.
§ 3º Os folhetos, prospectos, panfletos e similares, impressos para distribuição, deverão conter os seguintes dizeres: Mantenha sua cidade limpa! Coloque o lixo no local apropriado.

CAPÍTULO VI
DOS VEÍCULOS EM EDIFICAÇÕES

Art. 220. A projeção horizontal de veículos suspensos sobre o passeio limitar-se-á ao máximo de um metro e meio em relação ao alinhamento predial, ficando, em qualquer caso, sua extremidade, no mínimo, a cinquenta centímetros aquém do meio-fio.
§ 1º Quando houver marquise ou corpo avançado, os veículos poderão acompanhar no máximo o balanço desta, ou, quando na testada, ultrapassar no máximo quinze centímetros, ficando, em qualquer caso, cinquenta centímetros aquém do meio-fio.
§ 2º A distância vertical mínima dos veículos em relação ao passeio será de dois metros e sessenta centímetros.
§ 3º A área máxima permitida para veículos de divulgação em uma mesma fachada não poderá exceder a trinta por cento da fachada do comércio.
§ 4º É vedada a instalação de veículos de divulgação acima da laje de forro da sobreloja.
Art. 221. A altura máxima para os veículos colocados ou fixados sobre as marquises em edificações será de um metro.
§ 1º A altura referida neste artigo poderá ser ampliada nos casos de existência de sobreloja, não podendo, de qualquer modo, ultrapassar os limites físicos desta.
§ 2º O veículo colocado abaixo, acima ou à testa da marquise não poderá ultrapassar o comprimento desta.
§ 3º Para a outorga ou fornecimento de autorização de veículos fixados sobre as marquises, ou nelas apoiadas há necessidade prévia da apresentação do laudo de estabilidade estrutural aprovado pelo Departamento de Engenharia.
Art. 222. Os veículos não poderão, em hipótese alguma, obstruir vãos de iluminação e ventilação, saídas de emergência, ou alterar as linhas arquitetônicas das fachadas dos prédios, nem colocar em risco a segurança de seus ocupantes.
Art. 223. Os letreiros fixados em estrutura própria poderão ter área máxima de três metros quadrados.
§ 1º A distância vertical mínima dos veículos em relação ao solo será de dois metros e sessenta centímetros, não ultrapassando a altura de cinco metros;
§ 2º Os letreiros fixados em estrutura própria poderão ter projeção máxima de um metro e meio sobre o passeio público, ficando no mínimo a cinquenta centímetros em relação ao meio fio.
Art. 224. A exibição de anúncios em toldos licenciados será restrita ao nome, telefone, logotipo e atividade principal do estabelecimento.
Art. 225. A colocação de veículos luminosos, iluminados e não-luminosos sobre cobertura ou telhado, com estrutura própria, será examinado caso a caso, levando-se também em conta:
- o veículo de divulgação deverá possuir estrutura metálica, sendo vedada a utilização de estrutura de madeira;
- o veículo de divulgação não poderá prejudicar de qualquer forma a insolação, a iluminação e a ventilação das edificações em que estiver colocado, nem dos imóveis edificados vizinhos, ou no raio de ação de para-raios;
- o veículo de divulgação não poderá prejudicar, de qualquer forma, dispositivo luminoso de segurança do trânsito de veículos e pedestres;

- o veículo de divulgação colocado sobre edificações deverá possuir área máxima de trinta metros quadrados e altura máxima de cinco metros, a contar da superfície da laje do último pavimento;
– é vedada a implantação de veículos de divulgação em edificações exclusivamente residenciais;
- A altura máxima destes veículos não poderá ultrapassar a três metros, sendo esta medida considerada a partir da altura da edificação;
- é vedada a implantação de veículos de divulgação em edificações que possuam gabarito de altura máxima previsto pela Lei do Plano Diretor.

Art. 226. Os trechos de fachadas destinados a veículos de divulgação em edifícios comerciais, industriais ou mistos, poderão ser determinados em espaços definidos no projeto arquitetônico, respeitado o disciplinado nesta Lei.

Art. 227. Será facultado às casas de diversões, teatros e outros, a colocação de programas e cartazes artísticos na sua parte externa, desde que em lugar próprio e refira-se, exclusivamente, às diversões nelas exploradas.

CAPÍTULO VII
DOS ANÚNCIOS EM TABULETAS, PLACAS E PAINÉIS

Art. 228. É vedada a exibição de anúncios por meio de tabuletas, placas e painéis, nas faixas marginais de preservação permanente dos rios, arroios e fundos de vales, nas praças e jardins urbanizados ou não, rótulas e nos canteiros centrais, exceto quando detiver a autorização da Prefeitura.

§ 1º As tabuletas, placas e painéis terão no máximo trinta metros quadrados, não podendo ter comprimento superior a dez metros, salvo os instalados nas faixas de domínio das rodovias estaduais ou federais, os quais são regidos por Legislação específica.

§ 2º Será obrigatória, por parte do proprietário do terreno, a manutenção da limpeza do veículo e ao seu redor, numa faixa mínima equivalente ao recuo para o terreno, quando não houver recuo previsto, a limpeza far-se-á numa faixa mínima de dez metros.

§ 3º Será autorizada pela Secretaria competente a colocação de faixas ou banners em caráter promocional e por tempo determinado, ficando o promotor do evento responsável pela retirada dos mesmos após 72 (setenta e duas) horas.

Art. 229. As tabuletas deverão possuir área máxima de 2,00m2 (dois metros quadrados) e poderão estar localizadas no alinhamento dos muros dos terrenos.

§ 1º Cada unidade ou grupamento deverá manter uma distância entre si de, no mínimo, um metro.

§ 2º A aresta superior dos veículos não deverá ultrapassar a altura do muro.

§ 3º. Nos terrenos baldios murados, fechados com cercas metálicas ou qualquer outro tipo de vedação, os veículos somente poderão ser fixados em estruturas próprias.

Art. 230. As placas e painéis poderão ser instalados em recuos viários e de ajardinamento, desde que a sua projeção esteja contida dentro dos limites do imóvel onde o veículo estiver implantado.

Art. 231. Todas as tabuletas, placas ou painéis deverão ser identificados com o nome da empresa publicitária e o número do processo que originou a autorização.

Parágrafo Único. A identificação de que trata este dispositivo terá dimensões e modelo de acordo com os padrões estabelecidos pela Secretaria competente.

Art. 232. Os tapumes de obras poderão veicular anúncios, desde que estes sejam resumidos (logotipos, slogans e outros), obedecidas as dimensões máximas de aproveitamento iguais às tabuletas, placas e painéis.

Art. 233. O espaçamento mínimo entre os painéis luminosos ou iluminados de face simples deverá obedecer a uma distância mínima de oitenta metros, considerando-se a sua implantação exclusivamente no mesmo sentido do fluxo de deslocamento nos logradouros públicos.

§ 1º Nos logradouros públicos em que existam duplo sentido de deslocamento de fluxo, o espaçamento mínimo entre painéis luminosos ou iluminados de face simples deverá obedecer a uma distância mínima de quarenta metros, para veículos implantados em sentidos opostos de fluxo de veículos.

§ 2º Os veículos de divulgação poderão conter dupla face, cada uma com área máxima de trinta metros quadrados, respectivamente, podendo ser instalados somente em avenidas.

§ 3º Os veículos de divulgação contendo dupla face deverão possuir, no máximo, ângulo de trinta graus.

§ 4º A aresta superior dos veículos não poderá ultrapassar a altura de doze metros, contados a partir do meio-fio fronteiro à propriedade.

CAPÍTULO VIII
DOS POSTES TOPONÍMICOS

Art. 234. A exploração de anúncios em postes toponímicos obedecerá aos seguintes requisitos gerais:
- padronização estipulada pela Secretaria competente;
- colocação somente em locais previamente definidos e autorizados pela
Secretaria;
- é vedada a colocação de postes toponímicos em logradouros não reconhecidos oficialmente, ou com denominação errônea, ou com passeios cuja largura seja inferior a 2,50m (dois metros e meio);
- nas vias de circulação de ônibus será permitido a colocação de postes toponímicos, respeitando um raio de 50m (cinquenta metros) dos pontos de ônibus;
- ficará vedada a colocação de postes toponímicos que obstruam a visibilidade de placas de trânsito e mobiliário urbano ou prejudiquem a arborização em vias.

Art. 235. Os postes toponímicos luminosos ou iluminados, ligados à rede de iluminação pública, deverão observar as exigências das concessionárias locais.

Art. 236. O descumprimento de qualquer das disposições previstas neste Capítulo sujeitará o responsável à notificação para regularização no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

§1º Não sendo sanada a irregularidade no prazo estipulado, o Município providenciará a remoção do poste toponímico irregular, sem prejuízo da aplicação de multa e cobrança dos custos correspondentes ao infrator.

§2º No caso de reincidência, além da remoção imediata, poderá ser suspensa a autorização para novas instalações pelo prazo de até 12 (doze) meses.

CAPÍTULO IX
DAS FAIXAS

Art. 237. O uso de faixas será autorizado em locais previamente determinados e em caráter transitório.

§ 1º Os responsáveis pelas faixas poderão colocá-las no máximo quinze dias antes e retirá-las até 72 horas do período autorizado.

§ 2º Durante o período de exposição, a faixa deverá ser mantida em perfeitas condições de afixação e conservação.

§ 3º É proibida a fixação de faixas em árvores.

§ 4º A colocação de faixas poderá ser feita em postes desde que autorizada pelas concessionárias.

§ 5º As faixas instaladas transversalmente sobre vias públicas, calçadas ou espaços de circulação deverão observar altura livre mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) em relação ao solo, de forma a não comprometer a segurança e o fluxo de pedestres ou veículos.

Art. 238. Os danos às pessoas ou propriedades, decorrentes da inadequada colocação das faixas, serão de única e inteira responsabilidade do autorizado.

CAPÍTULO X
DAS PROIBIÇÕES GERAIS

Art. 239. Fica proibida a colocação ou fixação de veículos de divulgação:
I - nos logradouros públicos, viadutos, túneis, pontes, elevadas, monumentos, pistas de rolamentos de tráfego, nos muros, fachadas e nas empenas cegas, com exceção das previstas neste Código;
II - que obstruam a atenção dos motoristas ou obstruam a sua visão ao entrar e sair de estabelecimentos, caminhos privados, ruas e estradas;
III - em veículos automotores sem condições de operacionalidade, ou que tenha como finalidade precípua à veiculação de anúncios de divulgação;
IV - que se constituam em perigo à segurança e à saúde da população, ou que, de qualquer forma, prejudique a fluidez dos seus deslocamentos nos logradouros públicos;
V - que prejudiquem os lindeiros;
VI - que prejudiquem a insolação ou a aeração da edificação em que estiverem instalados, ou lindeiros;
VII - no mobiliário urbano, se utilizados como mero suporte de anúncios, desvirtuados de suas funções próprias;

VIII - em obras públicas ou elementos significativos da paisagem, nos parques, nas áreas funcionais de interesse cultural e paisagístico, nos monumentos públicos, nas obras de arte, nos prédios de interesse sociocultural, de adequação volumétrica e nos prédios tombados ou de valor histórico;
IX - que veiculem mensagem fora do prazo autorizado ou de estabelecimentos desativados;
X - em mau estado de conservação no aspecto visual, como também estrutural;
XI - mediante emprego de balões inflamáveis;
XII - veiculada mediante uso de animais;
XIII - fora das dimensões e especificações elaboradas na regulamentação desta Lei, bem como diferentes do projeto original aprovado;
XIV - que desfigurem, de qualquer forma, as linhas arquitetônicas dos edifícios;
XV - quando se refira desairosamente a pessoas, instituições, crenças, ou quando utilize grafia incorreta;
XVI - quando favorecer ou estimular qualquer espécie de ofensa ou discriminação racial, social ou religiosa;
XVII - quando veicularem elementos que possam induzir a atividades criminosas e ilegais, ou à violência, ou que possam favorecer, enaltecer ou estimular tais atividades;
XVIII - quando veicularem mensagens de produtos proibidos ou que estimulem qualquer tipo de poluição ou degradação do ambiente natural;
XIX - na pavimentação das ruas, meios-fios e calçadas e rótulas, salvo em se tratando de anúncio orientador ou prestador de serviço de utilidade pública;
XX - no interior de cemitérios, salvo os anúncios orientadores;
XXI - em árvores e postes de luz;
XXII - em cavaletes, nos logradouros públicos;
XXIII - quando obstruírem a visibilidade da sinalização de trânsito e outras sinalizações destinadas à orientação do público, bem como a numeração imobiliária e a denominação das vias;
XXIV - quando, com o dispositivo luminoso, causarem insegurança ao trânsito de veículos e pedestres ou prejudicarem o bem-estar da população do entorno;
XXV - em propriedades municipais, sem autorização expressa de uso do imóvel para este fim, por parte do Órgão competente.
Parágrafo único. Fica vedada a veiculação de anúncios ao longo das vias férreas ou rodovias, dentro dos limites do Município, sem autorização deste, independente das exigências contidas nas Legislações Federal e Estadual.

CAPÍTULO XI
DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 240. A autorização de uso do imóvel para implantação de veículos de divulgação ou instalações de publicidade implicará, obrigatoriamente, na autorização de acesso dos agentes do Poder Executivo ao local, sempre que necessário à fiscalização e ao cumprimento das normas legais.
Art. 241. Responderá solidariamente pela infração todo aquele que, de qualquer modo, a cometer, concorrer para sua prática ou dela se beneficiar.

CAPÍTULO XII
AS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS
Art. 242. Os anúncios e veículos que forem encontrados sem a necessária autorização, ou em desacordo com as disposições desta Lei poderão ser retirados e apreendidos, sem prejuízo de aplicação de penalidade aos responsáveis.
§ 1º Os procedimentos relativos a penalidades por infração ao disposto nesta Lei obedecerão ao previsto na legislação em vigor.
§ 2º Os responsáveis por projetos e colocação dos veículos responderão pelo cumprimento das normas estabelecidas nesta Lei, bem como por sua segurança.
§ 3º O poder Executivo não assumirá qualquer responsabilidade em razão de veículos mal executados.
§ 4º Anúncios veiculados sobre outros componentes do Mobiliário Urbano serão normatizados de acordo com o edital da licitação correspondente.
§ 5º Os pedidos de autorização de veículos que não atenderem às disposições desta Lei serão indeferidos.
Art. 243. É fator determinante da imediata revogação da autorização a inobservância das disposições legais, respeitado o devido processo legal e ampla defesa para cada caso.
Art. 244. Por ocasião de eventos populares ou institucionais, reserva-se à Secretaria competente, o direito de indicar locais para a livre exposição de anúncios, dentro das normas e critérios estabelecidos.
Art. 245. Para todos os veículos existentes por ocasião da entrada em vigor desta Lei, será obrigatória a obtenção de autorização, procedendo-se à convocação, através da imprensa, inclusive a oficial.
§ 1º Serão fixados prazos e condições para a solicitação das autorizações e serão feitos esclarecimentos acerca das sanções legais.
§ 2º O prazo para a regularização dos veículos de divulgação existentes no momento da entrada em vigor desta Lei será de doze meses.
Art. 246. A Secretaria competente, deverá disciplinar, estruturar e organizar o espaço público da área central.
Art. 247. Dever-se-á ter como objetivo a melhora da circulação de pedestres e o livre trânsito de ambulâncias e veículos de bombeiros.
Art. 248. Esta Legislação aplicar-se-á a todos os processos em tramitação.
TÍTULO VII
DA UTILIZAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS
CAPÍTULO I
DO TRÂNSITO
Art. 249. O trânsito, de acordo com as leis vigentes, é livre e sua regulamentação tem por objetivo manter a ordem, a segurança e o bem-estar dos transeuntes e da população em geral.
Art. 250. É proibido embaraçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nas ruas, praças, passeios, calçadas, estradas e caminhos públicos, exceto para efeito de obras públicas, ou quando exigências policiais determinarem.
Parágrafo único. Sempre que houver necessidade de interromper o trânsito, deverá ser colocada sinalização adequada claramente visível de dia e luminosa à noite, mediante autorização prévia da Administração Municipal, através do Órgão competente, com circunscrição sobre a via.
Art. 251. Compreende-se como proibição do artigo anterior depósito de quaisquer materiais, inclusive de construção e de caixas receptoras de entulho, nas vias públicas em geral.
§ 1º Tratando-se de materiais cuja descarga não possa ser feita diretamente no interior dos prédios, será tolerada a descarga e permanência na via pública com o mínimo de prejuízo ao trânsito, mediante autorização prévia da Administração Pública através do Órgão competente, com circunscrição sobre a via.
§ 2º Nos casos previstos no parágrafo anterior, os responsáveis pelos materiais depositados na via pública deverão advertir os veículos sobre o perigo, a uma distância de 50 metros do local.
Art. 252. É expressamente proibido conduzir animais bravios sem a necessária precaução nas vias públicas:
Art. 253. É expressamente proibido danificar, encobrir, adulterar ou retirar sinais colocados nas vias, estradas ou caminhos públicos, como advertência de perigo, impedimento de trânsito ou a sinalização prevista no Código de Trânsito Brasileiro.
Art. 254. Assiste ao Município, através do órgão competente, o direito de impedir o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos à via pública.
CAPÍTULO II
DOS VEÍCULOS DE TRANSPORTE COLETIVO OU DE CARGA
Art. 255. Constitui infração:
- fumar em veículos de transportes coletivos;
- conversar ou, de qualquer forma, perturbar o motorista de veículo de transporte coletivo quando este estiver em movimento;
- negar troco ao passageiro;
- o motorista ou cobrador de veículo de transporte coletivo tratar o usuário com falta de urbanidade;
- recusar-se o motorista ou cobrador de veículo de transporte coletivo a embarcar passageiro, sem motivo justificado;
- encontrar-se em serviço o motorista ou o cobrador, sem estarem devidamente asseados e adequadamente trajados;
- transportar animais em veículos coletivos, salvo quando utilizado por deficientes físicos e bagagem de grande porte;
- trafegar com veículo coletivo transportando passageiros fora do itinerário determinado, salvo em situação de emergência;

- o motorista interromper a viagem, sem causa justificada;
- parar fora dos pontos determinados para embarque ou desembarque de passageiros, ou afastados do meio fio, impedindo ou dificultando a passagem de outros veículos;
- abandonar na via pública veículo de transporte coletivo e de carga, com o motor funcionando;
- trafegar o veículo de transporte coletivo sem a indicação isolada ou em destaque central da identificação da linha, ou com a luz do letreiro ou número de linha apagado;
- trafegar com as portas abertas;
- colocar em tráfego veículo de transporte coletivo em mau estado de conservação ou de higiene;
- dirigir veículo de transporte coletivo com velocidade incompatível com a segurança dos passageiros;
- não constar do veículo de transporte coletivo a fixação da lotação e da tarifa;
- a falta de cumprimento de horário das linhas de transporte coletivo;
- trafegar com carga ou peso superior ao fixado na sinalização, salvo prévia autorização do Município, com circunscrição sobre a via;
- trafegar nas vias com sinalização regulamentar com veículo transportando mais de sete toneladas de lotação, dificultando a circulação ou causando a sua interrupção;
- carregar ou descarregar materiais destinados a estabelecimentos situados nas áreas devidamente sinalizadas, fora do horário previsto, salvo prévia autorização do
Município, com circunscrição sobre a via;
- recusar-se a exibir documentos à fiscalização quando exigidos;
- não atender as normas, determinações e orientações da fiscalização;

Art. 256. Além das disposições constantes nesta seção, o sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros seguirá a regulamentação prevista em Lei Municipal.

Art. 257. O sistema de Transporte Coletivo Distrital e Especial de Passageiros seguirá a regulamentação prevista em Lei Municipal.

TÍTULO VIII

DO CORRETO ORDENAMENTO DAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

CAPÍTULO I

DA OCUPAÇÃO DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 258. As concessões para ocupação dos logradouros públicos serão permitidas apenas para mesas e cadeiras de estabelecimentos devidamente licenciados pelo Município, tais como: cafés, bares, lanchonetes, confeitarias e similares, que deverão apresentar, juntamente com o pedido de licença, a planta de ocupação do logradouro público, contendo obrigatoriamente: número de mesas e cadeiras testadas do estabelecimento, largura do logradouro, locação dos equipamentos urbanos (lixeiras, postes, caixas de correio, placas de sinalização de trânsito, telefones públicos, dentre outros), bem como arborização.

§ 1º Para a liberação da autorização, deverão ser observados obrigatoriamente os seguintes requisitos: manter livre de obstáculos, largura mínima de dois metros, para a circulação de pedestres.

§ 2º Fica sob a responsabilidade do estabelecimento licenciado a manutenção da limpeza, ordem e conservação dos equipamentos urbanos abrangidos pela ocupação.

§ 3º A Secretaria competente poderá estabelecer outras exigências para a ocupação do logradouro público no momento do licenciamento, quando julgar conveniente à segurança, à salubridade e ou sossego público.

Art. 259. As concessionárias dos serviços de comunicação poderão instalar caixas coletoras de correspondência e telefones nos logradouros públicos desde que sejam solicitados à Secretaria competente, mediante a aprovação dos respectivos modelos e sua localização.

CAPÍTULO II

DOS SERVIÇOS EXECUTADOS NOS LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 260. Nenhum serviço ou obra que exija levantamento do calçamento ou abertura e escavação nos logradouros públicos poderá ser executado por particulares ou empresas, sem prévia licença.

§ 1º A recomposição do calçamento será feita pelos interessados e fiscalizadas pela Secretaria competente.

§ 2º A inobservância pelos interessados da recomposição determinada ocasionará a imediata paralisação dos serviços ou obra que esteja sendo executada.

Art. 261. O Órgão competente do Município poderá estabelecer horário para a realização dos serviços, se estes ocasionarem transtorno ao trânsito de pedestres ou de veículos, nos horários normais de trabalho.

Art. 262. As empresas ou particulares autorizados a fazerem abertura no calçamento ou escavações nos logradouros públicos são obrigados a colocar tabuletas indicativas de perigo e/ou interrupção de trânsito, convenientemente dispostas, além de luzes vermelhas, durante a noite.

Parágrafo único. A Secretaria competente poderá estabelecer outras exigências, quando julgar conveniente à segurança, à salubridade, ou ao sossego público quando do licenciamento de obras a serem realizadas nos logradouros públicos.

CAPÍTULO III

CORETOS OU PALANQUES

Art. 263. Para a ocorrência de festividades públicas civis, militares ou religiosas, poderão ser armados coretos ou palanques provisórios nos logradouros públicos, desde que solicitada ao Poder Público a aprovação de sua localização e dentro de um prazo mínimo de 03 (três) dias antes do ato ou comemoração.

§ 1º Na localização dos coretos ou palanques deverão ser observados, obrigatoriamente, os seguintes requisitos:
- não perturbarem o trânsito público;
- serem providos de instalação elétrica, quando de utilização noturna;
- não prejudicarem o calçamento nem o escoamento das águas pluviais, correndo por conta dos responsáveis pelas atividades os estragos verificados;
- serem removidos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do encerramento das atividades.

§ 2º Após o prazo estabelecido no Inciso IV do parágrafo anterior, o Poder Executivo, promoverá, a remoção do coreto ou palanques, dando ao material o destino que entender e cobrando dos responsáveis as despesas de remoção.

CAPÍTULO IV

DOS MUROS, CERCAS, PASSEIOS, MURALHAS DE SUSTENTAÇÃO FECHOS DIVISÓRIOS, EDIFÍCIOS EM CONSTRUÇÃO OU DEMOLIÇÃO

Art. 264. Os proprietários de imóveis com testada voltada para vias dotadas de pavimentação, meio-fio ou sarjeta ficam obrigados a **construir, pavimentar e conservar os passeios (calçadas)** correspondentes à testada de seus lotes, mantendo-os limpos, acessíveis e em bom estado de conservação.

§ 1º Os passeios deverão atender às exigências de declividade e materiais estabelecidas pelas normas NBR 9050 e NBR 16537, bem como por quaisquer outras normas que venham a substituí-las, assegurando a conformidade técnica e a acessibilidade.

§ 2º Os revestimentos utilizados nos passeios devem ser de material de fácil reposição e antiderrapantes.

§ 3º Nas residências coletivas ou uni familiares poderão ser construídas faixas de jardins ou gramado no passeio, desde que tenha uma faixa de pavimento para a circulação de pedestres, com largura não inferior a 1,20 m (um metro e vinte centímetros) e acompanharem o padrão existente, obedecendo à determinação da Secretaria competente.

§ 4º Não poderá existir descontinuidade entre calçadas.

§ 5º Nos acessos de veículos pequenos e médios será permitido o rebaixamento da guia que deverá ter extensão máxima de 2,5m.

§ 6º Não será permitida a obstrução das sarjetas das guias, para a entrada ou saída de veículos.

§ 7º As larguras mínimas admitidas para passeios ou calçadas deverão atender às disposições estabelecidas na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, na Lei de Sistema Viário e na Lei de Parcelamento do Solo e outras leis de fins urbanos.

§ 8º Nos cruzamentos de vias, as faixas de passeio deverão ser providas de rampas de acesso, conforme a ABNT NBR 9050:2020 ou atualizações.

Art. 265. Todo proprietário de terreno edificado ou não, situado no Município de Paulo Frontin/PR, inclusive as pessoas jurídicas de direito público, deverão vedá-lo e mantê-lo limpo e drenado.

Parágrafo Único. Para a construção de muro frontal - independente da altura – e muros nas divisas laterais e fundos de contenção e/ou excedam a altura de3 (três) metros, deverá ser requerido Alvará de Construção;

Art. 266. A reconstrução e reparo de muros e passeios danificados por concessionárias do serviço público deverá ser por estas realizado,

dentro de 10 (dez) dias, a contar do término de seu respectivo trabalho, devendo retornar ao padrão existente ou similar, de mesma qualidade.

Parágrafo Único. Não sendo cumprida a disposição deste parágrafo, no prazo previsto, a Administração Municipal executará as obras e cobrará da concessionária responsável seu custo, acrescido de 20% (vinte por cento), a título de gastos da Administração.

Art. 267. Ficará a cargo do Município a reconstrução ou conserto de muros ou passeios afetados por alteração do nivelamento, ocasionadas pela arborização dos logradouros públicos ou modificações de alinhamento das guias causados por alterações do Sistema Viário.

Art. 268. Poderão ser comuns os muros e cercas divisórias entre propriedades urbanas e rurais, quando os proprietários dos imóveis confinantes deverão concorrer em partes iguais para as despesas de sua construção e conservação:

§ 1º A altura máxima do muro ou cerca divisória será de 2,20m para imóveis edificados, caso venha a ser instalado cerca elétrica a altura mínima deverá ser 2,5m.

§ 2º Acima dessa altura, se necessário, será permitido o levantamento de tela ou similar, que não impeça a insolação e ventilação.

§ 3º Os terrenos baldios da zona urbana serão fechados com muros ou com grades de ferro, madeira, tela metálica ou cerca de arame liso.

Parágrafo Único. É vedado o uso de material contundente voltado para a área pública.

Art. 269. Ao serem autuados pelo Município a executar o fechamento de terrenos e outras obras necessárias, os proprietários que não atenderem à autuação ficarão sujeitos, além da multa correspondente, ao pagamento do custo dos serviços feitos pelo Município, acrescidos de 20 % (vinte por cento), a título de administração.

Parágrafo Único. Feita a intimação por carta, com prazo de 30 (trinta) dias e não atendida pelo proprietário, o Município poderá contratar uma empresa empreiteira, para a execução de obras dos muros, passeios, muralhas de sustentação, cercas, fechos divisórios e demais obras referidas neste capítulo, cujo valor, acrescido de 20% (vinte por cento), previsto no caput deste artigo, será lançado em dívida ativa para imediata cobrança administrativa ou judicial, com multa e correção monetária.

Art. 270. Sempre que o nível de qualquer terreno, edificado ou não for superior ao nível do logradouro em que ele se situe, o Município exigirá obrigatoriamente do proprietário a construção de muro de arrimo ou revestimento de terras, além de canalização interna para as águas pluviais.

Parágrafo Único. A Secretaria competente deverá exigir do proprietário do terreno, edificado ou não, a construção de sarjetas ou drenos, para desvios de águas pluviais ou de infiltrações, que causem prejuízos ou dano ao logradouro público, ou aos proprietários vizinhos.

Art. 271. Os fechos divisórios de terrenos rurais, salvo acordo expresso entre os proprietários, poderão ser construídos nas seguintes modalidades:

- cerca viva, de espécies vegetais adequadas e resistentes;
- cerca de arame farpado, com 3 (três) fios no mínimo;
- tela de fios metálicos resistentes.

Parágrafo Único. Fica terminantemente proibida a utilização de plantas venenosas ou nocivas em cercas vivas de fechos divisórios de terrenos rurais.

Art. 272. Nenhuma obra, inclusive demolição, quando feita no alinhamento das vias públicas, poderá dispensar o tapume provisório, que deverá ocupar uma faixa de até 1/3 ou em casos especiais, até metade da largura do passeio, mediante autorização do Órgão competente.

Art. 273. As obras de construção, reforma, demolição, reconstrução ou acréscimo, quando executadas no alinhamento predial, deverão estar obrigatoriamente protegidas por tapume provisório, que deverá ocupar uma faixa de até 1/3 ou em casos especiais até metade da largura do passeio, mediante autorização do órgão competente.

§ 1º Quando os tapumes forem construídos em esquinas, as placas de nomenclatura dos logradouros, bem como a sinalização de trânsito existente não poderão ser obstruídas pelo tapume, que deverão apresentar canto chanfrado, de acordo com lei específica, de forma a não prejudicar a visibilidade do tráfego de veículos.

§ 2º As obras de construção, de reforma ou de demolições executadas no alinhamento predial, além do tapume, deverão executar proteção coberta para segurança de pedestres, com 2,20 m (dois metros e vinte centímetros) de altura livre.

§ 3º Os tapumes deverão ser mantidos pintados e em bom estado de conservação e segurança.

§ 4º A faixa de passeio, não ocupada por tapume, deverá ser mantida conservada e sem obstáculos, para livre trânsito de pedestres.

§ 5º Os tapumes deverão retornar à posição original, ou seja, no alinhamento predial, quando a obra estiver paralisada.

Art. 274. Os stands de vendas de imóveis poderão ser construídos, após expedição do competente Alvará de Licença para Construção.

§ 1º Os stands não poderão ultrapassar os limites dos tapumes.

§ 2º Os stands de vendas somente poderão ser construídos em caráter temporário e exclusivamente para venda de unidades imobiliárias construídas no mesmo local.

§ 3º A bem da estética é obrigado que o stand de vendas seja mantido pintado e em bom estado de conservação.

Art. 275. O Departamento competente notificará os infratores da presente Lei, na pessoa do titular do imóvel ou seu preposto, ou ainda, quando necessário, por Edital, para a execução da regularização, observados os prazos a seguir especificados:

- vedação de terrenos e passeios, prazo de 30 (trinta) dias úteis;
- tapumes, prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- recuperação e conservação de passeios não ocupados por tapume, prazo de 02 (dois) dias úteis.

Art. 276. Vencidos os prazos estabelecidos nesta Lei sem a devida regularização, a bem do interesse público, poderá a Secretaria competente a executar os serviços requeridos, diretamente ou através de empreitada contratada, cobrando os custos do proprietário do imóvel, sem prejuízo das multas já aplicadas.

Parágrafo Único. Quando os serviços forem executados por iniciativa do Município, os custos serão acrescidos de 20% (vinte por cento) sobre o valor total, a título de despesas administrativas.

Art. 277. Os andaimes deverão satisfazer as seguintes condições:

- apresentarem perfeitas condições de segurança;
- ocuparem de 13 até a metade do passeio e serem providos de platibandas de proteção contra a queda de objetos na via pública;
- não causarem danos às árvores, aparelhos de iluminação e redes telegráficas e de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo Único. O andaime e o tapume deverão ser retirados, quando ocorrer a paralisação da obra.

CAPÍTULO V
DA NUMERAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES
Seção I
Numeração Predial

Art. 278. A numeração predial será fornecida pela Engenharia, mediante Certidão e, terá validade nas ações do Planejamento Urbano, de endereçamento e prestação de serviços essenciais e sua emissão não implica, em hipótese alguma, no reconhecimento por parte do Município, do Direito sobre a Posse ou Domínio Útil da propriedade, não a legitima, não autoriza o seu parcelamento, não autoriza a edificação sobre a mesma, nem torna legal o Sistema Viário.

§ 1º Para formalização do pedido da certidão de numeração predial, será necessária a apresentação dos seguintes documentos:

- requerimento com assinatura do proprietário ou representante legal;
- fotocópia das folhas do carnê do IPTU, que contenham a identificação da propriedade, do proprietário e os dados cadastrais da propriedade;
- fotocópia atualizada (30 dias) da matrícula da propriedade;
- projeto de subdivisão da propriedade contendo a implantação das edificações, no caso de projeto de construção de casas geminadas, onde o parcelamento é obtido através do código de obras;
- planta de implantação das edificações e subdivisão da propriedade, no caso de fornecimento de número predial adicional e fracionamento do IPTU.]

– Alvará de construção ou projeto aprovado pelo Município, com o objetivo de evitar a liberação de ligações de água e energia elétrica em edificações irregulares perante o poder público municipal.

§ 2º Para os casos regulares, o prazo máximo para o fornecimento da certidão, após cumpridas todas as exigências do Município pelo interessado, será de 48 (quarenta e oito) horas e neste prazo não será computado o tempo despendido na prestação de esclarecimentos pela parte interessada, ou na apresentação de documentação faltante.

Art. 279. A numeração predial obedecerá aos seguintes critérios:

I - será um identificador, podendo ser numérico ou alfanumérico, sendo a parte numérica composta por um número inteiro, que corresponderá à distância métrica mensurada a partir do início da via pública na qual se situa o imóvel, até à linha divisória da propriedade, incluindo a sua testada, indicando a posição geográfica do imóvel em relação à via.

II - no que couber, o estabelecimento do ponto inicial a que se refere o inciso I, obedecerá:

a) à Hierarquia do Sistema Viário, ou seja, as vias locais terão início em vias coletoras, que terão início nas vias estruturais, que terão início nas arteriais rodoviárias;

b) aos limites e às barreiras físicas intransponíveis;

c) à sequência definida nos casos já anteriormente implantados, onde ela não comprometer a lógica do sistema de numeração predial;

III - a parte alfabética complementar da numeração predial poderá ser utilizada na emissão da Certidão, em casos onde houver necessidade de identificação de mais de uma edificação para um único imóvel, entendido como fração deste, porém sempre com referência à numeração de entrada pelo logradouro público;

IV - a numeração predial, para quem longitudinalmente olha a via pública e dá as costas para o início da mesma, será par quando o imóvel estiver localizado no lado direito da via e ímpar, se localizado no lado esquerdo.

V- O proprietário do imóvel é responsável pela colocação e manutenção de placa em local perfeitamente visível da via pública, indicando a numeração predial recebida através da Certidão, de tamanho adequado, do tipo oficial ou artístico de sua preferência.

VI - As edificações com mais de um pavimento terão numeração predial obedecendo-se os mesmos critérios desta Seção, sendo as unidades independentes identificadas no Projeto e no estabelecimento do condomínio, por numerais com três e quatro algarismos, devendo o algarismo da classe das centenas e dos milhares indicar o número do pavimento, considerando sempre o pavimento térreo como o primeiro pavimento e o algarismo das dezenas e das unidades indicando a ordem das unidades, em cada pavimento. A numeração a ser distribuída nos pavimentos subterrâneos e nas sobrelojas será precedida das letras maiúsculas “SS” e “SL”, respectivamente.

Seção II

Nomenclatura das Vias e Logradouros Públicos

Art. 280. As novas vias e logradouros públicos municipais terão denominações submetidas à aprovação da câmara municipal.

§ 1º A Câmara Municipal poderá alterar as denominações das vias e logradouros públicos existentes, desde que comprove a conveniência das alterações.

§ 2º A comprovação de que trata o Parágrafo 1.º se fará às expensas do proponente, através de Estudo de Viabilidade Técnica e Pesquisa de Opinião, com a concordância de no mínimo 2/3 (dois terços) dos Proprietários dos Imóveis com frente para aquelas vias ou logradouros.

Art. 281. Para a denominação das vias e logradouros públicos, deverá ser obedecido o seguinte critério:

- conter o nome completo do homenageado, e a redação com o nome oficial será apresentada nos artigos propostos, não podendo ser o nome demasiadamente extenso, para que não prejudique a clareza e a precisão das indicações;
- não será permitida a utilização de nomes de pessoas vivas;
- o procedimento de denominação será acompanhado de um histórico do homenageado, contendo seus dados pessoais e de suas atuações na comunidade e, na medida do possível, representar nomes de vultos eminentes ou beneméritos e com feitos gloriosos na história, estando de acordo com a tradição.

TÍTULO IX

DOS CEMITÉRIOS E SERVIÇOS FUNERÁRIOS

CAPÍTULO I

DOS CEMITÉRIOS

Art. 282. Os cemitérios do Município são públicos, cabendo a sua fundação, fiscalização e administração ao Município.

§ 1º Os cemitérios, por sua natureza, são locais respeitáveis e devem ser conservados limpos e tratados com zelo; suas áreas arruadas, arborizadas e jardinadas, providas de fechamento externo e de acordo com as plantas aprovadas.

§ 2º É lícito às Associações, Irmandades e Sociedades do caráter religioso ou Empresas privadas, respeitadas as Leis e Regulamento que regem a matéria, estabelecerem ou manterem cemitérios, desde que devidamente autorizados pelo Município, ficando sujeitos permanentemente a sua fiscalização.

§ 3º Os cemitérios do Município estão livres a todos os cultos religiosos, à prática dos respectivos ritos, desde que não atentem contra a moral e as leis vigentes.

§ 4º Os sepultamentos serão feitos sem indagação de crença religiosa, princípios filosóficos ou ideológico políticos do falecido.

§ 5º Para a construção de novos cemitérios deverão ser observadas rigorosamente as normas sanitárias da União e do Estado.

Art. 283. É proibido fazer sepultamento antes de decorrido o prazo de doze horas, contando o momento do falecimento, salvo:

- quando a causa da morte for moléstia contagiosa ou epidêmica;
- quando o cadáver tiver inequívocos sinais de putrefação;

§ 1º Nenhum cadáver poderá permanecer insepulto, nos cemitérios, por mais de 36 (trinta e seis) horas, contadas do momento em que for verificado óbito, salvo quando o corpo estiver embalsamado ou se houver ordem expressa da Autoridade Policial, Judicial ou da Saúde Pública.

§ 2º Não se fará sepultamento algum sem a Certidão de Óbito fornecida pelo Oficial de Registro Civil do local do falecimento.

§ 3º Na impossibilidade da obtenção da Certidão de Óbito, o sepultamento poderá ser feito mediante autorização de autoridade médica ou policial, ou condicionado à apresentação da Certidão de Óbito posteriormente, ao Órgão competente.

Art. 284. Os sepultamentos em jazigos sem revestimentos e sepulturas poderão repetir-se a cada 05 (cinco) anos e nos jazigos com revestimento-carneiro, não haverá limite de tempo, desde que o último sepultamento feito seja convenientemente isolado.

§ 1º Considera-se sepultura a cova funerária aberta no terreno com as seguintes dimensões: 2,00 m (dois metros) de comprimento por 0,80 cm (oitenta centímetros) de largura e 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) de profundidade.

§ 2º Considera-se como carneira a cova ou construção acima do solo, com as paredes revestidas de tijolos ou material similar, tendo, internamente, no mínimo 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetro) de comprimento por 1,00 m (um metro) de largura por 0,60 cm (sessenta centímetros) de altura.

Art. 285. Os proprietários de terrenos ou seus representantes são obrigados a fazer os serviços de limpeza, obras, conservação e reparos no que tiverem construído e que forem necessários à estética, à segurança e à salubridade dos cemitérios.

§ 1º Os jazigos, nos quais não forem feitos serviços de limpeza, obras, conservação e reparos julgados necessários, serão considerados em abandono ou ruína.

§ 2º Os proprietários de jazigos considerados em ruína serão convocados, através de Edital e se, no prazo determinado não comparecerem, as construções em ruínas, serão demolidas, revertendo-se ao Patrimônio Municipal o respectivo terreno, através de Decreto.

§ 3º Verificada a hipótese do parágrafo segundo, acima, os restos mortais existentes nos jazigos serão exumados e colocados no Ossuário Municipal, devidamente identificados.

§ 4º O material retirado dos jazigos, abertos para fins de exumação, pertencem ao cemitério, não cabendo aos interessados o direito de reclamação.

Art. 286. Nenhuma exumação poderá ser feita antes de decorrido o prazo de 05 (cinco) anos para adultos e 03 (três) anos para crianças, contados da data de sepultamento, salvo em virtude de requisição por escrito, da Autoridade Policial ou Judicial, ou mediante parecer do Órgão de Saúde Pública.

Art. 287. Exceto as pequenas construções sobre as sepulturas, ou colocação de lápides, nenhuma construção poderá ser feita nem mesmo iniciada nos cemitérios, sem que tenha sido previamente aprovada pela repartição competente.

Parágrafo Único. Entende-se por pequenas construções os jazigos de no máximo 0,20 (vinte centímetros) de altura excetuando-se a pedra lápide.

Art. 288. Nos cemitérios é proibido:

- praticar atos de depredação de qualquer espécie nos jazigos ou em outras dependências;
- arrancar plantas ou colher flores;
- pregar cartazes ou fazer anúncios nos muros e portões;
- efetuar atos públicos que não sejam de culto religioso ou civil;
- praticar comércio não autorizado;

- fazer qualquer trabalho de construção aos domingos, salvo em casos devidamente justificados, mediante autorização;
- a circulação de qualquer tipo de veículo motorizado, estranho aos fins e serviços atinentes ao cemitério salvo nos locais previamente definidos.

Art. 289. É permitido dar sepultura em um só lugar a mais de 01 (uma) pessoa da mesma família, falecidas no mesmo dia.

Art. 290. Todos os cemitérios devem manter em rigorosa ordem os controles seguintes:
- sepultamento de corpos ou partes;
- exumação;
- sepultamento de ossos;
- indicações dos jazigos sobre os quais já se constituíram direitos, ou seja, com nome, qualificação, endereço do seu titular e as transferências e alterações ocorridas.

Parágrafo Único. Esses registros deverão indicar:
- hora, dia, mês e ano;
- nome da pessoa a que pertencem os restos mortais;
- no caso de sepultamento, além do nome, deverão ser indicados a filiação, idade, sexo do morto e Certidão de Óbito.

Art. 291. Os cemitérios devem adotar livros Tombo ou fichas onde, de maneira reunida, serão transcritas as anotações lançadas nos registros de sepultamento, exumação e ossários, com indicação de número do livro e folhas, ou número da ficha onde se encontram os históricos integrais destas ocorrências. Estes livros devem ser escriturados por ordem de número dos jazigos e por ordem alfabética dos nomes dos falecidos.

Art. 292. Os cemitérios públicos e particulares deverão conter com os seguintes equipamentos e serviços:
- capela com sanitários e copa;
- edifício de administração, inclusive salas de registros que deverão ser convenientemente protegidas contra intempéries, roubos e ação de roedores;
- sala de primeiros socorros;
- sanitários para o público e funcionários;
- depósitos para ferramentas;
- ossuário para colocação de ossos, após exumação;
- iluminação elétrica de toda a área, para facilitar a vigilância;
- rede de distribuição de água;
- área de estacionamento de veículos;
- arruamento urbanizado e arborizado.

Art. 293. Além das disposições acima, os cemitérios estarão sujeitos à legislação vigente.

CAPÍTULO II
DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS

Art. 294. O serviço funerário municipal consiste no fornecimento de ataúde e transporte de cadáver podendo, opcionalmente, ocorrer o aluguel de capelas, altares, banquetas, castiçais, velas, demais paramentos e ônibus para acompanhamento do féretro, obtenção de Certidão de Óbito e demais documentos de indigentes e transporte de cadáveres humanos exumados.

Art. 295. Os serviços funerários serão prestados diretamente pela municipalidade, ou por terceiros.

Art. 296. Em caso de permissão ou concessão aplicar-se-á a legislação vigente.

TÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 297. Toda e qualquer regulamentação que se faça necessária será realizada via Decreto.

Art. 298. As Secretarias ou Órgãos instituídos com o poder de polícia, caso venham a sofrer alteração de nome ou de competência, sua alteração será automática.

Art. 299. A presente lei entrará em vigor noventa dias após a sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Paulo Frontin, 17 de dezembro 2025.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Classificação das Infrações:

Tipo de Infração	Características	Multa (UFM)
Leve	Prejuízos mínimos, sem dolo, sem reincidência.	5 UFM
Média	Perturbações moderadas, danos reversíveis, parcial comprometimento do bem-estar ou da ordem urbana.	15 UFM
Grave	Danos significativos à saúde pública, meio ambiente ou segurança. Reiteração de descumprimento.	25 UFM
Gravíssima	Risco à integridade física, dano irreparável ou grave afronta à ordem pública e legislação.	50 UFM

Penalidades Aplicáveis

Medida	Quando aplicar
Advertência por escrito	Primeira infração leve ou em caso de colaboração imediata.
Multa pecuniária	Aplicada conforme a gravidade. Reincidência: multa em dobro.
Apreensão de bens ou mercadorias	Produtos irregulares, anúncios ilegais, equipamentos e materiais em desacordo com o Código.
Suspensão temporária	Uso irregular de espaço público ou exercício de atividade sem condições.
Interdição da atividade/instalação	Atividades com risco à saúde, segurança ou meio ambiente.
Cassação ou descadastramento	Em caso de infrações gravíssimas ou descumprimento reiterado de condições legais ou autorizativas.

Critérios para agravamento ou atenuação

Atenuantes	Agravantes
Ser primário (sem histórico de infrações)	Reincidência
Corrigir espontaneamente o problema	Obstrução da fiscalização
Colaborar com a fiscalização	Prestação de informações falsas
	Risco à coletividade, meio ambiente ou patrimônio público

Conteúdo Obrigatório no Auto de Infração

Data, local e nome do agente autuador
Nome e dados do infrator
Descrição do fato, circunstâncias agravantes/atenuantes
Dispositivo legal infringido
Intimação para defesa ou pagamento da multa
Assinaturas (ou justificativa de recusa) e testemunhas (se houver)

Processo Administrativo

Etapa	Prazo / Observação
Defesa inicial	15 dias úteis, contados da ciência do auto
Recurso administrativo	10 dias úteis após decisão em 1ª instância – com efeito suspensivo
Julgamento da defesa	Pela Secretaria competente
Inadimplemento da multa	Inscrição em dívida ativa e cobrança judicial
Manutenção de irregularidade	O Município poderá executar diretamente e cobrar os custos acrescidos de 20% de taxa administrativa

Apreensão e Destinação de Bens

Situação	Procedimento
Apreensão	Lavratura de auto com descrição dos bens e local de depósito
Devolução	Após pagamento de multa e reembolso das despesas
Não retirada em 30 dias	Venda em hasta pública ou doação a entidade social
Mercadoria perecível	Prazo de 24h para retirada; após isso, doação ou inutilização
Isenção de responsabilidade do Município	Em qualquer perecimento posterior à apreensão

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:C12F6293

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.516/2025

Lei nº 1.516/2025

SÚMULA: Estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências.

Ireneu Inácio Zacharias, Prefeito Municipal de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faço saber, em cumprimento a Lei Orgânica Municipal, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Projeto de Lei estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2026 compreendendo:
I – o orçamento fiscal (Poderes Executivo e Legislativo)
II – o orçamento da Fundação Municipal de Saúde.

SEÇÃO II
DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Art. 2º. A receita total, compreendendo os orçamentos mencionados no artigo anterior, é estimada em R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões).

§ 1º. A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e o ingresso de outras receitas correntes e de capital, conforme a legislação pertinente, de acordo com o seguinte desdobramento:

1	**Receitas Próprias**	**R$**	**50.000.000,00**
	1.1 Receitas Correntes	R$	50.000.000,00
	1.2 Receitas de Capital	R$	0,00

§ 2º. A legislação e os resumos das receitas serão demonstrados na forma do que dispõe o inciso I do Art. 5º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

SEÇÃO III
DA FIXAÇÃO DA DESPESA
Art. 3º. Nos Orçamentos Fiscal e da Fundação a despesa é fixada em R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões), assim distribuída:

	Orçamento Fiscal	R$	43.101.152,50
	Orçamento Fundação Municipal de Saúde	R$	6.898.847,50
	TOTAL	**R$**	**50.000.000,00**

Art. 4º. Os resumos gerais da despesa do Orçamento Geral do Município terão a forma do Art. 5º, inciso II, da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

SEÇÃO IV
DAS CORREÇÕES DOS ORÇAMENTOS
Art. 5º. As receitas serão estimadas e as despesas fixadas segundo preços vigentes em 1º de julho de 2025 (base de correção relativa a 30 de junho de 2025).
§ 1º. As despesas custeadas com financiamentos em moedas estrangeiras serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio vigente em 1º de julho de 2025.
§ 2º. Os valores da receita e despesa poderão ser atualizados no decorrer da execução orçamentária mediante a aplicação de Índice Nacional de Preços ao Consumidor, considerado no período de julho (inclusive) ao mês imediatamente anterior ao da correção.
§ 3º O Poder Executivo, no prazo de 30 dias após a publicação desta Lei e por ocasião das correções efetuadas no decorrer do exercício, encaminhará à Câmara Municipal, para ciência, cópia do orçamento anual devidamente corrigido.

SEÇÃO V
DAS AUTORIZAÇÕES PARA ABERTURA DE CRÉDITOS E AJUSTES DE FONTES
Art. 6º. Fica o Poder Executivo autorizado, no decurso da execução orçamentária, mediante edição de Lei Específica , destinar os recursos programados em Reserva de Contingência à cobertura de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais, observado o disposto no Quadro "h" do Anexo II - Metas Fiscais e Anexo III – Riscos Fiscais, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, e os consignados em Investimentos em Regime de Execução Especial, para abertura de créditos adicionais, atendidas as condições legais.

Art. 7º. Visando adequar as estruturas do orçamento-programa às necessidades técnicas decorrentes da execução das metas físicas e fiscais, fica o Poder Executivo autorizado, por meio de ato próprio, na medida das necessidades, e até o limite de 6% (seis por cento) a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2026, conforme o disposto no Art. 33, da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Parágrafo Único – Fica o Executivo Municipal autorizado a reprogramar, por ato próprio, os valores resultantes de superavit financeiro do exercício anterior, exceto a fonte livre – (OOO), sem integrar o limite definido no caput.
Art. 8º. O Poder Executivo deverá encaminhar à Câmara Municipal, demonstrativo de todas as alterações decorrentes do artigo anterior.
Art. 9º. Fica o Poder Legislativo autorizado a proceder ajustes no seu orçamento, nos termos do artigo 7º, dando ciência ao Poder Executivo.

SEÇÃO VI
DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E DOS CRÉDITOS POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA

Art. 10. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da Receita, nos termos da Lei Complementar Federal nº. 101/2000, do Título VI, Capítulo I, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, podendo, para tanto, realizar operações de crédito por antecipação da receita.

SEÇÃO VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 11. A Secretaria Municipal de Tributação e Finanças, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará e encaminhará à Câmara Municipal, os Quadros de Detalhamento de Despesa, especificando, por projeto/atividade/operação especial, os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos do orçamento fiscal.
Art. 12. O Anexo I, contém o demonstrativo da compatibilidade da programação orçamentária com os objetivos e metas definidos nos Anexos II – Metas Fiscais, e III – Riscos Fiscais, da Lei de Diretrizes Orçamentárias
Art. 13. Fica autorizada a compatibilização dos programas, ações e valores da presente Lei com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentarias.
Art. 14. Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Frontin, 17 de dezembro de 2025.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:8794B6D2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº174 /2025

PORTARIA Nº174 /2025

Designa Gestor e Fiscal para o Convênio celebrado com a Secretaria da Agricultura e Abastecimento - SEAB, referente ao Convênio para aquisição de estufas agrícolas, no âmbito do Município de Paulo Frontin e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Paulo Frontin - Paraná, IRENEU INÁCIO ZACHARIAS, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO a celebração de Convênio entre o Município de Paulo Frontin/PR e Secretaria da Agricultura e Abastecimento – SEAB, para aquisição de estufas agrícolas.
RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor Vinicius Matheus Sznicer Braz- CPF: ***.***.879-00, matrícula nº 1105, como gestor do convênio.
Art. 2º. Designar o servidor Tiago Mario Maksemovicz - CPF: ***.***.969-48, matrícula nº 1015, como fiscal do convênio.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.
Paulo Frontin/PR, 17 de dezembro de 2025.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:19DF5A27

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATA DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO E DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO Nº 09/2025

ATA DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO E DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO Nº 09/2025

Aos dezessete dias do mês de dezembro de 2025, às 10h00 (dez horas), nas dependências da Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, em atendimento ao EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 09/2025 e em estrita conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), bem como o Decreto Municipal nº 106/2025, que regulamenta o procedimento de pré-qualificação no âmbito municipal, reuniu-se a equipe responsável pela condução do processo de seleção de pessoas da sociedade civil interessadas em compor a COMISSÃO DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE MARCAS E MODELOS DE MÁQUINAS DE COSTURA E DO RAMO DE FACÇÃO.
A sessão foi aberta pela Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste, Sra. Lais Fernanda Gindri Schwingel, que presidiu os trabalhos, acompanhada pelos demais membros da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pela Portaria nº 81/2025, os quais atuaram em apoio e fiscalização do rito processual.
1. DO OBJETO DA SESSÃO: O objetivo primordial desta sessão, conforme amplamente delineado no Edital de Chamamento Público nº 09/2025, era proceder à análise técnica da documentação apresentada pelos candidatos inscritos para compor a referida Comissão de Pré-Qualificação, bem como formalizar a habilitação e a consequente designação dos membros titulares, em consonância com os requisitos e critérios estabelecidos no Edital e em seus anexos. A constituição desta comissão é um procedimento auxiliar essencial para garantir a expertise técnica e a isonomia em futuros processos de pré-qualificação, que, por sua vez, otimizarão as aquisições públicas no setor, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e no Termo de Referência (TR) que instruem o presente Chamamento.
2. DA ANÁLISE DOCUMENTAL E HABILITAÇÃO: A Agente de Contratação esclareceu que, durante o período de inscrições, foram recebidas e analisadas as candidaturas dos seguintes interessados, cujas documentações foram verificadas em relação aos requisitos de participação (Item 2.1) e aos documentos exigidos (Item 3.2) do Edital:
Sr. José Ricardo Figueredo de Andrade
Sr. Altimar de Oliveira Gaia
Sr. José Roberto Bedendo Gorini
Sra. Tailine Ferrari Cominetti
Sr. Vagner Pozza
Após a minuciosa verificação de todas as exigências editalícias, a Comissão Permanente de Licitações, em conjunto com a Agente de Contratação, constatou e atestou que TODOS os cinco (5) inscritos apresentaram a totalidade dos documentos solicitados e atenderam integralmente a todos os requisitos de elegibilidade estabelecidos no Edital de Chamamento Público nº 09/2025. Desta forma, os Srs. José Ricardo Figueredo de Andrade, Altimar de Oliveira Gaia, José Roberto Bedendo Gorini, Sra. Tailine Ferrari Cominetti e Sr. Vagner Pozza foram declarados HABILITADOS para integrar a Equipe Técnica de apoio, nos termos do Item 4.1 do Edital.
3. DA DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS TITULARES DA COMISSÃO DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO: Considerando que o Edital de Chamamento Público nº 09/2025, em seu Item 4.2, e o Anexo III (Termo de Referência – TR), em seu Item 8, estabelecem que a Comissão de Pré-Qualificação será composta por 5 (cinco) membros titulares, e que a seleção para essas vagas se daria por sorteio público caso o número de candidatos habilitados fosse superior ao de vagas, a Agente de Contratação informou que, tendo em vista que o número de candidatos habilitados (5) é EXATAMENTE IGUAL ao número de vagas para membros titulares (5), torna-se DESNECESSÁRIA a realização do sorteio público.
Conforme o exposto no Item 8 do Termo de Referência: *"Caso o número de candidatos habilitados seja igual ou inferior ao número de vagas para titulares (5 vagas), todos os habilitados poderão ser designados, priorizando-se os titulares..."*. Assim, ficou deliberado que TODOS os cinco (5) candidatos habilitados serão designados como membros titulares da Comissão de Pré-Qualificação.
4. DO CARÁTER HONORÍFICO E NOMEAÇÃO: A Agente de Contratação reiterou, conforme disposto no Item 7.1 do Edital e no Item 6 do Estudo Técnico Preliminar (ETP), que a participação na Comissão de Pré-Qualificação é considerada serviço público relevante e de caráter HONORÍFICO, não sendo devida qualquer remuneração, jetom ou ajuda de custo aos seus membros.
Os membros titulares agora designados aguardarão a publicação da respectiva Portaria do Prefeito Municipal, que formalizará suas nomeações e a designação dos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Membros, conforme previsto no Item 4.5 e 4.6 do Edital. A primeira reunião da comissão será convocada em data oportuna para a instalação dos trabalhos, a eleição interna dos cargos (se não forem designados diretamente pela Portaria) e a elaboração do cronograma de atividades.
5. DO ENCAMINHAMENTO: Diante do exposto e da conclusão do processo de habilitação e designação dos membros titulares, a presente ata, acompanhada de toda a documentação dos candidatos, será encaminhada para a devida apreciação da Autoridade Superior, para as providências administrativas subsequentes de nomeação formal dos membros por meio de Portaria.
Por fim, nada mais havendo a tratar, a presente sessão foi declarada encerrada às 10h45 (dez horas e quarenta e cinco minutos). A ata foi lavrada, lida e, achada conforme, é devidamente assinada por mim, Laís Fernanda Gindri Schwingel, Agente de Contratação, e pelos demais membros presentes na sessão pública.

Publicado por:
Lais Fernanda Gindri Schwingel
Código Identificador:977E7CD7

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 225/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 225/2025

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE, ESTADO DO PARANÁ, com sede e foro na Rua Presidente Costa e Silva, nº 290, Bairro Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.924.290/0001-69, neste ato representada pelo Prefeito Sr. Edsom Luiz Bagetti brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 629.393.609-44, residente e domiciliado na Rua Manoel Ribas, nº 22, nesta cidade, e

CONTRATADA: VENEZA EQUIPAMENTOS SUL COMERCIO LTDA, inscrito no CNPJ sob o n.º 29.644.666/0001-64, com sede na Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 520, Bairro Cidade Industrial, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, neste ato representada por João Paulo Bezerra de Melo, inscrito no CPF sob o n.º 076.387.884-78, portador da carteira de identidade n.º 1800923 SESP/RN, residente e domiciliada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

OBJETO: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2025, GERENCIADA PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, SOLUÇÕES E MELHORIAS DO NORTE CENTRAL PARANAENSE - CISMEL-NCP, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DA EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PÁ CARREGADEIRA NOVA. ZERO HORA, conforme Termo de Convenio nº 140/2025, CELEBRADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO E O MUNICIPIO DE PÉROLA D'OESTE, ESTADO DO PARANÁ.

VALOR: R$ 784.900,00 (setecentos e oitenta e quatro mil e novecentos reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 180 dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 17 de dezembro de 2025.

FORO: Foro da Comarca de Capanema – PR

Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, 17 de dezembro de 2025.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lais Fernanda Gindri Schwingel
Código Identificador:278B8695

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 08/2025.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 08/2025.
OBJETO: Alteração do valor contratual.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE – PR.
CONTRATADA: POTENCIA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA.
ORIGEM: CONTRATO Nº 08/2025 e Concorrência nº 07/2024.
VALOR ORIGINAL: R$ 1.078.328,26 (um milhão, setenta e oito mil, trezentos e vinte e oito reais e vinte e seis centavos).
VALOR ADITIVADO: R$ 134.054,35 (cento e trinta e quatro mil, cinquenta e quatro reais e trinta e cinco centavos).
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 1.212.382,61 (um milhão, duzentos e doze mil, trezentos e oitenta e dois reais e sessenta e um centavos).
BASE LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2024.
DATA DO FIRMAMENTO: 17/12/2025.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lais Fernanda Gindri Schwingel
Código Identificador:F3D67C46

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 75.924.290/0001-69, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. EDSOM LUIZ BAGETTI, residente e domiciliado na Rua Manoel Ribas, nº 22, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade sob nº 3.719.625-8 -SSP-PR, CPF nº 629.393.609-44.

H O M O L O G O:

PROCEDIMENTO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA A SELEÇÃO DE PESSOAS DA SOCIEDADE INTERESSADAS EM PARTICIPAR DA COMISSÃO DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE MARCAS E MODELOS DE MÁQUINAS DE COSTURA E DO RAMO DE FACÇÃO, conforme justificativas e Parecer da Assessoria Jurídica, com base na Lei Federal 14.133/2021 e alterações posteriores, em favor de: 1) Sr. José Ricardo Figueredo de Andrade, inscrito no CPF nº 544.058.749-72 e RG nº 3.713.419-9 SSP-PR, 2) Sr. Altimar de Oliveira Gaia, CPF nº 006.496.918-57 e RG nº 11.883.408-3 SSP-PR, 3) Sr. José Roberto Bedendo Gorini, CPF nº 993.815.249-04 e RG nº 6.387.403-5 SSP-PR, 4) Sra. Tailine Ferrari Cominetti, CPF nº 087.943.389-22 e RG nº 10.843.509-7 SSP-PR e 5) Sr. Vagner Pozza, CPF nº 041.017.899-32 e RG nº 81.510.520 SSP PR.

Pérola D'Oeste/PR, 17 de dezembro de 2025.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lais Fernanda Gindri Schwingel
Código Identificador:8E7B58C2

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO FRONTEIRA DO SUDOESTE DO ESTADO DO PARANÁ
TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO 05/2024

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÚMERO 05/2024, CONTRATO ESSE CELEBRADO ENTRE O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO FRONTEIRA SUDOESTE DO ESTADO DO PARANÁ – CIFRA, E A EMPRESA JUMBO PAVIMENTAÇÃO LTDA.

O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO FRONTEIRA SUDOESTE DO ESTADO DO PARANÁ – CIFRA, pessoa jurídica de direto público interno, inscrito no CNPJ 11.157.927/0001-61, neste ato representado pelo presidente do consórcio , com sede na Rua Paraíba, 1833 – Centro, cidade de Pérola D'Oeste – Pr, doravante denominada **CONTRATANTE**, senhor **EDSOM LUIZ BAGETTI**, brasileiro, casado, agente público, portador do CPF 629.393.609-44 e do RG 3.719.625-8 SESP/PR, residente e domiciliado na Rua Manoel Ribas n. 22 na cidade de Pérola D'Oeste - Pr. E a empresa **JUMBO PAVIMENTAÇÃO LTDA**, pessoa jurídica de direto privado devidamente inscrita no CNPJ 40.306.265/0001-37 com sede PR 182, km 464 s/n, Bairro Industrial do município de Realeza – Pr. Doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu administrador **Sr. AMARILDO MACIEL SOBRINHO**, brasileiro, casado, empresário, portador Carteira Nacional de Habilitação n. 04369621870, expedida pelo DETRAN/PR, inscrito no CPF 063.985.949-67, residente e domiciliado na Rua Araucária n. 68, Bairro São Francisco de Assis, no município de Dois Vizinhos – Pr.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO

O presente termo de aditivo tem por objetivo alterar o prazo de execução contratual da quarta cláusula do contrato número 05/2024 firmado entre **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO FRONTEIRA SUDOESTE DO ESTADO DO PARANÁ – CIFRA**, e a empresa **JUMBO PAVIMENTAÇÃO LTDA.**

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO E VIGÊNCIA
O presente aditivo de prazo e vigência terá início em 01/01/2026 e término em 01/05/2026, podendo ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, mediante lavratura de termo aditivo contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA
Fica entendido que continuam inalteradas e vigentes, no todo ou em parte, todas as cláusulas do contrato número 05/2024.
E, por assim estarem plenamente de acordo, as partes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, que vão assinadas pelas partes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Pérola D'Oeste, 17 de Dezembro de 2025.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Presidente do Consórcio – Contratante

Jumbo Pavimentação LTDA
SR. AMARILDO MACIEL SOBRINHO -
Contratada

Testemunhas:

Jaques Dalla Libera Odair Padilha

Publicado por:
Jaques Gilvani Dalla Libera
Código Identificador:A3E1961B

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL/CRAS
RESOLUÇÃO Nº 14/2025

RESOLUÇÃO NO 14/2025

SUMULA: Dispõe sobre a aprovação do CENSO SUAS – 2025, referente ao CENTRO DE REFERENCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS, do município de Pérola D'Oeste, Estado do PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere as Leis Municipais nº 1.041/2016 de 13 de dezembro de 2016 e nº 1.164 de 09 de abril de 2019.
Considerando a deliberação da Plenária realizada em 17 de dezembro de 2025, e publicada no Órgão Oficial do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Dispõe sobre a aprovação do **CENSO SUAS – 2025,** referente ao **CENTRO DE REFERENCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS,** do município de Pérola D'Oeste, Estado do PR.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Pérola D' Oeste, 17 de dezembro de 2025

TANIA LOVIS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:D04DE949

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL/CRAS
RESOLUÇÃO Nº 15/2025

RESOLUÇÃO NO 15/2025

SUMULA: Dispõe sobre a aprovação do CENSO SUAS – 2025, referente ao CENTRO DE CONVIVÊNCIA – PASTORAL DA CRIANÇA, do município de Pérola D'Oeste, Estado do PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere as Leis Municipais nº 1.041/2016 de 13 de dezembro de 2016 e nº 1.164 de 09 de abril de 2019.
Considerando a deliberação da Plenária realizada em 17de dezembro de 2025, e publicada no Órgão Oficial do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Dispõe sobre a aprovação do **CENSO SUAS – 2025,** referente ao **CENTRO DE CONVIVÊNCIA – PASTORAL DA CRIANÇA,** do município de Pérola D'Oeste, Estado do PR.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Pérola D' Oeste, 17 de dezembro de 2025

TANIA LOVIS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:7D1279B2

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL/CRAS
RESOLUÇÃO Nº 16/2025

RESOLUÇÃO NO 16/2025

SUMULA: Dispõe sobre a aprovação do CENSO SUAS – 2025, referente ao SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – SCFV, do município de Pérola D'Oeste, Estado do PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere as Leis Municipais nº 1.041/2016 de 13 de dezembro de 2016 e nº 1.164 de 09 de abril de 2019.
Considerando a deliberação da Plenária realizada em 17 de dezembro de 2025, e publicada no Órgão Oficial do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Dispõe sobre a aprovação do **CENSO SUAS – 2025,** referente ao **SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – SCFV,** do município de Pérola D'Oeste, Estado do PR.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Pérola D' Oeste, 17 de dezembro de 2025

TANIA LOVIS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:D9A30166

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL/CRAS
RESOLUÇÃO Nº 17/2025

RESOLUÇÃO NO 17/2025

SUMULA: Dispõe sobre a aprovação do CENSO SUAS – 2025, referente ao CENTRO DIA E SIMILARES – APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e Escola Nilda Maria Tessaro – Educação Infantil, Ensino Fundamental na Modalidade de Educação Especial, do município de Pérola D'Oeste, Estado do PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere as Leis Municipais nº 1.041/2016 de 13 de dezembro de 2016 e nº 1.164 de 09 de abril de 2019.
Considerando a deliberação da Plenária realizada em 17 de dezembro de 2025, e publicada no Órgão Oficial do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Dispõe sobre a aprovação do **CENSO SUAS – 2025,** referente ao **CENTRO DIA E SIMILARES – APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e Escola Nilda Maria Tessaro – Educação Infantil, Ensino Fundamental na Modalidade de Educação Especial,** do município de Pérola D'Oeste, Estado do PR.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Pérola D' Oeste, 17 de dezembro de 2025

TANIA LOVIS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:2FDAF180

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL/CRAS
RESOLUÇÃO Nº 18/2025

RESOLUÇÃO NO 18/2025

SUMULA: Dispõe sobre a aprovação do CENSO SUAS – 2025, referente ao CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - CMAS, do município de Pérola D'Oeste, Estado do PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere as Leis Municipais nº 1.041/2016 de 13 de dezembro de 2016 e nº 1.164 de 09 de abril de 2019.
Considerando a deliberação da Plenária realizada em 17 de dezembro de 2025, e publicada no Órgão Oficial do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Dispõe sobre a aprovação do **CENSO SUAS – 2025,** referente ao **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - CMAS,** do município de Pérola D'Oeste, Estado do PR.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Pérola D' Oeste, 17 de dezembro de 2025

TANIA LOVIS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:D83DF106

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL/CRAS
RESOLUÇÃO Nº 19/2025

RESOLUÇÃO NO 19/2025

SUMULA: Dispõe sobre a aprovação do CENSO SUAS – 2025, referente ao FUNDO MUNICIPAL, do município de Pérola D'Oeste, Estado do PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere as Leis Municipais nº 1.041/2016 de 13 de dezembro de 2016 e nº 1.164 de 09 de abril de 2019.
Considerando a deliberação da Plenária realizada em 17 de dezembro de 2025, e publicada no Órgão Oficial do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Dispõe sobre a aprovação do **CENSO SUAS – 2025,** referente ao **FUNDO MUNICIPAL,** do município de Pérola D'Oeste, Estado do PR.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Pérola D' Oeste, 17 de dezembro de 2025

TANIA LOVIS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:A445EF42

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL/CRAS
RESOLUÇÃO Nº 20/2025

RESOLUÇÃO NO 20/2025

SUMULA: Aprova a Prestação de Contas do Segundo Quadrimestre de 2025, referente os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social de Pérola D'Oeste.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere as Leis Municipais nº 1.041/2016 de 13 de dezembro de 2016 e nº 1.164 de 09 de abril de 2019.
Considerando a deliberação da Plenária realizada em 17 de dezembro de 2025 e publicada no Órgão Oficial do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprova a Prestação de Contas do **Segundo Quadrimestre de 2025,** referente os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social de Pérola D'Oeste.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Pérola D' Oeste, 17 de dezembro de 2025

TANIA LOVIS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:88FF70D1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
RESOLUÇÃO Nº 026, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a convocação de Conselheiro Tutelar Suplente em virtude de vacância no cargo.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Piên, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 1.187/2013, alterada pela Lei Municipal nº 1479/2022 e;
Considerando a vacância no cargo de conselheiro tutelar titular, em razão do pedido de desligamento do órgão apresentado pela Sra. Daiana Sueli dos Santos e pela Sra. Andreia Vanessa de Oliveira Mendes;
Considerando que ocorrendo a vacância no cargo, assumirá o suplente que houver recebido o maior número de votos,
CONSIDERANDO o requerimento apresentado pela quarta suplente VIVIANE SANTANA RIBAS, onde manifestou inviabilidade em entrar em exercício nesse momento, junto ao CMDCA;
Considerando a necessidade de garantir a continuidade dos serviços prestados pelo Conselho Tutelar à comunidade, assegurando a proteção e promoção dos direitos da criança e do adolescente:

RESOLVE

Art. 1º - Convocar, nos termos da Lei Municipal nº 1.187/2013, **JEAN FÁBIO MARTINS SOBRINHO,** candidato eleito como quinto suplente (10º lugar), conforme Resolução CMDCA 022/2023, para assumir a função de conselheiro tutelar titular.
Art. 2º O convocado deverá apresentar-se na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social e Defesa Civil, no prazo de cinco dias úteis, a partir da publicação desta resolução, para tomar posse e iniciar na sequência suas atividades;
Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Piên, 17 de dezembro de 2025.

DANIELLI DOS SANTOS
Presidente do Conselho da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Vitoria Cieslinski de Oliveira
Código Identificador:B18AF665

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE PIÊN/PR – PIÊN PREV
ATO DE APOSENTADORIA

ATO DE APOSENTADORIA

PORTARIA Nº. 014/2025

Concede aposentaria a Darci Lais de Oliveira Vaz

A DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PIÊN - PIENPREV, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto 58/2025, com fundamento no inciso XIII do Decreto nº 176, de 12.12.2011, que aprovou o Regimento Interno do PIENPREV e considerando o processo de aposentadoriaº: 2025.02.00184P a servidora Darci Lais de Oliveira Vaz.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida a servidora Darci Lais de Oliveira Vaz, brasileira, servidora pública municipal de Piên, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível B06, inscrita na matrícula

102901, **aposentadoria voluntária por tempo de contribuição com proventos** mensais e proporcionais, com fundamento no Artigo 31, I ao V, e Artigo 32, II da Lei Complementar nº 002/2024.

Art. 2º Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor de R$ **R$ 1.739,20 (um mil, setecentos e trinta e nove reais, vinte centavos)**, conforme demonstrativo de cálculo em conformidade com o artigo 31 da Lei Complementar nº 002/2024.

Art. 3º - Reajuste na mesma data em que ocorrer o reajuste do RGPS (Regime Geral de Previdencia Social) para manutenção do valor real conforme prevê o inciso II do Art. 32 da lei complementar n° 002/2024.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de dezembro de 2025.
Republicação por incorreção.
Registre-se e Publique-se.
Piên, 17 de dezembro de 2025

JACQUELINE NIEZER
Diretora Executiva

Publicado por:
Jacqueline Niezer
Código Identificador:E9CA1F6E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N.º 449/2025

DECRETO N.º 449 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Piên, para o Exercício de 2025 no total de R$ 15.000,00.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64, Lei Orgânica Municipal art. 66, item IX, combinados com as Leis Municipais n.º 1558 de 02 de dezembro de 2024 e 1559 de 16 de dezembro de 2024 resolve:

DECRETAR

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município para o exercício de 2025, na importância de R$ 15.000,00, mediante as seguintes providências:

· **Suplementação de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:**

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
4.122.3.2.4	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
730	0000 Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
	SUBTOTAL	15.000,00
	TOTAL	15.000,00

TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....15.000,00

Artigo 2.º - Como fontes de recurso para cobertura dos créditos abertos no artigo 1.º serão utilizados:

O cancelamento parcial das dotações a seguir relacionadas, conforme previsto no inciso III, do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
4.122.3.2.4	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
710	0000 Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
	SUBTOTAL	15.000,00
	TOTAL	15.000,00

TOTAL GERAL DOS RECURSOS.....15.000,00
Artigo 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA instituídas através da Lei Municipal n.º 1446/2021 e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n.º 1558/2024 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025, no que couber.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Piên, 17 de dezembro de 2025.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Eliane Pimentel Jubainski Streit
Código Identificador:B8921F79

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N.º 450/2025

DECRETO N.º 450 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Piên, para o Exercício de 2025 no total de R$ 3.106,69.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64, Lei Orgânica Municipal art. 66, item IX, combinados com as Leis Municipais n.º 1558 de 02 de dezembro de 2024 e 1559 de 16 de dezembro de 2024 resolve:

DECRETAR

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município para o exercício de 2025, na importância de R$ 3.106,69, mediante as seguintes providências:

· **Suplementação de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:**

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
09	SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER	
09.001	ÁREA DA CULTURA	
13.392.10.2.24	MANUTENÇÃO DA CULTURA E TURISMO	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2751	1063 Transferências da Política Nacional Aldir	3.106,69
	SUBTOTAL	3.106,69
	TOTAL	3.106,69

TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....3.106,69

Artigo 2.º - Como fontes de recurso para cobertura dos créditos abertos no artigo 1.º serão utilizados:

1. O Provável Excesso de Arrecadação por Conta de Receita, de acordo com o inciso II e § 3º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstrativo a seguir:

Conta da receita		
Receita	Descrição	Valor
1.3.2.1.01.0.1.01.00.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	3.106,69
	TOTAL	3.106,69

TOTAL GERAL DOS RECURSOS.....3.106,69

Artigo 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA instituídas através da Lei Municipal n.º 1446/2021 e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n.º 1558/2024 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025, no que couber.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Piên, 17 de dezembro de 2025.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Eliane Pimentel Jubainski Streit
Código Identificador:BC39E30D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO Nº 116/2025

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 116/2025

MODALIDADE: ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2024 - CIEDEPAR

CONTRATADO: BRINK MOBIL EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS LTDA
CNPJ: 79.788.766/0001-32
OBJETO: Adesão através da Ata de Registros de Preços nº 004/2024, resultante do Pregão Eletrônico n.º 03/2024 realizado pelo CIEDEPAR (Consórcio Intermunicipal de educação e Ensino do Paraná) cujo objeto contempla a aquisição de kits de material escolar, visando o atendimento aos estudantes da rede, nos anos iniciais do ensino fundamental e educação infantil, nas unidades de ensino da Secretaria Municipal de Educação do município.

VALOR: R$ 98.294,00 (noventa e oito mil e duzentos e noventa e quatro reais)

FISCAL: Daiane dos Santos – Matrícula: 4765251.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da sua publicação podendo ser prorrogado.

DATA DE ASSINATURA: 12 de dezembro de 2025.

Coordenação de Contratos.
Compras e Licitações

Publicado por:
Thais Becker de Souza
Código Identificador:74F729EF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 117/2025

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 117/2025

MODALIDADE: ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2024 - CIEDEPAR

CONTRATADO: PNK COMÉRCIO DE BOLSAS LTDA
CNPJ: 00.748.212/0001-51
OBJETO: Adesão através da Ata de Registros de Preços nº 003/2024, resultante do Pregão Eletrônico n.º 03/2024 realizado pelo CIEDEPAR (Consórcio Intermunicipal de educação e Ensino do Paraná) cujo objeto contempla a aquisição mochilas escolares, visando o atendimento aos estudantes da rede, nos anos iniciais do ensino fundamental e educação infantil, nas unidades de ensino da Secretaria Municipal de Educação do município.

VALOR: R$ 170.800,00 (cento e setenta mil reais).

FISCAL: Daiane dos Santos – Matrícula: 4765251.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da sua publicação podendo ser prorrogado.

DATA DE ASSINATURA: 12 de dezembro de 2025.

Coordenação de Contratos.
Compras e Licitações

Publicado por:
Thais Becker de Souza
Código Identificador:50979CAF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 118/2025

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 118/2025

MODALIDADE: ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2024 - AMESP

CONTRATADO: BRINK MOBIL EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS LTDA
CNPJ: 79.788.766/0027-71
OBJETO: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 28/2024 da Associação dos Municípios da Microrregião do médio Sapucaí – AMESP, para aquisição de instrumentos musicais destinados à Fanfarra Municipal – Banda Harmonia.

VALOR: R$ 56.052,80 (cinquenta e seis mil, cinquenta e dois reais e oitenta centavos)

FISCAL: Estefany Kauany de Lima Moreira – Assessor de área - Matrícula: 4766169.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da sua publicação podendo ser prorrogado.

DATA DE ASSINATURA: 12 de dezembro de 2025.

Coordenação de Contratos.
Compras e Licitações

Publicado por:
Thais Becker de Souza
Código Identificador:57C33369

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL
CONSELHO GESTOR DO FHIS RESOLUÇÃO 001/2025

Súmula: Estabelece os critérios sociais e habitacionais para a seleção de famílias beneficiárias das unidades habitacionais de interesse social no município de Piên/PR, e dá outras providências.

O CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FHIS de Piên, nomeado pelo Decreto nº 410, de 24 de novembro de 2025, no uso de suas

atribuições que lhe conferem a Lei nº 1.568, de 20 de fevereiro de 2025, as Portarias MCID nº 1416/2023 e nº 75/2025 e demais legislações pertinentes,
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios transparentes, equitativos e compatíveis com a política municipal de habitação;

CONSIDERANDO que as unidades habitacionais serão construídas no bairro Avencal, devendo-se observar as características socioterritoriais locais;
CONSIDERANDO que a seleção deve priorizar famílias inscritas e atualizadas no Cadastro Único, em conformidade com as normativas da Política Nacional de Habitação de Interesse Social;
CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, de acordo com a Ata da Reunião do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FHIS, do Município de Piên, realizada em 28 de novembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam aprovados os critérios sociais, habitacionais para a seleção e concessão das unidades habitacionais destinadas às famílias residentes no Município, observados os parâmetros definidos nesta Resolução.

Art. 2º Para a seleção das famílias beneficiárias, serão adotados os seguintes critérios, observadas as Portarias MCID nº 1.416/2023, nº 75/2025 e os critérios locais:
I - Famílias em situação de vulnerabilidade ou risco social e/ou com histórico de violação de direitos;
II - Famílias com crianças, adolescentes, idosos, gestantes, pessoas com deficiência e pessoas com câncer ou doença rara crônica e degenerativa;
III - Famílias chefiadas por mulheres (responsável pela unidade familiar)
IV - Famílias residentes em áreas de risco ambiental;
V - Famílias inscritas e beneficiárias do Programa Bolsa Família;
VI - Renda familiar bruta mensal de até R$ 2.640,00 (dois mil seiscentos e quarenta reais), podendo chegar a R$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais) nos termos da Portaria MCID nº 1.416/2023;
VII - Residência comprovada no município de Piên por, no mínimo, 02 (dois) anos;
VIII – Ser brasileiro nato ou naturalizado;
IX - Observância das reservas obrigatórias para pessoas idosas e pessoas com deficiência (3% das unidades para atendimento);
§ 1º Os critérios serão pontuados e ordenados pelo Conselho Gestor do FHIS, podendo ser complementados mediante deliberação do Conselho.
§ 2º Para fins de classificação, a concessão de pontos se dará pela ordem decrescente da somatória total de pontos, obedecendo aos seguintes parâmetros:

Item	Critério	Pontos
1	Pessoa com deficiência;	(10 pontos)
2	Pessoa idosa;	(10 pontos)
3	Pessoa com câncer ou doença rara, crônica ou degenerativa;	(10 pontos)
4	Mulher responsável pela unidade familiar;	(6 pontos)
5	Menores de 10 anos na família;	(1 a 3 menores: 2 pontos; 4 a 6 menores: 4 pontos; 7 ou mais menores: 6 pontos);
6	Mulher comprovadamente vítima de violência doméstica;	(4 pontos)
7	Residente em área de risco;	(8 pontos)
8	Tempo de residência no município;	(Mínimo de 2 anos: 2 pontos; acima de 5 anos: 4 pontos)
9	Renda per capita de até R$ 218,00;	(2 pontos)

§ 3º Em caso de eventual empate na pontuação geral, a prioridade para classificação obedecerá à seguinte ordem sequencial: pessoa com deficiência; pessoa idosa; pessoa com câncer ou doença rara, crônica ou degenerativa; mulher responsável pela unidade familiar; presença de menores de 10 anos na família; mulher vítima de violência doméstica; residente em área de risco.
§ 4º Persistindo o empate após a aplicação dos critérios do parágrafo anterior, será privilegiada a família com maior tempo de residência comprovada no Município.

Art. 3º Além dos critérios específicos, poderão ser considerados:
I - Situação de vulnerabilidade social comprovada;
II - Situação de pobreza ou extrema pobreza;
III - Famílias monoparentais, especialmente as chefiadas por mulheres;
IV - Situações de violência doméstica ou violação de direitos;
V - Ocorrências de emergência ou calamidade (desastres naturais, incêndios, perda de renda etc.).

Art. 4º Ficam impedidas de participar da seleção a família ou indivíduo que:
I - Seja proprietário de imóvel urbano ou rural;
II - Já tenha sido contemplado por programas habitacionais anteriores;
III - Não comprove residência mínima de 2 (dois) anos no município;
IV - Não resida no município ou esteja em situação transitória;
V - Tenha Cadastro Único desatualizado por mais de 24 meses;
VI - Apresente informações falsas ou divergentes no estudo social;
VII - Recuse acompanhamento social solicitado pela equipe;
VIII - Tenha realizado uso inadequado ou desvio de benefício anteriormente concedido.
Parágrafo único. A comprovação de residência mínima de 2 (dois) anos no município deverá ser feita mediante a apresentação de um ou mais dos seguintes documentos, em nome do beneficiário: comprovantes de residência usuais (contas de água, luz, telefone ou internet); contrato de aluguel com firma reconhecida em cartório; ficha de cadastro em Unidade Básica de Saúde (UBS); matrícula escolar dos filhos.

Art. 5º A relação jurídica entre o Município e o beneficiário será de cessão de direitos, não implicando transferência definitiva da propriedade.
§ 1º O uso da unidade habitacional será exclusivo do beneficiário e de seu núcleo familiar, sendo proibida:
I - cessão;
II - venda;
III - empréstimo; ou
IV - transferência a terceiros, sob qualquer forma.
§ 2º Em caso de falecimento do beneficiário ou alteração significativa da situação econômica ou de vida, apenas o grupo familiar originário poderá permanecer no imóvel.
§ 3º Na impossibilidade de permanência, a unidade será destinada ao próximo classificado, obedecida a ordem de pontuação.

Art. 6º Os critérios definidos nesta Resolução poderão ser ajustados pelo Conselho Gestor do FHIS, conforme a realidade local, orçamento disponível e normativas vigentes.

Art. 7º Para fins de acesso às unidades habitacionais de interesse social, fica estabelecida a obrigatoriedade de contrapartida financeira mensal pelos beneficiários, conforme a faixa de renda familiar pelo período de 360 (trezentos e sessenta) meses:
I - As famílias com renda mensal de até 1 (um) salário-mínimo contribuirão com 5% (cinco por cento) do valor do salário-mínimo vigente;
II - As famílias com renda mensal superior a 1 (um) salário-mínimo contribuirão com 10% (dez por cento) do valor do salário-mínimo vigente;
§ 1º O valor da contribuição será reajustado sempre que houver atualização do salário-mínimo nacional.
§ 2º A ausência de pagamento nas condições estabelecidas não implicará em exclusão automática da família, mas poderá implicar na aplicação de penalidades, devendo o caso ser analisado pela equipe técnica.
§ 3º O pagamento da contrapartida não gera direito adquirido, definitivo ou permanente à propriedade da unidade habitacional, estando sua manutenção condicionada ao cumprimento dos critérios estabelecidos nesta Resolução e na legislação aplicável.

Art. 8º O Município deverá realizar ações de conscientização e orientação aos beneficiários finais do programa, abordando os seguintes temas:
I - O caráter social do programa habitacional;
II - A natureza de cessão de direitos da unidade habitacional;
III - As regras de permanência no imóvel;
IV - As consequências legais da transferência irregular da unidade habitacional; e
V - A importância da manutenção regular da unidade habitacional.

Art. 9º Das Disposições Finais
Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Piên, 09 de dezembro de 2025

PEDRO GERALDO CAVALHEIRO DA SILVA
Presidente do Conselho Gestor do FHIS

Publicado por:
Vitoria Cieslinski de Oliveira
Código Identificador:B6E25304

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 267/2025

DECRETO 267/2025

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº.1029/2024 no exercício de 2025**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2025 no valor de R$ 122.000,00 (Cento e vinte e dois mil reais) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 829/2021 de 05/07/2021 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº 1007/2024 de 07/05/2024 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes
Município de Pinhal de São Bento, em 16 de Dezembro de 2025.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:DC8001B9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 268/2025

DECRETO 268/2025

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional suplementar especial no orçamento geral do município da Lei nº.1120/2025 no exercício de 2025**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2025 no valor de **R$33.000,00** (TRINTA E TRES MIL REAIS), nas seguintes dotações orçamentárias

09	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPORTE E CULTURA			
002	DEPARTAMENTO DE ENSINO			
12.365.1202.2029	MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL CRECHE-FUNDEB			
1473	44.90.52.00.00	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	10390	33.000,00
	Total.....			33.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de excesso da receita 171550010000000000 fonte 10390 o valor de R$33.000,00 (trinta e três mil reais)
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 829/2021 de 05/07/2021 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº 1007/2024 de 07/05/2024 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes

Município de Pinhal de São Bento, em 16 de Dezembro de 2025.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:802B6E6C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 218/2025
LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico n.º 88/2025.
OBJETO: Aquisição de distribuidor de adubo liquido mediante emenda parlamentar n° 39150001.
CONTRATADO: G.ST MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA.
DATA DA ASSINATURA: 17 de dezembro de 2025.
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Dotações					
Exercício da despesa	**Conta da despesa**	**Funcional programática**	**Fonte de recurso**	**Natureza da despesa**	**Grupo da fonte**
2025	03820	09.002.20.606.2001.1038	01119	4.4.90.52.00.00	Recursos do Exercício Corrente

FORMA DE PAGAMENTO: Em até 30 dias após a emissão da nota fiscal.
VALOR TOTAL: R$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses após a assinatura do contrato.

Pinhal de São Bento/PR, 17 de dezembro de 2025.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:16FE1F4D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 3256/2025

PORTARIA Nº. 3.256/2025

O Prefeito Municipal de PINHAL DE SÃO BENTO**,** Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art.1º **DESIGNAR** os Servidores, a Sra. EVA LUZIA BARCKI MAZUCO, portadora da cédula de identidade RG nº. 6.***.***.-9 SSP/PR, e CPF sob nº. 023.***.***.-39, ocupante do cargo efetivo de Professora, responsável pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, como Ordenadora Principal, do Fundo Municipal para o Esporte, e o Sr. ARGEU ANTONIO GEITTENES**,** portador do CPF sob nº 616. ***. ***. -68, ocupante do cargo efetivo de Contador, responsável pela Secretaria Municipal de Finanças, como Ordenador Solidário, do Fundo Municipal para o Esporte do

Município de Pinhal de São Bento-Pr, para o Exercício Financeiro 2025/2028.

Art. 2º Fica Revogada a Portaria de nº 3.175 de 05 de junho de 2025

Art. 3º Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná 17 de dezembro de 2025

Publique-se.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:5EAB50AF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE BENS PÚBLICOS - APAE

TERMO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE BENS PÚBLICOS

O MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 95.590.832/0001-11 com sede na Av. São Roque, nº 178, na cidade de Pinhal de São Bento, neste ato representada pelo **Sr. PAULO FALCADE DE OLIVEIRA**, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Vila Sede União, S/N, portador do RG nº 5.623.018-1 SSP/PR, CPF nº 832.042.379-15, abaixo assinado, e de outro lado a **APAE DO MUNICIPIO DE PINHAL DE SAO BENTO,** entidade dotada de personalidade jurídica, situada na Avenida DR. Goves, n° 558, Centro, Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, entidade civil e sem fins lucrativos, Registrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob nº **04.882.396/0001-07,** os seguintes equipamentos agrícolas, neste ato representada por seu presidente IVAN DUARTE, brasileiro, agricultor, portador do CPF nº 045.600.859-43, estabelecem o presente **TERMO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE BENS PÚBLICOS,** conforme o disposto na Lei Municipal nº 1.119/2025 de 16 de Dezembro de 2025 publicada no Diário Municipal AMP em 17/12/2025, na edição n° 3429, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Constitui objeto deste **TERMO** os bens móveis, pertencente ao Patrimônio Público Municipal, com as seguintes especificações:
I – 01 (UM) VEÍCULO SEDAN, HB20S 1.0 CHASSI 9BHCP41FATP794678, MOTOR F3LDSL084823, BEM 435/2025, PLAQUETA PATRIMONIAL N° 5594.

CLAUSULA SEGUNDA: Os bens móveis especificado na Cláusula 1ª, o qual deverá ser utilizado pela APAE do Município de Pinhal de São Bento exclusivamente para o apoio às atividades institucionais, garantindo melhores condições de transporte, acessibilidade e atendimento aos usuários da entidade
CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE PRORROGAÇÃO: O prazo de prorrogação é de **02 (dois) anos**, contados a partir da data desse termo de com cessão devidamente publicado, **vencimento em 17/12/2027.**
CLÁUSULA QUARTA: Expirado o prazo acordado na cláusula terceira os bens ora cedidos deverá ser imediatamente devolvido ao Município, sob pena de ser movida ação judicial visando à retomada dos bens.
CLÁUSULA QUINTA – DO USO: O bem objeto da presente cessão destina-se exclusivamente ao uso nas atividades institucionais da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do Município de Pinhal de São Bento, visando apoiar o transporte, atendimento e demais serviços prestados aos seus usuários.
CLÁUSULA SEXTA – DA MANUTENÇÃO DO BEM: São de responsabilidade da **Associação,** zelar pela conservação e manutenção do bem, objeto deste contrato;
CLÁUSULA SÉTIMA– A concessionária obriga-se a manter os bens objeto desse pacto, em perfeitas condições de uso e funcionamento, bem como em hipótese alguma poderá alienar, ceder ou transferir o direito de uso a terceiro
Parágrafo Único: Em caso de descumprimento de qualquer cláusula do presente Contrato reverterá os bens ao patrimônio público do Município, sem qualquer indenização à Concessionária, na hipótese em que a mesma, por qualquer motivo, deixar de exercer as atividades para as quais se propõe, conforme o estabelecido no artigo 1º da Lei 1.119/2025.
CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO: O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, a critério das partes, ou em caso de descumprimento das normas estabelecidas na Lei Municipal nº 1.119/2025.
CLÁUSULA NONA – ELEIÇÃO DO FORO: As partes, de comum acordo, elegem o foro da Comarca de Ampere, para dirimir eventuais conflitos oriundos do presente instrumento, renunciando a qualquer outro, por privilegiado que possa ser.
CLÁUSULA DÉCIMA – Os casos omissos serão resolvidos pelas partes contratantes, de comum acordo, ou pelas disposições legais aplicáveis à espécie

E, por estarem de comum acordo, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor, para que produzem um só efeito, os quais fazem na presença de duas testemunhas que a tudo assistiram e também assinam.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO-PR, EM 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

Município de Pinhal de São Bento
CNPJ Nº 95.590.832/0001-11
PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

APAE do Municipio de Pinhal de Sao Bento
CNPJ sob nº 04.882.396/0001-07
IVAN DUARTE

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:922B9076

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
TERMO DE POSSE

TERMO DE POSSE

Considerando o Edital de Convocação nº 03/2025, que dispõe sobre a convocação de Conselheiro Tutelar Suplente em razão da vacância do cargo de Conselheiro Tutelar Titular, aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às oito horas e quinze minutos, foi empossado pelo Senhor Prefeito Municipal, Sr. Paulo Falcade de Oliveira, e pela Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, Sra. Zenir Andretti de Camargo Barbieri, nos termos da Lei Municipal nº 1.000, de 05 de abril de 2024, o Conselheiro Tutelar Suplente Sr. JEFERSON FERNANDO MOTTA MACIOLLE, do Município de Pinhal de São Bento/PR.
O referido Conselheiro, eleito como suplente no pleito realizado em 06 de outubro de 2023, assume o cargo de Conselheiro Tutelar Titular, em decorrência da vacância do cargo, passando a exercer as atribuições legais pelo período correspondente ao mandato vigente.
E, para que produza seus efeitos legais, lavra-se o presente Termo de Posse.

Pinhal de São Bento – PR, 17 de dezembro de 2025.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ZENIR ANDRETTI DE CAMARGO BARBIERI
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Bruno Valmor Leal Trindade Pettenon
Código Identificador:777E2F2B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

PIRAQUARAPREV
PORTARIA 662/2025

Estabelece a forma de comprovação de vida e atualização cadastral de aposentados e pensionistas para o exercício de 2026.

O **Diretor Superintendente do Instituto de Previdência de Piraquara – PIRAQUARAPREV,** Município de Piraquara, Estado do Paraná, nos termos do art. 28, inciso V, do Decreto Municipal 3560/2010 (Regimento Interno do PIRAQUARAPREV)
CONSIDERANDO o dever dos aposentados e pensionistas de atualizarem seus dados cadastrais entre 15 de janeiro e 25 de fevereiro de cada ano, sob pena de retenção de seus proventos, nos termos do art. 4º do Decreto 3179/2008;
CONSIDERANDO a edição da Portaria MTP Nº 220, de 02 de fevereiro de 2022, o qual disciplinou os procedimentos para a prova de vida dos beneficiários do INSS,
RESOLVE
Art. 1º Autorizar a comprovação de vida e atualização de dados cadastrais de aposentados e pensionistas do PIRAQUARAPREV de forma remota para o Exercício de 2026, de duas formas:
Remota:
I – De 15 de janeiro à 25 de fevereiro, através do Portal do Servidor disponível no site do PIRAQUARAPREV (www.piraquaraprev.org.br);
§ 1º Será considerado válido a prova de vida e atualização cadastral recebidos pelo Portal do Servidor que contenha as informações mínimas necessárias;
Presencial:
I – De 02 de fevereiro de 2026 à 25 de fevereiro de 2026, na Sede do Instituto de Previdência do Município de Piraquara – PIRAQUARAPREV, no período das 8:00 horas às 11:30 horas e das 13:30 horas às 16:30 horas dos dias úteis;
§ 1º Na impossibilidade de comprovação de vida e atualização cadastral pelo próprio usuário, a mesma deverá ser feita apenas de forma presencial, será aceita documentação enviada por terceiros, desde que acompanhadas de:
II – Declaração de recolhimento à prisão, emitido por autoridade competente da unidade prisional, emitidas nos últimos 30 (trinta) dias;
III – Declaração de internação em unidade de saúde ou acolhimento (asilos, abrigos, casas de repouso e recuperação), emitido por autoridade competente pela instituição nos últimos trinta dias;
§ 2º Na hipótese de o beneficiário possuir mais de um benefício previdenciário no PIRAQUARAPREV, a comprovação de vida e a atualização cadastral serão aproveitados para todos os vínculos.
§ 3º Caso o beneficiário seja menor de idade ou inválido, deverão ser apresentados os seguintes dados do representante legal, tutor ou curador:
I – Foto;
II – Nome completo;
III – RG e CPF;
IV – Vínculo com o beneficiário;
V – Endereço residencial.
§ 4º Em situações especiais o PIRAQUARAPREV poderá reconhecer como válido a comprovação de vida e a atualização cadastral apenas de forma presencial, especialmente para fins cadastrais junto ao E-social.
Art. 2º Na hipótese de suspensão do pagamento dos proventos ou da pensão por morte por falta de comprovação de vida e atualização cadastral até 25/02/2026, o restabelecimento fica condicionado a sua regularização na forma prevista nesta portaria e terá efeitos retroativos, a partir da primeira folha disponível para inclusão, sem qualquer encargo, especialmente atualização monetária e juros.
Parágrafo único. Para regularização da comprovação da prova de vida e da atualização cadastral daqueles que tiverem o seu benefício bloqueado, deverá comparecer pessoalmente na sede do PIRAQUARAPREV, com a documentação exigida, com prévio agendamento, que deverá ser feito via telefone (41) 3590-3370.
Art. 3º Aplicam-se à comprovação de vida e atualização cadastral, no que couber, as disposições dos seguintes atos normativos:
I – Instrução Normativa nº 45, de 15/06/2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, que estabelece os procedimentos para a atualização cadastral destinada a comprovação de vida dos aposentados e dos pensionistas da União, que recebem proventos de aposentadoria ou pensão à conta do Tesouro Nacional, constantes no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), bem como dos anistiados políticos civis e seus pensionistas, de que trata a Lei nº 10.559 de 13 de Novembro de 2002.
II – Portaria PRES/INSS nº 1.408, de 02/02/2022, o qual disciplinou os procedimentos para a prova de vida dos beneficiários do INSS.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Piraquara, 17 de dezembro de 2025.

CRISTOVÃO RODRIGO CHIQUETO
Diretor Superintendente
Decreto 13.063/2025

Publicado por:
Sergio Luiz Borato Vilar
Código Identificador:47DF76B7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 14.305/2025

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento – Programa vigente, e altera metas financeiras do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025, no valor de R$ 69.000,00 (sessenta e nove mil reais).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Lei Municipal nº 2.550 de 18 de dezembro de 2024,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto nos termos dos artigos 41, inciso I, 42 e 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Programa vigente, no valor de $ 69.000,00 (sessenta e nove mil reais) conforme especificado neste Decreto.

Art. 2º A abertura do Crédito Adicional Suplementar se dará nos Programas de Trabalhos e Elementos de Despesas abaixo especificados:

03.000 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
03.001 – Gabinete do Procurador
03.001.04.122.0002.2003 - Coordenação e administração da procuradoria geral do município

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00	32	1000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	50.000,00
3.1.91.13.00.00	36	1000	Contribuições patronais	3.000,00
Total				**53.000,00**

05.000 – SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO
05.001 – Gabinete do Secretário - SMC
05.001.04.131.0002.2096 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00	585	1000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	5.000,00
Total				**5.000,00**

14.000 – SECRETARIA DE CULTURA E IGUALDADE RACIAL
14.001 – Coordenação e administração das atividades da SMCIR
14.001.13.392.0005.2038 - Manutenção das atividades de cultura e igualdade racial

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00	452	1000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	6.000,00
Total				**6.000,00**

22.000 – SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE
22.001 – Coordenação das atividades da SMELJ
22.001.27.812.0004.2088 - Manutenção das atividades do esporte, lazer e juventude

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00	609	1000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	5.000,00
Total				**5.000,00**

Art. 3º Os recursos necessários à execução deste Decreto decorrerão da anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias:

15.000 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS 15.001 – Gabinete do Secretário - SMIN 15.001.26.782.0010.2046 - Pavimentação de vias				
Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
4.4.90.51.00.00	524	1000	Obras e instalações	69.000,00
Total				**69.000,00**

Art. 4º Ficam alteradas as metas financeiras das Leis nº 2.502 de 20/06/2024, das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025, e nº 2.240/2021 - Plano Plurianual 2022/2025, em valores iguais aos deste Decreto, nos Órgãos, Programas e Projeto/Atividades, nos termos do artigo 166, parágrafo 3º, inciso I da Constituição Federal.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 16 de dezembro de 2025.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:B33B1516

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 14.306/2025

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento – Programa vigente, e altera metas financeiras do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025, no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Lei Municipal nº 2.550 de 18 de dezembro de 2024,

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto nos termos dos artigos 41, inciso I, 42 e 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Programa vigente, no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais) conforme especificado neste Decreto.

Art. 2º A abertura do Crédito Adicional Suplementar se dará nos Programas de Trabalhos e Elementos de Despesas abaixo especificados:

11.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
11.001 – Fundo Municipal de Saúde – FMS
11.001.10.301.0007.2023 - Promover Ações de Atenção Básica.

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.30.00.00	323	303	Material de consumo	70.000,00
Total				**70.000,00**

Art. 3º Os recursos necessários à execução deste Decreto decorrerão da anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias:

11.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
11.001 – Fundo Municipal de Saúde – FMS
11.001.10.302.0007.2024 – Ações de Média e Alta Complexidade

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.72.39.00.00	321	303	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	70.000,00
Total				**70.000,00**

Art. 4º Ficam alteradas as metas financeiras das Leis nº 2.502 de 20/06/2024, das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025, e nº 2.240/2021 - Plano Plurianual 2022/2025, em valores iguais aos deste Decreto, nos Órgãos, Programas e Projeto/Atividades, nos termos do artigo 166, parágrafo 3º, inciso I da Constituição Federal.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 16 de dezembro de 2025.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:B88201F1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.301/2025

Dispõe sobre a nomeação de servidores para atuar como agente de fiscalização tributária da Secretaria Municipal de Finanças.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, previstas no art. 40 da Lei Orgânica do Município de Piraquara, e,
Considerando a Lei Municipal nº **930** de 19 de dezembro de 2007;

DECRETA:
Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados para o exercício da função de Agente de Fiscalização Tributária, lotados na Secretaria Municipal de Finanças:
I- Adriana Castro Barros, Matrícula nº 809931;
II- Andrielly Henrique Alvarenga de Carvalho, Matrícula 662301;
III- Felipe Jagher Alves de Jesus, Matrícula nº 545261;
IV- Guilherme Beetz Neto, Matrícula nº 126531;
V- Luiz Henrique Gasparin Bueno, Matrícula nº 784251;
VI- Maiara Proença Stocco, Matrícula nº 9582922691;
VII- Sandro Pires da Silva, Matricula nº 290411;
VIII- Vinicius Jagher de Jesus, Matricula nº 747481;
IX- Wesley Luis Vencelau Mendes, Matricula nº 992241.

Art. 2º Ao Agente de Fiscalização Tributária fica delegado o poder de executar atividades de fiscalização tributária fazendária; controlar tarefas relacionadas à tributação, fiscalização e arrecadação; expedir notificação, auto de infração e laçamentos previstos em leis, regulamentos e no Código Tributário Municipal; instruir processos tributários, efetuando levantamentos físicos e diligências; orientar e fiscalizar o cumprimento das leis, regulamentos e normas concernentes; manter atualizado o cadastro mobiliário dos contribuintes municipais; elaborar relatório de vistoria, executar trabalhos de fiscalização tributária, executar outras tarefas correlatas.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publlicação, ficando revogado o Decreto nº 13.355/2025.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 16 de dezembro de 2025.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:D441CD79

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.302/2025

Altera os incisos I e II do Art. 2º do Decreto Municipal nº 13.557/2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:
Art. 1º Ficam alterados os incisos I e II do Art. 2º do Decreto nº 13.557 de 16 de abril de 2025, passando a vigorar com a seguinte redação:

"I – Fiscalização:
a) Marco Aurélio Sizanoski do Nascimento (titular) – Matrícula 646101: autorizado a emitir e subscrever: Certidões negativas relativas ao Cadastro Mobiliário, Certidões de Baixa, Termos de Confissão de Dívidas, Ofícios, Declarações em geral para empresas, Certidões de Isenção, Certidões de Imunidade, Termos de início de Ação Fiscal, Termos de Ação Fiscal, Autos de Infração, Laudos de Vistoria, Termos de Exclusão do Simples Nacional, Notificações de Lançamento;
b) Luiz Henrique Gasparin Bueno (Suplente) – Matrícula 784251: autorizado a emitir e subscrever: Certidões negativas relativas ao Cadastro Mobiliário, Certidões de Baixa, Termos de Confissão de Dívidas, Ofícios, Declarações em geral para empresas, Certidões de Isenção, Certidões de Imunidade, Termos de início de Ação Fiscal, Termos de Ação Fiscal, Autos de Infração, Laudos de Vistoria, Termos de Exclusão do Simples Nacional, Notificações de Lançamento;
c) Adriana Castro Barros (Suplente) – Matrícula 809931: autorizada a emitir e subscrever: Certidões negativas relativas ao Cadastro Mobiliário, Certidões de Baixa, Termos de Confissão de Dívidas, Ofícios, Declarações em geral para empresas, Certidões de Isenção, Certidões de Imunidade, Termos de início de Ação Fiscal, Termos de Ação Fiscal, Autos de Infração, Laudos de Vistoria, Termos de Exclusão do Simples Nacional, Notificações de Lançamento;
d) Gesilda de Fátima da Silva Procópio (Suplente) – Matrícula 503001: autorizada a emitir e subscrever: Certidões negativas relativas ao Cadastro Mobiliário, Certidões de Baixa, Termos de Confissão de Dívidas, Ofícios, Declarações em geral para empresas, Certidões de Isenção, Certidões de Imunidade.

"II – Cadastro:
a) Sandro Pires da SIlva (Titular) – Matrícula 290411: autorizado a emitir e subscrever: Certidões negativas de IPTU, Certidões Negativas do Contribuinte (CPF), Certidão de Quitação de ITBI, Certidões de Valor Venal, Certidões de Isenção de IPTU, Contratos de Parcelamentos de IPTU, Certidões de Retificação de Guia de ITBI, Declarações de Indicação Fiscal, Notificações de 1º lançamento de IPTU, Declarações em geral, Edital de Dívida de IPTU, Notificações em geral, Laudos de Avaliação, Contratos de parcelamento de ITBI;
b) Felipe Jagher Alves de Jesus (Titular) – Matrícula 545261: autorizado a emitir e subscrever: Certidões negativas de IPTU, Certidões Negativas do Contribuinte (CPF), Certidão de Quitação de ITBI, Certidões de Valor Venal, Certidões de Isenção de IPTU, Contratos de Parcelamentos de IPTU, Certidões de Retificação de Guia de ITBI, Declarações de Indicação Fiscal, Notificações de 1º lançamento de IPTU, Declarações em geral, Edital de Dívida de IPTU, Notificações em geral, Laudos de Avaliação, Contratos de parcelamento de ITBI;
c) Rachel de Andrade (Suplente) – Matrícula 616541: autorizada a emitir e subscrever: Certidões negativas de IPTU, Certidões Negativas do Contribuinte (CPF), Certidão de Quitação de ITBI, Certidões de Valor Venal, Certidões de isenção de IPTU, Contratos de Parcelamentos de IPTU, Certidões de Retificação de Guia de ITBI, Declarações de Indicação Fiscal, Notificações de 1º lançamento de IPTU, Declarações em geral, Edital de Divida de IPTU, Notificações em Geral, Laudos de Avaliação, Contratos de Parcelamento de ITBI;
d) Cleiton e Silva Moreira (Suplente) – Matrícula 505121: autorizado a emitir e subscrever: Certidões negativas de IPTU, Certidões Negativas do Contribuinte (CPF), Certidão de Quitação de ITBI, Certidões de Valor Venal, Certidões de Isenção de IPTU, Contratos de Parcelamentos de IPTU, Certidões de Retificação de Guia de ITBI, Declarações de Indicação Fiscal, Notificações de 1º lançamento de IPTU, Declarações em geral, Edital de Dívida de IPTU, Notificações em geral, Laudos de Avaliação, Contratos de parcelamento de ITBI;
e) Maiara Proença Stocco (Suplente) – Matrícula 9582922691: autorizada a emitir e subscrever: Certidões negativas de IPTU, Certidões Negativas do Contribuinte (CPF), Certidão de Quitação de ITBI, Certidões de Valor Venal, Certidões de isenção de IPTU, Contratos de Parcelamentos de IPTU, Certidões de Retificação de Guia de ITBI, Declarações de Indicação Fiscal, Notificações de 1º lançamento de IPTU, Declarações em geral, Edital de Divida de IPTU, Notificações em Geral, Laudos de Avaliação, Contratos de Parcelamento de ITBI;
f) Wesley Luis Vencelau Mendes (Suplente) – Matrícula 992241: autorizada a emitir e subscrever: Certidões negativas de IPTU, Certidões Negativas do Contribuinte (CPF), Certidão de Quitação de ITBI, Certidões de Valor Venal, Certidões de isenção de IPTU, Contratos de Parcelamentos de IPTU, Certidões de Retificação de Guia de ITBI, Declarações de Indicação Fiscal, Notificações de 1º lançamento de IPTU, Declarações em geral, Edital de Divida de IPTU, Notificações em Geral, Laudos de Avaliação, Contratos de Parcelamento de ITBI;

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 16 de dezembro de 2025.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:CFC2DD71

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.303/2025

O Prefeito Municipal de Piraquara, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:
Art. 1º Instituir**,** gratificação de função dos seguintes servidores efetivos, abaixo nominados:

Matrícula	Servidor	FG	A contar
992438	ARLINDA APARECIDA DO NASCIMENTO	FG-06	01/12/2025

Art. 2º Alterar, gratificação de função dos seguintes servidores efetivos, abaixo nominados:

Matrícula	Servidor	FG Anterior	FG Atual	A contar
748451	PATRICK ALVES PEREIRA	FG-08	FG-11	01/12/2025

Art. 3º Destituir, gratificação de função do seguinte servidor efetivo, abaixo nominado:

Matrícula	Servidor	FG	A contar
827751	BARBARA JUNIA CATÃO FERREIRA	FG-08	01/12/2025
992672	GUILHERME DUARTE PIMENTA	FG-11	01/12/2025
9582921412	JAINE DE JESUS ALVES CALDAS	FG-06	01/12/2025

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais retroativos a contar das respectivas datas.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 16 de dezembro de 2025.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:23A8FE0C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.307/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° Conceder a renovação de **licença especial para atendimento ao portador de necessidades especiais**, no período compreendido entre **06/12/2025 a 05/12/2026** à servidora **Katia Fernanda de Mello e Silva**, ocupante do cargo Agente Comunitário de Saúde**,** matrícula funcional nº **850221**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, tendo obrigatoriedade de cumprir 20 (vinte) horas semanais no turno da tarde e licenciar-se 20 (vinte) horas semanais no turno da manhã, sem redução salarial conforme prevê a Lei nº 1340/2014 de 28/04/2014.
Art. 2° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a retroativos a 06 de dezembro de 2025.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 16 de dezembro de 2025.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:6DE9C742

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.308/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° Conceder a renovação de **licença especial para atendimento ao portador de necessidades especiais**, no período compreendido entre **20/12/2025 a 19/12/2026** à servidora **Michellin Santos Wandembruck,** ocupante do cargo Agente Comunitário de Saúde**,** matrícula funcional nº **992965**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, tendo obrigatoriedade de cumprir 20 (vinte) horas semanais no turno da tarde e licenciar-se 20 (vinte) horas semanais no turno da manhã, sem redução salarial conforme prevê a Lei nº 1340/2014 de 28/04/2014.
Art. 2° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a contar de 20 de dezembro de 2025.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 16 de dezembro de 2025.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:28B4C291

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.309/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° Conceder a renovação de **licença especial para atendimento ao portador de necessidades especiais**, no período compreendido entre **22/11/2025 a 21/11/2026** à servidora **Tatiane Serrano Cardoso Farias**, ocupante do cargo Assistente Operacional Escolar**,** matrícula funcional nº **992398**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, tendo obrigatoriedade de cumprir 20 (vinte) horas semanais no turno da tarde e licenciar-se 20 (vinte) horas semanais no turno da manhã, sem redução salarial conforme prevê a Lei nº 1340/2014 de 28/04/2014.
Art. 2° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 22 de novembro de 2025.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 16 de dezembro de 2025.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:A891D7C6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 247/2024

CONTRATANTE: Município de Piraquara.**CONTRATADA: Faler Blocos Ltda-ME**, inscrita no CNPJ/MF sob nº22.691.862/0001-40. **DO OBJETO**: Renovação do prazo e reajuste dos valores da Ata de Registro de Preços nº 247/2024, referente à aquisição de materiais agregados. **DO REAJUSTE**: Aplicado com base no IPCA acumulado no período de julho de 2024 a junho de 2025, cujo índice foi de 5,35%. **DA VIGÊNCIA**: Fica prorrogado o prazo de vigência, com início em 18/12/2025 e término em 18/12/2026. **DATA DA ASSINATURA:** 15 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Luzia Aparecida Quekes
Código Identificador:816AB779

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 248/2024

CONTRATANTE: Município de Piraquara.**CONTRATADA: Lunardon & Silva Ltda-ME**, inscrita no CNPJ/MF sob nº14.267.493/0001-35. **DO OBJETO**: Renovação do prazo e reajuste dos valores da Ata de Registro de Preços nº 248/2024, referente à aquisição de materiais agregados. **DO REAJUSTE**: Aplicado com base no IPCA acumulado no período de julho de 2024 a junho de 2025, cujo índice foi de 5,35%. **DA VIGÊNCIA**: Fica prorrogado o prazo de vigência, com início em 18/12/2025 e término em 18/12/2026. **DATA DA ASSINATURA:** 15 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Luzia Aparecida Quekes
Código Identificador:D106C26D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 249/2024

CONTRATANTE: Município de Piraquara.**CONTRATADA: Romeo Comercial Ltda-ME**, inscrita no CNPJ/MF sob nº34.674.089/0001-93. **DO OBJETO**: Renovação do prazo e reajuste dos valores da Ata de Registro de Preços nº 249/2024, referente à aquisição de materiais agregados. **DO REAJUSTE**: Aplicado com base no IPCA acumulado no período de julho de 2024 a junho de 2025, cujo índice foi de 5,35%. **DA VIGÊNCIA**: Fica prorrogado o prazo de vigência, com início em 18/12/2025 e término em 18/12/2026. **DATA DA ASSINATURA:** 15 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Luzia Aparecida Quekes
Código Identificador:D601CC89

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 250/2024

CONTRATANTE: Município de Piraquara.**CONTRATADA: São José Asfalto Ltda**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 49.445.266/0001-37. **DO OBJETO**: Renovação do prazo e reajuste dos valores da Ata de Registro de Preços nº 250/2024, referente à aquisição de materiais agregados. **DO REAJUSTE**: Aplicado com base no IPCA acumulado no período de julho de 2024 a junho de 2025, cujo índice foi de 5,35%. **DA VIGÊNCIA**: Fica prorrogado o prazo de vigência, com início em 18/12/2025 e término em 18/12/2026. **DATA DA ASSINATURA:** 15 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Luzia Aparecida Quekes
Código Identificador:5C57B1EC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.°500/2025- PROCESSO Nº 37.431/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PIRAQUARA CONTRATADA: PLAY CONSTRUTORA E SERVIÇOS IMOBILIÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.939.680/0001-98, sediada na Rua São Paulo, 2.297, Sala A, Centro – Campo Mourão/PR, CEP 87.302-017, doravante designada CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor BRUNO RODRIGUES DA SILVA, inscrito no CPF/MF sob n° 065.347.829-10.**DO OBJETO:** Constitui objeto a execução da construção do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Madre Tereza, localizado na Rua Juri Danilenko, nº 70, Planta Santa Lucia, Piraquara/PR, 83.311-090, compreendendo serviços preliminares; movimentação de terra para fundações; execução de elementos estruturais em concreto armado, tais como blocos, vigas baldrame, pilares, vigas, vergas e lajes de piso e de cobertura; estrutura metálica;

vedação vertical; instalação de esquadrias; execução da cobertura e dos sistemas de impermeabilização; revestimentos internos e externos; execução de pisos, pinturas e acabamentos; fornecimento e instalação de louças sanitárias, metais e acessórios; implantação das instalações prediais de água fria, pluvial, esgoto sanitário, proteção contra incêndio, elétrica, cabeamento estruturado, sistema contra descargas atmosféricas (SPDA), climatização, exaustão mecânica e gás combustível, bem como a realização dos serviços complementares, do fechamento perimetral com execução do muro e dos serviços finais, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.**DOVALOR:**Sobre o valor contratual, aplica-se o aditivo quantitativo devalores original ao contrato correspondente a **R$ 131.498,66** (cento e trinta e um, quatrocentos e noventa e oito reais e sessenta e seis), representando de forma isolada aproximadamente **2,34%** do valor original do contrato.Aplica-se a supressão quantitativa de valores original ao contrato correspondente a **R$ - 571.524,77** (quinhentos e setenta e um, quinhentos e vinte e quatro reais e setenta e sete centavos negativos), representando de forma isolada aproximadamente **-10,17%** (negativos) do valor original do contrato.**DATA DA ASSINATURA:**16 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Luzia Aparecida Quekes
Código Identificador:85A8643F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 658/2025 (9912730953 – SEI)
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 37.996/2025 – INEXIGIBILIDADE N.º 19/2025

Contratante: MUNICÍPIO DE PIRAQUARA - Contratada: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 32.028.316/0020-76. - Objeto: contratação dos serviços postais**. – Valor Global: R$ 3.871.851,50 (três milhões oitocentos e setenta e um mil oitocentos e cinquenta e um reais e cinquenta centavos) - Prazo de vigência do contrato: 05 (cinco) anos, contados da data da sua assinatura. – Data da assinatura: 17/12/2025.**

Publicado por:
Luzia Aparecida Quekes
Código Identificador:504C1273

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO PROCESSO Nº 60.875/2025 – DISPENSA Nº 09/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos artigos 72, VIII e 75, inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/2021, **AUTORIZA** a **Dispensa de Licitação nº 09/2025 - Processo nº 60.875/2025**, para a contratação da empresa **Pride Hospitalar Comercio de Produtos Hospitalares LTDA**, **CNPJ n° 61.962.271/0001-12,** para a aquisição emergencial de seringas para insulina, sob o valor total de **R$ 70.000.00** (setenta mil reais). Piraquara, 16 de dezembro de 2025.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Luzia Aparecida Quekes
Código Identificador:744FBE14

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO Nº 49.019/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal nº 14.133/2021, que institui a modalidade Pregão Eletrônico, e de acordo com o procedimento licitatório e julgamento das propostas apresentadas ao **PROCESSO Nº 49.019/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2025,** que tem por objeto *a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços gráficos de confecção de carnês de IPTU,* **ADJUDICO** o objeto e **HOMOLOGO** a licitação em face da empresa: **PLANET PRINTER COMÉRCIO E SERVIÇOS DE IMPRESSÃO LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.385.282/0001-31, vencedora do **item 1,** pelo valor total de **R$ 52.500,00** (cinquenta e dois mil e quinhentos reais); Valor total adjudicado e homologado: **R$ 52.500,00** (cinquenta e dois mil e quinhentos reais); Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, 17 de dezembro de 2025.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luzia Aparecida Quekes
Código Identificador:D0FE12AD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.641/2025

Institui a política municipal de Inovação, Ciência e Tecnologia e à pesquisa científica no ambiente produtivo e dá outras providências no âmbito do Município de PIRAQUARA, conforme o disposto na Lei Federal nº10.973 de 02 de dezembro de 2004 e suas futuras alterações.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:
CAPÍTULO I
DO ECOSSISTEMA DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO
Seção I
Disposições Preliminares
Art. 1º Esta Lei estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas ao desenvolvimento do Ecossistema de Empreendedorismo e Inovação do Município de PIRAQUARA.
Parágrafo único. Aplicam-se, no âmbito desta Lei, os seguintes princípios, além daqueles definidos na Lei Federal nº10.973, de 2 de dezembro de 2004:
Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se:
I - **Inovação:** introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho;
II - **Produto, Processo ou Serviço Inovador:** resultado de aplicação substancial de conhecimentos científicos e tecnológicos, caracterizado por diferencial competitivo no mercado ou significativo benefício social;
III - **Startup:** organizações empresariais ou societárias, nascentes ou em operação recente, cuja atuação caracteriza-se pela inovação aplicada a modelo de negócios ou a produtos ou serviços ofertados;
IV - **Spin-offs:** empresas de caráter inovador que visa a aperfeiçoar sistemas, métodos ou modelos de negócio, de produção, de serviços ou de produtos, que nasce de organizações existentes, sejam elas empresas ou centros de pesquisa como universidades, laboratórios e institutos;
V - **Tecnologia:** conjunto coordenado de ações ou medidas efetivas empregadas na produção e comercialização de bens e serviços bem como o conjunto de conhecimentos científicos e empíricos que resultam de observações, experiência, atitudes específicas e tradição (oral ou escrita);
VI - **Ambientes promotores da inovação:** são espaços propícios à inovação e ao empreendedorismo, que constituem ambientes característicos da economia baseada no conhecimento; articulação entre empresas nos diferentes níveis de governo, nas instituições científicas, tecnológicas e de inovação; nas agências de fomento ou organizações da sociedade civil e incubadoras tecnológicas
VII - **Incubadora de empresas:** organização ou estrutura que objetiva estimular ou prestar apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento, com o objetivo de facilitar a criação e o desenvolvimento de empresas que tenham como diferencial a realização de atividades voltadas à inovação;
VIII - **Pré-Incubadora:** ambiente que oferece suporte a empreendedores para transformar suas ideias de negócios em

empresas formalizadas juridicamente. Isso ocorre por meio de ferramentas, serviços de consultoria técnica e mercadológica, mentoria, assessorias, cursos e apoio institucional além de networking e aproximação com entidades financeiras e de investimento;
IX - **Aceleradora de Empresas:** organização, sistema, órgão, entidade ou empresa pública ou privada que estimula e apoia o crescimento de empresas inovadoras, por meio do provimento de infraestrutura de bens e serviços de aceleração, ofertando o suporte para alavancagem e escalabilidade de negócios e recursos, visando dar maior amplitude aos processos de inovação tecnológica e a competitividade;
X - **Ecossistema de Inovação e Tecnologia:** aglomeração de empresas, profissionais, órgãos e entidades públicas e privadas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como governo, associações empresariais,instituições de crédito, ensino e pesquisa;
XI - **Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT):** órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituídos sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos.
XII - **Parque Tecnológico:** complexo de entidades empresariais, científicas e tecnológicas organizadas para promover a cultura e a prática da cooperação visando à inovação, a competitividade empresarial e a geração de riquezas por meio da criação e fortalecimento de empresas inovadoras.
XIII - **Polo Tecnológico:** ambiente industrial e tecnológico caracterizado pela presença dominante de micro, pequenas e médias empresas com áreas correlatas de atuação em determinado espaço geográfico, com vínculos operacionais com ICT, recursos humanos, laboratórios e equipamentos organizados e com predisposição ao intercâmbio entre os entes envolvidos para consolidação, marketing e comercialização de novas tecnologias.
XIV - **Agência de Fomento:** órgão ou entidade de natureza pública ou privada que tenha entre os seus objetivos o fomento de ações que visem estimular e promover o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação;
XV - **Arranjo Produtivo Local (APL):** aglomerado de agentes econômicos, políticos e sociais que operam em atividades correlatas, localizados em um mesmo território e que apresentam vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem;
XVI - **Cluster:** uma concentração de empresas que se comunicam por apresentarem características semelhantes e coabitarem no mesmo local, elas colaboram entre si e, assim, tornam-se mais eficientes;
XVII - **Criação:** invenção, modelo de utilidade, desenho industrial, programa de computador, topografia de circuito integrado, nova cultivar ou cultivar essencialmente derivada e qualquer outro desenvolvimento tecnológico que acarrete ou possa acarretar o surgimento de novo produto, processo ou aperfeiçoamento incremental, obtida por um ou mais criadores;
XVIII - **Criador:** pessoa física ou jurídica que seja inventor, obtentor ou autor de criação;
XIX - **Empresa de Base Tecnológica (EBT):** empresa cuja estratégia empresarial e de negócios é sustentada pela inovação e cuja base técnica de produção está centrada em esforços contínuos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, possuindo as seguintes características: inseridas ou não em incubadoras; e que buscam oportunidades em nichos de mercado com produtos, processos ou serviços inovadores e de alto valor agregado;
XX - **Laboratórios tecnológicos:** São laboratórios que atuam no desenvolvimento de técnicas e tecnologias para a pesquisa científica, contando com equipamentos especializados, podendo estar disponíveis tanto a usuários internos como externos à instituição;
XXI - **Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT):** estrutura instituída por uma ou mais ICTIs, com ou sem personalidade jurídica própria, que tenha por finalidade a gestão de política institucional de inovação e por competências mínimas as atribuições previstas em lei, constituída para apoiar sua relação com a sociedade e com o mercado promovendo o direito ao conhecimento e propriedade intelectual gerado internamente, gerenciando o processo de transferências de tecnologia;
XXII - **Oficina de empreendedores:** Curso ou capacitação que auxilia empreendedores na realização de uma ideia de negócio ou quem já têm experiência em trabalhar por conta própria;
XXIII - **Produto, Processo ou Serviço Inovador:** resultado de aplicação substancial de conhecimentos científicos e/ou tecnológicos, caracterizado por diferencial competitivo no mercado ou significativo benefício social;
XXIV - **Risco Tecnológico:** possibilidade de insucesso no desenvolvimento de solução, decorrente de processo em que o resultado é incerto em função do conhecimento técnico-científico insuficiente à época em que se decide pela realização da ação;
XXV - **Evento:** acontecimento relevantes para IEs, e EBTs, tais como, feiras, congressos, simpósios, conferências, maratonas tecnológicas, competições e cursos e seminários.

CAPÍTULO II

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – PMDECTI (PMCTI)

Art. 3º Fica instituída a Política Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, destinada a promover e estimular a inovação, o empreendedorismo, a pesquisa e a qualificação científica e tecnológica no Município de Piraquara.

Art. 4º Fica o Executivo Municipal autorizado a promover o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação no Município de PIRAQUARA, com vistas:
I – à promoção de atividades científicas e tecnológicas como sendo estratégicas para o desenvolvimento econômico e social, em harmonia com o desenvolvimento urbano regional de PIRAQUARA;
II – à promoção da cooperação e interação entre os entes públicos, entre os setores público e privado e entre empresas;
III – ao estímulo à atividade de inovação nas Instituições de Ensino, Científica, Tecnológica e de Inovação doravante denominadas apenas de IEs, e nas empresas, inclusive para a atração, a constituição e a instalação de centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação e de parques e polos tecnológicos no Município;
IV – à promoção da competitividade empresarial nos mercados nacional e internacional;
V - à promoção do empreendedorismo inovador e intensivo de conhecimento, em particular da criação e desenvolvimento de empresas nascentes de base tecnológica ou decorrentes de processos de criação de algo a partir de outro já consolidado;
VI – ao fortalecimento das capacidades operacional, científica, tecnológica e administrativa das IEs;
VII – à atratividade dos instrumentos de fomento e de crédito, bem como sua permanente atualização e aperfeiçoamento;
VIII – à utilização do poder de compra do Município para fomento à inovação;
IX – à promoção do desenvolvimento e a difusão de tecnologias sociais e o fortalecimento da extensão tecnológica para a inclusão produtiva e social;
X – à promoção da inovação visando a eficácia e a eficiência na prestação de serviços públicos;
XI – ao incentivo à constituição de ambientes favoráveis à inovação e às atividades de transferência de tecnologia;
XII – ao incentivo à constituição de arranjos promotores de inovação visando a conformação de vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem, voltados para a geração e difusão de inovações entre agentes econômicos, políticos e sociais que operam em atividades econômicas correlatas;
XIII – à promoção e continuidade dos processos de formação e capacitação científica e tecnológica;
XIV – à simplificação de procedimentos para gestão de projetos de ciência, tecnologia e inovação e adoção de controle por resultados em sua avaliação;
XV – ao apoio, incentivo e integração dos inventores independentes às atividades das IEs e ao sistema produtivo;
XVI – à simplificação do processo de registro, abertura de empresas e na concessão de alvarás.

CAPÍTULO III

DA PROMOÇÃO DO AMBIENTE EMPREENDEDOR E DE INOVAÇÃO

Art. 5º O Município poderá estimular e apoiar a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação

voltados para atividades de pesquisa e desenvolvimento, que objetivem a geração de produtos, processos e serviços inovadores e a transferência e a difusão de tecnologia, envolvendo empresas, pré-incubadora, incubadora, aceleradora, centro tecnológico, IEs e entidades privadas sem fins lucrativos.

Parágrafo único. O apoio previsto no caput poderá, entre outras ações, contemplar as redes e os projetos internacionais de pesquisa tecnológica, as ações de empreendedorismo tecnológico e de criação de ambientes de inovação, inclusive, pré-incubadoras, incubadoras e centros tecnológicos, e a formação e a capacitação de recursos humanos qualificados.

Art. 6º O Município poderá apoiar a criação, a implantação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, incluídos pré-incubadoras, incubadoras de empresas, como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as IEs.

§ 1º Os ambientes promotores de inovação previstos no caput deste artigo poderão apoiar o criador e inventor independente, startups, spin-offs e empresas com base no conhecimento, como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o fomento de novos negócios e o aumento da competitividade.

§ 2º As pré-incubadoras e incubadoras de empresas, os centros tecnológicos e os demais ambientes promotores da inovação estabelecerão suas regras para fomento, concepção e desenvolvimento de projetos em parceria e para seleção de empresas para ingresso nesses ambientes.

§ 3º Para os fins previstos no caput, o município poderá:

I - Autorizar o uso de imóveis para a instalação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, diretamente às empresas e às IECTs interessadas ou por meio de entidade com ou sem fins lucrativos que tenha por missão institucional a gestão de pré-incubadoras, incubadoras de empresas e centros tecnológicos, entre outros, mediante contrapartida obrigatória, financeira ou não financeira, na forma de regulamento;

II - Participar da criação e da governança das entidades gestoras de parques tecnológicos, de incubadoras de empresas, ou outros ambientes de inovação, desde que adotem mecanismos que assegurem a segregação das funções de financiamento e de execução.

Art. 7º O Município, através do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, poderá, mediante contrapartida financeira ou não, e por prazo determinado, nos termos de contrato ou convênio:

I - Compartilhar seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações com IECT ou empresas em ações voltadas à inovação tecnológica para consecução das atividades de incubação, sem prejuízo de sua atividade finalística;

II - Permitir a utilização de seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações existentes em suas próprias dependências por IECT, empresas ou pessoas físicas voltadas a atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, desde que tal permissão não interfira diretamente em sua atividade fim, nem com ela conflite;

III - Permitir o uso de seu capital intelectual em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Parágrafo único. O compartilhamento e a permissão de que tratam os incisos I e II do caput obedecerão às prioridades, aos critérios e aos requisitos aprovados e divulgados pelo município, através do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, observadas as respectivas disponibilidades e assegurada a igualdade de oportunidades a pessoas físicas, empresas e demais organizações interessadas. Este artigo será regulamentado por decreto próprio.

CAPÍTULO IV

DO INCENTIVO A QUALIFICAÇÃO, CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO TÉCNICA CIENTÍFICA

Art. 8º O Município de Piraquara promoverá, de forma articulada com os entes federados e com as instituições de ensino, ciência, tecnologia e inovação, ações de formação, qualificação e capacitação para o desenvolvimento de competências relacionadas à inovação, à ciência, à tecnologia e ao empreendedorismo.

Art. 9º As ações de qualificação e capacitação serão voltadas, prioritariamente:

I - Ao estímulo à cultura da inovação desde o ensino básico, em articulação com a rede municipal de ensino;

II - À formação técnica de jovens e adultos em áreas estratégicas para o desenvolvimento local;

III - À capacitação de servidores públicos em temas de inovação, gestão, transformação digital e governo aberto;

IV - Ao fortalecimento de programas de educação empreendedora e tecnológica em escolas, universidades, centros de formação e espaços de inovação.

Art. 10 O Município poderá estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas para:

I - Implantar programas de iniciação científica e tecnológica em escolas municipais;

II - Promover cursos, oficinas e programas de capacitação continuada;

III - Apoiar projetos de extensão universitária voltados ao desenvolvimento local e à cultura científica;

IV - Utilizar ambientes de inovação como espaços de formação prática (laboratórios, fablabs, incubadoras, etc.).

Art. 11 O Poder Executivo poderá instituir mecanismos de incentivo à qualificação, formação profissional e educação continuada em ciência, tecnologia e inovação, utilizando, preferencialmente, recursos do Fundo Municipal de Inovação, incluindo, entre outros:

I - Promoção de prêmios, desafios, olimpíadas e competições de inovação voltadas ao público escolar, acadêmico e comunitário;

II - Apoio a programas de mentoria, estágio, residência tecnológica, extensão universitária e capacitação prática, em parceria com empresas, instituições científicas, tecnológicas e de inovação – ICTs, incubadoras, aceleradoras e demais ambientes de inovação;

III - Incentivo à participação de estudantes e profissionais em feiras, missões, congressos e eventos de ciência, tecnologia, inovação e sustentabilidade, nacionais e internacionais.

CAPÍTULO V

SISTEMA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CIÊNTIFICO E TECNOLÓGICO – SMIDCT

Art. 12 Fica instituído o Sistema Municipal de Inovação e Desenvolvimento Científico e Tecnológico - SMIDCT, com a finalidade de:

I - Viabilizar a articulação estratégica das atividades dos diversos organismos públicos e privados que atuam direta ou indiretamente no desenvolvimento de inovação em prol da Municipalidade;

II - Realizar ações que promovam o desenvolvimento econômico, social e ambiental do Município;

III - Estimular as interações entre seus membros, com o fim de ampliar e acelerar as atividades de desenvolvimento da inovação.

§ 1º O Sistema Municipal de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico – SMIDCT tem por finalidade estruturar, articular e promover, de forma integrada e contínua, ações voltadas ao fortalecimento do ecossistema local de ciência, tecnologia e inovação, visando ao desenvolvimento sustentável, à competitividade territorial e à melhoria da qualidade de vida da população.

§ 2º O SMIDCT atuará como instrumento de governança colaborativa, conectando os diversos atores do setor público, da iniciativa privada, das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTIs), das universidades, dos ambientes promotores de inovação e da sociedade civil organizada.

Art. 13 O SMDCTI é composto por:

I - Secretaria municipal responsável pela área de inovação e tecnologia;

II - Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação – CMDECTI instituído por lei municipal;

III - Fundo Municipal de Desenvolvimento Economico, Ciência, Tecnologia e Inovação - FMDECTI, que proverá recursos para a execução do Plano Municipal de Desenvolvimento Econômcio, Ciência, Tecnologia e Inovação;

IV - Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação – PMDECTI, que estabelecerá ações, responsáveis e cronogramas alinhados com a Política Municipal de Desenvolviemnto Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação.

CAPÍTULO VI

DO CONSELHO

SEÇÃO IV

Da Finalidade e Composição

Art. 14 Fica criado o CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA

E INOVAÇÃO – CMDECTI, no ambiente produtivo do Município de Piraquara, tendo como principais objetivos a permanente construção e aperfeiçoamento da articulação institucional, cuja atuação se dará em caráter deliberativo e consultivo, para elaborar e monitorar o planejamento estratégico, formular e fazer executar as políticas, programas e projetos voltados aos objetivos da presente Lei, bem como a análise dos incentivos às pessoas físicas e jurídicas inovadoras. Sempre atuando nos termos desta Lei e do Regulamento interno a ser aprovado pela Plenária.

§ 1º A composição, funcionamento, competências, atribuições e demais necessidades para implantação do conselho estabelecido no caput deste artigo serão estabelecidas e regulamentada por Decreto do Executivo Municipal.

§ 2º As entidades indicarão seus representantes, titulares e suplentes, que serão nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a realização de todas as indicações.

§ 3º Cada titular do CMIDEPT terá um suplente;

§ 4º Perderá o mandato o Conselheiro que deixar de pertencer ao órgão pelo qual foi indicado;

§ 5º Os membros do CMDECTI podem ser substituídos a qualquer momento mediante solicitação da entidade apresentada à Diretoria do Conselho.

§ 6º O mandato dos conselheiros e seus respectivos suplentes serão de dois anos, excetuando-se o primeiro mandato que terá vigência até o mês de março, do ano de início, do próximo mandato do Poder Executivo Municipal.

Art.15 Ao CMDECTI competirá:

I - Formular, propor, avaliar, validar e fiscalizar planos, ações e políticas públicas de promoção da inovação para o desenvolvimento do Município, a partir de iniciativas governamentais ou em parceria com agentes privados, sempre preservando o interesse público;

II - Promover a geração, difusão e democratização do conhecimento, das informações e novas técnicas e incentivar a introdução e adaptação à realidade local de técnicas já existentes;

III - Promover e incentivar estudos, eventos e pesquisas nas áreas de que trata esta Lei;

IV - Sugerir políticas de captação e alocação de recursos para as finalidades da presente Lei;

V - Acompanhar, avaliar e fiscalizar o correto uso dos recursos do Fundo Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia;

VI - Aprovar e modificar seu Regimento Interno;

VII - Publicar o seu regimento interno, resoluções, portarias, recomendações, e demais atos de sua competência que se fizerem necessários, no Órgão Oficial do Município;

VIII - Requerer aos órgãos públicos e privados informações e indicadores que sejam importantes para a análise e consecução de seus deveres legais, proposição de políticas públicas e ações municipais, atuando em sinergia com as Secretarias Municipais e a Sala do Empreendedor e outros.

Seção II
Dos Comitês Técnicos

Art. 16O Conselho poderá contar com o assessoramento de Comitês Técnicos instituídos por meio de deliberação própria, como instância acessória, conforme as necessidades identificadas.

§ 1º As indicações, implementação e funcionamento dos Comitês Técnicos serão regidos nos termos definidos em Regimento Interno do Conselho, sendo obrigatória a implementação de, pelo menos, um Comitê Técnico permanente.

§ 2º Poderão ser convidados a participar dos Comitês pessoas da sociedade com base na notória experiência em determinada área de interesse, tendo direito à voz, mas não a voto, e sem ônus ou obrigação financeira entre quaisquer partes.

§ 3º A participação nos Comitês Técnicos é de caráter voluntário, pela qual, ao Conselho não caberá remuneração ao seu exercício.

§ 4º São objetivos dos Comitês Técnicos, entre outros:

a) aprofundar os temas abordados para melhor fundamentar decisões e encaminhamentos do Colegiado estabelecido nesta Lei;

b) ampliar a participação da base institucional estabelecida no Município, observado o contexto regional;

c) estudar problemas e propor soluções em suas respectivas áreas de especialidade.

§ 5º A gestão de cada um dos Comitês Técnicos ficará sob a responsabilidade de um membro do Conselho, designado em reunião ordinária.

CAPÍTULO VII
DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Seção I
Da Constituição e das Fontes de Recursos

Art. 17 Fica instituído o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação - FMDECTI, de natureza contábil, com a finalidade de propiciar o financiamento de programas e projetos de pesquisa, desenvolvimento científico e tecnológico, extensão, eventos e atividades afins do Plano Municipal Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação.

Art. 18O FMDECTI é dotado de autonomia administrativa e financeira quanto à utilização dos recursos financeiros, em conformidade com a legislação pertinente, que propicia o apoio financeiro às proposições do Município, como estudos, programas e projetos inovadores em prol do desenvolvimento econômico municipal, assim caracterizados em conformidade com regulamentação própria.

Parágrafo único. O FMDECTI terá registro junto ao Cadastro Nacional de Pessoas
Jurídicas - CNPJ.

Art. 19 A gestão do Fundo Municipal de Inovação será realizada por um Comitê Gestor, composto por representantes:

I - da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, que o coordenará;

II - da Secretaria Municipal de Finanças;

III - da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral;

IV - do Conselho Municipal de Inovação;

Art. 20 O Comitê Gestor terá competência para:

I - Definir critérios, diretrizes e prioridades para a aplicação dos recursos do Fundo;

II - Deliberar sobre os projetos a serem apoiados;

III - Acompanhar a execução físico-financeira dos recursos;

IV - Aprovar relatórios anuais de gestão e de prestação de contas.

Art. 21 A execução financeira do Fundo será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, obedecendo às normas de direito financeiro e orçamentário.

Art. 22O FMDECTI será administrado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, ao qual compete a execução orçamentária das propostas e programas, observando as deliberações e proposições do Município

Art. 23 Os recursos do FMDECTI, serão provenientes, dentre outras de:

I - Valores transferidos por instituições governamentais e não–governamentais, nacionais e internacionais;

II - Dotações orçamentárias dos recursos repassados ao município que sejam vinculados aos objetivos do Fundo por força da legislação federal, estadual e/ou municipal;

III - Repasses de instituições financeiras, de fomento e de desenvolvimento;

IV - Contribuições, doações, aportes de pessoas físicas e jurídicas, instituições, e auxílios de qualquer ordem;

V - Aporte de capital por meio da realização de operações de crédito em instituições financeiras oficiais, quando previamente autorizadas por lei específica;

VI - Resultados ou ganhos financeiros decorrentes da comercialização dos direitos sobre conhecimentos, produtos e processos que porventura venham a ser gerados em função da execução de projetos e atividades realizadas com recursos municipais;

VII - Valores oriundos de outros fundos administrados pelo município, constituídos ou que vierem a ser constituídos;

VIII - Montantes decorrentes do pagamento, pelo beneficiário devedor, dos financiamentos concedidos pelo agente financeiro;

IX - Receitas de eventos, atividades, campanhas ou promoções realizadas com a finalidade de angariar recursos para o Fundo;

X - Recursos financeiros decorrentes da alienação de materiais, bens ou equipamentos de propriedade do Fundo, considerados sem utilidade;

XI - Devolução de recursos e pagamento de multas decorrentes de projetos beneficiados por esta Lei, não iniciados, interrompidos ou saldos de projetos concluídos;
XII - Quaisquer outros rendimentos eventuais dos recursos do FMDECTI;
XIII - Receitas decorrentes de outorga de concessão de uso de espaços do Parque Tecnológico e outros ambientes de inovação de propriedade do município correlacionados.
Seção II
Da Aplicação dos Recursos

Art. 24 Os recursos financeiros destinados ao FMDECTI serão depositados, obrigatoriamente, em conta bancária própria, determinada pela Secretaria Municipal de Finanças.
§ 1º Os recursos do Fundo serão movimentados através desta conta bancária observando-se requisito de dois ordenadores de despesas, sendo um deles, o Secretário de Desenvolvimento Econômico e o outro o Secretário de Finanças, que também será o tesoureiro do FMDECTI.
§ 2º Somente poderão ser apoiadas com recursos do Fundo as proposições que apresentem mérito técnico-científico compatível com a sua finalidade, natureza e expressão econômica.
§ 3º Todos os projetos passarão por avaliação de mérito técnico–científico, bem como, da capacitação profissional dos proponentes, será procedida por pessoas de comprovada experiência no respectivo campo de atuação, selecionadas, de preferência, dentre aquelas residentes no município de Piraquara.
Art. 25 A concessão de recursos do Fundo poderá se dar nas seguintes formas:
I - Fundo perdido;
II - Apoio financeiro reembolsável;
III - Financiamento de risco; e
IV - Participação societária.
§ 1º Os recursos poderão ser concedidos sob a forma de apoio integrado, compreendendo uma ou mais modalidades, desde que necessárias à consecução de um programa ou projeto de desenvolvimento científico e tecnológico.
§ 2º A concessão dos recursos de que trata o inciso I, deverão ser no máximo de 35% (trinta e cinco por cento) das receitas do FMDECTI.
Art. 26 Os recursos do FMDECTI serão aplicados prioritariamente em:
I - Programas de qualificação, capacitação e formação profissional em ciência, tecnologia, inovação e sustentabilidade, nos termos do art. 11 desta Lei;
II - Concessão de auxílios e prêmios voltados à inovação;
III - Apoio a projetos de pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e empreendedorismo inovador;
IV - Incentivo a startups, empresas de base tecnológica e empresas limpas, especialmente por meio de editais de fomento e parcerias;
V - Criação, manutenção e fortalecimento de ambientes de inovação, como incubadoras, aceleradoras, laboratórios abertos, fablabs e parques tecnológicos;
VI - Custeio de eventos, missões técnicas, desafios de inovação e outras iniciativas de difusão científica e tecnológica;
VII - Despesas administrativas necessárias ao funcionamento e à gestão do Fundo, limitadas a 5% (cinco por cento) de sua receita anual.
Art. 27O FMDECTI fica obrigado a prestar contas e outras obrigações pertinentes à escrituração contábil, observando-se as disposições vigentes sobre a matéria, principalmente o seguinte:
I - Preparar as demonstrações mensais da receita e da despesa a serem encaminhadas à Secretaria Municipal de Finanças;
II - Manter os controles indispensáveis a execução orçamentária; e,
III - Manter em coordenação com o Setor de Patrimônio da Prefeitura Municipal, os controles necessários sobre os bens patrimoniais com carga ao FMDECTI.
Art. 28O saldo positivo do Fundo, apurado em balanço, em cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte a crédito do próprio do Fundo.
Art. 29O Plano de Aplicação ao FMDECTI integrará o orçamento geral do Município, em estrita observância do princípio da unidade, em consonância com as legislações pertinentes.
Parágrafo único. Na elaboração e consequente execução do Plano de Aplicação ao Fundo, serão observados os padrões e normas estabelecidas na legislação que rege a matéria.
Art. 30 Os recursos do FMDECTI serão destinados a apoiar o desenvolvimento de planos, estudos, programas e projetos técnicos da natureza estratégica para o Município, bem como para o apoio a investimentos produtivos, geridos, mediante convênio por instituição financeira estatal de fomento, observados os seguintes princípios básicos:
I - Preservação da integridade patrimonial do Fundo;
II - Alinhamento da ação proposta com visão de futuro do Município;
III - Maximização do retorno econômico e social do investimento.
Art. 31 Os recursos do FMDECTI serão destinados a atividades de acordo com a presente Lei, a seguir discriminados e ainda em conformidade com os demais itens previstos no regulamento próprio do Fundo:
I - Estruturação e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de desenvolvimento econômico do Município;
II - Desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de lideranças, inclusive missões técnicas;
III - Desenvolvimento de programas de apoio financeiro e incentivos a empresários, principalmente de micro e pequenas empresas, e ao empreendedorismo;
IV - Organização e participação em eventos, feiras, seminários, congressos e afins, nacionais e internacionais relacionados aos objetivos propostos;
V - Financiamento de atividades nas áreas de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação para segmentos econômicos como indústria, comércio e serviços, com destaque para a saúde, educação e segurança, observadas as prioridades do planejamento estratégico para o Município.
VI - Custeio para a elaboração de projetos técnicos de viabilidade econômico-financeira, visando à atração de investimentos;
VII - Estudos e pesquisas que orientem programas setoriais e cadeias produtivas para a alavancagem de novos empreendimentos assim como a identificação de oportunidades de investimentos;
VIII - Contratação de profissionais para dar suporte técnico e administrativo ao funcionamento dos objetivos da presente Lei, observando aos princípios legais vigentes;
IX - Outras despesas não previstas, sempre voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável do Município.
Parágrafo único. São enquadráveis projetos e propostas previstos em normas operacionais específicas, previamente submetidas e aprovadas pelo Município, conforme regulamento próprio do Fundo.
Art. 32 Constituem ativos do FMDECTI:
I - Disponibilidades monetárias em bancos, ou em caixa, oriundas das receitas especificadas; e
II - Bens e direitos que vierem a ser adquiridos.
Art. 33 Constituem passivos do FMDECTI, as obrigações de qualquer natureza assumidas para a administração, manutenção e a execução dos objetivos propostos, conforme especificados nesta Lei.
Art. 34 O FMDECTI poderá utilizar-se da Lei Federal nº13.800, de 4 de janeiro de 2019 e será o meio de fomento ao desenvolvimento do Ecossistema de Empreendedorismo e Inovação de PIRAQUARA, para o financiamento dos instrumentos de estímulo à construção de ambientes especializados e cooperativos de inovação e à inovação nas empresas, conforme estabelecidos nos Nas Seções II, III e IV deste Capítulo.
Art. 35O FMDECTI terá um Regimento Interno próprio a ser aprovado no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação desta Lei, conforme regulamentação do Poder Executivo, mediante Decreto.

Seção III
Da Supervisão do Fundo pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação
Art. 36 A supervisão do FMDECTI será exercida pelo CMDECTI, com as seguintes competências:
I - Auxiliar no estabelecimento de critérios e fixação de limites globais e individuais para a concessão dos financiamentos, respeitando as vocações regionais tradicionais ou novas, observadas as disponibilidades do Fundo;

II - Sugerir prazos de amortização e carência, bem como os encargos dos mutuários e multas por eventual inadimplemento contratual;
III - Examinar e aprovar trimestralmente as contas operacionais do Fundo, por meio de balancetes, além de avaliar os resultados e propor medidas de aprimoramento de suas atividades;
IV - Manifestar-se previamente sobre convênios e/ou contratos a serem celebrados com terceiros, tendo por objeto recursos do Fundo;
V - Eleger as Instituições Financeiras repassadoras de recursos, bem como as modalidades de financiamento que terão acesso ao Fundo.

CAPÍTULO VIII
DO ESTÍMULO À CONSTRUÇÃO DE AMBIENTES ESPECIALIZADOS E COOPERATIVOS DE INOVAÇÃO

Art. 37A Administração Pública Municipal, direta e indireta, as respectivas agências de fomento poderão estimular e apoiar a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação, envolvendo empresas, instituições de ensino - IEs e entidades privadas sem fins lucrativos, além dos componentes do Ecossistema de Empreendedorismo e Inovação de PIRAQUARA voltados para atividades de pesquisa e desenvolvimento, que objetivem a geração de produtos, processos e serviços inovadores e a transferência e a difusão de tecnologia.

Parágrafo único. O apoio previsto no caput poderá contemplar arranjos de inovação, redes e projetos nacionais ou internacionais de pesquisa tecnológica, as ações de empreendedorismo tecnológico e de criação de ambientes de inovação, inclusive incubadoras e parques tecnológicos, e a formação e a capacitação de recursos humanos qualificados.

Art. 38A Administração Pública Municipal, direta e indireta, poderá apoiar a criação, a implantação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, incluídos parques e polos tecnológicos e incubadoras de empresas, como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as IEs.

§ 1º As incubadoras de empresas, os parques e polos tecnológicos e os demais ambientes promotores da inovação estabelecerão suas regras para fomento, concepção e desenvolvimento de projetos em parceria e para seleção de empresas para ingresso nesses ambientes.

§ 2º Para os fins previstos no caput, a Administração Pública Municipal, direta e indireta, as respectivas agências de fomento e as IEs públicas poderão:

I - Ceder o uso de imóveis para a instalação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, diretamente às empresas e às IEs interessadas ou por meio de entidade com ou sem fins lucrativos que tenha por missão institucional a gestão de parques e polos tecnológicos e de incubadora de empresas, mediante contrapartida obrigatória, financeira ou não financeira, na forma de regulamento;
II - Participar da criação e da governança das entidades gestoras de parques tecnológicos ou de incubadoras de empresas, desde que adotem mecanismos que assegurem a segregação das funções de financiamento e de execução.

Art. 39A Administração Pública Municipal, direta e indireta, estimulará a atração de centros de pesquisa e desenvolvimento de empresas nacionais e estrangeiras, promovendo sua interação com IEs e empresas locais e, ainda, oferecendo-lhes o acesso aos instrumentos de fomento, visando ao adensamento do processo de inovação.

Art. 40A Administração Pública Municipal, direta e indireta, manterá programas específicos para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, observando-se o disposto na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, Lei Complementar Federal nº123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 41 Administração Pública Municipal, direta e indireta fica autorizada, nos termos regulamentados pelo Poder Executivo, a participar minoritariamente do capital social de empresas, com o propósito de desenvolver produtos ou processos inovadores que estejam de acordo com as diretrizes e prioridades definidas na Estratégia Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação.

§ 1º A propriedade intelectual sobre os resultados obtidos pertencerá à empresa, na forma da legislação vigente e de seus atos constitutivos.

§ 2º O poder público poderá condicionar a participação societária via aporte de capital à previsão de licenciamento da propriedade intelectual para atender ao interesse público.

§ 3º A alienação dos ativos da participação societária referida no caput dispensa realização de licitação, conforme legislação vigente, salvo em casos de alienação do controle societário quando dependerá de prévia autorização legislativa e se obedecerá a Lei nº8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 4º Os recursos recebidos em decorrência da alienação da participação societária referida no caput deverão ser aplicados em pesquisa e desenvolvimento ou em novas participações societárias.

§ 5º Nas empresas a que se refere o caput, o estatuto ou contrato social poderá conferir às ações ou quotas detidas pelo Município por suas entidades poderes especiais, inclusive de veto às deliberações dos demais sócios nas matérias que especificar, devendo, quando se tratar de sociedades limitadas, o contrato social prever a aplicação supletiva das regras da Lei nº6.404, de 15 de dezembro de 1976.

§ 6º A participação minoritária de que trata o caput dar-se-á por meio de contribuição financeira ou não financeira, desde que economicamente mensurável, e poderá ser aceita como forma de remuneração pela transferência de tecnologia e pelo licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação de titularidade do Município e de suas entidades.

Art. 42A Administração Pública Municipal, direta e indireta, fica autorizada a conceder recursos para a execução de projetos pesquisa, desenvolvimento, inovação e de transferência de tecnologia entre IEs e empresas, às IEs ou diretamente aos pesquisadores a elas vinculados, por termo de outorga, convênio, contrato ou instrumento jurídico assemelhado.

§ 1º A concessão de apoio financeiro depende de aprovação de plano de trabalho.

§ 2º A celebração e a prestação de contas dos instrumentos aos quais se refere o caput serão feitas de forma simplificada e compatível com as características das atividades de ciência, tecnologia e inovação, nos termos desta lei e em casos omissos usar a Lei 10.973, de 2 de dezembro de 2004.

§ 3º A vigência dos instrumentos jurídicos aos quais se refere o caput deverá ser suficiente à plena realização do objeto, admitida a prorrogação, desde que justificada tecnicamente e refletida em ajuste do plano de trabalho.

§ 4º Do valor total aprovado e liberado para os projetos referidos no caput, poderá ocorrer transposição, remanejamento ou transferência de recursos de categoria de programação para outra, de acordo com regulamento.

CAPÍTULO IX
DO ESTÍMULO À INOVAÇÃO NAS EMPRESAS

Art. 43 Administração Pública Municipal, direta e indireta, promoverá e incentivará a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, serviços e processos inovadores em empresas brasileiras e em IEs públicas ou privadas, mediante a concessão de recursos financeiros, humanos, materiais ou de infraestrutura a serem ajustados em instrumentos específicos e destinados a apoiar atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, para atender às prioridades da Estratégia Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação.

§ 1º A concessão de recursos financeiros, sob a forma de subvenção econômica, financiamento ou participação societária, visando ao desenvolvimento de produtos ou processos inovadores, será precedida de aprovação de projeto pelo órgão ou entidade concedente.

§ 2º São instrumentos de estímulo à inovação nas empresas, quando aplicáveis, entre outros:
I - Subvenção econômica;
II - Financiamento;
III - Participação societária;
IV - Bônus tecnológico;
V - Encomenda tecnológica;
VI - Incentivos fiscais;
VII - Uso do poder de compra governamental;
VIII - Fundos de investimentos;
IX - Fundos de participação;
X - Títulos financeiros, incentivados ou não;
XI - Previsão de investimento em pesquisa e desenvolvimento em contratos de concessão de serviços públicos ou em regulações setoriais.

§ 3º A concessão da subvenção econômica prevista no § 1º deste artigo implica, obrigatoriamente, a assunção de contrapartida pela empresa beneficiária, na forma estabelecida nos instrumentos de ajuste específicos.

§ 4º As iniciativas de que trata este artigo poderão ser estendidas a ações visando:

I - Apoio financeiro, econômico e fiscal direto a empresas para as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica;
II - Constituição de parcerias estratégicas e desenvolvimento de projetos de cooperação entre IEs e empresas e entre empresas, em atividades de pesquisa e desenvolvimento, que tenham por objetivo a geração de produtos, serviços e processos inovadores;
III - Criação, implantação e consolidação de incubadoras de empresas, de parques e polos tecnológicos e de demais ambientes promotores da inovação;
IV - Implantação de redes cooperativas para inovação tecnológica;
V - Adoção de mecanismos para atração, criação e consolidação de centros de pesquisa e desenvolvimento de empresas brasileiras e estrangeiras;
VI - Utilização do mercado de capitais e de crédito em ações de inovação;
VII - Cooperação internacional para inovação e para transferência de tecnologia;
VIII - Internacionalização de empresas brasileiras por meio de inovação tecnológica;
IX - Indução de inovação por meio de compras públicas;
X - Utilização de compensação comercial, industrial e tecnológica em contratações públicas;
XI - Previsão de cláusulas de investimento em pesquisa e desenvolvimento em concessões públicas e em regimes especiais de incentivos econômicos; e
XII - Implantação de solução de inovação para apoio e incentivo a atividades tecnológicas ou de inovação em microempresas e em empresas de pequeno porte.
§ 5º A Administração Pública Municipal, direta e indireta, poderá utilizar simultaneamente mais de um instrumento de estímulo à inovação a fim de conferir efetividade aos programas de inovação em empresas.
§ 6º Para o fornecimento de estímulos acima citados, todos os projetos precisam preferencialmente: Gerar impacto social positivo e inclusão produtiva; promovam a economia verde e circular; contribuam para cidades inteligentes e sustentáveis; utilizem tecnologias emergentes como IA, blockchain, IoT e computação em nuvem.
Art. 44A Administração Pública Municipal, direta e indireta, em matéria de interesse público, poderá contratar diretamente IEs, entidades de direito privado sem fins
lucrativos ou empresas, isoladamente ou em consórcios, voltadas para atividades de pesquisa e de reconhecida capacitação tecnológica no setor, visando à realização de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação que envolvam risco tecnológico, para solução de problema técnico específico ou obtenção de produto, serviço ou processo inovador.
§ 1º O fornecimento, em escala ou não, do produto ou processo inovador resultante das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação encomendadas na forma do caput poderá ser contratado mediante dispensa de licitação, inclusive com o próprio desenvolvedor da encomenda, observado o disposto em regulamento específico.
§ 2º Para os fins do caput e do § 1º, a Administração Pública poderá, mediante justificativa expressa, contratar concomitantemente mais de uma IEs, entidade de direito privado sem fins lucrativos ou empresa com o objetivo de:
I - Desenvolver alternativas para solução de problema técnico específico ou obtenção de produto ou processo inovador; ou
II - Executar partes de um mesmo objeto.
§ 3º Observadas as diretrizes previstas em regulamento específico, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal para regulação, revisão, aprovação, autorização ou licenciamento atribuído ao poder público, inclusive para fins de vigilância sanitária, preservação ambiental, importação de bens e segurança, estabelecerão normas e procedimentos especiais, simplificados e prioritários que facilitem:
I - A realização das atividades de pesquisa, desenvolvimento ou inovação encomendadas na forma do caput;
II - A obtenção dos produtos para pesquisa e desenvolvimento necessários à realização das atividades descritas no inciso I deste parágrafo; e
III - A fabricação, a produção e a contratação de produto, serviço ou processo inovador resultante das atividades descritas no inciso I deste parágrafo.
§ 4º Aplicam-se ao procedimento de contratação as regras próprias do ente ou entidade da Administração Pública contratante.
§ 5º Outras hipóteses de contratação de prestação de serviços ou fornecimento de bens elaborados com aplicação sistemática de conhecimentos científicos e tecnológicos poderão ser previstas em regulamento específico.
§ 6º Nas contratações de que trata este artigo, deverá ser observado o disposto no inciso IV do art. 27 da Lei Federal nº10.973de 02 de dezembro de 2004.
§ 7º Poderá o Poder Público Municipal partilhar da participação econômica de produtos, serviços ou processos inovadores decorrentes da contratação prevista neste artigo, conforme regulamento próprio.
Art. 45A Administração Pública Municipal, direta e indireta, deverá promover, por meio de programas específicos, ações de estímulo à inovação nas micro e pequenas empresas, inclusive mediante extensão tecnológica realizada pelas IEs.
Art. 46A Administração Pública Municipal, direta e indireta, poderá conceder bolsas de estímulo à inovação no ambiente produtivo, destinadas à formação e à capacitação de recursos humanos e à agregação de especialistas, em IEs e em empresas, que contribuam para a execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação e para as atividades de extensão tecnológica, de proteção da propriedade intelectual e de transferência de tecnologia.
Art. 47 Os órgãos e entidades da Administração Pública, em matéria de interesse público, poderão contratar diretamente IEs, entidades de direito privado sem fins lucrativos ou empresas, isoladamente ou em consórcios, voltadas para atividades de pesquisa e de reconhecida capacitação tecnológica no setor, visando à realização de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação que envolvam risco tecnológico, para solução de problema técnico específico ou obtenção de produto, serviço ou processo inovador.
§ 1º Considerar-se-á desenvolvida na vigência do contrato a que se refere o caput deste artigo a criação intelectual pertinente ao seu objeto cuja proteção seja requerida pela empresa contratada até 2 (dois) anos após o seu término.
§ 2º Findo o contrato sem alcance integral ou com alcance parcial do resultado almejado, o órgão ou entidade contratante, a seu exclusivo critério, poderá, mediante auditoria técnica e financeira, prorrogar seu prazo de duração ou elaborar relatório final dando-o por encerrado.
§ 3º O pagamento decorrente da contratação prevista no caput será efetuado proporcionalmente aos trabalhos executados no projeto, consoante o cronograma físico - financeiro aprovado, com a possibilidade de adoção de remunerações adicionais associadas ao alcance de metas de desempenho no projeto.
§ 4º O fornecimento, em escala ou não, do produto ou processo inovador resultante das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação encomendadas na forma do caput poderá ser contratado mediante dispensa de licitação, inclusive com o próprio desenvolvedor da encomenda, observado o disposto em regulamento específico.
§ 5º Para os fins do caput e do § 4º, a Administração Pública poderá, mediante justificativa expressa, contratar concomitantemente mais de uma IEs, entidade de direito privado sem fins lucrativos ou empresa com o objetivo de:
I - Desenvolver alternativas para solução de problema técnico específico ou obtenção de produto ou processo inovador; ou
II - Executar partes de um mesmo objeto;
III - A realização das atividades de pesquisa, desenvolvimento ou inovação encomendadas na forma do caput;
IV - A obtenção dos produtos para pesquisa e desenvolvimento necessários à realização das atividades descritas no inciso I deste parágrafo; e
V - A fabricação, a produção e a contratação de produto, serviço ou processo inovador resultante das atividades descritas no inciso I deste parágrafo.
§ 6º Observadas as diretrizes previstas em regulamento específico, os órgãos e as entidades da administração pública federal competentes para regulação, revisão, aprovação, autorização ou licenciamento atribuído ao poder público, inclusive para fins de vigilância sanitária, preservação ambiental, importação de bens e segurança, estabelecerão normas e procedimentos especiais, simplificados e prioritários que facilitem:
I - A realização das atividades de pesquisa, desenvolvimento ou inovação encomendadas na forma do caput;

II - A obtenção dos produtos para pesquisa e desenvolvimento necessários à realização das atividades descritas no inciso I deste parágrafo; e
III - A fabricação, a produção e a contratação de produto, serviço ou processo inovador resultante das atividades descritas no inciso I deste parágrafo.
Art. 48 A Administração Pública, em todas as suas esferas de atuação, deverá promover ações de fomento à inovação com foco principalmente nos micro e pequenos empreendedores, bem como empreendedores individuais considerando articulada com as diretrizes e demandas da Associação das Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais do Município (AMPEC), quando houver, e em projetos e programas de desenvolvimento tecnológico e científico, sempre que possível.
Parágrafo único. As ações de inovação promovidas pela Administração Pública devem ser norteadas pela promoção do desenvolvimento econômico e social, incentivando a participação ativa e colaborativa da Associação das Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais (AMPEC), quando houver.
CAPÍTULO X
DO ESTÍMULO AO INVENTOR INDEPENDENTE

Art. 49 Ao inventor independente que comprove depósito de pedido de patente é facultado solicitar a adoção de sua criação pela Administração Pública Municipal, que decidirá quanto à conveniência e à oportunidade da solicitação e à elaboração de projeto voltado à avaliação da criação para futuro desenvolvimento, incubação, utilização, industrialização e inserção no mercado.
Parágrafo único. O inventor independente, mediante instrumento jurídico específico, deverá comprometer-se a compartilhar os eventuais ganhos econômicos auferidos com a exploração da invenção protegida adotada pela Administração Pública.
Art. 50A Administração Pública Municipal, direta e indireta, poderá apoiar o inventor independente que comprovar o depósito de patente de sua criação, entre outras formas, por meio de:
I - Análise da viabilidade técnica e econômica do objeto de sua invenção;
II - Assistência para transformação da invenção em produto ou processo com os mecanismos financeiros e creditícios dispostos na legislação;
III - Assistência para constituição de empresa que produza o bem objeto da invenção;
IV - Orientação para transferência de tecnologia para empresas já constituídas.
CAPÍTULO XI
DOS INCENTIVOS ÀS STARTUPS, EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA E EMPRESAS LIMPAS
Art. 51 O Município de Piraquara instituirá políticas específicas de apoio, incentivo e fomento a startups, empresas de base tecnológica e empresas limpas, visando à geração de emprego, renda, sustentabilidade e à promoção da inovação.
Art. 51-A Serão considerados, para os fins desta Lei:
I - Startups: organizações inovadoras que desenvolvem produtos, serviços ou modelos de negócio baseados em tecnologia, com alto potencial de crescimento;
II - Empresas de Base Tecnológica: aquelas que utilizam intensivamente conhecimento científico e tecnológico como diferencial competitivo;
III - Empresas Limpas ou Verdes: aquelas que adotam práticas sustentáveis, desenvolvem tecnologias limpas ou promovem economia circular e de baixo impacto ambiental.
Art. 51-B O Município poderá adotar mecanismos de incentivo e apoio, entre outros:
I - Redução ou isenção de taxas municipais para instalação e funcionamento em parques tecnológicos, incubadoras ou distritos de inovação;
II - Prioridade em programas de compras públicas e chamamentos destinados à aquisição de soluções inovadoras;
III - Concessão de apoio técnico, logístico e de infraestrutura para experimentação de soluções em ambientes controlados (sandbox regulatório);
IV - Criação de editais de fomento e linhas de crédito específicas para startups e empresas limpas, em parceria com instituições financeiras e agências de fomento;
V - Estímulo à participação em programas de aceleração, mentorias e redes de investidores.
Art. 51-C Para startups e empresas limpas sediadas no Município, poderão ser concedidos incentivos adicionais, tais como:
I - Apoio à internacionalização e participação em feiras, eventos e missões nacionais e internacionais;
II - Mecanismos de coinvestimento em parceria com fundos de investimento, respeitada a legislação vigente;
III - Reconhecimento por meio de premiações e certificações municipais de inovação e sustentabilidade.
Art. 51-D O Município estimulará a criação de um Parque Tecnológico voltado a Sustentabilidade, em articulação com universidades, empresas e sociedade civil, voltado à atração e desenvolvimento de startups, empresas limpas e negócios inovadores.
Art. 51-E A execução deste capítulo será articulada com o Conselho Municipal de Inovação, que definirá prioridades e avaliará os impactos dos incentivos concedidos.
Art. 52 Os recursos do FMDECTI, poderão ser concedidos, através de chamamento público, às pessoas físicas e jurídicas que submetam-se às diretrizes do PMDECTI e possuam projetos portadores de mérito técnico ou científico, mediante convênios, termos de cooperação, termos de parceria, contratos de gestão, acordos de cooperação, subvenção, termo de outorga de auxílio financeiro e outros instrumentos legais de contratação que vierem a ser celebrados pelo Município, obedecidas as prioridades que vierem a ser estabelecidas pelo PMDECTI.
§ 1º A seleção dos projetos referidos no caput será realizada através de chamamento público, cujo edital deverá especificar as diretrizes do PMDECTI, bem como, o seguinte:
I - Descrição e objetivos do projeto;
II - O cronograma físico-financeiro;
III - As condições de prestação de contas;
IV - As responsabilidades das partes; e
V - As penalidades contratuais.
§ 2º O edital deverá prever que os recursos ou apoio do Fundo serão repassados ao proponente que atenda, cumulativamente, às seguintes condições:
I - Estar em situação de regularidade fiscal perante o município, o Estado e a União, incluindo pagamento de impostos, taxas e as demais obrigações fiscais, trabalhistas ou previdenciárias;
II - Não ter pendências relativas a prestações de contas referentes a auxílios ou financiamentos concedidos pelo Fundo ou por outros editais de apoio público;
III - Ter seus atos constitutivos arquivados nos órgãos competentes há pelo menos dois anos antes da abertura do edital, exceto, quando as empresas estão em processo de incubação ou aceleração;
IV - Ter sede ou domicílio no município de PIRAQUARA há pelo menos 2 (dois) anos, exceto, quando as empresas estão em processo de incubação ou aceleração.
§ 3º Para conceder apoio financeiro, o FMDECTI, por meio do Conselho Deliberativo, deverá:
I - Exigir um mínimo de 10% (dez por cento) de contrapartida financeira e 20% (vinte por cento) de contrapartida econômica;
II - Em caso de aporte a fundo perdido (inciso I do art. 12) prever obrigatoriamente em contrato, que parte dos lucros obtidos da comercialização dos produtos ou serviços cuja criação foi apoiada pelo PMDECTI retornará ao Fundo por prazo determinado.
§ 4º A realização do chamamento público será requerida pelo CMDECTI, que deverá elaborar termo de referência contendo todas as especificações mínimas do projeto, bem como, as informações relacionadas no § 1º deste artigo.
Art. 53 Os beneficiários de recursos previstos nesta lei farão constar o apoio recebido do Fundo quando da divulgação dos projetos e atividades e de seus respectivos resultados.
Art. 54 Fica o Município autorizado a firmar convênios de cooperação, alianças estratégicas e assessoria técnica com outros órgãos de apoio à inovação tecnológica para assistência às EBTs e às IEs do Município.
Parágrafo único. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, por tempo determinado e condições previamente estabelecidas, a cessão de servidores e a concessão de bolsas de estágio para a finalidade contida no caput deste artigo.

Art. 55 A manutenção da concessão de benefícios previstos nesta Lei dependerá de comprovação anual da empresa permanecer enquadrada nas hipóteses do art. 34.
CAPÍTULO XII
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD
DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
Art. 57 O Município, por meio dos órgãos e entidades envolvidos na execução da Política Municipal de Inovação, Ciência e Tecnologia, observará integralmente os princípios, direitos e deveres previstos na Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
CAPÍTULO XIII
DISPOSIÇÕES FINAIS
Diretrizes
Art. 58 O Município consignará no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual a destinação de um percentual do orçamento anual para o apoio e consolidação das atividades de inovação de que trata esta Lei.
Art. 59 Na aplicação do disposto nesta Lei, serão observadas as seguintes diretrizes:
I - Assegurar tratamento diferenciado, favorecido e simplificado às microempresas e às empresas de pequeno porte;
II - Promover a simplificação dos procedimentos para gestão dos projetos de ciência, tecnologia e inovação e do controle por resultados em sua avaliação.
Art. 60 Os procedimentos de prestação de contas dos recursos repassados com base nesta Lei deverão seguir formas simplificadas e uniformizadas e, de forma a garantir a governança e a transparência das informações, ser realizados anualmente, preferencialmente, mediante envio eletrônico de informações, nos termos de regulamento.
Art. 61 Os dispositivos não elencados nesta Lei serão atendidos pela Lei Federal nº10.973de 2 de dezembro de 2004, posteriormente alterada pela Lei nº13.243de 11 de janeiro de 2016.
Art. 62 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Antonio Alceu Zielonka, em 16 de dezembro de 2025.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:5E7EC57B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.642/2025

Acrescenta, altera e revoga dispositivos da Lei Municipal nº 573/2001 (Código Tributário do Município de Piraquara), para disciplinar o parcelamento e o reparcelamento de créditos tributários e não-tributários inscritos em dívida ativa.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, Aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica acrescido o art. 308-A à Lei Municipal nº 573/2001, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 308-A** Não caracteriza início de procedimento administrativo nem de medida de fiscalização a comunicação encaminhada pela autoridade administrativa com o objetivo de informar o contribuinte sobre eventuais inconsistências ou divergências passíveis de correção por meio de autorregularização.
§ 1º A autorregularização caracteriza-se pelo saneamento, por parte do contribuinte, das inconformidades apontadas pelo Fisco, nos termos e condições estabelecidos na comunicação de que trata o caput, e será regulamentada por ato do Poder Executivo.
§ 2º A exclusão da espontaneidade, na hipótese de autorregularização, restringe-se às irregularidades descritas na comunicação.
§ 3º Para fins de autorregularização, a autoridade administrativa acrescerá ao valor os montantes previstos no art. 336 desta Lei, afastando-se apenas a aplicação da multa prevista inciso I, alínea "e" do mesmo artigo;

Art. 2º O § 1º do art. 370 da Lei Municipal nº 573/2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 370 ...**
§ 1º Os créditos da Fazenda Pública Municipal, de natureza tributária ou não tributária, inscritos em dívida ativa, poderão ser parcelados mediante confissão espontânea da dívida, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, vencíveis de trinta em trinta dias, na forma e condições estabelecidas em regulamento."

Art. 3º Altera a redação do caput e dos §§ 1º, 2º e 3º e acrescenta os incisos I e II ao §1º e os §§ 4º e 5º ao artigo 403 da Lei Municipal nº 573/2001, que passam a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 403 Fica instituído o Conselho Municipal de Contribuintes de Piraquara, órgão colegiado, de natureza deliberativa e de jurisdição administrativa, competente para julgar, em segunda e última instância, os recursos voluntários e de ofício relativos a processos fiscais.
§ 1º O Conselho será composto por 07 (sete) membros, sendo:
I - 4 (quatro) representantes da Fazenda Pública Municipal;
II - 3 (três) representantes dos Contribuintes, indicados pelas entidades, representativas do comércio, da indústria, da agricultura de entidades representativas dos profissionais autônomos e de outras entidades regularmente constituídas.
§ 2º Cada membro terá um suplente, indicado pelo mesmo órgão ou entidade do titular, que o substituirá em suas ausências e impedimentos, que serão nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo.
§ 3º O mandato dos conselheiros e suplentes será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.
§ 4º A Presidência do Conselho será exercida por um dos representantes da Fazenda Pública Municipal, e a Vice-Presidência por um dos representantes dos Contribuintes, ambos eleitos por seus pares para um mandato de 2 (dois) anos.
§ 5º A participação no Conselho é considerada serviço público de relevante interesse e não será remunerada."

Art. 4º Altera a redação do caput do art. 404, e revoga os incisos I a IV do mesmo dispositivo legal da Lei Municipal nº 573/2001, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 404 O funcionamento, os procedimentos e os ritos processuais do Conselho Municipal de Contribuintes serão definidos em Regimento Interno, a ser aprovado por decreto do Poder Executivo."

Art. 5º Altera a redação do caput do art. 405, e revoga o parágrafo único do mesmo dispositivo legal, da Lei Municipal nº 573/2001, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 405 As decisões do Conselho Municipal de Contribuintes são terminativas na esfera administrativa e deverão ser cumpridas no prazo de 30 (trinta) dias de sua publicação oficial."

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 16 de Dezembro de 2025.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:F102D980

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 11.513/2025

Dispõe sobre a nomeação de servidores para atuarem como Gestores e Fiscais de Contrato no âmbito da Secretaria Municipal de Comunicação, de acordo com as regras previstas na Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 11.001/2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, com fulcro nos Artigos 7º e 8º da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos Artigos 3º e 4º do Decreto Municipal nº 11.001/2023, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear, os servidores abaixo relacionados, para atuarem como Gestores de Contrato da Secretaria Municipal de Comunicação:
I – JESSICA PATRICIA DA SILVA FABRICIO MACHADO, matrícula nº 992985;
II – LUIZ HENRIQUE KAVETSKI, matrícula nº 661501.
Parágrafo único. As atribuições e competências do Gestor de Contrato são aquelas definidas no Art. 12 do Decreto Municipal nº 11.001/2023.

Art. 2º Nomear, os servidores abaixo relacionados, para atuarem como Fiscais de Contrato da Secretaria Municipal de Comunicação:
I – JESSICA PATRICIA DA SILVA FABRICIO MACHADO, matrícula nº 992985;
II – LUIZ HENRIQUE KAVETSKI, matrícula nº 661501.
Parágrafo único. As atribuições e competências do Fiscal de Contrato são aquelas definidas nos artigos 13 a 17 do Decreto Municipal nº 11.001/2023.

Art. 3º A formalização da designação do Gestor e do Fiscal de Contrato deverá ser feita no início da instrução processual, através de Despacho do Secretário Municipal, com aposição de ciência do Gestor e Fiscal designados.
Parágrafo único. No despacho do Secretário Municipal deverá ser identificado 01(um) Gestor e 01 (um) Fiscal substituto para situações de ausências, férias ou impedimentos dos servidores inicialmente designados.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria 11.483/2025.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 16 de dezembro de 2025.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:46D21CCB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 303/2025

O CORREGEDOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 7º, inciso II, do Decreto n.º 6.636/2018, e, tendo em vista os artigos 167, 178, e, 179, da Lei Municipal n.º 863/2006, que trata do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civil do Município de Piraquara, **RESOLVE**:
Art.1º - Substituir o servidor **Guilherme Felipe da Silva Vidal**, Técnico Administrativo, Matrícula nº 845571, designado para atuação em Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, conforme a Portaria nº 292/2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 12/11/2025, Edição 3405, pelos motivos expostos no Memorando 1DOC nº 66.608/2025.
Art. 2º - Nomear em substituição,o servidor**Rui Ezequiel Mazepa**, Técnico Administrativo, Matrícula n° 286141, integrante do rol dos servidoresestáveis passíveis de comporem Comissões de ProcessosAdministrativos Disciplinares, conforme consta no Decreto nº13.998/2025.
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de suapublicação, permanecendo inalteradas as demais informações da Portaria n° 292/2025.

Piraquara, 17 de dezembrode 2025.

LUCIANO DA COSTA LARA
Corregedor Geral do Município
Decreto nº 13.741/2025

Publicado por:
Luzia Aparecida Quekes
Código Identificador:8FA1F776

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PITANGA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 1/2025
REFERENTE AO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 9/2025.

Partes: Câmara Municipal de Pitanga - PR e Guimarães e Soares Ltda - CNPJ nº 17.330.681/0001-59
Objeto: registro de preços para a eventual aquisição de: açúcar refinado, água mineral com gás, painel plafom LED driver reator para painel 24w, painel plafom LED driver reator para painel 30w.(itens 1,4,10,12,13)
Valor da ata: R$ 3.089,80 (três mil, e oitenta e nove reais e oitenta centavos)
Dotação: 01.001.01.031.0101.2.108.3.3.90.30.00.00
3.3.90.30.07.12
3.3.90.30.26.00
Vigência: 12/12/2025 a 11/12/2026.
Data da assinatura: 15/12/2025.

Publicado por:
Iuri de Oliveira
Código Identificador:A54480EB

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PITANGA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 2/2025
REFERENTE AO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 9/2025.

Partes: Câmara Municipal de Pitanga - PR e Embalagens Costa Ltda. - CNPJ nº 62.728.148/0001-02
Objeto: registro de preços para a eventual aquisição de: água mineral sem gás(item 2)
Valor da ata: R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)
Dotação: 01.001.01.031.0101.2.108.3.3.90.30.00.00
3.3.90.30.07.12

Vigência: 15/12/2025 a 14/12/2026.
Data da assinatura: 15/12/2025.

Publicado por:
Iuri de Oliveira
Código Identificador:95EB7D79

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PITANGA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 5/2025
REFERENTE AO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 9/2025.

Partes: Câmara Municipal de Pitanga - PR e Fepress Comércio e Distribuição Ltda - CNPJ nº 40.896.434/0001-36
Objeto: registro de preços para a eventual aquisição de: Guardanapo de papel(item 6)
Valor da ata: R$ 528,00 (quinhentos e vinte e oito reais)
Dotação: 01.001.01.031.0101.2.108.3.3.90.30.00.00
3.3.90.30.99.02

Vigência: 15/12/2025 a 14/12/2026.
Data da assinatura: 15/12/2025.

Publicado por:
Iuri de Oliveira
Código Identificador:2867C4B0

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PITANGA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 8/2025
REFERENTE AO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 9/2025.

Partes: Câmara Municipal de Pitanga - PR e Centurion Comércio e Serviços de Informática Ltda- CNPJ nº 22.115.618/0001-30
Objeto: Painel Plafom LED 30w Sobrepor Quadrado 6500k Bivolt Cor Branco 110v/220v(item 11)
Valor da ata: R$ 772,63 (setecentos e setenta e dois reais e sessenta e três centavos)
Dotação: 01.001.01.031.0101.2.108.3.3.90.30.00.00
3.3.90.30.26.00

Vigência: 17/12/2025 a 16/12/2026.
Data da assinatura: 17/12/2025.

Publicado por:
Iuri de Oliveira
Código Identificador:570F9EFC

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
ATA Nº 08/2025 DO CONSELHO DELIBERATIVO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PITANGA

Dispõe sobre a DELIBERAÇÃO QUANTO A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PARA O EXERCÍCIO DE 2026.

Na data de 12 de dezembro de 2025, as 9 horas,reuniram-se nas dependências do RPPS, em atendimento ao dispostos normativos e legais, os membros do referido CONSELHO, para a deliberação sobre o assunto acima disposto como pauta principal da ordem do dia. Inicialmente, com a palavra o Presidente do Conselho Deliberativo, o senhor Enetes Teixeira do nascimento, informa que após a deliberação do Comitê de Investimentos sobre a minuta efetiva da Política de Investimentos para o exercício de 2026, a Gestora de Recursos, a senhora Jaciele Aparecida Vieira Braga disponibilizou antecipadamente aos membros do Conselho do Deliberativo via grupo do whatsapp especifico para tratar assuntos do conselho, possibilitando assim sua análise prévia no intuito dos mesmos estarem cientes do contexto e expor suas observações. Antecedendo as exposições, a Gestora de Recursos, com no uso de suas atribuições, apresentou a proposta da Política de Investimentos aprovada pelo Comitê seus pontos relevantes, deixando para o momento de exposição dos participantes do colegiado os esclarecimentos das dúvidas. Encerrando as informações preliminares o senhor Enetes, passa a palavra para a Gestora de Recursos do RPPS, Jaciele, onde inicialmente informa ao conselho de que a elaboração da minuta da Política de Investimentos foi feita em conjunto com a consultoria de investimentos contratada, a empresa Crédito e Mercado, onde, através da plataforma de investimentos disponibilizou sua proposta, sendo apreciada por todos os membros do Comitê gerando discussões, questionamentos e esclarecimentos, onde no final, se chegou na Minuta Final da mesma. Jaciele passou a palavra ao consultor da Credito e Mercado Bruno o qual explanou sobre o contexto da Politica de Investimentos, as atualizações que foram necessárias devido as mudanças das normativas reguladoras, cenário econômico, sugestões de Alocação Estratégica, os parâmetros de riscos utilizados e a Meta Atuarial definida. Após sua conclusão, o mesmo devolveu a palavra para o Presidente do Conselho Deliberativo, onde abriu o espaço de tempo para esclarecimentos dos membros do colegiado sobre a proposta da Política de Investimentos apresentada pelo Comitê de Investimentos. O consultor Bruno informou que o RPPS Pitanga é classificado como investidor comum, visto que não possui o Pró-Gestão. Foi discutido e definido que a meta de rentabilidade será compatível com a taxa de juros parâmetro informada no oficio encaminhado pelo atuário, sendo IPCA + 5,76%. O contador Ronaldo perguntou sobre os impactos de não atingimento da meta fixada, momento em que o consultor informou que a consultoria auxiliará em caso de questionamentos do Tribunal de Contas. Por unanimidade os membros votaram por aceitar a sugestão da consultoria de meta de rentabilidade de 5,76% + variação do IPCA.
Fechado o período de discussões, deu-sea abertura da votação, ficando deliberado pela: Aprovaçãopor unanimidadeda Politica de Investimentos para o exercício de 2026 proposta pelo Comitê de Investimentos, após a exposição dos membros do colegiado e suas considerações. A senhora Jaciele, atual Gestora de Recursos e Diretora do RPPS, com o uso de suas atribuições, disponibilizará para todos os membros do Conselho e Comitê de Investimentos a versão final para conhecimento e após assinaturas será finalizado o processo de elaboração e aprovação através do Demonstrativo da Política de Investimentos DPIN a Secretária de Previdência SPREV, a politica será encaminhada também ao Controle Interno do Município. Finalizado todos os conteúdos pautados e nada mais tendo a tratar, foi declarada encerrada a presente reunião, e eu Letícia Nicole da Costa Scopel, na qualidade de conselheira lavrei a presente ata, onde lida e achada exata, vai assinada pelos membros presentes.

GLADSON JOAQUIM DA LUZ
Membro Titular(Presente)

ENETES TEIXEIRA DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho (Presente)

LETICIA NICOLE DA COSTA SCOPEL
Membro Titular (Presente)

JACIELE APARECIDA VIEIRA BRAGA
Diretora do RPPS

REGIANE FARREN
Membro Suplente (Presente)

EDVIGES ANTONIA IUBEL TROJAN
Membro Titular (Presente)

MARIA DERHON PRATES
Membro Titular (Presente)

CLEIDE APARECIDA RIBEIRO
Membro Titular (Presente)

RONALDO EURICH
Contador (Presente)

SILVANA DA LUZ FURLANETTO
Membro Suplente (Presente)

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:F22BFD01

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DECISÃO ADMINISTRATIVA

Processo Administrativo nº 02/2025
Interessada: Elci Bernadete Pauluk Berezoski - Matrícula 42601
Assunto: Análise de enquadramento funcional Perda superveniente do objeto

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos.
Relatório.
O presente processo foi instaurado com o objetivo de apurar eventual irregularidade no enquadramento funcional da servidora **Elci Bernadete Pauluk Berezoski**, a partir de comunicações e informações encaminhadas pelo Regime Próprio de Previdência Social e de levantamentos realizados pelo Departamento de Recursos Humanos, notadamente no contexto da análise de sua trajetória funcional e de pretensão previdenciária anteriormente formulada. A Comissão regularmente designada iniciou os trabalhos nos termos legais, assegurando o contraditório e a ampla defesa, tendo ao final encaminhado a matéria para apreciação superior.
Contextualização dos fatos.
Conforme se verifica da documentação constante dos autos, a servidora ingressou no serviço público municipal por meio do **Decreto nº 027/1990**, no cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, e posteriormente passou a exercer atribuições vinculadas ao cargo de **Agente Educacional**, com base na **Portaria nº 237/2008**, permanecendo nessa situação funcional por período superior a duas décadas, sem qualquer controvérsia ou questionamento administrativo relevante durante esse lapso temporal.

Marco jurídico aplicável.
A análise desta matéria demanda a aplicação do **Prejulgado nº 37 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná** (Acórdão nº 2040/25 – Tribunal Pleno, publicado no DETC nº 3504, em 13/08/2025), cujas diretrizes possuem efeito vinculante perante esta Administração. O referido prejulgado estabelece, dentre suas teses:
a obrigatoriedade de análise da legalidade de eventual ascensão funcional no momento da apreciação da aposentadoria;
a limitação da verificação de modificações funcionais e legislativas aos últimos cinco anos, em respeito aos princípios da segurança jurídica, da boa-fé objetiva e do prazo decadencial quinquenal;
a impossibilidade de revisão de situações funcionais consolidadas ao longo do tempo, salvo comprovação de má-fé, o que não se verifica nos autos do presente processo administrativo.
Motivação.
À luz desse entendimento, considerando que as alterações funcionais atribuídas à servidora ocorreram em período amplamente superior a vinte anos, não há base jurídica para revisão do ato ou aplicação de qualquer medida administrativa. A antiguidade dos fatos torna inviável qualquer intervenção corretiva, estando a situação plenamente protegida pelo princípio da segurança jurídica e pela estabilidade das relações funcionais.
Assim, a continuidade do processo administrativo não produziria qualquer efeito útil, uma vez que o objeto investigado se encontra juridicamente esvaziado, configurando perda superveniente do objeto, à luz dos princípios da eficiência, da razoabilidade, da finalidade e da economia processual.
Conclusão.
Diante do exposto, e com fundamento nos elementos constantes dos autos, decido o que segue.

DECIDO:
I – Reconhecer a perda superveniente do objeto do processo administrativo nº 02/2025, determinando-se o arquivamento dos autos, por ausência de utilidade prática e impossibilidade jurídica de revisão funcional retroativa, em conformidade com o entendimento consolidado no Prejulgado nº 37 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
II – Orientar a servidora **Elci Bernadete Pauluk Berezoski** a comparecer, caso tenha interesse, ao Departamento de Recursos Humanos, para solicitação de simulação de aposentadoria e esclarecimentos previdenciários, a fim de verificar o eventual preenchimento dos requisitos legais, considerando o cargo atualmente ocupado e as orientações firmadas pelo TCE/PR.
III – Registrar que não se determina qualquer medida adicional ao Departamento de Recursos Humanos ou ao RPPS, ficando a cargo da própria servidora eventual iniciativa futura para instrução de pedido de simulação ou aposentadoria.
Cumpra-se. Publique-se. Notifique-se.

Pitanga/PR, 17 de dezembro de 2025.

DIRCEU MORAES
Prefeito Municipal de Pitanga/PR

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:A4E8AFB4

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA Nº 06/2025 - DHRF

*O **MUNICÍPIO DE PITANGA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 76.172.907/0001-08, com sede administrativa sito ao Centro Administrativo 28 de Janeiro, nº 171, Bairro Centro, CEP: 85200-073, utiliza do presente para **NOTIFICAR** todos os moradores, ocupantes, titulares, confrontantes e a quem interessar que o núcleo urbano irregular denominado São Basílio está em fase de Regularização Fundiária Urbana em formato de REURB-S, através da **LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA**, conforme art. 23 da Lei Federal nº 13.465/2017. No núcleo em questão foi realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), a fim de emissão de matrículas individualizadas aos detentores dos lotes do núcleo objeto da matrícula nº 8.563, matrícula nº 23.875 e a matrícula nº 23.023, de propriedade do Município de Pitanga, registradas no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pitanga/PR.*

DO NÚCLEO

Art. 1º O núcleo urbano São Basílio, neste município, é composto pela matrícula n° 8.563, matrícula nº 23.875 e a matrícula nº 23.023, de propriedade do Município de Pitanga, registradas no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pitanga/PR.

§1º O núcleo possui uma área total a regularizar de 10.873,19 m², distribuída em 31 lotes, sendo 30 lotes aderentes e 01 lote tabulares, com uma população aproximada de 124 pessoas.

QUADRO DE ÁREAS	
Área da matrícula nº 8.563	270.066,00 m²
Área da matrícula nº 23.875	10.400,00 m²
Área da matrícula nº 23.023	15.938,50 m²
Área dos lotes aderentes	10.490,29 m²
Área de lotes titular tabular	382,9 m²
Área de ruas a regularizar	-
Área total da REURB	10.873,19 m²

DOS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS

Art. 2º A área de intervenção é atendida pelos seguintes equipamentos comunitários:

Escola de educação básica, onde as crianças do núcleo são atendidas;
Arruamento na maior parte da área da intervenção;
Energia elétrica pública e residencial;
Abastecimento de água potável na grande maioria dos lotes;
Esgotamento sanitário individual;
Sinal de telefonia móvel e fixa;
Transporte escolar cedido pelo município;

DAS CONFRONTAÇÕES

Art. 3º Os confinantes internos serão notificados por ato próprio denominado de NOTIFICAÇÃO E DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DE DIVISA DE LOTE, salvo os ocupantes que, por motivos desconhecidos, não foram encontrados, os quais serão alvo deste edital. A ausência de manifestação dentro do prazo de 30 (trinta) dias será tida como aceite, conforme art. 13, §1º, do Decreto Federal nº 9.310/2018 e art. 20, §1º, da Lei Federal nº 13.465/2017.

§1º São tidos como **titulares de domínio**, nos termos da lei:

Matrícula nº 8.563, de propriedade do Município de Pitanga/PR;
Matrícula nº 23.875, de propriedade Município de Pitanga/PR;
Matrícula nº 23.023, de propriedade Município de Pitanga/PR.

§2º São tidos como **confrontantes externos/internos**, nos termos da lei:

Matrícula nº 11.296, de propriedade de Antônio Lukasievicz;
Matrícula nº 24.808, de propriedade de Joel da Luz;
Matrícula nº 40.056, de propriedade de Valdemar Manchur;
Matrícula nº 40.057, de propriedade de Carlos Pereira;
Matrícula nº 14.172, de propriedade de Hilda François;
Matrícula nº 20.482, de propriedade de Edson Luis Morais Alves;
Matrícula nº 24.996, de propriedade de Rosita Machado de Oliveira Nunes;
Matrícula nº 28.524, de propriedade de Adriano R. B. Bittencourt;
Matrícula nº 26.807, de propriedade de Eliel Lopes de Camargo;
Rua Liberato Schupchek, Rua Mauricio Orlando Santos
Rua Dinarte De Andrade, Rua Henrique Michalak, Rua Frederico Repula, Rua Poltava, Rua João Malaniak, Rua Anita Garibaldi, de propriedade Município de Pitanga/PR

DOS REQUERENTES

Art. 4º São requerentes e beneficiários da referida área para fins de Regularização Fundiária Urbana:

Nº	NOME
	ANA MELNIK.
	CLEUZI DE FATIMA ANDRADE DOMINGUES E ROQUE DOMINGUES.
	CRISTINA DE DEUS MATEUS RIOS E GILMAR RIOS.
	EVA DOS SANTOS E ADÃO CORREIA CHOMA.
	JANE DE SOUZA KETES E CARLOS KETES.
	JANETE RODRIGUES E JOSE ADILSON PEREIRA.
	JOSMAR BUENO.
	LUCIA APARECIDA SOUZA E LUIZ CORREA PADILHA.
	MARIA CONCEIÇÃO DOS SANTOS, ELAISA APARECIDA DOS SANTOS, JOELMA DOS SANTOS, LEONIDES DOS SANTOS, LUAN DOS SANTOS, LEANDRO DOS SANTOS, REINALDO DOS SANTOS, JOSE ANTONIO DOS SANTOS, LUCAS DOS SANTOS.
	MARIA DE FRANÇA DA SILVA E JOSE GONÇALVES DA SILVA.
	ROSANA DA SILVA.
	ROSELI APARECIDA SANTOS DE PAULA.
	SIMONE DA SILVA.
	VALDEVINA DA APARECIDA DE LIMA.
	VITORIA IUCHEMA DA COSTA E SEBASTIÃO ANTUNES DA COSTA.

DAS IMPUGNAÇÕES

Art. 5º As impugnações cabíveis, contrárias ou adversas ao objeto deste ato, deverão ser apresentadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da última publicação do presente edital, seja em jornal da região ou por meio eletrônico no Diário Oficial. As impugnações poderão ser protocoladas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Pitanga/PR, endereçadas ao Prefeito Municipal, com as devidas justificativas plausíveis, que serão analisadas pelos setores responsáveis, bem como pela comissão municipal de Regularização Fundiária, se houver. Fica a critério da municipalidade acatar ou não as devidas impugnações, de acordo com as suas razões, conforme prevê o art. 20 da Lei Federal nº 13.465/2017.

§1º A visualização das peças processuais e documentos que as acompanham poderá ocorrer mediante consulta ao procedimento administrativo em trâmite nas dependências da prefeitura deste município.

§2º Não havendo manifestação em contrário no período de 30 (trinta) dias, considerar-se-á como aceite os elementos dos anexos e teor desse edital, tanto pelos titulares internos como pelos confrontantes externos da área objeto de Reurb, conforme prevê a Lei. Transcorrido o prazo legal para manifestações, será efetivado o ato, na forma do art. 31, §5º e 6º da Lei Federal nº 13.465/2017.

Pitanga/PR, 17 de dezembro de 2025.

DIRCEU MORAES
Prefeito Municipal

ANEXOS DISPONÍVEIS EM:https://www.pitanga.pr.gov.br/editais-de-reurb

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:0E159866

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA Nº 07/2025 - DHRF

*O **MUNICÍPIO DE PITANGA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 76.172.907/0001-08, com sede administrativa sito ao Centro Administrativo 28 de Janeiro, nº 171, Bairro Centro, CEP: 85200-073, utiliza do presente para **NOTIFICAR** todos os moradores, ocupantes, titulares, confrontantes e a quem interessar que o núcleo urbano irregular denominado VILA ESPERANÇA está em fase de Regularização Fundiária Urbana em formato de REURB-S, através da **LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA**, conforme art. 23 da Lei Federal nº 13.465/2017. No núcleo em questão foi realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), a fim de emissão de matrículas individualizadas aos detentores dos lotes do núcleo objeto da matrícula nº 12.661, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pitanga/PR.*

DO NÚCLEO

Art. 1º O núcleo urbano Vila Esperança, localizado neste município, é composto pela matrícula n° 12.661 de propriedade de Associação do Conjunto Residencial Vila Esperança, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pitanga/PR.

§1º O núcleo possui uma área total a regularizar de 3.438,94 m², distribuída em 30 lotes, sendo 16 lotes aderentes e 120 lotes tabulares, com uma população aproximada de 120 pessoas.

QUADRO DE ÁREAS	
Área da matrícula 12.661	9.554,50 m²
Área dos lotes aderentes	3.732,93m²
Área de lotes titular tabular	3.144,55m²
Área de ruas a regularizar	531,89m²
Área total da REURB	7.409,37m²

§2º O referido núcleo é atendido pelas seguintes vias públicas: Rua Projetada A, Rua Projetada JD Maristela, as quais passarão ao domínio público municipal, conforme disposto no art. 53, parágrafo único, da Lei Federal nº 13.465/17.

DOS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS

Art. 2º A área de intervenção é atendida pelos seguintes equipamentos comunitários:

Escola de educação básica, onde as crianças do núcleo são atendidas;
Arruamento na maior parte da área da intervenção;
Energia elétrica pública e residencial;
Abastecimento de água potável na grande maioria dos lotes;
Esgotamento sanitário individual;
Sinal de telefonia móvel e fixa;
Transporte escolar cedido pelo município;
Atendimentos de transporte público coletivo.

DAS CONFRONTAÇÕES

Art. 3º Os confinantes internos serão notificados por ato próprio denominado de NOTIFICAÇÃO E DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DE DIVISA DE LOTE, salvo os ocupantes que, por motivos desconhecidos, não foram encontrados, os quais serão alvo deste edital. A ausência de manifestação dentro do prazo de 30 (trinta) dias será tida como aceite, conforme art. 13, §1º, do Decreto Federal nº 9.310/2018 e art. 20, §1º, da Lei Federal nº 13.465/2017.

§1º São tidos como **titulares de domínio**, nos termos da lei:

Matrícula nº 12.661, de propriedade de Associação do Conjunto Residencial Vila Esperança;

§2º São tidos como **confrontantes externos/internos**, nos termos da lei:

Matrícula nº 16.823, de propriedade de Sociedade Instrutiva de São Basílio;
Matrícula nº 23.886, de propriedade de Mitra Diocesana de Guarapuava;
Matrícula nº 11.494, de propriedade de Prefeitura Municipal de Pitanga/PR;
Matrícula nº 34.495, de propriedade de Marlene Knaut;
Rua Manoel Estevão Camargo e Rua Abel Schon, de propriedade de Município de Pitanga/PR;

DOS REQUERENTES

Art. 4º São requerentes e beneficiários da referida área para fins de Regularização Fundiária Urbana:

Nº	NOME
	AMILTON CAMARGO
	CARMEN APARECIDA DE PAULA E AROLDO EVANGELISTA DE CASTRO
	IARA DIELI MACHADO
	IRACI SILVERIO
	MARIA CELIA DOS SANTOS LEAL E OSCAR NAUROSKI LEAL
	OLIRA CORDEIRO RAMOS
	OLIRIA APARECIDA DE CAMARGO
	OTILIA DE CAMARGO VAZ E DARCI VAZ
	ROSELI DOS SANTOS
	ROSENILDA APARECIDA MAIA
	SEBASTIÃO SILVERIO
	SILVANA KRAICZY E DOUGLAS DOS SANTOS
	TEREZA COSTA
	VANESSA APARECIDA DE PONTES HAMAN
	JOZIELE DE SOUZA FABRI E DIVONZIR DE ALMEIDA
	MARIA LUCIMAR CORDEIRO MARTINS E JURANDIR MARTINS

DAS IMPUGNAÇÕES

Art. 5º As impugnações cabíveis, contrárias ou adversas ao objeto deste ato, deverão ser apresentadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da última publicação do presente edital, seja em jornal da região ou por meio eletrônico no Diário Oficial. As impugnações poderão ser protocoladas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Pitanga/PR, endereçadas ao Prefeito Municipal, com as devidas justificativas plausíveis, que serão analisadas pelos setores responsáveis, bem como pela comissão municipal de Regularização Fundiária, se houver. Fica a critério da municipalidade acatar ou não as devidas impugnações, de acordo com as suas razões, conforme prevê o art. 20 da Lei Federal nº 13.465/2017.

§1º A visualização das peças processuais e documentos que as acompanham poderá ocorrer mediante consulta ao procedimento administrativo em trâmite nas dependências da prefeitura deste município.

§2º Não havendo manifestação em contrário no período de 30 (trinta) dias, considerar-se-á como aceite os elementos dos anexos e teor desse edital, tanto pelos titulares internos como pelos confrontantes externos da área objeto de Reurb, conforme prevê a Lei. Transcorrido o prazo legal para manifestações, será efetivado o ato, na forma do art. 31, §5º e 6º da Lei Federal nº 13.465/2017.

Pitanga/PR, 17 de dezembro de 2025.

DIRCEU MORAES
Prefeito Municipal

ANEXOS DISPONÍVEIS EM:https://www.pitanga.pr.gov.br/editais-de-reurb

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:01FD10A2

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 1076, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025

Conceder férias a servidora abaixo descrita.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora.

RESOLVE

Art.1º – Conceder 30 **(TRINTA)** dias de **FÉRIAS**, referente ao período aquisitivo de 2022/2023 a servidora **ANA PAULA BECHER VEIGA**, ocupante do cargo de Enfermeira – 35 horas, matrícula nº **209461**, a contar de 05 de dezembro de 2025.

Art. 2º – Decorrido o prazo do Artigo 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 05 de janeiro de 2026.

Art. 3º – Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 04 de dezembro de 2025.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:7EF4B2F4

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 1077, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025

Conceder férias a servidora abaixo descrita.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora.

RESOLVE

Art.1º – Conceder 20 **(VINTE** dias de **FÉRIAS**, referente ao período aquisitivo de 2024/2025 a servidora **CLEONICE DE OLIVEIRA HEY**, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde – 40 horas, matrícula nº **505671**, a contar de 05 de janeiro de 2026.

Art. 2º – Decorrido o prazo do Artigo 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 26 de janeiro de 2026.

Art. 3º – Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 04 de dezembro de 2025.

DIRCEU MORAES
Prefeito

IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:1EC05611

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 1078, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025

Conceder férias a servidora abaixo descrita.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o requerimento da servidora.

RESOLVE
Art.1º - Conceder **30 (trinta)** dias de **FÉRIAS**, referente aos períodos aquisitivos de 2024/2025 (24 dias) e 2025/2026 (6 dias), a servidora **ELICEIA PAULUK KRAICHUK**, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - 40 horas, matrícula nº **505541**, a contar de 05 de janeiro de 2026.

Art. 2º - Decorrido o prazo do Artigo 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 04 de fevereiro de 2026.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 04 de dezembro de 2025.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO DE MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:11C71244

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 1079, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025

Conceder férias a servidora abaixo descrita.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora.

RESOLVE

Art.1º – Conceder **10 (DEZ)** dias de **FÉRIAS**, referente ao período aquisitivo de 2024/2025 a servidora **JOCELI CALIXTO**, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde – 40 horas, matrícula nº **50862** a contar de 05 de janeiro de 2026.

Art. 2º – Decorrido o prazo do Artigo 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 15 de janeiro de 2026.

Art. 3º – Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 04 de dezembro de 2025.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:0FAB7DA4

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 1080, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025

Conceder férias a servidora abaixo descrita.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora.

RESOLVE

Art.1º – Conceder 30 (TRINTA) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 2024/2025 a servidora LUCINEY HEY, ocupante do cargo de Gari – 44 horas, matrícula nº 50962 a contar de 24 de novembro de 2025.

Art. 2º - Decorrido o prazo do Artigo 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 24 de dezembro de 2025.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 04 de dezembro de 2025.

DIRCEU MORAES
Prefeito

IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:9E7883D9

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 1110, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025

Conceder férias a servidora abaixo descrita.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora.

RESOLVE

Art.1º – Conceder 17 (dezessete) dias de FÉRIAS a servidora **ELIZABETE FERREIRA DE LIMA**, ocupante do cargo de PROFESSOR – 20 horas, Matrícula nº 176121 – referente ao período aquisitivo 2023/2024: 15 dias; Período aquisitivo: 2024/2025: 05 dias, a contar de 05 de janeiro de 2026.

Art. 2º – Decorrido o prazo do Artigo 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 26 de janeiro de 2026.

Art. 3º – Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 12 de dezembro de 2025.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:A28F03EE

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 1122, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Conceder férias a servidora abaixo descrita.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora.

RESOLVE

Art.1º – Conceder 26 (vinte e seis) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 2024/2025 a servidora ROSANA LARSSON, ocupante do cargo de Psicologo – 20 Horas, matrícula nº 209031, a contar de 05 e janeiro de 2026.

Art. 2º – Decorrido o prazo do Artigo 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 02 de fevereiro de 2026.

Art. 3º – Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 15 de dezembro de 2025.

DIRCEU MORAES
Prefeito

IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:AACAECC6

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 1124, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Conceder férias a servidora abaixo descrita.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora.

RESOLVE

Art.1º – Conceder **30 (trinta)** dias de **FÉRIAS**, referente aos períodos aquisitivos de 2019/2020 (20 dias) e 2020/2021 (10 dias) a servidora **GIOVANEA MARIA DE FRANÇA SACON**, ocupante do cargo de

Auxiliar De Serviços Gerais – 44 horas, matrícula nº 50720, a contar de 24 de novembro de 2025.
Art. 2º – Decorrido o prazo do Artigo 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 24 de dezembro de 2026.

Art. 3º – Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 15 de dezembro de 2025.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:016DF296

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 1126, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025

Conceder férias à servidora abaixo descrita.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora.

RESOLVE

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora **DILAMAR RIBEIRO TUROSSI**, ocupante do cargo de **Agente Comunitário de Saúde – 40 horas**, matrícula nº **50893**, referentes aos períodos aquisitivos de **2023/2024 (15 dias)** e **2024/2025 (15 dias)**, com início em **29 de dezembro de 2025**.

Art. 2º Decorrido o prazo previsto no art. 1º, a servidora deverá reapresentar-se ao trabalho em **28 de janeiro de 2026**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 16 de dezembro de 2025.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:30594820

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 1127, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025

Conceder férias ao servidor abaixo descrito.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o requerimento do servidor.

RESOLVE

Art. 1º Concede-se 30 (trinta) dias de férias ao servidor ELIZEO GONÇALVES DA SILVA FILHO, ocupante do cargo de Enfermeiro ESF – 40 horas, matrícula nº 503941, referentes aos períodos aquisitivos de 2021/2022 **(22 dias)** e 2023/2024 **(08 dias)**, com início em 02 de janeiro de 2026.

Art. 2º Decorrido o prazo previsto no art. 1º, o servidor deverá reapresentar-se ao trabalho em 02 de fevereiro de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 16 de dezembro de 2025.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor dos Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:188DD0D6

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 1128, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025

Conceder férias a servidora abaixo descrita.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora.

RESOLVE

Art. 1º Concede-se 20 (vinte) dias de férias à servidora CINTIA FÁTIMA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde – 40 horas, matrícula nº 50868, referentes aos períodos aquisitivos de 2023/2024 (10 dias) e 2024/2025 (10 dias), com início em 05 de janeiro de 2026.

Art. 2º Decorrido o prazo previsto no art. 1º, a servidora deverá reapresentar-se ao trabalho em 26 de janeiro de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 16 de dezembro de 2025.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:4E26D1B9

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 1129, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025

Conceder férias a servidora abaixo descrita.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora.

RESOLVE
Art. 1º Concede-se 30 (trinta) dias de férias à servidora LEANDRA MACHADO GEFFER, ocupan te do cargo de Agente Comunitário de Saúde – 40 horas, matrícula nº **506710**, referentes aos períodos aquisitivos de 2023/2024 (15 dias) e 2024/2025 (15 dias), com início em 02 de janei ro de 2026.

Art. 2º Decorrido o prazo previsto no art. 1º, a servidora deverá reapresentar-se ao trabalho em 02 de fevereiro de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 16 de dezembro de 2025.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:1D0BD8FC

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 1132, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025

Conceder férias a servidora abaixo descrita.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora.

RESOLVE

Art. 1º Concede-se 20 (vinte) dias de férias à servidora KAUANA ANTONIELI BIANEK, ocupante do cargo de **Enfermeiro** – 40 horas, matrícula nº **54044**, referente ao período aquisitivo **2020/2021**, com início em **12** de janeiro de 2026.

Art. 2º Decorrido o prazo previsto no art. 1º, a servidora deverá reapresentar-se ao trabalho em 02 de fevereiro de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 16 de dezembro de 2025.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:5EF28C81

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 1137, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025

Conceder férias a servidora abaixo descrita.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora.

RESOLVE

Art. 1º – Conceder 15 (quinze) dias de **férias** a servidora **OLGA STOSKI**, ocupante do cargo de **Assessor Especial De Gabinete I** – 44 horas, matrícula nº**25060**, referente ao período aquisitivo 2025/2026, a contar de 19 de janeiro de 2026.

Art. 2º – Decorrido o prazo previsto no art. 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 03 de fevereiro de 2026.

Art. 3º – Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 16 de dezembro de 2025.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:3FE1C86D

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 1138, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025

Conceder férias a servidora abaixo descrita.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora.

RESOLVE

Art. 1º – Conceder 30 (trinta) dias de **férias** à servidora **ROSILDA DA APARECIDA DE OLIVEIRA**, ocupante do cargo de **Agente Comunitário De Saúde** – 40 horas, matrícula nº **504971**, referente ao período aquisitivo 2024/2025, a contar de 02 de janeiro de 2026.

Art. 2º – Decorrido o prazo previsto no art. 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 02 de fevereiro de 2026.

Art. 3º – Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 16 de dezembro de 2025.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Ditetor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:CF91004E

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 1139, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025

Conceder férias a servidora abaixo descrita.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora.

RESOLVE

Art. 1º – Conceder 20 (vinte) dias de férias à servidora SANDRA CHAICOSKI, ocupante do cargo de Técnico Em Enfermagem Esf – 40 horas, matrícula nº 50179, referente ao período aquisitivo 2024/2025, a contar de 05 de janeiro de 2026.

Art. 2º – Decorrido o prazo previsto no art. 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 26 de fevereiro de 2026.

Art. 3º – Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 16 de dezembro de 2025.

DIRCEU MORAES
Prefeito

IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:FB919707

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 1140, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025

Conceder férias a servidora abaixo descrita.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora.

RESOLVE

Art. 1º – Conceder 20 (vinte) dias de férias à servidora SANDRA CHAICOSKI, ocupante do cargo de Técnico Em Enfermagem Esf – 40 horas, matrícula nº 50179, referente ao período aquisitivo 2024/2025, a contar de 05 de janeiro de 2026.

Art. 2º – Decorrido o prazo previsto no art. 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 26 de fevereiro de 2026.

Art. 3º – Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 16 de dezembro de 2025.

DIRCEU MORAES
Prefeito

IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:F58601C2

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 1143, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025

Conceder férias a servidora abaixo descrita.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora.

RESOLVE
Art. 1º – Conceder 11 (onze) dias de férias à servidora MARIA CRISTINA BERTÃO, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo – 40 horas, matrícula nº 50049, referente ao período aquisitivo 2024/2025, a contar de 05 de janeiro de 2026.

Art. 2º – Decorrido o prazo previsto no art. 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 16 de janeiro de 2026.

Art. 3º – Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 16 de dezembro de 2025.

DIRCEU MORAES
Prefeito

IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:CF2CC8CD

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
RESOLUÇÃO Nº. 32/2025 - CMDCA

Dispõe sobre a eleição da Mesa Diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA – biênio 2025-2027.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal n° 1.743/2012, alterada pela Lei nº. 2459 de 2023.

RESOLVE

Art. 1° - Eleger através de votação a Mesa Diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA para o biênio 2025-2027, a qual por decisão unânime fica constituída pelos seguintes membros:

Presidente: Eslaine Espanhol Meira da Silva;
Vice-Presidente: Fátima Penteado;
1º. Secretário (a): Josimar Claudio Cionek;
2º. Secretário (a): Josemary Giraldi.

A eleição se deu em reunião ordinária, realizada dia 15 de dezembro de 2025, conforme consta na Ata n°316/2025.

Art. 2° Essa Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Pitanga, 16 de dezembro de 2025.

ESLAINE ESPANHOL MEIRA DA SILVA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:3BAFC5D2

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
TERMO DE AJUSTE DE CONTAS Nº 01/2025

Município de Pitanga/PR – Regularização de Despesa Sem Contrato Vigente

1. DAS PARTES
Este Termo de Ajuste de Contas é celebrado entre as partes:
Compromitente:
Município de Pitanga, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 76.172.907/0001-08, com sede administrativa na Rua 28 de Janeiro, nº 171, Centro, Pitanga/PR, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais.
Compromissária:
PUBLITECH SOFTWARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.252.028/0001-65, com sede à Avenida Getúlio Vargas, nº 621, sala 03, Pitanga/PR, neste ato representada por seu Diretor legalmente constituído.

2. DO OBJETO
O presente Termo tem por objeto a regularização administrativa e financeira da despesa decorrente da prestação de serviços técnicos especializados em tecnologia da informação, consistentes em:
Licenciamento de uso de sistemas integrados de gestão pública;
Suporte técnico contínuo;
Manutenção corretiva e evolutiva dos sistemas.
Esses serviços foram prestados pela Compromissária no período de 10 de abril de 2025 a 15 de julho de 2025, sem cobertura contratual formal, em razão de descontinuidade entre o encerramento do Contrato nº 65/2024 (09/04/2025) e o início de vigência do Contrato nº 201/2025 (16/07/2025).

3. DA JUSTIFICATIVA E NECESSIDADE DO AJUSTE DE CONTAS
A formalização deste Termo justifica-se pela necessidade de saneamento da despesa administrativa regularmente executada, porém sem amparo contratual vigente, evitando-se:
O enriquecimento ilícito da Administração;
A insegurança jurídica sobre a execução orçamentária;
A quebra da continuidade de serviços públicos essenciais.
A Compromissária executou os serviços de forma regular, contínua, atestada e sem interrupção, de acordo com os padrões e valores já praticados no contrato anterior. O Município, por sua vez, deixou de formalizar tempestivamente a prorrogação ou nova contratação, resultando na prestação de serviços sem a devida formalização.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL EXCLUSIVA
Este Termo está amparado exclusivamente nos seguintes dispositivos de legislação federal vigente:

Norma	Artigo	Conteúdo / Aplicação ao TAC
Constituição Federal	Art. 37, caput	Determina os princípios da Administração Pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Fundamenta a obrigatoriedade de regularizar a despesa de forma ética, transparente e eficaz.
Código Civil (Lei nº 10.406/2002)	Art. 884	Proíbe o enriquecimento sem causa – obriga o ente público a indenizar o contratado que prestou serviço, mesmo sem contrato formal, se comprovada a boa-fé e execução efetiva.
Lei nº 4.320/1964 (Normas Gerais de Direito Financeiro)	Art. 36	Permite o reconhecimento de obrigações de exercícios anteriores, desde que a obrigação tenha sido regularmente constituída e comprovada. Aplica-se à indenização pelo serviço prestado.
Lei nº 4.320/1964	Art. 60	Veda a realização de despesas sem prévio empenho. O TAC é utilizado como instrumento excepcional de regularização dessa ocorrência, quando o serviço foi efetivamente prestado.
Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos)	Art. 137, § 2º	Dispõe que o contratado fará jus à indenização por danos comprovados decorrentes de atos da Administração, quando não lhe for imputada culpa. Justifica a indenização por prestação de serviço sem contrato vigente, mas com execução comprovada.
Decreto-Lei nº 200/1967	Art. 6º, inciso I	Estabelece o princípio do planejamento na administração pública, reforçando que a falha contratual não pode interromper serviços essenciais.

5. PRESSUPOSTOS FORMAIS E FÁTICOS OBSERVADOS
Para viabilizar a celebração deste Termo, foram rigorosamente observados os seguintes requisitos:

Efetiva prestação dos serviços, comprovada por documentos, notas fiscais, relatórios e planilhas;
Atesto técnico dos serviços pela Secretaria Municipal competente;
Ausência de sobrepreço ou dano ao erário, com valores compatíveis com contratos anteriores;
Boa-fé objetiva da Compromissária, que agiu com diligência, sem se beneficiar da omissão da Administração;
Culpa exclusiva da Administração, que não promoveu a renovação ou contratação em tempo hábil;
Demanda pública contínua e essencial, cuja interrupção prejudicaria diretamente a operacionalidade dos órgãos municipais;
Regularidade fiscal e jurídica da empresa contratada, devidamente documentada.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA

A Compromissária compromete-se a:
Apresentar as notas fiscais referentes ao período ajustado, nos mesmos moldes do contrato anterior;
Manter sua regularidade jurídica, fiscal e trabalhista até a efetiva liquidação;
Renunciar a quaisquer valores adicionais, juros, multas, correções ou pleitos indenizatórios não previstos neste Termo;
Conferir, com o pagamento, quitação integral da obrigação.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O Município compromete-se a:
Proceder à indenização correspondente à execução regular dos serviços prestados no período de 10/04/2025 a 15/07/2025;
Realizar, se necessário, suplementação orçamentária e emissão de empenho;
Incluir o presente TAC no Processo Administrativo nº 2.151/2025, com toda a documentação comprobatória;
Promover a publicação do TAC no Portal da Transparência, nos termos legais;
Determinar à Controladoria e ao Jurídico a instauração de apuração de responsabilidade funcional, nos termos do art. 143 da Lei nº 8.112/90.

8. DO PAGAMENTO E DOS LIMITES DA INDENIZAÇÃO

O valor a ser indenizado será no importe de R$ 212.380,00 (duzentos e doze mil, trezentos e oitenta reais)
Calculado com base nos valores do Contrato nº 65/2024, sem qualquer reajuste;
Limitado aos serviços efetivamente prestados e atestados;
Submetido à conferência documental e contábil;
Quitado apenas após apresentação de nota fiscal compatível e certidões válidas da Compromissária.

9. DA EFICÁCIA, DA VIGÊNCIA E DA NATUREZA DO AJUSTE

O presente Termo tem vigência a partir da assinatura, com eficácia exclusivamente retroativa ao período de 10/04/2025 a 15/07/2025, sendo de natureza excepcional, não substituindo processo licitatório nem contrato administrativo.

10. DA FORMA E DOS EFEITOS JURÍDICOS

Este Termo:
Não supre a ausência de contrato formal, mas regulariza a despesa com base legal;
Não gera obrigações futuras entre as partes;
Tem natureza de instrumento jurídico saneador, cabível apenas nos moldes e limites da legislação mencionada;
Serve como documento formal para instrução, controle e eventual fiscalização do Tribunal de Contas e demais órgãos de controle.

11. DA CELEBRAÇÃO

Firmado em duas vias de igual teor e forma, para os devidos fins legais, assinadas pelas partes e pelas testemunhas abaixo.

Pitanga – PR, 16 de dezembro de 2025.

_____
Prefeito Municipal de Pitanga
(Compromitente)

_____
Representante Legal da Publitech Softwares LTDA
(Compromissária)

Testemunhas:

• Nome: _____

CPF: _____

• Nome: _____

CPF: _____

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:40C7C01E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 218/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:–

1. **CONVOCAR** a candidata abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público da Prefeitura do Município de Pitangueiras, aberto através do Edital nº 001/2025 de 21/03/2025, e homologado através da Edital nº 009/2025 de 25/07/2025, para se apresentar na Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, sito à Avenida Central, nº 408, nesta cidade de Pitangueiras-PR, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da publicação da presente Portaria, para tratar dos procedimentos de contratação, conforme segue:

EDUCADOR INFANTIL 40H:

Nome da Candidata	Inscrição	Data de Nasc.	Classif.
BRUNA MOLINA MARTINS	0011026	14/11/1988	8°

2. A candidata convocada deverá comparecer à divisão indicada munida dos documentos relacionados no item 9.3. do Edital nº 001/2025 de 21/03/2025, em vias originais e cópias.

3. A candidata deverá submeter-se à Avaliação Física e Mental, em caráter eliminatório, a ser efetuada por médico oficial do município, em dia e local previamente designados pelo Setor de Recursos Humanos, conforme item 9.3.1 do Edital nº 001/2025 de 21/03/2025.

4. O não comparecimento no prazo aqui estabelecido ou a falta de comprovação dos requisitos para o exercício do cargo implicará na perda dos direitos decorrentes da classificação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 17 de dezembro de 2025.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:F9A6DB85

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

CÂMARA MUNICIPAL DE PLANALTO
RECESSO FUNCIONAL

PORTARIA Nº 50, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025

CONSIDERANDO as atribuições do Cargo de Presidente;
CONSIDERANDO as festividades natalinas e de final de ano;
CONSIDERANDO que o período entre as datas de Natal (25 de dezembro) e de Ano Novo – Confraternização Universal (1º de janeiro) está compreendido no recesso parlamentar, havendo uma

diminuição das demandas relativas aos serviços administrativos da Câmara Municipal;
CONSIDERANDO a ausência de prejuízo aos cidadãos;
CONSIDERANDO os princípios da eficiência e da economicidade;
CONSIDERANDO que os órgãos públicos no geral adotam a pratica do recesso administrativo neste período;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 5717 de 08 de dezembro de 2025, Decreta recesso nas repartições públicas;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer recesso funcional no âmbito da Câmara Municipal de Planalto nos dias 29 e 30 de dezembro de 2024.
Parágrafo Único: Neste período, os Servidores da Câmara Municipal de Planalto valer-se-ão da utilização do Sistema de Horas Positivas e Negativas, estabelecido pela Resolução nº 01/2022.

Art. 2º Oatendimento ao público durante o período compreendido nesta Portaria será realizado pelos seguintes meios de comunicação:
WhatsApp: (46)3555 2168, no horário compreendido entre 8h00min às 11h30mine entre 13h00mine 17h00min;
Por e-mail,através doseguinteendereçoeletrônico:contato@cmvp.pr.gov.br
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, Câmara Municipal de Planalto, Palácio Caito Quintana, aos dezesseis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco.

ABRAHÃO MARQUES
Presidente

Publicado por:
Marcelo Ribeiro Zimmer
Código Identificador:D6862B16

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 379/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 379/2025

CONTRATANTE: Município de Planalto, Estado do Paraná, com sede à Rua Praça São Francisco de Assis, 1583, centro, inscrito no CGC/MF nº 76.460.526/0001-16, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Luiz Carlos Boni, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.895.670-1 e do CPF/MF nº 747.481.029-20 e

CONTRATADA: FEG ENGENHARIA DE OBRAS LTDA.

OBJETO: Pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares de vias urbana em CBUQ, 3.758,58 m2, incluindo serviços preliminares, drenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual.

VALOR: R$ 543.900,00 (quinhentos e quarenta e três mil e novecentos reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 (cento e oitenta) dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 360 (trezentos e sessenta) dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 16 de dezembro de 2025.

FORO: Comarca de Capanema, Estado do Paraná.
Planalto, Pr., de 17 de dezembro de 2025

Publicado por:
Carla Fátima Mombach Sturm
Código Identificador:C6ACAE85

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13.241/2025 DE 16/12/2025

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2025
Decreto n° 13241/2025 de 16/12/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2625/2024 de 10/12/2024.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$100,00 (cem reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02		PODER EXECUTIVO	
02.001		GABINETE DO PODER EXECUTIVO	
02.001.04.122.0002.2.002		GERENCIAMENTO DAS ACOES DO GABINETE DO PREFEITO	
10 - 3.3.90.47.00.00	1000	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	100,00
		Total Suplementação:	100,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
02		PODER EXECUTIVO	
02.001		GABINETE DO PODER EXECUTIVO	
02.001.04.122.0002.2.002		GERENCIAMENTO DAS ACOES DO GABINETE	
		DO PREFEITO	
6 - 3.3.90.33.00.00	1000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	100,00
		Total Redução:	100,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 16 de Dezembro de 2025.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:9D8E5B99

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13242/2025 DE 16/12/2025

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2025
Decreto n° 13242/2025 de 16/12/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2625/2024 de 10/12/2024.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$16.762,00 (dezesseis mil e setecentos e sessenta e dois reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
04		SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS E ORCAMENTO	
04.001		DIRETORIA GERAL	
04.001.04.123.0004.2.008		GESTAO FINANCEIRA E ORCAMENTARIA	
67 - 3.3.90.34.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZACAO	16.762,00
		Total Suplementação:	16.762,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
04		SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS E ORCAMENTO	
04.001		DIRETORIA GERAL	
04.001.04.123.0004.2.008		GESTAO FINANCEIRA E ORCAMENTARIA	
72 - 3.3.90.93.00.00	1000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	16.762,00
		Total Redução:	16.762,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 16 de Dezembro de 2025.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:05721494

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13.243/2025 DE 16/12/2025

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2025
Decreto n° 13243/2025 de 16/12/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2625/2024 de 10/12/2024.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$309,09 (trezentos e nove reais e nove centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
14		SECRETARIA MUN DE PLANEJAMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	
14.001		DIRETORIA GERAL	
14.001.15.451.0034.2.063		GERENCIAMENTO DOS PROJETOS DE PLANEJAMENTO URBANO	
639 - 3.3.90.47.00.00	1000	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	309,09
		Total Suplementação:	309,09

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
14		SECRETARIA MUN DE PLANEJAMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	
14.001		DIRETORIA GERAL	
14.001.15.451.0034.2.063		GERENCIAMENTO DOS PROJETOS DE PLANEJAMENTO URBANO	
641 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	309,09
		Total Redução:	309,09

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 16 de Dezembro de 2025.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:AAE0C062

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO PORTARIA N.º 431 DE 05 DE MAIO DE 2025

Súmula: "NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER A FUNÇÃO DE CORREGEDOR DA GUARDA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ".

RUDISNEY GIMENES FILHO, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a **Lei Ordinária do Município 2.066/2020**.

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica nomeada para exercer a função de **Corregedora da Guarda Municipal de Pontal do Paraná,** a servidora **CAMILA FERNANDA BINI,** ocupante do cargo de Guarda Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Segurança Pública.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Artigo 3º- Publique-se

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 05 de maio de 2025.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:37CAF9AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo tem por objeto a cessão de uso de espaço público, a título não oneroso, pelo PERMITENTE à PERMISSIONÁRIA, para instalação e funcionamento da **Cozinha Comunitária do Guaraguaçú**, projeto de relevância social desenvolvido **em parceria com a Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR**, com foco no fortalecimento comunitário e no desenvolvimento local sustentável.
A Cozinha Comunitária tem como finalidades:

- Produção de alimentos saudáveis para a população local;
- Geração de renda para famílias associadas e empreendedoras;
- Fortalecimento das redes de comercialização de produtos alimentícios;
- Desenvolvimento de **atividades formativas em parceria com a UNESPAR**, incluindo cursos, oficinas e capacitações em nutrição, culinária e segurança alimentar;
- Estímulo à integração social, ao associativismo e ao desenvolvimento econômico da região.

A área pública objeto desta permissão corresponde a **83,91 m²**, destinada exclusivamente à instalação e funcionamento da Cozinha Comunitária.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO
A presente permissão é concedida pelo prazo de **5 (cinco) anos**, contados da assinatura deste Termo, podendo ser prorrogada por igual período, mediante manifestação da PERMISSIONÁRIA e avaliação de cumprimento das finalidades pactuadas.
CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE USO

-

A PERMISSIONÁRIA deverá utilizar o espaço exclusivamente para o projeto Cozinha Comunitária e suas atividades correlatas.

•
A PERMISSIONÁRIA será responsável pela gestão, limpeza e manutenção do espaço cedido.

•
Qualquer melhoria, reforma ou adaptação dependerá de autorização expressa do PERMITENTE.

•
A permissão não gera direito real, posse definitiva ou qualquer expectativa de propriedade.

•
O não cumprimento das obrigações ou a ausência de utilização do espaço por **três (3) faltas consecutivas não justificadas** acarretará a perda imediata da permissão.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA
A PERMISSIONÁRIA compromete-se a:

•
Oferecer os serviços e refeições da Cozinha Comunitária de forma gratuita ou a preços sociais;

•
Manter infraestrutura, instalações e equipamentos em condições adequadas de uso;

•
Garantir que cursos e atividades formativas em parceria com a UNESPAR sejam acessíveis à comunidade;

•
Cumprir integralmente as normas sanitárias e de segurança alimentar;

•
Apresentar **relatórios anuais** das atividades, oficinas, cursos, produção e impactos sociais do projeto.

•
A PERMISSIONÁRIA deverá promover a vinculação institucional da Prefeitura em todas as ações de comunicação, divulgação e promoção do projeto, em qualquer meio físico ou digital, incluindo — mas não se limitando a — redes sociais, convites, banners, folders, cartazes, comunicados, vídeos, entrevistas, peças publicitárias e materiais de campanha. Será obrigatória a inserção do logotipo oficial da Prefeitura em todas as peças de divulgação, observando o padrão de identidade visual institucional vigente.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO PERMITENTE
Além das responsabilidades legais inerentes ao ato administrativo, o PERMITENTE compromete-se a:

•
Apoiar institucionalmente a divulgação e promoção da Cozinha Comunitária, utilizando os meios oficiais da Prefeitura (site, redes sociais, eventos e campanhas);

•
Promover, quando pertinente, ações educativas, sociais e intersetoriais no espaço, fortalecendo a parceria;

•
Incluir o projeto em políticas públicas municipais relacionadas a segurança alimentar, empreendedorismo e desenvolvimento social.

CLÁUSULA SEXTA – DA REVOGAÇÃO E RESCISÃO

•
O PERMITENTE poderá revogar este Termo a qualquer tempo, mediante justificativa e notificação prévia.

•
O descumprimento das obrigações por parte da PERMISSIONÁRIA resultará na rescisão imediata da permissão, sem direito a indenização.

•
Em caso de término da permissão, a PERMISSIONÁRIA deverá devolver o espaço nas condições em que o recebeu, salvo autorização expressa em contrário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Pontal do Paraná para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Termo.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 16 de dezembro de 2025.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:0A564327

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 12/2025 DO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PORECATU-PR

RESOLUÇÃO N° 12/2025

SÚMULA: Aprova a Programação ESTRUTURA SUAS nº 412000220250004 que tem por finalidade estruturar a Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Porecatu/PR, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal n°931/1995, alterada pela Lei nº 1.352/2009 e 1.690/2015,
Considerando sua função de acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, os ganhos sociais e o desempenho dos serviços socioassistenciais ofertados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, bem como observando a deliberação proferida por este Conselho em referendo no dia 17/12/2025,

RESOLVE:
Art. 1º - APROVAR a Programação nº 412000220250004, elaborada e inserida pela Prefeitura Municipal de Porecatu/PR no Sistema Estrutura SUAS (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome), com a finalidade de estruturar a rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, mediante transferência voluntária de recursos, na modalidade fundo a fundo, visando beneficiar a unidade que oferta serviço socioassistencial nacionalmente tipificados (Resolução CNAS 109/2009), conforme a seguir:
a) Unidade Beneficiária: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
b) Denominação: CNPJ: 77.235.216/0001-60
c) Valor (R$): 100.000,00
d) Classificação do Recurso: Custeio

Art. 2°- Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porecatu, 17 de Dezembro de 2025.

CRISTYANE GISELE PERES DE BRITO
Presidente do CMAS

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:9D8A7082

ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 13/2025 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PORECATU-PR

RESOLUÇÃO n° 13/2025

SÚMULA: Aprovação do Plano Municipal de Assistência Social de Porecatu PR - 2026-2029.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal n°931/1995, alterada pela Lei nº 1.352/2009 e 1.690/2015.
Considerando a deliberação da plenária realizada em 17/12/2025.

RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar o Plano Municipal de Assistência Social 2026-2029, do município de Porecatu – PR.

Art. 2°- Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porecatu, 17 de Dezembro de 2025.

CRISTYANE GISELE PERES DE BRITO
Presidente do CMAS

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:7AAB0A68

ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 19/2025 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO N.º 19, de 17 de dezembro 2025.

O Conselho Municipal de Saúde de Porecatu, em reunião ordinária realizada em 25 de novembro de 2025, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n.º 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal n.º 1668 de 18/12/2014
Resolve:
Art. 1º Aprovar a aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes, considerando o processo nº 25.145.276-8 e resolução SESA nº 1946/2025 no valor de R$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais). Esses equipamentos serão destinados para a Fisioterapia, sendo que uns equipamentos estão na lista do RENEM (Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes Financiáveis pelo SUS) e outros de extrema importância não estão sendo, necessários suas aquisições.

Art. 2 ° Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porecatu, 17 de dezembro de 2025.

ELAINE SILVIA VERAS
Vice-presidente do Conselho Municipal de Saúde.

ARILDA BATISTA DE ARAUJO.
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:BD2B7768

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°142/2025

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO n° 142/2025
Procedimento Licitatório: 103/2025
Dispensa: 38/2025

Objeto: Contratação direta, via dispensa, para prestação de serviços de organização e execução de concurso público para provimento de cargos de nível fundamental, médio e superior, sob o regime celetista, incluindo o recebimento das inscrições, preparação dos locais para realização das provas, elaboração, organização e aplicação das provas através de profissionais aptos, correção das provas, classificação dos candidatos de acordo com a pontuação atingida e fornecimento de relatórios finais para divulgação na forma devida, no Município de Porecatu.1.2. Especificações da contratação:

Contratada: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CNPJ: 78.680.337/0001-84
Valor: **R$ 66.750,00 (sessenta e seis mil, setecentos e cinquenta reais)**.
Desdobramento: 3.3.90.39.05 – 1071

Data de Assinatura: 17/12/2025
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:FBB8A9C1

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°150/2025

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO n° 150/2025
Procedimento Licitatório: 107/2025
Inexigibilidade: 12/2025

Objeto: Locação de materiais de iluminação para a decoração Natalina (dezembro Festivo) do Município de Porecatu-PR, composta pelos itens abaixo relacionados:

Contratada: A A DISTRIBUIÇÃO E IMPORTAÇÃO DE ARTIGOS DE DECORAÇÃO LTDA
CNPJ: 17.063.632/0001-05
Valor: **R$ 268.661,20 (duzentos e sessenta e oito mil, seiscentos e sessenta e um reais e vinte centavos)**.
Desdobramento: 3.3.90.39.23 - 1961

Data de Assinatura: 17/12/2025
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:ED078355

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE EDITAL PE N°061/25

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 1985/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2025

MENOR VALOR GLOBAL

OBJETO: Contratação de empresa para Aquisição de VEÍCULO 0 KM DE PASSAGEIROS COM 5 LUGARES conforme PLANO APLICATIVO DO INVESTIMENTO DO PROVIGIA DE 2025.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 09:00 horas do dia 09 de janeiro de 2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:00 horas do dia 09 de janeiro de 2026.

VALOR GLOBAL MÁXIMO: R$ 86.998,00 (Oitenta e seis mil e novecentos e noventa e oito reais).
Pasta Técnica com inteiro teor do Edital e seus respectivos anexos poderão ser examinados no endereço acima indicado em horário de expediente ou através do site http://bllcompras.org.br/ e www.portoamazonas.pr.gov.br.
Informações através do e-mail licitacao@portoamazonas.pr.gov.br

Porto Amazonas, 17 de dezembro de 2025.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:B4245824

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 214/2025

DECRETO Nº 214 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025

ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO DE PORTO AMAZONAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA, Prefeito do Município de Porto Amazonas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1294 de 12 de dezembro de 2024,
DECRETA
Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional para o exercício de 2025, no valor de R$ 904.090,16 (Novecentos e Quatro Mil e Noventa Reais e Dezesseis Centavos), no Orçamento Geral do Município, conforme segue:
02 – GABINETE DO PREFEITO
02.001 – GABINETE DO PREFEITO
04.122.0002.2002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito
3.1.90.11.00.00 – VENCIMENTOS E VENTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL
0130 00000 – Recursos Ordinários (Livres).....R$ 15.000,00
03 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
04.122.0003.2003 – Manutenção do Departamento de Administração
3.1.90.11.00.00 – VENCIMENTOS E VENTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL
0210 00000 – Recursos Ordinários (Livres).....R$ 75.000,00
3.1.90.13.00.00 – CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS
0220 00000 – Recursos Ordinários (Livres).....R$ 10.000,00
3.3.90.40.00.00 –SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
0305 00000 – Recursos Ordinários (Livres).....R$ 6.000,00
3.3.90.46.00.00 – AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO
0308 00000 – Recursos Ordinários (Livres) .....R$ 18.000,00
04 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
04.001 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
04.123.0004.2004 – Manutenção do Departamento de Administração Financeira
3.1.90.11.00.00 – VENCIMENTOS E VENTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL
0340 00000 – Recursos Ordinários (Livres) .....R$ 35.000,00
05 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
05.001 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
12.361.0007.2007 – Manutenção do Ensino Fundamental
3.1.90.11.00.00 – VENCIMENTOS E VENTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL
0560 00104 – Demais Impostos Vinculados a Educação Básica.....R$ 75.000,00
0551 01061 – Recursos não vinculados da compensação de impostos-Recursos Educação.R$ 2.005,64
3.1.90.13.00.00 – CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS
0580 00104 – Demais Impostos Vinculados a Educação Básica.....R$ 10.000,00
3.3.90.46.00.00 – AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO
0721 00103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB.....R$ 20.000,00
12.364.00012.2012 – Ensino Superior
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
1055 00000 – Recursos Ordinários (Livres) .....R$ 16.000,00
12.365.0010.2010 – Manutenção do Ensino Infantil
3.1.90.11.00.00 – VENCIMENTOS E VENTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL
0980 00103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB.....R$ 105.000,00
3.1.90.13.00.00 – CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS
0990 00103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB.....R$ 22.000,00
05.002 – FUNDEB
12.365.0014.2014 – Manutenção do FUNDEB - Ensino Infantil
3.1.90.11.00.00 – VENCIMENTOS E VENTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL
1250 00101 –FUNDEB 60% .....R$ 5.000,00
06 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES, RECREAÇÃO E TURISMO
06.001 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES, RECREAÇÃO E TURISMO
27.812.0016.2016 – Manutenção do Departamento de Esportes, Recreação e Turismo
3.1.90.11.00.00 – VENCIMENTOS E VENTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL
1300 00000 – Recursos Ordinários (Livres) .....R$ 12.000,00
3.3.90.36.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA
1350 00000 – Recursos Ordinários (Livres) .....R$ 6.000,00
07 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
07.001 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
15.452.0019.2019 – Manutenção do Departamento de Obras e Serviços Urbanos
3.1.90.11.00.00 – VENCIMENTOS E VENTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL
1480 00000 – Recursos Ordinários (Livres) .....R$ 85.000,00
1481 01060 – Recursos não vinculados da compensação de impostos-Recursos Livres.....R$ 24.067,62
4.4.90.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
1612 00501 – Alienação Recursos Livres .....R$ 11.000,00
08 – DEPARTAMENTO RODOVIÁRIO MUNICIPAL
08.001 – DEPARTAMENTO RODOVIÁRIO
26.782.0027.2027 – Manutenção do Departamento Rodoviário
3.1.90.11.00.00 – VENCIMENTOS E VENTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL
1660 00000 – Recursos Ordinários (Livres) .....R$ 35.000,00
09 – DEPARTAMENTO DE SAÚDE
09.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0029.2029 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
3.1.90.11.00.00 – VENCIMENTOS E VENTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL
1861 00494 – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.....R$ 45.000,00
1842 01062 – Recursos não vinculados da compensação de impostos-Recursos Saúde.....R$ 6.016,90
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
2000 00303 – Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%).....R$ 20.000,00
3.3.90.40.00.00 –SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

2052 00303 – Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%).....R$ 5.000,00
3.3.90.46.00.00 – AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO
2058 00303 – Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%).....R$ 15.000,00
10.302.0037.2037 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial
3.1.90.11.00.00 – VENCIMENTOS E VENTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL
1831 00303 – Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%).....R$ 100.000,00
3.1.90.13.00.00 – CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS
1832 00303 – Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%).....R$ 22.000,00
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
1835 00303 – Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%).....R$ 40.000,00
10 – DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.243.0032.6032 – Manutenção do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente
3.1.90.11.00.00 – VENCIMENTOS E VENTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL
2320 00000 – Recursos Ordinários (Livres) .....R$ 15.000,00
08.244.0031.2031 – Manutenção do Fundo de Assistência Social
3.1.90.11.00.00 – VENCIMENTOS E VENTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL
2120 00000 – Recursos Ordinários (Livres) .....R$ 46.000,00
11 – DEPARTAMENTO DE FOMENTO AGROPECUÁRIO
11.001 – DEPARTAMENTO DE FOMENTO AGROPECUÁRIO
20.606.0034.2034 – Manutenção do Departamento de Fomento Agropecuário
3.1.90.11.00.00 – VENCIMENTOS E VENTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL
2410 00000 – Recursos Ordinários (Livres) .....R$ 1.000,00
12 – DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
12.001 – DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
04.131.0036.2036 – Manutenção do Departamento de Comunicação Social
3.1.90.11.00.00 – VENCIMENTOS E VENTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL
2480 00000 – Recursos Ordinários (Livres) .....R$ 2.000,00

_____

TOTAL .....R$ 904.090,16

Art. 2º - Para cobertura do valor previsto no Art. 1º, serão utilizados os seguintes recursos:

Superávit Financeiro
00501 – Alienação Recursos Livres .....R$ 11.000,00
Excesso de Arrecadação
00000 – Recursos Ordinários (Livres) .....R$ 377.000,00
00104 - Demais Impostos Vinculados a Educação Básica .....R$ 85.000,00
01060 – Recursos não vinculados da compensação de impostos-Recursos Livres.....R$ 24.067,62
01061 – Recursos não vinculados da compensação de impostos-Recursos Educação.....R$ 2.005,64
01062 – Recursos não vinculados da compensação de impostos-Recursos Saúde.....R$ 6.016,90
Anulação de Dotações
05 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
05.001 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
12.361.0007.2007 – Manutenção do Ensino Fundamental
3.1.90.13.00.00 – CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS
0570 00103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB.....R$ 2.000,00
4.4.90.61.00.00 – AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS
0760 00103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB.....R$ 15.000,00
12.361.0008.2008 – Transporte Escolar
3.3.90.36.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA
0870 00103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB.....R$ 50.000,00
12.365.0010.2010 – Manutenção do Ensino Infantil
3.3.50.43.00.00 – SUBVENÇÕES SOCIAIS
1000 00103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB.....R$ 50.000,00
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
1030 00103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB.....R$ 30.000,00
05.002 – FUNDEB
12.365.0014.2014 – Manutenção do FUNDEB - Ensino Infantil
3.1.90.13.00.00 – CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS
1270 00101 –FUNDEB 60% .....R$ 5.000,00
09 – DEPARTAMENTO DE SAÚDE
09.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0029.2029 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
3.1.90.11.00.00 – VENCIMENTOS E VENTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL
1840 00303 – Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%).....R$ 22.000,00
3.1.90.13.00.00 – CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS
1870 00303 – Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%).....R$ 105.000,00
3.3.72.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
1900 00303 – Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%).....R$ 20.000,00
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
1951 00494 – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.....R$ 45.000,00
10.304.0038.2038 – Vigilância em Saúde
3.1.90.13.00.00 – CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS
1822 00303 – Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%).....R$ 15.000,00
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
1838 00303 – Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%).....R$ 20.000,00
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
1839 00303 – Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%).....R$ 20.000,00

_____

TOTAL .....R$ 904.090,16

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Porto Amazonas, 16 de dezembro de 2025.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:9E96376E

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL N°150/2025

EXTRATO CONTRATUAL
Documento: Contrato de Prestação de Serviços n°150/2025
Data: 17/12/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS
Contratado: PADILHA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA
Protocolo: 1098/2025
Licitação: Dispensa Eletrônica de Licitação nº016/2025
Objeto: Contratação de uma empresa especializada para realização de serviços de reforma dos banheiros da Escola Municipal Cívico Militar Maria de Lourdes Affonso Heimbecher – EF, conforme edital e seus anexos.
Valor: R$ 42.700,00 (quarenta e dois mil e setecentos reais)
Fundamento Legal: Art. 75, inciso I, Lei Federal n°14.133/2021.
Prazo de Vigência: 18/12/2025 à 17/12/2026

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:217CDE46

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 128/2025

PORTARIA Nº 128, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa empregado público municipal, ocupante de cargo em provimento efeivo de Motorista II, lotado no Departamento Municipal de Saúde – Pronto Atendimento "Menino Jesus", para cumprir escala de sobreaviso, que trata a Lei n.º 1.179/2022, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, no uso de suas atribuições conferidas no Art. 64, incisos IV, IX, X da Lei Orgânica do Município de Porto Amazonas, em conformidade com a Lei Municipal n.º 1.179/2022 e;
CONSIDERANDO o contido no Ofício n.º 297/2025 do Pronto Atendimento Municipal Menino Jesus, protocolado sob nº 2.071/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 05 de dezembro de 2025, o empregado público municipal **ROBERSON RODRIGUES GALVÃO**, matrícula nº 1000190, ocupante do cargo em provimento efetivo de Motorista II, lotado no Departamento Municipal de Saúde – Pronto Atendimento Municipal "Menino Jesus", para cumprir escala de sobreaviso, que trata a Lei Municipal n.º 1.179/2022.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 05 de dezembro de 2025.

Edificio da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito de Porto Amazonas

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:5E4256D2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 440/2025

O Prefeito do Município de Prado Ferreira, no uso das atribuições que lhe foram conferidas por lei, e em conformidade com o art. 21, Inciso II, e § 8 da Lei Municipal nº 491/2018.

RESOLVE:

Art. 1º **-** Conceder reembolso no valor total de ***R$ 100,00 (cem reais)***, em favor do Motorista, ***Bruno Lemes Gonçalves***, CPF nº ***.***.739-56, em razão das despesas efetivadas à título de combustível, no transporte de paciente para o Hospital Pequeno Príncipe, em Curitiba/PR, no período de 14 a 15 de dezembro de 2025.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 17 de dezembro de 2025.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:DD509798

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 441/2025

Constitui e nomeia a CAISAN – Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

O Prefeito Municipal de Prado Ferreira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe foram conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir e nomear a CAISAN – Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Prado Ferreira/PR, com a seguinte composição:

Representantes da Secretaria Municipal de Administração: Claudia Manoela Gomes Gonçalves;

Representantes do Departamento Municipal de Assistência Social: Mariana Fernandes Lopes Pinheiro;

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde: Marilia Gabriela Salgado Alves;

Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo: Wilson Herber Filho.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 17 de dezembro de 2025.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:7EA8F61B

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 442/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas por lei, em especial conformidade com os artigos 78, inciso XI, c/c art. 83, inciso I, e art. 122, inciso XIX, da Lei Orgânica do Município de Prado Ferreira, resolve*:*

RESOLVE:

Art. 1° - Designar a Servidora Pública Municipal Magna Regina de Moura Gonzales Procópio, ocupante do cargo Chefe de Gabinete, portadora do RG n°. *.***.515-0 e CPF n°. ***.***.639-20, como gestora do convênio firmado com a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, para a implementação de empreendimento habitacional de Interesse Social.
Art. 2° - Designar o Servidor Público Municipal Ronald Tiziani Pivotto, ocupante do cargo de Coordenador de Obras Públicas e Consevação, portador do RG n°. *.***..508-7 e CPF n° ***.***.429-66, como fiscal do convênio do convênio firmado com a Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, para a implementação de empreendimento habitacional de Interesse Social.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogada as disposições em contrário.
.

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 17 de dezembro de 2025.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:2EB72701

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 21/2025

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 21/2025

Objeto: AQUISIÇÃO DE DOIS ÔNIBUS RURAL ESCOLAR - ORE 3 - MECÂNICO, DESTINADO AO ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO DO MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA, MEDIANTE A ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 8/2023, ATRAVÉS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2023/FNDE/MEC.

Contratada: IVG BRASIL LTDA, inscrito no CNPJ nº 36.519.422/0001-15

Valor: R$ 994.304,98 (Novecentos e Noventa e Quatro Mil, Trezentos e Quatro Reais e Noventa e Oito Centavos).

Fundamento Legal: Artigo 86, §2º, da Lei federal 14.133/21.

Recursos:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	2370	07.002.12.361.0017.1165	104	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

Prado Ferreira, 17 de dezembro de 2025.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:26C4EE74

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 285/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 285/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 111/2025 - INEXIGIBILIDADE Nº 21/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA
CONTRATADO: IVG BRASIL LTDA – CNPJ **36.519.422/0001-15**
OBJETO: AQUISIÇÃO DE DOIS ÔNIBUS RURAL ESCOLAR - ORE 3 - MECÂNICO, DESTINADO AO ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO DO MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA, MEDIANTE A ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 8/2023, ATRAVÉS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2023/FNDE/MEC
VALOR GLOBAL: R$ 994.304,98 (Novecentos e Noventa e Quatro Mil, Trezentos e Quatro Reais e Noventa e Oito Centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de **09 (nove) meses**, contados da data de assinatura do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 17/12/2025

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:672B9313

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ARP Nº 101/2024

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ARP Nº 101/2024, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA E JOSE MARIA CORREA, NA FORMA ABAIXO:

O Município de Prado Ferreira, com sede na Rua São Paulo, 191, Centro, Prado Ferreira-PR, inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.136/0001-30, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito **SILVIO ANTONIO DAMACENO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas e a empresa **JOSE MARIA CORREA**, com endereço a RUA DIONISIO JOSE ANDRADE, 115 QUADRA 03 LOTE 14 - CEP: 86618000 - BAIRRO: CONJUNTO PIONEIRO, neste ato representada pelo **Sr. JOSE MARIA CORREA,** portador do CPF nº ***.***.409-53, a seguir denominada CONTRATADA, e em face do resultado obtido no Pregão nº 12/2024, firmam o presente termo aditivo a ARP nº 101/2024, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: De acordo com o disposto no art. 84, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA: Conforme o previsto, ficam prorrogados os prazos de execução e vigência por mais 120 (cento e vinte) dias, tendo seu prazo de execução estendido até o dia 15/04/2026 e o prazo de vigência até o dia 15/04/2026, de acordo com parecer técnico emitido pelo Sr. Antonio Carlos Dias Salvador.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente termo aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços, não afetadas pelo presente aditamento.
E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as partes contratantes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Prado Ferreira, 17 de dezembro de 2025.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

JOSE MARIA CORREA
Jose Maria Correa

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:4DCAF614

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
DECRETO LEGISLATIVO N° 22/2025

DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS NOS MESES DE DEZEMBRO E JANEIRO**.**

O Presidente da Câmara Municipal de Quatro Barras, no uso de suas atribuições legais decreta o seguinte:
Art. 1º O expediente da Câmara Municipal de Quatro Barras, no mês de dezembro de 2025, ocorrerá normalmente até o dia 18 de dezembro de 2025, às 12h (meio-dia).

Art. 2º A partir do encerramento do expediente previsto no artigo anterior, a Câmara Municipal permanecerá sem expediente administrativo, retornando suas atividades no dia 12 de janeiro de 2026.

Art. 3º No período compreendido entre 12 de janeiro de 2026 e 30 de janeiro de 2026, o funcionamento da Câmara Municipal de Quatro Barras ocorrerá exclusivamente no horário das 08h às 12h.

Art. 4º Fica estabelecido ponto facultativo no dia 19 de janeiro de 2026, no âmbito da Câmara Municipal de Quatro Barras.

Art. 5º No dia 20 de janeiro de 2026, não haverá expediente na Câmara Municipal de Quatro Barras, em razão do feriado municipal em homenagem ao Padroeiro São Sebastião.

Edifício da Câmara Municipal de Quatro Barras, 17 de dezembro de 2025.

FERNANDO CUNHA
Presidente

Publicado por:
Rafaela Mientkewicz Cavalcanti
Código Identificador:9A00F7ED

CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
PORTARIA 94/2025

Nomeia os membros de Comissão Especial de Concurso Público e dá outras Providências.

O Presidente do Poder Legislativo de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

CONSIDERANDO a necessidade do preenchimento de vagas para diversos cargos;

CONSIDERANDO o princípio constitucional do concurso público (art. 37, inc. II, CF);

CONSIDERANDO o princípio da legalidade, da publicidade, da moralidade, da impessoalidade e da eficiência, conforme artigo 37, caput, da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art. 1.º - Nomear a Comissão Especial para promover o acompanhamento, fiscalização e avaliação do Concurso Público nº 001/2025, destinado ao provimento de cargo do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Quatro Barras.

Art. 2.º - Compete a Comissão Especial de Concurso Público, acompanhar a realização, julgar os casos omissos ou duvidosos e coordenar as atividades necessárias ao bom andamento do Concurso Público.

Parágrafo Único - A Comissão Especial de Concurso Público é soberana e tem total autonomia para deliberar sobre todos os aspectos não previstos no Edital de Concurso Público.

Art. 3.º - A Comissão ficará assim composta:

I – Presidente:
LUIZ FABIANO ANDRUSZEZIN, Controlador Interno, servidor efetivo;

II - Membros:
Rafaela Mientkewicz Cavalcanti, Assessor De Plenário Da Presidência, servidor efetivo;
Athaide Dos Santos Kern Junior, Operador De Sistemas De Comunicação, servidor efetivo;

III - Suplentes:
Jorge Alves Da Cunha Junior, Oficial Legislativo, servidor efetivo;
Juliano de Paula Silva, Segurança Legislativa, servidor efetivo.

§ 1º - A Comissão terá como Presidente o Sr. LUIZ FABIANO ANDRUSZEZIN, que deverá dar cumprimento à instauração dos procedimentos necessários à elaboração e finalização do Concurso Público, bem como a decisão final sobre casos omissos no decorrer do processo.

Art. 4.º – As competências da Comissão:
– Fiscalizar a aplicação das provas;
– Fiscalizar a correção das provas;
– Acompanhar o julgamento dos recursos interpostos pelos candidatos, com o parecer dos profissionais da empresa contratada;
– Velar pela preservação do sigilo das provas;
– Analisar e referendar todos os editais do Concurso Público: principalmente em relação à homologação das inscrições e da lista de aprovados na Classificação final no Concurso Público.
– O Presidente do Concurso Público, será responsável em coordenar a comissão, o secretario será responsável pela lavratura das atas das reuniões da Comissão, e o membro em participar e fiscalizar o acompanhamento de todas as etapas do Concurso Público.

Art. 5.º - Homologado o Concurso Público, a comissão de que trata o art. 1º desta Portaria será extinta automaticamente.

Câmara Municipal de Quatro Barras, 17 de dezembro de 2025.

FERNANDO CUNHA
Presidente

Publicado por:
Rafaela Mientkewicz Cavalcanti
Código Identificador:32C91427

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 11.373/2025

Constitui o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, para o biênio 2025-2027, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor;

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Municipal nº 1.363/2020;
CONSIDERANDO a Resolução nº 276 de 12 de novembro de 2025 do CONANDA, que dispõe sobre a Convocação da 13ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências;
CONSIDERANDO a Resolução nº 19/2025/CMDCA-QB que Convoca o III Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente", Institui Comissão Organizadora, e Aprova o Regulamento da Eleição da Sociedade Civil, para compor o biênio 2023/2025;
CONSIDERANDO a Resolução nº 26/2025/CMDCA-QB, que Publica a eleição das entidades representantes da Sociedade Civil no CMDCA/QB para o biênio 2023/2025,
CONSIDERANDO os termos do Processo Administrativo nº 21929/2025; DECRETA:

Art. 1º Fica constituído o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, para o biênio 2025-2027, assim designado por:
I - Membros governamentais indicados Pelo Executivo:
a) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Família:
1. Membro titular: Ernani Lorival Rodrigues;
2. Membro suplente: Suzana Alves de Souza.

b) Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Juventude - Departamento Educação:
1. Membro titular: Elisabete Aparecida Comin Paschoal;
2. Membro Suplente: Clarissa Strapasson Pires.

c) Secretaria Municipal de Saúde:
1. Membro titular: Alan Barboza de Carvalho;
2. Membro suplente: Elison Alberto Batista.

d) Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Juventude – Departamento de Esporte, Lazer e Juventude:
1. Membro titular: Renato Curupaná Neto;
2. Membro suplente: Alessandro Conde Santos.

II - Membros não governamentais da Sociedade Civil:
Representantes da Fundação Weiss Scarpa:

Membro Titular: Thais dos Santos Alves - representante da Fundação Weiss Scarpa;

Membro Suplente: Leiriane Cesco - representante da Fundação Weiss Scarpa.
Representantes do Rotary Club de Quatro Barras – Graciosa:

Membro Titular: Luiz Henrique Weirich de Matos;

Membro Suplente: Francielle Scheleider da Silva.

Representantes do Instituto Caminho do Meio Graciosa:

Membro titular: Geronasio Galkowski;

Membro Suplente: Leticia Lopes Koehler.

Representantes da Igreja do Evangelho Quadrangular:

Membro titular: Priscila Bernardino Miliorança;

Membro Suplente: Maria Aparecida Marques Souza.

Art. 2º Os membros deste conselho não receberão qualquer remuneração ou benefício decorrente desta nomeação, sendo o desempenho de suas funções considerado serviço público relevante.

Art. 3º Este Decreto entra vigor na data de sua publicação.
Quatro Barras, 17 de dezembro de 2025.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Valenga
Código Identificador:B0BAD1FF

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11369/2025 DE 17/12/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
Estado do Paraná
Exercício: 2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1683/2024 de 26/12/2024.

Decreta:
Artigo 1 º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 40.980,83 (quarenta mil novecentos e oitenta reais e oitenta e três centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação		
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.001.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.001.10.301.0012.2.076.	Ações para Manutenção dos Serviços da Saúde - P AB FIXO	
930 - 3.3.90.30.00.00	1370 MATERIAL DE CONSUMO	13.842,91
932 - 3.3.90.30.00.00	1371 MATERIAL DE CONSUMO	16.951,03
979 - 3.3.90.30.00.00	1373 MATERIAL DE CONSUMO	1.638,46
980 - 3.3.90.30.00.00	1374 MATERIAL DE CONSUMO	2.713,58
931 - 3.3.90.39.00.00	1370 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.535,24
933 - 3.3.90.39.00.00	1372 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.299,61
	Total Suplementação:	**40.980,83**

Receita:1.3.2. 1.01.01.01.00000000 Fonte:	1373	1.638,46
Receita:1.3.2. 1.01.01.02.00000000 Fonte:	1370	15.378,15
Receita:1.3.2. 1.01.01.02.00000000 Fonte:	1371	16.951,03
Receita:1.3.2. 1.01.01.02.00000000 Fonte:	1372	4.299,61
Receita:1.3.2.1.01.01.99.00000000 Fonte:	1374	2.713,58
	Total da Receita:	**40.980,83**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de QUATRO BARRAS , Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Valenga
Código Identificador:37344F62

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 11370/2025

Súmula: Concede promoção funcional para a servidora listada neste Decreto.

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e considerando o Processo Administrativo n°20196/2025, CONCEDE promoção funcional a Servidora Municipal senhora DANIELLY VITALINO DE BARROS FREITAS, CPF nº. ***.216.844-**, para o nível AUXADM06, da Lei Municipal nº. 907/2015.
Este decreto entra em vigor na data de publicação, com efeitos financeiros a partir 01 de Fevereiro de 2026.

Quatro Barras, 17 de Dezembro de 2025.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Valenga
Código Identificador:F93C73AD

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 11371/2025

Súmula: Concede promoção funcional para a servidora listada neste Decreto.

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e considerando o Processo Administrativo n°14739/2025, CONCEDE promoção funcional a Servidora Municipal senhora SONIA REGINA HEINDYK, CPF nº. ***.542.439-**, para o nível ATINF20, da Lei Municipal nº. 907/2015.
Este decreto entra em vigor na data de publicação, com efeitos financeiros a partir 01 de Fevereiro de 2026.

Quatro Barras, 17 de Dezembro de 2025.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Valenga
Código Identificador:808C614E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11.374/2025

Constitui o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa CMDPI e designa seus membros para o biênio 2025/2027 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor;
CONSIDERANDO, o constante da Lei Municipal nº 1.053/2017;
CONSIDERANDO Decreto Municipal nº 10724/2025 que convoca a VII Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e dispõe sobre a eleição da Sociedade Civil para compor o CMDPI para o biênio 2025/2027;

CONSIDERANDO a Resolução nº 03/2025/CMDPI que publica a resultado da votação dos representantes da Sociedade Civil no CMDPI/QB para o biênio 2025/2027;
CONSIDERANDO os Termos do Processo Administrativo nº 21955/2025; DECRETA:
Art. 1° Designa membros para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI, para o biênio 2025-2027, assim designado:
I - Membros governamentais indicados pelo Executivo:
a) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Família:
1. Membro titular - Wilsen Andreatta;
2. Membro suplente - Marilis do Rocio dos Santos Paula.
b) Secretaria Municipal de Educação:
1. Membro titular - Leidi Daiane Luchtemberg;
2. Membro suplente - Monique Aparecida Bossardi.
c) Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude:
1. Membro Titular - Renato Curupaná Neto;
2. Membro suplente - Crician Andreatta de Lara.
d) Procuradoria Geral do Município:
1. Membro titular - Francielle Joyce Bertapeli dos Santos;
2. Membro suplente - Barbara Bossardi de Jesus.
e) Secretaria Municipal de Saúde:
1. Membro titular - Jayane Patryce de Moraes Santos;
2. Membro suplente - Sibeli de Fátima Legnani.
II - Membros não governamentais indicados pelas Entidades Representantes:
Usuários das Políticas Públicas:
Membro titular- Lili Marlene Kunze;
Membro suplente - Clébio Goulart Coimbra Filho.

Membro titular - Odiracy Bortolotte;
Membro suplente - Antonio Lima Correa Junior.

Membro titular - Aluizio Zattoni Andreatta;
Membro suplente - Matilde Sanches Madureira.

Membro titular - Enio Bomm;
Membro suplente - Dorilei Freitas Cordeiro.

Membro titular - Marta Lucia de Oliveira;
Membro suplente - Helena Schatze Pereira.

Art. 2º Os membros deste conselho não receberão qualquer remuneração ou benefício decorrente desta nomeação, sendo o desempenho de suas funções considerado serviço relevante.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 17 de dezembro de 2025.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Valenga
Código Identificador:651228D9

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11.375/2025

Constitui o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e designa seus membros para o Biênio de 2025/2027 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município de Quatro Barras,
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1080/2017 que Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência CMDPcD, cria o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - FMDPcD, e dá outras providências;
CONSIDERANDO o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPcD, aprovado pelo Decreto 6217/2018;
CONSIDERANDO a RESOLUÇÃO 03/2025 que Convoca a Assembleia de Eleição da Sociedade Civil para compor o CMDPcD Biênio 2025-2027 e, constituir Comissão Organizadora.
CONSIDERANDO a RESOLUÇÃO 04/2025 que publica o resultado da eleição dos representantes da Sociedade Civil do CMDPcD para o biênio 2025/2027;
CONSIDERANDO os termos do Memo. 513/2025/SMDSF contido no Processo Administrativo 21956/2025;
DECRETA:
Art. 1º Designa membros para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência para o biênio 2025/2027, assim discriminados:
I - Membros governamentais indicados pelo Executivo:
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Família:
Membro titular: Cidiane Aparecida Garcia;
Membro suplente: Maria Luiza Carneiro Rocha.

Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento:
Membro titular: Alessandra Lopes Franco;
Membro suplente: Erica Ester da Silva.

Secretaria Municipal de Educação:
Membro titular: Esterlin Schraiber Trevisan Fracaro;
Membro suplente: Camila Canestraro Wippel.

Secretaria Municipal de Saúde:
Membro titular: Renata Jorge de Castro;
Membro suplente: Mari Elaine Magalhães dos Santos.

Secretaria de Urbanismo, Infraestrutura, Logística e Frotas:
Membro titular: Cristiane Goll;
Membro Suplente: Tatiana Santos da Silva.
II - Membros não governamentais da Sociedade Civil:
Representante de Deficiência Visual:
Membro titular: Priscila Afonso Magalhães;
Membro suplente: Joyce Zimmermann.

Representante da Deficiência Auditiva-surdez:
Membro titular: Ana Marcia Queiroz;
Membro suplente: Sabrina dos Santos Pires.

Representante da Deficiência Física:
1.Membro titular: Marcos Farias;
2. Membro suplente: Diarles Cristina Coutinho De Araújo.

d) Representante da Deficiência Intelectual e/ou Deficiência Psicossocial ou por Saúde Mental:
1. Membro titular: Maria Campos de Almeida;
2. Membro suplente: Mirela Coelho.

e) Representante da Deficiência Múltipla:
1. Membro titular: Dinani Prodossimo Ribeiro Pinto;
2. Membro suplente: Roseli Rodrigues de Melo Schinemann.

Art. 2º. Os membros deste conselho não receberão qualquer remuneração ou benefício decorrente desta nomeação, sendo o desempenho de suas funções considerado serviço relevante.
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Quatro Barras, 17 de dezembro de 2025.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Valenga
Código Identificador:8D518E7B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 129/2025

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor, AUTORIZA a Cessão Funcional nos termos da Lei 955/2015 e Lei 12/99 (Estatuto do Servidor), do Servidor Municipal Senhor LUIZ FABIANO ANDRUSZEZIN, CPF nº. ***.144.829-**, cargo de

Administrador, para a Câmara Municipal de Quatro Barras, no período de 01/01/2026 a 31/12/2026, com ônus para o órgão de destino.
Quatro Barras, 17 de Dezembro de 2025.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Valenga
Código Identificador:A3EB0FDA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 130/2025

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor, AUTORIZA a Cessão Funcional nos termos da Lei 955/2015 e Lei 12/99 (Estatuto do Servidor), do Servidor Municipal Senhor JULIANO DE PAULA SILVA, CPF nº. ***.769.789-**, cargo de "Guarda Municipal", para a Câmara Municipal de Quatro Barras, no período de 01/01/2026 a 31/12/2026, com ônus para o órgão de origem.
Quatro Barras, 17 de Dezembro de 2025.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Valenga
Código Identificador:D70B491D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 131/2025

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor, AUTORIZA a Cessão Funcional nos termos da Lei 955/2015 e Lei 12/99 (Estatuto do Servidor), da Servidora Municipal Senhora CLAUDETE LOURENÇO HARDER, CPF nº. ***.031.419-**, cargo de "Merendeira", para a Câmara Municipal de Quatro Barras, no período de 01/01/2026 a 31/12/2026, com ônus para o órgão de origem.
Quatro Barras, 17 de Dezembro de 2025.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Valenga
Código Identificador:06E2C0F5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 132/2025

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor, AUTORIZA a Cessão Funcional nos termos da Lei 955/2015 e Lei 12/99 (Estatuto do Servidor), do Servidor Municipal Senhor EDSON DA SILVA ELIAS, CPF nº. ***.216.879-**, cargo de "Contador", para o Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho da 9° Região, no período de 08/01/2026 a 31/12/2026, com ônus para o órgão de origem.

Quatro Barras, 17 de Dezembro de 2025.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

TERMO DE CESSÃO DE SERVIDOR N.° 001/2025

Pelo presente Termo de Cessão de Servidor, nesta e na melhor forma de direito, as partes adiante declaradas, de um lado, o ***MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS,*** pessoa jurídica de direito público, inscrito, no CNPJ sob o n.º 76.105.568/0001-39, com sede administrativa situada na Av. Dom Pedro II, 110, Bairro Centro, Quatro Barras/PR, CEP 83.420.001, neste ato representado pelo *Senhor LORENO BERNARDO TOLARDO*, Prefeito Municipal, inscrita no CPF sob o n.° 574.649.529-87; e, de outro lado, o ***MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO***, por meio da *PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO*, órgão da Administração Direta da União, instituição federal permanente e autônoma, essencial à função jurisdicional do Estado, inscrito no CNPJ sob o n.º 26.989.715/0040-19, com sede na Av. Vicente Machado, 84, 15° Andar - Centro - Curitiba/PR - CEP 80420-010, neste ato representado pela Dra. MARÍLIA MASSIGNAN COPPLA, Vice-Procuradora-Chefe, inscrita pelo CPF/MF 807.131.149-91 têm entre si, firmado o presente **TERMO DE CESSÃO DE SERVIDOR** sob as condições que adiante seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente termo tem por objeto a cessão do servidor público EDSON DA SILVA ELIAS, cargo efetivo de Contador, (matrícula 4191), do MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS a *PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO*, com a finalidade de cooperação técnica entre os entes públicos, nos termos do protocolado municipal n° 22.056/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES
2.1 Caberá ao Município de Quatro Barras:
a) colocar à disposição da *PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO*, localizado neste Município, o servidor público elencado na Cláusula Primeira, integrante do seu quadro efetivo de servidores, a fim de desenvolver suas atividades através de portaria;
b) arcar com os vencimentos dos servidores cedidos;
c) fiscalizar o previsto neste Termo de Cessão de Servidor;

2.2 Caberá ao da *PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO:*
a) estabelecer o horário de trabalho do servidor e as funções que o mesmo exercerá;
b) informar a freqüência do servidor para Jessica da Silva Priebe, matrícula 5756, através do e-mail: rh2@quatrobarras.pr.gov.br, até o dia cinco de cada mês;
c) informar as eventuais alterações cadastrais do servidor, tais como endereço, telefone, estado civil, entre outras;
d) informar os eventos relacionados à maternidade e à paternidade, à licença para tratamento de saúde e ao acidente de trabalho, se for o caso;
e) informar as ausências ao trabalho;
f) informar os períodos de recesso, quando houver, na unidade em que os servidores prestar serviços;
g) informar o período de gozo de férias e a necessidade de suspensão do gozo das mesmas;
h) informar a eventual prática de infrações disciplinares pelos servidores;
i) zelar pela assiduidade e pelo cumprimento da jornada de trabalho dos servidores, informando eventuais faltas injustificadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA
O presente termo terá vigência de 05 (cinco) anos, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério das partes, e terá sua eficácia a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA QUARTA – DA ALTERAÇÃO
O presente termo poderá ser alterado por acordo entre as partes, através de termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO
5.1 O Convênio poderá ser denunciado, por qualquer das partes, quando não houver mais interesse em mantê-lo, desde que haja notificação prévia com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou rescindido por descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

5.2 Em caso de norma legal ou fato que o torne inexeqüível, este termo será rescindido, independentemente de aviso ou notificação.

5.3 Poderá ser requisitada a devolução dos servidores quando assim exigir o interesse público e em conformidade com a Lei Municipal n° 955/2015 e 12/99.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO TERMO

6.1 A fiscalização ficará a cargo da servidora Jessica da Silva Priebe, matrícula nº 5756.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD

7.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação independentemente de declaração ou de aceitação expressa, em especial a;

7.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios, aplicados na legislação citada;

7.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

8.1 O extrato deste termo será publicado no Diário Oficial do Município de Quatro Barras.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica declarado o foro da Comarca de Quatro Barras para dirimir eventuais questões advindas do presente termo, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, firmam o presente instrumento, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma.

Quatro Barras, 17 de dezembro de 2025.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

MARÍLIA MASSIGNAN COPPLA
Procuradora Chefe Em Exercício

Publicado por:
Ana Claudia Valenga
Código Identificador:1FF3E50D

GABINETE DO PREFEITO
RECADASTRAMENTO DAS CESSÕES DE USO DE JAZIGOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS

A Prefeitura de Quatro Barras, através da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Bem-Estar Animal (SMMAABEA), TORNA PÚBLICO o recadastramento das cessões de uso de jazigos, que deverá ser realizado até o dia 31 de março de 2026.

Para realizar o recadastramento, o responsável deve comparecer, em horário comercial – das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30 - às Sedes Administrativas dos Cemitérios Santa Luzia e São Sebastião munido de:

documentos pessoais,
documentos do jazigo,
comprovante de residência,
cópia da certidão de óbito dos falecidos, e
demais documentos relativos ao espaço.

As sedes administrativas estão localizadas nos seguintes endereços:

- Cemitério Santa Luzia: Rua Prefeito Domingos Mocelin Neto, nº 1638, Bairro Santa Luzia.
- Cemitério São Sebastião: Rua Elvira Hamann, 05 – Bairro Centro.

A SMMAABEA, responsável pela administração dos locais, informa que o recadastramento visa a atualização cadastral e a regularização documental dos lotes concessionados, permitindo a modernização de arquivos dos cemitérios, o aprimoramento no atendimento aos concessionários, situações de abandono e reversão.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

THAYONÁ SOUZA DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Bem-Estar Animal

Publicado por:
Ana Claudia Valenga
Código Identificador:1B3F00EE

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 25/2025

Súmula: Aprova o Relatório de Atividades Exercício 2024 e Plano de Ação Exercício 2025 referentes a Inscrição nº 001/2021/CMAS Fundação Weiss Scarpa no CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 823/2013, em reunião extraordinária realizada em 14 de outubro de 2025;

Considerando:

A Lei 12.435 de 2011, que altera a Lei Orgânica da Assistência Social n° 8742, de 07 de dezembro de 1993;

A Política Nacional de Assistência Social, aprovada pela resolução CNAS Nº. 145, de 15 de outubro de 2004;

A Norma Operacional Básica do SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº. 33, de 12 de dezembro de 2012;

A Resolução CNAS n°109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e suas atualizações;

A Resolução CNAS n° 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros para a inscrição de entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social;

A Resolução CMAS n°18, de 1º. de novembro de 2018, que define os parâmetros para a inscrição de entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no CMAS;

A deliberação da plenária.

RESOLVE

Art. 1º. Aprovar o Relatório de Atividades do Exercício 2024 e o Plano de Ação do Exercício 2025, de acordo com o disposto no art. 13, I e II da Resolução n° 14/2014/CNAS, referente a Inscrição nº 001/2021, com sede na Avenida Ayrton Senna da Silva, n°2650, Centro, Pinhais/PR. Atuando em Quatro Barras/PR no endereço Avenida do Acesso, n°740, Centro, nos termos do Proc. Admin. 4079/2025.

Art. 2º. O prazo da Inscrição nº 001/2021 junto ao CMAS é por tempo indeterminado, sendo dever da entidade apresentar ao CMAS, até 30 de abril de cada ano, o plano de ação do corrente ano, e o relatório de atividades do ano anterior que evidencie o plano de ação.

Art. 3º. A Fundação Weiss Scarpa desenvolve atividades, serviços, programas e projetos de proteção básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, com ênfase nas ações específicas de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para adolescentes e jovens, incluindo cursos de iniciação profissional, socioaprendizagem e formação profissional.

Art. 4º. Poderá ser cancelada a qualquer tempo a inscrição junto a este CMAS em caso de descumprimento do contido nas Resoluções nº 109/2009/CNAS e nº 14/2014/CNAS, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório nos termos da Resolução nº 18/2018/CMAS.

Art. 5º. Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 11 de dezembro de 2025.

MANOEL XAVIER DA SILVA
Presidente do CMAS Biênio 2025-2027

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:50C3C715

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 26/2025

Súmula: Aprova o Relatório de Atividades Exercício 2024 e Plano de Ação Exercício 2025 referentes a Inscrição nº 001/2024/CMAS Casa de Passagem CREJER - Centro de Reabilitação e Formação de Líderes Jeová Rapha.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 823/2013, em reunião extraordinária realizada em 14 de outubro de 2025;
Considerando:
A Lei 12.435 de 2011, que altera a Lei Orgânica da Assistência Social n° 8742, de 07 de dezembro de 1993;
A Política Nacional de Assistência Social, aprovada pela resolução CNAS Nº. 145, de 15 de outubro de 2004;
A Norma Operacional Básica do SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº. 33, de 12 de dezembro de 2012;
A Resolução CNAS n°109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e suas atualizações;
A Resolução CNAS n° 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros para a inscrição de entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social;
A Resolução CMAS n°18, de 1º. de novembro de 2018, que define os parâmetros para a inscrição de entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no CMAS;
A deliberação da plenária.
RESOLVE
Art. 1º. Aprovar o Relatório de Atividades do Exercício 2024 e o Plano de Ação do Exercício 2025, Casa de Passagem CREJER - Centro de Reabilitação e Formação de Líderes Jeová Rapha de acordo com o disposto no art. 13, I e II da Resolução n° 14/2014/CNAS, referente a Inscrição nº 001/2024, com sede na Estrada do Monte Alegre, nº 2010, Campininha, Quatro Barras/PR, nos termos do Proc. Admin. 8008/2025.
Art. 2º. O prazo da Inscrição nº 001/2024 junto ao CMAS é por tempo indeterminado, sendo dever da entidade apresentar ao CMAS, até 30 de abril de cada ano, o plano de ação do corrente ano, e o relatório de atividades do ano anterior que evidencie o plano de ação.
Art. 3º. A Casa de Passagem CREJER - Centro de Reabilitação e Formação de Líderes Jeová Rapha, realiza serviços socioassistenciais de proteção social especial de alta complexidade do suas acolhimento institucional, de homens adultos com idade entre 18 e 59 anos, em conformidade com a Resolução 109/2009, o Conselho Nacional de Assistência Social implementou a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais;
Art.4º. Poderá ser cancelada a qualquer tempo a inscrição junto a este CMAS em caso de descumprimento do contido nas Resoluções nº 109/2009/CNAS e nº 14/2014/CNAS, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório nos termos da Resolução nº 18/2018/CMAS.

Art. 5º. Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 11 de dezembro de 2025.

MANOEL XAVIER DA SILVA
Presidente do CMAS Biênio 2025-2027

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:342988AA

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 27/2025

Súmula: Aprovar a Inscrição sob o nº 001/2025/CMAS ROTARY CLUB DE QUATRO BARRAS – GRACIOSA.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 823/2013, em votação realizada em 14 de outubro de 2025,

Considerando:
A Lei 12.435 de 2011, que altera a Lei Orgânica da Assistência Social n° 8742, de 07 de dezembro de 1993;
A Política Nacional de Assistência Social, aprovada pela resolução CNAS Nº. 145, de 15 de outubro de 2004;
A Norma Operacional Básica do SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº. 33, de 12 de dezembro de 2012;
A Resolução CNAS n°109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e suas atualizações;
A Resolução CNAS n° 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros para a inscrição de entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social;
A Resolução CMAS n°18, de 1º. de novembro de 2018, que define os parâmetros para a inscrição de entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programa, projetos e benefícios socioassistenciais no CMAS;
A deliberação da plenária.

RESOLVE
Art. 1º. Aprovar a Inscrição sob o nº 001/2025/CMAS ROTARY CLUB DE QUATRO BARRAS – GRACIOSA, com sede na Rua José Rodrigues Fortes, n°444, Jardim Patricia, Quatro Barras/PR, nos termos do Proc. Admin. 217/2025.
Art. 2º. O prazo da inscrição nº 001/2025 junto ao CMAS é por tempo indeterminado, sendo dever da entidade apresentar ao CMAS, até 30 de abril de cada ano, o plano de ação do corrente ano, e o relatório de atividades do ano anterior que evidencie o plano de ação.

Art. 3º. A Entidade denominada ROTARY CLUB DE QUATRO BARRAS, estimula e fomenta o "ideal de servir", promovendo e apoiando o desenvolvimento do companheirismo, o reconhecimento do mérito de toda ocupação útil e a difusão das normas de ética profissional, melhoria da comunidade, e a aproximação dos profissionais de todo o mundo, visando a consolidação das boas relações, da cooperação e da paz entre as nações.

Art.4º. Poderá ser cancelada a qualquer tempo a inscrição junto a este CMAS em caso de descumprimento do contido nas Resoluções nº 109/2009/CNAS e nº 14/2014/CNAS, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório nos termos da Resolução nº 18/2018/CMAS.

Art. 5º. Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 11 de dezembro de 2025.

MANOEL XAVIER DA SILVA
Presidente do CMAS Biênio 2025-2027

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:0EFC5E50

PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS
PORTARIA Nº 04/2025

A Previdência Social do Município de Quatro Barras – PREVIBARRAS, por seu Secretário Executivo, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo Administrativo nº 125/2025:
RESOLVE:

Art. 1º Conceder Pensão por Morte a dependente previdenciária, abaixo qualificada, em virtude do falecimento do segurado inativo **MANOEL LUNARDÃO CORDEIRO**, portador o CPF nº 25x.xxx.xx9-49:

I - De forma vitalícia a senhora **VENINA CANDIDA BORGES CORDEIRO,** inscrita no CPF nº 03x.xxx.xx9-10, vinculada ao de

cujus pela condição de cônjuge, fazendo jus à cota-parte de 100% (cem por cento), no importe mensal de R$ 2.063,93 (dois mil, sessenta e três reais e noventa e três centavos).

§ 1º A presente concessão previdenciária tem como fundamento jurídico o art. 40, § 7º, II da Constituição Federal, com a Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, o art. 2º da Lei Federal nº 10.887/2004, os arts. 23, § 8º e 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019 e os arts. 23, I, 47, 48, I, 49, 50 e 51 da Lei Municipal nº 13/1999.

§ 2º A presente concessão será vitalícia enquanto inexistirem os acúmulos vedados pelo *caput* art. 24, da Emenda Constitucional 103/2019, cuja situação deve ser atualizada periodicamente pela beneficiária junto à PREVIBARRAS

§ 3º Por ocasião da concessão da pensão por morte, a beneficiária descrita no inciso I deste artigo atestou a existência de acúmulo de benefícios previdenciários, aplicando-se, no que couber, os redutores de benefício previstos no art. 24 e parágrafos da Emenda Constitucionalnº 103/2019, cuja situação deve ser atualizada periodicamente pela beneficiária junto à PREVIBARRAS.

Art. 2º Para preservação do valor real de benefício, o reajustamento dar-se-á nas mesmas datas e com os mesmos índices utilizados para reajuste dos servidores em atividade, com fundamento no art. 7º da Emenda Constitucionalnº 41/2003,aplicável porforça do parágrafo único do art. 3 da Emenda Constitucionalda Emenda Constitucionalnº 47/2005.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 16 de outubro de 2025.

Quatro Barras, 17 de dezembro de 2025.

OSMAR DOMINGUEZ
Secretário Executivo

Publicado por:
Ellen Correa Wandembruck Lago
Código Identificador:02713F2D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE CREDENCIAMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO N° 07/2025

O MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS, em conformidade com os art. 6°, inc. XLIII e 74, inc. IV, da Lei n° 14.133/2021, Decreto Municipal n° 10.808/2025 e demais normas que regem a matéria, torna público o **CHAMAMENTO PÚBLICO** para:
OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica especializada para prestação de serviço de atendimento terapêutico individualizado baseado no método ABA (Análise do Comportamento Aplicada) para crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e/ou outras Neurodiversidades, residentes no Município de Quatro Barras, conforme especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital.
DATA INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 15 de janeiro de 2026 às 08:00h.
LOCAL: Sede da Prefeitura Municipal de Quatro Barras, Departamento de Licitações, situada à Avenida Dom Pedro II nº 110, Centro - Quatro Barras - PR.
O edital completo poderá ser examinado e adquirido pelo site *www.quatrobarras.pr.gov.br*, menu "Licitações" ou solicitado via e-mail licitacao@quatrobarras.pr.gov.br. Informações poderão ser obtidas pelo site, e-mail ou telefone (41) 3671-8800, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

Quatro Barras, 17 de dezembro de 2025.

APARECIDA ALVES DE PAULA SBRISSIA
Presidente da Comissão de Contratação

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:4513672E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO N°281/2025

DECRETO N°281/2025

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a Abertura de Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação de Recursos Livres e Vinculados no orçamento do município de Querência do Norte, para o exercício de 2025.

ALEX SANDRO FERNANDES, Prefeito Municipal de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal n°2.085/2025 de 17 de Dezembro de 2025 e pela Lei Federal n° 4.320/64 de 17 de março de 1964:

Artigo 1º -)- Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir no orçamento-programa do município de Querência do Norte, Estado do Paraná, para o exercício de 2025, um Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação de Recursos Livres e Vinculados no valor de R$ 1.129.700,00 (Hum milhão, cento e vinte e nove mil e setecentos reais) nas seguintes dotações:

02000:- PREFEITO
02001:- PREFEITO
02001:0412200022.002 - Gestão das Atividades do Gabinete do Prefeito
FONTE: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 4..... 339014:- Diárias - Civil..... R$- 12.000,00

03000:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
03001:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
03001:0412200022.007 - Apoio a Gestão das Atividades Administrativas
FONTE: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 38..... 339014:- Diárias - Civil..... R$- 30.000,00
03001:2884300030.010 - Amortização da Dívida do INPAM
FONTE: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
300000:- DESPESAS CORRENTES
320000:- JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA
329100:- APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS
Red. 51..... 329121:- Juros sobre a Dívida por Contrato..... R$- 40.000,00
400000:- DESPESAS DE CAPITAL
460000:- AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
469100:- APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS
Red. 53..... 469171:- Principal da Dívida Contratual Resgatado..... R$- 348.200,00
03001:2884300030.012 - Pagamento de Sentenças Judiciais
FONTE: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 55..... 339091:- Sentenças Judiciais..... R$- 50.000,00

05000:- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05002:- DIRETORIA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO BÁSICO
05002:1236100062.044 - Gestão das Atividades do Ensino Fundamental 5%
FONTE: 103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 243..... 339093:- Indenizações e Restituições..... R$- 3.000,00
05002:1236100062.046 - Gestão das Atividades do Ensino Fundamental Excedentes
FONTE: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 266..... 339093:- Indenizações e Restituições..... R$- 3.000,00

05004:- DIVISÃO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER
05004:2781200072.064 - Manter a Gestão das Atividades do Esporte e Lazer
FONTE: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 347..... 339093:- Indenizações e Restituições..... R$- 1.500,00

06000:- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
06001:- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06001:1012200082.066 - Gestão das Despesas da Secretaria Municipal de Saúde
FONTE: 303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 356..... 339039:- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$- 100.000,00
06001:1030100082.067 - Gestão das Atividades das Unidades Básicas de Saúde
FONTE: 303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 370..... 339014:- Diárias - Civil..... R$- 30.000,00
06001:1030200082.074 - Gestão do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMUNPAR
FONTE: 303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
337100:- TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTRATO DE RATEIO
Red. 410..... 337170:- Rateio pela Participação em Consórcio Público..... R$- 20.000,00
337200:- EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS
Red. 412..... 337239:- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$- 193.000,00
06001:1030200082.075 - Contribuir Financeiramente para a Manutenção do CIUENP-SAMU
FONTE: 493 - Bloco de Custeio Ações da Saúde
300000:- DESPESAS CORRENTES
310000:- PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
317100:- TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTRATO DE RATEIO
Red. 415..... 317170:- Rateio pela Participação em Consórcio Público..... R$- 32.000,00
FONTE: 303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
337200:- EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS
Red. 419..... 337239:- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$- 122.000,00

07000:- SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
07003:- DIVISÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
07003:2060800042.087 - Gestão das Atividades da Divisão de Agricultura e Pecuária
FONTE: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 499..... 339039:- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$- 25.000,00

08000:- SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS
08001:- DIVISÃO DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E LIMPEZA PÚBLICA
08001:2575100052.103 - Gestão das Despesas com Iluminação Pública - COSIP
FONTE: 507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 589..... 339039:- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$- 120.000,00
=========
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR..... R$- 1.129.700,00

Artigo 2º -)- Para fazer face ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1º desta Lei, será utilizado o Excesso de Arrecadação de Recursos Livres e Vinculados no valor de R$ 1.129.700,00 (Hum milhão, cento e vinte e nove mil e setecentos reais) contabilizados nas seguintes rubricas abaixo:

CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO DA RECEITA	R$
1.1.1.3.03.1.1.01.00.00.00.00.	1000	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER EXECUTIVO	107.700,00
1.2.4.1.50.0.1.00.00.00.00.00.	1000	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - PRINCIPAL	120.000,00
1.3.2.1.01.0.1.99.14.00.00.00.	1000	Aplicações Financeiras - Recursos Livres - F. 000	90.000,00
1.7.1.1.51.2.1.00.00.00.00.00.	1000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS EXTRAORDINÁRIAS - PRINCIPAL	780.000,00
1.7.1.3.50.1.1.01.00.00.00.00.	1000	Bloco de Custeio Ações de Serviços Públicos em Saúde - Atenção Básica - F. 493	32.000,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS LIVRES E VINCULADOS			**1.129.700,00**

Artigo 3º -)- Este Decreto, entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Querência do Norte, 17 de Dezembro de 2025.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:F9604CBC

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO N°282/2025

DECRETO 282/2025

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a Abertura de Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação de Recursos Livres no orçamento do município de Querência do Norte, para o exercício de 2025.

ALEX SANDRO FERNANDES, Prefeito Municipal de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal n°2.086/2025 de 17 de Dezembro de 2025 e pela Lei Federal n° 4.320/64 de 17 de março de 1964:
Artigo 1º -)- Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir no orçamento-programa do município de Querência do Norte, Estado do Paraná, para o exercício de 2025, um Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação de Recursos Livres no valor de R$ 14.000,00 (Quatorze mil reais) nas seguintes dotações:

11000:- SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, TURISMO E CULTURA
11001:- DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE
11001:1854100052.082 - Gestão das Despesas do Fundo Municipal do Meio Ambiente
FONTE: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 757..... 339039:- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$- 12.000,00

11002:- DIVISÃO DE TURISMO
11002:2369500052.081 - Gestão das Atividades das Despesas da Divisão do Turismo
FONTE: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
400000:- DESPESAS DE CAPITAL
440000:- INVESTIMENTOS
449000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 775..... 449052:- Equipamentos e Material Permanente..... R$- 2.000,00
=========
TOTAL DO CRÉDITO ESPECIAL..... R$- 14.000,00

Artigo 2º -)- Para fazer face ao Crédito Especial aberto no artigo 1º desta Lei, será utilizado o Excesso de Arrecadação de Recursos Livres no valor de R$ 14.000,00 (Quatorze mil reais) contabilizados nas seguintes rubricas abaixo:

CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO DA RECEITA	R$
1.1.1.2.53.0.1.00.00.00.00.00.	1000	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS-PRINCIPAL	14.000,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS LIVRES			14.000,00

Artigo 3º -)- Este Decreto , entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Querência do Norte, 17 de Dezembro de 2025.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:C3578977

ADMINISTRAÇÃO GERAL
LEI MUNICIPAL N°2.084/2025

LEI Nº. 2.084/2025

Súmula: Dispõe sobre a criação do Grupo Ocupacional de Apoio Administrativo – GOAA e altera dispositivos e anexos da Lei Municipal nº 1.897/2022.

Faço saber que a Câmara Municipal de Querência do Norte, Estado do Paraná, aprovou, e eu **ALEX SANDRO FERNANDES**, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Grupo Ocupacional de Apoio Administrativo – GOAA, que passa a integrar a estrutura de grupos ocupacionais prevista na Lei Municipal nº 1.897/2022.
Art. 2º O cargo de Auxiliar Administrativo, atualmente inserido no Grupo Ocupacional Operacional – GOO, fica reposicionado para o Grupo Ocupacional de Apoio Administrativo – GOAA, mantidas integralmente suas atribuições, requisitos de investidura, jornada de trabalho e natureza funcional.
Art. 3º O vencimento-base do cargo de Auxiliar Administrativo, reposicionado na forma do art. 2º, passa a ser de R$ 3.025,98.
Art. 4º A despesa decorrente desta Lei correrá por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas se necessário.
Art. 5º Integra a presente Lei, como Anexo Único, a nova Tabela de Vencimentos aplicável ao cargo de Auxiliar Administrativo.
Art. 6º Esta Lei entra em vigor em **1º de janeiro de 2026.**

Querência do Norte, 17 de Dezembro de 2025.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:C38F5ACF

ADMINISTRAÇÃO GERAL
LEI MUNICIPAL N°2.085/2025

LEI Nº 2.085/2025

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a Abertura de Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação de Recursos Livres e Vinculados no orçamento do município de Querência do Norte, para o exercício de 2025.

Faço saber que a Câmara Municipal de Querência do Norte, Estado do Paraná, aprovou, e eu **ALEX SANDRO FERNANDES**, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º -)- Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir no orçamento-programa do município de Querência do Norte, Estado do Paraná, para o exercício de 2025, um Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação de Recursos Livres e Vinculados no valor de R$ 1.129.700,00 (Hum milhão, cento e vinte e nove mil e setecentos reais) nas seguintes dotações:

02000:- PREFEITO
02001:- PREFEITO
02001:0412200022.002 - Gestão das Atividades do Gabinete do Prefeito
FONTE: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 4..... 339014:- Diárias - Civil..... R$- 12.000,00

03000:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
03001:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
03001:0412200022.007 - Apoio a Gestão das Atividades Administrativas
FONTE: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 38..... 339014:- Diárias - Civil..... R$- 30.000,00
03001:2884300030.010 - Amortização da Dívida do INPAM
FONTE: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
300000:- DESPESAS CORRENTES
320000:- JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA
329100:- APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS
Red. 51..... 329121:- Juros sobre a Dívida por Contrato..... R$- 40.000,00
400000:- DESPESAS DE CAPITAL
460000:- AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
469100:- APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS
Red. 53..... 469171:- Principal da Dívida Contratual Resgatado..... R$- 348.200,00
03001:2884300030.012 - Pagamento de Sentenças Judiciais
FONTE: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 55..... 339091:- Sentenças Judiciais..... R$- 50.000,00

05000:- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05002:- DIRETORIA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO BÁSICO
05002:1236100062.044 - Gestão das Atividades do Ensino Fundamental 5%
FONTE: 103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 243..... 339093:- Indenizações e Restituições..... R$- 3.000,00
05002:1236100062.046 - Gestão das Atividades do Ensino Fundamental Excedentes
FONTE: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 266..... 339093:- Indenizações e Restituições..... R$- 3.000,00

05004:- DIVISÃO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER
05004:2781200072.064 - Manter a Gestão das Atividades do Esporte e Lazer
FONTE: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 347..... 339093:- Indenizações e Restituições..... R$- 1.500,00

06000:- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
06001:- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06001:1012200082.066 - Gestão das Despesas da Secretaria Municipal de Saúde
FONTE: 303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 356..... 339039:- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$- 100.000,00
06001:1030100082.067 - Gestão das Atividades das Unidades Básicas de Saúde
FONTE: 303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 370..... 339014:- Diárias - Civil..... R$- 30.000,00
06001:1030200082.074 - Gestão do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMUNPAR
FONTE: 303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
337100:- TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTRATO DE RATEIO
Red. 410..... 337170:- Rateio pela Participação em Consórcio Público..... R$- 20.000,00
337200:- EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS
Red. 412..... 337239:- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$- 193.000,00
06001:1030200082.075 - Contribuir Financeiramente para a Manutenção do CIUENP-SAMU
FONTE: 493 - Bloco de Custeio Ações da Saúde
300000:- DESPESAS CORRENTES
310000:- PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
317100:- TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTRATO DE RATEIO
Red. 415..... 317170:- Rateio pela Participação em Consórcio Público..... R$- 32.000,00
FONTE: 303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
337200:- EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS
Red. 419..... 337239:- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$- 122.000,00

07000:- SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
07003:- DIVISÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
07003:2060800042.087 - Gestão das Atividades da Divisão de Agricultura e Pecuária
FONTE: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 499..... 339039:- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$- 25.000,00

08000:- SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS
08001:- DIVISÃO DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E LIMPEZA PÚBLICA
08001:2575100052.103 - Gestão das Despesas com Iluminação Pública - COSIP
FONTE: 507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 589..... 339039:- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$- 120.000,00
=========
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR..... R$- 1.129.700,00

Artigo 2º -)- Para fazer face ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1º desta Lei, será utilizado o Excesso de Arrecadação de Recursos Livres e Vinculados no valor de R$ 1.129.700,00 (Hum milhão, cento e vinte e nove mil e setecentos reais) contabilizados nas seguintes rubricas abaixo:

CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO DA RECEITA	R$
1.1.1.3.03.1.1.01.00.00.00.00.	1000	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER EXECUTIVO	107.700,00
1.2.4.1.50.0.1.00.00.00.00.00.	1000	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - PRINCIPAL	120.000,00
1.3.2.1.01.0.1.99.14.00.00.00.	1000	Aplicações Financeiras - Recursos Livres - F. 000	90.000,00
1.7.1.1.51.2.1.00.00.00.00.00.	1000	COTA-PARTE DO FUNDO DE	780.000,00

		PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS EXTRAORDINÁRIAS - PRINCIPAL	
1.7.1.3.50.1.1.01.00.00.00.00.	1000	Bloco de Custeio Ações de Serviços Públicos em Saúde - Atenção Básica - F. 493	32.000,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS LIVRES E VINCULADOS			**1.129.700,00**

Artigo 3º -)- Esta Lei, entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Querência do Norte, 17 de Dezembro de 2025.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:C7F8D3AF

ADMINISTRAÇÃO GERAL
LEI MUNICIPAL N°2.086/2025

LEI Nº 2.086/2025

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a Abertura de Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação de Recursos Livres no orçamento do município de Querência do Norte, para o exercício de 2025.

Faço saber que a Câmara Municipal de Querência do Norte, Estado do Paraná, aprovou, e eu **ALEX SANDRO FERNANDES**, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º -)- Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir no orçamento-programa do município de Querência do Norte, Estado do Paraná, para o exercício de 2025, um Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação de Recursos Livres no valor de R$ 14.000,00 (Quatorze mil reais) nas seguintes dotações:

11000:- SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, TURISMO E CULTURA
11001:- DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE
11001:1854100052.082 - Gestão das Despesas do Fundo Municipal do Meio Ambiente
FONTE: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 757..... 339039:- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$- 12.000,00

11002:- DIVISÃO DE TURISMO
11002:2369500052.081 - Gestão das Atividades das Despesas da Divisão do Turismo
FONTE: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
400000:- DESPESAS DE CAPITAL
440000:- INVESTIMENTOS
449000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 775..... 449052:- Equipamentos e Material Permanente..... R$- 2.000,00
=========
TOTAL DO CRÉDITO ESPECIAL..... R$- 14.000,00

Artigo 2º -)- Para fazer face ao Crédito Especial aberto no artigo 1º desta Lei, será utilizado o Excesso de Arrecadação de Recursos Livres no valor de R$ 14.000,00 (Quatorze mil reais) contabilizados nas seguintes rubricas abaixo:

CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO DA RECEITA	R$
1.1.1.2.53.0.1.00.00.00.00.00.	1000	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS-PRINCIPAL	14.000,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS LIVRES			**14.000,00**

Artigo 3º -)- Esta Lei, entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Querência do Norte, 17 de Dezembro de 2025.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:143A8C8F

ADMINISTRAÇÃO GERAL
LEI MUNICIPAL N°2.087/2025

LEI Nº. 2.087/2025

SÚMULA: Dá nova redação a dispositivos das Lei 1.537/17 e 1.540/17.

Faço saber que a Câmara Municipal de Querência do Norte, Estado do Paraná, aprovou, e eu **ALEX SANDRO FERNANDES**, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - O artigo 4º da Lei Municipal 1.537/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 4º - Nesta jornada não incidirá o pagamento de qualquer verba adicional ou acréscimo, como horas extras, somente o pagamento adicional de 50% daqueles que laborarem aos domingos e feriados.

Artigo 2º - O artigo 2º da Lei Municipal 1.540/2017 passa a vigorar a seguinte redação:

Artigo 2º - Não incidirá o pagamento de qualquer verba adicional ou acréscimos (horas extras) na jornada acima, com exceção de adicional de 50% daqueles que laborarem nos domingos e feriados.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Querência do Norte, 17 de Dezembro de 2025.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:0985355E

ADMINISTRAÇÃO GERAL
LEI MUNICIPAL N°2.088/2025

LEI Nº 2.088/2025.

SÚMULA: Dá nova redação a dispositivo da Lei 1897/2022.

Faço saber que a Câmara Municipal de Querência do Norte, Estado do Paraná, aprovou, e eu **ALEX SANDRO FERNANDES**, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Dá nova redação ao Parágrafo 4º, do Artigo 51 da Lei Municipal nº 1897/2022, que passa vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo 4º - Fará jus a percepção de gratificação, o servidor efetivo investido no cargo de Secretário, **desde que haja opção formal pelo vencimento de seu cargo efetivo.**

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroativo a 1º de Dezembro de 2025, revogando-se as disposições em, contrário.

Querência do Norte, 17 de Dezembro de 2025.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:8C10CBF5

CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE
RESOLUÇÃO Nº.048/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE
Estado do Paraná
Rua Waldemar dos Santos, 1213 - CEP. 87.930-000
Fone: (044) 3462-1763
CNPJ Nº 73.242.687/0001-45
RESOLUÇÃO Nº 048/2025

SÚMULA:- Estabelece o orçamento do Legislativo municipal para o exercício de 2026.

A CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE, ESTADO DO PARANÁ, EM SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2025, APROVOU A SEGUINTE:
RESOLUÇÃO
Artigo 1º O Orçamento do Legislativo Municipal de Querência do Norte, Estado do
Paraná, para o exercício financeiro de 2026, que integra a presente Resolução, Fixa a despesa, em R$ 3.511.025,00 (Três milhões quinhentos e onze mil e vinte e cinco reais).

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
	DESPESAS CORRENTES		2.961.025,00
0101.0103100012.001	Manutenção de Despesas c/ o Legislativo.		
3.3.90.08.00	Salário Família de Segurado.	6.050,00	
3.1.90.11.00	Vencimentos e vantagens Fixas.	1.545.500,00	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	214.500,00	
3.1.91.13.00	Patronal – Funcionários Estatutários	121.000,00	
3.1.90.16.00	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	9.900,00	
3.1.90.94.00	Ind. Restituições Trabalhadores – Poder Legislativo	200.000,00	
	OUTRAS DESPESAS CORRENTE		
3.3.90.14.00	Diárias no País	190.000,00	
3.3.90.30.00	Material de consumo	120.000,00	
3.3.90.31.00	Prem. Cult. Artisti. Ciente. Desport e Outras	9.075,00	
3.3.90.33.00	Passagens e desp. De locomoção.	50.000,00	
3.3.90.35.01	Assessoria e Consultoria Técnica ou jurídica	10.000,00	
3.3.90.36.00	Outros serviços de Terceiros - PF	40.000,00	
3.3.90.39.00	Outros serviços de Terceiros – PJ	170.000,00	
3.3.90.40.00	Serv. De Tec. Da Informação e Comunicação - PJ	140.000,00	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	10.000,00	
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições	77.000,00	
3.3.90.46.00	Auxilio Alimentação	48.000,00	
	DESPESAS DE CAPITAL		550.000,00
	INVESTIMENTOS.		
0101.0103100011.001	Informatização da Câmara		
4.4.90.52.00	Equipamentos material permanente.	200.000,00	
0101.0103100011.002	Reforma e Ampliação do Prédio do Legislativo		
4.4.91.51.00	Obras e Instalações	150.000,00	
0101.0103100011.003	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.00	Equipamentos material permanente.	200.000,00	
TOTAL			3.511.025,00

Artigo 2º O orçamento do Legislativo Municipal, será elaborado por modalidade de elementos de despesas de acordo com a Portaria 163/2001 do Ministério da Fazenda.
Artigo 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Querência do Norte, Estado do Paraná, aos 15 dias do mês de dezembro de 2025.

RICARDO PAULINO DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Ângela Santos Barcelos
Código Identificador:F7CC4FC7

CONTABILIDADE E ORÇAMENTO
DECRETO 279/2025

DECRETO Nº 279/2025

SÚMULA**:-** Dispõe sobre a compatibilização da Programação financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o exercício de 2026 do Município e do Fundo Previdenciário municipal.

ALEX SANDRO FERNANDES, Prefeito Municipal de Querência do Norte, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista no art. 13 e caput do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

DECRETA:

Artigo 1º -)- A movimentação e o empenho de dotações orçamentárias dos órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo, constantes da Lei nº 2.063/25 de 08 de outubro de 2025, ficam limitados aos valores constantes do Anexo I e II deste Decreto.

Parágrafo Primeiro:- Excluem-se do limite Maximo de movimentação, as despesas pertencentes os seguintes grupos de dotação:

I - Relativas aos grupos de despesa:

a-)- pessoal e encargos sociais
b-)- juros e encargos da dívida
c-)- amortização da dívida

II - Destinadas aos pagamentos:

a-)- as despesas decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado
b-)- as despesas decorrentes de auxílios, subvenções e transferências, devidamente autorizadas por Lei especifica.

Artigo 2º -)- A realização de despesas, inclusive de restos a pagar e observadas as exclusões do artigo 1º, somente poderá ocorrer, respeitadas as dotações aprovadas, até o montante da efetiva arrecadação das receitas, constantes do anexo I deste Decreto.

Parágrafo Primeiro:- Nos casos de descentralização de créditos orçamentários, o limite financeiro correspondente será igualmente descentralizado, e tratando de despesas a conta de recursos liberados pelo executivo municipal, o órgão descentralizado, em comum acordo com o órgão beneficiário, definirá o mês em que deverá ser efetuado o correspondente repasse financeiro.

Artigo 3º -)- Observadas as exclusões do Parágrafo Primeiro, a liberação de recursos orçamentários, terá por base os limites mensais de despesas fixados no Anexo II, bem como levará em conta as disponibilidades de recursos e o pagamento efetivo de cada órgão.

Artigo 4º -)- O Prefeito Municipal, no âmbito de suas competências, poderá proceder o remanejamento dos limites entre:

a-)- órgãos, respeitados os montantes dos respectivos anexos.
b-)- projetos, atividades e operações especiais ou entre programas de governo, no âmbito do mesmo órgão.

Artigo 5º -)- Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos no exercício de 2025, bem como os créditos especiais reabertos, terá as execução condicionada aos limites fixados a conta das fontes de recursos correspondentes.

Artigo 6º -)- Os recursos financeiros correspondentes aos créditos orçamentários consignados na Lei Orçamentária referente ao exercício de 2026 para o Poder Legislativo e seus créditos adicionais, ser-lhe-ão entregues até o dia 20 de cada mês, de conformidade com os percentuais sobre a receita efetivamente realizada no exercício anterior, conforme dispõe o artigo 29-A da Constituição Federal.

Artigo 7º -)- Ao serviço de contabilidade da prefeitura municipal e do Fundo Previdenciário municipal compete, proceder a limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados na Lei de Diretrizes Orçamentárias, quando ao final de um bimestre, for verificado que a realização das receitas não poderá comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal.

Artigo 8º -)- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Paço Municipal, Gabinete da Prefeita de Querência do Norte, aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco. (17/12/2025)

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joelson Ziani Coito
Código Identificador:31F375A1

CONTABILIDADE E ORÇAMENTO
DECRETO 283/2025

DECRETO N° 283 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a Abertura de Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação no orçamento do município de Querência do Norte, para o exercício de 2025.

ALEX SANDRO FERNANDES, Prefeito Municipal de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal n° 1.998/2024 de 02 de outubro de 2024 e pela Lei Federal n° 4.320/64 de 17 de março de 1964;

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 32.100,00 (Trinta e dois mil e cem reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
03.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
03.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
03.001.28.843.0003.0.009. Amortização da Dívida Pública – Agência de Fomento
50 - 4.6.90.71.00.00 1000 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL 32.100,00
RESGATADO

Total Suplementação: 32.100,00

Artigo 2º - Para Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução
03.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
03.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
03.001.28.843.0003.0.009. Amortização da Dívida Pública – Agência de Fomento
49 - 3.2.90.21.00.00 1000 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO 32.100,00

Total Redução: 32.100,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Querência do Norte, Estado do Paraná, aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joelson Ziani Coito
Código Identificador:42CFB30C

LICITAÇÃO
PE 55

QUERENCIA DO NORTE - PARANÁ
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGAO ELETRONICO SRP– Nº 55/2025
O município de Querência do Norte, Paraná, torna público que realizará procedimento licitatório na modalidade PREGÃO ELETRONICO na seguinte forma: MENOR PREÇO POR ITEM.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO
ABERTURA**: 14/01/2026 – 09 hrs.**
Local da sessão pública: www.comprasbr.com.br
– Prefeitura Municipal de Querência do Norte
Querência do Norte-PR, 17 de dezembro de 2025

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Mônica Isabel de Novaes
Código Identificador:DA4AD7CA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2025 - PMQ

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 027/2025
O MUNICÍPIO DE QUITANDINHA, Estado do Paraná, torna público que estará recebendo propostas adicionais para realização de processo de contratação direta, conforme segue:
OBJETO: AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO PORTÁTIL
TIPO DE PARTICIPAÇÃO: EXLUSIVO PARA ME/EPP/MEI
VALOR ESTIMADO: R$ 9.300,00 (Nove Mil e Trezentos Reais).
PRAZO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ADICIONAIS: até às 23:59h do dia 23 de dezembro de 2025.
REFERENCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF
DISPOSIÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS: O termo de referência e seus anexos estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura Municipal de Quitandinha, sito https://www.quitandinha.pr.gov.br/; Também poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Quitandinha, sito a Rua José de Sá Ribas, 238, Centro, das 08h30min às 16h30min, ou através de solicitação para o email licitacao@quitandinha.pr.gov.br.
ENVIO DE PROPOSTAS ADICIONAIS: A proposta adicional deverá ser protocolada conforme modelo do ANEXOII, juntamente da Declaração Unificada (ANEXO I) e toda documentação de habilitação constante no **ANEXO III**, através de sistema de protocolo, podendo ser online (através do sitio eletrônico https://www.quitandinha.pr.gov.br/) assim como presencialmente, na Prefeitura Municipal de Quitandinha, sito a Rua José de Sá Ribas, 238, Centro, das 08h30min às 16h30min, ou ainda pelo email

licitacao@quitandinha.pr.gov.br, ATÉ A DATA LIMITE ESTIPULADA ANTERIOMENTE.
INFORMAÇÕES ADICIONAIS: A Administração Pública isenta-se de responsabilidade pelo não recebimento de emails de terceiros, atribuindo eventuais falhas à indisponibilidade da internet dos proponentes, mau funcionamento de provedores de internet ou outros problemas técnicos alheios ao seu controle. Mantendo o compromisso com canais de comunicação eficientes, a Administração esclarece que obstáculos enfrentados por terceiros ao enviar correspondências eletrônicas, bem como acesso ao sistema de protocolo, não podem ser imputados à instituição, colocando-se à disposição para solucionar questões sob sua alçada.
Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha/PR, 17 de dezembro de 2025

LUCAS RAVEL FERREIRA DOS SANTOS
Agente de Contratação
Decreto Municipal nº 01/2025

Publicado por:
Lucas Ravel Fereirra Santos
Código Identificador:DC18AEBB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE RESULTADO - DISPENSA Nº 25/2025 - PMQ

MUNICIPIO DE QUITANDINHA - PR
AVISO DE RESULTADO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 25/2025-PMQ
SITUAÇÃO: CANCELADA

Publicado por:
Lucas Ravel Fereirra Santos
Código Identificador:79458323

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO 3º TERMO ADITIVO DE PRAZO VALOR

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2024
PROCESSO LICITATORIO Nº 032/2024
CONTRATO Nº 072/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE-PR
CONTRATADA: J ARAÚJO ENGENHARIA – EPP, inscrita no **CNPJ sob o Nº 35.561.928/0001-20**
OBJETO: Contratação de Empresa de Engenharia por Empreitada Global (Materiais e Mão de Obra) para execução de obra da Reforma e Ampliação da Escola Manoel Medina Martins, localizada na Rua Fortaleza nº 400 no Município de Rancho Alegre D'Oeste conforme especificações constantes nos projetos, planilhas, memorial descritivo e cronograma de execução fornecido pelo Departamento de Engenharia e demais condições estabelecidas no instrumento convocatório e documentos anexos;
VALOR DO ADITIVO: **R$ 17.630,82 (dezessete mil seiscentos e trinta reais e oitenta dois centavos).**
PRAZO DE VIGÊNCIA DO ADITIVO: Até 31/01/2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores.

Rancho Alegre D'Oeste-PR, 28 de Novembro de 2.025.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sueli Batista Alves
Código Identificador:15FD77BD

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Eu, **EVERTON CASSIO ZANUTO**, Prefeito Municipal do Município de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de minhas atribuições legais e nos Termos da Lei nº 14.133/2021 e demais alterações;

RESOLVE:

ADJUDICAR e HOMOLOGAR a presente contratação, nestes termos:

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº030/2025	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 126/2025	
OBJETO: Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Fogos de Artifícios e para Prestação de Serviços e manutenção, acompanhamento e assessoramento do Show Pirotécnico no Réveillon dia 31 de Dezembro de 2025, conforme quantidades e especificações constantes no processo e seus anexos.	
CONTRATADA	**J. G. LUIZ NETO E CIA LTDA - ME**
CNPJ Nº	**82.490.491/0001-60**
VALOR	**R$ 37.957,00 (Trinta e sete mil novecentos e cinquenta sete reais).**
CONTRATO	**90 (noventa) dias**
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:	**17/12/2025**
FUNDAMENTAÇÃO	**Artigo 75, Inciso II da Lei Federal nº 14.1333/2021.**

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO"

Rancho Alegre D'Oeste/PR, 17 de Dezembro de 2025.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sueli Batista Alves
Código Identificador:D7F512FA

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Eu, **EVERTON CASSIO ZANUTO**, Prefeito Municipal do Município de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de minhas atribuições legais e nos Termos da Lei nº 14.133/2021 e demais alterações;

RESOLVE:
ADJUDICAR e HOMOLOGAR a presente contratação, nestes termos:

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº029/2025	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 125/2025	
OBJETO: Contratação de Empresa especializada (em caráter emergencial) para Execução de Serviços de Manutenção e Reparo no Telhado do Ginásio da Escola Municipal Manoel Medina Martins para atender à necessidade do Departamento de Educação do Município de Rancho Alegre D'Oeste, conforme Decreto Municipal nº 1887/09/2025 e de acordo com as quantidades e especificações constantes no Termo de Referência;	
CONTRATADA	**RAIZEN ENGENHARIA LTDA - ME**
CNPJ Nº	**40.875.631/0001-79**
VALOR	**R$ 79.450,00 (Setenta e nove mil quatrocentos e cinquenta reais).**
CONTRATO	**90 (noventa) dias**
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:	**16/12/2025**
FUNDAMENTAÇÃO:	**Artigo 75, Inciso II da Lei Federal nº 14.1333/2021.**

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO"

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Rancho Alegre D'Oeste/PR, 16 de dezembro de 2025

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sueli Batista Alves
Código Identificador:6DC89DCE

ASSISTÊNCIA SOCIAL
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/2025
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI

Licitação conforme disposição da Lei nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte), Lei Complementar nº 147/2014 e Lei Municipal nº 814/08/2021 – Empresas sediadas no Município de Rancho Alegre D'Oeste e no âmbito dos municípios da Região da COMCAM.

O MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE - PR, torna público aos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO - MENOR PREÇO POR LOTE, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM PROFISSIONAIS QUALIFICADOS (MONITORES, OFICINEIROS E RECREADORES) NO ATENDIMENTO À CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 05 A 11 ANOS, COM A FINALIDADE DE ATENDER POR 10 (DEZ) DIAS DO PROJETO "FÉRIAS FELIZES", EM ATENDIMENTO AO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, conforme quantidades e descrições constantes neste processo e seus anexos.

Data e Horário do recebimento das Propostas e Documentos de habilitação a partir das 08h30min do dia 18 de dezembro de 2025.
Data e horário da Abertura das Propostas: às 08h30min do dia 13 de janeiro de 2025.
Data e Hora da Disputa: às 09h00min dia 13 de janeiro de 2026 (Horário de Brasília).
Local: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br
INFORMAÇÕES: O Edital e anexos poderão ser solicitados pelo e-mail licita.rancho@hotmail.com, nos sites www.ranchoalegredoeste.pr.gov.br e www.bll.org.br. Informações, dúvidas e pedidos de esclarecimentos pelo telefone (44) 3556-1186 ou deverão ser dirigidos ao Departamento de Licitações.

Rancho Alegre D'Oeste/PR, 17 de dezembro de 2025.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wanderley Pereira da Silva
Código Identificador:030A2D15

EDUCAÇÃO
LEI Nº. 999/09/2025

SÚMULA: "Altera a Lei Municipal nº. 173/02/99 que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público, Plano de Carreira e Remuneração do Município de Rancho Alegre D'Oeste e dá outras providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE, Estado do Paraná, aprovou e eu, **EVERTON CASSIO ZANUTO,** Prefeito Municipal, SANCIONO a seguinte **LEI:**

Art. 1º. Fica alterada a Lei Municipal nº. 173/02/99, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público, Plano de Carreira e Remuneração do Município de Rancho Alegre D'Oeste e dá outras providências, passando assim o artigo 29, da Lei Municipal nº. 173/02/99, a ter a seguinte redação:

"Art. 29 – Poderá haver alteração de regime de trabalho dos profissionais vinculados ao magistério público que possuam carga horária de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, por cargo, ou o inverso, por acordo que contemple o interesse da Educação a ser definido pelo Departamento de Educação e Conselho Municipal da Educação, e a opção do profissional, mediante adequação proporcional de seu vencimento à carga horária trabalhada."

Parágrafo Único. Os incisos do artigo 29 ficam revogados.

Art. 2º. Fica alterada a Lei Municipal nº. 173/02/99, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público, Plano de Carreira e Remuneração do Município de Rancho Alegre D'Oeste e dá outras providências, passando assim o artigo 30, da Lei Municipal nº. 173/02/99 a ter a seguinte redação:

"Art. 30 - Prevalecerá sempre o Interesse Público, para estabelecer as circunstâncias de necessidade e interesse da Educação, assim como os termos, critérios e requisitos para a alteração do regime de trabalho, que deverão ser definidos por Decreto do Executivo."

Art. 3º. Os demais termos da Lei Municipal nº. 173/02/99 permanecem inalterados.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.
PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO",
Rancho Alegre D'Oeste, em 16 de dezembro de 2025.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wanderley Pereira da Silva
Código Identificador:1AFD0D90

EDUCAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Eu, **EVERTON CÁSSIO ZANUTO**, Prefeito Municipal do Município de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de minhas atribuições legais e nos Termos da Lei nº 14.133/2021 e demais alterações;

RESOLVE:

ADJUDICAR e HOMOLOGAR a presente contratação, nestes termos:

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 045/2025	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 130/2025	
OBJETO:	
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS DESTINADOS AOS ALUNOS E PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL, BEM COMO PARA A PRESTAÇÃO DE CONSULTORIA PEDAGÓGICA ESPECIALIZADA, IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE PARA ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES ESCOLARES E REALIZAÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE, conforme especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência	
CONTRATADO (A)	**COOPERACAO NACIONAL PARA TRANSFORMACAO PELA APRENDIZAGEM DE UMA GERACAO INCLUSIVA EEMPREENDEDORA - CONTAGIE LTDA**
CNPJ Nº	**30.938.140/0001-76**
VALOR (R$)	**R$ 131.537,00 (Cento e trinta e um mil quinhentos e trinta e sete reais)**
PRAZO	A vigência do prazo é de **12(doze) meses**
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:	**15/12/2025**
FUNDAMENTAÇÃO:	**Artigo 74, Inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021.**

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO"

Rancho Alegre D'Oeste/PR, 15 de dezembro de 2025.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wanderley Pereira da Silva
Código Identificador:675BE9BF

EDUCAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 045/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 130/2025

O **MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE,** Estado do Paraná**,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 95.640.1320001/94, através do Prefeito Municipal Sr. **EVERTON CASSIO ZANUTO**, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, RECONHECE, com

fundamento no caput do artigo 74, da Lei Federal 14.133/21, a inexigibilidade de licitação para o seguinte objeto:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS DESTINADOS AOS ALUNOS E PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL, BEM COMO PARA A PRESTAÇÃO DE CONSULTORIA PEDAGÓGICA ESPECIALIZADA, IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE PARA ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES ESCOLARES E REALIZAÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE, conforme especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência.

COOPERACAO NACIONAL PARA TRANSFORMACAO PELA APRENDIZAGEM DE UMA GERACAO INCLUSIVA EEMPREENDEDORA - CONTAGIE LTDA, inscrita no CNPJ nº. 30.938.140/0001-76.

VALOR TOTAL: R$ 131.537,00 (Cento e trinta e um mil quinhentos e trinta e sete reais).
HOMOLOGADO: 15 de dezembro de 2025.
VIGÊNCIA DO TERMO: **12 (doze) meses.**

Diante dos dados expostos e da documentação apresentada, a Autoridade Superior **RATIFICA** a contratação e visando a eficácia dos atos, publique-se na situação de Inexigibilidade, com amparo na legislação supracitada

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO"

Rancho Alegre D'Oeste/PR, 15 de dezembro de 2025.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wanderley Pereira da Silva
Código Identificador:98F60CA0

FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE
PORTARIA Nº 594/09/2025 REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

Súmula: Convoca os Servidores Inativos (Aposentados) e pensionistas, filiados ao RPPS do Município de Rancho Alegre D'Oeste, a realizarem a Prova de Vida no período de 02/02/2026 a 27/03/2026, junto à sede do RPPS Municipal, conforme dispõe os Itens I e II abaixo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE, ESTADO DO PARANÁ, Sr. **EVERTON CÁSSIO ZANUTO**, no uso das atribuições legais conferidas por Lei, de acordo com a Lei Municipal nº 199/03/2001 de 10 de janeiro de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Previdência Municipal de Rancho Alegre D'Oeste, bem como pela Legislação Previdenciária em vigor,
R E S O L V E

I – CONVOCAR todos os servidores inativos (aposentados) e Pensionistas, filiados ao RPPS Municipal – Fundo de Previdência Municipal de Rancho Alegre D'Oeste, a comparecerem à sede do FUMPREV, sediado junto ao Espaço Cidadão do Município de Rancho Alegre D'Oeste, no período de ***02/02/2026 a 27/03/2026,*** para realizarem **OBRIGATORIAMENTE a PROVA DE VIDA e ATUALIZAÇÃO DE ENDEREÇO**, sob pena de haver suspensão do pagamento do respectivo benefício, caso não haja comparecimento à referida instituição, no prazo retro citado.

II – Eventuais dúvidas poderão ser retiradas junto à sede do FUMPREV, ou através do telefone (044) 3556-1108, no horário comercial das 8h às 11h30 e das 13h às 17h30.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RANCHO ALEGRE D'OESTE, em 16 de dezembro de 2025

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivone Vieira de Brito
Código Identificador:07380480

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 5.007, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

Súmula: Revoga o Decreto Municipal 4.823/2025. Estabelece as regras para cumprimento da Lei Municipal 2.187 de 24 de novembro de 2024, quanto a obrigatoriedade de plantio de grama em terrenos não edificados, bem como, regulamenta as notificações e multas para limpeza de terrenos particulares não edificados ou em situação de abandono; dispõe sobre a execução desses serviços pelo Município.

O Prefeito Municipal Realeza, Estado do Paraná, PAULO CEZAR CASARIAL, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO as atribuições do Prefeito Municipal expedir Decreto;

CONSIDERANDO a previsão do art. 11, da Lei Municipal nº 8, de 3 de junho de 2019 – Código de Posturas, o qual dispõe que proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terrenos e edificações, não sendo permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos, com água estagnada ou servindo como depósito de lixo dentro dos limites do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de preservação da higiene urbana, a fim de diminuir o risco de reprodução de vetores de doenças, mosquitos, pragas, animais peçonhentos, bem como para evitar o acúmulo de lixo ou o escoamento de terra para as calçadas e ruas, além de garantir uma melhoria estética e paisagística, valorizando a estrutura urbana;

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder executivo a proceder a limpeza de terrenos não edificados ou em situação de abandono após notificação do proprietário que não atender o pedido;
Art. 2º. Fica autorizado o Poder Executivo, em caso de inadimplência, a inserir em dívida no CPF ou CNPJ do proprietário do imóvel não edificado ou em situação de abandono, que tenha sido multado pela não limpeza e também o valor gasto com a limpeza do terreno.

Art. 3º. Fica Autorizado o Poder Executivo a aplicar multa no CPF ou CNPJ do proprietário do imóvel não edificado ou em situação de abandono, após a primeira notificação anual, mesmo que atendida, se ocorrer reincidência na falta de manutenção dentro de 90 dias;

Art. 4º. Ao poder executivo fica facultado realizar a limpeza por meio de servidores da Prefeitura ou por empresa contratada, quando não realizado por proprietário notificado;
Art. 5º. Ao Poder Executivo fica autorizado exigir o plantio de grama em terrenos não edificados ou em situação de abandono ou ainda, como requisito de liberação para loteamentos que venham a serem executados a partir do ano de 2025.

Parágrafo Único. É obrigatório o plantio de grama que ocupe espaço de (2) dois metros de extensão da rua, na área correspondente a fachada de terreno que não possua calçada, mesmo que tiverem hortas ou plantios de culturas de pequena escala, árvores nativas ou frutíferas em toda a sua extensão, podendo o restante do terreno ser usado para plantio desde que seja mantido limpo de plantas agrestes, mato, sarça, silvedo.

Art. 6º. Fica autorizada a cobrança de multa, aplicada no CPF ou CNPJ do Proprietário de terreno que não efetue o plantio e conservação da grama no prazo máximo de 30 (trinta) dias após notificação pelos meios permitidos.

Art. 7º. Fica Autorizado o responsável pelas Notificações a enviar/entregar a notificação ao proprietário por meio físico/pessoal no endereço de residência do notificado, ou por meio virtual através de endereço eletrônico (e-mail) ou aplicativo de conversa que precisará assinar ou responder a mensagem se identificando para considerar-se como localizado e cientificado;

Parágrafo único. Fica estabelecido que na impossibilidade de contato/localização do proprietário de terrenos sem construção ou em situação de abandono, a notificação será publicada no Diário Oficial do município de Realeza-PR e, seguirá os procedimentos previstos nesta lei.

Art. 8º. O valor a ser cobrado do proprietário pela limpeza do imóvel, será calculado com base no tamanho do terreno e pelo valor estipulado pelo Poder Executivo conforme despesas para execução do serviço;

Parágrafo Único: O pagamento pela prestação do serviço cobrado pelo Executivo, não exime o proprietário da multa e nem o desobriga a manter a conservação do terreno.

Art. 9º. A multa pela não limpeza do terreno, será cobrada, após decorrido o prazo concedido na notificação para realização da limpeza se essa não tenha sido, o serviço pelo Poder Executivo no valor de 400 (quatrocentos) UFM por terreno.

Parágrafo Primeiro: A não atualização do cadastro imobiliário por parte do proprietário, junto ao departamento de tributação da prefeitura com endereço residencial, e-mail e contato, permite a notificação por edital.

Parágrafo Segundo: Em caso de reincidência pela falta de manutenção do terreno, no decorrer do ano gerador da notificação, dispensasse nova notificação e plica-se multa.

Art. 10. A multa pelo não Plantio de grama no terreno notificado no prazo de 30 dias, será no valor de 400 (quatrocentos) UFM por terreno.

§1º. O pagamento da multa não exime o proprietário da responsabilidade pelo plantio e conservação da grama;

§ 2º. Se após decorridos os prazos de limpeza e ou plantio de grama, não haver cumprimento da determinação por parte do Proprietário, novas multas poderão ser aplicadas, caso se constate irregularidade na conservação e limpeza do terreno, que será multiplicado a cada nova autuação.

Art. 11. Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE REALEZA, Estado do Paraná, 17 de dezembro de 2025.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:B743A1FB

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL PARCERIA N.º 5/2025 INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 4/2025

DECISÃO

Considerando os documentos que instruem estes autos, especialmente os teores do Parecer Técnico emitido pela Diretora de Departamento de Cultura, Eliane Locatelli Frarão e do Parecer Jurídico emitido pela Procuradoria Jurídica do Município, aliados à decisão de aprovação do Plano de Trabalho pela Comissão de Monitoramento e Avaliação das Parcerias, **APROVO** o Plano de Trabalho apresentado pela Associação dos Funcionários Municipais de Realeza - AFUMUR – e **RATIFICO** a justificativa apresentada para a inexigibilidade de Chamamento Público.

Publique-se o extrato da justificativa no sítio oficial da administração pública na *internet*, nos termos do artigo 32, §1º, da Lei Federal n.º 13.019/14.

Após, não havendo impugnação no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, voltem para assinatura do Termo de Fomento.

Realeza/PR, 17 de dezembro de 2025.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:925E37C3

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 2.273, DE 17 DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre o tombamento de um exemplar de Araucária *(Araucaria angustifolia)* como Patrimônio Histórico-Ambiental do Município de Realeza – PR, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA-PR, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APRESENTOU E APROVOU, E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica tombado, como Patrimônio Histórico-Ambiental do Município de Realeza – PR, o exemplar de Araucária (*Araucaria angustifolia*) localizado no Espaço das Artes, situado na Rua Marco Aurélio, nº 2652, Bairro João Paulo II, coordenadas geográficas -25.768428, -53.525036.

Art. 2º. O tombamento de que trata esta Lei tem como finalidade assegurar a proteção, preservação e conservação do referido exemplar arbóreo, em razão de seu valor histórico, ambiental, paisagístico, cultural e identitário.

Art. 3º Ficam proibidos, no local em que se encontra o exemplar tombado, quaisquer atos que possam causar dano, destruição, mutilação, poda drástica ou supressão da árvore protegida.

§1º Qualquer intervenção necessária para manutenção, tratamento ou medidas de segurança deverá ser previamente autorizada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente ou órgão competente.

§2º O descumprimento do disposto neste artigo sujeitará o infrator às sanções previstas na legislação ambiental vigente, sem prejuízo das responsabilidades cíveis e penais.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal poderá instalar placa informativa junto ao exemplar tombado, contendo dados científicos, históricos e culturais, bem como sua identificação como Patrimônio Histórico-Ambiental de Realeza.

Art. 5º O Poder Executivo poderá desenvolver ações educativas, culturais e ambientais, com o objetivo de promover a valorização do patrimônio natural e a conscientização da população sobre a importância da preservação da *Araucária Angustifolia*.

Art. 6º O tombamento será inscrito no Livro do Tombo Municipal, sob a responsabilidade do órgão competente, com todas as suas características geográficas, históricas e ambientais.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias e suplementadas, se necessário.
Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Realeza, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:6CDDD9B5

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 2.274, DE 17 DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a obrigatoriedade de organização, manutenção, alinhamento e retirada de cabos e fiações aéreas excedentes ou inutilizadas de redes de internet, telefonia, TV a cabo e outros serviços em postes e vias públicas no Município de Realeza, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA-PR, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APRESENTOU E APROVOU, E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Ficam as empresas prestadoras de serviços de internet, telefonia, TV a cabo e demais serviços que utilizam cabeamento aéreo obrigadas a realizar, de forma contínua, a organização, o alinhamento, a manutenção e a retirada de cabos e fiações instalados nos postes e vias públicas do Município de Realeza.
§ 1º As empresas deverão manter seus cabos devidamente identificados e fixados de maneira ordenada, respeitando os padrões técnicos e de segurança estabelecidos pelas normas da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
§ 2º É de responsabilidade exclusiva das empresas prestadoras de serviços a retirada de cabos e fiações em desuso, inutilizados ou abandonados.
§ 3º A empresa concessionária de energia elétrica poderá, mediante notificação do Município, exigir das prestadoras a regularização da situação dos cabos instalados em sua estrutura.
Art. 2º A Prefeitura Municipal de Realeza poderá, por meio da Secretaria competente, realizar notificações e vistorias nos locais onde houver acúmulo de fiações, fios soltos, pendurados ou danificados, que prejudiquem a estética urbana ou apresentem riscos à população.
§ 1º As empresas notificadas terão prazo máximo de 30 (trinta) dias para realizar a correção das irregularidades apontadas.
§ 2º Em caso de descumprimento do prazo, a Prefeitura poderá aplicar multa e outras penalidades administrativas, conforme regulamentação própria.
§ 3º Persistindo a omissão, o Município poderá realizar a retirada ou reorganização dos cabos por meios próprios, cobrando das empresas os custos decorrentes.
Art. 3º O Poder Executivo poderá firmar termos de cooperação ou convênios com a concessionária de energia elétrica e com as operadoras de telecomunicações para o cumprimento desta Lei e a criação de um plano municipal de reorganização de cabos e fiações aéreas.
Art. 4º Fica estabelecido que, sempre que ocorrer a instalação de novos cabos, as empresas deverão observar o correto alinhamento e o afastamento mínimo entre os fios, de modo a evitar cruzamentos, acúmulo ou emaranhados de cabos.
Art. 5º O descumprimento das obrigações previstas nesta Lei sujeitará as empresas infratoras às seguintes penalidades, sem prejuízo de outras sanções cabíveis:
I – advertência por escrito;
II – multa a ser fixada em regulamento;
III – suspensão temporária da autorização para utilização de postes no território municipal, em caso de reincidência.
Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.
Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Realeza, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:64880620

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 2.275, DE 17 DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a denominação do Estádio do Saltinho como "Estádio Municipal – Eliseu Lotici (Zeu) e Egon Milton Koester (Miltão)" e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE REALEZA, Estado do Paraná, faço saber que no Poder Legislativo aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica denominado **"ESTÁDIO MUNICIPAL – ELISEU LOTICI (ZEU) E EGON MILTON KOESTER (MILTÃO)"** o Estádio localizado na Comunidade do Saltinho, atualmente conhecido como Estádio do Saltinho.
Art. 2º A homenagem se justifica pela relevante atuação de **Eliseu Lotici (Zeu)** e **Egon Milton Koester (Miltão)** no desenvolvimento esportivo, social e comunitário do bairro Saltinho, considerando que:
I – **Eliseu Lotici**, nascido em **22 de novembro de 1962**, torcedor do **Sport Club Internacional**, foi presidente do **União Saltinho**, destacando-se pelo comprometimento com o esporte amador e pelo incentivo às atividades esportivas da comunidade;
II – Egon Milton Koester (Miltão) foi torcedor fervoroso do Santos Futebol Clube, acompanhando grandes partidas e servindo como referência de dedicação ao esporte, além de incentivar o futebol realezense e apoiar ativamente o União do Saltinho e o Real de Realeza;
III – Ambos contribuíram de maneira significativa para o fortalecimento do esporte local, para a união da comunidade e para a valorização das tradições esportivas do bairro Saltinho.
Art. 3º A presente Lei tem por finalidade preservar a memória e o legado de Eliseu Lotici (Zeu) e Egon Milton Koester (Miltão), garantindo que seus nomes e contribuições permaneçam como referência histórica e cultural para os cidadãos de Realeza.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Realeza, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:4C684053

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
NOTIFICAÇÃO PARA LIMPEZA DE TERRENOS PARTICULARES

NOTIFICAÇÃO
Limpeza de terrenos particulares nº 03/2025
ConformeLei Complementar
nº 008/2019 e Lei 2.187/2024
O Município de REALEZA, Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, em cumprimento aos dispositivos legais previstos nos artigos 6º e 11º, da Lei Municipal nº 008/2019, (Código de Posturas do Município)que estabelece as normas para limpeza de terrenos, passeios e frentes de residências, e nos artigos da Lei nº 2.187/2024, que determinam a obrigatoriedade de plantio de grama em terrenos não edificados, **NOTIFICA** os(a) proprietários(a) DE TERRENOS EM CONDIÇÃO DE ABANDONO, abaixo descritos:

- CARLOS L. MAINARDI, CPF: 03...., Rua João Gerônimo Piovezam Redin, quadra 0478, lote 11, sob a inscrição 7.....,

- JORGE DA SILVA, CPF: 68....., Rua João Gerônimo Piovezam Redin, quadra 0473, lote 08, sob a inscrição 7.....,

- CLÓVIS ALENCAR BUTZGE,CPF: 03.., Rua João Gerônimo Piovezam Redin, quadra 0478, lote 11, inscrição 7.....,

- GILBERTO DA R. OLIVEIRA, CPF: 029.657.179-27, AV.Edmundo Gaievski, Bairro Universitário.
- IMPONENCE C. E INC. LTDA, CNPJ 04379027/0001-98 AV Edmundo Gaievski, Bairro Universitário, quadra0425, lote0506, Inscrição6...

A fim de que **executem os serviços de conservação, limpeza e roçada dos terrenos**, no **prazo de 10 (dez) dias** a contar da publicação desta notificação, e os **mantenham, conservados, limpos e roçados durante todo o ano,** sob pena de receber **multas** pelo mau estado de conservação, além de **recair sobre o proprietário as despesas oriundas dos serviços que por ventura sejam executados pela Prefeitura para limpeza do terreno.**
O não pagamento de multa gera **inscrição em dívida ativa no cadastro tributário municipal**, ficando a pessoa física/jurídica autuada, sem certidão negativa municipal para quaisquer fins e com possibilidade de ajuizamento do débito por meio de execução fiscal.

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:B91B02A9

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8.550/2025 17/12/2025

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a legislação vigente, **RESOLVE**:

Art. 1º- NOMEAR a partir da data de hoje **17/12/2025**, as servidoras abaixo relacionadas para exercerem, o cargo temporário de Agente de Conservação e Limpeza Pública referente ao PSS 03/2025 (Processo seletivo simplificado, conforme Edital de convocação Nº27.
AGENTE DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA PÚBLICA

LUCINEIA SETT	RG Nº 9.043.669-4 SSP/PR
NOILDE DE FÁTIMA ALVES PEREIRA WOJCIK	RG Nº 9.682.422-0 SSP/PR

- NOMEAR a partir da data de hoje **17/12/2025**, os servidores abaixo relacionados para exercerem, o cargo temporário de Agente de Coleta de resíduos referente ao PSS 06/2025 (Processo seletivo simplificado), conforme Edital de convocação Nº.07.
AGENTE DE COLETA DE RESÍDUOS

ADILSON GOMES DE CASTILHO	RG Nº 15.710.035-32 SSP/SC
CLAUDEMIR DO ROSÁRIO CONCEIÇÃO	RG Nº 9.099.931-1 SSP/PR
ROQUE MENDES DOS ANJOS	RG Nº 12.440.123-2 SSP/PR
SIDICLEIA RIBEIRO ANTUNES	RG Nº 12.740.964-1 SSP/PR
VALMIR DOS SANTOS	RG Nº 9.802.266-0 SSP/PR

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, aos dezessete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:2D65894C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8.551/2025 17/12/2025

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a legislação vigente, **RESOLVE**:

Art. 1º- EXONERAR a pedido a servidora abaixo relacionada do cargo Temporário do Processo Seletivo Simplificado (PSS 02/2024) do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir da data de 19 de dezembro de 2025.

MARILEI RIBEIRO	Auxiliar de Serviços Gerais

- EXONERAR o servidor abaixo relacionado do cargo Temporário do Processo Seletivo Simplificado (PSS 07/2023) do cargo de Agente de Defesa Civil, a partir da data de 25 de dezembro de 2025.

ANDREI CASTELLI	Agente de Defesa Civil

- EXONERAR a pedido o servidor abaixo relacionado do cargo Temporário do Processo Seletivo Simplificado (PSS 04/2025) do cargo de Procurador(a) Jurídico(a), a partir da data de 31 de dezembro de 2025.

ALISON GIOVANE GOMES	Procurador(a) Jurídico(a)

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, aos dezessete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:11D73A9A

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8.552/2025 17/12/2025

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a legislação vigente, **RESOLVE**:

Art. 1º- REVOGAR a designação da servidora **abaixo relacionada** em cargo Temporário do Processo Seletivo Simplificado de Auxiliar de serviços Gerais como responsável pela Limpeza de banheiros públicos, conforme Portaria Nº 8.542/2025 de 12/12/2025, a partir do mês de dezembro de 2025:

MARILEI RIBEIRO	Dep. De trânsito (Realtran), Polícia Militar e Câmara Municipal

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito de Realeza, aos dezessete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:8109E6DC

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8.553/2025 17/12/2025

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a legislação vigente, **RESOLVE**:

Art. 1º- EXONERAR a servidora abaixo relacionado do cargo Temporário do Processo Seletivo Simplificado (PSS 01/2025) do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir da data de hoje 17 de dezembro de 2025.

FRANCIELI ROBERTA ADAMES KUSNIEWSKI	Auxiliar de Serviços Gerais

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito de Realeza, aos dezessete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:DFE681AA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 08/2025 EDITAL Nº 07 – CONVOCAÇÃO

O Município de Realeza, pessoa jurídica de direito interno público, inscrito no CNPJ 76.205.673/0001-40, neste ato representado pelo Sr. PAULO CEZAR CASARIL, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, CONVOCA os candidatos, abaixo relacionados, aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 02/2025, conforme Edital de Homologação Nº 08, a comparecerem no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Realeza, sito à R. Srg. Ramiro da Silva, S/N - Centro Cívico, Realeza - PR, 85770-000, no período da manhã (07h30 às 11h), no prazo improrrogável de cinco (05) dias úteis, contados a partir de sua convocação (18 a 24 de dezembro de 2025), munido da respectiva documentação exigida, para confirmar a aceitação do cargo. A não apresentação de um dos elementos exigidos, no prazo fixado, resultará na desclassificação do candidato.

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**TIPO DE INSCRIÇÃO**	**CLASSIFICAÇÃO**
1668	EDILEUZA CONCEIÇÃO DE LIMA	AC	1º
1627	ROSANGELA BRUNING	AC	2º
1619	MARCIA CRISTINA LUBENOW	AC	3º

CARGO: MÉDICO CLÍNICO - RT			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**TIPO DE INSCRIÇÃO**	**CLASSIFICAÇÃO**
1700	NORBERTO GIACOMINI FILHO	AC	1º

Realeza, 17 de dezembro de 2025.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

ANEXO I - CHECK LIST – ENTREGA DOS DOCUMENTOS

NOME: _____

CARGO: _____

O candidato deverá apresentar cópias simples e originais dos seguintes documentos:
Ficha Cadastral;
Carteira de Identidade (RG);
Cadastro de Pessoa Física (CPF);
Comprovante de endereço atual;
Título de Eleitor e comprovante da última votação ou Certidão de Quitação Eleitoral.
PIS/PASEP e Número da CTPS;
Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
Carteira Nacional de Habilitação;
Comprovante de Estado Civil (Certidão de nascimento ou certidão de casamento);
Diploma/Certificado de conclusão de Curso (escolaridade):
Registro no Respectivo Conselho de Classe e Registro da Especialidade (quando couber) Regularidade Fiscal;
Certidão de Nascimento dos filhos (até 18 anos);
Certidão de Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, ou do Estado em que reside;
Certidão de Antecedentes Criminais, fornecida pelos cartórios judiciais estaduais (Fórum) do domicílio onde o candidato tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos (expedida, no máximo, a três meses de sua apresentação);
Certidão de antecedentes criminais expedida pela Polícia Federal;
Última Declaração do IR. Se não possuir, entregar a Declaração de Bens e Valores;
Declaração de não acúmulo ou acúmulo lícito de cargos públicos ou proventos;
Declaração de Nada Consta – Demissão por Processo Administrativo Disciplinar;
Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu

Para candidatos(as) convocados(as) para vagas para afrodescendentes:
( ) Foto 5X7 (cinco por sete) colorida, de rosto inteiro.
( ) Autodeclaração.Para candidatos(as) convocados(as) para vagas PCD:
( ) Laudo médico que comprove a deficiência, emitido há no máximo 180 dias anteriores à convocação.

CANDIDATO(A):
Responsabilizo-me integralmente pela veracidade dos documentos apresentados.

_____
Assinatura
SERVIDOR(A)
Conferi as informações deste documento, bem como as fotocópias apresentadas.

_____
Assinatura

Realeza, ____ de _____ de 2025.

ANEXO II
FICHA CADASTRAL

Nome: _____
Função: _____
Raça: _____ Deficiência: ( ) Sim ( ) Não Tipo: _____
Estado Civil: _____ Nome do Cônjuge: _____
Tipo Sanguíneo _____ PIS/PASEP: _____
E-Mail: _____
Telefone Residencial: ( ) _____ Celular: ( ) _____

Dependentes de Imposto de Renda
Nome: _____
Data Nascimento: _____ CPF: _____
Nome: _____
Data Nascimento: _____ CPF: _____
Nome: _____
Data Nascimento: _____ CPF: _____

Aceito a vaga para qual fui convocado e declaro serem verdadeiras as informações acima prestadas, comprometendo-me a submeter-me, a partir desta data, a realizar todas as etapas de admissão exigidas pelo Município de Realeza, bem como estou ciente que posso ser desclassificado pelo descumprimento das normas.

DATA: _____ /_____ /_____

_____
Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO OU ACÚMULO LÍCITO DE CARGOS PÚBLICOS OU PROVENTOS

Eu, _____, abaixo assinado(a), CPF nº_____ face a minha convocação para o ingresso no Quadro de Servidores do Município de Realeza, na função de _____.

DECLARO, para efeitos de admissão, conforme dispõe o artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, alterado conforme Emenda Constitucional n° 34, de 13 de dezembro de 2001, e o do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Realeza, que:
1. Recebo proventos de aposentadorias como servidor público municipal, estadual ou federal, ressalvados os cargos previstos na Constituição Federal: ( ) Sim ( ) Não
Se a resposta for SIM: Possuo outro vínculo público no cargo de _____, sendo este ao órgão _____ _____, recebendo proventos equivalentes a (R$_____
2. Foi demitido(a) do Serviço Público Municipal, estadual ou Federal. ( ) Sim ( ) Não
3. Possuo outro cargo, emprego ou função pública: ( ) Sim ( ) Não.
Se a resposta for SIM: Possuo outro vínculo público no cargo de _____, sendo este ao órgão _____, onde exerço minhas funções no horário compreendido entre _____, com jornada semanal de _____ horas, recebendo proventos equivalentes a R$_____ .

DECLARO ainda, estar ciente da proibição de acumulação remunerada de cargos públicos, em conformidade ao disposto no artigo 37, da Constituição Federal, bem como das implicações criminais por falsa declaração, conforme o artigo 299 do Código Penal.
Por ser expressão da verdade, dato e assino o presente.

_____, _____ de _____ de ____.

_____
(assinatura)

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE BENS
Eu,_____, portador(a) do CPF nº_____, declaro sob as penas da lei que meu patrimônio é composto dos seguintes bens e respectivos valores atuais de mercado:
1. _____
_____ Valor: R$ _____
2. _____
_____ Valor: R$ _____
3. _____
_____ Valor: R$ _____
4. _____
_____ Valor: R$ _____
5. _____
_____ Valor: R$ _____
6. _____
_____ Valor: R$ _____

Declaro ainda que o(s) valor(es) acima apresentado(s) é(são) verdadeiro(s) e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cumprimento das medidas judiciais cabíveis.

Autorizo a confirmação e averiguação das informações acima.

_____, _____, de _____ de _____.

_____
Assinatura

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE BENS

Eu,_____, portador(a) do CPF nº _____, declaro para os devidos fins que até a presente data não possuo bens a declarar.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,_____,
portador(a) da Identidade nº_____e do CPF nº_____, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Nº 08/2025, para o cargo de Monitor Educacional, convocado para assumir o cargo através do Edital de Convocação Nº _____, manifesto e declaro para os devidos fins a minha DESISTÊNCIA em assumir o cargo, renunciando a qualquer direito inerente ao PSS prestado.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) Declarante

ANEXO VII
DECLARAÇÃO

Eu,_____, portador(a) da Identidade nº_____e do CPF nº_____, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Nº 08/2025, para o cargo de Monitor Educacional, DECLARO para todos os efeitos legais, não haver sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de demissão, por abandono do cargo ou dispensa por justa causa, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) Declarante

ANEXO VIII
SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA

Eu,_____, portador(a) do CPF nº_____, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Nº 08/2025, para o cargo de _____, classificado(a) em _____º lugar, venho solicitar o deslocamento do lugar que ocupo atualmente na ordem classificatória do dito PSS, conforme o Edital de Homologação nº 08/2025 , para o final de lista, onde permanecerei até que seja concedida nova oportunidade para ser nomeado(a), passando a obedecer a nova listagem de classificação, tendo em vista o presente pedido.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) Declarante

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:C1D27457

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - INFRAÇÕES 87

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à REALTRAN - REALEZA até 26/01/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
MAX1516	116100T003129834	24/09/2025	55417	R$ 195,23

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:F34C24D9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO PE 31 2025

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 402/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
OBJETO: Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades do Hospital HNSA e do Pronto Atendimento Municipal da Secretaria de Saúde de Realeza - PR.
REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 31/2025
VALOR TOTAL: R$3.803,40 (Três Mil, Oitocentos e Três Reais e Quarenta Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 31/10/2025

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 403/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: CENTERMEDI-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
OBJETO: Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades do Hospital HNSA e do Pronto Atendimento Municipal da Secretaria de Saúde de Realeza - PR
REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 31/2025
VALOR TOTAL: R$7.860,50 (Sete Mil, Oitocentos e Sessenta Reais e Cinqüenta Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 31/10/2025

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 404/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: CIRÚRGICA ITAMARATY COMERCIAL LTDA
OBJETO: a Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades do Hospital HNSA e do Pronto Atendimento Municipal da Secretaria de Saúde de Realeza - PR.
REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 31/2025
VALOR TOTAL: R$31.405,00 (Trinta e Um Mil, Quatrocentos e Cinco Reais)
DATA DA ASSINATURA: 31/10/2025

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 405/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: CIRÚRGICA NOSSA SENHORA - LTDA
OBJETO: Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades do Hospital HNSA e do Pronto Atendimento Municipal da Secretaria de Saúde de Realeza - PR.
REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 31/2025
VALOR TOTAL: R$14.223,34 (Quatorze Mil, Duzentos e Vinte e Três Reais e Trinta e Quatro Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 31/10/2025

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 406/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: CIRÚRGICA PARANAVAÍ LTDA
OBJETO: Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades do Hospital HNSA e do Pronto Atendimento Municipal da Secretaria de Saúde de Realeza - PR.
REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 31/2025
VALOR TOTAL: R$3.013,40 (Três Mil e Treze Reais e Quarenta Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 31/10/2025

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 407/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: CLAUDETE DOS SANTOS POSSAMAI & CIA LTDA
OBJETO: Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades do Hospital HNSA e do Pronto Atendimento Municipal da Secretaria de Saúde de Realeza - PR.
REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 31/2025
VALOR TOTAL: R$4.888,00 (Quatro Mil, Oitocentos e Oitenta e Oito Reais)
DATA DA ASSINATURA: 31/10/2025

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 408/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA
OBJETO: Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades do Hospital HNSA e do Pronto Atendimento Municipal da Secretaria de Saúde de Realeza - PR.
REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 31/2025
VALOR TOTAL: R$30.943,50 (Trinta Mil, Novecentos e Quarenta e Três Reais e Cinqüenta Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 31/10/2025

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 409/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: DIMEBRAS - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BRASIL LTDA
OBJETO: Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades do Hospital HNSA e do Pronto Atendimento Municipal da Secretaria de Saúde de Realeza - PR.
REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 31/2025
VALOR TOTAL: R$3.053,00 (Três Mil e Cinqüenta e Três Reais)
DATA DA ASSINATURA: 31/10/2025

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 410/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: DIMEBRAS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA
OBJETO: Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades do Hospital HNSA e do Pronto Atendimento Municipal da Secretaria de Saúde de Realeza - PR.
REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 31/2025
VALOR TOTAL: R$11.081,00 (Onze Mil e Oitenta e Um Reais)
DATA DA ASSINATURA: 31/10/2025

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 411/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA
OBJETO: Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades do Hospital HNSA e do Pronto Atendimento Municipal da Secretaria de Saúde de Realeza - PR.
REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 31/2025
VALOR TOTAL: R$3.255,00 (Três Mil, Duzentos e Cinqüenta e Cinco Reais)
DATA DA ASSINATURA: 31/10/2025

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 412/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA
OBJETO: Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades do Hospital HNSA e do Pronto Atendimento Municipal da Secretaria de Saúde de Realeza - PR.
REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 31/2025
VALOR TOTAL: R$3.503,85 (Três Mil, Quinhentos e Três Reais e Oitenta e Cinco Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 31/10/2025

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 413/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: FARMÁCIA DE MANIPULACÃO EOP EIRELI
OBJETO: Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades do Hospital HNSA e do Pronto Atendimento Municipal da Secretaria de Saúde de Realeza - PR.
REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 31/2025
VALOR TOTAL: R$5.400,00 (Cinco Mil e Quatrocentos Reais)
DATA DA ASSINATURA: 31/10/2025

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 414/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: FORCE FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
OBJETO: Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades do Hospital HNSA e do Pronto Atendimento Municipal da Secretaria de Saúde de Realeza - PR.
REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 31/2025
VALOR TOTAL: R$26.770,00 (Vinte e Seis Mil, Setecentos e Setenta Reais)
DATA DA ASSINATURA: 31/10/2025

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 415/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: G2 COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
OBJETO: Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades do Hospital HNSA e do Pronto Atendimento Municipal da Secretaria de Saúde de Realeza - PR.
REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 31/2025
VALOR TOTAL: R$3.108,00 (Três Mil, Cento e Oito Reais)
DATA DA ASSINATURA: 31/10/2025

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 416/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: ILG COMERCIAL LTDA
OBJETO: Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades do Hospital HNSA e do Pronto Atendimento Municipal da Secretaria de Saúde de Realeza - PR.
REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 31/2025
VALOR TOTAL: R$15.199,10 (Quinze Mil, Cento e Noventa e Nove Reais e Dez Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 31/10/2025

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 417/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: INOVAMED HOSPITALAR LTDA
OBJETO: Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades do Hospital HNSA e do Pronto Atendimento Municipal da Secretaria de Saúde de Realeza - PR.
REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 31/2025
VALOR TOTAL: R$8.599,70 (Oito Mil, Quinhentos e Noventa e Nove Reais e Setenta Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 31/10/2025

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 418/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: J.F COMERCIO DE MATERIAL E MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA
OBJETO: Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades do Hospital HNSA e do Pronto Atendimento Municipal da Secretaria de Saúde de Realeza - PR.
REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 31/2025
VALOR TOTAL: R$19.952,50 (Dezenove Mil, Novecentos e Cinqüenta e Dois Reais e Cinqüenta Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 31/10/2025

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 419/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: JT MEDICAMENTOS LTDA
OBJETO: Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades do Hospital HNSA e do Pronto Atendimento Municipal da Secretaria de Saúde de Realeza - PR.
REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 31/2025
VALOR TOTAL: R$1.776,00 (Um Mil, Setecentos e Setenta e Seis Reais)
DATA DA ASSINATURA: 31/10/2025

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 420/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: LICITE SAÚDE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA
OBJETO: Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades do Hospital HNSA e do Pronto Atendimento Municipal da Secretaria de Saúde de Realeza - PR.
REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 31/2025

VALOR TOTAL: R$108.719,00 (Cento e Oito Mil, Setecentos e Dezenove Reais)
DATA DA ASSINATURA: 31/10/2025

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 421/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: MCW PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA
OBJETO: Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades do Hospital HNSA e do Pronto Atendimento Municipal da Secretaria de Saúde de Realeza - PR.
REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 31/2025
VALOR TOTAL: R$1.710,00 (Um Mil, Setecentos e Dez Reais)
DATA DA ASSINATURA: 31/10/2025

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 422/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A
OBJETO: Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades do Hospital HNSA e do Pronto Atendimento Municipal da Secretaria de Saúde de Realeza - PR.
REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 31/2025
VALOR TOTAL: R$17.862,00 (Dezessete Mil, Oitocentos e Sessenta e Dois Reais)
DATA DA ASSINATURA: 31/10/2025
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 423/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: MEDSI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
OBJETO: Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades do Hospital HNSA e do Pronto Atendimento Municipal da Secretaria de Saúde de Realeza - PR.
REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 31/2025
VALOR TOTAL: R$7.600,00 (Sete Mil e Seiscentos Reais)
DATA DA ASSINATURA: 31/10/2025

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 424/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
OBJETO: Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades do Hospital HNSA e do Pronto Atendimento Municipal da Secretaria de Saúde de Realeza - PR.
REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 31/2025
VALOR TOTAL: R$48.160,00 (Quarenta e Oito Mil, Cento e Sessenta Reais)
DATA DA ASSINATURA: 31/10/2025

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 425/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: METTA FARMACÊUTICA LTDA
OBJETO: Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades do Hospital HNSA e do Pronto Atendimento Municipal da Secretaria de Saúde de Realeza - PR.
REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 31/2025
VALOR TOTAL: R$24.493,60 (Vinte e Quatro Mil, Quatrocentos e Noventa e Três Reais e Sessenta Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 31/10/2025

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 426/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: NUTRI-ELE DISTRIBUIDORA DE NUTRICAO, CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA
OBJETO: Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades do Hospital HNSA e do Pronto Atendimento Municipal da Secretaria de Saúde de Realeza - PR.
REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 31/2025
VALOR TOTAL: R$557,00 (Quinhentos e Cinqüenta e Sete Reais)
DATA DA ASSINATURA: 31/10/2025

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 427/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: PÉROLA IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI
OBJETO: Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades do Hospital HNSA e do Pronto Atendimento Municipal da Secretaria de Saúde de Realeza - PR.
REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 31/2025
VALOR TOTAL: R$29.600,00 (Vinte e Nove Mil e Seiscentos Reais)
DATA DA ASSINATURA: 31/10/2025

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 428/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: PHARMA LOG PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA
OBJETO: Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades do Hospital HNSA e do Pronto Atendimento Municipal da Secretaria de Saúde de Realeza - PR.
REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 31/2025
VALOR TOTAL: R$158.426,40 (Cento e Cinqüenta e Oito Mil, Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Quarenta Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 31/10/2025

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 429/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA
OBJETO: Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades do Hospital HNSA e do Pronto Atendimento Municipal da Secretaria de Saúde de Realeza - PR.
REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 31/2025
VALOR TOTAL: R$134.003,90 (Cento e Trinta e Quatro Mil e Três Reais e Noventa Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 31/10/2025
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 430/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: PROLINE MATERIAL HOSPITALAR - LTDA

OBJETO: Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades do Hospital HNSA e do Pronto Atendimento Municipal da Secretaria de Saúde de Realeza - PR.
REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 31/2025
VALOR TOTAL: R$2.010,00 (Dois Mil e Dez Reais)
DATA DA ASSINATURA: 31/10/2025

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 431/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
OBJETO: Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades do Hospital HNSA e do Pronto Atendimento Municipal da Secretaria de Saúde de Realeza - PR.
REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 31/2025
VALOR TOTAL: R$53.682,95 (Cinqüenta e Três Mil, Seiscentos e Oitenta e Dois Reais e Noventa e Cinco Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 31/10/2025

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 432/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
OBJETO: Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades do Hospital HNSA e do Pronto Atendimento Municipal da Secretaria de Saúde de Realeza - PR.
REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 31/2025
VALOR TOTAL: R$81.130,70 (Oitenta e Um Mil, Cento e Trinta Reais e Setenta Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 31/10/2025

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 433/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: TOLESUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
OBJETO: Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades do Hospital HNSA e do Pronto Atendimento Municipal da Secretaria de Saúde de Realeza - PR.
REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 31/2025
VALOR TOTAL: R$4.033,00 (Quatro Mil e Trinta e Três Reais)
DATA DA ASSINATURA: 31/10/2025

Publicado por:
Tainara Setti
Código Identificador:F9A2A638

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

CAMARA MUNICIPAL
ATO DA PRESIDÊNCIA N.º 012/2025

ATO DA PRESIDÊNCIA N.º 012/2025

Convoca Sessão Extraordinária para deliberação de matérias em segunda discussão e votação e eleição da Mesa Diretora.

A Presidente da Câmara Municipal de Renascença, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 10, II, "g" e artigo 110 do Regimento Interno desta Casa de Leis, combinado com o art. 35, II, art. 40, II e III, da Lei Orgânica do Município.
CONSIDERANDO a necessidade de deliberação, em segunda discussão e votação, de proposições de interesse público relevante para o Município de Renascença;
CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de realização da eleição para renovação da Mesa Diretora para o mandato de 2026, a fim de resguardar a regularidade e a continuidade dos trabalhos administrativos e legislativos do Poder Legislativo, em razão de não ter sido realizado o pleito na última sessão ordinária da sessão legislativa, acreditando-se por equivoco administrativo que a última sessão ordinária ocorreria em 16/12/2025;
CONSIDERANDO que a sessão legislativa ordinária desenvolve-se de 1º de fevereiro a 15 de dezembro, sendo o período de 16 de dezembro a 31 de janeiro considerado recesso legislativo;
CONSIDERANDO que o mandato da Mesa Diretora é de 1 (um) ano,sendo vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente;
CONSIDERANDO que o §2º, do art. 6º e o art. 8º do Regimento Interno desta Casa de Leis autorizam a convocação de sessões diárias até que seja eleita a Mesa;
CONSIDERANDO que o prazo regimental para eleição da Mesa Diretora é interpretado como um prazo impróprio, típica norma que se insere no âmbito da autonomia organizacional do Poder Legislativo (matéria de natureza *interna corporis*), voltado a garantir que a escolha da Mesa se dê ainda no ano em curso, não havendo previsão de sanção ou qualquer impedimento que impeça a realização da eleição em momento posterior, especialmente quando isso se faz necessário a preservação da continuidade e normalidade dos trabalhos;
CONSIDERANDO que o Regimento Interno autoriza expressamente a convocação de sessão extraordinária durante o período de recesso legislativo, para discussão e votação de proposições que tenham sido objeto de convocação, bem como atribui à Presidência a competência para conduzir a eleição para renovação da Mesa Diretora;
RESOLVE:
Art. 1º - Ficam os nobres Vereadores convocados para a Sessão Extraordinária a realizar-se no dia 19 de dezembro de 2025, às 7:00horas, com finalidade de deliberar as seguintes matérias na ordem do dia:

I – Segunda discussão e votação do Projeto de Lei Complementa nº004/2025; Que altera dispositivos da Lei Complementar nº 16, de 10 de agosto de 2015 e dá outras providências.
II – Segunda discussão e votação do Projeto de Lei nº082/2025; Que Altera dispositivos da Lei Municipal nº 1.506 de 28 de setembro de 2016, que "autorizada o Poder Executivo a proceder a Concessão da edificação destinada à exploração da atividade de bar e lanchonete junto ao Lago Municipal de Renascença, e dá outras providencias".
III - Eleição para renovação da Mesa Diretora da Câmara Municipal para o mandato de 2026, bem como nomeação e constituição das comissões permanentes.
Art. 2º - Este ato entra em vigor na data de publicação.
Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Renascença, aos dias 17 de dezembro de 2025.

ANA MARIA ZANINI
Presidente

Publicado por:
Aline Cristina Valandro
Código Identificador:B1F6B3BD

CAMARA MUNICIPAL
ATO N.º 011, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

ATO N.º 011, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.
A Presidente da Câmara Municipal de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento nos incisos II e XIII, do artigo 40 da Lei Orgânica Municipal, incisos IV, b, do artigo 10, inciso I, do artigo 11, parágrafo único do artigo 200, da Resolução nº 008, de 22 de novembro de 2013 (Regimento Interno)
CONSIDERANDO as festividades natalinas e de final de ano;
CONSIDERANDO que o período entre as datas do Natal (25 de dezembro) e de Ano Novo - Confraternização Universal (1° de

janeiro) está compreendido no recesso parlamentar, havendo significativa diminuição das demandas relativas aos serviços administrativos da Câmara Municipal;
CONSIDERANDO que o atendimento ao público não será prejudicado, tendo em vista a redução nas atividades parlamentares;
CONSIDERANDO os princípios da eficiência e da economicidade;
CONSIDERANDO que os órgãos públicos no geral fazem recesso administrativo neste período,
RESOLVE:
Art. 1° Estabelece recesso funcional no âmbito da Câmara Municipal de Renascença no período compreendido do dia 22 de dezembro de 2025 a 02 de janeiro de 2026.
Art. 2° Havendo a necessidade da presença de servidores para desempenho de trabalho administrativo/legislativo na Câmara Municipal no período do recesso funcional, estes serão convocados pela Presidência, cujo comparecimento dará direito a compensar os dias ou horas efetivamente trabalhadas.
Art. 3° Esta Portaria entra em vigor da data de sua publicação.
Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Renascença, 17 de dezembro de 2025.

ANA MARIA ZANINI
Presidente

Publicado por:
Aline Cristina Valandro
Código Identificador:7373708B

CAMARA MUNICIPAL
PAUTA DA 11º SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DA 11ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
Sexta-Feira, 19 de Dezembro de 2023 - 07:00 horas.

ABERTURA		
	Cumprimentar o Presidente da Casa a Mesa Diretora os colegas vereadores, servidores da Casa e demais pessoas que assistem a sessão.	**Autoridades presentes:**
	Observar a presença de todos os Vereadores (ou ausência, caso alguém falte)	**Vereadores ausentes:**
	Solicitar que seja feita a leitura da ata da Decima Sessão Extraordinária (anterior)	
	Colocar em votação e declarar se aprovada ou não.	**Resultado da votação**
	Ato de Convocação da Sessão Extraordinária. (Leitura)	
	Votação desta Sessão Extraordinária (colocar em votação)	
ORDEM DO DIA		
Matéria em segunda discussão e votação:		
Projeto de Lei Complementar nº004/2025 do Executivo Municipal (altera disp. Lei Complementar 016.)		
Projeto de Lei nº082/2025 do Executivo Municipal (concessão)		
ELEIÇÃO PARA MESA DIRETORA DE 2026		
	CHAPA 01: **Presidente** **Vice-Presidente** **1º Secretário** **2º Secretário** CHAPA 02: **Presidente** **Vice-Presidente** **1º Secretário** **2º Secretário** Chama-se individualmente cada Vereador para assinar a folha de votação e manifestar o seu voto. Após, o Presidente pronuncia o resultado obtido. ***Presidente:*** *Os eleitos considerar-se-ão empossados automaticamente a partir de 1º de janeiro de dois mil e vinte seis, nos termos do parágrafo 3º, do art. 6º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores, conforme nova redação dada por resolução nº 008, de 22 novembro de 2013.* Na oportunidade, deve ser nomeados os membros para as Comissão de Finanças e Orçamentos e da Comissão Permanente de Justiça, Redação e Parecer, que ficaram automaticamente empossadas à partir de 1º de janeiro de 2026, conforme regimento interno. Suspende-se a sessão por cinco minutos para que os membros indicados para as Comissões decidam quem ocupara os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Secretário. Ao retornar, apresenta-se o resultado. **Comissão de Finanças e Orçamento:** **Presidente:** **Vice-Presidente:** **Membro:** **Comissão Permanente de Justiça, Redação e Parecer:** **Presidente:** **Vice-Presidente:** **Membro:** Em virtude de ser a última sessão prevista para o ano, abre-se a palavra para as consideração de todos os Vereadores. Suspender a sessão para redação da ata da presente sessão. Ao retornar, dá-se a leitura e aprovação da mesma.	
CONSIDERAÇÕES FINAIS		
	Convocar todos os Vereadores para próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 03 de fevereiro de 2026 terça-feira às 19:00 horas.	

FELIZ NATAL e um ótimo ANO NOVO!

Por fim, nada mais havendo a ser tratado, declaro encerrada a presente sessão.

Publicado por:
Aline Cristina Valandro
Código Identificador:F5BCD18F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 102/2025 – PMR

MODALIDADE: Pregão Eletrônico do tipo menor preço por item.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de gêneros alimentícios e materiais de consumo destinados às necessidades da Secretaria de Assistência Social.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 19 de janeiro de 2026 às 08h00min.
UASG: 987809 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA
LOCAL: http://www.gov.br/compras/pt-br.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: O Edital se encontra disponível para download no site: www.renascenca.pr.gov.br/licitacoes. Esclarecimentos através do e-mail: licitacao@renascenca.pr.gov.br ou telefone (046) 3550 – 8336.
Renascença, 17 de dezembro de 2025.

LUCIANA ALMERI MORCELLI
Agente de Contratação/Pregoeira

Publicado por:
Luciana Almeri Morcelli Lochs
Código Identificador:41738601

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO 012/2025

Ilmos(as) Senhores(as)
Conselheiros(as)
Municipais de Saúde Renascença – Paraná
A Presidente de Conselho Municipal de Saúde, Sra. **Tereza Ana Giacomini**, por meio da Secretária Executiva deste conselho, vem através deste, **CONVOCAR** os membros do Conselho Municipal de Saúde do Município de Renascença, Estado do Paraná, para sua a Reunião Ordinária, a realiza-se no dia **18 de Dezembro** (quinta-feira), às **08h30min** na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Saúde, para tratar da seguinte pauta:
Mortalidade infantil; (Suzia)
Dengue; (Enf. Elisiane Laval)
Apreciação e Aprovação da designação da Conselheira Márcia Camiccia a ter acesso com perfil Conselho Municipal de Saúde no Sistema Digisus, Exclusão do perfil de Edina Zilli e substituição do perfil técnico dentro do Digisus (Suzia)
Apreciação e Aprovação do Protocolo do Programa Municipal de Dispensação de Fórmulas para Dietas Especiais (Nutri Edina Padilha)
Apreciação e Aprovação do Projeto Cuidar de quem cuida – O olhar que acolhe também merece Acolhimento. (Nutri Edina Padilha)
Assuntos em geral.

Atenciosamente.

TEREZA ANA GIACOMINI
Presidente de Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:81275709

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2659 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025

Abre crédito Adicional Especial ao Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 109.394,81.

A Prefeita Municipal de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 4º da Lei Municipal nº 1923, de 04 de dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao Orçamento Geral do Município um **Crédito Adicional ESPECIAL** e complementa ações do **PPA**-Plano Plurianual, Lei nº 1748 de 29/07/2021, **LDO**-Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 1918/2024 de 09/10/2024, e **LOA**-Lei Orçamentária Anual, Lei nº 1923/2024 de 04/12/2024, para o Exercício Financeiro de **2025**, no valor de **R$ 109.394,81 (cento e nove mil, trezentos e noventa e quatro reais e oitenta e um centavos),** conforme classificação funcional programática abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	Fonte	VALOR R$
0700	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO	**EXCESSO DE ARRECADAÇÃO** **Fonte: 853 –** B.BRASIL C/C 29614-7 Convênio SECID nº 642/2023 – Extensão da Avenida Castelo Branco	
0702	Departamento de Urbanismo		
15.451.00261.015	Pavimentação Asfáltica do Quadro Urbano		
4.4.90.51.00	Obras e instalações		109.394,81
TOTAL			**109.394,81**

Art. 2º – Os recursos para fazer face às despesas com a abertura do **Crédito Adicional Especial** de que trata o Art. 1º, correrão à conta dos recursos abaixo especificados:

I – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO de repasses de recursos de Convênio recebidos em 2025, conforme abaixo especifica:
I – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO (EA), da Fonte: 853 em 2025, conforme abaixo especifica:

CÓDIGO DA FONTE	DESCRIÇÃO DA FONTE	VALOR DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO EM 2025 R$
853	B.BRASIL C/C 29614-7 Convênio SECID nº 642/2023 – Extensão da Avenida Castelo Branco	109.394,81 *(valor **repasse** do Convênio)*
TOTAL.....R$		**109.394,81**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos 11 (onze) dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:E9FED81A

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 45 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025

Institui o novo Código Tributário do Município de Renascença e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu, Prefeita de Renascença, no uso das atribuições legais e de conformidade com o que estabelece o art. 59 da Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte

LEI:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei Complementar, denominada "Código Tributário do Município de Renascença", disciplina a atividade tributária do Município de Renascença estabelecendo normas sobre tributos e as relações jurídicas a eles pertinentes.

Art. 2º O sistema tributário municipal obedecerá ao disposto na Constituição Federal, no Código Tributário Nacional, na Lei Orgânica, nas Leis Complementares, na legislação tributária e por este Código.
Parágrafo único. A expressão "legislação tributária" compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e as relações jurídicas a eles pertinentes.

TÍTULO I
NORMAS GERAIS

CAPÍTULO I
DOS CADASTROS

Seção I
Disposições Gerais

Art. 3º O Município manterá atualizado, sob sua responsabilidade, um cadastro multifinalitário destinado à atividade tributária municipal, compreendendo:
I - cadastro imobiliário;
II - cadastro mobiliário;
III - cadastro geral.
§ 1º O cadastro imobiliário compreende:
I - os terrenos edificados ou não, existentes ou que venham a existir nas áreas urbanas, de expansão urbana ou urbanizáveis;
II - os imóveis, mesmo que localizados em áreas rurais, mas que comprovadamente sejam utilizados para outros fins se não o agropastoril.
III - imóveis localizados em áreas rurais dentro do Município, contendo todas as informações necessárias para sua identificação, inclusive produção, e dos seus proprietários;
IV - pelos dados das construções existentes ou que vierem a ser construídas nas áreas urbanas, de expansão urbana ou urbanizáveis.
§ 2º O cadastro mobiliário é constituído de cadastro de atividades comerciais, industriais, prestadores de serviços, entidades filantrópicas, associações, agremiações desportivas ou culturais, clubes sociais e ou de campo, e sindicatos representativos de classe patronal.
§ 3º O cadastro geral consiste na obtenção e guarda de dados de qualquer outra natureza, não abrangidos pelos incisos I e II do *caput* deste artigo, obtidos pelos diversos órgãos e estabelecimentos públicos municipais em decorrência de qualquer atividade administrativa ou prestação de serviços públicos.

Art. 4º Observadas as disposições deste Código, a organização e o funcionamento do cadastro multifinalitário serão disciplinados em regulamento, que poderá disciplinar a estruturação de cadastros especiais ou simplificados com a finalidade de desburocratizar e tornar mais eficiente a gestão administrativa e o exercício da atividade econômica.
§ 1º Fica facultada a criação do domicílio tributário eletrônico, por meio de regulamento administrativo.
§ 2º Observadas as normas relativas ao dever de sigilo e a proteção de dados pessoais, todos os dados obtidos pela administração pública municipal em decorrência de qualquer atividade administrativa ou da prestação de serviços públicos deverão ser compartilhados com a Administração Tributária a fim de manter atualizado o cadastro multifinalitário de que trata esse Código.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com os demais entes políticos, poderes, autarquias, fundações, órgãos públicos e demais instituições e organizações, mesmo que privadas, visando a obtenção e utilização dos dados e elementos cadastrais disponíveis, úteis para a atividade administrativa municipal, resguardado o sigilo.

Parágrafo único. É facultada a utilização dos códigos de inscrição e identificação dos cadastros federal e estadual, para melhor caracterização de registros municipais.

Seção II
Cadastro Imobiliário

Art. 6º A inscrição ou alteração cadastral do imóvel será promovida:
I - pelo proprietário, pelo titular do domínio útil ou pelo possuidor;
II - pelo enfiteuta, usufrutuário ou fiduciário;
III - pelo inventariante, síndico, liquidante ou sucessor no caso de imóvel pertencente ao espólio, massa falida, massa liquidada ou sucessora;
IV - por qualquer dos condôminos, em se tratando de condomínio;
V - pelo compromissário vendedor ou comprador, quando se tratar de promessa de compra e venda;
VI - pelo ocupante ou posseiro de imóvel da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;
VII - de ofício, em se tratando de imóvel próprio, federal, estadual, municipal ou de entidade autárquica, ou, ainda, quando a inscrição deixar de ser feita na forma e prazo regulamentares.
§ 1º A inscrição ou alteração de dados do imóvel será efetuada por meio de petição ou formulário, constando as áreas do terreno, da edificação ou da construção, o uso, planta de situação e localização, título de propriedade, domínio ou posse, e outros elementos exigidos em regulamento.
§ 2º O prazo para inscrição cadastral e para comunicação de alterações é de 30 (trinta) dias, a contar do ato ou fato que lhes deu origem.
§ 3º A inscrição de ofício será efetuada se constatada qualquer infração à lei, após o prazo para inscrição ou comunicação de alterações no imóvel.
§ 4º A comunicação das alterações no imóvel por iniciativa do contribuinte, se implicar na redução ou isenção de tributo, só será admitida mediante a comprovação do erro em que se fundamentou o lançamento.

Art. 7º Todos os imóveis serão inscritos no Cadastro Imobiliário, ainda que pertencentes a pessoas isentas, imunes ou quando não incidir o Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.
§ 1º Todos os imóveis sujeitos ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano deverão ser cadastrados pela Administração Tributária, sendo que sua inscrição no Cadastro Imobiliário é obrigatória, devendo ser feita separadamente para cada imóvel de que o contribuinte seja proprietário, titular de domínio útil ou possuidor a qualquer título.
§ 2º Para a caracterização da unidade imobiliária, deverá ser considerada a situação de fato do imóvel, coincidindo ou não com a descrita no respectivo título de propriedade, domínio ou posse, ou no cadastro.
§ 3º Para efeito de inscrição no cadastro, consideram-se autônomas as unidades imobiliárias que, podendo ser desmembradas, tenham autonomia de uso.
§ 4º Entende-se unidade autônoma que pode ser desmembrada aquela delimitada que permite uma ocupação ou utilização privativa e tenha acesso independente, mesmo quando o acesso principal seja por meio de áreas de circulação comum a todos.
§ 5º A Administração Tributária poderá promover, de ofício, o desmembramento de unidade imobiliária considerada autônoma.

Art. 8º Em caso de litígio sobre o domínio de imóvel, do cadastro deverá constar tal circunstância, bem como os nomes dos litigantes, dos possuidores do imóvel, a natureza do feito, o juízo e o cartório por onde tramitar a ação.

Art. 9º O cancelamento da inscrição cadastral da unidade imobiliária dar-se-á de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, nas seguintes situações:
I - erro de lançamento que justifique o cancelamento;
II - remembramento de lotes em loteamento já aprovado e inscrito, após despacho do órgão competente;
III - alteração de unidades imobiliárias autônomas que justifique o cancelamento, após despacho do órgão competente;
IV - alteração promovida na unidade imobiliária pela incorporação ou construção, de que resultem novas unidades imobiliárias autônomas.

Art. 10. Quando ocorrer demolição, incêndio ou qualquer causa que importe em desaparecimento da benfeitoria, sempre será mantido o mesmo número da inscrição, bem como nos casos de extinção de aforamento, arrendamento ou qualquer ato ou fato que tenha motivado o desmembramento do terreno.

Art. 11. As edificações e as construções realizadas sem licença municipal ou em desobediência às normas vigentes serão inscritas e lançadas para efeitos de incidência de tributos.
Parágrafo único. A inscrição e os efeitos tributários referidos neste artigo não criam direitos ao proprietário, ao titular do domínio útil ou ao possuidor a qualquer título, bem como não exclui o direito do Município de promover a adaptação da edificação às normas legais ou a sua demolição independentemente das medidas cabíveis.

Art. 12. Não será fornecido o "habite-se", relativo à construção nova, e nem qualquer alvará para reconstrução, reforma, ampliação, modificação ou acréscimo de área construída, antes da inscrição ou anotação das alterações do imóvel no cadastro imobiliário municipal.

Seção III
Cadastro Mobiliário

Art. 13. Deverão providenciar a inscrição junto ao cadastro mobiliário os interessados, sendo estes todas as pessoas físicas ou jurídicas, ou os equiparáveis para fins tributários, que vierem a se estabelecer ou iniciar atividade no Município de Renascença, ainda que por meio de agência, posto, sucursal ou escritório.
§ 1º A obrigação estabelecida pelo *caput* abrange também as pessoas físicas ou jurídicas imunes ou isentas do pagamento de tributos municipais, as atividades de caráter eventual ou temporário, e ainda o órgão, empresa ou entidade da Administração Pública Direta e Indireta, condomínio, cartório notarial e de registro.
§ 2º A inscrição de que trata este artigo deve ser efetuada antes da instalação ou do início da atividade a ser exercida.
§ 3º A concessão de inscrição não dispensa a necessidade de obtenção dos alvarás e autorizações públicas previstas em lei para o exercício de sua atividade.
§ 4º A inscrição deverá ser feita uma para cada estabelecimento ou local de atividade, ainda que pertencentes à mesma pessoa, salvo em relação ao ambulante, que fica sujeito a inscrição única.
§ 5º Na inexistência de estabelecimento fixo, a inscrição será única, pelo local do domicílio.
§ 6º A dispensa de atos públicos de liberação da atividade econômica não exime as pessoas naturais e jurídicas do dever de providenciar a sua inscrição nos cadastros tributários municipais estabelecidos nesta legislação.

Art. 14. Far-se-á a inscrição e alterações:
I - a requerimento do interessado;
II - de ofício, após expirado o prazo para inscrição ou alterações dos dados da inscrição, aplicando-se as penalidades cabíveis.

Art. 15. Ocorrendo qualquer alteração nos dados cadastrais, suspensão temporária ou a cessação das atividades, deverá ser comunicado pelos interessados ao órgão fazendário competente, no prazo de 30 (trinta) dias da ocorrência do fato.
Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo deverá ser observado quando se tratar de venda ou transferência de estabelecimento, transferência de ramo ou encerramento de atividade.

Art. 16. Sem prejuízo de inscrição e respectivas alterações, o sujeito passivo deverá apresentar declaração de dados, para fins estatísticos e de fiscalização, na forma que dispuser o regulamento.

Art. 17. As declarações prestadas no ato da inscrição ou da atualização dos dados cadastrais, não implicam em sua aceitação pelo fisco, que poderá revê-las a qualquer época, independentemente de prévia ressalva ou comunicação.
§ 1º A anotação de término ou paralisação da atividade não extingue débitos existentes, ainda que venham ser apurados posteriormente à declaração do sujeito passivo ou a baixa de ofício.
§ 2º Comprovada a não ocorrência do fato gerador, a Administração Tributária deverá efetuar a baixa dos valores correspondentes aos

respectivos tributos, sem prejuízo da multa pelo descumprimento da obrigação acessória.

Art. 18. Constatada pela Administração Tributária a existência de estabelecimento ou o exercício de atividade sem o devido cadastro, a omissão ou incorreção dos dados cadastrais, o fato será noticiado à autoridade competente, que determinará o cadastramento, retificação ou cancelamento cadastral compulsório e de ofício, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
Parágrafo único. A inscrição, alteração ou cancelamento efetuados na forma do *caput* terão caráter precário e serão realizados independentemente:
I - do estabelecimento obedecer ou não o Plano Diretor e as Posturas Municipais;
II - de ser lícita ou não a atividade, em relação ao objeto ou ao local do estabelecimento.

Art. 19. O sujeito passivo que se encontrar exercendo atividade sem inscrição cadastral será autuado pela infração e terá o prazo de 5 (cinco) dias para se inscrever.

Art. 20. O descumprimento do prazo mencionado no art. 19 implicará na interdição do estabelecimento pela Administração Tributária.

Art. 21. Far-se-á a baixa da inscrição:
I - a requerimento do interessado;
II - de ofício, nas hipóteses definidas em regulamento.
§ 1º O pedido de baixa, quando de iniciativa do sujeito passivo, somente será decidido após o pronunciamento da repartição fiscalizadora.
§ 2º Salvo os casos de depósito do valor do débito apurado e de decadência ou prescrição, não poderá ser concedida a baixa da inscrição cadastral do sujeito passivo em débito.
§ 3º Quando do encerramento da atividade é obrigatório o pedido de baixa pelo sujeito passivo, no prazo de até 30 (trinta) dias.

Art. 22. O descumprimento das obrigações previstas neste Capítulo sujeita o infrator à multa prevista nos arts. 40, 44 ou 45 desta Lei, conforme o caso, quando não for promovida a inscrição ou sua alteração na forma e no prazo determinados, ou quando houver erro, omissão ou falsidade nos dados que possam alterar a base de cálculo do tributo.

CAPÍTULO II
DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I
Do Lançamento

Art. 23. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato jurídico tributário da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
Parágrafo único. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 24. O lançamento e suas alterações serão notificados ao contribuinte, através de qualquer uma das seguintes formas:
I - por notificação direta à sua pessoa, representante, mandatário ou preposto;
II - por publicação no órgão oficial do Município;
III - por via postal, com aviso de recebimento;
IV - por via eletrônica
V - por qualquer outra forma prevista na legislação vigente.
§ 1º Se o fiscalizado se recusar a receber o termo ou a exarar o recibo, a autoridade fiscal registrará o fato e a Administração Tributária poderá optar em encaminhar o termo via postal ou notificá-lo para retirada sob uma das formas previstas nos incisos II, IV ou V do *caput* deste artigo.
§ 2º Considera-se feita a intimação:
I - se pessoal, na data da assinatura;
II - se por carta, na data indicada pelo correio no Aviso de Recebimento - AR;
III - se por publicação em órgão oficial 15 (quinze) dias após a data da efetiva circulação do Boletim Oficial do Município.
§ 3º Tratando-se de intimação por carta com aviso de recebimento, é suficiente para comprovação da mesma, o recibo de entrega.
§ 4º A intimação ou cientificação do sujeito passivo de forma eletrônica, considera-se realizada no dia em que o sujeito passivo efetuar a consulta eletrônica ao teor da comunicação ou:
I - no primeiro dia útil seguinte, nos casos em que a consulta ocorrer em dia não útil;
II - 5 (cinco) dias após o seu envio, nos termos de regulamentação, se não for realizada a consulta.
§ 5º Os procedimentos para a comunicação eletrônica serão disciplinados em regulamento, atendendo as condições de segurança da informação.
§ 6º Os meios de intimação previstos nos incisos do *caput* deste artigo não estão sujeitos a ordem de preferência.
§ 7º Para fins de intimação, considera-se domicílio tributário do sujeito passivo:
I - o endereço postal por ele fornecido, para fins cadastrais, à Administração Tributária; e
II - o endereço eletrônico a ele atribuído pela Administração Tributária, desde que autorizado pelo sujeito passivo.
§ 8º O domicílio tributário eletrônico será disciplinado em regulamento administrativo.

Art. 25. Aplica-se o disposto neste Capítulo a todas as intimações realizadas pela Administração Tributária, inclusive cientificação de termos, notificações e autos de infração, ressalvadas as disposições específicas.

Art. 26. A notificação de lançamento conterá:
I - nome, domicílio tributário ou endereço do sujeito passivo;
II - descrição do valor principal, da atualização monetária, da multa e juros devidos;
III - indicação da origem e natureza do crédito, mencionando especificamente a disposição da lei em que seja fundado;
IV - intimação para pagamento ou impugnação, com indicação do respectivo prazo e data do seu início;
V - data da emissão, identificação e assinatura da autoridade notificante.

Art. 27. O lançamento do tributo não implica em reconhecimento da legitimidade de propriedade, de domínio útil ou de posse de bem imóvel, nem da regularidade do exercício de atividade ou da legitimidade das condições do local, instalações, equipamentos ou obras.

Art. 28. Enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública Municipal, o lançamento poderá ser revisto de ofício, bem como poderão ser efetuados lançamentos omitidos ou vencidos por irregularidade ou erro de fato.

Seção II
Dos Acréscimos Legais

Art. 29. Os créditos tributários terão o seu valor atualizado desde a data da ocorrência do fato jurídico tributário até a data do seu pagamento, segundo os índices oficiais de atualização adotados pela legislação municipal.

Art. 30. A falta de pagamento do crédito tributário, nas datas dos respectivos vencimentos, independentemente de procedimento tributário, importará na cobrança, sobre o tributo e as parcelas vencidas, em conjunto, dos seguintes acréscimos:
I - atualização monetária mensal com base no IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), ou outro índice que o suceda.
II - juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração;
III - multa moratória, a partir da data do vencimento;
IV - multa de infração.
§ 1º Os acréscimos previstos nos incisos II, III e IV incidirão sobre o tributo atualizado monetariamente.

§ 2º É vedado receber débito de qualquer natureza com dispensa de atualização monetária, salvo previsão expressa em lei.

Art. 31. Aos contribuintes notificados ou autuados, serão concedidos os seguintes descontos:
I - 80% (oitenta por cento), na multa de infração, se o pagamento for efetuado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de intimação;
II - 50% (cinqüenta por cento), na multa de infração, se o pagamento for efetuado após o prazo do inciso I e antes do julgamento em primeira instância;
III - 20% (vinte por cento), na multa de infração, se o pagamento for efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, após o julgamento em primeira instância, contado da ciência da decisão.
§ 1º Os descontos serão concedidos sem prejuízo do pagamento dos demais acréscimos legais.
§ 2º O contribuinte que reconhecer parcialmente o débito fiscal poderá efetuar o pagamento da parte não impugnada sem dispensa de qualquer dos acréscimos legais.
§ 3º Os descontos previstos neste artigo não se aplicam para as multas em decorrência do descumprimento de obrigação tributária acessória.

CAPÍTULO III
DAS PENALIDADES

Art. 32. Constitui infração fiscal toda ação ou omissão que importe em inobservância, por parte do contribuinte, responsável ou terceiro, das normas estabelecidas na legislação tributária municipal.
Parágrafo único. A responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente, ou do responsável, da natureza e da extensão dos efeitos do ato.

Art. 33. Respondem pela infração, em conjunto ou isoladamente, as pessoas que, de qualquer forma, concorrem para a sua prática ou dela se beneficiem.

Art. 34. O contribuinte, o responsável, ou demais pessoas envolvidas em infrações, poderão apresentar denúncias espontâneas de infração à legislação tributária, ficando excluída a respectiva penalidade, desde que a falta seja corrigida imediatamente ou, se for o caso, efetuado o pagamento do tributo devido, com os acréscimos legais cabíveis, ou depositada a importância arbitrada pela Administração Tributária, quando o montante do tributo dependa de apuração.
§ 1º Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados com a infração.
§ 2º A apresentação de documentos obrigatórios à Administração Tributária não importa em denúncia espontânea, para os fins do disposto neste artigo.

Art. 35. Considera-se fraude toda ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, o fato gerador da obrigação tributária principal, ou a excluir ou modificar qualquer de suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do tributo ou a evitar ou postergar o seu pagamento.

Art. 36. Considera-se inidôneo, para os efeitos desta Lei, o documento fiscal que contenha vícios que o tornem impróprio para documentar a operação a que se refere.

Art. 37. A imposição das penalidades previstas neste Capítulo não elide a exigência da integralidade do tributo devido e de outras penalidades cabíveis.

Art. 38. As infrações e penalidades tratadas neste Capítulo serão aquelas aplicadas quando do descumprimento das obrigações principais e acessórias.

Seção I
Das Infrações por Descumprimento da Obrigação Principal

Art. 39. Deixar de recolher total ou parcialmente o tributo:
I - devido por responsabilidade ou substituição tributária;
II - apurado pelo próprio sujeito passivo;
III - devido por estimativa fiscal;
IV - devido por contribuintes sujeitos a regime fixo do ISSQN.
V - devido por lançamento direto ou de ofício.
§ 1º A multa para a infração do inciso I será de 100% do tributo devido, quando retido e não declarado e de 50% do tributo devido quando não retido ou retido irregularmente;
§ 2º A multa para a infração dos incisos II, III, IV e V será de 50% do tributo devido.

Art. 40. A multa será de 100% do tributo devido nos casos de dolo ou fraude, quando o sujeito passivo deixar de submeter, total ou parcialmente, atividade tributável.
Parágrafo único. Incidirá a multa prevista *caput* deste artigo nos casos de:
I - deixar de efetuar ou atualizar informações cadastrais que possam resultar na ausência ou minoração do tributo devido;
II - prestar informações falsas ou omitir dados que possam prejudicar o cálculo do tributo.

Art. 41. Deixar de emitir documento fiscal quando obrigado ensejará multa de 100% do imposto devido.

Art. 42. Deixar o agente arrecadador ou estabelecimento bancário de repassar o tributo arrecadado estará sujeito a multa de 150% (cento e cinquenta por cento) do valor do tributo.

Art. 43. Submeter tardiamente prestação de serviço tributável à incidência do imposto ou recolher o tributo apurado, pelo próprio sujeito passivo, ou devido por estimativa fiscal, após o prazo previsto na legislação, antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização ficará sujeito a multa moratória de 2% (dois por cento) do valor atualizado do tributo.

Seção II
Das Infrações por Descumprimento das Obrigações Acessórias

Art. 44. A não observância, pelo sujeito passivo, de qualquer dever instrumental imposto pela legislação tributária, no interesse da arrecadação ou fiscalização, sujeitará o mesmo ao pagamento de multa correspondente a 2 (dois) VBR, nos casos em que:
I - deixar de efetuar inscrição no cadastro fiscal ou de atualizá-lo, na forma e prazos fixados em regulamento;
II - desatender a notificação para inscrição no cadastro fiscal;
III - fornecer ao cadastro fiscal dados inexatos ou incompletos, de cuja aplicação possa resultar, para o sujeito passivo, proveito de qualquer natureza;
IV - deixar de declarar o imposto sobre serviços no prazo determinado;
V - deixar de remeter à Administração documento exigido por lei ou regulamento;
VI - negar-se a exibir livros e documentos de escrita comercial e fiscal;
VII - utilizar nota fiscal de prestação de serviço em desacordo com a lei e regulamento;
VIII - emitir nota fiscal sem identificação e endereço completo do usuário do serviço;
IX - extraviar nota fiscal de prestação de serviço;
X - no caso de prestador de serviços de construção civil, não manter em separado controle contábil por obra, quando exigido em lei;
XI - não transmitir a declaração mensal de serviços no prazo estabelecido;
XII - enviar declaração com dados incorretos e/ou com omissão de informações;
XIII - deixar de emitir documento fiscal relativo à prestação de serviço não tributável, quando exigido em lei ou regulamento;
XIV - descumprir qualquer obrigação acessória prevista na legislação tributária, sem penalidade específica capitulada nesta Lei.
§ 1º Ficará submetido à multa prevista no *caput*, o sujeito passivo, por qualquer ação ou omissão não prevista nos seus incisos, que importem em descumprimento de dever instrumental.
§ 2º Na reincidência das infrações previstas neste artigo, aplicar-se-á em dobro a penalidade estipulada e, no triplo, no caso de persistência.

Art. 45. Ficarão sujeitas à multa de 4 (quatro) VBR as seguintes condutas:

I - possuir ou utilizar Equipamento Emissor de Cupom Fiscal, sem a autorização fornecida pelo órgão fazendário do Município ou pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná;
II - utilizar programa para emissão ou impressão de documento fiscal ou escrituração de livros fiscais com vício, fraude ou simulação;
III - utilizar sistema eletrônico de processamento de dados, ou qualquer outro, para emissão de documentos fiscais ou escrituração de livros fiscais, sem observar os requisitos previstos na legislação;
IV - não efetuar a entrega de informações em meio magnético ou fornecê-las em padrão diferente do estabelecido na legislação;
V - deixar de manter, ou fazê-lo em desacordo com a legislação, arquivo magnético com o registro fiscal dos livros e documentos fiscais escriturados ou emitidos por processamento eletrônico de dados;
VI - utilizar para registro de prestação de serviços equipamento de emissão de cupom fiscal não autorizado pela Administração Tributária ou utilizar em estabelecimento diverso para o qual foi autorizado, ou ainda quando o lacre de segurança estiver violado ou estiver sem a etiqueta de identificação, bem como se essa estiver rompida ou adulterada;
VII - deixar de atender intimação no prazo estabelecido;
VIII - embaraçar, dificultar, retardar ou impedir, por qualquer meio, a ação fiscal.
§ 1º Ficará submetido à multa prevista no *caput*, o sujeito passivo, por qualquer ação ou omissão não prevista nos seus incisos, que importem em descumprimento de dever instrumental.
§ 2º Na reincidência das infrações previstas neste artigo, aplicar-se-á em dobro a penalidade estipulada e, no triplo, no caso de persistência.

Art. 46. A imposição das penalidades previstas neste Capítulo não elide a exigência da integralidade do tributo devido e de outras penalidades cabíveis.

CAPÍTULO IV
DO PARCELAMENTO

Art. 47. O Poder Executivo poderá conceder parcelamento ou reparcelamento de créditos da Fazenda Municipal, tributários ou não tributários, constituídos ou a constituir, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não.
§ 1º O número de parcelas, as condições, forma e prazos de pagamento, bem com o valor mínimo das parcelas serão fixados em regulamento administrativo.
§ 2º Salvo previsão em legislação tributária diversa, o crédito tributário poderá ser parcelado em até 12 (doze) prestações mensais, por solicitação do contribuinte.
§ 3º Sobre as prestações mensais inadimplidas incidirão multa de mora e juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir do vencimento, computando-se como mês completo qualquer fração dele, salvo previsão diversa em lei específica.
§ 4º O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis do ato da formalização do parcelamento.
§ 5º O parcelamento será rescindido pela inadimplência do pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas ou 6 (seis) alternadas;
§ 6º O parcelamento e reparcelamento suspende a exigibilidade do crédito tributário, enquanto perdurar o acordo entre as partes.
§ 7º O parcelamento e reparcelamento somente será concedido se o sujeito passivo declarar-se devedor e aceitar formalmente suas condições, conforme regulamento administrativo.
§ 8º O montante do débito a ser parcelado representa o valor do principal, corrigido até a data do parcelamento/reparcelamento, e a soma de todos os demais encargos devidos, inclusive a multa pecuniária decorrente do atraso no pagamento, salvo disposição de lei em contrário.
§ 9º Nos casos de interrupção dos pagamentos das parcelas, o saldo remanescente será recalculado, para fins de cobrança administrativa ou judicial, adicionando-se ao valor, inclusive, multa, juros e correção monetária.
§ 10 Em caso de reparcelamento exigir-se-á como condição entrada no mínimo de 25 % (vinte e cinco por cento) do valor a ser reparcelado.
§ 11 Excepcionalmente o valor da entrada de que trata o § 9º, do presente artigo, poderá ser reduzido nos casos definidos em regulamento administrativo.

CAPÍTULO V
DAS ISENÇÕES

Art. 48. Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, que regule exclusivamente tais matérias.

Art. 49. Observadas as disposições deste Código, a isenção pressupõe a concessão mediante lei, que deverá especificar as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração.

Art. 50. Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva:
I - às taxas e às contribuições de melhoria;
II - aos tributos instituídos anteriormente e posteriormente à sua concessão.
§ 1º A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo.
§ 2° No caso descrito no § 1°, observar-se-á o princípio da anterioridade, anual e da noventena, na aplicação das leis que extingam ou reduzam isenções, salvo se a lei dispuser de maneira mais favorável ao contribuinte.

Art. 51. A isenção, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade competente, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão.
Parágrafo único. Tratando-se de tributo lançado por período certo, o despacho referido neste artigo será renovado antes da expiração de cada período, cessando automaticamente os seus efeitos a partir do primeiro dia do período para o qual o interessado deixar de promover a continuidade do reconhecimento da isenção.

Art. 52. A imunidade e a isenção não excluem o cumprimento das obrigações acessórias previstas na legislação tributária, sujeitando-se a sua desobediência à aplicação de penalidades.
Parágrafo único. O disposto neste artigo abrange também a prática do ato, previsto em lei, assecuratório do cumprimento das obrigações tributáveis por terceiros.

CAPÍTULO VI
DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 53. As funções referentes a cadastramento, lançamento, cobrança e fiscalização de tributos municipais, aplicação de sanções por infração à legislação tributária do Município, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas pelos órgãos fazendários e repartições a eles hierárquica ou funcionalmente subordinadas.
Parágrafo único. Aos órgãos referidos no *caput* deste artigo reserva-se a denominação de "Administração Tributária".

Seção I
Da Fiscalização

Art. 54. Compete à Administração Tributária, pelos órgãos especializados, a fiscalização do cumprimento das normas da legislação tributária.

Art. 55. A fiscalização será exercida sobre todas as pessoas sujeitas à obrigação tributária, inclusive às que gozem de imunidade ou de isenção.

Art. 56. As pessoas sujeitas à fiscalização exibirão ao agente fiscal, sempre que por ele exigidos, independentemente de prévia instauração de processo, os produtos, livros das escritas fiscal e geral e todos os documentos, em uso ou arquivados, que forem julgados necessários à fiscalização, e lhe franquearão os seus estabelecimentos, depósitos e dependências, bem como veículos, cofres e outros móveis, a qualquer

hora do dia ou da noite, se à noite os estabelecimentos estiverem funcionando.
§ 1º Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal, os comprovantes dos lançamentos neles efetuados e os comprovantes de recolhimento de tributos municipais deverão ser conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários a que se refiram.
§ 2º Considera-se embaraço à fiscalização a negativa não justificada de exibição de livros e documentos a que estiverem obrigadas, bem como pelo não fornecimento de informações sobre bens, movimentação financeira, negócio ou atividade, a que estiverem intimadas a apresentar.
§ 3º Caracteriza-se, ainda, como embaraço à fiscalização a negativa de acesso ao estabelecimento, ao domicílio fiscal ou a qualquer outro local onde desenvolvam suas atividades ou se encontrem bens de sua propriedade.

Art. 57. O exame a que se refere o art. 56 poderá ser repetido quantas vezes a Administração Tributária considerar necessários, enquanto não decair o direito de a Fazenda Municipal constituir o crédito tributário.

Art. 58. Com a finalidade de obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis e determinar, com precisão, a natureza e o montante dos créditos tributários ou outras obrigações previstas, a Administração Tributária poderá:
I - exigir, a qualquer tempo, a exibição dos livros e comprovantes dos atos e operações que constituam ou possam vir a constituir fato jurídico tributário de obrigação tributária;
II - fazer inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações nos locais e estabelecimentos onde se exerçam atividades passíveis de tributação ou nos bens que constituam matéria tributável;
III - exigir informações escritas;
IV - notificar o contribuinte ou responsável para comparecer à repartição da Administração Tributária;
V - requisitar o auxílio da força pública ou requerer ordem judicial, quando indispensável à realização de diligências, inclusive inspeções necessárias ao registro dos locais e estabelecimentos, assim como bens e documentos dos contribuintes e responsáveis;
VI - notificar o contribuinte ou responsável para dar cumprimento a quaisquer das obrigações previstas na legislação tributária.
Parágrafo único. Além do previsto nesse artigo, a Administração Tributária poderá se valer de outros expedientes que se mostrarem adequados para o exercício da fiscalização.

Art. 59. No exercício de suas funções, a entrada do agente fiscal nos estabelecimentos, bem como o acesso a suas dependências internas, não estarão sujeitos a formalidade diversa da sua imediata identificação, pela exibição de identidade funcional aos encarregados diretos e presentes ao local, a qual não poderá ser retida, em qualquer hipótese, sob pena de ficar caracterizado o embaraço à fiscalização.

Art. 60. A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documentem os procedimentos e fixará prazo para a conclusão daquelas.
Parágrafo único. Os termos a que se refere este artigo serão lavrados onde se verificar a fiscalização, ainda que aí não seja o domicílio tributário do fiscalizado nem sua residência, sempre que possível, em um dos livros fiscais exibidos; quando lavrados em separado deles se entregará, à pessoa sujeita à fiscalização, cópia autenticada pela autoridade a que se refere este artigo.

Art. 61. A autoridade administrativa é competente para interditar qualquer estabelecimento que esteja funcionando sem a licença concedida regularmente.

Art. 62. Para efeitos de registro, controle e fiscalização dos tributos, a Prefeitura instituirá por regulamento, livros e outros documentos fiscais, destinados à comprovação das operações tributadas e seu valor.

Art. 63. Verificando-se omissão não dolosa de pagamento de tributo, ou qualquer infração de Lei ou regulamento, de que possa resultar evasão de receita, será expedida contra o infrator Notificação Preliminar para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize a situação.
§ 1º A autorregularização consiste no saneamento, pelo contribuinte, das inconsistências estabelecidas na comunicação, na forma que dispuser o regulamento.
§ 2º A regularização levada a efeito pelo sujeito passivo antes de eventual início de procedimento fiscal de constituição de crédito tributário se sujeita à atualização monetária e juros de mora legais e, quanto à multa, quando for o caso, somente àquela de caráter moratório prevista em lei.
§ 3º Esgotado o prazo de que trata este artigo, sem que o infrator tenha regularizado a situação perante a repartição competente, lavrar-se-auto de infração.
§ 4º Lavrar-se-á, igualmente, auto de infração, quando o contribuinte se recusar a tomar conhecimento da Notificação Preliminar.

Art. 64. Mediante intimação escrita são obrigados a prestar à Administração Tributária as informações de que disponham, com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:
I - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;
II - os bancos, casas bancárias, caixas econômicas e demais instituições financeiras;
III - as empresas de administração de bens;
IV - os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;
V - os inventariantes;
VI - os síndicos, comissários e liquidatários;
VII - os inquilinos e os titulares do direito de usufruto, uso ou habitação;
VIII - os responsáveis por cooperativas, associações desportivas e entidades de classe;
IX - quaisquer outras entidades ou pessoas que, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão, detenham em seu poder, a qualquer título, informações sobre bens, negócios ou atividades de terceiros.
Parágrafo único. A obrigação prevista no *caput* deste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente sujeito a observar segredo em razão do cargo, ofício, função, ministério, atividades ou profissão.

Seção II
Da Dívida Ativa

Art. 65. A Administração Tributária providenciará para que sejam inscritos na Dívida Ativa os sujeitos passivos inadimplentes com as obrigações tributárias.

Art. 66. Constitui Dívida Ativa Tributária do Município a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pela legislação tributária ou por decisão proferida em processo regular.
§ 1º Considera-se dívida ativa tributária os créditos da Fazenda Pública Municipal, provenientes de obrigação legal relativa aos tributos e respectivos adicionais e multas.
§ 2º Considera-se dívida ativa de natureza não tributária os demais créditos municipais, tais como multas de qualquer origem, exceto as tributárias, foros, laudêmios, aluguéis, custas processuais, preços públicos de serviços prestados por órgãos da administração pública municipal, direta ou indireta, indenizações, reposições, restituições, ressarcimentos aos cofres públicos municipais, fiança, aval ou outra garantia, dívidas de contratos em geral ou de outras obrigações legais não tributárias.
§ 3º A fluência de juros de mora não exclui, para os efeitos deste artigo, a liquidez do crédito.

Art. 67. O Termo de Inscrição da Dívida Ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:
I - nome do devedor e, sendo o caso, o dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros;
II - o valor original da dívida, bem como o termo inicial e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos e demais encargos previstos em lei ou contrato;

III - a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida;
IV - a indicação, se for o caso, de estar a dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo;
V - a data e número da inscrição no Registro de Dívida Ativa; e
VI - o número do processo administrativo ou do auto, se neles estiver apurado o valor da dívida.
§1º A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha da inscrição.
§2º As dívidas relativas ao mesmo devedor, quando conexas ou consequentes, poderão ser reunidas sob a mesma Certidão da Dívida Ativa, desde que separados por natureza do crédito, e possibilite o recolhimento em apartado de cada crédito.

Art. 68. A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no art. 67 ou o erro a eles relativo são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado, o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

Art. 69. Encerrado o exercício financeiro, a unidade competente do órgão municipal responsável providenciará, a inscrição de débitos fiscais de natureza tributária ou não tributária, por contribuinte.
§ 1º Independentemente do término do exercício financeiro, os débitos fiscais não pagos em tempo hábil, poderão ser inscritos em Dívida Ativa.
§ 2º Da dívida legalmente inscrita será extraída a respectiva Certidão a ser encaminhada à cobrança extrajudicial e/ou judicial.

Art. 70. A cobrança de Dívida Ativa será feita por via extrajudicial ou judicial, através de ação executiva fiscal, observado o disposto em regulamento.
§ 1º Não estão sujeitos a processo de execução fiscal créditos tributários e não tributários, inscritos em Dívida Ativa, cujo valor consolidado, na data do encaminhamento, seja igual ou inferior a 3 (três) VBR.
§ 2º Entende-se por valor consolidado o resultante do somatório das dívidas ativas pendentes de recolhimento, devidamente atualizadas, da mesma natureza, por Cadastro de Pessoa Física - CPF ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.
§ 3º O Município, por seu Departamento de Tributação, promoverá a cobrança administrativa das dívidas ativas não sujeitas a ajuizamento de execução fiscal, obstando o fornecimento de certidões negativas, sem prejuízo de outras providências determinadas nesta Lei e em norma regulamentar.
§ 4º Incumbe ao Departamento de Tributação remeter a protesto extrajudicial as certidões de dívida ativa, ajuizadas ou não, que atendam aos requisitos legais.
§ 5º Submetem-se ao disposto no *caput* deste artigo os saldos de créditos, tributários ou não tributários, decorrentes de parcelamentos rescindidos, pagamentos parciais, retificações de informações ou outras situações, que gerem extinção parcial do crédito, ocorridos anteriormente ao ajuizamento da execução fiscal.
§ 6º Os limites de ajuizamento poderão ser alterados por meio de regulamento, observados os critérios de eficiência administrativa e custos de administração e cobrança.
§ 7º A cobrança da dívida ativa feita de forma amigável deverá ser acrescida de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) sobre a soma do valor corrigido mais acréscimos legais.
§ 8º À cobrança da dívida ativa que estiver em execução fiscal incidirão honorários no percentual estabelecido pelo juiz, calculado sobre a soma do valor corrigido mais acréscimos legais.

Seção III
Das Certidões Negativas

Art. 71. A prova da quitação de determinado tributo será feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido.
§ 1º A certidão negativa será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida em até 10 (dez) dias da data da entrada do requerimento na repartição, tendo prazo de validade de até de 90 (noventa) dias.
§ 2º A certidão negativa poderá ser expedida por meio eletrônico ou manual.
§ 3º Nos processos de unificação, desmembramento, aprovação de loteamento, onde serão encerradas as matrículas originárias e abertas novas matrículas, os débitos lançados e constituídos, mesmo que vincendos, deverão ser quitados em sua integralidade para prosseguimento dos processos junto a Administração Pública Municipal.

Art. 72. Terá os mesmos efeitos de certidão negativa, a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

Art. 73. Independentemente de disposição legal permissiva, será dispensada a prova de quitação de tributos, ou o seu suprimento, quando se tratar de prática de ato indispensável para evitar a caducidade de direito, respondendo, porém, todos os participantes no ato pelo tributo porventura devido, juros de mora e penalidades cabíveis, exceto as relativas a infrações cuja responsabilidade seja pessoal ao infrator.

CAPÍTULO VII
DA CONSULTA

Art. 74. O sujeito passivo da obrigação tributária, bem como os órgãos da administração pública e as entidades representativas de categorias econômicas ou profissionais, poderão formular consulta sobre dispositivos da legislação tributária aplicáveis a fato determinado.

Art. 75. A consulta deverá ser apresentada por escrito ao Secretário de Finanças ou equivalente, com apresentação clara e precisa do caso concreto e de todos os elementos indispensáveis ao atendimento da situação de fato, indicando os dispositivos legais, e instruída, se necessário, com documentos.
Parágrafo único. A análise da consulta e sua resposta serão realizadas na forma estabelecida no regulamento.

Art. 76. A consulta será arquivada sem análise do objeto / pedido quando:
I - após o início de procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a matéria consultada;
II - sobre fato objeto de litígio de que o consulente faça parte, pendente de decisão definitiva na esfera administrativa ou judicial;
III - quando o fato estiver definido, declarado ou disciplinado em disposição constante da legislação tributária;
IV - quando não descrever completa ou exatamente a hipótese a que se referir ou não contiver os elementos necessários à sua solução, salvo se a inexatidão ou omissão for escusável a critério da autoridade julgadora;
V - sobre norma tributária em tese;
VI - referente a fato definido pela lei como crime ou contravenção penal;
VII - que importe em repetição de consulta idêntica, anteriormente formulada, ressalvados os fatos de renovação solicitada em consequência de alteração na legislação tributária.

Art. 77. Nenhum procedimento ou ação fiscal será iniciado contra o sujeito passivo, em relação à matéria consultada, durante a tramitação da consulta.
Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica a consultas:
I - meramente protelatórias, assim entendidas as que versem sobre dispositivos claros da legislação tributária ou sobre tese de direito já resolvida por decisão administrativa ou judicial, definitiva ou transitada em julgado;
II - que não descrevam completa e exatamente a situação do fato;
III - formuladas por contribuintes que, à data de sua apresentação, estejam sob ação fiscal, notificados de lançamentos, intimados de auto

de infração ou termo de apreensão ou citados por ação judicial de natureza tributária, relativa à matéria consultada.
Art. 78. Na hipótese de mudança de orientação fiscal, a nova atingirá todos os casos, ressalvado o daqueles que anteriormente procederam de acordo com a orientação vigente, até a data da alteração ocorrida.

Art. 79. A autoridade administrativa tributária dará resposta à consulta no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data do protocolo da consulta.
Parágrafo único. Do despacho proferido em processo de consulta não caberá recurso nem pedido de reconsideração.

Art. 80. A resposta à consulta será vinculante para a Administração Tributária, em relação ao caso examinado, salvo se obtida mediante elementos inexatos fornecidos pelo consulente.

CAPÍTULO VIII
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

Seção I
Disposições Gerais

Art. 81. O procedimento fiscal terá início com:
I - a notificação do lançamento nas formas previstas neste Código;
II - a intimação a qualquer título, ou a comunicação de início de procedimento fiscal;
III - a lavratura do auto de infração;
IV - a lavratura de termo de apreensão de livros ou documentos fiscais;
V - a petição do contribuinte ou interessado, reclamando contra lançamento do tributo ou do ato administrativo dele decorrente.
§ 1º Iniciado o procedimento fiscal, terão os agentes fazendários o prazo de 90 (noventa) dias para concluí-lo, salvo quando o contribuinte esteja submetido a regime especial de fiscalização.
§ 2º Havendo justo motivo, o prazo referido no § 1° poderá ser prorrogado, mediante despacho do titular da Secretaria de Finanças pelo período por este fixado.

Art. 82. A fiscalização será exercida sobre todas as pessoas sujeitas a cumprimento de obrigações tributárias, inclusive aquelas imunes ou isentas.

Seção II
Do Auto de Infração e do Termo de Apreensão

Art. 83. Verificando-se infração de dispositivos da legislação tributária, que importe ou não em evasão fiscal, lavrar-se-á auto de infração.

Art. 84. O auto de infração será lavrado por autoridade administrativa competente e conterá:
I - o local, a data e a hora da lavratura;
II - o nome e o endereço do infrator, com a respectiva inscrição, quando houver;
III - a descrição clara e precisa do fato que constitui a infração, e, se necessário as circunstâncias pertinentes;
IV - a capitulação do fato, com citação expressa do dispositivo legal infringido que define a infração, e do que lhe comine penalidade;
V - intimação para pagamento ou impugnação, com indicação do respectivo prazo e data do seu início;
VI - a assinatura do agente autuante e a indicação de seu cargo ou função;
VII - a assinatura do autuado ou infrator, ou a menção da circunstância de que o mesmo não pode ou se recusou a assinar.
§ 1º A assinatura do autuado não importa em confissão nem a sua falta ou recusa em nulidade do auto ou agravamento da infração.
§ 2º As omissões ou incorreções do auto de infração não o invalidam quando o processo constem elementos suficientes para a determinação da infração e a identificação da pessoa do infrator.

Art. 85. O prazo para pagamento do auto de infração será de 30 (trinta) dias, contados da data em que se considerar efetuada a intimação.

Art. 86. O autuado será notificado da lavratura do auto de infração nos termos do art. 24.

Art. 87. Poderão ser apreendidos bens móveis, inclusive mercadorias, existentes em poder do contribuinte ou de terceiros, desde que constituam prova de infração da legislação tributária.
Parágrafo único. A apreensão pode compreender livros ou documentos, quando constituir provas de fraude, simulação, adulteração ou falsificação.

Art. 88. A apreensão será objeto de lavratura de termo de apreensão devidamente fundamentado, contendo a descrição dos bens ou documentos apreendidos, com indicação do lugar onde ficarão depositados, e o nome do depositário, se for o caso, além dos demais elementos indispensáveis à identificação do contribuinte e descrição clara e precisa do fato, e a indicação das disposições legais.
Parágrafo único. O autuado será intimado da lavratura do termo de apreensão, na forma da intimação da lavratura do auto de infração.

Art. 89. A restituição dos documentos e bens apreendidos será feita mediante recibo.

Seção III
Da Representação

Art. 90. Qualquer pessoa pode representar contra toda ação ou omissão que possa resultar em evasão de renda ou infração à legislação tributária do Município de Renascença.

Art. 91. A Representação deverá ser dirigida à Administração Tributária, a qual determinará as providências necessárias para a completa verificação de sua procedência ou improcedência.

Art. 92. O servidor que verificar a ocorrência de infração à legislação tributária municipal e não for competente para formalizar a exigência, comunicará o fato, em representação circunstanciada, a seu chefe imediato, que adotará as providências necessárias.

Seção IV
Impugnação do Lançamento

Subseção I
Da Primeira Instância Administrativa

Art. 93. O sujeito passivo da obrigação tributária poderá impugnar a exigência fiscal dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação do lançamento, da lavratura do auto de infração, ou do termo de apreensão, mediante defesa escrita, dirigida ao Secretário de Finanças, alegando de uma só vez toda matéria que entender útil, e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas.
§ 1º Não ocorrendo a impugnação, será decretada a revelia do autuado.
§ 2º A impugnação da exigência fiscal mencionará, obrigatoriamente:
I - a autoridade julgadora a quem é dirigida;
II - a qualificação do interessado, o número do contribuinte no cadastro respectivo e o endereço para a notificação;
III - os dados do imóvel, ou a descrição das atividades exercidas e o período a que se refere o tributo impugnado;
IV - os motivos de fato e de direito em que se fundamenta;
V - as diligências que o sujeito passivo pretenda sejam efetuadas, desde que justificadas as suas razões;
VI - o objetivo visado.
§ 3º É assegurado ao autuado o direito de vista e fotocópia do feito na repartição fazendária onde tramitar.
§ 4º A impugnação terá efeito suspensivo da cobrança e instaurará a fase contraditória do procedimento.
§ 5º A autoridade administrativa determinará, de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, a realização das diligências que entender necessárias, fixando-lhe o prazo e indeferirá as consideradas prescindíveis, impraticáveis ou protelatórias.
§ 6º A instrução do processo compete ao departamento fiscal que promoveu a formalização da exigência e consiste no fornecimento de todas as informações pertinentes ao lançamento realizado,

relativamente às questões que figuram como objeto da impugnação apresentada.
§ 7º Se a diligência resultar oneração para o sujeito passivo, relativa ao valor impugnado, será reaberto o prazo para oferecimento de novas impugnações ou aditamento da primeira.
§ 8º Antes de proferir a decisão, o Secretário de Finanças encaminhará o processo para parecer da Procuradoria Jurídica do Município.
§ 9º Instruída a impugnação, concluídas as eventuais diligências e o prazo para produção de provas, exarado parecer jurídico, o processo será encaminhado para a autoridade julgadora.
§ 10 Preparado o processo para decisão, a autoridade administrativa prolatará a decisão, a qual conterá relatório resumido do processo, fundamentos legais e conclusão.

Art. 94. É facultado ao sujeito passivo, conformando-se com parte dos termos da autuação, recolher os valores devidos a essa parte, sem qualquer dedução, contestando o restante.
Parágrafo único. Em não sendo interposto recurso, decorrido o prazo, o impugnante deverá recolher aos cofres do Município as importâncias exigidas, sob pena de ser o crédito inscrito em dívida ativa, para efeito de cobrança.

Art. 95. A impugnação não será conhecida:
I - em relação à matéria que não tenha sido expressamente impugnada;
II - quando a impugnação não for apresentada dentro do prazo legal;
III - quando a impugnação for apresentada por parte ilegítima ou por quem não comprove a condição de representante legal do sujeito passivo;
IV - quando o sujeito passivo impugnar valores ou informações anteriormente por ele confessados ou declarados; ou
V - quando a impugnação versar sobre valores pagos ou parcelados.

Subseção II
Do Julgamento em Primeira Instância

Art. 96. A decisão de primeira instância compete ao Secretário de Finanças ou às autoridades fiscais a quem delegar.
§ 1º Das decisões de primeira instância, contrárias, no todo ou em parte, à Fazenda Municipal, a autoridade administrativa recorrerá de ofício, obrigatoriamente.
§ 2º A decisão que anular, somente por vício formal, o lançamento efetuado, não estará sujeita ao reexame necessário previsto no § 1°.

Art. 97. Sendo a impugnação julgada improcedente, os tributos e as penalidades impugnados ficam sujeitos à multa, juros de mora e atualização monetária, a partir da data dos respectivos vencimentos.

Subseção III
Da Segunda Instância Administrativa

Art. 98. Da decisão da autoridade administrativa de primeira instância caberá recurso voluntário ao/à Chefe do Poder Executivo.
§ 1º O recurso voluntário poderá ser interposto no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão de primeira instância.
§ 2º Quando o recurso dirigido ao Prefeito for apenas parcial, a parte incontroversa poderá desde logo ser inscrita em Dívida Ativa.

Art. 99. O recurso será formalizado em petição escrita, devendo indicar os pontos de discordância relativos à decisão de primeira instância, contendo ainda, os motivos em que se fundamenta.

Art. 100. Não será conhecido o recurso:
I - em relação à matéria que não tenha sido objeto de impugnação;
II - quando não for apresentado dentro do prazo legal;
III - quando for apresentado por parte ilegítima ou que não comprove a condição de representante legal do sujeito passivo;
IV - quando versar sobre valores pagos ou parcelados; ou
V - quando tratar de matéria idêntica àquela submetida pelo recorrente à apreciação judicial

Art. 101. Quando a decisão de primeira instância não conhecer da impugnação apresentada, o recurso voluntário limitar-se-á a arguir, exclusivamente, as causas que motivaram o não conhecimento.
Parágrafo único. A modificação da decisão de primeira instância, para o reconhecimento do direito do sujeito passivo ao julgamento do mérito da questão, implicará na devolução do processo àquela instância, para que assim o proceda.

Art. 102. Cabem embargos de declaração contra a decisão administrativa para:
I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;
II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia a autoridade julgadora se pronunciar;
III - corrigir erro material.
Parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que:
I - deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou Repercussão Geral aplicável ao caso sob julgamento;
II - empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso;
III - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;
IV - deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.
§ 1º O recurso deverá ser apresentado no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao Julgador, com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão.
§ 2º Não serão admitidos novos embargos de declaração.

Seção V
Disposições Gerais

Art. 103. São definitivas as decisões de qualquer instância, uma vez esgotado o prazo legal para interposição de recursos, salvo se sujeitas a recursos de ofício.

Art. 104. Nenhum auto de infração será arquivado, nem cancelada a multa fiscal, sem despacho da autoridade administrativa tributária, sob pena de responsabilidade funcional e sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

Art. 105. Esgotado o prazo legal para interposição de recursos, ou, na hipótese da impugnação ser julgada improcedente, deverá o impugnante recolher aos cofres do Município as importâncias exigidas, sujeitos a juros de mora e correção monetária, a partir da data dos respectivos vencimentos, sob pena de ser esse crédito tributário inscrito em dívida ativa, para efeito de cobrança judicial.
§ 1º O sujeito passivo, ou o autuado poderá evitar, no todo ou em parte, a aplicação dos acréscimos nas formas deste artigo, desde que efetuem o pagamento do débito e da multa exigidos, ou promova o depósito integral e em dinheiro.
§ 2º Julgada procedente a impugnação, serão restituídas ao sujeito passivo ou autuado, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do despacho ou decisão, as importâncias referidas no § 1°, acrescidas da correção monetária a partir da data em que foi efetuado o pagamento ou o depósito.

Art. 106. A propositura de ação judicial para discussão de matéria tributária importa na renúncia ou desistência, conforme o caso, do sujeito passivo, à análise administrativa da mesma questão, em qualquer instância.

TÍTULO II
DOS TRIBUTOS

CAPÍTULOI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 107. Integram o Sistema Tributário do Município de Renascença:
I - os impostos sobre:
a) a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU;
b) a Transmissão "Inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição - ITBI;
c) os Serviços de Qualquer Natureza, não compreendidos no art. 155, II, da Constituição Federal, definidos em Lei Complementar - ISSQN.

II - as taxas decorrentes:
a) do exercício das atividades do poder de polícia do Município;
b) da utilização, efetiva ou potencial, dos serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;
III - as contribuições de melhoria, decorrente de obras públicas;
IV - a contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP.
Parágrafo único. O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR incidente sobre imóveis localizados no Município de Renascença poderá ter a arrecadação integralmente revertida aos cofres municipais.

CAPÍTULO II
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA

Seção I
Do Fato Gerador e Da Incidência

Art. 108. O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou por acessão física, como definido na Lei Civil, localizado na zona urbana do Município ou em áreas a ela equiparadas por lei.
§ 1º Considera-se zona urbana aquela definida em lei municipal, desde que possua, no mínimo, 2 (dois) dos melhoramentos indicados a seguir, construídos ou mantidos pelo Poder Público:
I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
II - abastecimento de água;
III - sistema de esgotos sanitários;
IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.
§ 2º As áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, situadas na sede constantes de loteamento ou condomínios, destinados à habitação, indústria, comércio, recreação ou lazer, são também consideradas como zonas urbanas para fins de incidência do imposto, independentemente da existência dos melhoramentos públicos indicados no § 1º.
§ 3º O valor do imposto decorre da aplicação da alíquota sobre o valor venal da unidade imobiliária.

Art. 109. A incidência do imposto independe:
I - da legitimidade do título de aquisição ou de posse do bem imóvel;
II - do resultado econômico da exploração do bem imóvel;
III - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas relativas ao bem imóvel;
IV - da expedição do "habite-se".

Art. 110. O bem imóvel, para os efeitos deste imposto, será classificado como terreno ou edificado.
§ 1º Considera-se terreno o bem imóvel:
I - sem edificação;
II- em que houver construção paralisada ou em andamento;
III- em que houver edificação interditada, condenada, em ruína ou em demolição;
IV - cuja edificação seja de natureza temporária ou provisória, ou possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação;
V - imóvel em que houver edificação considerada, a critério da repartição competente, como inadequada, seja pela situação, dimensão, destino ou utilidade da mesma;
VI - imóvel destinado a estacionamento de veículos e depósitos de materiais, desde que não enquadrado em um dos incisos do § 2°.
§ 2º Considera-se unidade edificada:
I - todos os imóveis edificados que possam ser utilizados para habitação ou para o exercício de qualquer atividade, seja qual for à denominação, forma ou destino, desde que não compreendidos no § 1°;
II - os imóveis com edificações ocupadas ou utilizadas, em loteamentos aprovados;
III - os imóveis com edificações em loteamentos não aprovados, mediante lançamento de ofício de cada unidade edificada ou construída, por decisão da Administração Municipal com vistas a promover a regularização precária de ocupações fundiárias, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis ao titular do loteamento pelo descumprimento das obrigações acessórias estabelecidas neste Código ou em regulamento;
IV - imóvel, com ou sem edificação, utilizado por estabelecimento regularmente licenciado, ainda que enquadrado nas situações descritas no inciso VI do § 1°:
a) para estacionamento de veículos, regularmente licenciado;
b) para estacionamento e guarda de veículos e carga e descarga de mercadorias, por transportadora ou outra empresa comercial;
c) para depósito, exposição, carga e descarga de mercadorias, por estabelecimento ou empresa a fim que comercialize materiais de construção;
V - a área edificada, privativa e comum a todos os condôminos, localizada nos condomínios horizontais;
VI - imóvel com edificação exibida em imageamento realizado por satélite ou outro sistema de imageamento.

Art. 111. O fato gerador do IPTU considera-se ocorrido a primeiro de janeiro de cada ano, exceto para as edificações construídas durante o exercício anual, cujo fato gerador ocorre, inicialmente, na data de concessão do "habite-se" ou a partir da conclusão ou utilização da obra se não providenciada a sua regularização a tempo e modo.

Seção II
Do Sujeito Passivo

Art. 112. O contribuinte do IPTU é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.
§ 1º São responsáveis solidários:
I - o promitente comprador que se encontre imitido na posse;
II - o promitente comprador cuja promessa de compra e venda tenha registro no Cartório de Registro de Imóveis;
III - o autor de ação de usucapião admitida em juízo;
IV - o superficiário;
V - aquele que declare, de forma escrita, ser possuidor com "*animus domini*";
VI - permissionário, concessionário e comodatário de imóvel pertencente à União, Estados ou Municípios ou de qualquer outra pessoa isenta ou imune.

Art. 113. São responsáveis pelo pagamento do imposto:
I - o adquirente do imóvel, quanto aos débitos do alienante existentes à data da transferência, salvo quando conste do título prova de quitação;
II - o espólio, quanto aos débitos do *de cujus* existentes à data de abertura da sucessão;
III - o sucessor, a qualquer título, o cônjuge ou o companheiro meeiro, quanto aos débitos do espólio existentes à data da adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, legado ou meação;
IV - a pessoa jurídica resultante da fusão, cisão, transformação ou incorporação, pelos débitos da sociedade fusionada, transformada ou incorporada, existentes na data daqueles atos;
V - a massa falida pelo pagamento do imposto incidente sobre os imóveis que pertenciam ao falido.
§ 1º O imposto acompanha o imóvel em todos os casos de transferências de propriedade ou de direitos reais a eles relativos, salvo nas hipóteses de arrematação em hasta pública, em que a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.
§ 2º Quando um imóvel possuir mais de um proprietário, titular do domínio útil ou possuidor, o imposto será lançado à critério da Administração Tributária, e todos assumirão a qualidade de responsáveis solidários tributários.
§ 3º Tratando-se de bem imóvel objeto de contrato de compra e venda, o lançamento do imposto poderá ser procedido, indistintamente, em nome do promitente vendedor ou do compromissário comprador.
§ 4º Tratando-se de bem imóvel objeto de enfiteuse, usufruto ou fideicomisso, será efetuado o lançamento do imposto em nome do enfiteuta, do usufrutuário ou do fiduciário
§ 5º Na hipótese de condomínio, o lançamento será procedido:
a) quando "pro-indiviso" em nome de todos ou de qualquer dos co-proprietários;

b) quando "pro-diviso" em nome do proprietário, do titular do domínio útil ou do possuidor da unidade autônoma.

Seção III
Das Isenções

Art. 114. São isentos do pagamento IPTU os contribuintes, aposentados ou não, portadores das seguintes moléstias: Câncer; Tuberculose ativa; Alienação Mental; Esclerose Múltipla; Mal de Alzheimer; Neoplasia Maligna; Cegueira total; Hanseníase; Paralisia irreversível e incapacitante; Cardiopatia grave; Doença de Parkinson; Espondiloartrose anquilosante; Nefropatia grave; estados avançados da Doença de Paget (osteíte deformante); Contaminação por radiação; Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS); Hepatopatia grave; Fibrose cística (mucoviscidose), que sejam proprietários ou possuidores de 1 (um) único imóvel, de até 70 m² (setenta metros quadrados), destinado exclusivamente para uso residencial, cuja renda mensal no núcleo familiar seja inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo nacional.
§ 1º Para fazer jus ao benefício previsto neste artigo, o contribuinte ou seu representante legal deverá apresentar requerimento à Administração Tributária, acompanhado de documentação suficiente para comprovar as condições estabelecidas.
§ 2° O requerimento deverá ser apresentado até o dia 30 de junho do ano anterior em relação ao qual se pretende a isenção, devendo ser renovado a cada 2 (dois) anos.
§ 3º A concessão do benefício se dará por decisão da autoridade competente, que o indeferirá ou suspenderá se não preenchidos ou deixarem de ser atendidos, a qualquer tempo, os requisitos estabelecidos no *caput* ou se não observado o disposto nos §§ 1° e 2° ou em regulamento.
§ 4º Sem prejuízo da possibilidade de a Administração Tributária solicitar informações e documentos a qualquer tempo, o regulamento poderá dispor sobre o procedimento para o requerimento e análise do benefício previsto neste artigo.

Art. 115. Fica também isento do imposto o imóvel:
I - ou fração, cedido em locação, comodato ou cessão a qualquer título aos órgãos da administração direta ou indireta do Município de Renascença, do Estado do Paraná ou da União, pelo prazo da cessão, locação ou comodato;
II - pertencente a agremiação desportiva licenciada quando utilizado efetiva e habitualmente no exercício de suas atividades sociais;
III - pertencente ou cedido gratuitamente a sociedade ou instituição sem fins lucrativos que se destine a congregar classes patronais ou trabalhadoras, com a finalidade de realizar sua união, representação, defesa, elevação de seu nível cultural, físico ou lucrativo;
IV - pertencente a sociedade civil sem fins lucrativos e destinado ao exercício de atividades culturais, recreativas ou esportivas;
V - os imóveis declarados de utilidade pública para fins de desapropriação, a partir da parcela correspondente ao período de arrecadação do imposto em que ocorrer a imissão de posse, judicial ou administrativa, ou a ocupação efetiva pelo expropriante;
VI - com áreas verdes, de reserva legal ou de preservação permanente e que não se lhe possa dar destinação diversa da imposta por lei, enquanto durar tal situação, desde que devidamente averbadas à margem das matrículas no Registro Imobiliário e cercadas.
§ 1º O disposto nos incisos II, III e IV deste artigo está subordinado à comprovação, pelas entidades nele referidas, dos seguintes requisitos:
I - não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou suas rendas a título de lucro ou participação no seu resultado;
II - manter escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades capazes de assegurar sua exatidão.
§ 2° Para fazer jus ao benefício previsto neste artigo, o contribuinte ou seu representante legal deverá apresentar, anualmente, requerimento à Administração Tributária, acompanhado de documentação suficiente para comprovar as condições estabelecidas.
§ 3° O requerimento deverá ser apresentado até o dia 30 de junho do ano anterior em relação ao qual se pretende a isenção, exceto no caso do inciso V.
§ 4º A concessão do benefício se dará por decisão da autoridade competente, que o indeferirá ou suspenderá se não preenchidos ou deixarem de ser atendidos, a qualquer tempo, os requisitos estabelecidos nos incisos I a VI do *caput* ou se não observado o disposto nos §§ 1°, 2° e 3° ou em regulamento.
§ 5º Sem prejuízo da possibilidade de a Administração Tributária solicitar informações e documentos a qualquer tempo, o regulamento poderá dispor sobre o procedimento para o requerimento e análise do benefício previsto neste artigo.

Art. 116. Sem prejuízo das disposições dos arts. 114 e 115, constatada pela Administração Tributária a existência de informações ou documentação falsas, além do imediato cancelamento do benefício, será emitida notificação ao contribuinte para o recolhimento dos tributos anteriormente dispensados, acrescido de multas no percentual de 100% (cem por cento) do valor devido, sem prejuízo da responsabilidade criminal.
Parágrafo único. A Administração Tributária poderá convocar os beneficiários, a qualquer tempo, seja de forma geral ou individual, para comprovação do atendimento às condições exigidas na legislação para gozo do benefício.

Art. 117. O beneficiário de isenção deve comunicar à Administração Tributária, no prazo de 30 (trinta) dias, qualquer ocorrência que possa implicar o cancelamento do benefício.
§ 1º As isenções serão canceladas quando caracterizada a insubsistência das razões que as determinaram.
§ 2º A concessão de isenção tem caráter pessoal e não gera direito adquirido.
§ 3º A isenção prevista nessa seção não desobriga o contribuinte do pagamento dos demais tributos municipais.

Seção IV
Da Base de Cálculo

Art. 118. A base de cálculo do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana é o valor venal do imóvel, no tempo em que se materializar o fato gerador, a ser apurada mediante:
I - elementos e dados conhecidos pela Administração Tributária, inclusive pelos dados existentes no cadastro imobiliário;
II - arbitramento, nos casos previstos nesta Lei;
III - avaliação especial, nos casos previstos nesta Lei.
§ 1º A fim de que o valor venal represente, efetiva ou potencialmente, o valor de transação ou venda no mercado, a administração municipal realizará, sempre que necessário, a revisão das plantas de valores.
§ 2º Os valores unitários do metro quadrado da edificação e do terreno serão atualizados anualmente de acordo com critérios estabelecidos em Lei, vedada a atualização superior ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (IBGE) ou outro índice que vier a substituí-lo.
§ 3º A inclusão de novos logradouros ou a atualização das características dos existentes, para fins de atualização da Planta Genérica de Valores, poderá ser efetivada por meio de Decreto.

Art. 119. O valor venal do imóvel, correspondente à soma do valor venal do terreno e do valor venal da edificação, será definido na forma prevista em Lei.
§ 1º Para o levantamento e aprovação dos valores unitários padrão dos terrenos e das edificações, observados os critérios estabelecidos em Lei, poderá o Poder Executivo constituir comissões integradas por servidores ou por servidores e membros da sociedade que possuam conhecimento técnico, além de contratar serviços especializados como apoio.
§ 2º Para efeito de apuração do valor venal, será deduzida a área que for declarada de utilidade pública para desapropriação pelo Município, pelo Estado ou pela União.

Art. 120. Aplica-se o critério do arbitramento para a determinação do valor venal, quando:
I - o contribuinte impedir o levantamento dos elementos necessários à apuração do valor venal;
II - o imóvel se encontrar fechado e o contribuinte não for localizado.
Parágrafo único. Nos casos referidos nos incisos I e II deste artigo, o cálculo das áreas do terreno e da edificação será feito por estimativa, levando-se em conta os elementos circunvizinhos e enquadrando-se o tipo de construção com o de edificações semelhantes.

Art. 121. Aplica-se o critério da avaliação especial para a fixação do valor venal, mediante requerimento do contribuinte, exclusivamente nos casos de:
I - lotes desvalorizados devido a formas extravagantes ou conformações topográficas muito desfavoráveis;
II - terrenos alagadiços, pantanosos ou sujeitos a inundações periódicas;
III - terrenos que, pela natureza do solo, se tornem desfavoráveis à edificação ou outra destinação;
IV - situações omissas que possam conduzir à tributação injusta.

Seção V
Das Alíquotas

Art. 122. O montante do imposto é encontrado pela aplicação da alíquota à base de cálculo, apuradas na forma da Lei.

Art. 123. Para a unidade imobiliária com construção em andamento, a alíquota aplicável será a mesma utilizada para os terrenos.

Art. 124. Fica instituída no Município de Renascença a alíquota do IPTU, progressiva no tempo, em área definida no Plano Diretor, incidente sobre imóvel não edificado, subutilizado ou não utilizado, com acréscimo dos seguintes percentuais nas alíquotas previstas na Planta Genérica de Valores:
I - 1% (um por cento), no primeiro exercício após vencido o prazo de que trata o § 2º deste artigo;
II - 2% (dois por cento), no segundo exercício;
III - 3% (três por cento), no terceiro exercício;
IV - 4% (quatro por cento), no quarto exercício;
V - 5% (cinco por cento), no quinto exercício e seguintes.
§ 1º A aplicação do IPTU, progressivo no tempo, nos termos deste artigo, far-se-á após vencido o prazo fixado no § 2º para que o contribuinte de imóvel a que se refere o *caput* proceda ao uso do solo ou edificação compulsórios.
§ 2º O prazo a que se refere o § 1° será de 2 (dois) anos, contados a partir da notificação ao contribuinte do IPTU para parcelamento ou edificação compulsórios.
§ 3º Cessará a aplicação do disposto no *caput* deste artigo, conforme o caso, a partir do exercício subsequente àquele em que for procedido ao parcelamento do solo ou iniciada a construção de edificação regularmente licenciada desde que esta tenha curso normal e não seja paralisada.
§ 4º A transferência da propriedade não interrompe a progressividade.
§ 5° O disposto neste artigo não se aplica a terrenos regularmente inseridos em condomínios.

Seção VI
Do Lançamento e da Impugnação

Art. 125. O lançamento do imposto será procedido de ofício, anualmente, no início de cada exercício financeiro, com base nos dados constantes no cadastro imobiliário do Município.
§ 1º O lançamento poderá ser feito para cada unidade imobiliária autônoma.
§ 2º Poderão, a critério da Administração Tributária, ser lançados junto com o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, outros tributos municipais.
§ 3º Se verificada, no cadastro imobiliário, a falta de dados necessários ao lançamento do imposto, decorrente da existência de imóvel não cadastrado, o lançamento será efetuado com base nos dados apurados mediante procedimento fiscal.
§ 4º O imposto será lançado independentemente da regularidade jurídica dos títulos de propriedade, domínio útil ou posse do terreno, ou da satisfação de quaisquer exigências administrativas para utilização do imóvel.

Art. 126. O lançamento é efetuado em nome do proprietário, do titular do domínio útil ou do possuidor do imóvel, e ainda do espólio ou da massa falida.
§ 1º Nos imóveis sob promessa de compra e venda, o lançamento pode ser efetuado em nome do compromissário comprador, do promitente vendedor, ou de ambos, sendo, em qualquer dos casos, solidária a responsabilidade pelo pagamento do imposto.
§ 2º Os imóveis objeto de enfiteuse, usufruto ou fideicomisso são lançados em nome do enfiteuta, do usufrutuário ou do fiduciário.
§ 3º Para os imóveis sob condomínio, o lançamento será efetuado:
I - quando "pro-diviso", em nome do proprietário, do titular do domínio útil ou do possuidor da unidade autônoma, um lançamento para cada imóvel, ainda que contíguos ou vizinhos e pertencentes ao mesmo contribuinte;
II - quando "pro-indiviso", em nome de um, de alguns ou de todos os condôminos, sem prejuízo, nas duas primeiras situações, da responsabilidade solidária dos demais.
§ 4º O lançamento é sempre efetuado, ainda que se trate de imóvel cujo proprietário seja desconhecido ou encontre-se em local incerto e não sabido, devendo o Poder Executivo regulamentar tais situações.
§ 5º Sem prejuízo do disposto neste artigo, o lançamento poderá ser efetuado em nome de quem estiver cadastrado o imóvel na repartição e à vista da situação da unidade imobiliária, quer declarados pelo sujeito passivo, quer apurados pela Administração Tributária, à época da ocorrência do fato jurídico tributário.

Art. 127. O lançamento do imposto será notificado aos sujeitos passivos de forma global e impessoal, através de publicação única de edital no órgão de divulgação oficial do Município, sem prejuízo da adoção de outras formas previstas neste Código.
§ 1º A notificação do lançamento indicará apenas a data em que o mesmo se efetivou e o prazo para retirada dos documentos de arrecadação, pelos contribuintes, junto à repartição competente.
§ 2º O edital de notificação conterá:
I - prazo para pagamento;
II - prazo para solicitação de isenção do imposto, se for o caso;
III - prazo para impugnação da exigência;
IV - locais para retirada do documento de arrecadação do imposto ou segunda via.
§ 3º Considera-se, também, regularmente notificado o sujeito passivo com a entrega do carnê de pagamento ou boleto de pagamento pessoalmente, por via eletrônica, ou por via postal no seu domicílio.

Art. 128. Discordando do lançamento, o contribuinte poderá encaminhar, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência do lançamento previsto no art. 127, pedido de revisão fundamentado à Administração Tributária, para reavaliação.
§ 1º Continuando em desacordo, é facultado ao contribuinte encaminhar reclamação, na forma disciplinada neste Código.
§ 2º O pedido de revisão contra o lançamento do IPTU de que trata o *caput* deste artigo suspende a exigibilidade do crédito tributário.

Seção VII
Da Arrecadação

Art. 129. O recolhimento do IPTU se dará nos prazos e condições constantes da respectiva notificação ou do regulamento.
§ 1º O imposto pode ser pago em parcelas mensais conforme estabelecido no edital de que trata o art. 127, no máximo de 5 (cinco), observado o valor mínimo de 0,5 (zero vírgula cinco) VBR de cada parcela.
§ 2º O pagamento do imposto de uma só vez, até a data de vencimento, gozará de redução de até 10% (dez por cento) no valor do imposto.
§ 3º A falta de pagamento do imposto nas datas estabelecidas implica em acréscimos legais previstos no art. 30 desta Lei.

Art. 130. Para o fato gerador ocorrido, inicialmente, na data de concessão do "habite-se", o imposto será recolhido no ato da inscrição cadastral do imóvel, de uma só vez.

Art. 131. Não será apreciado pelo Poder Executivo nenhum pedido de alvará de construção, reforma, modificação, ampliação ou acréscimo de área construída sem que o requerente faça prova do pagamento dos tributos correspondentes.

Art. 132. O pagamento do imposto não implica reconhecimento, pelo Município, para quaisquer fins, da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do imóvel.

CAPÍTULO III

DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO "INTER VIVOS", A QUALQUER TÍTULO, POR ATO ONEROSO, DE BENS IMÓVEIS, POR NATUREZA OU ACESSÃO FÍSICA, E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS, EXCETO OS DE GARANTIA, BEM COMO CESSÃO DE DIREITOS À SUA AQUISIÇÃO

Seção I
Do Fato Gerador e Da Incidência

Art. 133. O imposto de competência do Município, sobre a transmissão "inter vivos" a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física e de direitos reais, bem como cessão de direitos a sua aquisição a eles relativos, tem como fato gerador:
I - a transmissão “inter vivos” a qualquer título, por ato oneroso, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis, por natureza ou acessão física, como definidos na lei civil;
II - a transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais em garantia;
III - a cessão de direitos reais de aquisição relativos às transmissões referidas nos incisos I e II.
§1º O imposto é devido quando os bens imóveis transmitidos, ou sobre os quais versarem os direitos, se situarem no território deste Município, ainda que a mutação patrimonial decorra de ato ou contrato celebrado ou de sucessão aberta fora do território municipal.
§ 2º Estão compreendidos na incidência do imposto:
I - compra e venda;
II - dação em pagamento;
III - permuta;
IV - arrematação ou adjudicação em leilão, hasta pública ou praça, bem como as respectivas cessões de direitos;
V - transferência de bem imóvel ou direito real sobre imóvel ao patrimônio de pessoa jurídica para pagamento de capital, na parte do valor do imóvel não utilizada na realização do capital;
VI - reposições onerosas que ocorram:
a) referentemente aos imóveis que, na divisão de patrimônio comum ou partilha, forem atribuídos a um dos cônjuges separados ou divorciados, ao cônjuge supérstite ou a qualquer herdeiro;
b) nas divisões para extinção de condomínio de bens imóveis, quando qualquer condômino receber quota-parte cujo valor seja maior do que o de sua quota-parte ideal.
VII - na instituição, translação, cessão ou extinção do direito de superfície;
VIII - cessão de direito à herança ou legado de bens imóveis ou de direitos a eles relativos;
IX - cessão dos direitos de opção de venda, desde que o optante tenha direito à diferença de preço e não simplesmente à comissão;
X - distrato, consolidação e retrovenda;
XI - todos os demais atos onerosos translativos de imóveis, por natureza ou por acessão física, e de direitos reais sobre imóveis.

Art. 134. Consideram-se bens imóveis para os fins do imposto:
I - o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente;
II - os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram;
III - o direito à sucessão aberta.

Art. 135. Considera-se ocorrido o fato gerador com o registro do título translativo de propriedade do bem imóvel ou de direito real a ele relativo, exceto os de garantia, na sua respectiva matrícula imobiliária perante o ofício de registro de imóveis competente.
Parágrafo Único. Para a transcrição do título de transferência no Registro de Imóveis é obrigatório o pagamento do imposto previsto neste capítulo.

Seção II
Da não incidência e das isenções

Art. 136. O imposto não incide sobre a transmissão dos bens e/ou direitos referidos no art. 135 quando:
I - a operação estiver sendo feita para sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital nela subscrito em relação ao valor correspondente a ele;
II - a operação for decorrente da incorporação, fusão, cisão ou extinção de pessoa jurídica;
III - o adquirente for a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações;
IV - o adquirente for instituição de educação e assistência social, para atendimento de suas finalidades essenciais ou delas decorrentes, desde que:
a) não distribuam qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no resultado;
b) apliquem integralmente no País os seus recursos na manutenção e no desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
c) mantenham escrituração de suas respectivas receitas e despesas, em Livros revestidos de formalidades capazes de assegurar perfeita exatidão.
V - o adquirente for partido político ou templo de qualquer culto;
VI - efetuada para a desincorporação dos bens ou direitos anteriormente transmitidos ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, quando estes bens reverterem aos mesmos alienantes;
VII - na usucapião e na desapropriação;
VIII - na extinção do condomínio, cuja distribuição dos bens imóveis ocorra em partes iguais entre os condôminos.
§ 1º O imposto não incide sobre a transmissão aos mesmos alienantes, dos bens e direitos adquiridos na forma do inciso I deste artigo, em decorrência de sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos.
§ 2º O disposto nos incisos I e II deste artigo não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tiver como atividade predominante a compra e venda de bens imóveis ou de seus direitos reais, a locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.
§ 3º Considera-se caracterizada a atividade preponderante de que trata o § 2º, quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores e nos 2 (dois) anos subseqüentes à aquisição, decorrer de transações mencionadas.
§ 4º Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no § 2º, levando- se em conta os 3 (três) primeiros anos seguintes à data da aquisição.
§ 5º Para fins de apuração da preponderância, nos termos dos §§ 2º e 3º, a pessoa jurídica deverá apresentar à Administração Tributária a documentação contábil no exercício imediatamente posterior ao do término do período que servirá de base para apuração da preponderância, sem prejuízo de solicitação posterior de outros documentos necessários ao procedimento fiscal, tanto da pessoa jurídica quanto de seu quadro societário ou equivalente, desde que vinculados ao mesmo e no interesse da fiscalização tributária.
§ 6º O procedimento fiscal de análise dos pedidos de imunidade e/ou fiscalização concedidos sob forma condicionada, nos termos do artigo 156, § 2º, inciso I, da Constituição Federal e do artigo 37 e parágrafos do Código Tributário Nacional, apurará, ainda, a observância às normas e princípios contábeis vigentes, quanto à escrituração da empresa e aos documentos apresentados.
§ 7º Verificada a preponderância referida neste artigo, tornar-se-á o imposto, corrigido monetariamente, nos termos da lei vigente à data da aquisição, sobre o valor do bem ou direito nessa data.
§ 8º O disposto no § 2º deste artigo não se aplica à transmissão de bens ou direitos, quando realizada em conjunto com a totalidade do patrimônio da pessoa jurídica alienante.

Seção III
Da Base de Cálculo

Art. 137. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel objeto da transmissão ou da cessão de direitos reais a ele relativos, assim considerado o valor pelo qual o bem ou direito seria negociado à vista, em condições normais de mercado, na data em que ocorrido o fato gerador.
§ 1º O valor venal será determinado pela Administração Tributária mediante avaliação, a qual observará, para tanto, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, relativas à avaliação de imóveis.
§ 2º No caso de aquisição através de Arrematação Judicial - Hasta Pública, o valor venal será aquele alcançado na arrematação,

devidamente atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA desde a data do leilão.
§ 3º Não serão abatidas do valor venal quaisquer dívidas que onerem o imóvel transmitido.

Art. 138. A apuração da base de cálculo observará as seguintes situações específicas:
I - na dissolução da sociedade conjugal a base de cálculo será o valor dos bens imóveis incluídos no quinhão de um dos cônjuges, que ultrapasse a meação;
II - na transmissão de terreno ou fração ideal com edificação inacabada ao tempo da transmissão da propriedade, a base de cálculo será composta pelo valor do terreno e da edificação no estado em que se encontrar no momento em que o adquirente assumiu o ônus da construção, por conta própria ou de terceiros;
III - na transmissão de fração ideal de terreno com previsão de construção de unidade imobiliária para entrega futura, a base de cálculo será o valor venal do imóvel como se pronto estivesse, salvo se comprovado que o contribuinte assumiu o ônus da construção por conta própria ou de terceiros.

Seção IV
Das Alíquotas

Art. 139. Apurada a base de cálculo, o imposto será calculado mediante a aplicação da alíquota de 2% (dois por cento).

Seção V
Do Sujeito Passivo

Art. 140. São contribuintes do imposto:
I - nas transmissões, por ato oneroso, o adquirente;
II - nas cessões de direito, o cessionário;
III - nas permutas, cada um dos permutantes.

Art. 141. Respondem solidariamente pelo pagamento do imposto:
I - o transmitente;
II - o cedente;
III - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, relativamente aos atos por eles ou perante eles praticados, em razão de seu ofício, ou pelas omissões de que forem responsáveis.

Seção VI
Do Lançamento e da Impugnação

Art. 142. A Administração Tributária poderá, a seu critério, realizar a emissão de guias de ITBI por meio eletrônico ou similar, conforme regulamento.

Art. 143. O lançamento do imposto dar-se-á por declaração, ficando o declarante sujeito às penalidades previstas neste código, especialmente no caso de declaração falsa ou omissa.

Art. 144. Serão lançados de ofício:
I - o valor do imposto e dos acréscimos legais devidos, quando não houver recolhimento ou em caso de pagamento a menor;
II - o valor do imposto e dos acréscimos legais devidos, será apurado pela Administração Tributária, por meio de processo de arbitramento, nos termos da legislação tributária municipal, quando as declarações, os documentos ou esclarecimentos prestados pelo sujeito passivo ou por terceiro legalmente obrigado, forem omissos ou não merecerem fé;
III - a diferença entre o valor apurado e o pretendido pelo contribuinte, quando não houver concordância com o valor da base de cálculo revisada por meio de processo administrativo.
§ 1º - Ocorrendo a hipótese dos incisos I e II deste artigo, o contribuinte será notificado para, no prazo de 30 (trinta) dias, recolher o imposto ou apresentar reclamação.
§ 2º - Na hipótese do inciso III, o valor lançado de ofício será imediatamente suspenso e o processo de revisão será convertido em reclamação, nos termos deste Código.

Art. 145. Discordando do valor da base de cálculo do imposto, o contribuinte poderá apresentar impugnação à Administração Tributária, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, declinando as razões de fato e de direito que fundamentam o pedido, acompanhada de documentação hábil a comprovar o alegado.

Art. 146. O imposto não pago no vencimento será calculado sobre o valor venal atribuído ao imóvel na data da emissão da guia de ITBI, acrescido de multa prevista legalmente sobre o valor do imposto, correção monetária e juros moratórios a partir do mês imediato ao do vencimento, contando-se como mês completo qualquer fração dele, que incidirão sobre o valor integral do crédito tributário, assim considerado o principal acrescido da atualização monetária.

Seção VII
Da Arrecadação e Da Restituição

Art. 147. O imposto será pago em qualquer agência autorizada da rede bancária, mediante apresentação da guia do imposto, observados os prazos de validade da estimativa fiscal:
I - até a data do registro no Cartório de Registro de Imóveis competente do instrumento que servir de base à transmissão, quando realizada no Município;
II - no prazo de 30 (trinta) dias:
a) do registro no Cartório de Registro de Imóveis competente do instrumento referido no inciso I, quando realizada fora do Município;
b) do trânsito em julgado da decisão, se o título de transmissão for sentença judicial;
c) da expedição do documento hábil para o registro da transmissão quando a alienação decorrer de hasta pública;
d) da assinatura, pelo agente financeiro, do instrumento da hipoteca, quando se tratar de transmissão ou cessão financiada por instituição bancária;
e) após o decurso do período de verificação da condição de imunidade nos casos de integralização de capital social, quando devido o imposto.

Art. 148. O imposto será restituído, no todo ou em parte, na forma que dispuser o regulamento, nas seguintes hipóteses:
I - quando não se realizar o ato ou contrato em virtude do qual houver sido pago;
II - quando declarada a nulidade do ato ou contrato em virtude do qual o imposto houver sido pago em decisão judicial passada em julgado;
III - quando for reconhecida, posteriormente ao pagamento do imposto, a não incidência ou o direito à isenção;
IV - quando o imposto houver sido pago a maior.

CAPÍTULO IV
DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

Seção I
Do Fato Gerador e Da Incidência

Art. 149. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN tem como fato gerador a prestação de serviços constantes na lista no Anexo II, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.
§ 1°O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.
§ 2°Os serviços expressos na lista do Anexo II ficam sujeitos ao ISSQN, mesmo quando envolvam o fornecimento de mercadoria, salvo as exceções previstas na própria lista.
§ 3° O imposto incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.
§ 4°A incidência do imposto independe:
I - da denominação dada ao serviço prestado;
II - da existência de estabelecimento fixo;
III - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas relativas à atividade;
IV - do recebimento do preço ou do resultado econômico oriundo da prestação dos serviços;
V - do caráter permanente ou eventual do serviço prestado.

Art. 150. O imposto não incide sobre:
I - as exportações de serviços para o exterior do País;
II - a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;
III - o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras;
IV - os serviços constantes do subitem 14.05, da lista do Anexo II, quando o objeto, mercadoria ou qualquer outro bem resultante dos serviços prestados for destinado a posterior comercialização ou industrialização.
Parágrafo único. Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

Seção II
Do Local Da Prestação Dos Serviços

Art. 151. O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXIII, quando o imposto será devido no local:
I - do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1°do art. 149;
II - da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista anexa;
III - da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista anexa;
IV - da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa;
V - das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa;
VI - da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa;
VII - da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa;
VIII - da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa;
IX - do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista anexa;
X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;
XI - da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista anexa;
XII - da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista anexa;
XIII - onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista anexa;
XIV - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;
XV - do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista anexa;
XVI - da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista anexa;
XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa;
XVIII - do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;
XIX - da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista anexa;
XX - do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista anexa.
§ 1°No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista do Anexo II, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.
§ 2°No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista do Anexo II, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.
§ 3° Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01.
§ 4° Nas situações em que o prestador de serviços for estabelecido ou domiciliado em Município diverso do Município de Renascença e prestar serviços no território desse, mesmo quando o serviço for considerado prestado e o ISSQN devido conforme regra do *caput* deste artigo, com alíquota efetiva inferior a 2% (dois por cento), o imposto será considerado devido para o Município do estabelecimento tomador, e na falta deste, para o domicílio do tomador.

Seção III
Do Estabelecimento Prestador

Art. 152. Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

Art. 153. Unidade econômica ou profissional é uma unidade física, organizacional ou administrativa, não necessariamente de natureza jurídica, onde o prestador de serviço exerce atividade econômica ou profissional.

Art. 154. A existência da unidade econômica ou profissional é identificada pela conjunção, parcial ou total dos seguintes elementos:
I - manutenção de pessoal, de material, de mercadoria, de máquinas de instrumentos e de equipamentos;
II - estrutura organizacional ou administrativa;
III - inscrição em órgãos públicos, inclusive previdenciários;
IV - indicação como domicílio tributário para efeito de outros tributos;
V - permanência ou ânimo de permanecer no local para a exploração econômica ou social da atividade exteriorizada através de indicação do endereço em impressos, formulários ou correspondência, contrato de locação do imóvel, propaganda ou publicidade ou em contas de telefone, de fornecimento de energia elétrica de água ou de gás.

Art. 155. Caracterizam-se como estabelecimentos autônomos:
I - os pertencentes a diferentes pessoas físicas ou jurídicas, ainda que no mesmo ramo de atividade exercidos no mesmo local;
II - os pertencentes a mesma pessoa física ou jurídica, localizados em endereços distintos.
Parágrafo único. Não se compreende como locais diversos dois ou mais prédios contíguos em que se comuniquem, internamente, com vários pavimentos de um mesmo prédio.

Seção IV
Da Base De Cálculo

Art. 156. A base de cálculo do ISSQN é o preço do serviço, como tal é considerada a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução, excetuados os descontos ou abatimentos concedidos independentemente de qualquer condição.

§ 1º Na falta de preço do serviço, ou não sendo ele desde logo conhecido, será adotado o preço corrente na praça do prestador.
§ 2º Quando os serviços descritos nos subitens 3.03, 7.02, 7.04, 7.05, 7.15, 7.16 e 7.17 da lista do Anexo II forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ao número de postes, ou à área ou extensão da obra, existentes no Município.
§ 3º Na prestação dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista do Anexo II, o imposto devido ao Município será calculado sobre a receita bruta arrecadada em todos os postos de cobrança de pedágio da rodovia explorada, dividida na proporção direta da extensão da rodovia explorada dentro do território do Município.

Subseção I
Da Base de Cálculo na Construção Civil

Art. 157. Para fins de determinação da base de cálculo do ISSQN, podem ser deduzidos do preço dos serviços previstos nos subitens 7.2 e 7.5 da lista do Anexo II deste Código, os valores dos materiais produzidos pelo prestador dos serviços, fora do local da obra, mediante prova documental de que os materiais tenham sido objeto de recolhimento de ICMS.
§ 1º Os materiais mencionados no caput deste artigo são aqueles produzidos pelo prestador do serviço e que se incorporarem direta e definitivamente à obra, perdendo sua identidade física no ato da incorporação.
§ 2º serão deduzidos apenas os materiais utilizados como insumo na obra, vedada a dedução de equipamentos, escoras, madeiras utilizadas como formas, materiais de instalação provisória, ferramentas, uniformes, materiais de higiene ou segurança, ou quaisquer outros que não se integrem definitivamente à obra.
§ 3º A comprovação dos materiais a serem deduzidos do preço do serviço será feita por nota fiscal de saída do estoque do prestador do serviço, emitida com o endereço e a identificação da obra realizada.
§ 4º No caso do parágrafo anterior, para comprovação do valor dos materiais, o prestador do serviço deverá apresentar laudo técnico do profissional responsável pela execução atestando que tais materiais foram efetivamente empregados naquela obra.
§ 5º Será deduzido da base de cálculo o valor das subempreitadas já tributadas pelo ISSQN.
§6º O Chefe do Poder Executivo, mediante Regulamento, poderá estender a dedução para os materiais fornecidos pelo prestador do serviço, desde que tenham sido objeto de recolhimento de ICMS e incorporados ao imóvel de forma definitiva.
§ 6º Para os fins do disposto no caput deste artigo, o prestador de serviços deverá adotar centro de custo por obra e ter controle de estoque de materiais dedutíveis da base de cálculo do ISSQN, devidamente comprovado por meio de documentos idôneos.
§ 7º Não será permitida a dedução de materiais da base de cálculo do ISSQN quando não comprovado o seu valor ou quando a documentação comprobatória apresentada não mereça fé.

Art. 158. Em substituição à dedução do valor efetivo dos materiais empregados na obra, é facultado ao sujeito passivo tributário optar pelo estabelecimento da base de cálculo presumida quando se tratar de obra de construção civil, reconstrução, reforma, acréscimo ou demolição, referida nos subitens 7.02, 7.04, 7.05 e 7.19 da lista do Anexo II.
§ 1º Dedução presumida é um regime simplificado de apuração da base de cálculo, que deduz diretamente da receita bruta o valor estimado de materiais aplicados nos serviços.
§ 2º O valor estimado dos materiais aplicados, no regime de dedução presumida, é o resultante da multiplicação do montante da receita bruta pelo percentual correspondente de até 50% (cinquenta por cento).
§ 3º A base de cálculo no regime de dedução presumida corresponderá à receita bruta deduzida do valor estimado apurado na forma do § 2º, não possibilitada a dedução cumulativa dos materiais efetivamente aplicados nos serviços.
§ 4º Observado o limite previsto no § 2º, deste artigo, o prestador indicará no documento fiscal de prestação de serviços o valor da dedução.
§ 5º A Administração Tributária poderá rever, a qualquer tempo, as informações prestadas e o percentual indicados pelo prestador no documento fiscal de prestação de serviço, emitindo-se:
I - Autorização de Abatimento, em caso de conformidade;
II - Autorização de Abatimento Retificadora, no caso de divergências apuradas.
§ 6º No caso do inciso II, do § 5º, deste artigo, a Administração Tributária lançará de ofício as diferenças apuradas e emitirá guia complementar para recolhimento do imposto pelo tomador ou pelo prestador, sem prejuízo da correção monetária, acréscimos e penalidades previstas neste código.
§ 7º A apuração da base de cálculo presumida será disciplinada em regulamento.

Art. 159. A apuração da base de cálculo presumida dispensa o prestador dos serviços do controle e de registros específicos dos materiais adquiridos com relação a cada obra, sem dispensar, no entanto, da guarda dos documentos fiscais de aquisição ou transferência enquanto não extinto o crédito tributário pela decadência e pela prescrição.
§1º Somente poderá optar pelo regime da base de cálculo presumida o prestador do serviço que fornecer a totalidade dos materiais empregados na obra.
§ 2º A base de cálculo presumida será permitida somente se houver contrato escrito tendo por objeto a prestação do serviço de construção civil com fornecimento da totalidade dos materiais.

Art. 160. Consumada a opção pelo regime de dedução presumida, o prestador dos serviços não mais poderá modificá-la até a conclusão da obra.

Art. 161. A opção pelo regime de dedução presumida deverá ocorrer no momento da emissão do primeiro documento fiscal relativo ao serviço contratado, conforme regras estabelecidas em regulamento.
§ 1º A ausência da opção prevista no *caput* deste artigo, implica apuração da base de cálculo do imposto pelo valor da receita bruta de cada documento de prestação de serviços.
§ 3º Para a emissão do documento fiscal de prestação de serviço deverá ser observado o disposto em regulamento.

Art. 162. Concluída a obra de construção civil, o responsável deverá apresentar à Administração Tributária os documentos fiscais e contábeis, bem como outros que a fazenda julgar necessários à apuração do ISSQN relativo àquela obra.
§ 1º A Administração Tributária arbitrará o valor do ISSQN incidente sobre os serviços prestados no decorrer da obra, quando:
I - não forem apresentados em sua totalidade os documentos contábeis, fiscais ou outros relacionados à obra, necessários à apuração do imposto;
II - os registros contábeis ou fiscais consignados nos documentos apresentados não refletirem com precisão as operações relativas à obra;
III - não for possível individualizar os registros da obra nos documentos contábeis e fiscais ou nos demais documentos apresentados.
§ 2º Quando o valor do ISSQN for apurado por meio de arbitramento, deverão ser deduzidos os recolhimentos já efetuados, desde que tais recolhimentos refiram-se aos mesmos serviços considerados no arbitramento.
§ 3º O prestador do serviço deverá manter registros individualizados para cada obra de forma a evidenciar a apuração da base de cálculo do tributo municipal.

Art. 163. A certidão de "Habite-se" somente será emitida mediante comprovação:
I - do recolhimento das taxas e preços públicos relacionados aos serviços e procedimentos necessários à sua emissão;
II - da apresentação dos documentos e informações requeridos pela Administração Tributária, necessários à apuração do ISSQN relacionado aos serviços prestados na obra.

Subseção II
Da Base de Cálculo nos Serviços Cartorários

Art. 164. A base de cálculo sobre as atividades desenvolvidas por notários, tabeliães e registradores públicos será calculada sobre o valor dos emolumentos recebidos pelos serviços prestados, deduzidos os valores condizentes:
I - à receita do Estado, em decorrência do processamento da arrecadação e respectiva fiscalização;
II - dos selos de fiscalização, das taxas judiciárias e do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário;
III - repassado a juízes de paz conforme tabelas oficiais.
§ 1º A comprovação dos valores relativos ao item não sujeito à tributação do ISSQN se fará mediante demonstração pelo contribuinte dos repasses efetuados, conforme a legislação específica que os rege.
§ 2º Os tabeliães e escrivães deverão destacar em documento fiscal o imposto devido sobre as receitas dos serviços prestados.
§ 3º Inclui-se na base de cálculo do imposto, no mês de seu recebimento, os valores recebidos pela compensação de atos gratuitos ou de complementação de receita mínima da serventia.

Subseção III
Estimativa Fiscal

Art. 165. O imposto poderá ser calculado e recolhido por estimativa da base de cálculo no termos do Anexo III quando:
I - se tratar de estabelecimento de caráter temporário ou provisório;
II - se tratar de estabelecimento de rudimentar organização;
III - nível de atividade econômica recomendar tal sistemática;
IV - se tratar de estabelecimento cuja natureza da atividade imponha tratamento fiscal especial;
V - quando, pela natureza da atividade, o contribuinte não tiver condições de emitir documentos fiscais ou deixar de cumprir regularmente as obrigações acessórias previstas na legislação.
§ 1º A Administração Tributária, para fixar o valor do imposto por estimativa, levará em consideração, além da capacidade contributiva de cada contribuinte, os seguintes fatores:
I - o tempo de duração e a natureza do evento ou da atividade;
II - o preço corrente dos serviços;
III - os valores das despesas decorrentes da prestação do serviço;
IV - a comparação com eventos ou atividades já ocorridas, em condições similares;
V - a localização e o porte econômico do prestador do serviço.
§ 2º A Administração Tributária pode, a qualquer momento:
I - rever os valores estimados, mesmo no curso do período considerado;
II - cancelar a aplicação do regime, de forma geral, parcial ou individual.

Art. 166. Feito o enquadramento do contribuinte no regime de estimativa, ou quando da revisão dos valores, a Administração Tributária efetuará a notificação do valor do tributo fixado e da importância das parcelas a serem mensalmente recolhidas.

Art. 167. Sendo insatisfatórios os meios normais de controle, a Administração Tributária poderá exigir do contribuinte, a adoção de outros instrumentos, inclusive máquinas e equipamentos ou documentos especiais necessários à perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida e do imposto devido.

Art. 168. A inclusão do contribuinte no regime previsto nesta Subseção não o dispensa do cumprimento das obrigações acessórias.

Subseção IV
Do Regime Fixo De Recolhimento Do ISSQN

Art. 169. As prestações de serviços consistentes no trabalho pessoal do próprio contribuinte serão gravadas por tributo fixo anual, nos seguintes valores:
I - sobre serviços prestados por profissionais de nível superior o valor do imposto é de 7 (sete) VBRs.
II - demais profissionais, o valor do imposto é de 3 (três) VBRs;
§ 1º A regra deste artigo aplica-se somente aos prestadores de serviços regularmente inscritos em cadastro fiscal.
§ 2º O ISSQN deverá ser recolhido pelos motoristas, na condição de profissional autônomo, ou de Microempreendedor Individual - MEI, sem prejuízo da incidência sobre os serviços prestados pelo aplicativo ou outra plataforma relativa à comunicação em rede para intermediação entre o usuário e o motorista.
§ 3º A plataforma tecnológica fica obrigada a entregar à Administração Tributária, mensalmente e nos termos de regulamentação, as informações sobre os valores recebidos pela prestação do serviço para apuração do ISSQN devido.

Art. 170. As sociedades profissionais, cujos sócios prestem o serviço de forma pessoal, ficam sujeitas ao imposto na forma anual fixa, multiplicado pelo número de profissionais habilitados, sócios, empregados ou não, que prestem serviços em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, desde que:
I - sejam exercentes de atividade de natureza civil, de exercício profissional que não constitua elemento de empresa;
II - não sejam constituídas sob forma de sociedade por ações, ou de outras sociedades comerciais ou a elas equiparadas;
III - não tenham sócio que delas participe tão-somente para aportar capital ou administrar;
IV - não explorem mais de uma atividade de prestação de serviços;
V - não possua pessoa jurídica como sócio;
VI - não terceirizam ou repassem a terceiros os serviços relacionados à atividade da sociedade;
VII - não sejam filiais, sucursais, agências, escritório de representação ou contato, ou qualquer outro estabelecimento descentralizado ou relacionado a sociedade sediada no exterior;
VIII - os profissionais que a compõem devem possuir habilitação específica para a prestação dos serviços;
IX - seus equipamentos, instrumentos e maquinário, sejam necessários à realização da atividade-fim e usados exclusivamente pelo profissional habilitado na execução do serviço pessoal e intelectual em nome da sociedade;
X - não sejam sócios ou acionistas em outras sociedades;
XI - não desenvolvam atividade diversa daquela a que estejam habilitados profissionalmente os sócios.
§1º As atividades limitem-se exclusivamente aos serviços solicitados.
§ 2º O pagamento de pró-labore aos administradores e aos sócios da sociedade profissional, não implica na exclusão do regime de ISSQN fixo.
§ 3º Os prestadores de serviços de que trata este artigo são obrigados à emissão de nota fiscal ou outros documentos exigidos pela Administração Tributária.
§ 4º Equiparam-se às sociedades empresárias, para fins do disposto no inciso II do deste artigo, aquelas que, embora constituídas como sociedade simples, assumam caráter empresarial, em função de sua estrutura ou da forma da prestação dos serviços.

Art. 171. Considera-se ocorrido o fato imponível da prestação de serviço por sociedades profissionais, no dia 1º de janeiro de cada exercício, ou, em se tratando de início de atividade, na data do pedido de inscrição no cadastro fiscal.
§ 1º Tratando-se de pedido originário de inscrição no cadastro fiscal, o valor do imposto será calculado proporcionalmente ao número de meses decorridos entre a data do início da atividade e 31 de dezembro do mesmo exercício.
§ 2º O ISSQN dos uniprofissionais pode ser pago em até 04 parcelas.

Art. 172. O imposto será lançado de ofício.

Seção VI
Das Alíquotas

Art. 173. O imposto será calculado, mediante a aplicação das alíquotas, previstas na tabela do Anexo IV, que é parte integrante desta Lei.
§ 1º A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento) e a máxima é de 5% (cinco por cento).
§ 2º O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no § 1°, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da Lista de Serviços.

Seção VII
Do Sujeito Passivo

Art. 174. O contribuinte do imposto é o prestador do serviço.
§ 1º É solidariamente responsável com o contribuinte pelo recolhimento integral do imposto, inclusive multas e acréscimos legais:
I - o tomador de qualquer serviço tributado neste Município, prestado por pessoa jurídica sem o fornecimento do respectivo documento fiscal;
II - o tomador de serviço descrito nos subitens 3.05, 11.02, 17.05 e 17.10 da lista do Anexo II, sempre que prestado por pessoa jurídica sediada neste Município sem a comprovação do pagamento do imposto devido;
III - o tomador de serviço que não revista a condição de pessoa jurídica, pelos serviços descritos nos subitens 3.05, 11.02, 17.05 e 17.10 da lista do Anexo II desta Lei, sempre que prestados por pessoa jurídica sediada fora deste Município sem a comprovação do pagamento do imposto devido.
§ 2º É responsável solidariamente com o promotor de espetáculos de diversões públicas a entidade proprietária da casa de espetáculos, ficando a mesma obrigada a proceder à retenção e recolhimento do imposto devido nos termos desta Lei, quando o promotor do espetáculo não possuir inscrição no Cadastro Fiscal da Secretaria Municipal de Finanças ou não houver solicitado a liberação prévia do evento.

Art. 175. São responsáveis pela retenção na fonte e respectivo recolhimento:
I - o usuário ou a fonte pagadora do serviço, pelo imposto devido pelo prestador que não emitiu documento fiscal;
II - o usuário ou a fonte pagadora do serviço, pelo imposto devido por serviço prestado que resultar de trabalho pessoal do contribuinte quando este não apresentar comprovante de inscrição no cadastro fiscal;
III - o construtor e o empreiteiro, pelo imposto devido pelo empreiteiro e pelo subempreiteiro;
IV - a distribuidora de loterias e as operadoras de jogos eletrônicos, pelo imposto devido pelas redistribuidoras;
V - o proprietário do estabelecimento, o locatário, o cessionário do espaço, o promotor do evento, ou quem, a qualquer título, ainda que eventualmente, detenha direitos a exploração de espaço, pelo imposto devido pelo prestador nos casos de bailes, shows, festivais, recitais, bem como a execução de música, individualmente ou por conjunto, espetáculos teatrais, feiras, exposições e congressos, eventos e congêneres;
VI - o proprietário do imóvel onde é prestado serviço de construção civil descritos nos subitens 7.02 e 7.05 da lista do Anexo II, pelo imposto devido pelo prestador, quando este não comprovar o respectivo pagamento ao Município;
VII - as entidades de administração de desporto, entidades de prática desportiva ou ligas, pelo imposto devido pelas empresas comerciais, administradoras das salas de bingos e congêneres;
VIII - os proprietários ou arrendatários de mesas, aparelhos, equipamentos, máquinas de jogos ou similares, pelo imposto devido pelo prestador de serviço;
IX - o tomador ou intermediário do serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;
X - a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.10 da lista do Anexo II, quando o prestador do serviço não estiver domiciliado neste Município;
XI - as empresas seguradoras em relação aos serviços prestados de corretagem, perícias e avaliações de seguros;
XII - a Administração Direta da União, Estados e Municípios, bem como suas Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, incluindo as suas subsidiárias e controladas serão responsáveis pela retenção e pagamento do tributo devido pelos prestadores de serviços, inscritos ou não nesta municipalidade, quando o ISSQN for considerado devido para este Município;
XIII - a pessoa jurídica, que, nos demais casos, seja tomadora ou intermediadora de serviços de prestador estabelecido ou domiciliado em outro Município para os casos em que o serviço for considerado prestado e o ISSQN devido para este Município.
§ 1° Os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.
§ 2º O contribuinte é responsável subsidiário pelos créditos do imposto devido.
§ 3º Não se sujeitam à retenção na fonte e não se aplica a responsabilidade que trata esse artigo, para os serviços prestados sujeitos ao regime fixo de recolhimento do tributo.
§ 4º A responsabilidade tratada nos incisos I, II, III e VI se referem aos tomadores ou intermediários estabelecidos ou domiciliados no Município.

Art. 176. A retenção na fonte do ISSQN das microempresas e das empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional deve observar, no tocante as alíquotas, as seguintes condições:
I - a alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá à alíquota efetiva de ISSQN a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação;
II - na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início de atividades da microempresa ou da empresa de pequeno porte, deverá ser aplicada pelo tomador a alíquota de 2% (dois por cento);
III - na hipótese do inciso II, constatando-se que houve diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, caberá à microempresa ou empresa de pequeno porte prestadora dos serviços efetuar o recolhimento dessa diferença no mês subsequente ao do início de atividade em guia própria do Município;
IV - na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte estar sujeita à tributação do ISS no Simples Nacional por valores fixos mensais, não caberá a retenção a que se refere o*caput*deste artigo;
V- na hipótese de a microempresa ou a empresa de pequeno porte não informar a alíquota de que tratam os incisos I e II deste artigo no documento fiscal, aplicar-se-á a alíquota de 5% (cinco por cento).

Seção VIII
Do Lançamento

Art. 177. Os contribuintes cujo imposto for calculado por meio de alíquotas percentuais deverão declarar e recolher o respectivo imposto na forma e nos prazos fixados em regulamento.
§ 1º A declaração mencionada no *caput* deste artigo, bem como a emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e constituem confissão de dívida do Imposto Sobre Serviços - ISSQN incidente na operação, ficando a falta ou insuficiência do recolhimento do imposto sujeita à cobrança administrativa ou judicial.
§ 2º A Administração Tributária poderá notificar o contribuinte acerca dos débitos declarados mencionados no § 1º por meio de notificação de débito, conforme dispuser o regulamento.
§ 3º O disposto neste artigo não exclui o dever de declarar o fato de não haver importância a recolher.

Art. 178. Os contribuintes sujeitos à tributação fixa terão seu imposto lançado pela Administração Tributária e serão notificados da exigência mediante publicação de edital no órgão de imprensa oficial local.
Parágrafo único. O edital de notificação, conterá:
I - nome do contribuinte com a respectiva inscrição municipal;
II - valor do imposto;
III - prazo para pagamento; e
IV - prazo para impugnação da exigência.

Art. 179. Os responsáveis deverão recolher o imposto na forma e prazos fixados em regulamento.

Art. 180. O lançamento do imposto será efetuado de ofício, pela Administração Tributária:
I - quando o valor do imposto, apurado e declarado pelo sujeito passivo não corresponder à realidade;
II - quando o valor do imposto for levantado e apurado em ação fiscal;
III - nos demais casos previstos em lei.

Art. 181. A inscrição em Dívida Ativa dos créditos tributários declarados pelo contribuinte independe de nova notificação de lançamento ao sujeito passivo.
Art. 182. Sempre que forem omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, a base de cálculo do imposto será arbitrada pela autoridade fiscal.

Art. 183. A autoridade fiscal que proceder ao arbitramento da base de cálculo lavrará Termo de Arbitramento, valendo-se dos dados e elementos que possa colher junto:
I - aos contribuintes que promovam prestações semelhantes;
II - ao próprio sujeito passivo, relativamente a prestações realizadas em períodos anteriores;
III - no estabelecimento, com base no movimento das operações apuradas em período de tempo determinado, mediante acompanhamento.
Parágrafo único. O arbitramento poderá basear-se ainda em quaisquer outros elementos probatórios, inclusive despesas necessárias à manutenção do estabelecimento ou a efetivação das prestações.

Art. 184. É assegurado ao contribuinte o direito de contestar a avaliação do valor arbitrado, na forma e prazos previstos em lei.

Seção IX
Do Pagamento

Art. 185. O imposto será pago:
I - por ocasião da ocorrência do fato gerador, quando o prestador não estiver cadastrado como contribuinte do Município;
II - quando fixo, o pagamento deverá ocorrer no início de cada exercício financeiro ou no início das atividades, conforme dispuser o regulamento;
III - quando por estimativa fiscal, em parcelas mensais até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao da ocorrência do fato gerador;
IV - quando retido na fonte ou por substituição tributária até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao de referência;
V - nos demais casos sob o preço dos serviços prestados, apurados mensalmente, até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao de referência.
§ 1º Quando o imposto for apurado por estimativa, a Secretaria Municipal de Finanças poderá fixar prazo para recolhimento distinto do previsto no *caput* deste artigo, podendo determinar inclusive que se faça antecipadamente à ocorrência do fato gerador.
§ 2º Não havendo expediente bancário no 15º (décimo quinto) dia do mês seguinte ao da ocorrência do fato gerador, o vencimento será antecipado para o 1º (primeiro) dia anterior com expediente bancário.

Art. 186. É dever do sujeito passivo apurar e declarar o imposto de acordo com o período de apuração conforme o disposto no art. 185 ou em regulamento.

CAPÍTULO V
DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

Art. 187. O Município de Renascença, na condição de detentor da capacidade tributária ativa do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), poderá celebrar convênio com a União, por intermédio da Secretaria da Receita Federal ou outros órgãos federais, para lançar, arrecadar e fiscalizar o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, de que trata o inciso VI do artigo 153 da Constituição Federal.

CAPÍTULO VI
DAS TAXAS

Seção I
Das Espécies de Taxas

Art. 188. As taxas cobradas pelo Município são:
I - taxas de serviços;
II - taxas pelo exercício do poder de polícia.

Seção II
Base de Cálculo das Taxas

Art. 189. A base de cálculo e as alíquotas das taxas de serviços e decorrentes do exercício do poder de polícia serão estabelecidos nos Anexos V e VI desta Lei.

Seção III
Das Taxas de Serviços
Art. 190. São taxas de serviços, as de:
I - expediente e serviços diversos, em virtude da expedição de qualquer documento;
II - conservação e manutenção do cemitério municipal e serviços funerários;
III - serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis.

SubseçãoI
Do Fato Gerador e Da Incidência

Art. 191. As taxas de serviços têm como hipótese de incidência a utilização, efetiva ou potencial, pelo sujeito passivo, dos serviços mencionados no art. 190.

Art. 192. Considera-se ocorrido o fato jurídico tributário:
I - da Taxa de Expediente e Serviço Funerário quando da prestação de cada serviço;
II - da coleta, remoção, tratamento e destinação do lixo no dia 1º de janeiro de cada exercício;
III - daTaxa de Manutenção do Cemitério Municipal no dia 1º de janeiro de cada exercício.
Parágrafo único. A taxa de serviço funerário será cobrada pelos serviços públicos prestados pela Administração Pública Municipal, direta ou indiretamente, no âmbito do cemitério e similares.

Subseção II
Do Sujeito Passivo

Art. 193. É contribuinte:
I - da Taxa de Expediente, o interessado, ou quem dele obtiver qualquer benefício, na expedição de qualquer documento;
II - da Taxa de Serviços Funerários, quem solicitar o respectivo serviço;
III -da Taxa de Manutenção do Cemitério Municipal, o titular do lote no cemitério, bem como seus sucessores a qualquer título;
IV - da coleta, remoção, tratamento ou destinação do lixo, o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título de imóvel alcançado ou beneficiado pelo serviço.
Parágrafo único. São também contribuintes da taxa prevista no inciso IV deste artigo os promitentes adquirentes já imitidos na posse do imóvel, os superficiários e os ocupantes a qualquer título.
Subseção III
Das Disposições Específicas Sobre a Taxa de Expediente

Art. 194. A taxa de expediente será devida pela apresentação de requerimento e documentos às repartições do Município para apreciação e despacho pelas autoridades municipais, bem como serviços públicos que dependam de vistorias.

Art. 195. A taxa será calculada de acordo com a Tabela I do Anexo V.

Art. 196. A cobrança da taxa será feita no momento em que o ato for praticado, assinado ou visado, ou, em que o instrumento for protocolado, expedido ou anexado.
Parágrafo único. O regulamento poderá dispor sobre as medidas necessárias para cobrança e arrecadação desta taxa.
Subseção IV
Das disposições específicas sobre a Taxa de Conservação e Manutenção do Cemitério Municipal

Art. 197. A Taxa de Conservação e Manutenção do Cemitério Municipal compreende a execução dos serviços de vigilância, manutenção de ossário e cinzário, ajardinamento, limpeza, conservação, manutenção, ajardinamento de túmulos e jazigos e demais serviços similares executados diretamente pelo Poder Público.

Art. 198. A taxa será anual e tem como base de cálculo o valor correspondente a 1 VBR (um Valor Básico de Referência) ou outro índice que vier a substituí-lo.
Parágrafo único. A taxa será lançada e arrecadada em cota única, podendo, a critério da Administração Pública parcelar dentro do exercício fiscal.

Art. 199. O produto da arrecadação da Taxa constituirá receita vinculada, destinada exclusivamente ao complemento dos investimentos com a manutenção, conservação, limpeza e melhorias dos Cemitérios Públicos Municipais.

Art. 200. Fica isento do pagamento da taxa o contribuinte regularmente inscrito no Cadastro Único do Governo Federal, cuja renda *per capita* do grupo familiar seja inferior ao equivalente a 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo nacional, mediante requerimento do interessado.

Art. 201. A falta de pagamento da taxa no todo ou em parte, na forma fixada, sujeitará o infrator à multa, sem prejuízo dos acréscimos moratórios previstos neste Código.

Art. 202. As demais disposições não previstas nesta Lei serão objeto de regulamento.

Subseção V
Das disposições específicas sobre a Taxa de Serviços Funerários

Art. 203. A Taxa de Serviços Funerários tem como fato gerador serviços públicos prestados pela Administração Pública Municipal, suas autarquias ou particular contratado pelo poder público municipal.

Art. 204. A taxa será lançada sempre que solicitado qualquer serviço ou trabalho disposto na Tabela II do Anexo V.
Parágrafo único. Fica isento do pagamento da taxa o contribuinte regularmente inscrito no Cadastro Único do Governo Federal, cuja renda per capita do grupo familiar seja inferior ao equivalente a 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo nacional, mediante requerimento do interessado.

Subseção VI
Das disposições específicas sobre a Taxa de coleta, remoção, tratamento e destinação do lixo

Art. 205. O lançamento da taxa de coleta, remoção, tratamento e destinação do lixo será efetuada anualmente, em nome do contribuinte, podendo ser parcelado mensalmente, de acordo com as regras expedidas em ato próprio por ocasião do lançamento.

Art. 206. Ataxa de coleta, remoção, tratamento e destinação do lixo poderá, a critério do Poder Executivo, ser lançada e cobrada juntamente ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano - IPTU.

Art. 207. Os valores da taxa de coleta, remoção, tratamento e destinação do lixo serão devidos em função da metragem e da utilização do imóvel, quando edificado e apenas da metragem quando não edificado.

Art. 208. Os imóveis ocupados com atividade industrial/comercial que disponibilizarem destinação própria de seus resíduos, mediante prova documental junto à administração pública, poderá ter sua área reduzida ou eliminada de tributação aos serviços de escritório, mediante protocolo e vistoria in loco.

Art. 209. Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de Renascença autorizado a celebrar convênios que objetivem a delegação da arrecadação da taxa de coleta, remoção, tratamento e destinação do lixo para a conveniada, a qual repassará os valores arrecadados, mensalmente, aos cofres municipais.

Art. 210. O Poder Executivo Municipal pagará à conveniada, por fatura cobrada, a importância a ser definida em regulamento.

Art. 211. A taxa será calculada de acordo com a Tabela III do Anexo V desta Lei.

Seção IV
Das Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia

Art. 212. São taxas pelo exercício do poder de polícia, as de:
I - Localização e Funcionamento;
II - Embarque de Passageiros;
III - Fiscalização do Transporte de Passageiros;
IV -Reboque e Guarda de Veículos;
V - Propaganda e Publicidade;
VI - Licença para Execução de Obras;
VII - Apreensão e Depósito de Coisas e Animais;
VIII - Licença para Parcelamentos e Unificação do Solo;
IX - Vigilância Sanitária;
X - Licença para o Exercício de Atividades Temporárias e Eventuais
XI - Exercício de atividade Ambulante.

Seção V
Taxa de Licença para Localização e de Fiscalização de Funcionamento

Subseção I
Do Fato Gerador e Da Incidência

Art. 213. A Taxa de Licença para Localização, quando do primeiro licenciamento, e a Taxa de Fiscalização de Funcionamento, quando dos exercícios posteriores, fundadas no poder de polícia do Município, referem-se ao ordenamento das atividades urbanas e à proteção do meio ambiente, em obediência às normas do Código de Postura e Plano Diretor Urbano.
Parágrafo único. Inclui-se entre as atividades sujeitas ao licenciamento as de comércio, indústria, agropecuária, de prestação de serviços ou de outra natureza e, ainda, as exercidas por entidades, sociedades ou associações civis, desportivas, religiosas ou decorrentes de profissão, arte ou ofício.

Art. 214. A fiscalização poderá determinar o fechamento do estabelecimento a qualquer tempo, desde que deixem de existir as condições que legitimaram a concessão da licença, ou quando os responsáveis, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprirem com as determinações impostas pela Administração Municipal para regularizar a situação e condições do estabelecimento.

Art. 215. Nenhum estabelecimento poderá utilizar equipamentos ou tecnologia para recepção de pagamentos via cartões de crédito, débito e similares, vinculado à CNPJ/CPF diverso ou de terceiros, sendo vedada a recepção de pagamentos e transferências em contas de terceiros.

Art. 216. A Taxa de Fiscalização de Funcionamento, renovável a cada ano, tem como fato gerador a fiscalização e o controle permanente, efetivo ou potencial, das atividades primitivamente licenciadas e decorrentes do exercício do poder de polícia pelo Município.

Subseção II
Do Sujeito Passivo

Art. 217. Contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica titular dos estabelecimentos sujeitos à fiscalização.
Parágrafo único. Para os efeitos desta taxa deverão ser considerados estabelecimentos o comercial, o industrial, o profissional, o agrícola, o de prestação de serviços e os de outra natureza, sujeito à fiscalização.

Subseção III
Do Cálculo

Art. 218. A taxa será calculada segundo os critérios fixados na Tabela I do Anexo VI.

Art. 219. A taxa será devida por estabelecimento e será exigida anualmente, podendo haver o fracionamento em função da data de

abertura do estabelecimento, transferência de local ou qualquer alteração contratual ou estatutária.
Parágrafo único. A Taxa de Licença para Localização, concedida após o dia 30 de junho, assim como a Taxa de Fiscalização de Funcionamento, serão pagas a proporção de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial.

Art. 220. Considerar-se-ão estabelecimentos distintos:
I - os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de negócio, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;
II - os que, embora com idêntico ramo de negócio e sob as mesmas responsabilidades, estejam situadas em prédio distinto e locais diversos.

Art. 221. Salvo exceções previstas neste código, nenhum estabelecimento ou atividade poderá prosseguir em seu funcionamento sem estar de posse do alvará respectivo que será observado em lugar visível e ao acesso da fiscalização.
§ 1º O descumprimento do disposto no art. 219, poderá acarretar a interdição do estabelecimento, mediante ato da autoridade competente.
§ 2º A interdição será precedida de notificação preliminar ao contribuinte ou responsável pelo estabelecimento, dando-se-lhe o prazo de 5 (cinco) dias para que regularize a situação.
§ 3º A interdição não exime o faltoso do pagamento dos tributos e multas devidos.

Subseção IV
Do Lançamento

Art. 222. O lançamento da Taxa de Licença para Localização será efetuado de uma só vez, quando do primeiro licenciamento, mesmo que o pedido resulte em indeferimento.

Art. 223. O lançamento da Taxa de Fiscalização de Funcionamento, quando dos exercícios posteriores, será efetuado:
I - na data de início de atividade, relativamente ao primeiro ano de exercício desta;
II - no dia 1º de janeiro de cada exercício, nos anos subsequentes.

Art. 224. A taxa será lançada em nome do contribuinte, com base nos dados do cadastro.

Art. 225. Observado o disposto no art. 15, o contribuinte é obrigado a comunicar ao órgão fazendário, dentro de 30 (trinta) dias, para fins de atualização cadastral, as seguintes ocorrências:
I - alteração ou incremento da razão social ou do ramo de atividade;
II - alteração na forma societária;
III - transferência de local e/ou qualquer mudança nas características do estabelecimento;
IV - encerramento ou suspensão das atividades.

Art. 226. O pedido de licença para localização será feito mediante o preenchimento de formulários próprios de inscrição no cadastro da Prefeitura, com a exibição de documentos exigidos pela Fazenda Pública.

Subseção V
Da Arrecadação

Art. 227. A taxa será paga de uma só vez, com vencimento para 30 (trinta) dias do mês seguinte ao do fato gerador.
Parágrafo único. Os contribuintes poderão obter as guias para o recolhimento do valor devido, para pagamento à vista ou parcelado, no Departamento de Tributação do Município.

Art. 228. O pagamento do tributo fora do prazo de vencimento acarretará a incidência de correção monetária, juros e multa previstos na legislação municipal.

Subseção VI
Da Penalidade

Art. 229. O contribuinte que exercer quaisquer atividades ou praticar quaisquer atos sujeitos a licença, sem o pagamento da respectiva taxa, ficará sujeito a multa de 50% (cinquenta por cento) do valor do tributo devido, além das demais penalidades previstas neste Código.

Seção VI
Da Taxa de Embarque de Passageiros

Subseção I
Do Fato Gerador

Art. 230. A taxa tem como fato gerador o embarque para viagens a partir de terminais rodoviários de domínio municipal.

Subseção II
Do Sujeito Passivo

Art. 231. Contribuinte da taxa é o usuário de serviço de transporte de passageiro cujo embarque ocorra em terminal rodoviário municipal.

Subseção III
Do Cálculo
Art. 232. A taxa será calculada de acordo com os critérios definidos na Tabela II do Anexo VI.
Parágrafo único. As demais normas de funcionamento e outras deliberações serão objeto de regulamento.

Subseção IV
Da Arrecadação

Art. 233. A taxa será cobrada na emissão de passagens pelas empresas transportadoras, que deverão apurar mensalmente os valores arrecadados e repassá-los até o 10º (décimo) dia do mês seguinte à Fazenda Municipal, ressalvada a possibilidade de repasse imediato.
Parágrafo único. Expirado o prazo para pagamento, será aplicada multa prevista em regulamento, além dos acréscimos previstos neste código.

Seção VII
Da Taxa de Fiscalização do Transporte de Passageiros

Subseção I
Do Fato Gerador e Da Incidência

Art. 234. A taxa tem como fato gerador a fiscalização sobre os serviços de transporte de passageiros público ou privado, individual ou coletivo, sujeitos à autorização, permissão ou concessão municipal.
Parágrafo único. Os veículos utilizados no transporte de passageiros público ou privado passarão por vistoria anual, a fim de verificar o cumprimento das normas e condições estabelecidas pelo Poder Público para a prestação do serviço.

Subseção II
Do Sujeito Passivo

Art. 235. Contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica que explore o transporte de passageiros dentro do território do Município.

Subseção III
Do Lançamento e do Cálculo

Art. 236. O lançamento se dará, anualmente, por ocasião da vistoria prevista no art. 234, parágrafo único.

Art. 237. A taxa de fiscalização será calculada e cobrada de acordo com a Tabela III do Anexo VI.
§ 1º Para os fins desta Lei, considera-se:
I - transporte público coletivo: serviço público de transporte de passageiros por intermédio de ônibus ou similar, objeto de concessão ou permissão, acessível a toda a população mediante pagamento individualizado, com itinerários e preços fixados pelo poder público;
II - transporte privado coletivo: serviço de transporte de passageiros não aberto ao público para a realização de viagens com características

operacionais exclusivas para cada linha e demanda, sujeito à autorização e fiscalização do Poder Público;
III - transporte público ou privado individual: serviço remunerado de transporte de passageiros, por intermédio de táxi autorizado ou veículo particular, inclusive os que operam através de aplicativos de celular, para a realização de viagens individualizadas;
§ 2º É vedada a inclusão da taxa na planilha de composição de custos operacionais, bem como o seu repasse para o usuário dos serviços públicos delegados.

Subseção IV
Da Arrecadação

Art. 238. O pagamento da taxa se dará por ocasião da vistoria de que trata o art. 234, parágrafo único.

Subseção V
Das Infrações e das Penalidades

Art. 239. A exploração da atividade de transporte de passageiros sem prévia autorização, permissão ou concessão do Poder Público Municipal sujeitará o infrator às seguintes penalidades, aplicáveis concomitantemente:
I - apreensão do veículo;
II - multa de 100% (cem por cento) sobre o valor atualizado da taxa devida pelo período efetivo ou estimado de funcionamento por cada veículo irregular, além dos acréscimos moratórios e atualizações previstas neste código.
Parágrafo único. O não comparecimento do contribuinte para a vistoria anual, nas datas fixadas pelo órgão competente, sujeitará o infrator às mesmas penas.

Seção VIII
Taxa de Reboque e Guarda de Veículos

Subseção I
Do Fato Gerador e Da Incidência

Art. 240. A taxa de reboque tem como fato gerador o serviço compulsório de remoção de veículo automotor determinado pela autoridade de trânsito.

Art. 241. A taxa de guarda de veículos tem como fato gerador o serviço compulsório de custódia de veículo automotor em depósito definido pela autoridade de trânsito.

Subseção II
Do Sujeito Passivo

Art. 242. É contribuinte das taxas especificadas nesta subseção o proprietário ou responsável pela infração que ensejar a remoção ou custódia de veículo, nos termos da legislação de trânsito vigente.

Subseção III
Do Lançamento e do Cálculo

Art. 243. O lançamento das taxas se dará por ocasião da remoção e custódia e serão cobradas de acordo com a Tabela IV do Anexo VI.

Subseção IV
Da Arrecadação

Art. 244. A restituição do veículo removido só ocorrerá mediante prévio pagamento das taxas de remoção e guarda, além de outros encargos previstos na legislação específica.

Art. 245. O pagamento da taxa de guarda será correspondente ao período integral, contado em dias, em que efetivamente o veículo permanecer em depósito, limitado ao prazo de 6 (seis) meses.

Art. 246. No caso de o proprietário do veículo objeto do recolhimento comprovar, administrativa ou judicialmente, que o recolhimento foi indevido ou que houve abuso no período de retenção em depósito, é da responsabilidade do ente público a devolução das quantias pagas, segundo os mesmos critérios da devolução de multas de trânsito indevidas.

Seção IX
Taxa de Licença para Propaganda e Publicidade

Subseção I
Do Fato Gerador e Da Incidência

Art. 247. A Taxa de Licença para Propaganda e Publicidade tem como fato gerador a atividade municipal de fiscalização e autorização do cumprimento das normas concernentes à estética urbana, à poluição do meio ambiente, costumes, ordem, tranquilidade e a segurança pública, a que se submete qualquer pessoa física ou jurídica que utilize ou explore, por qualquer meio, publicidade em geral e propaganda em ruas, logradouros públicos, terrenos ou em locais visíveis ou de acesso ao público.

Art. 248. Compete à Administração Pública Municipal a aprovação prévia para instalação e exploração de propaganda e publicidade, em qualquer de suas formas, daquelas citadas no art. 247, com a finalidade de evitar poluição visual e afetar o meio ambiente.
§ 1º A licença será válida para o exercício em que for concedida, ficando sujeita a renovação nos exercícios seguintes.
§ 2º A licença referida será concedida por requerimento instruído com a descrição do meio de publicidade.
§ 3º Quando o local em que se pretende colocar o anúncio, não for de propriedade do requerente, deverá este juntar ao requerimento autorização do proprietário.
§ 4º Deverá constar dos painéis e anúncios sujeitos à taxa o número da autorização fornecido pela repartição competente.

Art. 249. São, também, consideradas propaganda e publicidade para os efeitos desta taxa:
I - os cartazes, letreiros, programas, quadros, painéis, placas, anúncios e mostruários, fixos ou volantes, luminosos ou não, afixados, distribuídos ou pintados em paredes, muros, postes, veículos ou calçadas;
II - a propaganda falada por meio de amplificadores, alto-falantes e propagandistas.
Parágrafo único. Quanto à propaganda falada, o local e o prazo serão fixados em regulamento.

Art. 250. Para os fins desta Seção, consideram-se meios de publicidade ou propaganda as atividades destinadas a estimular o consumo de bens e serviços, bem como promover instituições, conceitos ou ideias.

Subseção II
Do Sujeito Passivo

Art. 251. É sujeito passivo da taxa a pessoa física ou jurídica beneficiada, direta ou indiretamente, pela propaganda ou publicidade a que tenha autorizado.
§ 1º A empresa prestadora do serviço de publicidade será responsável pela retenção da taxa e repasse ao poder público.
§ 2º Na hipótese de descumprimento da obrigação prevista no § 1º, implicará na responsabilidade solidária do sujeito passivo e da empresa prestadora do serviço de publicidade.

Subseção III
Do Cálculo

Art. 252. A taxa será calculada de acordo com os critérios da Tabela V do Anexo VI.

Art. 253. A taxa será majorada em 50% (cinquenta por cento), quando a publicidade se referir a bebidas alcoólicas, fumo ou for escrita em língua estrangeira.

Subseção IV
Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 254. O lançamento e pagamento da taxa serão efetuados de ofício pela Administração Tributária por ocasião do requerimento para aprovação de que trata o art. 248, § 2° ou de fiscalização quando constatada ausência de autorização, observado o regulamento.
§ 1° A taxa será arrecadada observados os seguintes prazos de recolhimento:
I - as iniciais, no ato da concessão da licença;
II - as posteriores:
a) quando anuais, até o último dia útil de janeiro de cada exercício;
b) quando mensais, até o dia 10 (dez) de cada mês;
c) quando diárias, no ato do pedido.
§ 2° O pagamento é condição para a emissão da autorização, observado o disposto em regulamento.

Subseção V
Das Infrações e Penalidades

Art. 255. A publicidade deve ser mantida em bom estado de conservação e em perfeitas condições de segurança, sob pena de multa equivalente a 100% (cem por cento) do valor da taxa, sem prejuízo da cassação de licença e das demais cominações legais previstas nesta Lei.

Seção X
Taxa de Licença para Execução de Obras

Subseção I
Do Fato Gerador e Da Incidência

Art. 256. A taxa tem como fato gerador o exercício regular de poder de polícia, pelo Poder Público Municipal, de controle, vigilância e fiscalização da execução de obras em imóveis particulares ou em logradouros públicos quanto às normas constantes neste Código e na legislação municipal concernentes a estrutura, ordenamento do solo, segurança pública, saneamento, estética e aspecto paisagístico e histórico do Município.
Parágrafo único. Entende-se como obras, para efeito de incidência da taxa a construção, reforma, ampliação ou demolição de edificação e muros ou qualquer outra obra de construção civil.

Art. 257. Nenhuma obra poderá ser iniciada, sem prévio pedido de licença à Administração Pública Municipal e pagamento da taxa devida.

Art. 258. A licença só será concedida mediante prévia aprovação das plantas ou projetos das obras, na forma da legislação urbanística aplicável.

Art. 259. A licença terá período de validade fixado de acordo com a natureza, extensão e complexidade da obra.
Parágrafo único. Findo o período de validade da Licença, sem estar concluída a obra, o contribuinte é obrigado a renová-la, mediante o pagamento da taxa.

Art. 260. O fornecimento de água, energia e telefonia, bem como quaisquer outros serviços prestados pelas concessionárias de serviços públicos, somente poderão ser executados após a expedição de alvará de licença para construção ou do competente habite-se expedido pela Fazenda Pública Municipal.

Subseção II
Do Sujeito Passivo

Art. 261. O contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil, o possuidor a qualquer título ou o responsável pelas atividades sujeitas à tributação.
Parágrafo único. No caso de descumprimento de normas referentes ao pagamento da taxa de que trata esta Seção, responde, solidariamente, o proprietário da obra, o empreiteiro e o responsável técnico pela obra.

Subseção III
Do Lançamento

Art. 262. O lançamento do tributo é efetuado no ato do requerimento de licença.
Parágrafo único. A licença só poderá ser emitida após o seu pagamento.

Art. 263. Nenhuma obra de construção civil ou similar, de qualquer espécie, ressalvado os casos de isenção, poderá ter início ou prosseguimento sem o pagamento desta taxa.

Art. 264. A renovação, revalidação e prorrogação da licença poderá ser concedida, mediante o pagamento da taxa, desde que atendido o Código de Obras e Edificações vigente.

Subseção IV
Do Cálculo

Art. 265. Calcula-se a taxa, conforme a Tabela VI do Anexo VI.
Parágrafo único. Para efeito do cálculo será utilizado o valor do metro quadrado da área de construção constante da Planta Genérica de Valores.

Subseção V
Da Arrecadação

Art. 266. A taxa será arrecadada no ato de requerimento do licenciamento da obra.

Art. 267. O Município não se responsabiliza por erros de cálculos cometidos pelo autor do projeto.
§ 1º Não haverá devolução da taxa paga a maior em decorrência destes erros.
§ 2º Caso a área construída seja maior que a informada na memória de cálculo, o valor da taxa será complementado no momento da liberação do alvará de construção.

Subseção VI
Das Infrações e Penalidades

Art. 268. Sem prejuízo das demais cominações previstas nesta Lei, constitui infração, passível de aplicação de sanções:
I -no valor de 10 (dez) VBRs, a execução de obras sem o pagamento da respectiva taxa.
II - no valor de 5 (cinco) VBRs:
a) recusar-se a exibir ao Fisco Municipal o alvará de construção;
b) sonegar os documentos para apuração da respectiva taxa.
III - no valor de 20 (vinte) VBRs, por serviço executado, imputado a concessionária de serviço público que ligar, religar ou prestar quaisquer serviços ao contribuinte que não comprove possuir autorização expressa da administração pública, bem como o alvará de construção e reforma.

Seção XI
Taxa de Apreensão e Depósito de Coisas e Animais

Art. 269. O fato gerador da Taxa de Apreensão e Depósito de Coisas e Animais, está fundamentado na atividade municipal de vigilância, controle e fiscalização, caracterizada na efetiva apreensão por agente público, de coisas ou animais.
Parágrafo único. O Regulamento poderá dispor sobre os demais aspectos relacionados a esta taxa, observado o disposto na Tabela VII do Anexo VI.

Seção XII
Taxa de Licença para Parcelamentos e Unificação do Solo
Subseção I
Do Fato Gerador e Da Incidência

Art. 270. A Taxa de Licença para Parcelamentos e Unificação do Solo é devida em todos os casos de parcelamentos do solo para fins urbanos, compreendendo a subdivisão da gleba sob a forma de loteamento, desmembramento, remembramento ou condomínio horizontal, assim como, para os casos de cadastramento, regularização, diretriz de arruamento, alteração/cancelamento de previsão de passagem de rua, retificação de projetos de ruas e

loteamento, pelo exercício do poder de polícia no exame dos respectivos projetos e documentos de aprovação, licenciamento e fiscalização, conforme dispõe a legislação municipal pertinente.
Parágrafo único. A taxa incide, ainda, sobre qualquer ato administrativo ou serviço prestado pelo Município, relacionado à execução do parcelamento do solo, tais como as diretrizes básicas e a análise prévia dos projetos.

Art. 271. Os projetos e a execução de qualquer parcelamento do solo para fins urbanos e empreendimentos condominiais dependerão da autorização da Administração Pública Municipal e do pagamento prévio da respectiva taxa obedecendo às normas Municipais.

Art. 272. Nenhum plano ou projeto de parcelamento de terreno particular poderá ser executado sem aprovação, conforme o zoneamento em vigor no município, e o pagamento prévio da respectiva taxa.

Art. 273. Os responsáveis pelo parcelamento do solo ficam obrigados a fornecer, anualmente, ao Cadastro Fiscal Imobiliário, relação dos lotes que do mesmo ano tenham sido alienados, definitivamente, ou mediante compromisso de compra e venda, mencionando o nome do comprador e o endereço dele, o número de quadra e de lote, a fim de ser feita a devida anotação no Cadastro Imobiliário.

Subseção II
Do Sujeito Passivo

Art. 274. O sujeito passivo da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor do bem imóvel ligado à execução das obras ou serviços relacionados prestados pelo Município.

Subseção III
Do Cálculo
Art. 275. A base e a forma de cálculo e os valores da taxa são estabelecidos na Tabela VIII do Anexo VI desta Lei.

Subseção IV
Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 276. A Taxa de Licença para Parcelamentos e Unificação do Solo é devida por ocasião do requerimento de serviços de inspeções, licenciamentos e demais atos pertinentes e o respectivo pagamento é condição para emissão da licença.

Seção XIII
Da Taxa de Vigilância Sanitária

Subseção I
Do Fato Gerador e Da Incidência

Art. 277. A Taxa de Vigilância Sanitária tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia de vigilância sanitária e de saneamento básico, efetivado pelo Município, mediante as atividades de fiscalização dos estabelecimentos, atividades, habitações, produtos, embalagens, utensílios e quaisquer equipamentos, para efeito de verificação do cumprimento da legislação sanitária a que se submetem ou quando houver instauração de processo administrativo, nos casos de penalidades.
Parágrafo único. A fiscalização sanitária será exercida nos termos da legislação pertinente.

Subseção II
Do Sujeito Passivo

Art. 278. O sujeito passivo da taxa é a pessoa física ou jurídica titular de produto, de embalagem, de utensílio, de equipamento, de atividade, de unidade ou de estabelecimento sujeito à fiscalização sanitária.

Subseção III
Do Lançamento

Art. 279. A taxa será devida quando do início da atividade do contribuinte e quando da sua renovação de periodicidade anual.
§ 1º A taxa será lançada pelo seu valor integral no início da atividade do contribuinte, sofrendo redução pela metade nos lançamentos posteriores, cujo lançamento se dará em 1º de janeiro.
§ 2º As microempresas e empresas de pequeno porte terão redução pela metade dos lançamentos desde o início da atividade do contribuinte.

Art. 280. A taxa é devida integralmente, ainda que ocorram alterações cadastrais, ou mesmo das condições que determinaram a concessão da licença para a atividade, em parte do período considerado.

Art. 281. Quaisquer alterações procedidas quanto às condições anteriormente constantes dos assentamentos e registros implicará em nova incidência da taxa, salvo as decorrentes das seguintes hipóteses:
I - alteração da razão social;
II - alteração do nome da rua, avenida ou da numeração, realizada pelo Poder Público.

Subseção IV
Do Cálculo

Art. 282. A Taxa de Vigilância Sanitária será cobrada em razão da metragem do empreendimento, bem como pela complexidade da atividade econômica, considerando o risco à saúde pública mediante a aplicação dos valores constantes da Tabela IX do Anexo VI.
§ 1º As atividades serão identificadas no Cadastro Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.
§ 2º Se porventura a atividade licenciada não constar no rol do Cadastro Nacional de Atividade Econômica - CNAE, será utilizado como parâmetro atividade similar.
§ 3º Caso uma empresa possua mais de uma atividade no Cadastro Nacional de Atividade Econômica - CNAE, o valor será cobrado pelo de maior risco.
§ 4º A classificação do grau de risco das atividades econômicas seguirá as disposições contidas na Resolução do CGSIM nº 62, de 20 de novembro de 2020, alterada pela Resolução do CGSIM nº 66, de 17 de maio de 2021 ou outra que vier a substituí-las e regulamentos criados pelo Município de Renascença.

Subseção V
Da Arrecadação

Art. 283. A taxa será paga de uma só vez, com vencimento até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao do fato gerador.
§ 1º A taxa poderá ser lançada em conjunto com outros tributos municipais, também devidos pelo contribuinte, facultando-se à Administração relacioná-los todos em um único impresso.
§ 2º Na hipótese do § 1º, discriminar-se-ão tributos ou rendas exigidos, de forma a permitir a identificação de cada um deles.
§ 3º O eventual cancelamento ou suspensão da exigibilidade de algum deles não se aproveita aos demais, cabendo ao contribuinte a iniciativa de efetuar o pagamento.

Art. 284. A taxa não recolhida no prazo será cobrada com os acréscimos previstos neste código.

Subseção VI
Das infrações e Penalidades

Art. 285. Havendo ação fiscal tendente ao recolhimento da taxa, será aplicada multa de 10 (dez) VBR’s sobre o valor do crédito tributário.

Art. 286. A falta de inscrição no Cadastro de Vigilância Sanitária, implica na imposição de multa de 3 (três) VBR’s.

Art. 287. As demais penalidades serão aplicadas levando em consideração o grau de gravidade da infração cometida, competindo ao Serviço de Vigilância Sanitária a notificação e a autuação do infrator, conforme prevê a legislação federal e estadual.
Parágrafo único. As multas impostas decorrentes de auto de infração poderão sofrer redução de 20% (vinte por cento) caso o infrator efetue o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que foi notificado, implicando na desistência tácita de defesa ou recurso

Subseção VII
Das Isenções
Art. 288. Ficam isentos do pagamento da taxa de que trata esta Seção, desde que atendidos os pré-requisitos definidos em regulamento, as instituições de educação e de assistência social em caráter de utilidade pública, as entidades de caráter religioso, as associações e demais entidades sem fins lucrativos, condomínios prediais, bem como os órgãos da administração Municipal, Estadual, Federal e suas fundações, institutos e autarquias.

Seção XIV
Da Taxa de Licença para o Exercício de Atividades Temporárias e Eventuais
Subseção I
Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 289. As Taxas de Licença para o Exercício de Atividades Temporárias e Eventuais têm como fato gerador o exercício regular de poder de polícia do Município de Renascença, fiscalizando, em razão do interesse público concernente à segurança, à higiene, aos costumes e à tranquilidade pública, as atividades temporárias e eventuais.
§ 1º Considera-se atividade temporária aquela exercida em prazo não superior a 90 (noventa) dias, ou seja, que não caracterizam continuidade, e que podem ser prestados por profissionais especializados sem vínculo de emprego.
§ 2º Considera-se atividade eventual aquela exercida, individualmente ou não, de maneira esporádica em determinadas épocas do ano, especialmente por ocasião de exposições, feiras, festejos, comemorações e outros acontecimentos, em locais previamente definidos.

Art. 290. A inscrição deverá ser permanentemente atualizada, sempre que houver qualquer modificação nas características do exercício da atividade.

Art. 291. A licença poderá ser cassada e determinada a paralisação das atividades, a qualquer tempo, uma vez que deixe de existir as condições que legitimaram a concessão da licença ou quando o requerente não cumprir as determinações da Administração Pública Municipal para regularizar a situação da atividade.

Subseção II
Do Sujeito Passivo

Art. 292. O sujeito passivo da taxa é qualquer pessoa física ou jurídica que, na qualidade de organizador, realize feiras e eventos comerciais, assim como qualquer atividade temporária ou eventual, no Município de Renascença.
Parágrafo único. As atividades religiosas, procissões, cavalgadas, caminhadas, corridas, passeios ciclísticos, desde que comprovado o caráter beneficente, tendo como beneficiária instituição localizada dentro do território do Município de Renascença, os blocos de carnaval sem cobrança de ingresso e os eventos que possuírem apoio institucional do Município, através dos seus órgãos da Administração Direta ou Indireta, terão isenção do pagamento da taxa prevista art. 289.

Subseção III
Do Cálculo

Art. 293. A Taxa de que trata esta seção, será cobrada antecipadamente e de acordo com a Tabela X, do Anexo VI desta Lei, e em conformidade com o respectivo regulamento.

Subseção IV
Da Arrecadação

Art. 294. A Taxa de Licença para o Exercício de Atividades Temporárias e Eventuais deverá ser paga em cota única, sendo que o alvará somente será emitido após o seu pagamento.

Subseção V
Das infrações e Penalidades

Art. 295. Sem prejuízo das demais cominações previstas nesta Lei, a realização não autorizada das Atividades Temporárias ou Eventuais sujeitará o organizador ao pagamento de multa equivalente a 10 (dez) VBRs.

Seção XV
Da Taxa de Licença para o Exercício do Comércio Ambulante e a Prestação de Serviços Ambulantes

Subseção I
Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 296. A Taxa de Licença para o Exercício do Comércio Ambulante e a Prestação de Serviços Ambulantes têm como fato gerador o exercício regular de poder de polícia do Município de Renascença, fiscalizando, em razão do interesse público concernente à segurança, à higiene, aos costumes e à tranquilidade pública.

Art. 297. As atividades do comércio ambulante e da prestação de serviços ambulantes poderão ser exercidas:
I - de forma itinerante, quando o ambulante e seus auxiliares desenvolverem suas atividades, carregando suas mercadorias e equipamentos junto ao corpo;
II - em ponto móvel, quando o ambulante e seus auxiliares, estacionados em locais autorizados de vias e logradouros públicos, desenvolverem suas atividades utilizando-se de suportes ou de equipamentos de apoio desmontáveis ou removíveis ou de veículos, automotivos ou não; e
III - em ponto fixo, quando o ambulante e seus auxiliares desenvolverem suas atividades em equipamentos não-removíveis, instalados nas vias e nos logradouros públicos, em locais autorizados pelo Executivo Municipal.

Subseção II
Do Sujeito Passivo

Art. 298. O sujeito passivo da taxa é a pessoa natural ou jurídica, que exerce atividade lícita e geradora de renda nas vias e nos logradouros públicos do Município de Renascença, de forma personalíssima ou por meio de auxiliares, mediante autorização do Executivo Municipal.

Subseção III
Do Cálculo

Art. 299. A Taxa de que trata esta seção, será cobrada antecipadamente, e de acordo com a Tabela XI, do Anexo VI desta Lei, e em conformidade com o respectivo regulamento, considerando:
I - a forma como será exercido, nos termos dos incisos I, II e III do art. 297, desta Lei;
II - o equipamento utilizado, distinguindo-se os apetrechos de transporte manual e o tipo de veículo utilizado;
III - o ramo de atividade, relacionado com as mercadorias comercializadas ou com o serviço prestado.

Subseção IV
Da Arrecadação

Art. 300. A taxa para o Exercício do Comércio Ambulante e a Prestação de Serviços Ambulantes é anual e será recolhida de uma só vez, antes do início das atividades ou da prática dos atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município.

Subseção V
Das infrações e Penalidades

Art. 301. Sem prejuízo das demais cominações previstas nesta Lei ou em regulamento próprio, fica sujeito à multa e à apreensão das mercadorias, do equipamento, ou de ambos, o comerciante ambulante ou o prestador de serviços ambulantes que:
I - não esteja autorizado, sujeitando-se ao pagamento de multa equivalente a 10 (dez) VBRs;
II - esteja com sua autorização vencida, sujeitando-se ao pagamento de multa equivalente a 8 (oito) VBRs;

III - não esteja portando o seu alvará de autorização, sujeitando-se ao pagamento de multa equivalente a 5 (cinco) VBRs.

CAPÍTULO VI
DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Seção I
Do Fato Gerador e Da Incidência

Art. 302. A contribuição de melhoria, prevista na competência tributária do Município de Renascença, é instituída para fazer face ao custeio de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
Parágrafo único. No custo das obras públicas serão computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriação, administração, execução, financiamento e outras de praxe em financiamento ou empréstimo e o seu valor total será atualizado na data do lançamento.

Art. 303. A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização imobiliária dos imóveis localizados em área beneficiada por obras públicas realizadas pelo Município, tais como:
I - abertura, alargamento, pavimentação, reconstrução de pavimentação, iluminação, arborização, galerias pluviais e outros melhoramentos de praças e vias públicas;
II - construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;
III - construção ou ampliação de sistema de trânsito rápido, inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;
IV - realização de serviços de obras de abastecimento de água potável, esgotos sanitários, instalações e redes elétricas, telefônicas, de transportes e comunicações em geral ou de suprimento de gás, elevatórios e outras instalações públicas;
V - realização de obras de proteção contra secas, erosão e obras de saneamento e drenagem em geral, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação;
VI - construção, pavimentação e melhoramento de estrada de rodagem;
VII - construção de aeródromos e aeroportos e seus acessos;
VIII - construção de aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações para a implantação e desenvolvimento de planos urbanísticos ou de aspectos paisagísticos;
IX - outras obras realizadas que valorizem os imóveis beneficiados.

Art. 304. A cobrança da Contribuição de Melhoria será definida, caso a caso, por lei específica, para cada obra.

Seção II
Do Sujeito Passivo

Art. 305. Considera-se sujeito passivo da obrigação tributária, o proprietário ou titular do domínio útil do imóvel beneficiado direta ou indiretamente em tempo do lançamento do tributo, transmitindo-se a responsabilidade aos adquirentes e sucessores a qualquer título, do domínio do imóvel.
§ 1º A Contribuição de Melhoria constitui ônus real, acompanhando o imóvel em todas as suas mutações.
§ 2º O titular do direito de superfície é responsável solidário pelo pagamento da Contribuição de Melhoria.
§ 3º Os bens indivisos, a juízo da Administração Tributária, poderão ser considerados como pertencentes a um só proprietário.

Seção III
Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 306. A contribuição de melhoria será lançada de ofício, em nome do contribuinte, com base nos elementos constantes do cadastro imobiliário e de acordo com as normas gerais desta Lei e no disposto nos artigos 5º e 6º do Decreto Lei nº 195, de 24 de fevereiro de 1967.

Art. 307. Para cobrança da Contribuição de Melhoria será publicado edital contendo os seguintes elementos:
I - memorial descritivo do projeto;
II - orçamento do custo da obra;
III - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados;
IV - delimitação da zona beneficiada;
V - determinação do fator de absorção do benefício de valorização para toda a zona, ou para cada uma das áreas diferenciadas nelas contidas;
VI - fixação de prazo não inferior a 30 (trinta) dias, para impugnação pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos nos incisos de I a V deste artigo.

Art. 308. A instrução e o julgamento da impugnação a que se refere o inciso VI deste artigo observará as regras do Processo Administrativo Tributário deste Município.
Parágrafo único. A impugnação não obstará o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo e sua decisão somente terá efeito para o impugnante.

Art. 309. A contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra, a que se refere o inciso III deste artigo, pelos imóveis situados na zona beneficiada em função dos respectivos fatores individuais de valorização.
Parágrafo único. Os imóveis edificados em condomínio participarão do rateio de recuperação do custo da obra na proporção do número de unidades cadastradas, em razão de suas respectivas áreas de construção.

Art. 310. Por ocasião do respectivo lançamento, cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seu pagamento e dos elementos que integraram o cálculo.

Art. 311. Executada a obra de melhoramento, na sua totalidade ou em parte, suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos.

Art. 312. A Contribuição de Melhoria será paga em parcela única ou em prestações, na forma que o regulamento estabelecer.
§ 1º O prazo para recolhimento em parcelas não poderá ser inferior a 1 (um) ano, salvo vontade expressa do contribuinte.
§ 2º O valor total das prestações devidas em cada período de 12 (doze) meses não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do valor venal do imóvel a época do lançamento, já calculada a sua valorização em decorrência da obra, salvo vontade manifesta do contribuinte.
§ 3º As prestações serão atualizadas monetariamente, a cada período de 12 (doze) meses, nos moldes estabelecidos pelo Sistema Tributário Nacional.
§ 4º O contribuinte que optar pelo pagamento da Contribuição de Melhoria de uma só vez, à época do pagamento da primeira prestação, gozará de um desconto de 20% (vinte por cento) sobre o valor estabelecido.
§ 5º Ainda será observado em relação ao pagamento o que determina o Decreto-Lei nº195, de 24 de fevereiro de 1967.

Art. 313. O pagamento da Contribuição de Melhoria não implica no reconhecimento, pelo Município, para quaisquer fins, da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou posse do imóvel.

Seção IV
Das infrações e penalidades

Art. 314. As infrações e as penalidades previstas no Capítulo III, do Título I, e os acréscimos previstos no art. 30, são aplicáveis, no que couber, à Contribuição de Melhoria.

CAPÍTULO VII
DA CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E SISTEMAS DE MONITORAMENTO PARA SEGURANÇA E PRESERVAÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS

Seção I
Do Fato Gerador e Da Incidência

Art. 315. A contribuição para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos – COSIPS, prevista no art. 149-A da Constituição Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços de iluminação pública de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos.
Parágrafo único. O custeio, expansão e melhoria da iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos compreende as despesas com:
I - o consumo de energia para iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos;
II - a instalação, a manutenção, o melhoramento, a modernização e a expansão da rede de iluminação pública e dos sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos;
III - a administração do serviço de iluminação pública e dos sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos;
IV - outras atividades correlatas.
.

Seção II
Do Sujeito Passivo

Art. 316. A COSIPS será devida pelos proprietários, titulares do domínio útil ou ocupantes, a qualquer título, de imóveis edificados ou não, situados na área urbana ou urbanizáveis, do Município de Renascença, atendidos pelos serviços referidos no parágrafo único do art. 315.
§ 1º Respondem solidariamente pelo pagamento da COSIPS o locatário, o comodatário ou o possuidor, a qualquer título, de imóvel edificado, situado no território do Município, e que tenham ligação privada e regular de energia elétrica ou imóveis em logradouros servidos por sistemas de monitoramento para segurança e preservação dos logradouros públicos.
§ 2º O lançamento da contribuição poderá ser efetuado indicando como obrigado qualquer dos sujeitos passivos.
§ 3° Lei Ordinária poderá estabelecer outros sujeitos passivos para a contribuição relativa aos sistemas de monitoramento para segurança e preservação dos logradouros públicos.

Seção III
Das isenções

Art. 317. Ficam isentos da cobrança da COSIPS:
I - os órgãos públicos municipais;
II - titulares de domínio útil ou ocupante de imóveis classificados como rurais pela concessionária de energia elétrica, sendo que os demais consumidores não classificados como rurais e localizados na área rural, a isenção da contribuição se dará por solicitação do Município.

Seção IV
Da Base de Cálculo

Art. 318. A alíquota da contribuição será fixada de acordo com a especificação e a faixa de consumo da unidade consumidora vinculada ao contribuinte, conforme tabela do Anexo VII.
Parágrafo único. A atualização monetária da tabela do Anexo VII, será aplicada de acordo com o IPCA do IBGE, em dezembro de cada ano e, caso este venha ser extinto, adotar-se-á, àquele que vier a substituí-lo.

Art. 319. O Poder Executivo Municipal fica autorizado, mediante regulamento, estabelecer percentuais de desconto sobre o montante apurado da Contribuição, a fim de atender o princípio da capacidade econômica do contribuinte.

Art. 320. A contribuição também será devida no caso da existência de sistemas de monitoramento para segurança e preservação dos logradouros públicos nos quais estejam localizados imóveis edificados ou não.
Parágrafo único. Os valores atinentes à contribuição relativa aos sistemas de monitoramento para segurança e preservação dos logradouros públicos serão definidos por meio de Lei Ordinária.

Seção V
Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 321. O lançamento será feito de ofício pelo Município, juntamente com o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) ou com fatura de energia elétrica, na forma disposta em regulamento.
§ 1º O valor da COSIPS será lançado mensalmente para os imóveis edificados e anualmente para os não edificados.
§ 2º Para os não edificados, será feita diretamente pela Prefeitura Municipal, juntamente com o Imposto Predial e Territorial Urbano, e será cobrada mediante o valor de 0,5 (zero vírgula cinco) VBR sobre o valor venal do imóvel de que trata o art. 119.

Art. 322. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com qualquer empresa concessionária ou permissionária do serviço público de energia elétrica no Município, com o objetivo de:
I - possibilitar a utilização, pelo Município, do cadastro da concessionária ou permissionária para o lançamento da COSIPS;
II - autorizar a concessionária ou permissionária a cobrar a COSIPS, mensalmente junto com a fatura de consumo de energia elétrica;
III - autorizar a concessionária ou permissionária a deduzir, do montante da COSIPS do mês, os valores referentes ao consumo de energia elétrica dos órgãos da administração direta do Município.

Art. 323. O montante devido e não pago da COSIPS a que se refere esse capítulo, será inscrito em dívida ativa pela autoridade competente, no mês seguinte à verificação da inadimplência, servindo como título hábil para a inscrição, a comunicação de inadimplência efetuada pela concessionária, acompanhada de duplicata da fatura de energia elétrica não paga.
§ 1º Quando a arrecadação for feita na fatura de energia elétrica, o prazo para pagamento da contribuição será o mesmo do vencimento da fatura de cada unidade consumidora.
§ 2º A concessionária deverá manter cadastro atualizado dos contribuintes que deixaram de efetuar o recolhimento da Contribuição, fornecendo ao Município os dados nele constantes.

Seção VI
Das Infrações e Penalidades

Art. 324. São consideradas infrações:
I - o não lançamento na conta da fatura da energia elétrica por parte da concessionária, no caso de celebração de convênio;
II - a informação incorreta que interfira no montante da contribuição, seja por parte da concessionária ou do contribuinte;
III - o atraso da concessionária ou permissionária no repasse do saldo disponível da COSIP, após quitação das faturas de energia do Executivo Municipal.

Art. 325. Serão aplicadas as seguintes penalidades:
I - 10% (dez por cento) sobre o montante não recolhido, quando se tratar das infrações previstas nos incisos I e II do art. 324;
II - 5% (cinco por cento) sobre o montante, quando tratar da infração prevista no inciso III do art. 324.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 326. Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo, sem prejuízo de sua integral e imediata aplicação.
Parágrafo único. Os regulamentos da legislação anterior serão aplicados, no que não conflitarem com a presente Lei, até a nova regulamentação a que se refere o *caput* deste artigo.

Art. 327. Todos os atos relativos à matéria fiscal serão praticados dentro dos prazos fixados na legislação tributária.
§ 1º Os prazos serão contínuos, excluídos, no seu cômputo, o dia do início e incluindo o do vencimento.

§ 2º Os prazos somente se iniciam ou vencem em dia de expediente na repartição em que tenha curso o processo ou deva ser praticado o ato, prorrogando-se, se necessário, até o primeiro dia útil.

Art. 328. Consideram-se integradas ao presente Código as tabelas dos Anexos que a acompanham.

Art. 329. Fica instituído o Valor Básico de Referência (VBR), no valor de R$ 285,66 (duzentos e oitenta e cinco reais e sessenta e seis centavos) para servir de parâmetro ou elemento indicativo de cálculo de tributos e penalidades a que se refere o Código Tributário do Município.
§ 1º A Unidade de Referência será corrigida, anual e automaticamente em 1º de janeiro, de acordo com Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.
§ 2º O VBR pode ser adotado como referencial para outras finalidades além das estabelecidas no *caput* mediante indicação expressa nas leis e regulamentos municipais.

Art. 330. O Poder Executivo Municipal poderá estabelecer preços públicos não submetidos a disciplinas jurídicas dos tributos, para quaisquer outros serviços cuja natureza não compete à cobrança de taxas.
§ 1º A fixação dos preços será feita com base:
I - no custo unitário, para os serviços prestados exclusivamente pela Administração;
II - nos preços de mercado, para os demais serviços.
§ 2º Aplicam-se aos preços as normas desta Lei, no tocante a lançamento, pagamento, deveres instrumentais, penalidades, procedimento administrativo fiscal e dívida ativa.

Art. 331. Os sujeitos passivos que estiverem em débito de qualquer natureza com a Administração Tributária, não poderão:
I - receber quantias ou créditos que tiverem junto à Municipalidade;
II - participar de licitação pública;
III - celebrar contrato ou termo de qualquer natureza com o Município;
IV - transacionar, a qualquer título, com a administração municipal.

Art. 332. Revogam-se as disposições em contrário ao disposto neste Código, em especial:
I - a Lei Complementar n° 2, de 10 de outubro de 1991;
II - a Lei n° 527, de 16 de novembro de 1992;
III - a Lei Complementar n° 14, de 28 de novembro de 2013;
IV - a Lei Complementar n° 24, de 31 de outubro de 2017;
V - a Lei Complementar n° 34, de 20 de maio de 2021;
VI - a Lei n° 1.766, de 8 de dezembro de 2021;
VII - a Lei complementar nº 34, 20 de maio de 2021.

Art. 333. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.
§ 1° Os tributos criados, os tributos majorados, na parte em que majorados, bem como os fatos geradores incluídos por esta Lei, inéditos em relação à legislação anteriormente vigente no Município, somente serão exigíveis no exercício seguinte ao da publicação desta Lei, observado, ainda, o decurso de 90 (noventa) dias após sua publicação, e os respectivos fatos geradores.
§ 2° Observado o disposto no § 1°, nenhuma exação tributária sofrerá solução de continuidade, considerando-se vigente a legislação anterior até que esta Lei se torne eficaz em face da observância aos princípios da anterioridade e anterioridade nonagesimal previsto no art. 150 da Constituição Federal.

Renascença, aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:D5BB4585

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 057/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 200/2025

Em análise ao processo de **Inexigibilidade nº 057/2025**, de 17 de dezembro de 2025, atendendo solicitação da **Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte,** no uso de suas atribuições a **Sra. Fabieli Manfredi,** Prefeita Municipal de Renascença – Pr, **HOMOLOGA** o procedimento com amparo no artigo 86, da Lei 14133/21.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, podendo ser prorrogado.

VALOR DO CONTRATO: R$ 142.000,00 (cento e quarenta e dois mil reais).

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO PICK-UP CABINE DUPLA, NOVO, ZERO QUILÔMETRO, DESTINADO ÀS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, POR MEIO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 116/2025 – LOTE 3 – E-PROTOCOLO Nº 22.199.244, REALIZADO PELA SECID - SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES DO PARANÁ**.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 86, da Lei Federal nº 14.133/2021, visando à adesão à Ata de Registro de Preços nº 116/2025, gerenciada pela Secretaria de Estado das Cidades do Paraná – SECID.

CONTRATADO: PINHEIRO'S VEÍCULOS LTDA, inscrita sob o CNPJ 01.692.763/0001-03, situada na Avenida T-09, nº 500, Bairro Setor Marista, Goiânia-GO.

CONTRATANTE: Município de Renascença – PR.

Renascença – Pr, 17 de dezembro de 2025.

FABIELI MANFREDI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luana Speorin Burin
Código Identificador:A0B88290

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE RESERVA DO IGUAÇU - FUNPRI
ERRATA

ERRATA:
Decreto n° 003/2025 Reserva do Iguaçu pr. 16/12/2025

Sumula Concede Pensão por morte a Beneficiário do aposentado Valdivino Nunes Felix.

O diretor executivo e financeiro do Fundo de Previdência de Reserva do Iguaçu (FUNPRI) no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas através da portaria n° 150/2019. Considerando o contido no processo **n° 381514/20.**

RESOLVE:

Art. 1°- Conceder pensão por morte a **Ismael da Luz Caldas Felix,** com proventos integrais no valor de R$ **1.225,93** (um mil duzentos e vinte cinco reais com noventa e trêz centavos). Pelos diretos adquiridos do falecimento do aposentado **Joaquim Valdivino Nunes Felix,** falecido na data de 27 de outubro de 2020. Nos termos do Art: 40,& 7°, e & 8° da Constituição Federal. E Art. 3° da LCM n° 1146/2021.

Art. 2°- Esta errata tem sua fundamentação legal baseada na instrução – 25087/2025, peça 21 do **processo 550399/22.**

Art. 3° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação retroagindo os efeitos de 16/12/2025.

ROBERTO CARLOS LICHEVISKI DE LIMA
Diretor Executivo e Financeiro
Reserva do Iguaçu Pr 16/12/2025

Publicado por:
Roberto Carlos Lichevisk de Lima
Código Identificador:D35F6644

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
AVISO PREGÃO ELETRONICO SRP Nº 43/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 43/2025

ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP/MEI SEDIADOS NA REGIÃO DE RESERVA DO IGUAÇU COM PRIORIDADE LOCAL

A Prefeitura Municipal de Reserva do Iguaçu, por meio da Pregoeira Luciana Antunes Pereira, tendo em vista a Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas alterações, e as Leis Complementares nº. 123/2006 e 147/2014,Decreto Municipal nº 103/2024 torna público que fará realizar-se o PREGÃO ELETRÔNICO nº43/2025, cujo objeto é o visa a "**AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER A DEMANDA DE MERENDA ESCOLAR",CONFORME AS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO PRESENTE INSTRUMENTO.**
sendo a licitação do tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

INÍCIO REC. PROPOSTA: 18/12/2025 09:00
FIM REC. PROPOSTA: 22/01/2026 08:29
INÍCIO DISPUTA: 22/01/2026 09:00
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
LOCAL: https://bll.org.br

VALOR ESTIMADO R$: 83.758,90 (oitenta e três mil setecentos e cinquenta e oito reais e noventa centavos) O Edital e seus anexos deverão ser solicitados através do e-maiI, na sede da Prefeitura Municipal, departamento de licitações, ou no endereço eletrônico http://www.reservadoiguacu.pr.gov.br/site/.

Reserva do Iguaçu – PR, 17 de dezembro de 2025

LUCIANA ANTUNES PEREIRA
Pregoeira
Portaria Municipal Nº 32/2025

Publicado por:
Luciana Antunes Pereira
Código Identificador:407ED30C

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
DECRETO Nº 233/2025 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA - SERVIDÃO SANEPAR

DECRETO Nº 233/2025

SÚMULA: DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA AS ÁREAS DE TERRAS PARA FINS DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA AMIGÁVEL OU JUDICIAL E DÁ PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

DECRETA

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fins de instituição de servidão administrativa amigável ou judicial pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, as áreas de terras abaixo descritas, com fulcro nos Artigos 2º, 5º, "E" e "H" e 6º, do Decreto Lei nº3365 de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº2.786 de 21 de maio de 1956:

SRI 48140
1) ÁREA: **4.886,00 m²** - Faixa de Servidão de Passagem
Proprietário: **DOMINGOS FERREIRA DE SIQUEIRA OU A QUEM DE DIREITO PERTENCER**
Município: RESERVA DO IGUAÇU UF: Paraná.
Comarca: PINHÃO - PR.
Certidão de Registro: **MATRÍCULA Nº1.871 - 1º CRI DE PINHÃO**
Imóvel: **ÁREA RURAL MEDINDO 35.066.440,00m², SITUADA NO IMÓVEL DENOMINADO "RODEIO" TAMBÉM CONHECIDO COMO "CASA NOVA RESERVA DE BAIXO E SANTA MARIA"**
Área de atingimento**: 4.886,00 m²** Extensão**: 2.443,00 m** Largura da faixa**: 2,00 m**

DESCRIÇÃO:
Área de servidão destinada implantação de rede de abastecimento de água bruta com atingimento iniciando no vértice denominado 'V1', de coordenadas UTM: E=390.849,153 m e N=7.149.735,874 m, situado na área de captação; deste, segue com confrontando com lote sob matrícula nº1871 com os seguintes azimutes e distâncias: 203°13'59" e 18,35 m até o vértice V2 (E=390.841,914 m e N=7.149.719,009 m); 184°35'19" e 2,63 m até o vértice V3 (E=390.841,703 m e N=7.149.716,387 m); 166°41'32" e 10,30 m até o vértice V4 (E=390.844,074 m e N=7.149.706,361 m); 143°52'26" e 61,98 m até o vértice V5 (E=390.880,618 m e N=7.149.656,296 m); 166°47'05" e 22,89 m até o vértice V6 (E=390.885,850 m e N=7.149.634,013 m); 172°37'23" e 203,60 m até o vértice V7 (E=390.911,992 m e N=7.149.432,098 m); 157°18'26" e 95,05 m até o vértice V8 (E=390.948,660 m e N=7.149.344,410 m); 155°18'50" e 61,81 m até o vértice V9 (E=390.974,475 m e N=7.149.288,248 m); 154°18'59" e 35,03 m até o vértice V10 (E=390.989,656 m e N=7.149.256,681 m); 140°16'41" e 60,51 m até o vértice V11 (E=391.028,325 m e N=7.149.210,140 m); 99°12'09" e 11,88 m até o vértice V12 (E=391.040,052 m e N=7.149.208,240 m); 108°17'47" e 49,19 m até o vértice V13 (E=391.086,753 m e N=7.149.192,798 m); 155°37'48" e 19,08 m até o vértice V14 (E=391.094,628 m e N=7.149.175,415 m); 222°10'53" e 27,95 m até o vértice V15 (E=391.075,860 m e N=7.149.154,703 m); 225°11'26" e 36,19 m até o vértice V16 (E=391.050,188 m e N=7.149.129,202 m); 183°58'39" e 25,27 m até o vértice V17 (E=391.048,436 m e N=7.149.103,997 m); 122°44'24" e 70,84 m até o vértice V18 (E=391.108,025 m e N=7.149.065,682 m); 161°00'51" e 9,53 m até o vértice V19 (E=391.111,127 m e N=7.149.056,668 m); 185°17'04" e 23,54 m até o vértice V20 (E=391.108,959 m e N=7.149.033,227 m); 200°17'03" e 11,64 m até o vértice V21 (E=391.104,922 m e N=7.149.022,305 m); 245°16'58" e 23,59 m até o vértice V22 (E=391.083,496 m e N=7.149.012,442 m); 263°11'38" e 20,63 m até o vértice V23 (E=391.063,015 m e N=7.149.009,998 m); 247°32'05" e 74,54 m até o vértice V24 (E=390.994,132 m e N=7.148.981,514 m); 230°17'06" e 12,09 m até o vértice V25 (E=390.984,829 m e N=7.148.973,787 m); 210°17'22" e 35,96 m até o vértice V26 (E=390.966,693 m e N=7.148.942,737 m); 183°57'00" e 47,82 m até o vértice V27 (E=390.963,398 m e N=7.148.895,027 m); 170°24'25" e 9,32 m até o vértice V28 (E=390.964,951 m e N=7.148.885,842 m); 165°41'37" e 34,51 m até o vértice V29 (E=390.973,479 m e N=7.148.852,401 m); 166°57'49" e 40,62 m até o vértice V30 (E=390.982,642 m e N=7.148.812,826 m); 164°53'48" e 81,58 m até o vértice V31 (E=391.003,898 m e N=7.148.734,066 m); 165°47'00" e 83,24 m até o vértice V32 (E=391.024,342 m e N=7.148.653,372 m); 180°46'58" e 11,96 m até o vértice V33 (E=391.024,178 m e N=7.148.641,415 m); 163°04'15" e 12,63 m até o vértice V34 (E=391.027,857 m e N=7.148.629,328 m); 182°17'00" e 107,10 m até o vértice V35 (E=391.023,590 m e N=7.148.522,315 m); 184°17'04" e 35,63 m até o vértice V36 (E=391.020,929 m e N=7.148.486,788 m); 185°33'06" e 59,68 m até o vértice V37 (E=391.015,155 m e N=7.148.427,387 m); 187°28'10" e 25,22 m até o vértice V38 (E=391.011,877 m e N=7.148.402,382 m); 180°54'55" e 23,12 m até o vértice V39 (E=391.011,507 m e

N=7.148.379,261 m); 172°19'20" e 16,27 m até o vértice V40 (E=391.013,681 m e N=7.148.363,137 m); 168°09'06" e 55,00 m até o vértice V41 (E=391.024,973 m e N=7.148.309,311 m); 153°09'07" e 24,20 m até o vértice V42 (E=391.035,902 m e N=7.148.287,720 m); 138°09'05" e 24,13 m até o vértice V43 (E=391.051,998 m e N=7.148.269,749 m); 136°09'00" e 11,98 m até o vértice V44 (E=391.060,298 m e N=7.148.261,109 m); 134°09'04" e 60,02 m até o vértice V45 (E=391.103,366 m e N=7.148.219,299 m); 117°39'10" e 12,24 m até o vértice V46 (E=391.114,209 m e N=7.148.213,617 m); 114°31'59" e 80,80 m até o vértice V47 (E=391.187,717 m e N=7.148.180,066 m); 114°00'06" e 85,41 m até o vértice V48 (E=391.265,739 m e N=7.148.145,326 m); 114°09'08" e 71,44 m até o vértice V49 (E=391.330,928 m e N=7.148.116,094 m); 112°09'07" e 11,96 m até o vértice V50 (E=391.342,008 m e N=7.148.111,583 m); 109°09'05" e 23,92 m até o vértice V51 (E=391.364,606 m e N=7.148.103,735 m); 106°09'05" e 107,37 m até o vértice V52 (E=391.467,739 m e N=7.148.073,867 m); 121°08'53" e 11,82 m até o vértice V53 (E=391.477,855 m e N=7.148.067,753 m); 136°09'04" e 24,02 m até o vértice V54 (E=391.494,493 m e N=7.148.050,433 m); 119°09'25" e 12,38 m até o vértice V55 (E=391.505,305 m e N=7.148.044,401 m); 112°14'52" e 17,41 m até o vértice V56 (E=391.521,422 m e N=7.148.037,808 m); 98°37'37" e 23,82 m até o vértice V57 (E=391.544,974 m e N=7.148.034,235 m); 99°21'19" e 172,31 m até o vértice E2 (E=391.714,994 m e N=7.148.006,225 m); situado na divisa com lote sob nº6499; perfazendo um eixo de 2.443,00 m com 2,00 m de largura (1,00 m para cada lado), atingindo uma área de 4.886,00 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51° WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes, distâncias, área e extensão foram calculados no plano Projeção UTM. Curitiba, 11 de Agosto de 2023. Paulo Cezar Tosin Geógrafo / CREA: PR-11.534/D ART n° 1720231155860.

SRI 48141
2) ÁREA: **12.715,56 m²** - Faixa de Servidão de Passagem
Proprietário: **DOMINGOS FERREIRA DE SIQUEIRA OU A QUEM DE DIREITO PERTENCER**
Município: RESERVA DO IGUAÇU UF: Paraná.
Comarca: PINHÃO - PR.
Certidão de Registro: **MATRÍCULA Nº1.871 - 1º CRI DE PINHÃO**
Imóvel: **ÁREA RURAL MEDINDO 35.066.440,00m², SITUADA NO IMÓVEL DENOMINADO "RODEIO" TAMBÉM CONHECIDO COMO "CASA NOVA RESERVA DE BAIXO E SANTA MARIA"**
Área de Atingimento: **9.888,36 m²**; Extensão: **4.944,18 m**; Largura: **2,00 m**
Área de Atingimento: **2.827,20 m²**; Extensão: **1.413,60 m**; Largura: **2,00 m**

DESCRIÇÃO:
Área de servidão destinada implantação de rede de abastecimento de água tratada (AAT01) com atingimento iniciando no vértice denominado 'E1', de coordenadas UTM: E=391.982,757 m e N=7.146.804,310 m, situado na divisa com lote sob matrícula nº6499; deste, segue com confrontando com lote sob matrícula nº1871 com os seguintes azimutes e distâncias: 226°07'14" e 111,74 m até o vértice V1 (E=391.902,213 m e N=7.146.726,857 m); 136°02'16" e 71,63 m até o vértice V2 (E=391.951,939 m e N=7.146.675,296 m); 125°51'20" e 207,60 m até o vértice V3 (E=392.120,197 m e N=7.146.553,696 m); 130°40'10" e 125,29 m até o vértice V4 (E=392.215,227 m e N=7.146.472,045 m); 152°06'05" e 86,37 m até o vértice V5 (E=392.255,640 m e N=7.146.395,713 m); 166°46'11" e 61,78 m até o vértice V6 (E=392.269,779 m e N=7.146.335,576 m); 178°45'33" e 62,25 m até o vértice V7 (E=392.271,127 m e N=7.146.273,337 m); 182°48'45" e 121,18 m até o vértice V8 (E=392.265,181 m e N=7.146.152,300 m); 176°56'05" e 67,94 m até o vértice V9 (E=392.268,813 m e N=7.146.084,461 m); 170°08'17" e 46,31 m até o vértice V10 (E=392.276,746 m e N=7.146.038,832 m); 158°24'03" e 95,75 m até o vértice V11 (E=392.311,992 m e N=7.145.949,806 m); 160°08'34" e 174,58 m até o vértice V12 (E=392.371,293 m e N=7.145.785,608 m); 156°42'19" e 167,38 m até o vértice V13 (E=392.437,486 m e N=7.145.631,871 m); 159°37'25" e 172,01 m até o vértice V14 (E=392.497,376 m e N=7.145.470,629 m); 157°35'25" e 85,21 m até o vértice V15 (E=392.529,860 m e N=7.145.391,853 m); 150°41'22" e 250,73 m até o vértice V16 (E=392.652,603 m e N=7.145.173,225 m); 149°41'17" e 178,02 m até o vértice V17 (E=392.742,453 m e N=7.145.019,539 m); 138°25'57" e 157,49 m até o vértice V18 (E=392.846,946 m e N=7.144.901,711 m); 140°57'12" e 229,75 m até o vértice V19 (E=392.991,674 m e N=7.144.723,283 m); 137°36'53" e 108,36 m até o vértice V20 (E=393.064,721 m e N=7.144.643,245 m); 115°09'05" e 83,79 m até o vértice V21 (E=393.140,571 m e N=7.144.607,631 m); 96°18'40" e 81,21 m até o vértice V22 (E=393.221,287 m e N=7.144.598,704 m); 86°22'59" e 269,19 m até o vértice V23 (E=393.489,936 m e N=7.144.615,686 m); 88°50'52" e 247,68 m até o vértice V24 (E=393.737,567 m e N=7.144.620,666 m); 90°55'38" e 706,19 m até o vértice V25 (E=394.443,669 m e N=7.144.609,239 m); 90°56'43" e 415,64 m até o vértice V26 (E=394.859,251 m e N=7.144.602,382 m); 90°44'52" e 206,28 m até o vértice V27 (E=395.065,510 m e N=7.144.599,690 m); 96°24'54" e 53,72 m até o vértice V28 (E=395.118,897 m e N=7.144.593,688 m); 96°47'05" e 133,23 m até o vértice V29 (E=395.251,198 m e N=7.144.577,948 m); 100°29'34" e 91,21 m até o vértice V30 (E=395.340,886 m e N=7.144.561,337 m); 125°29'23" e 68,36 m até o vértice V31 (E=395.396,547 m e N=7.144.521,650 m); 143°14'14" e 5,31 m até o vértice V32 (E=395.399,726 m e N=7.144.517,394 m); 235°55'33" e 1,00 m até o vértice E2 (E=395.398,897 m e N=7.144.516,833 m); situado na divisa com faixa de domínio da BR 459; perfazendo um eixo de 4.944,18 m com 2,00 m de largura (1,00 m para cada lado), atingindo uma área de 9.888,36 m². Área de servidão destinada implantação de rede de abastecimento de água tratada (AAT02) com atingimento iniciando no vértice denominado 'E3', de coordenadas UTM: E=395.404,552 m e N=7.144.509,264 m, situado na divisa com faixa de domínio da BR-459; deste, segue com confrontando com lote sob matrícula nº1871 com os seguintes azimutes e distâncias: 55°55'33" e 1,00 m até o vértice V1 (E=395.405,381 m e N=7.144.509,825 m); 143°14'14" e 60,03 m até o vértice V2 (E=395.441,310 m e N=7.144.461,732 m); 162°52'23" e 48,43 m até o vértice V3 (E=395.455,573 m e N=7.144.415,447 m); 162°46'42" e 645,90 m até o vértice V4 (E=395.646,804 m e N=7.143.798,501 m); 163°06'08" e 304,55 m até o vértice V5 (E=395.735,326 m e N=7.143.507,102 m); 163°06'08" e 104,02 m até o vértice V6 (E=395.765,560 m e N=7.143.407,577 m); 155°25'20" e 37,09 m até o vértice V7 (E=395.780,987 m e N=7.143.373,848 m); 141°30'48" e 212,58 m até o vértice E4 (E=395.913,284 m e N=7.143.207,447 m); situado na divisa com área urbana do Município de Reserva de Iguaçu; perfazendo um eixo de 1.413,60 m com 2,00 m de largura (1,00 m para cada lado), atingindo uma área de 2.827,20 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51° WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes, distâncias, área e extensão foram calculados no plano Projeção UTM. Curitiba, 11 de Agosto de 2023. Paulo Cezar Tosin Geógrafo / CREA: PR-11.534/D ART n° 1720231155860.

SRI 48142
3) ÁREA: **456,00 m²** - Faixa de Servidão de Passagem
Proprietário: **DOMINGOS FERREIRA DE SIQUEIRA OU A QUEM DE DIREITO PERTENCER**
Município: RESERVA DO IGUAÇU UF: Paraná.
Comarca: PINHÃO - PR.
Certidão de Registro: **MATRÍCULA Nº1.871 - 1º CRI DE PINHÃO**
Imóvel: **ÁREA RURAL MEDINDO 35.066.440,00m², SITUADA NO IMÓVEL DENOMINADO "RODEIO" TAMBÉM CONHECIDO COMO "CASA NOVA RESERVA DE BAIXO E SANTA MARIA"**
Área de atingimento**: 456,00 m²** Perímetro: **100,00 m**

DESCRIÇÃO:
Área de desapropriação destinada implantação do Centro de Reservação localizado no município de Reserva de Iguaçu com atingimento iniciando no vértice denominado 'V1', de coordenadas UTM: E=395.345,620 m e N=7.144.482,201 m, situado na divisa com faixa de domínio da BR-484; deste, segue, confrontando com o faixa de domínio da BR-484 com o azimute de 145°55'33" e a distância de 12,00 m até o vértice V2 (E=395.352,343 m e N=7.144.472,261 m); deste, segue com confrontando com área remanescente com os

seguintes azimutes e distâncias: 235°55'33" e 38,00 m até o vértice V3 (E=395.320,867 m e N=7.144.450,971 m); 325°55'33" e 12,00 m até o vértice V4 (E=395.314,144 m e N=7.144.460,911 m); 55°55'33" e 38,00 m até o vértice V1 (E=395.345,620 m e N=7.144.482,201 m), situado na divisa com faixa de domínio da BR-484; início desta descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 456,00 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51° WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes, distâncias, área e extensão foram calculados no plano Projeção UTM. Curitiba, 11 de Agosto de 2023. Paulo Cezar Tosin Geógrafo / CREA: PR-11.534/D ART n° 1720231155860

SRI 48143
4) ÁREA: **2769,68 m²** - Faixa de Servidão de Passagem
Proprietário: **COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL OU A QUEM DE DIREITO PERTENCER**
Município: RESERVA DO IGUAÇU UF: Paraná.
Comarca: PINHÃO - PR.
Certidão de Registro: **MATRÍCULA Nº6.499 - 1º CRI DE PINHÃO**
Imóvel: **ÁREA RURAL MEDINDO 1.705.722,00m², SITUADA NO IMÓVEL DENOMINADO "RODEIO" TAMBÉM CONHECIDO COMO "CASA NOVA-RESERVA DE BAIXO E SANTA MARIA"**
Área de Atingimento: **1.070,68 m²**; Extensão: **535,34 m**; Largura: **2,00 m**
Área de Atingimento: **1.699,00 m²**; Extensão: **849,50 m**; Largura: **2,00 m**

DESCRIÇÃO:
Inicia-se a descrição do Trecho 1 com atingimento iniciando no vértice denominado 'E1', de coordenadas UTM: E=391.714,994 m e N=7.148.006,225 m, situado na divisa com lote sob matrícula nº1871; deste, segue com confrontando com lote sob matrícula nº6499 com os seguintes azimutes e distâncias: 99°17'47" e 45,35 m até o vértice V1 (E=391.759,744 m e N=7.147.998,900 m); 124°03'03" e 23,35 m até o vértice V2 (E=391.779,093 m e N=7.147.985,824 m); 136°44'28" e 36,86 m até o vértice V3 (E=391.804,355 m e N=7.147.958,978 m); 138°20'09" e 200,10 m até o vértice V4 (E=391.937,373 m e N=7.147.809,494 m); 150°34'16" e 58,15 m até o vértice V5 (E=391.965,945 m e N=7.147.758,845 m); 162°04'52" e 128,67 m até o vértice V6 (E=392.005,534 m e N=7.147.636,414 m); 163°36'04" e 33,02 m até o vértice V7 (E=392.014,856 m e N=7.147.604,738 m); 163°18'15" e 9,84 m até o vértice E2 (E=392.017,683 m e N=7.147.595,313 m); situado na divisa com lote sob matrícula nº6497; perfazendo um eixo de 535,34 m com 2,00 m de largura (1,00 m para cada lado), atingindo uma área de 1.070,68 m². Inicia-se a descrição da Trecho 2 com atingimento iniciando no vértice denominado 'E2', de coordenadas UTM: E=392.025,154 m e N=7.147.570,405 m, situado na divisa com lote sob matrícula nº6497; deste, segue com confrontando com lote sob matrícula nº6499 com os seguintes azimutes e distâncias: 163°18'15" e 15,21 m até o vértice V7 (E=392.029,524 m e N=7.147.555,834 m); 164°39'51" e 31,66 m até o vértice V8 (E=392.037,898 m e N=7.147.525,301 m); 162°52'01" e 49,37 m até o vértice V9 (E=392.052,443 m e N=7.147.478,119 m); 179°51'05" e 10,70 m até o vértice V10 (E=392.052,470 m e N=7.147.467,415 m); 178°38'54" e 19,61 m até o vértice V11 (E=392.052,933 m e N=7.147.447,805 m); 179°14'45" e 28,09 m até o vértice V12 (E=392.053,303 m e N=7.147.419,720 m); 189°08'22" e 35,45 m até o vértice V13 (E=392.047,672 m e N=7.147.384,717 m); 202°51'40" e 36,66 m até o vértice V14 (E=392.033,428 m e N=7.147.350,934 m); 202°17'00" e 68,84 m até o vértice V15 (E=392.007,324 m e N=7.147.287,234 m); 202°17'00" e 63,15 m até o vértice V16 (E=391.983,380 m e N=7.147.228,802 m); 204°33'06" e 10,43 m até o vértice V17 (E=391.979,044 m e N=7.147.219,312 m); 204°12'44" e 21,88 m até o vértice V18 (E=391.970,071 m e N=7.147.199,357 m); 206°47'57" e 4,54 m até o vértice V19 (E=391.968,025 m e N=7.147.195,306 m); 206°47'57" e 18,95 m até o vértice V20 (E=391.959,480 m eN=7.147.178,389 m); 207°05'01" e 64,09 m até o vértice V21 (E=391.930,302 m e N=7.147.121,330 m); 208°14'12" e 22,81 m até o vértice V22 (E=391.919,508 m e N=7.147.101,231 m); 176°40'18" e 17,66 m até o vértice V23 (E=391.920,533 m e N=7.147.083,605 m); 164°52'07" e 71,84 m até o vértice V24 (E=391.939,286 m e N=7.147.014,253 m); 155°22'23" e 39,08 m até o vértice V25 (E=391.955,572 m e N=7.146.978,727 m); 157°08'33" e 16,90 m até o vértice V26 (E=391.962,136 m e N=7.146.963,155 m); 120°36'14" e 12,19 m até o vértice V27 (E=391.972,629 m e N=7.146.956,948 m); 124°54'10" e 72,42 m até o vértice V28 (E=392.032,021 m e N=7.146.915,511 m); 167°49'52" e 80,71 m até o vértice V29 (E=392.049,035 m e N=7.146.836,613 m); 189°55'44" e 12,99 m até o vértice V30 (E=392.046,795 m e N=7.146.823,818 m); 213°21'51" e 5,98 m até o vértice V31 (E=392.043,506 m e N=7.146.818,823 m); 216°08'49" e 18,29 m até o vértice V32 (E=392.032,719 m e N=7.146.804,056 m); situado no interior do lote sob matrícula nº6499; perfazendo um eixo de 849,50 m com 2,00 m de largura (1,00 m para cada lado), atingindo uma área de 1.699,00 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51° WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes, distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. Curitiba, 09 de Agosto de 2023. Paulo Cezar Tosin Géografo CREA-PR: 11.534/D ART: 1720231155860.

SRI 48144
5) ÁREA: **52,00 m²** - Faixa de Servidão de Passagem
Proprietário: **COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S/A OU A QUEM DE DIREITO PERTENCER**
Município: RESERVA DO IGUAÇU UF: Paraná.
Comarca: PINHÃO - PR.
Certidão de Registro: **MATRÍCULA Nº9.274 - 1º CRI DE PINHÃO**
Imóvel: **ÁREA RURAL MEDINDO 224.237,00m², SITUADA NO IMÓVEL DENOMINADO "RODEIO" TAMBÉM CONHECIDO COMO "CASA NOVA RESERVA DE BAIXO E SANTA MARIA"**
Área de atingimento**: 52,00 m²** Extensão**: 26,00 m** Largura da faixa**: 2,00 m**

DESCRIÇÃO:
Inicia-se a descrição da faixa com atingimento iniciando no vértice denominado 'E1', de coordenadas UTM: E=392.017,683 m e N=7.147.595,313 m, situado na divisa com lote sob matrícula nº6499; deste, segue com confrontando com lote sob matrícula nº9274 com os seguintes azimutes e distâncias: 163°18'15" e 26,00 m até o vértice E2 (E=392.025,154 m e N=7.147.570,405 m); situado na divisa com lote sob matrícula nº6499; perfazendo um eixo de 26,00 m com 2,00 m de largura (1,00 m para cada lado), atingindo uma área de 52,00 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51° WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes, distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. Curitiba, 10 de Agosto de 2023. Paulo Cezar Tosin Géografo CREA-PR: 11.534/D ART: 1720231155860.

Art. 2º A área a que se refere o artigo anterior destina-se à implantação da faixa de servidão de passagem de abastecimento de água no município de Reserva do Iguaçu.

Art. 3º Fica autorizada a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR a promover todos os atos, judiciais ou extrajudiciais, necessários para a efetivação da instituição de Servidão Administrativa, na área descrita no art. 1º deste Decreto, conforme a legislação vigente.

Art. 4º Fica reconhecida a conveniência da constituição de servidão administrativa em favor da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, para os fins indicados, o que compreende o direito atribuído à empresa de praticar todos os atos de reconhecimento e medição da área.
Art. 5º O proprietário da área atingida pelo ônus da servidão administrativa limitará o uso e gozo da mesma ao que for compatível com a existência da servidão, abstendo-se, consequentemente, da prática de quaisquer atos que causem danos à empresa, incluídos entre eles os de erguer construções, fazer plantações de elevado porte, cravar estacas, usar explosivos e transitar com veículos pesados.

Art. 6º A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR poderá invocar em juízo, quando necessário, a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de junho de 1941, e suas alterações.

Art. 7º Os ônus decorrentes da constituição da servidão administrativa da área a que se refere o art. 1º deste Decreto ficam por conta da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR.

Art. 8º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, 17 de Dezembro de 2025.

VITORIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana Andria
Código Identificador:5EDB6107

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
LEI 1329/2025 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

LEI Nº 1329 de 16 de dezembro de 2025

SÚMULA: Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Reserva do Iguaçu para o Exercício Financeiro de 2026.

A Câmara municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou e eu Vitório Antunes de Paula, prefeito municipal, sanciono a seguinte lei.

Art.1º - O Orçamento Geral do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2026 compreendendo o Orçamento Fiscal do Município e os Órgãos de Administração Indireta, Autarquias e os Fundos Municipais, estima a Receita em R$ 77.062.498,00(setenta e sete milhões sessenta e dois mil, quatrocentos e noventa e oito reais) e fixa a Despesa em R$ 77.062.498,00 setenta e sete milhões sessenta e dois mil, quatrocentos e noventa e oito reais), assim distribuídos:
I - R$ **65.163.088,00**(sessenta e cinco milhões cento e sessenta e três mil e oitenta e oito reais) do Orçamento Fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo, às entidades de Administração Indireta e aos Fundos Municipais de contabilidade centralizada legalmente instituídos;
II - R$ **11.899.410,00** (onze milhões oitocentos e noventa e nove mil quatrocentos e dez reais) do Fundo de Previdência de Reserva do Iguaçu.
Art.2º - A Receita consolidada do Orçamento Fiscal será realizada de acordo com a legislação específica em vigor, segundo as seguintes estimativas:

I - RECEITAS DE CONTABILIZAÇÃO CENTRALIZADA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E FUNDOS CENTRALIZADOS

RECEITAS CORRENTES	**R$**	**65.093.088.00**
RECEITA TRIBUTÁRIA	**R$**	2.640.300,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	**R$**	365.240,00
RECEITA PATRIMONIAL	**R$**	1.040.300,00
RECEITA SERVIÇOS	**R$**	105.700,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	**R$**	60.894.488,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	**R$**	47.060,00

RECEITAS de CAPITAL	**R$**	**70.000,00**
ALIENAÇÃO DE BENS	**R$**	70.000,00

TOTAL GERAL	**R$**	**65.163.088,00**

II – RECEITAS DE CONTABILIZAÇÃO DESCENTRALIZADA
FUNPRI – Fundo de Previdência de Reserva do Iguaçu

RECEITAS CORRENTES	**R$**	**11.899.410,00**
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	**R$**	2.511.640,00
RECEITA PATRIMONIAL	**R$**	5.466.130,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	**R$**	141.570,00
RECEITA CORRENTE INTRAORÇAMENTÁRIA	**R$**	3.780.070,00
TAXA ADMINISTRAÇÃO	**R$**	1.179.570,00

TOTAL FUNPRI		**13.079.000,00**

TOTAL CONSOLIDADO	**R$**	**77.062.498,00**

Art.3º - A Despesa está fixada com a seguinte distribuição entre os Órgãos:

I - ORÇAMENTO FISCAL

PODER LEGISLATIVO	**R$**	**3.600.000,00**
Legislativo Municipal	**R$**	3.600.000,00

EXECUTIVO MUNICIPAL	**R$**	**1.570.000,00**
Gabinete do Prefeito, Asses. Jurídica, Asses. De Imp. E Comunic., Controladoria Interna.	**R$**	1.570.000,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO e TURISMO	**R$**	**4.368.632,00**
Departamento de Administração	**R$**	4.298.632,00
Departamento de Turismo		70.000,00
SECRETARIA DE VIAÇÃO, TRANSPORTE E OBRAS	**R$**	**6.835.910,56**
Departamento de Viação, Transporte e Obras	**R$**	6.835.910,56
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	**R$**	**17.817.219,00**
Secretaria de Educação e Cultura	**R$**	1.368.000,00
Divisão do Ensino Fundamental	**R$**	7.074.216,25
Divisão de Ensino Infantil	**R$**	4.512.000,00
Divisão de Ensino Especial	**R$**	710.000,00
Divisão de Merenda Escolar	**R$**	1.095.880,00
Divisão de Transporte Escolar	**R$**	3.056.622,75
SECRETARIA DE SAÚDE	**R$**	**11.943.881,00**
Fundo Municipal de Saúde	**R$**	11.543.881,00
Departamento de Saúde	**R$**	260.000,00
Departamento de vigilância Sanitária	**R$**	140.000,00
SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL	**R$**	**1.795.740,00**
Departamento de Agropecuária	**R$**	1.740.000,00
FUNDER – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural	**R$**	55.740,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	**R$**	**3.794.190,00**
Departamento de Assistência Social	**R$**	718.000,00
Fundo Municipal de Assistência Social	**R$**	2.840.190,00
Fundo dos Direitos da Criança e Adolescente	**R$**	166.000,00
Fundo Municipal dos Direitos do Idoso	**R$**	70.000,00
SECRETARIA DE FINANÇAS	**R$**	**2.095.714,00**
Manutenção da Secretaria de Finanças	**R$**	2.095.714,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	**R$**	**665.000,00**
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	**R$**	480.000,00
Departamento de Emprego e Renda		185.000,00
SECRETARIA DE ESPORTES	**R$**	**809.000,00**
Secretaria de Esportes	R$	809.000,00
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	**R$**	**4.269.000,00**
Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	R$	**4.269.000,00**
ENCARGOS ESPECIAIS	**R$**	***3.467.000,00***
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**R$**	***952.211,44***
TOTAL	**R$**	***60.383.498,00***

II – ORÇAMENTO DO FUNPRI – FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE RESERVA DO IGUAÇU

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE RESERVA DO IGUAÇU	**R$**	**13.079.000,00**
Fundo de Previdência de Reserva do Iguaçu	**R$**	11.899.410,00
Reserva Orçamentária	**R$**	5.605.410,00

TOTAL GERAL CONSOLIDADO DAS ENTIDADES

TOTAL CONSOLIDADO	**77.062.498,00**

Art.4º - A despesa fixada está distribuída por categorias econômicas e funções de governo de conformidade com os anexos 02 e 06, integrantes desta lei.
Art.5º - São aprovados os Planos de Aplicação dos seguintes Fundos Municipais de contabilidade centralizada, integrantes do Orçamento Fiscal, nos termos do § 2º do Artigo 2º da Lei Federal 4.320/64 de 17 de março de 1964:
I - do Fundo Municipal de Saúde, criado pela Lei Municipal nº 014/97 de 07/04/1997, que fixa as despesas a ser realizadas pelo mencionado Fundo no exercício de 2026 em R$ 11.543.881,00 (onze Milhões quinhentos e quarenta e tres mil, oitocentos e oitenta e um reais);
II - do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pela Lei Municipal nº 029/97 de 12/08/1997, que fixa a sua despesa para o exercício de 2026 em R$ 166.000,00 (cento e sessenta e seis mil reais);
III - do Fundo Municipal de Assistência Social, criado pela Lei Municipal nº 018/97 de 05/05/1997, que fixa a sua despesa para o

exercício de 2026 na importância de R$ *2.840.190,00* (dois milhões oitocentos e quarenta mil cento e noventa reais)
IV - do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, criado pela Lei Municipal nº 678/2010 de 30/06/2010, que fixa a sua despesa para o exercício de 2025 na importância de R$ 70.000,00 (setenta mil reais).
Art. 6º - O Orçamento do Fundo de Previdência de Reserva do Iguaçu, de contabilidade descentralizada, tem a despesa fixada para o exercício de 2026 em R$ 13.079.000,00 (treze milhões e setenta e nove mil) e Receitas estimadas em R$ 11.899.410,00 (onze milhões oitocentos e noventa e nove mil, quatrocentos e dez reais).
Art.7º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de créditos adicionais suplementares ao orçamento fiscal até o limite de 40% (quarenta por cento) do total geral da receita fixada para o exercício, nos termos da legislação vigente, utilizando como recursos para cobertura, os provenientes da anulação total ou parcial de dotações nos termos do inciso III e o excesso de arrecadação de recursos livres consoante o estabelecido no inciso II, ambos do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64;
I – proceder a abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como recurso o previsto no inciso I, parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal 4320/64, até o limite da efetiva existência dos recursos de superávit financeiro nas fontes de recursos livres ou vinculados, devidamente apurados no balanço patrimonial do exercício anterior;
II – proceder a abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como recursos os previstos no inciso II do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal 4320/64, mediante a efetiva ocorrência ou tendência de ocorrência de excesso de arrecadação nas respectivas fontes de recursos vinculados desde que o total dos mencionados créditos não supere o limite de 40% (quarenta por cento) do total geral da receita estimada para o exercício no orçamento fiscal;
III - proceder a abertura de creditos adicionais suplementares utilizando como recurso o previsto no inciso IV do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal 4320/64 tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos de crédito celebrados para o exercício;
IV - transpor ou transferir recursos, de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, nos termos do inciso VI do art. 167 da Constituição Federal. e proceder o remanejamento e a compensação entre as fontes, e a criação de fontes de recursos dentro da mesma dotação orçamentária, quando da abertura de creditos adicionais que utilizem como recurso o cancelamento de dotações.
V - proceder a utilização de recursos do cancelamento da dotação de Reserva de Contingência para a cobertura de créditos adicionais abertos para o atendimento das situações especificadas no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.
Parágrafo 1º - A abertura dos créditos autorizados nos incisos I,II, III e IV não são consideradas para fins do limite da autorização constante do caput do artigo.
Parágrafo 2º - A autorização contida no caput do artigo é extensiva ao Presidente da Câmara Municipal no concernente ao orçamento próprio do Poder Legislativo e ao Prefeito Municipal para a abertura de créditos suplementares no orçamento da seguridade social considerando-se o limite de 40% (quarenta por cento) em relação ao total da despesa fixada nos respectivos orçamentos.
Art. 8º - O Poder Executivo fica ainda autorizado a tomar as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos da legislação vigente e a realizar operações de crédito por antecipação da receita até o limite legalmente permitido.
Art. 9º - Fica autorizada a redistribuição de parcelas das dotações de pessoal de uma para outra unidade orçamentária ou programa de governo quando considerada necessária a movimentação e a mesma favorecer a execução das ações previstas no orçamento, consoante o previsto no Parágrafo Único do Artigo 66 da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64.
Gabinete do Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, em 16 de dezembro de 2025.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rubia Carla Romaniw Tuczynski
Código Identificador:8D24B981

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
LEI Nº 1.280/2025

LEI Nº 1.280/2025

Denomina quadra poliesportiva na localidade de Porto Soares

A Câmara Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná decretou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de "*Quadra Poliesportiva Inácio Bialéski*" a quadra poliesportiva localizada na Comunidade de Porto Soares, neste Município de Rio Azul.

Art. 2º A denominação de que trata o artigo anterior tem por objetivo prestar justa homenagem ao senhor Inácio Bialéski, cidadão que se destacou pela dedicação à família, à comunidade e ao trabalho.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal providenciará a confecção e instalação da respectiva placa de identificação no local.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal,
Em Rio Azul-PR, 17 de dezembro de 2025.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:FF2D6308

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
LEI Nº 1.281/2025

LEI Nº 1.281/2025
Orçamento Geral para o exercício 2026

A Câmara Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná decretou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Rio Azul, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2026, compreendendo o Orçamento Fiscal e o da Seguridade Social do Município e os Fundos Municipais, estima a Receita em R$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) e fixa a Despesa em igual importância, assim distribuídos:
I - R$ 95.000.000,00 (noventa e cinco milhões de reais) do Orçamento Fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo, e aos Fundos Municipais de contabilidade centralizada legalmente instituídos;
II - R$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) do Orçamento da Seguridade Social do Município, que compreende o Fundo de Previdência Social do Município de Rio Azul – FPSMRA.

Art. 2º A Receita consolidada do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social será realizada de acordo com a legislação específica em vigor, segundo as seguintes estimativas:
I - RECEITAS DE CONTABILIZAÇÃO CENTRALIZADA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E FUNDOS CENTRALIZADOS
RECEITAS CORRENTES .....R$ 93.900.000,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIAS.....R$ 11.351.000,00
CONTRIBUICÕES .....R$ 1.800.000,00
RECEITA PATRIMONIAL .....R$ 824.800,00
RECEITA DE SERVIÇOS .....R$ 120.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES .....R$ 79.654.200,00

OUTRAS RECEITAS CORRENTES.....R$ 150.000,00
RECEITAS DE CAPITAL.....R$ 856.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS .....R$ 100.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL .....R$ 1.000.000,00
SUB TOTAL .....R$ 95.000.000,00
II - RECEITAS DE CONTABILIZAÇÃO DESCENTRALIZADA FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE RIO AZUL

RECEITA ORCAMENTARIA
RECEITAS CORRENTES
RECEITAS DE CONTRIBUICÕES.....R$ 3.650.000,00
RECEITA PATRIMONIAL .....R$ 12.170.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES .....R$ 2.940.000,00
RECEITAS CORRENTES.....R$ 18.760.000,00
INTRAORÇAMENTÁRIAS.....R$ 6.240.000,00
TOTAL .....R$ 25.000.000,00
TOTAL CONSOLIDADO .....R$ 120.000.000,00
Art. 3º A Despesa está fixada com a seguinte distribuição entre os Órgãos:
I - ORÇAMENTO FISCAL
01 - CAMARA MUNICIPAL.....R$ 3.675.000,00
01.01 - CAMARA MUNICIPAL .....R$ 3.675.000,00

02 - GOVERNO MUNICIPAL .....R$ 1.888.000,00
02.01 - GABINETE DO PREFEITO .....R$ 1.125.000,00
02.02 – DEPARTAMENTO DE ASSESSORIA JURÍDICA ...R$ 529.000,00
02.03 - DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO ...R$ 174.000,00
02.04 – DEPARTAMENTO DA DEFESA CIVIL .....R$ 60.000,00

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO .....R$ 4.309.800,00
03.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇAO ..R$ 4.309.800,00

04 - SECRETARIA DE FINANÇAS .....R$ 1.445.000,00
04.01 - DEPARTAMENTO DE TESOURARIA .....R$ 280.000,00
04.02 - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE ...R$ 1.000.000,00
04.03 - DEPARTAMENTO DE RECEITA E FISCALIZAÇÃO ...R$ 165.000,00

05 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO .....R$ 1.380.000,00
05.01 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO ...R$ 1.380.000,00

06 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ...R$ 6.252.500,00
06.01 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ...R$ 2.188.000,00
06.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL ...R$ 2.296.500,00
06.03 - FUNDO MUNICIPAL DIREITOS DA CRIANÇA/ADOLESCENTE....R$ 646.000,00
06.04 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO .....R$ 477.000,00
06.05 - FUNDO MUNICIPAL HABITAÇÃO .....R$ 645.000,00

07 - SECRETARIA DE SAÚDE .....R$ 18.892.600,00
07.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE .....R$ 18.892.600,00

08 - SECRETARIA DE ESPORTES e RECREAÇÃO ...R$ 1.405.000,00
08.01 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES E RECREAÇÃO...R$ 1.405.000,00

09 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA...R$ 25.538.100,00
09.01 - DEPARTAMENTO DE ENSINO .....R$ 24.509.500,00
09.02 – DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO E PROMOÇÃO CULTURAL ...R$ 1.028.600,00

10 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS RURAIS ...R$ 8.804.000,00
10.01 - DEPARTAMENTO RODOVIÁRIO .....R$ 8.804.000,00

11 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE ...R$ 4.498.000,00
11.01 - SECRETARIA AGRICULTURA .....R$ 2.395.000,00
11.02 - FUNDO MUN. DE DESENVOLVIMENTO RURAL ....R$ 60.000,00
11.03 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE ...R$ 2.043.000,00

12 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO ...R$ 458.000,00
12.01 – DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO.....R$ 193.000,00
12.02 – DEP. DE INCENTIVO AO COMÉRCIO E INDÚSTRIA....R$ 90.000,00
12.03 – DEPARTAMENTO DE INCENTIVO AO TURISMO ...R$ 175.000,00

13 – SECRETARIA DE URBANISMO .....R$ 7.969.000,00
13.01 – DEPARTAMENTO DE URBANISMO.....R$ 7.969.000,00

80 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO .....R$ 7.535.000,00
80.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO .....R$ 7.535.000,00

90 - RESERVA DE CONTINGENCIA .....R$ 900.000,00
90.99 - RESERVA DE CONTINGENCIA .....R$ 900.000,00

TOTAL .....R$ 95.000.000,00

II - ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL:
Fundo de Previdência Social do Município de Rio Azul – FPSMRA ...R$ 25.000.000,00
TOTAL .....R$ 25.000.000,00

TOTAL CONSOLIDADO.....R$ 120.000.000,00

Art. 4º A despesa fixada está distribuída por categorias econômicas e funções de governo, de conformidade com os anexos 02 e 06 desta Lei.

Art. 5º O Orçamento da Seguridade Social do Município relativo ao Fundo de Previdência Social do Município de Rio Azul, criado pela Lei Municipal 94/91, de 14-11-1991, e reformulado pela Lei nº 308/2005, de 01-12-2005, de contabilidade descentralizada, é fixado para o exercício de 2026, em R$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais).

Art. 6º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares aos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social, da Administração Direta e Indireta e dos Fundos Municipais, até o limite 50% (cinquenta por cento) do total geral de cada um dos orçamentos, servindo como recursos para tais suplementações, aqueles definidos no parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17-03-1964.

Parágrafo único Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a proceder a abertura de seus créditos adicionais suplementares através de Resolução, até o limite previsto no *caput* deste artigo, servindo como recursos para tais suplementações somente o cancelamento de dotações do seu próprio orçamento.

Art. 7º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a proceder, por Decreto, a inclusão nos elementos de despesas constantes da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2026, das receitas não utilizadas do exercício de 2025 a título de Superávit Financeiro de Recursos Vinculados e/ou de Recursos Livres, nos termos previstos no artigo 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 8º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a proceder a suplementação de dotações orçamentárias pelo Excesso de Arrecadação efetivo ou tendência de Excesso de Arrecadação do exercício financeiro de 2026, sobre a previsão orçamentária original das receitas de fontes de recursos vinculados e/ou de fontes de recursos livres, nos termos previstos no artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 9º A abertura de créditos adicionais suplementares com recursos oriundos de operações de créditos fica restrito ao contido no Inciso IV, do parágrafo I, artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 10 Ficam também autorizadas, não sendo computado para fins do limite de que trata o artigo anterior, a compensação, conversão, remanejamento e criação de fontes de recursos ordinárias e/ou vinculadas dentro das dotações atribuídas a cada elemento de despesa, por decreto, até o limite do valor da dotação orçada e dos acréscimos oriundos da abertura de créditos adicionais legalmente autorizados, para fins de compatibilização com a efetiva disponibilidade dos recursos.

Art. 11 A abertura de Créditos Adicionais, conforme autorizações contidas nos artigos 8 a 11, não serão computados para os efeitos do limite estabelecido no art. 7º, desta Lei.

Art. 12 Na abertura de créditos adicionais autorizados no artigo 7º, ou decorrentes de autorizações específicas com recursos provenientes de cancelamento de dotações orçamentárias, ficam autorizados, o Executivo e o Legislativo Municipal, a efetuar a transposição ou transferência de dotações de uns para outros órgãos e categorias de programação, dentro da respectiva esferas de governo, nos termos do inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal e utilizar as dotações da reserva de contingência para a cobertura dos créditos adicionais abertos para o atendimento das situações especificadas no demonstrativo de riscos fiscais e providências, da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 13 O Poder Executivo fica ainda autorizado a tomar as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos da legislação vigente e a realizar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite legalmente permitido.

Art. 14 Fica autorizada a redistribuição e o remanejamento das dotações de despesas previstas no caput do artigo 18, da Lei Complementar nº 101, de 04-05-2000, da mesma unidade orçamentária ou de uma para outra unidade orçamentária ou programa de governo, consoante o previsto no parágrafo único, do artigo 66, da Lei Federal nº 4.320/ 64, de 17-03-1964.

Art. 15 Fica autorizado o Executivo Municipal a readequar a codificação de órgãos, unidades orçamentárias, classificação funcional e outras relacionadas a previsão da receita e a fixação da despesa constantes dos anexos integrantes do orçamento fiscal e seguridade social para o exercício de 2025 aprovados por esta lei, visando a compatibilização dos mesmos com o Plano Plurianual de Investimentos 2026/2029 e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o *layout* do sistema SIMAM 2026 definido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Parágrafo único A readequação será formalizada por decreto do Executivo Municipal e devera proceder a republicação dos quadros, anexos e demonstrativos que integram os orçamentos aprovados.

Art. 16 Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado, nos termos do artigo 62, da Lei Complementar nº 101, de 04-05-2000, a custear despesas de competência de outras esferas de governo no concernente a segurança pública, assistência jurídica, trânsito e incentivo ao emprego, mediante prévio firmamento de convênio, ou instrumento congênere.

Art. 17 É publicado, em anexo a esta Lei, o Quadro I, contendo a atualização da estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado a que se refere o Art. 39, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2026.

Art. 18 Os programas financiados por transferências voluntárias dos governos do Estado e da União, não contemplados na presente Lei e anexos, se efetivamente realizadas, serão objeto de crédito adicional especial para a sua concretização.

Art. 19 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal,
Em Rio Azul-PR, 17 de dezembro de 2025.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:716243B4

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
LEI Nº 1.282/2025

LEI Nº 1.282/2025

Altera a Lei nº 1.007, de 19 de março de 2020

A Câmara Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná decretou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a redação do § 1º, do art. 63, da Lei nº 1.007, de 19 de março de 2020, que passa a vigorar na forma seguinte:

"Art. 63 ...
...

§ 1º A remuneração do Conselheiro Tutelar será de R$ 3.036,00 (três mil e trinta e seis reais), sendo reajustada anualmente no mesmo índice aplicado para correção dos vencimentos dos servidores públicos municipais".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal,
Em Rio Azul-PR, 17 de dezembro de 2025.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:8D21D549

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
LEI Nº 1.283/2025

LEI Nº 1.283/2025

Altera a Lei nº 079/1998 – Código Tributário Municipal

A Câmara Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná decretou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica alterada a Tabela II – Taxa de Licença para Localização e Taxa de Verificação de Funcionamento Regular – da Lei nº 079/1998, de 20 de dezembro de 2000 - o Código Tributário Municipal – que passa vigorar na forma seguinte:

"TABELA II
TAXAS DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E TAXA DE VERIFICAÇÃO DE FUNCIONAMENTO REGULAR

SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	URM
01	Estabelecimentos Comerciais	30,00
02	Estabelecimentos Industriais	40,00
03	Estabelecimentos bancários, distribuidores de títulos e valores	120,00

	mobiliários	

Art. 2º Fica alterada a Tabela IV – Licença para Execução de Arruamentos, Loteamentos e Obras -, da Lei nº 079/1998, de 20 de dezembro de 2000 - o Código Tributário Municipal - que passa vigorar na forma seguinte:

"*TABELA IV*

TAXAS DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE ARRUAMENTOS, LOTEAMENTOS E OBRAS

SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	URM
01	Pela aprovação de projetos de construção	0,15
02	Certidão de conclusão de obra, por m²	0,50
03	Alvará de Licença para construção, por m²	0,15
04	Alvará de Licença para construção, por m²	0,15
05	Alvará de Licença para construção, por m²	0,50"

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal,
Em Rio Azul-PR, 17 de dezembro de 2025.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:BB4EE925

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 72/2025
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: JESSICA GONÇALVES
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de educador social para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, §1º, inciso VII, alínea "a", da Lei nº 1.186/2024, de 09 de abril de 2024, para desempenhar as atividades da função, jornada de 40 horas, percebendo a importância mensal de R$ 1.935,52 (Um mil, novecentos e trinta e cinco reais e cinquenta e dois centavos).
Prazo: Termo inicial em 16/12/2025 e termo final em 15/12/2026, conforme disposto no art. 7º da Lei n 1.186/2024, de 09 de abril de 2024.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
JESSICA GONÇALVES
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:7121DD22

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO PSS

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 18/2025
EDITAL PSS Nº 02/2023
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: JESSICA GONÇALVES
OBJETO: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de educador social para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, §1º, inciso VII, alínea "a", da Lei nº 1.186/2024, de 09 de abril de 2024, para desempenhar as atividades da função
MOTIVO: Pedido de rescisão de contrato de trabalho pelo contratado.
DATA DA RESCISÃO: 15 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:A58FB31B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

CÂMARA MUN. DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DECRETO LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 016/2025-CM

SÚMULA: Estabelece Recesso Legislativo da Câmara Municipal de Rio Branco do Ivaí, para atendimento ao Público, no período compreendido de 16 de dezembro de 2025 a 14 de fevereiro de 2026.

O Presidente da Câmara Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, Sr. **JOSÉ DOS SANTOS**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e em conformidade com o Art. 22 da lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o Artigo 5º, Parágrafo 1° do Regimento Interno desta Câmara Municipal, fica estabelecido o Recesso Legislativo para atendimento ao público, no período compreendido de **16 de dezembro de 2025 a 14 de fevereiro de 2026.**

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor a partir de **16 de dezembro de 2025**, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, aos 15 dias do mês de dezembro de 2025.

JOSÉ DOS SANTOS
Presidente da Câmara

Publicado por:
Daiane Chevonica Martins de Souza
Código Identificador:37E61D41

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DECRETO 213-2025- RH

DECRETO Nº. 213/2025

O Prefeito Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, Sr. **PEDRO TABORDA DESPLANCHES**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica Exonerado a partir do dia 19 de Dezembro de 2025, a Sra. **JOSEMARA DE LARA OLIVEIRA BETIN**, lotado no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, conforme Decreto de nomeação de nº 075/2024.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor a partir do dia 19/12/2025, revogada as disposições ao contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, aos 15 dias do mês de Dezembro de 2025.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jesiel Desplanches
Código Identificador:26D0392F

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DECRETO 217-2025- ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 217/2025

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública e de Interesse Social a pavimentação em CBUQ da Estrada Rural da Palmeirinha, no Município de Rio Branco do Ivaí/PR.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ**, Estado do Paraná, **PEDRO TABORDA DESPLANCHES**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, **CONSIDERANDO** a necessidade de melhoria da infraestrutura viária rural, visando garantir melhores condições de trafegabilidade, segurança, mobilidade e escoamento da produção agrícola; **CONSIDERANDO** que o empreendimento encontra-se em conformidade com a legislação municipal de uso e ocupação do solo, conforme Certidão expedida pelo Município; **CONSIDERANDO** a necessidade de atendimento às exigências do Instituto Água e Terra – IAT para fins de licenciamento ambiental,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica declarada de **Utilidade Pública e de Interesse Social**, para fins de **Licenciamento Ambiental junto ao Instituto Água e Terra – IAT**, a **pavimentação de estrada rural em revestimento CBUQ – Estrada da Palmeirinha**, localizada na zona rural do Município de Rio Branco do Ivaí/PR.

Art. 2º O empreendimento está localizado na **Estrada Rural da Palmeirinha, s/n**, zona rural do Município de Rio Branco do Ivaí/PR, apresentando as seguintes **coordenadas UTM (Sistema SIRGAS 2000)**:

• **Início:** E 467654.44; N 7310265.83
• **Final:** E 465318.08; N 7308635.02
• **Extensão total:** 3.500,00 metros.

Art. 3º A atividade de pavimentação da referida estrada rural é classificada como **PERMITIDA**, estando em conformidade com o uso e ocupação do solo municipal, conforme Certidão emitida pelo Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Paço Municipal de Rio Branco do Ivaí, 16 de dezembro de 2025.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal de Rio Branco Do Ivaí

Publicado por:
Jesiel Desplanches
Código Identificador:8747DA40

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DECRETO N° 211/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAI
Estado do Paraná
Decreto nº 211/2025

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2025 no valor de até R$ 3.427,20 (três mil quatrocentos e vinte e sete reais e vinte centavos).

O Prefeito Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial as concedidas pelo Parágrafo 2° do Art. 9° da Lei Municipal 739/2024 (LOA), de 19 de Novembro de 2024, decreta:
DECRETA
Artigo 1º - Abre no PPA/LDO e Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 3.427,20 (três mil quatrocentos e vinte e sete reais e vinte centavos).

Suplementação			
05		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO, TRANSPORTE E SERVIÇOS PÚBL	
05.003		DIVISÃO DE RODOVIÁRIO MUNICIPAL	
05.003.15.452.2011.2.023.		SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
212 - 3.3.71.70.00.00	1000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	3.427,20
		Total Suplementação:	3.427,20

Artigo 2º - Para atender o disposto no artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso Anulação de Dotação, no valor de R$ 3.427,20 (três mil quatrocentos e vinte e sete reais e vinte centavos), de acordo com o Art. 43, Parágrafo 1º, e seus Incisos, da Lei Federal 4.320/64.

Anulação parcial ou total de dotações orçamentárias.			
05		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO, TRANSPORTE E SERVIÇOS PÚBLI	
05.002		DIVISÃO DE MANUTENÇÃO URBANA	
05.002.15.452.2011.2.020.		ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
183 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.427,20
		Total Redução:	3.427,20

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, em 12 de dezembro de 2025.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Gabriela Dos Santos Bernardes
Código Identificador:14935838

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DECRETO Nº. 214/2025 - PAACI 2026

SÚMULA: Aprova o Plano Anual de Atividades do Controle Interno – PAACI para o exercício de 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO IVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e demais disposições aplicáveis;
CONSIDERANDO a necessidade de acompanhar as ações da Administração Pública Municipal;
CONSIDERANDO a necessidade de verificar e acompanhar o cumprimento das orientações/determinações do TCE/PR;
CONSIDERANDO a necessidade de instituir um instrumento suficiente de orientação à elaboração do Relatório Anual do Controle Interno;
DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado, na forma do Anexo Único, Plano Anual de Atividades do Controle Interno para o exercício de 2026 da Unidade Central de Controle Interno, criado na forma da Lei nº 158 de 16 de março de 2004.
Art. 2º Poderão ser auditados fatos supervenientes à instituição deste Plano de Trabalho, sendo que, para sua realização serão considerados sua relevância e urgência.
Art. 3º O PAACI - Plano Anual de Atividades do Controle Interno em 2026 será executado no período de janeiro a dezembro de acordo com a programação constante do Anexo Único deste Decreto.
Art. 4º O cronograma de execução de trabalhos de auditoria não é fixo, podendo ele ser alterado, suprimido em parte ou ampliado em função de fatores externos ou internos que venham a prejudicar ou influenciar sua execução.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Rio Branco do Ivaí, 16 de Dezembro de 2025.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Gabriela Dos Santos Bernardes
Código Identificador:DF28B85B

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DECRETO Nº. 216/2025 - APROVAÇÃO MANUAIS

SÚMULA: Dispõe sobre os Manuais de Auditoria e Monitoramento da Unidade Central de Controle Interno.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO IVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e demais disposições aplicáveis;
CONSIDERANDO a necessidade de normatização e regulamentação no processo de Auditoria Interna no âmbito municipal;
CONSIDERANDO a necessidade de normatização e regulamentação no processo de Monitoramento das Auditorias Interna realizadas;

DECRETA:

Art. 1º Ficam criados parâmetros oficiais a serem adotados no âmbito municipal na realização de Auditorias Internas e Monitoramento das Auditorias realizadas.
Art. 2º Torna o "MANUAL DE AUDITORIA" instrumento oficial a ser seguido na realização das Auditorias Interna.
Art. 3º Torna o "MANUAL DE MONITORAMENTO" instrumento oficial a ser seguido na realização do Monitoramento das Auditorias Interna realizadas.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Rio Branco do Ivaí, 16 de Dezembro de 2025.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Gabriela Dos Santos Bernardes
Código Identificador:7085B6BE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01/2025

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL RIO BRANCO DO SUL
Contratada: DISTRIBUIÇÃO DE DOCES E EMBALAGENS 3 IRMÃOS ltda, inscrita no CNPJ n° 10.401.386/0001-05
Processo: Dispensa nº 01/2025
Contrato: 01/2025
Objeto: Aquisição de itens de copa e cozinha.
Acréscimo: 25%
Valor aditivado: R$ 5.630,50
Valor atualizado: R$ 28.152,50
Fundamento: Art. 125, II, Lei 14.133/2021
Data de Assinatura: 17 de dezembro de 2025

Publicado por:
Daniel Leandro de Oliveira Neto
Código Identificador:36BBF410

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01/2025

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL RIO BRANCO DO SUL
Contratada: ALS LTDA, inscrita no CNPJ n° 50.579.914/0001-90
Processo: Dispensa nº 06/2025
Contrato: 05/2025
Objeto: Aquisição de materiais de expediente e escritório.
Acréscimo: 25%
Valor aditivado: R$ 2.130,57
Valor atualizado: R$ 10.652,88
Fundamento: Art. 125, II, Lei 14.133/2021
Data de Assinatura: 17 de dezembro de 2025

Publicado por:
Daniel Leandro de Oliveira Neto
Código Identificador:3F829BE2

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO N.º 8.253/2025

"Determina períodos de férias coletivas em setores da Secretaria de Educação, Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino e dá outras providências.".

KARIME FAYAD, **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ,** no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a necessidade de organização administrativa e pedagógica da Rede Municipal de Ensino;

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam determinadas férias coletivas, aos servidores lotados nos setores da Secretaria Municipal de Educação e nas Unidades Escolares, conforme discriminação abaixo:

I - Aos Profissionais do Magistério, abrangendo Professores de Educação Infantil, Professores do Ensino Fundamental, Coordenadores Pedagógicos, tanto efetivos como contratados através de Processo Seletivo Simplificado – PSS, que estejam lotados nas Unidades Escolares Municipais, a fruição de férias coletivas será compreendida do dia **05 de janeiro a 24 de janeiro de 2026**.

II- os Agentes de Apoio Educacional, Agentes de Manutenção/Execução tanto efetivos como contratados por meio de Processo Seletivo Simplificado – PSS, que estejam lotados nas Escolas Municipais, Centros Municipais de Educação Infantil – CMEI's, no Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado (CMAEE e CMAEE-TEA), a fruição de férias coletivas será compreendida do dia **05 de janeiro a 24 de janeiro de 2026**.

III - Aos Diretores Escolares, Secretários e Administrativos Escolares a fruição de férias coletivas será compreendida do dia **05 de janeiro a 14 de janeiro de 2026**.

IV - Aos Motoristas do Transporte Escolar a fruição de férias coletivas será compreendida do dia **05 de janeiro a 03 de fevereiro de 2026**.

V - Aos demais Servidores do Magistério, Administrativos e Diretores de Departamentos, sendo efetivos, comissionados e também os contratados através de Processo Seletivo Simplificado – PSS, a fruição de férias coletivas será compreendida do dia **05 de janeiro a 14 de janeiro de 2026**.

Art. 2º O período de férias estabelecido através do Art. 1º será descontado do período aquisitivo de férias de cada servidor.

§1º Os servidores que se enquadram nos critérios deste Decreto receberão o valor correspondente ao terço de férias, integral ao período aquisitivo que será usufruído.

§2º Caso algum servidor não tenha completado os 12 (doze) meses que asseguram direito a 01 (um) período aquisitivo de férias, receberá, sem embargo, o valor integral ao período que será usufruído, sendo este descontado quando se completar o período total.

§3º Na hipótese de algum servidor de que trata este decreto ser desligado, voluntariamente ou não, do quadro de servidores do Município de Rio Branco do Sul, antes da completude do período aquisitivo de férias, receberá o valor devido com o desconto proporcional ao período de férias aqui estabelecido.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Rio Branco do Sul**,** em 17 de dezembro de 2025.

KARIME FAYAD
Prefeita Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:4E17E9BC

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 8.254/2025

Nomeia membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar de todas as áreas da administração, bem como os devidos suplentes e dá outras providências."

KARIME FAYAD, PREFEITA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, dispostas nos Artigos 168, 169 e seus parágrafos da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio Branco do Sul – Lei nº 465, de 09 de dezembro de 1997 e,

CONSIDERANDOa necessidade de efetivação do regramento disciplinar da Lei nº 465/97;

CONSIDERANDOa necessidade do respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa e;

CONSIDERANDO a necessidade de organização prévia das atividades e trabalhos, em consonância com as disposições dadas através do §1º, do inciso XXI, do Art. 1º do Decreto nº 7.628/2025, o qual estabelece recesso nos órgãos da Administração Direta do Poder Executivo Municipal e;

CONSIDERANDO,finalmente, que o efetivo de todos os setores não oferece condições de nomeação relativas a cada fato, bem como pela facilidade na sequência dos trabalhos por grupo permanente,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam designadas para compor a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar do Município de Rio Branco do Sul, as servidoras abaixo identificadas, com a finalidade de tomar as medidas tendentes a apurar as responsabilidades de servidores no exercício de suas funções, em vista de suas atribuições funcionais e atos disciplinares:

I - Membras Titulares:

a) Leticia Galdi Righi Ramos (Presidente), matrícula n° 86311;

b) Lucia Verônica Juliani, matrícula nº 53501; e

c) Graciela Gonçalves Vaz Rodrigues, matrícula n° 44851.

II - Membras Suplentes:

a) Marilane Travasso de Andrade Gamelas Ferreira, matrícula n° 54171; e

b) Ana Caroline da Rosa Silva, matrícula n° 61091.

§1ºA membra designada através da alínea "c" do Inciso 1º deste artigo assumirá suas funções a partir da data de 16 de janeiro de 2026, devendo, portanto, sua nomeação ser considerada a partir desta data.

§2º Havendo impedimento de natureza legal ou de foro íntimo de algum membro titular, será designado membro suplente*ad hoc*para exercer as funções exclusivamente naquele determinado processo.

Art. 2º Quando for indicado suplente para compor temporariamente a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, este fará jus ao recebimento da respectiva gratificação especial por participar da referida comissão, ficando este recebimento vinculado ao respectivo período de atuação na sindicância e/ou do processo administrativo em que atuar.

Parágrafo único. Caso o suplente já receba alguma gratificação, receberá também a gratificação pela participação na Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nos termos da Lei Municipal nº 1.466/2024.

Art. 3ºO Processo Administrativo e Disciplinar será instaurado exclusivamente mediante Portaria emitida pela Secretaria Municipal de Administração, e submetido à Comissão Permanente, a qual se encarregará dos trabalhos de instauração, instrução, apuração e conclusão.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Administração, em conjunto com a Procuradoria Geral do Município, prestará todo apoio logístico, técnico, quando solicitado pelo jurídico à Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar na instalação e desenvolvimento dos seus trabalhos.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2026, revogando o Decreto nº 7.820/2025 em todas as suas disposições.

Gabinete da Prefeita do Município de Rio Branco do Sul, em 17 de dezembro de 2025.

KARIME FAYAD
Prefeita Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:59834308

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
1º ADITAMENTO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 014/2024

Contrato: 052/2025. **Modalidade:** Concorrência Pública nº 014/2024. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para realizar a Requalificação da Avenida Manoel Muller de Siqueira, em Rio Branco do Sul/PR. **Dispositivo Legal:** Lei nº 14.1333/21. **Contratado:** Florenza Serviços De Urbanização Ltda. **Valor do aditamento:** Permanece Inalterado. **Motivo:** Prorrogar o prazo em 180 dias. **Prazo de Execução:** 02/09/2025 - 01/03/2026. **Vigência:** 02/01/2026 - 01/07/2026. **Responsável pelo Contrato:** Secretaria Municipal de Obras Públicas. **Fiscal de Contrato**: Cleverson Fernando Kvas. **Data da ratificação:** 17/12/2025.

MILENA COLODEL
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:8D8823F7

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
1º ADITAMENTO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 008/2025

Contrato: 305/2025. **Modalidade:** Concorrência Eletrônica 008/2025. **Objeto:** Contratação De Empresa De Arquitetura Ou Engenharia Para A Execução De Projetos De Assistência Técnica Para Habitação De Interesse Social. **Dispositivo Legal:** Lei nº 14.133/21. **Contratado:** C. RUSSI Prestadora De Serviços. **Valor do aditamento:** R$ 154.750,40. **Motivo:** Adicionar quantidade em 23,24%. **Prazo de Execução:** Permanece Inalterado. **Vigência:** Permanece Inalterado. **Responsável pelo Contrato:** Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação. **Fiscal de Contrato**: Ana Caroline Da Silva Mateus Santos. **Data da ratificação:** 17/12/2025.

MILENA COLODEL
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:ADB270B9

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
1º ADITAMENTO DE LICITAÇÃO Nº 066/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 027/2025. **Modalidade:** Pregão Eletrônico N.º 066/024. **Objeto:** Aquisição de Medalhas e Troféus para premiações dos eventos e projetos diversos desenvolvidos pela Secretaria de Municipal de Esporte e Lazer. **Dispositivo Legal:** Lei nº 14.133/21. **Contratado:** RJA Artigos Esportivos LTDA. **Valor do aditamento:** R$ 123.550,00. **Motivo:** Prorrogar o prazo pelo período de 12 meses com replicação de saldo. **Prazo de Execução:** 24/02/2026 a 23/02/2027. **Responsável pelo Contrato:** Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. **Fiscal de Contrato:** Danilo Felipe Rausis Pedroso. **Data da ratificação:** 17/12/2025.

MILENA COLODEL
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:B55D2A53

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
1º ADITAMENTO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 073/2022

Contrato: 187/2022. **Modalidade:** Dispensa de Licitação n.º 073/2022. **Objeto:** Locação De Poço Artesiano para Abastecimento de Água em Comunidade de Rural. **Dispositivo Legal:** Lei nº 8666/93. **Contratado:** Antonio Schneider. **Valor do aditamento:** R$ 13.087,20. **Motivo:** Prorrogação por 30 meses e reajuste pelo indice IGPM. **Prazo de Execução:** 01/11/2025 à 01/05/2028. **Vigência:** 01/09/2028. **Responsável pelo Contrato:** Secretaria Municipal de Agricultura, pecuária e abastecimento. **Fiscal de Contrato**: Joao Luiz Adriano De Cristo Roch. **Data da ratificação:** 17/12/2025.

MILENA COLODEL
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:BA22860A

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
4º ADITAMENTO DA TOMADA DE PREÇO 005/2021

Contrato: 195/2021. **Modalidade:** Tomada De Preço 005/2021. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos médicos e hospitalares com fornecimento das peças e demais componentes de reposição dos equipamentos que apresentarem danos, desgastes, quebras ou defeitos. **Dispositivo Legal:** Lei nº 8666/93. **Contratado:** Maj Lab Comércio E Manutenção De Equipamentos Para Laboratório LTDA. **Valor do aditamento:** R$ 174.641,16. **Motivo:** Prorrogar o contrato por 12 meses. **Prazo de Execução:** 16/12/2025 A 15/12/2026. **Vigência:** 14/04/2027. **Responsável pelo Contrato:** Secretaria Municipal de Saude. **Fiscal de Contrato**: Arlei Lima Juneo. **Data da ratificação:** 17/12/2025.

MILENA COLODEL
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:54568AD9

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 47/2025

APLICAÇÃO DE PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO BRANCO DO SUL**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar – PAD nº 004/2024, o qual foi regularmente instaurado pela Portaria n° 36/2024 e respeitou o contraditório e a ampla defesa, conforme relatório final da Comissão Processante em 12 de setembro de 2025, e, com base em Decisão Administrativa de 11 de dezembro de 2025, apurou a responsabilidade da servidora sob a matrícula nº 72211-2, ocupante do cargo de Professora, lotada na Escola Municipal Victor de Oliveira Franco.

R E S O L VE :

Art. 1º Aplicar a servidora matrícula nº 72211-2, a penalidade de **ADVERTÊNCIA,** nos termos dos artigos 139, inc. III e 150, da Lei Municipal nº 465/1997.

Art. 2º A presente penalidade será registrada nos assentamentos funcionais da servidora, conforme determina a legislação vigente.

Art. 3º Cientifique-se a servidora da presente decisão, abrindo-se prazo para ciência e registro.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco do Sul, 17 de dezembro de 2025.

ELISANGELA ROGRIGUES BAIDO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:92C4DD8B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO RESOLUÇÃO Nº 001/2025

O CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO, na forma da Lei nº 1096, de 18 de março de 1998,
RESOLVE:

Art. 1º Aprovar em reunião ordinária, realizada presencialmente com os conselheiros , na data de 17 de dezembro de 2025, a Aplicação Programada do Fundo Municipal de Trânsito para o exercício 2026.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 17 de dezembro de 2025.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Presidente do Conselho
Municipal de Trânsito

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:E576929B

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 183/2025

Dispõe sobre alterações no Decreto nº 21, de 26 de fevereiro de 2024, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica alterado o Decreto nº 21, de 26 de fevereiro de 2024, que dispõe sobre a nomeação dos membros para integrar o Conselho Municipal de Saúde de Rio Negro, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 1º...
...
II - ...
...
d) Fundação Comunitária de Desenvolvimento Integrado do Município de Rio Negro – FUNDIR
Titular: ...
Suplente: Bianca Regina Berlanda Paes.
... ” (NR)

Art. 2º Permanecem inalterados os demais dispositivos do Decreto nº 21, de 2024.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 17 de dezembro de 2025.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:69989B2F

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1848/2025

Dispõe sobre a abertura de Processo Administrativo Disciplinar, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei nº3350, de 8 de abril de 2024, que institui a Comissão Permanente de Sindicância e ProcessoAdministrativoDisciplinar; em conformidade com o inciso III do art. 210 e art. 214 da Lei Municipal nº1.318, de 05 de dezembro de 2002, e ainda, considerando a decisão do Processo de Sindicância nº 022/2025;

RESOLVE:

Art.1º Determinar a abertura de ProcessoAdministrativoem face a servidora pública municipal, matrícula nº 1826-0/4, lotada na Procuradoria Geral do Município, com base no art. 210, inciso III da Lei Municipal nº1.318, de 05 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rio Negro PR, sendo que as condutas a serem investigadas estão previstas nos artigos 181, incisos IV, XV, XVII e 182, incisos IV, VIII, XV da mesma Lei Municipal.

Art.2º Para conduzir o referido ProcessoAdministrativoDisciplinar, fica designada a comissão processante permanente, em conformidade com a Lei nº3350, de 2024 e com a com a Portaria nº 624, de 28 de março de 2025, conforme segue:

I - Presidente: Patrícia Finamori de Souza;
II – Membro/Secretária: Karina Künel Spagnol;
III - Membro: Ana Cristina Schütz.

Art.3º Encerrar o Processo de Sindicância nº 022, aberto pela Portaria nº 969, de 25 de junho de 2025.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 19 de dezembro de 2025.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:972302A7

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1849/2025

Concede férias aos servidores e empregados públicos municipais.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º Conceder, no mês de dezembro de 2025, férias aos servidores e empregados públicos municipais abaixo relacionados:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO
Alci Becker Cordeiro	559-2/2	2022/2023
Ana Paula Portes Chapiewski	10010-2/1	2023/2024
Cassiano Custodio de Oliveira	1980-1/1	2024/2025
Daniele Cristina Wormsbecher	2066-4/1	2023/2024
Edson Camargo	2043-5/1	2024/2025
Eloi Ratacheski	725-0/5	2024/2025
Francisco Assis Demétrio	1846-5/1	2024/2025
Gilberto Nizer da Silva	1377-3/1	2024/2025
Jacqueline Gomes Ferreira dos Santos Moraes	2247-0/1	2024/2025
Marcos Renato Scholz	2261-6/1	2024/2025
Rodrigo Antonio Sabóia Ferreira	746-3/3	2023/2024
Silmara Assunta Castaman	2100-8/2	2023/2024
Silvana Haas de Souza Capeletti	675-0/3	2020/2021
Simone Moreira	2204-7/5	2024/2025
Vanderleia Aparecida Fernandes	1922-4/1	2024/2025
Vanelli Maria Koller	23992-2/1	2024/2025

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 17 de dezembro de 2025.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:9DDC375B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE AVISO CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 090/2025

O Município de Rio Negro, Estado do Paraná, torna público, que fará realizar sessão de CHAMADA PÚBLICA, para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA A MERENDA ESCOLAR, no valor máximo de: **R$ 358.350,92 (trezentos e cinquenta e oito mil, trezentos e cinquenta reais e noventa e dois centavos).** ENTREGA DOS ENVELOPES: Até **27/01/2026.** Horário: **09:00 horas.** Local: Rua Juvenal Ferreira Pinto nº 2070, Bairro Seminário, Rio Negro - Paraná. O Edital poderá ser adquirido gratuitamente, na internet, através do site **rionegro.atende.net**, ou diretamente no Departamento de Licitações nos seguintes horários: das 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00. Mais informações encontram-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações e Compras, ou pelo whats (47) 3642-5556. Rio Negro, 17 de dezembro de 2025.
ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:51F349D8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 026/2025 UASG 987823

Processo: 448/2025. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DA QUARTA ETAPA DO CENTRO DE EVENTOS MUNICIPAL CONFORME CONVENIO Nº 953636/2023.** TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço. Disponibilidade do Edital: 19/12/2025 de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR. Cadastramento das Propostas: a partir de 19/12/2025

no *site* www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: **27/01/2026** às **08:30h** no *site* www.gov.br/compras. O edital também poderá ser examinado e adquirido, através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço e horários acima indicados. Rio Negro, 17 de dezembro de 2025.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:0E5F298E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 027/2025 UASG 987823

Processo: 449/2025. Objeto: **PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA RUA JUVENAL FERREIRA PINTO E ESTRADA DARCI DE OLIVEIRA BRAZ NO MUNICÍPIO DE RIO NEGRO/PR.** TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço. Disponibilidade do Edital: 19/12/2025 de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR. Cadastramento das Propostas: a partir de 19/12/2025 no *site* www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: **29/01/2026** às **08:30h** no *site* www.gov.br/compras. O edital também poderá ser examinado e adquirido, através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço e horários acima indicados. Rio Negro, 17 de dezembro de 2025.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:629C2AA9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 028/2025 UASG 987823

Processo: 453/2025. Objeto: **PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA RUAS REINALDO GRUBER E RUA ERVINO ERNESTO BRUNQUE.** TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço. Disponibilidade do Edital: 19/12/2025 de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR. Cadastramento das Propostas: a partir de 19/12/2025 no *site* www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: **30/01/2026** às **08:30h** no *site* www.gov.br/compras. O edital também poderá ser examinado e adquirido, através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço e horários acima indicados. Rio Negro, 17 de dezembro de 2025.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:A49D189B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 030/2025 UASG 987823

Processo: 451/2025. Objeto: **CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO INDUSTRIAL EM ESTRUTURA PRÉ-FABRICADA - CONTRATO DE REPASSE Nº 972409/2024/MTUR/CAIXA.** TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço. Disponibilidade do Edital: 19/12/2025 de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR. Cadastramento das Propostas: a partir de 19/12/2025 no *site* www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: **04/02/2026** às **08:30h** no *site* www.gov.br/compras. O edital também poderá ser examinado e adquirido, através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço e horários acima indicados. Rio Negro, 17 de dezembro de 2025.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:E6AB70AB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
DISPENSA POR LIMITE N° 217 – PROCESSO N° 455/2025

Objeto: Aquisição de Cadeira Giratória Diretor para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. PRAZO DE EXECUÇÃO: 30 (trinta) dias. Em conformidade com o inciso II, art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que pretende realizar dispensa de licitação. Mais informações através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Rio Negro, 17 de dezembro de 2025.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:75B6A944

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 029/2025

Município de Rio Negro - PR torna público que fará realizar, às 08:30 horas do dia 02 de fevereiro do ano de 2026, na plataforma compras.gov.br, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da(*s*) seguinte(*s*) obra(*s*):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Rua Miguel Valério	Construção de Barracão Industrial	306,00 m²	180 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura www.rionegro.atende.net e na plataforma compras.gov.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.
Rio Negro, 17 de dezembro de 2025.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:FF9339DD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO N.º 126/2025

CONTRATANTE: Município de Rio Negro, Estado do Paraná, CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, pessoa jurídica de direito público, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Senhor ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN, e a CONTRATADA: LIUGONG LATIN AMÉRICA MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA - CNPJ/MF sob n.º 11.260.925/0003-50, neste ato representada por LINJUN WANG, em decorrência do processo de licitação Inexigibilidade n.º 71/2025. OBJETO: Aquisição de Motoniveladora e Rolo Compactador. Vigência: 05/11/2025 até 05/02/2026. Execução: 60 (sessenta) dias. Preço: R$ 1.289.900,00 (um milhão, duzentos e oitenta e nove mil e novecentos reais).
Recursos:
10.002.0020.0608.0006.1082.3449052400000000000-1307 Fonte 10271
Foro: Comarca de Rio Negro - PR. Rio Negro, 03/11/2025.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:58045D61

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO N.º 165/2025

CONTRATANTE: Município de Rio Negro, Estado do Paraná, CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, pessoa jurídica de direito público, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Senhor ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN, e a CONTRATADA: SOGEO GEOLOGIA APLICADA LTDA - CNPJ/MF sob n.º 19.280.997/0001-09, neste ato representada por CASSIO FERRARI, em decorrência do processo de licitação Dispensa de Licitação Presencial n.º 216/2025. OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de Engenharia de Minas para regularização da Pedreira Municipal da Barra Grande, localizada no Município de Rio Negro/PR. Vigência: 17/12/2025 até 17/06/2026. Execução: 3 (três) meses. Preço: R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais).
Recursos:
10.003.0018.0541.0006.2037.33390390500000000000-510 Fonte 00000
Foro: Comarca de Rio Negro - PR. Rio Negro, 16/12/2025.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:6697CD5D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO ADITIVO N.º 07 CONTRATO DE EMPREITADA N.º 116/2023 REF. CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2023

CONTRATANTE: Município de Rio Negro PR,CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, sita na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, Município de Rio Negro, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN, inscrito no CPF/MF sob n.º 936.249.729-87, e **CONTRATADA:** HAMMER CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, com sede na Rua Senador Souza Naves, nº 569, Bairro Centro, na cidade de Lapa/PR, registrada no CNPJ /MF sob nº 10.569.078/0001-85, neste ato representada por **Jairo Hammerschmidt**, inscrito no CPF nº 961.736.969-91, acordam e ajustam firmar o presente ADITIVO nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e legislação pertinente. **CLÁUSULA PRIMEIRA – ADITIVO DE PRAZO** Conforme solicitação da Contratada e anuência da Contratante fica prorrogado o prazo de **execução** por mais 45 (quarenta e cinco) dias, a partir do dia **03/01/2026**, para a **EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL - PAM**. **CLÁUSULA SEGUNDA** As demais cláusulas não atingidas por este Termo permanecem inalteradas. Assim acordadas e ajustadas, CONTRATANTE e CONTRATADA assinam este termo. Rio Negro, 17 de dezembro de 2025

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:B1AC2EDF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO ADITIVO Nº 9 AO CONTRATO N.º 099/2021 REF. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 115/2021

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE RIO NEGRO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, com sede sita na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN**, portador da Cédula de Identidade n.º 2773957 e CPF/MF sob n.936.249.729-87, e CONTRATADA a empresa **CTMGEO SOLUÇÕES EM GEOTECNOLOGIAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua Uruguai, nº 969, CENTRO, na cidade de Cascavel - PR, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.531.702/0001-02, neste ato representado por seu Sócio Sr. **MAICON ALTIR CANAL**, representante legal, inscrita no CPF/MF sob n.º 057.661.409-24, tem entre si justo e acordado o seguinte Termo: **CLÁUSULA PRIMEIRA – ADITIVO DE PRAZO** Conforme solicitação da CONTRATADA e anuência da CONTRATANTE, fica prorrogado em mais **12 (doze) meses** o prazo de execução dos serviços de **LICENÇA DE USO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARE (item 5) retroativo a 16/12/2025. CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR** A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância de **R$ 7.286,39** (sete mil duzentos e oitenta e seis reais e trinta e nove centavos) mensais, totalizando **R$ 87.436,68 (oitenta e sete mil quatrocentos e trinta e seis reais e sessenta e oito centavos)**, onde foi aplicado o índice de **4,46%** do IPCA/IBGE acumulado no período.

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço Unitário	Preço Total
5	12	MÊS	LICENÇA DE USO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARE - Licença de uso de software e manutenção mensal corretiva e adaptativa do sistema	R$ 7.286,39	R$ 87.436,68

CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA O recurso orçamentário a ser destinado para essa despesa está assegurado na seguinte dotação orçamentária: **1056 – 17.003.04.122.0002.2.073.3.3.90.40.06 – Fonte 000. CLÁUSULA QUARTA** - As demais cláusulas não atingidas por este Termo permanecem inalteradas. Assim acordadas e ajustadas, CONTRATANTE e CONTRATADA assinam este termo. Rio Negro, PR, 17 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:FEBB3EED

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE N° 088/2025

OBJETO: Aquisição de um veículo tipo picape para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. INTERESSADO: PINHEIRO S VEÍCULOS LTDA. CNPJ.: 01.692.763/0001-03. JUSTIFICATIVA: Adesão a Ata Registro de Preços nº 132/2025, referente ao Pregão Eletrônico nº 116/2025 Sistema de Registro de Preços, realizado pela SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES - SECID, o qual atende as necessidades do município. Fundamentação Legal: Caput do Artigo 74 da Lei 14.133/21 e suas alterações. Rio Negro, 16 de dezembro de 2025.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:9D69170F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 089/2025

OBJETO: Aquisição de mochilas e estojos escolares para a rede municipal de ensino do Município de Rio Negro/PR. INTERESSADO: UNIVERSO BOLSAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. CNPJ.: 10.741.843/0001-00. JUSTIFICATIVA: Adesão a Ata Registro de Preços n° 004/2024, referente ao Pregão Eletrônico n° 003/2024 Sistema de Registro de Preços, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ – CIEDEPAR, o qual atende as necessidades do município. Fundamentação Legal: Caput do Artigo 74 da Lei 14.133/21 e suas alterações. Rio Negro, 17 de dezembro de 2025.
ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:B3889639

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRO - PR - IPRERINE
ERRATA - 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2022

O Extrato do 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 04/2022, publicado na Edição nº 3424, de 10/12/2025, na página 453 do Diário Oficial dos Municípios do Paraná, tem pela presente, retificar o valor total do aditivo:

Onde lê-se:

"[…] Valor do contrato: R$36.774,00 (trinta e seis mil, setecentos e setenta e quatro reais) […]"

Leia-se:
"[…] Valor do contrato: R$36.698,00 (trinta e seis mil, seiscentos e noventa e oito reais) […]"

Rio Negro, 17 de dezembro de 2025.

ANA PAULA PORTES CHAPIEWSKI
Diretora Executiva

Publicado por:
Ana Paula Portes Chapiewski
Código Identificador:8C4D263D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA
ATO DA MESA N.º 15, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Altera, em caráter de exceção, o horário de realização da 75ª Sessão Ordinária.

CONSIDERANDO a deliberação ocorrida durante a 74ª Sessão Ordinária, de 15 de dezembro do corrente ano e com respaldo no Parágrafo Único do art. 198 e no § 2º do art. 138, ambos do Regimento Interno desta Casa de Leis.

A **MESA DIRETORA DO CÂMARA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ,** no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 25, inciso II do Regimento Interno Cameral.

R E S O L V E:

Art. 1º Alterar o horário da realização da 75ª Sessão Ordinária, de 18 de dezembro de 2025, para as 16h00.

Art. 2º Este Ato da Mesa passa a vigorar a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Câmara Municipal de Rolândia, em 15 de dezembro de 2025.

GUILHERME SPANGUEMBERG
Presidente

JOSÉ LUÍS POLVANI
Vice-Presidente

RODRIGÃO
1º Secretário

JOÃO ARDIGO
2º Secretário

Publicado por:
Marcos Delongui
Código Identificador:585F05D8

CÂMARA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA
ATO DA MESA N.º 16, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre o funcionamento desta Casa de Leis durante o recesso parlamentar e período de final de ano, conforme art. 20, inciso X da Lei Orgânica do Município de Rolândia c/c art. 25, incisos I, do Regimento Interno.

CONSIDERANDO o início do recesso parlamentar em 15 de dezembro, nos termos do art. 4º, I do Regimento Interno;

CONSIDERANDO a utilização do processo eletrônico na Câmara de Vereadores de Rolândia – PR;

CONSIDERANDO a possibilidade de trabalho remoto e manutenção dos serviços e atividades pelos servidores em razão do recesso parlamentar;

CONSIDERANDO a possibilidade de reuniões das comissões e sessões por videoconferência.

CONSIDERANDO finalmente o encerramento do processo legislativo extraordinário, com a aprovação dos projetos aptos a votação.

Diante dessas considerações, a Mesa Diretora RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizado a realização do trabalho remoto pelos servidores efetivos e comissionados da Câmara Municipal em razão do recesso parlamentar.

Parágrafo único. Os servidores em trabalho remoto devem cumprir integralmente com suas atividades bem como os deveres a ele designados.

Art. 2º No período que permanecer em regime de home office, este equivale ao cumprimento da respectiva jornada de trabalho.

Art. 3º O servidor é responsável por providenciar e manter estruturas física e tecnológica necessárias e adequadas a realização do teletrabalho, as suas expensas.

Art. 4º Ficam suspensas o expediente na Câmara de Vereadores no período compreendido entre 22 de dezembro de 2025 a 02 de janeiro de 2026.

Art. 5º A partir de 05 de janeiro de 2026 até o final do recesso parlamentar, os servidores atenderão em horário normal de expediente conforme escala de revezamento presencial, com número mínimo necessário à execução dos serviços, sob pena de desconto por não atendimento.

Art. 6º Caso haja necessidade por parte da Administração Pública, o servidor será convocado para retornar ao trabalho presencial.

Art. 7º É responsabilidade exclusiva do vereador as atividades desenvolvidas pelo cargo comissionado em seu gabinete e durante o recesso parlamentar, inclusive aquelas realizadas em expediente externo.

Art. 8º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Câmara Municipal de Rolândia, em 16 de dezembro de 2025.

GUILHERME SPANGUEMBERG
Presidente

JOSÉ LUÍS POLVANI
Vice- Presidente

RODRIGÃO
1º Secretário

JOÃO ARDIGO
2º Secretário

Publicado por:
Marcos Delongui
Código Identificador:DC76B7A6

SECRETARIA GERAL
ATA DA REUNIÃO DA SECRETARIA DE CULTURA

A reunião da Secretaria de Cultura foi iniciada com agradecimentos a todos os presentes, e Simone Wegner conduziu a abertura destacando

os principais temas a serem discutidos. Foram apresentadas as ações planejadas para o segundo ciclo da PNAB, incluindo a inclusão de 10% para Requalificação, 25% para Cultura Viva, além das ações já existentes na política.
Durante a reunião, foram explicados os diferentes tipos de editais disponíveis, como fomento, subsídio, premiação e bolsa, cada um oferecendo benefícios específicos para os projetos culturais. A avaliação da escuta pública revelou pontos positivos, como o fortalecimento da cultura local, e também desafios, como dificuldades na inscrição, divulgação e avaliação dos projetos. Para melhorar esse cenário, foram sugeridas ações como ampliar a divulgação, oferecer um feedback mais detalhado aos participantes e facilitar o acesso aos recursos públicos.

O setor de gastronomia solicitou informações sobre a possibilidade de participar da PNAB, e Simone informou que está estudando essa questão para fornecer uma resposta mais detalhada posteriormente. Quanto ao planejamento financeiro, foi informado que o orçamento previsto para o segundo ciclo da PNAB é de R$ 20.168,10 para operacionalização, para o programa Cultura Viva um valor de R$ 180.000,00, contemplando dois projetos. Além disso, há recursos destinados a obras de arte, no valor de R$ 74.458,00, e a um edital de fomento para agentes culturais em geral com R$ 263.194,08, que contempla 15 projetos.
Na parte de debates, foram apresentadas as possíveis novas regras dos editais, e a plenária foi aberta para perguntas e sugestões. Diversos participantes fizeram questionamentos e propostas, como a retomada do carnaval, destacando seu potencial para impulsionar o turismo local, além de dúvidas sobre a inscrição de projetos de música, considerando o tempo de formação dos instrumentistas. Simone explicou que esse tema está sendo tratado com órgãos superiores. Cidinha levantou questões sobre o conceito de periferia, que varia de acordo com a regionalização definida em cada edital. Lucas, representante do audiovisual e do Hip Hop, solicitou maior transparência na avaliação dos projetos, pedindo um feedback mais detalhado. Patrick pediu que o valor dos editais voltasse ao patamar anterior, alegando dificuldades na contratação de mão de obra. Outros participantes solicitaram apoio na inscrição de projetos, melhorias na prestação de contas e maior divulgação dos resultados.
Por fim, foram feitas solicitações de visitas técnicas aos projetos contemplados, apoio na inscrição de novos projetos e maior transparência na avaliação e divulgação dos resultados. Vagner Campos informou sobre as visitas às obras contempladas, reforçando o compromisso da Secretaria com o fortalecimento da cultura local. Simone agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião, reafirmando o compromisso de trabalhar para o desenvolvimento cultural da cidade.
Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 20:05, e eu, Bruna Suelen Santos de Moraes, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e por Simone Wegner Diretora de projetos.

Rolândia/PR, 21 de julho de 2025.

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:F1634424

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 634, 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

Abre Crédito Adicional - Suplementar na quantia de R$ 872.000,00, para reforço de dotações das Secretarias Municipais e altera o cronograma de Execução Mensal de Desembolso para Exercício Financeiro de 2025, previsto no Decreto nº, 523 de 23 de dezembro de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no inciso III, § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, parágrafo único do artigo 25 da Lei n°4236 de 27 de Junho de 2024, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2025, e artigo 8º da Lei 4.252/2024 de 12/12/2024 – Lei Orçamentária Anual – LOA/2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício financeiro um crédito adicional suplementar no valor de **R$ 872.000,00 (Oitocentos e setenta e dois mil reais),** para reforço de dotações constantes da Lei de Orçamento vigente, nº 4.252/2024 de 12/12/2024 conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
07.01.15.452.0007.2.030	3.1.90.16.00.00.00	000	R$ 2.000,00
08.02.12.361.0008.6.043	3.1.90.04.00.00.00	101	R$ 750.000,00
08.02.12.361.0008.6.043	3.1.90.13.00.00.00	101	R$ 100.000,00
08.02.12.367.0008.6.104	3.1.90.11.00.00.00	101	R$ 10.000,00
11.01.27.122.0011.2.060	3.1.90.11.00.00.00	000	R$ 10.000,00
TOTAL			**R$ 872.000,00**

Art. 2º - Como recursos para atendimento do crédito previsto no artigo anterior, fica cancelada igual quantia constante da Lei de Orçamento vigente, nº 4.252/2024 de 12/12/2024, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
07.01.26.782.0007.2.032	3.1.90.07.00.00.00	000	R$ 2.000,00
08.02.12.361.0008.6.043	3.1.91.13.00.00.00	101	R$ 100.000,00
08.02.12.365.0008.6.044	3.1.90.11.00.00.00	101	R$ 760.000,00
11.01.27.812.0011.2.061	3.1.90.07.00.00.00	000	R$ 10.000,00
TOTAL			**R$ 872.000,00**

Art. 3º Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2025, previsto no Decreto nº 523 de 23 de dezembro de 2024, acrescendo a Previsão de Aplicação de Recursos no valor de **R$ 872.000,00 (Oitocentos e setenta e dois mil reais),** conforme a seguir especificado:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos
				Acréscimo
07.01	3.1	000	Dezembro	R$ 2.000,00
08.02	3.1	101	Dezembro	R$ 860.000,00
11.01	3.1	000	Dezembro	R$ 10.000,00
TOTAL				**R$ 872.000,00**

Art. 4º Como recursos para a alteração prevista no artigo anterior fica deduzida igual quantia da Previsão de Aplicação de Recursos do mês a seguir especificado:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos
				Redução
07.01	3.1	000	Dezembro	R$ 2.000,00
08.02	3.1	101	Dezembro	R$ 860.000,00
11.01	3.1	000	Dezembro	R$ 10.000,00
TOTAL				**R$ 872.000,00**

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 17 de Dezembro de 2025.

AILTON APARECIDO MAISTRO	*EDER JUNIOR EVANGELISTA*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Finanças

PAULO ROGÉRIO DE LIMA	*CÁSSIA PUZZI*
Secretário Municipal de Administração	Diretora de Elaboração e programação Orçamentária

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:0CBB0826

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 3.196, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

SÚMULA: Nomeia Comissão de Avaliação referente à Prova de Conceito – POC, conforme consta em edital do Pregão Eletrônico nº 153/2025 - PMR.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

DESIGNAR:

I - Os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão que realizará a Prova de Conceito exigida no edital do Pregão Eletrônico nº 153/2025 – PMR, referente a contratação de empresa especializada em locação de nobreaks**:**

MARCELO FRANCISCO MARINS– Analista de Suporte em Informática, Matrícula nº 3774848/1;
JOSÉ GALBERO JUNIOR– Analista de Suporte em Informática, Matrícula nº 333069/1;
GUILHERME ALMEIDA PESSÔA– Engenheiro Eletricista, Matrícula nº 3786382/1.
II – Revogadas as disposições em contrário, está portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 17 de dezembro de 2025.

AILTON APARECIDO MAISTRO	*PAULO ROGÉRIO DE LIMA*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:AD613DBA

SECRETARIA GERAL
RESOLUÇÃO N. º 19/2025, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2025, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ROLÂNDIA.

O Conselho Municipal de Saúde de Rolândia- *CMS/Rol*, no uso de suas atribuições e fundamentado na Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90; Decreto nº 7.508, de 28/06/2011; Lei Federal n.º 8.142, de 28/12/90; Lei Complementar n.º 141, de 13/01/2012; Lei Municipal n.º 3.590, de 20/12/2012,

CONSIDERANDO a apresentação e deliberação realizada em **Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Rolândia no dia 25/11/2025**;

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a utilização do saldo remanescente no valor de **R$ 3.926,05**, oriundo da RESOLUÇÃO SESA nº 1431/2023, conforme plano apresentado pela gestão municipal.
Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação

Homologado em 26 de novembro de 2025.

GUILHERME MENDONÇA MELLO TEIXEIRA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Rolândia

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:4649D999

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE
DISPENSA Nº. 028/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 281/2025

ARTIGO Nº. 75, INCISO XI, DA LEI FEDERAL DE LICITAÇÕES Nº. 14.133/2021

• PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº. 809, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor **AILTON APARECIDO MAISTRO**, residente edomiciliadonesta cidade, nos termos do art. 75, inciso XI, da Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, torna público que realiza DISPENSA DE LICITAÇÃO para "**Serviços odontológicos especializados, destinados à realização de consultas, diagnósticos, exames e procedimentos nas especialidades de endodontia, cirurgia e traumatologia buco-maxilo-faciais, odontologia para pacientes com necessidades especiais e exames de tomografia, conforme diretrizes estabelecidas no Programa 004, por intermédio do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema – CISMEPAR**", incluindo auxílio do jurídico da municipalidade nas rotinas da Nova Lei de Licitações nº. 14.133/21 e com base nas justificativas e disposições legais abaixo fixadas.

• FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O objeto pretendido pela Administração e ora processado através da hipótese de Dispensa com fulcro no art. 75, inciso XI, da Lei Federal nº. 14.133/2021 e com as justificativas presentes nos autos encontra-se aplicado ao presente processo com as seguintes legislações:
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; e
- Lei Federal nº. 14.133, de Abril de 2021.
Conforme exposto no art. 75, inciso XI:
Art. 75. É dispensável a licitação:
XI - para celebração de contrato de programa com ente federativo ou com entidade de sua Administração Pública indireta que envolva prestação de serviços públicos de forma associada nos termos autorizados em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação;

• JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PELA SECRETARIA DEMANDANTE

Segundo documento de justificativa encaminhado pela solicitante, a presente contratação mostra-se necessária diante da insuficiência da capacidade instalada no serviço municipal de Saúde Bucal, especialmente nas áreas de endodontia e cirurgia buco-maxilo-facial, cujas demandas especializadas superam a oferta atual, ocasionando fila de espera significativa no Centro de Especialidades Odontológicas (CEO). O Município dispõe de número reduzido de profissionais e de carga horária limitada para atendimento dessas especialidades, o que compromete a resolutividade e a continuidade do cuidado em saúde bucal.
Além disso, o Município não possui estrutura própria para a realização de tomografias odontológicas (Cone Beam) e outros exames de imagem avançados necessários para diagnóstico preciso e condução adequada dos casos de cirurgia buco-maxilo-facial, ortodontia e estomatologia. A contratação dos serviços pelo CISMEPAR possibilita acesso a exames especializados, garantindo definição de conduta clínica com maior segurança e agilidade.O CISMEPAR possui sistema regional estruturado para credenciamento, regulação, execução e faturamento dos serviços especializados, permitindo ao Município contratar de forma mais eficiente, econômica e padronizada, com pagamento apenas dos procedimentos efetivamente realizados, nos termos do art. 75, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021, bem como da Lei nº 11.107/2005 (Consórcios Públicos).

• OBJETO E SERVIÇOS CONTRATADOS

Compõe(m) o(s) item(ns) desta contratação:

ITEM	QTD.	UN.	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO UNITÁRIO
01	01	Valor Anual	Contratação, por intermédio do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema – CISMEPAR, de serviços odontológicos especializados, destinados à realização de consultas, diagnósticos, exames e procedimentos nas especialidades de endodontia, cirurgia e traumatologia buco-maxilo-faciais, odontologia para pacientes com necessidades especiais e exames de tomografia, conforme diretrizes estabelecidas no Programa 004 – Saúde Bucal/CISMEPAR	R$ 144.000,00

• CONTRATAÇÃO

O futuro contratado será **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO PARANAPANEMA – CISMEPAR** inscrito no CNPJ sob o nº **00.445.188/0001-81**, com sede na Tv. Goiania, nº 152, centro, na cidade de Londrina/PR, CEP: 86.020-120, representado pelo Sr. **ONICIO DE SOUZA.**

A escolha do contratado encontra amparo, atendendo de forma satisfatória a necessidade da Administração, devidamente justificada pelo setor requisitante.

• **DA FORMA DE PAGAMENTO**

O valor total a ser pago é de R$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais), devendo ser pago de forma parcelada em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal.
O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.
Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

• **PRAZO DE EXECUÇÃO**

O prazo de execução do presente processo será dentro do exercício financeiro de 2026, conforme Termo de Referência.

• **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das dotações orçamentárias previstas no orçamento de 2026, portanto consta no processo reserva de saldo simbólica de nº. 6.748/2025.
ÓRGÃO: 09 – SEC. MUN. DE SAÚDE
UNIDADE: 01 – FUNDO MUN. DE SAÚDE
DOTAÇÃO: 103010009.2.046.3372.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

• **DO FORO**

O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente DISPENSA, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ROLÂNDIA/PR.

• **DELIBERAÇÃO E VINCULAÇÃO**

Considerando o acima exposto acolho as justificativas apresentadas para a Dispensa de Licitação e AUTORIZO publicação no site oficial do Município.

Rolândia, 17 de dezembro de 2025.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

• **RATIFICAÇÃO DO ATO**

Considerando as manifestações carreadas, a fundamentação jurídica apresentada e a instrução do presente processo, ratifico a contratação por Dispensa de Licitação, encaminhando-se os autos para os demais procedimentos que o compõe.

Rolândia, 17 de dezembro de 2025.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Barbara Marcello da Cunha
Código Identificador:C4BD5555

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
COMUNICADO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 153/2025 – PMR. PROCESSO Nº 249/2025.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a locação de nobreaks individuais, com fornecimento, instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, substituição de baterias e assistência técnica durante toda a vigência contratual, destinados a atender 130 (cento e trinta) pontos de acesso da rede LAN to LAN em fibra óptica, garantindo a continuidade dos serviços de comunicação de dados, a proteção dos equipamentos ativos de rede e a disponibilidade da infraestrutura tecnológica da instituição.

Comunicamos a todos os proponentes e demais interessados em acompanhar o processo, que a realização da prova de conceito (POC) será realizada às 09:00 horas da manhã na sexta feira, dia 19/12/2025, na sede da Prefeitura Municipal de Rolândia, no Departamento de Tecnologia da Informação – DTI.

Informações: Av. Presidente Bernardes, n° 809 – Secretaria de Compras e Licitações, Rolândia - Pr, no horário 12:00 às 18:00 horas, através dos telefones: (43) 3255-8615 e 3255-8616, site: **www.rolandia.pr.gov.br** e e-mail: **licitacao@rolandia.pr.gov.br**.

Rolândia, 17 de dezembro de 2025.

JOSÉ AUGUSTO LIASCH DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Jose Augusto Liasch da Silva
Código Identificador:77020464

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
COMUNICADO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2025 – PMR. PROCESSO Nº 256/2025.

Objeto: Registro de preços para aquisição de Calçados para os programas da Secretaria de Assistência Social.

Terminada a análise das amostras, fica remarcado o certame para 18/12/2025 as 13:00 horas, para continuidade dos tramites.

Disponibilidade do Edital e Informações: Av. Presidente Bernardes, n° 809 – Secretaria de Compras e Licitações, Rolândia - Pr, no horário 12:00 às 18:00 horas, através dos telefones: (43) 3255-8615 e 3255-8616, site: **www.rolandia.pr.gov.br** e e-mail: **licitacao@rolandia.pr.gov.br**.

Rolândia, 17 de dezembro de 2025.

JOSÉ AUGUSTO LIASCH DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Jose Augusto Liasch da Silva
Código Identificador:D338FC6B

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
CONTRATO Nº 161/2025

CONTRATO Nº 161/2025

REF: INEXIGIBILIDADE : 049/2025
DAS PARTES:

Que entre si fazem, de um lado o **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, com sede à Avenida Pres. Bernardes, nº 809, na cidade de ROLÂNDIA - PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **AILTON APARECIDO MAISTRO**, portador da Cédula de Identidade/RG nº 8XX.XXX-X SSP/PRedo CPF/MFnº 152.XXX.XXX.XX,residente e domiciliado na Rua Mal. Deodoro Fonseca, nº 500, na cidade de **ROLÂNDIA – PR**, CEP 86.600-218, assim denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **DFAZION EMPREENDIMENTOS LTDA,** cadastrada no CNPJ/MF sob nº 30.721.692/0001-28, estabelecida na Avenida Castro Alves, 125, Sala B Centro, CEP 86.600-145 , telefone (43) 99151.9972, e-mail: ndfzion@gmail.com, na cidade de ROLÂNDIA – PR, nesta ato, legalmente representada pelo Sr. **ANTONIO FLAVIO DE NADAI E SILVA** brasileiro,residente e domiciliado na cidade de

ROLÂNDIA PR portador de identidade sob o nº 669.XXXX-X SESP/PR e do CPF/MF nº 020.XXX.XXX-XX, doravante designada **CONTRATADA**, ajustam e outorgam o presente **CONTRATO,** conforme Art. 74, Inciso II da LeiFederal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021, demais leis municipais, estaduais e federais e decretos sobre licitações, bem como as suas devidas alterações,mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Locação do imóvelpara alocar locação de imóvel urbano destinado ao funcionamento da sede do Cras Arnaldo Garcia, localizado na Rua Ouro nº 465, Lote 20, Quadra 18, Vila Oliveira,na cidade de Rolândia PR, conforme documentação levada a efeito por Inexigibilidade 049/2025 devidamente ratificada em 10/12/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

O presente contrato será de 12(doze) meses para execução; e a vigência será de 14(quatorze) meses, podendo ser prorrogado por períodos iguais, por interesse da administração, se houver interesse de ambas as partes até o limite de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULATERCEIRA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

Fica ajustado o valor de **R$ 84.000,00** (oitenta e quatro mil reais), dividido em 12 (doze) parcelas mensais.

O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *(*IPCA ou INPC*)* de correção monetária.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto dacontratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

O setor competente para proceder pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Faturaapresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

O prazo de validade;

A data da emissão;

Os dados do contrato e do órgão contratante;

O período respectivo de execução do contrato;

O valor apagar;e

Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidadefiscal,constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou,na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365

EM = I x N x VP

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

13. O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata/contrato, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentospertinentes,anotafiscaleascertidõesregularesnecessáriospar apagamento

deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sançõescabíveisestipuladasemeditaleembasadas nalegislação vigente, comomulta, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial comunicado para ciência e posteriormente aplicadas as sanções.

CLÁUSULA QUARTA–DO REAJUSTE

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice do IPCA ou INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Nocaso de atraso ounão divulgação dos índices de reajustamento, oContratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo sejam divulgados os índices definitivos.

Nas aferições finais, os índices utilizados para reajuste serão, obrigatoriamente, os definitivos.

Caso os índices estabelecidos para reajustamento venham a ser extintos ou de qualquer forma não possam mais ser utilizados, serão0 adotados, em substituição, os que vierem a ser determinados pela legislação então em vigor.

Naausência de previsão legalquanto ao índice substituto, aspartes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA– DA PADRONIZAÇÃO DE RECIBOS DE ALUGUÉIS

Conforme determinação da Comissão Permanente de Controle Interno, através do DECRETO nº 8586/2017, todos os recibos emitidos pelos locadores deverão apresentar as seguintes informações:

Os recibos de aluguel deverão conter obrigatoriamente além do valor:

Número do contrato referente a locação;
Número da parcela do contrato;
Mês de referência do recibo;
Discriminação do imóvel(Ex:Casa,Barração,SalaComercial) e seu endereço;
IndicaçãodolocadorcomnomeeCPFe/ou CNPJ;
Data de emissão do recibo;

DadosdaContaCorrenteparaopagamentosendo:

–CNPJe/ouCPF;
–Número e Nome da conta favorecida;
-Banco;
-Agência;

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR
Entregar o imóvel locado em perfeitas condições de uso, incluindo sistemas de rede lógica, rede elétrica e sistema hidráulico, garantindo seu pleno funcionamento para a instalação e operação da Secretaria Municipal de Assistência Social.
Responder por quaisquer vícios ou defeitos existentes no imóvel anterior ao início da locação, promovendo as correções necessárias sem ônus para o Município.
Prestar informações e esclarecimentos solicitados pelo locatário ou seu representante no prazo máximo de 48(quarenta eoito)horas, sempreque necessárioao bom andamento das atividades da Secretaria.
Fornecer detalhamento dos recibos de pagamento relativos à propriedade, incluindo informações sobre certidões negativas do imóvel e cumprimento de despesasextraordinárias condominiais, tais como obras estruturais, reformas ou manutenções decorrentes do desgaste natural do tempo.
Permitir toda e qualquer fiscalização da Administração Pública quanto ao imóvel locado, ao cumprimento das obrigações contratuais e às condições de uso estipuladas no presente termo de referência.
A atuação da fiscalização da Administração não exime a adjudicatária de sua responsabilidade integral e exclusiva sobre o imóvel, suas condições e quaisquer consequências decorrentes de sua utilização.
Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, estando sujeita, em caso de descumprimento, à rescisão do contrato e à aplicação de penalidades previstas em lei, incluindo execução da garantia para ressarcimento de valores e indenizações devidas à Administração, conforme art. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.
Na ocorrência de irregularidades, a Administração Pública abrirá processo administrativo por meio do fiscal do contrato, notificando o fornecedor com prazo determinado para regularização de certidões e cumprimento contratual, sob pena de aplicação daspenalidades legais e eventual rescisão contratual
CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO
O locatário se obriga a destinar o imóvel objeto do contrato exclusivamente ao funcionamento das atividades previstas neste termo de referência, sendo vedada a transferência da locação, a qualquer título, salvo com prévio e expresso consentimento do locador.
Proceder à manutenção e reparo detodos osequipamentos darede elétrica, cabeamento estruturado e rede de dados e voz, quando necessário.
Arcar com as despesas relativas ao fornecimento de água tratada, coleta e afastamento de esgoto, bem como energia elétrica e iluminação pública, durante a vigência do contrato.
Consentir com a realização de reparos urgentes realizados pelo locador, tais como correções de paredes com grandes rachaduras, amarrações de colunas corrompidas, vigas de sustentação deterioradas, infiltrações expressivas e outros problemas que possam comprometer a segurança estrutural do imóvel.
Realizar, por sua conta, areparação de danos causadospor sua açãoou omissão, desde que não decorrentes do uso normal do imóvel.
Restituir o imóvel, ao término da locação, no estado em que o recebeu, conforme Laudo de Vistoria, ressalvadas as deteriorações decorrentes do uso normal, podendo exercer direito de retenção do imóvel até que seja devidamente indenizado por eventuais danos causados pelo locador.
Efetuar os pagamentos referentes ao aluguel e demais encargos nas datas e prazos estipulados em contrato.
Prestar informações e esclarecimentos solicitados pelo representante do locador, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sempre que necessário ao acompanhamentodo contrato. 9. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio do gestor do contrato, exigindo seu fiel cumprimento.
Notificar forma le tempestivamente o locador sobre qualquer irregularidade observada no imóvel.
Preservar o imóvel e devolvê-lo nas mesmas condições em que foi recebido, ressalvadas as deteriorações naturais decorrentes do uso normal durante a locação.
CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES
O licitante e o Contratado que incorra em infrações, conforme Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021,sujeitam-se às seguintes sanções administrativas:
Advertência;
Multa;
Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo mínimo de 03(três) anos;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo mínimo de 03 (três) anos e não superiora 06(seis) anos;
Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços– GMS, pelo prazo de até 06 (seis) anos.
As sanções previstas nas alíneas “I”,“II”,“III”e“IV”doitem anterior poderão ser aplicadas ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado, cumulativamente com a multa.
Advertência será aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação e de contratação.
A multa, de 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato/ata deregistrolicitado ou celebrado com contratação direta eseráaplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21,será aplicada a quem:
-darcausaàinexecuçãoparcialdocontrato;
- darcausa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, aofuncionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
-darcausa àinexecuçãototaldocontrato;
-deixardeentregaradocumentaçãoexigidaparaocertame;
-
nãomanterapropostа,salvoemdecorrênciadefatosupervenientedevidamentejustificado;
-nãocelebrarocontratoounãoentregaradocumentaçãoexigidaparaa
contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivojustificado;
-
apresentardeclaraçãooudocumentaçãofalsaexigidaparaocertameoupres tar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
-fraudaralicitaçãooupraticaratofraudulentonaexecuçãodo contrato;
-comportar-sedemodoinidôneooucometerfraudedequalquer natureza;
-praticaratosilícitoscomvistasafrustrarosobjetivosda licitação;
-praticaratolesivoprevistonoart.5ºdaLeinº12.846,de1ºdeagostode2013.
A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 06(seis)anos,será aplicada a quem:
recursar-se injustificadamente, após ser considerado adjudicatário, a assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido neste edital;
deixardeentregardocumentaçãoexigidaparaocertame;
apresentardocumentaçãofalsa;
ensejaroretardamentodaexecuçãodeseuobjeto;
nãomantiverapropostа;
falharoufraudarnaexecuçãodo Contrato;
comportar-sedemodoinidôneo,foradashipótesesprevistasnoitem12.9;
cometerfraudefiscal.
O impedimento de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento do Cadastro Unificado de

Fornecedores do Sistema de Gestãode Materiais,Obras e Serviços– GMS, pelo prazo de até06(seis)anos,seráaplicado a quem:
- prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- comprovadamente, financiar,custear, patrocinaroude qualquer modo subvencionara prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;
-comprovadamente,utilizar-
sedeinterpostapessoafísicaoujurídicaparaocultarou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
-notocantealicitaçõesecontratos:
frustraroufraudar,medianteajuste,combinaçãoouqualqueroutroexpediente,o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatóriopúblico;
afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
fraudarlicitaçãopúblicaoucontratodeladecorrente;
criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
manipular oufraudar o equilíbrio econômico-financeirodoscontratos celebrados coma administração pública;
- dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.
Cabe ao órgão e/ou entidade contratante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou no instrumento contratual, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.
Na hipótese do ocorrido nesta clausula, autoridade máxima do órgão e/ou entidade contratante é a autoridade competente para impor as penalidades previstas anteriormente.
Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com a Administração ou da declaração de inidoneidade:
Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidasde licitar coma Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
Às pessoasjurídicas quetenham sócios comuns com aspessoasfísicasreferidasnoitem anterior na alínea"I".
Naaplicaçãodassanções,aAdministraçãoobservaráasseguintescircunstâncias:
Proporcionalidadeentreasanção,agravidadedainfraçãoeovultoeconômicodacontratação;
Osdanosresultantesda infração;
Situação econômico-financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;
Reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza após aplicação da sanção anterior; e
Circunstânciasgeraisagravantesouatenuantesdainfração.

Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federalnº 14.133/2021.
Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos Contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846/2013.
Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
CLÁUSULA NONA – DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES
Quando forem verificadas situações, que ensejarem a aplicação das penalidades/multas, previstas na cláusulaanterior, o CONTRATANTE dará início ao procedimento administrativo cabível, para apuração dos fatos e respectivas sanções se necessárias, mediante prévia notificação ao contratado dos atos a serem realizados.
ParágrafoPrimeiro
Compete ao,quando for o caso,a aplicação ou a dispensa de penalidades/multas.
Parágrafo Segundo
Éf acultado à CONTRATADA recorrer,conforme estabelece a legislação vigente,quando não concordar com as penalidades aplicadas
CLÁUSULA DÉCIMA-DA FISCALIZAÇÃO
Para a fiscalização, gestão e supervisão do contrato fica estipulado o que se segue:
- O fiscal e gestor do contrato serão indicados pelo CONTRATANTE, sendo eles capacitados para exercerem essas funções.10
Caberá a gestão do contrato à Gestora de Contratos a Sra. Creonice Maria Tozini quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste contrato e ainda:
propor ao órgão competente a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação aplicável, no caso de constatar irregularidade cometida pela CONTRATADA;
receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto contratado;
manter controles adequados e efetivos do presente contrato, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, com base nas informações e relatórios apresentados pela fiscalização; d) propor medidas que melhore a execução do contrato.
- A fiscalização da execução dos serviços será exercida por funcionário designado pela Prefeitura Municipal de Rolândia.
- Fica nomeado como fiscal de contrato o Sra. **ADRIANA DA COSTA** que será responsável pela fiscalização dos serviços que este termo contratual compreende, sendo responsáveis pelo acompanhamento dos serviços, cobranças, notificações, elaboração de relatórios e solicitação de sanções que possam a ocorrer no decorrer da vigência docontrato
- A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.
- A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONTRATANTE não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando-se esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, as quais não implicarão corresponsabilidade do CONTRATANTE ou do servidor designado para a fiscalização.

7- A fiscalização e a CONTRATADA podem solicitar reuniões de gerenciamento. Afinalidade será revisar os resultados e andamento dos serviços remanescentes e discutir os problemas potenciais.
7- Toda a comunicação entre as partes deverá ser feita por escrito. Anotificação tornar-se-á efetiva após o seu recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL
1. O contrato pode ser rescindido antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas ou
antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem
como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará
rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado
termo aditivo para alteração subjetiva.
5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
6. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
7. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
8. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos
Consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
10. Secretaria Municipal de Assistência Social
10.01. Diretoria de Serviços Sociais
082440010.2.054.3390.39.00.00 Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídico

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO
É competente o Foro da Comarca de Rolândia - PR para dirimir qualquer dúvida emergente
do presente acordo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por
estarem às partes de pleno acordo com o disposto neste documento, datam e assinam
digitalmente, na presença das testemunhas abaixo relacionadas, para que surta seus legais
e jurídicos efeitos

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, aos 11 de dezembro de 2025.

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA	***DFAZION EMPREENDIMENTOS LTDA***
Contratante	Contratada

Testemunhas:

_____ ***MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI***	_____ ***MICHELE DA SILVA PEREIRA***
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretária Municipal de Assistência Social
_____ ***ADRIANA DA COSTA***	
Fiscal do Contrato	

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:A4143323

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

CÂMARA MUNICIPAL
ATA DA 41ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2025

ATA DA 41ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2025
Ata da Quadragésima Primeira Sessão Ordinária da Décima Quinta Legislatura, no dia 16 (dezesseis) de dezembro de 2025, às 19:00 horas, nas dependências da Câmara Municipal, sob a Presidência do Vereador Sr. Marcelo João Barili, reuniram-se os vereadores de Salgado Filho, Estado do Paraná. Passado o registro de comparecimento, constatou-se a presença de todos os vereadores. Pauta do dia: Leitura da Ata da Sessão Ordinária nº 40 de 09 de dezembro de 2025. Leitura do convite recebido da Pfeifer Confecções, assunto: almoço de confraternização. Presidente Marcelo João Barili encaminhou aos demais vereadores a Recomendação Administrativa Nº 03/2025- GPG/MPC-PR - Ministério Público de Contas do Estado do Paraná, recebida na data de 11 de dezembro 2025. Nos termos do artigo 27 da Lei Orgânica Municipal e do artigo 25 do Regimento Interno, foi realizada a eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal para o exercício 2026, tendo já esclarecido aos vereadores e sendo de conhecimento de todos o procedimento previsto no regimento quanto a eleição dos membros da Mesa Diretora, esclarecendo que o voto será secreto, em cédula previamente preparada e rubricada pelo presidente, contendo todos os cargos da mesa para serem votados em um só ato de votação, sendo que todos os cargos contendo o nome dos nove vereadores dispostos em ordem alfabética, salientado que nos termos do artigo 26 do Regimento Interno, o vereador ocupante de cargo na Mesa Diretora no exercício 2025, não poderá ocupar o mesmo cargo no exercício 2026. A eleição é para eleger os vereadores para ocuparem os cargos de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretário no exercício 2026. O presidente da Câmara foi o primeiro a votar, em seguida chamando os demais vereadores em ordem alfabética para exercer seu direito a voto. Encerrada a votação, o Presidente da Câmara designou os vereadores: Adair Sugari (PL), Diego José Annater (PT) e Rudinei Antonio Klein (PSDB) para realizar a contagem dos votos, os quais assim o procederam. Primeiramente, os vereadores constatarão que havia nove cédulas na urna, coincidindo com o número de votantes. Após a contagem de votos, constatou-se o seguinte resultado: Para o cargo de **PRESIDENTE** da Câmara: José Favaretto – 04 votos; Paulo Cesar Pansera – 05 votos. Para o cargo de **VICE-PRESIDENTE** da Câmara: Mirian Rosani Militz de Oliveira – 04 votos; Nivaldo Duarte Beber – 05 votos: Para o cargo de **1º SECRETÁRIO** da Câmara: Adair Sugari – 09 votos; para o cargo de **2º SECRETÁRIO** da Câmara: Paulo Cesar Pansera – 04 votos; Rudinei Antonio Klein – 05 votos. Após a realização da eleição, foram eleitos os novos membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Salgado Filho para o exercício 2026, com mandato de 1 (um) ano, nos termos do artigo 26 do Regimento Interno e 27 da Lei Orgânica Municipal, ficando assim composta: **PRESIDENTE:** Paulo Cesar Pansera (PL); **VICE-PRESIDENTE:** Nivaldo Duarte Beber (MDB); **1º SECRETÁRIO:** Adair Sugari (PL); **2º SECRETÁRIO:** Rudinei Antonio Klein (PSDB). Terminada a eleição dos membros da Mesa Diretora para o exercício de 2026, passou-se a realizar a eleição dos membros das Comissões Permanentes da Câmara para o próximo exercício nos termos do artigo 43 a 52 do Regimento Interno. A votação será secreta conforme prevê o Regimento Interno da Câmara Municipal. Primeiramente foi realizada a eleição da Comissão Permanente de Redação e Justiça. Todos os vereadores receberam uma cédula rubricada pelo presidente, contendo todos os nomes dos vereadores, exceto o nome do presidente eleito Paulo Cesar Pansera, onde serão eleitos três vereadores para comporem a Comissão. O presidente da casa, exerceu inicialmente seu direito ao voto e posteriormente foi chamando os demais vereadores para exercerem. Após realizada a votação, o Presidente Marcelo João Barili, solicitou aos vereadores: Valmir Deni Rech, Diego José Annater e Paulo Cesar Pansera, para realizarem a contagem dos votos. Primeiramente, os vereadores constataram que havia nove cédulas na urna, coincidindo com o número de votantes. Na votação da Comissão de Redação e Justiça obteve-se o seguinte resultado: Adair Sugari – 01 voto; Diego José Annater – 05 votos; José Favaretto – 03 votos; Marcelo João Barili – 01 voto; Mirian Rosani Militz de Oliveira – 08 votos; Nivaldo Duarte Beber – 05 votos; Rudinei Antonio Klein – 01 voto; Valmir Deni Rech – 03 votos: Realizada a apuração, foram eleitos os membros da Comissão Permanente de Justiça e Redação os Vereadores: Diego José Annater, Mirian Rosani Militz de Oliveira e Nivaldo Duarte Beber. Logo em seguida os três vereadores eleitos, reuniram-se de acordo com o previsto no Regimento Interno, para decidirem quais dos cargos cada um irá assumir na Comissão, onde após decidirem, a Comissão de Justiça e Redação ficou assim constituída: PRESIDENTE: Diego José Annater (PT), SECRETÁRIO: Nivaldo Duarte Beber (MDB), RELATORA: Mirian Rosani Militz de Oliveira (UNIÃO BRASIL). Realizada a eleição da Comissão Permanente de Redação e Justiça, passou-se a realizar a eleição da Comissão de Finanças e Orçamento. Todos os vereadores receberam uma cédula rubricada pelo presidente, contendo todos os nomes dos vereadores, exceto o nome do presidente eleito Paulo Cesar Pansera e os membros eleitos da Comissão de Justiça e Redação: Diego José Annater, Mirian Rosani Militz de Oliveira e Nivaldo Duarte Beber, onde serão eleitos três vereadores para comporem a Comissão. O presidente da casa, exerceu inicialmente seu direito ao voto e posteriormente foi chamando os demais vereadores para exercerem. Após realizada a votação, o Presidente Marcelo João Barili, solicitou aos vereadores: Valmir Deni Rech, Diego José Annater e Paulo Cesar Pansera, para realizarem a contagem dos votos. Primeiramente, os vereadores constataram que havia nove cédulas na urna, coincidindo com o número de votantes. Na votação da Comissão de Finanças e Orçamento, obteve-se o seguinte resultado: Adair Sugari – 05 votos; José Favaretto – 04 votos; Marcelo João Barili – 09 votos; Rudinei Antonio Klein – 05 votos; Valmir Deni Rech – 04 votos: Realizada a apuração, foram eleitos os membros da Comissão de Finanças e Orçamento os Vereadores: Adair Sugari, Marcelo João Barili e Rudinei Antonio Klein. Logo em seguida os três vereadores eleitos, reuniram-se de acordo com o previsto no Regimento Interno, para decidirem quais dos cargos cada um irá assumir na Comissão, onde após decidirem, a Comissão de Finanças e Orçamento, ficando assim

constituída: PRESIDENTE: Adair Sugari (PL); SECRETÁRIO: Marcelo João Barili (PL), RELATOR: Rudinei Antonio Klein (PSDB). Todo o conteúdo da sessão, demais comentários e o uso da palavra livre estarão disponíveis na íntegra em áudio e vídeo, no site da Câmara Municipal para livre acesso a qualquer vereador ou cidadão que assim desejar. Presidente Marcelo João Barili, agradece a presença de todos e encerra a sessão. Nada mais, eu Carla Luciane Barcarol lavrei a presente ata, que lida e aprovada, vai ser assinada pelo presidente e demais vereadores. Sala de sessões da Câmara Municipal, Salgado Filho, Estado do Paraná, 16 de dezembro de 2025.

_____
Secretária

_____
ADAIR SUGARI

_____
DIEGO JOSÉ ANNATER

_____
JOSÉ FAVARETTO

_____
MARCELO JOÃO BARILI

_____
MIRIAN ROSANI MILITZ DE OLIVEIRA

_____
NIVALDO DUARTE BEBER

_____
PAULO CESAR PANSERA

_____
RUDINEI ANTONIO KLEIN

_____
VALMIR DENI RECH

Publicado por:
Carla Luciane Barcarol
Código Identificador:E2086235

CÂMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº27 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025

DECRETO LEGISLATIVO Nº27 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025

SÚMULA: "DECRETA O RECESSO DE FINAL DE ANO NA CÂMARA DE VEREADORES DE SALGADO FILHO/PR, DO DIA 23 DE DEZEMBRO DE 2025 A 02 DE JANEIRO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARCELO JOÃO BARILI, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 30, inciso II da Lei Orgânica do Município e do artigo 32 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Salgado Filho/PR:

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado recesso administrativo nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Salgado Filho, de 23 de dezembro a 02 de janeiro de 2026 do corrente ano, em virtude das comemorações do Natal e Ano Novo, não tendo expediente administrativo na secretaria neste período.

Parágrafo único: Caso algum serviço administrativo interno no período do recesso se tornar necessário, os servidores poderão ser chamados mediante a comunicação do presidente, a voltar a desempenhar as suas funções normalmente.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Secretaria da Câmara Municipal de Salgado Filho/PR, em 16 de dezembro de 2025.

MARCELO JOÃO BARILI
Presidente da Câmara Municipal Salgado Filho-PR

Publicado por:
Carla Luciane Barcarol
Código Identificador:3261C29D

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE DIÁRIA/INDENIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E/OU TRANSPORTE/ DESPESAS COM PASSAGENS TERRESTRES E AÉREAS N º 40/2025

EXTRATO DE DIÁRIA/INDENIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E/OU TRANSPORTE/ DESPESAS COM PASSAGENS TERRESTRES E AÉREAS N º 40/2025		
CÂMARA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO-PR		
NOME	MARCELO JOÃO BARILI	FUNÇÃO: PRESIDENTE DA CÂMARA
DESTINO	FRANCISCO BELTRÃO-PR	
SOLICITAÇÃO CONCEDIDA		
( ) SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS (X) SOLICITAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE ( ) SOLICITAÇÃO DE DESPESAS COM PASSAGENS TERRESTRES OU AÉREAS		
MOTIVO	O Presidente da Câmara Municipal de Salgado Filho, Sr. Marcelo João Barili, representou oficialmente o legislativo municipal na Reunião de Trabalho promovida pela ACAMSOP com a COPEL, reforçando a pauta estratégica de alinhamento técnico e fortalecimento das ações conjuntas entre as Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná e a companhia.	
PERÍODO DA VIAGEM	11/12/2025	
NÚMERO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS/VALOR	00 DIÁRIAS/R$	
INDENIZAÇÃO ALIMENTAÇÃO/TRANSPORTE CONCEDIDAS/VALOR	ALIMENTAÇÃO: R$ /TRANSPORTE: R$ 91,00	
DESPESAS PASSAGEM TERRESTRE/AÉREA	R$	
VALOR TOTAL	R$ 91,00	

Publicado por:
Carla Luciane Barcarol
Código Identificador:0B4EB6A0

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE DIÁRIA/INDENIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E/OU TRANSPORTE/ DESPESAS COM PASSAGENS TERRESTRES E AÉREAS N º 41/2025

EXTRATO DE DIÁRIA/INDENIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E/OU TRANSPORTE/ DESPESAS COM PASSAGENS TERRESTRES E AÉREAS N º 41/2025		
CÂMARA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO		
NOME	PAULO CESAR PANSERA	FUNÇÃO: VEREADOR
DESTINO	BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL	
SOLICITAÇÃO CONCEDIDA		
(x) SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS (x) SOLICITAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E/OU TRANSPORTE (x) SOLICITAÇÃO DE DESPESAS COM PASSAGENS TERRESTRES OU AÉREAS		
MOTIVO	Participação no Intercâmbio Legislativo (09/12/2025 a 11/12/2025), promovido pelo Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados. Audiência com o Deputado Federal Geraldo Gabriel Mendes para solicitar a destinação de recursos financeiros para as seguintes finalidades: aquisição de maquinários para a implementação do Programa Patrulha Agrícola; aquisição de maquinários para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente; reforma do ginásio de esportes do Colégio Municipal Professora Jaci Maria Lopes; aquisição de um veículo para a Câmara Municipal e recursos para área da saúde do nosso município.	
PERÍODO DA VIAGEM	08/12/2025 A 12/12/2025	
NÚMERO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS/VALOR	04 DIÁRIAS E 16:00 HORAS/VALOR: R$ 3.500,00	
INDENIZAÇÃO ALIMENTAÇÃO/TRANSPORTE CONCEDIDAS/VALOR	ALIMENTAÇÃO: R$ TRANSPORTE: R$ 367,00	
DESPESAS PASSAGEM TERRESTRE/AÉREA	R$ 1.100,00	
VALOR TOTAL	R$ 4.967,00	

Publicado por:
Carla Luciane Barcarol
Código Identificador:97F18F90

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA 07/2025 CMDI

07/2025
Aos onze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco , as quatorze horas, reuniu-se de forma presencial os membros do CMDI (Conselho Municipal do Direitos da Pessoa idosa), em reunião extraordinária, foi realizado na sala de reuniões do CRAS (Centro de

Referência de Assistência Social), situado na Rua Rui Barbosa, número 52, Centro de Salgado Filho; Pra dar início a presidente Eliane Cimoni Pilger Pires deu as boas-vindas e em sequência passou a palavra para gestora de assistência social, Edina Riva Duarte, que apresentou Deliberação CEDIPI - 24/2025, no valor de R$ 842.105,26 (oitocentos e quarenta e dois mil, cento e cinco reais, com vinte e seis centavos) para Reforma E Ampliação De Obra Do Programa Paraná Amigo Da Pessoa Idosa, que encontra-se aberta para adesão no SIFF; este conselho debateu e posteriormente aprovou a adesão, bem como aprovou o preenchimento do plano de ação realizado para esta deliberação. Em sequencia foi apresentado a deliberação CEDIPI 49/2025, de Incentivo Cuida Mais Paraná – Envelhecimento Ativo – Investimento, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) aberto para adesão, sendo assim, o conselho realizou a aprovação da adesão da deliberação e preenchimento do plano de ação. Sem mais a tratar, segue assinado por mim secretária executiva, e pelos demais presentes

Publicado por:
Alexandra Alves
Código Identificador:736059E0

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA 08/2025 CMDI

08/2025
Aos dezessete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco , as quatorze e trinta horas, reuniu-se de forma presencial os membros do CMDI (Conselho Municipal do Direitos da Pessoa idosa), em reunião extraordinária, foi realizado na sala de reuniões do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), situado na Rua Rui Barbosa, número 52, Centro de Salgado Filho; Pra dar início a presidente Eliane Cimoni Pilger Pires deu as boas-vindas e em sequência passou a palavra para gestora de assistência social, Edina Riva Duarte, que apresentou o Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, para o quadriênio de 2026 a 2029, que foi apreciado e debatido; este conselho provou em sequência o plano apresentado. Sem mais a tratar, segue assinado por mim secretária executiva, e pelos demais presentes

Publicado por:
Alexandra Alves
Código Identificador:B6A00B24

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA 09/2025 CMDM

09/2025
Aos dezessete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte cinco, as oito horas, reuniu-se de forma presencial, os membros do CMDM (Conselho Municipal dos Direitos da Mulher), em reunião extraordinária; o encontro foi realizado na sala de reuniões do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), localizado na Rua Rui Barbosa, número 52, Centro de Salgado Filho, Paraná. Para dar início foi dado as boas-vindas e em sequência apresentado o Plano Municipal dos Direitos da Mulher para os anos de 2026 a 2029, o qual após apreciado pelos membros, foi aprovado em sequência. Sem mais a tratar, segue assinado por mim secretária executiva deste conselho, Alexandra Alves, e pelos demais presentes

Publicado por:
Alexandra Alves
Código Identificador:FB026A4F

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 06/2025 CMDI

RESOLUÇÃO Nº06/2025 CMDI

Dispões sobre aprovação do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Salgado Filho/Pr para o exercício de 2026 a 2029.

O **CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE SALGADO FILHO do município de Salgado Filho/PR**, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei Municipal Nº 37, de 15 de Maio de 2017, que cria o Conselho Municipal do Idoso e o Fundo Municipal do Idoso e dá outras providências,

CONSIDERANDO Lei 8.842 de 04 de Janeiro de 1994 que "Dispõe sobre a Política Nacional da Pessoa Idosa";
CONSIDERANDO a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, alterada pela Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022, que "Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências";
CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal do Idoso de Salgado Filho/PR em reunião extraordinária realizada no dia 17/12/2025, em ata de número 08/2025.
Resolve:
Art. 1º Aprovar o Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Salgado Filho/PR para o exercício de 2026 a 2029, que estabelece as diretrizes, as ações e Metas a serem implementadas visando a promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa no município.
Art. 2º Determinar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal do Idoso conforme as prioridades e ações definidas no Plano de Ação aprovado, garantindo a transparência e a eficiência na execução dos programas e projetos voltados para a melhoria da qualidade de vida dos idosos.
Art. 3º O Plano Municipal entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salgado Filho/PR, 17 de Dezembro de 2025.

ELIANE CIMONI PIGLER PIRES
Presidente do Conselho Municipal do Idoso

Publicado por:
Alexandra Alves
Código Identificador:C518B295

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 06/2025 CMDM

RESOLUÇÃO Nº06/2025 - CMDM

Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal De Política para as Mulheres de Salgado Filho/Pr para o exercício de 2026 a 2029.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER do município de Salgado Filho/PR, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei Municipal Nº 41, de 20 de Setembro de 2023, que cria o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher,
CONSIDERANDO o Plano Nacional de Política para mulheres, publicado em dezembro de 2004;
CONSIDERANDO a Lei LEI Nº 26, DE 02 DE BRIL DE 2024 que Cria o Departamento de Políticas Públicas para Mulheres, vinculado à Secretaria de Assistência Social.
CONSIDERANDO o Plano Estadual de Política para Mulheres do Estado do Paraná, aprovado em 04 de Março de 2022;
CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Salgado Filho/PR em reunião extraordinária realizada no dia 17/12/2025.
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o Plano Municipal dos Direitos da Mulher de Salgado Filho/PR para o exercício de 2026 a 2029, que estabelece as diretrizes, as ações e Metas a serem implementadas visando a promoção, defesa dos direitos e segurança da mulher no município.
Art. 2º Determinar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher as prioridades e ações definidas no Plano de Ação aprovado, garantindo a transparência e a eficiência na execução dos programas e projetos voltados para a melhoria da qualidade de vida das mulheres
Art. 3º O Plano Municipal entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Salgado Filho/PR, 17 de Dezembro de 2025.

CRISTIANE NEIS
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

Publicado por:
Alexandra Alves
Código Identificador:751A1E06

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 007/2025

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 007/2025

Súmula: Fica Decretado o cronograma de funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores de Salto do Lontra -PR para o final do ano de 2025 e início de 2026.

MARCOS RAVANELI, Presidente da Câmara Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei.

D E C R E T A

Art. 1º. Fica estabelecido o cronograma de funcionamento e recesso da Câmara Municipal de Vereadores de Salto do Lontra para o final do ano de 2025 e início de 2026, conforme disposto nos artigos seguintes.

Art. 2º. O atendimento ao público e o expediente interno da Câmara Municipal seguirão o seguinte cronograma:

DIA	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO	SITUAÇÃO
22/12/2025 (Segunda-feira)	07:00 às 13:00	Atendimento em Turno Único
23/12/2025 (Terça-feira)	07:00 às 13:00	Atendimento em Turno Único
24/12/2025 (Quarta-feira)	Fechado	Recesso
25/12/2025 (Quinta-feira)	Fechado	Feriado
26/12/2025 (Sexta-feira)	Fechado	Recesso
29/12/2025 (Segunda-feira)	07:00 às 13:00	Atendimento em Turno Único
30/12/2025 (Terça-feira)	07:00 às 13:00	Atendimento em Turno Único
31/12/2025 (Quarta-feira)	Fechado	Recesso
01/01/2026 (Quinta-feira)	Fechado	Feriado
02/01/2026 (Sexta-feira)	Fechado	Recesso
05/01/2026 a 31/01/2026	07:00 às 13:00	Atendimento em Turno Único

Art. 3º. O expediente voltará à normalidade, a partir do dia 1º de fevereiro de 2026, salvo nova disposição em contrário.

Art. 4º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná em 17 de dezembro de 2025.

MARCOS RAVANELI
Presidente

Publicado por:
Junior Henrique Formaio
Código Identificador:44EC8AEC

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA
PORTARIA Nº 052/2025

PORTARIA Nº 052/2025

SÚMULA: - Autoriza o pagamento de diária ao Agente Político, abaixo especificado, e dá outras providências.

MARCOS RAVANELI, Presidente da Câmara de Vereadores de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º - Autoriza o pagamento de diária ao agente político abaixo especificado:

Nome	Cargo	Requisição
DIEGO ANDERSON PANHO	Vereador	113/2025
Quantidade / dia da diária e valor	**Destino**	**Motivo e local da viagem**
Duas diárias nos dias 18 e 19/12/2025 no valor total de R$ 1.236,00.	CURITIBA - PR	Reuniões no Gabinete do Deputado Estadual Mauro Moraes e no Gabinete do Deputado Estadual Luís Fernando Guerra.

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Salto do Lontra, em 17 de dezembro de 2025.

MARCOS RAVANELI
Presidente

Publicado por:
Junior Henrique Formaio
Código Identificador:FA6B8072

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA
RESOLUÇÃO N. º 031/2025

RESOLUÇÃO N. º 031/2025

SÚMULA: Restabelece as férias regulares da servidora do Legislativo Municipal abaixo especificada, e dá outras providências.

MARCOS RAVANELI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei:
RESOLVE

Art. 1º - Restabelecer, conforme consta na Resolução nº 028/2025, 15 (quinze) dias de férias regulares a partir do dia 22 de dezembro de 2025, da servidora do Legislativo Municipal Andreia Koerig, portadora da matrícula n° 710/1, admitida em 02 de janeiro de 2012, ocupante do Cargo de Procuradora Jurídica, do quadro efetivo de pessoal do Legislativo Municipal, referentes ao período aquisitivo de 2023 - 2024, restando 09 (nove) dias para serem usufruídos oportunamente.
Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Salto do Lontra, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

MARCOS RAVANELI
Presidente

Publicado por:
Junior Henrique Formaio
Código Identificador:BCF1736C

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA
RESOLUÇÃO N. º 032/2025

RESOLUÇÃO N. º 032/2025

SÚMULA: Restabelece as férias regulares da servidora do Legislativo Municipal abaixo especificada, e dá outras providências.

MARCOS RAVANELI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei:
RESOLVE

Art. 1º - Restabelecer, conforme consta na Resolução nº 017/2025, 07 (sete) dias de férias regulares a partir do dia 22 de dezembro de 2025, da servidora do Legislativo Municipal Fabiana Simões Pires, portadora da matrícula n° 663/1, admitida em 10 de outubro de 2023, ocupante do Cargo de Assessora do Presidente, do quadro comissionado de pessoal do Legislativo Municipal, referentes ao período aquisitivo de 2023-2024.
Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Salto do Lontra, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

MARCOS RAVANELI
Presidente

Publicado por:
Junior Henrique Formaio
Código Identificador:615B5131

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 14/2025 COMPRASNET 90.014 PROCESSO 184/2025

O MUNICÍPIO DE SALTO DO LONTRA, ESTADO DO PARANÁ, torna público que fará realizar, às **9:00 horas do dia 14 de Janeiro de 2026**, nas dependências da Prefeitura Municipal, sita a Rua Prefeito Neuri Baú, 975 em Salto do Lontra, Paraná, Brasil, **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA** para Contratação de empresa para pavimentação em Concreto localizado ao acesso a orla do Saltão no Município de Salto do Lontra totalizando área pavimentada de 4.651,44 m² de capa em concreto conforme projeto e com recursos do Contrato de Repasse nº 964555/2024/MTUR/CAIXA, no valor máximo de R$ 2.722.615,37 (dois milhões, setecentos e vinte e dois mil, seiscentos e quinze reais e trinta e sete centavos). Critério de Julgamento: Menor Preço global. Abertura das propostas e recebimentos dos lances: a partir das 09:00 horas do dia 14 de janeiro de 2026, no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br. A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados no endereço acima indicado no horário comercial, pelo site www.saltodolontra.pr.gov.br ou através do site**:** https://www.gov.br/compras/pt-br, a partir do dia 17 de dezembro de 2025. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação no endereço acima mencionado ou pelo e-mail licitacaosaltodolontra@gmail.com.

Salto do Lontra, 17 de dezembro de 2025.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:288EC611

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 15/2025 COMPRASNET 90.015 PROCESSO 185/2025

O MUNICÍPIO DE SALTO DO LONTRA, ESTADO DO PARANÁ, torna público que fará realizar, às **09:00 horas do dia 15 de Janeiro de 2026**, nas dependências da Prefeitura Municipal, sita a Rua Prefeito Neuri Baú, 975 em Salto do Lontra, Paraná, Brasil, **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA** para Contratação de empresa execução de obra de infraestrutura incluindo o Centro de Eventos, Choupana, Contenção, Deck, Quiosque e Vestiários, na orla do Saltão, no município de Salto do Lontra-PR, conforme projeto e com recursos do Contrato de Repasse nº 955054/2023/MTUR/CAIXA, no valor máximo de R$ 5.449.964,16 (cinco milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, novecentos e sessenta e quatro reais e dezesseis centavos). Critério de Julgamento: Menor Preço global. Abertura das propostas e recebimentos dos lances: a partir das 09:00 horas do dia 15 de janeiro de 2026, no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br. A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados no endereço acima indicado no horário comercial, pelo site www.saltodolontra.pr.gov.br ou através do site**:** https://www.gov.br/compras/pt-br, a partir do dia 17 de dezembro de 2025. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação no endereço acima mencionado ou pelo e-mail licitacaosaltodolontra@gmail.com.

Salto do Lontra, 17 de dezembro de 2025.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:8922DD9A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 16/2025 COMPRASNET 90.016 PROCESSO 186/2025

O MUNICÍPIO DE SALTO DO LONTRA, ESTADO DO PARANÁ, torna público que fará realizar, às **9:00 horas do dia 16 de janeiro de 2026**, nas dependências da Prefeitura Municipal, sita a Rua Prefeito Neuri Baú, 975 em Salto do Lontra, Paraná, Brasil, **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA** para Contratação de empresa especializada para construção de ponte de concreto armado sobre o rio Cotegipe no acesso ao Saltão, conforme projetos e com recursos do Contrato de Repasse nº 955054/2023/MTUR/ CAIXA , no valor máximo de R$ 1.169.737,08 (um milhão, cento e sessenta e nove mil, setecentos e trinta e sete reais com oito centavos). Critério de Julgamento: Menor Preço global. Abertura das propostas e recebimentos dos lances: a partir das 09:00 horas do dia 16 de janeiro de 2026, no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br. A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados no endereço acima indicado no horário comercial, pelo site www.saltodolontra.pr.gov.br ou através do site**:** https://www.gov.br/compras/pt-br, a partir do dia 17 de dezembro de 2025. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação no endereço acima mencionado ou pelo e-mail licitacaosaltodolontra@gmail.com.

Salto do Lontra, 17 de dezembro de 2025.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:E1E7380B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 8/2025

OBJETO:	Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar para atender a demanda da secretaria municipal de educação esporte e cultura
CONTRATADO:	ADEMIR FOGASSA ALVES
CNPJ:	58.240.960/0001-09
VALOR:	40.135,00
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Quarta-Feira, 17 de dezembro de 2025

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:BC34886F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 88/2021

OBJETO:	Contratação empresa para prestação de serviço de publicações de atos oficiais do poder executivo do Município de Salto do Lontra, Estado do Paraná, com no mínimo 5 (cinco) edições semanais

CONTRATADO:	EDITORA JORNAL DE BELTRÃO S/A

CNPJ:	95.420.188/0001-33

VALOR:	152.950,00

VIGÊNCIA:	17/12/26

FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Quarta-Feira, 17 de dezembro de 2025

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:22796628

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 11/2023

OBJETO:	Contratação de empresa para fornecimento de gás liquefeito de petróleo acondicionado em botijas de 05 kg, 13kg e 45kg em atendimentos as secretaria e departamento do Município de Salto do Lontra/PR

CONTRATADO:	ZUCUNELLI DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA-ME

CNPJ:	17.663.985/0001-38

VIGÊNCIA:	17/12/26

FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Quarta-Feira, 17 de dezembro de 2025

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:7DA613FA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 13/2025 COMPRAS.GOV Nº 90013/2025
republicação.
O municipio de Salto do Lontra Estado do Paraná torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 13 de janeiro do ano de 2026, na plataforma https://www.gov.br/compras/pt-br, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Linha São Roque	Pavimentação de Estrada Rural em CBUQ	33.089,85 m²	180 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Salto do Lontra e na plataforma https://www.gov.br/compras/pt-br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.
Salto do Lontra/PR, 17 de dezembro de 2025.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:D324E1C9

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
PORTARIA COMISSÃO DE ANÁLISE E SELEÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DE PROGRAMA HABITACIONAL

PORTARIA Nº 1126 , DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a designação da Comissão Municipal de Análise e Seleção de Beneficiários do Programa Habitacional – FNHIS Sub-50.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Edital de Chamamento Público nº 001/2025, que regulamenta o processo de inscrição, análise e seleção de beneficiários do Programa Habitacional – FNHIS Sub-50;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a **Comissão Municipal de Análise e Seleção de Beneficiários**, com a finalidade de conduzir as etapas de análise documental, verificação de requisitos, realização de visitas domiciliares se necessário, aplicação dos critérios de pontuação, elaboração das listas de classificação e julgamento de recursos, no âmbito do **Programa Habitacional – FNHIS Sub-50**, regulamentado pelo Edital de Chamamento Público nº 001/2025, composta pelos seguintes membros:
I — Márcia Franz Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania – Titular;

II – Gessi Lini – Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania– Suplente;

III — Marlei Dolinski - Representante da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento – Titular;

IV — Gicionei de Carvalho Freitas - Representante da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento – Suplente;

V – Roberto Carlos Lucieto – Representante do Conselho Municipal de Habitação – Titular;

VI –Cleimar Moravski – Representante do Conselho Municipal de Habitação – Suplente;

VII — Bruna Manfredini Massotti - Representante da Secretaria Municipal de Saúde – Titular;

VIII — Géssica Cristina Gonçalves - Representante da Secretaria Municipal de Saúde – Suplente;

IX – Jeniffer Aparecida Dias – Profissional da área técnica (Assistente Social ou Psicólogo) – Titular;
X – Camila de Goes Bonin – Profissional da área técnica (Assistente Social ou Psicólogo) – Suplente;

XI – Flávia Marques– Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Titular;

XII –- Eliza Maria Veroneze - Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Suplente;

Art. 2º Compete à Comissão:
I – analisar a documentação apresentada pelos candidatos;
II – verificar o cumprimento dos requisitos previstos no Edital;
III – realizar visitas domiciliares;
IV – aplicar os critérios de pontuação;
V – elaborar listas de classificação;
VI – julgar recursos administrativos;
VII – elaborar e encaminhar relatórios ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º Os membros da Comissão atuarão com imparcialidade e isenção, devendo declarar-se impedidos em caso de parentesco, vínculo funcional, contratual ou interesse direto com qualquer candidato.

Art. 4º As atividades desenvolvidas pelos membros da Comissão revestem-se de caráter honorífico e constituem serviço público relevante, não gerando direito a remuneração adicional.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 17 de dezembro de 2025.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal
Salto do Lontra - PR

Publicado por:
Márcia Franz
Código Identificador:EFE2BE74

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 120/2025

A Prefeitura Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, situada na Rua Alcides Prudente Pavan, 130, Centro, Santa Amélia-PR, CNPJ sob nº 76.235.746/0001-46 RESOLVE registrar os preços para futuras e eventuais aquisições dos itens vencidos pela empresa W M CARLI PROJETOS DE ILUMINAÇÃO LTDA, CNPJ: 31.802.330/0001-24, no Pregão nº 36/2025
OBJETO:banheiro químico, tendas, camarim, cadeiras de plástico,mesas
VALOR REGISTRADO: 1.516.445,00 (Um Milhão, Quinhentos e Dezesseis Mil, Quatrocentos e Quarenta e Cinco Reais)
DATA DO REGISTRO:16/12/2025
VALIDADE: 15/12/2026

Registro de Preço de Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de banheiro químico convencional e adaptado, tendas, camarim, cadeiras de plástico, mesas, grades de isolamento (gradil), arquibancadas, palco, som e iluminação, incluso montagem, desmontagem e manutenção, limpeza, serviço de mídia e segurança.

Assinaram as duas partes

Informações adicionais e complementares acesse:

www.santaamelia.pr.gov.br

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:1EA22461

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 121/2025

A Prefeitura Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, situada na Rua Alcides Prudente Pavan, 130, Centro, Santa Amélia-PR, CNPJ sob nº 76.235.746/0001-46 RESOLVE registrar os preços para futuras e eventuais aquisições dos itens vencidos pela empresa AUGUSTO & AUGUSTO MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, CNPJ: 10.663.692/0001-01, no Pregão nº 36/2025
OBJETO:banheiro químico, tendas, camarim, cadeiras de plástico,mesas
VALOR REGISTRADO: 46.699,98 (Quarenta e Seis Mil, Seiscentos e Noventa e Nove Reais e Noventa e Oito Centavos)
DATA DO REGISTRO:16/12/2025
VALIDADE: 15/12/2026

Registro de Preço de Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de banheiro químico convencional e adaptado, tendas, camarim, cadeiras de plástico, mesas, grades de isolamento (gradil), arquibancadas, palco, som e iluminação, incluso montagem, desmontagem e manutenção, limpeza, serviço de mídia e segurança

Assinaram as duas partes

Informações adicionais e complementares acesse:

www.santaamelia.pr.gov.br

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:6C5C8D4D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 122/2025

A Prefeitura Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, situada na Rua Alcides Prudente Pavan, 130, Centro, Santa Amélia-PR, CNPJ sob nº 76.235.746/0001-46 RESOLVE registrar os preços para futuras e eventuais aquisições dos itens vencidos pela empresa ARIANE LUIZ DA SILVA LTDA, CNPJ: 54.767.838/0001-34, no Pregão nº 36/2025
OBJETO:banheiro químico, tendas, camarim, cadeiras de plástico,mesas
VALOR REGISTRADO: 72.894,50 (Setenta e Dois Mil, Oitocentos e Noventa e Quatro Reais e Cinqüenta Centavos)
DATA DO REGISTRO:16/12/2025
VALIDADE: 15/12/2026

Registro de Preço de Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de banheiro químico convencional e adaptado, tendas, camarim, cadeiras de plástico, mesas, grades de isolamento (gradil), arquibancadas, palco, som e iluminação, incluso montagem, desmontagem e manutenção, limpeza, serviço de mídia e segurança

Assinaram as duas partes

Informações adicionais e complementares acesse:

www.santaamelia.pr.gov.br

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:AF3015A2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 123/2025

A Prefeitura Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, situada na Rua Alcides Prudente Pavan, 130, Centro, Santa Amélia-PR, CNPJ sob nº 76.235.746/0001-46 RESOLVE registrar os preços para futuras e eventuais aquisições dos itens vencidos pela empresa SEVEN ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA, CNPJ: 40.099.791/0001-73, no Pregão nº 36/2025
OBJETO:banheiro químico, tendas, camarim, cadeiras de plástico,mesas
VALOR REGISTRADO: 10.800,00 (Dez Mil e Oitocentos Reais)
DATA DO REGISTRO:16/12/2025
VALIDADE: 15/12/2026

Registro de Preço de Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de banheiro químico convencional e adaptado, tendas, camarim, cadeiras de plástico, mesas, grades de isolamento (gradil), arquibancadas, palco, som e iluminação, incluso montagem, desmontagem e manutenção, limpeza, serviço de mídia e segurança

Assinaram as duas partes

Informações adicionais e complementares acesse:

www.santaamelia.pr.gov.br

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:2FA72C4D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 124/2025

A Prefeitura Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, situada na Rua Alcides Prudente Pavan, 130, Centro, Santa Amélia-PR, CNPJ sob nº 76.235.746/0001-46 RESOLVE registrar os preços para futuras

e eventuais aquisições dos itens vencidos pela empresa MARIA EDUARDA LEAL NUNES TIDRE 12239081945, CNPJ: 48.691.747/0001-60, no Pregão nº 36/2025
OBJETO:banheiro químico, tendas, camarim, cadeiras de plástico,mesas
VALOR REGISTRADO: 100.000,00 (Cem Mil Reais)
DATA DO REGISTRO:16/12/2025
VALIDADE: 15/12/2026

Registro de Preço de Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de banheiro químico convencional e adaptado, tendas, camarim, cadeiras de plástico, mesas, grades de isolamento (gradil), arquibancadas, palco, som e iluminação, incluso montagem, desmontagem e manutenção, limpeza, serviço de mídia e segurança

Assinaram as duas partes

Informações adicionais e complementares acesse:

www.santaamelia.pr.gov.br

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:674C70C7

GABINETE DO PREFEITO
CONCURSO PÚBLICO 001/2025 EDITAL DE PEDIDOS DE DEVOLUÇÃO DA TAXA AUXILIAR ENFERMAGEM PUBLICAÇÃO Nº 007/2025

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA AMÉLIA, **ESTADO DO PARANÁ**, por intermédio do Prefeito Municipal, torna público aos interessados o Edital com Pedido de Devolução da Taxa do Concurso 001/2025

Art. 1º Consta no anexo único deste edital, a lista dos candidatos que solicitaram a devolução da taxa conforme segunda retificação.

Art. 2º Os candidatos que ainda não solicitaram, será prorrogado o prazo até **30 de dezembro de 2025**, do cargo de Auxiliar de Enfermagem, deverão enviar a solicitação para o e-mail contato@institutounifil.com.br, conforme abaixo

ASSUNTO DO E-MAIL: DEVOLUÇÃO DA TAXA SANTA AMÉLIA

TEXTO DO E-MAIL
NOME DO CANDIDATO:
INSCRIÇÃO:
CPF:
DADOS BANCÁRIOS
BANCO:
AGÊNCIA
CONTA:
( ) POUPANÇA ( ) CORRENTE
PIX:

E ANEXAR O COMPROVANTE

Art. 3º A lista com pedido de devolução da taxa será publicada no dia 06 de janeiro de 2026.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Amélia, 18 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO CARLOS TAMAIS
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

CARGO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO
Auxiliar de Enfermagem - Tarde	RAIANE OLIVEIRA DA SILVA	01790397374
Auxiliar de Enfermagem - Tarde	VALQUÍRIA APARECIDA DE ÂNGELO RAMOS	01790397650

Publicado por:
Cleiton Adriano Rosa Machado
Código Identificador:BF34C852

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 158/2025

PORTARIA Nº 158/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, ESTADO DO PARANÁ, CLAUDIO COVRE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

Considerando *a formalização de Termo de Convênio para repasse de recursos financeiros destinados às obras de pavimentação em sextavados das estradas rurais junto a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná (SEAB).*

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor Municipal **PAULO CEZAR SOARES,** portador do CPF: 025.647.099-58, para exercer a função de **Gestor do Convênio junto a SEAB para obras de pavimentação em sextavados das estradas rurais.**

Art. 2º - DESIGNAR o servidor Municipal **JOSÉ APARECIDO DA SILVA,** portador do CPF: 737.678.249-49, para exercer a função de **Fiscal do Convênio junto a SEAB para obras de pavimentação em sextavados das estradas rurais.**

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, 17 de dezembro de 2025.

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:D4E284B2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 041/2025

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
Inexigibilidade de Licitação nº 041/2025

AUTORIZO a contratação direta por *inexigibilidade de licitação*, conforme detalhamento:

CONTRATANTE	**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO** CNPJ nº 75.462.820/0001-02	
CONTRATADO	☐ Pessoa Física	**Nome:** **CPF nº:**
	☒ Pessoa Jurídica	Razão Social: CABALA SOLUÇÕES GOVERNAMENTAIS LTDA CNPJ nº: 39.606.986/0001-83
OBJETO	Adesão a Ata de Registro de Preços nº 049/2025 para Aquisição de 02 (dois) Veículos Tipo Van conforme especificações e condições estabelecidas do processo administrativo nº 08/2025, Pregão Eletrônico nº 90006/2025, firmado pelo PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORTE DO PARANÁ – CISNOP COM A EMPRESA CABALA SOLUÇÕES GOVERNAMENTAIS LTDA, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde de Santa Cruz de Monte Castelo/PR.	
VALOR ESTIMADO	R$ 583.200,00 (quinhentos e oitenta e três mil e duzentos reais).	
FUNDAMENTO	Art. 74, inciso I, da Lei Federal nº14.133/21	

DA DISPENSA	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	**Programática:** 07.001.10.301.0030.1054 - Melhoria da Frota da Saúde. 4.4.90.52.00.00 - Equipamento e Material Permanente. **Fontes:** 31500 - Atenção Básica Estadual 1501 - Receita de Alienação de Ativos 1001 - Recursos Livres

PUBLIQUE-SE o resultado.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 17 de dezembro de 2025.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:CE8AC326

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 214/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 214/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ nº 75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: STONE ASFALTO RÁPIDO LTDA, inscrita no CNPJ nº 60.087.399/0001-11, com sede na Rua Fernando buosi, nº 50, Município de Cedral, Estado de São Paulo.
OBJETO: Adesão à Ata de Registro de Preços do Consórcio Intermunicipal da Área de Proteção Ambiental Federal do Noroeste do Paraná – COMAFEN, decorrente do Pregão Eletrônico nº 04/2025, para fornecimento parcelado de Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ) para aplicação a frio, acondicionado em sacos de 25 kg, destinado à manutenção de pavimento no sistema tapa-buracos, conforme especificações constantes na Ata de Registro de Preços.
VALOR TOTAL: R$ 53.504,00 (Cinquenta e três mil e quinhentos e quatro reais.)
CLAUSULA DE PRORROGAGAO: sim
DEMAIS CONDICOES: Condições estabelecidas no Processo Administrativo n.°163/2025. Inexigibilidade n° 040/2025.
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR. 17 de dezembro de 2025.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:8BD77CAF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 2671-2025 FÉRIAS MARCELA APARECIDA HENRIQUE

PORTARIA N.º 2671/2025

Súmula: Concede Férias a Servidora Sra. MARCELA APARECIDA HENRIQUE, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1.º - Conceder a servidora **Sra. MARCELA APARECIDA HENRIQUE,** matricula 1323, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar De Serviços Gerais Feminino, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 03/06/2024 à 02/06/2025, a partir de 10/12/2025, devendo a mesma retornar as atividades em 09/01/2026.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 10/12/2025, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 17 dias de dezembro de 2025.

Registre-se

Publique-se

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:8A6DB790

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 2672-2025 FÉRIAS JOAO ROBERTO SARTORIO

PORTARIA N.º 2672/2025

Súmula: Concede Férias ao Servidor Sr. JOAO ROBERTO SARTORIO, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1.º - Conceder ao servidor **Sr. JOAO ROBERTO SARTORIO,** matricula 1080, ocupante do Cargo Efetivo de Agente Sanitário, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 03/04/2020 à 02/04/2021, a partir de 17/12/2025, devendo o mesmo retornar as atividades em 16/01/2026.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 17/12/2025, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 17 dias de dezembro de 2025.

Registre-se

Publique-se

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:978C87CB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 2673-2025 FÉRIAS KARLA MICHELE FAVONI VIEGA

PORTARIA N.º 2673/2025

Súmula: Concede Férias a Servidora Sra. KARLA MICHELE FAVONI VIEGA, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1.º - Conceder a servidora **Sra. KARLA MICHELE FAVONI VIEGA,** matricula 942, ocupante do Cargo Efetivo de Agente Comunitário De Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 11/09/2024 à 10/09/2025, a partir de 05/01/2026, devendo a mesma retornar as atividades em 04/02/2026.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 18/12/2025, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 17 dias de dezembro de 2025.

Registre-se

Publique-se

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:5666CAF5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 2674-2025 FÉRIAS APARECIDA REIS DOS SANTOS

PORTARIA N.º 2674/2025

Súmula: Concede Férias a Servidora Sra. APARECIDA REIS DOS SANTOS, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1.º - Conceder a servidora **Sra. APARECIDA REIS DOS SANTOS,** matricula 855, ocupante do Cargo de Agente Comunitário Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 07/04/2024 à 06/04/2025, a partir de 19/01/2026, devendo a mesma retornar as atividades em 18/02/2026.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 18/12/2025, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 17 dias de dezembro de 2025.

Registre-se

Publique-se

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:895963B4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 2675-2025 FÉRIAS ELAINE SIMONE DOS SANTOS CABRAL

PORTARIA N.º 2675/2025

Súmula: Concede Férias a Servidora Sra. ELAINE SIMONE DOS SANTOS CABRAL, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1.º - Conceder a servidora **Sra. ELAINE SIMONE DOS SANTOS CABRAL,** matricula 1049, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar De Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 10/11/2024 à 09/11/2025, a partir de 12/01/2026, devendo a mesma retornar as atividades em 11/02/2026.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 18/12/2025, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 17 dias de dezembro de 2025.

Registre-se

Publique-se

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:4F1F059F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 2676-2025 FÉRIAS MARIA APARECIDA BRAZ DA SILVA

PORTARIA N.º 2676/2025

Súmula: Concede Férias a Servidora Sra. MARIA APARECIDA BRAZ DA SILVA, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1.º - Conceder a servidora **Sra. MARIA APARECIDA BRAZ DA SILVA,** matricula 1006, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar Administrativo De Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 15/04/2024 à 14/04/2025, a partir de 12/01/2026, devendo a mesma retornar as atividades em 11/02/2026.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 18/12/2025, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 17 dias de dezembro de 2025.

Registre-se

Publique-se

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:37830A72

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 2677-2025 FÉRIAS RAFAEL TULIO PIAI

PORTARIA N.º 2677/2025

Súmula: Concede Férias ao Servidor Sr. RAFAEL TULIO PIAI, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1.º - Conceder ao servidor **Sr. RAFAEL TULIO PIAI,** matricula 1135, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Plantonista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 06/08/2022 à 05/08/2023, a partir de 08/12/2025, devendo o mesmo retornar as atividades em 07/01/2026.
Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 08/12/2025, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 17 dias de dezembro de 2025.

Registre-se

Publique-se

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:32CB2B27

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 2678-2025 FÉRIAS SUELI MARIA DOS SANTOS SILVA

PORTARIA N.º 2678/2025

Súmula: Concede Férias a Servidora Sra. SUELI MARIA DOS SANTOS SILVA, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1.º - Conceder a servidora **Sra. SUELI MARIA DOS SANTOS SILVA,** matricula 937, ocupante do Cargo Efetivo de Agente Comunitário De Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 31/08/2024 à 30/08/2025, a partir de 05/01/2026, devendo a mesma retornar as atividades em 04/02/2026.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 18/12/2025, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 17 dias de dezembro de 2025.

Registre-se

Publique-se

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:213D451E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 2679-2025 FÉRIAS ROSANA PEREIRA CORREA

PORTARIA N.º 2679/2025

Súmula: Concede Férias a Servidora Sra. ROSANA PEREIRA CORREA, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1.º - Conceder a servidora **Sra. ROSANA PEREIRA CORREA,** matricula 763, ocupante do Cargo de Agente Comunitário De Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 31/05/2024 à 30/05/2025, a partir de 05/01/2026, devendo a mesma retornar as atividades em 04/02/2026.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 18/12/2025, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 17 dias de dezembro de 2025.

Registre-se

Publique-se

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:448BFB0F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 2680-2025 FÉRIAS VERA LUCIA PASCO

PORTARIA N.º 2680/2025

Súmula: Concede Férias a Servidora Sra. VERA LUCIA PASCO, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1.º - Conceder a servidora **Sra. VERA LUCIA PASCO,** matricula 731, ocupante do Cargo Efetivo de Agente Comunitário De Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 15/05/2024 à 14/05/2025, a partir de 17/12/2025, devendo a mesma retornar as atividades em 16/01/2026.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 17/12/2025, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 17 dias de dezembro de 2025.

Registre-se

Publique-se

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:7E35395E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 2681-2025 FÉRIAS SOLANGE FRANCIELI LAND

PORTARIA N.º 2681/2025

Súmula: Concede Férias a Servidora Sra. SOLANGE FRANCIELI LAND, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1.º - Conceder a servidora **Sra. SOLANGE FRANCIELI LAND,** matricula 1050, ocupante do Cargo Efetivo de Agente Comunitário De Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 10/11/2024 à 09/11/2025, a partir de 19/01/2026, devendo a mesma retornar as atividades em 18/02/2026.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 18/12/2025, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 17 dias de dezembro de 2025.

Registre-se

Publique-se

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:C37B58E5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 2682-2025 FÉRIAS IVONETE FREITAS LEITE

PORTARIA N.º 2682/2025

Súmula: Concede Férias a Servidora Sra. IVONETE FREITAS LEITE, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1.º - Conceder a servidora **Sra. IVONETE FREITAS LEITE,** matricula 887, ocupante do Cargo Efetivo de Enfermeiro Padrão, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 08/08/2022 à 07/08/2023, a partir de 12/01/2026, devendo a mesma retornar as atividades em 11/02/2026.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 18/12/2025, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 17 dias de dezembro de 2025.

Registre-se

Publique-se

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:80C5CFCC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 2683-2025 FÉRIAS BERENICE PEREIRA DE MOURA SILVA

PORTARIA N.º 2683/2025

Súmula: Concede Férias a Servidora Sra. BERENICE PEREIRA DE MOURA SILVA, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1.º - Conceder a servidora **Sra. BERENICE PEREIRA DE MOURA SILVA,** matricula 1341, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar De Serviços Gerais Feminino, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 02/12/2024 à 01/12/2025, a partir de 05/01/2026, devendo a mesma retornar as atividades em 04/02/2026.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 18/12/2025, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 17 dias de dezembro de 2025.

Registre-se

Publique-se

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:1F3664B8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 2684-2025 FÉRIAS ARLINDA DE AMORIM DE AZEVEDO SETUBAL

PORTARIA N.º 2684/2025

Súmula: Concede Férias a Servidora Sra. ARLINDA DE AMORIM DE AZEVEDO SETUBAL, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1.º - Conceder a servidora **Sra. ARLINDA DE AMORIM DE AZEVEDO SETUBAL,** matricula 950, ocupante do Cargo Efetivo de Enfermeiro Padrão, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 30/11/2024 à 29/11/2025, a partir de 06/01/2026, devendo a mesma retornar as atividades em 05/02/2026.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 18/12/2025, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 17 dias de dezembro de 2025.

Registre-se

Publique-se

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:E8D6D7C0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 2685-2025 FÉRIAS ALINE DE OLIVEIRA MARTINS CAMPOS

PORTARIA N.º 2685/2025

Súmula: Concede Férias a Servidora Sra. ALINE DE OLIVEIRA MARTINS CAMPOS, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1.º - Conceder a servidora **Sra. ALINE DE OLIVEIRA MARTINS CAMPOS,** matricula 1160, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar De Serviços Gerais Feminino, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 22/02/2023 à 21/02/2024, a partir de 05/01/2026, devendo a mesma retornar as atividades em 04/02/2026.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 18/12/2025, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 17 dias de dezembro de 2025.

Registre-se

Publique-se

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:3FD0005D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 2686-2025 FÉRIAS JESSICA BONFINI PEREIRA

PORTARIA N.º 2686/2025

Súmula: Concede Férias a Servidora Sra. JESSICA BONFINI PEREIRA, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1.º - Conceder a servidora **Sra. JESSICA BONFINI PEREIRA,** matricula 761, ocupante do Cargo de Agente Comunitário Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 31/05/2023 à 30/05/2024, a partir de 05/01/2026, devendo a mesma retornar as atividades em 04/02/2026.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 18/12/2025, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 17 dias de dezembro de 2025.

Registre-se

Publique-se

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:E13334FC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 2687-2025 FÉRIAS MARIA JOSE DE SOUZA SILVA

PORTARIA N.º 2687/2025

Súmula: Concede Férias a Servidora Sra. MARIA JOSE DE SOUZA SILVA, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1.º - Conceder a servidora **Sra. MARIA JOSE DE SOUZA SILVA,** matricula 987, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar De Serviços Gerais Feminino, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 03/07/2024 à 02/07/2025, a partir de 05/01/2026, devendo a mesma retornar as atividades em 04/02/2026.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 18/12/2025, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 17 dias de dezembro de 2025.

Registre-se

Publique-se

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:84AF43A8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 2688-2025 FÉRIAS LEANDRO ALBUQUERQUE ALEIXO DA SILVA

PORTARIA N.º 2688/2025

Súmula: Concede Férias ao Servidor Sr. LEANDRO ALBUQUERQUE ALEIXO DA SILVA, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1.º - Conceder ao servidor **Sr. LEANDRO ALBUQUERQUE ALEIXO DA SILVA,** matricula 988, ocupante do Cargo Efetivo de Enfermeiro Padrão, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 02/07/2020 à 01/07/2021, a partir de 05/01/2026, devendo o mesmo retornar as atividades em 04/02/2026.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 18/12/2025, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 17 dias de dezembro de 2025.

Registre-se

Publique-se

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:7BFA90F6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 2689-2025 FÉRIAS MARCIA REGINA PIO SANTOS

PORTARIA N.º 2689/2025

Súmula: Concede Férias a Servidora Sra. MARCIA REGINA PIO SANTOS, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1.º - Conceder a servidora **Sra. MARCIA REGINA PIO SANTOS,** matricula 881, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar De Serviços Gerais Feminino, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 31/03/2021 à 30/03/2022, a partir de 22/12/2025, devendo a mesma retornar as atividades em 21/01/2026.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 18/12/2025, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 17 dias de dezembro de 2025.

Registre-se

Publique-se

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:FBA846FF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 2690-2025 FÉRIAS TATIANA CRISTINA BERTA DE MELO

PORTARIA N.º 2690/2025

Súmula: Concede Férias a Servidora Sra. TATIANA CRISTINA BERTA DE MELO, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1.º - Conceder a servidora **Sra. TATIANA CRISTINA BERTA DE MELO,** matricula 639, ocupante do Cargo Efetivo de Cirurgião Dentista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 08/05/2023 à 07/05/2024, a partir de 05/01/2026, devendo a mesma retornar as atividades em 04/02/2026.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 18/12/2025, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 17 dias de dezembro de 2025.

Registre-se

Publique-se

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:165F04F8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 2691-2025 FÉRIAS TATIANA DIONISIO DA ROCHA

PORTARIA N.º 2691/2025

Súmula: Concede Férias a Servidora Sra. TATIANA DIONISIO DA ROCHA, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1.º - Conceder a servidora **Sra. TATIANA DIONISIO DA ROCHA,** matricula 620, ocupante do Cargo de Enfermeiro, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/09/2024 à 31/08/2025, a partir de 15/01/2026, devendo a mesma retornar as atividades em 14/02/2026.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 18/12/2025, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 17 dias de dezembro de 2025.

Registre-se

Publique-se

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:B00AF51B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 2692-2025 FÉRIAS DIRCE MARIA DE MORAES

PORTARIA N.º 2692/2025

Súmula: Concede Férias a Servidora Sra. DIRCE MARIA DE MORAES, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1.º - Conceder a servidora **Sra. DIRCE MARIA DE MORAES,** matricula 1038, ocupante do Cargo Efetivo de Agente Comunitário De Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 06/10/2024 à 05/10/2025, a partir de 05/01/2026, devendo a mesma retornar as atividades em 04/02/2026.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 18/12/2025, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 17 dias de dezembro de 2025.

Registre-se

Publique-se

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:510B156A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 2693-2025 FÉRIAS ALEXANDRA TARIFA DE FREITAS GARCIA

PORTARIA N.º 2693/2025

Súmula: Concede Férias a Servidora Sra. ALEXANDRA TARIFA DE FREITAS GARCIA, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE
Art. 1.º - Conceder a servidora **Sra. ALEXANDRA TARIFA DE FREITAS GARCIA,** matricula 1365, ocupante do Cargo Comissão de Orientador Social, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 16/01/2025 à 15/01/2026, a partir de 18/12/2025, devendo a mesma retornar as atividades em 17/01/2026.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 18/12/2025, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 17 dias de dezembro de 2025.

Registre-se

Publique-se

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:1B3C20E4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 2694-2025 FÉRIAS ALANA CAETANO PRIETO BONI

PORTARIA N.º 2694/2025

Súmula: Concede Férias a Servidora Sra. ALANA CAETANO PRIETO BONI, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1.º - Conceder a servidora **Sra. ALANA CAETANO PRIETO BONI,** matricula 978, ocupante do Cargo Efetivo de Dentista Programa Saúde Bucal, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 07/05/2025 à 06/05/2026, a partir de 05/01/2026, devendo a mesma retornar as atividades em 04/02/2026.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 18/12/2025, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 17 dias de dezembro de 2025.

Registre-se

Publique-se

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:4D91E6E7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 2695-2025 FÉRIAS ANDERSON APARECIDO PAZETO BRANCO

PORTARIA N.º 2695/2025

Súmula: Concede Férias ao Servidor Sr. ANDERSON APARECIDO PAZETO BRANCO, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1.º - Conceder ao servidor **Sr. ANDERSON APARECIDO PAZETO BRANCO,** matricula 1035, ocupante do Cargo Efetivo de Motorista 1, lotado na Secretaria Municipal de Municipal de Educação, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 02/08/2024 à 01/08/2025, a partir de 18/12/2025, devendo o mesmo retornar as atividades em 17/01/2026.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 18/12/2025, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 17 dias de dezembro de 2025.

Registre-se

Publique-se

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:61ABA182

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 2696-2025 FÉRIAS CLEITON MACEDO BASTOS

PORTARIA N.º 2696/2025

Súmula: Concede Férias ao Servidor Sr. CLEITON MACEDO BASTOS, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1.º - Conceder ao servidor **Sr. CLEITON MACEDO BASTOS,** matricula 1138, ocupante do Cargo Efetivo de Motorista 1, lotado na Secretaria Municipal de Municipal de Educação, férias

regulamentares de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/08/2023 à 31/07/2024, a partir de 18/12/2025, devendo o mesmo retornar as atividades em 17/01/2026.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 18/12/2025, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 17 dias de dezembro de 2025.

Registre-se

Publique-se

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:A102BFFF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 2697-2025 FÉRIAS DAVID PINHEIRO DOS SANTOS

PORTARIA N.º 2697/2025

Súmula: Concede Férias ao Servidor Sr. DAVID PINHEIRO DOS SANTOS, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1.º - Conceder ao servidor **Sr. DAVID PINHEIRO DOS SANTOS,** matricula 883, ocupante do Cargo Efetivo de Motorista 1, lotado na Secretaria Municipal de Municipal de Educação, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 05/07/2024 à 04/07/2025, a partir de 18/12/2025, devendo o mesmo retornar as atividades em 17/01/2026.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 18/12/2025, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 17 dias de dezembro de 2025.

Registre-se

Publique-se

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:615E038B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 2698-2025 FÉRIAS PAULO BRAZ DE ALMEIDA

PORTARIA N.º 2698/2025

Súmula: Concede Férias ao Servidor Sr. PAULO BRAZ DE ALMEIDA, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1.º - Conceder ao servidor **Sr. PAULO BRAZ DE ALMEIDA,** matricula 756, ocupante do Cargo Efetivo de Motorista 1, lotado na Secretaria Municipal de Municipal de Educação, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 04/12/2024 à 03/12/2025, a partir de 18/12/2025, devendo o mesmo retornar as atividades em 17/01/2026.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 18/12/2025, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 17 dias de dezembro de 2025.

Registre-se

Publique-se

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:191913AD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 040/2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 040/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 163/2025

Eu **Willian Cezar Viega**, Prefeito do município de Santa Cruz do Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, e de conformidade com o dispositivo na Lei Federal n° 14.133/21,

TORNO PÚBLICO
Para conhecimento de todos interessados que foi **AJUDICADA** e **HOMOLOGADA** a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 040/2025, com fundamento no Art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº14.133/21, nos seguintes termos:

OBJETO: Adesão à Ata de Registro de Preços do Consórcio Intermunicipal da Área de Proteção Ambiental Federal do Noroeste do Paraná – COMAFEN, decorrente do Pregão Eletrônico nº 04/2025, para fornecimento parcelado de Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ) para aplicação a frio, acondicionado em sacos de 25 kg, destinado à manutenção de pavimento no sistema tapa-buracos, conforme especificações constantes na Ata de Registro de Preços.

CONTRATADA:STONE ASFALTO RÁPIDO LTDA, inscrita no CNPJ nº 60.087.399/0001-11, com sede na Rua Fernando buosi, nº 50, Município de Cedral, Estado de São Paulo.

Item	Especificação	Unid.	Qtd.	Valor Unit.	Valor Total
01	Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ) para aplicação à frio, usinado com temperatura aproximada de 120º C, preparado com agregados pétreos CAP 50/70, teor de betume, mínimo, entre 5,3% à 6,2%, modificado por polímero, pó de borracha, com processo de mistura nãoemulsionados com no mínimo 25% de aditivo retardador de cura para aplicação a frio, com granulometria não inferior a 97% na peneira 3/8, acondicionados em sacos de 25 quilos resistentes ao armazenamento/ estocagem mínima de 12 meses	UNID	2.560,00	R$ 20,90	R$ 53.504,00

A empresa vencedora fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no contrato que será celebrado entre as partes, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados no edital e seus anexos.

Santa Cruz do Monte Castelo/PR, 17 de dezembro de 2025.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:FC253C0A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 041/2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 041/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 167/2025
Eu Willian Cezar Viega, Prefeito da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, e de conformidade com o dispositivo na Lei Federal n° 14.133/21,
TORNO PÚBLICO
Para conhecimento de todos interessados que foi **AJUDICADA** e **HOMOLOGADA** a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 041/2025, com fundamento no Art. 74, inciso I, da Lei Federal nº14.133/21, nos seguintes termos:
OBJETO: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2025 PARA AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS AUTOMOTORES TIPO VAN CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2025, PREGÃO ELETRÔNICO N° 90006/2025, FIRMADO PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORTE DO PARANÁ – CISNOP COM A EMPRESA CABALA SOLUÇÕES GOVERNAMENTAIS LTDA, em atendimento à Secretária Municipal de Saúde de Santa Cruz de Monte Castelo/PR.

CONTRATADA: CABALA SOLUÇÕES GOVERNAMENTAIS LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 39.606.986/0001-83, sediada na Rua Piauí, 200, Cavalieri, Vila Velha, Estado do Espírito Santo, doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por Juliana Queiroz Sturzeneker Rosa, sócia-administrador.

VALOR TOTAL: R$ 583.200,00 (quinhentos e oitenta e três mil e duzentos reais).

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 17 de dezembro de 2025.

WILLIAN CEZAR VEIGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:E50EBD03

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 149/2024 - PMSF

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
CONTRATADO: HERNANDES & CIA. LTDA. - ME.
RESUMO DO OBJETO: a aquisição de material escolar e de expediente para os diversos setores da Administração Pública Municipal.
OBJETIVO DO ADITIVO: promover o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre a quantidade dos itens 104, 112, 124, 138, 146, 189, 190, 194, 195, 199, 203, 205, 206, 213, 218, 220, 224, 236, 249 e 285 dos objetos contratados.
VALOR DO ADITIVO: R$ 11.798,43 (onze mil, setecentos e noventa e oito reais e quarenta e três centavos).
DATA DA ASSINATURA: 11 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:5634167D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 150/2024 - PMSF

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
CONTRATADO: JG MOBILIARIOS LTDA.
RESUMO DO OBJETO: a aquisição de material escolar e de expediente para os diversos setores da Administração Pública Municipal.
OBJETIVO DO ADITIVO: promover o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre a quantidade dos itens 17, 94, 109, 110, 125, 133, 135, 136, 137, 143, 145, 164, 185, 254, 258, 259 e 266 dos objetos contratados.
VALOR DO ADITIVO: R$ 10.409,33 (dez mil, quatrocentos e nove reais e trinta e três centavos).
DATA DA ASSINATURA: 11 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:7EFF1F42

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA FÉ

RESOLUÇÃO Nº 16, de 17 de Dezembro de 2025, do Conselho Municipal de Saúde do Município de Santa Fé.

Delibera a aprovação "Ad Referendum" a aquisição de bens para o Transporte Sanitário nos Municípios, no programa de qualificação de Atenção Primária à Saúde, na modalidade fundo a fundo, nos termos da resolução SESA 1.945/2025.

O Pleno do **Conselho Municipal de Saúde de Santa Fé**, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, regulamentada pelo Decreto 7.509 de 2011, pela Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal nº 2,086 de 12 de Junho de 2019 que altera a Lei Municipal de nº 1.733 de 30 de Agosto de 2013;
Resolve:
Art. 1º - Aprovar "Ad Referendum" a aquisição de bens para o Transporte Sanitário no Município, no programa de qualificação de Atenção Primária à Saúde, na modalidade fundo a fundo, nos termos da resolução SESA 1.945/2025. Sendo 01 (uma) Van para transporte sanitário eletivo de pacientes no valor de R$220.000,00 (Duzentos e vinte mil reais) para o Município de Santa Fé.

Santa Fé, 17 de Dezembro 2025.

INÊS MALAVAZI LOPES
Presidente do Conselho MunicipalDe Saúde

MARCELO CANDIDO
Secretário de Saúde

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:347E1E74

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 15.677 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.
DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DE FAMÍLIAS PARA ANÁLISE DAS INSCRIÇÕES, CLASSIFICAÇÃO, RECURSOS E DEMAIS PROCEDIMENTOS PREVISTOS NO EDITAL DE SELEÇÃO DE FAMÍLIAS Nº 01/2025, REFERENTE AO PR

PORTARIA Nº 15.677 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a instituição da Comissão de Seleção de Famílias para análise das inscrições, classificação, recursos e demais procedimentos previstos no Edital de Seleção de Famílias nº 01/2025, referente ao Programa Minha Casa, Minha Vida – FNHIS Sub 50, no Município de Santa Izabel do Oeste – PR.

O Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, o Senhor JEAN PIERR CATTO, no uso de suas atribuições legais, especialmente as conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela legislação federal e municipal aplicável à Política de Habitação de Interesse Social,
CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que institui o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS;
CONSIDERANDO as normas do Programa Minha Casa, Minha Vida – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – MCMV FNHIS Sub 50;
CONSIDERANDO o Edital de Seleção de Famílias nº 01/2025, já publicado, que em seu item 5.1 prevê que a seleção das famílias será conduzida por Comissão de Seleção de Famílias instituída por ato do Prefeito Municipal, composta por pelo menos 1 (um) representante de cada um dos setores ali indicados;
RESOLVE:
Art. 1º Fica instituída a COMISSÃO DE SELEÇÃO DE FAMÍLIAS, responsável pela análise das inscrições, conferência de documentos, aplicação dos critérios de pontuação, classificação, análise de impugnações e recursos e demais atos necessários à execução do Edital de Seleção de Famílias nº 01/2025, referente ao Programa Minha Casa, Minha Vida – FNHIS Sub 50, no Município de Santa Izabel do Oeste – PR.
Art. 2º A Comissão de Seleção de Famílias será composta por, no mínimo, 1 (um) representante de cada um dos seguintes órgãos/instâncias, nos termos do item 5.1 do Edital nº 01/2025:
Representando a Secretaria Municipal de Assistência Social Juliane S. Quoss;
Representando o Conselho Gestor de Habitação do Município Marcio de Matos;
Representando o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS Deborah A. Girotto;
Representando a Defesa Civil Municipal Elis P. S. da Silva;
Representando o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Lucielle Honesko;
Representando a Proteção Social Especial de média e alta complexidade Danieli C. Lotici;
Representando o Cadastro Único Silviani A. R. D. Lazarotto;
Parágrafo único. Poderão ser designados(as), por ato complementar da Secretaria Municipal de Assistência Social, servidores(as) de apoio administrativo, sem direito a voto, para auxiliar a Comissão nos trabalhos de conferência documental, organização de arquivos, elaboração de planilhas e registros em ata.
Art. 3º Compete à Comissão de Seleção de Famílias:
I – receber e analisar as inscrições protocoladas no prazo estabelecido no Edital nº 01/2025;
II – conferir a documentação apresentada, verificando a conformidade com as exigências do edital;
III – proceder à análise dos critérios de elegibilidade e das vedações previstas na legislação do Programa Minha Casa, Minha Vida – FNHIS Sub 50 e no Edital nº 01/2025;
IV – aplicar a Tabela de Pontuação e os critérios de desempate constantes do Anexo II do edital, elaborando a classificação preliminar das famílias inscritas (titulares e cadastro de reserva);
V – analisar as impugnações ao edital e os recursos apresentados pelas famílias contra o resultado preliminar, proferindo decisão fundamentada, nos prazos previstos;
VI – elaborar a lista final de famílias selecionadas, definindo titulares e cadastro de reserva, para homologação pelas instâncias competentes;
VII – lavrar atas de todas as reuniões e deliberações, mantendo registro organizado e atualizado de todos os atos praticados.
Art. 4º A Comissão de Seleção de Famílias deverá observar, em todos os seus atos, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência, isonomia e controle social.
Art. 5º A participação na Comissão de Seleção de Famílias será considerada serviço público relevante, não gerando, por si só, qualquer tipo de remuneração adicional, gratificação ou vantagem pecuniária, salvo se houver previsão específica em legislação ou ato próprio.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal, Santa Izabel do Oeste, 17 de dezembro de 2025.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Simone Kindzerski Pchebichewski
Código Identificador:C0A9CBBB

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
ATA DE SESSÃO PUBLICA SANTA IZABEL DO OESTE

ATA DE SESSÃO PÚBLICA Nº 32/2025
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 11/2025

OBJETO: Credenciamento, para prestação de serviço de Cuidador Social de crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, adultos com limitações motoras e/ou outras que acarretem dificuldades de caráter permanente ou temporário no autocuidado, e idosos em acolhimento institucional, hospitalar ou domiciliar, em caráter excepcional, emergencial e eventual, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, com recursos próprios, estaduais e federais.

Aos decimo sétimo dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, reuniram-se a Presidente da Comissão Permanente de Licitação, Senhora Clenir Teixeira, e os membros, Senhores Claudinete Fátima Luquini e Jiencris Danieli Robe Falk e Ramaeli Leceux, designados pela Portaria 15.382, de 06 de maio de 2025, para os procedimentos inerentes à presente sessão. O Aviso de Licitação do presente procedimento licitatório foi devidamente publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 09 de dezembro de 2025, no Diário Oficial do Paraná no dia 10 de dezembro de 2025, Diário Oficial da União no dia 11 de dezembro de 2025 e no Jornal Novo Tempo no dia 11 de dezembro de 2025.

A Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, conforme Portaria 15.382, de 06 de maio de 2025, analisou a documentação das proponentes, conforme descrito a seguir:

CREDENCIADO 01

01 - Dados do Fornecedor
Nome: NADIR LORENZI MORENO
CPF: 270.063.808-55
Endereço: Rua Cinamomo, nº 09
Bairro: São José Operário Cep: 85.650-000
Cidade: Santa Izabel do Oeste UF: PR

Na sequência do certame licitatório, foi solicitado da Proponente, em conformidade com o constante acima, conforme critérios estabelecidos no Edital, para apresentar o envelope contendo os documentos de habilitação, constatando-se que apresentou todos os documentos solicitados em consonância com o estabelecido no Edital deste procedimento licitatório e, por consequência, foram consideradas:

A NADIR LORENZI MORENO, foi HABILITADA para os Itens 01 e 02.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos presentes.

CLENIR TEIXEIRA
Presidente da CPL

RAMAELI LECEUX
Membro da CPL

CLAUDINETE FATIMA LUQUINI
Membro da CPL

JIENCRIS DANIELI ROBE FALK
Membro da CPL

Publicado por:
Tiago José Giordani
Código Identificador:40E88A15

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
CONCEDE, A SERVIDORA ROSANE MALACARNE, A PRORROGAÇÃO DE LICENÇA À GESTANTE.

PORTARIA Nº 15.678
Data: 18/12/2025

Concede, a servidora ROSANE MALACARNE, a prorrogação de Licença à Gestante.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base no inciso II, Art. 88 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o requerimento protocolado sob o nº 0372/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Prorrogação da Licença à Gestante, nos termos da Lei nº 1.561, de 17 de março de 2014 e art. 146 da Lei Complementar nº 24, de 19 de dezembro de 2022, a servidora pública municipal relacionada a seguir:

SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		
NOME	**Nº CPF**	**PERÍODO**
ROSANE MALACARNE	061.***.***-46	18/12/2025 a 15/02/2026

Art. 2º - Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 18 de dezembro de 2025.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:94A70F61

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO N° 546/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 546/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 19/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 136/2025
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e **SANTO PET LTDA**
OBJETO: Credenciamento de clínicas veterinárias especializadas para realização de procedimentos cirúrgicos, aplicação de medicamentos e vacinas para atender às necessidades do Município de Santa Izabel do Oeste/PR e no atendimento de cães e gatos acolhidos por ONG e/ou associações sem fins lucrativos, para um período de 12 (doze) meses, com Recursos Próprios.
VIGÊNCIA: 10/12/2026.
VALOR TOTAL: R$ 854.709,10 (oitocentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e nove reais e dez centavos)
DATA: 10/12/2025.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:BD181379

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO N° 550/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 550/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 68/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 134/2025
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e **SOUL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA**
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos
para uso no Viveiro Municipal destinados a atender às necessidades da secretaria municipal de Meio Ambiente de Santa Izabel do Oeste/PR, por um período de 12 (doze) meses, com Recursos Próprios, Estaduais e Federais.
VIGÊNCIA: 11/12/2026.
VALOR TOTAL: R$ 579,80 (quinhentos e setenta e nove reais e oitenta centavos)
DATA: 11/12/2025.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:AD3835C2

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO DE REEQUILIBRIO ECONÔMICO – FINANCEIRO N° 204/2025

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO:
TERMO ADITIVO DE REEQUILIBRIO ECONÔMICO – FINANCEIRO N° 204/2025 AO CONTRATO Nº 343/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2025
PROCESSO LICITATÓRIO N° 65/2025
PARTES: MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE E SUPERMERCADO MENUSSI SANTA IZABEL LTDA
OBJETO: Reequilíbrio Econômico – Financeiro.
DATA:17/12/2025.

Publicado por:
Kamilly Dalletezze Pompermaier
Código Identificador:9866F1EC

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA 42

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 42/2025

OBJETO: Dispensa emergencial de licitação, de empresa especializada para a prestação de serviços de vigia/porteiro nas unidades, setores e prédios vinculados à Administração Pública Municipal.

DADOS DA EMPRESA:
GRUPO TATICO OPERACIONAL MONITORAMENTO 24 HORAS LTDA
CNPJ 33.597.354/0001-14
R JEQUITIBA, S/N, INDUSTRIAL
SANTA IZABEL DO OESTE – PR
85.650-000

VALOR TOTAL: R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

DOTAÇAO ORÇAMENTARIA:
Ref. Dotação Órgão/
Unidade Funcional Programática Elemento de Despesa Fonte
27 03.001 4.122.0002.2.004 3.3.3.90.39.77.99 00000
87 05.001 26.782.0003.2.007 3.3.3.90.39.77.99 00000
400 08.001 27.812.0008.2.031 3.3.3.90.39.77.99 00000
456 09.002 10.301.0024.2.110 3.3.3.90.39.77.02 00303

Origem dos Recurso Financeiros:
00000 - Recursos Ordinários (Livres)
00303 - Saúde Percentual Vinc. S/a Rec.de Imp.

FUNDAMENTO LEGAL: Inciso II do Art. 75 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

Santa Izabel do Oeste - PR, 17 de dezembro de 2025.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:F93346D6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
LISTA DE CREDENCIADOS LICITAÇÃO MODALIDADE PROCESSO INEXIGIBILIDADE CREDENCIAMENTO/CHAMAMENTO Nº 46/2025

LISTA DE CREDENCIADOS

LICITAÇÃO MODALIDADE
Processo inexigibilidade Credenciamento/Chamamento Nº 46/2025

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Divulgara lista de Credenciados do Credenciamento nº 13/2025, que teve como objeto ***Credenciamento de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo mão de obra e serviços de socorro, bem como o fornecimento de peças para a manutenção de veículos leves, semileves e pesados pertencentes a Frota Municipal do Município de Santa Lúcia - PR.***
Após verificada a conformidade com o edital e legislações pertinentes, comporão a lista pela ordem de protocolo do envelope as empresas da seguinte maneira:

JAIR MARCOS BOHN MECANICA
36.265.553/0001-13
RODOVIA BR 163 KM 148+500MT, 0 BARRACAO 4 - CEP: 85795000 - BAIRRO: Trevo CIDADE/UF: Santa Lúcia/PR
JAIR MARCOS BOHN
036.207.429-10
Diretor

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em dezessete dias de dezembro de 2025.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:D9E7AED7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
LISTA DE CREDENCIADOS LICITAÇÃO MODALIDADE PROCESSO INEXIGIBILIDADE CREDENCIAMENTO/CHAMAMENTO Nº 46/2025

LISTA DE CREDENCIADOS

LICITAÇÃO MODALIDADE
Processo inexigibilidade Credenciamento/Chamamento Nº 46/2025

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Divulgara lista de Credenciados do Credenciamento nº 13/2025, que teve como objeto ***Credenciamento de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo mão de obra e serviços de socorro, bem como o fornecimento de peças para a manutenção de veículos leves, semileves e pesados pertencentes a Frota Municipal do Município de Santa Lúcia - PR.***
Após verificada a conformidade com o edital e legislações pertinentes, comporão a lista pela ordem de protocolo do envelope as empresas da seguinte maneira:

RHUAN G. G. BOHN MECANICA - ME
26.834.856/0001-56
RODOVIA 163 - KM 48, 3 ANEXO AO POSTO DE GA - CEP: 85795000 - BAIRRO: BR CIDADE/UF: Santa Lúcia/PR
RHUAN GUILHERME GROHALSKI BOHN
083.483.289-55

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em dezessete dias de dezembro de 2025.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:73F2DDA4

SECRETARIA DE FINANÇAS
RESOLUÇÃO

Resolução Nº 04, de 17 de dezembro de 2025, do Conselho Municipal de Saúde do Município de Santa Lúcia - PR

Dispõe sobre a Aprovaçãodo Plano Municipal de Saúde do Município de Santa Lucia, relativa ao exercício de 2026 a 2029, e prescreve as providencias que enumera.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde do Município de Santa Lúcia – PR, em reunião ordinária realizada no dia 16 de dezembro de 2025, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/1990, Lei Federal nº 8.142 de 28/12/1990, e pela Lei Municipal nº129 de agosto de 1999;
Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar nº141, de 13/01/2012;
Considerando o §4º do art. 33 da Lei Federal nº 8.080 de 19/09/1990, Lei Orgânica da Saúde.

Resolve:
Art. 1º Aprovar Plano Municipal de Saúde do Município de Santa Lucia exercício 2026 a 2029, conforme Ata Nº 236/2025.

Santa Lúcia, 17 de dezembro de 2025.

PEDRO HENRIQUE CAVALHEIRO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Roseclea Margarete Forcellini Scherer
Código Identificador:7178A284

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 022/2025

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **OTACILIA GOMES DA SILVA,** inscrita no CPF sob o nº: 059.435.649-00, residente e domiciliado no Sitio das Palmeiras, Aldeia Feliz, São José, Município de Santa Maria do Oeste-Pr, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto no Art. 125, da Lei 14.133/2021, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: De acordo com o disposto na Lei Federal n° 14.133/2021 em seu Art. 125, fica aditivado o quantitativo do Contrato Administrativo n.º 049/2025 em 25%, nos seguintes itens: **Lote 005 Item 001– ACELGA 1**, que perfaz quantitativo de 25 UN, totalizando o valor de R$ 116,50 (cento e dezesseis reais e cinquenta centavos) **002– CEBOLINHA VERDE 3**, que perfaz quantitativo de 42 MÇ totalizando o valor de R$ 82,32 (oitenta e dois reais e trinta e dois centavos); **003– LARANJA ROSA 2**, que perfaz quantitativo de 87 KG totalizando o valor de R$ 503,73 (quinhentos e três reais e setenta e três centavos); **004– MANDIOQUINHA SALSA 1**, que perfaz quantitativo de 42 KG totalizando o valor de R$ 517,86 (quinhentos e dezessete reais e oitenta e seis centavos); **005– MEXERICA 3**, que perfaz quantitativo de 103 KG totalizando o valor de R$ 683,92 (seiscentos e oitenta e três reais e noventa e dois centavos); **006– PONCA 1**, que perfaz quantitativo de 175 KG totalizando o valor de R$ 1.165,50(um mil cento e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos). Alterando as quantidades dos itens contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL: Em conformidade com o disposto no Art. 125 da Lei nº 14.133/2021, e tendo em vista a necessidade de acréscimo quantitativo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor inicialmente contratado, o que corresponde a um aumento de R$ 3.069,83 (Três Mil Sessenta E Nove Reais E Oitenta E Três Centavos), elevando o valor total do contrato para **R$ 15.409,23 (Quinze Mil Quatrocentos E Nove Reais E Vinte E Três Centavos)**.

CLAUSULA TERCEIRA: No exercício financeiro de 2025, as despesas oriundas deste aditivo, correrão por conta das dotações informadas no ano 2025.

CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 28 de Janeiro de 2025, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

E por estarem de acordo, os participes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Maria do Oeste, 10 de dezembro de 2025.

OSCAR DELGADO	_____
Prefeito Municipal	***OTACILIA GOMES DA SILVA***

Testemunhas

_____	_____
Andreia Kaviak	Fernando Lopes
RG: 13.498.652-2	RG: 7.605.179-8
CPF: 101.862.579-88	CPF: 033.183.689-03

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:7B3C18C0

LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 142/2024

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **WP DO BRASIL LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº: 04.483.808/0001-28, com sede na Avenida Amazonas, Nº 2270, Centro, Mandaguari PR, neste ato representado pela Sra. CARLA CRISTINA PEDRONE FACHINI, portadora do RG n.º 2.152.878-1 SSPPR e inscrita no CPF n.º 024.538.179-14, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto no Art. 107 e Art. 124 da Lei 14.133/2021, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o **prazo** de vigência de que trata a Cláusula Nona Do Contrato Administrativo Nº 142/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência de que trata a Cláusula 9ª, fica prorrogado por 4 (quatro) meses, vigorando assim até 11/04/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato administrativo celebrado em 13 de dezembro de 2024, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

E por estarem de acordo, os participes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Maria do Oeste, 12 de dezembro de 2025.

OSCAR DELGADO	_____
Prefeito Municipal	***WP DO BRASIL LTDA***

Testemunhas

_____	_____
Andreia Kaviak	Fernando Lopes
RG: 13.498.652-2	RG: 7.605.179-8
CPF: 101.862.579-88	CPF: 033.183.689-03

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:7DE53FAB

LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 143/2024

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **MMJ INDUSTRIA E COMERCIO DE SUPRIMENOS DE INFORMATICA E SERVIÇOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº: 35.137.952/0001-36, com sede na Rua Rene Tacola, Nº 357, Quadra 40, lote 12/8ª, Centro, Mandaguari PR, neste ato representado pelo Sr. ADEMIR FERREIRA NEVES, portador do RG n.º 8.186.792-5 SSPPR e inscrito no CPF n.º 025.599.539-35, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto no Art. 107 e Art. 124 da Lei 14.133/2021, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o **prazo** de vigência de que trata a Cláusula Nona Do Contrato Administrativo Nº 143/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência de que trata a Cláusula 9ª, fica prorrogado por 4 (quatro) meses, vigorando assim até 11/04/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato administrativo celebrado em 13 de dezembro de 2024, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

E por estarem de acordo, os participes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.
Santa Maria do Oeste, 12 de dezembro de 2025.

OSCAR DELGADO	_____
Prefeito Municipal	***MMJ INDUSTRIA E COMERCIO DE SUPRIMENOS DE INFORMATICA E SERVIÇOS LTDA***

Testemunhas

_____	_____
Andreia Kaviak	Fernando Lopes
RG: 13.498.652-2	RG: 7.605.179-8
CPF: 101.862.579-88	CPF: 033.183.689-03

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:9EB35032

LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 144/2024

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **DM IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº: 46.613.430/0001-80, com sede na Rua Olímpio Mendes da Rocha, Nº 344, Apto 602, Parque Res. Cidade Nova, Maringá PR, neste ato representado pelo Sr. DOUGLAS PEREIRA MARTINS, portador do RG n.º 10.711.326-6 SSPPR e inscrito no CPF n.º 090.876.859-12, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto no Art. 107 e Art. 124 da Lei 14.133/2021, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o **prazo** de vigência de que trata a Cláusula Nona Do Contrato Administrativo Nº 144/2024.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência de que trata a Cláusula 9ª, fica prorrogado por 4 (quatro) meses, vigorando assim até 11/04/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato administrativo celebrado em 13 de dezembro de 2024, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.
E por estarem de acordo, os participes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.
Santa Maria do Oeste, 12 de dezembro de 2025.

OSCAR DELGADO	_____
Prefeito Municipal	***DM IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS***

Testemunhas

_____	_____
Andreia Kaviak	Fernando Lopes
RG: 13.498.652-2	RG: 7.605.179-8
CPF: 101.862.579-88	CPF: 033.183.689-03

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:9B750F89

LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 146/2024

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **Y P RAIS SUPRIMENTOS ME,** inscrita no CNPJ sob o nº: 40.648.281/0001-08, situada na rua Interventor Manoel Ribas, Nº 50, Quadra 69, Lote 10, Centro, Mandaguari PR, neste ato representado pela Sra. ARIANE PRISCILLA PINHEIRO RAIS, portador do RG n.º 8.629.653-5 SSPPR e inscrito no CPF n.º 051.623.669-51, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto no Art. 107 e Art. 124 da Lei 14.133/2021, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o **prazo** de vigência de que trata a Cláusula Nona Do Contrato Administrativo Nº 146/2024.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência de que trata a Cláusula 9ª, fica prorrogado por 4 (quatro) meses, vigorando assim até 11/04/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato administrativo celebrado em 13 de dezembro de 2024, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.
E por estarem de acordo, os participes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.
Santa Maria do Oeste, 12 de dezembro de 2025.

OSCAR DELGADO	_____
Prefeito Municipal	***Y P RAIS SUPRIMENTOS ME***

Testemunhas

_____	_____
Andreia Kaviak	Fernando Lopes
RG: 13.498.652-2	RG: 7.605.179-8
CPF: 101.862.579-88	CPF: 033.183.689-03

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:D13BB468

LICITAÇÃO
3º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 106/2024

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA ME,** inscrita no CNPJ sob o nº: 17.676.642/0001-08, situada na Rua Francisco Pires da Rocha, nº 309, Sala 02, Bonsucesso, Guarapuava-PR, neste ato representado pelo Sr. Marcelo Brandalise Zanini, portadora do RG n.º 10.088.335-0 e inscrita no CPF n.º 060.697.569-16,e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto nos Art. 107 e Art. 124 da Lei 14.133/2021, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o **prazo** de vigência de que trata a Cláusula Nona Do Contrato Administrativo Nº 106/2024.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência de que trata a Cláusula 9ª, fica prorrogado por 4 (quatro) meses, vigorando assim até 10/04/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato administrativo celebrado em 13 de agosto de 2024, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

E por estarem de acordo, os participes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.
Santa Maria do Oeste, 11 de dezembro de 2025.

OSCAR DELGADO	_____
Prefeito Municipal	***HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA ME***

Testemunhas

_____	_____
Andreia Kaviak	Fernando Lopes
RG: 13.498.652-2	RG: 7.605.179-8
CPF: 101.862.579-88	CPF: 033.183.689-03

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:BF8C4DFF

LICITAÇÃO
3º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 148/2024

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **HF COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA**, inscrita no C.N.P.J. n.º 39.476.146/0001-43, Situada na Rua José de França Pereira, 106, Vila Teixeira, Santa Maria do Oeste/ PR, neste ato representado pelo Sra. **MAIARA BRILHANTE VIEIRA**, portadora do RG: 10774696-0 e inscrita no CPF: 094.601.899-54 e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto no Art. 106 e Art. 107 da Lei 14.133/21, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: De acordo com disposto na Lei Federal Nº 14.133/2021 e considerando a alteração no preço nos combustíveis realizado pela distribuidora, fica alterado o preço dos combustíveis realizado pela distribuidora, fica alterado o preço dos combustíveis DIESEL COMUM, DIESEL S10 e GASOLINA, conforme os valores constantes no contrato administrativo Nº 148/2024 nos seguintes termos:

PARAGRAFO PRIMEIRO: Fica aditivado no contrato administrativo Nº 148/2024, no item **DIESEL COMUM** que perfaz o valor do litro de R$ 6,39 (seis reais e trinta e nove centavos) passando pra R$ 6,29 (seis reais e vinte e nove centavos); item **DIESEL S10** que perfaz o valor do litro de R$ 6,59 (seis reais e cinquenta e nove centavos) passando pra R$ 6,49 (seis reais e quarenta e nove centavos); e item **GASOLINA** que perfaz o valor do litro de R$ 6,45 (seis reais e quarenta e cinco centavos) passando pra R$ 6,39 (seis reais e trinta e nove centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o **prazo** de vigência de que trata a Cláusula Nona Do Contrato Administrativo Nº 148/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência de que trata a Clausula 9ª, fica prorrogado por 12 (doze) meses, com início em **17 de dezembro de 2025** e término em **16 de dezembro 2026**.

CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato administrativo celebrado em 17 de dezembro de 2024, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

E por estarem de acordo, os participes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.
Santa Maria do Oeste, 16 de dezembro de 2025.

OSCAR DELGADO	_____
Prefeito Municipal	***HF COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA***

Testemunhas

_____	_____
Andreia Kaviak	Fernando Lopes
RG: 13.498.652-2	RG: 7.605.179-8

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:B0B06BCE

LICITAÇÃO
4º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 039/2022

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **J.B DE MORAES FERREIRA EIRELI,** inscrita no CNPJ sob o Nº 12.137.490/0001-51, situada na Rod. PR 466, KM 181, Parque Industrial, Município de Pitanga/PR, neste ato representado pela Sr. **JOÃO BATISTA DE MORAES FERREIRA** , inscrito na Carteira de Identidade RG sob nº 889.301-2 e inscrito no CPF nº 237.843.349-20 e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto no Art. 57, Inciso II e Art. 65, Inciso II da Lei 8.666/1993, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o **prazo** de vigência de que trata a Cláusula segunda Do contrato Administrativo Nº 039/2022.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência de que trata a Clausula 2ª, fica prorrogado por 04 (quatro) meses, vigorando assim até 04/04/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato administrativo celebrado em 09 de março de 2022, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.
E por estarem de acordo, os participes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.
Santa Maria do Oeste, 05 de dezembro de 2025.

OSCAR DELGADO	_____
Prefeito Municipal	***J.B DE MORAES FERREIRA EIRELI***

Testemunhas

_____	_____
Andreia Kaviak	Fernando Lopes
RG: 13.498.652-2	RG: 7.605.179-8
CPF: 101.862.579-88	CPF: 033.183.689-03

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:80DC8F45

LICITAÇÃO
6º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 012/2023

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º

701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **OSNI IZAIAS CALAUDINO CONSTRUÇÃO E REFORMA**, inscrita no CNPJ n.º 40.761.780/0001-07, situada na Rua Projetada B, Quadra 01, Lote 12, Conjunto Habitacional, Município de Santa Maria do Oeste/Pr, neste ato representado pelo Sr. Osni Izaias Calaudino, inscrito no CPF sob n° 101.873.429-54 e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto no Art. 57, Inciso II e Art. 65 Inciso II, da Lei 8.666/1993, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de execução e vigência de que trata a Cláusula Quinta e Sexta do Contrato Administrativo nº. 012/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência de que trata a Cláusula 5ª, fica prorrogado por 90 (noventa) dias, vigorando assim até 22/03/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO: O Prazo de execução de que trata a Cláusula 6ª, fica prorrogado por 90 (Noventa) dias, vigorando assim até 22/03/2026.

CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 24 de janeiro de 2023, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

E por estarem de acordo, os participes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Maria do Oeste, 19 de dezembro de 2025

OSCAR DELGADO	_____
Prefeito Municipal	***OSNI IZAIAS CALAUDINO CONSTRUÇÃO E REFORMA***

Testemunhas	
_____	_____
Andreia Kaviak	Fernando Lopes
RG: 13.498.652-2	RG: 7.605.179-8
CPF: 101.862.579-88	CPF: 033.183.689-03

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:7C25B439

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº01962/2025

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 01962/2025

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: OSCAR DELGADO **MATRÍCULA n.º** 9996942
CARGO: PREFEITO **CPF N.º** 701.***.***-87

OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE CURITIBA, PARA FINS DE CUMPRIR AGENDA NO EVENTO PATRULHEIROS DA SUSTENTABILIDADE DA SEAB E AGENDA NA SECID TRATAR ASSUNTOS RELACIONADOS AO MUNICIPIO.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 01/12/2025-
Data de Retorno: 01/12/2025-
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: CURITIBA - PR **Código do IBGE:** 06902
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 01(UMA) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$ 300,00 (TREZENTOS REAIS)
VALOR TOTAL R$: R$300,00 (TREZENTOS REAIS)

Santa Maria do Oeste/PR 17 de Novembro de 2025

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:DBD39BF2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº01966/2025

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 01966/2025

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: KAWANE LAIS RODRIGUES MARTINS **MATRÍCULA n.º** 9997471
CARGO: ENGENHEIRA CIVIL **CPF N.º** 090.***.***-64
OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO MUNICIPIO DE MARINGA, PARA CUMPRIR AGENDA TREINAMENTO MAIS ENGENHARIA.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 03/12/2025-
Data de Retorno: 05/12/2025 -
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: MARINGA PR **Código do IBGE:** 15200
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 02 (DUAS) **PERNOITE**: (**X**)SIM ( )NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$200,00 (DUZENTOS)
VALOR TOTAL R$: R$400,00 (QUATROCENTOS)

N.º DE DIÁRIAS: 01 (UMA) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$100,00 (CEM REAIS)
VALOR TOTAL R$: R$100,00 (CEM REAIS)

VALOR TOTAL: R$500,00 (QUATROCENTOS REAIS)

Santa Maria do Oeste/PR 17 de Dezembro de 2025

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:D5E3A5AF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 104/2025

EMENTA: Dispõe sobre o recesso administrativo no âmbito do Município de Santa Maria do Oeste e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 9º, inciso I, alínea"g", da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO a necessidade de racionalização das atividades administrativas no período de final de ano;
CONSIDERANDO o princípio da eficiência administrativa e a redução da demanda por serviços públicos neste período;

DECRETA:
Art. 1º Fica instituído recesso administrativo no âmbito da Administração Pública Municipal do Município de Santa Maria do Oeste, no período compreendido entre 20 de dezembro de 2025 a 03 de janeiro de 2026.
Art. 2º Durante o período de recesso ficarão suspensos os prazos administrativos, bem como o atendimento ao público, ressalvados os serviços considerados essenciais que funcionarão normalmente, em regime de plantão ou escala, conforme disciplinado por ato próprio dos respectivos Secretários Municipais.
Art. 3º O período de recesso de que trata este Decreto não será computado como férias, nem acarretará prejuízos à remuneração dos servidores públicos municipais.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Maria do Oeste-Pr, 17 de Dezembro de 2025.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Antonio de Lima
Código Identificador:5BD693F0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 105/2025

EMENTA: Dispõe sobre a concessão de férias coletivas aos servidores públicos municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de organização administrativa e de planejamento das atividades do exercício de 2026;
CONSIDERANDO a conveniência administrativa e a redução da demanda por serviços públicos no período;
DECRETA:
Art. 1º Ficam concedidas férias coletivas aos servidores públicos municipais da Administração Pública do Município de Santa Maria do Oeste, no período compreendido entre 04 de janeiro de 2026 a 03 de fevereiro de 2026, nos termos da legislação vigente.
Art. 2º As férias coletivas de que trata este Decreto serão devidamente registradas na ficha funcional dos servidores, observada a compensação proporcional, quando cabível, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
Art. 3º Ficam excluídos do regime de férias coletivas os servidores lotados nos serviços públicos essenciais, que não possam sofrer interrupção, os quais deverão cumprir escala especial de trabalho, a ser definida pelos respectivos Secretários Municipais.
Art. 4º Os servidores que não possuam período aquisitivo completo poderão usufruir das férias de forma proporcional, conforme previsto na legislação aplicável.
Art. 5º Compete às Secretarias Municipais e aos órgãos da Administração Pública Municipal organizar as escalas, registros e controles necessários à fiel execução deste Decreto.
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Maria do Oeste - Pr, 17 de Dezembro de 2025.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Antonio de Lima
Código Identificador:D3F704F6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 717/2025

EMENTA: Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre o Estado do Paraná e os Municípios do Estado do Paraná subscritores, com a finalidade de formalizar a constituição e adequação do Consórcio Intergestores Paraná Saúde - CIPS aos termos do regime previsto na Lei Federal nº. 11.107/2005 e sua regulamentação, voltado ao desenvolvimento de ações na área da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ratificado, nos termos daLei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005e seuDecreto Federal regulamentador nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, o Protocolo de Intenções firmado entre o Estado do Paraná e os Municípios do Estado do Paraná subscritores, com a finalidade de formalizar a constituição e adequação do Consórcio Intergestores Paraná Saúde - CIPS aos termos do regime previsto na Lei Federal nº. 11.107/2005 e sua regulamentação, voltado ao desenvolvimento de ações na área da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2º Após ratificação do Protocolo de Intenções, que consta do Anexo Único desta Lei, este se converterá em contrato de consórcio público, nos termos da lei.
Art. 3º O consórcio que ora se ratifica terá a personalidade jurídica de direito público, com natureza autárquica, integrando a Administração Indireta do Município para todos os efeitos legais.

Art. 4º Fica autorizada a abertura de dotação orçamentária própria para fins de cumprimento do art. 8º da Lei Federal nº 11.107/2005, que pode ser suplementada em caso de necessidade.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE, Estado do Paraná, 17 de dezembro de 2025.

OSCAR DELGADO
Prefeito

Publicado por:
Marcos Antonio de Lima
Código Identificador:A4A9E48E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
RESCISÃO DE TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

RESCISÃO DE TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

Comunicamos que a partir de 11 de dezembro de 2025 fica rescindido o Termo de Compromisso de Estágio entre a Câmara Municipal de São Jerônimo da Serra e a estagiária Eletícia Gabriele Teixeira de Almeida regularmente matriculada no curso de Formação de Docentes, Educação Infantil Anos Iniciais, Ensino Médio e Fundamental, no Colégio Estadual José Ferreira de Mello.
Informamos que o referido estágio foi rescindido na supracitada data pelo seguinte motivo:
( ) Contratação do estagiário em regime CLT
( ) Por iniciativa da empresa
( ) Situação irregular de matrícula do estudante
(X) Por iniciativa do estudante

E por estarem de inteiro e comum acordo com as condições e dizeres desta Rescisão as partes assinam-na em 03 vias de igual teor, cabendo a 1ª a Unidade Concedente, a 2ª à Estagiária e a 3ª a Instituição de Ensino.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, ESTADO DO PARANÁ, AOS 17 DIAS DO MÊSDE DEZEMBRO DO ANO DE 2025.

Publicado por:
Amanda Machado Gonçalves
Código Identificador:42077D5B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - 5° BIMESTRE 2025

Os Serviços de Proteção Social Especial Média e Alta Complexidade são desenvolvidos no Órgão Gestor da Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo o Programa de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida - L.A e Prestação de Serviços à Comunidade – PSC; Programa de Acolhimento Institucional – Casa Lar Municipal, Acompanhamento as famílias em situação de perda de vínculos com atendimento psicológico.
Atendimentos realizados 5° Bimestre 2025:

BIMESTRAL/MESES	CRIANÇAS	ADOLESCENTES
SETEMBRO	35	25
OUTUBRO	53	37

Os Serviços de Proteção Social Básica são desenvolvidos no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, sendo o Serviço de Convivência e Fortalecimento/SCFV, Serviço de Proteção e Atenção Integral a Família/PAIF, Atendimento ao Benefício de Prestação Continuado/BPC, Cadastro Único, Acompanhamento e atendimento as famílias em situação de vulnerabilidade.
Atendimentos realizados 5° Bimestre 2025:

BIMESTRAL/MESES	CRIANÇAS	ADOLESCENTES
SETEMBRO	157	58
OUTUBRO	236	75

Manutenção do Conselho Tutelar Atendimentos a crianças e adolescentes com os direitos violados e/ou em vias de violação.
Atendimentos realizados 5° Bimestre 2025:

BIMESTRAL/MESES	CRIANÇAS	ADOLESCENTES
SETEMBRO	15	22
OUTUBRO	10	28

São Jerônimo da Serra, 28 de novembro de 2025.

LILLIAN GABRIELLA R. TEIXEIRA AVELAR
Secretaria Municipal de Assistência Social
Portaria029/2021

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:D133207B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 56/2025 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 74/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA E A EMPRESA SUN ENERGY MANUTENCAO E INSTALACAO LTDA

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 56/2025

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 74/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA E a EMPRESA SUN ENERGY MANUTENCAO E INSTALACAO LTDA

MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, Estado do Paraná**,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 76.290.683/0001-20, com sede nesta cidade, na Praça Coronel Deolindo, nº s/n, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **VENICÍUS DJALMA ROSA**, brasileiro, portador do R.G. nº 8.241.196-8residente e domiciliado nesta cidade e comarca de São Jerônimo da Serra, simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **SUN ENERGY MANUTENCAO E INSTALACAO LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Maringá, nº 425, Bairro Castelo Branco, cidade de Imbaú, Estado do Paraná, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 35.230.678/0001-45, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. **EVERTON ANTUNES DA SILVA LENIAR**, portador do CPF nº 073.769.999-06, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATADA**, tendo como o objeto: **CONSTRUÇÃO DE UM BARRACÃO PARA ALMOXARIFADO DO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA.**

Considerando a anuência da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos;
Considerando a anuência e justificativa do Departamento de Engenharia;
Considerando a permissão legal contida no art. 125 da Lei 14.133/2021;
Considerando o interesse e concordância das partes na reprogramação destes termos;
Considerando o interesse público;

Resolvem:
Celebrar o presente termo aditivo de valores ao contrato administrativo nº 56/2025, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto
Constitui objeto deste Termo Aditivo de valores, conforme parecer e planilha elaborada pelo Departamento de Engenharia relativo à obra, anexo ao processo administrativo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
O valor do presente aditivo é de 8,23%, em consequência da alteração, será acrescido ao valor do contrato o montante de **R$ 18.940,47 (dezoito mil novecentos e quarenta reais e quarenta e sete centavos)**, o contrato original é no valor de R$ 230.100,00 (duzentos e trinta mil e cem reais), passando o valor total do contrato atual após o primeiro aditivo de R$ 236.158,75 (duzentos e trinta e seis mil e cento e cinquenta e oito reais e setenta e cinco centavos) para **R$ 255.099,22 (duzentos e cinquenta e cinco mil noventa e nove reais e vinte e dois centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato administrativo nº 56/2025.
Assim, estando as partes justas e contratadas, na presença das testemunhas abaixo assinaladas, assinam o presente em três vias de igual forma e teor, para que este aditamento surta os efeitos jurídicos que lhe são desejados.

São Jerônimo da Serra, 17 de dezembro de 2025.

Município de São Jerônimo da Serra
VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal
Contratante

SUN ENERGY MANUTENCAO E INSTALACAO LTDA
Contratada

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:0FE3E240

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

VIII EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL
A.R.P. n° 48/2024
CONTRATANTE: Município de São José da Boa Vista.
CONTRATADO: Posto Petro Líder Ltda.
ORIGEM: Pregão nº. 05/2024.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de combustível para a frota municipal.

QUANTIDADES: Conforme justificativa de aumento de demanda apresentada pela área requisitante, faz-se necessário o aditivo de 25% para o Item 01 – Gasolina Comum. Assim, alteram-se os quantitativos previstos na Cláusula Segunda da Ata de Registro de Preços original, incluindo-se:

- 9.500 (nove mil e quinhentos) litros de gasolina
VALORES: Tendo em vista o acréscimo do quantitativo, faz-se necessário um aditivo no valor de R$ 57.190,00 (cinquenta e sete mil cento e noventa reais), considerando-se o valor atual do litro do combustível que está em R$ 6,02 (seis reais e dois centavos). O aditivo de valor é necessário para o pagamento da quantidade adicional.
DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 17/12/2025

Publicado por:
Willys Manoel Barbosa
Código Identificador:CC1D80A1

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 88/2024
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/2024

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 88/2024 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA E A EMPRESA VISTA CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de São José da Boa Vista – PR inscrito no CNPJ sob o nº 76.920.818/0001-94, neste ato representada por seu Prefeito Sr. José Lázaro Ferraz, e de outro lado a empresa VISTA CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 10.448.411/0001-06, representado pelo Sr. Régis Aparecido Quani, Contador, portador da cédula de identidade profissional n.º 5.735.959-5 e inscrito no CPF sob n.º 004.688.799-78, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 88/2024 para fazer constar as seguintes alterações:
Cláusula Primeira – DA VIGÊNCIA
Fica prorrogada a vigência prevista na Cláusula Sétima do Contrato original em mais 12 (doze) meses, ou seja, até 17 de dezembro de 2026, nos termos da Lei 14.133/21:
Cláusula Segunda – DOS SERVIÇOS
Inclui-se aos serviços inicialmente pactuados os seguintes serviços não previstos, em virtude de solicitação fundamentada pela Secretaria Municipal de Saúde:
- SISTEMA DE GESTÃO EM SAÚDE (conforme descritivo constante no orçamento proposto)
Cláusula Terceira – DOS VALORES
Os valores mensais dos serviços, previstos na Cláusula Quinta do Contrato original ficam corrigidos em 4,49% (quatro vírgula quarenta e nove por cento), com base no INPC dos últimos 12 (doze) meses, passando o valor mensal de R$ 31.000,00 (trinta e um mil reais) para o valor mensal de R$ 32.391,90 (trinta e dois mil trezentos e noventa e um reais e noventa centavos).
Os serviços não previstos inicialmente terão valor mensal de R$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), totalizando assim o valor mensal de R$ 37.891,90 (trinta e sete mil oitocentos e noventa e um reais e noventa centavos)
Cláusula Quarta - DAS DEMAIS CLÁUSULAS
As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.
E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.
São José da Boa Vista, 17 de dezembro de 2025.
MUNICÍPIO DE SÃO JOSE DA BOA VISTA

JOSÉ LÁZARO FERRAZ -
Prefeito
Contratante

Publicado por:
Willys Manoel Barbosa
Código Identificador:3CE4EE72

PODER LEGISLATIVO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 12/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29/2025

Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo 0 km, em atendimento às demandas da Câmara Municipal de São José da Boa Vista/PR.
Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA/PR
Contratada: COLETTO 3R COMÉRCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA
Prazo de vigência: 16/12/2025 à 16/12/2026.
Valor da contratação: R$ 161.000,00 (cento e sessenta e um mil reais)

São José da Boa Vista – PR, em 17 de dezembro de 2025.

CLAUDINEI MENDES DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Andrea de Lima Silva
Código Identificador:E3551471

PODER LEGISLATIVO
MOÇÃO DE APLAUSOS

Moção de Aplausos nº 01/2025

Moção de aplausos à primeira diretoria da Agepagro – Associação Geral dos Produtores Agropecuários, bem como corpo técnico e demais gestores.

Os Vereadores da Câmara Municipal de São José da Boa Vista, no uso de suas atribuições legais, e na forma regimental, aprovaram a Moção de Aplausos **à primeira diretoria da Agepagro – Associação Geral dos Produtores Agropecuários, bem como corpo técnico e demais gestores**, pelos seus 28 (vinte e oito) anos de contribuição ao desenvolvimento do setor agropecuário do Município.
A AGEPAGRO, foi fundada em data de 17 de junho de 1997, onde se reuniram 48 produtores rurais, e instituíram a sua primeira diretoria a qual ficou composta da seguinte forma:
Presidente: Claudinei Mendes de Oliveira
Vice-Presidente: Sebastião Ribeiro dos Santos
1º Secretário: Luiz Ferreira Sobrinho
2º Secretário: Laertes de Oliveira
1º Tesoureiro: Paulo Roberto Campos
2º Tesoureiro: Pedro Vanderlei Barbosa
Conselho Fiscal: Inês Campos; Carlos Panichek; Ordener Ribeiro da Cruz
Assessoria Jurídica: Altair Pontes
Corpo Técnico:
Dilceu Bona – Secretário Municipal da Agricultura;
Wagner Mattos Cardoso – Engenheiro Agrônomo da Emater;
Sidney Barros Monteiro – Engenheiro Agrônomo da Emater;
Domingos Fernando Müller Figueira – Médico Veterinário Sanitarista, especialista em vigilância sanitária de alimentos;
Pedro Carvalho Filho – Prefeito Municipal.
A associação foi criada com o propósito de **gerar renda e agregar valor à produção dos agricultores locais**, evitando o êxodo dos pequenos produtores, especialmente os jovens, para outras atividades e municípios. Na ocasião, identificou-se o potencial produtivo do leite, cuja coleta e comercialização iniciaram-se com **27 produtores associados**, sendo que atualmente são 253 cooperados, na COAFLEP – Cooperativa Agropecuária Familiar do Leste Pioneiro, tendo hoje um faturamento anual de mais de quarenta e três milhões de reais.
A criação da Associação foi o primeiro passo para que se chegasse na situação em que a Cooperativa se encontra hoje, então foram estas

pessoas já nominadas que acreditaram no sonho, abraçaram a causa e transformaram ao longo desses anos a vida de muitos produtores rurais e suas famílias.

São José da Boa Vista, PR, 16 de dezembro de 2025

CLAUDINEI MENDES DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Andrea de Lima Silva
Código Identificador:19076AE3

PODER LEGISLATIVO
MOÇÃO DE APLAUSOS

Moção de Aplausos nº 02/2025

Moção de aplausos ao Senhor Deúde Aparecido Marcondes, pelos relevantes serviços prestados à população boa-vistense, como servidor público.

Os Vereadores da Câmara Municipal de São José da Boa Vista, no uso de suas atribuições legais, e na forma regimental, aprovaram a Moção de Aplausos **ao Senhor Deúde Aparecido Marcondes, pelos relevantes serviços prestados à população boa-vistense, como servidor público**.
O Senhor Deúde Aparecido Marcondes, nasceu em data de 26 de fevereiro de 1957, em São José da Boa Vista – PR, Filho de Eurides Pereira Marcondes e de Anália Marcondes.
Ingressou no serviço público municipal, como motorista, através de concurso público, em data de 03 de abril de 2006, onde permaneceu até 08 de julho de 2025, quando lhe foi concedida a aposentadoria.
Como servidor sempre se mostrou responsável, dedicado, tendo um bom relacionamento com os companheiros de trabalho e prestando serviço em uma das áreas mais árduas, como motorista da saúde, os quais enfrentam uma rotina de trabalho com horários distintos, cuidando dos doentes, muitas vezes correndo contra o tempo para salvar uma vida, outras vezes tendo que fazer não só o papel de motorista, mas também de acompanhante, dando apoio e base para que o paciente possa ter um atendimento adequado.
Foram quase 20 (vinte) anos como servidor municipal, tendo neste tempo prestado serviço de maneira honrada, contribuindo com um bom atendimento na área da saúde, nos momentos mais difíceis, sendo esta homenagem uma forma de agradecimento pelos serviços prestados, com desejo de que tenha uma aposentadoria com saúde, e que tenha o merecido descanso depois de se dedicar eximiamente a nossa municipalidade como servidor.

São José da Boa Vista, PR, 16 de dezembro de 2025

CLAUDINEI MENDES DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Andrea de Lima Silva
Código Identificador:3637A041

PODER LEGISLATIVO
MOÇÃO DE APLAUSOS

Moção de Aplausos nº 03/2025

Moção de aplausos ao Senhor Arcevaldo Antonio de Souza, pelos relevantes serviços prestados à população boa-vistense, como servidor público.

Os Vereadores da Câmara Municipal de São José da Boa Vista, no uso de suas atribuições legais, e na forma regimental, aprovaram a Moção de Aplausos **ao Senhor Arcevaldo Antonio de Souza, pelos relevantes serviços prestados à população boa-vistense, como servidor público**.
O Senhor Arcevaldo Antonio de Souza, conhecido popularmente como "Vardinho", nasceu em data de 25 de novembro de 1959, em São José da Boa Vista – PR, Filho de João Zózimo de Souza e de Edilia Jesus de Oliveira.
Ingressou no serviço público municipal, como motorista, através de concurso público, em data de 03 de fevereiro de 2014, onde permaneceu até 15 de agosto de 2025, quando lhe foi concedida a aposentadoria.
Seus trabalhos foram exercidos em sua grande parte como motorista da garagem, ou seja, dirigindo caminhões, auxiliando os operadores, acompanhando nos serviços externos como fazer estradas, acompanhar as obras, entre outros.
Como servidor sempre exerceu com zelo sua função, e com os colegas sempre se mostrou gentil, companheiro, tendo um bom relacionamento com os demais servidores.
Além dos trabalhos prestados como servidor, o senhor Arcevaldo também já prestou serviços ao Município como agente político, sendo vereador no mandato de 1989 a 1992, na gestão do prefeito Paulo Rolim Bento.
Ao longo de sua trajetória profissional, o Senhor Arcevaldo sempre demonstrou postura ética, cordialidade no trato com seus colegas e dedicação exemplar às demandas a ele atribuídas, tornando-se referência de conduta e profissionalismo dentro do quadro de servidores municipais. Nada há que desabone sua atuação, sendo amplamente respeitado e admirado por todos que com ele conviveram durante sua jornada laboral.

São José da Boa Vista, PR, 16 de dezembro de 2025

CLAUDINEI MENDES DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Andrea de Lima Silva
Código Identificador:734BF8AF

PODER LEGISLATIVO
MOÇÃO DE APLAUSOS

Moção nº 04/2025

Moção de aplausos a todos os profissionais de enfermagem do Município de São José da Boa Vista, compreendendo enfermeiros padrões, técnicos em enfermagem, auxiliares em enfermagem e atendentes de enfermagem, pelos relevantes serviços prestados com a amor e dedicação à população boa-vistense.

Os Vereadores da Câmara Municipal de São José da Boa Vista, no uso de suas atribuições legais, e na forma regimental, aprovaram a Moção de Aplausos **a todos os profissionais de enfermagem do Município de São José da Boa Vista, compreendendo enfermeiros padrões, técnicos em enfermagem, auxiliares em enfermagem e atendentes de enfermagem, pelos relevantes serviços prestados com a amor e dedicação à população boa-vistense**.
Tal moção visa o reconhecimento, gratidão, por todos os anos de serviços prestados à população boa-vistense. Quantas vidas nasceram pelas mãos de nossas enfermeiras e enfermeiros; quantas vidas foram salvas com orientação médica, mas com a ajuda incansável dos enfermeiros que muitas vezes auxiliaram até mesmo na tomada de decisões; quantos acompanhamentos feitos, quantas visitas, quantas palavras amigas em momentos necessários, quantas noites sem dormir deixando a família em casa para atender nos plantões do hospital.
Esta homenagem é para que a enfermagem saiba que são lembrados e reconhecidos pelo trabalho prestado, que embora muitas vezes não sejam ditas em palavras e ações mas que sempre serão lembrados com carinho pelo atendimento, pela dedicação, com que atendem nossa população, proporcionando nos momentos mais difíceis em que as pessoas se encontram fragilizadas e debilitadas pela doença o seu melhor, muitas vezes estando cheio de problemas em casa, mas quando estão em trabalho se entregam totalmente dedicando sua atenção a quem dele mais precisa naquele momento.

São José da Boa Vista, PR, 16 de dezembro de 2025

CLAUDINEI MENDES DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Andrea de Lima Silva
Código Identificador:C10AF506

PODER LEGISLATIVO
MOÇÃO DE APLAUSOS

Moção de Aplausos nº 05/2025

Moção de aplausos às primeiras vereadoras do Município de São José da Boa Vista, senhora Dalila Roque da Silva Mendes e senhora Maria Aparecida da Silva Oliveira, representando um marco histórico para a participação feminina na política local.

Os Vereadores da Câmara Municipal de São José da Boa Vista, no uso de suas atribuições legais, e na forma regimental, aprovaram a Moção de Aplausos **às senhoras Dalila Roque da Silva Mendes e senhora Maria Aparecida da Silva Oliveira, por serem as primeiras vereadoras eleitas do Município de São José da Boa Vista**, **representando um marco histórico para a participação feminina na política local.**

A Senhora Dalila Roque da Silva Mendes, é natural de São José da Boa Vista e nasceu em data de 16 de agosto de 1950, Filha de Antônio Vilela da Silva e de Helena Menta da Silva, foi vereadora no mandato de 1993 a 1996, na gestão do prefeito Benjamin Milton Vilela.

Sua candidatura surgiu em razão de circunstâncias familiares e da mobilização de lideranças locais. Em mandato anterior, seu esposo, José Paulo Mendes, havia sido vereador, mas adoeceu no período eleitoral seguinte. Diante disso, lideranças políticas, deputados que frequentavam sua residência, bem como seu próprio esposo e familiares, incentivaram-na a concorrer ao cargo.

Dona Dalila sempre considerou um "dom de Deus ajudar as pessoas" e viu no exercício da vereança uma oportunidade formal de ampliar um trabalho que já realizava: acolher e auxiliar a população mais humilde, especialmente pessoas vindas da zona rural que, muitas vezes, não tinham onde ficar quando vinham à cidade. Seu histórico de solidariedade e acolhimento representa de forma marcante a essência do serviço público.

A Senhora Maria Aparecida da Silva, é natural do bairro Guabiroba, município de Siqueira Campos, nascida em data de 27 de agosto de 1950, Filha de Joaquim Francisco da Silva e Gerviria Maria da Silva, foi vereadora no mandato de 1993 a 1996, na gestão do prefeito Benjamin Milton Vilela.

Sua trajetória política foi inspirada pela atuação de seu esposo, Pedro Carlos de Oliveira, conhecido como *Pedro Tarantela*, que foi vereador e presidente da Câmara no mandato de 1989 a 1992, na gestão do Prefeito Paulo Rolim Bento. Como Pedro possuía pouca escolaridade formal, Dona Maria atuava praticamente como sua assessora parlamentar, realizando leituras, interpretações de projetos, acompanhando os expedientes legislativos e auxiliando-o na tomada de decisões.

Com vocação natural para lidar com o povo e possuindo maior domínio da leitura e interpretação de textos — tendo estudado até a quarta série — decidiu candidatar-se na eleição seguinte, com total apoio de seu esposo. Mesmo enfrentando forte preconceito por ser mulher, especialmente naquela época, Dona Maria (*Maria Tarantela*) obteve êxito e se tornou uma das primeiras mulheres a integrar o Legislativo municipal.

Homenagear essas duas pioneiras é reconhecer a coragem, determinação e compromisso de mulheres que enfrentaram barreiras sociais, culturais e políticas, abrindo caminho para que, nos dias atuais, outras mulheres ocupem espaços de representação pública.

Se ainda hoje o preconceito existe, há mais de trinta anos a realidade era muito mais dura, o que torna suas conquistas ainda mais significativas para a memória política e para a história de São José da Boa Vista.

São José da Boa Vista, PR, 16 de dezembro de 2025

CLAUDINEI MENDES DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Andrea de Lima Silva
Código Identificador:7C6856B0

PODER LEGISLATIVO
MOÇÃO DE APLAUSOS

Moção de Aplausos nº 06/2025

Moção de aplausos ao Senhor Luiz Carlos de Azevedo, por sua trajetória como jogador de futebol e por seu talento artístico.

Os Vereadores da Câmara Municipal de São José da Boa Vista, no uso de suas atribuições legais, e na forma regimental, aprovaram a Moção de Aplausos **ao Senhor Luiz Carlos de Azevedo, por sua trajetória como jogador de futebol e por seu talento artístico**, tendo levado o nome de São José da Boa Vista, por onde passou, representado o Município com grande louvor.

O Senhor Luiz Carlos de Azevedo, nasceu em data de 04 de abril de 1944, em São José da Boa Vista – PR, Filho de Francisco Paulo dos Santos e de Porina Ribeiro dos Santos, integrante de uma família composta por 7 irmãos. Estudou até a 3ª série do primário (ensino fundamental) e já nesta fase escolar já demonstrava grande habilidade para o futebol, destacando mesmo com pouco treino.

Iniciou sua trajetória esportiva no time Boa Vista, onde atuou por aproximadamente 20 anos, além de integrar o time municipal Botafogo, tendo como companheiros jogadores Sabino, Zé Tião, Natal, Mauro, entre outros, incluindo seu irmão Gessi, igualmente integrante da equipe.

Destacando-se como jogador talentoso e habilidoso, recebeu convite para integrar o time do Coritiba, na capital do Estado, devendo jogar no time principal. O mesmo foi visitar o clube, conhecer as instalações, porém não quis permanecer. Além do futebol de campo, Luiz também se destacou no futebol de salão, defendendo uma equipe onde o dono do time era conhecido como Césinha do Seu Reinaldo da farmácia.

Ao longo de sua trajetória esportiva, Luiz foi reconhecido por ser um jogador diferenciado, com grande influência nos resultados positivos das equipes que defendia, as quais raramente eram derrotadas. Anos mais tarde, recebeu a **Chuteira de Ouro**, em homenagem realizada no Estádio Municipal, ocasião em que estiveram presentes personalidades do esporte, entre elas o jogador **Keirrison**, ídolo do futebol brasileiro.

Além de sua representatividade no esporte, o homenageado também se notabilizou no meio artístico, como cantor e violonista, tendo realizado diversas apresentações, inclusive em rádios, com especial destaque para o período de dois anos na Rádio Clube Paranaense, na cidade de Curitiba, levando a cultura de São José da Boa Vista para outros municípios e para a capital do Estado.

Ressalta-se que os feitos do Senhor Luiz ocorreram em uma época de pouquíssimas oportunidades de divulgação, incentivo ou profissionalização, o que torna ainda mais relevante sua trajetória, marcada por talento, esforço e amor ao que fazia. Por tais razões, permanece até hoje como referência e motivo de orgulho para nossa comunidade, tendo elevado o nome de São José da Boa Vista, tanto no esporte quanto na música.

São José da Boa Vista, PR, 16 de dezembro de 2025

CLAUDINEI MENDES DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Andrea de Lima Silva
Código Identificador:AF54D44C

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
DECISÃO ADMINISTRATIVA - PROCESSO ADMINISTRATIVO 106/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL Nº 106/2025

Interessado: LINEU MESSIAS RODRIGUES

DECISÃO DE REQUERIMENTO

Vistos e examinados os autos do Processo Administrativo Fiscal n° 106/2025, e considerando o Parecer da Divisão de Tributação e Parecer Jurídico nº 175/2025 da Procuradoria do Município, DECIDO **DEFERIR** o requerimento interposto por **LINEU MESSIAS RODRIGUES**, pelos motivos de fato e de direito expostos no parecer da Divisão de Tributação e da Procuradoria do Município, o qual passa a fazer parte integrante desta decisão.
Determino as providências e diligências necessárias ao cumprimento da presente decisão, promovendo-se a restituição ao contribuinte do importe total efetivamente recolhido alusivo ao pagamento de ITBI recolhido, nos termos do que autoriza o artigo 256, I, do Código Tributário do Município (Lei nº 518/1999), considerando que erro na identificação do sujeito ativo da obrigação tributária.
A restituição deve se dar por meio de transferência à conta indicada pelo contribuinte **EM NOME PRÓPRIO DO REQUERENTE**.
Publique-se, comunique-se, cumpra-se. Diligências necessárias.
À Secretaria de Finanças para que promova a restituição na forma prevista, caso não haja compensação a ser feita.
Cumpridas as formalidades legais, arquive-se.
À Divisão de Tributação para arquivo.

São José da Boa Vista-PR, 17 de dezembro de 2025.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito do Município

Publicado por:
Ronny Carvalho da Silva
Código Identificador:F7207FBC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
PORTARIA

DECRETO LEGISLASTIVO N.º 024/2025
DATA: 17 de dezembro de 2025

SUMULA: Dispõe sobre Abertura de Credito ADICIONAL SUPLEMENTAR, e dá outras Providencias.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São José das Palmeiras, no uso de suas atribuições legais:
DECRETA
Art. 1º - Abrir Crédito Adicional Suplementar, no valor de **R$ 400,00 (quatrocento reais),** incorporando ao orçamento geral do legislativo para o Exercício Financeiro de 2025 as seguintes dotações orçamentárias:

01 – CÂMARA MUNICIPAL
001- CÂMARA MUNICIPAL
01.031.0001.2012 – Câmara Municipal
3.1.90.16.00.00 – 050 – 001 – Outras despesas variáveis- pessoal cívil..... R$ 400,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R$ 400,00

Art. 2º - Como recursos para cobertura ao crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos de acordo com o artigo 6º da Lei nº 20/2017 combinado com o artigo 43, Parágrafo 1.º, Inciso III da Lei Federal n.º 4.320/64 de 17 de março de 1964, provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

01 – CÂMARA MUNICIPAL
001- CÂMARA MUNICIPAL
01.031.0001.2012 – Câmara Municipal
3.3.90.39.00.00 – 100 – 001 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil..... R$ 400,00

TOTAL DA ANULAÇÃO..... R$ 400,00

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entra em vigor com efeitos retroativos, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de São José das Palmeiras, aos dezessete dias do mês de dezembro de 2025

JONES SILAS GONÇALVES LOURENÇO
Presidente

Publicado por:
Ademir Junkes
Código Identificador:76E8BD59

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 0104/2025 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 020/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0104/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 020/2025

OBJETO: Aquisição de apostilas educacionais e materiais didático-pedagógicos voltados à promoção da educação inclusiva nas turmas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I da Rede Municipal de Ensino de São José das Palmeiras/PR, abrangendo conteúdos, atividades e recursos estruturados para atender todos os estudantes, incluindo aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e demais necessidades educacionais específicas.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS.
CONTRATADA: LINERBOOK – EDITORA GRÁFICA E PROJETOS EDUCACIONAIS LTDA.
VALOR: R$ 242.720,00 (duzentos e quarenta e dois mil, setecentos e vinte reais).
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente instrumento é de 13 (treze) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

São José das Palmeiras, em 17 de dezembro de 2025.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:CE4C3E9A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO

Homologo a presente contratação direta, de acordo com o resultado exarado pela Comissão de Contratações, referente à Inexigibilidade de Licitação nº 020/2025, adjudicando o objeto de bem/serviço consistente na Aquisição de apostilas educacionais e materiais didático-pedagógicos voltados à promoção da educação inclusiva nas turmas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I da Rede Municipal de Ensino de São José das Palmeiras/PR, abrangendo conteúdos, atividades e recursos estruturados para atender todos os estudantes, incluindo aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e demais necessidades educacionais específicas, em favor da empresa LINERBOOK – EDITORA GRÁFICA E PROJETOS EDUCACIONAIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.254.526/0001-59, no valor de R$ 242.720,00 (duzentos e quarenta e dois mil, setecentos e vinte reais).
Fica autorizado o órgão competente da Prefeitura a expedir os documentos respectivos para a plena consolidação do previsto nesta contratação direta.

São José das Palmeiras, 17 de dezembro de 2025

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:221C222D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS/PR - EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 020/2025

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS/PR
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 020/2025

DESCRIÇÃO DO OBJETO: Aquisição de apostilas educacionais e materiais didático-pedagógicos voltados à promoção da educação inclusiva nas turmas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I da Rede Municipal de Ensino de São José das Palmeiras/PR, abrangendo conteúdos, atividades e recursos estruturados para atender todos os estudantes, incluindo aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e demais necessidades educacionais específicas, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Fundamento legal: Artigo 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
Contratante: Município de São José das Palmeiras.
Contratada: LINERBOOK – EDITORA GRÁFICA E PROJETOS EDUCACIONAIS LTDA.
Endereço: Avenida Cerro Azul, 572, Sala 09, 1º Andar – Zona 02, CEP 87.010-902.
Cidade: Maringá/PR
CNPJ/MF: 04.254.526/0001-59
Preço: O valor será de R$ 242.720,00 (duzentos e quarenta e dois mil, setecentos e vinte reais).
Prazo: O prazo de vigência do presente instrumento é de 13 (treze) meses, contados a partir da assinatura do contrato.
São José das Palmeiras, 17 de dezembro de 2025.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:DBBE8BC1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2025 - TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 020/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2025
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 020/2025

Com fundamento no art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, ratifico a inexigibilidade de licitação em favor de LINERBOOK – EDITORA GRÁFICA E PROJETOS EDUCACIONAIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.254.526/0001-59, com endereço na Avenida Cerro Azul, 572, Sala 09, 1º Andar, Zona 02, CEP 87.010-902, Município de Maringá/PR, cujo objeto é a Aquisição de apostilas educacionais e materiais didático-pedagógicos voltados à promoção da educação inclusiva nas turmas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I da Rede Municipal de Ensino de São José das Palmeiras/PR, abrangendo conteúdos, atividades e recursos estruturados para atender todos os estudantes, incluindo aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e demais necessidades educacionais específicas, no valor de R$ 242.720,00 (duzentos e quarenta e dois mil, setecentos e vinte reais).

São José das Palmeiras, 17 de dezembro de 2025.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:787A896C

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 006/2025 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS
São José das Palmeiras - PR

RESOLUÇÃO Nº. 006/2025

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação da adesão e do Plano de Ação referente ao recurso: Piso Único de Assistência Social - PAS – 2026 - Deliberação nº 59/2023 / CEAS/PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social no uso das suas atribuições, legais que lhe confere a Lei municipal nº 604/2017 de 09/11/2017 e considerando a deliberação da plenária realizada em 17 de dezembro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Termo de Adesão referente ao recurso: Piso Único de Assistência Social - PAS-2026.

Art. 2º Aprovar o Plano de Ação referente ao recurso: Piso Único de Assistência Social - PAS - 2026.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São José das Palmeiras, 17 de dezembro de 2025.

DÉBORA DAHMER BELCURON CABRAL
Presidente do CMAS

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:65CADBFB

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 007/2025 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS
São José das Palmeiras - PR

RESOLUÇÃO Nº. 007/2025

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Governo Federal referente ao Exercício de 2024 - Agiliza SUAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social no uso das suas atribuições, legais que lhe confere a Lei municipal nº 604/2017 de 09/11/2017 e considerando a deliberação da plenária realizada em 17 de dezembro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR a prestação de contas do Governo Federal referente ao exercício de 2024 – Agiliza Suas, dos Serviços e Programas Socioassistenciais, IGD - Suas e IGD - Bolsa Família.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São José das Palmeiras, 17 de dezembro de 2025.

DÉBORA DAHMER BELCURON CABRAL
Presidente do CMAS

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:D7A35C1C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO N°620/2025

DECRETO Nº 620/2025

SÚMULA – Inexigibilidade de licitação para contratação de show artístico e outras providências.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o parecer exarado pela assessoria jurídica do município,

D E C R E T A:
Art. 1º Nos termos do art. 74, inciso II da Lei nº 14.133/21 (Nova Lei de Licitações e Contratos), fica declarada INEXIGÍVEL a licitação para contratação de show artístico do cantor JANDERSON MORAES, no dia 19 de dezembro de 2025 em atendimento ao Termo de Convênio nº 821/2025, Protocolo nº 24.845.941-7 celebrado com o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado do Turismo – SETU, cujo objeto é a execução, em regime de mútua cooperação, de ações destinadas a fomentar e apoiar a realização de eventos integrantes do Programa Paraná Mais Eventos, instituído pela Lei Estadual n.º 21.760/2023 e regulamentado pelo Decreto Estadual n.º 7.627/2024, no Município de São Pedro do Paraná, conforme as ações e metas detalhadas no respectivo Plano de Trabalho, efetivando-se a mediante contratação direta.

Art. 2º A contratada é:

R2D MUSIC LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 54.340.850/0001-68, e o valor a ser pago é R$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 3º Os recursos orçamentários para a cobertura da presente contratação dar-se-ão às expensas dos cofres da municipalidade, sendo o projeto codificado sob o nº:

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 103/2025 DE 17/12/2025.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 288/2025
12.001.23.695.0030.2100 AÇÕES DIRETAS DE TURISMO
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-PR, 17 de dezembro de 2025.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:9E9E25B3

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO N°621/2025

DECRETO Nº 621/2025

SÚMULA – Inexigibilidade de licitação para contratação de show artístico e outras providências.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o parecer exarado pela assessoria jurídica do município,

D E C R E T A:

Art. 1º Nos termos do art. 74, inciso II da Lei nº 14.133/21 (Nova Lei de Licitações e Contratos), fica declarada INEXIGÍVEL a licitação para contratação show artístico para apresentação na Praça Municipal no dia 20/12/2025, em atendimento ao Termo de Convênio nº 821/2025, Protocolo nº 24.845.941-7 celebrado com o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado do Turismo – SETU, cujo objeto é a execução, em regime de mútua cooperação, de ações destinadas a fomentar e apoiar a realização de eventos integrantes do Programa Paraná Mais Eventos, instituído pela Lei Estadual n.º 21.760/2023 e regulamentado pelo Decreto Estadual n.º 7.627/2024, conforme as ações e metas detalhadas no respectivo Plano de Trabalho, efetivando-se a mediante contratação direta.

Art. 2º A contratada é:

EDUMURO EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.680.012/0001-90, e o valor a ser pago é R$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 3º Os recursos orçamentários para a cobertura da presente contratação dar-se-ão às expensas dos cofres da municipalidade, sendo o projeto codificado sob o nº:

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 104/2025 DE 17/12/2025.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 289/2025
12.001.23.695.0030.2100 AÇÕES DIRETAS DE TURISMO
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-PR, 17 de dezembro de 2025.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:68316DFD

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO N°622/2025

DECRETO Nº 622/2025

SÚMULA – Inexigibilidade de licitação para contratação de show artístico e outras providências.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o parecer exarado pela assessoria jurídica do município,

D E C R E T A:

Art. 1º Nos termos do art. 74, inciso II da Lei nº 14.133/21 (Nova Lei de Licitações e Contratos), fica declarada INEXIGÍVEL a licitação para contratação de show artístico da da dupla MARCO E RENATO, no dia 20 de dezembro de 2025 em atendimento ao Termo de Convênio nº 821/2025, Protocolo nº 24.845.941-7 celebrado com o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado do Turismo – SETU, cujo objeto é a execução, em regime de mútua cooperação, de ações destinadas a fomentar e apoiar a realização de eventos integrantes do Programa Paraná Mais Eventos, instituído pela Lei Estadual n.º 21.760/2023 e regulamentado pelo Decreto Estadual n.º 7.627/2024, no Município de São Pedro do Paraná, conforme as ações

e metas detalhadas no respectivo Plano de Trabalho, efetivando-se a mediante contratação direta.

Art. 2º A contratada é:

VS ENTRETENIMENTO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.393.961/0001-81, e o valor a ser pago é R$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 3º Os recursos orçamentários para a cobertura da presente contratação dar-se-ão às expensas dos cofres da municipalidade, sendo o projeto codificado sob o nº:

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 105/2025 DE 17/12/2025.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 290/2025
12.001.23.695.0030.2100 AÇÕES DIRETAS DE TURISMO
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-PR, 17 de dezembro de 2025.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:A0649DB1

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - DECRETO 619/2025

DECRETO Nº 619/2025

São Pedro do Paraná-PR, 17 de dezembro de 2025.

Declara a afetação de bem imóvel público municipal ao uso comum do povo, com destinação específica à abertura de vias públicas, e dá outras providências.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, Prefeito do Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente as previstas na Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 98, 99, inciso I, e 100 do Código Civil, que classificam os bens de uso comum do povo e tratam da afetação de bens públicos;

CONSIDERANDO o princípio da supremacia do interesse público e a necessidade de ordenação do solo urbano, nos termos da legislação urbanística vigente;

CONSIDERANDO a necessidade de formalização administrativa da destinação pública do imóvel para fins de regularização fundiária, mobilidade urbana e atendimento ao interesse coletivo;

CONSIDERANDO a exigência de ato formal do Poder Executivo para fins de averbação da afetação junto ao Cartório de Registro de Imóveis, bem como para atendimento às recomendações do Ministério Público;

DECRETA:

Art. 1º -Fica formalmente declarado afetado ao uso comum do povo, com destinação específica à abertura e implantação de vias públicas, os bens imóveis de propriedade do Município de São Pedro do Paraná – PR, assim descrito:

A) LOTE nº03 desmembramento do Lote nº A, destacado da subdivisão doLote nº72-AB, da GLEBA 20 da colônia de Paranavaí, situado na cidadede São Pedro do Paraná, Comarca de Loanda – Estado do Paraná, comárea de 400,00 metros quadrados com as seguintes divisas, metragens econfrontações: Pela frente, com uma distância de 16,00 metros, confronta-secom a Avenida Santa Catarina; do lado direito de quem daquela via públicaolha para o terreno, com uma distância de 25,00 metros, confronta-se comLote n° 04 deste DESMEMBRAMENTO; do lado esquerdo, com distância de25,00 metros, confronta-se com Lote n° 02 deste DESMEMBRAMENTO, efinalmente pelos fundos, com uma distância de 16,00 metros, confronta-secom Lote n° "72-AB Remanescente", da subdivisão do Lote 72-AB, fechandoassim o perímetro do imóvel.**MATRÍCULA N°43.063.**

B) LOTE n° 12 , do desmembramento do Lote n° "A", destacado dasubdivisão do Lote n° 72-ab, da gleba 20, da colônia Paranavaí, situadona cidade de São Pedro do Paraná, comarca de Loanda - Estado doParaná, com a área de 400,00 metros quadrados, com as seguintesdivisas, metragens e confrontações: Pela frente, com uma distância de16,00 metros, confronta-se com a Avenida Santa Catarina; do lado direito equem daquela via pública olha para o terreno, com uma distância de 25,00metros, confronta-se com Lote n° 13 deste DESMEMBRAMENTO; do ladoesquerdo, com distância de 25,00 metros, confronta-se com Lote n° 11 desteDESMEMBRAMENTO, e finalmente pelos fundos, com uma distância de16,00 metros, confronta-se com Lote n° "72-AB Remanescente", dasubdivisão do Lote 72-AB, fechando assim o perímetro do imóvel. **MATRÍCULA N°43.072.**

C) Lote n° 21, do desmembramento do Lote n° "a", destacado, dasubdivisão do Lote n° 72-ab, da gleba 20, da colônia Paranavaí situadona cidade de São Pedro do Paraná, comarca de Loanda - estado doparaná, com a área de 400,00 metros quadrados, com as seguintesdivisas, metragens e confrontações: Pela frente, com uma distância de16,00 metros, confronta-se com a Avenida Santa Catarina; do lado direito dequem daquela via pública olha para o terreno, com uma distância de 25,00metros, confronta-se com Lote n° 22 deste DESMEMBRAMENTO; do ladoesquerdo, com distância de 25,00 metros, confronta-se com Lote n° 20 desteDESMEMBRAMENTO, e finalmente pelos fundos, com uma distância de16,00 metros, confronta-se com Lote n° "72-AB Remanescente", dasubdivisão do Lote 72-AB, fechando assim o perímetro do imóvel.**MATRÍCULA N°43.081.**

D) Lote n° 29 , do desmembramento do lote n° "a", destacado, dasubdivisão do lote n° 72-ab, da gleba 20, da colônia Paranavaí, situadona cidade de São Pedro do paraná, comarca de Loanda - estado doparaná, com a área de 400,00 metros quadrado, com as seguintesdivisas, metragens e confrontações: Pela frente, com uma distância de16,00 metros, confronta-se com a Avenida Santa Catarina; do lado direito dequem daquela via pública olha para o terreno, com uma distância de 25,00metros, confronta-se com Lote n° "72-AB Remanescente", da subdivisão dolote 72-AB; do lado esquerdo, com distância de 25,00 metros, confronta-secom Lote n° 28 deste DESMEMBRAMENTO, e finalmente pelos fundos, comuma distância de 16,00 metros, confronta-se com Lote n° "72-ABRemanescente", da subdivisão do Lote 72-AB, fechando assim o perímetro doimóvel. **MATRÍCULA N°43.089.**

Parágrafo Único Os imóveis afetados passam a integrar a categoria de **bens públicos de uso comum do povo**, nos termos do artigo 99, inciso I, do Código Civil, ficando vedada sua alienação enquanto perdurar a afetação.

Art. 2º A destinação do imóvel ao uso comum do povo implica sua utilização exclusiva para fins de circulação viária, infraestrutura urbana e demais usos compatíveis com a natureza de via pública.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a praticar todos os atos administrativos, técnicos e registrais necessários à efetivação da afetação, inclusive:

I – elaboração e aprovação de planta e memorial descritivo;
II – promoção da abertura das vias públicas;
III – requerimento de **averbação do presente Decreto na matrícula dos imóveis** junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente;
IV – adoção de medidas complementares exigidas pelo Ministério Público ou pelos órgãos de controle.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, se houver.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:9222CB9D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

PROVOPAR
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato de Parceria e Cooperação Mútua.

PARTES: PROVOPAR – Ação Social do Município de São Sebastião da Amoreira (CNPJ nº 08.719.766/0001-32) e a empresa PALOMA DE OLIVEIRA LIMA ARRUDA (CNPJ nº 63.994.266/0001-17).

OBJETO: Cooperação técnica e social para a realização do evento "BAILE DA TERCEIRA IDADE", nas dependências do Centro de Eventos Olímpio Furlanetto.

FINALIDADE: Promoção do bem-estar, lazer e integração social dos idosos do município de São Sebastião da Amoreira.

CONTRAPRESTAÇÃO SOCIAL:
Entrega mensal de 01 (uma) Cesta Básica (padrão CRAS) pela Segunda Contratante ao PROVOPAR.
Concessão de 50% de desconto no ingresso para idosos integrantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

VIGÊNCIA: Da data de assinatura até 31 de dezembro de 2026.

RESPONSABILIDADES: A organização, custeio, obtenção de licenças (Sanitário, Bombeiros, ECAD) e segurança do evento são de inteira responsabilidade da Segunda Contratante.

DATA DE ASSINATURA: 17 de dezembro de 2025.

FORO: Comarca de Assaí, Estado do Paraná.

ANA GABRIELA DE OLIVEIRA
Presidente do PROVOPAR
São Sebastião da Amoreira

PALOMA DE OLIVEIRA LIMA ARRUDA
2ª Contratante

Publicado por:
Wanderley Ferreira Figueiredo
Código Identificador:D6A43D04

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
DECRETO Nº 446 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Súmula: declara de utilidade pública e de interesse social para fins de desapropriação, uma área de terra rural com 1.850 m² no município de São Sebastião da Amoreira.

A Prefeita Municipal de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que compete ao Município de São Sebastião de Amoreira legislar privativamente sobre assuntos de interesse local, na forma do art. 66 da Lei Orgânica Municipal, combinados com Decreto Lei 3.365/1941, artigo 5º, alínea "I", modificado pela Lei Federal nº 9.785/99, e amparado pelo Art. 66, inciso V, da Lei Orgânica do Município de São Sebastião da Amoreira, Paraná;

CONSIDERANDO a necessidade de finalidade liberar o trafego mais acessível de caminhões e maquinários na pedreira municipal;

DECRETA:

Art. 1°. Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação uma área de terras com 1.850 m², sendo parte da área identificada como Lote 1.339-B-1-A inserida na Matrícula 4.516 (2º CRI), conforme Planta anexa ao presente Decreto.

Art. 2º. A Desapropriação terá como finalidade liberar o trafego mais acessível de caminhões e maquinários na pedreira municipal.

Art. 3º. O pagamento da indenização referente a área ora desapropriada será realizado com recursos financeiros próprios do Município, conforme laudo de avaliação anexo ao presente Decreto.

Art. 4º. Fica o Município de São Sebastião da Amoreira autorizado a promover todos os atos judiciais e extrajudiciais necessários para a efetivação da desapropriação, ficando-lhe assegurado o direito de acesso à área mencionada no artigo 1º e assegurados a seu favor, no exercício das prerrogativas conferidas por este decreto, alegar, para efeitos de imissão provisória de posse, a urgência a que se refere o artigo 15, do Decreto-Lei Federal nº 3.365/1941, alterado pela Lei Federal nº 2.786/1986.

Art. 5º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Sebastião da Amoreira, em 17 de dezembro de 2025.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal
Gestão 2025-2028

WANDERLEY FERREIRA FIGUEIREDO
Chefe de Gabinete
Decreto nº 71/2025

Publicado por:
Janaina Dos Santos Dias
Código Identificador:D14EA9C1

SETOR DE LICITAÇÃO
ATA DE SESSÃO DESERTA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 73/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 190/2025
Tipo: Registro de Preço
Pregoeiro: Rômulo Ricardo Janoni Soares
Município de São Sebastião da Amoreira – PR
Data de Publicação: 04/12/2025 – 08:16:30

RELATÓRIO DA SESSÃO
Data e horários do processo:
• 04/12/2025 – 08:16:29 – Publicado
• 04/12/2025 – 09:00:00 – Recepção de Propostas
• 17/12/2025 – 07:00:00 – Análise de Propostas
• 17/12/2025 – 08:12:11 – Sessão declarada deserta

MOVIMENTOS DO LOTE
Lote 1 – Deserto

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 01
Unidade: US
Descrição: Sucção de fossa com utilização de caminhão auto-vácuo (serviço de limpeza e destinação de fossas/sumidouros).
Quantidade: 60
Valor Unitário: R$ 0,00
Valor Total: R$ 0,00

Marca: —
Modelo: —

RESULTADO
O Lote 01 foi declarado DESERTO, não havendo apresentação de propostas válidas para o objeto licitado.

ENCERRAMENTO
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, sendo a presente ata lavrada para registro dos atos praticados no Pregão Eletrônico nº 73/2025.

RÔMULO RICARDO JANONI SOARES
Pregoeiro

ANDERSON CAETANO CLARO
Equipe de Apoio

LAIS APARECIDA DE OLIVEIRA LACERDA DA SILVA
Equipe de Apoio

WAGNER MINORU TAMEHIRO
Equipe de Apoio

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:0C1190E9

SETOR DE LICITAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 59/2025

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 59/2025

SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 207/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação, montagem, instalação e desmontagem de estruturas de palco, sistemas de som e iluminação para atender as festividades de fim de ano.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.
VALOR MÁXIMO: CONFORME EDITAL.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 11h00 do dia 19/12/2025.

O Edital completo está disponibilizado no endereço eletrônico www.amoreira.pr.gov.br Informações através do telefone (43) 3265-8300.

São Sebastião da Amoreira, 17 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:EF936E40

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR E PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 78/2024 - PREGÃO N°37/2024

CONTRATANTE
Município de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 76.290.659/0001-91, situada na Rua Papa João XXIII, nº 1.086, Centro, São Sebastião da Amoreira (PR), neste ato representado pela Prefeita Municipal Sra. Exilaine Gaspar, união estável, portadora da Carteira de Identidade nº. 5.090.240-4 SSP/PR e CPF/MF nº 755.902.479-34.

CONTRATADO
A. R. SANTOS E CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Siqueira Campos, n° 386, CENTRO, CEP 86 320 000, na cidade de Congonhinhas, Paraná, cadastrada no CNPJ n° 08.434.728/0001-33, representada pelo Sr. Adriano Rodrigues dos Santos/Sócio Administrador, portador do RG n° 7.015.316-5 SSP/PR e do CPF n° 034.669.259-83.

OBJETO DO ADITIVO

- Cláusula Primeira: Fica prorrogada, por mais 12 (doze) meses, a vigência e a execução da ata registro de preço 78/2024, oriunda do Pregão Eletrônico nº 37/2024, com nova data de vigência até 20 de dezembro de 2026, nos termos da Cláusula Quinta da ata de registro de preço original e do art. 107, da Lei nº 14.133/2021.

- Cláusula Segunda: Conforme previsão contratual e legal, o valor total da ata de registro de preço nº 78/2024, passa a ser de R$ 40.500,00 (oitenta e dois mil seiscentos e oitenta e nove reais e quarenta centavos). O pagamento será efetuado de forma parcelada, segundo as solicitações da Administração, mediante apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, acompanhada das certidões negativas exigidas (FGTS, INSS, Municipal e Trabalhista), observada a ordem cronológica de exigibilidade prevista na Lei nº 14.133/2021, e em até 10 (dez) dias úteis após o atesto pela Secretaria requisitante.

- Cláusula Terceira: Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas explicitadas na ata de registro de preço original, desde que não venha a colidir com os efeitos deste termo aditivo.

FORO
Comarca de Assai –Pr.

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:F6F52D4C

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR E PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 82/2024 - PREGÃO N°37/2024

CONTRATANTE
Município de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 76.290.659/0001-91, situada na Rua Papa João XXIII, nº 1.086, Centro, São Sebastião da Amoreira (PR), neste ato representado pela Prefeita Municipal Sra. Exilaine Gaspar, união estável, portadora da Carteira de Identidade nº. 5.090.240-4 SSP/PR e CPF/MF nº 755.902.479-34.

CONTRATADO
TAYLANA CRISTINA FUZINATTO ANTUNES, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Claudinei Pedro Zanella, n° 386, CENTRO, CEP 89 843 000, na cidade de Águas Frias, Santa Catarina, cadastrada no CNPJ n° 49.064.583/0001-03, representada pela Sra. Taylana Cristina Fuzinatto Antunes/Administradora, portadora do RG n° 7.271.383 e do CPF n° 013.121.279-61.

OBJETO DO ADITIVO

- Cláusula Primeira: Fica prorrogada, por mais 12 (doze) meses, a vigência e a execução da ata registro de preço 82/2024, oriunda do Pregão Eletrônico nº 37/2024, com nova data de vigência até 20 de dezembro de 2026, nos termos da Cláusula Quinta da ata de registro de preço original e do art. 107, da Lei nº 14.133/2021.

- Cláusula Segunda: Conforme previsão contratual e legal, o valor total da ata de registro de preço nº 82/2024, passa a ser de R$ 10.012,08 (dez mil e doze reais e oito centavos). O pagamento será efetuado de forma parcelada, segundo as solicitações da Administração, mediante apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, acompanhada das certidões negativas exigidas (FGTS, INSS, Municipal e Trabalhista), observada a ordem cronológica de

exigibilidade prevista na Lei nº 14.133/2021, e em até 10 (dez) dias úteis após o atesto pela Secretaria requisitante.

- Cláusula Terceira: Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas explicitadas na ata de registro de preço original, desde que não venha a colidir com os efeitos deste termo aditivo.

FORO

Comarca de Assai –Pr.

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:15A128D8

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR E PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 84/2024 - PREGÃO N°37/2024

CONTRATANTE
Município de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 76.290.659/0001-91, situada na Rua Papa João XXIII, nº 1.086, Centro, São Sebastião da Amoreira (PR), neste ato representado pela Prefeita Municipal Sra. Exilaine Gaspar, união estável, portadora da Carteira de Identidade nº. 5.090.240-4 SSP/PR e CPF/MF nº 755.902.479-34.

CONTRATADO
3S SECURITY TECNOLOGIA SEGURANÇA E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Higienópolis, n° 2677, Sala 01, Jardim Guanabara, CEP 86 050 000, na cidade de Londrina, Paraná, cadastrada no CNPJ n° 19.140.331/0001-55, representada pela Sr. Walter Ruben Munoz, portador do RG n° Q365754Q e do CPF n° 009.512.819-09.

OBJETO DO ADITIVO

- Cláusula Primeira: Fica prorrogada, por mais 12 (doze) meses, a vigência e a execução da ata registro de preço 84/2024, oriunda do Pregão Eletrônico nº 37/2024, com nova data de vigência até 20 de dezembro de 2026, nos termos da Cláusula Quinta da ata de registro de preço original e do art. 107, da Lei nº 14.133/2021.

- Cláusula Segunda: Conforme previsão contratual e legal, o valor total da ata de registro de preço nº 84/2024, passa a ser de R$ 28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais). O pagamento será efetuado de forma parcelada, segundo as solicitações da Administração, mediante apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, acompanhada das certidões negativas exigidas (FGTS, INSS, Municipal e Trabalhista), observada a ordem cronológica de exigibilidade prevista na Lei nº 14.133/2021, e em até 10 (dez) dias úteis após o atesto pela Secretaria requisitante.

- Cláusula Terceira: Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas explicitadas na ata de registro de preço original, desde que não venha a colidir com os efeitos deste termo aditivo.

FORO

Comarca de Assai –Pr.

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:7AF0464E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 36/2025

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 36/2025

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE LIVROS E MATERIAIS DIDÁTICOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SAPOPEMA-PR**
Diante a Autorização para homologação SAM, o prefeito municipal srº Paulo Maximiano de Souza Junior, em conformidades com a Lei nº 14.133/2021, torna pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação do objeto a empresa**, PUBLICAÇÕES BRASIL CULTURA LTDA**, **CNPJ:** 05.641768/0001-68

Sapopema Pr, 17 de dezembro de 2025

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:FF8F7EE2

ADMINISTRAÇÃO GERAL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 37/2025

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 37/2025

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE 2 (DOIS) MÓDULOS PARA TRANSPORTE INTERNO, 13 (TREZE) ARMÁRIOS 1800MM E 13 (TREZE) ESTANTES DE LIVRO NA FORMA DE ADESÃO A ARP 03/2024 DO PREGÃO 04/2024, DA CIEDEPAR, PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SAPOPEMA/PARANÁ**
Diante a Autorização para homologação SAM, o prefeito municipal srº Paulo Maximiano de Souza Junior, em conformidades com a Lei nº 14.133/2021, torna pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação do objeto as empresas**: WPB COMÉRCIO, SERVIÇOS E ASSESSORIA LTDA, CNPJ:** 28.610.644/0001-10 e **DMX MÓVEIS LTDA**, **CNPJ:** 14.289.754/0001-18

Sapopema Pr, 17 de dezembro de 2025

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:EF7D372D

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 391/2025

DECRETO Nº 391/2025

O Prefeito Municipal de Sapopema, Paulo Maximiano de Souza Junior, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.228/2020.

R E S O L V E

Art. 1º - Exonerar a Sr.ª Poliane Vaz da Silva, matrícula nº 7389-1 nomeada pelo Decreto nº 208/2025 para exercer a função de Auxiliar de Serviços Gerais, cargo temporário, contratado por prazo determinado através do PSS nº 003/2024.
Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos financeiros para dia 16/12/2025.

Sapopema, 17 de dezembro de 2025.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:D53371DA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXTRATO 9º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 28/2022

EXTRATO 9º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 28/2022

Tomada de Preços Nº 02/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SAPOPEMA - PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na cidade de Sapopema-Pr, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo Sr Prefeito Municipal, em pleno exercício de mandato e funções, *SRº.* PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR, brasileiro, portador da cédula de identidade sob o nº. 4.985.239-8, CPF sob o nº. 769.681.549-00, residente e domiciliado nesta cidade, Rua: Santana, com fundamento na Lei Federal nº. 8.666 de 21/03/93. decorrente da Licitação sob a modalidade Tomada de Preços N.º 02/2022.

CONTRATADO: R.C. LOPES LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede na e foro na : Chácara Poliana-Bairro Flamenguinho s/n na cidade de Ibaiti-Pr. inscrita no CNPJ sob o n.º25.138.102/0001-07. Telefone 43-99964-8280 – e-mail jmppavimentacao@hotmail.com , neste ato representada pela Srª. Rafaela Caroline Lopes, maior, empresária, portadora da cédula de identidade RG, sob o n.º 13.186.879-0 e CPF sob o n.º 095.602.439-42. Residente e domiciliado na cidade de Ibaiti - Pr.

CLÁUSULA 1ª- Na forma do art. 57 Inciso II da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, fica prorrogado a vigência do contrato nº 28/2022, até o dia 10/03/2026. Conforme Acordão nº 1912/2023 TCEPR.
Conforme parecer técnico de setor de engenharia favorável, justifica-se a necessidade de prorrogação para que sejam efetuados os pagamentos, encerramentos e prestação de contas do referido contrato, dessa forma faz-se necessário a dilatação do prazo.

CLÁUSULA 2ª - Os demais termos do contrato permanecem inalterados.

CLAÚSULA 3ª - As partes elegem o Foro da Comarca de Curiúva-Pr com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Termo Aditivo e Contrato que não puderam ser resolvidos pelas partes.
E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

Sapopema, 17 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:A70A1071

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 287-2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 287-2025

CONTRATANTE: Município de Sapopema, Estado do Paraná, com sede à Avenida Manoel Ribas, 858 - Centro, inscrito no CGC/MF nº 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Srº Paulo Maximiano de Souza Junior, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.985.239-8 e do CPF/MF nº 769.681.549-00.

CONTRATADA: PUBLICAÇÕES BRASIL CULTURA LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LIVROS E MATERIAIS DIDÁTICOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SAPOPEMA-PR

VALOR: R$ 303.360,00 (trezentos e três mil e trezentos e sessenta reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: Conforme contrato

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 17 de dezembro de 2025.

FORO: Comarca de Curiúva, Estado do Paraná.

Sapopema, 17 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:88DA1D03

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 288/2025 E 289/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 288/2025 e 289/2025

CONTRATANTE: Município de Sapopema, Estado do Paraná, com sede à Avenida Manoel Ribas, 858 - Centro, inscrito no CGC/MF nº 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Srº Paulo Maximiano de Souza Junior, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.985.239-8 e do CPF/MF nº 769.681.549-00.

CONTRATADAS: WPB COMÉRCIO, SERVIÇOS E ASSESSORIA LTDA E DMX MÓVEIS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 2 (DOIS) MÓDULOS PARA TRANSPORTE INTERNO, 13 (TREZE) ARMÁRIOS 1800MM E 13 (TREZE) ESTANTES DE LIVRO NA FORMA DE ADESÃO A ARP 03/2024 DO PREGÃO 04/2024, DA CIEDEPAR, PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SAPOPEMA/PARANÁ

VALOR CONTRATO 288/25: 29.800,00 (vinte e nove mil e oitocentos reais)

VALOR CONTRATO 289/25: 145.080,00 (cento e quarenta e cinco mil e oitenta reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: Conforme contrato

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 17 de dezembro de 2025.

FORO: Comarca de Curiúva, Estado do Paraná.

Sapopema, 17 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:C1A2C804

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 222/2025

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 222/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO MUNICIPAL E A EMPRESA TURBO SYSTEM COMERCIO LTDA-ME.

O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, com sede na Avenida Manoel Ribas, 858, na cidade de Sapopema/Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº. 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo *SR. PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR, Prefeito Municipal*, nomeado pela Ata de Posse Biênio 2025 a 2028, publicada no *Diário Oficial*

dos Municípios do Paraná do dia 03 de janeiro do ano de 2025, Edição 3186, portador da Matrícula nº 80421, usando das atribuições conferidas pela legislação vigente e nos termos do expediente administrativo com decisão definitiva não mais passível de recurso, RESOLVE RESCINDIR UNILATERALMENTE, o Contrato Administrativo nº 222/2025, firmado com a Empresa TURBO SYSTEM COMERCIO LTDA-ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.536.985/0001-25, sediada na Rua Amador Bueno,261,Bairro: Piratininga em Osasco-Sp, Telefone (11) 97984-8940, E-mail lins_turbo@hotmail.com , doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por Marcelo Lins.CPF: 144.074.548-06,RG: 20.331.418-9 tendo em vista o que consta no Processo nº 209.531/24-1, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, em decorrência do Processo Administrativo nº 35/2025, Dispensa Eletrônica nº 35/2025 homologado em 09/09/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Constitui objeto deste termo a rescisão unilateral do Contrato Administrativo nº 222/2025, que tem por objeto " AQUISIÇÃO DE MINI CAMARA INDUSTRIAL PARA APAE SAPOPEMA, CONFORME PLANO DE APLICAÇÃO E RECURSO SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL".

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RESCISÃO

2.1. Em razão do inadimplemento contratual, apurado em expediente administrativo, fica rescindido o Contrato Administrativo mencionado, nos termos da Cláusula Décima alínea c) do referido instrumento: der causa à inexecução total do contrato.

Deixar de entregar no endereço indicado na autorização de fornecimento, conforme solicitações por parte das Secretarias Requisitantes, obedecendo os prazos e exigências estabelecidos no edital e seus anexos.

Cláusula Décima, item 10.1 do referido instrumento: As causas de extinção contratual estão estabelecidas no Art. 137, de acordo com as disposições do Art. 138 e 139, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Ainda conforme os artigos. 137 e 138 inciso I, combinado com as infrações dispostas no artigo.155 e as sanções previstas no artigo. 156 da Lei n° 14.133/21, como também previstas na Cláusula Oitava do referido contrato.

Motivo: Conforme Processo Administrativo Jurídico nº 35/2025, nos termos contratuais a entrega dos produtos estava prevista até 28 de outubro de 2025, não tendo sido realizada até a data do dia 05/12/2025, sob Despacho de Instauração de processo Administrativo Sancionador nº 35/2025 destacando a aplicação das penalidades nos termos da Lei nº 14.133/2021, ocorre que até a presente data dia 17 de dezembro de 2025 a empresa não efetuou a entrega do objeto contratado, não expressando tal justificativa para atrasos conforme e-mails do Setor Jurídico.

Além disso, dada a devida importância ao item indispensável para o funcionamento da APAE Sapopema do município, necessitando entrega imediata, justifica-se a rescisão unilateral disposto no art. 138, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a empresa será notificada para apresentar defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias úteis, conforme disposto nos termos dos artigos 156 e 157 da Lei nº 14.133/2021, sendo lhe assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Além de posteriormente as aplicações de penalidades cabíveis conforme a gravidade da infração e reiterada conduta nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

Sapopema Pr, 17 de dezembro de 2025.

Contratante
PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:DF1E3C28

ADMINISTRAÇÃO GERAL
LEI MUNICIPAL Nº 1659/2025

LEI MUNICIPAL nº 1659/2025

Súmula: Institui a nova Planta de Valores Genéricos para apuração do valor venal dos imóveis, estabelece a fórmula de cálculo do IPTU da Lei nº466/2001 (Código Tributário Municipal de Sapopema).

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SAPOPEMA,** ESTADO DO PARANA, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO a seguinte LEI:

Art.1º - Fica instituída a Planta de Valores Genéricos (PVG) do Município de Sapopema, destinada à apuração do valor venal de terrenos e edificações para fins de lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), da Contribuição de Melhoria e de outros tributos incidentes sobre o patrimônio imobiliário.

§ 1º A PVG será composta pelas **Tabelas I aXI**, anexas a esta Lei Complementar, nas quais constarão:

os valores do metro quadrado de terreno por face de quadra, conforme MAPA DE REFERÊNCIA DE VALORES DE METRO QUADRADO DAS FACES DE QUARTEIRÃO DO MUNICÍPIO, em anexo;

os valores unitários do metro quadrado de construção segundo o tipo de edificação;

os fatores de correção e respectivos critérios de aplicação relativos à situação, topografia, pedologia, pavimentação, alinhamento, posição, situação, estrutura, cobertura, e estado de conservação.

Art.2º– O valor venal do terreno (Vvt), construído ou não, será apurado pela multiplicação de sua área do terreno (At) pelo valor do metro quadrado (Vmq), constante no mapa de referência de valores de metro quadrado das faces de quadra (em anexo), e pelos fatores de correção constantes das TabelasI aV. aplicáveis conforme as peculiaridades do imóvel, de acordo com a seguinte fórmula:

Vvt = At x Vmq x Fa x Fsit x Ftop x Fped x Fpav

§ 1º Os elementos e fatores de correção utilizados na fórmula são:
Fa - fator de redução de área
Fsit – fator de situação na quadra;
Ftop – fator de topografia;
Fped – fator de pedologia;
Fpav – Fator de pavimentação;
Vmq – valor do metro quadrado;
At – área do terreno

§ 2º A área do terreno (At) é calculada de acordo informações constantes no cadastro imobiliário.

I - Os terrenos que possuírem área superior a 2.000,00 m², serão considerado gleba, e será aplicado fator de redução 0,5 conforme Tabela II.

II – Nos terrenos em que existam edifícios compostos de unidades autônomas, o valor venal deverá considerar a fração ideal de terreno correspondente à área construída de cada unidade, observados os fatores de correção aplicáveis.

§ 3º O valor do metro quadrado referido no artigo 2º é:

III – O valor do metro quadrado (Vmq) corresponderá ao trecho do logradouro de sua frente efetiva, ou, havendo mais de uma frente, será adotado o maior valor unitário;

IV - Para terrenos encravados será considerado o valor do trecho do logradouro correspondente à servidão de passagem.

V - Logradouros não constantes no MAPA DE REFERÊNCIA DE VALORES DE METRO QUADRADO DAS FACES DE QUARTEIRÃO DO MUNICÍPIO terão valores unitários fixados pela Secretaria Municipal de Fazenda com base no comportamento do mercado imobiliário.

§4º O fator de redução de área para cálculo da área tributável (fa), é definido na Tabela I, conforme área constante no cadastro imobiliário.

§5º O fator de situação na quadra (Fsit) é definido na Tabela II, conforme enquadramento do lote no cadastro imobiliário.

§6º O fator de topografia (Ftop) é definido na Tabela III, conforme enquadramento do lote no cadastro imobiliário.

§7º O fator de tipo de pedologia (Fped) é definido na Tabela IV, conforme enquadramento do lote no cadastro imobiliário.

§8º O fator de tipo de pavimentação (Fpav) é definido na Tabela V, conforme enquadramento do lote no cadastro imobiliário.

Art.3º–O valor venal da construção (Vvc) resulta do produto da área construída (Ac) pelo valor unitário do metro quadrado do tipo de construção (Vmqc), pelo fator do tipo de alinhamento (Fali), pelo fator do tipo de posição (Fpos), pelo fator do tipo de estrutura (Festr), pelo fator do tipo de cobertura (Fcob) e pelo fator do estado de conservação (Fest), de acordo com a fórmula:

Vvc = Ac x Vmqc X Fali x Fpos x Festr x Fcob x Fest

§ 1º – Cada unidade imobiliária será avaliada individualmente, segundo as características registradas no cadastro imobiliário.
I - A área construída (Ac) é a constante do cadastro imobiliário.
II - O valor unitário do metro quadrado do tipo de construção (Vmqc) é obtido em função do tipo de edificação constante no cadastro imobiliário. A Tabela VI define os valores unitários de referência.
III - O fator do tipo de alinhamento (Fali) é obtido em função das informações constantes no cadastro imobiliário. A Tabela VII define seus valores.
IV - O pelo fator do tipo de posição (Fpos) é obtido em função das informações constantes no cadastro imobiliário. A Tabela VIII define seus valores.
V - O fator do tipo de estrutura (Festr) é obtido em função das informações constantes no cadastro imobiliário. A Tabela IX define seus valores.
VI - O fator do tipo de cobertura (Fcob) é obtido em função das informações constantes no cadastro imobiliário. A Tabela X define seus valores.
VII - O fator do estado de conservação (Fest) é obtido em função das informações constantes no cadastro imobiliário. A Tabela XI define seus valores.
Art.4º–O valor venal do imóvel (Vvi) construído será apurado pela soma do valor venal do terreno (Vvt), obtido na forma dos artigos anteriores, com o valor venal da construção (Vvc), conforme a fórmula abaixo:

Vvi = Vvt + Vvc

§ 1º Nos casos que houver mais de uma edificação no lote, será definida, para efeito de definição do valor de cada uma no respectivo imóvel, a fração ideal de terreno, proporcionalmente a área construída das mesmas, considerando-se os fatores de correção aplicáveis ao terreno onde as mesmas estão construídas.

• Para o cálculo da fração ideal do terreno, será usada a seguinte fórmula:

área da unidade x área do terreno
FRAÇÃO IDEAL = ----------
área total edificada

• Para cálculo da testada ideal, será usada a seguinte fórmula:

área da unidade x testada
TESTADA IDEAL = ----------
área do total edificada

§ 2º Os valores unitários de referência de terrenos e edificações poderão sofrer ajustes na avaliação dos imóveis quando se constatar que os valores dos imóveis determinados com base nos mesmos estejam destoando do comportamento do mercado imobiliário.
§ 3º O valor do IPTU será obtido multiplicando-se a alíquota pelo valor venal do imóvel (Vvi).

Art.4º– O IPTU incidirá sobre o valor venal do imóvel com as seguintes alíquotas:
Terreno sem edificação: 0,4% (zero virgula quatro por cento) sobre o valor venal do terreno;
Imóvel com edificação: 0,2% (Zero virgula dois por cento) sobre o valor venal do imóvel edificado;

Parágrafo Único – As alíquotas estabelecidas neste artigo substituirão integralmente aquelas constantes na Lei nº466/2001 - Código Tributário Municipal de Sapopema.
Art.5º– O artigo 129 da Lei nº 466/2001 passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 129° - O IPTU incidirá sobre o valor venal do imóvel com as seguintes alíquotas:
Fica instituído o escalonamento das alíquotas do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para os exercícios fiscais subsequentes

As alíquotas incidentes sobre imóveis edificados serão aplicadas de forma progressiva ao longo de oito exercícios, iniciando-se em 0,10% no primeiro lançamento e atingindo 1,00% no oitavo ano, conforme tabela a seguir:
1º exercício 2026: 0,10% (zero vírgula dez por cento)
2º exercício 2027: 0,23% (zero vírgula vinte e três por cento)
3º exercício 2028: 0,36% (zero vírgula trinta e seis por cento)
4º exercício 2029: 0,49% (zero vírgula quarenta e nove por cento)
5º exercício 2030: 0,61% (zero vírgula sessenta e um por cento)
6º exercício 2031: 0,74% (zero vírgula setenta e quatro por cento)
7º exercício 2032: 0,87% (zero vírgula oitenta e sete por cento)
8º exercício 2033: 1,00% (um por cento)

As alíquotas incidentes sobre imóveis não edificados, terrenos ou glebas urbanas também serão aplicadas de forma progressiva ao longo de oito exercícios, iniciando-se em 0,20% no primeiro lançamento e atingindo 2,00% no oitavo ano, conforme tabela a seguir:

1º exercício 2026: 0,20% (zero vírgula vinte por cento)
2º exercício 2027: 0,46% (zero vírgula quarenta e seis por cento)
3º exercício 2028: 0,71% (zero vírgula setenta e um por cento)
4º exercício 2029: 0,97% (zero vírgula noventa e sete por cento)
5º exercício 2030: 1,23% (um vírgula vinte e três por cento)
6º exercício 2031: 1,49% (um vírgula quarenta e nove por cento)
7º exercício 2032: 1,74% (um vírgula setenta e quatro por cento)
8º exercício 2033: 2,00% (dois por cento)

Parágrafo Único – As alíquotas estabelecidas neste artigo substituirão integralmente aquelas constantes na Lei nº466/2001 - Código Tributário Municipal de Sapopema
Art.6º–Revoga-se o parágrafo único do art. 129º da lei nº 466/2001

Art.7º–Esta Lei Complementar integra o Código Tributário Municipal de Sapopema, instituído pela Lei nº466/2001.

Art.8º - Esta Lei Complementar entrará em vigor em 1º de janeiro de 2026, respeitado o princípio da anterioridade tributária, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sapopema, 17 de dezembro de 2025.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal de Sapopema

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:B25803F6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
PORTARIA Nº 433/2025

Designa servidores para responderem pela gestão e fiscalização de atas de registro de preços, na forma que especifica.

O DIRETOR-GERAL da Autarquia Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores municipais abaixo relacionados, com a finalidade de responderem pela gestão e fiscalização das Atas de Registro de Preços oriundas do **Pregão Eletrônico nº 019/2025**, que tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**, durante a vigência das respectiva Atas:

Matrícula nº:	Nome:	Função:
2955	Abraão Américo de Oliveira	Gestor de Contrato
1931	Edimis Dagmar Svaigen	Fiscal de Contrato
2361	Marcelo Padula de Brito	Fiscal substituto

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Sarandi (PR), 17 de dezembro de 2025.

CESAR AUGUSTO FOSS
Diretor Geral
Decreto nº 10/2025
Águas de Sarandi - SMSA

Publicado por:
Renato Hiran Ausek
Código Identificador:1EB1AF58

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 838/2025

SÚMULA:Dispõe sobre o ponto facultativo nas repartições públicas municipais, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado Paraná, no uso de suas atribuições legais;

Decreta:

Art. 1º Ponto facultativo nas repartições públicas municipais do dia 24 de dezembro de 2025 à 04 de janeiro de 2026, retornando às atividades normais às 08:00 horas do dia 05 de janeiro de 2026;

Art. 2º As Secretarias, Departamentos e Divisões que, dada a sua natureza são considerados serviços essenciais, se adaptarão de modo a não prejudicar o atendimento dos interesses da comunidade, inclusive os prazos de publicidade dos processos licitatórios serão contabilizados normalmente.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 17 de dezembro de 2025.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego William Sanches
Código Identificador:9C5F4314

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0066/2025 - UASG 988461

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0066/2025 – PMS
UASG 988461

OBJETO: Formação de registro de preços para possíveis aquisições de pneus, câmaras e válvulas para frota da Prefeitura de Sarandi/PR.

Data e horário de abertura da Sessão: **dia 13 de janeiro de 2026 às 09:00h.**

LOCAL:http://www.compras.gov.br/

AS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES E O EDITAL COMPLETO PODERÃO SER OBTIDOS NO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES COMPRAS E PATRIMÔNIO – PAÇO MUNICIPAL – FONE: (0xx44) 3264-8623.
E-MAIL: licitacao@sarandi.pr.gov.br, pregoeiro1@sarandi.pr.gov.brO EDITAL COMPLETO PODERÁ SER RETIRADO NOS SITE: http://www.sarandi.pr.gov.br, www.comprasgovernamentais.gov.bre Portal Transparência

Sarandi, 17 de dezembro de 2025.

RENAN BATISTA MEYRING
Pregoeiro

Publicado por:
Renan Batista Meyring
Código Identificador:1545F596

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
DESPACHO DE REVOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0011/2025 - PMS - UASG 988461

DESPACHO DE REVOGAÇÃO

No uso das minhas atribuições conferidas por Lei, em especial a nº 14.133 de 01 de abril de 2021, resolvo dar publicidade na revogação do seguinte processo:

Processo nº	Pregão Eletrônico 9-0011/2025
Objeto	Formação de registro de preços para serviços de destoca de árvores em vias e locais públicos do Município de Sarandi/PR, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saneamento e Meio Ambiente.

Pelo presente instrumento, comunicamos aos interessados que, conforme despacho fundamentado circunstanciadamente, constante no processo de Pregão Eletrônico nº 9-0011/2025, referente ao objeto supracitado, fica o referido processo revogado, com fulcro no Art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

Sarandi, 17 de dezembro de 2025.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Maria Luiza Souza Carvalho Mattos
Código Identificador:9761DBC1

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
PORTARIA Nº 1558/2025

SÚMULA: Designa servidor para fiscal de contrato, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor municipal, abaixo relacionado, com a finalidade de responder pelo acompanhamento e fiscalização durante a execução do contrato para **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE UMA APRESENTAÇÃO DE BATALHA DE BREAKING DURANTE O EVENTO 'CULTURA URBANA'"**, em sua respectiva Secretaria, até o término do contrato que der causa a criação desta:

NOME	FUNÇÃO	LOTAÇÃO/SECRETARIA
OGAMAR PASINATO GARCIA	**FISCAL**	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 16 de dezembro de 2025.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pollyanne Alves Tomaz e Silva
Código Identificador:E3D62284

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
PORTARIA Nº 1559/2025

SÚMULA: Designa servidor para fiscal de contrato, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,em conformidade com a Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor municipal, abaixo relacionado, com a finalidade de responder pelo acompanhamento e fiscalização durante a execução do contrato para **"AQUISIÇÃO DE PNEUS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DOS MICRO-ÔNIBUS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE"**, em sua respectiva Secretaria, até o término do contrato que der causa a criação desta:

NOME	FUNÇÃO	LOTAÇÃO/SECRETARIA
OGAMAR PASINATO GARCIA	**FISCAL**	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 16 de dezembro de 2025.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pollyanne Alves Tomaz e Silva
Código Identificador:719C0679

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
PORTARIA Nº 1560/2025

SÚMULA: Designa servidor para fiscal de contrato, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,em conformidade com a Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor municipal, abaixo relacionado, com a finalidade de responder pelo acompanhamento e fiscalização durante a execução do contrato para **"REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS ESCOLARES"**, em sua respectiva Secretaria, até o término do contrato que der causa a criação desta:

NOME	FUNÇÃO	LOTAÇÃO/SECRETARIA
MAIARA SILVA RAMOS BIQUETI	**FISCAL**	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 16 de dezembro de 2025.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pollyanne Alves Tomaz e Silva
Código Identificador:C12DDCD2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMAS

RESOLUÇÃO n.º 33/2025

Dispõe sobre a adesão à Emenda Parlamentar nº 28740002/2025 GND 3.50: no valor total de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), a serem repassados ao FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social para destinar as seguintes entidades: R$ 100.000,00 (cem mil reais) à PROMEC – Proteção ao Menor Carente de Sarandi; R$ 100.000,00 (cem mil reais) à Associação Pescadores de Vidas; R$ 100.000,00 (cem mil reais) à APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sarandi para Município de Sarandi/PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Municipal n° 2908/2023 Reunido em Plenária Conjunto Ordinário CMAS e CMDCA n.º 06/2025 no dia 17 de Dezembro de 2025:

CONSIDERANDO:

- A Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em atenção a Resolução nº 78, de 17 de maio de 2006, alterada pela Resolução CNAS nº 59, de 17 de junho de 2009, que dispõe sobre o processo de elaboração, análise e aprovação do orçamento da Assistência Social;

- A Lei Municipal n.º 2908/2023;

- A Política Nacional de Assistência Social 2004;

- Apresentação da pauta sobre a Emenda Parlamentar nº 28740002/2025 GND 3.50: no valor total de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), a serem repassados via FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social às seguintes entidades: R$ 100.000,00 (cem mil reais) à PROMEC – Proteção ao Menor Carente de Sarandi; R$ 100.000,00 (cem mil reais) à Associação Pescadores de Vidas; R$ 100.000,00 (cem mil reais) à APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sarandi/PR nos dias 09/07/2025 e 17/12/2025 ;

- a Resolução do CMAS n.º 11A/2025;

RESOLVE:

Artigo 1º. – Aprovar a adesão à Emenda Parlamentar nº 28740002/2025 GND 3.50: no valor total de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), a serem repassados via FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social às seguintes entidades: R$ 100.000,00 (cem mil reais) à PROMEC – Proteção ao Menor Carente de Sarandi; R$ 100.000,00 (cem mil reais) à Associação Pescadores de Vidas; R$ 100.000,00 (cem mil reais) à APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sarandi, não havendo nenhuma retificação ou complementação a ser realizada.

Parágrafo Único: As instituições - APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, Associação Pescadores de Vidas, e PROMEC – Proteção ao Menor Carente encontram-se devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social de Sarandi/PR, e atualizadas no CNEAS - Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social, estando aptas para o recebimento de recurso público.

Artigo 2º. – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi-Pr, 17 de Dezembro de 2025.

MARIUZA BUENO FERREIRA SANDANO
Presidente do CMAS
2025 a 2027

Publicado por:
Marisa De Almeida
Código Identificador:A2EBF647

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DISPÕE SOBRE A ELABORAÇÃO DE NORMAS E CRITÉRIOS PARA O CREDENCIAMENTO, A AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO, A RENOVAÇÃO, A SUPERVISÃO, A VERIFICAÇÃO E A CESSAÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE). ESPECIFICAMENTE O CENTRO MUNICIPAL DE

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 182/2025
A**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 582/2025 de 01de Agostode 2025, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º -- Homologar o Parecer**nº 236/2025**-CMES de 03de dezembrode 2025 do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES):**ASSUNTO: Dispõe sobre a elaboração de normas e critérios para o credenciamento, a autorização de funcionamento, a renovação, a supervisão, a verificação e a cessação das unidades de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Especificamente o Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado (CMAEE),**cuja mantenedora será o Poder Público, e o Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE), cuja mantenedora será a iniciativa privada, no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, Estado do Paraná.
Art. 2º -Este atohomologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.
Sarandi, 16 de Dezembrode 2025

SHEYLA GRASIELE DE SOUZA GONÇALVES
Port. 582/2025 de 01/08/2025
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I
a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 182de 16de dezembrode 2025 referente ao Parecer 236 de 15/12/2025CMES-Sarandi:
PARECER Nº 236/2025 - CMES/PR/CP APROVADO EM 12/12/2025.
DELIBERAÇÃO Nº 03/2025-CMES/PR/CP APROVADO EM 12/12/2025.

INTERESSADO: SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI – PARANÁ.

ASSUNTO: Dispõe sobre a elaboração de normas e critérios para o credenciamento, a autorização de funcionamento, a renovação, a supervisão, a verificação e a cessação das unidades de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Especificamente o Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado (CMAEE), cuja mantenedora será o Poder Público, e o Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE), cuja mantenedora será a iniciativa privada, no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, Estado do Paraná.
I - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
Considerando as atribuições legais do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), que lhe são previstas na Lei 1531/2008, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Paraná, conforme disposições do Art. 211 da Constituição Federal Art. 8º da Lei Federal nº 9.394/96 e Lei Orgânica do Munícipio de Sarandi, que integra às políticas, aos Planos Educacionais e às Diretrizes Vigentes;
Considerando a elaboração, credenciamento e autorização de funcionamento, renovação, supervisão, verificação e cessação das unidades AEE Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado (CMAEE) e Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) no âmbito do Sistema Municipal de Ensino;
Considerandoa Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI, instituída pelo Decreto nº 6.571/2008, que estabelece diretrizes para a oferta do AEE em articulação com o ensino regular, garantindo o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial;
Considerandoo disposto na Constituição Federal de 1988, especialmente no Art. 208, III, que assegura o atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino;
Considerandoos Artigos 58 a 60 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBE (Lei nº 9.394/1996), que dispõe a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis e etapas da educação básica, e que determinam a oferta gratuita do AEE aos estudantes que dele necessitam;
Considerando a Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
Considerandoa Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que institui diretrizes operacionais para o AEE, orientando a implementação dos serviços especializados em complementaridade ou suplementaridade à escolarização na rede regular;
Considerandoo Decreto Federal nº 7.611/2011, que dispõe sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado, definindo competências dos sistemas de ensino quanto à organização, gestão, oferta e acompanhamento desse serviço;
Considerandoas Deliberações do Conselho Estadual de Educação do Paraná que tratam da organização e do funcionamento da Educação Especial e do AEE no Sistema Estadual de Ensino, e que servem de referência normativa aos sistemas municipais;
Considerando a necessidade de regulamentar e estabelecer critérios claros para o credenciamentodas instituições e profissionais aptos a ofertar o AEE, de modo a garantir o pleno cumprimento da legislação federal e a qualidade do atendimento educacional inclusivo;
II – RELATÓRIO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES) juntamente com a Secretaria Municipal de Educação de Sarandi (SMED), em conformidade as legislações vigentes e mediante a necessidade de instruir sobre os procedimentos para o credenciamento, autorização de funcionamento, a renovação, a supervisão, a verificação e a cessação das Unidades de Atendimento Educacional Especializado (AEE), especificamente o Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado(CMAEE) e (CAEE), que irão compor o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR, segue com o **Parecer Favorável**à Deliberação nº 03/2025 – CMES/PR/CP.**III- ANÁLISE**
Aspectos Formais
Com vistas à orientação quanto aos procedimentos formais, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES) e a Secretaria Municipal de Educação (SMED) deliberam, de forma conjunta, no âmbito das Unidades de Atendimento Educacional Especializado (AEE), especificamente o Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado(CMAEE) e Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE),quanto ao credenciamento, autorização de funcionamento, renovação, supervisão, verificação e cessação das unidades AEE e CMAEE e CAEE.
IV- PARECER E VOTO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi/Pr. – CMES, por meio do Conselho Pleno, Reunião Extraordinária nº 03/2025 – CMES, realizada no dia doze de dezembro dois mil e vinte e cinco (12/12/2025) de forma on-line, aprova e emite o presente Parecer, resultante da análise da Deliberação Nº 03/2025 – CMES/PR/CP.
De acordo com o Conselho Pleno e conforme a ATA nº 03/2025 da Reunião Extraordinária, este é de **Parecer Favorável**e entra em vigor a partir de sua publicação.

Sarandi-Pr., 15 de dezembro de 2025.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 387/2025

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP:
Conselheiros Titulares que votaram: Aline Honório Machado, Ana Cristina do Nascimento Miranda, Danielle Aparecida Martinez Camara, Francieli Chiarato Ribas, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Jeiviane de Brito Oliveira, Lucilene Amarante, Priscila Madonado Ferreira, Salete Batista Eduardo, Sandra Regina Kauffmam.
CÂMARA PERMANENTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Presidente:DANIELLE APARECIDA MARTINEZ CAMARA
Portaria nº 01/2025 - CMES/PR
Conselheira: Ana Cristina do Nascimento Miranda
Conselheira: Francieli Chiarato Ribas
Conselheira: Aline Honório Machado
CÂMARA PERMANENTE DE EDUCAÇÃO BÁSICA
Presidente:MONARA ALEXANDRINO ZAVAN
Portaria nº 02/2025 - CMES/PR
Conselheira: Priscila Madonado Ferreira
Conselheira: Salete Batista Eduardo
Conselheira: Sandra Regina Beni Kauffmam
CÂMARA PERMANENTE DE GESTÃO DO SISTEMA
PRESIDENTE:CLÁUDIA CRISTIANE TEIXEIRA DOS SANTOS GUSSO
Portaria nº 03/2025 - CMES/PR
Conselheira: Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos
Conselheira: Lucilene Amarante
Conselheira: Jeiviane Brito de Oliveira

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:18FCD835

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E APROVAÇÃO DA MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS PARA IMPLEMENTAÇÃO A PARTIR DO ANO LETIVO DE 2026, NO ÂMBITO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ.

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 183/2025
A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 582/2025 de 01de Agostode 2025, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º -- Homologar o Parecer**nº 237/2025**-CMES de 03de dezembrode 2025 do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES)ASSUNTO: **DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E APROVAÇÃO DA MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS PARA IMPLEMENTAÇÃO A PARTIR DO ANO LETIVO DE 2026, NO ÂMBITO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ.**
Art. 2º -Este atohomologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.
Sarandi, 16 de Dezembrode 2025

SHEYLA GRASIELE DE SOUZA GONÇALVES
Port. 582/2025 de 01/08/2025
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I
a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 183de 16de dezembrode 2025 referente ao Parecer 237 de 15/12/2025CMES-Sarandi:
PARECER Nº 237/2025 - CMES/PR/CP APROVADO EM 12/12/2025.
INTERESSADO: SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI – PARANÁ.

ASSUNTO: DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E APROVAÇÃO DA MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS PARA IMPLEMENTAÇÃO A PARTIR DO ANO LETIVO DE 2026, NO ÂMBITO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ.
I - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
Considerando as atribuições legais do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), que lhe são previstas na Lei 1531/2008, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Paraná, conforme disposições do Art. 211 da Constituição Federal Art. 8º da Lei Federal nº 9.394/96 e Lei Orgânica do Munícipio de Sarandi, que integra às políticas, aos Planos Educacionais e às Diretrizes Vigentes;
Considerandoa Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
Considerando a Lei Federal nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, que institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de e março de 1997, 10.260, de 12 de junho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003;
Considerando, a Lei nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022, dispõe sobre a criação do Programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências;
Considerando, a **Resolução CNE/CEB nº 04,** de 13 de julho de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica;
Considerando, a **Resolução CNE/CEB nº 07,** de 14 de dezembro de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos;
Considerando, a**Resolução CNE/CEB nº 01,** de 04 de outubro de 2022, que dispõe normas sobre a Computação na Educação Básica – Complemento à BNCC;
Considerando a **Deliberação CEE/PR nº 04/2025**,de 08 de agosto de 2025, que estabelece normas e orienta o processo da Educação Digital e Computação na Educação Básica, em complemento à Base nacional Comum Curricular (BNCC), no Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
Considerando, o **Parecer CNE/CEB nº 02,** de 17 de fevereiro de 2022, que dispõe normas sobre a Computação na Educação Básica – Complemento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
Considerando, a **Instrução Normativa Conjunta nº 001/2025 –** DPGE/DEDUC/SEED,que trata da Implementação da Educação Digital e Computação no Currículo da Educação Básica nas instituições de ensino vinculadas ao Sistema estadual de Ensino;
Considerando, a**Resolução GS/SEED nº 6.172/2025,**de 27 de outubro de 2025, que visa fomentar a oferta da Língua Estrangeira Moderna – Inglês do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, nas Redes Municipais de Ensino do Estado do Paraná, por meio do Inglês Paraná Kids;
Considerandoa Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que reconhece a importância da aprendizagem de Línguas Estrangeiras para o desenvolvimento de competências cognitivas, comunicativas, culturais e sociais;
Considerandoa Orientação Conjunta n.º 09/2025 – DEDUC/DTI/DPGE/SEED , que dispõe sobre a implantação do componente Educação Digital e Computação: Robótica, no 4° e 5° ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, por meio da adesão à iniciativa denominada "Robótica Paraná Kids", no âmbito do Programa Educa Juntos;
Considerandoa Orientação Conjunta n.º 010/2025– DEDUC/DPGE/SEED, que dispõe sobre a implantação do componente Língua Estrangeira Moderna – Inglês, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, por meio da adesão à iniciativa denominada "Inglês Paraná Kids", no âmbito do Programa Educa Juntos. A Diretoria de Educação e Diretoria de Planejamento e Gestão Escolar, no uso de suas atribuições legais;
Considerando o papel estratégico do domínio da Língua Estrangeira Moderna – Inglês na formação integral dos estudantes e na ampliação de suas oportunidades acadêmicas, profissionais e de participação cidadã em um mundo globalizado; - que a inserção do componente Língua Estrangeira Moderna – Inglês, nos anos iniciais, favorece a aprendizagem sequencial e articulada da Língua Inglesa nos Anos Finais do Ensino Fundamental;
Considerandoque a Secretaria Municipal de Educação de Sarandi, em consonância com a Orientação Conjunta nº 010/2025 –

DEDUC/DPGE/SEED/PR, por meio da adesão à iniciativa "Inglês Paraná Kids", reafirma sua missão de garantir a implementação de políticas educacionais que promovam aprendizagem de qualidade, de inclusão, de equidade com foco no desenvolvimento integral dos estudantes da Rede Municipal de Ensino;

Considerandoas atividades de estudo realizadas com a participação do Grupo de Trabalho constituído para a implementação da BNCC – Computação, que envolveram a atuação de integrantes que se dedicaram a pesquisas aprofundadas e sistemáticas sobre o Componente Computação. Durante o processo de investigação e reflexão coletiva, foram analisados os marcos legais, os referenciais curriculares e práticas pedagógicas inovadoras, o que fortaleceu a compreensão sobre os fundamentos teóricos e metodológicos que orientam a Educação Digital e a Computação na Educação Básica.

Considerandoo Termo de Compromisso, firmado em 03 de outubro de 2025, que celebram entre si o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria do Estado de Educação - SEED, e o Município de Sarandi, para a implantação do componente curricular Educação Digital e Computação: Robótica para o 4º e 5º anos do Ensino Fundamental por meio da adesão da iniciativa denominada "Robótica Paraná kids", no âmbito do Programa Educa Juntos;

Considerando o Termo de Compromisso, firmado em 03 de outubro de 2025, que celebram entre si o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria do Estado de Educação - SEED, e o Município de Sarandi, para a implantação do componente curricular Língua Estrangeira Moderna - Inglês, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental por meio da adesão da iniciativa denominada "Inglês Paraná kids", no âmbito do Programa Educa Juntos;

Considerando a necessidade de regulamentação do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), sobre a Organização Escolar, Conselho Escolar, Projeto Político Pedagógico e Proposta Pedagógica Curricular, Regimento Escolar e Período Letivo para as instituições de educação básica que integram o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Pr;

II – RELATÓRIO

O Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação de Sarandi (SMED), no exercício de suas competências normativas e deliberativas, analisou a proposta de organização e atualização da Matriz Curricular do Ensino Fundamental, Anos Iniciais, com a Inclusão da BNCC Computação - Educação Digital e Computação: Robótica e Língua Estrangeira Moderna - Inglês , a ser implementada nas unidades escolares pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino de Sarandi–PR, a partir do ano letivo de 2026.

A proposta apresentada visa assegurar a adequação da organização curricular às legislações vigentes, às Diretrizes Curriculares Nacionais, à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e às especificidades pedagógicas da rede municipal de ensino, garantindo o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento integral dos estudantes.

III- ANÁLISE

Aspectos Formais

Com vistas à orientação quanto aos procedimentos formais, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES) e a Secretaria Municipal de Educação (SMED) deliberam, de forma conjunta, sobre a organização da Matriz Curricular do Ensino Fundamental, Anos Iniciais, com a Inclusão da BNCC Computação - Educação Digital e Computação: Robótica para as turmas de 4º e 5º anos inicialmente, a serem ampliadas gradativamente para as demais turmas conforme orientações posteriores; Língua Estrangeira Moderna – Inglês inicialmente para as turmas de 3, 4º e 5º anos, a serem ampliadas gradativamente para as demais turmas, conforme orientações posteriores, no âmbito das unidades escolares do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi.

Verifica-se que a Matriz Curricular proposta (em anexo) encontra-se em conformidade com a legislação educacional vigente, atendendo às Diretrizes Curriculares Nacionais, à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e às normativas do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi - Paraná.

IV- PARECER E VOTO

O Conselho Municipal de Educação de Sarandi/Pr. – CMES, por meio do Conselho Pleno, Reunião Extraordinária nº 03/2025 – CMES, realizada no dia doze de dezembro dois mil e vinte e cinco (12/12/2025) de forma on-line, aprova e emite o presente Parecer, resultante da análise da Deliberação Nº 03/2025 – CMES/PR/CP.

De acordo com o Conselho Pleno e conforme a ATA nº 03/2025 da Reunião Extraordinária, este é de **Parecer Favorável**e entra em vigor a partir de sua publicação.

Sarandi-Pr., 15 de dezembro de 2025.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 387/2025

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP:

Conselheiros Titulares que votaram: Adilson Lucio Costa,Aline Honório Machado, Ana Cristina do Nascimento Miranda, Danielle Aparecida Martinez Camara, Francieli Chiarato Ribas, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Jeiviane de Brito Oliveira, Lucilene Amarante, Priscila Madonado Ferreira, Salete Batista Eduardo, Sandra Regina Kauffmam.

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:2438518C

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PARECER DE LEGALIDADE DO PROJETO POLITICO PEDAGOGICO (PPP) 2025 DA ESCOLA MUNICIPAL DARCI APARECIDA PEREIRA MOCHI

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 181/2025

A**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 582/2025 de 01de Agostode 2025, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.

RESOLVE

Art. 1º -- Homologar o Parecer**nº 235/2025**-CMES de 03de dezembrode 2025 do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES):**ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE DO PROJETO POLITICO PEDAGOGICO (PPP) 2025 DA ESCOLA MUNICIPAL DARCI APARECIDA PEREIRA MOCHI**

Art. 2º -Este atohomologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.

Sarandi, 16 de Dezembrode 2025

SHEYLA GRASIELE DE SOUZA GONÇALVES
Port. 582/2025 de 01/08/2025
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I

a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 181de 16de dezembrode 2025 referente ao Parecer 235 de 11/12/2025CMES-Sarandi:

PARECER Nº 235/2025 - CMES/PR/CP APROVADO EM 03/12/2025.

INTERESSADO: ESCOLA MUNICIPAL PROFESORA DARCI APARECIDA PEREIRA MOCHI- ENSINO FUNDAMENTALE CONTRA TURNO (JORNADA AMPLIADA).RUA ADOLFO CANDIANI, Nº 72– JARDIM VERA CRUZ. SARANDI-PARANÁ.

MANTENEDORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI-PR, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PR – SMED.

ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2025

Considerando as atribuições legais do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), que lhe são previstas na Lei 1531/2008, esta Lei que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Paraná (SMED), conforme disposições do Art. 211 da Constituição Federal Art. 8º da Lei Federal nº 9.394/96 e Lei Orgânica do Município de Sarandi, que integra às políticas, aos Planos Educacionais e às Diretrizes Vigentes;

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/96;

Considerando Deliberação nº 02/2018 – CP/CEE/PR, Normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-pedagógico, o Regimento

Escolar e o Período Letivo das instituições de educação básica que integram o Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
Considerando Instrução Normativa Conjunta nº 05/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, onde retifica a Instrução Normativa Conjunta Nº 04/2019 – DEDUC/DPGE/SEED que dispõe sobre a Organização Escolar, Conselho Escolar, Projeto Político-Pedagógico, Proposta Pedagógica Curricular, Regimento Escolar e período letivo para as instituições de educação básica que integram o Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
Considerando a Deliberação nº 03/2010 – CME/SARANDI, normas e princípios para Educação Infantil no Sistema Municipal de Educação de Sarandi-Pr;
Considerando a Deliberação 03/2014 – CME/SARANDI, Normas para a criação, credenciamento de instituições, autorização e renovação de autorização de funcionamento, verificações, cessação de atividades escolares, supervisão e avaliação, matrícula de ingresso e por transferência; aproveitamento de estudos, classificação e reclassificação, adaptação de estudos, revalidação e equivalência de estudos feitos no exterior, e regularização de vida escolar em estabelecimentos de ensino regular e em suas diferentes modalidades, e da proposta pedagógica, referentes às instituições de ensino da educação básica, do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi;
Considerando a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, aprovada em 20/10/2023, que delibera sobre as normas para a Organização Escolar, o Projeto Político Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das Instituições que integram o Sistema Municipal de Ensino do município de Sarandi-Pr;
Considerando Parecer nº 84/2023 – CMES/PR/CP, aprovado em 20/10/2023, referente a Deliberação n° 04/2023 — CMES/PR/CP, que constitui normas para a Organização Escolar, o Projeto PolíticoPedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das Instituições que integram o Sistema Municipal de Ensino do município de Sarandi-Pr;
Considerando Ato de Homologação nº 43/2023 - SMED, homologação do Parecer nº 84/2023 e Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
Considerando Manual para Elaboração do Projeto Político Pedagógico -2023/2024 – CMES/PR (Ensino Fundamental);
Considerando Parecer nº 123/2024 - CMES/PR/CP, aprovado em 19/09/2024, referente análise e aprovaçãodo Manual do Projeto Político Pedagógico do Ensino Fundamental, para instituições públicas, que compõem o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Pr;
Considerando Ato de Homologação nº 90/2024 - SMED, referente a homologação do Parecer nº 123/2024 - CMES/PR/CP.

I – RELATÓRIO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi-Pr. - CMES, mediante análise realizada pela Assessoria Técnica Pedagógica - CMES, encaminha para Parecer do Conselho Pleno, o Processo referente ao Projeto Político Pedagógico:
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO– 2025;
DECLARAÇÃO DE LEGALIDADE Nº 01/2025;
ATA Nº 01/2025.
II. ANÁLISE
Aspectos Formais
Conforme documentos encaminhados pela Assessoria Técnica Pedagógica do Conselho Municipal de Educação - CMES – Elaboração do **Projeto Político Pedagógico – 2025, Análise do Projeto Político Pedagógico - 2025, Declaração de Legalidade nº 01/2025 e Ata nº 01/2025** da supracitada Instituição, segue anexo junto ao processo.
2. Aspectos Legais
No processo constam os seguintes documentos:
Projeto Político Pedagógico – 2025;
Análise do Projeto Político Pedagógico - 2025;
Declaração de Legalidade nº 01/2025;
Ata nº 01/2025.
III – PARECER E VOTO
Após análise detalhada do Processo em questão e comprovado instrumentalmente pela documentação apresentada e entendendo que, as Instituições que atendem asmodalidades supracitadas, devem promover a equidade das práticas pedagógicas apoiadas nos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, respeitando as necessidades e particularidades dos/asestudantes, o C.M.E.S. aprova a elaboração do **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – 2025**da**ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA DARCI APARECIDA PEREIRA MOCHI-ENSINO FUNDAMENTALE CONTRA TURNO (JORNADA AMPIADA),** tendo validade por 03 (três) anos a contar da publicação deste, com atualização em forma de apêndice anualmente, de acordo com Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, Art. 18, em seus incisos § 1º e § 2º.
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), por meio do Conselho Pleno, em Plenária realizada no dia 03/12/2025(três de dezembrode dois mil e vinte e cinco), às 08h, **APROVA**e emite **Parecer Favorável,** em conformidade da Declaração de Legalidade nº 01/2025emitida pela referida Instituição de Ensino, com sede no município de Sarandi-Pr.
Este parecer entra em vigor na presente data.

Sarandi-Pr., 11de dezembrode 2025.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 387/2025

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.
Em conclusão:O Plenário aprova por unanimidade a Presente Parecer.
Conselheiros (as) Titulares: Ana Cristina do Nascimento Miranda, Francieli Chiarato Ribas, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Claudia Cristiane Teixeira dos Santos Gusso, Aline Honório Machado, Soraya Galvão Evaristo, Sandra Regina Beni Kauffman, Lucilene Amarante, Priscila Maldonado Ferreira Matos Ferri.
Conselheiros (as) Suplentes (sem voto): Elieda da Paz Spiazzi.

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:246A2C03

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PARECER DE LEGALIDADE DO PROJETO POLITICO PEDAGOGICO (PPP) 2025 DA ESCOLA MUNICIPAL PADRE JOSÉ DE ANCHIETA.

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 180/2025
A**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 582/2025 de 01de Agostode 2025, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º -- Homologar o Parecer**nº 234/2025**-CMES de 03de dezembrode 2025 do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES):**ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE DO PROJETO POLITICO PEDAGOGICO (PPP) 2025 DA ESCOLA MUNICIPAL PADRE JOSÉ DE ANCHIETA.**
Art. 2º -Este atohomologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.
Sarandi, 16 de Dezembrode 2025

SHEYLA GRASIELE DE SOUZA GONÇALVES
Port. 582/2025 de 01/08/2025
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I
a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 180de 16de dezembrode 2025 referente ao Parecer 234 de 11/12/2025CMES-Sarandi:
PARECER Nº 234/2025 - CMES/PR/CP APROVADO EM 03/12/2025.
INTERESSADO: ESCOLA MUNICIPAL PADRE JOSÉ DE ANCHIETA- EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL. AVENIDA DAS SAMAMBAIAS Nº 457– JARDIM VERÃO. SARANDI-PARANÁ.
MANTENEDORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI-PR, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PR – SMED.

ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2025
Considerando as atribuições legais do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), que lhe são previstas na Lei 1531/2008, esta Lei que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Paraná (SMED), conforme disposições do Art. 211 da Constituição Federal Art. 8º da Lei Federal nº 9.394/96 e Lei Orgânica do Município de Sarandi, que integra às políticas, aos Planos Educacionais e às Diretrizes Vigentes;
Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/96;
Considerando Deliberação nº 02/2018 – CP/CEE/PR, Normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições de educação básica que integram o Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
Considerando Instrução Normativa Conjunta nº 05/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, onde retifica a Instrução Normativa Conjunta Nº 04/2019 – DEDUC/DPGE/SEED que dispõe sobre a Organização Escolar, Conselho Escolar, Projeto Político-Pedagógico, Proposta Pedagógica Curricular, Regimento Escolar e período letivo para as instituições de educação básica que integram o Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
Considerando a Deliberação nº 03/2010 – CME/SARANDI, normas e princípios para Educação Infantil no Sistema Municipal de Educação de Sarandi-Pr;
Considerando a Deliberação 03/2014 – CME/SARANDI, Normas para a criação, credenciamento de instituições, autorização e renovação de autorização de funcionamento, verificações, cessação de atividades escolares, supervisão e avaliação, matrícula de ingresso e por transferência; aproveitamento de estudos, classificação e reclassificação, adaptação de estudos, revalidação e equivalência de estudos feitos no exterior, e regularização de vida escolar em estabelecimentos de ensino regular e em suas diferentes modalidades, e da proposta pedagógica, referentes às instituições de ensino da educação básica, do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi;
Considerando a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, aprovada em 20/10/2023, que delibera sobre as normas para a Organização Escolar, o Projeto Político Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das Instituições que integram o Sistema Municipal de Ensino do município de Sarandi-Pr;
Considerando Parecer nº 84/2023 – CMES/PR/CP, aprovado em 20/10/2023, referente a Deliberação n° 04/2023 — CMES/PR/CP, que constitui normas para a Organização Escolar, o Projeto PolíticoPedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das Instituições que integram o Sistema Municipal de Ensino do município de Sarandi-Pr;
Considerando Ato de Homologação nº 43/2023 - SMED, homologação do Parecer nº 84/2023 e Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
Considerando Manual para Elaboração do Projeto Político Pedagógico -2023/2024 – CMES/PR (Ensino Fundamental);
Considerando Parecer nº 123/2024 - CMES/PR/CP, aprovado em 19/09/2024, referente análise e aprovaçãodo Manual do Projeto Político Pedagógico do Ensino Fundamental, para instituições públicas, que compõem o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Pr;
Considerando Ato de Homologação nº 90/2024 - SMED, referente a homologação do Parecer nº 123/2024 - CMES/PR/CP.

I – RELATÓRIO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi-Pr. - CMES, mediante análise realizada pela Assessoria Técnica Pedagógica - CMES, encaminha para Parecer do Conselho Pleno, o Processo referente ao Projeto Político Pedagógico:
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO– 2025;
DECLARAÇÃO DE LEGALIDADE Nº 01/2025;
ATA Nº 01/2025.
II. ANÁLISE
Aspectos Formais
Conforme documentos encaminhados pela Assessoria Técnica Pedagógica do Conselho Municipal de Educação - CMES – Elaboração do **Projeto Político Pedagógico – 2025, Análise do Projeto Político Pedagógico - 2025, Declaração de Legalidade nº 01/2025 e Ata nº 01/2025** da supracitada Instituição, segue anexo junto ao processo.

2. Aspectos Legais
No processo constam os seguintes documentos:
Projeto Político Pedagógico – 2025;
Análise do Projeto Político Pedagógico - 2025;
Declaração de Legalidade nº 01/2025;
Ata nº 01/2025.
III – PARECER E VOTO
Após análise detalhada do Processo em questão e comprovado instrumentalmente pela documentação apresentada e entendendo que, as Instituições que atendem asmodalidades supracitadas, devem promover a equidade das práticas pedagógicas apoiadas nos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, respeitando as necessidades e particularidades dos/asestudantes, o C.M.E.S. aprova a elaboração do **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – 2025**da**ESCOLA MUNICIPAL PADRE JOSÉ DE ANCHIETA-EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL,** tendo validade por 03 (três) anos a contar da publicação deste, com atualização em forma de apêndice anualmente, de acordo com Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, Art. 18, em seus incisos § 1º e § 2º.
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), por meio do Conselho Pleno, em Plenária realizada no dia 03/12/2025(três de dezembrode dois mil e vinte e cinco), às 08h, **APROVA**e emite **Parecer Favorável,** em conformidade da Declaração de Legalidade nº 01/2025emitida pela referida Instituição de Ensino, com sede no município de Sarandi-Pr.
Este parecer entra em vigor na presente data.

Sarandi-Pr., 11de dezembrode 2025.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 387/2025

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.
Em conclusão:O Plenário aprova por unanimidade a Presente Parecer.
Conselheiros (as) Titulares: Ana Cristina do Nascimento Miranda, Francieli Chiarato Ribas, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Claudia Cristiane Teixeira dos Santos Gusso, Aline Honório Machado, Soraya Galvão Evaristo, Sandra Regina Beni Kauffman, Lucilene Amarante, Priscila Maldonado Ferreira Matos Ferri.
Conselheiros (as) Suplentes (sem voto): Elieda da Paz Spiazzi.

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:2F409800

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PARECER DE LEGALIDADE REFERENTE AO COMPLEMENTO DA PROPOSTA CURRICULAR DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI, COM A INCLUSÃO DA BNCC COMPUTAÇÃO - EDUCAÇÃO DIGITAL E COMPUTAÇÃO: ROBÓTICA - A SER IMPLEMENTADO PARTIR DO ANO LETIVO DE 2026

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 184/2025
A**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 582/2025 de 01de Agostode 2025, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º -- Homologar o Parecer**nº 238/2025**-CMES de 03de dezembrode 2025 do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES)ASSUNTO: **PARECER DE LEGALIDADE REFERENTE AO COMPLEMENTO DA PROPOSTA CURRICULAR DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI, COM A INCLUSÃO DA BNCC COMPUTAÇÃO - EDUCAÇÃODIGITAL E COMPUTAÇÃO: ROBÓTICA - A SER IMPLEMENTADO PARTIR DOANO LETIVO DE 2026**.
Art. 2º -Este atohomologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.

Sarandi, 16 de Dezembrode 2025

SHEYLA GRASIELE DE SOUZA GONÇALVES
Port. 582/2025 de 01/08/2025
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I
a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 184de 16de dezembrode 2025 referente ao Parecer 238 de 15/12/2025CMES-Sarandi:

PARECER Nº 238/2025 - CMES/PR/CP APROVADO EM 12/12/2025.

INTERESSADO: SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI – PARANÁ.

MANTENEDORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI-PR, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PR – SMED.

ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE REFERENTE AO COMPLEMENTO DA PROPOSTA CURRICULAR DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI, COM A INCLUSÃO DA BNCC COMPUTAÇÃO - EDUCAÇÃODIGITAL E COMPUTAÇÃO: ROBÓTICA - A SER IMPLEMENTADO PARTIR DOANO LETIVO DE 2026.

I - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Considerandoas atribuições legais do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), que lhe são previstas na Lei 1531/2008, esta Lei que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Paraná (SMED), conforme disposições do Art. 211 da Constituição Federal Art. 8º da Lei Federal nº 9.394/96 e Lei Orgânica do Município de Sarandi, que integra às políticas, aos Planos Educacionais e às Diretrizes Vigentes;

Considerandoa Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

Considerando a Lei Federal nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, que institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de março de 1997, 10.260, de 12 de junho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003;

Considerando, a Lei nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022, dispõe sobre a criação do Programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências;

Considerando, a **Resolução CNE/CEB nº 04,** de 13 de julho de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica;

Considerando, a **Resolução CNE/CEB nº 07,** de 14 de dezembro de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos;

Considerando, a**Resolução CNE/CEB nº 01,** de 04 de outubro de 2022, que dispõe normas sobre a Computação na Educação Básica – Complemento à BNCC;

Considerando a **Deliberação CEE/PR nº 04/2025**,de 08 de agosto de 2025, que estabelece normas e orienta o processo da Educação Digital e Computação na Educação Básica, em complemento à Base nacional Comum Curricular (BNCC), no Sistema Estadual de Ensino do Paraná;

Considerando, o **Parecer CNE/CEB nº 02,** de 17 de fevereiro de 2022, que dispõe normas sobre a Computação na Educação Básica – Complemento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC);

Considerando, a **Instrução Normativa Conjunta nº 001/2025 –** DPGE/DEDUC/SEED,que trata da Implementação da Educação Digital e Computação no Currículo da Educação Básica nas instituições de ensino vinculadas ao Sistema estadual de Ensino;

Considerandoa Orientação Conjunta n.º 09/2025 – DEDUC/DTI/DPGE/SEED , que dispõe sobre a implantação do componente Educação Digital e Computação: Robótica, no 4° e 5° ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, por meio da adesão à iniciativa denominada “Robótica Paraná Kids”, no âmbito do Programa Educa Juntos;

Considerandoas atividades de estudo realizadas com a participação do Grupo de Trabalho constituído para a implementação da BNCC – Computação envolveram a atuação de integrantes que se dedicaram a pesquisas aprofundadas e sistemáticas sobre o Componente Computação. Durante o processo de investigação e reflexão coletiva, foram analisados os marcos legais, os referenciais curriculares e práticas pedagógicas inovadoras, o que fortaleceu a compreensão sobre os fundamentos teóricos e metodológicos que orientam a Educação Digital e a Computação na Educação Básica.

Considerandoo Termo de Compromisso, firmado em 03 de outubro de 2025, que celebram entre si o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria do Estado de Educação - SEED, e o Município de Sarandi, para a implantação do componente curricular Educação Digital e Computação: Robótica para o 4º e 5º anos do Ensino Fundamental por meio da adesão da iniciativa denominada “Robótica Paraná kids”, no âmbito do Programa Educa Juntos;

Considerando a necessidade de regulamentação do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), sobre a Organização Escolar, Conselho Escolar, Projeto Político Pedagógico e Proposta Pedagógica Curricular, Regimento Escolar e Período Letivo para as instituições de educação básica que integram o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Pr;

II – RELATÓRIO

O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, no exercício de suas atribuições legais, procedeu à análise do Complemento da Proposta Curricular do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi**,** com a Inclusão daBNCC Computação**,** Educação Digital e Computação: Robótica - encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação – SMED, com implementação prevista a partir do ano letivo de 2026**.**

III. ANÁLISE

Aspectos Formais

O Complemento da Proposta Curricularda Sistema Municipal de Ensino de Sarandi**,** com a Inclusão daBNCC Computação**,** Educação Digital e Computação: Robótica -apresentada, se encontra em consonância com os princípios, fundamentos e diretrizes estabelecidos pela legislação educacional vigente, especialmente no que se refere à ampliação e ao fortalecimento das competências e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, atendendo às demandas contemporâneas da educação básica, bem como às políticas públicas voltadas à educação digital e à formação integral dos estudantes.

Aspectos Legais

A inclusão da Computação na Educação Básica**,**nos termos da Resolução CNE/CEB nº 01/2022, contribui para o desenvolvimento do pensamento computacional, da cultura digital e da utilização crítica, ética e responsável das tecnologias digitais. Da mesma forma, a oferta da Educação Digital e da Robótica Educacionalfortalece práticas pedagógicas inovadoras, alinhadas às transformações sociais, científicas e tecnológicas da atualidade.

Verifica-se, ainda, que a proposta respeita a autonomia do Sistema Municipal de Ensino, apresenta coerência pedagógica, organização curricular adequada e previsão de implementação progressiva, cabendo à mantenedora assegurar a formação continuada dos profissionais da educação, os recursos pedagógicos necessários e as condições institucionais para sua efetiva execução.

IV – PARECER E VOTO

O Conselho Municipal de Educação de Sarandi/Pr. – CMES, por meio do Conselho Pleno, Reunião Extraordinária nº 03/2025 – CMES, realizada no dia doze de dezembro dois mil e vinte e cinco (12/12/2025) de forma on-line, aprova e emite o presente Parecer, resultante da análise do Complemento à Proposta Curricular do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, com a inclusão da BNCC Computação**,** Educação Digital e Computação: Robótica - a serem implementadas a partir do ano letivo de 2026, de modo gradativo conforme orientações estabelecidas pela secretaria municipal de educaçãoSarandi**.**

De acordo com o Conselho Pleno e conforme a ATA nº 03/2025 da Reunião Extraordinária, este é de **Parecer Favorável**e entra em vigor a partir de sua publicação.

Sarandi-Pr., 12 de dezembro de 2025.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 387/2025

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP:

Conselheiros Titulares que votaram: Adilson Lucio Costa, Aline Honório Machado, Ana Cristina do Nascimento Miranda, Danielle Aparecida Martinez Camara, Francieli Chiarato Ribas, Jaqueline

Ignez Luchetti dos Santos, Jeiviane de Brito Oliveira, Lucilene Amarante, Priscila Madonado Ferreira, Salete Batista Eduardo.
Conselheiros Suplentes sem voto: Sandra Regina Kauffmam,

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:BA295D3B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PARECER DE LEGALIDADE REFERENTE AO COMPLEMENTO DA PROPOSTA CURRICULAR DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI, COM A INCLUSÃO DA BNCC - LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA-INGLÊS A SER IMPLEMENTADO PARTIR DO ANO LETIVO DE 2026.

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 185/2025
A**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 582/2025 de 01de Agostode 2025, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º -- Homologar o Parecer**nº 239/2025**-CMES de 03de dezembrode 2025 do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES)**ASSUNTO**: **PARECER DE LEGALIDADE REFERENTE AO COMPLEMENTO DA PROPOSTA CURRICULAR DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI, COM A INCLUSÃO DA BNCC - LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA-INGLÊS A SER IMPLEMENTADO PARTIR DOANO LETIVO DE 2026**.
Art. 2º -Este atohomologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.
Sarandi, 16 de Dezembrode 2025

SHEYLA GRASIELE DE SOUZA GONÇALVES
Port. 582/2025 de 01/08/2025
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I
a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 184de 16de dezembrode 2025 referente ao Parecer 238 de 15/12/2025CMES-Sarandi:
PARECER Nº 238/2025 - CMES/PR/CP APROVADO EM 12/12/2025.
INTERESSADO: SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI – PARANÁ.
MANTENEDORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI-PR, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PR – SMED.
ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE REFERENTE AO COMPLEMENTO DA PROPOSTA CURRICULAR DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI, COM A INCLUSÃO DA BNCC COMPUTAÇÃO - EDUCAÇÃODIGITAL E COMPUTAÇÃO: ROBÓTICA - A SER IMPLEMENTADO PARTIR DOANO LETIVO DE 2026.
I - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
Considerandoas atribuições legais do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), que lhe são previstas na Lei 1531/2008, esta Lei que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Paraná (SMED), conforme disposições do Art. 211 da Constituição Federal Art. 8º da Lei Federal nº 9.394/96 e Lei Orgânica do Município de Sarandi, que integra às políticas, aos Planos Educacionais e às Diretrizes Vigentes;
Considerandoa Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
Considerando a Lei Federal nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, que institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de março de 1997, 10.260, de 12 de junho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003;
Considerando, a Lei nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022, dispõe sobre a criação do Programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências;
Considerando, a **Resolução CNE/CEB nº 04,** de 13 de julho de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica;
Considerando, a **Resolução CNE/CEB nº 07,** de 14 de dezembro de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos;
Considerando, a**Resolução CNE/CEB nº 01,** de 04 de outubro de 2022, que dispõe normas sobre a Computação na Educação Básica – Complemento à BNCC;
Considerando a **Deliberação CEE/PR nº 04/2025**,de 08 de agosto de 2025, que estabelece normas e orienta o processo da Educação Digital e Computação na Educação Básica, em complemento à Base nacional Comum Curricular (BNCC), no Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
Considerando, o **Parecer CNE/CEB nº 02,** de 17 de fevereiro de 2022, que dispõe normas sobre a Computação na Educação Básica – Complemento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
Considerando, a **Instrução Normativa Conjunta nº 001/2025 –** DPGE/DEDUC/SEED,que trata da Implementação da Educação Digital e Computação no Currículo da Educação Básica nas instituições de ensino vinculadas ao Sistema estadual de Ensino;
Considerandoa Orientação Conjunta n.º 09/2025 – DEDUC/DTI/DPGE/SEED , que dispõe sobre a implantação do componente Educação Digital e Computação: Robótica, no 4° e 5° ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, por meio da adesão à iniciativa denominada "Robótica Paraná Kids", no âmbito do Programa Educa Juntos;
Considerandoas atividades de estudo realizadas com a participação do Grupo de Trabalho constituído para a implementação da BNCC – Computação envolveram a atuação de integrantes que se dedicaram a pesquisas aprofundadas e sistemáticas sobre o Componente Computação. Durante o processo de investigação e reflexão coletiva, foram analisados os marcos legais, os referenciais curriculares e práticas pedagógicas inovadoras, o que fortaleceu a compreensão sobre os fundamentos teóricos e metodológicos que orientam a Educação Digital e a Computação na Educação Básica.
Considerandoo Termo de Compromisso, firmado em 03 de outubro de 2025, que celebram entre si o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria do Estado de Educação - SEED, e o Município de Sarandi, para a implantação do componente curricular Educação Digital e Computação: Robótica para o 4º e 5º anos do Ensino Fundamental por meio da adesão da iniciativa denominada "Robótica Paraná kids", no âmbito do Programa Educa Juntos;
Considerando a necessidade de regulamentação do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), sobre a Organização Escolar, Conselho Escolar, Projeto Político Pedagógico e Proposta Pedagógica Curricular, Regimento Escolar e Período Letivo para as instituições de educação básica que integram o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Pr;
II – RELATÓRIO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, no exercício de suas atribuições legais, procedeu à análise do Complemento da Proposta Curricular do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi**,** com a Inclusão daBNCC Computação**,** Educação Digital e Computação: Robótica - encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação – SMED, com implementação prevista a partir do ano letivo de 2026**.**
III. ANÁLISE
Aspectos Formais
O Complemento da Proposta Curricularde Sistema Municipal de Ensino de Sarandi**,** com a Inclusão daBNCC Computação**,** Educação Digital e Computação: Robótica -apresentada, se encontra em consonância com os princípios, fundamentos e diretrizes estabelecidos pela legislação educacional vigente, especialmente no que se refere à ampliação e ao fortalecimento das competências e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, atendendo às demandas contemporâneas da educação básica, bem como às políticas públicas voltadas à educação digital e à formação integral dos estudantes.
Aspectos Legais

A inclusão da Computação na Educação Básica**,**nos termos da Resolução CNE/CEB nº 01/2022, contribui para o desenvolvimento do pensamento computacional, da cultura digital e da utilização crítica, ética e responsável das tecnologias digitais. Da mesma forma,

a oferta da Educação Digital e da Robótica Educacionalfortalece práticas pedagógicas inovadoras, alinhadas às transformações sociais, científicas e tecnológicas da atualidade.
Verifica-se, ainda, que a proposta respeita a autonomia do Sistema Municipal de Ensino, apresenta coerência pedagógica, organização curricular adequada e previsão de implementação progressiva, cabendo à mantenedora assegurar a formação continuada dos profissionais da educação, os recursos pedagógicos necessários e as condições institucionais para sua efetiva execução.

IV – PARECER E VOTO

O Conselho Municipal de Educação de Sarandi/Pr. – CMES, por meio do Conselho Pleno, Reunião Extraordinária nº 03/2025 – CMES, realizada no dia doze de dezembro dois mil e vinte e cinco (12/12/2025) de forma on-line, aprova e emite o presente Parecer, resultante da análise do Complemento à Proposta Curricular do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, com a inclusão da BNCC Computação**,** Educação Digital e Computação: Robótica - a serem implementadas a partir do ano letivo de 2026, de modo gradativo conforme orientações estabelecidas pela secretaria municipal de educaçãoSarandi**.**
De acordo com o Conselho Pleno e conforme a ATA nº 03/2025 da Reunião Extraordinária, este é de **Parecer Favorável**e entra em vigor a partir de sua publicação.
Sarandi-Pr., 12 de dezembro de 2025.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 387/2025

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP:
Conselheiros Titulares que votaram: Adilson Lucio Costa, Aline Honório Machado, Ana Cristina do Nascimento Miranda, Danielle Aparecida Martinez Camara, Francieli Chiarato Ribas, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Jeiviane de Brito Oliveira, Lucilene Amarante, Priscila Madonado Ferreira, Salete Batista Eduardo.
Conselheiros Suplentes sem voto: Sandra Regina Kauffmam,

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:9F1AEFEB

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NA_20251216_172663

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 02/02/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
BAB7J71	284610CND0000880	13/11/2025	50291
BIO7F13	284610CND0000881	05/10/2025	50450

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:22BDDC02

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NADV_20251216_172716

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 02/02/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
MKF4H17	284610M000341166	22/09/2025	56732	

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:2AC1C0C5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3.346/2025

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo permissivo do Artigo 148 da Lei nº. 595/2022 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

C O N C E D E
A servidora Flaviana Gonçalves Ribeiro, ocupante do cargo de Chefe Div de Assistência, matrícula funcional de n.º 972980, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, 15(quinze) dias de férias a partir desta data, relativas ao período aquisitivo de 02/01/2025 a 01/01/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:01E893F1

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3.347/2025

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo permissivo do Artigo 148 da Lei nº. 595/2022 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

C O N C E D E

Ao servidor Rene Aparecido Pereira Junior, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, matrícula funcional de n.º 18791, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, 08 (oito) dias de férias a partir desta data, relativas ao período aquisitivo de 23/06/2024 a 22/06/2025.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:06D56340

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 4887/2.025

DECRETO Nº 4887/2.025

SÚMULA. NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL PERMANENTE PARA RECEBIMENTO E ANÁLISE DOS PEDIDOS DE AUXÍLIO TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO.

CONSIDERANDO o artigo 5º da Lei Municipal n.º 529/2021 que dispõe sobre a criação de Comissão Especial Permanente junto a Secretaria Municipal de Educação para recebimento e análise dos documentos destinados ao auxílio financeiro no transporte escolar destinado aos estudantes universitários;
CONSIDERANDO o disposto nos artigos 111, inc. I e 112, ambos da Lei Municipal n.º 595, de 16 de dezembro de 2.022 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Sengés, sobre a gratificação pelo exercício de cargo a serviço da Administração;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal n.º 3577, de 13 de janeiro de 2.023, que regulamenta o valor da gratificação de que tratam os artigos 111, I e 112 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Sengés;
O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná**,** no uso das atribuições de seu cargo,

D E C R E T A

Art. 1º. – Ficam designados os seguintes servidores para compor a Comissão Especial Permanente para fins da Análise dos Pedidos de Auxílio Transporte Universitário:

Larissa Caroline Gonçalves;
Rosane da Silva Ferraz;
Julio Aparecido Leite da Rosa Melo;
Jorge de Melo Filho;
Lázaro Cordeiro Junior;

Art. 2º. – O mandato da Comissão Designada por este Decreto será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 3º. - Pelo exercício da função de que trata o artigo 1º deste Decreto, será concedido aos servidores gratificação de 10% (dez por cento) sobre seu vencimento básico.

Art. 4º. – Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto 4481/2025.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2.025.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Evandro Rodrigo de Souza
Código Identificador:D6D54381

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 3.345/2025

PORTARIA N.º 3.345/2025

SUMULA. DESIGNA SERVIDOR PARA ATUAR COMO AUTORIDADE SANITÁRIA NO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
CONSIDERANDO o Memorando n.º 177/2025.
RESOLVE
Art. 1º. DESIGNAR a servidora SUELLEN APARECIDA MENDES, matrícula funcional n.º 972819, lotada na Divisão de Vigilância Sanitária e Epidemiologia, para atuar como "Autoridade Sanitária", atividade esta a ser realizada junto á Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Evandro Rodrigo de Souza
Código Identificador:F1D1923F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 015/2025

O Município de Sengés torna público que fará realizar, às 08:30 horas do dia 08 de janeiro do ano de 2026, na plataforma Bllcompras, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da(*s*) seguinte(*s*) obra(*s*):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Bairro Betel, Cohab, Cohapar, Grêmio e Distrito de Ouro Verde	Pavimentação em CBUQ	86.971,7 m²	330 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos,
adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações
Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Sengés e na plataforma
Bllcompras.
Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento
poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Senges, 17 de dezembro de 2025.

Departamento de Licitações

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:BCB38EB3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SENGÉS comunica que se encontra instaurado a licitação abaixo especificada:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 120/2025
(Processo Licitatório nº 281/2025)

OBJETO: formação de REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de serviços de Dedetização, Desinsetização, Desratização, e Desinfecção e Limpeza de Caixa d'água, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR MÁXIMO TOTAL: R$ 109.762,64 (cento e nove mil e setecentos e sessenta e dois reais e sessenta e quatro centavos).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 08h00min do dia 6 de janeiro de 2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 08h00min do dia 6 de janeiro de 2026.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 08h30min do dia 6 de janeiro de 2026.
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (bllcompras.com)

Informações Gerais: O Edital e suas alterações encontram-se à disposição dos interessados por meio do site www.senges.pr.gov.br. Mais informações poderão ser obtidas mediante telefone (43) 3567-1400 ou no endereço eletrônico: deptolicitacao@senges.pr.gov.br.

17/12/2025

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:3422677B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 282/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 104/2025

OBJETO: O objeto da presente dispensa é a contratação de empresa especializada para aquisição kits para detecção de Antígeno Prostático Específico (PSA) Total e PSA Livre (Exames de Próstata), visando o atendimento da demanda e o diagnóstico precoce dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) no município, conforme requerido e justificado pela Secretaria Municipal de Saúde, através de **Dispensa de Licitação.**

Homologamos e adjudicamos o presente procedimento licitatório, para o fim de adjudicar seu objeto à empresa:

SUPRITECNICA LTDA, inscrita no **CNPJ n.º 13.107.128/0001-09**, em todos os lotes do objeto desta licitação com o valor global de **R$ 6.307,64 (Seis mil trezentos e sete reais e sessenta e quatro centavos).**

Sengés, 17 de Dezembro de 2025.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:7038FA40

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 283/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 105/2025

Objeto: contratação de empresa especializada para aquisição kits para detecção de Antígeno Prostático Específico (PSA) Total e PSA Livre (Exames de Próstata), visando o atendimento da demanda e o diagnóstico precoce dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) no município, conforme requerido e justificado pela Secretaria Municipal de Saúde**,** mediante **Dispensa de Licitação**, fixando seu preço máximo total em **R$ 6.307,64 (Seis mil trezentos e sete reais e sessenta e quatro centavos)**, de acordo com o disposto no artigo 75, inciso VIII da Lei n.º 14.133/21.

Ratifico a Dispensa supracitada, nos termos do artigo 75, inciso VIII da Lei n.º 14.133/21.

Sengés, 17 de Dezembro de 2025.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:898C6706

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE SERTANOPOLIS - PR

Resolução nº 013/2025.

Súmula: Aprovar a Convocação de Conselheiro Tutelar Suplente.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal n.º 2.715 de 08/03/2018.

E, considerando a deliberação da plenária realizada em 28 de novembro de 2025, Ata Nº 357.

Resolve:

Art. 1º - Aprova a Convocação de candidato eleito como suplente no Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares, Conforme Resolução n° 15/2023 – CMDCA, para assumir a função de Conselheiro Tutelar Suplente durante o período de férias dos Conselheiros Tutelares Titulares no período de 10 de janeiro de 2026 a 08 de junho de 2026;
Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo sus efeitos a partir de 28-11-25.

Sertanópolis, 17 de Dezembro de 2025.

GRAZIELA FERNANDA ALVES FAVERO
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:AFC5E5D6

ASSESSORIA GERAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE SERTANOPOLIS - PR

Resolução nº 014/2025.

Súmula: Aprovar Plano de Ação 2026 do Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes – Casa Lar no CMDCA para certificação.

O conselho Municipal da Criança e do adolescente, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.621/2017 e alteração nº 2.715/2018.

E, considerando a deliberação da plenária realizada em 17 de Dezembro de 2025, Ata nº 358.

Resolve:

Art. 1º - Aprova o Plano de Ação do ano de 2026 do Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes – Casa Lar;
Art. 2° - A Certificação do Serviço citado acima terá validade para todo o ano de 2026, tendo seu início no dia 01/01/2026;
Art. 3° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação

Sertanópolis, 17 de Dezembro de 2025.

GRAZIELA FERNANDA ALVES FAVERO
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:0DD0582D

ASSESSORIA GERAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE SERTANOPOLIS - PR

Resolução nº 015/2025.

Súmula: Aprovar Plano de Ação 2026 das Entidades Cadastradas no CMDCA para certificação.

O conselho Municipal da Criança e do adolescente, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.621/2017 e alteração nº 2.715/2018.

E, considerando a deliberação da plenária realizada em 17 de Dezembro de 2025, Ata nº 358.

Resolve:

Art. 1º - Aprova o Plano de Ação do ano de 2026 das Entidades:

- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sertanópolis – APAE;
- Missão Filadélfia, mantenedora do CEIFIL – Centro de Educação Infantil Filadélfia;
- Associação Comunitária Padre Vicente Mariani, mantenedora do Centro de Educação Infantil Padre Vicente Mariani;
- Instituto Eulália Zanin – APAC;
- Associação Atlética de Sertanópolis;
- Confraria Minha Viola Meu Sertão de Sertanópolis;
- Associação Sertanopolense de Nihon Karate Kiokay.

Art. 2° - A Certificação das Entidades citadas acima terá validade para todo o ano de 2026, tendo seu início no dia 01/01/2026.
Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data desta publicação.

Sertanópolis, 17 de Dezembro de 2025.

GRAZIELA FERNANDA ALVES FAVERO
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:E5B05AC1

ASSESSORIA GERAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE SERTANOPOLIS - PR

Resolução nº 016/2025.

Súmula: Aprovar Plano de Ação 2026 do Serviço de Medida Socioeducativa – prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida, no CMDCA para certificação.

O conselho Municipal da Criança e do adolescente, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.621/2017 e alteração nº 2.715/2018.

E, considerando a deliberação da plenária realizada em 17 de Dezembro de 2025, Ata nº 358.

Resolve:

Art. 1º - Aprova o Plano de Ação do ano de 2026 do Serviço de Medida Socioeducativa – Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida;
Art. 2° - A Certificação do Serviço citado acima terá validade para todo o ano de 2026, tendo seu início no dia 01/01/2026;
Art. 3° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação

Sertanópolis, 17 de Dezembro de 2025.

GRAZIELA FERNANDA ALVES FAVERO
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:DEB783DD

ASSESSORIA GERAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE SERTANOPOLIS - PR

Resolução nº 017/2025.

Súmula: Aprovar Plano de Ação 2026 do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos cadastrado por entidade no CMDCA para certificação.

O conselho Municipal da Criança e do adolescente, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.621/2017 e alteração nº 2.715/2018.

E, considerando a deliberação da plenária realizada em 17 de Dezembro de 2025, Ata nº 358.

Resolve:

Art. 1º - Aprova o Plano de Ação do ano de 2026 do Serviço da Entidade Missão Filadélfia;
Art. 2° - Aprova o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ofertado pela entidade Missão Filadélfia;
Art. 3° - A Certificação do Serviço citado acima terá validade para todo o ano de 2026, tendo seu início no dia 01/01/2026;
Art. 4° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação

Sertanópolis, 17 de Dezembro de 2025.

GRAZIELA FERNANDA ALVES FAVERO
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:E52A950D

ASSESSORIA GERAL
DECRETO Nº 266 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Especial e da outras providências.

A Prefeita Municipal de Sertanopolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica 3375/2025 de 21/10/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do Município, até o valor de R$ 215.000,00 (duzentos e quinze mil reais), destinado a reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

06.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
06.040.00.000.0000.0.000. Divisão de Fundo da Criança e do Adolescente
06.040.08.000.0000.0.000. Assistência Social
06.040.08.243.0000.0.000. Assistência à Criança a ao Adolescente
06.040.08.243.0010.0.000. Criança e adolescentes com direitos garantidos
06.040.08.243.0010.6.052. Manutenção do Conselho Tutelar.
- 4.0.00.00.00.00 1802 DESPESAS DE CAPITAL
- 4.4.00.00.00.00 1802 INVESTIMENTOS
- 4.4.90.00.00.00 1802 APLICAÇÕES DIRETAS
684 - 4.4.90.52.00.00 1802 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 115.000,00
10.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
10.080.00.000.0000.0.000. Divisão de Patrimonio
10.080.04.000.0000.0.000. Administração
10.080.04.122.0000.0.000. Administração Geral
10.080.04.122.0016.0.000. Gerencia Patrimonial
10.080.04.122.0016.2.085. Manutenção dos serviços de conservação de Proprios e Patrimonio Publico.
- 4.0.00.00.00.00 1803 DESPESAS DE CAPITAL
- 4.4.00.00.00.00 1803 INVESTIMENTOS
- 4.4.90.00.00.00 1803 APLICAÇÕES DIRETAS
686 - 4.4.90.52.00.00 1803 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 100.000,00
Total Suplementação: 215.000,00
Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Excesso de Arrecadação apurado no exercício, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Santo Soriani”, 17 de dezembro de 2025.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:2C822B08

ASSESSORIA GERAL
DECRETO Nº 267, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

A Prefeita Municipal de Sertanopolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orcamentaria 3341/2024 de 17/12/2024.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, até o valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) destinado a reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

05.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
05.020.00.000.0000.0.000. Divisão de Ensino Fundamental e Educação Infantil
05.020.12.000.0000.0.000. Educação
05.020.12.361.0000.0.000. Ensino Fundamental
05.020.12.361.0005.0.000. Sertanópolis Educação de Qualidade e Excelência
05.020.12.361.0005.2.035. Manutenção do ensino fundamental
- 3.0.00.00.00.00 01101 DESPESAS CORRENTES
- 3.1.00.00.00.00 01101 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
- 3.1.90.00.00.00 01101 APLICAÇÕES DIRETAS
118 - 3.1.90.11.00.00 01101 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 500.000,00
Total Suplementação: 500.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Excesso de Arrecadação apurado no exercício, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Santo Soriani”, 17 de dezembro de 2025.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:779424A3

ASSESSORIA GERAL
DECRETO Nº 268, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

A Prefeita Municipal de Sertanopolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orcamentaria 3341/2024 de 17/12/2024.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, até o valor de R$ 129.000,00 (cento e vinte e nove mil reais) destinado a reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

04.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE FAZENDA
04.050.00.000.0000.0.000. Divisão de Contabilidade
04.050.04.000.0000.0.000. Administração
04.050.04.124.0000.0.000. Controle Externo
04.050.04.124.0004.0.000. Gestão de receitas, fiscalização, controle interno, contábil e financeiro
04.050.04.124.0004.2.027. Manutenção dos serviços de contabilidade
- 3.0.00.00.00.00 01000 DESPESAS CORRENTES
- 3.1.00.00.00.00 01000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
- 3.1.90.00.00.00 01000 APLICAÇÕES DIRETAS
95 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 14.000,00
06.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
06.030.00.000.0000.0.000. Divisão de Assistência Social Básica - Fundo de Assitência Social
06.030.08.000.0000.0.000. Assistência Social
06.030.08.244.0000.0.000. Assistência Comunitária
06.030.08.244.0009.0.000. Proteção social básica e desenvolvimento de pessoas e famílias.
06.030.08.244.0009.2.048. Contribuir com centros terapeuticos.
- 3.0.00.00.00.00 01000 DESPESAS CORRENTES
- 3.3.00.00.00.00 01000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
- 3.3.50.00.00.00 01000 TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SFL
235 - 3.3.50.41.00.00 01000 CONTRIBUIÇÕES 66.000,00
06.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
06.030.00.000.0000.0.000. Divisão de Assistência Social Básica - Fundo de Assitência Social
06.030.08.000.0000.0.000. Assistência Social
06.030.08.244.0000.0.000. Assistência Comunitária
06.030.08.244.0009.0.000. Proteção social básica e desenvolvimento de pessoas e famílias.
06.030.08.244.0009.2.049. Manutenção das atividades de Proteção Social Basica e Especial
- 3.0.00.00.00.00 01000 DESPESAS CORRENTES
- 3.1.00.00.00.00 01000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
- 3.1.90.00.00.00 01000 APLICAÇÕES DIRETAS
236 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 10.000,00
08.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE AGROPECUARIA E MEIO-AMBIENTE
08.020.00.000.0000.0.000. Divisão de Agropecuária
08.020.20.000.0000.0.000. Agricultura
08.020.20.608.0000.0.000. Promoção da Produção Agropecuária
08.020.20.608.0013.0.000. Desenvolvimento Rural e Abastecimento
08.020.20.608.0013.2.063. Manutenção dos serviços de Fomento a Agricultura
- 3.0.00.00.00.00 01000 DESPESAS CORRENTES
- 3.3.00.00.00.00 01000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
- 3.3.50.00.00.00 01000 TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SFL
393 - 3.3.50.41.00.00 01000 CONTRIBUIÇÕES 34.000,00
10.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
10.090.00.000.0000.0.000. Divisão de Frotas
10.090.04.000.0000.0.000. Administração
10.090.04.122.0000.0.000. Administração Geral
10.090.04.122.0016.0.000. Gerencia Patrimonial
10.090.04.122.0016.2.086. Serviços de manutenção e conservação da frota.
- 3.0.00.00.00.00 01000 DESPESAS CORRENTES
- 3.1.00.00.00.00 01000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
- 3.1.90.00.00.00 01000 APLICAÇÕES DIRETAS
553 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 5.000,00
Total Suplementação: 129.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

06.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
06.010.00.000.0000.0.000. Divisão de Gestão Administrativa
06.010.08.000.0000.0.000. Assistência Social
06.010.08.122.0000.0.000. Administração Geral
06.010.08.122.0009.0.000. Proteção social básica e desenvolvimento de pessoas e famílias.
06.010.08.122.0009.2.045. Manutenção dos serviços de Supervisão e Coordenação do Departamento
- 3.0.00.00.00.00 01000 DESPESAS CORRENTES
- 3.1.00.00.00.00 01000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
- 3.1.90.00.00.00 01000 APLICAÇÕES DIRETAS
208 - 3.1.90.13.00.00 01000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 4.000,00
10.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
10.040.00.000.0000.0.000. Divisão de Gestão e Informações Institucionais
10.040.04.000.0000.0.000. Administração
10.040.04.131.0000.0.000. Comunicação Social
10.040.04.131.0002.0.000. Apoio Administrativo
10.040.04.131.0002.2.081. Manutenção dos serviços de Gestão de Informações Institucionais
- 3.0.00.00.00.00 01000 DESPESAS CORRENTES
- 3.1.00.00.00.00 01000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
- 3.1.90.00.00.00 01000 APLICAÇÕES DIRETAS
516 - 3.1.90.13.00.00 01000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 40.000,00
13.000.00.000.0000.0.000. PROCURADORIA JURIDICA
13.010.00.000.0000.0.000. Gabinete do Procurador Geral
13.010.04.000.0000.0.000. Administração
13.010.04.122.0000.0.000. Administração Geral
13.010.04.122.0003.0.000. Gestão de Atividades Judiciais
13.010.04.122.0003.2.095. Manutenção dos serviços da Procuradoria
- 3.0.00.00.00.00 01000 DESPESAS CORRENTES
- 3.1.00.00.00.00 01000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
- 3.1.90.00.00.00 01000 APLICAÇÕES DIRETAS
611 - 3.1.90.13.00.00 01000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 20.000,00
13.000.00.000.0000.0.000. PROCURADORIA JURIDICA
13.010.00.000.0000.0.000. Gabinete do Procurador Geral
13.010.04.000.0000.0.000. Administração
13.010.04.122.0000.0.000. Administração Geral
13.010.04.122.0003.0.000. Gestão de Atividades Judiciais
13.010.04.122.0003.2.095. Manutenção dos serviços da Procuradoria
- 3.0.00.00.00.00 01000 DESPESAS CORRENTES
- 3.1.00.00.00.00 01000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
- 3.1.90.00.00.00 01000 APLICAÇÕES DIRETAS
613 - 3.1.90.91.00.00 01000 SENTENÇAS JUDICIAIS 50.000,00
13.000.00.000.0000.0.000. PROCURADORIA JURIDICA
13.020.00.000.0000.0.000. Coordenadoria Tecnica Juridica
13.020.04.000.0000.0.000. Administração
13.020.04.062.0000.0.000. Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário
13.020.04.062.0003.0.000. Gestão de Atividades Judiciais
13.020.04.062.0003.2.096. Manutenção dos serviços de Coordenação Tecnico-juridico
- 3.0.00.00.00.00 01000 DESPESAS CORRENTES
- 3.1.00.00.00.00 01000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
- 3.1.90.00.00.00 01000 APLICAÇÕES DIRETAS
621 - 3.1.90.13.00.00 01000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 15.000,00
Total Redução: 129.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Santo Soriani”, 17 de dezembro de 2025.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:C1391B76

CÂMARA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS
DESPACHO

DESPACHO

Considerando a concordância dos Nobres Edis, fica redesignada a Sessão Extraordinária anteriormente convocada para o dia 18 de dezembro de 2025, às 11h, para ser realizada às 8h, na mesma data.
Comunique-se aos Senhores Vereadores e publique-se.

Sertanópolis, Estado do Paraná, 17 de dezembro de 2025.

THIAGO TOTTI LOPES
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Silvio Aparecido de Andrade
Código Identificador:D0111245

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
ATA Nº 111/2025 - DISPENSA DE LICITAÇÃO PELO VALOR Nº 350/2025

ATA Nº 111/2025 - DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO DESIGNADA PARA PROCEDER A HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS APRESENTADAS RELATIVAS À DISPENSA DE LICITAÇÃO PELO VALOR Nº 350/2025 – LEI FEDERAL N.º 14.133/2021 E DECRETO 055/2023.

Aos dezessete dias do mês de dezembro de 2025, às 09h00min, reuniu-se o Agente de Contratação e Equipe de Apoio designada pela designada pelo Decreto n.º .093-2023 de 31 de março de 2023, para proceder à habilitação e julgamento das propostas da Dispensa de Licitação n.º 350/2025 – Lei Federal n.º 14.133/2021, destinada a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de sonorização, iluminação de palco e som móvel destinados à realização dos shows e apresentações artísticas nos dias 30 e 31 de dezembro de 2025, atendendo ás especificações técnicas dos riders dos artistas, conforme especificações técnicas e condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência. Presentes os seus membros, o Agente de Contratação verificou que o Extrato do Aviso de Dispensa de Licitação foi devidamente publicado em data de 08 de dezembro de 2025, e cumpriu com o requisito de publicidade de 03 (três) dias úteis e ainda, que a integra do Aviso foi disponibilizado no site da municipalidade. Do certame classificou o seguinte proponente na fase interna: ORGANIZACAO DELTA - EMPREENDIMENTOS ARTISTICOS LTDA – ME CNPJ: 78.305.174/0001-50 com o valor total de R$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais) sendo classificado em 1º lugar. Na fase externa não houve interessados. Nada mais tendo a tratar, deu-se por encerrada a presente sessão de cujos trabalhos eu, André Solano Souto, Agente de Contratação, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai assinada por mim, pelos membros da Equipe de Apoio.

ANDRÉ SOLANO SOUTO	***CRISTIANA ALBINO LOURETO***
Agente de Contratação	Equipe de Apoio
OLGA JOSIANI ROSA	***MÁRCIA ADRIANA REIS SILVA***
Equipe de Apoio	Equipe de Apoio

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:25493358

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
ATA Nº 112/2025 - DISPENSA DE LICITAÇÃO PELO VALOR Nº 361/2025

ATA Nº 112/2025 - DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO DESIGNADA PARA PROCEDER A HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS APRESENTADAS RELATIVAS À DISPENSA DE LICITAÇÃO PELO VALOR Nº 361/2025 – LEI FEDERAL N.º 14.133/2021 E DECRETO 055/2023.

Aos dezessete dias do mês de dezembro de 2025, às 14h00min, reuniu-se o Agente de Contratação e Equipe de Apoio designada pela designada pelo Decreto n.º .093-2023 de 31 de março de 2023, para proceder à habilitação e julgamento das propostas da Dispensa de Licitação n.º 350/2025 – Lei Federal n.º 14.133/2021, destinada a Contratação de empresa especializada em locação de camarim, para atender a demanda do show do dia 30 de dezembro de 2025, conforme especificações técnicas e condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência. Presentes os seus membros, o Agente de Contratação verificou que o Extrato do Aviso de Dispensa de Licitação foi devidamente publicado em data de 11 de dezembro de 2025, e cumpriu com o requisito de publicidade de 03 (três) dias úteis e ainda, que a integra do Aviso foi disponibilizado no site da municipalidade. Do certame classificou o seguinte proponente na fase interna: D3 ESTANDES LTDA CNPJ: 53.450.463/0001-11 com o valor total de R$ 14.000,00 (quatorze mil reais) sendo classificado em 1º lugar. Na fase externa não houve interessados. Nada mais tendo a tratar, deu-se por encerrada a presente sessão de cujos trabalhos eu, André Solano Souto, Agente de Contratação, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai assinada por mim, pelos membros da Equipe de Apoio.

ANDRÉ SOLANO SOUTO –	***CRISTIANA ALBINO LOURETO –***
Agente de Contratação	Equipe de Apoio
OLGA JOSIANI ROSA –	***MÁRCIA ADRIANA REIS SILVA –***
Equipe de Apoio	Equipe de Apoio

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:032A2A2C

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 366/2025

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 366/2025
LEI FEDERAL N.º 14.133/20212
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: CASA QUATTRO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.
OBJETO**: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE DEPÓSITO PARA MANUTENÇÃO DO ABATEDOURO MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.**
VALOR: 2.454,80 (DOIS MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E OITENTA CENTAVOS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 17 de dezembro de 2025.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:FF3DB215

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 367/2025

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 367/2025
LEI FEDERAL N.º 14.133/20212
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: CARLOS APARECIDO MIRANDA CARDOSO.
OBJETO**: CONTRATAÇÃO DE ARTISTA LOCAL PARA APRESENTAÇÃO MUSICAL NAS FESTIVIDADES DE RÉVEILLON.**
VALOR: 8.000,00 (OITO MIL REAIS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 17 de dezembro de 2025.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:09691CE7

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 368/2025

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 368/2025
LEI FEDERAL N.º 14.133/20212
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: AGNALDO CARLOS SOARES DE ALMEIDA- CAMILA & RENATA.
OBJETO**: CONTRATAÇÃO DE ARTISTA LOCAL PARA APRESENTAÇÃO MUSICAL NAS FESTIVIDADES DE RÉVEILLON.**
VALOR: 8.000,00 (OITO MIL REAIS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 17 de dezembro de 2025.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:7867121B

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 369/2025

EXTRATO DO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 369/2025

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Sertanópolis, por meio da Coordenadoria Geral de Licitações, sediada Avenida Dr. Vacyr Gonçalves Pereira nº 342, centro, Sertanópolis, Estado do Paraná, CEP: 86.170-000, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento **menor preço,** na hipótese do art. 75, *inciso I*, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal n.º055/2023, e demais legislação aplicável.
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de sonorização e iluminação de palco, som móvel, conforme ríder técnico dos artistas que irão se apresentar nas Festividades de final de ano e Réveillon 2025/2026, do evento de festividades de final de ano -Réveillon (conforme Pedido, Estudo Técnico e Termo de Referência),
Data da sessão: **23 de dezembro de 2025.**
Horário da Apresentação de Propostas: 9:00 hrs.
Email: compras@sertanopolis.pr.gov.br
Endereço: Avenida Dr. Vacyr Gonçalves Pereira, 342, Centro, Sertanópolis – Pr, CEP: 86.170-000, Sala de Compras e Licitações.

Para fins de elaboração de propostas os interessados poderão obter informações sobre a contratação no site https://sertanopolis.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes , através da íntegra do Aviso de Dispensa de Licitação e Termo de Referência. As propostas poderão ser protocoladas de segunda a sexta de 08h30 as 11h30 e 13h30 as 17h00 ou pelo e-mail: compras@sertanopolis.pr.gov.br, até o prazo final de apresentação.

Sertanópolis, 17 de dezembro de 2025.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

ANDRÉ SOLANO SOUTO
Coordenador Geral de Licitações

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:B1C162E9

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 109/2025

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 109/2025.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: AUGUSTO & AUGUSTO MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E POSTERIOR RETIRADA DE GERADORES DE ENERGIA DESTINADOS AO SUPORTE ENERGÉTICO DAS FESTIVIDADES DE FINAL DE ANO.
VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 17 DE DEZEMBRO DE 2025.
TÉRMINO: 17 DE DEZEMBRO DE 2026.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 349/2025 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 349/2025 ID Nº 84992.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 17 DE DEZEMBRO DE 2025.
VALOR ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 21.900,00 (VINTE E UM MIL E NOVECENTOS REAIS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ.

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:7A66D734

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 163/2025

LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO/SAAE DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Avenida Seis de Junho, 825, inscrito no CNPJ/MF nº 81.442.428/0001-96 neste ato representado por seu diretor Superintendente, senhor Flávio Marcelino Fantin, e

CONTRATADA: CARLOS ALBERTO DOS SANTOS TECIDOS – PURUNIFORM, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF n.º 00.111.072/0001-06.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS COLABORADORES DO SAAE SERTANÓPOLIS.

VALOR: R$ 5.865,20 (Cinco mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 16 de dezembro de 2025.

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:11CF9B0D

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 164/2025

LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO/SAAE DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Avenida Seis de Junho, 825, inscrito no CNPJ/MF nº 81.442.428/0001-96 neste ato representado por seu diretor Superintendente, senhor Flávio Marcelino Fantin, e

CONTRATADA: RRB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - SUPRILUZ, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF n.º 58.302.351/0001-37.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA O SAAE SERTANÓPOLIS.

VALOR: R$ 1.462,40 (um mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 16 de dezembro de 2025.

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:4BE2BD0E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

SECRETARIA DE SAÚDE
4º TERMO ADITIVO AO CONVENIO Nº 2/2023

TERMO ADITIVO AO CONVENIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SULINA, ESTADO DO PARANÁ, E O MUNICIPIO DE CHOPINZINHO/PR

O **MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO**, inscrito no CNPJ sob n° **76.995.414/0001-60**,situado na Rua Miguel Procópio Kurpel, n° 3811, Bairro São Miguel, CEP 85.560-000, na cidade de Chopinzinho/PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal ÁLVARO DENIS CENI SCOLARO, portador do RG n° 8.124.995-4 SSP/PR e inscrito no CPF sob n° 009.378.889-40, e o **MUNICÍPIO DE SULINA**, com sede na Rua Tupinambá, n° 68, na cidade de Sulina/PR, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob n° **80.869.886/0001-43**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, GILBERTO JOÃO ROSSI, portador do CPF n° 031.604.539-01, com endereço na Rua São Francisco, n° 169, centro, na cidade de Sulina/PR, celebram o presente TERMO DE ADITAMENTO AO CONVENIO **Nº 1/2023**, mediante as cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Convênio tem por objeto regular a relação entre as partes signatárias, cuja finalidade consiste em repassar recursos financeiros do MUNICÍPIO DE SULINA para o MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, destinados à Qualificação do Acesso à Urgência e Emergência nos Plantões de Sobreaviso (24 Horas), visando o apoio, complementação e ampliação de serviços de saúde, bem como o gerenciamento, controle, fiscalização e unificação dos contratos dos municípios com o prestador de serviço, para o atendimento ambulatorial de média complexidade nas especialidades de Obstetrícia e Ginecologia, Anestesiologia, Ortopedia, Pediatria e Cirurgia Geral.

CLÁUSULA SEGUNDA

Através do presente termo de aditamento as partes resolvem:

I – Prorrogar o prazo de vigência até 26/12/2026, conforme período de execução previsto no Plano de Trabalho (27/12/2025 a 26/12/2026).

II – Acrescer o valor de R$ 325.332,00 (trezentos e vinte e cinco mil, trezentos e trinta e dois reais), correspondente a 12 (doze) parcelas mensais de R$ 27.111,00, conforme Plano de Aplicação e Cronograma de Desembolso estabelecidos no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

Ratificam-se as demais cláusulas e condições estabelecidas no Termo de Fomento inicial.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial do Município, correrá por conta e ônus do **MUNICÍPIO**.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Chopinzinho para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste Aditivo.

E por estarem acordados com os termos deste Aditivo, as partes firmam-no para todos os efeitos legais.

Chopinzinho/PR, 11 de dezembro de 2025.

GILBERTO JOÃO ROSSI
Prefeito

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Testemunhas:

Secretário(a) Municipal de Saúde de Chopinzinho
Secretário(a) Municipal de Saúde de Sulina

Publicado por:
Ronan Ernzen
Código Identificador:74335CCF

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 09/2025

O Município de Sulina – Paraná, torna público, que no dia **15/01/2026**, às **09:00 horas**, estará realizando licitação na modalidade **Concorrência Presencial com Inversão de Fases**, **tipo MENOR PREÇO SOB REGIME DE EMPREITADA GLOBAL**, que tem por objeto a **"CONSTRUÇÃO DE 20 UNIDADES HABITACIONAIS DO "PROGRAMA MORADIA DIGNA" EM ALVENARIA CONVENCIONAL COM 47,46 M² DE ÁREA CONSTRUIDA CADA, CONTENDO DOIS QUARTOS, SALA, COZINHA, BANHEIRO, AREA DE SERVIÇO E VARANDA, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, HIDROSANITARIAS, HIDRAULICAS, TUDO CONFORME ORÇAMENTO, PROJETOS E MEMORIAIS DESCRITIVOS".**
PERÍDO DE RECEBIMENTO DOS INVÓLUCROS: a partir do dia 17/12/2025 até dia 15/01/2026 às 08h:25min.
INÍCIO DO CREDENCIAMENTO: 15/01/2026 às 08h:30min.
INÍCIO DA SESSÃO: 15/01/2026 às 09h:00min.
LOCAL: Sala de Licitações e Contratos, localizada à Rua Tupinambá, nº 68, Centro, CEP: 85.565-000, Sulina - PR
Para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília (DF).
Oedital estará disponível no site: www.sulina.pr.gov.br.
Informações e esclarecimentos na Rua Tupinambá, nº 68, Centro, Sulina – PR, na Secretaria da Comissão de Licitação. Fone/Fax: (46) 98800-1015 – e-mail: licitasulinapr@hotmail.com. Sulina, 17 de dezembro de 2025.

GILBERTO JOÃO ROSSI,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:90C6A8F8

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2025

O Município de Sulina – Paraná, torna público, que no dia **22/01/2026**, às **09:00 horas**, estará realizando licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, **tipo menor preço POR ITEM**, que tem por objeto a **"REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE ARTEFATOS DE CONCRETO"**.
INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir do dia 18/12/2025 até dia 22/01/2026 às 08h:30min.
ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 22/01/2026, às 09h:00min.
LOCAL: http://www.comprasgovernamentais.gov.br/.
Para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília (DF).
Oedital estará disponível nos sites: http://www.comprasgovernamentais.gov.br/ewww.sulina.pr.gov.br.
Informações e esclarecimentos na Rua Tupinambá, nº 68, Centro, Sulina – PR, na Secretaria da Comissão de Licitação. Fone/WhatsApp: (46) 98800-1015 – e-mail: licitasulinapr@hotmail.com. Sulina, 17 de dezembro de 2025.

GILBERTO JOÃO ROSSI,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:E83D95FB

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 68/2025

O Município de Sulina – Paraná, torna público, que no dia **27/01/2026**, às **09:00 horas**, estará realizando licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, **tipo menor preço POR ITEM**, que tem por objeto a **"REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ARES CONDICIONADOS PARA ESCOLAS MUNICIPAIS DE SULINA-PR"**.
INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir do dia 18/12/2025 até dia 27/01/2026 às 08h:30min.
ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 27/01/2026, às 09h:00min.
LOCAL: http://www.comprasgovernamentais.gov.br/.
Para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília (DF).
Oedital estará disponível nos sites: http://www.comprasgovernamentais.gov.br/ewww.sulina.pr.gov.br.
Informações e esclarecimentos na Rua Tupinambá, nº 68, Centro, Sulina – PR, na Secretaria da Comissão de Licitação. Fone/WhatsApp: (46) 98800-1015 – e-mail: licitasulinapr@hotmail.com. Sulina, 17 de dezembro de 2025.

GILBERTO JOÃO ROSSI,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:025D54DE

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 199/2025

PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 62/2025
VALIDADE: 12 (doze) meses

DO OBJETO
1.1 O objeto da presente Ata é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E/OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VISANDO EVENTUAIS MANUTENÇÕES QUE CONTEM COM OS SERVIÇOS DE ESQUADRIAS, FERRAGENS, FERRAMENTAS, FUNILARIA, PINTURA, MATERIAIS HIDRAULICOS, VIDRAÇARIA, MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MATERIAIS ELETRICOS, ILUMINAÇÃO PUBLICA, TORNO, SOLDA**, em conformidade com as condições estabelecidas no Pregão Eletrônico - Edital nº 62/2025 e em seus Anexos, partes integrantes deste instrumento, e nesta Ata.
2. DETENTOR DA ATA E DO VALOR DO REGISTRO DE PREÇOS
2.1 Os preços, e o vencedor do certame, dos produtos registrados na presente Ata encontram-se indicados no quadro abaixo:

EMPRESA: ALTENI FERREIRA MARTINI - ME	
CNPJ N. 00.103.448/0001-30	
ENDEREÇO: AV IGUAÇU, N. 982 - BAIRRO: CENTRO- CEP: 85565-000 - CIDADE: SULINA - PR	
TOTAL DA ATA	**R$ 556.500,00 (Quinhentos e cinquenta e seis mil e quinhentos reais)**

3. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS
O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura.
4. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O Órgão Gerenciador da ata de registro de preços será o Município de Sulina-PR, que exercerá suas atribuições por intermédio da Secretaria de Viação, Obras e Serviços. Sulina/PR, 17 de dezembro de 2025.

GILBERTO JOÃO ROSSI,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:A970F85D

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 200/2025

PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 62/2025
VALIDADE: 12 (doze) meses

DO OBJETO
1.1 O objeto da presente Ata é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E/OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VISANDO EVENTUAIS MANUTENÇÕES QUE CONTEM COM OS SERVIÇOS DE ESQUADRIAS, FERRAGENS, FERRAMENTAS, FUNILARIA, PINTURA, MATERIAIS HIDRAULICOS, VIDRAÇARIA, MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MATERIAIS ELETRICOS, ILUMINAÇÃO PUBLICA, TORNO, SOLDA**, em conformidade com as condições estabelecidas no Pregão Eletrônico - Edital nº 62/2025 e em seus Anexos, partes integrantes deste instrumento, e nesta Ata.
2. DETENTOR DA ATA E DO VALOR DO REGISTRO DE PREÇOS
2.1 Os preços, e o vencedor do certame, dos produtos registrados na presente Ata encontram-se indicados no quadro abaixo:

EMPRESA: DEOCLECIO DALZOTTO ELETRO	
CNPJ N. 31.494.697/0001-28	
ENDEREÇO: RUA DIOGO ANTONIO FEIJO, SL 02, N. 4074 - BAIRRO: CENTRO- CEP: 85560-000 - CIDADE: CHOPINZINHO - PR	
TOTAL DA ATA	**R$ 234.154,62 (Duzentos e trinta e quatro mil, cento e cinquenta e quatro reais e sessenta e dois centavos)**

3. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS
O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura.
4. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O Órgão Gerenciador da ata de registro de preços será o Município de Sulina-PR, que exercerá suas atribuições por intermédio da Secretaria de Viação, Obras e Serviços.
Sulina/PR, 17 de dezembro de 2025.

GILBERTO JOÃO ROSSI,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:D313345A

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 273/2023

referente ao Pregão Presencial n.º 70/2023. **Contratada: COPY PRINTER MULTIFUNCIONAIS LTDA EPP**, CNPJ n.º 21.027.555/0001-05**. Objeto do aditivo: DO PRAZO CONTRATUAL:** Fica aditado ao contrato original **12 (doze) meses**, vigente até a data de **27 de dezembro de 2026**; **DO REAJUSTE:** Fica acrescido ao contrato original **R$ 66.622,84 (sessenta e seis mil, seiscentos e vinte e dois reais e oitenta e quatro centavos)**, passando o valor global do contrato original a ser R$ 188.619,19 (Cento e oitenta e oito mil, seiscentos e dezenove reais e dezenove centavos), elevando o valor unitário em 4,18% (quatro virgula dezoito por cento), conforme índice IPCA acumulado nos últimos 12 meses. **Fundamento:** Art.57, II, da Lei 8.666/93. Sulina/PR, 17 de dezembro de 2025.

GILBERTO JOÃO ROSSI,
Prefeito.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:5351E3C8

SETOR DE LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO Nº 62/2025

Torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação do objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E/OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VISANDO EVENTUAIS MANUTENÇÕES QUE CONTEM COM OS SERVIÇOS DE ESQUADRIAS, FERRAGENS, FERRAMENTAS, FUNILARIA, PINTURA, MATERIAIS HIDRAULICOS, VIDRAÇARIA, MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MATERIAIS ELETRICOS, ILUMINAÇÃO PUBLICA, TORNO, SOLDA, às Empresas:

NOME DO FORNECEDOR	VALOR TOTAL (R$)
ALTENI FERREIRA MARTINI - ME	556.600,00
DEOCLECIO DALZOTTO ELETRO	234.154,62

Os lotes 03 e 04 restaram DESERTOS. Prefeitura Municipal de Sulina, em 17 de dezembro de 2025.

GILBERTO JOÃO ROSSI,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:8424F1D3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 90044/2025

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 90044/2025

O Município de Teixeira Soares – PR torna pública a **SUSPENSÃO** por tempo indeterminado do processo de licitação na modalidade PREGÃO Nº 90044/2025, o qual encontra-se na fase de publicação/recebimento de propostas, por recomendação jurídica devido a pedido de esclarecimento, a licitação tem como objeto a **Contratação de empresa especializada no fornecimento de Cilindros de Oxigênio Medicinal, Carrinho para transporte e Kit para cilindro de oxigênio, destinados a Secretaria de Saúde do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná.** Outros atos do processo serão publicados após os tramites legais e decisão da autoridade competente.

Teixeira Soares, 17 de dezembro de 2025.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:087C4D41

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

GABINETE
LEI N.º 1.843/2025

Institui o Auxílio de Deslocamento aos motoristas da área da saúde do Município de Terra Boa que acompanham pacientes em viagens para fora do Município e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Terra Boa, Estado do Paraná aprovou e eu, Prefeito do Município de Terra Boa sanciono a seguinte

L E I
Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do Município de Terra Boa, o Auxílio de Deslocamento aos motoristas de transporte sanitário da Secretaria Municipal de Saúde, integrantes do quadro efetivo ou contratados, que realizarem o transporte e o acompanhamento de pacientes para outros municípios, a título de indenização das despesas extraordinárias realizadas no decorrer da viagem.

Art. 2º. O Auxílio de Deslocamento possui natureza indenizatória, não se incorporando aos vencimentos, salários ou subsídios, não podendo servir de base para cálculos de vantagens, aposentadoria, pensão ou quaisquer reflexos financeiros, bem como não se confunde com as diárias previstas na Lei Municipal n.º 1.574/2019.
§1º. O Auxílio tem por finalidade auxiliar o motorista a custear despesas pessoais indispensáveis à viagem, tais como alimentação, higiene pessoal e pequenas despesas eventuais, excetuando-se hospedagem.
§2º. O pagamento do Auxílio de Deslocamento não configura e não substitui o regime de diárias, aplicando-se este último somente para deslocamentos superiores a 200 km do Município de Terra Boa, nos termos do art. 9º da Lei n.º 1.574/2019.

§3º. O Auxílio de Deslocamento será devido somente para deslocamentos realizados em raio de até 200 km do Município de Terra Boa, sem pernoite, hipótese em que não haverá pagamento de diárias.

§4º. Caso seja necessária **hospedagem** em razão de pernoite obrigatório, o pagamento será realizado **exclusivamente por meio de Meia Diária**, nos termos da Lei Municipal nº 1.574/2019, uma vez que o Auxílio de Deslocamento cobre somente despesas de alimentação e pequenas despesas.

Art. 3º. O Auxílio de Deslocamento será concedido mensalmente, preferencialmente junto à folha de pagamento, no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais), independentemente da carga horária do servidor, passando a vigorar a partir do mês subsequente à publicação desta Lei.
§1º. O pedido de inclusão do servidor beneficiário deverá ser formalizado pela Secretaria Municipal de Saúde e encaminhado ao setor de Recursos Humanos antes do fechamento da folha, vedado pagamento retroativo.
§ 2º. A Secretaria Municipal de Saúde deverá organizar escala de viagens de forma equitativa entre os motoristas disponíveis, sob pena de suspensão do Auxílio em caso de descumprimento injustificado da escala.

Art. 4º. Na hipótese de necessidade de abastecimento do veículo oficial fora do Município, fica autorizado o reembolso ao motorista, mediante apresentação de nota fiscal eletrônica emitida em nome do Município de Terra Boa, contendo placa, quilometragem, CNPJ e demais informações pertinentes, sem prejuízo do recebimento do Auxílio.

Art. 5º. O valor do Auxílio de Deslocamento poderá ser reajustado anualmente por Decreto, observando-se o índice acumulado do INPC ou outro que venha a substituí-lo.

Art. 6º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Terra Boa – Paraná, aos 17 de dezembro de 2025.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:6CBBC667

GABINETE
LEI Nº 1.844/2025

Dispõe sobre a concessão de abono natalino aos servidores públicos do Poder Legislativo do Município de Terra Boa/PR, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Terra Boa, Estado do Paraná aprovou e eu, Prefeito do Município de Terra Boa sanciono a seguinte

L E I
Art. 1º. Fica concedido, em caráter excepcional e transitório, abono natalino no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) aos servidores públicos do Poder Legislativo do Município de Terra Boa, a ser pago em parcela única.

§ 1º O abono de que trata o caput será devido aos:
I – servidores públicos efetivos da Câmara Municipal;
II – servidores ocupantes de cargos em comissão da Câmara Municipal;
III – servidores aposentados e pensionistas vinculados ao Poder Legislativo Municipal;

§ 2º O valor do abono será pago em parcela única, acrescido à folha de pagamento do mês de dezembro de 2025.

Art. 2º. O abono concedido por esta Lei possui caráter excepcional, indenizatório e não permanente, não se incorporando à remuneração, aos proventos ou às pensões, para quaisquer efeitos.

Parágrafo único. O abono de que trata esta Lei:
I – não possui natureza salarial ou remuneratória;
II – não constitui base de incidência de contribuição previdenciária;
III – não gera reflexos sobre férias, décimo terceiro salário, vantagens pessoais ou quaisquer outras parcelas;

IV – não se configura rendimento tributável ao servidor.

Art. 3º. A concessão do abono natalino fundamenta-se na manutenção do equilíbrio fiscal do Poder Legislativo Municipal, decorrente da gestão responsável das contas públicas da Câmara, observada a disponibilidade orçamentária e financeira do exercício de 2025, sem implicar criação de despesa obrigatória de caráter continuado.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente da Câmara Municipal, suplementadas se necessário, respeitados os limites legais.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município de Terra Boa – Paraná, aos 17 de dezembro de 2025.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:5DE69E84

GABINETE
LEI N.º 1.845/2025

Dispõe sobre a concessão de abono natalino aos servidores públicos do Município de Terra Boa/pr, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Terra Boa, Estado do Paraná aprovou e eu, Prefeito do Município de Terra Boa sanciono a seguinte
L E I
Art. 1º. Fica concedido, em caráter excepcional e transitório, abono natalino no valor de R$ -200,00- (duzentos reais) aos servidores públicos do Município de Terra Boa, a ser pago em parcela única.
§1º. O abono de que trata o *caput* será devido aos:
I – servidores públicos efetivos e temporários (PSS);
II – servidores ocupantes de cargos em comissão;
III – servidores aposentados e pensionistas;
IV – ocupantes de emprego público contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, desde que integrantes do quadro funcional do Município no mês de dezembro de 2025.
§2º. O valor do abono será pago em parcela única, acrescido à folha de pagamento do mês de dezembro de 2025.
Art. 2º. O abono concedido por esta Lei possui caráter excepcional, indenizatório e não permanente, não se incorporando à remuneração, aos proventos ou às pensões, para quaisquer efeitos.
Parágrafo único. O abono de que trata esta Lei:
I – não possui natureza salarial ou remuneratória;
II – não constitui base de incidência de contribuição previdenciária;
III – não gera reflexos sobre férias, décimo terceiro salário, vantagens pessoais ou quaisquer outras parcelas;
IV – não se configura rendimento tributável ao servidor.
Art. 3º. A concessão do abono natalino fundamenta-se na manutenção do equilíbrio fiscal do Município, decorrente da gestão responsável das contas públicas, observada a disponibilidade orçamentária e financeira do exercício de 2025, sem implicar criação de despesa obrigatória de caráter continuado.
Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário, respeitados os limites legais.
Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Edifício da Prefeitura do Município de Terra Boa – Paraná, aos 17 de dezembro de 2025.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:AA5BA268

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO: 455/2025 REF: PREGÃO N° 137/2025

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: W C GALDINO AUTO CENTER LTDA, CNPJ nº 14.011.023/0001-06, com sede AV IVAI, 0, CENTRO, CEP 87270000, Engenheiro Beltrão - PR, tendo como representante legal o(a) Sr(a). WEINE CARSON GALDINO, CPF: 042.528.039-00, carteira de Identidade nº 91392003.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em pacotes de excursões e viagens turísticas com o objetivo de conjugação de esforços destinados a fomentar o fluxo turístico do Paraná, por meio do turismo rodoviário e da inclusão social, intuito de valorização do bem-estar, garantindo momentos de lazer, cultura, socialização e integração social para Pessoas Idosas atendidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Família de Terra Boa – Pr, valorizando o patrimônio natural e cultural do Estado do Paraná, bem como promovendo e incentivando o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico, conforme TERMO DE CONVÊNIO Nº 731/2025 – Secretaria de Estado do Turismo – SETU..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) , valor esse que será pago em conforme edital.

PRAZO: O presente contrato terá vigência a partir de 17 de dezembro de 2025, com vencimento até 17 de junho de 2026, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/21, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 17 de dezembro de 2025.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:F6B4FF26

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO: 457/2025 REF: INEXIGIBILIDADE N° 38/2025

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: A M BAGATIN CLÍNICA MÉDICA EIRELI - ME., CNPJ nº 24.996.957/0001-06, com sede RUA PRESIDENTE KENNEDY, 438, ZONA UM, CEP 87240000, Terra Boa - PR, tendo como representante legal o(a) Sr(a). ALESSANDRA MARA BAGATIN, CPF: 063.683.669-07, carteira de Identidade nº 95221203.

OBJETO: Credenciamentos de empresa especializada com vistas à prestação de serviços de profissional médico especializado, para atendimento de: ENDOCRINOLOGIA/METABOLISTA, GASTROENTEROLOGISTA, CARDIOLOGISTA, NEUROLOGISTA, OTORRINOLARINGOLOGISTA,

PSIQUIATRA, ORTOPEDISTA/TRAUMATOLOGISTA, REUMATOLOGISTA, UROLOGISTA, OFTALMOLOGISTA, DERMATOLOGISTA, PNEUMOLOGISTA, NEFROLOGISTA, GINECOLOGISTA, ANESTESISTA, VASCULAR, PEDIATRIA e HEMATOLOGISTA.

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até:

Item	Descrição dos serviços	Unid.	Quant	Valor Unitário	Valor Total
15	**ANESTESISTA** Efetuar Serviço Médico ESPECIALIZADO: exames médicos, emitir diagnóstico, prescrever medicamentos e realizar tratamento de enfermidades. Receitas, emissão de atestados médicos e declarações de comparecimento; Prestar todas as informações médicas necessárias para os prepostos ou funcionários do CONTRATANTE, a fim de possibilitar a continuidade adequada da atenção à saúde do paciente, de acordo com as orientações e fluxos estabelecidos; Preencher os documentos comprobatórios do atendimento, com detalhamento da consulta, atendimento, tratamento, evolução e encaminhamento final, conforme orientações do SUS. Realizar atenção à saúde aos indivíduos sob sua responsabilidade; Realizar estratificação de risco e elaborar plano de cuidados TERAPEUTICO SINGULAR (PTS) para os pacientes de acordo com o Protocolo Municipal ou Solicitação da Rede de Atenção. Atendimento a todas as políticas públicas da saúde; Atendimento ao usuário de serviço de saúde: procedimento pertinente à atenção especializada, com base na tabela do SIGTAP; Utilizar e preencher obrigatoriamente o prontuário eletrônico (SIGSS). Horário e Agenda deverá ser agendados na Secretaria de Saúde. Atendimento de consultas em Unidade de Saúde no Município de Terra Boa-Pr O Pagamento será de acordo com a produção (atendimento) A Comprovação será por meio de relatório do sistema SIGSS – Sistema Integrado de Gestão em Saúde.	UNID	1.000	R$80,00	R$80.000,00

Valor esse que será pago em ATE 30 DIAS.
PRAZO: O presente contrato terá vigência a partir de 17 de dezembro de 2025, com vencimento até 17 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/21, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 17 de dezembro de 2025.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:AE9F4B57

LICITAÇÕES
PARECER HOMOLOGA E ADJUDICA PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. - INEXIGIBILIDADE Nº 38/2025

O Senhor Valter Peres, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso das suas legais atribuições e com base no Parecer Conclusivo da Comissão de Contratação.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologada e adjudicada a decisão proferida pela Comissão de Contratação, que trata da licitação na modalidade de **Inexigibilidade sob n.º 38/2025**, Credenciamentos de empresa especializada com vistas à prestação de serviços de profissional médico especializado, para atendimento de: ENDOCRINOLOGIA/METABOLISTA, GASTROENTEROLOGISTA, CARDIOLOGISTA, NEUROLOGISTA, OTORRINOLARINGOLOGISTA, PSIQUIATRA, ORTOPEDISTA/TRAUMATOLOGISTA, REUMATOLOGISTA, UROLOGISTA, OFTALMOLOGISTA, DERMATOLOGISTA, PNEUMOLOGISTA, NEFROLOGISTA, GINECOLOGISTA, ANESTESISTA, VASCULAR, PEDIATRIA e HEMATOLOGISTA.
Sendo que as empresas credenciadas foram:

NOME	CNPJ
ACML SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	53.764.394/0001-10
A M BAGATIN CLINICA MÉDICA LTDA	24.996.957/0001-06

Art. 2º. Fica a Secretaria de Saúde autorizada a tomar todas as providências necessárias e legais, visando à contratação do objeto de que trata o referido Procedimento Licitatório, nos termos da decisão proferida pela Comissão de Contratação.

Terra Boa, 17 de dezembro de 2025.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:BF1F4641

LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE 42-2025

TERMO DE RATIFICAÇÃO

inexigibilidade DE LICITAÇÃO Nº 42/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 234/2025.

Em atendimento ao art. 72 da Lei Federal Nº 14.133/2021, ficam pelo presente Termo, ratificados e confirmados os atos referentes à contratação direta da entidade **INSTITUTO ESPERANÇA CASA LAR**, inscrita pelo CNPJ/MF nº 59.140.581/0001-00, que tem por objeto a elaboração de Termo de Colaboração, com instituição, para a prestação do Serviço de Acolhimento Institucional para Adolescentes, conforme preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990), pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009) e demais normativas aplicáveis ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com inexigibilidade de licitação, conf. Previsto no art.74, I, da mesma lei.

Terra Boa, 17 de dezembro de 2025.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valeria Ap. Zancan Sotocorno
Código Identificador:8566646E

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1172/2025

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a senhora **MARIA APARECIDA DOS SANTOS** servidora desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS DE ENFERMAGEM E APOIO, referente ao período aquisitivo 2024/2025.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **12/01/2026** a **10/02/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município de Terra Boa, 17 de dezembro de 2025.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:5B6D4C85

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1173/2025

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E
Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a senhora **EDINEUZA DE SOUZA GALHARDO** servidora desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de CONSELHEIRO TUTELAR, referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **12/01/2026** a **10/02/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município de Terra Boa, 17 de dezembro de 2025.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:31377615

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 480/2023

O Município de Terra Rica, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, cadastrado no CNPJ. Sob nº 76.978.881/0001-81, sito na Av. Euclides da Cunha, 1120, Terra Rica, Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Nelson Maior, 79, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49, a seguir denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa **CARLOS EDUARDO ANDRADE, CNPJ 10.610.961/0001-71** com endereço na R JOAO BARRIONUEVO CESPEDE, 333 ESCRITORIO - CEP: 87890000 - BAIRRO: CENTRO, neste ato representada por CARLOS EDUARDO ANDRADE ocupando o cargo de Representante legal, CPF nº 049.145.009-57, com domicilio na RUA PADRE EDUARDO ROCK BASSIL, 1934 CASA - CEP: 87890000 - BAIRRO: CENTRO, a seguir denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O **CONTRATANTE** com apoio na Lei nº. 14.133/21, expediu Edital de Licitação na Modalidade Pregão 114/2023, objetivando a **Contratação de empresa especializada em serviços de suporte de TI e manutenção de dispositivos para atender às necessidades da Prefeitura de Terra Rica-Pr.**

CLÁUSULA SEGUNDA: Através do presente termo aditivo, ficou o contrato acima identificado, com seu prazo de vigência prorrogado a partir de seu vencimento, por mais **12 meses**, ou seja, até o dia 15/12/2026 (quinze dias de dezembro de 2026).

CLÁUSULA TERCEIRA: Através do presente termo aditivo, o preço unitário do contrato passa a ser de R$ 7.536,23 (Sete mil, quinhentos e trinta e seis reais e vinte e três centavos), reajustado conforme índice INPC de 4,17%.

CLÁUSULA QUARTA: O valor total do aditivo é de R$ 90.434,76 (Noventa mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e setenta e seis centavos).

CLÁUSULA QUINTA: Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato originário nº 480/2023 de 18/12/2023.

Terra Rica-Pr, 15/12/2025.

CARLOS EDUARDO ANDRADE	***AGNALDO DE SOUZA COSTA***
Contratado	Prefeito Municipal

Testemunhas:
_____
Nome:
_____
Nome:

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:F33FAC5C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DA ABERTURA DOS ENVELOPES DE INTERESSADOS NA INEXIGIBILIDADE 26/2025

Aos 16 dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 09:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Terra Rica, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designados pelo decreto nº 561/2025, para proceder à **abertura dos envelopes de interessados** na locação de imóvel referente à **Inexigibilidade nº 26/2025**, cujo objeto é Locação de imóvel destinado ao funcionamento da Instituição de Acolhimento de Casa Lar Noé.

Foram recebidos um envelope até a data e horário estabelecidos no edital de locação de imóvel. Em seguida, procedeu-se à abertura do mesmo, verificando-se a presença do seguinte interessado:

1. JOÃO GERALDO DA SILVA

Durante a sessão, logo após a abertura dos envelopes, a Comissão procedeu à conferência dos documentos apresentados pelo participante, constatando que a documentação estava correta e em conformidade com as exigências previstas no edital. Em seguida, o processo foi encaminhado à Comissão de Avaliação de Bens Imóveis, designada pelo Decreto Municipal nº 176/2023, para que fosse realizada a avaliação do imóvel.
Após o encaminhamento, a Comissão de Avaliação de Bens Imóveis realizou a avaliação do imóvel e atestou a conformidade da proponente, dando prosseguimento aos trâmites necessários para a contratação.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, lavrando-se a presente Ata da Abertura dos Envelopes de Interessados na Inexigibilidade nº 26/2025, que após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão.

Local e Data: Terra Rica, 16 de outubro de 2025.

Comissão de Licitação:

JULIO CESAR GERMANO JUNIOR
Presidente

CLEUZIMAR DA MOTA
Membro

MAYARA CARLA ALVAREZ
Membro

NATALIA ALVAREZ CAZETTA
Membro

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:818FF76C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RELAÇÃO DE HABILITADOS NA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2025

PROCESSO 159/2025

Credenciamento de empresas especializadas para realização de exames de diagnóstico por imagem localizadas nos municípios da região da AMUNPAR (Noroeste Paranaense), nas modalidades e condições descritas em termo de referência.

Habilitado:

CLINICA RADIOLÓGICA DE PARANAVAÍ

O candidato classificado será posicionado na ordem da fila preexistente, em conformidade com os habilitados anteriores.

Terra Rica, 17/12/2025

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:410342DD

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
LEI N° 084/2025

Lei nº 084/2025

SÚMULA – Inclui, altera e exclui dispositivos nas Leis Municipais nº 072/2022 e 073/2022, que dispõem, respectivamente, sobre o Estatuto dos Servidores e sobre o Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores do Poder Executivo do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei...

Art. 1º. O § 2º, do artigo 4º, da Lei Municipal nº 072/2022, passa a vigor com a seguinte redação:

§ 2º. *Em caso de nomeação/designação de servidor efetivo para cargo em comissão, este poderá optar pelo vencimento do cargo em comissão ou pelo vencimento do cargo efetivo acrescido de 50% (cinquenta por cento) do vencimento do cargo em comissão;*

Art. 2º. Fica revogado o § 3º, do artigo 4º, da Lei Municipal nº 072/2022.

Art. 3º. Ficam acrescidos os §§ 5º e 6º, no artigo 4º, da Lei Municipal nº 072/2022, com as seguintes redações:

§ 5º. *A Nomeação de servidor efetivo para o exercício de cargo em comissão implica no concomitante afastamento do cargo efetivo de que for titular.*

§ 6º. *Na designação de servidor efetivo para responder por cargo em comissão não há necessidade de afastamento do cargo efetivo de que for titular.*

Art. 4º. Fica acrescida a seguinte "**Gratificação por Encargo (GE)**", no Grupo "**Coordenações**", constante no Anexo V, da Lei 073/2022:

Coordenação de apoio à Administração Hospitalar	*7*

Art. 5º. Ficam criadas as "**Atribuições**" da Gratificação por Encargo (GE) **"Coordenação de apoio à Administração Hospitalar"**, do Grupo **"Coordenações"**, do Anexo V da Lei 073/2022, com a seguinte redação:

Coordenação de apoio à AdministraÇÃO Hospitalar

Cargo de apoio à gestão administrativa do hospital, subordinado diretamente à administração Hospitalar, responsável por assegurar a eficiência, a racionalidade e a conformidade legal das atividades administrativas da instituição.

Principais atribuições:

Auxiliar a Administração Hospitalar nos processos administrativos, financeiros, logísticos e patrimoniais*, garantindo o bom funcionamento das unidades assistenciais e de apoio.*
Auxiliar a Administração Hospitalar no planejamento, organização e controle de recursos humanos e materiais*, assegurando eficiência na aplicação dos recursos públicos e redução de custos.*
Auxiliar a Administração Hospitalar no planejamento, organização e *elaboração de processos de seleção e contratação de pessoal.*

Fiscalizar a execução contratual de serviços terceirizados*, assegurando qualidade, custo-benefício e cumprimento da legislação vigente.*
Apoiar a administração na elaboração de planos estratégicos*, relatórios e indicadores de desempenho administrativos, operacionais e financeiros.*
Promover a conformidade com normas e legislações hospitalares*, incluindo as regulamentações da ANVISA, Ministério da Saúde e demais órgãos competentes.*
Assessorar a Administração Hospitalar*, assegurando integração e alinhamento com os objetivos institucionais.*
Implementar, acompanhar e revisar sistemas administrativos *e hospitalares, promovendo melhorias contínuas nas rotinas operacionais – conforme orientação da administração hospitalar.*
Representar a Administração Hospitalar em reuniões e comissões internas*, sempre que solicitado, fornecendo informações e subsídios para decisões estratégicas.*
Auxiliar na elaboração e controle das escalas de serviço dos funcionários *lotados no hospital.*
Manter atualizado o inventário do patrimônio hospitalar e acompanhar *a utilização adequada dos bens públicos.*
Supervisionar o uso racional dos recursos materiais e a adequada gestão *dos almoxarifados hospitalares.*
Supervisionar o armazenamento*, controle da gestão do estoque e correta destinação de medicamentos e insumos farmacêuticos, garantindo conformidade com as normas da ANVISA e boas práticas de armazenamento, assegurando disponibilidade e evitando desperdícios.*
Monitorar processos de descarte de medicamentos *vencidos ou inservíveis, garantindo destinação ambientalmente adequada.*
Colaborar com a equipe de farmácia na elaboração *de relatórios de consumo e controle de custos de medicamentos.*
Auxiliar na inserção e atualização de dados de pacientes *nos sistemas vinculados ao SUS, convênios e demais plataformas oficiais.*
Garantir a precisão e a integridade das informações enviadas *aos sistemas governamentais, contribuindo para o correto faturamento e repasses de recursos.*
Apoiar as equipes assistenciais e administrativas no uso adequado *dos sistemas eletrônicos, promovendo padronização e melhoria contínua das rotinas de registro.*
Auxiliar a Administração hospitalar no cumprimento de prazos e requisitos relacionados a registros *e comunicações* obrigatórias do hospital junto ao SUS e demais órgãos de controle.

Art. 6º. Fica acrescida a seguinte "**Gratificação por Encargo (GE)**", no Grupo "**Coordenações**", constante no Anexo V, da Lei 073/2022:

Coordenação Técnica da Divisão de Recursos Humanos	*8*

Art. 7º. Ficam criadas as "**Atribuições**" da Gratificação por Encargo (GE) **"Coordenação Técnica da Divisão de Recursos Humanos"**, do Grupo **"Coordenações"**, do Anexo V da Lei 073/2022, com a seguinte redação:
Coordenação TÉCNICA da divisão de Recursos Humanos

***Atribuições**: Coordenar o setor de recursos humanos auxiliando a direção do setor nas áreas de cadastros, registros e também na área técnica, executando as seguintes tarefas:*

Auxiliar a direção do setor na elaboração e aplicação de métodos de recrutamento;
Auxiliar no lançamento e atualização dos dados, lotações e registro de servidores públicos;
Coordenar o correto arquivamento de documentos físicos e digitais do setor;
Coordenar o cadastramento, lançamento, monitoramento de férias, licenças e afastamentos;
Coordenar os equipamentos de registro de horários, sendo os mesmos eletrônicos ou manuais;
Coordenar a correta publicação e arquivamento de decretos, edital e portarias, mantendo os mesmos em correta numeração, cedendo-os quando solicitados;
Coordenar o correto funcionamento dos variados sistemas integrados ao setor de recursos humanos;
Coordenar o agendamento de serviços de manutenção e atualização de sistemas do setor de recursos humanos;
Coordenar os lançamentos e envio dos dados ao E-social;
Coordenar o envio de dados ao SIAP;

Art. 8º. A Gratificação por Encargo denominada **"Responsabilidade pela Contabilidade do PRESOMTER"**, existente no Grupo **"Outros Encargos**", do **Anexo V**, da **Lei Municipal nº 073/2022**, passa a vigorar com as seguintes especificações:

Gratificação por Encargo (GE)	*Nível*
Responsabilidade pela Contabilidade do PRESOMTER	*8*

Art. 9º. A Gratificação por Encargo denominada **"Responsabilidade pelo Acompanhamento de Desenvolvimento e Capacitação dos Servidores"**, existente no Grupo **"Outros Encargos**", do **Anexo V**, da **Lei Municipal nº 073/2022**, passa a vigorar com as seguintes especificações:

Gratificação por Encargo (GE)	*Nível*
Responsabilidade pelo Acompanhamento de Desenvolvimento e Capacitação dos Servidores	*6*

Art. 10. - Permanecem inalterados e em pleno vigor, os demais dispositivos das Leis Municipais nº 072/2022, 073/2022.

Art. 11. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte cinco (17/12/2025).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:CEBB53CC

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
LEI N° 085/2025

Lei Nº. 085/2025

SÚMULA: AUTORIZA A ASSINATURA DE TERMO DE FOMENTO COM O INSTITUTO EDUCACIONAL TERRA RICA - COLÉGIO PASSO A PASSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei...

Artigo 1º. - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a assinar Termo de Fomento com o **Instituto Educacional Terra Rica - Colégio Passo a Passo**, entidade sem fins lucrativos, devidamente cadastrada no CNPJ sob nº. 00.739.603/0001-00, no valor de R$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil), em 12 (doze) parcelas mensais de R$ 11.000,00 (onze mil reais).

Artigo 2º. – A duração do fomento será durante todo o exercício financeiro de 2026, extinguindo-se em 31 de janeiro de 2027.

Artigo 3º. - O fomento mencionado no artigo 1º desta Lei é com fim de subsídio para manutenção da entidade, ficando a mesma obrigada a, bimestralmente, prestar contas para com o Executivo Municipal.

Artigo 4º. - O não cumprimento do ajustado no artigo 3º da presente Lei, implicará na imediata suspensão dos repasses.

Artigo 5º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte cinco (17/12/2025).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:E75D2F4E

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
LEI N° 086/2025

Lei Nº 086/2025

SÚMULA: AUTORIZA A ASSINATURA DE TERMO DE FOMENTO COM A ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DE TERRA RICA - ASATER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei...

Artigo 1º. - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a assinar Termo de Fomento com a Associação dos Artesãos de Terra Rica - ASATER, entidade sem fins lucrativos e devidamente cadastrada no CNPJ sob nº. 07.187.877/0001-82, no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais), em 12 (doze) parcelas mensais de R$ 1.000,00 (mil reais).

Artigo 2º. – A duração do Fomento será durante todo o exercício financeiro de 2026, extinguindo-se em 31 de janeiro de 2027.

Artigo 3º. - O Fomento mencionado no artigo 1º desta Lei tem como finalidade o auxílio ao pagamento de aluguel da entidade, ficando a mesma obrigada a, bimestralmente, prestar contas para com o Tribunal de Constas do Estado e para com o Executivo Municipal.

Artigo 4º. - O não cumprimento do ajustado no artigo 3º da presente Lei, implicará na imediata suspensão dos repasses e incorrerá os responsáveis às sanções legais cabíveis.

Artigo 5º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte cinco (17/12/2025).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:5AFE749D

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
LEI N° 087/2025

Lei Nº 087/2025

SÚMULA: AUTORIZA A ASSINATURA DE TERMO DE FOMENTO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – A.P.A.E., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei...

Artigo 1º. - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a assinar Termo de Fomento com a Associação de Pais e Amigos Excepcionais – A.P.A.E., entidade sem fins lucrativos e devidamente cadastrada no CNPJ sob nº. 80.614.241/0001-60, no valor total de R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), dividido em 12 (doze) parcelas mensais.

Artigo 2º. – A duração do Fomento será durante todo o exercício financeiro de 2026, extinguindo-se em 31 de janeiro de 2027.

Artigo 3º. - O Fomento mencionado no artigo 1º desta Lei é com fim de subsídio para manutenção da entidade, ficando a mesma obrigada a, bimestralmente, prestar contas para com o Executivo Municipal.

Artigo 4º. - O não cumprimento do ajustado no artigo 3º da presente Lei, implicará na imediata suspensão dos repasses.

Artigo 5º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte cinco (17/12/2025).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:DE6BAB75

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
LEI N° 088/2025

Lei Nº 088/2025

SÚMULA: AUTORIZA A ASSINATURA DE TERMO DE FOMENTO COM A CASA SANTO EDUARDO – OBRAS UNIDAS SÃO VICENTE DE PAULO – ASILO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei...

Artigo 1º. - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a assinar Termo de Fomento com a Casa Santo Eduardo – Obras Unidas São Vicente de Paula – ASILO, entidade sem fins lucrativos e devidamente cadastrada no CNPJ sob nº. 75.500.470/0001-13, no valor total de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), a serem repassados em 12 (doze) parcelas mensais.

Artigo 2º. – A duração do fomento será durante todo o exercício financeiro de 2026, extinguindo-se em 31 de janeiro de 2027.

Artigo 3º. - O Fomento mencionado no artigo 1º desta Lei é com fim de subsídio para manutenção da entidade, ficando a mesma obrigada a, bimestralmente, prestar contas para com o Executivo Municipal.

Artigo 4º. - O não cumprimento do ajustado no artigo 3º da presente Lei, implicará na imediata suspensão dos repasses.

Artigo 5º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte cinco (17/12/2025).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:2B1D8146

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
LEI N° 089/2025

Lei Nº. 089/2025

SÚMULA: AUTORIZA A ASSINATURA DE TERMO DE FOMENTO COM A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO à MATERNIDADE, INFâNCIA E FAMÍLIA de TERRA RICA – A.P.M.I.F, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei...

Artigo 1º. - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a assinar Termo de Fomento com a Associação de Proteção à Maternidade, Infância e Família de Terra Rica – A.P.M.I.F. entidade sem fins lucrativos, devidamente cadastrada no CNPJ sob nº. 77.430.056/0001-00, no valor de R$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais), em 12 (doze) parcelas mensais.

Artigo 2º. – A duração do fomento será durante todo o exercício financeiro de 2026, extinguindo-se em 31 de janeiro de 2027.

Artigo 3º. - O fomento mencionado no artigo 1º desta Lei é com fim de subsídio para manutenção da entidade, ficando a mesma obrigada a, bimestralmente, prestar contas para com o Executivo Municipal.

Artigo 4º. - O não cumprimento do ajustado no artigo 3º da presente Lei, implicará na imediata suspensão dos repasses.

Artigo 5º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte cinco (17/12/2025).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:FFF8E617

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
LEI N° 090/2025

Lei Nº 090/2025

SÚMULA: AUTORIZA A ASSINATURA DE TERMO DE FOMENTO COM A ASSOCIAÇÃO AMIGOS DOS ANIMAIS DE TERRA RICA BICHO BOM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei...

Artigo 1º. - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a assinar Termo de Fomento com a **Associação Amigos dos Animais de Terra Rica Bicho Bom**, entidade sem fins lucrativos e devidamente cadastrada no CNPJ sob nº. 21.513.919/0001-59, no valor total de R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), dividido em 12 (doze) parcelas mensais.
Artigo 2º. - A duração do Termo de Fomento será durante o exercício financeiro de 2026, extinguindo-se em 31 de janeiro de 2027.

Artigo 3º. - O Termo de Fomento mencionado no artigo 1º desta Lei é com fim de subsídio para manutenção da entidade, ficando a mesma obrigada a, bimestralmente, prestar contas para com o Executivo Municipal.

Artigo 4º. - O não cumprimento do ajustado no artigo 3º da presente Lei, implicará na imediata suspensão dos repasses.

Artigo 5º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte cinco (17/12/2025).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:6D3C951E

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
LEI N° 091/2025

Lei Nº 091/2025

SÚMULA: AUTORIZA A ASSINATURA DE TERMO DE FOMENTO COM A ASSOCIAÇÃO TERRA-RIQUENSE DE ESTUDANTES TÉCNICOS E UNIVERSITÁRIOS - ATRETU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei...

Artigo 1º. - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a assinar Termo de Fomento com a Associação Terra-Riquense de Estudantes Técnicos e Universitários, entidade sem fins lucrativos e devidamente cadastrada no CNPJ sob nº. 49.682.667/0001-00, no valor total de R$ 550.000,00, (quinhentos e cinquenta mil reais), em 12 (doze) parcelas mensais.

Artigo 2º. – A duração do Fomento será durante todo o exercício financeiro de 2026, extinguindo-se em 31 de janeiro de 2027.

Artigo 3º. - O Fomento mencionado no artigo 1º desta Lei tem como finalidade o auxílio ao pagamento de transporte de estudantes técnicos e universitários que necessitam se deslocar até a cidade de Paranavaí-PR, ficando a mesma obrigada a, bimestralmente, prestar contas para com o Tribunal de Constas do Estado e para com o Executivo Municipal.

Artigo 4º. - O não cumprimento do ajustado no artigo 3º da presente Lei, implicará na imediata suspensão dos repasses e incorrerá os responsáveis às sanções legais cabíveis.

Artigo 5º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte cinco (17/12/2025).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:9648A0C8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2024

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2024

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
CONTRATADO: SOFTCAM SOLUÇÕES LTDA-ME
OBJETO: Com base no Item 11.1 da Cláusula 11 do presente contrato, e considerando a necessidade de continuação dos serviços ora contratados, as partes resolvem prorrogar o presente contrato pelo período de 12 (doze) meses a partir de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 2026.
VALOR: O valor do Presente Termo Aditivo é de R$ 10.722,84 (dez mil setecentos e vinte e dois reais e oitenta e quatro centavos), para pagamento em 12 parcelas de R$ 893,57 (oitocentos e noventa e três reais e cinquenta e sete centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
01.001.001.031.0001.2002.3.3.90.40.00.00.

LOCAL/DATA: Edifício da Câmara Municipal de Terra Roxa, PR, 17 de dezembro de 2025.

ASSINATURAS: **HELINTON ROGÉRIO MARQUES** e **FABRÍCIO DE SOUZA**

Publicado por:
Ulisses Genguini
Código Identificador:19FC3982

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2023

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2023

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
CONTRATADO: CALIXTO & SPORH LTDA
PRAZO: Com base na Cláusula Terceira do presente contrato, fica prorrogado o prazo de vigência, para o período de 12 (doze) meses, com início em 27 de dezembro de 2025 a 26 de dezembro de 2026.
VALOR: O presente termo possui o valor de R$ R$ 6.250,80 (seis mil duzentos e cinquenta reais e oitenta centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
01.001.001.031.0001.2002.3.3.90.39.00.00

LOCAL/DATA: Edifício da Câmara Municipal de Terra Roxa, PR, 16 de dezembro de 2025.

Assinaturas: HELINTON ROGERIO MARQUES e PRISCILA SIMON CALIXTO

Publicado por:
Ulisses Genguini
Código Identificador:6C3CEB0B

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 07/2024

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 07/2024

Processo nº **18/2024**
Inexigibilidade de Licitação nº **08/2024**

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
CONTRATADO: SOFTCAM SOLUÇÕES LTDA-ME
OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo contratual para o período de janeiro de 2026 a junho de 2026, no valor de R$ 3.159,60 (três mil cento e cinquenta e nove reais e sessenta centavos), para pagamento em 06 (seis) parcelas no valor mensal de R$ 526,60(quinhentos e vinte e seis reais e sessenta centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
01.001.001.031.0001.2002.3.3.90.40.00.00.

LOCAL/DATA: Edifício da Câmara Municipal de Terra Roxa, PR, 17 de dezembro de 2025.

ASSINATURAS: HELINTON ROGERIO MARQUES e FABRÍCIO DE SOUZA

Publicado por:
Ulisses Genguini
Código Identificador:71285530

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO N° 4588/2025

DECRETO Nº 4588/2025

DECRETA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA – PARANÁ, PELO FALECIMENTO DO SENHOR AGENOR BASAGLIA BRONGNOLI.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o falecimento do Senhor Agenor Basaglia Brongnoli, ocorrido em 16 de dezembro de 2025;
CONSIDERANDO que o Senhor Agenor Basaglia Brongnoli foi pioneiro do Município de Terra Roxa, tendo contribuído de forma relevante para o desenvolvimento social, econômico e comunitário do Município;
CONSIDERANDO os relevantes serviços prestados e o legado deixado à população terra-roxense;
CONSIDERANDO, por fim, o sentimento de consternação e solidariedade que se impõe ao Poder Público Municipal;
DECRETA:
Art. 1º Fica declarado **LUTO OFICIAL por 1 (um) dia** no Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, em sinal de profundo pesar pelo falecimento do Senhor **Agenor Basaglia Brongnoli**.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Paço Municipal de Terra Roxa, em 17 de dezembro de 2025.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:FBA401C3

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 4586

DECRETO Nº.4586/2025

Ementa: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar junto a LOA do corrente exercício e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal n. 2145 de 03 de Dezembro de 2024.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, junto a LOA - Lei Orçamentária Anual, do corrente exercício financeiro, na importância de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Crédito Adicional
Suplementar
10.1.4.122.24.2057 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente 75.000,00

Art. 2º - Para cobertura da fonte de recurso aberto no artigo anterior, fica indicado o cancelamento total ou parcial das seguintes fontes orçamentárias;
Fonte de Recurso
Anulação Dotação
5.5.8.243.7.6001 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Criança e Adolescência
335043 - Subvenções sociais
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente 75.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal Terra Roxa, em 17 de Dezembro de 2025.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal
CPF: 492.820.779-34

Publicado por:
Claudemir Dos Santos
Código Identificador:A8EFA842

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 4587

DECRETO Nº.4587/2025

Ementa: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar junto a LOA do corrente exercício e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal n. 2145 de 03 de Dezembro de 2024.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, junto a LOA - Lei Orçamentária Anual, do corrente exercício financeiro, na importância de R$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Crédito Adicional
Suplementar
11.1.26.782.25.2059 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Transporte e Serviços Rodoviários
339093 - Indenizações e restituições
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente 430.000,00

Art. 2º - Para cobertura da fonte de recurso aberto no artigo anterior, fica indicado o :

I. Superávit Financeiro apurado no encerramento do exercício financeiro de 2024, conforme prevê o inciso I do § 1º do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, na importância de R$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais), nas seguintes fontes de recursos:
Fonte de Recurso
00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente 430.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal Terra Roxa, em 17 de Dezembro de 2025.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal
CPF: 492.820.779-34

Publicado por:
Claudemir Dos Santos
Código Identificador:68806614

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
AVISO LICITAÇÃO FRACASSADA

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 208/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 133/2025

O Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, torna Público e comunica aos interessados que a Licitação em epigrafe, tendo como objeto a **Aquisição de Roçadeira Agrícola, visando atender às necessidades Operacionais da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Terra Roxa-PR**, foi declarada **FRACASSADA.**
O certame teve a sessão pública realizada em 17 de dezembro de 2025, ocasião em que foram apresentadas propostas pelos licitantes participantes. Contudo, após a fase de lances e julgamento, todas as propostas apresentadas foram desclassificadas, em razão do não atendimento às exigências editalícias, especialmente pela não apresentação, em tempo hábil, da proposta ajustada e da documentação de habilitação, conforme registrado no sistema Compras.gov.br e no respectivo Termo de Julgamento.
Maiores informações poderão ser solicitadas no telefone (44) 3645-8300, em dias úteis das 07:30 às 12:00 horas e das 13:30 as 17:00 horas.

Terra Roxa-PR, 17 de dezembro de 2025.

CLEITON LOPES ANTUNES
Agente de Contratação

Publicado por:
Cleiton Lopes Antunes
Código Identificador:00FA6083

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL
PORTARIA N0 53, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025.

PORTARIA Nº 53/2025.

Súmula: Concede férias ao servidor efetiva Eduardo Hoeppers Rodrigues.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE TIJUCAS DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 77 da Lei Municipal n° 50/2005,
RESOLVE:
Art. 1° Conceder férias ao servidor EDUARDO HOEPPERS RODRIGUES, titular do cargo efetivo de Advogado, matrícula nº 513, pelo período de 10 (dez) dias, iniciando em 12 de janeiro de 2026, referente ao período aquisitivo de 01/07/2024 a 30/06/2025.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tijucas do Sul, 16 de dezembro de 2025.

JULIANO DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Marcia Regina Valaski
Código Identificador:F70483AA

CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL
PORTARIA N0 54, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025.

PORTARIA Nº 54/2025.

Súmula: Concede férias ao servidora comissionada Berenice dos Santos.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE TIJUCAS DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 77 da Lei Municipal n° 50/2005,
RESOLVE:
Art. 1° Conceder férias à servidora comissionada BERENICE DOS SANTOS, ocupante do cargo comissionado de Assessor Parlamentar, matrícula nº 569, pelo período de 14 (quatorze) dias, iniciando em 12 de janeiro de 2026, referente ao período aquisitivo de 09/01/2025 a 08/01/2026.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tijucas do Sul, 16 de dezembro de 2025.

JULIANO DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Marcia Regina Valaski
Código Identificador:EB595E8B

CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL
PORTARIA N0 55, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025.

PORTARIA Nº 55/2025.

Súmula a: Concede férias a servidora comissionada Joyce Vivian Borges Marques

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE TIJUCAS DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 77 da Lei Municipal n° 50/2005,
RESOLVE:
Art. 1° Conceder férias à servidora comissionada JOYCE VIVIAN BORGES MARQUES, ocupante do cargo comissionado de Assessor Parlamentar, matrícula nº
568, pelo período de 14 (quatorze) dias, iniciando em 12 de janeiro de 2026, referente ao período aquisitivo de 09/01/2025 a 08/01/2026.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tijucas do Sul, 16 de dezembro de 2025.

JULIANO DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Marcia Regina Valaski
Código Identificador:8D7B596B

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO NO 5976, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa a servidora MARYA ELOYSA CRUZ como Secretária Municipal de Saúde interina.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Designa a servidora **MARYA ELOYSA CRUZ**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 11.036.038-0/SSP/PR, como Secretária Municipal de Saúde interina, pelo período de 15 de dezembro de 2025 a 15 de janeiro de 2026, com a percepção da remuneração correlata ao cargo proporcional aos dias da designação, em virtude da Portaria nº 530, de 16 de dezembro de 2025.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:8C1DAAEE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5977, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa a servidora ANDREA REGINA FERRARI ASSUNÇÃO como Secretária Municipal de Educação Interina.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Designa a servidora **ANDREA REGINA FERRARI ASSUNÇÃO**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 6.353.558-3/SSP/PR, como Secretária Municipal de Educação Interina, pelo período de **22 de dezembro de 2025 à 20 de janeiro de 2026**, com a percepção da remuneração correlata ao cargo proporcional aos dias da designação, em virtude da Portaria nº 532, de 16 de dezembro de 2025.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:0C01D55B

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5978, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa os membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a legislação vigente que dispõe sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE, do Município de Tijucas do Sul, com a seguinte composição:

I – Representantes do Poder Executivo:
Titular: Jahir Alarcão Junior – CPF nº 021.456.799-01
Suplente: Deborah Maoski Rocha – CPF nº 072.768.049-84

II – Representantes dos Docentes e Trabalhadores da Educação:
Titular: Marciele Adriângela Chicovis – CPF nº 008.227.689-76
Suplente: Simone Aparecida Vaz – CPF nº 059.508.759-07
Titular: Thais B. Stettler – CPF nº 030.601.279-05
Suplente: Zeni do Carmo Silva – CPF nº 973.203.079-87

III – Representantes de Pais de Alunos:
Titular: Marcos Felipe Wagner Rauth – CPF nº 042.109.959-32
Suplente: Nair Andriele Chicovis – CPF nº 063.586.529-74
Titular: Josilene Cruz de Carvalho – CPF nº 087.667.259-41
Suplente: Cassiane Guimarães – CPF nº 048.696.659-30

IV – Representantes da Sociedade Civil:
Titular: Noili Alves dos Santos Veber – CPF nº 835.890.669-20
Suplente: Marjory Aparecida Rosário Rocha – CPF nº 133.849.759-60
Titular: Fabíola Hirt Bitencourt – CPF nº 054.044.909-18
Suplente: Marli Catarina Vieira Carvalho da Rocha – CPF nº 394.381.479-34

Art. 2º Fica definida a seguinte composição da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE:
Presidente: Marcos Felipe Wagner Rauth – CPF nº 042.109.959-32
Vice-Presidente: Josilene Cruz de Carvalho – CPF nº 087.667.259-41
Secretária: Marciele Adriângela Chicovis – CPF nº 008.227.689-76

Art. 3º O mandato dos conselheiros observará o prazo estabelecido na legislação vigente, podendo haver recondução, conforme as normas aplicáveis.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 3.903, de 06 de dezembro de 2021.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:7AF7A76A

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 13

O Prefeito do Município de TIJUCAS DO SUL – PR, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 37 da Constituição Federal e a Lei Municipal nº 660/2019 e em conformidade com o item 10 do Edital de Abertura n° 01/2025**, TORNA PÚBLICO A CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO/HABILITADO**, conforme resultado final homologado, devidamente publicado no sítio www.diariomunicipal.com.br/amp.

1. LISTA DE CONVOCAÇÃO

NOME	INSC.	CARGO	CLASSIF.
CASSIANE APARECIDA DA ROCHA GUIMARÃES	48	PROFESSOR	20º
MARILENE DO CARMO PIRES	88	PROFESSOR	21º
MERCIA MARQUES DE MESQUITA REINEHR	113	PROFESSOR	22º
SANDRA ODIA BUENO	38	PROFESSOR	23º
PRISCILA APARECIDA DA CRUZ BISCAIA	81	PROFESSOR	24º
MARCIA SIMONY PEREIRA CAMARGO	87	PROFESSOR	25º
VIRGINIA CORREA DE SOUZA	7	PROFESSOR	26º
CRISTIANE EVA PISKI FRANCO	50	PROFESSOR	27º
ELIZABETE KARPINSKI	98	PROFESSOR	28º
ADRIANE SIQUEIRA DA LUZ	65	PROFESSOR	29º
GISLAINE APARECIDA PISKI	49	PROFESSOR	30º
LETICIA RAFAELA GLUSKOSKI	37	PROFESSOR	31º
LUANA CRISTINA DA CRUZ DE LIMA	90	PROFESSOR	32º
RAFAELA MACHADO PERUSSO	24	PROFESSOR	33º
CLARETE DA LUZ DOS SANTOS	2	PROFESSOR	34º

CUBAS			

2. APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS
2.1 Os candidatos convocados deverão comparecer no prazo de **12/01/2026 a 16/01/2026**, na Diretoria de Recursos Humanos, localizada na Prefeitura Municipal, sito à Rua XV de Novembro, 1458, Centro, Tijucas do Sul – PR.
2.2 Os candidatos serão atendidos por ordem de chegada.
2.3 O não comparecimento nos termos do item 10 do presente edital e a não-apresentação da documentação prevista ou a não-comprovação dos requisitos mínimos exigidos no Edital de Abertura nº 01/2025 para o cargo especificado neste Edital impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo Simplificado e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.
2.4 O candidato convocado que não desejar tomar posse do cargo no prazo fixado no caput deste artigo poderá solicitar, por escrito, a inclusão de seu nome no final da lista dos aprovados, onde aguardará vaga, conforme previsto no item 11 do Edital de Abertura nº 01/2025
2.5 Sendo verificado, a qualquer tempo, falsidade documental, o candidato será eliminado do Processo Seletivo, com nulidade da classificação e dos seus efeitos decorrentes, sem prejuízos das sanções penais aplicáveis.
2.6 Para ser contratado, o candidato deverá identificar-se e apresentar os seguintes documentos pessoais originais ou documentos de aplicativos de órgãos oficiais, em situação regular, acrescidos de
uma cópia, às suas expensas, ou cópia autenticada em cartório quando não apresentado documento original:
a) Documento de Identidade, com foto, original e cópia;
b) Certificado de Reservista, para candidatos do sexo masculino, original e cópia;
c) C.P.F., original e cópia;
d) Carteira de Trabalho e Previdência Social e cartão do PIS/PASEP, originais e cópias;
e) Certidão de nascimento ou casamento, original e cópia;
f) Título de Eleitor e comprovante da última votação, originais e cópias;
g) 01 foto 3x4 recente;
h) Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo;
i) Comprovante de residência, original e cópia;
j) Certidão de Nascimento e C.P.F. dos filhos até 18 anos de idade, originais e cópias;
k) Certidão de negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual, onde o candidato residiu nos 5 (cinco) últimos anos;
l) Certidão de negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, onde o candidato residiu nos 5 (cinco) últimos anos;
m) Declaração de Bens e Valores que constitui o patrimônio (modelo 6 – ANEXO X) ou o comprovante da última Declaração Imposto de Renda;
n) Declaração sobre o exercício de outro cargo, emprego ou função pública e, nos casos previstos em lei, declaração do outro órgão público em que o servidor já esteja vinculado indicando a jornada/escala de trabalho; (modelo 2 – ANEXO VI);
o) Declaração de não demissão do serviço público; (modelo 3 – ANEXO VII);
p) Exames médicos complementares, quando for o caso, para inspeção médica oficial.

3. DA PERDA DOS DIREITOS DA NOMEAÇÃO
3.1 O candidato que não atender a convocação ou manifestar desinteresse na sua nomeação será eliminado do Processo Seletivo, decaindo do direito à respectiva vaga.

4. DA EXCLUSÃO DO CANDIDATO
4.1 O candidato será **excluído deste Processo Seletivo Simplificado** na ocorrência de qualquer das hipóteses descritas nos itens abaixo:
- tenha sofrido rescisão de contrato de trabalho como penalidade em decorrência de sindicância, nos últimos 5 (cinco) anos, contados retroativamente a partir da primeira convocação, excetuados os casos em que a sindicância tenha constatado contratação/admissão indevida por parte da administração;
- tenha sofrido penalidade de demissão em processo administrativo disciplinar após sindicância, nos últimos 5 (cinco) anos, contados retroativamente a partir da primeira convocação;
- tiver configurado, no momento da contratação, o acúmulo ilegal de cargos, excetuando-se os casos permitidos pelo Art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal;
- tenha 75 (setenta e cinco) anos completos por ocasião da primeira convocação ou da contratação;
- esteja aposentado, na condição de readaptado definitivo ou por invalidez, em cargo ou função equivalente à pretendida;
- tiver comprovada ilegalidade nos documentos apresentados, ou declaração falsa ou inexata;
- apresente laudo médico atestando deficiência incompatível com a natureza das atribuições e exigências para o desempenho da função;
4.1 Caso seja constatado que o candidato tenha incorrido em qualquer das hipóteses citadas no item 4.2 após sua contratação, estará sujeito à rescisão contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa, mediante processo administrativo.
4.3 O candidato será **excluído da respectiva lista de classificação** e concorrerá exclusivamente à(s) outra(s) inscrição(ões) realizada(s) na ocorrência de qualquer das hipóteses descritas nos itens abaixo:
não comprove a escolaridade mínima exigida em cada etapa;
ainda que comprovada a escolaridade mínima exigida, conste em seu comprovante de inscrição escolaridade que gere pontuação maior que a efetivamente comprovada na fase de avaliação dos títulos;
se inscrito na lista de classificação de PNE, não apresente laudo médico ou apresente em desacordo com o estabelecido neste Edital ou que não caracterize a deficiência de acordo com a legislação vigente;
na data da abertura do contrato não apresente as mesmas condições físicas e mentais declaradas no atestado de saúde ocupacional.

5. DA AVALIAÇÃO MÉDICA
5.1 Os candidatos convocados serão submetidos, antes da nomeação, a Perícia Médica Oficial que consiste em exames médicos e clínicos e exames complementares para avaliação de sua capacidade física e mental para o desempenho das atividades e atribuições do cargo.
5.2 A não realização da avaliação médica ou não apresentação dos exames exigidos impedirá o exercício do cargo.
5.3 A Prefeitura se responsabilizará pelos exames clínicos, sendo notificado individualmente cada candidato quanto a sua realização.
5.4 Exames complementares deverão ser obrigatoriamente realizados pelo candidato e apresentados no prazo a ser definido pelo Município de Tijucas do Sul, cujas expensas correrão por conta do candidato convocado.
5.5 A falta da apresentação dos exames mencionados no Item anterior caracterizará desistência do candidato.

Tijucas do Sul, 17 de dezembro de 2025

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:1AC2CABB

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL
RESOLUÇÃO Nº 04, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

SÚMULA: Aprova o CALENDÁRIO do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do município de Tijucas do Sul, para o ano de 2026, estabelecendo os dias das reuniões ordinárias de seus órgãos colegiados, assim como divulga as datas de pagamentos, ponto facultativo e feriados.

O Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e competências que lhe são conferidas pelo art. 15, §2° da Lei Municipal n° 289/2012, faz por este ato, dispor sobre o CALENDÁRIO ANUAL DE 2026 do Regime Próprio de Previdência Social de Tijucas do Sul/PR.

CONSIDERANDO as deliberações consignada na Ata nºs 108 do Conselho Deliberativo.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Calendário estabelecendo os dias de reuniões ordinárias dos órgãos colegiados do Instituto de Previdência de Tijucas do Sul, assim como as datas de pagamentos, ponto facultativo e feriados, para o ano de 2026.

§1º As reuniões dos órgãos colegiados serão realizadas de forma presencial, preferencialmente na Sede do Instituto de Previdência.

§2º Em caso de deliberação do membro Presidente de cada órgão colegiado, as reuniões ordinárias podem ocorrer em dias diversos do estabelecido, desde que previamente comunicado aos demais membros com antecedência.

Art. 2º. O Calendário de reuniões ordinárias do Conselho Deliberativo, ocorrerá nos seguintes meses e datas:

MÊS	DATA
FEVEREIRO	10
ABRIL	14
JUNHO	09
AGOSTO	11
OUTUBRO	13
DEZEMBRO	08

Art. 3º. O Calendário de reuniões ordinárias do Conselho Fiscal, ocorrerá nos seguintes meses e datas:

MÊS	DATA
JANEIRO	29
MARÇO	26
MAIO	28
JULHO	30
SETEMBRO	24
NOVEMBRO	26

Art. 4º. O Calendário de reuniões ordinárias do Comitê de Investimentos, ocorrerá nos seguintes meses e datas:

MÊS	DATA
JANEIRO	13 e 27
FEVEREIRO	10 e 24
MARÇO	10 e 24
ABRIL	14 e 28
MAIO	12 e 26
JUNHO	09 e 23
JULHO	14 e 28
AGOSTO	11 e 25
SETEMBRO	08 e 22
OUTUBRO	06 e 20
NOVEMBRO	10 e 24
DEZEMBRO	08 e 15

Art. 5º. Os feriados e Ponto Facultativo, se apresentam nos seguintes meses e datas:

MÊS	DATA
JANEIRO	01
FEVEREIRO	16, 17 e 18
ABRIL	02, 03, 05, 20 e 21
MAIO	01
JUNHO	04 e 05
SETEMBRO	07, 14 e 15
OUTUBRO	12 e 28
NOVEMBRO	02, 14, 15 e 20
DEZEMBRO	19, 24, 25 e 31

Art. 6º. O Calendário de realização dos pagamentos, ocorrerá nos seguintes meses e datas:

MÊS	DATA
JANEIRO	29
FEVEREIRO	26
MARÇO	30
ABRIL	29
MAIO	28
JUNHO	29
JULHO	30
AGOSTO	28
SETEMBRO	29
OUTUBRO	29
NOVEMBRO	27
DEZEMBRO	10 e 21

Art. 7º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação**.**

Tijucas do Sul, 17 de dezembro de 2025

DANILO JOSÉ DOS SANTOS
Presidente do Conselho Deliberativo

Publicado por:
Keli Cristina Zaclikevic de Lima
Código Identificador:624BE9AB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 52 ANO 2025

Nº DO CONTRATO	PROCESSO DE LICITAÇÃO	OBJETO ADITIVO	CONTRATADA	DATA DE ASSINATURA
N° 52/2025	Pregão Presencial n° 20/2025	Prorrogação de prazo por 06 (seis) meses (05.07.2026).	**PLAYTUR TRANSPORTES LTDA** CNPJ: 24.943.497/0001-40	17/12/2025

Publicado por:
Tiago Vinicius da Silva Alves
Código Identificador:4EF49622

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 94 ANO 2025

Nº DO CONTRATO	PROCESSO DE LICITAÇÃO	OBJETO ADITIVO	CONTRATADA	DATA DE ASSINATURA
N° 94/2025	Dispensa n° 11/2025	Prorrogação de prazo por 90 (noventa) dias (21.03.2026).	**DIRETRIZ SERVIÇOS MEDICOS, CONSERVAÇÃO E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA** CNPJ: 15.352.600/0001-96	17/12/2025

Publicado por:
Tiago Vinicius da Silva Alves
Código Identificador:B920DBE4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO EXTRATO DO 4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 22 - ANO 2024

Nº DO CONTRATO	PROCESSO DE LICITAÇÃO	OBJETO ADITIVO	CONTRATADA	DATA DE ASSINATURA
N° 22/2024	Concorrência N° 03/2023	Prorrogação de prazo de vigência e prazo de execução por 97 (noventa e sete) dias (27.03.2026).	**ALOM CONSTRUÇÕES LTDA** CNPJ: 12.406.332/0001-50	16/12/2025

Publicado por:
Tiago Vinicius da Silva Alves
Código Identificador:1A726F36

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO EXTRATO DO 6° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 04 ANO 2023

Nº DO CONTRATO	PROCESSO DE LICITAÇÃO	OBJETO ADITIVO	CONTRATADA	DATA DE ASSINATURA
N° 04/2023	Dispensa n° 03/2023	Prorrogação de prazo por 06 (seis) meses (05.07.2026) e correção monetária.	**IVANIL MARIA DOS SANTOS & CIA** CNPJ: 17.272.036/0001-27	16/12/2025

Publicado por:
Tiago Vinicius da Silva Alves
Código Identificador:3272B099

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

PODER EXECUTIVO
ANEXO III - LOA 2026

EMENDA IMPOSITIVA Nº 01/2025

Base legal: art. 139-A e inciso X do art. 144, ambos da Lei Orgânica de Tomazina acrescentados pela Emenda à Lei Orgânica 01/2018.

Art. 1º - Os vereadores ADALBERTO SANCHES DA SILVA, ARI APARECIDO ROMANOSK, DERLI RODRIGUES, EDIVALDO INOCÊNCIO NOGUEIRA, FRANCISCO ASSIS LOPES, GILBERTO ALEXANDRE NOGUEIRA, SABRINA PEREIRA DO PRADO, LAERCIO BONINI, SIDNEI LOPES ALMEIDA ordenam coletivamente o valor de total somados de suas parcelas da emenda impositiva da seguinte maneira:

I - R$ 280.099,00 (duzentos e oitenta mil e noventa e nove reais) como verba de destinação livre à Saúde Pública de Tomazina.

II - R$ 280.099,00 (duzentos e oitenta mil e noventa e nove reais) destinados ao Hospital São Vicente de Paulo.

Art. 2º - As verbas devem aplicadas no exercício financeiro de 2026, de preferência até 30 de novembro do referido ano.

Parágrafo único: Deve ser remetido, até dia 15 de dezembro de 2026, por escrito, à Câmara de Vereadores, detalhes do cumprimento da emenda para acompanhamento e fiscalização dos edis.

Art. 3º - Esta emenda integra a lei orçamentária para o ano de 2026.

Tomazina, 5 de dezembro de 2025.

Assinatura dos autores da emenda:

Publicado por:
Sidnei Cruz de Souza
Código Identificador:5A6A71AB

PODER EXECUTIVO
DECRETO N.º 118/2025

Súmula: "Dispõe sobre recesso para comemoração das festas de fim de ano da Administração Pública Municipal".

CEZAR BUENO DE MELO, Prefeito de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º – Ficam estabelecidas as orientações aos órgãos integrantes da Administração Pública Municipal de Tomazina, acerca do recesso para comemoração das festas de fim de ano.

Art. 2º - O recesso para comemoração das festas de fim de ano (Natal e Ano Novo) no Âmbito da Administração Pública Municipal, compreenderá o período: 22 de dezembro de 2025 até dia 2 de janeiro de 2026.

Art. 3º - Os serviços essenciais deverão manter o seu pleno funcionamento, serviços de coleta de lixo, plantões médicos, plantões da equipe de transporte por ambulância de urgência e emergência, e demais serviços que se fizerem necessários à manutenção do interesse público de modo a garantir que não haja prejuízo ao atendimento das demandas públicas e administrativas.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando no que couber o Decreto 117/2025.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em
17 de dezembro de 2025.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Gualiume
Código Identificador:1F4E7837

PODER EXECUTIVO
LEI 676 - LOA 2026

Súmula: Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município de Tomazina, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências.

Cezar Bueno de Melo, Prefeito Municipal de Tomazina, Estado do Paraná, FAÇO SABER que, em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica do Município, que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Art. 1º - Esta lei ESTIMA a receita e FIXA a despesa do Município de Tomazina, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2026.
Art. 2º - A Receita será realizada pela arrecadação dos tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente e das especificações constantes do Anexo I.
Art. 3º - As Despesas dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, constante no Anexo II.
Art. 4º - O Executivo Municipal, fundamentado no artigo 167 da Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e no artigo 43, inciso II, § 3º, da Lei 4.320 de 17 de março de 1964 poderá abrir créditos adicionais suplementares com recursos do excesso de arrecadação, verificado na respectiva fonte de recursos de cada unidade orçamentária, sobre o valor original aprovado pela lei.
Art. 5º - O Executivo Municipal, fundamentado no artigo 167 da Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e no artigo 43, inciso II, § 3º, da Lei 4.320 de 17 de março de 1964 poderá abrir créditos adicionais suplementares com recursos do excesso de arrecadação por tendência.
Art. 6º - O Executivo Municipal, fundamentado no artigo 167 da Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e no artigo 43, inciso I, § 2º, da Lei 4.320 de 17 de março de 1964 poderá abrir créditos adicionais suplementares com recursos do superávit financeiro, apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior, de acordo com os saldos verificados em cada fonte de recurso.
Art. 7º - O Executivo Municipal, fundamentado no artigo 167 da Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e no artigo 43, inciso III da Lei 4.320 de 17 de março de 1964 poderá abrir créditos adicionais suplementares, por anulação parcial ou total de dotações disponíveis e não comprometidas do orçamento, até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa autorizada.
Art. 8º - O Executivo Municipal, fundamentado no artigo 167 da Constituição Federal, na da Lei Orgânica do Município e no artigo 7º, inciso II da Lei 4.320 de 17 de março de 1964 poderá realizar operações de crédito por antecipação da receita para insuficiência de caixa, até o limite de 30% (trinta por cento) da receita prevista.
Art. 9º - O Executivo Municipal, respeitado o limite da dotação autorizada nesta lei, poderá proceder por decreto à compensação, conversão, criação de fontes de recursos, vinculados e próprios dos Projetos, Atividades ou Operações Especiais e das Obras, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei, que forem objeto de convênio, acordo ou ajustes com outros entes da federação.
Art. 10 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, nos termos do art. 167, inciso VI, da Constituição Federal.
Art. 11 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à redistribuição das dotações do grupo de natureza de despesa correspondente a pessoal e encargos sociais, em cada unidade orçamentária ou de uma para outra unidade, referente a Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2026, nos termos do inciso III, § 1º, do artigo 43, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964,

combinado com o disposto no parágrafo único, do artigo 66, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 12 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder às suplementações das dotações destinadas aos programas com encargos especiais, correspondentes a encargos com ressarcimento de convênios, referente a Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2026, nos termos do inciso III, § 1º, do artigo 43, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 13 - O Executivo Municipal, respeitado o limite da dotação autorizada nesta lei, poderá proceder por decreto a compensação, conversão, criação de fontes de recursos, vinculados e próprios dos Projetos, Atividades ou Operações Especiais e das Obras, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei, que forem objeto de convênio, acordo ou ajustes com outros entes da federação.
Art. 14 - Com vistas a preservar o poder aquisitivo, o Executivo e o Legislativo Municipal poderão corrigir as dotações consignadas no presente orçamento, pelo índice oficial da inflação no exercício de 2026.
Art. 15 - Os recursos oriundos de convênios, acordos ou ajustes, não previstos no orçamento da receita ou seu excesso poderão ser utilizados como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais, de Projetos, Atividades ou Operações especiais, mediante acréscimo ou abertura de nova fonte.
Art. 16 - O Executivo Municipal, fundamentado no artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal poderá transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação.
Art. 17 - Os créditos adicionais suplementares com indicação de recursos do Poder Legislativo de Tomazina, nos termos do inciso III, § 1º, do artigo 43 da Lei Federal nº 4320 de 1964, poderão ser abertos até o limite de 30% da despesa autorizada, no âmbito do Poder Legislativo por Ato do Presidente da Câmara Municipal de Tomazina.
Parágrafo único. O Poder Legislativo enviará cópia do Ato a que se refere o caput deste artigo, no prazo de quinze dias, para que o Poder Executivo proceda às devidas anotações em seus registros orçamentários e contábeis.
Art. 18 - O Poder Executivo poderá proceder a suplementação das dotações orçamentárias, destinadas ao Poder Legislativo no exercício financeiro de 2026, de forma a atingir 7% relativos ao somatório das receitas efetivamente realizadas no exercício financeiro de 2025, conforme disposto no artigo 29-A, da Constituição Federal e no parágrafo único do artigo 13 do Provimento nº 56 de 10 de maio de 2005, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Parágrafo único. Como recurso para suplementação de que trata o caput deste artigo, o Poder Executivo poderá utilizar os recursos enumerados nos incisos I, II, e III, do artigo 43 da lei Federal 4320 de 1964.
Art. 19 - As suplementações, os remanejamentos e a redistribuição de dotações, conforme autorizações contidas nos artigos 4º, 5º, 6º, 8º, 9º, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16, não serão computados para os efeitos do limite estabelecido no art. 7º, desta Lei.
Art. 20 - A inclusão, exclusão ou alteração de programas, indicadores, resultados e montante de investimentos, serão propostos pelo Poder Executivo, por intermédio de projeto de lei específico, de Lei Orçamentária Anual ou de Créditos Adicionais Especiais.
Art. 21 - A inclusão, exclusão ou alteração de ações no Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes.
Parágrafo único. De acordo com o disposto no *caput* deste artigo ficando o Poder Executivo autorizado a adequar as ações orçamentárias, para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei Orçamentária Anual.
Art. 22 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio, ajustes e/ou contratos, para o custeio de despesas de competência da União e/ou Estado, exclusivamente para o atendimento de programas de segurança pública, justiça eleitoral, fiscalização sanitária, tributária em ambiental, educação, alistamento militar, ou a execução de projetos específicos de desenvolvimento econômico-social.
Parágrafo único - a Lei Orçamentária anual, ou seus créditos adicionais, deverão contemplar recursos orçamentários suficientes para o atendimento das despesas de que trata o "caput" deste artigo.
Art. 23 - A Lei de Orçamento Anual conterá reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no mínimo de 1% (um por cento) e de até no máximo 2% (dois por cento), da receita corrente líquida destinada ao atendimento de passivos contingentes constantes no Anexo de Riscos Fiscais e para o atendimento de outros riscos e eventos fiscais imprevistos.
Parágrafo único: desde que não comprometida a reserva de contingência poderá ser utilizada como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares, pela anulação parcial ou total sem descontar do limite contido no art.7° desta lei.
Art. 24 - O Executivo Municipal poderá efetuar repasse de recursos próprios, mediante convênio, à entidades de outras esferas de governo como auxílio, contribuição ou subvenção social.
Art. 25 – Com base legal no art. 139-A e inciso X do art. 144, ambos da Lei Orgânica de Tomazina, acrescentados pela Emenda à Lei Orgânica 01/2018, fica destinado a emenda impositiva 1,2% da **receita corrente liquida** "prevista" para o exercício financeiro de 2026, somado ao total de reserva de contingência constante no anexo II desta lei e destinado as devidas rubricas já existente no orçamento previsto para 2026, conforme destinação dos vereadores após votação em anexo a aprovação do projeto de lei.
Art. 26 – Fica o Executivo Municipal autorizado a executar a Lei 512/2021 (FINISA) em sua integridade e alterar os valores da Lei nº. 670/2025 Plano Plurianual (PPA) e Lei 672/2025 Lei de Diretrizes Orçamentárias, para a apropriação do Orçamento para o exercício de 2026.
Art. 27 – Fica o Executivo Municipal autorizado a alterar os valores constante nas Lei nº. 670/2025 de 21 de novembro de 2025, publicado no diário oficial do Município em 24 de novembro de 2025, edição 3412 (PPA 2026-2029) e referente à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) nº 672/2025, de 26 de novembro de 2025, publicado no diário oficial do Município em 27 de novembro de 2025, edição 3415, para apropriação do Orçamento para o exercício de 2026.
Art. 28 - Esta lei entra em vigor em 01 de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Tomazina – Estado do Paraná, 10 de dezembro de 2025.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sidnei Cruz de Souza
Código Identificador:C7CCE9E3

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 436/2025

O senhor **CEZAR BUENO DE MELO**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no art. 221 da Lei Municipal n.º 012/1997.

R E S O L V E:
Art. 1º. Conceder à Servidora Municipal, **Sra. ANA GLAUCIA DEPIZZOL FARIA** ocupante do cargo de "**PROFESSORA**", portadora da matrícula nº 1032, licença a maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, no período de 17/12/2025 até 14/06/2026.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em
17 de dezembro de 2025.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Gualiume
Código Identificador:C31EFE7B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2025 LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME, EPP E MEI

Objeto: Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios, materiais de consumo e limpeza e gás GLP para as Secretarias do município de Tomazina-PR, conforme quantitativos e especificações constantes no ETP, TR e nO Edital de Licitação.
A Prefeitura Municipal de Tomazina, torna público para conhecimento dos interessados que realizará a licitação referente ao PREGÃO ELETRÔNICO n° 39/2025, no portal: (www.bll.org.br).
Valor Total de Referência: R$772.620,74 (setecentos e setenta e dois mil e seiscentos e vinte reais e setenta e quatro centavos).
Abertura da Licitação: 09 horas do dia **15/01/2025**.
Local da Abertura: Prefeitura Municipal de Tomazina – Praça Tenente João José Ribeiro, 99 – Tomazina – PR. O Edital completo está disponível no site http://tomazina.pr.gov.br, no PNCP no site https://pncp.gov.br/ e no portal: www.bll.org.br. Maiores esclarecimentos estarão à disposição dos interessados de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo Whatsapp(43)99615-7043 e pelo email:marcieletmz@gmail.com

Tomazina, 17 de dezembro de 2025.

MARCIELE ISABEL MUNARO
Pregoeira

Publicado por:
Marciele Isabel Munaro
Código Identificador:749F1A81

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 6840/2025

DATA 15/12/2025

Súmula. Abre um crédito especial no Orçamento Geral do município de Três Barras do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, SENHOR**GERSO FRANCISCO GUSSO,**NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O CONTIDO NO ART. 4º DA LEI Nº 2786/2024 DE 26/12/2024.
D E C R E T A
Art. 1º. Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral do Município de Três Barras do Paraná no valor de R$ 35.500,00 (trinta e cinco mil e quinhentos reais), na seguinte dotação orçamentária:

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.01	Departamento de Ensino Fundamental	
123610010.2.099000	Ensino Fundamental/ Educação no Campo – FUNDEB 70%	
3.1.90.11 (3584) (101)	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	35.500,00

Total.....R$ 35.500,00
Art. 2º. Para a cobertura do presente Crédito Especial será à anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.01	Departamento de Ensino Fundamental	
123610010.2.099000	Ensino Fundamental/ Educação no Campo – FUNDEB 70%	
3.1.90.13 (3585) (101)	Contribuições patronais	4.708,71
3.1.90.94 (3586) (101)	Indenizações e restituições trabalhistas	10.000,00

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.02	Departamento de Ensino Infantil	
123650011.2.100000	Pré-escola/ Educação no Campo – FUNDEB 70%	
3.1.90.11 (3587) (101)	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	2.383,28
3.1.90.13 (3588) (101)	Contribuições patronais	1.392,77
3.1.90.94 (3589) (101)	Indenizações e restituições trabalhistas	10.000,00

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.03	Departamento de Ensino Especial	
123670012.2.034000	Educação Especial – FUNDEB 70%	
3.1.90.94 (532) (101)	Indenizações e restituições trabalhistas	7.015,24

Total.....R$ 35.500,00
Art. 3º. Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2025, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA), Lei nº 2165/21; Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), Lei nº 2784/2024, e Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei n° 2786/2024.
Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 15 de dezembro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:8F62A74B

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 6845/2025

Data: 17 de dezembro de 2025

Altera parágrafo único do artigo 6º, do Decreto nº 6814/2025, de 02/12/2025, combinado com o Decreto nº 6836/2025, que dispõe sobre as férias dos servidores municipais e o funcionamento das repartições públicas no final do exercício de 2025 e início do exercício de 2026, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, Estado do Paraná, GERSO FRANCISCO GUSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.
D E C R E T A:
Art. 1º O parágrafo único do artigo 6º, do Decreto nº 6814/2025, de 02/12/2025, combinado com o Decreto nº 6836/2025 de 15/12/2025, que dispõe sobre as férias dos servidores municipais e o funcionamento das repartições públicas no final do exercício de 2025 e início do exercício de 2026, passa a ter a seguinte redação:
Art. 6º.....
"Parágrafo único. As notas fiscais emitidas com data posterior a 15 de dezembro de 2025 serão devolvidas, com exceção das despesas com combustíveis e lubrificantes, material hospitalar, medicamentos, transporte escolar, merenda escolar, restituições, obras, cestas básicas, alimentação hospitalar, postos de saúde, ação social, festas natalinas e lavagens".
Art. 2º. Ratificam-se as demais disposições do Decreto nº 6814/2025 de 02/12/2025, e do Decreto nº 6836/2025 de 15/12/2025.
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeito retroativo a 15 de dezembro de 2025.
Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:70A976FD

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 6846/2020

Data 17/12/2025
Nota de Pesar em virtude falecimento cônjuge da Secretaria Municipal de Fazenda, e dá outras providências
Gerso Francisco Gusso, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, que lhes são conferidas por lei
DECRETA
Art. 1º - "NOTA DE PESAR", no município de Três Barras do Paraná, em decorrência do falecimento de:
- Adelir Fongaro (Caxeta), de família prestigiosa com grandes e relevantes serviços prestados aos Tribarrenses.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 17 de dezembro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:70D69F31

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO DE FINANCIAMENTO - Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná - SFM
CONTRATO FOMENTO PARANÁ - SFM N.º 4631/2025
PREÂMBULO
I - PARTES:
AGENTE FINANCEIRO: Agência de Fomento do Paraná S.A., instituição financeira sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com sede na cidade de Curitiba/PR, na Rua Comendador Araújo, 652, Batel, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.584.906/0001-99, neste ato representada, na forma de seu Estatuto Social, pelos seus Diretores signatários, doravante denominada FOMENTO PARANÁ.
BENEFICIÁRIO: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ/PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 78.121.936/0001-68, neste ato representado por seu Prefeito, Sr.(a) GERSO FRANCISCO GUSSO, doravante denominado MUNICÍPIO.
II - AGENTE TÉCNICO OPERACIONAL DO SFM - Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, doravante denominado PARANACIDADE.
III - FINALIDADE DO FINANCIAMENTO: Aquisição de imóveis de interesse municipal.
IV - AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA MUNICIPAL:
Lei Municipal nº 2943/2025 de 26/08/2025, publicada em 27/08/2025, Lei Municipal nº 2950/2025 de 03/09/2025, publicada em 04/09/2025, Lei Municipal nº 2978/2025 de 14/10/2025, publicada em 15/10/2025.
V - APROVAÇÃO STN / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA: Ofício n.º 43/2025 de 27/11/2025.
VI - CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO
VI.1 - VALOR DO FINANCIAMENTO R$ 6.700.000,00 (seis milhões e setecentos mil reais).
VI.2 - DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO 15 de dezembro de 2025
VI.3 - DATA DE VENCIMENTO DO CONTRATO 03/12/2030
VI.4 - CARÊNCIA Prazo de carência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato 15 de dezembro de 2025.
VI.5 - PRAZO MÁXIMO PARA A PRIMEIRA LIBERAÇÃO
6 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato 15 de dezembro de 2025.
VI.6 - SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO Sistema de Amortização Constante (SAC).
VI.7 - INDEXADOR Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).
VI.8 - JUROS 4% a.a.
VI.9 - JUROS REMUNERATÓRIOS Os juros são devidos à taxa efetiva de 4 % ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados sobre o saldo devedor atualizado pela variação acumulada das taxas médias diárias dos financiamentos apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Taxas Selic), divulgadas pelo Banco Central do Brasil, calculados sobre o saldo devedor, de acordo com o exposto na cláusula dos ENCARGOS FINANCEIROS.
VI.10 - ENCARGOS DE INADIMPLEMENTO
VI.10.1 - JUROS REMUNERATÓRIOS Mesmos juros remuneratórios previstos para o período de adimplemento.
VI.10.2 - JUROS MORATÓRIOS 1% (um por cento) ao mês, observada a cláusula DO INADIMPLEMENTO.
VI.10.3 - MULTA 2% (dois por cento), observada a cláusula DO INADIMPLEMENTO.
VII - GARANTIA Cota-parte do MUNICÍPIO do ICMS – Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.
Três Barras do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:04F13A75

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3026/2025

DATA 17/12/2025

Dispõe sobre a instituição da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º Fica instituída a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), de caráter obrigatório, no âmbito da Administração Direta e Indireta do município de Três Barras do Paraná, que reger-se-á nos termos desta Lei.
§ 1ºA Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) tem como objetivo a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do servidor público municipal.
§ 2º No âmbito da Administração Indireta do município de Três Barras do Paraná, a CIPA somente será obrigatória quando o ente contar em seu quadro funcional com um número superior a 101 (cento e um) servidores, contudo, enquanto este número não for alcançado, o ente poderá adotar mecanismos de participação dos empregados nas decisões relativas à segurança do trabalho.
CAPÍTULO II
DA CONSTITUIÇÃO DA CIPA
Art. 2º A Administração Pública Municipal Direta e Indireta deverá instituir a CIPA e mantê-la em regular funcionamento, observando o número mínimo de servidores, conforme anexo único desta Lei.
§ 1º Considera-se servidor, para os efeitos desta lei, todos os que, sob o regime de cargo ou emprego, estejam vinculados por relação de caráter profissional com a Administração Direta e Indireta do município de Três Barras do Paraná, excluindo-se os ocupantes de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e os temporários.
§ 2º Não poderão integrar a CIPA os servidores públicos em estágio probatório.
§ 3º Na Administração Pública Municipal Direta e Indireta, o Poder Executivo deverá garantir a integração da CIPA e dos designados, conforme o caso, com o objetivo de harmonizar as políticas de segurança e saúde no ambiente de trabalho e instalações de uso coletivo.
CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO DA CIPA
Art. 3º A CIPA será composta por representantes da Administração Pública Municipal e por servidores municipais eleitos, observado o número mínimo de servidores por unidade no caso da Administração Indireta, bem como o número mínimo por secretaria no caso da Administração Direta.
§ 1º A representatividade por unidade ou secretaria de que trata ocaput, será definida por decreto do executivo, conforme se apresentar a estrutura organizacional da Administração existente à época da constituição da CIPA e o grau de risco apurado em cada uma delas.
§ 2º Os representantes titulares e suplentes da Administração Pública Municipal serão indicados pelo Chefe do Poder Executivo, e os da

Administração Pública Indireta pelos seus dirigentes, para o mandato de 01 (um) ano.

§ 3º Os representantes dos servidores, titulares e suplentes, serão eleitos em escrutínio secreto, do qual participem todos os servidores interessados, ativos e em exercício.

Art. 4º Os membros da CIPA serão eleitos para o mandato de 01 (um) ano, permitida 01 (uma) reeleição.

Art. 5º É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa, bem como a transferência para outra unidade sem sua anuência, do servidor eleito para compor a CIPA, desde o registro de sua candidatura até 01 (um) ano após o final do seu mandato, exceto se praticar infração administrativa devidamente apurada em procedimento administrativo próprio, em que será respeitado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 6º O Poder Executivo e os dirigentes da Administrativa Pública Indireta deverão garantir que seus indicados tenham a representação necessária para a discussão e encaminhamento das soluções de questões de segurança e saúde no trabalho analisadas na CIPA.

Art. 7ºO Poder Executivo e os dirigentes da Administração Pública Indireta designarão dentre seus indicados o Presidente da CIPA, e os representantes dos servidores escolherão, dentre os titulares, o Vice-Presidente.

Art. 8º Os membros da CIPA eleitos e designados, serão empossados no primeiro dia útil após o término do mandato anterior.

Parágrafo único. Serão indicados de comum acordo entre os membros da CIPA, um secretário e seu substituto.

Art. 9º Empossados os membros da CIPA, serão encaminhadas a todas as Secretarias Municipais, bem como a todas as unidades da Administração Pública Indireta, no prazo de 10 (dez) dias, cópias das atas de eleição e posse, assim como o calendário anual das reuniões ordinárias.

Art. 10. Constituída a CIPA, esta não poderá ter seu número de representantes reduzido, bem como não poderá ser desativada pelo órgão público antes do término do mandato de seus membros.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO CIPA

Art. 11. São atribuições da CIPA:

I – identificar os riscos do processo de trabalho e elaborar o mapa de riscos, com a participação dos servidores e apoio da Administração Pública Municipal Direta e Indireta;

II – elaborar plano de trabalho que possibilite a ação preventiva na solução de problemas de segurança e saúde no trabalho;

III – participar da implementação e do controle da qualidade das medidas de prevenção necessárias, bem como da avaliação das prioridades de ação nos locais de trabalho;

IV – realizar, periodicamente, verificações no ambiente e condições de trabalho, visando à identificação de situações que venham a trazer riscos para a segurança e saúde dos servidores;

V – realizar, a cada reunião, avaliação do cumprimento das metas fixadas em seu plano de trabalho e discutir as situações de risco que vierem a ser identificadas;

VI – divulgar aos servidores informações relativas à segurança e saúde no trabalho;

VII – requisitar ao Poder Executivo e analisar as informações sobre questões que tenham interferido na segurança e saúde dos servidores;

VIII – requisitar ao Poder Executivo cópias das comunicações de acidentes do trabalho emitidas;

IX – colaborar no desenvolvimento e implementação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), e de outros relacionados à segurança e saúde no trabalho;

X – promover, anualmente, a Semana Interna de Prevenção de Acidente de Trabalho (SIPAT);

XI – participar, anualmente, em conjunto com a Administração Pública Municipal Direta e Indireta, de campanha de prevenção da AIDS.

Art. 12. Compete ao Poder Executivo e aos dirigentes da Administração Pública Municipal Indireta, proporcionar aos membros da CIPA os meios necessários ao desempenho de suas atribuições, garantindo tempo suficiente para a realização das tarefas constantes do plano de trabalho.

Art. 13. Compete aos servidores:

I – participar da eleição de seus representantes;

II – colaborar com a gestão da CIPA;

III – indicar à CIPA e ao Poder Executivo ou aos dirigentes da Administração Pública Municipal Indireta, conforme as situações de riscos, e apresentar sugestões para melhoria das condições de trabalho;

IV – observar e aplicar no ambiente de trabalho as recomendações quanto à prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho.

Art. 14. Compete ao Presidente da CIPA:

I – convocar os membros para as reuniões ordinárias e extraordinárias e presidi-las;

II – encaminhar à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, e aos órgãos responsáveis da Administração Pública Municipal Indireta, as decisões da Comissão;

III – manter o Poder Executivo e os dirigentes da Administração Pública Municipal Indireta, informados sobre os trabalhos da Comissão;

IV – coordenar e supervisionar as atividades de secretaria da CIPA;

V – delegar atribuições ao Vice-Presidente.

Art. 15. Compete ao Vice-Presidente:

I – executar as atribuições que lhe forem delegadas;

II – substituir o Presidente nos seus impedimentos eventuais ou nos seus afastamentos temporários.

Art. 16.São atribuições conjuntas do Presidente e do Vice-Presidente:

I – cuidar para que a CIPA disponha de condições necessárias para o desenvolvimento de seus trabalhos;

II – coordenar e supervisionar as atividades da CIPA, zelando para que os objetivos propostos sejam alcançados;

III – delegar atribuições aos membros da CIPA;

IV – divulgar as decisões da CIPA a todos os servidores das unidades;

V – encaminhar os pedidos de reconsideração das decisões da CIPA;

VI – constituir a Comissão Eleitoral.

Art. 17. São atribuições do Secretário da CIPA, ou do seu substituto nos casos de eventuais impedimentos daquele:

I – acompanhar as reuniões da CIPA e redigir as atas, apresentando-as para aprovação e assinatura dos membros presentes;

II – preparar as correspondências;

III – outras que lhe forem delegadas pelo Presidente.

CAPÍTULO V

DO FUNCIONAMENTO DA CIPA

Art. 18.A CIPA reunir-se-á ordinariamente 01 (uma) vez por mês, de acordo com o calendário preestabelecido, durante o horário de expediente normal do órgão público e em local apropriado.

Art. 19. As atas das reuniões ordinárias e extraordinárias serão assinadas pelos presentes, com o encaminhamento de cópias para todos os membros, e ficarão sob a guarda do Secretário e à disposição do Poder Executivo, dos órgãos da Administração Pública Municipal Indireta, dos servidores da unidade e dos Agentes da Inspeção do Trabalho (AIT) para consulta.

Art. 20.A CIPA reunir-se-á extraordinariamente quando:

I – houver denúncia de situação de risco iminente que determine aplicação de medidas corretivas de emergência;

II – ocorrer acidente grave ou fatal;

III – houver solicitação expressa de uma das representações.

Art. 21. As decisões da CIPA serão tomadas, preferencialmente, por consenso.

§ 1º Não havendo consenso, e frustradas as tentativas de negociação direta ou com mediação, será instalado processo de votação, registrando-se a ocorrência na ata de reunião.

§ 2º Das decisões da CIPA caberá pedido de reconsideração, mediante requerimento devidamente justificado, devendo ser apresentado à Comissão até 48h (quarenta e oito horas) antes da próxima reunião ordinária, ocasião em que será analisado, devendo o Presidente eo Vice-Presidente efetivar os encaminhamentos necessários.

Art. 22. Perderá o mandato, sendo substituído por suplente, o membro titular que faltar a mais de 04 (quatro) reuniões ordinárias e/ou extraordinárias da CIPA, na forma consecutiva ou intermitente, sem justificativa.

§ 1º Em caso de afastamento definitivo do Presidente, o Poder Executivo indicará, no prazo de 02 (dois) dias úteis, o substituto, preferencialmente dentre os membros da CIPA.

§ 2º Em caso de afastamento definitivo do Vice-Presidente, os membros titulares dos representantes dos servidores escolherão, no prazo de 2 (dois) dias úteis, o substituto, dentre seus titulares.

Art. 23.A vacância definitiva de cargo durante o mandato será suprida por suplente, obedecida a ordem de colocação decrescente registrada na ata de eleição, devendo o órgão público comunicar à Secretaria Municipal de Administração a alteração e justificar o motivo.

CAPÍTULO VI

DO TREINAMENTO DOS MEMBROS DA CIPA

Art. 24.A Administração Pública Municipal Direta e Indireta deverá promover treinamento para os membros da CIPA, titulares e suplentes, antes da posse.

Parágrafo único.O treinamento de CIPA em primeiro mandato será realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da posse.

Art. 25.O treinamento a que se refere o art. 24 deve contemplar minimamente os seguintes itens:

I – estudo do ambiente, das condições de trabalho, assim como dos riscos originados da prestação de serviços públicos;

II – metodologia de investigação e análise de acidentes e doenças do trabalho;

III – noções sobre acidentes e doenças do trabalho decorrentes de exposição aos riscos existentes na Administração Pública Municipal Direta ou Indireta;

IV – noções sobre a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e Doenças Sexualmente Transmitidas (DST), e medidas de prevenção;

V – noções sobre legislação trabalhista e previdenciária relativa à segurança e saúde no trabalho;

VI – princípios gerais de higiene do trabalho e medidas de controle dos riscos;

VII – organização da CIPA e outros assuntos necessários ao exercício das atribuições da Comissão.

Art. 26.O treinamento terá carga horária de 20h (vinte horas), distribuídas em, no máximo 8h (oito horas) diárias, e será realizado durante o expediente normal da Administração Pública Municipal Direta ou Indireta.

Art. 27.O treinamento poderá ser ministrado por entidade ou profissional que possua conhecimento acerca dos temas referidos, cabendo a escolha à Administração Pública Municipal Direta ou Indireta.

Parágrafo único. A CIPA será previamente ouvida acerca do treinamento a ser realizado, inclusive quando à entidade ou profissional que o ministrará, constando sua manifestação em ata, cabendo a Administração Pública Municipal Direta ou Indireta escolher a entidade ou profissional que ministrará o treinamento.

Art. 28. Quando comprovada a não observância do disposto dos itens relacionados no art. 25 desta Lei, a Secretaria Municipal de Administração e os órgãos responsáveis da Administração Pública Municipal Indireta, ouvida a unidade descentralizada do Ministério do Trabalho e Emprego, após requerimento justificado da CIPA, determinará a complementação do treinamento ou a realização de outro, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência do órgão acerca a decisão.

CAPÍTULO VII

DO PROCESSO ELEITORAL PARA ESCOLHA DOS REPRESENTANTES DOS SERVIDORES NA CIPA

Art. 29. Compete ao Poder Executivo convocar eleições para escolha dos representantes dos servidores na CIPA, no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias antes do término do mandato em curso.

Parágrafo único. Os órgãos públicos deverão comunicar ao sindicato e associação da categoria dos servidores o início do processo eleitoral.

Art. 30. O Presidente e o Vice-Presidente, no prazo de 55 (cinquenta e cinco) dias antes do término do mandato em curso, constituirão a Comissão Eleitoral (CE) dentre os membros da CIPA, que será responsável pela organização e acompanhamento do processo eleitoral.

Art. 31.O processo eleitoral observará o seguinte:

I – publicação de edital na imprensa local, assim como sua divulgação em locais de fácil acesso e visualização no prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias antes do término do mandato em curso;

II – inscrição de candidatos interessados, num período mínimo de 15 (quinze) dias da abertura do processo eleitoral, e eleição individual;

III – liberdade de inscrição para todos os servidores do órgão, observado o disposto no art. 36 e seus incisos, com o fornecimento de comprovante;

IV – garantia de inamovibilidade, para todos os servidores habilitados inscritos até a eleição;

V – direito à campanha eleitoral aos candidatos inscritos, desde que não acarrete prejuízo ao bom andamento do expediente, e seja conduzida de forma conveniente e com ética;

VI – realização de eleição no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do término do mandato da CIPA, quando houver;

VII – realização de eleição em dia e horário de expediente normal de trabalho, de forma a possibilitar a participação da maioria dos servidores, inclusive com a circulação de urnas itinerantes;

VIII – voto secreto;

IX – apuração dos votos em dia e horário de expediente normal, com acompanhamento de representante do órgão público e dos servidores, em número a ser definido pela Comissão Eleitoral (CE), de forma a assegurar transparência e legitimidade;

X – faculdade de eleição por meios eletrônicos;

XI – guarda pelo órgão público competente, de todos os documentos relativos à eleição, por um período mínimo de 5 (cinco) anos.

Art. 32. Participando da votação número inferior a 50% (cinquenta por cento) dos servidores do órgão, não se procederá a apuração, devendo a Comissão Eleitoral (CE) organizar nova votação a realizar-se no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 33. Eventuais denúncias relativas ao processo eleitoral deverão ser protocolizadas no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da posse dos novos membros da CIPA, na Secretaria Municipal de Administração ou órgãos responsáveis da Administração Pública Municipal Indireta, que ouvirá a unidade descentralizada do Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 1º Constatada irregularidade no processo eleitoral, a Secretaria Municipal de Administração ou órgãos responsáveis da Administração Pública Municipal Indireta determinarão sua correção ou procederão à anulação da eleição, se for o caso.

§ 2º Em caso de anulação, a Administração Pública Municipal Direta ou Indireta, conforme o caso, convocará nova eleição no prazo de 5 (cinco) dias contados da ciência, garantidas as inscrições anteriores.

§ 3º Anulada a eleição antes da posse dos novos membros, o mandato em curso será prorrogado até o término do processo eleitoral.

Art. 34. Os candidatos mais votados assumirão, respectivamente, a condição de membros titulares e suplentes.

Parágrafo único. Havendo empate entre candidatos, assumirá aquele que contar com maior tempo de serviço no órgão público.

Art. 35. Os candidatos votados e não eleitos serão relacionados na ata de eleição e apuração, em ordem decrescente de votos, possibilitando nomeação posterior, em caso de vacância de suplentes.

Art. 36. Os servidores públicos estatutários e celetistas poderão candidatar-se a membro da CIPA da unidade em que estiver lotado, desde que:

I – esteja efetivamente exercendo suas atividades no referido local;

II – não esteja no exercício de cargo de provimento em comissão;

III – não exerçam função mediante contrato por prazo determinado;

IV – não esteja em estágio probatório.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37. A Administração Pública Municipal Direta ou Indireta deverá iniciar os processos de constituição da CIPA, no prazo de 90 (noventa) dias contados da promulgação desta Lei.

Art. 38. As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta das dotações próprias dos orçamentos dos órgãos de Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

Art. 39. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 17 de dezembro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

DIMENSIONAMENTO DA CIPA PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

Número de servidores na Administração Pública Direta ou Indireta	Número mínimo de membros da CIPA	Representação
101 a 1.000	2 titulares e 2 suplentes	50% representantes da administração pública 50% representantes dos servidores
1.001 a 2.500	4 titulares e s Suplentes	50% representantes da administração pública 50% representantes dos servidores

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 17 de dezembro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:919014FB

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3027/2025

Data 17/12/2025

Autoriza o Município a adquirir área de terra, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.
Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir, pelo processo de compra e venda ou por desapropriação, a seguinte área de terra:
Matrícula 12.331 - Protocolo 33.504 de 20.09.2016
Imóvel Rural - Uma área de terras rural constituída pelo **Lote n° 06-A-2** (seis-a-dois), originário da área remanescente deste mesmo imóvel, medindo **5.029.042,00m²** (cinco milhões, vinte e nove mil e quarenta e dois metros quadrados), ou seja, 502, 9042ha, sem benfeitorias, situado no **Imóvel Rio das Cobras**, no Município de Três Barras do Paraná, Comarca de Catanduvas - PR, com os seguintes limites e confrontações: Inicia-se no vértice denominado EBZ-M-0020', de coordenadas E= 284.661,603 m e N= 7.183.263,759 m, situado no limite de Parte do Imóvel Rio das Cobras e com a margem esquerda do Rio Três Barras; confrontando com o referido Rio a jusante, pelos seguintes azimutes e distâncias: 128°47'41" e 102,08 metros até o vértice EBZ-P-0377' E-284.741,165 m e N=7.183.199,802 m; 120°03'54" e 62,61 metros até o vértice EBZ-P-0798' E=284.795,355 m e N=7.183.168,433 m; 140°09'09" e 92,54 metros até o vértice EBZ-P-0797' E=284.854,651 m e N=7.183.097.384 m: 106°44143" e 45,37 metros até o vértice EBZ-P-07961 E=284.898,099 m e N=7.183.084,311 m; 147°22'14" e 65,12 metros até o vértice EBZ-P-0795' E-284.933,213 m e N=7.183.029,467 m; 231°31'29" e 48,59 metros até o vértice EBZ-P-0794' E=284.895,170 m e N=7.182.999,232 m; 174°22'23" e 16,14 metros até o vértice EBZ-P-0793' E=284.896,752 m e N=7.182.983,172 m; 222°54'56" e 48,69 metros até o vértice EBZ-P-0792' B=284.863,601 m e N=7.182.947,516 m; 200°37'41" e 82,00 metros até o vértice BZ-P-0791' E=284.834,711 m e N=7.182.870,772 m; 214°27'15" e 31,38 metros até o vértice EBZ-P-0790' E-284.816,960 m e N=7. 182.844,900 m; 145°12'48" e 9,20 metros até o vértice EBZ-P-0789' E=284.822,212 m e N=7. 182.837,340 m; 100°33'06" e 42,33 metros até o vértice EBZ-P-0788' E-284.863,826 m e N=7.182.829,589 m; 154°43'22" e 37,73 metros até o vértice EBZ-P-0787' E-284.879,937 m e N=7.182.795,471 m; 199°02'17" e 87,88 metros até o vértice EBZ-P-0786' E-284.851,270 m e N=7. 182.712,397 m; 193°05'44" e 63,69 metros até o vértice EBZ-P-0785' E-284.836,839 m e N=7.182.650,359 m; 231°45'59" e 23,15 metros até o vértice EBZ-P-0784' E-284.818,652 m e N=7.182.636,031 m; 257°13'12" e 123,41 metros até o vértice EBZ-P-0783' E-284.698,299 m e N=7.182.608,731 m; 200° 41'30" 19,75 metros até o vértice EBZ-P-0782' E-284. 691,319 m e N=7.182.590,252 m; 151°23'33" e 69,25 metros até o vértice EBZ-P-0781' E=284.724,478 m e N=7.182.529,453 m; 120°05'31" e 52,20 metros até o vértice EBZ-P-0780' E=284.769,640 m e N=7. 182.503,283 m; 130° 22'20" e 45,94 metros até o vértice EBZ-P-0779' E=284.804, 640 m e N=7.182.473,524 m; 106°52'27" e 73,51 metros até o vértice EBZ-P-0778' E=284.874,988 m e N=7.182.452,186 m; 168°32'36" e 135,82 metros até o vértice EBZ-P-0777' E=284.901,966 m e N=7.182.319,070 m; 170°49'50" e 58,72 metros até o vértice EBZ-P-0776' E-284.911,323 m e N=7.182.261,103 m; 204°41'13" e 64,97 metros até o vértice EBZ-P-0775' E=284.884,186 m e N=7. 182.202,068 m; 164°21'32" e 50,63 metros até o vértice EBZ-P-0774' E-284.897,837 m e N=7.182.153,309 m; 206°34'41" e 36,55 metros até o vértice EBZ-P-0773'E=284.881,485 ,m e N=7.182.120,624 m; 181°09'07" e 47,35 metros até o vértice EBZ-P-0473' E=284.880,533 m e N=7.182.073,282 m; 154°13'22" e 55,14 metros até o vértice EBZ-P-0472' E=284.904,512 m e N=7.182.023,629 m; 174°31'49" e 64,51 metros até o vértice BZ-P-0471' E=284.910,661 m e N=7.181.959,415 m; 184°40'04" e 27,60 metros até o vértice EBZ-P-0470' E-284.908,414 m e N=7.181.931,902 m; 172°57'54" e 68,62 metros até o vértice EBZ-P-0469' E=284.916,819 m e N=7.181.863,797 m; 163°00' 38"e 42,07metros até o vértice EBZ-P-0468' E=284.929,112 m e N=7.181.823, 561 m; 176°50'16" e 11,64 metros até o vértice EBZ-P-0467' E-284.929,754 m e N=7.181.811,939 m; 239°06'08" e 56,90 metros até o vértice EBZ-P-0466' E-284.880,925 m e N=7.181.782,718 m; 270° 24' 51" e 24,24 metros até o vértice EBZ-P-0456' E=284.856,687 m e N=7. 181.782,894 m;145° 57°38'59" e 107,98 metros até o vértice EBZ-P-0464' E=284.917,615 m e N=7.181,693,745 m; 57°27'29" e 106,30 metros até o vértice EBZ-P-0463' E=285.007,226 m e N=7.181.750,926 m; 131°01'27" e 156,34 metros até o vértice EBZ-P-0462' E=285.125,176 m e N=7.181.648,306 m; 159°24'37" e 50,61 metros até o vértice EBZ-P-0461' E=285.142,976 m e N=7. 181. 600,924 m; 120°28'57" 165,10 metros até o vértice EBZ-P-E=285.285,255 m e N=7.181.517,174 m; 133°25'31"e 58,40 metros até o vértice EBZ-P-0459' E=285.327,669 m e N=7.181.477,030 m; 161°30'09" e 73,11 metros até o vértice EBZ-P-0458' E=285.350,864 m e N=7.181.407,695 m; 199°14'25" e 26,74 metros até o vértice EBZ-P-0457' E=285.342,054 m e N=7.181.382,452 m; 219°10'38" e 153,06 metros até o vértice EBZ-P-0456' E=285.245,362 m e N=7.181.263,800 m; 181°35'29" e 32,83 metros até o vértice EBZ-P-0455' E=285.244,450 m e N=7.181.230,980 m; 96°56'35" e 150,17 metros até o vértice EBZ-P-0454' E=285.393,515 m e N=7.181.212,828 m situado na Barra do Rio Três Barras com o Rio Guarani; Daí segue confrontando com o Rio Guarani a montante pela margem esquerda, pelos seguintes azimutes e distâncias: 69°26'02" e 43,30 metros até o vértice EBZ-P-0453' E=285.434,060 m e N=7.181.228,041 m; 36°05'16" e 179,12 metros até o vértice EBZ-P-0452' E=285.539,567 m e N=7.181.372,791 m; 38°59'48" e 42,25 m até o vértice EBZ-P-0451' E=285.566,154 me N=7.181.405,627 m; 28°42'03" e 75,56 metros até o vértice EBZ-P-0450' E=285.602,438 m e N=7.181.471,900 m; 40°58'07" e 158,01 metros até o vértice EBZ-P-0449' E=285.706,037 m e N=7.181.591,207 m; 46°46'45" e 203,54 metros até o vértice EBZ-P-0448' E=285.854,362 m e N=7.181.730,595 m; 65°22'09" e 183,13 metros até vértice EBZ-P-0447 E=286.020,830 m e N=7.181.806,919 m; 83°11'31" e 83,31 metros até o vértice EBZ-P-0446' E=286.103,552 m e N=7.181.816,795 m; 102°11'55" e 86,62 metros até o vértice EBZ-P-0445 E=286.188,213 m e N=7.181.798,493 m; 115°02'01" e 85,68 metros até o vértice EBZ-P-0444 E=286.265,845 m e N=7.181.762,237 m; 146°39'21" e 82,76 metros até o vértice EBZ-P-0443' E=286.311,338 m e N=7.181.693,097 m; 131°53'28" e 65,18 metros até o vértice EBZ-P-0442' E=286.359,860 m e N=7.181.649,574 m; 159°09'16"e 72,16 metros até vértice EBZ-P-0441 E=286.385,537 m e N=7.181.582,140 m; 160°15'04" e 101,15 metros até o vértice EBZ-P-0440 E=286.419,716 m e N=7.181.486,941 m; 169°24'01" e 77,62 metros até o vértice EBZ-P-0439' E=286.433,993 m e N=7.181.410,649 m; 141°41'42" e 89,00 metros até o vértice EBZ-P-0438' E=286.489,158 m e N=7.181.340,811 m; 133°59'38" e 35,48 metros até o vértice EBZ-P-0437' E=286.514,681 m e N=7.181.316,168 m; 212°49'33" e 71,58 metros até o vértice. EBZ-P-0436' E=286.475,881 m e N=7.181.256,020 m; 192°42'31" e 64,98 metros até o vértice EBZ-P-0435' E=286.461,585 m e N=7.181.192,628 m; 153°26'59" e 35,23 metros até o vértice EBZ-P-0434' E=286.477,333 m e N=7.181.161,110 m; 177°44'04" e 45,11 metros até o vértice EBZ-P-0433' E=286.479,116 m e N=7.181.116,037 m; 148°00'01" e 49,92 metros até o vértice EBZ-P-0432' E=286.505,568 m e N=7.181.073,705 m;190°57'48" e 52,32 metros até o vértice EBZ-P-0431' E=286.495,617 m e N=7.181.022,338 m; 134°19'26" e 103,86 metros até o vértice EBZ-P-0430' E=286.569,918 m e N=7.180.949,771 m; 116°07'24" e 61,45 metros até o vértice EBZ-P-0429' E=286.625,094 e N=7.180.922,712 m; 110°12'02" e 172,01 metros até o vértice EBZ-P-0428 ' E=286.786,524 m e N=7.180.863,316 m; 117°13'46" e 152,64 metros até o vértice EBZ-P-0427' E=286.922,246 m e N=7.180.793,476 m; 125°29'01" e 223,78 metros até o vértice EBZ-P-0426', E=287.104,461 e N=7.180.663,581m; 148°39'54" e 82,88 metros até o vértice EBZ-P-

0425 E=287.147,560 m e N=7.180.592,793 m; 142°22'26" e 51,22 metros até o vértice EBZ-P-04241' E=287.178,829 m e N=7.180.552,228 m; 157°02'14" e 115,77 metros até o vértice EBZ-P-0423' E=287.223,993 m e N=7.180.445,636 m; 120°03'42" e 47,54 metros até o vértice EBZ-P-0422' E=287.265,142 m e N=7.180.421,819 m; 170°23'38" e 68,22 metros até o vértice EBZ-P-0421' E=287.276,526 m e N=7.180.354,558 m; 133°45'57" e 75,10 metros até o vértice EBZ-P-0420' E=287.330,759 m e N=7.180.302,612 m; 112°38'46" e 49,43 metros até o vértice EBZ-P-0419' E=287.376,377 me N=7.180.283,580 m; 81°02'57" e 25,25 m até o vértice EBZ-P-0418' E=287.401,321 m e N=7.180.287,509 m; 53°30'02" e 232,49 metros até o vértice EBZ-P-0417' E=287.588,213 m e N=7.180.425,799 m; 37°56'53" e 98,43 metros até o vértice EBZ-P-0416' E=287.648,745 m e N=7.180.503,421 m; 82°39'40" e 50,41 metros até o vértice EBZ-P-0415' E=287.698,740 m e N=7.180.509,860 m; 17°26'38" e 105,52 metros até o vértice EBZ-P-0414' E=287.730,372 m e N=7.180.610,528 m; 346°07'04"e 27,96 metros até o vértice EBZ-P-0413' E=287.723,664 m e N=7.180.637,669 m; 336°26'39" e 171,10 metros até o vértice EBZ-P-0412' E=287.655,286 m e N=7.180.794,509 m; 335°51'32" e 66,04 metros até o vértice EBZ-P-0411' E=287.628,274 m e N=7.180.854,778 m; 29°14'39" e 30,61 metros até o vértice EBZ-P-0410' E=287.643,229 m e N=7.180.881,487 m;314°26'18" e 8,77 metros até o vértice EBZ-P-0409' E=287.636,967 m e N=7.180.887,628 m; 340°41'31" e 173,03 metros até o vértice EBZ-P-0408' E=287.579,755 m e N=7.181.050,925 m; 320°33'58" e 185,44 metros até vértice EBZ-P-0407' E=287.461,966 m e N=7.181.194,151 m; 300°51'57" e 153,56 metros até o vértice EBZ-P-0406' E=287.330,154 m e N=7.181.272,931 m; 299°45'45" e 286,52 metros até o vértice EBZ-P-0405' E=287.081,426 m e N=7.181.415,164 m;299°23'05" e 365,07 metros até o vértice EBZ-P-0404' E=286.763,321 m e N=7.181.594,296 m; 307°05'09" e 146,64 metros até o vértice EBZ-V-0001' E=286.646,339 m e N=7.181.682,723 m;326°12'38" e 62,37 metros até o vértice EBZ-P-0402' E=286.611,654 m e N=7.181.734,555m ; 329°17'28" e 245,94 metros até o vértice EBZ-P-0401' E=286.486,060 m e N=7.181.946,007 m;356°52'40" e 142,32 metros até o vértice EBZ-P-0400' E=286.478,308 m e N=7.182.088,114 m; 47°06'38" e 32,83 metros até o vértice EBZ-P-0399' E=286.502,359 m e N=7.182.110,455 m; 350°36'43" e 34,49 metros até o vértice EBZ-P-0398' E=286.496,733 m e N=7.182.144,484 m;255°34'20" e 11,23 metros até o vértice EBZ-P-0397' E=286.485,856 m e N=7.182.141,685 m; 324°47'29" e 84,07 metros até o vértice EBZ-P-0396' E=286.437,383 m e N=7.182.210,378 m; 133°29'02" e 50,37 metros até o vértice EBZ-P-0395' E=286.473,933 m e N=7.182.175,713 m;79°19'03" e 26,70 metros até o vértice EBZ-P-0394' E=286.500,172 m e N=7.182.180,662 m;164°12'50" e 60,38 metros até o vértice EBZ-P-0393' E=286.516,599 m e N=7.182.122,558 m; 86°26'19" e 74,22 metros até vértice EBZ-P-0392' E=286.590,675 m e N=7.182.127,168 m;102°09'46" e 137,35 metros até o vértice EBZ-P-0391' E=286.724,941 m e N=7.182.098,230 m; 111°51'07" e 137,66 metros até o vértice EBZ-P-0390' E=286.852,711 m e N=7.182.046,992 m;124°32'00" e 241,20 metros o até o vértice EBZ-P-0389' E=287.051,413 m e N=7.181.910,257 m; 66°21'56" e 27,78 metros até o vértice EBZ-P-0388' E=287.076,865 m e N=7.181.921,395 m;278°58'32" e 52,45 metros até o vértice EBZ-P-0387' E=287.025,055 m e N=7.181.929,578 m; 355°45'36" e 94,15 metros até o vértice EBZ-P-0386' E=287.018,094 m e N=7.182.023,472 m; 154°16'03" e 53,31 metros até o vértice EBZ-P-0385' E=287.041,239 m e N=7.181.975,448 m;174°52'02" e 30,25 m até o vértice EBZ-P-0384' E=287.043,946 m e N=7.181.945,319 m; 104°24'52" e 48,34 metros até o vértice EBZ-P-0383' E=287.090,765 m e N=7.181.933,285 m; 166°12'30" e 21,04 metros até o vértice EBZ-P-0382' E=287.095,781 m e N=7.181.912,849 m; 251°28'50" e 30,21 metros até o vértice EBZ-P-0381' E=287.067,137 m e N=7.181.903,254 m; 123°00'12" e 51,82 metros até o vértice EBZ-P-0380' E=287.110,597 m e N=7.181.875,028 m; 128°55'12" e 157,70 metros até o vértice EBZ-P-0379' E=287.233,293 m e N=7.181.775,953 m; 113°28'10" e 67,55 metros até o vértice EBZ-P-0378' E=287.295,254 m e N=7.181.749,051 m; 106°47'16" e 40,09 metros até o vértice EBZ-P-0376' E=287.333,638 m e N=7.181.737,471 m; 75°17'13" e 79,91 metros até o vértice EBZ-P-0375' E=287.410,927 m e N=7.181.757,766 m; 58,53 metros até o vértice EBZ-P-0374' E=287.456,819 m e N=7.181.794,092 m; 18°26'48" e 45,60 metros até o vérticeEBZ-P-0373' E=287.471,248 m e N=7.181.837,349 m; 355°33'04" e 141,35 metros até o vértice EBZ-P-0372' E=287.460.283 m e N=7.181.978,270 m; 356°27'29" e 122,39 metros até o vértice EBZ-P-0371' E=287.452,722 m e N=7.182.100,429 m; 351°04'59" e 54,89 metros até o vértice EBZ-P-0370' E=287.444,215 m e N=7.182.154,652 m; 344°23' 09" e 78,26 metros até o vértice EBZ-P-0369' E=287.423,151 m e N=7.182.230,021 m; 347°14'49" e 109,04 metros até o vértice EBZ-P-0368' E=287.399,082 m e N=7.182.336,367 m; 356°50'12" e 36,75 metros até o vértice EBZ-P-0367' E=287.397,054 m e N=7.182.373,059 m; 349°18'09" e 76,48 metros até o vértice EBZ-P-0366' E=287.382,857 m e N=7.182.448,215 m; 4°20'53" e 37,29 metros até o vértice EBZ-P-0356' E=287.385,684 m e N=7.182.485,400 m; 355°22'40" e 84,48 metros até o vértice EBZ-P-0364' E= 287.379,117 m e N=7.182.566,620 m; 358°18'25" e 113,20 metros até o vértice EBZ-P-0363' E=287.375,773 m e N=7.182.679,771 m; 8°39'48" e 164,01 metros até o vértice EBZ-P-0362' E=287.400,476 m e N=7.182.841,906 m; 13°20'13" e 208,57 metros até o vértice EBZ-P-0361' E=287.448,588 m e N=7.183.044,846 m; 7°12'55" e 113,46 metros até o vértice EBZ-P-0360' E=287.462,838 m e N=7.183.157,406 m; 16°07'07" e 48,86 metros até o vértice EBZ-P-0360' E=0359' E=287.476,403 m e N=7.183.24,345 m; 42°18'03" e 5,44 metros até o vértice EBZ-P-0309' E=287.480,064 m e N=7.183.208,369 m; 324°09"35 e 16,02 metros até o vértice EBZ-P-0289' E=287.470,685 m e N=7.183.221,354 m; 30°11'36" e 50, 69 02 metros até o vértice EBZ-P-0173' E=287.496,180 m e N=7.183.265,171 m; 28°09'13" e 137,08 metros até o vértice EBZ-M-0015' E=287.560,859 m e N=7.183.386,033 m situado na margem esquerda do Rio Guarani e divisa com Parte do Imóvel Rio das Cobras, Código INCRA: 816.027.113.905-1; deste segue confrontando com Parte do Imóvel Rio das Cobras com azimute de 267°35'06" e distância de 2.901,83 metros até o vértice EBZ-M-0020' ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao sistema Geodésio Brasileiro, e encontram-se representadas no sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51°Wgr, tendo como Datum o SIRGAS 200. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Cadastro do Imóvel no INCRA n° 721 271 019 550-4, área total 1.150,2222ha (porção maior); mód. Rural 34,7770ha; n° mód. Rurais 15,02; mód. Fiscal 18,00ha; n° de mód. Fiscais 15,02; F.M.P. 2,00ha, e na secretaria da receita federal n° 1.377.367-4, área total 1.150,2ha (porção maior).

Art. 2º O valor a ser pago pelos imóveis descritos no artigo 1º desta Lei será com base nas avaliações feitas pelas empresas: empresa Lima Corretora de Imóveis, Manoel Cícero da Silva, e pela comissão designada pela Portaria nº 1237/2025, homologada pelo Decreto nº 6823/2025, de R$ 11.500.000,00 (onze milhões e quinhentos mil reais).

Art. 3º A área que se refere o artigo 1º desta Lei destina-se a parque ecológico.

Art. 4º O pagamento ocorrerá por ocasião do registro do imóvel junto ao Registro de Imóveis Sulei Giacomel, desde que os recursos oriundos de transferência voluntária do Governo do Estado do Paraná, e da Operação de Crédito junto a Agência de Fomento do Paraná S/A, tenham ocorridos.

Art. 5º Correrão às contas do Município as despesas com a escrituração, registro, e outras necessárias para tal fim.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:674E88CE

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3028/2025

DATA 17/12/2025

Dispõe sobre a destinação de imóvel rural, para fim urbano, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1º. Fica alterada a destinação do imóvel abaixo descrito, passando de rural para urbano:
Imóvel Rural – Uma área de terras rural constituída pelo **Lote n° 90-A-Remanescente-1** (noventa-a-remanescente-um), subdivisão do lote nº 90-A-Remanescente, medindo **20.573,90m²** (vinte mil, quinhentos e setenta e três metros e noventa decímetros quadrados), ou seja, 2,05739ha, sem benfeitorias, situado na **Gleba n° 01** (um), do **Imóvel Andrada**, no Município de Três Barcas do Paraná - PR, Comarca de Catanduvas - PR, com os seguintes limites e confrontações: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P-01; deste segue confrontando com n° 11, da Gleba n° 01, do Imóvel Andrada, com azimute de 168°19'40" e a distância de 129,53 metros, até o vértice P-02; deste segue confrontando com Lote n° 51, da Gleba n° 01, do Imóvel Andrada, com azimute de 175°06'43" e a distância de 150,00 metros, até o vértice P-03; deste seque confrontando com Lote n° 90-A-Remanescente, da Gleba n° 01, do Imóvel Andrada, com azimute de 308°51'00" e a distância de 161,39 metros, até o vértice P-04; deste segue com azimute de 0°38'00" e a distância de 117,80 metros, até o vértice P-05; deste segue com azimute de 88°33'12" e a distância de 59,10 metros, até o vértice P-06; deste segue com azimute de 1°38'06" e a distância de 54,35metros, até o vértice P-07, deste segue com azimute de 86º37’40”, com distância de 24,81metros, até o vértice P-01, ponto inicial da descrição deste perímetro, perfazendo assim uma área de 20.573,90m, ou seja, 2, 057390ha.
Art. 2º. O Imóvel mencionado no artigo anterior passará a ser de fins urbanos, e integrará o perímetro urbano do município de Três Barras do Paraná, passando a ficar sujeito aos respectivos tributos municipais.
Art. 3º. O Ofício do Registro de Imobiliários de situação do imóvel fica autorizado a proceder todos os atos registrais necessários.
Art. 4°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 17 de dezembro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:CD0A9694

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº10/2025.

O MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ, através do Prefeito Municipal e de sua Equipe de Contratação designados pela Portaria n.47/2025, pelo presente, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar LICITAÇÃO, na modalidade: **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, tipo **“MENOR PREÇO GLOBAL”,** que será processado e julgado em conformidade com os preceitos da Lei Federal Nº 14.133/2021, e Lei Complementar Nº 123/06 alterada pela Lei n.º147/2014, Decreto n.º036/2011, sob as seguintes condições:
OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL, ESCOLA MUNICIPAL PILAR SANCHEZ, CONFORME PROJETOS EXECUTIVOS, REFERENTE A PROPOSTA 4316/2024 – TERMO DE COMPROMISSO Nº 964211/2024 – ESCOLA TÉRREA 9 SALAS, PADRÃO FNDE – PROGRAMA NOVO PAC”. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO PROJETO E DEMAIS ANEXOS AO EDITAL.
PREÇO MÁXIMO: 9.954.921,79 (Nove milhões novecentos e cinquenta e quatro mil novecentos e vinte e um reais e setenta e nove centavos).
DATA LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: 09/02/2026 às 08h00min horas
DATA DA DISPUTA DE LANCES: 09/02/2026 Às 08h30min
Visto que a Plataforma utilizada não está configurada para realizar Licitação na modalidade **Concorrência**, será utilizada a nomenclatura “**Pregã**o”.
O edital estará disponível a partir de 19/12/2025 no portal da transparência: www.tunasdoparana.pr.gov.br, ou pelo e-mail: licitação@tunasdoparana.pr.gov.br.
Tunas do Paraná, 17 de Dezembro de 2025.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Ricardo Cordeiro
Código Identificador:FD2E3ACA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

CÂMARA MUNICIPAL DE TURVO
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 11/2025

Pelo presente instrumento particular contrato, de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE TURVO**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Dr. João Ferreira Neves, 600 - CEP: 85150000 - BAIRRO: Jardim Filadélfia inscrito no CNPJ/MF sob n°. 00.421.500/0001-05, neste ato representada pelo seu Presidente o Sr. **JOSNEI NEVES**, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado nesta Cidade, portador do CPF. n.º 026.866.299-16 e da Cédula de Identidade Civil n.º 7.660.989-6, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a FUNDAÇÃO APOIO AO DESENVOLVIMENTO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE (FAU) inscrita no CNPJ n°. 03.757.610/0001-22, neste Ato representada por Paulo Sergio Syritiuk, portador do CPF 604.164.599-00, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tem entre si como certo e ajustado o presente contrato, em consonância com todos os elementos da Lei Federal 14.133/21 e processo de Processo inexigibilidade nº. 06/2025, e com as cláusulas e condições a seguir aduzidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Define-se como objeto o primeiro aditivo de prazo com a Fundação de apoio a Universidade estadual do centro oeste para a realização do projeto Câmara cidadã de Turvo, o qual visa fortalecer a transparência, participação cidadã e a educação política na câmara. A iniciativa integra ações de assessoria técnica para aprimorar o Índice de Transparência da Administração Pública (ITP) da Câmara Municipal, conforme critérios estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), e a estruturação do programa "Câmara nas Escolas", promovendo o engajamento da comunidade escolar nas atividades legislativas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL – A alteração contratual de que trata este instrumento é baseada no artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93, observado o disposto na cláusula 3.3, parágrafo único do Contrato Administrativo n°. 19/2022.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO – Define-se como VIGÊNCIA CONTRATUAL, até a data 22 de abril de 2026 conforme solicitado pela empresa.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO – O valor permanece inalterado

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO – Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme o presente termo lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinaram as partes.

Turvo, em 17 de dezembro de 2025

JOSNEI NEVES
Câmara Municipal de Turvo
Contratante

PAULO SERGIO SYRITIUK
Fundação Apoio ao Desenvolvimento Universidade Estadual do Centro Oeste
Representante Legal

Publicado por:
Oilson Cordeiro
Código Identificador:90C42357

CÂMARA MUNICIPAL DE TURVO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N°. 17/2025

PROCESSO N°. 40/2025

Objeto: contratação de empresa especializada no fornecimento de seguro veicular para veículo (VW Gol 1.0L MC4 FLEX MANUAL, 2022/2023) da Câmara Municipal de Turvo.

Enquadramento legal:
Lei 14.133/21
Art. 75. É dispensável a licitação:
II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Justificativa:

No que se refere a necessidade desta aquisição justificamos a presente despesa em razão da necessidade da realização de seguro veicular para o novo veículo oficial da câmara, VW Gol, visando manter sua integridade e proteção do mesmo.

Despacho e ratificação:
Ratifico o enquadramento legal de afastamento de licitação, nos termos do art. 75 da Lei 14.133/21 em nome de: **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS** inscrita no CNPJ n°. **61.198.164/0001-60** com valor total de **R$ 2.630,02 (Dois mil seiscentos e trinta reais e dois centavos).**

Turvo, 17 de dezembro de 2025

JOSNEI NEVES
Presidente

Publicado por:
Oilson Cordeiro
Código Identificador:B05EBB61

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 07/2025 HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL PARA ESCOLHA DOS DIRETORES DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE TURVO/PR

Dispõe sobre a homologação da Eleição para Diretor Escolar na Rede Municipal de Ensino no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Turvo.

O PREFEITO DO MUNÍCIPIO DE TURVO no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei Municipal nº 67/2025, que estabelece o processo democrático para a escolha de diretores das unidades escolares municipais (avaliação de mérito, avaliação de desempenho e consulta pública), considerando o pleito realizado no dia 15/12/2025, de acordo com as normas determinantes para o processo eleitoral e considerando o resultado apurado pela Comissão Eleitoral Central (Portaria 158/2025) e pela Comissão Eleitoral Institucional (Portaria 878/2025), que foi devidamente validado, **torna público** e **homologa** o processo eleitoral para a escolha dos diretores das unidades escolares do município de Turvo para o biênio 2026-2027, sendo eleitas as seguintes candidatas:

Instituição	Candidata Eleita
CMEI Irmã Ancila	Sonia Mara da Aparecida Pereira
CMEI João Adolfo Barendse	Fernanda Hack Karpinski
CMEI Semente do Amanhã	Adriane Americano Rodrigues Barbosa
CMEI Vó Luiza	Diocelia Aparecida Barbosa
Escola Frida Rickli Naiverth	Sandra Denise Mateus
Escola Infância Feliz	Vanessa Pires Atanazildo
Escola João Miguel Maia	Alessandra de Fatima Machado
Escola Santa Anita	Dalvana Honório
Escola Professor Elias Abrahão.	Joselene Botini (Portaria N° 950/2025)

Este edital passará a vigorar a partir da data de sua devida publicação. A posse das novas diretoras está prevista para ocorrer em 02/02/2026, seguindo a regulamentação por meio de atos oficiais. Ademais, revogam-se todas as disposições contrárias, visando assegurar a efetividade e legalidade do processo de posse.

Turvo, 17 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:9D5F6DD1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 92/2025

PSS 03-2025 - EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL Nº 92/2025

CONTRATANTE:	Prefeitura Municipal de Turvo
CONTRATADO	**Adelmo Ferreira dos Santos**
OBJETO-CONTRATO:	Prestação de serviços ao município, como Motorista, na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Engenharia e Urbanismo.
CARGA HORARIA:	40 horas semanais.
VALOR MENSAL:	R$ 2.392,73 (Dois mil trezentos e noventa e dois reais e setenta e três centavos).
VIGENCIA:	O presente contrato tem início em 17 de dezembro de 2025, com prazo de encerramento em 16 de dezembro de 2026, nos termos do art. 3º da Lei n 01/2012 ou antecipado o seu término, nos termos previstos no 2º da mesma lei e/ou ainda podendo o prazo ser prorrogado, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Engenharia e Urbanismo.

Turvo-PR, 16 de dezembro de 2025.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:11DDDB37

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 200/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 78/2025

Contrato Administrativo nº 200/2025 – Dispensa de Licitação N° 78/2025– Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR) – **Contratada: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ,** pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n. 04.823.494/0001-65, sede na Rua Sofia Tachini, 237, Jardim Bela Vista, CEP 87.230-000, no Município de Jussara, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Diretor Executivo, o Sr. Valter Luiz Bossa, portador do RG n° 4.253.775-6 (SESP/PR)- **Objeto:** Formalização um contrato de rateio destinado à intermediação, pelo cispar,da execução das ações do programa de gestão de resíduos sólidos – programa grs, desenvolvido pela itaipu binacional e pelo parque tecnológico itaipu – pti, compreendendo assessoria técnica, diagnóstico, prognóstico, planejamento, estruturação assistida, apoio à coleta seletiva e inclusão socioprodutiva de catadores, bem como a viabilização da implementação das unidades de referência em reciclagem no município de turvo, conforme previsto no plano de trabalho do convênio itaipu/pti.– **Prazo de Vigência:** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do dia

16/12/2025 até 15/12/2026 - **Valor global:** Valor total do Contrato Administrativo: R$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais) - **Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:4BBBC06D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 159/2022 PREGÃO ELETRÔNICO N° 117/2022

Quarto Termo Aditivo - Contrato Administrativo nº 159/2022 – Pregão Eletrônico N° 117/2022 – Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR) – **Contratada: PRODUTO DIGITAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 46.368.471/0001-58, com sede localizada na Rua Joaquim Carneiro, Nº 120, no Município de Florianópolis/SC, CEP 88.085-120, neste ato representada por Anderson Alex Valli, portador da cédula de identidade Nº 29220477 e inscrito junto ao CPF/MF sob o nº 325.182.768-58 - **Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de licenciamento de software de sistema informatizado de gestão pública – **Vigência:** fica prorrogado o período de vigência do Contrato Administrativo nº 159/2022, de forma que a data para o seu termo final passa a ser 16 de dezembro de 2026 – **Valor:** Fica aditivado o valor de R$ 49.807,08 (quarenta e nove mil oitocentos e sete reais e oito centavos) ao contrato original - **Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, a instituição contratada.**

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:ADB47C71

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI ORDINÁRIA Nº 92/2025

Dispõe sobre o salário dos Conselheiros Tutelares do Município de Turvo, Estado do Paraná e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Turvo, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fixa em R$ 3.080,00 (três mil e oitenta reais) o salário devido aos membros do Conselho Tutelar do Município de Turvo.
Art. 2º O valor estabelecido no art. 1º não exclui o pagamento das vantagens legalmente asseguradas aos Conselheiros Tutelares, dentre as quais:
I – a gratificação por condução de veículo, quando houver, na forma da legislação municipal vigente;
II – o auxílio-alimentação, observado o disposto na legislação específica.
Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 22/2009.

Prefeitura Municipal de Turvo, Estado do Paraná, em 16 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:82803FEA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI ORDINÁRIA Nº 93/2025

Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder permissão de uso do antigo posto de saúde e da antiga escola localizados na Comunidade Rio Pedrinho à ACRP – Associação Comunitária de Rio Pedrinho, CNPJ n° 07.889.528/0001-02, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Turvo, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder permissão de uso, a título gratuito e precário, pelo prazo de 8 (oito) anos, à ACRP – Associação Comunitária de Rio Pedrinho, inscrita no CNPJ nº 07.889.528/0001-02, referente ao antigo posto de saúde e à antiga escola situados na Comunidade Rio Pedrinho, integrantes do patrimônio público municipal.
Art. 2º A área objeto desta autorização destina-se exclusivamente à realização de:
I – atividades agrícolas de interesse comunitário;
II – eventos festivos e culturais de caráter comunitário;
III – ações educacionais e de integração social;
IV – demais atividades de cunho social compatíveis com a finalidade da entidade.
Art. 3º A permissionária deverá:
I – zelar pela conservação, limpeza e manutenção das edificações e áreas externas;
II – utilizar o imóvel apenas para as finalidades previstas nesta Lei;
III – permitir o acesso de servidores designados para fiscalização;
IV – restituir o imóvel ao Município, caso haja revogação, em condições adequadas de uso, admitido o desgaste natural.

Art. 4º A permissão de uso será formalizada mediante Termo de Permissão, a ser firmado entre o Município e a entidade beneficiária, definindo obrigações, responsabilidades e condições de utilização.
Art. 5º A permissão de uso poderá ser revogada a qualquer tempo pelo Poder Executivo, sem ônus para o Município, quando houver descumprimento das obrigações assumidas ou quando o interesse público assim exigir, não cabendo indenização por benfeitorias.
Art. 6º Expirado o prazo estabelecido no art. 1º, a permissionária deverá devolver o imóvel ao Município, salvo renovação expressamente autorizada por nova legislação.
Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 8º Esta lei entra em na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo, Estado do Paraná, em 16 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:EB2BEF35

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI ORDINÁRIA Nº 94/2025

Altera a Lei Ordinária N° 82/2025 que fixou a despesa do Município de Turvo para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Turvo, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° Ficam alterados os Anexos integrantes da Lei Ordinária nº 82/2025, exclusivamente para incluir, no Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD e demais demonstrativos correlatos, dotação específica destinada ao pagamento de precatórios judiciais, no valor de R$ 542.263,61, observada a classificação funcional, programática e econômica cabível e alteração da natureza de despesa dos auxílios alimentação conforme plano de contas do Tribunal de Contas do Paraná publicado no mês de novembro.
§ 1º A inclusão da dotação de que trata o caput não implicará alteração no valor global estimado da Receita nem no total fixado da

Despesa para o exercício financeiro de 2026, permanecendo inalterado o montante aprovado pela Lei Ordinária nº 82/2025.
§ 2º A adequação orçamentária ocorrerá por meio de reclassificação e ajuste interno entre as dotações constantes dos anexos.
§ 3º Permanecem válidos e inalterados todos os demais anexos, quadros e dispositivos da Lei Ordinária nº 82/2025.
Art. 2° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2026, revogada as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal de Turvo, Estado do Paraná, em 16 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:FB7D8A1B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 1024/2025

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1ºSuspender a contagem do prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº 8.902/2025, instaurado pela Portaria nº 855/2025, no período de 20 de dezembro de 2025 a 05 de fevereiro de 2026. Considerando a iminência do recesso administrativo bem como férias dos servidores.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 16 de dezembro de 2025.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:FD2A89BD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ.
ADITIVO Nº 08/2025

3º TERMO ADITIVOAO CONTRATO Nº 04/2022, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA E A EMPRESA TOTAL SEGURANÇA DO TRABALHO.

Pelo presente Termo, de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA, inscrita no CNPJ sob o nº 75.689.380/0001-12, neste ato representada por seu Presidente,Sr. Anderson Cripa Luis Cardoso,e de outro lado a empresa TOTAL SEGURANÇA DO TRABALHO, inscrita no CNPJ sob o nº 38.129.457/0001-73, resolvem, entre si e na melhor forma de direito,**ADITAR**o Contrato nº 04/2022 para fazer constar as seguintes alterações:

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA
O prazo de vigência fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar do dia 20/12/2025, estendendo-se, portanto, até 20/12/2026.

Cláusula Segunda- DAS DEMAIS CLÁUSULAS
As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

Cláusula Quinta – DA FUNDAMENTAÇÃO
O presente contrato fica alterado com fundamento no artigo 57, IV, da Lei nº 8.666/93.

E, por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais a cumpri-lo mutuamente.

União da Vitória, 17 de dezembro de 2025.

ANDERSON CRIPA LUIS CARDOSO
Presidente da Câmara Municipal de União da Vitória – PR

TOTAL SEGURANÇA DO TRABALHO
Empresa Contratada

Testemunhas:

_____
Nome:

_____
Nome:

Publicado por:
Jamile Fernanda Pasturczak
Código Identificador:14552D8C

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ.
PORTARIA Nº 39/25

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO PERÍODO DE RECESSO ADMINISTRATIVO NO PODER LEGISLATIVO.

ANDERSON CRIPA LUIS CARDOSO, Presidente da Câmara Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso legal de suas atribuições previstas no Regimento Interno da Casa de Leis, observada a Lei Orgânica Municipal, baixa a seguinte:

P O R T A R I A
Art. 1º Alterar a Portaria nº 29/25, que dispõe sobre o recesso administrativo no âmbito do Poder Legislativo de União da Vitória, para **fixar o início do recesso administrativo a partir do dia 22 de dezembro de 2025**, mantendo-se o término em **09 de janeiro de 2026**.
Art. 2º Em caso de realização de sessão extraordinária ou para atendimento de serviços considerados essenciais, haverá expediente interno, conforme necessidade administrativa.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 17 de dezembro de 2025.

ANDERSON CRIPA LUIS CARDOSO (PR)
Presidente da Mesa Diretora

Publicado por:
Jamile Fernanda Pasturczak
Código Identificador:0306B30D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
7º TERMO ADITIVO DE 2025 DO CONTRATO Nº 98/2023
CONCORRÊNCIA Nº 01/2023 – PROCESSO Nº 42/2023

OBJETO DO ADITAMENTO: Da Prorrogação do Prazo de Vigência.
CONTRATANTE: Município de União da Vitória – PR.
OBJETO DO CONTRATO: *Construção do Ambulatório Médico de Especialidades – AME da 6ª Região de Saúde, no município de União da Vitória, que posteriormente será gerenciado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu - CISVALI, constituindo-se como um ponto de atenção ambulatorial especializado para a organização da Rede de Atenção à Saúde do Estado do Paraná, conforme Convênio n.º 007/2023.*
CONTRATADO: ALOM CONSTRUÇÕES EIRELI – CNPJ nº 12.406.332/0001-50.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Conforme solicitação da Secretaria Municipal de Planejamento (Memorando nº 377/2025), o Prazo de Vigência a que se refere à Cláusula 5ª Termo de Contrato n° 98/2023 fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias, a iniciar 24/12/2025 e a terminar em 22/06/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57º, § 1º, Inciso II da Lei Federal n.° 8.666/93 com suas alterações.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 11 de dezembro de 2025.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Caroline Bindemann
Código Identificador:1A66AB4F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 46/2025

O Prefeito Municipal de União da Vitória - PR, no uso das atribuições e com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei Federal n° 14.133/2021, à vista do julgamento do Pregoeiro e Equipe de Apoio, resolve**HOMOLOGAR,**em 17/12/2025, para que surta os efeitos legais, o resultado do Pregão Eletrônico nº 26/2025, cujo objeto é o *Aquisição de Equipamentos e Mobiliário Médico Hospitalar a ser usado nas unidades de saúde do Município de União da Vitória, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.;* em favor das empresas:

ACARVE COMERCIO E LICITAÇÕES LTDA, *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 35.764.167/0001-03;* vencedora dos iten(s) n.º 01 perfazendo o Valor Global de R$ 12.575,42 (Doze mil e quinhentos e setenta e cinco reais e quarenta e dois centavos).

ALF COM. DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA EPP, *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 12.581.380/0001-84;* vencedora dos iten(s) n.º 06 perfazendo o Valor Global de R$ 3.018,00 (Três mil e dezoito reais).

EQUIMED EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA, *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 38.408.899/0001-59;* vencedora dos iten(s) n.º 09, 11 e 13 perfazendo o Valor Global de R$ 27.250,40 (Vinte e sete mil e duzentos e cinquenta reais e quarenta centavos).

J.F COMERCIO DE MATERIAL E MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA, *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 22.525.517/0001-37;* vencedora dos iten(s) n.º 05 e 10 perfazendo o Valor Global de R$ 4.781,94 (Quatro mil e setecentos e oitenta e um reais e noventa e quatro centavos).

JT COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA, *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 54.647.123/0001-48;* vencedora dos iten(s) n.º 07 perfazendo o Valor Global de R$ 1.019,96 (Mil e dezenove reais e noventa e seis centavos).

M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 31.499.939/0001-76*;* vencedora dos iten(s) n.º 02 perfazendo o Valor Global de R$ 1.400,00 (Mil e quatrocentos reais).

ODONTOMASTER EQUIPAMENTOS LTDA, *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 54.860.907/0001-50;* vencedora dos iten(s) n.º 14 perfazendo o Valor Global de R$ 3.600,00 (Três mil e seiscentos reais).

STOKMETAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 32.597.474/0001-59*;* vencedora dos iten(s) n.º 03 e 04 perfazendo o Valor Global de R$ 1.811,80 (Hum mil e oitocentos e onze reais e oitenta centavos).

LEV INDUSTRIAL LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 52.795.852/0001-16*;* Vencedora dos iten(s) n.º 06 perfazendo o Valor Global de R$ 114.990,00 (Cento e quatorze mil e novecentos e noventa reais).

EXTRATO DOS TERMOS DE CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 46/2025

OBJETO: *Aquisição de Equipamentos e Mobiliário Médico Hospitalar a ser usado nas unidades de saúde do Município de União da Vitória, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.*

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de União da Vitória - PR/ Ary Carneiro Júnior.
CONTRATADO(S):

TERMO DE CONTRATO n° 72/2025
ACARVE COMERCIO E LICITAÇÕES LTDA, *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 35.764.167/0001-03;* vencedora dos iten(s) n.º 01 perfazendo o Valor Global de R$ 12.575,42 (Doze mil e quinhentos e setenta e cinco reais e quarenta e dois centavos).

TERMO DE CONTRATO n° 73/2025
ALF COM. DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA EPP, *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 12.581.380/0001-84;* vencedora dos iten(s) n.º 06 perfazendo o Valor Global de R$ 3.018,00 (Três mil e dezoito reais).

TERMO DE CONTRATO n° 74/2025
EQUIMED EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA, *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 38.408.899/0001-59;* vencedora dos iten(s) n.º 09, 11 e 13 perfazendo o Valor Global de R$ 27.250,40 (Vinte e sete mil e duzentos e cinquenta reais e quarenta centavos).

TERMO DE CONTRATO n° 75/2025
J.F COMERCIO DE MATERIAL E MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA, *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 22.525.517/0001-37;* vencedora dos iten(s) n.º 05 e 10 perfazendo o Valor Global de R$ 4.781,94 (Quatro mil e setecentos e oitenta e um reais e noventa e quatro centavos).

TERMO DE CONTRATO n° 76/2025
JT COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA, *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 54.647.123/0001-48;* vencedora dos iten(s) n.º 07 perfazendo o Valor Global de R$ 1.019,96 (Mil e dezenove reais e noventa e seis centavos).

TERMO DE CONTRATO n° 77/2025
LEV INDUSTRIAL LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 52.795.852/0001-16*;* Vencedora dos iten(s) n.º 06 perfazendo o Valor Global de R$ 114.990,00 (Cento e quatorze mil e novecentos e noventa reais)

TERMO DE CONTRATO n° 78/2025
M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 31.499.939/0001-76*;* vencedora dos iten(s) n.º 02 perfazendo o Valor Global de R$ 1.400,00 (Mil e quatrocentos reais).

TERMO DE CONTRATO n° 79/2025
ODONTOMASTER EQUIPAMENTOS LTDA, *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 54.860.907/0001-50;* vencedora dos iten(s) n.º 14 perfazendo o Valor Global de R$ 3.600,00 (Três mil e seiscentos reais).

TERMO DE CONTRATO n° 80/2025
STOKMETAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 32.597.474/0001-59*;* vencedora dos iten(s) n.º

03 e 04 perfazendo o Valor Global de R$ 1.811,80 (Hum mil e oitocentos e onze reais e oitenta centavos).

Recursos Orçamentários:
Despesa Dotação Descrição da Despesa Fonte
194 08.001.10.301.0024.2071.4.4.90.52.00 Manutenção da Atenção Básica 01500
194 08.001.10.301.0024.2071.4.4.90.52.00 Manutenção da Atenção Básica 00518
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 17/12/2025.
DATA DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 17/12/2025;

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, 17/12/2025 à 17/12/2026.

ITENS FRACASSADOS: Item 12.

União da Vitória – PR, 17 de dezembro de 2025.

ARY CARNEIRO JÚNIOR
Prefeito

Publicado por:
Paulo Marcelo Scheid
Código Identificador:AECA6E40

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA
CNPJ: 75.967.760/0001- 71 – Rua: Dr. Cruz Machado, n. º 205 – CEP: 84.600-900
União da Vitória – Paraná.
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 40/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 91/2025
O Prefeito Municipal de União da Vitória - PR, no uso das atribuições e com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei Federal n° 14.133/2021, à vista do julgamento da Pregoeira e Equipe de Apoio, resolve**HOMOLOGAR,**em 17/12/2025, para que surta os efeitos legais, o resultado do Pregão Eletrônico nº 40/2025, cujo objeto é a ***Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de carregamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada, de acordo com a legislação vigente, dos resíduos sólidos oriundos da limpeza das vias públicas após as enchentes do Rio Iguaçu, doravante denominados de Resíduos Sólidos de Desastre Natural (RSDN), com fornecimento de todos os veículos, equipamentos e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços, conforme especificações contidas neste Edital e seus Anexos.*** em favor da empresa: **ECOUNIÃO GESTÃO EM MEIO AMBIENTE LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.845.950/0001-39. Sediado(a) na Colônia Antônio Cândido, s/n, Lote I, área Rural, União da Vitória, Estado do Paraná, CEP 84.612-899, que sagrou-se vencedora do certame com o valor global de R$ 457.889,36 (Quatrocentos e cinquenta e sete mil oitocentos e oitenta e nove reais e trinta e seis centavos);

União da Vitória/PR, 17 de dezembro de 2025

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Sheila Conceição Rodrigues da Silva
Código Identificador:28A227E3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 29/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 108/2025

O Prefeito Municipal de União da Vitória - PR, no uso das atribuições e com fundamento no Art. 74, IV da Lei 14.133/2021, à vista do julgamento da Pregoeira e Equipe de Apoio, resolve **HOMOLOGAR,** em 16/12/2025,para que surta os efeitos legais, o resultado da Inexigibilidade nº 29/2025, cujo objeto é o Credenciamento da empresa RITA DOS SANTOS MENDES para a prestação de serviços na área médica, especialidade em NEUROPEDIATRIA, para atender alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de União da Vitória – PR, com dificuldades escolares, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 29/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 108/2025

Termo de Contrato n.º 71/2025
CREDENCIANTE: Prefeitura Municipal União da Vitória – CNPJ N.º 75.967.760/0001-71.
CREDENCIADA: RITA DOS SANTOS MENDES – CNPJ: 36.724.617/0001-05.
VALOR: Conforme valores expressos no Edital de credenciamento n° 07/2025.
DATA DE ASSINATURA DO TERMO: 16/12/2025.
PRAZO DE VIGÊNCIA: Início: 16/12/2025 - Término: 16/12/2026 – 12 (doze) meses.
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: 141 Manutenção Gabinete da Secretaria Municipal de Educação, 07.001.12.361.0019.2017.3.3.90.39.00, 00104; 151 Manutenção de Escolas Municipais, 07.001.12.361.0019.2084.3.3.90.39.00, 00104; 151 Manutenção de Escolas Municipais, 07.001.12.361.0019.2084.3.3.90.39.00, 00103.

OBJETO: Credenciamento da empresa RITA DOS SANTOS MENDES para a prestação de serviços na área médica, especialidade em NEUROPEDIATRIA, para atender alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de União da Vitória – PR, com dificuldades escolares, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

União da Vitória/PR, 16 de dezembro de 2025.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Caroline Bindemann
Código Identificador:D95A7A37

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO E DESIGNAÇÃO DE NOVA DATA PARA A SESSÃO DE DISPUTA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2025

UASG: 987937

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição, de forma parcelada, de pneus novos destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota da Prefeitura Municipal de União da Vitória/PR, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA – PARANÁ, por intermédio da Pregoeira, pautada no princípio da competitividade, considerando o Parecer Técnico emitido pelo Departamento de Compras, Parecer Jurídico e Despacho da Autoridade Superior, torna público que as impugnações ao edital em questão, apresentada pela empresa PIETRO E-COMMERCE LTDA, CNPJ nº 48.878.990/0001-91, e pela Sra. Camila Paula Bergamo, foram julgados **INDEFERIDOS**, mantendo-se na íntegra os termos do edital. Ademais informamos que o teor da impugnação e o respectivo julgamento encontram-se disponíveis no site oficial da

Prefeitura. Ficam os interessados convocados para a Sessão Pública, conforme abaixo.

DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:dia**22/01/2026 a partir das 09h00min**após a avaliação das propostas pelo(a) Pregoeiro(a).

Outras informações podem ser obtidas no Departamento de Licitação da Prefeitura de União da Vitória, no endereço Rua Dr. Cruz Machado, nº 205, 4º Andar, Bairro Centro – União da Vitória/PR, cep 84.600-900. Telefone (42) 3521-1238, Telefone (42) 3521-1200.

E-MAIL: licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br
SITE: www.uniaodavitoria.pr.gov.br - ***links LICITAÇÃO e PORTAL DA TRANSPARÊNCIA***
LOCAL: Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

União da Vitória - PR, 17 de dezembro de 2025.

ARY CARNEIRO JÚNIOR
Prefeito

Publicado por:
Melissa Banhuk Ribeiro
Código Identificador:CF82B1DD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 645/2025

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Exonera a pedido a Senhora **CAMILA SUELEN DOS SANTOS WAGNER**, da função de Auxiliar Escolar -PSS, Nível Auxiliar Escolar, a partir de 31 de dezembro de 2025.

Art. 2º Entra este Decreto em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 16 de dezembro de 2025.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:3DA609C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 647/2025

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NA RESPECTIVA FONTE.

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito do Município de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a autorização contida no art. 7º, Parágrafo Único e seus incisos e art. 10 da Lei nº 5178, de 09 de dezembro de 2024 e art. 38, art. 39, art. 40 e art. 41 da Lei nº 5158, de 06 de junho de 2024;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento-programa do Município para o exercício de 2025, um crédito adicional suplementar no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO/ATIV 2.030 – Manutenção da Secretaria Mun. de Ação Social

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
954	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ	40.000,00

TOTAL CRÉDITO	**40.000,00**

Art. 2º - O recurso para cobertura do crédito adicional suplementar de que trata este Decreto, será proveniente de anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO/ATIV 2.030 – Manutenção da Secretaria Mun. de Ação Social

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
954	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	40.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO	**40.000,00**

Art. 3º - Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 17 de dezembro de 2025.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração
ODELIR DILETO CACHOEIRA	
Secretário de Finanças	

JUSTIFICATIVA DO DECRETO 647/2025:

Em atendimento a Lei nº 5101/2023, apresentamos as seguintes justificativas:

Conforme o § 1º do Art. 43 da Lei Federal n. 4.320/64, III, serão utilizados recursos de anulação de dotações orçamentárias.

Esta suplementação não altera o limite autorizado na LOA, em seu art. 7º.

Art. 10º da LOA - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a movimentar por Decreto, no mesmo projeto atividade, excluindo-se do limite estabelecido no art. 7º da LOA.

União da Vitória, 17 de dezembro de 2025.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal De Administração
ODELIR DILETO CACHOEIRA	
Secretário De Finanças	

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:FF2CA82B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1382/2025

ODELIR DILETO CACHOEIRA, Secretário Municipal Interino de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
ALEXSANDER AUGUSTO DA SILVA LIMA	991506118	2025/2026	MOTORISTA – PSS	31/12/2025 A 09/01/2026
ALINE MARIA	991504365	2023/2024	ENFERMEIRO 8	12/01/2026 A

BONETE			HORAS	21/01/2026
CRISTIANO JOSÉ MOLINARI	991504638	2024/2025	ADVOGADO	31/12/2025 A 19/01/2026
JOSY ANNE DE LIMA DOS SANTOS	1512709	2023/2024	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	01/12/2025 A 10/12/2025
PAULO CESAR ALVES DO AMARAL	991504979	2022/2023	ENFERMEIRO 8 HORAS	10/12/2025 A 19/12/2025
RICARDO HENRIQUE CAMARGO OLISKOWSKI	1512215	2024/2025	ADVOGADO	31/12/2025 A 19/01/2026
SUELYN NINOV VIDAL	991505712	2024/2025	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	31/12/2025 A 09/01/2026
VALTER MULLER LUIZ	991505678	2024/2025	ADVOGADO	31/12/2025 A 09/01/2026
VILSON HUMBERTO DE OLIVEIRA	1014601	2024/2025	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	26/11/2025 A 25/12/2025
VINICIUS KARPAVICIUS DA LUZ	405	2024/2025	ENFERMEIRO 6 HORAS	10/12/2025 A 19/12/2025
ZULMIRA LOURDES DOS ANJOS	991504257	2024/2025	SECRETÁRIO EXECUTIVO	10/12/2025 A 19/12/2025

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 28 de novembro de 2025.

ODELIR DILETO CACHOEIRA
Secretário Interino de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:1506DD76

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1385/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
ADRIANA APARECIDA SPAUTZ	991505851	2025/2026	COORDENADOR DE LIMPEZA PÚBLICA	31/12/2025 A 09/01/2026
AMAURI ANTUNES	1512519	2025/2026	SERVENTE	31/12/2025 A 09/01/2026
CLEDIUMAR NAKALSKI	991506202	2025/2026	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	31/12/2025 A 09/01/2026
DILMARA APARECIDA BANISKI DE PAULA	991505858	2025	DIRETOR DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA	31/12/2025 A 09/01/2026
FELIPE JOSE NARINECZKI	991505399	2024/2025	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	31/12/2025 A 09/01/2026
IVANDRO PIOVESAN	1512524	2024/2025	SERVENTE	31/12/2025 A 09/01/2026
JOÃO CARLOS WALKIW	1512647	2025/2026	SERVENTE	31/12/2025 A 09/01/2026
KELLYN AMANDA BERNARDI	991506183	2025/2026	COORDENADOR DE DEFESA DOS ANIMAIS	31/12/2025 A 09/01/2026
PETERSON JAEGER	991506119	2025/2026	ENGENHEIRO FLORESTAL	31/12/2025 A 09/01/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 01 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:2AB68282

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1397/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
ADONE CORNELO DE LARA	1512205	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ADONE CORNELO DE LARA	1061801	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ANA MARIA CUNHA	991505422	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ANA PAULA SOARES	991505210	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ANDREIA CRISTINA SOUZA	1497601	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ANDREIA CRISTINA SOUZA	1477201	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
DAYANA DAMBROSKI DE LIMA	991505795	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
DEISY MARQUEVIS SUARETZ	1486901	2025/2026	ZELADORA	02/01/2026 A 31/01/2026
FRANCIELY APARECIDA DA SILVA	1512499	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
LAIS CARRARO SEDOR	991506466	2025/2026	TECNICO ADMINISTRATIVO	31/12/2025 A 09/01/2026
LILIAN DOS SANTOS	991505546	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
PATRICIA GUIMARAES	991505784	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
PRISCILA CAROLINE GONCHO	991505311	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
SUSANA MARIA DE LIMA	991505181	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
VANUSA REGINA NEDILHA KOBROSKI	1512483	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.
União da Vitória, 04 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:5D07FF4C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1400/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
ANA PAULA ZAVASKI	1446001	2024/2025	PROFESSOR	02/01/2026 A 31/01/2026
ANA PAULA ZAVASKI	1512492	2024/2025	PROFESSOR	02/01/2026 A 31/01/2026
CRISLAINE RAMOS MELO GARRAFA	1512440	2025/2026	PROFESSOR	02/01/2026 A 31/01/2026
DEBORAH MARIA SATORSKI CAETANO	991505792	2025/2026	PROFESSOR	02/01/2026 A 31/01/2026
DEIZI CARLA DROSDOSKI AMARO	1512211	2025/2026	PROFESSOR	02/01/2026 A 31/01/2026
ELIANE PROKOPOVICZ SHUERI	991505478	2025/2026	PROFESSOR	02/01/2026 A 31/01/2026
ERICA ROGENSKI DE FARIA	1512535	2025/2026	PROFESSOR	02/01/2026 A 31/01/2026
KELLY MARI KREVE	1337401	2025/2026	ZELADOR	02/01/2026 A 31/01/2026
MARIA ADRIANA	991505215	2025/2026	PROFESSOR	02/01/2026 A

NASCIMENTO				31/01/2026
SANDRA PRISCILA RODRIGUES OSSAK	991505508	2025/2026	MERENDEIRA PSS	02/01/2026 A 31/01/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 04 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:C12978ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1413/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
DAIANA APARECIDA TELES VIEIRA DE LIMA	1497101	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ELISANGELA GAEBLER AZEREDO	1271801	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
FERNANDA DE FRANÇA	1512201	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ILSE GRAUPMANN	1161401	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
INES LEVANDOSKI	1512598	2025/2026	ZELADORA	02/01/2026 A 31/01/2026
JAQUELINE APARECIDA RAMOS	1512263	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
JAQUELINE APARECIDA RAMOS	991505377	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
MARISLANE APARECIDA DOS ANJOS BERRES	1500201	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
MARIZA LEA VACELKOSKI WEIWANKO	1512498	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
SIMONE DA SILVA ALVES	1512465	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
SIRLENE VAUDAN GOMES	1266101	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
SIRLENE VAUDAN GOMES	1512370	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
SUELEN MAIARA DE SOUZA	1478701	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
VERONI APARECIDA DOS SANTOS	1258001	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
VERONI APARECIDA DOS SANTOS	1258002	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 08 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:B96DD8B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1415/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
ALINE NATALY WOLF KOSTESKI	1512414	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
CLAUDINEIA MENDES FERREIRA	991505691	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ELISANGELA GAEBLER AZEREDO	1512476	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
FERNANDA DE FRANÇA	991505029	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
JOCILENE KUROSKI	991505054	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
LEONILDA DE FATIMA DOLENNY	1052901	2024/2025	ZELADORA	02/01/2026 A 31/01/2026
MARCIA DE LIMA RIBEIRO	1512536	2025/2026	PROFESSORA EDUCAÇÃO FISICA	02/01/2026 A 31/01/2026
MARIZA LEA VACELKOSKI WEIWANKI	1512498	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
MARIZA LEA VACELKOSKI WEIWANKI	1361701	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
NOELI TEREZINHA VAUDAN	991505527	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
PRISCILLA CHAVES ALVES	1483801	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
SOLANGE APARECIDA GALVAO NIGRINI	1403601	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
SUELEN MAIARA DE SOUZA	991505254	2025/2026	ZELADORA	02/01/2026 A 31/01/2026
THAIS VERBANEK TERNOVI	991505273	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
VANESSA VERBANEK LOPES	991505064	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.
União da Vitória, 08 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:D59BE9B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1421/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
ALZIMARY DEKI	1512470	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ANA PAULA MARCELINO SOARES SOROKA	1485501	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
BRENDA NOGARA FLORIANO	991505782	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
DEBORA RODRIGUES	1512299	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
DENISE FERREIRA	1512300	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
DENISE FERREIRA	1374901	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
DYEYLA GODOI	1402801	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ELAINE DE LIMA MITZKO	1478801	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ELAINE DE LIMA MITZKO	991505698	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ELENICE BATISTA SANCHES GREIN	991505101	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ELIANE TEREZINHA DE MORAES	1461301	2025/2026	ZELADORA	02/01/2026 A 31/01/2026

EVA MIKOLAIEWSKI	991505335	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
JULIANE FATIMA SILVA FERREIRA	1480301	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
MARIA HELOISA ROLLWAGEM	991505223	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
MICHELE DO NASCIMENTO CESTARI DE SOUZA	991505923	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
SANDRA MADALENA PEREMIDA PINTO	1485101	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.
União da Vitória, 08 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:E5640A08

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1422/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
FERNANDO GEORG BRUCKMANN	1486801	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
FERNANDO GEORG BRUCKMANN	991505020	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
FRANCIELE DA SILVA	1479801	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
FRANCIELE DA SILVA	1512438	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
JANETE APARECIDA FELIX DA SILVA	1504401	2025/2026	MERENDEIRA/COZINHEIRA	02/01/2026 A 31/01/2026
MARCIA DA SILVA FERREIRA DOS ANJOS	1476501	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
MARCIA REGINA DOS SANTOS	1455901	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
MARIANGELA APARECIDA BARBUSA	1478101	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
SILVANA REBONATTO DA ROSA	1478201	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
SIMONE APARECIDA RIBEIRO	1494201	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
SIMONE APARECIDA RIBEIRO	991505041	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
TATIANE DE FATIMA GONÇLAVES MEIRA	1476201	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
TATIANE DE FATIMA GONÇALVES MEIRA	991505261	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
THALYTA ALINE STRAUBE	991505334	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
VANESSA CORDEIRO PINTO SCHIER	991505322	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
VIVIANE KARINA BANNACH	1485601	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.
União da Vitória, 08 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:C85408E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1427/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
ANGELA MARIA NHAIA VALKIV	1477501	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ANGELA MARIA NHAIA VALKIV	991505272	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
CLAUDIA DE OLIVEIRA NIZER	1512467	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
CRISTIANE ROCHA	1512264	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
CRISTIANE ROCHA	991505071	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ELINTON OLIVEIRA	991505081	2025/2026	PROFESSOR	02/01/2026 A 31/01/2026
FABIANA CARDOSO DA SILVA SAMISTRARO	991505026	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
MARCIA DOS SANOS	1483501	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
MARLI INES SCHNEIDER BUDAL	1512497	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
NELSA MATILDE BRIXI DA SILVA	1512469	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
PRISCILA SKIBA	1480101	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ROSANGELA DEREVESKI CASTILHO	1491801	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ROSIANE APARECIDA NASCIMENTO	991505034	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
VERA LUCIA LITWINSKI	1477401	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ZENAIDE MARIA LARSEN	1512491	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.
União da Vitória, 08 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:5E6B7057

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1428/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
ADRIANA DE MIRANDA JUCK	991505248	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ARLETE APARECIDA DA SILVA	991505338	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
FABIANA DE	991505554	2025/2026	AUXILIAR ESCOLAR-PSS	02/01/2026

FATIMA RODRIGUES DA SILVA				A 31/01/2026
FABIANE BELLOZUPCO CORDEIRO	1484901	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
JAQUELINE TICIANA SCHERER	991505088	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
JEAN CARLOS DOMINGUES DA SILVA	991505911	2025/2026	AUXILIAR ESCOLAR-PSS	02/01/2026 A 31/01/2026
JOSIANE APARECIDA SOARES IUCKER	991505429	2025/2026	AUXILIAR ESCOLAR-PSS	02/01/2026 A 31/01/2026
JOSIANE GOMES DE SOUZA BRANCALEONE	991505078	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
KARINA DAS GRAÇAS BUCH	991505329	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
LETICIA DE LIMA	991505360	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
MARGARETE DE FATIMA ALVES LENCZUK	992001	2025/2026	VIVEIRISTA	02/01/2026 A 31/01/2026
MARIANA ALICIA FIGUEIRA	991505124	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
PATRICIA LORENZINI	991505361	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
SANDRA SILENE DE OLIVEIRA DA SILVA	1502201	2025/2026	MERENDEIRA/COZINHEIRA	02/01/2026 A 31/01/2026
VANESSA FEDEROVICZ	991505331	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.
União da Vitória, 08 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:5406BE1E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1429/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
ALINE COLAÇO RODRIGUES TOBIAS	991505501	2025/2026	AUXILIAR ESCOLAR-PSS	02/01/2026 A 31/01/2026
ANA LAIS MONTIPO	991505255	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
DAISY CALDAS DA FONSECA	1512416	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
DAISY CALDAS DA FONSECA	991505239	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
JHENIFFER TAYNARA MARTINS	991506105	2025/2026	AUXILIAR ESCOLAR-PSS	02/01/2026 A 31/01/2026
JOSIANE APARECIDA SOARES IUCKER	991505429	2025/2026	AUXILIAR ESCOLAR-PSS	02/01/2026 A 31/01/2026
KASSIANE TATIANA BOIN	991505908	2025/2026	AUXILIAR ESCOLAR-PSS	02/01/2026 A 31/01/2026
MAIARA APARECIDA PIRES DO PRADO	991505503	2025/2026	AUXILIAR ESCOLAR-PSS	02/01/2026 A 31/01/2026
NAIARA MARIA IZIDORO	991505641	2025/2026	AUXILIAR ESCOLAR-PSS	02/01/2026 A 31/01/2026
PAULA CAROLINA ADAM	991505419	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
SANDDY BUENO	991505803	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
SANDRA CORREA OSOSRIO	991505351	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
SANDRA CORREA OSOSRIO	1253001	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
THAIS ROCHA	991505607	2025/2026	AUXILIAR ESCOLAR-PSS	02/01/2026 A 31/01/2026
THAISA KAROLINE BURLINSKI CAETANO DE SOUZA	991505909	2025/2026	AUXILIAR ESCOLAR-PSS	02/01/2026 A 31/01/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.
União da Vitória, 08 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:F4500AF8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1435/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
ADRIANA CRISTINA HENIK COUTO	1478901	2025/2026	PROFESSOR	02/01/2026 A 31/01/2026
ADRIANA CRISTINA HENIK COUTO	1512374	2025/2026	PROFESSOR	02/01/2026 A 31/01/2026
ALINE GRACIELI VAUDAN	991505725	2025/2026	PROFESSOR	02/01/2026 A 31/01/2026
ALINE GRACIELI VAUDAN	1512420	2025/2026	PROFESSOR	02/01/2026 A 31/01/2026
JOSIANI APARECIDA VEZARO WEBER	1480701	2025/2026	PROFESSOR	02/01/2026 A 31/01/2026
MARISTELA PAZ DE HORA	1414101	2025/2026	PROFESSOR	02/01/2026 A 31/01/2026
MARISTELA PAZ DE HORA	1499401	2025/2026	PROFESSOR	02/01/2026 A 31/01/2026
SEVERINA MARTINS DA ROSA	991505083	2025/2026	PROFESSOR	02/01/2026 A 31/01/2026
SIMONE APARECIDA DERPHO WAISSMANN	991505436	2025/2026	AUXILIAR ESCOLAR – PSS	02/01/2026 A 31/01/2026
SIRLEI APARECIDA FAGUNDES GRIM	1377301	2025/2026	PROFESSOR	02/01/2026 A 31/01/2026
SIRLEI APARECIDA FAGUNDES GRIM	1512490	2025/2026	PROFESSOR	02/01/2026 A 31/01/2026
TAMIRES LOURENÇO ANTONIO FRANCO	991505225	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
VIVIANE CANDIDO DA SILVA	991505120	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 09 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:6BD52531

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1438/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
ADRIANO SKRZYPA	991505133	2025/2026	PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA	02/01/2026 A 31/01/2026
BRUNA EDUARDA DIAS	991505362	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
EDNA REGINA COSTA MOREIRA	991505777	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ELAINE MARA KARPINSKI	1512218	2025/2026	PROFESSORA EDUCAÇÃO FISICA	02/01/2026 A 31/01/2026
EMILIA SALETE ULTCHAK DOS SANTOS	1512494	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
FRANCIELE APARECIDA MAES	991505355	2025/2026	PROFESSORA EDUCAÇÃO FISICA	02/01/2026 A 31/01/2026
GILVANA GARMENDIO	1470201	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
HELAYNE CANDIDO	1512235	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
JOSIELE KALAMAR	991505587	2025/2026	MERENDEIRA PSS	02/01/2026 A 31/01/2026
LILIANE DE FATIMA CAMARGO	1494501	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
LUCIANA DOS SANTOS LEITE	1512249	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
MARGARETE MARIA PAVELSKI	1494901	2025/2026	MERENDEIRA/COZINHEIRA	02/01/2026 A 31/01/2026
MARIA SALETE COHLS DE AMORIM	1512495	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ROSE MARI ARNDT	1234301	2025/2026	ZELADORA	02/01/2026 A 31/01/2026
SILVANA KADES MULLER	1495201	2025/2026	ZELADORA	02/01/2026 A 31/01/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.
União da Vitória, 09 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:A54A739D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1445/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
ADRIA MISSAU MOLERI METZLER	1502301	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
CATIA ILIANE CIUKAILO DE CASTILHO	991504336	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
CLEMAR TEREZINHA DOMANSKI	1440001	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ELTON MACIEL SCHNEIDER	1489801	2023/2024	OPERADOR MAQUINAS	20/01/2026 A 29/01/2026
ELTON MACIEL SCHNEIDER	1489801	2023/2024	OPERADOR MAQUINAS	31/12/2025 A 19/01/2026
ELTON MACIEL SCHNEIDER	1489801	2025/2026	OPERADOR MAQUINAS	31/12/2025 A 19/01/2026
ELTON MACIEL SCHNEIDER	1489801	2025/2026	OPERADOR MAQUINAS	20/01/2026 A 29/01/2026
FRANCIELLI NAIR DOS ANJOS SOARES	1482002	2025/2026	MERENDEIRA/COZINHEIRA	02/01/2026 A 31/01/2026
IEDA TEREZINHA WODONOS	616501	2025/2026	AGENTE ADMINISTRATIVO	02/01/2026 A 31/01/2026
ILTON LUIS CARMIGNAN	1406001	2025/2026	PROFESSOR	02/01/2026 A 31/01/2026
JOCILENE KUROSKI	991505054	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
JOSIANE BUNHAK	1273401	2024/2025	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
JUARES JOCOSKI	991505025	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
JULIANA KAZIUK MOREIRA MARIANO	991504043	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
LUIS CARLOS CASTILHO	1113401	2024/2025	OPERADOR MAQUINAS	31/12/2025 A 19/01/2026
MICHELE ROIEK	991506203	2025/2026	TECNICA ADMINISTRATIVA	31/12/2025 A 09/01/2026
VIVIANE KUNS BUENO	1512227	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.
União da Vitória, 09 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:2BD448FD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1446/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
ADRIANA DE MEIRA ANDRUKIU BEREZA	1497001	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
CLENIR APARECIDA RODRIGUES	991505058	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ELIANE CRISTINA DOS SANTOS	1499901	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ELISIANE DE PAULA FRANÇA	991504081	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
FRANCIELE GASPERIN	991505103	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
IVANIR KIEDES FREDO	991505262	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
IVETE OCZUST NITEK	991505077	2024/2025	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
JAQUELINE PARASTCHUK	991505212	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
LISETE MARIA FRYDER ZANCHETTIN	1481801	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
MARILENE CARIBATTI DAVID	1512208	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
MARLIZE APARECIDA	148601	2025/2026	MERENDEIRA/COZINHEIRA	02/01/2026 A

GONZAGA				31/01/2026
PEDRO LUMIKOSKI	558401	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
SILVIA APARECIDA HOEPERS	1221101	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
SILVIA APARECIDA HOEPERS	1512250	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
SIMONE LUIZA KOVALCZUK	1512221	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
VALKIRIA DE NOVAIS SANTIAGO	991505047	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
VIVIANE MENDES DE MORAES	1512267	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.
União da Vitória, 09 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:FF3207EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1447/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
ANA PAULA PARASZCZUK DE OLIVEIRA	991505115	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ANDREA APARECIDA BUENO DA SILVA	1475901	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ANDREA APARECIDA BUENO DA SILVA	1494001	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
BEATRIZ SCHIPANSKI	1439701	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
DIONE MARA BALÃO	991505779	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
FABIOLA SCHUPEL MAIDEL	991505336	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
FLAVIA APARECIDA LEZAN SCZEMBERG DE SOUZA	991505437	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
GUILHERME THIAGO SCHUNEMANN	991506111	2025/2026	AUXILIAR ESCOLAR-PSS	02/01/2026 A 31/01/2026
JULIANE NAPARECIDA RIBEIRO	991505552	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
MARA DO ROCIO SALES	991505039	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
MARCOS VINICIOS FARIAS RIBEIRO	991505183	2025/2026	PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA	02/01/2026 A 31/01/2026
RUBENS IENTZ JUNIOR	991505477	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
VIVIANE APARECIDA ZWIESKOWSKI	1249101	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.
União da Vitória, 09 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:B0EA598E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1448/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
ANA MARIA FONSECA DE PAULA	1512488	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
CACIA REGIANE CIUKAILO SCHRATZENSTALLER	991505310	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
CLARICE APARECIDA NOVICKI	991505075	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ELAINE ZAVIRACZ LEHUN	991505424	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
JENIFFER VENANCIO	991505357	2024/2025	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
MARIA IZABEL MOREIRA MELNICK	1512548	2024/2025	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
MILENA CALIKOSKI	991505096	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
NELSON ZIMICHUT	1488801	2023/2024	OPERADOR MAQUINAS	02/01/2026 A 31/01/2026
PATRICIA MARCONDES	991505670	2025/2026	AUXILIAR ESCOLAR-PSS	02/01/2026 A 31/01/2026
ROSELAINE DE ALMEIDA BULSING	1512228	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ROSELAINE DE ALMEIDA BULSING	1328501	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
RUBEM ANDRE CARDOSO	991505155	2025/2026	PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA	02/01/2026 A 31/01/2026
SIMONE APARECIDA WITCHEMECHEN	1512266	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
SIMONE APARECIDA WITCHEMECHEN	991505341	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
SIRCIO ANTONIO CHRISTO	1512619	2021/2022	SERVENTE	12/01/2026 A 21/01/2026
SIRCIO ANTONIO CHRISTO	1512619	2022/2023	SERVENTE	22/01/2026 A 10/02/2026
TATIANE DALGALLO	991505068	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
VALDIANE VARMELING	1512444	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.
União da Vitória, 09 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:E31496AE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1455/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
ADRIANA SILVA SANTOS	991506131	2025/2026	PROFESSOR	02/01/2026 A 31/01/2026
GISELE DA SILVA BRUNS	991506298	2025/2026	PROFESSOR	02/01/2026 A 31/01/2026
KAUANA DE BRITO CORASSA	991506000	2025/2026	AUXILIAR ESCOLAR – PSS	02/01/2026 A 31/01/2026
LIZ MARIANE SALES	991505896	2025/2026	PROFESSOR	02/01/2026 A 31/01/2026
PATRICIA APARECIDA LUTES MICALICHEN	991506058	2025/2026	PROFESSOR	02/01/2026 A 31/01/2026
RAFAEL COSTA DE LIMA	1488701	2025/2026	PROFESSOR	02/01/2026 A 31/01/2026

RAFAEL COSTA DE LIMA	991505057	2025/2026	PROFESSOR	02/01/2026 A 31/01/2026
SOLANGE ULBINSKI KOTLEWSKI	991506003	2025/2026	PROFESSOR	02/01/2026 A 31/01/2026
THIAGO DOS SANTOS KOSTEK	991506331	2025/2026	PROFESSOR DE ED. FÍSICA	02/01/2026 A 31/01/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 10 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:53103822

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1457/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
ARIANE IASMIN DE PAULA	991505623	2025/2026	AUXILIAR ESCOLAR – PSS	02/01/2026 A 31/01/2026
DAIANE DOS SANTOS	991505730	2025/2026	AUXILIAR ESCOLAR – PSS	02/01/2026 A 31/01/2026
DANIELE APARECIDA FIDELIS	991506148	2025/2026	ZELADOR – PSS	02/01/2026 A 31/01/2026
DANIELE GARMENDIO	991505434	2025/2026	AUXILIAR ESCOLAR – PSS	02/01/2026 A 31/01/2026
DEBORA KOZLIK JONSON	991505648	2025/2026	AUXILIAR ESCOLAR – PSS	02/01/2026 A 31/01/2026
KATIA JANE RIBEIRO	991505960	2025/2026	PROFESSOR	02/01/2026 A 31/01/2026
KATIA JANE RIBEIRO	1476601	2025/2026	PROFESSOR	02/01/2026 A 31/01/2026
MARIA EDUARDA DA SILVA	991506208	2025/2026	AUXILIAR ESCOLAR – PSS	02/01/2026 A 31/01/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 10 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:FC13E126

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1463/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Referente: Pregão Eletrônico n° 37/2025 - Processo Administrativo nº 88/2025
OBJETO: Registro de preços visando à futura e eventual aquisição de rações (canina e equina), quirera de milho e feno, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, por meio do Setor de Defesa Animal, do Município de União da Vitória/PR.
ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de União da Vitória / CNPJ nº 75.967.760/0001-71.
CONTRATADO:
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 165/2025 – ESPAÇO RURAL AGROPECUÁRIA LTDA, CNPJ Nº 12.270.775/0001-66.
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 10/12/2025.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, 10/12/2025 à 09/12/2026
Gestor: Nei Antônio Kukla - Secretário Municipal de Meio Ambiente – Decreto n.º 24/2025.
Fiscal Titular
Nome do servidor: Alessandra Ritzmann Dalpra Nº matrícula: 1505187 - Função/ Cargo: Médica Veterinária. Lotação: Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
Fiscal Suplente
Nome do servidor: Jonilza Aparecida Martins Nº matrícula: 1506023. Função/ Cargo: Médica Veterinária. Lotação: Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 11 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:9048F299

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1476/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Referente: Chamada Pública/Credenciamento Edital 01/2025 - Processo Administrativo nº 72/2025.

TERMO DE CONTRATO Nº. 71/2025
Contratante...: INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE UNIÃO DA VITÓRIA – IMAS ,CNPJ nº 81.650.525/0001-74.
Contratada.:C**LINICA MEDICA ALBERTO AURELIO POSENATTO S/S**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº09.625.128/0001-15, sediado(a) na Rua Matos Costa,33, Centro, Porto União – SC.
Valor Global...: **R$20.000,00(Vinte mil reais)**
Objeto.:Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de saúde na especialidade de **CARDIOLOGIA** a todos os segurados do IMAS.
Data de Assinatura.....: 11/12/2025
Prazo de Vigência.....: Início: 11/12/2025 -Término: 11/12/2026 – 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.
Licitação.....: Inexibilidade de Licitação 70/2025.
Recursos Orçamentários:
Despesa orçamentaria 17 , Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 69
Despesa orçamentaria 17 , Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 76

Gestor: TATIANE DE FATIMA STACECHEN – Presidete do Imas
Fiscal: Katia Adriane Fecht Schulz – Diretora da Saúde
Fiscal Substituto: Adriana Aparecida Tajes Pigatto - Diretora de finanças

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 16 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:FFD66A3D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1477/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Referente: Chamada Pública/Credenciamento Edital 01/2025 - Processo Administrativo nº 71/2025.

TERMO DE CONTRATO Nº. 70/2025
Contratante...: INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE UNIÃO DA VITÓRIA – IMAS ,CNPJ nº 81.650.525/0001-74.
Contratada.:**MARILEI KRAUS**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº13.132.613/0001-24, sediado(a) na Rua Barão do Cerro Azul,413, Centro, União da Vitoria -PR
Valor Global...: **R$100.000,00(Cem mil reais)**
Objeto.:Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de saúde na especialidade de **PSICOTERAPIA** a todos os segurados do IMAS.
Data de Assinatura.....: 11/12/2025
Prazo de Vigência.....: Início: 11/12/2025 -Término: 11/12/2026 – 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.
Licitação.....: Inexibilidade de Licitação 69/2025.
Recursos Orçamentários:
Despesa orçamentaria 17 , Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 69
Despesa orçamentaria 17 , Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 76

Gestor: TATIANE DE FATIMA STACECHEN – Presidete do Imas
Fiscal: Katia Adriane Fecht Schulz – Diretora da Saúde
Fiscal Substituto: Adriana Aparecida Tajes Pigatto - Diretora de finanças

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 16 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:9FA958A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1478/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Referente: Chamada Pública/Credenciamento Edital 01/2025 - Processo Administrativo nº 70/2025.

TERMO DE CONTRATO Nº. 69/2025
Contratante...: INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE UNIÃO DA VITÓRIA – IMAS ,CNPJ nº 81.650.525/0001-74.
Contratada.:**TEMENOS PSICOLOGIA CLINICA E ORGANIZACIONAL**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº11.000.402/0001-02, sediado(a) na Rua Av. Presidente Getulio Vargas,186 andar 07 sala 71, Centro, União da Vitoria -PR
Valor Global...: **R$75.000,00(Setenta e cinco mil reais)**
Objeto.:Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de saúde na especialidade de **PSICOTERAPIA** a todos os segurados do IMAS.
Data de Assinatura.....: 11/12/2025
Prazo de Vigência.....: Início: 11/12/2025 -Término: 11/12/2026 – 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.
Licitação.....: Inexibilidade de Licitação 68/2025.
Recursos Orçamentários:
Despesa orçamentaria 17 , Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 69
Despesa orçamentaria 17 , Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 76

Gestor: TATIANE DE FATIMA STACECHEN – Presidete do Imas
Fiscal: Katia Adriane Fecht Schulz – Diretora da Saúde
Fiscal Substituto: Adriana Aparecida Tajes Pigatto - Diretora de finanças

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 16 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:70ABF044

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1479/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Referente: Chamada Pública/Credenciamento Edital 01/2025 - Processo Administrativo nº 69/2025.

TERMO DE CONTRATO Nº. 68/2025
Contratante...: INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE UNIÃO DA VITÓRIA – IMAS ,CNPJ nº 81.650.525/0001-74.
Contratada.:**PREVENCARDIO – SERVIÇOS DE PREVENÇÃO ,DIAGNOSTICO E REABILITAÇÃO EM CARDIOLOGIA S/S.**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº01.253.045/0001-30, sediado(a) na Rua Matos Costa, 447, Centro, Porto União -SC.
Valor Global...: **R$30.000,00(Trinta mil reais)**
Objeto.:Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de saúde na especialidade de **ORTOPEDIA E CARDIOLOGIA** a todos os segurados do IMAS.
Data de Assinatura.....: 11/12/2025
Prazo de Vigência.....: Início: 11/12/2025 -Término: 11/12/2026 – 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.
Licitação.....: Inexibilidade de Licitação 67/2025.
Recursos Orçamentários:
Despesa orçamentaria 17 , Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 69
Despesa orçamentaria 17 , Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 76

Gestor: TATIANE DE FATIMA STACECHEN – Presidete do Imas
Fiscal: Katia Adriane Fecht Schulz – Diretora da Saúde
Fiscal Substituto: Adriana Aparecida Tajes Pigatto - Diretora de finanças

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 16 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:D32A36D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1480/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Referente: Chamada Pública/Credenciamento Edital 01/2025 - Processo Administrativo nº 68/2025.

TERMO DE CONTRATO Nº. 67/2025
Contratante...: INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE UNIÃO DA VITÓRIA – IMAS ,CNPJ nº 81.650.525/0001-74.
Contratada.:**LABORATORIO DE PATOLOGIA E SERVIÇOS MEDICOS DIAGNOSIS LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº19.794.705/0001-56 sediado(a) na AV. Getulio Vargas, 350, Centro, Porto União -SC.
Valor Global...: **R$50.000,00(Cinquenta mil reais)**
Objeto.:Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de saúde na na area Laboratorial especialidade d**e ANATOMIA PATOLOGICA** a todos os segurados do IMAS.
Data de Assinatura.....: 11/12/2025
Prazo de Vigência.....: Início: 11/12/2025 -Término: 11/12/2026 – 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.
Licitação.....: Inexibilidade de Licitação 66/2025.
Recursos Orçamentários:
Despesa orçamentaria 17 , Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 69
Despesa orçamentaria 17 , Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 76

Gestor: TATIANE DE FATIMA STACECHEN – Presidete do Imas
Fiscal: Katia Adriane Fecht Schulz – Diretora da Saúde
Fiscal Substituto: Adriana Aparecida Tajes Pigatto - Diretora de finanças

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 16 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:B00DEBB3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1481/2025

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE ESCOLARIDADE, aos seguintes Servidores Públicos Municipais, conforme datas especificadas abaixo:

MATRICULA	SERVIDOR	ESCOLARIDADE	CARGO	A PARTIR DE
183	ROSANGELA CARMEN DOS SANTOS HUPALO	GRADUAÇÃO 40%	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	24/11/2025
1283101	ANGELA MARIA CAPELETTI ANTONIUTTI	GRADUAÇÃO 40%	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	24/11/2025
1495301	ANA CAROLINA CÔAS	PÓS-GRADUAÇÃO 15,5%	PSICOLOGO I	05/12/2025

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 16 de dezembro de 2025.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:5760AFC4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1482/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Referente: Chamada Pública/Credenciamento Edital 01/2025 - Processo Administrativo nº 78/2025.

TERMO DE CONTRATO Nº. 77/2025
Contratante...: INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE UNIÃO DA VITÓRIA – IMAS ,CNPJ nº 81.650.525/0001-74.
Contratada.:ESPAÇO FLUIR LTDA , inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº63.438.372/0001-14, sediado(a) na Rua Paraná, 82 – Centro- União da Vitoria- PR
Valor Global...: **R$15.000,00(Quinze mil reais)**
Objeto.:Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de saúde na especialidade de PSICOLOGIA a todos os segurados do IMAS.
Data de Assinatura.....: 16/12/2025
Prazo de Vigência.....: Início: 16/12/2025 -Término: 16/12/2026 – 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.
Licitação.....: Inexibilidade de Licitação 76/2025.
Recursos Orçamentários:
Despesa orçamentaria 17 , Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 69
Despesa orçamentaria 17 , Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 76

Gestor: TATIANE DE FATIMA STACECHEN – Presidete do Imas
Fiscal: Katia Adriane Fecht Schulz – Diretora da Saúde
Fiscal Substituto: Adriana Aparecida Tajes Pigatto - Diretora de finanças
União da Vitoria, 16 de dezembro 2025.

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 17 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:D54205F0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1482/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Referente: Chamada Pública/Credenciamento Edital 01/2025 - Processo Administrativo nº 78/2025.

TERMO DE CONTRATO Nº. 77/2025
Contratante...: INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE UNIÃO DA VITÓRIA – IMAS ,CNPJ nº 81.650.525/0001-74.
Contratada.:ESPAÇO FLUIR LTDA , inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº63.438.372/0001-14, sediado(a) na Rua Paraná, 82 – Centro- União da Vitoria- PR
Valor Global...: **R$15.000,00(Quinze mil reais)**
Objeto.:Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de saúde na especialidade de PSICOLOGIA a todos os segurados do IMAS.
Data de Assinatura.....: 16/12/2025
Prazo de Vigência.....: Início: 16/12/2025 -Término: 16/12/2026 – 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.
Licitação.....: Inexibilidade de Licitação 76/2025.
Recursos Orçamentários:
Despesa orçamentaria 17 , Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 69
Despesa orçamentaria 17 , Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 76

Gestor: TATIANE DE FATIMA STACECHEN – Presidete do Imas
Fiscal: Katia Adriane Fecht Schulz – Diretora da Saúde
Fiscal Substituto: Adriana Aparecida Tajes Pigatto - Diretora de finanças
União da Vitoria, 16 de dezembro 2025.

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 17 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:0ED2365E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1483/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Referente: Chamada Pública/Credenciamento Edital 01/2025 - Processo Administrativo nº 77/2025.

TERMO DE CONTRATO Nº. 76/2025
Contratante...: INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE UNIÃO DA VITÓRIA – IMAS ,CNPJ nº 81.650.525/0001-74.
Contratada.:**SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO** , inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº60.975.737/0095-31, sediado(a) na Rua Frei Rogerio ,579, Centro– Porto União -SC
Valor Global...: **R$1.000.000,00(Um milhão de reais)**
Objeto.:CREDENCIAMENTO DE EMPRESA DE SERVIÇO HOSPITALAR, PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDIMENTO DE URGENCIA E EMERGENCIA E AMBULATORIAL NAS ESPECIALIDADES DE INTERNAÇÃO CIRURGICA;INTERNAÇÃO CLINICA;INTERNAÇÃO OBSTETRICA/GINECOLOGIA;INTERNAÇÃO PEDIATRICA;CLINICO GERAL,OFTALMOLOGIA;ONCOLOGIA;ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA;UROLOGIA,FISIOTERAPIA;SERVIÇOS DE DIAGNOSTICO SADT;ENDOSCOPA/COLONOSCOPIA;FONOAUDIOLOGIA;NEUROLOGIA CLINICA;VASCULAR;MASTOLOGIA, PROCTOLOGIA;BUCOMAXIL E UTI ADULTO REFERENTE AO EDITAL DE CHAMAMENTO N° 01/2025 - IMAS PARA ATENDIMENTO AOS SEGURADOS DO INSTITUTO.
Data de Assinatura.....: 12/12/2025
Prazo de Vigência.....: Início: 12/12/2025 -Término: 12/12/2026 – 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.
Licitação.....: Inexibilidade de Licitação 75/2025.
Recursos Orçamentários:
Despesa orçamentaria 17 , Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 69
Despesa orçamentaria 17 , Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 76

Gestor: TATIANE DE FATIMA STACECHEN – Presidete do Imas
Fiscal: Katia Adriane Fecht Schulz – Diretora da Saúde
Fiscal Substituto: Adriana Aparecida Tajes Pigatto - Diretora de finanças

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 16 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:5A52C05F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1484/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Referente: Chamada Pública/Credenciamento Edital 01/2025 - Processo Administrativo nº 76/2025.

TERMO DE CONTRATO Nº. 75/2025
Contratante...: INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE UNIÃO DA VITÓRIA – IMAS ,CNPJ nº 81.650.525/0001-74.
Contratada.:**CLINICA 26 DE OUTUBRO LTDA** , inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº04.678.982/0001-26, sediado(a) na Rua Marechal Floriano Peixoto ,330, Centro– União da Vitoria -PR..
Valor Global...: **R$50.000,00(Cinquenta mil reais)**
Objeto.:Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de saúde na especialidade de **FSIOTERAPIA E PSICOLOGIA** a todos os segurados do IMAS.
Data de Assinatura.....: 11/12/2025
Prazo de Vigência.....: Início: 11/12/2025 -Término: 11/12/2026 – 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.
Licitação.....: Inexibilidade de Licitação 74/2025.
Recursos Orçamentários:
Despesa orçamentaria 17 , Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 69

Despesa orçamentaria 17 , Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 76

Gestor: TATIANE DE FATIMA STACECHEN – Presidete do Imas
Fiscal: Katia Adriane Fecht Schulz – Diretora da Saúde
Fiscal Substituto: Adriana Aparecida Tajes Pigatto - Diretora de finanças

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 16 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:01045BB1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1485/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Referente: Chamada Pública/Credenciamento Edital 01/2025 - Processo Administrativo nº 75/2025.

TERMO DE CONTRATO Nº. 74/2025
Contratante...: INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE UNIÃO DA VITÓRIA – IMAS ,CNPJ nº 81.650.525/0001-74.
Contratada.: P**EDIATRAS ASSOCIADOS** , inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº04.678.982/0001-26, sediado(a) na Rua Marechal Floriano Peixoto ,330, Centro– União da Vitoria -PR..
Valor Global...: **R$100.000,00(Cem mil reais)**
Objeto.:Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de saúde na especialidade de **PEDIATRIA** a todos os segurados do IMAS.
Data de Assinatura.....: 11/12/2025
Prazo de Vigência.....: Início: 11/12/2025 -Término: 11/12/2026 – 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.
Licitação.....: Inexibilidade de Licitação 73/2025.
Recursos Orçamentários:
Despesa orçamentaria 17 , Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 69
Despesa orçamentaria 17 , Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 76

Gestor: TATIANE DE FATIMA STACECHEN – Presidete do Imas
Fiscal: Katia Adriane Fecht Schulz – Diretora da Saúde
Fiscal Substituto: Adriana Aparecida Tajes Pigatto - Diretora de finanças

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 16 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:D03E4D11

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1487/2025

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao seguinte Servidor Público Municipal:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE LICENÇA PRÊMIO
LEANDRO NICOLAU JAVORIVSKI	2017 A 2022	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE I	25/02/2026 A 26/03/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 16 de dezembro de 2025.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:8E31365F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1488/2025

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao seguinte Servidor Público Municipal:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE LICENÇA PRÊMIO
ARISTIDES EUCLIDES DA SILVA FILHO	2020 A 2025	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	04/02/2026 A 04/05/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 16 de dezembro de 2025.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:AA06E7E5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1489/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Referente: Chamada Pública/Credenciamento Edital 01/2025 - Processo Administrativo nº 74/2025.

TERMO DE CONTRATO Nº. 73/2025
Contratante...: INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE UNIÃO DA VITÓRIA – IMAS ,CNPJ nº 81.650.525/0001-74.
Contratada.:C**LINICA DE FISIOTERAPIA E RECUPERAÇÃO UNIÃO LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº07.052.571/0001-19, sediado(a) na Rua Marechal Floriano Peixoto.,327sala 07,Navegantes – União da Vitoria -PR..
Valor Global...: **R$50.000,00(Cinquenta mil reais)**

Objeto.:Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de saúde na especialidade de **FISIOTERAPIA** a todos os segurados do IMAS.
Data de Assinatura.....: 11/12/2025
Prazo de Vigência.....: Início: 11/12/2025 -Término: 11/12/2026 – 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.
Licitação.....: Inexibilidade de Licitação 72/2025.
Recursos Orçamentários:
Despesa orçamentaria 17 , Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 69
Despesa orçamentaria 17 , Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 76

Gestor: TATIANE DE FATIMA STACECHEN – Presidete do Imas
Fiscal: Katia Adriane Fecht Schulz – Diretora da Saúde
Fiscal Substituto: Adriana Aparecida Tajes Pigatto - Diretora de finanças

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 16 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:C7BAE3CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1490/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Referente: Chamada Pública/Credenciamento Edital 01/2025 - Processo Administrativo nº 73/2025.

TERMO DE CONTRATO Nº. 72/2025
Contratante...: INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE UNIÃO DA VITÓRIA – IMAS ,CNPJ nº 81.650.525/0001-74.
Contratada.:C**LINICA DR HERZOG-OTORRINOLARINGOLOGIA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº09.177.807/0001-79, sediado(a) na Rua Henrique Schwarz ,70, Centro,Rio Negrinho – SC.
Valor Global...: **R$20.000,00(Vinte mil reais)**
Objeto.:Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de saúde na especialidade de **OTORRINOLARINGOLOGISTA** a todos os segurados do IMAS.
Data de Assinatura.....: 11/12/2025
Prazo de Vigência.....: Início: 11/12/2025 -Término: 11/12/2026 – 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.
Licitação.....: Inexibilidade de Licitação 71/2025.
Recursos Orçamentários:
Despesa orçamentaria 17 , Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 69
Despesa orçamentaria 17 , Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 76

Gestor: TATIANE DE FATIMA STACECHEN – Presidete do Imas
Fiscal: Katia Adriane Fecht Schulz – Diretora da Saúde
Fiscal Substituto: Adriana Aparecida Tajes Pigatto - Diretora de finanças

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 16 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:BDF77DBC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1491/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
ACIR GLOVACKI	991504002	2024/2025	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE I	05/01/2026 A 14/01/2026
ACIR GLOVACKI	991504002	2025/2026	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE I	15/01/2026 A 03/02/2026
ADRIANA JOSIEK	991504340	2024/2025	MÉDICO PEDIATRA	05/01/2026 A 14/01/2026
ALAIDE CRISTINA RODRIGUES TOMCZYK	991504028	2024/2025	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE I	05/01/2026 A 24/01/2026
JANE CARLA BECKER	151	2023/2024	ENFERMEIRO COM DE SAÚDE	05/01/2026 A 03/02/2026
JULIETA UBINSKI DA ROSA	1512448	2020/2021	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	12/01/2026 A 21/01/2026
JULIETA UBINSKI DA ROSA	1512448	2021/2022	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	22/01/2026 A 31/01/2026
OZIAS ELEAZAR BORUCH JUNIOR	991504681	2024/2025	ENFERMEIRO 8 HORAS	05/01/2026 A 14/01/2026
PATRICIA FABIANA OVITZKO	1512722	2023/2024	TECNICO DE ENFERMAGEM	05/01/2026 A 14/01/2026
PATRICIA FABIANA OVITZKO	1512722	2024/2025	TECNICO DE ENFERMAGEM	15/01/2026 A 24/01/2026
VALTER DE CRISTO	1512510	2024/2025	MOTORISTA	15/12/2025 A 24/12/2025

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 17 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:BAE6B9DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1492/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
CRISTIANE KERBER	1130401	2024/2025	PROFESSORA EDUCAÇÃO FISICA	02/01/2026 A 31/01/2026
CRISTIANE KERBER	1498201	2024/2025	PROFESSORA EDUCAÇÃO FISICA	02/01/2026 A 31/01/2026
FRANCIELE KARINA SANTOS	991505431	2025/2026	AUXILIAR ESCOLAR-PSS	02/01/2026 A 31/01/2026
JOSE OSMARI	1468001	2023/2024	CARPINTEIRO/PEDREIRO	31/12/2025

RIBEIRO				A 09/01/2026
MARIA MADALENA MOREIRA	1512649	2025/2026	SERVENTE	02/01/2026 A 31/01/2026
MARISTELA SCHELIGA COMERLATO	377	2025/2026	ZELADORA	02/01/2026 A 31/01/2026
MICHELI APARECIDA OANIESKI VIGANO	991505929	2025/2026	COORDENADORA PROCON	31/12/2025 A 09/01/2026
MIRELA FERNANDA BOLICENHA	1496001	2025/2026	ZELADORA	02/01/2026 A 31/01/2026
SANDY BUENO	991505803	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
SIRCIO ANTONIO CHRISTO	1512619	2021/2022	SERVENTE	12/01/2026 A 21/01/2026
SIRCIO ANTONIO CHRISTO	1512619	2021/2022	SERVENTE	22/01/2026 A 10/02/2026
TONY MICHEL CORREA	1512552	2025/2026	OPERADOR MAQUINAS	31/12/2025 A 09/01/2026
VERONICA APARECIDA PADILHA DOS SANTOS	1512675	2025/2026	ZELADORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ZENI DE FATIMA GOMES	1281501	2022/2023	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	12/01/2026 A 21/01/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 17 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:202BD82D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1494/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
ARISTIDES EUCLIDES DA SILVA FILHO	184	2024/2025	AGENTE COMUNTIÁRIO DE SAÚDE	05/01/2026 A 03/02/2026
ENEAS ELTON SOARES	991506133	2025/2026	COORDENADOR DE ATIVIDADES CULTURAIS	31/12/2025 A 09/01/2026
FRANCISCO PEREIRA	1362501	2021/2022	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	31/12/2025 A 09/01/2026
GLEDEMIR FERNANDES LEAL	991504034	2022/2023	MÉDICO CLÍNICO GERAL	07/01/2026 A 16/01/2026
GRAZIELLY FONSECA BUENO LANIESKI	991504195	2025/2026	ENFERMEIRO 8 HORAS	19/01/2026 A 28/01/2026
ISRAEL CHECOZI FERREIRA	991505862	2025	SECRETARIO MUNICIPAL DE CULTURA	31/12/2025 A 09/01/2026
JUSSARA LARZEN JUSZCZAK	1512583	2021/2022	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	05/01/2026 A 14/01/2026
JUSSARA LARZEN JUSZCZAK	1512583	2022/2023	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	15/01/2026 A 03/02/2026
MARCOS RENATO MACHADO DE SOUZA	991505838	2025	COORDENADOR DE PATRIMÔNIO CULTURAL	31/12/2025 A 09/01/2026
MIRIAN APARECIDA MONDINI SOLOVI	991504063	2024/2025	ENFERMEIRO 8 HORAS	05/01/2026 A 24/01/2026
SARAH CRISTINA KUNZE NOVINSKI	991506210	2025/2026	SUPERVISOR DE ACESSORIA ADMINISTRATIVA	21/01/2026 A 30/01/2026
SILVIO ROBERTO BUENO	991505853	2025	DIRETOR GERAL DE CULTURA	31/12/2025 A 09/01/2026
VIVIANE DE ALMEIDA	92	2023/2024	PSICÓLOGO	07/01/2026 A 16/01/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 17 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:54971F8A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1495/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
ADRIANO CARLOS LASKOWSKI	320	2024/2025	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	05/01/2026 A 03/02/2026
CÁSSIA SILENE DOZORSKI	1445101	2023/2024	AGENTE ADMINISTRATIVO	19/01/2026 A 07/0/2026
JOSIANE TERESINHA CORDEIRO	991504472	2024/2025	SECRETÁRIO EXECUTIVO	12/01/2026 A 10/02/2026
ROBERTA SOEK POLANSKI	201	2024/2025	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	05/01/2026 A 24/01/2026
ROSMARI WEIWANKO	991504079	2023/2024	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE I	05/01/2026 A 03/02/2026
RUBIA PATRICIA KURYLUK DE CAMARGO	1512690	2024/2025	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	19/01/2026 A 07/02/2026
TEREZINHA PIRES	413	2023/2024	ZELADOR	05/01/2026 A 03/02/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 17 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:3A5D8766

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1498/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Ref.: Pregão Eletrônico n° 26/2025 – Processo Administrativo n° 46/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA - PR, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, sita à Rua Dr. Cruz Machado, 205, 3.º e 4.º pavimentos, Centro, Município de União da Vitória, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 75.967.760/0001-71, neste ato representado pelo Prefeito, ARY CARNEIRO JUNIOR.
TERMO DE CONTRATO n° 72/2025
ACARVE COMERCIO E LICITAÇÕES LTDA, *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 35.764.167/0001-03;* vencedora dos iten(s) n.º 01 perfazendo o Valor Global de R$ 12.575,42 (Doze mil e quinhentos e setenta e cinco reais e quarenta e dois centavos).
TERMO DE CONTRATO n° 73/2025

ALF COM. DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA EPP, *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 12.581.380/0001-84;* vencedora dos iten(s) n.º 06 perfazendo o Valor Global de R$ 3.018,00 (Três mil e dezoito reais).

TERMO DE CONTRATO n° 74/2025

EQUIMED EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA, *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 38.408.899/0001-59;* vencedora dos iten(s) n.º 09, 11 e 13 perfazendo o Valor Global de R$ 27.250,40 (Vinte e sete mil e duzentos e cinquenta reais e quarenta centavos).

TERMO DE CONTRATO n° 75/2025

J.F COMERCIO DE MATERIAL E MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA, *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 22.525.517/0001-37;* vencedora dos iten(s) n.º 05 e 10 perfazendo o Valor Global de R$ 4.781,94 (Quatro mil e setecentos e oitenta e um reais e noventa e quatro centavos).

TERMO DE CONTRATO n° 76/2025

JT COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA, *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 54.647.123/0001-48;* vencedora dos iten(s) n.º 07 perfazendo o Valor Global de R$ 1.019,96 (Mil e dezenove reais e noventa e seis centavos).

TERMO DE CONTRATO n° 77/2025

LEV INDUSTRIAL LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 52.795.852/0001-16*;* Vencedora dos iten(s) n.º 06 perfazendo o Valor Global de R$ 114.990,00 (Cento e quatorze mil e novecentos e noventa reais)

TERMO DE CONTRATO n° 78/2025

M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 31.499.939/0001-76*;* vencedora dos iten(s) n.º 02 perfazendo o Valor Global de R$ 1.400,00 (Mil e quatrocentos reais).

TERMO DE CONTRATO n° 79/2025

ODONTOMASTER EQUIPAMENTOS LTDA, *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 54.860.907/0001-50;* vencedora dos iten(s) n.º 14 perfazendo o Valor Global de R$ 3.600,00 (Três mil e seiscentos reais).

TERMO DE CONTRATO n° 80/2025

STOKMETAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 32.597.474/0001-59; vencedora dos iten(s) n.º 03 e 04 perfazendo o Valor Global de R$ 1.811,80 (Hum mil e oitocentos e onze reais e oitenta centavos)

OBJETO: OBJETO: Aquisição de Equipamentos e Mobiliário Médico Hospitalar a ser usado nas unidades de saúde do Município de União da Vitória, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 17/12/2025.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 17/12/2025;

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, 17/12/2025 à 17/12/2026.

VALOR TOTAL: R$ 170.447,52 (Cento e setenta mil quatrocentos e quarenta e sete reais e cinquenta e dois centavos).

GESTOR: Sonia Regina Guzzoni Drozda – Secretária Municipal de Saúde.

FISCAL: Ângela Tavares Martins Ponczko – Assistente Administrativo

FISCAL SUPLENTE: Regeane Schlenert Pofal – Assistente Administrativo

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.
União da Vitória, 17 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:4006CBD9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO N.º 2/2025 AO CONTRATO N.º 155/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 51/2023 – PROCESSO Nº 193/2023

OBJETO DO ADITAMENTO: Do Quantitativo e do Prazo de Vigência.

OBJETO DO CONTRATO: *Locação de imóvel localizado na Rua Moisés Malheiros de Araújo, Nº 180, bairro São Basílio Magno, em União da Vitória - PR, na forma de "Aluguel Social".*

CONTRATADO: REGINA DIDEK HENNING – CPF Nº 810.009.529-91.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Conforme solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social, o prazo de vigência do Termo de Contrato n.° 155/2023 fica prorrogado por mais 04 (quatro) meses, a iniciar 21/12/2025 e a terminar em 20/04/2026.

DO VALOR: Fica aditado ao Contrato n.º 155/2023, para a prorrogação de 04 (quatro) meses, o valor total de R$ 2.800,00 (Dois mil e oitocentos reais), sendo R$ 700,00 (Setecentos reais) mensais.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 62º, § 3º, Inciso "I" da Lei Federal n.° 8.666/93 com suas alterações.

FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 15 de dezembro de 2025.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Caroline Bindemann
Código Identificador:441FB9D3

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NA_20251216_172662.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UVTRAN até 02/02/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AVJ5E71	279370T000014567	15/12/2025	51851
MFZ5J15	116100T003198784	08/12/2025	55500
RYV8J20	116100T001484408	06/12/2025	55411
RYZ5C95	279370T000014568	15/12/2025	76332
SEM8G09	279370T000014566	15/12/2025	76332

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:7028FDC4

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NADV_20251216_172714.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UVTRAN até 02/02/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
AUM3569	116100T002781215	02/10/2025	56300	05993518681

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:5BF87AF7

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NP_20251216_172713.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UVTRAN até 02/02/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
ALD0D86	116100T003060731	02/10/2025	76252	R$ 293,47

CBP4E08	116100T003220001	02/10/2025	54521	R$ 195,23
DXU5C32	116100T003220002	02/10/2025	54521	R$ 195,23
ITE3C20	116100T003220005	02/10/2025	54521	R$ 195,23
MEY9763	116100T003060734	02/10/2025	55680	R$ 195,23
MFL9770	116100T003060733	02/10/2025	55680	R$ 195,23
PXZ0460	116100T003220006	02/10/2025	54521	R$ 195,23
QGN8H28	116100T003220004	02/10/2025	54521	R$ 195,23
QTL2I57	116100T003220007	02/10/2025	54521	R$ 195,23
RKW4H02	116100T003060730	02/10/2025	76251	R$ 293,47
RYR5H59	116100T003220003	02/10/2025	54521	R$ 195,23
TBO4A74	279370NIC0008441	20/09/2025	50020	R$ 390,46

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:6D15EFA1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
1º TERMO ATA 197/2024

PRIMEIRO TERMO ADITIVO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 197/2024

Que fazem entre si, o **PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO**, pessoa jurídica de direito Público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 76.995.463/0001-00, com sede e foro à Rua Barão de Capanema, 134, em Vitorino, Estado do Paraná, neste ato representado pele Prefeito Municipal, Sr. MARCIANO VOTTRI, brasileiro, agrônomo, portador do CPF nº. 05xxxxxxx98 RG. Nº. 9xxxxx0/PR, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro, a empresa: J. C. SAGGIN. , com sede no Município de Vitorino-PR, inscrita no CNPJ sob nº 076xxxxxxxx40, representada por JOSE CARLOS SAGGIN, inscrito no CPF/MF sob nº. 4xxxxxxx15, doravante denominado **CONTRATADA**, firmam o presente mediante as seguintes cláusulas e condições, em conformidade com os protocolos 2274/2024 e parecer jurídico.

Cláusula Primeira: Do Valor: Fica acrescido o valor Global de R$ 194.940,00 a ata original.

Cláusula Segunda: Da Vigência: passa sua vigência para 19/12//2026.

Cláusula Terceira: Permanecem em pleno vigor todas as demais disposições contratuais que não conflitem com o presente aditamento.

E assim, por estarem justos e contratados, obrigando-se a bem e fielmente cumprirem integralmente o contrato de parceria de serviços, por si e por seus sucessores, firmam o presente aditamento em duas vias de igual teor e forma.

Vitorino, em 17/12/2025

MARCIANO VOTTRI
Prefeito Municipal/Contratante

JOSE CARLOS SAGGIN
Contratada
J. C. Saggin.

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:607638B0

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
AVISO PE 63/2025

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICIPIO DE VITORINO, ESTADO DO PARANÁ, torna público a realização às 08:00 horas do dia 31/12/2025, realização pela BLL, LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRONICO REGISTRO DE PREÇOS, tipo de Licitação MENOR PREÇO POR ITEM sob o n.º 63/2025, objetivando REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMATICA PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

O edital poderá ser obtido junto à **PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO**, a partir do dia 17/12/2025 e informações pelo telefone (46) 3227-1222, também pelos e_mail: licita@vitorino.pr.gov.br e compras@vitorino.pr.gov.br , site do município, WWW.vitorino.pr.gov.br . 17/12/2025

Pregoeiro Oficial do Município

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:835A5100

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
DECRETO 6064, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

Decreto 6064, de 17 de dezembro de 2025.

Súmula: Nomeia membros do Conselho Municipal de Educação CME) de Vitorino/PR.

O Prefeito Municipal de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Legislação Municipal que lhe são conferidas:

DECRETA

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Educação, de acordo com o disposto na Lei 1425/2015, conforme abaixo discriminado:

1. Representando a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer:
Titular 1: Nair Fragata de Lima. (CPF Nº 037.002.xxx.xx);
Suplente: Luane Carla Vieira. (CPF Nº 085.287. xxx. xx);
Titular 2: Danieli Giacomet. (CPF 077.681.xxx.xx);
Suplente: Aline Carla Badia. (CPF Nº 102.849.xxx.xx).

2. Representando os Diretores da Rede Municipal de Ensino: Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais:
Titular: Anne Luize Fleituch. (CPF Nº 072.774.xxx.xx);
Suplente: Josemara da Silva. (CPF Nº 972.232.xxx.xx).

3. Representando os Conselhos Escolares da Rede Municipal de Ensino:
Titular: Marilei Cláudia Dilkin. (CPF Nº 036.406.xxx.xx);
Suplente: Adrieli de Lima Amaro. (CPF Nº 093.394.xxx.xx).

4. Representando os Conselhos Escolares das Escolas Públicas Rede Estadual de Ensino:
Titular: Claudiane Sanagiotto de Andrade. (CPF Nº 027.555.xxx.xx);
Suplente: Ercílio Otávio Rosanelli. (CPF Nº 161.879.xxx.xx).

5. Representando a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais Escola 07 de Abril (APAE):
Titular: Cleide Terezinha Bortolatto. (CPF Nº 680.756.xxx.xx);
Suplente: Eronice Salete da Silva Bim. (CPF Nº 553.974.xxx.xx).

6. Representando os Docentes da Educação Infantil (Creche) Rede Municipal de Ensino:
Titular: Aline Soares Fabiane Granoski Votri. (CPF Nº 065.244.xxx.xx);
Suplente: Marcia Aparecida Godoi. (CPF Nº 020.788.xxx.xx).

7. Representando os Docentes da Educação Infantil (Pré-Escolar) da Rede Municipal de Ensino:
Titular: Ângela Cristina Heinz Correa. (CPF Nº 037.649.xxx.xx);
Suplente: Mayara Barbieri. (CPF Nº 064.480.xxx.xx).

8. Representando os Docentes do Ensino Fundamental (1º ao 5º Anos Iniciais) da Rede Municipal de Ensino:
Titular: Carine Lise. (CPF Nº 100.048.xxx.xx).
Suplente: Leticia Rosniak Missio. (CPF Nº 075.225.xxx.xx).

9. Representando os Docentes do Ensino Fundamental (6º ao 9º Anos Finais) da Rede Estadual de Ensino:
Titular: Cledinéia Facim, (CPF Nº 881.479.xxx.xx);
Suplente: Luciele Alves Cuzzi, (CPF Nº 029.240.xxx.xx);

10. Representando os Docentes do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino:
Titular: Jociane Maurina Salomão. (CPF Nº 082.717.xxx.xx);
Suplente: Silvana Rosa Netto Votri, (CPF 690.731.xxx.xx).

11. Representando o FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais do Município.
Titular: Adriani Franciscon. (CPF nº 037.136.xxx.xx);
Suplente: Patricia Mysczak. (CPF 064.040.xxx.xx).
12. Representando o Conselho Tutelar do Município:
Titular: Apaulina Bomfim Dos Santos Pereira. (CPFº 071.358.xxx.xx);
Suplente: Sheila Mielly Tscha. (CPF Nº 793.449.xxx.xx).

Art. 2º. O mandato terá validade de 2 (dois) anos a partir da data da sua publicação.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Izadora Carniel
Código Identificador:4759FFE6

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
NOTA DE ANULAÇÃO PE 51/2025

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE ADMINISTRATIVO Nr.:135/2025 – Pregão Eletrônico Nr.: 51/2025 – PE, Data do Processo: 17/12/2025, OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMATICA PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, processo anulado para reformulação.

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:1462633F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6065/2025 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA 2026

DECRETO Nº 6.065/2025

Súmula: Estabelece metas de programação financeira de desembolso para o exercício de 2026.

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no artigo 13 da Lei Complementar nº 101/2000,

DECRETA

Art. 1º - Ficam Estabelecidas as Metas Bimestrais da Programação Financeira de Desembolso, exercício financeiro de 2026, e as medidas de combate a evasão a sonegação, a quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, de que trata o artigo 13º da Lei Complementar nº 101/2000, conforme Anexo I, e Anexo IV que integra o presente Decreto.

Art. 2º - As despesas deverão se comportar de acordo com a arrecadação de modo que haja equilíbrio no final do exercício.

Art. 3-º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2026.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 17 de dezembro de 2025.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Cleonete Spigiorin
Código Identificador:DE604138

ESTADO DO PARANÁ
CIEDEPAR - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCACAO E ENSINO DO PARANA

GABINETE DO PRESIDENTE
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ – CIEDEPAR. EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO 006/2025 INEXIGIBILIDADE 03/2025

Ata de Registro de Preço: 006/2025.
Licitação: Inexigibilidade 03/2025.

Objeto: Contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de obras didáticas, literárias e paradidáticas selecionadas e aprovadas no Chamamento Público nº 001/2024, destinadas ao atendimento das redes municipais consorciadas ao CIEDEPAR, contemplando parte das 11 áreas temáticas avaliadas pela Comissão Técnica: Ensino Religioso; Educação de Jovens e Adultos – EJA; Educação Indígena; Educação no Trânsito; Educação Física; Formação Socioemocional e Liderança; Alfabetização; Educação Financeira; Língua Inglesa; e Projeto de Leitura. A contratação será para solução didática de Língua Inglesa (Coleção Dream Kids 4.0) para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, incluindo material didático (impresso e digital), e uma cesta de serviços educacionais (formação e acompanhamento pedagógico), selecionada e aprovada no Chamamento Público nº 001/2024, destinada ao atendimento das redes municipais consorciadas ao CIEDEPAR, contemplando especificamente a área de Língua Inglesa, conforme avaliação técnica e homologada no Chamamento Público nº 001/2024. A contratação será firmada diretamente com a PEARSON EDUCATION DO BRASIL LTDA., na modalidade INEXIGIBILIDADE, através do Sistema de Registro de Preços, para disponibilização aos municípios consorciados do CIEDEPAR (lista completa disponível no site do Consórcio, www.ciedepar.com.br), passíveis de prorrogação nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021.

Contratada: PEARSON EDUCATION DO BRASIL LTDA

CNPJ: 01.404.158/0020-52

Vigência: 12 (doze) meses.

Data de Assinatura: 17 de dezembro 2025.

The Big Idea				
Item	**Descritivo**	**Qde**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
1	**Descrição do Produto:** Dream Kids 4.0 – Level 1 **Editora:** Pearson **Autor:** Carlos Gontow; Hilani Mercadante; Viviane Kirmeliene. **ISBN:** 978-85-430-3561-1 **Obs1:** Conforme material selecionado na Chamada Pública 01/2024. **Obs2:** Na aquisição de 20 (vinte) livros destinados aos alunos, o fornecedor deverá fornecer, sem custo adicional, 1 (um) exemplar correspondente do livro do professor (ISBN: 978-85-430-3555-0).	10.000	R$ 117,65	R$ 1.176.500,00
2	**Descrição do Produto:** Dream Kids 4.0 – Level 2 **Editora:** Pearson **Autor:** Carlos Gontow; Hilani Mercadante; Viviane Kirmeliene. **ISBN:** 978-85-430-3548-2 **Obs1:** Conforme material selecionado na Chamada Pública 01/2024. **Obs2:** Na aquisição de 20 (vinte) livros destinados aos alunos, o fornecedor deverá fornecer, sem custo adicional, 1 (um) exemplar correspondente do livro do professor (ISBN: 978-85-430-3542-0).	10.000	R$ 117,65	R$ 1.176.500,00
3	**Descrição do Produto:** Dream Kids 4.0 – Level 3 **Editora:** Pearson **Autor:** Carlos Gontow; Hilani Mercadante; Viviane Kirmeliene. **ISBN:** 978-85-430-3538-3 **Obs1:** Conforme material selecionado na Chamada Pública 01/2024. **Obs2:** Na aquisição de 20 (vinte) livros destinados aos alunos, o fornecedor deverá fornecer, sem custo adicional, 1 (um) exemplar correspondente do livro do professor (ISBN: 978-85-430-3530-7).	10.000	R$ 117,65	R$ 1.176.500,00
4	**Descrição do Produto:** Dream Kids 4.0 – Level 4 **Editora:** Pearson **Autor:** Carlos Gontow; Hilani Mercadante; Viviane Kirmeliene. **ISBN:** 978-85-430-3524-6 **Obs1:** Conforme material selecionado na Chamada Pública 01/2024. **Obs2:** Na aquisição de 20 (vinte) livros destinados aos alunos, o fornecedor deverá fornecer, sem custo adicional, 1 (um) exemplar correspondente do livro do professor (ISBN: 978-85-430-3518-5).	10.000	R$ 117,65	R$ 1.176.500,00
5	**Descrição do Produto:** Dream Kids 4.0 – Level 5 **Editora:** Pearson **Autor:** Carlos Gontow; Hilani Mercadante; Viviane Kirmeliene. **ISBN:** 978-85-430-3512-3 **Obs1:** Conforme material selecionado na Chamada Pública 01/2024. **Obs2:** Na aquisição de 20 (vinte) livros destinados aos alunos, o fornecedor deverá fornecer, sem custo adicional, 1 (um) exemplar correspondente do livro do professor (ISBN: 978-85-430-3505-5).	10.000	R$ 117,65	R$ 1.176.500,00
Valor Total: R$ 5.882.5005.882.500,00 (Cinco milhões, oitocentos e oitenta e dois mil e quinhentos reais)				

Valor Total do Fornecedor: : R$ 5.882.5005.882.500,00 (Cinco milhões, oitocentos e oitenta e dois mil e quinhentos reais).

Publicado por:
Cristiane Dalmut Machado
Código Identificador:26CD8097

GABINETE DO PRESIDENTE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - INEXEGIBILIDADE 03/2025

O Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº :	12 / 2025
b) Licitação Nrº :	3 / 2025
c) Modalidade :	Inexigibilidade
d) Data Homologação :	16 de dezembro de 2025
e) Objeto Homologado :	Contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de obras didáticas, literárias e paradidáticas selecionadas e aprovadas no Chamamento Público nº 001/2024, destinadas ao atendimento das redes municipais consorciadas ao CIEDEPAR, contemplando parte das 11 áreas temáticas avaliadas pela Comissão Técnica: Ensino Religioso; Educação de Jovens e Adultos – EJA; Educação Indígena; Educação no Trânsito; Educação Física; Formação Socioemocional e Liderança; Alfabetização; Educação Financeira; Língua Inglesa; e Projeto de Leitura. A contratação será para solução didática de Língua Inglesa (Coleção Dream Kids 4.0) para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, incluindo material didático (impresso e digital), e uma cesta de serviços educacionais (formação e acompanhamento pedagógico), selecionada e aprovada no Chamamento Público nº 001/2024, destinada ao atendimento das redes municipais consorciadas ao CIEDEPAR, contemplando especificamente a área de Língua Inglesa, conforme avaliação técnica e homologada no Chamamento Público nº 001/2024. A contratação será firmada diretamente com a PEARSON EDUCATION DO BRASIL LTDA., na modalidade INEXIGIBILIDADE, através do Sistema de Registro de Preços, para disponibilização aos municípios consorciados do CIEDEPAR (lista completa disponível no site do Consórcio, www.ciedepar.com.br), passíveis de prorrogação nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021.

FORNECEDOR: PEARSON EDUCATION DO BRASIL LTDA

CNPJ: 01.404.158/0020-52

Valor Total do Fornecedor: R$ 5.880.500,00 (cinco milhões, oitocentos e oitenta mil e quinhentos reais).

The Big Idea				
Item	**Descritivo**	**Qde**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
1	**Descrição do Produto:** Dream Kids 4.0 – Level 1 **Editora:** Pearson **Autor:** Carlos Gontow; Hilani Mercadante; Viviane Kirmeliene. **ISBN:** 978-85-430-3561-1 **Obs1:** Conforme material selecionado na Chamada Pública 01/2024. **Obs2:** Na aquisição de 20 (vinte) livros destinados aos alunos, o fornecedor deverá fornecer, sem custo adicional, 1 (um) exemplar correspondente do livro do professor (ISBN: 978-85-430-3555-0).	10.000	R$ 117,65	R$ 1.176.500,00
2	**Descrição do Produto:** Dream Kids 4.0 – Level 2 **Editora:** Pearson **Autor:** Carlos Gontow; Hilani Mercadante; Viviane Kirmeliene. **ISBN:** 978-85-430-3548-2 **Obs1:** Conforme material selecionado na Chamada Pública 01/2024. **Obs2:** Na aquisição de 20 (vinte) livros destinados aos alunos, o fornecedor deverá fornecer, sem custo adicional, 1 (um) exemplar correspondente do livro do professor (ISBN: 978-85-430-3542-0).	10.000	R$ 117,65	R$ 1.176.500,00
3	**Descrição do Produto:** Dream Kids 4.0 – Level 3 **Editora:** Pearson **Autor:** Carlos Gontow; Hilani Mercadante; Viviane Kirmeliene. **ISBN:** 978-85-430-3538-3 **Obs1:** Conforme material selecionado na Chamada Pública 01/2024. **Obs2:** Na aquisição de 20 (vinte) livros destinados aos alunos, o fornecedor deverá fornecer, sem custo adicional, 1 (um) exemplar correspondente do livro do professor (ISBN: 978-85-430-3530-7).	10.000	R$ 117,65	R$ 1.176.500,00
4	**Descrição do Produto:** Dream Kids 4.0 – Level 4	10.000	R$ 117,65	R$ 1.176.500,00

	Editora: Pearson **Autor:** Carlos Gontow; Hilani Mercadante; Viviane Kirmeliene. **ISBN:** 978-85-430-3524-6 **Obs1:** Conforme material selecionado na Chamada Pública 01/2024. **Obs2:** Na aquisição de 20 (vinte) livros destinados aos alunos, o fornecedor deverá fornecer, sem custo adicional, 1 (um) exemplar correspondente do livro do professor (ISBN: 978-85-430-3518-5).			
5	**Descrição do Produto:** Dream Kids 4.0 – Level 5 **Editora:** Pearson **Autor:** Carlos Gontow; Hilani Mercadante; Viviane Kirmeliene. **ISBN:** 978-85-430-3512-3 **Obs1:** Conforme material selecionado na Chamada Pública 01/2024. **Obs2:** Na aquisição de 20 (vinte) livros destinados aos alunos, o fornecedor deverá fornecer, sem custo adicional, 1 (um) exemplar correspondente do livro do professor (ISBN: 978-85-430-3505-5).	10.000	R$ 117,65	R$ 1.176.500,00
Valor Total: R$ 5.880.500,00 (cinco milhões, oitocentos e oitenta mil e quinhentos reais)				

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R$ 5.880.500,00 (cinco milhões, oitocentos e oitenta mil e quinhentos reais)

CURITIBA, 16 de dezembro de 2025

AIRTON ANTÔNIO AGNOLIN

Presidente Do CIEDEPAR

Publicado por:
Cristiane Dalmut Machado
Código Identificador:196E9A8B

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1407-2025 - RETIFICAÇÃO FÉRIAS SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA RURAL E FROTAS

RETIFICAÇÃO PORTARIA Nº 1.407/2025

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO a solicitação verbal de retificação da Portaria;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria de Secretaria de Infraestrutura Rural e Frotas, conforme segue:

Matrícula Funcional	Nome do Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Data de Fruição das Férias
1058-8	Ademir Jose Ribeiro	Operador de Máquinas	01/01/2024 a 31/12/2024	01/12/2025 a 20/12/2025
612-3	Almir Luiz Giacomin	Operador de Máquinas	07/08/2024 a 06/08/2025	22/12/2025 a 20/01/2026
3288-0	Anderson de Souza da Costa	Operador de Máquinas	05/04/2024 a 04/04/2025	01/12/2025 a 30/12/2025
3278-0	Bruno Lazzari	Auxiliar Administrativo	17/04/2024 a 16/04/2025	29/12/2025 a 12/01/2026
3285-5	Claudemir de Quadros	Motorista	05/04/2024 a 04/04/2025	01/12/2025 a 30/12/2025
3543-7	Daniel Schizzi	Agente Administrativo	01/04/2024 a 31/03/2025	13/01/2026 a 01/02/2026
1633-8	Diego Galiazzi dos Santos	Operador de Máquinas	14/05/2024 a 13/05/2025	01/12/2025 a 30/12/2025
1053-8	Enedir Alves Moreira	Operador de Máquinas	02/02/2024 a 01/02/2025	01/12/2025 a 20/12/2025
186-8	Euneci da Silva	Lubrificador	16/03/2024 a 15/03/2025	01/12/2025 a 10/12/2025
928-4	Francisco de Assis Cristofel Dalmaso	Operário	20/07/2024 a 19/07/2025	01/12/2025 a 30/12/2025
3294-6	Gilmar Scotti	Operário	17/04/2024 a 16/04/2025	05/01/2026 a 03/02/2026
3306-0	Jackson Diego Ferreira	Mecânico Máquinas Pesadas	15/05/2024 a 14/05/2025	01/12/2025 a 30/12/2025
1052-0	João Carlos de Paula	Operador de Máquinas	01/01/2024 a 31/12/2024	01/12/2025 a 30/12/2025
712-1	Joaquin Pereira da Silva	Operador de Máquinas	01/11/2024 a 31/10/2025	01/12/2025 a 30/12/2025
638-0	Luciano Paulo Dalpupo	Operário	11/09/2024 a 10/09/2025	05/01/2026 a 03/02/2026
2854-0	Marcos de Souza	Motorista	19/10/2024 a 18/10/2025	01/12/2025 a 30/12/2025
1294-8	Margarida Duarte	Auxiliar de Serviços Gerais	01/10/2024 a 30/09/2025	01/12/2025 a 30/12/2025
2427-4	Miguel Cristiano Barbosa	Motorista	17/07/2024 a 16/07/2025	01/12/2025 a 30/12/2025
1060-3	Nei Fernandes	Lubrificador	10/03/2024 a 09/03/2025	11/12/2025 a 09/01/2026
207-2	Nelson Machado dos Santos	Auxiliar de Pedreiro	14/11/2023 a 13/11/2024	12/12/2025 a 10/01/2026
2188-2	Rodrigo Centofante	Motorista	01/08/2024 a 31/07/2025	01/12/2025 a 30/12/2025
1803-7	Valtecir Paulo Donida	Motorista	04/11/2023 a 03/11/2024	01/12/2025 a 30/12/2025
2218-7	Werner Seibel	Operador de Máquinas	13/08/2024 a 12/08/2025	01/12/2025 a 30/12/2025
1012-4	Adelso Marcos Rezende	Auxiliar de Serviços Gerais	02/05/2024 a 01/05/2025	05/01/2026 a 24/01/2026
713-0	Amauri Fermiano de Lima	Motorista	01/11/2024 a 31/10/2025	05/01/2026 a 03/02/2026
3289-7	Cleverson Luiz Mussatto	Operador de Máquinas	04/04/2024 a 03/04/2025	05/01/2026 a 03/02/2026
1262-5	Dariano Gambim	Motorista	05/04/2024 a 04/04/2025	05/01/2026 a 03/02/2026
138-0	Dolcimar Luiz Moresco	Operador de Máquinas	01/03/2024 a 28/02/2025	05/01/2026 a 24/01/2026
1048-0	Edson Ramao	Operador de Máquinas	30/03/2024 a 29/03/2025	05/01/2026 a 24/01/2026
1059-6	Elio Silverio Cardoso	Operário	06/11/2024 a 05/11/2025	05/01/2026 a 03/02/2026
1607-3	Giovane Gambetta	Motorista	19/03/2024 a 18/03/2025	~~05/01/2026 a 03/02/2026~~ 05/01/2026 a 19/01/2026
996-1	Joao Valdecir Marcondes	Operário	03/04/2023 a 02/04/2024	05/01/2026 a 24/01/2026
1228-7	Jose Luis Welter	Operador de Máquinas	13/04/2024 a 12/04/2025	05/01/2026 a 03/02/2026
709-8	Lindomar Fracaro	Motorista	13/09/2024 a 12/09/2025	05/01/2026 a 03/02/2026
1049-7	Raulivar de Souza	Operador de Máquinas	01/01/2024 a 31/12/2024	05/01/2026 a 03/02/2026
734-5	Renacir de Souza Rocha	Operário	05/05/2024 a 04/05/2025	05/01/2026 a 03/02/2026

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

RUBENEI MELOTO

Secretário de Administração e Finanças

VALMOR LUIZ CEVERO

Secretária de Infraestrutura Rural e Frotas

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:06538BA1

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL 123/2025 - ABERTURA PSS ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO TEMPORÁRIO

EDITAL Nº 123/2025

ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

O Prefeito de Chopinzinho, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 089/2017, resolve:

TORNAR PÚBLICO

O presente Edital estabelece instruções para seleção e contratação temporária de Atendente de Consultório Dentário, conforme disposto no Quadro 1, para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde. Na época oportuna, respeitada a conveniência da Administração e a ordem de classificação, será lavrado contrato administrativo de trabalho temporário pelo prazo de até 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

1. DOS REQUISITOS, REMUNERAÇÃO E CARGA HORÁRIA:

QUADRO 1 – ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO TEMPORÁRIO

Função	Atendente de Consultório Dentário
Carga Horária	40 horas Semanais
Remuneração	Salário Base: R$ 1.426,63 Complementação Salarial: R$ 91,37 Auxílio Alimentação: R$ 524,15 Adicional pelo Exercício de Atividade Insalubre, de acordo com a legislação vigente.
Escolaridade Mínima	Ensino Médio Completo e Curso Específico[1] para o exercício do cargo.
Vagas	03 (três), mais cadastro de reserva

[1] O curso em questão deverá ter sido concluído até a data de publicação do Decreto de Homologação do Resultado Final, com carga horária mínima de 40 horas.

2. CRONOGRAMA:

2.1 Este Processo Seletivo Simplificado será composto das seguintes fases:

Impugnação do Edital de Abertura	Até 02 (dois) dias úteis após a publicação
Inscrições	Das 09h00 do dia 23 de Dezembro de 2025 às 17h00 do dia 15 de Janeiro de 2026
Upload Laudo Médico PCD	Das 09h00 do dia 23 de Dezembro de 2025 às 17h00 do dia 15 de Janeiro de 2026
Upload Auto Declaração Pessoa Negra	Das 09h00 do dia 23 de Dezembro de 2025 às 17h00 do dia 15 de Janeiro de 2026
Comprovante de Inscrição	Imediato
Publicação dos Inscritos (Ampla Concorrência, PCD e Pessoa Negra)	No endereço www.chopinzinho.pr.gov.br, na data provável de 19 de Janeiro de 2026
Recursos quanto às Inscrições	Até 02 (dois) dias úteis após a publicação
Homologação das Inscrições	No endereço www.chopinzinho.pr.gov.br, na data provável de 23 de Janeiro de 2026
Convocação para Prova Objetiva	No endereço www.chopinzinho.pr.gov.br, na data provável de 23 de Janeiro de 2026
Realização da Prova Objetiva	**Na data provável de 31 de Janeiro de 2026**
Publicação da Prova Objetiva e Gabarito	No endereço www.chopinzinho.pr.gov.br, na data provável de 02 de Fevereiro de 2026
Recursos Quanto à Prova Objetiva	Até 02 (dois) dias úteis após a publicação

e Gabarito	
Classificação Provisória	No endereço www.chopinzinho.pr.gov.br, na data provável de 06 de Fevereiro de 2026
Recurso quanto à Classificação Provisória	Até 02 (dois) dias úteis após a publicação
Convocação para Proced. de Heteroidentificação	No endereço www.chopinzinho.pr.gov.br, na data provável de 06 de Fevereiro de 2026
Realização do Proced. **de Heteroidentificação**	**Na data provável de 11 de Fevereiro de 2026**
Classificação Final	No endereço www.chopinzinho.pr.gov.br, na data provável de 12 de Fevereiro de 2026
Recursos quanto à Classificação Final e Proced. De Heteroidentificação	Até 02 (dois) dias úteis após a publicação
Homologação do Resultado Final	No endereço www.chopinzinho.pr.gov.br, na data provável de 20 de Fevereiro de 2026

3. MEIO DE DIVULGAÇÃO OFICIAL:

3.1 A divulgação oficial do inteiro teor deste edital e dos demais editais relativos às etapas deste Processo Seletivo Simplificado, dar-se-á com a publicação no site oficial do Município: www.chopinzinho.pr.gov.br e também no órgão de imprensa oficial do Município: https://www.diariomunicipal.com.br/amp.

4. DAS INSCRIÇÕES:

4.1 As inscrições serão realizadas no site do Município: www.chopinzinho.pr.gov.br, no link destinado ao Processo Seletivo Simplificado, no período previsto no CRONOGRAMA deste Edital.

4.2 A inscrição será efetivada desde que não haja qualquer interrupção antes da finalização dos procedimentos.

4.3 O candidato estrangeiro deve ter RG emitido no Brasil para se cadastrar.

4.4 O comprovante de inscrição poderá ser emitido imediatamente após o encerramento da inscrição.

4.5 Após efetivar a inscrição, não será possível incluir ou alterar as informações. A inscrição poderá ser excluída e novamente realizada durante o período de inscrição.

4.6 Não serão aceitas, em hipótese alguma, inscrições fora do prazo, provisórias ou condicionais.

4.7 A homologação da inscrição ficará vinculada à verificação do cumprimento integral dos requisitos exigidos para a mesma.

4.8 O candidato é responsável pelas informações fornecidas no momento da inscrição, arcando com as consequências em relação a eventuais erros, fraudes ou omissões, nas esferas administrativa, civil e penal.

4.9 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, das quais não poderá alegar desconhecimento.

4.10 A participação no presente Processo Seletivo Simplificado está isenta do pagamento de taxa de inscrição.

4.11 É facultada à Comissão Organizadora, Executora e Julgadora, em qualquer fase deste processo seletivo, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente no momento das inscrições.

5. DAS INSCRIÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:

5.1 Fica assegurado à pessoa com deficiência (PCD) o direito de inscrever-se no processo seletivo simplificado, desde que as atribuições da função escolhida sejam compatíveis com a sua deficiência.

5.2 Às pessoas com deficiência (PCD) que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas nos termos do disposto da Lei Municipal nº 3.109/2013, é assegurado o direito de inscrição, ficando asseguradas 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas na presente seleção.

5.2.1 Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas a candidatos PCD, este será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente em caso de fração igual ou maior a 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).

5.2.2 As nomeações incidirão, proporcional e concomitantemente, sobre as listas de candidatos aprovados no concurso geral e específica das pessoas com deficiência (PCD), observando-se, em relação a esta última, sempre o percentual de reserva de vagas fixado no respectivo edital.

5.2.3 Ocorrendo a nomeação do mesmo candidato, inscrito nos termos desta lei, simultaneamente nas listas geral e específica;

I – Prevalecerá à nomeação pela lista geral, ficando o candidato automaticamente excluído da lista específica;

II – No lugar do candidato excluído, na forma do inciso anterior, será automaticamente nomeado o candidato subsequente da lista específica, respeitada a ordem de classificação desta.

5.2.4 Não havendo candidatos aptos na condição de pessoa com deficiência (PCD), as vagas existentes, ou que venham a surgir durante a vigência do processo seletivo simplificado, serão destinadas a lista geral de candidatos.

5.3 Para fazer jus à reserva de vagas de que trata este item, o candidato deverá escolher, no ato da inscrição, a opção pessoa com deficiência (PCD).

5.3.1 Para comprovação da deficiência, no momento da inscrição, o candidato deverá fazer upload de laudo médico que ateste a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, bem como a sua provável causa da deficiência.

5.3.2 O candidato na condição pessoa com deficiência (PCD) deverá, no ato da inscrição, requerer o tipo de atendimento especial que necessitará para a realização da prova, se for o caso.

5.4 Não serão consideradas como deficiência as disfunções visuais e auditivas passíveis de correção através do uso de lentes ou aparelhos específicos.

5.5 O candidato que se inscrever como pessoa com deficiência (PCD) concorrerá também, além das vagas reservadas por força de lei, às vagas de ampla concorrência.

5.6 O candidato com deficiência participará do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne às exigências estabelecidas neste Edital, bem como no que se refere a conteúdo, avaliação, duração, horário e local de realização da prova.

5.7 Os candidatos que se declararem pessoas com deficiência (PCD), se convocados para a realização dos procedimentos pré-admissionais, deverão submeter-se à perícia médica, com profissional indicado pela Divisão de Recursos Humanos, que verificará sobre a sua qualificação como pessoa com deficiência ou não, bem como sobre o grau de deficiência incapacitante para o exercício do emprego.

5.7.1 Os candidatos deverão comparecer à perícia médica munidos de laudo médico emitido até 60 (sessenta) dias antes da realização da referida perícia. O laudo médico deverá conter:

a) a espécie, o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a causa da deficiência;

b) indicação se faz uso de órteses, próteses ou adaptações;

c) se com deficiência auditiva: o laudo deverá estar acompanhado de audiometria recente, datada de até 6 (seis) meses a contar da data de início da convocação para assumir a vaga;

d) se com deficiência múltipla: constando a associação de duas ou mais deficiências;

e) se com deficiência visual: o laudo deverá estar acompanhado de acuidade em AO (ambos os olhos), patologia e campo visual.

5.8 A não observância do disposto no subitem 5.6.1, a reprovação na perícia médica ou o não comparecimento à perícia, acarretará perda do direito aos quantitativos reservados aos candidatos em tais condições.

5.9 O candidato que prestar declarações falsas em relação à sua deficiência será excluído do processo seletivo e responderá civil e criminalmente pelas consequências decorrentes do seu ato.

5.10 Após a investidura no emprego, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação e/ou aposentadoria por invalidez e/ou concessão de horário especial.

6. DAS INSCRIÇÕES PARA PESSOAS NEGRAS:

6.1 Às pessoas negras que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas nos termos do disposto da Lei Municipal nº 3.991/2022, é assegurado o direito de inscrição, ficando reservadas 10% (dez por cento) das vagas oferecidas na presente seleção.

6.2 Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas a candidatos negros, este será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente em caso de fração igual ou maior a 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).

6.3 O candidato que optar por concorrer às vagas reservadas na forma deste item concorrerá também, além das vagas reservadas por força de lei, às vagas de ampla concorrência.

6.4 Para fazer jus à reserva de vagas de que trata este item, o candidato deverá escolher, no ato da inscrição, a opção pessoas negras.

6.4.1 O candidato deverá ainda, no momento da inscrição, fazer upload da declaração constante no Anexo II deste Edital se auto declarando negro de acordo com os critérios de raça e cor utilizados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e que, pelo fenótipo, são assim vistos e reconhecidos como tal pela sociedade.

6.5 A auto declaração do candidato goza da presunção relativa de veracidade.

6.5.1. Sem prejuízo do disposto no caput, a auto declaração do candidato será confirmada mediante Procedimento de Heteroidentificação Étnico-racial.

6.5.2 A presunção relativa de veracidade de que goza a auto declaração do candidato prevalecerá em caso de dúvida razoável a respeito de seu fenótipo, motivada no parecer da Comissão Ordinária de Heteroidentificação Étnico-racial e Comissão Recursal de Heteroidentificação Étnico-racial.

6.6 Considera-se Procedimento de Heteroidentificação Étnico-racial a identificação da condição autodeclarada pelo candidato realizada pela Comissão Ordinária de Heteroidentificação Étnico- racial criada especificamente para este fim.

6.7 O Procedimento de Heteroidentificação Étnico-racial submete-se aos seguintes princípios e diretrizes:

Respeito à dignidade da pessoa humana;

Observância do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal;

Garantia de padronização e de igualdade de tratamento entre os candidatos submetidos ao procedimento de heteroidentificação promovido no mesmo concurso público;

Garantia da publicidade e do controle social do procedimento de heteroidentificação, resguardadas as hipóteses de sigilo previstas neste Decreto;

Atendimento ao dever de autotutela da legalidade pela administração pública; e

Garantia da efetividade da ação afirmativa de reserva de vagas a candidatos negros no ingresso no serviço público do Município de Chopinzinho.

6.8 Os candidatos que optarem por concorrer às vagas reservadas às pessoas negras, ainda que tenham obtido nota suficiente para aprovação na ampla concorrência e satisfizerem as condições de habilitação estabelecidas neste edital, deverão se submeter ao Procedimento de Heteroidentificação Étnico-racial.

6.8.1 O Procedimento de Heteroidentificação Étnico-racial será promovido sob a forma presencial, mediante utilização de recursos de tecnologia de comunicação.

6.8.2 O Procedimento de Heteroidentificação Étnico-racial considerará as características fenotípicas dos candidatos.

6.9 A convocação para o Procedimento de Heteroidentificação Étnico-racial será publicada no site oficial do Município: www.chopinzinho.pr.gov.br, na data provável prevista no CRONOGRAMA deste Edital.

6.10 O candidato que não comparecer ao Procedimento de Heteroidentificação Étnico-racial será eliminado da lista de reserva de vagas para negros e concorrerá somente na lista da ampla concorrência.

6.7 A Comissão Ordinária de Heteroidentificação Étnico-racial utilizará exclusivamente o critério fenotípico para aferição da condição declarada pelo candidato no Processo Seletivo Simplificado.

6.7.1. Serão consideradas as características fenotípicas do candidato ao tempo da realização do procedimento de heteroidentificação étnico-racial.

6.7.2. Não serão considerados, para os fins do caput, quaisquer registros ou documentos pretéritos eventualmente apresentados, inclusive imagem e certidões referentes a confirmação em procedimentos de heteroidentificação realizados em concursos públicos federais, estaduais, distritais e municipais.

6.8 O Procedimento de Heteroidentificação Étnico-racial será filmado e seus registros serão utilizados na análise de eventuais recursos interpostos pelos candidatos perante a Comissão Recursal de Heteroidentificação Étnico-racial.

6.8.1 O candidato que recusar a realização da filmagem do procedimento, nos termos deste caput, será eliminado do processo seletivo simplificado, dispensada a convocação suplementar de candidatos não habilitados.

6.9. Serão eliminados do processo seletivo simplificado os candidatos cujas auto declarações não forem confirmadas em Procedimento de Heteroidentificação Étnico-racial, ainda que tenham obtido nota suficiente para aprovação na ampla concorrência, desde que comprovado má fé.

6.9.1 A eliminação de candidato, nos termos deste caput, por não confirmação do auto declaração, não enseja o dever de convocar suplementarmente candidatos não convocados para o Procedimento de Heteroidentificação Étnico-racial.

6.9.2. Não comprovada má-fé na auto declaração, no caso de sua não confirmação, nos termos da Lei 3.991/2022, pela Comissão Ordinária de Heteroidentificação Étnico-Racial, ou em sede de recurso, pela Comissão Recursal de Heteroidentificação, o candidato será eliminado da lista de reserva de vagas para negros e passará a concorrer, exclusivamente, nas vagas oferecidas para ampla concorrência.

6.10 Das decisões da Comissão Ordinária de Heteroidentificação caberá recurso, no prazo de 02 (dois) dias úteis, dirigido à Comissão Recursal de Heteroidentificação.

6.11 No julgamento dos recursos referidos no item 6.10 serão considerados: a filmagem do procedimento de Heteroidentificação, o parecer elaborado pela Comissão Ordinária, bem como, o conteúdo de recurso interposto pelo candidato.

6.12 As decisões da Comissão Recursal de Heteroidentificação serão publicadas no site oficial do Município: www.chopinzinho.pr.gov.br.

6.13 Das decisões da Comissão Recursal de Heteroidentificação não caberá recurso.

7. DA DIVULGAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS:

7.1 A lista dos candidatos inscritos será publicada no site oficial do Município: www.chopinzinho.pr.gov.br e no órgão de imprensa oficial do Município: https://www.diariomunicipal.com.br/amp, na data provável prevista no CRONOGRAMA deste Edital.

7.2 Da divulgação da lista dos candidatos inscritos caberá recurso, no prazo de 02 (dois) dias úteis.

8. DA PROVA OBJETIVA:

8.1 A prova objetiva será aplicada na data provável prevista no CRONOGRAMA deste Edital, em local a ser determinado juntamente com o ensalamento e a convocação para a prova.

8.2 O portão será aberto às 08 horas e 30 minutos e fechado pontualmente às 08 horas e 55 minutos.

8.2.1 O não comparecimento do candidato no horário acima especificado implicará na sua desclassificação.

8.2.2 Não será permitido ao candidato entrar no local de realização da prova após o horário previsto para o fechamento do portão.

8.3 O candidato deverá comparecer ao local designado para a Prova Objetiva munido de:

a) caneta esferográfica azul ou preta;

b) Documento Oficial com foto;

8.4 O tempo de duração da prova será de 02 (duas) horas, incluído o tempo para o preenchimento da Folha de Respostas.

8.5 O candidato somente poderá entregar a Folha de Respostas e sair do local de prova transcorrido 30 (trinta) minutos do início da aplicação da mesma, sob pena desclassificação do certame.

8.6 Ao final da prova, os 02 (dois) últimos candidatos de cada sala deverão permanecer no recinto, a fim de acompanharem os fiscais até a coordenação para o lacre dos envelopes.

8.7 Após a identificação e assinatura da lista de presença na sala, o candidato receberá do fiscal uma única via do caderno de questões e uma única via da Folha de Respostas.

8.8 Será eliminado desta seleção o candidato que:

a) chegar ao local de prova após o fechamento dos portões;

b) durante a realização da prova, for surpreendido em comunicação com outro candidato ou pessoa não autorizada;

c) utilizar-se de livros, códigos, impressos, máquinas calculadoras e similares, pagers, telefones celulares, ponto eletrônico ou qualquer outro tipo de consulta durante o período de realização de sua prova, quer seja na sala ou nas dependências do local de prova;

d) desrespeitar membro da equipe de fiscalização, assim como proceder de forma a perturbar a ordem e a tranquilidade necessária à realização da prova;

e) descumprir quaisquer das instruções contidas na capa do caderno de questões;

f) não realizar a prova;

g) ausentar-se da sala de prova sem autorização e acompanhamento, após ter assinado a lista de presença;

h) deixar de devolver o caderno de questões e/ou assinar a lista de presença;

i) não atender às determinações do presente edital e seus anexos;

j) recusar-se a entregar a Folha de Repostas ao término do tempo destinado para tal;

8.9 Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicos não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou nova prova.

8.10 Durante a realização da prova, candidato só poderá manter consigo e, em lugar visível, os seguintes objetos: caneta esferográfica de tinta azul ou preta fabricada em material transparente; documento de identificação; uma garrafa com água, transparente e sem rótulo.

8.10.1 O Município e a Comissão Organizadora não se responsabilizam por quaisquer outros objetos, de valor ou não, trazidos pelo candidato. Os mesmos devem ser deixados em local indicado pelo fiscal, dentro da sala de prova, ficando à vista do candidato e sob inteira responsabilidade do mesmo.

8.11 O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, exceto na Folha de Respostas.

8.11.1 O caderno de questões poderá ser levado pelo candidato, caso desejar.

8.11.2 Em nenhuma hipótese o caderno de questões será considerado para a correção e respectiva pontuação.

8.12 A Folha de Resposta é o único documento válido e utilizado para a correção. Este deve ser preenchido com bastante atenção pois não poderá ser substituído.

8.12.1 O preenchimento da Folha de Respostas é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções contidas em cada questão.

8.12.2 O candidato, ao terminar a prova, deverá entregar obrigatoriamente ao fiscal de sala a Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada.

8.12.3 A não entrega da Folha de Resposta, bem como a falta de assinatura neste, implicará na automática eliminação do candidato.

8.12.4 Será atribuída nota 0 (zero) à resposta que, na Folha de Respostas, estiver em desconformidade com as instruções; não estiver assinalada ou que contiver mais de uma alternativa assinalada; emenda, rasura ou alternativa marcada a lápis, ainda que legível.

9. DAS DISCIPLINAS E PONTUAÇÕES:

9.1 A prova conterá 20 (vinte) questões, sendo 05 (cinco) questões de Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Matemática e 10 (dez) questões de Conhecimento Específico, com o seguinte peso a cada questão:

Disciplinas	Nº de Questões	Valor por Questão	Peso Total
Língua Portuguesa	05	0,5	2,5
Matemática	05	0,5	2,5
Conhecimento Específico	10	0,5	5,0
Total	**20**	**10,0**	**10,0**

9.2 Cada questão apresentará 04 (quatro) alternativas, sendo apenas 01 (uma) delas a correta.

9.3 O conteúdo programático consta no Anexo I deste Edital.

10. DA CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA:

10.1 A classificação provisória será publicada no site oficial do Município: www.chopinzinho.pr.gov.br e no órgão de imprensa oficial do Município: https://www.diariomunicipal.com.br/amp, na data provável prevista no CRONOGRAMA deste Edital.

10.2 Serão classificados apenas os candidatos que atingirem a nota mínima na prova objetiva: 5,00 (cinco) pontos.

10.3 Da divulgação da classificação provisória caberá recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis.

11. DO DESEMPATE:

11.1 Na hipótese de igualdade no total de pontos entre os aprovados, o desempate processar-se-á com os seguintes critérios:

a) maior idade, considerando-se o ano, mês e dia de nascimento;

b) persistindo o empate entre os candidatos, após aplicado o critério acima, o desempate se dará através do sistema de sorteio, que será realizado junto ao auditório do Paço Municipal ou em outro local determinado pela Comissão Organizadora, com a presença dos candidatos interessados e dos membros da Comissão.

12. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL:

12.1 Após a análise conclusiva dos recursos quanto a classificação provisória e os critérios de desempate, a Classificação Final será publicada no site oficial do Município: www.chopinzinho.pr.gov.br e no órgão de imprensa oficial do Município: www.diariomunicipal.com.br/amp, na data provável prevista no CRONOGRAMA deste Edital.

12.2 Da divulgação da classificação final caberá recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis.

13. DOS RECURSOS:

13.1 Serão admitidos recursos quanto:

a) ao indeferimento/não processamento da inscrição;

b) à prova objetiva e gabarito;

c) à classificação provisória, compreendendo neste, a nota da prova objetiva;

d) à classificação final, compreendendo neste, a decisão da banca de heteroidentificação;

13.2 Os recursos deverão ser interpostos no prazo de 02 (dois) dias úteis, após a publicação nos meios oficiais da decisão, endereçados à Comissão Organizadora, Executora e Julgadora.

13.3 Os recursos deverão ser fundamentados e apresentados através do formulário disponível no link do Processo Seletivo Simplificado, constante no site oficial do Município.

13.4 É de responsabilidade do candidato o correto preenchimento de todos os dados solicitados nos formulários de quaisquer dos recursos previstos para este Processo Seletivo Simplificado.

13.5 O candidato deverá interpor 01 (um) recurso por questionamento apresentado, salvo quando o recurso envolver várias questões, situação em que bastará 01 (um) único recurso para questionar uma ou várias questões.

13.5.1 Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato, com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovações ao requerimento anterior, independente da vigência de prazo recursivo.

13.6 Não serão conhecidos os recursos interpostos fora do prazo e/ou cujos dados solicitados não estejam devidamente preenchidos e/ou quando não contiverem fundamentação mínima.

13.7 Os recursos serão analisados pela Comissão Organizadora, Executora e Julgadora, a qual emitirá parecer conclusivo.

13.7.1 A Comissão Organizadora, Executora e Julgadora constitui última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão outros recursos administrativos.

13.8 As decisões proferidas nos recursos serão conhecidas coletivamente, através do site oficial do Município, no link de Processo Seletivo Simplificado.

13.9 Este edital poderá ser impugnado em até 02 (dois) dias úteis após sua publicação.

14. DAS ATRIBUIÇÕES

14.1 Os contratados deverão desempenhar as atividades inerentes ao cargo para o qual se inscreveu, conforme descrição a seguir:

14.1.1 - ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

I - Ligar e desligar aparelhos e equipamentos;

II - Agendar pacientes;

III - Preencher e anotar fichas clínicas;

IV - Auxiliar no atendimento ao paciente;

V - Efetuar o preparo de bandeja e mesas;

VI - Realizar controle de placa e escovação supervisionada;

VII - Participar de atividades de educação e promoção a saúde;

VIII - Fazer a esterilização, desinfecção e limpeza de todos os instrumentais e equipamentos odontológicos;

IX - Preparar os pacientes para atendimento;

X - Instrumentar o Odontólogo e o Técnico de Higiene Dental junto a cadeira operatória;

XI - Manipular substâncias restauradoras e outros componentes químicos;

XII - Efetuar a manutenção e conservação dos equipamentos, instrumentais e materiais odontológicos existentes;

XIII - Revelar e montar radiografias intraorais;

XIV - Selecionar moldeiras;

XV - Realizar a profilaxia;

XVI - Preencher relatórios das atividades de serviços prestados;

XVII - Organizar arquivos e fichários;

XVIII - Manter o controle e pedido de estoque de todos materiais e instrumentais odontológicos;

XIX - Orientar os pacientes sobre a higiene bucal;

XX - Manter a ordem e a limpeza do ambiente de trabalho;

XXI - Executar atividades de lavagem, desinfecção e esterilização dos instrumentos;

XXII - Efetuar retirada de ponto sutura;

XXIII - Fornecer dados para levantamentos estatísticos;

XXIV - Dirigir veículo oficial para locomoção para realizar trabalhos inerente a função;

XXV - Executar outras tarefas correlatas.

15. DOS DEVERES

15.1 Os contratados deverão desempenhar as atividades inerentes ao cargo, com:

assiduidade;

pontualidade;

urbanidade;

discrição;

lealdade;

respeito às instituições constitucionais e administrativa a que servir;

observância das normas legais e regulamentares;

obediência às ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

levar ao conhecimento de autoridade superior irregularidades de que tiver ciência;

guardar sigilo sobre a documentação e os assuntos de natureza reservada de que tenha conhecimento em razão da função;

se apresentar decentemente trajado em serviço ou com uniforme que for destinado para cada caso;

proceder na vida pública e privada de forma a dignificar sempre a função pública;

submeter-se a perícia médica quando determinado pela autoridade competente.

Respeitar os deveres, obrigações e proibições contidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Chopinzinho.

16. DA CONTRATAÇÃO

16.1 A contratação do candidato para assumir a vaga está condicionada aos requisitos para o exercício da atividade, juntamente com os itens descritos abaixo, a serem comprovados no momento da convocação:

Ser brasileiro, de acordo com o que dispõe o art. 37, inc. I, da Constituição Federal de 1988, a Lei Municipal nº 3.200/2013 e demais legislações específicas.

Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos, na data da contratação.

Comprovar, por meio de documentos, as informações dadas no momento da inscrição.

Ter sido aprovado no Processo Seletivo Simplificado, na forma estabelecida neste Edital;

No caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo Estatuto de Igualdade de Direitos e Obrigações Civis Entre Brasileiro e Portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do artigo 12, inciso II, §1º, da Constituição Federal e Decreto Federal nº 70.436/72, de 18/04/1972;

Gozar de boa saúde física e mental para o desempenho da função;

Não acumular cargo, emprego ou função pública, excepcionados os casos permitidos pela Constituição Federal, apresentando declaração própria sobre essa condição;

Ter a situação regularizada perante o serviço militar, se do sexo masculino;

Ter situação regularizada perante a Justiça Eleitoral;

Não ter sido condenado por sentença penal ou civil, já transitada em julgado, que leva à perda do cargo, se servidor;

Não ter sofrido nenhum tipo de condenação criminal em qualquer âmbito judicial nos últimos 05 (cinco) anos;

Não ser dependente de álcool ou substância entorpecente;

Não acumular proventos e vencimentos ou optar por vencimento se for servidor aposentado em órgão público.

16.2 Para a contratação e exercício da função, o candidato deverá também apresentar a seguinte documentação:

a) Carteira de Identidade – RG (original e cópia);

b) Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal – CPF (original e cópia);

c) Título de Eleitor (original e cópia);

d) Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;

e) Comprovante de endereço atual (original e cópia);

f) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se candidato do sexo masculino e com idade inferior a 45 anos (original e cópia);

g) Comprovante de Escolaridade, conforme o cargo (original e cópia);

h) Certidão de Nascimento ou Casamento (original e cópia);

i) Exame admissional, realizado por Médico do Trabalhado nomeado no Município;

i.1) Na realização do exame admissional, o médico analisará clinicamente o candidato e também os laudos dos exames apresentados.

i.2) O candidato será eliminado do certame, caso, no exame admissional ficar constatado sua incapacidade laborativa, quer seja parcial ou total.

j) Certidão de Quitação Eleitoral, expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral em que possui domicílio eleitoral, ou impressa no portal eletrônico: www.tse.jus.br, expedida nos últimos 30 (trinta) dias;

k) Certidão Negativa de Crimes Eleitorais, expedida pelo Tribunal Regional eleitoral em que possui domicílio eleitoral, ou impressa no portal eletrônico: www.tse.jus.br, expedida nos últimos 30 (trinta) dias;

l) Certidão Negativa Criminal emitida por Cartório Distribuidor do Fórum da cidade onde reside, expedida nos últimos 30 (trinta) dias;

m) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais Estadual, do estado que tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos, expedida nos últimos 30 (trinta) dias;

n) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais Federal, expedida nos últimos 30 (trinta) dias;

o) Declaração de que não tenha sido demitido em consequência de aplicação de pena disciplinar do serviço público Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, nos últimos 05(cinco) anos, nem perdido o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento, devendo estar firma reconhecida em cartório ou atestada por verdadeira por servidor público;

p) Declaração de que não é servidor público vinculado à Administração Pública Direta, Indireta do Poder Executivo do Município de Chopinzinho e não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal.;

q) Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio privado e do cônjuge, se for o caso;

r) Declaração de que não recebe proventos de aposentadoria por conta de RGPS ou qualquer outro RPPS em âmbito Federal, Estadual ou Municipal decorrentes de cargos, empregos ou funções públicas;

s) Declaração que não participa de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, salvo a participação em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros, e exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista ou cotista;

t) Declaração de que não possui parentesco com os organizadores e/ou examinadores do Processo Seletivo Simplificado;

u) Documentação legal comprovando os quesitos registrados no ato da inscrição;

16.3 A falta de comprovação de qualquer dos requisitos exigidos para a contratação e/ou exercício da função ou a não apresentação dos documentos comprobatórios declarados, bem como daqueles que vierem a ser estabelecidos em legislação superveniente ou que forem considerados necessários, impedirá a contratação do candidato implicando sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado.

16.4 Verificada a falsidade dos documentos apresentados, o candidato será excluído do Processo Seletivo Simplificado, com nulidade da classificação e dos efeitos decorrentes, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1 A inscrição no Processo Seletivo Simplificado para contratação de servidores temporários implica, desde logo, a ciência e tácita aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital e em editais complementares ou de retificações.

17.2 Antes de efetuar a inscrição, é de responsabilidade do candidato conhecer todas as determinações referentes ao Processo Seletivo Simplificado para contratação de servidores temporários e certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar provas, documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o exercício do cargo por ocasião da contratação, se aprovado e convocado.

17.3 Comprovada, a qualquer tempo, ilegalidade nos documentos apresentados ou declaração falsa, ou inexata, o candidato em fase de avaliação será excluído deste Teste Seletivo ou, se já contratado, terá seu contrato rescindido, observada a ampla defesa e o contraditório.

17.4 Não serão fornecidos por telefone, pessoalmente ou por meio eletrônico, informações que constem neste edital.

17.5 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos e editais referentes a este Processo Seletivo Simplificado e atender aos prazos e condições estipulados nas demais publicações durante o processo.

17.6 As despesas relativas à participação do candidato neste Processo Seletivo Simplificado, em todas as etapas, correrão às expensas do próprio candidato.

17.7 Os candidatos aprovados serão convocados, gradualmente, em época conveniente oportuna, de acordo com as necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e as vagas existentes.

17.7.1 A mera aprovação do candidato no Processo Seletivo Simplificado não implicará obrigatoriamente na sua investidura.

17.8 Caso a localização e condições da vaga para a qual o candidato foi convocado não atendam às suas expectativas e este não aceite a convocação, o referido candidato deverá optar pela desistência da vaga, facultando ao Município o direito de convocar o próximo candidato por ordem de classificação.

17.9 O não comparecimento do candidato, quando da sua convocação, no prazo estabelecido em Edital, implicará na desistência automática do mesmo.

17.10 Terá seu contrato rescindido o candidato que não se apresentar na unidade para a qual foi designado, a partir data de início da vigência do contrato, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela Divisão de Recursos Humanos e Segurança do Trabalho.

17.11 Este Processo Seletivo Público terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data de publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração.

17.12 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora, Executora e Julgadora do Processo Seletivo Simplificado.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

ALVARO DENIS CENI SCOLARO

Prefeito

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

QUADRO 1 – ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO TEMPORÁRIO	
Língua Portuguesa	Análise e Interpretação de texto (de diferentes gêneros); Relações lógico-discursivas; Verbos; Pontuação; Uso dos Porquês; Substantivos;
Matemática	Raciocínio Lógico; Situações-Problema; Regra de Três; Gráficos; Porcentagem; Frações;
Conhecimento Específico	Conceitos de prevenção e controle de doenças bucais para indivíduos, família e comunidade. Anatomia e fisiologia do corpo humano. Doenças transmissíveis e não transmissíveis: conceitos e prevenção. Biossegurança em Odontologia. Bioética e ética profissional. Organização do ambiente de trabalho. Equipamentos e Instrumentais: nomenclatura, utilização, cuidados. Conservação e Manutenção de equipamentos odontológicos. Processos de limpeza, desinfecção e esterilização de instrumentais, equipamentos e ambientes odontológicos. Higiene Bucal: técnicas de escovação supervisionada, cuidados com aparelhos protéticos. Índices epidemiológicos utilizados em Odontologia. Preenchimento e controle de fichas clínicas, registros em Odontologia. Manejo de pacientes na clínica odontológica. Utilização racional de fluoretos em Odontologia. Placa bacteriana: identificação, índices, fisiologia, patogenia, meios químicos e mecânicos utilizados para o seu controle. Principais problemas que afetam a saúde bucal: cárie, doença periodontal, má oclusão, lesões de tecidos moles – conceito, etiologia, evolução, transmissibilidade, medidas de promoção de saúde e prevenção da ocorrência das patologias.

ANEXO II

AUTODECLARAÇÃO DE PESSOA NEGRA

Eu, _____, abaixo assinado (a), de nacionalidade_____, nascido (a) em ___/___/_____, no Município de _____, UF _____, filho (a) de _____ e de _____, estado civil_____, residente no endereço _____, Município de _____RG nº _____, UF___, expedido em ____/____/_____, órgão expedidor _____ e de CPF nº _____ INSCRITO(A) na lista de pessoas negras do Processo Seletivo Simplificado, do Municipio de Chopinzinho, declaro, sob as penas da lei, que sou pessoa negra, apresentando características fenotípicas negróides. Estou ciente de que, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito às sanções prescritas no Código Penal e às demais cominações legais aplicáveis.

Chopinzinho, _____ de _____de _____.

_____

Assinatura do (a) candidato(a)

*A validade deste documento estará sugeita à homologação pela Banca de Heteroidentificação em conformidade com a Lei Municipal nº 3.991/2022 e Decreto nº211/2023.

"Decreto-Lei nº2.848 de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – Falsidade Ideológica. Art. 299: omitir, em documento público ou particular, delcaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da qe devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena – reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é particular."

Publicado por:
Camila Cancelier
Código Identificador:934D9011

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA - 1425-2025 - AFASTAMENTO LICENÇA SAÚDE SERVIDORES ESTATUTÁRIO

PORTARIA Nº 1425/2025

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 2124/2024;

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICO que se afastaram de seus cargos para tratamento de saúde, de acordo com os Artigos 121 a 124 da lei complementar nº 068/2012, de 02 de fevereiro de 2012, e suas alterações, os seguintes servidores:

Servidor	Matrícula	Início/Afastamento	Fim/Afastamento
Vinicius Paganini Hailler	3104-7	12/08/2025	03/03/2026
Jose Carlos Zuquelo	1091-8	25/10/2025	31/10/2025
Luciano Paulo Dalpupo	638-0	25/10/2025	03/12/2025
Enerli Scopel de Melo	3311-8	29/10/2025	16/12/2025
Enerli Scopel de Melo	2824-2	29/10/2025	16/12/2025
Solange Soares dos Santos	908-6	04/11/2025	07/11/2025
Daiane Barretto de Vargas	3626-1	05/11/2025	19/12/2025
Daiane Barretto de Vargas	2200-4	05/11/2025	19/12/2025
Claudineia Biava Gotardo	1394-6	11/11/2025	10/12/2025
Adriane Lucca Galera	1514-0	14/11/2025	12/01/2026
Cristiane Posso Braz	2271-5	14/11/2025	13/12/2025
Cristiane Posso Braz	1844-1	14/11/2025	13/12/2025
Alexsandra Lottermann Prado	2828-4	14/11/2025	19/11/2025
Edina de Oliveira	1926-7	16/11/2025	12/01/2026
Marcia Padilha de Azevedo Lourenço	3803-5	17/11/2025	21/11/2025
Lilian Geovana Moraes	3336-6	21/11/2025	20/12/2025
Maria Fatima de Abreu	1852-4	24/11/2025	23/12/2025
Bianca Gabriela Prins	3688-1	24/11/2025	28/11/2025
Bernardete Scopel	808-8	01/12/2025	05/12/2025
Elizane Aparecida Lazarotto Hartman	3563-5	04/12/2025	15/12/2025
Jakeline Mitrut Cancelier	2209-6	05/12/2025	12/12/2025
Jakeline Mitrut Cancelier	1492-8	05/12/2025	12/12/2025
Claudineia Biava Gotardo	1394-6	11/12/2025	19/12/2025
Glauciane Alves Afonso Yanagida	1101-5	11/12/2025	19/12/2025

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a lotação anterior.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

RUBENEI MELOTO

Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Danieli Lucia Belli Petris
Código Identificador:CB092634

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ESCALA DE TRABALHO DEZEMBRO E JANEIRO – 2025 E 2026

SEXTA-FEIRA / DIAS 26-12-2025 E 02-01-2026

HORÁRIO DE ATENDIMENTO: 07:30 às 11:30 – 13:00 às 17:00

ESCALA DE SERVIDORES:

26-12-2025

MÉDICOS	ENFERMAGEM	FARMÁCIA	AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS	AGENDAMENTO/TFD
AMANDA RODRIGUES DOS SANTOS LAZARETTI DAL PONTE	RITA JOCEMARA DA SILVA	CARLA SANGALETTI	REGINA SECCO NAGINSKI	LARISSA GALVÃO DA COSTA
MARIA EDUARDA CRAVEIRO	SAMARA SILVEIRA BORGES	GRAZZIELE MATTE DOSSENA	ELIZABETE DALASTRA	ANA KAROLINE GAGLIASSI
VANESSA MARCOLINA	KELI APARECIDA PALUDO	DALILA MATOS DIAS	HELENA CRUZ DE LIMA	
	TAIMARA LOPES KLIPSTEIN			
	TATIANE DAMIANO FAUSTO			

02-01-2026

MÉDICOS	ENFERMAGEM	FARMÁCIA	AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS	AGENDAMENTO/TFD
ADÃO RODRIGUES VIANA	ALESANDRA VENAZZI BASSO	CAMILA CARNIELETTO WINQUES	HELENA CRUZ DE LIMA	ANNA CLARA BRAGATO
AMANDA RODRIGUES DOS SANTOS LAZARETTI DAL PONTE	TISCIANE FATIMA DALCORTIVO	VINICIUS TOURINHO	REGINA SECCO NAGINSKI	DULCE RAMBO
ADALGISA BELUZZO	RENATA MARIA MOREIRA LASTA	SIMONE APARECIDA FRIZON	ELIZABETE DALASTRA	
	ADRIANA ALVES DE MIRANDA			
	PRISCILA PATRICIA BOSI DA SILVA			

ESCALA DOS MOTORISTAS - DIAS 24, 25, 26 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 01 E 02 DE JANEIRO DE 2026

PLANTÃO: 46 99908-0817

JOSÉ CARLOS ZUQUELO

RAFAEL GUARIENTI

CLEONICE ZANELLA NECKEL

MICHEL GIACOMINI

IVANDRO PELENTIER

OBERDAN BASSO

MÁRCIA PADILHA DE AZEVEDO LOURENÇO

MARCELLI CRISTINA CERVO

Chefe da Divisão de Atenção Básica

VILMARIZE BUFFON FRARON

Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Lidiane Fortes
Código Identificador:97B98E71

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FÊNIX

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE METAS NO PPA 2022-2025, BEM COMO AS METAS PRIORITÁRIAS DA LDO 2024, NA LOA 2025 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

LEI Nº 34/2025

Dispõe sobre inclusão de metas no PPA 2022-2025, bem como as metas prioritárias da LDO 2024, na LOA 2025 e da outras providencias

A Câmara Municipal de Fênix, Estado do Paraná, aprovou e Eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte **Lei:**

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar meta no PLANO PLURIANUAL, aprovado pela Lei Municipal nº 28/2021, para execução no Exercício de 2025 conforme segue:

INCLUSÃO DE METAS

ORGÃO 06	**SECRETARIA DE SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL**					
UNIDADE 06001	***FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE***					
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA **NATUREZA DESPESA**	**TIPO**	**AÇÃO**	**OBJETIVO**	**UNIDADE** **MEDIDA**	**FONTE RECURSO**	**METAS 2025**
06.001.10.301.0028.1.098. **4.4.90.52.00.00.**	**p**	**AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS BASICO, VAN PARA O TRANSPORTE DE PACIÊNTES E MICRO-ÔNIBUS RESOLUÇÃO nº 1.137/2025 e 1.242/2025.**	**Adquirir VEÍCULOS BASICO, VAN PARA O TRANSPORTE DE PACIÊNTES E MICRO-ÔNIBUS, com recursos objeto das Resoluções SESA 1.137/25 e 1.242/2025 que visa garantir o transporte de pacientes com segurança e dignidade.**	**UNIDADE**	**5518**	**R$ 920.000,00**
TOTAL						**R$ 920.000,00**

Art.2º - De conformidade com o artigo 1º, fica também autorizada a incluir meta na Lei 31/2024 de 22 de outubro de 2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) LDO 2025 da seguinte forma:

INCLUSÃO DE METAS

FUNCIONAL PROGRÁMATICA 06.001.10.301.0028.1.098.

PROGRAMA	***Serviços de Utilidades Publica***				
OBJETIVO	**Adquirir VEÍCULOS BASICO, VAN PARA O TRANSPORTE DE PACIÊNTES E MICRO-ÔNIBUS, com recursos objeto das Resoluções SESA 1.137/2025 e 1.242/2025 que visa garantir o transporte de pacientes com segurança e dignidade.**				
TIPO	**AÇÃO/ PRODUTO**	**PRODUTO**	**UNID. DE MEDIDA**	**QUANTIDADE**	**VALOR R$**
P	**AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS BASICO, VAN PARA O TRANSPORTE DE PACIÊNTES E MICRO-ÔNIBUS RESOLUÇÃO 1.137/2025 e 1.242/2025.**	VEÍCULO	**UNIDADE**	2	R$ 920.000,00

Art.3º – Conforme alterações efetuadas no artigo 1º e 2º desta Lei, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no vigente orçamento – Lei Orçamentária Anual 2025 um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 920.000,000 (novecentos e vinte mil reais).

Parágrafo único – Este Crédito Adicional Especial destina-se a criação de dotação orçamentária visando atender despesa não consignada no Orçamento do exercício 2025, conforme discriminação:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 06.001.10.301.0028.1.098.

ESPECIFICAÇÃO	ORGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJETO ATIVIDADE	NATUREZA DESPESA	FONTE	TOTAL
Saúde	06	001	10						
Atenção Básica	06	001	10	301					
Serviços de Utilidades Publica	06	001	10	301	0028				
AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS BASICO, VAN PARA O TRANSPORTE DE PACIÊNTES E MICRO-ÔNIBUS RESOLUÇÃO 1.137/2025 e 1.242/2025.	06	001	10	301	0028	1.098	4.4.90.52.00.00	**5518**	**R$ 920.000,00**
TOTAL GERAL									**R$ 920.000,00**

Art.4º - Para dar cobertura ao Crédito aberto pelo artigo anterior, será utilizado como base o Superávit Financeiro, de acordo com o Artigo 43, § 1°, Inciso I e o Excesso de Arrecadação conforme Artigo 43, §1º Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64 conforme abaixo discriminada:

FONTE	RECEITA	VALOR
5518	2.4.2.1.5.0.01.10 - TRANSF. ESTADUAL RESOLUÇÃO SESA Nº 1.137/2025 - VAN	R$ 220.000,00
5518	2.4.2.1.5.0.01.11 - TRANSF. ESTADUAL RESOLUÇÃO SESA Nº 1.242/2025 - ÔNIBUS	R$ 700.000,00
TOTAL		**R$ 920.000,00**

Art.5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2025 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado Paraná, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Fênix, em 17 de dezembro de 2025.

EURÍPEDES MOLINA TASCA JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Zaki Biff
Código Identificador:645083CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE METAS NO PPA 2022-2025, BEM COMO AS METAS PRIORITÁRIAS DA LDO 2025, NA LOA 2025 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

PROJETO DE LEI NO 35/2025

Dispõe sobre inclusão de metas no PPA 2022-2025, bem como as metas prioritárias da LDO 2025, na LOA 2025 e da outras providencias

A Câmara Municipal de Fênix, Estado do Paraná, aprovará e Eu, Prefeito Municipal, sancionarei a seguinte:

L E I :

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar meta no PLANO PLURIANUAL, aprovado pela Lei Municipal nº 28/2021, para execução no Exercício de 2025 conforme segue:

INCLUSÃO DE METAS

ORGÃO 06	**SECRETARIA DE SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL**					
UNIDADE 06001	**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**					
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA **NATUREZA DESPESA**	**TIPO**	**AÇÃO**	**OBJETIVO**	**UNIDADE** **MEDIDA**	**FONTE RECURSO**	**METAS 2022**
06.001.10.302.0014.2.021 **3.3.72.39.00.00**	**A**	**Manutenção e Encargos com o CIS-COMCAM**	**Manter o Consórcio Intermunicipal de Saúde Cis-Comcam.**	**UNIDADE**	**01000**	**R$ 72.506,00**
TOTAL						**R$ 72.506,00**

Art. 2º - De conformidade com o artigo 1º, a Lei 31/2024 de 22 de outubro de 2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) LDO 2025 fica também autorizada a suplementar a meta existente da seguinte forma:

INCLUSÃO DE METAS

FUNCIONAL PROGRÁMATICA 06.001.10.302.0014.2.021

PROGRAMA	**Sistema de Saúde**				
OBJETIVO	**Gerencial e desenvolver serviços de ações da saúde pública na sede Município.**				
TIPO	**AÇÃO/ PRODUTO**	**PRODUTO**	**UNID. DE MEDIDA**	**QUANTIDADE**	**VALOR R$**
A	**Manutenção e Encargos com o CIS-COMCAM**	ATIVIDADE	**UNIDADE**	1	**R$ 72.506,00**

Art. 3º – Conforme alterações efetuadas no artigo 1º e 2º desta Lei, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no vigente orçamento – Lei Orçamentária Anual 2025 um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 72.506,00 (Setenta e dois mil, quinhentos e seis reais).

Parágrafo único – Este Crédito Adicional Suplementar destina-se ao reforço de dotação orçamentária visando atender despesas consideradas insuficientes no Orçamento do exercício 2025, conforme discriminação:

FUNCIONAL PROGRÁMATICA 06.001.10.302.0014.2.021

ESPECIFICAÇÃO	**ORGÃO**	**UNIDADE**	**FUNÇÃO**	**SUB-FUNÇÃO**	**PROGRAMA**	**PROJETO** **ATIVIDADE**	**NATUREZA** **DESPESA**	**FONTE**	**TOTAL**
Saúde	06	001	10						
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	06	001	10	302					
Sistema de Saúde	06	001	10	302	0014				
Manutenção e Encargos com o CIS-COMCAM	06	001	10	302	0014	2.021	3.3.72.39.00.00	01000	R$ 72.506,00
TOTAL GERAL									**R$ 72.506,00**

Art. 4o – Para dar cobertura ao Crédito aberto pelo artigo anterior, será indicado recursos com base no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, proveniente do superávit financeiro no valor de R$ 72.506,00 (Setenta e dois mil, quinhentos e seis reais) dividido por fonte de recursos conforme abaixo:

FUNCIONAL PROGRÁMATICA 06.001.10.301.0014.0.002

ESPECIFICAÇÃO	**ORGÃO**	**UNIDADE**	**FUNÇÃO**	**SUB-FUNÇÃO**	**PROGRAMA**	**PROJETO** **ATIVIDADE**	**NATUREZA** **DESPESA**	**FONTE**	**TOTAL**
Saúde	06	001	10						
Atenção Básica	06	001	10	301					
Sistema de Saúde	06	001	10	301	0014				
E.P. IMPOSITIVA 01; 03; 04; 06/2022 -	06	001	10	301	0014	0.002	3.3.90.30.00.00	01000	R$ 43.506,00

CONSTRUÇÃO DE COBERTURA PARA VEÍCULOS DA UBS									
E.P. IMPOSITIVA 01; 03; 04; 06/2022 - CONSTRUÇÃO DE COBERTURA PARA VEÍCULOS DA UBS	06	001	10	301	0014	0.002	3.3.90.39.00.00	01000	R$ 29.000,00
TOTAL GERAL									**R$ 72.506,00**

Art. 5o - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Fênix, em 17 de dezembro de 2025.

EURÍPEDES MOLINA TASCA JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Zaki Biff
Código Identificador:260DEC93

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE METAS NO PPA 2022-2025, BEM COMO AS METAS PRIORITÁRIAS DA LDO 2025, NA LOA 2025 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

LEI NO 28/2025

Dispõe sobre inclusão de metas no PPA 2022-2025, bem como as metas prioritárias da LDO 2025, na LOA 2025 e da outras providencias.

A Câmara Municipal de Fênix, Estado do Paraná, aprovou e Eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

L E I :

Art.1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar meta no PLANO PLURIANUAL, aprovado pela Lei Municipal nº 28/2021, para execução no Exercício de 2025 conforme segue:

INCLUSÃO DE METAS

ORGÃO 08	**SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA**					
UNIDADE 08001	**DIVISAO DE EDUCACAO**					
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA **NATUREZA DESPESA**	**TIPO**	**AÇÃO**	**OBJETIVO**	**UNIDADE** **MEDIDA**	**FONTE RECURSO**	**METAS 2025**
08.001.12.361.0015.2.030. **4.4.90.51.00.00.**	**p**	**Manutenção e Encargos do Ensino Fundamental**	**Prover ações, visando melhorar o ensino de primeiro grau, fortalecer o ciclo básico de alfabetização, promover capacitação dos profissionais do quadro de pessoal, desenvolver ações para valorização do magistério, implantar cursos profissionalizantes para jovens e adultos, promover eventos esportivos escolares, promover palestras, eventos, adquirir materiais didáticos e pedagógicos, de consumo, expediente, limpeza, higiene, manutenção de equipamentos, consertos e reparos, serviços de pessoas jurídicas e físicas, e outros, visando a manutenção da unidade, através de recursos próprios e/ou convênios.**	**UNIDADE**	**01104**	**R$ 57.811,46**
TOTAL						**R$ 57.811,46**

Art.2º - De conformidade com o artigo 1º, fica também autorizada a incluir meta na Lei 31/2024 de 22 de outubro de 2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) LDO 2025 da seguinte forma:

INCLUSÃO DE METAS

FUNCIONAL PROGRÁMATICA 08.001.12.361.0015.2.030.

PROGRAMA	**Ensino Regular**				
OBJETIVO	**Prover ações voltadas à manutenção do ensino fundamental**				
TIPO	**AÇÃO/ PRODUTO**	**PRODUTO**	**UNID. DE MEDIDA**	**QUANTIDADE**	**VALOR R$**
P	**Manutenção e Encargos do Ensino Fundamental**	obra	**UNIDADE**	1	R$ 57.811,46

Art.3º – Conforme alterações efetuadas no artigo 1º e 2º desta Lei, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no vigente orçamento, Lei Orçamentária Anual 2025 (Lei 37/2024) um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 57.811,46 (cinquenta e sete mil, oitocentos e onze reais e quarenta e seis centavos).

Parágrafo único – Este Crédito Adicional Especial destina-se a criação de dotação orçamentária visando atender despesa não consignada no Orçamento do exercício 2025, conforme discriminação:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 08.001.12.361.0015.2.030.

ESPECIFICAÇÃO	**ORGÃO**	**UNIDADE**	**FUNÇÃO**	**SUB-FUNÇÃO**	**PROGRAMA**	**PROJETO ATIVIDADE**	**NATUREZA DESPESA**	**FONTE**	**TOTAL**
Educação	08	001	12						
Ensino Fundamental	08	001	12	361					
Ensino Regular	08	001	12	361	0015				
Manutenção e Encargos do Ensino Fundamental	08	001	12	361	0010	2.030	4.4.90.51.00.00	**01104**	R$ 57.811,46
TOTAL GERAL									**R$ 57.811,46**

Art.4º - Para dar cobertura ao Crédito aberto pelo artigo anterior, será utilizado como base o Excesso ou o Provável Excesso de Arrecadação, de acordo com o Artigo 43, § 1°, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64 conforme abaixo discriminada:

FONTE	**RECEITA**	**VALOR**
31899	2.4.2.2.99.0.1.07 - CONVÊNIO Nº 082/2025 - SEAB - PROGRAMA ESTRADAS DA INTEGRAÇÃO - EQUIPAMENTOS - SIT 72301	R$ 57.811,46
TOTAL		**R$ 57.811,46**

Art.5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2025 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado Paraná, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Fênix, em 17 de dezembro de 2025.

EURÍPEDES MOLINA TASCA JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Zaki Biff
Código Identificador:40C74D5F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE METAS NO PPA 2022-2025, BEM COMO AS METAS PRIORITÁRIAS DA LDO 2025, NA LOA 2025 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

LEI NO 29/2025

Dispõe sobre inclusão de metas no PPA 2022-2025, bem como as metas prioritárias da LDO 2025, na LOA 2025 e da outras providencias.

A Câmara Municipal de Fênix, Estado do Paraná, aprovou e Eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

L E I :

Art.1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar meta no PLANO PLURIANUAL, aprovado pela Lei Municipal nº 28/2021, para execução no Exercício de 2025 conforme segue:

INCLUSÃO DE METAS

ORGÃO 08	**SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA**					
UNIDADE 08001	**DIVISAO DE EDUCACAO**					
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA **NATUREZA DESPESA**	**TIPO**	**AÇÃO**	**OBJETIVO**	**UNIDADE** **MEDIDA**	**FONTE RECURSO**	**METAS 2025**
08.001.12.361.0015.1.105. **4.4.90.51.00.00.**	**p**	**CONSTRUÇÃO DE SALAS DE AULA - ESCOLA MUNICIPAL TANCREDO DE ALMEIDA NEVES**	**CONTRUÇÃO DE 2 SALAS DE AULA EM ALVENARIA NA ESCOLA MUNCIPAL TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, COM O OBJETIVO DE ATENDER A DEMANDA CRESCENTE DE ALUNOS E ADEQUAÇÃO AS LEIS, RESOLUÇÕES E REGULAMENTOS PERTINENTES A EDUCAÇÃO.**	**UNIDADE**	**01104**	**R$ 192.824,85**
TOTAL						**R$ 192.824,85**

Art.2º - De conformidade com o artigo 1º, fica também autorizada a incluir meta na Lei 31/2024 de 22 de outubro de 2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) LDO 2025 da seguinte forma:

INCLUSÃO DE METAS

FUNCIONAL PROGRÁMATICA 08.001.12.361.0015.1.105.

PROGRAMA	**Ensino Regular**				
OBJETIVO	**Prover ações voltadas à manutenção do ensino fundamental**				
TIPO	**AÇÃO/ PRODUTO**	**PRODUTO**	**UNID. DE MEDIDA**	**QUANTIDADE**	**VALOR R$**
P	**Manutenção e Encargos do Ensino Fundamental**	obra	**UNIDADE**	1	R$ 192.824,85

Art.3º – Conforme alterações efetuadas no artigo 1º e 2º desta Lei, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no vigente orçamento, Lei Orçamentária Anual 2025 (Lei 37/2024) um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 192.824,85 (cento e noventa e dois mil, oitocentos e vinte e quatro reais e oitenta e cinco centavos).

Parágrafo único – Este Crédito Adicional Especial destina-se a criação de dotação orçamentária visando atender despesa não consignada no Orçamento do exercício 2025, conforme discriminação:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 08.001.12.361.0015.1.105.

ESPECIFICAÇÃO	ORGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJETO ATIVIDADE	NATUREZA DESPESA	FONTE	TOTAL
Educação	08	001	12						
Ensino Fundamental	08	001	12	361					
Ensino Regular	08	001	12	361	0015				
CONSTRUÇÃO DE SALAS DE AULA - ESCOLA MUNICIPAL TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	08	001	12	361	0010	1.105	4.4.90.51.00.00	**01104**	R$ 192.824,85
TOTAL GERAL									**R$ 192.824,85**

Art.4º - Para dar cobertura ao Crédito aberto pelo artigo anterior, será utilizado como base o Excesso ou o Provável Excesso de Arrecadação, de acordo com o Artigo 43, § 1°, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64 conforme abaixo discriminada:

FONTE	RECEITA	VALOR
1104	1.7.1.1.51.2.0. - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas Extraordinárias	R$ 192.824,85
TOTAL		**R$ 192.824,85**

Art.5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2025 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado Paraná, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Fênix, em 17de dezembro de 2025.

EURÍPEDES MOLINA TASCA JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Zaki Biff
Código Identificador:315287BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE METAS NO PPA 2022-2025, BEM COMO AS METAS PRIORITÁRIAS DA LDO 2025, NA LOA 2025 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

LEI Nº 30/2025

Dispõe sobre inclusão de metas no PPA 2022-2025, bem como as metas prioritárias da LDO 2025, na LOA 2025 e da outras providencias.

A Câmara Municipal de Fênix, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

L E I :

Art.1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar meta no PLANO PLURIANUAL, aprovado pela Lei Municipal nº 28/2021, para execução no Exercício de 2025 conforme segue:

INCLUSÃO DE METAS

ORGÃO 04	**SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E TRANSPORTES**					
UNIDADE 04007	**DIVISAO DE URBANISMO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS**					
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA **NATUREZA DESPESA**	**TIPO**	**AÇÃO**	**OBJETIVO**	**UNIDADE** **MEDIDA**	**FONTE RECURSO**	**METAS 2025**
04.007.26.782.0022.1.106. **4.4.90.51.00.00.**	**p**	**Programa Pavimentação Sobre Pedras Irregulares**	**Pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares de vias urbanas em CBUQ, 27.863,28 m2, incluindo serviços preliminares, serviços de revestimento, urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de obra**	**UNIDADE**	**31994**	**R$ 4.000.000,00**
04.007.26.782.0022.1.106. **4.4.90.51.00.00.**	**p**	**Programa Pavimentação Sobre Pedras Irregulares**	**Pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares de vias urbanas em CBUQ, 27.863,28 m2, incluindo serviços preliminares, serviços de revestimento, urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de obra**	**UNIDADE**	**03501**	**R$ 101.921,59**
TOTAL						**R$ 4.101.921,59**

Art.2º - De conformidade com o artigo 1º, fica também autorizada a incluir meta na Lei 31/2024 de 22 de outubro de 2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) LDO 2025 da seguinte forma:

INCLUSÃO DE METAS

FUNCIONAL PROGRÁMATICA 04.007.26.782.0022.1.106.

PROGRAMA	**Pavimentar e recapear ruas e avenidas.**				
OBJETIVO	**Pavimentar e recapear ruas e avenidas na sede do Município, permitindo melhoria no tráfego de veículos, melhor limpeza, além de melhorar a paisagem das ruas e avenidas, através de recursos próprios, financiamentos e/ou convênios. Pavimentar e recapear e construir galerias de aguas pluviais, calçamento em ruas e avenidas.**				
TIPO	**AÇÃO/ PRODUTO**	**PRODUTO**	**UNID. DE MEDIDA**	**QUANTIDADE**	**VALOR R$**
P	**Programa Pavimentação Sobre Pedras Irregulares**	CONVENIO	**UNIDADE**	1	R$ 4.101.921,59

Art.3º – Conforme alterações efetuadas no artigo 1º e 2º desta Lei, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no vigente orçamento, Lei Orçamentária Anual 2025 (Lei 37/2024) um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 4.101.921,59 (quatro milhões, cento e um mil, novecentos e vinte e um reais e cinquenta e nove centavos).

Parágrafo único – Este Crédito Adicional Especial destina-se a criação de dotação orçamentária visando atender despesa não consignada no Orçamento do exercício 2025, conforme discriminação:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 04.007.26.782.0022.1.106.

ESPECIFICAÇÃO	ORGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJETO ATIVIDADE	NATUREZA DESPESA	FONTE	TOTAL
Transporte	04	007	26						
Transporte Rodoviário	04	007	26	782					
Pavimentação	04	007	26	782	0022				
Programa Pavimentação Sobre Pedras Irregulares	04	007	26	782	0022	1.106	4.4.90.51.00.00	**31994**	R$ 4.000.000,00
Programa Pavimentação Sobre Pedras Irregulares	04	007	26	782	0022	1.106	4.4.90.51.00.00	**03501**	R$ 101.921,59
TOTAL GERAL									**R$ 4.101.921,59**

Art.4º - Para dar cobertura ao Crédito aberto pelo artigo anterior, será utilizado como base o Excesso ou o Provável Excesso de Arrecadação e o Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior , de acordo com o Artigo 43, § 1°, Inciso I e II da Lei Federal nº 4.320/64 conforme abaixo discriminada:

FONTE	RECEITA	VALOR
31994	2.4.2.2.99.0.1.08 - CONVÊNIO Nº 1683/2025 - SECID - PROGRAMA PAVIMENTAÇÃO SOBRE PEDRAS IRREGULARES - SIT 76944	R$ 4.000.000,00
TOTAL		**R$ 4.000.000,00**

FONTE	SUPERÁVIT FINANCEIRO	VALOR
03501	Receitas de Alienação de Ativos - Exercíos Anteriores	R$ 101.921,59
TOTAL		**R$ 101.921,59**

Art.5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2025 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado Paraná, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Fênix, em 17 de dezembro de 2025.

EURÍPEDES MOLINA TASCA JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Zaki Biff
Código Identificador:608A4235

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE METAS NO PPA 2022-2025, BEM COMO AS METAS PRIORITÁRIAS DA LDO 2025, NA LOA 2025 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

LEI Nº 32/2025

Dispõe sobre inclusão de metas no PPA 2022-2025, bem como as metas prioritárias da LDO 2025, na LOA 2025 e da outras providencias.

A Câmara Municipal de Fênix, Estado do Paraná, aprovou e Eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

L E I :

Art.1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar meta no PLANO PLURIANUAL, aprovado pela Lei Municipal nº 28/2021, para execução no Exercício de 2025 conforme segue:

INCLUSÃO DE METAS

ORGÃO 05	**SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA**					
UNIDADE 05001	**DIVISAO DE FOMENTO AGROPECUARIO**					
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA **NATUREZA DESPESA**	**TIPO**	**AÇÃO**	**OBJETIVO**	**UNIDADE** **MEDIDA**	**FONTE RECURSO**	**METAS 2025**
05.001.26.608.0010.1.107. **4.4.90.51.00.00.**	**p**	**Programa Pavimentação de estradas rurais - seab**	**Pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares de vias urbanas em CBUQ, 27.863,28 m2, incluindo serviços preliminares, serviços de revestimento, urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de obra**	**UNIDADE**	**31995**	**R$ 12.300.000,00**
TOTAL						**R$ 12.300.000,00**

Art.2º - De conformidade com o artigo 1º, fica também autorizada a incluir meta na Lei 31/2024 de 22 de outubro de 2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) LDO 2025 da seguinte forma:

INCLUSÃO DE METAS

FUNCIONAL PROGRÁMATICA 05.001.26.608.0010.1.107.

PROGRAMA	**PROGRAMA DE FOMENTO A AGRICULTURA**				
OBJETIVO	**FOMENTAR A PRODUÇÃO AGRICOLA NO MUNICIPIO DE FÊNIX, PROPORCIONANDO CONDIÇÕES PARA OS AGRICULTORES POSSAM DIVERSIFICAREM SUAS CUTURAS.**				
TIPO	**AÇÃO/ PRODUTO**	**PRODUTO**	**UNID. DE MEDIDA**	**QUANTIDADE**	**VALOR R$**
P	**Programa Pavimentação de estradas rurais - seab**	CONVENIO	**UNIDADE**	1	R$ 12.300.000,00

Art.3º – Conforme alterações efetuadas no artigo 1º e 2º desta Lei, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no vigente orçamento, Lei Orçamentária Anual 2025 (Lei 37/2024) um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 12.300.000,00 (doze milhões e trezentos mil reais).

Parágrafo único – Este Crédito Adicional Especial destina-se a criação de dotação orçamentária visando atender despesa não consignada no Orçamento do exercício 2025, conforme discriminação:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 05.001.26.608.0010.1.107.

ESPECIFICAÇÃO	**ORGÃO**	**UNIDADE**	**FUNÇÃO**	**SUB-FUNÇÃO**	**PROGRAMA**	**PROJETO** **ATIVIDADE**	**NATUREZA** **DESPESA**	**FONTE**	**TOTAL**
Transporte	04	007	26						
Promoção da Produção Agropecuária	04	007	26	782					
PROGRAMA DE FOMENTO A AGRICULTURA	04	007	26	782	0022				
Programa Pavimentação de estradas rurais - seab	04	007	26	782	0022	1.107	4.4.90.51.00.00	**31995**	R$ 12.300.000,00
TOTAL GERAL									**R$ 12.300.000,00**

Art.4º - Para dar cobertura ao Crédito aberto pelo artigo anterior, será utilizado como base o Excesso ou o Provável Excesso de Arrecadação e o Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior , de acordo com o Artigo 43, § 1°, Inciso I e II da Lei Federal nº 4.320/64 conforme abaixo discriminada:

FONTE	RECEITA	VALOR
31995	2.4.2.2.99.0.1.09 - SEAB - PROGRAMA PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS	R$ 12.300.000,00
TOTAL		R$ 12.300.000,00

Art.5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2025 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado Paraná, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Fênix, em 17 de dezembro de 2025.

EURÍPEDES MOLINA TASCA JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Zaki Biff
Código Identificador:3F9F4365

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE METAS NO PPA 2022-2025, BEM COMO AS METAS PRIORITÁRIAS DA LDO 2025, NA LOA 2025 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

LEI Nº 33/2025

Dispõe sobre inclusão de metas no PPA 2022-2025, bem como as metas prioritárias da LDO 2025, na LOA 2025 e da outras providencias.

A Câmara Municipal de Fênix, Estado do Paraná, aprovou e Eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

L E I :

Art.1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar meta no PLANO PLURIANUAL, aprovado pela Lei Municipal nº 28/2021, para execução no Exercício de 2025 conforme segue:

INCLUSÃO DE METAS

ORGÃO 05	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
UNIDADE 05001	DIVISAO DE FOMENTO AGROPECUARIO

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA NATUREZA DESPESA	TIPO	AÇÃO	OBJETIVO	UNIDADE MEDIDA	FONTE RECURSO	METAS 2025
05.001.20.608.0010.1.108. 4.4.90.52.00.00.	p	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS UTILITARIOS PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA – RECURSOS MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	FOMENTAR A PRODUÇÃO AGRICOLA NO MUNICIPIO DE FÊNIX, PROPORCIONANDO CONDIÇÕES PARA OS AGRICULTORES POSSAM DIVERSIFICAREM SUAS CUTURAS.	UNIDADE	1016	R$ 297.000,00
TOTAL						R$ 297.000,00

Art.2º - De conformidade com o artigo 1º, fica também autorizada a incluir meta na Lei 31/2024 de 22 de outubro de 2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) LDO 2025 da seguinte forma:

INCLUSÃO DE METAS

FUNCIONAL PROGRÁMATICA 05.001.20.608.0010.1.108.

PROGRAMA	PROGRAMA DE FOMENTO A AGRICULTURA				
OBJETIVO	*FOMENTAR A PRODUÇÃO AGRICOLA NO MUNICIPIO DE FÊNIX, PROPORCIONANDO CONDIÇÕES PARA OS AGRICULTORES POSSAM DIVERSIFICAREM SUAS CUTURAS.*				
TIPO	AÇÃO/ PRODUTO	PRODUTO	UNID. DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR R$
P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS UTILITARIOS PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA – RECURSOS MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	TRANSFERENCIA ESPECIAL	UNIDADE	1	R$ 297.000,00

Art.3º – Conforme alterações efetuadas no artigo 1º e 2º desta Lei, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no vigente orçamento, Lei Orçamentária Anual 2025 (Lei 37/2024) um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 297.000,00 (duzentos e noventa e sete mil reais).

Parágrafo único – Este Crédito Adicional Especial destina-se a criação de dotação orçamentária visando atender despesa não consignada no Orçamento do exercício 2025, conforme discriminação:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 05.001.20.608.0010.1.108

ESPECIFICAÇÃO	ORGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJETO ATIVIDADE	NATUREZA DESPESA	FONTE	TOTAL
Agricultura	05	001	20						
Promoção da Produção Agropecuária	05	001	20	608					
PROGRAMA DE FOMENTO A AGRICULTURA	05	001	20	608	0010				
AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS UTILITARIOS PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA – RECURSOS MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	05	001	20	608	0010	1.108	4.4.90.52.00.00	1016	R$ 297.000,00
TOTAL GERAL									R$ 297.000,00

Art.4º - Para dar cobertura ao Crédito aberto pelo artigo anterior, será utilizado como base o Excesso ou o Provável Excesso de Arrecadação, de acordo com o Artigo 43, § 1°, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64 conforme abaixo discriminada:

FONTE	RECEITA	VALOR
1016	2.4.1.9.51.0.1.00 – TRANSFERENCIA ESPECIAL DA UNIÃO – EMENDA PIX 202528740001-2025	R$ 297.000,00
TOTAL		R$ 297.000,00

Art.5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2025 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado Paraná, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Fênix, em 17 de dezembro de 2025.

EURÍPEDES MOLINA TASCA JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Zaki Biff
Código Identificador:53B783E7

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

DEPARTAMENTO CONTABILIDADE
DECRETO 118 2025

DECRETO Nº 118/2025

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar, autorizado pela Lei Municipal nº 1104/2024 de 11.12.2024 e dá outras providências.

Clodoaldo Aparecido Rigieri, Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei acima:

D E C R E T A

Art. 1º - Fica aberto no PPA, LDO e Orçamento Municipal Vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R$**76.779,99** (setenta e seis mil e setecentos e setenta e nove reais e noventa e nove centavos) nas seguintes dotações:

04.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE FINANÇAS**		
04.002.00.000.0000.0.000	- DIVISÃO DE CONTABILIDADE		
04.001.04.129.0003.2.401	- MANTER O SETOR DE ARRECADAÇÃO		
3.3.90.93.00.00 -	- Indenizações e Restituições		
031881	- Convênio SETU - Encontro de Carros Antigos	R$	115,00
05.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO RODOVIARIO MUNICIPAL**		
05.001.00.000.0000.0.000	- DIVISÃO SERVIÇO RODOVIARIO MUNICIPAL		
05.001.26.782.0004.2.504	- MANTER O TERMINAL RODOVIÁRIO		
3.1.90.11.00.00 - 114	- Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	143,54
07.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE SAUDE**		
07.001.00.000.0000.0.000	- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
07.001.10.304.0000.2.722	- MANTER O PROGR. DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		
3.1.90.13.00.00 - 361	- Contribuições Patronais		
01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	2.276,44
08.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE EDUCACAO E CULTURA**		
08.001.00.000.0000.0.000	- DIVISÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
08.001.12.361.0010.2.807	- MANTER O ENSINO FUNDAMENTAL		

3.1.90.11.00.00 - 408	- Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
01103	- 10% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	R$	10.702,66
3.1.90.11.00.00 - 409	- Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
01104	- Demais impostos vinculados à educação básica	R$	17.165,96
3.1.90.13.00.00 - 412	- Contribuições Patronais		
01104	- Demais impostos vinculados à educação básica	R$	17.616,78
08.002.12.365.0010.2.819	- MANTER A EDUCAÇÃO INFANTIL (0 A 6) ANOS		
3.1.90.11.00.00 - 445	- Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
01104	- Demais impostos vinculados à educação básica	R$	11.649,22
3.1.90.13.00.00 - 448	- Contribuições Patronais		
01104	- Demais impostos vinculados à educação básica	R$	4.155,60
08.004.12.367.0010.1.807	- EMENDA IMPOSITIVA – SUBVENÇÃO SOCIAL		
3.3.50.43.00.00 - 478	- Subvenções Sociais		
01102	- FUNDEB 40%	R$	9.054,79
13.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**		
13.001.00.000.0000.0.000	- DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
13.003.08.245.0008.2.138	- MANTER O SERV. DE CONV. E FORT. DE VINCULO		
3.3.90.39.00.00 - 765	- Outros Serviços de Terceiros - PJ		
031959	- Piso Único de Assistência Social	R$	3.900,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇAO		**R$**	**76.779,99**

Art. 2º - A Cobertura do Crédito de que trata o Artigo 1º far-se-á mediante:

Ao cancelamento parcial das seguintes dotações:

07.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE SAUDE**		
07.001.00.000.0000.0.000	- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
07.001.10.301.0007.2.705	- MANTER UBS SAÚDE DA FAMÍLIA		
3.3.90.30.00.00 - 202	- Material de Consumo		
01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	2.419,98
08.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE EDUCACAO E CULTURA**		
08.001.00.000.0000.0.000	- DIVISÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
08.001.12.361.0010.2.807	- MANTER O ENSINO FUNDAMENTAL		
3.3.90.30.00.00 - 420	- Material de Consumo		
01103	- 10% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	R$	10.702,66
08.006.13.392.0011.2.815	- COMEMORAÇÃO DE DATAS FESTIVAS		
3.3.90.39.00.00 - 789	- Outros Serviços de Terceiros - PJ		
031881	- Convênio SETU - Encontro de Carros Antigos	R$	115,00
TOTAL DO CANCELAMENTO		**R$**	**13.237,64**

Provável Excesso de Arrecadação no valor de R$63.542,35 (sessenta e três mil e quinhentos e quarenta e dois reais e trinta e cinco centavos) conforme tabela abaixo:

FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR
01104	- Demais impostos vinculados à educação básica	50.587,56
01102	- FUNDEB 40%	9.054,79
031959	- Piso Único de Assistência Social	3.900,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Nossa Senhora das Graças, 16 de Dezembro de 2025.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI

Prefeito do Município

Publicado por:
Evandro Carlos Porto
Código Identificador:F1CE6343

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO M BANA ROSSI PRODUÇOES LTDA

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2025
b) Licitação nº:	24/2025
c) Modalidade:	Dispensa:
d) Data da Homologação:	17/12/2025
e) Objeto da Homologação:	Registro de preços para contratação de empresa especializada para Locação de Palco, Som, Iluminação Profissional, Painel de LED e Gerador Móvel de Energia em razão das festividades do Natal Encantado do município de Nossa Senhora das Graças/PR, mediante recursos oriundos da Secretaria de Turismo (Governo do Estado do Paraná), conforme especificações e quantidades definidas neste instrumento.

13.392.0011.2.815. - Comemoração de Datas Festivas

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: M BANA ROSSI PRODUÇOES LTDA

CNPJ/CPF: 28.116.944/0001-48

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	LOCAÇÃO DE PALCO DE ALUMINIO 10X8 METROS COM GRADIL LATERAL, SISTEMA FLY, CORRIMÃO E COBERTURA DE LONA ANTICHAMA DIA 20 DE DEZEMBRO COM ART DO ENGENHEIRO DA EMPRESA E PISO EMBORRACHADO.	1	R$ 5.980,40	R$ 5.980,40
2	LOCAÇÃO DE SOM PARA A EXECUÇÃO DE SHOWS NAS FESTIVIDADES DE FINAL DE ANO NO MUNICÍPIO, NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2025, EM NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS. O SOM DEVERÁ ESTAR INSTALADO 8 (OITO) HORAS ANTES DO INÍCIO DO EVENTO. AS DESCRIÇÕES DO SOM A QUAL SERÁ OFERTADO PODERÁ SER IGUAL OU SUPERIOR A ESTA DESCRIÇÃO: INFORMAMOS QUE AS MARCAS APRESENTAS SÃO A TÍTULO EXEMPLIFICATIVO. PODENDO SER OUTRAS MARCAS DESDE QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS ABAIXO DESCRITAS. ITENS – EQUIPAMENTO DE SOM PEA DE FRENTE DE SOM - 12 CAIXAS LINES POR LADOS COM 2 ALTO FALANTES CADA CAIXA (TOTAL 24 LINES) NUMERAÇÃO LINE 2012P/2 - LPB GRADUS - 12 CAIXAS DE GRAVE POR LADO COM 2 ALTOFALANTES CADA CAIXA (TOTAL 24 GRAVE) NUMERAÇÃO SUB GRADUS 2018-SB240 - 4 POTÊNCIA SHOW 10400 WATS - 5 YANKS 5000 WATS - 2 YANKS 1600 WATS MESA DE SOM - 2 MESA BERINGUI X 32 DIGITAL- 1 PROCESSADOR DBX DRIVER HACK 260- 1 MESA DE SOM LS9 - 1 MESA DE ILUMINAÇÃO MA SIDE- 2 CAIXA DE MÉDIO COM DOIS ALTO-FALANTES DE 12 E UMA TITANIUM 3100 DA SNAKE- 2 GRAVE SUB 2 MIL T- 1 POTÊNCIA YANK 5000 WATS- 1 POTÊNCIA YANK 1200 WATS- 1 CUBO DE BAIXO- 1 CUBO DE GUITARRA- 2 RETORNO DE CHÃO PALCO - 1 BATERIA RMV- CUBO DE BAIXO- CUBO DE GUITARRA- 1 KIT MICROFONE DE BATERIA SHURE- 2 MICROFONE SHURE SEM FIO- 15 MICROFONE DE FIO BERING- 15 PEDESTAL- 9 DIRECT MAIS 4 DIRECT BOX PASSIVO- 1 POWER PLAY E 4 SAÍDA- 1 MULTI CABO DE 50 METROS COM 36 VIAS- 1 MULTI CABO DE 50 METROS COM 12 VIAS SALIENTAMOS QUE TODAS AS DESPESAS COM ESTADIA, ALIMENTAÇÃO E DEMAIS DESPESAS A QUAL PODERÃO SURGIR SERÁ POR CONTA DA CONTRATADA. (DISPONIBILIDADE DE 3 DIAS)	1	R$ 9.301,40	R$ 9.301,40
3	LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL PARA O DIA 20 DE DEZEMBRO SENDO: ILUMINAÇÃO -8 MUVE BEAM 10R -62 METROS DE TRELIÇA ALUMÍNIO Q30 -12 PAR LED -4 MINI BLUNT -8 CANHÃO PAR -2 MÁQUINA DE FUMAÇA -2 CONTROLADORA DMX -12 MUVE BEAM 200 -8 ESTROBO -8 COBI	1	R$ 2.643,40	R$ 2.643,40
4	LOCAÇÃO DE PAINEL LED SENDO: PAINEIS DE 6X3 NO PALCO METROS P-3; ESTRUTURA DE ALUMINIO PARA TESTEIRA 1X8; TOTALIZANDO: 26 METROS DE PAINEL SENDO FEITO EM PALCO 10X8. DIA 20.12.2025 COM CONTROLADORA INDIVIDUAL.	1	R$ 8.974,80	R$ 8.974,80
1	CONTRATAÇÃO DE GERADOR MÓVEL PARA 01 DIAS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 260 KVA, TRIFÁSICOS, TENSÃO 380-220-110 VAC, 60HZ, DISJUNTOR DE PROTEÇÃO, SILENCIADO EM NÍVEL DE RUÍDO SONORO DE 85 DB, ACOPLADO A UM CAMINHÃO POR MEIO DE GRAMPOS FIXADOS NO CHASSI PARA TRANSPORTE RÁPIDO, COM 02 JOGOS DE CABOS DE 95 MM – 4 LANCES – 15 METROS FLEXÍVEIS – 95MMX4X25M – QUADRO DE BARRAMENTO DE COBRE PARA CONEXÃO INTERME QUANTIDADE DE DIARIAS COM ISOLADORES COM CHAVE REVERSORA AUTOMÁTICA, INCLUINDO CUSTO DE TRANSPORTE, ART, MONTAGEM, COMBUSTÍVEL (DIESEL), OPERADOR PARA FUNCIONAMENTO ATÉ 08 (OITO HORAS) VALOR UNITÁRIO POR DIA. RESPONSABILIDADE TÉCNICA MONTAGEM E DESMONTAGEM, AUXÍLIO MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DURANTE O EVENTO, HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA.	1	R$ 4.000,00	R$ 4.000,00

Valor Total Homologado - R$ 30.900,00

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 17 de dezembro de 2025.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Teixeira Costa
Código Identificador:1FC78E55

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO M BANA ROSSI PRODUÇOES LTDA

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2025
b) Licitação nº:	25/2025
c) Modalidade:	Dispensa:
d) Data da Homologação:	17/12/2025
e) Objeto da Homologação:	Registro de preços para contratação de empresa especializada em Produtora Artística e Geral para Organização de Eventos em razão das festividades do Natal Encantado do município de Nossa Senhora das Graças/PR, mediante recursos oriundos da Secretaria de Turismo (Governo do Estado do Paraná), conforme especificações e quantidades definidas neste instrumento.

13.392.0011.2.815. - Comemoração de Datas Festivas

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: M BANA ROSSI PRODUÇOES LTDA

CNPJ/CPF: 28.116.944/0001-48

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	CONTRATAÇÃO DE PRODUTORA ARTÍSTICA E GERAL PARA ORGANIZAÇÃO DOS EVENTOS DOS DIAS 19 E 20 DE DEZEMBRO. A EMPRESA SERÁ RESPONSAVEL: ARTÍSTICA E GERAL DO EVENTO: • PLANEJAMENTO GERAL E CRONOGRAMA DO EVENTO; • CURADORIA E APOIO À CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS E ATRAÇÕES (A CARGO DA PREFEITURA); • ASSESSORIA TÉCNICA E OPERACIONAL PARA MONTAGEM DE PALCO, SOM, ILUMINAÇÃO. • ORGANIZAÇÃO DE BASTIDORES, AGENDA DE APRESENTAÇÕES, RECEPÇÃO DE ARTISTAS E GESTÃO DE TEMPO; • COORDENAÇÃO GERAL DO EVENTO NO DIA DA REALIZAÇÃO; • APOIO NA EXECUÇÃO DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS: ECAD, ALVARÁS, SEGURANÇA, PPCI (QUANDO APLICÁVEL); • ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO FINAL COM REGISTRO FOTOGRÁFICO E DESCRITIVO DA EXECUÇÃO; • RESPONSABILIDADE POR TODA LOGÍSTICA DAS ATRAÇÕES.	1	R$ 4.000,00	R$ 4.000,00

Valor Total Homologado - R$ 4.000,00

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 17 de dezembro de 2025.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Teixeira Costa
Código Identificador:C25D8583

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

DIVISÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
4823 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - R$ 1.965.651,89

Decreto nº. 4823/2025

Abre crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2025.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito do Município de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento geral do Município de São Jorge D'Oeste para o exercício financeiro de 2025 crédito adicional suplementar no valor de R$ 1.965.651,89 (um milhão, novecentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e um reais e oitenta e nove centavos) conforme Relatório de Alteração Orçamentária anexo I ao presente decreto e demonstrativo de provável excesso.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de sua edição (05/12/2025).

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, 63º anos de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO

Prefeito

Município de São Jorge D'Oeste - 2025			
Relatório de alteração orçamentária por funcional programática			
Anexo I - Decreto nº 4823/2025 de 05/12/2025		**Escopo**	**Nº Ano**
Autorização: 9081 Lei ordinária		Lei Orçamentária Anual - LOA	1155 2024
Crédito adicional	**Recurso do crédito adicional**	**Previsto**	**Realizado**
Suplementar	Anulação de Dotações	246.550,00	246.550,00
Suplementar	Excesso de Arrecadação	1.377.698,39	0,00
Suplementar	Excesso de Arrecadação	0,00	1.377.698,39
Suplementar	Superávit Financeiro	6.385,50	0,00
Suplementar	Superávit Financeiro	0,00	6.385,50
Transferência	Anulação de Dotações	122.050,00	0,00
Transferência	Anulação de Dotações	0,00	122.050,00
Transposição	Anulação de Dotações	212.968,00	0,00
Transposição	Anulação de Dotações	0,00	212.968,00

Despesa				
02		GOVERNO MUNICIPAL	Anulação	4.700,00
02.001		Secretaria Geral de Governo	Abertura	
04.122.0003.2003		Manutenção dos órgão de Assessoramento do Prefeito		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
120	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
02		GOVERNO MUNICIPAL	Anulação	1.000,00
02.001		Secretaria Geral de Governo	Abertura	
04.122.0003.2003		Manutenção dos órgão de Assessoramento do Prefeito		
3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
130	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
02		GOVERNO MUNICIPAL	Anulação	12.950,00
02.001		Secretaria Geral de Governo	Abertura	
04.122.0003.2006		Manutenção do Gabinete do Prefeito		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
430	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	

02		GOVERNO MUNICIPAL	Acréscimo	450,00
02.001		Secretaria Geral de Governo	Abertura	
04.122.0003.2006		Manutenção do Gabinete do Prefeito		
3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
440	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
03		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Anulação	6.600,00
03.001		Departamento de Projetos Sociais	Abertura	
08.243.0012.2007		Programa Jovem Aprendiz		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
520	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
03		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Anulação	1.800,00
03.001		Departamento de Projetos Sociais	Abertura	
08.243.0012.2007		Programa Jovem Aprendiz		
3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
530	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
03		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Anulação	18.000,00
03.001		Departamento de Projetos Sociais	Abertura	
08.243.0012.6008		Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
550	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
03		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Anulação	6.000,00
03.001		Departamento de Projetos Sociais	Abertura	
08.244.0012.1011		Programa de distribuição de presentes às crianças Transposição		
3.3.90.32.00.00		MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		
700	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:		Transposição	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
03		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Acréscimo	5.000,00
03.001		Departamento de Projetos Sociais	Abertura	
08.244.0012.1011		Programa de distribuição de presentes às crianças Transposição		
3.3.90.32.00.00		MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		
715	00934	Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS		
Crédito adicional:		Transposição	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
03		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Acréscimo	50.000,00
03.001		Departamento de Projetos Sociais	Abertura	
08.244.0012.1011		Programa de distribuição de presentes às crianças	Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado	
3.3.90.32.00.00		MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		
716	01058	Inc. Estadual Garantia direitos de crianças e Adolecentes Del. 013.2025 CEDCA/PR		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Excesso de Arrecadação	
03		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Acréscimo	101,00
03.001		Departamento de Projetos Sociais	Abertura	
08.244.0012.1013		Programa de Auxilio a População Carente	Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado	
3.3.90.32.00.00		MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		
761	00986	INCENTIVO A HIGIENE INTIMA (TRANSFERENCIA	ESTADUAL)	
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Excesso de Arrecadação	
03		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Acréscimo	4.008,00
03.001		Departamento de Projetos Sociais	Abertura	
08.244.0012.1013		Programa de Auxilio a População Carente	Transposição	
3.3.90.32.00.00		MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		
762	00990	Piso Paranaense de Assistência Social I - PPAS I		
Crédito adicional:		Transposição	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
03		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Acréscimo	3.297,12
03.001		Departamento de Projetos Sociais	Abertura	
08.244.0012.1013		Programa de Auxilio a População Carente	Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado	
3.3.90.32.00.00		MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		
762	00990	Piso Paranaense de Assistência Social I - PPAS I		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Excesso de Arrecadação	
03		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Anulação	32.000,00
03.001		Departamento de Projetos Sociais	Abertura	
08.244.0012.2014		Mautençao das Atividades da Secretaria de Promoção Social		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	CIVIL	
820	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
03		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Anulação	7.000,00
03.001		Departamento de Projetos Sociais	Abertura	
08.244.0012.2014		Mautençao das Atividades da Secretaria de Promoção Social		
3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
830	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
03		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Anulação	1.800,00
03.001		Departamento de Projetos Sociais	Abertura	
16.482.0012.1015		Construção e Infra Estrutura Habitacional		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
1020	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
03		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Anulação	22.000,00
03.002		Centro de Referencia em Assistencia Social - CRAS	Abertura	
08.245.0012.2016		Manutenção do CRAS		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	CIVIL	
1090	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
03		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Anulação	5.000,00
03.002		Centro de Referencia em Assistencia Social - CRAS	Abertura	
08.245.0012.2016		Manutenção do CRAS	Transposição	
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
1180	00934	Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica -	SUAS	

Crédito adicional:		Transposição	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
03		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Anulação	4.008,00
03.002		Centro de Referencia em Assistencia Social - CRAS	Abertura	
08.245.0012.2016		Manutenção do CRAS	Transposição	
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
1203	00990	Piso Paranaense de Assistência Social I - PPAS I		
Crédito adicional:		Transposição	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
03		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Acréscimo	3.367,55
03.002		Centro de Referencia em Assistencia Social - CRAS	Abertura	
08.245.0012.2016		Manutenção do CRAS	Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado	
4.4.90.52.00.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
1241	00800	Transferência do FIA Estadual para o FMDCA - INC.	1º INF. RESOL. 461	
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Excesso de Arrecadação	
03		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Acréscimo	6.000,00
03.004		Fundo Municipal do Idoso	Abertura	
08.241.0012.2018		Fundo Municipal do Idoso	Transposição	
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA	JURÍDICA	
1310	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:		Transposição	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
03		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Acréscimo	15.000,00
03.004		Fundo Municipal do Idoso	Abertura	
08.241.0012.2018		Fundo Municipal do Idoso		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA	JURÍDICA	
1312	00504	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patriominiais não Previdenciárias		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
04		SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E TURISMO Anulação		5.000,00
04.001		Departamento de Planejamento e Convênios	Reabertura	
04.121.0017.2019		Manutenção da Divisão de Planejamento e Convênios		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
1320	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
04		SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E TURISMO Anulação		2.900,00
04.001		Departamento de Planejamento e Convênios	Abertura	
04.121.0017.2019		Manutenção da Divisão de Planejamento e Convênios		
3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
1330	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
04		SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E TURISMO Anulação		1.000,00
04.002		Divisão de Turismo e Desenvolvimento	Abertura	
23.695.0017.2024		Manutenção da Divisão de Turismo e Desenvolvimento		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
1580	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
04		SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E TURISMO Anulação		1.000,00
04.002		Divisão de Turismo e Desenvolvimento	Abertura	
23.695.0017.2024		Manutenção da Divisão de Turismo e Desenvolvimento		
3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
1590	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
07		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS Acréscimo		35.000,00
07.001		Departamento de Administração	Abertura	
04.122.0004.2026		Serviços Administrativos		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
1740	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
07		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS Acréscimo		30.000,00
07.001		Departamento de Administração	Abertura	
04.122.0004.2026		Serviços Administrativos		
3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
1750	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
07		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS Acréscimo		50.000,00
07.001		Departamento de Administração	Abertura	
04.122.0004.2026		Serviços Administrativos	Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado	
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA	JURÍDICA	
1890	00504	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patriominiais não Previdenciárias		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Excesso de Arrecadação	
07		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS Acréscimo		10.000,00
07.002		Departamento de Contabilidade e Finanças	Abertura	
04.123.0005.2027		Administração Contabil e Financeira		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
2060	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
07		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS Acréscimo		8.200,00
07.002		Departamento de Contabilidade e Finanças	Abertura	
04.123.0005.2027		Administração Contabil e Financeira		
3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
2070	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
07		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS Anulação		9.000,00
07.002		Departamento de Contabilidade e Finanças	Abertura	
04.123.0005.2027		Administração Contabil e Financeira		
4.4.90.52.00.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
2210	00504	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patriominiais não Previdenciárias		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
07		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS Acréscimo		9.000,00
07.003		Divisão de Recursos Humanos	Abertura	
09.271.0006.2033		Aposentadorias e Pensões		
3.3.22.93.00.00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		

2330	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
09		SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE Acréscimo		62.000,00
09.001		Departamento de Agricultura	Abertura	
20.606.0016.2039		Manutenção da Divisão Agropecuária		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
2530	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
09		SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE Acréscimo		7.600,00
09.001		Departamento de Agricultura	Abertura	
20.606.0016.2039		Manutenção da Divisão Agropecuária		
3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
2540	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
09		SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE Anulação		7.800,00
09.001		Departamento de Agricultura	Abertura	
20.608.0016.2041		Programa de melhoria genética e fomento da produção pecurária		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
2740	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
09		SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE Anulação		5.900,00
09.002		Departamento de Meio Ambiente	Abertura	
18.541.0016.2043		Manutenção da Divisão de Meio Ambiente		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
2830	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
09		SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE Anulação		4.900,00
09.002		Departamento de Meio Ambiente	Abertura	
18.541.0016.2043		Manutenção da Divisão de Meio Ambiente		
3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
2840	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
09		SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE Anulação		4.000,00
09.002		Departamento de Meio Ambiente	Abertura	
18.541.0016.2043		Manutenção da Divisão de Meio Ambiente		
3.1.90.16.00.00		OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		
2850	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
09		SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE Acréscimo		14.000,00
09.002		Departamento de Meio Ambiente	Abertura	
18.541.0016.2043		Manutenção da Divisão de Meio Ambiente		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
2872	00504	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patriominiais não Previdenciárias		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
09		SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE Acréscimo		900,00
09.002		Departamento de Meio Ambiente	Abertura	
18.541.0016.2043		Manutenção da Divisão de Meio Ambiente		
4.4.90.52.00.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
2890	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES Anulação		13.000,00
10.001		Departamento de Educação	Abertura	
12.361.0013.2045		Fundeb - Fundo de Man. e Des. Ens. Fund. e Educ.	Básica Transferência	
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
2920	00101	Fundeb 60%		
Crédito adicional:		Transferência	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES Acréscimo		13.000,00
10.001		Departamento de Educação	Abertura	
12.361.0013.2045		Fundeb - Fundo de Man. e Des. Ens. Fund. e Educ. Básica Transferência		
3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
2930	00101	Fundeb 60%		
Crédito adicional:		Transferência	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES Acréscimo		12.000,00
10.001		Departamento de Educação	Abertura	
12.361.0013.2046		Manutenção do Ensino	Transposição	
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
2950	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:		Transposição	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES Acréscimo		75.000,00
10.001		Departamento de Educação	Abertura	
12.361.0013.2046		Manutenção do Ensino	Transferência	
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
2965	00104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica		
Crédito adicional:		Transferência	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES Acréscimo		224.775,00
10.001		Departamento de Educação	Abertura	
12.361.0013.2046		Manutenção do Ensino	Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado	
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
2966	00146	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Excesso de Arrecadação	
10		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES Acréscimo		960,00
10.001		Departamento de Educação	Abertura	
12.361.0013.2046		Manutenção do Ensino	Transposição	
3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
2970	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:		Transposição	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES Acréscimo		30.000,00
10.001		Departamento de Educação	Abertura	
12.361.0013.2046		Manutenção do Ensino	Transferência	

3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
2985	00104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica		
Crédito adicional:		Transferência	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES Acréscimo		20.000,00
10.001		Departamento de Educação	Abertura	
12.361.0013.2046		Manutenção do Ensino		
3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
2985	00104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES Anulação		60.000,00
10.001		Departamento de Educação	Abertura	
12.361.0013.2046		Manutenção do Ensino	Transferência	
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
3040	00104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica		
Crédito adicional:		Transferência	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES Anulação		25.000,00
10.001		Departamento de Educação	Abertura	
12.361.0013.2046		Manutenção do Ensino	Transferência	
3.3.90.36.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		
3100	00104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica		
Crédito adicional:		Transferência	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES Anulação		20.000,00
10.001		Departamento de Educação	Abertura	
12.361.0013.2046		Manutenção do Ensino	Transferência	
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
3120	00104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica		
Crédito adicional:		Transferência	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES Anulação		12.960,00
10.001		Departamento de Educação	Abertura	
12.361.0013.2047		Transporte Escolar	Transposição	
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
3400	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:		Transposição	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES Anulação		20.000,00
10.001		Departamento de Educação	Abertura	
12.361.0013.2047		Transporte Escolar		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
3401	00104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES Acréscimo		31.000,00
10.001		Departamento de Educação	Abertura	
12.361.0013.2048		Merenda Escolar		
3.3.90.32.00.00		MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		
3460	00504	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patriominiais não Previdenciárias		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES Anulação		5.000,00
10.006		Departamento de Esportes	Abertura	
27.812.0015.2053		Atividades Esportivas		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
3810	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES Acréscimo		1.079,86
10.006		Departamento de Esportes	Abertura	
27.812.0015.2053		Atividades Esportivas	Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado	
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
3851	01075	Transferencia do Fundo Estadual do Esporte - FEE -	Programa Esporte que	
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Excesso de Arrecadação	
10		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES Acréscimo		15.000,00
10.006		Departamento de Esportes	Abertura	
27.812.0015.2053		Atividades Esportivas	Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado	
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
3890	00504	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patriominiais não Previdenciárias		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Excesso de Arrecadação	
10		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES Acréscimo		116,53
10.006		Departamento de Esportes	Abertura	
27.812.0015.2053		Atividades Esportivas	Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado	
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
3891	01075	Transferencia do Fundo Estadual do Esporte - FEE -	Programa Esporte que	
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Excesso de Arrecadação	
11		SECRETARIA DE SAÚDE	Acréscimo	47.000,00
11.001		Departamento de Administração em Saude	Abertura	
10.301.0011.2055		Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
3990	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Excesso de Arrecadação	
11		SECRETARIA DE SAÚDE	Acréscimo	65.000,00
11.001		Departamento de Administração em Saude	Abertura	
10.301.0011.2055		Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado		
3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
4020	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Excesso de Arrecadação	
11		SECRETARIA DE SAÚDE	Acréscimo	15.000,00
11.001		Departamento de Administração em Saude	Abertura	
10.301.0011.2055		Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado		
3.3.90.32.00.00		MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		
4120	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Excesso de Arrecadação	
11		SECRETARIA DE SAÚDE	Acréscimo	4.000,00
11.001		Departamento de Administração em Saude	Abertura	

10.301.0011.2055	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado		
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		
4165 00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Excesso de Arrecadação	
11	SECRETARIA DE SAÚDE	Acréscimo	365.000,00
11.001	Departamento de Administração em Saude	Abertura	
10.301.0011.2055	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
4180 00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Excesso de Arrecadação	
11	SECRETARIA DE SAÚDE	Acréscimo	4.246,66
11.001	Departamento de Administração em Saude	Abertura	
10.301.0011.2055	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de	Saúde Superávit Financeiro Vinculado	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
4275 00500	Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - Portaria 203-GM, de 2007		
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE	Acréscimo	464,50
11.001	Departamento de Administração em Saude	Abertura	
10.301.0011.2055	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de	Saúde Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
4275 00500	Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - Portaria 203-GM, de 2007		
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Excesso de Arrecadação	
11	SECRETARIA DE SAÚDE	Acréscimo	2.138,84
11.001	Departamento de Administração em Saude	Abertura	
10.301.0011.2055	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de	Saúde Superávit Financeiro Vinculado	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
4276 00501	Receitas de Alienações de Ativos		
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE	Acréscimo	161.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude	Abertura	
10.301.0011.2058	Bloco de Atenção Básica em Saúde	Transposição	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
4335 00494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de	Saúde	
Crédito adicional:	Transposição	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
11	SECRETARIA DE SAÚDE	Acréscimo	24.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude	Abertura	
10.301.0011.2058	Bloco de Atenção Básica em Saúde	Transposição	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
4345 00494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de	Saúde	
Crédito adicional:	Transposição	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
11	SECRETARIA DE SAÚDE	Acréscimo	3.400,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude	Abertura	
10.301.0011.2059	Consórcio de Saúde		
3.1.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO	PÚBLICO	
4450 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
11	SECRETARIA DE SAÚDE	Acréscimo	4.050,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude	Abertura	
10.301.0011.2059	Consórcio de Saúde	Transferência	
3.3.72.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO		
4470 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:	Transferência	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
11	SECRETARIA DE SAÚDE	Anulação	185.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude	Abertura	
10.301.0011.2059	Consórcio de Saúde	Transposição	
3.3.93.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA	JURÍDICA	
4485 00494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de	Saúde	
Crédito adicional:	Transposição	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
11	SECRETARIA DE SAÚDE	Anulação	4.050,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude	Abertura	
10.301.0011.2059	Consórcio de Saúde	Transferência	
4.4.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO	PÚBLICO	
4490 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:	Transferência	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
12	SECRETARIA DE OBRAS, INFRA ESTRUTURA RURAL E SERVIÇOS URBANOS Acréscimo		191.300,30
12.001	Departamento de Engenharia, Obras e Serviços Urbanos Abertura		
15.451.0010.1062	Pavimentação e Obras Publicas	Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES		
4590 00504	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patriominiais não Previdenciárias		
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Excesso de Arrecadação	
12	SECRETARIA DE OBRAS, INFRA ESTRUTURA RURAL E SERVIÇOS URBANOS Anulação		49.000,00
12.001	Departamento de Engenharia, Obras e Serviços Urbanos Abertura		
15.451.0010.1062	Pavimentação e Obras Publicas		
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES		
4590 00504	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patriominiais não Previdenciárias		
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
12	SECRETARIA DE OBRAS, INFRA ESTRUTURA RURAL E SERVIÇOS URBANOS Acréscimo		342.196,53
12.001	Departamento de Engenharia, Obras e Serviços Urbanos Abertura		
15.451.0010.1062	Pavimentação e Obras Publicas	Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES		
4607 01005	Termo de Convênio nº 459/2024 - Asfalto Novo - Vida Nova		
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Excesso de Arrecadação	
12	SECRETARIA DE OBRAS, INFRA ESTRUTURA RURAL E SERVIÇOS URBANOS Anulação		2.000,00
12.001	Departamento de Engenharia, Obras e Serviços Urbanos Abertura		
15.452.0010.1063	Obras e Instalações Publicas		
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES		
4690 00504	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patriominiais não Previdenciárias		
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
12	SECRETARIA DE OBRAS, INFRA ESTRUTURA RURAL E SERVIÇOS URBANOS Anulação		21.200,00

12.003		Departamento de Serviços Urbanos	Abertura	
15.452.0010.2070		Manutenção do Corpo de Bombeiros Comunitário		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
5260	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	

Resumo acumulado	Recurso do crédito adicional	Tipo de alteração	Previsto	Realizado	
Suplementar	Anulação de Dotações	Acréscimo	246.550,00	246.550,00	
Suplementar	Anulação de Dotações	Anulação	246.550,00	246.550,00	
Suplementar	Excesso de Arrecadação	Acréscimo	1.377.698,39	0,00	#
Suplementar	Excesso de Arrecadação	Acréscimo	0,00	1.377.698,39	#
Suplementar	Superávit Financeiro	Acréscimo	6.385,50	0,00	#
Suplementar	Superávit Financeiro	Acréscimo	0,00	6.385,50	#
Transferência	Anulação de Dotações	Acréscimo	122.050,00	0,00	#
Transferência	Anulação de Dotações	Acréscimo	0,00	122.050,00	#
Transferência	Anulação de Dotações	Anulação	0,00	122.050,00	#
Transposição	Anulação de Dotações	Acréscimo	212.968,00	0,00	#
Transposição	Anulação de Dotações	Acréscimo	0,00	212.968,00	#
Transposição	Anulação de Dotações	Anulação	0,00	212.968,00	#

Publicado por:
Ivanir da Silva
Código Identificador:EDFFE7C7

DIVISÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
DECRETO 4820 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA 2026

Decreto nº. 4820/2025

Estabelece a Programação financeira e o cronograma de desembolso para o exercício de 2026 e dá outras providências.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Considerando a exigência estabelecida no artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

D E C R E TA.

Art. 1º- Ficam estabelecidas para o Exercício Financeiro de 2026, a programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso Financeiro abrangendo o Poder Legislativo e Executivo, conforme Anexos I, II e III deste Decreto.

Art. 2º- O Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (Despesa) estará vinculado ao efeito cumprimento da programação Financeira (Receita) estabelecida neste Decreto, devendo o Poder Executivo e Legislativo promoverem a limitação de Empenho, visando à inocorrência de déficit, em caso de desempenho abaixo da arrecadação mensal da receita prevista na programação financeira.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativos a partir a 01 de janeiro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO

Prefeito

ANEXO I - DO DECRETO Nº 4820/2025							
MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D´OESTE							
PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA- PREVISÃO DA RECEITA							
EXERCÍCIO DE 2026							
M ÊS	Janeiro	Fevereiro	M arço	Abril	M aio	Junho	Total

IPTU	7.870,00	7.870,00	157.400,00	157.400,00	118.050,00	118.050,00	566.640,00
IRRF	216.496,70	216.496,70	216.496,70	216.496,70	216.496,70	216.496,70	1.298.980,20
ITBI	136.778,60	136.778,60	136.778,60	136.778,60	136.778,60	136.778,60	820.671,60
ISS	321.704,60	321.704,60	321.704,60	321.704,60	321.704,60	321.704,60	1.930.227,60
TAXAS	26.922,56	26.922,56	26.922,56	26.922,56	26.922,56	26.922,56	161.535,36
REC.DECONT.	100.609,74	100.609,74	100.609,74	100.609,74	100.609,74	100.609,74	603.658,44
PATRIMONIAL	146.241,48	146.241,48	146.241,48	146.241,48	146.241,48	146.241,48	877.448,88
SERVIÇOS	94.462,20	94.462,20	94.462,20	94.462,20	94.462,20	94.462,20	566.773,20
T.CORRENTES	5.927.761,28	5.927.761,28	5.927.761,28	5.927.761,28	5.927.761,28	5.927.761,28	35.566.567,68
O.Rec.COR.	12.744,90	12.744,90	12.744,90	12.744,90	12.744,90	12.744,90	76.469,40
OPER.CRÉD.	653.072,00	653.072,00	653.072,00	653.072,00	653.072,00	653.072,00	3.918.432,00
TRANSF. CAPITAL	26.372,78	26.372,78	26.372,78	26.372,78	26.372,78	26.372,78	158.236,68
SUB-TOTAL	**7.671.036,84**	**7.671.036,84**	**7.820.566,84**	**7.820.566,84**	**7.781.216,84**	**7.781.216,84**	**46.545.641,04**
MÊS	**Julho**	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**	**Total**
IPTU	39.350,00	39.350,00	39.350,00	39.350,00	31.480,00	31.480,00	220.360,00
IRRF	216.496,70	216.496,70	216.496,70	216.496,70	216.496,70	217.536,30	1.300.019,80
ITBI	136.778,60	136.778,60	136.778,60	136.778,60	136.778,60	137.435,40	821.328,40
ISS	321.704,60	321.704,60	321.704,60	321.704,60	321.704,60	323.249,40	1.931.772,40
TAXAS	26.922,56	26.922,56	26.922,56	26.922,56	26.922,56	27.051,84	161.664,64
REC.DECONT.	100.609,74	100.609,74	100.609,74	100.609,74	100.609,74	101.092,86	604.141,56
PATRIMONIAL	146.241,48	146.241,48	146.241,48	146.241,48	146.241,48	146.943,72	878.151,12
SERVIÇOS	94.462,20	94.462,20	94.462,20	94.462,20	94.462,20	94.915,80	567.226,80
T.CORRENTES	5.927.761,28	5.927.761,28	5.927.761,28	5.927.761,28	5.927.761,28	5.956.225,92	35.595.032,32
O.Rec.COR.	12.744,90	12.744,90	12.744,90	12.744,90	12.744,90	12.806,10	76.530,60
OPER.CRÉD.	653.072,00	653.072,00	653.072,00	653.072,00	653.072,00	656.208,00	3.921.568,00
TRANSF. CAPITAL	26.372,78	26.372,78	26.372,78	26.372,78	26.372,78	26.499,42	158.363,32
SUB-TOTAL	**7.702.516,84**	**7.702.516,84**	**7.702.516,84**	**7.702.516,84**	**7.694.646,84**	**7.731.444,76**	**46.236.158,96**
TOTAL	**15.373.553,68**	**15.373.553,68**	**15.523.083,68**	**15.523.083,68**	**15.475.863,68**	**15.512.661,60**	**92.781.800,00**

ANEXO II - DO DECRETO Nº 4820/2025
CÂMARA DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D´OESTE
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO
EXERCÍCIO DE 2026
DESPESA FIXADA POR MÊS

MESES	**Janeiro**	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**	**TOTAL**
Pessoal e Encargos	189.174,00	189.174,00	189.174,00	189.174,00	189.174,00	189.174,00	1.135.044,00
Outras Despesas Correntes	41.526,00	41.526,00	41.526,00	41.526,00	41.526,00	41.526,00	249.156,00
Investimento	10.073,90	10.073,90	10.073,90	10.073,90	10.073,90	10.073,90	60.443,40
SUBTOTAL	**240.773,90**	**240.773,90**	**240.773,90**	**240.773,90**	**240.773,90**	**240.773,90**	**1.444.643,40**
MESES	**Julho**	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**	**TOTAL**
Pessoal e Encargos	189.174,00	189.174,00	189.174,00	189.174,00	189.174,00	379.086,00	1.324.956,00
Outras Despesas Correntes	41.526,00	41.526,00	41.526,00	41.526,00	41.526,00	83.214,00	290.844,00
Investimento	10.073,90	10.073,90	10.073,90	10.073,90	10.073,90	20.187,10	70.556,60
SUB TOTAL	**240.773,90**	**240.773,90**	**240.773,90**	**240.773,90**	**240.773,90**	**482.487,10**	**1.686.356,60**
TOTAL	**481.547,80**	**481.547,80**	**481.547,80**	**481.547,80**	**481.547,80**	**723.261,00**	**3.131.000,00**

ANEXO III - DO DECRETO Nº 4820/2025
MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D´OESTE
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO
EXERCÍCIO DE 2026
DESPESA FIXADA POR MÊS

MESES	**JAN.**	**FEV.**	**MAR.**	**ABR.**	**MAI.**	**JUN.**	**TOTAL**
Pessoal e Encargos	2.943.164,66	2.943.164,66	2.943.164,66	2.943.164,66	2.943.164,66	2.943.164,66	17.658.987,95
Juros Enc.da Dívida	146.110,00	146.110,00	146.110,00	146.110,00	146.110,00	146.110,00	876.660,00
Outras Despesas Correntes	2.653.790,37	2.653.790,37	2.653.790,37	2.653.790,37	2.653.790,37	2.653.790,37	15.922.742,20
Investimento	816.566,50	816.566,50	816.566,50	816.566,50	816.566,50	816.566,50	4.899.398,97
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Contratada	298.756,50	298.756,50	298.756,50	298.756,50	298.756,50	298.756,50	1.792.539,00
R. Contingência	0	0	0	0	0	0	0,00
SUBTOTAL	**6.858.388,02**	**6.858.388,02**	**6.858.388,02**	**6.858.388,02**	**6.858.388,02**	**6.858.388,02**	**41.150.328,12**
MESES	**Julho**	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**	**TOTAL**
Pessoal e encargos	2.943.164,66	2.943.164,66	2.943.164,66	2.943.164,66	2.943.164,66	5.897.811,10	20.613.634,40
Juros Enc.da Dívida	146.110,00	146.110,00	146.110,00	146.110,00	146.110,00	292.790,00	1.023.340,00
Outras Despesas Correntes	2.653.790,37	2.653.790,37	2.653.790,37	2.653.790,37	2.653.790,37	5.317.933,62	18.586.885,45
Investimento	816.566,50	816.566,50	816.566,50	816.566,50	816.566,50	1.636.318,56	5.719.151,03
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Contratada	298.756,50	298.756,50	298.756,50	298.756,50	298.756,50	598.678,50	2.092.461,00
R.Contingência	0	0	0	0	0	465.000,00	465.000,00
SUBTOTAL	**6.858.388,02**	**6.858.388,02**	**6.858.388,02**	**6.858.388,02**	**6.858.388,02**	**14.208.531,78**	**48.500.471,88**
TOTAL	**13.716.776,04**	**13.716.776,04**	**13.716.776,04**	**13.716.776,04**	**13.716.776,04**	**21.066.919,80**	**89.650.800,00**

Publicado por:
Ivanir da Silva
Código Identificador:F40DCC18

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
ANEXO 12 DA LEI 4.320-64 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - NOVEMBRO DE 2025

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Munícipio: Saudade do Iguaçu				R$ 1,00
Estado do Paraná				
Período: Novembro de 2025				
Unidade Gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	**Previsão Inicial** (a)	**Previsão Atualizada** (b)	**Receitas Realizadas** (c)	**Saldo** (d)=(c-b)
Receitas Correntes (I)	-	-	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Receitas de Capital (II)	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	-	-	-	-
Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	-	-	-	-
Déficit (VI)	-	-	1.833.015,98	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	-	-	**1.833.015,98**	**1.833.015,98**
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	**Dotação Inicial** (e)	**Dotação Atualizada** (f)	**Despesas Empenhadas** (g)	**Despesas Liquidadas** (h)	**Despesas Pagas** (i)	**Saldo da Dotação** **(j)=(f-g)**
Despesas Correntes (VIII)	**2.730.000,00**	**2.900.000,00**	**1.837.266,50**	**1.822.800,98**	**1.822.800,98**	**1.062.733,50**
Pessoal e Encargos Sociais	2.341.000,00	2.341.000,00	1.536.177,48	1.536.177,48	1.536.177,48	804.822,52
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	389.000,00	559.000,00	301.089,02	286.623,50	286.623,50	257.910,98
Despesas de Capital (IX)	**638.743,00**	**468.743,00**	**10.215,00**	**10.215,00**	**10.215,00**	**458.528,00**
Investimentos	638.743,00	468.743,00	10.215,00	10.215,00	10.215,00	458.528,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência (X)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	**3.368.743,00**	**3.368.743,00**	**1.847.481,50**	**1.833.015,98**	**1.833.015,98**	**1.521.261,50**
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)	**3.368.743,00**	**3.368.743,00**	**1.847.481,50**	**1.833.015,98**	**1.833.015,98**	**1.521.261,50**
Superávit (XIV)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	**3.368.743,00**	**3.368.743,00**	**1.847.481,50**	**1.833.015,98**	**1.833.015,98**	**1.521.261,50**
Reserva do RPPS (XVI)	-	-	-	-	-	-

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	**Inscritos**		**Liquidados** (c)	**Pagos** (d)	**Cancelados** (e)	**Saldo** (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior** (b)				
Despesas Correntes (I)	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital (II)	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-

TOTAL (III) = (I + II)	-	-	-	-	-	-

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	**Inscritos**		**Pagos**	**Cancelados**	**Saldo**
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior** (b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
Despesas Correntes (I)	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
Despesas de Capital (II)	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II)	-	-	-	-	-

As Receitas e Despesas Intraorçamentárias não foram consideradas para computo dos valores deste anexo

CARLOS NEI NICHELLE	***DIEGO TRINDADE***
Contador	Presidente do Poder Legislativo
CRC/PR 031573/O-5	

FONTE: GOVBR - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 12/Dez/2025, 16h e 15m.

Publicado por:
Adriano Faust
Código Identificador:7A9A6F06

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
ANEXO 13 DA LEI 4.320-64 - BALANÇO FINANCEIRO - NOVEMBRO DE 2025

BALANÇO FINANCEIRO

R$ 1,00

Município: Saudade do Iguaçu
Estado do Paraná
Período: 01/11/2025 até 30/11/2025
Unidade Gestora: 0001 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

INGRESSOS

	Nota	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Receita Orçamentária (I)		**0,00**	**0,00**
Receitas Correntes		0,00	0,00
(-)Deduções da Receita		0,00	0,00
Receitas de Capital		0,00	0,00
(-)Deduções de Capital		0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)		**260.000,00**	**2.049.100,00**
Transferências Recebidas para Execução Orçamentária		260.000,00	2.049.100,00
Transferencias Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS		0,00	0,00
Outras Movimentações Financeiras Recebidas (III)		**0,00**	**0,00**
Resgates de Investimentos e Aplicações Financeiras		0,00	0,00
Desbloqueios de Valores Em Caixa		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (IV)		**45.555,37**	**470.337,33**
Despesa a Liquidar		0,00	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Despesa a Pagar		0,00	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		32.906,56	429.833,25
Outros Recebimentos Extraorçamentários		12.648,81	40.504,08
Saldo do Período Anterior (V)		**1.216.435,73**	**0,00**
Caixa e Equivalentes de Caixa (Exceto Rpps)		1.216.435,73	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
TOTAL (VI) = (I+II+III+IV+V)		**1.521.991,10**	**2.519.437,33**

BALANÇO FINANCEIRO

R$ 1,00

Município: Saudade do Iguaçu
Estado do Paraná
Período: 01/11/2025 até 30/11/2025
Unidade Gestora: 0001 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DISPÊNDIOS

	Nota	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Despesa Orçamentária (VII)		**149.025,15**	**1.749.084,42**
Despesas Por Função		149.025,15	1.749.084,42
Legislativa		149.025,15	1.749.084,42
Transferências Financeiras Concedidas (VIII)		**0,00**	**300.015,58**
Transferências Concedidas para a Execução Orcamentária		0,00	300.015,58
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS		0,00	0,00
Outras Movimentações Financeiras (IX)		**0,00**	**0,00**
Transferências para Investimentos e Aplicações Financeiras		0,00	0,00
Bloqueios de Valores Em Caixa		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (X)		**55.981,93**	**470.337,33**
Despesa Anterior Paga		10.426,56	0,00

Pagamento de Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Pagamento de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		45.555,37	470.337,33
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo do Período Atual (XI)		**1.316.984,02**	**0,00**
Caixa e Equivalentes de Caixa (Exceto Rpps)		1.316.984,02	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
TOTAL (XII) = (VII+VIII+IX+X+XI)		**1.521.991,10**	**2.519.437,33**

CARLOS NEI NICHELLE	***DIEGO TRINDADE***
Contador	Presidente do Poder Legislativo
CRC/PR 031573/O-5	

Publicado por:
Adriano Faust
Código Identificador:2F19F38A

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
ANEXO 14 DA LEI 4.320-64 - BALANÇO PATRIMONIAL - NOVEMBRO DE 2025

BALANÇO PATRIMONIAL			
Município: Saudade do Iguaçu			
Estado do Paraná			
Período: 01/01/2025 Até 30/11/2025			
Unidade Gestora: 0001 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES			R$ 1,00
QUADRO DO ATIVO, PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			Exercício: 2025
	Nota	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
ATIVO			
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.316.984,02	0,00
Créditos a Curto Prazo		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
Estoques		0,00	0,00
Ativo Não Circulante Mantido para Venda		0,00	0,00
Ativo Biológico		0,00	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagás Antecipadamente		0,00	0,00
Total Ativo Circulante		1.316.984,02	0,00
Ativo Não Circulante			
Ativo Realizável a Longo Prazo		0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00
Imobilizado		1.487.559,48	1.477.344,48
Intangível		0,00	0,00
Diferido		0,00	0,00
Total do Ativo Não Circulante		1.487.559,48	1.477.344,48
TOTAL DO ATIVO		**2.804.543,50**	**1.477.344,48**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo		0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		0,00	0,00
Transferências Fiscais a Curto Prazo		0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo		0,00	0,00
Adiantamento de Clientes e Demais Obrigações a Curto Prazo		0,00	0,00
Total do Passivo Circulante		0,00	0,00
Passivo Não Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo		0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		0,00	0,00
Transferências Fiscais a Longo Prazo		0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo		0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo		0,00	0,00
Resultado Diferido		0,00	0,00
Total do Passivo Não Circulante		0,00	0,00
Patrimonio Líquido			
Patrimônio Social e Capital Social		0,00	0,00
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		0,00	0,00
Reservas de Capital		0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(186.563,95)	(186.563,95)
Reservas de Lucros		0,00	0,00
Demais Reservas		0,00	0,00
Resultados Acumulados		1.663.908,43	1.663.908,43
Apuração do Resultado do Exercício		1.327.199,02	0,00
(-) Ações / Cotas Em Tesouraria		0,00	0,00
Total do Patrimonio Líquido		2.804.543,50	1.477.344,48
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**2.804.543,50**	**1.477.344,48**

BALANÇO PATRIMONIAL	
Município: Saudade do Iguaçu	
Estado do Paraná	
Período: 01/01/2025 Até 30/11/2025	
Unidade Gestora: 0001 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	R$ 1,00

Saudade do Iguaçu - Estado do Paraná			
QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES (LEI Nº 4.320/64)			Exercício: 2025
ATIVO (I)	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Ativo Financeiro		1.316.984,02	0,00
Ativo Permanente		1.487.559,48	1.477.344,48
Total do Ativo		**2.804.543,50**	**1.477.344,48**
PASSIVO (II)			
Passivo Financeiro		14.465,52	0,00
Passivo Permanente		0,00	0,00
Total do Passivo		**14.465,52**	**0,00**
Saldo Patrimonial (I - II)		**2.790.077,98**	**1.477.344,48**
Saudade do Iguaçu - Estado do Paraná			
QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (LEI Nº 4.320/64)		Exercício: 2025	
	Nota	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
ATOS POTENCIAIS ATIVOS			
Garantias e Contrapartidas recebidas		0,00	0,00
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres		0,00	0,00
Direitos Contratuais		0,00	0,00
Demandas Judiciais		0,00	0,00
Outros atos potenciais ativos		0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Ativos		**0,00**	**0,00**
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Garantias e Contragarantias concedidas		0,00	0,00
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres		0,00	0,00
Obrigações contratuais		230.339,14	121.985,19
Demandas Judiciais		0,00	0,00
Outros atos potenciais passivos		0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Passivos		**230.339,14**	**121.985,19**
Saudade do Iguaçu - Estado do Paraná			
QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO (LEI Nº 4.320/1964)		Exercício: 2025	
	Nota	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
FONTE DE RECURSOS			
1 Recursos Do Tesouro (Descentralizados)		1.302.518,50	0,00
94 Retenções Em Caráter Consignatório		0,00	0,00
Superávit/Déficit do Exercício		1.302.518,50	0,00
*Nota Explicativa: Os valores apresentados consideram a movimentação das contas Intra OFSS.			

CARLOS NEI NICHELLE	***DIEGO TRINDADE***
Contador	Presidente do Poder Legislativo
CRC/PR 031573/O-5	

Publicado por:
Adriano Faust
Código Identificador:1E4E0CC3

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
ANEXO 15 DA LEI 4.320-64 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - NOVEMBRO DE 2025

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
Município: Saudade do Iguaçu			
Estado: Estado do Paraná			
Período: 01/01/2025 a 30/11/2025			
Unidade Gestora: 0001 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		R$ 1,00	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	I	0,00	0,00
Contribuições	II	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	III	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	IV	0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	V	3.150.000,00	2.049.100,00
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	VI	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	VII	0,00	0,00
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		3.150.000,00	2.049.100,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Pessoal e Encargos	VIII	1.536.177,48	1.603.774,19
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	IX	32.620,00	29.616,88
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	X	249.760,32	97.982,19
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	XI	0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	XII	0,00	300.015,58
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	XIII	0,00	0,00
Tributárias	XIV	0,00	0,00
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	XV	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	XVI	4.243,18	1.583,96
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		1.822.800,98	2.032.972,80
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I-II)		**1.327.199,02**	**16.127,20**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS			
(Decorrentes da execução orçamentária)			
ESPECIFICAÇÃO		**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Incorporação do Ativo		10.215,00	16.127,20
Desincorporação do Passivo		0,00	0,00
Incorporação do Passivo		0,00	0,00
Desincorporação do Ativo		0,00	0,00

Nota I - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Impostos	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00
Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00

Nota II - Contribuições

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Contribuições Sociais	0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00

Os valores apresentados na coluna "Exercício Anterior" referem-se ao saldo final do exercício anterior.

Os valores apresentados consideram a movimentação das contas Intra OFSS.

FONTE: GOVBR - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 12/Dez/2025, 16h e 17m.

Nota III - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Venda de Mercadorias	0,00	0,00
Venda de Produtos	0,00	0,00
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	0,00	0,00

Nota IV - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	0,00	0,00
Aportes do Banco Central	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	0,00	0,00

Nota V - Transferências e Delegações Recebidas

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Transferências Intra Governamentais	3.150.000,00	2.049.100,00
Transferências Inter Governamentais	0,00	0,00
Transferências das Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas	0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	3.150.000,00	2.049.100,00

Nota VI - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Reavaliação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos com Alienação	0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos	0,00	0,00
Desincorporação de Passivos	0,00	0,00
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00
REVERSÃO DE REAVALIAÇÃO	0,00	0,00
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	0,00	0,00

Nota VII - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VPA a classificar	0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações	0,00	0,00

Os valores apresentados na coluna "Exercício Anterior" referem-se ao saldo final do exercício anterior.

Os valores apresentados consideram a movimentação das contas Intra OFSS.

FONTE: GOVBR - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 12/Dez/2025, 16h e 17m.

Operações de Autoridade Monetária	0,00	0,00
Subvenções econômicas	0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00	0,00

Nota VIII - Pessoal e Encargos

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Remuneração a Pessoal	1.360.175,43	1.467.343,22

Encargos Patronais	176.002,05	136.430,97
Benefícios a Pessoal	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	0,00	0,00
Pessoal e Encargos	1.536.177,48	1.603.774,19

Nota IX - Benefícios Previdenciários e Assistenciais

	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
Aposentadorias e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00
Benefícios Eventuais	0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	32.620,00	29.616,88
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	32.620,00	29.616,88

Nota X - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
Uso de Material de Consumo	21.089,99	13.056,13
Serviços	228.670,33	84.926,06
Depreciação, Amortização e Exaustão	0,00	0,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	249.760,32	97.982,19

Nota XI - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
REMUNERAÇÃO NEGATIVA DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
Aporte do Banco Central	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,00	0,00

Os valores apresentados na coluna “Exercício Anterior” referem-se ao saldo final do exercício anterior.

Os valores apresentados consideram a movimentação das contas Intra OFSS.

FONTE: GOVBR - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 12/Dez/2025, 16h e 17m.

Nota XII - Transferências e Delegações Concedidas

	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
Transferências Intra Governamentais	0,00	300.015,58
Transferências Inter Governamentais	0,00	0,00
Transferências a Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências ao Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada a Entes	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	0,00	300.015,58

Nota XIII - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	0,00	0,00
Perdas com Alienação	0,00	0,00
Perdas Involuntárias	0,00	0,00
Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Desincorporação de Ativos	0,00	0,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	0,00	0,00

Nota XIV - Tributárias

	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00
Tributárias	0,00	0,00

Nota XV - Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados

	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
Custo das Mercadorias Vendidas	0,00	0,00
Custo dos Produtos Vendidos	0,00	0,00
Custo dos serviços Prestados	0,00	0,00
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	0,00	0,00

Nota XVI - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
Premiações	0,00	0,00
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00
Operações de Autoridade Monetária	0,00	0,00
Incentivos	0,00	0,00

Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Participações e Contribuições	0,00	0,00
Constituição de Provisões	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais diminutivas	4.243,18	1.583,96
Os valores apresentados na coluna "Exercício Anterior" referem-se ao saldo final do exercício anterior.		
Os valores apresentados consideram a movimentação das contas Intra OFSS.		
FONTE: GOVBR - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 12/Dez/2025, 16h e 17m.		
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	4.243,18	1.583,96
CARLOS NEI NICHELLE	***DIEGO TRINDADE***	
Contador	Presidente do Poder Legislativo	
CRC/PR 031573/O-5		
Os valores apresentados na coluna "Exercício Anterior" referem-se ao saldo final do exercício anterior.		
Os valores apresentados consideram a movimentação das contas Intra OFSS.		
FONTE: GOVBR - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 12/Dez/2025, 16h e 17m.		

Publicado por:
Adriano Faust
Código Identificador:AFDD02E3

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
ANEXO 1 DA LEI 4.320 - DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS - NOVEMBRO DE 2025

Estado do Paraná	Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas				
Camara Municipal de Saudade do Iguacu	Novembro de 2025 - Anexo 01, da Lei 4.320/64				
Unidade Gestora: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES					
Receita			Despesa		
Receitas Correntes			Despesas Correntes		
			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAI	144.115,90	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.909,25	149.025,15
Déficit		149.025,15			
Receitas Correntes Intraorçamentárias			Despesas Correntes Intraorçamentárias		
Totais		149.025,15	Totais		149.025,15
Resumo		Receita	Despesa		
Receitas Correntes		-	Despesas Correntes		149.025,15
Receitas Correntes Intraorçamentária		-	Despesas Correntes Intraorçamentária		-
Receitas de Capital		-	Despesas de Capital		-
Receitas de Capital Intraorçamentária		-	Despesas de Capital Intraorçamentária		-
Déficit		149.025,15			
Total		149.025,15	Total		149.025,15
CARLOS NEI NICHELLE			***DIEGO TRINDADE***		
Contador			Presidente do Poder Legislativo		
CRC/PR 031573/O-5					
FONTE: GOVBR - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 12/Dez/2025, 16h e 12m.					

Publicado por:
Adriano Faust
Código Identificador:5C34528F

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
ANEXO 6 DA LEI 4.320-64 - PROGRAMA DE TRABALHO - NOVEMBRO DE 2025

Estado do Parana	**Programa de Trabalho**				
Camara Municipal de Saudade do Iguacu	**Novembro de 2025 - Anexo 6, da Lei 4.320/64**				
Unidade Gestora.....: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES					
Orgao.....: 01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES					
Unidade Orcamentaria: 01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES					
Codigo	**Especificacao**	**Projetos**	**Atividades**	**Oper. Especiais**	**Total**
01.000.0000.0.000.000	Legislativa		149.025,15		149.025,15
01.031.0000.0.000.000	Acao Legislativa		149.025,15		149.025,15
01.031.0001.0.000.000	Dar cumprimento as funcoes basicas do Poder Legislativo de legislar e fiscalizar.		149.025,15		149.025,15
01.031.0001.2.001.000	ATIVIDADES DA CAMARA DE VEREADORES		149.025,15		149.025,15
	Total Unidade Orcamentaria.....		149.025,15		149.025,15
	Total do Orgao		149.025,15		149.025,15
	Total Geral		149.025,15		149.025,15
CARLOS NEI NICHELLE		***DIEGO TRINDADE***			
Contador CRC/PR 031573/O-5		Presidente do Poder Legislativo			
FONTE: GOVBR - Execucao Orcamentaria e Contabilidade Publica, 12/Dez/2025, 16h e 15m.					

Publicado por:
Adriano Faust
Código Identificador:00BECE32

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO - 51/2025 - PMSI

MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 96/2025 - PMSI

PREGÃO ELETRÔNICO – Nº. 51/2025 - PMSI

VALIDADE: 12 (doze) meses

1.DO OBJETO

Registro de preços para futura e eventual aquisição de peças e serviços para manutenção de motosserras e roçadeiras do setor de urbanismo do município, para atender a secretaria de Obras, Viação e Urbanismo.

2.O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

3.DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1.O Órgão Gerenciador da ata de registro de preços será a Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu, que exercerá suas atribuições por intermédio da Comissão de Licitação e Cadastro.

4.DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1.Os preços, a empresa, as quantidades estimadas e as especificações dos objetos registrados na presente Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

A. LUZZA MATERIAIS ELETRICOS; CNPJ/MF sob Nº26.380.227/0001-01							
LT	**IT**	**QUA**	**UN**	**DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**V. UNIT.**	**V. TOTAL**
1	1	3.000	M	FIO DE NYLON QUADRADO/ REDONDO 3,0MM	DURALAINE	R$ 2,80	R$ 8.400,00
1	2	6	UN	CARRETEL P/ ROÇADEIRAS HUQVARNA 143RII	DURALAINE	R$ 225,40	R$ 1.352,40
1	3	2	UN	TAMPA DA PARTIDA ROÇADEIRA HQ 143RII	HUSQVARNA	R$ 285,18	R$ 570,36
1	4	1	UN	TAMPA DA PARTIDA MOTOSSERRA HQ 61	HUSQVARNA	R$ 305,76	R$ 305,76
1	5	2	UN	CILINDRO COMPL. ROÇADEIRA HQ 143RII	HUSQVARNA	R$ 637,00	R$ 1.274,00
1	6	1	UN	CILINDRO COMPL. MOTOSSERRA HQ 61	HUSQVARNA	R$ 785,96	R$ 785,96
1	7	2	UN	PISTÃO COMPL. ROÇ HQ 143RII	HUSQVARNA	R$ 320,46	R$ 640,92
1	8	1	UN	PISTÃO COMPL. MOTOSSERRA HQ 61	HUSQVARNA	R$ 304,78	R$ 304,78
1	9	1	UN	CARBURADOR ROÇADEIRA HQ 143RII	HUSQVARNA	R$ 344,96	R$ 344,96
1	10	1	UN	CARBURADOR MOTOSSERRA HQ 61	HUSQVARNA	R$ 429,24	R$ 429,24
1	11	2	UN	CAIXA DE EMBREAGEM ROÇADEIRA HQ 143RII	HUSQVARNA	R$ 456,68	R$ 913,36
1	12	1	UN	TAMPA LATERAL DO SABRE DA MOTOSSERRA HQ 61	HUSQVARNA	R$ 307,72	R$ 307,72
1	13	1	UN	SABRE 30 DENTES MACIÇO ST/HQ	HUSQVARNA	R$ 554,68	R$ 554,68
1	14	1	UN	CONEXÃO MOTOSSERRA HUSQVARNA 61	HUSQVARNA	R$ 112,70	R$ 112,70
1	15	100	UN	CORRENTE DE MOTOSSERRA 3/8	HUSQVARNA	R$ 4,66	R$ 466,00
1	16	1	UN	TANQUE DE COMBUSTIVEL ROÇADEIRA HQ 143RII	HUSQVARNA	R$ 351,82	R$ 351,82
1	17	1	UN	TANQUE DE COMBUSTIVEL MOTOSSERRA HQ 61	HUSQVARNA	R$ 617,40	R$ 617,40
1	18	1	UN	TRANSMISSÃO DA ROÇADEIRA HQ 143RII	HUSQVARNA	R$ 531,16	R$ 531,16

1	19	1	UN	TANQUE DO ÓLEO DA MOTOSSERRA HQ 61	HUSQVARNA	R$ 746,76	R$ 746,76
1	20	2	UN	EMBREAGEM ROÇADEIRA HQ 143RII	HUSQVARNA	R$ 304,78	R$ 609,56
1	21	1	UN	EMBREAGEM MOTOSSERRA HQ 61	HUSQVARNA	R$ 293,02	293,02
1	22	2	UN	EIXO CARDAN ROÇADEIRA HQ 143RII	HUSQVARNA	R$ 508,62	1.017,24
1	23	1	UN	TUBO E EIXO CARDAN ROÇADEIRA HQ 143 RII	HUSQVARNA	R$ 725,20	R$ 725,20
1	24	2	UN	PUNHO DE ROÇADEIRA HQ 143RII	HUSQVARNA	R$ 276,36	R$ 552,72
1	25	2	UN	GUIDÃO DE ROÇADEIRA HQ 143RII	HUSQVARNA	R$ 266,56	R$ 533,12
1	26	1	UN	CILINDRO COMPL DE ROÇADEIRA HQ 143RII	HUSQVARNA	R$ 737,94	R$ 737,94
1	27	1	UN	CILINDRO COMPL PARA SOPRADOR COSTAL HQ	HUSQVARNA	R$ 700,70	R$ 700,70
1	28	1	UN	PISTÃO COMPLETO HQ 143RII	HUSQVARNA	R$ 336,14	R$ 336,14
1	29	1	UN	PISTÃO SOPRADOR COSTAL HQ	HUSQVARNA	R$ 352,80	R$ 352,80
1	30	1	UN	VIRABREQUIM SOPRADOR COSTAL HQ	HUSQVARNA	R$ 598,78	R$ 598,78
1	31	1	UN	VIRABREQUIM DE ROÇADEIRA HQ 143RII	HUSQVARNA	R$ 617,40	R$ 617,40
1	32	1	UN	EMBREAGEM DE SOPRADOR COSTAL HQ	HUSQVARNA	R$ 316,54	R$ 316,54
1	33	1	UN	PARTIDA RETRATIL SOPRADOR COSTAL HQ	HUSQVARNA	R$ 281,26	R$ 281,26
1	34	1	UN	CARBURADOR SOPRADOR MANUAL STHILL	ITECE	R$ 378,28	R$ 378,28
1	35	1	UN	CILINDRO COMPL SOPRADOR MANUAL STHILL	ITECE	R$ 692,86	R$ 692,86
1	36	1	UN	CARBURADOR DE ROÇADEIRA HQ 143RII	HUSQVARNA	R$ 412,58	R$ 412,58
1	37	1	UN	FLANGE DO CARBURADOR DO SOPRADOR COSTAL HQ	HUSQVARNA	R$ 96,04	R$ 96,04
1	38	2	UN	REPARO DE CARBURADOR SOPRADOR COSTAL HQ	HUSQVARNA	R$ 116,62	R$ 233,24
1	39	2	UN	REPARO DE CARBURADOR ROÇADEIRA HQ 143RII	HUSQVARNA	R$ 113,68	R$ 227,36
1	40	2	UN	JOGO DE JUNTAS MOTOSSERRA/ROÇADEIRA	HUSQVARNA	R$ 96,04	R$ 192,08
1	41	2	UN	ESCAPAMENTO PARA ROÇADEIRA HQ 143RII	HUSQVARNA	R$ 140,14	R$ 280,28
1	42	1	UN	ESCAPAMENTO PARA MOTOSSERRA HQ 61	HUSQVARNA	162,68	162,68
1	43	1	UN	CABO ARQUEADO PARA MOTOSSERRA HQ 61	HUSQVARNA	128,38	128,38
1	44	7	UN	AMORTECEDOR PARA ROÇADEIRA HQ 143RII	HUSQVARNA	37,24	260,68
1	45	7	UN	AMORTECEDOR PARA MOTOSSERRA HQ 61	HUSQVARNA	37,24	260,68

1	46	5	UN	PRATO GIRATÓRIO PARA ROÇADEIRA	ITECE	46,06	230,30
1	47	2	UN	CHAVE DE VELA	ITECE	36,26	72,52
1	48	6	UN	FILTRO DE AR ROÇADEIRA HQ 143RII	HUSQVARNA	103,88	623,28
1	49	2	UN	FILTRO DE AR MOTOSSERRA HQ 61	HUSQVARNA	107,80	215,60
1	50	2	UN	TAMBOR DA EMBREAGEM ROÇADEIRA HQ 143RII	HUSQVARNA	287,14	574,28
1	51	2	UN	TAMBOR DA EMBREAGEM MOTOSSERRA HQ 61	HUSQVARNA	317,52	635,04
1	52	2	UN	MANGUEIRA DE COMBUSTIVEL ROÇADEIRA HQ 143RII	HUSQVARNA	57,82	115,64
1	53	2	UN	MANGUEIRA DE COMBUSTIVEL MOTOSSERRA HQ 61	HUSQVARNA	43,12	86,24
1	54	2	UN	BOMBA DE OLEO PARA MOTOSSERRA HQ 61	HUSQVARNA	263,62	527,24
1	55	2	UN	JOGO DE RETENTOR PARA MOTOSSERRA	ITECE	R$ 48,02	R$ 96,04
1	56	2	UN	JOGO DE RETENTOR PARA ROÇADEIRA	ITECE	R$ 105,84	R$ 211,68
1	57	2	UN	FLANGES DA TRANSMISSÃO DE ROÇADEIRA	ITECE	R$ 58,80	R$ 117,60
1	58	4	UN	PORCA DO SABRE DE MOTOSSERRA	ITECE	R$ 23,52	R$ 94,08
1	59	10	UN	PORCA ROSCA ESQ PARA ROÇADEIRA	ITECE	R$ 35,28	R$ 352,80
1	60	2	UN	PARAFUSO ESTICADOR DE CORRENTE P/ MOTOSSERRA	ITECE	R$ 52,00	R$ 104,00
1	61	120	UN	OLEO 2 TEMPOS 500ML P/ MOTOSSERRA E ROÇADEIRA	HUSQVARNA	R$ 52,00	R$ 6.240,00
1	62	2	UN	CONJUNTO ACOPLAMENTO POLIA P/ ROÇ 143RII	HUSQVARNA	R$ 202,86	R$ 405,72
1	63	2	UN	JUNTA ENCAIXE DO EIXO P/ ROÇ 143RII	HUSQVARNA	R$ 432,18	R$ 864,36
1	64	10	UN	VELA PARA ROÇADEIRA/MOTOSSERRA	CHAMPION	R$ 74,48	R$ 744,80
1	65	5	UN	VELA PARA ROÇADEIRA HQ 143RII	HUSQVARNA	R$ 81,34	R$ 406,70
1	66	2	UN	PUNHO DA ROÇADEIRA HQ 143RII	HUSQVARNA	R$ 339,08	R$ 678,16
1	67	2	UN	TAMPA DO TANQUE DA ROÇADEIRA 143RII	HUSQVARNA	R$ 38,22	R$ 76,44
1	68	2	UN	TANQUE DE COMBUSTIVEL DA ROÇADEIRA HQ 143RII	HUSQVARNA	R$ 48,07	R$ 96,14
1	69	2	UN	PINHÃO DA ROÇADEIRA HQ	HUSQVARNA	R$ 270,48	R$ 540,96

				143RII			
1	70	2	UN	MOLA DA POLIA DA ROÇADEIRA HQ 143RII	HUSQVARNA	R$ 64,68	R$ 129,36
1	71	2	UN	POLIA DE PARTIDA DA ROÇADEIRA HQ 143RII	HUSQVARNA	R$ 80,36	R$ 160,72
1	72	2	UN	PARTIDA RETRATIL COMPL DA ROÇADEIRA HQ 143RII	HUSQVARNA	R$ 317,52	R$ 635,04
1	73	2	UN	TAMBOR DA EMBREAGEM DA ROÇADEIRA HQ 143RII	HUSQVARNA	R$ 305,76	R$ 611,52
1	74	2	UN	PRÉ-FILTRO DO AR PARA ROÇADEIRA HQ 143RII	HUSQVARNA	R$ 111,72	R$ 223,44
1	75	2	UN	SUPORTE MOLA POLIA HQ 143RII	HUSQVARNA	R$ 145,04	R$ 290,08
1	76	2	UN	CACHIMBO DE VELA ROÇADEIRA/MOTOSSERRA	ITECE	R$ 37,24	R$ 74,48
1	77	2	UN	CABO DE VELA ROÇADEIRA/MOTOSSERRA	ITECE	R$ 30,38	R$ 60,76
1	78	12	UN	CORDÃO DE ARRANQUE ROÇADEIRA/MOTOSSERRA	ITECE	R$ 14,70	R$ 176,40
1	79	2	UN	EIXO FLEXIVEL ACOPLAMENTO DO CARDAN ROÇ HQ 143RII	HUSQVARNA	R$ 271,46	R$ 542,92
1	80	2	UN	PASSADOR DE MANGUEIRA ROÇADEIRA HQ 143RII	HUSQVARNA	R$ 38,22	R$ 76,44
1	81	20	UN	AFIAÇÃO CORRENTE DE MOTOSSERRA	A. LUZZA	R$ 16,00	R$ 320,00
1	82	12	UN	LIMA DE MOTOSSERRA	OREGON	R$ 37,24	R$ 446,88
1	83	2	UN	CINTO PARA ROÇADEIRA	HUSQVARNA	R$ 194,04	R$ 388,08
1	84	10	UN	OLEO 4 TEMPOS DE 1L	INGRAX	R$ 66,64	R$ 666,40
1	85	10	UN	OLEO DE COMPRESSOR 1L	PRESSURE	R$ 81,34	R$ 813,40
1	86	2	UN	MANIPULO DE ARRANQUE ROCADEIRA/MOTOSSERRA	ITECE	R$ 22,54	R$ 45,08
1	87	2	UN	CONEXÃO DO CARBURADOR HQ 143RII	HUSQVARNA	R$ 87,22	R$ 174,44
1	88	10	UN	FILTRO DE COMBUSTÍVEL ROÇADEIRA/MOTOSSERRA	ITECE	R$ 29,40	R$ 294,00
1	89	2	UN	TRANSMISSÃO COMPL HQ 143RII	HUSQVARNA	R$ 647,78	R$ 1.295,56
1	90	2	UN	CACHORRETE DO ARRANQUE DA ROÇADEIRA HQ 143RII	HUSQVARNA	R$ 47,04	R$ 94,08
1	91	10	UN	AGULHA DE ADMISSÃO VITON ROÇADEIRA/MOTOSSERRA	HUSQVARNA	R$ 43,12	R$ 431,20
1	92	30	HR	MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM MOTOSSERRAS	A. LUZZA	R$ 197,96	R$ 5.938,80
1	93	40	HR	MANUTENÇÃO E REPOSIÇAO DE PEÇAS EM ROÇADEIRAS	A. LUZZA	R$ 215,60	R$ 8.624,00
1	94	40	HR	LIMPEZA DE CARBURADOR	A. LUZZA	R$ 116,62	R$ 4.664,80
	95	40	HR	DESCARBONIZAÇÃO	A. LUZZA	R$ 113,68	R$ 4.547,20

1							
1	96	60	HR	MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM COMPRESSOR DE AR	A. LUZZA	R$ 217,56	R$ 13.053,60
1	97	60	HR	MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM MÁQUINAS ELÉTRICAS	A. LUZZA	R$ 196,98	R$ 11.818,80
1	98	2	UN	REBOBINAGEM 1CV 2 POLOS	A. LUZZA	R$ 300,00	R$ 600,00
1	99	2	UN	REBOBINAGEM 1CV 4 POLOS	A. LUZZA	R$ 350,00	R$ 700,00
1	100	2	UN	REBOBINAGEM 2CV 2 POLOS	A. LUZZA	R$ 425,00	R$ 850,00
1	101	2	UN	REBOBINAGEM 2CV 4 POLOS	A. LUZZA	R$ 475,00	R$ 950,00
1	102	2	UN	REBOBINAGEM 3CV 2 POLOS	A. LUZZA	R$ 489,00	R$ 978,00
1	103	2	UN	REBOBINAGEM 3CV 4 POLOS	A. LUZZA	R$ 560,00	R$ 1.120,00
LT	**IT**	**QUA**	**UN**	**DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**V. UNIT**	**V. TOTAL**
7	1	1	UN	ESMERILHADEIRA A BATERIA 2.300W	DEWALT	R$ 2.485,00	R$ 2.485,00
9	1	2	UN	KIT 2 BATERIAS 5ah + CARREGADOR	DEWALT	R$ 2.100,00	R$ 4.200,00
13	1	1	UN	MOTOR ELÉTRICO 1CV 2 POLOS MONOFÁSICO	HERCULES	R$ 1.990,00	R$ 1.990,00
14	1	1	UN	MOTOR ELÉTRICO 1CV 4 POLOS MONOFÁSICO	HERCULES	R$ 2.375,00	R$ 2.375,00
VALOR TOTAL R$ 116.962,44							

Saudade do Iguaçu – PR 17 de dezembro de 2025.

Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu – PR.

ROGÉRIO GALLINA -

Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:D2B02F5B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 167/2025

PROCESSO SELETIVO EMPREGO PÚBLICO	CONTRATO Nº	MATRÍCULA Nº	CONTRATADO	EMPREGO PÚBLICO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	DATA DA ASSINATURA	VIGÊNCIA PRAZO DETERMINADO
001/2024	070/2025	3460	BRUNA MARA DA ROCHA	ENFERMEIRO - PSS	40h	17/12/2025	17/12/2026

Agudos do Sul, em 17 de dezembro de 2025

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ

Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:0D895755

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
EXTRATO Nº 168/2025 DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO REGIME ESPECIAL

PROCESSO SELETIVO EMPREGO PÚBLICO	CONTRATO Nº	MATRÍCULA Nº	CONTRATADO	EMPREGO PÚBLICO	CARGA HORARIA SEMANAL	OBJETO DO ADITIVO	VIGÊNCIA PRAZO DETERMINADO
001/2024	064/2024	3212	DAMIANE KAMILA SANTOS BREGOCHE	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - PSS	40 hrs	Prorrogação de Prazo	19/12/2026

Agudos do Sul, em 17 de dezembro de 2025

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ

Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:F0A843DB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 1.198/2025

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER férias ao servidores abaixo relacionados, no período respectivo indicado:

MATRÍCULA	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
9360	ABBOUD FURSA	12/04/2023-11/04/2024	01/12/2025-15/12/2025
9377	ADRIELE CRISTINE LAZARINI	12/04/2024-11/04/2025	05/12/2025-19/12/2025
3381	ALCENDINO DE NADAI FIGUEIREDO	04/03/2023-03/03/2024	04/12/2025-18/12/2025
3026	ALESSANDRA CARDOSO HERNANDES	04/03/2023-03/03/2024	15/12/2025-03/01/2026
509	ANGELA MARIS KOWALSKI DREWS	01/05/2023-30/04/2024	09/12/2025-23/12/2025
9382	BEATRIZ DE SOUZA CORDEIRO	12/04/2024-11/04/2025	22/12/2025-05/01/2026
10613	BRUNA RENATA DOS SANTOS KESTERING NUNES	01/08/2024-31/07/2025	01/12/2025-20/12/2025
6146	CRISTIANE DE OLIVEIRA	22/02/2020-21/02/2021	15/12/2025-13/01/2026
9677	DALVA NEVES CAMPOS	10/07/2024-09/07/2025	10/12/2025-31/12/2025
9429	ELENIR MANIA CHAVES	12/04/2024-11/04/2025	10/12/2025-25/12/2025
5040	ELIANE EVA VIEIRA	13/10/2024 -12/10/2025	01/12/2025-15/12/2025
3465	FERNANDA CAVALCANTI MAGALHÃES	21/06/2024-20/06/2025	15/12/2025-29/12/2025
2819	FERNANDA CECONELLO SEIXAS	04/03/2022-03/03/2023	05/12/2025-19/12/2025
6479	FERNANDA STELLA FERREIRA MARTINS	06/06/2023-05/06/2024	01/12/2025-15/12/2025
2576	FLAVIO APARECIDO ESTOCK	08/08/2023-07/08/2024	04/12/2025-03/01/2026
2165	JOSE MAURICIO NUNES DE VIVEIROS	01/02/2022 -31/01/2023	16/12/2025-15/01/2026
9385	KYARA MORGANA RAMOS DE LIMA	13/11/2024-12/11/2025	01/12/2025-15/12/2025
9854	LUCAS CARDOSO RODRGUES	08/01/2024-07/01/2025	22/12/2025-09/01/2025

9432	LUCELIA RODRIGUES DE SOUZA	12/04/2024-11/04/2025	22/12/2025-05/01/2026
5200	MARIA CRISTINA BORNANCIN CIT SANTANA	03/10/2023-02/10/2024	01/12/2025-15/12/2025
10041	MARIA JOSIANE SOUSA DE OLIVEIRA DA SILVA	01/04/2024-31/03/2025	08/12/2025-22/12/2025
9836	MARIA VICTORIA SECCHI RIBEIRO	13/11/2023-12/11/2024	04/12/2025-18/12/2025
6198	MARIO ROBERTO GURGEL KNOPKI	01/03/2023-29/02/2024	22/12/2025-10/01/206
8084	MARIZETE MONTEIRO ROSA	01/02/2024-31/01/20250	05/12/2025-19/12/2025
9386	NADIA GUIMARÃES SERAFIM	12/04/2024-11/04/2025	17/12/2025-31/12/2025
10484	NATHALIA DOS SANTOS MENDES DA SILVA	01/08/2024-31/07/2025	15/12/2025-19/12/2025
1163	OLDEMAR CAMPOS	01/01/2024-31/12/2024	01/12/2025-30/12/2025
5212	PHABLO LUIZ MILANI	01/11/2021-31/10/2022	09/12/2025-23/12/2025
10167	ROBERTA CECILIA BUENO	16/05/2024-15/05/2025	01/12/2025-20/12/2025
6156	SILMARA GORETE DE PAULA	24/02/2024-23/02/2025	01/12/2025-15/12/2025
9551	VANESSA ALMEIDA DA SILVA CORREA	01/06/2024-31/05/2025	01/12/2025-30/12/2025
10235	VIVIANE DA CONCEIÇÃOI TONON	04/06/2024-03/06/2025	09/12/2025-23/12/2025

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 16 de dezembro de 2025.

DANIEL LOVATO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Paulo de Lara Junior
Código Identificador:DC175B80

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
LEI Nº. 4.001 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025

(PROJETO DE LEI Nº. 103/2025 – PMA)

LEI Nº. 4.001 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025

Súmula: "Dispõe sobre a forma de amortização do déficit técnico atuarial (custo suplementar) para obtenção do equilíbrio financeiro e atuarial que o Município tem em face do Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Andirá - FUNPESPA."

A CÂMARA MUNICIPAL DE ANDIRÁ, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Andirá - FUNPESPA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.752.073/0001-90, responsável pelo regime próprio de previdência dos servidores municipais dos Poderes Legislativo e Executivo, incluídas as autarquias e fundações, na forma do Art. 40 da Constituição Federal, é CREDOR junto o Município de ANDIRÁ da quantia de **R$ 258.907.558,74 (duzentos e cinquenta e oito milhões, novecentos e sete mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e setenta e quatro centavos)**, tendo como data base **31 de dezembro de 2024**, correspondente ao déficit técnico atuarial gerados pela ausência ou insuficiência de alíquotas de contribuição, inadequação da metodologia ou hipóteses atuariais ou outras causas que ocasionaram a insuficiência de ativos necessários às coberturas das reservas matemáticas previdenciárias.

§ 1º - O Município de Andirá compromete-se a quitar a quantia disposta no *caput* de forma definitiva e irretratável, configurando-se como "confissão extrajudicial", nos termos dos Arts. 389, 394 e 395 do Novo Código de Processo Civil.

§ 2º - O Município de Andirá renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida, assumindo integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Andirá -

FUNPESPA de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas, não incluídas nesta Lei, ainda que relativas ao mesmo período.

Art. 2º - O Município de Andirá, para obter o equilíbrio financeiro e atuarial nos termos do Art. 1º, *caput*, da Lei Federal 9.717/98, do Art. 2º, *caput* da Portaria MPAS 4.992/99, do Art. 5º, II da Portaria MPS 204/08, do Art. 8º da Portaria MPS 402/08 e do Art. 18, § 1º da Portaria MPS 403/08 e da Portaria MF nº 464/2018 realizará a amortização do déficit técnico atuarial em ***31 (trinta e um) anos***, conforme projeção de amortização da avaliação atuarial, constante no Anexo I desta Lei.

Parágrafo Único. Conforme projeção de amortização do déficit técnico atuarial, demonstrado no Anexo I, haverá a quitação no exercício de ***2055***.

Art. 3º - O Município de Andirá, **para o exercício de 2025**, realizará o pagamento do déficit técnico atuarial através de aporte, com fulcro no Art. 19, §§ 1º e 2º da Portaria MPS 403, de 10 de dezembro de 2008 e Portaria MF nº 464/2018, o pagamento ocorrerá através de aporte anual no montante de **R$ 9.475.828,50 (nove milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, oitocentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos)**, até o dia 31 de dezembro de 2025.

§ 1º - O vencimento dos primeiros repasses do exercício 2025 anteriores à edição desta Lei dar-se-á até o último dia útil do mês da publicação desta Lei e as demais parcelas seguem o disposto no *caput*, abatidos os valores já pagos neste exercício de 2025 pelo Município até a publicação desta Lei.

§ 2º - O Município Andirá compromete-se a efetuar os pagamentos em dia, sob pena de incidir juros de 0,5% (meio por cento) ao mês e atualização pelo INPC/IBGE ou outro índice que o substituir, desde a data de vencimento até a data do pagamento.

§ 3º - O Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Andirá - FUNPESPA não está obrigado a providenciar qualquer notificação ou interpelação para constituir o Município de Andirá em mora pelo não pagamento de

quaisquer das parcelas da presente Lei, sendo que o simples e puro inadimplemento já obriga o pagamento da totalidade remanescente.

§ 4º - O não pagamento pelo Município de Andirá de quaisquer parcelas nos vencimentos estipulados implicará o imediato vencimento do saldo devedor remanescente, passando a ser inscrito em dívida na Dívida Ativa do Município de Andirá, com os acréscimos legais.

§ 5º - Fica facultado ao Chefe do Executivo editar Decreto para que seja retida determinada alíquota ou aporte periódico do FPM – Fundo de Participação dos Municípios e repassado ao Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Andirá - FUNPESPA, dando cobertura ao pagamento do déficit técnico atuarial.

§ 6º - Fica facultado ao Chefe do Poder Executivo a dação em pagamento em bens imóveis ao Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Andirá – FUNPESPA, a fim de amortização do déficit técnico atuarial, através da transmissão de bens imóveis que não configurem áreas institucionais ou verdes e que não se enquadrem como bem de uso comum do povo ou de uso especial, nos termos do artigo 99, incisos I e II, do Código Civil Brasileiro, conforme as orientações do Ministério da Previdência Social.

§ 7º - A dação em pagamento a que se refere o parágrafo anterior poderá realizar-se, também, em um único bem imóvel, ainda que em área de uso especial, nos termos do artigo 99, inciso II, do Código Civil, quando a finalidade do referido imóvel for a constituição da sede do Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Andirá – FUNPESPA.

§ 8º - Em quaisquer das hipóteses de dação em pagamento elencadas neste artigo, a proposta do Prefeito Municipal deverá ser aprovada previamente pela maioria absoluta dos Conselheiros do FUNPESPA e, ainda:

I - os bens objetos de dação em pagamento deverão ser vinculados por lei ao FUNPESPA;

II - a dação em pagamento deverá ser precedida de criteriosa avaliação do valor de mercado dos bens, direitos e demais ativos, bem como da sua liquidez em prazo compatível com as obrigações do plano de benefícios;

III - os imóveis deverão estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus.

Art. 4º - Por Influência de fatores biométricos, demográficos e econômicos o déficit técnico atuarial deverá ser revisto anualmente, ficando condicionado à realização das reavaliações atuariais anuais.

Parágrafo Único. Com base no Art. 18, § 2º da Portaria MPS 403, de 10 de dezembro de 2008 e Portaria MF nº 464/2018, caso o plano de amortização não esteja contido na realização da reavaliação atuarial anual, na forma disposta nos Arts. 1º e 4º desta Lei, ou caso contido não indicar a necessidade de alteração do plano de equacionamento do déficit técnico atuarial, a amortização será realizada na forma da projeção disposta no Anexo I da presente Lei, pautando-se nas premissas e diretrizes fixadas na ultima Nota Técnica Atuarial, cabendo ao Chefe do Executivo a edição de Decreto para regulamentar a forma de amortização em cada exercício competente.

Art. 5º - O Município de Andirá se obriga a consignar no orçamento de cada exercício as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e amortização.

Art. 6º - O Município de Andirá compromete-se a informar o pagamento de cada prestação mensal desta Lei e o recolhimento de quaisquer contribuições previdenciárias correntes mensais, incidentes sobre a remuneração dos servidores efetivos, tanto a parte retida dos servidores efetivos, quanto a parte patronal, em conformidade com as alíquotas previdenciárias apuradas pelo Cálculo Atuarial e definida em Lei Municipal, através dos seguintes documentos:

a) o demonstrativo previdenciário;

b) o demonstrativo financeiro; e

c) o comprovante de repasse.

Art. 7° - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogada a Lei Municipal nº. 3.855 de 17 de setembro de 2024.

Paço Municipal “Bráulio Barbosa Ferraz”, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 16 de dezembro de 2025, 82º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA

Prefeita Municipal

ANEXO I

ANO	BASE DE CÁLCULO	SALDO INICIAL	(-) PAGAMENTO	(-) PAGAMENTO MENSAL	JUROS	SALDO FINAL
2025	R$ 36.445.494,24	R$ 258.907.558,74	-R$ 9.475.828,50	-R$ 789.652,38	R$ 14.162.243,46	R$ 263.593.973,70
2026	R$ 36.809.949,18	R$ 263.593.973,70	-R$ 10.306.785,77	-R$ 858.898,81	R$ 14.418.590,36	R$ 267.705.778,29
2027	R$ 37.178.048,67	R$ 267.705.778,29	-R$ 14.871.219,47	-R$ 1.239.268,29	R$ 14.643.506,07	R$ 267.478.064,89
2028	R$ 37.549.829,16	R$ 267.478.064,89	-R$ 17.272.921,41	-R$ 1.439.410,12	R$ 14.631.050,15	R$ 264.836.193,63
2029	R$ 37.925.327,45	R$ 264.836.193,63	-R$ 17.445.650,63	-R$ 1.453.804,22	R$ 14.486.539,79	R$ 261.877.082,79
2030	R$ 38.304.580,72	R$ 261.877.082,79	-R$ 17.620.107,13	-R$ 1.468.342,26	R$ 14.324.676,43	R$ 258.581.652,09
2031	R$ 38.687.626,53	R$ 258.581.652,09	-R$ 17.796.308,20	-R$ 1.483.025,68	R$ 14.144.416,37	R$ 254.929.760,25
2032	R$ 39.074.502,80	R$ 254.929.760,25	-R$ 17.974.271,29	-R$ 1.497.855,94	R$ 13.944.657,89	R$ 250.900.146,85
2033	R$ 39.465.247,83	R$ 250.900.146,85	-R$ 18.154.014,00	-R$ 1.512.834,50	R$ 13.724.238,03	R$ 246.470.370,89
2034	R$ 39.859.900,30	R$ 246.470.370,89	-R$ 18.335.554,14	-R$ 1.527.962,84	R$ 13.481.929,29	R$ 241.616.746,03
2035	R$ 40.258.499,31	R$ 241.616.746,03	-R$ 18.518.909,68	-R$ 1.543.242,47	R$ 13.216.436,01	R$ 236.314.272,36
2036	R$ 40.661.084,30	R$ 236.314.272,36	-R$ 18.704.098,78	-R$ 1.558.674,90	R$ 12.926.390,70	R$ 230.536.564,28
2037	R$ 41.067.695,14	R$ 230.536.564,28	-R$ 18.891.139,77	-R$ 1.574.261,65	R$ 12.610.350,07	R$ 224.255.774,58
2038	R$ 41.478.372,09	R$ 224.255.774,58	-R$ 19.080.051,16	-R$ 1.590.004,26	R$ 12.266.790,87	R$ 217.442.514,29
2039	R$ 41.893.155,82	R$ 217.442.514,29	-R$ 19.270.851,67	-R$ 1.605.904,31	R$ 11.894.105,53	R$ 210.065.768,15
2040	R$ 42.312.087,37	R$ 210.065.768,15	-R$ 19.463.560,19	-R$ 1.621.963,35	R$ 11.490.597,52	R$ 202.092.805,47
2041	R$ 42.735.208,25	R$ 202.092.805,47	-R$ 19.658.195,79	-R$ 1.638.182,98	R$ 11.054.476,46	R$ 193.489.086,14
2042	R$ 43.162.560,33	R$ 193.489.086,14	-R$ 19.854.777,75	-R$ 1.654.564,81	R$ 10.583.853,01	R$ 184.218.161,40
2043	R$ 43.594.185,93	R$ 184.218.161,40	-R$ 20.053.325,53	-R$ 1.671.110,46	R$ 10.076.733,43	R$ 174.241.569,30
2044	R$ 44.030.127,79	R$ 174.241.569,30	-R$ 20.253.858,78	-R$ 1.687.821,57	R$ 9.531.013,84	R$ 163.518.724,35
2045	R$ 44.470.429,07	R$ 163.518.724,35	-R$ 20.456.397,37	-R$ 1.704.699,78	R$ 8.944.474,22	R$ 152.006.801,20
2046	R$ 44.915.133,36	R$ 152.006.801,20	-R$ 20.660.961,35	-R$ 1.721.746,78	R$ 8.314.772,03	R$ 139.660.611,88
2047	R$ 45.364.284,69	R$ 139.660.611,88	-R$ 20.867.570,96	-R$ 1.738.964,25	R$ 7.639.435,74	R$ 126.432.476,39
2048	R$ 45.817.927,54	R$ 126.432.476,39	-R$ 21.076.246,67	-R$ 1.756.353,89	R$ 6.915.856,46	R$ 112.272.086,18
2049	R$ 46.276.106,82	R$ 112.272.086,18	-R$ 21.287.009,14	-R$ 1.773.917,43	R$ 6.141.283,11	R$ 97.126.360,16
2050	R$ 46.738.867,88	R$ 97.126.360,16	-R$ 21.499.879,23	-R$ 1.791.656,60	R$ 5.312.811,90	R$ 80.939.292,83
2051	R$ 47.206.256,56	R$ 80.939.292,83	-R$ 21.714.878,02	-R$ 1.809.573,17	R$ 4.427.379,32	R$ 63.651.794,13
2052	R$ 47.678.319,13	R$ 63.651.794,13	-R$ 21.932.026,80	-R$ 1.827.668,90	R$ 3.481.753,14	R$ 45.201.520,47
2053	R$ 48.155.102,32	R$ 45.201.520,47	-R$ 22.151.347,07	-R$ 1.845.945,59	R$ 2.472.523,17	R$ 25.522.696,58
2054	R$ 48.636.653,34	R$ 25.522.696,58	-R$ 22.372.860,54	-R$ 1.864.405,04	R$ 1.396.091,50	R$ 4.545.927,54
2055	R$ 49.123.019,88	R$ 4.545.927,54	-R$ 22.596.589,14	-R$ 1.883.049,10	R$ 248.662,24	-R$ 17.801.999,37

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:8899FA3D

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 19.724 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Ednyra Aparecida Sanches Bueno De Godoy Ferreira, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDOa Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado.

CONSIDERANDOo Decreto 9.858 de 24 de Janeiro de 2023 que regulamenta a gestão e fiscalização dos contratos no âmbito do Poder Executivo no Município de Andirá Pr.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear os servidores, abaixo relacionados, como Fiscal de Contrato, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Fiscal Titular:	OTÁVIO MILANI BUENO DE GODOI LAIZA ARIEL NUNES DE SOUZA CLAUDIA BODNARCZUK TROINA CLEUSA ROSA DA SILVA MADOGLIO

	GABRIELA RODRIGUES REYNALDO JAQUELINE ROBERTA DE SOUZA JUCELINA DE SOUZA COSTA BIRELLO SIMONE GODOI AUDI DE MELLO TACIANA DE SOUZA LISANDRA CRISTINA DA SILVA DANIEL LUIZ MILANI ANA HELENA PEREIRA DE CAMPOS BERNARDINI RAFAEL VITAL DOS SANTOS FABIO BIANCARDI BALDINI DANIEL TAVARES DE ANDRADE MARIELLE DE OLIVEIRA PEREIRA MAYARA OLIVEIRA MIRANDA PALUDETTO RAIMUNDO ELEOTERIO BENFICA JUNIOR CARLOS HENRIQUE CLARO DE CARVALHO		
Fiscal Substituto:	TIAGO AUGUSTO LUIZ DE OLIVEIRA REGINALDO REINALDO EDUARDO FIDELIS DA SILVA JAMECELANI OLIVEIRA DIAS JULIANA CASAGRANDE FELIX LÉIA NEVES FRANCISQUINHO MARLENE MARIA DA SILVA MITROVINI SONIA APARECIDA DE CARVALHO DE PAULA SILVANA APARECIDA JESUS DA SILVA KAREN CAROLINE HARUE TAKANO LOURENÇÃO LEONARDO FERREIRA DA SILVA JULIO CESAR CARVALHO MARCEL LEMANA ANTONIO EDUARDO BONIFÁCIO LUIZ ANTONIO DE AGUIAR PAULO HENRIQUE DA SILVA RODRIGUES RAFAEL GUSTAVO DE SOUZA GUERRA CRISTIANA DA SILVA SANTOS		
Gestor Titular:	ANA LUIZA DE OLIVEIRA MOURA		
Gestor Substituto:	DIRCEU LUIZ		
Ata nº	085/2025	**VIGÊNCIA:**	17.12.2025 A 16.12.2026
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO		
Nº licitação	033/2025		
Contratado:	**B9 BEBEDOUROS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**		
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETROELETRÔNICO, ELETRODOMÉSTICOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, BICICLETAS E COLCHONETE, ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.		
Valor:	**R$ 32.938,35**		

Fiscal Titular:	OTÁVIO MILANI BUENO DE GODOI LAIZA ARIEL NUNES DE SOUZA CLAUDIA BODNARCZUK TROINA CLEUSA ROSA DA SILVA MADOGLIO GABRIELA RODRIGUES REYNALDO JAQUELINE ROBERTA DE SOUZA JUCELINA DE SOUZA COSTA BIRELLO SIMONE GODOI AUDI DE MELLO TACIANA DE SOUZA LISANDRA CRISTINA DA SILVA DANIEL LUIZ MILANI ANA HELENA PEREIRA DE CAMPOS BERNARDINI RAFAEL VITAL DOS SANTOS FABIO BIANCARDI BALDINI DANIEL TAVARES DE ANDRADE MARIELLE DE OLIVEIRA PEREIRA MAYARA OLIVEIRA MIRANDA PALUDETTO RAIMUNDO ELEOTERIO BENFICA JUNIOR CARLOS HENRIQUE CLARO DE CARVALHO
Fiscal Substituto:	TIAGO AUGUSTO LUIZ DE OLIVEIRA REGINALDO REINALDO EDUARDO FIDELIS DA SILVA JAMECELANI OLIVEIRA DIAS JULIANA CASAGRANDE FELIX LÉIA NEVES FRANCISQUINHO MARLENE MARIA DA SILVA MITROVINI SONIA APARECIDA DE CARVALHO DE PAULA SILVANA APARECIDA JESUS DA SILVA KAREN CAROLINE HARUE TAKANO LOURENÇÃO LEONARDO FERREIRA DA SILVA JULIO CESAR CARVALHO MARCEL LEMANA ANTONIO EDUARDO BONIFÁCIO LUIZ ANTONIO DE AGUIAR PAULO HENRIQUE DA SILVA RODRIGUES RAFAEL GUSTAVO DE SOUZA GUERRA CRISTIANA DA SILVA SANTOS
Gestor Titular:	ANA LUIZA DE OLIVEIRA MOURA
Gestor Substituto:	DIRCEU LUIZ

Ata nº	085/2025	**VIGÊNCIA:**	17.12.2025 A 16.12.2026
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO		
Nº licitação	033/2025		
Contratado:	**CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA ME**		
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETROELETRÔNICO, ELETRODOMÉSTICOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, BICICLETAS E COLCHONETE, ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.		
Valor:	**R$ 3.360,00**		

Fiscal Titular:	OTÁVIO MILANI BUENO DE GODOI LAIZA ARIEL NUNES DE SOUZA CLAUDIA BODNARCZUK TROINA CLEUSA ROSA DA SILVA MADOGLIO GABRIELA RODRIGUES REYNALDO JAQUELINE ROBERTA DE SOUZA JUCELINA DE SOUZA COSTA BIRELLO SIMONE GODOI AUDI DE MELLO TACIANA DE SOUZA LISANDRA CRISTINA DA SILVA DANIEL LUIZ MILANI ANA HELENA PEREIRA DE CAMPOS BERNARDINI RAFAEL VITAL DOS SANTOS FABIO BIANCARDI BALDINI DANIEL TAVARES DE ANDRADE MARIELLE DE OLIVEIRA PEREIRA MAYARA OLIVEIRA MIRANDA PALUDETTO RAIMUNDO ELEOTERIO BENFICA JUNIOR CARLOS HENRIQUE CLARO DE CARVALHO
Fiscal Substituto:	TIAGO AUGUSTO LUIZ DE OLIVEIRA REGINALDO REINALDO EDUARDO FIDELIS DA SILVA JAMECELANI OLIVEIRA DIAS JULIANA CASAGRANDE FELIX LÉIA NEVES FRANCISQUINHO MARLENE MARIA DA SILVA MITROVINI SONIA APARECIDA DE CARVALHO DE PAULA SILVANA APARECIDA JESUS DA SILVA KAREN CAROLINE HARUE TAKANO LOURENÇÃO LEONARDO FERREIRA DA SILVA JULIO CESAR CARVALHO MARCEL LEMANA ANTONIO EDUARDO BONIFÁCIO

	LUIZ ANTONIO DE AGUIAR PAULO HENRIQUE DA SILVA RODRIGUES RAFAEL GUSTAVO DE SOUZA GUERRA CRISTIANA DA SILVA SANTOS		
Gestor Titular:	ANA LUIZA DE OLIVEIRA MOURA		
Gestor Substituto:	DIRCEU LUIZ		
Ata nº	085/2025	**VIGÊNCIA:**	17.12.2025 A 16.12.2026
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO		
Nº licitação	033/2025		
Contratado:	**CREATIVE LICITACOES LTDA**		
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETROELETRÔNICO, ELETRODOMÉSTICOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, BICICLETAS E COLCHONETE, ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.		
Valor:	**R$ 26.700,00**		

Fiscal Titular:	OTÁVIO MILANI BUENO DE GODOI LAIZA ARIEL NUNES DE SOUZA CLAUDIA BODNARCZUK TROINA CLEUSA ROSA DA SILVA MADOGLIO GABRIELA RODRIGUES REYNALDO JAQUELINE ROBERTA DE SOUZA JUCELINA DE SOUZA COSTA BIRELLO SIMONE GODOI AUDI DE MELLO TACIANA DE SOUZA LISANDRA CRISTINA DA SILVA DANIEL LUIZ MILANI ANA HELENA PEREIRA DE CAMPOS BERNARDINI RAFAEL VITAL DOS SANTOS FABIO BIANCARDI BALDINI DANIEL TAVARES DE ANDRADE MARIELLE DE OLIVEIRA PEREIRA MAYARA OLIVEIRA MIRANDA PALUDETTO RAIMUNDO ELEOTERIO BENFICA JUNIOR CARLOS HENRIQUE CLARO DE CARVALHO
Fiscal Substituto:	TIAGO AUGUSTO LUIZ DE OLIVEIRA REGINALDO REINALDO EDUARDO FIDELIS DA SILVA JAMECELANI OLIVEIRA DIAS JULIANA CASAGRANDE FELIX LÉIA NEVES FRANCISQUINHO MARLENE MARIA DA SILVA MITROVINI SONIA APARECIDA DE CARVALHO DE PAULA SILVANA APARECIDA JESUS DA SILVA KAREN CAROLINE HARUE TAKANO LOURENÇÃO

	LEONARDO FERREIRA DA SILVA JULIO CESAR CARVALHO MARCEL LEMANA ANTONIO EDUARDO BONIFÁCIO LUIZ ANTONIO DE AGUIAR PAULO HENRIQUE DA SILVA RODRIGUES RAFAEL GUSTAVO DE SOUZA GUERRA CRISTIANA DA SILVA SANTOS		
Gestor Titular:	ANA LUIZA DE OLIVEIRA MOURA		
Gestor Substituto:	DIRCEU LUIZ		
Ata nº	085/2025	**VIGÊNCIA:**	17.12.2025 A 16.12.2026
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO		
Nº licitação	033/2025		
Contratado:	**FRANCIELE ELETRO LTDA**		
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETROELETRÔNICO, ELETRODOMÉSTICOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, BICICLETAS E COLCHONETE, ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.		
Valor:	**R$ 259.960,00**		

Fiscal Titular:	OTÁVIO MILANI BUENO DE GODOI LAIZA ARIEL NUNES DE SOUZA CLAUDIA BODNARCZUK TROINA CLEUSA ROSA DA SILVA MADOGLIO GABRIELA RODRIGUES REYNALDO JAQUELINE ROBERTA DE SOUZA JUCELINA DE SOUZA COSTA BIRELLO SIMONE GODOI AUDI DE MELLO TACIANA DE SOUZA LISANDRA CRISTINA DA SILVA DANIEL LUIZ MILANI ANA HELENA PEREIRA DE CAMPOS BERNARDINI RAFAEL VITAL DOS SANTOS FABIO BIANCARDI BALDINI DANIEL TAVARES DE ANDRADE MARIELLE DE OLIVEIRA PEREIRA MAYARA OLIVEIRA MIRANDA PALUDETTO RAIMUNDO ELEOTERIO BENFICA JUNIOR CARLOS HENRIQUE CLARO DE CARVALHO
Fiscal Substituto:	TIAGO AUGUSTO LUIZ DE OLIVEIRA REGINALDO REINALDO EDUARDO FIDELIS DA SILVA JAMECELANI OLIVEIRA DIAS JULIANA CASAGRANDE FELIX LÉIA NEVES FRANCISQUINHO

	MARLENE MARIA DA SILVA MITROVINI SONIA APARECIDA DE CARVALHO DE PAULA SILVANA APARECIDA JESUS DA SILVA KAREN CAROLINE HARUE TAKANO LOURENÇÃO LEONARDO FERREIRA DA SILVA JULIO CESAR CARVALHO MARCEL LEMANA ANTONIO EDUARDO BONIFÁCIO LUIZ ANTONIO DE AGUIAR PAULO HENRIQUE DA SILVA RODRIGUES RAFAEL GUSTAVO DE SOUZA GUERRA CRISTIANA DA SILVA SANTOS		
Gestor Titular:	ANA LUIZA DE OLIVEIRA MOURA		
Gestor Substituto:	DIRCEU LUIZ		
Ata nº	085/2025	**VIGÊNCIA:**	17.12.2025 A 16.12.2026
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO		
Nº licitação	033/2025		
Contratado:	**HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA**		
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETROELETRÔNICO, ELETRODOMÉSTICOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, BICICLETAS E COLCHONETE, ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.		
Valor:	**R$ 47.488,20**		

Fiscal Titular:	OTÁVIO MILANI BUENO DE GODOI LAIZA ARIEL NUNES DE SOUZA CLAUDIA BODNARCZUK TROINA CLEUSA ROSA DA SILVA MADOGLIO GABRIELA RODRIGUES REYNALDO JAQUELINE ROBERTA DE SOUZA JUCELINA DE SOUZA COSTA BIRELLO SIMONE GODOI AUDI DE MELLO TACIANA DE SOUZA LISANDRA CRISTINA DA SILVA DANIEL LUIZ MILANI ANA HELENA PEREIRA DE CAMPOS BERNARDINI RAFAEL VITAL DOS SANTOS FABIO BIANCARDI BALDINI DANIEL TAVARES DE ANDRADE MARIELLE DE OLIVEIRA PEREIRA MAYARA OLIVEIRA MIRANDA PALUDETTO RAIMUNDO ELEOTERIO BENFICA JUNIOR CARLOS HENRIQUE CLARO DE CARVALHO
Fiscal Substituto:	TIAGO AUGUSTO LUIZ DE OLIVEIRA REGINALDO REINALDO

	EDUARDO FIDELIS DA SILVA JAMECELANI OLIVEIRA DIAS JULIANA CASAGRANDE FELIX LÉIA NEVES FRANCISQUINHO MARLENE MARIA DA SILVA MITROVINI SONIA APARECIDA DE CARVALHO DE PAULA SILVANA APARECIDA JESUS DA SILVA KAREN CAROLINE HARUE TAKANO LOURENÇÃO LEONARDO FERREIRA DA SILVA JULIO CESAR CARVALHO MARCEL LEMANA ANTONIO EDUARDO BONIFÁCIO LUIZ ANTONIO DE AGUIAR PAULO HENRIQUE DA SILVA RODRIGUES RAFAEL GUSTAVO DE SOUZA GUERRA CRISTIANA DA SILVA SANTOS		
Gestor Titular:	ANA LUIZA DE OLIVEIRA MOURA		
Gestor Substituto:	DIRCEU LUIZ		
Ata nº	085/2025	**VIGÊNCIA:**	17.12.2025 A 16.12.2026
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO		
Nº licitação	033/2025		
Contratado:	**JULIANO VEZENTIN COMERCIAL LTDA**		
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETROELETRÔNICO, ELETRODOMÉSTICOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, BICICLETAS E COLCHONETE, ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.		
Valor:	**R$ 21.850,00**		

Fiscal Titular:	OTÁVIO MILANI BUENO DE GODOI LAIZA ARIEL NUNES DE SOUZA CLAUDIA BODNARCZUK TROINA CLEUSA ROSA DA SILVA MADOGLIO GABRIELA RODRIGUES REYNALDO JAQUELINE ROBERTA DE SOUZA JUCELINA DE SOUZA COSTA BIRELLO SIMONE GODOI AUDI DE MELLO TACIANA DE SOUZA LISANDRA CRISTINA DA SILVA DANIEL LUIZ MILANI ANA HELENA PEREIRA DE CAMPOS BERNARDINI RAFAEL VITAL DOS SANTOS FABIO BIANCARDI BALDINI DANIEL TAVARES DE ANDRADE MARIELLE DE OLIVEIRA PEREIRA

	MAYARA OLIVEIRA MIRANDA PALUDETTO RAIMUNDO ELEOTERIO BENFICA JUNIOR CARLOS HENRIQUE CLARO DE CARVALHO		
Fiscal Substituto:	TIAGO AUGUSTO LUIZ DE OLIVEIRA REGINALDO REINALDO EDUARDO FIDELIS DA SILVA JAMECELANI OLIVEIRA DIAS JULIANA CASAGRANDE FELIX LÉIA NEVES FRANCISQUINHO MARLENE MARIA DA SILVA MITROVINI SONIA APARECIDA DE CARVALHO DE PAULA SILVANA APARECIDA JESUS DA SILVA KAREN CAROLINE HARUE TAKANO LOURENÇÃO LEONARDO FERREIRA DA SILVA JULIO CESAR CARVALHO MARCEL LEMANA ANTONIO EDUARDO BONIFÁCIO LUIZ ANTONIO DE AGUIAR PAULO HENRIQUE DA SILVA RODRIGUES RAFAEL GUSTAVO DE SOUZA GUERRA CRISTIANA DA SILVA SANTOS		
Gestor Titular:	ANA LUIZA DE OLIVEIRA MOURA		
Gestor Substituto:	DIRCEU LUIZ		
Ata nº	085/2025	**VIGÊNCIA:**	17.12.2025 A 16.12.2026
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO		
Nº licitação	033/2025		
Contratado:	**JVO INFORMÁTICA LTDA**		
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETROELETRÔNICO, ELETRODOMÉSTICOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, BICICLETAS E COLCHONETE, ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.		
Valor:	**R$ 111.454,70**		

Fiscal Titular:	OTÁVIO MILANI BUENO DE GODOI LAIZA ARIEL NUNES DE SOUZA CLAUDIA BODNARCZUK TROINA CLEUSA ROSA DA SILVA MADOGLIO GABRIELA RODRIGUES REYNALDO JAQUELINE ROBERTA DE SOUZA JUCELINA DE SOUZA COSTA BIRELLO SIMONE GODOI AUDI DE MELLO TACIANA DE SOUZA LISANDRA CRISTINA DA SILVA DANIEL LUIZ MILANI ANA HELENA PEREIRA DE CAMPOS BERNARDINI

	RAFAEL VITAL DOS SANTOS FABIO BIANCARDI BALDINI DANIEL TAVARES DE ANDRADE MARIELLE DE OLIVEIRA PEREIRA MAYARA OLIVEIRA MIRANDA PALUDETTO RAIMUNDO ELEOTERIO BENFICA JUNIOR CARLOS HENRIQUE CLARO DE CARVALHO		
Fiscal Substituto:	TIAGO AUGUSTO LUIZ DE OLIVEIRA REGINALDO REINALDO EDUARDO FIDELIS DA SILVA JAMECELANI OLIVEIRA DIAS JULIANA CASAGRANDE FELIX LÉIA NEVES FRANCISQUINHO MARLENE MARIA DA SILVA MITROVINI SONIA APARECIDA DE CARVALHO DE PAULA SILVANA APARECIDA JESUS DA SILVA KAREN CAROLINE HARUE TAKANO LOURENÇÃO LEONARDO FERREIRA DA SILVA JULIO CESAR CARVALHO MARCEL LEMANA ANTONIO EDUARDO BONIFÁCIO LUIZ ANTONIO DE AGUIAR PAULO HENRIQUE DA SILVA RODRIGUES RAFAEL GUSTAVO DE SOUZA GUERRA CRISTIANA DA SILVA SANTOS		
Gestor Titular:	ANA LUIZA DE OLIVEIRA MOURA		
Gestor Substituto:	DIRCEU LUIZ		
Ata nº	085/2025	**VIGÊNCIA:**	17.12.2025 A 16.12.2026
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO		
Nº licitação	033/2025		
Contratado:	**LUCAS GUILHERME DA SILVA**		
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETROELETRÔNICO, ELETRODOMÉSTICOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, BICICLETAS E COLCHONETE, ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.		
Valor:	**R$ 85.650,00**		

Fiscal Titular:	OTÁVIO MILANI BUENO DE GODOI LAIZA ARIEL NUNES DE SOUZA CLAUDIA BODNARCZUK TROINA CLEUSA ROSA DA SILVA MADOGLIO GABRIELA RODRIGUES REYNALDO JAQUELINE ROBERTA DE SOUZA JUCELINA DE SOUZA COSTA BIRELLO SIMONE GODOI AUDI DE MELLO

	TACIANA DE SOUZA LISANDRA CRISTINA DA SILVA DANIEL LUIZ MILANI ANA HELENA PEREIRA DE CAMPOS BERNARDINI RAFAEL VITAL DOS SANTOS FABIO BIANCARDI BALDINI DANIEL TAVARES DE ANDRADE MARIELLE DE OLIVEIRA PEREIRA MAYARA OLIVEIRA MIRANDA PALUDETTO RAIMUNDO ELEOTERIO BENFICA JUNIOR CARLOS HENRIQUE CLARO DE CARVALHO		
Fiscal Substituto:	TIAGO AUGUSTO LUIZ DE OLIVEIRA REGINALDO REINALDO EDUARDO FIDELIS DA SILVA JAMECELANI OLIVEIRA DIAS JULIANA CASAGRANDE FELIX LÉIA NEVES FRANCISQUINHO MARLENE MARIA DA SILVA MITROVINI SONIA APARECIDA DE CARVALHO DE PAULA SILVANA APARECIDA JESUS DA SILVA KAREN CAROLINE HARUE TAKANO LOURENÇÃO LEONARDO FERREIRA DA SILVA JULIO CESAR CARVALHO MARCEL LEMANA ANTONIO EDUARDO BONIFÁCIO LUIZ ANTONIO DE AGUIAR PAULO HENRIQUE DA SILVA RODRIGUES RAFAEL GUSTAVO DE SOUZA GUERRA CRISTIANA DA SILVA SANTOS		
Gestor Titular:	ANA LUIZA DE OLIVEIRA MOURA		
Gestor Substituto:	DIRCEU LUIZ		
Ata nº	085/2025	**VIGÊNCIA:**	17.12.2025 A 16.12.2026
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO		
Nº licitação	033/2025		
Contratado:	**M.L. COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA**		
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETROELETRÔNICO, ELETRODOMÉSTICOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, BICICLETAS E COLCHONETE, ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.		
Valor:	**R$ 17.440,00**		

Fiscal Titular:	OTÁVIO MILANI BUENO DE GODOI LAIZA ARIEL NUNES DE SOUZA CLAUDIA BODNARCZUK TROINA CLEUSA ROSA DA SILVA MADOGLIO

	GABRIELA RODRIGUES REYNALDO JAQUELINE ROBERTA DE SOUZA JUCELINA DE SOUZA COSTA BIRELLO SIMONE GODOI AUDI DE MELLO TACIANA DE SOUZA LISANDRA CRISTINA DA SILVA DANIEL LUIZ MILANI ANA HELENA PEREIRA DE CAMPOS BERNARDINI RAFAEL VITAL DOS SANTOS FABIO BIANCARDI BALDINI DANIEL TAVARES DE ANDRADE MARIELLE DE OLIVEIRA PEREIRA MAYARA OLIVEIRA MIRANDA PALUDETTO RAIMUNDO ELEOTERIO BENFICA JUNIOR CARLOS HENRIQUE CLARO DE CARVALHO		
Fiscal Substituto:	TIAGO AUGUSTO LUIZ DE OLIVEIRA REGINALDO REINALDO EDUARDO FIDELIS DA SILVA JAMECELANI OLIVEIRA DIAS JULIANA CASAGRANDE FELIX LÉIA NEVES FRANCISQUINHO MARLENE MARIA DA SILVA MITROVINI SONIA APARECIDA DE CARVALHO DE PAULA SILVANA APARECIDA JESUS DA SILVA KAREN CAROLINE HARUE TAKANO LOURENÇÃO LEONARDO FERREIRA DA SILVA JULIO CESAR CARVALHO MARCEL LEMANA ANTONIO EDUARDO BONIFÁCIO LUIZ ANTONIO DE AGUIAR PAULO HENRIQUE DA SILVA RODRIGUES RAFAEL GUSTAVO DE SOUZA GUERRA CRISTIANA DA SILVA SANTOS		
Gestor Titular:	ANA LUIZA DE OLIVEIRA MOURA		
Gestor Substituto:	DIRCEU LUIZ		
Ata nº	085/2025	**VIGÊNCIA:**	17.12.2025 A 16.12.2026
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO		
Nº licitação	033/2025		
Contratado:	**MM DISTRIBUIDORA. INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**		
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETROELETRÔNICO, ELETRODOMÉSTICOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, BICICLETAS E COLCHONETE, ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.		
Valor:	**R$ 20.604,15**		

Fiscal Titular:	OTÁVIO MILANI BUENO DE GODOI LAIZA ARIEL NUNES DE SOUZA CLAUDIA BODNARCZUK TROINA CLEUSA ROSA DA SILVA MADOGLIO GABRIELA RODRIGUES REYNALDO JAQUELINE ROBERTA DE SOUZA JUCELINA DE SOUZA COSTA BIRELLO SIMONE GODOI AUDI DE MELLO TACIANA DE SOUZA LISANDRA CRISTINA DA SILVA DANIEL LUIZ MILANI ANA HELENA PEREIRA DE CAMPOS BERNARDINI RAFAEL VITAL DOS SANTOS FABIO BIANCARDI BALDINI DANIEL TAVARES DE ANDRADE MARIELLE DE OLIVEIRA PEREIRA MAYARA OLIVEIRA MIRANDA PALUDETTO RAIMUNDO ELEOTERIO BENFICA JUNIOR CARLOS HENRIQUE CLARO DE CARVALHO
Fiscal Substituto:	TIAGO AUGUSTO LUIZ DE OLIVEIRA REGINALDO REINALDO EDUARDO FIDELIS DA SILVA JAMECELANI OLIVEIRA DIAS JULIANA CASAGRANDE FELIX LÉIA NEVES FRANCISQUINHO MARLENE MARIA DA SILVA MITROVINI SONIA APARECIDA DE CARVALHO DE PAULA SILVANA APARECIDA JESUS DA SILVA KAREN CAROLINE HARUE TAKANO LOURENÇÃO LEONARDO FERREIRA DA SILVA JULIO CESAR CARVALHO MARCEL LEMANA ANTONIO EDUARDO BONIFÁCIO LUIZ ANTONIO DE AGUIAR PAULO HENRIQUE DA SILVA RODRIGUES RAFAEL GUSTAVO DE SOUZA GUERRA CRISTIANA DA SILVA SANTOS
Gestor Titular:	ANA LUIZA DE OLIVEIRA MOURA
Gestor Substituto:	DIRCEU LUIZ

Ata nº	085/2025	**VIGÊNCIA:**	17.12.2025 A 16.12.2026
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO		
Nº licitação	033/2025		
Contratado:	**REPREMIG REPRESENTAÇÃO E COMERCIO DE MG LTDA**		
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETROELETRÔNICO, ELETRODOMÉSTICOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, BICICLETAS E COLCHONETE, ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.		
Valor:	**R$ 182.475,00**		

Fiscal Titular:	OTÁVIO MILANI BUENO DE GODOI LAIZA ARIEL NUNES DE SOUZA CLAUDIA BODNARCZUK TROINA CLEUSA ROSA DA SILVA MADOGLIO GABRIELA RODRIGUES REYNALDO JAQUELINE ROBERTA DE SOUZA JUCELINA DE SOUZA COSTA BIRELLO SIMONE GODOI AUDI DE MELLO TACIANA DE SOUZA LISANDRA CRISTINA DA SILVA DANIEL LUIZ MILANI ANA HELENA PEREIRA DE CAMPOS BERNARDINI RAFAEL VITAL DOS SANTOS FABIO BIANCARDI BALDINI DANIEL TAVARES DE ANDRADE MARIELLE DE OLIVEIRA PEREIRA MAYARA OLIVEIRA MIRANDA PALUDETTO RAIMUNDO ELEOTERIO BENFICA JUNIOR CARLOS HENRIQUE CLARO DE CARVALHO
Fiscal Substituto:	TIAGO AUGUSTO LUIZ DE OLIVEIRA REGINALDO REINALDO EDUARDO FIDELIS DA SILVA JAMECELANI OLIVEIRA DIAS JULIANA CASAGRANDE FELIX LÉIA NEVES FRANCISQUINHO MARLENE MARIA DA SILVA MITROVINI SONIA APARECIDA DE CARVALHO DE PAULA SILVANA APARECIDA JESUS DA SILVA KAREN CAROLINE HARUE TAKANO LOURENÇÃO LEONARDO FERREIRA DA SILVA JULIO CESAR CARVALHO MARCEL LEMANA ANTONIO EDUARDO BONIFÁCIO

	LUIZ ANTONIO DE AGUIAR PAULO HENRIQUE DA SILVA RODRIGUES RAFAEL GUSTAVO DE SOUZA GUERRA CRISTIANA DA SILVA SANTOS		
Gestor Titular:	ANA LUIZA DE OLIVEIRA MOURA		
Gestor Substituto:	DIRCEU LUIZ		
Ata nº	085/2025	**VIGÊNCIA:**	17.12.2025 A 16.12.2026
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO		
Nº licitação	033/2025		
Contratado:	**SC INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESS LTDA**		
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETROELETRÔNICO, ELETRODOMÉSTICOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, BICICLETAS E COLCHONETE, ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.		
Valor:	**R$ 5.799,00**		

Fiscal Titular:	OTÁVIO MILANI BUENO DE GODOI LAIZA ARIEL NUNES DE SOUZA CLAUDIA BODNARCZUK TROINA CLEUSA ROSA DA SILVA MADOGLIO GABRIELA RODRIGUES REYNALDO JAQUELINE ROBERTA DE SOUZA JUCELINA DE SOUZA COSTA BIRELLO SIMONE GODOI AUDI DE MELLO TACIANA DE SOUZA LISANDRA CRISTINA DA SILVA DANIEL LUIZ MILANI ANA HELENA PEREIRA DE CAMPOS BERNARDINI RAFAEL VITAL DOS SANTOS FABIO BIANCARDI BALDINI DANIEL TAVARES DE ANDRADE MARIELLE DE OLIVEIRA PEREIRA MAYARA OLIVEIRA MIRANDA PALUDETTO RAIMUNDO ELEOTERIO BENFICA JUNIOR CARLOS HENRIQUE CLARO DE CARVALHO
Fiscal Substituto:	TIAGO AUGUSTO LUIZ DE OLIVEIRA REGINALDO REINALDO EDUARDO FIDELIS DA SILVA JAMECELANI OLIVEIRA DIAS JULIANA CASAGRANDE FELIX LÉIA NEVES FRANCISQUINHO MARLENE MARIA DA SILVA MITROVINI SONIA APARECIDA DE CARVALHO DE PAULA SILVANA APARECIDA JESUS DA SILVA KAREN CAROLINE HARUE TAKANO LOURENÇÃO

	LEONARDO FERREIRA DA SILVA JULIO CESAR CARVALHO MARCEL LEMANA ANTONIO EDUARDO BONIFÁCIO LUIZ ANTONIO DE AGUIAR PAULO HENRIQUE DA SILVA RODRIGUES RAFAEL GUSTAVO DE SOUZA GUERRA CRISTIANA DA SILVA SANTOS		
Gestor Titular:	ANA LUIZA DE OLIVEIRA MOURA		
Gestor Substituto:	DIRCEU LUIZ		
Ata nº	085/2025	**VIGÊNCIA:**	17.12.2025 A 16.12.2026
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO		
Nº licitação	033/2025		
Contratado:	**SOUL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA**		
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETROELETRÔNICO, ELETRODOMÉSTICOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, BICICLETAS E COLCHONETE, ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.		
Valor:	**R$ 321.991,35**		

Fiscal Titular:	OTÁVIO MILANI BUENO DE GODOI LAIZA ARIEL NUNES DE SOUZA CLAUDIA BODNARCZUK TROINA CLEUSA ROSA DA SILVA MADOGLIO GABRIELA RODRIGUES REYNALDO JAQUELINE ROBERTA DE SOUZA JUCELINA DE SOUZA COSTA BIRELLO SIMONE GODOI AUDI DE MELLO TACIANA DE SOUZA LISANDRA CRISTINA DA SILVA DANIEL LUIZ MILANI ANA HELENA PEREIRA DE CAMPOS BERNARDINI RAFAEL VITAL DOS SANTOS FABIO BIANCARDI BALDINI DANIEL TAVARES DE ANDRADE MARIELLE DE OLIVEIRA PEREIRA MAYARA OLIVEIRA MIRANDA PALUDETTO RAIMUNDO ELEOTERIO BENFICA JUNIOR CARLOS HENRIQUE CLARO DE CARVALHO
Fiscal Substituto:	TIAGO AUGUSTO LUIZ DE OLIVEIRA REGINALDO REINALDO EDUARDO FIDELIS DA SILVA JAMECELANI OLIVEIRA DIAS JULIANA CASAGRANDE FELIX LÉIA NEVES FRANCISQUINHO

	MARLENE MARIA DA SILVA MITROVINI SONIA APARECIDA DE CARVALHO DE PAULA SILVANA APARECIDA JESUS DA SILVA KAREN CAROLINE HARUE TAKANO LOURENÇÃO LEONARDO FERREIRA DA SILVA JULIO CESAR CARVALHO MARCEL LEMANA ANTONIO EDUARDO BONIFÁCIO LUIZ ANTONIO DE AGUIAR PAULO HENRIQUE DA SILVA RODRIGUES RAFAEL GUSTAVO DE SOUZA GUERRA CRISTIANA DA SILVA SANTOS		
Gestor Titular:	ANA LUIZA DE OLIVEIRA MOURA		
Gestor Substituto:	DIRCEU LUIZ		
Ata nº	085/2025	**VIGÊNCIA:**	17.12.2025 A 16.12.2026
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO		
Nº licitação	033/2025		
Contratado:	**TECNOLAR LTDA EPP**		
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETROELETRÔNICO, ELETRODOMÉSTICOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, BICICLETAS E COLCHONETE, ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.		
Valor:	**R$ 6.800,00**		

Fiscal Titular:	OTÁVIO MILANI BUENO DE GODOI LAIZA ARIEL NUNES DE SOUZA CLAUDIA BODNARCZUK TROINA CLEUSA ROSA DA SILVA MADOGLIO GABRIELA RODRIGUES REYNALDO JAQUELINE ROBERTA DE SOUZA JUCELINA DE SOUZA COSTA BIRELLO SIMONE GODOI AUDI DE MELLO TACIANA DE SOUZA LISANDRA CRISTINA DA SILVA DANIEL LUIZ MILANI ANA HELENA PEREIRA DE CAMPOS BERNARDINI RAFAEL VITAL DOS SANTOS FABIO BIANCARDI BALDINI DANIEL TAVARES DE ANDRADE MARIELLE DE OLIVEIRA PEREIRA MAYARA OLIVEIRA MIRANDA PALUDETTO RAIMUNDO ELEOTERIO BENFICA JUNIOR CARLOS HENRIQUE CLARO DE CARVALHO
Fiscal Substituto:	TIAGO AUGUSTO LUIZ DE OLIVEIRA REGINALDO REINALDO

	EDUARDO FIDELIS DA SILVA JAMECELANI OLIVEIRA DIAS JULIANA CASAGRANDE FELIX LÉIA NEVES FRANCISQUINHO MARLENE MARIA DA SILVA MITROVINI SONIA APARECIDA DE CARVALHO DE PAULA SILVANA APARECIDA JESUS DA SILVA KAREN CAROLINE HARUE TAKANO LOURENÇÃO LEONARDO FERREIRA DA SILVA JULIO CESAR CARVALHO MARCEL LEMANA ANTONIO EDUARDO BONIFÁCIO LUIZ ANTONIO DE AGUIAR PAULO HENRIQUE DA SILVA RODRIGUES RAFAEL GUSTAVO DE SOUZA GUERRA CRISTIANA DA SILVA SANTOS		
Gestor Titular:	ANA LUIZA DE OLIVEIRA MOURA		
Gestor Substituto:	DIRCEU LUIZ		
Ata nº	085/2025	**VIGÊNCIA:**	17.12.2025 A 16.12.2026
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO		
Nº licitação	033/2025		
Contratado:	**WELLINGTON RAIZER CUSTODIO 41039191835**		
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETROELETRÔNICO, ELETRODOMÉSTICOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, BICICLETAS E COLCHONETE, ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.		
Valor:	**R$ 8.677,04**		

Fiscal Titular:	OTÁVIO MILANI BUENO DE GODOI LAIZA ARIEL NUNES DE SOUZA CLAUDIA BODNARCZUK TROINA CLEUSA ROSA DA SILVA MADOGLIO GABRIELA RODRIGUES REYNALDO JAQUELINE ROBERTA DE SOUZA JUCELINA DE SOUZA COSTA BIRELLO SIMONE GODOI AUDI DE MELLO TACIANA DE SOUZA LISANDRA CRISTINA DA SILVA DANIEL LUIZ MILANI ANA HELENA PEREIRA DE CAMPOS BERNARDINI RAFAEL VITAL DOS SANTOS FABIO BIANCARDI BALDINI DANIEL TAVARES DE ANDRADE MARIELLE DE OLIVEIRA PEREIRA

	MAYARA OLIVEIRA MIRANDA PALUDETTO RAIMUNDO ELEOTERIO BENFICA JUNIOR CARLOS HENRIQUE CLARO DE CARVALHO		
Fiscal Substituto:	TIAGO AUGUSTO LUIZ DE OLIVEIRA REGINALDO REINALDO EDUARDO FIDELIS DA SILVA JAMECELANI OLIVEIRA DIAS JULIANA CASAGRANDE FELIX LÉIA NEVES FRANCISQUINHO MARLENE MARIA DA SILVA MITROVINI SONIA APARECIDA DE CARVALHO DE PAULA SILVANA APARECIDA JESUS DA SILVA KAREN CAROLINE HARUE TAKANO LOURENÇÃO LEONARDO FERREIRA DA SILVA JULIO CESAR CARVALHO MARCEL LEMANA ANTONIO EDUARDO BONIFÁCIO LUIZ ANTONIO DE AGUIAR PAULO HENRIQUE DA SILVA RODRIGUES RAFAEL GUSTAVO DE SOUZA GUERRA CRISTIANA DA SILVA SANTOS		
Gestor Titular:	ANA LUIZA DE OLIVEIRA MOURA		
Gestor Substituto:	DIRCEU LUIZ		
Ata nº	085/2025	**VIGÊNCIA:**	17.12.2025 A 16.12.2026
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO		
Nº licitação	033/2025		
Contratado:	**WU COMERCIO & SERVIÇOS LTDA**		
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETROELETRÔNICO, ELETRODOMÉSTICOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, BICICLETAS E COLCHONETE, ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.		
Valor:	**R$ 45.180,00**		

Art. 2° - O Fiscal assim como o Gestor de Contratos será responsável por representar o Município de Andirá PR perante o contratado e zelar pela boa execução do objeto pactuado, mediante a execução das atividades de orientação, fiscalização e controle.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025, 82º da Emancipação Política;

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA

Prefeita Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:DAF620CD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 150/2025

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 037/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços, com dedicação exclusiva de mão-de-obra destinada ao atendimento de atividades meio do Poder Executivo Municipal, pelo período de 12 (doze) meses em atendimento às Secretarias Municipais, conforme especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência.

Com base nas informações constantes do Processo Licitatório nº 150/2025 – Pregão Eletrônico nº 037/2025, e considerando o resultado da fase de julgamento das propostas, lances e habilitação, conforme ata da sessão pública conduzida pelo pregoeiro e equipe de apoio, com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ADJUDICO o objeto do referido processo licitatório à empresa vencedora, nos termos da classificação final apresentada e HOMOLOGO o procedimento licitatório em sua integralidade no valor total de R$ 1.057.080,00 (um milhão, cinquenta e sete mil e oitenta reais), como segue:

LICITANTE:

EMPRESA: AEROFOTO NORDESTE LTDA.

CNPJ N.º 02.499.001/0001-58

Lote 1: Valor R$ 145.200,00 (cento e quarenta e cinco mil e duzentos reais)

Item	Prestação de serviços	Unidade	Prazo	Quantiade profissionais	Valor total estimado mensal	Valor total estimano anual
1	Turismólogo	Mensal	12 Meses	2	R$ 12.100,00	R$ 145.200,00

Lote 2: Valor R$ 71.880,00 (setenta e um mil, oitocentos e oitenta reais).

Item	Prestação de serviços	Unidade	Prazo	Quantidade profissionais	Valor total estimado mensal	Valor total estimano anual
1	Produtor Rural	Mensal	12 meses	2	R$ 5.990,00	R$ 71.880,00

Lote 3: Valor R$ 358.800,00 (trezentos e cinquenta e oito mil e oitocentos reais).

Item	Prestação de serviços	Unidade	Prazo	Quantidade profissionais	Valor total estimado mensal	Valor total estimano anual
1	Educador Social	Mensal	12 meses	8	R$ 29.900,00	R$ 358.800,00

Lote 4: Valor R$ 142.800,00 (cento e quarenta e dois mil e oitocentos reais).

Item	Prestação de serviços	Unidade	Prazo	Quantidade profissionais	Valor total estimado mensal	Valor total estimano anual
1	Designer de Interiores	Mensal	12 meses	2	R$ 11.900,00	R$ 142.800,00

Lote 5: Valor R$ 183.000,00 (cento e oitenta e três mil reais).

Item	Prestação de serviços	Unidade	Prazo	Quantidade profissionais	Valor total estimado mensal	Valor total estimano anual
1	Engenheiro Ambiental	Mensal	12 meses	1	R$ 15.250,00	R$ 183.000,00

Lote 6: Valor R$ 155.400,00 (cento e cinquenta e cinco mil e quatrocentos reais).

Item	Prestação de serviços	Unidade	Prazo	Quantidade profissionais	Valor total estimado mensal	Valor total estimano anual
1	Técnico em Administração de Comercio Exterior	Mensal	12 meses	2	R$ 12.950,00	R$ 155.400,00

Por fim, fica expressamente convocada a proponente acima para assinatura do instrumento de contratação, nos termos do art. 90 do citado diploma legal, sob as penalidades da lei.

Antonina, 17 de dezembro de 2025.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI

Prefeita Municipal

Publicado por:
Deoclecio de Oliveira Millezi
Código Identificador:6BF1A865

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 912/2025

PORTARIA Nº 912/2025

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Balsa Nova**,** Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 391/2022, considerando o processo administrativo nº 17729/2024,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida Licença Prêmio ao servidor relacionado abaixo:

Nome	Matricula	Início	Término	Período aquisitivo	Secretaria
ROSA MIRANDA DA SILVA DINIZ	44511	05/01/2026	18/02/2026	2016/2021	SMS

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura de Balsa Nova, 17 de dezembro de 2025.

FABRICIO FAGIOLI BUBNIAK

Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:2BE0A1FD

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 47/2025

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 47/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 175/2025

PROTOCOLO Nº 25458/2025

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA - PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.

OBJETO

AUTORIZO a INEXIGIBILIDADE de licitação que tem por objetivo a **contratação de pessoa jurídica para serviços técnicos especializados de elaboração de projetos de arquitetura e engenharia, abrangendo as áreas de edificações e infraestrutura, bem como para a execução de serviços de topografia e geotecnia, ensaios laboratoriais e serviços de sondagem**, nos termos do Artigo 74, Inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021 – Oriunda do Credenciamento nº 02/2025 – SMO.

CONTRATADO(A)

FORNECEDOR: RAUL SOPKO JUNIOR ENGENHARIA inscrito no CNPJ/CPF sob 26.162.488/0001-47 com sede na Rua Souza Naves, nº 135, Bairro Centro, CEP: 84.530-000, na cidade de Teixeira Soares/PR.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	Projeto topográfico	M²	4.200	2,32	9.744,00
1	2	Laudo de sondagem SPT (Standard Penetration Test)	M	65	158,75	10.318,75

Total: R$ 20.062,75 (vinte mil e sessenta e dois reais e setenta e cinco centavos)

DOTAÇÃO

PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRIÇÃO
06001154510004103033903900000	3000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Balsa Nova, em 17 de Dezembro de 2025.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:11117017

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 48/2025

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 48/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 180/2025

PROTOCOLO Nº 30930/2025

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA - PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.

OBJETO

AUTORIZO a INEXIGIBILIDADE de licitação que tem por objetivo **aquisição de 01 (um) veículo zero quilômetro, tipo picape, destinado ao Departamento de Viação do Município de Balsa Nova/PR, para utilização nas atividades de execução, acompanhamento e fiscalização de serviços de manutenção e conservação das vias públicas urbanas e rurais, em atendimento ao Convênio nº 1028/2025 – SECID, por meio da Adesão à Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 116/2025 – SECID**, nos termos do caput do Artigo 74, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CONTRATADO(A)

FORNECEDOR: PINHEIRO'S VEICULOS LTDA. inscrito no CNPJ/CPF sob nº 01.692.763/0001-03 com sede na Avenida T-09, nº 500, Qd. J-17, LT-02, Bairro Setor Marista, CEP: 74.150-300, na cidade de Goiânia/GO.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	Veículo Utilitário tipo PICK-UP CABINE DUPLA, Marca FIAT, Modelo FIAT STRADA CABINE DUPLA TURBO AUTOMATICA - Fabricação/Modelo 2025/2025 ou superior (novo, zero km), potência de 125,0 (G) / 130,0 (E), capacidade 5 ocupantes, garantia de 36 meses, tanque de combustível cheio e demais características técnicas constantes na proposta de preços da proponente anexa, parte integrante do Procedimento Licitatório – PREGÃO ELETRÔNICO nº 116/2025 - SECID – Lote 3 – e-Protocolo nº 22.199.244.	UND	1	142.000,00	142.000,00

Total: R$ 142.000,00 (cento e quarenta e dois mil reais)

DOTAÇÃO

PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRIÇÃO
06001041220002102644905200000	1154	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
06001041220002102644905200000	3000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Balsa Nova, em 17 de Dezembro de 2025.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:5447C755

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 49/2025

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 49/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 181/2025

PROTOCOLO Nº 31335/2025

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA - PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.

OBJETO

AUTORIZO a INEXIGIBILIDADE de licitação que tem por objetivo **aquisição de 15 (quinze) telas interativas, com suporte móvel, acessórios e garantia, destinadas às unidades escolares da rede municipal de ensino de Balsa Nova, por meio da adesão a Ata de Registro de Preços nº 02/2024, decorrente do Pregão Eletrônico nº 02/2024 do CIEDEPAR**, nos termos do caput do Artigo 74, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CONTRATADO(A)

FORNECEDOR: RENTAL SAAS SERVICOS E SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA. inscrito no CNPJ/CPF sob nº 31.766.438/0001-09 com sede na Avenida Senador Salgado Filho, nº 4129, Bairro Uberaba, CEP: 81.570-001, na cidade de Curitiba/PR.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	Tela Interativa de 75 Polegadas com Sistema Integrado e Módulo OPS (Open Pluggable Specification). Especificações Técnicas Mínimas da Tela Interativa 75 Polegadas 1. Características do Hardware da Tela Interativa: Ø Tamanho da Tela Visível (diagonal): Mínimo de 75 polegadas. Ø Tipo de Tela: Plana Touch Screen. Ø Resolução da Imagem: 4K (3840x2160 pixels). Ø Retroiluminação: DLED. Ø Frequência de Atualização: 60Hz. Ø Contraste: 1200:1. Ø Brilho: Mínimo de 350 cd/m². Ø Armazenamento Integrado: Mínimo de 128 GB. Ø Memória RAM Integrada: Mínimo de 8 GB. Ø Processador Integrado: 8 núcleos de processamento, no mínimo. Ø Sistema Operacional Integrado: Android versão 10.0 ou superior. Ø 2 Auto falante integrado, potência mínima de 20W (vinte watts) total do equipamento; Ø Slot OPS; Ø Webcam integrada; Ø Microfone integrado com funcionalidade de cancelamento de eco, supressão/filtro de ruído; Ø Conexões mínimas: ü 2 x HDMI ü 2 x USB 3.0 ü 1 x USB Type-C ü 1 x RJ45 ü 1 x Wi-Fi IEEE 802.11 b/g/n ou Bluetooth ü 1 x Entrada de Áudio. Ø Alimentação: Bi-Volt automático (100~240v). Ø Vidro Temperado: 3mm. Ø Tecnologia de Toque: IR Touch com capacidade de 20 pontos de toques simultâneos. Ø Alto-falantes: 2 integrados. Ø Suporte: Pedestal móvel com regulagem de altura e rodízio com espessura reforçada e coluna, de fixação da Tela, treliçada	UN.	15	13.566,86	203.502,90

		garantindo estabilidade e segurança ao conjunto, deve ser fabricado em aço carbono, com pintura eletrostática a pó na cor preta, Deve ter compatibilidade padrão VESA de até 800x400. Carga admissível para no mínimo 60kg Ø Condição: Equipamento deve ser novo de primeiro uso. 2. Especificações do OPS (Open Pluggable Specification): Ø Processador: Equivalente ao Intel i5 ou superior. Ø Memória RAM: Mínimo de 8 GB. Ø Armazenamento: Mínimo de 128 GB. Ø Sistema Operacional: Windows 10 ou superior, devidamente licenciado. Ø Conexões: Compatível com a tela para integração e fácil acoplamento. 3. Aplicação e Funcionamento do Software: Ø Tela Interativa com software de desenho para interagir com imagem através de toque de dedo (touch) e caneta na tela. Ø Possuir solução para anotações e colaboração em todas as aplicações, sendo Sistema Operacional Google Android ou Sistema Operacional Microsoft Windows com recursos de nuvem com objetivo de simplificar as discussões em sala de aula, compartilhamento de ideias, nota e opiniões, permitindo o salvamento em nuvem independentemente de onde estejam; Ø Possuir funcionalidade nativa de acesso a materiais armazenados em nuvens comerciais para iniciar diretamente no display. No mínimo as 2 plataformas: Google Drive e Onedrive; Ø Possuir funcionalidade para captura de tela em ambos sistemas operacionais, Sistema Operacional Google Android ou Sistema Operacional Microsoft Windows, ambos ajustáveis e que permitam a importação e a capturar telas de qualquer aplicação, incluindo aplicativos, sites e vídeos de qualquer fonte, podendo importar esse conteúdo para o software de colaboração para discussões e anotações adicionais em uma nova página; Ø Deve ser possível dividir a tela com outros dispositivos na mesma tela; Ø Deve possuir funcionalidade para compartilhar conteúdo na tela interativa através de QR Code; Ø Deve possibilitar o espelhamento de tela através da rede cabeada ou sem fio, e que a interatividade esteja habilitada; Ø Deverá permitir conexão de computador externo com sistema operacional Windows, na versão 10 ou superior. Ø Deve possuir sensibilidade ao toque da tela deve permitir escrita a partir do uso dos dedos da mão e também de caneta interativa, com ao menos 20 (vinte) pontos de toque e precisão de ± 1mm; Ø Deve possuir tempo de resposta da tela inferior a 10 ms (dez milissegundos). Ø Deve ser fornecida, pelo menos, 2 (duas) canetas inteligentes; Ø Deve ser fornecido treinamento no tempo necessário para utilização total das funcionalidades da tela. O treinamento poderá ser realizado de forma hibrida presencial/virtual, de acordo com a escolha da contratante e será realizada no consórcio ou no município conforme contratação, sendo que a carga horária ficará a cargo do fornecedor;4. Energia Ø Consumo de energia em operação padrão: no máximo 450W. Ø Para atendimento do item anterior, considera-se o funcionamento do equipamento em modo de operação padrão, desconsiderando o uso de acessórios/ periféricos, como portas USB.Alimentação: o equipamento deverá operar entre 110~240 VAC. Ø Temperatura: O equipamento deverá operar com temperaturas entre 0ºC a 40ºC. Ø Deverá ser fornecido cabo de força, ou fonte externa, adequado à potência da Tela, para ligação a uma tomada de energia elétrica no padrão brasileiro (NBR 14136), no tamanho adequado à perfeita utilização da mesma pelo usuário. Ø Se houver necessidade de fonte externa, deve ser original, específica e do mesmo fabricante do equipamento. 5. Certificações: Ø Certificação de compatibilidade com a norma IEC 60950 (adotada pelo INMETRO), ou UL 60950, ou Conformité Européenne (CE) ou FEDERAL COMMUNICATIONS COMMISSION (FCC). Tal exigência é necessária para comprovar a segurança do equipamento ao usuário; Ø Certificados de Conformidade Técnica válidos e devidamente homologados pela Anatel; Ø Nenhum dos equipamentos fornecidos poderá conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances). A comprovação poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial, instituição credenciada, documento do fabricante ou ainda através da certificação EPEAT, desde que claramente especificado. Tal exigência é necessária para comprovar que o equipamento atende as necessidades de controle de impacto ambiental em seu processo de fabricação. 6 - Garantia Garantia de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, compreendendo manutenção corretiva e serviços de assistência técnica. Modelo: TMK 7511"+ACESSÓRIOS				

Total: R$ 203.502,90 (duzentos e três mil, quinhentos e dois reais e noventa centavos)

DOTAÇÃO

PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRIÇÃO
08001123610009204844905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
08001123650009206044905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
08001123610009204844905200000	2104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Balsa Nova, em 17 de Dezembro de 2025.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:15FC7879

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 281/2025

extrato do CONTRATO N.º 281/2025

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 40/2025

contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ, PARANÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua Rui Barbosa N.º 96, inscrito no CNPJ N.º 76.407.568/0001-93. **CONTRATADA:** OURICAR-OURINHOS VEÍCULOS E PEÇAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 53.386.306/0001-94, com sede Rua do Expedicionário, n.º 2511, Vila Vilar, Ourinhos-SP, CEP: 19.902-610.

Objeto-AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS SANITÁRIOS.

Lote	Produto/Serviço	Marca	Un.	Qtd.	Preço	Preço total
1	Veículo SUV 7 Lugares Veículo de 7 (sete) lugares, cor branca ou prata, no mínimo modelo/2025, 0 (zero) km, todos airbags de fábrica, incluindo air bag de coluna e air bag lateral, motor de no mínimo 4 (quatro) cilindros, motor de no mínimo 110 CV, ...	CHEVROLET SPIN LTZ 7L AT	UN	2,00	143.179,27	286.358,54

Valor total, **R$ 286.358,54** (duzentos e oitenta e seis mil, trezentos e cinquenta oito reais e cinquenta e quatro centavos).

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	2260	05.001.10.301.0005.1003	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	2270	05.001.10.301.0005.1003	303	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	2280	05.001.10.301.0005.1003	304	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	2360	05.001.10.301.0005.2026	1518	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

Fiscal deste contrato Sra. **Aparecida Rodrigues Monteiro**. Gestora do contrato Sra. **Fabiana Olchaneski Hannouche.**

As partes elegem o Foro da Comarca de **Andirá - PR**, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências, que poderão advir do presente Contrato.

Barra do Jacaré - PR, 15 de dezembro de 2025.

LUIZ FABIANO ZANATTA	
Prefeito Municipal	
Testemunhas:	
Fabiana Olchaneski Hannouche	**Aparecida Rodrigues Monteiro**
Sec. de Saúde/Gestora do Contrato	Fiscal do Contrato

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:A2F7C821

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO Nº 2/2025.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Licitação Modalidade Concorrência Eletrônico nº 2/2025.

OBJETO: EXECUÇÃO DO RESTANTE DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DE 06 SALAS DE AULA.

O Município de Barra do Jacaré - Paraná, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe, julgada pelo critério Menor Preço; declarando-se como vencedora a empresa: CONSTRUTORA MORAES LTDA,CNPJ 48.803.061/0001-13, RUA JACINTO CANDIDO LOPES, 358 Barra do Jacaré-PR, CEP 86385-000, por apresentarem propostas de menor valor por itens, perfazendo um valor total de R$ 672.473,79 (Seiscentos e Setenta e Dois Mil, Quatrocentos e Setenta e Três Reais e Setenta e Nove Centavos), para esta licitação que ora homologo, conforme quadro a seguir:

CONSTRUTORA MORAES LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca		Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	Contratação de empresa para execução do restante da Construção de uma Escola 06 salas de aula, Espaço Educativo Urbano, 867,79m², Projeto FNDE, com recursos provenientes do Termo de Compromisso 31331, firmado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE	Obra		UN	1,00	672.473,79	672.473,79
TOTAL								672.473,79

Paço Municipal José G. Pereira, Barra do Jacaré/PR, em 17 de dezembro de 2025.

LUIZ FABIANO ZANATTA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:297A8B35

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2025.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE FOGOS DE ARTIFÍCIO, INCLUINDO A MONTAGEM, MANEJO E EXECUÇÃO, PARA O RÉVEILLON 2025/2026 NO MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ.

O Município de Barra do Jacaré - Paraná, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe, julgada pelo critério Menor Preço; declarando-se como vencedora a empresa: JAIR PEREIRA DA SILVA AVARE ME, CNPJ 57.420.028/0002-86, EST. MUNICIPAL BAIRRO TRÊS COQUEIROS, Avaré-SP, CEP 18700-970, por apresentar proposta de menor valor por lote, perfazendo um valor total de R$ 19.900,00 (Dezenove Mil e Novecentos Reais), para esta licitação que ora homologo, conforme quadro a seguir:

JAIR PEREIRA DA SILVA AVARE ME								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	ABERTURA DO SHOW: FOGOS BAIXO RUIDO 01 TORTA 120TUBOS METRALHADORA SEQUENCIA DO SHOW: 01 conjunto Especial 2'' com 160 Tubos Efeito W, Z e Reta 7 tubos 1' ½ Efeito Leque Verde 12 tubos 1' ½ Efeito Reta Vermelho 10 tubos 1' ½ Reta Efeito Crakling 7 tubos 1' ½ Leque Ouro 12 tubos 1' ½ Reta Shows 10 tubos 1' ½ Reta Baile de Cores 7 tubos 1' ½ Leque Efeito Especial 22 tubos 1' ½ Reta Efeitos Diversos 7 tubos 1' ½ Leque Pisca-pisca 22 tubos 1' ½ Reta Bailarina	Serviço		SRV	1,00	19.900,00	19.900,00

		7 tubos 1' ½ Leque Festa no Céu						
		22 tubos 1' ½ Reta Traçante						
		15 Tubos 1' ½ Leque Vaso						
		02 Conjuntos 1,5'' com 36Tubos cada Efeito Especial						
		8 tubos de efeito especial baixo ruído						
		8 tubos de efeito especial baixo ruído						
		8 tubos de efeito especial baixo ruído						
		8 tubos de efeito especial baixo ruído						
		8 tubos de efeito especial baixo ruído						
		8 tubos de efeito especial baixo ruído						
		8 tubos de efeito especial baixo ruído						
		8 tubos de efeito especial baixo ruído						
		8 tubos de efeito especial baixo ruído						
		02 Placas Vaso com 5 Tubos Leque						
		DISPARO DE 72 TUBOS DE 1' ½ EFEITO ESPECAL						
		05 tubos efeitos especiais 1' ½ Twister						
		05 tubos efeitos especiais 1' ½ Camurro						
		05 tubos efeitos especiais 1' ½ Violeta						
		05 tubos efeitos especiais 1' ½ Limão						
		05 tubos efeitos especiais 1' ½ Roxo						
		05 tubos efeitos especiais 1' ½ Azul						
		06 tubos efeitos especiais 1' ½ Amarelo						
		05 tubos efeitos especiais 1'½ Baile no Céu						
		05 tubos efeitos especiais 1' ½ Véu de Noiva						
		05 tubos efeitos especiais 1' ½ Cores Sortidas						
		05 tubos efeitos especiais 1' ½ Vermelho						
		05 tubos efeitos especiais 1' ½ Lilás-						
		05 tubos efeitos especiais 1' ½ Azul						
		06 tubos efeitos especiais 1' ½ Verde Pisca						
		DISPARO DE 36 TUBOS DE EFEITOS EPECIAIS RETO						
		05 tubos 1' ½ efeito cores Piro Musical						
		05 tubos 1' ½ efeito cores Verde						
		05 tubos 1' ½ efeito cores Kamurro						
		05 tubos 1' ½ efeito cores Tremulante						
		05 tubos 1' ½ efeito cores Chorão						
		05 tubos 1' ½ efeito cores Vermelho						

		06 tubos 1' ½ efeito cores Pisca-pisca						
		01 TORTA ESPECIAL COM 25 TUBOS 1' ½ EFEITOS DIVERSOS						
		15 tubos 1' ½ efeito cores Piro Musical						
		15 tubos 1' ½ efeito cores Verde						
		15 tubos 1' ½ efeito cores Kamurro						
		15 tubos 1' ½ efeito cores Tremulante						
		15 tubos 1' ½ efeito cores Chorão						
		DISPARO DE 36 TUBOS DE EFEITOS ESPECIAIS RETO						
		05 tubos efeitos especial 1' ½ Twister						
		05 tubos efeitos especial 1' ½ Camurro						
		05 tubos efeitos especial 1' ½ Violeta						
		05 tubos efeitos especial 1' ½ Limão						
		05 tubos efeitos especial 1' ½ Roxo						
		05 tubos efeitos especial 1' ½ Azul						
		06 tubos efeitos especial 1' ½ Amarelo						
		02 Placas Traçante com 5 tubos						
		01 Conjunto com efeitos especiais com 100 tubos Multshow						
		10 disparos de efeitos Leque Verde						
		10 disparos de efeitos Reta Azul						
		10 disparos de efeitos Leque Tremulante						
		10 disparos de efeitos Reta Festa no Céu						
		10 disparos de efeitos Leque Baile de Cores						
		10 Disparos de efeitos diversos Chorão						
		10 Disparos de efeitos diversos Lilás						
		10 Disparos de efeitos diversos Pisca						
		10 Disparos de efeitos diversos Ouro						
		10 Disparos de efeitos diversos Cometa						
		Final do show:						
		01 Conjunto com 120 tubos efeito metralhadora azul						
TOTAL								19.900,00

Paço Municipal José G. Pereira, Barra do Jacaré/PR, em 17 de dezembro de 2025.

LUIZ FABIANO ZANATTA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:2EFC494E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO 263/2025

DECRETO N.º 263/2025

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Boa Ventura De São Roque, para o Exercício de 2025 no total de R$ 1.283.276,71 (um milhão e duzentos e oitenta e três mil e duzentos e setenta e seis reais e setenta e um centavos).

O Prefeito Municipal de Boa Ventura de São Roque, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64 combinados com a Lei Municipal n.º 1.265/2024 resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Boa Ventura de São Roque para o exercício de 2025, na importância de R$ 1.283.276,71(um milhão e duzentos e oitenta e três mil e duzentos e setenta e seis reais e setenta e um centavos), mediante as seguintes providências:

· Suplementação de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
03	Secretaria de Administração	
03.004	Departamento de Serviços e Encargos Sociais	
4.122.301.2.17	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E ENCARGOS GERAIS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
810	0000 Recursos Ordinários (Livres)	180.000,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	
850	0000 Recursos Ordinários (Livres)	135.921,71
	SUBTOTAL	315.921,71
04	Secretaria de Finanças	
04.003	Departamento de Cadastro, Tributação e Fiscalização	
4.129.401.2.22	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CADASTRO, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1160	0000 Recursos Ordinários (Livres)	1.700,00
	SUBTOTAL	1.700,00
05	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	
05.001	Departamento de Educação	
12.122.501.2.26	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1360	0104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	16.200,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1390	0104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	2.900,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1460	0104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	2.600,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1500	0104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	10.000,00
12.361.520.2.41	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2010	0103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.200,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
2060	0000 Recursos Ordinários (Livres)	51.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2190	0104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	70.000,00
12.365.514.2.44	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES PRÉ ESCOLA FUNDEB 70%	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2270	0101 Fundeb 60%	47.300,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2280	0101 Fundeb 60%	1.100,00
12.365.521.2.47	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2381	1107 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	134.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2392	1107 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	7.100,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2441	1107 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	5.000,00
12.366.517.2.50	ATIVIDADES DO FUNDEB 70% - EJA	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	

2630	0101 Fundeb 60%	4.500,00
12.367.515.2.36	ATIVIDADES DO FUNDEB 70% - AEE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2730	0101 Fundeb 60%	11.800,00
05.004	Divisão de Esportes	
27.812.552.2.58	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3190	0000 Recursos Ordinários (Livres)	1.200,00
	SUBTOTAL	365.900,00
06	Secretaria de Saúde	
06.001	Fundo Municipal de Saúde	
10.301.601.2.79	DESPESAS CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3485	1144 Transferências de Outros Programas - RESOLUÇÃO SESA 1572/2025 PROAPS PARANÁ	39.000,00
10.301.601.2.82	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3610	0303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	100.000,00
10.301.601.2.83	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETARIO DE SAÚDE	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3750	0303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	500,00
10.301.601.2.88	INCENTIVO A SAÚDE BUCAL	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4031	0494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	500,00
	SUBTOTAL	140.000,00
07	Secretaria de Promoção Social	
07.001	Departamento de Promoção Social	
8.122.701.2.95	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4460	0000 Recursos Ordinários (Livres)	2.300,00
	SUBTOTAL	2.300,00
08	Secretaria de Obras, Transporte e Urbanismo	
08.002	Departamento de Transportes	
26.782.801.2.118	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE RODOVIARIO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
5430	0000 Recursos Ordinários (Livres)	68.200,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
5490	0000 Recursos Ordinários (Livres)	70.000,00
08.003	Departamento de Urbanismo	
15.452.802.2.121	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
5630	0000 Recursos Ordinários (Livres)	10.900,00
	SUBTOTAL	149.100,00
09	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento	
09.001	Departamento de Agricultura	
20.606.901.2.125	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
5860	0000 Recursos Ordinários (Livres)	7.800,00
	SUBTOTAL	7.800,00
10	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Turismo	
10.001	Departamento de Industria e Comercio	
22.661.1001.2.139	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMERCIO	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
6221	1140 Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - CONVENIO SECID 1176/2025 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO SEDAN	105.355,00
	SUBTOTAL	105.355,00
11	Secretaria de Meio Ambiente	
11.001	Departamento de Meio Ambiente	
18.541.1102.2.144	MANUTENÇÃO DO ATERRO SANITARIO MUNICIPAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
6430	0000 Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
18.541.1103.2.145	MANUTENÇÃO DA ESTAÇÃO ECOLOGICA MUNICIPAL NA CACHOEIRINHA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
6470	0000 Recursos Ordinários (Livres)	5.200,00
18.542.1001.2.146	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
6600	0000 Recursos Ordinários (Livres)	70.000,00
	SUBTOTAL	105.200,00
88	Encargos Especiais	
88.001	Encargos Especiais	
28.843.8801.2.148	ENCARGOS ESPECIAIS	
4.6.90.71.00.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	
6670	0000 Recursos Ordinários (Livres)	90.000,00
	SUBTOTAL	90.000,00
	TOTAL	**1.283.276,71**

Art. 2.º - Como fontes de recurso para cobertura dos créditos abertos no artigo 1.º serão utilizados:

1. O cancelamento parcial das dotações a seguir relacionadas, conforme previsto no inciso III, do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
05	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	
05.001	Departamento de Educação	
12.361.520.2.39	VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO FUNDEB 70%	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1870	0101 Fundeb 60%	60.200,00
12.361.520.2.41	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
2070	0103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.200,00

12.365.521.2.47	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2381	1107 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	12.100,00
12.366.517.2.50	ATIVIDADES DO FUNDEB 70% - EJA	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2640	0101 Fundeb 60%	4.500,00
12.782.523.2.42	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2780	0104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	21.700,00
	SUBTOTAL	99.700,00
06	Secretaria de Saúde	
06.001	Fundo Municipal de Saúde	
10.301.601.2.83	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETARIO DE SAÚDE	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3740	0303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	500,00
10.301.601.2.88	INCENTIVO A SAÚDE BUCAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4021	0494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	500,00
	SUBTOTAL	1.000,00
	TOTAL	100.700,00

2. O Excesso de Arrecadação por Fonte de Receita, de acordo com o inciso II e § 3º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstrativo a seguir:

Conta da receita		
Receita	Descrição	Valor
1.7.2.3.50.0.1.01.07.00.00.00	RECURSOS RESOLUÇÃO SESA 1572/2025 - PROAPS PARANÁ	39.000,00
2.4.2.2.99.0.1.15.00.00.00.00	CONVENIO SECID 1176 - SIT 76083 - AQUISI VEÍCULO SEDAN	105.355,00
1.6.1.1.02.0.1.00.00.00.00.00	INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS - PRINCIPAL	143.100,00
1.1.1.4.51.1.1.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PRINCIPAL	180.000.00
	TOTAL	**467.455,00**

3. O Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2024 das fontes de recursos abaixo relacionadas, conforme previsto no inciso I, do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64:

Fonte	Descrição	Valor
00000	Recursos Ordinários (Livres)	581.121,71
01107	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	134.000.00
TOTAL		**715.121,71**

Art. 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA instituídas através da Lei Municipal n.º 1.133/2021, e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n.º 1.256/2024 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025, no que couber.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 17 de dezembro de 2025.

NESTOR KENEAR

Prefeito Municipal

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:C137F037

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

RECURSOS HUMANOS
DECRETO 376 2025

DECRETO nº 376/2025

Data: 17/12/2025

SÚMULA: Altera o Decreto 3752025 que concede e organiza escala de férias aos servidores municipais efetivos, temporários, cargos exclusivos em comissão e secretários e dá outras providências.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – Pr, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o contido no Decreto n° 375/2025,

DECRETA

Art. 1º - Fica concedida Férias aos servidores municipais efetivos, comissionados, agentes políticos e temporários, organizado pela Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Boa Vista da Aparecida, conforme abaixo relacionados:

Servidores Efetivos:

Matrícula	Servidor (a)	Dias de Férias	Período de Gozo	Período Aquisitivo
1180304	Ademar Batista Dias	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2023/2024
1178415	Ademar de Oliveira	15	23/12/2025 a 06/01/2026	2023/2024
1180460	Ademilson Zigoski	12	23/12/2025 a 03/01/2026	2024/2025
1180460	Ademilson Zigoski	8	04/01/2026 a 11/01/2026	2025/2026
1174100	Adenir Pereira	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
115690	Adriana Aparecida de Araujo	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
1178709	Adriana de Melo Hoesel	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
115673	Adriane Moreira do Nascimento	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2024/2025
1175505	Albertina Koch	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
1180053	Alvadir Jorge da Silva	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
1181278	Aluisio Carlos Nogueira	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
1178750	Ana Caroline Rodrigues Fidel	24	23/12/2025 a 15/01/2026	2024/2025
1179306	Ana Martini	15	23/12/2025 a 06/01/2026	2024/2025
1179306	Ana Martini	15	07/01/2025 a 21/01/2026	2025/2026
1179527	Andre Aparecido Sales	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
1180312	Andre Rodrigo Muller	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
1173847	Andressa Tatiane Bett	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2022/2023
113360	Angela Pereira de Lima	25	23/12/2025 a 16/01/2026	2023/2024
1449	Antônia Alves Pereira Lima	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
115606	Antonio Jorge Paz	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
113557	Aparecida de Almeida Reis	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
1178504	Aparecida dos Santos	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
1175106	Ari Ribeiro de Almeida	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
1180037	Avelino Martins de Oliveira	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
1180525	Celia Regina Peres Weierbacher	15	29/12/2025 a 12/01/2026	2023/2024
117960	Celio Roberto Ferreira	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2024/2025
1174908	Celio Roberto Knecht	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
1173952	Claudia Teixeira Fidel	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
112895	Claudiomar de Oliveira Borges	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2023/2024
117935	Clemir Antonio da Silva	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2022/2023
1176137	Cleni Zucco Bassoli	10	23/12/2025 a 01/01/2026	2023/2024
1176137	Cleni Zucco Bassoli	20	02/01/2026 a 21/01/2026	2024/2025
1181427	Cleverson Silvestro Ramos	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
113816	Dalva Ribeiro Ciszewski	15	23/12/2025 a 06/01/2026	2024/2025
113816	Dalva Ribeiro Ciszewski	15	07/01/2026 a 21/01/2026	2025/2026
1179802	Daniel Maccari	14	23/12/2025 a 05/01/2026	2024/2025
00004	Daniela Ferreira Dutra	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2024/2025
1179900	Danieli Sebold	25	23/12/2025 a 16/01/2026	2023/2024
1179209	Diana Geraldo	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
1175718	Dilvani Alves de Deus	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
1175130	Divino Roberto Coelho	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
117501	Edemar Jose Cuhn	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
1178369	Eduardo Felipe Zanatta Silvestre	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
1175289	Elena Gaio	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
1174010	Eliane Caetano Nogueira	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
1174592	Eliani Alvarenga	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2024/2025
0000334	Elias Bezerra da Silva	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
1179985	Eliel de Jesus Simoes	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
115410	Elizabete Rodrigues da Silva	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2024/2025
000331	Eliziane de Mello	10	05/01/2026 a 14/01/2026	2025/2026
1179500	Eliziane Simeia da Silva Araujo	10	05/01/2026 a 14/01/2026	2024/2025
1181396	Emily Regina Weierbacher	15	29/12/2025 a 12/01/2026	2025/2026
1174614	Estelamaris Trevisan	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2022/2023
000336	Fernanda Cracco	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
1178512	Gabriel Henrique Caimi	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
0000053	Gemersão Luiz Viganó	15	23/12/2025 a 06/01/2025	2023/2024
0000053	Gemersão Luiz Viganó	15	07/01/2026 a 21/01/2026	2024/2025

1178636	Geni Aparecida Rodrigues Fidel	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
1179519	Gilberto Alves	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
1178881	Gilmara Percisi Pereira	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
1179454	Giovane Vargas	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
1174410	Gislaine Costa Pistori Dallazen	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
113069	Helena Luiza de Azevedo	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2026
1175017	Hivania Musika Pazza	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
1174002	Humberto Sassi de Souza Branco	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
117137	Ilaine de Fatima Medeiros	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
114570	Ines Vierczorquevecz	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
1175661	Irene de Bastiani Vieira	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
1174932	Ivania Zabarskas Freita	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1174231	Jacir Antonio Muller	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
1175041	Jair Muller	15	23/12/2025 a 06/01/2026	2023/2024
1175041	Jair Muller	15	07/01/2026 a 21/01/2026	2024/2025
115592	Jairo Rodrigues Nogueira	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2023/2024
113417	Janete Inacio Araujo Martini	10	23/12/2025 a 01/01/2026	2023/2024
113417	Janete Inacio Araujo Martini	20	02/01/2026 a 21/01/2026	2024/2025
1179489	Jefferson Ramon Rigatti	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
1179934	Joacir de Souza	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
1174177	João Batista Dias	15	23/12/2025 a 06/01/2026	2024/2025
1174177	João Batista Dias	15	07/01/2026 a 21/01/2026	2025/2026
1175688	Joceli Moreira do Nascimento	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2024/2025
115525	Jocelia Amaro dos Santos	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2022/2024
1179497	Jonas Zanella	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2023/2024
117846	Jorge Ribeiro Liebber	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
117153	Jose Enio dos Santos	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
1178547	Jose Spezia	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
1174223	Josteane Aparecida Signorini Oldoni	10	23/12/2025 a 01/01/2026	2024/2025
1174223	Josteane Aparecida Signorini Oldoni	20	02/01/2026 a 21/01/2026	2025/2026
1178954	Juliete Ferreira Teixeira de Amorim	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
1178563	Kleber de Abreu Martins	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
0000322	Leandro Pereira de Lima	10	29/12/2025 a 07/01/2026	2023/2024
1178571	Leandro Rodrigo Ferreira	10	23/12/2025 a 01/01/2026	2023/2024
1178571	Leandro Rodrigo Ferreira	20	02/01/2026 a 21/01/2026	2024/2025
1181157	Leila Mara Kubiak Mizerski	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2024/2025
118036	Loreni do Rosário	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
113891	Luciano Marchetti	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
1174452	Lucilene Fidel	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
113484	Lucinei da Cruz Villetti	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
000069	Marçal Ferreira dos Reis	24	23/12/2025 a 15/01/2026	2024/2025
1175114	Marcia Aparecida Knecht	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2023/2024
000317	Marcia Koch	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
1173855	Maria Aparecida Borges de Araujo	16	23/12/2025 a 07/01/2026	2022/2023
1173855	Maria Aparecida Borges de Araujo	30	08/01/2026 a 06/02/2026	2023/2024
113115	Maria Aparecida Guilherme	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
000036	Maria Ivete Atanazildo	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
1174878	Maria Rosangela Barbosa	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
00064	Maria Sirlene Oriole	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
1178555	Mario Henrichs	15	12/01/2025 a 26/01/2026	2025/2026
1178920	Maristela Aparecida Alves da Fonseca	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
113492	Marlene Fagundes	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
113140	Marli Nunes Pontes	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
1181265	Marly Wittmann	15	23/12/2025 a 07/01/2026	2025/2026
1178768	Marta da Cruz	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2023/2024
1181269	Mateus Panisson Zucco	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
115258	Neide Lourdes dos Santos	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
000326	Neri da Silva	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2024/2025
118010	Neuri Schirmer	15	23/12/2025 a 06/01/2026	2023/2024
118010	Neuri Schirmer	15	07/01/2026 a 21/01/2026	2024/2025
1173960	Nilso Tedy da Silva Suzana	20	23/12/2025 a 09/01/2026	2024/2025
113719	Nilton Alves da Silva	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
117480	Nubia Fabiana Rigatti	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2023/2024
117625	Odair Berti	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
116262	Olga de Oliveira Michels	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
000362	Orildo Peliser Junior	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2024/2025
113239	Osmar São Cyrillo Alonso	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
1175785	Patricia Antunes Vieira	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2023/2024
1175670	Patricia dos Santos da Silva	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
1174274	Paulo da Cruz	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2023/2024
114065	Paulo Sergio Zimermann	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2023/2024
114065	Paulo Sergio Zimermann	30	22/01/2026 a 20/02/2026	2024/2025
1180339	Pamela Cristina Frigo	10	05/01/2026 a 14/01/2026	2024/2025
1176587	Rafael Antonio Pazza	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
1179829	Rafaela Ganzala	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
1179403	Regina Berti Maciel	30	02/01/2026 a 31/01/2026	2023/2024
113611	Remi Michel	30	23/12/2026 a 21/01/2026	2024/2025
1175726	Rosa Luzia Carneiro	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
117269	Rosane Aparecida Tizon	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
000068	Rosane de Almeida Rossi	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
1174983	Rosane de Oliveira	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
1173910	Rosangel Antonio Savariz	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
1175610	Rosangela Fischer Rosa Ribeiro	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
113778	Rosangela Ghedin Berti	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2024/2025
1174185	Rosecler Nonato da Silva	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
1175424	Rosenilda Aparecida Ozorio	07	23/01/2025 a 29/12/2025	2023/2024
1175696	Rosenilda da Lima Duque	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
112887	Rosimara de Villa	15	23/12/2025 a 06/01/2026	2024/2025
113786	Rosmir Marcos Dallabrida	15	12/01/2026 a 26/01/2026	2022/2023

1174070	Rozeclea da Silva Zucco	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
1180541	Salete Aparecida Campos	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
13064	Salete de Fatima da Cruz	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
1178334	Salete Maria Ciszewski Franco	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
115630	Sandra de Fatima Chiquio Tineli Alves	10	16/12/2025 a 25/12/2025	2024/2025
115550	Sandra Rosa Brocardo Vitali	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2024/2025
000348	Sara Carine Cardoso dos Santos	10	23/12/2025 a 01/01/2026	2024/2025
0003448	Sara Carine Cardoso dos Santos	10	02/01/2026 a 11/01/2026	2025/2026
000056	Selma Laurinda da Silva Duz	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
1174886	Silvanei Moreira	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2022/2023
1178628	Simone Arruda	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
117722	Solange de Oliveira Zimermann	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
1176145	Solange Maria Teixeira Pinheiro	15	23/12/2025 a 06/01/2026	2024/2025
1181338	Soniamar Gonçalves Batista	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
18430	Terezinha Lopes Coelho	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
113832	Terezinha Ribeiro Liebber	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2023/2024
1180282	Valdair Sutil do Rosário	30	01/12/2025 a 30/12/2025	2024/2025
1174096	Valdecir Terras de Campos	30	22/01/2026 a 20/02/2026	2023/2024
113204	Valdecir Gripa da Rosa	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2023/2024
113077	Valdeleni Maia Emereck	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
000323	Valdir Terras de Campos	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
1176781	Vanderlei Brandão	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2024/2025
1180452	Vanderlei Lima de Andrade	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2023/2024
1175815	Vanessa Lucia Machado	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
12211	Vania Lucia Machado	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
1181017	Vicentina de Fatima Lucio	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
1175513	Vilma Pereira dos Santos	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
113697	Vilmar Rodrigues Vieira	30	22/01/2026 a 20/02/2026	2024/2025
1174118	Vilso Francisco Zeni	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
1179446	Vinicius Augusto Alioncio Ferronato	10	23/12/2025 a 01/01/2026	2024/2025
1178806	Viviane Maria Toniazo	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
113158	Zenilda Hoffmann Moreira	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025

Servidores Temporários:

Matrícula	Servidor (a)	Dias de Férias	Período de Gozo	Período Aquisitivo
1181389	Ademar Ribeiro Liebber	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
00505	Ademir Chafre	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
000249	Andressa Michels Monteiro	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
1181381	Antonio Marcos Silva dos Santos	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
000216	Aparecida Perugine Ribeiro	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
000262	Brunna Luiza Rayzer	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
000540	Caciana Mara Borges	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2024/2025
000540	Caciana Mara Borges	10	12/01/2026 a 21/01/2026	2025/2026
1181410	Camily Hackenhaar Carvalho	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
0000502	Claudia de Souza Bardelli	15	23/12/2025 a 06/01/2026	2024/2025
1181407	Cleusa Maria Fernandes da Silva	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
1181366	Daiane dos Santos	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
000523	Dalva Amorim de Lima Reis	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
000245	Daniele Vanessa Geremia Moreira	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2024/2025
1181422	Daniele Regina dos Santos	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
1181405	Deisiane Alves Barbosa	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
000526	Dirlei Aparecido Borges	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
000524	Eder Miranda do Amaral	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
1181384	Eduardo Cezar de Almeida	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
1181324	Elias Mamede de Lima	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
1181362	Elizandra Trindade	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
000207	Fabieli de Martini	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
1181272	Flavio Luiz	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
000197	Franciele dos Santos	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
000151	Franciso Albino Granville	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
1181414	Geovana Navarro Leão	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
1181351	Gislaine Ardengue	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
1181378	Henrique Subtil Turatto	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
1181428	Idenisia Carvalho Vicini	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
1181387	Indianara Michels Monteiro	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
1181403	João Paulo Zanatta	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
000247	Jose Espruencio	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
000244	Jose Pardinho Rocha	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
1181409	Juliana Beatriz Jaques	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
1181413	Juliana as Silva de Melo	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
1181344	Karina Biavatti Zavarezzi	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
1181260	Larissa Karolina Martins Gomes	20	15/12/2025 a 29/12/2025	2025/2026
000506	Leomar Bassoli	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
1181367	Luciane Tezza	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
1181377	Marçal Ferreira dos Reis	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
000510	Marcelo Heinz Alexandre	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
000218	Maria Eduarda Ramos Rigatti	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2024/2025
1181361	Maria Vanuza Ribeiro	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
000454	Mariano Matheus de Oliveira	15	23/12/2025 a 06/01/2026	2024/2025
000454	Mariano Matheus de Oliveira	15	07/01/2026 a 21/01/2026	2025/2026
000260	Marilene Michel	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
1181369	Marilene Nascimento Bassoli	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
000521	Marineide Rita de Souza	10	23/12/2025 a 01/01/2026	2024/2025
000521	Marineide Rita de Souza	10	02/01/2026 a 11/01/2026	2025/2026
1181400	Marines Rama	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026

1181302	Mayara Pistori Baida	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
1181285	Merelaine Soares do Rosario da Silva	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
1181415	Patricia Cordeiro de Meira	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
1181399	Patricia Rebello Loehder Correia	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
1181376	Pedrinho Marcio Correia	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
1181386	Pedro Henrique de Oliveira Martins	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
1181329	Rita de Kassia Maltezo	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
000509	Rosangela Machado Dutra	30	20/01/2026 a 18/02/2026	2025/2026
000533	Rosangela Rodrigues	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
1171372	Rosenildo Pereira de Oliveira	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
000504	Ruan da Silva	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
1181417	Salete Leticia Matte	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
1181298	Silmara Oliveira da Maia	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
000257	Sueli de Fatima dos Santos	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
000199	Susa Mara Malaquias	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
1181363	Silvana Dias Mascarenhas Muller	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
1181380	Valdir Chies Prestes de Souza	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
000532	Vanessa Carla Ceresoli Silvano	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
1181388	Vilmar Bassoli	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
000455	Yonara Luana Caporossi	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026

Professores Efetivos e Temporários

Matrícula	Servidor (a)	Dias de Férias	Período de Gozo	Período Aquisitivo
000152	Adair Gomes	24	29/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
115282	Adriana Alves Ozorio da Silva	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2023/2024
000259	Adrieli Leticia Frigo Moreira	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1181291	Adrieli Leticia Frigo Moreira	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1181033	Adriely Barbara Novack Mederios	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
000531	Ana Karla Vilela de Farias	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1181319	Ana Karla Vilela de Farias	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
000155	Ana Maria Frigo Pinto	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
000156	Ana Marisa Piva	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
11181303	Ana Paula Pereira Chiafré	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1181313	Andreia Cristina Zatta	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1181335	Andreia de Almeida Chrischon	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
000034	Andressa Aparecida de Ramos	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
0000446	Andressa Mayer Vieira	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1181323	Andressa Mayer Vieira	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
000302	Andressa Melisa Rebello Pereira	15	29/12/2025 a 12/01/2026	2024/2025
000302	Andressa Melisa Rebello Pereira	15	13/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
000065	Andressa Nayane Fernandes Manzani	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1180371	Angela Karini Marcon Weiss	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
000530	Arcielli Chaves dos Santos	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1179160	Arlete Ferreira Teixeira	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
000158	Beatriz Americo Jaques	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
115061	Beatriz Americo Jaques	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2023/2024
1181289	Beatriz Lopes Rodrigues Moresco	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
000159	Beatriz Lopes Rodrigues Moresco	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1181311	Brenda Caroline Zucco	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
000229	Brenda Caroline Zucco	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1179071	Bruna Fatima Marafon Poltronieri	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
0000066	Carla Caroline Pinto	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1181307	Carla Valeria Fernandes dos Santos	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1179101	Carla Valeria Fernandes dos Santos	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1180827	Carmen Lucia Gonçalves Jaques	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
115070	Celia Maria Baloneker Rolim	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2023/2024
000050	Cladis Visoli Maccari	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1176889	Cladis Visoli Maccari	30	29/12/2026 a 27/01/2026	2025/2026
1178440	Clarenice Loch Muller	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1174401	Clarice Antonelo	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1174347	Clarice Nunes Vanni Viani	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
115304	Clarice Nunes Vanni Viani	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2024/2025
1181322	Cleonice Antonelo Valtrich	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1181290	Cristina Aparecida Gualberto	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1179195	Daiane de Oliveira Batista	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1181318	Debora de Ramos Piovesan	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1181336	Denise Francisca Medeiros	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1181050	Diandro Cleber Welter	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
000161	Diene Cristina de Azevedo	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
0000059	Diene Cristina de Azevedo	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
0000242	Edivan Weber Schneider	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
0000040	Edivan Weber Schneider	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
114979	Edson João Pinto	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
17744	Edson João Pinto	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2024/2025
1180720	Edson Loures da Silva	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
000445	Eduardo Teixeira Cardoso	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1174428	Eliane Aparecida Machado	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
0000162	Eliane Vezaro	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
0000031	Eliane Vezaro	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
0000201	Elisangela de Sales Baloneker	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026

1181309	Elisangela de Sales Baloneker	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1180274	Elismara Kubiaki Weiss	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1174894	Elizete Garcia de Rezende	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
0000315	Eloise Teixeira Cardoso	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
000164	Enevilde Golfetto Antonelo	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1178989	Enevilde Golfetto Antonelo	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1179004	Erica de Oliveira	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1179063	Fernanda Cristina Caimi Ghedim	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1181301	Fernanda Gonsales dos Santos de Oliveira	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1180983	Francieli Finatto	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
000168	Francyele Lemes Teixeira	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1179039	Francyele Lemes Teixeira	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1174380	Geisi Kelly Alioncio	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2024/2025
0000314	Gessica Micheli Jaques	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
0000330	Gilaine Rita Dallazen	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
0000332	Gislaine Ramos	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
0000171	Ines Joana Duarte	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
0000335	Ines Joana Duarte	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
0001970	Ines Maristela Dallazen Zeni	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2024/2025
1174479	Ines Maristela Dallazen Zeni	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
000238	Ivonilce dos Santos Souza de Carvalho	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1181041	Jandira Dias	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
115312	Jane Maria Muller de Brito	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2024/2025
000241	Janete Chayane Aparecida de Souza	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
11720	Janice Rosa da Silva	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2024/2025
11070	Janice Rosa da Silva	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2024/2025
1179020	Joao Henrique Alioncio dos Santos	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1180266	Jocelia Zatta Araldi	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1176897	Jocelia Zatta Araldi	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
000172	Joslaine Fatima de Andrade Liebber	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1179888	Joslaine Fatima de Andrade Liebber	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
115355	Jucelino Vasco de Almeida	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2020/2021
1175580	Judite Coelho Ferreira	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1179187	Judite Coelho Ferreira	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1181296	Julio Cesar Rossi Lopes	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1179012	Julio Cesar Rossi Lopes	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1181308	Ketlin Cristina Swistalski Savariz	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
000173	Ketlin Cristina Swistalski Savariz	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1180860	Leila Graciani	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1180843	Leonice Maccari Bet	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2023/2024
0000014	Leticia Luzia Muller	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
0000305	Luana Signorini	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1181306	Luzia Aparecida Moreira	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
000226	Luzia Aparecida Moreira	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2024/2025
000178	Maiara Antunes Maciel de Martini	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1178970	Maiara Aparecida Gelisnki	30	26/02/2026 a 27/03/2026	2025/2026
1181325	Marcia Cardoso Bandoria Silva	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
000179	Maria de Fatima Gualberto dos Santos	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1181305	Maria de Fatima Gualberto dos Santos	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1181328	Mariana Rodrigues	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
000181	Mariely Cristina Bottega	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1180797	Mariely Cristina Bottega	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
115916	Marilde Aparecida de Souza Fontanela	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2024/2025
11452	Marilei dos Santos	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2023/2024
1180746	Marisa Michels Berlanda	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1179110	Marlene Gelinski Batistello	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1174398	Marlene Gelisnki Batistello	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
115240	Matilde Teresinha Haracimiw	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2024/2025
1180363	Mayara Borges Feltrin	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1179055	Micheli Cristina Geier Quirino	4	29/12/2025 a 01/01/2026	2024/2025
1179055	Micheli Cristina Geier Quirino	30	02/01/2026 a 31/01/2026	2025/2026
1176870	Miriam Terezinha Hoeckele	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
115142	Miriam Terezinha Hoeckele	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2024/2025
1181327	Nelcilene Aparecida de Souza	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
000204	Neuma Batista	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
000183	Noili Antunes Maciel Trevisan	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1179179	Noili Antunes Maciel Trevisan	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
000265	Osmar da Cruz	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
000184	Pamela da Rosa Ferreira	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1181294	Pamela da Rosa Ferreira	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
000185	Paulo Itacir Weiss	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1179152	Regiane Begnini	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1180754	Roberta Cristiane Maciel Trevisan	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
0000188	Roberta da Silva	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1179144	Roberta da Silva	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
11959	Rosane Salete Pastório	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2024/2025
000057	Rosangela de Lima	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2024/2025
1180738	Roseli de Almeida Rossi	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
11983	Roseli Marta Dallazen Vicente	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2024/2025
1181314	Roseli Salete Ramos do Prado	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
000191	Rosiclara Swistalski	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1180908	Rosiclara Swistalski	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1180819	Rosilene Martins Villetti	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1180851	Samara Volff Conrado	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
114987	Sandra Cristina Moretti	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
000193	Silmar Alexandre Weiss	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
000202	Silvana Majevski dos Santos	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
000202	Silvana Majevski dos Santos	15	28/01/2026 a 11/02/2026	2024/2025
1181294	Silvana Majevski dos Santos	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026

1181297	Silvana Majevski dos Santos	15	28/01/2026 a 11/02/2026	2024/2025
1178539	Silvani de Souza	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1175521	Silvani de Souza	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2024/2025
13110	Silvia Regina Teixeira Fidel	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2024/2025
11770	Silvia Regina Teixeira Fidel	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2024/2025
000328	Simone Aparecida do Prado	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1180762	Simone Santos Kroni	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1174355	Simone Teresinha Soares Pinto	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1178393	Simone Teresinha Soares Pinto	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2024/2025
1174495	Sirlei Cleci Caimi Costa	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1179136	Sirlei Cleci Caimi Costa	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
000527	Tania Ivone Maccari	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
000528	Valeria Pereira dos Santos	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1181326	Valeria Pereira dos Santos	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
1181292	Vanessa Menezes Muller	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026
0000324	Vania Marisa Berti Stupp	30	29/12/2025 a 27/01/2026	2025/2026

Servidores Exclusivos em Cargo Comissão

Matrícula	Servidor (a)	Dias de Férias	Período de Gozo	Período Aquisitivo
1181253	Alex Sandro Zuco	15	23/12/2025 a 06/01/2026	2025/2026
1181342	Amilton Bueno do Nascimento	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
1181419	Claudeci Gonçalves Batista	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
1181280	Cleber Teodoro Becker	15	29/12/2025 a 12/01/2026	2025/2026
000366	Cristian Marçal Pacovska Lizzi	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2022/2023
1181281	Elisiano Viletti	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
1181284	Iclair Granetto	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
1181341	Izadora Kauany Zanatta Bevilaqua	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
1181267	Lucia Krupisnki Torres Correia	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
1181270	Rafael Trindade de Martini	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
1181247	Rodrigo Esmonjinski	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
1181288	Rosimeri de Fatima da Silva Breansini	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
1181343	Willian Moretti	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026

Agentes Políticos

Matrícula	Servidor (a)	Dias de Férias	Período de Gozo	Período Aquisitivo
1181340	Alex Henrique Brietzke	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
1181252	Eurides Monteiro	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
1173928	Itacir Berlanda	10	12/01/2026 a 21/01/2026	2021/2022
1181257	Leticia Gladis Trevizan Perin	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
1181255	Polyana Zuco	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
1181256	Roberto Carnevalli	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
1181254	Roseli Klauss	10	23/12/2025 a 01/01/2026	2025/2026
1181279	Roseli Terezinha Monauer Henrichs	10	05/01/2026 a 14/01/2026	2025/2026
1181420	Valdemar Daros Junior	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
11576	Nilson Rene Vicente	23	23/12/2025 a 14/01/2026	2023/2024

Conselheiros Tutelares

Matrícula	Servidor (a)	Dias de Férias	Período de Gozo	Período Aquisitivo
0000145	Sirlei Nunes	30	05/01/2026 a 03/02/2026	2025/2026
0000147	Mara Modesto de Góis	30	04/02/2026 a 05/03/2026	2025/2026
0000146	Luciana Brandão	30	06/03/2026 a 04/04/2026	2025/2026
0000149	Simara Aparecida Borges	30	06/04/2026 a 05/06/2026	2025/2026

Estagiários

Nome	Dias de Férias	Período de Gozo	Período Aquisitivo
Ana Caroline Antonelo Raach	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
Ana Gabrieli Rosa Pereira	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
Andressa Cristina Ghedin Berti	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
Arthur Carnevalli	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
Bianca Ribeiro da Silva	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
Daniel dos Santos Bueno	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
Daniele de Souza Kozerski	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
Daniele Vicente	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
Fabiana de Meira Gonçalves	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
Gabriely Ribeiro Pontes	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
Geizielli Lais de Brito Foss	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
Haleff Dombroski dos Santos	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
Higor Daniel da Cruz	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
Izabelly Dalek Salles	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
Jessica Lopes Santiago	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
Julia Beatriz Harms	15	29/12/2025 a 12/01/2026	2025/2026
Julie Rama	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
Leonardo de Almeida Ghedin	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026

Leticia da Rocha Gonçalves	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
Lucas Batista Cogo	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
Luciane Camargo	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
Luiz Henrique Lembeck	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
Mariana Gonsales dos Santos	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
Mariana Pedrotti	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
Micheli Tasso Buffon	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
Milena Trevisan	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
Nathalia Tauanda Alves	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
Noila dos Santos Costa	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
Patricia Gustavo de Oliveira Erthal	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
Pedro Guilherme Eger	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
Thalia Beatriz Pereira de Almeida	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026
Vanessa Balonecker	20	23/12/2025 a 11/01/2026	2025/2026
Vitória Zatta Granville	30	23/12/2025 a 21/01/2026	2025/2026

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 17 de dezembro de 2025.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS

Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:21FF08FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RETIFICAÇÃO LISTA DE DISTRIBUIÇÃO VAGAS 2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Avenida Cícero Barbosa Sobrinho, 1190

Cep: 85.780-000 – Boa Vista da Aparecida – Estado do Paraná. Telefone: 45-32871516 – Fax: 45-32878300 – E-Mail: semedbva@gmail.com

Relação dos Professores - 2026

	Professor (a)	Habilitação	Anos	Meses	Dias	Idade
1	MARILEI DOS SANTOS	PROFESSOR LIC POS GRAD	38	6	8	57
2	INES MARISTELA DALLAZEN ZENI	PROFESSOR LIC POS GRAD	38	2	28	59
3	JANICE ROSA DA SILVA	PROFESSOR LIC POS GRAD	37	7	28	54
4	ROSANE SALETE PASTORIO	PROFESSOR LIC POS GRAD	35	2	6	58
5	JANICE ROSA DA SILVA	PROFESSOR LIC POS GRAD	30	8	21	54
6	BEATRIZ AMERICO JAQUES	PROFESSOR LIC POS GRAD	22	1	26	55
7	SANDRA CRISTINA MORETTI	PROFESSOR LIC POS GRAD	22	1	26	48
8	ELAINE APARECIDA MARCON	PROFESSOR LIC POS GRAD	22	1	26	41
9	ADRIANA ALVES OZORIO DA SILVA	PROFESSOR LIC POS GRAD	21	11	15	43
10	MARILDE AP. DE SOUZA FONTANELA	PROFESSOR LIC POS GRAD	21	3	27	44
11	INES MARISTELA DALLAZEN ZENI	PROFESSOR LIC POS GRAD	14	8	6	59
12	GEISI KELLY ALIONCIO	PROFESSOR LIC POS GRAD	14	8	6	38
13	ELIZETE GARCIA DE REZENDE	PROFESSOR LIC POS GRAD	14	5	19	44
14	CLADIS VISOLI MACCARI DE OLIVEIRA	PROFESSOR LIC POS GRAD	11	8	18	48
15	MICHELI CRISTINA GEIER QUIRINO	PROFESSOR LIC POS GRAD	9	8	18	36
16	FERNANDA CRISTINA CAIMI GHEDIM	PROFESSOR LIC POS GRAD	9	8	18	35
17	DAIANE DE OLIVEIRA BATISTA	PROFESSOR LIC POS GRAD	9	8	18	31
18	JULIO CESAR ROSSI LOPES	PROFESSOR LIC POS GRAD	9	8	18	30
19	MAIARA APARECIDA GELINSKI	PROFESSOR LIC POS GRAD	9	8	18	29
20	ERICA DE OLIVEIRA	PROFESSOR LIC POS GRAD	9	8	18	28
21	CLARENICE LOCH MULLER	PROFESSOR LIC POS GRAD	9	8	11	57
22	JOSLAINE FATIMA DE ANDRADE LIEBBER	PROFESSOR LIC POS GRAD	9	5	23	39
23	ANGELA KARINI MARCON WEISS	PROFESSOR LIC POS GRAD	9	0	16	43
24	MAYARA BORGES FELTRIN	PROFESSOR LIC POS GRAD	9	0	16	33
25	MARIELY CRISTINA BOTTEGA	PROFESSOR LIC POS GRAD	8	8	14	45
26	ROSELI DE ALMEIDA ROSSI	PROFESSOR LIC POS GRAD	8	8	13	41

27	FRANCIELI FINATTO	PROFESSOR LIC POS GRAD	8	7	9	38
28	ADRIELY BARBARA NOVACK MEDEIROS	PROFESSOR LIC POS GRAD	8	6	10	32
29	ELIANE VEZARO	PROFESSOR LIC POS GRAD	8	1	9	30
30	LETICIA LUZIA MULLER	PROFESSOR LIC POS GRAD	7	8	13	29
31	ANDRESSA APARECIDA DE RAMOS	PROF. HABIL MAGISTERIO	7	7	27	30
32	EDIVAN WEBER SCHNEIDER	PROFESSOR LIC POS GRAD	7	2	29	29
33	CLADIS VISOLI MACCARI DE OLIVEIRA	PROFESSOR LIC POS GRAD	6	8	10	48
34	DIENE CRISTINA DE AZEVEDO	PROFESSOR LIC POS GRAD	6	7	2	38
35	LUANA SIGNORINI	PROFESSOR LIC POS GRAD	6	2	1	33
36	GESSICA MICHELI JAQUES	PROFESSOR LIC POS GRAD	6	1	19	39
37	VANIA MARISA BERTI STUPP	PROFESSOR LIC POS GRAD	5	10	20	52
38	INES JOANA DUARTE	PROFESSOR LIC POS GRAD	5	9	16	52
39	GISLAINE RAMOS	PROFESSOR LIC POS GRAD	5	9	16	44
40	GILAINE RITA DALLAZEN	PROFESSOR LIC POS GRAD	5	9	16	37
41	SIMONE APARECIDA DO PRADO	PROFESSOR LIC POS GRAD	5	9	16	37
42	DIANDRO CLEBER WELTER	PROFESSOR LIC POS GRAD	4	7	17	36

DATA BASE PARA CÁLCULO: 29 DE OUTUBRO DE 2025

Boa Vista da Aparecida, 29 DE OUTUBRO DE 2025

Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Joao Henrique Alioncio Dos Santos
Código Identificador:CEE75729

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 204-2025

DECRETO Nº 204-2025 em 12 de dezembro de 2025

Abre Crédito Orçamentário pela Movimentação de Dotações no Orçamento programa de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 1143/2024 de 15 de dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Orçamentário, para a seguinte dotação orçamentária:

1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul

19000 - DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

19001 - INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

22 - Indústria

665 - Normalização e Qualidade

27 - INCENTIVO A INDUSTRIALIZAÇÃO

2.42 - DIVISÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

522 - 3.3.90.31.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras

1000 - Recursos Ordinarios

700,00 (setecentos reais)

Art. 2º - Para atendimento do Crédito Orçamentário de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul

19000 - DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

19001 - INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

22 - Indústria

665 - Normalização e Qualidade

27 - INCENTIVO A INDUSTRIALIZAÇÃO

2.42 - DIVISÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

524 - 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção

1000 - Recursos Ordinarios

700,00 (setecentos reais)

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos para 12 de dezembro de 2025, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, em 12 de dezembro de 2025.

HELIO JOSE SURDI

Prefeito

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Rua São Paulo, 185 - Centro - 85.708-000 - Bom Jesus do Sul/ PR					
CNPJ: 01.612.443/0001-04 Fone: (46)3548-2000 licitacoes@bomjesusdosul.pr.gov.br http://www.bomjesusdosul.pr.gov.br			**Usuário:** Adriano Junior Dias	**Chave de Autenticação Digital**	
				1852-6079-846	
Relação de Alterações Orçamentárias					
Fundamento: Decreto 204-2025 de 12/12/2025					
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Órgão orçamentário: 19000 - DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO					
Unidade orçamentária: 19001 - INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO					
Função: 22 - Indústria					
Subfunção: 665 - Normalização e Qualidade					
Programa: 27 - INCENTIVO A INDUSTRIALIZAÇÃO					
Ação: 2.42 - DIVISÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO					
Despesa 522 - 3.3.90.31.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras					
Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinarios - 1.500.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
12/12/2025	2057562	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	700,00	
Transferência Contrato de Repasse 9711956/2024 Pavimentação em vias urbanas.					
			Total da despesa:	700,00	0,00
Despesa 524 - 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção					
Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinarios - 1.500.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
12/12/2025	2057563	Redução da Despesa			700,00
Transferência Contrato de Repasse 9711956/2024 Pavimentação em vias urbanas.					
			Total da despesa:	0,00	700,00
			Total da unidade orçamentária:	700,00	700,00
			Total do órgão orçamentário:	700,00	700,00
			Total do fundamento:	700,00	700,00
			Total geral	700,00	700,00

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:13BD05DA

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 205-2025

DECRETO Nº 205-2025 em 12 de dezembro de 2025

Abre Crédito Orçamentário pela Movimentação de Dotações no Orçamento programa de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 1143/2024 de 15 de dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Orçamentário, para a seguinte dotação orçamentária no valor de R$ 532.991,16 (quinhentos e trinta e dois mil e novecentos e noventa e um reais e dezesseis centavos):

1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul

6000 - DEPARTAMENTO DE SAÚDE E SANEAMENTO

6001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 - Saúde

301 - Atenção Básica

31 - ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE

2.13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

133 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

1303 - Recursos - Saúde - Receita Vinculada 15%.

1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul

8000 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

8001 - DIVISÃO DE ENSINO

12 - Educação

361 - Ensino Fundamental

39 - ENSINO FUNDAMENTAL INTEGRAL

2.28 - ENSINO FUNDAMENTAL

352 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

1103 - Recursos 10% s/ Transf. Constitucionais

1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul

8000 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

8001 - DIVISÃO DE ENSINO

12 - Educação

361 - Ensino Fundamental

39 - ENSINO FUNDAMENTAL INTEGRAL

2.29 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB

379 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

1101 - Recursos FUNDEB 70%

1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul

8000 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

8001 - DIVISÃO DE ENSINO

12 - Educação

365 - Educação Infantil

40 - EDUCAÇÃO INFANTIL INTEGRAL

2.29 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB

690 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

1101 - Recursos FUNDEB 70%

R$ 532.991,16 (quinhentos e trinta e dois mil e novecentos e noventa e um reais e dezesseis centavos)

Art. 2º - Para atendimento do Crédito Orçamentário de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação no valor de R$ 532.991,16 (quinhentos e trinta e dois mil e novecentos e noventa e um reais e dezesseis centavos):

FONTE DE RECEITA	VALOR R$
1101 - Recursos FUNDEB 70%	R$ 347.295,33
1303 - Recursos - Saúde - Receita Vinculada 15%.	R$ 20.000,00
1103 - Recursos 10% s/ Transf. Constitucionais	R$ 165.695,83

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos para 12 de dezembro de 2025, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, em 12 de dezembro de 2025.

HELIO JOSE SURDI

Prefeito

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul		
Rua São Paulo, 185 - Centro - 85.708-000 - Bom Jesus do Sul/ PR		
CNPJ: 01.612.443/0001-04 Fone: (46)3548-2000 licitacoes@bomjesusdosul.pr.gov.br http://www.bomjesusdosul.pr.gov.br	**Usuário:** Adriano Junior Dias	**Chave de Autenticação** 1952-4195-027
Relação de Alterações Orçamentárias		
Fundamento: Decreto 205-2025 de 12/12/2025		

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Órgão orçamentário: 6000 - DEPARTAMENTO DE SAÚDE E SANEAMENTO					
Unidade orçamentária: 6001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
Função: 10 - Saúde					
Subfunção: 301 - Atenção Básica					
Programa: 31 - ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE					
Ação: 2.13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
Despesa 133 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil					
Fonte de recurso: 1303 - Recursos - Saúde - Receita Vinculada 15%. - 1.500.1002					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
12/12/2025	2057592	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	165.695,83	
		Excesso de arrecadação f1303			
Total da despesa:				165.695,83	0,00
Total da unidade orçamentária:				165.695,83	0,00
Total do órgão orçamentário:				165.695,83	0,00
Órgão orçamentário: 8000 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA					
Unidade orçamentária: 8001 - DIVISÃO DE ENSINO					
Função: 12 - Educação					
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental					
Programa: 39 - ENSINO FUNDAMENTAL INTEGRAL					
Ação: 2.28 - ENSINO FUNDAMENTAL					
Despesa 352 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil					
Fonte de recurso: 1103 - Recursos 10% s/ Transf. Constitucionais - 1.500.1001					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
12/12/2025	2057591	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	20.000,00	
		Excesso de arrecadação f1303			
Total da despesa:				20.000,00	0,00
Ação: 2.29 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB					
Despesa 379 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil					
Fonte de recurso: 1101 - Recursos FUNDEB 70% - 1.540.1070					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
12/12/2025	2057590	Suplementação Orçamentária Excesso de arrecadação f1303	Excesso de Arrecadação	161.956,54	
Total da despesa:				161.956,54	0,00
Subfunção: 365 - Educação Infantil					
Programa: 40 - EDUCAÇÃO INFANTIL INTEGRAL					
Ação: 2.29 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB					
Despesa 690 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil					
Fonte de recurso: 1101 - Recursos FUNDEB 70% - 1.540.1070					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
12/12/2025	2057589	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	185.338,79	
		Excesso de arrecadação f1303			
Total da despesa:				185.338,79	0,00
Total da unidade orçamentária:				367.295,33	0,00
Total do órgão orçamentário:				367.295,33	0,00
Total do fundamento:				532.991,16	0,00
Total geral				532.991,16	0,00

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:9885CE7F

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 206-2025

DECRETO Nº 206-2025 em 12 de dezembro de 2025

Abre Crédito Orçamentário pela Movimentação de Dotações no Orçamento programa de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 1143/2024 de 15 de dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Orçamentário, para a seguinte dotação orçamentária:

1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul

18000 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

18001 - DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

4 - Administração

128 - Formação de Recursos Humanos

3 - RECURSOS HUMANOS

2.3 - RECURSOS HUMANOS

29 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

1000 - Recursos Ordinarios

1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul

5000 - DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO

5001 - DIVISÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM

20 - Agricultura

606 - Extensão Rural

7 - MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS

2.9 - DIVISÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM

88 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

1000 - Recursos Ordinarios

1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul

6000 - DEPARTAMENTO DE SAÚDE E SANEAMENTO

6001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 - Saúde

301 - Atenção Básica

31 - ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE

2.15 - ATENÇÃO BASICA

156 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

1494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde

33.000,00 (trinta e três mil reais)

Art. 2º - Para atendimento do Crédito Orçamentário de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul

18000 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

18001 - DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

4 - Administração

128 - Formação de Recursos Humanos

3 - RECURSOS HUMANOS

2.3 - RECURSOS HUMANOS

30 - 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

1000 - Recursos Ordinarios

1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul

5000 - DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO

5001 - DIVISÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM

20 - Agricultura

606 - Extensão Rural

7 - MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS

2.9 - DIVISÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM

89 - 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

1000 - Recursos Ordinarios

1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul

6000 - DEPARTAMENTO DE SAÚDE E SANEAMENTO

6001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 - Saúde

301 - Atenção Básica

31 - ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE

2.15 - ATENÇÃO BASICA

157 - 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

1494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde

33.000,00 (trinta e três mil reais)

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos para 12 de dezembro de 2025, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, em 12 de dezembro de 2025.

HELIO JOSE SURDI

Prefeito

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul		
Rua São Paulo, 185 - Centro - 85.708-000 - Bom Jesus do Sul/ PR		
CNPJ: 01.612.443/0001-04 Fone: (46)3548-2000 licitacoes@bomjesusdosul.pr.gov.br	**Usuário:** Adriano Junior Dias	**Chave de Autenticação Digital**
http://www.bomjesusdosul.pr.gov.br		2027-3705-361
Relação de Alterações Orçamentárias		
Fundamento: Decreto 206-2025 de 12/12/2025		

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
Órgão orçamentário: 5000 - DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO
Unidade orçamentária: 5001 - DIVISÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM
Função: 20 - Agricultura
Subfunção: 606 - Extensão Rural
Programa: 7 - MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS
Ação: 2.9 - DIVISÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM
Despesa 88 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinarios - 1.500.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
12/12/2025	2057800	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	3.000,00	
		Anulação			
			Total da despesa:	3.000,00	0,00

Despesa 89 - 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil
Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinarios - 1.500.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
12/12/2025	2057803	Redução da Despesa			3.000,00
		Anulação			
			Total da despesa:	0,00	3.000,00
			Total da unidade orçamentária:	3.000,00	3.000,00
			Total do órgão orçamentário:	3.000,00	3.000,00

Órgão orçamentário: 6000 - DEPARTAMENTO DE SAÚDE E SANEAMENTO
Unidade orçamentária: 6001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 31 - ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE
Ação: 2.15 - ATENÇÃO BASICA
Despesa 156 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Fonte de recurso: 1494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - 1.600.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
12/12/2025	2057799	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	15.000,00	
		Anulação			
			Total da despesa:	15.000,00	0,00

Despesa 157 - 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil
Fonte de recurso: 1494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - 1.600.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
12/12/2025	2057802	Redução da Despesa			15.000,00
		Anulação			
			Total da despesa:	0,00	15.000,00
			Total da unidade orçamentária:	15.000,00	15.000,00
			Total do órgão orçamentário:	15.000,00	15.000,00

Órgão orçamentário: 18000 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Unidade orçamentária: 18001 - DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
Função: 4 - Administração
Subfunção: 128 - Formação de Recursos Humanos
Programa: 3 - RECURSOS HUMANOS
Ação: 2.3 - RECURSOS HUMANOS
Despesa 29 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinarios - 1.500.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
12/12/2025	2057801	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	15.000,00	
		Anulação			
			Total da despesa:	15.000,00	0,00

Despesa 30 - 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil
Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinarios - 1.500.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
12/12/2025	2057804	Redução da Despesa			15.000,00
		Anulação			
			Total da despesa:	0,00	15.000,00
			Total da unidade orçamentária:	15.000,00	15.000,00
			Total do órgão orçamentário:	15.000,00	15.000,00
			Total do fundamento:	33.000,00	33.000,00
			Total geral	33.000,00	33.000,00

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:B3661BDE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
DECRETO N° 3.757, DE 17 DE DEZEMBRO 2025.

Abre Crédito Adicional Suplementar na LOA para o exercício de 2025, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal n° 1.761, de 17 de dezembro de 2025.

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal Autorizado a alterar a Lei Municipal nº 1.565/2021 de 16 de setembro de 2021, referente ao Plano Plurianual para o exercício de 2025.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal Autorizado a alterar a Lei Municipal nº 1.717/2024 de 02 de setembro de 2024, referente a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025.

Art. 3º Fica o Poder executivo Municipal Autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, na Lei nº 1.719/2024 de 04 de novembro de 2024, no valor de R$ 628.500,00 (seiscentos e vinte e oito mil e quinhentos reais), nas dotações orçamentárias abaixo especificadas:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
02.00	**Governo Municipal**		
02.01	**Chefe de Gabinete**		
04.122.0002.2.003	**Atividades Op. do Chefe de Gabinete**		
3.1.90.11	Venc e vantag Fixas – P. Civil (8)	000	11.000,00
03.00	**Depto de Administração e Planej**		
03.01	**Divisão de Administração e Planej.**		
04.122.0003.2.006	**Ativid Op. do depto de Adm e Planej**		
3.3.90.39	Outros serv. de Terc. – P. Jurídica (34)	000	130.000,00
03.02	**Divisão de Recursos Humanos**		
28.846.0000.0.001	**Manutenção e Controle do PASEP**		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contrib (50)	000	40.000,00
04.00	**Departamento de Finanças**		
04.01	**Divisão de Financ Contab. e Tesour.**		
04.123.00004.2.008	**Ativ Op. de Natureza Finan e Orçam**		
3.1.90.11	Venc e Vantag Fixas – P. Civil (53)	000	25.000,00
3.1.90.13	Contribuições Patronais (54)	000	500,00
05.00	**Depto de Obras e Serv. Rodov.**		
05.01	**Divisão de Serviços Rodoviários**		
26.782.0005.2.011	**Ativid Op. da Div de Serv. Rodov.**		
3.1.90.11	Venc e vantag Fixas – P. Civil (81)	000	193.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo (85)	000	90.000,00
06.00	**Depto de Obras e Serviços Urbanos**		
06.01	**Div de Obras e Serviços Urbanos**		
15.452.0006.2.012	**Atívid. Op. Div. de Obras e Serv. Urb**		
3.1.90.11	Venc. e Vantag. Fixas – P. Civil (102)	000	21.000,00
08.00	**Depto de Assist. Social**		
08.02	**Fundo Munic. das Crianças e Adolesc**		
08.243.0009.2.028	**Ativid Op. do Conselho Tutelar**		
3.1.90.11	Venc. e Vantag. Fixas – P. Civil (224)	000	10.000,00
08.03	**Fundo Municip de Assistência Social**		
08.244.0008.2.025	**Manut do Fundo Munic de Assit Soc.**		
3.1.90.11	Venc. e Vantag. Fixas – P. Civil (256)	000	72.000,00
09.00	**Depto de Educação Cult. E Esportes**		
09.01	**Divisão de Ensino**		
12.361.0010.2.030	**Manut do Transp. Escolar**		
3.1.90.11	Venc. e Vantag. Fixas – P. Civil (346)	000	11.000,00
12.361.0010.2.031	**Manutenção da Merenda Escolar**		
3.3.90.32	Mat, Bem ou Serv. p Distrib Grat (366)	000	25.000,00
TOTAL			**628.500,00**

Art. 4º Os recursos para fazer face às despesas com abertura do Crédito Adicional Suplementar especificado no "caput" do Artigo 3º deste Decreto correrão por conta da Anulação das despesas e da RESERVA DE CONTIGÊNCIA, conforme abaixo especificado:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
04.00	**Depto de Finanças**		
04.01	**Divisão Financ. Contabil e Tesour.**		
99.999.9999.9.999	**RESERVA DE CONTINGÊNCIA**		
9.9.99.99	Reserva de Contingência (65)	000	69.000,00
05.00	**Depto de Obras e Serv. rodoviários**		
05.01	**Divisão de Serv. Rodoviários**		
26.782.0005.1.002	**Aquis. De Máq. Equip. Caminhões e veículos p a Div de Serv. Rodov.**		
4.4.90.52	Equip. e material permanente (78)	000	200.000,00
26.782.0005.1.003	**Pav Asfált e Poliéd em Estradas Vicinais e Ampl de Pontes**		
4.4.90.51	Obras e Instalações (80)	000	230.000,00

10.00	**Depto de Agri Pec e Meio Ambiente**		
10.01	**Div. a Fom Agri Pec Prot Meio Amb**		
20.306.0017.2.058	**Incentivo a Produção de Alimen da Agricultura Familiar**		
3.3.90.30	Material de Consumo (406)	000	3.900,00
3.3.90.36	Outros Serv. de Terc. – P. Física (407)	000	2.900,00
3.3.90.39	Outros Serv. de Terc. P. Jurídica (408)	000	2.900,00
20.606.0013.1.011	**Aquis Veíc Máq Equip Agri e Pec**		
4.4.90.52	Equip e Mat Permanente (409)	000	74.900,00
20.606.0013.2.037	**Desenvolvimento de Ações Voltadas as Atividades de Agropecuária**		
3.3.90.14	Diárias – P. Civil (414)	000	14.000,00
3.3.90.36	Outros Serv. de Terc. – P. Física (418)	000	12.900,00
4.4.90.52	Equip. e Material Permanente (420)	000	18.000,00
TOTAL			**628.500,00**

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 17 (dezessete) dias do mês dezembro de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI

Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:7E00C43D

CHEFE DE GABINETE
LEI Nº 1.761, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

Abre Crédito Adicional Suplementar na LOA para o exercício de 2025, e dá outras providências.

Eu, Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal Autorizado a alterar a Lei Municipal nº 1.565/2021 de 16 de setembro de 2021, referente ao Plano Plurianual para o exercício de 2025.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal Autorizado a alterar a Lei Municipal nº 1.717/2024 de 02 de setembro de 2024, referente a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025.

Art. 3º Fica o Poder executivo Municipal Autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, na Lei nº 1.719/2024 de 04 de novembro de 2024, no valor de R$ 628.500,00 (seiscentos e vinte e oito mil e quinhentos reais), nas dotações orçamentárias abaixo especificadas:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
02.00	**Governo Municipal**		
02.01	**Chefe de Gabinete**		
04.122.0002.2.003	**Atividades Op. do Chefe de Gabinete**		
3.1.90.11	Venc e vantag Fixas – P. Civil (8)	000	11.000,00
03.00	**Depto de Administração e Planej**		
03.01	**Divisão de Administração e Planej.**		
04.122.0003.2.006	**Ativid Op. do depto de Adm e Planej**		
3.3.90.39	Outros serv. de Terc. – P. Jurídica (34)	000	130.000,00
03.02	**Divisão de Recursos Humanos**		

28.846.0000.0.001	**Manutenção e Controle do PASEP**		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contrib (50)	000	40.000,00
04.00	**Departamento de Finanças**		
04.01	**Divisão de Financ Contab. e Tesour.**		
04.123.00004.2.008	**Ativ Op. de Natureza Finan e Orçam**		
3.1.90.11	Venc e Vantag Fixas – P. Civil (53)	000	25.000,00
3.1.90.13	Contribuições Patronais (54)	000	500,00
05.00	**Depto de Obras e Serv. Rodov.**		
05.01	**Divisão de Serviços Rodoviários**		
26.782.0005.2.011	**Atívid Op. da Div de Serv. Rodov.**		
3.1.90.11	Venc e vantag Fixas – P. Civil (81)	000	193.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo (85)	000	90.000,00
06.00	**Depto de Obras e Serviços Urbanos**		
06.01	**Div de Obras e Serviços Urbanos**		
15.452.0006.2.012	**Atívid. Op. Div. de Obras e Serv. Urb**		
3.1.90.11	Venc. e Vantag. Fixas – P. Civil (102)	000	21.000,00
08.00	**Depto de Assist. Social**		
08.02	**Fundo Munic. das Crianças e Adolesc**		
08.243.0009.2.028	**Atívid Op. do Conselho Tutelar**		
3.1.90.11	Venc. e Vantag. Fixas – P. Civil (224)	000	10.000,00
08.03	**Fundo Municip de Assistência Social**		
08.244.0008.2.025	**Manut do Fundo Munic de Assit Soc.**		
3.1.90.11	Venc. e Vantag. Fixas – P. Civil (256)	000	72.000,00
09.00	**Depto de Educação Cult. E Esportes**		
09.01	**Divisão de Ensino**		
12.361.0010.2.030	**Manut do Transp. Escolar**		
3.1.90.11	Venc. e Vantag. Fixas – P. Civil (346)	000	11.000,00
12.361.0010.2.031	**Manutenção da Merenda Escolar**		
3.3.90.32	Mat, Bem ou Serv. p Distrib Grat (366)	000	25.000,00
TOTAL			**628.500,00**

Art. 4º Os recursos para fazer face às despesas com abertura do Crédito Adicional Suplementar especificado no "caput" do Artigo 3º dessa lei correrão por conta da Anulação das despesas e da RESERVA DE CONTIGÊNCIA, conforme abaixo especificado:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
04.00	**Depto de Finanças**		
04.01	**Divisão Financ. Contabil e Tesour.**		
99.999.9999.9.999	**RESERVA DE CONTINGÊNCIA**		
9.9.99.99	Reserva de Contingência (65)	000	69.000,00
05.00	**Depto de Obras e Serv. rodoviários**		
05.01	**Divisão de Serv. Rodoviários**		
26.782.0005.1.002	**Aquis. De Máq. Equip. Caminhões e veículos p a Div de Serv. Rodov.**		
4.4.90.52	Equip. e material permanente (78)	000	200.000,00
26.782.0005.1.003	**Pav Asfált e Poliéd em Estradas Vicinais e Ampl de Pontes**		
4.4.90.51	Obras e Instalações (80)	000	230.000,00
10.00	**Depto de Agri Pec e Meio Ambiente**		
10.01	**Div. a Fom Agri Pec Prot Meio Amb**		
20.306.0017.2.058	**Incentivo a Produção de Alimen da Agricultura Familiar**		
3.3.90.30	Material de Consumo (406)	000	3.900,00
3.3.90.36	Outros Serv. de Terc. – P. Física (407)	000	2.900,00
3.3.90.39	Outros Serv. de Terc. P. Jurídica (408)	000	2.900,00
20.606.0013.1.011	**Aquis Veíc Máq Equip Agri e Pec**		
4.4.90.52	Equip e Mat Permanente (409)	000	74.900,00
20.606.0013.2.037	**Desenvolvimento de Ações Voltadas as Atividades de Agropecuária**		
3.3.90.14	Diárias – P. Civil (414)	000	14.000,00
3.3.90.36	Outros Serv. de Terc. – P. Física (418)	000	12.900,00
4.4.90.52	Equip. e Material Permanente (420)	000	18.000,00
TOTAL			**628.500,00**

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul – Pr., 17 de dezembro de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI

Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:BBAD1D08

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 253/2025

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - PR - CNPJ: 80.874.100/0001-86

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 253/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2025– REGISTRO DE PREÇO Nº 25/2025

Processo Licitatório Nº 47/2025 **– HOMOLOGADO EM 29/05/2025.**

DETENTORA: LS REFRIGERACAO LTDA – CNPJ: 31.669.124/0001-98.

OBJETO: Registro de preços para aquisição, instalação e manutenção de ar condicionado para atender as necessidades e suprir o funcionamento diário de toda a estrutura administrativa municipal, e atender ao Lei Federal 14.399/2020 Lei Adir Blanc climatização do anfiteatro municipal Cecília Bilan, a ser utilizada conforme necessidade do município, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos, relativos aos Itens descritos abaixo do **Pregão Eletrônico nº 26/2025**, nos termos das condições previstas no respectivo Edital e seus anexos, que fazem parte do presente instrumento, independentemente de transcrição**,** e conforme quadro de itens abaixo:

LOTE 01						
Item	**Descrição dos Itens**	**Unid.**	**Qtde.**	**Marca**	**Valor Unit. (R$)**	**Valor Total do Item (R$)**
1	Aparelho de **AR CONDICIONADO 9.000 BTUs -** inverter - quente e frio: Controle Remoto. Classe de Energia A, B ou C. 220 Volts Monofásico. Suporte metálico para a condensadora.	**Unid.**	**10**	Ventisol / Agratto/ Liv/ LCST9QFI	2.091,43	20.914,30
2	Aparelho de **AR CONDICIONADO 12.000 BTUs** - inverter - quente e frio: Controle Remoto. Classe de Energia A, B ou C. 220 Volts Monofásico. Suporte metálico para a condensadora.	**Unid.**	**10**	Ventisol / Agratto / Liv LCST12QFI	2.250,55	22.505,55
3	Aparelho de **AR CONDICIONADO 18.000 BTUs** - inverter - quente e frio: Controle Remoto. Classe de Energia A, B ou C. 220 Volts Monofásico. Suporte metálico para a condensadora.	**Unid.**	**10**	Vix / Vix Inverter AS-18UW2RMADKOO	3.351,23	33.512,30
4	Aparelho de **AR CONDICIONADO 36.000 BTUs** - inverter - quente e frio: Controle Remoto. Classe de Energia A, B ou C. 220 Volts Monofásico. Suporte metálico para a condensadora.	**Unid.**	**6**	Vix Inverter AS -36UW2RKKDKOO	8.199,63	49.197,78
5	Aparelho de **AR CONDICIONADO 60.000 BTUs** - inverter - quente e frio: Controle Remoto. Classe de Energia A,B ou C. 220 Volts Monofásico. Suporte metálico para a condensadora.	**Unid.**	**6**	Vix / Piso Teto Inverter AUV-6OUR2RNCA	12.568,27	75.409,62
6	**Cortina de Ar 200 cm Branco - 220 Volts,** Frequência (Hz): 50/60 Potência (Baixa/Alta): 320 Vazão de ar (m3/h): 2750 Nível de Ruído (dB): Peso mínimo 51 (kg): 28 Dimensões produto (mm): 2000 x 220 x 195 Altura Instalação (m): Regulador de Velocidade do ar – Instalação Inclusa.	**Unid.**	**4**	Vix / Cortina de Ar 200cm Branca	1.473,19	5.892,76

VALOR TOTAL E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O valor total da Ata de Registro de Preços é de **R$ 207.432,31 (duzentos e sete mil quatrocentos e trinta e dois reais e trinta e um centavos). Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº 03.00 – Departamento de Administração e planejamento; 03.01 – Divisão de Administração e planejamento; 0412200032006 – Atividades Operacionais do departamento de administração e planejamento; 3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica; Despesa 1471; 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente; Despesa: 1147; 09.00 – Departamento de Educação, cultura e esporte; 09.01 – Divisão de Ensino; 1236100102.029 – Atividades Operacionais de Ensino fundamental 5% e 25% e outros; 3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica; Despesa 602;44.90.52 Equipamentos e Material Permanente;. Despesa: 1176; 07.00 - Departamento de Saúde; 07.01 – Fundo Municipal de Saúde; 1030100072.015 – Atividades Operacionais do Fundo Municipal de saúde; 3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica; Despesa 563; 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente; Despesa: 1158.**

VIGÊNCIA: A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão **será de 1 (um) ano** contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas. Será admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por mais 12 (doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos e que possua quantitativo para o mesmo período. **Caso as partes não se interessem pela prorrogação da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência.**

Bom Sucesso do Sul, 17 de dezembro de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:3614FFB5

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 254/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2025

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - PR - CNPJ: 80.874.100/0001-86

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 254/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2025– REGISTRO DE PREÇO Nº 48/2025

Processo Licitatório Nº 113/2025 **– HOMOLOGADO EM 16/12/2025.**

DETENTORA: KOMAR MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA – ME – CNPJ: 02.252.750/0001-86.

OBJETO: Registro de preços para aquisições de materiais de construção e acessórios, a ser utilizada conforme necessidade do município, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos, relativos aos Itens descritos abaixo do **Pregão Eletrônico nº 59/2025**, nos termos das condições previstas no respectivo Edital e seus anexos, que fazem parte do presente instrumento, independentemente de transcrição**,** e conforme quadro de itens abaixo:

LOTE 01						
Item	**Descrição do Item**	**Qtde.**	**Unid. Medida**	**Marca**	**Valor Unit. (R$)**	**Valor Total Item (R$)**
1	Abraçadeira tipo micro para mangueira, rosca sem fim, cabeça sextavada com fenda, fabricada em aço inox, medida largura 9,0 mm, espessura 0,65 mm, diâmetro 12,0 a 16,0 mm	100	Unid.	bellosa	1,50	150,00
2	Abraçadeiras tipo flexil para mangueira, rosca sem fim, cabeça sextavadas com fenda, fabricado em aço inox, medida largura 14,5 mm, espessura 0,7 mm, diâmetro 44,0 a 57,0 mm.	100	Unid.	bellosa	4,75	475,00
3	Abraçadeiras tipo flexiv. Para mangueira, rosca sem fim, cabeça sextavada com fenda, fabricado em aço inox, medida largura 14,5 mm, espessura 0,7 mm, diâmetro 22,0 a 32,0 mm	100	Unid.	bellosa	4,82	482,00
4	Abraçadeiras tipo flexiv. Para mangueira, rosca sem fim, cabeça sextavada com fenda, fabricado em aço inox, medida largura 14,5 mm, espessura 0,7 mm, diâmetro 38,0 a 51,0 mm	100	Unid.	bellosa	4,90	490,00
5	Abraçadeiras tipo flexiv. Para mangueira, rosca sem fim, cabeça sextavada com fenda, fabricado em aço inox, medida largura 14,5 mm, espessura 0,7 mm, diâmetro 22,0 a 32,0 mm	100	Unid.	bellosa	4,90	490,00
6	Adaptador com flange e anel para caixa d'água; em pvc rígido; fabricação conforme nbr 5648/77; com diâmetro nominal de 25 mm (3/4 pol); na cor marrom; para ser utilizada em instalações prediais de água fria	20	Peças	bellosa	12,50	250,00
7	Adaptador soldável anel de vedação para caixa (flange) 32 x 1"	20	Peças	plastilit	18,00	360,00
8	Adaptador soldável anel de vedação para caixa (flange) 40 x 1.1/4"	20	Peças	plastilit	22,00	440,00
9	Adaptador soldável anel de vedação para caixa (flange) 50 x 1.1/2"	20	Peças	plastilit	25,00	500,00
10	Adaptador soldável anel de vedação para caixa (flange) 60 x 2"	20	Peças	plastilit	32,00	640,00
11	Adesivo plástico para pvc 175 gr	15	Unid.	plastilit	18,00	270,00
12	Anel de vedação com guia para vaso sanitário	20	UNID.	blukit	8,50	170,00
13	Assento sanitário de propileno na cor branca, incluindo acessórios	30	Unid.	herc	35,00	1.050,00
14	Assento sanitário de propileno, almofadado, cor branca, incluindo acessórios	30	Unid.	herc	68,00	2.040,00
15	Caixa de descarga simples em polietileno, sem engate, na cor branca	25	Peças	cipla	38,00	950,00
16	Caixa sifonada montada c/ grelha e porta grelha dn 100 x 100 x 50	10	Unid.	herc	15,00	150,00
17	Caixa sifonada montada c/ grelha e porta grelha dn 100 x 150 x 50	5	Unid.	herc	35,00	175,00
18	Cloro granulado aditivado 10 em 1, galão de 10 quilos	10	Unid.	hth	250,00	2.500,00
19	Engate flexível reforçado em pvc branco de 1/2" x 40cm, completo	30	PÇ	mantc	8,00	240,00
20	Engate flexível reforçado em pvc branco de 1/2" x 50cm, completo	30	PÇ	mantc	8,50	255,00
21	Engate flexível trançado com malha de aço inox com 60 cm	30	PÇ	mantc	19,50	585,00
22	Engate rápido para mangueira	30	Unid.	tramontina	6,00	180,00
23	Esguicho de borração para ligação de vaso sanitário, diâmetro nominal de 40 mm	30	Unid.	blukit	22,00	660,00
24	Espude de borração para ligação de vaso sanitário, diâmetro nominal de 40mm	30	PÇ	plastilit	8,50	255,00
25	Lavadora de alta pressão, nova, para limpeza de grandes áreas, fachadas, telhados, equipada com: sistema de desligamento automático do motor quando o gatilho é desativado; sistema ergonômico de transporte; mangueira de alta pressão com no mínimo 8 metros de comprimento; vazão máxima de água de 750 litros por hora; peso máximo de 28 kg; motor de 220 volts, com potência mínima de 2.8 kW; acoplamento da mangueira anti-torção; alça telescópica de alumínio; pistola com acoplamento por encaixe; sistema de engate rápido para troca dos bicos; mangueira de alta pressão em tecido de aço reforçado; manômetro e regulagem da pressão da máquina; sistema de dosagem de detergente, graduado; escova rotativa com diâmetro de 16 cm, com ângulo ajustável; extensão da lança; lança angular com 470mm ou 1.080mm de comprimento; dispositivo de jateamento para limpeza de muros e a remoção de resquícios de tinta ou ferrugem de peças metálicas e madeira; dispositivo para a limpeza e desobstrução de encanamentos, como no mínimo 14 metros de comprimento; filtro de água para proteção da bomba; mangueira de aspiração com 3 metros de comprimento, para sucção de água; mangueira plana têxtil, com carretel fixo, com comprimento mínimo de 10 metros; bico de espuma para ação de limpeza horizontal ou vertical, com recipiente para detergente, com capacidade de até 1 litro; protetor de mangueira espiral, comprimento mínimo de 7 metros e manual de instrução e selo ou certificado do Inmetro.	30	Unid.	karcher	2.740,00	82.200,00
26	Lavatório com coluna em porcelana, cor branca	10	Unid.	santa marini	230,00	2.300,00

27	Mangueira de jardim 3/4 reforçada transada e siliconada	20	Metros	mantc	12,50	250,00
28	Mangueira para jardim 1/2" reforçada, trançada e siliconada	1.000	Metros	mantc	5,50	5.500,00
29	Mangueira preta 1/2x2,5mm	1.000	Metros	polibol	1,50	1.500,00
30	Mangueira preta 1x3mm polegada	2.000	Metros	polibol	3,30	6.600,00
31	Mangueira preta 3/4x2,5mm	2.000	Metros	polibol	2,60	5.200,00
32	Parafuso fixador de vaso e bacia sanitária	2.000	Unid.	evoluc	2,30	4.600,00
33	Plug roscável 1/2", em pvc, conforme especificado na nbr 5648/77	50	PÇ	plastilit	1,50	75,00
34	Plug roscável 3/4", em pvc, conforme especificado na nbr 5648/77	20	PÇ	plastilit	2,50	50,00
35	Registro de esfera em pvc rígido soldável, diâmetro nominal de ø 25mm (3/4")	20	PÇ	herc	22,00	440,00
36	Reparo para valvula de descarga 1.1/2" universal	20	Unid.	docol	125,00	2.500,00
37	Sifão multiuso 1" - 1.1/4" - 1.1/2"	20	PÇ	plastilit	12,00	240,00
38	Sifão multiuso 1m	50	Unid.	herc	12,00	600,00
39	Sifão multiuso duplo 1" - 1.1/4" - 1.1/2"	50	PÇ	herc	22,00	1.100,00
40	Torneira de boia de pvc, diâmetro nominal de 1/2"	15	Unid.	plastilit	18,00	270,00
41	Torneira de boia de pvc, diâmetro nominal de 3/4"	15	Unid.	plastilit	18,00	270,00
42	Torneira de inox ¼ de volta m22 com cano flexível	15	Unid.	atopy	120,00	1.800,00
43	Torneira de jardim, plástica 1/2"	15	Unid.	herc	5,50	82,50
44	Torneira de jardim, plástica 3/4"	50	Unid.	herc	5,50	275,00
45	Torneira de mesa metálica giratória 1/2	50	Unid.	leao	110,00	5.500,00
46	Torneira de mesa metálica giratória 1/4 de volta 1/2	30	Unid.	leao	110,00	3.300,00
47	Torneira de parede metálica giratória 1/2	30	Unid.	leao	110,00	3.300,00
48	Torneira de parede metálica giratória 1/4 de volta 1/2	30	Unid.	leao	110,00	3.300,00
49	Torneira de parede reta metálica longa com acabamento cromado para pia 1/2	30	Unid.	leao	90,00	2.700,00
50	Torneira de pressão metálica automática 1/2	30	Unid.	leao	180,00	5.400,00
51	Torneira lavatório de metal, cromada de 1/2"	50	Unid.	leao	90,00	4.500,00
52	Tubo de descarga (bengala) sobrepor, 40mm x 1,60m, na cor branca	30	PÇ	plastilit	25,00	750,00
53	Válvula com inox para pia americana 3. 1/2"	15	PÇ	leao	22,00	330,00
54	Válvula para lavatório c/ e s/ ladrão 7/8	15	PÇ	plastilit	12,00	180,00
55	Válvula para tanque c/ e s/ ladrão 1.1/4"	30	PÇ	plastilit	15,00	450,00
56	Vaso sanitário para adultos em porcelana, cor branca, caixa acoplada de 6 litros, formato redondo, com válvula de descarga com 2 acionamento de 3 e 6 litros, completo	30	Unid.	santa marina	550,00	16.500,00
57	Vaso sanitário, cor branca	20	Unid.	santa marina	250,00	5.000,00
58	Acabamento P/ Válvula De Descarga-Acabamento Externo Para Válvula De Descarga 1 1/2" Em Metal Inox, Produto De 1ª Linha, Altamente Resistente, Com Alto Índice De Durabilidade.	40	Unid.	censi	155,00	6.200,00
VALOR TOTAL DO LOTE 01					**R$187.019,50**	
LOTE 02						
Item	**Descrição do Item**	**Qtde.**	**Unid. Medida**	**Marca**	**Valor Unit. (R$)**	**Valor Total Item (R$)**
59	Caixa d'água, polietileno, reforçada com tampa - 500 litros	10	Un.	sul tanques	340,00	3.400,00
60	Caixa d'água polietileno, reforçada com tampa - 10.000 litros	10	Un.	sul tanques	3.639,00	36.390,00
61	Caixa d'água, polietileno, reforçada com tampa - 1.000 litros	10	Un.	sul tanques	560,00	5.600,00
62	Reservatório tanque politileno 1.000 litros	10	Un.	sul tanques	508,00	5.080,00
63	Reservatório tanque politileno 10.000 litros	10	Un.	sul tanques	3.689,00	36.890,00
64	Reservatório tanque politileno 15.000 litros	10	Un.	sul tanques	6.265,00	62.650,00
65	Reservatório tanque politileno 2.000 litros	10	Un.	sul tanques	1.160,00	11.600,00
66	Reservatório tanque politileno 20.000 litros	10	Un.	sul tanques	9.310,00	93.100,00
67	Reservatório tanque politileno 310 litros	10	Un.	sul tanques	305,00	3.050,00
68	Reservatório tanque politileno 5.000 litros	10	Un.	sul tanques	2.338,00	23.380,00
69	Reservatório tanque politileno 500 litros	10	Un.	sul tanques	550,00	5.500,00
VALOR TOTAL DO LOTE 02					**R$ 286.640,00**	
LOTE 05						
Item	**Descrição do Item**	**Qtde.**	**Unid. Medida**	**Marca**	**Valor Unit. (R$)**	**Valor Total Item (R$)**
157	Abraçadeira de plástico c 28-pt 200 un	100	pacote	lotus	130,00	13.000,00
158	Abraçadeira de plástico c 40-pt 100 un	100	pacote	lotus	45,00	4.500,00
159	Abraçadeira de plástico c15-pt 200 un	100	pacote	lotus	50,00	5.000,00
160	Adesivo borracha de silicone, incolor ocético anti fungo - 300 ml	30	Unid.	unipega	20,00	600,00
161	Adesivo cola para junta de motor 73gr	30	Unid.	3m	15,00	450,00
162	Adesivo instantâneo super rápido 100gr	10	Frasco	unipega	55,00	550,00
163	Adesivo silicone 50 gr alta temperatura	20	Unid.	unipega	15,00	300,00
164	Aplicador de silicone (pistola) profissional	10	Unid.	lotus	45,00	450,00
165	Bota de pvc com forro nautica na cor azul nº 43	30	Unid.	terra fortz	105,00	3.150,00
166	Capa de chuva em pvc (com mangas e capote) - tam. Grande na cor preta	20	Unid.	marfran	60,00	1.200,00
167	Celante pu 40 construções 280 ml cinza	50	Unid.	unipega	24,00	1.200,00
168	Cilindro para fechaduras	100	Unid.	stan	25,00	2.500,00
169	Contrapino 3/4 x 6"	50	Unid.	sao cristovao	7,50	375,00
170	Dobradiça para portas média 3"	50	Unid.	inca	4,50	225,00
171	Dobradiças em latão cromado 2.1/2"	40	Unid.	inca	4,00	160,00
172	Dobradiças em latão cromado 3.1/2"	30	Unid.	inca	7,00	210,00
173	Eletrodo 2,5 x 350	300	Unid.	eltron	1,60	480,00
174	Espuma expansível de poliuretano 500ml	30	Unid.	unipega	40,00	1.200,00
175	Fechadura cromada interna para porta de banheiro	50	Unid.	stan	75,00	3.750,00
176	Fechadura externa; maçaneta em zamak com anel plástico p/encaixe, lingueta e espelho em aço inox, cilindro em latão maciço, molas internas da lingueta em latão, reversão do trinco após a instalação, medida 12 a 14 cm altura x 5,5 a 7,5 cm profundidade	50	Unid.	stan	80,00	4.000,00
177	Fechadura interna; maçaneta em zamak com anel plástico p/encaixe, lingueta e espelho em aço inox, cilindro em latão maciço, molas internas da lingueta em latão, reversão do trinco após a instalação, medida 12 a 14 cm altura x 5,5 a 7,5 cm profundidade.	50	Unid.	stan	70,00	3.500,00
178	Fita de sinalização amarela e preta com 200 metros	30	Unid.	worker	19,00	570,00
179	Luva de borracha antiderrapante, para limpeza, confeccionado em látex de borracha natural, forrada, com formato anatômico, cor amarela, tamanho g, embalagem contendo 01 par, c/nº do lote, prazo de validade e certificado de aprovação do ministério do trabalho	100	Unid.	kalipso	9,90	990,00
180	Luva de vaqueta confeccionada em vaqueta tratada, crua ou natural, 5 dedos, com reforço entre o polegar e o indicador, palma e dedos, reforço acolchoado no dorso da luva, fechamento do punho com tira de couro presa por meio de velcro, com punho de 7cm, com alca para transporte, tamanho grande	300	Unid.	leval	28,00	8.400,00
181	Massa a base de epóxi, embalagem com 100g	10	Unid.	alba	15,00	150,00
182	Óculos de poteção fumê	100	Unid.	kalipso	15,80	1.580,00
183	Óculos de poteção incolor	100	Unid.	kalipso	15,80	1.580,00

184	Pino trava 1/4 x 2"	50	Unid.	crist	7,50	375,00
185	Pino trava 5/16 x 2"	50	Unid.	crist	8,50	425,00
186	Tanque de cimento revestido com esfregadeira, 1 cuba (59x70cm)	15	Unid.	sul brasil	485,00	7.275,00
187	Tanque de cimento revestido, com esfregadeira, 2 cubas	15	Unid.	sul brasil	650,00	9.750,00
VALOR TOTAL DO LOTE 05					**R$ 77.895,00**	
LOTE 07						
Item	**Descrição do Item**	**Qtde.**	**Unid. Medida**	**Marca**	**Valor Unit. (R$)**	**Valor Total Item (R$)**
256	Brita graduada, entregue no perímetro urbano da cidade de bom sucesso do sul -pr.	2.000	m³	dalba	187,80	375.600,00
257	Brita rachão (diâmetro de 15 a 35 cm), entregue no perímetro urbano da cidade de bom sucesso do sul -pr.	1.500	m³	dalba	171,80	257.700,00
258	Pedra brita n.º 01, limpa e isenta de matéria orgânica, entregue no perímetro urbano do município.	350	m³	dalba	104,90	36.715,00
259	Pedrisco, entregue no perímetro urbano do município	300	m³	dalba	104,95	31.485,00
260	Pó de pedra 5/16, entregue no perímetro urbano do município	300	m³	dalba	168,99	50.697,00
VALOR TOTAL DO LOTE 07					**R$752.197,00**	
LOTE 12						
Item	**Descrição do Item**	**Qtde.**	**Unid. Medida**	**Marca**	**Valor Unit. (R$)**	**Valor Total Item (R$)**
306	Bandeja para pintura de plástico, 29 cm x 39 cm	20	Unid.	roma	9,89	197,80
307	Catalisador 0,51, embalagem de 300ml	30	Unid.	2021	17,00	510,00
308	Catalisador para misturar na cola de resina poliéster, para instalações de tachões	25	LT	inoplastic	200,00	5.000,00
309	Catalisador para tinta epoxi	100	Litro	killing	90,00	9.000,00
310	Cetol, Protetor De Madeiras e Pergolados, emb: de 3,6 Lt, Acabamento Acetinado, Para Ambientes Externos e Internos, Acabamento uv, Incolor, imbuia ou Natural.	50	LT	renner	304,00	15.200,00
311	Convertor de ferrugem, base para pintura, que elimina a ferrugem e dispensa lixamento e/ou jateamento, embalgem de 1,0 lt	50	Unid.	tf7	42,00	2.100,00
312	Diluente (solvente), composição: mistura balanceada de alcoóis, ésteres, teor mínimo de 8% de cetonas, glicoésteres e hidrocarbonetos, aplicação: diluição de lacas; nitrocelulose (duco), acrílica, poliéster, poliuretano; tintas sintéticas; seladoras e vernizes, isento de benzeno e solventes clorados	40	Lt	itaqua	14,90	596,00
313	Diluente (solvente), composição: mistura balanceada de alcoóis, ésteres, teor mínimo de 8% de cetonas, glicoésteres e hidrocarbonetos, aplicação: diluição de lacas; nitrocelulose (duco), acrílica, poliéster, poliuretano; tintas sintéticas; seladoras e vernizes, isento de benzeno e solventes clorados, embalagem com 5 litros	50	Unid.	itaqua	72,40	3.620,00
314	Fundo para tinta epoxi - 3,6l	40	Galão	killing	187,95	7.518,00
315	Grafiato 25kg	50	Unid.	belcollor	67,00	3.350,00
316	Hipoclorito de sódio, 12%, embalagens de 20 litros	100	Unid.	enerquimica	110,00	11.000,00
317	Massa corrida acrílica – 25 kg	200	Unid.	belcollor	63,90	12.780,00
318	Massa corrida pva - 25 kg	200	Unid.	belcollor	28,90	5.780,00
319	Pincel, cerdas de nylon, chato, 2"	30	Unid.	roma	6,00	180,00
320	Pincel, cerdas de nylon, chato, tamanho: 3"	30	Unid.	roma	7,90	237,00
321	Rolo de espuma para testura 23cm com cabo	30	Unid.	roma	15,00	450,00
322	Rolo de lã 10 cm com cabo	30	Unid.	roma	8,20	246,00
323	Rolo de lã 15 cm com cabo	30	Unid.	roma	8,70	261,00
324	Rolo de naylon para testura 23cm com cabo	30	Unid.	roma	32,00	960,00
325	Rolo pintura, 100% lã de carneiro, cabo plástico, produzido por termofusão, ultrarresistente, 23cm, aplicação: pintura com tinta a base e poxicatalizavél	30	Unid.	atlas	37,00	1.110,00
326	Selador a base de elastomero incolor, 3,6l	15	Unid.	belcollor	50,00	750,00
327	Selador parede, para parede pintada com tinta plástica, com 18litros	20	Unid.	belcollor	85,00	1.700,00
328	Selador parede, para parede pintada com tinta plástica, com 3,6l	20	Unid.	belcollor	30,00	600,00
329	Suporte com pintura eletrostática na cor cinza para super poste com 4 luminárias no diâmetro de 130mm com quarto tubo de 48mm à 52mm chapa 3mm 3 tres parafusos travante.	10	PÇ	Jb	200,00	2.000,00
330	Suporte com pintura eletrostática na cor cinza para super poste com 3 luminárias no diâmetro de 130mm com quarto tubo de 48mm à 52mm chapa 3mm 3 tres parafusos travante.	10	PÇ	Jb	190,00	1.900,00
331	**Tinta à base de látex**, composição: acrílica, cor **azul**, aplicação: alvenaria, interiores e exteriores, **fosca**, premium, com rendimento de 200 a 250 m², por demão, com 18l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	230,00	11.500,00
332	**Tinta à base de látex**, composição: acrílica, cor **azul**, aplicação: alvenaria, interiores e exteriores, **semi-brilho**, premium, com rendimento DE 200 a 250 M², POR DEMÃO, COM 18L, de primeira linha, marcas Killing, Suvinil, Coral, Renner e Lukscollor	50	Unid.	killing	279,00	13.950,00
333	**Tinta à base de látex**, composição: acrílica, cor **branca**, aplicação: alvenaria, interiores e exteriores, **fosca**, premium, com rendimento de 200 a 250 m², por demão, com 18l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	289,90	14.495,00
334	**Tinta à base de látex**, composição: acrílica, cor **branca**, aplicação: alvenaria, interiores e exteriores, **semi-brilho**, premium, com rendimento de 200 a 250 m², por demão, com 18l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	549,00	27.450,00
335	**Tinta à base de látex**, composição: acrílica, cor **chumbo e/ou cinza escuro**, verde, aplicação: alvenaria, interiores e exteriores, **fosca**, premium, com rendimento de 200 a 250 m², por demão, com 18l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	278,00	13.900,00
336	**Tinta à base de látex**, composição: acrílica, cor **chumbo e/ou cinza escuro**, aplicação: alvenaria, interiores e exteriores, **semi-brilho**, premium, com rendimento de 200 a 250 m², por demão, com 18l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	359,00	17.950,00
337	**Tinta à base de látex**, composição: acrílica, cor **verde**, aplicação: alvenaria, interiores e exteriores, **fosca**, premium, com rendimento de 200 a 250 m², por demão, com 18l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	234,00	11.700,00
338	**Tinta à base de látex**, composição: acrílica, cor **verde**, aplicação: alvenaria, interiores e exteriores, **semi-brilho**, premium, com rendimento de 200 a 250 m², por demão, com 18l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	689,00	34.450,00
339	**Tinta à base de látex**, composição: acrílica, cor **vermelha**, aplicação: alvenaria, interiores e exteriores, **fosca**, premium, com rendimento de 200 a 250 m², por demão, com 18l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	340,00	17.000,00
340	**Tinta à base de látex**, composição: acrílica, cor **vermelha**, aplicação: alvenaria, interiores e exteriores, **semi-brilho**, premium, com rendimento de 200 a 250 m², por demão, com 18l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	379,90	18.995,00
341	**Tinta à base de látex**, composição: pva, cor **azul**, aplicação: alvenaria, interiores e exteriores, **fosca** com 3,6l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	79,00	3.950,00
342	**Tinta à base de látex**, composição: pva, cor **azul**, aplicação: alvenaria, interiores e exteriores, **fosca,** com 18l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	260,00	13.000,00

343	**Tinta à base de látex**, composição: pva, cor **branca**, aplicação: alvenaria, interiores e exteriores, **fosca** com 3,6l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	128,00	6.400,00
344	**Tinta à base de látex**, composição: pva, cor **branca**, aplicação: alvenaria, interiores e exteriores, **fosca,** com 18l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	280,00	14.000,00
345	**Tinta a base de látex**, composição: pva, cor **verde**, aplicação: alvenaria, interiores e exteriores, **fosca** com 3,6l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	79,90	3.995,00
346	**Tinta a base de látex**, composição: pva, cor **verde**, aplicação: alvenaria, interiores e exteriores, **fosca,** com 18l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	276,00	13.800,00
347	**Tinta a base de látex**, composição: pva, cor **vermelha**, aplicação: alvenaria, interiores e exteriores, **fosca** com 3,6l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	134,90	6.745,00
348	**Tinta a base de látex**, composição: pva, cor **vermelha**, aplicação: alvenaria, interiores e exteriores, **fosca,** com 18l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	410,00	20.500,00
349	**Tinta a óleo**, cor **azul**, brilhante, com 3,6l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	159,90	7.995,00
350	**Tinta a óleo**, cor **branca**, brilhante, com 3,6l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	159,90	7.995,00
351	**Tinta a óleo**, cor **verde**, brilhante, com 3,6l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	159,90	7.995,00
352	**Tinta a óleo**, cor **vermelha**, brilhante, com 3,6l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	95,00	4.750,00
353	Tinta epoxi - 3,6 l branca	50	Galão	killing	279,90	13.995,00
354	**Tinta esmalte sintético**, cor **azul**, tipo acabamento: brilhante com 3,6l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	97,00	4.850,00
355	**Tinta esmalte sintético**, cor **branca**, tipo acabamento: brilhante com 3,6l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	97,00	4.850,00
356	**Tinta esmalte sintético**, cor **chumbo e/ou cinza escuro**, tipo acabamento: brilhante com 3,6l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	97,90	4.895,00
357	**Tinta esmalte sintético**, cor **verde**, tipo acabamento: brilhante com 3,6l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	97,90	4.895,00
358	**Tinta esmalte sintético**, cor **vermelha**, tipo acabamento: brilhante com 3,6l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	97,90	4.895,00
359	Tinta spray 360ml	100	Unid.	chimicoll	16,80	1.680,00
360	Washprimer fundo fosfatizante 0,45, embalagem com 900 ml	100	Unid.	anjo	34,50	3.450,00
Valor total do lote 12: R$423.070.80						
LOTE 14						
Item	**Descrição do Item**	**Qtde.**	**Unid. Medida**	**Marca**	**Valor Unit. (R$)**	**Valor Total Item (R$)**
442	Vidro fantasia canelado 4 mm – instalado	20	m²	cristal	519,90	10.398,00
443	Vidro liso 4 mm – instalado	40	m²	cristal	479,00	19.160,00
444	Espelho - Material: Vidro Cristal Lapidado, Formato: Retangular ou oval, espessura: 6mm, instalado com Silicone ou	50	m²	cristal	599,00	29.950,00
Valor total lote 14: R$59.508,00						
LOTE 15						
Item	**Descrição do Item**	**Qtde.**	**Unid. Medida**	**Marca**	**Valor Unit. (R$)**	**Valor Total Item (R$)**
445	Fita de vedação para rosca em ptfe (veda-rosca), rolos com 18 mm x 25m	50	Unid.	gool	8,00	400,00
446	Abraçadeira de Nylon - 2,5 mm x 200mm - branca	5.000	Unid.	lotus	0,35	1.750,00
447	Abraçadeira de Nylon – 3,6 mm x 250mm - branca	15.000	Unid.	lotus	0,55	8.250,00
448	Abraçadeira de Nylon – 4,8 mm x 400mm - branca	2.000	Unid.	lotus	0,74	1.480,00
449	Abraçadeira de Nylon – 7,2 mm x 750mm - branca	2.000	Unid.	lotus	1,24	2.480,00
450	Joelho pvc 90º lr, rígido com bucha de latão, conforme especificado na nbr 5648/77, com diâmetro nominal de 25 mm x 3/4"; para ser utilizada em instalação predial de água fria	100	PÇ	plastilit	8,90	890,00
451	Joelho pvc 90º lr, rígido com bucha de latão, conforme especificado na nbr 5648/77, com diâmetro nominal de 25 mm x 1/2"; para ser utilizada em instalação predial de água fria	100	PÇ	plastilit	7,99	799,00
452	Joelho pvc 90º, rígido soldável, marrom, conforme especificado na nbr 5648/77, com diâmetro nominal de 25 mm (3/4"); para ser utilizada em instalação predial de água fria	100	PÇ	plastilit	2,90	290,00
453	Joelho pvc 90º, rígido soldável, marrom, conforme especificado na nbr 5648/77, com diâmetro nominal de 32 mm (1"); para ser utilizada em instalação predial de água fria	100	PÇ	plastilit	4,85	485,00
454	Joelho pvc 90º, rígido soldável, marrom, conforme especificado na nbr 5648/77, com diâmetro nominal de 40 mm (1.1/4"); para ser utilizada em instalação predial de água fria	100	PÇ	plastilit	7,40	740,00
455	Joelho pvc 90º, rígido soldável, marrom, conforme especificado na nbr 5648/77, com diâmetro nominal de 50 mm (1.1/2"); para ser utilizada em instalação predial de água fria	100	PÇ	plastilit	9,25	925,00
456	Luva de pvc rígido soldável, diâmetro nominal de ø 25mm (3/4"), conforme especificado na nbr 5648/77, para ser utilizada em instalação predial de água fria	100	PÇ	plastilit	1,50	150,00
457	Luva lr azul; de pvc; com bucha de latão, na cor azul; com encaixe feito em rosca e cola; com diâmetro de 3/4" x 1/2"; para ser utilizada em instalações prediais de água fria	100	PÇ	plastilit	8,00	800,00
458	Registro de pressão; fabricado com corpo e castelo em ligas de cobre p/instalações hidr. Conforme especificado na nbr 10071; bitola de 3/4", com acabamento completo cromado	20	PÇ	leao	99,00	1.980,00
459	Registro marrom esfera soldável 25 mm	20	PÇ	herc	25,00	500,00
460	Registro marrom esfera soldável 32 mm	20	PÇ	herc	31,45	629,00
461	Registro marrom esfera soldável 40 mm	20	PÇ	herc	49,80	996,00
462	Registro marrom esfera soldável 50 mm	20	PÇ	herc	58,00	1.160,00
463	Te de pvc rígido soldável 90°, marrom, conforme especificado na nbr 5648/77, com diâmetro nominal de 40mm (1.1/4"), para ser utilizada em instalação predial de água fria.	100	Unid.	plastilit	13,40	1.340,00
464	Te de pvc rígido soldável 90º; marrom, conforme especificado na nbr 5648/77; com diâmetro nominal de 25 mm (3/4"); para ser utilizada em instalação predial de água fria	30	PÇ	plastilit	1,90	57,00
465	Te de pvc rígido soldável; conforme especificado na nbr 5648/77; com diâmetro nominal de 50mm (1.1/2"); para ser utilizada em instalação predial de água fria	30	Unid.	plastilit	14,40	432,00
466	Tubo pvc rígido, com ponta e bolsa de junta soldável na cor maron, conforme especificado na nbr 5648, com diâmetro externo nominal de 32mm e (1") polegada com 6m de comprimento	600	Unid.	plastilit	59,80	35.880,00
467	Tubo pvc rígido, com ponta e bolsa de junta soldável na cor maron, conforme especificado na nbr 5648, com diâmetro externo nominal de 40mm (1.1/4pol). com 6m de comprimento	100	Unid.	plastilit	89,80	8.980,00

468	Tubo pvc rígido, com ponta e bolsa de junta soldável na cor maron, conforme especificado na nbr 5648, com diâmetro externo nominal de 50 mm 1.1/2 polegada com 6m de comprimento	100	Unid.	plastilit	99,80	9.980,00
469	Tubo pvc rígido; com ponta e bolsa de junta soldável; conforme especificado na nbr 5648; com diâmetro externo nominal de 25 mm (3/4 pol) com 6m de comprimento	100	Unid.	plastilit	32,40	3.240,00
Valor total lote 15: R$ 84.613,00						
LOTE 17						
Item	**Descrição do Item**	**Qtde.**	**Unid. Medida**	**Marca**	**Valor Unit. (R$)**	**Valor Total Item (R$)**
472	Argamassa colante ac 1 - para uso interno sc 20kg	500	Unid.	Hipermassa	17,46	8.730,00
473	Aditivo impermeabilizante de pega normal p/ concreto e argamassa, embalagm com 3,6l	10	Unid.	Vedacit	89,80	898,00
474	Argamassa colante ac-3 para uso interno - sacos com 20 kg	1.000	Unid.	Hipermassa	31,34	31.340,00
475	Argamassa pré-fabricada para rejuntamento cerâmica, com 2 kg	300	Unid.	Hipermassa	29,80	8.940,00
476	Cal hidratada ch iii, conforme especificações da nbr7175, 20kg	250	Unid.	Tancal	17,34	4.335,00
477	Cal liquida - liga aglutinante, p/argamassa, cimento e areia, 1litrosc	60	Unid.	Alvecal	12,00	720,00
478	Cerâmica 45x45 cm - pei 4 - 1ª qualidade - cor clara	500	M²	Lef	37,40	18.700,00
479	Cerâmica 60X60 cm - pei 4 - 1ª qualidade - cor clara	500	M²	Lef	48,88	24.440,00
Valor total lote 17: R$ 98.103,00						

VALOR TOTAL E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O valor total da Ata de Registro de Preços é de **R$ 1.969.046,30 (um milhão novecentos e sessenta e nove mil e quarenta e seis reais e trinta centavos). Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº 05.00 – Departamento de Obras e Serviços Rodoviários; 05.01 – Divisão de Serviços Rodoviários; 2678200052.011 – Atividades Operacionais de Serviços Rodoviários; 3.3.90.30 – Material de Consumo; despesa 460; 3.3.90.39 – Outros Serviços de Pessoa Jurídica; Despesa: 549; 09.00 – Departamento de Educação Cultura e Esporte; 09.01 – Divisão de Ensino; 1236100102.030 – Transporte Escolar; 33.90.30 –Material de Consumo; Despesa 521; 3.3.90.39 – Outros Serviços de Pessoa Jurídica; Despesa: 603; 07.00 Departamentos de Saúde; 07.01 – Fundo Municipal de Saúde; 1030100072.015 – Atividades Operacionais do Fundo Municipal de Saúde; 33.90.30 – Material de Consumo; despesa 475; 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro Pessoas Jurídica; Despesa: 563; 03.00 – Departamento de Administração e Planejamento; 03.01 – Divisão de Administração e Planejamento; 0412200032.006 – Atividades Operacionais do Departamento de Administração e Planejamento; 33.90.30 – Material de Consumo; Despesa: 452; 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica; Despesa: 542; 08.00 Departamento de Ação Social; 08.03 – Fundo municipal de Assistência Social; 0824400082.025 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social; 33.90.30 – Material de Consumo; Despesa 502:146 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica; Despesa: 589.**

VIGÊNCIA: A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão **será de 1 (um) ano** contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas. Será admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por mais 12 (doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos e que possua quantitativo para o mesmo período. **Caso as partes não se interessem pela prorrogação da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência.**

Bom Sucesso do Sul, 17 de dezembro de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:D4C8B5C4

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 256/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2025

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - PR - CNPJ: 80.874.100/0001-86

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 256/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2025– REGISTRO DE PREÇO Nº 50/2025

Processo Licitatório Nº 120/2025 **– HOMOLOGADO EM 16/12/2025.**

DETENTORA: JVS - MÓVEIS E PLANEJADOS LTDA-ME – CNPJ: 14.555.146/0001-08.

OBJETO: Registro de preços para aquisições de móveis planejados incluindo montagem no local solicitado conforme projetos, a ser utilizada conforme necessidade do município, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos, relativos aos Itens descritos abaixo do **Pregão Eletrônico nº 62/2025**, nos termos das condições previstas no respectivo Edital e seus anexos, que fazem parte do presente instrumento, independentemente de transcrição**,** e conforme quadro de itens abaixo:

Lote 01						
Item	**Descrição do Item**	**Unid.**	**Qtde.**	**Marca**	**Valor Unit. (R$)**	**Valor Total Item (R$)**
1	**MESA DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO:** - Mesa em L com 3	Unid.	1	Própria	1.499,99	1.499,99

	gavetas no lado esquerdo com chave; conforme detalhes projeto - Cores dos MDF's seguir mesmo padrão aos já executados no ambiente; - Granito seguir o mesmo já executado no ambiente; - Tampo da mesa de 40mm; - Tamponamento lateral 30mm; -Todos os puxadores em perfil de alumínio; - Conferir todas as medidas in loco antes da execução					
2	**Sala PROFESSORES - CMEI: -** Armário com chaves; - Cores dos MDF's seguir mesmo padrão aos já executados no ambiente; - Puxadores seguir mesmo padrão aos já executados no ambiente; - Tamponamento de 30mm; - Conferir todas as medidas in loco antes da execução	Unid.	1	Própria	2.799,99	2.799,99
3	**Armário aéreo**; -Cores dos MDF's seguir mesmo padrão aos já executados no ambiente; - Puxadores seguir mesmo padrão aos já executados no ambiente; - Tamponamento de 30mm; -Conferir todas as medidas in loco antes da execução	Unid.	1	Própria	1.289,99	1.289,99
4	**Armário baixo** - Cores dos MDF's seguir mesmo padrão aos já executados no ambiente; - Puxadores seguir mesmo padrão aos já executados no ambiente; - Tamponamento de 30mm; - Conferir todas as medidas in loco antes da execução	Unid.	1	Própria	1.349,99	1.349,99
5	**Biblioteca/Laboratório De Informática**: - Sala computadores 1 - MDF na cor branca; - Tamponamento de 40mm; - Passador de fios; - Estruturação suspensa da mesa com altura livre de 75cm; - Conferir todas as medidas in loco antes da execução	Unid.	1	Própria	3.498,99	3.498,99
6	Sala computadores 2- - MDF na cor branca; - Tamponamento de 40mm; - Passador de fios; - Estruturação suspensa da mesa com altura livre de 75cm; - Conferir todas as medidas in loco antes da execução.	Unid.	1	Própria	2.999,99	2.999,99
7	**BANCADA EM GRANITO** -Granito seguir material instalado nos mesmos ambientes; - Conferir todas as medidas in loco antes da execução	Unid.	1	Própria	4.499,99	4.499,99
8	**MESA** - MDF branco tx; - Conferir todas as medidas in loco antes da execução.	Unid.	1	Própria	1.297,99	1.297,99
9	**RACK/MÓVEL PARA EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO:** Localização: sala de comando. Chapas: MDF 18 mm cor branco. Medidas: (Ver arquivo em 3D para SketChup). OBS: - Antes da confecção do móvel, conferir as medidas do local, após a reforma. - As portas devem possuir fechadura com chaves	Unid.	1	Própria	2.497,99	2.497,99
Valor total do lote 01: R$ 21.734,91						
Lote 02 (Departamento de Assistência Social)						
Item	**Descrição do Item**	**Unid.**	**Qtde.**	**Marca**	**Valor Unit. (R$)**	**Valor Total Item (R$)**
10	**SALA CRAS GRANDE:** PAINEL PARA TV – detalhamento conforme projeto. ARMÁRIO DE APOIO - detalhamento conforme projeto	Unid.	1	Própria	2.499,99	2.499,99
11	**MESA EM L COM GAVETEIRO** -detalhamento conforme projeto. - Cores dos MDF's seguir mesmo padrão aos já executados no ambiente; - Tamponamento de 18mm; - Todos os puxadores em perfil de alumínio; - Conferir todas as medidas in loco antes da execução	Unid.	1	Própria	1.944,99	1.944,99
12	**SALA CRAS PEQUENA:** MESA EM L – detalhamento conforme projeto. - Cores dos MDF's seguir mesmo padrão aos já executados no ambiente; - Puxadores seguir mesmo padrão aos já executados no ambiente; - Tamponamento de 18mm; - Conferir todas as medidas in loco antes da execução	Unid.	1	Própria	1.549,99	1.549,99
13	**ARMÁRIO PARA DOCUMENTOS COM CHAVE** – detalhamento conforme projeto. - Cores dos MDF's seguir mesmo padrão aos já executados no ambiente;	Unid.	1	Própria	5.999,99	5.999,99

	- Puxadores seguir mesmo padrão aos já executados no ambiente; - Tamponamento de 50mm; - Conferir todas as medidas in loco antes da execução.					
14	**SALA BALÉ:** PAINEL – detalhamento conforme projeto. MESA DE APOIO – detalhamento conforme projeto. ARMÁRIO PARA CAMA ELÁSTICA – detalhamento conforme projeto. Verificar cores dos MDF's; - Tamponamento de 18mm; - Todos os puxadores cava; - Conferir todas as medidas in loco antes da execução.	Unid.	1	Própria	6.999,99	6.999,99
15	**SALA MÚSICA:** ARMÁRIO PARA INSTRUMENTOS – detalhamento conforme projeto. - Conferir cores dos MDF's; - Tamponamento de 30mm; - Todos os puxadores em perfil de alumínio; - Conferir todas as medidas in loco antes da execução.	Unid.	1	Própria	11.999,99	11.999,99
16	**ÁREA DE REFEIÇÃO:** **MESA PARA REFEIÇÕES 04 UNIDADES** – detalhamento conforme projeto. - Conferir cores de MDF`s; - Pés em metalon 2x2cm; - Tamponamento de 40mm; - Conferir todas as medidas in loco antes da execução	Unid.	1	Própria	6.679,99	6.679,99
17	**SALA CAPOEIRA:** **ARMÁRIO PARA GUARDAR EQUIPAMENTOS -** detalhamento conforme projeto. - Conferir cores dos MDF's; - Tamponamento de 30mm; - Todos os puxadores em perfil de alumínio; - Conferir todas as medidas in loco antes da execução	Unid.	1	Própria	6.897,99	6.897,99
18	**SALA PSICOLOGIA:** Mobiliário, detalhamentos conforme projeto: - 2 mesas em L, com gaveteiro - Armário com gavetas para documentos com chaves - Gavetas para pasta suspensa.	Unid.	1	Própria	7.497,99	7.497,99
19	**DEPÓSITO MATERIAL DE LIMPEZA:** **ARMÁRIO ALTO VASSOURAS**- detalhamento conforme projeto	Unid.	1	Própria	1.989,99	1.989,99
20	**ARMÁRIO PARA DOCUMENTOS**- detalhamento conforme projeto GAVETAS COM CHAVES PARA PASTAS- detalhamento conforme projeto	Unid.	1	Própria	2.636,99	2.636,99
21	**ARMÁRIO ALTO PRODUTOS**- detalhamento conforme projeto.	Unid.	1	Própria	2.889,99	2.889,99

	- Conferir cores dos MDF's; - Puxadores alça e perfis metálicos; - Tamponamento de 18mm; - Conferir todas as medidas in loco antes da execução.					
22	**COZINHA DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** **ARMÁRIO ALTO PARA ALIMENTOS** - detalhamento conforme projeto. ARMÁRIOS COZINHA- detalhamento conforme projeto. REAPROVEITAR BANCADA EM GRANITO EXISTENTE- detalhamento conforme projeto. - Cores dos MDF's seguir mesmo padrão aos já executados no ambiente; - Granito seguir o mesmo já executado no ambiente; - Tamponamento de 18mm; - Todos os puxadores em perfil de alumínio; - Conferir todas as medidas in loco antes da execução.	Unid.	1	Própria	6.479,99	6.479,99
Valor total do lote 02: R$ 66.067,87						
Lote 03 (Departamento de Indústria e Comércio)						
Item	**Descrição do Item**	**Unid.**	**Qtde.**	**Marca**	**Valor Unit. (R$)**	**Valor Total Item (R$)**
23	**ETEC – SALA DIREÇÃO** **MESA EM L COM GAVETEIRO** - detalhamento conforme projeto	Unid.	1	Própria	1.898,99	1.898,99
24	**ARMÁRIO BAIXO** - detalhamento conforme projeto Cores dos MDF's seguir mesmo padrão aos já executados nas demais salas; - Tamponamento de 18mm; - Tampo da mesa de 30mm; - Todos os puxadores em perfil de alumínio; - Conferir todas as medidas in loco antes da execução.	Unid.	1	Própria	4.844,99	4.844,99
25	**CENTRO DE CONVIVÊNCIA MAXIMINO SFOGGIA - COZINHA** **BANCADA DE APOIO** **BANCADA DA PIA** - Cores dos MDF's seguir mesmo padrão aos já executados no ambiente; - Granito seguir o mesmo já executado no ambiente; - Tamponamento de 18mm; - Todos os puxadores em perfil de alumínio seguindo os já executados no ambiente; - Conferir todas as medidas in loco antes da execução.	Unid.	1	Própria	9.797,99	9.797,99
Valor total do lote 03: R$ 16.541,97						

VALOR TOTAL E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O valor total da Ata de Registro de Preços é de **R$ 104.344,75 (cento e quatro mil trezentos e quarenta e quatro reais e setenta e cinco centavos). Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº 09.00 – Departamento de Educação, cultura e esporte; 09.01 – Divisão de Ensino; 1236100102.029 – Atividades Operacionais de Ensino fundamental 5% e 25% e outros; 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente; Despesa:1758; 08.00 – Departamento de Ação Social; 08.03 – Fundo Municipal de Assistência Social; 0824400082.025 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social; 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente – Despesa:1167; 11.00 – Departamento de Industria Comercio e Turismo; 11.01 – Divisão de Industria Comercio e Turismo;2266100142.038– Atividades Operacionais e Apoio a Industria Comercio e Turismo; 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente; Despesa 428.**

VIGÊNCIA: A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão **será de 1 (um) ano** contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas. Será admitida a prorrogação do

prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por mais 12 (doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos e que possua quantitativo para o mesmo período. **Caso as partes não se interessem pela prorrogação da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência.**

Bom Sucesso do Sul, 17 de dezembro de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:AD1055A5

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 257/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 57/2025

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - PR - CNPJ: 80.874.100/0001-86

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 257/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 57/2025– REGISTRO DE PREÇO Nº 46/2025

Processo Licitatório Nº 111/2025 **– HOMOLOGADO EM 16/12/2025.**

DETENTORA: COLODA ALUMINIOS LTDA – CNPJ: 01.959.640/0001-96.

OBJETO: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de brinquedos e jogos terapêuticos para serem utilizados nas oficinas do CRAS, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos, relativos aos Itens descritos abaixo do **Pregão Eletrônico nº 57/2025**, nos termos das condições previstas no respectivo Edital e seus anexos, que fazem parte do presente instrumento, independentemente de transcrição**,** e conforme quadro de itens abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QTDE.	MARCA	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL ITEM (R$)
1	**Nem a Pato** Composição: Conjunto contendo 60 cartas. Material: Cartas confeccionadas em papel cartão de alta resistência e qualidade, com acabamento plastificado, garantindo maior durabilidade e resistência ao manuseio. Dimensões das Cartas: Aproximadamente 88 mm x 63 mm. Impressão: Impressão de alta definição em ambas as faces, com cores vivas e bem definidas, garantindo boa legibilidade do conteúdo. Caixa de Embalagem: Caixa para transporte e armazenamento seguro. Uso Recomendado: Adequado para jogos de cartas em geral, uso recreativo, competições ou atividades de entretenimento. Padrão: Produto conforme os padrões convencionais internacionais para jogos de cartas. Dimensões: 10X15X3cm Peso: 0,250 kg	Unid.	3	Funbox	109,80	329,40
2	**Caixinha antiansiedade: 100 questões para pensar no seu jeito de encarar a vida.** Composição: livro em forma de caixinha composto por 100 páginas. Material: papel couché cartão. Dimensões: 9.8 x 8.4 x 2.4 cm Peso do produto: 180 g Embalagem: O produto é acondicionado em uma caixa resistente, que permite fácil armazenamento e transporte do jogo. Objetivo do Jogo: Este livro-caixinha é um recurso pedagógico onde estão perguntas que vão ajudar você a questionar seu modo de vida, pensamentos, hábitos e atitudes, facilitando o autoconhecimento e contribuindo para que você supere preocupações e inquietações. Uso Recomendado: adolescentes, jovens e adultos que desejam desenvolver estratégias de enfrentamento para lidar com a ansiedade. Padrão de Qualidade: Produto conforme normas de segurança e qualidade aplicáveis a brinquedos e jogos.	Unid.	3	Matrix	60,00	180,00
3	**Torre Inteligente:** Composição: 63 peças de madeira, sendo: 18 placas com pontos coloridos + 45 peças de madeira colorida. Dimensões: Caixa de madeira medindo 26x21x6cm confeccionado em madeira e MDF, 18 placas medindo 7,5 x 7,5 cm e 45 cilindros de madeira pintados com tinta atóxica nas cores: vermelha, verde, laranja, amarela e azul, medindo 3,5 cm de altura **Embalagem:** caixa de madeira com tampa serigrafada medindo 20 x 20 x 8 cm; lacrada com película de PVC encolhível.	Unid.	3	Jotplay	77,00	231,00
5	**Código Secreto** Componentes: - 16 cartas de agentes (em duas cores) - 1 carta de agente duplo - 7 cartas de civis inocentes - 1 carta de assassino - 40 cartas chaves - 1 manual - 1 apoio de carta - 1 ampulheta - 200 cartas com 400 imagens Material: Papelão Dimensões do produto: 16 x 5 x 23 cm; 0,57 g Caixa de Embalagem: Caixa para transporte e armazenamento seguro Idade recomendada: 10 anos acima	Unid.	3	Devir	214,99	644,97
6	**Super Trunfo** São 32 cartas com mapas, bandeiras e informações sobre área, população, pessoas por km², expectativa de vida, renda per capita, capital, idioma oficial, IDH e moeda.Composição: 1 baralho com 32 cartas, 1 manual de instruções e 1 caixinha plástica. Dimensões do produto: 0,09 x 0,1 x 0,02 cm; 0,84 g Composição do material: papel, papel-cartão e poliestireno Dimensões do pacote: 15.5 x 10.1 x 2.8 centímetros	Unid.	3	Grow	40,00	120,00
7	**Concept** Objetivos educativos: desenvolver habilidades de comunicação não-	Unid.	3	Galapagos	536,99	1.610,97

	verbal e pensamento criativo 1 tabuleiro com ícones universais Composição: 5 conjuntos de peões e cubos: 1 conjunto verde com o peão de conceito principal (o ponto de interrogação grande) e cubos, 4 conjuntos (azul, vermelho, amarelo e preto) consistindo de um peão de subconceito (o ponto de exclamação) e 8 cubos, 110 cartas de conceito, cada uma com 9 palavras/expressões em três categorias de dificuldade: Fácil, Difícil e Desafiador. Fichas Simples e Duplas que valem pontos de vitória (Simples valem 1PV, enquanto Duplas valem 2PV), 4 folhas de auxílio ao jogador, 1 tigela para armazenamento. material:Papel Dimensões do produto: 27,5 x 5,6 x 27,5 cm; 1 quilogramas Indicação: +10 anos					
8	**Dixit** Objetivos educativos: Desenvolvimento e aprimoramento da criatividade e pensamento imaginativo. Componentes do jogo: 84 cartas, 8 coelhos, Tabuleiro, Manual, 8 marcadores de ponto. Materiais dos elementos: Cartonado, madeira Embalagem: Cartonado Dimensões: 28 x 28 x 6 cm; 900 g Dimensões das cartas: 80mm x 120 mm	Unid.	3	Galapagos	351,95	1.055,85
9	**Lig 4** Objetivos educativos: Entretenimento, estratégia e raciocínio lógico. Conteúdo da embalagem: 1 base, 2 suportes de base, 21 peças azuis, 21 peças amarelas. Material: Plástico Dimensões do produto:36 x 5 x 27 cm; 455 g Idade recomendada: +5 anos	Unid.	3	Estrela	71,00	213,00
10	**Exploding Kittens** Objetivos educativos: Pensamento estratégico e Tomada de decisão tática. Componentes do jogo: 56 cartas, 1 folheto de regras Dimensões do produto: 11 x 16 x 4 cm; 550 g Material: Papelão Faixa etária: +8 anos.	Unid.	3	Galapagos	156,00	468,00
11	**Bola Gigante de Vinil 40cm com Revestimento em Tecido - Colorida e Divertida** Descrição: Esta incrível bola gigante de vinil com 40 cm de diâmetro é perfeita para diversão e decoração! Com revestimento colorido em tecido, ela traz alegria ao brincar com as crianças e pode ser usada como um item decorativo em ambientes festivos. Diâmetro: 40 cm Material: Vinil revestido com tecido Utilização: Ideal para brincadeiras e decoração Envio: Produto vai murcha para facilitar o transporte Instruções: Use um bico normal de encher bolas para inflar. Não retire o bico original da bola para evitar danos.	Unid.	10	SPMix	57,00	570,00
12	**Mini Bola OVER BALL 25cm Yoga Pilates Ginastica De PVC** Formato: esférico, compacto, ideal para exercícios de pilates, fisioterapia, alongamento e fortalecimento.Diâmetro: 25 cm, com raio de 12,5 cm.Circunferência: aproximadamente 78,5 cm.Peso: leve, em torno de 100 a 200 g.Material: PVC de alta resistência (com propriedades antiderrapantes e antiestouro);Camada espessa de borracha sintética que suporta diferentes pesos e pressões.Estilo: compacto, ergonômico e versátil, disponível em cores variadas, adequado para crianças, adultos e idosos. Embalagem: O produto é embalado para garantir proteção e integridade durante o transporte e armazenamento.	Unid.	20	Tapu2You	33,00	660,00
14	**Quebra-cabeça Geométrico Educacional Interativo** Composição: 32 bloco de construção, 2 rodapé, 30 cartão, 1 campainha. Material: madeira Tamanho do rodapé: Aprox. 7,8 x7,8 cm/3 x 3 polegadas Tamanho do sino: Aprox. 7 x 4 cm/2,7 x 1,6 polegadas	Unid.	3	Generic	111,00	333,00
15	**Jogo De Tabuleiro Ludo** Objetivo educativo: Trabalhar o raciocínio lógico e estratégico. Dimensão da embalagem: 30x30x5,5 cm Peso: 230 gramas Material: mdf e polipropileno Composição: 1 tabuleiro de 30x30Cm, 16 pinos (4 azuis, 4 vermelhos, 4 amarelos e 4 verdes) 1 dado. Idade: +3	Unid.	3	Junges	33,00	99,00
16	**Ginástica de memória** Objetivos educativos: desenvolver a atenção, a concentração, a memória e as habilidades visuais. Descrição: livro caixa contendo 40 cartas, divididas em 5 grupos.Material: papel Dimensões:8 x 1.5 x 10 cm peso 80g	Unid.	3	Editora Urbana	63,50	190,50
17	**Quebra-cabeça metades, para idosos** Objetivos: Trabalhar a cognição, estimula a memória, desenvolve a coordenação, aumenta a percepção, promove interação social, propicia o relaxamento, aumenta capacidade de resolução de problemas, além de cria oportunidade de fortalecimento de laços. Temática: Animal. Composição: Suporte do tipo "bandeja" em madeira, medindo 02x36x43cm. Contém 55 pedras de madeira artisticamente serigrafadas. Medidas: Comprimento x largura 20 cm x 18 cm, Altura 43 cm.	Unid.	3	Jotplay	139,00	417,00
18	**Jogo Da Memoria - O Que Tem Na Casa?** Objetivo educacional: Habilidade de Memória. Dimensões: 7 cm x 5 cm Composição: 80 Cartas. Material: papel Idade: 4 a 99 Anos	Unid.	3	Pais e Filhos	60,00	180,00
19	**Jogo dos Palitos** Objetivos: Estimula a concentração para Idosos e Adultos Composição: 15 cartas impressas frente e verso, totalizando 30 modelos, 1 carta de instrução,10 palitos coloridos Material: papel e madeira	Unid.	3	MK Educa	103,99	311,97
20	**Jogo Montessori memória das Cores** Objetivos: eficaz para treinar a memória. Composição: 24 peças de madeira em seis cores, um dado e uma placa de madeira. Material: madeira Dimensões: As peças de madeira têm 3,8 cm de tamanho e a placa mede 16 x 16 cm, 249 g.	Unid.	3	Pedagogia Contemporanea	87,50	262,50
21	**Baralho Caixa Dúzia Naipe Convencional** Composição: Conjunto contendo 12 baralhos (1 dúzia), com 52 cartas mais 2 coringas em cada baralho. Material: Cartas confeccionadas em papel cartão de alta resistência e qualidade, com acabamento plastificado, garantindo maior durabilidade e resistência ao manuseio. Dimensões das Cartas: Aproximadamente 88 mm x 63 mm. Impressão: Impressão de alta definição em ambas as faces, com cores vivas e bem definidas, garantindo boa legibilidade dos naipes e números. Naipes: Convencionais, contendo os quatro naipes tradicionais: copas, espadas, ouros e paus. Embalagem Individual: Cada baralho embalado em caixa individual de papelão resistente, protegida com plástico selado para maior conservação. Caixa de Embalagem: Caixa externa contendo 12 baralhos (1 dúzia) para transporte e armazenamento seguro. Uso Recomendado:	Unid.	3	Capag	235,50	706,50

	Adequado para jogos de cartas em geral, uso recreativo, competições ou atividades de entretenimento. Padrão: Produto conforme os padrões convencionais internacionais para jogos de cartas.					
23	**Jogo de Memória e Raciocínio – Zuleika** Modelo: Jogo de Memória e Raciocínio Peso: 0,100 kg. Dimensões do Produto: 16,0 cm (comprimento) x 11,0 cm (largura) x 5,0 cm (altura). Composição: Jogo composto por 30 cartas, ideal para atividades de memória e raciocínio lógico. Faixa Etária Recomendada: Adultos e Idosos (55 a 120 anos) Tipo de Jogo: Terapêutico. Objetivo: Desenvolver foco, atenção, memória e solução de problemas de maneira lúdica. Público-alvo: Pais, cuidadores e profissionais que atuam com idosos ou adultos em atividades cognitivas. Habilidades Sensoriais Estimuladas: Audição: Atividades que incentivam a percepção auditiva. Tato: Peças com texturas e formas adequadas ao toque, facilitando o manuseio. Visão: Cores contrastantes e letras grandes, otimizando a interação para pessoas com baixa visão. Uso Recomendado: Indicado para adultos e idosos, ideal para manter as habilidades cognitivas ativas, proporcionando entretenimento e exercício mental em grupo ou individualmente. Embalagem: Acondicionado em uma caixa resistente com divisórias internas, facilitando o armazenamento organizado das peças.	Unid.	3	Zuleika	146,99	440,97
24	**Tabuleiro Cognitivo – Sensii** Material: Papel Componentes Incluídos: 40 cartas, 4 pinos, 1 dado, 1 tabuleiro Dimensões do Produto: 30 cm (comprimento) x 20 cm (largura) x 0,1 cm (espessura) Peso: 150 g, Objetivo: Jogo desenvolvido para o estímulo cognitivo de adultos e idosos, proporcionando atividades que incentivam o raciocínio lógico, a memória e a atenção. Faixa Etária Recomendada: 0 meses e acima, ideal para adultos e idosos. Número de Jogadores: De 2 a 4 jogadores Idioma: Português. Características do Produto: Composição: O jogo é composto por 40 cartas de papel, 4 pinos plásticos coloridos, 1 dado e 1 tabuleiro de papel, todos desenhados para promover fácil manuseio e interação. Uso Recomendado: O jogo é indicado para adultos e idosos, sendo ideal para uso terapêutico e recreativo, ajudando a manter as funções cognitivas ativas de forma lúdica. Objetivo do Jogo: Desenvolver habilidades como raciocínio lógico, memória e atenção por meio de desafios progressivos. Público-alvo: Pais, cuidadores, terapeutas e profissionais de saúde que buscam promover o estímulo cognitivo em idosos ou pessoas com necessidades especiais. Componentes Inclusos: 40 cartas com desafios cognitivos 4 pinos para movimentação no tabuleiro, 1 dado para determinação de ações no jogo, 1 tabuleiro para a disposição das peças Referência do Fabricante: SENSIITABCOG1 Código EAN: 7908743501101 ASIN: B0DDR8HHSS Embalagem: O jogo é acondicionado em uma caixa compacta e leve, facilitando o armazenamento e transporte do produto.	Unid.	3	BMB Terapeuticos	243,50	730,50
25	**Jogo de Dominó Profissional de Osso - Estojo com 28 Peças** Composição: Jogo composto por 28 peças de dominó fabricadas em resina de alta qualidade, imitando osso, para uso profissional. Material: Resina resistente, com acabamento polido para garantir durabilidade e conforto no manuseio. Dimensões do Produto: 20 cm (comprimento) x 2 cm (altura) x 11 cm (largura) Peso: 380 g Idade Recomendada: 18 anos e acima Uso Recomendado: Indicado para jogadores profissionais ou recreativos, oferecendo uma experiência de jogo de alta qualidade. Adequado para competições, clubes de jogos ou lazer. Estojo: Acompanha estojo resistente para armazenamento seguro das peças, facilitando o transporte e proteção contra danos. Tipo de Material: Resina (imitando osso) Dimensões da Embalagem: 20 cm x 2 cm x 11 cm Peso da Embalagem: 380 g	Unid.	3	Dominoes	34,00	102,00
26	**Exercícios de Memória: 50 Cartas para Treinar a Mente** Idioma: Português Formato: Folha solta Composição: Jogo composto por 50 cartas, cada uma com exercícios e desafios cognitivos variados, projetados para estimular a memória, raciocínio lógico e concentração. Material: Cartas em papel cartão de alta resistência, com acabamento plastificado para garantir durabilidade e facilidade de manuseio. Dimensões do Produto: 10 cm (comprimento) x 8,2 cm (largura) x 2 cm (espessura) Faixa Etária Recomendada: A partir de 12 anos, ideal para adolescentes, adultos e idosos. ISBN-10: 858230479X ISBN-13: 978-8582304792 Objetivo do Produto: Treinar e fortalecer a memória, atenção e habilidades cognitivas por meio de exercícios lúdicos, sendo ideal para atividades individuais ou em grupo. Habilidades Desenvolvidas: Memória de curto e longo prazo, Concentração e foco, Raciocínio lógico, Solução de problemas Público-alvo: Pais, cuidadores, terapeutas e profissionais da saúde que desejam promover o desenvolvimento cognitivo. Embalagem: O jogo é acondicionado em uma caixa resistente, garantindo fácil armazenamento e transporte.	Unid.	3	Matrix	68,49	205,47
27	**Jogo Terapêutico para Idosos: Tempos de Lembrar** Composição: Conjunto composto por 108 cartas, projetadas para estimular a memória, habilidades sociais e inteligência emocional. Material: Cartas fabricadas em papel cartão de alta qualidade, com acabamento plastificado para maior durabilidade e resistência ao uso. Dimensões do Produto: 12 cm (comprimento) x 10,2 cm (largura) x 2,7 cm (espessura) Peso: 0,135 kg Faixa Etária Recomendada: Adultos e Idosos Objetivo do Jogo: Desenvolver e fortalecer habilidades sociais, inteligência emocional e memória através de atividades e desafios lúdicos presentes nas cartas. Tipo de Brinquedo: Terapêutico Público-alvo: Pais, cuidadores e profissionais de saúde que buscam promover o desenvolvimento cognitivo e emocional de idosos. Habilidades Sensoriais Estimuladas: Audição: Estímulos auditivos através de discussões e atividades relacionadas aos temas das cartas. Visão: Melhoria da percepção visual através de imagens e textos nas cartas. Uso Recomendado: Ideal para ser utilizado em ambientes terapêuticos, centros de convivência para idosos, e atividades de reabilitação cognitiva. Design Inclusivo: Cartas com design claro e imagens contrastantes para fácil visualização e manuseio. Embalagem: O jogo é acondicionado em uma caixa resistente, garantindo proteção e organização das cartas.	Unid.	3	Idea	115,99	347,97
28	**Bola de Vôlei** Tamanho: Único Correspondência de Tamanho: 67 cm de circunferência Material: Poliuretano (PU), com camada externa em borracha Faixa Etária Recomendada: Mais de 16 anos Estilo: Adulto Esportes: Voleibol Dimensões do Produto: Dimensões: 36 cm x 36 cm x 36 cm Peso: 280 g Características do Produto: Material de Construção: Confeccionada em Poliuretano (PU) com camada externa em borracha, proporcionando durabilidade e resistência. Embalagem: O produto é embalado para garantir proteção e integridade durante o transporte e armazenamento.	Unid.	4	Penalty	143,99	575,96

VALOR TOTAL E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O valor total da Ata de Registro de Preços é de **R$ 10.986,53 (dez mil novecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e três centavos). Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária 08.00 – Departamento de Ação Social; 08.03 – Divisão de Assistência Social; 0824300096.052 – Programa de atenção Básica a Criança e Adolescente; 33.90.30 Material de Consumo – Despesa:1708.**

VIGÊNCIA: A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão **será de 1 (um) ano** contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas. Será admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por mais 12 (doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos e que possua quantitativo para o mesmo período. **Caso as partes não se interessem pela prorrogação da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência.**

Bom Sucesso do Sul, 17 de dezembro de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:0910EDA4

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 259/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 57/2025

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - PR - CNPJ: 80.874.100/0001-86

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 259/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 57/2025– REGISTRO DE PREÇO Nº 46/2025

Processo Licitatório Nº 111/2025 **– HOMOLOGADO EM 16/12/2025.**

DETENTORA: PROSUL COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME – CNPJ: 62.110.122/0001-98.

OBJETO: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de brinquedos e jogos terapêuticos para serem utilizados nas oficinas do CRAS, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos, relativos aos Itens descritos abaixo do **Pregão Eletrônico nº 57/2025**, nos termos das condições previstas no respectivo Edital e seus anexos, que fazem parte do presente instrumento, independentemente de transcrição**,** e conforme quadro de itens abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QTDE.	MARCA	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL ITEM (R$)
4	**Timeline** Objetivos educativos: desenvolver raciocínio lógico, memória e senso temporal Composição: 55 cartas e um manual Dimensões do produto: 12 x 17 x 3 cm; 120 gIdade recomendada: Idade 8 +	Unid.	3	Galapagos	84,00	252,00
22	**Jogo Caiu Perdeu, 54 Peças** Composição: Jogo composto por 54 peças de blocos retangulares. Material: Blocos fabricados em madeira de alta qualidade e durabilidade, lixada e com acabamento suave para evitar lascas e garantir a segurança no manuseio. Dimensões das Peças: Cada peça possui aproximadamente 8 x 8 x 28 cm; 1,15 g, com formato retangular que permite empilhamento estável. Quantidade de Peças: Total de 54 peças idênticas. Acabamento: Superfície lisa e polida, com bordas arredondadas para maior segurança durante o uso. Embalagem: O produto é acondicionado em uma caixa resistente, que permite fácil armazenamento e transporte do jogo. Objetivo do Jogo: O jogo consiste em empilhar as peças em uma torre e, em turnos, remover uma peça por vez sem deixar a torre cair. Perde o jogador que derrubar a torre. Uso Recomendado: Indicado para todas as idades, proporcionando diversão e interação entre os jogadores, além de estimular habilidades motoras e concentração. Padrão de Qualidade: Produto conforme normas de segurança e qualidade aplicáveis a brinquedos e jogos.	Unid.	3	Pais e Filhos	31,50	94,50

VALOR TOTAL E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O valor total da Ata de Registro de Preços é de **R$ 346,50 (trezentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos). Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária 08.00 – Departamento de Ação Social; 08.03 – Divisão de Assistência Social; 0824300096.052 – Programa de atenção Básica a Criança e Adolescente; 33.90.30 Material de Consumo – Despesa:1708.**

VIGÊNCIA: A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão **será de 1 (um) ano** contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas. Será admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por mais 12 (doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos e que possua quantitativo para o mesmo período. **Caso as partes não se interessem pela prorrogação da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência.**

Bom Sucesso do Sul, 17 de dezembro de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:B19627CD

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 260/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 57/2025

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - PR - CNPJ: 80.874.100/0001-86

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 260/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 57/2025– REGISTRO DE PREÇO Nº 46/2025

Processo Licitatório Nº 111/2025 **– HOMOLOGADO EM 16/12/2025.**

DETENTORA: A C BEGALLI - ME – CNPJ: 38.305.565/0001-50.

OBJETO: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de brinquedos e jogos terapêuticos para serem utilizados nas oficinas do CRAS, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos, relativos aos Itens descritos abaixo do **Pregão Eletrônico nº 57/2025**, nos termos das condições previstas no respectivo Edital e seus anexos, que fazem parte do presente instrumento, independentemente de transcrição**,** e conforme quadro de itens abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QTDE.	MARCA	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL ITEM (R$)
13	**Boliche Pinos Coloridos Com Bola** Composição: 6 Pinos de 27 cm e 2 Bolas O jogo vem com um mini funil e pino de fechamento para que você possa encher os pinos com água ou areia tornando-os mais pesados, deixando os strikes mais difíceis de serem feitos. Tamanho: Pinos - 27 cm de altura, Bolas - 9 cm de diâmetro Peso: Pinos - 67 g, Bolas - 27 g Tamanho aproximado da embalagem: 27cm A x 27cm L x 19cm P. Material: Poliestireno e Polipropileno Produto indicado para crianças a partir de 3 anos.	Unid.	3	Roma	62,99	188,97

VALOR TOTAL E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O valor total da Ata de Registro de Preços é de **R$ 188,97 (cento e oitenta e oito reais e noventa e sete centavos). Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária 08.00 – Departamento de Ação Social; 08.03 – Divisão de Assistência Social; 0824300096.052 – Programa de atenção Básica a Criança e Adolescente; 33.90.30 Material de Consumo – Despesa:1708.**

VIGÊNCIA: A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão **será de 1 (um) ano** contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas. Será admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por mais 12 (doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos e que possua quantitativo para o mesmo período. **Caso as partes não se interessem pela prorrogação da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência.**

Bom Sucesso do Sul, 17 de dezembro de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:60628549

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO ADITIVO CONTRATUAL Nº03 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº02/2023

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL-PR

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 03

AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº02/2023

CONTRATADA: CLIC SISTEMAS PARA TRANSMISSÃO AO VIVO LTDA

CNPJ: 11.520.032/0001-34

Cláusula Primeira - Vigência

Tendo em vista tratar-se de serviços a serem prestados de forma contínua, cuja continuidade propiciará condições de preços mais vantajosas ao município, fica prorrogado o prazo de vigência contratual por mais 12 meses, tendo início na data de 18 de janeiro de 2026 até 17 de janeiro de 2027.

Clausula Segunda – Objeto e Reajuste

Fica reajustado o valor contratual em 4,46% (quatro vírgula quarenta e seis por cento), com base na variação acumulada no IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, apurada no período compreendido entre dezembro de 2024 a novembro de 2025, passando a ser de:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	Valor mensal	Valor total
1	Locação de plataforma completa de transmissão ao vivo TV do legislativo, conteúdo do serviço: a) Uma Câmera HD robotizada com zoom ótico de no mínimo 18x com posicionamento 3D. b) Servidor de vídeo com capacidade de HARDWARE para transmissão ao vivo para até duas redes sociais simultâneas e gravação local FullHD. c) Retorno do vídeo em telão ou TV com conexão HDMI FullHD com precisão na captação de imagem projetada no telão durante a apresentação em data show. d) Backup das imagens com gravação local. e) Software para transmissão ao vivo com sincronização automática via API com Facebook e Youtube sem o uso de Chaves de transmissão RTMP. f) Software de posicionamento 3D para automação de câmera robotizada. g) Software que permita inserção digital de legenda com nomes dos vereadores no vídeo ao vivo. h) Cronômetro digital presente no retomo de vídeo com o tempo das falas dos vereadores. i) Tecnologia patenteada de posicionamento 3D da câmera “Controlador TV do Legislativo e Licitações Transparente” (Patente N. BR512019000069).	12	R$ 858,74	R$10.304,88

Cláusula Terceira – Dotação Orçamentária

Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº 06.00 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos; 06.01 – Divisão de Obras e Serviços Urbanos; 1545200062.054 – Gestão da Política municipal de resíduos sólidos; 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica. Despesa: 539.

Cláusula Quarta – Assessoramento Jurídico e Documentação

Em consonância com o que trata o art. 53º §4º da lei nº 14.133/2021, foi realizado assessoramento jurídico por meio de parecer em cumprimento ao controle prévio de legalidade exigido para consentir com a realização do termo aditivo.

Conforme disposição expressa do art. 91 §4º da lei nº 14.133/2021 em anexo constam os documentos que a empresa deve apresentar para possibilitar a elaboração do aditivo contratual, quais sejam, prova de regularidade fiscal, de regularidade com o FGTS e inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho.

Cláusula Quinta - Disposições Gerais

Permanecem em plena vigência todas as demais disposições contratuais que não contrariem o presente aditivo.

Bom Sucesso do Sul - PR, 17 de dezembro de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Yonara Beatriz de Araujo Penso
Código Identificador:C44FF826

LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL – PR.

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2025 – REGISTRO DE PREÇOS 48/2025 (Processo Licitatório 113/2025)

De acordo com o parecer jurídico e em concordância com a Ata Eletrônica, de Abertura do processo licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 59/2025, que teve como objeto o **Registro de preços para aquisições de materiais de construção e acessórios, a ser utilizada conforme necessidade do município,** de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos. **HOMOLOGO** por seus próprios fundamentos determinando que seja **ADJUDICADO** o seu objeto a favor das empresas abaixo descritas, junto com seus itens e valores relacionados:

EMPRESA FORNECEDORA: KOMAR MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA–ME – CNPJ: 02.252.750/0001-86

LOTE 01						
Item	**Descrição do Item**	**Qtde.**	**Unid. Medida**	**Marca**	**Valor Unit. (R$)**	**Valor Total Item (R$)**
1	Abraçadeira tipo micro para mangueira, rosca sem fim, cabeça sextavada com fenda, fabricada em aço inox, medida largura 9,0 mm, espessura 0,65 mm, diâmetro 12,0 a 16,0 mm	100	Unid.	bellosa	1,50	150,00
2	Abraçadeiras tipo flexil para mangueira, rosca sem fim, cabeça sextavadas com fenda, fabricado em aço inox, medida largura 14,5 mm, espessura 0,7 mm, diâmetro 44,0 a 57,0 mm.	100	Unid.	bellosa	4,75	475,00
3	Abraçadeiras tipo flexiv. Para mangueira, rosca sem fim, cabeça sextavada com fenda, fabricado em aço inox, medida largura 14,5 mm , espessura 0,7 mm , diâmetro 22,0 a 32,0 mm	100	Unid.	bellosa	4,82	482,00
4	Abraçadeiras tipo flexiv. Para mangueira, rosca sem fim, cabeça sextavada com fenda, fabricado em aço inox, medida largura 14,5 mm , espessura 0,7 mm , diâmetro 38,0 a 51,0 mm	100	Unid.	bellosa	4,90	490,00
5	Abraçadeiras tipo flexiv. Para mangueira, rosca sem fim, cabeça sextavada com fenda, fabricado em aço inox, medida largura 14,5 mm, espessura 0,7 mm, diâmetro 22,0 a 32,0 mm	100	Unid.	bellosa	4,90	490,00
6	Adaptador com flange e anel para caixa d'água; em pvc rígido; fabricação conforme nbr 5648/77; com diâmetro nominal de 25 mm (3/4 pol); na cor marrom; para ser utilizada em instalações prediais de água fria	20	Peças	bellosa	12,50	250,00
7	Adaptador soldável anel de vedação para caixa (flange) 32 x 1"	20	Peças	plastilit	18,00	360,00
8	Adaptador soldável anel de vedação para caixa (flange) 40 x 1.1/4"	20	Peças	plastilit	22,00	440,00
9	Adaptador soldável anel de vedação para caixa (flange) 50 x 1.1/2"	20	Peças	plastilit	25,00	500,00
10	Adaptador soldável anel de vedação para caixa (flange) 60 x 2"	20	Peças	plastilit	32,00	640,00
11	Adesivo plástico para pvc 175 gr	15	Unid.	plastilit	18,00	270,00
12	Anel de vedação com guia para vaso sanitário	20	UNID.	blukit	8,50	170,00
13	Assento sanitário de propileno na cor branca, incluindo acessórios	30	Unid.	herc	35,00	1.050,00
14	Assento sanitário de propileno, almofadado, cor branca, incluindo acessórios	30	Unid.	herc	68,00	2.040,00
15	Caixa de descarga simples em polietileno, sem engate, na cor branca	25	Peças	cipla	38,00	950,00
16	Caixa sifonada montada c/ grelha e porta grelha dn 100 x 100 x 50	10	Unid.	herc	15,00	150,00
17	Caixa sifonada montada c/ grelha e porta grelha dn 100 x 150 x 50	5	Unid.	herc	35,00	175,00
18	Cloro granulado aditivado 10 em 1, galão de 10 quilos	10	Unid.	hth	250,00	2.500,00
19	Engate flexível reforçado em pvc branco de 1/2" x 40cm, completo	30	PÇ	mantc	8,00	240,00
20	Engate flexível reforçado em pvc branco de 1/2" x 50cm, completo	30	PÇ	mantc	8,50	255,00
21	Engate flexível trançado com malha de aço inox com 60 cm	30	PÇ	mantc	19,50	585,00
22	Engate rápido para mangueira	30	Unid.	tramontin a	6,00	180,00
23	Esguicho de borração para ligação de vaso sanitário, diâmetro nominal de 40 mm	30	Unid.	blukit	22,00	660,00
24	Espude de borração para ligação de vaso sanitário, diâmetro nominal de 40mm	30	PÇ	plastilit	8,50	255,00
25	Lavadora de alta pressão, nova, para limpeza de grandes áreas, fachadas, telhados, equipada com: sistema de desligamento automático do motor quando o gatilho é desativado; sistema ergonômico de transporte; mangueira de alta pressão com no mínimo 8 metros de comprimento; vazão máxima de água de 750 litros por hora; peso máximo de 28 kg; motor de 220 volts, com potência mínima de 2.8 kW; acoplamento da mangueira anti-torção; alça telescópica de alumínio; pistola com acoplamento por encaixe; sistema de engate rápido para troca dos bicos; mangueira de alta pressão em tecido de aço reforçado; manômetro e regulagem da pressão da máquina; sistema de dosagem de detergente, graduado; escova rotativa com diâmetro de 16 cm, com ângulo ajustável; extensão da lança; lança angular com 470mm ou 1.080mm de comprimento; dispositivo de jateamento para limpeza de muros e a remoção de resquícios de tinta ou ferrugem de peças metálicas e madeira; dispositivo para a limpeza e desobstrução de encanamentos, como no mínimo 14 metros de comprimento; filtro de água para proteção da bomba; mangueira de aspiração com 3 metros de comprimento, para sucção de água; mangueira plana têxtil, com carretel fixo, com comprimento mínimo de 10 metros; bico de espuma para ação de limpeza horizontal ou vertical, com recipiente para detergente, com capacidade de até 1 litro; protetor de mangueira espiral, comprimento mínimo de 7 metros e manual de instrução e selo ou certificado do Inmetro.	30	Unid.	karcher	2.740,00	82.200,00
26	Lavatório com coluna em porcelana, cor branca	10	Unid.	santa marini	230,00	2.300,00
27	Mangueira de jardim 3/4 reforçada transada e siliconada	20	Metros	mantc	12,50	250,00
28	Mangueira para jardim 1/2" reforçada, trançada e siliconada	1.000	Metros	mantc	5,50	5.500,00

29	Mangueira preta 1/2x2,5mm	1.000	Metros	polibol	1,50	1.500,00
30	Mangueira preta 1x3mm polegada	2.000	Metros	polibol	3,30	6.600,00
31	Mangueira preta 3/4x2,5mm	2.000	Metros	polibol	2,60	5.200,00
32	Parafuso fixador de vaso e bacia sanitária	2.000	Unid.	evoluc	2,30	4.600,00
33	Plug roscável 1/2", em pvc, conforme especificado na nbr 5648/77	50	PÇ	plastilit	1,50	75,00
34	Plug roscável 3/4", em pvc, conforme especificado na nbr 5648/77	20	PÇ	plastilit	2,50	50,00
35	Registro de esfera em pvc rígido soldável, diâmetro nominal de ø 25mm (3/4")	20	PÇ	herc	22,00	440,00
36	Reparo para valvula de descarga 1.1/2" universal	20	Unid.	docol	125,00	2.500,00
37	Sifão multiuso 1" - 1.1/4" - 1.1/2"	20	PÇ	plastilit	12,00	240,00
38	Sifão multiuso 1m	50	Unid.	herc	12,00	600,00
39	Sifão multiuso duplo 1" - 1.1/4" - 1.1/2"	50	PÇ	herc	22,00	1.100,00
40	Torneira de boia de pvc, diâmetro nominal de 1/2"	15	Unid.	plastilit	18,00	270,00
41	Torneira de boia de pvc, diâmetro nominal de 3/4"	15	Unid.	plastilit	18,00	270,00
42	Torneira de inox ¼ de volta m22 com cano flexível	15	Unid.	atopy	120,00	1.800,00
43	Torneira de jardim, plástica 1/2"	15	Unid.	herc	5,50	82,50
44	Torneira de jardim, plástica 3/4"	50	Unid.	herc	5,50	275,00
45	Torneira de mesa metálica giratória 1/2	50	Unid.	leao	110,00	5.500,00
46	Torneira de mesa metálica giratória 1/4 de volta 1/2	30	Unid.	leao	110,00	3.300,00
47	Torneira de parede metálica giratória 1/2	30	Unid.	leao	110,00	3.300,00
48	Torneira de parede metálica giratória 1/4 de volta 1/2	30	Unid.	leao	110,00	3.300,00
49	Torneira de parede reta metálica longa com acabamento cromado para pia 1/2	30	Unid.	leao	90,00	2.700,00
50	Torneira de pressão metálica automática 1/2	30	Unid.	leao	180,00	5.400,00
51	Torneira lavatório de metal, cromada de 1/2"	50	Unid.	leao	90,00	4.500,00
52	Tubo de descarga (bengala) sobrepor, 40mm x 1,60m, na cor branca	30	PÇ	plastilit	25,00	750,00
53	Válvula com inox para pia americana 3. 1/2"	15	PÇ	leao	22,00	330,00
54	Válvula para lavatório c/ e s/ ladrão 7/8	15	PÇ	plastilit	12,00	180,00
55	Válvula para tanque c/ e s/ ladrão 1.1/4"	30	PÇ	plastilit	15,00	450,00
56	Vaso sanitário para adultos em porcelana, cor branca, caixa acoplada de 6 litros, formato redondo, com válvula de descarga com 2 acionamento de 3 e 6 litros, completo	30	Unid.	santa marina	550,00	16.500,00
57	Vaso sanitário, cor branca	20	Unid.	santa marina	250,00	5.000,00
58	Acabamento P/ Válvula De Descarga- Acabamento Externo Para Válvula De Descarga 1 1/2" Em Metal Inox, Produto De 1ª Linha, Altamente Resistente, Com Alto Índice De Durabilidade.	40	Unid.	censi	155,00	6.200,00
VALOR TOTAL DO LOTE 01						**R$187.019,50**

LOTE 02

Item	Descrição do Item	Qtde.	Unid. Medida	Marca	Valor Unit. (R$)	Valor Total Item (R$)
59	Caixa d'água, polietileno, reforçada com tampa - 500 litros	10	Un.	sul tanques	340,00	3.400,00
60	Caixa d'água polietileno, reforçada com tampa - 10.000 litros	10	Un.	sul tanques	3.639,00	36.390,00
61	Caixa d'água, polietileno, reforçada com tampa - 1.000 litros	10	Un.	sul tanques	560,00	5.600,00
62	Reservatório tanque politileno 1.000 litros	10	Un.	sul tanques	508,00	5.080,00
63	Reservatório tanque politileno 10.000 litros	10	Un.	sul tanques	3.689,00	36.890,00
64	Reservatório tanque politileno 15.000 litros	10	Un.	sul tanques	6.265,00	62.650,00
65	Reservatório tanque politileno 2.000 litros	10	Un.	sul tanques	1.160,00	11.600,00
66	Reservatório tanque politileno 20.000 litros	10	Un.	sul tanques	9.310,00	93.100,00
67	Reservatório tanque politileno 310 litros	10	Un.	sul tanques	305,00	3.050,00
68	Reservatório tanque politileno 5.000 litros	10	Un.	sul tanques	2.338,00	23.380,00
69	Reservatório tanque politileno 500 litros	10	Un.	sul tanques	550,00	5.500,00
VALOR TOTAL DO LOTE 02						**R$ 286.640,00**

LOTE 05

Item	Descrição do Item	Qtde.	Unid. Medida	Marca	Valor Unit. (R$)	Valor Total Item (R$)
157	Abraçadeira de plástico c 28-pt 200 un	100	pacote	lotus	130,00	13.000,00
158	Abraçadeira de plástico c 40-pt 100 un	100	pacote	lotus	45,00	4.500,00
159	Abraçadeira de plástico c15-pt 200 un	100	pacote	lotus	50,00	5.000,00
160	Adesivo borracha de silicone, incolor ocético anti fungo - 300 ml	30	Unid.	unipega	20,00	600,00
161	Adesivo cola para junta de motor 73gr	30	Unid.	3m	15,00	450,00
162	Adesivo instantâneo super rápido 100gr	10	Frasco	unipega	55,00	550,00
163	Adesivo silicone 50 gr alta temperatura	20	Unid.	unipega	15,00	300,00
164	Aplicador de silicone (pistola) profissional	10	Unid.	lotus	45,00	450,00
165	Bota de pvc com forro nautica na cor azul nº 43	30	Unid.	terra fortz	105,00	3.150,00
166	Capa de chuva em pvc (com mangas e capote) - tam. Grande na cor preta	20	Unid.	marfran	60,00	1.200,00
167	Celante pu 40 construções 280 ml cinza	50	Unid.	unipega	24,00	1.200,00
168	Cilindro para fechaduras	100	Unid.	stan	25,00	2.500,00
169	Contrapino 3/4 x 6"	50	Unid.	sao cristovao	7,50	375,00
170	Dobradiça para portas média 3"	50	Unid.	inca	4,50	225,00
171	Dobradiças em latão cromado 2.1/2"	40	Unid.	inca	4,00	160,00
172	Dobradiças em latão cromado 3.1/2"	30	Unid.	inca	7,00	210,00
173	Eletrodo 2,5 x 350	300	Unid.	eltron	1,60	480,00
174	Espuma expansível de poliuretano 500ml	30	Unid.	unipega	40,00	1.200,00
175	Fechadura cromada interna para porta de banheiro	50	Unid.	stan	75,00	3.750,00
176	Fechadura externa; maçaneta em zamak com anel plástico p/encaixe, lingueta e espelho em aço inox, cilindro em latão maciço, molas internas da lingueta em latão, reversão do trinco após a instalação, medida 12 a 14 cm altura x 5,5 a 7,5 cm profundidade	50	Unid.	stan	80,00	4.000,00
177	Fechadura interna; maçaneta em zamak com anel plástico p/encaixe, lingueta e espelho em aço inox, cilindro em latão maciço, molas internas da lingueta em latão, reversão do trinco após a instalação, medida 12 a 14 cm altura x 5,5 a 7,5 cm profundidade.	50	Unid.	stan	70,00	3.500,00
178	Fita de sinalização amarela e preta com 200 metros	30	Unid.	worker	19,00	570,00
179	Luva de borracha antiderrapante, para limpeza, confeccionado em látex de borracha natural, forrada, com formato anatômico, cor amarela, tamanho g, embalagem contendo 01 par, c/nº do lote, prazo de validade e certificado de aprovação do ministério do trabalho	100	Unid.	kalipso	9,90	990,00
180	Luva de vaqueta confeccionada em vaqueta tratada, crua ou natural, 5 dedos, com reforço entre o polegar e o indicador, palma e dedos, reforço acolchoado no dorso da luva, fechamento do punho com tira de couro presa por meio de velcro, com punho de 7cm, com alca para transporte, tamanho grande	300	Unid.	leval	28,00	8.400,00

181	Massa a base de epóxi, embalagem com100g	10	Unid.	alba	15,00	150,00
182	Óculos de poteção fumê	100	Unid.	kalipso	15,80	1.580,00
183	Óculos de poteção incolor	100	Unid.	kalipso	15,80	1.580,00
184	Pino trava 1/4 x 2"	50	Unid.	crist	7,50	375,00
185	Pino trava 5/16 x 2"	50	Unid.	crist	8,50	425,00
186	Tanque de cimento revestido com esfregadeira, 1 cuba (59x70cm)	15	Unid.	sul brasil	485,00	7.275,00
187	Tanque de cimento revestido, com esfregadeira, 2 cubas	15	Unid.	sul brasil	650,00	9.750,00
VALOR TOTAL DO LOTE 05						**R$ 77.895,00**

LOTE 07

Item	**Descrição do Item**	**Qtde.**	**Unid. Medida**	**Marca**	**Valor Unit. (R$)**	**Valor Total Item (R$)**
256	Brita graduada, entregue no perímetro urbano da cidade de bom sucesso do sul - pr.	2.000	m³	dalba	187,80	375.600,00
257	Brita rachão (diâmetro de 15 a 35 cm), entregue no perímetro urbano da cidade de bom sucesso do sul -pr.	1.500	m³	dalba	171,80	257.700,00
258	Pedra brita n.º 01, limpa e isenta de matéria orgânica, entregue no perímetro urbano do município.	350	m³	dalba	104,90	36.715,00
259	Pedrisco, entregue no perímetro urbano do município	300	m³	dalba	104,95	31.485,00
260	Pó de pedra 5/16, entregue no perímetro urbano do município	300	m³	dalba	168,99	50.697,00
VALOR TOTAL DO LOTE 07						**R$752.197,00**

LOTE 12

Item	**Descrição do Item**	**Unid.**	**Qtde. Medida**	**Marca**	**Valor Unit. (R$)**	**Valor Total Item (R$)**
306	Bandeja para pintura de plástico, 29 cm x39 cm	20	Unid.	roma	9,89	197,80
307	Catalisador 0,51, embalagem de 300ml	30	Unid.	2021	17,00	510,00
308	Catalisador para misturar na cola de resina poliéster, para instalações de tachões	25	LT	inoplastic	200,00	5.000,00
309	Catalisador para tinta epoxi	100	Litro	killing	90,00	9.000,00
310	Cetol, Protetor De Madeiras e Pergolados, emb: de 3,6 Lt, Acabamento Acetinado, Para Ambientes Externos e Internos, Acabamento uv, Incolor, imbuia ou Natural.	50	LT	renner	304,00	15.200,00
311	Convertor de ferrugem, base para pintura, que elimina a ferrugem e dispensa lixamento e/ou jateamento, embalgem de 1,0 lt	50	Unid.	tf7	42,00	2.100,00
312	Diluente (solvente), composição: mistura balanceada de alcoóis, ésteres, teor mínimo de 8% de cetonas, glicoésteres e hidrocarbonetos, aplicação: diluição de lacas; nitrocelulose (duco), acrílica, poliéster, poliuretano; tintas sintéticas; seladoras e vernizes, isento de benzeno e solventes clorados	40	Lt	itaqua	14,90	596,00
313	Diluente (solvente), composição: mistura balanceada de alcoóis, ésteres, teor mínimo de 8% de cetonas, glicoésteres e hidrocarbonetos, aplicação: diluição de lacas; nitrocelulose (duco), acrílica, poliéster, poliuretano; tintas sintéticas; seladoras e vernizes, isento de benzeno e solventes clorados, embalagem com 5 litros	50.	Unid	itaqua	72,40	3.620,00
314	Fundo para tinta epoxi - 3,6l	40	Galão	killing	187,95	7.518,00
315	Grafiato 25kg	50	Unid.	belcollor	67,00	3.350,00
316	Hipoclorito de sódio, 12%, embalagens de 20 litros	100	Unid.	enerquimi ca	110,00	11.000,00
317	Massa corrida acrílica – 25 kg	200	Unid.	belcollor	63,90	12.780,00
318	Massa corrida pva - 25 kg	200	Unid.	belcollor	28,90	5.780,00
319	Pincel, cerdas de nylon, chato, 2"	30	Unid.	roma	6,00	180,00
320	Pincel, cerdas de nylon, chato, tamanho: 3"	30	Unid.	roma	7,90	237,00
321	Rolo de espuma para testura 23cm com cabo	30	Unid.	roma	15,00	450,00
322	Rolo de lâ 10 cm com cabo	30	Unid.	roma	8,20	246,00
323	Rolo de lâ 15 cm com cabo	30	Unid.	roma	8,70	261,00
324	Rolo de naylon para testura 23cm com cabo	30	Unid.	roma	32,00	960,00
325	Rolo pintura, 100% lã de carneiro, cabo plástico, produzido por termofusão, ultrarresistente, 23cm, aplicação: pintura com tinta a base e poxicatalizavél	30	Unid.	atlas	37,00	1.110,00
326	Selador a base de elastomero incolor, 3,6l	15	Unid.	belcollor	50,00	750,00
327	Selador parede, para parede pintada com tinta plástica, com 18litros	20	Unid.	belcollor	85,00	1.700,00
328	Selador parede, para parede pintada com tinta plástica, com 3,6l	20	Unid.	belcollor	30,00	600,00
329	Suporte com pintura eletrostática na cor cinza para super poste com 4 luminárias no diâmetro de 130mm com quarto tubo de 48mm à 52mm chapa 3mm 3 tres parafusos travante.	10	PÇ	Jb	200,00	2.000,00
330	Suporte com pintura eletrostática na cor cinza para super poste com 3 luminárias no diâmetro de 130mm com quarto tubo de 48mm à 52mm chapa 3mm 3 tres parafusos travante.	10	PÇ	Jb	190,00	1.900,00
331	**Tinta a base de látex**, composição: acrílica, cor **azul**, aplicação: alvenaria, interiores e exteriores, **fosca** , premium, com rendimento de 200 à 250 m², por demão, com 18l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	230,00	11.500,00
332	**Tinta a base de látex**, composição: acrílica, cor **azul**, aplicação: alvenaria, interiores e exteriores, **semi-brilho**, premium, com rendimento DE 200 À 250 M², POR DEMÃO, COM 18L, de primeira linha, marcas Killing, Suvinil, Coral, Renner e Lukscollor	50	Unid.	killing	279,00	13.950,00
333	**Tinta a base de látex**, composição: acrílica, cor **branca**, aplicação: alvenaria, interiores e exteriores, **fosca** , premium, com rendimento de 200 à 250 m², por demão, com 18l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	289,90	14.495,00
334	**Tinta a base de látex**, composição: acrílica, cor **branca**, aplicação: alvenaria, interiores e exteriores, **semi-brilho**, premium, com rendimento de 200 à 250 m², por demão, com 18l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	549,00	27.450,00
335	**Tinta a base de látex**, composição: acrílica, cor **chumbo e/ou cinza escuro**, verde, aplicação: alvenaria, interiores e exteriores, **fosca**, premium, com rendimento de 200 à 250 m², por demão, com 18l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	278,00	13.900,00
336	**Tinta a base de látex**, composição: acrílica, cor **chumbo e/ou cinza escuro**, aplicação: alvenaria, interiores e exteriores, **semi-brilho**, premium, com rendimento de 200 à 250 m², por demão, com 18l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	359,00	17.950,00
337	**Tinta a base de látex**, composição: acrílica, cor **verde**, aplicação: alvenaria, interiores e exteriores, **fosca**, premium, com rendimento de 200 à 250 m², por demão, com 18l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	234,00	11.700,00
338	**Tinta a base de látex**, composição: acrílica, cor **verde**, aplicação: alvenaria, interiores e exteriores, **semi-brilho**, premium, com rendimento de 200 à 250 m², por demão, com 18l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	689,00	34.450,00

339	**Tinta a base de látex**, composição: acrílica, cor **vermelha**, aplicação: alvenaria, interiores e exteriores, **fosca**, premium, com rendimento de 200 à 250 m², por demão, com 18l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	340,00	17.000,00
340	**Tinta a base de látex**, composição: acrílica, cor **vermelha**, aplicação: alvenaria, interiores e exteriores, **semi- brilho**, premium, com rendimento de 200 à 250 m², por demão, com 18l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	379,90	18.995,00
341	**Tinta a base de látex**, composição: pva, cor **azul**, aplicação: alvenaria, interiores e exteriores, **fosca** com 3,6l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	79,00	3.950,00
342	**Tinta a base de látex**, composição: pva, cor **azul**, aplicação: alvenaria, interiores e exteriores, **fosca,** com 18l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	260,00	13.000,00
343	**Tinta a base de látex**, composição: pva, cor **branca**, aplicação: alvenaria, interiores e exteriores, **fosca** com 3,6l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	128,00	6.400,00
344	**Tinta a base de látex**, composição: pva, cor **branca**, aplicação: alvenaria, interiores e exteriores, **fosca,** com 18l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	280,00	14.000,00
345	**Tinta a base de látex**, composição: pva, cor **verde**, aplicação: alvenaria, interiores e exteriores, **fosca** com 3,6l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	79,90	3.995,00
346	**Tinta a base de látex**, composição: pva, cor **verde**, aplicação: alvenaria, interiores e exteriores, **fosca,** com 18l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	276,00	13.800,00
347	**Tinta a base de látex**, composição: pva, cor **vermelha**, aplicação: alvenaria, interiores e exteriores, **fosca** com 3,6l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	134,90	6.745,00
348	**Tinta a base de látex**, composição: pva, cor **vermelha**, aplicação: alvenaria, interiores e exteriores, **fosca,** com 18l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	410,00	20.500,00
349	**Tinta a óleo**, cor **azul**, brilhante, com 3,6l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	159,90	7.995,00
350	**Tinta a óleo**, cor **branca**, brilhante, com 3,6l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	159,90	7.995,00
351	**Tinta a óleo**, cor **verde**, brilhante, com 3,6l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	159,90	7.995,00
352	**Tinta a óleo**, cor **vermelha**, brilhante, com 3,6l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	95,00	4.750,00
353	Tinta epoxi - 3,6 l branca	50	Galão	killing	279,90	13.995,00
354	**Tinta esmalte sintético**, cor **azul**, tipo acabamento: brilhante com 3,6l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	97,00	4.850,00
355	**Tinta esmalte sintético**, cor **branca**, tipo acabamento: brilhante com 3,6l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	97,00	4.850,00
356	**Tinta esmalte sintético**, cor **chumbo e/ou cinza escuro**, tipo acabamento: brilhante com 3,6l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	97,90	4.895,00
357	**Tinta esmalte sintético**, cor **verde**, tipo acabamento: brilhante com 3,6l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	97,90	4.895,00
358	**Tinta esmalte sintético**, cor **vermelha**, tipo acabamento: brilhante com 3,6l, de primeira linha, marcas killing, suvinil, coral, renner e lukscollor	50	Unid.	killing	97,90	4.895,00
359	Tinta spray 360ml	100	Unid.	chimicoll	16,80	1.680,00
360	Washprimer fundo fosfatizante 0,45, embalagem com 900 ml	100	Unid.	anjo	34,50	3.450,00
Valor total do lote 12:						**R$423.070.80**
LOTE 14						
Item	**Descrição do Item**	**Qtde.**	**Unid. Medida**	**Marca**	**Valor Unit. (R$)**	**Valor Total Item (R$)**
442	Vidro fantasia canelado 4 mm – instalado	20	m²	cristal	519,90	10.398,00
443	Vidro liso 4 mm – instalado	40	m²	cristal	479,00	19.160,00
444	Espelho - Material: Vidro Cristal Lapidado, Formato: Retangular ou oval, espessura: 6mm, instalado com Silicone ou	50	m²	cristal	599,00	29.950,00
Valor total lote 14:						**R$59.508,00**
LOTE 15						
Item	**Descrição do Item**	**Qtde.**	**Unid. Medida**	**Marca**	**Valor Unit. (R$)**	**Valor Total Item (R$)**
445	Fita de vedação para rosca em ptfe (veda- rosca), rolos com 18 mm x 25m	50	Unid.	gool	8,00	400,00
446	Abraçadeira de Nylon - 2,5 mm x 200mm - branca	5.000	Unid.	lotus	0,35	1.750,00
447	Abraçadeira de Nylon – 3,6 mm x 250mm - branca	15.000	Unid.	lotus	0,55	8.250,00
448	Abraçadeira de Nylon – 4,8 mm x 400mm - branca	2.000	Unid.	lotus	0,74	1.480,00
449	Abraçadeira de Nylon – 7,2 mm x 750mm - branca	2.000	Unid.	lotus	1,24	2.480,00
450	Joelho pvc 90º lr, rígido com bucha de latão, conforme especificado na nbr 5648/77, com diâmetro nominal de 25 mm x 3/4"; para ser utilizada em instalação predial de água fria	100	PÇ	plastilit	8,90	890,00
451	Joelho pvc 90º lr, rígido com bucha de latão, conforme especificado na nbr 5648/77, com diâmetro nominal de 25 mm x 1/2"; para ser utilizada em instalação predial de água fria	100	PÇ	plastilit	7,99	799,00
452	Joelho pvc 90º, rígido soldável, marrom, conforme especificado na nbr 5648/77, com diâmetro nominal de 25 mm (3/4"); para ser utilizada em instalação predial de água fria	100	PÇ	plastilit	2,90	290,00
453	Joelho pvc 90º, rígido soldável, marrom, conforme especificado na nbr 5648/77, com diâmetro nominal de 32 mm (1"); para ser utilizada em instalação predial de água fria	100	PÇ	plastilit	4,85	485,00
454	Joelho pvc 90º, rígido soldável, marrom, conforme especificado na nbr 5648/77, com diâmetro nominal de 40 mm (1.1/4"); para ser utilizada em instalação predial de água fria	100	PÇ	plastilit	7,40	740,00
455	Joelho pvc 90º, rígido soldável, marrom, conforme especificado na nbr 5648/77, com diâmetro nominal de 50 mm (1.1/2"); para ser utilizada em instalação predial de água fria	100	PÇ	plastilit	9,25	925,00
456	Luva de pvc rígido soldável, diâmetro nominal de ø 25mm (3/4"), conforme especificado na nbr 5648/77, para ser utilizada em instalação predial de água fria	100	PÇ	plastilit	1,50	150,00
457	Luva lr azul; de pvc; com bucha de latão, na cor azul; com encaixe feito em rosca e cola; com diâmetro de 3/4" x 1/2"; para ser utilizada em instalações prediais de água fria	100	PÇ	plastilit	8,00	800,00
458	Registro de pressão; fabricado com corpo e castelo em ligas de cobre p/instalações hidr. Conforme especificado na nbr 10071; bitola de 3/4", com acabamento completo cromado	20	PÇ	leao	99,00	1.980,00
459	Registro marrom esfera soldável 25 mm	20	PÇ	herc	25,00	500,00

460	Registro marrom esfera soldável 32 mm	20	PÇ	herc	31,45	629,00
461	Registro marrom esfera soldável 40 mm	20	PÇ	herc	49,80	996,00
462	Registro marrom esfera soldável 50 mm	20	PÇ	herc	58,00	1.160,00
463	Te de pvc rígido soldável 90°, marrom, conforme especificado na nbr 5648/77, com diâmetro nominal de 40mm (1.1/4"), para ser utilizada em instalação predial de água fria.	100	Unid.	plastilit	13,40	1.340,00
464	Te de pvc rígido soldável 90º; marrom, conforme especificado na nbr 5648/77; com diâmetro nominal de 25 mm (3/4"); para ser utilizada em instalação predial de água fria	30	PÇ	plastilit	1,90	57,00
465	Te de pvc rígido soldável; conforme especificado na nbr 5648/77; com diâmetro nominal de 50mm (1.1/2"); para ser utilizada em instalação predial de água fria	30	Unid.	plastilit	14,40	432,00
466	Tubo pvc rígido, com ponta e bolsa de junta soldável na cor maron, conforme especificado na nbr 5648, com diâmetro externo nominal de 32mm e (1") polegada com 6m de comprimento	600	Unid.	plastilit	59,80	35.880,00
467	Tubo pvc rígido, com ponta e bolsa de junta soldável na cor maron, conforme especificado na nbr 5648, com diâmetro externo nominal de 40mm (1.1/4pol). com 6m de comprimento	100	Unid.	plastilit	89,80	8.980,00
468	Tubo pvc rígido, com ponta e bolsa de junta soldável na cor maron, conforme especificado na nbr 5648, com diâmetro externo nominal de 50 mm 1.1/2 polegada com 6m de comprimento	100	Unid.	plastilit	99,80	9.980,00
469	Tubo pvc rígido; com ponta e bolsa de junta soldável; conforme especificado na nbr 5648; com diâmetro externo nominal de 25 mm (3/4 pol) com 6m de comprimento	100	Unid.	plastilit	32,40	3.240,00
Valor total lote 15:					**R$ 84.613,00**	

LOTE 17

Item	Descrição do Item	Qtde.	Marca	Unid. Medida	Valor Unit. (R$)	Valor Total Item (R$)
472	Argamassa colante ac 1 - para uso interno. sc 20kg	500	Unid	Hipermassa	17,46	8.730,00
473	Aditivo impermeabilizante de pega normal p/ concreto e argamassa, embalagm com 3,6l	10	Unid.	Vedacit	89,80	898,00
474	Argamassa colante ac-3 para uso interno - sacos com 20 kg	1.000	Unid.	Hipermassa	31,34	31.340,00
475	Argamassa pré-fabricada para rejuntamento cerâmica, com 2 kg	300	Unid.	Hipermassa	29,80	8.940,00
476	Cal hidratada ch iii, conforme especificações da nbr7175, 20kg	250	Unid.	Tancal	17,34	4.335,00
477	Cal liquida - liga aglutinante, p/argamassa, cimento e areia, 1litrosc	60	Unid.	Alvecal	12,00	720,00
478	Cerâmica 45x45 cm - pei 4 - 1ª qualidade - cor clara	500	M²	Lef	37,40	18.700,00
479	Cerâmica 60X60 cm - pei 4 - 1ª qualidade - cor clara	500	M²	Lef	48,88	24.440,00
Valor total lote 17:						**R$ 98.103,00**
VALOR TOTAL HOMOLOGADO						**R$ 1.969.046,30(um milhão novecentos e sessenta e nove mil e quarenta e seis reais DO FORNECEDOR e trinta centavos)**

EMPRESA FORNECEDORA: BRUNA ANTONIUTTI LTDA – ME – CNPJ: 26.091.643/0001-81

LOTE 03

Item	Descrição do Item	Qtde.	Unid. Medida	Marca	Valor Unit. (R$)	Valor Total Item (R$)
70	Joelho esgoto 90º ø100 mm	100	PÇ	plastilit	7,29	729,00
71	Joelho esgoto 90º ø40 mm	100	PÇ	plastilit	2,30	230,00
72	Joelho esgoto 90º ø50 mm	100	PÇ	plastilit	2,29	229,00
73	Joelho esgoto 90º ø75 mm	100	PÇ	plastilit	5,50	550,00
74	Tê esgoto ø 100x100 mm	100	PÇ	plastilit	11,99	1.199,00
75	Tê esgoto ø 40x40 mm	100	PÇ	plastilit	3,49	349,00
76	Tê esgoto ø 50x50 mm	100	PÇ	plastilit	7,64	764,00
77	Tê esgoto ø 75x75 mm	100	PÇ	plastilit	10,95	1.095,00
78	Tubo pvc rígido p/ coletor esgoto; em pvc rígido; com ponta e bolsa de junta elástica; conforme especificado na nbr 7362; com diâmetro nominal de 40 mm, com 6m de comprimento	100	Unid.	Tele portal	32,00	3.200,00
79	Tubo pvc rígido p/ coletor esgoto; em pvc rígido; com ponta e bolsa de junta elástica; conforme especificado na nbr 7362; com diâmetro nominal de 50 mm com 6m de comprimento	100	Unid.	Tele portal	40,00	4.000,00
80	Tubo pvc rígido p/ coletor esgoto; em pvc rígido; com ponta e bolsa de junta elástica; conforme especificado na nbr 7362; com diâmetro nominal de 75 mm com 6m de comprimento	100	Unid.	Tele portal	65,90	6.590,00
81	Tubo pvc rígido p/ coletor esgoto; em pvc rígido; com ponta e bolsa de junta elástica; conforme especificado na nbr 7362; com diâmetro nominal de 100 mm com 6m de comprimento	100	Unid.	Tele portal	62,50	6.250,00
82	Tubo pvc rígido p/ coletor esgoto; em pvc rígido; com ponta e bolsa de junta elástica; conforme especificado na nbr 7362; com diâmetro nominal de 150mm com 6m de comprimento	50	Unid.	Tele portal	199,85	9.992,50
83	Tubo pvc rígido p/ coletor esgoto; em pvc rígido; com ponta e bolsa de junta elástica; conforme especificado na nbr 7362; com diâmetro nominal de 200 mm com 6m de comprimento	50	Unid.	Tele portal	378,95	18.947,50
84	Tubo pvc rígido p/ coletor esgoto; em pvc rígido; com ponta e bolsa de junta elástica; conforme especificado na nbr 7362; com diâmetro nominal de 300 mm com 6m de comprimento	50	Unid.	Tele portal	802,00	40.100,00
Valor total do lote 03:						**R$ 94.225,00**

LOTE 04

Item	Descrição do Item	Qtde.	Unid. Medida	Marca	Valor Unit. (R$)	Valor Total Item (R$)
85	Arame galvanizado 14	30	Kg	Vonder	24,98	749,40
86	Arame galvanizado 16	30	Kg	Vonder	24,99	749,70
87	Arame galvanizado 18	30	Kg	Vonder	27,99	839,70
88	Arame galvanizado 20	30	Kg	Vonder	28,99	869,70
89	Arame galvanizado 22	30	Kg	Vonder	28,99	869,70
90	Arame recozido 16 bwg - 0,009 kg/m	300	Kg	Gmac	17,98	5.394,00
91	Arruela 1/2", zincada	1.000	Unid.	Mister	0,98	980,00
92	Arruela 3/8", zincada	1.000	Unid.	Mister	0,79	790,00
93	Arruela 5/16", zincada	1.000	Unid.	Mister,	0,58	580,00
94	Barra rosqueável 1/2", zincada, com 1,0 metro	100	Unid.	Mister	33,50	3.350,00
95	Barra rosqueável 3/8", zincada, com 1,0 metro	100	Unid.	Mister	23,50	2.350,00
96	Barra rosqueável 5/16", zincada, com 1,0 metro	100	Unid.	Mister	18,50	1.850,00
97	Braçadeira tipo u 1"	50	Unid.	Mister	1,49	74,50
98	Braçadeira tipo u 1.1/2"	50	Unid.	Mister	2,48	124,00
99	Braçadeira tipo u 1.1/4"	50	Unid.	Mister	1,90	95,00
100	Braçadeira tipo u 1.100"	50	Unid.	Mister	1,75	87,50
101	Braçadeira tipo u 3/4	50	Unid.	Mister	0,98	49,00

102	Broca de aço rápido 10mm	30	Unid.	Concept	24,99	749,70
103	Broca de aço rápido 12mm	30	Unid.	Concept	29,99	899,70
104	Broca de aço rápido 14mm	30	Unid.	Concept	79,99	2.399,70
105	Broca de aço rápido 3mm	30	Unid.	Concept	7,99	239,70
106	Broca de aço rápido 4mm	30	Unid.	Concept	9,99	299,70
107	Broca de aço rápido 5mm	30	Unid.	Concept	10,99	329,70
108	Broca de aço rápido 6mm	30	Unid.	Concept	13,99	419,70
109	Broca de aço rápido 7mm	30	Unid.	Concept	13,99	419,70
110	Broca de aço rápido 8mm	30	Unid.	Concept	19,99	599,70
111	Broca de vídea 10mm	30	Unid.	Concept	24,99	749,70
112	Broca de vídea 4mm	30	Unid.	Concept	9,90	297,00
113	Broca de vídea 5mm	30	Unid.	Concept	10,90	327,00
114	Broca de vídea 6mm	30	Unid.	Concept	16,48	494,40
115	Broca de vídea 8mm	30	Unid.	Concept	17,90	537,00
116	Broca para concreto engate rápido 10 X 200 mm	30	Unid.	Worker	27,99	839,70
117	Broca para concreto engate rápido 10 X 400 mm	30	Unid.	Worker	31,99	959,70
118	Broca para concreto engate rápido 12 X 300 mm	30	Unid.	Worker	34,99	1.049,70
119	Broca para concreto engate rápido 16 X 460 mm	30	Unid.	Worker	47,99	1.439,70
120	Broca para concreto engate rápido 6 X 200 mm	30	Unid.	Worker	24,99	749,70
121	Broca para concreto engate rápido 8 X 200 mm	30	Unid.	Worker	24,99	749,70
122	Broca para concreto engate rápido 8 X 400 mm	30	Unid.	Worker	27,99	839,70
123	Bucha 10mm	1.000	Unid.	Usaf	0,39	390,00
124	Bucha 12mm	1.000	Unid.	Usaf	0,58	580,00
125	Bucha 4mm	1.000	Unid.	Usaf	0,20	200,00
126	Bucha 5mm	1.000	Unid.	Usaf	0,22	220,00
127	Bucha 6mm	1.000	Unid.	Usaf	0,25	250,00
128	Bucha 8mm	1.000	Unid.	Usaf	0,30	300,00
129	Cadeado 25 mm; bloco funidadeido em latão, haste em aço inoxidável, orificio para escoamento de água, dupla trava, no minimo 5 pinos para segredo de chave, possibilitando pelo menos 200 combinações diferentes, chaves em latão niqueladas e recortadas	20	Unid.	Stam	22,99	459,80
130	Cadeado 30 mm; bloco funidadeido em latão, haste em aço inoxidável, orificio para escoamento de água, dupla trava, no minimo 5 pinos para segredo de chave, possibilitando pelo menos 200 combinações diferentes, chaves em latão niqueladas e recortadas	20	Unid.	Stam	29,90	598,00
131	Cadeado 40 mm; bloco funidadeido em latão, haste em aço inoxidável, orificio para escoamento de água, dupla trava, no minimo 5 pinos para segredo de chave, possibilitando pelo menos 200 combinações diferentes, chaves em latão niqueladas e recortadas	20	Unid.	Stam	34,99	699,80
132	Cadeado 45 mm; bloco funidadeido em latão, haste em aço inoxidável, orificio para escoamento de água, dupla trava, no minimo 5 pinos para segredo de chave, possibilitando pelo menos 200 combinações diferentes, chaves em latão niqueladas e recortadas	20	Unid.	Stam	37,99	759,80
133	Cadeado 50 mm; bloco funidadeido em latão, haste em aço inoxidável, orificio para escoamento de água, dupla trava, no minimo 5 pinos para segredo de chave, possibilitando pelo menos 200 combinações diferentes, chaves em latão niqueladas e recortadas	20	Unid.	Stam	47,98	959,60
134	Corda 10mm nylon	2.000	Metros	Artplas	2,49	4.980,00
135	Corda 2mm nylon	2.000	Metros	Artplas	0,54	1.080,00
136	Corda 6mm nylon	2.000	metros	Artplas	1,38	2.760,00
137	Corda grossa 16mm nylon	2.000	metros	Artplas	9,30	18.600,00
138	Corrente soldada galvonizada 10mm	200	Metros	Mister	67,99	13.598,00
139	Corrente soldada galvonizada 5mm	200	Metros	Mister	24,99	4.998,00
140	Corrente soldada galvonizada 6mm	200	Metros	Mister	29,49	5.898,00
141	Corrente soldada galvonizada 8mm	200	Metros	Mister	41,98	8.396,00
142	Fita adesiva dupla face 12mmx20mt	20	RL	Adere	27,99	559,80
143	Porca 1/2", zindada	1.000	Unid.	Mister	2,48	2.480,00
144	Porca 3/8", zincada	1.000	Unid.	Mister	1,78	1.780,00
145	Porca 5/16", zincada	1.000	Unid.	Mister	1,48	1.480,00
146	Prego com cabeça 12x12	100	Kg	Gerdau	27,99	2.799,00
147	Prego com cabeça 13x15	100	Kg	Gerdau	22,99	2.299,00
148	Prego com cabeça 16x24	100	Kg	Gerdau	17,99	1.799,00
149	Prego com cabeça 17x27	500	Kg	Gerdau	17,99	8.995,00
150	Prego com cabeça 18x30	100	Kg	Gerdau	17,98	1.798,00
151	Prego com cabeça 19x39	100	Kg	Gerdau	17,98	1.798,00
152	Prego com cabeça 25x72	100	Kg	Gerdau	23,99	2.399,00
153	Prego com cabeça de aço 17x21	100	PC	Tx	21,95	2.195,00
154	Prego com cabeça dupla 17x27	100	Kg	Gerdau	22,95	2.295,00
155	Prego grampo galvanizado	100	KG	Gerdau	21,90	2.190,00
156	Prego para cobertura de telha ondulada 4mm	100	Kg	Coferral	34,90	3.490,00
Valor total do lote 04:						**R$ 139.276,30**

LOTE 06

Item	**Descrição do Item**	**Qtde.**	**Unid. Medida**	**Marca**	**Valor Unit. (R$)**	**Valor Total Item (R$)**
188	Arco de serra regulável, estrutura em aço e cabo em plástico resistente, para serra 8 a 12 polegadas, profundidade de corte 90mm, nº 10	20	Unid.	Mister	49,75	995,00
189	Betoneira M-400 rental 400l 2CV mono bivolt com kit de segurança, entregue no município	3	Unid.	Maqtron	4.799,70	14.399,10
190	Bitz Philipps ¼'' X 90 mm	50	Unid.	Mister	12,45	622,50
191	Broxa retangular grande	30	Unid.	Roma	11,46	343,80
192	Cabo de madeira lixada (diâmetro do olho redondo de 38 mm), com 130 cm - variação de +/- 5%	30	Unid.	Pandolfo	23,48	704,40
193	Carrinho de mão, com caçamba de aço 1,06mm, com pneu 3,25/8 e câmara de ar	50	Unid.	Maestro	279,87	13.993,50
194	Colher de pedreiro em aço n.º 10 canto quadrado	20	Unid.	Concept	28,40	568,00
195	Desempenadeira metálica dentada, cabo aberto medindo 17x27 cm	10	Unid.	Nacional	29,77	297,70
196	Desempeno pva espuma 26x15 cm	20	Unid.	Nacional	18,87	377,40
197	Disco de corte inox 4.1/2"	30	Unid.	Concept	6,28	188,40
198	Disco de corte inox 7"	30	Unid.	Concept	12,87	386,10
199	Disco de desbaste 4.1/2"	30	Unid.	Concept	12,77	383,10
200	Disco de desbaste 7"	30	Unid.	Concept	22,77	683,10
201	Disco de serra circular 36 dentes 300mm 12" corte fino	20	Unid.	Concept	298,87	5.977,40
202	Disco de serra circular 36 dentes 350mm 14" corte fino	20	Unid.	Concept	394,97	7.899,40

203	Disco de serra circular videa 4,5	20	Unid.	Concept	24,88	497,60
204	Disco de serra circular videa 7.1/4	20	Unid.	Concept	33,97	679,40
205	Disco diamantado 105 x 2,00 x 20,0 mm - rpm máximo 13.000, aplicação em concreto e construção civil em geral - corte seco	20	Unid.	Concept	24,88	497,60
206	Disco flap para aço inox 4.1/2"	30	Unid.	Concept	11,48	344,40
207	Disco flap para aço inox 7"	30	Unid.	Concept	24,88	746,40
208	Disco reforçado com duas telas 12"	20	Unid.	Concept	36,48	729,60
209	Enxada, em aço carbono, diâmetro do olho redondo de 38 mm, cabo de madeira com 130 cm, variação dimensional de +/- 10%	30	Unid.	Pandolfo	64,43	1.932,90
210	Filtro para calfino	50	Unid.	Renner	11,79	589,50
211	Foice, fio vazado, de aço sae 1070 com cabo de 1 metro, modelo paraná	50	Unid.	Pandolfo	69,79	3.489,50
212	Lima chata de 8 polegadas (200mm) corte simples, para acabamento fino e afiação de ferramentas, fabricação em aço ao cromo, com dureza mínima de 66rc, com cabo de pvc injetado	50	Unid.	Nicholson	32,88	1.644,00
213	Lima redonda para moto serra, de 8x7/32 polegadas, fabricada em aço ao cromo, com dureza mínima de 66rc	50	Unid.	Nicholson	15,39	769,50
214	Lima triangulo fino. P/serrote	50	Unid.	Mister	26,30	1.315,00
215	Linha de nylon 0,80, rolo com 100 m	20	Unid.	Trevo	11,50	230,00
216	Linha de nylon 100, rolo com 100 metros	20	Unid.	Trevo	16,89	337,80
217	Lixa para lixar ferro com medida 22x27cm - lixa nº 150	100	Unid.	3M	2,99	299,00
218	Lixa para lixar ferro com medida 22x27cm - lixa nº 200	100	Unid.	3M	2,99	299,00
219	Lixa para lixar ferro com medida 22x27cm - lixa nº 220	100	Unid.	3M	2,99	299,00
220	Lixa para lixar ferro com medida 22x27cm - lixa nº 300	100	Unid.	3M	3,19	319,00
221	Lixa para lixar ferro com medida 22x27cm - lixa nº 400	100	Unid.	3M	4,00	400,00
222	Machado lenhador de aço forjado temperado sae 1045, de 3,5 libras, com cabo de madeira de 1 metro	10	Unid.	Pandolfo	129,90	1.299,00
223	Mandril para serra copo 9.5 mm x 3/8''	10	Unid.	Mister	62,44	624,40
224	Marreta aço forjado 2 kg com cabo de madeira	10	Unid.	Pandolfo	71,79	717,90
225	Marreta aço forjado 6 kg sem cabo	10	Unid.	Pandolfo	197,99	1.979,90
226	Marreta aço forjado 8 kg sem cabo	10	Unid.	Pandolfo	387,99	3.879,90
227	Martelo de unha com cabo em madeira, fab. Em aço forjado com acabamento polido, medindo 27 mm de diâmetro e pesando 450g	20	Unid.	Pandolfo	72,39	1.447,80
228	Martelo de unha com cabo em madeira, fab. Em aço forjado com acabamento polido, medindo 29mm de diâmetro e pesando 450g	20	Unid.	Pandolfo	85,79	1.715,80
229	Pá de bico, tamanho grande, com cabo em "y" de 74cm nº 03	50	Unid.	Pandolfo	71,79	3.589,50
230	Pá de corte quadrada (cortadeira) medida. 270,0x210,0mm com cabo reto	50	Unid.	Pandolfo	59,39	2.969,50
231	Pá quadrada, ajuntadeira, tamanho grande, com cabo em "y" de 70 cm nº 03	50	Unid.	Pandolfo	61,79	3.089,50
232	Picareta, em aço forjado, modelo chibanca, cabo de madeira, comprimento 80 cm, com variação de +/- 2 cm	50	Unid.	Pandolfo	124,79	6.239,50
233	Pneu (325mm x 8mm) com câmara de ar e jante para carro de mão	30	Unid.	Jofort	72,79	2.183,70
234	Roda de carinho tração manual com 8", furo do eixo 25mm, pneu 3.25.8 maciço com 10 furros, contendo 5 parafusos.	50	Unid.	Jofort	113,79	5.689,50
235	Serra copo diamantado com haste 25 mm	10	Unid.	Mister	68,79	687,90
236	Serra copo diamantado com haste 35 mm	10	Unid.	Mister	89,85	898,50
237	Serra copo diamantado com haste 40 mm	10	Unid.	Mister	131,93	1.319,30
238	Serra copo diamantado com haste 50 mm	10	Unid.	Mister	164,97	1.649,70
239	Serra copo diamantado com haste 60 mm	10	Unid.	Mister	209,79	2.097,90
240	Serra copo para ferro 25 mm	10	Unid.	Mister	67,97	679,70
241	Serra copo para ferro 32 mm	10	Unid.	Mister	74,96	749,60
242	Serra copo para ferro 40 mm	10	Unid.	Mister	144,96	1.449,60
243	Serra copo para ferro 50 mm	10	Unid.	Mister	219,78	2.197,80
244	Serra copo para ferro 60 mm	10	Unid.	Mister	249,97	2.499,70
245	Serra de aço rápido flexível medidas 300x13x0,60mm 18 dentes	50	Unid.	Nicholson	12,79	639,50
246	Serrote, de poda em aço carbono 12 polegadas, cabo de madeira curvo	10	Unid.	Mister	44,94	449,40
247	Soquete magnético 10 mm X 65 mm	10	Unid.	Mister	11,74	117,40
248	Soquete magnético 12 mm X 65 mm	10	Unid.	Mister	12,37	123,70
249	Soquete magnético 8 mm X 65 mm	10	Unid.	Mister	11,37	113,70
250	Tesoura de aço de 12 polegadas, para grama, com cabo de madeira tratada	10	Unid.	Mister	71,59	715,90
251	Tesoura para poda forjada, com cabo plastificado	10	Unid.	Palisad	78,69	786,90
252	Trena com 10 metros	20	Unid.	Concept	44,39	887,80
253	Trena com 5 metros	20	Unid.	Concept	23,79	475,80
254	Trena com 8 metros	20	Unid.	Concept	48,79	975,80
255	Trena longa de fibra de vidro amarela em estojo abs (plástico) laranja, resistente a solventes e atrito com o solo, com manivela excêntrica para recolhimento da fita, graduação de 1 em 1 mm - largura 13mm - comprimento de 50 metros	5	Unid.	Concept	58,99	294,95
Valor total do lote 06:						**R$ 118.474,55**

LOTE 08

Item	**Descrição do Item**	**Qtde.**	**Unid. Medida**	**Marca**	**Valor Unit. (R$)**	**Valor Total Item (R$)**
261	Coluna soldada, 7x20cm, ø 10 mm, com 6,0 metros de comprimento, estribo 4,2mm, com espaçamento de 20cm.	100	Unid.	Costa Ferro	137,50	13.750,00
262	Coluna soldada, 7x20cm, ø 8 mm, com 6,0 metros de comprimento, estribo 4,2mm, com espaçamento de 20cm.	100	Unid.	Costa Ferro	91,59	9.159,00
263	Coluna soldada, 7x27cm, ø 10 mm, com 6,0 metros de comprimento, estribo 4,2mm, com espaçamento de 20cm.	100	Unid.	Costa Ferro	140,95	14.095,00
264	Coluna soldada, 7x27cm, ø 8 mm, com 6,0 metros de comprimento, estribo 4,2mm, com espaçamento de 20cm.	100	Unid.	Costa Ferro	103,99	10.399,00
265	Ferro armado coluna 3/8 7x14 – barra 6 metros	200	Unid.	Costa Ferro	125,00	25.000,00
266	Ferro armado coluna 5/16 7x14 – barra 6 metros	200	Unid.	Costa Ferro	88,99	17.798,00
267	Ferro treliça - barra 6 metros tg 8	200	Unid.	Costa Ferro	36,40	7.280,00
268	Tela soldada de arame galvanizado, malha 5x10cm, fio 1,9mm, altura conforme solicitação, e acordo com padrões existente no mercado	1000	M²	Morada	14,99	14.990,00
269	Tela soldada de arame galvanizado, malha 5x15cm, fio 2,5mm, altura conforme solicitação, e acordo com padrões existente no mercado	1000	M²	Morada	25,35	25.350,00
270	Tela trançada artesanal, malha 7cm, fio 14	1000	M²	Telas Crestani	20,90	20.900,00
271	Tubo aco galvanizado a fogo, 2" (60,30 x 3,00 mm x 6 mts), com rosca bsp, e = 3,00 mm, *4,40* kg/m (nbr 5580) marca: quality.	100	Barra	Costa Ferro	419,99	41.999,00
272	Tubo aco galvanizado a fogo, 2.1/2" (76,20 x 3,35 mm x 6 mts), com rosca bsp, e = 3,35 mm, * 6,23* kg/m (nbr 5580)	100	Barra	Costa Ferro	544,99	54.499,00
273	Vergalhão ca-5 mm barra 12m	400	Unid	Costa Ferro	15,99	6.396,00
274	Vergalhão ca-50 10,0 mm (ø 3/8") - 0,617 kg/m barra 12m	400	Unid	Costa Ferro	57,99	23.196,00
275	Vergalhao ca-50 25,0mm (ø1") - 3,853 kg/m - barra 12m	100	Unid	Costa Ferro	415,50	41.550,00

276	Vergalhão ca-50 6,3 mm (ø 1/4") - 0,245 kg/m barra 12m	400	Unid	Costa Ferro	23,99	9.596,00
277	Vergalhão ca-50 8,0 mm (ø 5/16") - 0,395 kg/m barra 12m	400	Unid	Costa Ferro	36,99	14.796,00
278	Vergalhão ca-60 4,2 mm - 0,109 kg/m barra 12m	400	Unid	Costa Ferro	13,95	5.580,00
Valor total do lote 08:						**R$ 356.333,00**
LOTE 09						
Item	**Descrição do Item**	**Qtde.**	**Unid. Medida**	**Marca**	**Valor Unit. (R$)**	**Valor Total Item (R$)**
279	Cumeeira de concreto consumo de 3 unidades por metro linear, peso mínimo por peça 4 kg, absorção de água menor de 1 %.	500	Unid.	omega telhas	33,99	16.995,00
280	Cumeeira ondulada de aço galvanizado, espessura 0,43mm	300	Unid.	telhaço	58,89	17.667,00
281	Cumeeira ondulada de fibrocimento 5mm (ângulo de 15º)	200	Unid.	isdralit	57,88	11.576,00
282	Cumeeira ondulada de fibrocimento 6mm (ângulo de 15°)	200	Unid.	isdralit	59,88	11.976,00
283	Cumeeira trapezoidal de aço galvanizado, tp-40, espessura 0,43mm	300	Unid.	telhaço	61,88	18.564,00
284	Telha de concreto com garras de fixação 330x420x70mm, 2 ondas cor natural, consumo 10,4 peças / m², peso máximo de 49 kg por m², absorção de água menor de 1%.	15.000	Unid.	omega telhas	14,20	213.000,00
285	Telha ondulada de aço galvanizado, espessura 0,43mm	2.000	M²	telhaço	61,84	123.680,00
286	Telha ondulada de fibrocimento 4mm (2,44x0,50)	500	Unid.	isdralit	23,84	11.920,00
287	Telha ondulada de fibrocimento 5mm (1,83x1,10)	400	Unid.	isdralit	44,90	17.960,00
288	Telha ondulada de fibrocimento 5mm (2,44x1,10)	400	Unid.	isdralit	61,50	24.600,00
289	Telha ondulada de fibrocimento 6mm (1,83x1,10)	1.000	Unid.	isdralit	62,44	62.440,00
290	Telha ondulada de fibrocimento 6mm (2,44x1,10)	500	Unid.	isdralit	79,90	39.950,00
291	Telha trapezoidal de aço galvanizado, tp- 40, espessura de 0,43mm	2.000	M²	telhaço	61,50	123.000,00
292	Parafuso para telha de fibrocimento 5/16x110mm - completo	1.000	Unid.	Gfix	1,40	1.400,00
Valor total do lote 09:						**R$ 694.728,00**
LOTE 10						
Item	**Descrição do Item**	**Qtde.**	**Unid. Medida**	**Marca**	**Valor Unit. (R$)**	**Valor Total Item (R$)**
293	Lona dupla face 6x50 200 micras	20	Rolo	Lonax	1.020,00	20.400,00
294	Lona dupla face 8x50 200 micras	20	Rolo	Lonax	1.150,00	23.000,00
295	Lona preta 4x100 - 100 micras - 30 kg	20	Rolo	Lonax	535,00	10.700,00
296	Lona preta 8 x 100, 105 kg	20	Rolo	Lonax	1.430,00	28.600,00
Valor total do lote 10:						**R$ 82.700,00**
LOTE 11						
Item	**Descrição do Item**	**Qtde.**	**Unid. Medida**	**Marca**	**Valor Unit. (R$)**	**Valor Total Item (R$)**
297	Forro de pvc 8mm x 10cm	1.000	m²	Primalia	20,99	20.990,00
298	Perfil moldurado pvc / 6m	100	Bara	Primalia	42,80	4.280,00
299	Perfil pvc / 6m	100	Bara	Primalia	35,99	3.599,00
300	Porta de madeira 80x210 - tipo colméia com chapa de madeira lisa completa (inclui fechadura, dobradiças e batente) - interna	30	Unid.	Mad. São Cristóvão	697,80	20.934,00
301	Porta de madeira 80x210 - tipo colméia com chapa de madeira lisa completa (inclui fechadura, dobradiças e batente) - externa	30	Unid.	Mad. São Cristóvão	1.089,90	32.697,00
302	Tábua de pinho bruta de 1º qualidade 1x12", peça com 3,00 m de comprimento	25	m³	Madereira Peretti	3.975,00	99.375,00
303	Tábua de pinho bruta de 2º qualidade 1x12", peça com 3,00 m de comprimento	50	m³	Madereira Peretti	2.149,90	107.495,00
304	Tábua de pinus bruta de 1º qualidade 1x12", peça com 3,00 m de comprimento	25	m³	Madereira Peretti	3.000,00	75.000,00
305	Tábua de pinus bruta de 2º qualidade 1x12", peça com 3,00 m de comprimento	25	m³	Madereira Peretti	2.199,90	54.997,50
Valor total do lote 11:						**R$ 419.367,50**
LOTE						
Item	**Descrição do Item**	**Qtde.**	**Unid. Medida**	**Marca**	**Valor Unit. (R$)**	**Valor Total Item (R$)**
361	Parafuso auto brocante 12x3/4	1.000	Unid.	mister	0,29	290,00
362	Parafuso autoperfurante cabeça sextavada 5.5 x 2" ogivado	1.000	Unid.	mister	0,46	460,00
363	Parafuso autoperfurante cabeça sextavada 5.5 x 21/2" ogivado	1.000	Unid.	mister	0,52	520,00
364	Parafuso autoperfurante cabeça sextavada 5/16" ogivado	1.000	Unid.	mister	0,65	650,00
365	Parafuso autoperfurante cabeça sextavada 6.3 x 110mm ogivado	1.000	Unid.	mister	1,99	1.990,00
366	Parafuso cabeça sextavado ponta broca 3/8 x /2"	1.000	Unid.	mister	0,79	790,00
367	Parafuso cabeça sextavado ponta broca 3/8 x 1.1/2"	1.000	Unid.	mister	0,79	790,00
368	Parafuso cabeça sextavado ponta broca 3/8 x 21/2"	1.000	Unid.	mister	0,99	990,00
369	Parafuso cabeça sextavado ponta broca 3/8 x 41/2"	1.000	Unid.	mister	1,99	1.990,00
370	Parafuso drywall flangeado ponta agulha 4,2 x 13	3.000	Unid.	mister	0,16	480,00
371	Parafuso francês rosca c/porca sextavado 5.16" x 11	500	Unid.	mister	4,59	2.295,00
372	Parafuso francês rosca c/porca sextavado 5.16" x 5	500	Unid.	mister	2,31	1.155,00
373	Parafuso francês rosca c/porca sextavado 5.16" x 6	500	Unid.	mister	2,40	1.200,00
374	Parafuso francês rosca c/porca sextavado 5.16" x 7	500	Unid.	mister	3,19	1.595,00
375	Parafuso francês rosca c/porca sextavado 5.16" x 8	500	Unid.	mister	3,37	1.685,00
376	Parafuso francês rosca c/porca sextavado 5.16" x 9	500	Unid.	mister	3,94	1.970,00
377	Parafuso philips cabeça chata 3,5x25	1.000	Unid.	mister	0,06	60,00
378	Parafuso philips cabeça chata 3,5x30	1.000	Unid.	mister	0,10	100,00
379	Parafuso philips cabeça chata 3,5x40	1.000	Unid.	mister	0,12	120,00
380	Parafuso philips cabeça chata 3x12	1.000	Unid.	mister	0,06	60,00
381	Parafuso philips cabeça chata 3x14	1.000	Unid.	mister	0,08	80,00
382	Parafuso philips cabeça chata 3x16	1.000	Unid.	mister	0,10	100,00
383	Parafuso philips cabeça chata 3x20	1.000	Unid.	mister	0,10	100,00
384	Parafuso philips cabeça chata 3x25	1.000	Unid.	mister	0,10	100,00
385	Parafuso philips cabeça chata 3x30	1.000	Unid.	mister	0,10	100,00
386	Parafuso philips cabeça chata 4,5x20	1.000	Unid.	mister	0,15	150,00
387	Parafuso philips cabeça chata 4,5x35	1.000	Unid.	mister	0,11	110,00
388	Parafuso philips cabeça chata 4,5x45	1.000	Unid.	mister	0,14	140,00
389	Parafuso philips cabeça chata 4,5x60	1.000	Unid.	mister	0,18	180,00
390	Parafuso philips cabeça chata 4x20	1.000	Unid.	mister	0,15	150,00
391	Parafuso philips cabeça chata 4x25	1.000	Unid.	mister	0,15	150,00
392	Parafuso philips cabeça chata 4x35	1.000	Unid.	mister	0,10	100,00
393	Parafuso philips cabeça chata 4x45	1.000	Unid.	mister	0,12	120,00
394	Parafuso philips cabeça chata 4x60	1.000	Unid.	mister	0,14	140,00
395	Parafuso philips cabeça chata 5x100	1.000	Unid.	mister	0,61	610,00
396	Parafuso philips cabeça chata 5x20	1.000	Unid.	mister	0,08	80,00

397	Parafuso philips cabeça chata 5x30	1.000	Unid.	mister	0,15	150,00
398	Parafuso philips cabeça chata 5x40	1.000	Unid.	mister	0,20	200,00
399	Parafuso philips cabeça chata 5x50	1.000	Unid.	mister	0,18	180,00
400	Parafuso philips cabeça chata 5x60	1.000	Unid.	mister	0,22	220,00
401	Parafuso philips cabeça chata 5x70	1.000	Unid.	mister	0,25	250,00
402	Parafuso philips cabeça chata 5x80	1.000	Unid.	mister	0,31	310,00
403	Parafuso philips cabeça chata 6x100	1.000	Unid.	mister	0,85	850,00
404	Parafuso philips cabeça chata 6x30	1.000	Unid.	mister	0,40	400,00
405	Parafuso philips cabeça chata 6x40	1.000	Unid.	mister	0,25	250,00
406	Parafuso philips cabeça chata 6x50	1.000	Unid.	mister	0,29	290,00
407	Parafuso philips cabeça chata 6x60	1.000	Unid.	mister	0,33	330,00
408	Parafuso philips cabeça chata 6x70	1.000	Unid.	mister	0,38	380,00
409	Parafuso philips cabeça chata 6x80	1.000	Unid.	mister	0,42	420,00
410	Parafuso philips cabeça flangeada 3,5x25	1.000	Unid.	mister	0,10	100,00
411	Parafuso philips cabeça flangeada 3,5x35	1.000	Unid.	mister	0,12	120,00
412	Parafuso philips cabeça flangeada 3,5x40	1.000	Unid.	mister	0,14	140,00
413	Parafuso philips cabeça flangeada 4x25	1.000	Unid.	mister	0,12	120,00
414	Parafuso philips cabeça flangeada 4x30	1.000	Unid.	mister	0,14	140,00
415	Parafuso philips cabeça flangeada 4x35	1.000	Unid.	mister	0,16	160,00
416	Parafuso philips cabeça flangeada 4x40	1.000	Unid.	mister	0,16	160,00
417	Parafuso philips cabeça flangeada 4x50	1.000	Unid.	mister	0,25	250,00
418	Parafuso philips cabeça flangeada 4x60	1.000	Unid.	mister	0,27	270,00
419	Parafuso philips cabeça flangeada 5x40	1.000	Unid.	mister	0,27	270,00
420	Parafuso philips cabeça flangeada 5x50	1.000	Unid.	mister	0,31	310,00
421	Parafuso philips cabeça flangeada 5x60	1.000	Unid.	mister	0,37	370,00
422	Parafuso philips cabeça flangeada 5x70	1.000	Unid.	mister	0,40	400,00
423	Parafuso philips cabeça flangeada 5x80	1.000	Unid.	mister	0,55	550,00
424	Parafuso philips ponta ogivada 4,5x35	1.000	Unid.	mister	0,18	180,00
425	Parafuso philips ponta ogivada 4,5x45	1.000	Unid.	mister	0,25	250,00
426	Parafuso philips ponta ogivada 4,5x50	1.000	Unid.	mister	0,27	270,00
427	Parafuso philips ponta ogivada 4,5x60	1.000	Unid.	mister	0,31	310,00
428	Parafuso philips ponta ogivada 5x40	1.000	Unid.	mister	0,25	250,00
429	Parafuso philips ponta ogivada 5x50	1.000	Unid.	mister	0,33	330,00
430	Parafuso philips ponta ogivada 5x60	1.000	Unid.	mister	0,35	350,00
431	Parafuso philips ponta ogivada 5x70	1.000	Unid.	mister	0,42	420,00
432	Parafuso philips ponta ogivada 5x80	1.000	Unid.	mister	0,31	310,00
433	Parafuso philips ponta ogivada 5x90	1.000	Unid.	mister	0,55	550,00
434	Parafuso sextavado rosca soberba 1/4" x 50	1.000	Unid.	mister	0,50	500,00
435	Parafuso sextavado rosca soberba 1/4" x 60	1.000	Unid.	mister	0,57	570,00
436	Parafuso sextavado rosca soberba 1/4" x 70	1.000	Unid.	mister	0,63	630,00
437	Parafuso sextavado rosca soberba 1/4" x 80	1.000	Unid.	mister	0,99	990,00
438	Parafuso sextavado rosca soberba 3/16" x 50	1.000	Unid.	mister	0,37	370,00
439	Parafuso sextavado rosca soberba 316" x 60	1.000	Unid.	mister	0,46	460,00
440	Parafuso sextavado rosca soberba 316" x 70	1.000	Unid.	mister	0,53	530,00
441	Parafuso tipo gancho	1.000	Unid.	mister	0,95	950,00
Valor total do lote 13:						**R$ 37.410,00**
LOTE 16						
Item	**Descrição do Item**	**Qtde.**	**Unid. Medida**	**Marca**	**Valor Unit. (R$)**	**Valor Total Item (R$)**
470	Areia média lavada, limpa e isenta de matéria orgânica, entregue no perímetro urbano do município.	400	m³	GR	209,97	83.988,00
471	Cimento portland cp ii-z-32, conforme especificado na nbr 11578, saco com 50kg, entregue no perímetro urbano do município.	2.000	Unid.	Votaran	39,87	79.740,00
Valor total do lote 16:						**R$ 163.728,00**
LOTE 18						
Item	**Descrição do Item**	**Qtde.**	**Unid. Medida**	**Marca**	**Valor Unit. (R$)**	**Valor Total Item (R$)**
480	Meio tijolo de barro, med. (11,5x11,5x24,0), para execução de paredes à vista, 04 furos	2000	Unid.	Ceramica Santa Ines	2,57	5.140,00
481	Meio tijolo de barro, med. (9,0x14,0x24,0), tipo convencional, 06 furos	2000	Unid.	Ceramica Santa Ines	1,12	2.240,00
482	Meio tijolo de barro, med. (9x9x24,0), para execução de paredes à vista, 04 furos	2000	Unid.	Ceramica Santa Ines	2,89	5.780,00
483	Tijolo de barro, med. (9,0x14,0x24,0), tipo convencional, 06 furos	50000	Unid.	Ceramica Santa Ines	1,12	56.000,00
484	Tijolo de barro, med. (9x9x24,0), para execução de paredes à vista, 04 furos	8000	Unid.	Ceramica Santa Ines	2,59	20.720,00
Valor total do lote 18:						**R$ 89.880,00**
VALOR TOTAL HOMOLOGADO						**R$ 2.196.122,35(dois milhões cento DO FORNECEDOR e noventa e seis mil cento e vinte e dois reais e trinta e cinco centavos)**
VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA LICITAÇÃO						
R$ 4.165.168,65 (quatro milhões, cento e sessenta e cinco mil cento e sessenta e oito reais e sessenta e cinco centavos)						

Bom Sucesso do Sul, 16 de dezembro de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:225D461A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 03/2025 – GAB. PREF. / SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA- RETIFICADO

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BRAGANEY**, Estado do Paraná, **VALDIR ZIELINSKI**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais disposições legais aplicáveis, e considerando o Edital de Abertura nº 01/2025 – PSS, torna pública a CLASSIFICAÇÃO FINAL dos candidatos inscritos no Processo Seletivo Simplificado destinado à contratação temporária de Professores para atuar na rede municipal de ensino, conforme lista de classificação anexa a este Edital.

1. DA CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

1.1. A classificação final segue a ordem de pontuação obtida pelos(as) candidatos(as) habilitados(as) na análise de títulos / experiência / critérios previstos no Edital 01/2025.

Classificação	Nome do candidato	Data de Nascimento	Pontuação
1°	Marli de Fátima da Cruz	28/07/1965	80
2°	Cleunice Pereira de Macedo	11/07/1978	80
3°	Josicléia Pelissari de Godoy da Silva	21/01/1979	80
4°	Marcia Salete Zanin Maikot	03/03/1982	80
5°	Mariane Toffoli Stocker Passarini	11/05/1992	79
6°	Kelli Cristina Valente Hemerich	01/07/1983	78
7°	Anne Correa Modolo dos Santos	15/03/1989	77
8°	Sandra de Fatima Pereira	04/05/1976	76
9°	Marli Aparecida Santacatarina Battistel	15/01/1972	75
10°	Maria de Lurdes dos Santos de Bonfim	02/07/1973	75
11°	Edilaine Aparecida Alves	04/10/1987	74
12°	Kamila Costa de Jesus	26/01/1994	74
13°	Sandra da Silva Firme	23/06/1995	74
14°	Tais da Silva Quenor	23/04/1992	73
15°	Aline Alexandre Da Silva Bandeira	03/12/1993	73
16°	Neide Cordeiro Guedes	02/09/1966	72
17°	Agueda Karina Neumeister	28/12/1986	72
18°	Vanessa Molari Veloso da Silva	04/02/1996	72
19°	Maria das Graças da Costa	30/05/1977	71
20°	Maria Cristina Cogo	25/05/1978	71
21°	Fabio Ferrari Figueira	13/04/1980	71
22°	Silvanete Lourenço Cordeiro Dalmagro	07/01/1982	71
23°	Ilda Picagevicz	02/01/1984	71
24°	Alessandra Helker	26/11/1984	71
25°	Patrícia Aparecida Alves Kerhwald	21/06/1987	71
26°	Patricia Cristina da Silva	06/08/1990	71
27°	Ludimar Franceschini	24/06/1993	71
28°	Luciane Fernandes de Siqueira	05/09/1993	71
29°	Maria Eduarda Silva	05/09/1996	71
30°	Thaína dos Santos Dias	09/09/2001	71
31°	Ana Claudia Ferreira Gonçalves	30/08/1991	71
32°	Maria de Lurdes da Fonseca Costa	24/01/1965	70
33°	Maria Alice da Silva Ramos	20/04/1971	70
34°	Andreia Honória Centenaro Delpupo	03/09/1981	70
35°	Lauriene Vieira Mendes Zielinski	21/09/1985	70
36°	Claudineia Deoracki Picagevicz	02/04/1988	70
37°	Gislaine Aparecida Gragoso Facciochi	21/09/1989	70
38°	Cleidiane Trindade da Silva	14/11/1991	70
39°	Angélica Fernandes	28/07/1993	70
40°	Carla Nascimento da Silva	22/12/1993	70
41°	Adriana Fernaneds da Silva	27/09/1994	70
42°	Alana Cristina Martins Borba	17/02/1998	70
43°	Janaina Morawski Oliveira	05/11/1998	70
44°	Eduarda Cogo Caetano Gomes	31/07/1999	70
45°	Fabio Vitsulk Miranda da Paz	03/03/2001	70
46°	Juliana Yamada	17/04/2002	70
47°	Diovana de Souza Angelo	03/06/2002	70
48°	Suellen de Godoi	16/01/1992	70
49°	Geovana Guaripuna de Lima Rodrigues dos Santos	31/03/1996	68
50°	Viviane Wagner	13/07/1986	65
51°	Claudia Mara do nascimento	21/05/1999	60

52°	Carla de Souza Galvão	09/04/2002	60
53°	Eduarda Gabriela Zenni Geis	10/08/2002	60
54°	Mariângela Rodrigues da Silva Paranhos	16/09/2002	52
55°	Luiz Henrique Bueker Bernardi	30/04/2002	51
56°	Camila Regina Peregrino Munhak	10/08/2002	51
57°	Emily Uchicoski	30/03/2004	51
58°	Lorena Salvador	25/07/1977	50
59°	Otávio Bueno	17/11/1998	50
60°	Leidiane Aparecida de Bonfim	10/02/2002	50
61°	Kellen Firme Pereira	23/10/2003	50
62°	José Ananias Fernane Neto	25/12/1989	Desclassificado
63°	Suzana Aparecida Moreira	01/09/1980	Desclassificado
64°	Lorrana Luiz dos Santos	10/02/2008	Desclassificado
65°	Neuzina dos Santos Silva	15/08/1998	Desclassificado
66°	Ana Rosa Barbosa	17/01/1967	Indeferido
67°	Sonia Maria Barbosa Pinto	24/03/1976	Indeferido

2. DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. A publicação deste Edital surte efeitos de comunicação e torna público o resultado preliminar.

2.2. Os casos omissos ou as dúvidas de interpretação serão resolvidos pela Comissão Organizadora do PSS, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, observadas as disposições legais e normativas aplicáveis.

2.3 Este edital entra em vigor na data de 15 de dezembro de 2025, revogando todas as disposições ao contrário.

Braganey – PR, 15 de dezembro de 2025.

VALDIR ZIELINSKI

Prefeito Municipal

DANIEL CRUZ BARTOSKI ANA ROSA BARBOSA

Presidente da Comissão do Processo Seletivo Secretária de Educação e Cultura

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:E72D8D8F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº03/2025 SELEÇÃO DE AGRICULTORES BENEFICIÁRIOS PARA IMPLANTAÇÃO DE ESTUFAS AGRICOLAS (CULTIVO PROTEGIDO)

1. Disposições preliminares

1.1 O Município de Braganey torna público o presente Edital de Chamada Pública para seleção de agricultores familiares interessados em serem beneficiários de estufas agrícolas destinadas ao cultivo protegido de olerícolas **e outras culturas agrícolas compatíveis**, a serem implantadas em suas propriedades no âmbito do convênio a ser celebrado com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB.

1.2 Finalidade: fortalecer a agricultura familiar por meio da implantação de 10 estufas agrícolas completas e operacionais, com vistas ao o propósito de fortalecer a economia municipal, elevar a produtividade e ampliar a oferta regular de alimentos saudáveis.

1.3 Fundamentos: princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e transparência.

1.4 O convênio a ser firmado possui vigência de até 24 meses contados da publicação do Termo de Convênio no DIOE podendo ser prorrogado por meio de aditivo. A execução (aquisição e instalação das estufas) será licitada pelo Município.

2. Objeto da chamada pública

Selecionar agricultores familiares residentes e atuantes no Município de Braganey e seus distritos para receberem a implantação de estufas agrícolas em suas propriedades, nos termos deste Edital.

3. Quantitativo, abrangência e benefícios

3.1 Vagas: Serão 10 estufas a serem implantadas em propriedades distintas de agricultores familiares selecionados.

3.2 Abrangência territorial: todo o Município de Braganey, com possibilidade de distribuição por distritos mediante critérios deste Edital.

3.3 Benefício: implantação (fornecimento de materiais e serviços de construção/instalação) e entrega das estufas em condições de uso. Manutenção e insumos serão de responsabilidade do beneficiário (ver item 10 desse edital).

4. Publicidade e canais oficiais

4.1 Publicação do Edital: Diário Oficial do Município e portal institucional.

4.2 Divulgação complementar: emissoras de rádio locais, murais da Prefeitura/Secretaria Municipal de Agricultura, feiras e mercados municipais, redes sociais institucionais e meios comunitários.

4.3 Comunicação oficial: agriculturabraganey25@gmail.com e balcão de atendimento da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Avenida Arthur Pereira, 860, Centro, CEP 85430-000, horário de atendimento das 8:00 as 12:00 e das 13:30 as 17:30.

5. Inscrições

5.1 Período: de 16/12/2025 a 30/01/2026.

5.2 Forma: meio eletrônico ou presencial diretamente na Secretaria Municipal de Agricultura.

5.3 Documentação mínima adicionais (original e cópia ou versão digital legível):

5.3.1 Documento de identificação e CPF do proponente.

5.3.2 Comprovação de enquadramento como agricultor familiar (CAF e/ou DAP válida).

5.3.3 Comprovante de residência no Município.

5.3.4 Comprovação de exercício de atividade agrícola no Município.

5.3.5 Comprovação de titularidade do imóvel ou direito de uso legítimo/posse, com prazo mínimo restante de 5 anos contados da seleção (matrícula, contrato, autorização idônea).

5.3.6 Declaração de disponibilidade de área apta para a estufa (croqui simples, dimensões, acesso, disponibilidade hídrica).

5.3.7 Declaração de autorização de acesso para fiscalização municipal e estadual.

5.3.8 Declaração de ciência de que manutenção/insumos serão custeados pelo beneficiário.

5.3.9 Declaração LGPD (consentimento e ciência sobre tratamento e publicidade mínima de dados).

5.3.10. Fotos da propriedade

5.4 Falta de documento essencial implica inabilitação. É facultada diligência para sanar vício formal, a critério da comissão, sem prejuízo da isonomia.

6. Elegibilidade (critérios mínimos)

6.1. Estar regularmente inscrito no CAF/DAP.

6.2. Residir e exercer atividade agrícola no Município e/ou distritos.

6.3. Comprovar atuação direta na produção agrícola, preferencialmente em culturas compatíveis com cultivo protegido.

6.4. Comprovar titularidade/posse/direito de uso do imóvel com horizonte mínimo de 5 anos.

6.5 Dispor de área apta (acesso, topografia, disponibilidade hídrica).

6.6. Autorizar o acesso dos órgãos fiscalizadores (municipais e estaduais) ao local de instalação/operação.

6.7. Comprometer-se com a manutenção e operação da estufa e com a aquisição de insumos após a entrega.

6.8. Manifestar interesse em participar de capacitações e dias de campo, inclusive com uso da unidade como demonstrativa para difusão tecnológica.

7. Comissão de seleção e vedações

7.1 Institui-se Comissão de Seleção por Portaria, composta por 3 membros sem conflito de interesses, responsável por análise, pontuação, classificação e julgamento de recursos.

7.2 Vedações: impedir participação de candidatos com vínculo de parentesco em 2º grau com membros da comissão ou gestores do convênio; demais impedimentos legais.

8. Etapas do processo

8.1 Habilitação documental (apto/inapto).

8.2 Pontuação segundo a Matriz de Julgamento (item 9).

8.3 Classificação preliminar e publicação.

8.4 Recursos e contrarrazões.

8.5 Homologação do resultado e publicação da lista final.

8.6 Assinatura do Termo de Compromisso (Anexo II)

9. Matriz de pontuação (julgamento)

9.1 Critérios objetivos de priorização: em caso de empate na última vaga, aplicar os critérios de desempate; persistindo o empate, realizar sorteio público.

9.1.1 Pontuação por critérios técnicos, produtivos e sociais (0–100 pontos)

9.1.1.1 Culturas de olerícolas e outras culturas agrícolas compatíveis: 0–15 pontos

9.1.1.2. Disponibilidade hídrica e elétrica adequada: 0–15 pontos

9.1.1.3. Produção convencional **0–10 pontos**

9.1.1.4. Produção orgânica: 0–25 pontos

9.1.1.5. Mulher rural como proponente ou co-titular: 0–10 pontos

9.1.1.6. Jovem rural (até 29 anos) diretamente envolvido: 0–15 pontos

9.1.1.7. Povos/comunidades tradicionais: 0–10 pontos

Pontuação máxima total: 100 pontos

9.2 Desempate (ordem):

9.2.1 Mulher rural como proponente ou co-titular;

9.2.2 Jovem rural diretamente envolvido

9.2.3 Povos/comunidades tradicionais ou situação de vulnerabilidade social

9.2.4 Sorteio público, se persistir o empate.

10. Obrigações do beneficiário

10.1. Manter a estufa em bom estado, operando e destinada à produção agrícola por até (5) anos.

10.2. Arcar com insumos (sementes, mudas, fertilizantes, substratos), água, energia e mão de obra para operação e manutenção.

10.3. Permitir vistorias, acompanhamento técnico e realização de dias de campo (com agendamento e apoio técnico).

10.4. Comunicar danos relevantes ou impedimentos de uso; adotar medidas para mitigação de riscos.

10.5. Não alienar/remover a estrutura sem anuência do Município/Seab; em caso de desvio de finalidade/abandono, sujeita-se à reversão do benefício e demais penalidades previstas.

11. Obrigações do Município

11.1. Conduzir o processo seletivo com transparência, registrar atas e publicar resultados.

11.2. Providenciar vistoria técnica prévia quando aplicável; acompanhar instalação, recebimento e aceite.

11.3. Manter os registros (fotos, relatórios, termos) no processo do convênio.

11.4. Promover ou articular capacitações e ações de difusão tecnológica.

11.5. Prestar informações ao fiscal da Seab e aos órgãos de controle quando solicitado.

12. Fiscalização e monitoramento

12.1 Fiscalização estadual: a cargo da Seab, por fiscal designado de acordo com o termo de convênio.

12.2 Monitoramento municipal: por técnico responsável, com relatórios sobre operação, produção e uso da unidade como demonstrativa.

12.3 O resultado final (lista homologada) será publicado no Diário Oficial do Município e portal institucional, com indicação de classificados e cadastro reserva.

13. Recursos e prazos

13.1 Pedidos de esclarecimento ao Edital: até 10 dias antes do prazo final de inscrição.

13.2 Recursos contra inabilitação/classificação preliminar: até 5 dias úteis após a publicação; contrarrazões em 5 dias úteis.

13.3 Autoridade julgadora: Comissão de Seleção; homologação pelo(a) Secretário(a) Municipal competente.

14. Disposições finais e LGPD

14.1 Casos omissos serão resolvidos pela Comissão, observados os princípios administrativos.

14.2 Tratamento de dados pessoais conforme LGPD; a publicação de resultados observará a publicidade mínima necessária, preservando dados sensíveis.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Braganey, 15 de dezembro de 2025.

VALDIR ZIELINSKI

Prefeito Municipal

ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO

Dados do Candidato:

Item	Informação
Nome completo:	
CPF:	
Endereço completo:	
Município:	
Telefone/WhatsApp:	
E-mail:	
CAF/DAP nº:	
Área da propriedade (ha):	
Tipo de cultivo (compatível com estufa):	
Comprovante de titularidade/pose/direito do uzo do imóvel com horizonte mínimo de 5 anos:	
Possui recurso hídrico e elétrico	SIM ( ) NÃO ( )

Declaro que as informações prestadas nesta ficha são verdadeiras e que aceito integralmente as condições do Edital nº xxxx/2025, comprometendo-me a cumprir todas as exigências e obrigações.

Assinatura: _____

Data:

ANEXO II – TERMO DE COMPROMISSO DO BENEFICIÁRIO

Pelo presente, eu, [nome do candidato] CPF [número do CPF], agricultor (a) familiar, residente em [Endereço Completo], **declaro**:

Receber a implantação de 1 (uma) estufa agrícola na propriedade [nome da propriedade], comprometendo-me a utilizá-la exclusivamente para produção agrícola, mantendo-a em bom estado de conservação e operação por até (5) anos.

Assumo integralmente os custos de manutenção, insumos, água, energia e mão de obra necessários ao funcionamento da estufa.

Autorizo o acesso de fiscais municipais e estaduais para vistorias, sempre que solicitado.

Comprometo-me a participar das capacitações oferecidas (SENAR/prefeitura) e, quando requisitado, disponibilizar a unidade para dias de campo e atividades demonstrativas, com agendamento e apoio técnico.

Comprometo-me a comunicar imediatamente quaisquer danos relevantes, sinistros ou impedimentos de uso, colaborando com as medidas de mitigação.

Tenho ciência de que a alienação/remoção da estrutura ou desvio de finalidade sem anuência poderá implicar reversão do benefício, responsabilização e impedimento de participação em novas chamadas pelo prazo de [xx anos município estipula] anos.

[NOME DO MUNICÍPIO], [DIA] de [MÊS] de 2025.

[Nome do Beneficiário]

Assinatura do beneficiário

ANEXO - III Matriz de Pontuação para Seleção de Beneficiários

Nome do Candidato	**Culturas compatíveis (0–15)**	**Disponibilidade hídrica e elétrica (0–15)**	**Produção Convencional (0–10)**	**Produção orgânica (0–25)**	**Mulher rural (0–10)**	**Jovem rural (0–15)**	**Povos/comunidades tradicionais (0–5)**	**Pontuação Total (0–100)**

ANEXO IV- Declaração de Aptidão da Área para Implantação de Estufa

Eu, [nome do responsável], [cargo/função] do Município de [nome do município], declaro, para fins de seleção de beneficiários do projeto de implantação de estufas:

Que o imóvel localizado em [endereço/descrição da propriedade], destinado ao(a) agricultor(a) [nome do beneficiário], apresenta condições adequadas para a implantação da estufa, considerando:

Acesso viário adequado;

Topografia compatível com a instalação da estufa;

Insolação e orientação favoráveis;

Disponibilidade hídrica suficiente para o cultivo protegido;

Espaço livre necessário para a instalação da estufa conforme Projeto Técnico;

Existência de infraestrutura mínima de apoio, incluindo segurança e possibilidade de ancoragem;

Comprovação de titularidade ou posse legítima do imóvel por período mínimo de 5 (cinco) anos.

Declaro que, com base na vistoria e análise realizada, a área é:

Apta

Apta com ressalvas. Obs.

Inapta

[NOME DO MUNICÍPIO], [DIA] de [MÊS] de 2025.

[Nome do Responsável]

Assinatura do responsável municipal

Anexo V – Modelos de Atas [DEVERÁ SER FEITA PELO MUNICIPIO]

Ata 1 – Sessão de abertura e habilitação

Data/hora/local; membros presentes; quantidade de inscrições; documentos analisados; relação de aptos/inaptos e motivos; assinatura dos membros.

Ata 2 – Sessão de pontuação e classificação preliminar

Metodologia aplicada (Matriz); pontuações por critério; classificação preliminar; disponibilização para vista; prazos de recurso; assinatura dos membros.

Ata 3 – Julgamento de recursos e homologação

Recursos recebidos; decisões fundamentadas; classificação final homologada; cadastro reserva; encaminhamentos; assinatura dos membros e da autoridade homologadora.

Ata 4 – Sorteio público (se necessário)

Motivo (empate na última vaga); relação de empatados; procedimento de sorteio; resultado; assinatura dos membros e registro audiovisual/fotográfico.

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:A2217112

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ATA Nº 114/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N° 104/2025

ATA Nº 114/2025

PREGÃO ELETRÔNICO N° 104/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 181/2025

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, (27/11/2025), às 09:00 horas, no endereço **www.gov.br/compras** na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, a Pregoeira, Juliana Gomes, designada pela Portaria n.º 682/2023-DRH, conduziu o **Processo de Licitação nº 181/2025**, na Modalidade **Pregão Eletrônico nº 104/2025**, que tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de materiais, bens e equipamentos destinados ao fortalecimento das ações de Vigilância Sanitária e Epidemiológica do Município de Cafelândia/PR, conforme diretrizes do Programa PROVIGIA e das Resoluções SESA nº 374/2024, nº 726/2025 e nº 689/2025. Realizou-se sessão pública para realizar os procedimentos relativos ao pregão acima citado com modo de disputa "ABERTO" e sob o critério de julgamento "Menor Preço por ITEM". Ao declarar aberta a sessão a pregoeira saudou os participantes e informou sobre os procedimentos do certame. Em ato continuo, abriu-se a fase de lances. Findo esta fase, a pregoeira solicitou os documentos de Habilitação e a proposta ajustada em seguida iniciou-se o julgamento de acordo com a ordem de classificação, onde constatou-se que as empresas detentoras da melhor proposta, apresentaram documentação em conformidade com todas as exigências do instrumento convocatório. Na sequência, foi concedido prazo para a manifestação das intenções de recurso, sendo que houve intenção, e foram consolidadas as seguintes empresas como vencedoras:

Vencedores do lote				
Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Lote
L. DE NARDIN LTDA CNPJ 47.363.565/0001-05 RUA SAMUEL MORSE Novo Hamburgo-RS CEP 93546-170	2.818,50	Dois Mil, Oitocentos e Dezoito Reais e Cinqüenta Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	001
MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA CNPJ 18.274.923/0001-05 R JOSE BONIFACIO Barão de Cotegipe-RS CEP 99740-000	6.448,00	Seis Mil, Quatrocentos e Quarenta e Oito Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	002
MARMAY CONFECCOES LTDA CNPJ 01.679.254/0001-40 RUA DR. PLINIO COSTA Cafelândia-PR CEP 85415-000	6.219,39	Seis Mil, Duzentos e Dezenove Reais e Trinta e Nove Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	003, 005, 006, 007
VR CORTES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA CNPJ 29.193.163/0001-10 RUA VEREADOR GERALDO PEREIRA Belo Horizonte-MG CEP 30720-400	1.799,40	Um Mil, Setecentos e Noventa e Nove Reais e Quarenta Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	004
VINICIUS CHAVES DOS SANTOS - EPP CNPJ 05.207.424/0001-45 TRECHO SIA TRECHO 1 Brasília-DF CEP 71200-012	7.415,00	Sete Mil, Quatrocentos e Quinze Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	008, 015
LICITAX COMERCIO E CONSULTORIA LTDA CNPJ 53.867.026/0001-06 RUA PLATINA Ribeirão Preto-SP	3.100,00	Três Mil e Cem Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	009

CEP 14020-730				
PREGWEB LTDA CNPJ 27.114.845/0001-64 ALAMEDA BELA ALIANÇA Rio do Sul-SC CEP 89160-172	11.069,99	Onze Mil e Sessenta e Nove Reais e Noventa e Nove Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	010
BIOSIGMA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES E LABORATORIAIS LTDA CNPJ 12.051.059/0001-98 RUA OLAVO JAGUARIBE ECKMAN Campos do Jordão-SP CEP 12460-000	1.931,65	Um Mil, Novecentos e Trinta e Um Reais e Sessenta e Cinco Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	011
DAC MÓVEIS LTDA CNPJ 56.101.450/0001-25 RUA IRMÃOS VILAS BOAS Francisco Alves-PR CEP 87570-000	1.680,00	Um Mil, Seiscentos e Oitenta Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	012, 013
MG SERVICE COMPUTADORES E INFORMÁTICA LTDA CNPJ 33.629.177/0001-00 AVENIDA AUGUSTO DE LIMA Belo Horizonte-MG CEP 30190-005	1.599,99	Um Mil, Quinhentos e Noventa e Nove Reais e Noventa e Nove Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	014
JESSICA ALVES COMERCIAL LTDA CNPJ 54.517.369/0001-03 AVENIDA ANGOLA Santana de Parnaíba-SP CEP 06523-030	1.200,00	Um Mil e Duzentos Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	016
40.369.124 EMILY TEGUEN CNPJ 40.369.124/0001-63 RUA ERNESTO WUNSCH Capanema-PR CEP 85761-118	598,00	Quinhentos e Noventa e Oito Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	018
B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ 52.496.119/0001-09 RUA MARECHAL MASCARENHAS DE MORAES Araçatuba-SP CEP 16075-370	4.819,40	Quatro Mil, Oitocentos e Dezenove Reais e Quarenta Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	019
56.043.196 ALINE PINHEIRO DE OLIVEIRA CNPJ 56.043.196/0001-56 RUA SAPOPEMA Porto Velho-RO CEP 76821-764	5.260,00	Cinco Mil, Duzentos e Sessenta Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	020
S A DE OLIVEIRA LICITACOES CNPJ 40.095.452/0001-19 NA RUA 6 Goiânia-GO CEP 74690-807	2.597,99	Dois Mil, Quinhentos e Noventa e Sete Reais e Noventa e Nove Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	021
EXXITUS COMÉRCIO ATACADISTA, VAREJISTA E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA CNPJ 30.380.856/0001-09 RUA MARIA JULIA DE GUIMARÃES Biguaçu-SC CEP 88160-652	1.758,00	Um Mil, Setecentos e Cinqüenta e Oito Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	022, 023
SENNA ALIMENTOS LTDA	303,00	Trezentos e Três Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	024, 025

CNPJ 59.040.074/0001-02 RUA VEREADOR PAULO BRASILEIRO Sabáudia-PR CEP 86720-000				
LUIZ CLAUDIO CASTREQUINI CNPJ 38.240.496/0001-43 RUA GERALDO APARECIDO BORGES São José do Rio Preto-SP CEP 15093-287	1.139,10	Um Mil, Cento e Trinta e Nove Reais e Dez Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	026
AGROPECUARIA PAVANELO LTDA CNPJ 82.013.665/0001-02 AV. GOV. PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA Capanema-PR CEP 85760-000	1.003,80	Um Mil e Três Reais e Oitenta Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	027, 029, 030, 031
SGMAX TECNOLOGIA E COMERCIO LTDA CNPJ 62.517.178/0001-61 RUA CONDE AFONSO CELSO Ribeirão Preto-SP CEP 14025-040	16.575,86	Dezesseis Mil, Quinhentos e Setenta e Cinco Reais e Oitenta e Seis Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	032

o valor total da licitação e de R$ 79.337,07 (Setenta e Nove Mil, Trezentos e Trinta e Sete Reais e Sete Centavos), contemplando com o princípio da economicidade. A Pregoeira informou que a adjudicação e homologação do Pregão fica a cargo do Prefeito Municipal, assim como, o Contrato será encaminhado para setor competente. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão dia 17/11/2025, cuja ata foi lavrada e assinada pela Pregoeira.

JULIANA GOMES

Pregoeira

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:F6899788

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ATA Nº 115/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N° 070/2025

ATA Nº 115/2025

PREGÃO ELETRÔNICO N° 070/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2025

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, (25/08/2025), às 09:00 horas, no endereço **www.gov.br/compras** na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, a Pregoeira, Juliana Gomes, designada pela Portaria n.º 682/2023-DRH, conduziu o **Processo de Licitação nº 113/2025**, na Modalidade **Pregão Eletrônico nº 070/2025**, que tem por objeto o Registro de Preço de empresa especializada no fornecimento de materiais esportivos, destinados exclusivamente às atividades da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Município de Cafelândia/PR. Realizou-se sessão pública para realizar os procedimentos relativos ao pregão acima citado com modo de disputa "ABERTO" e sob o critério de julgamento "Menor Preço por ITEM". Ao declarar aberta a sessão a pregoeira saudou os participantes e informou sobre os procedimentos do certame. Em ato continuo, abriu-se a fase de lances. Findo esta fase, a Pregoeira solicitou o envio de amostras referente os itens 06, 07, 08, 09, 11, 38, 39, 40, 41, 42, 59, 60, 61, 62, 63, 72, 73, 74, 75, 76, 97, 102, 106, 119, 120, 121, 122 e 123, às licitantes classificadas nas primeiras colocações, conforme solicitado no Termo de Referência – Anexo II. As amostras foram encaminhadas diretamente à Secretaria de Esportes e Lazer, onde passaram por análise técnica. Em seguida, foram elaborados relatórios pela secretaria, informando se os itens atendiam ou não às especificações solicitadas. Algumas empresas deixaram de enviar as amostras, motivo pelo qual foram convocadas as licitantes subsequentes, em ordem de classificação, para apresentação. As novas amostras foram avaliadas, sendo emitidos novos relatórios técnicos atestando que todas estavam em conformidade. Os relatórios podem ser acessados pelo seguinte link: https://cafelandiapr.equiplano.com.br:7057/transparencia/licitacoes/verLicitacao?formulario.codEntidade=57&formulario.exercicio=2025&formulario.codLicitacao=70&formulario.codTipoLicitacao=6. Na sequência, foi comunicado no chat oficial para que fossem encaminhados os documentos de habilitação e as propostas ajustadas. Iniciou-se, então, a fase de julgamento, ocasião em que se constatou que toda a documentação atendia às exigências do instrumento convocatório. Após a conclusão desta etapa, foi concedido prazo para manifestação de intenção de interposição de recursos, sendo que houve manifestação. Diante disso, consolidaram-se como vencedoras as seguintes empresas:

Vencedores do lote				
Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Lote
TOMASI COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA CNPJ 84.865.989/0001-96 AVENIDA GOVERNADOR MOYSES LUPION Cafelândia-PR CEP 85415-000	246.637,50	Duzentos e Quarenta e Seis Mil, Seiscentos e Trinta e Sete Reais e Cinqüenta Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	001, 003, 004, 006, 012, 013, 014, 017, 019, 021, 023, 030, 038, 039, 040, 041, 042, 056, 059, 060, 061, 062, 063, 064, 072, 073, 074, 075, 076, 082, 083, 084, 085, 088, 094, 101, 102, 103, 109, 110, 114, 117, 119, 120, 122, 123, 125
VANINHA UTILIDADES LTDA CNPJ 58.421.861/0001-23 RODOVIA RS 452 Feliz-RS CEP 95770-000	81.718,63	Oitenta e Um Mil, Setecentos e Dezoito Reais e Sessenta e Três Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	002, 007, 018, 020, 024, 026, 027, 028, 031, 032, 037, 049, 055, 069, 070, 098, 105, 108, 116, 118, 124, 126, 127, 128
INDUSTRIA DE BOLAS TITA LTDA CNPJ 17.952.607/0001-74 RUA ALEXINA PINTO São João del Rei-MG CEP 36301-034	14.545,38	Quatorze Mil, Quinhentos e Quarenta e Cinco Reais e Trinta e Oito Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	005, 008, 009, 022, 025, 034, 043, 044, 045, 046, 047, 048, 065, 089, 090, 091, 092, 093, 100, 107, 111, 113, 115, 121
E. ANTONINI COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA CNPJ 58.545.693/0001-88 RUA BERILO Maringá-PR CEP 87083-330	5.600,00	Cinco Mil e Seiscentos Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	011
G A DA COSTA - ESPORTES LTDA CNPJ 26.290.146/0001-02 AVENIDA AMÉRICO BELAY Maringá-PR CEP 87025-210	27.870,00	Vinte e Sete Mil, Oitocentos e Setenta Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	015, 035, 052, 053, 066, 068, 079, 080, 086, 112
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COLCHÕES ORTHOVIDA LTDA CNPJ 07.628.070/0001-38 AVENIDA BIAS FORTES Curvelo-MG CEP 35796-489	2.574,60	Dois Mil, Quinhentos e Setenta e Quatro Reais e Sessenta Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	016
TREVENZA SOLUÇÕES LTDA CNPJ 58.613.526/0001-27 AVENIDA SETE DE SETEMBRO Curitiba-PR CEP 80230-010	12.323,95	Doze Mil, Trezentos e Vinte e Três Reais e Noventa e Cinco Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	029, 033, 067, 099, 104
BEATRIZ SULZBACH CORNELIUS EIRELI CNPJ 30.759.356/0001-74 AVENIDA PRESIDENTE CASTELO BRANCO Crissiumal-RS CEP 98640-000	23.100,00	Vinte e Três Mil e Cem Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	036, 095, 096
RENATA DE ABREU VIEIRA CONSTANTINO - ME CNPJ 09.383.745/0001-51 AVENIDA HORACIO MANLEY LANE Mairinque-SP CEP 18121-190	5.451,00	Cinco Mil, Quatrocentos e Cinqüenta e Um Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	050, 051, 078
B.V. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO LTDA CNPJ 15.328.247/0001-09 AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHECK Londrina-PR CEP 86010-540	4.000,00	Quatro Mil Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	054
RMM SPORTS COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS EIRELI - ME	2.866,20	Dois Mil, Oitocentos e Sessenta e Seis Reais e Vinte Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	057, 058, 077, 081

CNPJ 22.382.705/0001-53 AVENIDA RIO BRANCO Maringá-PR CEP 87015-380				
MAGAZINE TUFICK LTDA EPP CNPJ 31.461.288/0001-25 RUA LUIZ BARRETO Resende-RJ CEP 27511-240	890,00	Oitocentos e Noventa Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	071
N BORRACHAS LTDA CNPJ 50.375.154/0001-36 RUA JÚLIO SARAIVA DOS SANTOS Juazeiro do Norte-CE CEP 63048-185	16.000,00	Dezesseis Mil Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	087
TRAUM ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA CNPJ 02.441.945/0001-74 RUA PRESIDENTE LUCENA Estância Velha-RS CEP 93602-140	2.474,52	Dois Mil, Quatrocentos e Setenta e Quatro Reais e Cinqüenta e Dois Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	097, 106

o valor total da licitação e de R$ 446.051,78 (Quatrocentos e Quarenta e Seis Mil e Cinqüenta e Um Reais e Setenta e Oito Centavos), contemplando com o princípio da economicidade. A Pregoeira informou que a adjudicação e homologação do Pregão fica a cargo do Prefeito Municipal, assim como, o Contrato será encaminhado para setor competente. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão dia 17/12/2025, cuja ata foi lavrada e assinada pela Pregoeira.

JULIANA GOMES

Pregoeira

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:BE8E3172

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
RATIFICAÇÃO DISPENSA N° 040.2025 - KIT MATERNIDADE E KIT INFANTIL

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 040/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 206/2025

Fundamenta-se a presente contratação no artigo 75, inciso II da Lei de Licitações e Contratos Administrativos n° 14.133 de 1° de abril de 2021, **RATIFICO** a dispensa de licitação para kits maternidade e kits infantis.

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de 3 (três) kits maternidade e 22 (vinte e dois) kits infantis, destinados ao atendimento de gestantes e crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos atendidas e/ou acompanhadas pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Município de Cafelândia/PR, com recursos viabilizados por meio da Deliberação nº 047/2022 – CEDCA/PR, devidamente aprovada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Vencedor do lote				
Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Lote
ALA10 ASSUNCAO LTDA CNPJ 29.626.600/0001-41	2.019,00	dois mil e dezenove reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	001

CONFECÇÕES ACONCHEGO DO BEBE LTDA CNPJ 03.737.628/0001-62	32.504,10	trinta e dois mil e quinhentos e quatro reais e dez centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	001

O valor total da contratação é de R$34.523,10 (trinta e quatro mil e quinhentos e vinte e três reais e dez centavos).

O prazo do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura. Não haverá possibilidade de prorrogação, pois trata-se de evento especifico.

Cafelândia/PR, 17 de dezembro de 2025.

JUNIOR MOTTER

Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:DC2AF92D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO-104

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Em estrita observância aos preceitos legais contidos na, Lei de Licitações nº 14.133/2021, e segundo as informações constantes em ata nº 114/2025, confeccionada pela pregoeira do Município de Cafelândia/PR, designada pela Portaria n.º 682/2023-DRH, concernente ao procedimento licitatório n° 181/2025, na modalidade Pregão Eletrônico n° 104/2025, que tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de materiais, bens e equipamentos destinados ao fortalecimento das ações de Vigilância Sanitária e Epidemiológica do Município de Cafelândia/PR, conforme diretrizes do Programa PROVIGIA e das Resoluções SESA nº 374/2024, nº 726/2025 e nº 689/2025, verificando-se como vencedora do certame, as seguintes empresas:

Vencedores do lote				
Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Lote
L. DE NARDIN LTDA CNPJ 47.363.565/0001-05 RUA SAMUEL MORSE Novo Hamburgo-RS CEP 93546-170	2.818,50	Dois Mil, Oitocentos e Dezoito Reais e Cinqüenta Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	001
MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA CNPJ 18.274.923/0001-05 R JOSE BONIFACIO Barão de Cotegipe-RS CEP 99740-000	6.448,00	Seis Mil, Quatrocentos e Quarenta e Oito Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	002
MARMAY CONFECCOES LTDA CNPJ 01.679.254/0001-40 RUA DR. PLINIO COSTA Cafelândia-PR CEP 85415-000	6.219,39	Seis Mil, Duzentos e Dezenove Reais e Trinta e Nove Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	003, 005, 006, 007
VR CORTES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA CNPJ 29.193.163/0001-10	1.799,40	Um Mil, Setecentos e Noventa e Nove Reais e Quarenta Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	004

RUA VEREADOR GERALDO PEREIRA Belo Horizonte-MG CEP 30720-400				
VINICIUS CHAVES DOS SANTOS - EPP CNPJ 05.207.424/0001-45 TRECHO SIA TRECHO 1 Brasília-DF CEP 71200-012	7.415,00	Sete Mil, Quatrocentos e Quinze Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	008, 015
LICITAX COMERCIO E CONSULTORIA LTDA CNPJ 53.867.026/0001-06 RUA PLATINA Ribeirão Preto-SP CEP 14020-730	3.100,00	Três Mil e Cem Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	009
PREGWEB LTDA CNPJ 27.114.845/0001-64 ALAMEDA BELA ALIANÇA Rio do Sul-SC CEP 89160-172	11.069,99	Onze Mil e Sessenta e Nove Reais e Noventa e Nove Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	010
BIOSIGMA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES E LABORATORIAIS LTDA CNPJ 12.051.059/0001-98 RUA OLAVO JAGUARIBE ECKMAN Campos do Jordão-SP CEP 12460-000	1.931,65	Um Mil, Novecentos e Trinta e Um Reais e Sessenta e Cinco Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	011
DAC MÓVEIS LTDA CNPJ 56.101.450/0001-25 RUA IRMÃOS VILAS BOAS Francisco Alves-PR CEP 87570-000	1.680,00	Um Mil, Seiscentos e Oitenta Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	012, 013
MG SERVICE COMPUTADORES E INFORMÁTICA LTDA CNPJ 33.629.177/0001-00 AVENIDA AUGUSTO DE LIMA Belo Horizonte-MG CEP 30190-005	1.599,99	Um Mil, Quinhentos e Noventa e Nove Reais e Noventa e Nove Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	014
JESSICA ALVES COMERCIAL LTDA CNPJ 54.517.369/0001-03 AVENIDA ANGOLA Santana de Parnaíba-SP CEP 06523-030	1.200,00	Um Mil e Duzentos Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	016
40.369.124 EMILY TEGUEN CNPJ 40.369.124/0001-63 RUA ERNESTO WUNSCH Capanema-PR CEP 85761-118	598,00	Quinhentos e Noventa e Oito Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	018
B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ 52.496.119/0001-09 RUA MARECHAL MASCARENHAS DE MORAES Araçatuba-SP CEP 16075-370	4.819,40	Quatro Mil, Oitocentos e Dezenove Reais e Quarenta Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	019
56.043.196 ALINE PINHEIRO DE OLIVEIRA CNPJ 56.043.196/0001-56 RUA SAPOPEMA Porto Velho-RO CEP 76821-764	5.260,00	Cinco Mil, Duzentos e Sessenta Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	020

S A DE OLIVEIRA LICITACOES CNPJ 40.095.452/0001-19 NA RUA 6 Goiânia-GO CEP 74690-807	2.597,99	Dois Mil, Quinhentos e Noventa e Sete Reais e Noventa e Nove Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	021
EXXITUS COMÉRCIO ATACADISTA, VAREJISTA E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA CNPJ 30.380.856/0001-09 RUA MARIA JULIA DE GUIMARÃES Biguaçu-SC CEP 88160-652	1.758,00	Um Mil, Setecentos e Cinqüenta e Oito Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	022, 023
SENNA ALIMENTOS LTDA CNPJ 59.040.074/0001-02 RUA VEREADOR PAULO BRASILEIRO Sabáudia-PR CEP 86720-000	303,00	Trezentos e Três Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	024, 025
LUIZ CLAUDIO CASTREQUINI CNPJ 38.240.496/0001-43 RUA GERALDO APARECIDO BORGES São José do Rio Preto-SP CEP 15093-287	1.139,10	Um Mil, Cento e Trinta e Nove Reais e Dez Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	026
AGROPECUARIA PAVANELO LTDA CNPJ 82.013.665/0001-02 AV. GOV. PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA Capanema-PR CEP 85760-000	1.003,80	Um Mil e Três Reais e Oitenta Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	027, 029, 030, 031
SGMAX TECNOLOGIA E COMERCIO LTDA CNPJ 62.517.178/0001-61 RUA CONDE AFONSO CELSO Ribeirão Preto-SP CEP 14025-040	16.575,86	Dezesseis Mil, Quinhentos e Setenta e Cinco Reais e Oitenta e Seis Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	032

o valor total da licitação e de R$ 79.337,07 (Setenta e Nove Mil, Trezentos e Trinta e Sete Reais e Sete Centavos), contemplando com o princípio da economicidade. Portanto, pelas empresas proponentes terem atendido aos princípios legais, **ADJUDICO** e **HOMOLOGO** o processo Licitatório e modalidade acima, que estará arquivado no Departamento de Compras e Licitações, no qual este termo passa a ser parte integrante.

Cafelândia/PR, 15 de dezembro de 2025.

JUNIOR MOTTER

Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:1E62CC50

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO-PREGÃO-70

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Em estrita observância aos preceitos legais contidos na, Lei de Licitações nº 14.133/2021, e segundo as informações constantes em ata nº 115/2025, confeccionada pela pregoeira do Município de Cafelândia/PR, designada pela Portaria n.º 682/2023-DRH, concernente ao procedimento licitatório n° 113/2025, na modalidade Pregão Eletrônico n° 070/2025, que tem por objeto o Registro de Preço de empresa especializada no fornecimento de

materiais esportivos, destinados exclusivamente às atividades da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Município de Cafelândia/PR, verificando-se como vencedora do certame, as seguintes empresas:

Vencedores do lote				
Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Lote
TOMASI COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA CNPJ 84.865.989/0001-96 AVENIDA GOVERNADOR MOYSES LUPION Cafelândia-PR CEP 85415-000	246.637,50	Duzentos e Quarenta e Seis Mil, Seiscentos e Trinta e Sete Reais e Cinqüenta Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	001, 003, 004, 006, 012, 013, 014, 017, 019, 021, 023, 030, 038, 039, 040, 041, 042, 056, 059, 060, 061, 062, 063, 064, 072, 073, 074, 075, 076, 082, 083, 084, 085, 088, 094, 101, 102, 103, 109, 110, 114, 117, 119, 120, 122, 123, 125
VANINHA UTILIDADES LTDA CNPJ 58.421.861/0001-23 RODOVIA RS 452 Feliz-RS CEP 95770-000	81.718,63	Oitenta e Um Mil, Setecentos e Dezoito Reais e Sessenta e Três Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	002, 007, 018, 020, 024, 026, 027, 028, 031, 032, 037, 049, 055, 069, 070, 098, 105, 108, 116, 118, 124, 126, 127, 128
INDUSTRIA DE BOLAS TITA LTDA CNPJ 17.952.607/0001-74 RUA ALEXINA PINTO São João del Rei-MG CEP 36301-034	14.545,38	Quatorze Mil, Quinhentos e Quarenta e Cinco Reais e Trinta e Oito Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	005, 008, 009, 022, 025, 034, 043, 044, 045, 046, 047, 048, 065, 089, 090, 091, 092, 093, 100, 107, 111, 113, 115, 121
E. ANTONINI COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA CNPJ 58.545.693/0001-88 RUA BERILO Maringá-PR CEP 87083-330	5.600,00	Cinco Mil e Seiscentos Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	011
G A DA COSTA - ESPORTES LTDA CNPJ 26.290.146/0001-02 AVENIDA AMÉRICO BELAY Maringá-PR CEP 87025-210	27.870,00	Vinte e Sete Mil, Oitocentos e Setenta Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	015, 035, 052, 053, 066, 068, 079, 080, 086, 112
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COLCHÕES ORTHOVIDA LTDA CNPJ 07.628.070/0001-38 AVENIDA BIAS FORTES Curvelo-MG CEP 35796-489	2.574,60	Dois Mil, Quinhentos e Setenta e Quatro Reais e Sessenta Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	016
TREVENZA SOLUÇÕES LTDA CNPJ 58.613.526/0001-27 AVENIDA SETE DE SETEMBRO Curitiba-PR CEP 80230-010	12.323,95	Doze Mil, Trezentos e Vinte e Três Reais e Noventa e Cinco Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	029, 033, 067, 099, 104
BEATRIZ SULZBACH CORNELIUS EIRELI CNPJ 30.759.356/0001-74 AVENIDA PRESIDENTE CASTELO BRANCO Crissiumal-RS CEP 98640-000	23.100,00	Vinte e Três Mil e Cem Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	036, 095, 096
RENATA DE ABREU VIEIRA CONSTANTINO - ME CNPJ 09.383.745/0001-51 AVENIDA HORACIO MANLEY LANE Mairinque-SP CEP 18121-190	5.451,00	Cinco Mil, Quatrocentos e Cinqüenta e Um Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	050, 051, 078
B.V. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO LTDA CNPJ 15.328.247/0001-09 AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHECK Londrina-PR CEP 86010-540	4.000,00	Quatro Mil Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	054

RMM SPORTS COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS EIRELI - ME CNPJ 22.382.705/0001-53 AVENIDA RIO BRANCO Maringá-PR CEP 87015-380	2.866,20	Dois Mil, Oitocentos e Sessenta e Seis Reais e Vinte Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	057, 058, 077, 081
MAGAZINE TUFICK LTDA EPP CNPJ 31.461.288/0001-25 RUA LUIZ BARRETO Resende-RJ CEP 27511-240	890,00	Oitocentos e Noventa Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	071
N BORRACHAS LTDA CNPJ 50.375.154/0001-36 RUA JÚLIO SARAIVA DOS SANTOS Juazeiro do Norte-CE CEP 63048-185	16.000,00	Dezesseis Mil Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	087
TRAUM ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA CNPJ 02.441.945/0001-74 RUA PRESIDENTE LUCENA Estância Velha-RS CEP 93602-140	2.474,52	Dois Mil, Quatrocentos e Setenta e Quatro Reais e Cinqüenta e Dois Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	097, 106

o valor total da licitação e de R$ 446.051,78 (Quatrocentos e Quarenta e Seis Mil e Cinqüenta e Um Reais e Setenta e Oito Centavos), contemplando com o princípio da economicidade. Portanto, pelas empresas proponentes terem atendido aos princípios legais, **ADJUDICO** e **HOMOLOGO** o processo Licitatório e modalidade acima, que estará arquivado no Departamento de Compras e Licitações, no qual este termo passa a ser parte integrante.

Cafelândia/PR, 16 de dezembro de 2025.

JUNIOR MOTTER

Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:14874545

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 329/2025

PORTARIA Nº 329/2025

O Prefeito do Município de Califórnia, Estado do Paraná, Sr. PAULO SÉRGIO CHILEIDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

R E S O L V E:

Art. 1º- Homologar o resultado de Avaliação de Progressão de Nível Salarial, do corrente ano (2025), prevista no Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município de Califórnia;

TABELA DE PONTUAÇÃO EXCEDENTE DE 2025 COM SALDO 2024 E PONTUAÇÃO APURADA DURANTE O PROCESSO DE AVALIAÇÃO

	NOME DO SERVIDOR	Pontuação Excedente 2024 (sobra)	Pontuação Apurada no Processo	Usada para Elevação	Pontuação Excedente (sobra)
1	ADEMILSON DE ARAUJO BERNARDO	110	210	-100	220
2	ADRIANA APARECIDA CHERITE DA SILVA	0	150	-100	50
3	ADRIANA CORREA RAMOS	0	110	-100	10
4	ADRIANA APARECIDA DOS REIS ANANIAS	319	140	-100	359
5	ADRIANA JOANI	10	139	-100	49
6	ALFREDO JOSE GONZALEZ DI LANDRO	95	158	-100	153
7	ALICIO VI ENTE ADÃO	0	167	-100	67
8	AMAURI BELETATO	80	110	-100	90
9	ANA MARIA DOS SANTOS	590	170	-100	610
10	ANDRE LUIZ REIS DOS SANTOS	194	130	-100	224
11	ANGELA MARIA DA SILVA	149	100	-100	149
12	ANTONIO BENEDITO BUENO DE OLIVEIRA	105	110	-100	115
13	ANTONIO MARCOS SANTIAGO	0	105	-100	5
14	ANTONIO ROBERTO DE SOUZA	92	Servidor não compareceu na avaliação		
15	ARIEL LOURENÇO DE SOUZA	0	130	-100	30
16	ATAIDE VIANA BARBOSA	255	110	-100	265
17	AULANGINA MARIA KAVA	135	114	-100	149
18	BARTOLOMEU RODRIGUES DA SILVA	0	104	-100	4
19	CACIA REGINA SASSO	360	130	-100	390
20	CARLA GEOVANA FORNEL	0	207	-100	107
21	CARLOS ALBERTO VILAS BOAS	230	190	-100	320
22	CLAIR DE JESUS BENTO	155	Servidor afastado pelo INSS		
23	CLAUDENICE APARECIDA FELTRAN	125	150	-100	175
24	CLEVERSON PEDRO DE AGUIAR	110	206	-100	216
25	CRISTOVÃO FOLLADOR	185	110	-100	195
26	DAISY MARCIANA MIQUELÃO	35	110	-100	45
27	DANIEL LUCAS DOS SANTOS MATTOS	369	109	-100	378
28	DANIELA CRISTINA WIELEVSKI TEIXEIRA	110	210	-100	220
29	DEISYELLE DE SOUZA	0	127	-100	27
30	DILSON DE SOUZA PELUZZO	180	150	-100	230
31	EDERSON APARECIDO DE MATTOS	185	130	-100	215
32	EDILA AMANDA LAURIANO DA CRUZ	470	185	-100	555
33	EDINEI AMANCIO	90	210	-100	200
34	EDSON APARECIDO DIAS	104	110	-100	114
35	EDSON BRAZ DA SILVA	0	170	-100	70
36	EDSON DOS SANTOS FERREIRA	103	110	-100	113
37	EDUARDO ALVES AMARO	0	130	-100	30
38	EDUARDO VOLTARELLI	190	110	-100	200
39	ELIANE DE FATIMA VANZELA	197	110	-100	207
40	ELIER RICARDO DE CARVALHO	130	170	-100	200
41	ELZA VIANA BARBOZA	131	110	-100	138
42	ENI APARECIDA ROCHA	110	130	-100	140
43	ÉRIQUIS FERNANDO TOSCHI	10	121	-100	21
44	ETIELI SANTOS DOS REIS DO NASCIMENTO	0	150	-100	50
45	EUCLIDIA MARIA FARIAS MATINS DOS SANTOS	305	110	-100	315
46	EVERALDO DE PAULA ALVES	110	130	-100	140
47	FLÁVIO DE PAULA NETO DE MOURA	110	150	-100	160
48	GABRIEL HENRIQUE CONCEIÇÃO	0	190	-100	90
49	GEANE APARECIDA DOS SANTOS	200	Servidora afastada pelo INSS		
50	GEISA APARECIDA SANTIAGO	359	170	-100	424
51	IDARCI PACCI	183	110	-100	252
52	IVANILDO APARECIDO DE MELO	104	130	-100	134
53	IZENILDA FARIAS ALVES DE OLIVEIRA	278	Servidora afastada pelo INSS		
54	JAQUELINE GONÇALVES DE ARAUJO	10	130	-100	30
55	JOANICE APARECIDA GUIL SANTIAGO	270	150	-100	320
56	JOAO DOMINGOS FRANCISCO CORREA	119	120	-100	139
57	JOAO PAULO FAGUNDES	343	170	-100	413
58	JOCIMARA CRISTIANE RAMOS DA ROCHA BOTELHO	10	130	-100	40
59	JOSE CARLOS SOUZA	125	129	-100	154
60	JOSE CLAUDIO BOVO	185	130	-100	215
61	JOSE DA CRUZ FARIAS	110	110	-100	120
62	JOSE MARIANO DA SILVA	195	130	-100	225
63	JUCIMARA DE OLIVEIRA FREITAS	249	144	-100	293
64	JULIANO PAZINI	143	108	-100	151
65	JUNIOR CESAR BELONCI	178	130	-100	208
66	LEANDRO AP. DE SOUZA MAGALHÃES DE LIMA	185	130	-100	215
67	LEANDRO KRUPNISKI BARRIONUEVO	10	208	-100	118
68	LECIANE DA SILVA	10	130	-100	40
69	LEIDE APARECIDA PAZINE BUENO	110	130	-100	120
70	LINDALVA APARECIDA RIBEIRO GOMES FERREIRA	120	150	-100	170
71	LUCAS FERREIRA	0	110	-100	10

72	LUCIANA ISONO PEREIRA PIEKNY	110	108	-100	118
73	LUIS ANTONIO DOMINGUES NETO	307	110	-100	317
74	LUIZ COSTA MAGALHAES FILHO	258	150	-100	308
75	LUIZ SOUZA DA SILVA	94	110	-100	104
76	MAGNA LEITE BATISTA	0	130	-100	30
77	MARCOS ANTONIO DE BARROS	185	130	-100	215
78	MARIA DO CARMO GONÇALVES	296	150	-100	346
79	MARIA DOS ANJOS GIOVANNI	237	130	-100	267
80	MARIA MARGARIDA FERREIRA DE SOUZA	284	150	-100	434
81	MARILZA DO CARMO TEIXEIRA	159,50	110	-100	169,50
82	MARISTELA EMANUELE BARBOSA SINCOS	361	190	-100	441
83	MARLENE ROMUALDO DA SILVA	150	150	-100	200
84	MILLENY BUENO DE OLIVEIRA	10	110	-100	20
85	MONICA DE OLIVEIRA AMARAL VELOSO	214	100	-100	214
86	MONISE EMILE MISQUEVIS COSTA	10	210	-100	120
87	NERLI CORDEIRO DOS SANTOS	68	100	-100	68
88	NEUSELY FARIA GONÇALVES	150	110	-100	160
89	NEUZELI FEDEROVICZ	122	104	-100	126
90	NIVALDO SANTOS JUNIOR	286	110	-100	296
91	OSNEI SANTOS DE OLIVEIRA	102	100	-100	102
92	RAFAELLI FERREIRA DE ALMEIDA	0	150	-100	50
93	RENATO DO NASCIMENTO	228	210	-100	338
94	RENATO SPONTON	98	190	-100	188
95	ROBERTO ALVES DE ABREU	270	127	-100	297
96	ROSANGELA JOSE DOS REIS	390	170	-100	440
97	ROSANGELA MARIA DE SOUZA BUENO	298	130	-100	328
98	ROSANO PIRES	85	150	-100	126
99	ROSELI APARECIDA COSTA	230	150	-100	280
100	ROSELI LOPES VIDOR	90	130	-100	120
101	ROSEMARY MACHADO	218	150	-100	266
102	SANDRA PEREIRA MENDES	210	150	-100	260
103	SELMA DO CARMO FORNEL	310	150	-100	360
104	SERGIO LUIZ VOLTARELLI	110	130	-100	137
105	SIDNEI FERREIRA DOS SANTOS	195	130	-100	225
106	SILVANA APARECIDA GONÇALVES DE CAMARGO	250	150	-100	300
107	SIRLENE MARIA DE SOUZA	238	150	-100	288
108	SUELY ALVES DA SILVA BREGANHOLI	330	130	-100	360
109	TATIANA AGATA DE PAIVA GOLUBKOWICZ	210	190	-100	300
110	THAIELLY AMANDA DA SILVA	110	209	-100	219
111	THAIS CARREIRA MIRANDA E SOUZA	309	170	-100	379
112	VAGNER CORDEIRO DA CRUZ	89	105	-100	94
113	VALDIR DE SOUZA	443	110	-100	453
114	VALMOR RUFO TOMAZ	244	167	-100	311
115	VALTER JUNIOR RAVANEDA	337	100	-100	337
116	VANESSA APARECIDA PLATH	110	110	-100	120
117	VERUSKA MAILA BERNARDO	407	130	-100	437
118	VICENTE NASCIMENTO DA SILVA	105	110	-100	115
119	VILMA APARECIDA BENTO	0	110	-100	10
120	VIVIANE APARECIDA SANTIAGO	30	120	-100	50
121	WALTER LUIZ VOLTARELI FILHO	50	190	-100	140
122	WILLIAN ARAÚJO	0	146	-100	46

Artº. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Califórnia/PR,

Ao 17° dia do mês de dezembro de 2025.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE

Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:32F6B543

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 182/2024

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 182/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA/PR E A EMPRESA VIA NORTH INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, TENDO COMO OBJETO O Registro de Preços para Aquisição de Tintas de demarcação viária para faixa de pedestre e meio fio.

O **MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua 17 de Dezembro, Nº 149, inscrito no CNPJ Nº 75.771.279/0001-06, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. PAULO SERGIO CHILEIDE, portador da Carteira de Identidade/R.G. N° 9.306.997-8 SSP-PR e do CPF/MF Nº 049.302.529-46 e a Empresa **VIA NORTH INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n. 48.671.264/0001-01, com sede na Rodovia Hermínio Antonio Pennacchi, s/n, Município de Rolândia - PR, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) FABIANA ZAFALON SPINARDI, inscrito(a) no CPF n.º 029.138.539-78, residente e domiciliado(a) na cidade de Rolândia – PR, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 182/2024, referente ao resultado do Pregão Eletrônico nº 065/2024, de acordo com as normas contidas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações, no que couber; mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 182/2024, bem como a recomposição do quantitativo de todos os itens registrados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 182/2024 será prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados de 14 de dezembro de 2025 até 13 de dezembro de 2026.

CLÁUSULA TERCEIRA –DO QUANTITATIVO

O quantitativo dos itens registrados na Ata de Registro de Preços nº 185/2024 serão recompostos para o novo exercício, limitando-se à quantidade originalmente registrada, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRICAO	MARCA	UN	QTDE.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL.
1	Tinta Demarcação de Tráfego Amarela 18L	MANORT Tinta Demarcação de Tráfego Amarela 18L	UNID	30	189,0000	5.670,00
2	Tinta Para Demarcação Viária Branca 18L. COTA RESERVA 75% AMPLA CONCORRÊNCIA.	MANORT Tinta Para Demarcação Viária Branca 18L	UNID	225	188,0000	42.300,00
6	Tinta Para Demarcação Viária Branca 18L. COTA RESERVADA 25% exclusiva ME/EPP.	MANORT Tinta Para Demarcação Viária Branca 18L.	UNID	75	190,0000	14.250,00

PARÁGRAFO ÚNICO – O valor unitário não sofrerá reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA INATERABILIDADE

Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais não conflitantes com o presente instrumento.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento eletronicamente,reconhecendo a validade jurídica e a força executiva do documento em formato digital, nos termos da legislação vigente.

Califórnia/PR, 11 de dezembro de 2025.

Prefeitura Municipal De Califórnia	Via North Industria E Comercio LTDA
Contratante	Contratada
PAULO SERGIO CHILEIDE	***FABIANA ZAFALON SPINARDI***
Prefeito	Representante Legal

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:A3B0290B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 183/2024

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 183/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA/PR E A EMPRESA PRIMOR COMERCIO DE TINTAS PRODUTOS E SERVICOS DE SINALIZACAO LTDA, TENDO COMO OBJETO O Registro de Preços para Aquisição de Tintas de demarcação viária para faixa de pedestre e meio fio.

O **MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua 17 de Dezembro, Nº 149, inscrito no CNPJ Nº 75.771.279/0001-06, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. PAULO SERGIO CHILEIDE, portador da Carteira de Identidade/R.G. N° 9.306.997-8 SSP-PR e do CPF/MF Nº 049.302.529-46 e a Empresa **PRIMOR COMERCIO DE TINTAS PRODUTOS E SERVICOS DE SINALIZACAO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n. 57.598.558/0001-38, com sede na Rua Andre Luiz Vilela, 20, Parque Industrial Fritz Bersin, Município de Nova Odessa - SP, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) Marcelo Dias, inscrito(a) no CPF n.º 78658780600, residente e domiciliado(a) na cidade de Nova Odessa – SP, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 183/2024, referente ao resultado do Pregão Eletrônico nº 065/2024, de acordo com as normas contidas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações, no que couber; mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 183/2024, bem como a recomposição do quantitativo de todos os itens registrados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 183/2024 será prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados de 14 de dezembro de 2025 até 13 de dezembro de 2026.

CLÁUSULA TERCEIRA –DO QUANTITATIVO

O quantitativo dos itens registrados na Ata de Registro de Preços nº 185/2024 serão recompostos para o novo exercício, limitando-se à quantidade originalmente registrada, conforme tabela abaixo:

LOTE	DESCRICAO	MARCA	UN	QTDE.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL.
5	Microesfera Refletiva para Demarcação Viária	VETROLUX	KG	1.000	7,1500	7.150,00

PARÁGRAFO ÚNICO – O valor unitário não sofrerá reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA INATERABILIDADE

Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais não conflitantes com o presente instrumento.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento eletronicamente, reconhecendo a validade jurídica e a força executiva do documento em formato digital, nos termos da legislação vigente.

Califórnia/PR, 11 de dezembro de 2025.

Prefeitura Municipal De Califórnia	Primor Comercio De Tintas Produtos E Servicos De Sinalizacao LTDA
Contratante	Contratada
PAULO SERGIO CHILEIDE	***MARCELO DIAS***
Prefeito	Representante Legal

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:ECAE6E4E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 184/2024

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 184/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA/PR E A EMPRESA NOVA POMPEIA COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE TINTAS E FERRAMENTAS LTDA, TENDO COMO OBJETO O Registro de Preços para Aquisição de Tintas de demarcação viária para faixa de pedestre e meio fio.

O **MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua 17 de Dezembro, Nº 149, inscrito no CNPJ Nº 75.771.279/0001-06, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. PAULO SERGIO CHILEIDE, portador da Carteira de Identidade/R.G. N° 9.306.997-8 SSP-PR e do CPF/MF Nº 049.302.529-46 e a Empresa **NOVA POMPEIA COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE TINTAS E FERRAMENTAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n. 47.122.108/0001-10, com sede na Linha dos Coqueiros, s/n, Município de Concordia - SC, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) JAIRO SANTANA NICOLAU, inscrito(a) no CPF n.º 048.061.709-09, residente e domiciliado(a) na cidade de Concordia – SC, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 184/2024, referente ao resultado do Pregão Eletrônico nº 065/2024, de acordo com as normas contidas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações, no que couber; mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 184/2024, bem como a recomposição do quantitativo de todos os itens registrados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 184/2024 será prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados de 14 de dezembro de 2025 até 13 de dezembro de 2026.

CLÁUSULA TERCEIRA –DO QUANTITATIVO

O quantitativo dos itens registrados na Ata de Registro de Preços nº 185/2024 serão recompostos para o novo exercício, limitando-se à quantidade originalmente registrada, conforme tabela abaixo:

LOTE	DESCRICAO	MARCA	UN	QTDE.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL.
3	Tinta Acrílica Pinta Piso Alto Tráfego Branca 18L. COTA RESERVA 75% AMPLA CONCORRÊNCIA.	FÊNIX	UNID	300	159,9900	47.997,00
4	Thinner Uso Geral - 18L	FÊNIX	UNID	50	204,9000	10.245,00
7	Tinta Acrílica Pinta Piso Alto Tráfego Branca 18L. COTA RESERVADA 25% exclusiva ME/EPP.	FÊNIX	UNID	100	159,9900	15.999,00

PARÁGRAFO ÚNICO – O valor unitário não sofrerá reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA INATERABILIDADE

Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais não conflitantes com o presente instrumento.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento eletronicamente,reconhecendo a validade jurídica e a força executiva do documento em formato digital, nos termos da legislação vigente.

Califórnia/PR, 11 de dezembro de 2025.

Prefeitura Municipal De Califórnia	Nova Pompeia Comercio Varejista E Atacadista De Tintas E Ferramentas LTDA
Contratante	Contratada
PAULO SERGIO CHILEIDE	***JAIRO SANTANA NICOLAU***
Prefeito	Representante Legal

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:E20B0A40

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 210/2024

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 210/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA/PR E A EMPRESA POSTO ELITE LTDA, TENDO COMO OBJETO O Registro de Preços para Aquisição de Combustível: Gasolina Comum, Etanol, Diesel Comum e Diesel S10, para atendimento as necessidades da frota de veículos do Município de California/PR.

O **MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua 17 de Dezembro, Nº 149, inscrito no CNPJ Nº 75.771.279/0001-06, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. PAULO SERGIO CHILEIDE, portador da Carteira de Identidade/R.G. N° 9.306.997-8 SSP-PR e do CPF/MF Nº 049.302.529-46 e a Empresa **POSTO ELITE LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n. 07.660.644/0001-55, com sede na Avenida Ponta Grossa, 940, Centro, Município de Califórnia - PR, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) MARIANA FERREIRA FACHIN BARRIQUELO, inscrito(a) no CPF n.º 05954764905, residente e domiciliado(a) na cidade de Califórnia - PR, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 210/2024, referente ao resultado do Pregão Eletrônico nº 073/2024, de acordo com as normas contidas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações, no que couber; mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 210/2024, bem como a recomposição do quantitativo de todos os itens registrados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 210/2024 será prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados de 21 de dezembro de 2025 até 20 de dezembro de 2026.

CLÁUSULA TERCEIRA –DO QUANTITATIVO

O quantitativo dos itens registrados na Ata de Registro de Preços nº 210/2024 serão recompostos para o novo exercício, limitando-se à quantidade originalmente registrada, conforme tabela abaixo:

LOTE	ITEM	DESCRICAO	MARCA	UN	QTDE.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL.
1	1	GASOLINA COMUM	RAIZEN SHELL	LT	50.000	6,0400	302.000,00
2	1	ETANOL HIDRATADO	RAIZEN SHELL	LT	30.000	3,9000	117.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO – O percentual de desconto permanecerá o mesmo.

CLÁUSULA QUARTA – DA INATERABILIDADE

Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais não conflitantes com o presente instrumento.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento eletronicamente,reconhecendo a validade jurídica e a força executiva do documento em formato digital, nos termos da legislação vigente.

Califórnia/PR, 17 de dezembro de 2025.

Prefeitura Municipal De Califórnia	Posto Elite LTDA
Contratante	Contratada
PAULO SERGIO CHILEIDE	***MARIANA FERREIRA FACHIN BARRIQUELO***
Prefeito	Representante Legal

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:72B943DD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 211/2024

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 211/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA/PR E A EMPRESA CALIFÓRNIA AUTOMOTIVOS LTDA, TENDO COMO OBJETO O Registro de Preços para Aquisição de Combustível: Gasolina Comum, Etanol, Diesel Comum e Diesel S10, para atendimento as necessidades da frota de veículos do Município de California/PR.

O **MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua 17 de Dezembro, Nº 149, inscrito no CNPJ Nº 75.771.279/0001-06, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. PAULO SERGIO CHILEIDE, portador da Carteira de Identidade/R.G. N° 9.306.997-8 SSP-PR e do CPF/MF Nº 049.302.529-46 e a Empresa **CALIFÓRNIA AUTOMOTIVOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n. 06.045.416/0001-02, com sede na Avenida Ponta Grossa, 711, Centro, Município de Califórnia - PR, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ALEXANDRE OKIMOTO DOS SANTOS, inscrito(a) no CPF n.º 015.923.169-80, residente e domiciliado(a) na cidade de Califórnia - PR, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 211/2024, referente ao resultado do Pregão Eletrônico nº 073/2024, de acordo com as normas contidas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações, no que couber; mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 211/2024, bem como a recomposição do quantitativo de todos os itens registrados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 211/2024 será prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados de 21 de dezembro de 2025 até 20 de dezembro de 2026.

CLÁUSULA TERCEIRA –DO QUANTITATIVO

O quantitativo dos itens registrados na Ata de Registro de Preços nº 211/2024 serão recompostos para o novo exercício, limitando-se à quantidade originalmente registrada, conforme tabela abaixo:

LOTE	DESCRICAO	MARCA	UN	QTDE.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL

3	OLEO DIESEL	MARCA PRÓPRIA	LT	150.000	5,8400	876.000,00
4	OLEO DIESEL S 10	MARCA PRÓPRIA	LT	200.000	5,9500	1.190.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO – O percentual de desconto permanecerá o mesmo.

CLÁUSULA QUARTA – DA INATERABILIDADE

Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais não conflitantes com o presente instrumento.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento eletronicamente,reconhecendo a validade jurídica e a força executiva do documento em formato digital, nos termos da legislação vigente.

Califórnia/PR, 17 de dezembro de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA	***CALIFÓRNIA AUTOMOTIVOS LTDA***
Contratante	Contratada
PAULO SERGIO CHILEIDE	***ALEXANDRE OKIMOTO DOS SANTOS***
Prefeito	Representante Legal

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:E191BB79

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO
DECRETO 1323/2025 - ANEXO - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMÃO - 2026

Decreto 1323/2025 - Programação Financeira Município de Campina do Simão - 2026

Anexo 1 - Fluxo da Execução das Receitas por Fonte Poder Executivo

Fontes de Recurso	Orçamento Aprovado	Janeiro Receita Prevista	Fevereiro Receita Prevista	Março Receita Prevista	Abril Receita Prevista	Maio Receita Prevista	Junho Receita Prevista
000	34.536.893,39	2.124.446,72	2.147.735,32	3.426.998,76	2.564.857,86	3.316.275,74	3.487.133,80
101	4.500.000,00	276.805,74	279.840,14	446.522,34	334.189,30	432.095,63	454.357,66
103	2.031.776,66	124.979,43	126.349,48	201.607,48	150.888,45	195.093,74	205.145,18
104	1.453.250,00	89.392,87	90.372,82	144.201,91	107.924,58	139.542,88	146.732,28
107	350.000,00	21.529,34	21.765,34	34.729,52	25.992,50	33.607,44	35.338,93
298	35.000,00	2.152,93	2.176,53	3.472,95	2.599,25	3.360,74	3.533,89
303	6.642.479,95	408.594,79	413.073,89	659.114,60	493.299,06	637.819,24	670.680,37
304	1.000.00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
493	243.100,00	14.953,66	15.117,59	24.122,13	18.053,65	23.342,77	24.545,41
494	1.611.000,00	99.096,45	100.182,77	159.855,00	119.639,77	154.690,24	162.660,04
501	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
504	425.000,00	26.142,76	26.429,35	42.171,55	31.562,32	40.809,03	42.911,56
507	150.000,00	9.226,86	9.328,00	14.884,08	11.139,64	14.403,19	15.145,26
510	100.000,00	6.151,24	6.218,67	9.922,72	7.426,43	9.602,13	10.096,84
511	56.000,00	3.444,69	3.482,46	5.556,72	4.158,80	5.377,19	5.654,23
512	10.500,00	645,88	652,96	1.041,89	779,78	1.008,22	1.060,17
517	145.000,00	8.919,30	9.017,07	14.387,94	10.768,32	13.923,08	14.640,41
518	31.000,00	1.906,88	1.927,79	3.076,04	2.302,19	2.976,66	3.130,02
823	100.000,00	6.151,24	6.218,67	9.922,72	7.426,43	9.602,13	10.096,84
824	15.000,00	922,69	932,80	1.488,41	1.113,96	1.440,32	1.514,53
833	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
834	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
842	900,00	0,00	0,00	0,00	900,00	0,00	0,00
844	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

845	86.000,00	0,00	0,00	21.500,00	0,00	0,00	21.500,00
846	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
849	105.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
851	420.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	420.000,00	0,00
900	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
940	60.500,00	3.721,50	3.762,30	6.003,24	4.492,99	5.809,29	6.108,59
943	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1013	275.000,00	0,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00
1016	28.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1017	20.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1018	26.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.600,00	0,00
1040	450.000,00	27.680,57	27.984,01	44.652,23	33.418,93	43.209,56	45.435,77
1041	4.000,00	0,00	0,00	860,00	0,00	860,00	0,00
1042	110.000,00	6.766,36	6.840,54	10.914,99	8.169,07	10.562,34	11.106,52
1043	110.000,00	6.766,36	6.840,54	10.914,99	8.169,07	10.562,34	11.106,52
1044	112.000,00	6.889,39	6.964,91	11.113,44	8.317,60	10.754,38	11.308,46
1051	617.200,00	37.965,44	38.381,63	61.243,02	45.835,92	59.264,32	62.317,68
1063	35.000,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1064	25.600,00	1.574,72	1.591,98	2.540,22	1.901,17	2.458,14	2.584,79
Fontes de Recurso	**Orçamento Aprovado**	**Julho Receita Prevista**	**Agosto Receita Prevista**	**Setembro Receita Prevista**	**Outubro Receita Prevista**	**Novembro Receita Prevista**	**Dezembro Receita Prevista**
000	34.536.893,39	2.905.924,91	3.065.549,04	2.701.698,12	2.927.464,67	2.577.925,08	3.290.883,37
101	4.500.000,00	378.628,79	399.427,09	352.018,97	381.435,32	335.891,90	428.787,12
103	2.031.776,66	170.953,14	180.343,70	158.938,65	172.220,31	151.657,18	193.599,92
104	1.453.250,00	122.276,06	128.992,76	113.682,57	123.182,42	108.474,42	138.474,43
107	350.000,00	29.448,91	31.066,55	27.379,25	29.667,19	26.124,93	33.350,10
298	35.000,00	2.944,89	3.106,66	2.737,93	2.966,72	2.612,49	3.335,02
303	6.642.479,95	558.896,47	589.596,98	519.617,54	563.039,22	495.812,27	632.935,52
304	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
493	243.100,00	20.454,37	21.577,94	19.016,85	20.605,98	18.145,63	23.164,02
494	1.611.000,00	135.549,11	142.994,90	126.022,79	136.553,85	120.249,30	153.505,78
501	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
504	425.000,00	35.759,39	37.723,67	33.246,24	36.024,45	31.723,12	40.496,56
507	150.000,00	12.620,96	13.314,24	11.733,97	12.714,51	11.196,40	14.292,89
510	100.000,00	8.413,97	8.876,16	7.822,64	8.476,34	7.464,26	9.528,60
511	56.000,00	4.711,82	4.970,65	4.380,68	4.746,75	4.179,99	5.336,02
512	10.500,00	883,47	932,00	821,38	890,02	783,75	1.000,48
517	145.000,00	12.200,26	12.870,43	11.342,83	12.290,69	10.823,18	13.816,49
518	31.000,00	2.608,33	2.751,61	2.425,02	2.627,67	2.313,92	2.953,87
823	100.000,00	8.413,97	8.876,16	7.822,64	8.476,34	7.464,26	9.528,60
824	15.000,00	1.262,10	1.331,42	1.173,40	1.271,45	1.119,64	1.429,28
833	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
834	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
842	900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
844	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
845	86.000,00	0,00	0,00	21.500,00	0,00	0,00	21.500,00
846	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
849	105.000,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00	0,00	0,00
851	420.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
900	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
940	60.500,00	5.090,45	5.370,08	4.732,70	5.128,19	4.515,88	5.764,79
943	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1013	275.000,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	0,00
1016	28.000,00	0,00	28.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1017	20.100,00	0,00	0,00	0,00	20.100,00	0,00	0,00
1018	26.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1040	450.000,00	37.862,88	39.942,71	35.201,90	38.143,53	33.589,19	42.878,72
1041	4.000,00	0,00	860,00	0,00	0,00	1.420,00	0,00
1042	110.000,00	9.255,37	9.763,77	8.604,91	9.323,97	8.210,69	10.481,47
1043	110.000,00	9.255,37	9.763,77	8.604,91	9.323,97	8.210,69	10.481,47
1044	112.000,00	9.423,65	9.941,30	8.761,36	9.493,50	8.359,98	10.672,03
1051	617.200,00	51.931,04	54.783,64	48.281,36	52.315,97	46.069,44	58.810,54
1063	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1064	25.600,00	2.153,98	2.272,30	2.002,60	2.169,94	1.910,85	2.439,31
Total	55.000.000,00						

ANEXO I - Fluxo da Execução das Receitas por Fonte

Regime Próprio de Previdência de Campina do Simão - RPPS

Fontes de Recurso	**Orçamento Aprovado**	**Janeiro Receita Prevista**	**Fevereiro Receita Prevista**	**Março Receita Prevista**	**Abril Receita Prevista**	**Maio Receita Prevista**	**Junho Receita Prevista**
100	397.000,00	24.420,42	24.688,12	39.393,19	29.482,92	38.120,44	40.084,44
040	4.523.000,00	278.220,52	281.270,43	448.804,56	335.897,38	434.304,12	456.679,93
551	80.000,00	4.920,99	4.974,94	7.938,17	5.941,14	7.681,70	8.077,47
Fontes de Recurso	**Orçamento Aprovado**	**Julho Receita Prevista**	**Agosto Receita Prevista**	**Setembro Receita Prevista**	**Outubro Receita Prevista**	**Novembro Receita Prevista**	**Dezembro Receita Prevista**
100	397.000,00	33.403,47	35.238,35	31.055,90	33.651,07	29.633,13	37.828,55
040	4.523.000,00	380.564,00	401.468,60	353.818,17	383.384,88	337.608,68	430.978,73
551	80.000,00	6.731,18	7.100,93	6.258,11	6.781,07	5.971,41	7.622,89
TOTAL	5.000.000,00						

ANEXO I - Fluxo da Execução das Receitas por Fonte

Transferência Financeira Legislativo Municipal

Fontes de Recurso	Orçamento Aprovado	Janeiro Previsto	Fevereiro Previsto	Março Previsto	Abril Previsto	Maio Previsto	Junho Previsto
001	3.000.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00
Fontes de Recurso	**Orçamento Aprovado**	**Julho Previsto**	**Agosto Previsto**	**Setembro Previsto**	**Outubro Previsto**	**Novembro Previsto**	**Dezembro Previsto**
001	3.000.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00

ANEXO II - Cronograma de Execução Mensal de Desembolso

Resumo da Despesa por Fonte de Recurso

Poder Executivo - Administração Direta

Fontes de Recurso	Orçamento Aprovado	Janeiro Despesa Prevista	Fevereiro Despesa Prevista	Março Despesa Prevista	Abril Despesa Prevista	Maio Despesa Prevista	Junho Despesa Prevista
000	27.006.350,00	1.417.254,15	1.987.557,93	2.156.287,02	1.794.913,20	2.017.200,38	4.950.716,99
101	4.500.000,00	236.153,48	331.181,77	359.296,67	299.081,86	336.121,01	824.925,49
103	4.370.200,00	229.341,77	321.629,01	348.932,96	290.455,01	326.425,79	801.130,97
104	1.453.250,00	76.264,46	106.953,31	116.032,86	96.586,83	108.548,41	266.405,10
107	350.000,00	18.367,49	25.758,58	27.945,30	23.261,92	26.142,75	64.160,87
298	35.000,00	1.836,75	2.575,86	2.794,53	2.326,19	2.614,27	6.416,09
303	7.929.600,00	416.133,93	583.586,43	633.128,64	527.022,11	592.290,04	1.453.628,70
304	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00
493	243.100,00	12.757,54	17.891,17	19.410,00	16.157,07	18.158,00	44.564,31
494	1.611.000,00	84.542,95	118.563,07	128.628,21	107.071,31	120.331,32	295.323,32
501	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
504	425.000,00	22.303,38	31.278,28	33.933,57	28.246,62	31.744,76	77.909,63
507	150.000,00	7.871,78	11.039,39	11.976,56	9.969,40	11.204,03	27.497,52
510	100.000,00	5.247,86	7.359,59	7.984,37	6.646,26	7.469,36	18.331,68
511	56.000,00	2.938,80	4.121,37	4.471,25	3.721,91	4.182,84	10.265,74
512	10.500,00	551,02	772,76	838,36	697,86	784,28	1.924,83
517	145.000,00	7.609,39	10.671,41	11.577,34	9.637,08	10.830,57	26.580,93
518	31.000,00	1.626,84	2.281,47	2.475,15	2.060,34	2.315,50	5.682,82
823	100.000,00	5.247,86	7.359,59	7.984,37	6.646,26	7.469,36	18.331,68
824	15.000,00	787,18	1.103,94	1.197,66	996,94	1.120,40	2.749,75
833	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
834	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
842	900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
844	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
845	86.000,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00	12.120,00	5.127,00
846	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
849	105.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
851	420.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00	0,00
900	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
940	60.500,00	3.174,95	4.452,55	4.830,54	4.020,99	4.518,96	11.090,66
943	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
999	905.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1013	275.000,00	0,00	22.000,00	25.000,00	21.200,00	27.000,00	19.250,00
1016	28.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1017	20.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1018	26.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00	12.600,00
1040	450.000,00	23.615,35	33.118,18	35.929,67	29.908,19	33.612,10	82.492,55
1041	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1042	110.000,00	5.772,64	8.095,55	8.782,81	7.310,89	8.216,29	20.164,85
1043	110.000,00	5.772,64	8.095,55	8.782,81	7.310,89	8.216,29	20.164,85
1044	112.000,00	6.889,39	6.964,91	11.113,44	8.317,60	10.754,38	11.308,46
1051	617.200,00	37.965,44	38.381,63	61.243,02	45.835,92	59.264,32	62.317,68
1063	35.000,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00
1064	25.600,00	1.574,72	1.591,98	2.540,22	1.901,17	2.458,14	2.584,79
Fontes de Recurso	**Orçamento Aprovado**	**Julho Despesa Prevista**	**Agosto Despesa Prevista**	**Setembro Despesa Prevista**	**Outubro Despesa Prevista**	**Novembro Despesa Prevista**	**Dezembro Despesa Prevista**
000	27.006.350,00	1.834.592,05	2.030.811,15	1.935.881,10	2.306.937,07	2.260.805,86	2.313.393,10
101	4.500.000,00	305.693,45	338.388,94	322.570,99	384.399,11	376.712,38	385.474,85
103	4.370.200,00	296.875,89	328.628,30	313.266,61	373.311,33	365.846,32	374.356,04
104	1.453.250,00	98.722,00	109.280,83	104.172,51	124.139,56	121.657,17	124.486,96
107	350.000,00	23.776,16	26.319,14	25.088,85	29.897,71	29.299,85	29.981,38

298	35.000,00	2.377,62	2.631,91	2.508,89	2.989,77	2.929,99	2.998,13
303	7.929.600,00	538.672,61	596.286,43	568.413,09	677.362,48	663.817,44	679.258,10
304	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
493	243.100,00	16.514,24	18.280,52	17.426,00	20.766,09	20.350,84	20.824,21
494	1.611.000,00	109.438,25	121.143,24	115.480,41	137.614,88	134.863,03	138.000,01
501	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
504	425.000,00	28.871,05	31.958,96	30.465,04	36.304,36	35.578,39	36.405,96
507	150.000,00	10.189,78	11.279,63	10.752,37	12.813,30	12.557,08	12.849,16
510	100.000,00	6.793,19	7.519,75	7.168,24	8.542,20	8.371,39	8.566,11
511	56.000,00	3.804,19	4.211,06	4.014,22	4.783,63	4.687,98	4.797,01
512	10.500,00	713,28	789,57	752,67	896,93	879,00	899,44
517	145.000,00	9.850,12	10.903,64	10.393,95	12.386,19	12.138,51	12.420,87
518	31.000,00	2.105,89	2.331,12	2.222,16	2.648,08	2.595,13	2.655,50
823	100.000,00	6.793,19	7.519,75	7.168,24	8.542,20	8.371,39	8.566,11
824	15.000,00	1.018,98	1.127,96	1.075,24	1.281,33	1.255,71	1.284,91
833	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
834	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
842	900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	900,00
844	25.000,00	0,00	0,00	12.500,00	12.500,00	0,00	0,00
845	86.000,00	11.988,25	0,00	2.124,00	13.118,00	0,00	18.522,75
846	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
849	105.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00	40.000,00
851	420.000,00	86.000,00	39.000,00	147.500,00	42.500,00	0,00	0,00
900	30.000,00	0,00	12.000,00	5.000,00	4.000,00	3.200,00	5.800,00
940	60.500,00	4.109,88	4.549,45	4.336,79	5.168,03	5.064,69	5.182,51
943	15.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	9.000,00
999	905.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00	305.000,00
1013	275.000,00	29.000,00	25.000,00	24.200,00	23.210,00	59.140,00	0,00
1016	28.000,00	0,00	0,00	9.500,00	11.000,00	7.500,00	0,00
1017	20.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.100,00	0,00
1018	26.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1040	450.000,00	30.569,34	33.838,89	32.257,10	38.439,91	37.671,24	38.547,48
1041	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
1042	110.000,00	7.472,51	8.271,73	7.885,07	9.396,42	9.208,52	9.422,72
1043	110.000,00	7.472,51	8.271,73	7.885,07	9.396,42	9.208,52	9.422,72
1044	112.000,00	9.423,65	9.941,30	8.761,36	9.493,50	8.359,98	10.672,03
1051	617.200,00	51.931,04	54.783,64	48.281,36	52.315,97	46.069,44	58.810,54
1063	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1064	25.600,00	2.153,98	2.272,30	2.002,60	2.169,94	1.910,85	2.439,31

ANEXO II - Cronograma de Execução Mensal de Desembolso

Resumo da Despesa por Fonte de Recurso

RPPS - Regime Próprio de Previdência de Campina do Simão

Fontes de Recurso	**Orçamento Aprovado**	**Janeiro** **Despesa Prevista**	**Fevereiro** **Despesa Prevista**	**Março** **Despesa Prevista**	**Abril** **Despesa Prevista**	**Maio** **Despesa Prevista**	**Junho** **Despesa Prevista**
100	397.000,00	24.420,42	24.688,12	39.393,19	29.482,92	38.120,44	40.084,44
040	4.523.000,00	278.220,52	281.270,43	448.804,56	335.897,38	434.304,12	456.679,93
551	80.000,00	4.920,99	4.974,94	7.938,17	5.941,14	7.681,70	8.077,47
Fontes de Recurso	**Orçamento Aprovado**	**Julho** **Despesa Prevista**	**Agosto** **Despesa Prevista**	**Setembro** **Despesa Prevista**	**Outubro** **Despesa Prevista**	**Novembro** **Despesa Prevista**	**Dezembro** **Despesa Prevista**
100	397.000,00	33.403,47	35.238,35	31.055,90	33.651,07	29.633,13	37.828,55
040	4.523.000,00	380.564,00	401.468,60	353.818,17	383.384,88	337.608,68	430.978,70
551	80.000,00	6.731,18	7.100,93	6.258,11	6.781,07	5.971,41	7.622,88
TOTAL	5.000.000,00						

ANEXO II - Cronograma de Execução Mensal de Desembolso

Resumo da Despesa por Fonte de Recurso

Legislativo Municipal

Fontes de Recurso	**Orçamento Aprovado**	**Janeiro** **Previsto**	**Fevereiro** **Previsto**	**Março** **Previsto**	**Abril** **Previsto**	**Maio** **Previsto**	**Junho** **Previsto**
001	3.000.000,00	250.000,00	220.000,00	275.000,00	200.000,00	226.000,00	315.000,00
Fontes de Recurso	**Orçamento**	**Julho** **Previsto**	**Agosto** **Previsto**	**Setembro** **Previsto**	**Outubro** **Previsto**	**Novembro** **Previsto**	**Dezembro** **Previsto**

	Aprovado						
001	3.000.000,00	266.000,00	249.000,00	237.000,00	291.000,00	202.000,00	269.000,00

Publicado por:
Juliano Mexko
Código Identificador:87F7E2B5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 091/2025 CONCURSO PÚBLICO EDITAL 005/2024

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista as disposições da Lei Municipal n.º 126/00 e considerando o disposto no inciso II, do Art. 37 da Constituição Federal e o inciso II, do Art. 86 da Lei Orgânica do Município de Campo Magro, convoca os candidatos relacionados abaixo, aprovados no Concurso Público, **Edital n.º 005/2024**, para os cargos mencionados abaixo, para comparecerem no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado no térreo do prédio da Prefeitura do Município de Campo Magro, na Estrada do Cerne, n.º 20.830 - Km 20, no horário determinado abaixo, para apresentação dos documentos referentes à habilitação do **Edital n.º 005/2024**.

Para investidura nos cargos de **MÉDICO, PSICÓLOGO, FARMACÊUTICO e ARQUITETO** será exigido dos candidatos aprovados o preenchimento dos seguintes requisitos de habilitação conforme Item 16.3 do Edital n.º 005/2024 e que sejam observados os 16.1 ao 16.9 do Edital 005/2024:

- Carteira de Identidade;

- CPF próprio;

- PIS ou PASEP (se não possuir, retirar extrato do PIS na Caixa Econômica Federal e do PASEP no Banco do Brasil ou apresentar Cartão Cidadão);

- Título de Eleitor;

- Certidão de Quitação Eleitoral a ser emitida a partir do site do Tribunal Superior Eleitoral (www.tse.jus.br);

- Certificado de Reservista, se for do sexo masculino;

- Certidão de Casamento, Carteira de Identidade e CPF do cônjuge;

- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos;

- Comprovante de endereço, sem abreviaturas, constando bairro e CEP – duas cópias;

- Documento oficial de permissão do Comando, se candidato militar;

- Declaração de que não é titular de cargo, emprego ou função pública (federal, estadual emunicipal) inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, do art. 37, da Constituição Federal;

- Declaração de que não é aposentado em cargo público (federal, estadual e municipal)inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, § 10, do art. 37 e bem como do § 6.º, do art.40, da Constituição Federal;

- Carteira de Trabalho e Previdência Social;

- Documento de comprovação de escolaridade;

- 02 fotos (3x4);

- Declaração de Bens (a ser preenchida em formulário próprio fornecido pelo Departamento deGestão de Pessoal) ou última Declaração Completa Anual de Imposto de Renda;

- Certidão Negativa Criminal e Certidão Negativa Cível expedidas nos últimos 90 (noventa) diaspela Comarca em que reside (não serão aceitas as certidões emitidas pela internet);

- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Polícia Federal, disponível no endereçoeletrônico https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/antecedentes-criminais expedida nos últimos 90(noventa) dias.

- Tendo em vista a implantação do eSocial, instituído pelo Decreto Federal n.º 8.373/2014, o candidato deverá apresentar impressão da tela de consulta de Qualificação Cadastral, obtida no site http://portal.esocial.gov.br/, na qual conste a mensagem "Os dados estão corretos". Caso a mensagem exibida seja diferente, deverão ser providenciadas as correções, conforme orientações constantes na consulta.

- Os candidatos já deverão providenciar a COPIA juntamente com original da documentação contida neste Edital para apresentação na data abaixo.

- Os candidatos convocados que não comparecerem no dia e horário da reunião ou não apresentar toda a documentação solicitada perderão o direito à investidura no cargo.

Paço Municipal de Campo Magro,

em 17 de dezembro de 2025.

RILTON BOZA

Prefeito Municipal

DATA DA CONVOCAÇÃO: 06/01/2026 - 09h00min

Cargo: MÉDICO

ORDEM CONVOCAÇÃO	AFRODESCENDENTE	PCD	CLASSIFICAÇÃO AMPLA	NOME	Nº DE INSCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
16	N	N	16	ALINE SAYURI HAYASHI	862	86

DATA DA CONVOCAÇÃO: 06/01/2026 - 10h00min

Cargo: FARMACÊUTICO

ORDEM CONVOCAÇÃO	AFRODESCENDENTE	PCD	CLASSIFICAÇÃO AMPLA	NOME	Nº DE INSCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
13	N	N	13	LUIZ HENRIQUE ZANIOLO JUSTI	1800	67

DATA DA CONVOCAÇÃO: 06/01/2026 - 14h00min

Cargo: PSICÓLOGO

ORDEM CONVOCAÇÃO	AFRODESCENDENTE	PCD	CLASSIFICAÇÃO AMPLA	NOME	Nº DE INSCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
10	N	N	10	CARLOS ROBERTO VIEIRA SCHUSTER PINTO	484	81

DATA DA CONVOCAÇÃO: 06/01/2026 - 15h00min

Cargo: ARQUITETO

ORDEM CONVOCAÇÃO	AFRODESCENDENTE	PCD	CLASSIFICAÇÃO AMPLA	NOME	Nº DE INSCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
3	N	N	**3**	HELOISA CAROLINA CHIBICHESKI	1673	81,5

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:84D38421

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 074 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a reorganização da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Candói, atualiza sua estrutura administrativa, cria função de confiança, altera remunerações e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Candói, Estado do Paraná, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

Art. 1º Esta Lei Complementar dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Candói, atualiza as atribuições e cria o cargo de Assessor Jurídico do Presidente, com as respectivas atribuições, remuneração, número de vagas e demais requisitos legais, cria função de confiança e redefine a estrutura do setor jurídico do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º A Procuradoria Jurídica, órgão técnico-jurídico permanente da Câmara Municipal de Candói, vinculado diretamente à Presidência, tem por finalidade exercer as funções de consultoria e assessoramento jurídico, análise de legalidade e defesa institucional do Poder Legislativo, prestando apoio técnico à Mesa Diretora, às Comissões, aos vereadores e aos demais setores administrativos.

Art. 3º A estrutura da Procuradoria Jurídica é composta pelos seguintes cargos:

I. Procurador Jurídico, cargo efetivo, de provimento mediante concurso público, que exercerá suas atribuições em consonância com os ditames legais estabelecidos pelas leis que regem o cargo efetivo;

II. Assessor Jurídico do Presidente, cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração, destinado ao assessoramento direto e pessoal da Presidência, sem prerrogativas da advocacia pública e vedado o exercício de atividades técnicas típicas do cargo efetivo.

§ 1º Fica criada a função de confiança denominada Responsável Técnico perante Órgãos de Controle, de natureza técnico-administrativa e estratégica, a ser exercida por servidor efetivo ou ocupante de cargo em comissão com formação jurídica da Câmara Municipal.

§ 2º Compete ao Responsável Técnico perante Órgãos de Controle:

I. coordenar a elaboração e atualização dos relatórios de gestão, planos de ação e respostas a órgãos de controle externo e interno, inclusive no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e do Ministério Público do Estado do Paraná;

II. manter atualizado o banco de dados de recomendações, determinações e prazos emitidos pelos órgãos fiscalizadores, elaborando relatórios semestrais de cumprimento;

III. propor medidas corretivas e aperfeiçoamentos procedimentais com base nas recomendações do Tribunal de Contas, Ministério Público ou Controladoria Interna;

IV. supervisionar a publicação e o registro de informações obrigatórias no Portal da Transparência e no PNCP, articulando-se com os setores competentes;

V. representar tecnicamente a Câmara Municipal em reuniões, auditorias e diligências junto aos órgãos de controle, quando determinado pela Presidência;

VI. elaborar pareceres e notas técnicas de resposta a achados de auditoria, recomendações, determinações e notificações externas;

VII. exercer outras atribuições correlatas determinadas pela Presidência, compatíveis com a natureza técnico-administrativa da função.

§ 3º A função prevista no § 1º deste artigo será remunerada por meio da Gratificação de Função – GFE1-B, nos termos da Lei nº 1.648/2021.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 4º Compete à Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Candói:

I. Definir, respeitados os limites legais existentes, o trâmite interno perante o órgão jurídico da Câmara, no que tange a quais processos e procedimentos em que haverá crivo/parecer jurídico, respeitadas as determinações legais para a análise jurídica dos processos/procedimentos;

II. Promover a organização interna no que tange a digitalização, organização e guarda dos processos com pareceres jurídicos emitidos, inclusive com instituição de prazos e fluxos para manifestação do órgão;

III. zelar pela observância dos princípios constitucionais e legais da Administração Pública e pela correta aplicação da legislação municipal;

IV. propor medidas normativas e administrativas voltadas ao aperfeiçoamento das atividades legislativas e da gestão administrativa;

V. uniformizar a interpretação das normas jurídicas no âmbito do Poder Legislativo;

VI. sugerir providências legais e propor medidas judiciais ou extrajudiciais cabíveis;

VII. realizar estudos e análises sobre matérias de interesse institucional, no que tange a atualização das regras e leis aplicáveis à organização e funcionamento da Câmara Municipal;

VIII. elaborar os atos administrativos de competência do Poder Legislativo Municipal;

IX. apreciar os atos técnicos-legislativos elaborados pela Administração Municipal que afetem o funcionamento da Câmara Municipal;

X. desempenhar outras atribuições correlatas às suas finalidades.

Art. 5º. As atribuições do cargo de Procurador Jurídico concursado, vencimentos, número de vagas e requisitos de provimentos, além dos demais requisitos permanecem inalterados.

Art. 6º. Fica criado o cargo em comissão de Assessor Jurídico do Presidente, dentro da estrutura organizacional da Câmara Municipal, lotado dentro da Procuradoria Jurídica, com denominação, carga horária, remuneração e requisitos de provimento determinados conforme anexo I da presente lei:

§ 1º: Quanto as atribuições, compete ao Assessor Jurídico do Presidente:

I. auxiliar a Presidência na elaboração de despachos, portarias e atos administrativos internos;

II. realizar estudos e emitir informações técnicas não vinculantes;

III. acompanhar a tramitação de proposições legislativas, quando determinado, no que tange a orientação sobre a temática tratada;

IV. prestar apoio jurídico nas relações institucionais da Presidência;

V. exercer outras atividades compatíveis com a natureza do cargo e vinculadas à confiança pessoal do Presidente.

§ 2º. É expressamente vedado ao Assessor Jurídico do Presidente emitir pareceres vinculantes, representar a Câmara em juízo ou fora dele ou praticar atos privativos da advocacia pública.

CAPÍTULO III – DISPOSIÇÕES FUNCIONAIS

Art. 7º. Ficam alteradas e consolidadas as Leis Complementares nº 011/2009, nº 012/2009 e nº 044/2019, bem como todas as demais normas que disponham sobre a estrutura organizacional e os cargos do Poder Legislativo Municipal, nos seguintes termos:

I. A Procuradoria Jurídica estará vinculada diretamente ao Gabinete da Presidência da Câmara Municipal, dentro da estrutura administrativa, sendo que os integrantes da mesma (assessor e procurador) responderão diretamente e serão subordinados à presidência;

II. as atividades de responsabilidades perante os órgãos externos, Tribunal de Contas e outros serão exercidas pelo servidor designado para ocupar a função de confiança, observando-se que, em caso de vacância na nomeação, a autoridade máxima da Câmara avocará a representatividade automaticamente.

Art. 8º. Fica extinto o cargo anteriormente denominado Assessor Jurídico, instituído pela Lei Complementar nº 44/2019, que passa a ser substituído pelo cargo comissionado de Assessor Jurídico do Presidente da Câmara Municipal, vinculado à Procuradoria Jurídica e destinado exclusivamente ao assessoramento direto, pessoal e restrito ao Presidente do Poder Legislativo, sem prerrogativas da advocacia pública e vedado o exercício de atividades técnicas, operacionais ou típicas de cargos efetivos.

Art. 9º. Em razão da natureza essencialmente técnica, estratégica e de assessoramento direto do cargo de Procurador Jurídico, fica dispensado do controle formal de ponto o ocupante do cargo efetivo ora citado.

§ 1º A dispensa de controle de ponto prevista neste artigo aplica-se automaticamente por força desta Lei Complementar, independentemente de regulamentação por ato administrativo ou resolução da Mesa Diretora.

§ 2º Fica instituído o controle de ponto eletrônico para o cargo de Assessor Jurídico do Presidente, sendo que o citado controle servirá para quaisquer aferição e presença ou compensação prevista nesta lei.

§ 3º. Os ocupantes dos cargos – procurador jurídico e assessor jurídico do presidente - regidos por esta Lei Complementar poderão cumprir a jornada de trabalho, sem período estabelecido, conforme as necessidades dos serviços a serem realizados. O horário flexível implica em períodos obrigatórios de permanência no trabalho, conforme a carga horária de cada atribuição, e permite aos servidores a gestão do seu tempo com escolha das horas de entrada e saída, podendo ser prestado em todos ou alguns dias da semana até que se complete a jornada semanal de cada cargo.

Art. 10. Os ocupantes dos cargos regidos por esta Lei Complementar — Procurador Jurídico e Assessor Jurídico do Presidente — terão direito à redução de 4 (quatro) horas em sua carga horária semanal ou ao correspondente lançamento em banco de horas semestral, quando participarem de sessões ordinárias, extraordinárias ou solenes da Câmara Municipal de Candói, em razão do exercício de suas atribuições funcionais durante o período de realização das referidas sessões.

§ 1º A redução ou compensação prevista no caput será formalmente registrada nos assentamentos funcionais do servidor ou comissionado, devendo a frequência ser atestada pelo setor competente da Câmara Municipal, dispensando-se o citado registro nos assentamentos no caso do Assessor Jurídico do Presidente, sendo que o registro do ponto eletrônico servirá para comprovar a participação e compensação de que trata a presente regra.

§ 2º A concessão do benefício previsto neste artigo independe de autorização específica e aplica-se automaticamente sempre que comprovada a participação nas sessões legislativas.

§ 3º Este dispositivo passa a integrar a disciplina legal da jornada dos cargos criados por esta Lei Complementar, substituindo o regramento anteriormente previsto em ato normativo interno que tratava da matéria.

§ 4º Em períodos de recesso as funções dos cargos jurídicos serão executadas em regime de prontidão e convocação, sendo que, em caso de convocação por qualquer meio pela presidência, os integrantes da procuradoria jurídica (procurador e Assessor) deverão atender a convocação independente do período, inclusive em períodos de férias ou recessos, se for o caso, compensando os dias de convocação de preferência em gozo contínuo ao período de férias, se for o caso.

Art. 11. As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Câmara Municipal de Candói, previstas em seu orçamento anual, podendo ser suplementadas, se necessário, mediante autorização legislativa ou ato equivalente.

Art. 12. É parte integrante desta lei o Anexo I, que institui a respectiva remuneração, símbolo, quantidade de vagas, forma de provimento, requisitos para investidura, jornada de trabalho semanal e remuneração do cargo criado de Assessor Jurídico do Presidente, bem como o anexo II (Função Gratificada), instituindo a Denominação da função, símbolo, quantidade, forma de provimento, requisitos e valor de referência.

Art. 13. Ficam revogadas todas as disposições em contrário, especialmente as contidas nas Leis Complementares nº 011/2009, nº 012/2009 e nº 044/2019, e em quaisquer outras normas que tratem da estrutura administrativa e dos cargos jurídicos da Câmara Municipal, no que forem incompatíveis com o disposto nesta Lei Complementar.

Art. 14. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos imediatos e alcançando os atos de gestão necessários à sua plena implementação.

Gabinete do Prefeito, Município de Candói (PR) em 17 de dezembro de 2025.

ALDOINO GOLDONI FILHO

Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGO EM COMISSÃO – PROCURADORIA JURÍDICA

Denominação do Cargo	Símbolo	Quantidade de vagas	Forma de Provimento	Requisitos de Investidura	Jornada de Trabalho Semanal	Vencimento Mensal
Assessor Jurídico do Presidente da Câmara Municipal	AJ-1	01	Cargo em Comissão	Curso Superior em Direito e inscrição na Ordem Dos Advogados da OAB	20 horas	R$ 9.294,14

ANEXO II

FUNÇÃO DE CONFIANÇA

Denominação da Função	Símbolo	Quantidade	Forma de Provimento	Requisitos	Valor da Função Gratificada
Responsável Técnico perante Órgãos de Controle	FC-RT	01	Designação exclusiva entre Procuradores Jurídicos efetivos ou Assessores nomeados	Curso Superior em Direito e OAB	Gratificação de Função – GFE1-B (Lei nº 1.648/2021)

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:74F6BF80

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.815 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a criação do Programa PROFESSOR NOTA 10, para valorização do educador da rede municipal pelo desempenho, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CANDÓI, Estado do Paraná, aprovou e eu, ALDOINO GOLDONI FILHO, Prefeito Municipal, sanciono com base no Art. 50 da Lei Orgânica Municipal a seguinte Lei.

Art. 1º Fica instituído o Programa PROFESSOR NOTA 10, com a finalidade de incentivar e reconhecer o esforço e o compromisso dos profissionais da educação, na garantia do direito à educação de qualidade aos estudantes da rede municipal.

§ 1º Integram a Rede Municipal de Ensino, para fins de participação ao Programa PROFESSOR NOTA 10, as unidades educacionais que atendem as turmas de Educação Infantil e do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, educação especial, bem como os ocupantes dos cargos públicos abrangidos pelas classes de profissionais do magistério em exercício de docência e profissionais em atividades de suporte pedagógico nas unidades educacionais (coordenação e direção), desde que em efetivo exercício das atividades na Rede Municipal de Ensino de Candói, além de abranger também todos os professores que responderem cumulativamente pelos vários setores da educação e que estiverem atuando fora da sala de aula, sendo os seguintes setores: pedagógico e projeto; educação em tempo integral e aulas diversificadas; ensino fundamental; educação infantil e educação especial, sendo computada apenas uma designação em caso de responder o professor por dois setores cumulativamente.

§ 2º O Programa se caracteriza como incentivo e é destinado exclusivamente aos servidores públicos da rede municipal de ensino lotados na Secretaria Municipal de Educação, considerados os de provimento efetivo (concursados) e os contratados temporariamente por Processos Seletivos Simplificados (PSS), que estejam em efetivo exercício das suas funções, excetuando-se eventuais trabalhadores em regime de terceirizações/ou locação de mão de obra junto a administração municipal e aqueles colocados à disposição de outros órgãos e entidades.

Art. 2º O programa contemplará o pagamento, em pecúnia, de prêmio aos profissionais (nos termos do § 2º do art. 1º acima), atuantes nas unidades educacionais da rede descritos no § 1º do Art. 1º desta Lei.

§ 1º O prêmio recebido pelas unidades não gera direito adquirido, não constitui evento salarial remuneratório de caráter permanente, e será pago a qualquer servidor que esteja relacionado ao disposto no § 2º do art. 1º desta Lei, desde que seja implantado o programa no ano letivo correspondente, nos moldes do caput do artigo 4º da presente lei.

§ 2º A premiação por resultados será paga em conformidade com o cumprimento das metas definidas no Anexo único desta Lei.

§ 3º Os profissionais descritos no § 2º do art. 1º desta lei, participarão do programa por matrícula ativa junto ao RH do Município (em razão de vínculo por concursos e/ou processo seletivo), e, portanto, serão avaliados isoladamente pelo cumprimento de metas em cada matrícula, podendo, por exemplo, um servidor com duas matrículas ativas, receber a premiação por uma matrícula em razão de atingimento de metas nos termos desta lei e seus regulamentos, e deixar de receber por outra por não atingimento de tais metas.

§ 4º O disposto no § 3º acima não se aplica para os casos de dobra de jornada, hipótese que o servidor será avaliado tão somente em razão de sua matrícula padrão.

§ 5º Para os cargos de coordenadores e diretores, no exercício da função, que apresentam uma matrícula de 20 (vinte) horas com extensão de carga horária de mais 20 (vinte) horas, será computado duas matriculas de 20 (vinte) horas.

§ 6º Para o profissional aderente ao programa que tenha jornada formalmente fixada de forma maior ou menor que 20 (vinte) horas semanais, desde que não enquadrado no disposto no § 4º deste artigo, o pagamento de premiação será também proporcional a sua jornada fixada, observando-se ainda que o caso de jornada fixada acima de 20 (vinte) horas semanais será julgado por equiparado como de segunda matricula e, no que couber, atraindo os efeitos e disposições do § 3º deste artigo.

Art. 3º O prêmio abrange servidores que estiverem no efetivo exercício das suas atividades na instituição ligada a rede municipal de ensino, que cumprirem as regras definidas por essa Lei e atos oficiais que dela derivarem e na proporção em que alcançarem pontuação sistemática de aferição dos resultados definidos em regulamento publicado anualmente pela Secretaria Municipal de Educação, com base nos critérios estabelecidos a partir de metas individuais e coletivas, sendo:

I - A meta individual estará condicionada ao indicador ABSENTEÍSMO e,

II - As metas coletivas estão condicionadas pelos indicadores de REPROVAÇÃO e APRENDIZAGEM.

§ 1º Os indicadores serão aferidos por pontuação, totalizando 1.000 (um mil) pontos como fator máximo, sendo distribuídos da seguinte forma:

500 (quinhentos) pontos para o indicador ABSENTEÍSMO;

200 (duzentos) pontos para o indicador REPROVAÇÃO; e

300 (trezentos) pontos para o indicador APRENDIZAGEM.

§ 2º O detalhamento dos indicadores está discriminado no Anexo Único desta Lei.

§ 3º A apuração para fins de concessão dos benefícios, se dará preferencialmente na primeira semana de dezembro de cada ano, utilizando-se os dados acumulados durante todo o ano letivo e resultados de avaliações externas estaduais relativas aquele exercício, ou na data que esses resultados de aprendizagem forem efetivamente liberados pelo Governo Estadual.

§ 4º A distribuição será feita respeitando a proporcionalidade da apuração, isto é, o valor total do prêmio será distribuído a todos os profissionais que aderiram ao programa, multiplicados pelo fator de desempenho de cada um.

§ 5º A Secretaria Municipal de Educação promoverá a avaliação de todos os profissionais em exercício ou não que estiverem aptos a participarem do programa, mesmo que não estiverem lecionando em período integral no ano letivo, salvo aqueles que não se enquadrarem nos requisitos legais exigidos, não sendo necessário qualquer adesão específica pelos servidores.

Art. 4º O montante destinado anualmente ao Programa PROFESSOR NOTA 10, será definido e divulgado pela administração preferencialmente até a última semana de novembro de cada ano, considerando a disponibilidade financeira do município, utilizando-se exclusivamente os recursos repassados pelo VAAR (Valor Aluno Ano).

§ 1º Para cálculo do montante a ser destinado ao Programa PROFESSOR NOTA 10, poderá ser utilizado até o limite de um (1) piso inicial da carreira do magistério municipal, para cada profissional de 20 (vinte) horas semanais que aderir ao Programa, observando-se que os pagamentos observarão exclusivamente a primeira classe do nível "A" referente aos artigos 20 e 21 da Lei Complementar nº 31/2017, independente da titulação, tempo de carreira ou alocação de progressão de carreira do profissional.

§ 2º Quanto ao percentual do recurso a ser utilizado, conforme regra disposta no caput, o município poderá utilizar o percentual de até 30% (trinta por cento) do Valor Aluno Ano — Resultado - VAAR, nos exercícios que a rede municipal for contemplada com o efetivo recebimento.

§ 3º O VAAR, nos termos do Art. 5º da Lei nº 14.113/2020, refere-se a Complementação Financeira da União aos municípios que cumprirem condicionalidades de melhoria de gestão, alcançarem evolução de indicadores de atendimento e de melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades, conforme metodologia definida e resultados divulgados em Resoluções da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade e Portarias e Resoluções do Ministério da Educação (MEC) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE.

Art. 5º O prêmio será pago preferencialmente até o mês de abril do ano subsequente ao processo de apuração.

Art. 6º Não fará jus a participar das regras da premiação o servidor que, durante o ano letivo a ser avaliado, de forma isolada ou cumulativa:

I. Esteve em licença, remunerada ou não;

II. possuir registro de uma ou mais faltas injustificadas;

III. teve mais de 07 (sete) faltas justificadas;

IV. esteve em condição de afastamento(s) superior(es) a 07 (sete) dias consecutivos ou que, em períodos fracionados, teve afastamentos que, somados, seja também superior(es) a tal quantitativo;

V. tenha recebido qualquer espécie de punição oriunda de sindicância e/ou processo administrativo disciplinar, ou ainda tenha sido afastado durante o trâmite de qualquer destes procedimentos;

VI. tenha solicitado exoneração, mesmo que após o início do programa ou do processo avaliativo de que trata esta Lei, fazendo jus entretanto o servidor ao recebimento dos valores devidos e já apurados, se já houver sido efetuada a avaliação e atribuída a pontuação individual do mesmo;

VII. não esteve lotado na rede municipal de ensino por um período mínimo de 80% (oitenta por cento) do ano letivo avaliado;

VIII. esteve em condição de cedência a outro órgão;

IX. for aposentado.

§ 1º Excetuam-se da previsão do caput e seus incisos os períodos de:

férias individuais;

licença maternidade;

licença paternidade;

licença adotante;

doação de sangue;

tratamento oncológico do próprio servidor;

os períodos de convocação para júri e serviço militar;

os períodos referidos no art. 98 da Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997; e.

mãe atípica, mediante apresentação de laudo médico atestando a condição citada

§ 2º Para o disposto no caput do § anterior, com relação aos incisos II e VI do citado §, a aferição e os valores eventualmente devidos serão pagos de forma proporcional ao efetivo exercício das atividades pelo servidor durante o ano letivo.

§ 3º Não se aplicam para fins desta Lei quaisquer abonos de ausências de servidores enquadrados nesta Lei, além dos citados no § 1º deste artigo.

§ 4º As condicionantes deste artigo se verificarão por matrícula ativa do servidor junto ao Município, e nos termos dos §§ 3º, 4º e § 6ºdo art. 2º desta Lei.

§ 5º Para os cargos de coordenadores e diretores, que, por força da função, apresentam uma matrícula de 20 (vinte) horas semanais com extensão de carga horária, será computado duas matriculas de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 7º Para a definição da premiação, a Secretaria Municipal de Educação deverá especificar, em instruções e regulamentos, no que couber, os aspectos e as dimensões constantes no Anexo Único desta Lei.

Art. 8º A Secretaria Municipal Educação poderá compor Comitê de acompanhamento dos atos advindos desta lei para acompanhamento e deliberação;

Art. 9º Caberá a Secretaria Municipal Educação, após a apuração, publicar atos e os resultados alcançados.

Art. 10. Para a premiação referente ano letivo de 2025 o processo avaliativo será nos termos desta lei, de forma transitória e considerando:

§ 1º Exclusivamente para verificação das condicionantes dos incisos do artigo 6º desta Lei, para o servidor será considerado as ocorrências alusivas àqueles incisos do período compreendido entre a data da publicação desta lei até a data da realização do diagnóstico avaliativo.

§ 2º Os valores apontados no Art. 4º, poderão ser calculados proporcionalmente ao período de meses compreendido entre a data da publicação desta lei até o encerramento do ano letivo.

§ 3º a partir de 2026, aplicam-se integralmente as metas anuais publicadas nesta lei.

Art. 11. O prêmio é eventual e discricionário, podendo ser suspenso a qualquer tempo.

Parágrafo único. Como critério de suspensão, o executivo municipal deverá avaliar anualmente o indicador apontado no art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal, observando o limite máximo de 90% no ano anterior para abertura de novo ciclo do programa.

Art. 12. Fica o Conselho Municipal de Educação responsável pela governança e controle do programa.

Art. 13. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações específicas do orçamento quando houve repasse de recursos recebidos do VAAR (Valor Aluno Ano).

Parágrafo único. A execução do programa desta Lei será condicionada a disponibilidade orçamentária.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Candói (PR), em 17 de dezembro de 2025.

ALDOINO GOLDONI FILHO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PARA FINS DE APURAÇÃO DA PREMIAÇÃO

Dos profissionais e trabalhadores: Cada profissional/trabalhador pode alcançar um peso final que varia de 0 a 1.000, sendo 0 o não cumprimento de nenhum dos critérios das metas, o que o leva a não receber o prêmio, e 1.000 quando ele atinge 100% dos critérios com excelência e recebe 100% do total de prêmio estipulado pela ponderação.

Fórmula: "Fator = Pontos ÷ 1 000"

DA META INDIVIDUAL:

A meta refere-se à redução do abstencionismo nas unidades escolares, e indica o número de ausências do servidor ao trabalho em determinado período a fim de reconhecer a contribuição do servidor para o cumprimento das metas de assiduidade.

Os critérios desta meta serão aferidos a partir dos documentos mensais enviado pelas unidades educacionais ao departamento de RH da prefeitura;

A meta individual tem peso de 500 pontos, sendo computado o limite de faltas seguinte forma:

Limite Inferior	Limite Superior	Pontuação
	0	*500*
1	*3*	*400*
4	*7*	*100*
8	*11*	*10*
12		*0*

DAS METAS COLETIVAS:

Para aferição das metas coletivas usar-se á os seguintes parâmetros gerais:

I - Para os profissionais atuantes na Educação Infantil, serão utilizados dados dos indicadores de REPROVAÇÃO do 1º ano do ensino fundamental da unidade referência e dos de APRENDIZAGEM aferida no Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP), através da Prova Paraná Mais para o 2º ano do ensino fundamental da escola de referência;

II - Para os profissionais atuantes no 1º e 2º ano do ensino fundamental, serão utilizados dados dos indicadores de REPROVAÇÃO de cada ano respectivamente e os dados de APRENDIZAGEM no Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP), através da Prova Paraná Mais para o 2º ano do ensino fundamental da escola de lotação;

III - Para os profissionais atuantes nas Unidades Educacionais de 3º ao 5º ano do ensino fundamental, serão utilizados dados dos indicadores de REPROVAÇÃO de cada ano respectivamente e os dados de APRENDIZAGEM no Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP), através da Prova Paraná Mais para o 5º ano do ensino fundamental da escola de lotação;

IV - Para os profissionais atuantes nas coordenações e direções das unidades educacionais, serão utilizados dados dos indicadores da média aferida na REPROVAÇÃO de todas as turmas da unidade educacional de lotação e os dados da média de APRENDIZAGEM no Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP), através da Prova Paraná Mais, computando os 2º e 5º anos do ensino fundamental da escola de lotação;

V- Para os profissionais atuantes nas disciplinas diversificadas ou reforço escolar, serão utilizados os indicadores onde ministram mais aulas, de acordo com o padrão.

VI- Para os profissionais atuantes na Educação Especial, serão utilizados os indicadores respectivos do 5º ano, de acordo com o padrão.

DOS CRITÉRIOS DE CADA INDICADOR DA META COLETIVA:

I - A meta coletiva de REPROVAÇÃO, com peso de 200 pontos, será aferida com os seguintes percentuais:

Limite Inferior	Limite Superior	Pontuação
=	*0,0000%*	*200*
0,0001%	*1,0000%*	*150*
1,0001%	*2,0000%*	*100*
2,0001%	*4,0000%*	*50*
4,0001%	>	*0*

II - A meta coletiva de APRENDIZAGEM, com peso de 300 pontos, será aferida com os seguintes percentuais:

2º ANO - PROVA PARANÁ + (ADEQUADO + PROFICIENTE)

Limite Inferior	Limite Superior	Pontuação
<	*0,5990*	*0*
0,5991	*0,7990*	*50*
0,7991	*0,8990*	*90*
0,8991	*0,9990*	*150*
0,9991	>	*300*

5º ANO - PROVA PARANA + (ADEQUADO + PROFICIENTE)

Limite Inferior	Limite Superior	Pontuação
<	*0,4990*	*0*
0,4991	*0,5990*	*50*
0,5991	*0,6990*	*90*
0,6991	*0,7990*	*150*
0,7991	>	*300*

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:C00D4F74

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 384/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº 384/2025

PROCESSO Nº 2.629/2025 DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/2025 (90.112/2025)

O **MUNICÍPIO DE CANDÓI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, localizado na Av. XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, inscrito no CPF sob o nº 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R1497082 SESP/SC, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 296, de 3 de abril de 2023, em conformidade com as disposições à seguir:

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para aquisição de equipamentos e aparelhos para monitoramento, quantitativos e demais exigências constantes do edital e seus anexos.

1.1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico nº 112/2025 (90.112/2025) e seus anexos e a proposta do fornecedor.

2. VALIDADE E PRORROGAÇÃO DA ATA

2.1. A presente ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, conforme disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. Em caso de prorrogação, os quantitativos inicialmente previstos serão automaticamente renovados em montante equivalente ao inicialmente pactuado.

3. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O valor global desta ata é na importância de **R$ 100.304,80** (cem mil, trezentos e quatro reais e oitenta centavos).

3.2. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: HABITUS DIGITAL COMERCIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 41.010.343/0001-14, com sede social na Avenida São Paulo, n° 710, Sala 02, Bairro Centro, CEP 86.300-000, Cornélio Procópio-PR, neste ato representado por seu sócio administrador o Sr. JOSÉ LUIZ BUONO, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o nº ***.923.949-**, com residência e domicílio na Avenida Barão do Rio Branco, n° 160, casa 16, Bairro Vila Independência, CEP 86.300-000, Cornélio Procópio-PR, endereço eletrônico: contato@habitusdigital.com.br.

Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Un	Qtde	Preço	Preço total
52	VHD 3220 MINI D BLACK Sensor 1/2.7' 2 Megapixels CMOS Pixels efetivos 1920 (H) x 1080 (V) Linhas horizontais 1920H Resolução real 1080 p Lente 2.8 mm Ângulo de visão horizontal 107° Ângulo de visão vertical 59° IR Inteligente Sim Alcance IR 20 m IR Inteligente Sim Comprimento de onda LED IR 850nm Quantidade de LEDs 1 Formato do vídeo NTSC Protocolos de vídeo HDCVI / AHD-H / HDTVI (v2.0) Analógico (CVBS) Mudança de protocolo Menu OSD ou VHD Control Idiomas do menu OSD Português / Inglês / Espanhol Máscara de Privacidade ON / OFF (8 áreas programáveis) Redução Digital de Ruído (DNR) 2D - Ajustável Áudio Áudio embutido (somente protocolo HDCVI, área de 75m²)	INTELBRAS	VHD 3220 MINI D BLACK Cód Fab:4560041	UN	20,00	247,36	4.947,20
58	VIP 5425 SD A FT Câmera IP Speed Dome com alerta visual e sonoro, Resolução de 4 megapixels, Zoom óptico de 25x, Inteligência Artificial, Suporte a cartão micro-SD, IP66, Sensor de imagem 1/2.8' 4 megapixels CMOS, Pixels efetivos (H x V) 2560 x 1440, Memória RAM/ROM 1 GB / 4 GB, Sistema de varredura Progressivo, Velocidade do obturador 1/1~1/30000s, 0.005 lux/F1.6 (Colorido), Sensibilidade 0.0005 lux/F1.6 (Preto e Branco), 0 lux (Preto e Branco com IR ligado), Distância do infravermelho 150 m / 0.85 microns, Distância do Led (Full Color) 50 m, Quantidade de LEDs 2 (IR) + 2 (Estrobo) + 2 (LED branco), Relação sinal-ruído =55 dB, Tipo de lente Vari focal motorizada, Distância focal 5 a 125 mm, Abertura máxima F1.6 a F3.6, Horizontal: 51.9° a 3,0°, Vertical: 39,7° a 2.2°, Diagonal: 63.1° a 3.7°, Ángulo de visão, Controle do foco Automático / Manual / Semiautomático, Zoom óptico 25x, Zoom digital 16x, Quantidade de presets 300, Funções PTZ 5 Patrulhas, 8 Tour com 32 presets cada, Detecção de movimento Sim, Mascaramento de vídeo Sim, Região de interesse Sim, Inteligência Artificial[1], Proteção Perimetral Cruzamento de linha. Alarme causado por tipo de alvo (humano ou veículo). Filtro de falso alarme causado por animais, folhas, luz forte, entre outros. Movimento rápido. Detecção de estacionamento. Aglomeração de pessoas. Atitude Suspeita. Abandono e retirada de objetos., Detecção de face Detecção facial com metados como gênero, idade, expressão, Quantidade de streams 3 streams, 4M (2560 × 1440); 3M (2048 × 1536); 1080p (1920 × 1080); 720p (1280 × 720); D1 (704 × 576/704 × 480); VGA (640 × 480); CIF (352 × 288/352 × 240), Stream principal: 4M / 3M / 1080p / 1.3M / 720p (1 ~ 25/30 FPS), Stream extra: D1 / VGA /CIF (1 ~ 25/30 FPS), Stream extra 2: 1080P / 1.3M / 720P / D1 / CIF (1 ~ 25/30 FPS), Taxa de frames, H.264: 96 kpbs ~ 14848 kbps, Taxa de bits, H.265: 38 kpbs ~ 8960 kbps, Modo Dia/Noite Automático / Colorido / Preto e Branco, Troca automática do filtro (ICR) Sim (auto), Estabilização eletrônica de imagem Sim, Áudio, Interface de áudio 1 entrada e 1 saída, Compressão PCM; G.711a; G.711Mu; G.726; MPEG2-Layer2; G722.1; G729; G723, Rede, Interface 1 RJ-45 (10/100Base-T), HTTP; HTTPS; IPv4; RTSP; UDP; SMTP; NTP; DHCP; DNS; DDNS; IPv6; 802.1x; QoS; FTP; UPnP; Protocolos, ICMP; SNMP; SNMP v1/v2c/v3 (MIB-2); IGMP; ARP; RTCP; RTP; PPPoE; RTMP; TCP, Onvif S/G/T, API, CGI, Máximo	INTELBRAS	VIP 5425 SD A FT	UN	8,00	11.919,70	95.357,60

	acesso de usuários 20 usuários, Throughput 64 Mbps, Configuração de nível de acesso Acesso através de senha com diferentes níveis de permissão, Armazenamento Cartão micro-SD de até 512 GB (não incluso), NAS e FTP, Alimentação 24 Vdc / 2.5 A ou PoE+ (802.3at), Nível de proteção IP66, Material do case Metal,						

3.3. A listagem do cadastro de reserva referente esta ata, caso possua, constará como anexo.

4. ORGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Administração, através do Setor de Licitações.

4.2. São órgãos participantes do registro de preços:

#	Órgão Participante
1	Secretaria de Administração

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à esta ata de registro de preços.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. O órgão gerenciador poderá, na periodicidade que julgar necessário, em razão da natureza do objeto registrado, realizar a atualização dos preços registrados, em conformidade com a realidade de mercado.

6.2. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3.2. A redução do preço registrado poderá impactar nos contratos deles decorrentes.

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

6.4.1. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.4.2. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e neste edital.

6.4.3. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

6.4.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

6.4.5. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4.6. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

6.4.7. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados.

6.4.8. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento do registro de preços do item, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

6.5. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I - for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

V – não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.6. Esta ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II – pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

6.7. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa. O fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

7. DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

7.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão gerenciador por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Os instrumentos de que trata o subitem anterior serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

7.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto noart. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. Os contratos decorrentes da ata de registro de preços terão duração inicial de **12 (doze) meses**, nos termos do Art. 105, e conforme Art. 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e não poderão ser prorrogados.

7.5. A convocação para assinatura será feita através de ofício pelo sistema digital de gestão documental, no qual constará como anexo o instrumento contratual, que deverá ser assinado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, digitalmente pelo próprio sistema, mediante uso de senha pessoal ou certificado digital, conforme Decreto Municipal nº 138, de 2021.

7.6. O prazo estabelecido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

7.7. A recusa na assinatura do contrato, ensejara abertura de processo administrativo para penalização do fornecedor, e autoriza o órgão gerenciador, a convocação do cadastro reserva para exercício do mesmo direito.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O descumprimento das obrigações constantes do edital, termo de referência e demais anexos, e desta ata de registro de preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e legislação aplicável.

8.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do Art. 106, § 6º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no termo de referência, anexo do edital.

9.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata, inclusive acréscimos do que trata o Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do Art. 106, § 8º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da eventual contratação, terão cobertura pelos créditos orçamentários consignados na LOA (Lei Orçamentária Anual - Lei nº 1.780, de 19 de dezembro de 2024), em alguma das seguintes dotações:

Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	470	04.001.04.122.0002.2007	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	550	04.001.04.122.0002.2007	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	570	04.002.04.122.0002.2008	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	610	04.002.04.122.0002.2008	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	840	06.001.12.306.0005.2013	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	970	06.001.12.361.0005.2014	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1010	06.001.12.361.0005.2014	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1020	06.001.12.361.0005.2014	105	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1090	06.001.12.361.0005.2015	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1100	06.001.12.361.0005.2015	103	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	1100	06.001.12.361.0005.2015	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1110	06.001.12.361.0005.2015	107	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1250	06.001.12.361.0005.2015	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1260	06.001.12.361.0005.2015	139	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1330	06.001.12.365.0005.2017	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1830	08.001.10.301.0007.2025	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1840	08.001.10.301.0007.2025	303	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	1840	08.001.10.301.0007.2025	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1842	08.001.10.301.0007.2025	488	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	1842	08.001.10.301.0007.2025	488	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1843	08.001.10.301.0007.2025	492	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	1843	08.001.10.301.0007.2025	492	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1845	08.001.10.301.0007.2025	1062	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	1845	08.001.10.301.0007.2025	1062	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1930	08.001.10.301.0007.2025	303	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1940	08.001.10.301.0007.2025	304	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1945	08.001.10.301.0007.2025	520	4.4.90.52.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	1945	08.001.10.301.0007.2025	520	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1950	08.002.10.301.0007.2026	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	2050	08.002.10.301.0007.2027	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	2190	08.003.10.301.0007.2029	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	2200	08.003.10.301.0007.2029	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	2203	08.003.10.301.0007.2029	492	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	2203	08.003.10.301.0007.2029	492	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	2205	08.003.10.301.0007.2029	494	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	2205	08.003.10.301.0007.2029	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	2260	08.003.10.301.0007.2029	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	2270	08.003.10.301.0007.2029	518	4.4.90.52.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	2270	08.003.10.301.0007.2029	518	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	2280	08.003.10.301.0007.2029	519	4.4.90.52.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	2280	08.003.10.301.0007.2029	519	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

10.2. Se a despesa não ocorrer no exercício de 2025, haverá dotações equivalentes na LOA do exercício correspondente.

11. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1. A legislação aplicável ao cumprimento das obrigações desta ata, inclusive quanto aos casos omissos serão decididos pelo órgão gerenciador, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

12. PUBLICAÇÃO

12.1. Após assinatura das partes, esta ata ou seu extrato será publicada no Diário Oficial do Município de Candói-PR acessível no sitio eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amp.

12.2. Incumbirá ao órgão gerenciador divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 c/c art. 176 da Lei 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes.

Datado e Assinado digitalmente pelo Sr. **Aldoino Goldoni Filho**, como Representante legal do órgão gerenciador e pelo representante legal do fornecedor, dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:04C55FAA

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 385/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº 385/2025

PROCESSO Nº 2.629/2025 DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/2025 (90.112/2025)

O **MUNICÍPIO DE CANDÓI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, localizado na Av. XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, inscrito no CPF sob o nº 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R1497082 SESP/SC, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 296, de 3 de abril de 2023, em conformidade com as disposições à seguir:

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para aquisição de equipamentos e aparelhos para monitoramento, quantitativos e demais exigências constantes do edital e seus anexos.

1.1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico nº 112/2025 (90.112/2025) e seus anexos e a proposta do fornecedor.

2. VALIDADE E PRORROGAÇÃO DA ATA

2.1. A presente ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, conforme disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. Em caso de prorrogação, os quantitativos inicialmente previstos serão automaticamente renovados em montante equivalente ao inicialmente pactuado.

3. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O valor global desta ata é na importância de **R$ 23.168,60** (vinte e três mil, cento e sessenta e oito reais e sessenta centavos).

3.2. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: CRISTINO VALERIANO DE OLIVEIRA NETO 12380983631, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 24.838.242/0001-17, com sede social na Avenida Governador Valadares, n° 1008, Loja A, Bairro Centro, CEP 38.160-000, Nova Ponte-MG, neste ato representado por seu sócio administrador o Sr. CRISTINO VALERIANO DE OLIVEIRA NETO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº ***.809.836-**, com residência e domicílio na Rua Avenida Presidente Vargas, n° 1533, Bairro São João, CEP 38.160-000, Nova Ponte-MG, endereço eletrônico: incalicitacoesadm@gmail.com.

Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Un	Qtde	Preço	Preço total
31	HD Surveillance WD Purple Pro, 10TB, 7200RPM, Cache 256MB, 3.5", SATA WD101PURP Especificações: - Capacidade: 10 TB - Tamanho físico: 3,5 polegadas - Tamanho do cache: 256 MB - Interface: SATA	WD PURPLE	Purple Pro WD102PURP 10TB	UN	6,00	2.380,00	14.280,00

	- Conector: SATA - Disk Speed (RPM): 7200rpm - Taxa de transferência: até 265MB/s Conteúdo da embalagem: - 1 x HD WD Purple Pro 10TB Garantia: 5 anos de garantia						
41	Rack Quadro Outdoor Telecom 6u 19 Externo Rack Outdoor 6U Externo Características Chapa de aço galvanizado Pintura a pó eletrostática de alta resistência e durabilidade Dimensões Externas: 45 (A) x 51 (P) x 56 (L) cm Dimensões Internas: 41 (P) cm (Régua de U até o fundo) | 7 (P) cm (Tampa até a régua de U). Peso: 22kg	VOLT	Rack Outdoor Basculante 6U	UN	10,00	888,86	8.888,60

3.3. A listagem do cadastro de reserva referente esta ata, caso possua, constará como anexo.

4. ORGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Administração, através do Setor de Licitações.

4.2. São órgãos participantes do registro de preços:

#	Órgão Participante
1	Secretaria de Administração

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à esta ata de registro de preços.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. O órgão gerenciador poderá, na periodicidade que julgar necessário, em razão da natureza do objeto registrado, realizar a atualização dos preços registrados, em conformidade com a realidade de mercado.

6.2. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3.2. A redução do preço registrado poderá impactar nos contratos deles decorrentes.

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

6.4.1. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.4.2. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e neste edital.

6.4.3. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

6.4.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

6.4.5. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4.6. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

6.4.7. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados.

6.4.8. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento do registro de preços do item, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

6.5. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I - for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

V – não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.6. Esta ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II – pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

6.7. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa. O fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

7. DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

7.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão gerenciador por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Os instrumentos de que trata o subitem anterior serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

7.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto noart. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. Os contratos decorrentes da ata de registro de preços terão duração inicial de **12 (doze) meses**, nos termos do Art. 105, e conforme Art. 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e não poderão ser prorrogados.

7.5. A convocação para assinatura será feita através de ofício pelo sistema digital de gestão documental, no qual constará como anexo o instrumento contratual, que deverá ser assinado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, digitalmente pelo próprio sistema, mediante uso de senha pessoal ou certificado digital, conforme Decreto Municipal nº 138, de 2021.

7.6. O prazo estabelecido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

7.7. A recusa na assinatura do contrato, ensejara abertura de processo administrativo para penalização do fornecedor, e autoriza o órgão gerenciador, a convocação do cadastro reserva para exercício do mesmo direito.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O descumprimento das obrigações constantes do edital, termo de referência e demais anexos, e desta ata de registro de preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e legislação aplicável.

8.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do Art. 106, § 6º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no termo de referência, anexo do edital.

9.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata, inclusive acréscimos do que trata o Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do Art. 106, § 8º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da eventual contratação, terão cobertura pelos créditos orçamentários consignados na LOA (Lei Orçamentária Anual - Lei nº 1.780, de 19 de dezembro de 2024), em alguma das seguintes dotações:

Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	470	04.001.04.122.0002.2007	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	550	04.001.04.122.0002.2007	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	570	04.002.04.122.0002.2008	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	610	04.002.04.122.0002.2008	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	840	06.001.12.306.0005.2013	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	970	06.001.12.361.0005.2014	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1010	06.001.12.361.0005.2014	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1020	06.001.12.361.0005.2014	105	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1090	06.001.12.361.0005.2015	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1100	06.001.12.361.0005.2015	103	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	1100	06.001.12.361.0005.2015	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1110	06.001.12.361.0005.2015	107	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1250	06.001.12.361.0005.2015	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1260	06.001.12.361.0005.2015	139	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1330	06.001.12.365.0005.2017	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1830	08.001.10.301.0007.2025	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1840	08.001.10.301.0007.2025	303	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	1840	08.001.10.301.0007.2025	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1842	08.001.10.301.0007.2025	488	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	1842	08.001.10.301.0007.2025	488	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1843	08.001.10.301.0007.2025	492	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	1843	08.001.10.301.0007.2025	492	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1845	08.001.10.301.0007.2025	1062	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	1845	08.001.10.301.0007.2025	1062	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1930	08.001.10.301.0007.2025	303	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1940	08.001.10.301.0007.2025	304	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1945	08.001.10.301.0007.2025	520	4.4.90.52.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	1945	08.001.10.301.0007.2025	520	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1950	08.002.10.301.0007.2026	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	2050	08.002.10.301.0007.2027	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	2190	08.003.10.301.0007.2029	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	2200	08.003.10.301.0007.2029	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	2203	08.003.10.301.0007.2029	492	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	2203	08.003.10.301.0007.2029	492	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	2205	08.003.10.301.0007.2029	494	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	2205	08.003.10.301.0007.2029	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	2260	08.003.10.301.0007.2029	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	2270	08.003.10.301.0007.2029	518	4.4.90.52.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	2270	08.003.10.301.0007.2029	518	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	2280	08.003.10.301.0007.2029	519	4.4.90.52.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	2280	08.003.10.301.0007.2029	519	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

10.2. Se a despesa não ocorrer no exercício de 2025, haverá dotações equivalentes na LOA do exercício correspondente.

11. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1. A legislação aplicável ao cumprimento das obrigações desta ata, inclusive quanto aos casos omissos serão decididos pelo órgão gerenciador, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

12. PUBLICAÇÃO

12.1. Após assinatura das partes, esta ata ou seu extrato será publicada no Diário Oficial do Município de Candói-PR acessível no sitio eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amp.

12.2. Incumbirá ao órgão gerenciador divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 c/c art. 176 da Lei 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes.

Datado e Assinado digitalmente pelo Sr. **Aldoino Goldoni Filho**, como Representante legal do órgão gerenciador e pelo representante legal do fornecedor, dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:1ABF3EE5

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 386/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº 386/2025

PROCESSO Nº 2.629/2025 DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/2025 (90.112/2025)

O **MUNICÍPIO DE CANDÓI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, localizado na Av. XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, inscrito no CPF sob o nº 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R1497082 SESP/SC, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 296, de 3 de abril de 2023, em conformidade com as disposições à seguir:

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para aquisição de equipamentos e aparelhos para monitoramento, quantitativos e demais exigências constantes do edital e seus anexos.

1.1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico nº 112/2025 (90.112/2025) e seus anexos e a proposta do fornecedor.

2. VALIDADE E PRORROGAÇÃO DA ATA

2.1. A presente ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, conforme disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. Em caso de prorrogação, os quantitativos inicialmente previstos serão automaticamente renovados em montante equivalente ao inicialmente pactuado.

3. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O valor global desta ata é na importância de **R$ 5.500,00** (cinco mil e quinhentos reais).

3.2. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: RENOVO COMERCIAL E SERVICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 39.798.296/0001-73, com sede social na Rua Calandra, n° 10, Bairro Jardim Bandeirantes, CEP 86.703-080, Arapongas-PR, endereço eletrônico: descomplicaelicita@gmail.com, neste ato representado por seu sócio administrador o Sr. MARIO SERGIO AMADO JUNIOR, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, inscrito no CPF sob o nº ***.579.309-**, com residência e domicílio na Rua Pombas, n° 1056, Apto 301, Bairro Centro, CEP 86.701-410, Arapongas-PR, endereço eletrônico: Amadojunior86@gmail.com.

Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Un	Qtde	Preço	Preço total
9	Cabo de rede CAT 6A utp, 4 pares trançados, para uso interno, caixa com 305 metros, condutores sólidos de cobre nu, 24 awg, isolados em polietileno especial, cor padrão: azul claro, capa externa: pvc nas opções cm e cmx, embalagem: caixa fastbox em lance padrão de 305 metros, marcação sequencial métrica decrescente (305 - 0 metros), diâmetro nominal: 6mm, massa líquida: 42 kg/km, nvp (velocidade nominal de propagação): 68%	DEKO	CAT6 305M	CX	5,00	820,00	4.100,00
28	FILTRO DE LINHA 5 TOMADAS PRETO * MODELO: FILTRO DE LINHA BIVOLT * AMPERAGEM: 10A / 250V * CABO: PP * TAMANHO DO CABO: 1,30M * ESPESSURA DO CABO: 0,75 mm² * NUMERO DE TOMADAS: 5	ELETRO GM	FILTRO 5T 3M	UN	40,00	35,00	1.400,00

3.3. A listagem do cadastro de reserva referente esta ata, caso possua, constará como anexo.

4. ORGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Administração, através do Setor de Licitações.

4.2. São órgãos participantes do registro de preços:

#	Órgão Participante
1	Secretaria de Administração

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à esta ata de registro de preços.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. O órgão gerenciador poderá, na periodicidade que julgar necessário, em razão da natureza do objeto registrado, realizar a atualização dos preços registrados, em conformidade com a realidade de mercado.

6.2. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3.2. A redução do preço registrado poderá impactar nos contratos deles decorrentes.

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

6.4.1. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.4.2. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e neste edital.

6.4.3. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

6.4.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

6.4.5. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4.6. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

6.4.7. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados.

6.4.8. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento do registro de preços do item, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

6.5. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I - for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

V – não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.6. Esta ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II – pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

6.7. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa. O fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

7. DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

7.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão gerenciador por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Os instrumentos de que trata o subitem anterior serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

7.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto noart. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. Os contratos decorrentes da ata de registro de preços terão duração inicial de **12 (doze) meses**, nos termos do Art. 105, e conforme Art. 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e não poderão ser prorrogados.

7.5. A convocação para assinatura será feita através de ofício pelo sistema digital de gestão documental, no qual constará como anexo o instrumento contratual, que deverá ser assinado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, digitalmente pelo próprio sistema, mediante uso de senha pessoal ou certificado digital, conforme Decreto Municipal nº 138, de 2021.

7.6. O prazo estabelecido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

7.7. A recusa na assinatura do contrato, ensejara abertura de processo administrativo para penalização do fornecedor, e autoriza o órgão gerenciador, a convocação do cadastro reserva para exercício do mesmo direito.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O descumprimento das obrigações constantes do edital, termo de referência e demais anexos, e desta ata de registro de preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e legislação aplicável.

8.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do Art. 106, § 6º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no termo de referência, anexo do edital.

9.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata, inclusive acréscimos do que trata o Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do Art. 106, § 8º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da eventual contratação, terão cobertura pelos créditos orçamentários consignados na LOA (Lei Orçamentária Anual - Lei nº 1.780, de 19 de dezembro de 2024), em alguma das seguintes dotações:

Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	470	04.001.04.122.0002.2007	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	550	04.001.04.122.0002.2007	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	570	04.002.04.122.0002.2008	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	610	04.002.04.122.0002.2008	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	840	06.001.12.306.0005.2013	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	970	06.001.12.361.0005.2014	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1010	06.001.12.361.0005.2014	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1020	06.001.12.361.0005.2014	105	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1090	06.001.12.361.0005.2015	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1100	06.001.12.361.0005.2015	103	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	1100	06.001.12.361.0005.2015	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1110	06.001.12.361.0005.2015	107	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1250	06.001.12.361.0005.2015	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1260	06.001.12.361.0005.2015	139	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1330	06.001.12.365.0005.2017	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1830	08.001.10.301.0007.2025	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1840	08.001.10.301.0007.2025	303	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	1840	08.001.10.301.0007.2025	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1842	08.001.10.301.0007.2025	488	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	1842	08.001.10.301.0007.2025	488	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1843	08.001.10.301.0007.2025	492	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	1843	08.001.10.301.0007.2025	492	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1845	08.001.10.301.0007.2025	1062	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	1845	08.001.10.301.0007.2025	1062	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1930	08.001.10.301.0007.2025	303	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1940	08.001.10.301.0007.2025	304	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1945	08.001.10.301.0007.2025	520	4.4.90.52.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	1945	08.001.10.301.0007.2025	520	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1950	08.002.10.301.0007.2026	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	2050	08.002.10.301.0007.2027	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	2190	08.003.10.301.0007.2029	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	2200	08.003.10.301.0007.2029	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	2203	08.003.10.301.0007.2029	492	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	2203	08.003.10.301.0007.2029	492	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	2205	08.003.10.301.0007.2029	494	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	2205	08.003.10.301.0007.2029	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	2260	08.003.10.301.0007.2029	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	2270	08.003.10.301.0007.2029	518	4.4.90.52.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	2270	08.003.10.301.0007.2029	518	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	2280	08.003.10.301.0007.2029	519	4.4.90.52.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	2280	08.003.10.301.0007.2029	519	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

10.2. Se a despesa não ocorrer no exercício de 2025, haverá dotações equivalentes na LOA do exercício correspondente.

11. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1. A legislação aplicável ao cumprimento das obrigações desta ata, inclusive quanto aos casos omissos serão decididos pelo órgão gerenciador, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

12. PUBLICAÇÃO

12.1. Após assinatura das partes, esta ata ou seu extrato será publicada no Diário Oficial do Município de Candói-PR acessível no sitio eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amp.

12.2. Incumbirá ao órgão gerenciador divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 c/c art. 176 da Lei 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes.

Datado e Assinado digitalmente pelo Sr. **Aldoino Goldoni Filho**, como Representante legal do órgão gerenciador e pelo representante legal do fornecedor, dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:F1630BE5

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 391/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº 391/2025

PROCESSO Nº 2.629/2025 DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/2025 (90.112/2025)

O **MUNICÍPIO DE CANDÓI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, localizado na Av. XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, inscrito no CPF sob o nº 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R1497082 SESP/SC, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 296, de 3 de abril de 2023, em conformidade com as disposições à seguir:

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para aquisição de equipamentos e aparelhos para monitoramento, quantitativos e demais exigências constantes do edital e seus anexos.

1.1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico nº 112/2025 (90.112/2025) e seus anexos e a proposta do fornecedor.

2. VALIDADE E PRORROGAÇÃO DA ATA

2.1. A presente ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, conforme disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. Em caso de prorrogação, os quantitativos inicialmente previstos serão automaticamente renovados em montante equivalente ao inicialmente pactuado.

3. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O valor global desta ata é na importância de **R$ 23.175,00** (vinte e três mil, cento e setenta e cinco reais).

3.2. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: ACOR TECNOLOGIA E TRANSPORTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 27.871.998/0001-56, com sede social na Rua Magdalena Taborda Ribas, n° 481, Bairro Novo mundo, CEP 81.050-350, Curitiba-PR, endereço eletrônico:

acortecnologia@outlook.com, neste ato representado por sua sócia administradora a Sra. PATRICIA ROCHA CORDEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº ***.289.909-**, com residência e domicílio na Rua Magdalena Taborda Ribas, n° 481, Bairro Novo Mundo, CEP 81.050-350, Curitiba-PR, endereço eletrônico: patriciar.cordeiro@hotmail.com.

Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Un	Qtde	Preço	Preço total
24	DISCO RIGIDO VIGILANCIA WD PURPLE 4 TB Capacidade 4 TB Formato 3.5-Inch Conector SATA Interface SATA Taxa de transferência up to 175MB/s Disk Speed (RPM) Recording Technology CMR Cache Size 256MB Warranty Garantia limitada de 3 anos Dimensões (L x W x H) 5.79" x 4" x 1.03" Peso 570gms Número do modelo WD43PURZ Temperatura operacional 0°C to 65°C Non-Operating Temperature -40°C to 70°C Certificações BSMI, ICES-003/NMB-003, CE, FCC, KC, Maghreb, RCM, UKCA, VCCI, CB-Scheme, TUV, UL	WD WESTERN DIGITAL	WD40PURZ	UN	25,00	927,00	23.175,00

3.3. A listagem do cadastro de reserva referente esta ata, caso possua, constará como anexo.

4. ORGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Administração, através do Setor de Licitações.

4.2. São órgãos participantes do registro de preços:

#	Órgão Participante
1	Secretaria de Administração

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à esta ata de registro de preços.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. O órgão gerenciador poderá, na periodicidade que julgar necessário, em razão da natureza do objeto registrado, realizar a atualização dos preços registrados, em conformidade com a realidade de mercado.

6.2. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3.2. A redução do preço registrado poderá impactar nos contratos deles decorrentes.

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

6.4.1. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.4.2. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e neste edital.

6.4.3. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

6.4.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

6.4.5. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4.6. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

6.4.7. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados.

6.4.8. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento do registro de preços do item, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

6.5. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I - for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

V – não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.6. Esta ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II – pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

6.7. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa. O fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

7. DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

7.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão gerenciador por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Os instrumentos de que trata o subitem anterior serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

7.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto noart. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. Os contratos decorrentes da ata de registro de preços terão duração inicial de **12 (doze) meses**, nos termos do Art. 105, e conforme Art. 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e não poderão ser prorrogados.

7.5. A convocação para assinatura será feita através de ofício pelo sistema digital de gestão documental, no qual constará como anexo o instrumento contratual, que deverá ser assinado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, digitalmente pelo próprio sistema, mediante uso de senha pessoal ou certificado digital, conforme Decreto Municipal nº 138, de 2021.

7.6. O prazo estabelecido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

7.7. A recusa na assinatura do contrato, ensejara abertura de processo administrativo para penalização do fornecedor, e autoriza o órgão gerenciador, a convocação do cadastro reserva para exercício do mesmo direito.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O descumprimento das obrigações constantes do edital, termo de referência e demais anexos, e desta ata de registro de preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e legislação aplicável.

8.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do Art. 106, § 6º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no termo de referência, anexo do edital.

9.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata, inclusive acréscimos do que trata o Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do Art. 106, § 8º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da eventual contratação, terão cobertura pelos créditos orçamentários consignados na LOA (Lei Orçamentária Anual - Lei nº 1.780, de 19 de dezembro de 2024), em alguma das seguintes dotações:

Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	470	04.001.04.122.0002.2007	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	550	04.001.04.122.0002.2007	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	570	04.002.04.122.0002.2008	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	610	04.002.04.122.0002.2008	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	840	06.001.12.306.0005.2013	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	970	06.001.12.361.0005.2014	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1010	06.001.12.361.0005.2014	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1020	06.001.12.361.0005.2014	105	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1090	06.001.12.361.0005.2015	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1100	06.001.12.361.0005.2015	103	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	1100	06.001.12.361.0005.2015	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1110	06.001.12.361.0005.2015	107	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1250	06.001.12.361.0005.2015	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1260	06.001.12.361.0005.2015	139	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1330	06.001.12.365.0005.2017	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1830	08.001.10.301.0007.2025	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1840	08.001.10.301.0007.2025	303	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	1840	08.001.10.301.0007.2025	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1842	08.001.10.301.0007.2025	488	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	1842	08.001.10.301.0007.2025	488	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1843	08.001.10.301.0007.2025	492	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	1843	08.001.10.301.0007.2025	492	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1845	08.001.10.301.0007.2025	1062	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	1845	08.001.10.301.0007.2025	1062	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1930	08.001.10.301.0007.2025	303	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1940	08.001.10.301.0007.2025	304	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1945	08.001.10.301.0007.2025	520	4.4.90.52.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	1945	08.001.10.301.0007.2025	520	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1950	08.002.10.301.0007.2026	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	2050	08.002.10.301.0007.2027	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	2190	08.003.10.301.0007.2029	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	2200	08.003.10.301.0007.2029	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	2203	08.003.10.301.0007.2029	492	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	2203	08.003.10.301.0007.2029	492	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	2205	08.003.10.301.0007.2029	494	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	2205	08.003.10.301.0007.2029	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	2260	08.003.10.301.0007.2029	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	2270	08.003.10.301.0007.2029	518	4.4.90.52.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	2270	08.003.10.301.0007.2029	518	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	2280	08.003.10.301.0007.2029	519	4.4.90.52.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	2280	08.003.10.301.0007.2029	519	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

10.2. Se a despesa não ocorrer no exercício de 2025, haverá dotações equivalentes na LOA do exercício correspondente.

11. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1. A legislação aplicável ao cumprimento das obrigações desta ata, inclusive quanto aos casos omissos serão decididos pelo órgão gerenciador, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

12. PUBLICAÇÃO

12.1. Após assinatura das partes, esta ata ou seu extrato será publicada no Diário Oficial do Município de Candói-PR acessível no sitio eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amp.

12.2. Incumbirá ao órgão gerenciador divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 c/c art. 176 da Lei 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes.

Datado e Assinado digitalmente pelo Sr. **Aldoino Goldoni Filho**, como Representante legal do órgão gerenciador e pelo representante legal do fornecedor, dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:B626B0E2

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO 90089/2025

No dia 15 de dezembro do ano de 2025, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, EVANDRO CAPPELLI WACHTEL, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 2.299/2025, Pregão nº 90089/2025, conforme segue:

UASG: 985499

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90089/2025

Processo Administrativo: nº 2.299/2025

Órgão: Prefeitura Municipal de Candói – PR

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021

Característica: Sistema de Registro de Preços – SRP

Critério de Julgamento: Menor Preço / Maior Desconto

Modo de Disputa: Aberto

Compra Emergencial: Não

UF: PR

Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais e equipamentos de uso hospitalar, destinados à manutenção das unidades básicas de saúde do Município.

Data da Sessão Pública: 12/09/2025, às 08h30 (horário de Brasília)

Período de Recebimento de Propostas: de 01/09/2025 às 08h00 até 12/09/2025 às 08h30.

Data da Homologação: 15/12/2025 – 10:55h.

Autoridade Homologadora: EVANDRO CAPPELLI WACHTEL.

Licitante Vencedor	Itens Vencidos	Valor Total Homologado (R$)
AGUIA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA	5	936,00
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	9, 96, 103, 104, 117, 139, 140, 142, 143, 144, 155, 163, 164, 175, 176, 180, 202, 225, 226, 227, 228, 229, 261, 262, 286, 313, 319, 320, 369, 370, 403	77.549,08

ANGULAR PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	53, 120, 156, 157, 191, 209, 210, 211, 287, 325, 366, 367	56.489,35
ATAMEDICAL COMERCIO E SERVICOS LTDA	1	1.248,00
AUTOMX SOLUCOES LTDA	86	6.816,00
BIO INFINITY COMERCIO HOSPITALAR E LOCACAO LTDA	79	700,00
CIRURGICA NOSSA SENHORA LTDA	25, 31, 34, 37, 89, 119, 125, 127, 184, 200, 201, 241, 245, 246, 310, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 404	79.200,90
CIRURGICA SANTA HELENA LTDA	270, 271	4.743,84
CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	267	10.200,00
CIRÚRGICA ITAMARATY COMERCIAL LTDA	188	1.835,00
CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA	185	8.360,00
CROSMEDICA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	102	260,00
CSK IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA	55, 57, 60	8.286,00
DELLAMED S.A.	82	37.500,00
DELTA SHOP - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	23, 73, 75, 115, 129, 189, 205, 207, 214	17.488,65
DIPROM - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E MATERIAIS LTDA	54, 392	2.126,00
DUMALE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	134, 137, 298	9.245,00
ELIS COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS LTDA	301	10.674,00
ENCAP BOLSAS E CAPAS LTDA	65, 112	4.559,50
FISIOLIFE SOLUCOES MEDICAS E HOSPITALARES LTDA	81	10.348,50
GTMED DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS LTDA	27	3.792,00
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA	100, 101, 204, 213, 288, 342, 343, 344	4.553,82
INFINITI EMPREENDIMENTOS LTDA	244	1.287,00
INOVAMED HOSPITALAR LTDA	158	1.529,00
ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	265, 305	4.359,20
IX MEDICAL LTDA	165, 206	4.310,00
J DE BRITO - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA	307, 308, 391	3.735,80
L A DALLA PORTA JUNIOR LTDA	24, 88, 130, 131, 133, 151, 152, 153, 160, 161, 208	36.053,20
LIAMED - DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA	148	225,00
M.N.P. CUSTODIO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	17, 19, 70, 118, 193, 194, 195, 222, 314	24.725,00
MAPLE HOSPITALAR COMERCIO E SERVICOS LTDA	76, 77, 78	6.619,22
MASLAM DO BRASIL LTDA	234, 235, 236, 237	143.200,00
MCN COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS CIRURGICOS LTDA	215, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 389	6.880,00
MEDICAL CIRURGICA LTDA	90, 91	1.308,00
MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A	22, 199, 224	7.630,00
MEDLAB - PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	98	2.770,00
MEDLIFE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	390	1.500,00
MEDPOA COMERCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA	368	12.115,00
MEDVERSUS COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	149, 167, 168, 243, 345, 346, 347, 382, 405	16.352,60
MRM HOSPITALAR LTDA	263	8.040,00
MULTIMED COMERCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA	257, 381	38.328,00
NARKA COMERCIAL EIRELI EPP	3, 4, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 21, 52, 66, 67, 69, 71, 80, 83, 84, 87, 92, 93, 94, 95, 105, 108, 109, 114, 128, 135, 138, 141, 154, 159, 162, 171, 172, 173, 174, 177, 178, 179, 181, 186, 187, 196, 216, 217, 218, 219, 221, 223, 230, 231, 232, 233, 239, 240, 242, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 269, 275, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 299, 300, 304, 306, 309, 311, 312, 315, 316, 317, 318, 321, 322, 327, 328, 332, 333, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 364, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 383, 384, 385, 386, 393	340.034,60
NEO MEDICAL COMERCIAL HOSPITALAR LTDA	349, 352, 353	2.076,00
NOEM MEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS MEDICOS-HOSPITALARES LTDA	190	3.650,40
ORIGEM COMERCIO E SOLUCOES INTEGRADAS LTDA	74	5.400,00
ORTHO PAUHER INDUSTRIA COMERCIO E DISTRIBUICOES LTDA	166, 258	19.850,00
PABLO LUIS MARTINS	47, 48, 63	15.612,80
PATERMED PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	28, 29, 30	14.035,00
PEGASUS SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA	145, 351	799,40
PGE PRIME COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA	113	1.630,00
POSTERARI ASSESSORIA TECNICA LTDA	136	3.820,00
PROSAUDE DIST DE MEDICAMENTOS LTDA	329, 330, 331	52.650,00
RCOM COMERCIAL HOSPITALAR LTDA	50, 51	1.386,00
RE DA SILVA E SILVA LTDA	26	1.047,00
SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	132, 220	4.050,00
STAN COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA	72, 272, 273, 274, 290, 387	4.039,65
STOKMETAL COMERCIO DE MOVEIS LTDA	49, 97, 259, 260, 264, 365	23.415,31
TANKAVEL LTDA	106	2.400,00
TECH-SUL MEDICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	44, 45, 46, 388	476,50
TECNOPRINT IMPRESSOS TECNICOS LTDA	61	3.283,50
TM COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	68, 198, 284, 285	20.500,00
VERDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	6	12.445,00
VITALLI COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	43, 85, 146, 147, 303	7.714,45
Total de licitantes vencedores:	**63**	
Total Global Homologado:		**1.218.194,27**

Itens mal sucedidos:

Itens desertos	62, 64, 116, 150, 169, 182, 183, 197, 212, 302, 350, 363, 380
Itens fracassados	2, 20, 32, 33, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 56, 58, 59, 99, 107, 110, 111, 121, 122, 123, 124, 126, 170, 192, 203, 238, 266, 268, 289, 323, 324, 326, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 348

Publicado por:
Rodrigo Miss
Código Identificador:8408AABA

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO 90.116/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR	
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO	
UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR	
PREGÃO 90116/2025	
Às 14:16 horas do dia 16 de dezembro do ano de 2025, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, EVANDRO CAPPELLI WACHTEL, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 5.536/2025, Pregão nº 90116/2025.	
Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR
Objeto da compra: Registro de preço de combustíveis e reagente arla-32 para abastecimento da frota municipal de veículos e máquinas.	
Entrega de propostas: De 01/12/2025 às 08:00 até 11/12/2025 às 13:30	
Abertura da sessão pública: Dia 11/12/2025 às 13:30 (horário de Brasília)	

Mensagens do chat da compra		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	11/12/2025 às 13:30:00	A sessão pública está aberta. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	11/12/2025 às 13:58:16	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	11/12/2025 às 13:58:58	Aguardem enquanto faço as verificações iniciais

Eventos da compra	
Data/Hora	**Descrição**
11/12/2025 às 13:30:00	Abertura da sessão pública
11/12/2025 às 13:58:16	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 1 - Óleo diesel	
Óleo Diesel Uso: Automotivo, Apresentação: Com Biodiesel, Composição: Concentração De Enxofre 500 Mg/KgMG/KG	
Quantidade: 176912	Valor estimado: R$ 6,0300 (unitário)
Unidade de fornecimento: Litro	R$ 1.066.779,3600 (total)
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0100	Situação: Adjudicado e Homologado
Critério de julgamento: Menor Preço	
Adjudicado e Homologado por CPF ***.466.***-*7 - EVANDRO CAPPELLI WACHTEL para AUTO POSTO VISSOTO LTDA, CNPJ 77.090.751/0001-70, melhor lance: R$ 6,0100 (unitário) / R$ 1.063.241,1200 (total), valor negociado: R$ 5,9500 (unitário) / R$ 1.052.626,4000 (total)	

Propostas do Item 1		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
77.090.751/0001-70 - AUTO POSTO VISSOTO LTDA		Proposta adjudicada
Benefício Me/Epp: Não	R$ 6,0100 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 1.063.241,1200 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: BANDEIRA BRANCA		
Modelo/versão: BANDEIRA BRANCA		
Valor proposta: R$ 6,0100 (unitário)	Valor negociado: R$ 5,9500 (unitário)	Quantidade ofertada: 176912
R$ 1.063.241,1200 (total)	R$ 1.052.626,4000 (total)	

Lances do Item 1		
Nenhum lance foi registrado para o Item 1.		
Mensagens do chat do Item 1		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	11/12/2025 às 13:40:01	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	11/12/2025 às 13:50:02	O item 1 está encerrado.
Sistema para o participante 77.090.751/0001-70	11/12/2025 às 14:05:17	Sr. Fornecedor AUTO POSTO VISSOTO LTDA, CNPJ 77.090.751/0001-70, você foi convocado para negociação de valor do item 1. Justificativa: Solicito a redução do seu preço.
Pelo participante 77.090.751/0001-70	11/12/2025 às 14:27:58	O item 1 teve a negociação de valor encerrada pelo fornecedor AUTO POSTO VISSOTO LTDA, CNPJ 77.090.751/0001-70. A negociação do item 1 foi aceita pelo fornecedor AUTO POSTO VISSOTO LTDA, CNPJ 77.090.751/0001-70, tendo informado R$ 5,9500.
Sistema	11/12/2025 às 16:44:50	O item 1 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 11/12/2025 16:54:50.
Sistema	11/12/2025 às 16:58:10	O item 1 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 11/12/2025 17:08:10.

Eventos do Item 1	
Data/Hora	**Descrição**
16/12/2025 às 14:16:23	Fornecedor AUTO POSTO VISSOTO LTDA, CNPJ 77.090.751/0001-70 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R$ 6,0100, valor negociado: R$ 5,9500.
16/12/2025 às 14:16:23	Item homologado.

Fase Recursal do Item/Grupo *	
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.	
Sessão 1	
Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento:	11/12/2025 16:54:50
Intenção de recurso na habilitação:	11/12/2025 17:08:10

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR	
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO	
UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR	
PREGÃO 90116/2025	
Às 14:16 horas do dia 16 de dezembro do ano de 2025, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, EVANDRO CAPPELLI WACHTEL, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 5.536/2025, Pregão nº 90116/2025.	
Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR
Objeto da compra: Registro de preço de combustíveis e reagente arla-32 para abastecimento da frota municipal de veículos e máquinas.	
Entrega de propostas: De 01/12/2025 às 08:00 até 11/12/2025 às 13:30	
Abertura da sessão pública: Dia 11/12/2025 às 13:30 (horário de Brasília)	

Mensagens do chat da compra		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	11/12/2025 às 13:30:00	A sessão pública está aberta. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	11/12/2025 às 13:58:16	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	11/12/2025 às 13:58:58	Aguardem enquanto faço as verificações iniciais

Eventos da compra	
Data/Hora	**Descrição**
11/12/2025 às 13:30:00	Abertura da sessão pública
11/12/2025 às 13:58:16	Início da etapa de julgamento de propostas

Grupo 1	
	Valor estimado: R$ 1.353.356,8600 (total)
	Situação: Adjudicado e Homologado
Adjudicado e Homologado por CPF ***.466.***-*7 - EVANDRO CAPPELLI WACHTEL para AUTO POSTO VISSOTO LTDA, CNPJ 77.090.751/0001-70, melhor lance: R$ 1.348.882,4400 (total), valor negociado: R$ 1.335.574,4400 (total)	

Propostas do Grupo G1		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Programa de integridade:	Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no	Decreto nº 12.304/2024
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
77.090.751/0001-70 - AUTO POSTO VISSOTO LTDA		Proposta adjudicada
Benefício Me/Epp: Não	R$ 1.348.882,4400 (total)	
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 1.348.882,4400 (total)	Valor negociado: R$ 1.335.574,4400 (total)	

Mensagens do chat do Grupo G1		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	11/12/2025 às 13:30:00	O item G1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	11/12/2025 às 13:40:01	O item G1 está encerrado.
Sistema para o participante 77.090.751/0001-70	11/12/2025 às 14:04:50	Sr. Fornecedor AUTO POSTO VISSOTO LTDA, CNPJ 77.090.751/0001-70, você foi convocado para negociação de valor do item G1. Justificativa: Solicito a redução do seu preço.
Pelo participante 77.090.751/0001-70	11/12/2025 às 14:18:36	O item G1 teve a negociação de valor encerrada pelo fornecedor AUTO POSTO VISSOTO LTDA, CNPJ 77.090.751/0001-70. A negociação do item G1 foi recusada pelo fornecedor AUTO POSTO VISSOTO LTDA, CNPJ 77.090.751/0001-70, mantendo R$ 1.348.882,4400.
Sistema para o participante 77.090.751/0001-70	11/12/2025 às 14:28:52	Sr. Fornecedor AUTO POSTO VISSOTO LTDA, CNPJ 77.090.751/0001-70, você foi convocado para negociação de valor do item G1. Justificativa: Consegue reduzir o preço.
Pelo participante 77.090.751/0001-70	11/12/2025 às 14:30:54	O item G1 teve a negociação de valor encerrada pelo fornecedor AUTO POSTO VISSOTO LTDA, CNPJ 77.090.751/0001-70. A negociação do item G1 foi aceita pelo fornecedor AUTO POSTO VISSOTO LTDA, CNPJ 77.090.751/0001-70, tendo informado R$ 1.335.574,4400.
Sistema para o participante 77.090.751/0001-70	11/12/2025 às 14:33:43	Sr. Fornecedor AUTO POSTO VISSOTO LTDA, CNPJ 77.090.751/0001-70, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 16:34:00 do dia 11/12/2025. Justificativa: Solicito a proposta com os preços ajustados ao último lance ofertado, acompanhado da planilha de custo.
Pelo participante 77.090.751/0001-70	11/12/2025 às 14:33:53	Imposto terá aumento de R$ 0,10 na gasolina e etanol e de R$ 0,05 no diesel, conforme decisão do Confaz, a partir de 1º de janeiro de 2026. CMS dos combustíveis terá aumento em janeiro Imposto terá aumento de R$ 0,10 na gasolina e etanol e de R$ 0,05 no diesel, conforme decisão do Confaz, a partir de 1º de janeiro de 2026. https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/icms-em-gasolina-e-etanol-sobe-r-010-por- litro-a-partir-de-janeiro/
Pelo participante 77.090.751/0001-70	11/12/2025 às 14:38:52	nao foi abaixado mais o preço do combustivel devido o aumento do icms a partir de janeiro a empresa nao vai solicitar equilirio financeiro
Pelo participante 77.090.751/0001-70	11/12/2025 às 15:12:51	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 15:12:51 de 11/12/2025. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor AUTO POSTO VISSOTO LTDA, CNPJ 77.090.751/0001-70.
Sistema	11/12/2025 às 16:44:55	O item G1 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 11/12/2025 16:54:55.

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	11/12/2025 às 16:58:26	O item G1 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 11/12/2025 17:08:26.

Eventos do Grupo G1	
Data/Hora	**Descrição**
11/12/2025 às 14:33:43	Fornecedor AUTO POSTO VISSOTO LTDA, CNPJ 77.090.751/0001-70 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 16:34:00 do dia 11/12/2025. Justificativa: Solicito a proposta com os preços ajustados ao último lance ofertado, acompanhado da planilha de custo.
11/12/2025 às 15:12:51	Fornecedor AUTO POSTO VISSOTO LTDA, CNPJ 77.090.751/0001-70 finalizou o envio de anexo.
16/12/2025 às 14:16:33	Fornecedor AUTO POSTO VISSOTO LTDA, CNPJ 77.090.751/0001-70 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R$ 1.348.882,4400, valor negociado: R$ 1.335.574,4400.
16/12/2025 às 14:16:43	Item homologado.

Item 2 do Grupo G1 - Óleo diesel	
Óleo Diesel Uso: Automotivo, Apresentação: Com Biodiesel, Composição: Concentração De Enxofre 10MG/KG	
Quantidade: 221800	Valor estimado: R$ 6,0700 (unitário)
Unidade de fornecimento: Litro	R$ 1.346.326,0000 (total)
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0100	Situação: Adjudicado e Homologado
Critério de julgamento: Menor Preço	
Adjudicado e Homologado por CPF ***.466.***-*7 - EVANDRO CAPPELLI WACHTEL para AUTO POSTO VISSOTO LTDA, CNP 77.090.751/0001-70, melhor lance: R$ 6,0500 (unitário) / R$ 1.341.890,0000 (total), valor negociado: R$ 5,9900 (unitário) / R 1.328.582,0000 (total)	

Propostas do Item 2			
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006			
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024			
Fornecedor		**Valor ofertado**	**Situação**
77.090.751/0001-70 - AUTO POSTO VISSOTO LTDA			Proposta adjudicada
Benefício Me/Epp: Não		R$ 6,0500 (unitário)	
Programa de integridade: Sim		R$ 1.341.890,0000 (total)	
UF endereço: PR			
Marca/Fabricante: BANDEIRA BRANCA			
Modelo/versão: BANDEIRA BRANCA			
Valor proposta: R$ 6,0500 (unitário)	Valor negociado: R$ 5,9900 (unitário)	Quantidade ofertada: 221800	
R$ 1.341.890,0000 (total)	R$ 1.328.582,0000 (total)		
Lances do Item 2			
Nenhum lance foi registrado para o Item 2.			

Item 4 do Grupo G1 - Solução	
Solução Tipo: Arla-32, Composição: 32,50% Uréia Pura E Água Deionizada, Apresentação: Líquido	
Quantidade: 1921	Valor estimado: R$ 3,6600 (unitário)
Unidade de fornecimento: Litro	R$ 7.030,8600 (total)
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0100	Situação: Adjudicado e Homologado
Critério de julgamento: Menor Preço	
Adjudicado e Homologado por CPF ***.466.***-*7 - EVANDRO CAPPELLI WACHTEL para AUTO POSTO VISSOTO LTDA, CNPJ 77.090.751/0001-70, melhor lance: R$ 3,6400 (unitário) / R$ 6.992,4400 (total)	

Propostas do Item 4		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
77.090.751/0001-70 - AUTO POSTO VISSOTO LTDA		Proposta adjudicada
Benefício Me/Epp: Não	R$ 3,6400 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 6.992,4400 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: RODOARLA		
Modelo/versão: RODOARLA		
Valor proposta: R$ 3,6400 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1921
R$ 6.992,4400 (total)		

Lances do Item 4	
Nenhum lance foi registrado para o Item 4.	
Fase Recursal do Item/Grupo *	
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.	
Sessão 1	
Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento:	11/12/2025 16:54:55
Intenção de recurso na habilitação:	11/12/2025 17:08:26

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR	
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO	
UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR	
PREGÃO 90116/2025	
Às 14:16 horas do dia 16 de dezembro do ano de 2025, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, EVANDRO CAPPELLI WACHTEL, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 5.536/2025, Pregão nº 90116/2025.	
Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR
Objeto da compra: Registro de preço de combustíveis e reagente arla-32 para abastecimento da frota municipal de veículos e máquinas.	
Entrega de propostas: De 01/12/2025 às 08:00 até 11/12/2025 às 13:30	
Abertura da sessão pública: Dia 11/12/2025 às 13:30 (horário de Brasília)	

Mensagens do chat da compra		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	11/12/2025 às 13:30:00	A sessão pública está aberta. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	11/12/2025 às 13:58:16	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	11/12/2025 às 13:58:58	Aguardem enquanto faço as verificações iniciais
Eventos da compra		

Data/Hora	Descrição
11/12/2025 às 13:30:00	Abertura da sessão pública
11/12/2025 às 13:58:16	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 3 - Gasolina	
Gasolina Uso: Para Automotivos, Classificação: Comum, Índice De Octanagem: Iad 87 Min	
Quantidade: 84753	Valor estimado: R$ 6,1900 (unitário)
Unidade de fornecimento: Litro	R$ 524.621,0700 (total)
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0100	Situação: Adjudicado e Homologado
Critério de julgamento: Menor Preço	
Adjudicado e Homologado por CPF ***.466.***-*7 - EVANDRO CAPPELLI WACHTEL para AUTO POSTO VISSOTO LTDA, CNPJ 77.090.751/0001-70, melhor lance: R$ 6,1700 (unitário) / R$ 522.926,0100 (total), valor negociado: R$ 5,9900 (unitário) / R$ 507.670,4700 (total)	

Propostas do Item 3		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
77.090.751/0001-70 - AUTO POSTO VISSOTO LTDA		Proposta adjudicada
Benefício Me/Epp: Não	R$ 6,1700 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 522.926,0100 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: BANDEIRA BRANCA		
Modelo/versão: BANDEIRA BRANCA		
Valor proposta: R$ 6,1700 (unitário)	Valor negociado: R$ 5,9900 (unitário)	Quantidade ofertada: 84753
R$ 522.926,0100 (total)	R$ 507.670,4700 (total)	

Lances do Item 3		
Nenhum lance foi registrado para o Item 3.		
Mensagens do chat do Item 3		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	11/12/2025 às 13:40:01	O item 3 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	11/12/2025 às 13:50:02	O item 3 está encerrado.
Sistema para o participante 77.090.751/0001-70	11/12/2025 às 14:05:42	Sr. Fornecedor AUTO POSTO VISSOTO LTDA, CNPJ 77.090.751/0001-70, você foi convocado para negociação de valor do item 3. Justificativa: Solicito a redução da sua proposta.
Pelo participante 77.090.751/0001-70	11/12/2025 às 14:28:48	O item 3 teve a negociação de valor encerrada pelo fornecedor AUTO POSTO VISSOTO LTDA, CNPJ 77.090.751/0001-70. A negociação do item 3 foi aceita pelo fornecedor AUTO POSTO VISSOTO LTDA, CNPJ 77.090.751/0001-70, tendo informado R$ 6,1000.
Sistema para o participante 77.090.751/0001-70	11/12/2025 às 14:45:01	Sr. Fornecedor AUTO POSTO VISSOTO LTDA, CNPJ 77.090.751/0001-70, você foi convocado para negociação de valor do item 3. Justificativa: ....
Pelo participante 77.090.751/0001-70	11/12/2025 às 14:47:49	O item 3 teve a negociação de valor encerrada pelo fornecedor AUTO POSTO VISSOTO LTDA, CNPJ 77.090.751/0001-70. A negociação do item 3 foi aceita pelo fornecedor AUTO POSTO VISSOTO LTDA, CNPJ 77.090.751/0001-70, tendo informado R$ 5,9900.
Sistema	11/12/2025 às 16:45:00	O item 3 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 11/12/2025 16:55:00.
Sistema	11/12/2025 às 16:58:15	O item 3 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 11/12/2025 17:08:15.

Eventos do Item 3	
Data/Hora	**Descrição**
16/12/2025 às 14:16:26	Fornecedor AUTO POSTO VISSOTO LTDA, CNPJ 77.090.751/0001-70 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R$ 6,1700, valor negociado: R$ 5,9900.
16/12/2025 às 14:16:26	Item homologado.

Fase Recursal do Item/Grupo *	
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.	
Sessão 1	
Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento:	11/12/2025 16:55:00
Intenção de recurso na habilitação:	11/12/2025 17:08:15

Publicado por:
Rodrigo Miss
Código Identificador:8BC0CE26

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO 90.117/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR	
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO	
UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR	
PREGÃO 90117/2025	
Às 15:00 horas do dia 16 de dezembro do ano de 2025, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, EVANDRO CAPPELLI WACHTEL, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 4.290/2025, Pregão nº 90117/2025.	
Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR
Objeto da compra: Registro de preço para futura e eventual aquisição de Concreto Usinado Bombeável (C20, C30 e C40) para atendimento as demandas da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente.	
Entrega de propostas: De 01/12/2025 às 08:00 até 11/12/2025 às 08:30	
Abertura da sessão pública: Dia 11/12/2025 às 08:30 (horário de Brasília)	

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	11/12/2025 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 5 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:30 e 12:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 1 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	11/12/2025 às 08:35:28	Prezados Licitantes, bom dia! Meu nome é Silvestre, Agente de Contratação designado para condução do presente certame. Desejo a todos uma boa sorte.
Sistema	11/12/2025 às 08:41:02	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
11/12/2025 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
11/12/2025 às 08:41:02	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 1 - Concreto usinado	
Concreto Usinado Componentes: Cimento, Areia, Brita E Água, Resistência: 200 Fck / 20 Mpa	
Quantidade: 500	Valor estimado: R$ 637,5000 (unitário)
Unidade de fornecimento: Metro Cúbico	R$ 318.750,0000 (total)
Intervalo mínimo entre lances: R$ 1,0000	Situação: Fracassado e Homologado
Critério de julgamento: Menor Preço	
Fracassado por CPF ***.899.***-*9 - SILVESTRE GONCALVES FERREIRA FILHO	

Propostas do Item 1

Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
26.580.101/0001-72 - APPONTE WEB GESTAO E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 654,5849 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 327.292,4500 (total)	
UF endereço: SP		
Marca/Fabricante: Concreto Usinado Componentes: Cimento, Areia, Brit		
Modelo/versão: Concreto Usinado Componentes: Cimento, Areia, Brit		
Valor proposta: R$ 654,5849 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500
R$ 327.292,4500 (total)		

Lances do Item 1

Nenhum lance foi registrado para o Item 1.

Mensagens do chat do Item 1

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	11/12/2025 às 08:30:00	A abertura do item 1 para lances está agendada para daqui a 1 minuto. Mantenham-se conectados.
Sistema	11/12/2025 às 08:31:00	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	11/12/2025 às 08:41:01	O item 1 está encerrado.
Sistema	11/12/2025 às 08:48:21	O item 1 foi fracassado durante do julgamento e está disponível para o registro de intenção de recurso. Acessar a funcionalidade na opção do menu "Registrar Intenção de Recurso".
Sistema	11/12/2025 às 08:48:21	O item 1 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 11/12/2025 08:58:21.

Eventos do Item 1

Data/Hora	Descrição
16/12/2025 às 15:00:24	Item homologado.

Fase Recursal do Item/Grupo *

* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.

Sessão 1	
Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento:	11/12/2025 08:58:21

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR

PREGÃO 90117/2025

Às 15:00 horas do dia 16 de dezembro do ano de 2025, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, EVANDRO CAPPELLI WACHTEL, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 4.290/2025, Pregão nº 90117/2025.

Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR

Objeto da compra: Registro de preço para futura e eventual aquisição de Concreto Usinado Bombeável (C20, C30 e C40) para atendimento as demandas da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente.

Entrega de propostas: De 01/12/2025 às 08:00 até 11/12/2025 às 08:30

Abertura da sessão pública: Dia 11/12/2025 às 08:30 (horário de Brasília)

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	11/12/2025 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 5 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:30 e 12:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 1 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	11/12/2025 às 08:35:28	Prezados Licitantes, bom dia! Meu nome é Silvestre, Agente de Contratação designado para condução do presente certame. Desejo a todos uma boa sorte.

Sistema	11/12/2025 às 08:41:02	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.

Eventos da compra	
Data/Hora	**Descrição**
11/12/2025 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
11/12/2025 às 08:41:02	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 2 - Concreto usinado	
Concreto Usinado Componentes: Cimento, Areia, Brita E Água, Resistência: 30 Mpa, Tipo Concreto: Bombeável	
Quantidade: 600	Valor estimado: R$ 667,2700 (unitário)
Unidade de fornecimento: Metro Cúbico	R$ 400.362,0000 (total)
Intervalo mínimo entre lances: R$ 1,0000	Situação: Fracassado e Homologado
Critério de julgamento: Menor Preço	
Fracassado por CPF ***.899.***-*9 - SILVESTRE GONCALVES FERREIRA FILHO	

Propostas do Item 2		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
26.580.101/0001-72 - APPONTE WEB GESTAO E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 681,0824 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 408.649,4400 (total)	
UF endereço: SP		
Marca/Fabricante: Concreto Usinado Componentes: Cimento, Areia, Brit		
Modelo/versão: Concreto Usinado Componentes: Cimento, Areia, Brit		
Valor proposta: R$ 681,0824 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 600
R$ 408.649,4400 (total)		
Lances do Item 2		
Nenhum lance foi registrado para o Item 2.		

Mensagens do chat do Item 2		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	11/12/2025 às 08:30:00	A abertura do item 2 para lances está agendada para daqui a 1 minuto. Mantenham-se conectados.
Sistema	11/12/2025 às 08:31:00	O item 2 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	11/12/2025 às 08:41:01	O item 2 está encerrado.
Sistema	11/12/2025 às 08:50:59	O item 2 foi fracassado durante do julgamento e está disponível para o registro de intenção de recurso. Acessar a funcionalidade na opção do menu "Registrar Intenção de Recurso".
Sistema	11/12/2025 às 08:50:59	O item 2 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 11/12/2025 09:00:59.
Sistema para o participante 26.580.101/0001-72	11/12/2025 às 08:54:17	Correção da justificativa de desclassificação: Consultando as atividades constantes no cartão CNPJ da empresa, foi constatado que a mesma não possui atividades compatíveis com o objeto ora licitado.
Eventos do Item 2		
Data/Hora	**Descrição**	
16/12/2025 às 15:00:24	Item homologado.	

Fase Recursal do Item/Grupo *	
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.	
Sessão 1	
Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento:	11/12/2025 09:00:59

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR		
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO		
UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR		
PREGÃO 90117/2025		
Às 15:00 horas do dia 16 de dezembro do ano de 2025, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, EVANDRO CAPPELLI WACHTEL, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 4.290/2025, Pregão nº 90117/2025.		
Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço	
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto	
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR	
Objeto da compra: Registro de preço para futura e eventual aquisição de Concreto Usinado Bombeável (C20, C30 e C40) para atendimento as demandas da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente.		
Entrega de propostas: De 01/12/2025 às 08:00 até 11/12/2025 às 08:30		
Abertura da sessão pública: Dia 11/12/2025 às 08:30 (horário de Brasília)		

Mensagens do chat da compra		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	11/12/2025 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 5 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:30 e 12:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 1 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	11/12/2025 às 08:35:28	Prezados Licitantes, bom dia! Meu nome é Silvestre, Agente de Contratação designado para condução do presente certame. Desejo a todos uma boa sorte.
Sistema	11/12/2025 às 08:41:02	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Eventos da compra		
Data/Hora	**Descrição**	

11/12/2025 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
11/12/2025 às 08:41:02	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 3 - Concreto usinado	
Concreto Usinado Componentes: Cimento, Areia, Brita E Água, Resistência: 40 Mpa, Tipo Concreto: Bombeável	
Quantidade: 2000	Valor estimado: R$ 754,8300 (unitário)
Unidade de fornecimento: Metro Cúbico	R$ 1.509.660,0000 (total)
Intervalo mínimo entre lances: R$ 1,0000	Situação: Fracassado e Homologado
Critério de julgamento: Menor Preço	
Fracassado por CPF ***.899.***-*9 - SILVESTRE GONCALVES FERREIRA FILHO	

Propostas do Item 3		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
26.580.101/0001-72 - APPONTE WEB GESTAO E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 766,6808 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 1.533.361,6000 (total)	
UF endereço: SP		
Marca/Fabricante: Concreto Usinado Componentes: Cimento, Areia, Brit		
Modelo/versão: Concreto Usinado Componentes: Cimento, Areia, Brit		
Valor proposta: R$ 766,6808 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 2000
R$ 1.533.361,6000 (total)		
Lances do Item 3		
Nenhum lance foi registrado para o Item 3.		

Mensagens do chat do Item 3		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	11/12/2025 às 08:30:00	A abertura do item 3 para lances está agendada para daqui a 1 minuto. Mantenham-se conectados.
Sistema	11/12/2025 às 08:31:00	O item 3 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	11/12/2025 às 08:41:01	O item 3 está encerrado.
Sistema	11/12/2025 às 08:54:28	O item 3 foi fracassado durante do julgamento e está disponível para o registro de intenção de recurso. Acessar a funcionalidade na opção do menu "Registrar Intenção de Recurso".
Sistema	11/12/2025 às 08:54:28	O item 3 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 11/12/2025 09:04:28.
Eventos do Item 3		
Data/Hora	**Descrição**	
16/12/2025 às 15:00:24	Item homologado.	
Fase Recursal do Item/Grupo *		
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.		

Sessão 1	
Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento:	11/12/2025 09:04:28

Publicado por:
Rodrigo Miss
Código Identificador:F4F85E14

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

GABINETE PREFEITO
PORTARIA N° 805/2025

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	**Cargo**	**Diária(s)**	**Cidade**	**Dia(s)**	**Finalidade**
Elizane Aparecida de oliveira Tondo	Educador Físico	01 (uma)	Boa Vista da Aparecida - PR	02 de outubro de 2025.	Conduzir como técnica a equipe de atletas para a 3° copa categoria de base.
Alter José Ragadali	Secretário de Esporte e Lazer	02 (duas)	Faz do Iguaçu – PR	18,19,20 de dezembro de 2025.	Participar Global Sports Experience.
Antonio Luiz Valendolf	Chefe de Divisão de Esporte				
André Pinto	Chefe de divisão de Lazer				
Francieli das Dores	Conselheira Tutelar	01 (uma)	Pato Branco – PR	03 de dezembro de 2025.	Curso de formação para conselheiros

Solange Dartora Neckel					Tutelares.
Marcelo Marion	Motorista		São Valério e Planalto – PR	07 de dezembro de 2025.	Conduzir a equipe de atletas de futebol.
Jacir João Horn			Perola do Oeste – PR	11 de novembro de 2025.	Transporte de alunos do Colégio do Alto Alegre do Iguaçu para participarem de confraternização no Sitio Fiss.
Jeane Caroline Menatto	Auxiliar de Serviços Gerais	01 (uma)	Cascavel – PR	05 de dezembro de 2025.	Conecta RH 2025 COOPAVEL.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025

MAXWELL SCAPINI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Helytana Raquel Sabadini
Código Identificador:DF7172D3

GABINETE PREFEITO
PORTARIA N° 820/2025

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
Ricardo Mendes Ribeiro de Souza	Motorista	10 (dez)	Cascavel, Nova Aurora São Miguel, Palotina e Céu Azul – PR	01,02,03,04,08,09,10,11,12 e 15 de dezembro de 2025.	HUOP/CISOP, UOPECAN, CEONC, HOSP/DOS OLHOS, PRIME E CIT.
Valdecir Dickel		11 (onze)	Cascavel – PR	01,02,03,04,05,08,09,10,11,12, e 15 de dezembro de 2025.	
Luiz Fernando Ottoni Gugel		02 (duas)		09,13 de dezembro de 2025.	HUOP/CISOP.
Salatier Reis Bento		05 (cinco)	Cascavel e Corbélia dia 03 Campo Largo dia 15 e 16 – PR	03,06,11,15 e 16 de dezembro de 2025.	Hospital Infantil Waldemar Monaster.
Agnaldo Hartkopf		11 (onze)	Corbélia – PR	01,02,03,04,05,008,09,10,11,12 e 15 de dezembro de 2025.	HUOP, CISOP E UOPECAN.
Valdomiro Correia de Mello		10 (dez)	Cascavel – PR	01,02,03,04,05,08,09,10,11,12 de dezembro de 2025.	HUOP, CISOP E UOPECAN, CEONC.
Aparecido Carmo de Assis		13 (treze)		01,02,03,04,05,06,08,09,10,11,12,13,15 de dezembro de 2025.	
Israel Reis Bento			Cascavel e Corbélia – PR	01,02,03,04,05,08,09,10,11,12,13,14,15 de dezembro de 2025.	
Albino Junior Rheinheimer		06 (seis)	Cascavel e Céu Azul – PR	01,02,03,04,05,08 de dezembro de 2025.	
Mazinho W. da Silva	Motorista	09 (nove)	Cascavel – PR	01,02,03,04,05,08,11,12,15 de dezembro de 2025.	HUOP, CISOP E UOPECAN, CEONC
Gilmar Antonio Roman		11 (onze)	Cascavel e Céu Azul dia 13 – PR	01,02,03,04,05,08,09,10,11,12,13,15 de dezembro de 2025.	
Elenoir Lucas Fontana		09 (nove)	Corbélia dia 01, Francisco Beltrão dia 12 e 15 – PR	01,02,04,05,09,10,11,12,15	
Fabian de oliveira Martins		11 (onze)	Cascavel e Medianeira dia 06 – PR	01,02,004,05,06,07,08,09,10,11,12,13 de dezembro de 2025.	
Roberto Dallanora			Cascavel – PR	01,02,03,04,05,08,09,10,11,12,15 de dezembro de 2025.	
Rosimeire Nunes	Agente Comunitário de Saúde	01 (uma)	Cascavel – PR	04 de dezembro de 2025.	Prime.
Djenifer Larine Vieira Prestes	Técnica de Enfermagem	02 (duas)		19 e 20 de novembro de 2025.	INOVA E HUOP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025

MAXWELL SCAPINI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Helytana Raquel Sabadini
Código Identificador:0E55DFC5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA Nº 018/2025 - AMPLIAÇÃO TEMPORÁRIA DE JORNADA DE TRABALHO

Layrane Temistocle Bergamo, Secretária Municipal de Educação do Município de Carlópolis, estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar Público o Resultado Final da classificação dos profissionais do Magistério, para o exercício de Ampliação Temporária de Jornada de Trabalho para o ano letivo de 2026.

Clas.	RG./CPF	NOME
1	4.073.973-4	Josemaris Miranda Paiva
2	3.317.407-1	Débora Romero Correa Gigliuci
3	7.570.102-0	Amanda Giovana Amaral Mansur (exclusivamente assumir turmas de Educação Infantil).
4	52.243.746-1	Sandra Aparecida de O.Veneranda
5	5.230.897-6	Ireide M. de Queiroz Silva
6	6.107.722-7	Ivanete Batista Leite de Souza
7	5.855.226-7	Cristiane da Silva Oliveira
8	26.115.111-3	Camila França Dias do Couto
9	7.200.254-7	Bárbara Said Rodrigues
10	3.532.206-0	Fátima Yoko Ikeda Mattos
11	5.021.345-5	Lucilei Aguera Cassoni
12	9.462.479-7	Andressa Oliveira da Silva Bagatim
13	10.190.148-3	Luana Maria Pereira Barbosa
14	8.505.820-7	Maralise Pereira de Abreu
15	8.651.359-5	Graziela Fernanda de Miranda
16	9.773.628-6	Aline Roberta Ferraz
17	6.009.687-2	Laura da Rosa Souza
18	12.389.627-0	Solange Américo Gonçalves de Souza
19	7.746.973-7	Eva Aparecida Pereira de Almeida
20	7.339.705-7	Elisabete Teodoro Rodrigues Geraldo
21	7.841.006-0	Chirle Aparecida de Carvalho
22	4.604.975-6	Raimunda Pessoa dos Santos
23	9.818.205-5	Kelly Cristina França Avanço
24	10.824.406-2	Luciane de Oliveira Domingues
25	15.247.506-3	Eliane Perez de Oliveira Galvão
26	9.478.438-7	Mariza Gotardi de Lima
27	8.789.743-5	Luana de Castro Nogueira
28	14671431-5	Antonio Augusto Santos Valeriano
29	12.727.625-0	Andressa salles do Nascimento
30	13.712.942-6	Samanta Ferreira da Silva
31	14.438.757-0	Mirellen de Oliveira Cordeiro
32	4649428	Severina Barbosa da Silva
33	7.983.477-7	Josimara Carvalho dos Santos Lopes
34	15.924.557-8	Vilma Aparecida Siqueira Duarte
35	8.854.161-8	Fabiana Denobi Klaus
36	13.225.808-2	Fabiane Gotardi de Lima
37	13.834.539-4	Fabiana Aparecida de Souza
38	15.759.145-2	Karine Paula de Oliveira
39	46.931.148-4	Jéssica Gervásio da Cunha Lopes
40	12.736.052-9	Karolaine Cristina de Oliveira
41	8.870.670-6	Brasilina Bento da Costa
42	7.869.169-7	Daniely Rodrigues de Oliveira

Art. 2º Os interessados poderão recorrer da classificação no prazo de 24 horas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Carlópolis, 17 de dezembro de 2025

LAYRANE TEMISTOCLE BERGAMO

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Layrane Temistocle Bergamo
Código Identificador:AF767160

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA Nº 019/2025 - SALA DE RECURSO E CLASSE ESPECIAL

Layrane Temistocle Bergamo, Secretária Municipal de Educação do Município de Carlópolis, estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar Público o Resultado Final da classificação dos profissionais do magistério para o exercício de docência no atendimento Educacional Especializado para suprir vaga na Sala de Recursos e Classe Especial conforme a necessidade para o ano letivo de 2026.

Clas.	RG	Nome
		SALA DE RECURSO
1	5.364.275-6	KELLY REGINA DA SILVA RODRIGUES
2	4.458.658-4	SHIRLEI APARECIDARIBEIRO FRANÇA
3	4.457.969-3	NILCE MARA SILVA YAMASHITA
4	4.562.858-2	HELOISA CRISTIE CATER KEDER
5	7.596.638-5	ANA PAULA DOS SANTOS ALVES
6	5.230.897-6	IREIDE MARIA DE QUEIROZ SILVA
7	4.458.658-4	SHIRLEI APARECIDA RIBEIRO FRANÇA -
8	7.369.633-0	SUELEN CAPOTE DE PAULA E SILVA
9	7.596.638-5	ANA PAULA DOS SANTOS ALVES
10	33.174.365-6	GLÁUCIA KEILA CABRAL SANTOS
11	33.174.365-6	GLÁUCIA KEILA CABRAL SANTOS
12	6.107.722-7	IVANETE BATISTA LEITE DE SOUZA
13	5.855.226-7	CRISTIANE DA SILVA OLIVEIRA
14	7.369.633-0	SUELEN CAPOTE DE PAULA E SILVA
15	9.499524-8	CARLOS MANOEL MENEZES BUENO
16	8.505.820-7	MARALISE PEREIRA DE ABREU
17	7.746973-7	EVA APARECIDA PEREIRA DE ALMEIDA
18	10.233.232-6	VÂNIA BENTO BARROS RIBEIRO
19	9.974.115-5	SUELEN DE FÁTIMA NATAL COELHO
20	9.818.205-5	KELLY CRISTINA FRANÇA AVANÇO
21	15.247.506-3	ELIANE PEREZ DE OLIVEIRA GALVÃO
22	9.478.438-7	MARIZA GOTARDI DE LIMA
23	13.712.942-6	SAMANTA FERREIRA DA SILVA
24	7.983.477-7	JOSIMARA CARVALHO DOS SANTOS LOPES
25	15.924.557-8	VILMA APARECIDA SIQUEIRA DUARTE
26	8.854.161-8	FABIANA DENOBI KLAUS
27	14.103.851-6	JÉSSICA TORRES GEOVANINI
28	46.931.148-4	JÉSSICA GERVÁSIO DA CUNHA LOPES
29	9.472.205-5	FRANCIELLE GIRON ALVES DE ALMEIDA
30	8.870.670-6	BRASILINA BENTO DA COSTA
31	7.869.169-7	DANIELY RODRIGUES DE OLIVEIRA

Clas.	RG	Nome
		CLASSE ESPECIAL
1	4.458.658-4	SHIRLEI APARECIDARIBEIRO FRANÇA
2	7.596.638-5	ANA PAULA DOS SANTOS ALVES
3	5.230.897-6	IREIDE MARIA DE QUEIROZ SILVA
4	4.458.658-4	SHIRLEI APARECIDA RIBEIRO FRANÇA -
5	7.369.633-0	SUELEN CAPOTE DE PAULA E SILVA
6	7.596.638-5	ANA PAULA DOS SANTOS ALVES
7	6.107.722-7	IVANETE BATISTA LEITE DE SOUZA
8	5.855.226-7	CRISTIANE DA SILVA OLIVEIRA
9	7.369.633-0	SUELEN CAPOTE DE PAULA E SILVA
10	9.499524-8	CARLOS MANOEL MENEZES BUENO
11	8.505.820-7	MARALISE PEREIRA DE ABREU
12	7.746973-7	EVA APARECIDA PEREIRA DE ALMEIDA
13	10.233.232-6	VÂNIA BENTO BARROS RIBEIRO
14	9.974.115-5	SUELEN DE FÁTIMA NATAL COELHO
15	9.818.205-5	KELLY CRISTINA FRANÇA AVANÇO
16	15.247.506-3	ELIANE PEREZ DE OLIVEIRA GALVÃO
17	9.478.438-7	MARIZA GOTARDI DE LIMA
18	13.712.942-6	SAMANTA FERREIRA DA SILVA
19	7.983.477-7	JOSIMARA CARVALHO DOS SANTOS LOPES
20	15.924.557-8	VILMA APARECIDA SIQUEIRA DUARTE
21	8.854.161-8	FABIANA DENOBI KLAUS
22	14.103.851-6	JÉSSICA TORRES GEOVANINI
23	16.409.354-9	EDUARDA BEATRIZ MACHADO
24	46.931.148-4	JÉSSICA GERVÁSIO DA CUNHA LOPES
25	9.472.205-5	FRANCIELLE GIRON ALVES DE ALMEIDA
26	8.870.670-6	BRASILINA BENTO DA COSTA
27	7.869.169-7	DANIELY RODRIGUES DE OLIVEIRA

Art. 2º Os interessados poderão recorrer da classificação no prazo de 24 horas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Carlópolis, 17 de janeiro de 2024.

LAYRANE TEMISTOCLE BERGAMO

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Layrane Temistocle Bergamo
Código Identificador:69BD7063

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 377/2025 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Federal Nº 4.320/64, e a Lei Municipal nº. **346 de 17 de dezembro de 2024 – LOA**.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento-Programa do Município de Catanduvas, para o exercício financeiro de 2025, um Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com o inciso I do art. 41 da Lei 4.320/64, mediante as seguintes providências:

I – Suplementação de rubrica de despesa nas seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Valor
02.04.04.122.1050.2.005	3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	0	R$ 31.948,33
02.04.28.846.2150.0.002	3.3.90.47.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0	R$ 40.000,00
02.06.04.121.1053.2.007	3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	0	R$ 15.141,95
02.07.12.361.1400.2.010	3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	103	R$ 18.117,15
02.07.12.361.1400.2.010	3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	104	R$ 42.488,03
02.07.12.361.1400.2.010	3.1.91.13.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	104	R$ 1.720,01
02.07.12.361.1400.2.010	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	104	R$ 15.000,00
02.07.12.365.1400.2.013	3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	103	R$ 50.649,89
02.07.12.365.1400.2.013	3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	103	R$ 116.698,54
02.07.12.365.1400.2.013	3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	104	R$ 1.690,18
02.07.12.365.1400.2.013	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	104	R$ 15.000,00
02.08.15.452.1500.2.019	3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	0	R$ 21.041,25
02.09.08.243.1201.6.024	3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	0	R$ 6.527,40
02.09.08.243.1201.6.024	3.1.90.13.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	0	R$ 830,37
02.09.08.244.1200.2.023	3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	0	R$ 29.298,85
02.10.20.606.1700.2.029	3.1.91.13.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	0	R$ 2.290,91
02.11.10.301.1300.2.033	3.1.90.94.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	303	R$ 1.023,08

		TRABALHISTAS		
02.11.10.301.1300.2.036	3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	303	R$ 27.952,70
02.11.10.301.1300.2.036	3.1.91.13.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	303	R$ 8.485,87
02.11.10.301.1300.2.033	3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	494	R$ 41.142,15
02.11.10.305.1300.2.038	3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	303	R$ 12.192,21
02.11.10.305.1300.2.038	3.1.91.13.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	303	R$ 3.220,21
02.14.11.334.1350.2.027	3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	0	R$ 19.201,16
02.14.11.334.1350.2.027	3.1.91.13.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	0	R$ 1.300,75

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar, aberto no artigo anterior, fica indicado como fonte de recursos o disposto no Artigo 43º, parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, produto da anulação da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Valor
02.02.28.846.2050.0.001	3.3.90.91.00.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	0	R$ 231.363,80
02.04.04.122.1050.2.005	3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	0	R$ 31.948,33
02.05.04.123.1051.2.006	3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	0	R$ 19.563,98
02.05.99.999.9999.0.005	9.9.99.99.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	999	R$ 70.000,00
02.08.15.452.1500.2.019	3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	0	R$ 56.867,50
02.08.26.782.1900.2.021	3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	0	R$ 19.201,16
02.11.10.301.1300.2.033	3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	303	R$ 1.023,08
02.11.10.301.1300.2.033	3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	303	R$ 51.850,99
02.11.10.301.1300.2.033	3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	494	R$ 41.142,15

Parágrafo único: Ficam alterados os anexos do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 186/2021, e Art. 26, parágrafo único, da Lei nº 320/2024, respectivamente, a fim de compatibilizá-los às alterações promovidas pelos artigos 1º e 2º desse Decreto, bem como o seu Cronograma Execução de Mensal de Desembolso.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Catanduvas - PR, 17 de dezembro de 2025.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT

Prefeito

Publicado por:
Silvio Farias (Depto Contabilidade)
Código Identificador:032DAB87

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
CONCURSO PÚBLICO 001/2025 PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA PUBLICAÇÃO Nº 002/2025

CONCURSO PÚBLICO 001/2025

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA

PUBLICAÇÃO Nº 002/2025

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, **ESTADO DO PARANÁ**, por intermédio do Prefeito Municipal, e do Decreto nº 216/2025 torna público aos interessados a Primeira Retificação do Edital de Abertura do Concurso 001/2025.

Art. 1º Fica incluso o período de prova dos cargos Nutricionista, Psicólogo e Terapeuta Ocupacional na tabela 02 do Edital de Abertura.

Onde se lê:

CARGO	VAGAS	PCD	NEGRO	SALÁRIO INICIAL	CARGA HORÁRIA	TAXA DE INSCRIÇÃO	REQUISITO MÍNIMO	PERÍODO DE REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA
Nutricionista	CR	--	--	R$ 3.299,61	40h	R$ 100,00	Ensino Superior Completo em Nutrição + registro no respectivo conselho da classe.	
Psicólogo	01	--	--	R$ 3.299,61	40h	R$ 100,00	Ensino Superior Completo em Psicologia + registro no respectivo conselho da classe.	
Terapeuta Ocupacional	CR	--	--	R$ 3.299,61	30h	R$ 100,00	Ensino Superior Completo em Terapia Ocupacional + registro no respectivo conselho da classe.	

Leia se:

CARGO	VAGAS	PCD	NEGRO	SALÁRIO INICIAL	CARGA HORÁRIA	TAXA DE INSCRIÇÃO	REQUISITO MÍNIMO	PERÍODO DE REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA
Nutricionista	CR	--	--	R$ 3.299,61	40h	R$ 100,00	Ensino Superior Completo em Nutrição + registro no respectivo conselho da classe.	Manhã
Psicólogo	01	--	--	R$ 3.299,61	40h	R$ 100,00	Ensino Superior Completo em Psicologia + registro no respectivo conselho da classe.	Manhã
Terapeuta Ocupacional	CR	--	--	R$ 3.299,61	30h	R$ 100,00	Ensino Superior Completo em Terapia Ocupacional + registro no respectivo conselho da classe.	Manhã

Art. 2º Os demais itens permanecem inalterados.

Art. 3º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Centenário do Sul, 18 de dezembro de 2025.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR

Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:8AF90388

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 251/2025

DECRETO Nº 251/2025

SÚMULA: Cria Crédito Adicional, no orçamento do município de Centenário do Sul, autorizado pela Lei Municipal n°. 3242 de 06 de dezembro de 2024, para o exercício de 2025 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

DECRETA:

Artigo 1°. Fica autorizado no orçamento corrente, abrir Crédito Adicional no valor de R$ 1.151.257,19 (Um Milhão, Cento e Cinqüenta e Um Mil, Duzentos e Cinqüenta e Sete Reais e Dezenove Centavos), no orçamento do município de Centenário do Sul, para o exercício de 2025, conforme dotações abaixo:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
02	GOVERNO MUNICIPAL	
02.001	GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0002.2001	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
30	00000-Recursos Ordinários (Livres)	8.000,00
	SUBTOTAL	8.000,00
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0005.2004	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
350	00002-Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM	16.000,00
370	00504-Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	22.000,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
410	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
	SUBTOTAL	48.000,00
05	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.	
05.001	DEP. DA INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO.	
22.661.0008.2011	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
780	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
	SUBTOTAL	4.000,00
06	SECRETARIA DE SAUDE	
06.001	GABINETE DO SECRETÁRIO	
10.122.0015.2014	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE SAÚDE	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
861	01100-Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa	2.000,00
863	02494-Repasse do PROVIGIA Estadual	4.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
890	00000-Recursos Ordinários (Livres)	6.000,00
06.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0011.2018	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE - ATENÇÃO PRIMÁRIA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1496	11497-CUSTEIO PAP - EMENDA INDIVIDUAL PROPOSTA 36000666916202500	4.400,00
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	
1202	01064-Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	10.000,00
1204	11500-CUSTEIO PAP - EMENDA INDIVIDUAL PROPOSTA 36000666976202500	62.500,00
10.302.0010.2024	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULLATORIAL/MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1510	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	20.000,00
10.301.0011.2018	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE - ATENÇÃO PRIMÁRIA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1279	11497-CUSTEIO PAP - EMENDA INDIVIDUAL PROPOSTA 36000666916202500	21.000,00
10.302.0012.2021	MANUTENÇÃO DO ATENDIMENTO NA UNIDADE BÁSICA - SAMU	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1621	11497-CUSTEIO PAP - EMENDA INDIVIDUAL PROPOSTA 36000666916202500	300,00
10.301.0011.2018	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE - ATENÇÃO PRIMÁRIA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1244	11498-CUSTEIO PAP - EMENDA INDIVIDUAL PROPOSTA 36000667668202500	17.000,00
1241	11500-CUSTEIO PAP - EMENDA INDIVIDUAL PROPOSTA 36000666976202500	71.980,00
10.122.0011.2084	MANUTENÇAO DO PROGRAMA MAIS OPORTUNIDADE E TRABALHO COM DIGNIDADE - SAÚDE	
3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	
1060	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	6.000,00
	SUBTOTAL	225.180,00
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001	DEPARTAMENTO DA AÇÃO SOCIAL	
08.244.0016.2027	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
1830	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
11850	00785-Emendas Individuais 202540890006 CUSTEIO-GND3	63.000,00
1851	01007-Apoio e Fortalecimento as Familias com Gestantes e/ou Crianças - Primeira Infancia	7.300,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1870	00000-Recursos Ordinários (Livres)	6.000,00
1871	01009-Icentivo de Garantia de Direitos a Pessoa Idosa - Centro de Convivência	1.500,00
07.003	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0018.2039	MANUTENÇÃO DO CRAS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	

2430	02940-Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa família e Cadastro Único - Portaria 113/2015	2.000,00
08.244.0016.2080	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MAIS OPORTUNIDADE E TRABVALHO COM DIGNIDADE - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	
2130	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
08.244.0017.2042	MANUTENÇÃO DO CREAS	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2351	01973-CEAS PR DELIBERAÇAO N°88/2024	18.500,00
	SUBTOTAL	111.300,00
08	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
08.001	DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO	
12.306.0020.2044	MANUTENÇÃO DA COZINHA CENTRAL - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2781	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	59.000,00
08.002	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.361.0022.2046	MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS - ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3060	00101-Fundeb 70%	1.500,00
12.365.0023.2047	MANUTENÇÃO DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFÂNTIL	
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	
3510	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	46.000,00
3520	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	50.000,00
3522	01040-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	270.000,00
12.361.0022.2046	MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS - ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
3260	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	5.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3310	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	68.700,00
12.365.0023.2047	MANUTENÇÃO DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFÂNTIL	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3710	01039-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT, máximo de 30% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF	30.277,19
	SUBTOTAL	530.477,19
09	SECRET.DA INFRAESTRUTURA E SERV. PUBLICOS	
09.001	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE SERV. PÚBLICOS.	
15.451.0024.2050	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4020	00504-Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	6.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4110	00002-Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM	4.000,00
4120	00504-Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	50.000,00
15.452.0024.2082	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MAIS OPORTUNIDADE E TRABALHO COM DIGNIDADE - SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	
4460	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
	SUBTOTAL	75.000,00
10	SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER	
10.001	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
27.812.0025.2053	MANUTENÇÃO DO ATENDIMENTO NAS UNIDADES ESPORTIVAS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4730	00000-Recursos Ordinários (Livres)	11.000,00
3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	
4750	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
10.002	DEPARTAMENTO DE CULTURA	
13.392.0026.2055	ORGANIZAR, COLABORAR E REALIZAR EVENTOS, CONFERÊNCIAS E FESTIVIDADES DO CALENDÁRIO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4820	00000-Recursos Ordinários (Livres)	130.000,00
	SUBTOTAL	144.000,00
11	SECRETARIA DO FOMENTO AGROPECUARIO E MEIO AMBIENTE	
11.001	DEPARTAMENTO DE FOMENTO AGROPECUARIO	
20.606.0027.2058	MANUTENÇÃO DO FOMENTO AGROPECUÁRIO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4980	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
11.002	DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE	
18.542.0028.2059	MANUTENÇÃO DO SERVIÇOS DE MEIO AMBIENTE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5080	00000-Recursos Ordinários (Livres)	300,00
	SUBTOTAL	5.300,00
	TOTAL	1.151.257,19

Artigo 2º- Para dar cobertura ao Crédito aberto no artigo anterior, fica indicado como recurso o seguinte:

I - na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º , Inciso I da Lei Federal nº. 4.320/64, a anulação das seguintes dotações:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
02	GOVERNO MUNICIPAL	
02.002	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
04.062.0004.2002	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
100	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
	SUBTOTAL	15.000,00

04	SECRETARIA DE FAZENDA	
04.001	DEPARTAMENTO DE FAZENDA	
04.123.0007.2062	ATENDIMENTO À PRECATÓRIOS REQUISITÓRIOS - OUTRAS ORIGENS	
4.6.90.91.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	
710	00002-Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM	20.000,00
	SUBTOTAL	20.000,00
06	SECRETARIA DE SAUDE	
06.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0011.2018	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE - ATENÇÃO PRIMÁRIA	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1080	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	26.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1160	00000-Recursos Ordinários (Livres)	18.000,00
10.302.0010.2024	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULLATORIAL/MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1400	00000-Recursos Ordinários (Livres)	16.300,00
10.301.0011.2018	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE - ATENÇÃO PRIMÁRIA	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1293	00000-Recursos Ordinários (Livres)	140.000,00
	SUBTOTAL	200.300,00
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.003	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0018.2039	MANUTENÇÃO DO CRAS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2400	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
	SUBTOTAL	10.000,00
08	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
08.001	DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO	
12.122.0021.2043	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2580	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	14.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2700	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	13.000,00
08.002	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.361.0022.2046	MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS - ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3080	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	46.000,00
12.365.0023.2047	MANUTENÇÃO DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFÂNTIL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3420	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	50.000,00
3450	01040-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	100.000,00
12.361.0022.2046	MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS - ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3130	00101-Fundeb 70%	1.500,00
12.365.0023.2047	MANUTENÇÃO DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFÂNTIL	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3480	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	7.000,00
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	
3520	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	75.700,00
12.361.0022.2046	MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS - ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3181	01040-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	170.000,00
	SUBTOTAL	477.200,00
	TOTAL	722.500,00

II - Na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º , Inciso II da Lei Federal nº. 4.320/64, o Excesso de Arrecadação nas seguintes rubricas:

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.1.1.2.50.0.3.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA	14.000,00
1.1.1.3.03.1.1.01.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER EXECUTIVO	18.000,00
1.3.2.1.01.0.1.17.00.00.00.00	RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA FONTE 103	4.000,00
1.7.1.2.52.4.1.00.00.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL	78.000,00
1.7.1.7.99.0.1.03.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL F.785	63.000,00
1.7.2.3.50.0.1.06.00.00.00.00	REPASSE CUSTEIO VIGIA SUS	4.000,00
1.7.1.3.99.0.1.01.00.00.00.00	ASS. FIN. COMP. PARA PAGAMENTO DO PISO DE ENFERMAGEM - C/C 624049-3 - FONTE 1064	10.000,00
1.7.1.3.50.1.1.05.00.00.00.00	INCREMENTO TEMPORARIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	177.180,00
1.3.2.1.01.0.1.11.00.00.00.00	RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA FONTE 2940	2.000,00
	TOTAL	370.180,00

III - Na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º , Inciso III da Lei Federal nº. 4.320/64, o Superavit Financeiro nas seguintes rubricas:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
01007	Apoio e Fortalecimento as Familias com Gestantes e/ou Crianças - Primeira Infancia	7.300,00
01009	Icentivo de Garantia de Direitos a Pessoa Idosa - Centro de Convivência	1.500,00
	TOTAL	8.800,00

Artigo 3º- Ficam incluídas na programação financeira e no cronograma de desembolso os seguintes valores como segue.

Alteração Adicional das Cotas de Receita:

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.1.1.2.50.0.3.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA	14.000,00
1.1.1.3.03.1.1.01.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER EXECUTIVO	18.000,00
1.3.2.1.01.0.1.17.00.00.00.00	RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA FONTE 103	4.000,00
1.7.1.2.52.4.1.00.00.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL	78.000,00
1.7.1.7.99.0.1.03.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL F.785	63.000,00
1.7.2.3.50.0.1.06.00.00.00.00	REPASSE CUSTEIO VIGIA SUS	4.000,00
1.7.1.3.99.0.1.01.00.00.00.00	ASS. FIN. COMP. PARA PAGAMENTO DO PISO DE ENFERMAGEM - C/C 624049-3 - FONTE 1064	10.000,00
1.7.1.3.50.1.1.05.00.00.00.00	INCREMENTO TEMPORARIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	177.180,00
1.3.2.1.01.0.1.11.00.00.00.00	RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA FONTE 2940	2.000,00
	TOTAL	370.180,00

Artigo 4º- Este decreto entrará em vigor nesta data 06 de novembro, revogadas as disposições em contrário.

Centenário do Sul, 06 de novembro de 2025.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR

Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana de Lima Gabriel
Código Identificador:E3599FC4

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO I TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 225/2024

EXTRATO DO I TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 225/2024

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL

CONTRATADA: E O L RODRIGUES PESCA - ME

OBJETO: Contratação de empresa especializada no ramo de fogos de artifício para a realização de show pirotécnico nos eventos oficiais do município de Centenário do Sul/PR, pelo sistema de registro de preço

DO PRAZO E VALOR: O presente aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência em 12 (doze) meses, e em decorrência da prorrogação o acréscimo de R$ 103.448,20 (Cento e três mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e vinte centavos) **item 1** 53,34%, **item 2** 53,34%, **item 3** 42,86%, **item 4** 50%, **item 5** 42,86%, **item 6** 54,55%, **item 7** 50% ao valor original do contrato, de acordo com a Planilha Orçamentária e justificativa da Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Lazer, baseado no Art. 84 da Lei 14.133/2021, conforme segue:

E O L RODRIGUES PESCA - ME								
Item	Produto	Marca	Unid	Quant	**Quant** **%**	Quant. UN	Preço	Preço total
1	FOGOS DE ARTÍFÍCIO KIT PIROTÉCNICO 40 TUBOS 2 AB.MDA - B.RUÍDO-TRASSANTE COM PONTAS COLORIDAS	SAO JOAO COLORIDO	UN	15,00	**53,34%**	8	1.898,80	15.190,40
2	FOGOS DE ARTÍFÍCIO KIT PIROTÉCNICO 40 TUBOS 2AB.COMETA CORES E EFEITOS –B RUIDO	SAO JOAO COLORIDO	UN	15,00	**53,34%**	8	1.898,80	15.190,40
3	FOGOS DE ARTÍFÍCIO KIT PIROTÉCNICO 70	SAO JOAO COLORIDO	UN	7,00	**42,86%**	3	1.962,00	5.886,00

	TUBOS 3AB – TRASSANTE COM PONTAS DE CASCATA DOURADA							
4	FOGOS DE ARTÍFÍCIO KIT PIROTÉCNICO METRALHADORA COM PONTAS TRASSANTE CASCATA 88 TUBOS 2AB - B. RUIDO	SAO JOAO COLORIDO	UN	2,00	**50%**	1	2.751,80	2.751,80
5	FOGOS DE ARTÍFÍCIO KIT PIROTÉCNICO METRALHADORA COMETA TRASSANTE COM PONTAS CORES VARIADA 2AB 120TB.-B. RUIDO	SAO JOAO COLORIDO	UN	7,00	**42,86%**	3	2.747,20	8.241,60
6	FOGOS DE ARTÍFÍCIO KIT PIROTÉCNICO METRALHADORA COMETA TRASSANTE COM PONTAS CORES VARIADAS 2AB 300TB.-B. RUIDO	SAO JOAO COLORIDO	UN	11,00	**54,55%**	6	5.108,00	30.648,00
7	FOGOS DE ARTÍFÍCIO KIT PIROTÉCNICO METRALHADORA COMETAS TRASSANTE COM PONTAS COMETA FINAL CROSSET 2AB 300TB.-B. RUIDO	SAO JOAO COLORIDO	UN	10,00	**50%**	5	5.108,00	25.540,00
TOTAL								**R$ 103.448,20**

DATA DE ASSINATURA: 08/12/2025

Publicado por:
Anderson Muniz da Silva
Código Identificador:26F7D83E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

GABINETE
EDITAL 15/2025

EDITAL Nº 015/2025

Dispõe sobre a abertura de Processo Seletivo Simplificado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

O Município de Clevelândia, Estado do Paraná, neste ato representado pela Prefeita Municipal, RAFAELA MARTINS LOSI, juntamente com a COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, nomeada pela Portaria nº 506/2025, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei Municipal nº 2.628/2017, que autoriza a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal e em consonância com a Lei Municipal nº 2.925/2025, que autorizou a contratação temporária e por tempo determinado de servidores por meio de Processo Seletivo Simplificado, resolvem:

TORNAR PÚBLICO a realização de Processo Seletivo Simplificado - PSS, visando a contratação temporária e excepcional, para preenchimento dos cargos previstos no anexo IV do presente Edital.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O presente Processo Seletivo será regido por este Edital e pela legislação aplicável, sendo promovido pela Prefeitura Municipal de Clevelândia, com elaboração e execução a cargo da Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente de Clevelândia – FAMA.

O presente Processo Seletivo Simplificado visa à contratação temporária por prazo determinado dos cargos apresentados no **Anexo IV,** de acordo com o estabelecido neste Edital.

As informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, dispondo a Comissão o direito de desclassificar do processo seletivo aquele que fornecer dados inverídicos.

Podem se inscrever no **PSS Edital n° 015/2025** os brasileiros(as) natos(as) ou naturalizados(as) e estrangeiros(as), com permanência devidamente regularizada no Brasil.

A efetiva contratação do candidato aprovado ou sua inclusão em cadastro de reserva ficará condicionada à conveniência e oportunidade da Administração Municipal, à existência de necessidade pública, à disponibilidade orçamentária e financeira, bem como ao cumprimento dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

A seleção será composta de duas fases: a primeira fase é composta de prova objetiva de caráter eliminatório e a segunda fase é composta de prova de títulos de caráter classificatório.

DAS VAGAS:

Os cargos, a quantidade de vagas ofertadas e as respectivas remunerações encontram-se detalhadamente dispostas no Anexo IV deste Edital, o qual integra e complementa suas disposições.

DOS CANDIDATOS ESTRANGEIROS:

Cumpridas as demais exigências deste Edital, o(a) candidato(a) estrangeiro pode se inscrever no processo seletivo mediante apresentação de documentação oficial, como visto temporário e ou visto permanente, nos termos da Lei Federal nº.13.445/2017, que faculte o exercício de atividade remunerada no Brasil.

O candidato estrangeiro não portador de visto temporário ou permanente pode realizar a sua inscrição e respectivo processo seletivo, sendo que no momento da contratação, deve apresentar o respectivo documento sob pena da perda da vaga.

DAS VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:

Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no Inciso VIII do Artigo 37 da Constituição Federal, será assegurado o direito de inscrição neste Processo Seletivo Simplificado.

O candidato inscrito como pessoa com deficiência que não confirmar na inscrição a

sua condição de deficiência perde o direito às vagas reservadas, passando a integrar o grupo de candidatos que pleiteiam as vagas de ampla concorrência.

Fica reservado às pessoas com deficiência o direito de se inscrever neste Processo Seletivo Simplificado, em igualdade de condições com os demais candidatos de conformidade com a Lei Estadual nº 18.419, de 07 de janeiro de 2015 e o Decreto Federal 3.298, de 20 de dezembro de 1999, tendo o percentual de **10% (dez por cento)** das vagas oferecidas (Lei Municipal n°2.693/2019).

Os candidatos que no ato da inscrição declararem-se com deficiência, deverão preencher a ficha modelo (**Anexo VII**), e se aprovados, terão seus nomes publicados em lista à parte e figurarão também na lista de classificação geral.

O candidato inscrito como pessoa com deficiência que precisar de tratamento distinto no PSS, deverá, no ato da inscrição, requerer as condições necessárias.

O candidato inscrito como pessoa com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em condições iguais com os demais no que diz respeito:

a avaliação e aos critérios de aprovação;

ao local de aplicação da prova;

a nota mínima exigida para os demais candidatos.

Deverá apresentar RG**,** CPF e laudo médico atestando a espécie, o grau e/ou o nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF, bem como a provável causa da deficiência, após a realização das etapas avaliativas do PSS, mediante convocação específica para este fim, sendo assegurada a alteração de sua inscrição para as vagas de livre concorrência nos casos em que o laudo médico não se enquadrar nos critérios legais para definição de pessoa com deficiência.

Quando o número de vagas reservadas às pessoas com deficiência resultar em fração, arredondar-se-á para o número inteiro imediatamente superior, em caso de fração igual ou maior a 0,5 (zero vírgula cinco), ou para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (zero vírgula cinco).

O candidato que for contratado na condição de pessoa com deficiência, não poderá arguir ou utilizar essa condição para pleitear ou justificar mudança de função, remoção, reopção de vaga, redução de carga horária ou alteração de jornada de trabalho, limitação de atribuições e assistência de terceiros no ambiente de trabalho para o desempenho das atribuições da função.

Na inexistência de candidatos inscritos, aprovados ou habilitados para as vagas destinadas às pessoas com deficiência, serão chamados os demais candidatos classificados e habilitados, observada a ordem geral de classificação.

DAS VAGAS PARA AFRODESCENDENTES:

Fica reservado o percentual de 20% (vinte por cento) das vagas para as pessoas que se autodeclararem afrodescendentes, na forma da Lei Municipal 2.693/2019.

O candidato que concorrer como afrodescendente, deve identificar-se como de cor preta ou parda e pertencente à etnia negra, devendo preencher a ficha modelo constante no **Anexo VI**.

A avaliação dos candidatos que se autodeclararem afrodescendentes, será realizada pela comissão de heteroidentificação, no dia **25/01/2026, a partir das 11h** nas dependências da Faculdade Municipal de Meio Ambiente (FAMA), conforme cronograma **(Anexo I).**

A fixação do número de vagas reservadas aos afrodescendentes e respectivo percentual far-se-á pelo total de vagas publicadas no edital de abertura do certame e se efetivará no processo de contratação.

Quando o número de vagas reservadas aos afrodescendentes resultar em fração, arredondar-se-á para o número inteiro imediatamente superior, em caso de fração igual ou maior a 0,5 (zero vírgula cinco), ou para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (zero vírgula cinco).

O candidato afrodescendente irá participar do PSS em condições iguais às dos demais.

O percentual de vagas para os afrodescendentes será observado ao longo do período de validade do **PSS**, inclusive em relação às vagas que surgirem ou forem ampliadas.

O candidato que for contratado na condição de afrodescendente não pode arguir ou utilizar essa condição para pleitear ou justificar mudança de função, remoção, reopção de vaga, redução de carga horária ou alteração de jornada de trabalho, limitação de atribuições e assistência de terceiros no ambiente de trabalho para o desempenho das atribuições da função.

Na inexistência de candidatos inscritos, aprovados ou habilitados para as vagas destinadas para afrodescendentes, serão chamados os demais candidatos classificados e habilitados.

DAS INSCRIÇÕES

O candidato pode se inscrever **EM APENAS UM CARGO.**

A inscrição no Processo Seletivo implica, desde logo, a ciência e aceitação tácita pelo candidato das condições estabelecidas neste edital e em editais complementares ou de retificações. Antes de efetuar a inscrição, é de responsabilidade do candidato conhecer todas as determinações referentes ao Processo Seletivo para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas, documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo, por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

As inscrições ocorrerão exclusivamente pelo site da Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente - FAMA, Clevelândia-PR, no endereço eletrônico www.famapr.edu.br, na página correspondente ao PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL N° 015/2025, **gratuitamente**, no período compreendido entre **às 07horas do dia 23/12/2025 até as 23horas do dia 11/01/2026, ININTERRUPTAMENTE.**

O candidato deve preencher os campos do formulário eletrônico da "Ficha de Inscrição", a qual deverá ser preenchida uma **ÚNICA VEZ**, sendo o preenchimento das informações de exclusiva responsabilidade do candidato.

Ao confirmar o preenchimento da inscrição, será gerado um arquivo no formato PDF que pode ser salvo e/ou impresso. A 2ª Via da ficha de inscrição pode ser gerada a qualquer momento no site da FAMA, mencionado acima.

CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA PROVA OBJETIVA (ANEXO II).

A prova objetiva será composta de **30 (trinta) questões**, de múltipla escolha, das quais, 15 (quinze) questões são específicas de cada cargo, 5 (cinco) questões de Língua Portuguesa, 5 (cinco) de Matemática, 5 (cinco) de Conhecimentos Gerais.

As questões terão 4 (quatro) alternativas, das quais somente uma será a correta, que deverá ser assinalada no cartão resposta.

Serão considerados aprovados os candidatos que acertarem, no mínimo, 15 (quinze) questões.

DA ENTREGA DE TÍTULOS E DOS CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DOS TÍTULOS (ANEXO III):

A prova de títulos, de caráter classificatório, será realizada para todos os cargos, conforme previsto no Anexo III e somente poderá participar desta fase do certame o candidato que for aprovado conforme a letra c do item 6.

A documentação comprobatória dos títulos será recebida no mesmo dia da realização da prova objetiva. Após esse período de entrega da documentação, não será permitida a complementação de qualquer documento, nem mesmo através de pedido de revisão e/ou recurso.

Os candidatos interessados em participar da prova de títulos deverão preencher o Formulário de Cadastro de Títulos (Anexo VIII), imprimir duas vias do comprovante de cadastro dos títulos, reter uma para si e anexar a outra na parte externa de envelope lacrado com os documentos comprobatórios dos títulos, a ser entregue no dia da realização da prova objetiva.

Os documentos comprobatórios solicitados deverão ser entregues dentro de envelope lacrado, no dia da prova para um fiscal designado, previamente, pela comissão organizadora, que passará no local da prova recolhendo os envelopes. Não será aceito envelope aberto ou que não esteja devidamente lacrado e identificado com os dados do candidato.

A exatidão dos documentos entregues será de total responsabilidade do candidato, motivo pelo qual não haverá qualquer conferência dos envelopes no momento da entrega e sim um protocolo de recebimento do envelope lacrado.

DA APLICAÇÃO DAS PROVAS

8.1. A PROVA OBJETIVA SERÁ REALIZADA NO DIA 25/01/2026, DAS 08h ÀS 11h, nas dependências da Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente (FAMA), situada à Rua Coronel Manoel Ferreira Bello, nº 270, Centro, Clevelândia/pr. Em caso de necessidade de alteração, a comissão indicará outro local, o qual será comunicado previamente.

8.3 Os portões serão abertos às 7h30, os candidatos deverão estar munidos de comprovante de inscrição, de documento de identificação com foto e de caneta esferográfica, fabricada em material transparente, de tinta azul ou preta e envelope lacrado com os títulos. Os portões serão fechados, 07h50min.

8.4 NÃO será permitida a realização de consulta em qualquer material.

8.5 Durante o período de realização da prova não será permitido o porte ou utilização de aparelhos eletrônicos, o uso de óculos escuros, chapéu, boné, protetores auriculares, gorro ou quaisquer outros equipamentos ou acessórios que, a juízo da coordenação, possam comprometer a segurança do certame.

8.6 O candidato somente poderá se retirar do local após uma hora do início das provas, sendo que os cadernos serão recolhidos, podendo apenas retirar o gabarito rascunho.

8.7 O gabarito e os cadernos de provas serão disponibilizados no site da FAMA, no dia 25/01/2026, a partir das 20h.

CRITÉRIOS DE DESEMPATE

Para efeito de desempate, prevalecerá a ordem dos seguintes critérios:

A idade mais elevada;

A maior nota na matéria de conhecimento específico;

O número de prole.

DOS RECURSOS

Serão admitidos recursos a serem interpostos respeitados os prazos referidos no cronograma, constante no **(Anexo I)** deste edital.

Caberão recursos, conforme cronograma, em três momentos:

após a divulgação da publicação dos inscritos;

após a divulgação da classificação preliminar dos candidatos;

após a divulgação da classificação final dos aprovados.

Não será admitido recurso interposto por outra pessoa que não seja o candidato inscrito neste processo seletivo.

Para recorrer, o candidato deverá protocolar o recurso junto à Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente-FAMA, através do site www.famapr.edu.br, conforme cronograma constante do **Anexo I** e modelo que consta no **Anexo V** deste Edital.

O recurso deverá ser individual e devidamente fundamentado.

Os recursos protocolados que não se refiram especificamente aos eventos aprazados não serão apreciados.

Admitir-se-á recurso somente se o mesmo for referente à classificação do próprio recorrente.

Não serão aceitos recursos por correspondência (SEDEX, Aviso de Recebimento (AR),e-mail, whatsapp,telegram, via telefone, ou outro meio que não seja o estabelecido neste Edital).

Não serão apreciados os Recursos que forem apresentados:

em desacordo com as especificações contidas neste Edital;

fora do prazo estabelecido;

sem fundamentação lógica e consistente;

com argumentação idêntica a outros recursos;

não serão aceitos revisão de recurso, recurso do recurso.

A comissão do Processo Seletivo constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

DA DESCLASSIFICAÇÃO

O candidato será desclassificado do processo seletivo se:

fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;

não apresentar no ato da inscrição toda a documentação exigida neste Edital;

não atender às determinações deste Edital e de seus atos complementares.

DA CLASSIFICAÇÃO E MÉDIA FINAL

A classificação dos candidatos habilitados obedecerá à ordem decrescente da média final, observada a seguinte ponderação:

da prova objetiva, de caráter eliminatória - peso/nota: 7,5;

da prova de títulos, de caráter classificatório - peso/nota: 2,5.

o candidato será eliminado, caso zerar em uma das matérias objetivas, sendo elas: Língua Portuguesa, Matemática, Conhecimentos Gerais e Atualidades e Conhecimentos Específicos.

O cálculo da Média Final do certame será objeto da soma das notas da prova objetiva e da prova de títulos, considerando seus devidos pesos, segundo a fórmula:

MF = P*0,25 + T

Onde MF = Média final; P = nº de acertos na prova objetiva e T = pontuação na prova de títulos. A MF terá como nota máxima o valor 10,0.

DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

A DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO CERTAME, SERÁ PUBLICADA NO DIA **03/02/2026 ATÉ ÀS 23H59MIN**, NOS ENDEREÇOS ELETRÔNICOS:

www.famapr.edu.br; https://clevelandia.atende.net/cidadao.

DA CONTRATAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS:

A aprovação do candidato no PSS gera mera expectativa de direito à contratação, a qual fica terminantemente condicionada à autorização contratual por parte da Prefeitura Municipal de Clevelândia, levando em consideração a necessidade e o impacto financeiro da contratação, bem como índice de pessoal, conforme dispõe a Lei de Responsabilidade.

Cabe ao candidato atender, sob pena da perda da vaga, até a data da contratação, as exigências previstas neste Edital, bem como cumprir os requisitos constantes do edital de convocação.

Sendo verificada a inexatidão de declarações ou irregularidade na documentação em qualquer etapa do processo, o candidato será eliminado, sem prejuízo das sanções penais.

Caso a irregularidade seja constatada após a contratação do candidato, o contrato será rescindido nos termos da legislação em vigor.

São contratados apenas os candidatos que não acumulem cargos públicos, em face do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal.

Os custos com exames de laboratório necessários à inspeção médica oficial, previstos em edital próprio, correm às expensas do candidato.

DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA CONTRATAÇÃO

Uma Foto 3X4;

Cópia frente e verso da Carteira de Identidade(RG);

Cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF);

Cópia do Título de Eleitor;

Declaração de Pessoa com Necessidades Especiais;

Declaração de Afrodescendente;

Carteira de Trabalho;

Cópia do último comprovante de votação, ou certidão de quitação eleitoral, disponível em www.tse.gov.br;

Cópia do certificado de reservista, certificado de isenção, ou do certificado de dispensa de incorporação, para candidatos do sexo masculino;

Documentos específicos para o cargo, conforme o anexo IV;

Declaração médica de aptidão física e mental.

DO PRAZO DE VALIDADE:

A validade do PSS é de um 01 (um) ano a contar da publicação da homologação dos resultados no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, ou em caso de oportunidade e conveniência da administração pública, ou mesmo ser rescindido a qualquer tempo justificado.

DO REGIME JURÍDICO PARA CONTRATAÇÃO:

Os contratados submetem-se ao Regime Especial (CRES).

Além dos requisitos básicos previstos para a convocação nos termos deste Edital, o edital de convocação pode fixar outros previstos em lei ou regulamentos.

Em caso de realização de concurso público, os contratados referentes a este processo seletivo deverão ser rescindidos, quando da convocação dos aprovados no concurso público.

DA CIÊNCIA E ACEITAÇÃO:

Ao realizar a inscrição, o candidato aceita as normas deste Edital, as normas estabelecidas pela Prefeitura Municipal de Clevelândia para o PSS e a Legislação Municipal, Estadual e Federal.

É de responsabilidade do candidato, durante a realização e a validade do PSS, manter atualizado o seu endereço junto ao Departamento de RH da Prefeitura Municipal de Clevelândia.

DOS CASOS OMISSOS:

Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão Organizadora, nomeados pela Portaria nº 015, de 17 de dezembro de 2025.

Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

RAFAELA MARTINS LOSI

Prefeita Municipal

ANDRÉ HENRIQUE RIBEIRO BUENO

Presidente da Comissão Organizadora do PSS

EDITAL Nº 015/2025

ANEXO I CRONOGRAMA

ATIVIDADE	DATA
Publicação do Edital	17/12/2025
Período de impugnação do edital	18/12/2025 e 19/12/2025
Resultado de impugnação do edital	22/12/2025
Período de inscrição	23/12/2025 a 11/01/2026
Publicação das inscrições	12/01/2026
Período de interposição de recurso das inscrições	13/01/2026 a 15/01/2026
Homologação das inscrições	16/01/2026

Divulgação do ensalamento	17/01/2026
Data da prova objetiva e entrega de títulos	25/01/2026
Divulgação de gabarito e disponibilização de caderno de provas	25/01/2026
Avaliação presencial pela Comissão de Heteroidentificação (cota racial)	25/01/2026
Divulgação da classificação preliminar dos candidatos	26/01/2026 a partir das 11h
Período de interposição de recurso da classificação preliminar dos candidatos	27/01/2026 a 29/01/2026
Publicação da lista dos aprovados	30/01/2026
Período de interposição de recurso	31/01/2026 a 02/02/2026
Homologação da classificação final	03/02/2026

EDITAL N° 015/2025

ANEXO II

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DA PROVA OBJETIVA

3.1. LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos: situação comunicativa, pressuposição, inferência, ambiguidade, ironia, figurativização, polissemia, intertextualidade, linguagem não-verbal. Tipos e gêneros textuais: narrativo, descritivo, expositivo, argumentativo, instrucionais, propaganda, editorial, cartaz, anúncio, artigo de opinião, artigo de divulgação científica, ofício, carta. Estrutura textual: progressão temática, parágrafo, frase, oração, período, enunciado, pontuação, coesão e coerência. Variedade linguística, formalidade e informalidade, formas de tratamento, propriedade lexical, adequação comunicativa. Norma culta: ortografia, acentuação, emprego do sinal indicativo de crase. Pontuação. Formação de palavras, prefixo, sufixo, classes de palavras, regência, concordância nominal e verbal, flexão verbal e nominal, sintaxe de colocação. Produção textual. Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos. Emprego de tempos e modos dos verbos em português. Fonologia: conceitos básicos, classificação dos fonemas, sílabas, encontros vocálicos, encontros consonantais, dígrafos, divisão silábica. Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais. Termos da oração. Processos de coordenação e subordinação. Transitividade e regência de nomes e verbos. Padrões gerais de colocação pronominal no português. Estilística: figuras de linguagem. Reescrita de frases: substituição, deslocamento, paralelismo.

3.2 MATEMÁTICA

Raciocínio Lógico. Conjuntos: relações de pertinência, inclusão, igualdade e operações. Razão e Proporção. Geometria Plana e Espacial. Regra de três simples e composta. Porcentagem e Juros Simples. Sistema Lineares. Progressão Aritmética e Geométrica. Análise Combinatória e Probabilidade. Estatística: média, moda e mediana. Trigonometria no Triângulo Retângulo.

3.3 CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES

Fatos que estão ocorrendo no Brasil e no mundo; Aspectos geográficos, históricos, políticos, científicos e estatísticos do Brasil, do Paraná e do Município de Clevelândia; Símbolos nacionais, estaduais e municipais; Cultura e sociedade brasileira; Meio Ambiente.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DA PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

2.1 PROFESSOR DE ARTES - Ensino Fundamental séries iniciais:

Fundamentos Legais e Curriculares do Ensino de Arte. Arte como componente curricular obrigatório na Educação Básica (LDB/1996). BNCC: estrutura, competências gerais e competências específicas do Ensino de Arte. As quatro linguagens artísticas na BNCC: Artes Visuais, Dança, Música e Teatro. Principais Elementos de cada linguagem. As Dimensões do Conhecimento em Arte: Criação, Crítica, Estesia, Expressão, Fruição e Reflexão**.** Movimentos e artistas importantes da arte brasileira e paranaense nas áreas de música e artes visuais. Produção artística nacional e regional. Modernismo e Semana de Arte Moderna (1922). Práticas corporais e expressão do movimento. Danças brasileiras e paranaenses: fandango caiçara, frevo, maracatu, catira, pau-de-fita, entre outras. Origem do teatro. Teatro na escola: jogo teatral e improvisação. Identidade cultural, diversidade e manifestações populares.

2.2 PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA – Ensino Fundamental séries iniciais:

Educação, Escola, Professores e Comunidade. Papel da Didática na Formação de Educadores. A Revisão da Didática. O Processo de Ensino. Os Componentes do Processo Didático: Ensino e Aprendizagem. Tendências Pedagógicas no Brasil e a Didática. Aspectos Fundamentais da Pedagogia. Didática e Metodologia. O Relacionamento na Sala de Aula. O Processo de Ensinar e Aprender. O Compromisso Social e Ético dos professores. O Currículo e seu Planejamento. O Projeto Pedagógico da Escola. O Plano de Ensino e o Plano de Aula. Relações Professor-Aluno. A atuação do Professor como incentivador e aspectos socioemocionais. O Planejamento Escolar: Importância; Requisitos Gerais; Os Conteúdos de Ensino; A Relação Objetivo-Conteúdo - Método; Avaliação da Aprendizagem; Funções da Avaliação; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei Nº 9.394/96, de 20/12/96; Do Ensino Fundamental; Da Educação de Jovens e Adultos; Da Educação Especial. A LDB e a Formação dos Profissionais da Educação. Temas contemporâneos: bullying, o papel da escola, a escolha da profissão. Teorias do currículo. Acesso, permanência com sucesso do aluno na escola. Gestão da aprendizagem. Planejamento e gestão educacional. Avaliação institucional, de desempenho e de aprendizagem. O Professor: formação e profissão. Concepção de desenvolvimento humano: apropriação do conhecimento na psicologia histórico-cultural. A brincadeira de papéis sociais e formação da personalidade. Objetivos da Educação Infantil. A criança na educação infantil e suas linguagens. Atendimento à criança na educação infantil provinda de ambientes pouco estimuladores do seu desenvolvimento cultural. Atividade de estimulação para a leitura na educação infantil. A educação artística a serviço da criatividade infantil. Situações estimuladoras na área do pensamento operacional concreto. O desenvolvimento das percepções: o processo de formação de conceitos. A criança e o meio social. Ciências na Educação Infantil: importância do procedimento didático. Ensino e aprendizagem na Educação Infantil: finalidades, objetivos, conteúdos e metodologia. Educar, cuidar e acolher: função social da educação infantil. Aprendizagem da linguagem e a linguagem como instrumento de aprendizagem. Estatuto da Criança e do Adolescente. A criança e o número. Avaliação da aprendizagem como processo contínuo e formativo. Referencial Curricular Nacional. Como trabalhar a harmonização na Educação Infantil. A importância do lúdico na aprendizagem

2.3 PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA -Ensino Fundamental séries iniciais

Desenvolvimento Infantil e Aprendizagem Motora:

Desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo e psicossocial.

Habilidades motoras básicas.

Controle e aprendizagem motora.

Metodologias da Educação Física:

Abordagens: psicomotricidade, crítico- superadora, construtivista, desenvolvimentista, saúde renovada.

Jogos, lúdicos, brincadeira e iniciação esportiva pedagógica.

Planejamento e Avaliação:

PPP, organização curricular, planejamento anual e de aula.

Avaliação diagnóstica, formativa e processual.

Inclusão e Diversidade:

Educação Física inclusiva.

Valorização das diferenças culturais, étnico-raciais e de gênero.

AEE e adaptações curriculares.

TEA, TDAH, DI, deficiências físicas, visuais e auditivas.

Saúde, Segurança e Primeiros Socorros:

Hábitos saudáveis e qualidade de vida.

Legislação Educacional:

Constituição Federal (Educação).

LDB.,ECA.,PNE.,BNCC.

Temas Contemporâneos:

Bullying e convivência escolar.

Ética profissional.

Corpo, mídia e sociedade.

Sustentabilidade.

2.4 PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA - Ensino Fundamental séries iniciais:

Leitura, tradução e compreensão/interpretação de textos Língua Inglesa/Portuguesa; Linguística Língua Inglesa/Portuguesa: Semântica, Morfossintaxe, Sintaxe, Morfologia, Fonética e Fonologia, Lexicologia, Etimologia, Estilística, Pragmática; Vocabulário Língua Inglesa/Portuguesa; Teoria e Prática de Tradução Língua Inglesa/Portuguesa; Ensino aprendizagem de língua estrangeira: teorias, metodologias, práticas pedagógicas e ensino-aprendizagem; Base Nacional Comum Curricular: Língua Inglesa.

EDITAL N° 015/2025

ANEXO III

CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS

EXIGÊNCIA MÍNIMA	TÍTULOS	MÁXIMO DE PONTOS
Ensino Superior	Certificado de Pós- Graduação	1,0
	Mestrado	1,0
	Doutorado	1,0
	Tempo de Serviço na Área de Inscrição	0,5

EDITAL N° 015/2025

ANEXO IV

CARGO	VAGAS	C.H	SALÁRIO BASE
Professor de Artes	08	20h	R$ 2.555,58
Professor de Educação Física	12	20h	R$ 2.555,58
Professor Educação Básica – Ensino Fundamental Séries Iniciais	CR	20h	R$ 2.555,58

Professor de Língua Inglesa	**08**	**20h**	**R$ 2.555,58**

EDITAL N° 015/2025

ANEXO V

MODELO DE RECURSO

NOME COMPLETO:

N° DA INSCRIÇÃO: R.G.: C.P.F:

Abaixo escreva com letra legível e em caixa alta (maiúscula) de forma clara e objetiva o motivo pelo qual está impetrando recurso.

_____

Declaro para os devidos fins que eu estou ciente das normas estabelecidas neste edital no que concerne ao estabelecido.

Clevelândia Paraná, de de _____.

Assinatura

EDITAL N° 015/2025

ANEXO VI

DECLARAÇÃO PARA AFRODESCENDENTE

Eu,_, inscrito (a) no CPF sob nº_, DECLARO, nos termos e sob as penas da lei, para fins de inscrição no PPS – 2026 da Prefeitura Municipal de Clevelândia-Pr, que sou cidadão (ã) afrodescendente, nos termos da legislação em vigor, identificando-me como de cor (negra ou parda), pertencente à raça/etnia negra.

Clevelândia,_, de de

_

Nome e assinatura do candidato(a)

EDITAL Nº 015/2025

ANEXO VII

Declaração de Pessoa com deficiência

Nome:

RG: UF: CPF:

Data de Nascimento: / / Sexo: ( ) M ( ) F

A - Tipo da Deficiência:

B - Código CID:

C - Limitações Funcionais:

D - Função pretendida

PARECER DO MÉDICO ESPECIALISTA NA ÁREA DA DEFICIÊNCIA:

De acordo com a função pretendida, declaro que a deficiência do candidato é: ( ) COMPATÍVEL para exercer a função de _____

( ) INCOMPATÍVEL para exercer a função de_____

Médico(a) Examinador(a) Assinatura do(a) Candidato(a) Assinatura e Carimbo/CRM

ANEXO VIII

TERMO DE ENTREGA DE TÍTULOS

Eu_, inscrito no CPF n° _____, candidato inscrito no PSS - Edital n° XX/2025, para o cargo de _____, declaro que estou entregando em data de ____/ _____/ _____, na sala de aplicação da prova e mediante assinatura de protocolo de entrega, os documentos abaixo listados:

(1)

(2)

(3)

(4)

(5)

Assinatura do Candidato

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

01) PROFESSOR DE ARTES - Ensino Fundamental séries iniciais:

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS: 1. planejar, ministrar e avaliar as aulas de Artes para as turmas da Educação Básica, em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a proposta pedagógica da rede municipal, explorando as diversas linguagens artísticas (artes visuais, dança, música e teatro); 2. elaborar planos de aula que promovam a sensibilidade, a criatividade, a expressão pessoal e o pensamento crítico dos alunos, articulando os conteúdos com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola; 3. elaborar plano de trabalho docente anual, planos de aula e materiais didáticos, prevendo objetivos, metodologias, recursos, avaliação e recuperação; 4. desenvolver competências nas linguagens visuais (desenho, pintura, gravura, escultura, fotografia, vídeo, quadrinhos, design e artes digitais), respeitando a faixa etária e a diversidade cultural; 5. integrar tecnologias educacionais e recursos digitais para criação, registro e socialização de produções artísticas dos estudantes; 6. desenvolver e aplicar métodos de avaliação que contemplem o processo de criação e a fruição artística dos alunos, utilizando instrumentos diversificados como portfólios, observação, registros e apresentações; 7. apresentar aos alunos a produção artística local, nacional e mundial, contextualizando as obras e os movimentos artísticos em suas dimensões histórica, social e cultural; 8. adaptar as práticas e os materiais pedagógicos para garantir a participação e o desenvolvimento de todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades educacionais especiais, em colaboração com a equipe de educação inclusiva; 9. promover práticas pedagógicas inclusivas, com diferenciação didática e recursos acessíveis (materiais táteis, contrastes, audiodescrição de obras, entre outros), em articulação com o AEE; 10. propor e realizar atividades de reforço e recuperação paralela, com registros dos encaminhamentos e resultados; 11. idealizar e coordenar projetos que integrem a Arte com outras áreas do conhecimento, promovendo a interdisciplinaridade e enriquecendo a experiência educativa dos alunos;13. frequentar e participar ativamente das reuniões pedagógicas, conselhos de classe, eventos culturais e demais atividades promovidas pela unidade escolar e pela Secretaria de Educação; 14. engajar-se nos programas de formação continuada oferecidos pela rede de ensino e buscar constante aprimoramento em sua área de atuação; 15. trabalhar de forma colaborativa com a equipe gestora (direção, coordenação pedagógica), demais professores e funcionários, contribuindo para um ambiente escolar harmonioso e produtivo 16. realizar o preenchimento e a manutenção de diários de classe, relatórios de aproveitamento, controle de frequência e outros documentos administrativos relativos à vida escolar dos alunos;17. colaborar na organização e execução de exposições, mostras culturais, festivais e outras apresentações artísticas que envolvam a comunidade escolar; 18. adotar procedimentos de proteção e segurança dos estudantes, observando protocolos escolares e comunicando ocorrências à gestão 19. manter diálogo contínuo e respeitoso com os pais ou responsáveis, prestando informações sobre o desenvolvimento dos alunos no componente curricular de Artes; 20. exercer suas funções com ética, responsabilidade e compromisso, cumprindo os deveres inerentes ao cargo de servidor público; 21. cuidar da conservação e da correta utilização dos materiais, ateliês, instrumentos e equipamentos destinados às aulas de Artes; 22. atuar, quando necessário, em mais de uma unidade escolar, , respeitadas as atribuições do cargo e a compatibilidade de jornada; 23. colaborar com avaliações e ações institucionais da rede municipal, sem prejuízo das atribuições docentes; 24. manter-se atualizado e cumprir as diretrizes da legislação educacional vigente, em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); 25. executar outras atividades pedagógicas correlatas de mesma natureza e complexidade, determinadas pela direção/chefia imediata, compatíveis com o cargo.

Titulação Exigida: Ensino superior completo no curso de licenciatura plena em Artes (Artes Visuais, Educação Artística ou áreas afins).

02) PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA – Ensino Fundamental séries iniciais:

1. elaborar planos de aula, de curso e de trabalho docente, alinhados à Proposta Político Pedagógica (PPP), ao currículo municipal e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC); 2. ministrar os dias letivos e as horas-aula estabelecidas, executando o trabalho docente com foco na orientação e na mediação da aprendizagem do aluno; 3. avaliar o desempenho e o desenvolvimento dos alunos de forma contínua e sistemática, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, registrando os resultados ao longo do período letivo; 4. estabelecer e aplicar estratégias e atividades de recuperação para os alunos com menor rendimento, visando garantir o avanço de todos; 5. participar ativamente do processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, adaptando práticas e recursos para garantir sua plena participação e aprendizagem; 6. levantar, interpretar e

utilizar dados relativos à realidade sociocultural e de aprendizagem dos alunos para adequar o planejamento pedagógico; 7. produzir, selecionar e utilizar materiais e tecnologias educacionais adequados às diferentes faixas etárias e áreas do conhecimento; 8. estruturar o espaço físico e as rotinas da sala de aula como um ambiente interativo e seguro, que promova a aprendizagem, a autonomia e a interação social; 9. desenvolver no educando a compreensão de seus direitos e deveres, promovendo a cidadania ativa, o respeito à diversidade e a consciência socioambiental; 10. participar ativamente da elaboração, implementação e avaliação da Proposta Político Pedagógica e do Regimento Escolar da unidade de ensino;

11. manter comunicação constante com pais e responsáveis, informando sobre o rendimento e a frequência dos alunos e promovendo sua participação na vida escolar; 12. frequentar e contribuir em reuniões pedagógicas, conselhos de classe, eventos cívicos, culturais e outras atividades promovidas pela unidade escolar; 13. trabalhar em regime de colaboração com a direção, coordenação, supervisão, orientação e demais professores, visando ao aprimoramento da qualidade do ensino; 14. identificar necessidades específicas dos alunos e encaminhá-los, quando necessário, aos setores competentes da rede de proteção (Saúde, Assistência Social, etc.); 15. colaborar nos processos de decisão da unidade escolar, como a escolha de livros e materiais didáticos, contribuindo para a gestão democrática; 16. acompanhar e orientar estagiários de cursos de licenciatura que atuem em sua área, conforme as normas estabelecidas; 17. manter rigorosamente atualizados os diários de classe, relatórios, pareceres e demais documentos referentes à vida escolar dos alunos sob sua responsabilidade; 18. seguir as diretrizes pedagógicas e administrativas emanadas da Secretaria Municipal de Educação e da gestão escolar; 19. atuar na substituição de outros professores em suas ausências legais, quando designado pela direção da escola, para garantir a continuidade das atividades letivas; 20. zelar pela segurança e pela integridade física, psicológica e moral dos alunos durante todo o período em que estiverem sob sua responsabilidade; 21. assegurar, com absoluta prioridade, os direitos da criança e do adolescente, protegendo-os de toda forma de negligência, discriminação, violência ou opressão; 22. manter-se atualizado sobre a legislação educacional vigente e aplicá-la em sua prática profissional; 23. participar de cursos, seminários e programas de formação continuada oferecidos pela rede de ensino e buscar autoaperfeiçoamento constante; 24. cuidar da disciplina geral da turma e zelar pela conservação de instalações da unidade escolar; 25. cumprir a jornada de trabalho e os horários estabelecidos, respeitando o calendário letivo; 26. agir com ética, respeito e imparcialidade no exercício de suas funções, contribuindo para um ambiente de trabalho colaborativo e harmonioso; 27. manter sigilo sobre informações confidenciais relativas aos alunos, famílias e à instituição;28. desempenhar outras tarefas de natureza e complexidade compatíveis com o cargo e com sua formação, sempre que solicitado pela gestão.

Titulação Exigida: Ensino superior, em curso de licenciatura plena em Pedagogia.

03) PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - Ensino Fundamental séries iniciais:

1. planejar, ministrar e avaliar aulas de educação física alinhadas à BNCC e ao currículo municipal, promovendo o desenvolvimento motor, a cultura corporal de movimento e hábitos de vida ativa;

2. elaborar o plano de ensino anual, semestral e diário, elaborar plano de trabalho docente anual, planos de aula e materiais didáticos com objetivos, metodologias, recursos, avaliação e recuperação, assegurando a progressão das aprendizagens, alinhando os objetivos de aprendizagem ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) da unidade escolar e às diretrizes da Secretaria Municipal de Educação; 3. desenvolver competências nas diferentes práticas corporais: jogos e brincadeiras, esportes, lutas, ginásticas, danças, atividades rítmicas e expressivas, atividades ao ar livre e recreação, respeitando a faixa etária e a diversidade cultural; 4. adaptar as práticas pedagógicas para garantir a participação plena e segura de todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades educacionais especiais ou com diferentes níveis de habilidade motora, promovendo o respeito e a cooperação; 5. organizar atividades práticas com observância de normas de segurança, hidratação, cuidados com o ambiente e equipamentos, e adequações às condições climáticas; 6. orientar sobre princípios de conduta, cooperação, respeito às regras, prevenção de violências e bullying, e educação para a saúde e cidadania; 7. fomentar a conscientização sobre a importância da atividade física para a saúde e o bemestar, promovendo hábitos de vida saudáveis, o conhecimento do próprio corpo e o respeito aos seus limites; 8. integrar tecnologias educacionais e recursos digitais para registro e acompanhamento de aprendizagem (portfólios, diários de treino, vídeos), respeitando proteção de dados; 9. planejar e executar projetos interdisciplinares e eventos pedagógicos (festivais, gincanas, jogos escolares internos), em articulação com outras áreas do conhecimento; 10. propor e realizar atividades de reforço e recuperação paralela, com registros dos encaminhamentos e resultados; 11. criar e aplicar instrumentos de avaliação que considerem o processo de desenvolvimento integral do aluno, incluindo suas dimensões corporal, afetiva e cognitiva, registrando o progresso e as necessidades de cada um; 12. realizar, na hora-atividade, estudos, planejamento, elaboração de materiais, correção de atividades e avaliações, e atendimento pedagógico individual ou em pequenos grupos quando previsto; 13. preencher e manter atualizados os registros escolares obrigatórios (conteúdos, frequência, resultados, relatórios e pareceres) nos prazos estabelecidos;14. participar da elaboração, execução e avaliação do projeto político-pedagógico (PPP) e dos planos de ação da unidade; 15. prestar o primeiro atendimento em casos de acidentes ou lesões de menor gravidade ocorridos durante as aulas, comunicando imediatamente a direção da escola e acionando o serviço de saúde, se necessário; 16. participar ativamente das reuniões pedagógicas, conselhos de classe, eventos culturais e cívicos, e outras atividades promovidas pela unidade escolar e pela Secretaria de Educação; 17. engajar-se em programas de formação continuada oferecidos pela rede municipal de ensino e buscar autoaperfeiçoamento profissional constante, e multiplicar conhecimentos na unidade quando solicitado; 18. cooperar com ações intersetoriais (assistência social, saúde, cultura) que impactem a aprendizagem e a permanência escolar; 19. trabalhar de forma colaborativa com a equipe gestora (direção, coordenação pedagógica), demais professores e funcionários, contribuindo para um ambiente escolar harmonioso e produtivo; 20. adotar procedimentos de proteção e segurança dos estudantes, observando protocolos escolares e comunicando ocorrências à gestão; 21. adequar atividades a estudantes com restrições médicas apresentadas formalmente, respeitando limites e orientações registradas, e acionando a gestão quando necessário; 22. orientar os estudantes quanto ao uso adequado de vestiários, materiais e espaços esportivos, preservando a privacidade e o patrimônio público;23. manter um canal de comunicação claro e respeitoso com os pais ou responsáveis, informando-os sobre o desempenho e a frequência dos alunos e orientando-os quando necessário; 24. atuar, quando necessário, em mais de uma unidade escolar, respeitadas as atribuições do cargo e a compatibilidade de jornada; 25. colaborar com ações e avaliações institucionais da rede municipal, sem prejuízo das atribuições docentes; 26. conhecer e cumprir as disposições da legislação educacional vigente, incluindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e as normativas do sistema municipal de ensino;27. zelar pela conservação dos materiais, equipamentos e do patrimônio público que estiverem sob sua guarda ou utilização; 28. cumprir com os deveres do servidor público, agindo com ética, respeito e imparcialidade no exercício de suas funções; 29.

executar outras atividades pedagógicas correlatas de mesma natureza e complexidade, determinadas pela direção/chefia imediata, compatíveis com o cargo.

Titulação Exigida: Ensino superior completo no curso de licenciatura em Educação Física, e registro ativo no respectivo Conselho Profissional (CREF).

04) PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA - Ensino Fundamental séries iniciais:

1. planejar e ministrar aulas de Língua Inglesa para as turmas da Educação Básica, conforme a matriz curricular do município e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), desenvolvendo nos alunos as competências comunicativas (oralidade, leitura, escrita e compreensão auditiva; 2. contextualizar conteúdos gramaticais, léxico e fonético-fonológicos em situações comunicativas significativas e adequadas à faixa etária; 3. elaborar plano de trabalho docente anual, planos de aula e materiais didáticos, contemplando objetivos, metodologias, recursos, avaliação e recuperação; 4. promover práticas pedagógicas inclusivas, com diferenciação didática, adaptações razoáveis e estratégias de apoio aos estudantes com deficiência, TGD/TEA e altas habilidades, em articulação com o AEE; 5. utilizar recursos tecnológicos e midiáticos (plataformas educacionais, laboratórios, rádio, multimídia) para ampliar oportunidades de aprendizagem e letramento digital; 6. desenvolver e executar projetos interdisciplinares e temáticos que promovam a valorização da língua inglesa e de diferentes culturas, integrando o aprendizado do idioma a outras áreas do conhecimento; 7. propor e executar ações de reforço e recuperação paralela, com registros de encaminhamentos e resultado; 8. acompanhar indicadores de aprendizagem da rede e da unidade, propondo intervenções pedagógicas baseadas em evidências; 9. assegurar o cumprimento do calendário escolar, da carga horária e das diretrizes pedagógicas da rede;10. realizar atividades de planejamento, estudo, elaboração de materiais, correção de atividades e avaliações no período de hora-atividade; 11. aplicar avaliação diagnóstica, formativa e somativa com critérios transparentes, devolutivas qualificadas e registro sistemático de evidências; 12. preencher, manter e zelar pelos registros escolares obrigatórios (conteúdos, frequência, resultados, relatórios e pareceres) nos prazos estabelecidos; 13. elaborar relatórios pedagógicos e planos de intervenção, quando necessário, em articulação com a equipe pedagógica e a gestão escolar; 14. participar da elaboração, execução e avaliação do projeto político-pedagógico (PPP) e dos planos de ação da unidade; 15. realizar, na hora-atividade, estudos, planejamento, elaboração de materiais, correção de atividades e avaliações, e atendimento pedagógico individual ou em pequenos grupos quando previsto; 16. participar ativamente das reuniões pedagógicas, conselhos de classe, eventos culturais e cívicos, e outras atividades promovidas pela unidade escolar e pela Secretaria de Educação; 17. engajar-se em programas de formação continuada oferecidos pela rede municipal de ensino e buscar autoaperfeiçoamento profissional constante, e multiplicar conhecimentos na unidade quando solicitado; 18. cooperar com ações intersetoriais (assistência social, saúde, cultura, esporte) que impactem a aprendizagem e a permanência escolar; 19. trabalhar de forma colaborativa com a equipe gestora (direção, coordenação pedagógica), demais professores e funcionários, contribuindo para um ambiente escolar harmonioso e produtivo; 20. colaborar com ações de gestão democrática, convivência escolar e clima organizacional, respeitando normas internas e instâncias colegiadas; 21. promover cultura de paz, direitos humanos, diversidade e respeito às diferenças, prevenindo discriminação e violências no ambiente escolar; 22. adotar procedimentos de proteção e segurança dos estudantes, observando protocolos escolares e comunicando ocorrências à gestão; 23. manter um canal de comunicação claro e respeitoso com os pais ou responsáveis, informando-os sobre o desempenho e a frequência dos alunos e orientando-os quando necessário;24. atuar, quando necessário, em mais de uma unidade escolar, respeitadas as atribuições do cargo e a compatibilidade de jornada; 25. colaborar com ações e avaliações institucionais da rede municipal, sem prejuízo das atribuições docentes; 26. conhecer e cumprir as disposições da legislação educacional vigente, incluindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e as normativas do sistema municipal de ensino; 27. zelar pela conservação dos materiais, equipamentos e do patrimônio público que estiverem sob sua guarda ou utilização; 28. cumprir com os deveres do servidor público, agindo com ética, respeito e imparcialidade no exercício de suas funções; 29. executar outras atividades pedagógicas correlatas de mesma natureza e complexidade, determinadas pela direção/chefia imediata, compatíveis com o cargo.

Titulação Exigida: Ensino superior completo no curso de licenciatura plena em Letras com habilitação em Língua Inglesa.

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:B2C43F57

LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2025 - PROCESSO Nº 104/2025

ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2025 - PROCESSO Nº 104/2025

Objeto: 0 objeto da presente licitação é aquisição de nitrogênio líquido para conserva sêmen bovino para atender a Secretaria Municipal de Agricultura, pelo período de 12 (doze) meses..

Considerando as informações constantes do processo licitatório em epigrafe, a Prefeita Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO a homologação dos mesmo em nome dos licitantes adiante mencionado como vencedores:

NITROTEC - COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA - CNPJ: 09.492.811/0001-21						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**
1	2.000	LT	NITROGÊNIO LÍQUIDO PARA BOTIJÃO CRIOGÊNICOS DA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL	Marca: Própria / Fabricante: White Martins Nitrogênio Liquido/	6,4900	12.980,0000

Clevelândia, 17 de dezembro de 2025.

RAFAELA MARTINS LOSI

Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo Antônio Mendes da Silva
Código Identificador:693EF4B2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

COLOMBO PREVIDÊNCIA
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2026

Política de Investimentos

2026

COLOMBO PREVIDÊNCIA – PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE COLOMBO - PR

Sumário

1 Introdução..... 3

2 Definições..... 3

3 Diretrizes Gerais..... 3

4 Governança..... 4

5 Comitê de Investimentos..... 6

6 Consultoria de Investimentos..... 7

7 Modelo de Gestão..... 8

8 Segregação de Massa..... 9

9 Credenciamento..... 9

10 Meta de Retorno Esperado..... 11

11 Aderência das Metas de Rentabilidade..... 12

12 Carteira Atual..... 12

13 Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação..... 13

14 Cenário..... 14

15 Alocação Objetivo..... 14

16 Apreçamento de ativos financeiros..... 16

17 Gestão de Risco..... 16

17.1 Risco de Mercado..... 17

17.1.1 VaR..... 17

17.2 Risco de Crédito..... 18

17.2.1 Abordagem Qualitativa..... 19

17.2.2 Abordagem Quantitativa..... 19

17.2.3 Exposição a Crédito Privado..... 21

17.3 Risco de Liquidez..... 21

17.4 Risco Operacional..... 23

17.5 Risco de Terceirização..... 23

17.7 Risco Sistêmico..... 24

17.8 Plano de Contingenciamento..... 25

18 Considerações Finais..... 31

Introdução

A Colombo Previdência – Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Colombo – PR, é constituída na forma da legislação pertinente em vigor, com caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Sua função é administrar e executar a previdência social dos servidores, conforme estabelece a Lei Municipal 960/2006, a Resolução CMN nº 4.963/2021 e a Portaria MTP nº 1.467/2022 que contém as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores do plano de benefício administrado pela Colombo Previdência. A presente Política de Investimentos (P.I.) foi discutida e aprovada pelo Comitê de Investimentos da Colombo Previdência na reunião ordinária, que ocorreu em 08/12/2025.

Definições

Ente Federativo: Município de Colombo, Estado do Paraná

Unidade Gestora: Colombo Previdência – Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Colombo - PR

CNPJ: 08.434.306/0001-68

Categoria do Investidor: Qualificado

Diretrizes Gerais

Os princípios, metodologias e parâmetros estabelecidos nesta Política de Investimentos buscam garantir, ao longo do tempo, a segurança, liquidez e rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos e passivos da Colombo Previdência, bem como procuram evitar a exposição excessiva a riscos através de critérios estabelecidos.

Esta Política de Investimentos entrará em vigor em 01 de janeiro de 2026. O horizonte de planejamento utilizado na sua elaboração compreende o período de 12 meses que se estende de janeiro a dezembro de 2026.

O referido documento está de acordo com a Resolução CMN nº 4.963/2021 e a Portaria MTP nº 1.467/2022 que dispõem sobre as aplicações e sobre o monitoramento dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como estabelece os parâmetros mínimos para as alocações de recursos e limites utilizados, sejam eles de concentração por veículo, emissor e ou segmento; o modelo de gestão a ser utilizado; a meta de rentabilidade perseguida e seus acompanhamentos.

Adicionalmente este documento trata da metodologia adotada para o apreçamento dos ativos financeiros e gerenciamento de riscos, em consonância com as definições constantes na Resolução CMN nº 4.963/2021 e na Portaria MTP nº 1.467/2022.

Em havendo mudanças na legislação que de alguma forma tornem estas diretrizes inadequadas, durante a vigência deste instrumento, esta Política de Investimentos e os seus procedimentos serão alterados gradativamente, de forma a evitar perdas de rentabilidade ou exposição desnecessária a riscos, conforme definições constantes na Resolução CMN nº 4.963/2021 e na Portaria MTP nº 1.467/2022. Caso seja necessário, deve ser elaborado um plano de adequação, com critérios e prazos para a sua execução, sempre com o objetivo de preservar os interesses da Colombo Previdência, desde que este plano não seja contrário ao arcabouço legal constituído.

Se nesse plano de adequação o prazo de enquadramento estabelecido pelas disposições transitórias da nova legislação for excedido, a Colombo Previdência deverá comunicar oficialmente a Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social.

Governança

A adoção das melhores práticas de Gestão Previdenciária, de acordo com a Portaria MTP nº 1.467/2022 e o Manual do Pró-Gestão versão 3.6/25, tem por objetivo incentivar a Colombo Previdência a adotar melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcione maior controle dos seus ativos e passivo e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade. Tal adoção garantirá que os envolvidos no processo decisório de alocação dos recursos garantidores cumpram seus códigos de conduta pré acordados a fim de minimizar conflitos de interesse ou quebra dos deveres, e, visem à promoção de elevados padrões éticos na condução das operações.

4.1. Segregação Formal de Responsabilidades

O processo de investimento está estruturado para garantir a separação de funções de decisão, execução e fiscalização. As atribuições dos principais órgãos são mutuamente exclusivas:

a) Conselho Deliberativo:

Função: Órgão de Alta Governança e Aprovação Estratégica.

Responsabilidade Central: Aprovar, com base Resolução vigente, a Política de Investimentos e a Alocação Estratégica de Ativos (limites percentuais por segmento).

Segregação: Não decide a seleção individual de fundos ou a execução das ordens de compra/venda.

Instigar o comitê de investimentos sobre a mudanças na carteira visando atingir a meta atuarial, respeitando a política de investimentos e regulamentação vigente.

b) Comitê de Investimentos:

Função: Órgão de Assessoria Técnica e Seleção.

Responsabilidade Central: Elaborar a Política de Investimentos e suas revisões, definindo a meta de rentabilidade.

Análise e aprovação do processo de Credenciamento de Instituições Financeiras e Prestadores de Serviço, conforme o Edital de Credenciamento e regras desta política.

Definir a seleção, manutenção ou substituição de fundos e ativos elegíveis, com base nesta política de investimentos.

Segregação: Não tem poder de execução das aplicações.

c) Unidade Gestora: Diretoria Executiva/Gestor de Recursos.

Função: Órgão de Execução e Contratação.

Responsabilidade Central: Executar a alocação tática de recursos, respeitando os limites da Política e as recomendações do Comitê.

Gerenciar as Contratações e as obrigações contratuais com os prestadores de serviços.

Efetuar a Movimentação Financeira decorrente das movimentações de aplicações e resgates.

Segregação: Não delibera sobre a aprovação da Política de Investimentos (que é do Conselho), nem realiza a análise técnica de credenciamento (que é do Comitê).

Ainda de acordo com os normativos, este documento estabelece os princípios e as diretrizes a serem seguidas na gestão dos recursos garantidores correspondentes às reservas técnicas, fundos e provisões, sob a administração deste RPPS, visando atingir e preservar o equilíbrio financeiro e atuarial, e a solvência do plano.

As diretrizes aqui estabelecidas são complementares, isto é, coexistem com aquelas estabelecidas pela legislação aplicável, sendo os administradores e gestores incumbidos da responsabilidade de observá-las concomitantemente, ainda que não estejam transcritas neste documento.

Comitê de Investimentos

De acordo com a Portaria MTP nº 1.467/2022, especificamente a Seção I do Capítulo VI, combinado com o Decreto 054/2015, o Comitê de Investimento da Colombo Previdência é formado pelo Diretor Superintendente, Diretor Financeiro, Presidente do Conselho Fiscal, Presidente Conselho de Deliberativo e servidor efetivo de livre nomeação e exoneração da autarquia Colombo Previdência. O fato de em sua composição estarem presentes pessoas tecnicamente preparadas permite que o colegiado seja responsável por zelar pela implementação desta Política de Investimento e realizar recomendações junto à Diretoria Executiva e ao Conselho de Deliberação. Neste colegiado, podem ainda participar especialistas externos para auxiliar em decisões mais complexas ou de volumes mais representativos.

O comitê de investimento é formado por 5 membros. A maioria dos membros do comitê são certificados conforme disposto a seguir:

MEMBROS	TIPO DE CERTIFICAÇÃO	VENCIMENTO DAS CERTIFICAÇÕES
Aleksandra do Carmo Ullmann	CGRPPS	07/12/2025
	CP RPPS DIRIG II	27/10/2029
Giovani Corletto	CP RPPS DIRIG I	15/02/2028
	CP RPPS CGINV I	18/07/2027
Wilton Luiz Carrão	CP RPPS CGINV I	01/08/2027
	CP RPPS DIRIG III	16/06/2029
Riolando Fransolino Júnior	CP RPPS CGINV I	21/07/2026
Marcia Regina de Lima	CP RPPS CODEL I	25/10/2026

Consultoria de Investimentos

A consultoria de investimentos terá a função de auxiliar a Colombo Previdência no acompanhamento e monitoramento do desempenho do risco de mercado, do enquadramento das aplicações dos recursos e do confronto do retorno observado vis a vis o seu retorno esperado. Essa consultoria deverá ser cadastrada junto a CVM única e exclusivamente como consultora de valores mobiliários. O contrato firmado com a Consultoria de Investimentos deverá obrigatoriamente observar as seguintes Cláusulas:

6.1. Conformidade Regulatória e Escopo:

• Que o objeto do contrato será executado em estrita observância das normas da CVM, em especial a regulamentação aplicável aos consultores de valores mobiliários, inclusive a **Resolução CVM nº 19/2021** (se for o caso de aplicação da norma) e, fundamentalmente, as determinações da **Resolução CMN nº 4.963/2021** e da **Portaria MTP nº 1.467/2022**.

6.2. Objetividade e Independência das Análises:

• Que todas as análises, pareceres e recomendações fornecidas serão **objetivas, isentas e independentes**, observando **exclusivamente os critérios técnicos definidos nesta Política de Investimentos e a legislação vigente**.

• A atuação da consultoria deve ser **técnica e imparcial**, focada em subsidiar a decisão colegiada do Comitê de Investimentos e da Unidade Gestoradiretoria executiva).

6.3. Critérios de Análise de Produtos:

• A consultoria deverá realizar pareceres técnicos com **critérios estritamente objetivos** ao analisar produtos, informando formalmente em seus relatórios a **conformidade** do ativo com a legislação vigente e com esta Política de Investimentos.

• A consultoria é vedada de emitir recomendações com base em fatores subjetivos não quantificáveis ou alheios aos interesses do RPPS, salvo quando expressamente solicitada pelo Comitê de Investimentos (exemplo: em Due Diligence extraordinária).

6.4. Limitação da Atuação (Vedação de Indução Subjetiva):

• A consultoria **não poderá, em nenhuma hipótese, tentar induzir o RPPS a não aplicar ou aplicar em produto específico com base em interesse pessoal, visando benefícios próprios ou de terceiros (conflito de interesse)**.

• Qualquer **critério subjetivo** ou **recomendação não normativa** deverá ser formalmente justificado e **apresentado somente mediante convocação ou solicitação específica do Comitê de Investimentos**, devendo a decisão final caber sempre aos órgãos de governança do RPPS.

6.5. Responsabilidade Técnica:

• Os **dirigentes, consultores e demais responsáveis** pelas aplicações responderão **solidariamente** por prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação. A consultoria deve assegurar que seus pareceres contenham a rastreabilidade e a fundamentação exigidas pela governança.

6.6. - que a contratada não percebe remuneração, direta ou indireta, advinda dos estruturadores dos produtos sendo oferecidos, adquiridos ou analisados, em perfeita consonância ao disposto no Art. 24 da Resolução CMN nº 4.963/2021: Art. 24. Na hipótese de contratação objetivando a prestação de serviços relacionados à gestão dos recursos do regime próprio de previdência social: (...) III - a contratação sujeitará o prestador e as partes a ele relacionadas, direta ou indiretamente, em relação às aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social, a fim de que: a) não recebam qualquer remuneração, benefício ou vantagem que potencialmente prejudiquem a independência na prestação de serviço; b) não figurem como emissores dos ativos ou atuem na originação e estruturação dos produtos de investimento.

Modelo de Gestão

A gestão das aplicações dos recursos da Colombo Previdência, de acordo com o Artigo 95, da Portaria MTP nº 1.467/2022, será própria, ou seja, a Colombo Previdência realizará diretamente a execução de sua Política de Investimentos, decidindo sobre as alocações dos recursos, respeitando os parâmetros da legislação vigente, Resolução CMN nº 4.963/2021.

Segregação de Massa

A Colombo Previdência possui segregação de massa do seu plano de benefícios desde 10/08/2006.

A Segregação de Massa de segurados da Colombo Previdência é uma separação desses segurados em dois grupos distintos, a partir da definição de uma data de corte, sendo um grupo intitulado de **plano financeiro** para os servidores ativos admitidos até 31/12/2011 e todos os aposentados e pensionistas que tiveram seus benefícios concedidos até 31/12/2013 e, o outro de **plano previdenciário,** que tem por finalidade o custeio dos benefícios dos segurados ativos admitidos após 1º de janeiro de 2012, e de todos os aposentados e pensionistas que tiveram seus benefícios concedidos após 1º de janeiro de 2014.

O Plano Financeiro é um sistema estruturado somente no caso de segregação da massa, onde as contribuições a serem pagas pelo ente federativo, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas vinculados são fixadas sem objetivo de acumulação de recursos, sendo as insuficiências aportadas pelo ente federativo, admitida a constituição de Fundo Financeiro.

O Plano Previdenciário é um sistema estruturado com a finalidade de acumulação de recursos para pagamento dos compromissos definidos no plano de benefícios da Colombo Previdência, sendo o seu plano de custeio calculado atuarialmente segundo conceitos dos regimes financeiros de Capitalização, Repartição de Capitais de Cobertura e Repartição Simples.

Credenciamento

As aplicações dos recursos do RPPS deverão observar os parâmetros de mercado e poderão ser realizadas por meio de instituições públicas ou privadas, desde que registradas, autorizadas ou credenciadas pela CVM ou pelo Banco Central do Brasil.

O credenciamento e a seleção de instituições financeiras e prestadores de serviços (Administradoras, Gestoras, Distribuidoras, Custodiantes, Corretoras e Agentes Autônomos de Investimento/Assessores) são procedimentos obrigatórios e prévios a qualquer aplicação. O RPPS de Colombo adotará o seguinte modelo de Credenciamento, em consonância com o detalhado no Edital de Credenciamento vigente:

9.1. Credenciamento Prévio:

Obrigatoriedade: Todas as instituições que receberão, administrarão ou intermediarão recursos do RPPS (gestores, administradores, distribuidores, custodiantes e Assessores de Investimentos) devem ser previamente credenciadas.

Critérios Mínimos:

O processo de credenciamento observará, minimamente, os seguintes requisitos:

Registro ou autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM.

Idoneidade e ausência de persecução penal ou medidas equivalentes nos últimos 10 (dez) anos, estendida a sócios, administradores, diretores e controladores.

Comprovação de histórico mínimo de 60 (sessenta) meses em classes de ativos de interesse do RPPS.

Comprovação de que a equipe de gestão possui experiência mínima de 5 (cinco) anos.

Validade: O credenciamento terá validade 24 (vinte e quatro) meses, conforme definição do Comitê de Investimentos.

9.2. Seleção de Fundos e Produtos:

Triagem: Somente serão elegíveis Fundos de Investimento cujo Administrador, Gestor e Distribuidor (quando houver) estejam devidamente credenciados.

Os administradores dos fundos de investimento integrantes da carteira da Colombo Previdência deverão estar listados no segmento S1 do Banco Central do Brasil.

Todos os gestores dos fundos da Colombo Previdência deverão ter como administradores que estejam listados no segmento S1 do Banco Central.

Aos administradores ou gestores que, na data de publicação da Política de Investimentos, não se enquadrarem nos itens acima citados, será concedido prazo de até 180 (cento e oitenta) dias para regularização, contados da data de publicação, salvo se a situação do desenquadramento esteja sob a égide do § 2º do art. 27 da Resolução do CMN 4.963/2021 e § 2 do art. 152 da Portaria do MTP 1.467/2022.

Análise de Desempenho (Critério de Performance - Fundo Ativo): Os fundos classificados como de Gestão Ativa (todos, exceto fundos de índice de Renda Fixa que seguem IMA, IRF-M e IDKA) deverão apresentar, obrigatoriamente, rentabilidade superior ao seu benchmark de referência nas janelas de análise.

Aprovação: Qualquer aplicação em novo ativo será precedida de Parecer Técnico e deliberação formal do Comitê de Investimentos. De acordo com a Minuta / Edital, após a análise realizada, a conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento.

O processo de abertura para chamamento público para novos credenciamentos se dará no período de 01 de fevereiro a 30 de abril somente do ano que não acontecer eleições municipais, estaduais e federais.

Em anos de eleições municipais, estaduais e federais não haverão novos credenciamentos.

As renovações de credenciamento, por vencimento, ou por troca de prestadores de serviços ocorrerão conforme a necessidade de cada credenciamento.

A Colombo Previdência deverá publicar até dia 31/12/2025 a relação de todas as instituições credenciadas.

As novas solicitações de credenciamentos, só serão aceitas, se estiverem em conformidade e enquadradas conforme a seção III da portaria 1.467/2022 e a resolução CMN nº 4.963/2021.

A aplicação em Títulos Públicos Federais (TPF) sob gestão própria, ou a contratação de serviços de custódia e intermediação, será feita somente por meio de instituições presentes na lista exaustiva divulgada pelo Ministério da Previdência.

Todos os administradores e gestores dos fundos deverão comunicar previamente 20 (vinte) dias à Colombo Previdência qualquer previsão de entrada futura de valores, incluindo cupons de juros, amortizações, distribuições de rendimentos ou liquidações de ativos relacionados a títulos públicos, fundos de ações, fundos imobiliários ou direitos creditórios, para que o Comitê de Investimentos e o Conselho Deliberativo possam planejar e deliberar antecipadamente sobre a melhor aplicabilidade desses recursos, reforçando a governança e o planejamento financeiro.

Todos os fundos integrantes da carteira deverão enviar relatório de desempenho mensal, contendo justificativa técnica para rentabilidade negativa superior a 5% no período de um mês.

Meta de Retorno Esperado

Para o exercício de 2026 a Colombo Previdência prevê que o seu retorno esperado será no mínimo IPCA acrescido de uma taxa de juros parâmetro de **5,54%** a.a. Essa pode ser balizada de acordo com a taxa da avaliação atuarial de acordo com a Portaria MPS nº 1.499/24 que alterou a Portaria MTP nº 1.467/2022.

Aderência das Metas de Rentabilidade

As metas de rentabilidade definidas no item anterior estão aderentes ao perfil da carteira de investimento e das obrigações do plano.

Verificamos as rentabilidades da Colombo Previdência nos últimos cinco anos às seguintes taxas, aderentes às metas de rentabilidade:

ANO	RENTABILIDADE	META DE RENTABILIDADE
2020	2,57 %	10,61 %
2021	-0,42 %	16,47 %
2022	4,90 %	11,09 %
2023	12,33 %	9,69 %
2024	4,22 %	10,20 %

Carteira Atual

A carteira atual, de acordo com a tabela abaixo, demonstra os percentuais de alocação assim como os limites legais observados por segmento na data 30/09/2025.

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	CARTEIRA
RENDA FIXA	100%	78,77 %
RENDA VARIÁVEL	30%	13,87 %
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	10%	5,31 %
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	15%	0,87 %
FUNDOS IMOBILIÁRIOS	5%	1,18 %
EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS	5%	0,00 %

Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação

A análise e avaliação das adversidades e das oportunidades, observadas em cenários atuais e futuros, contribuem para a formação de uma visão ampla da Colombo Previdência e do ambiente em que este se insere, visando assim a estabilidade e a solidez do sistema.

O grau de maturação, suas especificidades, imposições legais e as características de suas obrigações, bem como o cenário macroeconômico, determinam as seguintes diretrizes dos investimentos:

A alocação dos recursos nos diversos segmentos permitidos pela Resolução CMN nº 4.963/2021 (Artigos 7º, 8º, 9º, 10,11 e 12);

Os limites mínimos, objetivos e máximos de aplicação em cada segmento;

A seleção de ativos e/ou de fundos de investimentos;

Os respectivos limites de diversificação e concentração conforme estabelecidos Resolução CMN nº 4.963/2021, especificamente no item IV do Art. 4º, e, na Seção III, dos Limites Gerais à Gestão, em especial à Subseção I, dos Limites Gerais (Arts. 13 a 20).

Fica determinado que para qualquer entrada ou saída de uma aplicação em fundos de investimentos deverá ser seguir os seguintes critérios:

* **Para novos aportes/investimentos:** deverá ser realizada somente após deliberação do comitê de investimentos e ainda com parecer da consultoria de investimentos, deixando claro que a decisão a ser tomada depende do comitê. Terá que ser realizado um relatório que assinado pelo comitê informando o motivo da nova aplicação e um comparativo de outros fundos do mesmo segmento que justifiquem o investimento.

Após a decisão do Comitê de Investimentos para mudanças na Carteira de Investimentos (novos aplicações), o gestor de recursos deverá encaminhar comunicação por e-mail a todos os agentes credenciados da Colombo Previdência, informando sobre o possível aporte em determinado fundo, garantindo transparência e igualdade de oportunidades. Após o recebimento das propostas de investimento dentro do prazo estipulado, deverá ser realizada análise comparativa de risco e retorno pelo comitê de investimentos, de modo a selecionar a alternativa mais adequada ao perfil e às metas da autarquia.

No resgate total de um investimento, deverá ser apresentado no relatório de gestão do mês subsequente o valor total investido e lucro líquido adquirido no período do investimento.

O gestor de recursos da Colombo Previdência, deverá ter uma planilha específica destinada à rastreabilidade dos cupons de juros provenientes de investimentos em títulos públicos, garantindo o controle e a segregação dos fluxos financeiros.

Cenário

A expectativa de retorno dos investimentos passa pela definição de um cenário econômico que deve levar em consideração as possíveis variações que os principais indicadores podem sofrer.

Para maior assertividade, o cenário utilizado corresponde ao apresentado no último Boletim Focus, conforme tabela apresentada abaixo, de 05/12/2025, que antecede a aprovação dessa Política de Investimentos. O Boletim Focus é elaborado pelo GERIN - Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos Especiais, do Banco Central do Brasil, e apresenta o resumo das expectativas do mercado financeiro para a economia.

Alocação Objetivo

A tabela a seguir apresenta a alocação objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 4.963/2021. Essa alocação tem como intuito determinar a alocação estratégica a ser perseguida ao longo do exercício desta Política de Investimento que melhor reflita as necessidades do passivo.

					Estratégia de Alocação - Política de Investimento de 2026		
Segmento	**Tipo de Ativo**	**Limite da Resolução CMN % (Pró Gestão II)**		**Limite Inferior (%)**	**Alocação Atual (%)**	**Alocação Objetivo (%)**	**Limite Superior (%)**
Renda Fixa	7º I a - Títulos do Tesouro Nacional SELIC	100,00%		0,00%	43,69%	55,88%	100,00%
	7º I b - FI 100% Títulos TN	100,00%		0,00%	15,20%	8,82%	100,00%
	7º I c - FI Ref em Índice de RF, 100% TP	100,00%		0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
	7º II - Oper. compromissadas em TP TN	5,00%		0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
	7º III a - FI Referenciados RF	70,00%		0,00%	19,49%	11,58%	60,00%
	7º III b - FI de Índices Referenciado RF	70,00%		0,00%	0,00%	0,00%	60,00%
	7º IV - Renda Fixa de emissão bancária	20,00%		0,00%	0,00%	0,00%	20,00%
	7º V a - FI em Direitos Creditórios - sênior	10,00%		0,00%	0,39%	0,39%	5,00%
	7º V b - FI Renda Fixa "Crédito Privado"	10,00%		0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
	7º V c - FI de Debêntures Infraestrutura	10,00%		0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
	Limite de Renda Fixa	**100,00%**		**0,00%%**	**78,77%**	**76,67%**	**460,00%**
Renda Variável	8º I - FI de Ações	40,00%		0,00%	13,87%	13,87%	30,00%
	8º II - ETF - Índice de Ações	40,00%		0,00%	0,00%	0,00%	30,00%
	Limite de Renda Variável	**40,00%**		**0,00%**	**13,87%**	**13,87%**	**60,00%**
Exterior	9º I - Renda Fixa - Dívida Externa	10,00%		0,00%	0,00%	0,00%	10,00%
	9º II - Constituídos no Brasil	10,00%		0,00%	2,29%	2,29%	10,00%
	9º III - Ações - BDR Nível I	10,00%		0,00%	3,02%	3,12%	10,00%
	Limite de Investimentos no Exterior	**10,00%**		**0,00%**	**5,31%**	**5,41%**	**30,00%**
Fundos Estruturados	10º I - FI Multimercado	10,00%		0,00%	0,00%	0,00%	10,00%
	10º II - FI em Participações	5,00%		0,00%	0,87%	0,87%	5,00%
	10º III - FI Mercado de Acesso	5,00%		0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
	Limite Estruturados	**15,00%**		**0,00%**	**0,87%**	**0,87%**	**20,00%**
Fundos FII	11º - FI Imobiliário	10,00%		0,00%	1,18%	1,18%	5,00%
	Limite Fundos Imobiliários	**10,00%**		**0,00%**	**1,18%**	**1,18%**	**5,00%**
Consignado	12º - Empréstimo Consignado	10,00%		0,00%	0,00%	2,00%	5,00%
	Total da Carteira de Investimentos			**0,00%**	**100,00%**	**100,00%**	

A alocação objetivo foi definida considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração deste documento, conforme já descrito no Estudo de ALM.

Apreçamento de ativos financeiros

Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras e fundos de investimentos, nos quais a Colombo Previdência aplica seus recursos devem estar de acordo com os critérios recomendados pela CVM, pela ANBIMA e definidos na Resolução CMN nº 4.963/2021 e Portaria MTP nº 1.467/2022.

O método e as fontes de referência adotados para apreçamento dos ativos pelo RPPS são os mesmos estabelecidos por seus custodiantes e estão disponíveis no Manual de apreçamento do custodiante.

É recomendado que todas as negociações sejam realizadas através de plataformas eletrônicas e em bolsas de valores e mercadorias e futuros, visando maior transparência e maior proximidade do valor real de mercado.

No caso da aquisição direta de títulos públicos federai, é de fundamental importância que no ato da compra sejam observadas as taxas indicativas e respectivos preços unitários (PUs) divulgados diariamente pela ANBIMA. Ainda, além de efetuar a compra em plataformas eletrônicas e consequentemente, custodiar os mesmos através do CNPJ da Colombo Previdência no SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), não esquecer de fazer, no dia da compra, a escolha do critério contábil que o título será registrado até o seu vencimento: ou será marcado a mercado, ou será marcado na curva, pela sua taxa de aquisição. Da mesma maneira, os ativos financeiros emitidos com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras permitidas deverão possuir seu registro junto ao CETIP e o critério contábil que este título será registrado.

Gestão de Risco

Em linha com o que estabelece a Resolução CMN nº 4.963/2021 e a Portaria MTP nº 1.467/2022, este tópico estabelece quais serão os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos. O objetivo deste tópico é demonstrar a análise dos principais riscos destacando a importância de estabelecer regras que permitam identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos do plano estão expostos, entre eles os riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, terceirização e sistêmico.

A análise e o controle de riscos são processos contínuos e estruturados que visam assegurar a segurança, liquidez e rentabilidade dos recursos.

17.1 Risco de Mercado

O acompanhamento do risco de mercado será feito através do cálculo do *VaR* (*Value at Risk*) por cota, que estima, com base nos dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, a perda máxima esperada.

A gestão buscará maximizar o retorno ajustado ao risco, priorizando aplicações com histórico de eficiência positiva.

Indicadores de Eficiência: Serão utilizados os seguintes indicadores para mensurar a eficiência do retorno em relação ao risco assumido:

Índice Sharpe (Sharpe Ratio): Para avaliação da Carteira Total, dos fundos de Renda Fixa e Multimercado (quando benchmarck for CDI). O Sharpe mede o retorno excedente ajustado ao ativo livre de risco.

Information Ratio (IR): Para avaliação de fundos de Ações (Brasil e Exterior) Multimercado (quando benchmark for de renda variável) e BDR.

Critério de Elegibilidade: Não será aceita a aplicação de recursos em fundos de investimento que apresentem Relação Risco Retorno (Índice Sharpe) negativo na janela de avaliação. Um Índice Sharpe positivo indica que o investidor foi remunerado por unidade de risco assumido.

17.1.1 VaR

Para o consolidado dos segmentos, o controle de risco de mercado será feito por meio do cálculo do *VaR* por cota, com o objetivo da Colombo Previdência controlar a volatilidade da cota do plano de benefícios.

Para o cálculo do Value-at-Risk (VaR), será adotado o modelo paramétrico, que considera que os retornos dos ativos seguem uma distribuição normal. O intervalo de confiança para o cálculo do VaR será de 95%, com horizonte de tempo de 21 dias úteis. Nesta metodologia, o VaR estima que, com 95% de confiança, as perdas não excederão o valor calculado ao longo do período especificado.

O Estimador de Volatilidade utilizado será EWMA (Exponentially Weighted Moving Average). Neste método, a volatilidade é calculada aplicando um fator de decaimento lambda 95%. Serão utilizados os 100 dados históricos mais recentes, o que é suficiente para capturar as condições atuais do mercado e dar maior peso às observações mais recentes. Um lambda mais próximo de 1 atribui maior peso aos dados recentes, enquanto um lambda menor distribui os pesos de forma mais uniforme ao longo dos dados históricos.

O controle de riscos (*VaR*) será feito de acordo com os seguintes limites:

SEGMENTO	LIMITE
RENDA FIXA	5%
RENDA VARIÁVEL	20%
INVESTIMENTO NO EXTERIOR	20%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20%
FUNDOS IMOBILIÁRIOS	20%

17.2 Risco de Crédito

Entende-se por risco de crédito aquele risco que está diretamente relacionado à capacidade de uma determinada contraparte de honrar com seus compromissos. Esse risco pode impactar a carteira de duas formas:

• Diminuição do valor de determinado título, em função da piora da percepção sobre o risco de a contraparte emissora realizar o pagamento;

• Perda do valor investido e dos juros incorridos e ainda não pagos.

A gestão do risco de crédito será realizada considerando aspectos quantitativos como os ratings dos títulos de dívida bancária ou corporativa, ou das operações de crédito estruturadas, sem prejuízo às análises qualitativas realizadas em relação à estrutura dos ativos.

A concentração máxima em um mesmo emissor privado será de até 5% do patrimônio. Devendo contratar LF apenas de instituição presente na lista S1 do Banco Central.

17.2.1 Abordagem Qualitativa

Com relação aos investimentos diretos em ativos com risco de crédito, a avaliação dos investimentos deve adotar critérios de análise que não se limitem à classificação de risco (rating) atribuído por agência classificadora, mas que abordem adicionalmente pelo menos os pontos apresentados a seguir:

Análise dos emissores;

Nos investimentos em que a contraparte seja o principal pilar para a análise do risco da operação, é importante analisar aspectos financeiros (capacidade de pagamento), histórico de atuação, governança, controle acionário, setoriais, impactos políticos (se existir), aspectos legais da emissão como índices financeiros (cobertura, alavancagem e outros).

Análise de prospectos e outras documentações;

Em uma operação estruturada é necessária a análise das documentações que competem à operação (prospecto, regulamento e outras), entendendo-se quais as garantias, seus vínculos e/ou lastros, responsabilidades, estrutura de gerenciamento de fluxo de caixa, custos, volume de emissão, prazo do investimento etc.

Monitoramento de operações de crédito;

A decisão de investir em um ativo de crédito traz consigo a necessidade de um acompanhamento contínuo do desempenho das operações. Nesse sentido, é necessário acompanhar a classificação de risco das agências de rating e os dados da operação disponíveis no mercado. A contraparte também deve ser periodicamente acompanhada.

17.2.2 Abordagem Quantitativa

A Colombo Previdência utilizará para essa avaliação de risco de crédito os *ratings* atribuídos por agência classificadora de risco de crédito atuante no Brasil.

Para checagem do enquadramento, os títulos privados devem, a princípio, ser separados de acordo com suas características a seguir:

ATIVO	RATING EMISSOR	RATING EMISSÃO
Títulos emitidos por instituição não financeira	X	X
FIDC		X
Títulos emitidos por instituição financeira	X	

Os títulos emitidos por instituições não financeiras podem ser analisados pelo *rating* de emissão ou do emissor. No caso de apresentarem notas distintas entre estas duas classificações, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating.*

Posteriormente, é preciso verificar se o papel possui *rating* e se a nota é, de acordo com a escala, igual ou superior à classificação mínima apresentada na tabela a seguir:

FAIXAS	RATING	GRAU
FAIXA 1	AAA	INVESTIMENTO
FAIXA 2	AA	
FAIXA 3	A	
FAIXA 4	BBB	ESPECULATIVO
FAIXA 5	BB	
FAIXA 6	B	
FAIXA 7	C	
FAIXA 8	D	

Os investimentos que possuírem *rating* igual ou superior à FAIXA 3 determinada na tabela serão enquadrados na categoria grau de investimento e considerados como baixo risco de crédito, conforme definido na Resolução CMN nº 4.963/2021, desde que observadas as seguintes condições:

Os títulos que não possuem *rating* devem ser enquadrados na categoria grau especulativo;

Caso haja duas ou mais classificações para o mesmo papel, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*;

O enquadramento dos títulos será feito com base no *rating* vigente na data da verificação da aderência das aplicações à Política de Investimentos;

O monitoramento dos ratings dos ativos de crédito será realizado de forma contínua, com o acompanhamento realizado por faixa de classificação conforme demonstrado na tabela acima.

17.2.3 Exposição a Crédito Privado

O controle da exposição a crédito privado é feito através do percentual de recursos alocados em títulos privados, considerada a categoria de risco dos papéis de acordo com os critérios estabelecidos no tópico anterior. O controle do risco de crédito deve ser feito em relação aos recursos garantidores, de acordo com os seguintes limites:

CATEGORIA DE RISCO	LIMITE
Grau de Investimento + Grau Especulativo	60%
Grau Especulativo	5%

O limite para títulos classificados na categoria Grau Especulativo visa comportar eventuais rebaixamentos de ratings de papéis e eventuais ativos presentes em fundos de investimentos condominiais, dos quais o RPPS não tem controle sobre o regulamento. Nesse sentido, o limite acima previsto não deve ser entendido como aval para aquisição de títulos que se enquadrem na categoria “Grau Especulativo”.

17.3 Risco de Liquidez

O risco de liquidez pode ser dividido em duas classes:

Possibilidade de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações;

Possibilidade de redução da demanda de mercado.

Os itens a seguir detalham as características destes riscos e a forma como eles serão geridos.

Indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações

A gestão do risco de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações depende do planejamento estratégico dos investimentos do plano. A aquisição de títulos ou valores mobiliários com prazo ou fluxos incompatíveis com as necessidades do plano pode gerar um descasamento.

B. Redução de demanda de mercado

A segunda classe de risco de liquidez pode ser entendida como a possibilidade de redução ou inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira. A gestão deste risco será feita com base no percentual da carteira que pode ser negociada.

O controle do risco de liquidez de demanda de mercado será feito por meio dos limites da tabela abaixo, onde será analisado o curto (de 0 a 30 dias), médio (de 30 dias a 365 dias) e longo prazo (acima de 365 dias).

HORIZONTE	PERCENTUAL ATUAL ACUMULADO DA CARTEIRA	PERCENTUAL MÍNIMO ACUMULADO DA CARTEIRA
De 0 a 30 dias	55,15%	5%
Até 365 dias	57,06%	25%
Acima de 365 dias	100%	100%

O RPPS deverá assegurar a liquidez necessária para honrar seus compromissos, mediante acompanhamento sistemático dos fluxos de caixa.

Prazos Máximos de Resgate (Fundos de Investimento):

Fundos de Renda Variável e Investimentos no Exterior (BDR): Prazo de resgate (D+) não superior a D+15 dias.

Fundos de Renda Fixa (incluindo Crédito Privado): Prazo de resgate (D+) não superior a D+3 dias.

Aquisição de Títulos: A aquisição de títulos públicos ou privados de renda fixa classificados com Marcação na Curva será precedida de Estudo de Casamento de Ativos e Passivos (ALM) para garantir a compatibilidade do prazo dos ativos com as obrigações futuras do plano previdenciário.

17.4 Risco Operacional

Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Dessa forma a gestão desse risco será a implementação de ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável. Dentre os procedimentos de controle podem ser destacados:

A definição de rotinas de acompanhamento e análise dos relatórios de monitoramento dos riscos descritos nos tópicos anteriores;

O estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos;

Acompanhamento da formação, desenvolvimento e certificação dos participantes do processo decisório de investimento; e

Formalização e acompanhamento das atribuições e responsabilidade de todos os envolvidos no processo planejamento, execução e controle de investimento.

17.5 Risco de Terceirização

Na administração/gestão dos recursos financeiros há a possibilidade de terceirização total ou parcial dos investimentos do RPPS. Esse tipo de operação delega determinadas responsabilidades aos prestadores de serviços externos, porém não isenta o RPPS de responder legalmente perante os órgãos supervisores e fiscalizadores.

Neste contexto, o modelo de terceirização exige que o RPPS tenha um processo formalizado para escolha e acompanhamento de seus prestadores de serviços, conforme definições na Resolução CMN nº 4.963/2021, Portaria MTP nº 1.467/2022 e demais normativos da Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência.

A observância do ato de credenciamento e do estabelecimento mínimo dos dispositivos legais não impede que o RPPS estabeleça critérios adicionais, com o objetivo de assegurar a observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência na aplicação dos recursos, conforme já estabelecido nesse documento.

17.6 Risco Legal

O risco legal está relacionado a não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos.

Intermediação e Custódia:

A aplicação em Títulos Públicos Federais (TPF) sob gestão própria, ou a contratação de serviços de custódia e intermediação, será feita somente por meio de instituições presentes na lista exaustiva divulgada pelo Ministério da Previdência.

Para Fundos de Investimento cuja Gestora não pertença ao mesmo conglomerado financeiro do Administrador, será exigido que o Administrador Fiduciário seja classificado como S1 (Segmento de maior relevância para o Sistema Financeiro Nacional), visando um maior rigor no controle da custódia e da administração dos ativos.

O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades e investimentos, será feito por meio:

Da realização de relatórios de *compliance* que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à política de investimento, realizados com periodicidade mensal e analisados pelos Conselhos da Colombo Previdência;

Da utilização de pareceres jurídicos para contratos com terceiros, quando necessário.

17.7 Risco Sistêmico

O risco sistêmico se caracteriza pela possibilidade de que o sistema financeiro seja contaminado por eventos pontuais, como a falência de um banco ou de uma empresa. Apesar da dificuldade de gerenciamento deste risco, ele não deve ser relevado. É importante que ele seja considerado em cenários, premissas e hipóteses para análise e desenvolvimento de mecanismos de antecipação de ações aos eventos de risco.

Para tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, a alocação dos recursos deve levar em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores, bem como a diversificação de gestores externos de investimento, visando a mitigar a possibilidade de inoperância desses prestadores de serviço em um evento de crise.

17.8 Plano de Contingenciamento

O presente tópico também tem como objetivo de estabelecer diretrizes, alçadas decisórias e procedimentos padronizados para o tratamento de situações de desenquadramento de limites, exposição excessiva a riscos ou perdas financeiras potenciais na carteira do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), visando preservar a solvência e a liquidez do plano de benefícios. A adoção de procedimentos claros e bem definidos para essas situações é fundamental para garantir a segurança dos recursos previdenciários e o cumprimento das obrigações atuariais do regime.

A Unidade Gestora, por meio do Comitê de Investimentos e com o apoio das consultorias jurídica e de investimentos, realizará o monitoramento diário dos ativos que compõem a carteira de investimentos do RPPS.

Esse acompanhamento contínuo tem por finalidade identificar, de forma tempestiva, quaisquer situações que possam representar desenquadramento em relação aos limites estabelecidos na Política de Investimentos ou na legislação aplicável, bem como exposições excessivas a riscos ou potenciais perdas financeiras.

Identificada qualquer divergência em relação à Política de Investimentos ou à legislação vigente, o fato deverá ser comunicado formalmente à Diretoria Executiva no prazo máximo de 24 horas úteis. Essa comunicação deverá conter a descrição detalhada da situação identificada, a indicação do ativo ou dos ativos envolvidos, a natureza e a extensão do desenquadramento, bem como uma análise preliminar das possíveis causas e das alternativas de tratamento disponíveis.

A legislação previdenciária reconhece que determinadas situações de desenquadramento podem ocorrer de forma involuntária, ou seja, sem que a Unidade Gestora tenha dado causa ou pudesse ter evitado a sua ocorrência. Nesses casos, o tratamento dispensado ao desenquadramento deve considerar as circunstâncias específicas que o originaram, bem como os impactos financeiros e os riscos envolvidos nas diferentes alternativas de regularização.

Nos termos do art. 152, § 1º, da Portaria MTP nº 1.467/2022, consideram-se situações involuntárias de desenquadramento as seguintes hipóteses:

A primeira situação involuntária corresponde à entrada em vigor de alterações da Resolução do Conselho Monetário Nacional. Nesse caso, o desenquadramento decorre de mudanças no arcabouço normativo que rege as aplicações dos recursos do RPPS, as quais podem modificar os limites de alocação, os requisitos de enquadramento ou as condições de elegibilidade dos ativos financeiros.

A segunda situação involuntária refere-se ao resgate de cotas de fundos de investimento por outro cotista, nos quais o RPPS não efetue novos aportes. Essa hipótese ocorre quando a saída de recursos de outros investidores do fundo altera a participação relativa do RPPS, podendo resultar em desenquadramento em relação aos limites de concentração estabelecidos na regulamentação.

A terceira situação involuntária diz respeito à valorização ou desvalorização de ativos financeiros. As oscilações de mercado podem alterar o valor dos ativos que compõem a carteira do RPPS, modificando a proporção de cada segmento ou ativo em relação ao patrimônio total e, consequentemente, gerando situações de desenquadramento.

A quarta situação involuntária abrange a reorganização da estrutura do fundo de investimento em decorrência de incorporação, fusão, cisão, transformação ou outras deliberações da assembleia geral de cotistas, após as aplicações realizadas pela Unidade Gestora. Essas operações de reorganização condominial podem alterar as características do fundo, seu enquadramento regulatório ou sua composição de carteira, resultando em desenquadramento das aplicações do RPPS.

A quinta situação involuntária contempla a alteração dos prestadores de serviço dos fundos investidos. A substituição do gestor, administrador, custodiante ou outros prestadores de serviço pode impactar o enquadramento do fundo em relação aos requisitos estabelecidos na regulamentação, especialmente no que se refere às exigências de qualificação e habilitação desses prestadores.

A sexta situação involuntária ocorre quando os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem as carteiras dos fundos de investimento e os seus emissores deixarem de ser considerados como de baixo risco de crédito, após as aplicações realizadas pela Unidade Gestora.

O rebaixamento da classificação de risco de crédito de ativos ou emissores pode resultar em desenquadramento das aplicações do RPPS em relação aos requisitos de qualidade creditícia estabelecidos na regulamentação.

A sétima situação involuntária corresponde à ocorrência de eventos de riscos que prejudiquem a formação das reservas e a evolução do patrimônio do RPPS. Essa hipótese abrange situações excepcionais e imprevisíveis que impactam negativamente os ativos do regime, tais como eventos de inadimplência, fraudes, intervenções regulatórias ou outras ocorrências que fujam ao controle da Unidade Gestora.

A oitava situação involuntária refere-se às aplicações efetuadas na aquisição de cotas de fundo de investimento destinado exclusivamente a investidores qualificados ou profissionais, caso o Regime Próprio de Previdência Social deixe de atender aos critérios estabelecidos para essa categorização em regulamentação específica.

A nona situação involuntária contempla as aplicações efetuadas em ativos financeiros que deixarem de observar os requisitos e condições previstos em Resolução do Conselho Monetário Nacional. Essa hipótese, abrange situações em que os próprios ativos financeiros sofrem alterações em suas características ou condições que os tornam incompatíveis com os requisitos regulamentares, independentemente de qualquer ação da Unidade Gestora.

Conforme estabelece o art. 152 da Portaria MTP nº 1.467/2022, a Unidade Gestora do RPPS poderá manter as aplicações que passem a ficar desenquadradas em relação à portaria, desde que sejam atendidos cumulativamente dois requisitos fundamentais.

O primeiro requisito exige que seja comprovado que o desenquadramento foi decorrente de situações involuntárias, conforme as hipóteses previstas no § 1º do referido artigo, para as quais a Unidade Gestora não tenha dado causa. Essa comprovação deve ser documentada e fundamentada, demonstrando de forma clara a origem involuntária do desenquadramento e a ausência de responsabilidade da Unidade Gestora na sua ocorrência.

O segundo requisito determina que o desinvestimento ocasionaria, comparativamente à manutenção do ativo, realização de perdas financeiras ou maiores riscos para o atendimento aos princípios previstos em Resolução do Conselho Monetário Nacional. Essa análise comparativa deve considerar os custos de transação, os deságios de mercado e quaisquer outros fatores que possam representar prejuízo ao patrimônio do RPPS em caso de alienação imediata do ativo.

Nesses casos, as aplicações poderão ser mantidas em carteira por até 180 (cento e oitenta) dias, conforme prazo previsto no art. 27 da Resolução CMN nº 4.963/2021. Esse prazo tem por finalidade permitir que a Unidade Gestora busque a regularização da situação de forma ordenada, evitando a realização de perdas desnecessárias decorrentes de alienações forçadas em condições desfavoráveis de mercado.

Durante o período de manutenção do ativo desenquadrado, ficam vedados novos aportes no ativo em questão. Essa vedação tem por objetivo impedir que a Unidade Gestora amplie sua exposição a um ativo que já se encontra em situação irregular, garantindo que os esforços sejam direcionados para a regularização do desenquadramento existente.

Além disso, a Unidade Gestora deverá realizar a análise de viabilidade econômica da manutenção do ativo durante o período de desenquadramento. Essa análise deve considerar as perspectivas de valorização ou recuperação do ativo, as condições de liquidez do mercado secundário, os custos envolvidos em uma eventual alienação e os riscos associados à manutenção do ativo em carteira.

Caso o resgate imediato para reenquadramento implique realização de perdas financeiras significativas, como por exemplo a venda com deságio excessivo no mercado secundário ou a aplicação de haircut sobre o valor do ativo, o Comitê de Investimentos poderá deliberar pela manutenção do ativo além do prazo regulamentar de 180 dias.

Essa deliberação excepcional somente poderá ser adotada desde que atendida as seguintes condições, cumulativas ou não, as quais deverão ser devidamente documentadas e fundamentadas no processo decisório.

A primeira condição exige que seja comprovada a inviabilidade econômica da alienação imediata do ativo. Essa comprovação deve demonstrar, de forma objetiva e fundamentada, que a venda do ativo nas condições atuais de mercado resultaria em prejuízo significativo ao patrimônio do RPPS, considerando os custos de transação, os deságios praticados e quaisquer outros fatores relevantes.

A segunda condição requer que seja elaborado parecer técnico demonstrando que a manutenção do ativo apresenta menor risco ao patrimônio do que sua venda forçada. Esse parecer deve ser elaborado pela consultoria de investimentos ou por profissional habilitado, contendo análise detalhada dos riscos envolvidos em cada alternativa e recomendação fundamentada sobre a melhor estratégia a ser adotada.

A terceira condição estabelece que o ativo deve apresentar prazo de carência, vencimento ou conversão de cotas definido.

A decisão pela manutenção do ativo além do prazo de 180 dias deverá ser registrada em ata do Comitê de Investimentos, contendo a fundamentação detalhada da deliberação, a indicação da condição que a justifica e o prazo estimado para a regularização definitiva da situação de desenquadramento.

Ato contínuo, este Plano de Contingência terá como base o ALM (Asset and Liability Management), pois será a ferramenta técnica de suporte para orientar a tomada de decisão nessas situações. O Plano será acionado a partir dos seguintes gatilhos:

a) Risco de Desenquadramento Involuntário

Gatilho de Alerta: Extrapolação dos limites de alocação por segmento ou concentração definidos na Resolução CMN nº 4.963/2021 ou na Política de Investimentos.

Ações de Contingência:

Acionar o **Rebalanceamento Compulsório** para ajustar a carteira e retornar à faixa permitida, priorizando a venda de ativos com menor potencial de valorização.

Analisar as Causas do descumprimento e propor ajustes na Política de Investimentos.

Comunicar aos Órgãos de Controle (Comitê, Conselhos e SPREV, se aplicável).

Condição de Realização: O Reenquadramento deve ocorrer em um prazo máximo de **180 (cento e oitenta) dias**, sendo vedados novos aportes que agravem o excesso.

b) Queda Brusca em Cotas de Fundos de Ações

Gatilho de Alerta:

Queda acumulada superior a **5%** no índice de referência em um período de **5 (cinco) dias úteis**.

Queda acumulada superior a **5%** no índice de referência no mês.

Ações de Contingência:

Preço Médio: Avaliar a liquidez do fundo e a possibilidade de realizar **compras adicionais** para reduzir o preço médio, desde que alinhado à estratégia de longo prazo. O percentual máximo de capital para essa ação será definido pelo Comitê.

Venda/Substituição: Observar **limite de perda aceitável** do aporte inicial 20% do valor investido. Se o limite for atingido, proceder à venda ou substituição por outro fundo da mesma categoria.

Condição de Realização: As compras para preço médio devem ser realizadas gradualmente, e as vendas devem considerar o impacto na liquidez e a realocação em outros ativos.

Quando o fundo de investimentos atingir no ano o percentual acima de 20 (vinte) porcento da meta atuarial, será resgatado este percentual, e avaliado aonde será realocado este rendimento.

Quando o fundo de investimentos atingir a máxima negativa de perda de 20 (vinte) porcento, o comitê de investimentos deverá se reunir de imediato para definir a ação a ser realizada.

Ocorrendo desenquadramento passivo, a Colombo Previdência deverá realizar o resgate do investimento, máximo em 60 (sessenta) dias, restabelecendo o enquadramento da carteira.

c) Títulos Públicos com Marcação a Mercado

Gatilho de Alerta: Aumento substancial do **DI Futuro**, resultando em rentabilidade negativa no período.

Ações de Contingência:

Venda e Recompra com Marcação na Curva ou Novo Duration (ALM): Avaliar a venda dos títulos com rentabilidade negativa para **reinvestir o capital** em títulos públicos com marcação na curva ou com um *duration* similar/novo que ofereça um prêmio maior, visando recuperar o prejuízo.

Revisão de Exposição: Analisar a conveniência de exposição a títulos de *duration* muito longo em cenários de alta de juros, realocando mediante estudo de ALM.

Condição de Realização: A decisão deve ser embasada em **Estudo de ALM** demonstrando a compatibilidade. A nova compra deve ser precedida de um estudo detalhado demonstrando o prazo estimado para a recuperação e alinhamento do retorno à meta atuarial.

d) Fundos de Renda Fixa (IMA-B, CDI, Crédito Privado)

Gatilho de Alerta: Diferencial de rentabilidade de fundos IMA-B/IMA-B5+ **inferior ao CDI** por um período de **6 meses**.

Ações de Contingência:

Redução de Duration: Em cenário de alta de juros, migrar gradualmente de fundos IMA-B5+ para fundos **IMA-B5 ou CDI**.

Condição de Realização: As ações devem considerar as projeções da curva de juros do relatório focus do Banco Central e a diversificação da carteira.

e) Rebaixamento de Rating

Gatilho de Alerta: Redução da classificação de crédito de ativo, emissor ou contraparte **abaixo do limite mínimo** permitido na política de investimentos.

Ações de Contingência:

Análise de Impacto: Avaliar o montante afetado e sua representatividade.

Decisão de Desinvestimento: Se o ativo permanecer abaixo do *rating* mínimo, o RPPS deverá promover a **venda no menor prazo possível**, respeitando condições de mercado e liquidez.

Condição de Realização: A decisão deve se apoiar em **parecer técnico fundamentado** e a comunicação deve ser feita aos órgãos de controle caso não seja possível resgate.

f) Irregularidades de Gestores Terceirizados

Gatilho de Alerta: Descumprimento contratual, inconsistências de informações em relatórios ou suspeita de má conduta no mercado financeiro.

Ações de Contingência:

Notificação imediata ao gestor solicitando esclarecimentos.

Suspensão temporária de novos aportes até a apuração completa.

Revisão contratual e *due diligence* extraordinária sobre a instituição gestora.

Soliticação AGC para substituição do gestor em caso de confirmação de irregularidade.

Condição de Realização: As decisões devem ser embasadas em documentação técnica e jurídica.

g) Exposição Excessiva a Risco

Gatilho de Alerta: Índice Sharpe da carteira total **negativo por 6 (seis) meses consecutivos**.

Ações de Contingência:

Análise detalhada de risco e retorno, identificando fundos ou classes com desempenho negativo ajustado ao risco.

Revisão da alocação estratégica, reduzindo exposição a ativos mais voláteis.

Condição de Realização: Decisões baseadas em análises quantitativas e qualitativas, alinhadas entre gestor, comitês e conselhos.

Considerações Finais

Este documento, será disponibilizado por meio publicação em diário oficial do município e divulgação no site oficial do da Colombo Previdência, a todos os servidores, participantes e interessados.

De acordo com os parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º, do Art. 101º, da MTP nº 1.467/2022, o relatório da política anual de investimentos e suas revisões, a documentação que os fundamenta, bem como as aprovações exigidas deverão permanecer à disposição dos órgãos de acompanhamento e deverão ser encaminhadas à SPREV por meio Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN.

Este documento deverá ser assinado:

pelo representante do COLOMBO PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE COLOMBO e

pelos responsáveis pela elaboração, aprovação e execução desta Política de Investimentos em atendimento ao art. 91° da Portaria n° 1.467/2022.

12/12/2025

ASSINATURAS

Membros da Diretoria Executiva

WILTON LUIZ CARRÃO	***GIOVANI CORLETTO***
Diretor Superintendente	Diretor Financeiro

ALEKSANDRA DO CARMO ULLMANN
Diretora Previndenciária

Membros do Comitê de Investimentos

GIOVANI CORLETTO	***WILTON LUIZ CARRÃO***
Presidente	Membro

ALEKSANDRA DO CARMO ULLMAN	***MARCIA REGINA DE LIMA***
Membro	Membro

RIOLANDO FRANSOLINO JUNIOR
Membro

Membros do Conselho Deliberativo

MARCO AURÉLIO GASTÃO	***ROSALBA VAZ SCHULLI DOS ANJOS***
Membro	Membro

MARCIA REGINA TOMÉ LOPES	***ARILDO CARDOSO***
Membro	Membro

CLAUDINEI DUARTE DE LIMA
Membro

Publicado por:
Luiz Vanderley Dallasuana
Código Identificador:F7265E89

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

CONSÓRCIO PÚBLICO SUDOESTE PINHAIS
CRONOGRAMA FINANCEIRO DESPESA_2026_CONSÓRCIO PINHAIS

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOL							
Estado do Paraná - 11.058.472/0001-11							
R CLAUDINO DOS SANTOS, 128 Centro (046)3232-8300 - CEP 85550-000							
Exercício: 2026							
CRONOGRAMA FINANCEIRO POR GRUPO FONTES							
	1º Bimestre	**2º Bimestre**	**3º Bimestre**	**4º Bimestre**	**5º Bimestre**	**6º Bimestre**	**Total**
Receita Corrente	**468.640,00**	**468.640,00**	**468.640,00**	**468.640,00**	**468.640,00**	**468.640,00**	**2.811.840,00**
001.01.07.00.00 Recursos do Tesouro (Descentralizados)	457.300,00	457.300,00	457.300,00	457.300,00	457.300,00	457.300,00	2.743.800,00
501.04.09.00.00 Receitas de Alienações de Ativos	11.340,00	11.340,00	11.340,00	11.340,00	11.340,00	11.340,00	68.040,00
Receita de Capital	**184.860,00**	**184.860,00**	**184.860,00**	**184.860,00**	**184.860,00**	**184.860,00**	**1.109.160,00**
001.01.07.00.00 Recursos do Tesouro (Descentralizados)	129.600,00	129.600,00	129.600,00	129.600,00	129.600,00	129.600,00	777.600,00
501.04.09.00.00 Receitas de Alienações de Ativos	55.260,00	55.260,00	55.260,00	55.260,00	55.260,00	55.260,00	331.560,00
Despesa Corrente	**520.660,00**	**520.660,00**	**520.660,00**	**520.660,00**	**520.660,00**	**520.660,00**	**3.123.960,00**
001.01.07.00.00 Recursos do Tesouro (Descentralizados)	520.660,00	520.660,00	520.660,00	520.660,00	520.660,00	520.660,00	3.123.960,00
Despesa de Capital	**125.640,00**	**125.640,00**	**125.640,00**	**125.640,00**	**125.640,00**	**125.640,00**	**753.840,00**
001.01.07.00.00 Recursos do Tesouro (Descentralizados)	59.040,00	59.040,00	59.040,00	59.040,00	59.040,00	59.040,00	354.240,00

501.04.09.00.00 Receitas de Alienações de Ativos	66.600,00	66.600,00	66.600,00	66.600,00	66.600,00	66.600,00	399.600,00
Reserva de Contingência	**7.200,00**	**7.200,00**	**7.200,00**	**7.200,00**	**7.200,00**	**7.200,00**	**43.200,00**
001.01.07.00.00 Recursos do Tesouro (Descentralizados)	7.200,00	7.200,00	7.200,00	7.200,00	7.200,00	7.200,00	43.200,00
TOTAL DA RECEITA	**653.500,00**	**653.500,00**	**653.500,00**	**653.500,00**	**653.500,00**	**653.500,00**	**3.921.000,00**
TOTAL DA DESPESA	**653.500,00**	**653.500,00**	**653.500,00**	**653.500,00**	**653.500,00**	**653.500,00**	**3.921.000,00**
DIFERENÇA	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:2BA4A8BA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2736/2025

Decreto nº 2736/2025 de 17/12/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 481/2024 de 06/11/2024.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 548.725,00 (quinhentos e quarenta e oito mil setecentos e vinte e cinco reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

02.000.00.000.0000.0.000.	GABINETE DO PREFEITO	
02.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DO PREFEITO	
02.001.04.122.0002.2.004.	Manutenção do Conselho Tutelar	
2 - 3.1.90.11.00.00 1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	18.275,00
3 - 3.1.90.13.00.00 1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.100,00
02.001.04.122.0002.2.005.	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
7 - 3.1.90.11.00.00 1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	32.500,00
8 - 3.1.90.13.00.00 1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	4.200,00
03.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS	
03.001.04.122.0003.2.008.	Atividades da Secretaria de Administração	
19 - 3.1.90.11.00.00 1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	177.000,00
20 - 3.1.90.13.00.00 1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	17.700,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE FAZENDA	
04.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E TESOURARIA	
04.001.04.123.0004.2.010.	Atividades da Secretaria de Finanças	
33 - 3.1.90.11.00.00 1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	32.500,00
34 - 3.1.90.13.00.00 1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	4.200,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001.08.241.0014.2.036.	Serviço de Acolhimento Institucional ao Idoso	
203 - 3.1.90.11.00.00 1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	39.800,00
204 - 3.1.90.13.00.00 1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.500,00
205 - 3.1.90.16.00.00 1000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	4.000,00
07.001.08.243.0014.6.037.	Manutenção do CREAS	
210 - 3.1.90.11.00.00 1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.100,00
07.001.08.244.0014.2.041.	Manutenção da Política de Assistência Social	
226 - 3.1.90.11.00.00 1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	40.300,00
227 - 3.1.90.13.00.00 1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	6.100,00
228 - 3.1.90.16.00.00 1000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.650,00
07.001.08.244.0014.2.043.	Manutenção do CRAS	
245 - 3.1.90.11.00.00 1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15.300,00
246 - 3.1.90.13.00.00 1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.300,00
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO E RODOVIÁRIO	
08.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
08.001.15.452.0016.2.051.	Atividades do Departamento de Obras e Serviços Públicos	
273 - 3.1.90.13.00.00 1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 11.200,00	

274 - 3.1.90.16.00.00 1000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL 8.800,00
08.002.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO E RODOVIÁRIO
08.002.26.782.0017.2.055.	Atividades do Departamento de Transporte
297 - 3.1.90.11.00.00 1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL 55.700,00
	CIVIL
298 - 3.1.90.13.00.00 1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 8.000,00
299 - 3.1.90.16.00.00 1000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL 5.900,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
09.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
09.001.20.608.0019.2.061.	Apoio a Produção Vegetal
327 - 3.1.90.11.00.00 1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL 36.000,00
	CIVIL
328 - 3.1.90.13.00.00 1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 5.100,00
329 - 3.1.90.16.00.00 1000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL 3.300,00
10.000.00.000.0000.0.000.	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO
10.001.00.000.0000.0.000.	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
10.001.28.846.0022.3.068.	Encargos com Inativos e Pensionista
360 - 3.1.90.03.00.00 1000	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR 8.200,00

Total Suplementação: 548.725,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita 1.1.1.2.53.01.00.0000 Fonte 1000..... R$ 17.700,00.

Receita 1.1.1.3.03.11.01.0000 Fonte 1000..... R$ 273.000,00.

Receita 1.1.1.3.03.41.01.0100 Fonte 1000..... R$ 74.025,00.

Receita 1.7.1.1.51.21.01.0000 Fonte 1000..... R$ 184.000,00.

Total da Receita..... R$ 548.725,00.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Diamante D'Oeste , Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Sergio Severino do Nascimento
Código Identificador:FB2F5B45

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 22865/2025

DECRETO Nº 22865/2025

Abre crédito adicional suplementar ao orçamento vigente, no valor de R$ 127.415,32 e dá outras providências.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no artigo 6º, parágrafo III, da Lei 2813/2024 – LOA.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento vigente, o crédito suplementar no valor de R$ 3.127.415,32 de acordo com as especificações a seguir:

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
02	GOVERNO MUNICIPAL	
02.001	GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0003.2001	ATIVIDADES DO GABINETE E ASSESSORIAS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
60	00000-Recursos Ordinários (Livres)	14.000,00
	SUBTOTAL	14.000,00
03	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E AÇÕES ESTRATÉGICAS	
03.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PROJETOS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS	
04.122.0003.2004	ATIVIDADES DA SEC DE PLANEJAMENTO E AÇÕES ESTRATÉGICAS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
390	00000-Recursos Ordinários (Livres)	40.000,00
	SUBTOTAL	40.000,00
04	SEC DE DESENV ECONÔMICO, CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E DE TURISMO	
04.001	DEPTO DE FOMENTO, TURISMO, DESENV CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO, EMPREGO E RENDA	
19.126.0004.2006	FUNDO DE APOIO A INOVAÇÃO E TECNOLOGIA - FAITEC	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
670	00000-Recursos Ordinários (Livres)	111.000,00
04.002	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	
23.334.0004.2011	PARQUE DE EXPOSIÇÕES	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
940	00000-Recursos Ordinários (Livres)	240.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
970	00000-Recursos Ordinários (Livres)	51.000,00
11.661.0004.1009	PARQUE INDUSTRIAIS	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
910	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.200,00
	SUBTOTAL	403.200,00
05	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	
05.001	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA MEIO AMBIENTE E REC HIDRICOS	
20.606.0005.2018	ATIV DA SEC DE AGRIC, PECUÁRIA, MEIO AMB E REC HIDRICOS	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
1370	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
20.606.0005.1017	INFRAESTRUTURA UNIDADES PRODUTIVAS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1250	00000-Recursos Ordinários (Livres)	6.235,57
20.606.0005.2018	ATIV DA SEC DE AGRIC, PECUÁRIA, MEIO AMB E REC HIDRICOS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1390	00000-Recursos Ordinários (Livres)	200.000,00
	SUBTOTAL	216.235,57
06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
06.001	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0003.2025	ATIVIDADES DOS SETORES INTERNOS DA ADMINISTRAÇÃO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1890	00000-Recursos Ordinários (Livres)	405.000,00
	SUBTOTAL	405.000,00
07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
07.001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.361.0006.2031	ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2490	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	2.000,00
12.306.0006.2033	MERENDA ESCOLAR	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
2280	00000-Recursos Ordinários (Livres)	114.000,00
12.361.0006.2031	ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2641	00102-FUNDEB 40%	63.652,42
07.002	DEPARTAMENTO DE CULTURA	
13.392.0013.2040	ATIVIDADES DO DEPTO DE CULTURA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3610	00000-Recursos Ordinários (Livres)	243.100,00
07.003	DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER	
27.812.0009.2042	ATIVIDADES DO DEPTO DE ESPORTES E LAZER	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3750	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
3780	00000-Recursos Ordinários (Livres)	9.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3800	00000-Recursos Ordinários (Livres)	19.000,00
27.812.0009.1041	OBRAS PARA PRÁTICA DE ESPORTES	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
3660	00000-Recursos Ordinários (Livres)	7.700,00
	SUBTOTAL	478.452,42
08	SECRETARIA DE SAÚDE	
08.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.302.0007.2047	SAÚDE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	

3.1.50.41.00.00	CONTRIBUIÇÕES	
4250	00000-Recursos Ordinários (Livres)	600,00
10.301.0007.2046	SAÚDE/ATENÇÃO BÁSICA	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
4000	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
10.301.0007.2045	FARMÁCIA BÁSICA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3890	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	160.000,00
10.301.0007.2046	SAÚDE/ATENÇÃO BÁSICA	
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	
4080	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	100.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4130	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	200.000,00
4160	01175-Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	70.000,00
	SUBTOTAL	560.600,00
09	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
09.001	DEPARTAMENTO DE INTERIOR	
26.782.0008.1051	ESTRADAS RURAIS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4700	00000-Recursos Ordinários (Livres)	251.000,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
4710	00000-Recursos Ordinários (Livres)	114.423,11
09.002	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.452.0016.2053	ATIV DA SEC DE VIAÇÃO, OBRAS E SERV URBANOS	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
4800	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4810	00000-Recursos Ordinários (Livres)	440.000,00
09.003	DEPARTAMENTO DE OBRAS	
15.451.0008.1056	PAVIMENTAÇÃO URBANA	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
4990	00000-Recursos Ordinários (Livres)	67.399,22
17.512.0016.1058	AGUAS PLUVIAIS E REDE DE ESGOTO	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
5070	00000-Recursos Ordinários (Livres)	29.000,00
	SUBTOTAL	903.822,33
10	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	
10.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.122.0010.2061	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
5150	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
08.122.0010.2066	BLOCO GESTÃO SUAS - IGD SUAS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
5360	00000-Recursos Ordinários (Livres)	80.000,00
08.243.0010.2078	PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS - CRIANÇA FELIZ	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5421	00000-Recursos Ordinários (Livres)	14.000,00
	SUBTOTAL	96.000,00
12	SECRETARIA DE HABITAÇÃO	
12.001	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE HABITAÇÃO	
16.482.0014.2071	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE HABITAÇÃO	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
6410	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.105,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
6460	00000-Recursos Ordinários (Livres)	9.000,00
	SUBTOTAL	10.105,00
	TOTAL	3.127.415,32

Art. 2º - Os recursos necessários à cobertura do presente crédito decorrerão do cancelamento parcial das dotações abaixo especificadas, em conformidade com o artigo 43 da Lei Federal n. º 4.320/64.

Anulação		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
02	GOVERNO MUNICIPAL	
02.001	GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0003.2001	ATIVIDADES DO GABINETE E ASSESSORIAS	
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
110	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	
120	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
02.002	SECRETARIA GERAL DE GOVERNO	
04.122.0003.2003	SECRETARIA GERAL DE GOVERNO	
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
300	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
310	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
	SUBTOTAL	17.000,00
03	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E AÇÕES ESTRATÉGICAS	
03.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PROJETOS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS	
04.122.0003.2004	ATIVIDADES DA SEC DE PLANEJAMENTO E AÇÕES ESTRATÉGICAS	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
410	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
	SUBTOTAL	5.000,00

04	SEC DE DESENV ECONÔMICO, CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E DE TURISMO	
04.001	DEPTO DE FOMENTO, TURISMO, DESENV CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO, EMPREGO E RENDA	
23.695.0004.2008	FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO - FUMTUR	
3.3.50.41.00.00	CONTRIBUIÇÕES	
840	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
850	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
3.3.90.31.00.00	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	
860	00000-Recursos Ordinários (Livres)	7.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
870	00000-Recursos Ordinários (Livres)	9.000,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
890	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
19.126.0004.2007	ATIVIDADES DA SEC DESENV ECONÔMICO, CIENTÍFICO TECNOL E TURISMO	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
820	00000-Recursos Ordinários (Livres)	13.000,00
23.695.0004.2008	FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO - FUMTUR	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
900	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
04.002	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	
11.661.0004.1009	PARQUE INDUSTRIAIS	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
910	00000-Recursos Ordinários (Livres)	14.600,00
	SUBTOTAL	64.600,00
05	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	
05.001	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA MEIO AMBIENTE E REC HIDRICOS	
20.606.0005.2018	ATIV DA SEC DE AGRIC, PECUÁRIA, MEIO AMB E REC HIDRICOS	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
1310	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	
1350	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	
1360	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
18.544.0012.1016	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1210	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
20.606.0005.2018	ATIV DA SEC DE AGRIC, PECUÁRIA, MEIO AMB E REC HIDRICOS	
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
1400	00000-Recursos Ordinários (Livres)	40.000,00
18.544.0012.1016	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
1220	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
20.606.0005.1017	INFRAESTRUTURA UNIDADES PRODUTIVAS	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
1260	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
20.608.0005.1020	PATRULHAS AGRICOLAS	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1490	00000-Recursos Ordinários (Livres)	67.000,00
	SUBTOTAL	172.000,00
06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
06.001	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0003.2025	ATIVIDADES DOS SETORES INTERNOS DA ADMINISTRAÇÃO	
4.4.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
1980	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
1990	00000-Recursos Ordinários (Livres)	26.000,00
06.007	DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANA	
15.122.0003.2029	ATIVIDADES DA GESTÃO URBANA	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2260	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
	SUBTOTAL	30.000,00
07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
07.001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.361.0006.2031	ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2640	00101-FUNDEB 60%	63.652,42
	SUBTOTAL	63.652,42
08	SECRETARIA DE SAÚDE	
08.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0007.2046	SAÚDE/ATENÇÃO BÁSICA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4020	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	460.000,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
4050	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	
4060	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	
4070	00000-Recursos Ordinários (Livres)	41.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4110	00000-Recursos Ordinários (Livres)	380.834,79
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
4200	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
4.4.90.61.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	
4240	00000-Recursos Ordinários (Livres)	18.000,00
08.002	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0007.2049	CONSÓRCIOS DE SAÚDE	
3.3.72.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4610	00000-Recursos Ordinários (Livres)	29.000,00
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	

4640	00000-Recursos Ordinários (Livres)	877.600,00
	SUBTOTAL	1.901.434,79
09	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
09.002	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
26.782.0008.1055	MÁQUINAS/CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
4980	00000-Recursos Ordinários (Livres)	834.728,11
	SUBTOTAL	834.728,11
12	SECRETARIA DE HABITAÇÃO	
12.001	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE HABITAÇÃO	
16.482.0014.2071	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE HABITAÇÃO	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
6430	00000-Recursos Ordinários (Livres)	39.000,00
	SUBTOTAL	39.000,00
	TOTAL	**3.127.415,32**

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de dezembro de 2025.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO

Prefeito

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:84EB21E8

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 171/2025

PORTARIA Nº 171/2025

Concede diária a servidores municipais.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto nas Lei nº 1662/2011 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER diária aos servidores municipais conforme especificado abaixo:

Nome do servidor	Amarildo da Rold
Matrícula Funcional	18062-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	17, 18, 19 e 21/11/2025
Valor das diárias	R$ 393,48 (trezentos e noventa e três reais e quarenta e oito centavos)
Proc. Administrativo n° 3.428/2025 – 1Doc	

Nome do servidor	Adelir Antonio Coscode
Matrícula Funcional	17361-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Cascavel
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	05 e 06/12/2025
Valor das diárias	R$ 138,87 (cento e trinta e oito reais e oitenta e sete centavos)
Proc. Administrativo n° 3.623/2025 – 1Doc	

Nome do servidor	Adenilso Vieira Schmitz
Matrícula Funcional	16594-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	01/12/2025
Valor das diárias	R$ 40,50 (quarenta reais e cinquenta centavos)
Proc. Administrativo n° 3.623/2025 – 1Doc	

Nome do servidor	Adilson Nicolodi
Matrícula Funcional	13152-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Pato Branco
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	01, 02, 03, 04 e 05/12/2025
Valor das diárias	R$ 491,85 (quatrocentos e noventa e um reais e oitenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 3.623/2025 – 1Doc	

Nome do servidor	Amarildo da Rold
Matrícula Funcional	18062-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	01, 02, 03, 04 e 05/12/2025
Valor das diárias	R$ 491,85 (quatrocentos e noventa e um reais e oitenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 3.623/2025 – 1Doc	

Nome do servidor	Angelo Cardoso da Silva
Matrícula Funcional	18148-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Curitiba
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	02, 03, 04 e 05/12/2025
Valor das diárias	R$ 590,21 (quinhentos e noventa rais e vinte e um centavos)
Proc. Administrativo n° 3.623/2025 – 1Doc	

Nome do servidor	Delço Pereira de Lima
Matrícula Funcional	14222-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos

Destino da viagem	Capanema
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	07/12/2025
Valor das diárias	R$ 98,37 (noventa e oito reais e trinta e sete centavos)
Proc. Administrativo 3.623/2025 – 1Doc	

Nome do servidor	Edenilson Alves de Moraes
Matrícula Funcional	18063-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Londrina, Pato Branco
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	01, 02, 03, 04 e 05/12/2025
Valor das diárias	R$ 844,82 (oitocentos e quarenta e quatro reais e oitenta e dois centavos)
Proc. Administrativo n° 3.623/2025 – 1Doc	

Nome do servidor	Edivaldo Rocha de Paula
Matrícula Funcional	14923-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba, Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	29 e 30/11/2025; 01, 02 e 04/12/2025
Valor das diárias	R$ 746,45 (setecentos e quarenta e seis reais e quarenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 3.623/2025– 1Doc	

Nome do servidor	Fabiano Borba Meure
Matrícula Funcional	19555-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Curitiba, Pato Branco, Cruzeiro
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	27 e 30/11/2025; 01, 02, 03 e 06/12/2025
Valor das diárias	R$ 827,45 (oitocentos e vinte e sete reais e quarenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 3.623/2025 – 1Doc	

Nome do servidor	Gilberto Morais
Matrícula Funcional	17828-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Cascavel
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	03, 04 e 05/12/2025
Valor das diárias	R$ 416,61 (quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e um centavos)
Proc. Administrativo n° 3.623/2025 – 1Doc	

Nome do servidor	Henrique Claro da Silva Machado
Matrícula Funcional	20447-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Guarapuava, Ampére, Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	29/11/2025; 01, 02, 05 e 08/12/2025
Valor das diárias	R$ 532,35 (quinhentos e trinta e dois reais e trinta e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 3.623/2025 – 1Doc	

Nome do servidor	Itamar Jose Frantz
Matrícula Funcional	4650-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Cascavel, União da Vitória
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	02 e 03/12/2025
Valor das diárias	R$ 237,24 (duzentos e trinta e sete reais e vinte e quatro centavos)
Proc. Administrativo n° 3.623/2025 – 1Doc	

Nome do servidor	Jocemar Aloisio Assmann
Matrícula Funcional	19168-1

Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Barretos – SP
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	04, 05 e 06/12/2025
Valor das diárias	R$ 965,16 (novecentos e sessenta e cinco reais e dezesseis centavos)
Proc. Administrativo n° 3.623/2025 – 1Doc	

Nome do servidor	Jocemar Aloisio Assmann
Matrícula Funcional	19168-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Cascavel, Guarapuava
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	01, 02 e 03/12/2025
Valor das diárias	R$ 416,61 (quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e um centavos)
Proc. Administrativo n° 3.623/2025 – 1Doc	

Nome do servidor	Leocir Paulo Tranker
Matrícula Funcional	14338-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Guarapuava, Francisco Beltrão, Cascavel, Foz do Iguaçu
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	01, 02, 03 e 05/12/2025
Valor das diárias	R$ 376,11 (trezentos e setenta e seis reais e onze centavos)
Proc. Administrativo n° 3.623/2025 – 1Doc	

Nome do servidor	Mizael Gonçalves de Menezes
Matrícula Funcional	18065-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Cascavel, Francisco Beltrão, Ampere
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	02,03, 04 e 06/12/2025
Valor das diárias	R$ 376,11 (trezentos e setenta e seis reais e onze centavos)
Proc. Administrativo n° 3.623/2025 – 1Doc	

Nome do servidor	Rafael Krupinski
Matrícula Funcional	18268-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	02, 03, 04, 05 e 08/12/2025
Valor das diárias	R$ 433,98 (quatrocentos e trinta e três reais e noventa e oito centavos)
Proc. Administrativo n° 3.623/2025 – 1Doc	

Nome do servidor	Rafael Muttoni
Matrícula Funcional	17790-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	26 e 27/11/2025; 03 e 04/12/2025
Valor das diárias	R$ 943,18 (novecentos e quarenta e três reais e dezoito centavos)
Proc. Administrativo n° 3.623/2025 – 1Doc	

Nome do servidor	Sebastião Josmar Borba da Silva
Matrícula Funcional	17835-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	01, 02, 03 e 04/12/2025
Valor das diárias	R$ 376,11 (trezentos e setenta e seis reais e onze centavos)
Proc. Administrativo n° 3.623/2025 – 1Doc	

Nome do servidor	Valdecir da Silva
Matrícula Funcional	16489-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	01, 02, 03, 04, 05 e 06/12/2025
Valor das diárias	R$ 532,35 (quinhentos e trinta e dois reais e trinta e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 3.623/2025 – 1Doc	

Nome do servidor	Vanderlei Venassi
Matrícula Funcional	13154-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Cascavel, Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	29/11/2025; 01, 02, 03, 05 e 08/12/2025
Valor das diárias	R$ 630,72 (seiscentos e trinta reais e setenta e dois centavos)
Proc. Administrativo n° 3.623/2025 – 1Doc	

Nome do servidor	Giovane Cezar Rosin
Matrícula Funcional	19183-1
Função	Diretor do Departamento de Gestão de Frotas
Secretaria	Secretaria de Viação e Serviços Urbanos
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Reunião 8ª Regional de Saúde; Participação Ato Público em manifestação dos produtores de leite
Período	10/12/2025
Valor das diárias	R$ 150,45 (cento e cinquenta reais e quarenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo 3.705/2025– 1Doc	

Nome do servidor	Luis Carlos Turatto
Matrícula Funcional	19023-1
Função	Prefeito
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Reunião 8ª Regional de Saúde; Participação Ato Público em manifestação dos produtores de leite
Período	17,18 e 19/11/2025
Valor das diárias	R$ 202,53 (duzentos e dois reais e cinquenta e três centavos)
Proc. Administrativo 3.705/2025– 1Doc	

Nome do servidor	Giovane Cezar Rosin
Matrícula Funcional	19183-1
Função	Diretor do Departamento de Gestão de Frotas
Secretaria	Secretaria de Viação e Serviços Urbanos
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba
Objetivo da viagem	Reunião Assembleia Legislativa; Reunião Secretaria das Cidades.
Período	10, 11 e 12/12/2025
Valor das diárias	R$ 1.076,30 (um mil, setenta e seis reais e trinta centavos)
Proc. Administrativo 3.706/2025– 1Doc	

Nome do servidor	Heloisa Occhi Detoni
Matrícula Funcional	20398-1
Função	Professora de Educação Física
Secretaria	Secretaria de Esporte e Lazer
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Salto do Lontra
Objetivo da viagem	Reunião da Copa Sudoeste de Futebol
Período	05/12/2025
Valor das diárias	R$ 98,37 (noventa e oito reais e trinta e sete centavos)
Proc. Administrativo n° 3.658/2025 – 1Doc	

Nome do servidor	Cesar Antonio Tumelero
Matrícula Funcional	20444-1
Função	Diretor do Departamento de Esportes
Secretaria	Secretaria de Esporte e Lazer
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Salto do Lontra
Objetivo da viagem	Reunião da Copa Sudoeste de Futebol
Período	05/12/2025
Valor das diárias	R$ 150,45 (cento e cinquenta reais e quarenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 3.658/2025 – 1Doc	

Nome do servidor	Emerson Fuzeti Abati
Matrícula Funcional	15636-1
Função	Professor Educ. Física Lic. Plena
Secretaria	Secretaria de Esportes e Lazer
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Campo Mourão
Objetivo da viagem	Técnico da equipe de Handebol masculino no campeonato paranaense de Handebol
Período	28 e 29/11/2025
Valor das diárias	R$ 491,84 (quatrocentos e noventa e um reais e oitenta e quatro centavos)
Proc. Administrativo nº 3.658/2025	

Nome do servidor	Emerson Fuzeti Abati
Matrícula Funcional	15636-1
Função	Professor Educ. Física Lic. Plena
Secretaria	Secretaria de Esportes e Lazer
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Campo Mourão
Objetivo da viagem	Técnico da equipe de Handebol masculino no campeonato paranaense de Handebol
Período	05, 06 e 07/12/2025
Valor das diárias	R$ 804,31 (oitocentos e quatro reais e trinta e um centavos)
Proc. Administrativo nº 3.658/2025	

Nome do servidor	Odirlei Galon
Matrícula Funcional	19239-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Esporte e Lazer
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Campo Mourão
Objetivo da viagem	Transportar atletas do handebol masculino
Período	05, 06 e 07/12/2025
Valor das diárias	R$ 804,31 (oitocentos e quatro reais e trinta e um centavos)
Proc. Administrativo 3.658/2025 – 1Doc	

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17 de novembro de 2025.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO

Prefeito

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:DA356FE8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA MANUTENÇÃO E NO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Exercício: 2026						
Aplicação dos Recursos na Manutenção e no Desenvolvimento do Ensino						
Constituição Federal - Artigo 212						
Emenda Constitucional no.14 de 12/09/1996						
	2024	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
IMPOSTOS PRÓPRIOS (A)	**1.571.195,72**	**1.658.778,76**	**1.966.868,19**	**2.171.390,79**	**2.301.674,26**	**2.439.774,70**
IPTU	23.714,35	28.632,35	31.927,24	33.842,88	35.873,45	38.025,86
IRRF	769.782,84	871.884,72	916.369,47	1.057.862,13	1.121.333,86	1.188.613,89
ITBI	132.580,50	138.705,72	165.860,00	175.811,60	186.360,30	197.541,92
ISS	605.092,66	577.681,44	834.073,88	884.118,31	937.165,41	993.395,33
Receita da Dívida Ativa, Multas e Juros de Mora sobre Tribut	40.025,37	41.874,53	18.637,60	19.755,87	20.941,24	22.197,70
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO (B)	**6.687.614,57**	**6.996.582,37**	**9.052.897,88**	**9.679.682,38**	**10.260.463,32**	**10.876.091,12**
IPI-EX (Art.159, CF/1998)	71.853,19	75.172,81	116.737,16	123.741,39	131.165,87	139.035,82
IPVA (Art.158, CF/1998)	351.789,80	368.042,49	231.122,05	328.600,00	348.316,00	369.214,96
ICMS (Art.158, CF/1998)	6.263.971,58	6.553.367,07	8.705.038,67	9.227.340,99	9.780.981,45	10.367.840,34
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO (C)	**17.596.972,47**	**18.296.455,10**	**21.592.785,98**	**22.888.353,14**	**24.261.654,33**	**25.717.353,59**
Transferência Financeira LC nº 87/96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FPM (Art.159, CF/1998)	17.373.786,18	18.176.455,10	21.382.277,18	22.665.213,81	24.025.126,64	25.466.634,24
ITR (Art.158, CF/1998)	223.186,29	120.000,00	210.508,80	223.139,33	236.527,69	250.719,35
FPM 1% PRIMEIRO DECÊNIO EMENDA 55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA FUNDEB, inclusive para complementação (D)	**3.479.164,99**	**3.939.902,41**	**5.408.000,00**	**5.732.480,00**	**6.076.428,80**	**6.441.014,53**
DEDUÇÕES PARA CONSTITUIÇÃO DO FUNDEB (E)	**4.847.592,47**	**5.058.596,82**	**6.129.136,77**	**6.513.607,11**	**6.904.423,54**	**7.318.688,95**
FPM - Dedução para o FUNDEB	3.462.842,49	3.635.291,02	4.276.455,44	4.533.042,77	4.805.025,34	5.093.326,86
IPI-EXP - Dedução para o FUNDEB	14.360,64	15.024,10	23.347,43	24.748,28	26.233,18	27.807,17
Dedução LC 87/96 p/FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução ITR P/FUNDEB	47.237,27	24.000,00	42.101,76	44.627,87	47.305,54	50.143,87
Dedução IPVA P/FUNDEB	70.357,95	73.608,49	46.224,41	65.720,00	69.663,20	73.842,99
ICMS - Dedução para o FUNDEB	1.252.794,12	1.310.673,21	1.741.007,73	1.845.468,19	1.956.196,28	2.073.568,06
VALOR MÍNIMO (J) = 25% X [(A+B+C)] + (D-E)	**5.095.518,21**	**5.619.259,65**	**7.432.001,24**	**7.903.729,47**	**8.377.953,24**	**8.880.630,43**
RESUMO PARA EFEITOS DE PLANEJAMENTO DOS PROGRAMAS DO ENSINO						
FUNDEB 60% (0,6 * Item D)	2.087.498,99	2.363.941,45	3.244.800,00	3.439.488,00	3.645.857,28	3.864.608,72
FUNDEB 40% (0,4 * Item D)	1.391.666,00	1.575.960,96	2.163.200,00	2.292.992,00	2.430.571,52	2.576.405,81
MANUT. E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO ((Imposto + Transf. *25%) - Deduções)	1.616.353,22	1.679.357,24	2.024.001,24	2.171.249,47	2.301.524,44	2.439.615,90
TRANSFERENCIAS DO FNDE	517.681,93	552.566,66	579.663,46	614.443,27	651.309,87	690.388,47
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS ESTADUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RESUMO.....:	**5.613.200,14**	**6.171.826,31**	**8.011.664,70**	**8.518.172,74**	**9.029.263,11**	**9.571.018,90**

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR	***ELIAS ANDERSON STRAUBE***
Prefeito Municipal	Contador

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:1DC380F8

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES						
Estado do Paraná						
Exercício: 2026						
APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE						
EMENDA CONSTITUCIONAL No.29	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
Receita Tributária (A)	**1.573.517,25**	**1.661.207,54**	**1.967.540,34**	**2.172.103,27**	**2.302.429,49**	**2.440.575,24**
IPTU	23.714,35	28.632,35	31.927,24	33.842,88	35.873,45	38.025,86
IRRF	769.782,84	871.884,72	916.369,47	1.057.862,13	1.121.333,86	1.188.613,89
ITBI	132.580,50	138.705,72	165.860,00	175.811,60	186.360,30	197.541,92
ISS	605.092,66	577.681,44	834.073,88	884.118,31	937.165,41	993.395,33
Receita da Dívida Ativa, Multas e Juros de Mora sobre Tribut	42.346,90	44.303,31	19.309,75	20.468,35	21.696,47	22.998,24
Transferências Constitucionais (B)	**19.436.994,57**	**20.234.440,65**	**24.516.547,09**	**26.054.428,41**	**27.617.694,11**	**29.274.755,76**
IPI-EX (Art.159, CF/1998)	57.492,55	60.148,71	93.389,73	98.993,11	104.932,69	111.228,65
IPVA (Art.158, CF/1998)	281.431,85	294.434,00	184.897,64	262.880,00	278.652,80	295.371,97
ICMS (Art.158, CF/1998)	5.011.177,46	5.242.693,86	6.964.030,94	7.381.872,80	7.824.785,17	8.294.272,28
Transferência Financeira LC nº 87/96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FPM (Art.159, CF/1998)	13.910.943,69	14.541.164,08	17.105.821,74	18.132.171,04	19.220.101,30	20.373.307,38
ITR (Art.158, CF/1998)	175.949,02	96.000,00	168.407,04	178.511,46	189.222,15	200.575,48
Total das Receitas (C) = (A) + (B)	**21.010.511,82**	**21.895.648,19**	**26.484.087,43**	**28.226.531,68**	**29.920.123,60**	**31.715.331,00**
APLICAÇÃO MÍNIMA - E.C. 29	**3.151.576,77**	**3.284.347,23**	**3.972.613,11**	**4.233.979,75**	**4.488.018,54**	**4.757.299,65**
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	**310.698,95**	**802.426,00**	**1.519.851,58**	**1.611.042,67**	**1.707.705,23**	**1.810.167,55**
PROVENIENTES DA UNIÃO	310.698,95	802.426,00	1.519.851,58	1.611.042,67	1.707.705,23	1.810.167,55
PROVENIENTES DO ESTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DO SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPER. DE CRÉDITOS VINC. A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE FINANC. DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÃO MÍNIMA + CONVÊNIOS E PROGRAMAS	**3.462.275,72**	**4.086.773,23**	**5.492.464,69**	**5.845.022,42**	**6.195.723,77**	**6.567.467,20**

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR	***ELIAS ANDERSON STRAUBE***
Prefeito Municipal	Contador

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:B5123DEE

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVALIAÇÃO DO PPA

MUNICÍPIO DE Doutor Ulysses
ESTADO DO PARANÁ
Avaliação do PPA
Exercício: 2026
Versão do Orçamento: 1
Consolidado

Programa	Ação	Metafísica	Qtd. Prevista	Qtd Realizada	Valor Previsto	Valor Realizado
0000 ENCARGOS ESPECIAIS	2065 Encargos e Amortização da Dívida Pública	Outras Unidades e Medidas	1,00		680.000,00	340.457,65
0001 APOIO ADMINISTRATIVO	2002 Manutenção da Assessoria do Gabinete	Outras Unidades e Medidas	1,00		763.778,61	120.722,46
0001 APOIO ADMINISTRATIVO	2003 Manutenção da Assessoria Jurídica	Outras Unidades e Medidas	1,00		810.312,09	95.925,28
0001 APOIO ADMINISTRATIVO	2004 Manutenção da Controladoria Geral	Outras Unidades e Medidas	1,00		180.750,00	35.769,89
0001 APOIO ADMINISTRATIVO	2005 Manutenção do Departamento de Recursos Humanos	Pessoas	1,00		169.000,00	26.732,79
0001 APOIO ADMINISTRATIVO	2006 Manutenção do Departamento de Compras e Licitações	Outras Unidades e Medidas	1,00		299.565,96	8.703,71
0001 APOIO ADMINISTRATIVO	2007 Manutenção do Departamento de Administração	Outras Unidades e Medidas	1,00		2.359.356,28	904.610,28
0001 APOIO ADMINISTRATIVO	2008 Manutenção do Departamento de Contabilidade	Outras Unidades e Medidas	1,00		364.000,00	60.943,41
0001 APOIO ADMINISTRATIVO	2009 Manutenção do Departamento de Tributação	Outras Unidades e Medidas	1,00		222.667,95	39.205,03
0001 APOIO ADMINISTRATIVO	2010 Manutenção do Departamento de Tesouraria e Finanças	Outras Unidades e Medidas	1,00		233.350,00	33.607,98
0001 APOIO ADMINISTRATIVO	2059 Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento	Outras Unidades e Medidas	1,00		131.000,00	27.430,92
0001 APOIO ADMINISTRATIVO	2060 Manutenção do Departamento de Projetos	Outras Unidades e Medidas	0,00		38.002,00	0,00
0001 APOIO ADMINISTRATIVO	2061 Manutenção do Departamento de Apoio Técnico Administrativo	Outras Unidades e Medidas	0,00		15.000,00	0,00
0001 APOIO ADMINISTRATIVO	2077 Indenizações e Restituições Trabalhistas	Outras Unidades e Medidas	1,00		120.000,00	115.016,18
0001 APOIO ADMINISTRATIVO	2082 Aporte para cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	Outras Unidades e Medidas	1,00		1.627.685,28	0,00
0001 APOIO ADMINISTRATIVO	2087 Valorização do Servidor Público Municipal - capacitação nas áreas específicas	Pessoas	1,00		20.000,00	0,00
0001 APOIO ADMINISTRATIVO	2104 Aquisição de 04 (quatro) - CONVÊNIO 393/2025 - SECID	Unidade	0,00		1.000,00	
0002 EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS - APOIO ADMINISTRATIVO	2013 Manutenção da Secretária Municipal de Educação	Outras Unidades e Medidas	1,00		368.865,77	160.639,67
0003 EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS - EDUCAÇÃO INFANTIL	2016 Aquisição de Material Didático - Educação Infantil	Outras Unidades e Medidas	1,00		15.000,00	0,00
0003 EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS - EDUCAÇÃO INFANTIL	2085 Manutenção da Educação Infantil - Pré-Escola	Pessoas	0,00		325.000,00	71.131,10
0003 EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS - EDUCAÇÃO INFANTIL	2086 Manutenção da Educação Infantil - creche	Pessoas	0,00		354.100,00	76.611,90
0004 EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL	1007 Aquisição de Equipamentos de informática – Ensino Fundamental	Outras Unidades e Medidas	1,00		5.000,00	0,00
0004 EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL	1008 Construção, Reforma e Ampliação das Escolas – Ensino Fundamental	Metros Quadrados	1,00		170.000,00	0,00
0004 EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL	1009 Aparelhar as Escolas com Móveis e Equipamentos Adaptados aos Alunos com Deficiência	Metros Quadrados	0,00		1.000,00	0,00
Programa	**Ação**	**Metafísica**	**Qtd. Prevista**	**Qtd Realizada**	**Valor Previsto**	**Valor Realizado**
0004 EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL	1052 Mala Viajante	Pessoas	0,00		20.000,00	
0004 EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL	1059 Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 70% - Profissionais do Campo	Pessoas	0,00		1.269.000,00	
0004 EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL	1060 Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 30% - Profissionais do Campo	Pessoas	0,00		663.164,68	
0004 EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL	2017 Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 70%	Pessoas	1,00		2.066.600,00	684.241,60
0004 EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL	2018 Manutenção do Ensino Fundamental	Pessoas	1,00		88.615,00	157.387,33
0004 EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL	2019 Capacitação de Professores do Ensino Fundamental	Pessoas	1,00		20.000,00	3.310,75
0004 EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL	2020 Manutenção Predial das Escolas - Ensino Fundamental	Metros Quadrados	1,00		20.000,00	0,00
0004 EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL	2021 Aquisição de Uniforme e Material Didático - Ensino Fundamental	Pessoas	1,00		44.600,00	0,00
0004 EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL	2023 Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	Pessoas	0,00		1.000,00	0,00
0004 EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL	2062 Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 30%	Outras Unidades e Medidas	1,00		879.235,32	255.658,58
0004 EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL	2063 Implantação da Educação Integral	Outras Unidades e Medidas	1,00		120.500,00	0,00
0005 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	1058 Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Infantil - Pré Escola	Pessoas	0,00		145.000,00	
0005 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	2024 Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Infantil - Creche	Pessoas	1,00		139.458,15	0,00
0005 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	2025 Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Fundamental	Pessoas	1,00		228.458,15	9.948,26
0006 TRANSPORTE ESCOLAR	2026 Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	Pessoas	1,00		2.050.691,10	568.048,63
0006 TRANSPORTE ESCOLAR	2027 Manutenção e Aquisição de Veículo para Transporte Escolar - Educação Especial	Unidade	1,00		1.000,00	0,00
0006 TRANSPORTE ESCOLAR	2028 Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Infantil	Pessoas	0,00		5.000,00	0,00
0007 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	1013 Aquisição de Equipamento para Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos	Outras Unidades e Medidas	0,00		5.000,00	0,00
0007 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	1032 Promoção da Educação Ambiental no município	Outras Unidades e Medidas	1,00		15.000,00	0,00
0007 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	1033 Preservação de áreas de matas nativas e/ou mananciais	Outras Unidades e Medidas	1,00		10.000,00	0,00
0007 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	1034 Programas voltados para a arborização das ruas e espaços públicos	Outras Unidades e Medidas	1,00		10.000,00	0,00
0007 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	2029 Manutenção da Educação Ambiental	Pessoas	0,00		20.000,00	0,00

Programa	Ação	Metafísica	Qtd. Prevista	Qtd Realizada	Valor Previsto	Valor Realizado
0007 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	2030 Manutenção do Cemitério Municipal	Outras Unidades e Medidas	1,00		95.000,00	0,00
0007 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	2033 Conservação e Recuperação de Matas Ciliares e Manutenção do Sistema de Drenagem Pluvial	Outras Unidades e Medidas	0,00		30.000,00	0,00
0007 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	2056 Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Outras Unidades e Medidas	1,00		435.456,57	81.642,88
0007 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	2093 PROGRAMA "ITAIPU MAIS QUE ENERGIA"	Outras Unidades e Medidas	0,00		35.000,00	300.500,00
0007 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	2106 CastraPet Paraná	Outras Unidades e Medidas	30.000,00		30.000,00	
0009 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	2036 Manutenção de Benefícios Eventuais	Outras Unidades e Medidas	2,00		1.500,00	0,00
0009 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	2037 Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	Outras Unidades e Medidas	0,00		372.000,00	377.489,90
0009 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	2038 Manutenção do Programa Nossa Gente Paraná - CRAS	Outras Unidades e Medidas	0,00		7.000,00	5.957,13
0009 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	2076 Assitencia à Pessoa Idosa	Pessoas	1,00		1.500,00	0,00
0009 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	2079 Construção do espaço físico para o CRAS	Outras Unidades e Medidas	0,00		100,00	0,00
0009 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	2088 Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI	Pessoas	1,00		1.500,00	0,00
0009 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	6002 Manutenção do Fundo Municipal do Direito da Criança e do Adolescente	Pessoas	1,00		11.800,00	176,80
0009 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	6003 Manutenção do Conselho Tutelar	Pessoas	1,00		225.000,00	28.985,16
0009 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	6006 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA	Pessoas	1,00		2.001,00	0,00
0009 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	6007 Programa Incentivo Estadual voltado a Garantia de Direitos de CriançasPessoas e Adolescentes – FIA Estadual		0,00		1.000,00	
0012 SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	2035 Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social	Outras Unidades e Medidas	1,00		1.592.942,51	355.640,65
0012 SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	2072 Assistência ao Portador de Deficiência	Outras Unidades e Medidas	0,00		1.000,00	0,00
0012 SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	2073 Proteção Especial Social	Outras Unidades e Medidas	0,00		55.000,00	0,00
0012 SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	2074 Manutenção do Programa IGD - Bolsa Família	Outras Unidades e Medidas	0,00		6.000,00	1.343,00
0012 SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	2075 Manutenção do Programa IGD SUAS	Outras Unidades e Medidas	0,00		1.500,00	0,00
0012 SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	2089 CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social	Outras Unidades e Medidas	0,00		12.500,00	0,00
0012 SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	2099 Construção de Creches - CEDCA/PR	Metro Quadrado	0,00		100,00	
0013 DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL	2039 Manutenção de Desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde	Outras Unidades e Medidas	1,00		2.414.527,33	1.727.144,65
Programa	**Ação**	**Metafísica**	**Qtd. Prevista**	**Qtd Realizada**	**Valor Previsto**	**Valor Realizado**
0013 DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL	2040 Manutenção da Atenção Básica de Saúde	Outras Unidades e Medidas	1,00		3.512.782,22	828.951,05
0013 DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL	2041 Estruturar e Manter Conselho Municipal de Saúde	Outras Unidades e Medidas	1,00		4.500,00	0,00
0013 DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL	2042 Manutenção das Atividades do Programa Agente Comunitário de Saúde - ACS	Outras Unidades e Medidas	1,00		582.912,00	173.365,85
0013 DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL	2044 Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Equipe de Saúde Bucal	Outras Unidades e Medidas	1,00		793.800,00	164.423,96
0013 DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL	2045 Manutenção da Assistência Farmacêutica	Outras Unidades e Medidas	1,00		310.000,00	120.000,00
0013 DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL	2046 Manutenção da Vigiância Sanitária	Pessoas	1,00		40.500,00	0,00
0013 DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL	2067 Manutenção do Serviço Movel de Urgência e Emergência - SAMU	Unidade	1,00		57.600,20	3.150,07
0013 DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL	2083 Programa Mais Médicos.	Pessoas	0,00		85.500,00	14.250,00
0013 DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL	2096 Manutenção da Vigilância Epidemiológica	Pessoas	1,00		145.000,00	0,00
0014 DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA	1043 Construção da Praça do Bairro do Cerrado	Unidade	0,00		120.000,00	0,00
0014 DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA	2047 Manutenção da Secretaria Municipal de Obras	Outras Unidades e Medidas	1,00		571.661,05	97.583,10
0014 DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA	2054 Manutenção do Deparatamento de Planejamento Urbano	Outras Unidades e Medidas	1,00		58.505,80	4.123,56
0014 DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA	2055 Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos	Outras Unidades e Medidas	1,00		837.388,83	144.036,62
0014 DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA	2064 Manutenção com Iluminação Pública	Outras Unidades e Medidas	1,00		186.609,64	135.217,89
0014 DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA	2084 Iluminação da Vila de Acesso ao Bairro Cerrado (PR092)	Outras Unidades e Medidas	1,00		1.000,00	0,00
0014 DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA	2105 CONVÊNIO AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO - SECID - 24.126.583-8	Unidade	0,00		1.000,00	
0015 FROTA CONSERVADA E RENOVADA	2048 Manutenção da Secretaria Municipal de Transportes	Outras Unidades e Medidas	1,00		737.000,00	163.548,14
0015 FROTA CONSERVADA E RENOVADA	2049 Manutenção do Departamento da Frota Municipal	Outras Unidades e Medidas	1,00		848.440,43	126.486,98
0016 CIDADÃO ULYSSENSSE INDO E VINDO	2050 Manutenção do Departamento de Estradas Rurais e Vicinais	Outras Unidades e Medidas	1,00		1.239.884,70	444.898,84
0017 APOIO A AGRICULTURA	1041 Armazém da Família	Outras Unidades e Medidas	1,00		68.000,00	10.265,33
0017 APOIO A AGRICULTURA	2051 Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura	Outras Unidades e Medidas	1,00		370.000,00	106.373,07
0017 APOIO A AGRICULTURA	2052 Manutenção do Departamento de Agricultura	Outras Unidades e Medidas	1,00		962.465,01	242.366,18
0017 APOIO A AGRICULTURA	2053 Manutenção do Departamento de Pecuária	Outras Unidades e Medidas	1,00		10.000,00	0,00
Programa	**Ação**	**Metafísica**	**Qtd. Prevista**	**Qtd Realizada**	**Valor Previsto**	**Valor Realizado**
0017 APOIO A AGRICULTURA	2094 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS" – CONVÊNIO 947416/2023	Unidade	0,00		1.000,00	
0017 APOIO A AGRICULTURA	2098 Aquisição de Maquinas e Equipamentos - 005563/2024	Unidade	0,00		1.000,00	
0017 APOIO A AGRICULTURA	2103 Aquisição de Equipamentos- Convênio 348/2025 - SEAB	Outras Unidades e Medidas	0,00		500,00	
0018 ESPORTE "SAÚDE E LAZER"	2057 Desenvolver Atividades Esportivas e Recreativas	Outras Unidades e Medidas	1,00		339.800,00	49.666,29
0019 APRIMORAMENTO DA CULTURA E TURISMO	1051 "Implantação e Funcionamento da Casa da Cultura"	Pessoas	0,00		44.000,00	

0019 APRIMORAMENTO DA CULTURA E TURISMO	2058 Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	Outras Unidades e Medidas	1,00		217.174,32	36.010,85
0019 APRIMORAMENTO DA CULTURA E TURISMO	2100 Aquisição de 01(um) veículo hatch - Convênio nº 1030/25	Unidade	0,00		500,00	
0021 Apoio ao Desenvolvimento da Produção Agropecuária e Fortalecimento da Agricultura Familiar	1055 Porteira Dentro	Pessoas	0,00		50.000,00	
0022 VALORIZAÇÃO DA CULTURA E PROMOÇÃO DE EVENTOS TRADICIONAIS	1056 Promoção e Realização de Atividades Culturais e Festivas	Ano	1,00		114.012,46	
0023 CONSERVAÇÃO E MANUNTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA PÚBLICA	1057 Manutenção Preventiva e Corretiva da Infraestrutura Pública	Unidade	6,00		15.000,00	
0024 PROGRAMA TRANSPORTE AOS ALUNOS UNIVERSITÁRIOS	1053 Transporte de Alunos do Ensino Técnico e Superior	Pessoas	1,00		36.000,00	
0026 HABITAÇÃO DE INTERESSE	2110 Construção de Melhoria de 25 Unidades Habitacionais de Interesse	Outras Unidades e Medidas	25,00		1.000,00	
SOCIAL - FNHIS	Social (Sub 50)					
9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	9999 Reserva de Contingência	Outras Unidades e Medidas	1,00		190.329,93	0,00
				Totais	**34.984.050,3**	**85.677,14**

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:4BB4265C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
BASE DE CÁLCULO DO LIMITE DE DESPESAS DO LEGISLATIVO

Exercício: 2026						
BASE DE CÁLCULO DO LIMITE DE DESPESAS DO LEGISLATIVO						
EMENDA CONSTITUCIONAL No.25	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
Receita Tributária (A)	**1.669.765,32**	**1.761.902,27**	**2.065.723,39**	**2.276.177,30**	**2.412.747,96**	**2.557.512,82**
IPTU	23.714,35	28.632,35	31.927,24	33.842,88	35.873,45	38.025,86
IRRF	769.782,84	871.884,72	916.369,47	1.057.862,13	1.121.333,86	1.188.613,89
ITBI	132.580,50	138.705,72	165.860,00	175.811,60	186.360,30	197.541,92
ISS	605.092,66	577.681,44	834.073,88	884.118,31	937.165,41	993.395,33
TAXAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Dívida Ativa, Multas e Juros de Mora sobre Tributos	138.594,97	144.998,04	117.492,80	124.542,38	132.014,94	139.935,82
Transferências Constitucionais (B)	**19.440.952,58**	**20.238.581,52**	**24.530.580,74**	**26.069.304,08**	**27.633.462,32**	**29.291.470,06**
IPI-EX (Art.159, CF/1998)	57.492,55	60.148,71	93.389,73	98.993,11	104.932,69	111.228,65
IPVA (Art.158, CF/1998)	281.431,85	294.434,00	184.897,64	262.880,00	278.652,80	295.371,97
ICMS (Art.158, CF/1998)	5.011.177,46	5.242.693,86	6.964.030,94	7.381.872,80	7.824.785,17	8.294.272,28
Transferência Financeira LC nº 87/96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FPM (Art.159, CF/1998)	13.910.943,69	14.541.164,08	17.105.821,74	18.132.171,04	19.220.101,30	20.373.307,38
ITR (Art.158, CF/1998)	175.949,02	96.000,00	168.407,04	178.511,46	189.222,15	200.575,48
Contrib Interv. no Domínio Econômico – CIDE (Parecer Prévio nº 21/2010-PLENO)	3.958,01	4.140,87	14.033,65	14.875,67	15.768,21	16.714,30
Total das Receitas (C) = (A) + (B)	**21.110.717,90**	**22.000.483,79**	**26.596.304,13**	**28.345.481,38**	**30.046.210,28**	**31.848.982,88**
Limite da despesa para o ano						
Legislativo Total (D) = 7% (C)	**1.477.750,25**	**1.540.033,87**	**1.861.741,29**	**1.984.183,70**	**2.103.234,72**	**2.229.428,80**
Legislativo: Folha de Pagamento (E) = 70% (D)	**1.034.425,18**	**1.078.023,71**	**1.303.218,90**	**1.388.928,59**	**1.472.264,30**	**1.560.600,16**

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR	***ELIAS ANDERSON STRAUBE***
Prefeito Municipal	Contador

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:BAF3A662

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CLASSIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES			
Estado do Paraná			
Exercício: 2026 a 2029			
CLASSIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO			
			Ação
Função 01 Legislativa			
	SubFunção 031 Ação Legislativa		
		Programa	
		0001 Processo Legislativo	2001 Manutenção das Atividades Legislativas
Função 02 Judiciária			
	SubFunção 092 Representação Judicial e Extrajudi		
		Programa	
		0001 APOIO ADMINISTRATIVO	2003 Manutenção da Assessoria Jurídica
Função 04 Administração			
	SubFunção 121 Planejamento e Orçamento		
		Programa	
		0001 APOIO ADMINISTRATIVO	2059 Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento
		0001 APOIO ADMINISTRATIVO	2060 Manutenção do Departamento de Projetos
		0001 APOIO ADMINISTRATIVO	2061 Manutenção do Departamento de Apoio Técnico Administrativo
	SubFunção 122 Administração Geral		
		Programa	
		0001 APOIO ADMINISTRATIVO	2002 Manutenção da Assessoria do Gabinete
		0001 APOIO ADMINISTRATIVO	2006 Manutenção do Departamento de Compras e Licitações
		0001 APOIO ADMINISTRATIVO	2007 Manutenção do Departamento de Administração
		0001 APOIO ADMINISTRATIVO	2087 Valorização do Servidor Público Municipal - capacitação nas áreas específicas
		0001 APOIO ADMINISTRATIVO	2082 Aporte para cobertura do Déficit Atuarial do RPPS

		0001 APOIO ADMINISTRATIVO	2104 Aquisição de 04 (quatro) - CONVÊNIO 393/2025 - SECID
		0001 APOIO ADMINISTRATIVO	2008 Manutenção do Departamento de Contabilidade
	SubFunção 123 Administração Financeira		
		Programa	
		0001 APOIO ADMINISTRATIVO	2010 Manutenção do Departamento de Tesouraria e Finanças
			Ação
	SubFunção 124 Controle Externo		
		Programa	
		0001 APOIO ADMINISTRATIVO	2004 Manutenção da Controladoria Geral
	SubFunção 128 Formação de Recursos Humanos		
		Programa	
		0001 APOIO ADMINISTRATIVO	2005 Manutenção do Departamento de Recursos Humanos
		0001 APOIO ADMINISTRATIVO	2077 Indenizações e Restituições Trabalhistas
	SubFunção 129 Administração de Receitas		
		Programa	
		0001 APOIO ADMINISTRATIVO	2009 Manutenção do Departamento de Tributação
Função 08 Assistência Social			
	SubFunção 122 Administração Geral		
		Programa	
		0012 SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	2035 Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social
		0012 SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	2072 Assistência ao Portador de Deficiência
		0012 SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	2073 Proteção Especial Social
		0012 SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	2089 CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social
		0012 SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	2074 Manutenção do Programa IGD - Bolsa Família
		0012 SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	2075 Manutenção do Programa IGD SUAS
		0012 SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	2099 Construção de Creches - CEDCA/PR
	SubFunção 241 Assistência à Pessoa Idosa		
		Programa	
		0009 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	2076 Assitencia à Pessoa Idosa
		0009 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	2088 Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI
	SubFunção 243 Assistência à Criança a ao Adolesce		
		Programa	
		0009 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	6002 Manutenção do Fundo Municipal do Direito da Criança e do Adolescente
		0009 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	6003 Manutenção do Conselho Tutelar
			Ação
		0009 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	6006 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA
		0009 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	6007 Programa Incentivo Estadual voltado a Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes – F
	SubFunção 245 Serviços Socioassistenciais		
		Programa	
		0009 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	2036 Manutenção de Benefícios Eventuais
		0009 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	2038 Manutenção do Programa Nossa Gente Paraná - CRAS
		0009 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	2037 Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS
		0009 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	2079 Construção do espaço físico para o CRAS
Função 09 Previdência Social			
	SubFunção 272 Previdência do Regime Estatutário		
		Programa	
		0029 MANUTENÇÃO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	2201 Manutenção do Regime de Previdência Social
Função 10 Saúde			
	SubFunção 122 Administração Geral		
		Programa	
		0013 DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL	2039 Manutenção de Desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde
		0013 DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL	2041 Estruturar e Manter Conselho Municipal de Saúde
	SubFunção 301 Atenção Básica		
		Programa	
		0013 DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL	2040 Manutenção da Atenção Básica de Saúde
		0013 DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL	2042 Manutenção das Atividades do Programa Agente Comunitário de Saúde - ACS
		0013 DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL	2044 Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Equipe de Saúde Bucal
		0013 DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL	2045 Manutenção da Assistência Farmacêutica
		0013 DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL	2067 Manutenção do Serviço Movel de Urgência e Emergência - SAMU
		0013 DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL	2083 Programa Mais Médicos.
	SubFunção 304 Vigilância Sanitária		
		Programa	
		0013 DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL	2046 Manutenção da Vigiância Sanitária
			Ação
	SubFunção 305 Vigilância Epidemiológica		
		Programa	
		0013 DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL	2096 Manutenção da Vigilância Epidemiológica
Função 12 Educação			
	SubFunção 122 Administração Geral		
		Programa	
		0002 EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS - APOIO ADMINISTR	2013 Manutenção da Secretária Municipal de Educação
	SubFunção 306 Alimentação e Nutrição		
		Programa	
		0005 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	2025 Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Fundamental
		0005 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	2024 Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Infantil - Creche
		0005 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	1058 Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Infantil - Pré Escola
	SubFunção 361 Ensino Fundamental		
		Programa	
		0004 EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL	1007 Aquisição de Equipamentos de informática – Ensino Fundamental
		0004 EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL	1008 Construção, Reforma e Ampliação das Escolas – Ensino Fundamental
		0004 EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO	2017 Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 70%

		FUNDAMENTAL	
		0004 EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL	2018 Manutenção do Ensino Fundamental
		0004 EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL	2019 Capacitação de Professores do Ensino Fundamental
		0004 EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL	2020 Manutenção Predial das Escolas - Ensino Fundamental
		0004 EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL	2021 Aquisição de Uniforme e Material Didático - Ensino Fundamental
		0004 EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL	2062 Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 30%
		0004 EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL	2063 Implantação da Educação Integral
		0004 EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL	1052 Mala Viajante
		0004 EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL	1059 Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 70% - Profissionais do Campo
		0004 EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL	1060 Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 30% - Profissionais do Campo
		0006 TRANSPORTE ESCOLAR	2026 Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental
		0024 APOIO A AGRICULTURA	1053 Transporte de Alunos do Ensino Técnico e Superior
			Ação
	SubFunção 365 Educação Infantil		
		Programa	
		0003 EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS - EDUCAÇÃO INFAN	2016 Aquisição de Material Didático - Educação Infantil
		0003 EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS - EDUCAÇÃO INFAN	2085 Manutenção da Educação Infantil - Pré-Escola
		0003 EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS - EDUCAÇÃO INFAN	2086 Manutenção da Educação Infantil - creche
		0006 TRANSPORTE ESCOLAR	2028 Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Infantil
	SubFunção 366 Educação de Jovens e Adultos		
		Programa	
		0004 EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL	2023 Manutenção da Educação de Jovens e Adultos
	SubFunção 367 Educação Especial		
		Programa	
		0004 EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL	1009 Aparelhar as Escolas com Móveis e Equipamentos Adaptados aos Alunos com Deficiência
		0006 TRANSPORTE ESCOLAR	2027 Manutenção e Aquisição de Veículo para Transporte Escolar - Educação Especial
Função 13 Cultura			
	SubFunção 392 Difusão Cultural		
		Programa	
		0019 APRIMORAMENTO DA CULTURA E TURISMO	2058 Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
		0019 APRIMORAMENTO DA CULTURA E TURISMO	1051 "Implantação e Funcionamento da Casa da Cultura"
		0019 APRIMORAMENTO DA CULTURA E TURISMO	2100 Aquisição de 01(um) veículo hatch - Convênio nº 1030/25
		0022 FROTA CONSERVADA E RENOVADA	1056 Promoção e Realização de Atividades Culturais e Festivas
Função 15 Urbanismo			
	SubFunção 122 Administração Geral		
		Programa	
		0014 DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA	2054 Manutenção do Deparatamento de Planejamento Urbano
	SubFunção 452 Serviços Urbanos		
		Programa	
		0014 DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA	2047 Manutenção da Secretaria Municipal de Obras
			Ação
		0014 DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA	2084 Iluminação da Vila de Acesso ao Bairro Cerrado (PR092)
		0014 DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA	1047 Asfalto novo Vida Nova - Convênio Nº 438/2023.
		0014 DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA	2105 CONVÊNIO AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO - SECID - 24.126.583-8
		0014 DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA	2055 Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos
		0014 DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA	2064 Manutenção com Iluminação Pública
		0014 DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA	1043 Construção da Praça do Bairro do Cerrado
		0023 CIDADÃO ULYSSENSSE INDO E VINDO	1057 Manutenção Preventiva e Corretiva da Infraestrutura Pública
Função 16 Habitação			
	SubFunção 482 Habitação Urbana		
		Programa	
		0026 ESPORTE "SAÚDE E LAZER"	2110 Construção de Melhoria de 25 Unidades Habitacionais de Interesse Social (Sub 50)
Função 17 Saneamento			
	SubFunção 512 Saneamento Básico Urbano		
		Programa	
		0028 ÁGUA É VIDA	1100 Ampliação da rede de Distribuição de Água
		0028 ÁGUA É VIDA	2100 Manutenção dos Serviços de Abastecimento de Água
		0028 ÁGUA É VIDA	2101 Amortização do Reparcelamento da Dívida
		0028 ÁGUA É VIDA	2102 Amplicação de Rede Coletora de Esgoto
		0028 ÁGUA É VIDA	2103 Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná
Função 18 Gestão Ambiental			
	SubFunção 541 Preservação e Conservação Ambient		
		Programa	
		0007 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	1013 Aquisição de Equipamento para Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos
		0007 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	2029 Manutenção da Educação Ambiental
		0007 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	2030 Manutenção do Cemitério Municipal
		0007 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	2033 Conservação e Recuperação de Matas Ciliares e Manutenção do Sistema de Drenagem Plu

		0007 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	2056 Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente
		0007 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	1032 Promoção da Educação Ambiental no município
			Ação
		0007 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	1033 Preservação de áreas de matas nativas e/ou mananciais
		0007 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	1034 Programas voltados para a arborização das ruas e espaços públicos
		0007 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	2093 PROGRAMA "ITAIPU MAIS QUE ENERGIA"
		0007 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	1049 Manejo de Resíduos Sólidos
		0007 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	2106 CastraPet Paraná
Função 20 Agricultura			
	SubFunção 606 Extensão Rural		
		Programa	
		0017 APOIO A AGRICULTURA	2051 Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura
		0017 APOIO A AGRICULTURA	2052 Manutenção do Departamento de Agricultura
		0017 APOIO A AGRICULTURA	1041 Armazém da Família
		0017 APOIO A AGRICULTURA	2094 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS" – CONVÊNIO 947416/2023
		0017 APOIO A AGRICULTURA	2098 Aquisição de Maquinas e Equipamentos - 005563/2024
		0017 APOIO A AGRICULTURA	2103 Aquisição de Equipamentos- Convênio 348/2025 - SEAB
		0017 APOIO A AGRICULTURA	2053 Manutenção do Departamento de Pecuária
		0021 INFRAESTRUTURA URBANA EM DESENVOLVIMENTO	1055 Porteira Dentro
Função 26 Transporte			
	SubFunção 782 Transporte Rodoviário		
		Programa	
		0015 FROTA CONSERVADA E RENOVADA	2048 Manutenção da Secretaria Municipal de Transportes
		0015 FROTA CONSERVADA E RENOVADA	2049 Manutenção do Departamento da Frota Municipal
		0016 CIDADÃO ULYSSENSSE INDO E VINDO	2050 Manutenção do Departamento de Estradas Rurais e Vicinais
Função 27 Desporto e Lazer			
	SubFunção 812 Desporto Comunitário		
		Programa	
		0018 ESPORTE "SAÚDE E LAZER"	2057 Desenvolver Atividades Esportivas e Recreativas
Função 28 Encargos Especiais			
			Ação
	SubFunção 843 Serviço da Dívida Interna		
		Programa	
		0000 ENCARGOS ESPECIAIS	2065 Encargos e Amortização da Dívida Pública
Função 99 Reserva de Contingência			
	SubFunção 999 Reserva de Contingência geral		
		Programa	
		9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	9999 Reserva de Contingência
ESEQUIEL BESTEL JUNIOR		***ELIAS ANDERSON STRAUBE***	
Prefeito Municipal		Contador	

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:08F1802B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CM - PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2025

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL .

A **CÂMARA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES/PR**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua João Gabriel de Oliveira, 62, Centro, Doutor Ulysses/PR, CEP: 83.590-000, inscrita no CNPJ sob o nº. 73.257.214/0001-11, representada pelo seu Presidente, o Sr. Miguel dos Anjos Dias, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG. nº. 5682644-0 SSP/PR, inscrito no CPF sob nº. 798.111.759-34, doravante denominado, simplesmente, **CONTRATANTE**, e a empresa AIR DE SOUZA FILHO**,** Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no **CNPJ: 19.721.207/0001-83**, com sede na Rua: Jose Conceição, s/nº, Bairro centro, Cidade Doutor Ulysses, representada legalmente pelo senhor AIR DE SOUZA FILHO, daqui por diante denominada, simplesmente, **CONTRATADA**, tendo em vista o que dispõe as normas gerais da Lei Federal nº 14.133/21 com suas alterações, bem como a autorização e justificativa constantes do Processo nº 002/2025, referente à Dispensa de Licitação nº002/2025, celebram o presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO DO CONTRATO

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objetivo o fornecimento de gêneros alimentícios e produtos de limpeza, destinado a atender a manutenção das atividades da câmara municipal de Doutor Ulysses, que deverão ser prestado à contratante nos termos do termo de referência e da proposta apresentada pela contratada.

PARÁGRAFO ÚNICO – Integram e complementam o presente termo contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas na legislação pertinente e as demais constantes do Processo de Dispensa de Licitação nº 002/2025, juntamente com a proposta da Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DESCRIÇÃO DOS ITENS E VALOR CONTRATUAL

Pelo fornecimento do objeto ora contratado pagará à contratada o **valor de R$14.402,52 (quatorze mil, quatrocentos e dois reais e cinquenta e dois centavos)**, referente aos seguintes itens.

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	UNID	QTDE TOTAL	V. UNIT.	TOTAL
001	Água sanitária - composição: hipoclorito de sódio e água; com no mínimo 2,5 % de teor de cloro ativo, tampa lacrada com registro no ministério da saúde, químico responsável, datas de fabricação e validade, no mínimo 12 meses, a partir da data de entrega - embalagem branca.	Qboa	liitros	30	R$ 3,25	R$ 97,50
002	Álcool 70% em líquido - frasco plástico, desinfetante para utensílios e superfícies fixas, uso permitido pela anvisa/ms em estabelecimentos de saúde humana e animal, e tem eficácia comprovada contra micro organismos causadores de infecções	Araucária	litros	30	R$ 7,70	R$ 231,00
003	Bota de borracha - par - tamanho médio, confeccionada em borracha natural e resina nitrílica, com superficie externa antiderrapante no solado, sanitizada e hipoalérgica, contendo número de certificado de aprovação (ca) na embalagem	Sete léguas	uni	2	R$ 55,50	R$ 111,00
004	Corda de varal - corda flexível confeccionada em nylon com alma de aço.	Brizzi	uni	5	R$ 5,75	R$ 28,75
005	Limpador de uso geral - hiper concentrado, perfumado nas fragrâncias lavanda e floral, para uso em superfícies laváveis em geral, azulejos, mármores, pisos cerâmicos ou tratados com acabamentos acrílicos. diluição até 1:200. com registro do ministério da saúde, químico responsável, indicação de uso, composição, data de fabricação e de validade e informações do fabricante estampado na embalagem	Ypê	uni	48	R$ 3,99	R$ 191,52
006	Desinfetante multiuso limpeza pesada 500 ml	Gota limpa	uni	30	R$ 2,70	R$ 81,00
007	Detergente em gel - para louças, concentrado, neutro, testado dermatologicamente, com registro do ministério da saúde, químico responsável, indicação de uso, composição, data de fabricação e de validade e informações do fabricante estampado na embalagem.	Ypê	uni	50	R$ 2,70	R$ 135,00
008	Escova de lavar roupa	Condor	uni	2	R$ 3,35	R$ 6,70
009	Escova de vaso sanitário	Locatelli	uni	2	R$ 5,90	R$ 11,80
010	Esponja de fibra sintética - dupla face, para uso geral de limpeza, medindo aproximadamente 7 x 11 x 2,2 cm	Jeitosa	uni	24	R$ 0,55	R$ 13,20
011	Pano para tirar pó - 100% algodão, tipo flanela, cor laranja, medindo aproximadamente 40 x 60 cm	Flabom	uni	24	R$ 5,80	R$ 139,20
012	Guardanapo de papel, folha dupla, liso na cor branca, tamanho aproximado: 30,0 x 29,5 cm, pacote com 50 guardanapos de papel.	Mili	pct	80	R$ 3,40	R$ 272,00
013	Lã de aço - esponja de lã de aço, utilizado na lavagem de utensílios, o material deverá ser capaz de remover resíduos incrustados e atender a limpeza em geral	Brilhus	pct	5	R$ 2,30	R$ 11,50
014	Limpa vidros - liquido, para limpeza de vidros e acrílicos, embalagem original do fabricante, com registro no ministério da saúde, químico responsável, indicação de uso e composição na embalagem	Veja	uni	24	R$ 20,40	R$ 489,60
015	Lustra móveis, componentes base de silicone, aroma lavanda, aplicação móveis e superfícies lisas, aspecto físico pastoso, componente base de silicone, aroma de lavanda.	Poliflor	uni	20	R$ 6,30	R$ 126,00
016	Luva em latex - par, tamanho médio, para uso doméstico. sanitizadas e hipoalergênicas. contendo número de certificado de aprovação (ca) na embalagem	Mb life	uni	10	R$ 5,40	R$ 54,00
017	Pano para chão - saco alvejado em algodao liso, 100% algodão, linha profissional, várias cores, medindo no mínimo 67 x 90 cm (fechado)	Flabom	uni	20	R$ 7,50	R$ 150,00

018	Pano de prato - com barrado de tecido, 100 % algodão, embainhado nas laterais, absorvente, lavável e durável, na cor branca 450x750 mm	Leite	uni	20	R$ 4,75	R$ 95,00
019	Papel higiênico, neutro, não reciclado, rolo com 30 metros na cor branca com alta alvura, folha dupla de alta qualidade, texturizado e picotado.com 8 rolos. composição : 100 % fibras celulósicas naturais.	Mili	pct	20	R$ 13,25	R$ 265,00
020	Pedra sanitária- para vaso sanitário tipo arredondada com suporte, aroma floral consistência: sólida, composição: paradiclorobenzeno, peso 35 g variação +/- 10 % do peso diversos aromas, com suporte em plástico	Sany	uni	48	R$ 1,30	R$ 62,40
021	Purificador de ambiente spray 360 ml	Puro Ar	uni	12	R$ 11,45	R$ 137,40
022	Rodo médio	Brilhus	uni	6	R$ 20,25	R$ 121,50
023	Rodo com espuma	Brilhus	uni	6	R$ 25,65	R$ 153,90
024	Rodo de pia	Esfrebom	uni	2	R$ 17,80	R$ 35,60
025	Sabão em barras - glicerinado, antibacteriano, levemente aromatizado 400g embalado em saco plástico, embalagem lacrada, com registro do ministério da saúde, validade e ficha técnica do fabricante, indicações de uso e data de fabricação indicada no rótulo do produto, 100 % biodegradável, com firmeza, rendimento, alta durabilidade e alto poder de limpeza.	Ypê	uni	6	R$ 11,75	R$ 70,50
026	Sabão em pó 800 Gr.	Tixan	uni	24	R$ 9,90	R$ 237,60
027	Sabonete líquido para/ as mãos 500ml	Walth	uni	25	R$ 10,80	R$ 270,00
028	Saco de lixo 15 litros com 10 unidades	Eco	pct	30	R$ 4,05	R$ 121,50
029	Saco de lixo 50 litros com 10 unidades	Eco	pct	30	R$ 4,10	R$ 123,00
030	Saponáceo cremoso 250 ml	Cif	uni	6	R$ 11,75	R$ 70,50
031	Papel toalha interfolha - branco luxo, não reciclado, 100% fibras naturais, 3 dobras interfolhadas, para uso sanitário, medindo no mínimo 23x27 cm, (podendo variar em 5% para mais ou menos), não esfacelar na mão.	Remapel	uni	48	R$ 16,40	R$ 787,20
032	Vassoura	Noviça	uni	6	R$ 16,20	R$ 97,20
033	Papel toalha com 2 rolos	Divina Mesa	uni	48	R$ 4,85	R$ 232,80
034	Fósforo caixa pacote com 10 caixas	Paraná	uni	1	R$ 2,70	R$ 2,70
035	Escovão de vassoura	Bettanin	uni	4	R$ 24,30	R$ 97,20
036	Álcool em gel 70 inpm 500 ml	Italy	uni	5	R$ 8,95	R$ 44,75
037	Copo descartável em polietileno não tóxico, não reciclado, com capacidade mínima de 180 ml, na cor branca, aplicação de água, produzido conforme norma abnt/nbr nº 14865, com informações do fabricante estampadas na embalagem	Divina Mesa	pct	50	R$ 5,40	R$ 270,00
038	Copo descartável, material polietileno,capacidade 50 ml, aplicação de café, características adicionais atóxico, de acordo com norma abnt/nbr 14865, cor branco, com informações do fabricante estampadas na embalagem.	Divina Mesa	pct	50	R$ 3,20	R$ 160,00
					TOTAL	5.605,52

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QTDE TOTAL	V. UNIT.	TOTAL
001	Açúcar cristal tipo 1 pct 5 kg	Alto alegre	pct	24	R$ 19,50	R$ 468,00
002	Biscoito doce 400 gr	Parati	pct	24	R$ 5,40	R$ 129,60
003	Biscoito salgado 400 gr	Parati	pct	24	R$ 5,10	R$ 122,40

004	Café tipo 1 pct 500 gr	Bom Tai	pct	72	R$ 29,90	R$ 2,152,80
005	Chá mate tostado, sachê, diversos sabores com 20 saquinhos	Mate Real	cx	24	R$ 3,30	R$ 79,20
006	Filtro de papel para café, nº 103, 30 uni.	3 Corações	uni	24	R$ 4,25	R$ 102,00
007	Leite integral uht embalagem com 1litro - caixa com 12 unidades, devendo apresentar na embalagem a composição, informação nutricional e prazo de validade mínima de 60 dias a partir da entrega.	Tirol	cx	10	R$ 70,00	R$ 700,00
008	Margarina tipo 1 500 g	Quali	uni	24	R$ 11,25	R$ 270,00
009	Pão de forma fatiado	Visconti	pct	96	R$ 6,75	R$ 648,00
016	Presunto magro cozido fatiado; produto de primeira qualidade; proveniente de carne suína 100% pernil, sal, especiarias naturais e aditivos permitidos pela legislação vigente.	Prieto	kg	25	R$ 32,00	R$ 800,00
017	Queijo mussarela	Dom Armando	kg	25	R$ 53,80	R$ 1,345.00
018	Suco pct 25 g diversos sabores	Tang	uni	50	R$ 0,90	R$ 45,00
019	Gás glp 13 kg	Servigas	uni	04	R$ 110,00	R$ 440,00
020	Água mineral galão 20l -sem gás	Frescale	uni	100	R$ 14,95	R$ 1.495,00
					TOTAl	R$ 8.797,00

CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado em até 30 dias após a emissão da nota fiscal do respectivo fornecimento, mediante conferência e aceite definitivo do produto.

CLÁUSULA QUARTA – RECURSO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentárias:

PROGRAMÁTICA	FONTE	TIPO
01.001.01.031.0001.1.002.3.3.90.30.00.00.	001	MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA QUINTA – CRITÉRIO DE REAJUSTE

O preço ora contratado não sofrerá reajuste pelo período de fornecimento.

CLÁUSULA SEXTA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

É direito do CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições especificadas bem como é direito da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Constituem obrigações da Contratante:

efetuar o pagamento ajustado, e

Dar à contratada condições necessárias à regular execução do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Constituem obrigações da Contratada:

prestar o fornecimento na forma ajustada;

atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente contrato;

manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

d) apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

No caso de não cumprimento do prazo da entrega do objeto constante na cláusula sexta, será aplicável à contratada multa moratória de valor equivalente a 10% (Dez por cento) sobre o valor total da quantidade de produtos solicitados pela Contratante.

PARÁGRAFO ÚNICO - Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATANTE, poderá garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na legislação pertinente , sendo que em caso de multa esta corresponderá a 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO

O presente contrato poderá ser extinto caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art 133 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA NONA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº.14.133/21 e suas alterações, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo físico e/ou via email. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA VIGÊNCIA

A vigência do presente contrato se dará a partir da assinatura do presente termo até a data de 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado na forma do artigo 107 da lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 14.133/21 e suas alterações,e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– FORO

Fica eleito o foro da Comarca de CERRO AZUL, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Doutor Ulysses – PR, 15 de dezembro de 2025.

Câmara Munic de dr Ulysses

MIGUEL DOS ANJOS DIAS

Contratante

AIR DE SOUZA FILHO

Contratada

TESTEMUNHAS:

_____

Nome:

RG:

_____

Nome:

RG:

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:A11833D4

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E PROGRAMA CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES				
Estado do Paraná				
Exercício: 2026				
Demonstrativo da Despesa por Função, Subfunção e Programa				
Conforme o Vínculo com os Recursos				
Adendo V a Portaria SOF nº 8, de 04/02/1985				
Anexo VIII, da Lei nº 4.320/64				
Programática	Descrição	Ordinário	Vinculado	Total
01.000.0000.	Legislativa	2.260.318,29	0,00	2.260.318,29
01.031.0000.	Ação Legislativa	2.260.318,29	0,00	2.260.318,29
01.031.0001.	Processo Legislativo	2.260.318,29	0,00	2.260.318,29
02.000.0000.	Judiciária	810.312,09	0,00	810.312,09
02.092.0000.	Representação Judicial e Extrajudicial	810.312,09	0,00	810.312,09
02.092.0001.	APOIO ADMINISTRATIVO	810.312,09	0,00	810.312,09
04.000.0000.	Administração	6.532.156,08	13.000,00	6.545.156,08
04.121.0000.	Planejamento e Orçamento	184.002,00	0,00	184.002,00
04.121.0001.	APOIO ADMINISTRATIVO	184.002,00	0,00	184.002,00
04.122.0000.	Administração Geral	5.422.386,13	13.000,00	5.435.386,13
04.122.0001.	APOIO ADMINISTRATIVO	5.422.386,13	13.000,00	5.435.386,13
04.123.0000.	Administração Financeira	233.350,00	0,00	233.350,00
04.123.0001.	APOIO ADMINISTRATIVO	233.350,00	0,00	233.350,00
04.124.0000.	Controle Externo	180.750,00	0,00	180.750,00
04.124.0001.	APOIO ADMINISTRATIVO	180.750,00	0,00	180.750,00
04.128.0000.	Formação de Recursos Humanos	289.000,00	0,00	289.000,00
04.128.0001.	APOIO ADMINISTRATIVO	289.000,00	0,00	289.000,00
04.129.0000.	Administração de Receitas	222.667,95	0,00	222.667,95
04.129.0001.	APOIO ADMINISTRATIVO	222.667,95	0,00	222.667,95
08.000.0000.	Assistência Social	2.165.403,51	127.040,00	2.292.443,51
08.122.0000.	Administração Geral	1.578.802,51	90.240,00	1.669.042,51
08.122.0012.	SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.578.802,51	90.240,00	1.669.042,51
08.241.0000.	Assistência à Pessoa Idosa	3.000,00	0,00	3.000,00
08.241.0009.	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	3.000,00	0,00	3.000,00
08.243.0000.	Assistência à Criança a ao Adolescente	235.001,00	4.800,00	239.801,00
08.243.0009.	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	235.001,00	4.800,00	239.801,00
08.245.0000.	Serviços Socioassistenciais	348.600,00	32.000,00	380.600,00
08.245.0009.	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	348.600,00	32.000,00	380.600,00
09.000.0000.	Previdência Social	0,00	3.151.947,14	3.151.947,14
09.272.0000.	Previdência do Regime Estatutário	0,00	3.151.947,14	3.151.947,14
09.272.0029.	MANUTENÇÃO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	3.151.947,14	3.151.947,14
10.000.0000.	Saúde	0,00	7.947.121,75	7.947.121,75
10.122.0000.	Administração Geral	0,00	2.419.027,33	2.419.027,33
10.122.0013.	DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL	0,00	2.419.027,33	2.419.027,33
10.301.0000.	Atenção Básica	0,00	5.342.594,42	5.342.594,42
10.301.0013.	DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL	0,00	5.342.594,42	5.342.594,42
10.304.0000.	Vigilância Sanitária	0,00	40.500,00	40.500,00
10.304.0013.	DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL	0,00	40.500,00	40.500,00
10.305.0000.	Vigilância Epidemiológica	0,00	145.000,00	145.000,00
10.305.0013.	DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL	0,00	145.000,00	145.000,00
12.000.0000.	Educação	0,00	9.037.288,17	9.037.288,17
12.122.0000.	Administração Geral	0,00	368.865,77	368.865,77
12.122.0002.	EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS - APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	368.865,77	368.865,77
12.306.0000.	Alimentação e Nutrição	0,00	512.916,30	512.916,30
12.306.0005.	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	0,00	512.916,30	512.916,30
12.361.0000.	Ensino Fundamental	0,00	7.453.406,10	7.453.406,10
12.361.0004.	EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	5.366.715,00	5.366.715,00
12.361.0006.	TRANSPORTE ESCOLAR	0,00	2.050.691,10	2.050.691,10
12.361.0024.	APOIO A AGRICULTURA	0,00	36.000,00	36.000,00
12.365.0000.	Educação Infantil	0,00	699.100,00	699.100,00
12.365.0003.	EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS - EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	694.100,00	694.100,00
12.365.0006.	TRANSPORTE ESCOLAR	0,00	5.000,00	5.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES				
Estado do Paraná				
Exercício: 2026				
Demonstrativo da Despesa por Função, Subfunção e Programa				
Conforme o Vínculo com os Recursos				
Adendo V a Portaria SOF nº 8, de 04/02/1985				
Anexo VIII, da Lei nº 4.320/64				
Programática	Descrição	Ordinário	Vinculado	Total
12.366.0000.	Educação de Jovens e Adultos	0,00	1.000,00	1.000,00

12.366.0004.	EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	1.000,00	1.000,00
12.367.0000.	Educação Especial	0,00	2.000,00	2.000,00
12.367.0004.	EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	1.000,00	1.000,00
12.367.0006.	TRANSPORTE ESCOLAR	0,00	1.000,00	1.000,00
13.000.0000.	Cultura	375.686,78	0,00	375.686,78
13.392.0000.	Difusão Cultural	375.686,78	0,00	375.686,78
13.392.0019.	APRIMORAMENTO DA CULTURA E TURISMO	261.674,32	0,00	261.674,32
13.392.0022.	FROTA CONSERVADA E RENOVADA	114.012,46	0,00	114.012,46
15.000.0000.	Urbanismo	1.672.894,63	268.270,69	1.941.165,32
15.122.0000.	Administração Geral	58.505,80	0,00	58.505,80
15.122.0014.	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA	58.505,80	0,00	58.505,80
15.452.0000.	Serviços Urbanos	1.614.388,83	268.270,69	1.882.659,52
15.452.0014.	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA	1.599.388,83	268.270,69	1.867.659,52
15.452.0023.	CIDADÃO ULYSSENSSE INDO E VINDO	15.000,00	0,00	15.000,00
16.000.0000.	Habitação	1.000,00	0,00	1.000,00
16.482.0000.	Habitação Urbana	1.000,00	0,00	1.000,00
16.482.0026.	ESPORTE "SAÚDE E LAZER"	1.000,00	0,00	1.000,00
17.000.0000.	Saneamento	661.617,47	0,00	661.617,47
17.512.0000.	Saneamento Básico Urbano	661.617,47	0,00	661.617,47
17.512.0028.	ÁGUA É VIDA	661.617,47	0,00	661.617,47
18.000.0000.	Gestão Ambiental	695.456,57	0,00	695.456,57
18.541.0000.	Preservação e Conservação Ambiental	695.456,57	0,00	695.456,57
18.541.0007.	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	695.456,57	0,00	695.456,57
20.000.0000.	Agricultura	1.462.965,01	0,00	1.462.965,01
20.606.0000.	Extensão Rural	1.462.965,01	0,00	1.462.965,01
20.606.0017.	APOIO A AGRICULTURA	1.412.965,01	0,00	1.412.965,01
20.606.0021.	INFRAESTRUTURA URBANA EM DESENVOLVIMENTO	50.000,00	0,00	50.000,00
26.000.0000.	Transporte	2.324.732,45	500.592,68	2.825.325,13
26.782.0000.	Transporte Rodoviário	2.324.732,45	500.592,68	2.825.325,13
26.782.0015.	FROTA CONSERVADA E RENOVADA	1.498.918,43	86.522,00	1.585.440,43
26.782.0016.	CIDADÃO ULYSSENSSE INDO E VINDO	825.814,02	414.070,68	1.239.884,70
27.000.0000.	Desporto e Lazer	339.800,00	0,00	339.800,00
27.812.0000.	Desporto Comunitário	339.800,00	0,00	339.800,00
27.812.0018.	ESPORTE "SAÚDE E LAZER"	339.800,00	0,00	339.800,00
28.000.0000.	Encargos Especiais	680.000,00	0,00	680.000,00
28.843.0000.		680.000,00	0,00	680.000,00
28.843.0000.	ENCARGOS ESPECIAIS	680.000,00	0,00	680.000,00
99.000.0000.	Reserva de Contingência	190.329,93	0,00	190.329,93
99.999.0000.	Reserva de Contingência geral	190.329,93	0,00	190.329,93
99.999.9999.	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	190.329,93	0,00	190.329,93
		20.172.672,81	**21.045.260,43**	**41.217.933,24**

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES

Estado do Paraná

Exercício: 2026

Demonstrativo da Despesa por Função, Subfunção e Programa

Conforme o Vínculo com os Recursos

Adendo V a Portaria SOF nº 8, de 04/02/1985

Anexo VIII, da Lei nº 4.320/64

Programática	Descrição	Ordinário	Vinculado	Total
ESEQUIEL BESTEL JUNIOR		***ELIAS ANDERSON STRAUBE***		
Prefeito Municipal		Contador		

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:2C7C0660

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - 2022 A 2029

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES

Estado do Paraná

Exercício: 2026

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - 2022 a 2029

Especificação	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
RECEITAS CORRENTES (I)	24.015.476,84	25.214.932,69	32.722.549,88	35.227.653,13	44.095.122,87	46.916.509,15	49.731.499,72	52.715.389,70
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.242.042,02	1.297.924,90	1.692.599,96	1.785.791,87	2.149.630,97	2.365.119,33	2.507.026,51	2.657.448,08
IPTU	39.970,36	41.760,01	45.936,01	51.880,65	37.100,00	39.326,01	41.685,57	44.186,70
ISS	671.960,94	702.199,17	618.841,75	592.065,73	842.663,98	893.223,82	946.817,26	1.003.626,28
ITBI	179.509,45	187.587,37	138.956,65	145.376,44	171.406,89	181.691,31	192.592,80	204.148,37
IRRF	294.670,25	307.930,41	769.782,84	871.884,72	916.369,47	1.057.862,13	1.121.333,86	1.188.613,89
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhori	55.931,02	58.447,94	119.082,71	124.584,33	182.090,63	193.016,06	204.597,02	216.872,84
Contribuições	983.927,82	1.073.245,60	121.668,00	150.217,89	156.609,64	171.564,00	181.857,84	192.769,31
ReceitaPatrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	37.888,40	40.161,70	42.571,40	45.125,68
Rendimentos de Aplicações Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	37.888,40	40.161,70	42.571,40	45.125,68
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Serviços	341.079,13	370.155,00	381.259,65	398.873,85	661.617,47	701.314,52	743.393,39	787.996,99
Transferências Correntes	21.443.130,58	22.468.071,52	30.524.522,27	32.890.154,01	41.084.079,10	43.632.734,47	46.250.698,54	49.025.740,48
Cota-Parte do FPM	11.981.485,72	12.520.652,59	18.367.352,26	19.498.923,93	23.171.989,65	24.562.309,03	26.036.047,57	27.598.210,43
Cota-Parte do ICMS	4.510.000,00	4.712.950,00	6.263.971,58	6.553.367,07	8.705.038,67	9.227.340,99	9.780.981,45	10.367.840,34
Cota-Parte do IPVA	319.000,00	333.355,00	351.789,80	368.042,49	231.122,05	328.600,00	348.316,00	369.214,96
Cota-Parte do ITR	205.468,71	214.714,81	223.186,29	120.000,00	210.508,80	223.139,33	236.527,69	250.719,35
Transferências LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências LC 61/1989	75.362,89	78.754,23	71.853,19	75.172,81	116.737,16	123.741,39	131.165,87	139.035,82
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	4.351.813,26	4.607.644,89	5.246.369,15	6.274.647,71	8.648.682,77	9.167.603,73	9.717.659,96	10.300.719,58
Outras Receitas Correntes	5.297,29	5.535,67	2.500,00	2.615,51	5.297,29	5.615,13	5.952,04	6.309,16

DEDUÇÕES (II)	2.357.377,08	3.403.564,88	4.847.592,47	5.058.596,82	6.129.136,77	6.513.607,11	6.904.423,54	7.318.688,95
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	2.357.377,08	3.403.564,88	4.847.592,47	5.058.596,82	6.129.136,77	6.513.607,11	6.904.423,54	7.318.688,95
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	21.658.099,76	21.811.367,81	27.874.957,41	30.169.056,31	37.965.986,10	40.402.902,04	42.827.076,18	45.396.700,75

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR	***ELIAS ANDERSON STRAUBE***
Prefeito Municipal	Contador

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:0FA0F34A

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES	
ESTADO DO PARANÁ	
Lei Orçamentária Anual: 2026	
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE	
RECEITAS	PREVISÃO
RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)	32.633.328,55
Impostos	1.967.540,34
Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	37.100,00
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	842.663,98
Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens e Direitos sobre Imóveis - ITBI	171.406,89
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	916.369,47
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	6.582,25
Dívida Ativa dos Impostos	6.044,76
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos Dívida Ativa de Impostos	7.477,34
Receitas de Transfêrencias Constitucionais Legais	30.645.683,86
Da União	21.592.785,98
Cota-Parte Fundo de Participação dos Municípios - FPM	21.382.277,18
Cota-Parte do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural - ITR	210.508,80
Transferência Financeira aos Estados, DF e Municípios - Lei Complementar nº 87/1996	0,00
Do Estado	9.052.897,88
Cota-Parte do ICMS	8.705.038,67
Cota-Parte do IPI-Exportação	116.737,16
Cota-Parte do IPVA	231.122,05
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	1.519.851,58
Da União para o Município	1.519.851,58
Do Estado para o Município	0,00
Demais Municípios para o Município	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE (III)	0,00
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	0,00
TOTAL	34.153.180,13
DESPESA COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	7.916.121,75
Pessoal e Encargos Sociais	5.144.724,46
Juros e Encargos da Dívida	0,00
Outras Despesas Correntes	2.771.397,29
DESPESAS DE CAPITAL	31.000,00
Investimentos	31.000,00
Inversões Financeiras	0,00
Amortização da Dívida	0,00
TOTAL (IV)	7.947.121,75

DESPESAS PRÓPRIAS COM ACÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.519.851,58
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	1.519.851,58
Recursos de Operações de Crédito	0,00
Outros Recursos	0,00
TOTAL (V)	3.039.703,16
PERCENTUAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (V / I)	9,31 %
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO
Administração Geral	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00
Atenção Básica	5.342.594,42
Formação de Recursos Humanos	0,00
Outros Encargos Especiais	2.419.027,33
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00
Vigilância Epidemiológica	145.000,00
Vigilância Sanitária	40.500,00
TOTAL	7.947.121,75

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:09D36D42

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E PRIORIDADES DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES	
ESTADO DO PARANÁ	
Lei Orçamentária Anual: 2026	
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E PRIORIDADES DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	
RECEITAS DO ENSINO	
RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS	PREVISÃO
1 - RECEITAS DE IMPOSTOS	1.973.087,23
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana IPTU	37.100,00
IPTU	31.927,24
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	5.172,76
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissao Inter Vivos ITBI	176.953,78
ITBI	171.406,89
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	5.546,89
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ISS	842.663,98
ISS	834.073,88
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	8.590,10
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte IRRF	916.369,47
1.5 - Receita Resultante do Imposto Territorial Rural ITR (CF,art, 153, 4, inciso III)	0,00
Imposto Territorial Rural ITR	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00
2 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	32.435.396,33
2.1 - Cota-Parte FPM	23.171.989,65
2.1.1 - Parcela Referente a CF. art. 159, I, alinea b	21.382.277,18
2.1.2 - Parcela referente a CF, art. 159, I, alianea d	1.789.712,47
2.1.3 - Parcela referente a CF, art. 159, I, alianea e	0,00
2.2 - Cota-Parte ICMS	8.705.038,67
2.3 - ICMS-Desoneracao L.C. n87/1996	0,00
2.4 - Cota-Parte IPI-Exportacao	116.737,16
2.5 - Cota-Parte ITR	210.508,80
2.6 - Cota-Parte IPVA	231.122,05
2.7 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	34.408.483,56
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00
5 - RECEITA DE TRANSFERENCIAS DO FNDE	617.551,86
5.1 - TransferEncias do Salario-Educação	315.584,40
5.2 - Outras TransferEncias do FNDE	264.079,06
5.3 - Aplicacao Financeira dos Recursos do FNDE	37.888,40
6 - RECEITA DE TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	37.888,40
6.1 - TransferEncias de ConvEnios	0,00
6.2 - Aplicacoes Financeiras dos Recursos de ConvEnios	37.888,40
7 - RECEITA DE OPERACOES DE CREDITO	0,00
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	655.440,26
FUNDEB	
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	6.487.079,27
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB (20% 2.1)	4.634.397,93
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB (20% 2.2)	1.741.007,73
10.3 - ICMS-Desoneracao Destinada ao FUNDEB (20% 2.3)	0,00
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportacao Destinada ao FUNDEB (20% 2.4)	23.347,43
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB (20% de (1.5 + 2.5))	42.101,76
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB (20% 2.6)	46.224,41
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	5.408.000,00
11.1 - TransferEncias de Recursos do FUNDEB	5.408.000,00
11.2 - Complementacao da Uniao ao FUNDEB	0,00
11.3 - Receita de Aplicacao Financeira dos Recursos do FUNDEB	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-1.079.079,27
DESCRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	
DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO
13 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO	5.776.600,00
13.1 - Com Educação Infantil	617.100,00
13.2 - Com Ensino Fundamental	5.159.500,00
14 - OUTRAS DESPESAS	2.665.771,87
14.1 - Com Educação Infantil	0,00
14.2 - Com Ensino Fundamental	2.665.771,87
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	8.442.371,87
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	PREVISÃO
16 - PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEI	0,00
16.1 - FUNDEB 60%	0,00
16.2 - FUNDEB 40%	0,00
17 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16)	0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB	
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO
18 - TOTAL DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 17)	8.442.371,87
18.1 - Mín de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério (13 -(16.1)) / (11) x 100)%	100,00
18.2 - Máx de 40% em Prioridade da Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2)) / (11) x 100)%	0,00
18.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (18.1 + 18.2))%	0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO
19 - EDUCAÇÃO INFANTIL	699.100,00
19.1 - Despesas Custeadas com Recursos do Fundeb	530.000,00
19.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	169.100,00
20 - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	7.825.271,87
20.1 - Despesas Custeadas com Recursos do Fundeb	5.451.023,40

20.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.374.248,47
21 - ENSINO MÉDIO	0,00
22 - ENSINO SUPERIOR	0,00
23 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00
24 - OUTRAS	512.916,30
25 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (19 + 20 + 21 + 22 + 23 + 24)	9.037.288,17
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	PREVISÃO
26 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-1.079.079,27
27 - DESPESAS CUSTEADAS COM COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
28 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (11.3)	0,00
29 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
31 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (26 + 27 + 28 + 29 + 30)	-1.079.079,27
32 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((19 + 20) - (31))	18.127.823,01
33 - MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((32)/(3) x 100)%	52,68
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO
34 - DESPESAS CUSTEADAS COM APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS A	0,00
35 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	8.524.371,87
36 - DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÃO DE CRÉDITO	8.524.371,87
37 - DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	8.524.371,87
38 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIEMANTO DO ENSINO(34 + 35 + 36 + 37)	25.573.115,61
39 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (25 + 38)	43.134.775,65
FONTE:	
[1]Caput do artigo 121 da CF/1988	
[2] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V	

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:F5B5465B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES						
Estado do Paraná						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
ANEXO DE METAS FISCAIS						
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
2026						
Consolidado						
AMF – Demonstrativo 4 (LRF, art.4o, § 2o, inciso III)						R$ 1,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
PATRIMÔNIO/CAPITAL	36.788.014,98	100,00	32.079.859,80	100,00	29.128.869,23	100,00
RESERVAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO ACUMULADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**36.788.014,98**	**100,00**	**32.079.859,80**	**100,00**	**29.128.869,23**	**100,00**
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
PATRIMÔNIO	-30.827.106,95	0,00	-18.578.836,95	0,00	-19.478.487,82	0,00
RESERVAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**-30.827.106,95**	**0,00**	**-18.578.836,95**	**0,00**	**-19.478.487,82**	**0,00**
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES, emitido em 16/dez/2025 as 11h e 21m.						
DOUTOR ULYSSES 16 de dezembro de 2025						

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR	***ELIAS ANDERSON STRAUBE***
Prefeito Municipal	Contador

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:8E43A999

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LDO - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES								
Estado do Paraná								
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS								
ANEXO DE METAS FISCAIS								
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR								
2026								
Consolidado								
AMF – Demonstrativo 2 (LRF, art.4o, § 2o, inciso I)								R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	**Metas Previstas 2024 (a)**	**% PIB**	**% RCL**	**Metas Realizadas 2024 (b)**	**% PIB**	**% RCL**	**Variação**	
							Valor (c) = (b - a)	**% (c/a) x 100**
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	28.397.419,95	3.939,435	100,00	39.682.822,72	5.505,004	139,74	11.285.402,77	39,74
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	28.397.419,95	3.939,435	100,00	38.824.929,50	5.385,993	136,72	10.427.509,55	36,72
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	28.016.160,30	3.886,545	98,66	40.301.121,50	5.590,778	141,92	12.284.961,20	43,85
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	27.556.055,30	3.822,717	97,04	39.823.863,14	5.524,570	140,24	12.267.807,84	44,52
Receita Total (COM FONTES RPPS)	1.843.769,95	255,777	6,49	2.603.311,08	361,145	9,17	0,00	0,00
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,000	0,00	2.396.452,57	332,448	8,44	2.396.452,57	0,00
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,000	0,00	2.396.452,57	332,448	8,44	2.396.452,57	0,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	841.364,65	116,718	2,96	-998.933,64	-138,577	-3,52	-1.840.298,29	-218,73
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V)	841.364,65	116,718	2,963	-3.395.386,21	-471,025	-11,96	-4.236.750,86	-503,56

+ (III - IV)								
Dívida Pública Consolidada (DC)	9.225.501,57	1.279,809	32,49	9.167.452,55	0,000	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada Líquida (DCL)	-10.247.948,89	-1.421,648	-36,09	-624.660,60	0,000	0,00	0,00	0,00
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	-2.442.962,54	-338,900	-8,60	-2.442.962,54	-338,900	-8,60	0,00	0,00

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES, emitido em 16/dez/2025 as 11h e 20m.

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, no cálculo do Resultado Primário (SEM RPPS) - acima da linha, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS. Estas serão apresentadas de forma apartada, com impacto apenas no cálculo do Resultado Primário (COM RPPS) - acima da linha, para fins de transparência. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo do Resultado Nominal (SEM RPPS) - abaixo da linha.

R$ 1,00

Parâmetros	**Valor Previsto 2024**	**Valor Realizado 2024**
PIB Nominal	**720.850,00**	**720.850,00**
Receita Corrente Líquida - RCL	**44.286,60**	**35.583.359,31**

DOUTOR ULYSSES 16 de dezembro de 2025

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR	***ELIAS ANDERSON STRAUBE***
Prefeito Municipal	Contador

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:4812441F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LDO - DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES
Estado do Paraná
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2026
Consolidado

ARF (LRF, art 4o, § 3o) — R$ 1,00

Identificação dos Riscos	**Valor**	**Providência**	**Valor**
Passivos Contingentes			
Dívida em Processo de Recolhimento	350.000,00	Suplementações	350.000,00
Frustação de Arrecadação	500.000,00	Limitação de Empenho	500.000,00
SUB-TOTAL	**850.000,00**	**SUB-TOTAL**	**850.000,00**
Demais Riscos Fiscais Passivos			
Outros Riscos Fiscais	92.637,75	Reserva de Contingência	92.637,50
Outros Riscos Fiscais	92.637,50	Reserva de Contingência	92.637,50
Outros Riscos Fiscais	1.250.000,00	Suplementações	1.250.000,00
SUB-TOTAL	**1.435.275,25**	**SUB-TOTAL**	**1.435.275,00**
TOTAL	**2.285.275,25**	**TOTAL**	**2.285.275,00**

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES, emitido em 16/dez/2025 as

11h e 23m.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR	***ELIAS ANDERSON STRAUBE***
Prefeito Municipal	Contador

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:C1D3D06E

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LDO - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES
Estado do Paraná
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2026
Consolidado

AMF – Demonstrativo 7 (LRF, art.4o, § 2o, inciso V) — R$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR/ PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DA RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2026	2027	2028	
COSIP		COSIP	0,00	0,00	0,00	NÃO HÁ RENUNCIA
TAXAS	Outros Benefícios	TAXAS	0,00	0,00	0,00	NÃO HÁ RENUNCIA
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	Outros Benefícios	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	NÃO HÁ RENUNCIA
ISS	Outros Benefícios	ISS	0,00	0,00	0,00	NÃO HÁ RENUNCIA
ITBI	Outros Benefícios	ITBI	0,00	0,00	0,00	NÃO HÁ RENUNCIA
IPTU	Outros Benefícios	IPTU	0,00	0,00	0,00	NÃO HÁ RENUNCIA
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**	

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES, emitido em 16/dez/2025 as 11h e 23m.

Doutor Ulysses 16 de dezembro de 2025

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR	***ELIAS ANDERSON STRAUBE***
Prefeito Municipal	Contador

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:4C65433D

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LDO - IV - RESULTADO NOMINAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES						
Estado do Paraná						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS						
IV - RESULTADO NOMINAL						
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF						
2026						
Consolidado R$						
ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2023 b	2024 c	2025 d	2026 e	2027 f	2028 g
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	9.342.545,46	9.225.501,57	8.709.212,45	9.797.864,01	11.022.597,01	12.400.421,63
DEDUÇÕES (II)	16.938.572,04	19.473.450,46	21.234.370,13	23.883.505,18	26.863.472,43	30.215.607,34
Ativo Disponível	17.476.636,69	19.842.165,56	21.603.085,23	24.297.864,08	27.329.153,88	30.738.998,31
Haveres Financeiros	86.666,31	44.399,90	44.399,90	49.949,89	56.193,62	63.217,83
(-) Restos a Pagar Processados	624.730,96	413.115,00	413.115,00	464.308,79	521.875,07	586.608,80
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	-7.596.026,58	-10.247.948,89	-12.525.157,68	-14.085.641,17	-15.840.875,43	-17.815.185,71
RESULTADO NOMINAL	(b - a*)	(c-b)	(d-c)	(d - e)	(f - e)	(g - f)
	-426.697,02	-2.651.922,31	-2.277.208,79	-1.560.483,49	-1.755.234,25	-1.974.310,28
Notas						
-						
* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2022 (-R$ 7,169,329.56)						
DOUTOR ULYSSES 16 de dezembro de 2025						
ESEQUIEL BESTEL JUNIOR		***ELIAS ANDERSON STRAUBE***				
Prefeito Municipal		Contador				

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:CCBB41EB

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LDO - LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES				
Estado do Paraná				
Exercício: 2026				
LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO				
Órgão : 01 CAMARA MUNICIPAL				
Unidade : 001 CAMARA MUNICIPAL				
Função: 01 Legislativa				
Sub-Função: 031 Ação Legislativa				
Programa : 0001 Processo Legislativo				
Objetivo : Assegurar o funcionamento da Câmara de Vereadores, em consonância com os preceitos constitucionais e com as normas estabelecidas na Lei Orgânica, oferecendo plenas condições aos vereadores no exercício de suas funções.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Assegurar o funcionamento da Câmara de Vereadores, em consonância com os preceitos constitucionais e com as normas estabelecidas na Lei Orgânica, oferecendo plenas condições aos vereadores no exercício de suas funções.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2001	Outras Unidades e Medidas		1	2.260.318,29
Descrição: Manutenção das Atividades Legislativas				
Produto : Outros Produtos				
Órgão : 02 GABINETE DO PREFEITO				
Unidade : 001 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO				
Função: 04 Administração				
Sub-Função: 122 Administração Geral				
Programa : 0001 APOIO ADMINISTRATIVO				
Objetivo : APOIO ADMINISTRATIVO				
Gerente :				
Público Alvo :				
Justificativa :				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2002	Outras Unidades e Medidas		1	763.778,61
Descrição: Manutenção da Assessoria do Gabinete				
Produto : Apoio Administrativo				
Órgão : 03 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO				
Unidade : 001 ASSESSORIA JURÍDICA				
Função: 02 Judiciária				
Sub-Função: 092 Representação Judicial e Extrajudicial				
Programa : 0001 APOIO ADMINISTRATIVO				
Objetivo : APOIO ADMINISTRATIVO				
Gerente :				
Público Alvo :				
Justificativa :				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	

APOIO ADMINISTRATIVO	Percentual	100	100,00	
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2003	Outras Unidades e Medidas		1	810.312,09
Descrição: Manutenção da Assessoria Jurídica				
Produto : Apoio Administrativo				
Órgão : 04 CONTROLADORIA GERAL				
Unidade : 001 CONTROLADORIA GERAL				
Função: 04 Administração				
Sub-Função: 124 Controle Externo				
Programa : 0001 APOIO ADMINISTRATIVO				
Objetivo : APOIO ADMINISTRATIVO				
Gerente :				
Público Alvo :				
Justificativa :				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
APOIO ADMINISTRATIVO	Percentual	100	100,00	
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2004	Outras Unidades e Medidas		1	180.750,00
Descrição: Manutenção da Controladoria Geral				
Produto : Apoio Administrativo				
Órgão : 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				
Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS				
Função: 04 Administração				
Sub-Função: 128 Formação de Recursos Humanos				
Programa : 0001 APOIO ADMINISTRATIVO				
Objetivo : APOIO ADMINISTRATIVO				
Gerente :				
Público Alvo :				
Justificativa :				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
APOIO ADMINISTRATIVO	Percentual	100	100,00	
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2005	Pessoas		1	169.000,00
Descrição: Manutenção do Departamento de Recursos Humanos				
Produto : Servidores Atendidos				
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2077	Outras Unidades e Medidas		1	120.000,00
Descrição: Indenizações e Restituições Trabalhistas				
Produto : Apoio Administrativo				
Órgão : 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				
Unidade : 002 DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO				
Função: 04 Administração				
Sub-Função: 122 Administração Geral				
Programa : 0001 APOIO ADMINISTRATIVO				
Objetivo : APOIO ADMINISTRATIVO				
Gerente :				
Público Alvo :				
Justificativa :				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
APOIO ADMINISTRATIVO	Percentual	100	100,00	
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2006	Outras Unidades e Medidas		1	299.565,96
Descrição: Manutenção do Departamento de Compras e Licitações				
Produto : Apoio Administrativo				
Órgão : 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				
Unidade : 003 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO				
Função: 04 Administração				
Sub-Função: 122 Administração Geral				
Programa : 0001 APOIO ADMINISTRATIVO				
Objetivo : APOIO ADMINISTRATIVO				
Gerente :				
Público Alvo :				
Justificativa :				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
APOIO ADMINISTRATIVO	Percentual	100	100,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2007	Outras Unidades e Medidas		1	2.359.356,28
Descrição: Manutenção do Departamento de Administração				
Produto : Apoio Administrativo				
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2087	Pessoas		1	20.000,00
Descrição: Valorização do Servidor Público Municipal - capacitação nas áreas específicas				
Produto : Servidores Atendidos				
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2082	Outras Unidades e Medidas		1	1.627.685,28
Descrição: Aporte para cobertura do Déficit Atuarial do RPPS				
Produto : Apoio Administrativo				
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2104	Unidade		0	1.000,00
Descrição: Aquisição de 04 (quatro) - CONVÊNIO 393/2025 - SECID				
Produto : Veículos				

Órgão : 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
Função: 04 Administração
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0001 APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo : APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
APOIO ADMINISTRATIVO	Percentual	100	100,00	
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2008	Outras Unidades e Medidas		1	364.000,00

Descrição: Manutenção do Departamento de Contabilidade
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Unidade : 002 DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO
Função: 04 Administração
Sub-Função: 129 Administração de Receitas
Programa : 0001 APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo : APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
APOIO ADMINISTRATIVO	Percentual	100	100,00	
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2009	Outras Unidades e Medidas		1	222.667,95

Descrição: Manutenção do Departamento de Tributação
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Unidade : 003 DEPARTAMENTO DE TESOURARIA
Função: 04 Administração
Sub-Função: 123 Administração Financeira
Programa : 0001 APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo : APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
APOIO ADMINISTRATIVO	Percentual	100	100,00	
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2010	Outras Unidades e Medidas		1	233.350,00

Descrição: Manutenção do Departamento de Tesouraria e Finanças
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Unidade : 003 DEPARTAMENTO DE TESOURARIA
Função: 28 Encargos Especiais
Sub-Função: 843 Serviço da Dívida Interna
Programa : 0000 ENCARGOS ESPECIAIS
Objetivo : ENCARGOS ESPECIAIS
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
APOIO ADMINISTRATIVO	Percentual	100	100,00	
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2065	Outras Unidades e Medidas		1	680.000,00

Descrição: Encargos e Amortização da Dívida Pública
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade : 001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função: 10 Saúde
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0013 DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL
Objetivo : Manutençao e desenvolvimento das atividades de competência da Secretaria Municipal de Saúde.
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
TAXA DE ATENDIMENTO A POPULAÇÃO	Percentual	100	100,00	
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2039	Outras Unidades e Medidas		1	2.414.527,33

Descrição: Manutenção de Desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde
Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid.Medida	Tipo	Meta	2026
2041	Outras Unidades e Medidas		1	4.500,00

Descrição: Estruturar e Manter Conselho Municipal de Saúde
Produto : Apoio Administrativo

Órgão : 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade : 001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função: 10 Saúde
Sub-Função: 301 Atenção Básica
Programa : 0013 DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL
Objetivo : Manutençao e desenvolvimento das atividades de competência da Secretaria Municipal de Saúde.
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
TAXA DE ATENDIMENTO A POPULAÇÃO	Percentual	100	100,00	
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2040	Outras Unidades e Medidas		1	3.512.782,22

Descrição: Manutenção da Atenção Básica de Saúde
Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid.Medida	Tipo	Meta	2026
2042	Outras Unidades e Medidas		1	582.912,00

Descrição: Manutenção das Atividades do Programa Agente Comunitário de Saúde - ACS
Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid.Medida	Tipo	Meta	2026
2044	Outras Unidades e Medidas		1	793.800,00

Descrição: Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Equipe de Saúde Bucal
Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid.Medida	Tipo	Meta	2026
2045	Outras Unidades e Medidas		1	310.000,00

Descrição: Manutenção da Assistência Farmacêutica
Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid.Medida	Tipo	Meta	2026
2067	Unidade		1	57.600,20

Descrição: Manutenção do Serviço Movel de Urgência e Emergência - SAMU
Produto : Veículos

Ação	Unid.Medida	Tipo	Meta	2026
2083	Pessoas		0	85.500,00

Descrição: Programa Mais Médicos.
Produto : Servidores Atendidos
Órgão : 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade : 001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função: 10 Saúde
Sub-Função: 304 Vigilância Sanitária
Programa : 0013 DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL
Objetivo : Manutençao e desenvolvimento das atividades de competência da Secretaria Municipal de Saúde.
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
TAXA DE ATENDIMENTO A POPULAÇÃO	Percentual	100	100,00	
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2046	Pessoas		1	40.500,00

Descrição: Manutenção da Vigiância Sanitária
Produto : Pacientes Atendidos
Órgão : 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade : 001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função: 10 Saúde
Sub-Função: 305 Vigilância Epidemiológica
Programa : 0013 DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL
Objetivo : Manutençao e desenvolvimento das atividades de competência da Secretaria Municipal de Saúde.
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2096	Pessoas		1	145.000,00

Descrição: Manutenção da Vigilância Epidemiológica
Produto : Contribuintes Atendidos
Órgão : 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade : 001 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 08 Assistência Social
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0012 SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Objetivo : Administrar os recursos recebidos na sua total utilização para o atendimento as crianças, adolescentes e idosos.
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
FAMÍLIAS ATENDIDAS NO CRAS	Unidade	800	800,00	
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2035	Outras Unidades e Medidas		1	1.592.942,51

Descrição: Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social
Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid.Medida	Tipo	Meta	2026
2072	Outras Unidades e Medidas		0	1.000,00

Descrição: Assistência ao Portador de Deficiência

Produto : Outros Produtos

Ação	Unid.Medida	Tipo	Meta	2026
2073	Outras Unidades e Medidas		0	55.000,00

Descrição: Proteção Especial Social

Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid.Medida	Tipo	Meta	2026
2089	Outras Unidades e Medidas		0	12.500,00

Descrição: CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social

Produto : Outros Produtos

Ação	Unid.Medida	Tipo	Meta	2026
2074	Outras Unidades e Medidas		0	6.000,00

Descrição: Manutenção do Programa IGD - Bolsa Família

Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid.Medida	Tipo	Meta	2026
2075	Outras Unidades e Medidas		0	1.500,00

Descrição: Manutenção do Programa IGD SUAS

Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid.Medida	Tipo	Meta	2026
2099	Metro Quadrado		0	100,00

Descrição: Construção de Creches - CEDCA/PR

Produto : Creche Construída/Ampliada ou Reformada

Órgão : 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade : 002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 08 Assistência Social

Sub-Função: 245 Serviços Socioassistenciais

Programa : 0009 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Objetivo : A Proteção Social Básica tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026

Ação	Unid.Medida	Tipo	Meta	2026
2036	Outras Unidades e Medidas		2	1.500,00

Descrição: Manutenção de Benefícios Eventuais

Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid.Medida	Tipo	Meta	2026
2038	Outras Unidades e Medidas		0	7.000,00

Descrição: Manutenção do Programa Nossa Gente Paraná - CRAS

Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid.Medida	Tipo	Meta	2026
2037	Outras Unidades e Medidas		0	372.000,00

Descrição: Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS

Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid.Medida	Tipo	Meta	2026
2079	Outras Unidades e Medidas		0	100,00

Descrição: Construção do espaço físico para o CRAS

Produto : Outros Produtos

Órgão : 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade : 003 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLES

Função: 08 Assistência Social

Sub-Função: 243 Assistência à Criança a ao Adolescente

Programa : 0009 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Objetivo : A Proteção Social Básica tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
FAMÍLIAS ATENDIDAS NO CRAS	Unidade	800	800,00

Ação	Unid.Medida	Tipo	Meta	2026
6002	Pessoas		1	11.800,00

Descrição: Manutenção do Fundo Municipal do Direito da Criança e do Adolescente

Produto : Adolescentes Atendidos

Ação	Unid.Medida	Tipo	Meta	2026
6003	Pessoas		1	225.000,00

Descrição: Manutenção do Conselho Tutelar

Produto : Adolescentes Atendidos

Ação	Unid.Medida	Tipo	Meta	2026
6006	Pessoas		1	2.001,00

Descrição: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA

Produto : Adolescentes Atendidos

Ação	Unid.Medida	Tipo	Meta	2026
6007	Pessoas		0	1.000,00

Descrição: Programa Incentivo Estadual voltado a Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes – FIA Estadual

Produto : Crianças Atendidas

Órgão : 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade : 004 FUNDO MUNCIPAL AO IDOSO

Função: 08 Assistência Social

Sub-Função: 241 Assistência à Pessoa Idosa				
Programa : 0009 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA				
Objetivo : A Proteção Social Básica tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).				
Gerente :				
Público Alvo :				
Justificativa :				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
TAXA DE ATENDIMENTO AO IDOSO	Percentual	100	100,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2076	Pessoas		1	1.500,00
Descrição: Assitencia à Pessoa Idosa				
Produto : Idosos Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2088	Pessoas		1	1.500,00
Descrição: Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI				
Produto : Idosos Atendidos				
Órgão : 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS				
Função: 12 Educação				
Sub-Função: 306 Alimentação e Nutrição				
Programa : 0005 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR				
Objetivo : QUALIFICAR E AMPLIAR A INFRAESTRUTURA PARA ATENDIMENTO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL. REFORMULAÇÃO DO PROCESSO DE CAMPO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, DANDO PRIORIDADE AO PRODUTOR DO MUNICIPIO.				
Gerente :				
Público Alvo :				
Justificativa :				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2025	Pessoas		1	228.458,15
Descrição: Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Fundamental				
Produto : Alunos Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2024	Pessoas		1	139.458,15
Descrição: Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Infantil - Creche				
Produto : Crianças Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1058	Pessoas		0	145.000,00
Descrição: Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Infantil - Pré Escola				
Produto : Alunos Atendidos				
Órgão : 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS				
Função: 12 Educação				
Sub-Função: 361 Ensino Fundamental				
Programa : 0004 EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL				
Objetivo : AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO ESTE PROGRAMA TEM POR FINALIDADE QUALIFICAR E AMPLIAR A INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O ATENDIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL.				
Gerente :				
Público Alvo :				
Justificativa :				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
TAXA DE FREQUENCIA ESCOLAR	Percentual	95	95,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1007	Outras Unidades e Medidas		1	5.000,00
Descrição: Aquisição de Equipamentos de informática – Ensino Fundamental				
Produto : Outros Produtos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1008	Metros Quadrados		1	170.000,00
Descrição: Construção, Reforma e Ampliação das Escolas – Ensino Fundamental				
Produto : Escola Construída/Ampliada ou Reformada				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2017	Pessoas		1	2.066.600,00
Descrição: Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 70%				
Produto : Alunos Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2018	Pessoas		1	88.615,00
Descrição: Manutenção do Ensino Fundamental				
Produto : Alunos Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2019	Pessoas		1	20.000,00
Descrição: Capacitação de Professores do Ensino Fundamental				
Produto : Alunos Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2020	Metros Quadrados		1	20.000,00
Descrição: Manutenção Predial das Escolas - Ensino Fundamental				
Produto : Escola Construída/Ampliada ou Reformada				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2021	Pessoas		1	44.600,00
Descrição: Aquisição de Uniforme e Material Didático - Ensino Fundamental				
Produto : Alunos Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2062	Outras Unidades e Medidas		1	879.235,32

Descrição: Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 30%

Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2063	Outras Unidades e Medidas		1	120.500,00

Descrição: Implantação da Educação Integral

Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1052	Pessoas		0	20.000,00

Descrição: Mala Viajante

Produto : Alunos Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1059	Pessoas		0	1.269.000,00

Descrição: Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 70% - Profissionais do Campo

Produto : Alunos Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1060	Pessoas		0	663.164,68

Descrição: Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 30% - Profissionais do Campo

Produto : Alunos Atendidos

Órgão : 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS

Função: 12 Educação

Sub-Função: 361 Ensino Fundamental

Programa : 0006 TRANSPORTE ESCOLAR

Objetivo : QUALIFICAR E AMPLIAR A INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O ATENDIMENTO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
TAXA DE EVASÃO ESCOLAR	Percentual	98	98,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2026	Pessoas		1	2.050.691,10

Descrição: Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental

Produto : Alunos Atendidos

Órgão : 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS

Função: 12 Educação

Sub-Função: 361 Ensino Fundamental

Programa : 0024 APOIO A AGRICULTURA

Objetivo :

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1053	Pessoas		1	36.000,00

Descrição: Transporte de Alunos do Ensino Técnico e Superior

Produto : Alunos Atendidos

Órgão : 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS

Função: 12 Educação

Sub-Função: 365 Educação Infantil

Programa : 0003 EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS - EDUCAÇÃO INFANTIL

Objetivo : QUALIFICAR E AMPLIAR A INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O ATENDIMENTO DA EDCAÇÃO INFANTIL (CRECHE E PRÉ-ESCOLA) CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS, NO ATENDIMENTO JÁ EXISTENTE, BEM COMO AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE VAGAS NO MUNICIPIO COM A AMPLIAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO.

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
TAXA DE ALFABESTISMO	Percentual	90	90,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2016	Outras Unidades e Medidas		1	15.000,00

Descrição: Aquisição de Material Didático - Educação Infantil

Produto : Outros Produtos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2085	Pessoas		0	325.000,00

Descrição: Manutenção da Educação Infantil - Pré-Escola

Produto : Alunos Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2086	Pessoas		0	354.100,00

Descrição: Manutenção da Educação Infantil - creche

Produto : Alunos Atendidos

Órgão : 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS

Função: 12 Educação

Sub-Função: 366 Educação de Jovens e Adultos

Programa : 0004 EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL

Objetivo : AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO ESTE PROGRAMA TEM POR FINALIDADE QUALIFICAR E AMPLIAR A INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O ATENDIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL.

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
TAXA DE EVASÃO ESCOLAR	Percentual	98	98,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2023	Pessoas		0	1.000,00
Descrição: Manutenção da Educação de Jovens e Adultos				
Produto : Adolescentes Atendidos				
Órgão : 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS				
Função: 12 Educação				
Sub-Função: 367 Educação Especial				
Programa : 0004 EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL				
Objetivo : AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO ESTE PROGRAMA TEM POR FINALIDADE QUALIFICAR E AMPLIAR A INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O ATENDIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL.				
Gerente :				
Público Alvo :				
Justificativa :				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
TAXA DE EVASÃO ESCOLAR	Percentual	98	98,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1009	Metros Quadrados		0	1.000,00
Descrição: Aparelhar as Escolas com Móveis e Equipamentos Adaptados aos Alunos com Deficiência				
Produto : Creche Construída/Ampliada ou Reformada				
Órgão : 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS				
Função: 12 Educação				
Sub-Função: 367 Educação Especial				
Programa : 0006 TRANSPORTE ESCOLAR				
Objetivo : QUALIFICAR E AMPLIAR A INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O ATENDIMENTO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO				
Gerente :				
Público Alvo :				
Justificativa :				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
TAXA DE EVASÃO ESCOLAR	Percentual	98	98,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2027	Unidade		1	1.000,00
Descrição: Manutenção e Aquisição de Veículo para Transporte Escolar - Educação Especial				
Produto : Veículos				
Órgão : 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Unidade : 002 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR				
Função: 12 Educação				
Sub-Função: 365 Educação Infantil				
Programa : 0006 TRANSPORTE ESCOLAR				
Objetivo : QUALIFICAR E AMPLIAR A INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O ATENDIMENTO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO				
Gerente :				
Público Alvo :				
Justificativa :				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
TAXA DE EVASÃO ESCOLAR	Percentual	98	98,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2028	Pessoas		0	5.000,00
Descrição: Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Infantil				
Produto : Alunos Atendidos				
Órgão : 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Unidade : 003 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO				
Função: 12 Educação				
Sub-Função: 122 Administração Geral				
Programa : 0002 EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS - APOIO ADMINISTRATIVO				
Objetivo : ESTE PROGRAMA TEM POR FINALIDADE OFERECER CONDIÇÕES ESTRUTURAIS E DE PESSOAL Á SECRETARIA MUNICIPAL COM FOCO NA QUALIDADE DE ATENDIMENTO ADMINISTRATIVO E PEDAGOGICO DA REDE.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : FINALIDADE OFERECER CONDIÇÕES ESTRUTURAIS E DE PESSOAL Á SECRETARIA MUNICIPAL COM FOCO NA QUALIDADE DE ATENDIMENTO ADMINISTRATIVO E PEDAGOGICO DA REDE.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
APOIO ADMINISTRATIVO	Percentual	100	100,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2013	Outras Unidades e Medidas		1	368.865,77
Descrição: Manutenção da Secretária Municipal de Educação				
Produto : Apoio Administrativo				
Órgão : 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS				
Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO E OBRAS				
Função: 15 Urbanismo				
Sub-Função: 452 Serviços Urbanos				
Programa : 0014 DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA				
Objetivo : Ofertar à população melhores estradas vicinais e rurais em condições de tráfego para a população, Conservação dos Bens Públicos.				
Gerente :				
Público Alvo :				
Justificativa :				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2047	Outras Unidades e Medidas		1	571.661,05
Descrição: Manutenção da Secretaria Municipal de Obras				
Produto : Apoio Administrativo				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2084	Outras Unidades e Medidas		1	1.000,00
Descrição: Iluminação da Vila de Acesso ao Bairro Cerrado (PR092)				
Produto : Outros Produtos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1047			0	150.000,00
Descrição: Asfalto novo Vida Nova - Convênio Nº 438/2023.				
Produto :				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2105	Unidade		0	1.000,00
Descrição: CONVÊNIO AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO - SECID - 24.126.583-8				
Produto : Veículos				
Órgão : 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS				
Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO E OBRAS				
Função: 15 Urbanismo				
Sub-Função: 452 Serviços Urbanos				
Programa : 0023 CIDADÃO ULYSSENSSE INDO E VINDO				
Objetivo :				
Gerente :				
Público Alvo :				
Justificativa :				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1057	Unidade		6	15.000,00
Descrição: Manutenção Preventiva e Corretiva da Infraestrutura Pública				
Produto : Unidades Produzidas/Adquiridas				
Órgão : 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS				
Unidade : 002 Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo				
Função: 16 Habitação				
Sub-Função: 482 Habitação Urbana				
Programa : 0026 ESPORTE "SAÚDE E LAZER"				
Objetivo :				
Gerente :				
Público Alvo :				
Justificativa :				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2110	Outras Unidades e Medidas		25	1.000,00
Descrição: Construção de Melhoria de 25 Unidades Habitacionais de Interesse Social (Sub 50)				
Produto : Unidade Habitacional Construída / Reformada				
Órgão : 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES				
Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E CONTROLE DA FROTA M				
Função: 26 Transporte				
Sub-Função: 782 Transporte Rodoviário				
Programa : 0015 FROTA CONSERVADA E RENOVADA				
Objetivo : Manter os veículos em condições de uso e buscar recursos para a renovação da frota municipal.				
Gerente :				
Público Alvo :				
Justificativa :				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2048	Outras Unidades e Medidas		1	737.000,00
Descrição: Manutenção da Secretaria Municipal de Transportes				
Produto : Apoio Administrativo				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2049	Outras Unidades e Medidas		1	848.440,43
Descrição: Manutenção do Departamento da Frota Municipal				
Produto : Apoio Administrativo				
Órgão : 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES				
Unidade : 002 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS E				
Função: 26 Transporte				
Sub-Função: 782 Transporte Rodoviário				
Programa : 0016 CIDADÃO ULYSSENSSE INDO E VINDO				
Objetivo : Manter as estradas vicinais e rurais em plena condições de uso, viabilizando a locomoção dos municípes e a entrada e saíde de produtos produzidos e consumidos na região do Município de Doutor Ulysses.				
Gerente :				
Público Alvo :				
Justificativa :				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
APOIO ADMINISTRATIVO	Percentual	100	100,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2050	Outras Unidades e Medidas		1	1.239.884,70
Descrição: Manutenção do Departamento de Estradas Rurais e Vicinais				

Produto : Apoio Administrativo				
Órgão : 12 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA				
Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA A AGRICULTURA				
Função: 20 Agricultura				
Sub-Função: 606 Extensão Rural				
Programa : 0017 APOIO A AGRICULTURA				
Objetivo : Promover o crescimento da agricultura e pecuária do município e incentivar a diversificação agropecuária; oferecer aos produtores rurais possibilidade de empregar novas técnicas para desenvolvimento de suas atividades.				
Gerente :				
Público Alvo :				
Justificativa :				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
APOIO ADMINISTRATIVO	Percentual	100	100,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2051	Outras Unidades e Medidas		1	370.000,00
Descrição: Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura				
Produto : Apoio Administrativo				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2052	Outras Unidades e Medidas		1	962.465,01
Descrição: Manutenção do Departamento de Agricultura				
Produto : Apoio Administrativo				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1041	Outras Unidades e Medidas		1	68.000,00
Descrição: Armazém da Família				
Produto : Outros Produtos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2094	Unidade		0	1.000,00
Descrição: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS" – CONVÊNIO 947416/2023				
Produto : Tratores				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2098	Unidade		0	1.000,00
Descrição: Aquisição de Maquinas e Equipamentos - 005563/2024				
Produto : Tratores				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2103	Outras Unidades e Medidas		0	500,00
Descrição: Aquisição de Equipamentos- Convênio 348/2025 - SEAB				
Produto : Outros Produtos				
Órgão : 12 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA				
Unidade : 002 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA A PECUÁRIA				
Função: 20 Agricultura				
Sub-Função: 606 Extensão Rural				
Programa : 0017 APOIO A AGRICULTURA				
Objetivo : Promover o crescimento da agricultura e pecuária do município e incentivar a diversificação agropecuária; oferecer aos produtores rurais possibilidade de empregar novas técnicas para desenvolvimento de suas atividades.				
Gerente :				
Público Alvo :				
Justificativa :				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		

Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2053	Outras Unidades e Medidas		1	10.000,00
Descrição: Manutenção do Departamento de Pecuária				
Produto : Apoio Administrativo				
Órgão : 12 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA				
Unidade : 002 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA A PECUÁRIA				
Função: 20 Agricultura				
Sub-Função: 606 Extensão Rural				
Programa : 0021 INFRAESTRUTURA URBANA EM DESENVOLVIMENTO				
Objetivo :				
Gerente :				
Público Alvo :				
Justificativa :				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1055	Pessoas		0	50.000,00
Descrição: Porteira Dentro				
Produto : Pessoas Atendidas				
Órgão : 13 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO				
Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO				
Função: 15 Urbanismo				
Sub-Função: 122 Administração Geral				
Programa : 0014 DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA				
Objetivo : Ofertar à população melhores estradas vicinais e rurais em condições de tráfego para a população, Conservação dos Bens Públicos.				
Gerente :				
Público Alvo :				
Justificativa :				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		

Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
APOIO ADMINISTRATIVO	Percentual	100	100,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2054	Outras Unidades e Medidas		1	58.505,80
Descrição: Manutenção do Deparatamento de Planejamento Urbano				
Produto : Outros Produtos				
Órgão : 13 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO				
Unidade : 002 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS				
Função: 15 Urbanismo				
Sub-Função: 452 Serviços Urbanos				
Programa : 0014 DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA				
Objetivo : Ofertar à população melhores estradas vicinais e rurais em condições de tráfego para a população, Conservação dos Bens Públicos.				
Gerente :				
Público Alvo :				
Justificativa :				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2055	Outras Unidades e Medidas		1	837.388,83
Descrição: Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos				
Produto : Apoio Administrativo				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2064	Outras Unidades e Medidas		1	186.609,64
Descrição: Manutenção com Iluminação Pública				
Produto : Apoio Administrativo				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1043	Unidade		0	120.000,00
Descrição: Construção da Praça do Bairro do Cerrado				
Produto : Caminhões				
Órgão : 14 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE				
Unidade : 001 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE				
Função: 18 Gestão Ambiental				
Sub-Função: 541 Preservação e Conservação Ambiental				
Programa : 0007 EDUCAÇÃO AMBIENTAL				
Objetivo : DESPERTAR NA POPULAÇÃO VALORES E IDEIAS DE PRESERVAÇÃO, SENSIBILIZANDO SOBRE O USO SUSTENTAVEL DOS RECURSOSO NATURAIS E ESTIMULAR A MUDANÇA, PRATICAS, ESTIMULANDO A FORMAÇÃO DE NOVOS HÁBITOS COM RELAÇÃO À UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS.				
Gerente :				
Público Alvo :				
Justificativa :				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1013	Outras Unidades e Medidas		0	5.000,00
Descrição: Aquisição de Equipamento para Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos				
Produto : Outros Produtos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2029	Pessoas		0	20.000,00
Descrição: Manutenção da Educação Ambiental				
Produto : Alunos Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2030	Outras Unidades e Medidas		1	95.000,00
Descrição: Manutenção do Cemitério Municipal				
Produto : Outros Produtos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2033	Outras Unidades e Medidas		0	30.000,00
Descrição: Conservação e Recuperação de Matas Ciliares e Manutenção do Sistema de Drenagem Pluvial				
Produto : Outros Produtos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2056	Outras Unidades e Medidas		1	435.456,57
Descrição: Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente				
Produto : Apoio Administrativo				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1032	Outras Unidades e Medidas		1	15.000,00
Descrição: Promoção da Educação Ambiental no município				
Produto : Outros Produtos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1033	Outras Unidades e Medidas		1	10.000,00
Descrição: Preservação de áreas de matas nativas e/ou mananciais				
Produto : Outros Produtos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1034	Outras Unidades e Medidas		1	10.000,00
Descrição: Programas voltados para a arborização das ruas e espaços públicos				
Produto : Outros Produtos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2093	Outras Unidades e Medidas		0	35.000,00
Descrição: PROGRAMA "ITAIPU MAIS QUE ENERGIA"				
Produto : Outros Produtos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1049			0	10.000,00
Descrição: Manejo de Resíduos Sólidos				
Produto :				

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2106	Outras Unidades e Medidas		30.000	30.000,00

Descrição: CastraPet Paraná
Produto : Outros Produtos
Órgão : 15 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E RECREAÇÃO
Unidade : 001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E RECREAÇÃO
Função: 27 Desporto e Lazer
Sub-Função: 812 Desporto Comunitário
Programa : 0018 ESPORTE "SAÚDE E LAZER"
Objetivo : Oferecer a sociedade atividades esportivas e recreações melhorando a qualidade de vida e lazer.
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2057	Outras Unidades e Medidas		1	339.800,00

Descrição: Desenvolver Atividades Esportivas e Recreativas
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 16 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
Unidade : 001 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
Função: 13 Cultura
Sub-Função: 392 Difusão Cultural
Programa : 0019 APRIMORAMENTO DA CULTURA E TURISMO
Objetivo : Proporciornar o conhecimento cultural e territorial do Município de Doutor Ulysses a todas as pessoas incentivando a valorização das cultura ulyssense e seu território.
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2058	Outras Unidades e Medidas		1	217.174,32

Descrição: Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1051	Pessoas		0	44.000,00

Descrição: "Implantação e Funcionamento da Casa da Cultura"
Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2100	Unidade		0	500,00

Descrição: Aquisição de 01(um) veículo hatch - Convênio nº 1030/25
Produto : Veículos
Órgão : 16 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
Unidade : 001 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
Função: 13 Cultura
Sub-Função: 392 Difusão Cultural
Programa : 0022 FROTA CONSERVADA E RENOVADA
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1056	Ano		1	114.012,46

Descrição: Promoção e Realização de Atividades Culturais e Festivas
Produto : Outros Produtos
Órgão : 17 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Unidade : 001 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Função: 04 Administração
Sub-Função: 121 Planejamento e Orçamento
Programa : 0001 APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo : APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2059	Outras Unidades e Medidas		1	131.000,00

Descrição: Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento
Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2060	Outras Unidades e Medidas		0	38.002,00

Descrição: Manutenção do Departamento de Projetos
Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026

2061	Outras Unidades e Medidas		0	15.000,00
Descrição: Manutenção do Departamento de Apoio Técnico Administrativo				
Produto : Apoio Administrativo				
Órgão : 18 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Unidade : 001 SERVIÇOS AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAM				
Função: 17 Saneamento				
Sub-Função: 512 Saneamento Básico Urbano				
Programa : 0028 ÁGUA É VIDA				
Objetivo : ÁGUA É VIDA				
Gerente : PATRICK DE SOUZA ZELINSKI CPF: ***.156.019-**				
Público Alvo : Contribuinte				
Justificativa : ÁGUA É VIDA				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
APOIO ADMINISTRATIVO	Percentual	100	100,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1100	Outras Unidades e Medidas		1	3.000,00
Descrição: Ampliação da rede de Distribuição de Água				
Produto : Outros Produtos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2100	Outras Unidades e Medidas		1	534.617,47
Descrição: Manutenção dos Serviços de Abastecimento de Água				
Produto : Apoio Administrativo				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2101	Outras Unidades e Medidas		1	2.000,00
Descrição: Amortização do Reparcelamento da Dívida				
Produto : Apoio Administrativo				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2102	Outras Unidades e Medidas		0	3.000,00
Descrição: Amplicação de Rede Coletora de Esgoto				
Produto : Outros Produtos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2103	Outras Unidades e Medidas		0	119.000,00
Descrição: Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná				
Produto : Outros Produtos				
Órgão : 19 CONSELHO ADMINISTRATIVO DO REGIME PREVIDENCIÁRIO				
Unidade : 001 CONSELHO ADMINISTRATIVO DO REGIME PREVIDENCIÁRIO				
Função: 09 Previdência Social				
Sub-Função: 272 Previdência do Regime Estatutário				
Programa : 0029 MANUTENÇÃO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL				
Objetivo : MANUTENÇÃO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL				
Gerente :				
Público Alvo : Servidor				
Justificativa : MANUTENÇÃO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
APOIO ADMINISTRATIVO	Percentual	100	100,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2201	Outras Unidades e Medidas		1	3.151.947,14
Descrição: Manutenção do Regime de Previdência Social				
Produto : Outros Produtos				
Órgão : 99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA				
Unidade : 999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA				
Função: 99 Reserva de Contingência				
Sub-Função: 999 Reserva de Contingência geral				
Programa : 9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA				
Objetivo : RESERVA DE CONTINGÊNCIA				
Gerente :				
Público Alvo :				
Justificativa :				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
9999	Outras Unidades e Medidas		1	190.329,93
Descrição: Reserva de Contingência				
Produto : Outros Produtos				
Total Geral :				**41.217.933,24**
Comentários				
-				
ESEQUIEL BESTEL JUNIOR		***ELIAS ANDERSON STRAUBE***		
Prefeito Municipal		Contador		

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:98D627F9

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES

Estado do Paraná

Exercício: 2026

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Órgão : 01 CAMARA MUNICIPAL

Unidade : 001 CAMARA MUNICIPAL

Função: 01 Legislativa

Sub-Função: 031 Ação Legislativa

Programa : 0001 Processo Legislativo

Objetivo : Assegurar o funcionamento da Câmara de Vereadores, em consonância com os preceitos constitucionais e com as normas estabelecidas na Lei Orgânica, oferecendo plenas condições aos vereadores no exercício de suas funções.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Assegurar o funcionamento da Câmara de Vereadores, em consonância com os preceitos constitucionais e com as normas estabelecidas na Lei Orgânica, oferecendo plenas condições aos vereadores no exercício de suas funções.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2001	Outras Unidades e Medidas		1	2.260.318,29

Descrição: Manutenção das Atividades Legislativas

Produto : Outros Produtos

Órgão : 02 GABINETE DO PREFEITO

Unidade : 001 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Função: 04 Administração

Sub-Função: 122 Administração Geral

Programa : 0001 APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo : APOIO ADMINISTRATIVO

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2002	Outras Unidades e Medidas		1	763.778,61

Descrição: Manutenção da Assessoria do Gabinete

Produto : Apoio Administrativo

Órgão : 03 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Unidade : 001 ASSESSORIA JURÍDICA

Função: 02 Judiciária

Sub-Função: 092 Representação Judicial e Extrajudicial

Programa : 0001 APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo : APOIO ADMINISTRATIVO

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**
APOIO ADMINISTRATIVO		Percentual	100	100,00
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2003	Outras Unidades e Medidas		1	810.312,09

Descrição: Manutenção da Assessoria Jurídica

Produto : Apoio Administrativo

Órgão : 04 CONTROLADORIA GERAL

Unidade : 001 CONTROLADORIA GERAL

Função: 04 Administração

Sub-Função: 124 Controle Externo

Programa : 0001 APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo : APOIO ADMINISTRATIVO

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**
APOIO ADMINISTRATIVO		Percentual	100	100,00
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2004	Outras Unidades e Medidas		1	180.750,00

Descrição: Manutenção da Controladoria Geral

Produto : Apoio Administrativo

Órgão : 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Função: 04 Administração

Sub-Função: 128 Formação de Recursos Humanos

Programa : 0001 APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo : APOIO ADMINISTRATIVO

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**
APOIO ADMINISTRATIVO		Percentual	100	100,00
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2005	Pessoas		1	169.000,00

Descrição: Manutenção do Departamento de Recursos Humanos

Produto : Servidores Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026

2077	Outras Unidades e Medidas			1	120.000,00
Descrição: Indenizações e Restituições Trabalhistas					
Produto : Apoio Administrativo					
Órgão : 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO					
Unidade : 002 DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO					
Função: 04 Administração					
Sub-Função: 122 Administração Geral					
Programa : 0001 APOIO ADMINISTRATIVO					
Objetivo : APOIO ADMINISTRATIVO					
Gerente :					
Público Alvo :					
Justificativa :					
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**			
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
APOIO ADMINISTRATIVO		Percentual	100	100,00	
Ação Unid. Medida			**Tipo**	**Meta**	**2026**
2006	Outras Unidades e Medidas			1	299.565,96
Descrição: Manutenção do Departamento de Compras e Licitações					
Produto : Apoio Administrativo					
Órgão : 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO					
Unidade : 003 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO					
Função: 04 Administração					
Sub-Função: 122 Administração Geral					
Programa : 0001 APOIO ADMINISTRATIVO					
Objetivo : APOIO ADMINISTRATIVO					
Gerente :					
Público Alvo :					
Justificativa :					
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**			
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
APOIO ADMINISTRATIVO		Percentual	100	100,00	
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
2007	Outras Unidades e Medidas			1	2.359.356,28
Descrição: Manutenção do Departamento de Administração					
Produto : Apoio Administrativo					
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
2087	Pessoas			1	20.000,00
Descrição: Valorização do Servidor Público Municipal - capacitação nas áreas específicas					
Produto : Servidores Atendidos					
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
2082	Outras Unidades e Medidas			1	1.627.685,28
Descrição: Aporte para cobertura do Déficit Atuarial do RPPS					
Produto : Apoio Administrativo					
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
2104	Unidade			0	1.000,00
Descrição: Aquisição de 04 (quatro) - CONVÊNIO 393/2025 - SECID					
Produto : Veículos					
Órgão : 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					
Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE					
Função: 04 Administração					
Sub-Função: 122 Administração Geral					
Programa : 0001 APOIO ADMINISTRATIVO					
Objetivo : APOIO ADMINISTRATIVO					
Gerente :					
Público Alvo :					
Justificativa :					
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**			
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
APOIO ADMINISTRATIVO		Percentual	100	100,00	
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
2008	Outras Unidades e Medidas			1	364.000,00
Descrição: Manutenção do Departamento de Contabilidade					
Produto : Apoio Administrativo					
Órgão : 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					
Unidade : 002 DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO					
Função: 04 Administração					
Sub-Função: 129 Administração de Receitas					
Programa : 0001 APOIO ADMINISTRATIVO					
Objetivo : APOIO ADMINISTRATIVO					
Gerente :					
Público Alvo :					
Justificativa :					
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**			
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
APOIO ADMINISTRATIVO		Percentual	100	100,00	
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
2009	Outras Unidades e Medidas			1	222.667,95
Descrição: Manutenção do Departamento de Tributação					
Produto : Apoio Administrativo					
Órgão : 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					
Unidade : 003 DEPARTAMENTO DE TESOURARIA					
Função: 04 Administração					
Sub-Função: 123 Administração Financeira					
Programa : 0001 APOIO ADMINISTRATIVO					
Objetivo : APOIO ADMINISTRATIVO					

Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
APOIO ADMINISTRATIVO	Percentual	100	100,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2010	Outras Unidades e Medidas		1	233.350,00

Descrição: Manutenção do Departamento de Tesouraria e Finanças
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Unidade : 003 DEPARTAMENTO DE TESOURARIA
Função: 28 Encargos Especiais
Sub-Função: 843 Serviço da Dívida Interna
Programa : 0000 ENCARGOS ESPECIAIS
Objetivo : ENCARGOS ESPECIAIS
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
APOIO ADMINISTRATIVO	Percentual	100	100,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2065	Outras Unidades e Medidas		1	680.000,00

Descrição: Encargos e Amortização da Dívida Pública
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade : 001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função: 10 Saúde
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0013 DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL
Objetivo : Manutençao e desenvolvimento das atividades de competência da Secretaria Municipal de Saúde.
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
TAXA DE ATENDIMENTO A POPULAÇÃO	Percentual	100	100,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2039	Outras Unidades e Medidas		1	2.414.527,33

Descrição: Manutenção de Desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde
Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2041	Outras Unidades e Medidas		1	4.500,00

Descrição: Estruturar e Manter Conselho Municipal de Saúde
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade : 001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função: 10 Saúde
Sub-Função: 301 Atenção Básica
Programa : 0013 DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL
Objetivo : Manutençao e desenvolvimento das atividades de competência da Secretaria Municipal de Saúde.
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
TAXA DE ATENDIMENTO A POPULAÇÃO	Percentual	100	100,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2040	Outras Unidades e Medidas		1	3.512.782,22

Descrição: Manutenção da Atenção Básica de Saúde
Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2042	Outras Unidades e Medidas		1	582.912,00

Descrição: Manutenção das Atividades do Programa Agente Comunitário de Saúde - ACS
Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2044	Outras Unidades e Medidas		1	793.800,00

Descrição: Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Equipe de Saúde Bucal
Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2045	Outras Unidades e Medidas		1	310.000,00

Descrição: Manutenção da Assistência Farmacêutica
Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2067	Unidade		1	57.600,20

Descrição: Manutenção do Serviço Movel de Urgência e Emergência - SAMU
Produto : Veículos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2083	Pessoas		0	85.500,00

Descrição: Programa Mais Médicos.
Produto : Servidores Atendidos
Órgão : 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade : 001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função: 10 Saúde

Sub-Função: 304 Vigilância Sanitária
Programa : 0013 DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL
Objetivo : Manutençao e desenvolvimento das atividades de competência da Secretaria Municipal de Saúde.
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
TAXA DE ATENDIMENTO A POPULAÇÃO	Percentual	100	100,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2046	Pessoas		1	40.500,00

Descrição: Manutenção da Vigiância Sanitária
Produto : Pacientes Atendidos
Órgão : 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade : 001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função: 10 Saúde
Sub-Função: 305 Vigilância Epidemiológica
Programa : 0013 DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL
Objetivo : Manutençao e desenvolvimento das atividades de competência da Secretaria Municipal de Saúde.
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2096	Pessoas		1	145.000,00

Descrição: Manutenção da Vigilância Epidemiológica
Produto : Contribuintes Atendidos
Órgão : 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade : 001 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 08 Assistência Social
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0012 SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Objetivo : Administrar os recursos recebidos na sua total utilização para o atendimento as crianças, adolescentes e idosos.
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
FAMÍLIAS ATENDIDAS NO CRAS	Unidade	800	800,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2035	Outras Unidades e Medidas		1	1.592.942,51

Descrição: Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social
Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2072	Outras Unidades e Medidas		0	1.000,00

Descrição: Assistência ao Portador de Deficiência
Produto : Outros Produtos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2073	Outras Unidades e Medidas		0	55.000,00

Descrição: Proteção Especial Social
Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2089	Outras Unidades e Medidas		0	12.500,00

Descrição: CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social
Produto : Outros Produtos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2074	Outras Unidades e Medidas		0	6.000,00

Descrição: Manutenção do Programa IGD - Bolsa Família
Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2075	Outras Unidades e Medidas		0	1.500,00

Descrição: Manutenção do Programa IGD SUAS
Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2099	Metro Quadrado		0	100,00

Descrição: Construção de Creches - CEDCA/PR
Produto : Creche Construída/Ampliada ou Reformada
Órgão : 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade : 002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 08 Assistência Social
Sub-Função: 245 Serviços Socioassistenciais
Programa : 0009 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
Objetivo : A Proteção Social Básica tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.
Destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2036	Outras Unidades e Medidas		2	1.500,00

Descrição: Manutenção de Benefícios Eventuais

Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2038	Outras Unidades e Medidas		0	7.000,00

Descrição: Manutenção do Programa Nossa Gente Paraná - CRAS

Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2037	Outras Unidades e Medidas		0	372.000,00

Descrição: Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS

Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2079	Outras Unidades e Medidas		0	100,00

Descrição: Construção do espaço físico para o CRAS

Produto : Outros Produtos

Órgão : 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade : 003 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLES

Função: 08 Assistência Social

Sub-Função: 243 Assistência à Criança a ao Adolescente

Programa : 0009 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Objetivo : A Proteção Social Básica tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
FAMÍLIAS ATENDIDAS NO CRAS	Unidade	800	800,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
6002	Pessoas		1	11.800,00

Descrição: Manutenção do Fundo Municipal do Direito da Criança e do Adolescente

Produto : Adolescentes Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
6003	Pessoas		1	225.000,00

Descrição: Manutenção do Conselho Tutelar

Produto : Adolescentes Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
6006	Pessoas		1	2.001,00

Descrição: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA

Produto : Adolescentes Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
6007	Pessoas		0	1.000,00

Descrição: Programa Incentivo Estadual voltado a Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes – FIA Estadual

Produto : Crianças Atendidas

Órgão : 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade : 004 FUNDO MUNCIPAL AO IDOSO

Função: 08 Assistência Social

Sub-Função: 241 Assistência à Pessoa Idosa

Programa : 0009 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Objetivo : A Proteção Social Básica tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
TAXA DE ATENDIMENTO AO IDOSO	Percentual	100	100,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2076	Pessoas		1	1.500,00

Descrição: Assitencia à Pessoa Idosa

Produto : Idosos Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2088	Pessoas		1	1.500,00

Descrição: Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI

Produto : Idosos Atendidos

Órgão : 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS

Função: 12 Educação

Sub-Função: 306 Alimentação e Nutrição

Programa : 0005 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Objetivo : QUALIFICAR E AMPLIAR A INFRAESTRUTURA PARA ATENDIMENTO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL. REFORMULAÇÃO DO PROCESSO DE CAMPO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, DANDO PRIORIDADE AO PRODUTOR DO MUNICIPIO.

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2025	Pessoas		1	228.458,15

Descrição: Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Fundamental

Produto : Alunos Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2024	Pessoas		1	139.458,15

Descrição: Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Infantil - Creche

Produto : Crianças Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1058	Pessoas		0	145.000,00

Descrição: Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Infantil - Pré Escola

Produto : Alunos Atendidos

Órgão : 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS

Função: 12 Educação

Sub-Função: 361 Ensino Fundamental

Programa : 0004 EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL

Objetivo : AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO ESTE PROGRAMA TEM POR FINALIDADE QUALIFICAR E AMPLIAR A INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O ATENDIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL.

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
TAXA DE FREQUENCIA ESCOLAR	Percentual	95	95,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1007	Outras Unidades e Medidas		1	5.000,00

Descrição: Aquisição de Equipamentos de informática – Ensino Fundamental

Produto : Outros Produtos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1008	Metros Quadrados		1	170.000,00

Descrição: Construção, Reforma e Ampliação das Escolas – Ensino Fundamental

Produto : Escola Construída/Ampliada ou Reformada

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2017	Pessoas		1	2.066.600,00

Descrição: Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 70%

Produto : Alunos Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2018	Pessoas		1	88.615,00

Descrição: Manutenção do Ensino Fundamental

Produto : Alunos Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2019	Pessoas		1	20.000,00

Descrição: Capacitação de Professores do Ensino Fundamental

Produto : Alunos Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2020	Metros Quadrados		1	20.000,00

Descrição: Manutenção Predial das Escolas - Ensino Fundamental

Produto : Escola Construída/Ampliada ou Reformada

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2021	Pessoas		1	44.600,00

Descrição: Aquisição de Uniforme e Material Didático - Ensino Fundamental

Produto : Alunos Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2062	Outras Unidades e Medidas		1	879.235,32

Descrição: Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 30%

Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2063	Outras Unidades e Medidas		1	120.500,00

Descrição: Implantação da Educação Integral

Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1052	Pessoas		0	20.000,00

Descrição: Mala Viajante

Produto : Alunos Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1059	Pessoas		0	1.269.000,00

Descrição: Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 70% - Profissionais do Campo

Produto : Alunos Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1060	Pessoas		0	663.164,68

Descrição: Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 30% - Profissionais do Campo

Produto : Alunos Atendidos

Órgão : 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS

Função: 12 Educação

Sub-Função: 361 Ensino Fundamental

Programa : 0006 TRANSPORTE ESCOLAR

Objetivo : QUALIFICAR E AMPLIAR A INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O ATENDIMENTO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
TAXA DE EVASÃO ESCOLAR	Percentual	98	98,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2026	Pessoas		1	2.050.691,10

Descrição: Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental

Produto : Alunos Atendidos

Órgão : 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS

Função: 12 Educação

Sub-Função: 361 Ensino Fundamental

Programa : 0024 APOIO A AGRICULTURA

Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1053	Pessoas		1	36.000,00

Descrição: Transporte de Alunos do Ensino Técnico e Superior
Produto : Alunos Atendidos
Órgão : 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS
Função: 12 Educação
Sub-Função: 365 Educação Infantil
Programa : 0003 EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS - EDUCAÇÃO INFANTIL
Objetivo : QUALIFICAR E AMPLIAR A INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O ATENDIMENTO DA EDCAÇÃO INFANTIL (CRECHE E PRÉ-ESCOLA) CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS, NO ATENDIMENTO JÁ EXISTENTE, BEM COMO AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE VAGAS NO MUNICIPIO COM A AMPLIAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO.
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
TAXA DE ALFABESTISMO	Percentual	90	90,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2016	Outras Unidades e Medidas		1	15.000,00

Descrição: Aquisição de Material Didático - Educação Infantil
Produto : Outros Produtos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2085	Pessoas		0	325.000,00

Descrição: Manutenção da Educação Infantil - Pré-Escola
Produto : Alunos Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2086	Pessoas		0	354.100,00

Descrição: Manutenção da Educação Infantil - creche
Produto : Alunos Atendidos
Órgão : 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS
Função: 12 Educação
Sub-Função: 366 Educação de Jovens e Adultos
Programa : 0004 EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL
Objetivo : AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO ESTE PROGRAMA TEM POR FINALIDADE QUALIFICAR E AMPLIAR A INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O ATENDIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL.
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
TAXA DE EVASÃO ESCOLAR	Percentual	98	98,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2023	Pessoas		0	1.000,00

Descrição: Manutenção da Educação de Jovens e Adultos
Produto : Adolescentes Atendidos
Órgão : 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS
Função: 12 Educação
Sub-Função: 367 Educação Especial
Programa : 0004 EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL
Objetivo : AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO ESTE PROGRAMA TEM POR FINALIDADE QUALIFICAR E AMPLIAR A INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O ATENDIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL.
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
TAXA DE EVASÃO ESCOLAR	Percentual	98	98,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1009	Metros Quadrados		0	1.000,00

Descrição: Aparelhar as Escolas com Móveis e Equipamentos Adaptados aos Alunos com Deficiência
Produto : Creche Construída/Ampliada ou Reformada
Órgão : 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS
Função: 12 Educação
Sub-Função: 367 Educação Especial
Programa : 0006 TRANSPORTE ESCOLAR
Objetivo : QUALIFICAR E AMPLIAR A INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O ATENDIMENTO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
TAXA DE EVASÃO ESCOLAR	Percentual	98	98,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2027	Unidade		1	1.000,00

Descrição: Manutenção e Aquisição de Veículo para Transporte Escolar - Educação Especial
Produto : Veículos
Órgão : 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade : 002 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
Função: 12 Educação
Sub-Função: 365 Educação Infantil
Programa : 0006 TRANSPORTE ESCOLAR
Objetivo : QUALIFICAR E AMPLIAR A INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O ATENDIMENTO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**
TAXA DE EVASÃO ESCOLAR		Percentual	98	98,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2028	Pessoas		0	5.000,00

Descrição: Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Infantil
Produto : Alunos Atendidos
Órgão : 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade : 003 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função: 12 Educação
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0002 EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo : ESTE PROGRAMA TEM POR FINALIDADE OFERECER CONDIÇÕES ESTRUTURAIS E DE PESSOAL Á SECRETARIA MUNICIPAL COM FOCO NA QUALIDADE DE ATENDIMENTO ADMINISTRATIVO E PEDAGOGICO DA REDE.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : FINALIDADE OFERECER CONDIÇÕES ESTRUTURAIS E DE PESSOAL Á SECRETARIA MUNICIPAL COM FOCO NA QUALIDADE DE ATENDIMENTO ADMINISTRATIVO E PEDAGOGICO DA REDE.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**
APOIO ADMINISTRATIVO		Percentual	100	100,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2013	Outras Unidades e Medidas		1	368.865,77

Descrição: Manutenção da Secretária Municipal de Educação
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO E OBRAS
Função: 15 Urbanismo
Sub-Função: 452 Serviços Urbanos
Programa : 0014 DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA
Objetivo : Ofertar à população melhores estradas vicinais e rurais em condições de tráfego para a população, Conservação dos Bens Públicos.
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2047	Outras Unidades e Medidas		1	571.661,05

Descrição: Manutenção da Secretaria Municipal de Obras
Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2084	Outras Unidades e Medidas		1	1.000,00

Descrição: Iluminação da Vila de Acesso ao Bairro Cerrado (PR092)
Produto : Outros Produtos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1047			0	150.000,00

Descrição: Asfalto novo Vida Nova - Convênio Nº 438/2023.
Produto :

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2105	Unidade		0	1.000,00

Descrição: CONVÊNIO AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO - SECID - 24.126.583-8
Produto : Veículos
Órgão : 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO E OBRAS
Função: 15 Urbanismo
Sub-Função: 452 Serviços Urbanos
Programa : 0023 CIDADÃO ULYSSENSSE INDO E VINDO
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1057	Unidade		6	15.000,00

Descrição: Manutenção Preventiva e Corretiva da Infraestrutura Pública
Produto : Unidades Produzidas/Adquiridas
Órgão : 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Unidade : 002 Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo
Função: 16 Habitação
Sub-Função: 482 Habitação Urbana
Programa : 0026 ESPORTE "SAÚDE E LAZER"
Objetivo :

Gerente :				
Público Alvo :				
Justificativa :				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2110	Outras Unidades e Medidas		25	1.000,00
Descrição: Construção de Melhoria de 25 Unidades Habitacionais de Interesse Social (Sub 50)				
Produto : Unidade Habitacional Construída / Reformada				
Órgão : 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES				
Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E CONTROLE DA FROTA M				
Função: 26 Transporte				
Sub-Função: 782 Transporte Rodoviário				
Programa : 0015 FROTA CONSERVADA E RENOVADA				
Objetivo : Manter os veículos em condições de uso e buscar recursos para a renovação da frota municipal.				
Gerente :				
Público Alvo :				
Justificativa :				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2048	Outras Unidades e Medidas		1	737.000,00
Descrição: Manutenção da Secretaria Municipal de Transportes				
Produto : Apoio Administrativo				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2049	Outras Unidades e Medidas		1	848.440,43
Descrição: Manutenção do Departamento da Frota Municipal				
Produto : Apoio Administrativo				
Órgão : 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES				
Unidade : 002 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS E				
Função: 26 Transporte				
Sub-Função: 782 Transporte Rodoviário				
Programa : 0016 CIDADÃO ULYSSENSSE INDO E VINDO				
Objetivo : Manter as estradas vicinais e rurais em plena condições de uso, viabilizando a locomoção dos municípes e a entrada e saíde de produtos produzidos e consumidos na região do Município de Doutor Ulysses.				
Gerente :				
Público Alvo :				
Justificativa :				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**
APOIO ADMINISTRATIVO		Percentual	100	100,00
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2050	Outras Unidades e Medidas		1	1.239.884,70
Descrição: Manutenção do Departamento de Estradas Rurais e Vicinais				
Produto : Apoio Administrativo				
Órgão : 12 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA				
Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA A AGRICULTURA				
Função: 20 Agricultura				
Sub-Função: 606 Extensão Rural				
Programa : 0017 APOIO A AGRICULTURA				
Objetivo : Promover o crescimento da agricultura e pecuária do município e incentivar a diversificação agropecuária; oferecer aos produtores rurais possibilidade de empregar novas técnicas para desenvolvimento de suas atividades.				
Gerente :				
Público Alvo :				
Justificativa :				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**
APOIO ADMINISTRATIVO		Percentual	100	100,00
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2051	Outras Unidades e Medidas		1	370.000,00
Descrição: Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura				
Produto : Apoio Administrativo				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2052	Outras Unidades e Medidas		1	962.465,01
Descrição: Manutenção do Departamento de Agricultura				
Produto : Apoio Administrativo				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1041	Outras Unidades e Medidas		1	68.000,00
Descrição: Armazém da Família				
Produto : Outros Produtos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2094	Unidade		0	1.000,00
Descrição: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS" – CONVÊNIO 947416/2023				
Produto : Tratores				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2098	Unidade		0	1.000,00
Descrição: Aquisição de Maquinas e Equipamentos - 005563/2024				
Produto : Tratores				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2103	Outras Unidades e Medidas		0	500,00
Descrição: Aquisição de Equipamentos- Convênio 348/2025 - SEAB				
Produto : Outros Produtos				
Órgão : 12 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA				
Unidade : 002 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA A PECUÁRIA				
Função: 20 Agricultura				

Sub-Função: 606 Extensão Rural		
Programa : 0017 APOIO A AGRICULTURA		
Objetivo : Promover o crescimento da agricultura e pecuária do município e incentivar a diversificação agropecuária; oferecer aos produtores rurais possibilidade de empregar novas técnicas para desenvolvimento de suas atividades.		
Gerente :		
Público Alvo :		
Justificativa :		
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**

Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
2053	Outras Unidades e Medidas			1	10.000,00
Descrição: Manutenção do Departamento de Pecuária					
Produto : Apoio Administrativo					
Órgão : 12 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA					
Unidade : 002 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA A PECUÁRIA					
Função: 20 Agricultura					
Sub-Função: 606 Extensão Rural					
Programa : 0021 INFRAESTRUTURA URBANA EM DESENVOLVIMENTO					
Objetivo :					
Gerente :					
Público Alvo :					
Justificativa :					
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**			
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
1055	Pessoas			0	50.000,00
Descrição: Porteira Dentro					
Produto : Pessoas Atendidas					
Órgão : 13 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO					
Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO					
Função: 15 Urbanismo					
Sub-Função: 122 Administração Geral					
Programa : 0014 DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA					
Objetivo : Ofertar à população melhores estradas vicinais e rurais em condições de tráfego para a população, Conservação dos Bens Públicos.					
Gerente :					
Público Alvo :					
Justificativa :					
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**			
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
APOIO ADMINISTRATIVO		Percentual	100	100,00	
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
2054	Outras Unidades e Medidas			1	58.505,80
Descrição: Manutenção do Deparatamento de Planejamento Urbano					
Produto : Outros Produtos					
Órgão : 13 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO					
Unidade : 002 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS					
Função: 15 Urbanismo					
Sub-Função: 452 Serviços Urbanos					
Programa : 0014 DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA					
Objetivo : Ofertar à população melhores estradas vicinais e rurais em condições de tráfego para a população, Conservação dos Bens Públicos.					
Gerente :					
Público Alvo :					
Justificativa :					
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**			
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
2055	Outras Unidades e Medidas			1	837.388,83
Descrição: Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos					
Produto : Apoio Administrativo					
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
2064	Outras Unidades e Medidas			1	186.609,64
Descrição: Manutenção com Iluminação Pública					
Produto : Apoio Administrativo					
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
1043	Unidade			0	120.000,00
Descrição: Construção da Praça do Bairro do Cerrado					
Produto : Caminhões					
Órgão : 14 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE					
Unidade : 001 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE					
Função: 18 Gestão Ambiental					
Sub-Função: 541 Preservação e Conservação Ambiental					
Programa : 0007 EDUCAÇÃO AMBIENTAL					
Objetivo : DESPERTAR NA POPULAÇÃO VALORES E IDEIAS DE PRESERVAÇÃO, SENSIBILIZANDO SOBRE O USO SUSTENTAVEL DOS RECURSOSO NATURAIS E ESTIMULAR A MUDANÇA, PRATICAS, ESTIMULANDO A FORMAÇÃO DE NOVOS HÁBITOS COM RELAÇÃO À UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS.					
Gerente :					
Público Alvo :					
Justificativa :					
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**			
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**

1013	Outras Unidades e Medidas		0	5.000,00
Descrição: Aquisição de Equipamento para Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos				
Produto : Outros Produtos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2029	Pessoas		0	20.000,00
Descrição: Manutenção da Educação Ambiental				
Produto : Alunos Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2030	Outras Unidades e Medidas		1	95.000,00
Descrição: Manutenção do Cemitério Municipal				
Produto : Outros Produtos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2033	Outras Unidades e Medidas		0	30.000,00
Descrição: Conservação e Recuperação de Matas Ciliares e Manutenção do Sistema de Drenagem Pluvial				
Produto : Outros Produtos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2056	Outras Unidades e Medidas		1	435.456,57
Descrição: Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente				
Produto : Apoio Administrativo				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1032	Outras Unidades e Medidas		1	15.000,00
Descrição: Promoção da Educação Ambiental no município				
Produto : Outros Produtos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1033	Outras Unidades e Medidas		1	10.000,00
Descrição: Preservação de áreas de matas nativas e/ou mananciais				
Produto : Outros Produtos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1034	Outras Unidades e Medidas		1	10.000,00
Descrição: Programas voltados para a arborização das ruas e espaços públicos				
Produto : Outros Produtos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2093	Outras Unidades e Medidas		0	35.000,00
Descrição: PROGRAMA "ITAIPU MAIS QUE ENERGIA"				
Produto : Outros Produtos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1049			0	10.000,00
Descrição: Manejo de Resíduos Sólidos				
Produto :				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2106	Outras Unidades e Medidas		30.000	30.000,00
Descrição: CastraPet Paraná				
Produto : Outros Produtos				
Órgão : 15 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E RECREAÇÃO				
Unidade : 001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E RECREAÇÃO				
Função: 27 Desporto e Lazer				
Sub-Função: 812 Desporto Comunitário				
Programa : 0018 ESPORTE "SAÚDE E LAZER"				
Objetivo : Oferecer a sociedade atividades esportivas e recreações melhorando a qualidade de vida e lazer.				
Gerente :				
Público Alvo :				
Justificativa :				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2057	Outras Unidades e Medidas		1	339.800,00
Descrição: Desenvolver Atividades Esportivas e Recreativas				
Produto : Apoio Administrativo				
Órgão : 16 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO				
Unidade : 001 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO				
Função: 13 Cultura				
Sub-Função: 392 Difusão Cultural				
Programa : 0019 APRIMORAMENTO DA CULTURA E TURISMO				
Objetivo : Proporciornar o conhecimento cultural e territorial do Município de Doutor Ulysses a todas as pessoas incentivando a valorização das cultura ulyssense e seu território.				
Gerente :				
Público Alvo :				
Justificativa :				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2058	Outras Unidades e Medidas		1	217.174,32
Descrição: Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo				
Produto : Apoio Administrativo				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1051	Pessoas		0	44.000,00
Descrição: "Implantação e Funcionamento da Casa da Cultura"				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2100	Unidade		0	500,00
Descrição: Aquisição de 01(um) veículo hatch - Convênio nº 1030/25				
Produto : Veículos				
Órgão : 16 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO				
Unidade : 001 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO				
Função: 13 Cultura				
Sub-Função: 392 Difusão Cultural				
Programa : 0022 FROTA CONSERVADA E RENOVADA				
Objetivo :				

Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1056	Ano		1	114.012,46

Descrição: Promoção e Realização de Atividades Culturais e Festivas
Produto : Outros Produtos
Órgão : 17 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Unidade : 001 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Função: 04 Administração
Sub-Função: 121 Planejamento e Orçamento
Programa : 0001 APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo : APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2059	Outras Unidades e Medidas		1	131.000,00

Descrição: Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento
Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2060	Outras Unidades e Medidas		0	38.002,00

Descrição: Manutenção do Departamento de Projetos
Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2061	Outras Unidades e Medidas		0	15.000,00

Descrição: Manutenção do Departamento de Apoio Técnico Administrativo
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 18 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
Unidade : 001 SERVIÇOS AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAM
Função: 17 Saneamento
Sub-Função: 512 Saneamento Básico Urbano
Programa : 0028 ÁGUA É VIDA
Objetivo : ÁGUA É VIDA
Gerente : PATRICK DE SOUZA ZELINSKI CPF: ***.156.019-**
Público Alvo : Contribuinte
Justificativa : ÁGUA É VIDA

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
APOIO ADMINISTRATIVO	Percentual	100	100,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1100	Outras Unidades e Medidas		1	3.000,00

Descrição: Ampliação da rede de Distribuição de Água
Produto : Outros Produtos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2100	Outras Unidades e Medidas		1	534.617,47

Descrição: Manutenção dos Serviços de Abastecimento de Água
Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2101	Outras Unidades e Medidas		1	2.000,00

Descrição: Amortização do Reparcelamento da Dívida
Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2102	Outras Unidades e Medidas		0	3.000,00

Descrição: Amplicação de Rede Coletora de Esgoto
Produto : Outros Produtos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2103	Outras Unidades e Medidas		0	119.000,00

Descrição: Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná
Produto : Outros Produtos
Órgão : 19 CONSELHO ADMINISTRATIVO DO REGIME PREVIDENCIÁRIO
Unidade : 001 CONSELHO ADMINISTRATIVO DO REGIME PREVIDENCIÁRIO
Função: 09 Previdência Social
Sub-Função: 272 Previdência do Regime Estatutário
Programa : 0029 MANUTENÇÃO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
Objetivo : MANUTENÇÃO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
Gerente :
Público Alvo : Servidor
Justificativa : MANUTENÇÃO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
APOIO ADMINISTRATIVO	Percentual	100	100,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2201	Outras Unidades e Medidas		1	3.151.947,14

Descrição: Manutenção do Regime de Previdência Social
Produto : Outros Produtos
Órgão : 99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Unidade : 999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Função: 99 Reserva de Contingência

Sub-Função: 999 Reserva de Contingência geral					
Programa : 9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
Objetivo : RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
Gerente :					
Público Alvo :					
Justificativa :					
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**			
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
9999	Outras Unidades e Medidas			1	190.329,93
Descrição: Reserva de Contingência					
Produto : Outros Produtos					
Total Geral :					**41.217.933,24**
Comentários					
-					

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR	***ELIAS ANDERSON STRAUBE***
Prefeito Municipal	Contador

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:AE1C00CE

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LDO - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS						
II - DESPESAS						
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF						
2026						
Consolidado						R$
ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2023	2024	2025	2026	2027	2028
DESPESAS CORRENTES (I)	31.823.784,24	37.084.156,26	30.876.676,49	32.661.007,52	34.357.010,16	36.448.840,45
Pessoal e Encargos Sociais	19.175.686,52	21.717.010,48	18.650.526,21	19.576.446,68	20.672.570,97	22.218.253,66
Juros e Encargos da Dívida	45.132,57	37.933,64	123.261,00	130.656,66	138.496,06	146.805,82
Outras Despesas Correntes	12.602.965,15	15.329.212,14	12.102.889,28	12.953.904,18	13.545.943,13	14.083.780,96
DESPESAS DE CAPITAL (II	2.468.801,83	5.613.417,81	1.377.964,94	1.458.929,41	1.545.855,60	1.632.837,67
Investimentos	2.158.397,50	5.174.093,09	826.702,32	874.591,04	926.456,92	976.275,07
Inverções Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	310.404,33	439.324,72	551.262,62	584.338,38	619.398,68	656.562,60
RESERVA DE CONTINGENCIA (III	0,00	0,00	270.685,62	356.909,74	280.739,97	202.863,91
TOTAL(IV=(I+II+III)	**34.292.586,07**	**42.697.574,07**	**32.525.327,05**	**34.476.846,68**	**36.183.605,73**	**38.284.542,03**
Doutor Ulysses 16 de dezembro de 2025						
Comentários						
-						

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR	***ELIAS ANDERSON STRAUBE***
Prefeito Municipal	Contador

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:1AF6FF8F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LDO - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS I A - RECEITAS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS		
I a - RECEITAS		
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF		
2026		
Consolidado		
Receitas Correntes		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2023	38.729.186,46	
2024	41.544.429,26	107,27
2025	35.656.882,95	85,83
2026	42.907.538,01	120,33
2027	45.338.990,72	105,67
2028	48.048.225,52	105,98
Nota:		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2023	2.569.251,89	
2024	2.265.681,49	88,18
2025	1.787.703,07	78,90
2026	2.395.135,50	133,98
2027	2.538.843,63	106,00
2028	2.691.174,25	106,00

Contribuições		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2023	1.791.836,22	
2024	154.145,56	8,60
2025	150.217,89	97,45
2026	161.852,83	107,75
2027	171.564,00	106,00
2028	181.857,84	106,00
Nota:		
Receita Patrimonial		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2023	1.741.412,60	
2024	1.536.990,31	88,26
2025	0,00	0,00
2026	37.888,40	0,00
2027	40.161,70	106,00
2028	42.571,40	106,00
Nota:		
Aplicações Financeiras		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2023	1.741.412,60	
2024	1.536.990,31	88,26
2025	0,00	0,00
2026	37.888,40	0,00
2027	40.161,70	106,00
2028	42.571,40	106,00
Nota:		
Receita de Serviços		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2023	454.441,90	
2024	631.472,06	138,96
2025	398.873,85	63,17
2026	484.108,08	121,37
2027	370.155,00	76,46
2028	381.259,65	103,00
Nota:		
Transferências Correntes		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2023	31.922.324,00	
2024	36.641.968,92	114,78
2025	33.317.472,63	90,93
2026	39.823.255,91	119,53
2027	42.212.651,26	106,00
2028	44.745.410,34	106,00
Demais Receitas Correntes		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2023	249.919,85	
2024	314.170,92	125,71
2025	2.615,51	0,83
2026	5.297,29	202,53
2027	5.615,13	106,00
2028	5.952,04	106,00
Receitas Correntes Restantes		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2023	249.919,85	
2024	314.170,92	125,71
2025	2.615,51	0,83
2026	5.297,29	202,53
2027	5.615,13	106,00
2028	5.952,04	106,00
Receitas de Capital		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2023	1.317.483,09	
2024	4.099.463,41	311,16
2025	0,00	0,00
2026	100.000,00	0,00
2027	106.000,00	106,00
2028	112.360,00	106,00
Alienação de Bens		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2023	0,00	
2024	430.800,00	0,00
2025	0,00	0,00
2026	0,00	0,00
2027	0,00	0,00
2028	0,00	0,00
Transferências de Capital		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2023	1.317.483,09	
2024	3.668.663,41	278,46
2025	0,00	0,00
2026	100.000,00	0,00
2027	106.000,00	106,00
2028	112.360,00	106,00
Nota:		
Receitas Correntes - IntraOrçamentária		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2023	159.420,34	
2024	1.924.213,99	1.207,01

2025	1.928.952,12	100,25
2026	2.044.689,25	106,00
2027	2.167.370,60	106,00
2028	2.297.412,83	106,00
Contribuições		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2023	159.420,34	
2024	1.924.213,99	1.207,01
2025	1.928.952,12	100,25
2026	2.044.689,25	106,00
2027	2.167.370,60	106,00
2028	2.297.412,83	106,00
Deduções da Receita		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2023	-4.503.304,09	
2024	-5.281.972,86	0,00
2025	-5.060.508,02	0,00
2026	-5.964.548,71	0,00
2027	-6.322.421,63	0,00
2028	-6.701.766,93	0,00
Nota:		
Descontos Concedidos		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2023	-175,82	
2024	0,00	0,00
2025	-1.911,20	0,00
2026	-3.036,34	0,00
2027	-3.218,52	0,00
2028	-3.411,63	0,00
Dedução da Receita para a formação do FUNDEB		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2023	-4.501.596,78	
2024	-5.279.837,87	0,00
2025	-5.058.596,82	0,00
2026	-5.961.512,37	0,00
2027	-6.319.203,11	0,00
2028	-6.698.355,30	0,00
Nota:		
Outras Deduções		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2023	-1.531,49	
2024	-2.134,99	0,00
2025	0,00	0,00
2026	0,00	0,00
2027	0,00	0,00
2028	0,00	0,00
DOUTOR ULYSSES 16 de dezembro de 2025		
ESEQUIEL BESTEL JUNIOR	***ELIAS ANDERSON STRAUBE***	
Prefeito Municipal	Contador	

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:47C3984A

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LDO - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS III - RESULTADO PRIMÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES						
Estado do Paraná						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS						
III - RESULTADO PRIMÁRIO						
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF						
2026						R$
Consolidado						
ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2023	2024	2025	2026	2027	2028
RECEITAS CORRENTES (I)	38.729.186,46	41.544.429,26	35.656.882,95	42.907.538,01	45.338.990,72	48.048.225,52
Receita Tributária	2.569.251,89	2.265.681,49	1.787.703,07	2.395.135,50	2.538.843,63	2.691.174,25
Receita de Contribuições	1.791.836,22	154.145,56	150.217,89	161.852,83	171.564,00	181.857,84
Receita Patrimonial	1.741.412,60	1.536.990,31	0,00	37.888,40	40.161,70	42.571,40
Aplicações Financeiras (II)	1.741.412,60	1.536.990,31	0,00	37.888,40	40.161,70	42.571,40
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	454.441,90	631.472,06	398.873,85	484.108,08	370.155,00	381.259,65
Transferências Correntes	31.922.324,00	36.641.968,92	33.317.472,63	39.823.255,91	42.212.651,26	44.745.410,34
Demais Receitas Correntes	249.919,85	314.170,92	2.615,51	5.297,29	5.615,13	5.952,04
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	249.919,85	314.170,92	2.615,51	5.297,29	5.615,13	5.952,04
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	36.987.773,86	40.007.438,95	35.656.882,95	42.869.649,61	45.298.829,02	48.005.654,12
RECEITAS DE CAPITAL (V)	1.317.483,09	4.099.463,41	0,00	100.000,00	106.000,00	112.360,00
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de empréstimos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VIII)	0,00	430.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.317.483,09	3.668.663,41	0,00	100.000,00	106.000,00	112.360,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec. Fiscais de Capital (IX) = (V-VI-VII-VIII)	1.317.483,09	3.668.663,41	0,00	100.000,00	106.000,00	112.360,00

DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	-4.503.304,09	-5.281.972,86	-5.060.508,02	-5.964.548,71	-6.322.421,63	-6.701.766,93
Renúncia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descontos Concedidos	-175,82	0,00	-1.911,20	-3.036,34	-3.218,52	-3.411,63
Dedução da Receita para a formação do FUNDEB	-4.501.596,78	-5.279.837,87	-5.058.596,82	-5.961.512,37	-6.319.203,11	-6.698.355,30
Outras Deduções	-1.531,49	-2.134,99	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XI) = (IV + IX -X)	**33.801.952,86**	**38.394.129,50**	**30.596.374,93**	**37.005.100,90**	**39.082.407,39**	**41.416.247,19**
DESPESAS CORRENTES (XII)	31.823.784,24	37.084.156,26	30.876.676,49	32.661.007,52	34.357.010,16	36.448.840,45
Pessoal e Encargos Sociais	19.175.686,52	21.717.010,48	18.650.526,21	19.576.446,68	20.672.570,97	22.218.253,66
Juros e Encargos da Dívida (XIII)	45.132,57	37.933,64	123.261,00	130.656,66	138.496,06	146.805,82
Outras Despesas Correntes	12.602.965,15	15.329.212,14	12.102.889,28	12.953.904,18	13.545.943,13	14.083.780,96
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XIV) = (XII - XIII)	31.778.651,67	37.046.222,62	30.753.415,49	32.530.350,86	34.218.514,10	36.302.034,63
DESPESAS DE CAPITAL (XV)	2.468.801,83	5.613.417,81	1.377.964,94	1.458.929,41	1.545.855,60	1.632.837,67
Investimentos	2.158.397,50	5.174.093,09	826.702,32	874.591,04	926.456,92	976.275,07
Inverções Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XVI)	310.404,33	439.324,72	551.262,62	584.338,38	619.398,68	656.562,60
DESPESAS FISCAIS CAPITAL (XVII) = (XV - XVI)	2.158.397,50	5.174.093,09	826.702,32	874.591,04	926.456,92	976.275,07
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)	0,00	0,00	270.685,62	356.909,74	280.739,97	202.863,91
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (XIX) = (XIV + XVII + XVIII)	**33.937.049,17**	**42.220.315,71**	**31.850.803,43**	**33.761.851,64**	**35.425.710,99**	**37.481.173,61**
DESPESA TOTAL	**34.292.586,07**	**42.697.574,07**	**32.525.327,05**	**34.476.846,68**	**36.183.605,73**	**38.284.542,03**
RESULTADO PRIMÁRIO (XX) = (XI - XIX)	**-135.096,31**	**-3.826.186,21**	**-1.254.428,50**	**3.243.249,26**	**3.656.696,40**	**3.935.073,58**
RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (XX + II - XIII)	**1.561.183,72**	**-2.327.129,54**	**-1.377.689,50**	**3.150.481,00**	**3.558.362,04**	**3.830.839,16**
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES, emitido em 16/dez/2025 as 11h e 14m.						
ESEQUIEL BESTEL JUNIOR	***ELIAS ANDERSON STRAUBE***					
Prefeito Municipal	Contador					

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:2E433EAC

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LDO - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO VI - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES						
Estado do Paraná						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO VI - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL						
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF						
2026				R$		
Consolidado						
ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2023	2024	2025	2026	2027	2028
RECEITAS CORRENTES (I)	38.729.186,46	41.544.429,26	35.656.882,95	42.907.538,01	45.338.990,72	48.048.225,52
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.569.251,89	2.265.681,49	1.787.703,07	2.395.135,50	2.538.843,63	2.691.174,25
Receita de Contribuições	1.791.836,22	154.145,56	150.217,89	161.852,83	171.564,00	181.857,84
Receita Patrimonial	1.741.412,60	1.536.990,31	0,00	37.888,40	40.161,70	42.571,40
Aplicações Financeiras (II)	1.741.412,60	1.536.990,31	0,00	37.888,40	40.161,70	42.571,40
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	454.441,90	631.472,06	398.873,85	484.108,08	370.155,00	381.259,65
Transferências Correntes	31.922.324,00	36.641.968,92	33.317.472,63	39.823.255,91	42.212.651,26	44.745.410,34
Demais Receitas Correntes	249.919,85	314.170,92	2.615,51	5.297,29	5.615,13	5.952,04
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	249.919,85	314.170,92	2.615,51	5.297,29	5.615,13	5.952,04
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	36.987.773,86	40.007.438,95	35.656.882,95	42.869.649,61	45.298.829,02	48.005.654,12
RECEITAS DE CAPITAL (V)	1.317.483,09	4.099.463,41	0,00	100.000,00	106.000,00	112.360,00
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de empréstimos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VIII)	0,00	430.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.317.483,09	3.668.663,41	0,00	100.000,00	106.000,00	112.360,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias de Capital (IX) = (V-VI-VII-VIII)	1.317.483,09	3.668.663,41	0,00	100.000,00	106.000,00	112.360,00
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	-4.503.304,09	-5.281.972,86	-5.060.508,02	-5.964.548,71	-6.322.421,63	-6.701.766,93
Renúncia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descontos Concedidos	-175,82	0,00	-1.911,20	-3.036,34	-3.218,52	-3.411,63
Dedução da Receita para a formação do FUNDEB	-4.501.596,78	-5.279.837,87	-5.058.596,82	-5.961.512,37	-6.319.203,11	-6.698.355,30
Outras Deduções	-1.531,49	-2.134,99	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XI) = (IV + IX -X)	**33.801.952,86**	**38.394.129,50**	**30.596.374,93**	**37.005.100,90**	**39.082.407,39**	**41.416.247,19**
RECEITA TOTAL (I + V)	**35.543.365,46**	**40.361.919,81**	**30.596.374,93**	**37.042.989,30**	**39.122.569,09**	**41.458.818,59**
DESPESAS CORRENTES (XII)	31.823.784,24	37.084.156,26	30.876.676,49	32.661.007,52	34.357.010,16	36.448.840,45
Pessoal e Encargos Sociais	19.175.686,52	21.717.010,48	18.650.526,21	19.576.446,68	20.672.570,97	22.218.253,66
Juros e Encargos da Dívida (XIII)	45.132,57	37.933,64	123.261,00	130.656,66	138.496,06	146.805,82
Outras Despesas Correntes	12.602.965,15	15.329.212,14	12.102.889,28	12.953.904,18	13.545.943,13	14.083.780,96
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XIV) = (XII - XIII)	31.778.651,67	37.046.222,62	30.753.415,49	32.530.350,86	34.218.514,10	36.302.034,63
DESPESAS DE CAPITAL (XV)	2.468.801,83	5.613.417,81	1.377.964,94	1.458.929,41	1.545.855,60	1.632.837,67
Investimentos	2.158.397,50	5.174.093,09	826.702,32	874.591,04	926.456,92	976.275,07
Inverções Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XVI)	310.404,33	439.324,72	551.262,62	584.338,38	619.398,68	656.562,60
DESPESAS FISCAIS CAPITAL (XVII) = (XV - XVI)	2.158.397,50	5.174.093,09	826.702,32	874.591,04	926.456,92	976.275,07
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)	0,00	0,00	270.685,62	356.909,74	280.739,97	202.863,91
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XIX) = (XIV + XVII + XVIII)	**33.937.049,17**	**42.220.315,71**	**31.850.803,43**	**33.761.851,64**	**35.425.710,99**	**37.481.173,61**
DESPESA TOTAL	**34.292.586,07**	**42.697.574,07**	**32.525.327,05**	**34.476.846,68**	**36.183.605,73**	**38.284.542,03**
RESULTADO PRIMÁRIO (XX) = (XI - XIX)	**-135.096,31**	**-3.826.186,21**	**-1.254.428,50**	**3.243.249,26**	**3.656.696,40**	**3.935.073,58**

RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (XX + II - XIII)	**1.561.183,72**	**-2.327.129,54**	**-1.377.689,50**	**3.150.481,00**	**3.558.362,04**	**3.830.839,16**
Dívida Consolidada	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2023	2024	2025	2026	2027	2028
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	9.342.545,46	9.225.501,57	8.709.212,45	9.797.864,01	11.022.597,01	12.400.421,63
DEDUÇÕES (II)	16.938.572,04	19.473.450,46	21.234.370,13	23.883.505,18	26.863.472,43	30.215.607,34
Ativo Disponível	17.476.636,69	19.842.165,56	21.603.085,23	24.297.864,08	27.329.153,88	30.738.998,31
Haveres Financeiros	86.666,31	44.399,90	44.399,90	49.949,89	56.193,62	63.217,83
(-) Restos a Pagar Processados	624.730,96	413.115,00	413.115,00	464.308,79	521.875,07	586.608,80
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	-7.596.026,58	-10.247.948,89	-12.525.157,68	-14.085.641,17	-15.840.875,43	-17.815.185,71
RESULTADO NOMINAL	-426.697,02	-2.651.922,31	-2.277.208,79	-1.560.483,49	-1.755.234,25	-1.974.310,28
* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2022 (-R$ 7,169,329.56)						
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES, emitido em 16/dez/2025 as 11h e 16m.						
ESEQUIEL BESTEL JUNIOR		***ELIAS ANDERSON STRAUBE***				
Prefeito Municipal		Contador				

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:7CA4CE42

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LDO - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES			
Estado do Paraná			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
ANEXO DE METAS FISCAIS			
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
2026			
Consolidado			
AMF – Demonstrativo 5 (LRF, art.4o, § 2o, inciso III)			R$ 1,00
RECEITAS REALIZADAS	2024 (a)	2023 (b)	2022 (c)
RECEITA DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	453.258,28	931,88	809,31
Alienação de Bens Móveis	430.800,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	22.458,28	931,88	809,31
Total	**453.258,28**	**931,88**	**809,31**
DESPESAS EXECUTADAS	2024 (d)	2023 (e)	2022 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	**0,00**	**0,00**	**0,00**
SALDO FINANCEIRO	2024 (g) = ((Ia-IId)+ IIIh)	2023(h) = ((Ib-IIe)+ IIIi)	2022 (i) = (Ic - IIf)
VALOR (III)	454.999,47	1.741,19	809,31
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES, emitido em 16/dez/2025 as 11h e 22m.			
Doutor Ulysses 16 de dezembro de 2025			
ESEQUIEL BESTEL JUNIOR	***ELIAS ANDERSON STRAUBE***		
Prefeito Municipal	Contador		

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:7DB6D45E

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LDO - PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES				
ESTADO DO PARANÁ				
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS				
ANEXO DE METAS FISCAIS				
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
2025 a 2100				
AMF - Tabela 6 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea a)				R$ 1,00
PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	**RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)**	**DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)**	**RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)**	**SALDO FINANCEIRO DO EXERCICIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)**
2025	1.223.654,98	720.947,47	502.707,51	11.456.954,05
2026	1.260.573,42	788.711,18	471.862,24	11.928.816,29
2027	1.304.537,76	823.453,99	481.083,77	12.409.900,06
2028	1.336.341,69	937.351,42	398.990,27	12.808.890,33
2029	1.363.969,16	1.078.628,66	285.340,50	13.094.230,83
2030	1.399.115,03	1.165.147,76	233.967,27	13.328.198,10
2031	1.438.531,78	1.180.379,83	258.151,95	13.586.350,05
2032	1.468.835,04	1.249.400,43	219.434,61	13.805.784,66
2033	1.508.785,89	1.237.986,69	270.799,20	14.076.583,86
2034	1.544.756,34	1.278.247,30	266.509,04	14.343.092,90

2035	1.585.763,15	1.291.095,86	294.667,29	14.637.760,19
2036	1.627.024,84	1.300.515,08	326.509,76	14.964.269,95
2037	1.669.034,40	1.299.353,07	369.681,33	15.333.951,28
2038	1.708.953,28	1.286.074,18	422.879,10	15.756.830,38
2039	1.756.453,84	1.245.358,72	511.095,12	16.267.925,50
2040	1.806.169,80	1.213.694,94	592.474,86	16.860.400,36
2041	733.166,61	1.187.012,78	-453.846,17	16.406.554,19
2042	720.615,27	1.148.856,75	-428.241,48	15.978.312,71
2043	708.750,44	1.101.991,16	-393.240,72	15.585.071,99
2044	697.845,03	1.057.479,58	-359.634,55	15.225.437,44
2045	678.193,05	984.685,35	-306.492,30	14.918.945,14
2046	668.531,58	940.786,31	-272.254,73	14.646.690,41
2047	658.553,16	903.457,63	-244.904,47	14.401.785,94
2048	651.756,39	820.641,42	-168.885,03	14.232.900,91
2049	645.982,70	754.450,32	-108.467,62	14.124.433,29
2050	637.325,17	678.917,78	-41.592,61	14.082.840,68
2051	625.442,82	652.580,06	-27.137,24	14.055.703,44
2052	609.735,47	649.219,98	-39.484,51	14.016.218,93
2053	602.660,84	664.421,42	-61.760,58	13.954.458,35
2054	597.052,23	625.887,80	-28.835,57	13.925.622,78
2055	593.625,66	576.864,58	16.761,08	13.942.383,86
2056	591.693,41	514.289,44	77.403,97	14.019.787,83
2057	576.357,69	467.553,59	108.804,10	14.128.591,93
2058	567.254,09	503.609,78	63.644,31	14.192.236,24
2059	567.731,67	532.762,94	34.968,73	14.227.204,97
2060	563.018,39	500.275,15	62.743,24	14.289.948,21
2061	563.237,27	499.110,84	64.126,43	14.354.074,64
2062	554.927,01	475.388,19	79.538,82	14.433.613,46
2063	541.294,19	481.607,47	59.686,72	14.493.300,18
2064	525.454,65	524.178,54	1.276,11	14.494.576,29
2065	519.351,37	570.094,15	-50.742,78	14.443.833,51
2066	504.585,84	578.251,50	-73.665,66	14.370.167,85
2067	492.197,49	589.903,53	-97.706,04	14.272.461,81
2068	477.516,78	607.575,21	-130.058,43	14.142.403,38
2069	467.796,37	636.829,54	-169.033,17	13.973.370,21
2070	457.962,75	645.668,46	-187.705,71	13.785.664,50
2071	446.104,79	647.054,46	-200.949,67	13.584.714,83
2072	439.804,54	655.424,91	-215.620,37	13.369.094,46
2073	427.273,44	614.746,64	-187.473,20	13.181.621,26
2074	414.124,41	583.105,32	-168.980,91	13.012.640,35
2075	404.464,90	585.803,29	-181.338,39	12.831.301,96
PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES				
ESTADO DO PARANÁ				
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS				
ANEXO DE METAS FISCAIS				
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
2025 a 2100				
AMF - Tabela 6 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea a)				R$ 1,00
2076	395.912,55	572.215,55	-176.303,00	12.654.998,96
2077	386.014,29	561.100,65	-175.086,36	12.479.912,60
2078	380.689,66	562.503,08	-181.813,42	12.298.099,18
2079	373.628,44	529.062,57	-155.434,13	12.142.665,05
2080	364.279,95	464.115,57	-99.835,62	12.042.829,43
2081	361.284,88	464.501,07	-103.216,19	11.939.613,24
2082	358.188,40	433.212,01	-75.023,61	11.864.589,63
2083	355.937,68	412.492,14	-56.554,46	11.808.035,17
2084	354.241,06	373.053,14	-18.812,08	11.789.223,09
2085	1.552.483,78	797.392,77	755.091,01	12.544.314,10
2086	1.577.709,46	773.572,66	804.136,80	13.348.450,90
2087	1.606.380,79	754.013,64	852.367,15	14.200.818,05
2088	1.606.380,79	754.013,64	852.367,15	15.053.185,20
2089	1.606.380,79	754.013,64	852.367,15	15.905.552,35
2090	0,00	0,00	0,00	15.905.552,35
2091	0,00	0,00	0,00	15.905.552,35
2092	0,00	0,00	0,00	15.905.552,35
2093	0,00	0,00	0,00	15.905.552,35
2094	0,00	0,00	0,00	15.905.552,35
2095	0,00	0,00	0,00	15.905.552,35
2096	0,00	0,00	0,00	15.905.552,35
2097	0,00	0,00	0,00	15.905.552,35
2098	0,00	0,00	0,00	15.905.552,35
2099	0,00	0,00	0,00	15.905.552,35
2100	0,00	0,00	0,00	15.905.552,35
PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES				
ESTADO DO PARANÁ				
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS				
ANEXO DE METAS FISCAIS				
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
2025 a 2100				

AMF - Tabela 6 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea a)				R$ 1,00
PLANO FINANCEIRO				
EXERCÍCIO	**RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)**	**DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)**	**RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)**	**SALDO FINANCEIRO DO EXERCICIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)**
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES				
ESTADO DO PARANÁ				
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS				
ANEXO DE METAS FISCAIS				
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
2025 a 2100				
AMF - Tabela 6 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea a)				R$ 1,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00

2094	0,00	0,00	0,00	0,00
2095	0,00	0,00	0,00	0,00
2096	0,00	0,00	0,00	0,00
2097	0,00	0,00	0,00	0,00
2098	0,00	0,00	0,00	0,00
2099	0,00	0,00	0,00	0,00
2100	0,00	0,00	0,00	0,00
ESEQUIEL BESTEL JUNIOR	***ELIAS ANDERSON STRAUBE***			
Prefeito Municipal	Contador			

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:90054120

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LDO - V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES							
Estado do Paraná							
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS							
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS							
V - Montante da Dívida Pública							
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF							
2026							
Consolidado							R$
ESPECIFICAÇÃO	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	9.639.609,20	9.342.545,46	9.225.501,57	8.709.212,45	9.797.864,01	11.022.597,01	12.400.421,63
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	9.639.609,20	9.342.545,46	9.225.501,57	8.709.212,45	9.797.864,01	11.022.597,01	12.400.421,63
DEDUÇÕES (II)	16.808.938,76	16.938.572,04	19.473.450,46	21.234.370,13	23.883.505,18	26.863.472,43	30.215.607,34
Ativo Disponível	17.803.510,81	17.476.636,69	19.842.165,56	21.603.085,23	24.297.864,08	27.329.153,88	30.738.998,31
Haveres Financeiros	82.456,61	86.666,31	44.399,90	44.399,90	49.949,89	56.193,62	63.217,83
(-) Restos a Pagar Processados	1.077.028,66	624.730,96	413.115,00	413.115,00	464.308,79	521.875,07	586.608,80
DCL (III) = (I - II)	-7.169.329,56	-7.596.026,58	-10.247.948,89	-12.525.157,68	-14.085.641,17	-15.840.875,43	-17.815.185,71
Doutor Ulysses 16 de dezembro de 2025							
Comentários							
-							

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR	***ELIAS ANDERSON STRAUBE***
Prefeito Municipal	Contador

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:5D1B8C0A

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LOA - DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES					
Estado do Paraná					
Exercício: 2026					
Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas					
Adendo II a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985					
Anexo I, da Lei nº 4.320/64					
RECEITAS			**DESPESAS**		
Receitas Correntes		**44.097.597,85**	**Despesas Correntes**		**39.091.189,12**
Receitas Correntes - Descontos		**-2.474,98**	Pessoal e Encargos Sociais	23.360.453,27	
Concedidos			Juros e Encargos da Dívida	101.000,00	
Receitas Correntes - Deduções		**-6.129.136,77**	Outras Despesas Correntes	15.629.735,85	
Fundeb					
Impostos, Taxas e Contribuições de	2.152.105,95				
Melhoria					
Impostos, Taxas e Contribuições de	-2.474,98				
Melhoria - Descontos Concedidos					
Contribuições	156.609,64				
Receita Patrimonial	37.888,40				
Receita de Serviços	661.617,47				
Transferências Correntes	41.084.079,10				
Transferências Correntes - Deduções	-6.129.136,77				
Fundeb					
Outras Receitas Correntes	5.297,29				
Receitas Correntes		**3.151.947,14**			
Contribuições	1.524.261,86				
Outras Receitas Correntes	1.627.685,28				
DEFICIT		**0,00**	**SUPERAVIT**		**2.026.744,12**
TOTAL		**41.117.933,24**	**TOTAL**		**41.117.933,24**
SUPERAVIT		**2.026.744,12**	**DEFICIT**		**0,00**
Receitas de Capital		**100.000,00**	**Despesas de Capital**		**1.745.360,68**
Transferências de Capital	100.000,00		Investimentos	1.164.360,68	
			Amortização da Dívida	581.000,00	
DEFICIT		**0,00**	**SUPERAVIT**		**381.383,44**
TOTAL		**2.126.744,12**	**TOTAL**		**2.126.744,12**
		RESUMO			
Receitas Correntes		41.117.933,24	Despesas Correntes		39.091.189,12
Receitas de Capital		100.000,00	Despesas de Capital		1.745.360,68

			Reserva de Contingência		381.383,44
			Reserva Legal		0,00
TOTAL		**41.217.933,24**	**TOTAL**		**41.217.933,24**

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR	***ELIAS ANDERSON STRAUBE***
Prefeito Municipal	Contador

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:5C2FBD2F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LOA - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES				
Estado do Paraná				
Exercício: 2026				
Demonstrativo da Despesa por Órgão e Funções				
Adendo VIII a Portaria SOF nº 8, de 04/02/1985				
Anexo 9, da Lei nº 4.320/64				
	01 Legislativa	02 Judiciária	04 Administração	08 Assistência Social
01 CAMARA MUNICIPAL	2.260.318,29	0,00	0,00	0,00
02 GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	763.778,61	0,00
03 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	0,00	810.312,09	0,00	0,00
04 CONTROLADORIA GERAL	0,00	0,00	180.750,00	0,00
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	4.596.607,52	0,00
06 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	0,00	0,00	820.017,95	0,00
07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
08 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	2.292.443,51
09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
10 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
11 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00
12 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00
13 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO	0,00	0,00	0,00	0,00
14 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00
	09 Previdência Social	10 Saúde	12 Educação	13 Cultura
01 CAMARA MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00
02 GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00
03 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	0,00	0,00	0,00	0,00
04 CONTROLADORIA GERAL	0,00	0,00	0,00	0,00
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
06 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00
07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	7.947.121,75	0,00	0,00
08 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	9.037.288,17	0,00
10 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
11 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00
12 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00
13 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO	0,00	0,00	0,00	0,00
14 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00
	15 Urbanismo	16 Habitação	17 Saneamento	18 Gestão Ambiental
01 CAMARA MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00
02 GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00
03 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	0,00	0,00	0,00	0,00
04 CONTROLADORIA GERAL	0,00	0,00	0,00	0,00
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
06 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00
07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
08 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
10 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	738.661,05	1.000,00	0,00	0,00
11 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00
12 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00
13 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO	1.202.504,27	0,00	0,00	0,00
14 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	695.456,57
	20 Agricultura	26 Transporte	27 Desporto e Lazer	28 Encargos Especiais
01 CAMARA MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00
02 GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00
03 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	0,00	0,00	0,00	0,00
04 CONTROLADORIA GERAL	0,00	0,00	0,00	0,00
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
06 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	680.000,00
07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
08 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
10 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
11 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	0,00	2.825.325,13	0,00	0,00
12 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	1.462.965,01	0,00	0,00	0,00
13 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO	0,00	0,00	0,00	0,00
14 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00
	99 Reserva de Contingência	**TOTAL**		
01 CAMARA MUNICIPAL	0,00	**2.260.318,29**		
02 GABINETE DO PREFEITO	0,00	**763.778,61**		
03 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	0,00	**810.312,09**		
04 CONTROLADORIA GERAL	0,00	**180.750,00**		
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	**4.596.607,52**		

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	0,00	**1.500.017,95**		
07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	**7.947.121,75**		
08 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	**2.292.443,51**		
09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	**9.037.288,17**		
10 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	0,00	**739.661,05**		
11 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	0,00	**2.825.325,13**		
12 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	0,00	**1.462.965,01**		
13 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO	0,00	**1.202.504,27**		
14 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	0,00	**695.456,57**		
	01 Legislativa	02 Judiciária	04 Administração	08 Assistência Social
15 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E RECREAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
16 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	0,00	0,00	0,00	0,00
17 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	0,00	0,00	184.002,00	0,00
18 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE	0,00	0,00	0,00	0,00
19 CONSELHO ADMINISTRATIVO DO REGIME PREVIDENCIÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**2.260.318,29**	**810.312,09**	**6.545.156,08**	**2.292.443,51**
	09 Previdência Social	10 Saúde	12 Educação	13 Cultura
15 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E RECREAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
16 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	0,00	0,00	0,00	375.686,78
17 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00
18 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE	0,00	0,00	0,00	0,00
19 CONSELHO ADMINISTRATIVO DO REGIME PREVIDENCIÁRIO	3.151.947,14	0,00	0,00	0,00
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**3.151.947,14**	**7.947.121,75**	**9.037.288,17**	**375.686,78**
	15 Urbanismo	16 Habitação	17 Saneamento	18 Gestão Ambiental
15 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E RECREAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
16 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	0,00	0,00	0,00	0,00
17 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00
18 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE	0,00	0,00	661.617,47	0,00
19 CONSELHO ADMINISTRATIVO DO REGIME PREVIDENCIÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**1.941.165,32**	**1.000,00**	**661.617,47**	**695.456,57**
	20 Agricultura	26 Transporte	27 Desporto e Lazer	28 Encargos Especiais
15 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E RECREAÇÃO	0,00	0,00	339.800,00	0,00
16 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	0,00	0,00	0,00	0,00
17 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00
18 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE	0,00	0,00	0,00	0,00
19 CONSELHO ADMINISTRATIVO DO REGIME PREVIDENCIÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**1.462.965,01**	**2.825.325,13**	**339.800,00**	**680.000,00**
	99 Reserva de Contingência	**TOTAL**		
15 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E RECREAÇÃO	0,00	**339.800,00**		
16 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	0,00	**375.686,78**		
17 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	0,00	**184.002,00**		
18 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE	0,00	**661.617,47**		
19 CONSELHO ADMINISTRATIVO DO REGIME PREVIDENCIÁRIO	0,00	**3.151.947,14**		
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	190.329,93	**190.329,93**		
TOTAL	**190.329,93**	**41.217.933,24**		
ESEQUIEL BESTEL JUNIOR	***ELIAS ANDERSON STRAUBE***			
Prefeito Municipal	Contador			

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:5605F8B4

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LOA - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA, SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES			
Estado do Paraná			
Exercício: 2026			
Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária,			
Segundo as Categorias Econômicas			
Adendo III a Portaria SOF n° 8 de 04/02/1985			
ÓRGÃO/UNIDADE	DESPESA CORRENTE	DESPESA CAPITAL	TOTAL
CAMARA MUNICIPAL			
CAMARA MUNICIPAL	2.225.318,29	35.000,00	2.260.318,29
GABINETE DO PREFEITO			
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	733.778,61	30.000,00	763.778,61
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO			
ASSESSORIA JURÍDICA	805.312,09	5.000,00	810.312,09
CONTROLADORIA GERAL			
CONTROLADORIA GERAL	170.750,00	10.000,00	180.750,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO			
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	282.000,00	7.000,00	289.000,00
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO	289.565,96	10.000,00	299.565,96
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	3.987.041,56	21.000,00	4.008.041,56
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS			
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	346.000,00	18.000,00	364.000,00
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO	212.667,95	10.000,00	222.667,95
DEPARTAMENTO DE TESOURARIA	323.350,00	590.000,00	913.350,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	7.916.121,75	31.000,00	7.947.121,75
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.648.442,51	20.600,00	1.669.042,51
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	365.500,00	15.100,00	380.600,00
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	236.300,00	3.501,00	239.801,00

FUNDO MUNCIPAL AO IDOSO	3.000,00		3.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS	8.365.922,40	297.500,00	8.663.422,40
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR	5.000,00		5.000,00
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	368.865,77		368.865,77
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS			
DEPARTAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO E OBRAS	577.661,05	161.000,00	738.661,05
Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo	500,00	500,00	1.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES			
DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E CONTROLE DA FROTA MUNICIPAL	1.565.440,43	20.000,00	1.585.440,43
DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS E VICINAIS	1.239.884,70		1.239.884,70
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA			
DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA A AGRICULTURA	1.370.465,01	32.500,00	1.402.965,01
DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA A PECUÁRIA	60.000,00		60.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO	58.505,80		58.505,80
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	984.998,47	159.000,00	1.143.998,47
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE			
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	600.456,57	95.000,00	695.456,57
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E RECREAÇÃO			
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E RECREAÇÃO	314.800,00	25.000,00	339.800,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO			
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	320.186,78	55.500,00	375.686,78
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO			
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	174.002,00	10.000,00	184.002,00
ÓRGÃO/UNIDADE	DESPESA CORRENTE	DESPESA CAPITAL	TOTAL
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE			
SERVIÇOS AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE	588.617,47	73.000,00	661.617,47
CONSELHO ADMINISTRATIVO DO REGIME PREVIDENCIÁRIO			
CONSELHO ADMINISTRATIVO DO REGIME PREVIDENCIÁRIO	3.141.787,46	10.159,68	3.151.947,14
RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	190.329,93		190.329,93
	39.091.189,12	**1.745.360,68**	**41.217.933,24**
ESEQUIEL BESTEL JUNIOR	***ELIAS ANDERSON STRAUBE***		
Prefeito Municipal	Contador		

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:DC556D4B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LOA - DEMONSTRATIVO DA DESPESAS COM PESSOAL (PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO)

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES	
ESTADO DO PARANÁ	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2026	
DEMONSTRATIVO DA DESPESAS COM PESSOAL (PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO)	
PREVISÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL	DOTAÇÃO
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	23.640.953,27
Pessoal Ativo	20.652.406,44
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.708.046,83
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	280.500,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.992.951,35
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	284.904,52
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior da apuração	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.708.046,83
Convocação Extraordinária (inciso II do § 6º do art. 57 da CF)	0,00
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TOP (III) = (I - II)	20.648.001,92
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	37.965.986,10
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) * 100	54,39
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 60%	22.779.591,66
LIMITE PRUDENCIAL (único, art, 22 da LRF) - 57%	21.640.612,08

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:1AD674CD

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LOA - DEMONSTRATIVO RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES	
ESTADO DO PARANÁ	Data: 07/11/2025
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2026	
DEMONSTRATIVO RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	
LRF Art. 12 3 ° da Lei Complementar nº 101/2000	
ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO
RECEITAS CORRENTES(I)	44.095.122,87
Receita Tributária	2.149.630,97
Receita da Contribuição	156.609,64
Receita Patrimonial	37.888,40
Receita Serviços	661.617,47
Transferências Correntes	41.084.079,10
Outras Receitas Correntes	5.297,29
DEDUÇÕES(II)	6.129.136,77
Contribuição Plano Seg. Social Servidor	0,00
Compensação Financ. entre Regime Previd.	0,00

Dedução de Receita para a Formação do FUDEB	6.129.136,77
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	37.965.986,10

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:2CAD75FD

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LOA - ORÇAMENTO ANALÍTICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES		
Estado do Paraná		
Exercício: 2026	Versão: 1	
Orçamento Analítico		
Despesa	Descrição	Valor
Órgão: 01. CAMARA MUNICIPAL		
Unidade: 01.001. CAMARA MUNICIPAL		**2.260.318,29**
01.001.01.031.0001.2.001 Manutenção das Atividades Legislativas		**2.260.318,29**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.225.318,29
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.567.659,99
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.376.269,51
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.340.269,51
	1.005 Recursos do Tesouro (Descentralizados) - Exercício Corrente	1.340.269,51
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	10.000,00
	1.005 Recursos do Tesouro (Descentralizados) - Exercício Corrente	10.000,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	26.000,00
	1.005 Recursos do Tesouro (Descentralizados) - Exercício Corrente	26.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS,	191.390,48
	FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	191.390,48
	1.005 Recursos do Tesouro (Descentralizados) - Exercício Corrente	191.390,48
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	657.658,30
3.3.72.00.00.00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	48.000,00
3.3.72.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	48.000,00
	1.005 Recursos do Tesouro (Descentralizados) - Exercício Corrente	48.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	609.658,30
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	40.000,00
	1.005 Recursos do Tesouro (Descentralizados) - Exercício Corrente	40.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	170.875,28
	1.005 Recursos do Tesouro (Descentralizados) - Exercício Corrente	170.875,28
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
	1.005 Recursos do Tesouro (Descentralizados) - Exercício Corrente	5.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	140.000,00
	1.005 Recursos do Tesouro (Descentralizados) - Exercício Corrente	140.000,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO -	60.000,00
	PESSOA JURÍDICA	
	1.005 Recursos do Tesouro (Descentralizados) - Exercício Corrente	60.000,00
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	180.000,00
	1.005 Recursos do Tesouro (Descentralizados) - Exercício Corrente	180.000,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	13.783,02
	1.005 Recursos do Tesouro (Descentralizados) - Exercício Corrente	13.783,02
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	35.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	35.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	35.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	35.000,00
	1.005 Recursos do Tesouro (Descentralizados) - Exercício Corrente	35.000,00
Despesa	Descrição	Valor
Órgão: 02. GABINETE DO PREFEITO		
Unidade: 02.001. SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO		**763.778,61**
02.001.04.122.0001.2.002 Manutenção da Assessoria do Gabinete		**763.778,61**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	733.778,61
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	616.778,61
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	601.778,61
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	538.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	538.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	42.778,61
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	42.778,61
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	21.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	21.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS,	15.000,00
	FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	15.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	117.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	117.000,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	60.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	60.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	25.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	30.000,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00

4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	30.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	30.000,00
Despesa	Descrição	Valor
Órgão: 03. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
Unidade: 03.001. ASSESSORIA JURÍDICA		**810.312,09**
03.001.02.092.0001.2.003 Manutenção da Assessoria Jurídica		**810.312,09**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	805.312,09
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	438.312,09
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	425.312,09
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	387.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	387.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	30.312,09
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	30.312,09
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	8.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	8.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS,	13.000,00
	FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	13.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	13.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	367.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	367.000,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	10.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	500,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	500,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	500,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	500,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
3.3.90.91.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	350.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	350.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	5.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Despesa	Descrição	Valor
Órgão: 04. CONTROLADORIA GERAL		
Unidade: 04.001. CONTROLADORIA GERAL		**180.750,00**
04.001.04.124.0001.2.004 Manutenção da Controladoria Geral		**180.750,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	170.750,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	158.250,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	143.250,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	141.750,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	141.750,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	500,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	500,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS,	15.000,00
	FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	15.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.500,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	12.500,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	5.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	2.500,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.500,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	10.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Despesa	Descrição	Valor
Órgão: 05. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
Unidade: 05.001. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		**289.000,00**
05.001.04.128.0001.2.005 Manutenção do Departamento de Recursos Humanos		**169.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	162.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	152.000,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	142.000,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	135.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	135.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	6.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	6.000,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS,	10.000,00
	FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	10.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00

3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	5.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	7.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	7.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	7.000,00
4.4.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	6.000,00
05.001.04.128.0001.2.077 Indenizações e Restituições Trabalhistas		**120.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	120.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	120.000,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	120.000,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	120.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	120.000,00
Despesa	Descrição	Valor
Órgão: 05. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
Unidade: 05.002. DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO		**299.565,96**
05.002.04.122.0001.2.006 Manutenção do Departamento de Compras e Licitações		**299.565,96**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	289.565,96
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	273.565,96
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	249.904,52
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	175.500,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	175.500,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	30.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	30.000,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	44.404,52
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	44.404,52
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS,	23.661,44
	FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	23.661,44
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	23.661,44
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	16.000,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	7.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	7.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	3.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	10.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Despesa	Descrição	Valor
Órgão: 05. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
Unidade: 05.003. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO		**4.008.041,56**
05.003.04.122.0001.2.007 Manutenção do Departamento de Administração		**2.359.356,28**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.339.356,28
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	819.100,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	747.600,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	690.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	690.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	55.600,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	55.600,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	2.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS,	71.500,00
	FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	71.500,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	71.500,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.520.256,28
3.3.71.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTRATO	15.000,00
	DE RATEIO	
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	15.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.505.256,28
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	30.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	30.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	149.461,72
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	149.461,72
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	60.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	60.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	298.388,40
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	298.388,40
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO -	250.372,51
	PESSOA JURÍDICA	
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	250.372,51
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	717.033,65
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	690.000,00
	1.504 Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais Não Previdenciárias	13.000,00
	1.512 CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB) Exercício Corrente	14.033,65
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00

4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	20.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	20.000,00
05.003.04.122.0001.2.082 Aporte para cobertura do Déficit Atuarial do RPPS		**1.627.685,28**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.627.685,28
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.627.685,28
3.3.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS,	1.627.685,28
	FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1.627.685,28
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.627.685,28
05.003.04.122.0001.2.087 Valorização do Servidor Público Municipal - capacitação nas áreas específicas		**20.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	20.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	20.000,00
05.003.04.122.0001.2.104 Aquisição de 04(quatro) - CONVÊNIO 393/2025 - SECID		**1.000,00**
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00
Despesa	Descrição	Valor
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
Despesa	Descrição	Valor
Órgão: 06. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		
Unidade: 06.001. DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE		**364.000,00**
06.001.04.122.0001.2.008 Manutenção do Departamento de Contabilidade		**364.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	346.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	310.000,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	281.000,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	265.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	265.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	15.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS,	29.000,00
	FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	29.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	29.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	36.000,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	15.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	18.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	18.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	18.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	18.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	18.000,00
Despesa	Descrição	Valor
Órgão: 06.SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		
Unidade: 06.002. DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO		**222.667,95**
06.002.04.129.0001.2.009 Manutenção do Departamento de Tributação		**222.667,95**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	212.667,95
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	192.167,95
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	177.167,95
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	168.667,95
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	168.667,95
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	8.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	8.000,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	500,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	500,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS,	15.000,00
	FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	15.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.500,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	20.500,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	5.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	500,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	500,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	10.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Despesa	Descrição	Valor

Órgão: 06. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		
Unidade: 06.003. DEPARTAMENTO DE TESOURARIA		**913.350,00**
06.003.04.123.0001.2.010 Manutenção do Departamento de Tesouraria e Finanças		**233.350,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	223.350,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	192.850,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	192.850,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	171.850,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	171.850,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	20.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	20.000,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.500,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	30.500,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	15.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	500,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	500,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	10.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
06.003.28.843.0000.2.065 Encargos e Amortização da Dívida Pública		**680.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	100.000,00
3.2.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	100.000,00
3.2.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	100.000,00
3.2.90.21.00.00	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	100.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	100.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	580.000,00
4.6.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	580.000,00
4.6.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	580.000,00
4.6.90.72.00.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA MOBILIÁRIA RESGATADO	580.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	580.000,00
Despesa	Descrição	Valor
Órgão: 07. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade: 07.001. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		**7.947.121,75**
07.001.10.122.0013.2.039 Manutenção de Desenvolvimento das atividades da Secretaria		**2.414.527,33**
	Municipal de Saúde	
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.413.527,33
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.095.527,33
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.929.857,99
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.759.753,15
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	1.759.753,15
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	160.104,84
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	160.104,84
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	10.000,00
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	10.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS,	165.669,34
	FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	165.669,34
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	165.669,34
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	318.000,00
3.3.71.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTRATO	100.000,00
	DE RATEIO	
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	100.000,00
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	100.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	218.000,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	15.000,00
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	15.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	50.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	10.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	60.000,00
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	60.000,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO -	83.000,00
	PESSOA JURÍDICA	
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	83.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	1.000,00
07.001.10.122.0013.2.041 Estruturar e Manter Conselho Municipal de Saúde		**4.500,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	4.500,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.500,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	4.500,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.500,00
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	1.500,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.500,00
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	1.500,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.500,00
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	1.500,00
07.001.10.301.0013.2.040 Manutenção da Atenção Básica de Saúde		**3.512.782,22**

3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	3.507.782,22
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.555.985,13
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.550.985,13
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.470.014,92
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	1.470.014,92
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	70.970,21
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	70.970,21
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	10.000,00
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	10.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS,	5.000,00
	FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
Despesa	Descrição	Valor
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	5.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.951.797,09
3.3.72.00.00.00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	375.463,06
3.3.72.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	1.000,00
3.3.72.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10.000,00
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	10.000,00
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	364.463,06
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	364.463,06
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.576.334,03
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	245.000,00
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	140.000,00
	1.494 Custeio Estadual - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Esta	105.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	678.018,22
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	176.078,64
	1.494 Custeio Estadual - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Esta	139.264,20
	494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - 494	362.675,38
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE	280.500,00
	TERCEIRIZAÇÃO	
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	180.500,00
	494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - 494	100.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.455,00
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	1.455,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	371.360,81
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	141.360,81
	1.494 Custeio Estadual - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Esta	100.000,00
	494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - 494	130.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	5.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	5.000,00
07.001.10.301.0013.2.042 Manutenção das Atividades do Programa Agente Comunitário de Saúde - ACS		**582.912,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	582.912,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	582.912,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	542.912,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	497.912,00
	10.051 Transf. Gov.Fed. dest. ao vencto dos agentes com.de saúde e dos agentes de comba	497.912,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	45.000,00
	10.051 Transf. Gov.Fed. dest. ao vencto dos agentes com.de saúde e dos agentes de comba	45.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS,	40.000,00
	FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	40.000,00
	10.051 Transf. Gov.Fed. dest. ao vencto dos agentes com.de saúde e dos agentes de comba	40.000,00
07.001.10.301.0013.2.044 Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Equipe de Saúde Bucal		**793.800,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	778.800,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	698.800,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	644.200,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	590.900,00
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	590.900,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	53.300,00
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	53.300,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS,	54.600,00
	FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	54.600,00
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	54.600,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	80.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	80.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	60.000,00
Despesa	Descrição	Valor
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	60.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	20.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	15.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	15.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	15.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000,00
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	15.000,00
07.001.10.301.0013.2.045 Manutenção da Assistência Farmacêutica		**310.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	300.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	300.000,00

3.3.72.00.00.00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	300.000,00
3.3.72.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	300.000,00
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	300.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	10.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	10.000,00
07.001.10.301.0013.2.067 Manutenção do Serviço Movel de Urgência e Emergência - SAMU		**57.600,20**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	57.600,20
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	57.600,20
3.3.72.00.00.00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	57.600,20
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	57.600,20
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	57.600,20
07.001.10.301.0013.2.083 Programa Mais Médicos.		**85.500,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	85.500,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	36.000,00
3.1.96.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA À CONTA DE RECURSOS DE QUE TRATA O ART. 25	36.000,00
	DA LEI COMPLEMENTAR Nº 141, DE 2012	
3.1.96.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	36.000,00
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	36.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	49.500,00
3.3.96.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA À CONTA DE RECURSOS DE QUE TRATA O ART. 25	49.500,00
	DA LEI COMPLEMENTAR Nº 141, DE 2012	
3.3.96.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	49.500,00
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	49.500,00
07.001.10.304.0013.2.046 Manutenção da Vigiância Sanitária e Epidemiológical		**40.500,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	40.500,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	35.500,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	30.500,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.500,00
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	30.500,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS,	5.000,00
	FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	5.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	5.000,00
07.001.10.305.0013.2.096 Manutenção da Vigilância Epidemiológica		**145.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	145.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	140.000,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	135.000,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	130.000,00
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	130.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	5.000,00
Despesa	Descrição	Valor
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS,	5.000,00
	FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	5.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
	1.039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	5.000,00
Despesa	Descrição	Valor
Órgão: 08. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Unidade: 08.001. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		**1.669.042,51**
08.001.08.122.0012.2.035 Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social		**1.592.942,51**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.577.942,51
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.168.702,51
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.070.702,51
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	983.143,16
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	983.143,16
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	69.559,35
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	69.559,35
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	18.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	18.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS,	98.000,00
	FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	98.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	98.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	409.240,00
3.3.71.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTRATO	15.000,00
	DE RATEIO	
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	15.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00
3.3.72.00.00.00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	15.000,00
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	379.240,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	70.040,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	65.000,00
	935 Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial - SUAS	5.040,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	235.200,00

	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	160.000,00
	934 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	36.860,00
	935 Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial - SUAS	38.340,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	7.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	6.000,00
	934 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	500,00
	935 Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial - SUAS	500,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	64.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	63.000,00
	934 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	500,00
	935 Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial - SUAS	500,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO -	2.500,00
	PESSOA JURÍDICA	
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.500,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	500,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	500,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	15.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	15.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	15.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00
08.001.08.122.0012.2.072 Assitencia ao Portador de Deficiência		**1.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	500,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	500,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	500,00
08.001.08.122.0012.2.073 Ações Socioeducativas		**55.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	55.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	55.000,00
Despesa	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	55.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	50.000,00
08.001.08.122.0012.2.074 Manutenção do Programa IGD - Bolsa Família		**6.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	6.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	6.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00
	934 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	6.000,00
08.001.08.122.0012.2.075 Manutenção do Programa IGD SUAS		**1.500,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	500,00
	935 Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial - SUAS	500,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500,00
	935 Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial - SUAS	500,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	500,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	500,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	500,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	500,00
	935 Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial - SUAS	500,00
08.001.08.122.0012.2.089 CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social		**12.500,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	7.500,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.500,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	7.500,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1.500,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
	935 Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial - SUAS	500,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	5.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
08.001.08.122.0012.2.099 Construção de Creches - CEDCA/PR		**100,00**
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	100,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	100,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	100,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	100,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	100,00
Despesa	Descrição	Valor
Órgão: 08. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Unidade: 08.002. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		**380.600,00**
08.002.08.245.0009.2.036 Manutenção de Benefícios Eventuais		**1.500,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.500,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.500,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	500,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	500,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500,00

	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	500,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	500,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	500,00
08.002.08.245.0009.2.037 Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS		**372.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	362.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	165.000,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	157.000,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	152.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	152.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS,	8.000,00
	FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	8.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	8.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	197.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	197.000,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	7.000,00
	934 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	2.000,00
	935 Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial - SUAS	5.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	160.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	150.000,00
	934 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	8.000,00
	935 Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial - SUAS	2.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00
	934 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	5.000,00
	935 Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial - SUAS	10.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	10.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
08.002.08.245.0009.2.038 Manutenção do Programa Nossa Gente Paraná - CRAS		**7.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	2.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	5.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
08.002.08.245.0009.2.079 Construção do espaço físico para o CRAS		**100,00**
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	100,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	100,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	100,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	100,00
Despesa	Descrição	Valor
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	100,00
Despesa	Descrição	Valor
Órgão: 08. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Unidade: 08.003. FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO		**239.801,00**
08.003.08.243.0009.6.002 Manutenção do Fundo Municipal do Direito da Criança e do Adolescente		**11.800,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	9.300,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.300,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	9.300,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	6.800,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
	11.011 Transferências de Outros Programas	4.800,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	500,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	500,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	2.500,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	2.500,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	2.500,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.500,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.500,00
08.003.08.243.0009.6.003 Manutenção do Conselho Tutelar		**225.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	225.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	175.000,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	165.000,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	145.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	145.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	20.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	20.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS,	10.000,00
	FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	10.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	50.000,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	5.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00

	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	30.000,00
08.003.08.243.0009.6.006 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA		**2.001,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.001,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.001,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.001,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.001,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.001,00
08.003.08.243.0009.6.007 Programa Incentivo Estadual voltado a Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes – FIA Estadual		**1.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00

Despesa	Descrição	Valor
Órgão: 08. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Unidade: 08.004. FUNDO MUNCIPAL AO IDOSO		**3.000,00**
08.004.08.241.0009.2.076 Assitencia à Pessoa Idosa		**1.500,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.500,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.500,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	500,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	500,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	500,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	500,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	500,00
08.004.08.241.0009.2.088 Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI		**1.500,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.500,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.500,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.500,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.500,00
Despesa	Descrição	Valor
Órgão: 09. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade: 09.001. DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS		**8.663.422,40**
09.001.12.306.0005.1.058		**145.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	145.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	145.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	145.000,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	145.000,00
	1.026 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	45.000,00
	1.028 Demais impostos vinculados à educação básica	80.000,00
	11.042 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	20.000,00
09.001.12.306.0005.2.024 Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Infantil		**139.458,15**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	139.458,15
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	139.458,15
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	139.458,15
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	139.458,15
	1.026 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	40.000,00
	1.028 Demais impostos vinculados à educação básica	80.000,00
	11.042 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	19.458,15
09.001.12.306.0005.2.025 Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Fundamental		**228.458,15**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	228.458,15
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	228.458,15
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	228.458,15
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	228.458,15
	1.026 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	60.000,00
	1.028 Demais impostos vinculados à educação básica	130.000,00
	11.042 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	38.458,15
09.001.12.361.0004.1.007 Aquisição de Equipamentos de informática – Ensino Fundamental		**5.000,00**
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	5.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
	1.026 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	5.000,00
09.001.12.361.0004.1.008 Reforma e Ampliação das Escolas – Ensino Fundamental		**170.000,00**
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	170.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	170.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	170.000,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	170.000,00
	1.026 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	170.000,00
09.001.12.361.0004.1.052		**20.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	20.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
	1.026 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	10.000,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10.000,00

	1.026 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	10.000,00
09.001.12.361.0004.1.059		**1.269.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.269.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.269.000,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.115.000,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.100.000,00
	1.022 FUNDEF/FUNDEB 70%	1.100.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	15.000,00
	1.022 FUNDEF/FUNDEB 70%	15.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS,	154.000,00
	FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	154.000,00
	1.022 FUNDEF/FUNDEB 70%	154.000,00
Despesa	Descrição	Valor
09.001.12.361.0004.1.060		**663.164,68**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	663.164,68
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	663.164,68
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	583.164,68
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	573.164,68
	1.024 FUNDEF/FUNDEB 30%	573.164,68
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	10.000,00
	1.024 FUNDEF/FUNDEB 30%	10.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS,	80.000,00
	FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	80.000,00
	1.024 FUNDEF/FUNDEB 30%	80.000,00
09.001.12.361.0004.2.017 Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 70%		**2.066.600,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.066.600,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.066.600,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.776.600,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.709.500,00
	1.022 FUNDEF/FUNDEB 70%	1.709.500,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	67.100,00
	1.022 FUNDEF/FUNDEB 70%	67.100,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS,	290.000,00
	FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	290.000,00
	1.022 FUNDEF/FUNDEB 70%	290.000,00
09.001.12.361.0004.2.018 Manutenção do Ensino Fundamental		**88.615,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	88.615,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	88.615,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	88.615,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	71.615,00
	1.026 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	15.000,00
	1.028 Demais impostos vinculados à educação básica	50.000,00
	11.041 Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	6.615,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
	1.026 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	10.000,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	7.000,00
	1.026 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	7.000,00
09.001.12.361.0004.2.019 Capacitação de Professores do Ensino Fundamental		**20.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	20.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	5.000,00
	1.026 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	5.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
	1.026 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	15.000,00
09.001.12.361.0004.2.020 Manutenção Predial das Escolas - Ensino Fundamental		**20.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	20.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
	1.026 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	10.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
	1.026 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	10.000,00
09.001.12.361.0004.2.021 Aquisição de Uniforme e Material Didático - Ensino Fundamental		**44.600,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	44.600,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	44.600,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	44.600,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	44.600,00
	1.026 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	21.600,00
	1.028 Demais impostos vinculados à educação básica	23.000,00
Despesa	Descrição	Valor
09.001.12.361.0004.2.062 Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 30%		**879.235,32**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	879.235,32
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	879.235,32
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	769.235,32
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	756.384,15
	1.024 FUNDEF/FUNDEB 30%	756.384,15
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	12.851,17
	1.024 FUNDEF/FUNDEB 30%	12.851,17
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS,	110.000,00
	FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	110.000,00
	1.024 FUNDEF/FUNDEB 30%	110.000,00

09.001.12.361.0004.2.063 Implantação da Educação Integral		**120.500,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	500,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	500,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	500,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	500,00
	1.026 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	500,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	120.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	120.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	120.000,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	120.000,00
	1.026 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	120.000,00
09.001.12.361.0006.2.026 Manutenção do Transporte Escolar - Esnino Fundamental		**2.050.691,10**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.050.691,10
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.050.691,10
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	2.050.691,10
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	175.000,00
	1.026 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	70.000,00
	1.028 Demais impostos vinculados à educação básica	105.000,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.795.691,10
	1.026 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	453.818,42
	1.028 Demais impostos vinculados à educação básica	273.717,12
	1.034 Salário Educação - Exercício Corrente	315.584,40
	11.013 Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE	573.023,40
	11.043 Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	179.547,76
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	80.000,00
	1.026 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	20.000,00
	1.028 Demais impostos vinculados à educação básica	60.000,00
09.001.12.361.0024.1.053		**36.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	36.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	36.000,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	6.000,00
	1.026 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	6.000,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	30.000,00
	1.026 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	30.000,00
09.001.12.365.0003.2.016 Aquisição de Material Didático - Educação Infantil		**15.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	15.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	15.000,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15.000,00
	1.028 Demais impostos vinculados à educação básica	15.000,00
09.001.12.365.0003.2.085 Manutenção das escolas de Ensino enfantil - Pré-escola		**325.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	325.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	299.000,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	264.000,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	259.000,00
	1.022 FUNDEF/FUNDEB 70%	229.000,00
	1.024 FUNDEF/FUNDEB 30%	30.000,00
Despesa	Descrição	Valor
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
	1.024 FUNDEF/FUNDEB 30%	5.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS,	35.000,00
	FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	35.000,00
	1.022 FUNDEF/FUNDEB 70%	30.000,00
	1.024 FUNDEF/FUNDEB 30%	5.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	26.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	26.000,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	2.000,00
	1.026 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	2.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
	1.026 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	5.000,00
	1.028 Demais impostos vinculados à educação básica	15.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.000,00
	1.026 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	2.000,00
	1.028 Demais impostos vinculados à educação básica	2.000,00
09.001.12.365.0003.2.086 Manutenção das escolas de Ensino enfantil - creche		**354.100,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	354.100,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	318.100,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	282.000,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	277.000,00
	1.022 FUNDEF/FUNDEB 70%	168.500,00
	1.024 FUNDEF/FUNDEB 30%	30.000,00
	1.028 Demais impostos vinculados à educação básica	78.500,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
	1.024 FUNDEF/FUNDEB 30%	5.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS,	36.100,00
	FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	36.100,00
	1.022 FUNDEF/FUNDEB 70%	22.500,00
	1.024 FUNDEF/FUNDEB 30%	5.000,00
	1.028 Demais impostos vinculados à educação básica	8.600,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	36.000,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	2.000,00
	1.026 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	2.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
	1.026 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	15.000,00
	1.028 Demais impostos vinculados à educação básica	15.000,00

3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.000,00
	1.026 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	2.000,00
	1.028 Demais impostos vinculados à educação básica	2.000,00
09.001.12.366.0004.2.023 Manutenção da Educação de Jovens e Adultos		**1.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	500,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	500,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	500,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500,00
	1.028 Demais impostos vinculados à educação básica	500,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	500,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	500,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	500,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	500,00
	1.026 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	500,00
09.001.12.367.0004.1.009 Aparelhar as Escolas com Móveis e Equipamentos Adaptados aos Alunos com Deficiência		**1.000,00**
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
	1.028 Demais impostos vinculados à educação básica	1.000,00
Despesa	Descrição	Valor
09.001.12.367.0006.2.027 Manutenção e Aquisição de Veículo para Transporte Escolar - Educação Especial		**1.000,00**
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
	1.026 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.000,00
Despesa	Descrição	Valor
Órgão: 09. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade: 09.002. DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR		**5.000,00**
09.002.12.365.0006.2.028 Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Infantil		**5.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	5.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	5.000,00
	1.028 Demais impostos vinculados à educação básica	5.000,00
Despesa	Descrição	Valor
Órgão: 09. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade: 09.003. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		**368.865,77**
09.003.12.122.0002.2.013 Manutenção da Secretária Municipal de Educação		**368.865,77**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	368.865,77
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	281.500,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	281.500,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	240.000,00
	1.026 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	240.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	26.000,00
	1.026 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	26.000,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15.500,00
	1.026 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	15.500,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	87.365,77
3.3.71.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTRATO	25.000,00
	DE RATEIO	
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	25.000,00
	1.026 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	25.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	62.365,77
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	17.365,77
	1.026 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	17.365,77
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
	1.026 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	15.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25.000,00
	1.026 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	25.000,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO -	5.000,00
	PESSOA JURÍDICA	
	1.026 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	5.000,00
Despesa	Descrição	Valor
Órgão: 10. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS		
Unidade: 10.001. DEPARTAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO E OBRAS		**738.661,05**
10.001.15.452.0014.1.047 Asfalto novo Vida Nova - Convênio Nº 438/2023.		**150.000,00**
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	150.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	150.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	150.000,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	150.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	50.000,00
	31.770 Transferências Voluntárias Públicas Estaduais	100.000,00
10.001.15.452.0014.2.047 Manutenção da Secretaria Municipal de Obras		**571.661,05**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	561.661,05
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	397.000,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	345.000,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	260.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	260.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	85.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	85.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS,	52.000,00
	FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	52.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	52.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	164.661,05
3.3.72.00.00.00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	100.000,00
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000,00

	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	100.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	64.661,05
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	13.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	13.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	16.661,05
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
	1.511 TAXA - PRESTAÇAO DE SERVIÇOS	11.661,05
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	35.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	35.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	10.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
10.001.15.452.0014.2.084 Iluminação da Vila de Acesso ao Bairro Cerrado (PR092)		**1.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.000,00
3.3.22.00.00.00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	1.000,00
3.3.22.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
10.001.15.452.0014.2.105 CONVÊNIO AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO - SECID -24.126.583-8		**1.000,00**
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
10.001.15.452.0023.1.057		**15.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	15.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	15.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Despesa	Descrição	Valor
Órgão: 10. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS		
Unidade: 10.002. Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo		**1.000,00**
10.002.16.482.0026.2.110 Construção de Melhoria de 25 Unidades Habitacionais de Interesse Social (Sub 50)		**1.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	500,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	500,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	500,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	500,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	500,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	500,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	500,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	500,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	500,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	500,00
Despesa	Descrição	Valor
Órgão: 11. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES		
Unidade: 11.001. DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E CONTROLE DA F		**1.585.440,43**
11.001.26.782.0015.2.048 Manutenção da Secretaria Municipal de Transportes		**737.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	737.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	661.000,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	661.000,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	650.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	650.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	10.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	76.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	76.000,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	15.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	25.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	35.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	35.000,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO -	1.000,00
	PESSOA JURÍDICA	
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
11.001.26.782.0015.2.049 Manutenção do Departamento da Frota Municipal		**848.440,43**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	828.440,43
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	82.918,43
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	67.918,43
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	61.918,43
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	61.918,43
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS,	15.000,00
	FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	15.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	745.522,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	745.522,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	466.522,00

	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	380.000,00
	1.510 TAXA - EXERCICIO PODER DE POLICIA	86.522,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	279.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	279.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	20.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	20.000,00
Despesa	Descrição	Valor
Órgão: 11. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES		
Unidade: 11.002. DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS R		**1.239.884,70**
11.002.26.782.0016.2.050 Manutenção do Departamento de Estradas Rurais e Vicinais		**1.239.884,70**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.239.884,70
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	425.814,02
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	383.814,02
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	346.814,02
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	346.814,02
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	17.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	17.000,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	20.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	20.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS,	42.000,00
	FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	42.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	42.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	814.070,68
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	814.070,68
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	814.070,68
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	400.000,00
	1.504 Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais Não Previdenciárias	414.070,68
Despesa	Descrição	Valor
Órgão: 12. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
Unidade: 12.001. DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA A AGRICULTURA		**1.402.965,01**
12.001.20.606.0017.1.041 Armazém da Família		**68.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	68.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	68.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	68.000,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	3.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	3.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	30.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	30.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	30.000,00
12.001.20.606.0017.2.051 Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura		**370.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	370.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	295.000,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	295.000,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	260.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	260.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	30.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	30.000,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	5.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	75.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	75.000,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	15.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	30.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	25.000,00
12.001.20.606.0017.2.052 Manutenção do Departamento de Agricultura		**962.465,01**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	932.465,01
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	190.595,76
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	159.497,79
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	111.068,95
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	111.068,95
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	48.428,84
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	48.428,84
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS,	31.097,97
	FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	31.097,97
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	31.097,97
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	741.869,25
3.3.71.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTRATO	500,00
	DE RATEIO	
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	500,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	500,00
3.3.72.00.00.00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	1.000,00
3.3.72.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	500,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	500,00
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	500,00

3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	740.369,25
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	10.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	550.906,20
Despesa	Descrição	Valor
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	550.906,20
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	176.463,05
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	176.463,05
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO -	3.000,00
	PESSOA JURÍDICA	
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	3.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	30.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	30.000,00
12.001.20.606.0017.2.094 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS" – CONVÊNIO 947416/2023		**1.000,00**
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
12.001.20.606.0017.2.098 Aquisição de Maquinas e Equipamentos - 005563/2024		**1.000,00**
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
12.001.20.606.0017.2.103 Aquisição de Equipamentos- Convênio 348/2025 - SEAB		**500,00**
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	500,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	500,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	500,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	500,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	500,00
Despesa	Descrição	Valor
Órgão: 12. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
Unidade: 12.002. DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA A PECUÁRIA		**60.000,00**
12.002.20.606.0017.2.053 Manutenção do Departamento de Pecuária		**10.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	10.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
12.002.20.606.0021.1.055		**50.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	50.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	50.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	30.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	20.000,00
Despesa	Descrição	Valor
Órgão: 13. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO UR		
Unidade: 13.001. DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO		**58.505,80**
13.001.15.122.0014.2.054 Manutenção do Deparatamento de Planejamento Urbano		**58.505,80**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	58.505,80
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	58.505,80
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	53.505,80
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	38.463,59
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	38.463,59
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	15.042,21
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.042,21
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS,	5.000,00
	FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Despesa	Descrição	Valor
Órgão: 13. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO UR		
Unidade: 13.002. DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS		**1.143.998,47**
13.002.15.452.0014.1.043 Construção da Praça do Bairro do Cerrado		**120.000,00**
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	120.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	120.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	120.000,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	100.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	100.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	20.000,00
13.002.15.452.0014.2.055 Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos		**837.388,83**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	823.388,83
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	393.388,83
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	370.700,67
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	348.700,67
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	348.700,67
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	21.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	21.000,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00

3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS,	22.688,16
	FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	22.688,16
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	22.688,16
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	430.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	430.000,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	10.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	280.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	280.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	140.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	140.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	14.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	14.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	14.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	14.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	14.000,00
13.002.15.452.0014.2.064 Manutenção com Iluminação Pública		**186.609,64**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	161.609,64
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	161.609,64
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	161.609,64
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	146.609,64
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00
	1.507 COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	131.609,64
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	25.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	25.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	25.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	25.000,00
	1.507 COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	25.000,00
Despesa	Descrição	Valor
Órgão: 14. SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		
Unidade: 14.001. SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		**695.456,57**
14.001.18.541.0007.1.013 Aquisição de Equipamento para Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos		**5.000,00**
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	5.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
14.001.18.541.0007.1.032 Promoção da Educação Ambiental no município		**15.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	15.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.000,00
3.3.22.00.00.00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	15.000,00
3.3.22.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00
14.001.18.541.0007.1.033 Preservação de áreas de matas nativas e/ou mananciais		**10.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	10.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
14.001.18.541.0007.1.034 Programas voltados para a arborização das ruas e espaços públicos		**10.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	10.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
14.001.18.541.0007.1.049 Manejo de Resíduos Sólidos		**10.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	10.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
14.001.18.541.0007.2.029 Manutenção da Educação Ambiental		**20.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	15.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	15.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	5.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
14.001.18.541.0007.2.030 Manutenção do Cemitério Municipal		**95.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	65.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	35.000,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	25.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	25.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS,	5.000,00
	FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00

Despesa	Descrição	Valor
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	30.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	30.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	30.000,00
14.001.18.541.0007.2.033 Conservação e Recuperação de Matas Ciliares e Manutenção do Sistema de Drenagem Pluvial		**30.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	20.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	10.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
14.001.18.541.0007.2.056 Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente		**435.456,57**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	425.456,57
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	130.456,57
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	120.456,57
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	113.210,96
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	113.210,96
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	6.245,61
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	6.245,61
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS,	10.000,00
	FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	10.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	295.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	295.000,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	34.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	34.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	200.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	200.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	60.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	60.000,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO -	1.000,00
	PESSOA JURÍDICA	
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	10.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
14.001.18.541.0007.2.093 PROGRAMA "ITAIPU MAIS QUE ENERGIA"		**35.000,00**
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	35.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	35.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	35.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	35.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	35.000,00
Despesa	Descrição	Valor
14.001.18.541.0007.2.106		**30.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	30.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	28.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	28.000,00

Despesa	Descrição	Valor
Órgão: 15. SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E RECREAÇÃ		
Unidade: 15.001. SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E RECREAÇÃ		**339.800,00**
15.001.27.812.0018.2.057 Desenvolver Atividades Esportivas e Recreativas		**339.800,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	314.800,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	161.800,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	146.800,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	145.800,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	145.800,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS,	15.000,00
	FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	15.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00

3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	153.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	153.000,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	5.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	60.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	60.000,00
3.3.90.31.00.00	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E	30.000,00
	OUTRAS	
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	30.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	52.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	52.000,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO -	1.000,00
	PESSOA JURÍDICA	
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	25.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	25.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	25.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	25.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	25.000,00
Despesa	Descrição	Valor
Órgão: 16. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO		
Unidade: 16.001. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO		**375.686,78**
16.001.13.392.0019.1.051		**44.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	34.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	34.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	34.000,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	8.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	8.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	10.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
16.001.13.392.0019.2.058 Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo		**217.174,32**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	207.174,32
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	177.174,32
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	177.174,32
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	156.174,32
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	156.174,32
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	20.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	20.000,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	10.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	10.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
16.001.13.392.0019.2.100 Aquisição de 01(um) veículo hatch - Convênio nº 1030/25		**500,00**
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	500,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	500,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	500,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	500,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	500,00
16.001.13.392.0022.1.056		**114.012,46**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	79.012,46
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	79.012,46
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	79.012,46
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	25.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	6.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	6.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	48.012,46
Despesa	Descrição	Valor
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	48.012,46
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	35.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	35.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	35.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	35.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	35.000,00
Despesa	Descrição	Valor

Órgão: 17. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO		
Unidade: 17.001. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO		**184.002,00**
17.001.04.121.0001.2.059 Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento		**131.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	131.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	130.000,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	130.000,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	109.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	109.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	20.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	20.000,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
17.001.04.121.0001.2.060 Manutenção do Departamento de Projetos		**38.002,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	33.002,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	30.000,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	25.000,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	20.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS,	5.000,00
	FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.002,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	3.002,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1.001,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.001,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.001,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.001,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	5.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
17.001.04.121.0001.2.061 Manutenção do Departamento de Apoio Técnico Administrativo		**15.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	10.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	5.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Despesa	Descrição	Valor
Órgão: 18. SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOT		
Unidade: 18.001. SERVIÇOS AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOT		**661.617,47**
18.001.17.512.0028.1.100 Ampliação da rede de Distribuição de Água		**3.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	2.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
18.001.17.512.0028.2.100 Manutenção dos Serviços de Abastecimento de Água		**534.617,47**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	514.617,47
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	91.142,81
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	91.142,81
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	60.142,81
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	60.142,81
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	30.500,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	30.500,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	500,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	500,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	423.474,66
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	423.474,66
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	6.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	6.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	80.874,66
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	80.874,66
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	110.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	110.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	212.600,00

	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	212.600,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO -	12.000,00
	PESSOA JURÍDICA	
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	12.000,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	20.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	20.000,00
18.001.17.512.0028.2.101 Amortização do Reparcelamento da Dívida		**2.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.000,00
3.2.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.000,00
3.2.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00
3.2.90.21.00.00	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	1.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.000,00
4.6.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.000,00
4.6.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00
4.6.90.71.00.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	1.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
18.001.17.512.0028.2.102 Ampliação de rede Coletora de Esgoto		**3.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.000,00
Despesa	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	2.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
18.001.17.512.0028.2.103 Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná		**119.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	69.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	69.000,00
3.3.71.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTRATO	10.000,00
	DE RATEIO	
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	10.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
3.3.72.00.00.00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	59.000,00
3.3.72.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	20.000,00
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	20.000,00
3.3.72.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO -	19.000,00
	PESSOA JURÍDICA	
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	19.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	50.000,00
4.4.72.00.00.00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	50.000,00
4.4.72.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.000,00
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	50.000,00
Despesa	Descrição	Valor
Órgão: 19. CONSELHO ADMINISTRATIVO DO REGIME PREVIDE		
Unidade: 19.001. CONSELHO ADMINISTRATIVO DO REGIME PREVIDE		**3.151.947,14**
19.001.09.272.0029.2.201 MANUTENÇÃO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL		**3.151.947,14**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.950.733,95
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.829.945,16
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	2.812.247,23
3.1.90.01.00.00	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	2.228.046,83
	DOS MILITARES	
	1.015 Regime Próprio de Previdencia Social - Exercício Corrente	2.228.046,83
3.1.90.03.00.00	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	480.000,00
	1.015 Regime Próprio de Previdencia Social - Exercício Corrente	480.000,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	100.000,00
	100 Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	100.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	4.200,40
	100 Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	4.200,40
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS,	17.697,93
	FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	17.697,93
	100 Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	17.697,93
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	120.788,79
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	120.788,79
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	7.000,67
	100 Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	7.000,67
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.788,12
	100 Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	5.788,12
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	52.000,00
	100 Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	52.000,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO -	36.000,00
	PESSOA JURÍDICA	
	100 Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	36.000,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	20.000,00
	1.015 Regime Próprio de Previdencia Social - Exercício Corrente	20.000,00

4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	10.159,68
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	10.159,68
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	10.159,68
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.159,68
	100 Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	10.159,68
9.0.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	191.053,51
9.9.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	191.053,51
9.9.99.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	191.053,51
9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	191.053,51
	1.015 Regime Próprio de Previdencia Social - Exercício Corrente	191.053,51
Despesa	Descrição	Valor
Órgão: 99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
Unidade: 99.999. RESERVA DE CONTINGÊNCIA		**190.329,93**
99.999.99.999.9999.9.999 Reserva de Contingência		**190.329,93**
9.0.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	190.329,93
9.9.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	190.329,93
9.9.99.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	190.329,93
9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	190.329,93
	1.001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	190.329,93
	Total Geral:	**41.217.933,24**
ESEQUIEL BESTEL JUNIOR	***ELIAS ANDERSON STRAUBE***	
Prefeito Municipal	Contador	

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:A1C52ADF

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LOA - SUMÁRIO GERAL DA RECEITA POR FONTES E DA DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES			
Estado do Paraná			
Exercício: 2026			
Art. 2º, Parágrafo 1º			
Sumário Geral da Receita por Fontes e da Despesa por Função de Governo			
RECEITAS		**DESPESAS**	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.152.105,95	Legislativa	2.260.318,29
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria - Descontos Concedidos	-2.474,98	Judiciária	810.312,09
Contribuições	156.609,64	Administração	6.545.156,08
Receita Patrimonial	37.888,40	Assistência Social	2.292.443,51
RECEITA DE SERVIÇOS	661.617,47	Previdência Social	3.151.947,14
Transferências Correntes	41.084.079,10	Saúde	7.947.121,75
Transferências Correntes - Deduções FUNDEB	-6.129.136,77		
Outras Receitas Correntes	5.297,29	Educação	9.037.288,17
Transferências de Capital	100.000,00	Cultura	375.686,78
CONTRIBUIÇÕES	1.524.261,86	Urbanismo	1.941.165,32
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.627.685,28	Habitação	1.000,00
		Saneamento	661.617,47
		Gestão Ambiental	695.456,57
		Agricultura	1.462.965,01
		Transporte	2.825.325,13
		Desporto e Lazer	339.800,00
		Encargos Especiais	680.000,00
		Reserva de Contingência	190.329,93
TOTAL	**41.217.933,24**	**TOTAL**	**41.217.933,24**
ESEQUIEL BESTEL JUNIOR		***ELIAS ANDERSON STRAUBE***	
Prefeito Municipal		Contador	

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:E1AD5BC9

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS II A - DESPESA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES		
Estado do Paraná		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS		
II a - DESPESA		
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF		
Consolidado		
DESPESAS CORRENTES		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2023	31.823.784,24	
2024	37.084.156,26	116,53
2025	30.876.676,49	83,26
2026	32.661.007,52	105,78
2027	34.357.010,16	105,19
2028	36.448.840,45	106,09
Nota:		
Pessoal e Encargos Sociais		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2023	19.175.686,52	
2024	21.717.010,48	113,25
2025	18.650.526,21	85,88
2026	19.576.446,68	104,96

2027	20.672.570,97	105,60
2028	22.218.253,66	107,48
Nota:		
Juros e Encargos da Dívida		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2023	45.132,57	
2024	37.933,64	84,05
2025	123.261,00	324,94
2026	130.656,66	106,00
2027	138.496,06	106,00
2028	146.805,82	106,00
Nota:		
Outras Despesas Correntes		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2023	12.602.965,15	
2024	15.329.212,14	121,63
2025	12.102.889,28	78,95
2026	12.953.904,18	107,03
2027	13.545.943,13	104,57
2028	14.083.780,96	103,97
Nota:		
DESPESAS DE CAPITAL		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2023	2.468.801,83	
2024	5.613.417,81	227,37
2025	1.377.964,94	24,55
2026	1.458.929,41	105,88
2027	1.545.855,60	105,96
2028	1.632.837,67	105,63
Nota:		
Investimentos		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2023	2.158.397,50	
2024	5.174.093,09	239,72
2025	826.702,32	15,98
2026	874.591,04	105,79
2027	926.456,92	105,93
2028	976.275,07	105,38
Nota:		
Inverções Financeiras		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2023	0,00	
2024	0,00	0,00
2025	0,00	0,00
2026	0,00	0,00
2027	0,00	0,00
2028	0,00	0,00
Nota:		
Amortização da Dívida		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2023	310.404,33	
2024	439.324,72	141,53
2025	551.262,62	125,48
2026	584.338,38	106,00
2027	619.398,68	106,00
2028	656.562,60	106,00
Nota:		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2023	0,00	
2024	0,00	0,00
2025	270.685,62	0,00
2026	356.909,74	131,85
2027	280.739,97	78,66
2028	202.863,91	72,26
Nota:		
Doutor Ulysses 16 de dezembro de 2025		
ESEQUIEL BESTEL JUNIOR	***ELIAS ANDERSON STRAUBE***	
Prefeito Municipal	Contador	

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:17F823E0

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS I - RECEITAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES						
Estado do Paraná						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS						
I - RECEITAS						
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF						
2026						
Consolidado						R$
ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Receitas Correntes	38.729.186,46	41.544.429,26	35.656.882,95	42.907.538,01	45.338.990,72	48.048.225,52

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.569.251,89	2.265.681,49	1.787.703,07	2.395.135,50	2.538.843,63	2.691.174,25
Contribuições	1.791.836,22	154.145,56	150.217,89	161.852,83	171.564,00	181.857,84
Receita Patrimonial	1.741.412,60	1.536.990,31	0,00	37.888,40	40.161,70	42.571,40
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	454.441,90	631.472,06	398.873,85	484.108,08	370.155,00	381.259,65
Transferências Correntes	31.922.324,00	36.641.968,92	33.317.472,63	39.823.255,91	42.212.651,26	44.745.410,34
Demais Receitas Correntes	249.919,85	314.170,92	2.615,51	5.297,29	5.615,13	5.952,04
Receitas de Capital	1.317.483,09	4.099.463,41	0,00	100.000,00	106.000,00	112.360,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	430.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.317.483,09	3.668.663,41	0,00	100.000,00	106.000,00	112.360,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes - IntraOrçamentária	159.420,34	1.924.213,99	1.928.952,12	2.044.689,25	2.167.370,60	2.297.412,83
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	159.420,34	1.924.213,99	1.928.952,12	2.044.689,25	2.167.370,60	2.297.412,83
Receita Patrimonial - IntraOrçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital - IntraOrçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções da Receita	-4.503.304,09	-5.281.972,86	-5.060.508,02	-5.964.548,71	-6.322.421,63	-6.701.766,93
Renúncia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descontos Concedidos	-175,82	0,00	-1.911,20	-3.036,34	-3.218,52	-3.411,63
Dedução da Receita para a formação do FUNDEB	-4.501.596,78	-5.279.837,87	-5.058.596,82	-5.961.512,37	-6.319.203,11	-6.698.355,30
Outras Deduções	-1.531,49	-2.134,99	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**35.702.785,80**	**42.286.133,80**	**32.525.327,05**	**39.087.678,55**	**41.289.939,69**	**43.756.231,42**

Comentários

1- A elaboração das Metas Fiscais Anuais e das projeções orçamentárias da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO foi realizada em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, observando-se critérios técnicos, prudenciais e compatíveis com a capacidade financeira do Município

Foram utilizados como base:

Dados da execução orçamentária dos últimos três exercícios encerrados;

Projeção do exercício corrente

Premissas macroeconômicas oficiais;

Legislação vigente;

Limites constitucionais e legais.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR	***ELIAS ANDERSON STRAUBE***
Prefeito Municipal	Contador

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:5818F6CA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PPA - CONFERÊNCIA DAS DESPESAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES

Estado do Paraná

Exercício: 2026 a 2029

PPA - CONFERÊNCIA DAS DESPESAS

CONTA	DESCRICAO		2026	2027	2028	2029
01	CAMARA MUNICIPAL		2.260.318,29	2.395.937,39	2.539.693,63	2.692.075,26
01.001	CAMARA MUNICIPAL		2.260.318,29	2.395.937,39	2.539.693,63	2.692.075,26
01.001.01	Legislativa		2.260.318,29	2.395.937,39	2.539.693,63	2.692.075,26
01.001.01.031	Ação Legislativa		2.260.318,29	2.395.937,39	2.539.693,63	2.692.075,26
01.001.01.031.0001	Processo Legislativo		2.260.318,29	2.395.937,39	2.539.693,63	2.692.075,26
2001	Manutenção das Atividades Legislativas		2.260.318,29	2.395.937,39	2.539.693,63	2.692.075,26
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01001	1.340.269,51	1.420.685,68	1.505.926,82	1.596.282,43
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01001	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	01001	26.000,00	27.560,00	29.213,60	30.966,42
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01001	191.390,48	202.873,91	215.046,34	227.949,12
3.3.72.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	01001	48.000,00	50.880,00	53.932,80	57.168,77
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	01001	40.000,00	42.400,00	44.944,00	47.640,64
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01001	170.875,28	181.127,80	191.995,47	203.515,20
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01001	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01001	140.000,00	148.400,00	157.304,00	166.742,24
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	01001	60.000,00	63.600,00	67.416,00	71.460,96
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	01001	180.000,00	190.800,00	202.248,00	214.382,88

3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	01001	13.783,02	14.610,00	15.486,60	16.415,80
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01001	35.000,00	37.100,00	39.326,00	41.685,56
02	GABINETE DO PREFEITO		763.778,61	764.967,03	810.865,05	859.516,96
02.001	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO		763.778,61	764.967,03	810.865,05	859.516,96
02.001.04	Administração		763.778,61	764.967,03	810.865,05	859.516,96
02.001.04.122	Administração Geral		763.778,61	764.967,03	810.865,05	859.516,96
02.001.04.122.0001	APOIO ADMINISTRATIVO		763.778,61	764.967,03	810.865,05	859.516,96
2002	Manutenção da Assessoria do Gabinete		763.778,61	809.605,33	858.181,65	909.672,56
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01000	538.000,00	570.280,00	604.496,80	640.766,61
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	42.778,61	45.345,33	48.066,05	50.950,01
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	01000	21.000,00	22.260,00	23.595,60	25.011,34
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	01000	60.000,00	63.600,00	67.416,00	71.460,96
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	25.000,00	26.500,00	28.090,00	29.775,40
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01000	30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48
03	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		810.312,09	858.930,82	910.466,67	965.094,68
03.001	ASSESSORIA JURÍDICA		810.312,09	858.930,82	910.466,67	965.094,68
03.001.02	Judiciária		810.312,09	858.930,82	910.466,67	965.094,68
03.001.02.092	Representação Judicial e Extrajudicial		810.312,09	858.930,82	910.466,67	965.094,68
03.001.02.092.0001	APOIO ADMINISTRATIVO		810.312,09	858.930,82	910.466,67	965.094,68
2003	Manutenção da Assessoria Jurídica		810.312,09	858.930,82	910.466,67	965.094,68
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01000	387.000,00	410.220,00	434.833,20	460.923,19
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	30.312,09	32.130,82	34.058,67	36.102,19
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	01000	8.000,00	8.480,00	8.988,80	9.528,13
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	13.000,00	13.780,00	14.606,80	15.483,21
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	01000	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	500,00	530,00	561,80	595,51
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01000	500,00	530,00	561,80	595,51
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
3.3.90.91.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	01000	350.000,00	371.000,00	393.260,00	416.855,60
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01000	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
04	CONTROLADORIA GERAL		180.750,00	191.595,00	203.090,70	215.276,15
04.001	CONTROLADORIA GERAL		180.750,00	191.595,00	203.090,70	215.276,15
04.001.04	Administração		180.750,00	191.595,00	203.090,70	215.276,15
04.001.04.124	Controle Externo		180.750,00	191.595,00	203.090,70	215.276,15
04.001.04.124.0001	APOIO ADMINISTRATIVO		180.750,00	191.595,00	203.090,70	215.276,15
2004	Manutenção da Controladoria Geral		180.750,00	191.595,00	203.090,70	215.276,15
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01000	141.750,00	150.255,00	159.270,30	168.826,52
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	01000	500,00	530,00	561,80	595,51
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	01000	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	2.500,00	2.650,00	2.809,00	2.977,54
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01000	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		4.596.607,52	4.979.164,96	5.277.914,89	5.594.589,61
05.001	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		289.000,00	309.520,00	328.091,20	347.776,69
05.001.04	Administração		289.000,00	309.520,00	328.091,20	347.776,69
05.001.04.128	Formação de Recursos Humanos		289.000,00	309.520,00	328.091,20	347.776,69
05.001.04.128.0001	APOIO ADMINISTRATIVO		289.000,00	309.520,00	328.091,20	347.776,69
2005	Manutenção do Departamento de Recursos Humanos		169.000,00	179.140,00	189.888,40	201.281,72
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01000	135.000,00	143.100,00	151.686,00	160.787,16
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	6.000,00	6.360,00	6.741,60	7.146,10
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	01000	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
4.4.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01000	6.000,00	6.360,00	6.741,60	7.146,10
2077	Indenizações e Restituições Trabalhistas		120.000,00	127.200,00	134.832,00	142.921,92
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	01000	120.000,00	127.200,00	134.832,00	142.921,92
05.002	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO		299.565,96	323.728,79	343.152,52	363.741,68
05.002.04	Administração		299.565,96	323.728,79	343.152,52	363.741,68
05.002.04.122	Administração Geral		299.565,96	323.728,79	343.152,52	363.741,68
05.002.04.122.0001	APOIO ADMINISTRATIVO		299.565,96	323.728,79	343.152,52	363.741,68
2006	Manutenção do Departamento de Compras e Licitações		299.565,96	317.539,92	336.592,32	356.787,87
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01000	175.500,00	186.030,00	197.191,80	209.023,31
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	01000	44.404,52	47.068,79	49.892,92	52.886,50
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	23.661,44	25.081,13	26.586,00	28.181,16
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	01000	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	01000	7.000,00	7.420,00	7.865,20	8.337,11
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,05
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01000	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01000	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
05.003	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO		4.008.041,56	4.345.916,17	4.606.671,17	4.883.071,24
05.003.04	Administração		4.008.041,56	4.345.916,17	4.606.671,17	4.883.071,24
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
05.003.04.122	Administração Geral		4.008.041,56	4.345.916,17	4.606.671,17	4.883.071,24
05.003.04.122.0001	APOIO ADMINISTRATIVO		4.008.041,56	4.345.916,17	4.606.671,17	4.883.071,24
2007	Manutenção do Departamento de Administração		2.359.356,28	2.599.369,77	2.755.331,99	2.920.651,71

3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01000	690.000,00	731.400,00	808.125,14	856.612,46
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	55.600,00	58.936,00	62.472,16	66.220,49
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	01000	2.000,00	2.120,00	2.247,20	2.382,03
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	71.500,00	75.790,00	80.337,40	85.157,64
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	01000	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	01000	30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	149.461,72	189.411,59	167.935,19	178.011,30
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01000	60.000,00	63.600,00	67.416,00	71.460,96
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	298.388,40	348.333,87	336.392,80	356.576,37
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	01000	250.372,51	300.822,64	351.713,10	372.815,89
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	01000	690.000,00	731.400,00	775.284,00	821.801,04
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	01504	13.000,00	13.780,00	14.606,79	15.483,19
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	01512	14.033,65	14.875,67	15.768,21	16.714,30
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01000	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32
2087	Valorização do Servidor Público Municipal - capacitação nas áreas específicas		20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32
2082	Aporte para cobertura do Déficit Atuarial do RPPS		1.627.685,28	1.725.346,40	1.828.867,18	1.938.599,21
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	01000	1.627.685,28	1.725.346,40	1.828.867,18	1.938.599,21
2104	Aquisição de 04 (quatro) - CONVÊNIO 393/2025 - SECID		1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		1.500.017,95	1.590.019,03	1.685.420,17	1.786.545,40
06.001	DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE		364.000,00	385.840,00	408.990,40	433.529,83
06.001.04	Administração		364.000,00	385.840,00	408.990,40	433.529,83
06.001.04.122	Administração Geral		364.000,00	385.840,00	408.990,40	433.529,83
06.001.04.122.0001	APOIO ADMINISTRATIVO		364.000,00	385.840,00	408.990,40	433.529,83
2008	Manutenção do Departamento de Contabilidade		364.000,00	385.840,00	408.990,40	433.529,83
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01000	265.000,00	280.900,00	297.754,00	315.619,24
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	01000	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	29.000,00	30.740,00	32.584,40	34.539,46
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	01000	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01000	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01000	18.000,00	19.080,00	20.224,80	21.438,29
06.002	DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO		222.667,95	236.028,03	250.189,71	265.201,10
06.002.04	Administração		222.667,95	236.028,03	250.189,71	265.201,10
06.002.04.129	Administração de Receitas		222.667,95	236.028,03	250.189,71	265.201,10
06.002.04.129.0001	APOIO ADMINISTRATIVO		222.667,95	236.028,03	250.189,71	265.201,10
2009	Manutenção do Departamento de Tributação		222.667,95	236.028,03	250.189,71	265.201,10
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01000	168.667,95	178.788,03	189.515,31	200.886,23
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	8.000,00	8.480,00	8.988,80	9.528,13
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	01000	500,00	530,00	561,80	595,51
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	01000	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01000	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	01000	500,00	530,00	561,80	595,51
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01000	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
06.003	DEPARTAMENTO DE TESOURARIA		913.350,00	968.151,00	1.026.240,06	1.087.814,47
06.003.04	Administração		233.350,00	247.351,00	262.192,06	277.923,59
06.003.04.123	Administração Financeira		233.350,00	247.351,00	262.192,06	277.923,59
06.003.04.123.0001	APOIO ADMINISTRATIVO		233.350,00	247.351,00	262.192,06	277.923,59
2010	Manutenção do Departamento de Tesouraria e Finanças		233.350,00	247.351,00	262.192,06	277.923,59
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01000	171.850,00	182.161,00	193.090,66	204.676,10
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	01000	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01000	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	01000	500,00	530,00	561,80	595,51
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01000	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
06.003.28	Encargos Especiais		680.000,00	720.800,00	764.048,00	809.890,88
06.003.28.843	Serviço da Dívida Interna		680.000,00	720.800,00	764.048,00	809.890,88
06.003.28.843.0000	ENCARGOS ESPECIAIS		680.000,00	720.800,00	764.048,00	809.890,88
2065	Encargos e Amortização da Dívida Pública		680.000,00	720.800,00	764.048,00	809.890,88
3.2.90.21.00.00	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	01000	100.000,00	106.000,00	112.360,00	119.101,60
4.6.90.72.00.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA MOBILIÁRIA RESGATADO	01000	580.000,00	614.800,00	651.688,00	690.789,28
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		7.947.121,75	8.453.647,75	8.960.866,62	9.498.518,62
07.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		7.947.121,75	8.453.647,75	8.960.866,62	9.498.518,62
07.001.10	Saúde		7.947.121,75	8.453.647,75	8.960.866,62	9.498.518,62
07.001.10.122	Administração Geral		2.419.027,33	2.593.867,67	2.749.499,73	2.914.469,71
07.001.10.122.0013	DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL		2.419.027,33	2.593.867,67	2.749.499,73	2.914.469,71
2039	Manutenção de Desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde		2.414.527,33	2.589.097,67	2.744.443,53	2.909.110,15
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01303	1.759.753,15	1.895.037,04	2.008.739,26	2.129.263,62
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01303	160.104,84	169.711,13	179.893,80	190.687,43
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	01303	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01303	165.669,34	175.609,50	186.146,07	197.314,83
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	01303	100.000,00	106.000,00	112.360,00	119.101,60
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01303	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	01303	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01303	50.000,00	53.000,00	56.180,00	59.550,80

3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01303	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01303	60.000,00	63.600,00	67.416,00	71.460,96
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	01303	83.000,00	87.980,00	93.258,80	98.854,33
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	01303	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	01303	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01303	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
2041	Estruturar e Manter Conselho Municipal de Saúde		4.500,00	4.770,00	5.056,20	5.359,56
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01303	1.500,00	1.590,00	1.685,40	1.786,52
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01303	1.500,00	1.590,00	1.685,40	1.786,52
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01303	1.500,00	1.590,00	1.685,40	1.786,52
07.001.10.301	Atenção Básica		5.342.594,42	5.663.150,08	6.002.939,09	6.363.115,44
07.001.10.301.0013	DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL		5.342.594,42	5.663.150,08	6.002.939,09	6.363.115,44
2040	Manutenção da Atenção Básica de Saúde		3.512.782,22	3.723.549,15	3.946.962,11	4.183.779,85
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01303	1.470.014,92	1.558.215,82	1.651.708,77	1.750.811,30
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01303	70.970,21	75.228,42	79.742,13	84.526,66
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	01303	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01303	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
3.3.72.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01303	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
3.3.72.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	01303	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01303	364.463,06	386.330,84	409.510,69	434.081,33
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	01303	140.000,00	148.400,00	157.304,00	166.742,24
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1494	105.000,00	111.300,00	117.978,00	125.056,68
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01303	176.078,64	186.643,36	197.841,96	209.712,48
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1494	139.264,20	147.620,05	156.477,25	165.865,88
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	494	362.675,38	384.435,90	407.502,05	431.952,17
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇ	01303	180.500,00	191.330,00	202.809,80	214.978,39
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇ	494	100.000,00	106.000,00	112.360,01	119.101,60
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01303	1.455,00	1.542,30	1.634,84	1.732,93
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01303	141.360,81	149.842,46	158.833,01	168.362,99
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1494	100.000,00	106.000,00	112.360,00	119.101,60
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	494	130.000,00	137.800,00	146.068,00	154.832,10
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01303	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
2042	Manutenção das Atividades do Programa Agente Comunitário de Saúde - ACS		582.912,00	617.886,72	654.959,92	694.257,52
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10051	497.912,00	527.786,72	559.453,92	593.021,16
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	10051	45.000,00	47.700,00	50.562,00	53.595,72
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	10051	40.000,00	42.400,00	44.944,00	47.640,64
2044	Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Equipe de Saúde Bucal		793.800,00	841.428,00	891.913,68	945.428,49
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01303	590.900,00	626.354,00	663.935,24	703.771,35
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01303	53.300,00	56.498,00	59.887,88	63.481,15
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01303	54.600,00	57.876,00	61.348,56	65.029,47
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01303	60.000,00	63.600,00	67.416,00	71.460,96
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01303	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01303	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
2045	Manutenção da Assistência Farmacêutica		310.000,00	328.600,00	348.316,00	369.214,96
3.3.72.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01303	300.000,00	318.000,00	337.080,00	357.304,80
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01303	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
2067	Manutenção do Serviço Movel de Urgência e Emergência - SAMU		57.600,20	61.056,21	64.719,58	68.602,75
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01303	57.600,20	61.056,21	64.719,58	68.602,75
2083	Programa Mais Médicos.		85.500,00	90.630,00	96.067,80	101.831,87
3.1.96.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	01303	36.000,00	38.160,00	40.449,60	42.876,58
3.3.96.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	01303	49.500,00	52.470,00	55.618,20	58.955,29
07.001.10.304	Vigilância Sanitária		40.500,00	42.930,00	45.505,80	48.236,15
07.001.10.304.0013	DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL		40.500,00	42.930,00	45.505,80	48.236,15
2046	Manutenção da Vigiância Sanitária		40.500,00	42.930,00	45.505,80	48.236,15
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01303	30.500,00	32.330,00	34.269,80	36.325,99
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01303	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01303	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
07.001.10.305	Vigilância Epidemiológica		145.000,00	153.700,00	162.922,00	172.697,32
07.001.10.305.0013	DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL		145.000,00	153.700,00	162.922,00	172.697,32
2096	Manutenção da Vigilância Epidemiológica		145.000,00	153.700,00	162.922,00	172.697,32
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01303	130.000,00	137.800,00	146.068,00	154.832,08
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01303	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01303	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01303	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		2.292.443,51	2.430.430,12	2.574.665,93	2.729.145,93
08.001	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.669.042,51	1.769.625,06	1.874.212,57	1.986.665,35
08.001.08	Assistência Social		1.669.042,51	1.769.625,06	1.874.212,57	1.986.665,35
08.001.08.122	Administração Geral		1.669.042,51	1.769.625,06	1.874.212,57	1.986.665,35
08.001.08.122.0012	SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.669.042,51	1.769.625,06	1.874.212,57	1.986.665,35
2035	Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social		1.592.942,51	1.688.519,06	1.789.830,21	1.897.220,03
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01000	983.143,16	1.042.131,75	1.104.659,66	1.170.939,24
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	69.559,35	73.732,91	78.156,88	82.846,29
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	01000	18.000,00	19.080,00	20.224,80	21.438,29
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	98.000,00	103.880,00	110.112,80	116.719,57
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	01000	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	01000	65.000,00	68.900,00	73.034,00	77.416,04
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	935	5.040,00	5.342,40	5.662,95	6.002,72
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	160.000,00	169.600,00	179.776,00	190.562,56
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	934	36.860,00	39.071,60	41.415,90	43.900,85
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	935	38.340,00	40.640,40	43.078,82	45.663,55
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01000	6.000,00	6.360,00	6.741,60	7.146,10
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	934	500,00	530,00	561,80	595,51
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	935	500,00	530,00	561,80	595,51
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	63.000,00	66.780,00	70.786,80	75.034,01
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	934	500,00	530,00	561,80	595,51

3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	935	500,00	530,00	561,80	595,51
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	01000	2.500,00	2.650,00	2.809,00	2.977,54
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	01000	500,00	530,00	561,80	595,51
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01000	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
2072	Assistência ao Portador de Deficiência		1.000,00	1.560,00	1.653,60	1.752,82
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	500,00	530,00	561,80	595,51
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	500,00	530,00	561,80	595,51
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01000	0,00	500,00	530,00	561,80
2073	Proteção Especial Social		55.000,00	58.300,00	61.798,00	65.505,88
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	50.000,00	53.000,00	56.180,00	59.550,80
2089	CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social		12.500,00	13.250,00	14.045,00	14.887,71
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	935	500,00	530,00	561,80	595,51
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01000	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
2074	Manutenção do Programa IGD - Bolsa Família		6.000,00	6.360,00	6.741,60	7.146,10
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	934	6.000,00	6.360,00	6.741,60	7.146,10
2075	Manutenção do Programa IGD SUAS		1.500,00	1.590,00	1.685,40	1.786,53
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	935	500,00	530,00	561,80	595,51
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	935	500,00	530,00	561,80	595,51
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	935	500,00	530,00	561,80	595,51
2099	Construção de Creches - CEDCA/PR		100,00	106,00	112,36	119,10
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	01000	100,00	106,00	112,36	119,10
08.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		380.600,00	403.436,00	427.642,16	453.300,70
08.002.08	Assistência Social		380.600,00	403.436,00	427.642,16	453.300,70
08.002.08.245	Serviços Socioassistenciais		380.600,00	403.436,00	427.642,16	453.300,70
08.002.08.245.0009	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		380.600,00	403.436,00	427.642,16	453.300,70
2036	Manutenção de Benefícios Eventuais		1.500,00	1.590,00	1.685,40	1.786,53
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	500,00	530,00	561,80	595,51
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	500,00	530,00	561,80	595,51
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	01000	500,00	530,00	561,80	595,51
2038	Manutenção do Programa Nossa Gente Paraná - CRAS		7.000,00	7.420,00	7.865,20	8.337,12
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	01000	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
2037	Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS		372.000,00	394.320,00	417.979,20	443.057,95
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01000	152.000,00	161.120,00	170.787,20	181.034,43
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	8.000,00	8.480,00	8.988,80	9.528,13
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	934	2.000,00	2.120,00	2.247,20	2.382,03
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	935	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	150.000,00	159.000,00	168.540,00	178.652,40
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	934	8.000,00	8.480,00	8.988,80	9.528,13
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	935	2.000,00	2.120,00	2.247,20	2.382,03
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	934	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	935	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01000	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
2079	Construção do espaço físico para o CRAS		100,00	106,00	112,36	119,10
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	01000	100,00	106,00	112,36	119,10
08.003	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		239.801,00	254.189,06	269.440,40	285.606,83
08.003.08	Assistência Social		239.801,00	254.189,06	269.440,40	285.606,83
08.003.08.243	Assistência à Criança a ao Adolescente		239.801,00	254.189,06	269.440,40	285.606,83
08.003.08.243.0009	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		239.801,00	254.189,06	269.440,40	285.606,83
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
6002	Manutenção do Fundo Municipal do Direito da Criança e do Adolescente		11.800,00	12.508,00	13.258,48	14.053,99
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	2.000,00	2.120,00	2.247,20	2.382,03
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	11011	4.800,00	5.088,00	5.393,28	5.716,88
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01000	500,00	530,00	561,80	595,51
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	2.000,00	2.120,00	2.247,20	2.382,03
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01000	2.500,00	2.650,00	2.809,00	2.977,54
6003	Manutenção do Conselho Tutelar		225.000,00	238.500,00	252.810,00	267.978,60
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01000	145.000,00	153.700,00	162.922,00	172.697,32
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	01000	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48
6006	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA		2.001,00	2.121,06	2.248,32	2.383,22
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01000	1.001,00	1.061,06	1.124,72	1.192,20
6007	Programa Incentivo Estadual voltado a Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes – FIA Estadual		1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
08.004	FUNDO MUNCIPAL AO IDOSO		3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,05
08.004.08	Assistência Social		3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,05
08.004.08.241	Assistência à Pessoa Idosa		3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,05
08.004.08.241.0009	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,05
2076	Assitencia à Pessoa Idosa		1.500,00	1.590,00	1.685,40	1.786,53
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	500,00	530,00	561,80	595,51
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01000	500,00	530,00	561,80	595,51
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	500,00	530,00	561,80	595,51
2088	Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI		1.500,00	1.590,00	1.685,40	1.786,52
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	1.500,00	1.590,00	1.685,40	1.786,52
09	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		9.037.288,17	9.480.820,89	10.049.720,84	10.652.817,68
09.001	DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS		8.663.422,40	9.081.940,89	9.626.908,05	10.204.636,12
09.001.12	Educação		8.663.422,40	9.081.940,89	9.626.908,05	10.204.636,12

09.001.12.306	Alimentação e Nutrição		512.916,30	543.691,28	576.312,76	613.792,96
09.001.12.306.0005	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR		512.916,30	543.691,28	576.312,76	613.792,96
2025	Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Fundamental		228.458,15	242.165,64	256.695,58	274.998,74
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	01103	60.000,00	63.600,00	67.416,00	74.362,40
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	01104	130.000,00	137.800,00	146.068,00	154.832,07
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	11042	38.458,15	40.765,64	43.211,58	45.804,27
2024	Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Infantil - Creche		139.458,15	147.825,64	156.695,18	166.096,89
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	01103	40.000,00	42.400,00	44.944,00	47.640,64
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	01104	80.000,00	84.800,00	89.888,00	95.281,28
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	11042	19.458,15	20.625,64	21.863,18	23.174,97
1058	Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Infantil - Pré Escola		145.000,00	153.700,00	162.922,00	172.697,33
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	01103	45.000,00	47.700,00	50.562,00	53.595,72
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	01104	80.000,00	84.800,00	89.888,00	95.281,28
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	11042	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,33
09.001.12.361	Ensino Fundamental		7.453.406,10	7.799.323,61	8.267.333,73	8.760.585,89
09.001.12.361.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL		5.366.715,00	5.561.832,91	5.895.593,58	6.249.442,78
1007	Aquisição de Equipamentos de informática – Ensino Fundamental		5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01103	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
1008	Construção, Reforma e Ampliação das Escolas – Ensino Fundamental		170.000,00	180.200,00	191.012,00	202.472,72
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	01103	170.000,00	180.200,00	191.012,00	202.472,72
2017	Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 70%		2.066.600,00	2.190.596,00	2.322.031,76	2.461.353,67
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01101	1.709.500,00	1.812.070,00	1.920.794,20	2.036.041,86
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01101	67.100,00	71.126,00	75.393,56	79.917,17
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01101	290.000,00	307.400,00	325.844,00	345.394,64
2018	Manutenção do Ensino Fundamental		88.615,00	93.931,90	99.567,81	105.541,88
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01103	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01104	50.000,00	53.000,00	56.180,00	59.550,80
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	11041	6.615,00	7.011,90	7.432,61	7.878,57
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01103	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	01103	7.000,00	7.420,00	7.865,20	8.337,11
2019	Capacitação de Professores do Ensino Fundamental		20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	01103	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01103	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
2020	Manutenção Predial das Escolas - Ensino Fundamental		20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01103	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01103	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
2021	Aquisição de Uniforme e Material Didático - Ensino Fundamental		44.600,00	47.276,01	50.112,57	53.119,33
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	01103	21.600,00	22.896,01	24.269,77	25.725,96
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	01104	23.000,00	24.380,00	25.842,80	27.393,37
2062	Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 30%		879.235,32	931.989,44	987.908,81	1.047.183,34
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01102	756.384,15	783.905,76	830.940,11	880.796,52
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01102	12.851,17	13.622,24	14.439,57	15.305,94
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	01102	0,00	2.000,00	2.120,00	2.247,20
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01102	110.000,00	116.600,00	123.596,00	131.011,76
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01102	0,00	5.000,00	5.300,00	5.618,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01102	0,00	5.000,00	5.300,00	5.618,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01102	0,00	5.861,44	6.213,13	6.585,92
2063	Implantação da Educação Integral		120.500,00	127.940,00	135.616,40	143.753,39
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01103	500,00	530,00	561,80	595,51
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01103	0,00	105,00	111,30	117,98
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	01103	120.000,00	127.200,00	134.832,00	142.921,92
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01103	0,00	105,00	111,30	117,98
1052	Mala Viajante		20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01103	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	01103	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
1059	Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 70% - Profissionais do Campo		1.269.000,00	1.345.140,00	1.425.848,40	1.511.399,30
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01101	1.100.000,00	1.166.000,00	1.235.960,00	1.310.117,60
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01101	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01101	154.000,00	163.240,00	173.034,40	183.416,46
1060	Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 30% - Profissionais do Campo		663.164,68	702.954,56	745.131,83	789.839,74
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01102	573.164,68	607.554,56	644.007,83	682.648,30
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01102	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01102	80.000,00	84.800,00	89.888,00	95.281,28
09.001.12.361.0006	TRANSPORTE ESCOLAR		2.050.691,10	2.199.330,70	2.331.290,55	2.468.266,53
2026	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental		2.050.691,10	2.199.330,70	2.331.290,55	2.468.266,53
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01103	70.000,00	74.200,00	78.652,00	83.371,12
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01104	105.000,00	120.272,27	127.488,61	135.137,93
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	01103	453.818,42	485.018,04	514.119,12	542.064,82
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	01104	273.717,12	302.795,50	320.963,23	340.221,01
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	01107	315.584,40	334.519,46	354.590,63	375.866,07
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	11013	573.023,40	607.404,80	643.849,09	682.480,04
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	11043	179.547,76	190.320,63	201.739,87	213.844,26
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01103	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01104	60.000,00	63.600,00	67.416,00	71.460,96
09.001.12.361.0024	APOIO A AGRICULTURA		36.000,00	38.160,00	40.449,60	42.876,58
1053	Transporte de Alunos do Ensino Técnico e Superior		36.000,00	38.160,00	40.449,60	42.876,58
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	01103	6.000,00	6.360,00	6.741,60	7.146,10
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	01103	30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48
09.001.12.365	Educação Infantil		694.100,00	735.746,00	779.890,76	826.684,21
09.001.12.365.0003	EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS - EDUCAÇÃO INFANTIL		694.100,00	735.746,00	779.890,76	826.684,21
2016	Aquisição de Material Didático - Educação Infantil		15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	01104	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
2085	Manutenção da Educação Infantil - Pré-Escola		325.000,00	344.500,00	365.170,00	387.080,19
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01101	229.000,00	242.740,00	257.304,40	272.742,66
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01102	30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01102	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08

3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01101	30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01102	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	01103	2.000,00	2.120,00	2.247,20	2.382,03
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01103	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01104	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01103	2.000,00	2.120,00	2.247,20	2.382,03
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01104	2.000,00	2.120,00	2.247,20	2.382,03
2086	Manutenção da Educação Infantil - creche		354.100,00	375.346,00	397.866,76	421.738,77
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01101	168.500,00	178.610,00	189.326,60	200.686,20
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01102	30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01104	78.500,00	83.210,00	88.202,60	93.494,76
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01102	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01101	22.500,00	23.850,00	25.281,00	26.797,86
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01102	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01104	8.600,00	9.116,00	9.662,96	10.242,74
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	01103	2.000,00	2.120,00	2.247,20	2.382,03
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01103	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01104	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01103	2.000,00	2.120,00	2.247,20	2.382,03
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01104	2.000,00	2.120,00	2.247,20	2.382,03
09.001.12.366	Educação de Jovens e Adultos		1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
09.001.12.366.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL		1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
2023	Manutenção da Educação de Jovens e Adultos		1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01104	500,00	530,00	561,80	595,51
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01103	500,00	530,00	561,80	595,51
09.001.12.367	Educação Especial		2.000,00	2.120,00	2.247,20	2.382,04
09.001.12.367.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL		1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
1009	Aparelhar as Escolas com Móveis e Equipamentos Adaptados aos Alunos com Deficiência		1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01104	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
09.001.12.367.0006	TRANSPORTE ESCOLAR		1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
2027	Manutenção e Aquisição de Veículo para Transporte Escolar - Educação Especial		1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01103	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
09.002	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR		5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
09.002.12	Educação		5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
09.002.12.365	Educação Infantil		5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
09.002.12.365.0006	TRANSPORTE ESCOLAR		5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
2028	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Infantil		5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	01104	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
09.003	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		368.865,77	393.580,00	417.194,79	442.226,48
09.003.12	Educação		368.865,77	393.580,00	417.194,79	442.226,48
09.003.12.122	Administração Geral		368.865,77	393.580,00	417.194,79	442.226,48
09.003.12.122.0002	EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS - APOIO ADMINISTRATIVO		368.865,77	393.580,00	417.194,79	442.226,48
2013	Manutenção da Secretária Municipal de Educação		368.865,77	390.997,72	414.457,58	439.325,04
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01103	240.000,00	254.400,00	269.664,00	285.843,84
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01103	26.000,00	27.560,00	29.213,60	30.966,42
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	01103	15.500,00	16.430,00	17.415,80	18.460,75
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	01103	25.000,00	26.500,00	28.090,00	29.775,40
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	01103	17.365,77	18.407,72	19.512,18	20.682,91
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01103	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01103	25.000,00	26.500,00	28.090,00	29.775,40
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	01103	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS		739.661,05	781.921,71	828.836,95	878.567,12
10.001	DEPARTAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO E OBRAS		738.661,05	781.920,71	828.835,95	878.566,12
10.001.15	Urbanismo		738.661,05	781.920,71	828.835,95	878.566,12
10.001.15.452	Serviços Urbanos		738.661,05	781.920,71	828.835,95	878.566,12
10.001.15.452.0014	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA		723.661,05	766.020,71	811.981,95	860.700,88
2047	Manutenção da Secretaria Municipal de Obras		571.661,05	605.960,71	642.318,35	680.857,46
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01000	260.000,00	275.600,00	292.136,00	309.664,16
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	85.000,00	90.100,00	95.506,00	101.236,36
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	52.000,00	55.120,00	58.427,20	61.932,83
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	100.000,00	106.000,00	112.360,00	119.101,60
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	01000	13.000,00	13.780,00	14.606,80	15.483,21
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01511	11.661,05	12.360,71	13.102,35	13.888,50
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	35.000,00	37.100,00	39.326,00	41.685,56
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01000	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
2084	Iluminação da Vila de Acesso ao Bairro Cerrado (PR092)		1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
3.3.22.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
1047	Asfalto novo Vida Nova - Convênio Nº 438/2023.		150.000,00	159.000,00	168.540,00	178.652,40
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	01000	50.000,00	53.000,00	56.180,00	59.550,80
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	31770	100.000,00	106.000,00	112.360,00	119.101,60
2105	CONVÊNIO AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO - SECID - 24.126.583-8		1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
10.001.15.452.0023	CIDADÃO ULYSSENSSE INDO E VINDO		15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
1057	Manutenção Preventiva e Corretiva da Infraestrutura Pública		15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
10.002	Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo		1.000,00	1,00	1,00	1,00
10.002.16	Habitação		1.000,00	1,00	1,00	1,00
10.002.16.482	Habitação Urbana		1.000,00	1,00	1,00	1,00
10.002.16.482.0026	ESPORTE "SAÚDE E LAZER"		1.000,00	1,00	1,00	1,00
2110	Construção de Melhoria de 25 Unidades Habitacionais de Interesse Social (Sub 50)		1.000,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	500,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	01000	500,00	0,00	0,00	0,00
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES		2.825.325,13	2.994.844,64	3.174.535,32	3.365.007,43
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
11.001	DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E CONTROLE DA FROTA MUNICIPAL		1.585.440,43	1.680.566,86	1.781.400,87	1.888.284,92

11.001.26	Transporte		1.585.440,43	1.680.566,86	1.781.400,87	1.888.284,92
11.001.26.782	Transporte Rodoviário		1.585.440,43	1.680.566,86	1.781.400,87	1.888.284,92
11.001.26.782.0015	FROTA CONSERVADA E RENOVADA		1.585.440,43	1.680.566,86	1.781.400,87	1.888.284,92
2048	Manutenção da Secretaria Municipal de Transportes		737.000,00	781.220,00	828.093,20	877.778,80
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01000	650.000,00	689.000,00	730.340,00	774.160,40
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	01000	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	25.000,00	26.500,00	28.090,00	29.775,40
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	35.000,00	37.100,00	39.326,00	41.685,56
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
2049	Manutenção do Departamento da Frota Municipal		848.440,43	899.346,86	953.307,67	1.010.506,12
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01000	61.918,43	65.633,54	69.571,55	73.745,84
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	380.000,00	402.800,00	426.968,00	452.586,08
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01510	86.522,00	91.713,32	97.216,12	103.049,08
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	279.000,00	295.740,00	313.484,40	332.293,46
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01000	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32
11.002	DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS E VICINAIS		1.239.884,70	1.314.277,78	1.393.134,45	1.476.722,51
11.002.26	Transporte		1.239.884,70	1.314.277,78	1.393.134,45	1.476.722,51
11.002.26.782	Transporte Rodoviário		1.239.884,70	1.314.277,78	1.393.134,45	1.476.722,51
11.002.26.782.0016	CIDADÃO ULYSSENSSE INDO E VINDO		1.239.884,70	1.314.277,78	1.393.134,45	1.476.722,51
2050	Manutenção do Departamento de Estradas Rurais e Vicinais		1.239.884,70	1.314.277,78	1.393.134,45	1.476.722,51
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01000	346.814,02	367.622,86	389.680,23	413.061,04
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	17.000,00	18.020,00	19.101,20	20.247,27
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	01000	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	42.000,00	44.520,00	47.191,20	50.022,67
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	400.000,00	424.000,00	449.440,00	476.406,40
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01504	414.070,68	438.914,92	465.249,82	493.164,81
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		1.462.965,01	1.546.502,91	1.639.293,08	1.737.650,66
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
12.001	DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA A AGRICULTURA		1.402.965,01	1.482.902,91	1.571.877,08	1.666.189,70
12.001.20	Agricultura		1.402.965,01	1.482.902,91	1.571.877,08	1.666.189,70
12.001.20.606	Extensão Rural		1.402.965,01	1.482.902,91	1.571.877,08	1.666.189,70
12.001.20.606.0017	APOIO A AGRICULTURA		1.402.965,01	1.482.902,91	1.571.877,08	1.666.189,70
2051	Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura		370.000,00	392.200,00	415.732,00	440.675,92
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01000	260.000,00	275.600,00	292.136,00	309.664,16
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	01000	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	01000	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01000	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	25.000,00	26.500,00	28.090,00	29.775,40
2052	Manutenção do Departamento de Agricultura		962.465,01	1.020.212,91	1.081.425,68	1.146.311,22
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01000	111.068,95	117.733,09	124.797,08	132.284,90
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	48.428,84	51.334,57	54.414,64	57.679,52
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	31.097,97	32.963,85	34.941,68	37.038,18
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	01000	500,00	530,00	561,80	595,51
3.3.72.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	500,00	530,00	561,80	595,51
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	500,00	530,00	561,80	595,51
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	01000	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	550.906,20	583.960,57	618.998,20	656.138,09
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	176.463,05	187.050,83	198.273,88	210.170,31
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	01000	3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,05
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01000	30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48
1041	Armazém da Família		68.000,00	72.080,00	76.404,80	80.989,09
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	01000	3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,05
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01000	30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48
2094	AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS" – CONVÊNIO 947416/2023		1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
2098	Aquisição de Maquinas e Equipamentos - 005563/2024		1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
2103	Aquisição de Equipamentos- Convênio 348/2025 - SEAB		500,00	530,00	561,80	595,51
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01000	500,00	530,00	561,80	595,51
12.002	DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA A PECUÁRIA		60.000,00	63.600,00	67.416,00	71.460,96
12.002.20	Agricultura		60.000,00	63.600,00	67.416,00	71.460,96
12.002.20.606	Extensão Rural		60.000,00	63.600,00	67.416,00	71.460,96
12.002.20.606.0017	APOIO A AGRICULTURA		10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
2053	Manutenção do Departamento de Pecuária		10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
12.002.20.606.0021	INFRAESTRUTURA URBANA EM DESENVOLVIMENTO		50.000,00	53.000,00	56.180,00	59.550,80
1055	Porteira Dentro		50.000,00	53.000,00	56.180,00	59.550,80
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32
13	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO		1.202.504,27	1.280.212,31	1.357.025,04	1.438.446,55
13.001	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO		58.505,80	62.016,15	65.737,11	69.681,34
13.001.15	Urbanismo		58.505,80	62.016,15	65.737,11	69.681,34
13.001.15.122	Administração Geral		58.505,80	62.016,15	65.737,11	69.681,34
13.001.15.122.0014	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA		58.505,80	62.016,15	65.737,11	69.681,34
2054	Manutenção do Deparatamento de Planejamento Urbano		58.505,80	62.016,15	65.737,11	69.681,34
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01000	38.463,59	40.771,41	43.217,69	45.810,75
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	15.042,21	15.944,74	16.901,42	17.915,51
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08

13.002	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS		1.143.998,47	1.218.196,16	1.291.287,93	1.368.765,21
13.002.15	Urbanismo		1.143.998,47	1.218.196,16	1.291.287,93	1.368.765,21
13.002.15.452	Serviços Urbanos		1.143.998,47	1.218.196,16	1.291.287,93	1.368.765,21
13.002.15.452.0014	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA		1.143.998,47	1.218.196,16	1.291.287,93	1.368.765,21
2055	Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos		837.388,83	887.632,16	940.890,09	997.343,50
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01000	348.700,67	369.622,71	391.800,07	415.308,07
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	21.000,00	22.260,00	23.595,60	25.011,34
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	22.688,16	24.049,45	25.492,42	27.021,97
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	01000	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	280.000,00	296.800,00	314.608,00	333.484,48
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	140.000,00	148.400,00	157.304,00	166.742,24
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01000	14.000,00	14.840,00	15.730,40	16.674,22
2064	Manutenção com Iluminação Pública		186.609,64	203.364,00	215.565,84	228.499,79
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01507	131.609,64	145.064,00	153.767,84	162.993,91
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01507	25.000,00	26.500,00	28.090,00	29.775,40
1043	Construção da Praça do Bairro do Cerrado		120.000,00	127.200,00	134.832,00	142.921,92
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	01000	100.000,00	106.000,00	112.360,00	119.101,60
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01000	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32
14	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		695.456,57	737.183,97	775.373,01	821.895,39
14.001	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		695.456,57	737.183,97	775.373,01	821.895,39
14.001.18	Gestão Ambiental		695.456,57	737.183,97	775.373,01	821.895,39
14.001.18.541	Preservação e Conservação Ambiental		695.456,57	737.183,97	775.373,01	821.895,39
14.001.18.541.0007	EDUCAÇÃO AMBIENTAL		695.456,57	737.183,97	775.373,01	821.895,39
1013	Aquisição de Equipamento para Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos		5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01000	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
2029	Manutenção da Educação Ambiental		20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01000	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
2030	Manutenção do Cemitério Municipal		95.000,00	100.700,00	106.742,00	113.146,52
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01000	25.000,00	26.500,00	28.090,00	29.775,40
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	01000	30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48
2033	Conservação e Recuperação de Matas Ciliares e Manutenção do Sistema de Drenagem Pluvial		30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01000	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
2056	Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente		435.456,57	461.583,97	489.279,01	518.635,75
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01000	113.210,96	120.003,62	127.203,84	134.836,07
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	6.245,61	6.620,35	7.017,57	7.438,62
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	01000	34.000,00	36.040,00	38.202,40	40.494,54
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	200.000,00	212.000,00	224.720,00	238.203,20
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	60.000,00	63.600,00	67.416,00	71.460,96
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01000	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
1032	Promoção da Educação Ambiental no município		15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
3.3.22.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
1033	Preservação de áreas de matas nativas e/ou mananciais		10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
1034	Programas voltados para a arborização das ruas e espaços públicos		10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
2093	PROGRAMA "ITAIPU MAIS QUE ENERGIA"		35.000,00	37.100,00	39.326,00	41.685,56
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01000	35.000,00	37.100,00	39.326,00	41.685,56
1049	Manejo de Resíduos Sólidos		10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
2106	CastraPet Paraná		30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	2.000,00	2.120,00	2.247,20	2.382,03
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	28.000,00	29.680,00	31.460,80	33.348,45
15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E RECREAÇÃO		339.800,00	360.188,00	381.799,28	404.707,24
15.001	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E RECREAÇÃO		339.800,00	360.188,00	381.799,28	404.707,24
15.001.27	Desporto e Lazer		339.800,00	360.188,00	381.799,28	404.707,24
15.001.27.812	Desporto Comunitário		339.800,00	360.188,00	381.799,28	404.707,24
15.001.27.812.0018	ESPORTE "SAÚDE E LAZER"		339.800,00	360.188,00	381.799,28	404.707,24
2057	Desenvolver Atividades Esportivas e Recreativas		339.800,00	360.188,00	381.799,28	404.707,24
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01000	145.800,00	154.548,00	163.820,88	173.650,13
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	01000	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	60.000,00	63.600,00	67.416,00	71.460,96
3.3.90.31.00.00	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	01000	30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01000	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	52.000,00	55.120,00	58.427,20	61.932,83
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01000	25.000,00	26.500,00	28.090,00	29.775,40
16	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO		375.686,78	395.057,99	372.121,47	394.448,77
16.001	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO		375.686,78	395.057,99	372.121,47	394.448,77
16.001.13	Cultura		375.686,78	395.057,99	372.121,47	394.448,77
16.001.13.392	Difusão Cultural		375.686,78	395.057,99	372.121,47	394.448,77

16.001.13.392.0019	APRIMORAMENTO DA CULTURA E TURISMO		261.674,32	274.204,78	244.017,07	258.658,10
2058	Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo		217.174,32	230.204,78	244.017,07	258.658,10
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01000	156.174,32	165.544,78	175.477,47	186.006,12
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	01000	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01000	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01000	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
1051	"Implantação e Funcionamento da Casa da Cultura"		44.000,00	46.640,00	49.438,40	52.404,71
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01000	8.000,00	8.480,00	8.988,80	9.528,13
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01000	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
2100	Aquisição de 01(um) veículo hatch - Convênio nº 1030/25		500,00	530,00	561,80	595,51
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01000	500,00	530,00	561,80	595,51
16.001.13.392.0022	FROTA CONSERVADA E RENOVADA		114.012,46	120.853,21	128.104,40	135.790,67
1056	Promoção e Realização de Atividades Culturais e Festivas		114.012,46	120.853,21	128.104,40	135.790,67
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	25.000,00	26.500,00	28.090,00	29.775,40
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01000	6.000,00	6.360,00	6.741,60	7.146,10
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	48.012,46	50.893,21	53.946,80	57.183,61
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01000	35.000,00	37.100,00	39.326,00	41.685,56
17	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO		184.002,00	195.042,12	206.744,64	219.149,32
17.001	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO		184.002,00	195.042,12	206.744,64	219.149,32
17.001.04	Administração		184.002,00	195.042,12	206.744,64	219.149,32
17.001.04.121	Planejamento e Orçamento		184.002,00	195.042,12	206.744,64	219.149,32
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
17.001.04.121.0001	APOIO ADMINISTRATIVO		184.002,00	195.042,12	206.744,64	219.149,32
2059	Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento		131.000,00	138.860,00	147.191,60	156.023,10
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01000	109.000,00	115.540,00	122.472,40	129.820,74
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
2060	Manutenção do Departamento de Projetos		38.002,00	40.282,12	42.699,04	45.260,98
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01000	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	01000	1.001,00	1.061,06	1.124,72	1.192,20
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	1.001,00	1.061,06	1.124,72	1.192,20
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01000	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
2061	Manutenção do Departamento de Apoio Técnico Administrativo		15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01000	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
18	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE		661.617,47	701.314,52	743.393,39	787.996,99
18.001	SERVIÇOS AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE		661.617,47	701.314,52	743.393,39	787.996,99
18.001.17	Saneamento		661.617,47	701.314,52	743.393,39	787.996,99
18.001.17.512	Saneamento Básico Urbano		661.617,47	701.314,52	743.393,39	787.996,99
18.001.17.512.0028	ÁGUA É VIDA		661.617,47	701.314,52	743.393,39	787.996,99
1100	Ampliação da rede de Distribuição de Água		3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,02
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.190,98
2100	Manutenção dos Serviços de Abastecimento de Água		534.617,47	566.694,52	600.696,19	636.737,97
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01000	60.142,81	63.751,38	67.576,46	71.631,05
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	01000	30.500,00	32.330,00	34.269,80	36.325,99
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	01000	500,00	530,00	561,80	595,51
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	01000	6.000,00	6.360,00	6.741,60	7.146,10
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	80.874,66	85.727,14	90.870,77	96.323,02
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01000	110.000,00	116.600,00	123.596,00	131.011,76
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	212.600,00	225.356,00	238.877,36	253.210,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	01000	12.000,00	12.720,00	13.483,20	14.292,19
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	01000	2.000,00	2.120,00	2.247,20	2.382,03
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01000	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32
2101	Amortização do Reparcelamento da Dívida		2.000,00	2.120,00	2.247,20	2.382,04
3.2.90.21.00.00	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.6.90.71.00.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
2102	Amplicação de Rede Coletora de Esgoto		3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,06
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01000	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
2103	Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná		119.000,00	126.140,00	133.708,40	141.730,90
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	01000	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
3.3.72.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	20.000,00	21.800,00	23.708,00	25.730,48
3.3.72.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	01000	19.000,00	20.140,00	21.348,40	22.629,30
4.4.72.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01000	50.000,00	53.000,00	56.180,00	59.550,80
19	CONSELHO ADMINISTRATIVO DO REGIME PREVIDENCIÁRIO		3.151.947,14	3.341.063,97	3.541.527,81	3.754.019,48
19.001	CONSELHO ADMINISTRATIVO DO REGIME PREVIDENCIÁRIO		3.151.947,14	3.341.063,97	3.541.527,81	3.754.019,48
19.001.09	Previdência Social		3.151.947,14	3.341.063,97	3.541.527,81	3.754.019,48
19.001.09.272	Previdência do Regime Estatutário		3.151.947,14	3.341.063,97	3.541.527,81	3.754.019,48
19.001.09.272.0029	MANUTENÇÃO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL		3.151.947,14	3.341.063,97	3.541.527,81	3.754.019,48
2201	Manutenção do Regime de Previdência Social		3.151.947,14	3.341.063,97	3.541.527,81	3.754.019,48
3.1.90.01.00.00	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITAR	02040	2.228.046,83	2.361.729,64	2.503.433,42	2.653.639,43
3.1.90.03.00.00	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	02040	480.000,00	508.800,00	539.328,00	571.687,68

3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	100	100.000,00	106.000,00	112.360,00	119.101,60
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	100	4.200,40	4.452,42	4.719,57	5.002,74
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	100	17.697,93	18.759,81	19.885,40	21.078,52
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	100	7.000,67	7.420,71	7.865,95	8.337,91
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	100	5.788,12	6.135,41	6.503,53	6.893,74
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100	52.000,00	55.120,00	58.427,20	61.932,83
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	100	36.000,00	38.160,00	40.449,60	42.876,58
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	02040	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	100	10.159,68	10.769,26	11.415,42	12.100,35
9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	02040	191.053,51	202.516,72	214.667,72	227.547,78
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		190.329,93	201.749,73	213.854,71	226.685,99
99.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		190.329,93	201.749,73	213.854,71	226.685,99
99.999.99	Reserva de Contingência		190.329,93	201.749,73	213.854,71	226.685,99
99.999.99.999	Reserva de Contingência geral		190.329,93	201.749,73	213.854,71	226.685,99
99.999.99.999.9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		190.329,93	201.749,73	213.854,71	226.685,99
9999	Reserva de Contingência		190.329,93	201.749,73	213.854,71	226.685,99
9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	01000	190.329,93	201.749,73	213.854,71	226.685,99
			41.217.933,24	**43.849.966,01**	**46.480.963,99**	**49.269.821,83**
					Total geral :	**180.818.685,07**
ESEQUIEL BESTEL JUNIOR			***ELIAS ANDERSON STRAUBE***			
Prefeito Municipal			Contador			

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:9C2DBA9A

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PPA - CONFERÊNCIA DOS PROJETOS E DESPESAS

Exercício: 2026 a 2029

PPA - CONFERÊNCIA DOS PROJETOS

E DESPESAS

Ação DESCRICAO	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
2001Manutenção das Atividades Legislativas	2.260.318,29	2.395.937,39	2.539.693,63	2.692.075,26
Total Despesas:	2.260.318,29	2.395.937,39	2.539.693,63	2.692.075,26
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2002Manutenção da Assessoria do Gabinete	763.778,61	764.967,03	810.865,05	859.516,96
Total Despesas:	763.778,61	809.605,33	858.181,65	909.672,56
Diferença:	**0,00**	**-44.638,30**	**-47.316,60**	**-50.155,60**
2003Manutenção da Assessoria Jurídica	810.312,09	858.930,82	910.466,67	965.094,68
Total Despesas:	810.312,09	858.930,82	910.466,67	965.094,68
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2004Manutenção da Controladoria Geral	180.750,00	191.595,00	203.090,70	215.276,15
Total Despesas:	180.750,00	191.595,00	203.090,70	215.276,15
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2005Manutenção do Departamento de Recursos Humanos	169.000,00	182.320,00	193.259,20	204.854,77
Total Despesas:	169.000,00	179.140,00	189.888,40	201.281,72
Diferença:	**0,00**	**3.180,00**	**3.370,80**	**3.573,05**
2077Indenizações e Restituições Trabalhistas	120.000,00	127.200,00	134.832,00	142.921,92
Total Despesas:	120.000,00	127.200,00	134.832,00	142.921,92
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2006Manutenção do Departamento de Compras e Licitações	299.565,96	323.728,79	343.152,52	363.741,68
Total Despesas:	299.565,96	317.539,92	336.592,32	356.787,87
Diferença:	**0,00**	**6.188,87**	**6.560,20**	**6.953,81**
2007Manutenção do Departamento de Administração	2.359.356,28	2.599.369,77	2.755.331,99	2.920.651,71
Total Despesas:	2.359.356,28	2.599.369,77	2.755.331,99	2.920.651,71
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2087Valorização do Servidor Público Municipal - capacitação nas áreas especí	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32
Total Despesas:	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2082Aporte para cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.627.685,28	1.725.346,40	1.828.867,18	1.938.599,21
Total Despesas:	1.627.685,28	1.725.346,40	1.828.867,18	1.938.599,21
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2104Aquisição de 04 (quatro) - CONVÊNIO 393/2025 - SECID	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Total Despesas:	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
Diferença:	**0,00**	**-1.060,00**	**-1.123,60**	**-1.191,02**
2008Manutenção do Departamento de Contabilidade	364.000,00	385.840,00	408.990,40	433.529,83
Total Despesas:	364.000,00	385.840,00	408.990,40	433.529,83
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2009Manutenção do Departamento de Tributação	222.667,95	236.028,03	250.189,71	265.201,10
Total Despesas:	222.667,95	236.028,03	250.189,71	265.201,10
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2010Manutenção do Departamento de Tesouraria e Finanças	233.350,00	247.351,00	262.192,06	277.923,59
Total Despesas:	233.350,00	247.351,00	262.192,06	277.923,59
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2065Encargos e Amortização da Dívida Pública	680.000,00	720.800,00	764.048,00	809.890,88
Total Despesas:	680.000,00	720.800,00	764.048,00	809.890,88
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2039Manutenção de Desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal d	2.414.527,33	2.589.097,67	2.744.443,53	2.909.110,15
Total Despesas:	2.414.527,33	2.589.097,67	2.744.443,53	2.909.110,15
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2041Estruturar e Manter Conselho Municipal de Saúde	4.500,00	4.770,00	5.056,20	5.359,56
Total Despesas:	4.500,00	4.770,00	5.056,20	5.359,56
Ação DESCRICAO	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2040Manutenção da Atenção Básica de Saúde	3.512.782,22	3.723.549,15	3.946.962,11	4.183.779,85

Total Despesas:	3.512.782,22	3.723.549,15	3.946.962,11	4.183.779,85
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2042Manutenção das Atividades do Programa Agente Comunitário de Saúde - A	582.912,00	617.886,72	654.959,92	694.257,52
Total Despesas:	582.912,00	617.886,72	654.959,92	694.257,52
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2044Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Equipe de Saúde Bucal	793.800,00	841.428,00	891.913,68	945.428,49
Total Despesas:	793.800,00	841.428,00	891.913,68	945.428,49
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2045Manutenção da Assistência Farmacêutica	310.000,00	328.600,00	348.316,00	369.214,96
Total Despesas:	310.000,00	328.600,00	348.316,00	369.214,96
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2067Manutenção do Serviço Movel de Urgência e Emergência - SAMU	57.600,20	61.056,21	64.719,58	68.602,75
Total Despesas:	57.600,20	61.056,21	64.719,58	68.602,75
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2083Programa Mais Médicos.	85.500,00	90.630,00	96.067,80	101.831,87
Total Despesas:	85.500,00	90.630,00	96.067,80	101.831,87
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2046Manutenção da Vigiância Sanitária	40.500,00	42.930,00	45.505,80	48.236,15
Total Despesas:	40.500,00	42.930,00	45.505,80	48.236,15
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2096Manutenção da Vigilância Epidemiológica	145.000,00	153.700,00	162.922,00	172.697,32
Total Despesas:	145.000,00	153.700,00	162.922,00	172.697,32
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2035Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social	1.592.942,51	1.688.519,06	1.789.830,21	1.897.220,03
Total Despesas:	1.592.942,51	1.688.519,06	1.789.830,21	1.897.220,03
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2072Assistência ao Portador de Deficiência	1.000,00	1.500,00	0,00	0,00
Total Despesas:	1.000,00	1.560,00	1.653,60	1.752,82
Diferença:	**0,00**	**-60,00**	**-1.653,60**	**-1.752,82**
2073Proteção Especial Social	55.000,00	58.300,00	61.798,00	65.505,88
Total Despesas:	55.000,00	58.300,00	61.798,00	65.505,88
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2089CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social	12.500,00	13.250,00	14.045,00	14.887,71
Total Despesas:	12.500,00	13.250,00	14.045,00	14.887,71
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2074Manutenção do Programa IGD - Bolsa Família	6.000,00	6.360,00	6.741,60	7.146,10
Total Despesas:	6.000,00	6.360,00	6.741,60	7.146,10
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2075Manutenção do Programa IGD SUAS	1.500,00	1.590,00	1.685,40	1.786,53
Total Despesas:	1.500,00	1.590,00	1.685,40	1.786,53
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2099Construção de Creches - CEDCA/PR	100,00	106,00	112,36	119,10
Total Despesas:	100,00	106,00	112,36	119,10
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2036Manutenção de Benefícios Eventuais	1.500,00	1.590,00	1.685,40	1.786,53
Total Despesas:	1.500,00	1.590,00	1.685,40	1.786,53
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2038Manutenção do Programa Nossa Gente Paraná - CRAS	7.000,00	7.420,00	7.865,20	8.337,12
Ação DESCRICAO	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
Total Despesas:	7.000,00	7.420,00	7.865,20	8.337,12
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2037Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	372.000,00	394.320,00	417.979,20	443.057,95
Total Despesas:	372.000,00	394.320,00	417.979,20	443.057,95
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2079Construção do espaço físico para o CRAS	100,00	106,00	112,36	119,10
Total Despesas:	100,00	106,00	112,36	119,10
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
6002Manutenção do Fundo Municipal do Direito da Criança e do Adolescente	11.800,00	12.508,00	13.258,48	14.053,99
Total Despesas:	11.800,00	12.508,00	13.258,48	14.053,99
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
6003Manutenção do Conselho Tutelar	225.000,00	238.500,00	252.810,00	267.978,60
Total Despesas:	225.000,00	238.500,00	252.810,00	267.978,60
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
6006Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA	2.001,00	2.121,06	2.248,32	2.383,22
Total Despesas:	2.001,00	2.121,06	2.248,32	2.383,22
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
6007Programa Incentivo Estadual voltado a Garantia de Direitos de Crianças e	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
Total Despesas:	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2076Assitencia à Pessoa Idosa	1.500,00	1.590,00	1.685,40	1.786,53
Total Despesas:	1.500,00	1.590,00	1.685,40	1.786,53
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2088Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI	1.500,00	1.590,00	1.685,40	1.786,52
Total Despesas:	1.500,00	1.590,00	1.685,40	1.786,52
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2025Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Fundamental	228.458,15	242.165,64	256.695,58	274.998,74
Total Despesas:	228.458,15	242.165,64	256.695,58	274.998,74
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2024Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Infantil - Creche	139.458,15	147.825,64	156.695,18	166.096,89
Total Despesas:	139.458,15	147.825,64	156.695,18	166.096,89
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
1058Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Infantil - Pré Escola	145.000,00	153.700,00	162.922,00	172.697,33
Total Despesas:	145.000,00	153.700,00	162.922,00	172.697,33
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
1007Aquisição de Equipamentos de informática – Ensino Fundamental	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
Total Despesas:	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
1008Construção, Reforma e Ampliação das Escolas – Ensino Fundamental	170.000,00	180.200,00	191.012,00	202.472,72
Total Despesas:	170.000,00	180.200,00	191.012,00	202.472,72

Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2017Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 70%	2.066.600,00	2.190.596,00	2.322.031,76	2.461.353,67
Total Despesas:	2.066.600,00	2.190.596,00	2.322.031,76	2.461.353,67
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2018Manutenção do Ensino Fundamental	88.615,00	93.931,90	99.567,81	105.541,88
Total Despesas:	88.615,00	93.931,90	99.567,81	105.541,88
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2019Capacitação de Professores do Ensino Fundamental	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32
Total Despesas:	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Ação DESCRICAO	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
2020Manutenção Predial das Escolas - Ensino Fundamental	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32
Total Despesas:	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2021Aquisição de Uniforme e Material Didático - Ensino Fundamental	44.600,00	47.276,01	50.112,57	53.119,33
Total Despesas:	44.600,00	47.276,01	50.112,57	53.119,33
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2062Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 30%	879.235,32	931.989,44	987.908,81	1.047.183,34
Total Despesas:	879.235,32	931.989,44	987.908,81	1.047.183,34
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2063Implantação da Educação Integral	120.500,00	845,00	946,40	1.116,76
Total Despesas:	120.500,00	127.940,00	135.616,40	143.753,39
Diferença:	**0,00**	**-127.095,00**	**-134.670,00**	**-142.636,63**
1052Mala Viajante	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32
Total Despesas:	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
1059Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 70% - Profissionais do Ca	1.269.000,00	1.345.140,00	1.425.848,40	1.511.399,30
Total Despesas:	1.269.000,00	1.345.140,00	1.425.848,40	1.511.399,30
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
1060Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 30% - Profissionais do Ca	663.164,68	702.954,56	745.131,83	789.839,74
Total Despesas:	663.164,68	702.954,56	745.131,83	789.839,74
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2026Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	2.050.691,10	2.199.330,70	2.331.290,55	2.468.266,53
Total Despesas:	2.050.691,10	2.199.330,70	2.331.290,55	2.468.266,53
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
1053Transporte de Alunos do Ensino Técnico e Superior	36.000,00	38.160,00	40.449,60	42.876,58
Total Despesas:	36.000,00	38.160,00	40.449,60	42.876,58
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2016Aquisição de Material Didático - Educação Infantil	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
Total Despesas:	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2085Manutenção da Educação Infantil - Pré-Escola	325.000,00	344.500,00	365.170,00	387.080,20
Total Despesas:	325.000,00	344.500,00	365.170,00	387.080,19
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,01**
2086Manutenção da Educação Infantil - creche	354.100,00	375.346,00	397.866,76	421.738,77
Total Despesas:	354.100,00	375.346,00	397.866,76	421.738,77
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2023Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
Total Despesas:	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
1009Aparelhar as Escolas com Móveis e Equipamentos Adaptados aos Alunos c	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
Total Despesas:	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2027Manutenção e Aquisição de Veículo para Transporte Escolar - Educação E	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
Total Despesas:	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2028Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Infantil	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
Total Despesas:	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2013Manutenção da Secretária Municipal de Educação	368.865,77	393.580,00	417.194,79	442.226,48
Total Despesas:	368.865,77	390.997,72	414.457,58	439.325,04
Ação DESCRICAO	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
Diferença:	**0,00**	**2.582,28**	**2.737,21**	**2.901,44**
2047Manutenção da Secretaria Municipal de Obras	571.661,05	605.960,71	642.318,35	680.857,46
Total Despesas:	571.661,05	605.960,71	642.318,35	680.857,46
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2084Iluminação da Vila de Acesso ao Bairro Cerrado (PR092)	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
Total Despesas:	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
1047Asfalto novo Vida Nova - Convênio Nº 438/2023.	150.000,00	159.000,00	168.540,00	178.652,40
Total Despesas:	150.000,00	159.000,00	168.540,00	178.652,40
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2105CONVÊNIO AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO - SECID - 24.12	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Total Despesas:	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
Diferença:	**0,00**	**-1.060,00**	**-1.123,60**	**-1.191,02**
1057Manutenção Preventiva e Corretiva da Infraestrutura Pública	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
Total Despesas:	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2110Construção de Melhoria de 25 Unidades Habitacionais de Interesse Social	1.000,00	1,00	1,00	1,00
Total Despesas:	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Diferença:	**0,00**	**1,00**	**1,00**	**1,00**
2048Manutenção da Secretaria Municipal de Transportes	737.000,00	781.220,00	828.093,20	877.778,80
Total Despesas:	737.000,00	781.220,00	828.093,20	877.778,80
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2049Manutenção do Departamento da Frota Municipal	848.440,43	899.346,86	953.307,67	1.010.506,12
Total Despesas:	848.440,43	899.346,86	953.307,67	1.010.506,12
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2050Manutenção do Departamento de Estradas Rurais e Vicinais	1.239.884,70	1.314.277,78	1.393.134,45	1.476.722,51
Total Despesas:	1.239.884,70	1.314.277,78	1.393.134,45	1.476.722,51

Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2051Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura	370.000,00	392.200,00	415.732,00	440.675,92
Total Despesas:	370.000,00	392.200,00	415.732,00	440.675,92
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2052Manutenção do Departamento de Agricultura	962.465,01	1.018.622,91	1.079.740,28	1.144.524,69
Total Despesas:	962.465,01	1.020.212,91	1.081.425,68	1.146.311,22
Diferença:	**0,00**	**-1.590,00**	**-1.685,40**	**-1.786,53**
1041Armazém da Família	68.000,00	72.080,00	76.404,80	80.989,09
Total Despesas:	68.000,00	72.080,00	76.404,80	80.989,09
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2094AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS" – CONVÊNIO 9	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Total Despesas:	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
Diferença:	**0,00**	**-1.060,00**	**-1.123,60**	**-1.191,02**
2098Aquisição de Maquinas e Equipamentos - 005563/2024	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Total Despesas:	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
Diferença:	**0,00**	**-1.060,00**	**-1.123,60**	**-1.191,02**
2103Aquisição de Equipamentos- Convênio 348/2025 - SEAB	500,00	0,00	0,00	0,00
Total Despesas:	500,00	530,00	561,80	595,51
Diferença:	**0,00**	**-530,00**	**-561,80**	**-595,51**
2053Manutenção do Departamento de Pecuária	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
Total Despesas:	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
1055Porteira Dentro	50.000,00	53.000,00	56.180,00	59.550,80
Ação DESCRICAO	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
Total Despesas:	50.000,00	53.000,00	56.180,00	59.550,80
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2054Manutenção do Deparatamento de Planejamento Urbano	58.505,80	62.016,15	65.737,11	69.681,34
Total Despesas:	58.505,80	62.016,15	65.737,11	69.681,34
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2055Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos	837.388,83	887.632,16	940.890,09	997.343,50
Total Despesas:	837.388,83	887.632,16	940.890,09	997.343,50
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2064Manutenção com Iluminação Pública	186.609,64	203.364,00	215.565,84	228.499,79
Total Despesas:	186.609,64	203.364,00	215.565,84	228.499,79
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
1043Construção da Praça do Bairro do Cerrado	120.000,00	127.200,00	134.832,00	142.921,92
Total Despesas:	120.000,00	127.200,00	134.832,00	142.921,92
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
1013Aquisição de Equipamento para Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
Total Despesas:	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2029Manutenção da Educação Ambiental	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32
Total Despesas:	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2030Manutenção do Cemitério Municipal	95.000,00	100.700,00	100.700,00	106.742,00
Total Despesas:	95.000,00	100.700,00	106.742,00	113.146,52
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**-6.042,00**	**-6.404,52**
2033Conservação e Recuperação de Matas Ciliares e Manutenção do Sistema d	30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48
Total Despesas:	30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2056Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente	435.456,57	461.583,97	489.279,01	518.635,75
Total Despesas:	435.456,57	461.583,97	489.279,01	518.635,75
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
1032Promoção da Educação Ambiental no município	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
Total Despesas:	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
1033Preservação de áreas de matas nativas e/ou mananciais	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
Total Despesas:	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
1034Programas voltados para a arborização das ruas e espaços públicos	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
Total Despesas:	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2093PROGRAMA "ITAIPU MAIS QUE ENERGIA"	35.000,00	37.100,00	39.326,00	41.685,56
Total Despesas:	35.000,00	37.100,00	39.326,00	41.685,56
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
1049 Manejo de Resíduos Sólidos	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
Total Despesas:	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2106CastraPet Paraná	30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48
Total Despesas:	30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2057Desenvolver Atividades Esportivas e Recreativas	339.800,00	360.188,00	381.799,28	404.707,24
Total Despesas:	339.800,00	360.188,00	381.799,28	404.707,24
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Ação DESCRICAO	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
2058Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	217.174,32	230.204,78	244.017,07	258.658,10
Total Despesas:	217.174,32	230.204,78	244.017,07	258.658,10
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
1051"Implantação e Funcionamento da Casa da Cultura"	44.000,00	44.000,00	0,00	0,00
Total Despesas:	44.000,00	46.640,00	49.438,40	52.404,71
Diferença:	**0,00**	**-2.640,00**	**-49.438,40**	**-52.404,71**
2100Aquisição de 01(um) veículo hatch - Convênio nº 1030/25	500,00	0,00	0,00	0,00
Total Despesas:	500,00	530,00	561,80	595,51
Diferença:	**0,00**	**-530,00**	**-561,80**	**-595,51**
1056Promoção e Realização de Atividades Culturais e Festivas	114.012,46	120.853,21	128.104,40	135.790,67
Total Despesas:	114.012,46	120.853,21	128.104,40	135.790,67
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2059Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento	131.000,00	138.860,00	147.191,60	156.023,10
Total Despesas:	131.000,00	138.860,00	147.191,60	156.023,10

Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2060Manutenção do Departamento de Projetos	38.002,00	40.282,12	42.699,04	45.260,98
Total Despesas:	38.002,00	40.282,12	42.699,04	45.260,98
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2061Manutenção do Departamento de Apoio Técnico Administrativo	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
Total Despesas:	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
1100Ampliação da rede de Distribuição de Água	3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,02
Total Despesas:	3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,02
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2100Manutenção dos Serviços de Abastecimento de Água	534.617,47	566.694,52	600.696,19	636.737,97
Total Despesas:	534.617,47	566.694,52	600.696,19	636.737,97
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2101Amortização do Reparcelamento da Dívida	2.000,00	2.120,00	2.247,20	2.382,04
Total Despesas:	2.000,00	2.120,00	2.247,20	2.382,04
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2102Amplicação de Rede Coletora de Esgoto	3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,06
Total Despesas:	3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,06
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2103Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná	119.000,00	126.140,00	133.708,40	141.730,90
Total Despesas:	119.000,00	126.140,00	133.708,40	141.730,90
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2201Manutenção do Regime de Previdência Social	3.151.947,14	3.341.063,97	3.541.527,81	3.754.019,48
Total Despesas:	3.151.947,14	3.341.063,97	3.541.527,81	3.754.019,48
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9999Reserva de Contingência	190.329,93	201.749,73	213.854,71	226.685,99
Total Despesas:	190.329,93	201.749,73	213.854,71	226.685,99
Diferença:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR	***ELIAS ANDERSON STRAUBE***
Prefeito Municipal	Contador

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:A9C38699

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PPA - CONFERÊNCIAS DE RECEITAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES									
Estado do Paraná									
Exercício: 2026 a 2029									
PPA - CONFERÊNCIAS DE RECEITAS									
RECEITA	**DESCRICAO**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Receitas Correntes	24.017.066,04	25.216.593,41	32.724.376,68	35.229.564,33	44.097.597,85	46.919.132,63	49.734.280,61	52.718.337,44
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Receitas Correntes - Descontos Concedidos	-1.589,20	-1.660,72	-1.826,80	-1.911,20	-2.474,98	-2.623,48	-2.780,89	-2.947,74
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Receitas Correntes - Deduções FUNDEB	-2.357.377,08	-3.403.564,88	-4.847.592,47	-5.058.596,82	-6.129.136,77	-6.513.607,11	-6.904.423,54	-7.318.688,95
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.243.631,22	1.299.585,62	1.694.426,76	1.787.703,07	2.152.105,95	2.367.742,81	2.509.807,40	2.660.395,82
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria - Descontos Concedidos	-1.589,20	-1.660,72	-1.826,80	-1.911,20	-2.474,98	-2.623,48	-2.780,89	-2.947,74
1.1.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Impostos	1.207.565,05	1.261.896,44	1.598.178,69	1.687.008,34	2.053.922,90	2.263.668,78	2.399.488,93	2.543.458,24
1.1.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Impostos - Descontos Concedidos	-1.589,20	-1.660,72	-1.826,80	-1.911,20	-2.474,98	-2.623,48	-2.780,89	-2.947,74
1.1.1.2.00.0.0.00.00.00.00.00.	Impostos sobre o Patrimônio	221.069,01	231.008,10	186.719,46	199.168,29	210.981,87	223.640,80	237.059,26	251.282,81
1.1.1.2.00.0.0.00.00.00.00.00.	Impostos sobre o Patrimônio - Descontos Concedidos	-1.589,20	-1.660,72	-1.826,80	-1.911,20	-2.474,98	-2.623,48	-2.780,89	-2.947,74
1.1.1.2.50.0.0.00.00.00.00.00.	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	41.559,56	43.420,73	47.762,81	53.791,85	39.574,98	41.949,49	44.466,46	47.134,44
1.1.1.2.50.0.0.00.00.00.00.00.	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Descontos Concedidos	-1.589,20	-1.660,72	-1.826,80	-1.911,20	-2.474,98	-2.623,48	-2.780,89	-2.947,74
1.1.1.2.50.0.1.00.00.00.00.00.	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	21.424,74	22.388,86	24.627,75	29.587,95	33.607,62	35.624,08	37.761,52	40.027,21
1.1.1.2.50.0.1.00.00.00.00.00.	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal - Descontos	-794,60	-830,36	-913,40	-955,60	-1.680,38	-1.781,20	-1.888,07	-2.001,35
	Concedidos								
1.1.1.2.50.0.2.00.00.00.00.00.	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	2.019,60	2.110,48	2.321,53	2.428,78	672,15	712,48	755,23	800,54
1.1.1.2.50.0.3.00.00.00.00.00.	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	16.095,62	16.819,92	18.501,91	19.356,70	3.364,76	3.566,65	3.780,65	4.007,49
1.1.1.2.50.0.3.00.00.00.00.00.	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Descontos Concedidos	-794,60	-830,36	-913,40	-955,60	-794,60	-842,28	-892,82	-946,39
1.1.1.2.50.0.4.00.00.00.00.00.	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros	2.019,60	2.101,47	2.311,62	2.418,42	1.930,45	2.046,28	2.169,06	2.299,20
1.1.1.2.53.0.0.00.00.00.00.00.	Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	179.509,45	187.587,37	138.956,65	145.376,44	171.406,89	181.691,31	192.592,80	204.148,37
1.1.1.2.53.0.1.00.00.00.00.00.	Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Princip	173.962,56	181.790,87	132.580,50	138.705,72	165.860,00	175.811,60	186.360,30	197.541,92
1.1.1.2.53.0.2.00.00.00.00.00.	Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Multas	2.019,60	2.110,48	2.321,53	2.428,78	2.019,60	2.140,78	2.269,23	2.405,38
1.1.1.2.53.0.4.00.00.00.00.00.	Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Dívida	3.527,29	3.686,02	4.054,62	4.241,94	3.527,29	3.738,93	3.963,27	4.201,07
1.1.1.3.00.0.0.00.00.00.00.00.	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	294.670,25	307.930,41	769.782,84	871.884,72	916.369,47	1.057.862,13	1.121.333,86	1.188.613,89
1.1.1.3.03.0.0.00.00.00.00.00.	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	294.670,25	307.930,41	769.782,84	871.884,72	916.369,47	1.057.862,13	1.121.333,86	1.188.613,89
1.1.1.3.03.1.0.00.00.00.00.00.	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	294.670,25	307.930,41	769.782,84	871.884,72	852.477,55	990.136,69	1.049.544,89	1.112.517,58
1.1.1.3.03.1.1.00.00.00.00.00.	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	294.670,25	307.930,41	769.782,84	871.884,72	852.477,55	990.136,69	1.049.544,89	1.112.517,58
1.1.1.3.03.1.1.01.00.00.00.00.	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Poder Legislativo	280.500,00	293.122,50	725.628,95	759.153,01	772.467,50	891.883,32	945.396,32	1.002.120,10

1.1.1.3.03.1.1.02.00.00.00.00.	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER LEGISLATIVO	14.170,25	14.807,91	44.153,89	112.731,71	80.010,05	98.253,37	104.148,57	110.397,48
1.1.1.3.03.4.1.01.01.00.00.00.	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	63.891,92	67.725,44	71.788,97	76.096,31
RECEITA	**DESCRICAO**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
1.1.1.4.00.0.0.00.00.00.00.00.	IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS	671.960,94	702.199,17	618.841,75	592.065,73	842.663,98	893.223,82	946.817,26	1.003.626,28
1.1.1.4.51.0.0.00.00.00.00.00.	Impostos sobre Serviços	671.960,94	702.199,17	618.841,75	592.065,73	842.663,98	893.223,82	946.817,26	1.003.626,28
1.1.1.4.51.1.0.00.00.00.00.00.	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	671.960,94	702.199,17	618.841,75	592.065,73	842.663,98	893.223,82	946.817,26	1.003.626,28
1.1.1.4.51.1.1.00.00.00.00.00.	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Principal	660.000,00	689.700,00	605.092,66	577.681,44	834.073,88	884.118,31	937.165,41	993.395,33
1.1.1.4.51.1.2.00.00.00.00.00.	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multas e Juros	1.893,53	1.978,73	2.176,60	2.277,16	3.890,50	4.123,93	4.371,37	4.633,65
1.1.1.4.51.1.3.00.00.00.00.00.	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Dívida Ativa	8.047,81	8.409,96	9.250,96	9.678,35	2.680,00	2.840,80	3.011,25	3.191,92
1.1.1.4.51.1.4.00.00.00.00.00.	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Dívida Ativa - Multas e Juros	2.019,60	2.110,48	2.321,53	2.428,78	2.019,60	2.140,78	2.269,23	2.405,38
1.1.1.9.00.0.0.00.00.00.00.00.	Outros Impostos	19.864,85	20.758,76	22.834,64	23.889,60	83.907,58	88.942,03	94.278,55	99.935,26
1.1.1.9.99.0.0.00.00.00.00.00.	Outros Impostos	19.864,85	20.758,76	22.834,64	23.889,60	83.907,58	88.942,03	94.278,55	99.935,26
1.1.1.9.99.0.4.00.00.00.00.00.	Outros Impostos - Dívida Ativa - Multas e Juros	19.864,85	20.758,76	22.834,64	23.889,60	83.907,58	88.942,03	94.278,55	99.935,26
1.1.1.9.99.0.4.01.00.00.00.00.	Outros Impostos - Dívida Ativa - Multas e Juros	19.864,85	20.758,76	22.834,64	23.889,60	83.907,58	88.942,03	94.278,55	99.935,26
1.1.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Taxas	36.066,17	37.689,18	96.248,07	100.694,73	98.183,05	104.074,03	110.318,47	116.937,58
1.1.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00.	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	30.602,06	31.979,17	89.967,07	94.123,54	86.522,00	91.713,32	97.216,12	103.049,08
1.1.2.1.01.0.0.00.00.00.00.00.	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	30.602,06	31.979,17	89.967,07	94.123,54	86.522,00	91.713,32	97.216,12	103.049,08
1.1.2.1.01.0.1.00.00.00.00.00.	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	21.563,55	22.533,92	79.577,30	83.253,77	77.785,00	82.452,10	87.399,23	92.643,18
1.1.2.1.01.0.2.00.00.00.00.00.	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	1.059,45	1.107,13	1.217,84	1.274,10	1.887,54	2.000,79	2.120,84	2.248,09
1.1.2.1.01.0.3.00.00.00.00.00.	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	5.959,46	6.227,64	6.850,40	7.166,89	5.959,46	6.317,03	6.696,05	7.097,81
1.1.2.1.01.0.4.00.00.00.00.00.	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros	2.019,60	2.110,48	2.321,53	2.428,78	890,00	943,40	1.000,00	1.060,00
1.1.2.2.00.0.0.00.00.00.00.00.	Taxas pela Prestação de Serviços	5.464,11	5.710,01	6.281,00	6.571,19	11.661,05	12.360,71	13.102,35	13.888,50
1.1.2.2.01.0.0.00.00.00.00.00.	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral	5.464,11	5.710,01	6.281,00	6.571,19	11.661,05	12.360,71	13.102,35	13.888,50
1.1.2.2.01.0.1.00.00.00.00.00.	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	3.370,66	3.522,34	3.874,57	4.053,58	9.094,82	9.640,51	10.218,94	10.832,08
1.1.2.2.01.0.2.00.00.00.00.00.	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros	264,87	276,79	304,47	318,54	264,87	280,76	297,61	315,47
1.1.2.2.01.0.3.00.00.00.00.00.	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa	1.191,89	1.245,53	1.370,08	1.433,38	1.191,89	1.263,40	1.339,20	1.419,55
1.1.2.2.01.0.4.00.00.00.00.00.	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa - Multas e Juros	636,69	665,35	731,88	765,69	1.109,47	1.176,04	1.246,60	1.321,40
1.2.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÕES	983.927,82	1.073.245,60	121.668,00	150.217,89	156.609,64	171.564,00	181.857,84	192.769,31
1.2.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	818.927,82	900.820,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.00.0.0.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÕES PARA REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA E SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL	818.927,82	900.820,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.02.0.0.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL	818.927,82	900.820,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.02.1.0.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO	818.927,82	900.820,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.02.1.1.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL	818.927,82	900.820,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA	**DESCRICAO**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
1.2.4.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	165.000,00	172.425,00	121.668,00	150.217,89	156.609,64	171.564,00	181.857,84	192.769,31
1.2.4.1.00.0.0.00.00.00.00.00.	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	165.000,00	172.425,00	121.668,00	150.217,89	156.609,64	171.564,00	181.857,84	192.769,31
1.2.4.1.50.0.0.00.00.00.00.00.	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	165.000,00	172.425,00	121.668,00	150.217,89	156.609,64	171.564,00	181.857,84	192.769,31
1.2.4.1.50.0.1.00.00.00.00.00.	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	165.000,00	172.425,00	121.668,00	150.217,89	156.609,64	171.564,00	181.857,84	192.769,31
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	37.888,40	40.161,70	42.571,40	45.125,68
1.3.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	37.888,40	40.161,70	42.571,40	45.125,68
1.3.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00.	Juros e Correções Monetárias	0,00	0,00	0,00	0,00	37.888,40	40.161,70	42.571,40	45.125,68
1.3.2.1.01.0.0.00.00.00.00.00.	Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	37.888,40	40.161,70	42.571,40	45.125,68
1.3.2.1.01.0.1.00.00.00.00.00.	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	37.888,40	40.161,70	42.571,40	45.125,68
1.3.2.1.01.0.1.01.00.00.00.00.	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	37.888,40	40.161,70	42.571,40	45.125,68
1.6.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	RECEITA DE SERVIÇOS	341.079,13	370.155,00	381.259,65	398.873,85	661.617,47	701.314,52	743.393,39	787.996,99
1.6.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	274.554,63	370.155,00	381.259,65	398.873,85	658.617,47	698.134,52	740.022,59	784.423,95
1.6.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00.	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	274.554,63	370.155,00	381.259,65	398.873,85	658.617,47	698.134,52	740.022,59	784.423,95
1.6.1.1.01.0.0.00.00.00.00.00.	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS PRESTADOS POR ENTIDADES E ÓRGÃOS PÚBLICOS EM GERAL	274.554,63	370.155,00	381.259,65	398.873,85	658.617,47	698.134,52	740.022,59	784.423,95
1.6.1.1.01.0.1.00.00.00.00.00.	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS PRESTADOS POR ENTIDADES E ÓRGÃOS PÚBLICOS EM GERAL - PR	274.554,63	370.155,00	381.259,65	398.873,85	658.617,47	698.134,52	740.022,59	784.423,95
1.6.9.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	OUTROS SERVIÇOS	66.524,50	0,00	0,00	0,00	3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,04
1.6.9.9.00.0.0.00.00.00.00.00.	OUTROS SERVIÇOS	66.524,50	0,00	0,00	0,00	3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,04
1.6.9.9.99.0.0.00.00.00.00.00.	OUTROS SERVIÇOS	66.524,50	0,00	0,00	0,00	3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,04
1.6.9.9.99.0.1.00.00.00.00.00.	OUTROS SERVIÇOS - PRINCIPAL	60.475,11	0,00	0,00	0,00	1.500,00	1.590,00	1.685,40	1.786,52
1.6.9.9.99.0.1.01.00.00.00.00.	Serviço de Ligação de Água	60.475,11	0,00	0,00	0,00	1.500,00	1.590,00	1.685,40	1.786,52
1.6.9.9.99.0.2.00.00.00.00.00.	OUTROS SERVIÇOS - MULTAS E JUROS	6.049,39	0,00	0,00	0,00	1.500,00	1.590,00	1.685,40	1.786,52
1.6.9.9.99.0.2.01.00.00.00.00.	Multas e Juros - Serviço de Ligação de Água	6.049,39	0,00	0,00	0,00	1.500,00	1.590,00	1.685,40	1.786,52
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências Correntes	21.443.130,58	22.468.071,52	30.524.522,27	32.890.154,01	41.084.079,10	43.632.734,47	46.250.698,54	49.025.740,48
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências Correntes - Deduções FUNDEB	-2.357.377,08	-3.403.564,88	-4.847.592,47	-5.058.596,82	-6.129.136,77	-6.513.607,11	-6.904.423,54	-7.318.688,95
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências da União e de suas Entidades	12.977.374,08	13.629.219,82	19.909.616,68	21.529.528,36	26.031.324,17	27.593.203,62	29.248.795,84	31.003.723,61
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências da União e de suas Entidades - Deduções FUNDEB	-2.285.093,75	-2.387.922,97	-3.510.079,76	-3.659.291,02	-4.318.557,20	-4.577.670,64	-4.852.330,88	-5.143.470,73
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências Decorrentes de Participação na Receita da União	12.186.954,43	12.735.367,40	18.590.538,55	19.618.923,93	23.382.498,45	24.785.448,36	26.272.575,26	27.848.929,78
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências Decorrentes de Participação na Receita da União - Deduções FUNDEB	-2.285.093,75	-2.387.922,97	-3.510.079,76	-3.659.291,02	-4.318.557,20	-4.577.670,64	-4.852.330,88	-5.143.470,73
1.7.1.1.51.0.0.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	11.981.485,72	12.520.652,59	18.367.352,26	19.498.923,93	23.171.989,65	24.562.309,03	26.036.047,57	27.598.210,43
1.7.1.1.51.0.0.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - Deduções FUNDEB	-2.244.000,00	-2.344.980,00	-3.462.842,49	-3.635.291,02	-4.276.455,44	-4.533.042,77	-4.805.025,34	-5.093.326,86
RECEITA	**DESCRICAO**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
1.7.1.1.51.1.0.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	11.220.000,00	11.724.900,00	17.373.786,18	18.176.455,10	21.382.277,18	22.665.213,81	24.025.126,64	25.466.634,24
1.7.1.1.51.1.0.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Deduções FUNDEB	-2.244.000,00	-2.344.980,00	-3.462.842,49	-3.635.291,02	-4.276.455,44	-4.533.042,77	-4.805.025,34	-5.093.326,86
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	11.220.000,00	11.724.900,00	17.373.786,18	18.176.455,10	21.382.277,18	22.665.213,81	24.025.126,64	25.466.634,24
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal - Deduções FUNDEB	-2.244.000,00	-2.344.980,00	-3.462.842,49	-3.635.291,02	-4.276.455,44	-4.533.042,77	-4.805.025,34	-5.093.326,86
1.7.1.1.51.2.0.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas Extraordinárias	761.485,72	795.752,59	993.566,08	1.322.468,83	1.789.712,47	1.897.095,22	2.010.920,93	2.131.576,19

1.7.1.1.51.2.1.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas Extraordinárias - Principal	761.485,72	795.752,59	993.566,08	1.322.468,83	1.789.712,47	1.897.095,22	2.010.920,93	2.131.576,19
1.7.1.1.52.0.0.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	205.468,71	214.714,81	223.186,29	120.000,00	210.508,80	223.139,33	236.527,69	250.719,35
1.7.1.1.52.0.0.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Deduções FUNDEB	-41.093,75	-42.942,97	-47.237,27	-24.000,00	-42.101,76	-44.627,87	-47.305,54	-50.143,87
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	205.468,71	214.714,81	223.186,29	120.000,00	210.508,80	223.139,33	236.527,69	250.719,35
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal - Deduções FUNDEB	-41.093,75	-42.942,97	-47.237,27	-24.000,00	-42.101,76	-44.627,87	-47.305,54	-50.143,87
1.7.1.2.00.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	165.143,07	172.574,52	422.217,55	474.011,77	427.070,68	452.694,92	479.856,61	508.648,00
1.7.1.2.51.0.0.00.00.00.00.00.	Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM	6.621,61	6.919,58	97.536,45	234.059,78	94.755,10	100.440,41	106.466,83	112.854,84
1.7.1.2.51.0.1.00.00.00.00.00.	Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM - Principal	6.621,61	6.919,58	97.536,45	234.059,78	94.755,10	100.440,41	106.466,83	112.854,84
1.7.1.2.52.0.0.00.00.00.00.00.	Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo	158.521,46	165.654,94	324.681,10	239.951,99	332.315,58	352.254,51	373.389,78	395.793,16
1.7.1.2.52.1.0.00.00.00.00.00.	Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei n 7.990/89	1.324,32	1.383,92	7.393,94	3.973,86	5.226,41	5.539,99	5.872,39	6.224,73
1.7.1.2.52.1.1.00.00.00.00.00.	Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei n 7.990/89 - Principal	1.324,32	1.383,92	7.393,94	3.973,86	5.226,41	5.539,99	5.872,39	6.224,73
1.7.1.2.52.2.0.00.00.00.00.00.	Cota-parte pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei n 9.478/97, artigo 49, I e II	1.324,32	1.383,92	1.522,31	1.592,64	1.324,32	1.403,78	1.488,01	1.577,29
1.7.1.2.52.2.1.00.00.00.00.00.	Cota-parte pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei n 9.478/97, artigo 49, I e II - Principal	1.324,32	1.383,92	1.522,31	1.592,64	1.324,32	1.403,78	1.488,01	1.577,29
1.7.1.2.52.4.0.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	155.872,82	162.887,10	315.764,85	234.385,49	325.764,85	345.310,74	366.029,38	387.991,14
1.7.1.2.52.4.1.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal	155.872,82	162.887,10	315.764,85	234.385,49	325.764,85	345.310,74	366.029,38	387.991,14
1.7.1.3.00.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	30.448,00	99.682,02	310.698,95	802.426,00	1.519.851,58	1.611.042,67	1.707.705,23	1.810.167,55
1.7.1.3.50.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo - Bloco de Manut	30.448,00	99.682,02	310.698,95	802.426,00	1.519.851,58	1.611.042,67	1.707.705,23	1.810.167,55
1.7.1.3.50.1.0.00.00.00.00.00.	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção P	30.448,00	99.682,02	310.698,95	802.426,00	1.519.851,58	1.611.042,67	1.707.705,23	1.810.167,55
1.7.1.3.50.1.1.00.00.00.00.00.	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde Atenção P	30.448,00	99.682,02	310.698,95	802.426,00	1.519.851,58	1.611.042,67	1.707.705,23	1.810.167,55
1.7.1.3.50.1.1.01.00.00.00.00.	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo - Bloco de Manut	30.448,00	99.682,02	310.698,95	802.426,00	1.519.851,58	1.611.042,67	1.707.705,23	1.810.167,55
1.7.1.3.50.1.1.01.01.00.00.00.	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo - Bloco de Manut	0,00	0,00	146.400,00	325.650,00	344.264,20	364.920,05	386.815,25	410.024,16
RECEITA	**DESCRICAO**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
1.7.1.3.50.1.1.01.02.00.00.00.	Agentes Comunitários de Saúde - ACM	0,00	0,00	0,00	350.000,00	582.912,00	617.886,72	654.959,92	694.257,52
1.7.1.3.50.1.1.01.10.00.00.00.	Incentivo Financeiro da APS - Per Capita de Transição	0,00	0,00	0,00	0,00	14.349,40	15.210,36	16.122,98	17.090,36
1.7.1.3.50.1.1.01.11.00.00.00.	Incentivo Financeiro da APS - Capacitação Ponderada	0,00	0,00	0,00	0,00	70.578,00	74.812,68	79.301,44	84.059,53
1.7.1.3.50.1.1.01.12.00.00.00.	Programa de Informatização da APS	18.920,00	19.771,40	1.380,00	24.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.3.50.1.1.01.13.00.00.00.	Incentivo para Ações Estratégicas	2.200,00	70.162,86	121.800,00	83.976,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.3.50.1.1.01.15.00.00.00.	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - Despesa	9.328,00	9.747,76	41.118,95	18.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.3.50.1.1.01.16.00.00.00.	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA/ESF	0,00	0,00	0,00	0,00	256.700,98	272.103,04	288.429,22	305.734,97
1.7.1.3.50.1.1.01.17.00.00.00.	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - COMPONENTE PER CAPITA DE BASE POPULACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	34.349,40	36.410,36	38.594,98	40.910,68
1.7.1.3.50.1.1.01.18.00.00.00.	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - ATENÇÃO A SAÚDE BUCAL	0,00	0,00	0,00	0,00	188.627,12	199.944,75	211.941,44	224.657,93
1.7.1.3.50.1.1.01.19.00.00.00.	VIGILÂNCIA EM SAÚDE - DESPESAS DIVERSAS	0,00	0,00	0,00	0,00	22.110,48	23.437,11	24.843,34	26.333,94
1.7.1.3.50.1.1.01.20.00.00.00.	IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PARA REDE ALYNE	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	2.120,00	2.247,20	2.382,03
1.7.1.3.50.1.1.01.99.00.00.00.	Outras Receitas SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	3.960,00	4.197,60	4.449,46	4.716,43
1.7.1.4.00.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	594.828,58	621.595,88	517.681,93	552.566,66	579.663,46	614.443,27	651.309,87	690.388,47
1.7.1.4.50.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências do Salário-Educação	312.466,37	326.527,37	242.464,04	276.300,00	315.584,40	334.519,46	354.590,63	375.866,07
1.7.1.4.50.0.1.00.00.00.00.00.	Transferências do Salário-Educação - Principal	312.466,37	326.527,37	242.464,04	276.300,00	315.584,40	334.519,46	354.590,63	375.866,07
1.7.1.4.51.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	24.119,23	25.204,60	7.119,00	4.500,00	6.615,00	7.011,90	7.432,61	7.878,57
1.7.1.4.51.0.1.00.00.00.00.00.	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE - Principal	24.119,23	25.204,60	7.119,00	4.500,00	6.615,00	7.011,90	7.432,61	7.878,57
1.7.1.4.52.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	66.216,15	69.195,87	61.562,24	55.688,02	77.916,30	82.591,28	87.546,76	92.799,57
1.7.1.4.52.0.1.00.00.00.00.00.	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Principal	66.216,15	69.195,87	61.562,24	55.688,02	77.916,30	82.591,28	87.546,76	92.799,57
1.7.1.4.53.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE	192.026,83	200.668,04	206.536,65	216.078,64	179.547,76	190.320,63	201.739,87	213.844,26
1.7.1.4.53.0.1.00.00.00.00.00.	Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE - Principal	192.026,83	200.668,04	206.536,65	216.078,64	179.547,76	190.320,63	201.739,87	213.844,26
1.7.1.6.00.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00	0,00	68.479,70	81.600,00	122.240,00	129.574,40	137.348,87	145.589,81
1.7.1.6.50.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00	0,00	68.479,70	81.600,00	122.240,00	129.574,40	137.348,87	145.589,81
1.7.1.6.50.0.1.00.00.00.00.00.	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - Principal	0,00	0,00	68.479,70	81.600,00	122.240,00	129.574,40	137.348,87	145.589,81
1.7.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	5.356.801,29	5.589.993,51	7.135.740,60	7.420.723,24	9.644.754,93	10.307.050,85	10.925.473,90	11.581.002,34
1.7.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Deduções FUNDEB	-72.283,33	-1.015.641,91	-1.337.512,71	-1.399.305,80	-1.810.579,57	-1.935.936,47	-2.052.092,66	-2.175.218,22
1.7.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00.	Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	4.907.806,13	5.128.657,42	6.691.572,58	7.000.723,24	9.066.931,53	9.694.558,05	10.276.231,53	10.892.805,42
RECEITA	**DESCRICAO**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
1.7.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00.	Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal - Deduções FUNDEB	-72.283,33	-1.015.641,91	-1.337.512,71	-1.399.305,80	-1.810.579,57	-1.935.936,47	-2.052.092,66	-2.175.218,22
1.7.2.1.50.0.0.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do ICMS	4.510.000,00	4.712.950,00	6.263.971,58	6.553.367,07	8.705.038,67	9.227.340,99	9.780.981,45	10.367.840,34
1.7.2.1.50.0.0.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do ICMS - Deduções FUNDEB	0,00	-940.105,83	-1.252.794,12	-1.310.673,21	-1.741.007,73	-1.845.468,19	-1.956.196,28	-2.073.568,06
1.7.2.1.50.0.1.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do ICMS - Principal	4.510.000,00	4.712.950,00	6.263.971,58	6.553.367,07	8.705.038,67	9.227.340,99	9.780.981,45	10.367.840,34
1.7.2.1.50.0.1.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do ICMS - Principal - Deduções FUNDEB	0,00	-940.105,83	-1.252.794,12	-1.310.673,21	-1.741.007,73	-1.845.468,19	-1.956.196,28	-2.073.568,06
1.7.2.1.51.0.0.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do IPVA	319.000,00	333.355,00	351.789,80	368.042,49	231.122,05	328.600,00	348.316,00	369.214,96
1.7.2.1.51.0.0.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do IPVA - Deduções FUNDEB	-57.210,76	-59.785,24	-70.357,95	-73.608,49	-46.224,41	-65.720,00	-69.663,20	-73.842,99
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do IPVA - Principal	319.000,00	333.355,00	351.789,80	368.042,49	231.122,05	328.600,00	348.316,00	369.214,96
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do IPVA - Principal - Deduções FUNDEB	-57.210,76	-59.785,24	-70.357,95	-73.608,49	-46.224,41	-65.720,00	-69.663,20	-73.842,99
1.7.2.1.52.0.0.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do IPI - Municípios	75.362,89	78.754,23	71.853,19	75.172,81	116.737,16	123.741,39	131.165,87	139.035,82
1.7.2.1.52.0.0.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do IPI - Municípios - Deduções FUNDEB	-15.072,57	-15.750,84	-14.360,64	-15.024,10	-23.347,43	-24.748,28	-26.233,18	-27.807,17
1.7.2.1.52.0.1.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	75.362,89	78.754,23	71.853,19	75.172,81	116.737,16	123.741,39	131.165,87	139.035,82

1.7.2.1.52.0.1.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - Deduções FUNDEB	-15.072,57	-15.750,84	-14.360,64	-15.024,10	-23.347,43	-24.748,28	-26.233,18	-27.807,17
1.7.2.1.53.0.0.00.00.00.00.00.	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	3.443,24	3.598,19	3.958,01	4.140,87	14.033,65	14.875,67	15.768,21	16.714,30
1.7.2.1.53.0.1.00.00.00.00.00.	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	3.443,24	3.598,19	3.958,01	4.140,87	14.033,65	14.875,67	15.768,21	16.714,30
1.7.2.9.00.0.0.00.00.00.00.00.	Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal	448.995,16	461.336,09	444.168,02	420.000,00	577.823,40	612.492,80	649.242,37	688.196,92
1.7.2.9.51.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências de Estados destinadas à Assistência Social	0,00	60.000,00	0,00	0,00	4.800,00	5.088,00	5.393,28	5.716,88
1.7.2.9.51.0.1.00.00.00.00.00.	Transferências de Estados destinadas à Assistência Social - Principal	0,00	60.000,00	0,00	0,00	4.800,00	5.088,00	5.393,28	5.716,88
1.7.2.9.51.0.1.01.00.00.00.00.	Transferências de Estados destinadas à Assistência Social - Principal	0,00	60.000,00	0,00	0,00	4.800,00	5.088,00	5.393,28	5.716,88
1.7.2.9.99.0.0.00.00.00.00.00.	Outras Transferências dos Estados e DF	448.995,16	401.336,09	444.168,02	420.000,00	573.023,40	607.404,80	643.849,09	682.480,04
1.7.2.9.99.0.1.00.00.00.00.00.	Outras Transferências dos Estados e DF - Principal	448.995,16	401.336,09	444.168,02	420.000,00	573.023,40	607.404,80	643.849,09	682.480,04
1.7.2.9.99.0.1.01.00.00.00.00.	Outras Transferências dos Estados e DF - Principal	448.995,16	401.336,09	444.168,02	420.000,00	573.023,40	607.404,80	643.849,09	682.480,04
1.7.5.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências de Outras Instituições Públicas	3.108.955,21	3.248.858,19	3.479.164,99	3.939.902,41	5.408.000,00	5.732.480,00	6.076.428,80	6.441.014,53
1.7.5.1.00.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valoriza	3.108.955,21	3.248.858,19	3.479.164,99	3.939.902,41	5.408.000,00	5.732.480,00	6.076.428,80	6.441.014,53
1.7.5.1.50.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valoriza	3.108.955,21	3.248.858,19	3.479.164,99	3.939.902,41	5.408.000,00	5.732.480,00	6.076.428,80	6.441.014,53
1.7.5.1.50.0.1.00.00.00.00.00.	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valoriza	3.108.955,21	3.248.858,19	3.479.164,99	3.939.902,41	5.408.000,00	5.732.480,00	6.076.428,80	6.441.014,53
1.9.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Outras Receitas Correntes	5.297,29	5.535,67	2.500,00	2.615,51	5.297,29	5.615,13	5.952,04	6.309,16
1.9.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	5.297,29	5.535,67	2.500,00	2.615,51	5.297,29	5.615,13	5.952,04	6.309,16
1.9.2.2.00.0.0.00.00.00.00.00.	Restituições	5.297,29	5.535,67	2.500,00	2.615,51	5.297,29	5.615,13	5.952,04	6.309,16
1.9.2.2.50.0.0.00.00.00.00.00.	Restituições de Recursos Recebidos do SUS	5.297,29	5.535,67	2.500,00	2.615,51	5.297,29	5.615,13	5.952,04	6.309,16
RECEITA	**DESCRICAO**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
1.9.2.2.50.0.1.00.00.00.00.00.	Restituições de Recursos Recebidos do SUS - Principal	5.297,29	5.535,67	2.500,00	2.615,51	5.297,29	5.615,13	5.952,04	6.309,16
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	106.000,00	112.360,00	119.101,60
2.4.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	106.000,00	112.360,00	119.101,60
2.4.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	106.000,00	112.360,00	119.101,60
2.4.2.2.00.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	106.000,00	112.360,00	119.101,60
2.4.2.2.99.0.0.00.00.00.00.00.	Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	106.000,00	112.360,00	119.101,60
2.4.2.2.99.0.1.00.00.00.00.00.	Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	106.000,00	112.360,00	119.101,60
2.4.2.2.99.0.1.01.00.00.00.00.	Outras Transferências Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	106.000,00	112.360,00	119.101,60
7.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	RECEITAS CORRENTES	822.452,97	904.698,26	1.843.769,95	1.928.952,12	3.196.424,61	3.341.063,97	3.541.527,81	3.754.019,48
7.2.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÕES	822.452,97	904.698,26	1.843.769,95	1.928.952,12	1.568.739,33	1.615.717,57	1.712.660,63	1.815.420,27
7.2.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	822.452,97	904.698,26	1.843.769,95	1.928.952,12	1.568.739,33	1.615.717,57	1.712.660,63	1.815.420,27
7.2.1.5.00.0.0.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÕES PARA REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA E SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL	822.452,97	904.698,26	1.843.769,95	1.928.952,12	1.568.739,33	1.615.717,57	1.712.660,63	1.815.420,27
7.2.1.5.02.0.0.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL	822.452,97	904.698,26	1.843.769,95	1.928.952,12	1.568.739,33	1.615.717,57	1.712.660,63	1.815.420,27
7.2.1.5.02.1.0.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO	822.452,97	904.698,26	1.843.769,95	1.928.952,12	1.568.739,33	1.615.717,57	1.712.660,63	1.815.420,27
7.2.1.5.02.1.1.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL	659.171,63	725.088,79	1.672.840,44	1.750.125,67	1.523.261,86	1.614.657,57	1.711.537,03	1.814.229,25
7.2.1.5.02.1.2.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - MULTAS E JUROS	163.281,34	179.609,47	170.929,51	178.826,45	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
7.9.9.9.01.0.1.00.00.00.00.00.	APORTES PERIÓDICOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DÉFICIT ATUARIAL DO REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA E SISTEMA	0,00	0,00	0,00	0,00	1.627.685,28	1.725.346,40	1.828.867,18	1.938.599,21
	Total :	22.480.552,73	22.716.066,07	29.718.727,36	32.098.008,43	41.217.933,24	43.849.966,01	46.480.963,99	49.269.821,83

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR	***ELIAS ANDERSON STRAUBE***
Prefeito Municipal	Contador

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:55003A28

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE TRABALHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Programa de Trabalho
Adendo V a Portaria SOF nº 8, de 04/02/1985
Anexo VI, da Lei nº 4.320/64

Programática	Descrição	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 01 CAMARA MUNICIPAL					
Unidade: 01001 CAMARA MUNICIPAL					
01.000.0000.0.000.	Legislativa	0,00	2.260.318,29	0,00	2.260.318,29
01.031.0000.0.000.	Ação Legislativa	0,00	2.260.318,29	0,00	2.260.318,29
01.031.0001.0.000.	Processo Legislativo	0,00	2.260.318,29	0,00	2.260.318,29
		0,00	**2.260.318,29**	**0,00**	**2.260.318,29**

Programática	Descrição	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO					
Unidade: 02001 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO					
04.000.0000.0.000.	Administração	0,00	763.778,61	0,00	763.778,61
04.122.0000.0.000.	Administração Geral	0,00	763.778,61	0,00	763.778,61
04.122.0001.0.000.	APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	763.778,61	0,00	763.778,61
		0,00	**763.778,61**	**0,00**	**763.778,61**

Programática	Descrição	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total

Órgão: 03 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO					
Unidade: 03001 ASSESSORIA JURÍDICA					
02.000.0000.0.000.	Judiciária	0,00	810.312,09	0,00	810.312,09
02.092.0000.0.000.	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	810.312,09	0,00	810.312,09
02.092.0001.0.000.	APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	810.312,09	0,00	810.312,09
		0,00	**810.312,09**	**0,00**	**810.312,09**

Programática	Descrição	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 04 CONTROLADORIA GERAL					
Unidade: 04001 CONTROLADORIA GERAL					
04.000.0000.0.000.	Administração	0,00	180.750,00	0,00	180.750,00
04.124.0000.0.000.	Controle Externo	0,00	180.750,00	0,00	180.750,00
04.124.0001.0.000.	APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	180.750,00	0,00	180.750,00
		0,00	**180.750,00**	**0,00**	**180.750,00**

Programática	Descrição	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO					
Unidade: 05001 DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS					
04.000.0000.0.000.	Administração	0,00	289.000,00	0,00	289.000,00
04.128.0000.0.000.	Formação de Recursos Humanos	0,00	289.000,00	0,00	289.000,00
04.128.0001.0.000.	APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	289.000,00	0,00	289.000,00
		0,00	**289.000,00**	**0,00**	**289.000,00**

Programática	Descrição	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO					
Unidade: 05002 DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO					
04.000.0000.0.000.	Administração	0,00	299.565,96	0,00	299.565,96
04.122.0000.0.000.	Administração Geral	0,00	299.565,96	0,00	299.565,96
04.122.0001.0.000.	APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	299.565,96	0,00	299.565,96
		0,00	**299.565,96**	**0,00**	**299.565,96**

Programática	Descrição	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO					
Unidade: 05003 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO					
04.000.0000.0.000.	Administração	0,00	4.008.041,56	0,00	4.008.041,56
04.122.0000.0.000.	Administração Geral	0,00	4.008.041,56	0,00	4.008.041,56
04.122.0001.0.000.	APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	4.008.041,56	0,00	4.008.041,56
		0,00	**4.008.041,56**	**0,00**	**4.008.041,56**

Programática	Descrição	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					
Unidade: 06001 DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE					
04.000.0000.0.000.	Administração	0,00	364.000,00	0,00	364.000,00
04.122.0000.0.000.	Administração Geral	0,00	364.000,00	0,00	364.000,00
04.122.0001.0.000.	APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	364.000,00	0,00	364.000,00
		0,00	**364.000,00**	**0,00**	**364.000,00**

Programática	Descrição	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					
Unidade: 06002 DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO					
04.000.0000.0.000.	Administração	0,00	222.667,95	0,00	222.667,95
04.129.0000.0.000.	Administração de Receitas	0,00	222.667,95	0,00	222.667,95
04.129.0001.0.000.	APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	222.667,95	0,00	222.667,95
		0,00	**222.667,95**	**0,00**	**222.667,95**

Programática	Descrição	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					
Unidade: 06003 DEPARTAMENTO DE TESOURARIA					
04.000.0000.0.000.	Administração	0,00	233.350,00	0,00	233.350,00
04.123.0000.0.000.	Administração Financeira	0,00	233.350,00	0,00	233.350,00
04.123.0001.0.000.	APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	233.350,00	0,00	233.350,00
28.000.0000.0.000.	Encargos Especiais	0,00	680.000,00	0,00	680.000,00
28.843.0000.0.000.		0,00	680.000,00	0,00	680.000,00
28.843.0000.0.000.	ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	680.000,00	0,00	680.000,00
		0,00	**913.350,00**	**0,00**	**913.350,00**

Programática	Descrição	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					
Unidade: 07001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
10.000.0000.0.000.	Saúde	0,00	7.947.121,75	0,00	7.947.121,75
10.122.0000.0.000.	Administração Geral	0,00	2.419.027,33	0,00	2.419.027,33
10.122.0013.0.000.	DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL	0,00	2.419.027,33	0,00	2.419.027,33

10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	0,00	5.342.594,42	0,00	5.342.594,42
10.301.0013.0.000.	DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL	0,00	5.342.594,42	0,00	5.342.594,42
10.304.0000.0.000.	Vigilância Sanitária	0,00	40.500,00	0,00	40.500,00
10.304.0013.0.000.	DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL	0,00	40.500,00	0,00	40.500,00
10.305.0000.0.000.	Vigilância Epidemiológica	0,00	145.000,00	0,00	145.000,00
10.305.0013.0.000.	DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL	0,00	145.000,00	0,00	145.000,00
		0,00	**7.947.121,75**	**0,00**	**7.947.121,75**

Programática	Descrição	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Unidade: 08001 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
08.000.0000.0.000.	Assistência Social	0,00	1.669.042,51	0,00	1.669.042,51
08.122.0000.0.000.	Administração Geral	0,00	1.669.042,51	0,00	1.669.042,51
08.122.0012.0.000.	SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	1.669.042,51	0,00	1.669.042,51
		0,00	**1.669.042,51**	**0,00**	**1.669.042,51**

Programática	Descrição	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Unidade: 08002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
08.000.0000.0.000.	Assistência Social	0,00	380.600,00	0,00	380.600,00
08.245.0000.0.000.	Serviços Socioassistenciais	0,00	380.600,00	0,00	380.600,00
08.245.0009.0.000.	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	0,00	380.600,00	0,00	380.600,00
		0,00	**380.600,00**	**0,00**	**380.600,00**

Programática	Descrição	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Unidade: 08003 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE					
08.000.0000.0.000.	Assistência Social	0,00	239.801,00	0,00	239.801,00
08.243.0000.0.000.	Assistência à Criança a ao Adolescente	0,00	239.801,00	0,00	239.801,00
08.243.0009.0.000.	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	0,00	239.801,00	0,00	239.801,00
		0,00	**239.801,00**	**0,00**	**239.801,00**

Programática	Descrição	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Unidade: 08004 FUNDO MUNCIPAL AO IDOSO					
08.000.0000.0.000.	Assistência Social	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
08.241.0000.0.000.	Assistência à Pessoa Idosa	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
08.241.0009.0.000.	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
		0,00	**3.000,00**	**0,00**	**3.000,00**

Programática	Descrição	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
Unidade: 09001 DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS					
12.000.0000.0.000.	Educação	2.309.164,68	6.354.257,72	0,00	8.663.422,40
12.306.0000.0.000.	Alimentação e Nutrição	145.000,00	367.916,30	0,00	512.916,30
12.306.0005.0.000.	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	145.000,00	367.916,30	0,00	512.916,30
12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	2.163.164,68	5.290.241,42	0,00	7.453.406,10
12.361.0004.0.000.	EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL	2.127.164,68	3.239.550,32	0,00	5.366.715,00
12.361.0006.0.000.	TRANSPORTE ESCOLAR	0,00	2.050.691,10	0,00	2.050.691,10
12.361.0024.0.000.	APOIO A AGRICULTURA	36.000,00	0,00	0,00	36.000,00
12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	0,00	694.100,00	0,00	694.100,00
12.365.0003.0.000.	EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS - EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	694.100,00	0,00	694.100,00
12.366.0000.0.000.	Educação de Jovens e Adultos	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
12.366.0004.0.000.	EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
12.367.0000.0.000.	Educação Especial	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
12.367.0004.0.000.	EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
12.367.0006.0.000.	TRANSPORTE ESCOLAR	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
		2.309.164,68	**6.354.257,72**	**0,00**	**8.663.422,40**

Programática	Descrição	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
Unidade: 09002 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR					
12.000.0000.0.000.	Educação	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
12.365.0006.0.000.	TRANSPORTE ESCOLAR	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
		0,00	**5.000,00**	**0,00**	**5.000,00**

Programática	Descrição	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
Unidade: 09003 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO					
12.000.0000.0.000.	Educação	0,00	368.865,77	0,00	368.865,77
12.122.0000.0.000.	Administração Geral	0,00	368.865,77	0,00	368.865,77
12.122.0002.0.000.	EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS - APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	368.865,77	0,00	368.865,77
		0,00	**368.865,77**	**0,00**	**368.865,77**

Programática	Descrição	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS					
Unidade: 10001 DEPARTAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO E OBRAS					
15.000.0000.0.000.	Urbanismo	165.000,00	573.661,05	0,00	738.661,05
15.452.0000.0.000.	Serviços Urbanos	165.000,00	573.661,05	0,00	738.661,05
15.452.0014.0.000.	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA	150.000,00	573.661,05	0,00	723.661,05
15.452.0023.0.000.	CIDADÃO ULYSSENSSE INDO E VINDO	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
		165.000,00	**573.661,05**	**0,00**	**738.661,05**

Programática	Descrição	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS					
Unidade: 10002 Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo					
16.000.0000.0.000.	Habitação	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
16.482.0000.0.000.	Habitação Urbana	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
16.482.0026.0.000.	ESPORTE "SAÚDE E LAZER"	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
		0,00	**1.000,00**	**0,00**	**1.000,00**

Programática	Descrição	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES					
Unidade: 11001 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E CONTROLE DA FROTA MUNICIPAL					
26.000.0000.0.000.	Transporte	0,00	1.585.440,43	0,00	1.585.440,43
26.782.0000.0.000.	Transporte Rodoviário	0,00	1.585.440,43	0,00	1.585.440,43
26.782.0015.0.000.	FROTA CONSERVADA E RENOVADA	0,00	1.585.440,43	0,00	1.585.440,43
		0,00	**1.585.440,43**	**0,00**	**1.585.440,43**

Programática	Descrição	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES					
Unidade: 11002 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS E VICINAIS					
26.000.0000.0.000.	Transporte	0,00	1.239.884,70	0,00	1.239.884,70
26.782.0000.0.000.	Transporte Rodoviário	0,00	1.239.884,70	0,00	1.239.884,70
26.782.0016.0.000.	CIDADÃO ULYSSENSSE INDO E VINDO	0,00	1.239.884,70	0,00	1.239.884,70
		0,00	**1.239.884,70**	**0,00**	**1.239.884,70**

Programática	Descrição	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 12 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA					
Unidade: 12001 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA A AGRICULTURA					
20.000.0000.0.000.	Agricultura	68.000,00	1.334.965,01	0,00	1.402.965,01
20.606.0000.0.000.	Extensão Rural	68.000,00	1.334.965,01	0,00	1.402.965,01
20.606.0017.0.000.	APOIO A AGRICULTURA	68.000,00	1.334.965,01	0,00	1.402.965,01
		68.000,00	**1.334.965,01**	**0,00**	**1.402.965,01**

Programática	Descrição	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 12 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA					
Unidade: 12002 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA A PECUÁRIA					
20.000.0000.0.000.	Agricultura	50.000,00	10.000,00	0,00	60.000,00
20.606.0000.0.000.	Extensão Rural	50.000,00	10.000,00	0,00	60.000,00
20.606.0017.0.000.	APOIO A AGRICULTURA	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
20.606.0021.0.000.	INFRAESTRUTURA URBANA EM	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
	DESENVOLVIMENTO				
		50.000,00	**10.000,00**	**0,00**	**60.000,00**

Programática	Descrição	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 13 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO					
Unidade: 13001 DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO					
15.000.0000.0.000.	Urbanismo	0,00	58.505,80	0,00	58.505,80
15.122.0000.0.000.	Administração Geral	0,00	58.505,80	0,00	58.505,80
15.122.0014.0.000.	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA	0,00	58.505,80	0,00	58.505,80
		0,00	**58.505,80**	**0,00**	**58.505,80**

Programática	Descrição	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 13 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO					
Unidade: 13002 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS					
15.000.0000.0.000.	Urbanismo	120.000,00	1.023.998,47	0,00	1.143.998,47
15.452.0000.0.000.	Serviços Urbanos	120.000,00	1.023.998,47	0,00	1.143.998,47
15.452.0014.0.000.	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA	120.000,00	1.023.998,47	0,00	1.143.998,47
		120.000,00	**1.023.998,47**	**0,00**	**1.143.998,47**

Programática	Descrição	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 14 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE					
Unidade: 14001 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE					

18.000.0000.0.000.	Gestão Ambiental	50.000,00	645.456,57	0,00	695.456,57
18.541.0000.0.000.	Preservação e Conservação Ambiental	50.000,00	645.456,57	0,00	695.456,57
18.541.0007.0.000.	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	50.000,00	645.456,57	0,00	695.456,57
		50.000,00	**645.456,57**	**0,00**	**695.456,57**

Programática	Descrição	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 15 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E RECREAÇÃO					
Unidade: 15001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E RECREAÇÃO					
27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	0,00	339.800,00	0,00	339.800,00
27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	0,00	339.800,00	0,00	339.800,00
27.812.0018.0.000.	ESPORTE "SAÚDE E LAZER"	0,00	339.800,00	0,00	339.800,00
		0,00	**339.800,00**	**0,00**	**339.800,00**

Programática	Descrição	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 16 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO					
Unidade: 16001 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO					
13.000.0000.0.000.	Cultura	158.012,46	217.674,32	0,00	375.686,78
13.392.0000.0.000.	Difusão Cultural	158.012,46	217.674,32	0,00	375.686,78
13.392.0019.0.000.	APRIMORAMENTO DA CULTURA E TURISMO	44.000,00	217.674,32	0,00	261.674,32
13.392.0022.0.000.	FROTA CONSERVADA E RENOVADA	114.012,46	0,00	0,00	114.012,46
		158.012,46	**217.674,32**	**0,00**	**375.686,78**

Programática	Descrição	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 17 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO					
Unidade: 17001 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO					
04.000.0000.0.000.	Administração	0,00	184.002,00	0,00	184.002,00
04.121.0000.0.000.	Planejamento e Orçamento	0,00	184.002,00	0,00	184.002,00
04.121.0001.0.000.	APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	184.002,00	0,00	184.002,00
		0,00	**184.002,00**	**0,00**	**184.002,00**

Programática	Descrição	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 18 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE					
Unidade: 18001 SERVIÇOS AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE					
17.000.0000.0.000.	Saneamento	3.000,00	658.617,47	0,00	661.617,47
17.512.0000.0.000.	Saneamento Básico Urbano	3.000,00	658.617,47	0,00	661.617,47
17.512.0028.0.000.	ÁGUA É VIDA	3.000,00	658.617,47	0,00	661.617,47
		3.000,00	**658.617,47**	**0,00**	**661.617,47**

Programática	Descrição	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 19 CONSELHO ADMINISTRATIVO DO REGIME PREVIDENCIÁRIO					
Unidade: 19001 CONSELHO ADMINISTRATIVO DO REGIME PREVIDENCIÁRIO					
09.000.0000.0.000.	Previdência Social	0,00	3.151.947,14	0,00	3.151.947,14
09.272.0000.0.000.	Previdência do Regime Estatutário	0,00	3.151.947,14	0,00	3.151.947,14
09.272.0029.0.000.	MANUTENÇÃO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	3.151.947,14	0,00	3.151.947,14
		0,00	**3.151.947,14**	**0,00**	**3.151.947,14**

Programática	Descrição	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
Unidade: 99999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
99.000.0000.0.000.	Reserva de Contingência	0,00	0,00	190.329,93	190.329,93
99.999.0000.0.000.	Reserva de Contingência geral	0,00	0,00	190.329,93	190.329,93
99.999.9999.0.000.	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	190.329,93	190.329,93
		0,00	**0,00**	**190.329,93**	**190.329,93**
ESEQUIEL BESTEL JUNIOR		***ELIAS ANDERSON STRAUBE***			
Prefeito Municipal		Contador			

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:52FA8E79

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE TRABALHO DE GOVERNO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES					
Estado do Paraná					
Exercício: 2026					
Programa de Trabalho de Governo					
Adendo V a Portaria SOF nº 8, de 04/02/1985					
Anexo VII, da Lei nº 4.320/64					
Programática	Descrição	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01.000.0000.0.000.	Legislativa	0,00	2.260.318,29	0,00	2.260.318,29
01.031.0000.0.000.	Ação Legislativa	0,00	2.260.318,29	0,00	2.260.318,29
01.031.0001.0.000.	Processo Legislativo	0,00	2.260.318,29	0,00	2.260.318,29
01.031.0001.2.001.	Manutenção das Atividades Legislativas	0,00	2.260.318,29	0,00	2.260.318,29
02.000.0000.0.000.	Judiciária	0,00	810.312,09	0,00	810.312,09
02.092.0000.0.000.	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	810.312,09	0,00	810.312,09

02.092.0001.0.000.	APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	810.312,09	0,00	810.312,09
02.092.0001.2.003.	Manutenção da Assessoria Jurídica	0,00	810.312,09	0,00	810.312,09
04.000.0000.0.000.	Administração	0,00	6.545.156,08	0,00	6.545.156,08
04.121.0000.0.000.	Planejamento e Orçamento	0,00	184.002,00	0,00	184.002,00
04.121.0001.0.000.	APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	184.002,00	0,00	184.002,00
04.121.0001.2.059.	Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento	0,00	131.000,00	0,00	131.000,00
04.121.0001.2.060.	Manutenção do Departamento de Projetos	0,00	38.002,00	0,00	38.002,00
04.121.0001.2.061.	Manutenção do Departamento de Apoio Técnico Administrativo	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00
04.122.0000.0.000.	Administração Geral	0,00	5.435.386,13	0,00	5.435.386,13
04.122.0001.0.000.	APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	5.435.386,13	0,00	5.435.386,13
04.122.0001.2.002.	Manutenção da Assessoria do Gabinete	0,00	763.778,61	0,00	763.778,61
04.122.0001.2.006.	Manutenção do Departamento de Compras e Licitações	0,00	299.565,96	0,00	299.565,96
04.122.0001.2.007.	Manutenção do Departamento de Administração	0,00	2.359.356,28	0,00	2.359.356,28
04.122.0001.2.008.	Manutenção do Departamento de Contabilidade	0,00	364.000,00	0,00	364.000,00
04.122.0001.2.082.	Aporte para cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	0,00	1.627.685,28	0,00	1.627.685,28
04.122.0001.2.087.	Valorização do Servidor Público Municipal - capacitação nas áreas específicas	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
04.122.0001.2.104.	Aquisição de 04(quatro) - CONVÊNIO 393/2025 - SECID	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
04.123.0000.0.000.	Administração Financeira	0,00	233.350,00	0,00	233.350,00
04.123.0001.0.000.	APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	233.350,00	0,00	233.350,00
04.123.0001.2.010.	Manutenção do Departamento de Tesouraria e Finanças	0,00	233.350,00	0,00	233.350,00
04.124.0000.0.000.	Controle Externo	0,00	180.750,00	0,00	180.750,00
04.124.0001.0.000.	APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	180.750,00	0,00	180.750,00
04.124.0001.2.004.	Manutenção da Controladoria Geral	0,00	180.750,00	0,00	180.750,00
04.128.0000.0.000.	Formação de Recursos Humanos	0,00	289.000,00	0,00	289.000,00
04.128.0001.0.000.	APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	289.000,00	0,00	289.000,00
04.128.0001.2.005.	Manutenção do Departamento de Recursos Humanos	0,00	169.000,00	0,00	169.000,00
04.128.0001.2.077.	Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	120.000,00	0,00	120.000,00
04.129.0000.0.000.	Administração de Receitas	0,00	222.667,95	0,00	222.667,95
04.129.0001.0.000.	APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	222.667,95	0,00	222.667,95
04.129.0001.2.009.	Manutenção do Departamento de Tributação	0,00	222.667,95	0,00	222.667,95
08.000.0000.0.000.	Assistência Social	0,00	2.292.443,51	0,00	2.292.443,51
08.122.0000.0.000.	Administração Geral	0,00	1.669.042,51	0,00	1.669.042,51
08.122.0012.0.000.	SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	1.669.042,51	0,00	1.669.042,51
08.122.0012.2.035.	Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social	0,00	1.592.942,51	0,00	1.592.942,51
08.122.0012.2.072.	Assitencia ao Portador de Deficiência	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
08.122.0012.2.073.	Ações Socioeducativas	0,00	55.000,00	0,00	55.000,00
08.122.0012.2.074.	Manutenção do Programa IGD - Bolsa Família	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00
08.122.0012.2.075.	Manutenção do Programa IGD SUAS	0,00	1.500,00	0,00	1.500,00
08.122.0012.2.089.	CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social	0,00	12.500,00	0,00	12.500,00
08.122.0012.2.099.	Construção de Creches - CEDCA/PR	0,00	100,00	0,00	100,00
08.241.0000.0.000.	Assistência à Pessoa Idosa	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
08.241.0009.0.000.	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
08.241.0009.2.076.	Assitencia à Pessoa Idosa	0,00	1.500,00	0,00	1.500,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES

Estado do Paraná

Exercício: 2026

Programa de Trabalho de Governo

Adendo V a Portaria SOF nº 8, de 04/02/1985

Anexo VII, da Lei nº 4.320/64

Programática	Descrição	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
08.241.0009.2.088.	Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI	0,00	1.500,00	0,00	1.500,00
08.243.0000.0.000.	Assistência à Criança a ao Adolescente	0,00	239.801,00	0,00	239.801,00
08.243.0009.0.000.	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	0,00	239.801,00	0,00	239.801,00
08.243.0009.6.002.	Manutenção do Fundo Municipal do Direito da Criança e do Adolescente	0,00	11.800,00	0,00	11.800,00
08.243.0009.6.003.	Manutenção do Conselho Tutelar	0,00	225.000,00	0,00	225.000,00
08.243.0009.6.006.	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA	0,00	2.001,00	0,00	2.001,00
08.243.0009.6.007.	Programa Incentivo Estadual voltado a Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes – FIA Estadual	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
08.245.0000.0.000.	Serviços Socioassistenciais	0,00	380.600,00	0,00	380.600,00
08.245.0009.0.000.	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	0,00	380.600,00	0,00	380.600,00
08.245.0009.2.036.	Manutenção de Benefícios Eventuais	0,00	1.500,00	0,00	1.500,00
08.245.0009.2.037.	Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	0,00	372.000,00	0,00	372.000,00
08.245.0009.2.038.	Manutenção do Programa Nossa Gente Paraná - CRAS	0,00	7.000,00	0,00	7.000,00
08.245.0009.2.079.	Construção do espaço físico para o CRAS	0,00	100,00	0,00	100,00
09.000.0000.0.000.	Previdência Social	0,00	3.151.947,14	0,00	3.151.947,14
09.272.0000.0.000.	Previdência do Regime Estatutário	0,00	3.151.947,14	0,00	3.151.947,14
09.272.0029.0.000.	MANUTENÇÃO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	3.151.947,14	0,00	3.151.947,14
09.272.0029.2.201.	MANUTENÇÃO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	3.151.947,14	0,00	3.151.947,14
10.000.0000.0.000.	Saúde	0,00	7.947.121,75	0,00	7.947.121,75
10.122.0000.0.000.	Administração Geral	0,00	2.419.027,33	0,00	2.419.027,33
10.122.0013.0.000.	DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL	0,00	2.419.027,33	0,00	2.419.027,33
10.122.0013.2.039.	Manutenção de Desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde	0,00	2.414.527,33	0,00	2.414.527,33
10.122.0013.2.041.	Estruturar e Manter Conselho Municipal de Saúde	0,00	4.500,00	0,00	4.500,00
10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	0,00	5.342.594,42	0,00	5.342.594,42
10.301.0013.0.000.	DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL	0,00	5.342.594,42	0,00	5.342.594,42
10.301.0013.2.040.	Manutenção da Atenção Básica de Saúde	0,00	3.512.782,22	0,00	3.512.782,22
10.301.0013.2.042.	Manutenção das Atividades do Programa Agente Comunitário de Saúde - ACS	0,00	582.912,00	0,00	582.912,00
10.301.0013.2.044.	Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Equipe de Saúde Bucal	0,00	793.800,00	0,00	793.800,00
10.301.0013.2.045.	Manutenção da Assistência Farmacêutica	0,00	310.000,00	0,00	310.000,00
10.301.0013.2.067.	Manutenção do Serviço Movel de Urgência e Emergência - SAMU	0,00	57.600,20	0,00	57.600,20
10.301.0013.2.083.	Programa Mais Médicos.	0,00	85.500,00	0,00	85.500,00
10.304.0000.0.000.	Vigilância Sanitária	0,00	40.500,00	0,00	40.500,00
10.304.0013.0.000.	DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL	0,00	40.500,00	0,00	40.500,00
10.304.0013.2.046.	Manutenção da Vigiância Sanitária e Epidemiológical	0,00	40.500,00	0,00	40.500,00
10.305.0000.0.000.	Vigilância Epidemiológica	0,00	145.000,00	0,00	145.000,00
10.305.0013.0.000.	DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL	0,00	145.000,00	0,00	145.000,00
10.305.0013.2.096.	Manutenção da Vigilância Epidemiológica	0,00	145.000,00	0,00	145.000,00
12.000.0000.0.000.	Educação	2.309.164,68	6.728.123,49	0,00	9.037.288,17
12.122.0000.0.000.	Administração Geral	0,00	368.865,77	0,00	368.865,77
12.122.0002.0.000.	EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS - APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	368.865,77	0,00	368.865,77

12.122.0002.2.013.	Manutenção da Secretária Municipal de Educação	0,00	368.865,77	0,00	368.865,77
12.306.0000.0.000.	Alimentação e Nutrição	145.000,00	367.916,30	0,00	512.916,30
12.306.0005.0.000.	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	145.000,00	367.916,30	0,00	512.916,30
12.306.0005.1.058.		145.000,00	0,00	0,00	145.000,00
12.306.0005.2.024.	Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Infantil	0,00	139.458,15	0,00	139.458,15
PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES					
Estado do Paraná					
Exercício: 2026					
Programa de Trabalho de Governo					
Adendo V a Portaria SOF nº 8, de 04/02/1985					
Anexo VII, da Lei nº 4.320/64					
Programática	Descrição	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
12.306.0005.2.025.	Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Fundamental	0,00	228.458,15	0,00	228.458,15
12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	2.163.164,68	5.290.241,42	0,00	7.453.406,10
12.361.0004.0.000.	EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL	2.127.164,68	3.239.550,32	0,00	5.366.715,00
12.361.0004.1.007.	Aquisição de Equipamentos de informática – Ensino Fundamental	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
12.361.0004.1.008.	Reforma e Ampliação das Escolas – Ensino Fundamental	170.000,00	0,00	0,00	170.000,00
12.361.0004.1.052.		20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
12.361.0004.1.059.		1.269.000,00	0,00	0,00	1.269.000,00
12.361.0004.1.060.		663.164,68	0,00	0,00	663.164,68
12.361.0004.2.017.	Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 70%	0,00	2.066.600,00	0,00	2.066.600,00
12.361.0004.2.018.	Manutenção do Ensino Fundamental	0,00	88.615,00	0,00	88.615,00
12.361.0004.2.019.	Capacitação de Professores do Ensino Fundamental	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
12.361.0004.2.020.	Manutenção Predial das Escolas - Ensino Fundamental	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
12.361.0004.2.021.	Aquisição de Uniforme e Material Didático - Ensino Fundamental	0,00	44.600,00	0,00	44.600,00
12.361.0004.2.062.	Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 30%	0,00	879.235,32	0,00	879.235,32
12.361.0004.2.063.	Implantação da Educação Integral	0,00	120.500,00	0,00	120.500,00
12.361.0006.0.000.	TRANSPORTE ESCOLAR	0,00	2.050.691,10	0,00	2.050.691,10
12.361.0006.2.026.	Manutenção do Transporte Escolar - Esnino Fundamental	0,00	2.050.691,10	0,00	2.050.691,10
12.361.0024.0.000.	APOIO A AGRICULTURA	36.000,00	0,00	0,00	36.000,00
12.361.0024.1.053.		36.000,00	0,00	0,00	36.000,00
12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	0,00	699.100,00	0,00	699.100,00
12.365.0003.0.000.	EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS - EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	694.100,00	0,00	694.100,00
12.365.0003.2.016.	Aquisição de Material Didático - Educação Infantil	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00
12.365.0003.2.085.	Manutenção das escolas de Ensino enfantil - Pré-escola	0,00	325.000,00	0,00	325.000,00
12.365.0003.2.086.	Manutenção das escolas de Ensino enfantil - creche	0,00	354.100,00	0,00	354.100,00
12.365.0006.0.000.	TRANSPORTE ESCOLAR	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
12.365.0006.2.028.	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Infantil	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
12.366.0000.0.000.	Educação de Jovens e Adultos	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
12.366.0004.0.000.	EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
12.366.0004.2.023.	Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
12.367.0000.0.000.	Educação Especial	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
12.367.0004.0.000.	EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
12.367.0004.1.009.	Aparelhar as Escolas com Móveis e Equipamentos Adaptados aos Alunos com Deficiência	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
12.367.0006.0.000.	TRANSPORTE ESCOLAR	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
12.367.0006.2.027.	Manutenção e Aquisição de Veículo para Transporte Escolar - Educação Especial	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
13.000.0000.0.000.	Cultura	158.012,46	217.674,32	0,00	375.686,78
13.392.0000.0.000.	Difusão Cultural	158.012,46	217.674,32	0,00	375.686,78
13.392.0019.0.000.	APRIMORAMENTO DA CULTURA E TURISMO	44.000,00	217.674,32	0,00	261.674,32
13.392.0019.1.051.		44.000,00	0,00	0,00	44.000,00
13.392.0019.2.058.	Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	0,00	217.174,32	0,00	217.174,32
13.392.0019.2.100.	Aquisição de 01(um) veículo hatch - Convênio nº 1030/25	0,00	500,00	0,00	500,00
13.392.0022.0.000.	FROTA CONSERVADA E RENOVADA	114.012,46	0,00	0,00	114.012,46
13.392.0022.1.056.		114.012,46	0,00	0,00	114.012,46
15.000.0000.0.000.	Urbanismo	285.000,00	1.656.165,32	0,00	1.941.165,32
PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES					
Estado do Paraná					
Exercício: 2026					
Programa de Trabalho de Governo					
Adendo V a Portaria SOF nº 8, de 04/02/1985					
Anexo VII, da Lei nº 4.320/64					
Programática	Descrição	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
15.122.0000.0.000.	Administração Geral	0,00	58.505,80	0,00	58.505,80
15.122.0014.0.000.	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA	0,00	58.505,80	0,00	58.505,80
15.122.0014.2.054.	Manutenção do Deparatamento de Planejamento Urbano	0,00	58.505,80	0,00	58.505,80
15.452.0000.0.000.	Serviços Urbanos	285.000,00	1.597.659,52	0,00	1.882.659,52
15.452.0014.0.000.	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA	270.000,00	1.597.659,52	0,00	1.867.659,52
15.452.0014.1.043.	Construção da Praça do Bairro do Cerrado	120.000,00	0,00	0,00	120.000,00
15.452.0014.1.047.	Asfalto novo Vida Nova - Convênio Nº 438/2023.	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00
15.452.0014.2.047.	Manutenção da Secretaria Municipal de Obras	0,00	571.661,05	0,00	571.661,05
15.452.0014.2.055.	Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos	0,00	837.388,83	0,00	837.388,83
15.452.0014.2.064.	Manutenção com Iluminação Pública	0,00	186.609,64	0,00	186.609,64
15.452.0014.2.084.	Iluminação da Vila de Acesso ao Bairro Cerrado (PR092)	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
15.452.0014.2.105.	CONVÊNIO AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO - SECID - 24.126.583-8	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
15.452.0023.0.000.	CIDADÃO ULYSSENSSE INDO E VINDO	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
15.452.0023.1.057.		15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
16.000.0000.0.000.	Habitação	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
16.482.0000.0.000.	Habitação Urbana	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
16.482.0026.0.000.	ESPORTE "SAÚDE E LAZER"	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
16.482.0026.2.110.	Construção de Melhoria de 25 Unidades Habitacionais de Interesse Social (Sub 50)	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
17.000.0000.0.000.	Saneamento	3.000,00	658.617,47	0,00	661.617,47
17.512.0000.0.000.	Saneamento Básico Urbano	3.000,00	658.617,47	0,00	661.617,47
17.512.0028.0.000.	ÁGUA É VIDA	3.000,00	658.617,47	0,00	661.617,47
17.512.0028.1.100.	Ampliação da rede de Distribuição de Água	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
17.512.0028.2.100.	Manutenção dos Serviços de Abastecimento de Água	0,00	534.617,47	0,00	534.617,47
17.512.0028.2.101.	Amortização do Reparcelamento da Dívida	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
17.512.0028.2.102.	Ampliação de rede Coletora de Esgoto	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
17.512.0028.2.103.	Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná	0,00	119.000,00	0,00	119.000,00
18.000.0000.0.000.	Gestão Ambiental	50.000,00	645.456,57	0,00	695.456,57

18.541.0000.0.000.	Preservação e Conservação Ambiental	50.000,00	645.456,57	0,00	695.456,57
18.541.0007.0.000.	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	50.000,00	645.456,57	0,00	695.456,57
18.541.0007.1.013.	Aquisição de Equipamento para Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
18.541.0007.1.032.	Promoção da Educação Ambiental no município	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
18.541.0007.1.033.	Preservação de áreas de matas nativas e/ou mananciais	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
18.541.0007.1.034.	Programas voltados para a arborização das ruas e espaços públicos	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
18.541.0007.1.049.	Manejo de Resíduos Sólidos	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
18.541.0007.2.029.	Manutenção da Educação Ambiental	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
18.541.0007.2.030.	Manutenção do Cemitério Municipal	0,00	95.000,00	0,00	95.000,00
18.541.0007.2.033.	Conservação e Recuperação de Matas Ciliares e Manutenção do Sistema de Drenagem Pluvial	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
18.541.0007.2.056.	Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente	0,00	435.456,57	0,00	435.456,57
18.541.0007.2.093.	PROGRAMA "ITAIPU MAIS QUE ENERGIA"	0,00	35.000,00	0,00	35.000,00
18.541.0007.2.106.		0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
20.000.0000.0.000.	Agricultura	118.000,00	1.344.965,01	0,00	1.462.965,01
20.606.0000.0.000.	Extensão Rural	118.000,00	1.344.965,01	0,00	1.462.965,01
20.606.0017.0.000.	APOIO A AGRICULTURA	68.000,00	1.344.965,01	0,00	1.412.965,01
20.606.0017.1.041.	Armazém da Família	68.000,00	0,00	0,00	68.000,00
20.606.0017.2.051.	Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura	0,00	370.000,00	0,00	370.000,00
20.606.0017.2.052.	Manutenção do Departamento de Agricultura	0,00	962.465,01	0,00	962.465,01

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES

Estado do Paraná

Exercício: 2026

Programa de Trabalho de Governo

Adendo V a Portaria SOF nº 8, de 04/02/1985

Anexo VII, da Lei nº 4.320/64

Programática	Descrição	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
20.606.0017.2.053.	Manutenção do Departamento de Pecuária	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
20.606.0017.2.094.	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS" – CONVÊNIO 947416/2023	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
20.606.0017.2.098.	Aquisição de Maquinas e Equipamentos - 005563/2024	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
20.606.0017.2.103.	Aquisição de Equipamentos- Convênio 348/2025 - SEAB	0,00	500,00	0,00	500,00
20.606.0021.0.000.	INFRAESTRUTURA URBANA EM DESENVOLVIMENTO	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
20.606.0021.1.055.		50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
26.000.0000.0.000.	Transporte	0,00	2.825.325,13	0,00	2.825.325,13
26.782.0000.0.000.	Transporte Rodoviário	0,00	2.825.325,13	0,00	2.825.325,13
26.782.0015.0.000.	FROTA CONSERVADA E RENOVADA	0,00	1.585.440,43	0,00	1.585.440,43
26.782.0015.2.048.	Manutenção da Secretaria Municipal de Transportes	0,00	737.000,00	0,00	737.000,00
26.782.0015.2.049.	Manutenção do Departamento da Frota Municipal	0,00	848.440,43	0,00	848.440,43
26.782.0016.0.000.	CIDADÃO ULYSSENSSE INDO E VINDO	0,00	1.239.884,70	0,00	1.239.884,70
26.782.0016.2.050.	Manutenção do Departamento de Estradas Rurais e Vicinais	0,00	1.239.884,70	0,00	1.239.884,70
27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	0,00	339.800,00	0,00	339.800,00
27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	0,00	339.800,00	0,00	339.800,00
27.812.0018.0.000.	ESPORTE "SAÚDE E LAZER"	0,00	339.800,00	0,00	339.800,00
27.812.0018.2.057.	Desenvolver Atividades Esportivas e Recreativas	0,00	339.800,00	0,00	339.800,00
28.000.0000.0.000.	Encargos Especiais	0,00	680.000,00	0,00	680.000,00
28.843.0000.0.000.		0,00	680.000,00	0,00	680.000,00
28.843.0000.0.000.	ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	680.000,00	0,00	680.000,00
28.843.0000.2.065.	Encargos e Amortização da Dívida Pública	0,00	680.000,00	0,00	680.000,00
99.000.0000.0.000.	Reserva de Contingência	0,00	0,00	190.329,93	190.329,93
99.999.0000.0.000.	Reserva de Contingência geral	0,00	0,00	190.329,93	190.329,93
99.999.9999.0.000.	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	190.329,93	190.329,93
99.999.9999.9.999.	Reserva de Contingência	0,00	0,00	190.329,93	190.329,93
		2.923.177,14	**38.104.426,17**	**190.329,93**	**41.217.933,24**

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR — Prefeito Municipal

ELIAS ANDERSON STRAUBE — Contador

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:0F1637DD

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
QUADRO DO DETALHAMENTO DA DESPESA - Q.D.D.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES

Estado do Paraná

Exercício: 2026 — Versão: 1

QUADRO DO DETALHAMENTO DA DESPESA - Q.D.D.

01.000.00.000.0000.0.000.	**CAMARA MUNICIPAL**	
01.001.00.000.0000.0.000.	**CAMARA MUNICIPAL**	
01.001.01.000.0000.0.000.	**Legislativa**	
01.001.01.031.0000.0.000.	**Ação Legislativa**	
01.001.01.031.0001.0.000.	**Processo Legislativo**	
01.001.01.031.0001.2.001.	**Manutenção das Atividades Legislativas**	**2.260.318,29**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.225.318,29
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.567.659,99
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.376.269,51
1 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.340.269,51
2 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	10.000,00
3 3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	26.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	191.390,48
4 3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	191.390,48
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	657.658,30
3.3.72.00.00.00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	48.000,00
5 3.3.72.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	48.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	609.658,30
6 3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	40.000,00
7 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	170.875,28
8 3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
9 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	140.000,00

10 3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	60.000,00
11 3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	180.000,00
12 3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	13.783,02
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	35.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	35.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	35.000,00
13 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	35.000,00
02.000.00.000.0000.0.000.	**GABINETE DO PREFEITO**	
02.001.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**	
02.001.04.000.0000.0.000.	**Administração**	
02.001.04.122.0000.0.000.	**Administração Geral**	
02.001.04.122.0001.0.000.	**APOIO ADMINISTRATIVO**	
02.001.04.122.0001.2.002.	**Manutenção da Assessoria do Gabinete**	**763.778,61**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	733.778,61
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	616.778,61
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	601.778,61
1 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	538.000,00
2 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	42.778,61
3 3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	21.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	15.000,00
4 3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	15.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	117.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	117.000,00
5 3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	60.000,00
6 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00
7 3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
8 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
9 3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	30.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00
10 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.	**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**	
03.001.00.000.0000.0.000.	**ASSESSORIA JURÍDICA**	
03.001.02.000.0000.0.000.	**Judiciária**	
03.001.02.092.0000.0.000.	**Representação Judicial e Extrajudicial**	
03.001.02.092.0001.0.000.	**APOIO ADMINISTRATIVO**	
03.001.02.092.0001.2.003.	**Manutenção da Assessoria Jurídica**	**810.312,09**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	805.312,09
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	438.312,09
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	425.312,09
11 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	387.000,00
12 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	30.312,09
13 3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	8.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	13.000,00
14 3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	13.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	367.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	367.000,00
15 3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	10.000,00
16 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	500,00
17 3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	500,00
18 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
19 3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.000,00
20 3.3.90.91.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	350.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	5.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00
21 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	**CONTROLADORIA GERAL**	
04.001.00.000.0000.0.000.	**CONTROLADORIA GERAL**	
04.001.04.000.0000.0.000.	**Administração**	
04.001.04.124.0000.0.000.	**Controle Externo**	
04.001.04.124.0001.0.000.	**APOIO ADMINISTRATIVO**	
04.001.04.124.0001.2.004.	**Manutenção da Controladoria Geral**	**180.750,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	170.750,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	158.250,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	143.250,00
22 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	141.750,00
23 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.000,00
24 3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	500,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	15.000,00
25 3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	15.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.500,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	12.500,00
26 3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	5.000,00
27 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	2.500,00
28 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	10.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00
29 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**	
05.001.00.000.0000.0.000.	**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**	
05.001.04.000.0000.0.000.	**Administração**	
05.001.04.128.0000.0.000.	**Formação de Recursos Humanos**	
05.001.04.128.0001.0.000.	**APOIO ADMINISTRATIVO**	
05.001.04.128.0001.2.005.	**Manutenção do Departamento de Recursos Humanos**	**169.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	162.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	152.000,00

3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	142.000,00
30 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	135.000,00
31 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	6.000,00
32 3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	10.000,00
33 3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	10.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00
34 3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	5.000,00
35 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	7.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	7.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	7.000,00
36 4.4.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.000,00
37 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.000,00
05.001.04.128.0001.2.077.	**Indenizações e Restituições Trabalhistas**	**120.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	120.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	120.000,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	120.000,00
38 3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	120.000,00
05.002.00.000.0000.0.000.	**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO**	
05.002.04.000.0000.0.000.	**Administração**	
05.002.04.122.0000.0.000.	**Administração Geral**	
05.002.04.122.0001.0.000.	**APOIO ADMINISTRATIVO**	
05.002.04.122.0001.2.006.	**Manutenção do Departamento de Compras e Licitações**	**299.565,96**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	289.565,96
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	273.565,96
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	249.904,52
39 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	175.500,00
40 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	30.000,00
41 3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	44.404,52
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	23.661,44
42 3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	23.661,44
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	16.000,00
43 3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	7.000,00
44 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
45 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
46 3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	10.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00
47 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
05.003.00.000.0000.0.000.	**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**	
05.003.04.000.0000.0.000.	**Administração**	
05.003.04.122.0000.0.000.	**Administração Geral**	
05.003.04.122.0001.0.000.	**APOIO ADMINISTRATIVO**	
05.003.04.122.0001.2.007.	**Manutenção do Departamento de Administração**	**2.359.356,28**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.339.356,28
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	819.100,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	747.600,00
48 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	690.000,00
49 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	55.600,00
50 3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	2.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	71.500,00
51 3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	71.500,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.520.256,28
3.3.71.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTRATO DE RATEIO	15.000,00
52 3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	15.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.505.256,28
53 3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	30.000,00
54 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	149.461,72
55 3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	60.000,00
56 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	298.388,40
57 3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	250.372,51
58 3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	690.000,00
59 3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	13.000,00
60 3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	14.033,65
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	20.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00
61 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
05.003.04.122.0001.2.082.	**Aporte para cobertura do Déficit Atuarial do RPPS**	**1.627.685,28**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.627.685,28
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.627.685,28
3.3.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	1.627.685,28
62 3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1.627.685,28
05.003.04.122.0001.2.087.	**Valorização do Servidor Público Municipal - capacitação nas áreas específicas**	**20.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	20.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00
63 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
05.003.04.122.0001.2.104.	**Aquisição de 04(quatro) - CONVÊNIO 393/2025 - SECID**	**1.000,00**
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00
64 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**	
06.001.00.000.0000.0.000.	**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**	

06.001.04.000.0000.0.000.	**Administração**	
06.001.04.122.0000.0.000.	**Administração Geral**	
06.001.04.122.0001.0.000.	**APOIO ADMINISTRATIVO**	
06.001.04.122.0001.2.008.	**Manutenção do Departamento de Contabilidade**	**364.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	346.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	310.000,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	281.000,00
65 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	265.000,00
66 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	15.000,00
67 3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	29.000,00
68 3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	29.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	36.000,00
69 3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	15.000,00
70 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
71 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
72 3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	18.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	18.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	18.000,00
73 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	18.000,00
06.002.00.000.0000.0.000.	**DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO**	
06.002.04.000.0000.0.000.	**Administração**	
06.002.04.129.0000.0.000.	**Administração de Receitas**	
06.002.04.129.0001.0.000.	**APOIO ADMINISTRATIVO**	
06.002.04.129.0001.2.009.	**Manutenção do Departamento de Tributação**	**222.667,95**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	212.667,95
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	192.167,95
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	177.167,95
74 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	168.667,95
75 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	8.000,00
76 3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	500,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	15.000,00
77 3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	15.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.500,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	20.500,00
78 3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	5.000,00
79 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
80 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
81 3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	500,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	10.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00
82 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
06.003.00.000.0000.0.000.	**DEPARTAMENTO DE TESOURARIA**	
06.003.04.000.0000.0.000.	**Administração**	
06.003.04.123.0000.0.000.	**Administração Financeira**	
06.003.04.123.0001.0.000.	**APOIO ADMINISTRATIVO**	
06.003.04.123.0001.2.010.	**Manutenção do Departamento de Tesouraria e Finanças**	**233.350,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	223.350,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	192.850,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	192.850,00
83 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	171.850,00
84 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	20.000,00
85 3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.500,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	30.500,00
86 3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	15.000,00
87 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
88 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
89 3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	500,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	10.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00
90 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
06.003.28.000.0000.0.000.	**Encargos Especiais**	
06.003.28.843.0000.0.000.	**ENCARGOS ESPECIAIS**	
06.003.28.843.0000.2.065.	**Encargos e Amortização da Dívida Pública**	**680.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	100.000,00
3.2.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	100.000,00
3.2.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	100.000,00
91 3.2.90.21.00.00	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	100.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	580.000,00
4.6.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	580.000,00
4.6.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	580.000,00
92 4.6.90.72.00.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA MOBILIÁRIA RESGATADO	580.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**	
07.001.00.000.0000.0.000.	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**	
07.001.10.000.0000.0.000.	**Saúde**	
07.001.10.122.0000.0.000.	**Administração Geral**	
07.001.10.122.0013.0.000.	**DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL**	
07.001.10.122.0013.2.039.	**Manutenção de Desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde**	**2.414.527,33**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.413.527,33
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.095.527,33
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.929.857,99
93 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.759.753,15
94 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	160.104,84
95 3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	10.000,00

3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	165.669,34
96 3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	165.669,34
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	318.000,00
3.3.71.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTRATO DE RATEIO	100.000,00
97 3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	100.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	218.000,00
98 3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	15.000,00
99 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
100 3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
101 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	60.000,00
102 3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	83.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00
103 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
07.001.10.122.0013.2.041.	**Estruturar e Manter Conselho Municipal de Saúde**	**4.500,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	4.500,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.500,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	4.500,00
104 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.500,00
105 3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.500,00
106 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.500,00
07.001.10.301.0000.0.000.	**Atenção Básica**	
07.001.10.301.0013.0.000.	**DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL**	
07.001.10.301.0013.2.040.	**Manutenção da Atenção Básica de Saúde**	**3.512.782,22**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	3.507.782,22
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.555.985,13
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.550.985,13
107 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.470.014,92
108 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	70.970,21
109 3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	10.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	5.000,00
110 3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.951.797,09
3.3.72.00.00.00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	375.463,06
111 3.3.72.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
112 3.3.72.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10.000,00
113 3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	364.463,06
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.576.334,03
114 3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	140.000,00
115 3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	105.000,00
116 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	362.675,38
117 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	176.078,64
118 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	139.264,20
119 3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	100.000,00
120 3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	180.500,00
121 3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.455,00
122 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	130.000,00
123 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	141.360,81
124 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	5.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00
125 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
07.001.10.301.0013.2.042.	**Manutenção das Atividades do Programa Agente Comunitário de Saúde - ACS**	**582.912,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	582.912,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	582.912,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	542.912,00
126 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	497.912,00
127 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	45.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	40.000,00
128 3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	40.000,00
07.001.10.301.0013.2.044.	**Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Equipe de Saúde Bucal**	**793.800,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	778.800,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	698.800,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	644.200,00
129 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	590.900,00
130 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	53.300,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	54.600,00
131 3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	54.600,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	80.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	80.000,00
132 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	60.000,00
133 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	15.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	15.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	15.000,00
134 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000,00
07.001.10.301.0013.2.045.	**Manutenção da Assistência Farmacêutica**	**310.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	300.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	300.000,00
3.3.72.00.00.00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	300.000,00
135 3.3.72.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	300.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	10.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00
136 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
07.001.10.301.0013.2.067.	**Manutenção do Serviço Movel de Urgência e Emergência - SAMU**	**57.600,20**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	57.600,20

3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	57.600,20
3.3.72.00.00.00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	57.600,20
137 3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	57.600,20
07.001.10.301.0013.2.083.	**Programa Mais Médicos.**	**85.500,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	85.500,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	36.000,00
3.1.96.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA À CONTA DE RECURSOS DE QUE TRATA O ART. 25 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 141, DE 2012	36.000,00
138 3.1.96.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	36.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	49.500,00
3.3.96.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA À CONTA DE RECURSOS DE QUE TRATA O ART. 25 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 141, DE 2012	49.500,00
139 3.3.96.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	49.500,00
07.001.10.304.0000.0.000.	**Vigilância Sanitária**	
07.001.10.304.0013.0.000.	**DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL**	
07.001.10.304.0013.2.046.	**Manutenção da Vigiância Sanitária e Epidemiológical**	**40.500,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	40.500,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	35.500,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	30.500,00
140 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.500,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	5.000,00
141 3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00
142 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
07.001.10.305.0000.0.000.	**Vigilância Epidemiológica**	
07.001.10.305.0013.0.000.	**DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL**	
07.001.10.305.0013.2.096.	**Manutenção da Vigilância Epidemiológica**	**145.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	145.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	140.000,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	135.000,00
143 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	130.000,00
144 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	5.000,00
145 3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00
146 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**	
08.001.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**	
08.001.08.000.0000.0.000.	**Assistência Social**	
08.001.08.122.0000.0.000.	**Administração Geral**	
08.001.08.122.0012.0.000.	**SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**	
08.001.08.122.0012.2.035.	**Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social**	**1.592.942,51**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.577.942,51
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.168.702,51
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.070.702,51
147 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	983.143,16
148 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	69.559,35
149 3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	18.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	98.000,00
150 3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	98.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	409.240,00
3.3.71.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTRATO DE RATEIO	15.000,00
151 3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	15.000,00
3.3.72.00.00.00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	15.000,00
152 3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	379.240,00
153 3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	5.040,00
154 3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	65.000,00
155 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	36.860,00
156 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	38.340,00
157 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	160.000,00
158 3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	500,00
159 3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	500,00
160 3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	6.000,00
161 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500,00
162 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500,00
163 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	63.000,00
164 3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	2.500,00
165 3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	500,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	15.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	15.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	15.000,00
166 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000,00
08.001.08.122.0012.2.072.	**Assitencia ao Portador de Deficiência**	**1.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00
167 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	500,00
168 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500,00
08.001.08.122.0012.2.073.	**Ações Socioeducativas**	**55.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	55.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	55.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	55.000,00
169 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
170 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
08.001.08.122.0012.2.074.	**Manutenção do Programa IGD - Bolsa Família**	**6.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	6.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	6.000,00

171 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00
08.001.08.122.0012.2.075.	**Manutenção do Programa IGD SUAS**	**1.500,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00
172 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	500,00
173 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	500,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	500,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	500,00
174 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	500,00
08.001.08.122.0012.2.089.	**CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social**	**12.500,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	7.500,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.500,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	7.500,00
175 3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	500,00
176 3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1.000,00
177 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
178 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	5.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00
179 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
08.001.08.122.0012.2.099.	**Construção de Creches - CEDCA/PR**	**100,00**
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	100,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	100,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	100,00
180 4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	100,00
08.002.00.000.0000.0.000.	**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**	
08.002.08.000.0000.0.000.	**Assistência Social**	
08.002.08.245.0000.0.000.	**Serviços Socioassistenciais**	
08.002.08.245.0009.0.000.	**PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**	
08.002.08.245.0009.2.036.	**Manutenção de Benefícios Eventuais**	**1.500,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.500,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.500,00
181 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	500,00
182 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500,00
183 3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	500,00
08.002.08.245.0009.2.037.	**Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS**	**372.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	362.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	165.000,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	157.000,00
184 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	152.000,00
185 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E	8.000,00
	ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
186 3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	8.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	197.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	197.000,00
187 3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	2.000,00
188 3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	5.000,00
189 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	8.000,00
190 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
191 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	150.000,00
192 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
193 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
194 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	10.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00
195 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
08.002.08.245.0009.2.038.	**Manutenção do Programa Nossa Gente Paraná - CRAS**	**7.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	2.000,00
196 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
197 3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	5.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00
198 4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000,00
08.002.08.245.0009.2.079.	**Construção do espaço físico para o CRAS**	**100,00**
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	100,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	100,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	100,00
199 4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	100,00
08.003.00.000.0000.0.000.	**FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**	
08.003.08.000.0000.0.000.	**Assistência Social**	
08.003.08.243.0000.0.000.	**Assistência à Criança a ao Adolescente**	
08.003.08.243.0009.0.000.	**PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**	
08.003.08.243.0009.6.002.	**Manutenção do Fundo Municipal do Direito da Criança e do Adolescente**	**11.800,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	9.300,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.300,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	9.300,00
200 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
201 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	4.800,00
202 3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	500,00
203 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00

4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	2.500,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	2.500,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	2.500,00
204 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.500,00
08.003.08.243.0009.6.003.	**Manutenção do Conselho Tutelar**	**225.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	225.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	175.000,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	165.000,00
205 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	145.000,00
206 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	20.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	10.000,00
207 3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	10.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	50.000,00
208 3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	5.000,00
209 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
210 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
08.003.08.243.0009.6.006.	**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA**	**2.001,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00
211 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.001,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.001,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.001,00
212 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.001,00
08.003.08.243.0009.6.007.	**Programa Incentivo Estadual voltado a Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes – FIA Estadual**	**1.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00
213 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
08.004.00.000.0000.0.000.	**FUNDO MUNCIPAL AO IDOSO**	
08.004.08.000.0000.0.000.	**Assistência Social**	
08.004.08.241.0000.0.000.	**Assistência à Pessoa Idosa**	
08.004.08.241.0009.0.000.	**PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**	
08.004.08.241.0009.2.076.	**Assitencia à Pessoa Idosa**	**1.500,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.500,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.500,00
214 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	500,00
215 3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	500,00
216 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500,00
08.004.08.241.0009.2.088.	**Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI**	**1.500,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.500,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.500,00
217 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.500,00
09.000.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**	
09.001.00.000.0000.0.000.	**DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS**	
09.001.12.000.0000.0.000.	**Educação**	
09.001.12.306.0000.0.000.	**Alimentação e Nutrição**	
09.001.12.306.0005.0.000.	**ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**	
09.001.12.306.0005.1.058.		**145.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	145.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	145.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	145.000,00
218 3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	45.000,00
219 3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	80.000,00
220 3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	20.000,00
09.001.12.306.0005.2.024.	**Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Infantil**	**139.458,15**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	139.458,15
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	139.458,15
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	139.458,15
221 3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	40.000,00
222 3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	80.000,00
223 3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	19.458,15
09.001.12.306.0005.2.025.	**Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Fundamental**	**228.458,15**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	228.458,15
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	228.458,15
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	228.458,15
224 3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	60.000,00
225 3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	130.000,00
226 3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	38.458,15
09.001.12.361.0000.0.000.	**Ensino Fundamental**	
09.001.12.361.0004.0.000.	**EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL**	
09.001.12.361.0004.1.007.	**Aquisição de Equipamentos de informática – Ensino Fundamental**	**5.000,00**
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	5.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00
227 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
09.001.12.361.0004.1.008.	**Reforma e Ampliação das Escolas – Ensino Fundamental**	**170.000,00**
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	170.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	170.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	170.000,00
228 4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	170.000,00
09.001.12.361.0004.1.052.		
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	20.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00

229 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
230 3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10.000,00
09.001.12.361.0004.1.059.		
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.269.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.269.000,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.115.000,00
231 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.100.000,00
232 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	15.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	154.000,00
233 3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	154.000,00
09.001.12.361.0004.1.060.		
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	663.164,68
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	663.164,68
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	583.164,68
234 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	573.164,68
235 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	10.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	80.000,00
236 3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	80.000,00
09.001.12.361.0004.2.017.	**Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 70%**	**2.066.600,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.066.600,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.066.600,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.776.600,00
237 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.709.500,00
238 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	67.100,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	290.000,00
239 3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	290.000,00
09.001.12.361.0004.2.018.	**Manutenção do Ensino Fundamental**	**88.615,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	88.615,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	88.615,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	88.615,00
240 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
241 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
242 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	6.615,00
243 3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
244 3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	7.000,00
09.001.12.361.0004.2.019.	**Capacitação de Professores do Ensino Fundamental**	**20.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	20.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00
245 3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	5.000,00
246 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
09.001.12.361.0004.2.020.	**Manutenção Predial das Escolas - Ensino Fundamental**	**20.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	20.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00
247 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
248 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
09.001.12.361.0004.2.021.	**Aquisição de Uniforme e Material Didático - Ensino Fundamental**	**44.600,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	44.600,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	44.600,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	44.600,00
249 3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	21.600,00
250 3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	23.000,00
09.001.12.361.0004.2.062.	**Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 30%**	**879.235,32**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	879.235,32
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	879.235,32
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	769.235,32
251 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	756.384,15
252 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	12.851,17
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	110.000,00
253 3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	110.000,00
09.001.12.361.0004.2.063.	**Implantação da Educação Integral**	**120.500,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	500,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	500,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	500,00
254 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	500,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	120.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	120.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	120.000,00
255 4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	120.000,00
09.001.12.361.0006.0.000.	**TRANSPORTE ESCOLAR**	
09.001.12.361.0006.2.026.	**Manutenção do Transporte Escolar - Esnino Fundamental**	**2.050.691,10**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.050.691,10
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.050.691,10
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	2.050.691,10
256 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	70.000,00
257 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	105.000,00
258 3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	453.818,42
259 3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	273.717,12
260 3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	315.584,40
261 3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	573.023,40
262 3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	179.547,76
263 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
264 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	60.000,00
09.001.12.361.0024.0.000.	**APOIO A AGRICULTURA**	
09.001.12.361.0024.1.053.		
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	36.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	36.000,00

265 3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	6.000,00
266 3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	30.000,00
09.001.12.365.0000.0.000.	**Educação Infantil**	
09.001.12.365.0003.0.000.	**EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS - EDUCAÇÃO INFANTIL**	
09.001.12.365.0003.2.016.	**Aquisição de Material Didático - Educação Infantil**	**15.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	15.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	15.000,00
267 3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15.000,00
09.001.12.365.0003.2.085.	**Manutenção das escolas de Ensino enfantil - Pré-escola**	**325.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	325.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	299.000,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	264.000,00
268 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	229.000,00
269 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.000,00
270 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	35.000,00
271 3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	30.000,00
272 3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	26.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	26.000,00
273 3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	2.000,00
274 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
275 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
276 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
277 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
09.001.12.365.0003.2.086.	**Manutenção das escolas de Ensino enfantil - creche**	**354.100,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	354.100,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	318.100,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	282.000,00
278 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	168.500,00
279 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.000,00
280 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	78.500,00
281 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	36.100,00
282 3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	22.500,00
283 3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
284 3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	8.600,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	36.000,00
285 3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	2.000,00
286 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
287 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
288 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
289 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
09.001.12.366.0000.0.000.	**Educação de Jovens e Adultos**	
09.001.12.366.0004.0.000.	**EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL**	
09.001.12.366.0004.2.023.	**Manutenção da Educação de Jovens e Adultos**	**1.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	500,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	500,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	500,00
290 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	500,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	500,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	500,00
291 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	500,00
09.001.12.367.0000.0.000.	**Educação Especial**	
09.001.12.367.0004.0.000.	**EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL**	
09.001.12.367.0004.1.009.	**Aparelhar as Escolas com Móveis e Equipamentos Adaptados aos Alunos com Deficiência**	**1.000,00**
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00
292 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
09.001.12.367.0006.0.000.	**TRANSPORTE ESCOLAR**	
09.001.12.367.0006.2.027.	**Manutenção e Aquisição de Veículo para Transporte Escolar - Educação Especial**	**1.000,00**
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00
293 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
09.002.00.000.0000.0.000.	**DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR**	
09.002.12.000.0000.0.000.	**Educação**	
09.002.12.365.0000.0.000.	**Educação Infantil**	
09.002.12.365.0006.0.000.	**TRANSPORTE ESCOLAR**	
09.002.12.365.0006.2.028.	**Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Infantil**	**5.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	5.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00
294 3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	5.000,00
09.003.00.000.0000.0.000.	**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**	
09.003.12.000.0000.0.000.	**Educação**	
09.003.12.122.0000.0.000.	**Administração Geral**	
09.003.12.122.0002.0.000.	**EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS - APOIO ADMINISTRATIVO**	
09.003.12.122.0002.2.013.	**Manutenção da Secretária Municipal de Educação**	**368.865,77**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	368.865,77
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	281.500,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	281.500,00
295 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	240.000,00
296 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	26.000,00
297 3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15.500,00

3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	87.365,77
3.3.71.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTRATO DE RATEIO	25.000,00
298 3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	25.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	62.365,77
299 3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	17.365,77
300 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
301 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25.000,00
302 3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**	
10.001.00.000.0000.0.000.	**DEPARTAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO E OBRAS**	
10.001.15.000.0000.0.000.	**Urbanismo**	
10.001.15.452.0000.0.000.	**Serviços Urbanos**	
10.001.15.452.0014.0.000.	**DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA**	
10.001.15.452.0014.1.047.	**Asfalto novo Vida Nova - Convênio Nº 438/2023.**	**150.000,00**
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	150.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	150.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	150.000,00
303 4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	50.000,00
304 4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	100.000,00
10.001.15.452.0014.2.047.	**Manutenção da Secretaria Municipal de Obras**	**571.661,05**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	561.661,05
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	397.000,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	345.000,00
305 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	260.000,00
306 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	85.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	52.000,00
307 3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	52.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	164.661,05
3.3.72.00.00.00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	100.000,00
308 3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	64.661,05
309 3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	13.000,00
310 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
311 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	11.661,05
312 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	35.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	10.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00
313 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
10.001.15.452.0014.2.084.	**Iluminação da Vila de Acesso ao Bairro Cerrado (PR092)**	**1.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.000,00
3.3.22.00.00.00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	1.000,00
314 3.3.22.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
10.001.15.452.0014.2.105.	**CONVÊNIO AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO - SECID - 24.126.583-8**	**1.000,00**
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00
315 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
10.001.15.452.0023.0.000.	**CIDADÃO ULYSSENSSE INDO E VINDO**	
10.001.15.452.0023.1.057.		
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	15.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	15.000,00
316 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
317 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
10.002.00.000.0000.0.000.	**Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo**	
10.002.16.000.0000.0.000.	**Habitação**	
10.002.16.482.0000.0.000.	**Habitação Urbana**	
10.002.16.482.0026.0.000.	**ESPORTE "SAÚDE E LAZER"**	
10.002.16.482.0026.2.110.	**Construção de Melhoria de 25 Unidades Habitacionais de Interesse Social (Sub 50)**	**1.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	500,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	500,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	500,00
318 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	500,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	500,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	500,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	500,00
319 4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	500,00
11.000.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES**	
11.001.00.000.0000.0.000.	**DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E CONTROLE DA FROTA MUNICIPAL**	
11.001.26.000.0000.0.000.	**Transporte**	
11.001.26.782.0000.0.000.	**Transporte Rodoviário**	
11.001.26.782.0015.0.000.	**FROTA CONSERVADA E RENOVADA**	
11.001.26.782.0015.2.048.	**Manutenção da Secretaria Municipal de Transportes**	**737.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	737.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	661.000,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	661.000,00
320 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	650.000,00
321 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	10.000,00
322 3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	76.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	76.000,00
323 3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	15.000,00
324 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00
325 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	35.000,00
326 3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
11.001.26.782.0015.2.049.	**Manutenção do Departamento da Frota Municipal**	**848.440,43**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	828.440,43

3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	82.918,43
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	67.918,43
327 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	61.918,43
328 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
329 3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	15.000,00
330 3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	15.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	745.522,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	745.522,00
331 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	380.000,00
332 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	86.522,00
333 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	279.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	20.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00
334 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
11.002.00.000.0000.0.000.	**DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS E VICINAIS**	
11.002.26.000.0000.0.000.	**Transporte**	
11.002.26.782.0000.0.000.	**Transporte Rodoviário**	
11.002.26.782.0016.0.000.	**CIDADÃO ULYSSENSSE INDO E VINDO**	
11.002.26.782.0016.2.050.	**Manutenção do Departamento de Estradas Rurais e Vicinais**	**1.239.884,70**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.239.884,70
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	425.814,02
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	383.814,02
335 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	346.814,02
336 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	17.000,00
337 3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	20.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	42.000,00
338 3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	42.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	814.070,68
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	814.070,68
339 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	400.000,00
340 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	414.070,68
12.000.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**	
12.001.00.000.0000.0.000.	**DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA A AGRICULTURA**	
12.001.20.000.0000.0.000.	**Agricultura**	
12.001.20.606.0000.0.000.	**Extensão Rural**	
12.001.20.606.0017.0.000.	**APOIO A AGRICULTURA**	
12.001.20.606.0017.1.041.	**Armazém da Família**	**68.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	68.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	68.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	68.000,00
341 3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	3.000,00
342 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
343 3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	30.000,00
344 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
12.001.20.606.0017.2.051.	**Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura**	**370.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	370.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	295.000,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	295.000,00
345 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	260.000,00
346 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	30.000,00
347 3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	5.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	75.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	75.000,00
348 3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	15.000,00
349 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
350 3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
351 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25.000,00
12.001.20.606.0017.2.052.	**Manutenção do Departamento de Agricultura**	**962.465,01**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	932.465,01
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	190.595,76
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	159.497,79
352 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	111.068,95
353 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	48.428,84
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	31.097,97
354 3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	31.097,97
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	741.869,25
3.3.71.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTRATO DE	500,00
	RATEIO	
355 3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	500,00
3.3.72.00.00.00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	1.000,00
356 3.3.72.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	500,00
357 3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	740.369,25
358 3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	10.000,00
359 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	550.906,20
360 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	176.463,05
361 3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	3.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	30.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00
362 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.000,00
12.001.20.606.0017.2.094.	**AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS" – CONVÊNIO 947416/2023**	**1.000,00**
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00
363 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
12.001.20.606.0017.2.098.	**Aquisição de Maquinas e Equipamentos - 005563/2024**	**1.000,00**

4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00
364 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
12.001.20.606.0017.2.103.	**Aquisição de Equipamentos- Convênio 348/2025 - SEAB**	**500,00**
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	500,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	500,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	500,00
365 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	500,00
12.002.00.000.0000.0.000.	**DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA A PECUÁRIA**	
12.002.20.000.0000.0.000.	**Agricultura**	
12.002.20.606.0000.0.000.	**Extensão Rural**	
12.002.20.606.0017.0.000.	**APOIO A AGRICULTURA**	
12.002.20.606.0017.2.053.	**Manutenção do Departamento de Pecuária**	**10.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	10.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00
366 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
367 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
12.002.20.606.0021.0.000.	**INFRAESTRUTURA URBANA EM DESENVOLVIMENTO**	
12.002.20.606.0021.1.055.		
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	50.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	50.000,00
368 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
369 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
13.000.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO**	
13.001.00.000.0000.0.000.	**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO**	
13.001.15.000.0000.0.000.	**Urbanismo**	
13.001.15.122.0000.0.000.	**Administração Geral**	
13.001.15.122.0014.0.000.	**DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA**	
13.001.15.122.0014.2.054.	**Manutenção do Deparatamento de Planejamento Urbano**	**58.505,80**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	58.505,80
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	58.505,80
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	53.505,80
370 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	38.463,59
371 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	15.042,21
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	5.000,00
372 3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
13.002.00.000.0000.0.000.	**DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS**	
13.002.15.000.0000.0.000.	**Urbanismo**	
13.002.15.452.0000.0.000.	**Serviços Urbanos**	
13.002.15.452.0014.0.000.	**DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA**	
13.002.15.452.0014.1.043.	**Construção da Praça do Bairro do Cerrado**	**120.000,00**
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	120.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	120.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	120.000,00
373 4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	100.000,00
374 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
13.002.15.452.0014.2.055.	**Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos**	**837.388,83**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	823.388,83
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	393.388,83
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	370.700,67
375 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	348.700,67
376 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	21.000,00
377 3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	22.688,16
378 3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	22.688,16
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	430.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	430.000,00
379 3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	10.000,00
380 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	280.000,00
381 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	140.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	14.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	14.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	14.000,00
382 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	14.000,00
13.002.15.452.0014.2.064.	**Manutenção com Iluminação Pública**	**186.609,64**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	161.609,64
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	161.609,64
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	161.609,64
383 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
384 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
385 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	131.609,64
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	25.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	25.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	25.000,00
386 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	25.000,00
14.000.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**	
14.001.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**	
14.001.18.000.0000.0.000.	**Gestão Ambiental**	
14.001.18.541.0000.0.000.	**Preservação e Conservação Ambiental**	
14.001.18.541.0007.0.000.	**EDUCAÇÃO AMBIENTAL**	
14.001.18.541.0007.1.013.	**Aquisição de Equipamento para Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos**	**5.000,00**
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	5.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00
387 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
14.001.18.541.0007.1.032.	**Promoção da Educação Ambiental no município**	**15.000,00**

3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	15.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.000,00
3.3.22.00.00.00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	15.000,00
388 3.3.22.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
14.001.18.541.0007.1.033.	**Preservação de áreas de matas nativas e/ou mananciais**	**10.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	10.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00
389 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
14.001.18.541.0007.1.034.	**Programas voltados para a arborização das ruas e espaços públicos**	**10.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	10.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00
390 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
14.001.18.541.0007.1.049.	**Manejo de Resíduos Sólidos**	**10.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	10.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00
391 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
14.001.18.541.0007.2.029.	**Manutenção da Educação Ambiental**	**20.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	15.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	15.000,00
392 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
393 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	5.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00
394 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
14.001.18.541.0007.2.030.	**Manutenção do Cemitério Municipal**	**95.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	65.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	35.000,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00
395 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	25.000,00
396 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	5.000,00
397 3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00
398 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
399 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	30.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00
400 4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	30.000,00
14.001.18.541.0007.2.033.	**Conservação e Recuperação de Matas Ciliares e Manutenção do Sistema de Drenagem Pluvial**	**30.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	20.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00
401 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
402 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	10.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00
403 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
14.001.18.541.0007.2.056.	**Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente**	**435.456,57**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	425.456,57
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	130.456,57
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	120.456,57
404 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	113.210,96
405 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	6.245,61
406 3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	10.000,00
407 3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	10.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	295.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	295.000,00
408 3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	34.000,00
409 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	200.000,00
410 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	60.000,00
411 3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	10.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00
412 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
14.001.18.541.0007.2.093.	**PROGRAMA "ITAIPU MAIS QUE ENERGIA"**	**35.000,00**

4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	35.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	35.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	35.000,00
413 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	35.000,00
14.001.18.541.0007.2.106.		
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	30.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00
414 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
415 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	28.000,00
15.000.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E RECREAÇÃO**	

15.001.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E RECREAÇÃO**	
15.001.27.000.0000.0.000.	**Desporto e Lazer**	
15.001.27.812.0000.0.000.	**Desporto Comunitário**	
15.001.27.812.0018.0.000.	**ESPORTE "SAÚDE E LAZER"**	
15.001.27.812.0018.2.057.	**Desenvolver Atividades Esportivas e Recreativas**	**339.800,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	314.800,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	161.800,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	146.800,00
416 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	145.800,00
417 3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	15.000,00
418 3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	15.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	153.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	153.000,00
419 3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	5.000,00
420 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	60.000,00
421 3.3.90.31.00.00	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	30.000,00
422 3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
423 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	52.000,00
424 3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	25.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	25.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	25.000,00
425 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	25.000,00
16.000.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO**	
16.001.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO**	
16.001.13.000.0000.0.000.	**Cultura**	
16.001.13.392.0000.0.000.	**Difusão Cultural**	
16.001.13.392.0019.0.000.	**APRIMORAMENTO DA CULTURA E TURISMO**	
16.001.13.392.0019.1.051.		
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	34.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	34.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	34.000,00
426 3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1.000,00
427 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
428 3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	8.000,00
429 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	10.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00
430 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
16.001.13.392.0019.2.058.	**Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo**	**217.174,32**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	207.174,32
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	177.174,32
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	177.174,32
431 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	156.174,32
432 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	20.000,00
433 3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00
434 3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	10.000,00
435 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
436 3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
437 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	10.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00
438 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
16.001.13.392.0019.2.100.	**Aquisição de 01(um) veículo hatch - Convênio nº 1030/25**	**500,00**
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	500,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	500,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	500,00
439 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	500,00
16.001.13.392.0022.0.000.	**FROTA CONSERVADA E RENOVADA**	
16.001.13.392.0022.1.056.		
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	79.012,46
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	79.012,46
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	79.012,46
440 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00
441 3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	6.000,00
442 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	48.012,46
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	35.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	35.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	35.000,00
443 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	35.000,00
17.000.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**	
17.001.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**	
17.001.04.000.0000.0.000.	**Administração**	
17.001.04.121.0000.0.000.	**Planejamento e Orçamento**	
17.001.04.121.0001.0.000.	**APOIO ADMINISTRATIVO**	
17.001.04.121.0001.2.059.	**Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento**	**131.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	131.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	130.000,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	130.000,00
444 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	109.000,00
445 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	20.000,00
446 3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.000,00

3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00
447 3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1.000,00
17.001.04.121.0001.2.060.	**Manutenção do Departamento de Projetos**	**38.002,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	33.002,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	30.000,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	25.000,00
448 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00
449 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E	5.000,00
	ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
450 3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.002,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	3.002,00
451 3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1.001,00
452 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
453 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.001,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	5.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00
454 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
17.001.04.121.0001.2.061.	**Manutenção do Departamento de Apoio Técnico Administrativo**	**15.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	10.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00
455 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
456 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	5.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00
457 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
18.000.00.000.0000.0.000.	**SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE**	
18.001.00.000.0000.0.000.	**SERVIÇOS AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE**	
18.001.17.000.0000.0.000.	**Saneamento**	
18.001.17.512.0000.0.000.	**Saneamento Básico Urbano**	
18.001.17.512.0028.0.000.	**ÁGUA É VIDA**	
18.001.17.512.0028.1.100.	**Ampliação da rede de Distribuição de Água**	**3.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	2.000,00
0 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
0 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00
0 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
18.001.17.512.0028.2.100.	**Manutenção dos Serviços de Abastecimento de Água**	**534.617,47**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	514.617,47
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	91.142,81
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	91.142,81
0 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	60.142,81
0 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	30.500,00
0 3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	500,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	423.474,66
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	423.474,66
0 3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	6.000,00
0 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	80.874,66
0 3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	110.000,00
0 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	212.600,00
0 3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	12.000,00
0 3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	20.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00
0 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
18.001.17.512.0028.2.101.	**Amortização do Reparcelamento da Dívida**	**2.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.000,00
3.2.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.000,00
3.2.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00
0 3.2.90.21.00.00	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	1.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.000,00
4.6.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.000,00
4.6.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00
0 4.6.90.71.00.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	1.000,00
18.001.17.512.0028.2.102.	**Ampliação de rede Coletora de Esgoto**	**3.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	2.000,00
0 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
0 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.000,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00
0 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
18.001.17.512.0028.2.103.	**Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná**	**119.000,00**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	69.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	69.000,00
3.3.71.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTRATO DE RATEIO	10.000,00
0 3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	10.000,00
3.3.72.00.00.00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	59.000,00

0 3.3.72.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
0 3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
0 3.3.72.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	19.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	50.000,00
4.4.72.00.00.00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	50.000,00
0 4.4.72.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.000,00
19.000.00.000.0000.0.000.	**CONSELHO ADMINISTRATIVO DO REGIME PREVIDENCIÁRIO**	
19.001.00.000.0000.0.000.	**CONSELHO ADMINISTRATIVO DO REGIME PREVIDENCIÁRIO**	
19.001.09.000.0000.0.000.	**Previdência Social**	
19.001.09.272.0000.0.000.	**Previdência do Regime Estatutário**	
19.001.09.272.0029.0.000.	**MANUTENÇÃO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**	
19.001.09.272.0029.2.201.	**MANUTENÇÃO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**	**3.151.947,14**
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.950.733,95
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.829.945,16
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	2.812.247,23
1 3.1.90.01.00.00	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	2.228.046,83
2 3.1.90.03.00.00	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	480.000,00
3 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	100.000,00
4 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	4.200,40
3.1.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	17.697,93
5 3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	17.697,93
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	120.788,79
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	120.788,79
6 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	7.000,67
7 3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.788,12
8 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	52.000,00
9 3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	36.000,00
10 3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	20.000,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	10.159,68
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	10.159,68
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	10.159,68
11 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.159,68
9.0.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	191.053,51
9.9.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	191.053,51
9.9.99.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	191.053,51
12 9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	191.053,51
99.000.00.000.0000.0.000.	**RESERVA DE CONTINGÊNCIA**	
99.999.00.000.0000.0.000.	**RESERVA DE CONTINGÊNCIA**	
99.999.99.000.0000.0.000.	**Reserva de Contingência**	
99.999.99.999.0000.0.000.	**Reserva de Contingência geral**	
99.999.99.999.9999.0.000.	**RESERVA DE CONTINGÊNCIA**	
99.999.99.999.9999.9.999.	**Reserva de Contingência**	**190.329,93**
9.0.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	190.329,93
9.9.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	190.329,93
9.9.99.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	190.329,93
458 9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	190.329,93
	TOTAL:	**41.217.933,24**
ESEQUIEL BESTEL JUNIOR	***ELIAS ANDERSON STRAUBE***	
Prefeito Municipal	Contador	

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:FFAC470F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
RECEITA PREVISTA POR FONTE PADRÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES						
Estado do Paraná						
Receita Prevista por Fonte Padrão						
Versão: 83,00VERSÃO LDO - 2026						
Receita						
Fonte	Descrição	2026 %	2026	2027	2028	2029
1.1.1.2.50.0.1.00.00.00.00.00 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal			31.927,24	33.842,88	35.873,45	38.025,86
	1001Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	60,00	20.164,57	21.374,45	22.656,91	24.016,33
	1001Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	60,00	-1.008,23	-1.068,72	-1.132,84	-1.200,81
	1028Demais impostos vinculados à educação básica	25,00	-420,10	-445,30	-472,02	-500,34
	1028Demais impostos vinculados à educação básica	25,00	8.401,91	8.906,02	9.440,38	10.006,80
	1039Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	15,00	5.041,14	5.343,61	5.664,23	6.004,08
	1039Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	15,00	-252,06	-267,18	-283,21	-300,20
1.1.1.2.50.0.2.00.00.00.00.00 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros			672,15	712,48	755,23	800,54
	1001Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	60,00	403,29	427,49	453,14	480,32
	1028Demais impostos vinculados à educação básica	25,00	168,04	178,12	188,81	200,14
	1039Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	15,00	100,82	106,87	113,28	120,08
1.1.1.2.50.0.3.00.00.00.00.00 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa			2.570,16	2.724,37	2.887,83	3.061,10
	1001Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	60,00	2.018,86	2.139,99	2.268,39	2.404,49
	1001Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	60,00	-476,76	-505,37	-535,69	-567,83
	1028Demais impostos vinculados à educação básica	25,00	-198,65	-210,57	-223,21	-236,60
	1028Demais impostos vinculados à educação básica	25,00	841,19	891,66	945,16	1.001,87
	1039Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	15,00	504,71	535,00	567,10	601,12

	1039Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	15,00	-119,19	-126,34	-133,92	-141,96
1.1.1.2.50.0.4.00.00.00.00.00 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros			1.930,45	2.046,28	2.169,06	2.299,20
	1001Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	60,00	1.158,27	1.227,77	1.301,44	1.379,52
	1028Demais impostos vinculados à educação básica	25,00	482,61	511,57	542,27	574,80
	1039Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	15,00	289,57	306,94	325,36	344,88
1.1.1.2.53.0.1.00.00.00.00.00 Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Princip			165.860,00	175.811,60	186.360,30	197.541,92
Receita						
Fonte	Descrição	2026 %	2026	2027	2028	2029
	1001Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	60,00	99.516,00	105.486,96	111.816,18	118.525,15
	1028Demais impostos vinculados à educação básica	25,00	41.465,00	43.952,90	46.590,08	49.385,48
	1039Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	15,00	24.879,00	26.371,74	27.954,05	29.631,29
1.1.1.2.53.0.2.00.00.00.00.00 Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Multas			2.019,60	2.140,78	2.269,23	2.405,38
	1001Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	60,00	1.211,76	1.284,47	1.361,54	1.443,23
	1028Demais impostos vinculados à educação básica	25,00	504,90	535,20	567,31	601,35
	1039Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	15,00	302,94	321,12	340,38	360,81
1.1.1.2.53.0.4.00.00.00.00.00 Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Dívida			3.527,29	3.738,93	3.963,27	4.201,07
	1001Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	60,00	2.116,37	2.243,36	2.377,96	2.520,64
	1028Demais impostos vinculados à educação básica	25,00	881,82	934,73	990,82	1.050,27
	1039Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	15,00	529,09	560,84	594,49	630,16
1.1.1.3.03.1.1.01.00.00.00.00 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Poder Legislativo			772.467,50	891.883,32	945.396,32	1.002.120,10
	1001Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	60,00	463.480,50	535.129,99	567.237,79	601.272,06
	1028Demais impostos vinculados à educação básica	25,00	193.116,88	222.970,83	236.349,08	250.530,03
	1039Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	15,00	115.870,13	133.782,50	141.809,45	150.318,02
1.1.1.3.03.1.1.02.00.00.00.00 IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER LEGISLATIVO			80.010,05	98.253,37	104.148,57	110.397,48
	1001Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	60,00	48.006,03	58.952,02	62.489,14	66.238,49
	1028Demais impostos vinculados à educação básica	25,00	20.002,51	24.563,34	26.037,14	27.599,37
	1039Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	15,00	12.001,51	14.738,01	15.622,29	16.559,62
1.1.1.3.03.4.1.01.01.00.00.00 IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS - PRINCIPAL			63.891,92	67.725,44	71.788,97	76.096,31
	1001Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	100,00	63.891,92	67.725,44	71.788,97	76.096,31
Receita						
Fonte	Descrição	2026 %	2026	2027	2028	2029
1.1.1.4.51.1.1.00.00.00.00.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Principal			834.073,88	884.118,31	937.165,41	993.395,33
	1001Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	60,00	500.444,33	530.470,99	562.299,25	596.037,20
	1028Demais impostos vinculados à educação básica	25,00	208.518,47	221.029,58	234.291,35	248.348,83
	1039Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	15,00	125.111,08	132.617,75	140.574,81	149.009,30
1.1.1.4.51.1.2.00.00.00.00.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multas e Juros			3.890,50	4.123,93	4.371,37	4.633,65
	1001Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	60,00	2.334,30	2.474,36	2.622,82	2.780,19
	1028Demais impostos vinculados à educação básica	25,00	972,63	1.030,98	1.092,84	1.158,41
	1039Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	15,00	583,58	618,59	655,71	695,05
1.1.1.4.51.1.3.00.00.00.00.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Dívida Ativa			2.680,00	2.840,80	3.011,25	3.191,92
	1001Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	60,00	1.608,00	1.704,48	1.806,75	1.915,15
	1028Demais impostos vinculados à educação básica	25,00	670,00	710,20	752,81	797,98
	1039Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	15,00	402,00	426,12	451,69	478,79
1.1.1.4.51.1.4.00.00.00.00.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Dívida Ativa - Multas e Juros			2.019,60	2.140,78	2.269,23	2.405,38
	1001Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	60,00	1.211,76	1.284,47	1.361,54	1.443,23
	1028Demais impostos vinculados à educação básica	25,00	504,90	535,20	567,31	601,35
	1039Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	15,00	302,94	321,12	340,38	360,81
1.1.1.9.99.0.4.01.00.00.00.00 Outros Impostos - Dívida Ativa - Multas e Juros			83.907,58	88.942,03	94.278,55	99.935,26
	1001Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	60,00	50.344,55	53.365,22	56.567,13	59.961,16
	1028Demais impostos vinculados à educação básica	25,00	20.976,90	22.235,51	23.569,64	24.983,82
	1039Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	15,00	12.586,14	13.341,30	14.141,78	14.990,29
Receita						
Fonte	Descrição	2026 %	2026	2027	2028	2029
1.1.2.1.01.0.1.00.00.00.00.00 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal			77.785,00	82.452,10	87.399,23	92.643,18
	1510TAXA - EXERCICIO PODER DE POLICIA	100,00	77.785,00	82.452,10	87.399,23	92.643,18
	1511TAXA - PRESTAÇAO DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.1.01.0.2.00.00.00.00.00 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros			1.887,54	2.000,79	2.120,84	2.248,09
	0Conversao SISCOP DOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1510TAXA - EXERCICIO PODER DE POLICIA	100,00	1.887,54	2.000,79	2.120,84	2.248,09
1.1.2.1.01.0.3.00.00.00.00.00 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa			5.959,46	6.317,03	6.696,05	7.097,81
	1510TAXA - EXERCICIO PODER DE POLICIA	100,00	5.959,46	6.317,03	6.696,05	7.097,81
1.1.2.1.01.0.4.00.00.00.00.00 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros			890,00	943,40	1.000,00	1.060,00
	1510TAXA - EXERCICIO PODER DE POLICIA	100,00	890,00	943,40	1.000,00	1.060,00
1.1.2.2.01.0.1.00.00.00.00.00 Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal			9.094,82	9.640,51	10.218,94	10.832,08
	1511TAXA - PRESTAÇAO DE SERVIÇOS	100,00	9.094,82	9.640,51	10.218,94	10.832,08
1.1.2.2.01.0.2.00.00.00.00.00 Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros			264,87	280,76	297,61	315,47
	1511TAXA - PRESTAÇAO DE SERVIÇOS	100,00	264,87	280,76	297,61	315,47

1.1.2.2.01.0.3.00.00.00.00.00 Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa			1.191,89	1.263,40	1.339,20	1.419,55
	1511TAXA - PRESTAÇAO DE SERVIÇOS	100,00	1.191,89	1.263,40	1.339,20	1.419,55
1.1.2.2.01.0.4.00.00.00.00.00 Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa - Multas e Juros			1.109,47	1.176,04	1.246,60	1.321,40
	1511TAXA - PRESTAÇAO DE SERVIÇOS	100,00	1.109,47	1.176,04	1.246,60	1.321,40
Receita						
Fonte	Descrição	2026 %	2026	2027	2028	2029
1.2.1.5.02.1.1.00.00.00.00.00 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL			0,00	0,00	0,00	0,00
	1015Regime Próprio de Previdencia Social - Exercício Corrente	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4.1.50.0.1.00.00.00.00.00 Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal			156.609,64	171.564,00	181.857,84	192.769,31
	1507COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	100,00	156.609,64	171.564,00	181.857,84	192.769,31
1.3.2.1.01.0.1.01.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal			37.888,40	40.161,70	42.571,40	45.125,68
	1001Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	100,00	37.888,40	40.161,70	42.571,40	45.125,68
1.6.1.1.01.0.1.00.00.00.00.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS PRESTADOS POR ENTIDADES E ÓRGÃOS PÚBLICOS EM GER			658.617,47	698.134,52	740.022,59	784.423,95
	1001Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	100,00	658.617,47	698.134,52	740.022,59	784.423,95
1.6.9.9.99.0.1.01.00.00.00.00 Serviço de Ligação de Água			1.500,00	1.590,00	1.685,40	1.786,52
	1001Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	100,00	1.500,00	1.590,00	1.685,40	1.786,52
1.6.9.9.99.0.2.01.00.00.00.00 Multas e Juros - Serviço de Ligação de Água			1.500,00	1.590,00	1.685,40	1.786,52
	1001Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	100,00	1.500,00	1.590,00	1.685,40	1.786,52
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal			17.105.821,74	18.132.171,04	19.220.101,30	20.373.307,38
	1001Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	55,00	11.760.252,45	12.465.867,60	13.213.819,65	14.006.648,83
	10265% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	25,00	5.345.569,30	5.666.303,45	6.006.281,66	6.366.658,56
	10265% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	100,00	-4.276.455,44	-4.533.042,77	-4.805.025,34	-5.093.326,86
	1039Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	20,00	4.276.455,44	4.533.042,76	4.805.025,33	5.093.326,85
Receita						
Fonte	Descrição	2026 %	2026	2027	2028	2029
1.7.1.1.51.2.1.00.00.00.00.00 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas Extraordinárias - Principal			1.789.712,47	1.897.095,22	2.010.920,93	2.131.576,19
	1001Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	75,00	1.342.284,35	1.422.821,42	1.508.190,70	1.598.682,14
	1028Demais impostos vinculados à educação básica	25,00	447.428,12	474.273,81	502.730,23	532.894,05
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00 Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal			168.407,04	178.511,46	189.222,15	200.575,48
	1001Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	55,00	115.779,84	122.726,63	130.090,23	137.895,64
	10265% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	25,00	52.627,20	55.784,83	59.131,92	62.679,84
	10265% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	100,00	-42.101,76	-44.627,87	-47.305,54	-50.143,87
	1039Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	20,00	42.101,76	44.627,87	47.305,54	50.143,87
1.7.1.2.51.0.1.00.00.00.00.00 Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM - Principal			94.755,10	100.440,41	106.466,83	112.854,84
	1504Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais Não Previdenciárias	100,00	94.755,10	100.440,41	106.466,83	112.854,84
1.7.1.2.52.1.1.00.00.00.00.00 Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei n 7.990/89 - Principal			5.226,41	5.539,99	5.872,39	6.224,73
	1504Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais Não Previdenciárias	100,00	5.226,41	5.539,99	5.872,39	6.224,73
1.7.1.2.52.2.1.00.00.00.00.00 Cota-parte pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei n 9.478/97, artigo 49, I e II - Principal			1.324,32	1.403,78	1.488,01	1.577,29
	1504Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais Não Previdenciárias	100,00	1.324,32	1.403,78	1.488,01	1.577,29
1.7.1.2.52.4.1.00.00.00.00.00 Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal			325.764,85	345.310,74	366.029,38	387.991,14
	1504Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais Não Previdenciárias	100,00	325.764,85	345.310,74	366.029,38	387.991,14
1.7.1.3.50.1.1.01.01.00.00.00 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo - Bloco de Manut			344.264,20	364.920,05	386.815,25	410.024,16
	1494Custeio Estadual - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Estadual - F. 1494	100,00	344.264,20	364.920,05	386.815,25	410.024,16
Receita						
Fonte	Descrição	2026 %	2026	2027	2028	2029
1.7.1.3.50.1.1.01.02.00.00.00 Agentes Comunitários de Saúde - ACM			582.912,00	617.886,72	654.959,92	694.257,52
	10051Transf. Gov.Fed. dest. ao vencto dos agentes com.de saúde e dos agentes de combate às endemias	100,00	582.912,00	617.886,72	654.959,92	694.257,52
1.7.1.3.50.1.1.01.10.00.00.00 Incentivo Financeiro da APS - Per Capita de Transição			14.349,40	15.210,36	16.122,98	17.090,36
	494Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - 494	100,00	14.349,40	15.210,36	16.122,98	17.090,36
1.7.1.3.50.1.1.01.11.00.00.00 Incentivo Financeiro da APS - Capacitação Ponderada			70.578,00	74.812,68	79.301,44	84.059,53
	494Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - 494	100,00	70.578,00	74.812,68	79.301,44	84.059,53
1.7.1.3.50.1.1.01.12.00.00.00 Programa de Informatização da APS			0,00	0,00	0,00	0,00
	494Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - 494	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.3.50.1.1.01.13.00.00.00 Incentivo para Ações Estratégicas			0,00	0,00	0,00	0,00
	494Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - 494	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.3.50.1.1.01.15.00.00.00 Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - Despesa			0,00	0,00	0,00	0,00
	494Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - 494	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.3.50.1.1.01.16.00.00.00 INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA/ESF			256.700,98	272.103,04	288.429,22	305.734,97
	494Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - 494	100,00	256.700,98	272.103,04	288.429,22	305.734,97
1.7.1.3.50.1.1.01.17.00.00.00 INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - COMPONENTE PER CAPITA DE BASE POPULACIONAL			34.349,40	36.410,36	38.594,98	40.910,68
	494Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - 494	100,00	34.349,40	36.410,36	38.594,98	40.910,68
1.7.1.3.50.1.1.01.18.00.00.00 INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - ATENÇÃO A			188.627,12	199.944,75	211.941,44	224.657,93

SAÚDE BUCAL						
Receita						
Fonte	Descrição	2026 %	2026	2027	2028	2029
	494Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - 494	100,00	188.627,12	199.944,75	211.941,44	224.657,93
1.7.1.3.50.1.1.01.19.00.00.00 VIGILÂNCIA EM SAÚDE - DESPESAS DIVERSAS			22.110,48	23.437,11	24.843,34	26.333,94
	494Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - 494	100,00	22.110,48	23.437,11	24.843,34	26.333,94
1.7.1.3.50.1.1.01.20.00.00.00 IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PARA REDE ALYNE			2.000,00	2.120,00	2.247,20	2.382,03
	494Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - 494	100,00	2.000,00	2.120,00	2.247,20	2.382,03
1.7.1.3.50.1.1.01.99.00.00.00 Outras Receitas SUS			3.960,00	4.197,60	4.449,46	4.716,43
	494Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - 494	100,00	3.960,00	4.197,60	4.449,46	4.716,43
1.7.1.4.50.0.1.00.00.00.00.00 Transferências do Salário-Educação - Principal			315.584,40	334.519,46	354.590,63	375.866,07
	1034Salário Educação - Exercício Corrente	100,00	315.584,40	334.519,46	354.590,63	375.866,07
1.7.1.4.51.0.1.00.00.00.00.00 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE - Principal			6.615,00	7.011,90	7.432,61	7.878,57
	11041Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	100,00	6.615,00	7.011,90	7.432,61	7.878,57
1.7.1.4.52.0.1.00.00.00.00.00 Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Principal			77.916,30	82.591,28	87.546,76	92.799,57
	11042Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	100,00	77.916,30	82.591,28	87.546,76	92.799,57
1.7.1.4.53.0.1.00.00.00.00.00 Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE - Principal			179.547,76	190.320,63	201.739,87	213.844,26
	11043Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	100,00	179.547,76	190.320,63	201.739,87	213.844,26
1.7.1.6.50.0.1.00.00.00.00.00 Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - Principal			122.240,00	129.574,40	137.348,87	145.589,81
	934Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	100,00	58.860,00	62.391,60	66.135,10	70.103,21
Receita						
Fonte	Descrição	2026 %	2026	2027	2028	2029
	935Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial - SUAS	100,00	63.380,00	67.182,80	71.213,77	75.486,60
1.7.2.1.50.0.1.00.00.00.00.00 Cota-Parte do ICMS - Principal			6.964.030,94	7.381.872,80	7.824.785,17	8.294.272,28
	1001Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	55,00	4.787.771,27	5.075.037,54	5.379.539,80	5.702.312,19
	10265% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	100,00	-1.741.007,73	-1.845.468,19	-1.956.196,28	-2.073.568,06
	10265% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	25,00	2.176.259,67	2.306.835,25	2.445.245,36	2.591.960,09
	1039Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	20,00	1.741.007,73	1.845.468,20	1.956.196,29	2.073.568,07
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00 Cota-Parte do IPVA - Principal			184.897,64	262.880,00	278.652,80	295.371,97
	1001Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	55,00	127.117,13	180.730,00	191.573,80	203.068,23
	10265% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	25,00	57.780,51	82.150,00	87.079,00	92.303,74
	10265% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	100,00	-46.224,41	-65.720,00	-69.663,20	-73.842,99
	1039Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	20,00	46.224,41	65.720,00	69.663,20	73.842,99
1.7.2.1.52.0.1.00.00.00.00.00 Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal			93.389,73	98.993,11	104.932,69	111.228,65
	1001Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	55,00	64.205,44	68.057,76	72.141,23	76.469,70
	10265% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	25,00	29.184,29	30.935,35	32.791,47	34.758,96
	10265% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	100,00	-23.347,43	-24.748,28	-26.233,18	-27.807,17
	1039Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	20,00	23.347,43	24.748,28	26.233,17	27.807,16
1.7.2.1.53.0.1.00.00.00.00.00 Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal			14.033,65	14.875,67	15.768,21	16.714,30
	1512CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB) Exercício Corrente	100,00	14.033,65	14.875,67	15.768,21	16.714,30
1.7.2.9.51.0.1.01.00.00.00.00 Transferências de Estados destinadas à Assistência Social - Principal			4.800,00	5.088,00	5.393,28	5.716,88
	11011Transferências de Outros Programas	100,00	4.800,00	5.088,00	5.393,28	5.716,88
Receita						
Fonte	Descrição	2026 %	2026	2027	2028	2029
1.7.2.9.99.0.1.01.00.00.00.00 Outras Transferências dos Estados e DF - Principal			573.023,40	607.404,80	643.849,09	682.480,04
	11013Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE	100,00	573.023,40	607.404,80	643.849,09	682.480,04
1.7.5.1.50.0.1.00.00.00.00.00 Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valoriza			5.408.000,00	5.732.480,00	6.076.428,80	6.441.014,53
	1022FUNDEF/FUNDEB 70%	70,00	3.785.600,00	4.012.736,00	4.253.500,16	4.508.710,17
	1024FUNDEF/FUNDEB 30%	30,00	1.622.400,00	1.719.744,00	1.822.928,64	1.932.304,36
1.9.2.2.50.0.1.00.00.00.00.00 Restituições de Recursos Recebidos do SUS - Principal			5.297,29	5.615,13	5.952,04	6.309,16
	1001Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	100,00	5.297,29	5.615,13	5.952,04	6.309,16
2.4.2.2.99.0.0.00.00.00.00.00 Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades			100.000,00	106.000,00	112.360,00	119.101,60
	1085CONVÊNIO - 974640 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	100,00	100.000,00	106.000,00	112.360,00	119.101,60
2.4.2.2.99.0.1.01.00.00.00.00 Outras Transferências Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades - Principal			100.000,00	106.000,00	112.360,00	119.101,60
	31770Transferências Voluntárias Públicas Estaduais	100,00	100.000,00	106.000,00	112.360,00	119.101,60
7.2.1.5.02.1.1.00.00.00.00.00 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL			1.523.261,86	1.614.657,57	1.711.537,03	1.814.229,25
	100Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	100,00	231.846,80	245.757,61	260.503,07	276.133,25
	1015Regime Próprio de Previdencia Social - Exercício Corrente	100,00	1.291.415,06	1.368.899,96	1.451.033,96	1.538.096,00
7.2.1.5.02.1.2.00.00.00.00.00 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - MULTAS E JUROS			1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
	100Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	100,00	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
7.9.9.9.01.0.1.00.00.00.00.00 APORTES PERIÓDICOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DÉFICIT ATUARIAL DO REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA E S			1.627.685,28	1.725.346,40	1.828.867,18	1.938.599,21
	1015Regime Próprio de Previdencia Social - Exercício Corrente	100,00	1.627.685,28	1.725.346,40	1.828.867,18	1.938.599,21
Receita						
Fonte	Descrição	2026 %	2026	2027	2028	2029
		Total:	41.317.933,24	43.955.966,01	46.593.323,99	49.388.923,43

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:29C91688

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS 2

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES		
Estado do Paraná		
Exercício: 2026		
Receita Segundo as Categorias Econômicas		
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985		
Anexo II, da Lei nº 4.320/64		
RECEITA	**DESCRIÇÃO**	**VALOR**
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Receitas Correntes	44.097.597,85
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Receitas Correntes - Descontos Concedidos	-2.474,98
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Receitas Correntes - Deduções FUNDEB	-6.129.136,77
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.152.105,95
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria - Descontos Concedidos	-2.474,98
1.1.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Impostos	2.053.922,90
1.1.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Impostos - Descontos Concedidos	-2.474,98
1.1.1.2.00.0.0.00.00.00.00.00.	Impostos sobre o Patrimônio	210.981,87
1.1.1.2.00.0.0.00.00.00.00.00.	Impostos sobre o Patrimônio - Descontos Concedidos	-2.474,98
1.1.1.2.50.0.0.00.00.00.00.00.	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	39.574,98
1.1.1.2.50.0.0.00.00.00.00.00.	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Descontos Concedidos	-2.474,98
1.1.1.2.50.0.1.00.00.00.00.00.	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	33.607,62
1.1.1.2.50.0.1.00.00.00.00.00.	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal - Descontos Concedidos	-1.680,38
1.1.1.2.50.0.2.00.00.00.00.00.	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	672,15
1.1.1.2.50.0.3.00.00.00.00.00.	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	3.364,76
1.1.1.2.50.0.3.00.00.00.00.00.	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Descontos Concedidos	-794,60
1.1.1.2.50.0.4.00.00.00.00.00.	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.930,45
1.1.1.2.53.0.0.00.00.00.00.00.	Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	171.406,89
1.1.1.2.53.0.1.00.00.00.00.00.	Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Princip	165.860,00
1.1.1.2.53.0.2.00.00.00.00.00.	Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Multas	2.019,60
1.1.1.2.53.0.4.00.00.00.00.00.	Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Dívida	3.527,29
1.1.1.3.00.0.0.00.00.00.00.00.	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	916.369,47
1.1.1.3.03.0.0.00.00.00.00.00.	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	916.369,47
1.1.1.3.03.1.0.00.00.00.00.00.	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	852.477,55
1.1.1.3.03.1.1.00.00.00.00.00.	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	852.477,55
1.1.1.3.03.1.1.01.00.00.00.00.	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Poder Legislativo	772.467,50
1.1.1.3.03.1.1.02.00.00.00.00.	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER LEGISLATIVO	80.010,05
1.1.1.3.03.4.0.00.00.00.00.00.	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS	63.891,92
1.1.1.3.03.4.1.00.00.00.00.00.	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Poder Executivo - Principal	63.891,92
1.1.1.3.03.4.1.01.00.00.00.00.	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Poder Legislativo - Principal	63.891,92
1.1.1.3.03.4.1.01.01.00.00.00.	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS - PRINCIPAL	63.891,92
1.1.1.4.00.0.0.00.00.00.00.00.	IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS	842.663,98
1.1.1.4.51.0.0.00.00.00.00.00.	Impostos sobre Serviços	842.663,98
1.1.1.4.51.1.0.00.00.00.00.00.	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	842.663,98
1.1.1.4.51.1.1.00.00.00.00.00.	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Principal	834.073,88
1.1.1.4.51.1.2.00.00.00.00.00.	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multas e Juros	3.890,50
1.1.1.4.51.1.3.00.00.00.00.00.	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Dívida Ativa	2.680,00
1.1.1.4.51.1.4.00.00.00.00.00.	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Dívida Ativa - Multas e Juros	2.019,60
1.1.1.9.00.0.0.00.00.00.00.00.	Outros Impostos	83.907,58
1.1.1.9.99.0.0.00.00.00.00.00.	Outros Impostos	83.907,58
1.1.1.9.99.0.4.00.00.00.00.00.	Outros Impostos - Dívida Ativa - Multas e Juros	83.907,58
1.1.1.9.99.0.4.01.00.00.00.00.	Outros Impostos - Dívida Ativa - Multas e Juros	83.907,58
1.1.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Taxas	98.183,05
1.1.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00.	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	86.522,00
1.1.2.1.01.0.0.00.00.00.00.00.	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	86.522,00
1.1.2.1.01.0.1.00.00.00.00.00.	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	77.785,00
1.1.2.1.01.0.2.00.00.00.00.00.	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	1.887,54
1.1.2.1.01.0.3.00.00.00.00.00.	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	5.959,46
1.1.2.1.01.0.4.00.00.00.00.00.	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros	890,00
1.1.2.2.00.0.0.00.00.00.00.00.	Taxas pela Prestação de Serviços	11.661,05
1.1.2.2.01.0.0.00.00.00.00.00.	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral	11.661,05
1.1.2.2.01.0.1.00.00.00.00.00.	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	9.094,82
1.1.2.2.01.0.2.00.00.00.00.00.	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros	264,87
PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES		
Estado do Paraná		
Exercício: 2026		
Receita Segundo as Categorias Econômicas		
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985		
Anexo II, da Lei nº 4.320/64		
RECEITA	**DESCRIÇÃO**	**VALOR**
1.1.2.2.01.0.3.00.00.00.00.00.	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa	1.191,89
1.1.2.2.01.0.4.00.00.00.00.00.	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.109,47
1.2.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Contribuições	156.609,64
1.2.4.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	156.609,64
1.2.4.1.00.0.0.00.00.00.00.00.	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	156.609,64
1.2.4.1.50.0.0.00.00.00.00.00.	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	156.609,64
1.2.4.1.50.0.1.00.00.00.00.00.	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	156.609,64
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Receita Patrimonial	37.888,40
1.3.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Valores Mobiliários	37.888,40
1.3.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00.	Juros e Correções Monetárias	37.888,40
1.3.2.1.01.0.0.00.00.00.00.00.	Remuneração de Depósitos Bancários	37.888,40
1.3.2.1.01.0.1.00.00.00.00.00.	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	37.888,40
1.3.2.1.01.0.1.01.00.00.00.00.	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	37.888,40

1.6.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	RECEITA DE SERVIÇOS	661.617,47
1.6.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	658.617,47
1.6.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00.	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	658.617,47
1.6.1.1.01.0.0.00.00.00.00.00.	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS PRESTADOS POR ENTIDADES E ÓRGÃOS	P 658.617,47
1.6.1.1.01.0.1.00.00.00.00.00.	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS PRESTADOS POR ENTIDADES E ÓRGÃOS	P 658.617,47
1.6.9.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	OUTROS SERVIÇOS	3.000,00
1.6.9.9.00.0.0.00.00.00.00.00.	OUTROS SERVIÇOS	3.000,00
1.6.9.9.99.0.0.00.00.00.00.00.	OUTROS SERVIÇOS	3.000,00
1.6.9.9.99.0.1.00.00.00.00.00.	OUTROS SERVIÇOS - PRINCIPAL	1.500,00
1.6.9.9.99.0.1.01.00.00.00.00.	Serviço de Ligação de Água	1.500,00
1.6.9.9.99.0.2.00.00.00.00.00.	OUTROS SERVIÇOS - MULTAS E JUROS	1.500,00
1.6.9.9.99.0.2.01.00.00.00.00.	Multas e Juros - Serviço de Ligação de Água	1.500,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências Correntes	41.084.079,10
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências Correntes - Deduções FUNDEB	-6.129.136,77
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências da União e de suas Entidades	26.031.324,17
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências da União e de suas Entidades - Deduções FUNDEB	-4.318.557,20
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências Decorrentes de Participação na Receita da União	23.382.498,45
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências Decorrentes de Participação na Receita da União - Deduções FUNDEB	-4.318.557,20
1.7.1.1.51.0.0.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	23.171.989,65
1.7.1.1.51.0.0.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - Deduções FUNDEB	-4.276.455,44
1.7.1.1.51.1.0.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	21.382.277,18
1.7.1.1.51.1.0.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Deduções FUNDEB	-4.276.455,44
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	21.382.277,18
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal - Deduções FUNDEB	-4.276.455,44
1.7.1.1.51.2.0.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas Extraordinárias	1.789.712,47
1.7.1.1.51.2.1.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas Extraordinárias - Principal	1.789.712,47
1.7.1.1.52.0.0.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	210.508,80
1.7.1.1.52.0.0.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Deduções FUNDEB	-42.101,76
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	210.508,80
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal - Deduções FUNDEB	-42.101,76
1.7.1.2.00.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	427.070,68
1.7.1.2.51.0.0.00.00.00.00.00.	Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM	94.755,10
1.7.1.2.51.0.1.00.00.00.00.00.	Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM - Principal	94.755,10
1.7.1.2.52.0.0.00.00.00.00.00.	Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo	332.315,58
1.7.1.2.52.1.0.00.00.00.00.00.	Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei n 7.990/89	5.226,41
1.7.1.2.52.1.1.00.00.00.00.00.	Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei n 7.990/89 - Principal	5.226,41
1.7.1.2.52.2.0.00.00.00.00.00.	Cota-parte pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei n 9.478/97, artigo 49, I e II	1.324,32
1.7.1.2.52.2.1.00.00.00.00.00.	Cota-parte pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei n 9.478/97, artigo 49, I e II - Principal	1.324,32
1.7.1.2.52.4.0.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	325.764,85
1.7.1.2.52.4.1.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal	325.764,85
PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES		
Estado do Paraná		
Exercício: 2026		
Receita Segundo as Categorias Econômicas		
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985		
Anexo II, da Lei nº 4.320/64		
RECEITA	**DESCRIÇÃO**	**VALOR**
1.7.1.3.00.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	1.519.851,58
1.7.1.3.50.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo - Bloco de Manut	1.519.851,58
1.7.1.3.50.1.0.00.00.00.00.00.	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção P	1.519.851,58
1.7.1.3.50.1.1.00.00.00.00.00.	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde Atenção P	1.519.851,58
1.7.1.3.50.1.1.01.00.00.00.00.	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo - Bloco de Manut	1.519.851,58
1.7.1.3.50.1.1.01.01.00.00.00.	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo - Bloco de Manut	344.264,20
1.7.1.3.50.1.1.01.02.00.00.00.	Agentes Comunitários de Saúde - ACM	582.912,00
1.7.1.3.50.1.1.01.10.00.00.00.	Incentivo Financeiro da APS - Per Capita de Transição	14.349,40
1.7.1.3.50.1.1.01.11.00.00.00.	Incentivo Financeiro da APS - Capacitação Ponderada	70.578,00
1.7.1.3.50.1.1.01.16.00.00.00.	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA/ESF	256.700,98
1.7.1.3.50.1.1.01.17.00.00.00.	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - COMPONENTE PER CAPITA DE BASE POPULACIONAL	34.349,40
1.7.1.3.50.1.1.01.18.00.00.00.	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - ATENÇÃO A SAÚDE BUCAL	188.627,12
1.7.1.3.50.1.1.01.19.00.00.00.	VIGILÂNCIA EM SAÚDE - DESPESAS DIVERSAS	22.110,48
1.7.1.3.50.1.1.01.20.00.00.00.	IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PARA REDE ALYNE	2.000,00
1.7.1.3.50.1.1.01.99.00.00.00.	Outras Receitas SUS	3.960,00
1.7.1.4.00.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	579.663,46
1.7.1.4.50.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências do Salário-Educação	315.584,40
1.7.1.4.50.0.1.00.00.00.00.00.	Transferências do Salário-Educação - Principal	315.584,40
1.7.1.4.51.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	6.615,00
1.7.1.4.51.0.1.00.00.00.00.00.	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE - Principal	6.615,00
1.7.1.4.52.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	77.916,30
1.7.1.4.52.0.1.00.00.00.00.00.	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Principal	77.916,30
1.7.1.4.53.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE	179.547,76
1.7.1.4.53.0.1.00.00.00.00.00.	Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE - Principal	179.547,76
1.7.1.6.00.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	122.240,00
1.7.1.6.50.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	122.240,00
1.7.1.6.50.0.1.00.00.00.00.00.	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - Principal	122.240,00
1.7.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	9.644.754,93
1.7.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Deduções FUNDEB	-1.810.579,57
1.7.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00.	Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	9.066.931,53
1.7.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00.	Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal - Deduções FUNDEB	-1.810.579,57
1.7.2.1.50.0.0.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do ICMS	8.705.038,67
1.7.2.1.50.0.0.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do ICMS - Deduções FUNDEB	-1.741.007,73
1.7.2.1.50.0.1.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do ICMS - Principal	8.705.038,67
1.7.2.1.50.0.1.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do ICMS - Principal - Deduções FUNDEB	-1.741.007,73
1.7.2.1.51.0.0.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do IPVA	231.122,05
1.7.2.1.51.0.0.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do IPVA - Deduções FUNDEB	-46.224,41
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do IPVA - Principal	231.122,05
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do IPVA - Principal - Deduções FUNDEB	-46.224,41
1.7.2.1.52.0.0.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do IPI - Municípios	116.737,16
1.7.2.1.52.0.0.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do IPI - Municípios - Deduções FUNDEB	-23.347,43
1.7.2.1.52.0.1.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	116.737,16

1.7.2.1.52.0.1.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - Deduções FUNDEB	-23.347,43
1.7.2.1.53.0.0.00.00.00.00.00.	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	14.033,65
1.7.2.1.53.0.1.00.00.00.00.00.	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	14.033,65
1.7.2.9.00.0.0.00.00.00.00.00.	Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal	577.823,40
1.7.2.9.51.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências de Estados destinadas à Assistência Social	4.800,00
1.7.2.9.51.0.1.00.00.00.00.00.	Transferências de Estados destinadas à Assistência Social - Principal	4.800,00
1.7.2.9.51.0.1.01.00.00.00.00.	Transferências de Estados destinadas à Assistência Social - Principal	4.800,00
1.7.2.9.99.0.0.00.00.00.00.00.	Outras Transferências dos Estados e DF	573.023,40
1.7.2.9.99.0.1.00.00.00.00.00.	Outras Transferências dos Estados e DF - Principal	573.023,40
1.7.2.9.99.0.1.01.00.00.00.00.	Outras Transferências dos Estados e DF - Principal	573.023,40
1.7.5.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências de Outras Instituições Públicas	5.408.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES		
Estado do Paraná		
Exercício: 2026		
Receita Segundo as Categorias Econômicas		
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985		
Anexo II, da Lei nº 4.320/64		
RECEITA	**DESCRIÇÃO**	**VALOR**
1.7.5.1.00.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valoriza	5.408.000,00
1.7.5.1.50.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valoriza	5.408.000,00
1.7.5.1.50.0.1.00.00.00.00.00.	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valoriza	5.408.000,00
1.9.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Outras Receitas Correntes	5.297,29
1.9.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	5.297,29
1.9.2.2.00.0.0.00.00.00.00.00.	Restituições	5.297,29
1.9.2.2.50.0.0.00.00.00.00.00.	Restituições de Recursos Recebidos do SUS	5.297,29
1.9.2.2.50.0.1.00.00.00.00.00.	Restituições de Recursos Recebidos do SUS - Principal	5.297,29
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Receitas de Capital	100.000,00
2.4.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências de Capital	100.000,00
2.4.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	100.000,00
2.4.2.2.00.0.0.00.00.00.00.00.	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades	100.000,00
2.4.2.2.99.0.0.00.00.00.00.00.	Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades	100.000,00
2.4.2.2.99.0.1.00.00.00.00.00.	Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades - Principal	100.000,00
2.4.2.2.99.0.1.01.00.00.00.00.	Outras Transferências Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades - Principal	100.000,00
7.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	RECEITAS CORRENTES	3.151.947,14
7.2.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÕES	1.524.261,86
7.2.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.524.261,86
7.2.1.5.00.0.0.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÕES PARA REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA E SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL	1.524.261,86
7.2.1.5.02.0.0.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL	1.524.261,86
7.2.1.5.02.1.0.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO	1.524.261,86
7.2.1.5.02.1.1.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL	1.523.261,86
7.2.1.5.02.1.2.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - MULTAS E JUROS	1.000,00
7.9.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.627.685,28
7.9.9.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	DEMAIS RECEITAS CORRENTES	1.627.685,28
7.9.9.9.00.0.0.00.00.00.00.00.	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.627.685,28
7.9.9.9.01.0.0.00.00.00.00.00.	APORTES PERIÓDICOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DÉFICIT ATUARIAL DO REGIMES PRÓPRIOS DE P	1.627.685,28
7.9.9.9.01.0.1.00.00.00.00.00.	APORTES PERIÓDICOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DÉFICIT ATUARIAL DO REGIMES PRÓPRIOS DE P	1.627.685,28
Total:		**41.217.933,24**
RESUMO GERAL		
Receitas Correntes	44.097.597,85	
Receitas Correntes - Descontos Concedidos	-2.474,98	
Receitas Correntes - Deduções FUNDEB	-6.129.136,77	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.152.105,95	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria - Desconto	-2.474,98	
Contribuições	156.609,64	
Receita Patrimonial	37.888,40	
RECEITA DE SERVIÇOS	661.617,47	
Transferências Correntes	41.084.079,10	
Transferências Correntes - Deduções FUNDEB	-6.129.136,77	
Outras Receitas Correntes	5.297,29	
Receitas de Capital	100.000,00	
Transferências de Capital	100.000,00	
RECEITAS CORRENTES	3.151.947,14	
CONTRIBUIÇÕES	1.524.261,86	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.627.685,28	
PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES		
Estado do Paraná		
Exercício: 2026		
Receita Segundo as Categorias Econômicas		
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985		
Anexo II, da Lei nº 4.320/64		
RECEITA	**DESCRIÇÃO**	**VALOR**
ESEQUIEL BESTEL JUNIOR	***ELIAS ANDERSON STRAUBE***	
Prefeito Municipal	Contador	

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:8D30FEFF

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADOS FISCAIS PROJETADOS 2026 A 2029

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES					
Estado do Paraná					
Exercício: 2026					
Resultados Fiscais Projetados 2026 a 2029					
Especificação	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
Receitas Correntes					
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00. Impostos, Taxas e Contribuições de M	2.149.630,97	2.365.119,33	2.507.026,51	2.657.448,08	9.679.224,89

1.2.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00. CONTRIBUIÇÕES	156.609,64	171.564,00	181.857,84	192.769,31	702.800,79
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00. Receita Patrimonial	37.888,40	40.161,70	42.571,40	45.125,68	165.747,18
1.6.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00. RECEITA DE SERVIÇOS	661.617,47	701.314,52	743.393,39	787.996,99	2.894.322,37
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00. Transferências Correntes	34.954.942,33	37.119.127,36	39.346.275,00	41.707.051,53	153.127.396,22
1.9.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00. Outras Receitas Correntes	5.297,29	5.615,13	5.952,04	6.309,16	23.173,62
45.396.700,75	37.965.986,10	40.402.902,04	42.827.076,18	45.396.700,75	166.592.665,07
Despesas Correntes					
3.1.00.00.00.00 Pessoal e Encargos 27.873.032,68	23.360.453,27	24.775.917,76	26.295.313,96	27.873.032,68	102.304.717,67
3.3.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes46.609.872,74	15.629.735,85	16.706.703,04	17.676.264,11	18.736.840,06	68.749.543,06
Serviço da Dívida					
3.2.00.00.00.00 Juros e Encargos 46.730.165,36	101.000,00	107.060,00	113.483,60	120.292,62	441.836,22
4.6.00.00.00.00 Amortização da Dívida 47.422.145,66	581.000,00	615.860,00	652.811,60	691.980,30	2.541.651,90
	39.672.189,12	42.205.540,80	44.737.873,27	47.422.145,66	174.037.748,85
Saldo para Investimentos	-1.706.203,02	-1.802.638,76	-1.910.797,09	-2.025.444,91	-7.445.083,78
4.4.00.00.00.00 Investimentos 48.815.588,06	1.164.360,68	1.240.158,76	1.314.568,29	1.393.442,40	5.112.530,13
Necessidade de Financiamentos	-2.870.563,70	-3.042.797,52	-3.225.365,38	-3.418.887,31	-12.557.613,91
Receitas de Capital					
2.4.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00. Transferências de Capital	100.000,00	106.000,00	112.360,00	119.101,60	437.461,60
RECEITAS	38.065.986,10	40.508.902,04	42.939.436,18	45.515.802,35	167.030.126,67
DESPESAS	40.836.549,80	43.445.699,56	46.052.441,56	48.815.588,06	174.037.748,85
RESULTADO	-2.770.563,70	-2.936.797,52	-3.113.005,38	-3.299.785,71	-12.120.152,31
ESEQUIEL BESTEL JUNIOR		***ELIAS ANDERSON STRAUBE***			
Prefeito Municipal		Contador			

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:A1205DBF

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
RESUMO DAS AÇÕES POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES					
Estado do Paraná					
Exercício: 2026 a 2029					
RESUMO DAS AÇÕES POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO					
Função/ SubFunção					
01 Legislativa	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Acumulado**
031 Ação Legislativa	**2.260.318,29**	**2.395.937,39**	**2.539.693,63**	**2.692.075,26**	**9.888.024,57**
2001 Manutenção das Atividades Legislativas	2.260.318,29	2.395.937,39	2.539.693,63	2.692.075,26	9.888.024,57
Total da Função/SubFunção:	2.260.318,29	2.395.937,39	2.539.693,63	2.692.075,26	9.888.024,57
02 Judiciária	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Acumulado**
092 Representação Judicial e Extrajudicial	**810.312,09**	**858.930,82**	**910.466,67**	**965.094,68**	**3.544.804,26**
2003 Manutenção da Assessoria Jurídica	810.312,09	858.930,82	910.466,67	965.094,68	3.544.804,26
Total da Função/SubFunção:	810.312,09	858.930,82	910.466,67	965.094,68	3.544.804,26
04 Administração	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Acumulado**
121 Planejamento e Orçamento	**184.002,00**	**195.042,12**	**206.744,64**	**219.149,32**	**804.938,08**
2059 Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento	131.000,00	138.860,00	147.191,60	156.023,10	573.074,70
2060 Manutenção do Departamento de Projetos	38.002,00	40.282,12	42.699,04	45.260,98	166.244,14
2061 Manutenção do Departamento de Apoio Técnico Administrativo	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24	65.619,24
122 Administração Geral	**5.435.386,13**	**5.820.451,99**	**6.169.679,14**	**6.539.859,71**	**23.965.376,97**
2002 Manutenção da Assessoria do Gabinete	763.778,61	764.967,03	810.865,05	859.516,96	3.199.127,65
2006 Manutenção do Departamento de Compras e Licitações	299.565,96	323.728,79	343.152,52	363.741,68	1.330.188,95
2007 Manutenção do Departamento de Administração	2.359.356,28	2.599.369,77	2.755.331,99	2.920.651,71	10.634.709,75
2087 Valorização do Servidor Público Municipal - capacitação nas áreas específicas	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32	87.492,32
2082 Aporte para cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.627.685,28	1.725.346,40	1.828.867,18	1.938.599,21	7.120.498,07
2104 Aquisição de 04 (quatro) - CONVÊNIO 393/2025 - SECID	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
2008 Manutenção do Departamento de Contabilidade	364.000,00	385.840,00	408.990,40	433.529,83	1.592.360,23
123 Administração Financeira	**233.350,00**	**247.351,00**	**262.192,06**	**277.923,59**	**1.020.816,65**
2010 Manutenção do Departamento de Tesouraria e Finanças	233.350,00	247.351,00	262.192,06	277.923,59	1.020.816,65
124 Controle Externo	**180.750,00**	**191.595,00**	**203.090,70**	**215.276,15**	**790.711,85**
2004 Manutenção da Controladoria Geral	180.750,00	191.595,00	203.090,70	215.276,15	790.711,85
128 Formação de Recursos Humanos	**289.000,00**	**309.520,00**	**328.091,20**	**347.776,69**	**1.274.387,89**
2005 Manutenção do Departamento de Recursos Humanos	169.000,00	182.320,00	193.259,20	204.854,77	749.433,97
2077 Indenizações e Restituições Trabalhistas	120.000,00	127.200,00	134.832,00	142.921,92	524.953,92
129 Administração de Receitas	**222.667,95**	**236.028,03**	**250.189,71**	**265.201,10**	**974.086,79**
Função/ SubFunção					
2009 Manutenção do Departamento de Tributação	222.667,95	236.028,03	250.189,71	265.201,10	974.086,79
Total da Função/SubFunção:	6.545.156,08	6.999.988,14	7.419.987,45	7.865.186,56	28.830.318,23
08 Assistência Social	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Acumulado**
122 Administração Geral	**1.669.042,51**	**1.769.625,06**	**1.874.212,57**	**1.986.665,35**	**7.299.545,49**
2035 Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social	1.592.942,51	1.688.519,06	1.789.830,21	1.897.220,03	6.968.511,81
2072 Assistência ao Portador de Deficiência	1.000,00	1.500,00	0,00	0,00	2.500,00
2073 Proteção Especial Social	55.000,00	58.300,00	61.798,00	65.505,88	240.603,88
2089 CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social	12.500,00	13.250,00	14.045,00	14.887,71	54.682,71
2074 Manutenção do Programa IGD - Bolsa Família	6.000,00	6.360,00	6.741,60	7.146,10	26.247,70
2075 Manutenção do Programa IGD SUAS	1.500,00	1.590,00	1.685,40	1.786,53	6.561,93
2099 Construção de Creches - CEDCA/PR	100,00	106,00	112,36	119,10	437,46
241 Assistência à Pessoa Idosa	**3.000,00**	**3.180,00**	**3.370,80**	**3.573,05**	**13.123,85**
2076 Assitencia à Pessoa Idosa	1.500,00	1.590,00	1.685,40	1.786,53	6.561,93
2088 Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI	1.500,00	1.590,00	1.685,40	1.786,52	6.561,92
243 Assistência à Criança a ao Adolescente	**239.801,00**	**254.189,06**	**269.440,40**	**285.606,83**	**1.049.037,29**
6002 Manutenção do Fundo Municipal do Direito da Criança e do Adolescente	11.800,00	12.508,00	13.258,48	14.053,99	51.620,47
6003 Manutenção do Conselho Tutelar	225.000,00	238.500,00	252.810,00	267.978,60	984.288,60
6006 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA	2.001,00	2.121,06	2.248,32	2.383,22	8.753,60
6007 Programa Incentivo Estadual voltado a Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes – FIA Estadual	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
245 Serviços Socioassistenciais	**380.600,00**	**403.436,00**	**427.642,16**	**453.300,70**	**1.664.978,86**

2036 Manutenção de Benefícios Eventuais	1.500,00	1.590,00	1.685,40	1.786,53	6.561,93
2038 Manutenção do Programa Nossa Gente Paraná - CRAS	7.000,00	7.420,00	7.865,20	8.337,12	30.622,32
2037 Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	372.000,00	394.320,00	417.979,20	443.057,95	1.627.357,15
2079 Construção do espaço físico para o CRAS	100,00	106,00	112,36	119,10	437,46
Total da Função/SubFunção:	2.292.443,51	2.430.430,12	2.574.665,93	2.729.145,93	10.026.685,49
09 Previdência Social	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Acumulado**
272 Previdência do Regime Estatutário	**3.151.947,14**	**3.341.063,97**	**3.541.527,81**	**3.754.019,48**	**13.788.558,40**
2201 Manutenção do Regime de Previdência Social	3.151.947,14	3.341.063,97	3.541.527,81	3.754.019,48	13.788.558,40
Função/ SubFunção					
Total da Função/SubFunção:	3.151.947,14	3.341.063,97	3.541.527,81	3.754.019,48	13.788.558,40
10 Saúde	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Acumulado**
122 Administração Geral	**2.419.027,33**	**2.593.867,67**	**2.749.499,73**	**2.914.469,71**	**10.676.864,44**
2039 Manutenção de Desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde	2.414.527,33	2.589.097,67	2.744.443,53	2.909.110,15	10.657.178,68
2041 Estruturar e Manter Conselho Municipal de Saúde	4.500,00	4.770,00	5.056,20	5.359,56	19.685,76
301 Atenção Básica	**5.342.594,42**	**5.663.150,08**	**6.002.939,09**	**6.363.115,44**	**23.371.799,03**
2040 Manutenção da Atenção Básica de Saúde	3.512.782,22	3.723.549,15	3.946.962,11	4.183.779,85	15.367.073,33
2042 Manutenção das Atividades do Programa Agente Comunitário de Saúde - ACS	582.912,00	617.886,72	654.959,92	694.257,52	2.550.016,16
2044 Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Equipe de Saúde Bucal	793.800,00	841.428,00	891.913,68	945.428,49	3.472.570,17
2045 Manutenção da Assistência Farmacêutica	310.000,00	328.600,00	348.316,00	369.214,96	1.356.130,96
2067 Manutenção do Serviço Movel de Urgência e Emergência - SAMU	57.600,20	61.056,21	64.719,58	68.602,75	251.978,74
2083 Programa Mais Médicos.	85.500,00	90.630,00	96.067,80	101.831,87	374.029,67
304 Vigilância Sanitária	**40.500,00**	**42.930,00**	**45.505,80**	**48.236,15**	**177.171,95**
2046 Manutenção da Vigiância Sanitária	40.500,00	42.930,00	45.505,80	48.236,15	177.171,95
305 Vigilância Epidemiológica	**145.000,00**	**153.700,00**	**162.922,00**	**172.697,32**	**634.319,32**
2096 Manutenção da Vigilância Epidemiológica	145.000,00	153.700,00	162.922,00	172.697,32	634.319,32
Total da Função/SubFunção:	7.947.121,75	8.453.647,75	8.960.866,62	9.498.518,62	34.860.154,74
12 Educação	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Acumulado**
122 Administração Geral	**368.865,77**	**393.580,00**	**417.194,79**	**442.226,48**	**1.621.867,04**
2013 Manutenção da Secretária Municipal de Educação	368.865,77	393.580,00	417.194,79	442.226,48	1.621.867,04
306 Alimentação e Nutrição	**512.916,30**	**543.691,28**	**576.312,76**	**613.792,96**	**2.246.713,30**
2025 Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Fundamental	228.458,15	242.165,64	256.695,58	274.998,74	1.002.318,11
2024 Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Infantil - Creche	139.458,15	147.825,64	156.695,18	166.096,89	610.075,86
1058 Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Infantil - Pré Escola	145.000,00	153.700,00	162.922,00	172.697,33	634.319,33
361 Ensino Fundamental	**7.453.406,10**	**7.799.323,61**	**8.267.333,73**	**8.760.585,89**	**32.280.649,33**
1007 Aquisição de Equipamentos de informática – Ensino Fundamental	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08	21.873,08
1008 Construção, Reforma e Ampliação das Escolas – Ensino Fundamental	170.000,00	180.200,00	191.012,00	202.472,72	743.684,72
2017 Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 70%	2.066.600,00	2.190.596,00	2.322.031,76	2.461.353,67	9.040.581,43
2018 Manutenção do Ensino Fundamental	88.615,00	93.931,90	99.567,81	105.541,88	387.656,59
Função/ SubFunção					
2019 Capacitação de Professores do Ensino Fundamental	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32	87.492,32
2020 Manutenção Predial das Escolas - Ensino Fundamental	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32	87.492,32
2021 Aquisição de Uniforme e Material Didático - Ensino Fundamental	44.600,00	47.276,01	50.112,57	53.119,33	195.107,91
2062 Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 30%	879.235,32	931.989,44	987.908,81	1.047.183,34	3.846.316,91
2063 Implantação da Educação Integral	120.500,00	845,00	946,40	1.116,76	123.408,16
1052 Mala Viajante	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32	87.492,32
1059 Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 70% - Profissionais do Campo	1.269.000,00	1.345.140,00	1.425.848,40	1.511.399,30	5.551.387,70
1060 Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 30% - Profissionais do Campo	663.164,68	702.954,56	745.131,83	789.839,74	2.901.090,81
2026 Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	2.050.691,10	2.199.330,70	2.331.290,55	2.468.266,53	9.049.578,88
1053 Transporte de Alunos do Ensino Técnico e Superior	36.000,00	38.160,00	40.449,60	42.876,58	157.486,18
365 Educação Infantil	**699.100,00**	**741.046,00**	**785.508,76**	**832.639,29**	**3.058.294,05**
2016 Aquisição de Material Didático - Educação Infantil	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24	65.619,24
2085 Manutenção da Educação Infantil - Pré-Escola	325.000,00	344.500,00	365.170,00	387.080,20	1.421.750,20
2086 Manutenção da Educação Infantil - creche	354.100,00	375.346,00	397.866,76	421.738,77	1.549.051,53
2028 Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Infantil	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08	21.873,08
366 Educação de Jovens e Adultos	**1.000,00**	**1.060,00**	**1.123,60**	**1.191,02**	**4.374,62**
2023 Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
367 Educação Especial	**2.000,00**	**2.120,00**	**2.247,20**	**2.382,04**	**8.749,24**
1009 Aparelhar as Escolas com Móveis e Equipamentos Adaptados aos Alunos com Deficiência	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
2027 Manutenção e Aquisição de Veículo para Transporte Escolar - Educação Especial	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
Total da Função/SubFunção:	9.037.288,17	9.480.820,89	10.049.720,84	10.652.817,68	39.220.647,58
13 Cultura	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Acumulado**
392 Difusão Cultural	**375.686,78**	**395.057,99**	**372.121,47**	**394.448,77**	**1.537.315,01**
2058 Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	217.174,32	230.204,78	244.017,07	258.658,10	950.054,27
1051 "Implantação e Funcionamento da Casa da Cultura"	44.000,00	44.000,00	0,00	0,00	88.000,00
2100 Aquisição de 01(um) veículo hatch - Convênio nº 1030/25	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
1056 Promoção e Realização de Atividades Culturais e Festivas	114.012,46	120.853,21	128.104,40	135.790,67	498.760,74
Total da Função/SubFunção:	375.686,78	395.057,99	372.121,47	394.448,77	1.537.315,01
Função/ SubFunção					
15 Urbanismo	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Acumulado**
122 Administração Geral	**58.505,80**	**62.016,15**	**65.737,11**	**69.681,34**	**255.940,40**
2054 Manutenção do Deparatamento de Planejamento Urbano	58.505,80	62.016,15	65.737,11	69.681,34	255.940,40
452 Serviços Urbanos	**1.882.659,52**	**2.000.116,87**	**2.120.123,88**	**2.247.331,33**	**8.250.231,60**
2047 Manutenção da Secretaria Municipal de Obras	571.661,05	605.960,71	642.318,35	680.857,46	2.500.797,57
2084 Iluminação da Vila de Acesso ao Bairro Cerrado (PR092)	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
1047 Asfalto novo Vida Nova - Convênio Nº 438/2023.	150.000,00	159.000,00	168.540,00	178.652,40	656.192,40
2105 CONVÊNIO AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO - SECID - 24.126.583-8	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
2055 Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos	837.388,83	887.632,16	940.890,09	997.343,50	3.663.254,58
2064 Manutenção com Iluminação Pública	186.609,64	203.364,00	215.565,84	228.499,79	834.039,27
1043 Construção da Praça do Bairro do Cerrado	120.000,00	127.200,00	134.832,00	142.921,92	524.953,92
1057 Manutenção Preventiva e Corretiva da Infraestrutura Pública	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24	65.619,24
Total da Função/SubFunção:	1.941.165,32	2.062.133,02	2.185.860,99	2.317.012,67	8.506.172,00
16 Habitação	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Acumulado**
482 Habitação Urbana	**1.000,00**	**1,00**	**1,00**	**1,00**	**1.003,00**
2110 Construção de Melhoria de 25 Unidades Habitacionais de Interesse Social (Sub 50)	1.000,00	1,00	1,00	1,00	1.003,00
Total da Função/SubFunção:	1.000,00	1,00	1,00	1,00	1.003,00
17 Saneamento	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Acumulado**

512 Saneamento Básico Urbano	**661.617,47**	**701.314,52**	**743.393,39**	**787.996,99**	**2.894.322,37**
1100 Ampliação da rede de Distribuição de Água	3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,02	13.123,82
2100 Manutenção dos Serviços de Abastecimento de Água	534.617,47	566.694,52	600.696,19	636.737,97	2.338.746,15
2101 Amortização do Reparcelamento da Dívida	2.000,00	2.120,00	2.247,20	2.382,04	8.749,24
2102 Amplicação de Rede Coletora de Esgoto	3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,06	13.123,86
2103 Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná	119.000,00	126.140,00	133.708,40	141.730,90	520.579,30
Total da Função/SubFunção:	661.617,47	701.314,52	743.393,39	787.996,99	2.894.322,37
18 Gestão Ambiental	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Acumulado**
541 Preservação e Conservação Ambiental	**695.456,57**	**737.183,97**	**775.373,01**	**821.895,39**	**3.029.908,94**
Função/ SubFunção					
1013 Aquisição de Equipamento para Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08	21.873,08
2029 Manutenção da Educação Ambiental	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32	87.492,32
2030 Manutenção do Cemitério Municipal	95.000,00	100.700,00	100.700,00	106.742,00	403.142,00
2033 Conservação e Recuperação de Matas Ciliares e Manutenção do Sistema de Drenagem Pluvial	30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48	131.238,48
2056 Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente	435.456,57	461.583,97	489.279,01	518.635,75	1.904.955,30
1032 Promoção da Educação Ambiental no município	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24	65.619,24
1033 Preservação de áreas de matas nativas e/ou mananciais	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16	43.746,16
1034 Programas voltados para a arborização das ruas e espaços públicos	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16	43.746,16
2093 PROGRAMA "ITAIPU MAIS QUE ENERGIA"	35.000,00	37.100,00	39.326,00	41.685,56	153.111,56
1049 Manejo de Resíduos Sólidos	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16	43.746,16
2106 CastraPet Paraná	30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48	131.238,48
Total da Função/SubFunção:	695.456,57	737.183,97	775.373,01	821.895,39	3.029.908,94
20 Agricultura	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Acumulado**
606 Extensão Rural	**1.462.965,01**	**1.546.502,91**	**1.639.293,08**	**1.737.650,66**	**6.386.411,66**
2051 Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura	370.000,00	392.200,00	415.732,00	440.675,92	1.618.607,92
2052 Manutenção do Departamento de Agricultura	962.465,01	1.018.622,91	1.079.740,28	1.144.524,69	4.205.352,89
1041 Armazém da Família	68.000,00	72.080,00	76.404,80	80.989,09	297.473,89
2094 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS" – CONVÊNIO 947416/2023	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
2098 Aquisição de Maquinas e Equipamentos - 005563/2024	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
2103 Aquisição de Equipamentos- Convênio 348/2025 - SEAB	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
2053 Manutenção do Departamento de Pecuária	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16	43.746,16
1055 Porteira Dentro	50.000,00	53.000,00	56.180,00	59.550,80	218.730,80
Total da Função/SubFunção:	1.462.965,01	1.546.502,91	1.639.293,08	1.737.650,66	6.386.411,66
26 Transporte	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Acumulado**
782 Transporte Rodoviário	**2.825.325,13**	**2.994.844,64**	**3.174.535,32**	**3.365.007,43**	**12.359.712,52**
2048 Manutenção da Secretaria Municipal de Transportes	737.000,00	781.220,00	828.093,20	877.778,80	3.224.092,00
2049 Manutenção do Departamento da Frota Municipal	848.440,43	899.346,86	953.307,67	1.010.506,12	3.711.601,08
Função/ SubFunção					
2050 Manutenção do Departamento de Estradas Rurais e Vicinais	1.239.884,70	1.314.277,78	1.393.134,45	1.476.722,51	5.424.019,44
Total da Função/SubFunção:	2.825.325,13	2.994.844,64	3.174.535,32	3.365.007,43	12.359.712,52
27 Desporto e Lazer	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Acumulado**
812 Desporto Comunitário	**339.800,00**	**360.188,00**	**381.799,28**	**404.707,24**	**1.486.494,52**
2057 Desenvolver Atividades Esportivas e Recreativas	339.800,00	360.188,00	381.799,28	404.707,24	1.486.494,52
Total da Função/SubFunção:	339.800,00	360.188,00	381.799,28	404.707,24	1.486.494,52
28 Encargos Especiais	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Acumulado**
843 Serviço da Dívida Interna	**680.000,00**	**720.800,00**	**764.048,00**	**809.890,88**	**2.974.738,88**
2065 Encargos e Amortização da Dívida Pública	680.000,00	720.800,00	764.048,00	809.890,88	2.974.738,88
Total da Função/SubFunção:	680.000,00	720.800,00	764.048,00	809.890,88	2.974.738,88
99 Reserva de Contingência	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Acumulado**
999 Reserva de Contingência geral	**190.329,93**	**201.749,73**	**213.854,71**	**226.685,99**	**832.620,36**
9999 Reserva de Contingência	190.329,93	201.749,73	213.854,71	226.685,99	832.620,36
Total da Função/SubFunção:	190.329,93	201.749,73	213.854,71	226.685,99	832.620,36
Total :	**41.217.933,24**	**43.680.594,86**	**46.247.209,20**	**49.022.155,23**	**180.167.892,53**
ESEQUIEL BESTEL JUNIOR		***ELIAS ANDERSON STRAUBE***			
Prefeito Municipal		Contador			

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:4FE15426

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - ELISA DA SILVA BETETABLA BRAVO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Sr. Esequiel Bestel Junior no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	61/2025

b) Licitação Nrº :	9/2025
c) Modalidade :	Dispensa:
d) Data Homologação :	17/12/2025
e) Objeto Homologado :	Aquisição de brinquedos educativos, pedagógicos e lúdicos destinados ao atendimento de crianças da primeira infância (0 a 6 anos de idade) no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)
f) Processo Adm Nrº :	61/2025

08.244.0009.2.038. - Manutenção do Programa Nossa Gente Paraná - CRAS

08.244.0009.2.038. - Manutenção do Programa Nossa Gente Paraná - CRAS

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: ELISA DA SILVA BETETABLA BRAVO

CNPJ/CPF: 112.163.166-51

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
2	Boneca de vinil e enchimento de 48 cm falante, com mamadeira mágica, cabelos loiros)		3	R$ 123,8900	R$ 371,6700
4	Boneca bebê		3	R$ 39,8900	R$ 119,6700
5	Boneca Maria Clara		3	R$ 61,9000	R$ 185,7000
6	Boneco JP		3	R$ 61,8900	R$ 185,6700
8	Boneca com banheira		3	R$ 43,9000	R$ 131,7000
9	Carrinho de boneca Nino’s com quatro rodas		3	R$ 208,8800	R$ 626,6400
11	Caminhão caçamba articulado brinquedo carrinho com rodas gigantes		3	R$ 49,8900	R$ 149,6700
12	carrinho de mão , 01 carriola Big, 01 rastelo, 01 pá, polipropileno		3	R$ 154,9000	R$ 464,7000
13	Brinquedo Infantil Moto Super Cross, pneus de borracha, suspensão com mola		3	R$ 34,8900	R$ 104,6700
14	Geladeira infantil grande, Medidas aproximadas 25x77x27cm		2	R$ 264,8900	R$ 529,7800
15	Cozinha Infantil Mágica Completa Pia E Fogão, Dimensões: 93.5cm de altura x 34cm de largura 68cm de comprimento		2	R$ 389,8900	R$ 779,7800
16	Kit de panelinhas com frigideira e utensílios com aproximadamente 22 peças		5	R$ 39,8900	R$ 199,4500

Valor Total Homologado - R$ 3.849,10

DOUTOR ULYSSES, 17 de dezembro de 2025.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR

Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:27FDC62C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - INES DE FATIMA RODACOWSKI PEDROSO 0259

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Sr. Esequiel Bestel Junior no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	61/2025
b) Licitação Nrº :	9/2025
c) Modalidade :	Dispensa:
d) Data Homologação :	17/12/2025
e) Objeto Homologado :	Aquisição de brinquedos educativos, pedagógicos e lúdicos destinados ao atendimento de crianças da primeira infância (0 a 6 anos de idade) no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)
f) Processo Adm Nrº :	61/2025

08.244.0009.2.038. - Manutenção do Programa Nossa Gente Paraná - CRAS

08.244.0009.2.038. - Manutenção do Programa Nossa Gente Paraná - CRAS

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: INES DE FATIMA RODACOWSKI PEDROSO 0259

CNPJ/CPF: 22.128.354/0001-59

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
3	Boneca bebe com mamadeira mágica negra		3	R$ 72,9000	R$ 218,7000

Valor Total Homologado - R$ 218,70

DOUTOR ULYSSES, 17 de dezembro de 2025.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR

Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:36A314B9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO I PPA 2026 2029

METAS E PRIORIDADES PLANO PLURIANUAL 2026 A 2029

LEGISLATIVA

Objetivos:

Assegurar o funcionamento da Câmara, em consonância com os preceitos constitucionais e com as normas estabelecidas na Lei Orgânica, oferecendo plenas condições aos Vereadores no exercício de suas funções; legislar, com a sanção do Prefeito, sobre matérias de competência do

Município, organizar e administrar os seus serviços internos, exercer externamente o controle sobre a aplicação e prestação de contas dos recursos municipais, revisar periodicamente a legislação municipal e executar outras atividades previstas na Lei Orgânica do Município.

Principais Metas

Especificação	Unidade	2026	2027	2028	2029
Manutenção das Instalações do Prédio	Manutenção	3	3	3	3
Capacitação de servidores e vereadores	Cursos	120	120	120	120
Contratação de Estagiários	Estagiários	1	1	1	1
Aquisição de móveis, equipamentos	Equipamentos	20	20	20	20
Aquisição de equipamentos de informática	Equipamentos	20	20	20	20
Aquisição de veículos	Veículos	01	01	01	01
Aquisição e Manutenção de equipamentos para retransmissão de sessões	Equipamentos	10	10	10	10
Elaboração de Projetos de Lei	Projetos	30	30	30	30
Decretos legislativos	Decretos	20	20	20	20
Resoluções	Resoluções	10	10	10	10
Prestação de Contas	Contas	05	05	05	05

GOVERNO MUNICIPAL

Objetivos Gerais:

Coordenar os objetivos e metas programadas, manter contato com os diversos segmentos da sociedade, manter sua representatividade diante dos setores e autoridades municipais, estaduais e federais, supervisionar as atividades executadas pelos órgãos da administração direta e indireta e possibilitar a modernização da estrutura administrativa municipal, bem como avaliar e proceder aos ajustes que se tornarem necessários na mesma. Como autoridade do município representar o mesmo sempre que solicitado e seja possível. Zelar pela transparência de todos os atos públicos incentivando os munícipes a participarem de reuniões e audiências públicas.

Objetivos Específicos:

• Promover o desenvolvimento econômico e social do município com sustentabilidade e inclusão.

• Assegurar serviços públicos de qualidade, com foco em saúde, educação e infraestrutura.

• Fortalecer a gestão pública com eficiência, transparência e participação social.

• Reduzir desigualdades e ampliar o acesso a direitos básicos para toda a população.

• Modernizar a administração pública com o uso de tecnologias e boas práticas de gestão.

Principais Metas:

Especificação	Unidade	2026	2027	2028	2029
Coordenar audiências Públicas de planejamento municipal e prestações de contas	Audiências	30	30	30	30
Efetivar e assinar convênios e Propostas	Convênios	30	30	30	30
Promover ações de Segurança Pública Programa Videomonitoramento	Programa	02	02	02	02
Enviar ao Poder Legislativo os Projetos de sua competência	Projetos	110	110	110	110
Sancionar Leis	Leis	150	150	150	150
Homologar licitações	Licitações	350	350	350	350
Enviar prestações de contas nos prazos devidos.	Prestações	50	50	50	50
Representar o Município sempre que solicitado dentro de suas possibilidades	Evento	150	150	150	150
Convocar Reuniões	Reuniões	200	200	200	200
Convocar Audiências públicas	Audiências	30	30	30	30
Atender as demandas do Tribunal de Contas do Estado	Contato	-	-	-	-
Atender as demandas do Controle interno	Controle	-	-	-	-

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Objetivos Gerais:

• **Gestão de Recursos Humanos e Materiais:** Responsável pela administração de pessoal, incluindo nomeações, treinamentos e folha de pagamento, além da gestão do patrimônio público e almoxarifado.

• **Processos Administrativos e Licitações:** Coordena processos licitatórios, compras e contratos, assegurando a legalidade e transparência nas aquisições e serviços prestados.

• **Atos Normativos e Comunicação Oficial:** Elabora minutas de atos oficiais, acompanha publicações e mantém a comunicação entre o Executivo e o Legislativo, facilitando a tramitação de mensagens e projetos.

• **Controle e Fiscalização:** Supervisiona a implementação de serviços públicos autorizados, garantindo o cumprimento das normas e a eficiência na prestação de serviços à população.

• **Tecnologia e Processamento de Dados:** Gerencia sistemas de processamento de dados, protocolo, expediente e arquivo, promovendo a modernização e eficiência dos processos administrativos.

Objetivos Específicos:

• **Gerenciar os recursos humanos da Prefeitura**

• Realizar concursos públicos, nomeações, treinamentos e gestão de folha de pagamento.

• Elaborar políticas de valorização e capacitação dos servidores.

• **Aprimorar os processos administrativos**

• Modernizar e padronizar os processos internos.

• Implantar sistemas de gestão eletrônica de documentos e processos.

• **Garantir a eficiência na gestão de bens e serviços**

• Controlar o patrimônio público, almoxarifado e logística.

• Gerir contratos e convênios administrativos.

• **Assegurar a legalidade e transparência nos atos administrativos**

• Atuar conforme a legislação vigente.

• Promover a transparência na gestão pública.

• **Apoiar as demais secretarias municipais**

• Oferecer suporte técnico e administrativo para o bom funcionamento da prefeitura como um todo.

• **Promover a modernização da administração pública**

• Implementar novas tecnologias e práticas inovadoras de gestão pública.

• **Elaborar e aplicar políticas de controle interno**

• Acompanhar o cumprimento de metas e objetivos administrativos.

• Prevenir falhas, desperdícios e irregularidades.

Principais Metas:

Especificação	Unidade	2026	2027	2028	2029
Efetuar controle administrativo, financeiro, patrimonial e acompanhamento de resultados	Controle	Continuo	Continuo	Continuo	Continuo
Prestar Contas de recursos oriundos de convênios, auxílios e subvenções	Serviços	30	30	30	30
Capacitar Servidores	Cursos	60	60	60	60
Implantar o Programa de Avaliação de Desempenho semestral	Programa	02	02	02	02
Acompanhar e elaborar PPA	Projeto	01	01	01	01
Acompanhar e elaborar LDO	Projeto	01	01	01	01
Acompanhar e elaborar LOA	Projeto	01	01	01	01
Firmar Convênios com as Associações, Entidades e Órgãos Federais, Estaduais.	Convênios	30	30	30	30
Participar de Programas dos Governos Estadual e Federal para o desenvolvimento do Município	Programas	25	25	25	25
Adquirir e ou desapropriar imóveis	Imóveis	07	07	07	07
Elaborar e Planejar a execução, reformas, ampliações, construções e melhorias no âmbito municipal.	Projeto	50	50	50	50
Locar imóveis para órgãos públicos sem sede própria	Locação	05	05	05	05
Solicitar compras e processos de licitações de produtos/serviços para cumprimento das metas estabelecidas nesta lei	Licitações	300	300	300	300
Promover cursos de especialização e treinamento	Cursos	30	30	30	30
Atualizar e manter o Portal da Transparência com 100% das informações exigidas por lei, com atualização em tempo real.	Controle	Continuo	Continuo	Continuo	Continuo
Capacitar 100% dos servidores da área administrativa em temas como governança, inovação e transformação digital até o 3º trimestre de 2026.	Treinamentos	10	10	10	10
Lançar programa de saúde e bem-estar no trabalho para todos os servidores até julho de 2026	Programa	1	1	1	1
Elaborar Leis, Decretos, Portarias e outros	Documentos	450	450	450	450
Disponibilizar 80% dos serviços administrativos de forma digital até dezembro de 2026.	Plano	1	1	1	1
Adquirir e/ou locar software e equipamentos de informática	Equipamentos	30	30	30	30
Fortalecer os mecanismos de transparência e controle interno para garantir a boa aplicação dos recursos públicos	Controle	Continuo	Continuo	Continuo	Continuo
Reduzir em 20% os custos operacionais administrativos por meio da digitalização de processos.	Controle	Continuo	Continuo	Continuo	Continuo
Capacitar todos os responsáveis por contratos e convênios sobre práticas de controle e fiscalização.	Qualificação	Continuo	Continuo	Continuo	Continuo

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Objetivos Gerais:

Aprimorar o planejamento de médio e longo prazo, alinhado ao Plano Plurianual (PPA) e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Ampliar a capacidade de captação de recursos externos e promover parcerias interinstitucionais.

Objetivos Específicos:

• **Planejamento Estratégico Municipal**

• Elaborar e coordenar o **Plano Plurianual (PPA)**, a **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** e a **Lei Orçamentária Anual (LOA)**, alinhando as ações do município às necessidades da população e às diretrizes do governo federal e estadual.

• **Captação de Recursos Externos**

• Identificar e pleitear recursos junto aos governos estadual e federal, visando financiar projetos e programas que contribuam para o desenvolvimento local.

• **Desenvolvimento de Projetos e Estudos**

• Promover estudos e projetos nas áreas socioeconômico-urbanísticas, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

• **Articulação Intersetorial**

• Coordenar ações entre as diversas secretarias municipais, garantindo a integração e a eficiência na execução de políticas públicas.

• **Acompanhamento e Avaliação**

• Monitorar a execução dos projetos e programas, avaliando seus resultados e propondo ajustes quando necessário para alcançar os objetivos estabelecidos.

• **Desenvolvimento Urbano Ordenado**

• Planejar e implementar ações que promovam o crescimento ordenado da cidade, respeitando o uso e ocupação do solo, e garantindo a infraestrutura necessária para o bem-estar da população.

Principais Metas:

Especificação	Unidade	2026	2027	2028	2029
Manutenção de Geoprocessamento, atualização da base cartográfica	Programa	01	01	01	01
Melhorias e modificações da estrutura física do Paço Municipal.	Prédio	01	01	01	01
Coordenar e elaborar PPA	Projeto	01	01	01	01
Coordenar e elaborar LDO	Projeto	01	01	01	01
Coordenar e elaborar LOA	Projeto	01	01	01	01
Adquirir e ou desapropriar imóveis	Imóveis	10	10	10	10
Elaborar e Planejar a execução de reformas, ampliações e construções.	Projeto	50	50	50	50
Locar imóveis para órgãos públicos sem sede própria	Locação	05	05	05	05
Aprimorar e manter o programa de Videomonitoramento	Programa	2	2	2	2
Garantir que 100% das secretarias utilizem instrumentos de planejamento	Ins.	11	11	11	11
Concluir a revisão participativa do Plano Diretor	Plano	01	01	01	01
Elaborar e submeter projetos a fontes de financiamento estadual e federal	Projeto	30	30	30	30
Aumentar em 25% o volume de recursos externos captados	Captação	50	50	50	50
Fomentar a modernização da gestão publica	Programa	01	01	01	01
Acompanhar a execução orçamentaria e física dos projetos	Plano	-	-	-	-
Fornecer dados e indicadores para embasar políticas públicas eficientes	Programa	01	01	01	01
Garantir que os projetos e políticas públicas estejam alinhados aos objetivos do governo municipal	Plano	01	01	01	01

Implantar sistema de atendimento omnichannel (telefone, WhatsApp, site, aplicativo).	Sistema	01	01	01	01
Acompanhar e coordenar a Defesa Civil Municipal	Programa	01	01	01	01

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Objetivos Gerais:

Garantir a sustentabilidade fiscal do município por meio da modernização da gestão orçamentária, financeira e tributária. Gerenciar os recursos públicos do município com eficiência, transparência e equilíbrio fiscal. Orientar a elaboração do orçamento anual.

Objetivos Específicos:

• **Assegurar o equilíbrio fiscal**

• Garantir que as receitas sejam suficientes para cobrir as despesas públicas, evitando déficits orçamentários.

• **Melhorar a arrecadação tributária**

• Implementar políticas para aumento da eficiência da arrecadação, combate à inadimplência e modernização dos sistemas fiscais.

• **Promover a transparência e controle dos gastos públicos**

• Tornar públicas as contas municipais e garantir que os gastos estejam de acordo com as prioridades definidas no planejamento.

• **Fortalecer o planejamento orçamentário e financeiro**

• Estabelecer metas fiscais realistas e sustentáveis, baseadas em previsões confiáveis de receita e despesa.

• **Gestão eficiente da dívida pública municipal**

• Controlar o endividamento dentro dos limites legais e buscar refinanciamentos quando possível, com melhores condições.

• **Aperfeiçoar os instrumentos de gestão fiscal e contábil**

• Investir em tecnologias e capacitação para modernizar os sistemas de contabilidade pública e prestação de contas.

• **Garantir a alocação eficiente dos recursos públicos**

• Priorizar investimentos em áreas estratégicas do governo municipal, com foco no atendimento das necessidades da população.

• **Estimular a educação fiscal e a cidadania tributária**

• Desenvolver ações educativas para conscientizar os contribuintes sobre a importância do pagamento de tributos.

Principais Metas:

Especificação	Unidade	2026	2027	2028	2029
Operacionalizar os sistemas financeiros	Sistema	Continuo	Continuo	Continuo	Continuo
Controlar contas bancárias	Conciliação	Continuo	Continuo	Continuo	Continuo
Elaborar decretos	Decretos	100	100	100	100
Recadastrar contribuintes IPTU, ISSQN e Alvará	Cadastro	Continuo	Continuo	Continuo	Continuo
Viabilizar receitas adicionais ao Município	Eventos	20	20	20	20
Viabilizar Programa/Parceria para modernizar/atualizar o sistema tributário	Programa	04	04	04	04
Controlar, fiscalizar e saldar dívidas empenhadas em exercício anterior	Controle	12	12	12	12
Prestar Contas de recursos oriundos de convênios, auxílios e subvenções.	Serviços	01	01	01	01
Ampliar o uso de sistemas digitais na gestão financeira	Sistema	Continuo	Continuo	Continuo	Continuo
Reduzir a inadimplência do IPTU	Serviços	30%	30%	30%	30%
Aumentar a transparência fiscal	Programa	1	1	1	1
Controlar o crescimento das despesas correntes	Programa	1	1	1	1
Buscar parcerias com outros entes federativos para melhorar a arrecadação e gestão da dívida	Parcerias	2	2	2	2
Realizar capacitação continuada dos servidores	Eventos	5	5	5	5
Coordenar os processos de administração financeira	Projeto	1	1	1	1
Avaliar e acompanhar a execução financeira dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal	Avaliações	Continuo	Continuo	Continuo	Continuo
Realização de diagnósticos e estudos socioeconômicos de interesse para as finanças públicas municipais	Programa	2	2	2	2
Viabilizar a atualização de Planta Genérica de valores	Sistema	01	01	01	01

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, TURISMO E LAZER

Objetivos Gerais:

Apoiar a prática esportiva em todas as modalidades, através da promoção de eventos constantes, manutenção e adequação dos espaços esportivos, adquirir materiais adequados para as práticas.

Desenvolver atividades que promovam o interesse da população em geral em conhecer a história do Município, promover eventos focados no turismo e lazer, explorando pontos característicos, culinária local, áreas urbanas e rurais que evidenciam a natureza e história do nosso município.

Levar o nome do Município além da nossa região, com nossos excelentes atletas em diversas modalidades, explorando assim o potencial de cada prática esportiva, cedendo transporte e toda a estrutura necessária.

Objetivos Específicos:

1. Promoção do Esporte e Atividades Físicas

• Ampliar o acesso da população às práticas esportivas e recreativas.

• Incentivar a formação de atletas locais por meio de escolinhas, projetos e eventos esportivos.

• Reabilitar, manter e construir equipamentos esportivos (campos, quadras, ginásios, academias ao ar livre).

• Apoiar associações e organizações esportivas comunitárias.

2. Desenvolvimento do Turismo Sustentável

• Valorizar o patrimônio natural, histórico e cultural do município como atrativo turístico.

• Incentivar o turismo rural, ecológico e de aventura, promovendo o desenvolvimento econômico local.

• Apoiar iniciativas públicas e privadas voltadas à estruturação e divulgação do turismo em General Carneiro.

• Promover eventos que estimulem o fluxo turístico, como feiras, festivais e circuitos culturais.

3. Fomento ao Lazer e Qualidade de Vida

• Desenvolver e manter espaços públicos de convivência e lazer (praças, parques, centros comunitários).

• Realizar eventos culturais, recreativos e de lazer abertos à comunidade.

• Promover ações de inclusão social por meio do lazer e da recreação, com foco em crianças, idosos e pessoas com deficiência.

4. Educação e Cidadania por meio do Esporte e Lazer

• Integrar o esporte e o lazer às políticas de educação, saúde e assistência social.

• Desenvolver programas voltados à juventude, à prevenção da violência e à inclusão social por meio de práticas esportivas.

• Promover a capacitação de profissionais, técnicos e voluntários para atuação em projetos de esporte e lazer.

Principais Metas:

Especificação	Unidade	2026	2027	2028	2029
Regulamentar e atualizar o conselho municipal do esporte	Conselho	1	1	1	1
Implantar o fundo municipal de esportes	Fundo	1	1	1	1
Elaborar projeto para instalação de pista de skate	Projeto	1	1	1	1
Manter com reformas as quadras dos Ginásios Darci Rogerio de Oliveira (Pingão) e Ginásio Clacir Girotto (Cascudão)	Manutenção	2	2	2	2
Implantar Escolinhas de várias modalidades	Programa	4	4	4	4
Implantar equipamentos em anexo ao campinho sintético do Planalto.	Projeto	1	1	1	1
Readequar o espaço do campo do São João	Manutenção	1	1	1	1
Reformar a Mini Arena Kamily Frigeri	Manutenção	1	1	1	1
Reformar e ampliar a quadra de vôlei de areia da praça Quindrade Gaiovicz	Reforma	1	1	1	1
Construir banheiros no Estádio Municipal Francisco Costa	Manutenção	1	1	1	1
Substituir a cobertura do bolão e construção de novos banheiros	Manutenção	2	2	2	2
Implantar Cobertura na piscina do bolão	Projeto	1	1	1	1
Identificar todos os espaços esportivos com placas	Projeto	15	15	15	15
Iluminar o estádio municipal Francisco Costa	Projeto	1	1	1	1
Implantar bancos e melhorias nos parquinhos municipais.	Projeto	5	5	5	5
Fomentar a formação de seleções municipais em diversas modalidades.	Programa	7	7	7	7
Manter e formar novas parcerias com instituições; associações e afins para melhor atender os nossos atletas.	Programa	2	2	2	2

Realizar evento esportivo na configuração de disputas de diversas modalidades entre os bairros (olimbairros).	Evento	7	7	7	7
Realizar torneios de futebol do interior	Evento	1	1	1	1
Promover a gincana do Agricultor	Evento	1	1	1	1
Implantar Bolsa Atleta – Programa para auxílio Financeiro	Programa	1	1	1	1
Elaborar e implantar o calendário esportivo	Serviços	1	1	1	1
Apoiar a todos os eventos esportivos realizados por terceiros; Equipe Papa Trilhas; Dowhill; prova campeira e demais constituídos.	Projeto	1	1	1	1
Apoiar e realizar a Copa do Laço – Prova Campeira.	Evento	1	1	1	1
Realizar campeonatos de Futsal; Futebol campo; Futebol 7; Voleibol; Bolão; Bocha; Truco; Sinuca; Jogos eletrônicos;	Evento	12	12	12	12
Adquirir um vídeo Game Playstation 5	Aquisição	1	1	1	1
Adquirir Notebook	Aquisição	2	2	2	2
Adquirir Placares eletrônicos para os ginásios	Aquisição	2	2	2	2
Adquirir mesas e cadeiras para uso administrativo	Aquisição	8	8	8	8
Adquirir roçadeira	Aquisição	1	1	1	1
Adquirir Veículo – Tipo Van ou micro-ônibus	Aquisição	1	1	1	1
Adquirir equipamento Projetor, caixa de som, microfone	Aquisição	1	1	1	1
Viabilizar recursos para quadra oficial.	Fundo	1	1	1	1
Adquirir materiais esportivos; Premiações; Serviços de Pessoa Jurídica; cessões de uso de espaços públicos.	Serviço	1	1	1	1
Apoiar e auxiliar a Seleção de Paradesporto.	Projeto	1	1	1	1
Promover calendário anual para realizar eventos.	Plano	1	1	1	1
Explorar as rotas de belezas naturais e unificar atividades esportivas ao ar livre;	Evento	12	12	12	12
Manter e conservar os pontos turísticos	Manutenção	10	10	10	10
Adquirir painel eletrônico para visualizar data, hora e temperatura.	Aquisição	1	1	1	1
Implantar a ciclo rota com passagem aos pontos turísticos do interior do município	Projeto	1	1	1	1
Realizar evento voltado as práticas tradicionalistas	Evento	1	1	1	1
Realizar evento de gastronomia local.					
Realizar concurso de fotografia.	Evento	1	1	1	1
Implantar museu municipal através de parcerias com os munícipes; explorando a história local.	Projeto	1	1	1	1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Objetivos Gerais:

Planejar e executar a política do sistema municipal de Ensino Regular e Especial, ministrando com base nos princípios constitucionais, proporcionando a formação dos cidadãos, tornando-os aptos a participar da sociedade e ter uma vida digna. Secretaria deve envolver-se na elaboração de projetos que beneficiem o setor, e participar ativamente da elaboração das leis.

Proporcionar perfeita integração do corpo docente, estimular a capacitação do professor, acompanhar as alterações dos planos de carreira e salários, que possibilitem ao professor desenvolver-se totalmente dentro de seu mister de ensinar;

Dotar a rede municipal de educação e cultura de meios necessários à manutenção e melhoria do Ensino Fundamental das séries iniciais; fortalecer o ciclo básico de alfabetização; promover a capacitação profissional do quadro de pessoal que atua no ensino municipal; desenvolver ações para valorização do magistério; implantar o programa de educação integral; assegurar o acesso de alunos residentes no meio rural através do transporte escolar; manter e aprimorar o serviço de merenda escolar;

Incentivar a implantação de Projetos que visem a melhora nas escolas; implantar cursos profissionalizantes para jovens e adultos; Construir, ampliar e reformar escolas; promover o desporto educacional escolar; desenvolver programas culturais.

Objetivos Específicos:

1. Garantir o acesso universal e a permanência na educação básica de qualidade

• Ampliar o número de vagas na educação infantil, ensino fundamental e EJA.

• Reduzir índices de evasão escolar.

• Garantir transporte e alimentação escolar adequados.

2. Investir na infraestrutura das unidades escolares

• Construir, reformar e equipar escolas e creches com recursos tecnológicos e acessibilidade.

• Implantar bibliotecas escolares e laboratórios de informática em todas as unidades.

3. Valorizar os profissionais da educação

• Oferecer formação continuada para professores e equipe pedagógica.

• Garantir condições adequadas de trabalho e reconhecimento profissional.

• Implantar programas de incentivo à inovação pedagógica.

4. Fomentar a inclusão e a equidade na educação

• Expandir o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência.

• Promover ações de combate ao racismo, à violência e à desigualdade de gênero no ambiente escolar.

• Incentivar práticas pedagógicas inclusivas.

5. Fortalecer a gestão democrática e participativa

• Ampliar o funcionamento dos conselhos escolares.

• Promover a participação da comunidade escolar na definição das políticas públicas.

6. Desenvolver e valorizar a cultura local

• Apoiar eventos culturais, grupos artísticos, bandas marciais e manifestações populares.

• Implantar e manter espaços culturais acessíveis à população (teatros, bibliotecas, centros culturais).

• Estimular programas de formação artística e cultural para crianças, jovens e adultos.

7. Modernizar a administração da Secretaria

• Implantar sistemas digitais de gestão educacional e cultural.

• Melhorar os processos de planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

Principais metas

Especificação	Unidade	2026	2027	2028	2029
Implantar a Nova Escola Municipal Irene Barrida Gauer	Projeto	01	01	01	01
Construir Nova Escola Municipal Bairro São João	Projeto	01	01	01	01
Reformar e manter as Escolas Urbanas e do Campo	Projeto	17	17	17	17
Aprimorar a Educação para o Trânsito nas Escolas Urbanas e do Campo	Projeto	17	17	17	17
Aprimorar Projeto Educação Sustentável nas Escolas e CMEIs	Projeto	17	17	17	17
Ampliar e renovar a frota própria de transporte escolar	Aquisição	06	06	06	06
Adquirir Veiculo Adaptado para o atendimento a alunos PCD	Aquisição	2	2	2	2
Capacitar Profissionais do transporte escolar	Cursos	03	03	03	03
Terceirizar linhas Transporte para suprir as necessidades existentes	Licitações	27	27	27	27
Adquirir novos equipamentos de informática e softwares	Aquisição	30	30	30	30
Adquirir materiais didáticos para os centros de educação infantil	Aquisição	03	03	03	03
Adquirir materiais didáticos para alunos Autistas, deficiência neuromotora	Aquisição	90	90	90	90
Adquirir materiais didáticos para AEE na área de surdez e visual	Aquisição	10	10	10	10
Adquirir acervo biblioteca municipal e mini bibliotecas escolares	Aquisição	200	200	200	200
Adquirir acervo com audiodescrição para as escolas e CMEIS	Aquisição	50	50	50	50
Incluir mediadores pedagógicos nas escolas municipais	Projeto	30	30	30	30
Executar concurso publico e ou PSS contratação de professores	Concurso	02	02	02	02
Disponibilizar concurso ou PSS para contratar Interprete de libras	Concurso	02	02	02	02
Construir refeitório nas escolas que ainda não possuem	Projeto	03	03	03	03
Reformar quadras cobertas poliesportivas junto às escolas	Aquisição	4	4	4	4
Distribuir material escolar aos alunos da rede municipal de ensino	Programa	17	17	17	17
Disponibilizar Merenda escolar aos alunos da rede municipal de ensino	Cursos	02	02	02	02
Capacitar membros do Conselho de Alimentação escolar-CAE	Programa	17	17	17	17
Manter e Avaliar o programa de merenda Escolar e os cardápios.	Cursos	02	02	02	02
Capacitar profissionais da merenda escolar e serviços diversos.	Programa	01	01	01	01
Ampliar a oferta do EJA	Cursos	05	05	05	05
Capacitar Profissionais da Secretaria Municipal de Educação	Programa	07	07	07	07
Promover à inclusão digital nas escolas do campo e cidade	Cursos	10	10	10	10
Capacitar Profissionais da rede de ensino Municipal	Programa	14	14	14	14
Melhorar os índices Educacionais	Convênios	05	05	05	05
Formalizar convênios com Instituições de ensino superior	Programa	06	06	06	06
Implementar o trabalho de musicalização na educação infantil	Programa	02	02	02	02
Promover ações educativas da história e cultura africana, afrobrasileira e indígena	Programa	17	17	17	17
Promover ações de incentivo à leitura e produções literárias	Programa	17	17	17	17
Aprimorar o projeto de contação de histórias nas escolas e CMEIS	Programa	17	17	17	17
Ampliar ações para relação escola família	Oficinas	05	05	05	05
Promover oficinas de boas práticas na educação especial	Programa	01	01	01	01
Implantar a semana da arte e cultura no Município	Programa	17	17	17	17
Formar grupos de apoio e cuidado socioemocional nas escolas	Programa	02	02	02	02
Promover semana temática na área cultural, turismo, meio ambiente, saúde e assistência social	Aquisição	17	17	17	17
Adquirir mobiliários e equipamentos para escolas municipais	Convênios	10	10	10	10
Realizar convênios PDDE – MEC – FNDE	Cursos	03	03	03	03
Realizar capacitações com os Conselhos Escolares e Rede de Proteção	Aquisição	01	01	01	01
Adquirir veículo para projeto de contação de histórias	Projeto	01	01	01	01
Atualizar Plano de Carreira do Magistério	Programa	02	02	02	02
Reativar as Bandas e Fanfarras Musicais	Programa	17	17	17	17
Fortalecer Programa Saúde na Escola- PSE	Contratação	17	17	17	17
Contratar Profissionais: Fonoaudióloga, Psicopedagoga, nutricionista, psicóloga, assistente social	Parcerias	03	03	03	03
Apoiar os Polos de Ensino Superior à Distância	Projeto	17	17	17	17
Ampliar Projetos sobre a importância da cidadania e a participação política	Programa	14	14	14	14
Melhorar os índices de IDEB das escolas, fluência leitora, SAEP	Aquisição	18	18	18	18
Adquirir Linhas Telefônicas celulares	Aquisição	17	17	17	17
Adquirir equipamentos esportivos para a rede municipal de ensino	Aquisição	17	17	17	17
Manter os Kits de primeiros socorros para as escolas da rede municipal de ensino	Aquisição	17	17	17	17
Adquirir equipamentos de Vigilância e segurança para as Escolas da rede Municipal de Ensino	Projeto	01	01	01	01
Implantar casa de Arte e Cultura	Programa	10	10	10	10
Fomentar a área cultural por meio de projetos e ações culturais	Cursos	03	03	03	03
Criar e implantar programas de formação e capacitação na área cultural	Programa	Continuo	Continuo	Continuo	Continuo
Resgatar e apoiar as festas juninas, festas populares	Projeto	02	02	02	02
Realizar e apoiar eventos de arte valorizando o clima do Município	Audiências	02	02	02	02
Realizar audiências públicas das metas da educação e da cultura	Programas	07	07	07	07
Disponibilizar bolsas Estágio, supervisionar e avaliar estagiários	Programa	01	01	01	01
Adquirir Veículo para uso da Secretaria de Educação e Cultura	Projeto	01	01	01	01
Construir centros municipais de educação infantil - CMEIs	Projeto	02	02	02	02
Reformar e ampliar Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs	Projeto	04	04	04	04

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Objetivos Gerais:

A Secretaria tem como função básica, a abertura e conservação de vias públicas urbanas e rurais, a manutenção e conservação da limpeza pública de ruas, praças, e jardins, recolher e dar correto destino ao lixo domiciliar, através de varredura, poda, capina, e coleta de resíduos das vias públicas.

Promover a fiscalização e o recolhimento de entulhos. Administrar a rodoviária e os terminais rodoviários e outros equipamentos públicos, promover a conservação dos próprios públicos.

Administrar e conservar cemitérios e capelas. Acompanhar a elaboração de normas que disciplinem o uso do solo e o zoneamento. Manter em bom estado de conservação os veículos e máquinas do município. Atender os serviços de vigilância do patrimônio público.

Operacionalizar, ampliar e conservar o cemitério municipal; operacionalizar o serviço funerário; executar os serviços de iluminação pública; executar obras de saneamento básico, galerias de águas pluviais, pontes e dragagem de rios e córregos; em conjunto com a SANEPAR, apoiar a ampliação da rede de distribuição de água fiscalização. Operacionalizar a Iluminação Pública de todas as vias, em conjunto com a COPEL, apoiar a ampliação da rede de distribuição elétrica.

Objetivos Específicos:

1. Ampliar e qualificar a infraestrutura urbana

• Executar obras de pavimentação e recapeamento de vias públicas.

• Expandir e modernizar a iluminação pública, com foco na eficiência energética (LED).

• Realizar obras de drenagem e contenção de encostas para prevenção de alagamentos.

2. Melhorar os serviços públicos essenciais

• Ampliar a coleta de lixo e implantar programas de coleta seletiva e reciclagem.

• Garantir a manutenção contínua de praças, parques, cemitérios e espaços públicos.

• Reforçar a limpeza urbana com varrição, capina, pintura de guias e conservação de logradouros.

3. Promover o planejamento e o ordenamento urbano

• Atualizar o plano diretor e implementar políticas de uso e ocupação do solo.

• Fiscalizar e controlar edificações irregulares, promovendo regularização fundiária.

4. Fortalecer a infraestrutura dos bairros e comunidades

• Implantar melhorias em vias de acesso, calçamento, sinalização e mobilidade em áreas periféricas.

• Atender a demandas comunitárias por obras públicas via orçamento participativo.

5. Investir em obras públicas com sustentabilidade

• Utilizar materiais sustentáveis em obras e incentivar a captação e reuso de água nas edificações públicas.

• Desenvolver projetos de arborização urbana e infraestrutura verde.

6. Modernizar a gestão pública da secretaria

• Implantar sistemas informatizados de acompanhamento de obras e serviços.

• Ampliar a capacidade técnica da secretaria com capacitação contínua dos servidores e aquisição de equipamentos.

7. Melhorar a acessibilidade urbana

• Executar adequações de calçadas e espaços públicos com acessibilidade universal.

• Sinalizar e adaptar vias públicas para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Principais Metas

ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	2026	2027	2028	2029
Adquirir Caminhão basculante	Caminhão	03	03	03	03
Adquirir Retroescavadeira	Máquina	01	01	01	01
Pavimentar ruas no perímetro urbano	Km	05	05	05	05
Adquirir Rolo compactador Liso / PD	Máquina	01	01	01	01
Recuperar vias urbanas e passeios	Km	05	05	05	05
Abrir ruas no perímetro urbano	Km	02	02	02	02
Construir pontes molhadas de acesso as propriedades	Pontilhões	10	10	10	10
Construir bueiros visando melhor adequação da malha viária	Bueiro	150	150	150	150
Adquirir tubos para construção de bueiros	Tubos	3.000	3.000	3.000	3.000
Adquirir cascalho	M3	25.000	25.000	25.000	25.000
Adquirir pedregulho	M3	10.000	10.000	10.000	10.000
Manter passeios em ruas da cidade	M	7.000	7.000	7.000	7.000
Melhorar acessos as residências na área urbana e rural.	Km	180	180	180	180
Manter limpeza de galerias de águas pluviais, canaletas de captação de água	Metros Linear	4.000	4.000	4.000	4.000
Construir pontes de concreto em parceria com o DER/Governo do Estado	Pontes	02	02	02	02
Efetuar Calçamento de vias urbanas	Km	30	30	30	30
Adquirir postes para ampliação da Rede de Iluminação Publica	Postes	50	50	50	50
Ampliar Rede de Água em parceria Sanepar	Km	01	01	01	01
Manter os Cemitérios Municipais	Cemitério	08	08	08	08
Adquirir paralelepípedos para calçamento	M3	50.000	50.000	50.000	50.000
Urbanizar os acessos secundários BR-153 - perímetro urbano	Programa	05	05	05	05
Reformar e manutenção das dependências da Secretaria de Obras	Prédio	02	02	02	02
Adquirir veículo utilitário	Veículo	02	02	02	02
Construir, Reformar, e executar manutenção de Praças	Praças	04	04	04	04
Efetuar reformas nos prédios públicos	Reforma	15	15	15	15
Revitalizar área central Urbana	Programa	06	06	06	06
Adquirir Escavadeira Hidráulica	Máquina	01	01	01	01
Adquirir Bobcat	Máquina	01	01	01	01
Pavimentar com material asfáltico ruas urbanas	Obra	20	20	20	20
Reformar Prédio Público para locar Órgãos do Município	Obra	05	05	05	05
Construir área de lazer Parque Linear	Obra	1	1	1	1
Manter iluminação de Led em vias publica	Serviços	1.000	1.000	1.000	1.000
Manter convenio com DEPPEN	Convênio	40	40	40	40

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

Objetivos Gerais:

A Política Nacional de Assistência Social é orientada por princípios democráticos que visam garantir a priorização das necessidades sociais, a universalização dos direitos sociais, o respeito à dignidade e autonomia do cidadão, a igualdade de acesso ao atendimento e a ampla divulgação dos benefícios e serviços.

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e ou especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem.

- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em área urbana e rural.

- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária.

Objetivos Específicos:

1. Fortalecer a rede de proteção social básica e especial

• Ampliar e qualificar os atendimentos nos CRAS, CREAS, e outros equipamentos socioassistenciais.

• Garantir o atendimento integral a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social.

• Expandir os serviços de acolhimento institucional e familiar para crianças, adolescentes, idosos e pessoas em situação de rua.

2. Promover a inclusão e a cidadania de populações vulneráveis

• Desenvolver programas de capacitação profissional e inclusão produtiva para famílias de baixa renda.

• Incentivar a emissão de documentos civis e o acesso a direitos por meio de mutirões e ações itinerantes.

• Fomentar políticas públicas para mulheres, juventude, pessoas com deficiência, população LGBTQIA+ e povos tradicionais.

3. Ampliar o acesso a programas e benefícios socioassistenciais

• Aprimorar a gestão do Cadastro Único e ampliar o acesso ao Bolsa Família e demais benefícios.

• Promover campanhas de atualização cadastral e busca ativa de famílias em situação de pobreza extrema.

• Garantir a distribuição de cestas básicas, auxílios emergenciais e outros benefícios eventuais conforme critérios legais.

4. Desenvolver políticas habitacionais inclusivas e sustentáveis

• Elaborar ou atualizar o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social.

• Promover programas de construção, aquisição e regularização de moradias para famílias de baixa renda.

• Viabilizar parcerias com o setor público e privado para ampliar a oferta de habitação popular.

5. Reduzir o déficit habitacional e melhorar as condições de moradia

• Regularizar áreas urbanas ocupadas, promovendo a titulação e infraestrutura básica.

• Apoiar projetos de melhorias habitacionais e urbanização de assentamentos precários.

• Implantar ações preventivas em áreas de risco geotécnico e social.

6. Modernizar e integrar a gestão das políticas sociais e habitacionais

• Investir em sistemas de informação para monitoramento e avaliação de programas.

• Promover a formação continuada dos profissionais da rede socioassistencial e habitacional.

• Integrar ações com outras secretarias para fortalecer o atendimento intersetorial.

7. Fomentar a participação social na formulação de políticas públicas

• Apoiar os conselhos municipais (de assistência social, habitação, direitos da criança, etc.).

• Estimular a participação popular por meio de conferências, audiências públicas e orçamento participativo.

Principais Metas

Especificação dos Serviços e Programas.	**Unidade**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
Manter a Secretaria de Assistência Social	-	Continuo	Continuo	Continuo	Continuo
1.Serviços de Proteção Social Básica					
Manter os Serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF): Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças a partir dos 06 anos, adolescentes, jovens e idosos. Acompanhamento, atendimento e desenvolvimento de atividades para a Pessoa Idosa; Através do Programa Primeira Infância são feitos atendimentos focalizados às famílias de gestantes, lactantes, recém-nascidos e crianças até 03 anos.	Famílias referenciadas	2500	2500	2500	2500
Implantar e manter Programas Federais e Estaduais	Programas	10	10	10	10
Implantar e manter os Programas Municipais	Programas	5	5	5	5
Contratar Serviços Terceirizados	Física/ jurídica	50	50	50	50
Atender aos programas cujo público-alvo é Criança/ adolescentes	Criança/ adolescentes	800	800	800	800
Manter oficinas de panificação e implementar a de gastronomia local através da identificação da identidade local.	Programa de capacitação através de oficinas.	contínuo	contínuo	contínuo	contínuo
2. Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade					
Manter o programa/serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)	Programa/ serviço	Continuo	Continuo	Continuo	Continuo
Manter o programa/serviço de Enfrentamento das Diversas Modalidades de Violência, de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes através do Protocolo Municipal de Referência a Vítimas de Violência.	Programa/ serviço	Continuo	Continuo	Continuo	Continuo
Contratar serviços terceirizados	Física/ jurídica	50	50	50	50
Ampliação de Equipe Técnica para Média Complexidade	Física	04	04	04	04
Manter o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).	Suporte de atendimento/Famílias	50	50	50	50
3. Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade					
Manter o programa/serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (Casa Lar)	Programa/ serviço	Continuo	Continuo	Continuo	Continuo
Manter o programa/serviço de Acolhimento em Família Acolhedora	Programa/ serviço	Continuo	Continuo	Continuo	Continuo
Manter o Centro de Convivência para idosos	Idosos	Continuo	Continuo	Continuo	Continuo
Criar o Albergue Municipal	Albergue	01	01	01	01
Contratar serviços terceirizados	Física/ jurídica	20	20	20	20

Apoiar ações de inclusão para o mercado de trabalho da pessoa com deficiência e promoção de sua integração à vida comunitária.	Apoio	Continuo	Continuo	Continuo	Continuo
Manter ações de atendimento especializado á mulheres em situação de direitos violados.	Serviço/usuárias Unidade CREAS	50	50	50	50
4. Benefícios Socioassistenciais					
Encaminhar o Benefício de Prestação Continuada – BPC	PCD/Idosos	100	100	100	100
Manter os Benefícios Eventuais: Auxílio Funeral; Auxílio Natalidade; Auxílio Moradia através do aluguel social; Auxílio Alimentação/ Cesta básica; Distribuição de kits de verduras e frutas através do programa compra direta. Atendimento a situações de vulnerabilidade temporária, pagamento de tarifa de água e luz; Atendimento a situações de calamidade pública.	Famílias em situação de vulnerabilidades	2500	2500	2500	2500
Manter os Programas Socioassistenciais Projeto Aquece General	Famílias em situação de vulnerabilidades	Continuo	Continuo	Continuo	Continuo
Implementar o Projeto Bebê Carneirense	Famílias em situação de vulnerabilidades	Continuo	Continuo	Continuo	Continuo
5. Gestão do SUAS					
Manter a Secretaria Municipal de Assistência Social e equipamentos dessa política pública como Centro de Referência da Assistência Social - CRAS e Centro Referencia especializado de assistência social. CREAS	Secretaria/ CRAS e CREAS	Continuo	Continuo	Continuo	Continuo
Realizar Conferências Municipais e Campanhas de sensibilização	Eventos	20	20	20	20
Construir o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social)	Construção	01	01	01	01
Implantar serviço de vigilância socioassistencial	Programa/Serviço	01	01	01	01
Viabilizar capacitação continuada para os profissionais da Rede do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Através do plano de capacitação continuado.	Apoio Técnico	01	01	01	01
6. Rede Socioassistencial					
Viabilizar convênios	Convênios	03	03	03	03
7.Controle Social					
Manter o Conselho Municipal de Assistência Social	Conselho	Continuo	Continuo	Continuo	Continuo
Manter o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente	Conselho	Continuo	Continuo	Continuo	Continuo
Manter o Conselho Municipal da Pessoa Idosa	Conselho	Continuo	Continuo	Continuo	Continuo
Manter o Conselho Municipal da Pessoa Com Deficiência	Conselho	Continuo	Continuo	Continuo	Continuo
Manter o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher	Conselho	Continuo	Continuo	Continuo	Continuo
Manter o Conselho Municipal de Habitação	Conselho	Continuo	Continuo	Continuo	Continuo
Manter o Conselho Municipal da Juventude	Conselho	Continuo	Continuo	Continuo	Continuo
Manter o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional	Conselho	Continuo	Continuo	Continuo	Continuo
Manter as Conferências Municipais	Conselho	08	08	08	08
Manter o Conselho Tutelar	Conselho	Continuo	Continuo	Continuo	Continuo
Manter Conselhos Municipais/ Garantir o financiamento de até 3% de recursos fundo a fundo com destinação para o funcionamento adequado dos conselhos.	Conselho	Continuo	Continuo	Continuo	Continuo
Construir Sala para Funcionamento dos Conselhos	Projeto	01	01	01	01
8. Habitação					
Elaborar o Plano Municipal de Habitação Urbano e Rural/ Regularização Fundiária	Unidade	01	01	01	01
Adequar os Conjuntos Habitacionais no que se refere a documentação.	Programa/Serviço	03	03	03	03
Construção de novos conjuntos habitacionais e acompanhamento técnico social das famílias beneficiadas.	Unidade	02	02	02	02
9.Segurança Alimentar					
Formular e Implementar diretrizes para a política e ações na área da segurança alimentar e nutricional do município;	Programa/Serviço	01	01	01	01
Criar diretrizes orçamentárias para ações prioritárias da política de segurança alimentar e nutricional.	Programa/Serviço	01	01	01	01

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO e TRABALHO

Objetivos Gerais:

Apoiar a implantação de novas indústrias e estimular o desenvolvimento do comércio no Município, através do incremento de cadeias produtivas e da oferta de toda infraestrutura necessária para cada setor.

Desenvolver atividades que promovam o crescimento dos setores industriais e comerciais e de serviços. Integrar as associações comerciais e industriais na busca de alternativas para o desenvolvimento econômico. Acompanhar o desenvolvimento econômico do país, visando integrar nas políticas adotadas.

Desenvolver atividades que promovam o turismo local e programar política de turismo local com incentivo a ações de desenvolvimento para o setor e promover a divulgação de eventos realizados de potencial turístico. Apoiar e incentivas a implantação de novos segmentos turísticos.

Objetivos Específicos:

1. Fomentar o empreendedorismo e os pequenos negócios

• Implantar e fortalecer programas de apoio técnico e financeiro a micro e pequenas empresas.

• Estimular a formalização de empreendedores por meio do MEI (Microempreendedor Individual).

• Implantar centros de apoio ao empreendedor com serviços integrados (Sala do Empreendedor, Sebrae Aqui etc.).

2. Ampliar a qualificação profissional da população

• Promover cursos de capacitação, requalificação e formação técnica voltados às demandas do mercado de trabalho local.

• Firmar parcerias com instituições como SENAI, SENAC, IFs e universidades para ampliar a oferta de formação.

• Incentivar programas de aprendizagem e estágios para jovens e pessoas em situação de vulnerabilidade.

3. Estimular a geração de empregos e renda

• Atrair novos empreendimentos por meio de incentivos fiscais, acesso a infraestrutura e desburocratização de processos.

• Criar ou ampliar programas de intermediação de mão de obra e apoio ao trabalhador desempregado.

• Apoiar iniciativas de economia solidária, cooperativas e redes de produção local.

4. Desenvolver políticas de desenvolvimento territorial e setorial

• Elaborar planos estratégicos para o desenvolvimento de setores-chave da economia local (turismo, indústria, agricultura, tecnologia etc.).

• Apoiar a revitalização de áreas comerciais e industriais.

• Promover feiras, eventos e rodadas de negócios para ampliar o comércio e os investimentos.

5. Modernizar a gestão pública da Secretaria

• Implantar sistemas de informação e inteligência de dados para apoiar o desenvolvimento econômico.

• Integrar políticas de trabalho e renda com outras áreas (educação, assistência social, planejamento).

• Capacitar servidores e equipes técnicas para atuação estratégica com foco em resultados.

6. Fortalecer a governança e a participação social

• Estimular a atuação dos conselhos e fóruns de desenvolvimento econômico e trabalho.

• Garantir espaços de diálogo com sindicatos, setor produtivo e sociedade civil organizada.

• Promover políticas inclusivas com foco em diversidade, equidade e desenvolvimento sustentável.

Principais Metas:

Especificação	Unidade	2026	2027	2028	2029
Incentivar Microempreendedores do Município	Programa	4	4	4	4
Implantar Programa municipal de microcrédito	Programa	4	4	4	4
Estimular construção de barracão industrial	Prédio	4	4	4	4
Desenvolver parcerias com empresários locais	Programa	8	8	8	8
Adquirir Terrenos para nova área industrial	Imóvel	10	10	10	10
Incentivar empresas (programas) que queiram se instalar no Município	Programa	30	30	30	30
Adquirir veículo	Veículo	1	1	1	1
Planejar Cessão de uso dos Barracões Industriais	Programa	20	20	20	20
Planejar Cessão de Uso de Terrenos	Plano	10	10	10	10
Planejar Cessão de Uso de Infraestrutura em energia elétrica	Plano	10	10	10	10
Capacitar empresários e Comerciantes	Cursos	40	40	40	40
Implantar Visitas técnicas a feiras e exposições industriais	Eventos	20	20	20	20
Realizar Rodadas de Negócios entre Empresas Locais e Regionais	Palestras	2	2	2	2
Promover qualificação técnica conforme demandas.	Cursos	30	30	30	30
Criar parcerias com empresas para oferecer vagas e estágios para jovens	Programa	1	1	1	1
Implantar parcerias com instituições de ensino para programas de estágio	Parceria	1	1	1	1
Fortalecer a Feira da Lua como política pública permanente.	Projeto	1	1	1	1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Objetivos Gerais:

Planejar, organizar, executar e controlar a Política de Saúde Pública Municipal.

Promover o levantamento dos problemas de saúde da população, a fim de identificar as causas e combater as doenças. Integrar-se com órgãos de saúde de outras esferas do governo, visando o atendimento médico social e a defesa sanitária do município, gerenciar os recursos provenientes do sistema único de saúde (SUS).

Promover a assistência médica e odontológica à rede escolar e a população em geral, coordenar campanhas preventivas, vacinações e controle sobre surtos epidêmicos. Desenvolver ações de saúde pública e elevar os níveis de atendimento à população do Município, de forma a reduzir os custos sociais resultantes da falta de prevenção.

Proporcionar atendimento médico básico e especializado a toda população; atendimento médico ambulatorial e hospitalar; executar programas preventivos de saúde materno/infantil, de higiene bucal e de combate ao uso de drogas; realizar exames laboratoriais; distribuir medicamentos a pessoas carentes;

Executar campanhas de vacinação; desenvolver ações para combate e prevenção de doenças, de infecções respiratórias e de doenças previsíveis por imunização; e programar ações de vigilância sanitária.

Objetivos Específicos:

1. Ampliar o acesso e a qualidade da Atenção Primária à Saúde (APS)

• Expandir a cobertura da Estratégia Saúde da Família (ESF) e das equipes de saúde bucal.

• Melhorar a estrutura física e os recursos das Unidades Básicas de Saúde (UBSs).

• Ampliar ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e vigilância em saúde.

2. Aprimorar os serviços de média e alta complexidade

• Garantir a oferta de exames especializados, consultas com especialistas e procedimentos cirúrgicos.

• Reduzir filas de espera por meio de mutirões e regulação eficiente.

• Qualificar os serviços de urgência e emergência, com foco no SAMU, e pronto-atendimento.

3. Fortalecer a Vigilância em Saúde

• Ampliar a cobertura vacinal e ações de imunização.

• Monitorar e controlar doenças transmissíveis (como dengue, Covid-19, tuberculose e HIV).

• Intensificar a vigilância sanitária e ambiental com foco em segurança alimentar, água potável e controle de vetores.

4. Valorizar os profissionais de saúde

• Oferecer formação continuada, apoio técnico e melhores condições de trabalho para as equipes de saúde.

• Garantir o cumprimento do piso salarial nacional das categorias regulamentadas.

• Implementar estratégias para atração e fixação de profissionais em áreas de difícil acesso.

5. Melhorar a gestão e a eficiência do sistema municipal de saúde

• Implantar e modernizar sistemas de informação e prontuário eletrônico em todas as unidades.

• Fortalecer a regulação, o controle e a avaliação dos serviços prestados.

• Otimizar a gestão de recursos financeiros, humanos e logísticos da saúde municipal.

6. Ampliar o acesso a medicamentos e insumos

• Garantir o abastecimento regular da farmácia básica e dos medicamentos de uso contínuo.

• Fortalecer a assistência farmacêutica com orientação à população sobre o uso racional de medicamentos.

7. Promover a equidade e o cuidado humanizado

• Desenvolver políticas específicas para saúde da mulher, da criança, da pessoa idosa, da população negra, indígena e LGBTQIA+.

• Oferecer cuidados integrais em saúde mental e reabilitação psicossocial.

• Fomentar ações de acolhimento e escuta ativa em todos os níveis de atenção.

Principais Metas:

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	2026	2027	2028	2029
Reduzir taxa de mortalidade infantil	Índices	100%	100%	100%	100%
Manter Proporção de óbitos infantis e fetais investigados	Índices	100%	100%	100%	100%
Reduzir e monitorar crianças abaixo do peso menores de 5 anos	Índices	100%	100%	100%	100%
Reduzir o número de casos de sífilis em menores de 1 ano de idade	Índices	100%	100%	100%	100%
Manter Programas de Vacinação	Programa	7	7	7	7
Acompanhar Número de casos novos de AIDS em menores de 5 anos	Programa	1	1	1	1
Acompanhar, avaliar, reduzir e curar casos de Hanseníase;	Programa	1	1	1	1
Acompanhar Proporção de parto normal no SUS e na saúde suplementar	Programa	1	1	1	1
Acompanhar Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias de 10 a 19 anos	Programa	1	1	1	1
Levantar Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Programa	1	1	1	1
Realizar visita domiciliar ao recém-nascido pela equipe ESF	Programa	1	1	1	1
Realizar puericultura mensal em crianças menores de 1 ano de idade	Programa	1	1	1	1
Realizar puericultura anual em crianças entre 2 e 5 anos	Programa	1	1	1	1
Cadastrar Gestantes no primeiro trimestre	Programa	1	1	1	1
Manter Proporção de nascidos vivos de mães com 7 consultas ou mais durante o pré-natal	Índices	100%	100%	100%	100%
Ofertar atendimento em saúde bucal para Gestantes	Programa	1	1	1	1
Manter Vacinação de gestantes contra tétano, hepatite B e H1N1, DTPA	Programa	1	1	1	1
Realizar testes rápidos para gestantes (HIV, Hepatite B e Sífilis)	Programa	1	1	1	1
Manter Consulta puerperal – 1 por gestantes	Programa	1	1	1	1
Referenciar gestantes de alto risco para consulta de alto risco (CISVALI)	Programa	1	1	1	1
Implantar a linha de cuidado dos idosos na Atenção Primária à Saúde	Programa	1	1	1	1
Implantar a linha de cuidado dos hipertensos na Atenção Primária à Saúde	Programa	1	1	1	1
Implantar a linha de cuidado dos diabéticos na Atenção Primária à Saúde	Programa	1	1	1	1
Manter Razão de exame cito patológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária	Índices	100%	100%	100%	100%
Realizar evento anual amplo de promoção à saúde da mulher e a saúde do homem e campanha de conscientização contra o suicídio – setembro Amarelo, outubro ROSA e novembro AZUL	Eventos	7	7	7	7
Manter Razão de exames demamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos e a população da mesma faixa Etária	Índices	100%	100%	100%	100%
Manter tratamento dasmulherescom diagnóstico de lesões intraepiteliais de alto grau do colo do útero	Programa	1	1	1	1
Manter Cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica;	Programa	1	1	1	1

Manter Cobertura do acompanhamento das condicionalidades de saúde do programa bolsa família;	Programa	1	1	1	1
Prosseguir com Cobertura populacional estimada pelas equipes básicas de saúde bucal	Programa	1	1	1	1
Manter nas Escolas municipais ações coletivas de flúor semanal supervisionada	Programa	1	1	1	1
Desenvolver Ações do Programa Saúde na Escola conforme pactuado;	Programa	1	1	1	1
Manter Consultas médicas de demanda agendada;	Programa	1	1	1	1
Manter Consultas médicas de demanda imediata;	Programa	1	1	1	1
Capacitar todos os Agentes Comunitários de Saúde;	Cursos	15	15	15	15
Proporcionar Primeira consulta odontológica programada;	Programa	1	1	1	1
Proporção de exodontia	Programa	1	1	1	1
Incentivar a participação da população em eventos de educação em saúde	Programa	1	1	1	1
Cadastrar usuários Diabéticos	Programa	1	1	1	1
Disponibilizar Exame de glicemia por diabético por ano	Programa	1	1	1	1
Qualificar os profissionais da saúde para atenção à saúde do homem	Cursos	15	15	15	15
Proporcionar vacinação em idosos	Programa	1	1	1	1
Disponibilizar o auxílio de fraldas geriátricas, complementos alimentares e dietas por sonda (quando necessários)	Programa	1	1	1	1
Realizar visitas domiciliares aos idosos acamados pelos ACS, médicos, enfermeiros e demaisprofissionaisque se façam necessários	Programa	1	1	1	1
Realizar coleta de exame laboratorial no domicílio para pacientes acamados.	Programa	1	1	1	1
Proporcionar internamento psiquiátrico via central de leitos, sempre que necessário;	Programa	1	1	1	1
Fornecer medicamentos psicotrópicos conforme portaria n° 344/1998, mediante receita médica;	Programa	1	1	1	1
Implantar a linha de cuidado em Saúde Mental na Atenção Primária à Saúde	Programa	1	1	1	1
Implantar Equipe Multiprofissional em Saúde Mental	Programa	1	1	1	1
Contratar Dentista para adequar o Programa de Saúde Bucal	Concurso / PSS/ Credenciamento	2	2	2	2
Contratar Educador Físico para reativar o Programa Academia da Saúde					
Contratar Fisioterapeuta		2	2	2	2
Contratar Nutricionista para o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional					
Contratar Médico Psiquiatra		2	2	2	2
Contratar Médico Generalista (Clínico Geral)		4	4	4	4
Contratar Médico Ginecologista		1	1	1	1
Contratar Profissional e/ou Serviços de Terapia Ocupacional e Fonoaudiologia, para atender à crescente demanda de Transtornos do Espectro Autista – TEA		2	2	2	2
Contratar Farmacêutico para atender a demanda do bairro São João;	Concurso	1	1	1	1
Atender aos usuários de álcool e outras drogas	Programa	1	1	1	1
Capacitar os profissionais para a sensibilização quanto a importância das notificações	Cursos	15	15	15	15
Fortalecer as ações de investigação dos agravos à saúde do trabalhador	Programa	1	1	1	1
Notificar todos os tipos de violência	Programa	1	1	1	1
Capacitar os profissionais que atuam na vigilância sanitária, ambiental e saúde do trabalhado	Cursos	15	15	15	15
Elaborar o diagnóstico de situação da saúde do trabalhador	Programa	1	1	1	1
Investigar acidentes de trabalho graves e fatais	Programa	1	1	1	1
Realizar inspeções em postos de combustível que são as empresas de risco para o Benzeno em nosso município	Programa	1	1	1	1
Aprimorar Ações conjuntas com profissionais de outros setores (técnicos em segurança do trabalho)	Programa	1	1	1	1
Reduzir o índice de infestação do Aedes Aegypti	Índices	100%	100%	100%	100%
Qualificar o registro das ações de controle sanitário no Sistema Estadual de Informação em Vigilância Sanitária, bem como executar as ações de vigilância sanitária;	Programa	1	1	1	1
Desenvolver ações de controle sanitário com foco no risco;	Programa	1	1	1	1
Proporcionar análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	Programa	1	1	1	1
Elaborar Controle da dengue	Programa	1	1	1	1
Promover fatores de proteção, prevenção e controle dos fatores de risco para as doenças crônicas não transmissíveis	Programa	1	1	1	1
Manter Contrato com o Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Iguaçu - CISVALI e aumentar algumas especialidades através do Consórcio (psiquiatria, ortopedia, cardiologia, neurologia, nefrologia, reumatologia, oncologia, hematologia, outros)	Convênios	5	5	5	5
Manter oferta de exames laboratoriais	Programa	1	1	1	1
Divulgar, através de folders, mídias e panfletos as campanhas de saúde;	Divulgação	20	20	20	20
Promover capacitação aos profissionais, referente ao atendimento de urgências;	Cursos	15	15	15	15
Manter a oferta de serviços nas Unidades Básicas de Saúde	Serviços	1	1	1	1
Manter atualizada as licitações de medicamentos, de acordo com a REMUME, REREME e RENAME	Serviços	1	1	1	1
Manter os sistemas atualizados	Serviços	1	1	1	1
Adquirir equipamentos de informática	Aquisição	50	50	50	50
Participar nos Programas Bolsa Família,	Programa	1	1	1	1
Capacitar equipe para utilização do sistema	Cursos	15	15	15	15
Inserir progressivamente a população dos grupos prioritários nas atividades físicas realizadas;	Programa	1	1	1	1
Elaborar Programação Anual de Saúde	Programa	1	1	1	1
Elaborar Relatório Anual de Gestão	Programa	1	1	1	1
Promover capacitação de planejamento e gestão para a equipe responsável pelo planejamento;	Cursos	15	15	15	15
Organizar evento de avaliação e acompanhamento de indicadores gerais de saúde, epidemiológicos e de gestão.	Eventos	7	7	7	7
Participar nos eventos referente à descentralização e regionalização	Eventos	7	7	7	7
Cadastrar os Conselheiros de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselheiros de Saúde – SIACS;	Programa	1	1	1	1
Disponibilizar uma sala com equipamentos necessários para as reuniões do Conselho de Saúde.	Aquisição	10	10	10	10
Realizar evento de capacitação geral para as equipes de saúde	Treinamentos	15	15	15	15
Coletar quadrimestralmente, informações e dados da saúde, divulgando o resultado ao Conselho Municipal de Saúde e equipes pertinentes	Programa	1	1	1	1
Construir Clínica de Fisioterapia;	Projeto	1	1	1	1
Reformar UBS do bairro São João	Projeto	1	1	1	1
Reformar UBS do bairro Monte Castelo;	Projeto	1	1	1	1
Construir, Ampliar e Reformar na UBS do bairro Planalto	Projeto	1	1	1	1
Reformar prédio Vigilância Sanitária / Santos Anjos	Projeto	1	1	1	1
Reativar ESF das localidades do interior do município	Projeto	1	1	1	1
Reativar o Programa Academia de Saúde	Projeto	1	1	1	1
Construir e Ampliar o Pronto Atendimento	Projeto	1	1	1	1
Manter e Reformar Base SAMU	Projeto	1	1	1	1
Reformar e Ampliar a Central de Abastecimento Farmacêutico / Farmácia	Projeto	1	1	1	1
Adquirir veículos para Transporte Sanitário	Aquisição	7	7	7	7
Acompanhar e monitorar os casos pós - COVID-19	Programa	1	1	1	1

Manter transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio	Programa	1	1	1	1
Manter convênios e/ou contratos para prestação de serviços de referência para hospedagem de usuários em tratamento fora de domicílio - TFD	Convenio	20	20	20	20
Manutenção do SAMU - 192 - Serviço em funcionamento	Programa	1	1	1	1
Manutenção e continuidade dos Serviços ofertados no Pronto Atendimento Municipal de Urgência/Emergência	Programa	1	1	1	1
Encaminhar/Transferências de urgência pré-hospitalar com remoção de pacientes com necessidade de UTI Móvel e/ou ambulância tipo 1	Serviços	Continuo	Continuo	Continuo	Continuo
Transferência de pacientes com quadro de maior complexidade, para outros centros referência em saúde através da Central de Leitos	Serviços	Continuo	Continuo	Continuo	Continuo
Continuidade nos atendimentos na Clínica de Fisioterapia Municipal e manutenção dos serviços.	Programa	Continuo	Continuo	Continuo	Continuo
Monitorar as ações realizadas nos indicadores do Previne Brasil e PROVIGIA	Programa	Continuo	Continuo	Continuo	Continuo
Promover e desenvolver ações do Programa Saúde na Escola - PSE	Programa	Continuo	Continuo	Continuo	Continuo
Promover as atividades essenciais da secretaria	Serviços	Continuo	Continuo	Continuo	Continuo
Prover serviços complementares necessários e Abertura de um Hospital de Pequeno Porte	Serviços	Continuo	Continuo	Continuo	Continuo
Manter o programa de dispensação fraldas geriátricas, fórmulas infantis, alimentação enteral, órtese e prótese, conforme protocolo municipal	Programa	Continuo	Continuo	Continuo	Continuo
Realizar Concurso Público, Processo Seletivo Simplificado	Concurso	02	02	02	02

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AGRONEGOCIO.

Objetivo Geral:

Promover o desenvolvimento sustentável da agricultura, pecuária e agronegócio, por meio de políticas públicas que estimulem a produção, a inovação tecnológica, a segurança alimentar e a geração de renda no campo.

Objetivos Específicos:

• **Fomentar a produção agropecuária sustentável**

• Estimular práticas de agricultura de baixo impacto ambiental.

• Incentivar a diversificação da produção rural.

• **Apoiar o pequeno e médio produtor rural**

• Expandir o acesso a crédito rural e assistência técnica.

• Fortalecer associações e cooperativas rurais.

• **Promover a inovação e a tecnologia no campo**

• Incentivar a adoção de tecnologias digitais na agricultura.

• Estabelecer parcerias com instituições de pesquisa e extensão rural.

• **Expandir o acesso a mercados e cadeias de valor**

• Apoiar a certificação de produtos agropecuários.

• Fortalecer programas de compras públicas da agricultura familiar.

• **Garantir a segurança alimentar e nutricional**

• Ampliar programas de apoio à produção de alimentos básicos.

• Apoiar hortas comunitárias e agricultura urbana.

Principais Metas

Especificação	Unidade	2026	2027	2028	2029
Viabilizar transporte de calcário até as propriedades rurais	Transporte	60.000	60.000	60.000	60.000
Buscar incentivo para construção de reservatórios hídricos para irrigação nas propriedades agrícolas	Programas	05	05	05	05
Buscar convênio com Associações para capacitação de produtores rurais	Convênios	04	04	04	04
Buscar convênio com Associação dos Pecuaristas locais e regionais (APGCR) para apoiar realizações de leilões	Convênios	10	10	10	10
Manutenção do SIM/POA Serviço de Inspeção Municipal	Serviços	01	01	01	01
Implantar novos selos para comercialização de produtos – SIM SUSAF SISB	Serviços	20	20	20	20
Promover encontros em palestras, seminários e cursos educativos direcionados a capacitação dos agricultores	Cursos	30	30	30	30
Incentivar o ensino profissionalizante com cursos em técnicos agrícolas em parceria com outros municípios.	Cursos	30	30	30	30
Viabilizar a participação dos agricultores no Projeto de Hortifruticultura do Sul e Centro Sul do Estado do Paraná	Projetos	06	06	06	06
Construir de Barracão para armazenagem de calcário, fertilizantes e demais insumos agrícolas e construção de garagem para proteção de máquinas agrícolas	Barracões	01	01	01	01
Apoiar a implantação de hortas comunitárias	Programas	08	08	08	08
Buscar aquisição de implementos agrícolas	Aquisição	43	43	43	43
Efetuar Convênio com as Associações de Produtores Rurais para utilização dos tratores e equipamentos agrícolas.	Convênios	10	10	10	10
Apoiar a feira livre municipal de alimentos orgânicos e demais produtos alimentícios produzidos na área rural do município	Programas	07	07	07	07
Viabilizar programas de apoio a implantação de agroindústrias	Programas	06	06	06	06
Participar e buscar manter parcerias com Consórcios	Consórcio	04	04	04	04
Implantar poços artesianos nas localidades do interior	Projetos	08	08	08	08
Desenvolver programas de apoio para melhoria para produtores rurais	Programa	03	03	03	03
Apoiar em eventos educativos e festas tradicionais	Eventos	25	25	25	25
Apoiar a implantação de hortas domiciliares de olericultura.	Programas	55	55	55	55
Implantar programa de incentivo para formação pastagens de qualidade no município	Programa	08	08	08	08
Construir a “Casa do Mel” - Associação dos Apicultores	Projeto	01	01	01	01
Efetuar as manutenções dos veículos, máquinas, implementos.	Veículos	20	20	20	20
Incentivar projetos especiais como piscicultura, fruticultura, avicultura, ovinocultura e suinocultura e olericultura.	Projetos	12	12	12	12
Apoiar a implantação de uma miniusina de pasteurização	Programas	02	02	02	02
Efetuar convênio com Cooperativas	Convênios	08	08	08	08
Efetuar convênio com a EMATER, INCRA, SENAR, SEBRAE e demais entidades	Convênios	10	10	10	10
Apoiar os agricultores com terraplanagem, pedra brita e areia para construção de barracões, estrebarias no meio rural.	Programas	60	60	60	60
Buscar a aquisição de veículos	Veículos	7	7	7	7
Buscar a aquisição de mudas e sementes	Programas	200.000	200.000	200.000	200.000
Implantar o Plano de Arborização	Projetos	10.000	10.000	10.000	10.000
Apoio à agricultura ecológica	Projeto	10	10	10	10
Apoio ao programa Bovinocultura de Leite - Programa de Inseminação Artificial, fornecimento de nitrogênio líquido, sementes de pastagens e milho	Programa	10	10	10	10
Apoiar o sindicato dos trabalhadores rurais	Incentivo	01	01	01	01
Firmar convênio com a SEAB e ADAPAR.	Convênio	14	14	14	14
Apoiar as associações de agricultores municipais	Projetos	12	12	12	12
Buscar a aquisição de kit para palestras	Equip.	12	12	12	12
Promover a implantação do programa de ampliação a área para agricultura mecanizada.	Programa	10	10	10	10
Incentivar a construção de coletor (fossa) de dejetos de animais	Programas	60	60	60	60
Buscar a aquisição de ordenhadeiras e resfriadores	Equip.	60	60	60	60
Promover Análise de solo e correção de acidez com objetivo de aumento da fertilidade dos solos	Projetos	400	400	400	400
Implantar Unidade de Recebimento e Distribuição de Alimentos Programa PAA	Programas	01	01	01	01
Contratar Engenheiro Agrônomo	Concurso	01	01	01	01
Buscar a aquisição de ponto de coleta de leite com tanque resfriado fazendo coleta seletiva dos produtores rurais.	Tanque	03	03	03	03
Construir barracão para as máquinas e implementos agrícolas	Obra	01	01	01	01
Buscar convênios com associações para viabilizar a construção de agroindústrias	Projetos	05	05	05	05
Estabelecer apoio e incentivo a implantação de silos	Projeto	03	03	03	03
Apoiar a realização de eventos (reunião, seminários, excursões, dia de campo)	Programa	05	05	05	05
Implantar programa de incentivo fiscal aos comerciantes indústria e comércio	Projeto	03	03	03	03
Contratar operadores de máquinas e motoristas	concurso	04	04	04	04
Apoiar os produtores rurais nas proteções das nascentes	Projetos	50	50	50	50
Manter e destinar recursos para o C.M.D.R. (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural) e COMDEMA (Conselho Municipal de Meio Ambiente).	Programas	40	40	40	40

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE.

Objetivo Geral:

Promover a preservação, conservação e recuperação do meio ambiente, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais, o controle da poluição e a melhoria da qualidade de vida da população.

Objetivos Específicos:

• **Fortalecer a gestão ambiental e o ordenamento territorial**

• Aperfeiçoar instrumentos de licenciamento e fiscalização ambiental.

• Ampliar o monitoramento de áreas protegidas e zonas de risco.

• **Promover a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais**

• Implementar ações de proteção de unidades de conservação.

• Incentivar programas de reflorestamento e recuperação de nascentes.

• **Reduzir os impactos ambientais urbanos e industriais**

• Controlar emissões atmosféricas, ruído e poluição hídrica.

• Promover a gestão adequada de resíduos sólidos e efluentes.

• **Incentivar a educação ambiental e a participação social**

• Desenvolver programas educativos nas escolas e comunidades.

• Estimular a atuação dos conselhos e fóruns ambientais.

• **Combater as mudanças climáticas e promover a sustentabilidade**

• Estabelecer planos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

• Incentivar o uso de energias renováveis e práticas sustentáveis.

Principais Metas

Especificação	Unidade	2026	2027	2028	2029
Adquirir caminhão com maior capacidade de volume para coleta de lixo	Equip.	04	04	04	04
Adquirir caçamba para entulhos.	Equip.	02	02	02	02

Auxiliar na criação de parques de preservação ecológica permanente	Aquisição	04	04	04	04
Reduzir o descarte irregular de resíduos em áreas públicas	Programas	02	02	02	02
Implantar ecopontos de descarte correto de resíduos	Projeto	10	10	10	10
Ampliar a arborização urbana	Programa	02	02	02	02
Aumentar o número de fiscalizações ambientais	Programa	02	02	02	02
Reflorestar áreas degradadas com espécies nativas	Programa	02	02	02	02
Ampliar a coleta seletiva nos bairros	Programa	10	10	10	10
Manter e fiscalizar as Unidades de Conservação Existentes no Município	Manutenção	Continuo	Continuo	Continuo	Continuo
Construir barracão para triagem de material reciclável	Projeto	04	04	04	04
Promover o Plano de Manejo das Unidades de Conservação existentes	Programa	07	07	07	07
Firmar convênio com o IAP para viabilizar licença ambiental.	Convênios	03	03	03	03
Buscar a aquisição de uma área para implantação de Horto Florestal.	Aquisição	01	01	01	01
Efetuar manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Manutenção	03	03	03	03
Adquirir equipamentos de informática	Equip.	05	05	05	05
Adquirir equipamentos de fiscalização nos parques do município	drones	02	02	02	02
Adquirir Veículos para fiscalização nas Unidades de Conservação	Aquisição	03	03	03	03
Adquirir Equipamentos para a Usina de Reciclagem e Compostagem.	Equip.	07	07	07	07
Realizar campanhas Educativas e de conscientização	Campanhas	15	15	15	15
Promover a criação do Fundo Municipal de Proteção ao Meio Ambiente	Programa	01	01	01	01
Auxiliar pequenos produtores na viabilização de projetos ambientais	Auxílios	05	05	05	05
Firmar parcerias com ONGS para projetos de preservação ambiental	Projetos	01	01	01	01
Implantar programa de Revitalização dos Rios do Município	Programa	04	04	04	04
Incrementar ICMS ecológico, visando melhorar a arrecadação municipal	Programa	05	05	05	05
Implantar plano municipal de gerenciamento de resíduos sólidos	Plano	01	01	01	01
Adquirir novas lixeiras para o perímetro urbano e escolas do perímetro rural.	Aquisição	80	80	80	80

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:EBC139EA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 386/2025

SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar.

Art. 1º - Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1.964, bem como com a aplicação do Artigo 8º, §2º inciso I e II da Lei Orçamentária Anual – Lei nº 2.042/2024 fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 402.000,00 (quatrocentos e dois mil reais) nos valores e discriminações abaixo:

Desp.	Fonte	Funcional Programática	Descrição	Elemento	Valor
253	000	04.002.08.122.0015.2.068	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FMAS	3.3.90.14	R$ 2.000,00
25	000	02.002.04.122.0003.2.042	MANUT. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.3.90.30	R$ 10.000,00
55	000	02.004.12.361.0016.2.015	MANUTENÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL	3.1.90.13	R$ 26.000,00
62	000	02.004.12.361.0016.2.016	VALORIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	3.1.90.13	R$ 80.000,00
69	000	02.004.12.365.0016.2.018	VALORIZAÇÃO DO ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	3.1.90.11	R$ 72.000,00
70	000	02.004.12.365.0016.2.018	VALORIZAÇÃO DO ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	3.1.90.13	R$ 25.000,00
82	000	02.004.12.365.0016.2.021	VALORIZ. E DESENV. ENSINO DA EDUCAÇÃO DO ENSINO PRÉ ESCOLAR	3.1.90.13	R$ 30.000,00
85	000	02.004.12.361.0016.2.044	MANUT. SERV. ADMINISTRATIVOS DA EDUCAÇÃO	3.1.90.11	R$ 32.000,00
86	000	02.004.12.361.0016.2.044	MANUT. SERV. ADMINISTRATIVOS DA EDUCAÇÃO	3.1.90.13	R$ 8.000,00
89	000	02.004.12.361.0016.2.044	MANUT. SERV. ADMINISTRATIVOS DA EDUCAÇÃO	3.3.90.30	R$ 5.000,00
209	1051	03.002.10.301.0024.2.035	MANUT. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	3.1.90.11	R$ 112.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à abertura dos créditos suplementares de que trata este Decreto correrão à conta de: excesso de arrecadação apurado na fonte de recursos 1051 – Agente Comunitário de Saúde e de Combate a Endemias, e deduções parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Desp.	Fonte	Funcional Programática	Descrição	Elemento	Valor
11	000	02.001.04.124.0004.2.003	MANUTENÇÃO UNIDADE DE CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA	3.3.90.14	R$ 2.000,00
30	000	02.002.04.122.0003.2.042	MANUT. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.3.90.40	R$ 2.000,00
46	000	02.004.12.361.0016.1.005	CONSTR. ESCOLA MONTEIRO LOBATO	4.4.90.51	R$ 10.000,00
237	000	03.003.10.302.0024.2.041	MANUT. CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE	3.3.71.70	R$ 276.000,00

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações necessárias no Plano Plurianual – PPA 2022–2025, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA vigente, a fim de viabilizar a inclusão das suplementações previstas no art. 1º deste Decreto.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro – Paraná, 17 de dezembro de 2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:03C70FAF

GABINETE DO PREFEITO
RELATÓRIO DE REQUERIMENTO DE DIÁRIAS EMITIDAS EM NOVEMBRO/2025 – Nº 011/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO						
Nome do servidor:	Joel Ricardo Martins Ferreira	Diária c/s pernoite:	Com	**X**	Sem	
Destino da viagem:	Curitiba- PR	Valor da diária:	R$ 945,60			
Data da viagem:	04/11/2025	Data do retorno:	05/11/2025			
Motivo da viagem:	Ir à SESA e a Assembléia Legislativa do Paraná.					
Nome do servidor:	Joel Ricardo Martins Ferreira	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	**X**
Destino da viagem:	Belém- PA	Valor da diária:	R$ 1.260,80			
Data da viagem:	10/11/2025	Data do retorno:	13/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar da COP30.					
Nome do servidor:	Jeferson Costa	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	**X**
Destino da viagem:	Belém- PA	Valor da diária:	R$ 788,00			
Data da viagem:	10/11/2025	Data do retorno:	13/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar da COP30.					
Nome do servidor:	João Vitor Rodrigues	Diária c/s pernoite:	Com	**X**	Sem	
Destino da viagem:	Barracão- PR	Valor da diária:	R$ 1.379,00			
Data da viagem:	10/11/2025	Data do retorno:	13/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar do 5º Encontro de Fiscais e Auditores de ITR.					
Nome do servidor:	Alan Diogo Rublowski	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	**X**
Destino da viagem:	Barracão- PR	Valor da diária:	R$ 422,80			
Data da viagem:	10/11/2025	Data do retorno:	13/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar do 5º Encontro de Fiscais e Auditores de ITR.					
Nome do servidor:	Anderson José Gelaski	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	**X**
Destino da viagem:	União da Vitória- PR	Valor da diária:	R$ 197,00			
Data da viagem:	10/11/2025	Data do retorno:	10/11/2025			
Motivo da viagem:	Realizar transporte de pessoas para realizar perícia médica.					
Nome do servidor:	Anderson José Gelaski	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	**X**
Destino da viagem:	União da Vitória- PR	Valor da diária:	R$ 197,00			
Data da viagem:	25/11/2025	Data do retorno:	25/11/2025			
Motivo da viagem:	Realizar transporte de pessoas a fim da realização de perícia médica, devido à alta					
demanda de transportes.						
Nome do servidor:	Joel Ricardo Martins Ferreira	Diária c/s pernoite:	Com	**X**	Sem	
Destino da viagem:	Curitiba- PR	Valor da diária:	R$ 1.576,00			
Data da viagem:	30/11/2025	Data do retorno:	02/12/2025			
Motivo da viagem:	Ir a Assembléia Legislativa do Paraná, SESA e SEDU.					
Valor total das diárias da secretaria do mês:		**R$ 6.766,20**				
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						
Nome do servidor:	Leandro Zucchi	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	**X**
Destino da viagem:	Ponta Grossa- PR	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	02/11/2025	Data do retorno:	02/11/2025			
Motivo da viagem:	Acompanhar usuários em visita a penitenciária.					
Nome do servidor:	Ari Hoffer Rodrigues	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	**X**
Destino da viagem:	Irati- PR	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	03/11/2025	Data do retorno:	03/11/2025			
Motivo da viagem:	Acompanhar usuários em perícia médica.					
Nome do servidor:	Leandro Zucchi	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	**X**
Destino da viagem:	Curitiba- PR	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	04/11/2025	Data do retorno:	04/11/2025			
Motivo da viagem:	Acompanhar usuários em consulta médica.					
Nome do servidor:	Fernando Antonio Herbet	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	**X**
Destino da viagem:	Palmas- PR	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	04/11/2025	Data do retorno:	04/11/2025			
Motivo da viagem:	Acompanhar usuários em perícia médica.					
Nome do servidor:	Jessica Antonia de Lima	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	**X**
Destino da viagem:	Irati- PR	Valor da diária:	R$ 197,00			
Data da viagem:	04/11/2025	Data do retorno:	04/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar do Encontro Macrorregional: "A interdisciplinaridade na Proteção Social					
Especial e a Interface com as violações de direitos."						
Nome do servidor:	Naiana Benazzi	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	**X**
Destino da viagem:	Irati- PR	Valor da diária:	R$ 197,00			
Data da viagem:	04/11/2025	Data do retorno:	04/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar do Encontro Macrorregional: "A interdisciplinaridade na Proteção Social					
Especial e a Interface com as violações de direitos."						
Nome do servidor:	Luiza da Rosa	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	**X**
Destino da viagem:	Irati- PR	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	04/11/2025	Data do retorno:	04/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar do Encontro Macrorregional: "A interdisciplinaridade na Proteção Social					
Especial e a Interface com as violações de direitos."						
Nome do servidor:	Luiza Eduarda de Lima Vargas	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	**X**
Destino da viagem:	Irati- PR	Valor da diária:	R$ 105,70			

Data da viagem:	04/11/2025	Data do retorno:	04/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar do Encontro Macrorregional: "A interdisciplinaridade na Proteção Social					
Especial e a Interface com as violações de direitos."						
Nome do servidor:	Beatriz Kubiak	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Irati- PR	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	04/11/2025	Data do retorno:	04/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar do Encontro Macrorregional: "A interdisciplinaridade na Proteção Social					
Especial e a Interface com as violações de direitos."						
Nome do servidor:	Osmar de Mello Junior	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	União da Vitória- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	04/11/2025	Data do retorno:	04/11/2025			
Motivo da viagem:	Deslocar-se até o Instituto Médico Legal (IML).					
Nome do servidor:	Guilherme Antonio Cordeiro Nathel	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	União da Vitória- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	04/11/2025	Data do retorno:	04/11/2025			
Motivo da viagem:	Deslocar-se até o Instituto Médico Legal (IML).					
Nome do servidor:	Guilherme Antonio Cordeiro Nathel	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	União da Vitória- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	05/11/2025	Data do retorno:	05/11/2025			
Motivo da viagem:	Acompanhar adolescente ao IML (Instituto Médico Legal) em ocorrência.					
Nome do servidor:	Osmar de Mello Junior	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	União da Vitória- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	05/11/2025	Data do retorno:	05/11/2025			
Motivo da viagem:	Acompanhar adolescente ao IML (Instituto Médico Legal) em ocorrência.					
Nome do servidor:	Ari Hoffer Rodrigues	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Curitiba- PR	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	05/11/2025	Data do retorno:	05/11/2025			
Motivo da viagem:	Acompanhar técnica em curso de capacitação: " Medidas Socioeducativas SPC a					
Adolescência em Cumprimento do MSE de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço a Comunidade.						
Nome do servidor:	Leandro Zucchi	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Canoinhas- SC	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	05/11/2025	Data do retorno:	05/11/2025			
Motivo da viagem:	Acompanhar usuários em perícia médica.					
Nome do servidor:	Luiza Eduarda de Lima Vargas	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Curitiba- PR	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	05/11/2025	Data do retorno:	05/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar do curso de capacitação: " Medidas Socioeducativas SPC a Adolescência					
em Cumprimento do MSE de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço a Comunidade.						
Nome do servidor:	Leandro Zucchi	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Joaçaba- SC	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	06/11/2025	Data do retorno:	06/11/2025			
Motivo da viagem:	Acompanhar usuários em perícia médica.					
Nome do servidor:	Rafael Cardoso Jakubiu	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Irati- PR	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	06/11/2025	Data do retorno:	06/11/2025			
Motivo da viagem:	Acompanhar usuário em estado de baixa mobilidade.					
Nome do servidor:	Fernando Antonio Herbet	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Francisco Beltrão- PR	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	08/11/2025	Data do retorno:	08/11/2025			
Motivo da viagem:	Acompanhar usuários em visita a penitenciária.					
Nome do servidor:	Luiza Eduarda de Lima Vargas	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Curitiba- PR	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	07/11/2025	Data do retorno:	07/11/2025			
Motivo da viagem:	Retorno do curso de capacitação: " Medidas Socioeducativas SPC a Adolescência					
em Cumprimento do MSE de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço a Comunidade.						
Nome do servidor:	Ari Hoffer Rodrigues	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Curitiba- PR	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	07/11/2025	Data do retorno:	07/11/2025			
Motivo da viagem:	Buscar técnica em curso de capacitação: " Medidas Socioeducativas SPC a					
Adolescência em Cumprimento do MSE de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço a Comunidade.						
Nome do servidor:	Osmar de Mello Junior	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Papanduva- SC	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	09/11/2025	Data do retorno:	09/11/2025			
Motivo da viagem:	Acompanhar o retorno de adolescente até sua cidade.					
Nome do servidor:	Guilherme Antonio Cordeiro Nathel	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Papanduva- SC	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	09/11/2025	Data do retorno:	09/11/2025			
Motivo da viagem:	Acompanhar o retorno de adolescente até sua cidade.					
Nome do servidor:	Leandro Zucchi	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Videira- SC	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	10/11/2025	Data do retorno:	10/11/2025			
Motivo da viagem:	Acompanhar usuários em perícia médica.					
Nome do servidor:	Jurema de F. Leskiu	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Curitiba- PR	Valor da diária:	R$ 197,00			
Data da viagem:	10/11/2025	Data do retorno:	10/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar da cerimônia de assinatura de convênios do programa Casa Fácil.					
Nome do servidor:	Naiana Benazzi	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Curitiba- PR	Valor da diária:	R$ 197,00			
Data da viagem:	10/11/2025	Data do retorno:	10/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar da cerimônia de assinatura de convênios do programa Casa Fácil.					
Nome do servidor:	Guilherme Antonio Cordeiro Nathel	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	União da Vitória- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	10/11/2025	Data do retorno:	10/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de audiência na Vara da infância, família e juventude.					
Nome do servidor:	Osmar de Mello Junior	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	União da Vitória- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	10/11/2025	Data do retorno:	10/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de audiência na Vara da infância, família e juventude.					
Nome do servidor:	Leandro Zucchi	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X

Destino da viagem:	Curitiba- PR	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	11/11/2025	Data do retorno:	11/11/2025			
Motivo da viagem:	Acompanhar família de paciente que o SAMU levou ao Hospital Angelina Caron.					
Nome do servidor:	Ari Hoffer Rodrigues	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Mariópolis- PR	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	11/11/2025	Data do retorno:	11/11/2025			
Motivo da viagem:	Buscar família em estado de vulnerabilidade socioeconômico.					
Nome do servidor:	Luiza Eduarda de Lima Vargas	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Curitiba- PR	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	06/11/2025	Data do retorno:	06/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar do curso de capacitação: " Medidas Socioeducativas SPC a Adolescência					
em Cumprimento do MSE de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço a Comunidade.						
Nome do servidor:	Adriane de Fatima Ferreira Krulikoski	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	União da Vitória- PR	Valor da diária:	R$ 197,00			
Data da viagem:	12/11/2025	Data do retorno:	12/11/2025			
Motivo da viagem:	Acompanhar usuários em consulta médica no Hospital Regional.					
Nome do servidor:	Alessandra Alves Ferreira	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Curitiba- PR	Valor da diária:	R$ 317,10			
Data da viagem:	12/11/2025	Data do retorno:	14/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar do curso de Capacitação Treinamento Caixa SIBEC.					
Nome do servidor:	Ari Hoffer Rodrigues	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Videira- SC	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	12/11/2025	Data do retorno:	12/11/2025			
Motivo da viagem:	Acompanhar usuários em perícia médica.					
Nome do servidor:	Leandro Zucchi	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Joaçaba- SC	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	12/11/2025	Data do retorno:	12/11/2025			
Motivo da viagem:	Acompanhar usuários em perícia médica.					
Nome do servidor:	Leandro Zucchi	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Caçador- SC	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	13/11/2025	Data do retorno:	13/11/2025			
Motivo da viagem:	Acompanhar usuários em perícia médica.					
Nome do servidor:	Ari Hoffer Rodrigues	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Porto União- SC	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	13/11/2025	Data do retorno:	13/11/2025			
Motivo da viagem:	Acompanhar usuários em perícia médica.					
Nome do servidor:	Ari Hoffer Rodrigues	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Videira- SC	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	14/11/2025	Data do retorno:	14/11/2025			
Motivo da viagem:	Acompanhar usuários em perícia médica.					
Nome do servidor:	Ari Hoffer Rodrigues	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	União da Vitória- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	15/11/2025	Data do retorno:	15/11/2025			
Motivo da viagem:	Acompanhar usuários em visita ao presídio.					
Nome do servidor:	Ari Hoffer Rodrigues	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Pato Branco- PR	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	16/11/2025	Data do retorno:	16/11/2025			
Motivo da viagem:	Acompanhar usuários em visita ao presídio.					
Nome do servidor:	Ari Hoffer Rodrigues	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Caçador- SC	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	17/11/2025	Data do retorno:	17/11/2025			
Motivo da viagem:	Acompanhar usuários em perícia médica.					
Nome do servidor:	Leandro Zucchi	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Palmas- PR	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	17/11/2025	Data do retorno:	17/11/2025			
Motivo da viagem:	Acompanhar usuários em perícia médica.					
Nome do servidor:	Ari Hoffer Rodrigues	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Videira- SC	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	19/11/2025	Data do retorno:	19/11/2025			
Motivo da viagem:	Acompanhar usuários em perícia médica.					
Nome do servidor:	Leandro Zucchi	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Pato Branco- PR	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	19/11/2025	Data do retorno:	19/11/2025			
Motivo da viagem:	Acompanhar usuários em perícia médica.					
Nome do servidor:	Leandro Zucchi	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	União da Vitória- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	22/11/2025	Data do retorno:	22/11/2025			
Motivo da viagem:	Acompanhar usuários em visita ao presídio.					
Nome do servidor:	Leandro Zucchi	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Porto Vitória-PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	23/11/2025	Data do retorno:	23/11/2025			
Motivo da viagem:	Acompanhar usuários em estado de vulnerabilidade socioeconômica em velório.					
Nome do servidor:	Leandro Zucchi	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Fraiburgo- SC	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	24/11/2025	Data do retorno:	24/11/2025			
Motivo da viagem:	Acompanhar usuários em estado de vulnerabilidade socioeconômica até a agência					
bancária e ao advogado.						
Nome do servidor:	Ari Hoffer Rodrigues	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Curitiba- PR	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	24/11/2025	Data do retorno:	24/11/2025			
Motivo da viagem:	Acompanhar técnicas no II Encontro Estadual de Políticas para Mulher e para					
retirada de carro.						
Nome do servidor:	Denise Maciel Kukul Zanlorenzi	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Curitiba- PR	Valor da diária:	R$ 211,40			
Data da viagem:	24/11/2025	Data do retorno:	25/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar do II Encontro Estadual de Políticas para Mulher e para retirada de carro.					
Nome do servidor:	Eloize Emanuelle Padilha Albino	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Curitiba- PR	Valor da diária:	R$ 211,40			
Data da viagem:	24/11/2025	Data do retorno:	25/11/2025			

Motivo da viagem:	Participar do II Encontro Estadual de Políticas para Mulher e para retirada de carro.					
Nome do servidor:	Naiana Benazzi	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Curitiba- PR	Valor da diária:	R$ 394,00			
Data da viagem:	24/11/2025	Data do retorno:	25/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar do II Encontro Estadual de Políticas para Mulher e para retirada de carro.					
Nome do servidor:	Fernando Antonio Herbet	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	União da Vitória- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	25/11/2025	Data do retorno:	25/11/2025			
Motivo da viagem:	Acompanhar acolhido da casa lar até o IML (Instituto Médico Legal).					
Nome do servidor:	Ari Hoffer Rodrigues	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Videira- SC	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	25/11/2025	Data do retorno:	25/11/2025			
Motivo da viagem:	Acompanhar usuários em perícia médica.					
Nome do servidor:	Leandro Zucchi	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Chapecó- SC	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	25/11/2025	Data do retorno:	25/11/2025			
Motivo da viagem:	Acompanhar usuários em vulnerabilidade socioeconômica à agência bancária.					
Nome do servidor:	Jessica Antonia de Lima	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Irati- PR	Valor da diária:	R$ 197,00			
Data da viagem:	26/11/2025	Data do retorno:	26/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar do curso de capacitação: Desafios Atuais no Atendimento das Crianças e					
Adolescentes.						
Nome do servidor:	Luiza da Rosa	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Irati- PR	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	26/11/2025	Data do retorno:	26/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar do curso de capacitação: Desafios Atuais no Atendimento das Crianças e					
Adolescentes.						
Nome do servidor:	Luiza Eduarda de Lima Vargas	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Irati- PR	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	26/11/2025	Data do retorno:	26/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar do curso de capacitação: Desafios Atuais no Atendimento das Crianças e					
Adolescentes.						
Nome do servidor:	Tayna Fernanda Donel	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Irati- PR	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	26/11/2025	Data do retorno:	26/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar do curso de capacitação: Desafios Atuais no Atendimento das Crianças e					
Adolescentes.						
Nome do servidor:	Ari Hoffer Rodrigues	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Caçador- SC	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	26/11/2025	Data do retorno:	26/11/2025			
Motivo da viagem:	Acompanhar usuários em perícia médica.					
Nome do servidor:	Fernando Antonio Herbet	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	União da Vitória- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	27/11/2025	Data do retorno:	27/11/2025			
Motivo da viagem:	Acompanhar usuários até a delegacia.					
Nome do servidor:	Ari Hoffer Rodrigues	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Pato Branco- PR	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	27/11/2025	Data do retorno:	27/11/2025			
Motivo da viagem:	Acompanhar usuários em perícia médica.					
Nome do servidor:	Leandro Zucchi	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Guarapuava- PR	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	27/11/2025	Data do retorno:	27/11/2025			
Motivo da viagem:	Acompanhar usuários em perícia médica.					
Nome do servidor:	Leandro Zucchi	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Videira- SC	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	28/11/2025	Data do retorno:	28/11/2025			
Motivo da viagem:	Acompanhar usuários em perícia médica.					
Nome do servidor:	Ari Hoffer Rodrigues	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Canoinhas- SC	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	28/11/2025	Data do retorno:	28/11/2025			
Motivo da viagem:	Acompanhar usuários em perícia médica.					
Valor total das diárias da secretaria do mês:		**R$ 7.600,94**				
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E TRABALHO						
Nome do servidor:	José Walter Ferreira	Diária c/s pernoite:	Com	X	Sem	
Destino da viagem:	Foz do Iguaçu- PR	Valor da diária:	R$ 985,00			
Data da viagem:	05/11/2025	Data do retorno:	07/11/2025			
Motivo da viagem:	Capacita Sine Paraná.					
Nome do servidor:	Gustavo Knol	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	União da Vitória- PR	Valor da diária:	R$ 197,00			
Data da viagem:	27/11/2025	Data do retorno:	27/11/2025			
Motivo da viagem:	Encontro Integração dos Líderes e Membros do Comitê Territorial do Sul do Paraná.					
Nome do servidor:	Priscila Aparecida dos Santos	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	União da Vitória- PR	Valor da diária:	R$ 197,00			
Data da viagem:	27/11/2025	Data do retorno:	27/11/2025			
Motivo da viagem:	Encontro Integração dos Líderes e Membros do Comitê Territorial do Sul do Paraná.					
Valor total das diárias da secretaria do mês:		**R$ 1.379,00**				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA						
Nome do servidor:	Renan Samuel Maguelniski	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Guarapuava- PR	Valor da diária:	R$ 197,00			
Data da viagem:	06/11/2025	Data do retorno:	06/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar da Reunião Regional de Gestores da Cultura.					
Nome do servidor:	Maria Salete de Oliveira Volenkevicz	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Guarapuava- PR	Valor da diária:	R$ 197,00			
Data da viagem:	06/11/2025	Data do retorno:	06/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar da Reunião Regional de Gestores da Cultura.					
Nome do servidor:	Dulcidia Adriane Miersche	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Guarapuava- PR	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	06/11/2025	Data do retorno:	06/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar da Reunião Regional de Gestores da Cultura.					

Valor total das diárias da secretaria do mês:		**R$ 499,70**				
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, TURISMO E LAZER						
Nome do servidor:	José Gilmar Kanzler	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	**X**
Destino da viagem:	São Bento do Sul- SC	Valor da diária:	R$ 197,00			
Data da viagem:	06/11/2025	Data do retorno:	06/11/2025			
Motivo da viagem:	Visita a família Almeida em São Bento do Sul - SC para coleta de acervo histórico					
do município de General Carneiro/PR.						
Nome do servidor:	José Gilmar Kanzler	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	**X**
Destino da viagem:	Curitiba- PR	Valor da diária:	R$ 197,00			
Data da viagem:	10/11/2025	Data do retorno:	10/11/2025			
Motivo da viagem:	Acompanhar o prefeito para tratar de assuntos relacionados a pasta em Curitiba.					
Nome do servidor:	José Gilmar Kanzler	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	**X**
Destino da viagem:	Curitiba- PR	Valor da diária:	R$ 197,00			
Data da viagem:	13/11/2025	Data do retorno:	13/11/2025			
Motivo da viagem:	Viagem a Curitiba/PR para tratar de assuntos da pasta.					
Nome do servidor:	Leandro Zucchi	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	**X**
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	26/11/2025	Data do retorno:	26/11/2025			
Motivo da viagem:	Transporte de atletas para competição.					
Nome do servidor:	Fernando Antonio Herbert	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	**X**
Destino da viagem:	União da Vitória- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	26/11/2025	Data do retorno:	26/11/2025			
Motivo da viagem:	Transporte de atletas para competição.					
Valor total das diárias da secretaria do mês:		**R$ 731,94**				
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE						
Nome do servidor:	Rozeli Oliveira da Cruz	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	**X**
Destino da viagem:	União da Vitória- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	03/11/2025	Data do retorno:	03/11/2025			
Motivo da viagem: Acompanhamento em Transferência de Paciente do Pronto Atendimento Municipal						
de General Carneiro até o hospital na cidade de União da Vitória.						
Nome do servidor:	Rozeli Oliveira da Cruz	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	**X**
Destino da viagem:	São Mateus do Sul- PR	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	04/11/2025	Data do retorno:	04/11/2025			
Motivo da viagem: Acompanhamento em Transferência de Paciente do Pronto Atendimento Municipal						
de General Carneiro até o hospital na cidade de São Mateus do Sul.						
Nome do servidor:	Mariellen Dacheri	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	**X**
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	04/11/2025	Data do retorno:	04/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de Workshop e Oficina PlanificaSUS etapa 3: Acesso à RAS e RAPS ofertada					
pela 06ª Regional de Saúde no município de Bituruna – PR.						
Nome do servidor:	Claudineia Gelaski	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	**X**
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	04/11/2025	Data do retorno:	04/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de Workshop e Oficina PlanificaSUS etapa 3: Acesso à RAS e RAPS ofertada					
pela 06ª Regional de Saúde no município de Bituruna – PR.						
Nome do servidor:	Jairo Ferreira da Rocha	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	**X**
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	04/11/2025	Data do retorno:	04/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de Workshop e Oficina PlanificaSUS etapa 3: Acesso à RAS e RAPS ofertada					
pela 06ª Regional de Saúde no município de Bituruna – PR.						
Nome do servidor:	Marcia Franciane Varela Buff	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	**X**
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	04/11/2025	Data do retorno:	04/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de Workshop e Oficina PlanificaSUS etapa 3: Acesso à RAS e RAPS ofertada					
pela 06ª Regional de Saúde no município de Bituruna – PR.						
Nome do servidor:	Rozimari Teixeira	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	**X**
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	04/11/2025	Data do retorno:	04/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de Workshop e Oficina PlanificaSUS etapa 3: Acesso à RAS e RAPS ofertada					
pela 06ª Regional de Saúde no município de Bituruna – PR.						
Nome do servidor:	Regiane Tais Zahn	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	**X**
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	04/11/2025	Data do retorno:	04/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de Workshop e Oficina PlanificaSUS etapa 3: Acesso à RAS e RAPS ofertada					
pela 06ª Regional de Saúde no município de Bituruna – PR.						
Nome do servidor:	Nataly Aparecida de Souza	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	**X**
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	04/11/2025	Data do retorno:	04/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de Workshop e Oficina PlanificaSUS etapa 3: Acesso à RAS e RAPS ofertada					
pela 06ª Regional de Saúde no município de Bituruna – PR.						
Nome do servidor:	Maria Rosenilda Varela	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	**X**
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	04/11/2025	Data do retorno:	04/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de Workshop e Oficina PlanificaSUS etapa 3: Acesso à RAS e RAPS ofertada					
pela 06ª Regional de Saúde no município de Bituruna – PR.						
Nome do servidor:	Rosane Aparecida Kulibaba	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	**X**
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	04/11/2025	Data do retorno:	04/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de Workshop e Oficina PlanificaSUS etapa 3: Acesso à RAS e RAPS ofertada					
pela 06ª Regional de Saúde no município de Bituruna – PR.						
Nome do servidor:	Andreia Santos Petry	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	**X**
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	04/11/2025	Data do retorno:	04/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de Workshop e Oficina PlanificaSUS etapa 3: Acesso à RAS e RAPS ofertada					
pela 06ª Regional de Saúde no município de Bituruna – PR.						
Nome do servidor:	Rosangela Pereira Maciel Monteiro	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	**X**
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	04/11/2025	Data do retorno:	04/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de Workshop e Oficina PlanificaSUS etapa 3: Acesso à RAS e RAPS ofertada					

pela 06ª Regional de Saúde no município de Bituruna – PR.						
Nome do servidor:	Elis Cristina Cordeiro	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	04/11/2025	Data do retorno:	04/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de Workshop e Oficina PlanificaSUS etapa 3: Acesso à RAS e RAPS ofertada					
pela 06ª Regional de Saúde no município de Bituruna – PR.						
Nome do servidor:	Kely Amancio	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	04/11/2025	Data do retorno:	04/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de Workshop e Oficina PlanificaSUS etapa 3: Acesso à RAS e RAPS ofertada					
pela 06ª Regional de Saúde no município de Bituruna – PR.						
Nome do servidor:	Leandra Maria Santos Martins	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	04/11/2025	Data do retorno:	04/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de Workshop e Oficina PlanificaSUS etapa 3: Acesso à RAS e RAPS ofertada					
pela 06ª Regional de Saúde no município de Bituruna – PR.						
Nome do servidor:	Lidiane Santos de Moura	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	04/11/2025	Data do retorno:	04/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de Workshop e Oficina PlanificaSUS etapa 3: Acesso à RAS e RAPS ofertada					
pela 06ª Regional de Saúde no município de Bituruna – PR.						
Nome do servidor:	Andrielle Aline Miguel de Oliveira	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	04/11/2025	Data do retorno:	04/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de Workshop e Oficina PlanificaSUS etapa 3: Acesso à RAS e RAPS ofertada					
pela 06ª Regional de Saúde no município de Bituruna – PR.						
Nome do servidor:	Rozeli Oliveira da Cruz	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	União da Vitória- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	05/11/2025	Data do retorno:	05/11/2025			
Motivo da viagem: Acompanhamento em Transferência de Paciente do Pronto Atendimento Municipal						
de General Carneiro até o hospital na cidade de União da Vitória.						
Nome do servidor:	Rozeli Oliveira da Cruz	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	União da Vitória- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	06/11/2025	Data do retorno:	06/11/2025			
Motivo da viagem: Acompanhamento em Transferência de Paciente do Pronto Atendimento Municipal						
de General Carneiro até o hospital na cidade de União da Vitória.						
Nome do servidor:	Amanda Apª B. de Andrade	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	06/11/2025	Data do retorno:	06/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de Workshop e Oficina PlanificaSUS etapa 3: Acesso à RAS e RAPS ofertada					
pela 06ª Regional de Saúde no município de Bituruna – PR.						
Nome do servidor:	Angela Maria	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	06/11/2025	Data do retorno:	06/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de Workshop e Oficina PlanificaSUS etapa 3: Acesso à RAS e RAPS ofertada					
pela 06ª Regional de Saúde no município de Bituruna – PR.						
Nome do servidor:	Atais Apª da Silva	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	06/11/2025	Data do retorno:	06/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de Workshop e Oficina PlanificaSUS etapa 3: Acesso à RAS e RAPS ofertada					
pela 06ª Regional de Saúde no município de Bituruna – PR.						
Nome do servidor:	Deyse Francine Rodrigues	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	06/11/2025	Data do retorno:	06/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de Workshop e Oficina PlanificaSUS etapa 3: Acesso à RAS e RAPS ofertada					
pela 06ª Regional de Saúde no município de Bituruna – PR.						
Nome do servidor:	Evelin Sinara Muller	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	06/11/2025	Data do retorno:	06/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de Workshop e Oficina PlanificaSUS etapa 3: Acesso à RAS e RAPS ofertada					
pela 06ª Regional de Saúde no município de Bituruna – PR.						
Nome do servidor:	Gislaine Apª N. Woginski	Diária c/s pernoite:	Com	X	Sem	
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	06/11/2025	Data do retorno:	06/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de Workshop e Oficina PlanificaSUS etapa 3: Acesso à RAS e RAPS ofertada					
pela 06ª Regional de Saúde no município de Bituruna – PR.						
Nome do servidor:	Helen Tamires M. da Cruz	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	06/11/2025	Data do retorno:	06/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de Workshop e Oficina PlanificaSUS etapa 3: Acesso à RAS e RAPS ofertada					
pela 06ª Regional de Saúde no município de Bituruna – PR.						
Nome do servidor:	Lourdes Varela de Almeida	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	06/11/2025	Data do retorno:	06/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de Workshop e Oficina PlanificaSUS etapa 3: Acesso à RAS e RAPS ofertada					
pela 06ª Regional de Saúde no município de Bituruna – PR.						
Nome do servidor:	Lucas Eduardo Bottega	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	06/11/2025	Data do retorno:	06/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de Workshop e Oficina PlanificaSUS etapa 3: Acesso à RAS e RAPS ofertada					
pela 06ª Regional de Saúde no município de Bituruna – PR.						
Nome do servidor:	Meliane Aparecida da Rosa	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	06/11/2025	Data do retorno:	06/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de Workshop e Oficina PlanificaSUS etapa 3: Acesso à RAS e RAPS ofertada					
pela 06ª Regional de Saúde no município de Bituruna – PR.						
Nome do servidor:	Paola Ribas	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	06/11/2025	Data do retorno:	06/11/2025			

Motivo da viagem:	Participar de Workshop e Oficina PlanificaSUS etapa 3: Acesso à RAS e RAPS ofertada					
pela 06ª Regional de Saúde no município de Bituruna – PR.						
Nome do servidor:	Patricia Mara Alves dos Santos	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	06/11/2025	Data do retorno:	06/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de Workshop e Oficina PlanificaSUS etapa 3: Acesso à RAS e RAPS ofertada					
pela 06ª Regional de Saúde no município de Bituruna – PR.						
Nome do servidor:	Vivian Rodrigues	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	06/11/2025	Data do retorno:	06/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de Workshop e Oficina PlanificaSUS etapa 3: Acesso à RAS e RAPS ofertada					
pela 06ª Regional de Saúde no município de Bituruna – PR.						
Nome do servidor:	Joceli Vaz de Oliveira	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	06/11/2025	Data do retorno:	06/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de Workshop e Oficina PlanificaSUS etapa 3: Acesso à RAS e RAPS ofertada					
pela 06ª Regional de Saúde no município de Bituruna – PR.						
Nome do servidor:	Leandra Maria Santos Martins	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	06/11/2025	Data do retorno:	06/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de Workshop e Oficina PlanificaSUS etapa 3: Acesso à RAS e RAPS ofertada					
pela 06ª Regional de Saúde no município de Bituruna – PR.						
Nome do servidor:	Elisandra Aparecida Varela	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	06/11/2025	Data do retorno:	06/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de Workshop e Oficina PlanificaSUS etapa 3: Acesso à RAS e RAPS ofertada					
pela 06ª Regional de Saúde no município de Bituruna – PR.						
Nome do servidor:	Elisangela Batista de Freitas	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	06/11/2025	Data do retorno:	06/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de Workshop e Oficina PlanificaSUS etapa 3: Acesso à RAS e RAPS ofertada					
pela 06ª Regional de Saúde no município de Bituruna – PR.						
Nome do servidor:	Elisangela de Cassia Trinoski	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	06/11/2025	Data do retorno:	06/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de Workshop e Oficina PlanificaSUS etapa 3: Acesso à RAS e RAPS ofertada					
pela 06ª Regional de Saúde no município de Bituruna – PR.						
Nome do servidor:	Elisangela Vargas	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	06/11/2025	Data do retorno:	06/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de Workshop e Oficina PlanificaSUS etapa 3: Acesso à RAS e RAPS ofertada					
pela 06ª Regional de Saúde no município de Bituruna – PR.						
Nome do servidor:	Lenir da Conceição Alexandre	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	06/11/2025	Data do retorno:	06/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de Workshop e Oficina PlanificaSUS etapa 3: Acesso à RAS e RAPS ofertada					
pela 06ª Regional de Saúde no município de Bituruna – PR.						
Nome do servidor:	Gilvanei Santos Ortiz	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	06/11/2025	Data do retorno:	06/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de Workshop e Oficina PlanificaSUS etapa 3: Acesso à RAS e RAPS ofertada					
pela 06ª Regional de Saúde no município de Bituruna – PR.						
Nome do servidor:	Paulo Ricardo da Silva	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	06/11/2025	Data do retorno:	06/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de Workshop e Oficina PlanificaSUS etapa 3: Acesso à RAS e RAPS ofertada					
pela 06ª Regional de Saúde no município de Bituruna – PR.						
Nome do servidor:	Roseni Aparecida Alionço	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	06/11/2025	Data do retorno:	06/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de Workshop e Oficina PlanificaSUS etapa 3: Acesso à RAS e RAPS ofertada					
pela 06ª Regional de Saúde no município de Bituruna – PR.						
Nome do servidor:	Katia Cristina Moreira Sedor	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	06/11/2025	Data do retorno:	06/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de Workshop e Oficina PlanificaSUS etapa 3: Acesso à RAS e RAPS ofertada					
pela 06ª Regional de Saúde no município de Bituruna – PR.						
Nome do servidor:	Marcia de Paula Araujo	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Bituruna- PR	Valor da diária:	R$ 197,00			
Data da viagem:	06/11/2025	Data do retorno:	06/11/2025			
Motivo da viagem:	Participar de Workshop e Oficina PlanificaSUS etapa 3: Acesso à RAS e RAPS ofertada					
pela 06ª Regional de Saúde no município de Bituruna – PR.						
Nome do servidor:	Claudete Garbin	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	União da Vitória- PR	Valor da diária:	R$ 197,00			
Data da viagem:	07/11/2025	Data do retorno:	07/11/2025			
Motivo da viagem:	Participou da reunião sobre a obra de reforma e ampliação do Pronto Atendimento,					
junto a 6ª Regional de Saúde.						
Nome do servidor:	Rosivani Terezinha Faion	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	União da Vitória- PR	Valor da diária:	R$ 197,00			
Data da viagem:	07/11/2025	Data do retorno:	07/11/2025			
Motivo da viagem:	Participou da reunião sobre a obra de reforma e ampliação do Pronto Atendimento,					
junto a 6ª Regional de Saúde.						
Nome do servidor:	Elisangela Vargas	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Foz do Iguaçu- PR	Valor da diária:	R$ 528,50			
Data da viagem:	10/11/2025	Data do retorno:	14/11/2025			
Motivo da viagem:	Participou do XXXVII congresso de secretarias municipais de Saúde do Paraná.					
Nome do servidor:	Kely Amancio	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Foz do Iguaçu- PR	Valor da diária:	R$ 528,50			
Data da viagem:	10/11/2025	Data do retorno:	14/11/2025			

Motivo da viagem:	Participou do XXXVII congresso de secretarias municipais de Saúde do Paraná.					
Nome do servidor:	Adriane Rafaela Sandi Santana	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Foz do Iguaçu- PR	Valor da diária:	R$ 985,00			
Data da viagem:	10/11/2025	Data do retorno:	14/11/2025			
Motivo da viagem:	Participou do XXXVII congresso de secretarias municipais de Saúde do Paraná.					
junto a 6ª Regional de Saúde.						
Nome do servidor:	Jairo Ferreira da Rocha	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Foz do Iguaçu- PR	Valor da diária:	R$ 528,50			
Data da viagem:	10/11/2025	Data do retorno:	14/11/2025			
Motivo da viagem:	Participou do XXXVII congresso de secretarias municipais de Saúde do Paraná.					
Nome do servidor:	Leandra Maria Santos Martins	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Foz do Iguaçu- PR	Valor da diária:	R$ 528,50			
Data da viagem:	10/11/2025	Data do retorno:	14/11/2025			
Motivo da viagem:	Participou do XXXVII congresso de secretarias municipais de Saúde do Paraná.					
Nome do servidor:	Rozeli Oliveira da Cruz	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	União da Vitória- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	11/11/2025	Data do retorno:	11/11/2025			
Motivo da viagem: Acompanhamento em Transferência de Paciente do Pronto Atendimento Municipal						
de General Carneiro até o hospital na cidade de União da Vitória.						
Nome do servidor:	Rozeli Oliveira da Cruz	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Umuarama- PR	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	12/11/2025	Data do retorno:	12/11/2025			
Motivo da viagem: Acompanhamento em Transferência de Paciente do Pronto Atendimento Municipal						
de General Carneiro até o hospital na cidade de Umuarama.						
Nome do servidor:	Rozeli Oliveira da Cruz	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	União da Vitória- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	13/11/2025	Data do retorno:	13/11/2025			
Motivo da viagem: Acompanhamento em Transferência de Paciente do Pronto Atendimento Municipal						
de General Carneiro até o hospital na cidade de União da Vitória.						
Nome do servidor:	Rozeli Oliveira da Cruz	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	União da Vitória- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	14/11/2025	Data do retorno:	14/11/2025			
Motivo da viagem: Acompanhamento em Transferência de Paciente do Pronto Atendimento Municipal						
de General Carneiro até o hospital na cidade de União da Vitória.						
Nome do servidor:	Rosivani Terezinha Faion	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	União da Vitória- PR	Valor da diária:	R$ 197,00			
Data da viagem:	14/11/2025	Data do retorno:	14/11/2025			
Motivo da viagem: Participou da “Avaliação do Hospital Regional e APMI”.						
Nome do servidor:	Rozeli Oliveira da Cruz	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	União da Vitória- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	18/11/2025	Data do retorno:	18/11/2025			
Motivo da viagem: Acompanhamento em Transferência de Paciente do Pronto Atendimento Municipal						
de General Carneiro até o hospital na cidade de União da Vitória.						
Nome do servidor:	Rozeli Oliveira da Cruz	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	União da Vitória- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	24/11/2025	Data do retorno:	24/11/2025			
Motivo da viagem: Acompanhamento em Transferência de Paciente do Pronto Atendimento Municipal						
de General Carneiro até o hospital na cidade de União da Vitória.						
Nome do servidor:	Rozeli Oliveira da Cruz	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	União da Vitória- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	27/11/2025	Data do retorno:	27/11/2025			
Motivo da viagem: Acompanhamento em Transferência de Paciente do Pronto Atendimento Municipal						
de General Carneiro até o hospital na cidade de União da Vitória.						
Nome do servidor:	Claudete Garbin	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	União da Vitória- PR	Valor da diária:	R$ 197,00			
Data da viagem:	27/11/2025	Data do retorno:	27/11/2025			
Motivo da viagem: Participou da “Assembleia dos Prefeitos e Secretários, junto ao CISVALI”.						
Nome do servidor:	Rosivani Terezinha Faion	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	União da Vitória- PR	Valor da diária:	R$ 197,00			
Data da viagem:	27/11/2025	Data do retorno:	27/11/2025			
Motivo da viagem: Participou da “Assembleia dos Prefeitos e Secretários, junto ao CISVALI”.						
Nome do servidor:	Leandra Maria Santos Martins	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	União da Vitória- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	27/11/2025	Data do retorno:	27/11/2025			
Motivo da viagem: Participou de Reunião dos Coordenadores da Atenção Primária, junto a 06ª Regional						
de Saúde.						
Nome do servidor:	Rozeli Oliveira da Cruz	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	União da Vitória- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	26/11/2025	Data do retorno:	26/11/2025			
Motivo da viagem: Acompanhamento em Transferência de Paciente do Pronto Atendimento Municipal						
de General Carneiro até o hospital na cidade de União da Vitória.						
Nome do servidor:	Rozeli Oliveira da Cruz	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Campo Largo- PR	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	30/11/2025	Data do retorno:	30/11/2025			
Motivo da viagem: Acompanhamento em Transferência de Paciente do Pronto Atendimento Municipal						
de General Carneiro até o hospital na cidade de Campo Largo.						
Nome do servidor:	Ari Hoffer Rodrigues	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Irati- PR	Valor da diária:	R$ 105,70			
Data da viagem:	29/11/2025	Data do retorno:	29/11/2025			
Motivo da viagem: Transferência de Paciente para hospital no município de Irati - PR.						
Nome do servidor:	Ari Hoffer Rodrigues	Diária c/s pernoite:	Com		Sem	X
Destino da viagem:	Paula Freitas- PR	Valor da diária:	R$ 70,47			
Data da viagem:	30/11/2025	Data do retorno:	30/11/2025			
Motivo da viagem: Transporte a de Paciente para o município de Paula Feitas - PR.						
Valor total das diárias da secretaria do mês:		**R$ 8.368,24**				
Valor total das diárias do mês:		**R$ 25.346,02**				

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:002C56B3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO N° 005/2025

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO N° 005/2025 QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E O INSTITUTO SANTA CLARA.

Por este instrumento, de um lado a Prefeitura Municipal de Goioerê - PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n° 78.198.975/0001-63, estabelecido à Avenida Amazonas, n° 280, Jardim Lindóia, nesta cidade e comarca de Goioerê – Pr., doravante denominado, simplesmente, **CONCEDENTE,** neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor **PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO,** brasileiro, casado, portador do RG n.º 2.167.875-9 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº 490.651.069-87, residente e domiciliado nesta cidade de Goioerê-Pr, e de outro lado a Organização da Sociedade Civil (OSC), **INSTITUTO SANTA CLARA,** instituição sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública através da Lei Municipal nº. 995/07/84, inscrita no CNPJ sob o n° 76.714.302/0001-93, situada na Praça Oeste, 101, Vila Guaíra, nesta Cidade de Goioerê-PR, doravante é denominada, simplesmente **TOMADOR,** neste ato representado por seu representante Senhor **VALENTIM DE CÁSSIO APOLINÁRIO** portador da Cédula de Identidade n° 3.365.275-5 SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob o n° 412.893.909-91, residente e domiciliado na Rua Érico Verissimo, nº 301 – Jardim Colina Verde, nesta Cidade de Goioerê-Paraná, e ambos em conjunto denominados **PARCEIROS**, pactuam o presente **TERMO ADITIVO,** sujeitando-se, no que couber, aos termos da Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei nº 13.019/2.014, de 31 de julho de 2014, Decreto Municipal nº 7.843/2.022, de 10 de outubro de 2.022, Lei 2.874/2021 que altera a Lei 1.573/02, Art. 139-A da Lei Orgânica do Município de Goioerê e Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes, e demais normas que regulamentam a espécie, em conformidade com o Plano de Trabalho deste instrumento mediante as cláusulas e condições a seguir descritas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. O presente Termo Aditivo visa ampliar o valor global do instrumento em R$-10.751,46 (dez mil setecentos e cinquenta e um reais e quarenta e seis centavos), e remanejar valores das rubricas, conforme permitem os arts. 57, da Lei nº 13.019, de 2014, e o art. 45, inciso I, alínea “a”, do Decreto nº 7.843/2022.

Cláusula Segunda - Do valor e Cronograma de Desembolso

2. O Termo de Fomento n. 005/2025 fica adicionado em sua Cláusula quarta o seguinte parágrafo:

§ 2° Fica acrescido o valor de R$-10.751,46 (dez mil setecentos e cinquenta e um reais e quarenta e seis centavos), a serem repassados em uma parcela, sendo do mês 12/2025, alterando o valor de R$-766.134,18 (setecentos e sessenta e seis mil cento e trinta e quatro reais e dezoito centavos) para o valor global de R$-776.885,64 (setecentos e setenta e seis mil oitocentos e oitenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos).

Cláusula Terceira - Do Plano de Trabalho

3. Fica alterada a Aplicação de Recursos do Plano de Trabalho do Termo de Fomento n. 005/2025, decorrente do remanejamento de valores já repassados e restantes na conta, e do valor acrescido, nos seguintes termos:

Aplicação dos Recursos	Total
3.1.90.11.01 - Vencimentos e vantagens fixas pessoal efetivo + IRRF	R$ 361.854,84
3.1.90.13.01 - FGTS (salário, férias e 13')	R$ 55.526,53
3.1.90.'13.02 - Contribuições Previdenciárias INSS (salário, férias e 13")	R$ 40.295,19
3.1.90.11.43 – 13º salário e IRRF	R$ 35.397,76

3.1.90.1'1.45 - Férias e IRRF	R$ 56.906,00
3.1.90.'13.18 - Contribuição PIS/PASEP	R$ 5.664,40
3.3.90.39.43 - Serviços de Energia Elétrica	R$ 3.500,00
3.3.90.39.44 - Serviços de Água e esgoto	R$ 2.000,00
3.3.90.30.04 - Gás e outros materiais engarrafados	R$ 8.000,00
3.3.90.30.15 - Material para festividades homenagens	R$ 10.000,00
3.3.90.36.28 - Serviço de seleção e treinamento	R$ 7.000,00
3.3.90.30.16 - Material de expediente	R$ 13.600,00
3.3.90.30.'14 - Material Educativo e Esportivo	R$ 5.000,00
3.3.90.30.22 - Material de limpeza e produtos de higienização	R$ 8.000,00
3.3.90.36.22 - Manutenção e conservação de bens imóveis (pessoa física)	R$ 5.000,00
3.3.90.30.24 - Material para manutenção de bens imóveis	R$ 25.250,00
3.3.90.30.28 - Material de Proteção e segurança (EPl)	R$ 3.500,00
4.4.90.52.99 - Outros materiais permanentes	R$ 51.388,40
4.4.9O.52.12 - Aparelhos e utensílios domésticos	R$ 7.000,00
3.3.90.30.26- Material para instalação Elétrica e Eletrônico	R$ 7.000,00
33 90 30 01- Combustível	R$ 9.300,00
33 90 30 39 - Material para manutenção de Veiculos	R$ 8.700,00
33 90 39 16 - Manutenção e conservação de bens imóveis	R$ 31.002,52
33 90 39 17- Manutenção e Conservação de Maquinas e Equipamentos	R$ 3.000,00
3.3.90.39.58 - Serviço de telecomunicações	R$ 2.100,00
3.3.90.39.97 - Despesas de Teleprocessamento	R$ 1.050,00
3.3.90.39.95 - Manutenção, conservação de Equip. Processamento de Dados (Pessoa Jurídica)	R$ 2.500,00
4.4.90.52.35 - Aparelhos e equipamentos de processamento de dados	R$ 7.350,00
	R$ 776.885,64

Cláusula Quarta – As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão à conta das dotações:

13.002.12.365.0007. 2.245.3.3.50.43.00.00.00.00 (899) 13.002.12.365.0007.2.245.4.4.50.42.00.00.00.00 (900)

Cláusula Quinta - Permanecem em vigor as demais cláusulas e itens do Convênio original, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

E assim, por estarem de pleno acordo e ajustados, depois de lido e achado conforme, o presente instrumento vai, a seguir, assinado em 02 (duas) vias pelos representantes dos respectivos signatários, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo firmadas, para publicação e execução.

Goioerê/PR, 15 de dezembro de 2025.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO

Prefeito Municipal

Concedente

VALENTIM DE CÁSSIO APOLINÁRIO

Instituto Santa Clara

Tomador

Publicado por:
Claudia Adriana Cacela Ilto de Moura
Código Identificador:117F4614

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 380/2024

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ sob nº. 78.198.975/0001-63, com sede na Avenida Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, CEP: 87.360-000, no Município de Goioerê, Estado do Paraná, neste ato representado por seu prefeito Municipal, o senhor PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, nomeado através do Termo Especial de Posse, mandato 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009 e a empresa **LDNTECH AUTOMAÇÃO COMERCIAL**

E TECNOLOGIA LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 43.608.649/0001-00, situada na Rua Ernani Lacerda de Athayde nº 350, Gleba Fazenda Palhano, no Município de Londrina, Estado do Paraná, CEP 86.055-630, neste ato representado pela senhora **MARILZA MORI**, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar a Ata de Registro de Preços nº 380/2024, para constar a seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a seguinte alteração a Ata de Registro de Preços:

1.1.1. **Prorrogação do prazo de vigência** pelo período de **01 (um) ano** e o **reajuste pelo INPC (ref. nov./2025) em 4,18% (quatro vírgula dezoito por cento)** da Ata de Registro de Preços nº 380/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA QUANTIDADE E DO VALOR

2.1. Com a alteração a Ata de Registro de Preços passará a ter o seu quantitativo original estendido e reajustado, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid. Medida	Marca	Qtde.	Valor Unit. (R$)	Valor Unit. Reajustado (R$)
75	SCANNER NBIOSCAN-F ROLL TYPE - HFDU07-FLAT - captura rolada, resolução, 500 DPI tamanho da imagem 600 x 600 pixels. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	Unid	NITGEN	03	3.165,00	**3.297,29**

2.2. O valor total do presente termo aditivo é de **R$ 9.891,87 (nove mil, oitocentos e noventa e um reais e oitenta e sete centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Goioerê deste exercício, na(s) dotação(ões) abaixo discriminada(s):

Cód.	Un. Orç.	Proj./Ativ.	Elemento de Despesa	Fonte
48	3.003	2.054	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
106	8.002	2.007	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
134	9.003	1.501	4.4.90.52.00.00.00.00	00000
134	9.003	1.501	4.4.90.52.00.00.00.00	00000
139	9.003	2.018	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
229	11.004	2.021	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
259	12.002	2.064	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
259	12.002	2.064	3.3.90.30.00.00.00.00	00303
259	12.002	2.064	3.3.90.30.00.00.00.00.	01062
259	12.002	2.064	3.3.90.30.00.00.00.00	01062
391	12.008	2.141	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
391	12.008	2.141	3.3.90.30.00.00.00.00	00303
396	12.008	2.141	4.4.90.52.00.00.00.00	00303
445	13.002	2.032	3.3.90.30.00.00.00.00	00107
448	13.002	2.032	4.4.90.52.00.00.00.00	00107
555	14.002	2.076	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
555	14.002	2.076	3.3.90.30.00.00.00.00	00002
563	14.002	2.076	4.4.90.52.00.00.00.00	00000
569	14.002	2.079	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
569	14.002	2.079	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
709	15.005	2.025	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
727	16.002	2.089	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
767	17.002	2.085	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
767	17.002	2.085	3.3.90.30.00.00.00.00	01045
774	17.002	2.085	4.4.90.52.00.00.00.00	00000
811	18.002	2.055	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
811	18.002	2.055	3.3.90.30.00.00.00.00	01045
811	18.002	2.055	3.3.90.30.00.00.00.00	01045
811	18.002	2.055	3.3.90.30.00.00.00.00	01060
819	18.002	2.055	4.4.90.52.00.00.00.00	00000
833	19.002	2.093	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
833	19.002	2.093	3.3.90.30.00.00.00.00	01045
833	19.002	2.093	3.3.90.30.00.00.00.00	01060
841	19.002	2.093	4.4.90.52.00.00.00.00	00000

3.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços originária, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista no art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Goioerê-Pr, 15 de dezembro de 2025.

Assinado Digitalmente

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO

Município de Goioerê

Assinado Digitalmente

MARILZA MORI

LDNTECH Automação Comercial e Tecnologia LTDA

Publicado por:
Tiago Faquineti de Aragão
Código Identificador:F53C064D

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 383/2024

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ sob nº. 78.198.975/0001-63, com sede na Avenida Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, CEP: 87.360-000, no Município de Goioerê, Estado do Paraná, neste ato representado por seu prefeito Municipal, o senhor PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, nomeado através do Termo Especial de Posse, mandato 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009 e a empresa **V3 ELETRÔNICOS E MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA.**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 05.060.654/001-24, situada na Avenida Capitão Índio Bandeira nº 620-B, Centro, no Município de Campo Mourão, Estado do Paraná, CEP 87.301-000, neste ato representado pelo senhor **FABIO APARECIDO VEDOTOVO**, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar a Ata de Registro de Preços nº 383/2024, para constar a seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a seguinte alteração a Ata de Registro de Preços:

1.1.1. **Prorrogação do prazo de vigência** pelo período de **01 (um) ano** e o **reajuste pelo INPC (ref. nov./2025) em 4,18% (quatro vírgula dezoito por cento)** da Ata de Registro de Preços nº 383/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA QUANTIDADE E DO VALOR

2.1. Com a alteração a Ata de Registro de Preços passará a ter o seu quantitativo original estendido e reajustado, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid. Medida	Marca	Qtde.	Valor Unit. (R$)	Valor Unit. Reajustado (R$)
05	ADAPTADOR HDMI 19 PINOS PARA VGA 15 PINOS	Unid	VINIK	20	40,99	**42,70**
18	CABO DVI x DVI (TAM. 1,8 METROS)	Unid	MB	10	28,99	**30,20**
27	CABO VGA x VGA LCD LED - MONITOR COM FILTRO 1,5 M BLINDADO	Unid	NWT	30	22,65	**23,59**
69	PLACA DE REDE PCI-E 10/100/100 MBPS - Padrão express, alimentação da interface, características adicionais wake - on - lan, aplicação conexão de servidores à rede e interface PCI de 32 bits	Unid	VINIK	20	52,68	**54,88**
70	PLACA DE VÍDEO, P/ 2 MONITORES SIMULTÂNEOS - CPU, chipset GT 218, memória DDR, quantidade de memória 1 GB, core 589 MHz saídas, HDMI, DVI e VGA.	Unid	PCYES	10	258,99	**269,81**
79	SUPORTE PARA MONITOR C/ 2 GAVETAS - Cor preta, material MDF	Unid	SOUZA	30	94,99	**98,96**

2.2. O valor total do presente termo aditivo é de **R$ 8.628,20 (oito mil, seiscentos e vinte e oito reais e vinte centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Goioerê deste exercício, na(s) dotação(ões) abaixo discriminada(s):

Cód.	Un. Orç.	Proj./Ativ.	Elemento de Despesa	Fonte
48	3.003	2.054	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
106	8.002	2.007	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
134	9.003	1.501	4.4.90.52.00.00.00.00	00000
134	9.003	1.501	4.4.90.52.00.00.00.00	00000
139	9.003	2.018	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
229	11.004	2.021	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
259	12.002	2.064	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
259	12.002	2.064	3.3.90.30.00.00.00.00	00303
259	12.002	2.064	3.3.90.30.00.00.00.00.	01062
259	12.002	2.064	3.3.90.30.00.00.00.00	01062
391	12.008	2.141	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
391	12.008	2.141	3.3.90.30.00.00.00.00	00303
396	12.008	2.141	4.4.90.52.00.00.00.00	00303
445	13.002	2.032	3.3.90.30.00.00.00.00	00107
448	13.002	2.032	4.4.90.52.00.00.00.00	00107
555	14.002	2.076	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
555	14.002	2.076	3.3.90.30.00.00.00.00	00002
563	14.002	2.076	4.4.90.52.00.00.00.00	00000
569	14.002	2.079	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
569	14.002	2.079	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
709	15.005	2.025	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
727	16.002	2.089	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
767	17.002	2.085	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
767	17.002	2.085	3.3.90.30.00.00.00.00	01045
774	17.002	2.085	4.4.90.52.00.00.00.00	00000
811	18.002	2.055	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
811	18.002	2.055	3.3.90.30.00.00.00.00	01045
811	18.002	2.055	3.3.90.30.00.00.00.00	01045
811	18.002	2.055	3.3.90.30.00.00.00.00	01060
819	18.002	2.055	4.4.90.52.00.00.00.00	00000
833	19.002	2.093	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
833	19.002	2.093	3.3.90.30.00.00.00.00	01045
833	19.002	2.093	3.3.90.30.00.00.00.00	01060
841	19.002	2.093	4.4.90.52.00.00.00.00	00000

3.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços originária, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista no art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Goioerê-Pr, 15 de dezembro de 2025.

Assinado Digitalmente

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO

Município de Goioerê

Assinado Digitalmente

FABIO APARECIDO VEDOVOTO

V3 Eletrônicos e Móveis para Escritório Ltda

Publicado por:
Tiago Faquineti de Aragão
Código Identificador:3F399FEE

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 384/2024

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ sob nº. 78.198.975/0001-63, com sede na Avenida Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, CEP: 87.360-000, no Município de Goioerê, Estado do Paraná, neste ato representado por seu prefeito Municipal, o senhor PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, nomeado através do Termo Especial de Posse, mandato 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009 e a empresa **MICROPEL INFORMATICA LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 05.552.986/0001-26, situada na Rua Prefeito Devete de Paula Xavier nº 670, Centro, no Município de Campo Mourão, Estado do Paraná, CEP 87.301-100, neste ato representado pela senhora **LEILA APARECIDA NASCIMENTO**, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar a Ata de Registro de Preços nº 384/2024, para constar a seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a seguinte alteração a Ata de Registro de Preços:

1.1.1. **Prorrogação do prazo de vigência** pelo período de **01 (um) ano** e o **reajuste pelo INPC (ref. nov./2025) em 4,18% (quatro vírgula dezoito por cento)** da Ata de Registro de Preços nº 384/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA QUANTIDADE E DO VALOR

2.1. Com a alteração a Ata de Registro de Preços passará a ter o seu quantitativo original estendido e reajustado, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid. Medida	Marca	Qtde.	Valor Unit. (R$)	Valor Unit. Reajustado (R$)
02	ACESS POINT WI-FI 5 802.11 AC WAVE 1 – DE LONGO ALCANCE E COM THROUGHPUT AGREGADO DE + 1.2 GBPS - Dimensões mínimas de 175.7 x 175. 7 x 43.2 mm, interface de rede (1), porta 10/100/1000 Ethernet, botões reset, método de alimentação 802. 3af/A, 24 V Poe Passivo (Pares 4, 5+ ;7, 8 Return), fonte de alimentação injetor Poe Gigabit 24 V, 0.5ª, economia de energia suportado, consumo máximo de energia 6.5W, potência máxima de transmissão2.4 GHz: 24dBm 5 GHz: 22 Dbm, antenas (1) antena Dual-Band, Tri - polar, 2.4 GHz, 3dBi, 5 GHz: 3 dbi, padrões Wi-Fi 802.11 a/b/g/n/r/k/v/ ac, segurança wireless WEP, WPA- PSK, WPA-Enterprise (WPA/WPA2, TKIP/AES), BSSID até 8 por rádio, montagem Parede / Teto (Kits Incluídos), temperatura de operação -10 a 70° C, umidade de Operação 5 a 95% sem condensação, certificações CE, FCC, IC, gerenciamento avançado de tráfego VLAN 802.1Q, QoS avançado limite de banda por usuário,	Unid	UBIQUITI UNIFI UAP AC-LR-BR 867MBPS	50	851,09	**886,66**

	isolamento de tráfego de visitantes suportado, WMM voice, vídeo, best effort, e background, clientes simultâneos 250+, alimentação por POE incluso no produto, homologado pela Anatel. Garantia mínima de 12 (doze) meses.					
03	ADAPTADOR CONECTOR VGA FÊMEA/ DISPLAYPORT CABO C/ 15 CM.	Unid	VINIK	30	38,97	**40,59**
04	ADAPTADOR DE FONTE IDE PARA SATA 10 CM.	Unid	FGB SATA	50	19,82	**20,64**
07	ADAPTADOR MD9 DVI-D M x VGA F 24+1 DUAL LINK (ADAPTADOR DVI MACHO x VGA FÊMEA).	Unid	HITTO DM/VF	30	14,89	**15,51**
08	ADAPTADOR PARA TOMADA PINO UNIVERSAL 2P + T. Cor a escolher.	Unid	ELETRO G2 - EG2 01	40	13,89	**14,47**
12	BATERIA PEQUENA ALCALINA 1,5 V (CARTELA C/ 10 UND) - Características adicionais não recarregável.	Cart	ELGIN 82261	10	5,39	**5,61**
17	CABO DISPLAY PORT MACHO (TAM. 2 METROS) Resolução 480i, 576i/720p, 720i/1080i, 1080p, 2160p, 4k, suporta padrões DP 1.1 e 1.2.	Unid	PIX	20	38,99	**40,61**
41	FONE DE OUVIDO HEADSET, DIGITAL, USB 2.0 OMNIDIRECIONAL - Comprimento fio 1,90 M, tipo fone estéreo, acolchoado com anulador de ruídos, características adicionais Plug And Play, Pi-voltagem Do Microfone 90°.	Unid	SATELLITE- AE-363 USB	30	54,99	**57,28**
72	PLUGUE ADAPTADOR UNIVERSAL DE TOMADA COM 3 SAÍDAS - (Benjamim - T).	Unid	ELETRO G2 - EG2 013	60	18,64	**19,41**
85	TECLADO USB PRETO ABNT - Standard, resistente a derramamento de líquidos, semi-mecânico, teclas de baixo perfil. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	Unid	C3TECH KB-14BK	40	30,00	**31,25**

2.2. O valor total do presente termo aditivo é de **R$ 52.628,10 (cinquenta e dois mil, seiscentos e vinte e oito reais e dez centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Goioerê deste exercício, na(s) dotação(ões) abaixo discriminada(s):

Cód.	Un. Orç.	Proj./Ativ.	Elemento de Despesa	Fonte
48	3.003	2.054	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
106	8.002	2.007	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
134	9.003	1.501	4.4.90.52.00.00.00.00	00000
134	9.003	1.501	4.4.90.52.00.00.00.00	00000
139	9.003	2.018	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
229	11.004	2.021	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
259	12.002	2.064	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
259	12.002	2.064	3.3.90.30.00.00.00.00	00303
259	12.002	2.064	3.3.90.30.00.00.00.00.	01062
259	12.002	2.064	3.3.90.30.00.00.00.00	01062
391	12.008	2.141	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
391	12.008	2.141	3.3.90.30.00.00.00.00	00303
396	12.008	2.141	4.4.90.52.00.00.00.00	00303
445	13.002	2.032	3.3.90.30.00.00.00.00	00107
448	13.002	2.032	4.4.90.52.00.00.00.00	00107
555	14.002	2.076	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
555	14.002	2.076	3.3.90.30.00.00.00.00	00002
563	14.002	2.076	4.4.90.52.00.00.00.00	00000
569	14.002	2.079	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
569	14.002	2.079	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
709	15.005	2.025	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
727	16.002	2.089	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
767	17.002	2.085	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
767	17.002	2.085	3.3.90.30.00.00.00.00	01045
774	17.002	2.085	4.4.90.52.00.00.00.00	00000
811	18.002	2.055	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
811	18.002	2.055	3.3.90.30.00.00.00.00	01045
811	18.002	2.055	3.3.90.30.00.00.00.00	01045
811	18.002	2.055	3.3.90.30.00.00.00.00	01060
819	18.002	2.055	4.4.90.52.00.00.00.00	00000
833	19.002	2.093	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
833	19.002	2.093	3.3.90.30.00.00.00.00	01045
833	19.002	2.093	3.3.90.30.00.00.00.00	01060
841	19.002	2.093	4.4.90.52.00.00.00.00	00000

3.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços originária, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista no art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Goioerê-Pr, 15 de dezembro de 2025.

Assinado Digitalmente

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO

Município De Goioerê

Assinado Digitalmente

LEILA APARECIDA NASCIMENTO

Micropel Informática LTDA

Publicado por:
Tiago Faquineti de Aragão
Código Identificador:28B26E2A

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 385/2024

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ sob nº. 78.198.975/0001-63, com sede na Avenida Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, CEP: 87.360-000, no Município de Goioerê, Estado do Paraná, neste ato representado por seu prefeito Municipal, o senhor PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, nomeado através do Termo Especial de Posse, mandato 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009 e a empresa **MX SOLUTIONS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 46.680.946/0001-47, situada na Rua Dir Pedroso nº 591, Iná, no Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, CEP 83.065-110, neste ato representado pelo senhor **SANDRO ROBERTO MENDES**, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar a Ata de Registro de Preços nº 385/2024, para constar a seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a seguinte alteração a Ata de Registro de Preços:

1.1.1. **Prorrogação do prazo de vigência** pelo período de **01 (um) ano** e o **reajuste pelo INPC (ref. nov./2025) em 4,18% (quatro vírgula dezoito por cento)** da Ata de Registro de Preços nº 385/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA QUANTIDADE E DO VALOR

2.1. Com a alteração a Ata de Registro de Preços passará a ter o seu quantitativo original estendido e reajustado, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid. Medida	Marca	Qtde.	Valor Unit. (R$)	Valor Unit. Reajustado (R$)
30	COLETOR DE ASSINATURA DIGITAL T-S751-HSB-R - Tipo de sensor atividade eletromagnética, tipo de caneta atividade energizada, interface USB 2.0, dimensões 135 x 102mm, conversão de dados Rate 377 pontos por segundo, resolução de 410 PPI. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	Unid	TOPAZ SYSTEMS	02	2.892,00	**3.012,88**
38	FERRO DE SOLDAR 70 W 127 V - Material emborrachado, material de ponta prata, aplicação solda em contato elétricos.	Unid	KOKAY	02	70,00	**72,92**
52	INTERFACE PCI EXPRESS - conter 2 antenas destacáveis da faixa dupla, Padrões Wireless IEEE 802.11ac/n/a 5GHz, IEEE 802.11b/g/n 2.4GHz	Unid	TP-LINK PCI EXPRESS WIRELESS DUAL BAND AC130	20	225,90	**235,34**

	Frequência 2.4GHz ou 5GHz, taxa de sinal: 867Mbps em 5GHz, 400Mbps em 2.4GHz, potência 5GHz: <23dBm (EIRP), 2.4GHz: <20dBm (EIRP), Segurança: Suporta WEP 64/128 bit , WPA-PSK/WPA2-PSK,802.1x Modulação: DBPSK, DQPSK, CCK, OFDM, 16-QAM, 64-QAM, 256-QA, Com dissipador de calor que é gerado pelo adaptador, Homologado pela Anatel.					
77	SUPORTE PARA 1 MONITOR DE 15 A 34 BASE MORSAE AJUSTE DE ALTURA E COM ROTAÇÃO MONITOR.	Unid	CENTRAL SUPORTES-T50C	40	183,00	**190,64**

2.2. O valor total do presente termo aditivo é de **R$ 18.504,00 (dezoito mil e quinhentos e quatro reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Goioerê deste exercício, na(s) dotação(ões) abaixo discriminada(s):

Cód.	Un. Orç.	Proj./Ativ.	Elemento de Despesa	Fonte
48	3.003	2.054	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
106	8.002	2.007	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
134	9.003	1.501	4.4.90.52.00.00.00.00	00000
134	9.003	1.501	4.4.90.52.00.00.00.00	00000
139	9.003	2.018	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
229	11.004	2.021	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
259	12.002	2.064	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
259	12.002	2.064	3.3.90.30.00.00.00.00	00303
259	12.002	2.064	3.3.90.30.00.00.00.00.	01062
259	12.002	2.064	3.3.90.30.00.00.00.00	01062
391	12.008	2.141	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
391	12.008	2.141	3.3.90.30.00.00.00.00	00303
396	12.008	2.141	4.4.90.52.00.00.00.00	00303
445	13.002	2.032	3.3.90.30.00.00.00.00	00107
448	13.002	2.032	4.4.90.52.00.00.00.00	00107
555	14.002	2.076	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
555	14.002	2.076	3.3.90.30.00.00.00.00	00002
563	14.002	2.076	4.4.90.52.00.00.00.00	00000
569	14.002	2.079	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
569	14.002	2.079	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
709	15.005	2.025	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
727	16.002	2.089	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
767	17.002	2.085	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
767	17.002	2.085	3.3.90.30.00.00.00.00	01045
774	17.002	2.085	4.4.90.52.00.00.00.00	00000
811	18.002	2.055	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
811	18.002	2.055	3.3.90.30.00.00.00.00	01045
811	18.002	2.055	3.3.90.30.00.00.00.00	01045
811	18.002	2.055	3.3.90.30.00.00.00.00	01060
819	18.002	2.055	4.4.90.52.00.00.00.00	00000
833	19.002	2.093	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
833	19.002	2.093	3.3.90.30.00.00.00.00	01045
833	19.002	2.093	3.3.90.30.00.00.00.00	01060
841	19.002	2.093	4.4.90.52.00.00.00.00	00000

3.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços originária, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista no art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Goioerê-Pr, 15 de dezembro de 2025.

Assinado Digitalmente

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO

Município de Goioerê

Assinado Digitalmente

SANDRO ROBERTO MENDES

MX Solutions Importação e Exportação LTDA

Publicado por:
Tiago Faquineti de Aragão
Código Identificador:3E1E8E4C

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº. 9.601/2.025

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL Nº 3104/2024, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 1.633.095,67 (um milhão e seiscentos e trinta e três mil e noventa e cinco reais e sessenta e sete centavos), para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03.000 - SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO	
03.003 - GABINETE DO PREFEITO	
03.003.4.122.2.2054-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$350,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	350,00
03.000 - SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO	
03.004 - GABINETE DO VICE-PREFEITO	
03.004.4.122.2.2057-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$160,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	160,00
08.000 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
08.002 - DEPARTAMENTO DO PROCON	
08.002.4.122.2.2007-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$1.354,78
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	1.354,78
08.000 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
08.002 - DEPARTAMENTO DO PROCON	

08.002.4.122.2.2007-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$2.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.002 - DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
09.002.4.128.5.2015-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$6.583,81
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	6.583,81
09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.002 - DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
09.002.4.128.5.2015-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$3.620,70
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	3.620,70
09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.002 - DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
09.002.4.128.5.2015-3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	R$749,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	749,00
09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.004 - DEPARTAMENTO APOIO ADMINIST. PORTAL TRANSPARENCIA	
09.004.4.126.5.2099-3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	R$2.019,16
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	2.019,16
11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	
11.003 - DEPARTAMENTO DE TESOURARIA	
11.003.4.123.5.2020-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$1.028,22
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	1.028,22
11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	
11.004 - DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO	
11.004.4.129.5.2021-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$870,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	870,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.002 - DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS DE SAUDE	
12.002.10.301.10.2064-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$661.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	661.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.002 - DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS DE SAUDE	
12.002.10.301.10.2064-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$140.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	140.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.002 - DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS DE SAUDE	
12.002.10.301.10.2064-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$70.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	70.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.002 - DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS DE SAUDE	
12.002.10.301.10.2123-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$218.592,00
01051.01051.09.02.06.20.1.604.0000 Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de	218.592,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.002 - DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS DE SAUDE	
12.002.10.301.10.2123-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$1.500,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	1.500,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.002 - DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS DE SAUDE	
12.002.10.302.12.2131-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$15.200,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	15.200,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.002 - DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS DE SAUDE	
12.002.10.302.12.2131-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$1.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	1.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.002 - DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS DE SAUDE	
12.002.10.302.12.2131-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$220,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	220,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.002 - DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS DE SAUDE	
12.002.10.302.12.2139-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$9.115,03
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	9.115,03
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.002 - DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS DE SAUDE	
12.002.10.302.12.2139-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$7.360,76
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	7.360,76
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.002 - DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS DE SAUDE	
12.002.10.302.12.2139-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$978,78
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	978,78
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.002 - DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS DE SAUDE	
12.002.10.302.12.2139-3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	R$1.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	1.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.002 - DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS DE SAUDE	
12.002.10.303.11.2060-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$86.557,39
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	86.557,39
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.002 - DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS DE SAUDE	
12.002.10.303.11.2060-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$13.570,54
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	13.570,54
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.002 - DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS DE SAUDE	
12.002.10.303.11.2060-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$10.836,22
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	10.836,22
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.003 - OUVIDOR MUNICIPAL DA SAUDE	
12.003.10.301.10.2065-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$1.139,02

00000.00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários (Livres)	1.139,02
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.004 - DEPARTAMENTO VIGILANCIA SANITARIA E EPIDEMIOLOGICA	
12.004.10.305.13.2176-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$39.672,00
01051.01051.09.02.06.20.1.604.0000 Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de	39.672,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.004 - DEPARTAMENTO VIGILANCIA SANITARIA E EPIDEMIOLOGICA	
12.004.10.305.13.2176-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$20.392,88
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	20.392,88
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.004 - DEPARTAMENTO VIGILANCIA SANITARIA E EPIDEMIOLOGICA	
12.004.10.305.13.2176-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$553,26
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	553,26
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.005 - DEPARTAMENTO CLINICO DE UNIDADE TRANSFUSIONAL	
12.005.10.302.12.2106-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$349,65
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	349,65
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.007 - DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO A SAUDE	
12.007.10.301.10.2107-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$3.745,98
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	3.745,98
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.007 - DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO A SAUDE	
12.007.10.301.10.2107-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$10.116,78
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	10.116,78
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.007 - DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO A SAUDE	
12.007.10.301.10.2107-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$1.405,04
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	1.405,04
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.008 - DEPARTAMENTO DE ESPECIALIDADES	
12.008.10.302.12.2141-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$75.443,55
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	75.443,55
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.008 - DEPARTAMENTO DE ESPECIALIDADES	
12.008.10.302.12.2141-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$14.178,21
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	14.178,21
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.008 - DEPARTAMENTO DE ESPECIALIDADES	
12.008.10.302.12.2141-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$3.466,25
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	3.466,25
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.008 - DEPARTAMENTO DE ESPECIALIDADES	
12.008.10.302.12.2141-3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	R$2.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.002 - DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS SOCIAIS	
14.002.8.244.14.2078-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$4.800,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	4.800,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.002 - DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS SOCIAIS	
14.002.8.244.14.2076-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$12.120,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	12.120,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.002 - DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS SOCIAIS	
14.002.8.244.14.2076-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$5.900,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	5.900,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.003 - DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
14.003.8.243.15.2084-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$11.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	11.000,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.004 - DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA	
14.004.8.482.14.2113-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$15.500,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	15.500,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.004 - DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA	
14.004.8.482.14.2113-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$1.280,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	1.280,00
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.002 - DEPARTAMENTO MANUT.EQUIPAMENTOS,MAQUINAS E VEICULO	
15.002.26.782.6.2022-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$2.500,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	2.500,00
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.003 - DEPARTAMENTO DE OBRAS PUBLICAS	
15.003.15.451.6.2170-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$9.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	9.000,00
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.004 - DEPARTAMENTO RODOVIARIO	
15.004.26.782.6.2023-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$2.200,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	2.200,00
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.005 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.005.15.452.19.2025-3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	R$1.066,66
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	1.066,66
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.002 - DEPARTAMENTO AGROPECUARIO	
16.002.20.606.17.2089-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$4.100,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	4.100,00

18.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
18.002 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
18.002.27.812.9.2055-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$77.500,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	77.500,00
18.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
18.002 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
18.002.27.812.9.2055-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$20.600,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	20.600,00
18.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
18.002 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
18.002.27.812.9.2055-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$30.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
19.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
19.002 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	
19.002.13.392.20.2093-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$7.400,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	7.400,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$258.264,00
01051.01051.09.02.06.20.1.604.0000 Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de	258.264,00
02.000 - SECRETARIA EXECUTIVA DE GOVERNO	
02.001 - GABINETE DO SECRETARIO EXECUTIVO DE GOVERNO	
02.001.4.122.2.2002-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$7.535,02
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	7.535,02
02.000 - SECRETARIA EXECUTIVA DE GOVERNO	
02.001 - GABINETE DO SECRETARIO EXECUTIVO DE GOVERNO	
02.001.4.122.2.2002-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$645,82
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	645,82
02.000 - SECRETARIA EXECUTIVA DE GOVERNO	
02.002 - DEPARTAMENTO EXECUTIVO DE GOVERNO	
02.002.4.122.2.2003-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$4.240,83
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	4.240,83
02.000 - SECRETARIA EXECUTIVA DE GOVERNO	
02.003 - DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PUBLICAS	
02.003.4.122.2.2004-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$5.389,16
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	5.389,16
03.000 - SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO	
03.001 - SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO	
03.001.4.122.2.2005-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$30.820,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	30.820,00
03.000 - SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO	
03.001 - SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO	
03.001.4.122.2.2005-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$2.900,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	2.900,00
03.000 - SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO	
03.001 - SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO	
03.001.4.122.2.2006-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$5.040,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	5.040,00
03.000 - SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO	
03.001 - SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO	
03.001.4.122.2.2006-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$400,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	400,00
03.000 - SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO	
03.001 - SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO	
03.001.4.122.2.2006-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$1.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
03.000 - SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO	
03.002 - OUVIDOR MUNICIPAL	
03.002.4.122.2.2014-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$5.450,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	5.450,00
03.000 - SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO	
03.003 - GABINETE DO PREFEITO	
03.003.4.122.2.2054-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$19.146,66
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	19.146,66
03.000 - SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO	
03.004 - GABINETE DO VICE-PREFEITO	
03.004.4.122.2.2057-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$9.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	9.000,00
04.000 - ASSESSORIA JURIDICA	
04.001 - ASSESSORIA JURIDICA	
04.001.2.61.4.2010-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$82.500,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	82.500,00
04.000 - ASSESSORIA JURIDICA	
04.001 - ASSESSORIA JURIDICA	
04.001.2.61.4.2010-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$12.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	12.000,00
04.000 - ASSESSORIA JURIDICA	
04.001 - ASSESSORIA JURIDICA	
04.001.2.61.4.2010-3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	R$710,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	710,00
05.000 - ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL	

05.001 - ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL	
05.001.4.131.4.2009-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$16.300,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	16.300,00
05.000 - ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL	
05.001 - ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL	
05.001.4.131.4.2009-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$1.700,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	1.700,00
06.000 - COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO	
06.001 - COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO	
06.001.4.124.2.2013-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$124.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	124.000,00
06.000 - COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO	
06.001 - COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO	
06.001.4.124.2.2013-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$15.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
06.000 - COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO	
06.001 - COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO	
06.001.4.124.2.2013-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$1.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
07.000 - ASSESSORIA CONTABIL E TRIBUTARIA	
07.001 - ASSESSORIA CONTABIL E TRIBUTARIA	
07.001.4.123.4.2012-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$8.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	8.000,00
07.000 - ASSESSORIA CONTABIL E TRIBUTARIA	
07.001 - ASSESSORIA CONTABIL E TRIBUTARIA	
07.001.4.123.4.2012-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$1.800,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	1.800,00
08.000 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
08.001 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
08.001.2.62.2.2008-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$66.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	66.000,00
08.000 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
08.001 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
08.001.2.62.2.2008-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$6.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	6.000,00
08.000 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
08.001 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
08.001.2.62.2.2008-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$30.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.001 - GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.001.4.122.3.2098-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$10.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.002 - DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
09.002.4.128.5.2015-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$7.800,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	7.800,00
09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.003 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS	
09.003.4.122.5.2018-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$140.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	140.000,00
09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.003 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS	
09.003.4.122.5.2018-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$8.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	8.000,00
09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.003 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS	
09.003.4.122.5.2018-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$28.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	28.000,00
09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.004 - DEPARTAMENTO APOIO ADMINIST. PORTAL TRANSPARENCIA	
09.004.4.126.5.2099-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$36.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	36.000,00
09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.004 - DEPARTAMENTO APOIO ADMINIST. PORTAL TRANSPARENCIA	
09.004.4.126.5.2099-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$10.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.004 - DEPARTAMENTO APOIO ADMINIST. PORTAL TRANSPARENCIA	
09.004.4.126.5.2099-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$11.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	11.000,00
10.000 - SECRETARIA MUNICIPAL PLANEJAMENTO/DESENV.URBANO	
10.001 - GABINETE SECR.MUNICIPAL PLANEJAMENTO/DESENV.URBANO	
10.001.4.122.3.2101-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$31.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	31.000,00
10.000 - SECRETARIA MUNICIPAL PLANEJAMENTO/DESENV.URBANO	
10.001 - GABINETE SECR.MUNICIPAL PLANEJAMENTO/DESENV.URBANO	
10.001.4.122.3.2101-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$3.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
10.000 - SECRETARIA MUNICIPAL PLANEJAMENTO/DESENV.URBANO	
10.002 - PLANEJAMENTO E CAPTAÇÃO DE RECURSOS	
10.002.4.122.3.2011-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$9.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	9.000,00
10.000 - SECRETARIA MUNICIPAL PLANEJAMENTO/DESENV.URBANO	
10.003 - DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
10.003.4.122.5.2102-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$48.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	48.000,00
10.000 - SECRETARIA MUNICIPAL PLANEJAMENTO/DESENV.URBANO	
10.003 - DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO	

10.003.4.122.5.2102-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$5.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
10.000 - SECRETARIA MUNICIPAL PLANEJAMENTO/DESENV.URBANO	
10.004 - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E PROJETOS	
10.004.4.122.5.2103-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$8.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	8.000,00
10.000 - SECRETARIA MUNICIPAL PLANEJAMENTO/DESENV.URBANO	
10.004 - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E PROJETOS	
10.004.4.122.5.2103-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$30.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
10.000 - SECRETARIA MUNICIPAL PLANEJAMENTO/DESENV.URBANO	
10.004 - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E PROJETOS	
10.004.4.122.5.2103-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$7.700,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	7.700,00
11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	
11.001 - GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE FAZENDA	
11.001.4.123.3.2104-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$10.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	
11.002 - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	
11.002.4.121.5.2019-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$216.700,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	216.700,00
11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	
11.002 - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	
11.002.4.121.5.2019-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$15.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	
11.004 - DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO	
11.004.4.129.5.2021-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$99.012,85
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	99.012,85
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001.10.122.10.2109-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$8.836,22
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	8.836,22
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.002 - DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS DE SAUDE	
12.002.10.301.10.2123-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$138.502,50
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	138.502,50
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.002 - DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS DE SAUDE	
12.002.10.303.11.2060-3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	R$1.139,02
00000.00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários (Livres)	1.139,02
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.004 - DEPARTAMENTO VIGILANCIA SANITARIA E EPIDEMIOLOGICA	
12.004.10.305.13.2176-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$36.563,59
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	36.563,59

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.

Goioerê - Paraná, 16 de dezembro de 2025

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO

Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Tiago Henrique de Rezende Salles
Código Identificador:A9129DF7

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº. 9.602/2.025

ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL Nº 3104/2024, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 1.688.891,63 (um milhão e seiscentos e oitenta e oito mil e oitocentos e noventa e um reais e sessenta e três centavos), para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02.000 - SECRETARIA EXECUTIVA DE GOVERNO	
02.001 - GABINETE DO SECRETARIO EXECUTIVO DE GOVERNO	
02.001.4.122.2.2002-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$423,43
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	423,43
03.000 - SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO	
03.001 - SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO	
03.001.4.122.2.2006-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$156,71
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	156,71
04.000 - ASSESSORIA JURIDICA	
04.001 - ASSESSORIA JURIDICA	
04.001.2.61.4.2010-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$2.113,57
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	2.113,57
04.000 - ASSESSORIA JURIDICA	
04.001 - ASSESSORIA JURIDICA	
04.001.2.61.4.2010-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$420,56
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	420,56
05.000 - ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL	
05.001 - ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL	
05.001.4.131.4.2009-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$15,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	15,00
06.000 - COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO	
06.001 - COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO	
06.001.4.124.2.2013-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$20,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	20,00
07.000 - ASSESSORIA CONTABIL E TRIBUTARIA	
07.001 - ASSESSORIA CONTABIL E TRIBUTARIA	
07.001.4.123.4.2012-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$6.129,72
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	6.129,72
07.000 - ASSESSORIA CONTABIL E TRIBUTARIA	
07.001 - ASSESSORIA CONTABIL E TRIBUTARIA	
07.001.4.123.4.2012-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$723,63
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	723,63
08.000 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
08.001 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
08.001.2.62.2.2008-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$1.138,68
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	1.138,68
09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.002 - DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
09.002.4.128.5.2015-3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	R$1,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	1,00
09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.003 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS	
09.003.4.122.5.2018-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$6.012,53
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	6.012,53
09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.003 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS	
09.003.4.122.5.2018-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$1.359,13
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	1.359,13
09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.004 - DEPARTAMENTO APOIO ADMINIST. PORTAL TRANSPARENCIA	
09.004.4.126.5.2099-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$1.197,49
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	1.197,49
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.002 - DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS DE SAUDE	
12.002.10.301.10.2064-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$2.762,99
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	2.762,99
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.002 - DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS DE SAUDE	
12.002.10.301.10.2064-3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	R$3.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	3.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.002 - DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS DE SAUDE	
12.002.10.302.12.2131-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$200,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	200,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
13.002.12.361.7.2028-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$1.210.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	1.210.000,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
13.002.12.365.7.2037-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$30.548,46
01038.01038.02.01.00.00.1.542.1070Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAT - 70%	30.548,46
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
13.002.12.361.7.2028-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$186.282,44
01080.01080.02.01.00.00.1.546.1070Transferências do FUNDEB - Complementação da União – ETI	186.282,44

13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
13.002.12.365.7.2037-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$156.857,05
01080.01080.02.01.00.00.1.546.1070Transferências do FUNDEB - Complementação da União – ETI	156.857,05
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
13.002.12.365.7.1507-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$13.092,21
01039.01039.02.01.00.00.1.542.0000Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAT - 30%	13.092,21
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.002 - DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS SOCIAIS	
14.002.8.244.14.2076-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$157,73
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	157,73
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.002 - DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS SOCIAIS	
14.002.8.244.14.2076-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$6.176,71
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	6.176,71
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.002 - DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS SOCIAIS	
14.002.8.244.14.2076-3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	R$3.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.003 - DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
14.003.8.243.15.2084-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$600,12
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	600,12
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.004 - DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA	
14.004.8.482.14.2113-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$435,12
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	435,12
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.004 - DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA	
14.004.8.482.14.2113-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$509,91
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	509,91
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.002 - DEPARTAMENTO MANUT.EQUIPAMENTOS,MAQUINAS E VEICULO	
15.002.26.782.6.2022-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$814,45
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	814,45
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.002 - DEPARTAMENTO MANUT.EQUIPAMENTOS,MAQUINAS E VEICULO	
15.002.26.782.6.2022-3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	R$3.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.003 - DEPARTAMENTO DE OBRAS PUBLICAS	
15.003.15.451.6.2170-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$7.475,79
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	7.475,79
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.004 - DEPARTAMENTO RODOVIARIO	
15.004.26.782.6.2023-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$50,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	50,00
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.004 - DEPARTAMENTO RODOVIARIO	
15.004.26.782.6.2023-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$962,08
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	962,08
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.002 - DEPARTAMENTO AGROPECUARIO	
16.002.20.606.17.2089-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$9.443,06
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	9.443,06
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.002 - DEPARTAMENTO AGROPECUARIO	
16.002.20.606.17.2089-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$4.256,19
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	4.256,19
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.003 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E REC.HIDRICOS	
16.003.18.541.18.2092-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$18.722,82
00511.00511.01.07.00.00.1.753.0000Taxas - Prestação de Serviços	18.722,82
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.003 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E REC.HIDRICOS	
16.003.18.541.18.2092-3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	R$4.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.003 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E REC.HIDRICOS	
16.003.18.541.18.2092-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$4.348,00
00511.00511.01.07.00.00.1.753.0000Taxas - Prestação de Serviços	4.348,00
19.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
19.002 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	
19.002.13.392.20.2093-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$2.485,05
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	2.485,05

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$509,91
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	509,91
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$23.070,82
00511.00511.01.07.00.00.1.753.0000Taxas - Prestação de Serviços	23.070,82
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$30.548,46
01038.01038.02.01.00.00.1.542.1070Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAT - 70%	30.548,46
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$13.092,21
01039.01039.02.01.00.00.1.542.0000Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAT - 30%	13.092,21
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$343.139,49
01080.01080.02.01.00.00.1.546.1070Transferências do FUNDEB - Complementação da União – ETI	343.139,49
02.000 - SECRETARIA EXECUTIVA DE GOVERNO	
02.001 - GABINETE DO SECRETARIO EXECUTIVO DE GOVERNO	
02.001.4.122.2.2002-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$3.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
04.000 - ASSESSORIA JURIDICA	
04.001 - ASSESSORIA JURIDICA	
04.001.2.61.4.2010-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	R$2.113,57
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	2.113,57
04.000 - ASSESSORIA JURIDICA	
04.001 - ASSESSORIA JURIDICA	
04.001.2.61.4.2010-3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R$420,56
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	420,56
05.000 - ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL	
05.001 - ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL	
05.001.4.131.4.2009-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$15,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	15,00
06.000 - COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO	
06.001 - COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO	
06.001.4.124.2.2013-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	R$20,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	20,00
06.000 - COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO	
06.001 - COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO	
06.001.4.124.2.2013-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	R$6.129,72
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	6.129,72
06.000 - COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO	
06.001 - COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO	
06.001.4.124.2.2013-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	R$723,63
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	723,63
08.000 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
08.001 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
08.001.2.62.2.2008-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$1.138,68
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	1.138,68
08.000 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
08.001 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
08.001.2.62.2.2008-3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	R$1.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.002 - DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
09.002.4.128.5.2015-3.1.90.03.00.00.00.00 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$1.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.002 - DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
09.002.4.128.5.2015-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$1,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	1,00
09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.003 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS	
09.003.4.122.5.2018-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$1.012,53
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	1.012,53
09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.003 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS	
09.003.4.122.5.2018-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$1.359,13
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	1.359,13
09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.003 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS	
09.003.4.122.5.2018-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$1.197,49
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	1.197,49
11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	
11.002 - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	
11.002.4.121.5.2019-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$156,71
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	156,71
11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	
11.002 - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	
11.002.4.121.5.2019-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$423,43
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	423,43
11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	
11.002 - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	
11.002.4.121.5.2019-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$2.762,99
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	2.762,99
11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	
11.003 - DEPARTAMENTO DE TESOURARIA	
11.003.28.843.0.0001-3.2.90.21.00.00.00.00 - JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	R$100.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.002 - DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS DE SAUDE	
12.002.10.302.12.2131-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$200,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	200,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.002 - DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS DE SAUDE	

12.002.10.301.10.2123-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$3.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	3.000,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.001 - GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL	
14.001.8.122.14.2112-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$157,73
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	157,73
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.001 - GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL	
14.001.8.122.14.2112-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$6.176,71
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	6.176,71
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.002 - DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS SOCIAIS	
14.002.8.244.14.2076-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$3.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.003 - DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
14.003.8.243.15.2336-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$435,12
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	435,12
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.003 - DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
14.003.8.243.15.2084-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$600,12
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	600,12
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.002 - DEPARTAMENTO MANUT.EQUIPAMENTOS,MAQUINAS E VEICULO	
15.002.26.782.6.2022-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$814,45
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	814,45
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.003 - DEPARTAMENTO DE OBRAS PUBLICAS	
15.003.15.451.6.2170-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$7.475,79
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	7.475,79
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.003 - DEPARTAMENTO DE OBRAS PUBLICAS	
15.003.15.451.6.2170-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$70.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	70.000,00
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.003 - DEPARTAMENTO DE OBRAS PUBLICAS	
15.003.15.451.6.2170-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$3.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.003 - DEPARTAMENTO DE OBRAS PUBLICAS	
15.003.15.451.6.1500-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	R$590.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	590.000,00
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.003 - DEPARTAMENTO DE OBRAS PUBLICAS	
15.003.15.451.6.1430-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	R$250.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	250.000,00
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.004 - DEPARTAMENTO RODOVIARIO	
15.004.26.782.6.2023-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$50,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	50,00
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.004 - DEPARTAMENTO RODOVIARIO	
15.004.26.782.6.2023-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$962,08
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	962,08
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.005 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.005.15.452.19.2025-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$200.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	200.000,00
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.002 - DEPARTAMENTO AGROPECUARIO	
16.002.20.606.17.2089-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$9.443,06
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	9.443,06
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.002 - DEPARTAMENTO AGROPECUARIO	
16.002.20.606.17.2089-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$4.256,19
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	4.256,19
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.003 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E REC.HIDRICOS	
16.003.18.541.18.2092-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$4.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
19.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
19.002 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	
19.002.13.392.20.2093-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$2.485,05
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários (Livres)	2.485,05

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.

Goioerê - Paraná, 17 de dezembro de 2025

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO

Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Tiago Henrique de Rezende Salles
Código Identificador:D61A252E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 414 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025 CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES AOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 414 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Súmula: Resolve conceder Férias regulamentares aos servidores da Secretaria Municipal de Administração, dando outras providências.

EDER DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Goioxim, Estado do Paraná, com base na Lei Complementar Municipal nº 03 de 31 de março de 2025 e Lei Complementar 01/2006 de 10 de abril de 2006, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder férias regulamentares de 30(trinta) dias, aos servidores da Secretaria Municipal de Administração, a contar da data de 05 de janeiro de 2026, conforme segue:

Matrícula	Servidor	Cargo
13411	Gilson Tauscher	Tecnico Em Tributos
138005	Hellen Nayane Silverio	Auxiliar Administrativo
8501	Nelson Ferreira de Souza	Tecnico Administrativo
138036	Carlos Gustavo Schadeck Marcondes	Chefe da Divisão de Colaboração com o Detran
137766	Keila Aparecida Marcondes Didur	Auxiliar de Serv Gerais
137767	Cleris Lisboa Bastos	Auxiliar de Serv Gerais

Art. 2º – Conceder férias regulamentares de 15(quinze) dias, aos servidores da Secretaria Municipal de Administração, a contar da data de 05 de janeiro de 2026, conforme segue:

Matrícula	Servidor	Cargo
66611	Jocelio Kordiak	Contador

Art. 3º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

EDER DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado por:
Tassiele Maria Pedroso
Código Identificador:D09C9A73

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 417 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025 RETIRAR AS GRATIFICAÇÕES DE ESCOLA EM DIFÍCIL ACESSO E JORNADA SUPLEMENTAR

PORTARIA Nº 417 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Súmula: Resolve retirar as Gratificações de Escola em Difícil Acesso e Jornada Suplementar dos servidores:

EDER DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, com base na Lei Complementar Municipal nº 001 de 21 de dezembro de 2018; e Lei Complementar 01/2006 de 10 de abril de 2006

R E S O L V E

Art. 1º- Retirar as Gratificação de Escola em Difícil Acesso, a partir de 12 de dezembro de 2025, dos servidores a seguir:

Matricula	***Servidor***
137910	Adaiana Almeida Melo
20971	Andrica Zay Boligon
50711	Clair da Rosa Ramos
25001	Luzia Fatima de Oliveira
52021	Sebastiana de Jesus Ramos Ferraz
57461	Zelinda de Lourdes Ribeiro

Art. 2º- Retirar Jornada Suplementar, a partir de 12 de dezembro de 2025, dos servidores a seguir:

Matricula	***Servidor***
137910	Adaiana Almeida Melo
24021	Arlete Linhares de Almeida
138007	Daiane de Fatima Ferreira
11811	Deucelia Aparecida Cavalheiro
137924	Dienefer de Fatima Grade
25771	Ediane Maria Pierin
137862	Edilaine Alves do Nascimento das Neves
72931	Gislaine Zorzanello
138008	Isabel Cristina Franco de Lima
25001	Luzia Fatima de Oliveira
35311	Marilza de Fatima da Cruz
19961	Maristela Rizzi Esteche
138026	Mariza Aparecida Soares Ferreira
67421	Marli de Fatima de Souza Cordeiro
137934	Natanael Felipe Grade
35571	Neile Katrucha Ferreira
36971	Rosilda Aparecida Schadeck
84771	Rosilene Marcondes de Mattos
137856	Savania Ramos
29171	Vera Lucia Andrade
57461	Zelinda de Lourdes Ribeiro

Art. 3º- Retirar Jornada Suplementar, a partir de 19 de dezembro de 2025, da servidora Sandra Cristina Kipper, matricula funcional nº 20201.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

EDER DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado por:
Tassiele Maria Pedroso
Código Identificador:85F86846

MUNICIPIO DE GOIOXIM
TERMO DE ADJUDICAÇÃO HOMOLOGAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 76/2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO HOMOLOGAÇÃO

Dispensa Eletrônica Nº 76/2025

PROCESSO LICITATÓRIO 156/2025

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Prefeito Municipal, HOMOLOGA E ADJUDICA nos termos da Lei nº 14.133/21, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto é: Aquisição de Brinquedos Infláveis, balanço e playgrounds que visa atender crianças que participam do Programa Primeira Infância, conforme solicitação da Assistência Social do município de Goioxim-PR, fundamentada no Inciso II, do ART. 75 da Lei nº 14.133/21, RATIFICA, ADJUDICA E HOMOLOGA a aludida dispensa, tendo como vencedora as empresas:

BRINQBEL INDUSTRIA E COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA EPP CNPJ: 18.066.360/0001-51 / I.E: 90.629.188-69 RUA LUIZ HELLMANN, 96. B. SÃO MIGUEL CEP: 85.602-820 - FRANCISCO BELTRÃO-PR

DISTRITO INDUSTRIAL DANTE MANFROI, BARRACÃO 03 TEL: (46) 3524-7704 / 3523-6901 / 9917-0022 / 9 9930-0015 Home Page: www.brinqbel.com.br E-MAIL: contato@brinqbel.com.br

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	Playground de madeira plastica, com certificado do ABNT, medindo no minimo 8X6, com no minimo 3 torres, escadas, escorregas, tubo, passarela etc.	Krenke/Mod. 0301	UN	1,00	29.455,00	29.455,00
TOTAL							29.455,00

CAROLINE MUHLFEIT VENTURA SCHMEIL 04826098936 estabelecida na Rua Lange de Morretes, 237, Jardim Social, CEP: 82.520-530, Curitiba-PR, telefone 061991004395, dagger.group@gmail.com, inscrita no CNPJ sob nº 34.264.974/0001-02 neste ato representada por CAROLINE MUHLFEIT VENTURA SCHMEIL,

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	2	Balão pula pula castelinho inflavel com escorregador telado fabricado Balão pula pula castelinho inflavel com escorregador telado fabricado em KP1000. edidas (CxLxA): 5,0om x 3,0om x 2,40m. Peso total do produto: 50 kg. Peso máximo suportado: 100 Kg. Idade recomendada: Até 7 anos. Dimensões do produto (CxLxA): 5,00m x 3,00m x 2,40m. Dimensões das embalagens (CxLxA): 0,50cm x 0,50cm x 1,00m. Motor 680W Bivolt. ITENS INCLUIDOS 1 Brinquedo inflável 1 Saco para transporte 1 Motor soprado	AJITA	UN	1,00	7.000,00	7.000,00
1	5	BALANÇO AÇO P-60 – DESCRIÇÃO TÉCNICA COMPLETA: O Balanço Aço P-60 é um BALANÇO AÇO P-60 – DESCRIÇÃO TÉCNICA COMPLETA: O Balanço Aço P-60 é um equipamento infantil destinado a áreas de lazer públicas, privadas e escolares, desenvolvido para atender aos requisitos de segurança, durabilidade e acessibilidade previstos nas normas técnicas vigentes. Apresenta construção robusta, com materiais de alta resistência mecânica, proteção anticorrosiva e acabamento adequado para uso intenso e prolongado em ambientes externos. Estrutura principal confeccionada em tubo de aço galvanizado a fogo, medida 2' (duas polegadas) x 2 mm de parede, garantindo elevada resistência mecânica e proteção anticorrosiva. Estrutura montada em formato reforçado para suportar movimentos pendulares contínuos, mantendo estabilidade e evitando torções. Equipamento sustentado por 4 colunas estruturais fabricadas em alumínio extrudado 9 x 9 cm com reforço interno, aumentando a rigidez e a capacidade de carga. As colunas possuem tratamento anticorrosivo e acabamento com pintura eletrostática em tinta poliéster na cor marrom, resistente à abrasão, intempéries e radiação UV. As conexões entre tubos, colunas e travessas são desenvolvidas para evitar folgas e ruídos, aumentando a vida útil do equipamento. Todos os elementos de fixação (parafusos, porcas, arruelas) são fabricados em aço inoxidável ou galvanizado, com travamento tipo porca travante (nyloc), impedindo afrouxamento por vibração. A fixação dos assentos é realizada com buchas de nylon de alta densidade de 25 mm, proporcionando suavidade no balanço e reduzindo o desgaste do conjunto. Os assentos são produzidos em alumínio fundido de alta resistência, com bordas arredondadas e formato anatômico. Possuem revestimento externo em borracha flexível antiderrapante, que proporciona maior segurança e evita aquecimento excessivo pelo sol. Todo o acabamento é livre de rebarbas ou saliências que possam causar lesões. As correntes são fabricadas em aço 6 mm, com elos curtos calibrados, evitando riscos de aprisionamento dos dedos das crianças. As correntes recebem tratamento anticorrosivo e possuem comprimento adequado para altura ergonômica infantil, garantindo movimento pendular suave e controlado. Todas as peças metálicas recebem tratamento antiferruginoso antes	KRENKE P60B	UN	1,00	5.400,00	5.400,00

		da aplicação da pintura eletrostática em pó (poliéster), que confere alta durabilidade, resistência a UV e baixa necessidade de manutenção. O equipamento atende aos requisitos previstos na ABNT NBR 16071 (Partes 1 a 7), incluindo exigências de segurança, espaçamento, métodos de ensaio e áreas de impacto. É recomendada a instalação em solo amortecedor, como areia, granulado de borracha, grama sintética ou EVA, conforme a norma. O equipamento é projetado para fixação por chumbadores metálicos ou sapatas de concreto enterradas, garantindo estabilidade e evitando tombamento. Possui construção com materiais resistentes à oxidação, permitindo longa vida útil mesmo em ambientes externos, com manutenção simplificada baseada em reaperto de fixações e inspeção visual periódica					
TOTAL							12.400,00

LIDIANE SENA DE MORAIS EPP CNPJ 04.716.651/0001-33 Rua Eduardo Pinto da Rocha, 1512, Sala 10, Alto Boqueirão – Curitiba / PR CEP: 81850000 Fone (92) 99278-8880 - Site: www.combraz.com - e-mail: vendas@combraz.com

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	3	Cama elástica infantil, com materiais resistentes e certificado de seg Cama elástica infantil, com materiais resistentes e certificado de segurança, medindo no mínimo 2,40 m de diâmetro, equipada com estrutura em aço galvanizado, lona de salto reforçada, proteção completa de molas, rede de segurança e hastes acolchoadas. Acompanha acesso com abertura em zíper e todos os itens de fixação necessários. capacidade 185kg	COMBRAZ	UN	1,00	1.750,00	1.750,00
1	4	Tenda 3X3 Barraca Praia 50 Uv sanfonada a prova D'água	COMBRAZ	UN	1,00	960,00	960,00
1	6	MINI PLAYGROUND KLP 0102 – DESCRIÇÃO TÉCNICA COMPLETA: O Mini Playgrou MINI PLAYGROUND KLP 0102 – DESCRIÇÃO TÉCNICA COMPLETA: O Mini Playground KLP 0102 é um equipamento infantil compacto, seguro e resistente, desenvolvido para creches, pré-escolas, praças e condomínios, projetado para estimular o desenvolvimento motor e sensorial das crianças de forma segura. Possui estrutura fabricada em madeira plástica, aço galvanizado ou alumínio estrutural, conforme modelo do fabricante, garantindo elevada durabilidade, resistência à corrosão, superfícies lisas e cantos arredondados. O conjunto é composto por 1 torre infantil com guarda-corpo ou cobertura, 1 escorregador reto em polietileno rotomoldado de alta resistência com curvas suaves, 1 escada de acesso com degraus antiderrapantes e barras laterais, 1 túnel ou módulo lúdico acoplado (dependendo da versão) e 1 painel interativo com atividades sensoriais e educativas. As peças externas são produzidas em polietileno rotomoldado com proteção UV, resistentes a rachaduras e desbotamento. As partes metálicas possuem galvanização a fogo ou pintura eletrostática em tinta poliéster, proporcionando proteção anticorrosiva. Os elementos de fixação são em aço inox ou zincado, com porcas travantes para evitar afrouxamento. O equipamento atende aos requisitos gerais da ABNT NBR 16071 – Playgrounds, garantindo ausência de pontos de aprisionamento, bordas arredondadas, dimensões seguras e área de impacto compatível. É recomendado o uso em piso amortecedor como borracha, areia ou grama sintética. Indicado para crianças de 1 a 6 anos, comporta em média de 3 a 6 usuários simultaneamente. A instalação é realizada com sapatas metálicas ou chumbadores em base firme, garantindo estabilidade e segurança. O Mini Playground KLP 0102 oferece estímulo ao equilíbrio, coordenação motora e socialização, sendo ideal para espaços reduzidos devido ao seu formato compacto, modular e de baixa manutenção.	COMBRAZ	UN	1,00	10.500,00	10.500,00
TOTAL							13.210,00

Num valor total de: R$ 55.065,00 (Cinquenta e Cinco Mil e Sessenta e Cinco Reais).

Goioxim, 17 de dezembro de 2025.

EDER DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:C53AC3A8

MUNICIPIO DE GOIOXIM
TERMO DE ADJUDICAÇÃO HOMOLOGAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 77/2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO HOMOLOGAÇÃO

Dispensa Eletrônica Nº 77/2025

PROCESSO LICITATÓRIO 159/2025

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Prefeito Municipal, HOMOLOGA E ADJUDICA nos termos da Lei nº 14.133/21, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto é: Aquisição de fogos de artifício destinados à realização de eventos comemorativos promovidos pela Prefeitura Municipal de Goioxim, fundamentada no Inciso II, do ART. 75 da Lei nº 14.133/21, RATIFICA, ADJUDICA E HOMOLOGA a aludida dispensa, tendo como vencedora a empresa:

COIMBRA DISTRIBUIDORA DE FOGOS DE ARTIFICIO LTDA, estabelecida na Rua Pedro Alves, n° 1625, Guarapuava, Paraná, CNPJ: 79.202.230/0001-93, Inscrição Estadual: 40100845-42, Telefone (42) 3623-4976, (42) 99960-2424 E-MAIL: coimbrafogos@hotmail.com, neste ato representada por **JOAO PAULO PATITUCCI MACHADO.**

Descrição	Marca	Und.	Qtd.	V. Unt.	Total	
Torta 110 Tubos 1,8' show infinity vários calibres e ângulos de bomba de cores e brilhos sem estampido	CARUARU	UN	1,00	4.298,00	4.298,00	
Torta 100 Tubos 42mm Efeitos Diversos sem estampidos	PIROCOLOR	UN	1,00	3.378,00	3.378,00	
Torta 102 Tubos 1,8' Efeitos Diversos show infinity vários calibres e ângulos de bombas de cores e brilhos sem estampido	LIDER	UN	1,00	3.370,00	3.370,00	
Torta 216 Tubos, sendo 120 tbs 20mm, 56 tbs 33mm, 40 tbs 44mm Efeitos em leque e reto com vasos traçantes sem estampido	LIDER	UN	1,00	4.698,00	4.698,00	
Torta 127 Tubos, sendo 82 tbs 1,5', 26 tbs 1,8', 19 tubos 3' Efeitos Diversos show infinity vários calibres e ângulos de bombas de cores e brilhos sem estampido	LIDER	UN	1,00	8.897,00	8.897,00	
Torta 134 Tubos, sendo 22 tbs 20mm, 74 tbs 37mm, 28 tbs 44mm, 10 tbs 2,5' Efeitos Diversos show infinity vários calibres e ângulos de bombas de cores e brilhos sem estampido	UFC PREMIUM	UN	1,00	5.913,00	5.913,00	
Torta 60 Tubos, sendo 36 tbs 20mm, 24 tbs 1,5' Efeitos Diversos sem estampido	FOGOS MAIS	UN	5,00	1.299,00	6.495,00	
Bateria 468 Cores	IZIU	UN	5,00	1.087,00	5.435,00	
Kit Morteiro 25 Tubos 2,5' Efeitos Diversos sem estampido	LIDER	UN	1,00	2.341,00	2.341,00	
morteiro 3	PIROCOLOR	UN	2,00	140,00	280,00	
morteiro 4	PIROCOLOR	UN	2,00	266,00	532,00	
morteiro 5	PIROCOLOR	UN	2,00	480,00	960,00	
morteiro 6	PIROCOLOR	UN	2,00	741,00	1.482,00	
morteiro 7	PIROCOLOR	UN	2,00	999,00	1.998,00	
morteiro 8	PIROCOLOR	UN	2,00	1.465,00	2.930,00	
					53.007,00	

Num valor total de: R$ 53.007,00 (Cinqüenta e Três Mil e Sete Reais).

Goioxim, 17 de dezembro de 2025.

EDER DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:AA9C0817

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 10/2025 - Processo Administrativo nº 019/2025

A Presidente da Câmara Municipal de Guaíra-PR., no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, considerando a justificativa apresentada para contratação da prestação do serviço, a existência de saldo orçamentário, parecer jurídico do advogado público desta Casa e a regularidade fiscal demonstrada no processo da empresa detentora da proposta mais vantajosa, e por fim, considerando que o valor proposto está de acordo com o valor praticado no mercado, resolve:

I - ADJUDICAR e HOMOLOGAR, a Dispensa de Licitação, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei nº. 14.133/2021, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle sanitário integrado para combate a pragas urbanas, vetores, abrangendo dedetização, desinsetização, desratização, descupinização e correlatos; bem como limpeza, higienização e desinfecção de caixas d'agua, com fornecimento de mão de obra, materiais, insumos e equipamentos necessários à execução dos serviços, de forma periódica , conforme descrições quantitativas e qualitativas, sendo a melhor proposta:

Lote: 1 - Grupo 01						
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**	
1 - Prestação de serviços de controle de pragas urbanas e vetores (dedetização, desinsetização, desratização, descupinização, higienização e afins), com fornecimento de toda mão de obra, materiais, equipamentos,	METRO QUADRADO		2.000,	R$0,56	R$1.120,00	

ferramentas e produtos adequados, a serem executados nas áreas internas e externas da Câmara Municipal de Guaíra/PR, com periodicidade SEMESTRAL.						
Fornecedor						
465356 - SERGIO ANTONIO ENDRES CNPJ nº 27.809.238/0001-19						
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**	
2 - Prestação de serviços de limpeza, higienização e desinfecção de caixas d'água (reservatórios com capacidade de até 1.000 litros), com fornecimento de todos os materiais, produtos químicos adequados, equipamentos e mão de obra especializada, com periodicidade SEMESTRAL.	UNIDADE		8,	R$280,00	R$2.240,00	
Fornecedor						
465356 - SERGIO ANTONIO ENDRES CNPJ nº 27.809.238/0001-19						
Total Lote:					R$3.360,00	

II - DETERMINO ao setor competente para que proceda às adequações no PNCP e, com a publicação do presente termo, conforme determinação legal, seja providenciado o instrumento de contrato para assinatura das partes.

PUBLIQUE-SE E SE DÊ SEGUIMENTO AO PROCESSO.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Guaíra-PR., 17 de dezembro de 2025.

TEREZA CAMILO DOS SANTOS

Presidente - Gestão 2025/2026

Publicado por:
Andreia Rejane Zavadzki Brunhara
Código Identificador:90688127

CONSAMU
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025 EDITAL Nº 226/2025

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, a Portaria nº 306/2025 e Resolução nº 003/2020 e suas alterações;

Considerando o Edital nº 215/2025 de Abertura do Concurso Público do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, publicado em 03 de dezembro de 2025;

Considerando a necessidade de retificar informação;

RESOLVE:

TORNAR PÚBLICA:

Art. 1º - A retificação do Quadro 1.1 do Anexo do Edital de Abertura, referente aos requisitos mínimos do emprego público de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM Lotação inicial: SAMU,** no município de **Cafelândia – PR**, que passa a vigorar conforme segue:

Cafelândia – PR

Emprego Público	AC	PPP	PcD	Total Geral	Salário	Carga Horária	Escolaridade	Provas

						semanal		
TÉCNICO EM ENFERMAGEM Lotação inicial: SAMU	CR	CR	CR	CR	R$ 2.208,56* + Benefícios	40h	Ensino médio completo **e curso Técnico em Enfermagem**	PO + AT + TAF

Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Cascavel, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

THIAGO DAROSS STEFANELLO

Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU

ANGELA DA SILVA

Presidente da Comissão Organizadora dos Concursos Públicos do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:8DE33BDC

CONSAMU
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025 EDITAL Nº 227/2025

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, a Portaria nº 306/2025 e Resolução nº 003/2020 e suas alterações;

RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO:

Art. 1º - O resultado dos pedidos de isenção, conforme estabelecido no Edital de Abertura do Concurso Público do CONSAMU, para os candidatos de acordo com anexo único deste Edital.

Art. 2º - Não são considerados os pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição do candidato que já tiver efetuado o pagamento da taxa de inscrição no certame em andamento.

Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Cascavel, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

THIAGO DAROSS STEFANELLO

Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU

ANGELA DA SILVA

Presidente da Comissão Organizadora dos Concursos Públicos do CONSAMU

Anexo Único – Resultado dos Pedidos de Isenção

HIPOSSUFICIENTE

Inscrição	Candidato	Cargo	Situação	Justificativa
001801	ADRIANA CALDEIRA DE ASSIS BENEDITO	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
000475	ADRIANA PAULA DA SILVA	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
000230	ADRIANA RIBEIRO DOS SANTOS DA HORA	CAFELÂNDIA - Técnico em Enfermagem (Hospital)	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
000455	ADRYELLE CECILIA GIMENES PEREIRA	CASCAVEL - Assessor Jurídico	DEFERIDO(A)	
001949	ÁGATHA ZAMPIERI COSTA	CASCAVEL - Assessor Jurídico	DEFERIDO(A)	
001363	ALBERTO LUIZ VANONI JUNIOR	VERA CRUZ DO OESTE - Motorista Socorrista	DEFERIDO(A)	
000769	ALESSANDRA FONSECA DO AMARAL	CASCAVEL - Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
001064	ALEXANDRE KEHL PEREIRA	CASCAVEL - Contador	DEFERIDO(A)	
001506	ALEXSANDRA APARECIDA MEDEIROS	CASCAVEL - Técnico em Farmácia	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
001508	ALEXSANDRA APARECIDA MEDEIROS	CASCAVEL - Farmacêutico	DEFERIDO(A)	
001007	ALTAIR JOSE STEIN	CASCAVEL - Enfermeiro	INDEFERIDO(A)	5 | Pessoa excluída | Pessoa está excluída da base de dados do Cadastro Único.
000174	ALYSSON DITZ	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
000175	ALYSSON DITZ	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	DEFERIDO(A)	
000974	ALYSSON WENDELL DOS PASSOS PEREIRA	CASCAVEL - Rádio Operador	DEFERIDO(A)	
000816	AMANDA DA ROCHA MARTINS	CASCAVEL - Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
001253	AMANDA MASOTTI	CASCAVEL - Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
000324	ANA BEATRIZ NOGUEIRA DA SILVA	CAFELÂNDIA - Farmacêutico	DEFERIDO(A)	
001586	ANA CAROLINA PASSOS RIBEIRO PEREIRA	CASCAVEL - Médico 12h	DEFERIDO(A)	
001762	ANA JULIA BLANCK	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
001315	ANA PAULA DOS SANTOS SILVA	TOLEDO - Enfermeiro	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
000152	ANDREIA APARECIDA DE QUADROS	CASCAVEL - Psicólogo	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
001275	ANDRESSA CAROLINA DA CONCEIÇÃO	CASCAVEL - Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
001432	ANDRESSA KOMINEK	CASCAVEL - Enfermeiro	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
001433	ANDRESSA KOMINEK	CASCAVEL - Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
001072	ANDRESSA MACHADO CORREIA	CASCAVEL - Rádio Operador	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
001415	ANGELA RAIANE DE LIMA MENDES	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Médico 24h	DEFERIDO(A)	
000006	ANGELICA FAUSTO DA COSTA	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Técnico em Enfermagem (UPA/Hospital)	DEFERIDO(A)	
000206	ANNA JULIA MORAES TURCATTO	CASCAVEL - Assessor Jurídico	DEFERIDO(A)	
000971	ANNE CAROLINE FERREIRA	CASCAVEL - Rádio Operador	DEFERIDO(A)	
001641	APARECIDA DIAS	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (SAMU)	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
000088	AUGUSTO DOS SANTOS GOMES	CAFELÂNDIA - Médico 24h	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
000966	AUGUSTO DOS SANTOS GOMES	GUAÍRA - Médico 24h	DEFERIDO(A)	
001834	BEATRIZ MAGALHÃES OST	CASCAVEL - Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
000602	BIANCA DA SILVA PRADO	TOLEDO - Médico 24h (SAMU)	DEFERIDO(A)	
001690	BLENO BEZERRA SILVA	CASCAVEL - Médico 12h	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
001803	BRENDA DE FREITAS RODRIGUES	CASCAVEL - Médico 12h	DEFERIDO(A)	
001983	BRUNO GAUER	CASCAVEL - Rádio Operador	DEFERIDO(A)	
000803	CAMILA CRISTINA PRATES MACHADO	BOA VISTA DA APARECIDA - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
000211	CAMILA TIEMI OUTA	CASCAVEL - Psicólogo	DEFERIDO(A)	
001607	CARLOS HENRIQUE DE ARRUDA PAIVA	CASCAVEL - Assessor Jurídico	DEFERIDO(A)	
001184	CAROLINA CLODA DOS SANTOS	CAFELÂNDIA - Assistente Social	DEFERIDO(A)	
001737	CAROLINE RODRIGUES DE AGUIAR TEIXEIRA DE ARAUJO	CAFELÂNDIA - Agente Administrativo	DEFERIDO(A)	
001891	CLAUDIA REGINA DE JESUS	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
000225	CLEBER LUIZ DE OLIVEIRA	VERA CRUZ DO OESTE - Motorista Socorrista	DEFERIDO(A)	
001611	CLÉIA FABIANE MORAES CARLI	CAFELÂNDIA - Agente Administrativo	DEFERIDO(A)	
000476	CLEIDE MARIA GUTH	CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
000990	CLEISON FERREIRA DA SILVA	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	DEFERIDO(A)	
000930	CLIZZILA SAMANTHA TEIXEIRA	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (SAMU)	DEFERIDO(A)	
001659	CRISTIANE APARECIDA DE SOUZA ROCHA	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
001758	CRISTIANE BARCELLOS	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
000263	CRISTIANE DE SOUZA	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
000721	CRISTIANO LOURENCO DE SOUZA	TOLEDO - Motorista Socorrista	DEFERIDO(A)	
000260	CRISTINA AKI SAORI GIOMO SAITO	CASCAVEL - Psicólogo	DEFERIDO(A)	
001202	DAIANE ALBERGHINI	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
001273	DAIANE MAIARA MOURA	CAFELÂNDIA - Assistente Social	DEFERIDO(A)	
000914	DAIANI DE OLIVEIRA RIFFEL	CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
000233	DANIELA DE AQUINO TENÓRIO	CAFELÂNDIA - Assistente Social	DEFERIDO(A)	

000357	DANIELE CRISTINA VICENTIN	CASCAVEL - Médico 12h	DEFERIDO(A)	
001776	DANIELE VITORIA BILESKI	CASCAVEL - Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
001819	DANIELI SAMAI ROCHA	CASCAVEL - Rádio Operador	DEFERIDO(A)	
000683	DANIELLY FREITAS DE SOUSA	CASCAVEL - Farmacêutico	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
000033	DHIONATA CARVALHO FARIA	PALOTINA - Motorista Socorrista	DEFERIDO(A)	
000512	DIEGO CARDOSO TORRES	CASCAVEL - Assessor Jurídico	DEFERIDO(A)	
001763	DIENNIFER DOS SANTOS	CAFELÂNDIA - Agente Administrativo	DEFERIDO(A)	
001873	DIEQUISON CESAR CORREA	CATANDUVAS - Motorista Socorrista	DEFERIDO(A)	
001000	DIRCE SOARES DOS SANTOS	GUARANIAÇU - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
001358	DOLORES GUIMARÃES	SANTA TEREZA DO OESTE - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
001817	EDERSON VEIGA DE OLIVEIRA	CASCAVEL - Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
001705	EDSILVANIA CORDEIRO DOS SANTOS	CAFELÂNDIA - Agente Administrativo	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
000016	EDUARDO AFONSO MARCANTE	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
000021	EDUARDO AFONSO MARCANTE	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	DEFERIDO(A)	
001444	ELAINE MARIA PICK	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (SAMU)	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
000923	ELIANE APARECIDA BELLON REIS	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (SAMU)	DEFERIDO(A)	
000256	ELIARA DE LIMA DA SILVA	PALOTINA - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
000589	ELIELMA MATOS DE SOUZA	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (UPA)	DEFERIDO(A)	
000527	ELIZETH CRISTINE DE MELLO RIBEIRO	CASCAVEL - Assessor Jurídico	DEFERIDO(A)	
001154	ELOÍSA DA SILVA LEAL	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	DEFERIDO(A)	
001702	ELOIZA CAROLINE DO ESPIRITO SANTO GIMENES REPINSKI	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
000936	EMANUELLE DA SILVA KANIGOSKI	TOLEDO - Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
001657	ERIKA CRISTIANE SILVA	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
001583	EVERLANE SANTOS DE SOUZA	CASCAVEL - Psicólogo	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
000591	FABIANA SCHROEDER	CASCAVEL - Rádio Operador	DEFERIDO(A)	
000883	FERNANDA APARECIDA MOSCA GAIAS	ASSIS CHATEUBRIAND - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
001544	FERNANDA THOMAZ	CAFELÂNDIA - Assistente Social	DEFERIDO(A)	
001553	FERNANDO SILVA LEITE	SANTA HELENA - Médico 24h	DEFERIDO(A)	
000517	FORLAN DE OLIVEIRA FILHO	CASCAVEL - Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
000351	FRANCIELE LUCIA BELLON	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (SAMU)	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
000354	FRANCIELE LUCIA BELLON	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (UPA)	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
000355	FRANCIELE LUCIA BELLON	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (UPA)	DEFERIDO(A)	
001057	FRANCIELI DOS SANTOS	CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
000238	FRANCIELLE JANKE PEDROSO	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
000639	GABRIEL CORDOVA	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
000640	GABRIEL CORDOVA	CAFELÂNDIA - Médico 24h	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
000642	GABRIEL CORDOVA	SANTA HELENA - Médico 24h	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
000643	GABRIEL CORDOVA	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Médico 24h	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
000644	GABRIEL CORDOVA	CASCAVEL - Médico 12h	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
000645	GABRIEL CORDOVA	GUAÍRA - Médico 24h	DEFERIDO(A)	
001225	GABRIEL GATTI SOUZA	CASCAVEL - Assessor Jurídico	DEFERIDO(A)	
000248	GABRIELA BARBARA DA SILVA	CASCAVEL - Rádio Operador	DEFERIDO(A)	
001494	GABRIELA DE OLIVEIRA SOARES	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
000565	GABRIELA RIBEIRO DO NASCIMENTO STEIN	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
000613	GABRIELLY VITÓRIA DE OLIVEIRA	TOLEDO - Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
000623	GEANE APARECIDA NASCIMENTO	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (SAMU)	DEFERIDO(A)	
001853	GEOVANE APARECIDO DA CRUZ	CASCAVEL - Rádio Operador	DEFERIDO(A)	
001065	GESSICA FERNANDA ROBERTO	CASCAVEL - Técnico em Farmácia	DEFERIDO(A)	
000103	GEVAIR MARCELO DE SOUZA	SANTA TEREZA DO OESTE - Motorista Socorrista	DEFERIDO(A)	
001504	GILMAR GONÇALVES JUNIOR	CATANDUVAS - Motorista Socorrista	DEFERIDO(A)	
000042	GIOVANI HENRIQUE RIBEIRO DA SILVA	CAFELÂNDIA - Agente Administrativo	DEFERIDO(A)	
000338	GIOVANI VINICIUS CORSO	TOLEDO - Farmacêutico	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
000687	GIRLAYNE FRAZAO BEZERRA	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (SAMU)	DEFERIDO(A)	
001277	GISELA DAYRA BEZERRA RODRIGUES	CASCAVEL - Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
000785	GISLAINE FERREIRA GONCALVES	CATANDUVAS - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
001447	GISLAINE MARCELINA DE FREITAS LUTZ	CASCAVEL - Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
000611	GIZELE CAVALHEIRO DA SILVA	TOLEDO - Motorista Socorrista	DEFERIDO(A)	
001775	GLAICE SILVA LIMA	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
001845	GUILHERME REGO DOURADO	CAFELÂNDIA - Agente Administrativo	DEFERIDO(A)	
000938	HELAINE MACHADO DOS SANTOS	CASCAVEL - Assessor Jurídico	DEFERIDO(A)	
001475	HYRANA GABRIELA LUCAS GUADAGNINI CANDIDO	TOLEDO - Nutricionista	DEFERIDO(A)	
000307	ISABELLA MARANHÃO SANTANA	CASCAVEL - Nutricionista	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
000710	ISABELY PELLOSO DOS SANTOS GONÇALVES	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
001219	ISAIAS YAMIL FERNANDEZ JARA	CASCAVEL - Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
001146	IVANILDO FERREIRA DA SILVA JUNIOR	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
000872	IVONE APARECIDA CORREA DA SILVA	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
000960	IZABEL APARECIDA DE PAULA	CASCAVEL - Enfermeiro	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
001777	JANAINA BARRETO DA SILVA	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (UPA)	DEFERIDO(A)	
000053	JANE VIEIRA	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
000020	JAQUELINE DA CONCEICAO DE OLIVEIRA	CASCAVEL - Assessor Jurídico	DEFERIDO(A)	
000550	JAQUELINE RIBEIRO RAMOS DA SILVA	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
000098	JEFFERSON REINALDO SCHNEIDER	CAFELÂNDIA - Médico 12h	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
000826	JÉSSICA CAROLINE SANTANA	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (SAMU)	DEFERIDO(A)	
001324	JESSICA DAIANE HENCKLEIN GRANVILE DE SOUZA	PALOTINA - Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
000733	JESSICA GABRIELA DE AGUIAR MENGISDSKI	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
000330	JHENIFER CHICOSKI	CASCAVEL - Rádio Operador	DEFERIDO(A)	

001118	JHENIFFER DALMAGRO BUGLIANI	CAFELÂNDIA - Agente Administrativo	DEFERIDO(A)	
000684	JOÃO PAULO CORREA	PALOTINA - Motorista Socorrista	DEFERIDO(A)	
000072	JOÃO PAULO DE ARAUJO LIMA MENDES	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Médico 24h	DEFERIDO(A)	
000362	JOÃO VÍTOR DA COSTA	CAFELÂNDIA - Médico 12h	DEFERIDO(A)	
001242	JOICE CAROLINE PACÍFICO TRATES	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
001924	JORGE MIGUEL SILVA CANTANHEDE	CAFELÂNDIA - Técnico em Enfermagem (SAMU)	DEFERIDO(A)	
000703	JOSÉ RAFAEL GOVATISKI	CASCAVEL - Médico 12h	DEFERIDO(A)	
000451	JOSÉ RENATO DOS SANTOS	PALOTINA - Motorista Socorrista	DEFERIDO(A)	
001062	JOSENILDA LEAL DE BRITO KEHL PEREIRA	CASCAVEL - Técnico em Farmácia	DEFERIDO(A)	
001800	JOSIANE GALVAO GHEZZI	CAFELÂNDIA - Assistente Social	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
001794	JOSIANE SIEVES DOS SANTOS	CASCAVEL - Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
001786	JOSIELLI PIOVESANI	OURO VERDE DO OESTE - Técnico em Enfermagem	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
000668	JOZEMARI RODRIGUES DOS SANTOS	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
000435	JUDITE PEREIRA	CASCAVEL - Contador	DEFERIDO(A)	
001617	JULIANA ALVES VIEIRA	CASCAVEL - Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
000083	JULIANA GOMES DA SILVA MARTINS	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
000626	JULIANA TEIXEIRA AGUIAR CORREA	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
001816	JULIANA TEIXEIRA AGUIAR CORREA	CASCAVEL - Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
001362	JUVITE MAYER	CASCAVEL - Rádio Operador	DEFERIDO(A)	
001354	KARINA PEDROZO DE ANDRADE	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
000632	KARINE ARGENTE	CASCAVEL - Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
000732	KARINE SAMARA LOPES RAMOS	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
000373	KARINY COSTA DE OLIVEIRA	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (UPA)	DEFERIDO(A)	
001158	KATIA BRIESCH	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Técnico em Enfermagem (UPA/Hospital)	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
001162	KATIA DA SILVA FREITAS	CORBÉLIA - Técnico em Enfermagem	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
001165	KATIA DA SILVA FREITAS	CAFELÂNDIA - Técnico em Enfermagem (Hospital)	DEFERIDO(A)	
000282	KEILA MONTEIRO SILVA DOS SANTOS	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
000736	KEILA RIBEIRO DOS SANTOS DE SOUZA	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
000496	KELLY BATTISTUSSI	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
001372	KELLY DENISE MACHADO MOTTER	CASCAVEL - Enfermeiro	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
001867	KELVIN DOLVITSCH FAREZIN	CAFELÂNDIA - Nutricionista	DEFERIDO(A)	
000259	KEMBERLYS GRACIELA HOLDER CORRALES	CASCAVEL - Técnico em Farmácia	DEFERIDO(A)	
000845	KIMBERLI FERNANDA ALVES DE LIMA	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (UPA)	DEFERIDO(A)	
001992	LAHURA RODRIGUES	CASCAVEL - Farmacêutico	DEFERIDO(A)	
001723	LAILA ALVES PADILHA	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
001028	LAINE SOARES DOS SANTOS	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
000179	LAUANA EMANUELLY FERREIRA	TOLEDO - Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
001257	LAURO SANTANA DOS SANTOS NETO	CASCAVEL - Rádio Operador	DEFERIDO(A)	
001099	LEANDRA APARECIDA PIRES SOARES	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
001027	LEIA FERNANDA BARTOLOMEU	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (UPA)	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
001029	LEIA FERNANDA BARTOLOMEU	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (SAMU)	DEFERIDO(A)	
000948	LENIR OLIVEIRA MARTINS DE FREITAS	TUPÃSSI - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
000312	LILIAMAR LOURENÇO TAVARES	ASSIS CHATEUBRIAND - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
000378	LOANA CASSIA BENEDITA GENEROSO	BOA VISTA DA APARECIDA - Técnico em Enfermagem	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
000898	LORENI PAULINO	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (UPA)	DEFERIDO(A)	
000673	LOVANI COLOMBELLI	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Técnico em Enfermagem (UPA/Hospital)	DEFERIDO(A)	
001172	LUANA PLONNKOSKI PENA	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
000758	LUCIANE BOSQUETTE MARIN DA SILVA	PALOTINA - Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
000215	LUCIELLE SILVA NUNES	CASCAVEL - Rádio Operador	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
001423	LUCILENE SOUZA DA TRINDADE	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (SAMU)	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
001049	LUCIMAR CONCEIÇÃO CARVALHEIRO BERNARDES	CASCAVEL - Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
000061	LUCIMARA GUEDES RIBEIRO	CASCAVEL - Psicólogo	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
000434	LUIZ CARLOS NUNES	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
001039	LUIZ RAIMUNDO DA SILVA	TOLEDO - Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
001696	MAICON JONATHAN MARQUES HENTZ	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Técnico em Enfermagem (UPA/Hospital)	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
000195	MAIRA DE OLIVEIRA MUCHINSKI FONSECA	CASCAVEL - Assessor Jurídico	DEFERIDO(A)	
001927	MAIRA DE PAULA MARQUES	CAFELÂNDIA - Agente Administrativo	DEFERIDO(A)	
001480	MARCELO CHALITO DOS SANTOS	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	DEFERIDO(A)	
001419	MARCELO PIO DA SILVA TAVARES	CASCAVEL - Nutricionista	DEFERIDO(A)	
000961	MÁRCIA DE SOUZA RODRIGUES	CASCAVEL - Enfermeiro	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
001437	MARCIA WESTPHAL DE CAMPOS	TOLEDO - Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
000018	MARCOS ALEXANDRE DE MELO	OURO VERDE DO OESTE - Motorista Socorrista	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
001907	MARCOS GUALBERTO DA SILVA	PALOTINA - Motorista Socorrista	DEFERIDO(A)	
000610	MARCOS JOSE DOS SANTOS	CAFELÂNDIA - Agente Administrativo	DEFERIDO(A)	
000138	MARCOS VINICIUS DA SILVA	CASCAVEL - Assessor Jurídico	DEFERIDO(A)	
000207	MARCOS VINICIUS RIBEIRO DE CASTILHO	BOA VISTA DA APARECIDA - Motorista Socorrista	DEFERIDO(A)	
000840	MARCUS VINICIUS BISAGGIO FILHO	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
001031	MARIA BERNÁGINA ALVES MAGALHÃES	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (UPA)	DEFERIDO(A)	
001859	MARIA CRISTINA MENDES DE JESUS SALES	CASCAVEL - Enfermeiro	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
001424	MARIA DE LOURDES DE OLIVEIRA	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
001404	MARIA EDUARDA CAMARGO	TOLEDO - Nutricionista	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
000268	MARIA TEREZINHA FINK ALVES	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Motorista Socorrista	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame

001600	MARIA TEREZINHA FINK ALVES	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Motorista Socorrista	DEFERIDO(A)	
002003	MARIANA COSTA E SILVA	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
002000	MARIANNA ASSUNÇÃO DA SILVA	CASCAVEL - Médico 12h	DEFERIDO(A)	
000730	MARILDE DA SILVA	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
001357	MATEUS CARVALHO CANDIDO	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
001244	MATEUS DE OLIVEIRA MARTINS	CASCAVEL - Assessor Jurídico	DEFERIDO(A)	
000609	MATEUS ELIZEIRE BILH	GUARANIAÇU - Motorista Socorrista	DEFERIDO(A)	
001936	MATHEUS GEOGETE DOS SANTOS LOPESS	GUAÍRA - Assistente Social	DEFERIDO(A)	
000551	MATHEUS HENRIQUE SILVA FLIEGNER	TOLEDO - Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
000679	MATHIAS NETO DA SILVA XAVIER	CASCAVEL - Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
000298	MAYZA REGO GALVÃO NESTOR	CASCAVEL - Nutricionista	DEFERIDO(A)	
000854	MICHELE APARECIDA GODOY	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
000241	MIGUEL LEONIR DE MARINHO	CAFELÂNDIA - Assistente Social	DEFERIDO(A)	
001987	MILTON GONÇALVES JUNIOR	SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS - Motorista Socorrista	DEFERIDO(A)	
001477	MÔNICA DA SILVA DE MENEZES	PALOTINA - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
000403	MONIQUE RITIELI DO CARMO	SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
000809	NAELY PEREIRA DOS SANTOS	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
001230	NATALIA SOUTO RODRIGUES	CASCAVEL - Médico 12h	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
001922	NICOLE TERRA DA SILVA	TOLEDO - Nutricionista	DEFERIDO(A)	
000599	NOEMI SILVANA MORAES	GUAÍRA - Assistente Social	DEFERIDO(A)	
000888	NORMELIA JACIRA NUNES DE OLIVEIRA	OURO VERDE DO OESTE - Motorista Socorrista	DEFERIDO(A)	
001101	ONEDIA FONSECA DE VARGAS	CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
000557	OSMAIR MENDES	BOA VISTA DA APARECIDA - Motorista Socorrista	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
001652	PAMELA GALVAO TEIXEIRA	PALOTINA - Enfermeiro	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
001554	PAMELA PICHETTI DE LIMA	CASCAVEL - Rádio Operador	DEFERIDO(A)	
000462	PAMELA THAINARA PERASSOLLI DE MORAIS	CAFELÂNDIA - Farmacêutico	DEFERIDO(A)	
001862	PATRICIA DE OLIVEIRA ROCHA	ASSIS CHATEUBRIAND - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
001056	PAULA FRANCIELE THOMAS LIMA	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
000909	PAULO HENRIQUE NUNES DOS REIS	TOLEDO - Motorista Socorrista	INDEFERIDO(A)	5 | Pessoa excluída | Pessoa está excluída da base de dados do Cadastro Único.
000490	PAULO VITOR VICENTE ROSADO	GUAÍRA - Médico 24h	DEFERIDO(A)	
000266	PEDRO PEREIRA DA SILVA JUNIOR	CASCAVEL - Assessor Jurídico	DEFERIDO(A)	
001718	POLIANA PEREIRA DOS SANTOS EXTERKOTTER	CORBÉLIA - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
000566	POLLYANA MARQUES CARMO	PALOTINA - Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
001967	POLYANNA MORAES MACHADO	CASCAVEL - Assessor Jurídico	DEFERIDO(A)	
000056	PRISCILA GONCALVES DO ROSARIO	CASCAVEL - Técnico em Farmácia	DEFERIDO(A)	
000327	RAFAEL BRACIAK CERQUEIRA LEITE	CASCAVEL - Rádio Operador	DEFERIDO(A)	
000363	RANIEL RIVAS JEAN	CASCAVEL - Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
000734	RAQUEL APARECIDA MENDES MACENA	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
000076	RAQUEL MONTEIRO DOS SANTOS	CASCAVEL - Assessor Jurídico	DEFERIDO(A)	
001547	RAYANE RABELO GOMES	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
000637	RAYSSA CRISTINA SOUZA	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	DEFERIDO(A)	
001734	RAYSSA VIEIRA DA MATA	CASCAVEL - Enfermeiro	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
000244	RENATA HAYASHI HIGUCHI	CASCAVEL - Farmacêutico	DEFERIDO(A)	
000431	ROBERTO SOUZA DA COSTA	PALOTINA - Motorista Socorrista	DEFERIDO(A)	
001858	ROGERIO CAMPOS RODRIGUES	CASCAVEL - Assessor Jurídico	INDEFERIDO(A)	5 | Pessoa excluída | Pessoa está excluída da base de dados do Cadastro Único.
001743	ROGERIO DEBONI SEREIA	TUPÃSSI - Motorista Socorrista	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
000458	ROSEMERI APARECIDA RIBEIRO	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
000655	ROSILENE ELIZA DE SOUZA BRAGA	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (UPA)	DEFERIDO(A)	
001870	ROSIMERI MARLI ALVES DE OLIVEIRA	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
001896	ROUGMAR DE JESUS CAMPOS PEREIRA	CASCAVEL - Psicólogo	DEFERIDO(A)	
000932	SABRINA FERNANDA MARTINS FARIA	PALOTINA - Motorista Socorrista	DEFERIDO(A)	
000690	SABRINA RODRIGUES AMARANTE	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
000169	SAMARA ZIMERMANN ALIPIO	CASCAVEL - Assessor Jurídico	DEFERIDO(A)	
000313	SAMUEL PEIXOTO DE OLIVEIRA	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	DEFERIDO(A)	
000332	SARA MARTINS CLAUDIO	CASCAVEL - Psicólogo	DEFERIDO(A)	
001643	SAULO GUILHERME SILVA RIBEIRO	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	DEFERIDO(A)	
001764	SEBASTIANA DE OLIVEIRA ROSA	CASCAVEL - Nutricionista	DEFERIDO(A)	
001782	SELMA FÁTIMA LOURENÇO	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
001779	SELMA FÁTIMA LOURENÇO	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
000676	SHAUANA COSTA PERON	CASCAVEL - Nutricionista	DEFERIDO(A)	
000713	SHEILA GABRIELA MARTINS	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
001323	SHEILA GABRIELA MARTINS	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
000651	SHIRLEY LIRIANE DOS SANTOS	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (UPA)	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
000654	SHIRLEY LIRIANE DOS SANTOS	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (UPA)	DEFERIDO(A)	
001929	SIDINEIA LUIZ GONÇALVES	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (SAMU)	DEFERIDO(A)	
000353	SILVALDO BATISTA DOS SANTOS	VERA CRUZ DO OESTE - Motorista Socorrista	DEFERIDO(A)	
001812	SIMONE APARECIDA DE ALMEIDA ELIZEO	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Técnico em Enfermagem (SAMU)	DEFERIDO(A)	
001745	SIMONE DE OLIVEIRA MARTINS	TUPÃSSI - Motorista Socorrista	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
001720	SIRLEI FÁTIMA VEIGA	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
000955	SOLANGE ALINE SCHMIDT BUTKE	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Técnico em	DEFERIDO(A)	

		Enfermagem (SAMU)		
001442	SOLANGE ANTONIO DE SOUZA	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (SAMU)	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
000529	SOLANGE ENGEL DE SOUZA	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
000308	SOLANGE NOVAES DE SOUZA	CASCAVEL - Assessor Jurídico	DEFERIDO(A)	
001995	STEFANI JULIANE SANTOS DE SOUZA	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
001206	SUELEM RODRIGUES COSTA	CASCAVEL - Rádio Operador	DEFERIDO(A)	
001820	SUELEN ALEXANDRE VIECILI	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
000740	TAINARA CAROLINE CARDOSO	CAFELÂNDIA - Técnico em Enfermagem (Hospital)	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
000628	TALITA HELENA SANTOS DA SILVA	CASCAVEL - Farmacêutico	DEFERIDO(A)	
001739	TALITA MARRIE DE ALMEIDA PIRES	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
000242	TANIA RESENDE BARBOSA	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
000340	TATIANE OLIBONE DE CAMARGO	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (UPA)	DEFERIDO(A)	
001307	TAYNARA DE QUEIROZ GUELSI	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	DEFERIDO(A)	
001957	THAINE MOSSULIN MENDES	CASCAVEL - Assessor Jurídico	DEFERIDO(A)	
001766	THAYNA MARIA DELAZZARI	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	DEFERIDO(A)	
001179	TIAGO VIEIRA MARCELINO	CASCAVEL - Rádio Operador	DEFERIDO(A)	
000090	VALDIR CARDOSO HOFMAN	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Motorista Socorrista	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
000731	VALDIRENE APARECIDA FERMINO	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (SAMU)	DEFERIDO(A)	
000715	VANDERLEIA LARA DA SILVA	CASCAVEL - Psicólogo	DEFERIDO(A)	
000396	VANIA FATIMA GEHLEN	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (SAMU)	DEFERIDO(A)	
000702	VEREDIANA ALMEIDA MAGALHAES	CASCAVEL - Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
000750	VICTORIA EMANUELA DEBASTIANI	CASCAVEL - Psicólogo	DEFERIDO(A)	
000992	VITORIA EDUARDA SOARES CARRIEL	CASCAVEL - Enfermeiro	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
000997	VITORIA EDUARDA SOARES CARRIEL	GUARANIAÇU - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO(A)	
001281	WALISON THIAGO NUNES	TOLEDO - Nutricionista	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
001008	WALTER MAYKON DA SILVA	CASCAVEL - Psicólogo	DEFERIDO(A)	
000386	WELLINGTON HENRIQUE DOS SANTOS	TOLEDO - Enfermeiro	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
001883	WELLINGTON HENRIQUE DOS SANTOS	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
000229	WILLIAN BORTOLOTTO	BOA VISTA DA APARECIDA - Motorista Socorrista	DEFERIDO(A)	
002002	YAGO EDUARDO PEREIRA DEOTTI	CASCAVEL - Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
001080	ZEILA ORNELLAS NUNES	PALOTINA - Enfermeiro	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:F1102117

PROJUR

1. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI IMPOSTA A PENALIDADE DE MULTA EM DECORRÊNCIA DO COMETIMENTO DA INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, DISPONDO V. S.ª OFERECER RECURSO CONTRA A INFRAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à GUATRAN até 02/02/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AJX6639	275710T000004889	08/10/2025	55411	R$ 195,23
AKV9890	275710T000004967	03/10/2025	64591	R$ 195,23
AON1241	116100T001232533	01/10/2025	55411	R$ 195,23
AQJ3396	275710NIC0000086	19/09/2025	50020	R$ 390,46
AQK9I88	275710T000004886	08/10/2025	55411	R$ 195,23
AQR0I43	275710T000004167	02/10/2025	51852	R$ 195,23
ARS1613	275710T000004979	07/10/2025	51930	R$ 293,47
ASN1I20	275710T000004972	03/10/2025	66700	R$ 195,23
ATH4183	275710T000004887	08/10/2025	55411	R$ 195,23
AVM1875	275710T000000123	04/10/2025	56222	R$ 88,38
AYC2I95	275710T000004971	03/10/2025	76332	R$ 293,47
BDH3J24	275710T000004978	07/10/2025	51930	R$ 293,47
BED9I13	275710T000001362	08/10/2025	60250	R$ 293,47
BET8A97	275710T000004885	05/10/2025	53800	R$ 130,16
BYN4820	275710T000004973	03/10/2025	55680	R$ 195,23
CLT5G81	275710T000004975	03/10/2025	76332	R$ 293,47
CYB1014	275710T000004882	05/10/2025	55411	R$ 195,23
DAG0477	275710T000004968	03/10/2025	57200	R$ 195,23
DAG0477	275710T000004969	03/10/2025	70301	R$ 293,47
EMK2G48	275710NIC0000087	19/09/2025	50020	R$ 586,94
EQP1B22	275710T000004268	03/10/2025	54522	R$ 195,23
IZG8H19	275710T000004893	08/10/2025	55411	R$ 195,23
JQZ4497	275710T000004984	07/10/2025	73662	R$ 130,16
JZZ3765	275710T000004970	03/10/2025	66700	R$ 195,23
KRV0E33	275710T000004270	05/10/2025	52742	R$ 2.934,70
KRV0E33	275710T000004269	05/10/2025	57200	R$ 195,23
KRW7D75	275710T000001361	04/10/2025	58197	R$ 880,41
KWW5E07	275710T000004966	03/10/2025	72930	R$ 130,16
QAQ2I23	275710T000004891	08/10/2025	55411	R$ 195,23

RHZ6H99	275710T000004890	08/10/2025	55411	R$ 195,23
SEB8I10	275710T000004165	02/10/2025	55411	R$ 195,23
SFK0I53	275710T000004888	08/10/2025	55411	R$ 195,23
TAV2A93	275710T000004976	03/10/2025	50100	R$ 880,41
TMH0B11	275710T000004892	08/10/2025	54522	R$ 195,23

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 15/12/2025 08:10 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:61C77D1F

PROJUR

2. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI IMPOSTA A PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA EM DECORRÊNCIA DE COMETIMENTO DA INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, DISPONDO V. S.ª OFERECER RECURSO CONTRA A INFRAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à GUATRAN até 02/02/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
ACZ0772	275710T000000125	04/10/2025	56222	
AKT4A05	275710T000004980	07/10/2025	56650	06182377399
ARY5634	275710T000004981	07/10/2025	56650	
BES5C45	275710T000004977	04/10/2025	67690	
GZE2J71	275710T000004982	07/10/2025	56650	
RHS7A57	275710T000000124	04/10/2025	56222	

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 15/12/2025 08:10 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:F7F38F3F

PROJUR

3. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI LAVRADA A AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO COMETIDA COM O VEÍCULO DE SUA PROPRIEDADE, PODENDO V. S.ª INDICAR O CONDUTOR INFRATOR, BEM COMO OFERECER DEFESA DA AUTUAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à GUATRAN até 02/02/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AAR9A04	275710T000005320	11/12/2025	55500
ABM4A73	275710S000003478	10/12/2025	60503
ABR7349	275710S000003752	14/12/2025	60503
ABZ4558	275710S000003504	10/12/2025	60503
ACN4288	275710S000003584	11/12/2025	60503
ACU0F22	275710S000003707	14/12/2025	60503
ADT7492	275710S000003773	12/12/2025	60503
AEH1D75	275710S000003604	12/12/2025	60503
AEI5511	275710S000003470	10/12/2025	60503
AEW6F17	275710S000003501	10/12/2025	60503
AEY3D99	275710S000003829	14/12/2025	60503
AFE1957	275710S000003708	14/12/2025	60503
AFW4E33	275710S000003787	13/12/2025	56732
AGE5E33	275710S000003744	14/12/2025	60503
AGG1G69	275710S000003485	10/12/2025	60503
AGM0840	275710S000003486	10/12/2025	60503
AHD1083	275710S000003513	10/12/2025	56732
AHW5030	275710T000005321	11/12/2025	51180
AHW5030	275710T000005322	11/12/2025	66371
AII8333	275710S000003677	13/12/2025	60503
AIM4741	275710S000003484	10/12/2025	60503
AIO9506	275710S000003547	11/12/2025	60503
AIR5F22	275710S000003790	13/12/2025	60503
AIV4D98	275710S000003457	10/12/2025	60503
AJC4892	275710S000003767	12/12/2025	60503
AJC4G99	275710S000003815	13/12/2025	60503
AJM1926	275710S000003578	11/12/2025	60503
AJO2A09	275710S000003526	11/12/2025	60503
AJV3J13	275710S000003646	13/12/2025	60503
AKC1997	275710S000003502	10/12/2025	60503
AKG1178	275710S000003673	13/12/2025	60503
AKK7F07	275710T000005594	10/12/2025	56222
AKM1D19	275710S000003817	13/12/2025	60503

AKN9800	275710S000003740	14/12/2025	60503
AKY5D20	275710S000003531	11/12/2025	60503
ALA5D44	275710S000003507	10/12/2025	60503
ALF6457	275710S000003683	13/12/2025	60503
ALK5067	275710S000003570	11/12/2025	56732
ALL3151	275710S000003751	14/12/2025	60503
ALT8383	275710S000003667	13/12/2025	60503
ALZ9053	275710S000003552	11/12/2025	60503
AMD2B10	275710S000003793	13/12/2025	60503
AMJ8326	275710S000003833	14/12/2025	60503
AMW5300	275710S000003768	12/12/2025	60503
AMX7973	275710S000003727	14/12/2025	60503
AMZ4D53	275710S000003503	10/12/2025	56732
ANR6511	275710S000003807	13/12/2025	56732
ANT0C43	275710S000003528	11/12/2025	60503
ANT2F81	275710S000003680	13/12/2025	60503
AOL8C29	275710S000003633	12/12/2025	60503
AOS5F03	275710S000003687	13/12/2025	60503
APG7201	275710S000003789	13/12/2025	56732
APU6B05	275710S000003625	12/12/2025	60503
AQH6E91	275710S000003585	11/12/2025	60503
AQK4361	275710S000003716	14/12/2025	60503
AQP7340	275710S000003530	11/12/2025	60503
AQR7C79	275710S000003724	14/12/2025	60503
AQT2491	275710S000003506	10/12/2025	60503
AQU8F09	275710T000001385	11/12/2025	58191
ARA9A71	275710S000003593	12/12/2025	60503
ARH4008	275710S000003823	14/12/2025	56732
ARJ6I35	275710S000003609	12/12/2025	60503
ARS6142	275710S000003712	14/12/2025	56732
ARS8233	275710S000003679	13/12/2025	60503
ARY6C53	275710S000003779	13/12/2025	56732
ASA6J14	275710S000003648	13/12/2025	60503
ASH9A76	275710S000003812	13/12/2025	56732
ASN1I20	275710T000005590	10/12/2025	55500
ASV3E15	275710S000003573	11/12/2025	60503
ASV3J36	275710S000003783	13/12/2025	56732
ATB9926	275710S000003483	10/12/2025	60503
ATC6268	275710S000003475	10/12/2025	60503
ATC9B80	275710S000003555	11/12/2025	60503
ATI4I88	275710S000003784	13/12/2025	56732
ATK5832	275710T000005482	11/12/2025	76331
ATM6015	275710S000003748	14/12/2025	60503
ATM6015	275710S000003540	11/12/2025	60503
ATO7H33	275710S000003629	12/12/2025	60503
ATS3H50	275710S000003781	13/12/2025	56732
AUB5E91	275710S000003719	14/12/2025	60503
AUD4029	275710S000003786	13/12/2025	56732
AUD7192	275710S000003500	10/12/2025	60503
AUF2226	275710S000003746	14/12/2025	60503
AUH3I00	275710S000003631	12/12/2025	60503
AUK4C14	275710S000003691	13/12/2025	60503
AUY0A44	275710S000003714	14/12/2025	60503
AVB2536	275710S000003742	14/12/2025	60503
AVC0074	275710S000003777	13/12/2025	60503
AVH0287	275710S000003473	10/12/2025	60503
AVJ3685	275710S000003822	14/12/2025	60503
AVM7G13	275710S000003792	13/12/2025	56732
AVY0036	275710S000003650	13/12/2025	60503
AWM6J14	275710S000003618	12/12/2025	60503
AWS1B81	275710S000003741	14/12/2025	60503
AXG5E57	275710S000003509	10/12/2025	60503
AXQ2015	275710S000003778	13/12/2025	56732
AYB5F87	275710S000003499	10/12/2025	60503
AYC6G20	275710S000003801	13/12/2025	56732
AYI2J05	275710S000003482	10/12/2025	60503
AYK8F92	275710S000003636	13/12/2025	60503
AYL2460	275710S000003464	10/12/2025	60503
AYP0A80	275710S000003574	11/12/2025	56732
AYY1147	275710S000003479	10/12/2025	60503
AZG2086	275710S000003491	10/12/2025	60503
AZH3J34	275710S000003704	14/12/2025	60503
AZO8F86	275710S000003522	11/12/2025	60503
AZQ9C49	275710S000003729	14/12/2025	60503
AZX3A33	275710S000003802	13/12/2025	56732
AZX4775	275710S000003684	13/12/2025	60503
BAC8485	275710S000003760	12/12/2025	60503
BAM8G74	275710S000003763	12/12/2025	60503
BBA1E79	275710S000003660	13/12/2025	60503
BBA7964	275710S000003456	10/12/2025	60503
BBK9F36	275710S000003753	14/12/2025	60503
BBN6D47	275710S000003550	11/12/2025	60503
BBO7G95	275710S000003797	13/12/2025	60503

BBV1A39	275710S000003493	10/12/2025	56732
BCA1F62	275710S000003827	14/12/2025	60503
BCC6765	275710S000003492	10/12/2025	60503
BCI0C51	275710S000003460	10/12/2025	60503
BCR8B65	275710S000003571	11/12/2025	60503
BCS3F61	275710S000003804	13/12/2025	60503

BCY4F88	275710S000003534	11/12/2025	60503
BCZ6C43	275710S000003614	12/12/2025	60503
BDC5G83	275710S000003449	10/12/2025	60503
BDD9C09	275710S000003476	10/12/2025	60503
BDE3H21	275710T000005512	12/12/2025	55411
BDE4H62	275710S000003819	14/12/2025	56732
BDH0407	275710S000003637	13/12/2025	60503
BDI1957	275710S000003808	13/12/2025	56732
BDK9B09	275710T000005592	10/12/2025	76252
BDN3E54	275710S000003579	11/12/2025	60503
BDT9H66	275710S000003532	11/12/2025	60503
BDW2F32	275710S000003611	12/12/2025	60503
BDY3G06	275710S000003747	14/12/2025	60503
BEF1C53	275710S000003498	10/12/2025	60503
BEK9E26	275710S000003745	14/12/2025	60503
BEM7G21	275710S000003466	10/12/2025	60503
BEO3B76	275710S000003495	10/12/2025	60503
BEQ3J30	275710S000003557	11/12/2025	60503
BEV3F42	275710S000003562	11/12/2025	60503
BEZ6H34	275710S000003519	11/12/2025	60503
BVT3A96	275710S000003586	11/12/2025	60503
BWX1129	275710S000003775	12/12/2025	60503
CGM7J38	275710S000003739	14/12/2025	60503
CGS7E76	275710S000003821	14/12/2025	56732
CMH3E90	275710S000003765	12/12/2025	60503
DAQ6820	275710S000003505	10/12/2025	60503
DCF6440	275710S000003649	13/12/2025	60503
DCF6440	275710S000003695	13/12/2025	60503
DFZ6C56	275710S000003630	12/12/2025	60503
DHP3D73	275710S000003796	13/12/2025	56732
DHV7A42	275710S000003546	11/12/2025	60503
DOD4A99	275710T000005319	11/12/2025	55417
DPT8I90	275710T000005479	10/12/2025	54522
DSC4487	275710S000003467	10/12/2025	60503
DUO7A03	275710S000003489	10/12/2025	60503
DVW4228	275710S000003806	13/12/2025	60503
DVW4228	275710S000003661	13/12/2025	60503
DZK1C10	275710S000003811	13/12/2025	60503
EAI2748	275710S000003832	14/12/2025	60503
EDE2G00	275710S000003558	11/12/2025	60503
EDY9C05	275710S000003454	10/12/2025	60503
EDY9C05	275710S000003512	10/12/2025	60503

EFN8C64	275710S000003831	14/12/2025	60503
EFW4J86	275710S000003776	12/12/2025	60503
EGE7A05	275710S000003798	13/12/2025	60503
ELD4B35	275710S000003516	10/12/2025	60503
ELP0157	275710S000003678	13/12/2025	60503
EMI4A45	275710S000003663	13/12/2025	60503
ENF1B27	275710S000003795	13/12/2025	56732
ENQ0G86	275710S000003517	11/12/2025	60503
EPQ0H40	275710S000003782	13/12/2025	60503
EPQ0H40	275710S000003596	12/12/2025	60503
ERE0G50	275710S000003644	13/12/2025	60503
ETK6D44	275710S000003474	10/12/2025	60503
EVD6G87	275710S000003658	13/12/2025	60503
EWU1843	275710S000003722	14/12/2025	60503
EXT1G72	275710S000003733	14/12/2025	60503
EYT4I45	275710S000003788	13/12/2025	56732
FAN3F04	275710S000003608	12/12/2025	60503
FBT1I28	275710S000003697	13/12/2025	60503
FDW6424	275710S000003640	13/12/2025	60503
FFK0435	275710S000003594	12/12/2025	60503
FGS4054	275710S000003514	10/12/2025	60503
FJP5745	275710S000003529	11/12/2025	60503
FKN3433	275710S000003553	11/12/2025	60503
FON0H81	275710S000003524	11/12/2025	60503
FRA4A99	275710T000005480	10/12/2025	55250
FRN4934	275710S000003756	14/12/2025	60503
FUJ6D74	275710S000003769	12/12/2025	56732
FUK7D26	275710S000003624	12/12/2025	56732
FUM4892	275710S000003472	10/12/2025	60503
FYY1G11	275710S000003794	13/12/2025	56732
GAP2H38	275710S000003565	11/12/2025	60503
GBX2H57	275710S000003738	14/12/2025	60503
GCR7J05	275710S000003615	12/12/2025	60503
GCS2B77	275710S000003692	13/12/2025	60503
GDH9C65	275710S000003810	13/12/2025	60503

GFC9G45	275710S000003774	12/12/2025	60503
GGC0910	275710S000003728	14/12/2025	60503
GGQ9F67	275710S000003612	12/12/2025	60503
GGU2H04	275710S000003662	13/12/2025	60503
GMF6I67	275710S000003510	10/12/2025	56732
GOB3D66	275710S000003698	14/12/2025	60503
GVN2914	275710S000003564	11/12/2025	60503

GWB4I44	275710S000003542	11/12/2025	60503
GXS8H54	275710S000003572	11/12/2025	60503
GZG2704	275710S000003651	13/12/2025	60503
HNE0591	275710S000003694	13/12/2025	60503
HOA5769	275710T000005487	13/12/2025	56222
HQH9681	275710S000003455	10/12/2025	60503
HRH9C08	275710S000003610	12/12/2025	60503
HRV4C10	275710S000003757	14/12/2025	60503
HRZ3334	275710S000003581	11/12/2025	60503
HSD5406	275710S000003525	11/12/2025	60503
HSD7045	275710S000003672	13/12/2025	60503
HTC1B32	275710S000003471	10/12/2025	60503
HTD5J77	275710S000003575	11/12/2025	60503
HTD8C57	275710S000003762	12/12/2025	60503
HTE8I28	275710S000003671	13/12/2025	60503
HTI9775	275710S000003685	13/12/2025	60503
HTO5E56	275710S000003702	14/12/2025	60503
HTS8I31	275710S000003766	12/12/2025	60503
HTT5218	275710S000003621	12/12/2025	60503
IGJ8E28	275710S000003515	10/12/2025	56732
IPU8779	275710S000003836	14/12/2025	60503
IPU8779	275710S000003830	14/12/2025	60503
IWN9B16	275710S000003554	11/12/2025	60503
IXI4D94	275710S000003508	10/12/2025	60503
IYT4C78	275710S000003569	11/12/2025	56732
JAE4B71	275710S000003818	14/12/2025	60503
JBR6B07	275710S000003602	12/12/2025	60503
JCK8D16	275710S000003668	13/12/2025	60503
JCU0D97	275710S000003496	10/12/2025	60503
JDK9B54	275710S000003606	12/12/2025	60503
KAS2J87	275710S000003497	10/12/2025	60503
KLJ8I43	275710S000003666	13/12/2025	60503
LAW2C92	275710S000003770	12/12/2025	56732
LCR1879	275710S000003803	13/12/2025	60503
LMB2125	275710S000003701	14/12/2025	60503
LYC5E64	275710S000003521	11/12/2025	60503
MCR7I46	275710S000003620	12/12/2025	60503
MFR9582	275710S000003583	11/12/2025	60503
MGR5808	275710S000003539	11/12/2025	60503
MHJ1H97	275710S000003655	13/12/2025	60503
MHY7E08	275710S000003450	10/12/2025	60503
MJG0I59	275710S000003754	14/12/2025	60503

MKM5786	275710S000003837	14/12/2025	56732
MSH8226	275710S000003635	13/12/2025	60503
NAG2774	275710S000003758	14/12/2025	60503
NDD6070	275710S000003674	13/12/2025	60503
NLK8A81	275710S000003462	10/12/2025	60503
NPC0D43	275710S000003605	12/12/2025	60503
NPM4989	275710S000003577	11/12/2025	60503
NRJ0B20	275710S000003696	13/12/2025	60503
NRN5600	275710S000003560	11/12/2025	56732
NRN5G84	275710S000003616	12/12/2025	60503
NRP7A35	275710S000003477	10/12/2025	60503
NRY0C13	275710S000003639	13/12/2025	60503
NSA0H10	275710S000003686	13/12/2025	60503
NSA9C73	275710S000003568	11/12/2025	60503
NYE6619	275710S000003452	10/12/2025	60503
NYP9H44	275710S000003652	13/12/2025	56732
OBI3429	275710S000003598	12/12/2025	60503
OBR9642	275710S000003659	13/12/2025	56732
OFX4C00	275710S000003551	11/12/2025	60503
OGB7G02	275710S000003813	13/12/2025	60503
OGN5A90	275710S000003576	11/12/2025	60503
OHV2C44	275710S000003591	12/12/2025	60503
OJG4G50	275710S000003785	13/12/2025	56732
OOH1392	275710S000003453	10/12/2025	60503
OOK4C64	275710S000003518	11/12/2025	60503
OOS6011	275710S000003749	14/12/2025	60503
PEF3D83	275710S000003645	13/12/2025	56732
PRZ5F71	275710S000003772	12/12/2025	56732
PVF3903	275710S000003600	12/12/2025	60503
PVP1G04	275710S000003590	12/12/2025	60503
PWD4B95	275710S000003826	14/12/2025	60503
PWI7F96	275710S000003656	13/12/2025	60503
QAD7106	275710S000003595	12/12/2025	60503
QAD9G48	275710S000003607	12/12/2025	60503

QAE7379	275710S000003480	10/12/2025	60503
QAE7C72	275710S000003725	14/12/2025	60503
QAF8429	275710S000003488	10/12/2025	60503
QAH2F75	275710S000003709	14/12/2025	60503
QAH4275	275710S000003580	11/12/2025	60503
QAJ0267	275710S000003587	12/12/2025	60503
QAJ1272	275710S000003451	10/12/2025	56732
QAJ1C73	275710S000003730	14/12/2025	60503
QAL0J02	275710S000003543	11/12/2025	60503
QAL3F16	275710S000003597	12/12/2025	60503
QAL3G89	275710S000003654	13/12/2025	60503
QAM0682	275710S000003535	11/12/2025	60503
QAS4572	275710S000003458	10/12/2025	60503
QAT8D17	275710S000003706	14/12/2025	56732
QAW6E56	275710S000003469	10/12/2025	60503
QBC6F64	275710S000003642	13/12/2025	60503
QBX2J42	275710S000003494	10/12/2025	60503
QCH1300	275710S000003628	12/12/2025	60503
QCK2I91	275710S000003664	13/12/2025	60503
QCM4058	275710S000003759	14/12/2025	56732
QCT2I08	275710S000003592	12/12/2025	60503
QCY6280	275710S000003718	14/12/2025	60503
QPF2C01	275710S000003736	14/12/2025	60503
QST8D51	275710S000003750	14/12/2025	60503
QTE2310	275710S000003699	14/12/2025	60503
QTE2310	275710S000003622	12/12/2025	60503
QTE2310	275710S000003653	13/12/2025	60503
QTE2310	275710S000003835	14/12/2025	60503
QTF1G33	275710S000003676	13/12/2025	60503
QUL6H64	275710S000003711	14/12/2025	60503
QXM0E89	275710S000003641	13/12/2025	60503
QXN8A23	275710S000003700	14/12/2025	60503
RAD0B95	275710S000003780	13/12/2025	56732
RCI1H73	275710S000003589	12/12/2025	60503
REW9C30	275710S000003520	11/12/2025	60503
REY3E68	275710T000005593	10/12/2025	57380
RFU4E75	275710S000003720	14/12/2025	56732
RFU6J33	275710S000003705	14/12/2025	60503
RHB4B20	275710S000003703	14/12/2025	60503
RHB5I18	275710S000003647	13/12/2025	60503
RHF1G23	275710S000003619	12/12/2025	60503
RHG6A61	275710T000005591	10/12/2025	59670
RHG8G93	275710S000003816	13/12/2025	60503
RHI9A61	275710S000003613	12/12/2025	60503
RHJ0G48	275710S000003834	14/12/2025	60503
RHJ7D69	275710S000003681	13/12/2025	60503
RHL9D40	275710S000003538	11/12/2025	60503
RHP7B52	275710S000003536	11/12/2025	56732
RLO3B86	275710S000003634	12/12/2025	60503
RRL9I37	275710S000003715	14/12/2025	56732
RRR0H31	275710S000003533	11/12/2025	60503
RSW6F55	275710S000003764	12/12/2025	56732
RTC7C96	275710T000005485	13/12/2025	59594
RTN7B02	275710S000003603	12/12/2025	60503
RUC2J23	275710S000003800	13/12/2025	56732
RWA4B99	275710S000003690	13/12/2025	60503
RWA4B99	275710S000003717	14/12/2025	60503
RWA5F09	275710S000003599	12/12/2025	60503
RWG1G04	275710S000003665	13/12/2025	60503
RWH0H85	275710S000003463	10/12/2025	60503
RXT4H60	275710S000003734	14/12/2025	60503
RXT5E58	275710S000003824	14/12/2025	60503
RXX5I66	275710S000003809	13/12/2025	60503
RYF5J25	275710S000003735	14/12/2025	60503
RYN2G20	275710S000003755	14/12/2025	60503
RYT4J38	275710S000003743	14/12/2025	60503
RZE8C93	275710S000003461	10/12/2025	60503
SCB3H32	275710S000003643	13/12/2025	60503
SDP8B88	275710S000003726	14/12/2025	60503
SDR2J27	275710S000003556	11/12/2025	60503
SDR4G23	275710T000005317	11/12/2025	60175
SDT2E07	275710S000003814	13/12/2025	60503
SEA8C00	275710S000003723	14/12/2025	60503
SEF9D44	275710S000003537	11/12/2025	60503
SEJ8A66	275710S000003548	11/12/2025	56732
SEJ8B41	275710S000003481	10/12/2025	60503
SEK8F28	275710S000003511	10/12/2025	60503
SEM5I91	275710S000003713	14/12/2025	60503
SES0D46	275710S000003688	13/12/2025	60503
SEV3J08	275710S000003693	13/12/2025	60503
SEV4G72	275710S000003459	10/12/2025	60503
SEY7C04	275710T000005318	11/12/2025	55680
SEY7E54	275710S000003689	13/12/2025	60503

SFE8A75	275710S000003732	14/12/2025	60503
SFH6I37	275710S000003549	11/12/2025	60503
SFJ8J53	275710S000003559	11/12/2025	60503
SFM3D00	275710S000003487	10/12/2025	60503
SHI3B05	275710S000003737	14/12/2025	60503
SHJ8H28	275710S000003828	14/12/2025	60503
SIH8D28	275710S000003627	12/12/2025	60503
SIN2D98	275710S000003567	11/12/2025	60503
SJE0B06	275710S000003588	12/12/2025	60503

SLL3F48	275710S000003582	11/12/2025	60503
SLX0F81	275710S000003544	11/12/2025	60503
SLX7G34	275710S000003527	11/12/2025	60503
SLZ2E66	275710S000003638	13/12/2025	60503
SME3A88	275710S000003632	12/12/2025	60503
SMF1D23	275710S000003523	11/12/2025	60503
SMK2H71	275710S000003670	13/12/2025	60503
SMO9F82	275710S000003710	14/12/2025	60503
SPE1C76	275710S000003563	11/12/2025	60503
SPL4A89	275710S000003657	13/12/2025	60503
SQF6J48	275710S000003820	14/12/2025	60503
STE8B56	275710S000003731	14/12/2025	60503
SUX6A12	275710S000003682	13/12/2025	60503
SXC9D17	275710S000003761	12/12/2025	60503
TAI4J31	275710S000003545	11/12/2025	60503
TAJ0D34	275710S000003805	13/12/2025	56732
TAK9E07	275710S000003626	12/12/2025	60503
TAP4E92	275710S000003601	12/12/2025	60503
TAY3F04	275710S000003623	12/12/2025	60503
TAY3F80	275710T000005483	11/12/2025	55417
TAY5F23	275710S000003669	13/12/2025	60503
TBG4G10	275710T000005484	11/12/2025	55417
TBG9I79	275710S000003465	10/12/2025	60503
TBI3A49	275710S000003468	10/12/2025	60503
TBO6B87	275710S000003617	12/12/2025	60503
TBS2E91	275710S000003541	11/12/2025	60503
TBT1F50	275710S000003675	13/12/2025	60503
TBY5I17	275710S000003825	14/12/2025	60503
TBZ9H66	275710S000003490	10/12/2025	60503
TCG8F13	275710S000003561	11/12/2025	60503
TCK3I68	275710S000003791	13/12/2025	60503
TJM0C60	275710S000003799	13/12/2025	60503
UAJ3G57	275710S000003566	11/12/2025	60503
UBC3J40	275710S000003771	12/12/2025	60503

pela Celepar Página: 10 de 10

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:CCC73462

PROJUR
DECRETO Nº 650/2025 DATA: 17.12.2025

Ementa: homologa avaliação de servidor em Estágio Probatório para efeitos de efetivação de que trata os artigos 32, 33 e 34 da Lei nº 1.246 de 03.12.2003, realizada pela Comissão nomeada pela Portaria nº 018/2025, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista os dispositivos das Leis nº 1.246 de 03.12.2003;

Considerando o processo de avaliação observadas às exigências da reorganização das carreiras funcionais dos servidores municipais de Guaíra e o memorando 135/2025;

Considerando o disposto nos artigos 32, 33 e 34 da Lei Municipal nº 1.246/2003, que estabelece a obrigatoriedade de ato específico do poder executivo para a estabilização do servidor em estágio probatório,

Considerando o Decreto nº 252/2005 que regulamenta as normas de avaliação dos Servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de habilitação em concurso público ou estabilizados na forma da Lei,

DECRETA:

Art. 1o Fica homologado o resultado da avaliação, e declarado estável no serviço público do Poder Executivo do Município de Guaíra, Estado do Paraná, o servidor público municipal a seguir mencionado:

Matrícula	Nome	Admissão	Cargo	Nota	Resultado	Data Efetivação
30381-01	Alan Marlon Tiecher	05/12/2022	Agente Comunitário de Endemias	400	APROVADO	05/12/2025

Art. 2o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 05 de dezembro de 2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

GILEADE GABRIEL OSTI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:825533C5

PROJUR
NOTIFICAÇÃO POR EDITAL Nº 02/2025

Nos termos dos artigos 4º, 47, 49, 51, 60, 61, 62 e 63 da Lei Complementar nº 03/2008 (Código de Posturas) e suas alterações posteriores, ficam os contribuintes abaixo relacionados notificados a efetuarem a limpeza de seus respectivos terrenos e passeios fronteiriços no prazo máximo e improrrogável de 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data de publicação deste edital no Diário Oficial dos Municípios Paraná. Os contribuintes poderão apresentar defesa no mesmo prazo.

Artigos principais:

Art. 51 A limpeza do passeio fronteiriço, pavimentado ou não, às residências, estabelecimentos comerciais, industriais ou prestadores de serviços, ou mesmo terreno baldio, será de responsabilidade de seus ocupantes ou proprietários, devendo ser efetuada, sem prejuízo aos transeuntes, recolhendo-se ao depósito particular de lixo todos os detritos resultantes da limpeza.

Art. 61 Os proprietários de imóveis urbanos edificados ou não, lindeiros em vias ou logradouros públicos, beneficiados ou não com meio-fio e/ou pavimentação, são obrigados a mantê-los limpos, capinados e drenados, respondendo em quaisquer situações pela sua utilização como depósito de lixo, detritos ou resíduos de qualquer natureza.

Conforme disposto no artigo 64, o descumprimento desta notificação acarretará a aplicação de multa de 5 (cinco) UFGs por imóvel com área de até 1.000,00 m² (mil metros quadrados) e 10 (dez) UFGs por imóvel com área superior a 1.000,00 m² (mil metros quadrados).

Adicionalmente, nos termos do artigo 65 da referida Lei Complementar, o não cumprimento ensejará a reincidência de autuação a cada 30 (trinta) dias, até que a notificação seja atendida. Os valores das multas serão dobrados a cada nova reincidência, com um teto de autuações fixado em 100 (cem) UFGs.

Por fim, conforme o parágrafo único do artigo 65 da mencionada Lei Complementar: "O Município de Guaíra poderá executar o serviço de roçada nos imóveis notificados e autuados, cobrando do contribuinte o valor de 0,010 Unidades Fiscais do Município de Guaíra por metro quadrado do imóvel em questão, além das multas já estipuladas no artigo 64 do presente Código."

OBSERVAÇÕES:

O valor da UFG (Unidade Fiscal de Guaíra) para o ano de 2025 é de R$ 61,01 (sessenta e um reais e um centavo).

Aos proprietários que já tenham efetuado a limpeza do terreno, fica desconsiderado o termo desta notificação.

Informações complementares poderão ser obtidas na Diretoria de Fiscalização, com os fiscais José Donizete Alves e Rosislaine de Lima Balastrelli.

RELAÇÃO DOS IMÓVEIS NOTIFICADOS

Ordem	Cadastro	Proprietário	CPF/CNPJ	Quadra	Lote	Bairro	Rua / Avenida	Área do Lote
1	2222294000	P. L. I. de I. LTDA	11.XXX.XXX/0001-03	0000	G2-A-4-E	Eletrosul	Joinvile	420,00
2	2222290000	P. L. I. de I. LTDA	11.XXX.XXX/0001-03	0000	G2-A-4-I	Eletrosul	Joinvile	420,00
3	2222287000	P. L. I. de I. LTDA	11.XXX.XXX/0001-03	0000	G2-A-4-L	Eletrosul	Joinvile	420,00
4	2222286000	P. L. I. de I. LTDA	11.XXX.XXX/0001-03	0000	G2-A-4-M	Eletrosul	Joinvile	420,03
5	2222284000	P. L. I. de I. LTDA	11.XXX.XXX/0001-03	0000	G2-A-4-O	Eletrosul	Joinvile	420,03
6	2222283000	P. L. I. de I. LTDA	11.XXX.XXX/0001-03	0000	G2-A-4-P	Eletrosul	Joinvile	732,93
7	2224232394	P. L. I. de I. LTDA	11.XXX.XXX/0001-03	0000	(G2-A-3-B E G2-A-5) Q	Eletrosul	Umuarama	374,81
8	2224232408	P. L. I. de I. LTDA	11.XXX.XXX/0001-03	0000	(G2-A-3-B E G2-A-5) P	Eletrosul	Umuarama	276,85
9	2224232483	P. L. I. de I. LTDA	11.XXX.XXX/0001-03	0000	(G2-A-3-B E G2-A-5) O	Eletrosul	Umuarama	257,46
10	2224156566	C. F. I. LTDA	03.XXX.XXX/0001-02	0001	0007	Jardim dos Pássaros	Celia Regina Takeda	300,00
11	2224156639	C. F. I. LTDA	03.XXX.XXX/0001-02	0001	0014	Jardim dos Pássaros	Celia Regina Takeda	300,00
12	2224156388	C. F. I. LTDA	03.XXX.XXX/0001-02	0001	0024	Jardim dos Pássaros	Caetano Cavalieri	300,00
13	2224156175	C. F. I. LTDA	03.XXX.XXX/0001-02	0002	0003	Jardim dos Pássaros	Elias Muntoreanu	300,00
14	2224154989	C. F. I. LTDA	03.XXX.XXX/0001-02	0003	0005	Jardim dos Pássaros	Elias Muntoreanu	300,00
15	2224154903	C. F. I. LTDA	03.XXX.XXX/0001-02	0003	0032	Jardim dos Pássaros	Tomiko Suguieda Sugawara	300,00
16	2224154580	C. F. I. LTDA	03.XXX.XXX/0001-02	0005	0002	Jardim dos Pássaros	Gina Suga	300,00
17	2224154423	C. F. I. LTDA	03.XXX.XXX/0001-02	0007	0004	Jardim dos Pássaros	Gina Suga	300,00
18	3283000	I. B.	118.XXX.XXX-34	0001	0010	Centro	Dr. Gabriel Fialho Gurgel	565,90
19	2840000	L. C. M.	239.XXX.XXX-68	0097	0015	São Jose	Pedro Lopes	420,00
20	5018000	L. A. D.	703.XXX.XXX-63	0018	(7,8e9)	Jardim Zeballos	Bento Munhoz Da Rocha Neto	462,00
21	2224230600	T. M. F.	052.XXX.XXX-16	0004	0026	Ecopark	Yoshiko Murakami Matsuyama	305,97
22	4752050	A. L. C.	829.XXX.XXX-53	0003	0009	Jardim Itaipu	Sargento Edson Telles	476,50
23	8421000	M. R. de C.	004.XXX.XXX-06	0008	0017	Jardim Guaíra	Teresinha Paluch	360,00
24	8422000	M. R. de C.	004.XXX.XXX-06	0008	0018	Jardim Guaíra	Martin Luther King	360,00
25	8378000	D. T. C.	127.XXX.XXX-20	0007	0006	Jardim Guaíra	Teresinha Paluch	360,03
26	2222066000	D. L.	067.XXX.XXX-76	0006	0003	Higienópolis	Antônio Pratti	420,00
27	2222081000	Y. E. I. LTDA	77.XXX.XXX/0001-78	0006	0018	Higienópolis	Domingos De Nadai	420,00
28	2222339000	Y. E. I. LTDA	77.XXX.XXX/0001-78	0009	0016	Higienópolis	Vidalino Scatolin	420,00
29	109048000	Y. E. I. LTDA	77.XXX.XXX/0001-78	0017	0001	Higienópolis	Antônio Pratti	531,16
30	2222137000	Y. E. I. LTDA	77.XXX.XXX/0001-78	0017	0002	Higienópolis	Antônio Pratti	541,45
31	2222138000	Y. E. I. LTDA	77.XXX.XXX/0001-78	0017	0003	Higienópolis	Antônio Pratti	551,74
32	2224150991	T. L. E I. de I. LTDA	10.XXX.XXX/0001-28	05	09	Anhembi-Colagul	Herbert Wendland	395,16
33	2224151807	T. L. E I. de I. LTDA	10.XXX.XXX/0001-28	09	06	Anhembi-Colagul	Elídio Caovilla	302,50
34	7835000	I. Z.	407.XXX.XXX-20	0025	0006	Anhembi-Colagul	Ananias de Castro Lima	360,00
35	2222569000	B. C. M.	082.XXX.XXX-06	000F	0015	São Domingos	Vitório Antônio Thomé	330,00

Guaíra, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

ROSISLAINE DE LIMA BALASTRELLI

Fiscal de Atividades Urbanas

Matrícula funcional nº 30.553-1

JOSÉ DONIZETE ALVES

Fiscal de Atividades Urbanas

Matrícula funcional nº 27.405-03

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:533FB210

PROJUR

PORTARIA Nº 688/2025 DATA: 17.12.2025 EMENTA: HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO CURSO DE COORDENADORES ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL, COM NOTA E PORCENTAGEM DE FREQUÊNCIA NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na no art. 64 da Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –LDB), na meta 15 da Lei nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação – PNE), e na meta 15 do Plano Municipal de Educação – Lei nº 1.939/2015, e, considerando a importância da qualificação técnica e pedagógica dos profissionais que atuam na gestão escolar;

Considerando a Portaria n° 417/2025 de 17/07/2025;

Considerando o memorando online sob o nº 2.814/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Divulgar o Resultado Final com nota e porcentagem de frequência dos profissionais da Secretaria Municipal de Educação da participação do curso de Coordenadores Escolar conforme a frequência e participação das aulas e avaliação escrita.

Art. 2º Divulgar quanto a participação no Curso Preparatório para Coordenadores Escolar, de responsabilidade da Secretaria Municipal da Educação, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas, sendo que o candidato deve comprovar frequência mínima de 80% (oitenta por cento) da carga horária total ofertada, devendo o mesmo obrigatoriamente ser ofertado fora da jornada de trabalho.

Art. 3º Divulgar quanto a aprovação em avaliação escrita, consistindo em prova composta por questões objetivas e subjetivas, devendo atingir a pontuação mínima de 60% (sessenta por cento) de acerto da nota máxima total da prova, sendo o conteúdo programático da avaliação definido em edital prévio específico.

INSTITUIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	FREQUÊNCIA%
Adam Henrique Petry	Aline Jeordana Vasconcelos Corrêa Pastro Mater	8,6	100%
Adam Henrique Petry	Alessandra Martines da Silva	**DESISTÊNCIA**	
Adam Henrique Petry	Maria Rute da Silva Ames	**DESISTÊNCIA**	
Almirante Tamandare	Jaqueline Lima Lopera dos Santos	9,8	100%
Almirante Tamandare	Daniela Backes Cordeiro	**DESISTÊNCIA**	
Almirante Tamandare	Adriana de Araújo Sanches do Nascimento	8,9	100%
Almirante Tamandare	Rosilene Leite Latronico	**DESISTÊNCIA**	
Amalia Flores	Alexandro Cleiton dos Reis	7,3	90%
Amalia Flores	Maria Eduarda Nascimento Minueza Moraes	**DESISTÊNCIA**	
Amalia Flores	Débora Cristina da Conceição	8,4	100%
Amalia Flores	Maria Helena da Silva Thurmam	**DESISTÊNCIA**	
Amalia Flores	Eduarda Cristina David Neves	**DESISTÊNCIA**	
Amalia Flores	Edivania da Costa Neves	**DESISTÊNCIA**	
Amalia Flores	Maria Helena da Silva Thurmam	**DESISTÊNCIA**	
Amalia Flores	Luzia Galdino da Silva Bachega	**DESISTÊNCIA**	
Ana Maria Silva Roggia	Jaqueline da Silva Hellmann	9,2	90%
Ana Maria Silva Roggia	Clismeri Caroline Pereira Cancio	8,4	100%
Ana Maria Silva Roggia	Maria de Fatima Favaretto	**DESISTÊNCIA**	
Arthur da Costa e Silva	Jane Maria de Oliveira Rocha	6,2	80%
Arthur da Costa e Silva	Sueli Vicente Rodrigues de Paula	7,5	90%
Arthur da Costa e Silva	Vanessa Merielli Pusippe Brischiliari	9,3	100%
Aurea Del Cortez Benck	Solange da Silva Horlando	9,9	90%
Aurea Del Cortez Benck	Vânia Aparecida Backes	6,3	90%
Aurea Del Cortez Benck	Dercival Gomes dos Santos	8,0	40%
Aurea Del Cortez Benck	Fabiano Camargo Ribeiro da Silva	**DESISTÊNCIA**	
Aurea Del Cortez Benck	Helena Mercedes Bibiana Nascimento	7,8	90%
Aurea Del Cortez Benck	Adriele de Castro dos Santos	**DESISTÊNCIA**	
Aurea Del Cortez Benck	Adriana Gomes Massamboni Fiorelli	**DESISTÊNCIA**	
Aurea Del Cortez Benck	Odete Jonck	**DESISTÊNCIA**	
Aurea Del Cortez Benck	Noemia Franco Lourenço	**DESISTÊNCIA**	
CMAEE	Cátia dos Santos Bomfim	**DESISTÊNCIA**	
CMAEE	Adriane Aparecida de Souza Lopera	**DESISTÊNCIA**	
Duque de Caxias	Gisele Ruiz Althman da Silva	9,2	100%
Duque de Caxias	Maria Regina de Albuquerque	8,2	100%
Duque de Caxias	Marineide Marcelina Góes	10,0	80%
Duque de Caxias	Roseli Althman Turra	8,9	100%
Duque de Caxias	Maria Luisa Garcia Canato	8,0	100%
Duque de Caxias	Vanilza Alves dos Reis de Oliveira	**DESISTÊNCIA**	
Irmã Maria Leônia	Afranio Cristian do Nascimento	7,0	50%
Irmã Maria Leônia	Jamille F. Ribeiro Jangarelli	**DESISTÊNCIA**	
Irmã Maria Leônia	Carla Fernanda de Oliveira	**DESISTÊNCIA**	
Irmã Maria Leônia	Ana Paula Siebeneichler da Silva	9,2	90%
Irmã Maria Leônia	Sandra Severino de Silva	**DESISTÊNCIA**	
Irmã Maria Leônia	Estelle Juli Sanfelice	**DESISTÊNCIA**	
Irmã Maria Leônia	Salete Mazzuco da Silva	9,4	80%
Irmã Maria Leônia	Josefa De Fátima Viana Santana Mastrangelo	7,5	80%
Irmã Maria Leônia	Vera Lucia Mincoff Berri	**DESISTÊNCIA**	
João Gracino	Regina Vieira Coutinho de Souza	7,4	100%

João Gracino	Juliane Alessandra Cavalieri dos Santos	**DESISTÊNCIA**	
João Gracino	Sônia Cristina Rodriguês Teotônio	8,2	60%
João Gracino	Marina Julieta Vidal Rêgo	8,5	80%
João Gracino	Sheila Patrícia de Souza Coelho	**DESISTÊNCIA**	
Jose Darcizio Vain	Franciele Fernanda Silva Cordeiro	10,0	80%
Lourival Jose de Carvalho	Sônia Maria Martins Ketterer	7,6	100%
Luiz Venanancio da Silva Junior	Iracema Pereira Gonçalves Rodrigues	**DESISTÊNCIA**	
Maria Amelia Vierira Beffa	Leila Ideli Gevehr Pawlak	9,4	100%
Maria Amelia Vierira Beffa	Sara de Fátima Varolo Dos Santos	**DESISTÊNCIA**	
Maria Aparecida da Silva Pereira	Marcela Cristiane Pena Basquera	8,9	80%
Maria Aparecida da Silva Pereira	Bruna Larisse Kock da Silva	**DESISTÊNCIA**	
maria aparecida da silva pereira	Tatiane Borges de Oliveira Silva	7,5	90**%**
Maria Aparecida da Silva Pereira	Valéria Capatti Botega	7,7	90**%**
Maria Aparecida da Silva Pereira	Júlia Camila Viera	**DESISTÊNCIA**	
Maria Aparecida da Silva Pereira	Larissa de Oliveira Pupo	**DESISTÊNCIA**	
Maria Aparecida da Silva Pereira	Bruna Larisse Kock da Silva	**DESISTÊNCIA**	
Mario Calmon Eppinghaus	Letícia Dalla Costa Zatta	NÃO REALIZOU A PROVA	80%
Mario Calmon Eppinghaus	Rosangela Lazari de Freitas Dalla Costa	7,1	100%
Mario Calmon Eppinghaus	Leonardo Graciano de Morais	6,0	90%
Mario Calmon Eppinghaus	Marlene da Rocha	**DESISTÊNCIA**	
Mario Jose de Farias Ferraz	Rosilene Bragança da Silva	10,0	100%
Mario Jose de Farias Ferraz	Sidilene Caciano Silva	8,5	90%
Mario Jose de Farias Ferraz	Pérola Ribeiro Cruz de Lima	**DESISTÊNCIA**	
Outros	Cássia Cassiane de Oliveira Menezes	**DESISTÊNCIA**	
Outros	Marli de Souza Jardim	6,0	90%
Outros	Eliza Regina da Silva	NÃO REALIZOU A PROVA	80%
Outros	Nilda de Freitas Bonfim Musial	NÃO REALIZOU A PROVA	80%
Outros	Laudiceia Martins dos Reis Carneiro da Silva	**DESISTÊNCIA**	
Outros	Adriana Padilha dos Santos Gonçalves	**DESISTÊNCIA**	
Prof. Erik Andersen	Ana Maria Macedo	**DESISTÊNCIA**	
Prof. Erik Andersen	Fabiana Tramontini	9,8	90%
Prof. Erik Andersen	Leonardo Barbosa	8,8	80%
Prof. Erik Andersen	Geni Rosangela Alves	8,0	90%
Prof. Erik Andersen	Fernando Luís Ames Lima	**DESISTÊNCIA**	
Prof. Erik Andersen	Angela Maria dos Santos Souza	**DESISTÊNCIA**	
Prof. Erik Andersen	Joceir dos Santos Lopera	7,1	100%
Prof. Erik Andersen	Marcia da Silva Pereira	**DESISTÊNCIA**	
Prof. Erik Andersen	Tatiane Diubate Libaneo	8,8	80%
Prof. Erik Andersen	Daniele Joice Barrios	NÃO REALIZOU A PROVA	
Prof. Erik Andersen	Noeli Gonçalves da Silva de Souza	9,2	100%
Prof. Erik Andersen	Edilaine Villalba Ortiz Comunello	9,8	100%
Prof. Erik Andersen	Arlene Oliveira dos Santos Lopes de Carvalho	**DESISTÊNCIA**	
Prof. Erik Andersen	Cleonice Gomes da Silva Neves	7,4	90%
Prof. Erik Andersen	Vera Lúcia Cardoso Oliveira	**DESISTÊNCIA**	
Prof. Erik Andersen	Solange de Paula	**DESISTÊNCIA**	
Prof. Joao Ambrozio	Renata de Lima Dalla Vecchia	10,0	100%
Prof. Joao Ambrozio	Fabiana de Oliveira Freire	8,8	100%
Prof. Joao Ambrozio	Edna Vicente Alves	**DESISTÊNCIA**	
Prof.ª Maria de Lourdes A. Pereira	Angélica Adriana Vignoto dos Reis	NÃO REALIZOU A PROVA	70%
Prof.ª Maria de Lourdes A. Pereira	Gislaine Rodrigues Padilha dos Reis	7,7	80%
Prof.ª Maria de Lourdes A. Pereira	Gislaine Dias Faria	**DESISTÊNCIA**	
Prof.ª Maria de Lourdes A. Pereira	Daniela Cavaliere do Espirito Santo	NÃO REALIZOU A PROVA	90%
Prof.ª Maria de Lourdes A. Pereira	Gláuciane Maisa Mendes	**DESISTÊNCIA**	
Rita Ana de Cassia	Andréia Rodrigues dos Santos Celestrino	8,5	90%
Rita Ana de Cassia	Ivanete Jacinta Polak Sutil	6,8	100%
Rita Ana de Cassia	Andreza Daniela de Pádua	**DESISTÊNCIA**	
Rita Ana de Cassia	Gabriele Nátalle Trevisan da Silva	9,0	100%
Rita Ana de Cassia	Julia_Romoda	**DESISTÊNCIA**	
Rita Ana de Cassia	Everton Luis Dornelles	**DESISTÊNCIA**	
Rita Ana de Cassia	Mara Dhulle dos Santos Silva	9,5	100%
Rita Ana de Cassia	Cristina de Alfredo Silva Pacheco	**DESISTÊNCIA**	
Rita Ana de Cassia	Regiane dos Santos	8,8	90%
Rita Ana de Cassia	Juliane Paula Ribeiro Rocha	**DESISTÊNCIA**	
Sebastião Camarini	Eliane Maringá Galvão	7,2	50%
Sebastião Camarini	Daiane Iara Guedis	9,8	90%
Sebastião Camarini	Letícia Nepomuceno da Silva	8,7	100%
Tancredo Neves	Jóice Aparecida Rossetto Bieseche	**DESISTÊNCIA**	
Tancredo Neves	Iana Clara Lima	10,0	90%
Tancredo Neves	Jucelia Ghisi Paludo	8,1	100%
Tancredo Neves	Lucimar Xavier dos Santos Lovera	9,6	100%
Tancredo Neves	Daniele Cristina Fischer de Oliveira	10,0	100%
Tancredo Neves	Mônica Camphorst dos Santos Morel	9,0	100%
Tancredo Neves	Maria de Fátima de Oliveira Alves	NÃO REALIZOU A PROVA	
Tancredo Neves	Ana Lucia da Silva Vanin	**DESISTÊNCIA**	
Tancredo Neves	Edith Elias Martini	7,7	100%

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUEM-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná em 17 de dezembro de 2025

GILEADE GABRIEL OSTI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:E88C5257

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO- AMP 16/12/2025- EDIÇÃO 3428 TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 055/2025 MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando os ditames da Lei Federal n.º 14.133/21 face ao constante nos autos de Processo nº. 256/2025, referente ao Edital de Pregão Eletrônico em epígrafe.

HOMOLOGO, o procedimento licitatório, na Modalidade Pregão Eletrônico instaurado e registrado sob o n.º 055/2025, com fulcro no **art. 71 da Lei 14.133/21**, a qual objetiva o registro de preços para aquisição futura e parcelada de medicamentos hospitalares e de farmácia básica em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, do município de Iguaraçu/PR.

ADJUDICO, os contratos com as empresas:

MEDINGA COMERCIAL LTDA - CNPJ: 57.742.953/0001-42 Endereço: Av. Herval, 3326 JD. Imperial II – Maringá/PR CEP: 87023-055 **Sócio Administrador**: Mariana Peron Buosi CPF: 082.406.819-05 **Valor total da ata:** R$ 51.670,10 (Cinquenta e um mil, seiscentos e setenta reais e dez centavos)

Item	Unid	Quant	Descrição	Marca	Valor Unit	Valor Total
3	POMADA	500	SULFATO DE NEOMICINA E BACITRACINA 5MG/G+ 250UI/G	PRATI DONADUZZI	R$ 2,40	R$ 1.200,00
7	CAPSULA	1900	ESPINHEIRA SANTA (EXTRATO COM 13 A 20MG DE TANINOS)	BIONATUS	R$ 1,22	R$ 2.318,00
13	AMPOLA	1300	GENTAMICINA INJ - 40 MG/ML 2ML USO: EV/IM	HYPOFARMA	R$ 0,80	R$ 1.040,00
25	COMP	600	LEVOFLOXACINO 500MG	TEUTO	R$ 0,78	R$ 468,00
27	COMP	1120	OLMESARTANA MEDOXOMILA 40MG+ANLODIPINO 5MG	GERMED	R$ 0,90	R$ 1.008,00
28	COMP	600	OLMESARTANA MEDOXOMILA 40MG	GERMED	R$ 0,64	R$ 384,00
29	COMP	800	CLOPIDOGREL 75MG	NOVA QUIMICA	R$ 0,31	R$ 248,00
33	COMP	500	SUPLEMENTO POLIVITAMINICO E MINERAL (EX. VITERGAN ZINCO)	MARJAN	R$ 1,49	R$ 745,00
34	CREME	80	DIOSMIN 200G CREME (ARNICA+BISABOLOL+ESCINA+VITAMINA E)	DIOSMIN	R$ 101,60	R$ 8.128,00
35	COMP	1000	BISOPROLOL (HEMIFUMARATO)2,5MG	GERMED	R$ 0,15	R$ 150,00
36	COMP	1000	BISOPROLOL (HEMIFUMARATO) 5MG	GERMED	R$ 0,20	R$ 200,00
38	COMP	900	CARBAMAZEPINA 400MG	BIOCHIMICO	R$ 0,48	R$ 432,00
41	FRASCO	30	BRINZOLAMIDA 10MG/ML COLIRIO	ALCON	R$ 93,48	R$ 2.804,40
42	FRASCO	35	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA+ACIDO SALICILICO 0,5MG/ML+20MG/ML SOLUÇAO CAPILAR 30 ML	GERMED	R$ 22,94	R$ 802,90
43	FRASCO	450	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 6,67MG/ML + DIPIRONA 333,4MG/ML - 20ML GOTAS	HIPOLABOR	R$ 5,74	R$ 2.583,00
44	FRASCO	50	OTOMIXYN SOLUÇÃO OTOLOGICA 5ML (FLUOCINOLONA ACETONIDA 0,25MG + SULFATO DE POLIMIXINA B 10.000UI+ SULFATO DE NEOMICINA 3,5MG + CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 20MG/ML)	EMS	R$ 3,20	R$ 160,00
45	FRASCO	100	BICARBONATO SÓDIO 8,4% - 10 ML	SAMTEC	R$ 1,17	R$ 117,00
48	SPRAY	40	RIFAMICINA SV SPRAY 10MG/ML 20ML	NATULAB	R$ 4,49	R$ 179,60
51	FRASCO	80	LACTULOSE 667MG/ML - 120ML XAROPE	MAYBEN	R$ 4,29	R$ 343,20
55	COMP	900	APIXABANA 5 MG	MEDLEY	R$ 1,06	R$ 954,00
56	COMP	1380	CITONEURIN 5000UI (NITRATO DE TIAMINA 100MG+CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 100MG+CIANOCOBALAMINA 5000MCG)	PROCTER	R$ 1,57	R$ 2.166,60
57	CAPSULA	800	COLECALCIFEROL 7000UI (VITAMINA D3)	NEOQUIMICA	R$ 0,19	R$ 152,00
58	COMP	1000	DIPIRONA MONOIDRATADA 1G	GLOBO	R$ 0,44	R$ 440,00
59	COMP	1000	DICLORIDRATO DE BETAISTINA 24MG	BIOSINTETICA	R$ 0,27	R$ 270,00
61	COMP	900	DIOSMINA 900MG+HESPERIDINA 100MG	TEUTO	R$ 0,54	R$ 486,00
62	COMP	900	ESPIRONOLACTONA 100MG	EMS	R$ 0,47	R$ 423,00
63	COMP	1200	GINKGO BILOBA 120MG	GEOLAB	R$ 0,51	R$ 612,00
66	CAPSULA	800	IBUPROFENO EM CAPSULA GEL 400MG	TEUTO	R$ 0,50	R$ 400,00
68	COMP	800	MONTELUCASTE DE SÓDIO 10MG	GEOLAB	R$ 0,53	R$ 424,00
69	SACHÊ	650	MONTELUCASTE DE SÓDIO 4MG	EUROFARMA	R$ 0,54	R$ 351,00
70	COMP	1200	OMEPRAZOL MAGNESICO 10MG	BIOPAS	R$ 9,14	R$ 10.968,00
73	COMP	900	VIMPOCETINA 5MG	MARJAN	R$ 0,84	R$ 756,00
74	TUBO	50	CETOCONAZOL + DIPROPIONATO DE BETAMETASONA + SULFATO DE NEOMICINA 30G	GEOLAB	R$ 4,04	R$ 202,00
85	AMPOLA	400	CLORETO DE SÓDIO 20% - 10ML INJ.	SAMTEC	R$ 0,37	R$ 148,00
86	AMPOLA	1000	CLORETO DE SÓDIO 0,9% - 10ML	SAMTEC	R$ 0,20	R$ 200,00
87	AMPOLA	200	CLORIDRATO DE LIDOCAINA 2% INJ SEM VASOCONSTRITOR, FRASCO COM 20ML	HYPOFARMA	R$ 4,34	R$ 868,00
88	SERINGA	160	ENOXAPARINA SODICA 40MG/0,4ML SOLUÇAO INJETAVEL IV/SC - SERINGA PREENCHIDA COM 0,4ML	BIOMM	R$ 11,99	R$ 1.918,40
89	FRASCO	1000	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG/ML 20ML GOTAS	HIPOLABOR	R$ 6,36	R$ 6.360,00

92	COMP	2000	SERTRALINA 50MG	GEOLAB	R$ 0,13	R$ 260,00
						R$ 51.670,10

CIRURGICA PRIME LTDA - CNPJ: 46.116.717/0001-02 Endereço: Rua Machado De Assis, 583, Zona 6 CEP: 87.015-580 Maringá-PR **Sócio Administrador**: Sergio Luiz de Souza Junior CPF: 048.260.599-57 **Valor total da ata:** R$ 75.043,75 (Setenta e cinco mil, quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)

Item	Unid	Quant	Descrição	Marca	Valor Unit	Valor Total
1	FRASCO	300	ADTIL - ACETATO DE RETINOL (VITAMINA A) DE COLECALCIFEROL (VITAMINA D) - AD TIL 50.000 U.I/10.000 U.I	LATINOFARMA	R$ 2,80	R$ 840,00
2	TUBO	700	DICLOFENACO DIETILAMÔNIO - POMADA 11,6MG/G	CIMED	R$ 2,10	R$ 1.470,00
4	FRASCO	50	TOBRAMICINA / COLÍRIO 3MG/ML	GEOLAB	R$ 2,20	R$ 110,00
5	FRASCO	500	ACETILCISTEÍNA 20MG/ML	GEOLAB	R$ 2,20	R$ 1.100,00
6	FRASCO	700	ACETILCISTEÍNA 40MG/ML	MAYBEN	R$ 3,80	R$ 2.660,00
11	COMP	1900	PREGABALINA 50MG	ZODIAC	R$ 0,72	R$ 1.368,00
12	COMP	1000	PRIMIDONA 100MG	ZYDUS NIKKO	R$ 0,69	R$ 690,00
14	AMPOLA	1300	PENTOXIFILINA 20MG/ML - 5ML USO: EV	GERMED	R$ 1,92	R$ 2.496,00
16	AMPOLA	260	FENOBARBITAL SÓDICO 100MG/ML - 2 ML EV/IM	CRISTALIA	R$ 2,70	R$ 702,00
19	COMP	900	ISOFLAVONA (GLYCINE MAX) 150 MG	PHARMASCIENSE	R$ 3,80	R$ 3.420,00
20	COMP	768	ALOGLIPITINA+PIOGLITAZONA 25MG/30MG	TAKEDA	R$ 6,90	R$ 5.299,20
21	COMP	700	DAPAGLIFLOZINA 10MG	ACHE	R$ 3,90	R$ 2.730,00
22	COMP	600	VALSARTANA+HIDROCLOROTIAZIDA+BESILATO DE ANLODIPINO 320MG/25MG/10MG	EMS	R$ 4,99	R$ 2.994,00
23	FRASCO	1000	DIMENIDRINATO + PIRIDOXINA 25MG/ML+5MG/ML	BRAINFARMA	R$ 3,65	R$ 3.650,00
24	COMP	10000	OLMESARTANA MEDOXOMILA 40MG+ANLODIPINO 10MG	DAICHO SANKIO	R$ 1,15	R$ 11.500,00
26	COMP	2000	CLORIDRATO DE NARATRIPTANA 2,5MG	MEDLEY	R$ 1,50	R$ 3.000,00
30	POMADA	500	DICLOFENACO DIETILAMÔNIO EMULGEL 60G	CIMED	R$ 2,55	R$ 1.275,00
31	POMADA	95	COLAGENASE 0,6UI/G+CLORANFENICOL 0,01G/G-30G	ABBOTT	R$ 2,05	R$ 194,75
32	SACHÊ	300	SACCHAROMYCES BOULARDII 200MG - PO ORAL	BRAINFARMA	R$ 1,09	R$ 327,00
37	FRASCO	40	BECLOMETASONA 250MCG/DOSE INALATÓRIO – USO ORAL	GLENMARK	R$ 17,90	R$ 716,00
40	FRASCO	30	ACETATO DE FLUORMETOLONA 1MG/ML COLIRO	CRISTALIA	R$ 2,80	R$ 84,00
46	AMPOLA	50	DOPAMINA CLORIDRATO 5MG/ML - 10ML USO: EV	HIPOLABOR	R$ 2,52	R$ 126,00
47	AMPOLA	500	HIDRALAZINA 20MG - 1ML USO: EV/IM	UNIÃO QUIMICA	R$ 4,45	R$ 2.225,00
49	AMPOLA	35	ETOMIDATO 2MG/ML - 10ML	CRISTALIA	R$ 9,00	R$ 315,00
50	FRASCO	20	HIALURONATO DE SODIO 1,5MG/ML - 0,15% COLIRIO OFTALMICO	GEOLAB	R$ 32,00	R$ 640,00
52	FRASCO	20	BECLOMETASONA 50MCG/DOSE AEROSSOL ORAL, C/200 DOSES	GLENMARK	R$ 22,80	R$ 456,00
54	AMPOLA	40	FLUMAZENIL 0,1MG/ML - 5ML EV	HIPOLABOR	R$ 3,10	R$ 124,00
64	COMP	900	HIDRALAZINA 25MG	NOVARTIS	R$ 0,40	R$ 360,00
67	CAPSULA	800	IBUPROFENO EM CAPSULA GEL 600MG	VITAMEDIC	R$ 0,25	R$ 200,00
71	CAPSULA	1000	TEOFILINA 200MG	ABBOTT	R$ 0,89	R$ 890,00
72	COMP	900	VALSARTANA+HIDROCLOROTIAZIDA 320MG/25MG	EMS	R$ 1,50	R$ 1.350,00
75	FRASCO	20	BIMATOPROSTA 0,03%+ MALEATO DE TIMOLOL 0,5% -5ML (GANFORT) SOL.OFTALMICA	ALLERGAN	R$ 155,00	R$ 3.100,00
77	FRASCO	60	CLORIDRATO DE OLOPATADINA 0,2% 2MG/ML - COLIRIO	RANBAXY	R$ 30,00	R$ 1.800,00
80	CANETA	60	INSULINA GLARGINA 100UI/ML	SANOFI	R$ 61,53	R$ 3.691,80
82	FRASCO	60	ARIPIPRAZOL 1MG/ML SUSPENSAO 150ML	ACHE	R$ 150,00	R$ 9.000,00
83	FRASCO	600	BROMOPRIDA 4MG/ML	PRATI DONADUZZI	R$ 0,90	R$ 540,00
84	FR/AMP	800	CEFTRIAXONA SODICA 500 MG - USO: IM C/DILUENTE	FRESENIUS	R$ 4,00	R$ 3.200,00
98	COMP	4000	ESCITALOPRAM 10MG	EMS	R$ 0,10	R$ 400,00
						R$ 75.043,75

LOGMEDI COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 52.179.963/0001-06 Endereço: Rodovia PR – 493, nº 3940 – Bairro Fraron CEP: 85.503-378 Pato Branco/PR **Sócio Administrador:** Carla Adriana Grams CPF: 806.312.319-00 **Valor total da ata:** R$ 21.952,10 (Vinte e um mil, novecentos e cinquenta e dois reais e dez centavos)

Item	Unid	Quant	Descrição	Marca	Valor Unit	Valor Total
17	COMP	400	IVERMECTINA 6 MG COM 4 COMPRIMIDOS	EMS	R$ 0,30	R$ 120,00
60	COMP	900	DOMPERIDONA 10MG	EMS	R$ 0,07	R$ 63,00
65	COMP	700	IBUPROFENO 300MG	MULTILAB	R$ 0,15	R$ 105,00
79	FRASCO	40	TOBRAMICINA 0,3% 5ML SOLUÇÃO OFTALMICA	GEOLAB	R$ 4,59	R$ 183,60
91	COMP	2000	SERTRALINA 100MG	EMS	R$ 0,30	R$ 600,00
93	COMP	1100	ALPRAZOLAM 0,5MG	EMS	R$ 0,10	R$ 110,00
94	FRASCO	50	ARIPIPRAZOL 20MG/ML - 30ML	EMS	R$ 298,99	R$ 14.949,50
95	CAPSULA	1200	CLORIDRATO DE DULOXETINA 60MG	EMS	R$ 1,24	R$ 1.488,00
96	CAPSULA	1200	CLORIDRATO DE DULOXETINA 30MG	EMS	R$ 0,74	R$ 888,00
97	COMP	1500	CLORIDRATO DE TRAZODONA 50MG LIBERAÇAO PROLONGADA	EMS	R$ 0,37	R$ 555,00
99	COMP	6000	ESCITALOPRAM 20MG	EMS	R$ 0,18	R$ 1.080,00
100	COMP	5000	PAROXETINA 20MG	EMS	R$ 0,21	R$ 1.050,00
101	CAPSULA	4000	PREGABALINA 75MG	EMS	R$ 0,19	R$ 760,00
						R$ 21.952,10

CIRURGICA NOSSA SENHORA LTDA - CNPJ: 24.586.988/0001-80 Endereço: Rua Pavão, 540 - Jardim Bandeirantes - Arapongas/PR **Sócio Administrador:** Lara Cardoso Machado CPF: 131.466.189-23 **Valor total da ata:** R$ 1.089,80 (Um mil, oitenta e nove reais e oitenta centavos)

Item	Unid	Quant	Descrição	Marca	Valor Unit	Valor Total
18	COMP	3500	LORATADINA 10 MG	GEOLAB	R$ 0,09	R$ 315,00
53	COMP	840	RISPERIDONA 2MG	PRATI DONADUZI	R$ 0,22	R$ 184,80
90	COMP	1000	CLORIDRATO DE TRAZODONA 100MG	GLOBO	R$ 0,59	R$ 590,00
						R$ 1.089,80

LICITE SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 34.223.536/0001-98 Endereço: RODOVIA - PR 317 6752 - Parque Industrial 200 Maringá-PR CEP: 87035-510 **Sócio Administrador:** Marcos Henrique Lahoud CPF: 000.744.681-03 **Valor total da ata:** R$ 4.099,20 (Quatro mil, noventa e nove reais e vinte centavos)

Item	Unid	Quant	Descrição	Marca	Valor Unit	Valor Total
78	FRASCO	60	CLORIDRATO DE DORZOLAMIDA 2% (20MG/ML) 5ML SOL. OFTALMICA	UNIAO QUIMICA	R$ 39,99	R$ 2.399,40
81	FRASCO	60	TARTARATO DE BRIMONIDINA 0,1% (10MG/ML) 5ML COLIRIO	UNIAO QUIMICA	R$ 28,33	R$ 1.699,80
						R$ 4.099,20

Iguaraçu, 12 de dezembro de 2025.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN

Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:90C408B7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 5.300

LEI Nº 5.300

Súmula: *Altera a Lei nº 4.614/2018, que dispõe sobre a Estrutura do Sistema de Classificação de Cargos, e o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Civis do Poder Executivo Municipal de Irati, para o fim de instituir novos cargos de provimento em comissão para a área da Saúde, em complementação ao disposto na Lei n° 5.198/2025.*

A CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, APROVOU e eu PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições legais, SANCIONO a seguinte lei:

Art. 1º - Esta Lei promove alterações na Lei nº 4.614, de 20 de dezembro de 2018, dispondo sobre a criação de cargos públicos de provimento em comissão para compor o Quadro de Cargos de Provimento em Comissão, especificamente para a área da Saúde, mediante alteração do Anexo I daquela norma.

Art. 2º - Ficam criados os seguintes cargos de provimento em comissão para ampliação do efetivo municipal:

I – Diretor de Pronto Atendimento – 01 (um) cargo;

II – Diretor de Atenção Primária – 01 (um) cargo;

Parágrafo único: Fica alterada a denominação do cargo de Diretor da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) 24 horas, mantido pela Lei Municipal nº 5.198/2025, que passa a ser denominado: Diretor de Gestão Administrativa em Saúde.

Art. 3º - Fica atualizado o Anexo I da Lei nº 4.614/2018 no que diz respeito à criação dos referidos cargos, conforme art. 2º desta Lei, passando a vigorar acrescido da seguinte redação:

.....

ANEXO I – QUADRO 1 - CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

.....

SÍMBOLO S			
DENOMINAÇÃO	**REQUISITO PARA PROVIMENTO**	**VAGAS**	**SÍMBOLO**
Diretor de Pronto Atendimento	Ensino superior completo	1	S
Diretor de Atenção Primária	Ensino superior completo	1	S
Diretor de Gestão Administrativa em Saúde	**Ensino médio completo**	**1**	**S - 2**

.....

Art. 4º - Fica atualizado o Anexo IX da Lei nº 4.614/2018 no que diz respeito à descrição dos cargos em comissão, passando a vigorar acrescido da seguinte redação:

ANEXO IX – DESCRIÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO

.....

SÍMBOLO S	
Diretor de Pronto Atendimento	Atribuições: a) Descrição sintética: Dirigir, planejar e coordenar as atividades do Pronto Atendimento Municipal, aplicando conhecimentos técnicos na área da saúde e experiência em gestão, assegurando a eficiência dos serviços e a adequada execução das políticas públicas de saúde. b) Descrição analítica: Coordenar, supervisionar e avaliar as rotinas assistenciais e administrativas do Pronto Atendimento; Gerenciar fluxos de trabalho, dimensionamento de equipes e organização de escalas; Elaborar, revisar ou participar da elaboração de pareceres técnicos, relatórios, vistorias e demais documentos que demandem conhecimento especializado na área da saúde; Implementar diretrizes e determinações emanadas da autoridade superior e dos agentes políticos, assegurando sua efetiva execução; Promover articulação com demais unidades de saúde para garantir a continuidade e integralidade do atendimento; Acompanhar processos administrativos, receber e despachar protocolos, documentos e expedientes relacionados à gestão da unidade; Zelar pelo cumprimento de normas sanitárias, de segurança e de qualidade no atendimento à população. Condições Gerais de Trabalho: a) Geral: carga horária semanal de 40 horas b) Especial: o exercício das funções poderá exigir, eventualmente, prestação de serviços fora do horário normal de expediente, inclusive em caráter emergencial. Requisitos: a) Idade mínima de 18 anos; b) Escolaridade: Ensino Superior completo
Diretor de Atenção Primária	Atribuições: a) Descrição sintética: Dirigir, planejar e coordenar as ações, programas e serviços da Atenção Primária à Saúde, aplicando conhecimentos técnicos e experiência em gestão, garantindo a efetividade das políticas de saúde no âmbito da atenção básica. b) Descrição analítica: Coordenar, supervisionar e avaliar as rotinas assistenciais e administrativas das unidades básicas de saúde e demais serviços vinculados à Atenção Primária; Gerenciar fluxos de atendimento, organização de equipes, escalas e processos de trabalho; Elaborar, revisar ou participar da elaboração de pareceres técnicos, relatórios, vistorias, projetos e documentos que demandem conhecimentos específicos em saúde pública e atenção básica; Implementar diretrizes, metas e determinações estabelecidas pela autoridade superior e pelos agentes políticos, assegurando sua execução; Articular ações entre equipes multiprofissionais, programas municipais e demais políticas intersetoriais; Acompanhar processos administrativos, recebendo e despachando protocolos, documentos e expedientes relativos à gestão da Atenção Primária; Promover o cumprimento das normas sanitárias, protocolos assistenciais e padrões de qualidade previstos pelo SUS. Condições Gerais de Trabalho: a) Geral: carga horária semanal de 40 horas. b) Especial: o exercício das funções poderá exigir, eventualmente, atuação fora do horário normal de expediente, inclusive para atendimento de demandas emergenciais ou institucionais.

	Requisitos: a) Idade mínima de 18 anos; b) Escolaridade: Ensino Superior completo
Diretor de Gestão Administrativa em Saúde	**Atribuições:** **a) Descrição sintética: Dirigir, planejar e coordenar atividades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Saúde, aplicando conhecimentos técnicos, assegurando suporte às unidades e programas da rede municipal.** **b) Descrição analítica: Coordenar, supervisionar e avaliar rotinas administrativas, operacionais e de apoio técnico das unidades e departamentos vinculados à Secretaria Municipal de Saúde; Participar e ajudar a elaborar pareceres técnicos, relatórios, estudos, análises de desempenho, projetos e documentos; Gerenciar contratos, convênios, compras, serviços terceirizados e outros instrumentos administrativos, supervisionando prazos, entregas e execuções; Implementar diretrizes, normas e determinações estabelecidas pela autoridade superior, garantindo sua execução nos setores administrativos da saúde.** **Condições Gerais de Trabalho:** **a) Geral: carga horária semanal de 40 horas.** **b) Especial: o exercício das funções poderá exigir, eventualmente, atuação fora do horário normal de expediente, inclusive para atendimento de demandas emergenciais ou institucionais.** **REQUISITOS** **a) Idade mínima de 18 anos;** **b) Escolaridade: Ensino Médio Completo**

.....

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, 17 de dezembro de 2025.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES

Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:047398C3

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00980/2025)

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E

CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00980/2025)

DEVEDOR			
Ente Federativo/UF:	Irati/PR	**CNPJ:**	75.654.574/0001-82
Endereço:	XV DE NOVEMBRO		
Bairro:	Centro	**CEP:**	84500-054
Telefone:	423132-6391	**Fax:**	
E-mail:	CAPSIRATI@GMAIL.COM		
Representante	EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES		
CPF:	088.503.499-63		
Cargo:	Prefeito	**Complemento:**	
E-mail:	gabinete@irati.pr.gov.br	**Data início da**	01/01/2025

CREDOR			
Unidade Gestora:	CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES	**CNPJ:**	04.525.731/0001-01
Endereço:	RUA XV DE NOVEMBRO,735		
Bairro:	CENTRO	**CEP:**	84500-069
Telefone:	4203132-6391	**Fax:**	
E-mail:	capsirati@gmail.com		
Representante	ROZENILDA ROMANIW BARBARA		
CPF:	722.526.779-53		
Cargo:	Superintendente	**Complemento:**	
E-mail:	ROZENILDAROMANIW@YAHOO.COM	**Data início da**	01/08/2021

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei n° Lei nº 5295/2025 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE IRATI é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Irati da quantia de R$ 12.564.548,01 (doze milhões e quinhentos e sessenta e quatro mil e quinhentos e quarenta e oito reais e um centavo), correspondentes aos valores de Outros Critérios - EC 136 (300 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 06/2025 a 06/2025, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Irati confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R$ 12.564.548,01 (doze milhões e quinhentos e sessenta e quatro mil e quinhentos e quarenta e oito reais e um centavo), será pago em 300 (trezentos) parcelas mensais e sucessivas de R$ 41.881,83 (quarenta e um mil e oitocentos e oitenta e um reais e oitenta e três centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R$ 41.881,83 (quarenta e um mil e oitocentos e oitenta e um reais e oitenta e três centavos), vencerá em 10/02/2026 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretratável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 0,00% (zero vírgulazero vírgula por cento), conforme Lei n° Lei nº 5295/2025.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão

responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsávelo por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM para pagamento dos valores das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento, atualizadas na forma da cláusula terceira e da legislação do Município. A vinculação será formalizada, por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM, da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a revogação da autorização fornecida ao agente financeiro para vinculação do FPM prevista na Cláusula Quarta ou a ocorrência de alguma das demais hipóteses rescisórias estabelecidas na lei municipal que autorizou este acordo.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos temos dos artigos 389 e 395 do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação. Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma. Irati - PR / 17/12/2025

RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO			
CPF	**NOME**	**RESPONSABILIDADE**	**ASSINATURA DIGITAL**
08850349963	Emiliano Augusto Rocha Gomes	Representante Legal do Ente	Assinado digitalmente em 17/12/2025
72252677953	Rozenilda Romaniw Barbara	Representante da Unidade	Assinado digitalmente em 17/12/2025
95690654949	JOBY AYUB	Ordenador de despesa –	Assinado digitalmente em 17/12/2025

Este documento foi assinado digitalmente por completo em 17/12/2025 16:11:34.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cadprev.previdencia.gov.br:443/Cadprev/pages/publico/assinatura/validacao.xhtml?verificador=2186324&crc=56B6625 5, informando o código verificador: 2186324 e código CRC: 56B66255.

DECLARAÇÃO

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 00980/2025, firmado entre o/a Irati e o CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE IRATI em 17/12/2025, foi publicado em 18/12/2025 no

( ) mural

( ) jornal - Edição nº , de / / (X) Diário Oficial dos Municípios do Paraná Edição nº 3430 , de 17/12/2025

Por ser expressão da verdade, firma a presente. Irati, 18/12/2025

RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO			
CPF	**NOME**	**RESPONSABILIDADE**	**ASSINATURA DIGITAL**
08850349963	Emiliano Augusto Rocha Gomes	Representante Legal do Ente	Assinado digitalmente em 17/12/2025
72252677953	Rozenilda Romaniw Barbara	Representante da Unidade	Assinado digitalmente em 17/12/2025
95690654949	JOBY AYUB	Ordenador de despesa –	Assinado digitalmente em 17/12/2025

Este documento foi assinado digitalmente por completo em 17/12/2025 16:11:34.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cadprev.previdencia.gov.br:443/Cadprev/pages/publico/assinatura/validacao.xhtml?verificador=2186324&crc=56B6625 5, informando o código verificador: 2186324 e código CRC: 56B66255.

AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM						
Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários						
Acordo CADPREV nº	00980/2025			Data		17/12/2025
Valor consolidado	12.564.548,01			Valor da prestação inicial		41.881,83
Número prestações	300			Vencimento 1ª prestação		10/02/2026
DEVEDOR						
Ente Federativo	Irati/PR				CNPJ	75.654.574/0001-82
Representante Legal	EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES				CPF	088.503.499-63
Conta do FPM para	Banco do Brasil	Agência nº	0182-1		Conta nº	73001-7
CREDOR						
Unidade Gestora	CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE IRATI				CNPJ	04.525.731/0001-01
Representante Legal	ROZENILDA ROMANIW BARBARA				CPF	722.526.779-53
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	0182-1		Conta nº	12679-9

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, cientifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como meio de pagamento das parcelas

2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores das parcelas relativas ao Termo de Acordo de Parcelamento supracitado, enquanto estiver vigente o referido termo de acordo, observado o seguinte procedimento:

2.1 - A Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – Dataprev encaminhará ao Banco do Brasil, com a antecedência necessária, o demonstrativo atualizado do valor devido;

2.2 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do FPM ligado ao ente federativo, no dia 10 subsequente, transferindo-o de imediato para a conta da unidade gestora; em caso de insucesso na tentativa de débito no dia 10, novas tentativas de débito deverão ser feitas nos dias 20 e 30 subsequentes; e

2.3 – O valor devido, indicado para débito na conta do FPM ligado ao ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade do Ministério da Previdência Social e das partes do integrantes do acordo, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Irati/PR - 17/12/2025

ASSINATURAS

BANCO DO BRASIL (*)	SONIA MARIA DE PAULA MATRÍCULA – F9195680

(*) Apenas para recebimento. Preencher nome, cargo e matrícula.

RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO			
CPF	**NOME**	**RESPONSABILIDADE**	**ASSINATURA DIGITAL**
08850349963	Emiliano Augusto Rocha Gomes	Representante Legal do Ente	Assinado digitalmente em 17/12/2025
72252677953	Rozenilda Romaniw Barbara	Representante da Unidade	Assinado digitalmente em 17/12/2025
95690654949	JOBY AYUB	Ordenador de despesa –	Assinado digitalmente em 17/12/2025

Este documento foi assinado digitalmente por completo em 17/12/2025 16:11:34.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cadprev.previdencia.gov.br:443/Cadprev/pages/publico/assinatura/validacao.xhtml?verificador=2186324&crc=56B6625 5, informando o código verificador: 2186324 e código CRC: 56B66255.

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:12087044

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00942/2025) RETIFICADOR

TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E

CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00942/2025)

RETIFICADOR

DEVEDOR	

Ente Federativo/UF:	Irati/PR	**CNPJ:**	75.654.574/0001-82
Endereço:	XV DE NOVEMBRO		
Bairro:	Centro	**CEP:**	84500-054
Telefone:	423132-6391	**Fax:**	
E-mail:	CAPSIRATI@GMAIL.COM		
Representante	EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES		
CPF:	088.503.499-63		
Cargo:	Prefeito	**Complemento:**	
E-mail:	gabinete@irati.pr.gov.br	**Data início da**	01/01/2025

CREDOR			
Unidade Gestora:	CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES	**CNPJ:**	04.525.731/0001-01
Endereço:	RUA XV DE NOVEMBRO,735		
Bairro:	CENTRO	**CEP:**	84500-069
Telefone:	4203132-6391	**Fax:**	
E-mail:	capsirati@gmail.com		
Representante	ROZENILDA ROMANIW BARBARA		
CPF:	722.526.779-53		
Cargo:	Superintendente	**Complemento:**	
E-mail:	ROZENILDAROMANIW@YAHOO.COM	**Data início da**	01/08/2021

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Reparcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei n° LEI nº 5295/2025 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE IRATI é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Irati da quantia de R$ 17.784.468,48 (dezessete milhões e setecentos e oitenta e quatro mil e quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos), correspondentes aos valores de Outros Critérios - EC 136 (300 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2023 a 08/2025, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Irati confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R$ 17.784.468,48 (dezessete milhões e setecentos e oitenta e quatro mil e quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos), será pago em 300 (trezentos) parcelas mensais e sucessivas de R$ 59.281,56 (cinquenta e nove mil e duzentos e oitenta e um reais e cinquenta e seis centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R$ 59.281,56 (cinquenta e nove mil e duzentos e oitenta e um reais e cinquenta e seis centavos), vencerá em 10/02/2026 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do reparcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretratável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social as informações referentes ao presente acordo de reparcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 0,00% (zero vírgulazero vírgula por cento), conforme Lei n° LEI Nº 5295/2025.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsávelo por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM para pagamento dos valores das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento, atualizadas na forma da cláusula terceira e da legislação do Município. A vinculação será formalizada, por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM, da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a revogação da autorização fornecida ao agente financeiro para vinculação do FPM prevista na Cláusula Quarta ou a ocorrência de alguma das demais hipóteses rescisórias estabelecidas na lei municipal que autorizou este acordo.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos temos dos artigos 389 e 395 do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de reparcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação. Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO			
CPF	**NOME**	**RESPONSABILIDADE**	**ASSINATURA DIGITAL**
08850349963	Emiliano Augusto Rocha Gomes	Representante Legal do Ente	Assinado digitalmente em 17/12/2025
72252677953	Rozenilda Romaniw Barbara	Representante da Unidade	Assinado digitalmente em 17/12/2025
95690654949	JOBY AYUB	Ordenador de despesa –	Assinado digitalmente em 17/12/2025

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma. Irati - PR / 17/12/2025

Este documento foi assinado digitalmente por completo em 17/12/2025 16:11:34.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cadprev.previdencia.gov.br:443/Cadprev/pages/publico/assinatura/validacao.xhtml?verificador=2185962&crc=EEC2814 6, informando o código verificador: 2185962 e código CRC: EEC28146.

DECLARAÇÃO

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Reparcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 00942/2025, firmado entre o/a Irati e o CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE IRATI em 17/12/2025, foi publicado em 18/12/2025 no

( ) mural

( ) jornal - Edição nº , de / /

(X) Diário Oficial dos Municípios do Paraná Edição nº 3430 , de 18/12/2025

Por ser expressão da verdade, firma a presente. Irati, 18/12/2025

RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO			
CPF	**NOME**	**RESPONSABILIDADE**	**ASSINATURA DIGITAL**
08850349963	Emiliano Augusto Rocha Gomes	Representante Legal do Ente	Assinado digitalmente em 17/12/2025
72252677953	Rozenilda Romaniw Barbara	Representante da Unidade	Assinado digitalmente em 17/12/2025
95690654949	JOBY AYUB	Ordenador de despesa –	Assinado digitalmente em 17/12/2025

Este documento foi assinado digitalmente por completo em 17/12/2025 16:11:34.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cadprev.previdencia.gov.br:443/Cadprev/pages/publico/assinatura/validacao.xhtml?verificador=2185962&crc=EEC2814 6, informando o código verificador: 2185962 e código CRC: EEC28146.

AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM						
Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários						
Acordo CADPREV nº	00942/2025			Data		17/12/2025
Valor consolidado	17.784.468,48			Valor da prestação inicial		59.281,56
Número prestações	300			Vencimento 1ª prestação		10/02/2026
DEVEDOR						
Ente Federativo	Irati/PR				CNPJ	75.654.574/0001-82
Representante Legal	EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES				CPF	088.503.499-63
Conta do FPM para	Banco do Brasil	Agência nº	0182-1		Conta nº	73001-7
CREDOR						
Unidade Gestora	CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE IRATI				CNPJ	04.525.731/0001-01
Representante Legal	ROZENILDA ROMANIW BARBARA				CPF	722.526.779-53
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	0182-1		Conta nº	12679-9

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, cientifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como meio de pagamento das parcelas

2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores das parcelas relativas ao Termo de Acordo de Parcelamento supracitado, enquanto estiver vigente o referido termo de acordo, observado o seguinte procedimento:

2.1 - A Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – Dataprev encaminhará ao Banco do Brasil, com a antecedência necessária, o demonstrativo atualizado do valor devido;

2.2 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do FPM ligado ao ente federativo, no dia 10 subsequente, transferindo-o de imediato para a conta da unidade gestora; em caso de insucesso na tentativa de débito no dia 10, novas tentativas de débito deverão ser feitas nos dias 20 e 30 subsequentes; e

2.3 – O valor devido, indicado para débito na conta do FPM ligado ao ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade do Ministério da Previdência Social e das partes do integrantes do acordo, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Irati/PR - 17/12/2025

ASSINATURAS

BANCO DO BRASIL (*)	SONIA MARIA DE PAULA MATRÍCULA – F9195680

(*) Apenas para recebimento. Preencher nome, cargo e matrícula.

RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO			
CPF	**NOME**	**RESPONSABILIDADE**	**ASSINATURA DIGITAL**
08850349963	Emiliano Augusto Rocha Gomes	Representante Legal do Ente	Assinado digitalmente em 17/12/2025
72252677953	Rozenilda Romaniw Barbara	Representante da Unidade	Assinado digitalmente em 17/12/2025
95690654949	JOBY AYUB	Ordenador de despesa –	Assinado digitalmente em 17/12/2025

Este documento foi assinado digitalmente por completo em 17/12/2025 16:11:34

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cadprev.previdencia.gov.br:443/Cadprev/pages/publico/assinatura/validacao.xhtml?verificador=2185962&crc=EEC2814 6, informando o código verificador: 2185962 e código CRC: EEC28146.

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:62DE15BA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2376/2025

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 2376/2025

DATA: 11.12.2025

SÚMULA: Concede promoção vertical e progressão adicional aos servidores públicos do Poder Executivo do Municipio de Itapejara D'Oeste.

O Prefeito Municipal de Itapejara do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do artigo 82, da Lei

Orgânica Municipal e em atendimento ao contido no artigo 20 e seguintes, da Lei Municipal 1.638/2016:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder promoção vertical e progressão adicional para os servidos abaixo, enquadrando-os para os seguintes níveis salariais.

NOME	CARGO	ADM	GRUPO	TABELA SALARIAL	PISO ANTERI- OR	REF SALARIAL	REFLE- XO FINAN- CEIRO	
ALINE FILAKOSKI CARDOSO	ENFERMEIRA	01/11/2018	GSU	G-I	6	11	01/11/25	3-POS 1-AVAL 1- CURSO
CATIA REGINA BIOLCHI	AUXILIAR DE COZINHA	20/11/2014	GOO	B-I	5	7	20/11/25	1- CURSO 1-AVAL

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D' Oeste, Estado do Paraná, aos 11 (onze) dias do mês de Dezembro de 2025.

VILMAR SCHMOLLER,

Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,

Diretora do Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:91CE06A6

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2377/2025

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 2377/2025

DATA: 11.12.2025

SÚMULA: Concede promoção vertical aos servidores públicos do Poder Executivo do Município de Itapejara D'Oeste.

O Prefeito Municipal de Itapejara do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do artigo 82, da Lei Orgânica Municipal e em atendimento ao contido no artigo 20 e seguintes, da Lei Municipal 1.638/2016:

CONSIDERANDO, o resultado e aprovação na avaliação de desempenho.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder promoção vertical para os servidos abaixo, enquadrando-os para os seguintes níveis salariais.

NOME	CARGO	ADMISSÃO	GRUPO	TABELA SALARIAL	REF SALARIAL	REFLEXO FINANCEIRO
AURIO CLEIN	GARI	25/11/2020	GOO	H-I	2	25/11/2025

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal DE Itapejara D' Oeste, Estado do Paraná, aos 11 (onze) dias do mês de Dezembro de 2025.

VILMAR SCHMOLLER,

Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,

Diretora do Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:202DD725

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 562/2025 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2025 - SMS

Considerando a Resolução SESA Nº 1711/2023, em que dispõe sobre o repasse financeiro referente à Assistência Financeira Complementar – AFC, de competência da União, em favor do Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde e repassado ao Estado/Fundo Estadual de Saúde, por meio de transferência na modalidade fundo a fundo, em conta corrente específica para fins de complementação do pagamento do Piso Salarial dos Profissionais da Enfermagem da Competência**Novembro/2025**

A Secretaria Municipal de Saúde de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º -Conceder o repasse no valor de RR 23.698,49(vinte e três mil, seiscentos e noventa e oito reais e quarenta e nove centavos da modalidade fundo a fundo, para os servidores conforme tabela abaixo:

CPF PROFISSIONAL	MATRICULA	NOME PROFISSIONAL	CNES	CBO	COMPLEMENTO NOVEMBRO
03*********7	62941	ADRIANO GONCALVES DE SOUZA	4064607	322205	257,49
03*********8	38171	ADRIANO SALES FARIA	6767680	223505	879,95
12*********6	64341	AMANDA ALVES GOMES	4064607	322205	257,49
10*********1	64361	AMANDA CAROLINE DE LARA CRUZ	4064607	322205	257,49
08*********6	63321	ANDRESSA FERNANDA COUTINHO GONCALVES	4064607	322205	257,49
09*********0	62351	ANDRESSA NUNES DE OLIVEIRA	4064607	322205	257,49
07*********0	61721	ANGELICA FRANCA CRISTO STRESSER	5520274	322205	257,49
05*********6	62991	ANDREIA MIRIAM RIBAS TABORDA	0017639	223505	879,95
03*********8	61771	ARLINDA MARIA BONFIM DOS SANTOS	4064607	322205	257,49
11*********0	64421	BARBARA THAIS GUSSO RIBEIRO	0017639	322205	257,49
09*********8	61411	BRUNA RAFAELA DE FRANCA BARROS	0017620	322205	257,49
05*********6	64331	BRUNA REGINA CARDOSO GODOY	0017639	322205	257,49
06*********5	63231	BRUNA SABRINA CORDEIRO DE FARIA	6767680	322205	257,49
05*********9	38161	CHEILA VIVIANA DAS NEVES	0017620	223505	741,05
04*********8	63291	CLARI APARECIDA MACHADO	0017639	322205	257,49

08*********5	63211	DAFINY KAIRA COSTA FARIA DE SOUZA	2681471	322205	257,49
03*********2	63201	DANIELE VIEIRA DE ANDRADE FRANCA	0017639	322205	257,49
97**********5	64351	DIRLEI DE FATIMA MOREIRA	2681471	322205	257,49
05*********7	62891	EDIVANIA APARECIDA DE BRITO	4064607	322205	257,49
06*********0	65651	EDNA EMILENE DE BRITO COSTA	4064607	322205	257,49
03*********4	62881	ELAINE TAVARES DOS SANTOS FIORESE	4064607	322205	257,49
00*********0	62551	ELAINE VAZ DOS SANTOS	0017639	322205	257,49
09*********8	62981	ELIZIANE DOS SANTOS PAULA MACHADO	4064607	322205	257,49
09**********5	62561	ELLEN CRISTINE DO SACRAMENTO	4064607	322205	257,49
10*********1	62951	EMANUELLY KUSTER DA COSTA DOS SANTOS	4064607	322205	257,49
10*********7	61991	ERICA CRISTINY SOARES	2681471	322205	257,49
06*********4	63331	EVELIN FRANCIELE CAMARGO DOS SANTOS	0017639	322205	257,49
77*********3	62831	FABIO LUIZ MOTA	4064607	223505	879,95
10**********9	65871	FRANCIELE DOS SANTOS MATOSO	4064607	322205	257,49
07*********7	61151	HELEN CAROLINE DE CRISTO	2681471	322205	257,49
35*********1	64371	JACQUELINE PRISCILA DA SILVA	6767680	322205	257,49
09*********7	61071	JANAINA COSTA ROSA	0017639	322205	257,49
10*********3	63241	JENIFER FATIMA DE MELO BECKER	2681471	322205	257,49
07*********5	63221	JHONATAN RODRIGO DE GODOY	4064607	322205	257,49
04**********3	63311	JOSIANE SANTOS ARTIGAS LIMA	4064607	322205	257,49
84**********0	67071	JOSE KAPP	2681471	223505	879,95
09*********0	66021	KAUANA CAMILA PASKE	5520274	322205	257,49
11*********7	65431	KARINE DE ANDRADE	5520274	223505	879,95
08*********1	64381	LAYS CRISTINA FRANCA CRISTO	6767680	322205	257,49
08*********0	65021	LAURA CASTRO CORDEIRO	4064607	322205	257,49
09**********5	61901	LETICIA APARECIDA DE FREITAS DE LARA	4064607	322205	257,39
65*********4	64391	LIAMARA TEREZINHA DE BONFIM	2681471	322205	257,39
06*********8	38431	LOGLESIA MARTA KOBELNIK	4064607	223505	879,95
09*********8	65421	MARIA EDUARDA FIORESE	4064607	223505	879,95
03*********5	63271	MARIA SALETE MAGARI PESCK	4064607	322205	257,49
95**********8	64651	MARINES FATIMA LEMES DA ROSA PAIVA	4064607	322205	257,49
06**********0	62971	MAURIANE CRISTINA DE CRISTO	4064607	322205	257,49
06*********0	38151	MIRILEIDY DE LARA CHRISTO GONCALVES	3903893	223505	811,19
08*********2	62821	NADYA MARLIUCE DE BONFIM DE CRISTO	4064607	223505	879,95
04*********0	38421	ROSI DE JESUS TABORDA DE FARIA LEAL	2681471	223505	879,95
02*********8	63011	ROSILDA APARECIDA COSTA CASTRO	2681471	322205	257,49
85**********2	62751	ROZIANI DE FATIMA STOCHERO	4064607	223505	879,95
0*********30	62771	SANDRA MARA GRAS DE LIMA GEFFER	4064607	223505	879,95
03*********11	63531	SARAH GONSALVES MIGUEL	4064607	223505	879,95
04*********8	62871	SUELEN BUENO DE CASTRO FARIA	4064607	322205	257,49
08*********4	63181	TATIANE BUENO RODRIGUES	4064607	322205	257,49
05*********0	61941	VANESSA FARIA	4064607	322205	257,49
05**********8	65701	VIVIANE BORGES DOS SANTOS	4064607	322205	257,49
06*********5	67671	VALDIR JOSE DE BOMFIM	4064607	322205	257,49
Total					**R$ 23.698,49**

RUBIENE FÁTIMA COSTA PEREIRA

Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:E531BE26

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 563/2025 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2025 - SMS

Considerando que o município mensalmente recebe o repasse da Assistência Financeira Complementar – AFC, e a secretaria informa os valores de repasse aos profissionais da enfermagem de acordo com o cálculo realizado pelo Ministério da Saúde exposto na plataforma Invest-Sus (https://investsus.saude.gov.br/piso-enfermagem)

Considerando que o município dispõe de conta exclusiva para recebimento do piso da enfermagem o saldo deve ser utilizado para pagamento do repasse aos profissionais da enfermagem.

Considerando a Portaria GM/MS nº 8.964, de 26 de novembro de 2025, onde dispõe sobre os valores referentes à **décima terceira parcela** do exercício de 2025, de que trata o Título IX-A da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017.(Portaria GM_MS Nº 8.964, DE 26 DE novembro DE 2025 - Portaria GM_MS Nº 8.964, DE 26 DE novembro DE 2025 - DOU - Imprensa Nacional Decima terceira parcela.pdf)

Segue em anexo lista dos profissionais da enfermagem com o valor do repasse.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

RUBIENE FÁTIMA COSTA PEREIRA

Secretária Municipal de Saúde

CPF PROFISSIONAL	MATRICULA	NOME PROFISSIONAL	CNES	CBO	13ª Parcela de 2025
03********47	62941	ADRIANO GONCALVES DE SOUZA	4064607	322205	257,49
03********58	38171	ADRIANO SALES FARIA	6767680	223505	879,95
12********26	64341	AMANDA ALVES GOMES	4064607	322205	257,49
10********21	64361	AMANDA CAROLINE DE LARA CRUZ	4064607	322205	257,49
08********66	63321	ANDRESSA FERNANDA COUTINHO GONCALVES	4064607	322205	257,49
09********50	62351	ANDRESSA NUNES DE OLIVEIRA	4064607	322205	257,49
07********20	61721	ANGELICA FRANCA CRISTO STRESSER	5520274	322205	257,49
05********26	62991	ANDREIA MIRIAM RIBAS TABORDA	0017639	223505	879,95
03********28	61771	ARLINDA MARIA BONFIM DOS SANTOS	4064607	322205	257,49
11********90	64421	BARBARA THAIS GUSSO RIBEIRO	0017639	322205	257,49
09********58	61411	BRUNA RAFAELA DE FRANCA BARROS	0017620	322205	257,49
05********76	64331	BRUNA REGINA CARDOSO GODOY	0017639	322205	257,49
06********45	63231	BRUNA SABRINA CORDEIRO DE FARIA	6767680	322205	257,49
05********69	38161	CHEILA VIVIANA DAS NEVES	0017620	223505	741,05
04********98	63291	CLARI APARECIDA MACHADO	0017639	322205	257,49
08********75	63211	DAFINY KAIRA COSTA FARIA DE SOUZA	2681471	322205	257,49
03********52	63201	DANIELE VIEIRA DE ANDRADE FRANCA	0017639	322205	257,49
97********15	64351	DIRLEI DE FATIMA MOREIRA	2681471	322205	257,49
05********77	62891	EDIVANIA APARECIDA DE BRITO	4064607	322205	257,49
06********60	65651	EDNA EMILENE DE BRITO COSTA	4064607	322205	214,57
03********84	62881	ELAINE TAVARES DOS SANTOS FIORESE	4064607	322205	257,49
00********40	62551	ELAINE VAZ DOS SANTOS	0017639	322205	257,49
09********38	62981	ELIZIANE DOS SANTOS PAULA MACHADO	4064607	322205	257,49
09********85	62561	ELLEN CRISTINE DO SACRAMENTO	4064607	322205	257,49
10********31	62951	EMANUELLY KUSTER DA COSTA DOS SANTOS	4064607	322205	257,49
10********77	61991	ERICA CRISTINY SOARES	2681471	322205	257,49
06********04	63331	EVELIN FRANCIELE CAMARGO DOS SANTOS	0017639	322205	257,49
77********53	62831	FABIO LUIZ MOTA	4064607	223505	879,95
10********19	65871	FRANCIELE DOS SANTOS MATOSO	4064607	322205	214,57
07********97	61151	HELEN CAROLINE DE CRISTO	2681471	322205	257,49
35********21	64371	JACQUELINE PRISCILA DA SILVA	6767680	322205	257,49
09********67	61071	JANAINA COSTA ROSA	0017639	322205	257,49
10********33	63241	JENIFER FATIMA DE MELO BECKER	2681471	322205	257,49
07********35	63221	JHONATAN RODRIGO DE GODOY	4064607	322205	257,49
04********13	63311	JOSIANE SANTOS ARTIGAS LIMA	4064607	322205	257,49
84********00	67071	JOSE KAPP	2681471	223505	879,95
09********20	66021	KAUANA CAMILA PASKE	5520274	322205	193,11
11********77	65431	KARINE DE ANDRADE	5520274	223505	879,95
08********01	64381	LAYS CRISTINA FRANCA CRISTO	6767680	322205	257,49
08********60	65021	LAURA CASTRO CORDEIRO	4064607	322205	257,49
09********25	61901	LETICIA APARECIDA DE FREITAS DE LARA	4064607	322205	257,39
65********34	64391	LIAMARA TEREZINHA DE BONFIM	2681471	322205	257,39
06********28	38431	LOGLESIA MARTA KOBELNIK	4064607	223505	879,95
09********78	65421	MARIA EDUARDA FIORESE	4064607	223505	879,95
03********35	63271	MARIA SALETE MAGARI PESCK	4064607	322205	257,49
95********68	64651	MARINES FATIMA LEMES DA ROSA PAIVA	4064607	322205	257,49
06********30	62971	MAURIANE CRISTINA DE CRISTO	4064607	322205	257,49
06********60	38151	MIRILEIDY DE LARA CHRISTO GONCALVES	3903893	223505	811,19
08********82	62821	NADYA MARLIUCE DE BONFIM DE CRISTO	4064607	223505	879,95
04********50	38421	ROSI DE JESUS TABORDA DE FARIA LEAL	2681471	223505	879,95
02********88	63011	ROSILDA APARECIDA COSTA CASTRO	2681471	322205	257,49
85********72	62751	ROZIANI DE FATIMA STOCHERO	4064607	223505	879,95
02********30	62771	SANDRA MARA GRAS DE LIMA GEFFER	4064607	223505	879,95
03********11	63531	SARAH GONSALVES MIGUEL	4064607	223505	879,95
04********88	62871	SUELEN BUENO DE CASTRO FARIA	4064607	322205	257,49
08********94	63181	TATIANE BUENO RODRIGUES	4064607	322205	257,49
05********00	61941	VANESSA FARIA	4064607	322205	257,49
05********08	65701	VIVIANE BORGES DOS SANTOS	4064607	322205	214,57
06********65	67671	VALDIR JOSE DE BOMFIM	4064607	322205	107,28
Total					**R$ 23.355,14**

RUBIENE FÁTIMA COSTA PEREIRA

Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:B2991819

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE CONTABILIDADE
DECRETO 299/2025

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí – PR

Site: www.ivai.pr.gov.br email: licitacao@ivai.pr.gov.br

DECRETO 299/2025 03/12/2025

SÚMULA: Abre Créditos Adicionais no valor total de R$ 2.419.322,91 (Dois Milhões, Quatrocentos e Dezenove Mil, Trezentos e Vinte e Dois Reais e Noventa e Um Centavos).

O Prefeito do Município de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida na Lei Municipal nº. 1524/2024 de 18/12/2024.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município, para o exercício de 2025 (Lei Municipal nº 1524/2024), um Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 2.419.322,91 (Dois Milhões, Quatrocentos e Dezenove Mil, Trezentos e Vinte e Dois Reais e Noventa e Um Centavos), conforme demonstrativo abaixo:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001	DIVISÃO DE ADMINISTRACAO	
04.092.0402.2002	Atividades da Procuradoria Jurídica	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
50	00000-Recursos Ordinários (Livres)	18.500,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
60	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.500,00
04.122.0402.2005	Atividades da Divisão de Administração	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
201	00860-PM IVAI NATAL ILUMINADO DE IVAI	50.000,00
	SUBTOTAL	71.000,00
04	SECRETARIA DE FINANÇAS	
04.001	DIVISÃO DE FINANÇAS	
04.123.0403.2009	Atividades da Divisão de Tesouraria	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
330	00000-Recursos Ordinários (Livres)	41.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
340	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.200,00
3.3.30.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
369	00479-HOSPITAL MUNICIPAL DE IVAI QUARTA ETAPA	33.204,99
	SUBTOTAL	79.404,99
05	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	
05.001	DIVISÃO DE FOMENTO AGROPECUÁRIO	
20.606.2001.2012	Atividades da Divisão de Fomento Agropecuario	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
470	00000-Recursos Ordinários (Livres)	40.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
480	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
	SUBTOTAL	45.000,00
06	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.001	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	
12.361.1201.2023	Manutenção do Ensino Fundamental - Recursos FUNDEB	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
830	00101-Fundeb 60%	517.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
850	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.700,00
12.361.1201.2026	Manutenção da Merenda Escolar	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
1150	00107-Salário-Educação	55.000,00
12.361.1201.2022	Manuntenção do Transporte Escolar - Outros Recursos	
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	
720	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	183.200,00
730	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	360.000,00

770	01040-Transferências do FUNDEB - Complementação da União -VAAR	57.400,00
12.361.1201.2024	Manutenção do Ensino Fundamental - Outros Recursos	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1000	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
1010	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	28.200,00
	SUBTOTAL	1.215.500,00
07	SECRETARIA DE ESPORTES E TURISMO	
07.001	DIVISAO DE ESPORTES E RECREAÇÃO	
27.812.2701.2030	Atividades do Departamento de Esportes	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1390	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.500,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1400	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.500,00
27.812.2701.1029	Apoio a Jogos e Eventos Esportivos	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1381	00859-PM IVAI JEEP E GAIOLA CROSS	74.999,92
	SUBTOTAL	79.999,92
08	SECRETARIA DE SAUDE	
08.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.1001.2039	Atividades Assistencia Medica Odonto e Sanitaria	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1720	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	10.100,00
10.301.1002.1040	Ações do Programa de Agentes Comunitários	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1880	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	3.000,00
1890	00489-Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	23.500,00
10.301.1001.2039	Atividades Assistencia Medica Odonto e Sanitaria	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1730	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	25.000,00
10.302.1001.2041	Serviço de Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2010	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	103.000,00
10.301.1001.1036	Ampliação da Rede Municipal de Saúde	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
1613	00482-CONSTRUÇÃO DE BASE DESCENTRALIZADA DO SAMU	558.018,00
	SUBTOTAL	722.618,00
09	SECRETARIA DE PROMOÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL	
09.001	DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0801.204 5	Atividades da Promoção Social	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2171	00951-Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa família e Cadastro Único - Portaria 113/2015	1.000,00
09.003	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	
08.243.0802.605 2	Manutenção do Conselho Tutelar	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2630	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
	SUBTOTAL	6.000,00
10	SECRETARIA DE VIACAO, OBRAS E SERV URBANOS	
10.001	DIVISÃO DE OBRAS E SERVICOS URBANOS	
15.451.1501.105 6	Pavimentação e Recapeamento de Vias Urbanas	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
2740	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
10.002	DIVISÃO RODOVIÁRIA MUNICIPAL	
26.782.2601.1066	Manutenção de Rede de Estradas Municipais	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2970	00000-Recursos Ordinários (Livres)	117.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2980	00000-Recursos Ordinários (Livres)	6.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3040	00504-Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	26.000,00
	SUBTOTAL	179.000,00
11	SECRETARIA DE HABITAÇÃO	
11.001	DIVISÃO DE HABITAÇÃO	
16.482.1601.2069	Manutenção das Atividades da Divisão de Habitação	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3100	00000-Recursos Ordinários (Livres)	19.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3110	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.800,00
	SUBTOTAL	20.800,00
	TOTAL	2.419.322,91

Art. 2º - Para cobertura do crédito a ser aberto em decorrência da autorização constante deste Decreto, serão utilizados os recursos oriundos do excesso de arrecadação, de superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior e da anulação de dotações, conforme o previstos nos incisos I, II e III do parágrafo 1º do Art. 43 da Lei Federal 4320/64 de 17 de março de 1964 a seguir especificados:

A) Anulação de dotações

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
06	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.001	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	
12.361.1201.202 2	Manuntenção do Transporte Escolar - Outros Recursos	
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	

740	00107-Salário-Educação	35.000,00
	SUBTOTAL	35.000,00
10	SECRETARIA DE VIACAO, OBRAS E SERV URBANOS	
10.001	DIVISÃO DE OBRAS E SERVICOS URBANOS	
15.451.1501.105 7	Construção de Edificações Públicas Urbanas	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
2750	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
10.002	DIVISÃO RODOVIÁRIA MUNICIPAL	
26.782.2601.106 8	Aquisição de Equipamentos Rodoviários	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3090	00000-Recursos Ordinários (Livres)	300.700,00
	SUBTOTAL	310.700,00
	TOTAL	345.700,00

B) Superávit Financeiro

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	103.000,00
	TOTAL	103.000,00

C) Excesso de Arrecadação

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.1.1.3.03.1.1.01.00.0 0.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER EXECUTIVO	13.100,00
1.3.2.1.01.0.1.02.00.0 0.00.00	RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS DE OUTROS RECURSOS VINCULADOS	51.026,44
1.7.1.1.51.2.1.00.00.0 0.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS EXTRAORDINÁRIAS - PRINCIPAL	360.000,00
1.7.2.1.50.0.1.00.00.0 0.00.00	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	211.400,00
1.7.5.1.50.0.1.00.00.0 0.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB - PRINCIPAL	517.000,00
2.4.2.2.99.0.1.05.00.0 0.00.00	OUTRAS TRANSF DE CONV GOV DO ESTADO - HOSPITAL MUNICIPAL	28.178,55
2.4.2.2.99.0.1.12.00.0 0.00.00	CONSTRUÇÃO DE BASE DESCENTRALIZADA DO SAMU	558.018,00
1.7.1.3.99.0.1.02.00.0 0.00.00	TRANSF PROVINIENTES DO GOV FED DESTINADAS AO VENCIMENTOS AGENTES COMUNITÁRIO DE SAUDE - FONTE 489	23.500,00
1.7.1.3.50.1.1.00.00.0 0.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ATENÇÃO PRIMÁRIA - PRINCIPAL	25.000,00
1.7.2.4.99.0.1.08.00.0 0.00.00	PM IVAI JEEP E GAIOLA CROSS	74.999,92
1.7.2.4.99.0.1.09.00.0 0.00.00	PM IVAI NATAL ILUMINADO DE IVAI	50.000,00
1.7.1.6.50.0.1.08.00.0 0.00.00	IVAIPROCAD-SUAS - BOLSA FAMILIA - CADASTRO UNICO - FONTE 951	1.000,00
1.7.1.5.52.0.1.00.00.0 0.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB VAAR - PRINCIPAL	57.400,00
	TOTAL	1.970.622,91

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor nesta data e será publicado, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 03 de dezembro de 2025.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Jose Graniska
Código Identificador:128F6D0C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

GABINETE DO PREFEITO
LEI N. º 994/2025 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE A FORMA DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL QUE O MUNICÍPIO TEM EM FACE DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE IVATUBA – FPMI, PARA O EXERCÍCIO DE 2026 E SEGUINTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CAMÂRA MUNICIPAL DE IVATUBA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE;

LEI:

Art. 1º O Plano de Amortização do Déficit Atuarial do RPPS de Ivatuba será executado em conformidade com o anexo I, parte integrante desta Lei, de acordo com o que dispõe as Leis Complementar nº 45/2022.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal José Gimenes Alvares, 17 de dezembro de 2025

VARLEI VERCEZI

Prefeito Municipal

ANEXO I

PLANO DE AMORTIZAÇÃO POR APORTES CRESCENTES				
ANO	**APORTES ANUAIS**	**JUROS**	**AMORTIZAÇÃO**	**SALDO**
2024				**12.017.921,58**
2025	657.380,31	657.680,01	0,00	12.017.921,58
2026	679.292,99	657.380,01	21.912,68	11.996.008,90
2027	721.799,86	656.181,69	65.618,17	11.930.390,73
2028	742.693,45	652.592,37	90.101,07	11.840.289,66
2029	743.436,14	647.663,84	95.772,29	11.744.517,37
2030	744.178,83	642.425,10	101.753,73	11.642.763,63
2031	744.921,53	636.859,17	108.062,36	11.534.701,28
2032	745.664,22	630.948,16	114.716,06	11.419.985,22
2033	746.406,91	624.673,19	121.733,72	11.298.251,50
2034	747.149,61	618.014,36	129.135,25	11.169.116,25
2035	747.892,30	610.950,66	136.941,64	11.032.174,61
2036	748.634,99	603.459,95	145.175,04	10.886.999,56
2037	749.377,69	595.518,88	153.858,81	10.733.140,75
2038	750.120,38	587.102,80	163.017,58	10.570.123,17
2039	750.863,07	578.185,74	172.677,34	10.397.445,84
2040	751.605,77	568.740,29	182.865,48	10.214.580,36
2041	752.348,46	558.737,55	193.610,92	10.020.969,44
2042	753.091,15	548.147,03	204.944,13	9.816.025,31
2043	753.833,85	536.936,58	216.897,26	9.599.128,05
2044	754.576,54	525.072,30	229.504,24	9.369.623,82
2045	755.319,23	512.518,42	242.800,81	9.126.823,00
2046	756.061,93	499.237,22	256.824,71	8.869.998,29
2047	756.804,62	485.188,91	271.615,71	8.598.382,58
2048	757.547,31	470.331,53	287.215,79	8.311.166,79
2049	758.290,01	454.620,82	303.669,18	8.007.497,61
2050	759.032,70	438.010,12	321.022,58	7.686.475,02
2051	759.775,40	420.450,18	339.325,21	7.347.149,81
2052	760.518,09	401.889,09	358.628,99	6.988.520,82
2053	761.260,78	382.272,09	378.988,69	6.609.532,13
2054	762.003,48	361.541,41	400.462,07	6.209.070,06
2055	762.746,17	339.636,13	423.110,04	5.785.960,02
2056	763.488,86	316.492,01	446.996,85	5.338.963,17
2057	764.231,56	292.041,29	472.190,27	4.866.772,90
2058	764.974,25	266.212,48	498.761,77	4.368.011,13

2059	765.716,94	238.930,21	526.786,73	3.841.224,40
2060	766.459,64	210.114,97	556.344,66	3.284.879,73
2061	767.202,33	179.682,92	587.519,41	2.697.360,33
2062	767.945,02	147.545,61	620.399,41	2.076.960,91
2063	768.687,72	113.609,76	655.077,95	1.421.882,96
2064	769.430,41	77.777,00	691.653,41	730.229,55
2065	770.173,10	39.943,56	730.229,55	0,00

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:33947F27

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DISPENSA Nº. 040/2025-PMI

CONTRATO Nº. 152/2025.

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.**

CONTRATADA: **FL BRINQUEDOS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 56.393.999/0001-30.**

OBJETO: **Contratação de pessoa jurídica para a Aquisição de Parquinho Infantil para atender as demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social.**

FISCAL DESIGNADO: **Maria Isabel de Souza Biral e Nalígia de Fátima Mori, lotadas na Secretaria Municipal de Assistência Social.**

LOTE – Parquinho Infantil					
Item	**Undd**	**Qtdd**	**Especificação dos Produtos**	**Valor unitário**	**Valor Total**
1	**Conjunto**	**1**	**Parque Infantil colorido com 3 torres**, **com grama no espaço de instalação**, tendo sua estrutura principal com vigas quadradas de sustentação em plástico ecológico feito em polímero reciclável (94% plástico e 6% aditivo), com cada lado de 90mm a 120 mm, revestida com acabamento pigmentado cor similar a madeira, contendo os seguintes componentes abaixo relacionados com todas as medidas mínimas sugeridas e atendendo as exigências pela norma ABNT NBR 16071/2021 a seguir com todas as medidas e tolerância de +/- 5%: três torres com cobertura, módulo com medidas aproximadas de 1,05m2, composto por quatro vigas quadradas de sustentação em plástico ecológico feito em polímero reciclável (94% plástico e 6% aditivo), com cada lado de 90mm a 120 mm, com reforço interno, e ao centro um deck feito em polietileno rotomoldado pigmentado, medindo aproximadamente 1000mm x 1000mm, fixada com parafusos. **Todos os parafusos utilizados deverão ter acabamentos em ponteiras em pead**, objetivando a maior segurança dos usuários. Cobertura em polietileno rotomoldado, com diâmetro aproximado de 1500mm x 600mm de altura. Medidas (instalada): altura total aproximada: 3100mm de altura por 1000mm de largura x 1000mm de comprimento. Altura do solo até o deck: 1200mm, deverão obedecer aos requisitos da norma vigentes. Incluso todos os acessórios para instalação. Com todas as medidas com tolerância de + /- 5%. (Módulo constando no Certificado de Conformidade da ABNT NBR 16071:2021 em nome da fabricante). **Um tobogã 2 curvas 90º,** módulo de descida confeccionado em polipropileno rotomoldado, diâmetro aproximado de 800mm com duas curvas de 90º em polipropileno rotomoldado, com painel de plástico rotomoldado com parede dupla e ao piso com seção de saída em polietileno rotomoldado com parede dupla, com diâmetro interno aproximadamente de 760mm, 800mm comprimento, 900 mm de largura. Com todas as medidas com tolerância de + /- 5%. (Módulo constando no Certificado de Conformidade da ABNT NBR 16071:2021 em nome da fabricante). **Um balanço 2 lugares** módulo contendo uma base acoplada a torre e outra base de apoio tipo “a” feito em tubo industrial, corrente galvanizada ligados ao varão com buchas de nylon e parafusos, dois assentos em polipropileno rotomoldado colorido, medidas aproximadas do assento (46cm x 22,5cm). Medida total aproximada: 2,40 x 2,00m, caso necessário incluso com um módulo de proteção e contenção, confeccionado em plástico rotomoldado, colorido, vazado, medida aproximada: 800mm de altura x 990mm de largura. Com todas as medidas com tolerância de + /- 5%. %. (Módulo constando no Certificado de Conformidade da ABNT NBR 16071:2021 em nome da fabricante). **Uma escada rotomoldada**, módulo de acesso confeccionado em polipropileno rotomoldado, com degraus, medindo aproximadamente: 1660m x 620mm. Contendo corrimão de segurança em tubo. Pintura eletrostática. Com todas as medidas com tolerância de + /- 5%. (Módulo constando no Certificado de Conformidade da ABNT NBR 16071:2021 em nome da fabricante). Uma escalada, módulo de acesso em ângulo confeccionado em polipropileno em rotomoldado. Dimensões aproximadas: largura: 690mm. altura: 1600mm. **Escalador altamente resistente** com 7 pegadas vazadas para apoio dos pés e mãos, cantos arredondados, acompanha par de alças de poio (pega - mão) em tubo de aço. Com todas as medidas com tolerância de + /- 5%. (Módulo constando no Certificado de Conformidade da ABNT NBR 16071:2021 em nome da fabricante). **Uma escalada de teia,** módulo de acesso confeccionado em estrutura de tubo, com corda de poliéster de 18mm, com malha de aproximadamente 150mm x 150mm. Cada cruzamento de malha será travado e interligado por dispositivo em plástico injetado, dispensando a utilização de nó, dando acabamento e segurança a criança. Medindo aproximadamente: 730mm de largura x 1400mm de comprimento. Acompanha par de alças de poio em tubo de aço. Com todas as medidas com tolerância de + /- 5%. (Módulo constando no Certificado de Conformidade da ABNT NBR 16071:2021 em nome da fabricante). **Um escorregador duplo**, módulo de descida confeccionado em polipropileno rotomoldado. Com duas seções, medindo aproximadamente 900mm x 2400mm (externo) e 350mm de largura cada (interno) e 150mm de altura de borda nas laterais, com curvatura de desaceleração na extremidade final do trajeto. Base de apoio de chão em tubo. Com todas as medidas com tolerância de + /- 5%. (Módulo constando no Certificado de Conformidade da ABNT NBR 16071:2021 em nome da fabricante).	**55.000,00**	**55.000,00**

			Um escorregador reto, módulo de descida reto confeccionado polietileno rotomoldado, medindo aproximadamente 2400mm x 510mm de largura (externo) e 420mm de largura (interno) e 150mm de altura de borda nas laterais, com curvatura de desaceleração na extremidade final do trajeto. Base de apoio de chão em tubo. **Portal em arco**, confeccionado em polietileno rotomoldado, colorido, vazado, medida aproximada: 940mm de altura x 980mm de largura. Com todas as medidas com tolerância de + /- 5%. (Módulo constando no Certificado de Conformidade da ABNT NBR 16071:2021 em nome da fabricante). **Um jogo da velha**, módulo interativo e decorativo com quadro confeccionado em metalão ou rotomoldado, conjunto de nove cubos em plástico rotomoldado colorido contendo as letras (x) e (o), com eixo metálico giratório. **Quadro medindo aproximadamente: 940mm de largura x 820mm de altura**. Com todas as medidas com tolerância de + /- 5%. (Módulo constando no Certificado de Conformidade da ABNT NBR 16071:2021 em nome da fabricante). **Uma passarela negativa**, módulo de passagem confeccionado com estrutura em metalão. Grades de segurança em ambos os lados em tubo. Assoalho arqueado para baixo em plásticos ecológicos, fixada com parafuso. Base medindo aproximadamente 1800mm de comprimento x 930mm de largura e grade de segurança 990mm de altura x 1800mm de comprimento. Com todas as medidas com tolerância de + /- 5%. (Módulo constando no Certificado de Conformidade da ABNT NBR 16071:2021 em nome da fabricante). **Uma passarela túnel reto rotomoldado**, Módulo de passagem confeccionado em polipropileno em rotomoldado pigmentado (colorido), com aditivos em sua composição que prolongam a manutenção de sua coloração original com diâmetro aproximado de 760mm e 1700mm de comprimento. Com dois painéis de sustentação em plástico rotomoldado medindo aproximadamente 980x980m, com furos centrais de 760mm. Com todas as medidas com tolerância de + /- 5%. (Módulo constando no Certificado de Conformidade da ABNT NBR 16071:2021 em nome da fabricante). **Uma cerca de proteção**, módulo de proteção e contenção, confeccionado em plástico rotomoldado, colorido, vazado, medida aproximada: 800mm de altura x 980mm de largura. Com todas as medidas com tolerância de + /- 5(Módulo constando no Certificado de Conformidade da ABNT NBR 16071:2021 em nome da fabricante). **Apresentar documentos que comprovam a Certificação, Segurança, bem como a qualidade da matéria prima aplicada para a fabricação do equipamento** sendo: DA SEGURANÇA DO PLAYGROUND: 1 - Certificado: Abnt nbr 16071:2021 –playgrounds - parte 2, 4 e 8; acreditado do inmetro, em nome da fabricante dentro de sua validade. 2 - Nbr nm 300-1-2011 (análise de bordas cortantes e pontas agudas). 3 - Comprovando o peso estático da plataforma rotomoldada com resultado da massa calculada de no mínimo 185kg. - DA MATÉRIA PRIMA PLÁSTICO ROTOMOLDADO: 1 - Ensaio de teste de qualidade de colorimetria do polímero sendo (Δe*) sejam menores ou inferiores (-) a 4,80 após 5.000 (cinco mil) horas de envelhecimento acelerado. DA MATÉRIA PRIMA (PARTES METÁLICAS): 1 - Abnt Nbr 8095:2015 - de no mínimo 7000 horas; Nbr 5841: 2015 e Nbr iso 4628-3: 2022; 2 - Abnt nbr 10443:2008, com a camada mínima média de 235µm; Nbr 11003/2009.		

VALOR: **R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).**

FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**

INICIO DE VIGÊNCIA: **17 de dezembro de 2025.**

TERMINO DA VIGÊNCIA: **17 de dezembro de 2026.**

FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba/Pr, 17 de dezembro de 2025.

VARLEI VERCEZI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:121F5E87

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL 2026

O Inciso VII do art. 12 da Lei 14.333/2021, estabelece que no processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

"VII- a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar **Plano de Contratação Anual**, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias."

Obs: As estimativas aqui apresentadas, se referem a quantidades e valores máximos que eventualmente serão adquiridas, e nos contratos por demanda as quantidades e valores a seguir indicados, são os valores quantimáximos contratados, que somente serão praticados se a demanda dos trabalhos exigir.

Para os Contratos vigentes que possuem duração que ultrapassam o ano fiscal foi considerado um reajuste de 4,46%, último índice IPCA/IBGE anual publicado pelo Banco Central.

Os materiais onde não há quantidade estimada se referem a reserva de valores para casos vindouros onde não é possível mensurar, neste momento, as quantidades e estão assinalados com (*).

MATERIAL DE CONSUMO				
3.3.90.30.00.00				
ITEM	**QTDE**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR (R$)**	**DPTO**
1	*	Gêneros alimentícios (água, café, chá, leite, açúcar)	50.000,00	DCA M
2	*	Gêneros alimentícios para solenidades oficiais (salgadinhos e docinhos)	30.000,00	DCA M
3	*	Produtos de higiene limpeza	30.000,00	DCA M
4	*	Materiais para copa e Cozinha	10.000,00	DCA M
5	*	Materiais de expediente	30.000,00	DCA M
6	*	Suprimentos de Informática (tintas para impressoras,filtro de linha,mouse pad, mouse, cabos de rede,conectores entre outros)	15.000,00	DCA M
7	*	Material para manutenções e reparos (materiais hidráulicos,elétricos, entre outros)	10.000,00	DCA M
8	*	Bandeiras e insígnias	20.000,00	DCA M
9	*	Mudas de flores, terra preta e adubos para jardim	5.000,00	DCA M
10	*	Fornecimento de combustível	75.000,00	DCA M
11	6	Recarga de gás de cozinha p13kg	3.000,00	DCA M
12	8	Refis para filtros de água	1.500,00	DCA M
13	1	Peças para elevador	15.000,00	DCA M
		TOTAL	**294.500,00**	
PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO				
3.3.90.33.00.00				
ITEM	**QTDE**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR (R$)**	**DPTO**
1	1	Agenciamento de passagens aéreas nacionais	150.000,00	ADM
		TOTAL	**150.000,00**	
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA				
3.3.90.36.00.00				
ITEM	**QTDE**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR (R$)**	**DPTO**
1	5	Contratação de Serviços Técnicos Profissionais (Engenheiro, Eletricista, Arquitéto, Peritos, entre outros)	50.000,00	ADM
		TOTAL	**50.000,00**	
LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA				
3.3.90.37.00.00				
ITEM	**QTDE**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR (R$)**	**DPTO**
1	3	Fornecimento de mão de obra para serviços de Limpeza - Auxiliar de Serviços Gerais	200.000,00	ADM
		TOTAL	**200.000,00**	
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA				
3.3.90.39.00.00				
ITEM	**QTDE**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR (R$)**	**DPTO**
1	1	Contratação de jornal para publicação de atos oficiais	15.000,00	ADM
2	1	Contratação de empresa para adequação ou adequações em infraestrutura, elétrica	100.000,00	ADM
3	1	Contratação de empresa para fornecimento de cópias de chaves , fornecimento e instalação de fechaduras	1.000,00	DCA M
4	1	Fornecimento de Energia elétrica (COPEL)	35.000,00	ADM
5	1	Fornecimento de água e rede de esgoto (SANEPAR)	18.000,00	ADM
6	1	Contratação de empresa para realizar serviços de lavagens de veículos	8.000,00	ADM
7	1	Prestação de serviços de manutenção predial.	200.000,00	DCA M
8	1	Prestação de serviços gráficos, incluindo crachás de identificação.	4.000,00	DCA M
9	1	Contratação de empresa para realizar manutenção nas câmeras de segurança já instaladas.	2.800,00	DCA M
10	1	Serviço de manutenção corretiva e preventiva em elevador	2.900,00	DCA M
11	1	Serviço de dedetização, descupinização, desratização e lavagens nas caixas de água	5.000,00	DCA M
12	1	Serviços de Correios	1.500,00	ADM
13	1	Contratação de empresa para prestação de serviço de jardinagem	15.000,00	ADM
14	1	Contratação de empresa de monitoramento	5.000,00	DCA M
15	1	Contratação de empresa para locação de veículos	200.000,00	ADM
16	12	Contratação de serviços de seleção e treinamento	50.000,00	ADM
17	13	Serviços Bancários	400,00	ADM
18	1	Serviços de Cartório	2.400,00	ADM

19	1	Estagiários	70.000,00	ADM
20	1	Serviços de Encadernação	2.000,00	ADM
21	1	Serviços de áudio, vídeo e foto	60.0000	ADM
		TOTAL	**798.000,00**	
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA				
3.3.90.40.00.00				
ITEM	**QTDE**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR (R$)**	**DPTO**
1	15	Aquisição de licenças Antivírus	5.000,00	TI
2	1	Aquisição de Licença de software de segurança de rede e internet (firewall)	15.000,00	TI
3	5	Aquisição de 05 licenças de software office 365	5.000,00	TI
4	1	Aquisição de certificados digitais	5.000,00	TI
5	1	Contratação de empresa para fornecimento de internet	40.000,00	TI
6	1	Contratação de telefonia - VOIP	20.000,00	DCA M
7	1	Contratação de empresa para locação de aparelhos telefônicos voip.	15.000,00	DCA M
		TOTAL	**105.000,00**	
OBRAS E INSTALAÇÕES				
4.4.90.51.00.00				
ITEM	**QTDE**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR (R$)**	**DPTO**
1	1	Fornecimento de mão de obra e instalações	2.600.000,00	DCA M
		TOTAL	**2.600.000,00**	
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				
4.4.90.52.00.00				
ITEM	**QTDE**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR (R$)**	**DPTO**
1	4	Cadeiras para reposição	4.800,00	DCA M
2	4	Móveis (mesa,armário,)	10.00,00	DCA M
3	1	Fone de ouvido hed set	210,00	TI
4	1	Refrigerador 120L	2.200,00	TI
5	1	Lavadora de alta pressão	2.300,00	DCA M
6	1	Sistema Solar - Placas fotovoltaicas	80.000,00	DCA M
7	3	Persianas sob medida	3.000,00	DCA M
8	1	Tapetes	1.200,00	DCA M
9	5	Impressoras	10.500,00	TI
10	5	Computadores	27.250,00	TI
11	10	Caixinhas de som	500,00	TI
12	2	Head set	320,00	TI
13	10	Nobreak	18.000,00	TI
14	1	Mesa de som para plenário	6.000,00	TI
15	1	Amplificador de som	600,00	TI
16	5	Roteadores wireles	1.900,00	TI
17	2	Switchs 24 porta giga	3.000,00	TI
18	2	Monitores 21,5 polegadas	1.200,00	TI
19	1	Relógio ponto	1.500,00	DCA M
20	3	Notebook	22.200,00	DCA M
21	2	Fragmentadoras de papel	1.200,00	DCA M
22	5	Ventiladores	2.000,00	DCA M
		TOTAL	**199.880,00**	
		TOTAL GERAL	**4.397.380,00**	

Lapa, 17 de dezembro 2025.

MARILDA MONTEIRO GUIMARÃES SCHOLZ

Diretora De Compras, Almoxarifado E Manutenção

ARTHUR BASTIAN VIDAL

Presidente

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:FACF4954

GABINETE
REQUISIÇÃO DE RESSARCIMENTO INDIVIDUAL DE DIÁRIAS Nº 385/2025

DADOS DO SERVIDOR		
Nome Roseli de Souza Portes		Matrícula 5701-01
Cargo Professora de Educação Física	CPF 629.235.369-91	RG 4.497.505-0

Setor / Órgão SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER / Centro de Convivência da Pessoa Idosa	Conta corrente/poupança 3745-8	Banco / Nº Agência 0393 Caixa Economica Federal

INFORMAÇÕES DA VIAGEM

Justificativa

Acompanhar os idosos participantes do Centro de Convivência da Pessoa Idosa, integrantes do Grupo do Esporte Integrativo, para participar dos jogos de Integração Metropolitana do Idosos na cidade de Fazenda Rio Grande.

Destino (Dist. Aprox.) Fazenda Rio Grande 80 KM (aprox)	Período **12/12/2025**	a	**12/12/2025**
Hora de Saída 07:00h (aproximado)	Hora de Retorno 16:00h (aproximado)		

Transporte Veículo Oficial	x	Ônibus	Aéreo Outros		----------

Valor Diária(s) (R$) R$ 22,00	Total a Receber (R$) R$ 22,00 (vinte e dois reais)

Justificativa:

Acompanhar os idosos participantes do Centro de Convivência da Pessoa Idosa, integrantes do Grupo do Esporte Integrativo, para participar dos jogos de Integração Metropolitana do Idosos na cidade de Fazenda Rio Grande.

SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO / AUTORIZAÇÃO

Solicito autorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal.

16 / 12 / 2025 Data Assinatura Servidor

Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição.

16 / 12 / 2025 Data Secretário(a) Municipal

AUTORIZAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

16/12/2025 .....

Data **Diego Timbirussu Ribas**

Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:D6CDEAC3

GABINETE
REVOGAÇÃO DA REQUISIÇÃO INDIVIDUAL DE DIÁRIAS Nº 334/2025

DADOS DO SERVIDOR

Nome Roseli de Souza Portes		Matrícula 5701-01
Cargo Professora de Educação Física	CPF 629.235.369-91	RG 4.497.505-0
Setor / Órgão SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER / Centro de Convivência da Pessoa Idosa	Conta corrente/poupança 3745-8	Banco / Nº Agência 0393 Caixa Economica Federal

INFORMAÇÕES DA VIAGEM

Justificativa

Acompanhar os idosos participantes do Centro de Convivência da Pessoa Idosa, integrantes do Grupo do Esporte Integrativo, para participar dos jogos de Integração Metropolitana do Idosos na cidade de Fazenda Rio Grande.

Destino (Dist. Aprox.) Fazenda Rio Grande 80 KM (aprox)	Período **12/12/2025**	a	**12/12/2025**

Hora de Saída 07:00h (aproximado)			Hora de Retorno 16:00h (aproximado)		
Transporte Veículo Oficial	x	Ônibus	Aéreo Outros		----------
Valor Diária(s) (R$) meia diária de R$ 60,00 cada.			Total a Receber (R$) R$ 60,00(sessenta reais)		
Justificativa: Acompanhar os idosos participantes do Centro de Convivência da Pessoa Idosa, integrantes do Grupo do Esporte Integrativo, para participar dos jogos de Integração Metropolitana do Idosos na cidade de Fazenda Rio Grande.					

SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO / AUTORIZAÇÃO

Solicito autorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal.

13 / 11 / 2025 Data Assinatura Servidor

Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição.

13 / 11 / 2025 Data Secretário(a) Municipal

AUTORIZAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

13/11/2025 .....

Data **Diego Timbirussu Ribas**

Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:F166CE4C

GABINETE
REVOGAÇÃO DA REQUISIÇÃO INDIVIDUAL DE DIÁRIAS Nº 335/2025

DADOS DO SERVIDOR					
Nome Marcos Boczkoski Junior					Matrícula 5140-02
Cargo Professor de Educação Física			CPF 042.173.329-20		RG 7.739.383-8
Setor / Órgão SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER / Centro de Convivência da Pessoa Idosa			Conta corrente/poupança 59986-7		Banco / Nº Agência 0725 Sicredi
INFORMAÇÕES DA VIAGEM					
Justificativa Acompanhar os idosos participantes do Centro de Convivência da Pessoa Idosa, integrantes do Grupo do Esporte Integrativo, para participar dos jogos de Integração Metropolitana do Idosos na cidade de Fazenda Rio Grande.					
Destino (Dist. Aprox.) Fazenda Rio Grande 80 KM (aprox)			Período **12/12/2025**	a	**12/12/2025**
Hora de Saída 07:00h (aproximado)			Hora de Retorno 16:00h (aproximado)		
Transporte Veículo Oficial	x	Ônibus	Aéreo Outros		----------
Valor Diária(s) (R$) meia diária de R$ 60,00 cada.			Total a Receber (R$) R$ 60,00(sessenta reais)		
Justificativa:					

Acompanhar os idosos participantes do Centro de Convivência da Pessoa Idosa, integrantes do Grupo do Esporte Integrativo, para participar dos jogos de Integração Metropolitana do Idosos na cidade de Fazenda Rio Grande.
SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO / AUTORIZAÇÃO
Solicito autorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal. 13 / 11 / 2025 Data Assinatura Servidor Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição. 13 / 11 / 2025 Data Secretário(a) Municipal
AUTORIZAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL
13/11/2025 ..... Data **Diego Timbirussu Ribas** Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:A7709010

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
LEI 39/2025 - LOA 2026

CNPJ – 95.684.536/0001-80

RUA PERNAMBUCO S/N – 85.275-000 – CENTRO

FONES (42)3645-1149

LEI Nº 39/2025

SÚMULA – Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de LARANJAL, para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de LARANJAL, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - O Orçamento Geral do Município de LARANJAL, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2026, compreendendo o Orçamento Fiscal e o da Seguridade Social do Município e os Fundos Municipais com contabilidade centralizada, estima a Receita **em R$ 58.102.290,00 (Cinquenta e oito milhões cento e dois mil e duzentos e noventa reais)** e fixa a Despesa em igual importância, assim distribuídos:

I - R$ 48.300.000,00 (Quarenta e Oito milhões e trezentos mil reais) do Orçamento Fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo, e aos Fundos Municipais de contabilidade centralizados legalmente instituídos;

II - R$ 9.802.290,00 (Nove milhões, oitocentos e dois mil e duzentos e noventa reais) do Orçamento da Seguridade Social do Município que compreende o Fundo de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Laranjal.

Artigo 2º - A Receita consolidada do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social será realizada de acordo com a legislação específica em vigor, segundo as seguintes estimativas:

I - RECEITAS DE CONTABILIZAÇÃO CENTRALIZADA	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E FUNDOS CENTRALIZADOS	
RECEITAS CORRENTES	46.760.000,00
RECEITA TRIBUTARIA	2.734.900,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	147.600,00
RECEITA PATROMINIAL	1.880.240,20
RECEITA SERVIÇOS	72.800,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	41.664.850,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	259.609,80
RECEITAS DE CAPITAL	1.540.000,00
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	800.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	35.000,00

TRANSFERENCIA DE CAPITAL	705.000,00
TOTAL	48.300.000,00
II - RECEITAS DE CONTABILIZAÇÃO DESCENTRALIZADA	
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	9.802.290,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.894.090,00
RECEITA PATRIMONIAL	3.881.943,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	30.000,00
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	3.996.257,00
TOTAL	**9.802.290,00**
TOTAL CONSOLIDADO	58.102.290,00

Artigo 3º - A Despesa está fixada com a seguinte distribuição entre os Órgãos:

I - Orçamento Fiscal	
PODER LEGISLATIVO	2.118.000,00
CÂMARA MUNICIPAL	2.118.000,00
PODER EXECUTIVO	1.345.500,00
GABINETE DO PREFEITO	515.000,00
SECRETARIA ESPECIAL DE GABINETE	91.500,00
SECRETARIA EXECUTIVA	93.500,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E POLITICAS PUBLICAS	124.500,00
PROCURADORIA JURIDICA	404.000,00
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO	117.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	4.436.800,00
GABINETE DO SECRETÁRIO	160.000,00
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	635.000,00
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES	319.000,00
DEPARTAMENTO DE SERV E ENCARGOS GERAIS	3.322.800,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	930.000,00
GABINETE DO SECRETÁRIO	117.000,00
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	131.000,00
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	431.000,00
DEPARTAMENTO DE CADASTRO, TRIB E FISCAL	251.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	660.500,00
GABINETE DO SECRETÁRIO	92.500,00
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUARIA	568.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	4.307.800,00
GABINETE DO SECRETÁRIO	84.500,00
DEPARTAMENTO RODOVIÁRIO MUNICIPAL	4.223.300,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	13.730.187,50
GABINETE DO SECRETÁRIO	124.000,00
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	13.606.187,50
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	143.500,00
GABINETE DO SECRETÁRIO	84.500,00
FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	59.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	413.500,00
GABINETE DO SECRETÁRIO	102.500,00
FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	311.000,00
FUNDO MUNIICIPAL DE SAÚDE	9.976.117,50
GABINETE DO SECRETÁRIO	104.500,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – RECURSOS PROPRIOS	5.884.717,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – RECURSOS FUNDO A FUNDO	3.986.900,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL	2.528.840,20
GABINETE DO SECRETÁRIO	117.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	1.772.300,00
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADLESCENTE	381.000,00
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO	82.540,20
FUNDO MINICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER	136.000,00
FUNDO MINICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIENCIA	40.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	2.353.154,80
GABINETE DO SECRETÁRIO	83.500,00
DEPARTAMENTO DE OBRAS	2.269.654,80
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISNO	857.000,00
GABINETE DO SECRETÁRIO	82.500,00
DEPARTAMENTO DE URBANISMO	774.500,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	506.800,00
GABINETE DO SECRETÁRIO	87.500,00
FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	419.300,00
ENCARGOS ESPECIAIS	3.982.300,00
ENCARGOS ESPECIAIS	3.982.300,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
TOTAL	48.300.000,00
I - Orçamento da Seguridade Social	
FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERV PUBL MUN LAR.	9.802.290,00
ATIVIDADES ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO	698.572,00
ENCARGOS BENEFICIOS PREVIDENCIÁRIOS	5.330.000,00
CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO PASEP	107.000,00
RESERVA DO RPPS	3.666.718,00
TOTAL	**9.802.290,00**
TOTAL CONSOLIDADO	**58.102.290,00**

Artigo 4º - A despesa fixada está distribuída por categorias econômicas e funções de governo de conformidade com os anexos integrantes desta lei.

Artigo 5º - São aprovados os Planos de Aplicação dos seguintes Fundos Municipais de contabilidade centralizada, integrantes do Orçamento Fiscal, nos termos do parágrafo 2º. do artigo 2º. da Lei Federal 4.320/64 de 17 de março de 1964:

I - Do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB, que fixa as despesas a serem realizadas pelo mencionado Fundo no exercício de 2026 em **R$ 7.443.800,00 (Sete milhões quatrocentos e quarenta e três mil e oitocentos reais);**

II - Do Fundo Municipal de Saúde - FMS, que fixa a sua despesa para o exercício de 2026 em **R$ 9.976.117,50 (Nove milhões novecentos e setenta e seis mil cento e dezessete reais e cinquenta centavos);**

III - Do Fundo Municipal de Assistência Social - FUMAS, que fixa a sua despesa para o exercício de 2026 na importância **de R$ 1.772.300,00 (Um milhão setecentos e setenta de dois mil e trezentos reais);**

IV – Do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, que fixa sua despesa para o exercício de 2026 na importância de **R$ 381.000,00 (Trezentos e oitenta e um mil reais);**

V – Do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, que fixa sua despesa para o exercício de 2026 na importância de **R$ 82.540,20 (Oitenta e dois mil quinhentos e quarenta reais e vinte centavos);**

VI – Do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher, que fixa sua despesa para o exercício de 2026 na importância de **R$ 136.000,00 (Cento e trinta e seis mil reais);**

VII – Do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência que fixa sua despesa para o exercício de 2026 na importância de **R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais).**

Artigo 6º - O Orçamento da Seguridade Social do Município relativo ao Fundo de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Laranjal, de contabilidade descentralizada, é fixado para o exercício de 2026 em **R$ 9.802.290,00 (Nove milhões, oitocentos e dois mil e duzentos e noventa reais)**

Artigo 7º - Ficam os órgãos do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social da Administração Direta e Indireta e dos Fundos Municipais até o limite de 20% (vinte por cento) do total geral de cada um dos orçamentos, servindo como recursos para tais suplementações, aqueles definidos no parágrafo 1º do artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

§ ÚNICO: O percentual constante no caput deste artigo poderá ser utilizado para alterações orçamentárias do tipo transferência, transposição e remanejamento, em conformidade com o definido no art. 38, § 2º,§ 3º, I, II e III, da Lei Municipal n.**º 19/2025 (LDO 2026).**

Artigo 8º - Fica ainda o executivo municipal autorizado a efetuar, não contando para o percentual de que trata o artigo anterior:

I – Alterações orçamentárias do tipo transferência;

II – Alteração de Fonte;

III – Alterações Orçamentárias que tem como fonte de recurso o superávit de exercícios anteriores e o excesso de arrecadação.

Artigo 9º - Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares ao seu orçamento até o mesmo limite fixado no artigo 7º para o Executivo Municipal, através de Resolução, servindo como recursos para tais suplementações, o cancelamento de dotações do orçamento do Legislativo.

Artigo 10 - Na abertura dos créditos adicionais autorizados no artigo 7º ou decorrentes de autorizações específicas com recursos provenientes de cancelamento de dotações orçamentárias, ficam autorizados o Executivo e o Legislativo Municipal a efetuar o remanejamento, transposição ou transferência de dotações de uns para outros órgãos, fundos ou categorias de programação dentro da respectiva esfera de governo.

Artigo 11 - O Poder Executivo fica ainda autorizado a tomar as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos da legislação vigente e a realizar operações de crédito por antecipação da receita até o limite legalmente permitido.

Artigo 12 - Fica autorizada a redistribuição de parcelas das dotações de pessoal de uma para outra unidade orçamentária ou programa de governo quando considerada necessária à movimentação e a mesma favorecer a execução das ações previstas no orçamento, consoante o previsto no parágrafo único do artigo 66 da Lei Federal 4.320 de 17/03/64.

Artigo 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Laranjal, em 16 de dezembro de 2025.

MAYCON LOPES SIMIONI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Collito
Código Identificador:F1DE3C53

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº 195/2025 - PML

EXTRATO DO CONTRATO N° 195/2025 – PML

DOCUMENTO: Inexigibilidade de Licitação n° 034/2025-PML

PARTES: Município de Loanda e a empresa Paraná Equipamentos S/A

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a Aquisição de 01 (um) Trator Esteira, através da adesão da Ata de Registro de Preços n° 010/2025, referente ao Pregão Eletrônico nº 008/2025 do Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai - CIRAU, destinados a atender as demandas da Secretaria Municipal de Agricultura, do Município de Loanda, Estado do Paraná.

VALOR CONTRATUAL: O valor total da contratação é de R$ 980.000,00 (novecentos e oitenta mil reais), conforme tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO OBJETO	QTD.	VALOR UNT.	Valor Máx.
1	TRATOR DE ESTEIRA COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS: NOVA (ZERO HORAS), ANO DE FABRICAÇÃO 2025, NA COR PREDOMINANTE AMARELA, PESO OPERACIONAL 14.342 KG, CABINE FECHADA COM PROTEÇÃO ROPS/FOPS, AR CONDICIONADO QUENTE E FRIO, ASSENTO DO OPERADOR COM SUSPENSÃO A AR, COM APOIO PARA OS PÉS E BRAÇOS E CINTO DE SEGURANÇA, EQUIPADO COM MOTOR A DIESEL MARCA CATERPILLAR – CAT C7.1, 06 CILINDROS, ASPIRAÇÃO: TURBOALIMENTADO, POTÊNCIA MÁXIMA DE 160 HP, TANQUE DE COMBUSTÍVEL 260 LITROS, ATENDE AOS PADRÕES DE EMISSÕES VIGENTES TIER 3 DO EPA DOS EUA/ ESTAGIO IIIA DA UE E MAR-1 DO BRASIL, COMPRIMENTO TOTAL DO EQUIPAMENTO IGUAL A 4.618 MM, LARGURA DO EQUIPAMENTO IGUAL A 2.330 MM, ALTURA, ATÉ O TOPO DA CABINE, IGUAL A 2.965 MM, COMPRIMENTO DA LÂMINA IGUAL A 3.196 MM, LÂMINA COM INCLINAÇÃO E ÂNGULO VARIÁVEL E CAPACIDADE SAE IGUAL A 3.3 M³, MATERIAL RODANTE COM 8 ROLETES INFERIORE S EM CADA LADO, NÚMERO DE SAPATAS EM CADA LADO IGUAL A 40, ALARME SONORO DE DESLOCAMENTO A RÉ, EQUIPADO COM RIPPER/ESCARIFICADOR COM 03 DENTES E COM TODOS OS ITENS DE SÉRIE PARA O MODELO, CONFORME CATÁLOGO COMERCIAL DO PRODUTO E COM TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN.	01	R$ 980.000,00	R$ 980.000,00
VALOR TOTAL >>>				**R$ 980.000,00**

PRAZO DE EXECUÇÃO: O equipamento deverá ser entregue no prazo máximo de 90 (noventa) dias, após assinatura do contrato emitido pelo Município. O maquinário deverá ser entregue no prazo e local abaixo indicado, totalmente completo e em perfeito funcionamento, com data previamente agendada onde ocorrerá a entrega técnica e testes de funcionamento, acompanhados por servidor designado pela administração municipal.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado.

FORO: Comarca de Loanda – PR.

Loanda-Pr, em 16 de dezembro de 2025.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES

Prefeito Municipal de Loanda

MARCELO CARVALHO GRADE

Paraná Equipamentos S/A

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:68E48B03

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO Nº129/2025-PML

RESCISÃO DO CONTRATO DE Nº.129/2025-PML

RESCISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL DO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LOANDA E WAGNER ATES DE SÁ DE SILVA

O **MUNICÍPIO DE LOANDA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Mato Grosso, 354, inscrita no CNPJ nº. 76.972.074/0001-51 doravante denominada CONTRATANTE neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor José Maria Pereira Fernandes, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº.2.045.879-8 SSP-PR e do CPF/MF sob nº389.032.969-15 e o senhor **WAGNER ATES DE SÁ DE SILVA**, brasileiro, inscrito no CPF nº 137.954.359-27, residente e domiciliado na Vila Rural – Vai Quem Quer, Quadra 01 Lote 09, na cidade de Loanda, Estado do Paraná, Fone (44) 9.2000-9832, na cidade de Loanda, Estado do Paraná, doravante denominada CREDENCIADO, ajustam e firmam a presente rescisão.

CLÁUSULA PRIMEIRA

As partes em comum acordo resolvem pela realização de rescisão amigável do Contrato nº129/2025 – PML, o qual tem por objeto o Credenciamento de pessoas físicas, interessadas na eventual prestação de serviços de operários – serviços gerais, em carater complementar, para atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, do Município de Loanda-Pr, pelos valores e serviços fixados no item da tabela abaixo, pelo período de 12 (doze) meses, tendo a possibilidade de prorrogação de acordo com o art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

ITEM	CAR GO	VLR UNIT MENSAL POR PROFIS- SIONAL R$	*VLR INSALU- BRIDADE R$	CARGA HORARIA SEMANAL POR PROFIS-SIONAL	VLR TOTAL UNIT BRUTO R$	PERÍODO	VALOR TOTAL DO CONTRATO (R$)
01	Operário	2.113,42	280,87	44 horas	2.394,29	12 (doze meses)	28.731,48

Considerando pedido de descredenciamento, tendo em vista que o credenciado não tem interesse no prosseguimento do referido contrato, razão pela qual essa municipalidade acolheu o pedido.

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica estabelecido que, a partir da assinatura do presente, por consenso e transigência entre o contratante e o contratado, está rescindido o Contrato nº129/2025-PML, firmado em 08/07/2025, de forma amigável, com fundamento na cláusula décima sexta do referido contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA

As partes dão entre si quitações mútuas, declarando inexistirem quaisquer pendências decorrentes do contrato original, tampouco ter ocorrido o descumprimento das cláusulas que o compõe.

CLÁUSULA QUARTA

As partes em comum acordo renunciam expressamente o direito a qualquer indenização que porventura existir.

CLÁUSULA QUINTA

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, por si e seus sucessores, em 3 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Loanda-Pr, 02 de dezembro de 2.025

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES

Credenciante

Prefeito Municipal de Loanda

WAGNER ATES DE SÁ DE SILVA

Credenciado

Testemunhas: _____ _____

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:797D6FEB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO DA CHAMADA PÚBLICA PARA FINS DE CREDENCIAMENTO 013/2025 - PML

Chamamento Público nº. 013/2025-PML Processo nº. 155/2025-PML

OBJETO: Credenciamento de pessoas Físicas e Jurídicas, interessadas na eventual Prestação de Serviços Gerais Saúde para Limpeza Hospitalar, conforme cargo do Município, de forma complementar, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, conforme disposto no art. 107, da Lei Federal 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde, do município de Loanda-PR.

RESULTADO DE JULGAMENTO FINAL CLASSIFICATORIO

Em cumprimento ao disposto na legislação vigente, torna-se público o resultado de julgamento de Habilitação de Credenciamento, conforme a seguir:

Proponentes **HABILITADAS:**

1º lugar - ANA PAULA DA SILVA, devidamente inscrita no CPF/MF sob nº 701.977.131-90, protocolo de nº 8002/2025, de 19/11/2025, as 08:38:03 horas.

Item	Descrição	Carga Horaria	Período mês	Vagas	Valor Max. Mensal R$	Valor Max. Global R$
01	SERVIÇOS GERAIS SAÚDE	40h	12	01	2.958,79	35.505,48

2º Lugar - JUSSARA NERES DE OLIVEIRA FERNANDES, devidamente inscrita no CPF/MF sob nº 071.312.969-70, protocolo de nº 8003/2025, de 19/11/2025, as 08:41:10 horas.

Item	Descrição	Carga Horaria	Período mês	Vagas	Valor Max. Mensal R$	Valor Max. Global R$
01	SERVIÇOS GERAIS SAÚDE	40h	12	01	2.958,79	35.505,48

3º Lugar - MARIA DE FATIMA DA SILVA, devidamente inscrita no CPF/MF sob nº 683.478.809-30, protocolo de nº 8004/2025, de 19/11/2025, as 08:42:46 horas.

Item	Descrição	Carga Horaria	Período mês	Vagas	Valor Max. Mensal R$	Valor Max. Global R$
01	SERVIÇOS GERAIS SAÚDE	40h	12	01	2.958,79	35.505,48

4º Lugar - TATYANE CARLA DE FREITAS, devidamente inscrita no CPF/MF sob nº 092.994.509-35, protocolo de nº 8008/2025, de 19/11/2025, as 08:47:04 horas.

Item	Descrição	Carga Horaria	Período mês	Vagas	Valor Max. Mensal R$	Valor Max. Global R$
01	SERVIÇOS GERAIS SAÚDE	40h	12	01	2.958,79	35.505,48

5º Lugar - MORIÁ SERVIÇOS LTDA, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.353.548/0001-47, protocolo de nº 8100/2025, de 25/11/2025, as 16:02:36 horas.

Item	Descrição	Carga Horaria	Período mês	Vagas	Valor Max. Mensal R$	Valor Max. Global R$
01	SERVIÇOS GERAIS SAÚDE	40h	12	04	2.958,79	142.021,92

Proponentes **INABILITADAS:**

Senhora NICE APARECIDA MEDEIROS DE CARVALHO, devidamente inscrita no CPF/MF sob nº 408.220.282-04.

Senhora ANTONIA RIBEIRO DA SILVA, devidamente inscrita no CPF/MF sob nº 059.928.139-18.

Comunica, outrossim, que dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da publicação deste aviso, o Agente de Contratação, dará vistas ao processo licitatório a qualquer interessado, para interposição de recurso.

Loanda-Pr, 17 de dezembro de 2025.

MARCOS PARRA MENDONÇA

Agente de Contratação

ADEMILSON MUSULINO RODRIGUES

Equipe de Apoio

SIMONE REGINA DA SILVA

Equipe de Apoio

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:039AFCDA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 83/2025 PREGÃO ELETRONICO Nº 36/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL LOBATO		PREGÃO ELETRÔNICO		
Rua Antonio Coletto, 1260 - Centro - Lobato		**Nr.: 36/2025**		
CEP: 86790-000	CNPJ: 76.970.367/0001-08	Telefone: (44) 3249-1414		
E-mail: contato@lobato.pr.gov.br Site: http://www.lobato.pr.gov.br		**Processo Adm.:**	**83/2025**	
		Data do Processo:	**14/11/2025**	
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO				
O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:				
01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:				
a) Nr. Processo: 83/2025				
b) Nr. Licitação: 36/2025 - PE				
c) Modalidade: Pregão eletrônico				
d) Data de Homologação: 16/12/2025				
e) Objeto da Licitação: *REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW PIROTÉCNICO, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE FOGOS DE ARTIFÍCIOS, SERVIÇOS DE MANEJO, MONTAGEM E BLASTER, QUE SERÃO UTILIZADOS NAS DATAS FESTIVAS DO MUNICÍPIO DE LOBATO/PR.*				
Participante: E. O. L. RODRIGUES PESCA (13.255.696/0002-20)				
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	KIT PIROTÉCNICO 70 TBOS 2 AB EFEITO W SILENCIOSO	2,000	UND	2.866,67	5.733,34
2	KIT PIROTÉCNICO 70 TBOS 2 AB EFEITO Z SILENCIOSO	2,000	UND	2.866,67	5.733,34
3	KIT PIROTÉCNICO 40 TUBOS 2 AB MDF COM PONTAS CORES DIVERSAS SILENCIOSO	8,000	UND	2.216,67	17.733,36
4	KIT PIROTÉCNICO 40 2 AB TUBOS MDF COM PONTAS COMETA CRAKLING SILENCIOSO	8,000	UND	2.112,50	16.900,00
5	TORTA 120 TUBOS 2AB EFEITO W SILENCIOSO	8,000	UND	2.424,67	19.397,36
6	TORTA 120 TUBOS 2AB EFEITO Z SILENCIOSO	8,000	UND	2.420,00	19.360,00
7	TORTA 300 TUBOS 2AB EFEITO W SILENCIOSO	3,000	UND	5.256,80	15.770,40
8	TORTA 300 TUBOS 2AB EFEITO Z SILENCIOSO	3,000	UND	5.259,71	15.779,13
9	TORTA 300 TUBOS 2AB EFEITO V SILENCIOSO	4,000	UND	6.400,00	25.600,00
10	TORTA 240 TUBOS 2AB EFEITO Z SILENCIOSO	2,000	UND	5.533,33	11.066,66
Total do Participante:					**153.073,59**
Total Geral:					**153.073,59**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):		
Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manutenção da Divisão de Eventos e Lazer	09.001.23.695.0019.2059.3.3.90.30.00	R$ 1,00
Lobato, 16 de Dezembro de 2025		
Assinatura do Responsável		

Publicado por:
Carolaine Marian Pinheiro de Oliveira
Código Identificador:877E4137

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA

CONSOLIDADO DE LUPIONÓPOLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b"

DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	46.678.132,00	61.866.882,26	8.465.900,62	38.216.230,16	23.650.652,10	10.729.523,41	37.038.463,80	24.828.418,46	34.913.801,73
DESPESAS CORRENTES	37.672.616,00	41.253.721,56	5.394.096,39	27.868.524,37	13.385.197,19	5.525.505,51	27.492.396,64	13.761.324,92	25.375.382,57
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.341.372,00	20.579.491,30	2.937.253,42	14.761.394,02	5.818.097,28	2.936.023,42	14.760.164,02	5.819.327,28	13.375.531,50
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	50.000,00	64.000,00	17.766,43	43.136,57	20.863,43	17.766,43	43.136,57	20.863,43	43.136,57
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.281.244,00	20.610.230,26	2.439.076,54	13.063.993,78	7.546.236,48	2.571.715,66	12.689.096,05	7.921.134,21	11.956.714,50
DESPESAS DE CAPITAL	8.655.516,00	20.556.879,75	3.071.804,23	10.347.705,79	10.209.173,96	5.204.017,90	9.546.067,16	11.010.812,59	9.538.419,16
INVESTIMENTOS	7.975.516,00	19.789.879,75	2.962.675,33	9.818.787,15	9.971.092,60	5.094.889,00	9.017.148,52	10.772.731,23	9.009.500,52
INVERSÕES FINANCEIRAS	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	560.000,00	647.000,00	109.128,90	528.918,64	118.081,36	109.128,90	528.918,64	118.081,36	528.918,64
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	350.000,00	56.280,95	0,00	0,00	56.280,95	0,00	0,00	56.280,95	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	46.678.132,00	61.866.882,26	8.465.900,62	38.216.230,16	23.650.652,10	10.729.523,41	37.038.463,80	24.828.418,46	34.913.801,73
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	46.678.132,00	61.866.882,26	8.465.900,62	38.216.230,16	23.650.652,10	10.729.523,41	37.038.463,80	24.828.418,46	34.913.801,73
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	2.332.766,24	1.761.602,47	(1.761.602,47)	69.143,45	2.939.368,83	(2.939.368,83)	5.064.030,90
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	46.678.132,00	61.866.882,26	10.798.666,86	39.977.832,63	21.889.049,63	10.798.666,86	39.977.832,63	21.889.049,63	39.977.832,63
Entidades:									
Câmara Municipal de Lupionópolis									
Prefeitura Municipal de Lupionópolis									

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:70C20605

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e

RECEITAS	Previsão	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	46.678.132,00	58.392.467,41	10.798.666,86	18,49	39.977.832,63	68,46	18.414.634,78
RECEITAS CORRENTES	39.570.026,00	44.337.056,77	6.600.701,56	14,89	32.363.476,09	72,99	11.973.580,68
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE	2.154.216,00	2.817.716,00	438.240,61	15,55	2.330.164,30	82,70	487.551,70
IMPOSTOS	1.986.760,00	2.650.260,00	428.904,20	16,18	2.214.411,28	83,55	435.848,72
TAXAS	167.456,00	167.456,00	9.336,41	5,58	115.753,02	69,12	51.702,98
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	887.500,00	887.500,00	94.383,76	10,63	590.056,68	66,49	297.443,32
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO	887.500,00	887.500,00	94.383,76	10,63	590.056,68	66,49	297.443,32
RECEITA PATRIMONIAL	418.076,00	455.036,89	169.330,66	37,21	690.693,75	151,79	(235.656,86)
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO	65.086,00	65.086,00	7.074,45	10,87	45.565,02	70,01	19.520,98
VALORES MOBILIÁRIOS	352.990,00	389.950,89	162.256,21	41,61	645.128,73	165,44	(255.177,84)
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	170.914,00	170.914,00	8.504,91	4,98	50.009,74	29,26	120.904,26
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E	147.614,00	147.614,00	2.362,71	1,60	20.909,08	14,16	126.704,92
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES	23.300,00	23.300,00	6.142,20	26,36	29.100,66	124,90	(5.800,66)
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	35.292.320,00	39.358.889,88	5.890.159,16	14,97	28.448.742,69	72,28	10.910.147,19
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE	23.144.660,00	23.971.310,91	4.121.842,86	17,19	17.021.726,84	71,01	6.949.584,07
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO	7.390.060,00	10.629.978,97	1.150.269,34	10,82	8.311.536,03	78,19	2.318.442,94
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS	4.757.600,00	4.757.600,00	618.046,96	12,99	3.106.984,81	65,31	1.650.615,19
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	8.495,01	0,00	(8.495,01)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	647.000,00	647.000,00	82,46	0,01	253.808,93	39,23	393.191,07
MULTAS ADMINISTRATIVAS,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E	647.000,00	647.000,00	0,00	0,00	208.295,20	32,19	438.704,80
BENS, DIREITOS E VALORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	82,46	0,00	45.513,73	0,00	(45.513,73)
RECEITAS DE CAPITAL	7.108.106,00	14.055.410,64	4.197.965,30	29,87	7.614.356,54	54,17	6.441.054,10
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	449.482,09	0,00	0,00	662.000,00	147,28	(212.517,91)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO	0,00	449.482,09	0,00	0,00	662.000,00	147,28	(212.517,91)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	100.000,00	591.900,00	391.400,00	66,13	932.000,00	157,46	(340.100,00)
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100.000,00	591.900,00	391.400,00	66,13	932.000,00	157,46	(340.100,00)
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.008.106,00	13.014.028,55	3.806.565,30	29,25	6.020.356,54	46,26	6.993.672,01
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE	2.334.106,00	2.334.106,00	297.000,00	12,72	584.306,00	25,03	1.749.800,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO	4.674.000,00	10.679.922,55	3.509.565,30	32,86	5.436.050,54	50,90	5.243.872,01
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	Previsão	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	46.678.132,00	58.392.467,41	10.798.666,86	18,49	39.977.832,63	68,46	18.414.634,78
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	46.678.132,00	58.392.467,41	10.798.666,86	18,49	39.977.832,63	68,46	18.414.634,78
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	46.678.132,00	58.392.467,41	10.798.666,86	18,49	39.977.832,63	68,46	18.414.634,78
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidades:							
Prefeitura Municipal de Lupionópolis							

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:F86EFAD9

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

CONSOLIDADO DE LUPIONÓPOLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2025
RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR c = (a – b)
RECEITA DE CAPITAL	1.867.634,93	953.881,18	913.753,75
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	1.867.634,93	953.881,18	913.753,75

Alienação de Bens Móveis	1.775.700,00	932.000,00	843.700,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	91.934,93	21.881,18	70.053,75
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	1.867.634,93	953.881,18	913.753,75

DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (e)**	**PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)**	**SALDO A PAGAR (g) = (d-e)**
Despesas de Capital	672.450,00	635.215,82	403.615,82	403.615,82	0,00	37.234,18
Investimentos	672.450,00	635.215,82	403.615,82	403.615,82	0,00	37.234,18
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	672.450,00	635.215,82	403.615,82	403.615,82	0,00	37.234,18

SALDO FINANCEIRO APLICAR	**EXERCÍCIO ANTERIOR (h)**	**DO EXERCÍCIO (i) = (Ib – (IIe+ IIf))**	**SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)**
VALOR (III)	267.869,42	318.665,36	586.534,78

Entidades:
Câmara Municipal de Lupionópolis
Prefeitura Municipal de Lupionópolis

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:5BF3D851

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

CONSOLIDADO DE LUPIONÓPOLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2025
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**	**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO(I)	449.482,09	662.000,00	(212.517,91)

DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)**
DESPESAS DE CAPITAL	20.556.879,75	10.347.705,79	10.209.173,96
Investimentos	19.789.879,75	9.818.787,15	9.971.092,60
Inversões Financeiras	120.000,00	0,00	120.000,00
Amortização da Dívida	647.000,00	528.918,64	118.081,36
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	20.556.879,75	10.347.705,79	10.209.173,96
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	20.107.397,66	9.685.705,79	10.421.691,87
Entidades:			
Câmara Municipal de Lupionópolis			
Prefeitura Municipal de Lupionópolis			
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 15/12/2025 11:05			

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:5C608CE5

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

CONSOLIDADO DE LUPIONÓPOLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2025
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até Outubro / 2025
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	44.337.056,77	32.363.476,09
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.817.716,00	2.330.164,30
IPTU	897.800,00	644.199,31
ISS	573.760,00	516.966,42
ITBI	302.000,00	233.293,89
IRRF	876.700,00	819.951,66
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	167.456,00	115.753,02
Contribuições	887.500,00	590.056,68
Receita patrimonial	455.036,89	690.693,75
Aplicações Financeiras (II)	389.950,89	642.925,48
Outras Receitas Patrimoniais	65.086,00	47.768,27
Transferências correntes	39.358.889,88	28.448.742,69
Cota-Parte do FPM	18.542.000,00	13.703.612,29
Cota-Parte do ICMS	6.310.200,00	4.029.623,01
Cota-Parte do IPVA	811.920,00	590.970,40
Cota-Parte do ITR	374.560,00	347.328,11
Transferências da LC 61/1989	75.200,00	58.536,42
Transferências do FUNDEB	4.813.800,00	3.106.984,81
Outras transferências correntes	8.431.209,88	6.611.687,65
Demais receitas correntes	817.914,00	303.818,67
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	817.914,00	303.818,67
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	43.947.105,88	31.720.550,61
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	14.055.410,64	7.614.356,54
Operações de Crédito (VIII)	449.482,09	662.000,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	591.900,00	932.000,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	591.900,00	932.000,00
Transferências de Capital	13.014.028,55	6.020.356,54
Convênios	813.356,00	287.306,00
Outras Transferências de Capital	12.200.672,55	5.733.050,54
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	13.605.928,55	6.952.356,54
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	57.553.034,43	38.672.907,15
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	57.553.034,43	38.672.907,15

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Outubro / 2025					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	41.252.153,07	27.866.955,88	27.490.828,15	25.373.814,08	309.277,99	34.939,99	34.939,99
Pessoal e encargos sociais	20.577.933,26	14.759.835,98	14.758.605,98	13.373.973,46	111.347,85	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	64.000,00	43.136,57	43.136,57	43.136,57	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	20.610.219,81	13.063.983,33	12.689.085,60	11.956.704,05	197.930,14	34.939,99	34.939,99
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	41.188.153,07	27.823.819,31	27.447.691,58	25.330.677,51	309.277,99	34.939,99	34.939,99
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	1.568,49	1.568,49	1.568,49	1.568,49	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	20.556.879,75	10.347.705,79	9.546.067,16	9.538.419,16	1.183.755,15	292.833,50	292.833,50
Investimentos	19.789.879,75	9.818.787,15	9.017.148,52	9.009.500,52	1.183.755,15	292.833,50	292.833,50
Inversões financeiras	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	647.000,00	528.918,64	528.918,64	528.918,64	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	19.909.879,75	9.818.787,15	9.017.148,52	9.009.500,52	1.183.755,15	292.833,50	292.833,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	56.280,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Outubro / 2025					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
RPPS) (XXX)							
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	61.155.882,26	37.644.174,95	36.466.408,59	34.341.746,52	1.493.033,14	327.773,49	327.773,49
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES	61.154.313,77	37.642.606,46	36.464.840,10	34.340.178,03	1.493.033,14	327.773,49	327.773,49

RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)							
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]							2.510.354,00
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]							2.511.922,49

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00
JUROS NOMINAIS		Até Outubro / 2025
		VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)		462.489,50
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)		572.025,21
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)		2.402.386,78
ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/12/2024 (a)	**Até Outubro / 2025 (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	30,00	0,00
DEDUÇÕES (XL)	4.299.695,11	6.914.716,89
Disponibilidade de Caixa	4.299.695,11	6.914.716,89
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.919.943,45	9.061.936,80
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	1.512.181,05	2.143.809,98
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	108.067,29	3.409,93
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	(4.299.665,11)	(6.914.716,89)
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		2.615.051,78
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00
AJUSTE METODOLÓGICO		**Até Outubro / 2025**
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)		631.628,93
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)		0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)		0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)		0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)		0,00
OUTROS AJUSTES (XLXIX)		0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - + XLVI + XLVII +		3.246.680,71
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)		3.356.216,42
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais		0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		0,00
Entidades:		
Câmara Municipal de Lupionópolis		
Prefeitura Municipal de Lupionópolis		

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:AE3E0F17

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

CONSOLIDADO DE LUPIONÓPOLIS		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A OUTUBRO DE 2025		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até Outubro / 2025 RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	44.337.056,77	32.363.476,09
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.817.716,00	2.330.164,30
IPTU	897.800,00	644.199,31
ISS	573.760,00	516.966,42
ITBI	302.000,00	233.293,89
IRRF	876.700,00	819.951,66
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	167.456,00	115.753,02
Contribuições	887.500,00	590.056,68
Receita patrimonial	455.036,89	690.693,75
Aplicações Financeiras (II)	389.950,89	642.925,48
Outras Receitas Patrimoniais	65.086,00	47.768,27
Transferências correntes	39.358.889,88	28.448.742,69
Cota-Parte do FPM	18.542.000,00	13.703.612,29
Cota-Parte do ICMS	6.310.200,00	4.029.623,01
Cota-Parte do IPVA	811.920,00	590.970,40
Cota-Parte do ITR	374.560,00	347.328,11
Transferências da LC 61/1989	75.200,00	58.536,42
Transferências do FUNDEB	4.813.800,00	3.106.984,81
Outras transferências correntes	8.431.209,88	6.611.687,65
Demais receitas correntes	817.914,00	303.818,67
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	817.914,00	303.818,67
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	43.947.105,88	31.720.550,61

RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	14.055.410,64	7.614.356,54
Operações de Crédito (VIII)	449.482,09	662.000,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	591.900,00	932.000,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	591.900,00	932.000,00
Transferências de Capital	13.014.028,55	6.020.356,54
Convênios	813.356,00	287.306,00
Outras Transferências de Capital	12.200.672,55	5.733.050,54
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	13.605.928,55	6.952.356,54
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	57.553.034,43	38.672.907,15
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	57.553.034,43	38.672.907,15

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Outubro / 2025					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	41.252.153,07	27.866.955,88	27.490.828,15	25.373.814,08	309.277,99	34.939,99	34.939,99
Pessoal e encargos sociais	20.577.933,26	14.759.835,98	14.758.605,98	13.373.973,46	111.347,85	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	64.000,00	43.136,57	43.136,57	43.136,57	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	20.610.219,81	13.063.983,33	12.689.085,60	11.956.704,05	197.930,14	34.939,99	34.939,99
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	41.188.153,07	27.823.819,31	27.447.691,58	25.330.677,51	309.277,99	34.939,99	34.939,99
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	1.568,49	1.568,49	1.568,49	1.568,49	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	20.556.879,75	10.347.705,79	9.546.067,16	9.538.419,16	1.183.755,15	292.833,50	292.833,50
Investimentos	19.789.879,75	9.818.787,15	9.017.148,52	9.009.500,52	1.183.755,15	292.833,50	292.833,50
Inversões financeiras	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	647.000,00	528.918,64	528.918,64	528.918,64	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	19.909.879,75	9.818.787,15	9.017.148,52	9.009.500,52	1.183.755,15	292.833,50	292.833,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	56.280,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Outubro / 2025					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
RPPS) (XXX)							
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	61.155.882,26	37.644.174,95	36.466.408,59	34.341.746,52	1.493.033,14	327.773,49	327.773,49
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	61.154.313,77	37.642.606,46	36.464.840,10	34.340.178,03	1.493.033,14	327.773,49	327.773,49
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]							2.510.354,00
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]							2.511.922,49

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE

Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00	
JUROS NOMINAIS	Até Outubro / 2025	
	VALOR INCORRIDO	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	462.489,50	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	572.025,21	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	2.402.386,78	
ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/12/2024 (a)	**Até Outubro / 2025 (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	30,00	0,00
DEDUÇÕES (XL)	4.299.695,11	6.914.716,89
Disponibilidade de Caixa	4.299.695,11	6.914.716,89
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.919.943,45	9.061.936,80
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	1.512.181,05	2.143.809,98
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	108.067,29	3.409,93
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	(4.299.665,11)	(6.914.716,89)
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		2.615.051,78
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00	
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até Outubro / 2025**	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	631.628,93	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - + XLVI + XLVII +	3.246.680,71	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	3.356.216,42	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	
Entidades:		
Câmara Municipal de Lupionópolis		
Prefeitura Municipal de Lupionópolis		

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:7E70748B

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CONSOLIDADO DE LUPIONÓPOLIS	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A OUTUBRO DE 2025	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
Previsão Inicial da Receita	46.678.132,00
Previsão Atualizada da Receita	58.392.467,41
Receitas Realizadas	39.977.832,63
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00
Dotação Inicial	46.678.132,00
Créditos Adicionais	15.188.750,26
Dotação Atualizada	61.866.882,26
Despesas Empenhadas	38.216.230,16
Despesas Liquidadas	37.038.463,80
Despesas Pagas	34.913.801,73
Superávit Orçamentário	2.939.368,83
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	38.216.230,16
Despesas Liquidadas	37.038.463,80
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	40.703.381,80
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	38.804.001,80
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com	38.184.610,40
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	**Meta fixada no anexo de**	**Resultado apurado até o**	**% em relação a meta (b/a)**

Resultado Nominal		0,00	2.400.818,29	0,00 %
Resultado Primário		(1.905.386,27)	2.510.354,00	(132,00 %)
MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	**Inscrição**	**Cancelamento até o bimestre**	**Pagamento até o bimestre**	**Saldo**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	1.512.181,05	0,00	1.493.033,14	19.147,91
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	360.497,58	1.178,98	327.773,49	31.545,11
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.872.678,63	1.178,98	1.820.806,63	50.693,02
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	**Valor apurado até o bimestre**	**Limites constitucionais anuais**		
		% Mínimo a aplicar no exercício		**% Aplicado até o bimestre**
Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino -	7.002.670,39	25% / 18%		27,73
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação	2.811.812,83	70%		90,02
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor apurado até o bimestre**		**Saldo a realizar**	
Receita de Operações de Crédito	662.000,00		(212.517,91)	
Despesa de Capital Líquida	10.347.705,79		10.209.173,96	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Exercício em Referência**	**10º Exercício**	**20º Exercício**	**35º Exercício**
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor apurado até o bimestre**		**Saldo a realizar**	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	932.000,00		(340.100,00)	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	635.215,82		37.234,18	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor apurado até o bimestre**	**Limites constitucionais anuais**		
		% Mínimo a aplicar no exercício		**% Aplicado até o bimestre**
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	7.150.554,13	15%		30,11
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor apurado no Exercício Corrente**			
Total das Despesas/RCL (%)				
Entidades:				
Câmara Municipal de Lupionópolis				
Prefeitura Municipal de Lupionópolis				

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:7960E988

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 133/2025 - CONCEDE LICENÇA ESPECIAL (LICENÇA PRÊMIO)

PORTARIA Nº. 133/2025

Súmula: Concede Licença Especial (Licença Prêmio) a servidores públicos municipais, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Concede ***Licença Especial (Licença Prêmio)***, a servidores públicos municipais abaixo elencados, regidos pelo Regime Jurídico Estatutário, ocupantes dos respectivos cargos, a saber:

SERVIDOR	ADMISSÃO	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO			PERÍODO DE GOZO		
10515 – MARCOS FLORENTINO DE OLIVEIRA	16/05/2008	VIGIA	01/01/2019	À	04/08/2025	05/01/2026	À	05/03/2026
95183 – SILVANA APARECIDA PAVEZZI JANDOTI	03/11/2015	ENFERMEIRO EM TURNO DE REVEZAMENTO	01/01/2019	À	31/12/2023	21/01/2026	À	14/02/2026
2299 – ANDERSON PINHEIRO DE OLIVEIRA	29/03/2004	GARI	01/01/2029	A	04/08/2025	21/01/2026	À	19/02/2026
95090 – LUZINETE RODRIGUES DE SOUZA	01/04/2015	TÉCNICO EM RAIO X	01/01/2019	À	31/12/2023	06/01/2026	À	25/01/2026
10806 – FERNANDO APARECIDO DA SILVA	01/04/2011	OPERADOR DE MAQUINA PESADA	01/01/2019	A	04/08/2025	14/01/2026	A	12/02/2026
95089 – JOAO EXPEDITO NOGUEIRA	22/04/2015	TECNICO DESPORTIVO	01/01/2019	À	31/12/2023	05/01/2026	A	03/02/2026
96500 – ANDERSON HENRIQUE DE CALDAS	05/12/2019	MOTORISTA CAT D	05/12/2019	À	04/12/2024	02/01/2026	À	31/01/2026
10791 – LUCILENE FERREIRA DE ALMEIDA	01/04/2011	GARI	01/01/2019	A	04/08/2025	19/01/2026	A	07/02/2026
10817 – MATILDE PEREIRA MACEDO DA SILVA	11/04/2011	GARI	01/01/2019	A	04/08/2025	05/01/2026	A	24/01/2026
958 – HELIO JOSE MACHADO	08/08/1988	AUXILIAR DE SERIÇOS GERAIS	01/01/2019	A	04/08/2025	12/01/2026	À	31/01/2026
1944 – MARLENE FERREIRA NEVES	29/03/2000	AUXILIAR/TECNICO DE ENFERMAGEM	01/01/2019	À	31/12/2023	05/01/2026	À	24/01/2026
1386 – NOEL BOTELHO	02/04/1996	VIGIA	01/01/2019	A	04/08/2025	05/01/2026	A	05/03/2026
1608 – MILTON ROQUE DE MOURA	02/04/1996	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	01/01/2019	A	04/08/2025	21/01/2026	A	09/02/2026
94504 – MARIANA CAVALCANTI ENDO	01/02/2013	ENFERMEIRO 40 HS	01/01/2019	À	31/12/2023	26/01/2026	À	14/02/2026
95062 - IVINA FRANÇA HECKERT FRANCO	06/04/2015	FISIOTERAPEUTA	01/01/2019	À	31/12/2023	05/01/2026	À	03/02/2026
95044 – BRUNA ELOISE SOUZA VETTOR RODRIGUES	01/04/2015	ASSISTENTE SOCIAL	01/01/2019	À	04/08/2025	05/01/2026	À	24/01/2026
95098 – LUIZ RODRIGUES JUNIOR	13/04/2015	GESTOR DE MEIO AMBIENTE	01/01/2019	À	04/08/2025	05/01/2026	À	04/02/2026

Art. 2º Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo sétimo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco (17/12/2025).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO

Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Paula Ferreira
Código Identificador:265BB975

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 134/2025 - INTERROMPE PARCIALMENTE PERÍODO DE FÉRIAS

PORTARIA Nº. 134/2025

Súmula: Interrompe parcialmente período de férias concedido a servidor público municipal, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica interrompido parcialmente o período de férias concedido ao servidor público municipal, na forma discriminada na listagem abaixo, a saber:

Funcionário:	Admissão:	Cargo:	Período Aquisitivo			Interrompe a partir de:
95072 – PAULO GOMES DE LIMA	01/04/2015	MEDICO CLINICO GERAL	01/04/2024	À	31/03/2025	15/12/2025

Art. 2º Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo sétimo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco (17/12/2025).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO

Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Paula Ferreira
Código Identificador:51EF50CE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MANDIRITUBA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ESTADO DO PARANÁ	DISPENSA ELETRÔNICA	
FUNDO DE PREV. SERV. MUN. DE MANDIRITUBA-MANDIPREV		
Praça Bom Jesus, 44 - Centro - Mandirituba	**Nr.: 2/2025**	
CEP: 83800-000 CNPJ: 04.256.615/0001-34 Telefone: (41) 3633-1465	**Processo Adm.:**	**2/2025**
E-mail: administrativo@mandiprev.com.br Site:	**Data do Processo:**	**01/12/2025**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo:	2/2025
b) Nr. Licitação:	2/2025 - DE
c) Modalidade:	Dispensa eletrônica
d) Data de Homologação:	16/12/2025
e) Objeto da Licitação:	*Contratação de empresa especializada em fornecimento e consultoria em plataforma de divulgação de informações oficiais no formato SaaS*

Participante: WEBNETS SOLUCOES LTDA (12.319.369/0001-40)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Contratação de empresa especializada em fornecimento e consultoria em plataforma de divulgação de informações oficiais no formato SaaS - Contratação de empresa especializada em fornecimento e consultoria em plataforma de divulgação de informações oficiais no formato SaaS	1,000	SERV	12.000,00	12.000,00
Total do Participante:					**12.000,00**
Total Geral:					**12.000,00**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):		
Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO MANDIPREV	16.001.09.272.0002.2055.3.3.90.39.00	R$ 18.850,00

Mandirituba, 16 de Dezembro de 2025	
ARLETE DOS SANTOS RIBEIRO	_____
Secretaria Administrativa	**Assinatura do Responsável**

Publicado por:
Gislaine Ribeiro da Cruz
Código Identificador:EFF5B046

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2025

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2025

PUBLICAÇÃO

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICIPIO DE MANDIRITUBA, com sede à Praça Bom Jesus nº44, Centro, Mandirituba-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.105.550/0001-37, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal, FELIPE CLAUDINO MACHADO, brasileiro, solteiro, matrícula funcional n.º 4346.

Validade das Atas de Registro de Preços é de 12 meses a partir de 16 de dezembro de 2025.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 261/2025

FORNECEDOR: JULIANO GONCALVES DE MELLO, inscrita no CNPJ/MF n.º 97.520.618/0001-14, sediada na RUA MIGUEL KMITA NETO, N.º 17, JARDIM MARIA ANIZIA, PAULA FREITAS-PR, CEP 84.630-000, telefone n.º (42) 98885-7677, e-mail licitacaojulianogmello@gmail.com, neste ato por seu representante legal, JULIANO GONCALVES DE MELLO, brasileiro, inscrito no CPF/MF n.º 051.***.***-83.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	**Camiseta manga longa** confeccionada em malha anti pilling, cor azul marinho, 63% poliéster, 20% algodão, e 17% viscose de excelente qualidade, manga longa com punho e gola redonda em ribana 66% poliéster e 32% viscose e 2% elastano, a peça deve ser costurada internamente em máquina overloque de 1 agulha, com linha 100% poliéster – 120, no lado esquerdo do peito deverá ser aplicado o brasão da Prefeitura de Mandirituba tamanho 8x8 cm em serigrafia. Nas costas deverá ser aplicado a Escrita "MANDIRITUBA (em Fonte Montserrat Black) – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER (em Fonte Montserrat médium)", em processo de serigrafia, na parte interna traseira da gola deverá ser costurado uma etiqueta com nome do fabricante, cnpj, numeração da peça, composição do tecido, instrução de lavagem. Tamanhos nº 01 ao tamanho GG, com possibilidade de tamanhos especiais, caso necessite, de acordo a necessidade da Secretaria. Conforme layout disposto neste termo de referência.	Und	3.400	R$ 15,30	R$ 52.020,00
02	**Jaqueta com capuz** confeccionada em tecido flanelado anti pilling, 85% poliéster, 15% poliamida, corpo e mangas na cor Azul Marinho, com zíper sintético destacável na frente até o final da gola, com tecido sanfonado na barra e punho, 2 bolsos embutidos na lateral, no lado esquerdo do peito deverá ser aplicado o brasão da Prefeitura de Mandirituba tamanho 8x8 cm em serigrafia. Nas costas deverá ser aplicado a Escrita "MANDIRITUBA (em Fonte Montserrat Black) – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER (em Fonte Montserrat médium)", em processo de serigrafia, na parte interna traseira da gola deverá ser costurado uma etiqueta com nome do fabricante, cnpj, numeração da peça, composição do tecido, instrução de lavagem. Tamanhos nº 01 ao tamanho GG, com possibilidade de tamanhos especiais, caso necessite, de acordo a necessidade da Secretaria. Conforme layout disposto neste termo de referência.	Und	3.400	R$ 32,00	R$ 108.800,00
03	**Calça** confeccionada em tecido anti pilling, 85% poliéster e 15% poliamida de excelente qualidade, cor azul marinho com elástico de 4 cm, rebatido na máquina quatro agulhas, com 1 bolso embutido na lateral, detalhe com viés (filete branco) na lateral das pernas, a peça deve ser costurada internamente em máquina overloque de 1 agulha, com linha 100% poliéster – 120. Na parte interna traseira da calça deverá ser costurado uma etiqueta com nome do fabricante, cnpj, numeração da peça, composição do tecido, instrução de lavagem. Tamanhos nº 01 ao tamanho GG, com possibilidade de tamanhos especiais, caso necessite, de acordo a necessidade da Secretaria. Conforme layout disposto neste termo de referência.	Und	3.400	R$ 23,00	R$ 78.200,00

04	**Camiseta manga curta,** confeccionada em malha anti pilling cor azul marinho, 63% poliéster, 20% algodão, e 17% viscose de excelente qualidade, manga curta, gola redonda em ribana 66% poliéster e 32% viscose e 2% elastano, a peça deve ser costurada internamente em máquina overloque de 1 agulha, com linha 100% poliéster – 120, no lado esquerdo do peito deverá ser aplicado o brasão da Prefeitura de Mandirituba tamanho 8x8 cm em serigrafia. Nas costas deverá ser aplicado a Escrita "MANDIRITUBA (em Fonte Montserrat Black) – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER (em Fonte Montserrat médium)", em processo de serigrafia, na parte interna traseira da gola deverá ser costurado uma etiqueta com nome do fabricante, cnpj, numeração da peça, composição do tecido, instrução de lavagem. Tamanhos nº 01 ao tamanho GG, com possibilidade de tamanhos especiais, caso necessite, de acordo a necessidade da Secretaria. Conforme layout disposto neste termo de referência.	Und	3.400	R$ 15,00	R$ 51.000,00

O Valor total registrado à empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é de R$ 290.020,00 (duzentos e noventa mil e vinte reais).

FELIPE CLAUDINO MACHADO

Prefeito

Publicado por:
Michael Josiel da Cruz
Código Identificador:C7FEBDDF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

CONTABILIDADE
DECRETO 393/2025 - SUPLEMENTAR

DECRETO 393/2025

SÚMULA – Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Município.

Leandro Dorini, Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e observando os dispositivos constantes do art. 43 – parágrafo 1º - inciso II da Lei Federal nº 4.320/64 e considerando o art. 5° da Lei Municipal nº 2432/2024, de 18 de Dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, um Crédito Adicional Suplementar, referente ao exercício financeiro de 2025, no valor de **R$ 171.500,00 (Cento e Setenta e Um Mil e Quinhentos Reais),** para reforço de dotações orçamentárias, conforme discriminadas no anexo.

Art. 2º - Como recurso para cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o presente Decreto, fica indicada como recursos o Excesso de Arrecadação e a Anulação de Dotação, de acordo com o que prevê os incisos II e III, parágrafo primeiro do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º – Revogam–se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mangueirinha, em 17 de Dezembro de 2025.

LEANDRO DORINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

Relação de Alterações Orçamentárias da Despesa

CNPJ: 77.774.867/0001-29

Município: Mangueirinha – Estado do Paraná

Data de Emissão: 17/12/2025

Créditos					**Origens**				
Tipo	**Nat. Desp.**	**Ação**	**Recurso**	**Valor**	**Tipo**	**Nat. Desp.**	**Ação**	**Recurso**	**Valor**
Crédito Suplementar	3.3.90.33.00.00.00.00	2027	01013/01011	1.500,00	Excesso de Arrecadação			01013/01011	1.500,00
Crédito Suplementar	3.3.90.33.00.00.00.00	2030	00000/00000	70.000,00	Anulação de Dotação	3.3.90.32.00.00.00.00	2031	00000/00000	70.000,00
Crédito Suplementar	3.3.90.33.00.00.00.00	2027	00104/00104	100.000,00	Anulação de Dotação	3.3.90.39.00.00.00.00	2027	00104/00104	50.000,00
					Anulação de Dotação	3.3.90.30.00.00.00.00	2032	00104/00104	50.000,00
						Total da Entidade Origem:			100.000,00

Total da Entidade: R$ 171.500,00

Total Geral: R$ 171.500,00

Publicado por:
Tatiane Nonnemacher
Código Identificador:C55D96CE

PROCURADORIA
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO Nº 001/2025

Departamento de Habitação de Interesse Social

O **MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA**, Estado do Paraná, por meio do Prefeito Municipal, LEANDRO DORINI, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) Sub-50, regulamentado pelas Portarias MCID n.° 1.416/2023, Portaria MCID n.° 75/2025 e demais normas federais aplicáveis, torna pública a **HOMOLOGAÇÃO DA LISTA DEFINITIVA** de Famílias Beneficiárias e **CONVOCAÇÃO** para a continuidade do Trabalho Técnico Social (TTS).

1. OBJETO

O presente Edital tem por objeto a homologação da lista definitiva das 25 (vinte e cinco) famílias selecionadas para reassentamento em unidades habitacionais a serem construídas no Loteamento Jardim América II, no Município de Mangueirinha/PR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – FNHIS Sub-50.

2. BASE LEGAL E CONFORMIDADE TÉCNICA

O processo de seleção e habilitação das famílias observou estritamente os critérios de elegibilidade fixados pelo Governo Federal, tendo sido validado pela Equipe Técnica Social (ETS) do Município, conforme Relatório de Evolução do Acompanhamento Social, com data de referência de dezembro de 2025.

2.1 Critérios de Seleção (Vulnerabilidade e Renda):

As famílias selecionadas integram o público-alvo do Programa, com renda familiar bruta compatível com a Faixa 1, em conformidade com a legislação vigente, atendendo aos critérios de baixa renda e vulnerabilidade habitacional.

A elegibilidade foi confirmada por meio da atualização cadastral no Cadastro Único (CadÚnico), bem como por consulta ao Cadastro Nacional de Mutuários (CADMUT), a fim de verificar a inexistência de propriedade imobiliária, conforme requisito essencial do Programa.

2.2 Justificativa Social para a Seleção:

A seleção fundamenta-se na necessidade de remoção de famílias que ocupam área insalubre e/ou de risco, anteriormente invadida, com vistas à realização de obras de infraestrutura e saneamento básico essenciais ao desenvolvimento urbano.

Tal situação está enquadrada na Hipótese I do Art. 2º da Lei Municipal nº 2.465/2025, que institui o Programa de Aluguel Social (PAS), garantindo o amparo habitacional temporário até o reassentamento definitivo.

3. RELAÇÃO DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS HOMOLOGADAS

Ficam homologadas, para fins de reassentamento, as seguintes 25 (vinte e cinco) famílias, conforme listagem abaixo (identificação pelo Responsável Familiar – RF):

	NOME	CPF
1	VIVIANE ALVES	XXX.XXX.339-31
2	IZABEL DE FATIMA DA SILVA	XXX.XXX.639-90
3	MARIA ROSA DOS SANTOS SOARES	XXX.XXX.579-36
4	CLAUDIA FATIMA DA SILVA	XXX.XXX.599-37
5	IRACI DE MELO BARBOSA	XXX.XXX.009-80
6	ERONDI DOS SANTOS	XXX.XXX.189-51
7	DEBORA HONORATO DOS SANTOS	XXX.XXX.539-11
8	TANIA MARIA BRZEZINSKI	XXX.XXX.929-72
9	EDENIR MACIEL	XXX.XXX.079.26
10	VERA LUCIA DE SOUZA ALVES	XXX.XXX.209-91
11	ROMALINA TEODORA ALVES	XXX.XXX.359-20
12	CLEONICE PEDROSO	XXX.XXX.019-82
13	JANETE VIEIRA	XXX.XXX.749-66
14	JESSICA THAYS FERREIRA PRESTES	XXX.XXX.039-54
15	EDIANI DE LIMA SOARES	XXX.XXX.799-48
16	JURACIR TEREZINHA DOS PASSOS	XXX.XXX.099-28
17	MARIA MADALENA LIMA DOS SANTOS	XXX.XXX.829-52
18	ALBARI ALVES DE PAULA	XXX.XXX.579-68
19	ROSENILDA TRINDADE DA FONSECA	XXX.XXX.469-30
20	ANDREIA DE FATIMA DE OLIVEIRA	XXX.XXX.649-64
21	ELIANA RAMOS DE JESUS	XXX.XXX.069-83

22	**NICEIA PONTES**	**XXX.XXX.649-63**
23	**MIGUEL JANTARA**	**XXX.XXX.289-00**
24	**SOELI DE FATIMA ROMEIRO ALMEIDA**	**XXX.XXX.409-20**
25	**ADÃO LIMA DOS SANTOS**	**XXX.XXX.399-15**

Fonte: Relatório de Evolução do Acompanhamento Social – Dezembro/2025

4. DA CONVOCAÇÃO E PROSSEGUIMENTO DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL (TTS)

4.1. As famílias ora homologadas ficam formalmente convocadas a participar das atividades do Trabalho Técnico Social (TTS), conforme previsto no Plano de Trabalho Social (PTS) aprovado.

4.2. Parcerias Institucionais: As ações do Trabalho Técnico Social (TTS), focadas no Eixo de Desenvolvimento Socioeconômico (DSE), contam com parcerias formais estabelecidas com a Agência do Trabalhador, Secretaria de Saúde (Vigilância Sanitária e Agentes de Endemias), Secretaria de Meio Ambiente, CRAS e Entidades de Capacitação Profissional, visando a sustentabilidade e a Geração de Trabalho e Renda para as famílias.

4.3. Esta ação será viabilizada através de parcerias com a Agência do Trabalhador e entidades de capacitação profissional, visando promover a autonomia financeira e a sustentabilidade das 25 famílias beneficiárias em sua nova moradia.

4.4. O não comparecimento às atividades do TTS, bem como a constatação de informações inverídicas ou inconsistentes, poderá acarretar a desclassificação da família, com substituição por suplente, conforme regras do Programa e legislação aplicável.

5. DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria do Departamento de Habitação e pelo Gabinete do Prefeito Municipal, em articulação com a Caixa Econômica Federal (agente mandatário da União).

Mangueirinha/PR, 17 de dezembro de 2025.

LEANDRO DORINI

Prefeito Municipal, de Mangueirinha

SANDRO MÁRCIO DE MELLO

Diretor do Departamento de Habitação de Interesse Social

LADIJANE BRUNETTI

Responsável Técnica Social (Assistente Social CRESS/PR 6297)

EVA APARECIDA SCHRAMM

Psicóloga CRP 08/31561

Publicado por:
Raiane Colla
Código Identificador:D9CD3436

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 516/25

DECRETO Nº 516/2025

Súmula: Abre Crédito Adicional Especial e dá outras providencias.

Celio Lelis da Mata, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 2373/25, de 17/12/2025, etc...,

DECRETA:

Artigo 1º) - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício Crédito Adicional Especial no valor de R$- 5.637,96 (-Cinco mil, seiscentos e trinta e sete reais e noventa e seis centavos-), visando dar suporte legal na devolução de saldo de do Convenio nº 948376/2023, que teve por objetivo a aquisição de 01 Camionete nova (0 Km), firmado entre o Município de Marilena-Pr e o MAPA "Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento", cujos repasses serão consignados no órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, projeto:

03000	DEPARTAMENTO DE ADMINSTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	VALOR
03001	DIRETORIA GERAL – D A	
20.606.0003.1.135	CV 948376/23 – MAPA – Aquisição de 01 Camionete	
Fonte = 853	CV 948376/23 - MAPA - Aquisição de 01 Camionete - Exercício Corrente	
3.3.90.93.00	Indenizações e restituições	5.637,96
	Total do Crédito Autorizado.....R$-	5.637,96

Artigo 2º) - A cobertura do crédito Adicional Especial autorizado na forma do presente decreto, será da seguinte forma:

1 - Excesso de Arrecadação

a)	RECURSOS COM DESTINAÇÃO	Valor
1.3.2.1.01.0.1.99.33.00.00.00. F = 853	RAF - CV 948376/23 - MPA - Aquisição de 01 Camionete	5.637,96
	Total do Crédito Autorizado.....R$-	5.637,96

Artigo 3º) - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 17 dias do mês de dezembro de 2.025.

CELIO LELIS DA MATA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:67CA555B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI Nº 2373/25

LEI Nº 2373/2025

Súmula: Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providencias.

Celio Lelis da Mata, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc..., faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte,

LEI:

Artigo 1º) - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício Crédito Adicional Especial no valor de R$- 61.970,96 (-Sessenta e um mil, novecentos e setenta reais e noventa e seis centavos-), visando dar suporte legal na devolução de saldo de do Convenio nº 948376/2023, que teve por objetivo a aquisição de 01 Camionete nova (0 Km), firmado entre o Município de Marilena-Pr e o MAPA "Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento", cujos repasses serão consignados no órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, projeto:

03000	DEPARTAMENTO DE ADMINSTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	VALOR
03001	DIRETORIA GERAL – D A	
20.606.0003.1.135	CV 948376/23 – MAPA – Aquisição de 01 Camionete	
Fonte = 1000	CV 948376/23 - MAPA - Aquisição de 01 Camionete - Exercício Corrente	
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições	326,70
Fonte = 853	CV 948376/23 - MAPA - Aquisição de 01 Camionete - Exercício Corrente	
3.3.90.93.00	Indenizações e restituições	5.637,96
Fonte = 3853	CV 948376/23 - MAPA - Aquisição de 01 Camionete - Exercício Anterior	
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições	56.006,30
	Total do Crédito Autorizado.....R$-	61.970,96

Artigo 2º) - A cobertura do crédito Adicional Especial autorizado na forma da presente Lei, será da seguinte forma:

1 - Excesso de Arrecadação

a)	RECURSOS COM DESTINAÇÃO	Valor
1.3.2.1.01.0.1.99.33.00.00.00. F = 853	RAF - CV 948376/23 - MPA - Aquisição de 01 Camionete	5.637,96
	Total do Crédito Autorizado.....R$-	5.637,96

2 – Superávit Financeiro:

Fonte = 3853	CV 948376/23 - MAPA - Aquisição de 01 Camionete - Exercício Anterior	56.006,30

3 - Para fazer face ao Crédito aberto no artigo anterior desta Lei, servirá como recurso o cancelamento de dotações orçamentárias, desde que não comprometidos, conforme Art. 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, como segue:

03.000	**DEPARTAMENTO DE ADMINSITRAÇÃO E PLANEJAMENTO**	VALOR
03.001	**DIRETORIA GERAL – D. A.**	
04.122.0002.2.003	**Encargos Gerais do Município**	
Fonte = 1000	Recursos Ordinários (Livres)– Exercício Corrente	
23 - 3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	326,70
	Total.....R$-	326,70

Artigo 3º) - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 17 dias do mês de dezembro de 2.025.

CELIO LELIS DA MATA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:2EFE620C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PLANO DE TRABALHO

ANEXO II

PLANO DE TRABALHO

1 – DADOS CADASTRAIS

ORGÃO/ENTIDADE PROPONENTE				**CNPJ**
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MARIÓPOLIS				01.758.153/0001-65
ENDEREÇO				**E-MAIL**
Rua Nove, nº 1068, Centro				mariopolis@apaepr.org.br
CIDADE	**U.F**	**C.E.P**	***DDD/TELEFONE***	**E.A**
MARIÓPOLIS	PR	85525-000	(46) 3226-8138	PRIVADA
CONTA CORRENTE	**BANCO**	**AGÊNCIA**		**PRAÇA DE PAGAMENTO**
2734-1	BRASIL	8275-9		MARIÓPOLIS
NOME DO RESPONSÁVEL				**C.P.F**
JONATHAN PILONETTO ANDREOLA				056.443.879-09
C.I / ÓRGÃO EXPEDIDOR	**CARGO**	**FUNÇÃO**		**MATRÍCULA**
SESP	Presidente	Presidente		
ENDEREÇO				**C.E.P**
Alameda Três, nº1311, Bairro Água Azul, Mariópolis/PR				85.525-000

2 – DESCRIÇÃO DO PROJETO

TÍTULO DO PROJETO	**PERÍODO DE EXECUÇÃO**	
QUALIDADE DE VIDA – MELHORAR NA EDUCAÇÃO PARA MELHORAR NA VIDA	**INÍCIO** 12/2025	**TÉRMINO** 12/2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Firmar parceria com entidade comunitária, confessional ou filantrópica, que se destina a subvencionar a educação especial gratuita, integrada à educação básica		
JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO		

Este projeto visa promover um impacto significativo na qualidade de vida das pessoas com deficiência intelectual e múltipla, bem como de suas famílias, ampliando o acesso à educação especial e ao desenvolvimento social. Além de complementar o trabalho social realizado com as famílias, o projeto busca prevenir deficiências através da orientação e conscientização da comunidade. A proposta foca em promover um ambiente inclusivo e acolhedor, que facilite a participação ativa e cidadã dos alunos, estimulando seu protagonismo e desenvolvimento de habilidades essenciais para sua integração na sociedade. Atualmente, a Escola de Educação Especial atende 75 alunos que passam boa parte do dia nas suas dependências. Para esses alunos, a escola não é apenas um local de aprendizado, mas também um espaço de convivência, desenvolvimento social e cuidado integral. A manutenção da escola é imprescindível para assegurar que esse ambiente continue sendo seguro, acessível e bem equipado para atender às necessidades específicas desses estudantes. Essa parceria é de extrema importância para garantir a continuidade e a qualidade do serviço prestado. A escola depende de recursos adequados para manter sua infraestrutura, adquirir materiais pedagógicos, suprir as necessidades básicas dos alunos e proporcionar um ambiente que promova seu desenvolvimento pleno. Sem essa parceria, seria extremamente desafiador manter o nível de suporte que os alunos necessitam, comprometendo não apenas o aprendizado, mas também a integração social e emocional desses jovens. A educação inclusiva é um direito fundamental, e este projeto permite que os alunos tenham acesso a experiências educacionais e culturais que enriquecem sua formação, contribuindo para a superação de barreiras sociais e culturais. Além disso, o projeto valoriza o fortalecimento de laços comunitários e familiares, criando um espaço onde a solidariedade, o respeito e a afetividade são promovidos de maneira contínua. Por meio de parcerias com entidades públicas e comunitárias, o projeto assegura que as crianças e jovens com deficiência possam usufruir plenamente dos direitos sociais, culturais e educacionais já disponíveis no município, além de contribuir para sua inserção, reinserção e permanência no ambiente educacional e social. O projeto também inclui a implementação de atividades culturais, esportivas e recreativas, que favorecem o desenvolvimento de novas sociabilidades e fortalecem o respeito à diversidade. A proposta é abrangente e estruturada para responder às necessidades não só dos alunos, mas também de suas famílias, garantindo um atendimento integral que considera os aspectos pedagógicos, sociais e afetivos. Ao proporcionar um ambiente adequado e recursos materiais necessários, o projeto impulsiona o desenvolvimento integral dos alunos e facilita o trabalho de toda a equipe multidisciplinar envolvida.

PÚBLICO ALVO

75 alunos matriculados na Escola de Educação básica na Modalidade de Educação Especial e suas famílias

3 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA e FASE)

Meta	Etapa / Fase	Especificação	Indicador Físico		Duração	
			Und	Quant.	Início	Término
1	1.1	Atender os alunos com deficiência intelectual e múltipla matriculados na Escola de Educação Especial, conforme matrículas informadas no Censo Escolar, garantindo que as necessidades individuais de cada um sejam plenamente atendidas através de uma abordagem pedagógica inclusiva. A oferta de um ambiente inclusivo e adaptado é essencial para promover o desenvolvimento integral dos alunos, tanto em termos educacionais quanto sociais.	Alunos	75	12/2025	12/2026
2	2.1	Aquisição de materiais pedagógicos e administrativos adequados para o trabalho em sala de aula e nas atividades de apoio administrativo, visando a eficiência das atividades escolares. A reposição contínua de materiais garante que as atividades pedagógicas possam ser executadas sem interrupções, oferecendo suporte de qualidade aos alunos e profissionais.	un	200	12/2025	12/2026
3	3.1	Abastecimento do veículo da escola, utilizado para visitas domiciliares realizadas pela equipe multidisciplinar e técnica, que acompanha o desenvolvimento dos alunos e oferece suporte às suas famílias. As visitas domiciliares são fundamentais para manter a comunicação entre escola e família, oferecendo suporte adequado às necessidades dos alunos no ambiente familiar.	un	03	12/2025	12/2026
4	4.1	Aquisição de gás de cozinha necessário para a preparação das refeições diárias servidas aos alunos, que incluem lanches e almoço. Oferecer refeições equilibradas aos alunos é uma parte essencial do cuidado integral, garantindo que eles tenham uma alimentação adequada enquanto permanecem na escola.	un	20	12/2025	12/2026
5	5.1	Manutenção dos computadores da sala de informática, com a substituição de peças defeituosas para garantir o pleno funcionamento dos equipamentos e das aulas de informática. A informática é uma ferramenta crucial para a inclusão digital dos alunos, e a manutenção dos equipamentos é indispensável para o bom andamento das aulas.	un	15	12/2025	12/2026
6	6.1	Pagamento das taxas de água e esgoto da escola, essenciais para garantir o funcionamento dos serviços básicos de infraestrutura. O fornecimento contínuo de água e serviços de esgoto é imprescindível para a manutenção da higiene e limpeza do ambiente escolar, além de atender às necessidades diárias dos alunos.	un	12	12/2025	12/2026
7	7.1	Aquisição de materiais de higiene e limpeza, utilizados para a manutenção da escola e para auxiliar no banho dos alunos que necessitam desse cuidado. A higiene adequada é fundamental para a saúde e bem- estar dos alunos, além de garantir um ambiente limpo e seguro para todos.	un	100	12/2025	12/2026
8	8.1	Manutenção dos serviços de assessoria contábil para a prestação de contas da escola, garantindo a transparência e o cumprimento das obrigações legais. A assessoria contábil é fundamental para que a escola mantenha suas obrigações financeiras e legais em dia, promovendo a gestão adequada dos recursos.	un	12	12/2025	12/2026
9	9.1	Manutenção dos aparelhos de ar- condicionado já instalados, garantindo seu funcionamento contínuo e eficiente. A manutenção preventiva dos aparelhos evita problemas futuros e assegura que os ambientes continuem climatizados de forma eficaz, beneficiando os alunos e professores.	un	10	12/2025	12/2026
10	10.1	Melhoria na cobertura da escola, assegurando a proteção contra chuvas e intempéries, criando um espaço adequado para as atividades escolares. Uma cobertura adequada é crucial para garantir a segurança dos alunos e a preservação do ambiente de aprendizagem, protegendo-o contra condições climáticas adversas.	un	02	12/2025	12/2026
11	11.1	Contratação de mão de obra especializada para a manutenção de bens imóveis, garantindo a conservação e segurança das instalações da escola. A manutenção dos imóveis é fundamental para assegurar que as instalações escolares estejam sempre em boas condições, oferecendo um ambiente seguro e funcional para alunos e funcionários.	un	1200m²	12/2025	12/2026
12	12.1	Aquisição de pneus para o veículo da escola, garantindo a segurança nas visitas domiciliares e no transporte de alunos e equipe. A substituição dos pneus é necessária para garantir a segurança do veículo utilizado em serviços essenciais, como visitas domiciliares e deslocamentos de alunos e equipe técnica.	un	08	12/2025	12/2026
12	12.1	Aquisição de utensílios (panelas, talheres, fogão) para a cozinha de ensino, visando proporcionar um ambiente adequado para aulas práticas de culinária. A criação de uma cozinha de ensino é fundamental para desenvolver habilidades culinárias nos alunos com deficiência intelectual e múltipla. A de utensílios adequados permitirá que os alunos aprendam a cozinhar de forma segura e eficiente, promovendo a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida. Além disso, essa prática facilitará o ensino sobre nutrição e saúde, contribuindo para uma formação mais integral.	un	20	12/2025	12/2026
13	13.1	Instalação de placas acrílicas de identificação em todos os ambientes da escola, visando facilitar o acesso e a organização dos espaços. As placas de identificação são essenciais para melhorar a sinalização interna da escola, facilitando a orientação dos alunos, profissionais e visitantes, além de tornar o ambiente mais organizado.	un	30	12/2025	12/2026
14	14.1	Aquisição de material educativo (livros, jogos didáticos) e esportivo (bolas, equipamentos de ginástica) para promover o aprendizado e a atividade física dos alunos. A aquisição de material educativo e esportivo é essencial para enriquecer as atividades pedagógicas e de lazer dos alunos com deficiência intelectual e múltipla. O material educativo promove o aprendizado de forma lúdica, enquanto o esportivo incentiva a prática de atividades físicas, contribuindo para a saúde, socialização e desenvolvimento de habilidades motoras. Essas iniciativas são fundamentais para a formação integral dos alunos e fortalecimento do convívio comunitário.	un	20	12/2025	12/2026
15	15.1	As cortinas atuais estão deterioradas pelo tempo de uso. A substituição é necessária para garantir conforto, controle da luminosidade e melhor ambiente para as atividades dos alunos.	un		12/2025	12/2026
16	16.1	Algumas câmeras de segurança estão queimadas ou com falhas, exigindo manutenção e substituição, A aquisição e o reparo são necessários para garantir a segurança dos alunos, funcionários e do patrimônio escolar.			12/2025	12/2026
17	17.1	A aquisição de sementes, mudas e plantas é necessária para a continuidade das atividades pedagógica e dos projetos escolares que envolvem horticultura e educação ambiental, garantindo aprendizado prático e melhoria dos espaços da escola.			12/2025	12/2026

4 – PLANO DE APLICAÇÃO (R$ 1,00)

NATUREZA DA DESPESA				
CÓDIGO	**ESPECIFICAÇÃO**	**TOTAL**	**CONCEDENTE**	**PROPONENTE**
3.3.90.30.01	Combustível e lubrificante	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00	
3.3.90.30.04	Gás e outros materiais engarrafados	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00	
3.3.90.30.14	Material educativo e esportivo	R$ 4.000,00	R$ 4.000,00	
3.3.90.30.16	Material de expediente	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00	
3.3.90.30.17	Material de processamento de dados	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00	
3.3.90.30.21	Material de copa e cozinha	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00	
3.3.90.30.22	Material de limpeza e produtos de higienização	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00	
3.3.90.30.24	Material para manutenção de bens imóveis	R$ 70.700,00	R$ 70.700,00	
3.3.90.30.31	Sementes, mudas de plantas e insumos	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00	
3.3.90.30.39	Material para manutenção de veículo	R$ 8.000,00	R$ 8.000,00	
3.3.90.30.44	Material de sinalização visual e afins	R$ 8.000,00	R$ 8.000,00	
3.3.90.39.05	Serviços técnicos profissionais	R$ 28.800,00	R$ 28.800,00	
3.3.90.39.16	Manutenção e conservação de bens imóveis	R$ 74.000,00	R$ 74.000,00	
3.3.90.39.17	Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00	
3.3.90.39.19	Manutenção e conservação de veículos	R$ 8.000,00	R$ 8.000,00	
3.3.90.39.44	Água e esgoto	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00	
3.3.90.39.63	Serviços gráficos e editoriais	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00	
3.3.90.39.95	Manutenção conservação de equipamentos de processamento de dados	R$ 8.000,00	R$ 8.000,00	
4.4.90.52.12	Aparelhos e utensílios domésticos	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00	
4.4.90.52.33	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	R$ 8.000,00	R$ 8.000,00	
4.4.90.52.34	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00	
4.4.90.52.35	Equipamentos de processamento de dados	R$ 8.969,92	R$ 8.969,92	
4.4.90.52.42	Mobiliário em geral	R$ 8.000,00	R$ 8.000,00	
4.4.90.52.51	Peças não incorporáveis a imóveis	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00	
Total		**R$ 321.469,92**	**R$ 321.469,92**	

5 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R$ 1,00)

CONCEDENTE						
META	**JAN/2025**	**FEV/2025**	**MAR/2025**	**ABR/2025**	**MAI/2025**	**JUN/2025**
META	**JUL/2025**	**AGO/2025**	**SET/2025**	**OUT/2025**	**NOV/2025**	**DEZ/2025**
						R$ 321.469,92
PROPONENTE (CONTRAPARTIDA)						
META	**JANEIRO**	**FEVEREIRO**	**MARÇO**	**ABRIL**	**MAIO**	**JUNHO**
META	**JULHO**	**AGOS TO**	**SETEMBRO**	**OUTUBRO**	**NOVEMBRO**	**DEZEMBRO**

6 – MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Para o cumprimento das metas previstas neste plano de trabalho, a equipe diretiva da Apae será mobilizada e participara de todo o processo. Todas as ações serão realizadas em conformidade com a legislação vigente.

7 – DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da Organização da Sociedade Civil, declaro, para fins de prova junto Prefeitura Municipal de Mariópolis para os efeitos e sob as penas da lei, que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o tesouro ou qualquer órgão ou Organização da Sociedade Civil da Administração Pública, quem impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos deste poder, na forma deste plano de trabalho.

Mariópolis, 10 de dezembro de 2025

JONATHAN PILONETTO ANDREOLA

OSC

8 – APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

( ) APROVADO

( ) REPROVADO

( ) APROVADO COM RESSALVAS, com a possibilidade de celebração da parceria, devendo a Administração Municipal, cumprir o que foi ressalvado.

_____

Local e Data

_____

Comissão de Seleção

_____

Local e Data

_____

Administração Municipal

Publicado por:
Francisco Valdomiro Bueno
Código Identificador:2DC62669

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 2.731/2025

SÚMULA: Institui a Revisão do Plano Diretor do Município de Matinhos, revoga a Lei nº 1.067, de 05 de dezembro de 2006 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Matinhos, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I – DA FUNDAMENTAÇÃO CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituída a Revisão do Plano Diretor Municipal de Matinhos, com fundamento na Constituição Federal, na Constituição do Estado do Paraná e na Lei Orgânica do Município, bem como nas Leis Federais n° 6.766/79, n° 9.785/99, n° 10.257/01 e n° 10.932/04 e na Lei Estadual nº 15.229/06.

Art. 2º Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Revisão do Plano Diretor Municipal de Matinhos, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Parágrafo único. A elaboração da presente Lei obedece aos princípios e preceitos da legislação ambiental e urbanística federal e estadual aplicável à matéria.

Art. 3º O Plano Diretor do Município de Matinhos é o instrumento estratégico de desenvolvimento e expansão urbana e de orientação dos agentes públicos e privados que atuam na produção e gestão da cidade, aplicando-se esta Lei em toda extensão territorial do Município.

Parágrafo único. Toda legislação municipal pertinente à matéria tratada pelo Plano Diretor e sua revisão, deverão obedecer às disposições nele contidas e aplica-se a toda extensão territorial do Município de Matinhos.

Art. 4º A Revisão do Plano Diretor Municipal de Matinhos é integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as políticas públicas, programas, projetos, planos, diretrizes e as prioridades nele contidas.

Art. 5° As políticas, diretrizes, normas, planos, programas, orçamentos anuais e plurianuais deverão atender ao estabelecido nesta Lei, e nas demais Leis que integram a Revisão do Plano Diretor do Município de Matinhos.

Parágrafo único. Integram esta Revisão do Plano Diretor, além da presente Lei, a revisão e atualização das seguintes leis:

I. Lei do Perímetro Urbano;

II. Lei do Sistema Viário;

III. Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo;

IV. Lei do Parcelamento do Solo;

V. Lei da Outorga Onerosa do Direito de Construir;

VI. Lei do Macrozoneamento Municipal;

VII. Lei dos Passeios Públicos;

VIII. Código de Obras;

IX. Código de Posturas;

X. Lei do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS

Seção I

DA FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA CIDADE

Art. 6º A função socioambiental da cidade de Matinhos compreende o pleno exercício de todos ao direito à cidade, entendido este como direito à terra, aos meios de subsistência, ao trabalho, à saúde, à educação, à cultura, à moradia, à proteção social, à segurança, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ao saneamento, ao lazer, à informação, à acessibilidade e demais direitos assegurados pela legislação vigente.

Art. 7º A função socioambiental da cidade será garantida pela:

I. promoção da qualidade de vida e do meio ambiente;

II. controle, preservação e recuperação dos bens socioambientais;

III. utilização de instrumentos de redistribuição da renda e da terra;

IV. controle público sobre o uso e a ocupação do espaço da cidade;

V. prioridade na elaboração e execução de programas, planos e projetos para grupos de pessoas que se encontram em situação de risco, vulneráveis e desfavorecidas;

VI. integração das políticas públicas de desenvolvimento sustentável municipal, urbano e rural;

VII. cooperação, diversificação e atratividade, visando o enriquecimento cultural da cidade;

VIII. gestão democrática participativa, descentralizada e transparente;

IX. integração de ações públicas e privadas.

Art. 8º O não cumprimento do disposto no Art. 7º da presente Lei, por ação ou omissão, configura descumprimento da função socioambiental da cidade, sem prejuízo do disposto na Lei Federal nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade.

Seção II

DA FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE

Art. 9º A função socioambiental da propriedade será cumprida quando o exercício dos direitos a ela inerentes se submeterem aos interesses coletivos, de modo justo e democrático, o pleno acesso de todos os cidadãos aos bens e serviços essenciais à vida digna.

Art. 10. O direito de propriedade sobre o solo não acarreta, obrigatoriamente, o direito de construir, cujo exercício deverá ser autorizado pelo Poder Executivo, segundo os critérios estabelecidos na Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo.

Art. 11. Os direitos decorrentes da propriedade individual estarão subordinados aos interesses da coletividade.

Art. 12. A propriedade urbana cumprirá sua função quando simultaneamente atender às seguintes exigências:

I. às determinações constantes no Plano Diretor e demais legislações correlatas;

II. aos objetivos e estratégias de desenvolvimento definidos no Plano Diretor;

III. à preservação, ao controle e à recuperação do meio ambiente e do patrimônio cultural, histórico, paisagístico e arqueológico;

IV. aos parâmetros urbanísticos definidos pelo ordenamento territorial determinado nesta Lei e na Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo, garantindo que a intensidade de uso seja adequada à disponibilidade da infraestrutura urbana, de equipamentos e serviços públicos.

Art. 13. Em caso de descumprimento dos parâmetros urbanísticos descritos pela legislação vigente, deverão ser utilizados os instrumentos referentes à não utilização, não edificação, subtilização ou utilização inadequada constante do Título V desta Lei.

Art. 14. A propriedade rural cumprirá sua função socioambiental quando houver a correta utilização econômica da terra e a sua justa distribuição, de modo a atender o bem-estar social da coletividade, a promoção da justiça social e a preservação do meio ambiente.

Seção III

DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Art. 15. Entende-se por gestão democrática a atuação de instâncias de participação dos cidadãos nos processos de planejamento, tomada de decisão e controle das ações públicas por meio de espaços institucionalizados onde o Poder Público Municipal constituído delega a seu direito de decisão.

Art. 16. Deverá ser respeitada a participatividade de todas as entidades da sociedade civil organizada, bem como daqueles que tiverem interesse, em todas as políticas públicas, o controle direto das atividades e o pleno exercício da cidadania.

Seção IV

Da Sustentabilidade

Art. 17. A sustentabilidade compreende a distribuição equitativa de ônus e benefícios da utilização dos recursos naturais, sociais e culturais, a ampliação da preservação e recuperação ambiental e maior racionalidade das atividades econômicas para o bem-estar da população atual, das gerações futuras e para a justa distribuição das condições ambientais entre os moradores do Município e da região.

Art. 18. É dever do Poder Executivo, do Poder Legislativo e da comunidade zelar pela proteção e qualidade ambiental e pela preservação do patrimônio histórico, artístico, cultural e paisagístico em todo o território do Município, de acordo com as disposições da Legislação Municipal e das normas adotadas pelo Estado e União.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS GERAIS

Art. 19. São objetivos gerais do Plano Diretor do Município de Matinhos:

I. garantir o bem-estar do cidadão e a melhoria da qualidade de vida;

II. promover a redistribuição entre os munícipes dos encargos e benefícios do desenvolvimento urbano;

III. fazer cumprir a função socioambiental da propriedade urbana, prevalecendo esta função sobre o exercício do direito de propriedade individual;

IV. promover o desenvolvimento das funções sociais da cidade segundo princípios de eficácia, equidade e eficiência nas ações públicas e privadas no meio urbano;

V. assegurar que a ação pública do Poder Executivo e do Poder Legislativo ocorra de forma planejada e participativa;

VI. estimular e desenvolver canais que promovam o acesso dos cidadãos à formulação, implementação e avaliação das políticas públicas, buscando o aprendizado social na gestão urbana e na construção da cidadania;

VII. garantir um desenvolvimento sustentável, considerando as condições ambientais concretas e utilizando adequadamente as potencialidades do meio natural e cultural da região e do Município;

VIII. garantir a preservação, a proteção e a recuperação do meio ambiente e do patrimônio cultural, histórico e paisagístico.

TÍTULO II

DO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 20. São objetivos do desenvolvimento municipal:

I. ordenação de crescimento do Município em seus aspectos físico, econômico, social, cultural e administrativo;

II. pleno aproveitamento dos recursos administrativos, financeiros, naturais e comunitários do Município;

III. atendimento às necessidades da população quanto à habitação, trabalho, lazer, cultura, transporte e saneamento básico, bem como, no âmbito da competência municipal, promoção de políticas de redistribuição de renda;

IV. preservação do patrimônio ambiental natural e cultural do Município;

V. integração da ação governamental municipal com a dos demais municípios da região litorânea do estado do paraná;

VI. integração da ação governamental municipal com a dos órgãos e entidades federais e estaduais;

VII. ordenação do uso e ocupação do solo, visando à garantia da função socioambiental da propriedade.

TÍTULO III

DO ORDENAMENTO TERRITORIAL

Art. 21 A política de desenvolvimento e ordenamento físico territorial envolve as regiões do Município como um todo e suas características particulares para o processo de planejamento territorial, considerando a distribuição atual dos usos do solo, as densidades demográficas, as infraestruturas, os equipamentos urbanos, os comunitários e os de controle do meio ambiente.

§1.º A política de desenvolvimento e ordenamento físico territorial será pautada nas seguintes diretrizes:

I. planejamento do desenvolvimento do Município, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas no território municipal, de modo a evitar e corrigir as distorções do processo de desenvolvimento urbano, mitigando, no que for possível, os eventuais efeitos negativos sobre o meio ambiente;

II. delimitar áreas urbanas garantindo o cumprimento da função socioambiental da propriedade e a otimização da infraestrutura existente;

III. garantir a estruturação e readequação do sistema viário municipal e das vias urbanas;

IV. integração e compatibilização entre a área urbana e a área rural do Município;

V. controle, conservação e recuperação da qualidade hídrica das bacias do Município;

VI. ordenação e controle do uso do solo, de forma a combater e evitar:

a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos;

b) a proximidade ou conflitos entre usos incompatíveis ou inconvenientes;

c) a utilização excessiva ou a subtilização da infraestrutura urbana;

d) a retenção de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;

e) a deterioração das áreas urbanizadas e dotadas de infraestrutura, especialmente as

centrais;

f) o uso inadequado dos espaços públicos;

g) a poluição e a degradação ambiental;

h) a degradação da qualidade ambiental do espaço construído;

i) a degradação dos bens socioambientais;

j) vazios urbanos e a descontinuidade das áreas urbanizadas.

§2.º Constituem-se elementos básicos de Ordenamento Territorial:

I. o macrozoneamento;

II. a divisão de bairros.

CAPÍTULO I

DO MACROZONEAMENTO

Art. 22. O Macrozoneamento fixa as regras fundamentais de ordenamento do território como um todo, tanto a área urbana quanto a rural, e é caracterizado pelo equilíbrio entre o meio urbano e o patrimônio ambiental, os núcleos rurais, a divisão das bacias hidrográficas, sistema viário rural e atividades predominantemente ligadas à produção primária.

Parágrafo único. O Macrozoneamento está contido em Lei específica, parte integrante desta Revisão do Plano Diretor.

CAPÍTULO II

DA DIVISÃO DE BAIRROS

Art. 23. Para fins de organização territorial é utilizada a divisão de bairros no Município de Matinhos.

Parágrafo único. A divisão de bairros está contida no Anexo I, parte integrante da presente lei.

TÍTULO IV

DOS PARÂMETROS DE USO, OCUPAÇÃO E PARCELAMENTO DO SOLO

Art. 24. Os parâmetros de uso, ocupação e parcelamento do solo tem como objetivo estabelecer diretrizes, regulamentar o uso e ocupação do território de Matinhos e serão definidos nas leis de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo e de Parcelamento do Solo.

Parágrafo único. Não será admitido o uso, ocupação e parcelamento do solo para outros fins que contrariem os objetivos e parâmetros da Lei do Macrozoneamento Municipal, Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo e Lei de Parcelamento do Solo Urbano.

TÍTULO V

DOS INSTRUMENTOS DO ESTATUTO DA CIDADE

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Art. 25. Os instrumentos constantes do Estatuto da Cidade poderão ser utilizados desde que estejam em acordo com as disposições contidas na legislação vigente.

Parágrafo único. Outros instrumentos de indução de desenvolvimento, não mencionados nesta Lei, poderão ser utilizados, desde que atendam ao disposto no Plano Diretor e demais Legislações do Município.

Art. 26. Consideram-se instrumentos de planejamento do Município de Matinhos:

I Plano Diretor Municipal (PDM);

II Plano Plurianual;

III Lei de Diretrizes Orçamentárias;

IV Lei de Orçamento Anual;

V Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo;

VI Lei de Parcelamento do Solo;

VII Lei de Sistema Viário;

VIII Planos de Desenvolvimento Econômico e Social;

IX Planos, Programas e Projetos Setoriais;

X Programas e Projetos Especiais de Urbanização;

XI Instituição de Unidades de Conservação;

XII Demais planos definidos nesta lei

Art. 27 Consideram-se instrumentos de jurídicos e urbanísticos:

I. Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC);

II. IPTU Progressivo no Tempo;

III. Desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública;

IV. Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS);

V. Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC);

VI. Transferência do Direito de Construir (TDC);

VII. Operações Urbanas Consorciadas (OUC);

VIII. Consórcio Imobiliário;

IX. Direito de Preferência;

X. Direito de Superfície;

XI. Direito de Preempção;

XII. Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EPIV);

XIII. Tombamento;

XIV. Desapropriação;

XV. Demais instrumentos jurídicos definidos nesta lei

Art. 28. Consideram-se instrumentos de regularização fundiária, conforme a Lei nº 13.465/2017 – Lei da Reurb:

I. A legitimação fundiária e a legitimação de posse;

II. A usucapião;

III. A desapropriação em favor dos possuidores;

IV. A arrecadação de bem vago;

V. O consórcio imobiliário;

VI. A desapropriação por interesse social;

VII. O direito de preempção;

VIII. A transferência do direito de construir;

IX. A requisição, em caso de perigo público iminente;

X. A intervenção do poder público em parcelamento clandestino ou irregular;

XI. A alienação de imóvel pela administração pública diretamente para seu detentor;

XII. A concessão de uso especial para fins de moradia;

XIII. A concessão de direito real de uso;

XIV. A doação;

XV. A compra e venda;

XVI. A Assistência Técnica para Habitações de Interesse Social (ATHIS), também jurídica e gratuita, para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos, especialmente na propositura de ações de usucapião

Art. 29. Consideram-se instrumentos tributários e financeiros:

I. tributos municipais diversos, inclusive imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU;

II. IPTU Verde, conforme Lei Municipal nº 2.279, de 14 de outubro de 2021;

III. taxas e tarifas públicas específicas;

IV. contribuição de melhoria;

V. incentivo e benefícios fiscais e financeiros.

Art. 30. Consideram-se instrumentos jurídicos-administrativos:

I. servidão administrativa e limitações administrativas;

II. concessão, permissão ou autorização de uso de bens públicos municipais;

III. contratos de concessão dos serviços públicos urbanos;

IV. contratos de gestão com concessionária pública municipal de serviços urbanos;

V. convênios e acordos técnicos, operacionais e de cooperação institucional;

VI. termo administrativo de ajustamento de conduta;

VII. doação de imóveis em pagamento da dívida.

Seção I

DO PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO E UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS

Art. 31. O Parcelamento, a Edificação e a Utilização Compulsória (PEUC) do solo urbano visam garantir o cumprimento da função socioambiental da cidade e da propriedade por meio da indução da ocupação de áreas vazias, subutilizadas ou não utilizadas, onde o Plano Diretor considerar prioritário.

Parágrafo único. Por meio deste instrumento pode-se estabelecer um prazo para o loteamento ou edificação de áreas vazias ou subutilizadas.

Art. 32. A aplicação do PEUC do solo urbano, objetiva:

I. otimizar a ocupação das regiões da cidade dotadas de infraestrutura e equipamentos urbanos inibindo a expansão urbana (espraiamento urbano) na direção de áreas não servidas de infraestrutura, bem como nas áreas ambientalmente frágeis;

II. aumentar a oferta de lotes urbanizados nas regiões já dotadas de infraestrutura urbana e já consolidadas da malha urbana;

III. combater o processo de espraiamento urbano, de periferização, de urbanização desordenada e inibir o processo de retenção especulativa de imóvel urbano.

Art. 33. É facultado ao Poder Público exigir do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado, utilizado inadequadamente ou não utilizado, localizados nas áreas delimitadas por esta Lei, que promova seu adequado aproveitamento sob pena de parcelamento, edificação ou utilização compulsória, nos termos das disposições contidas nos Art. 5º e 6º da Lei nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade.

Art. 34. O Parcelamento, a Edificação e a Utilização Compulsória poderão ser aplicados nas áreas urbanas, devidamente delimitada pelo perímetro urbano, nos seguintes casos:

I. imóvel urbano com área igual ou superior a 2.000 m² (dois mil metros quadrados), com coeficiente de aproveitamento igual a zero;

II. conjunto de imóveis urbanos contíguos ou não, de um único proprietário registrado, com coeficiente de aproveitamento igual a zero, cuja somatória das áreas registradas seja superior a 3.000 m² (três mil metros quadrados);

III. imóvel urbano com área igual ou superior a 2.000 m² (dois mil metros quadrados), cujo coeficiente de aproveitamento não atinja o mínimo definido para a zona onde se situa, conforme Lei específica de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo;

IV. conjunto de imóveis urbanos contíguos ou não, de um único proprietário registrado, cuja somatória das áreas registradas seja superior a 3.000 m² (três mil metros quadrados) e cujo coeficiente de aproveitamento de cada imóvel não atinja o mínimo definido para a zona onde se situa, conforme Lei específica de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo.

§1.º Fica facultado aos proprietários dos imóveis de que tratam os incisos do caput deste artigo propor ao Executivo o estabelecimento do Consórcio Imobiliário, conforme disposições do Art. 46 da Lei Federal nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade.

§2.º Ficam excluídos da obrigação estabelecida no caput, após comprovada pelo órgão municipal competente e aprovado pelo Conselho Municipal da Cidade de Matinhos, os imóveis:

I. utilizados para instalação de transportadoras;

II. garagem de veículos de transporte de passageiros;

III. exercendo função ambiental essencial;

IV. imóveis considerados de interesse socioambiental;

V. ocupados por clubes ou associações de classe;

VI. imóveis integrantes de massa falida;

VII. imóveis com produção agrícola familiar sem o uso de agroquímicos, cujo proprietário resida no local e não possua outra propriedade na área urbana do Município.

Art. 35. Os imóveis nas condições a que se refere o Art. 34, desta lei, serão identificados e seus proprietários notificados.

§1.º A notificação de que se trata o caput deste artigo será:

I. por funcionário do órgão competente do Executivo, ao proprietário do imóvel ou, no caso de este ser pessoa jurídica, a quem tenha poderes de gerência geral ou administrativa;

II. por edital quando frustrada, por 3 (três) vezes, a tentativa de notificação na forma prevista pelo inciso I.

§2.º Os proprietários notificados deverão, no prazo máximo de 1 (um) ano, a partir do recebimento da notificação, protocolar pedido de aprovação e execução de parcelamento ou edificação.

§3.º Os parcelamentos e edificações deverão ser iniciados e concluídos no prazo máximo de 2 (dois) anos a contar da primeira aprovação do projeto.

§4.º As edificações enquadradas no inciso V do Art. 34 desta Lei deverão estar ocupadas no prazo máximo de 1 (um) ano a partir do recebimento da notificação.

§5.º A transmissão do imóvel, por ato intervivos ou causa mortis, posterior à data da notificação, transfere as obrigações de parcelamento, edificação ou utilização previstas neste artigo, sem interrupção de qualquer prazo.

§6.º Os imóveis não poderão sofrer parcelamento sem que esteja condicionado à aprovação de projeto pelo órgão competente do Poder Público Municipal.

Seção II

DO IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO

Art. 36. Em caso de descumprimento do Art. 35 desta Lei, o Poder Público Municipal poderá exigir do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado, utilizado inadequadamente ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento sob pena de ser instituído o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana Progressivo no Tempo – IPTU Progressivo, conforme as disposições constantes da Lei nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade.

§1.º O valor da alíquota a ser aplicada a cada ano será fixado em Lei específica e não excederá a 2 (duas) vezes o valor referente ao ano anterior, respeitada a alíquota máxima de 15% (quinze por cento).

§2.º É vedada a concessão de isenção ou de anistias relativas à tributação progressiva de que trata este artigo.

Art. 37. A aplicação do IPTU Progressivo no Tempo, objetiva:

I. cumprimento da função socioambiental da cidade e da propriedade por meio da indução da ocupação de áreas vazias, subutilizadas ou não utilizadas, onde o plano diretor considerar prioritário;

II. fazer cumprir o disposto na seção que trata do parcelamento, edificação ou utilização compulsória (PEUC);

III. aumentar a oferta de lotes urbanizados nas regiões já consolidadas da malha urbana de Matinhos;

IV. inibir o processo de retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização.

Art. 38. O IPTU Progressivo no Tempo poderá ser aplicado em toda área urbana devidamente delimitada pelo Perímetro Urbano e dotada de infraestrutura completa.

Parágrafo único. Os instrumentos referidos no caput deste artigo não poderão ser aplicados em imóveis destinados à moradia, que sejam única propriedade do titular.

Seção III

DA DESAPROPRIAÇÃO COM PAGAMENTO EM TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA

Art. 39. O instrumento da Desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública, objetiva:

I. promover a reforma urbana;

II. fazer cumprir a função socioambiental da propriedade urbana e da cidade, a que o imóvel se destina;

III. combater o processo de periferização e inibir o processo de retenção especulativa de imóvel urbano.

§1.º O instrumento da desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública poderá ser aplicado em toda área urbana devidamente delimitada pelo Perímetro Urbano.

§2.º O instrumento referido neste artigo não poderá ser aplicado em imóveis destinados à moradia, que sejam única propriedade do titular.

Art. 40. É facultado ao Poder Público, decorridos 5 (cinco) anos de cobrança do IPTU Progressivo no Tempo, sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização adequada, proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento de títulos da dívida pública, os quais deverão ter sua emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até 10 (dez) anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais de 6% (seis por cento) ao ano.

Art. 41. A desapropriação com títulos da dívida pública visa aplicar uma sanção ao proprietário do imóvel urbano, para garantir o cumprimento da função socioambiental da cidade e da propriedade urbana nos termos deste Plano Diretor.

§1.º O valor real da indenização:

I. corresponde ao valor venal estabelecido na planta genérica de valores na data da primeira notificação, conforme previsto no Art. 35 desta Lei.

II. não computará expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.

§2.º Os títulos de que trata este artigo não terão poder liberatório para pagamento de tributos.

§3.º O Município procederá ao adequado aproveitamento do imóvel no prazo máximo de 5 (cinco) anos, contado a partir da sua incorporação ao patrimônio público.

§4.º O aproveitamento do imóvel poderá ser efetivado diretamente pelo Poder Público Municipal ou por meio de alienação ou concessão a terceiros, observando-se, nestes casos, o devido procedimento licitatório.

§5.º Ficam mantidas para o adquirente de imóvel as mesmas obrigações de parcelamento, edificação ou utilização previstas no Art. 33 desta Lei.

Seção IV

DO CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO

Art. 42. O Consórcio Imobiliário é um instrumento de cooperação entre o Poder Público e a iniciativa privada para fins de realizar urbanização em áreas que tenham carência de infraestrutura e serviços urbanos e contenham imóveis urbanos subutilizados, não utilizados ou utilizados inadequadamente, conforme define o Art. 33 desta Lei, e objetiva:

I. realizar obras de urbanização, como abertura de vias públicas, pavimentação, rede de água e esgoto e iluminação pública;

II. realizar planos de edificação;

III. realizar regularização fundiária em núcleos urbanos irregulares consolidados.

§1.º Como forma de viabilização do Consórcio Imobiliário, expresso por meio de planos de urbanização e/ou edificação, o proprietário poderá transferir ao Poder Público Municipal o seu imóvel, recebendo como pagamento, após a realização das obras, percentual de unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.

§2.º O Poder Público Municipal poderá promover o aproveitamento do imóvel que receber por transferência nos termos deste artigo, direta ou indiretamente, mediante concessão urbanística ou outra forma de contratação.

Art. 43. O valor das unidades imobiliárias a serem entregues ao proprietário será correspondente ao valor do imóvel antes da execução das obras.

Parágrafo único. O valor do imóvel de que trata o caput deste artigo corresponde ao valor venal estabelecido na planta genérica de valores antes da execução das obras, observando o disposto no §2º do Art. 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade.

Art. 44. O Poder Público poderá facultar ao proprietário de área atingida pela obrigação de que trata o Art. 33 a requerimento deste, o estabelecimento de Consórcio Imobiliário como forma de viabilização financeira do aproveitamento do imóvel, conforme o disposto na Lei nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade.

Art. 45. O instrumento do Consórcio Imobiliário poderá ser aplicado em toda área urbana devidamente delimitada pelo Perímetro Urbano.

Art. 46. O Consórcio Imobiliário aplica-se tanto aos imóveis sujeitos à obrigação legal de parcelar, edificar ou utilizar nos termos desta lei, quanto àqueles por ela não abrangidos, mas necessários à realização de intervenção urbanística previstas nesta Lei.

Art. 47. Os Consórcios Imobiliários deverão ser formalizados por termo de responsabilidade e participação, pactuado entre o proprietário urbano e a Municipalidade, visando à garantia da execução das obras do empreendimento, bem como das obras de uso público.

Seção V

DO DIREITO DE PREEMPÇÃO

Art. 48. O direito de Preempção confere ao Poder Público municipal, estadual ou federal, a preferência para a aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, no caso de o ente público necessitar de áreas para realização de programas e projetos municipais com finalidades de:

I. regularização fundiária;

II. execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;

III. constituição de reserva fundiária;

IV. ordenamento e direcionamento da expansão urbana;

V. implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

VI. criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;

VII. criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;

VIII. proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

Art. 49. O direito de Preempção será exercido nos termos das disposições contidas nos Art. 25 a 27 da Lei Federal n.º 10.257/2001 – Estatuto da Cidade.

Art. 50. O Poder Executivo, por meio de Lei Municipal específica, poderá delimitar as áreas em que incidirá o Direito de Preempção e definirá os procedimentos e prazos de vigência.

Seção VI

DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Art. 51. Entende-se como outorga onerosa do direito de construir a faculdade concedida ao proprietário de imóvel, para que este, mediante contrapartida ao Poder Público Municipal, possa construir acima do Coeficiente de Aproveitamento Básico até o limite estabelecido pelo Coeficiente de Aproveitamento Máximo permitido para a zona e dentro dos parâmetros determinados na Lei Municipal de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo.

Art. 52. O Poder Executivo Municipal poderá exercer a faculdade de outorgar onerosamente o exercício do direito de construir, mediante contrapartida financeira a ser prestada pelo beneficiário, conforme disposições dos Art. 28 a 31 da Lei Federal nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade, e de acordo com os critérios e procedimentos definidos em legislação específica.

Parágrafo único. A concessão da Outorga Onerosa do Direito de Construir poderá ser negada pelo Poder Executivo Municipal após parecer consultivo do Conselho Municipal da Cidade de Matinhos, caso se verifique possibilidade de impacto não suportável pela infraestrutura ou o risco de comprometimento da paisagem urbana.

Art. 53. A Outorga Onerosa do Direito de Construir está disposta em lei exclusiva.

Seção VII

DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Art. 54. O direito de construir do proprietário de imóvel é limitado aos direitos de vizinhança e aos coeficientes de aproveitamento estabelecidos na Lei Municipal de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo, às determinações estabelecidas neste Plano Diretor e nas demais legislações urbanísticas.

Art. 55. Entende-se como Transferência do Direito de Construir, o instrumento de política urbana aplicável através de Lei Municipal, baseada no plano diretor, como forma de compensação ao proprietário de imóvel urbano, privado ou público, sobre o qual incide um interesse público, de preservação de bens de interesse socioambiental ou de interesse social, de transferir para outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o potencial construtivo que foi impedido de utilizar.

Parágrafo único. Para efeito de aplicação da Transferência do Direito de Construir, o enquadramento dos imóveis será definido na Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo.

Art. 56. A transferência total ou parcial de potencial construtivo também poderá ser autorizada pelo Poder Público Municipal, como forma de indenização, mediante acordo com o proprietário, nas desapropriações destinadas a melhoramentos viários, a execução de equipamentos públicos, a implantação de programas habitacionais de interesse social, de programa de recuperação de bens de interesse socioambiental e a realização de projetos de regularizações fundiárias e de urbanizações de áreas ocupadas por população de baixa renda.

Art. 57. Não será concedida a faculdade de transferir o direito de construir, nos termos do artigo supra mencionado, aos proprietários de imóveis cujos possuidores preencham os requisitos para adquiri-lo por Usucapião.

Art. 58. O volume construtivo, base de cálculo e demais critérios necessários à aplicação da Transferência do Direito de Construir serão definidos em legislação municipal específica, observando-se o coeficiente de aproveitamento máximo permitido na zona para onde ele for transferido.

Parágrafo único. O proprietário de imóvel enquadrado conforme Art. 55 que transferir potencial construtivo, assumirá a obrigação de manter o mesmo preservado e conservado, mediante projeto e cronograma aprovado por órgão competente do poder público municipal.

Art. 59. O impacto da transferência de potencial construtivo deverá ser controlado permanentemente pelo Poder Executivo, que tornará públicos os relatórios do monitoramento do uso do instrumento.

Art. 60. As alterações de potencial construtivo resultante da transferência total ou parcial do potencial construtivo, conforme Art. 56 e Art. 57, deverão constar em registro de imóveis.

Seção VIII

DAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS

Art. 61. Compreende-se como operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público Municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, implantação de obras públicas, melhorias sociais e a valorização ambiental.

Art. 62. As operações urbanas consorciadas devem ter pelo menos duas das seguintes finalidades:

I. implementação de programas de habitação popular;

II. implementação de programas de urbanização e regularização fundiária;

III. ampliação e melhoria da rede estrutural de circulação viária;

IV. valorização, recuperação e preservação do patrimônio ambiental ou cultural do Município de Matinhos, em especial a recuperação das áreas APPs após a relocação das famílias que estavam ocupando irregularmente estas áreas;

V. implantação de infraestrutura de saneamento básico;

VI. implantação de equipamentos públicos para o desenvolvimento de projetos sociais, ambientais, culturais, de geração de renda, e outros, que visem à melhoria da qualidade de vida das famílias mais carentes que residem na área objeto de intervenção.

Art. 63. Poderão ser objeto de uma operação urbana consorciada as áreas que estejam subutilizadas, que necessitem de revitalização, recuperação ambiental, regularização fundiária, urbanização, saneamento básico ou que sirvam para a implantação de projetos sociais, culturais, turísticos e de geração de renda desde que atendam ao interesse público.

Parágrafo único. O Município mediante Lei específica poderá estabelecer outras áreas destinadas a operações consorciadas, desde que estejam em consonância com as diretrizes e prioridades estabelecidas nesta Lei e sejam garantidos mecanismos de controle social para sua concepção e implementação.

Art. 64. Cada Operação Urbana Consorciada deverá ser aprovada por lei específica, contendo no mínimo:

I. definição da área a ser atingida;

II. finalidade da operação;

III. programa básico de ocupação da área e intervenções previstas;

IV. programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela operação;

V. estudo prévio de impacto de vizinhança;

VI. contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função dos benefícios recebidos;

VII. forma de controle da operação, obrigatoriamente compartilhado com representação da sociedade civil;

VIII. cronograma físico financeiro com demonstrativo das expectativas de receitas e despesas.

§1.º Os recursos obtidos pelo Poder Público Municipal na forma do inciso VI deste artigo serão aplicados exclusivamente na própria área, objeto de intervenção da operação urbana consorciada.

§2.º A partir da aprovação da Lei específica de que trata o caput, são nulas as licenças e autorizações do poder público municipal expedidas em desacordo com o plano de operação urbana consorciada.

§3.º A contrapartida e a forma de controle a que se referem os incisos VI e VII deste artigo, bem como os direitos e obrigações de todos os agentes públicos e/ou privados que fizerem parte da intervenção, poderão ser firmados por meio de contratos, Termos de Cooperação ou Termos de Ajustamento de conduta, que deverão contar com a participação do Ministério Público.

Art. 65. A Lei Municipal Específica, baseada no Plano Diretor, delimitará as áreas para aplicação da OUC e estabelecerá as condições a serem observadas para a aplicação da operação urbana consorciada no Município de Matinhos.

§1º Poderão ser previstas nas operações urbanas consorciadas, entre outras medidas:

I. a modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edilícias, considerado o impacto ambiental delas decorrente;

II. a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente;

III. a concessão de incentivos a operações urbanas que utilizem tecnologias visando a redução de impactos ambientais, e que comprovem a utilização nas construções e uso de edificações urbanas, de tecnologias que reduzam os impactos ambientais e economizem recursos naturais, especificadas as modalidades de design e de obras a serem contempladas.

§2º Para as Operações Urbanas Consorciadas indicadas pelo município em áreas adjacentes e de entorno do Parque Nacional Saint Hilaire-Lange (PNSHL), o ICMBio deverá participar como interveniente da operação, para análise, parecer, recomendação, autorização e aprovação do conjunto de projetos previstos na OUC, haja vista os eventuais impactos decorrentes da operação sobre o PNSHL.

Seção IX

DO DIREITO DE SUPERFÍCIE

Art. 66. É facultado ao proprietário de imóvel urbano, conceder a outrem o direito de superfície do seu terreno, por tempo determinado ou indeterminado, mediante escritura pública registrada no Cartório de Registro de Imóveis, conforme o disposto na Lei Federal nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade.

§1º O direito de superfície abrange o direito de utilizar o solo, o subsolo ou o espaço aéreo relativo ao terreno, na forma estabelecida no contrato respectivo, atendida a legislação urbanística.

§2º É vedado o exercício do direito de superfície tanto nas áreas de ZRM quanto na faixa de 50,00 m, ambas as áreas imediatamente adjacentes ao perímetro do Parque Nacional Saint Hilaire-Lange, localizado na área urbana do município de Matinhos.

§3º A concessão do direito de superfície poderá ser gratuita ou onerosa.

§4º O superficiário responderá integralmente pelos encargos e tributos que incidirem sobre a propriedade superficiária, arcando, ainda, proporcionalmente à sua parcela de ocupação efetiva, com os encargos e tributos sobre a área objeto da concessão do direito de superfície, salvo disposição em contrário do contrato respectivo.

§5º O direito de superfície pode ser transferido a terceiros, obedecidos os termos do contrato respectivo.

§6º Por morte do superficiário, os seus direitos transmitem-se a seus herdeiros.

Art. 67. Em caso de alienação do terreno, ou do direito de superfície, o superficiário e o proprietário, respectivamente, terão direito de preferência, em igualdade de condições à oferta de terceiros.

Art. 68. Extingue-se o direito de superfície:

I. pelo advento do termo;

II. pelo descumprimento das obrigações contratuais assumidas pelo superficiário.

Art. 69. Extinto o direito de superfície, o proprietário recuperará o pleno domínio do terreno, bem como das acessões e benfeitorias introduzidas no imóvel, independentemente de indenização, se as partes não houverem estipulado o contrário no respectivo contrato.

§1.º Antes do termo final do contrato, extinguir-se-á o direito de superfície se o superficiário der ao terreno destinação diversa daquela para a qual for concedida.

§2.º A extinção do direito de superfície será averbada no cartório de registro de imóveis.

Art. 70. SUPRIMIDO.

Art. 71. SUPRIMIDO.

Seção X

DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA

Art. 72. Ficam sujeitos à prévia aprovação de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), as atividades e os empreendimentos classificados como geradores de impacto de vizinhança.

Parágrafo único. A exigência e a elaboração do EIV, não elimina a necessidade da elaboração e aprovação do Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA), nem de qualquer outra análise, licença ou autorização exigida para realização da atividade ou instalação do empreendimento, requeridos nos termos da legislação ambiental.

Art. 73. Para os fins desta Lei, as atividades e os empreendimentos geradores de impacto de vizinhança são aqueles, conforme o disposto no Art. 37 da Lei Federal n.º 10.257/2001 – Estatuto da Cidade, que, por seu porte ou natureza, possam causar impactos relacionados à sobrecarga na capacidade de atendimento da infraestrutura urbana e viária, bem como à deterioração das condições ambientais e da qualidade de vida do entorno da sua localização.

Art. 74. O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) destina-se a avaliar os efeitos positivos e negativos decorrentes da implantação de empreendimento ou atividade em determinado local, com identificação das medidas necessárias para redução, mitigação ou extinção dos efeitos negativos à qualidade ambiental e de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões.

I. adensamento populacional;

II. infraestrutura viária e infraestruturas de saneamento ambiental, que inclui esgotamento sanitário, abastecimento de água, resíduos sólidos e drenagem pluvial;

III. equipamentos urbanos e comunitários;

IV. uso e ocupação do solo;

V. valorização imobiliária;

VI. geração de tráfego e demanda por transporte público;

VII. ventilação e iluminação;

VIII. paisagem urbana e patrimônio natural e cultural;

IX. aspectos ambientais, do meio físico e biótico.

Art. 75. O Poder Executivo Municipal poderá definir outros empreendimentos e atividades que dependerão de elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento e, ainda como condição para aprovação do projeto o órgão competente do Executivo Municipal poderá solicitar a execução de melhorias na infraestrutura urbana e de equipamentos comunitários, tais como:

I. ampliação das redes de infraestrutura urbana;

II. área de terreno ou área edificada para instalação de equipamentos comunitários em percentual compatível com o necessário para o atendimento da demanda a ser gerada pelo empreendimento;

III. ampliação e adequação do sistema viário, faixas de desaceleração, ponto de ônibus, faixa de pedestres, semaforização;

IV. proteção acústica, uso de filtros e outros procedimentos que minimizem incômodos da atividade;

V. manutenção de imóveis, fachadas ou outros elementos arquitetônicos ou naturais considerados de interesse paisagístico, histórico, artístico ou cultural, bem como recuperação ambiental da área;

VI. cotas de emprego e cursos de capacitação profissional;

VII. percentual de habitação de interesse social no empreendimento;

VIII. possibilidade de construção de equipamentos sociais em outras áreas da cidade.

Art. 76. O Estudo de Impacto de Vizinhança deverá conter, no mínimo:

I. identificação do empreendimento e informações gerais;

II. delimitação e caracterização da área de influência direta e indireta do empreendimento ou atividade;

III. diagnóstico e caracterização dos impactos;

IV. matriz de impactos e medidas mitigadoras e compensatórias.

Art. 77. O objetivo principal do EIV é o controle e a gestão de aspectos e impactos nas fases de instalação e operação de empreendimentos ou atividades, funcionando como um instrumento de avaliação anterior à execução ou funcionamento, que apresenta alternativas e estratégias de minimização e/ou compensação dos efeitos na implantação do empreendimento, subsidiando a tomada de decisão quanto à viabilidade do mesmo.

Art. 78. A relação de atividades e empreendimentos que são passíveis de exigência do EIV consta no Anexo VI desta Lei, em conformidade com esta Seção, com a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano, Código de Obras e Lei de Parcelamento do Solo Urbano, partes integrantes do Plano Diretor Municipal de Matinhos.

Parágrafo Único. Poderão ser passíveis de EIV as atividades e os empreendimentos que se enquadrarem nas seguintes situações:

I. atividades não previstas no Anexo VI desta Lei, porém, com porte e potencial de impacto similar aos previstos;

II. ampliações e reformas superiores a 20% (vinte por cento) da área construída de empreendimentos ou atividades existentes, que se enquadrarem nas exigências de EIV;

III. edificações ou parcelamento do solo em Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), conforme dispõe a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano;

IV. empreendimento localizado em terreno com área superior a 1,00ha (um hectare);

V. área de construção superior a 2.000,00m² (dois mil metros quadrados), conforme tipologia de uso descrita no Anexo VI, parte integrante desta Lei;

VI. demanda por número de vagas de estacionamento superior à 100 (cem) vagas, de acordo com as exigências do número de vagas destinadas a estacionamentos, anexa à Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano, parte integrante do Plano Diretor Municipal de Matinhos.

Art. 79. A Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento Urbano, para dar cumprimento à esta Seção, poderá.

I. exigir que o empreendedor, sob suas expensas, publique em um jornal de grande circulação local ou regional, na forma de nota de edital, informação de que apresentou o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) para análise;

II. disponibilizar o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) para consulta pública por qualquer interessado;

III. submeter à aprovação do estudo pelo Conselho da Cidade de Matinhos;

IV. exigir requisitos mínimos para a apresentação de EIV, formulado pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento Urbano, a ser seguido.

Art. 79-A. A Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento Urbano deverá efetuar a análise técnica do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), o qual poderá requisitar auxílio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e poderá também, solicitar esclarecimentos e/ou a complementação de informações ao ente gerador, caso considere necessário.

§1°. Caso não tenham sido fornecidos esclarecimentos e/ou complementações suficientes pelo interessado, o projeto será arquivado, salvo quando for julgado pertinente eventual pedido de prorrogação de prazo, a critério da Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento Urbano.

§2º. A análise técnica deverá ser consolidada em parecer técnico emitido pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento Urbano, recomendando, quando couber, exigências ou condicionantes que deverão ser aprovados pelo Conselho da Cidade de Matinhos.

Art. 79-B. Os Alvarás de Construção, Reforma ou Ampliação somente serão expedidos após a assinatura de Termo de Compromisso, contendo o cronograma de execução das medidas mitigadoras e compensatórias, definidas no Relatório de análise do EIV, que atenuem os impactos urbanísticos.

Art. 79-C. A emissão do Certificado de Vistoria e Conclusão de Obras (CVCO) e do Alvará de Localização e Funcionamento estará condicionada ao cumprimento do cronograma de execução das medidas constantes no Termo de Compromisso.

Parágrafo Único. A instalação de atividades ou empreendimentos geradores de impacto de vizinhança em edificações já existentes também ficarão condicionadas à prévia aprovação de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e cumprimento do cronograma de medidas mitigadoras e compensatórias e demais regras estabelecidas nesta Seção.

Art. 79-D. Caberá ao empreendedor, público ou privado, a responsabilidade pelos seguintes procedimentos e despesas:

I. recolhimento de taxa de aprovação do EIV, definida em Lei Municipal específica;

II. apresentação de esclarecimentos, informações e complementação, solicitados no decorrer da análise técnica do EIV/RIV;

III. realização de audiência(s) pública(s), caso houver exigências jurídicas;

IV. serviços de transcrição da gravação da audiência pública;

V. implementação e manutenção das medidas mitigadoras e compensatórias resultantes da avaliação do EIV/RIV.

Parágrafo Único. O não cumprimento das obrigações acima descritas acarretará arquivamento do processo.

Art. 79-E. Não se aplica o disposto nesta Seção para:

I. renovação de Alvarás de Construção expedidos antes da sua entrada em vigor;

II. expedição do Termo de Conclusão de Obras e do Alvará de Localização e Funcionamento de obras realizadas com Alvará de Construção expedidos antes da sua entrada em vigor.

CAPÍTULO II

DOS INSTRUMENTOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Art. 80. Para fins desta Lei, consideram-se instrumentos de regularização fundiária aqueles destinados a legalizar a permanência de populações moradoras de áreas urbanas ocupadas sem aprovação de projetos e sem respeitar os parâmetros urbanísticos de Zoneamento de Uso e ocupação do solo, estando em desconformidade com a lei.

Art. 81. São considerados Instrumentos de Regularização Fundiária:

I. zonas especiais de interesse social;

II. concessão de uso especial para fins de moradia;

III. concessão de direito real de uso.

Art. 82. Os instrumentos mencionados no Capítulo II são regidos pela legislação específica, Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017.

Parágrafo único. Na Zona de Regularização de Moradia (ZRM) adjacente ao Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange, os processos de regularização fundiária deverão ser avaliados individualmente, podendo ser em conjunto com o ICMBio contemplando, quando necessário, a possibilidade de relocação

Seção I

DAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL

Art. 83. As Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS são áreas urbanas delimitadas pelo Poder Público permitindo estabelecimento de padrões de uso e ocupação diferenciados, para utilização da população de baixa renda visando a urbanização, regularização ou utilização dos vazios urbanos.

Parágrafo único. A instituição de Zonas Especiais de Interesse Social dentro do Perímetro Urbano de Matinhos será permitida nos casos de cumprimento aos objetivos dispostos nesta Lei e critérios estabelecidos em Lei Municipal específica, se necessário.

Art. 84. São objetivos das ZEIS:

I. permitir a inclusão urbana da população que se encontra à margem do mercado legal de terras;

II. possibilitar a extensão dos serviços e da infraestrutura urbana nas regiões não atendidas;

III. garantir a qualidade de vida e equidade social entre as ocupações urbanas;

IV. promover a regularização fundiária e a urbanização de áreas voltadas ao atendimento de programas e projetos da população de baixa renda e habitação de interesse social.

Art. 85. A demarcação e os parâmetros urbanísticos das Zonas Especiais de Interesse Social serão tratadas na Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo.

Seção II

DO USUCAPIÃO ESPECIAL DE IMÓVEL URBANO

Art. 86. Suprimido.

Seção III

DA CONCESSÃO DE USO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA

Art. 87. Entende-se como Concessão de Uso Especial para fins de moradia, a posse, até 31 de junho de 2001, por aquele que utilizou como sua moradia ou de sua família, imóvel público situado em área urbana, de até 250m2 (duzentos e cinquenta metros quadrados), por 5 (cinco) anos, ininterruptamente e sem oposição.

Parágrafo único. A Concessão de Uso Especial para fins de moradia, será concedida somente àqueles que não sejam proprietários ou concessionários, a qualquer título de outro imóvel urbano ou rural no território nacional.

Seção IV

DA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO

Art. 88. Compreende-se como Concessão do Direito Real de Uso o direito real resolúvel, aplicável a terrenos públicos, de caráter gratuito ou oneroso, para fins de urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra ou outra utilização de interesse social.

Art. 89. A Concessão do Direito Real de Uso rege-se pela legislação que lhe é própria, observado o disposto nesta Lei.

CAPÍTULO III

DAS ÁREAS DE UTILIDADE PÚBLICA

Art. 90. Ficam declarados de utilidades públicas para fins de desapropriação os imóveis destinados à instalação de equipamentos públicos que visam o pleno desenvolvimento do Município, viabilizando o atendimento às populações local e de veraneio, possibilitando a implementação de ações municipais nas áreas de saúde e educação públicas, desenvolvimento econômico e inclusão sócio ambiental das comunidades locais.

§1.º As Áreas Declaradas de Utilidade Pública para fins de desapropriação deverão ser efetivadas por Lei específica ou Decreto Municipal.

§2.º O órgão competente do executivo municipal descreverá os perímetros dos imóveis declarados como de utilidade pública e fixará prazo de vigência, não superior a 5 (cinco) anos, renovável a partir de 1 (um) ano após o decurso do prazo inicial de vigência.

§3.º Fica o poder público municipal autorizado a praticar os atos judiciais e extrajudiciais que se fizerem necessários para assegurar a desapropriação dos imóveis e descritos em ato do poder público municipal.

TÍTULO V

DO PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL

Art. 91. Compõe o Planejamento e a Gestão Municipal:

I. o Sistema de Planejamento e Gestão Municipal;

II. os instrumentos de democratização da Gestão Municipal;

III. o Processo de Avaliação e Revisão do Plano Diretor.

Art. 92. O Poder Executivo Municipal promoverá a adequação da estrutura administrativa do Município, inclusive, quando for o caso, mediante a reformulação das competências de seus órgãos, departamentos e entidades de sua administração direta e indireta, para a incorporação dos objetivos, estratégias e ações previstas nesta lei.

CAPÍTULO I

DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL

Art. 93. O Sistema de Planejamento e Gestão Municipal que terá como objetivos principais:

I. articular as políticas da Administração Pública com os interesses da população;

II. garantir a participação da sociedade no debate das questões relevantes da gestão municipal;

III. garantir eficácia e eficiência à gestão, visando à melhoria da qualidade de vida;

IV. instituir o processo permanente e sistematizado de aprofundamento, atualização e revisão do Plano Diretor;

V. articular as Secretarias e demais órgãos da estrutura administrativa do Poder Público Municipal;

VI. promover a participação dos Conselhos Municipais, Entidades Profissionais, Sindicais e Empresariais, das Associações de Moradores e demais entidades representativas da população de Matinhos;

VII. aplicar os instrumentos previstos nesta Lei;

VIII. implementar o Sistema Único de Informações.

Art. 94. O Sistema Municipal de Planejamento e Gestão é composto por:

I. Conselho da Cidade de Matinhos;

II. Grupo Técnico Permanente;

III. Assembleias de Planejamento e Gestão Territorial;

IV. Fundo para o Desenvolvimento Urbano e Habitação.

Seção I

DO CONSELHO DA CIDADE DE MATINHOS

Art. 95. A composição, estrutura, competências e funcionamento do Conselho da Cidade de Matinhos – CONCIDADE – são regulamentados pela Lei nº 1.620, de 30 de agosto de 2013, e suas alterações.

Art. 96. Os membros do Conselho da Cidade de Matinhos terão mandato de três anos, podendo ser reconduzidos por uma única vez.

Seção II

DO GRUPO TÉCNICO PERMANENTE

Art. 97. Fica criado o Grupo Técnico Permanente (GTP), fundamentado na Lei Estadual nº 15.229, de 25 de julho de 2006.

Parágrafo único. O GTP possui caráter estritamente técnico e será integrado à estrutura administrativa do Município, vinculado à Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento Urbano.

Art. 98. O Grupo Técnico Permanente terá como principais atribuições:

I. elaborar cronograma de atividades com identificação de ações, produtos e prazos, observando os conteúdos e processos previstos na legislação em vigor e orientações da SEDU/PARANACIDADE ou outros;

II. promover, apoiar e integrar estudos ou projetos que embasem as ações decorrentes do PDM e acompanhar sua implementação;

III. subsidiar a elaboração das metas anuais dos programas e ações do Plano Plurianual (PPA) nos aspectos condizentes às previsões do Plano Diretor Municipal;

IV. elaborar anualmente o Relatório de Acompanhamento e Controle do Plano Diretor, bem como dar publicidade ao mesmo;

V. promover, se necessário, articulação técnica intersetorial para consecução dos objetivos do Plano Diretor;

VI. estudar e propor alterações na legislação urbanística em vigor;

VII. convocar reuniões e prestar auxílio técnico ao Conselho Municipal da Cidade de Matinhos sempre que necessário.

Art. 99. O Grupo Técnico Permanente de Matinhos será composto por servidores efetivos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento Urbano, preferencialmente, considerando seu caráter estritamente técnico, Arquitetos e Urbanistas, Engenheiros Civis ou Geógrafos.

§1.º O GTP deverá ser composto por, no mínimo, três membros.

§2.º Os membros deverão ser nomeados por Decreto do Executivo em até 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei.

Art. 100. O GTP poderá criar, conforme a necessidade, Câmaras Técnicas e/ou Grupos Temáticos, permanentes ou temporários, para a realização de estudos, pareceres e análises de matérias específicas, objetivando subsidiar suas decisões.

Parágrafo único. A composição das Câmaras Técnicas e dos Grupos Temáticos será definida pelo Grupo Técnico Permanente, devendo haver em cada um deles a participação de, pelo menos, um dos membros do GTP.

Seção III

DAS ASSEMBLÉIAS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

Art. 101. As Assembléias de Planejamento e Gestão Territorial serão convocadas com o objetivo de consultar a população das Unidades Territoriais de Planejamento sobre as questões urbanas e de gestão orçamentária relacionadas àquela territorialidade, de forma a ampliar o debate e dar suporte à tomada de decisões do Poder Executivo e do Conselho Municipal da Cidade de Matinhos.

Art. 102. Dentre outras, as Assembléias de Planejamento e Gestão Territorial terão como atribuição discutir as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual para sua aprovação pela Câmara Municipal.

Seção IV

DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Art. 103. Fica ratificado o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano de Matinhos, cuja constituição de recursos, gestão e fiscalização estão regulamentados em lei específica.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E REVISÃO DO PLANO DIRETOR

Art. 104. O Plano Diretor Municipal (PDM) deverá ser revisto pelo menos a cada 10 (dez) anos.

Art. 105. As alterações das Leis que envolvem a Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) deverão ser apresentadas e aprovadas em Audiência Pública.

CAPÍTULO III

DOS INSTRUMENTOS DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO MUNICIPAL

Art. 106. Entende-se por instrumentos de democratização aquele que tem por objetivo promover a gestão municipal descentralizada e participativa.

Art. 107. São instrumentos de democratização:

I. debates, audiências, conferências e consultas públicas;

II. conselhos;

III. estudo prévio de impacto de vizinhança;

IV. projetos e programas específicos;

V. iniciativa popular de projeto de lei;

VI. referendo e plebiscito;

VII. orçamento participativo;

VIII. assembleias de planejamento e gestão territorial;

IX. disponibilização e acesso com publicidade das informações.

Art. 108. Além dos instrumentos previstos nesta Lei, o órgão competente do executivo municipal poderá estimular a criação de outros espaços de participação popular.

Art. 109. A informação acerca da realização de Debates, Conferências, Audiências Públicas e Assembleias de Planejamento e Gestão Territorial será garantida por meio de veiculação nas rádios locais, jornais locais e internet, podendo ainda, ser utilizados outros meios de divulgação, desde que assegurados os constantes nesta Lei.

Art. 110. As informações referentes ao artigo supramencionado deverão ser divulgadas, no mínimo, com quinze dias de antecedência.

Parágrafo único. Deverá constar na informação, o local, o dia, o horário e a pauta da reunião.

Art. 111. Os instrumentos mencionados neste Capítulo regem-se pela legislação que lhes é própria, observado o disposto nesta lei.

Seção I

DOS DEBATES PÚBLICOS

Art. 112. O Poder Municipal poderá promover a realização periódica de sessões públicas de debates sobre temas relevantes de interesse público.

Art. 113. A realização dos debates poderá ser solicitada ao Executivo Municipal pelos Conselhos Municipais e por outras instituições representativas de classe e demais entidades de representação da sociedade.

Seção II

DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 114. A Audiência Pública é um instrumento de participação administrativa aberta a indivíduos e a grupos sociais determinados, visando a legitimidade da ação administrativa, formalmente disciplinada em lei, pela qual se exerce o direito de expor tendências, preferências e opções que podem conduzir o Poder Público Municipal a uma decisão de maior aceitação consensual.

Art. 115. As Audiências Públicas serão promovidas pelo Poder Público Municipal para garantir a gestão democrática da cidade, nos termos do Art. 43 da Lei Federal nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade quando:

I. as alterações das leis que envolvem a revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) deverão ser apresentadas e aprovadas em audiência pública;

II. a implantação de empreendimentos ou atividades de significativo impacto urbanístico ou ambiental com efeitos potencialmente danosos em seu entorno e nos demais casos que forem de interesse público relevante.

§1.º As Audiências Públicas deverão ser publicadas oficialmente com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data da realização e neste mesmo prazo deverão ser colocados à disposição de qualquer interessado os documentos, projetos e propostas objetos da Audiência Pública para análise, inclusive por meio eletrônico.

§2.º As intervenções realizadas em audiência pública serão registradas por escrito e gravadas para acesso e divulgação públicos, devendo o Conselho respectivo ao tema reter para seu acervo, uma cópia da lavratura da Ata de Realização da Audiência.

Seção III

DAS CONFERÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 116. As Conferências Públicas terão por objetivo a mobilização do Executivo Municipal e da sociedade civil na elaboração e avaliação das políticas públicas, em que serão legitimadas as metas e prioridades para o Município.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 117. O Código Tributário do Município e demais leis pertinentes à matéria desta Lei deverão ser readequadas às disposições contidas nesta Revisão do Plano Diretor Municipal no prazo de 12 (doze) meses após publicação desta Lei.

Art. 118. São parte integrante e complementar desta Lei os seguintes anexos:

a) Anexo I: Divisão de Bairros;

b) Anexo II: Áreas Passíveis de Aplicação dos Instrumentos Urbanísticos de Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios (PEUC) e IPTU Progressivo no Tempo;

c) Anexo III: Áreas Passíveis de Aplicação do Instrumento Urbanístico de Transferência do Direito de Construir;

d) Anexo IV: Áreas Passíveis de Aplicação do Instrumento Urbanístico de Operações Urbanas Consorciadas;

e) Anexo V: Áreas Passíveis de Aplicação do Instrumento Urbanístico de Direito de Preempção;

f) Anexo VI: Atividades e Empreendimentos com Exigências de EIV, Conforme Tipologias e Classificações de Usos.

Art. 119. Fica revogada a Lei nº 1.067, de 05 de dezembro de 2006.

Art. 120. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Matinhos, 15 de dezembro de 2025.

EDUARDO ANTONIO DALMORA

Prefeito Municipal

ANEXO I:

DIVISÃO DE BAIRROS

ANEXO II:

ÁREAS PASSÍVEIS DE APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS DE PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO E UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS (PEUC) E IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO

ANEXO III:

ÁREAS PASSÍVEIS DE APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO URBANÍSTICO DE TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR

ANEXO IV:

ÁREAS PASSÍVEIS DE APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO URBANÍSTICO DE OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS

ANEXO V:

ÁREAS PASSÍVEIS DE APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO URBANÍSTICO DE DIREITO DE PREEMPÇÃO

ANEXO VI:

ATIVIDADES E EMPREENDIMENTOS COM EXIGÊNCIAS DE EIV, CONFORME TIPOLOGIAS E CLASSIFICAÇÕES DE USOS

I. Conjuntos Residenciais Multifamiliares, quando enquadrados nos seguintes portes:

a) Médio porte: de 07 (sete) a 20 (vinte) unidades;

b) Grande porte: acima de 20 (vinte) unidades até 80 (oitenta) unidades.

II. Loteamentos;

III. Conjuntos Residenciais e Comerciais, quando enquadrados nos seguintes portes:

a) Médio porte: de 07 (sete) a 20 (vinte) unidades;

b) Grande porte: acima de 20 (vinte) unidades até 80 (oitenta) unidades.

IV. Conjuntos Comerciais, quando enquadrados nos seguintes portes:

c) Médio porte: de 04 (quatro) a 20 (vinte) unidades;

d) Grande porte: acima de 20 (vinte) unidades até 80 (oitenta) unidades.

V. Habitações Coletivas Multifamiliares (edifícios residenciais), quando enquadrados acima de 10 (dez) pavimentos;

VI. Habitações Coletivas Multifamiliares e com usos Comerciais (edifícios residenciais e comerciais), quando enquadrados acima de 10 (dez) pavimentos;

VII. Edificações Industriais;

VIII. Edificações Hospitalares;

IX. Edificações de Uso Social;

X. Edificações para Fins Religiosos;

XI. Edificações para Uso Público;

XII. Edificações inseridas em Zona de Densidade Restrita 2 (ZDR2) e na Macrozona Periurbana (MPU), conforme estabelecido na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano, parte integrante do Plano Diretor Municipal de Matinhos

LEI MUNICIPAL Nº 2.732/2025

SÚMULA: Altera a Lei Municipal nº 1.050, de 20 de outubro de 2006, que institui o Fundo Municipal de Desenvolvimento do Município de Matinhos - FMD, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Matinhos, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o parágrafo 2º do art. 4º da Lei Municipal nº 1.050, de 20 de outubro de 2006, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º (...)

(...)

§ 2º Os programas de aplicação dos recursos financeiros do Fundo Municipal de Desenvolvimento do Município de Matinhos - FMD serão revistos periodicamente, de acordo com os objetivos de desenvolvimento urbano e ordenamento territorial.

Art. 2º Fica adicionado os incisos IX a XI ao art. 2º da Lei Municipal nº 1.050, de 20 de outubro de 2006, com a seguinte redação:

Art. 2º (...)

(...)

IX - Receitas provenientes de Estudos de Impacto de Vizinhança – EIV;

X - Receitas provenientes do licenciamento, funcionamento e renovações de licença de ERBs, Mini ERBs e demais equipamentos de telecomunicação;

XI - Receitas provenientes da aplicação de multas administrativas aplicadas às infrações urbanísticas, conforme estabelecido pela Lei Ordinária nº 2.381 de 12 de julho de 2022;

XII - Demais instrumentos urbanísticos presentes na Lei do Plano Diretor, que possam gerar receita ao Município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Matinhos, 15 de dezembro de 2025.

EDUARDO ANTONIO DALMORA

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 2.733/2025

SÚMULA: Dispõe sobre o Macrozoneamento Municipal de Matinhos, revoga a Lei nº 1.047, de 20 de outubro de 2006, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Matinhos, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A organização do espaço contido no limite municipal é definida por esta Lei através de Macrozonas, cada qual com parâmetros de usos específicos, em especial para o Uso e Ocupação do Solo e para a ordenação territorial do Município.

Parágrafo único. É parte integrante desta Lei, como complemento ao presente texto, o Anexo I - Mapa do Macrozoneamento Municipal.

Art. 2º São objetivos desta Lei:

I. Garantir a função social da propriedade;

II. Orientar a ocupação e a utilização do solo quanto ao uso e desempenho das funções rurais;

III. Estabelecer as condições de aproveitamento do uso do solo municipal, considerando a preservação ambiental e qualidade dos ecossistemas naturais.

Art. 3º As edificações, obras e serviços públicos ou particulares, de iniciativa ou a cargo de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, ficam sujeitas às diretrizes e critérios estabelecidos nesta Lei.

Parágrafo único. Todas as construções ou ocupações territoriais e todas as localizações funcionais de atividade dependerão de licença da Administração Municipal, ouvidos os órgãos estaduais competentes.

CAPÍTULO II

DO MACROZONEAMENTO

Art. 4º A área municipal fica subdividida em Macrozonas, conforme macrozoneamento indicado no Anexo I: Mapa do Macrozoneamento Municipal, parte integrante desta Lei, de acordo com súmula nos incisos a seguir.

I. Macrozona Urbana (MU);

II. Macrozona Periurbana (MPU);

III. Macrozona de Proteção Sustentável (MPS);

IV. Macrozona de Uso Sustentável (MUS);

V. Macrozona de Ocupação Restrita (MOR);

VI. Macrozona da Orla Marítima (MOM).

Art. 5º Para fins de aplicação da presente Lei, são adotados os conceitos e definições abaixo enumerados.

I. Uso permitido: uso mais compatível com a conceituação da área, macrozona ou unidade, devendo ser estimulado na mesma.

II. Uso permissível: uso que pode eventualmente ser permitido em uma área, macrozona ou unidade, dependendo de uma análise específica pelo CONCIDADE.

SEÇÃO I

DA MACROZONA URBANA

Art. 6º A Macrozona Urbana (MUR) compreende as áreas delimitadas pela Lei do Perímetro Urbano e regulada pela Lei do Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano.

SEÇÃO II

DA MACROZONA PERIURBANA

Art. 7º A Macrozona Periurbana (MPU) compreende uma faixa entre o perímetro urbano e a área rural, localizada em área externa ao perímetro, de 150m (cento e cinquenta metros) de largura, conforme a extensão do perímetro urbano, destinada a centros de pesquisa e tecnologia, turismo de natureza e ecoturismo, saúde, bem-estar e espiritualidade, habitação e ocupação sustentável, produção sustentável e educação, cultura e conhecimento.

Parágrafo Único. Os parâmetros urbanísticos para o uso e a ocupação do solo nesta Macrozona é regulada pela Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, parte integrante do Plano Diretor Municipal de Matinhos.

SEÇÃO III

DA MACROZONA DE PROTEÇÃO SUSTENTÁVEL

Art. 8º A Macrozona de Proteção Sustentável (MPS) refere-se à porção da Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual de Guaratuba no território de Matinhos.

§1.º A MPS deve seguir as diretrizes gerais estabelecidas no Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual de Guaratuba.

§2.º Os usos terão sua licença condicionada à análise prévia do projeto e sua aprovação por parte do Conselho da Cidade de Matinhos (CONCIDADE) e do Conselho Gestor da APA de Guaratuba em suas áreas de competência.

SEÇÃO IV

DA MACROZONA DE USO SUSTENTÁVEL

Art. 9º A Macrozona de Uso Sustentável (MUS) compreende a área referente à Colônia Cambará, classificadas no Macrozoneamento da Região do Litoral Paranaense como as Unidades Ambientais Naturais (UAN) Planícies Aluviais e Planícies de Restingas.

Parágrafo único. Além das diretrizes de uso definidas nesta Lei, a ocupação da MUS deve observar o disposto no Macrozoneamento da Região do Litoral Paranaense e na Lei da Mata Atlântica, definida pela Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores.

Art. 10. Os parâmetros de uso do solo para a Macrozona de Uso Sustentável (MUS) deverão propiciar o pleno desenvolvimento da Comunidade Cambará, visando a manutenção das características da Comunidade.

§1.º São usos permitidos para a Macrozona de Uso Sustentável (MUS):

I. Habitação unifamiliares, coletivas e multifamiliares;

II. Comércio e serviço de pequeno porte;

III. Agropecuária familiar;

IV. Atividades turísticas e de recreação de baixo impacto ambiental;

V. Sistemas agroflorestais com espécies nativas;

VI. Equipamentos sociais e comunitários vicinais.

VII. Indústria caseira.

§2.º São usos permissíveis para a Macrozona de Uso Sustentável (MUS), mediante elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA):

I. Sistemas agroflorestais com espécies exóticas não invasoras;

II. Infraestrutura turística;

III. Equipamentos sociais e comunitários distritais.

§3.º Os parâmetros construtivos para as edificações a serem instaladas na MUS, tais como: taxa de ocupação máxima e coeficiente de aproveitamento máximo serão analisados pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento Urbano, e estipulados caso a caso.

§4.º As edificações poderão ter no máximo 3 (três) pavimentos, com no máximo 12 (doze) metros de altura.

SEÇÃO V

DA MACROZONA DE OCUPAÇÃO RESTRITA

Art. 11. A Macrozona de Ocupação Restrita (MOR) é caracterizada pela extensa vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, classificadas como Unidades Ambientais Naturais (UAN) Planícies Aluviais, Morros e Colinas, conforme Macrozoneamento da Região do Litoral Paranaense.

§1.º Não será permitida a supressão de vegetação nativa remanescente na MOR, ainda que não seja Unidade de Conservação, como Área de Reserva Legal ou Área de Preservação Permanente.

§2.º São permitidas atividades de pesquisa científica e visitação com objetivo turístico, recreativo e educacional.

§3.º São usos permissíveis, mediante elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório e Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e aprovação órgão ambiental responsável, obras de infraestrutura necessária para o saneamento ambiental do Município de Matinhos.

SEÇÃO VI

DA MACROZONA DA ORLA MATRÍTIMA

Art. 12. A Macrozona da Orla Marítima (MOM) corresponde à área de restinga e praia dentro do limite municipal de Matinhos.

Parágrafo único. A MOM destina-se para o turismo, lazer e preservação ambiental, não sendo permitida a supressão da vegetação da restinga e a instalação de edificações de qualquer natureza.

CAPÍTULO III

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 13. Constitui infração, para efeito desta lei, qualquer ação ou omissão que importe na inobservância dos preceitos nela estabelecido.

Parágrafo único. Constituirá também infração a desobediência às determinações de caráter normativo emanadas da Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento Urbano, em conformidade com a presente Lei.

Art. 14. Sem prejuízo das demais cominações estabelecidas em normas federais, estaduais e municipais, os infratores sujeitar-se-ão às seguintes sanções:

I. Multa de até 350 UFM – Unidade Fiscal do Município, ou índice que o venha substituir, graduada de acordo com a gravidade da infração;

II. Embargo;

III. Interdição e suspensão de atividades, obras ou utilização incompatíveis com o uso permissível;

IV. Demolição de obra, construção ou edificação respondendo o infrator pelas despesas decorrentes;

V. Obrigação de reparar e indenizar os danos que houver causado ao meio ambiente ou a terceiros, independentemente da existência de culpa;

VI. Perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Executivo Municipal;

VII. Perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos municipais de crédito.

§1.º As penalidades previstas nos incisos I, II, III e IV serão aplicadas pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento Urbano, na sua respectiva esfera de competência, ou, supletivamente, por agentes credenciados por ela.

§2.º O produto das multas previstas no inciso I deste artigo constituirão receita no Fundo Municipal de Desenvolvimento, vinculada sua aplicação à Lei de criação do referido Fundo.

§3.º As multas serão aplicadas em dobro nas reincidências. Nos casos de infração continuada, que se caracteriza pela permanência da ação ou omissão inicialmente punida, as multas serão aplicadas diariamente, até cessar a atividade degradadora.

§4.º As penalidades previstas nos incisos II, III e IV deste artigo, aplicáveis independentemente das multas, serão impostas quando:

a) a obra ou atividade for executada sem a competente aprovação ou desacordo com a mesma;

b) a permanência ou a manutenção da atividade ou obra irregular contrariar as disposições legais e regulamentares que disciplinam o uso do solo no município.

§5.º Nas penalidades previstas nos incisos VI e VII deste artigo, o ato declaratório de perda, restrição ou suspensão, parcial ou total, de incentivos, benefícios e financiamentos, será atribuição da autoridade administrativa ou financeira que os tiver concedido.

§6.º A Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento Urbano definirá, por Resolução, o trâmite dos procedimentos administrativos decorrentes da aplicação de penalidades, incluindo instrução e processamento de defesas e recursos.

Art. 15. As penalidades incidirão sobre os autores, sejam eles:

I. Diretos;

II. Indiretos, assim compreendidos aqueles que de qualquer forma concorrerem para a prática da infração ou dela se beneficiarem;

III. Arrendatários, parceiros, posseiros, gerentes, administradores, diretores, promitentes, compradores ou proprietários, quando praticada por prepostos ou subordinados e no interesse dos preponentes ou superiores hierárquicos;

IV. Autoridades que se omitirem ou facilitarem, por consentimento ilegal, a prática da infração.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 16. Os pedidos de autorização ou licença para implantação de atividades previstas na presente Lei serão instruídos e apreciados pelos órgãos competentes, cabendo à Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento Urbano a emissão de alvará para a sua efetivação.

Parágrafo único. O Conselho da Cidade de Matinhos deliberará sobre os casos omissos nesta Lei, respeitados os princípios gerais que o embasam.

Art. 17. Fica revogada a Lei nº 1.047, de 20 de outubro de 2006.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Matinhos, 15 de dezembro de 2025.

EDUARDO ANTONIO DALMORA

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 2.734/2025

SÚMULA: Dispõe sobre o Perímetro Urbano de Matinhos, revoga a Lei nº 1.046, de 16 de outubro de 2006, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Matinhos, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei faz parte da Revisão do Plano Diretor Municipal de Matinhos e define o perímetro da área urbana do Município de Matinhos.

Parágrafo Único. O território do Município de Matinhos é dividido, para fins urbanísticos, tributários e de fiscalização, em Área Urbana e Área de Mata Atlântica.

Art. 2º São partes integrantes desta Lei os seguintes anexos: I. Anexo I - Mapa do Perímetro Urbano de Matinhos; II. Anexo II - Memorial Descritivo do Perímetro Urbano de Matinhos.

Art. 3º A área urbana é delimitada pelo perímetro urbano representado pelo mapa e memorial descritivo, contidos nos Anexos I e II, partes integrantes desta Lei.

Art. 4º Toda e qualquer alteração futura do Perímetro Urbano de Matinhos deverá seguir:

I. o estabelecido pela Lei Federal 11.428/2006 vigente e suas futuras alterações no que diz respeito as áreas limites da Mata Atlântica.

II. o Art. 42-B da Lei Federal 10.257/2001 - Estatuto da Cidade, quando não fizer parte de Revisão do Plano Diretor Municipal;

III. ser aprovado pelo CONCIDADE de Matinhos e por Audiência Pública com ampla divulgação e publicação com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência.

Art. 5º Fica revogada a Lei nº 1.046, de 16 de outubro de 2006.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Matinhos, 15 de dezembro de 2025.

EDUARDO ANTONIO DALMORA

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 2.735/2025

SÚMULA: Dispõe sobre o SISTEMA VIÁRIO, hierarquia e dimensionamento das vias públicas na área urbana, traça diretrizes para arruamento municipal e revoga a Lei nº 1.048 de 16 de outubro de 2006 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Matinhos, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º São objetivos da presente Lei:

I. Classificar e estabelecer um Sistema Hierárquico de Vias - ou simplesmente Sistema Viário, de circulação urbana, para o adequado escoamento no tráfego de veículos e para ágil e segura locomoção da população;

II. Definir as características geométricas e operacionais das vias, para possibilitar o funcionamento das atividades compatíveis, previstas e estabelecidas na Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano;

III. Aumentar alternativas viárias para o tráfego em geral e para o acesso do cidadão aos bens da cidade;

IV. Permitir a implantação de elementos representativos da cultura local, identificando balneários e localidades, humanizando os espaços de circulação viária no meio urbano.

Art. 2º São documentos integrantes desta Lei, como parte complementar a seu texto, os seguintes instrumentos técnicos:

I. Anexo I: Mapa do Sistema Viário Municipal;

II. Anexo II: Mapa do Sistema Viário Urbano;

III. Anexo III: Perfil das Vias.

Art. 3º É obrigatória a doação das disposições da presente Lei, em todos os empreendimentos imobiliários, loteamentos, desmembramentos, unificações ou arruamentos que vierem a ser executados no município.

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal fiscalizará a execução das vias de que trata o caput deste Artigo.

Art. 4º Os atos administrativos necessários para o cumprimento do disposto nesta Lei, serão definidos através de Decreto.

Art. 5º Objetivando o perfeito dimensionamento das vias, são considerados os seguintes elementos e definições:

I. Caixa de via: distância entre os dois alinhamentos prediais em oposição;

II. Pista de rolamento: espaço dentro da caixa da via, onde são implantadas as faixas de rolamento, de estacionamento e de acostamento;

III. Faixa de rolamento: espaço, disposto no sentido longitudinal da via, destinado ao trânsito de veículos;

IV. Faixa de acostamento: espaço lateral à pista para a parada de emergência, em rodovia ou estrada rural;

V. Faixa de estacionamento: espaço lateral à pista para a parada de veículos em vias urbanas;

VI. Passeio: espaço destinado à circulação de pedestres, situado entre o alinhamento predial e a pista de rolamento;

VII. Ciclovias: espaço definido e destinado à circulação de ciclistas, separado fisicamente da pista de rolamento, com sinalização e revestimento de piso apropriados à função;

VIII. Faixa de domínio: base física sobre a qual se assenta uma rodovia, constituída pelas pistas de rolamento, canteiros, acostamentos, sinalização e faixa de segurança, com limites definidos conforme projeto executivo da rodovia, decretos de utilidade pública, ou em projetos de desapropriação.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL

Art. 6º A Hierarquia do Sistema Viário Municipal de Matinhos, compreende, para efeito desta Lei, as seguintes categorias de vias:

I. Rodovias;

II. Estrada Municipal;

III. Via de Acesso.

Art. 7º As vias do Município de Matinhos, de acordo com a sua classificação possuem as seguintes funções:

I. Rodovias: São vias rurais de rodagem pavimentadas, configurando uma via de transporte interurbano de alta velocidade de tráfego. São Rodovias a PR-508 e a PR- 412;

II. Estrada Municipal: Tem como função a interligação das áreas urbanas das localidades rurais com o Sistema Viário Municipal. A Estrada Velha do Cambará é considerada uma Estrada Municipal;

III. Via de Acesso: As demais vias do município são classificadas como de acesso, tendo como função o acesso às propriedades rurais.

Parágrafo único. Novas vias serão definidas e classificadas por Decreto Municipal de acordo com o caput deste Artigo, sempre com a finalidade de acompanhar a expansão e urbanização da cidade.

Art. 8º O dimensionamento das vias rurais deverá respeitar as seguintes faixas de domínio:

I. 30 (trinta) metros para Estradas Municipais, com caixa da via de no mínimo 12 (doze) metros;

II. 30 (trinta) metros para Vias de Acesso, com caixa da via de no mínimo 10 (dez) metros.

Parágrafo único. As dimensões das caixas viárias em áreas rurais estão dispostas conforme Anexo III.

CAPÍTULO III

DO SISTEMA VIÁRIO URBANO

Seção I

DA HIERARQUIA E FUNÇÃO DAS VIAS

Art. 9º A Hierarquia do Sistema Viário Urbano de Matinhos, compreende, para efeito desta Lei, as seguintes categorias de vias:

I. Vias Arteriais;

II. Vias Coletoras;

III. Vias Locais;

IV. Vias Paisagísticas;

V. Vias Internas.

Art. 10. As vias do Município de Matinhos, de acordo com a sua classificação possuem as seguintes funções:

I. Vias Arteriais: Contemplam a Avenida Juscelino Kubitschek, a Avenida Paranaguá, a Rua Maria Luísa Mesquita, a Rodovia PR-412 e a Rodovia PR-508, sendo que as caixas das vias serão totalmente redesenhadas, de modo a possibilitar a implantação de no mínimo quatro pistas de rolamento, ciclovia e passeios públicos compatíveis ao tráfego local e de veraneio, de acordo com os Perfil das Vias, parte integrante dessa Lei;

II. Vias Coletoras: São as vias que coletam o tráfego interno do Município e dos balneários, conduzindo-os às Vias Arteriais. São classificadas em Coletora Tipo 1 e Coletora Tipo 2, com desenhos de via específicos, sendo que:

a) Vias Coletoras Tipo 1: Rua Presidente Kennedy, Rua Rio Branco, Avenida Augusto Blitzkow, Avenida Atlântica, Rua Passeio das Palmeiras, Rua Castro, Rua das Palmeiras, Rua Apucarana, Avenida Londrina (trecho entre a Avenida Maringá e a Rua Castro), Avenida Maringá, Avenida Paraná, Rua Irati (Balneário Caiobá), Rua Dr. José Rebelo, Rua Ceciliano Tavares (trecho entre a Avenida Atlântica e a Rua São Mateus), Rua Itaporã, Rua Albano Müller, Rua Léa Vialle Cury, Rua do Sossego, Rua da Fonte, Rua Santa Rita de Cássia, Avenida Curitiba, Avenida Brasil, Rua Tambaqui (trecho entre a Avenida Brasil e Avenida Luísa Mesquita), Avenida Luísa Viana Mesquita, Rua Moreira Sales, Avenida Beira Mar, Rua Cianorte, Rua Xambre, Rua Itaguajé, Avenida Praia Grande, Rua H (Balneário Praia Grande), Rua Principal (Balneário Saint Etienne), Rua Ipê, Rua Bolívia, Avenida Solimar, Rua Guarapuava, Rua Assunção, Rua Ponta Grossa (Balneário Ipacaraí), Rua Currais, Rua João Amâncio Martinho, Rua Ásia, Rua Abel da Costa Flores, Rua E, Rua Jardim Elisa, Rua Costa Rica, Rua Jandaia do Sul, Rua Beija Flor, Rua Professor Erasto Gaertner, Avenida Professor Joaquim de Matos Barreto, Rua Dr. Luís Parigot de Souza, Rua Bahamas.

b) Vias Coletoras Tipo 2: Rua Alvorada, Rua Cambará, Rua Andirá, Rua Cornélio Procópio, Rua Rio Negro (Tabuleiro), Rua Martinho Ramos, Rua Lapa, Rua Waldir Müller, Rua Bandeirantes (Balneário Caiobá), Rua Ernesto Postarek, Avenida Prefeito Dr. Roque Vernalha, Rua Nossa Senhora Aparecida, Rua Irati (Bom Retiro/Riviera), Rua Canadá, Avenida Sete de Setembro, Avenida do Canal (Riviera), Rua Argentina, Avenida do Canal (Betaras), Rua Lateral (Balneário Saint Etienne), Avenida do Canal (Albatroz), Rua Marginal (Albatroz), Rua África, Rua João Pessoa, Rua Dr. Benedito Amorim, Rua Rui Leal, Alameda Paraná, Rua Carajás, Avenida do Canal (Gaivotas).

III. Vias Locais: São as vias cuja função básica é, a partir das vias coletoras, permitir o acesso às moradias e localidades com baixo volume de tráfego;

IV. Vias Paisagísticas: Correspondem às vias com funções de passeio turístico, lazer e vivência local no meio urbano e no meio rural. É considerada via de passeio a Via projetada que contorna o Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange no trecho urbano;

V. Vias Internas: São as vias locais de acesso a lotes preferencialmente populares, sendo permitidas dimensões inferiores às vias locais, usando-se o mesmo critério para circulação principal de veículos, no interior de Condomínios Horizontais em Geral.

§1.º Novas vias serão definidas e classificadas por Decreto Municipal de acordo com o caput deste Artigo, sempre com a finalidade de acompanhar a expansão e urbanização da cidade.

§2.º As classificações viárias das áreas urbanas estão dispostas conforme Anexo II.

Seção II

DAS CONEXÕES VIÁRIAS

Art. 11. Como parte da estrutura viária, nos cruzamentos das vias arteriais entre si e entre essas e vias coletoras, serão construídas conexões permitindo o cruzamento do tráfego das vias arteriais com o tráfego local.

Parágrafo único. Para cada cruzamento será estudada a conexão apropriada ao tráfego e desenho urbano no local em análise, podendo se utilizar rótulas, semáforos ou baias de conversão, devidamente sinalizadas.

Art. 12. No Projeto e implantação das rótulas de dispersão deverão ser obedecidas as seguintes diretrizes:

I. Não será permitido nesse tipo de conexão o cruzamento de pedestres e ciclistas;

II. Deverão ser definidas faixas exclusivas para travessia de pedestres e ciclistas, a uma distância de no mínimo 12,00 (doze) metros do bordo da via transversal adjacente;

III. O espaço resultante do círculo, ou semicírculo, interno á rótula será destinado à execução de monumentos e projetos de paisagismo, desde que não obstruam o campo de visão, escolhidos mediante projeto aprovado através de concurso público, com identidade local, visando a caracterização dos Balneários ou localidade aos quais permitem acesso.

Seção III

DAS DIMENSÕES DAS VIAS

Art. 13. Todas as vias existentes e pavimentadas permanecem com a caixa atual, enquanto para as vias que não se enquadram nesta situação, é previsto um recuo frontal obrigatório, com a finalidade de adequação no projeto da via, quando for julgado necessário, para os parâmetros desta Lei, quais sejam:

I. Vias Arteriais:

a) Novas Vias Arteriais:

1. Caixa viária com 30,00 m (trinta metros), contendo:

4 (quatro) faixas de rolamento de 3,50 m (três metros e meio) cada;

2 (duas) faixas de estacionamento de 2,00 m (dois metros e meio) cada;

2 (duas) ciclovias unidirecionais com 1,50 m (um metro e meio) cada;

2 (duas) faixas de segurança de 0,50 m (meio metro) cada;

1 (um) canteiro central de 1,00 (um metro);

2 (duas) calçadas de 3,50 m (três metros e meio) cada.

ou

2. Caixa viária com 30,00 m (trinta metros), contendo:

4 (quatro) faixas de rolamento de 3,50 m (três metros e meio) cada;

2 (duas) faixas de estacionamento de 2,00 m (dois metros e meio) cada;

1 (uma) ciclovia bidirecional com 3,00 m (três metros); 2 (dois) canteiros de 1,00 (um metro) cada;

2 (duas) calçadas de 3,50 m (três metros e meio) cada.

b) Avenida Juscelino Kubitschek, no trecho entre a Rua Felipe Mendes e a divisa com Guaratuba:

1. Caixa viária com 20,00 m (vinte metros), contendo:

4 (quatro) faixas de rolamento de 3,00 m (três metros) cada;

2 (duas) faixas de acostamento de 2,00 m (dois metros) cada;

1 (uma) calçada de 3,00 m (três metros);

1 (um) canteiro de 1,00 m (um metro).

c) Avenida Paranaguá:

1. Caixa viária com 50,00 m (cinquenta metros), contendo:

2 (duas) faixas de rolamento de 4,75 m (quatro metros e setenta e cinco centímetros) cada;

2 (duas) faixas de acostamento de 2,00 m (dois metros) cada;

2 (dois) canteiros de 2,45 m (dois metros e quarenta e cinco centímetros) cada.

2. Duas vias marginais, cada uma delas composta por:

2 (duas) faixas de rolamento de 3,30 m (três metros e trinta centímetros) cada;

1 (uma) faixa de estacionamento de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros);

1 (um) canteiro de 1,00 m (um metro);

1 (uma) ciclovia bidirecional com 3,00 m (três metros);

1 (uma) calçada de 3,00 m (três metros).

d) Avenida Juscelino Kubitschek, no trecho entre a Avenida José Artur Zanluti e a Rua Dr. José Rebelo:

1. Caixa viária com 12,00 m (doze metros), contendo:

2 (duas) faixas de rolamento de 3,00 m (três metros) cada;

1 (uma) faixa de acostamento de 2,00 m (dois metros);

2 (duas) calçadas de 2,00 m (dois metros) cada.

e) Avenida José Artur Zanluti:

1. Caixa viária com 30,00 m (trinta metros), contendo:

4 (quatro) faixas de rolamento de 3,50 m (três metros e meio) cada;

2 (duas) faixas de estacionamento de 2,50 m (dois metros e meio) cada;

2 (duas) ciclovias unidirecionais com 1,50 m (um metro e meio) cada;

2 (duas) faixas de segurança de 0,50 m (meio metro) cada;

2 (duas) calçadas de 3,50 m (três metros e meio) cada.

f) Rua Maria Luísa Mesquita:

1. Caixa viária com 9,00 m (nove metros), contendo:

2 (duas) faixas de rolamento de 3,00 m (três metros) cada;

2 (duas) calçadas de 1,25 m (1 metro e 25 centímetros) e 1,75 m (1 metro e 75 centímetros), respectivamente.

II. Vias Coletoras:

a) Novas Vias Coletoras Tipo 1:

1. Caixa viária com 20,00 m (vinte metros), contendo:

4 (quatro) faixas de rolamento de 3,00 m (três metros) cada;1 (uma) ciclovia bidirecional com 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros);

2 (duas) calçadas de 2,80 m (dois metros e oitenta centímetros) cada.

b) Vias Coletoras Tipo 1 que compõe o sistema binário:

1. Caixa viária com no mínimo 18,50 m (dezoito metros e meio), contendo:

2 (duas) faixas de rolamento de 3,00 m (três metros) cada;

1 (uma) faixa de estacionamento de 2,50 m (dois metros e meio); 1 (uma) ciclovia bidirecional com 3,00 m (três metros);

2 (duas) calçadas de tamanho variável, a depender da caixa da via existente, com no mínimo 3,50 m (três metros e meio) cada.

c) Novas Vias Coletoras Tipo 2:

1. Caixa viária com no mínimo 15,00 m (quinze metros), contendo:

2 (duas) faixas de rolamento de 3,00 m (três metros) cada;

1 (uma) faixa de estacionamento de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros);

1 (uma) ciclovia bidirecional com 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros);

2 (duas) calçadas de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros) cada.

d) Vias Coletoras Tipo 2 que compõe o sistema binário:

1. Caixa de rolamento com no mínimo 15,00 m (quinze metros), contendo:

2 (duas) faixas de rolamento de 3,00 m (três metros) cada;

1 (uma) faixa de estacionamento de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros);

1 (uma) ciclovia bidirecional com 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros);

2 (duas) calçadas de tamanho variável, a depender da caixa da via existente, com no mínimo 2,20 m (dois metros e vinte centímetros) cada.

e) Vias Locais:

1. Caixa viária com 12,00 m (doze metros), contendo:

2 (duas) faixas de rolamento de 3,00 m (três metros) cada;

1 (uma) faixa de estacionamento de 2,00 m (dois metros);

2 (duas) calçadas de 2,00 m (dois metros) cada.

f) Vias Paisagísticas:

1. As Vias Paisagísticas deverão ser regulamentadas de acordo com estudos específicos, respeitando-se a sua finalidade e seu projeto técnico de instalação, devendo conter, no mínimo:

1 (uma) ciclovia bidirecional com 3,00 m (três metros);

1 (uma) calçada de 3,50 m (três metros e meio) cada.

g) Via Interna:

1. Caixa viária com 9,00 m (nove metros), contendo:

2 (duas) faixas de rolamento de 3,00 m (três metros) cada;

2 (duas) calçadas de 1,50 m (um metro e meio) cada.

Parágrafo único. As dimensões das caixas viárias das áreas urbanas estão dispostas conforme Anexo III.

Seção V

DA IMPLANTAÇÃO

Art. 14. A implantação das vias deverá ser a mais adequada às condições locais do meio físico, em especial quanto à otimização das obras de terraplanagem necessárias à abertura das vias e implantação de edificações.

Art. 15. As vias deverão acompanhar o nível do terreno e evitar a transposição de linhas de drenagem naturais ou rios, sendo aceitáveis rampas com até 8% de inclinação.

Art. 16. Deve ser evitada a remoção de vegetação e implantação de obras de terraplanagem junto aos rios e linhas de drenagem natural.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. A implantação de todas as vias em novos parcelamentos, inclusive as do sistema viário básico, são de inteira responsabilidade do loteador, sem custos para o Município.

§1.º O loteador deverá solicitar antecipadamente as diretrizes de parcelamento onde constará a orientação para o traçado das vias de acordo com o previsto nesta Lei e no Anexo.

II: Mapa do Sistema Viário Urbano.

§2.º A implantação do arruamento em todo o parcelamento é condição imprescindível para a liberação da caução prevista na Lei de Parcelamento do Solo Urbano.

Art. 18. Para os casos de regularização fundiária sustentável de ocupações consolidadas enquadradas como Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, situadas dentro do perímetro urbano municipal, a critério da Câmara de Assessoramento Técnico, vinculada à Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, poderão ser definidas novas dimensões para aprovação das vias internas existentes nas áreas objeto de intervenção.

Art. 19. Fica revogada a Lei nº 1.048, de 16 de outubro de 2006.

Art. 20. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Matinhos, 15 de dezembro de 2025.

EDUARDO ANTONIO DALMORA

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 2.736/2025

SÚMULA: Dispõe sobre loteamentos, desmembramentos, unificações e condomínios horizontais situados no Município de Matinhos, revoga a Lei nº 1.049, de 16 de outubro de 2006 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Matinhos, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente Lei se destina a disciplinar os projetos e parcelamento do solo urbano no Município de Matinhos, os quais dependerão da aprovação prévia e fiscalização do Poder Executivo Municipal e dos órgãos estaduais ou federais, quando necessário for, conforme as normas aqui contidas.

§1.º Considera-se loteamento a subdivisão de um terreno em lotes urbanos edificáveis, respeitadas as dimensões mínimas estabelecidas na Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano, com a abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou o prolongamento das vias existentes, respeitados os requisitos previstos na Lei de Sistema Viário Municipal.

§2.º Considera-se desmembramento a subdivisão de um terreno em lotes urbanos edificáveis, respeitadas as dimensões mínimas estabelecidas na Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano, com o aproveitamento das vias pública existentes.

§3.º Considera-se unificação a junção de dois ou mais lotes urbanos, originando apenas um lote edificável que possua as dimensões mínimas estabelecidas pela Lei Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano.

§4.º No que se refere às áreas de preservação permanente, as faixas não edificáveis a serem reservadas ao longo dos rios e canais bem como qualquer outra restrição ambiental significativa, as mesmas serão definidas pelo órgão competente estadual, estabelecendo para cada caso, em conjunto com técnicos municipais, diretrizes que preservem ao máximo as condições naturais das mesmas.

§5.º Considera-se condomínio horizontal a forma de parcelamento do solo em que o imóvel é dividido em unidades autônomas edificáveis, vinculadas a uma fração ideal de áreas comuns de uso coletivo, obedecidas as disposições da Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano do Município.

Art. 2º Quando o interessado pretender parcelar uma única gleba mediante mais de uma das formas de parcelamento previstas nesta Lei, deverá o mesmo desmembrar a área original em quantas partes for necessário, individualizando-as, sendo que, para cada uma delas, será aplicado o regime urbanístico correspondente à modalidade nela pretendida.

Art. 3º O parcelamento do solo para fins urbanos somente será permitido na área urbana, conforme definido na Lei do Perímetro Urbano do Município de Matinhos.

Art. 4º Não será permitido o parcelamento do solo:

I. em áreas alagadiças e sujeitas a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas;

II. em áreas que tenham sido aterradas com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneadas;

III. em áreas com declividade igual ou superior a 20% (vinte por centro), no seu perfil natural do terreno, salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes;

IV. em terrenos onde as condições geológicas não aconselhem a edificação;

V. em áreas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção;

VI. onde não seja possível o esgotamento sanitário, seja mediante rede coletora ou fossa séptica, conforme determinação do órgão responsável;

VII. áreas que possuam nascentes e olhos d´água, seja qual for a sua situação topográfica, num raio de 50m (cinquenta metros) contados a partir das respectivas cotas máximas das cheias;

VIII. em áreas de preservação permanente (APP) ao longo dos corpos hídricos, nascentes e morros;

CAPÍTULO II

DOS MECANISMOS PARA PARCELAR

Seção I

DOS LOTEAMENTOS

Art. 5º Os loteamentos deverão atender aos seguintes requisitos:

I. os lotes terão área e testada mínimas de acordo com o estabelecido para a zona urbana em que estiver inserido a gleba, conforme a Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano, vigente no momento da solicitação da consulta para querer diretrizes para o loteamento;

II. os lotes destinados ao uso de habitação de interesse social terão no mínimo 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados) de área, com testada mínima de 5,00m (cinco metros), e serão aprovados somente quando se tratar de Loteamentos Populares, em casos específicos, conforme descritos na Seção III deste Capítulo;

III. as vias de circulação propostas para o loteamento deverão articular-se com o sistema viários existente, e terão suas diretrizes previamente estabelecidas pelo Poder Executivo Municipal, de acordo com a Lei de Sistema Viário estabelecido no Plano Diretor Municipal de Matinhos;

IV. no momento da aprovação do loteamento, serão transferidas ao município as áreas que serão destinadas ao sistema de circulação, à implantação de equipamentos urbanos e comunitários, bem como a espaços livres de uso público, podendo neste último caso contemplar áreas de preservação permanente.

Art. 6º O total da percentagem das áreas a serem transferidas ao Município, no momento da aprovação do loteamento, as quais trata o item IV do Art. 5º -desta Lei, não poderá ser inferior a 35% (trinta de cinco por cento) do total da área a ser loteada, devendo ser composta da seguinte forma:

I. 10% (dez por cento) do total da gleba destinada à implantação de equipamentos públicos comunitários e urbanos;

II. 5% (cinco por cento) do total da gleba destinada à implantação de áreas verdes;

III. 20% (vinte por cento) do total da gleba parcelada destinada ao sistema viário.

§1.º Consideram-se comunitários os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e segurança (Polícia Militar, Corpo de Bombeiros).

§2.º Consideram-se urbanos os equipamentos públicos de abastecimento de água, serviços de esgotos, energia elétrica, coletas de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado.

§3.º As áreas destinadas à implantação dos equipamentos públicos ou comunitários deverão respeitar as seguintes condições:

I. no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da área deverá ser em terreno único, com declividade inferior a 15% (quinze por cento) e capaz de comportar círculo circunscrito com diâmetro de, no mínimo, 25m (vinte e cinco metros);

II. nos 50% (cinquenta por cento) restantes, não serão computadas as esquinas de terrenos em que não possa ser inscrito um círculo de 20,00m (vinte metros) de diâmetro;

III. não poderão ser localizadas em áreas de preservação permanente APP, em áreas não edificáveis ou em áreas de proteção ambiental;

IV. serão sempre determinadas pelo Município, levando em conta o interesse coletivo;

V. quando praças, é obrigatório que seja contornada por ruas, não podendo fazer divisa com

lotes.

§4.º As áreas de que se trata o inciso I do caput deste artigo não poderão ser inferiores a 500m² (quinhentos metros quadrados).

§5.º Quando o Poder Executivo Municipal, baseada em projetos existentes, necessitar implantar equipamentos públicos fora dos limites da gleba, a parcela destinada a áreas públicas poderá ser transferida fora da mesma, desde que:

I. os equipamentos existentes nas adjacências satisfaçam a demanda criada pelo novo parcelamento; e

II. seja previamente deferido pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento.

Seção II

DA APROVAÇÃO DOS LOTEAMENTOS

Art. 7º O interessado em lotear, antes da elaboração do projeto definitivo de loteamento, deverá solicitar à secretaria competente do Poder Executivo Municipal as diretrizes para a implantação do loteamento, devendo apresentar o requerimento da CONSULTA PRÉVIA, contendo:

I. o título de propriedade da gleba, expedida nos últimos 90 (noventa) dias;

II. a planta de situação do imóvel na escala adequada;

III. uma planta da gleba a ser parcelada, em escala adequada, contendo, pelo menos:

a) a orientação magnética ou verdadeira e descrição do perímetro em UTM (Universal Transversa de Mercator) Datum Horizontal: SIRGAS 2000, Datum Vertical: Imbituba - SC;

b) as divisas da gleba a ser loteada;

c) as curvas de nível com distâncias de um em um metro;

d) a localização dos cursos d`água, bosques, áreas alagadiças, linhas de transmissão de energia e demais indicações topográficas que interessem;

e) a indicação do arruamento contíguo a todo o perímetro;

f) caracterização da vegetação existente no imóvel.

IV. o título de domínio atualizado na época da aprovação.

§1.º Toda e qualquer planta apresentada, deverá acompanhar documento comprovante de responsabilidade técnica do profissional habilitado junto ao conselho de classe competente, referente aos Projetos e Levantamentos apresentados.

§2.º Sempre que necessário, a critério do órgão competente, o Poder Executivo Municipal poderá exigir a extensão do levantamento planialtimétrico georreferenciado ao longo do perímetro do terreno até o limite de 100,00m (cem metros), ou até o talvegue ou divisor mais próximo.

Art. 8º O Poder Executivo Municipal, após a análise da documentação encaminhada pelo interessado, emitirá parecer técnico referente às exigências que deverão ser respeitadas pelo loteador em seu projeto definitivo, bem como indicará, nas plantas apresentadas ao requerimento, as seguintes informações:

I. vias existentes e projetadas que componham o sistema viário do Município a serem respeitadas, conforme item III do Art. 5º -desta Lei;

II. localização aproximada dos terrenos destinados a equipamentos urbanos e comunitários e das áreas livres de uso público, conforme Art. 6º -desta Lei;

III. zonas em que se insere a área, com indicação dos respectivos usos permitidos, permissíveis e proibidos;

§1.º As áreas com cobertura vegetal significativa e que deverão ser preservadas, serão definidas pela secretaria competente do Poder Executivo Municipal.

§2.º As diretrizes expedidas na consulta prévia vigorarão pelo prazo máximo de 1 (um) ano, se neste prazo o interessado não protocolar o pedido de aprovação final do loteamento, as mesmas perderão a sua validade, devendo o requerente solicitar a renovação das mesmas, se houver interesse.

§3.º O Poder Executivo Municipal se pronunciará sobre a CONSULTA PRÉVIA num prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do protocolo, prorrogáveis no caso da necessidade de esclarecimento ou complementação por parte do interessado.

Art. 9º Após a emissão das diretrizes, o loteador deverá protocolar, na secretaria competente do Poder Executivo Municipal, o PROJETO DEFINITIVO DO LOTEAMENTO, para a aprovação final, contendo:

I. requerimento assinado pelo proprietário ou representante legal;

II. planta de situação na escala adequada em coordenadas geográficas;

III. levantamento planialtimétrico georreferenciado da área total na escala adequada, com referências de nível reconhecidas e coordenadas geográficas em seu perímetro;

IV. planta de arruamento, inclusive com as ciclovias, aprovado pelo Poder Executivo Municipal;

V. projeto de pavimentação asfáltica de todas as vias de circulação;

VI. projeto de sinalização viária vertical e horizontal;

VII. título de propriedade do imóvel, com prova de domínio;

VIII. Certidão Negativa de impostos e tributos municipais, estaduais e federais;

IX. planta do loteamento na escala adequada, com a indicação das áreas a serem transferidas ao Município, com suas respectivas percentagens em relação à área total,

X. quadro estatístico contemplando todas estas áreas, inclusive com taxas percentuais, discriminando:

a) números de quadras;

b) números de lotes por quadra;

c) número total de lotes;

d) área total da gleba a ser parcelada;

e) área total da gleba a ser arruada;

f) áreas destinadas aos equipamentos públicos comunitários e urbanos;

g) áreas de preservação permanente de acordo com legislações ambientais vigentes.

XI. indicação em planta dos perfis de todas as linhas de escoamento das águas pluviais e das servidas;

XII. documento comprovante de responsabilidade técnica do profissional habilitado junto ao conselho de classe competente referente a todos os projetos apresentados;

XIII. licença de instalação expedida pelo Instituto Água e Terra (IAT) ou órgão que vier a substituir;

XIV. projeto de rede de abastecimento de água potável e de coleta de esgoto, devidamente aprovado pelo SANEPAR;

XV. projeto da rede de iluminação pública com luminárias do tipo LED, devidamente aprovado pela COPEL;

XVI. projeto de arborização contemplando as praças e vias públicas, de acordo com o Plano Municipal de Arborização;

XVII. memoriais descritivos do loteamento, conforme modelo padrão do Poder Executivo Municipal;

§1.º Os desenhos apresentados deverão obedecer às características técnicas indicadas pela ABNT.

§2.º Os projetos e memoriais deverão ser apresentados em 01 (uma) via digital e 03 (três) vias impressas, sendo:

I. 01 (uma) para arquivo na secretaria competente do Poder Executivo Municipal;

II. 01 (uma) para o loteador;

III. 01 (uma) para permanência na obra.

§3.º A planta do projeto deverá ser assinada pelo proprietário ou representante legal e pelo responsável técnico legalmente habilitado junto ao conselho de classe competente para execução dos respectivos serviços.

§4.º O profissional responsável deverá possuir cadastro no Município.

Art. 10. Em nenhum caso os arruamentos do loteamento poderão prejudicar o escoamento natural das águas nas respectivas bacias hidrográficas, devendo as obras necessárias ser executadas nas vias públicas ou em faixas reservadas para esse fim.

Art. 11. Quando da aprovação do PROJETO DEFINITIVO DE LOTEAMENTO, o loteador caucionará uma área cujos valores, a juízo do Poder Executivo Municipal, corresponda, à época da análise do processo a, pelo menos, uma vez e meia o custo dos serviços e obras a serem executados.

§1.º A conclusão das obras de urbanização previstas em cada processo de loteamento será documentada por Certificado de Conclusão de Obras de Urbanização, expedido pelo Prefeito Municipal após análise dos técnicos responsáveis, integrantes do quadro funcional do Poder Executivo Municipal.

§2.º Poderão ser expedidos certificados de conclusão, parcial de obras de urbanização, desde que o remanescente da área loteada seja inferior a 40% do terreno parcelado e que originou o processo.

Art. 12. A emissão de Certificados de Conclusão de Urbanização em loteamentos só se dará após a Escritura Pública de transferência das áreas referidas no Art. 6º -desta Lei, por parte do proprietário, ao Poder Executivo Municipal, que as adjudicará ao seu patrimônio, enquanto terreno ou logradouro.

Art. 13. Por ocasião da aprovação do PROJETO DEFINITIVO DE LOTEAMENTO, o proprietário assinará um TERMO DE COMPROMISSO no qual se obrigará a:

I. executar, no prazo de 2 anos, às custas do loteador e sem qualquer ônus para o Poder Executivo Municipal, as obras constantes no cronograma físico-financeiro aprovado com o projeto, sendo:

a) abertura, terraplanagem e pavimentação asfáltica de todas as vias de circulação;

b) drenagens, aterros, pontes, pontilhões e bueiros que fizerem necessários;

c) arborização das vias e praças do loteamento, conforme estabelecido no Plano Municipal de Arborização;

d) execução da rede para o abastecimento de água e da rede coleta do esgotamento sanitário de acordo com as normas técnicas estabelecidas;

e) rede de energia elétrica e rede de iluminação pública com luminárias do tipo LED, em conformidade com projeto e diretrizes aprovados pela COPEL;

f) quaisquer ouras obras oriundas de atendimento dos dispositivos da presente Lei;

g) demarcação dos lotes e quadras, estas com marcos de concreto.

II. formalizara hipoteca dos lotes caucionados em favor do Poder Executivo Municipal, fazendo constar da respectiva escritura que a execução das obrigações será fiscalizada pelo Poder Executivo Municipal;

III. facilitar a fiscalização permanente do Poder Executivo Municipal durante a execução das obras e serviços;

IV. não outorgar qualquer escritura definitiva de venda de lotes, antes de concluídas as obras previstas no Inciso I deste Artigo, e de cumpridas as demais obrigações impostas por esta Lei ou assumidas no Termo de Compromisso;

V. fazer constar nos compromissos de compra e venda de lotes, o contido no TERMO DE COMPROMISSO assinado com o Poder Executivo Municipal previsto no Inciso I deste Artigo.

§1.º A iluminação do tipo LED poderá ser substituída por lâmpada de tecnologia superior, quando devidamente comprovada sua maior eficiência.

§2.º No caso de o projeto de loteamento ser executado por etapas, conforme o Parágrafo 2º do Art. 11 desta Lei, o TERMO DE COMPROMISSO referido no presente artigo, deverá conter ainda:

I. definição de cada etapa do projeto, de modo a assegurar a cada comprador de lote o pleno uso e gozo dos equipamentos previstos para o loteamento;

II. definição do prazo de execução de todo o projeto e dos prazos e áreas correspondentes a cada etapa;

III. estabelecimentos das condições especiais, se for o caso, para a liberação das áreas correspondentes a cada etapa;

IV. indicação dos lotes que poderão ser alienados proporcionalmente às etapas do projeto.

Art. 14. Uma vez aprovado PROJETO DEFINITIVO DE LOTEAMENTO e assinado o TERMO DE COMPROMISSO, o Poder Executivo Municipal baixará Decreto de aprovação do projeto de loteamento, no qual deverá constar:

I. dados técnicos que caracterizem e identifiquem o loteamento;

II. as condições em que o loteamento foi aprovado;

III. indicações das áreas destinadas a vias e logradouros, áreas livres e áreas destinadas a equipamentos comunitários, as quais se incorporam automaticamente ao Patrimônio Municipal, como bens de uso comum, sem ônus de qualquer espécie para o Poder Executivo Municipal;

IV. indicação das áreas a serem caucionadas, na forma do Art. 11 desta Lei, como garantia da execução das obras;

V. anexo no qual a descrição das obras a serem realizadas e o cronograma físico financeiro de sua execução, em etapas de no máximo 24 (vinte e quatro) meses para loteamentos com até 100.000,00m² (cem mil metros quadrados).

Parágrafo único. Concomitantemente à emissão do Decreto de aprovação do projeto de loteamento, o será expedido, pelo Poder Executivo Municipal, o respectivo Alvará de Execução do Loteamento.

Art. 15. Não caberá ao Poder Executivo Municipal qualquer responsabilidade pela diferença de medidas nos lotes ou quadras que o interessado venha a encontrar, em relação às medidas constantes dos projetos aprovados.

Art. 16. Não será concedido o alvará para edificação, reforma ou demolição, em lotes resultantes de parcelamento do solo ou remembramento não regularmente aprovados pelo órgão competente do Poder Executivo Municipal, em conformidade com esta Lei.

Parágrafo único. Os responsáveis por parcelamentos não aprovados pelo Poder Executivo Municipal, ainda que implantados ou em fase de implantação, deverão procurar a secretaria competente do Poder Executivo Municipal para regularizarem os referidos parcelamentos, adaptando-os às exigências desta Lei.

Art. 17. Para a aprovação de reformulações em loteamentos já aprovados e registrados, deverá o interessado apresentar ao Poder Executivo Municipal:

I. o requerimento solicitando reformulação no loteamento registrado;

II. o requerimento e a declaração de concordância dos adquirentes assinados pelos mesmos ou seus representantes legais;

III. cópia do projeto original aprovado, com Alvará de Execução anterior;

IV. projeto das reformulações pretendidas.

Art. 18. A secretaria municipal competente analisará as reformulações solicitadas.

§1.º No caso de a reformulação que não implicarem em alteração do sistema viário e nos projetos de abastecimento de água e ou de coleta de esgoto, a secretaria competente procederá a indicação das modificações no Alvará.

§2.º No caso de reformulações complexas que implicarem em alterações das diretrizes do sistema viário, nos projetos de abastecimento de água e ou de coleta de esgoto, a secretaria competente analisará e, caso aprovado, expedirá novo Alvará e baixará novo Decreto, devendo permanecer os percentuais de áreas destinadas ao Município.

Art. 19. Nas aprovações de reformulações complexas, o interessado deverá apresentar todos os documentos descritos no Art. 9º -desta Lei.

Seção III

DOS LOTEAMENTOS EM ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL

Art. 20. Para os loteamentos situados em ZEIS - Zona Especial de Interesse Social, que se destinarem à finalidade de atender à demanda habitacional de baixa renda, regularização fundiária de ocupação consolidada ou remanejamento de lotes para famílias oriundas de ocupação em Áreas de Preservação Permanente, deverão ser estabelecidas regras especiais de elaboração, tramitação e aprovação, a critério da secretaria competente do Poder Executivo Municipal, com base no parecer da Câmara de Assessoramento Técnico específica e do Grupo Técnico Permanente.

§1.º Os loteamentos somente serão autorizados mediante prévia análise pelo Poder Executivo Municipal, o qual certificará a finalidade a que se destina o loteamento.

§2.º O valor máximo dos lotes a serem comercializados será estabelecido pela secretaria competente do Poder Executivo Municipal.

§3.º As vias de circulação propostas para o loteamento deverão articular-se com o sistema viário existente, e terão suas diretrizes e dimensões previamente estabelecidas pelo Poder Executivo Municipal, de acordo com a Lei de Sistema Viário.

§4.º No momento da aprovação do loteamento, serão transferidas ao Município as áreas que serão destinadas ao sistema de circulação, à implantação de equipamentos urbanos e comunitários, e espaços livres de uso público, sendo que o total da percentagem das áreas a serem transferidas ao Município não poderá ser inferior a 30% (trinta por cento) do total da área a ser lotadas, sendo:

I. 6% (seis por cento) do total da gleba destinada à implantação de equipamentos públicos comunitários e urbanos;

II. 4% (quatro por cento) do total da gleba destinada à implantação de áreas verdes;

III. 20% (vinte por cento) do total da gleba parcelada destinada ao sistema viário.

Art. 21. Para a aprovação de loteamentos situados em Zona Especial de Interesse Social que não se destinarem à finalidade de atender à demanda Habitacional de baixa renda, regularização fundiária ou remanejamento de lotes para famílias oriundas de ocupação em Áreas de Preservação Permanente, deverão ser seguidos os procedimentos estabelecidos para os demais loteamentos, os quais estão referidos na Seção II deste Capítulo.

§1.º A área mínima a ser observada nessa situação será a delimitada na Lei que dispõe sobre o zoneamento, o uso e ocupação do solo do Município de Matinhos;

§2.º O loteamento deverá obedecer aos demais requisitos exigidos na presente Lei.

Seção IV

DOS LOTEAMENTOS INDUSTRIAIS

Art. 22. Quando a área a ser parcelada situar-se em zona Industrial, previstas na Lei do Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano, e o parcelamento destinar-se a instalação de empreendimentos industriais, de iniciativa pública ou privada, serão aplicados os seguintes parâmetros:

I. a percentagem de áreas públicas não poderá ser inferior a 26% (vinte e seis por cento) devendo contemplar:

a) 6% (seis por cento) do total da gleba destinada à implantação de equipamentos públicos urbanos;

b) 20% (vinte por cento) do total da gleba destinada as vias de circulação.

II. nos casos em que a área institucional resultar em lote com dimensões inferiores aos parâmetros estabelecidos na Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano, a doação deverá ser, no mínimo, um lote;

III. a área institucional deverá ter inclinação inferior a 15% (quinze por cento);

IV. as áreas institucionais não poderão estar situadas nas faixas non aedificandi.

Parágrafo único. Será facultado ao loteador a redução do percentual estabelecido na alínea “a” do inciso I do caput deste artigo, desde que seja indenizado ao Município o valor equivalente a área reduzida, apurado com base no respectivo valor venal.

Seção IV

DO DESMEMBRAMENTO, UNIFICAÇÕES E SUAS APROVAÇÕES

Art. 23. Os desmembramentos e unificações de terrenos no Município de Matinhos deverão ter seus projetos previamente aprovados pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 24. O interessado em desmembrar ou unificar lotes deverá apresentar o pedido de aprovação acompanhado dos seguintes documentos:

I. planta de situação na escala 1:5.000, georreferenciada;

II. título de propriedade do imóvel;

III. planta na escala 1:1000 do desmembramento ou unificação com as divisas da área total, contendo a localização dos cursos d`água, bosques, áreas alagadiças, construções existentes e demais indicações topográficas que interessem;

IV. memorial descritivo, conforme modelo padrão do Poder Executivo Municipal;

V. documento comprovante de responsabilidade técnica do profissional habilitado junto ao conselho de classe competente referente aos desenhos apresentados.

§1.º No caso de desmembramento em que os lotes resultantes, para atenderem às dimensões mínimas exigidas pela Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo urbano, dependam de posterior unificação a outros lotes, o interessado deverá apresentar ambos os projetos num só processo de aprovação, anexando para tal, toda a documentação exigida neste Artigo para todos os lotes envolvidos no processo.

§2.º Os desenhos, apresentados deverão obedecer às características técnicas indicadas pela ABNT.

§3.º A planta do projeto deverá ser assinada pelo proprietário ou representante legal e pelo responsável técnico legalmente habilitado junto ao conselho de classe competente para execução dos respectivos serviços.

§4.º O responsável técnico deverá estar cadastrado no Município de Matinhos.

Seção V

DO REGISTRO E DA FISCALIZAÇÃO DO LOTEAMENTO E DESMEMBRAMENTO

Art. 25. Aprovado o projeto de loteamento ou desmembramento, o interessado deverá submetê-lo ao registro imobiliário no prazo de até 180 dias, sob pena de caducidade do ato, acompanhado dos documentos exigidos, pelo órgão competente, de acordo com o expresso na Lei Federal nº 6766/79, e suas respectivas alterações.

Parágrafo único. A comprovação da providência mencionada neste artigo será feita mediante certidão do registro de imóveis.

Art. 26. Uma vez realizadas as obras de que trata o Art. 13, inciso I desta Lei, o Poder Executivo Municipal, a requerimento do interessado e após as competentes vistorias, liberará as áreas caucionadas.

Art. 27. Caso as obras de que trata o Art. 13 desta Lei não tenham sido realizadas no prazo exigido, a contar da data de aprovação do loteamento, o Poder Executivo Municipal aplicará multa ao responsável e promoverá ação competente para adjudicar ao seu patrimônio as áreas caucionadas.

Parágrafo único. No caso da não realização pelo proprietário das obras de que trata o Art. 13 desta Lei, caberá ao Poder Executivo Municipal a realização das mesmas.

CAPÍTULO III

DO FRACIONAMENTO

Seção I

DOS CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS DE LOTES

Art. 28. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal aprovar projetos de instituição de Condomínios Fechados de Lotes na área urbana do Município de Matinhos.

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei, considera-se como Condomínio Horizontais de Lotes o parcelamento de solo, sob a forma da Lei Federal nº 4.591/64, e o Decreto-Lei nº271/67.

Art. 29. As obras previstas no artigo 8° da Lei nº 4.591/64, por força do artigo 3° do Decreto-Lei nº 271/67, são as obras de infraestrutura do empreendimento e a unidade autônoma será o lote e não a edificação sobre este.

Parágrafo único. A propriedade do sistema viário e dos equipamentos comunitários internos ao Condomínio, não passará ao Município, ao contrário, permanece como propriedade dos condôminos.

Art. 30. A instituição do condomínio por unidades autônomas deverá ocorrer na forma prevista da Lei Federal nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, em especial o previsto nos artigos 1 º ao 8°, e ainda por força do art. 3° do Decreto Lei 271 /67 devendo obedecer a padrões urbanísticos previstos na legislação municipal, no que lhe for aplicável.

Art. 31. Na instituição de condomínio por unidades autônomas, é obrigatória a instalação:

I. de redes de equipamentos para o abastecimento de água potável,

II. de energia elétrica e iluminação nas vias condominiais,

III. de rede de esgotos sanitários,

IV. de vias de circulação interna pavimentadas, providas de meio fio com sarjetas, galerias de águas pluviais e calçadas pavimentadas;

§1.º Obrigatoriamente as referidas infraestruturas de que se tratam os incisos do caput deste artigo deverão ser previstas no respectivo projeto previamente aprovado pelo Poder Executivo Municipal.

§2.º É obrigatório que em todas as redes de energia elétrica, de água potável e de esgoto que compuserem os Condomínios Horizontais de Lotes, seus projetos estejam rigorosamente de conformidade com as leis pertinentes e normas técnicas exigidas pelas respectivas concessionárias de energia elétrica e de abastecimento e tratamento de água e esgoto.

§3.º As redes de galerias de águas pluviais devem ser dimensionadas tecnicamente de acordo com o fluxo de água previsto para as vias que comporão o condomínio.

§4.º A pavimentação das vias de circulação interna do condomínio deverá ser realizada com blocos intertravados de concreto ou pavimentação asfáltica, dentro das normas da ABNT, tecnicamente apropriados para a circulação prevista nas referidas vias, acompanhado do devido documento comprovante da responsabilidade técnica do profissional habilitado no conselho de classe competente.

§5.º As calçadas de uso comum do condomínio, deverão ser pavimentadas de acordo com a Legislação Municipal contida no Plano Diretor, atendendo os requisitos de acessibilidade constantes na presente lei e nas normas técnicas brasileiras de acessibilidade.

Art. 32. O fechamento da área externa do entorno do terreno destinado ao Condomínio Horizontal de Lotes, deverá ser edificado em muros de alvenaria de tijolos, blocos de cimento, alambrados ou grades de ferro, os quais deverão possuir no mínimo 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) e no máximo 3,00m (três metros) de altura.

§1.º Nas áreas internas de terrenos que constituírem o Condomínio, denominadas de Unidades Autônomas, deverá a Convenção Condominial definir qual a forma a ser adotada para cercar a mesma.

§2.º A coleta interna do lixo domiciliar é de inteira responsabilidade do condomínio, o qual, após a captação, deve depositar o material em locais apropriados, fechados e com ventilação e de fácil acesso ao serviço de coleta pública de lixo.

§3.º Os coletores de lixo deverão ser diretamente voltados para a via pública e possuir faixa de acesso, área de manobra e vaga rotativa para o recolhimento do lixo, conforme as normas técnicas brasileiras de acessibilidade em vigor;

Art. 33. O acesso ao condomínio deverá ser controlado por guarita e cancela e dispor de faixa de acesso.

§1.º Nos acessos por cancela que possuírem cobertura, esta deverá possuir altura mínima de 4,20m (quatro metros e vinte centímetros) de vão livre.

§2.º Em todos os acessos para veículos, a largura mínima do vão de entrada e ou saída deverá ser de no mínimo 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de largura, bem como ter calçada pública de acesso e saída para pedestres independente.

§3.º Junto às aberturas citadas no caput deste artigo e no limite com o sistema viário, deverá ser instalado espaço para a localização de medidores de energia elétrica e de água tratada, coletores de correspondência, coletores de lixo e todos os demais equipamentos necessários ao suporte condominial, tais como cabos telefônicos, para internet, TV a cabo etc.

Art. 34. O Poder Executivo Municipal autorizará a instituição de condomínios por unidades autônomas, ainda que os respectivos projetos não contenham o que prevê o § lº do Art. 32 da presente Lei.

Art. 35. Os Condomínios Horizontais de Lotes serão constituídos de frações ideais de terreno de utilização exclusiva, que serão designadas de Unidades Autônomas de Terreno (UAT), sobre as quais serão edificadas residências abrangendo, ainda, áreas para jardim e quintal.

§1.º Será disponibilizado no mínimo 5% (cinco por cento) da área total do condomínio para uso comum de recreação ou lazer dos condôminos e para edificações condominiais, bem como no mínimo de 10% (dez por cento) da área para vias de circulação interna.

§2.º Cabe ao empreendedor reservar no mínimo 5% da área total do condomínio a título de área verde ou implantar arborização na testada de cada lote e nas áreas comuns.

Art. 36. Na implantação do Condomínio Horizontal de Lotes o empreendedor deverá atender às áreas a serem transferidas ao Município para a implantação de equipamentos urbanos e comunitários e para a implantação e construção de praças, conforme Art. 6º -da presente Lei.

Parágrafo único. As áreas de que se trata o caput deste artigo deverão localizar-se em área externa ao condomínio.

Art. 37. As Unidades Autônomas de Terreno (UAT), de uso exclusivo ou privativo que integrarem o condomínio formado por gleba de terras que não tiverem sido objeto de parcelamento anterior, não poderão ter área total e frente, mínima, inferiores às previstas na legislação federal que dispõe sobre parcelamento do solo urbano, vigentes na época da aprovação do projeto de Condomínio Horizontal de Lotes.

Art. 38. A menor fração ideal do terreno corresponderá a uma área nunca inferior a área mínima da unidade de terreno, definida pela lei que dispõe sobre o uso e ocupação do solo vigente.

Parágrafo único. Não será permitido o fracionamento as Unidades Autônomas de Terrenos (UAT), após aprovação do projeto junto ao Poder Executivo Municipal.

Art. 39. A Instituição do condomínio de que trata esta Seção e sua aprovação pelo Poder Executivo Municipal, com o respectivo registro no Ofício Imobiliário, poderá estar vinculado à aprovação simultânea dos projetos das edificações futuras, desde que atendendo o estabelecido na Seção II deste Capítulo.

Art. 40. Na hipótese de as Unidades Habitacionais não integrarem um único projeto arquitetônico, mas sejam objeto de projeto próprio por parte de cada um dos titulares de Unidades Autônomas de Terreno (UAT), cada unidade habitacional será considerada uma Unidade Autônoma, por força e nos limites da Lei nº 4.591/64 e da legislação municipal que disciplina sobre edificações.

Parágrafo único. Para efeitos do disposto neste artigo, os parâmetros de cada edificação, serão sempre considerados individualmente para cada Unidade Autônoma de Terreno (UAT) e as construções destinadas no uso e funcionamento comum do condomínio deverão ter projetos únicos, em nome do condomínio.

Art. 41. A aprovação da construção de condomínios de que trata esta Seção, deverá ser precedida do encaminhamento ao Poder Executivo Municipal, de Projeto com Memorial Descritivo e Minuta da futura Convenção de Condomínio, nos quais deverão estar definidas todas as diretrizes básicas para sua implantação, devendo a Convenção de Condomínio, preencher os requisitos da Lei Federal nº 4.591/64.

§1.º A convenção de Condomínio definitiva deverá ser registrada no Cartório de Registro de Imóveis competente, juntamente com o arquivamento do Projeto Definitivo, devidamente aprovado pelo Poder Executivo Municipal.

§2.º Uma via da Instituição e Convenção de Condomínio, depois de registrada no Cartório de Registro de Imóveis competente, deverá ser arquivada na Prefeitura Municipal, integrando o processo administrativo de aprovação do Condomínio Horizontal de Lotes.

Art. 42. A constituição de condomínios na forma prevista nesta Lei deverá obedecer ainda às seguintes diretrizes:

I. não há limite de áreas total máxima, ou de testada para logradouro público, para a implantação de condomínio, devendo o Poder Executivo Municipal analisar sua viabilidade, levando em consideração a rede viária já existente e a possível;

I. não bloquear as vias arteriais, coletoras e suas projeções;

II. todas as unidades autônomas de terreno, áreas de lazer e áreas de uso comum, deverão possuir acesso direto e exclusivo ao sistema viário do condomínio;

III. as passagens particulares destinadas ao acesso às unidades privativas do condomínio residencial de lotes fechados deverão possuir largura mínima de 10,00m (dez metros) devidamente pavimentadas, iluminada com lâmpadas do tipo LED e 1,20m (um metro e vinte centímetros) de calçadas de cada lado;

IV. o afastamento dos esgotos sanitários dos condomínios, até o limite final deste, deverá ocorrer por meios possibilitados pela técnica própria e aprovação pela concessionária competente, sendo que será de responsabilidade do condomínio a realização das obras necessárias ao referido escoamento, ficando vedada a aprovação de empreendimento que não tenha previsão para atender esta condição;

V. dispor de vagas automotivas para visitantes conforme legislação municipal correlata, com um total mínimo de 1/10 (um décimo) do total das unidades autônomas de terrenos (UAT), podendo ser fixadas vagas reservadas para tanto nas vias de acesso aos lotes de UAT, em uma de suas laterais;

VI. dispor de vagas exclusivas para serviços, conforme Código de Obras do Município, sendo, no mínimo de 1/10 (um décimo) das vagas dispostas conforme estabelecido no inciso VII deste artigo;

VII. das vagas previstas no inciso VIII deste artigo, o Condomínio Horizontal de Lotes destinará 5% (cinco por cento) para uso exclusivo de idosos, ou Pessoas com Deficiências;

VIII. das vagas previstas no inciso VIII deste artigo, retro, o Condomínio Horizontal de Lotes destinará 5% (cinco por cento) para estacionamento exclusivo de motocicletas;

IX. a responsabilidade pela execução de infraestrutura básica no interior do condomínio é exclusiva do empreendedor ou do condomínio e, em nenhuma hipótese, da municipalidade;

X. é responsabilidade exclusiva dos condôminos a execução e manutenção das infraestruturas exigidas pelos Órgãos competentes, após análise prévia destes e exigidos pelo Poder Executivo Municipal, referentes às infraestruturas e ao meio ambiente do local a ser implantado, bem como dos equipamentos, arborização e poda nas praças, bosques e vias internas do condomínio;

XI. todas as calçadas e vias devem ser adequadas para perfeita acessibilidade de Pessoas com Deficiência e Pessoas com Mobilidade Reduzida, devendo os rebaixamentos do calçamento para acesso de veículos ter especificidade para cadeirantes, assim como rebaixamento nas esquinas, a viabilizar livre trânsito aos especiais;

Parágrafo único. Além de atender ao que se trata nesta Seção, a implementação de condomínios deverá atender, quando necessário, as demais exigências desta legislação.

Art. 43. Os detritos oriundos de esgotamento sanitário devem ser lançados na rede pública de esgoto.

Art. 44. Não será permitido o parcelamento do solo na forma de Condomínio Horizontal de Lotes quando:

I. for prejudicial ou conflitar com o interesse de proteção dos aspectos paisagísticos, ambientais, culturais e arquitetônicos existentes.

II. não for observada a lei que dispõe sobre o uso e ocupação do solo.

Seção II

DOS CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS DE CASAS

Art. 45. Os projetos destinados a edificações em Condomínio Horizontal de Casas, através de áreas fracionadas em partes ideais de uso e não desmembradas, basear-se-ão, no que couber, ao disposto nesta Lei e nas legislações estadual e federal pertinentes.

§1.º Só serão aprovados projetos destinados à implantação de Condomínios Horizontais de Casas, desde que concomitantemente a ele aprove-se as respectivas construções a que ele se destinar e regulamento interno próprio, vinculado por escritura pública aos fracionamentos propostos, sendo que a ocupação total deverá atender os parâmetros estabelecidos na Lei de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo para a Zona em que se encontra, sendo eles:

I. taxa de ocupação,

II. coeficiente de aproveitamento,

III. recuos mínimos,

IV. número máximo de pavimentos e;

V. taxa mínima de permeabilidade.

§2.º As construções a serem executadas no condomínio estarão sujeitas a todos os procedimentos legais de aprovação definidos na legislação municipal em vigor.

§3.º Os parâmetros construtivos incidirão de igual maneira para cada UAT, bem como para a totalidade do lote.

Art. 46. O Condomínio Horizontal de Casas se adequará ao traçado do sistema viário básico, às diretrizes urbanísticas e de preservação ambiental determinadas pelo Município, à Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano, de modo a assegurar a integração do empreendimento com a estrutura urbana existente.

§1.º A implantação de Condomínio Horizontal de Casas está sujeita às disposições urbanísticas referentes ao sistema viário, definidas na Lei do Sistema Viário, mesmo que se trate de vias particulares.

§2.º Os Condomínios não poderão prejudicar o acesso público até margens de rios e canais, não podendo cercá-las para uso privativo, na conformidade do artigo 66 do Código Civil Brasileiro, devendo ser reservadas nessas confrontações, faixas de 30,00m (trinta metros) de largura, no mínimo, para preservação ambiental nos casos em que o rio apresentar até 10,00m (dez metros) de largura.

§3.º Os Condomínios somente serão permitidos nas zonas onde se permitam usos habitacionais e agrupamentos residenciais, assim definidos na Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano.

§4.º A ocupação proposta pelo empreendimento não poderá exceder em nenhum caso os parâmetros estabelecidos para a zona em que se insere a gleba.

Art. 47. Os Condomínios Horizontais de Casas atenderão obrigatoriamente as seguintes exigências:

I. as faixas de circulação deverão ter as seguintes dimensões mínimas:

a) 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros), quando destinados a pedestres;

b) 5 m (cinco metros), sendo 4 m (quatro metros) de pista e 1m (um metro) de passeio;

c) e demais exigências estabelecidas na Lei do Sistema Viário.

II. as áreas de acesso serão revestidas com pavimento permeável;

III. o terreno será convenientemente drenado, sendo que a vazão de saída deverá ser devidamente calculada, antes da implantação do empreendimento;

IV. os limites externos do condomínio poderão ser circundados por grades e outras formas de vedação, sem impedir a aeração, conforme se restrinja por regulamento a construção de muros divisórios internos, entre as frações;

V. a infraestrutura exigida é regulamentada nesta Lei, devendo apresentar as seguintes obras de urbanização interna, no mínimo:

a) meio-fio e pavimentação nas vias internas;

b) rede de abastecimento de água;

c) redes de energia e iluminação pública interna com luminárias do tipo LED;

d) galerias de águas pluviais;

e) paisagismo de acordo com o estabelecido no Plano Municipal de Arborização;

f) coleta, tratamento e destinação final do esgoto;

g) solução para coleta, depósito e destinação final de resíduos sólidos ou lixo domiciliar.

VI. reserva de área para estacionamento de veículos no interior do Condomínio, conforme estabelecido na Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano;

VII. reserva de área interna destinada ao uso de recreação dos condôminos, na proporção mínima de 10% (dez por cento) da área total do condomínio, excluídas deste percentual as áreas destinadas às vias de circulação interna;

Seção III

DA APROVAÇÃO DE CONDOMÍNIOS

Art. 48. Antes da elaboração do projeto de condomínio, o interessado deverá apresentar o requerimento de CONSULTA PRÉVIA acompanhado dos mesmos documentos previstos no Art. 7º desta Lei.

Art. 49. O Poder Executivo Municipal, após análise de toda a documentação enviada, emitirá parecer referente às exigências que deverão ser respeitadas pelo empreendedor em seu projeto.

Art. 50. Após a CONSULTA PRÉVIA, para a aprovação final, o loteador deverá apresentar o projeto completo de condomínio contendo:

I. parecer favorável do Poder Executivo Municipal com relação ao condomínio no imóvel proposto;

II. implantação do Condomínio na escala 1:1.000;

III. título de propriedade do imóvel;

IV. projeto arquitetônico das edificações e do aproveitamento desejado, observado o padrão de normas técnicas;

V. estatuto, convenção ou Regulamento Próprio condominial, com inserção indispensável das obrigações reservadas para o condomínio por esta Lei, sobre o qual o Poder Executivo Municipal poderá ou não, exigir parecer ou relatório ambiental prévios;

VI. minuta do contrato de compromisso de compra e venda a ser firmado entre vendedores e compradores das frações, em cujo instrumento deverá constar o Regulamento Próprio e interno ao empreendimento;

VII. documento comprovante de responsabilidade técnica do profissional habilitado junto ao conselho de classe competente referente aos desenhos apresentados;

VIII. laudo de viabilidade de abastecimento de água e de coleta do esgotamento sanitário (SANEPAR);

IX. projeto de iluminação com luminárias tipo LED.

§1.º Os projetos apresentados deverão obedecer às características técnicas indicadas pela ABNT.

§2.º A planta do projeto deverá ser assinada pelo proprietário e pelo responsável técnico legalmente habilitado pelo conselho de classe competente para execução dos respectivos serviços.

§3.º O responsável técnico deverá estar cadastrado no Município.

Art. 51. O projeto devidamente aprovado pelo Município para Implantação de condomínio, será levado obrigatoriamente para averbação a matrícula junto ao Registro Imobiliário competente, cujo ato vinculará o empreendimento a Regulamento Próprio, no qual deverá constar que o uso da área total se presta tão somente para condomínio, sendo proibido seu desmembramento em lotes individualizados que contrariem a forma originalmente aprovada, salvo nos casos em que haja possibilidade de adequá-lo, no todo ou em parte, àquilo que está estabelecido, por Lei, para os loteamentos.

Art. 52. O Condomínio aprovado pela municipalidade não poderá sofrer qualquer modificação ou alteração na sua forma original sem prévia autorização do Município.

Art. 53. Cabe exclusivamente aos condôminos a responsabilidade e ônus pela indispensável limpeza, manutenção e preservação de vias, espaços, logradouros e áreas internas de uso exclusivo do condomínio, assim como as obras de urbanização interna, enumeradas no item VI do Art. 47, desta Lei.

Art. 54. Para a aprovação de projetos de Condomínio Horizontal de Lotes com número superior a 500 (quinhentas) UAT, deverá ser observada, além dos requisitos da presente Lei, aqueles previstos na lei que dispõe sobre o uso e ocupação do solo urbano, inclusive a elaboração do Estudo Prévio de Impactos de Vizinhança (EPIV).

Art. 55. Todos os documentos apresentados ao Poder Executivo Municipal, visando à aprovação do condomínio, deverão ser originais ou em cópias devidamente autenticadas e assinadas pelo profissional responsável habilitado, acompanhados do documento que comprove a responsabilidade técnica junto aos conselhos de classe competentes.

Parágrafo único. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de recursos constantes de dotação orçamentária própria, e suplementada se necessário.

Art. 56. Caso venham os condôminos optar pela transformação de Condomínio Horizontal para Loteamento Aberto, ou outro modelo possível, deverão obedecer à legislação própria e aplicável à época, bem como arcar com os ônus decorrentes.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 57. Fica sujeito a multa correspondente a 1 UFM (Unidade Fiscal do Município) por metro quadrado de área, vigente em Matinhos, todo aquele que, a partir da data da publicação da presente Lei, efetuar arruamento, loteamento ou desmembramento de terreno neste Município sem a prévia autorização dos órgãos competentes.

Parágrafo único. O pagamento da multa não eximirá o responsável das demais ações legais.

Art. 58. Nenhum benefício urbano, executado por iniciativa do Poder Executivo Municipal, será estendido a terrenos arruados ou loteados sem a prévia aprovação do Poder Executivo Municipal, mormente no que concerne a revestimento, pavimentação ou melhoria nas vias públicas, canalizações de rios, córregos ou valas de drenagens, limpeza urbana, coleta de lixo, rede de iluminação, serviço de transporte coletivo, emplacamento de logradouros ou numeração predial.

Parágrafo único. A denominação e o emplacamento dos logradouros públicos e particulares, executados às expensas do Loteador, assim como a numeração das edificações, executada às expensas dos Proprietários, é ação privativa a exclusiva do Poder Público Municipal.

Art. 59. Os lotes resultantes de LOTEAMENTO serão isentos de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU pelo prazo de 2 (dois) anos, a contar da data de aprovação do loteamento, ou até a data de conclusão do loteamento, se esta ocorrer primeiro.

Art. 60. Nas desapropriações, não se indenizarão as benfeitorias ou construções realizadas em loteamentos irregulares, nem se considerarão como terrenos loteados, para fins de indenização, as glebas que forem arruadas, loteadas ou desmembradas sem autorização municipal.

Art. 61. Tão logo chegue ao conhecimento do Poder Executivo Municipal, após a publicação desta Lei, da existência de um arruamento, loteamento ou desmembramento de terreno, constituído sem autorização municipal, o responsável pela irregularidade será notificado pela secretaria competente do Poder Executivo Municipal, para efetuar o pagamento da multa prevista no Art. 57 desta Lei, e terá o prazo de 20 (vinte) dias úteis para regularizar a situação do imóvel.

Art. 62. Fica revogada a Lei nº 1.049, de 16 de outubro de 2006.

Art. 63. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Matinhos, 15 de dezembro de 2025.

EDUARDO ANTONIO DALMORA

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 2.737/2025

SÚMULA: Dispõe sobre o Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano de Matinhos, revoga as Leis nº 1.068, de 08 de dezembro de 2006, e nº 1.911, de 17 de novembro de 2017, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Matinhos, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei faz parte da Revisão do Plano Diretor Municipal de Matinhos e define o zoneamento de uso e ocupação do solo da área urbana do Município de Matinhos.

Parágrafo único. São partes integrantes desta Lei, como complemento ao presente texto, os seguintes anexos:

I. Anexo I - Classificação dos Usos;

II. Anexo II – Mapa de Zoneamento;

III. Anexo III – Parâmetros de Uso e Ocupação por Zona;

IV. Anexo IV – Número de vagas destinada a estacionamento.

V. Usos permissíveis para a Macrozona Periurbana (MPU).

Art. 2º A organização do espaço urbano de Matinhos é definida por esta Lei através de Zonas, cada qual com parâmetros urbanísticos específicos (ocupação) e atividades compatíveis pré-delimitadas (uso).

Parágrafo único. São objetivos desta Lei:

I. Garantir a função social da propriedade e igualdade de direitos no que se refere aos potenciais de ocupação do solo urbano;

II. Orientar a ocupação e utilização do solo quanto ao uso, quanto à distribuição da população e quanto ao desempenho das funções urbanas;

III. Harmonizar a implantação de atividades e usos diferenciados entre si, mas complementares, dentro das porções homogêneas do espaço urbano.

Art. 3º As edificações, obras e serviços públicos ou particulares, de iniciativa ou a cargo de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, ficam sujeitos às diretrizes e critérios estabelecidos nesta Lei.

Parágrafo único. Todas as construções ou ocupações territoriais e todas as localizações funcionais de atividade dependerão de licença da Administração Municipal.

SEÇÃO ÚNICA

CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Art. 4º Para fins de aplicação da presente Lei são adotados os conceitos e definições abaixo enumerados:

I. Afastamento: é a menor distância entre duas edificações, ou entre uma edificação e as linhas divisórias do lote onde ela se situa.

II. Coeficiente de aproveitamento: é a relação entre a área total computável e a área total do lote.

III. Comércio: atividade pela qual fica definida uma relação de troca, visando um lucro e estabelecendo-se a circulação de mercadorias.

IV. Equipamentos sociais e comunitários: edificações que acomodam os usos e atividades de interesse social e comunitário, tanto do setor público como da iniciativa privada, tais como estabelecimentos culturais, de ensino, de culto, de saúde e assistência social, estabelecimentos administrativos do setor público.

V. Indústria: é atividade da qual resulta a produção de bens pela transformação de insumos.

VI. Outras indústrias: são as atividades industriais que, em função da área construída demandada ou da maior geração de empregos, não possam ser classificadas em outras categorias, bem como aquelas de natureza nociva, perigosa ou poluidora de qualquer porte.

VII. Recuo frontal: é a distância entre a parede frontal da edificação e o alinhamento predial do logradouro, geralmente exigido para fins de reserva com vistas a um eventual alargamento do logradouro ou para aumentar o distanciamento entre as testadas das edificações.

VIII. Serviço: é atividade, remunerada ou não, pela qual fica caracterizado o préstimo da mão-de-obra ou assistência física, intelectual ou espiritual.

IX. Setor especial: é a porção da cidade definida a partir de um fator condicionante ou limitante, e cuja implantação exige uma especial atenção da Administração Municipal.

X. Taxa de ocupação: é a relação entre a área de projeção da edificação e a área do lote, sendo que beirais, sacadas e varandas de até 1,20 (um metro e vinte centímetros) de profundidade não serão incluídos na área de projeção.

XI. Uso do solo: é a atividade ou conjunto de atividades desenvolvidas nas edificações a serem implantadas em um determinado lote ou zona.

XII. Zona: é cada porção da cidade com uma conceituação específica e sujeita a regimes urbanísticos próprios e diferenciados.

CAPÍTULO II

DO ZONEAMENTO

Art. 5º - Entende-se por Zoneamento, para efeito desta Lei, a divisão das áreas urbanas do município em zonas e setores de usos e ocupações distintos, segundo os critérios de usos

predominantes e de aglutinação de usos afins e separação de usos conflitantes, objetivando a ordenação do território e o desenvolvimento urbano.

Parágrafo único. O Zoneamento de Matinhos é delimitado conforme o Anexo II desta Lei.

Art. 6º A área urbana de Matinhos fica dividida, conforme suas especificidades, nas seguintes Zonas de Uso e Ocupação:

I. Zonas Residenciais:

a) Zona Balneária 1 (ZB1) – faixa urbanizada mais próxima à orla, com impacto direto na paisagem turística de Matinhos.

b) Zona Balneária 2 (ZB2) – faixa urbanizada mais próxima à orla da Praia Mansa, compreendida entre a Avenida Manoel Ribas e Rua Presidente Kennedy.

c) Zona Balneária 3 (ZB3) – faixa urbanizada mais próxima à orla da Praia Mansa, compreendida entre a Avenida Agílio Leão de Macedo e Avenida Manoel Ribas.

d) Zona Residencial 1 (ZR1) – zona predominantemente residencial intermediária entre a Zona Balneária e as demais zonas residenciais.

e) Zona Residencial 2 (ZR2) – zona predominantemente residencial de maior densidade.

f) Zona Residencial 3 (ZR3) – zona predominantemente residencial de menor densidade.

II. Zonas Comerciais:

a) Zona Central (ZC) – área central do município, com predominância de comércios, serviços e usos institucionais.

b) Zona de Uso Comercial 1 (ZUC1) – eixos estratégicos para a concentração de comércio e serviços, com menor gabarito de altura pela proximidade à orla, sendo eles: Avenida Paranaguá, Avenida Pref. Dr. Roque Vernalha, Rua da Fonte, Rua do Sossego e Rua Sátiro P. de Oliveira.

c) Zona de Uso Comercial 2 (ZUC2) – eixos estratégicos para a concentração de comércio e serviços, com maior gabarito de altura, sendo eles: Avenida Curitiba, Avenida Juscelino Kubitscheck de Oliveira e Avenida José Artur Zanluti.

III. Zonas Especiais:

a) Zona Especial Pesqueira (ZEP) – zona destinada prioritariamente a atender as atividades de interesse social, turístico e ambiental, de infraestrutura e de segurança da comunidade pesqueira.

b) Zona Especial Industrial (ZEI) – área reservada às indústrias não poluentes, cujo licenciamento poderá ser precedido de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), nos moldes da Lei do Plano Diretor e outras regulamentações específicas.

c) Zona Especial de Interesse Social 1 (ZEIS1) – zona de uso residencial destinada à regularização fundiária e à implantação de moradias de interesse social;

d) Zona Especial de Interesse Social 2 (ZEIS2) – ocupação em área de preservação permanente, parque ou de risco, com possibilidade de realocação dos moradores através da realização de programas públicos de moradia de interesse social.

e) Zona de Densidade Restrita 1 (ZDR1) – caracterizada pelas áreas já ocupadas que permeiam a Zona de Restrição Máxima (ZRM) do Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange e demais Unidades de Conservação, incluindo também zonas de mata remanescente, áreas de interesse ambiental e ecossistemas frágeis, onde se busca manter índices de adensamento urbano inferiores aos demais zoneamentos, com o objetivo de preservar as características naturais e reduzir os impactos sobre o meio ambiente.

IV. Zonas Restritivas:

a) Unidade de Conservação (UC) – área destinada exclusivamente à proteção ambiental, composta pelos Parques Municipais Tabuleiro, Praia Grande, Sertãozinho, Morro do Sambaqui e Morro do Boi.

b) Zona de Restrição Ambiental (ZRA) – áreas de interesse ambiental para conservação e recuperação, as quais poderão ser destinadas exclusivamente aos equipamentos públicos com fins de lazer, científico, ambiental, segurança ou turismo, entre outros, desde que não haja impermeabilização do solo e seja feito em áreas já abertas. A instalação dependerá de aprovação prévia da Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento. É permitida a instalação de estrutura móvel, sem fundações fixas, mediante aprovação de projeto junto à Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento.

c) Zona de Restrição Máxima (ZRM) – caracterizada como zona destinada prioritariamente à proteção ambiental, onde não será permitido nenhum tipo de ocupação, exceto equipamentos públicos de lazer, esporte e turismo e meio ambiente, ou estruturas móveis, sem impermeabilização do solo e em áreas já abertas, e apenas reformas sem ganho de área das edificações existentes, todas com devida autorização/permissão do projeto na Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento Urbano.

d) Zona de Densidade Restrita 1 (ZDR1) – caracterizada pelas áreas já ocupadas que permeiam a Zona de Restrição Máxima (ZRM) do Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange e demais Unidades de Conservação, incluindo também zonas de mata remanescente, áreas de interesse ambiental e ecossistemas frágeis, onde se busca manter índices de adensamento urbano inferiores aos demais zoneamentos, com o objetivo de preservar as características naturais e reduzir os impactos sobre o meio ambiente.

e) Zona de Densidade Restrita 2 (ZDR2) – caracterizada como zona voltada à preservação de áreas verdes, com uso permitido para mini chácaras com propósito de lazer e grandes lotes de baixa densidade, como estratégia de contenção à expansão urbana.

f) Macrozona Periurbana (MPU) – caracterizada por uma faixa entre o perímetro urbano e a área rural, localizada em área externa ao perímetro, de 150m (cento e cinquenta metros) de largura, conforme a extensão do perímetro urbano, destinada a centros de pesquisa e tecnologia, turismo de natureza e ecoturismo, saúde, bem-estar e espiritualidade, habitação e ocupação sustentável, produção sustentável e educação, cultura e conhecimento, conforme definidos no Anexo V, parte integrante desta Lei.

g) Área de Preservação Permanente (APP) – áreas delimitadas e regidas pela Lei Federal nº 12.651/2012.

h) Praças – áreas inalienáveis de uso público.

Parágrafo único. Os parâmetros de uso e ocupação para cada Zona estão delimitados no Anexo III desta Lei.

Art. 7º Nas áreas marcadas como Área de Preservação Permanente no Mapa de Zoneamento, Anexo II desta Lei, bem como nas APPs existentes e não mapeadas, devem vigorar as dimensões dispostas pela legislação federal ambiental, medidas a partir da posição real do curso d'água, estando ele canalizado ou não.

Art. 8º As áreas com vegetação nativa nas distintas zonas urbanas seguem a legislação ambiental vigente, em especial os parâmetros definidos pelo Código Florestal Brasileiro, Lei Federal n.º 12.651/2012 e suas futuras alterações, na Lei Federal n.º 11.428/2006 e suas futuras alterações, no Decreto Federal n.º 6.660/2008 e suas futuras alterações, em consonância com o Plano Municipal da Mata Atlântica de Matinhos.

CAPÍTULO III

DO USO

Art. 9º Os usos do solo permitidos, permissíveis e proibidos para cada zona estão definidos no Anexo IV, parte integrante e complementar desta Lei.

Art. 10. Os usos do solo urbano serão classificados quanto ao grau de adequação à zona, quanto à escala do empreendimento e quanto à natureza.

Art. 11. Os usos serão classificados quanto ao grau de adequação em:

I. Permitidos, quando adequados à Zona.

II. Permissíveis: passíveis de serem admitidos na Zona, mediante:

a) Análise prévia do projeto e aprovação pelo Conselho Municipal da Cidade de Matinhos (CONCIDADE);

b) Elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), quando se enquadrar em um dos casos previstos na Lei do Plano Diretor de Matinhos.

III. Proibidos, quando inadequados à zona.

Parágrafo único. Os usos permissíveis terão sua licença condicionada à análise prévia do projeto e sua aprovação por parte do CONCIDADE, devendo permanecer inalterados os parâmetros de ocupação da Zona onde se situará a obra ou iniciativa.

Art. 12. Os usos serão classificados quanto à escala em:

I. Quando se tratar de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços:

a) Pequeno porte: área construída não superior a 100 m² (cem metros quadrados).

b) Médio porte: área construída entre 100 (cem) e 500 m² (quinhentos metros quadrados).

c) Grande porte: área construída superior a 500 m² (quinhentos metros quadrados).

II. Quando se tratar de estabelecimentos industriais:

a) Porte caseiro: instalada em conjunto com a habitação, e que envolve até 05 (cinco) pessoas trabalhando no local.

b) Porte micro: área construída não superior a 180 m² (cento e oitenta metros quadrados), envolvendo até 10 (dez) pessoas trabalhando no local.

c) Indústria de pequeno porte: área construída entre 180 (cento e oitenta) e 500 m² (quinhentos metros quadrados), envolvendo até 15 (quinze) pessoas trabalhando no local.

d) Indústria de médio porte: área construída entre 500 (quinhentos) e 1.000 m² (mil metros quadrados), envolvendo até 50 (cinquenta) pessoas trabalhando no local.

e) Indústria de grande porte: área construída superior a 1.000,00 m² (mil metros quadrados), envolvendo mais de 50 (cinquenta) pessoas trabalhando no local.

III. Quando se tratar de equipamentos sociais e comunitários:

a) Equipamentos vicinais: área construída não superior a 500,00 m² (quinhentos metros quadrados).

b) Equipamentos distritais: área construída entre 500 (quinhentos) e 1.000 m² (mil metros quadrados).

c) Equipamentos regionais: área construída superior a 1.000 m² (mil metros quadrados).

Art. 13. Os usos serão classificados quanto ao risco das atividades desenvolvidas em:

I. Não-incômoda: atividade ou uso que não produza ruídos, trepidações, gases, poeiras, exalações ou significativa perturbação no tráfego local.

II. Incômoda: atividade ou uso capaz de produzir ruídos, trepidações, gases, poeiras, exalações ou significativa perturbação no tráfego local.

III. Nociva: atividade ou uso capaz de causar poluição de qualquer natureza em grau e intensidade incompatíveis com a presença do ser humano e com a necessidade de uma conveniente preservação do meio ambiente natural.

IV. Poluente: atividades que impliquem na manipulação de ingredientes, matérias-primas ou processo que prejudiquem a saúde ou cujos resíduos sólidos, líquidos ou gasosos possam poluir a atmosfera, o solo e/ou os cursos d'água;

V. Perigosa: atividade ou uso capaz de pôr em risco a vida de pessoas e a integridade física de edificações vizinhas.

Art. 14. Os usos do solo serão classificados quanto à sua natureza em:

I. Habitação (H):

a) Habitação unifamiliar (H1);

b) Habitação multifamiliar (H2);

c) Habitação coletiva multifamiliar (H3);

d) Conjunto residencial (H4);

e) Habitação de interesse social (H5);

f) Habitação de caráter temporário (H6).

II. Comércio e serviço (CS):

a) Comércio e serviço de pequeno porte (CS1);

b) Comércio e serviço de médio porte (CS2);

c) Hotéis e similares (CS3);

d) Comércio e serviço de grande porte (CS4);

e) Supermercados, hipermercados e shoppings (CS5);

f) Silos, armazéns e empórios atacadistas (CS6);

g) Estacionamentos (CS7).

III. Equipamentos sociais e comunitários (E):

a) Equipamentos sociais e comunitários vicinais (E1);

b) Equipamentos sociais e comunitários distritais (E2);

c) Equipamentos sociais e comunitários regionais (E3);

d) Complexos educacionais e hospitalares (E4);

e) Complexos clubísticos, de recreação ou de lazer, pousadas (E5).

IV. Atividades produtivas ou usos industriais (I):

a) Indústria caseira (I1);

b) Indústria micro (I2);

c) Indústria de pequeno porte (I3);

d) Indústria de médio porte (I4);

e) Indústria de grande porte (I5);

f) Indústria naval de qualquer porte (I6).

VI. Atividades estratégicas macrorregionais:

a) De interesse turístico, cultural, científico ou ambiental (M1);

b) De interesse portuário e de implantação de estaleiros (M2);

c) De infraestrutura ou de segurança (M3).

CAPÍTULO IV

DA OCUPAÇÃO

Art. 15. Os índices urbanísticos referentes à ocupação do solo em cada Zona são expressos no Anexo III, parte integrante desta Lei, onde são estabelecidos: área mínima do lote, testada mínima do lote, taxa de ocupação máxima, taxa de permeabilidade mínima, coeficiente de aproveitamento básico, altura máxima em pavimentos, recuo mínimo frontal, recuo mínimo lateral, recuo mínimo dos fundos, coeficiente de aproveitamento máximo e altura máxima com outorga onerosa do direito de construir.

§1.º Lotes que forem unificados e que possuam zoneamentos distintos deverão obedecer aos parâmetros do zoneamento correspondente à frente voltada para via de maior hierarquia, conforme classificação na Lei do Sistema Viário.

§2.º Quando não puder ser usado o critério estabelecido no §1º deste Artigo, o zoneamento predominante será o que corresponde à maior área do lote.

SEÇÃO I

DO TAMANHO DO LOTE

Art. 16. Os índices urbanísticos referentes à área mínima e testada mínima, expressos no Anexo III desta Lei, serão aplicados para a aprovação de novos loteamentos ou no caso de desmembramento ou subdivisão de lotes.

§1.º Caso existam lotes regulares com dimensões inferiores às permitidas na Zona em que se encontram, adquiridos antes da data de publicação, serão permitidos novos usos ou edificações mediante aprovação do CONCIDADES.

§2.º Os casos citados no §1º deste Artigo não ficam isentos do cumprimento dos demais parâmetros urbanísticos, quando cabíveis.

SEÇÃO II

DOS RECUOS

Art. 17. Para fins da aplicação desta Lei, os lotes de esquina, terão dois recuos frontais.

Art. 18. Guaritas e portarias de condomínios verticais ou horizontais poderão ser construídas no recuo frontal, desde que não ultrapassem a área de 10m² (dez metros quadrados).

Art. 19. Os recuos frontais poderão ser dispensados para edificações de uso de comércios e serviços (CS) até o quarto pavimento localizados na:

I. Zona Central (ZC);

II. Zona de Uso Comercial 1 (ZUC1);

III. Zona de Uso Comercial 2 (ZUC2).

Art. 20. Os recuos laterais e de fundo, estabelecidos no Anexo III desta Lei, serão facultativos quando não houver aberturas para iluminação e ventilação na edificação.

§ 1º Qualquer abertura ou peitoril da sacada deverá estar a no mínimo 1,50 m (um metro e meio) de distância da divisa, independente da possibilidade de supressão dos recuos.

§ 2º Não se aplicam ao disposto no caput deste Artigo, as edificações de 5 (cinco) pavimentos ou mais.

Art. 21. Nas edificações de madeira, independentemente da não existência de aberturas para iluminação e ventilação, são sempre obrigatórios os recuos frontais, laterais e de fundos.

Art. 22. O recuo de fundo poderá ser suprimido nos casos de construção de edícula térrea com largura máxima de 6,00 m (seis metros), afastada da edificação principal em, no mínimo, 4,00 m (quatro metros).

Parágrafo único. Parágrafo Único. Não se enquadram no disposto no caput deste Artigo as construções na Zona Especial Industrial (ZEI).

Art. 23. Os recuos das edificações para depósito de inflamáveis, explosivos, armas e munições obedecerão às normas estabelecidas em regulamentação própria do Ministério do Exército.

Art. 24. Os recuos para as áreas de armazenamento de recipientes transportáveis ou não de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP – deverão observar as normas aplicadas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.

Art. 25. O avanço de elementos em balanço, como beirais, floreiras e sacadas, é permitido, desde que não ultrapasse o limite de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) sobre o recuo frontal e de 0,80 m (oitenta centímetros) sobre o recuo lateral.

§1.º Não será permitido o avanço de elementos em balanço para além do alinhamento predial.

§2.º O avanço de elementos fechados em estrutura de alumínio e vidro, em balanço somente será possível caso o recuo frontal seja igual ou superior a 5,00 m (cinco metros).

§3.º Para edificações até 4 (quatro) pavimentos, será permitido o avanço de elementos fechados em balanço no recuo de 3,00 m (três metros), para lotes com testada de 15 m (quinze metros) ou dimensão superior.

§4.º O avanço sobre o recuo lateral apenas será permitido no caso de elementos abertos, como lajes técnicas, floreiras e sacadas abertas com dimensão de até 0,80m (oitenta centímetros)

SEÇÃO III

DO COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO

Art. 26. O Coeficiente de Aproveitamento (CA) é o número que, multiplicado pela área do terreno, determinará a área máxima construtiva dele, variando em diferentes zonas.

§ 1º O CA básico garante o direito básico de uso da propriedade.

§ 2º O CA máximo permite um potencial construtivo adicional mediante a outorga onerosa do direito de construir ou transferência do potencial construtivo.

§ 3º A outorga onerosa do direito de construir é regulamentada por lei municipal específica.

Art. 27. Para viabilizar a preservação de áreas de interesse ambiental de propriedade particular, são passíveis de transferir o potencial construtivo das propriedades que estejam nas seguintes Zonas:

I. Zona de Amortecimento (ZA);

II. Zona Estratégica de Conservação (ZEC);

§ 1º Para o cálculo do potencial construtivo a ser transferido será usado o coeficiente de aproveitamento básico de 1 (um) para as Zonas citadas nos incisos do Caput deste Artigo.

§ 2º A Transferência do Potencial Construtivo é efetivada por meio da emissão da Certidão de Transferência de Potencial Construtivo pela Secretaria de Urbanismo e Planejamento Urbano de Matinhos.

§ 3º O potencial poderá ser transferido, mediante a apresentação da Certidão de Transferência de Potencial Construtivo, para um ou mais imóveis, não ultrapassando o coeficiente de aproveitamento máximo estabelecido para a Zona do imóvel que receberá o potencial adicional.

Art. 28. Área não computável é a somatória das áreas edificadas que não serão computadas no cálculo do coeficiente de aproveitamento.

Parágrafo único. Para fins de cálculo do coeficiente de aproveitamento, não serão computadas as seguintes áreas:

I. Áreas descobertas;

II. Piscinas não cobertas;

III. Subsolos;

IV. Elementos em balanço, tais como sacadas, balcões, varandas e floreiras abertas, fora da projeção do edifício, desde que seja inferior a 1,20m (um metro e vinte centímetros) no recuo frontal/fundos, e de 80cm (oitenta centímetros) nas laterais;

VII. Terraços descobertos, em qualquer tipo de edificação, desde que não possuam qualquer estrutura do tipo pérgula, ou que caracterize cobertura;

VIII. Abrigos para centrais de gás;

IX. O sótão ou ático, desde que não ultrapasse o máximo de 1/3 (um terço) da área do pavimento imediatamente inferior, até o máximo de 70 m² (setenta metros quadrados);

X. Lajes técnicas, área de um edifício responsável por abrigar equipamentos e tubulações correspondentes aos principais sistemas operacionais da edificação;

XI. Pergolados ou coberturas modulares; desde que possua estrutura independente do edifício, ou seja, possível de demolição sem afetar o imóvel;

XII. Caixas de elevadores, cisternas e caixas d´água.

SEÇÃO IV

DAS TAXAS DE OCUPAÇÃO E DE PERMEABILIDADE

Art. 29. A taxa de ocupação (TO) é a superfície edificável do terreno expressa pela relação percentual entre a projeção horizontal da área construída e da área escriturada do terreno, calculada pela seguinte fórmula:

Taxa de Ocupação = Projeção da edificação x 100

_____

Área escriturada do terreno

Parágrafo único. Para cálculo da taxa de ocupação não serão computados no cálculo beirais, sacadas, escadas protegidas, simples ou enclausuradas, rampas e elevadores.

Art. 30. Para edificações com mais de 4 (quatro) pavimentos, a taxa de ocupação poderá ser dividida entre taxa de ocupação da base e taxa de ocupação da torre.

§ 1º Para fins da aplicação desta Lei, entende-se como base o pavimento térreo, desde que seja utilizado para fins de comércio, serviços ou garagem.

§ 2º Entende-se como torre os pavimentos tipo acima da base.

§ 3º Caso sejam estritamente utilizados para os fins citados no §1º deste artigo, a base poderá ocupar, além do pavimento térreo, até mais três pavimentos, conforme exemplo:

§ 4º Não havendo base com os usos especificados no §1º deste artigo, todo o edifício deverá utilizar a taxa de ocupação definida para a torre.

Art. 31. A taxa de permeabilidade (TP) é o percentual da área do lote que deve permanecer descoberto e sem nenhum tipo de revestimento impermeável, calculada pela seguinte fórmula:

Taxa de Permeabilidade = Área permeável do lote x 100

_____

Área escriturada do terreno

§1°. Visando a promoção da sustentabilidade urbana e a mitigação de impactos relacionados à impermeabilização do solo, esta Lei estabelece diretrizes específicas para o cálculo da taxa de permeabilidade mínima dos lotes, considerando a utilização de diferentes tipos de revestimentos com capacidade de infiltração, sendo eles:

I. Piso drenante (concreto ou asfalto permeável): considera-se como área parcialmente permeável, com coeficiente de permeabilidade variável entre 0,4 a 0,9, a depender das características técnicas do material e da espessura de base de apoio, sendo que a comprovação de permeabilidade deve ser feita mediante a apresentação de laudo técnico;

II. Paver (blocos intertravados): quando assentados com espaçamento e base adequados para infiltração, os pavimentos intertravados serão considerados parcialmente permeáveis, com coeficiente de permeabilidade de até 0,5, desde que acompanhados de projeto técnico de drenagem ou laudo que comprove a sua eficiência;

III. Concregrama (pisograma): considera-se como área semipermeável com coeficiente de até 0,8, desde que o tipo de vegetação utilizada e a base permitam absorção eficaz da água, sendo que a adoção de concregrama não substitui a necessidade de área verde prevista nas legislações pertinentes.

§2º. Todas as edificações com uso habitacional coletivo ou comercial, com 5 pavimentos ou mais, devem possuir caixa de retenção de cheias dimensionada conforme cálculo técnico específico. Nesses casos, a taxa de permeabilidade do terreno pode ser reduzida em até 50% da taxa exigida originalmente

SEÇÃO V

DA ALTURA DOS EDIFÍCIOS

Art. 32. Para fins da aplicação desta Lei, a altura de qualquer edificação será medida verticalmente em pavimentos, da soleira do pavimento térreo até a laje piso do último pavimento.

§ 1º Pavimentos com pé-direito superior a quatro metros, com ou sem mezanino, serão computados como dois pavimentos.

§ 2º Será possível elevar a laje do piso do ático em 1,30 m (um metro e trinta centímetros) para instalação de piscina, sem que seja computado na altura da edificação.

Art. 33. Não serão computadas para efeito de cálculo da altura da edificação, caixa d´água, casas de máquinas, de bombas, de transformadores, centrais de ar-condicionado, instalações de aquecimento de água, e qualquer outro equipamento ou edificação com características ou funções semelhantes.

Parágrafo único. Antenas ou torres quando apresentarem altura de até 8,00 m (oito metros), medida a partir da sua base de apoio, não serão contabilizadas na altura total do edifício.

SEÇÃO VI

DAS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO E GARAGENS

Art. 34. Os espaços destinados a estacionamento ou garagens de veículos podem ser:

I. Privativos, quando se destinarem a um só usuário, família, estabelecimento ou condomínio, constituindo dependência para uso exclusivo da edificação;

II. Coletivos, quando se destinarem à exploração comercial.

Art. 35. O número de vagas para estacionamento privativo em garagens ou áreas não construídas, para os diversos tipos de edificações, deverá guardar proporção com a área total construída, conforme Anexo V, parte integrante desta Lei.

Art. 36. Nas edificações de usos público ou coletivo, deverão ser reservadas as vagas especiais conforme legislação federal e estadual vigente.

§1.º São vagas especiais aquelas reservadas para pessoas com deficiência, com transtorno do espectro autista, idosos ou grávidas.

§2.º As vagas para pessoas com deficiência deverão observar a sinalização e o dimensionamento previsto na norma técnica ABNT NBR 9050.

Art. 37. Nas edificações destinadas a atividades industriais e às atividades constantes no Anexo V (com exceção das habitacionais) é obrigatória a previsão de local de estacionamento interno, destinado à movimentação de veículos de carga decorrente das atividades nelas desenvolvidas, em proporções adequadas, a critério do órgão competente municipal.

Art. 38. Não será permitido o uso do recuo frontal como vaga de garagem para edificações com 5 (cinco) pavimentos ou mais, exceto em ZUC 1 e ZUC 2.

CAPÍTULO V

DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

Art. 39. Área de Preservação Permanente (APP) é a área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas, conforme Lei Federal nº. 12.651, de 25 de maio de 2012, e suas alterações posteriores.

Art. 40. Para assegurar a proteção necessária aos rios, canais e demais cursos d`água, bem como à vegetação de interesse à preservação, as Áreas de Preservação Permanente caracterizam Corredores de Proteção à Biodiversidade, assim estabelecidos e definidos em Lei.

Art. 41. As faixas de preservação permanente ao longo dos córregos e canais de drenagem, situado na Zonas Especiais de Interesse Social 1 (ZEIS1) de ocupação consolidada, que são objeto de regularização fundiária sustentável, poderão ser modificadas, a critério da secretaria competente do Poder Executivo Municipal, com base na Lei Federal 12651/2012 (Código Florestal), na RESOLUÇÃO CONAMA nº 369/2006 (intervenção em APPs) e LEI 6.766/1979 - Art. 4o, III-B.

Art. 42. Em casos excepcionais as construções consolidadas em áreas urbanas poderão obedecer a distância mínima de 15 (quinze) metros em relação à margem de rios, córregos e canais, desde que a construção não esteja suscetível a risco de deslizamentos e inundações.

Parágrafo único. Casos específicos serão analisados pelo órgão ambiental responsável e pelo Conselho Municipal da Cidade de Matinhos, para delimitar situações não previstas nesta Lei.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 43. Os parâmetros de ocupação do solo da Lei de Zonamento anterior a esta, permanecerão válidos por um ano a partir da data de vigência desta Lei para os seguintes casos:

I. Projetos já licenciados;

II. Projetos em tramitação, protocolados nos órgãos competentes antes da data de vigência desta Lei.

§1.º As informações constantes nas consultas de construção e parcelamento do solo expedidas anteriormente à data de vigência desta lei terão validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

§2.º Os projetos licenciados perderão sua validade se as obras não forem iniciadas no prazo de um ano, contado a partir da data de licenciamento.

Art. 44. Será mantido o uso das atuais edificações, desde que devidamente licenciadas, sendo que as ampliações que contrariem disposições desta Lei, dependerão da análise e parecer favorável do Conselho Municipal da Cidade de Matinhos.

§1.º O caput deste Artigo não se aplica às atividades incômodas, nocivas ou perigosas, que terão prazo máximo improrrogável de 12 (doze) meses, contados da data da aprovação desta Lei, para adequação das atividades aos preceitos legais.

§2.º As indústrias existentes no município, situadas na malha urbana não definida como Setor Especial Industrial terão o prazo máximo de 5 (cinco) anos, contados da data da aprovação desta Lei, para transferência de sua localização para o Setor supramencionado.

§3.º Será admitida a transferência ou substituição de alvará de funcionamento de estabelecimento legalmente autorizado, desde que a nova localização ou atividade atenda aos dispositivos expressos nesta Lei e em seus regulamentos.

Art. 45. A Administração Municipal poderá determinar medidas corretivas, a serem tomadas junto aos responsáveis pelas edificações e usos desconformes com os dispositivos desta Lei e seus regulamentos, caso essa desconformidade for julgada prejudicial às diretrizes de ordenamento funcional na cidade.

Art. 46. Os alvarás de localização e funcionamento poderão ser cassados a qualquer tempo nos casos em que a atividade desenvolvida:

I. Se revele incômoda, nociva ou perigosa às pessoas e propriedades circunvizinhas;

II. Seja desvirtuada de suas características originalmente aprovadas;

III. Contrarie o interesse público e as diretrizes desta Lei e seus regulamentos.

Art. 47. Os casos não previstos por essa Lei serão julgados pelo Conselho Municipal da Cidade de Matinhos (CONCIDADE).

Parágrafo único. Suprimido.

Art. 48. Fica revogada a Lei nº 1.068, de 08 de dezembro de 2006.

Art. 49. Fica revogada a Lei nº 1.911, de 17 de novembro de 2017.

Art. 50. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Matinhos, 15 de dezembro de 2025.

EDUARDO ANTONIO DALMORA

Prefeito Municipal

ANEXO I: CLASSIFICAÇÃO DOS USOS

Habitação (H)		
H1	Habitação unifamiliar	Edificação destinada a servir de moradia para uma só família.
H2	Habitação multifamiliar	Edificação destinada a servir de moradia para mais de uma família, sendo composta por duas ou mais unidades autônomas.
H3	Habitação coletiva multifamiliar	Edificação destinada a servir de moradia para mais de uma família, contendo duas ou mais unidades que compartilham áreas de uso comum.
H4	Conjunto residencial	Conjunto de edificações de uso habitacional, guardando uma certa vinculação entre si e formando um agrupamento integrado.
H5	Habitação de interesse social	Habitação unifamiliar ou multifamiliar, cuja área total por unidade habitacional, não ultrapasse 70,00 m² (setenta metros quadrados), onde os padrões construtivos são especiais.
H6	Habitação de caráter temporário	Edificação destinada a servir de moradia de caráter temporário, como alojamentos para trabalhadores e similares
Comércio e serviços (CS)		
CS1	Comércio e serviço de pequeno porte	Construções com área não superior a 100 m² (cem metros quadrados), com atividade disseminada no interior das zonas residenciais de utilização imediata, destinada a atender determinado bairro ou zona.
		Estabelecimentos como: mercearias, bares, açougues, leiterias, quitandas, farmácias, revistarias; endereços comerciais, atividades profissionais não incômodas exercidas individualmente na própria residência.
CS2	Comércio e serviço de médio porte	Construções com área entre 100 (cem) e 500 m² (quinhentos metros quadrados), de utilização imediata ou intermitente, destinada a atender um bairro ou zona.
		Estabelecimentos como: sapatarias, chaveiros, cabeleireiros, barbearias, salões de beleza, saunas, confeitarias, tabacarias, armarinhos, bijuterias, joalherias, butiques, ateliês, galerias de arte, loterias, livrarias, papelarias, antiquários, escritórios de profissionais liberais, de prestação de serviços, consultórios médicos, odontológicos ou veterinários, laboratórios de análises clínicas, radiológicos e fotográficos, agências bancárias, de jornal ou de turismo, postos telefônicos, correios e telégrafos, manufaturas e artesanatos, oficinas de eletrodomésticos, loja de ferragens, materiais domésticos, calçados e roupas, restaurantes e cafés, panificadoras, malharias, lavanderias, venda de eletrodomésticos e móveis, de materiais de construção, de veículos e acessórios, oficinas mecânicas e borracharias, lanchonetes, pastelarias, peixarias e mercados.
CS3	Hotéis e similares	Estabelecimento que se dedica ao alojamento de hóspedes ou viajantes, podendo oferecer, habitualmente, refeições, entretenimentos e outros serviços para o público.
Comércio e serviços (CS)		
CS4	Comércio e serviço de grande porte	Construções com área superior a 500 m² (quinhentos metros quadrados), cujas características lhe conferem uma peculiaridade que exige tratamento diferenciado, em função de sua natureza ou impacto no tráfego local.
		Estabelecimentos como: instituições bancárias, entidades financeiras, grandes escritórios, grandes lojas, restaurantes, centros comerciais, de jornalismo, gráficas, editoras, grandes oficinas, oficinas de lataria, armazéns gerais, depósitos, entrepostos, cooperativas, cerâmicas e marmorarias, distribuição ou abastecimento de combustíveis em geral, lava-rápidos, serviços públicos, depósitos e instalações de armazenagem em geral, concessionárias de vendas de veículos em geral, postos de venda de gás.
CS5	Supermercados, hipermercados e shoppings	Estabelecimento comercial varejista de grande porte que oferece uma grande variedade de produtos ao consumidor.
CS6	Silos, armazéns e empórios atacadistas	Estabelecimento de grande porte, destinado ao armazenamento e distribuição de insumos ou ao comércio atacadista.
CS7	Estacionamentos	
Equipamentos sociais e comunitários (E)		
E1	Equipamentos sociais e comunitários vicinais	Aqueles que demandarem uma área construída não superior a 500,00 m² (quinhentos metros quadrados).
		Equipamentos como: ambulatório, unidade de saúde, assistência social, berçário, creche, biblioteca, ensino maternal, pré-escolar, jardim de infância, escola especial, equipamentos culturais, equipamentos esportivos e recreativos, estabelecimentos de ensino.
E2	Equipamentos sociais e comunitários distritais	Aqueles que demandarem uma área construída entre 500 (quinhentos) e 1.000 m² (mil metros quadrados), que impliquem em concentração de pessoas ou veículos, sujeitas a controle específico.
		Equipamentos como: auditório, cinema, teatro, museu, estabelecimentos de ensino, maternidade, pronto socorro, equipamentos esportivos e recreativos, casas de culto.
E3	Equipamentos sociais e comunitários regionais	Aqueles que demandarem uma área construída superior a 1.000 m² (mil metros quadrados), que impliquem em concentração de pessoas ou veículos, não adequadas ao uso residencial e sujeitas a controle específico.
		Equipamentos como: centro de convenções, auditório, cinema, teatro, museu, estabelecimentos de ensino, campus universitário, hospital, maternidade, pronto socorro, sanatório, clubes sociais, equipamentos esportivos e recreativos, casas de espetáculo.
E4	Complexos educacionais e hospitalares	
E5	Complexos clubísticos, de recreação ou de lazer, pousadas	
Atividades produtivas ou usos industriais (I)		
I1	Indústria caseira	Atividade industrial formal de pequeno porte, não incômoda e não poluidora, instalada em conjunto com a habitação, e que envolve até 05 (cinco) pessoas trabalhando no local.
I2	Indústria micro	Atividade industrial formal de pequeno porte, não incômoda e não poluidora, e que necessita de área construída não superior a 180 m² (cento e oitenta metros quadrados), envolvendo até 10 (dez) pessoas trabalhando no local.
I3	Indústria de pequeno porte	Atividade industrial formal de pequeno porte, não incômoda e não poluidora, e que necessita de área construída não superior a 500 m² (quinhentos metros quadrados), envolvendo até 15 (quinze) pessoas trabalhando no local.
I4	Indústria de médio porte	Atividade industrial formal de médio porte, não poluidora, e que necessita de área construída de 500 m² (quinhentos metros quadrados) até 1.000 m² (mil metros quadrados), envolvendo até 50 (cinquenta) pessoas trabalhando no local.
I5	Indústria de grande porte	Atividade industrial formal, de grande porte, não poluidora, e que necessita de área construída superior a 1.000,00 m² (mil metros quadrados), envolvendo mais de 50 (cinquenta) pessoas trabalhando no local.
I6	Indústria naval de qualquer porte	
Atividades estratégicas macrorregionais (M)		

M1	De interesse turístico, cultural, científico ou ambiental
M2	De interesse portuário e de implantação de estaleiros
M3	De infraestrutura ou de segurança

ANEXO II: MAPA DE ZONEAMENTO

ANEXO III: PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO

ZB1 – Zona Balneária 1						
Usos			Permitidos		Permissíveis	
Habitação (H)			H1, H2, H3, H4, H5, H6		–	
Comércio e serviços (CS)			CS1, CS2, CS3, CS4, CS5		–	
Equipamentos sociais e comunitários (E)			E1, E2, E3, E5		–	
Atividades produtivas ou usos industriais (I)			–		–	
Atividades estratégicas macrorregionais (M)			–		M1, M3	
Lote mínimo – meio de quadra			Lote mínimo – esquina			
Testada mínima (m)	Área mínima do lote (m²)		Testada mínima (m)	Área mínima do lote (m²)		
10,00	300,00		12,00	360,00		
Recuos1, 09, 10				Coeficiente de aproveitamento		
Frontal (m)	Lateral (m)	Soma das laterais (m)	Fundos (m)	Básico	Máximo	
5,00	3,00	6,00	4,00	4,00	6,00	
Parâmetros de ocupação						
Taxa de ocupação básica (%)	Taxa de ocupação do térreo e garagens (%)2	Taxa de permeabili-dade (%)3	Número de pavimentos permitidos4, 5, 13	Número máximo de pavimentos6, 7, 12	Altura máxima permitida (m)	
50%	80%	20%	9	10	38	
Demais parâmetros de ocupação12						
Número mínimo de vagas de garagem8		1 vaga por unidade habitacional				
Pé direito máximo – pavimento tipo (m)		3,50				
Pé direito máximo – ático (m) 9		4,00				
Pé direito máximo – garagem (m)		4,00				

Em edificações com até 3 pavimentos, é permitida a eliminação dos recuos laterais e de fundos, desde que seja mantido um afastamento mínimo de 1,50 metro quando houver aberturas voltadas para esses lados.

No pavimento térreo, é permitida a ocupação de até 80% da área do lote para usos públicos, comerciais, garagem e uso comum. Em lotes com frente para a Avenida Atlântica ou Avenida Beira Mar, é obrigatória a destinação de no mínimo 50% da área do térreo para uso comercial.

Todas as edificações com uso habitacional coletivo ou comercial, com mais de 5 pavimentos, devem possuir caixa de retenção dimensionada conforme cálculo técnico específico. Nesses casos, a taxa de permeabilidade do terreno pode ser reduzida em até 10%.

É permitido o uso de ático com até 70% da área computável do pavimento imediatamente inferior, sem que isso seja considerado um novo pavimento para fins de contagem.

É permitida a construção de até 3 pavimentos destinados exclusivamente à garagem, áreas de uso comum e/ou casa do zelador, dentro do limite total de pavimentos da edificação.

O pavimento térreo pode ocupar até 80% da área do lote e pode ter os recuos laterais eliminados.

Os 2º e 3º pavimentos destinados à garagem, uso comum e/ou casa do zelador, devem respeitar afastamento mínimo de 1,50 metro nas laterais e 4,00 metros nos fundos.

Lotes que não possuem frente para a Avenida Atlântica podem ter edificações com até 9 pavimentos, mesmo que não haja uso comercial no térreo.

Em habitações coletivas com mais de 5 pavimentos, é proibido utilizar o recuo frontal do lote como área de estacionamento de veículos.

A laje do piso do ático pode ser elevada em até 1,30 metro para viabilizar a instalação de piscina.

Em terrenos de esquina, a testada principal deve obrigatoriamente estar voltada para a via de maior hierarquia viária, conforme definido pela Lei Municipal do Sistema Viário.

Nesses casos:

É permitido considerar os afastamentos laterais como afastamento de fundos.

Se o terreno tiver duas frentes, a frente voltada para a via de menor hierarquia deve ter um afastamento mínimo de 2,00 metros, correspondente ao recuo de fundos.

Em terrenos de esquina com uma das testadas medindo 15,00 metros ou menos, é permitido adotar recuo lateral de até 3,00 metros em apenas um dos lados.

Condomínios verticais com mais de duas torres devem apresentar Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) como parte do processo de aprovação do projeto.

Para edificações com altura entre 5 e 10 pavimentos, o lote deve ter área mínima de 500 m², ou ser formado pela unificação de dois lotes que atendam, individual ou conjuntamente, à área mínima exigida para a zona de uso.

ZB2 – Zona Balneária 2					
Usos			Permitidos		Permissíveis
Habitação (H)			H1, H2, H3, H4, H5, H6		–
Comércio e serviços (CS)			CS1, CS2, CS3, CS4, CS5		–
Equipamentos sociais e comunitários (E)			E1, E2, E3, E5		–
Atividades produtivas ou usos industriais (I)			–		–
Atividades estratégicas macrorregionais (M)			–		M1, M3
Lote mínimo – meio de quadra			Lote mínimo – esquina		
Testada mínima (m)	Área mínima do lote (m²)		Testada mínima (m)	Área mínima do lote (m²)	
10,00	300,00		12,00	360,00	
Recuos1, 8,9				Coeficiente de aproveitamento	
Frontal (m)	Lateral (m)	Soma das laterais (m)	Fundos (m)	Básico	Máximo
5,00	3,00	6,00	4,00	3,00	4,00
Parâmetros de ocupação					
Taxa de ocupação básica (%)	Taxa de ocupação do térreo e garagens (%)3	Taxa de permeabili-dade (%)2	Número de pavimentos permitidos4,5, 11	Número máximo de pavimentos12	Altura máxima permitida (m)
50%	80%	20%	9	9	35
Demais parâmetros de ocupação10					
Número mínimo de vagas de garagem6		1 vaga por unidade habitacional			
Pé direito máximo – pavimento tipo (m)		3,50			
Pé direito máximo – ático (m)7		4,00			
Pé direito máximo – garagem (m)		4,00			

1. Em edificações com até 4 pavimentos, é permitida a supressão dos recuos laterais e de fundos. Entretanto, quando houver aberturas voltadas para essas fachadas, deve ser mantido um afastamento mínimo de 1,50 metro.

2. Edificações com uso multifamiliar ou comercial, com mais de 5 pavimentos, devem obrigatoriamente prever caixa de retenção pluvial, dimensionada por cálculo técnico específico. Nesses casos, a taxa de permeabilidade do lote pode ser reduzida em até 10%.

3. É permitido o uso de ático com até 70% da área computável do pavimento imediatamente inferior, sem que seja considerado um novo pavimento para fins de contagem.

4. É permitida a construção de até 3 pavimentos destinados exclusivamente aos seguintes usos: garagem, áreas de uso comum e/ou casa do zelador, desde que estejam incluídos dentro do limite total de pavimentos da edificação.

As seguintes condições devem ser observadas:

O pavimento térreo pode ocupar até 80% da área do lote e pode ter os recuos laterais suprimidos.

Os 2º e 3º pavimentos destinados aos usos mencionados devem respeitar afastamento mínimo de 1,50 metro nas laterais e 4,00 metros nos fundos.

5. Em habitações coletivas com mais de 5 pavimentos, é proibida a utilização do recuo frontal como área de estacionamento de veículos.

6. É permitido elevar a laje do piso do ático em até 1,30 metro para viabilizar a instalação de piscina.

7. Em terrenos de esquina, a testada principal deve obrigatoriamente corresponder à via com maior hierarquia viária, conforme definido pela Lei Municipal do Sistema Viário. Nestes casos, os recuos laterais podem ser utilizados para definição do recuo de fundos.

8. Nos seguintes casos devem ser aplicadas as condições específicas abaixo:

Em terrenos de esquina com uma das testadas medindo 15,00 metros ou menos, é permitido adotar recuo lateral em apenas um dos lados, com afastamento de até 3,00 metros.

Em terrenos com duas frentes (duas testadas), a testada voltada para a via de menor hierarquia deve observar o afastamento mínimo de 2,00 metros, a ser considerado como recuo de fundos.

9. Condomínios verticais que possuam mais de duas torres devem apresentar Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) como parte obrigatória do processo de aprovação.

10. Para edificações com altura entre 5 e 9 pavimentos, o lote deve possuir área mínima de 500 m² ou ser formado pela unificação de dois lotes que, juntos, atendam à área mínima exigida pela zona em que se inserem.

ZB3 – Zona Balneária 3					
Usos			Permitidos		Permissíveis
Habitação (H)			H1, H2, H3, H4, H5, H6		–
Comércio e serviços (CS)			CS1, CS2, CS3, CS4, CS5		–
Equipamentos sociais e comunitários (E)			E1, E2, E3, E5		–
Atividades produtivas ou usos industriais (I)			–		–
Atividades estratégicas macrorregionais (M)			–		M1, M3
Lote mínimo – meio de quadra9			Lote mínimo – esquina9		
Testada mínima (m)	Área mínima do lote (m²)		Testada mínima (m)	Área mínima do lote (m²)	
10,00	300,00		12,00	360,00	
Recuos1, 7, 8				Coeficiente de aproveitamento	
Frontal (m)	Lateral (m)	Soma das laterais (m)	Fundos (m)	Básico	Máximo
5,00	3,00	6,00	4,00	1,50	3,00
Parâmetros de ocupação					
Taxa de ocupação básica (%)	Taxa de ocupação do térreo e garagens (%)3	Taxa de permeabili-dade (%)2	Número de pavimentos permitidos4, 5	Número máximo de pavimentos	Altura máxima permitida (m)
50%	80%	20%	6	6	24
Demais parâmetros de ocupação					
Número mínimo de vagas de garagem		1 vaga por unidade habitacional			
Pé direito máximo – pavimento tipo (m)		3,50			
Pé direito máximo – ático (m)6		4,00			
Pé direito máximo – garagem (m)		4,00			

Notas:

1. Nas edificações de até 2 pavimentos, é permitida a supressão dos recuos laterais e de fundos, desde que seja respeitado um afastamento mínimo de 1,50 metro quando houver aberturas voltadas para essas fachadas.

2. Todas as habitações coletivas multifamiliares ou comerciais com mais de 5 (cinco) pavimentos devem possuir caixa de retenção dimensionada conforme cálculo técnico específico, permitindo redução de até 10% na taxa de permeabilidade do lote.

3. É permitida a ocupação de até 80% da área do pavimento térreo para usos públicos, comerciais ou garagens.

4. É permitido o uso de ático com até 70% da área computável do pavimento imediatamente inferior, sem que isso seja considerado um novo pavimento para efeito de contagem.

5. É permitida a construção de no máximo 2 (dois) pavimentos destinados a garagem, uso comercial, uso comum e/ou casa do zelador, dentro do limite total de pavimentos da edificação.

O segundo pavimento de garagem deve respeitar afastamento lateral mínimo de 1,50 metro.

6. A laje do piso do ático pode ser elevada em até 1,30 metro para instalação de piscina.

7. Em terrenos localizados em esquina, a testada principal deve obrigatoriamente corresponder à via de maior hierarquia viária, conforme a Lei Municipal do Sistema Viário. Nesse caso, os recuos laterais podem ser utilizados para definição do recuo de fundos.

8. Em terrenos de esquina com uma das testadas medindo até 15,00 metros, é permitido recuo lateral de até 3,00 metros em apenas um dos lados.

9. Em terrenos com duas frentes, a testada voltada para a via de menor hierarquia deve observar afastamento mínimo de 2,00 metros, considerado como recuo de fundos.

10. Para edificações com altura entre 5 e 6 pavimentos, o lote deve ter área mínima de 450 m², ou ser formado pela unificação de dois lotes que, juntos, atendam à área mínima exigida para a zona.

ZR1 – Zona Residencial 1					
Usos			Permitidos		Permissíveis
Habitação (H)			H1, H2, H3, H4, H5, H6		–
Comércio e serviços (CS)			CS1, CS2, CS3, CS4, CS5		–
Equipamentos sociais e comunitários (E)			E1, E2, E3, E5		E4
Atividades produtivas ou usos industriais (I)			I1		–
Atividades estratégicas macrorregionais (M)			–		M1, M3
Lote mínimo – meio de quadra			Lote mínimo – esquina		
Testada mínima (m)	Área mínima do lote (m²)		Testada mínima (m)	Área mínima do lote (m²)	
10,00	300,00		12,00	360,00	
Recuos1, 10, 11				Coeficiente de aproveitamento	
Até 10 pavimentos					
Frontal (m)	Lateral (m)	Soma das laterais (m)	Fundos (m)	Básico	Máximo
5,00	3,00	6,00	4,00	3,00	6,00
De 11 a 15 pavimentos					
Frontal (m)	Lateral (m)	Soma das laterais (m)	Fundos (m)	Básico	Máximo
5,00	4,00	8,00	4,00	4,00	8,00
Parâmetros de ocupação					
Taxa de ocupação básica (%)	Taxa de ocupação do térreo e garagens (%)3	Taxa de permeabilidade (%)2	Número máximo de pavimentos permitidos4, 5, 9, 13	Número máximo de pavimentos8, 9, 13	Altura máxima permitida (m)
50%	80%	20%	10	15	56
Demais parâmetros de ocupação12					
Número mínimo de vagas de garagem6		1 vaga por unidade habitacional			
Pé direito máximo – pavimento tipo (m)		3,50			
Pé direito máximo – ático (m)7		4,00			
Pé direito máximo – garagem (m)		4,00			

Notas:

É permitida a supressão dos recuos laterais e de fundos em edificações com até 4 pavimentos. Contudo, quando houver aberturas voltadas para essas fachadas, deve ser mantido afastamento mínimo de 1,50 metro.

Todas as edificações com uso habitacional coletivo multifamiliar ou uso comercial, com mais de 5 (cinco) pavimentos, devem possuir caixa de retenção pluvial dimensionada por cálculo técnico específico. Nessas situações, é admitida a redução de até 10% na taxa de permeabilidade do lote.

A taxa de ocupação do pavimento térreo poderá ser de até 80% da área do lote, destinada a usos públicos, comerciais ou garagens.

É permitido o uso de ático com até 70% da área computável do pavimento imediatamente inferior, sem que esse espaço seja considerado um novo pavimento para fins de contagem.

É permitida a construção de até 3 (três) pavimentos destinados exclusivamente a garagem, áreas de uso comum e/ou casa do zelador, desde que esses pavimentos estejam incluídos no total máximo de pavimentos permitido para a edificação.

As seguintes condições devem ser observadas:

O pavimento térreo pode ocupar até 80% da área do lote e poderá ter os recuos laterais suprimidos.

Os 2º e 3º pavimentos, quando destinados a garagem, uso comum ou casa do zelador, devem respeitar afastamento lateral mínimo de 1,50 metro e afastamento nos fundos de, no mínimo, 4,00 metros.

Em habitações coletivas com mais de 5 pavimentos, é proibido utilizar o recuo frontal como vaga de garagem.

A laje do piso do ático poderá ser elevada em até 1,30 metro para possibilitar a instalação de piscina.

Para edificações com altura entre 11 e 15 pavimentos, é obrigatório destinar o pavimento térreo ao uso comercial. Caso essa exigência não seja atendida, a edificação estará limitada a no máximo 10 pavimentos.

Edificações com mais de 10 pavimentos só poderão ser aprovadas mediante apresentação e aprovação do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) junto à Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento Urbano.

Em terrenos localizados em esquina, a testada principal deve obrigatoriamente corresponder à via com maior hierarquia viária, conforme estabelecido pela Lei Municipal do Sistema Viário.

Nesses casos:

Os recuos laterais poderão ser utilizados para definir o recuo de fundos.

Em terrenos com duas frentes, a testada voltada para a via de menor hierarquia deverá respeitar afastamento mínimo de 2,00 metros, sendo considerado como recuo de fundos.

Em terrenos de esquina onde uma das testadas tenha dimensão igual ou inferior a 15,00 metros, é permitido adotar recuo lateral de até 3,00 metros em apenas um dos lados.

Condomínios verticais que possuam mais de 2 (duas) torres devem apresentar Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) como condição obrigatória para aprovação do projeto.

Para edificações com altura entre 5 e 15 pavimentos, o lote deve ser resultante da unificação de 2 (dois) lotes que, juntos, atendam à área mínima exigida para a zona de uso.

ZR2 – Zona Residencial 2					
Usos			Permitidos	Permissíveis	
Habitação (H)			H1, H2, H3, H4, H5, H6	–	
Comércio e serviços (CS)			CS1, CS2, CS3, CS4, CS5	–	
Equipamentos sociais e comunitários (E)			E1, E2, E3, E5	E4	
Atividades produtivas ou usos industriais (I)			I1	–	
Atividades estratégicas macrorregionais (M)			–	M1, M3	
Lote mínimo – meio de quadra			Lote mínimo – esquina		
Testada mínima (m)	Área mínima do lote (m²)		Testada mínima (m)	Área mínima do lote (m²)	
10,00	300,00		12,00	360,00	
Recuos1, 9				Coeficiente de aproveitamento	
Até 10 pavimentos					
Frontal (m)	Lateral (m)	Soma das laterais (m)	Fundos (m)	Básico	Máximo
5,00	3,00	6,00	4,00	3,00	6,00
De 10 a 15 pavimentos					
Frontal (m)	Lateral (m)	Soma das laterais (m)	Fundos (m)	Básico	Máximo
5,00	4,00	8,00	5,00	4,00	8,00
De 16 a 20 pavimentos					
Frontal (m)	Lateral (m)	Soma das laterais (m)	Fundos (m)	Básico	Máximo
5,00	5,00	10,00	5,00	5,00	11,00
Parâmetros de ocupação					
Taxa de ocupação básica (%)	Taxa de ocupação do térreo e garagens (%)3	Taxa de permeabilidade (%)2	Número máximo de pavimentos permitidos4, 12	Número máximo de pavimentos7, 8, 13	Altura máxima permitida (m)
50%	80%	20%	15	20	71
Demais parâmetros de ocupação11					
Número mínimo de vagas de garagem5			1 vaga por unidade habitacional		
Pé direito máximo – pavimento tipo (m)			3,50		
Pé direito máximo – ático (m) 6			4,00		
Pé direito máximo – garagem (m)			4,00		

Notas:

É permitida a supressão dos recuos laterais e de fundos em edificações com até 4 pavimentos. No entanto, quando houver aberturas voltadas para essas fachadas, deve ser mantido um afastamento mínimo de 1,50 metro.

Todas as edificações de uso habitacional coletivo multifamiliar ou comercial, com mais de 5 pavimentos, devem obrigatoriamente possuir caixa de retenção de águas pluviais, dimensionada com base em cálculo técnico específico. Nesses casos, a taxa de permeabilidade poderá ser reduzida em até 10%.

É permitida a construção de até 3 pavimentos destinados exclusivamente a garagem, áreas de uso comum e/ou casa do zelador, desde que esses pavimentos estejam incluídos no total de pavimentos permitidos para a edificação.

As seguintes condições devem ser respeitadas:

O pavimento térreo poderá ocupar até 80% da área do lote e poderá ter os recuos laterais suprimidos.

Os 2º e 3º pavimentos destinados a garagem, uso comum e/ou casa do zelador devem manter afastamentos mínimos de 1,50 metro nas laterais e 4,00 metros nos fundos.

É permitido o uso de ático com até 70% da área computável do pavimento imediatamente inferior, sem que esse espaço seja contabilizado como novo pavimento.

Em habitações coletivas com mais de 5 pavimentos, é proibida a utilização do recuo frontal como vaga de garagem.

Não é permitida a elevação da laje do piso do ático em 1,30 metro para instalação de piscina em edificações com mais de 10 pavimentos.

Em edificações com altura entre 16 e 20 pavimentos, é obrigatória a destinação do pavimento térreo para uso comercial. Caso essa exigência não seja atendida, o número máximo de pavimentos permitido será de 15.

Para edificações com mais de 10 pavimentos, é obrigatória a apresentação e aprovação do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) junto à Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento Urbano.

Em terrenos de esquina, a testada principal deve obrigatoriamente estar voltada para a via com maior hierarquia viária, conforme a Lei Municipal do Sistema Viário.

Nestes casos, os recuos laterais podem ser utilizados para definir os recuos de fundos.

Em terrenos com duas frentes, a testada voltada para a via de menor hierarquia deve observar um afastamento mínimo de 2,00 metros, considerado como recuo de fundos.

Em terrenos de esquina onde uma das testadas possua dimensão igual ou inferior a 15,00 metros, é permitido adotar recuo lateral de até 3,00 metros em apenas um dos lados.

Condomínios verticais com mais de 2 (duas) torres devem obrigatoriamente apresentar Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) como requisito para aprovação do projeto.

Para edificações com altura entre 5 e 15 pavimentos, o lote deve ser formado pela unificação de 2 (dois) lotes, ambos atendendo à área mínima exigida para a zona em que se inserem.

Para edificações com altura entre 15 e 20 pavimentos, é obrigatória a unificação de 3 (três) lotes, todos respeitando a área mínima exigida para a zona correspondente.

ZR3 – Zona Residencial 3					
Usos			Permitidos		Permissíveis
Habitação (H)			H1, H2, H3, H4, H5, H6		–
Comércio e serviços (CS)			CS1, CS2, CS3, CS4, CS5		–
Equipamentos sociais e comunitários (E)			E1, E2, E3, E5		E4
Atividades produtivas ou usos industriais (I)			I1		–
Atividades estratégicas macrorregionais (M)			–		M1, M3
Lote mínimo – meio de quadra12			Lote mínimo – esquina12		
Testada mínima (m)	Área mínima do lote (m²)		Testada mínima (m)	Área mínima do lote (m²)	
10,00	250,00		12,00	300,00	
Recuos1, 5, 7				Coeficiente de aproveitamento	
Frontal (m)	Lateral (m)	Soma das laterais (m)	Fundos (m)	Básico	Máximo
5,00	2,50	5,00	3,00	3,1	6,0

Parâmetros de ocupação					
Taxa de ocupação básica (%)	Taxa de ocupação do térreo e garagens (%)3	Taxa de permeabilidade (%)2	Número de pavimentos permitidos4, 10, 11	Número máximo de pavimentos8, 9, 10, 11	Altura máxima permitida (m)
50%	80%	20%	6	10	38
Demais parâmetros de ocupação					
Número mínimo de vagas de garagem6		1 vaga por unidade habitacional			
Pé direito máximo – pavimento tipo (m)		3,50			
Pé direito máximo – ático (m)4		4,00			
Pé direito máximo – garagem (m)		4,00			

Notas:

É permitida a supressão dos recuos laterais e de fundos em edificações com até 4 pavimentos. No entanto, quando houver aberturas voltadas para essas fachadas, deverá ser mantido um afastamento mínimo de 1,50 metro.

Todas as edificações de uso habitacional coletivo multifamiliar ou uso comercial, com mais de 5 pavimentos, devem obrigatoriamente prever a instalação de caixa de retenção pluvial, dimensionada conforme cálculo técnico específico. Nesses casos, admite-se a redução da taxa de permeabilidade em até 10%.

Taxa de ocupação do pavimento térreo poderá ser de até 80% da área do lote, para fins de uso público, comercial ou de garagem.

É permitido o uso de ático com até 70% da área computável do pavimento imediatamente inferior, sem que seja considerado como novo pavimento.

Em habitações coletivas com mais de 5 pavimentos, é proibida a utilização do recuo frontal como área de estacionamento de veículos.

É permitido elevar a laje do piso do ático em até 1,30 metro para instalação de piscina.

Em terrenos de esquina, a testada principal deve obrigatoriamente corresponder à via de maior hierarquia viária, conforme a Lei Municipal do Sistema Viário.

Nestes casos, os recuos laterais poderão ser utilizados para definição dos recuos de fundos.

Em terrenos com duas frentes (duas testadas), a frente voltada para a via de menor hierarquia deverá obedecer afastamento mínimo de 2,00 metros, a ser considerado como recuo de fundos.

Condomínios verticais compostos por mais de 2 (duas) torres, com mais de 6 pavimentos cada, devem apresentar Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) como condição obrigatória para aprovação do projeto.

Edificações com mais de 6 pavimentos devem ser destinadas exclusivamente ao uso habitacional multifamiliar. Para sua aprovação, são obrigatórios:

Apresentação de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV);

Existência de rede de esgoto instalada ou solicitação formal de ampliação da rede, por parte do empreendimento.

É permitida a construção de até 3 (três) pavimentos destinados exclusivamente a garagem, áreas de uso comum e/ou casa do zelador, desde que incluídos dentro do limite total de pavimentos permitidos à edificação.

As seguintes condições devem ser observadas:

O pavimento térreo poderá ocupar até 80% da área do lote e pode ter os recuos laterais suprimidos.

Os 2º e 3º pavimentos, quando destinados aos usos citados, devem respeitar afastamento mínimo de 1,50 metro nas laterais e 4,00 metros nos fundos.

Para edificações com altura entre 5 e 10 pavimentos, o lote deverá possuir área mínima de 500 m² ou ser composto pela unificação de 2 (dois) lotes que, juntos, atendam à área mínima exigida para a zona.

É permitido o fracionamento do lote mínimo em até 2 (duas) partes, desde que:

Cada nova testada tenha no mínimo 5,00 metros de largura;

A edificação resultante não ultrapasse 2 (dois) pavimentos;

Todos os demais parâmetros urbanísticos da zona sejam atendidos.

ZC – Zona Central					
Usos			Permitidos		Permissíveis
Habitação (H)			H1, H2, H3, H4, H5, H6		–
Comércio e serviços (CS)			CS1, CS2, CS3, CS4, CS5		CS7
Equipamentos sociais e comunitários (E)			E1, E2, E3, E5		E4
Atividades produtivas ou usos industriais (I)			–		–
Atividades estratégicas macrorregionais (M)			–		M1, M3
Lote mínimo – meio de quadra			Lote mínimo – esquina		
Testada mínima (m)	Área mínima do lote (m²)		Testada mínima (m)	Área mínima do lote (m²)	
10,00	300,00		12,00	360,00	
Recuos1, 3, 11				Coeficiente de aproveitamento	
Frontal (m)	Lateral (m)	Soma das laterais (m)	Fundos (m)	Básico	Máximo
5,00	3,00	6,00	3,00	3,90	6,00
Parâmetros de ocupação					
Taxa de ocupação básica (%)	Taxa de ocupação do térreo e garagens (%)	Taxa de permeabilidade (%)2	Número de pavimentos permitidos3, 10	Número máximo de pavimentos4, 10, 12, 13	Altura máxima permitida (m)
50%	90%	10%	6	9	35
Demais parâmetros de ocupação					
Número mínimo de vagas de garagem5, 6, 7, 8			Uso habitacional (H): 1 vaga por unidade habitacional Comércio e serviços (CS): 1 vaga para cada 100 m² (cem metros quadrados) de área computável Demais usos conforme Código de Obras.		
Pé direito máximo – pavimento tipo (m)			3,50		
Pé direito máximo – ático (m)9			4,00		
Pé direito máximo – garagem (m)			4,00		

Notas:

É permitida a supressão dos recuos laterais e dos fundos em edificações com até 4 pavimentos. Quando houver aberturas voltadas para essas fachadas, deve ser mantido um afastamento mínimo de 1,50 metro.

Edificações de uso habitacional coletivo multifamiliar ou comercial, com mais de 5 pavimentos, devem possuir caixa de retenção de águas pluviais, dimensionada conforme cálculo técnico específico. Nesses casos, é admitida a redução de até 10% na taxa de permeabilidade.

Em edificações de até 3 pavimentos com uso exclusivamente comercial, é permitida a supressão do recuo frontal. Para edificações com mais de 3 pavimentos, devem ser obedecidos os recuos frontais definidos na tabela de parâmetros urbanísticos vigente.

É permitida a construção de até 3 pavimentos destinados exclusivamente a garagem, áreas de uso comum e/ou casa do zelador, desde que estejam incluídos no total de pavimentos permitidos para a edificação.

As seguintes condições devem ser atendidas:

O pavimento térreo pode ocupar até 80% da área do lote e ter os recuos laterais suprimidos.

Os 2º e 3º pavimentos, quando destinados aos usos citados, devem manter recuo mínimo de 1,50 metro nas laterais e 4,00 metros nos fundos.

As vagas de estacionamento destinadas ao uso comercial são facultativas nos seguintes casos:

Edificações residenciais com térreo comercial;

Edificações localizadas nos seguintes trechos:

• Rua Léa Vialle Cury (entre Rua Albano Muller e Rua da Fonte);

• Rua Roque Vernalha (entre Rua Albano Muller e Rua da Fonte);

• Rua Albano Muller (entre Rua Léa Vialle Cury e Rua Roque Vernalha);

• Rua Ernesto Postarek (entre Rua da Fonte e Avenida Maringá).

É proibido o uso do calçadão central para estacionamento de veículos com finalidade comercial.

É permitido elevar a laje do piso do ático em até 1,30 metro para instalação de piscina.

É permitido construir ático com até 70% da área computável do pavimento imediatamente inferior, sem que seja considerado como um novo pavimento.

Em terrenos de esquina, a testada principal deve estar voltada obrigatoriamente para a via de maior hierarquia viária, conforme definido na Lei Municipal do Sistema Viário.

Nestes casos:

Os recuos laterais poderão ser utilizados para definir o recuo de fundos;

Em terrenos com duas frentes, a testada voltada para a via de menor hierarquia deverá manter afastamento mínimo de 2,00 metros, considerado como recuo de fundos.

Em edificações com altura entre 7 e 9 pavimentos, é obrigatória a destinação do pavimento térreo ao uso comercial. Caso essa exigência não seja atendida, a edificação ficará limitada a no máximo 6 pavimentos.

Para edificações com altura entre 7 e 9 pavimentos, o lote deverá ter área mínima de 500 m², ou ser resultante da unificação de 2 (dois) lotes que, somados, atendam à área mínima exigida para a zona de uso.

ZUC 1 – Zona de Uso Comercial 1					
Usos			Permitidos		Permissíveis
Habitação (H)1, 3			H1, H2, H3, H4, H5, H6		H5, H6
Comércio e serviços (CS)			CS1, CS2, CS3, CS4, CS5		CS7
Equipamentos sociais e comunitários (E)			E1, E2, E3, E5		–
Atividades produtivas ou usos industriais (I)			–		–
Atividades estratégicas macrorregionais (M)			–		M1, M3
Lote mínimo – meio de quadra			Lote mínimo – esquina		
Testada mínima (m)	Área mínima do lote (m²)		Testada mínima (m)	Área mínima do lote (m²)	
12,00	300,00		14,00	360,00	
Recuos4, 12, 13				Coeficiente de aproveitamento	
Até 10 pavimentos					
Frontal (m)	Lateral (m)	Soma das laterais (m)	Fundos (m)	Básico	Máximo
5,00	3,00	6,00	4,00	3,00	6,00
De 11 a 15 pavimentos					
Frontal (m)	Lateral (m)	Soma das laterais (m)	Fundos (m)	Básico	Máximo
5,00	4,00	8,00	5,00	4,00	8,00
De 16 a 20 pavimentos					
Frontal (m)	Lateral (m)	Soma das laterais (m)	Fundos (m)	Básico	Máximo
5,00	5,00	10,00	5,00	5,00	11,00
Parâmetros de ocupação					
Taxa de ocupação básica (%)	Taxa de ocupação do térreo e garagens (%)5	Taxa de permeabilidade (%)2	Número de pavimentos permitidos6, 7, 11, 15	Número máximo de pavimentos7, 10, 11, 16	Altura máxima permitida (m)
50%	80%	20%	15	20	71
Demais parâmetros de ocupação14					
Número mínimo de vagas de garagem8			Uso habitacional (H): 1 vaga por unidade habitacional Comércio e serviços (CS): 1 vaga para cada 100 m² (cem metros quadrados) de área computável Demais usos conforme Código de Obras		
Pé direito máximo – pavimento tipo (m)			3,50		
Pé direito máximo – ático (m)9			4,00		
Pé direito máximo – garagem (m)			4,00		

Notas:

Em lotes localizados de frente para vias arteriais, quando a edificação for habitacional (H), toda a área computável do pavimento térreo deverá ser destinada ao uso comercial.

Todas as habitações coletivas multifamiliares ou comerciais com mais de 5 pavimentos devem possuir caixa de retenção, conforme cálculo específico, reduzindo a taxa de permeabilidade em 10%.

Em lotes situados de frente para vias que não sejam arteriais, quando a edificação for habitacional (H), ao menos 40% da área computável do pavimento térreo deverá ser destinada ao uso comercial.

É permitida a supressão dos recuos laterais e de fundos nas edificações de até 4 pavimentos, desde que respeitado o afastamento mínimo de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) quando houver aberturas.

É permitida a construção de até 3 pavimentos destinados exclusivamente a garagem, áreas de uso comum e/ou casa do zelador, desde que incluídos no limite total de pavimentos da edificação, observando-se:

O pavimento térreo poderá ocupar até 80% da área do lote, com possibilidade de supressão dos recuos laterais.

O 2º e 3º pavimentos destinados aos usos mencionados devem respeitar afastamento mínimo de 1,50 m nas laterais e 4,00 m nos fundos.

É permitido ático com até 70% da área computável do pavimento inferior, sem contabilizar novo pavimento.

Para habitações coletivas com mais de 5 pavimentos, não é permitido utilizar o recuo frontal como vaga de garagem.

Em edificações com mais de 10 pavimentos, não será permitida a elevação da laje do piso do ático em 1,30 m (um metro e trinta centímetros) para instalação de piscina.

Em edificações entre 16 e 20 pavimentos, o pavimento térreo deve obrigatoriamente ser destinado ao uso comercial; caso contrário, a altura máxima permitida será de 15 pavimentos.

Para edificações acima de 10 pavimentos, é obrigatório apresentar e obter aprovação do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) junto à Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento Urbano.

Em terrenos localizados em esquina, a frente obrigatoriamente deverá ser a via de maior hierarquia viária, conforme a Lei Municipal do Sistema Viário. Podem ser utilizados os valores de recuos laterais para definição dos recuos de fundos. Em terrenos com duas frentes, a frente de menor hierarquia deverá atender afastamento mínimo dos fundos de 2 m (dois metros).

Em terrenos de esquina com uma das testadas medindo 15,00 m (quinze metros) ou menos, permite-se recuo lateral de até 3,00 m (três metros) em um dos lados.

Para condomínios verticais com mais de 2 torres, é obrigatório apresentar Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV).

Para edificações entre 5 e 15 pavimentos, o lote deverá ter no mínimo 2 lotes unificados com área mínima exigida para a zona.

Para edificações entre 16 e 20 pavimentos, o lote deverá ter no mínimo 3 lotes unificados com área mínima exigida para a zona.

<table>
<tr><td colspan="6">ZUC 2 – Zona de Uso Comercial 2</td></tr>
<tr><td colspan="3">Usos</td><td colspan="2">Permitidos</td><td>Permissíveis</td></tr>
<tr><td colspan="3">Habitação (H)1,3</td><td colspan="2">H1, H2, H3, H4, H5, H6</td><td>–</td></tr>
<tr><td colspan="3">Comércio e serviços (CS)</td><td colspan="2">CS1, CS2, CS3, CS4, CS5</td><td>–</td></tr>
<tr><td colspan="3">Equipamentos sociais e comunitários (E)</td><td colspan="2">E1, E2, E3, E5</td><td>E4</td></tr>
<tr><td colspan="3">Atividades produtivas ou usos industriais (I)</td><td colspan="2">–</td><td>–</td></tr>
<tr><td colspan="3">Atividades estratégicas macrorregionais (M)</td><td colspan="2">–</td><td>M1, M3</td></tr>
<tr><td colspan="3">Lote mínimo – meio de quadra11, 12, 13</td><td colspan="3">Lote mínimo – esquina11, 12, 13</td></tr>
<tr><td>Testada mínima (m)</td><td colspan="2">Área mínima do lote (m²)</td><td>Testada mínima (m)</td><td colspan="2">Área mínima do lote (m²)</td></tr>
<tr><td>10,00</td><td colspan="2">300,00</td><td>10,00</td><td colspan="2">360,00</td></tr>
<tr><td colspan="4">Recuos4</td><td colspan="2">Coeficiente de aproveitamento</td></tr>
<tr><td colspan="6">Até 10 pavimentos</td></tr>
<tr><td>Frontal (m)</td><td>Lateral (m)</td><td>Soma das laterais (m)</td><td>Fundos (m)</td><td>Básico</td><td>Máximo</td></tr>
</table>

5,00	3,00	6,00	4,00	3,00	6,00
De 11 a 15 pavimentos					
Frontal (m)	Lateral (m)	Soma das laterais (m)	Fundos (m)	Básico	Máximo
5,00	4,00	8,00	5,00	4,00	8,00
De 16 a 20 pavimentos					
Frontal (m)	Lateral (m)	Soma das laterais (m)	Fundos (m)	Básico	Máximo
5,00	5,00	10,00	5,00	5,00	11,00
De 20 a 25 pavimentos					
Frontal (m)	Lateral (m)	Soma das laterais (m)	Fundos (m)	Básico	Máximo
5,00	6,00	12,00	6,00	6,00	14,00
Parâmetros de ocupação					
Taxa de ocupação básica (%)	Taxa de ocupação do térreo e garagens (%)5	Taxa de permeabilidade (%)2	Número de pavimentos permitidos6, 7, 10	Número máximo de pavimentos6, 7, 10	Altura máxima permitida (m)
50%	80%	20%	20	25	89
Demais parâmetros de ocupação					
Número mínimo de vagas de garagem8		Uso habitacional (H): 1 vaga por unidade habitacional Comércio e serviços (CS): 1 vaga para cada 100 m² (cem metros quadrados) de área computável Demais usos conforme Código de Obras			
Pé direito máximo – pavimento tipo (m)		3,50			
Pé direito máximo – ático (m)9		4,00			
Pé direito máximo – garagem (m)		4,00			

Notas:

Em lotes localizados de frente para vias arteriais, quando a edificação for habitacional (H), toda a área computável do pavimento térreo deverá ser destinada ao uso comercial.

Todas as habitações coletivas multifamiliares ou comerciais com mais de 5 pavimentos devem possuir caixa de retenção, conforme cálculo específico, reduzindo a taxa de permeabilidade em 10%.

Em lotes situados de frente para vias que não sejam arteriais, quando a edificação for habitacional (H), ao menos 40% da área computável do pavimento térreo deverá ser destinada ao uso comercial.

É permitida a supressão dos recuos laterais e de fundos nas edificações de até 4 pavimentos, desde que respeitado o afastamento mínimo de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) quando houver aberturas.

É permitida a construção de até 3 pavimentos destinados exclusivamente a garagem, áreas de uso comum e/ou casa do zelador, desde que incluídos no limite total de pavimentos da edificação, observando-se:

O pavimento térreo poderá ocupar até 80% da área do lote, com possibilidade de supressão dos recuos laterais.

O 2º e 3º pavimentos destinados aos usos mencionados devem respeitar afastamento mínimo de 1,50 m nas laterais e 4,00 m nos fundos.

É permitido ático com até 70% da área computável do pavimento inferior, sem contabilizar novo pavimento.

Para habitações coletivas com mais de 5 pavimentos, não é permitido utilizar o recuo frontal como vaga de garagem.

Em edificações com mais de 10 pavimentos, não será permitida a elevação da laje do piso do ático em 1,30 m (um metro e trinta centímetros) para instalação de piscina.

Em edificações entre 16 e 20 pavimentos, o pavimento térreo deve obrigatoriamente ser destinado ao uso comercial; caso contrário, a altura máxima permitida será de 15 pavimentos.

Para edificações acima de 10 pavimentos, é obrigatório apresentar e obter aprovação do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) junto à Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento Urbano.

Em terrenos localizados em esquina, a frente obrigatoriamente deverá ser a via de maior hierarquia viária, conforme a Lei Municipal do Sistema Viário. Podem ser utilizados os valores de recuos laterais para definição dos recuos de fundos. Em terrenos com duas frentes, a frente de menor hierarquia deverá atender afastamento mínimo dos fundos de 2 m (dois metros).

Em terrenos de esquina com uma das testadas medindo 15,00 m (quinze metros) ou menos, permite-se recuo lateral de até 3,00 m (três metros) em um dos lados.

Para condomínios verticais com mais de 2 torres, é obrigatório apresentar Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV).

Para edificações entre 5 e 15 pavimentos, o lote deverá ter no mínimo 2 lotes unificados com área mínima exigida para a zona.

Para edificações entre 16 e 20 pavimentos, o lote deverá ter no mínimo 3 lotes unificados com área mínima exigida para a zona.

Para edificações entre 20 e 25 pavimentos, o lote deverá ter no mínimo 4 lotes unificados com área mínima exigida para a zona.

ZEP – Zona Especial Pesqueira				
Usos1, 2, 3			Permitidos	Permissíveis
Habitação (H)			H1 H2 H3 H4 H5	–
Comércio e serviços (CS)			CS2	–
Equipamentos sociais e comunitários (E)			E1 E2 E3	–
Atividades produtivas ou usos industriais (I)			–	–
Atividades estratégicas macrorregionais (M)			–	M1, M3
Lote mínimo – meio de quadra			Lote mínimo – esquina	
Testada mínima (m)	Área mínima do lote (m²)		Testada mínima (m)	Área mínima do lote (m²)
10,00	300,00		12,00	300,00
Recuos4			Coeficiente de aproveitamento	
Frontal (m)	Lateral (m)	Fundos (m)	Básico	Máximo
5,00	LIVRE	LIVRE	–	–
Parâmetros de ocupação				
Taxa de ocupação básica (%)	Taxa de ocupação do térreo e garagens (%)5	Taxa de permeabilidade (%)	Número máximo de pavimentos	Altura máxima permitida (m)
50%	80%	20%	2	8

Notas:

Permitido edificações de interesse turístico, ambiental. Social, da comunidade pesqueira, de infraestrutura e de segurança.

Não permitida a construção de alojamentos ou similares.

Permitido edificações residenciais de até 2 (dois) pavimentos.

Permitida a supressão dos recuos laterais e de fundos nas edificações de até 2 pavimentos, respeitando 1,50 m (um metro e meio) quando houver aberturas.

Permitida a taxa de ocupação do térreo em até 80% para uso público, comercial ou de garagens.

ZEI – Zona Especial Industrial						
Usos1,2				Permitidos		Permissíveis
Habitação (H) 2				H1, H2, H6–		–
Comércio e serviços (CS)				CS2, CS4		CS5, CS6
Equipamentos sociais e comunitários (E)				E1		–
Atividades produtivas ou usos industriais (I)				I1, I2, I3		I4, I5, I6
Atividades estratégicas macrorregionais (M)				–		M1, M2, M3
Lote mínimo – meio de quadra				Lote mínimo – esquina		
Testada mínima (m)	Área mínima do lote (m²)			Testada mínima (m)	Área mínima do lote (m²)	
10,00	300,00			10,00	300,00	
Recuos3				Coeficiente de aproveitamento		
Frontal (m)	Lateral (m)	Soma das laterais (m)	Fundos (m)	Básico	Máximo	
5,00	1,50	3,00	2,00	1,0	2,0	
Parâmetros de ocupação						
Taxa de ocupação básica (%)	Taxa de ocupação do térreo e garagens (%)4	Taxa de permeabilidade (%)	Número máximo de pavimentos4,5	Altura máxima permitida (m)		
50	80%	20%	3	10		

Notas:

Empreendimentos acima de 1.000 m² (mil metros quadrados) deverão elaborar Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV.

O uso habitacional (H) deverá seguir os parâmetros da ZR3.

Permitida a supressão dos recuos laterais ou de fundos nas edificações de até 2 pavimentos.

Permitida a taxa de ocupação do térreo em até 80% para uso público, comercial ou de garagens.

ZEIS1 – Zona Especial de Interesse Social 1					
Usos1			Permitidos		Permissíveis
Habitação (H)			H1, H2, H3, H4, H52, H6		–
Comércio e serviços (CS)			CS1, CS2, CS3, CS4, CS5		–
Equipamentos sociais e comunitários (E)			E1, E2, E3		
Atividades produtivas ou usos industriais (I)			I1		–
Atividades estratégicas macrorregionais (M)			–		M1, M3
Lote mínimo – meio de quadra			Lote mínimo – esquina		
Testada mínima (m)	Área mínima do lote (m²)		Testada mínima (m)	Área mínima do lote (m²)	
5,00	125,00		8,00	200,00	
Recuos3			Coeficiente de aproveitamento		
Frontal (m)	Lateral (m)	Fundos (m)	Básico	Máximo	
3,00	LIVRE	LIVRE	2,0	2,4	
Parâmetros de ocupação					
Taxa de ocupação máxima (%)	Taxa de permeabilidade (%)	Número máximo de pavimentos	Altura máxima permitida (m)		
70%	20%	4	12		

Notas:

Quando o uso não for destinado à Habitação de Interesse Social (H5), a taxa de ocupação máxima permitida será de 50%, devendo ser mantidos os seguintes parâmetros mínimos para o lote:

Área: 125 m² (cento e vinte e cinco metros quadrados);

Testada: 5,00 m (cinco metros).

Quando o uso for destinado à Habitação de Interesse Social (H5), cada unidade habitacional deverá atender aos seguintes critérios:

Área máxima de 70 m² (setenta metros quadrados);

Deve possuir 1 (um) banheiro por unidade.

Os recuos laterais e de fundos podem ser livres (sem afastamento), desde que eventuais aberturas (portas, janelas, vãos) estejam posicionadas a, no mínimo, 1,50 metro (um metro e cinquenta centímetros) da divisa do lote.

A construção de ático não é permitida em edificações destinadas à Habitação de Interesse Social, por se tratar de área regulamentada com critérios específicos.

É permitido o uso do recuo frontal como área de estacionamento, exclusivamente para edificações com até 4 pavimentos.

ZEIS2 – Zona Especial de Interesse Social 21					
Usos			Tolerados		Permissíveis
Habitação (H)			Existente		–
Comércio e serviços (CS)			Existente		–
Equipamentos sociais e comunitários (E)			–		–
Atividades produtivas ou usos industriais (I)			–		–
Atividades estratégicas macrorregionais (M)			–		–
Lote mínimo – meio de quadra			Lote mínimo – esquina		
Testada mínima (m)	Área mínima do lote (m²)		Testada mínima (m)	Área mínima do lote (m²)	
–	–		–	–	
Recuos			Coeficiente de aproveitamento		
Frontal (m)	Lateral (m)	Fundos (m)	Básico		Máximo
–	–	–	–		–
Parâmetros de ocupação					
Taxa de ocupação máxima (%)	Taxa de permeabilidade (%)		Número máximo de pavimentos		Altura máxima permitida (m)
–	–		–		–

Notas:

Zona destinada para a regularização de ocupações realizadas em Áreas de Preservação Permanente (APP), em Unidades de Conservação (UC) ou em áreas de risco.

Usos		Permitidos	Permissíveis
Habitação (H)		Existente	–
Comércio e serviços (CS)		Existente	–
Equipamentos sociais e comunitários (E)		–	–
Atividades produtivas ou usos industriais (I)		–	–
Atividades estratégicas macrorregionais (M)		–	M1
Lote mínimo – meio de quadra		Lote mínimo – esquina	
Testada mínima (m)	Área mínima do lote (m²)	Testada mínima (m)	Área mínima do lote (m²)

-	5.000		-	5.500
Recuos			Coeficiente de aproveitamento	
Frontal (m)	Lateral (m)	Fundos (m)	Básico	Máximo
5	LIVRE	LIVRE	0,4	–
Parâmetros de ocupação				
Taxa de ocupação máxima (%)	Taxa de permeabilidade (%)		Número máximo de pavimentos	Altura máxima permitida (m)
20	80		2	7

Notas:

1. É permitida a implantação de equipamentos ou estruturas públicas de interesse turístico, ambiental, segurança ou de lazer, desde que não possuam cobertura nem gerem impermeabilização da área. A instalação dependerá de aprovação prévia da Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento.

2. É permissível a instalação de estrutura móvel, sem fundações fixas, em áreas já abertas, mediante aprovação de projeto junto à Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento.

3. Não é permitida a subdivisão do lote em frações ideais com área inferior a 5.000,00 m² (cinco mil metros quadrados).

ZRM – Zona de Restrição Máxima 1,2, 3				
Usos			Permitidos	Permissíveis
Habitação (H)			Existente	–
Comércio e serviços (CS)			Existente	–
Equipamentos sociais e comunitários (E)			–	–
Atividades produtivas ou usos industriais (I)			–	–
Atividades estratégicas macrorregionais (M)			–	–
Lote mínimo – meio de quadra			Lote mínimo – esquina	
Testada mínima (m)	Área mínima do lote (m²)		Testada mínima (m)	Área mínima do lote (m²)
–	–		–	–
Recuos			Coeficiente de aproveitamento	
Frontal (m)	Lateral (m)	Fundos (m)	Básico	Máximo
–	–	–	–	–
Parâmetros de ocupação				
Taxa de ocupação máxima (%)	Taxa de permeabilidade (%)		Número máximo de pavimentos	Altura máxima permitida (m)
–	–		–	–

Notas:

1. É permissível a reforma de edificações, incluindo demolições e reconstruções internas ao perímetro já edificado, desde que não ocorra demolição total nem acréscimo de área construída, mediante aprovação do projeto de reforma pela Secretaria Municipal de Urbanismo.

2. É permissível instalar equipamentos ou estruturas públicas de interesse turístico, ambiental, esportivo ou de lazer, desde que não haja impermeabilização do solo nem desmate, respeitando o limite máximo de 2 (dois) pavimentos e taxa de ocupação máxima de 50%, conforme aprovação da Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento.

3. É permissível a instalação de estrutura móvel, com fundações do tipo estaca de madeira com blocos de concreto armado de encabeçamento, sem impermeabilização do solo, com até 2 (dois) pavimentos, altura máxima de 6 metros e taxa de ocupação máxima de 50%, mediante aprovação de projeto pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento.

A Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento poderá solicitar parecer de outros órgãos competentes, caso necessário.

ZDR1 – Zona de Densidade Restrita 1					
Usos			Permitidos		Permissíveis
Habitação (H)			H1, H2, H3, H4		–
Comércio e serviços (CS)			CS1, CS2, CS3, CS4, CS5		–
Equipamentos sociais e comunitários (E)			E1, E2, E3, E5		E4
Atividades produtivas ou usos industriais (I)			I1		–
Atividades estratégicas macrorregionais (M)			–		M1, M3
Lote mínimo – meio de quadra			Lote mínimo – esquina		
Testada mínima (m)	Área mínima do lote (m²)		Testada mínima (m)	Área mínima do lote (m²)	
10,00	300,00		12,00	300,00	
Recuos			Coeficiente de aproveitamento		
Frontal (m)	Lateral (m)	Fundos (m)	Básico	Máximo	
5	1,50	2,00	1,00	1,50	
Parâmetros de ocupação					
Taxa de ocupação máxima (%)	Taxa de permeabilidade (%)		Número máximo de pavimentos1	Altura máxima permitida (m)	
50	30		3	9	
Demais parâmetros de ocupação					
Número mínimo de vagas de garagem	Uso habitacional (H): 1 vaga por unidade habitacional Comércio e serviços (CS): 1 vaga para cada 100 m² (cem metros quadrados) de área computável Demais usos conforme Código de Obras				
Pé direito máximo – pavimento tipo (m)	3,00				
Pé direito máximo – garagem (m)	3,00				

Notas:

Não será permitido ático por ser uma área de densidade restrita.

ZDR2 – Zona de Densidade Restrita 2					
Usos			Permitidos		Permissíveis
Habitação (H)			Existente		–
Comércio e serviços (CS)			Existente		–
Equipamentos sociais e comunitários (E)			–		–
Atividades produtivas ou usos industriais (I)			–		–
Atividades estratégicas macrorregionais (M)			–		-
Lote mínimo – meio de quadra1			Lote mínimo – esquina1		
Testada mínima (m)	Área mínima do lote (m²)		Testada mínima (m)	Área mínima do lote (m²)	
-	3.000		-	3.500	
Recuos			Coeficiente de aproveitamento		
Frontal (m)	Lateral (m)	Fundos (m)	Básico	Máximo	
5	LIVRE	LIVRE	0,4	–	
Parâmetros de ocupação					
Taxa de ocupação máxima (%)	Taxa de permeabilidade (%)		Número máximo de pavimentos	Altura máxima permitida (m)	
20	80		2	7	

Notas:

1 Não é permitida a subdivisão do lote em fração ideal menor que 3.000,00m² (três mil metros quadrados).

MPU – Macrozona Periurbana					
Usos			Permitidos		Permissíveis
Habitação (H)			–		–
Comércio e serviços (CS)			–		–
Equipamentos sociais e comunitários (E)			–		–
Atividades produtivas ou usos industriais (I)			–		–
Atividades estratégicas macrorregionais (M)			–		M12
Lote mínimo1					
Testada mínima (m)			Área mínima do lote (m²)		
150			22.500		
Recuos			Coeficiente de aproveitamento		
Frontal (m)	Lateral (m)	Fundos (m)	Básico	Máximo	
10	LIVRE	LIVRE	–	–	
Parâmetros de ocupação					
Taxa de ocupação máxima (%)	Taxa de permeabilidade (%)		Número máximo de pavimentos	Altura máxima permitida (m)	
15	85		1	5	

Notas:

Não é permitida a subdivisão do lote em fração ideal inferior a 22.500,00 m² (vinte e dois mil e quinhentos metros quadrados).

É permitida a instalação de estrutura móvel, desde que utilize fundações do tipo estaca de madeira e não haja impermeabilização do solo, mediante aprovação de projeto pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento.

Os usos permissíveis para a Zona estão descritos no Anexo V desta Lei.

A Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento poderá solicitar parecer de outros órgãos competentes, caso julgue necessário.

ANEXO IV: NÚMERO DE VAGAS DESTINADA A ESTACIONAMENTO

Tipos de Edificações	Número de vagas
Coletivas multifamiliares	1 vaga por unidade habitacional
Quitinetes multifamiliares	Opcional
Comerciais e de serviço	1 vaga para cada 100,00m² (cem metros quadrados) de área computável
Para fins educacionais	
2º Grau (Particular e cursinho), 3º Grau (superior)	1 vaga para cada 30 alunos, por turno
2º Grau ou equivalente (pública)	1 vaga para cada 30 alunos, por turno
Destinadas a hospedagens	
Hotéis, Pousadas, Casa de Pensão, Hospedarias, Pensionatos, Apart-Hotéis, Hotéis – Residência, Camping e Colônia de Férias	1 vaga para cada 2 unidades de alojamento
Para reuniões culturais, religiosas e político partidárias (acima de 200 lugares)	1 vaga para cada 30m² (trinta metros quadrados) de acesso ao público
Recreação e abastecimento	1 vaga para cada 30m² (trinta metros quadrados) de área de vendas
Para atividade de saúde	1 vaga para cada 30m² (trinta metros quadrados) de área computável

Notas:

1 As vagas de garagem destinadas ao comércio serão facultativas nos seguintes casos: a) em edificações residenciais com térreo comercial situados na Zona Central (ZC); b) nos edifícios situados nas Ruas Léa Vialle Cury (trecho entre a Rua Albano Muller e a Rua da Fonte), Rua Roque Vernalha (trecho entre a Rua Albano Muller e a Rua da Fonte), Rua Albano Muller (trecho entre a Rua Léa Vialle Cury e Rua Roque Vernalha), Rua Ernesto Postarek (trecho entre a Rua da Fonte e a Avenida

Maringá).

ANEXO V: USOS PERMISSÍVEIS PARA A MACROZONA PERIURBANA (MPU)

I. Centros de Pesquisa e Tecnologia:

a) Instituto de pesquisa científica ou meteorológica;

b) Estações de monitoramento climático, geológico ou ambiental;

c) Laboratórios de biotecnologia ambiental;

d) Unidades de estudo de mudanças climáticas e eventos extremos;

e) Centros de monitoramento da biodiversidade;

f) Postos avançados para observação de migração de aves ou fauna local;

g) Unidades experimentais de agricultura regenerativa ou agroecologia.

II. Turismo de Natureza e Ecoturismo:

a) Trilhas ecológicas autoguiadas ou com condutores ambientais;

b) Centros de educação ambiental e visitas escolares;

c) Áreas para observação astronômica (céu limpo e escuro);

d) Passeios interpretativos com foco em fauna, flora e geologia;

e) Espaços de turismo rural e vivências agroecológicas;

f) Pequenos centros de visitantes com exposições permanentes ou itinerantes;

Campos de camping ecológico e glamping (sem grandes impactos);

g) Práticas de cicloturismo, escalada e esportes leves de natureza;

Observatórios naturais e mirantes.

III. Saúde, Bem-Estar e Espiritualidade:

a) Centros de terapias naturais, retiros de meditação ou yoga;

b) Espaços de cura ancestral ou práticas integrativas;

c) Comunidades de vida alternativa ou espiritualidade ecológica;

d) Vilas de descanso com foco em longevidade saudável.

IV. Habitações e Ocupações Sustentáveis:

a) Habitações ecológicas sob licenciamento especial (exemplos: tiny houses, bioconstrução, container homes);

b) Ocupações provisórias de apoio a pesquisas ou atividades de campo;

c) Permissão para construção em modelo modular, leve ou desmontável;

d) Comunidades autossuficientes com infraestrutura mínima e energia renovável.

V. Produções Sustentáveis e de Educação:

a) Fazendas-escola e unidades de produção agroecológica;

b) Viveiros de espécies nativas para reflorestamento;

c) Unidades de compostagem comunitária ou experimental;

d) Pequenas áreas demonstrativas de manejo de recursos hídricos;

e) Centros de capacitação em saneamento ecológico, energia solar e gestão hídrica.

VI. Cultura e Conhecimento:

a) Espaços para arte ambiental, esculturas em paisagem e land art;

b) Sedes de ONGs ambientais ou comunitárias;

c) Bibliotecas verdes, espaços de leitura ao ar livre;

d) Auditórios ou anfiteatros ecológicos para seminários e oficinas;

e Museus vivos ou interpretativos de patrimônio natural ou imaterial.

LEI MUNICIPAL Nº 2.738/2025

SÚMULA: Institui o Código de Obras do Município de Matinhos, revoga as Leis nº 1.070, de 05 de dezembro de 2006, nº 1.842, de 05 de julho de 2016, nº 1.893, de 14 de agosto de 2017, e nº 2.294, de 22 de novembro de 2021, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Matinhos, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei tem por finalidade instituir normas gerais e padrões sobre as obras e construções no município de Matinhos.

Art. 2º São parte integrante desta Lei os seguintes Anexos:

I. Anexo I – Glossário;

II. Anexo II – Padrões Relativos às Circulações e Dimensionamento de Vagas para Estacionamento;

III. Anexo III – Dimensionamento Mínimo;

IV. Anexo IV – Cálculo da Capacidade Segundo a Relação Volume/Sala/Espectador;

V. Anexo V – Orientações para a Aprovação de Projetos Simplificados.

SEÇÃO ÚNICA DOS INSTRUMENTOS DE CONTROLE URBANÍSTICO

Art. 3º Coeficiente de Aproveitamento é o índice estabelecido pela Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano, que multiplicado pela área do terreno, fornece a área máxima da construção a ser implantada no lote.

Art. 4º Área construída é a somatória das áreas computáveis e não computáveis de todo os pisos de uma edificação, inclusive as ocupadas por paredes e pilares.

Art. 5º Taxa de ocupação é a relação entre a área edificada máxima permitida da construção sobre o solo e a área do terreno em que ela está inserida.

Parágrafo Único. Beiral, sacadas e varandas superiores a 1,20m (um metro e vinte centímetros) em balanço, serão computáveis integralmente, bem como sua projeção no piso inferior.

Art. 6º A construção e o revestimento de pisos em áreas de recuo frontal, mesmo em subsolo, são proibidos, à exceção de:

I. Muros de arrimo construídos em função dos desníveis naturais dos terrenos;

II. Floreiras;

III. Vedação nos alinhamentos ou nas divisas laterais;

IV. Pisos, escadarias ou rampas de acesso, portarias, guaritas, bilheterias e toldos, desde que não sejam definitivas, com exceção de guaritas e portarias, sempre com anuência do Poder Executivo Municipal.

V. Estacionamento sem cobertura.

VI. Instalação de pérgula não definitiva.

Art. 7º É permitida a construção de edificações nas divisas laterais do lote, quando a ocupação total do mesmo estiver de acordo com as disposições da Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano, não podendo a edificação apresentar abertura na parede sobre a divisa. Qualquer abertura implica em afastamento mínimo de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros), obedecidas também às disposições relativas à área de ventilação e iluminação.

Parágrafo Único. Nas sacadas o peitoril deverá estar afastado a 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) no mínimo, das divisas.

Art. 8º Taxa de permeabilidade é a relação entre a área na qual não é permitido edificar ou revestir o solo com material que impeça ou dificulte absorção das águas de chuva e a área total do terreno, conforme as disposições da Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano.

§1º. Piso e qualquer material que houver uma porcentagem diferente, será aceito com a apresentação de laudo técnico fornecido pelo fabricante.

§2º. As taxas de permeabilidade que deverão ser obedecidas para cada zona estão definidas na Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano.

§3º. Poderão ser adotadas medidas compensatórias da taxa de permeabilidade, conforme Artigo 139 deste Código.

Art. 9º A altura de uma edificação é medida em metros, tomada verticalmente entre o nível do térreo, este não excedendo 50cm (cinquenta centímetros) acima do nível do passeio público, e o plano horizontal correspondente à laje de cobertura do último pavimento, equivalente ao piso ático, sendo que o pé direito da laje que cobrirá o ático, não poderá exceder a 4,00m (quatro metros) de altura.

CAPÍTULO II

DAS NORMAS ADMINISTRATIVAS

SEÇÃO I

DA HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 10. Poderão atuar como responsáveis técnicos pela elaboração e aprovação de projetos:

I. Profissionais autônomos legalmente habilitados em seus respectivos conselhos de classe (CREA, CAU, CNA, etc.), devidamente registrados no Município e em dia com suas obrigações fiscais e tributárias perante a Secretaria Municipal da Fazenda;

II. Empresas legalmente constituídas e habilitadas no Município, desde que:

a) Tenham em seu quadro técnico pelo menos um profissional habilitado na área do projeto;

b) O projeto seja subscrito pelo profissional responsável vinculado à empresa, com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou registro equivalente.

Parágrafo Único. O responsável técnico, seja pessoa física ou jurídica, deverá comprovar regularidade perante o Município e os órgãos de fiscalização profissional no ato do protocolo do projeto

Art. 11. A assinatura do profissional nos desenhos, projetos, cálculos ou memoriais submetidos à Poder Executivo Municipal, será obrigatoriamente procedida da função que lhe couber no caso, por exemplo: "Autor do Projeto Arquitetônico", "Autor do Cálculo Estrutural" ou "Responsável pela Execução da Obra" e sucedida do título que lhe competir, bem como o número do registro profissional.

Art. 12. A substituição de um responsável técnico durante a execução de uma obra ou serviço de construção deverá ser comunicada ao Poder Executivo Municipal através de um pedido por escrito, que será firmado entre o proprietário com a anuência dos profissionais substituto e substituído.

Parágrafo único. A anuência do profissional substituído somente será dispensada quando o mesmo se encontrar em local desconhecido, por força de sentença judicial ou em caso de morte.

Art. 13. No local das obras deverão ser afixadas as placas dos profissionais intervenientes, de acordo com a legislação do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo e o Conselho Federal dos Técnicos Industriais.

SEÇÃO II

DA ISENÇÃO DO REGISTRO DE RESPONSABILIDADE

Art. 14. São obras e serviços sujeitos à mera Licença do Poder Executivo Municipal e, como tal, isentas, perante o Poder Executivo Municipal, de Anotação do Responsável Técnico – ART, Registro de Responsabilidade Técnica – RRT e Termo de Responsabilidade Técnica – TRT, legalmente habilitado pelas mesmas e de taxas de Alvará, além dos emolumentos relativos ao cadastramento e à expedição da própria Licença:

I. Construções permanentes, desde que não ultrapassem a 20,00 m² (vinte metros quadrados) de área coberta e não estejam acopladas a edificações com área maior do que esse limite;

II. Construções provisórias, destinadas à guarda e depósitos de materiais e ferramentas ou tapumes, durante a execução de obras ou serviços de extração ou construção, dentro dos padrões regulamentares para esses casos, com prazos pré-fixados para a sua demolição;

III. Erguimento de muros, cercas e grades, até a altura de 1,80 m (um metro e oitenta centímetros) quando maciços, e 1,20 m (um metro e vinte centímetros) quando vazados;

I. Construção de moradia de baixo custo, desde que exista convênio com o CREA/CAU/CFT para tal efeito, em áreas destinadas pelo Poder Executivo Municipal para este fim, quando executada dentro de projeto-padrão fornecido pelo órgão competente do Poder Executivo Municipal, submetendo-se à fiscalização do responsável técnico indicado pelo menos e não ultrapassando a 70,00 m² (setenta metros quadrados) de área coberta e um pavimento;

SEÇÃO III

DAS CONDIÇÕES RELATIVAS À APRESENTAÇÃO DE PROJETOS

Art. 15. Os projetos arquitetônicos completos conterão os seguintes elementos:

I. Planta de situação e localização na escala mínima de 1:500 (um para quinhentos) onde constarão:

a) A projeção da edificação ou das edificações dentro do lote, figurando rios, canais e outros elementos que possam orientar a decisão das autoridades municipais;

b) As dimensões das divisas do lote e as dos afastamentos da edificação em relação às divisas e outra edificação porventura existente;

c) As cotas de largura do(s) logradouro(s) e dos passeios contíguos ao lote;

d) Orientação do norte magnético;

e) Indicação da numeração ou outra característica do lote a ser construído e dos lotes vizinhos;

f) Relação contendo área do lote, área de projeção de cada unidade, cálculo da área total de cada unidade, taxa de ocupação e coeficiente construtivo.

g) Amarração em relação à esquina mais próxima.

II. Planta de cada pavimento não repetido da construção na escala mínima de 1:50 (um para cinquenta), determinando:

a) As dimensões e áreas exatas de todos os compartimentos, inclusive dos vãos de iluminação, ventilação, garagens e áreas de estacionamento;

b) A finalidade de cada compartimento;

c) Os traços indicativos dos cortes longitudinais e transversais;

d) Indicação das espessuras das paredes e dimensões externas totais da obra.

III. Cortes transversal e longitudinal, indicando a altura dos compartimentos, níveis dos pavimentos, alturas das janelas e peitoris, e demais elementos necessários à compreensão do projeto, na escala mínima de 1:50 (um para cinquenta), passando pelas áreas úmidas e escadas, se for o caso;

IV. Planta de implantação e cobertura com indicação do caimento na escala mínima de 1:100 (um para cem);

V. Elevação da fachada ou fachadas voltadas para a via pública na escala mínima de 1:50 (um para cinquenta).

§1.º Haverá sempre menção de escala, o que não dispensa a indicação das cotas.

§2.º Em qualquer caso, as pranchas exigidas no caput do presente Artigo, deverão ser moduladas conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, tendo o módulo mínimo às dimensões do tamanho A4, e deverão apresentar, devidamente preenchidos todos os campos do Carimbo Padrão do Poder Executivo Municipal.

§3.º No caso de reforma ou ampliação deverá ser indicado no projeto, o que será demolido, construído ou conservado com cores e hachuras para melhor identificação.

§4.º Nos casos de projetos para construção de edificações de grandes proporções, as escalas mencionadas no caput deste Artigo poderão ser alteradas, devendo, contudo, ser consultado, previamente, o órgão competente do Poder Executivo Municipal.

§5.º Não serão permitidas rasuras nos projetos.

§6.º Os projetos arquitetônicos simplificados deverão seguir as especificações do Anexo V deste Código de Obras

SEÇÃO IV

DA APROVAÇÃO DOS PROJETOS

Art. 16. Todas as obras e serviços de construção, realizadas sobre o território do município de Matinhos, serão executadas, obrigatoriamente, mediante licença ou Alvará prévios, expedidos pelo Poder Executivo Municipal, obedecidas as normas desta Lei.

Art. 17. O requerimento de aprovação de projetos completos e simplificados, deverá ser entregue junto com, no mínimo, os seguintes documentos:

I. Guia amarela;

II. Projeto arquitetônico, conforme especificado no Art. 19 deste Código;

III. Matrícula atualizada do registro de imóveis;

IV. Levantamento topográfico com memorial e respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);

V. Quadro de especificações técnicas – diagrama de áreas;

VI. Indicação da ligação de abastecimento de água e de esgoto na rede pública e/ou projeto de tratamento individual de esgoto sanitário, compreendendo implantação e detalhamento em escala; sendo vetada a indicação e captação de água do Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange.

VII. Declaração de ciência da Legislação vigente, assinada pelo proprietário e pelo Responsável Técnico;

VIII. Declaração de ciência da Lei 1.098 - Institui a política Municipal de Resíduos Sólidos no Município de Matinhos, e suas alterações assinada pelo Responsável Técnico;

IX. Cadastro do profissional ou da empresa vigente com profissional habilitado na Prefeitura Municipal de Matinhos;

X. Termo de Responsabilidade de esgotamento sanitário;

XI. Quadro de especificações técnicas, conforme formulário padrão do Município;

XII. Projetos de fossa e de sumidouro quando a edificação não estiver ligada na rede de saneamento público (SANEPAR).

XIII. Será dispensada a Anuência Prévia do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral.

§1º. O requerimento de aprovação de projetos será assinado pelo proprietário da obra.

§2º. Os elementos que compõem o projeto serão assinados pelo proprietário da obra, pelo autor do projeto e por todos os responsáveis técnicos da obra.

§3º. Se julgar conveniente, o órgão municipal competente, poderá exigir, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a apresentação pelo profissional responsável legalmente habilitado de:

I. Projeto das instalações hidrossanitários;

II. Projeto das instalações elétricas e telefônicas;

III. Cálculo estrutural;

IV. Projeto de instalação de elevadores;

V. Projeto de instalações de segurança e prevenção de incêndio;

VI. Especificações técnicas;

VII. Memorial descritivo;

VIII. Via da ART/RRT/TRT de projeto, execução do levantamento topográfico ou de outros projetos complementares

Art. 18. Os processos de aprovação de projetos só serão iniciados após o cumprimento das exigências estabelecidas pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 19. Estando o projeto deferido, o departamento competente do Poder Executivo Municipal entregará ao interessado, o Alvará de Execução de Obras e Serviços e as cópias, com validade estabelecida para 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis, com exceção de um jogo completo, o qual ficará arquivado.

Parágrafo único. Todas as cópias serão analisadas pelo Diretor do referido departamento, devendo o mesmo ser profissional habilitado perante o CREA, CAU ou CFT.

Art. 20. A responsabilidade dos projetos, especificações, cálculos e outros apresentados cabem aos respectivos autores e executores da obra.

Parágrafo único. A municipalidade não assumirá qualquer responsabilidade em razão da aprovação de projetos ou de obras mal executadas.

Art. 21. Para fins de fiscalização, o projeto aprovado deverá ser mantido na obra, bem como o Alvará para a referida construção.

Art. 22. Qualquer modificação do projeto durante a construção deverá ser previamente submetida, por requerimento, à aprovação do Poder Executivo Municipal.

Art. 23. O projeto de uma construção será examinado em função da utilização lógica da mesma e não apenas pela sua denominação em planta.

SEÇÃO V

DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Art. 24. As obras e serviços de construção não enquadrados no Art. 14 deste Código estão sujeitas, sucessivamente, aos seguintes procedimentos administrativos perante Poder Executivo Municipal:

I. Guia Amarela, em formulário próprio, contendo os usos e demais intenções do serviço ou da edificação pretendida, a situação locacional do imóvel e documento comprobatórios de sua propriedade ou posse;

II. Elaboração de Projeto Arquitetônico completo, quando obra de construção civil ou de projeto técnico, quando outra modalidade de serviço ou obra, com designação do projetista legalmente habilitado perante a Poder Executivo Municipal, onde sejam atendidas todas as exigências indicadas pelo órgão municipal competente na Consulta Prévia, bem como nos regulamentos e instruções que complementam a Legislação Urbanística do município, com ênfase à Lei do Perímetro Urbano, à Lei do Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano à Lei de Parcelamento do Solo Urbano, a esta Lei e aos Decretos que regulamentem essas Leis;

III. Revisão do Projeto referido no inciso anterior, perante o órgão municipal competente, se necessário ajustando-o às normas legais e regulamentares que porventura não tenham sido atendidas, até sua aprovação final, por profissional legalmente habilitado perante CREA/CAU/CFT-PR;

IV. Solicitação de Alvará para execução de obras ou serviços, o qual sempre terá prazo determinado, fazendo acompanhar desta anotação todos os responsáveis envolvidos na propriedade, incorporação, elaboração de projetos complementares exigíveis, fiscalização desses projetos e execução das obras, os quais assinarão, em conjunto, o solicitado, corresponsabilizando-se pelo seu cumprimento; V. Execução de obras e serviços de construção rigorosamente de acordo com o Projeto, na sua versão aprovada nos termos do Item III deste Artigo e objeto de Alvará referido no Item IV deste Artigo, bem como nos prazos contidos no dito Alvará;

VI. Solicitação de habite-se/certidão de demolição, fazendo acompanhar desta o resultado da vistoria final de obras ou serviços de construção, documentos que atestarão a satisfação de todas as exigências técnicas da edificação ou espaço aberto construído, com referência aos órgãos externos ao Poder Executivo Municipal e com relação às Posturas Municipais e aos demais regulamentos e Leis de sua Legislação Urbana;

VII. Solicitação de Certidão de Conclusão de Obras, fazendo acompanhar desta as Certidões de Habite-se da Saúde Pública, e dos demais órgãos competentes relacionados à aprovação de projetos complementares, tais como os de energia, comunicações, saneamento, segurança pública e de proteção do meio ambiente ou do patrimônio histórico, Corpo de Bombeiros, quando for o caso, todos confirmando a satisfação dos serviços realizados e concluídos, na obra ou serviço, dentro da sua própria área de competência. Acrescente-se a necessidade da Minuta da Incorporação, se for o caso.

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal poderá, a critério do órgão competente, exigir a aprovação preliminar do projeto referido no Item II deste Artigo, por ocasião da Consulta Prévia ou da Revisão do mesmo, em órgãos externos ao Poder Executivo Municipal, relacionados aos projetos complementares referidos no Item VI.

Art. 25. Todos os projetos citados no Art. 24 deste Código deverão ser elaborados por profissionais legalmente habilitados, de acordo com a Legislação Estadual e Federal sobre as suas atribuições, os quais deverão estar previamente cadastrados juntamente ao Poder Executivo Municipal e em dia com a Fazenda Municipal, quer seja pessoa física ou jurídica.

SEÇÃO VI

DA VALIDADE, APROVAÇÃO DO PROJETO E LICENCIAMENTO

Art. 26. O projeto arquivado, por não ter sido retirado em tempo hábil pelo interessado é passível de revalidação, desde que a parte interessada a requeira e, desde que as exigências legais sejam as mesmas vigentes à época do licenciamento anterior.

Art. 27. O alvará de construção não determina prazo para início da construção.

§1.º Para efeito da presente Lei, uma construção será considerada iniciada quando estiver evidenciado o início da execução de serviços constantes do projeto aprovado.

§2.º Se dentro do prazo fixado, a construção não for concluída, será solicitada a prorrogação de prazo e paga taxa de licenciamento correspondente a essa prorrogação.

§3.º O documento de análise do projeto pré-aprovado terá validade de 1 (um) ano. Caso o contribuinte não dê continuidade ao pedido de alvará nesse período, o processo de aprovação do projeto será automaticamente cancelado. Para obras públicas (municipais, estaduais e federais), a validade será de 2 (dois) anos.

§4.º O prazo de validade poderá ser prorrogado por 2 (dois) anos, com a possibilidade de revalidação no período de até 30 (trinta) dias antes do vencimento.

§5.º O alvará poderá ser revalidado por até 4 (quatro) anos, após a primeira prorrogação de 2 (dois) anos.

Art. 28. A execução da obra somente poderá ser iniciada depois de aprovado o projeto e expedido alvará para a construção.

CAPÍTULO III

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

SEÇÃO I

DAS GENERALIDADES

Art. 29. Às infrações cometidas ao disposto neste Código serão aplicadas as seguintes penas:

I. Notificação;

II. Multa;

III. Embargo;

IV. Demolição.

§1.º A aplicação de uma das penas previstas neste Artigo não prejudica a aplicação de outra, se cabível.

§2.º As penalidades serão aplicadas ao proprietário do imóvel, de acordo com padrões e valores estabelecidos em legislação específica sobre a matéria.

§3.º Em casos de notificação por irregularidades na obra, o prazo para apresentação de resposta pelo contribuinte é de 5 (cinco) dias úteis. Caso não haja manifestação no prazo estipulado, a partir do 6º dia útil, será lavrado o auto de infração (multa), conferindo ao contribuinte novo prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de defesa ou interposição de recurso. Na ausência de defesa nesse período, a obra será formalmente embargada, sendo concedido novamente o prazo de 10 (dez) dias úteis para o contribuinte apresentar recurso ou defesa quanto ao embargo. Decorridos esses prazos sem a devida regularização ou manifestação, será emitido o auto de demolição

SEÇÃO II

DAS AUTUAÇÕES E MULTAS

Art. 30. As multas, independente de outras penalidades legais aplicáveis serão impostas quando:

I. Forem falseadas cotas e outras medidas no projeto, ou qualquer elemento do processo de aprovação do mesmo;

II. As obras forem executadas em desacordo com o projeto aprovado, a licença fornecida ou as normas da presente Lei;

III. A obra for iniciada sem projeto aprovado ou licenciado;

IV. A edificação for ocupada antes da expedição pelo Poder Executivo Municipal do Habite-se, quer seja pela não solicitação do mesmo ou ainda quando da inexistência de alvará de construção a qualquer tempo;

V. Não for obedecido o embargo imposto pela autoridade municipal competente;

VI. Houver prosseguimento da obra, vencido o prazo de licenciamento, sem que tenha sido concedida a necessária prorrogação do prazo;

VII. Demais penalidades previstas em legislação específica.

Art. 31. A multa será imposta pela autoridade municipal competente, à vista do auto de infração lavrado pelo funcionário habilitado, que apenas registrará a falta ou infração verificada, indicando o dispositivo infringido.

Art. 32. O auto de infração, em quatro vias, deverá ser assinado pelo funcionário que tiver constatado a existência da irregularidade e também, sempre que possível, pelo próprio autuado; na sua ausência, poderá ser colhida a assinatura de representante, preposto, ou de quem lhe fizer às vezes.

§1.º A recusa de assinatura no auto de infração será anotada pelo autuante perante duas testemunhas, considerando-se neste caso, formalizada a autuação.

§2.º A última via do auto de infração, quando o infrator não for encontrado, será encaminhada oficialmente ao responsável pela empresa construtora, sendo considerado para todos os efeitos legais, como estando o infrator cientificado da mesma.

Art. 33. O auto de infração deverá conter:

I. A indicação do dia e lugar em que se deu a infração, ou em que esta foi constatada pelo autuante;

II. O fato ou ato que constitui a infração, indicando o dispositivo legal infringido;

III. O nome e assinatura do infrator, ou, na sua falta, denominação que o identifique, e endereço;

IV. O nome e assinatura do autuante, bem como sua função ou cargo;

V. O nome, assinatura e endereço das testemunhas, no caso do § 1º do Art. 32.

Art. 34. Lavrado o auto de infração, o infrator poderá apresentar defesa escrita dirigida à autoridade municipal competente no prazo máximo de 10(dez) dias úteis, a contar de seu recebimento, findo o qual será o auto, encaminhado para imposição da multa e cobrança.

Art. 35. Imposta a multa, será dado conhecimento da mesma ao infrator, no local da infração ou na sede da empresa construtora, mediante a entrega da terceira via do auto da infração, na qual deverá constar o despacho da autoridade municipal competente que a aplicou.

§1.º O infrator terá o prazo de 15 (quinze) dias para efetuar o pagamento da multa.

§2.º Decorridos o prazo estipulado no § 1º, à multa não paga será cobrada por via executiva, sem prejuízo de outras penalidades.

Art. 36. Terá andamento sustado o processo de aprovação de projeto ou licenciamento de construção cujo responsável técnico ou empresa construtora esteja em débito com o Poder Executivo Municipal.

Art. 37. As multas pelo descumprimento dos dispositivos desta Lei, serão fixadas considerando-se a maior ou menor gravidade e natureza da infração, suas circunstâncias e os antecedentes do infrator, sendo seu valor estabelecido de acordo com a Unidade Fiscal do Município.

Art. 38. O pagamento da multa não isenta o requerente da regularização da infração, que deverá ser atendida de acordo com o que dispõe a presente Lei.

SEÇÃO III

DOS EMBARGOS

Art. 39. Obras em andamento de qualquer natureza serão embargadas, sem prejuízo das multas, quando:

I. Estiverem executadas sem o respectivo alvará de licenciamento nos casos em que este for necessário;

II. Desobedecerem ao projeto aprovado ou inobservância de qualquer prescrição essencial do alvará de licença;

III. Não for respeitado o alinhamento predial ou recuo mínimo;

IV. Estiverem sendo executadas sem a responsabilidade de profissional legalmente habilitado e matriculado no Poder Executivo Municipal, quando indispensável;

V. Estiver em risco sua estabilidade;

VI. Constituírem ameaça para o público ou para o pessoal que a executa;

VII. For constatada ser fictícia a assunção de responsabilidade profissional o seu projeto ou execução;

VIII. Profissional responsável tiver sofrido suspensão ou cassação pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU e Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT;

IX. A obra, já autuada, não tenha sido regularizada no tempo previsto.

Art. 40. Ocorrendo as hipóteses do Art. 39, a autoridade municipal competente fará notificação por escrito ao infrator, dando ciência da mesma à autoridade superior, através de Relatório semanal que conste local, horário e proprietário da obra.

Art. 41. Verificada a procedência da notificação pela autoridade municipal competente, esta determinará o embargo após o prazo de 15(quinze) dias úteis, em termo próprio que mandará lavrar, e no qual fará constar as exigências a serem cumpridas para o prosseguimento da obra, sem prejuízo de imposição de multas.

Art. 42. O termo de embargo será apresentado ao infrator para que o assine e, no caso deste não ser encontrado, o termo será encaminhado oficialmente ao responsável pela empresa construtora, seguindo-se o processo administrativo para a respectiva paralisação da obra, tendo o contribuinte/proprietário da obra um prazo de 10(dez dias úteis) para a apresentação da defesa/recurso.

Art. 43. O embargo será levantado após o cumprimento das exigências consignadas no respectivo termo e satisfeito o pagamento de todos os emolumentos e multas em que haja o responsável incidido.

SEÇÃO IV

DA INTERDIÇÃO

Art. 44. Uma edificação, ou qualquer uma de suas dependências, poderá ser interditada em qualquer tempo, com impedimento de sua ocupação, quando oferecer iminente perigo de caráter público.

Art. 45. A interdição será imposta por escrito após vistoria efetuada pela autoridade competente.

Parágrafo único. Não atendida a interdição, e não interposto recurso ou indeferido este, o Poder Executivo Municipal tomará as medidas legais cabíveis.

SEÇÃO V

DAS DEMOLIÇÕES

Art. 46. A demolição parcial ou total da edificação será imposta quando:

I. Passados o prazo de recurso sobre o embargo da obra;

II. A obra estiver sendo executada sem projeto aprovado e sem alvará de licenciamento, em área não edificável e não puder ser regularizada nos termos da legislação vigente;

III. Houver risco iminente de caráter público e o proprietário não quiser tomar as providências determinadas pelo Poder Executivo Municipal para sua segurança.

Art. 47. O proprietário poderá interpor recurso, dirigido ao Prefeito Municipal, apresentando defesa e proposta de regularização da obra.

CAPÍTULO IV

DAS OBRAS

SEÇÃO I

DAS OBRAS PÚBLICAS

Art. 48. De acordo com o que estabelece a Legislação Federal pertinente, não poderão ser executadas, sem licença prévia do Poder Executivo Municipal, devendo obedecer às determinações do presente código, as seguintes obras:

I. Construção de edifícios públicos;

II. Obras de qualquer natureza de propriedade da União ou do Estado;

III. Obras a serem realizadas por instituições oficiais ou paraestatais ou Institutos de Previdência, quando para sua sede própria;

IV. Nas construções de edificações públicas, será permitido extrapolar os parâmetros urbanísticos após projeto ser aprovado pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento Urbano e quando houver edificações em ZRM contíguas ao Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange deverá ser aprovado pelo ICMBIO.

SEÇÃO II

DAS OBRAS PARCIAIS

Art. 49. Nas edificações existentes, em desconformidade com o presente Código ou a Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano vigente, somente serão permitidas obras de reconstrução, reparos ou acréscimo, nas seguintes condições:

I. Para atender às condições de higiene e segurança;

II. Suprimido.

§1.º Se á, porém, permitida a substituição de revestimento da fachada, sem modificação de suas linhas, a modificação ou a construção interna de paredes às paredes existentes, substituição de esquadrias, sem ganho de área, sendo a licença concedida a juízo da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

§2.º Caso o município não tenha opções para a regularização, todo o imóvel pode reformar sem acréscimo de área, independente se está regular ou não.

Art. 50. As obras a que se refere a presente seção não serão permitidas em edificações que tenham compartimentos de permanência prolongada sem iluminação e ventilação diretas, ou mesmo por zenitais ou através de áreas cobertas, salvo se forem executadas as obras necessárias para que fiquem estes compartimentos dotados de vãos de iluminação e ventilação nas condições estipuladas pelo presente Código.

SEÇÃO III

DAS OBRAS DE REFORMAS OU DEMOLIÇÃO

Art. 51. Todas as obras de reforma, ou demolição serão objeto de licença, previamente à sua execução, junto ao Poder Executivo Municipal que é, a seu critério, com base na Legislação Urbanística do município, poderá exigir o processamento para obtenção de Alvará para sua realização.

Art. 52. O abandono notório de edificação, permitindo entrar em deterioração física sua cobertura, paredes de vedação, caixilhos ou gradis, estando o imóvel desocupado na parte principal edificada, caracteriza obra de demolição para os efeitos desta Lei.

Art. 53. Obras de reforma ou demolição sem a devida licença concedida pelo Poder Executivo Municipal estarão sujeitas a embargo administrativo, a recuperação do estado original por parte do Poder Executivo Municipal com cobrança do ônus ao proprietário ou declaração de Utilidade Pública do Imóvel, para fins de desapropriação.

Parágrafo único. A licença para reforma de prédios e condomínios será condicionada à aprovação da obra por pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos condôminos, com registro da reunião em ata.

Art. 54. Para efeitos desta Lei, são consideradas obras de reforma ou demolição aquelas que alterem o estado original de uma edificação, em área coberta ou em relação ao seu aspecto físico formal, no cenário da paisagem, alterando a morfologia da cidade em qualquer escala do espaço urbano.

Parágrafo único. É obrigatória execução de medidas protetoras para a conservação do solo em terrenos de declive acentuado, sujeito a ação erosiva das águas de chuva e que, por sua localização possam ocasionar problemas à segurança de edificações próximas, a limpeza e a circulação nos passeios de espaço urbano.

Art. 55. A demolição de qualquer edificação, à exceção dos muros de fechamento até 3,00 m (três metros) de altura, só poderá ser executada mediante licença prévia do município.

Parágrafo único. Tratando-se de edificação no alinhamento do logradouro com 02 (dois) pavimentos, ou que tenha mais de 8,00 m (oito metros) de altura, a demolição só poderá ser efetuada com responsabilidade técnica.

Art. 56. O Poder Executivo Municipal poderá, sempre que julgar conveniente, estabelecer horário dentro do qual a demolição possa ou deva ser feita.

Art. 57. Após a conclusão das obras deverá ser requerida vistoria à Municipalidade.

Art. 58. Se, por ocasião da vistoria, for constatado que a edificação não foi construída, ou reformada de acordo com o projeto aprovado, o proprietário ou o responsável técnico, além das sanções previstas no presente Código, será intimado a regularizar o projeto, caso as alterações possam ser aprovadas, ou a demolir ou fazer as modificações necessárias para repor a obra de acordo com o projeto aprovado.

SEÇÃO IV

DAS OBRAS DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO

Art. 59. São obras de manutenção, conservação e preservação para efeitos desta Lei e, como tal, isentas de autorização do Poder Executivo Municipal:

I. Pinturas e plantio em terrenos e edifícios de domínio privado;

II. Recuperação de telhados, desde que usados os mesmos materiais e caimentos da construção original;

III. Pisos e pavimentos em áreas livres de terrenos privados, desde que conservem a permeabilidade do mesmo de acordo com a lei de zoneamento;

IV. Conserto das esquadrias, desde que conservando o desenho original e usando-se o mesmo material das peças já degradadas;

V. Conserto ou reforma de instalações elétricas, telefônicas e hidrossanitários, desde que recuperando as alvenarias ao aspecto original no final do serviço;

VI. Substituição de pisos e forros internos, desde que conservando os níveis e materiais utilizados na construção original;

VII. Manutenção, conservação, paisagismo e preservação de vias e logradouros, desde que respeitem o desenho original urbano, não obstruam a circulação e não alterem as redes e sistemas de infraestrutura.

Art. 60. A manutenção, conservação e preservação da cidade é compromisso solidário do Poder Executivo Municipal e da comunidade, representada pelos seus munícipes e pela força econômica das empresas que nela operam ou atuam.

Art. 61. Objetivando racionalizar a operacionalidade e o dimensionamento dos órgãos de atividade do Poder Executivo Municipal, serão responsabilidade prioritária:

I. Dos moradores e munícipes a conservação, manutenção, preservação e o paisagismo de ruas e logradouros residenciais, com tráfego local;

II. Das empresas em geral a conservação, manutenção, preservação e o paisagismo de ruas, logradouros residenciais e equipamentos públicos, situados nas imediações de grandes estabelecimentos ou grupos de estabelecimentos contendo atividades econômicas, com tráfego incidental;

III. Do Poder Executivo Municipal a conservação, manutenção, preservação e o paisagismo das ruas, logradouros e equipamentos públicos situados nos Setores Especiais e com tráfego intenso assim definidos pela Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano exceto aqueles denominados como o das vias residenciais e as obras de manutenção em vias e equipamentos, e logradouros situados em setores da cidade habitados preponderantemente por população com baixa renda familiar, caracterizada pela impossibilidade em fazer frente às despesas que não aquelas para sua subsistência própria.

§1.º Para os fins de obediência a este Artigo, o Executivo Municipal regulamentará as obras de manutenção, conservação e paisagismo e preservação de ruas e logradouros, estabelecendo tributação diferenciada entre contribuintes economicamente estáveis que cumpram ou não com suas obrigações civis em relação à cidade e sua paisagem física.

§2.º Não são consideradas obras de manutenção, conservação, paisagismo e preservação, a implantação de sistemas em infraestrutura urbana, os quais só poderão ser executados ou alterados por iniciativa privada com Licença ou Alvará prévios do Poder Executivo Municipal, que procederá à sua supervisão, em conjunto com o órgão ou empresa competente.

SEÇÃO V

DAS OBRAS DE TRANSFORMAÇÃO AMBIENTAL

Art. 62. São obras de transformação ambiental:

I. Serviços de terraplenagem com área superior a 5.000 m² (cinco mil metros quadrados) ou que, com qualquer dimensão contenha divisa com rio ou cursos d`água, elemento(s) notável (eis) de paisagem, valor ambiental ou histórico;

II. Serviços de demolição predial em edificações que, a critério do Poder Executivo Municipal, faça parte do patrimônio cultural da comunidade como elemento relevante ou referencial da paisagem;

III. Serviços de mineração ou extração mineral, de desmatamento ou extração vegetal e de modificação notória de conformação físico-territorial de ecossistemas faunísticos e florísticos em geral, assim enquadrado por notificação de técnico do órgão municipal competente.

IV. Implantação de projetos pecuários ou agrícolas, projetos de loteamentos ou de urbanização e complexos turísticos ou recreativos que abranjam área de território igual ou superior a 50.000 (cinquenta mil metros quadrados);

V. Edificações para criação ou manutenção de animais nativos ou exóticos.

Art. 63. Ficam sujeitas à elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) as obras mencionadas no Art. 62.

§1.º O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) deve ser executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades.

§2.º É obrigatória a elaboração de EIA-RIMA quando a legislação estadual ou federal o exigir.

SEÇÃO VI

DAS OBRAS OBRIGATÓRIAS

Art. 64. Tem caráter compulsório, perante o Poder Executivo Municipal, as obras e serviços de:

I. Confinamento - com muros de, no mínimo 1,20 m (um metro e vinte centímetros) de altura - de terrenos vagos situados na malha urbana e que tenham ou um lote confrontante já ocupado, ou dois lotes confrontantes já murados em razão do dispositivo anterior;

II. Limpeza - conservação de calçadas e paisagismo nos recuos frontais e nos passeios fronteiriços a edificações com área superior a 150 m² (cento e cinquenta metros quadrados) ou que contenham moradores com notória estabilidade econômica e social;

III. Conservação de edificações com valor histórico e de espécimes arbóreos com diâmetro, na base, igual ou maior do que 35 cm (trinta e cinco centímetros);

IV. Adaptações das condições ambientais - no interior das edificações, no remanescente do terreno e, nas imediações urbanas - preceitos instituídos pela legislação urbanística, em conjunto com esta lei, bem como os regulamentos, normas e instruções dela decorrentes;

V. Instalação de equipamentos e dispositivos internos de segurança, em edificações que abriguem públicos, eventualmente ou não, que excedam a 150 (cento e cinquenta) pessoas;

VI. Atendimento às legislações estadual e federal quanto às matérias de saúde pública, meio ambiente, patrimônio histórico ou cultural e segurança.

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal decretará o enquadramento das obras de caráter obrigatório, dispondo sobre as multas e sanções decorrentes do seu não cumprimento e execução.

SEÇÃO VII

DA CONCLUSÃO E ENTREGA DAS OBRAS

Art. 65. Uma obra é considerada concluída quando tiver condições de habitabilidade, estando em funcionamento as instalações hidrossanitários e elétricas e de acordo com as especificações técnicas.

Art. 66. Concluída a obra, o proprietário deverá solicitar ao Poder Executivo Municipal o habite-se ou a certidão de demolição.

Art. 67. Procedida a vistoria e constatado que a obra foi realizada em consonância com o projeto aprovado obriga-se o Poder Executivo Municipal expedir o habite-se ou a certidão de demolição, com a comprovação do pagamento de todas as taxas e tributos que incidirem sobre a obra.

§1º. Poderá ser concedida vistoria e conclusão parcial, desde que as partes ou dependências da edificação a serem liberadas tenham acesso e circulação em condições satisfatórias.

§2º. Efetuada a vistoria e constatada a concordância entre a obra e projeto aprovado, será fornecido ao proprietário, a requerimento deste, um habite-se ou uma certidão de demolição, com a comprovação do pagamento de todas as taxas e tributos que incidirem sobre a obra.

§3º. Por ocasião da vistoria, os passeios fronteiriços deverão estar concluídos, além do plantio de uma muda de árvore, de acordo com as normas que regulam a matéria.

§4º. Como condicionante à emissão do habite-se, poderá ser exigido o laudo de vistoria da Companhia de Saneamento referente à regularidade da ligação do esgoto predial.

Art. 68. Poderá ser concedido Laudo de Vistoria Técnica parcial a juízo do órgão competente do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. O Laudo de Vistoria Técnica parcial poderá ser concedido nos seguintes casos:

I. Quando se tratar de prédio misto, comercial e residencial e puder cada um dos usos ser utilizado independentemente do outro;

II. Quando se tratar de edifício de apartamentos, em que uma unidade esteja completamente concluída, e caso a unidade em questão esteja acima da quarta laje é necessário que pelo menos um elevador esteja funcionando permanentemente e possa apresentar o respectivo certificado de funcionamento, e a escada enclausurada esteja concluída e em condições de uso;

III. Quando se tratar de mais de uma construção feita independentemente, mas no mesmo lote com acessos independentes;

IV. Quando se tratar de edificação em casas em série estando o seu acesso devidamente concluído.

SEÇÃO VIII

DAS ÁGUAS PLUVIAIS

Art. 69. As águas pluviais deverão ser infiltradas no terreno, sendo que o excesso não infiltrado poderá ser encaminhado para rio ou vala existente nas imediações, ou para a sarjeta das ruas.

§1.º Quando as condições topográficas exigirem o escoamento das águas pluviais para terrenos vizinhos, a autoridade sanitária poderá exigir dos proprietários dos terrenos a jusante, a passagem para o tal escoamento das águas pluviais provindas dos terrenos a montante, nos termos da Legislação Civil.

§2.º É proibido em qualquer hipótese, o lançamento das águas pluviais na rede coletora de esgoto sanitário.

§3.º É proibido em qualquer hipótese o lançamento de esgoto "in natura", no sistema de águas pluviais.

Art. 70. É obrigatório que, nos empreendimentos que tenham área coberta superior a quinhentos metros quadrados, a água das chuvas seja captada na cobertura das edificações e encaminhada a um reservatório para ser utilizada em atividades que não requeiram o uso de água tratada, proveniente da Rede Pública de Abastecimento, tais como:

I. Rega de jardins e hortas;

II. Lavagem de veículos;

III. Lavagem de vidros, calçadas e pisos;

IV. Descarga em vaso sanitário.

§1.º Todas as habitações coletivas multifamiliares ou comerciais acima de 5 (cinco) pavimentos deverão ter caixa de retenção conforme cálculo específico.

§2.º É obrigatório a apresentação de Projeto Hidráulico constando os equipamentos - reservatório e canalizações - referentes ao sistema de aproveitamento das águas pluviais.

Art. 71. A capacidade do reservatório deverá ser calculada com base na seguinte equação:

V = k x A x h, onde:

V = volume do reservatório em m³;

k = coeficiente de abatimento, correspondente a 0,10;

A = área de cobertura (m²)

h = altura de chuva (metro), correspondente a 0,03m.

§1.º Deverá ser instalado um sistema que conduza toda água captada por telhados, coberturas e terraços ao reservatório.

§2.º A água contida pelo reservatório deverá ser utilizada para finalidades não potáveis, atendidas as normas sanitárias vigentes e as condições técnicas específicas estabelecidas pelo órgão municipal responsável pela Vigilância Sanitária.

§3.º A localização do reservatório e o cálculo do seu volume deverão estar indicados nos projetos e sua implantação será condição para a emissão da Certidão de Vistoria e Conclusão de Obras - CVCO.

§4.º No Projeto deverá constar a localização de pelo menos um ponto de água destinado a reuso com sinalização de alerta padronizada a ser colocada em local visível junto ao ponto de água não potável e determinando os tipos de utilização admitidos para a água não potável;

§5.º Deverão ser garantidos os padrões de qualidade de água, apropriados ao tipo de utilização previsto, definindo os dispositivos, processos e tratamentos necessários para a manutenção desta qualidade;

§6.º Deverá ser impedida a contaminação do sistema predial destinado a água potável proveniente da rede pública, sendo terminantemente vedada qualquer comunicação entre este sistema e o sistema predial destinado a água não potável.

§7.º Nas reformas, o reservatório de reuso será exigido quando a área acrescida - ou, no caso de reformas sucessivas, a somatória da área impermeabilizada existente e a construir resultar em área superiora 500,00 m² (quinhentos metros quadrados), sendo o reservatório calculado em relação à área total de cobertura.

Art. 72. Um reservatório poderá ser usado como caixa de retenção/contenção, isentando em até 50% (cinquenta por cento) da área permeável exigida pela legislação sobre o imóvel, acrescendo o volume do reservatório de acordo com o cálculo abaixo:

VRR = K x I x A

Onde:

VRR = Volume do reservatório de retenção

K = constante dimensional = 0,20

I - = intensidade da chuva = 0,08m/h

A = área total do terreno

§1.º O diâmetro do orifício regulador de vazão deverá obedecer ao seguinte critério, de acordo com o volume:

I. 25mm (vinte e cinco milímetros) para reservatórios de até 2m³ (dois metros cúbicos);

II. 32mm (trinta e dois milímetros) para reservatórios com volume maior que 2m³ (dois metros cúbicos) e não superior a 6m³ (seis metros cúbicos);

III. 40mm (quarenta milímetros) para reservatórios com volume maior que 6m³ (seis metros cúbicos) e não superior a 26m³ (vinte e seis metros cúbicos);

IV. 50mm (cinquenta milímetros) para reservatórios com mais de 26m³ (vinte e seis metros cúbicos).

§2.º A saída do reservatório para a rede pública de drenagem deverá funcionar preferencialmente por gravidade.

Art. 73. Nos casos enquadrados nesta Lei, por ocasião do pedido de CVCO, deverá ser apresentada declaração assinada pelo profissional responsável pela execução da obra e pelo proprietário, de que a edificação atende a esta Lei, com descrição sucinta do sistema instalado e, ainda, de que os reservatórios e as instalações prediais destinadas ao reuso da água para finalidades não potáveis, estejam atendendo às normas sanitárias vigentes e às condições técnicas específicas estabelecidas pelo órgão municipal responsável pela Vigilância Sanitária.

CAPÍTULO V

DAS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO, GARAGENS E ÁREAS DE RECREAÇÃO E LAZER

SEÇÃO I

DAS GARAGENS E ESTACIONAMENTOS

Art. 74. Garagens nas edificações em geral são espaços destinados a estacionamento de veículos, com função complementar à atividade principal da edificação.

Art. 75. Os espaços destinados a estacionamento ou garagens de veículos podem ser:

I. Privativos, quando se destinarem a um só usuário, família, estabelecimento ou condomínio, constituindo dependência para uso exclusivo da edificação;

II. Coletivos, quando se destinarem à exploração comercial.

Art. 76. O número de vagas para estacionamento privativo em garagens ou áreas não construídas, para os diversos tipos de edificações, deverá guardar proporção com a área total construída, conforme a Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo.

Art. 77. A Tabela constante do Anexo II, parte integrante desta Lei, contém os padrões relativos às circulações e dimensionamento de vagas para estacionamento, a serem observadas nas garagens.

Parágrafo único. A disposição das vagas no interior das garagens deverá permitir movimentação e estacionamento independente para cada veículo.

Art. 78. Os estacionamentos coletivos, destinados à exploração comercial, deverão atender aos padrões urbanísticos estabelecidos na Tabela constante do Anexo II.

Art. 79. As áreas coletivas para estacionamento e guarda de veículos, quando fechadas, deverão conter:

I. Pisos de material impermeável;

II. Ventilação permanente através de vãos com 1/25 (um para vinte e cinco avos) da área de estacionamento, podendo ser reduzido para 1/50 (um/cinquenta avos), caso a ventilação se faça por meio de ventilação cruzada;

III. No caso da utilização de prisma de ventilação, o mesmo deverá ser exclusivo e com dimensionamento mínimo de 1/20 (um/vinte avos) da altura dos pavimentos por ele atendidos, não podendo ser inferior a 1,00m (um metro);

IV. Pé direito mínimo de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros);

V. Distância do piso até a face inferior das vigas com no mínimo 2,10m (dois metros e dez centímetros);

VI. Instalações sanitárias para funcionários, quando for o caso.

CAPÍTULO VI

DOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E DOS ELEMENTOS CONSTRUTIVOS

SEÇÃO I

DOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Art. 80. Todos os materiais de construção deverão satisfazer às normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

§1.º Os materiais para os quais não houver normas estabelecidas, deverão ter seus índices qualificativos fixados por entidade oficialmente reconhecida.

§2.º Em casos especiais, o Poder Executivo Municipal reserva-se o direito de impedir o emprego de qualquer material não utilizado habitualmente e, em consequência exigir o seu exame em laboratório de sua escolha, às expensas do proprietário interessado.

Art. 81. As características técnicas dos elementos construtivos nas edificações devem ser consideradas de acordo com qualidade dos materiais ou conjuntos de materiais, a integração de seus componentes e suas condições de utilização, sendo:

I. A resistência ao fogo, medida pelo tempo que o elemento construtivo, exposto ao fogo, pode resistir sem inflamar ou expelir gases combustíveis, sem perder a coesão ou forma;

II. Isolamento térmico do elemento construtivo, medido pela sua resistência técnica global no sentido do fluxo de calor, consideradas suas resistências térmicas superficiais externa e interna;

III. Os isolamentos acústicos, medidos pela atenuação em decibéis, produzido pelo elemento construtivo entre faces opostas;

IV. A absorção acústica, avaliada pela capacidade da superfície do elemento construtivo de absorver sons, medida em unidades de absorção equivalente;

V. Condicionamento ou tratamento acústico, o conjunto de técnicas destinadas ao tratamento de locais ruidosos, a adequação dos espaços à necessidade do conforto acústico e da otimização da comunicação sonora;

VI. A resistência de um elemento construtivo, avaliada pelo seu comportamento quando submetido à compressão, à flexão e ao choque;

VII. A impermeabilidade de um elemento construtivo, avaliada de forma inversamente proporcional à quantidade de água que absorve, depois de determinado tempo de exposição a ela.

SEÇÃO II

DAS FUNDAÇÕES

Art. 82. As fundações das edificações deverão ser projetadas e executadas em conformidade com as disposições da ABNT.

§1.º A fundação de nenhuma edificação poderá ser assentada diretamente sobre terrenos úmidos, pantanosos, que contenham húmus ou substâncias orgânicas ou que, por qualquer outro motivo não tenham condições de absorver os respectivos esforços ou de garantir a estabilidade da construção.

§2.º Em qualquer caso, deverão ser adotadas medidas que removam os inconvenientes do terreno ou utilizadas fundações indiretas.

Art. 83. No cálculo das fundações serão obrigatoriamente considerados os seus efeitos para com as edificações vizinhas e os logradouros públicos ou instalações de serviços públicos.

Parágrafo único. As fundações, independentemente do tipo adotado, deverão ficar situadas internamente dentro dos limites do lote, não podendo em nenhuma hipótese, avançar sob o passeio do logradouro ou sob os imóveis vizinhos.

SEÇÃO III

DOS PAVIMENTOS E ENTREPISOS

Art. 84. Os pavimentos de qualquer tipo deverão obedecer aos índices técnicos de resistência ao fogo, isolamento térmico, isolamento acústico e impermeabilidade.

§1.º Deverão ser incombustíveis os entrepisos de edificações com mais de um pavimento, bem como os passadiços, galerias ou jiraus em estabelecimentos industriais, casas de diversão, sociedades, clubes, habitações coletivas ou similares.

§2.º Paredes cuja face estiver em contado direto com o solo e as partes que estiverem enterradas, deverão ser impermeabilizadas e se o terreno apresentar alto grau de umidade, este deverá ser drenado.

Art. 85. Serão tolerados entrepisos de madeira ou similar, nas edificações de até 2 (dois) pisos, quando constituírem uma única moradia.

Art. 86. Os pisos de banheiros e cozinhas deverão ser impermeáveis e laváveis.

SEÇÃO IV

DAS PAREDES

Art. 87. As paredes de alvenaria de tijolo, das edificações sem estruturas metálicas ou de concreto, deverão ser assentes sobre o respaldo de alicerces, devidamente impermeabilizados, e ter as seguintes espessuras mínimas:

I. Para paredes construídas entre unidades: 20 cm (vinte centímetros);

II. Para paredes externas: 15 cm (quinze centímetros);

III. Para paredes internas: 10 cm (dez centímetros);

§1.º Para paredes de simples vedação, sem função estática, como paredes de armários embutidos, estantes ou divisórias de compartimentos sanitários, serão toleradas espessuras inferiores a 10 cm (dez centímetros).

§2.º As espessuras mínimas de paredes constantes no caput deste artigo poderão ser alteradas, quando forem utilizados materiais de naturezas diversas desde que possuam, comprovadamente, no mínimo os mesmos índices de resistência, impermeabilidade e isolamento térmico.

Art. 88. Paredes externas, quando em madeira, deverão receber tratamento antifogo prévio. Paredes de corredores e vestíbulos, de acesso coletivo a escadas, de escadas e de contorno deverão obedecer aos índices técnicos de resistência ao fogo da ABNT.

Parágrafo único. As paredes de alvenaria de tijolos comuns que constituírem divisões entre economias distintas, e as construídas nas divisas dos lotes, deverão ter espessura mínimas de 20 cm (vinte centímetros).

SEÇÃO V

DA VEDAÇÃO DE TERRENOS NO ALINHAMENTO DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 89. São consideradas vedações no alinhamento predial dos logradouros públicos, os muros, muretas, gradis, floreiras, cercas vivas, ou qualquer outro elemento que defina o alinhamento predial do imóvel.

§1.º O muro, elemento construtivo situado no alinhamento predial do terreno, construído com material que vede a visão, terá altura máxima de 2,00 m (dois metros) em relação ao nível do passeio, à exceção do muro de arrimo, que poderá ter altura necessária para sustentar o desnível de terra entre o alinhamento do logradouro e o terreno a ser edificado.

§2.º Os gradis poderão ter altura superior a 1,80 m (um metro e oitenta centímetros), até no máximo 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros).

§3.º A vedação acima do muro de arrimo terá altura máxima de 1,00 m (um metro), quando em material que vede a visão, podendo ter altura superior quando for gradil, até no máximo 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros).

§4.º A mureta, muro baixo, com altura de 40 cm (quarenta centímetros), construída em geral para anteparo ou proteção.

Art. 90. As vedações situadas no alinhamento do logradouro público em terrenos de esquina, deverão estar dispostos de modo a deixar livre um canto chanfrado com mínimo de um metro.

Art. 91. Em terrenos com edificações de uso não residencial é obrigatória à construção de vedação no alinhamento dos logradouros públicos, exceto no caso em que o recuo obrigatório seja totalmente ajardinamento com tratamento paisagístico, e com acessos de veículos e pedestres definidos, de forma a não permitir a utilização desta área para qualquer atividade.

Art. 92. Em casos especiais, envolvendo segurança pública e da população, a altura e o tipo de vedação serão definidos pelos órgãos competentes do Poder Executivo Municipal.

Art. 93. É obrigatória a construção de vedação no alinhamento predial, divisas laterais e de fundos dos terrenos não edificados.

Art. 94. Em zonas em que forem permitidas construções no alinhamento predial, os terrenos com suas testadas parcialmente edificadas ou sem edificação deverão obedecer ao disposto no Art. 89, Art. 90 e Art. 91 deste Código.

SEÇÃO VI

DAS PORTAS E JANELAS

Art. 95. As aberturas dos compartimentos serão providas de portas ou de janelas que deverão satisfazer as normas técnicas quanto à resistência ao fogo, isolamento térmico, isolamento acústico, resistência, impermeabilidade, iluminação, ventilação, e aos padrões técnicos de acessibilidade.

Art. 96. O dimensionamento das portas deverá obedecer a uma altura mínima de 2,10 m (dois metros e dez centímetros), e as seguintes larguras mínimas:

I. Porta de entrada principal:

a) 80,00 cm (oitenta centímetros) para as residências unifamiliares;

b) 1,20 m (um metro e vinte centímetros) para as habitações múltiplas com até 04 (quatro) pavimentos;

c) 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) quando com mais de 04 (quatro) pavimentos.

II. 70,00 cm (setenta centímetros) para portas principais de acesso a salas, gabinetes, dormitórios e cozinhas;

III. 60,00 cm (sessenta centímetros) para portas internas secundárias em geral, inclusive dormitórios de empregada e banheiros.

Art. 97. Nos edifícios comerciais, as portas gerais de acesso ao público, deverão ter as seguintes larguras mínimas, de acordo com sua área construída:

I. Com área até 1.000,00 m² (mil metros quadrados), 1,00 m (um metro) de largura de porta a cada 400,00 m² (quatrocentos metros quadrados), com o mínimo de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) de largura;

II. Com área superior a 1.000,00 m² (mil metros quadrados) até 2.000,00 m² (dois mil metros quadrados), 1,00 m (um metro) de largura de porta a cada 500,00 m² (quinhentos metros quadrados), com um mínimo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) de largura;

III. Com área superior a 2.000,00 m² (dois mil metros quadrados), 1,00 m (um metro) de largura de porta a cada 600,00 m² (seiscentos metros quadrados) com um mínimo de 4,00 m (quatro metros) de largura.

Art. 98. As portas dos locais de reunião, deverão sempre abrir para fora, no sentido do escoamento do edifício.

SEÇÃO VII

DOS ELEMENTOS EM BALANÇO

Art. 99. Os elementos em balanço, tais como sacadas e floreiras, poderão avançar nos recuos mínimos obrigatórios, de acordo com o estabelecido para cada Zona, devendo obedecer aos seguintes critérios:

I. Para habitações coletivas em lotes de meio de quadra as sacadas frontais e de fundos poderão avançar em balanço fechado (em alumínio e vidro) até o máximo de 1,20m (um metro e vinte centímetros), quando os recuos forem de 5,00 m (cinco metros);

II. Para habitações coletivas em lotes de esquina é permitido que o corpo do prédio avance em balanço fechado (em alumínio e vidro) até o máximo de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) nas fachadas voltadas para as vias urbanas;)

III. Nas laterais as sacadas, floreiras ou lajes técnicas poderão avançar em balanço aberto no máximo 0,80m (oitenta centímetros);

IV. Para edificações acima de 3 (três) pavimentos não é permitido que o corpo do prédio avance em balanço fechado nas laterais;

V. Para edificações de até 5 (cinco) pavimentos as sacadas em balanço nas laterais ou fundos deverão ter distância mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) das divisas, assim como qualquer outro tipo de abertura.

Art. 100. Nas edificações construídas anteriormente ao ano de 1984, será permitida a execução de elementos em balanço, desde que obedeça simultaneamente aos critérios abaixo:

I. Apresente Laudo Técnico comprovando a viabilidade da obra;

II. Apresente Documentos comprobatórios de que a edificação foi construída anteriormente ao ano de 1984;

III. Nos recuos frontais não poderão exceder aos limites do lote;

IV. Nos recuos laterais deverão manter uma distância mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) das divisas.

SEÇÃO VIII

DAS PÉRGULAS

Art. 101. Será permitida a construção de pérgulas situadas sobre aberturas necessárias à insolação e ventilação dos compartimentos ou em faixas de recuo frontal mínimo obrigatório, até 1,20 m de comprimento; e para que sua projeção não seja considerada nos cálculos da área construída total e da taxa de ocupação, deverá atender aos seguintes requisitos:

I. Terá partes vazadas distribuídas uniformemente, correspondentes no mínimo a 50% (cinquenta por cento) da área de sua projeção horizontal;

II. As partes vazadas não poderão ter qualquer dimensão inferior a uma vez a altura da peça;

III. A parte vazada não poderá ter qualquer tipo de fechamento.

SEÇÃO IX

DAS COBERTURAS

Art. 102. A cobertura da edificação, seja de telhado apoiado em estrutura, telhas autossustentáveis ou laje de concreto, está sujeita às normas técnicas da ABNT quanto à resistência ao fogo, isolamento térmico, isolamento acústico, resistência e impermeabilidade, e deve ser em material imputrescível, ter resistência aos agentes atmosféricos e à corrosão.

Parágrafo único. Nas coberturas dotadas de forro, poderá ser considerada a contribuição do material deste e da camada de ar interposta entre o teto e a cobertura, no cálculo do isolamento térmico e acústico.

Art. 103. Nos edifícios poderá ser ocupada à cobertura como ático, podendo ser coberto uma área equivalente a 70% (setenta por cento) da área computável do pavimento tipo.

Art. 104. Nas construções convenientemente orientadas e protegidas das águas pluviais provenientes do telhado por coberturas de beiral com saliência, poderão ser dispensadas as calhas nas edificações com área coberta não superior a 300,00m² (trezentos metros quadrados).

Art. 105. As coberturas deverão ser completamente independentes das edificações vizinhas já existentes, e sofrer interrupções na linha de divisa.

§1.º A cobertura de edificações agrupadas horizontalmente deverá ter estrutura independente para cada unidade autônoma; a parede divisória deverá proporcionar tal separação entre os forros e demais elementos estruturais das unidades.

§2.º As águas pluviais da cobertura deverão ser coletadas seguindo as disposições desta Lei e da Legislação Civil.

SEÇÃO X

DOS CORREDORES, ESCADAS E RAMPAS

Art. 106. Nas construções, em geral, as escadas ou rampas para pedestres, assim como os corredores, deverão ter largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros) livres.

§1.º Para edificações com fins educacionais, culturais e religiosos, fins recreativo-esportivo e hospitais, a largura mínima livre será de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros), 2,00 m (dois metros) e 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros) respectivamente.

§2.º A largura deverá ser verificada no ponto mais estreito da escada, rampa ou corredor.

Art. 107. As escadas podem ser privativas quando adotadas para acesso interno das residências e de uso exclusivo de uma unidade autônoma, ou coletiva quando adotadas para acesso às diversas unidades autônomas e acessos internos de uso comum.

Parágrafo único. As escadas coletivas poderão ser de três tipos:

I. Normal;

II. Enclausurada, cuja caixa é envolvida por paredes e portas corta-fogo;

III. A prova de fumaça, quando a escada enclausurada é precedida de antecâmara ou local aberto para evitar penetração de fogo e fumaça.

Art. 108. As escadas deverão assegurar a passagem com altura livre igual ou superior a 2,20 m (dois metros e vinte centímetros).

§1.º A altura mínima do degrau será de 16cm (dezesseis centímetros) e máxima será de 18 cm (dezoito centímetros) e a profundidade mínima será de 27 cm (vinte e sete centímetros) e máxima de 32cm (trinta e dois centímetros), observada a variação de 63cm (sessenta e três centímetros) e 65cm (sessenta e cinco centímetros), no cálculo da soma da largura do piso com o dobro da altura do espelho.

§2.º Não serão computadas na dimensão mínima exigida as saliências nos pisos e degraus.

Art. 109. Será obrigatório patamar intermediário quando houver mudança de direção ou quando uma altura superior a 3,70 m (três metros e setenta centímetros) tiver que ser vencida num só lance de acordo com a lei atual do bombeiro, caso a mesma seja alterada, este artigo também será alterado.

Parágrafo único. O comprimento do patamar não poderá ser inferior à largura da escada.

Art. 110. Os corrimãos são obrigatórios em ambos os lados de lances de escadas, degraus isolados e rampas, devendo atender, aos seguintes requisitos:

I. Para degraus isolados e escadas a altura deve ser de 92 cm (noventa e dois centímetros) do piso, medidos de sua geratriz superior; para rampas e escadas podem ser instalados a duas alturas opcionais: 92 cm (noventa e dois centímetros) ou 70 (setenta centímetros) cm do piso, medidos de sua geratriz superior;

II. Ser fixado somente pela sua parte inferior;

III. Ter afastamento mínimo de 4 cm (quatro centímetros) da parede;

IV. Ter largura máxima entre 3,0 cm (três centímetros) e 4,5cm (quatro centímetros e meio), não computável na largura mínima exigida para a escada, sem arestas vivas.

Art. 111. A existência de elevador não dispensa a construção de escadas ou rampas.

Art. 112. As escadas de segurança, enclausuradas a prova de fumaça e resistentes ao fogo, deverão obedecer às seguintes exigências, além daquelas estabelecidas para as escadas normais ou convencionais:

I. Deverão ser dotadas de antecâmara, dutos de ventilação e portas corta-fogo, de acordo com as normas da ABNT e do Corpo de Bombeiros, vigentes na ocasião da aprovação do projeto;

II. Deverão se desenvolver em lances regulares e desimpedidos, não sendo permitido o desenvolvimento em caracol ou em leque;

III. Deverão ser em concreto armado ou material equivalente, de comprovada resistência ao fogo;

IV. Deverão ter os pisos dos degraus e patamares revestidos com material incombustível e antiderrapante;

V. Deverão terminar no piso de descarga ou ter nesse piso a devida sinalização com seta de emergência, caso ainda haja comunicação com outro lance na mesma prumada;

VI. Deverão servir a todos os pavimentos, inclusive subsolo, exceto nos casos em que haja somente um subsolo destinado à garagem.

Art. 113. No caso do emprego de rampas em substituição às escadas, estas estarão sujeitas às normas relativas ao dimensionamento, classificação, resistência e proteção fixadas para as escadas.

Parágrafo único. As rampas para pedestres, deverão ainda:

I. Apresentar declividade dentro dos parâmetros previstos na NBR 9050/2021, ou da que estiver vigente na data da aprovação do projeto;

II. deverão ter seu piso revestido com piso antiderrapante;

III. Ter corrimão em ambos os lados, segundo os parâmetros previstos na NBR 9050/2021 ou da que estiver vigente na data da aprovação do projeto;

IV. Ter patamar livre nas saídas e entradas das rampas, com 1,50 (um metro e cinquenta centímetros) de comprimento mínimo, para acesso de deficientes físicos.

Art. 114. Será obrigatória a construção de rampas, elevadores ou monta-carga, que permitam o acesso de deficientes físicos, em todas as edificações novas de uso institucional, comercial e de serviços, observados os parâmetros estabelecidos na NBR 9050/2021, ou da que estiver vigente na data da aprovação do projeto.

Art. 115. As rampas terão largura mínima de 1,20 (um metro e vinte centímetros), e deverão vencer o eventual desnível entre o logradouro ou área externa e o andar correspondente ao da soleira de ingresso ao prédio.

Parágrafo único. Para atender ao disposto no caput do Artigo, as rampas poderão ocupar o recuo obrigatório do alinhamento, bem como os recuos laterais.

Art. 116. Todas as edificações e equipamentos com finalidade pública deverão ter as suas entradas acessíveis, bem como as rotas de interligação às principais funções da edificação, e estar de acordo com a NBR 9050/2021, ou da que estiver vigente na data da aprovação do projeto.

SEÇÃO XI

DOS MUROS

Art. 117. É obrigatória a construção de muros em terrenos não edificados.

Art. 118. Nos terrenos edificados é facultativa a construção de muros, grades ou similares no alinhamento dos logradouros públicos e demais divisas do terreno.

Parágrafo único. Os terrenos sem fechamento deverão ter suas divisas convenientemente demarcadas, por elementos que permitam a identificação exata de todas elas.

Art. 119. Os muros, gradis ou similares, quando executados no alinhamento dos logradouros públicos, deverão ter altura máxima de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros), quando construídos em material que impeça a visão.

Art. 120. Os muros executados nas demais divisas do terreno, deverão ter altura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) e máxima de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros).

Parágrafo único. Não se aplica aos muros de arrimo os dispositivos do caput do Artigo.

Art. 121. Os muros de esquina deverão obedecer ao disposto no Art. 90 desta Lei.

Art. 122. Em casos especiais, que envolvam problemas de segurança, a altura dos muros poderá ser alterada mediante aprovação do CONCIDADE.

SEÇÃO XII

DO MEIO-FIO E PASSEIOS

Art. 123. O rebaixamento do meio-fio para acesso e saída de veículos ficará sujeito ao disposto em regulamento específico.

Art. 124. É obrigatória a construção e reconstrução, pelos proprietários dos terrenos edificados ou não, dos passeios de logradouros dotados de meio fio, em toda a extensão das testadas.

Art. 125. O passeio em logradouro público, na frente de terrenos edificados ou não, obedecerá ao padrão definido pela Lei dos Passeios Públicos.

SEÇÃO XIII

DAS CHAMINÉS

Art. 126. As chaminés de qualquer espécie serão dispostas de maneira que a fumaça, fuligem, odores estranhos ou resíduos que possam expelir, não incomodem os vizinhos, ou então, serão dotadas de equipamentos que evitem tais inconvenientes.

Parágrafo único. O município, através de seu departamento competente, quando julgar conveniente, poderá determinar a modificação das chaminés existentes ou o emprego de dispositivos, qualquer que seja a altura das mesmas, a fim de ser cumprido o que dispõe o presente Artigo.

Art. 127. As chaminés das lareiras deverão ter altura superior em 1,00 m (um metro) em relação à cobertura da edificação onde estiver situada.

SEÇÃO XIV

DAS PORTARIAS, GUARITAS, ABRIGOS PARA GUARDAS E SIMILARES

Art. 128. As portarias, guaritas, abrigos para guarda e similares, poderão ser localizadas nas faixas de recuo obrigatório, somente com autorização do Poder Executivo Municipal, observadas as seguintes condições:

I. Ter área máxima de 4,00 m² (quatro metros quadrados);

II. Ter pé-direito de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros).

Art. 129. O Poder Executivo Municipal poderá, para alargamento da via ou outra obra que se fizer necessária, solicitar ao proprietário que remova as portarias, guaritas, abrigos para guardas ou similares que estiverem construídas nas faixas de recuo obrigatório, dentro de um prazo estabelecido, conforme a necessidade da obra.

Parágrafo único. Se no prazo estabelecido pelo Poder Executivo Municipal, à remoção não for executada pelo proprietário, o órgão competente municipal poderá assim fazê-lo, sem nenhum ressarcimento ao proprietário.

SEÇÃO XV

DAS PISCINAS

Art. 130. As piscinas em geral, deverão satisfazer ao seguinte:

I. Ter estrutura adequada para resistir às pressões da água sobre as paredes e o fundo, assim como do terreno circundante quando estas forem enterradas;

II. Ter as paredes e o fundo revestidos com material impermeável;

III. Estar afastada, no mínimo, 50 cm (cinquenta centímetros) de todas as divisas do lote;

IV. Deverão possuir, obrigatoriamente, instalações de tratamento e renovação de água comprovada pela apresentação do respectivo projeto.

V. Poderá ser utilizado o recuo obrigatório, para sua construção.

Art. 131. As piscinas de uso coletivo estarão sujeitas às normas estabelecidas pela autoridade sanitária competente.

SEÇÃO XVI

DA PUBLICIDADE AO AR LIVRE

Art. 132. Considera-se publicidade ao ar livre a mensagem veiculada através de letreiros ou anúncios afixados em local visível da edificação, exposto ao público, fazendo referência a produtos, serviços ou atividades.

§1.º Letreiros são as indicações na própria edificação onde a atividade é exercida, contendo apenas o nome do estabelecimento, sua marca ou logotipo, atividade principal, endereço e telefone.

§2.º Anúncios são indicações de produtos, serviços ou atividades, por meio de placas, cartazes, painéis ou similares, colocados em local diverso de onde a atividade é exercida ou no próprio local, quando as referências excederem o disposto no Parágrafo anterior.

Art. 133. Fica proibida a publicidade ao ar livre, conforme disposto no Art. 132, em espaços públicos tais como logradouros, passeios públicos, faixas de praia, praças e parques.

§1.º As publicidades ao ar livre em lotes particulares serão permitidas mediante manifestação expressa do Poder Público Municipal;

§2.º As demais condições referentes ao licenciamento da publicidade ao ar livre serão estabelecidas em regulamentações próprias, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

CAPÍTULO VII

DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DAS EDIFICAÇÕES

SEÇÃO I

DAS INSTALAÇÕES GERAIS

Art. 134. As instalações e os equipamentos das edificações serão projetados, calculados e executados, de modo a garantir a segurança, a higiene e o conforto dos usuários, obedecendo às normas da ABNT e as normas e especificações adotadas pelo órgão técnico encarregado de aprová-los.

Parágrafo único. Não havendo norma oficial estabelecida, deverão ser obedecidas as normas técnicas internacionais.

Art. 135. Consideram-se instalações de equipamentos:

I. Instalações hidrossanitários;

II. Instalações elétricas;

III. Instalações telefônicas;

IV. Instalações de gás;

V. Instalações para coleta de lixo;

VI. Instalações de proteção contra incêndios;

VII. Instalações de para-raios;

VIII. Elevadores;

IX. Escadas rolantes;

X. Antenas coletivas.

SEÇÃO II

DAS INSTALAÇÕES HIDRO-SANITÁRIAS

Art. 136. Os terrenos a serem edificados, deverão ser convenientemente preparados para dar escoamento às águas pluviais e de infiltração.

Parágrafo único. As águas de que trata o caput deste artigo serão dirigidas para a canalização pluvial, para curso d`água ou valeta que passe nas imediações ou para calha do logradouro (sarjeta).

Art. 137. Os terrenos edificados serão dispensados de instalações para escoamento de águas pluviais, desde que:

I. A relação entre a área coberta e a área do lote seja inferior a 1/20 (um vinte avos);

II. A distância mínima entre a construção e a divisa do lote, em cota mais baixa, seja superior a 20,00 m (vinte metros).

Art. 138. Todas as edificações serão dotadas de instalações hidráulicas, obedecendo às normas da ABNT e o presente Código.

Art. 139. Será obrigatória a instalação de um reservatório d`água em toda edificação nova de mais de 50,00 m² (cinquenta metros quadrados), sendo a capacidade calculada da seguinte forma:

I. Nas edificações residenciais de qualquer tipo: 30,00 l (trinta litros) por metro quadrado de dormitório, com o mínimo de 500,00 l (quinhentos litros);

II. Nas edificações comerciais: 2,5 l (dois litros e cinco decilitros) por metro quadrado de piso;

III. Nas edificações destinadas a escritórios de qualquer tipo: 7,00 l (sete litros) por metro quadrado de área de sala;

IV. Nas construções escolares: 500,00 l (quinhentos litros), mais 20,00 l (vinte litros) por aluno externo e mais 150,00 (cento e cinquenta litros) por aluno interno;

V. Nas construções hospitalares: 600,00 l (seiscentos litros) por leito;

III. Nas construções destinadas a outros fins, além da reserva exigida pelas necessidades específicas de produção, somam-se 50,00 l (cinquenta litros) por pessoa empregada no local.

§1.º As edificações com mais de 2 (dois) pavimentos acima do meio-fio, terão reservatório inferior com capacidade de 60% (sessenta por cento) do total determinado nesse Artigo e reservatório superior alimentado através de no mínimo duas bombas de recalque devidamente dimensionadas.

§2.º O reservatório inferior, mencionado no Parágrafo anterior, deverá ter o fundo em cota que permita o expurgo para a canalização pluvial do logradouro público, e a abertura da caixa deverá impedir a entrada de águas estranhas, e não deverá comunicar com local habitável.

Art. 140. Nos logradouros ainda não servidos pela rede de esgotos da cidade, as edificações serão dotadas de fossas sépticas, para tratamento exclusivo do esgoto, com capacidade proporcional ao número de pessoas que habitam o prédio.

Parágrafo único. As águas, depois de tratadas nas fossas sépticas, serão infiltradas no terreno por meio de sumidouro convenientemente construído.

Art. 141. As águas de pias, tanques, banheiros, lavatórios e outros serão descarregados em sumidouros.

§1.º Tratando-se de terreno impermeável, é obrigatório o emprego de fossa.

§2.º Em qualquer dos casos, as águas provenientes de pias de cozinha e de copa, de lavadores de automóveis em postos de serviço, ou qualquer uso que envolva óleo ou gordura, deverão passar por uma caixa de gordura, antes de serem lançadas no sumidouro.

Art. 142. No caso de se verificar a produção de mau cheiro ou qualquer outro tipo de inconveniente, pelo mau funcionamento de uma fossa existente na edificação, o órgão municipal responsável providenciará para que sejam feitos, pelo responsável, os reparos ou a substituição da fossa.

Art. 143. As fossas biológicas não poderão ser construídas a menos de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) das divisas do terreno, devendo ser localizadas em área descoberta.

Art. 144. As edificações abastecidas pela rede pública de distribuição de água, deverão ser dotadas de instalações sanitárias, tendo no mínimo cada economia residencial, os seguintes aparelhos: um vaso sanitário, um chuveiro, um lavatório e uma pia de cozinha, uma espera para tanque ou máquina de lavar.

Art. 145. O dimensionamento das instalações sanitárias dos edifícios residenciais e nos demais, deverão obedecer ao estabelecido nas Normas Federais específicas para cada tipo de edificação.

Art. 146. Todo edifício público deverá ter, no mínimo para cada sexo em cada pavimento da edificação, um sanitário dimensionado para atender ao deficiente físico-motor, com entrada independente dos sanitários coletivos, que deverá estar de acordo com a NBR 9050, ou da que estiver vigente na data da aprovação do projeto, a qual deverá respeitar os seguintes requisitos:

I. Ter todos os acessórios (espelhos, lavatórios, torneiras, saboneteiras, toalheiros e outros), em posição e altura adequadas para serem usadas em cadeira de rodas conforme NBR 9050/2021 e suas futuras alterações;

II. Ser dotado de barras de apoio;

III. Ter portas abrindo para fora, com largura mínima de 80 cm (oitenta centímetros);

IV. Ter box para bacia sanitária que garanta as áreas para transferência diagonal, lateral e perpendicular, bem como área de manobra para rotação em 180º (cento e oitenta graus).

Art. 147. O número de instalações sanitárias nas edificações não residenciais será definido em regulamento específico, de acordo com o uso, porte, atividade e fluxo de pessoas prováveis a serem atendidas.

SEÇÃO III

DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

Art. 148. As edificações deverão ser providas de instalações elétricas, executadas de acordo com as normas da ABNT, e da empresa concessionária responsável pelo fornecimento de energia.

SEÇÃO IV

DAS INSTALAÇÕES TELEFÔNICAS

Art. 149. Os projetos de instalações telefônicas deverão ser executados por profissionais habilitados e obedecerão às normas e especificações adotadas pela empresa concessionária.

Art. 150. Nas edificações de uso coletivo em geral, é obrigatória a instalação de tubulações, armários e caixas para serviços telefônicos.

Parágrafo único. Em cada economia deverá haver tubulação para instalação de um aparelho telefônico direto, no mínimo.

Art. 151. As tubulações destinadas ao serviço telefônico não poderão ser utilizadas para outros fins.

SEÇÃO V

DAS INSTALAÇÕES DE GÁS

Art. 152. As instalações para distribuição de gás nas edificações serão executadas de acordo com as normas estabelecidas pela ABNT, pelo Conselho Nacional de Petróleo e pelas Legislações Estadual e Federal.

Parágrafo único. É obrigatória instalação de chaminés para descarga, no espaço livre exterior, dos gases de combustão provenientes dos aquecedores a gás.

Art. 153. É obrigatória a instalação de central de gás nas seguintes edificações:

I. Edificações com 4 (quatro) ou mais pavimentos;

II. Hotéis, panificadoras, confeitarias, restaurantes e similares que utilizam mais de um botijão de gás do tipo "P45".

§1.º A central de gás é composta das seguintes instalações:

a) Local para armazenagem dos botijões de gás;

b) Tubulação de distribuição do gás;

c) Saídas nos pontos de consumo.

§2.º A instalação da central de gás deverá obedecer aos critérios estabelecidos pelas

normas regulamentares emitidas pelo Corpo de Bombeiros.

Art. 154. Os abrigos para baterias de botijões de gás, deverão ser executados obedecendo aos critérios estabelecidos pelas normas regulamentares emitidas pelo Corpo de Bombeiros.

SEÇÃO VI

DAS INSTALAÇÕES PARA COLETA DE LIXO

Art. 155. É expressamente proibida a instalação de tubos de queda de lixo nos edifícios de uso coletivo, residenciais, comerciais e de serviços.

Art. 156. São proibidos os incineradores de resíduos sólidos em edificações residenciais, comerciais e de prestação de serviços, exceto quando claramente especificados neste Código.

Art. 157. Os incineradores de lixo hospitalar deverão obedecer às normas específicas para sua construção, de acordo com a NBR 12.809 ou da que estiver vigente na data da aprovação do projeto;

Art. 158. Conforme a natureza ou volume do lixo, serão adotadas medidas especiais para a sua remoção, obedecendo às normas estabelecidas pela autoridade municipal competente.

SEÇÃO VII

DA PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIOS

Art. 159. Todas as edificações de habitação coletiva com mais de 2 (dois) pavimentos deverão possuir instalações contra incêndios, de acordo com as normas da ABNT e do Corpo de Bombeiros vigentes na ocasião da aprovação do projeto.

Art. 160. Todas as edificações com mais de 4 (quatro) pavimentos deverão ser dotadas de escada enclausurada, a qual não será considerada como área construída no cômputo da taxa de ocupação e do coeficiente de aproveitamento.

SEÇÃO VIII

DAS INSTALAÇÕES DE PÁRA-RAIOS

Art. 161. Será obrigatória a instalação de para-raios, de acordo com as normas estabelecidas pela ABNT, nas seguintes edificações:

I. Que reúnam grande número de pessoas (escolas, hospitais, hotéis, quartéis, fábricas, cinemas e congêneres);

II. Fábricas ou depósitos de explosivos ou inflamáveis;

III. Chaminés e torres elevadas;

IV. Construções elevadas ou isoladas, ou muito expostas.

Parágrafo único. O sistema de para-raios, ou de proteção contra descargas atmosféricas deve ser parte integrante do projeto de instalações elétricas.

SEÇÃO IX

DOS ELEVADORES

Art. 162. É obrigatória a instalação de elevadores para transporte vertical ou inclinado, de pessoas ou mercadorias, entre os vários pavimentos em edificações cujo piso imediatamente abaixo da laje de cobertura ou terraço, estiver situado a partir do quinto pavimento.

Parágrafo único. Ainda que, em uma edificação, apenas um elevador seja exigido, todas as unidades deverão ser servidas.

Art. 163. Excluem-se do cálculo da altura para a instalação do elevador:

I. As partes sobrelevadas destinadas à casa de máquinas, caixa d`água, casa do zelador e áreas de lazer ou recreação;

II. O último pavimento, quando de uso exclusivo do penúltimo pavimento ou o ático.

§1.º Em qualquer caso, deverão ser obedecidas as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT em vigor na ocasião da aprovação do projeto pela municipalidade, seja em relação ao seu dimensionamento, instalação ou utilização, cálculo, tráfego, intervalo de tráfego e acessibilidade, comprovados através de laudo emitido pelo responsável técnico da obra.

§2.º Sempre que for obrigatória a instalação de elevadores, estes deverão atender também o piso do estacionamento.

§3.º Os elevadores não poderão ser único meio de acesso aos pavimentos superiores ou inferiores da edificação.

§4.º O acesso à casa de máquinas dos elevadores deverá ser feito através de corredores, passagens ou espaços de uso comum da edificação.

§5.º Os elevadores de carga deverão ter acesso próprio, independente e separado dos corredores, passagens ou espaços de acesso aos elevadores de passageiros e não poderão ser usados para o transporte de pessoas, à exceção de seus próprios operadores.

§6.º Os modelos não usuais de elevadores também estarão sujeitos às normas técnicas oficiais e às disposições deste Artigo, no que lhes for aplicável, e deverão apresentar requisitos que assegurem condições adequadas de segurança aos usuários.

§7.º O elevador deverá ter porta com largura mínima de 80,00 cm (oitenta centímetros).

Art. 164. O átrio dos elevadores que se ligar a galerias comerciais deverá:

I. Formar um espaço próprio;

II. Não interferir com a circulação das galerias;

III. Constituir um ambiente independente;

IV. Ter área não inferior ao dobro da soma das áreas das caixas dos elevadores, e largura mínima de 2,00 m (dois metros).

SEÇÃO X

DAS ESCADAS ROLANTES

Art. 165. As escadas rolantes obedecerão às normas e especificações estabelecidas pela ABNT.

Parágrafo único. As escadas rolantes não serão consideradas para efeito de cálculo do escoamento do edifício, não podendo ser somadas às escadas fixas para efeito de dimensionamento das mesmas.

SEÇÃO XI

DAS ANTENAS COLETIVAS

Art. 166. Nas edificações de uso coletivo, é obrigatória a instalação de tubulação para antena coletiva de televisão, tubulação para televisão à cabo com o mínimo de um ponto de cada por economia.

CAPÍTULO VIII

DOS COMPARTIMENTOS DAS EDIFICAÇÕES

SEÇÃO I

DA CLASSIFICAÇÃO DOS COMPARTIMENTOS

Art. 167. Classificam-se os compartimentos da edificação, segundo sua destinação e o tempo estimado de permanência humana em seu interior, em:

I. De permanência prolongada;

II. De permanência transitória;

III. Especiais;

IV. Sem permanência.

Parágrafo único. Os compartimentos com outras destinações ou particularidades especiais serão classificados com base na similaridade com os usos listados no Art. 168, Art. 169, Art. 170 e Art. 171 deste Código, observadas as exigências de higiene, salubridade e conforto de cada função ou atividade.

SEÇÃO II

DOS COMPARTIMENTOS DE PERMANÊNCIA PROLONGADA

Art. 168. São compartimentos de permanência prolongada:

I. Quartos e salas em geral;

II. Locais de trabalho: lojas, escritórios, oficinas e indústrias;

III. Salas de aula e laboratórios didáticos;

IV. Salas de leitura e bibliotecas;

V. Laboratórios, enfermarias, ambulatórios e consultórios;

VI. Cozinhas;

VII. Refeitórios, bares e restaurantes;

VIII. Locais de reunião e salão de festas;

IX. Locais fechados para a prática de esportes e ginástica.

SEÇÃO III

DOS COMPARTIMENTOS DE PERMANÊNCIA TRANSITÓRIA

Art. 169. São considerados compartimentos de permanência transitória:

I. Escadas e seus patamares, rampas e seus patamares e suas respectivas antecâmaras;

II. Patamares de elevadores;

III. Corredores e passagens;

IV. Átrios e vestíbulos;

V. Banheiros, lavabos e instalações sanitárias;

VI. Depósitos, despejos, rouparias e adegas;

VII. Vestiários e camarins;

VIII. Lavanderias e áreas de serviço.

SEÇÃO IV

DOS COMPARTIMENTOS ESPECIAIS

Art. 170. São considerados compartimentos especiais:

I. Auditórios e anfiteatros;

II. Cinemas, teatros e salas de espetáculos;

III. Museus e galerias de arte;

IV. Estúdios de gravação, rádio e televisão;

V. Laboratórios fotográficos, cinematográficos e de som;

VI. Centros cirúrgicos e salas de raio X;

VII. Salas de computadores, transformadores e telefonia;

VIII. Locais para ducha e saunas;

IX. Garagens;

X. Instalações para serviços de copa em edificações destinada ao comércio e serviços.

SEÇÃO V

DOS COMPARTIMENTOS SEM PERMANÊNCIA

Art. 171. Os compartimentos sem permanência são aqueles que não se destinam à permanência humana, perfeitamente caracterizados no projeto.

SEÇÃO VI

DAS DIMENSÕES MÍNIMAS DOS COMPARTIMENTOS DA EDIFICAÇÃO

Art. 172. Todos os compartimentos deverão ter forma e dimensões adequadas à sua função ou à atividade que comportem.

Art. 173. As áreas mínimas dos demais tipos de compartimento serão fixadas, segundo a destinação ou atividade, de acordo com o Anexo III, parte integrante desta Lei.

Art. 174. Os compartimentos de permanência prolongada deverão ter pé-direito mínimo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) exceto as cozinhas e os compartimentos de permanência transitória, os quais poderão ter 2,30 m (dois metros e trinta centímetros), conforme o previsto no Anexo III, parte integrante desta Lei.

§1.º Os pés-direitos mais altos exigidos para a destinação ou atividades previstas no Anexo III desta Lei são considerados exceções.

§2.º O pé-direito mínimo será obrigatório apenas na parte correspondente à área mínima obrigatória para o compartimento; na parte excedente à área mínima não será obrigatório pé-direito mínimo.

CAPÍTULO IX

DO CONFORTO AMBIENTAL

SEÇÃO I

DOS PADRÕES CONSTRUTIVOS

Art. 175. Todas as edificações de utilização humana, de qualquer categoria funcional, deverão satisfazer as condições mínimas de conforto ambiental e higiene estabelecidas neste Código.

§1.º As condições de conforto ambiental e higiene das edificações são definidas por padrões construtivos caracterizados por situações limites e por padrões mínimos de desempenho térmico dos elementos da construção e tratamento acústico.

§2.º O município admitirá demonstrações dos padrões de desempenho mencionados, desde que respaldados por normas técnicas legais, por procedimento técnico-científico comprovado.

§3.º Nas edificações que abrigarem atividades comerciais ou de prestação de serviços com potencial de emissão sonora, tais como bares, restaurantes, lanchonetes, casas de shows ou similares, localizadas no pavimento térreo ou em áreas adjacentes a unidades residenciais, deverá ser obrigatoriamente previsto tratamento e isolamento acústico adequado, de forma a não comprometer a saúde, o sossego e o conforto dos ocupantes da própria edificação e dos imóveis vizinhos.

§4.º O isolamento acústico deverá atender, no mínimo, aos parâmetros técnicos estabelecidos pelas seguintes normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT:

a) NBR 10.151/2019 – Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas;

b) NBR 10.152/2017 – Níveis de Ruído para Conforto Acústico;

c) NBR 15.575/2013 – Desempenho de Edificações Habitacionais (requisitos de desempenho acústico).

§5.º Os projetos de aprovação e execução de edificações mistas (uso residencial e comercial) deverão apresentar, no ato do licenciamento, declaração técnica do responsável projetista quanto ao atendimento às exigências de isolamento acústico previstas neste artigo.

§6.º O descumprimento das disposições deste artigo sujeitará o responsável técnico e o proprietário às penalidades previstas neste Código de Obras, sem prejuízo das sanções administrativas aplicáveis pelo Código de Posturas Municipal.

SEÇÃO II

DA ILUMINAÇÃO

Art. 176. As aberturas de iluminação e insolação dos compartimentos classificam-se em:

I. Abertura do tipo lateral, quando situados em planos verticais ou inclinados até 30º (trinta graus) em relação à vertical (janelas em paredes, mansardas, planos iluminantes tipo "shed" e lanternins);

II. Abertura do tipo zenital, quando situados em coberturas (domos e coberturas de vidro, acrílico e telha de plástico, transparentes ou translúcidas) ou em planos inclinados além de 30º (trinta graus) em relação à vertical.

§1.º A área das aberturas, em metros quadrados, será definida pelas dimensões do vão que comporta a esquadria ou o painel iluminante.

§2.º O índice mínimo de janela é de J=1/6 (um sexto) para os compartimentos de permanência prolongada e 1/8 (um oitavo) para os compartimentos de permanência transitória.

Art. 177. As áreas mínimas de abertura de iluminação não poderão ser inferiores a 25,00 cm² (vinte e cinco centímetros quadrados).

Art. 178. A profundidade dos compartimentos de uso prolongado, em relação ao plano de aberturas laterais terá, no máximo, 3 (três) vezes o pé-direito.

§1.º Quando o pé-direito não for constante, será adotada a média aritmética do pé-direito para efeito da aplicação desta relação.

§2.º Havendo janelas em duas paredes contíguas em canto, a profundidade poderá ser acrescida em 50% (cinquenta por cento), desde que a área das aberturas da superfície de iluminação principal não ultrapasse 2/3 (dois terços) da área total das aberturas. A janela da superfície secundária não poderá estar a uma distância superior à altura do menor pé-direito do compartimento da parede dos fundos.

§3.º Compartimentos com janelas em paredes opostas poderão ter uma profundidade duplicada desde que a área das aberturas da superfície de iluminação principal não ultrapasse 2/3 (dois terços) da área total das aberturas.

§4.º Não haverá limite de profundidade para recintos iluminados pela cobertura, desde que a distância horizontal da projeção de uma abertura até o ponto do piso mais afastado não ultrapasse o menor pé-direito do recinto.

Art. 179. Áreas de iluminação são aquelas no interior do lote, não edificadas para as quais se voltam às aberturas para iluminação, insolação e ventilação.

§1.º Os limites das áreas de iluminação são definidos pelas divisas com lotes vizinhos e pelos planos das paredes das edificações.

§2.º As áreas de iluminação classificam-se em:

I. Abertas, quando limitadas em dois lados;

II. Semiabertas, quando limitadas em três lados;

III. Fechadas, quando limitadas em quatro lados.

§3.º A dimensão mínima de área de iluminação será de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) e sua área mínima, 9,00 m² (nove metros quadrados).

§4.º Os compartimentos das residências poderão ser ventilados e aerados através de aberturas para pátios internos, cujas dimensões não deverão estar abaixo dos seguintes índices:

I. Um pavimento: diâmetro mínimo do círculo inscrito de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) sem beiral e 2,00 m (dois metros) com beiral, com área mínima de 6,00 m² (seis metros quadrados);

II. Dois pavimentos: diâmetro mínimo do círculo inscrito de 2,00 m (dois metros), com área mínima de 6,00 m² (seis metros quadrados).

§5.º As laterais livres de áreas abertas, semiabertas e fechadas, deverão satisfazer os requisitos mínimos indicados no Anexo III, parte integrante deste Código.

SEÇÃO III

DA VENTILAÇÃO NATURAL

Art. 180. As aberturas de ventilação poderão ou não estar integradas às janelas de iluminação e insolação.

Art. 181. A área das aberturas de ventilação deverá ser de, no mínimo, 1/12 (um doze avos) da área do piso, para os compartimentos de permanência prolongada, e 1/16 (um dezesseis avos) para os de permanência transitória.

§1.º A área de ventilação, quando integrada à abertura de iluminação, será acrescida à de iluminação, desde que suas partes móveis não sejam opacas.

§2.º As aberturas de passagem não serão computadas para efeito deste Artigo, exceto quando derem acesso a galerias comerciais e lojas.

§3.º As áreas de ventilação dos compartimentos para uso residencial devem obedecer ao constante no Anexo III, parte integrante da presente Lei.

Art. 182. As aberturas de ventilação deverão ter controles de vazão de ar, que possibilitem a vedação completa do vão.

§1.º As aberturas poderão ser fixas, para ventilação permanente, quando servirem áreas comuns de centros comerciais e "shoppings centers", pavilhões industriais ou de exposição, ginásios de esporte, depósitos e armazéns e edificações provisórias.

§2.º Garagens coletivas e instalações poluentes, prejudiciais ao conforto, bem-estar e saúde de seus ocupantes, terão aberturas fixas e permanentes para a renovação do ar.

Art. 183. Será admitida ventilação zenital por claraboias, chaminés ou similares, quando houver aberturas laterais de entrada de ar; aberturas em portas serão toleradas, quando protegidas por grelhas, persianas ou venezianas fixas.

Art. 184. A ventilação de lojas por área comum de galerias abertas será tolerada, desde que estas tenham aberturas em ambas as extremidades, sejam lineares, e que sua extensão não exceda a 60,00 m (sessenta metros).

Art. 185. A ventilação por poços verticais, dutos horizontais ou área de ventilação será tolerada para complemento da ventilação de compartimentos de permanência prolongada.

§1.º Os poços verticais para ventilação deverão:

I. estar ligados, na base, à área de pilotis aberta ou a um compartimento com ventilação permanente. Quando isto não for possível, será tolerada comunicação ao exterior, por duto da mesma seção do poço;

II. permitir a inscrição de um círculo de 1,00 m (um metro) de diâmetro em qualquer de seus trechos;

III. ter revestimento interno liso sem comportar cabos, canalizações, estrangulamento da seção por elementos estruturais e tubos de queda;

IV. ter abertura de saída de 50 cm (cinquenta centímetros) acima do ponto mais alto do edifício.

§2.º Os dutos horizontais para ventilação deverão:

I. ter proteção contra o alojamento de animais;

II. ter abertura para o compartimento ventilado igual à menor largura do compartimento e seção igual ou superior à área de abertura;

III. ter abertura mínima para o exterior igual à sua seção;

IV. ter altura mínima de 20 cm (vinte centímetros);

V. ter comprimento máximo de 6,00 m (seis metros) exceto no caso de abrir para o exterior em extremidades opostas.

Art. 186. Instalações geradoras de gases, vapores e partículas em suspensão, deverão ter sistema de exaustão mecânica, sem prejuízo de outras normas legais pertinentes à higiene e segurança do trabalho.

SEÇÃO IV

DO ISOLAMENTO TÉRMICO

Art. 187. Todos os compartimentos de permanência prolongada deverão ter forro, quando coberto por telhados. Não sendo o forro possível, a telha deverá receber isolamento térmico fixado ou aplicado imediatamente abaixo de sua superfície.

Parágrafo único. O forro e o isolamento poderão ser interrompidos em trechos destinados à iluminação e à ventilação do tipo zenital.

SEÇÃO V

DO ISOLAMENTO ACÚSTICO

Art. 188. Os pisos de separação entre pavimentos de unidades autônomas com espessura total inferior a 15 cm (quinze centímetros) deverão receber tratamento acústico contra ruídos de impacto.

Art. 189. É vedada a ligação por aberturas diretas, entre locais ruidosos e áreas de escritórios, lazer, estar ou locais que exijam condições ambientais de tranquilidade. Se necessária à ligação deverá ser através de antecâmaras, vestíbulos ou circulações adequadamente tratadas.

Art. 190. Recintos destinados a reuniões, palestras, auditórios e similares, com capacidade para mais de 60 (sessenta) pessoas deverão manter uma relação mínima de volume da sala/espectador, em função da capacidade, conforme Anexo IV desta Lei.

Art. 191. As paredes externas das edificações e paredes divisórias de unidades autônomas deverão ter desempenho térmico e acústico equivalentes aos de uma parede de tijolos inteiros revestidos em ambas as faces, e espessura mínima de 25 cm (vinte e cinco centímetros).

Art. 192. A apresentação do projeto acústico e respectiva ART/RRT é obrigatória quando a edificação for destinada à atividade que produza ruídos.

Parágrafo único. Os níveis de intensidade de ruídos serão medidos em decibéis, verificados pelo órgão competente.

CAPÍTULO X

DAS NORMAS ESPECÍFICAS DOS TIPOS DE EDIFICAÇÕES

SEÇÃO I

CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES

Art. 193. As edificações, de acordo com as atividades nelas desenvolvidas e com suas categorias funcionais classificam-se em:

I. Habitação popular de interesse social (até 70,00m² (setenta metros quadrados/1 banheiro);

II. Conjunto habitacional popular de interesse social (até 70,00m²/1 banheiro/mais de uma unidade existente no lote);

III. Edificação residencial unifamiliar (1 unidade no lote);

IV. Conjunto residencial multifamiliar (mais de uma unidade no lote);

V. Habitação coletiva multifamiliar (edifícios);

VI. Habitação coletiva multifamiliar e comercial (edifícios residenciais com comércio);

VII. Edificação residencial e comercial (uma unidade no lote);

VIII. Conjunto residencial e comercial (mais de uma unidade no lote);

IX. Conjunto comercial (mais de uma unidade no lote);

X. Edificação comercial (uma unidade no lote);

XI. Edificação industrial;

XII. Edificação hospitalar;

XIII. Edificação de uso social;

XIV. Edificação para fins religiosos;

XV. Edificação para uso público.

Art. 194. Edificações nas quais se desenvolva mais de uma atividade, de uma ou mais categorias funcionais, deverão satisfazer os requisitos próprios de cada atividade.

§1.º As normas específicas aplicam-se a edificação no seu todo, quando de uso exclusivo para uma atividade, ou a cada uma de suas partes destinadas a atividades específicas.

§2.º Nos empreendimentos que englobem atividades residenciais de hospedagem ou outras quaisquer, deverão ter acesso próprio independente para as edificações destinadas a residência ou hospedagem das demais atividades.

Art. 195. Todos os projetos construtivos, de montagem, reforma e ampliação de espaços, edificações, mobiliários e equipamentos urbanos devem atender as normas técnicas brasileiras de acessibilidade; as edificações residenciais multifamiliares, condomínios e conjuntos habitacionais devem ser acessíveis nas áreas de uso comum, sendo que as unidades autônomas devem ser localizadas em rota acessível; é facultativa a observância das normas técnicas de acessibilidade nas edificações unifamiliares.

Art. 196. Edifícios de uso público são todas as edificações destinadas ao atendimento da população em geral, e edifícios públicos os ocupados por órgãos governamentais.

Art. 197. O Poder Executivo Municipal poderá decretar prazos e usos compulsórios para a execução de obras de edificação em terrenos com área superior a 1.000,00 m² (mil metros quadrados), desde que situadas no interior da malha urbana, fazendo valer o princípio constitucional da função social do solo urbano, mesmo que em tais terrenos existam edificações e se estas forem subdimensionadas ou estiverem desocupadas, subutilizadas ou em estado de abandono.

Art. 198. Toda edificação executada por iniciativa privada em terreno público municipal, sob concessão de uso e outra modalidade de permissão, será incorporada ao patrimônio do município em um prazo de, no máximo, 10 (dez) anos, contados a partir da conclusão da obra, podendo ser, a critério do Poder Executivo Municipal, renovada a concessão por novo período, incluindo-se no termo a edificação, desde que seja o uso dado ao imóvel de relevante interesse da comunidade usuária e essa não apresente condições socioeconômicas para se restabelecer em imóvel privado.

SEÇÃO II

DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS UNIFAMILIARES

Art. 199. Edificação Residencial Unifamiliar é aquela que possui pelo menos uma unidade no lote.

Art. 200. Edificação Residencial Multifamiliar é aquela que possui duas ou mais unidades no lote.

SEÇÃO III

DAS EDIFICAÇÕES COLETIVAS MULTIFAMILIARES E AS DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

Art. 201. As edificações coletivas, multifamiliares e as destinadas a atividades assistenciais e comunitárias, serão sob forma de condomínio onde, cada unidade imobiliária corresponderá a uma fração ideal do terreno.

Art. 202. A casa geminada, edificação destinada a duas unidades residenciais, cada uma com acesso exclusivo, constituindo, no seu aspecto externo, uma unidade arquitetônica homogênea, não implicando simetria bilateral, deverá ter, pelo menos, uma das seguintes características:

I. Paredes externas total ou parcialmente contíguas ou comuns;

II. Superposições total ou parcial de pisos.

Parágrafo único. A parede comum das casas geminadas deverá ser em alvenaria até a altura da cobertura e de acordo com o disposto no Art. 87 deste Código.

Art. 203. As edificações para habitações coletivas multifamiliares deverão ter, pelo menos, compartimentos, ambientes ou locais para:

I. Unidade residencial unifamiliar;

II. Acesso e circulação de pessoas;

III. Instalações de serviços;

IV. Acesso e estacionamento de veículos;

V. Área de recreação e equipamento comunitário.

Art. 204. Edificações destinadas a quitinetes, apartamentos de quarto e sala, ou conjugados, deverão atender ao disposto no Art. 208, sendo opcional a oferta de garagem ou estacionamento.

Art. 205. As edificações coletivas destinadas a atividades assistenciais e comunitárias, quais sejam: asilos, albergues, orfanatos e similares deverão ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

I. Acesso e circulação de pessoas;

II. Quartos ou apartamentos;

III. Alojamentos;

IV. Sala para consultas médicas e odontológicas;

V. Enfermaria;

VI. Quarto ou enfermaria para isolamento de doenças contagiosas;

VII. Lazer;

VIII. Salas de aula, trabalho ou leitura;

IX. Serviços;

X. Instalações sanitárias;

XI. Acesso e estacionamento de veículos.

Art. 206. Nos recuos frontais das habitações coletivas multifamiliares poderá ser liberado para o uso comercial, desde que a estrutura seja removível e tenha a permissão do condomínio através de ata.

Parágrafo único. O projeto da estrutura que se refere o caput deste Artigo, deverá ser aprovado pelo CONCIDADE.

SEÇÃO IV

DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS OU AGRUPAMENTOS RESIDENCIAIS

Art. 207. Os conjuntos habitacionais ou agrupamentos residenciais, conjuntos de dois ou mais unidades ou mais de dois blocos de edifícios para habitação coletiva, implantados num mesmo terreno, podendo resultar, ou não, em parcelamento, classificam-se em:

I. Residências Geminadas: duas ou mais unidades de moradia contíguas, implantadas em um único lote, possuindo uma parede comum entre as unidades:

a) Somente serão permitidas naquelas zonas onde forem previstas habitações coletivas;

b) A testada de cada unidade geminada térrea, poderá ser de no mínimo 5,00m (cinco metros) e geminada com dois pavimentos poderá ser de no mínimo 3,50m (três metros e cinquenta centímetros);

c) Para a implantação de Residências Geminadas, deverão ser respeitados os parâmetros para a ocupação no solo para a zona em que se insere o imóvel, conforme previsto na Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano.

II. Residências em Série, Transversais ao Alinhamento Predial: aquelas cuja disposição exija a abertura de corredor de acesso:

a) A ocupação proposta deverá respeitar os parâmetros especificados na Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano para a zona em que estiver inserida a gleba, aplicando-se os índices sobre a área de terreno privativo de cada unidade de moradia;

b) O acesso se fará por um corredor cuja largura mínima será de: 5,00 m (cinco metros) quando as edificações estiverem dispostas em ambos os lados do corredor de acesso;

c) O terreno deverá continuar na propriedade de uma só pessoa, ou sob forma de condomínio, mantendo-se as dimensões permitidas pela Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano.

III. Residências em Série Paralelas ao Alinhamento Predial: são aquelas que, situando-se ao longo de logradouro público oficial, dispensam a abertura de corredor de acesso às unidades de moradia:

a) A testada de cada unidade geminada térrea, poderá ser de no mínimo 5,00m (cinco metros) e geminada com dois pavimentos poderá ser de no mínimo 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros);

b) O terreno deverá continuar na propriedade de uma só pessoa, ou sob forma de condomínio, mantendo-se as dimensões permitidas pela Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano;

c) O afastamento da divisa de fundo é facultativo. Deverá obedecer ao mínimo de 1,50 m (um metro e meio) quando houver aberturas.

IV. Conjuntos Residenciais: são aqueles que tenham mais de 2 (duas) unidades de moradia:

a) Projeto será submetido à apreciação do Poder Público Municipal;

b) As faixas de acesso deverão ter as dimensões mínimas de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), quando destinados a pedestres; e para acesso de veículos com 5,00m (cinco metros);

c) As áreas de acesso serão revestidas com pavimento permeável;

d) Terreno será convenientemente drenado, sendo que a vazão de saída deverá ser igual à original, antes da implantação do empreendimento;

e) As divisas do conjunto residencial com o logradouro público deverão ser feitas com lotes de frente e abertos para a via pública;

f) A área do terreno de uso privativo deverá atender à área mínima estabelecida pela Lei Municipal de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo;

g) A infraestrutura exigida e a reserva de área pública, entre outras obrigações, são regulamentadas pela Lei de Parcelamento do Solo Urbano;

h) Será exigida apresentação da minuta da instituição do condomínio.

Art. 208. Qualquer conjunto habitacional ou agrupamento residencial deverá estar de acordo o traçado do Sistema Viário Básico, com as diretrizes urbanísticas e de preservação ambiental determinadas pelo município, com a Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano, demais disposições relativas ao parcelamento do solo e demais parâmetros estabelecidos por regulamento específico, de modo a garantir a adequada integração com a estrutura urbana existente.

SEÇÃO V

DAS EDIFICAÇÕES COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E INDUSTRIAIS

Art. 209. Edificações Comerciais, de serviços e industriais são destinadas à armazenagem e venda de mercadorias, prestação de serviços profissionais, técnicos, burocráticos, de manutenção e reparo e manufaturas em escala artesanal ou industrial e classificam-se em:

I. Lojas;

II. Escritórios;

III. Edifícios de escritórios;

IV. Centro comercial e "shopping center";

V. Edificações destinadas à hospedagem;

VI. Edificações para serviços de abastecimento, alimentação e recreação;

VII. Edificações para serviços específicos ligados à rede viária;

VIII. Edificações para serviços e comércios especiais de estética e venda de medicamentos;

IX. Edificações para indústrias, oficinas e depósitos.

Art. 210. As atividades a serem instaladas em edificações comerciais e de serviços deverão satisfazer às seguintes exigências:

I. Não causar incômodo ou comprometer a segurança, higiene e salubridade das demais atividades;

II. Se for utilizada força motriz, suas eventuais vibrações não poderão ser perceptíveis no lado externo das paredes perimetrais da própria unidade imobiliária ou nos pavimentos das unidades vizinhas;

III. Não produzir ruído que ultrapasse os limites máximos admissíveis, medido no vestíbulo, passagem ou corredor de uso comum, junto à porta de acesso da unidade imobiliária;

IV. Não produzir fumaça, poeira ou odor acima dos limites admissíveis.

Subseção I

Das Lojas

Art. 211. Loja representada pelo edifício ou parte de um edifício destinado à venda de mercadorias deverá ter no mínimo compartimentos, ambientes ou locais para:

I. Vendas, atendimento ao público, exercício de atividade profissional;

II. Instalações sanitárias;

III. Acesso e estacionamento de veículos, dependendo do porte e conforme regulamento específico.

Subseção II

Dos Escritórios

Art. 212. Escritório é a edificação ou parte dela, na qual se desenvolvem trabalhos intelectuais ou de prestação de serviços; deverá ter, pelo menos, compartimentos, ambientes ou locais para:

I. Trabalho ou prestação de serviços;

II. Instalações sanitárias;

III. Acesso e estacionamento de veículos, dependendo do porte e conforme regulamento específico.

Subseção III

Dos Edifícios de Escritórios

Art. 213. Edifício que abriga várias unidades de escritórios de prestação de serviços profissionais, burocráticos ou técnicos, com áreas comuns de circulação interna e acesso ao logradouro público; deverá ter, pelo menos, compartimentos, ambientes ou locais para:

I. Trabalho;

II. Instalações sanitárias;

III. Acesso e circulação de pessoas;

IV. Estacionamento de veículos.

Subseção IV

Dos Centros Comerciais e "Shopping Centers"

Art. 214. A edificação que compreende um centro comercial planejado, composto por estabelecimentos destinados ao comércio e à prestação de serviços, galeria coberta ou não, vinculados a uma administração unificada. Deverá possuir, pelo menos, compartimentos, ambientes ou local para:

I. Lojas;

II. Escritórios;

III. Instalações sanitárias;

IV. Acessos e circulação de pessoas;

V. Estacionamento de veículos;

VI. Áreas de carga e descarga.

Art. 215. Os acessos ou galerias, compreendendo vestíbulos e corredores, ainda que localizados em pisos superiores ou inferiores, quando servirem a locais de venda, atendimento ao público, exercício de atividades profissionais deverão satisfazer às seguintes exigências:

I. Largura mínima de 1/10 (um décimo) do comprimento da galeria, medido de cada entrada até o local de venda, de atendimento ao público ou de outras atividades mais distantes da entrada, tendo, no mínimo, 4,00 m (quatro metros);

II. Declividade máxima do piso de 6% (seis por cento);

III. Do cálculo da largura mínima exigida serão descontados quaisquer obstáculos existentes (pilares, saliências, escadas rolantes);

IV. Balcões, guichês e outras instalações deverão distar, no mínimo, 2,00 m (dois metros) da linha correspondente à largura mínima exigida.

Subseção V

Das Edificações Destinadas à Hospedagem

Art. 216. As edificações destinadas à permanência temporária, com serviços comuns, classificam-se, conforme suas características e finalidades, em:

I. Hotéis;

II. Pousadas, casas de pensão, hospedaria, pensionatos;

III. Apart-hotel, hotel-residência;

IV. Motéis;

V. "Camping";

VI. Colônia de férias;

VII. Hostel/Albergue.

Art. 217. As edificações para hospedagem deverão ter, pelo menos, compartimentos, ambientes ou locais para:

I. Recepção ou espera;

II. Quartos de hóspedes;

III. Instalações sanitárias;

IV. Acesso e circulação de pessoas;

V. Serviços;

VI. Acesso e estacionamento de veículos;

VII. Área de recreação, no caso de apart-hotel, hotel residência, "camping" e colônia de férias.

Art. 218. Os hotéis deverão ter, além do exigido no Art. 217, salas de estar ou de visitas, local para refeições, copa, cozinha, despensa, lavanderia, vestiário de empregados e escritório para o encarregado do estabelecimento.

Art. 219. Os apart-hotéis ou hotéis residência, edificações ou conjuntos de edificações destinados ao uso residencial transitório, deverão ter suas unidades autônomas de hospedagem constituídas de, no mínimo, quarto, instalações sanitárias e cozinha.

Art. 220. Nos motéis, edificações com características horizontais, cada unidade de hospedagem deve ser constituída de, no mínimo, quarto e instalação sanitária, devendo dispor de uma garagem/abrigo ou vaga para estacionamento.

Art. 221. O "camping", área de acampamento para barracas, "trailers" e similares, deverão ter, pelo menos, compartimentos, ambientes ou locais para:

I. Instalações sanitárias;

II. Acesso e estacionamento de veículos;

III. Área de recreação.

Subseção VI

Das Edificações para Serviços de Alimentação, Recreação e Abastecimento

Art. 222. As edificações para comércio ou serviços de alimentação destinados à venda e consumo de produtos comestíveis, à prestação de serviços recreativos e a outras atividades que requeiram instalações, equipamentos ou acabamentos especiais, classificam-se em:

I. Bar, botequim e congêneres;

II. Restaurante;

III. Lanchonete e congêneres;

IV. Boate, clube noturno, discoteca de espetáculos, café-concerto, salão de baile e restaurante dançante.

Art. 223. As edificações ocupadas pelas atividades referidas no Art. 222 nas quais se deposite ou se trabalhe com produtos "in natura", ou que se faça manipulação, preparo e guarda de alimentos não poderão ter vãos abertos, diretos e livremente para galerias, corredores, átrios ou outros acessos comuns ou coletivos.

Parágrafo único. As aberturas, se necessárias, deverão ter vedação, ainda que móvel, que se mantenham permanentemente fechadas.

Art. 224. As edificações para o exercício dessas atividades deverão ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

I. Venda, atendimento ao público e consumo;

II. Instalações sanitárias e vestiários;

III. Acesso e circulação de pessoas;

IV. Serviços;

V. Acesso e estacionamento de veículos, dependendo do porte e conforme regulamento específico.

Art. 225. Nesses estabelecimentos, os compartimentos destinados a trabalho, fabricação, manipulação, cozinha, despensa, depósito de matéria-prima, de gêneros ou à guarda de produtos acabados e similares deverão ter os pisos, as paredes e pilares, os cantos e as aberturas revestidas com material impermeável.

Art. 226. Os compartimentos destinados à permanência de público, sem aberturas externas, deverão ter ventilação mecânica com uma tiragem mínima de volume de ar de 45,00 m³ (quarenta e cinco metros cúbicos) por hora e por pessoa.

Art. 227. Os compartimentos de preparo de alimentos deverão ter sistema de exaustão de ar para o exterior.

Art. 228. Despensa ou depósito de gêneros alimentícios deverão ser ligados à cozinha.

Art. 229. As edificações destinadas a atividades de abastecimentos são:

I. Supermercado e hipermercado;

II. Mercado;

III. Confeitaria e padaria;

IV. Açougue e peixaria;

V. Mercearia, empório e quitanda.

Parágrafo único. Essas edificações deverão ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

I. Venda e atendimento ao público;

II. Instalações sanitárias e vestiários;

III. Acesso e circulação de pessoas;

IV. Serviços;

V. Acesso e estacionamento de veículos, dependendo do porte e conforme regulamento específico.

Art. 230. Nos supermercados e hipermercados, além das normas Municipais pertinentes, o acondicionamento, a exposição e a venda dos gêneros alimentícios, estarão sujeitos a normas de proteção à higiene e à saúde dos órgãos estaduais e federais competentes.

§1.º Estabelecimentos do gênero, deverão dispor de compartimento próprio para depósito de recipientes de lixo, com capacidade para armazená-lo por dois dias, localizado na parte de serviços, com acesso fácil e direto aos veículos de coleta pública.

§2.º Os acessos para carga e descarga deverão ser independentes dos acessos destinados ao público.

Art. 231. Mercados, edificações com espaços individualizados, abertos para áreas comuns de livre circulação pública de pedestres, destinados à venda de gêneros alimentícios e outras mercadorias, em bancas ou boxes, deverão dispor de:

I. Acessos e circulação para os boxes;

II. Bancas, boxes e demais compartimentos para depósitos e comercialização de mercadorias, terão pisos e paredes revestidos de material durável, liso e impermeável, e resistência a frequentes lavagens, bem como deverão ser dotados de ralos;

III. Câmaras frigoríficas para o armazenamento de carnes e peixes, frios, laticínios e outros gêneros, terão capacidade mínima de 2,00 m³ (dois metros cúbicos) para cada banca ou boxe;

IV. Compartimento próprio para depósito dos recipientes de lixo com capacidade para o recolhimento de dois dias, localizado na parte de serviços e com acesso fácil e direto aos veículos de coleta pública.

Art. 232. Os açougues e peixarias deverão ter compartimentos para a exposição, venda, atendimento ao público e desossa, quando necessário.

Art. 233. Os açougues deverão ter:

I. Pisos e paredes em material resistente, durável e impermeável;

II. Balcões com tampos impermeabilizados com material liso e resistente, providos de anteparo para evitar o contato com a mercadoria.

Art. 234. Mercearias, empórios e quitandas deverão ter compartimentos para exposição, venda, atendimento ao público e desossa, retalho e manipulação de mercadorias.

Art. 235. Estabelecimentos onde se trabalhe com produtos "in natura", ou haja manipulação ou preparo de gêneros alimentícios deverão ter compartimento exclusivo para esse fim, e que satisfaça as condições previstas para cada modalidade.

Subseção VII

Das Edificações para Serviços Específicos Ligados à Rede Viária

Art. 236. Os serviços específicos, ligados à rede viária são prestados em edificações que implicam interferência direta no fluxo dos veículos e dependências da rede viária, abrangendo:

I. Posto de abastecimento de veículos;

II. Posto de serviços, lavagem e lava rápido;

III. Borracharias;

IV. Lataria e pintura;

V. Oficina mecânica e elétrica de veículos;

VI. Auto-cine e lanchonete serv-car;

VII. Edifício-garagem e estacionamento.

Art. 237. Os postos de abastecimento de veículos destinados à comercialização no varejo de combustíveis, óleos lubrificantes autônomos, deverão ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

I. Acesso e circulação de pessoas;

II. Acesso e circulação de veículos;

III. Abastecimento e troca de óleo;

IV. Instalações sanitárias;

V. Vestiários;

VI. Administração.

Art. 238. O município, através do órgão competente, exigirá medidas especiais de proteção e isolamento, para a instalação de postos de abastecimento, considerando:

I. Sistema viário e possíveis perturbações ao tráfego;

II. Possível prejuízo à segurança, sossego e saúde dos moradores do entorno;

III. Efeitos poluidores e de contaminação e degradação do meio ambiente.

Art. 239. As edificações destinadas a posto de abastecimento além do disposto nesta Lei, deverão obedecer à regulamentação específica.

Art. 240. Os postos de abastecimento à margem das rodovias estarão sujeitos ainda às Normas Federais e Estaduais, quanto à localização em relação às pistas de rolamento e às condições mínimas de acesso.

Art. 241. Instalações e depósitos de combustíveis ou inflamáveis obedecerão às normas técnicas específicas.

Art. 242. São permitidas, em postos de abastecimento e serviço, outras atividades complementares, desde que não descaracterizem a atividade principal e não transgridam a Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano e que cada atividade atenda a parâmetros próprios.

Art. 243. Os postos de serviços de veículos, lava rápidos destinados à prestação de serviços de lavagem e lubrificação de veículos deverão ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

I. Acesso e circulação de pessoas;

II. Boxes de lavagem;

III. Acesso e circulação de veículos;

IV. Instalações sanitárias;

V. Administração;

VI. Área de estacionamento;

VII. Vestiários.

Art. 244. As edificações destinadas a postos de serviços de lavagem e lava rápidos, além do disposto nesta Lei, deverão atender à regulamentação específica.

Art. 245. Auto-cine e lanchonete serv-car, complexos de edificações ou instalações para acesso e estacionamento de veículos, com atendimento de clientela nos veículos, ao ar livre, deverão ter compartimentos, ambientes ou locais para:

I. Venda, atendimento ao público e consumo;

II. Instalação sanitária;

III. Serviços;

IV. Acesso e circulação de pessoas;

V. Acesso e circulação de veículos;

VI. Estacionamento de veículos.

Art. 246. As edificações para auto-cine e lanchonete serv-car, além do disposto nesta Lei, deverão atender ao disposto em regulamento específico.

Art. 247. Os estacionamentos ou edifícios-garagens, edificações destinadas, no todo ou em parte bem definida, ao estacionamento de veículos, sem vinculação com outras atividades e com vagas para exploração comercial, deverão ter compartimentos, ambientes ou locais para:

I. Recepção e espera do público;

II. Acesso e circulação de pessoas;

III. Acesso e circulação de veículos;

IV. Estacionamento ou guarda de veículos;

V. Instalações sanitárias;

VI. Administração e serviços.

§1.º Os edifícios-garagens deverão ter ventilação permanente de vãos, em pelo menos, duas faces opostas, correspondendo a um mínimo de 1/12 (um doze avos) da área. A ventilação poderá ser através de equipamento de renovação de ar, com capacidade mínima de 30,00 m³ (trinta metros cúbicos) por hora e por veículo, distribuídos uniformemente, pela área do estacionamento.

§2.º Deverão ser demonstradas graficamente a distribuição, localização e dimensionamento das vagas, a capacidade do estacionamento ou edifício-garagem e a circulação interna dos veículos.

§3.º As instalações para serviços, abastecimento de veículos e eventuais depósitos de inflamáveis estão sujeitas às normas específicas.

Art. 248. É vedado o uso do passeio para estacionamento ou circulação de veículos, sendo nele permitido apenas o acesso ao terreno.

Subseção VIII

Das Edificações para Serviços e Comércio de Estética e Venda de Medicamentos

Art. 249. Os estacionamentos destinados à prestação de serviços de higiene e estética, bem como ao comércio específico desses artigos e de medicamentos, segundo sua finalidade classificam-se em:

I. Farmácias;

II. Fisioterapia;

III. Hidrofisioterapia;

IV. Cabeleireiro e barbeiro.

V. Clínicas estéticas.

Art. 250. O funcionamento dos estabelecimentos de prestação de serviços de comércio específico de medicamentos de higiene, quanto à manipulação e higiene, é regido por Portaria do Ministério da Saúde, Código Sanitário do Estado e pela Secretaria Municipal competente.

Art. 251. As farmácias deverão ter, pelo menos, compartimentos, ambientes ou locais para:

I. Recepção e atendimento ao público;

II. Manipulação de medicamentos e aplicação de injeções;

III. Instalações sanitárias;

IV. Acesso e estacionamento de veículos, dependendo do porte e conforme regulamento específico.

Art. 252. As edificações destinadas à hidrofisioterapia deverão ter, pelo menos, compartimentos, ambientes ou locais para:

I. Recepção;

II. Espera e atendimento ao público;

III. Instalações sanitárias;

IV. Exercícios e tratamento;

V. Acesso e estacionamento de veículos.

Art. 253. As edificações ou parte delas, destinadas a institutos ou salões de beleza, cabeleireiros e barbeiros deverão ter, pelo menos, compartimentos, ambientes ou locais para:

I. Salão para execução dos serviços;

II. Instalações sanitárias.

Subseção IX

Das Edificações para Indústrias, Oficinas e Depósitos

Art. 254. As edificações destinadas a abrigar atividades industriais, de oficinas e de armazenagem podem ser:

I. Galpão ou barracão, edificação coberta e fechada em pelo menos, três faces, caracterizada por amplo espaço central;

II. Telheiro, edificação de espaço único, constituída por uma cobertura e respectivos apoios, com pelo menos três laterais abertas;

III. Nave industrial, edificação caracterizada por amplo espaço, com um mínimo de barreiras visuais, condições uniformes de ventilação e iluminação, destinada a fins industriais;

IV. Silo, edificação destinada a depósito de gêneros agrícolas, cereais, forragens verdes e similares, sem permanência humana.

Art. 255. As atividades desenvolvidas em oficinas, serviços de manutenção, restauração, reposição, troca ou consertos, não poderão ultrapassar os limites máximos admissíveis de ruído, vibrações e poluição do ar, por fumaça, poeira e calor.

Art. 256. A edificação destinada a oficina deverá ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

I. Trabalho, venda ou atendimento ao público;

II. Instalações sanitárias;

III. Serviços;

IV. Acesso e circulação de pessoas;

V. Acesso e estacionamento de veículos.

§1.º As edificações, ou parte delas, destinadas às oficinas, não poderão ter acesso coletivo ou comum às outras.

§2.º Nas edificações destinadas às oficinas, os efluentes deverão sofrer tratamento prévio, de acordo com as normas estabelecidas pelo órgão municipal competente.

Art. 257. As edificações destinadas ao armazenamento de produtos (depósitos), deverão ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

I. Armazenamento;

II. Instalações sanitárias;

III. Serviços;

IV. Acesso e circulação de pessoas;

V. Acesso e estacionamento de veículos;

VI. Pátio de carga e descarga.

Art. 258. As edificações para indústrias em geral, destinadas a atividades de extração ou transformação de substâncias em novos bens ou produtos, por métodos mecânicos ou químicos, mediante força motriz, deverão ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

I. Recepção, espera ou atendimento ao público;

II. Instalações sanitárias;

III. Trabalho;

IV. Armazenagem;

V. Administração e serviços;

VI. Acesso e circulação de pessoas;

VII. Acesso e estacionamento de veículos;

VIII. Pátio de carga e descarga.

Art. 259. Indústrias com área construída total superior a 500,00 m² (quinhentos metros quadrados) deverão ter compartimentos para cozinha, copa, refeições, ambulatório e local coberto para lazer, conforme regulamentação do Ministério do Trabalho.

Parágrafo único. Os compartimentos referidos neste Artigo poderão ser distribuídos por setores ou andares, ou integrar conjuntos de funções afins, desde que sejam respeitadas as proporcionalidades e áreas mínimas de cada função. Não poderão ter comunicação direta com o local de trabalho, administrativo, vestiários e sanitários.

Art. 260. Compartimentos, ambientes ou locais para equipamentos, manipulação ou armazenagem de inflamáveis ou explosivos deverão ser adequadamente protegidos, tanto as instalações quanto os equipamentos, conforme as normas técnicas oficiais e as disposições do Corpo de Bombeiros.

Art. 261. Instalações especiais de proteção ao meio ambiente deverão ser previstas, conforme natureza do equipamento utilizado no processo industrial de matéria-prima, ou do produto de seus resíduos, de acordo com as disposições do órgão competente.

Art. 262. Se a atividade exigir o fechamento das aberturas, o compartimento deverá ter dispositivo de renovação de ar ou de ar-condicionado.

Art. 263. Conforme a natureza da atividade, o piso que suportar a carga de máquinas e equipamentos não poderá transmitir vibrações acima dos níveis admissíveis aos pisos contínuos ou edificações vizinhas.

Art. 264. As indústrias de produtos alimentícios deverão ter compartimentos independentes para fabricação, manipulação, acondicionamento, depósito de matéria-prima ou de produtos, bem como outras atividades acessórias.

§1.º Os compartimentos destinados à fabricação, manipulação e acondicionamento deverão ter sistema de ventilação mecânica para o exterior ou sistema equivalente.

§2.º Os compartimentos e instalações destinados ao preparo de produtos alimentícios deverão ser separados das dependências utilizadas para o preparo de componentes não comestíveis.

§3.º Todos os compartimentos mencionados no caput deste Artigo deverão ter portas com dispositivos que as mantenham permanentemente fechadas.

§4.º Para efeito desta Lei, esses compartimentos são considerados de permanência prolongada.

Art. 265. As edificações destinadas à industrialização de carnes, pescados e derivados, aí compreendidos os matadouros-frigoríficos, matadouros de pequenos e médios animais, charqueados, fábrica de conservas, entrepostos de carnes e derivados, e usinas de beneficiamento de leite, estarão sujeitas às normas do Código Sanitário do Estado, além das disposições municipais pertinentes.

Parágrafo único. Tais edificações deverão ter instalações, compartimentos ou locais para:

I. recebimento, classificação e depósito de matéria-prima e de produtos semiacabados;

II. laboratório;

III. fabricação;

IV. acondicionamento;

V. câmara de cura;

VI. câmara frigorífica;

VII. expedição;

VIII. estacionamento.

Art. 266. As edificações para fábrica de pães, biscoitos, massas e congêneres deverão ter instalações, compartimentos ou locais para:

I. recebimento e depósito de matéria-prima;

II. fabricação;

III. acondicionamento;

IV. armazenagem;

V. expedição.

Parágrafo único. A instalação de equipamentos especializados, além das disposições dos órgãos competentes, deverá obedecer aos seguintes critérios:

I. fornos munidos de câmaras de dissipação de calor;

II. chaminés com filtros para retenção de fuligem;

III. equipamento para mistura de massa e outro causador de ruídos e vibrações assentado sobre bases próprias, evitando incômodos à vizinhança;

IV. isolamento térmico ou distância mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) entre fornos e paredes de edifícios ou dos edifícios vizinhos, inclusive com relação ao teto.

SEÇÃO VI

DAS EDIFICAÇÕES PARA REUNIÕES CULTURAIS, RELIGIOSAS E POLÍTICO-PARTIDÁRIA

Art. 267. Os locais de reunião e atividades artísticas, culturais, religiosas e políticopartidárias e similares, com afluência de público, em caráter transitório, classificam-se em:

I. Teatro, anfiteatro e auditório;

II. Cinema;

III. Templo;

IV. Capela;

V. Salão de exposição;

VI. Biblioteca;

VII. Museu;

VIII. Centro de convenções.

Art. 268. As edificações para os fins citados no Art. 267 deverão ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

I. Ingresso ou recepção;

II. Instalações sanitárias;

III. Serviços;

IV. Administração;

V. Salas de reunião de público;

VI. Acesso e estacionamento de veículos.

Art. 269. Os compartimentos ou recintos destinados à plateia, assistência ou auditório, cobertos ou descobertos, deverão ter:

I. Circulação e acesso;

II. Condições de perfeita visibilidade;

III. Locais de espera;

IV. Instalações sanitárias.

Art. 270. As edificações para locais com afluência de público deverão atender às normativas definidas pelo corpo de bombeiros.

Art. 271. As casas de espetáculos deverão atender às normativas definidas pelo corpo de bombeiros.

Art. 272. A lotação do recinto deverá ser anunciada em cartazes bem visíveis, junto a cada porta de acesso, dos lados externo e interno.

SEÇÃO VII

DAS EDIFICAÇÕES PARA ATIVIDADES RECREATIVO-ESPORTIVAS

Art. 273. Os locais de reunião, recreativo-esportivos, classificam-se em:

I. Clubes sociais-esportivos;

II. Ginásios de esportes, palácios de esportes;

III. Estádios;

IV. Quadras, campos, canchas, piscinas públicas e congêneres;

V. Velódromos;

VI. Hipódromos;

VII. Autódromos, kartódromos, pistas de Motocross;

VIII. Academias de ginástica.

Art. 274. As edificações classificadas no Art. 273 deverão ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para: ingresso, instalações sanitárias, vestiários, refeições, serviços complementares da atividade, administração, prática de esporte, espectadores, acesso e circulação de pessoas, acesso e estacionamento de veículos.

Parágrafo único. As edificações deverão ter espaços com dimensões adequadas para acomodar deficientes físicos em cadeira de rodas.

Art. 275. Os aspectos de acesso e circulação, corredores, passagens, átrios, vestíbulos, escadas e rampas, de uso comum e coletivo, sem prejuízo do disposto nas normas técnicas oficiais e disposições do Corpo de Bombeiros.

Art. 276. No recinto coberto para a prática de esportes apenas a metade da ventilação natural exigida desta parte poderá ser substituída por equipamento de renovação do ar.

Parágrafo único. A ventilação natural deverá ser obtida por aberturas distribuídas em 2 (duas) faces opostas do recinto, no mínimo.

Art. 277. Os espaços descobertos deverão oferecer condições adequadas à prática do esporte a que se destinam, sem ofuscamento ou sombras prejudiciais.

Art. 278. Deverá ser assegurada a correta visão da prática esportiva aos espectadores, situados em qualquer lugar da assistência, em espaços cobertos ou descobertos, pela:

I. Distribuição dos lugares de modo a evitar ofuscamento ou sombras prejudiciais à visibilidade;

II. Conveniente disposição e espaçamento dos lugares.

Art. 279. As arquibancadas deverão atender a legislação em vigor do corpo de bombeiros.

SEÇÃO VIII

DOS EDIFÍCIOS PARA FINS EDUCACIONAIS

Art. 280. As edificações para escolas, que abrigam atividades do processo educativo ou instrutivo, público ou privado, conforme suas características e finalidades podem ser:

I. Pré-escola ou maternal;

II. Ensino fundamental;

III. Ensino médio;

IV. Escola de arte, ofícios e profissionalizantes;

V. Ensino superior;

VI. Ensino não seriado.

Art. 281. Essas edificações deverão ter, no mínimo, compartimentos, ambientes para: recepção, espera ou atendimento ao público, instalações sanitárias, acesso e circulação de pessoas, serviços, administração, salas de aula; salas especiais para laboratórios, leitura e outros fins, esporte e recreação, acesso e estacionamento de veículos.

Art. 282. As edificações destinadas a fins educacionais deverão atender, além do disposto nessa Lei, a regulamentação específica.

Art. 283. Edificações para ensino livre ou não seriado, caracterizado por cursos de menor duração e aulas isoladas, não estão sujeitas às exigências referentes à área de esporte e recreação.

SEÇÃO IX

DAS EDIFICAÇÕES PARA ATIVIDADES DE SAÚDE

Art. 284. As edificações destinadas a estabelecimentos hospitalares e congêneres deverão estar de acordo com o Código Sanitário do Estado e demais Normas Técnicas Especiais, além das demais disposições legais vigentes no Município.

SEÇÃO X

PARQUE DE EXPOSIÇÕES

Art. 285. Parque de exposições é o conjunto de edificações e outras obras executadas em lugar amplo, destinado à exposição de produtos industriais, agropecuários e outros. Seus pavilhões ou galpões fechados de caráter permanente ou transitório obedecerão à seguintes disposições:

I. estão sujeitos ao disposto no Art. 270 deste Código;

II. deverão ter compartimentos próprios para o depósito de recipientes de lixo, com capacidade equivalente ao lixo de dois dias.

Art. 286. Será obrigatória a limpeza da área ocupada, quando um pavilhão de caráter transitório for desmontado, incluindo a demolição das instalações sanitárias e a coleta de eventuais sobras de material de lixo.

SEÇÃO XI

CIRCOS

Art. 287. O circo é um recinto coberto, desmontável de caráter transitório.

Art. 288. Os circos não poderão ser abertos ao público antes de vistoriados pelo órgão Municipal competente e sem laudo do Corpo de Bombeiros.

Art. 289. Para a capacidade máxima de um circo deve seguir a capacidade definida pela legislação em vigor do corpo de bombeiros.

Art. 290. Os circos deverão possuir instalações sanitárias destinadas ao público.

SEÇÃO XII

ATIVIDADES TEMPORÁRIAS

Art. 291. Consideram-se atividades temporárias, aquelas que são exercidas em locais autorizados pelo Poder Executivo Municipal, em estruturas ou equipamentos removíveis e por tempo determinado por decreto municipal.

Art. 292. São consideradas atividades temporárias:

I. Caixa automático;

II. Quiosque e estande de vendas imobiliárias;

III. Shows artísticos;

IV. Comércio em trailers ou vans;

V. Feiras especiais;

VI. Guarda de veículos.

Art. 293. Os locais destinados para a instalação temporária de atividades em área pública serão indicados pelo órgão competente do Poder Executivo Municipal.

Art. 294. Os locais destinados à instalação temporária de atividade em área privada, aberta ao público ou não, serão apresentados pelos requerentes.

§1.º O interessado deverá apresentar no ato da abertura do processo, além da matrícula do imóvel e da foto atualizada do local, um croqui indicando as linhas de divisas e a área a ser ocupada, com as respectivas medidas.

§2.º A utilização de área privada dependerá da autorização do proprietário ou possuidor do terreno, quando este não for o requerente.

Art. 295. Quando o local estiver em área privada aberta ao público, deverá ser mantida faixa livre na calçada com largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros) que atenda as normas de acessibilidade.

Art. 296. A área do alinhamento predial, assim denominada no presente Código de Obras, não ocupada pelo gabarito existente, poderá ser liberada para a instalação de atividades temporárias ou para a realização de eventos, mediante parecer da Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento Urbano.

Art. 297. Os usos temporários que não se submeterem a essa legislação deverão sofrer análise urbanística especial para que possam ser instalados após parecer do CONCIDADE.

SEÇÃO XIII

DOS PARQUES DE DIVERSÕES

Art. 298. A instalação do parque de diversões, lugar amplo, com equipamento mecanizado ou não, com finalidade recreativa, deverá obedecer às seguintes disposições:

I. Equipamentos em material incombustível;

II. Vãos de entrada e saída obrigatórios, proporcionais à lotação;

III. Capacidade de lotação na proporção de uma pessoa por metro quadrado de área livre de circulação.

Art. 299. O parque de diversões poderá ser aberto ao público após vistoriado pelo órgão municipal competente e com laudo do Corpo de Bombeiros e com Anotação de Responsabilidade Técnica – CREA do profissional habilitado.

Art. 300. O parque de diversões deverá possuir instalações sanitárias para cada sexo destinadas ao público.

SEÇÃO XIV

DOS QUARTÉIS E CORPO DE BOMBEIROS

Art. 301. As edificações destinadas a brigar quartéis e Corpo de Bombeiros, obedecerão às normas que regem a edificação, constantes desta Lei.

SEÇÃO XV

DA CASA DE DETENÇÃO

Art. 302. Casa de Detenção é o estabelecimento oficial que abriga condenados à detenção ou reclusão.

Art. 303. As normas para construção de casas de detenção serão estabelecidas pelo órgão estadual competente e as partes dessas edificações destinadas à administração e serviços serão regidas pelas normas constantes desta Lei.

SEÇÃO XVI

CEMITÉRIOS, CREMATÓRIOS E CAPELAS MORTUÁRIAS

Art. 304. Os cemitérios e crematórios, locais onde são enterrados ou cremados os mortos, deverão obedecer às normas federais e estaduais aplicáveis à matéria.

Art. 305. Os cemitérios deverão ter, no mínimo locais para:

I. Administração e recepção;

II. Depósito de materiais e ferramentas;

III. Vestiários e instalações sanitárias para empregados;

IV. Instalações sanitárias para o público, separadas para cada sexo;

V. Sala para velório (capela mortuária ecumênica);

VI. Ossuário público.

Art. 306. Os crematórios deverão ter, no mínimo, locais para:

I. Administração;

II. Saguão de entrada;

III. Sala para velório (capela mortuária ecumênica);

IV. Forno crematório;

V. Vestiário e instalações sanitárias para empregados;

Art. 307. Instalações sanitárias para o público, separadas para cada sexo e para os portadores de necessidades especiais.

I. As capelas mortuárias deverão ter, no mínimo, locais para:

II. Sala de vigília (velório);

III. Sala de descanso;

IV. Instalações sanitárias para o público, separadas por sexo;

V. Serviço de copa, exclusivo para cada Capela projetada;

VI. Instalações sanitárias para o público, separadas para cada sexo e para os portadores de necessidades especiais.

Art. 308. A aprovação de projetos de cemitérios e crematórios, está condicionada à prévia autorização do Instituto Água e Terra, bem como ao atendimento das exigências a serem feitas pelo órgão ambiental.

SEÇÃO XVII

DOS INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS

Art. 309. As edificações ou instalações para inflamáveis e explosivos, destinadas à fabricação, manipulação ou depósito de combustíveis, inflamáveis ou explosivos em estado sólido, líquido ou gasoso, segundo suas características e finalidades poderão ser:

I. Fábricas ou depósitos de inflamáveis;

II. Fábricas ou depósitos de explosivos;

III. Fábricas ou depósitos de produtos químicos agressivos.

Art. 310. É vedada a construção ou instalação de qualquer fábrica ou depósito de inflamável, explosivo ou produto químico agressivo no território do município.

§1.º Fica sujeita à prévia autorização das autoridades competentes a construção ou instalação de estabelecimento de comércio de inflamáveis, explosivos, produtos químicos agressivos, iniciadores de munição ou similares.

§2.º O município poderá exigir, a qualquer tempo:

a) que o armazenamento de combustíveis, inflamáveis ou explosivos, por sua natureza ou volume perigosos, quando guardados juntos, seja feito separadamente, determinando o procedimento para tal;

b) a execução de obras ou serviços e as providências necessárias à proteção de pessoas ou logradouros.

§3.º A Licença de funcionamento ficará condicionada à vistoria do Corpo de Bombeiros.

Art. 311. As edificações e instalações de inflamáveis e explosivos deverão ser de uso exclusivo, completamente isoladas e afastadas de edificações vizinhas do alinhamento predial.

Parágrafo único. Este afastamento será de, no mínimo:

a) 4,00m (quatro metros) para as edificações entre si, de outras edificações ou

das divisas do imóvel;

b) 10,00m (dez metros) do alinhamento predial.

Art. 312. As edificações para inflamáveis e explosivos deverão ter, no mínimo, compartimentos ou locais para:

I. Recepção, espera e atendimento ao público;

II. Acesso e circulação de pessoas;

III. Armazenagem;

IV. Serviços, incluídos os de segurança;

V. Vestiário;

VI. Pátio de carga e descarga;

VII. Acesso e estacionamento de veículos.

Parágrafo único. As atividades previstas nos Incisos I, V, VI e VII deste Artigo deverão ser exercidas em compartimento próprio e exclusivo, separado dos demais.

Art. 313. As edificações e depósitos de inflamáveis e explosivos obedecerão ainda aos seguintes critérios:

I. Deverão ser dispostos lado a lado, sendo vedado que fiquem uns sobre os outros, ainda que se trate de tanques subterrâneos;

II. São obrigatórios alarmes de incêndios ligados à recepção ou ao local onde permanece o vigia ou o guarda;

III. Deverá ser instalado equipamento de proteção contrafogo, de acordo com a natureza do material de combustão, do material usado para extinção do fogo e com as instalações elétricas e industriais previstas, conforme normas estabelecidos pela autoridade competente;

IV. Os edifícios, pavilhões ou locais destinados à manipulação, transformação e beneficiamento ou armazenamento de matéria-prima ou de produtos, deverão ser protegidos contra descarga elétrica atmosférica, sendo os tanques metálicos e de concreto armado obrigatoriamente ligados eletricamente à terra;

V. O suprimento de água deverá ser sob pressão, proveniente de rede urbana ou fonte própria. A capacidade dos reservatórios será proporcional à área total de construção, ao volume e à natureza do material armazenado ou manipulado.

Art. 314. Os compartimentos ou locais destinados aos produtos, acondicionados em vasilhames ou não, deverão satisfazer às seguintes condições:

I. Ser separados de outros compartimentos por: (I) paredes com resistências ao fogo de, no mínimo, 4 (quatro) horas; (II)completa interrupção dos beirais, vigas, terças e outros elementos da cobertura ou do teto.

II. As faces internas das paredes dos compartimentos deverão ser em material liso, impermeável e combustível;

III. O piso deverá ter superfície lisa impermeabilizada, com declividade mínima de 1% (um por cento) e máxima de 3% (três por cento) e drenos para escoamento e coleta de líquidos;

IV. As portas de comunicação entre essas seções e os outros ambientes ou compartimentos deverão ter resistência ao fogo de, no mínimo, 1h30 (uma hora e trinta minutos), ser do tipo corta-fogo e dotada de dispositivo de fechamento automático, a prova de falhas;

V. As portas para o exterior deverão abrir no sentido da saída;

VI. As janelas e outras aberturas de iluminação ou ventilação natural deverão ser voltadas para o sul e ter dimensões, tipo de vidro, disposição de lâminas, telas, recobrimentos que sirvam de proteção contra insolação direta e penetração de fagulhas provenientes de fora;

VII. Se o material produzir vapores ou gases e o local for fechado, deverá haver ventilação adicional permanente, por aberturas situadas ao nível do piso e do teto, em oposição às portas e janelas. A soma das áreas das aberturas não poderá ser inferior a 1/20 (um vinte avos) da área local, e cada abertura deverá ter área que permita, no mínimo, um círculo de 10 cm (dez centímetros) de diâmetro.

Subseção I

Do Armazenamento e Comércio de Botijões de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP

Art. 315. O armazenamento e comércio de varejo para botijões de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) deverá observar as seguintes restrições urbanísticas, sem prejuízo do disposto nas demais legislações pertinentes:

I. Frente mínima do terreno: 12m (doze metros);

II. área mínima do terreno: 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados).

§1.º Consideram-se botijões os recipientes transportáveis de GLP com formato, dimensões e demais características estabelecidas pelas Normas Técnicas Oficiais.

§2.º Não estão sujeitas a estas normas as instalações para armazenamento de até 6 (seis) botijões, cheios ou vazios.

Art. 316. O armazenamento e comércio de atacado para botijões de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) deverá observar as seguintes restrições urbanísticas, sem prejuízo do disposto nas demais legislações pertinentes:

I. Frente mínima do terreno: 40m (quarenta metros);

II. Área mínima do terreno: 1.500m² (mil e quinhentos metros quadrados);

III. Afastamento da armazenagem dos botijões de 10 metros do alinhamento lateral e de fundos;

IV. Muros laterais e de fundos com altura mínima de 2,50 metros (dois metros e cinquenta centímetros);

V. Demais dispositivos previstos na legislação ambiental e Normas Técnicas Oficiais.

SEÇÃO XVIII

DOS COMPLEXOS URBANOS

Art. 317. Constituem-se complexos urbanos:

I. Aeroporto;

II. Portos e suas instalações;

III. Complexo para fins industriais;

IV. Complexo cultural diversificado (campus universitário e congêneres);

V. Complexo social e desportivo (vila olímpica e congêneres);

VI. Central de abastecimento;

VII. Centro de convenções;

VIII. Terminais de transportes ferroviário, rodoviário e hidroviário;

IX. Terminais de carga.

Parágrafo único. Aos complexos urbanos aplicam-se as Normas Federais, Estaduais e Municipais específicas.

SEÇÃO XIX

DO MOBILIÁRIO URBANO

Art. 318. A instalação de mobiliário urbano de uso comercial ou de serviços, em logradouros públicos, reger-se-á por esta Lei, obedecidos os critérios de localização e uso, aplicáveis a cada caso.

Art. 319. O equipamento a que se refere o Art. 318 só poderá ser instalado quando não acarretar:

I. Prejuízo à circulação de veículos e pedestres ou o acesso de Bombeiros e serviços de emergências;

II. Interferência no aspecto visual e no acesso às construções de valor arquitetônico, artístico e cultural;

III. Interferência em extensão de testada de colégios, templos de culto, prédios públicos e hospitais;

IV. Interferências nas redes de serviços públicos;

V. Obstrução ou diminuição de panorama significativo ou eliminação de mirante;

VI. Redução de espaços abertos, importantes para o paisagismo, recreação pública ou eventos sociais e políticos;

VII. Prejuízo à escala, ao ambiente e às características naturais do entorno.

Art. 320. A instalação de equipamento, além das condições exigidas no Art. 319, pressupõe:

I. Diretrizes de planejamento da área ou projetos existentes de ocupação;

II. Características do comércio existente no entorno;

III. Diretrizes de Zoneamento de Uso e ocupação do solo urbano;

IV. Riscos para o equipamento;

V. Padrão arquitetônico do mobiliário.

Parágrafo único. A instalação de equipamentos em parques, praças, largos e pequenos jardins dependem da anuência do Poder Executivo Municipal, ouvido o órgão responsável pelo Meio Ambiente.

Art. 321. Os padrões para o equipamento serão estabelecidos em projetos do competente órgão de planejamento municipal.

Art. 322. O equipamento a que se refere este capítulo comporta os seguintes usos:

I. Serviços:

a) correio;

b) segurança;

c) lixeira;

d) sinalização indicativa;

e) denominação de vias públicas;

f) bancos de descanso;

g) brinquedos de recreação infantil;

h) artefatos de ginástica ao ar livre. E

i) murais informativos.

j) Comércio (quiosque):

k) jornais, revistas e doces;

l) café e similares;

m) flores;

n) lanchonetes;

o) sucos;

p) sorvetes;

q) artesanato e produtos típicos;

r) equipamentos para prática esportiva; e

s) outros usos a critério da Administração.

SEÇÃO XX

DAS EDIFICAÇÕES PARA ALOJAMENTO E TRATAMENTO DE ANIMAIS

Art. 323. As edificações ou instalações destinadas a alojamento, adestramento e tratamento de animais, conforme suas características e finalidades classificam-se em:

I. Consultórios, clínicas e hospitais de animais;

II. Estabelecimentos de pensão e adestramento;

III. Haras, cocheiras, pocilgas, aviários, coelheiras, canis e congêneres.

§1.º As partes componentes da edificação deverão obedecer às normas correspondentes, estabelecidas nesta Lei.

§2.º As edificações, devido à natureza da atividade que abrigam, deverão ser de uso exclusivo.

SEÇÃO XXI

DOS CONSULTÓRIOS E CLÍNICAS DE ANIMAIS

Art. 324. Os consultórios, clínicas e hospitais de animais deverão ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

I. Recepção;

II. Atendimento ou exame;

III. Alojamento ou enfermaria;

IV. Acesso e circulação de pessoas;

V. Administração e serviços;

VI. Instalações sanitárias e vestiários;

VII. Isolamento;

VIII. Tratamento e curativo;

IX. Intervenções e serviços cirúrgicos;

X. Laboratório;

XI. Enfermagem;

XII. Necrotério;

XIII. Acesso e abastecimento de veículo.

SEÇÃO XXII

DOS ESTABELECIMENTOS DE PENSÃO E ADESTRAMENTO

Art. 325. Os estabelecimentos de pensão e adestramento deverão ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

I. recepção;

II. alojamento de animais;

III. adestramento ou exercícios;

IV. curativos;

V. instalações sanitárias;

VI. acesso e estacionamento de veículos.

SEÇÃO XXIII

DOS HARAS, COCHEIRAS, POCILGAS, AVIÁRIOS, COELHEIRAS, CANIS E CONGÊNERES

Art. 326. Haras, cocheiras, pocilgas, aviários, coelheiras, canis e congêneres deverão ter, no mínimo, compartimentos ou ambientes para:

I. atendimento ou alojamento de animais;

II. acesso e circulação de pessoas;

III. administração e serviços.

Art. 327. Os compartimentos, ambiente ou locais para circulação e permanência dos animais deverão ser adequados à sua espécie e tamanho, com condições para assegurar a higiene do local e dos animais.

CAPÍTULO XI

DAS NORMAS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS

SEÇÃO I

DO CANTEIRO DE OBRAS

Art. 328. Canteiro de obra é o espaço ao lado ou à volta de uma construção onde se realiza um conjunto de serviços, necessários para a execução da obra. Compõe-se de instalações temporárias: tapumes, barracões, escritórios administrativos, sanitários, poços, luz, água, energia elétrica, depósito de material, caçamba, depósito de detritos, vias de acesso e circulação e transportes.

§1.º Durante os serviços de construção, reforma ou demolição, o responsável pela obra deverá adotar as medidas necessárias para a proteção e segurança dos trabalhadores, do público, das propriedades vizinhas e dos logradouros públicos, conforme determinar a legislação em vigor, relativa à Segurança e Medicina do Trabalho.

§2.º Os serviços, em especial os de demolição, escavação e fundações, não poderão prejudicar imóveis ou instalações vizinhas, nem os passeios dos logradouros.

§3.º A limpeza do logradouro público deverá ser permanentemente mantida pelo empreendedor da obra, enquanto esta durar e em toda a sua extensão.

§4.º O canteiro de serviços deverá ter instalações sanitárias e outras dependências para os empregados, conforme normas do Ministério do Trabalho.

SEÇÃO II

DOS TAPUMES

Art. 329. Nenhuma construção, demolição ou reparo poderá ser feita sem tapume, armação provisória, em material apropriado, usado para vedar uma obra, isolando-a do logradouro público e protegendo os transeuntes de eventuais quedas de material, com uma altura mínima de 2,10 m (dois metros e dez centímetros), no alinhamento predial, com acabamento adequado e permanentemente conservado.

§1.º Quando a obra for construída no alinhamento predial, é permitido que o tapume avance até 1/3 (um terço) do passeio.

§2.º Será admitido o tapume além do limite estipulado no Parágrafo anterior, excepcionalmente, pelo tempo estritamente necessário e quando for imperativo técnico. Nesse caso, a faixa livre entre o tapume e o meio-fio para a circulação de pedestres, não poderá ser inferior a 80 cm (oitenta centímetros).

§3.º Se houver árvores ou postes no passeio, a distância de 80 cm (oitenta centímetros) será contada de sua face externa.

SEÇÃO III

DA PLATAFORMA DE SEGURANÇA

Art. 330. É obrigatório o uso de plataforma de segurança, armação provisória de prumos, tábuas e outros elementos, elevada do chão, para proteção contra queda de trabalhadores, objetos ou material de construção sobre a pessoa e propriedades, em todo o período de duração da construção, reforma ou demolição em edifícios com mais de 3 (três) pavimentos ou 9,50m (nove metros e cinquenta centímetros) de altura.

§1.º A tela deverá ser instalada na vertical, a 1,40 m (um metro e quarenta centímetros) da face externa da construção.

§2.º As plataformas de proteção deverão ser mantidas sem sobrecarga prejudicial à estabilidade da obra.

§3.º As plataformas de proteção poderão ser substituídas por vedação externa fixa, em toda a altura da construção.

SEÇÃO IV

DOS ANDAIMES

Art. 331. Os andaimes são armações provisórias de prumos, tábuas e outros elementos, sobre os quais os operários trabalham durante a obra.

Parágrafo único. Os andaimes apoiados só serão permitidos em prédios com 4 (quatro) ou menos pavimentos, sendo vedados em construções no alinhamento predial.

Art. 332. Os andaimes deverão satisfazer às seguintes condições:

I. Apresentar perfeitas condições de segurança em seus diversos elementos.

II. Deixar, no mínimo, um terço de passeio livre.

III. Prever, efetivamente a proteção de árvores, dos aparelhos de iluminação pública, dos postes e de qualquer outro dispositivo, sem prejuízo do funcionamento dos mesmos.

Art. 333. Os pontaletes de sustentação de andaimes, quando forem galerias, devem ser colocados a prumo, de modo rígido sobre o passeio, afastados, no mínimo 30 cm (trinta centímetros) do meio-fio.

Parágrafo único. No caso do presente Artigo, serão postas em prática todas as medidas necessárias para proteger o trânsito sob o andaime e para impedir a queda de materiais.

Art. 334. Os andaimes armados com cavaletes ou escadas, além das condições estabelecidas, deverão:

I. Ser somente utilizados para pequenos serviços, até a altura de 05 (cinco) metros.

II. Não impedir, por meio de travessa que os limitem, o trânsito público sob peças que os constituem.

Art. 335. Os andaimes em balanço, além de satisfazerem as condições estabelecidas para outros tipos de andaime que lhe forem aplicáveis, deverão ser guarnecidos em todas as suas faces com fechamento capaz de impedir a queda de materiais.

Art. 336. O emprego de andaimes suspensos por cabos (jaús), será permitido se atender às seguintes condições:

I. Ter, no passadiço, largura de 50 cm (cinquenta centímetros) na base inferior do mesmo, quando utilizado a menos de 4,00 m (quatro metros) de altura.

II. Deve o passadiço ser dotado de proteção em todas as faces livres, para segurança dos operários e para impedir a queda de materiais.

SEÇÃO V

DAS INSTALAÇÕES TEMPORÁRIAS

Art. 337. São permitidas no lote, instalações temporárias entre as quais se incluem barracões, depósitos, caçambas, escritório de campo, vestiários, escritório de exposição e divulgação de venda, exclusivos das unidades autônomas das construções, somente após a expedição do alvará de construção da obra, ao qual estiverem vinculadas, obedecido seu prazo de validade.

§1.º As instalações temporárias deverão ter dimensões proporcionais ao vulto da obra e permanecerão apenas enquanto durarem os serviços de execução da mesma.

§2.º A distribuição das instalações temporárias no canteiro da obra está sujeita às normas do Ministério do Trabalho, quanto à higiene, salubridade e funcionalidade.

§3.º As instalações temporárias deverão ser distribuídas no canteiro de obras, de forma a não interferirem na circulação de veículo de transporte de material e situar-se a partir do alinhamento predial.

SEÇÃO VI

DAS ESCAVAÇÕES, MOVIMENTOS DE TERRA, ARRIMO E DRENAGENS

Art. 338. As escavações, movimentos de terra, arrimo e drenagens são processos usuais de preparação de contenção do solo, visando segurança e as condições desejadas para a execução da obra.

§1.º São vedadas construções em terrenos pantanosos ou alagadiços, antes de executadas as obras de escoamento, drenagem ou aterro necessário.

§2.º O aterro deverá ser feito com terra expurgada de resíduos vegetais e de qualquer substância orgânica, ou através de outro processo estabelecido nas Normas Técnicas.

§3.º O terreno circundante a qualquer construção deverá proporcionar escoamento às águas pluviais e protegê-la contra infiltrações ou erosão.

§4.º Antes do início de escavações ou movimentos de terra, deverá ser verificada a presença de tubulações, cabos de energia, transmissão telegráfica ou telefônica sob o passeio do logradouro que possam ser comprometidos pelos trabalhos executados.

§5.º Os passeios dos logradouros e as eventuais instalações de serviço público deverão ser adequadamente escorados e protegidos.

§6.º Da mesma forma, deverão ser protegidas e escoradas construções, muros ou estruturas vizinhas, ou existentes no terreno, para que não sejam atingidas pelas escavações, movimentos de terra, rebaixamento de terra ou do lençol d`água.

§7.º O escoramento deverá ser reforçado e o terreno protegido contra a perda de coesão por desidratação, para evitar desabamento.

§8.º As valas e barrancos resultantes de escavações ou movimentos de terra, com desnível superior a 1,20 m (um metro e vinte centímetros), deverão ser escorados por tábuas, pranchas ou sistema similar, e apoiados por elementos dispostos e dimensionados conforme exigir o desnível e a natureza do terreno, de acordo com as Normas Técnicas Oficiais.

§9.º O escoramento poderá ser dispensado se a escavação ou o movimento de terra formar talude, com inclinação igual ou menor que o natural correspondente ao tipo de solo.

§10.º O escoramento deverá ser reforçado em seus elementos de apoio, quando houver máquinas em funcionamento ou tráfego de veículos, tão próximos da escavação que possa produzir vibrações sensíveis na área escavada.

§11.º Se, concluído o trabalho de escavação ou movimento de terra e a diferença de nível entre os terrenos for superior a 1,20 m (um metro e vinte centímetros), os muros existentes deverão ser de arrimo, calculados e observadas a inclinação do talude natural do solo, a densidade do material e as sobrecargas.

§12.º Sempre que a edificação, por suas características, exigir o esgotamento de nascentes ou do lençol freático, durante ou após executada a obra, as medidas necessárias deverão ser submetidas à apreciação do município, para evitar o livre despejo nos logradouros.

§13.º A retirada de terra e outros materiais deverá ser feita com cuidado para não sujar o passeio, a via pública e as galerias de águas pluviais com lama e pó.

CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 339. O órgão competente do Poder Executivo Municipal manterá gabinete técnico visando à compatibilização cronológica de obras e serviços executados em ruas, vias e logradouros públicos da cidade, tanto os de iniciativa comunitária quanto os executados por concessionárias, acompanhando sua evolução, conjugada às obras situadas no interior de terrenos privados.

Art. 340. Os casos omissos neste Código serão julgados pelo CONCIDADE.

Art. 341. Fica revogada a Lei nº 1.070, de 05 de dezembro de 2006, e suas alterações:

I. Lei nº 1.842, de 05 de julho de 2016;

II. Lei nº 1.893, de 14 de agosto de 2017;

III. Lei nº 2.294, de 22 de novembro de 2021.

Art. 342. Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação.

Matinhos, 15 de dezembro de 2025.

EDUARDO ANTONIO DALMORA

Prefeito Municipal

ANEXO I – GLOSSÁRIO

ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas, cuja finalidade é reger as normas técnicas das edificações e materiais de construção.

ACESSIBILIDADE: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

AFASTAMENTO: é a menor distância entre duas edificações, ou entre uma edificação e as linhas de divisa do lote onde ela estiver inserida.

ÁGUA: termo genérico designado ao plano ou pano do telhado. ALICERCE: é o elemento da construção que transmite ao solo a carga da edificação.

ALINHAMENTO PREDIAL: é a linha que limita o lote com a via pública, projetada e locada pelas autoridades municipais.

ALPENDRE: área coberta saliente da edificação, cuja cobertura sustenta-se por colunas, pilares ou consolos.

ALVARÁ: documento que autoriza a execução de obras sujeitas à fiscalização municipal.

ALVENARIAS: são maciços constituídos de pedras naturais ou artificiais, ligadas entre si de modo estável, pela combinação de juntas de interposição de argamassas, ou somente por um desses meios.

ANDAIME: plataforma elevada destinada a sustentar os materiais e operários na execução de uma edificação ou reparos.

ANUÊNCIA PRÉVIA: Documento emitido pelo Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral, anuindo previamente um empreendimento Urbano ou de Arquitetura, para fins de aprovação pelo Município.

APARTAMENTO: conjunto de dependências ou compartimentos que constituem uma habitação ou morada em prédio de habitação coletiva.

APROVAÇÃO DE PROJETO: ato administrativo que precede o licenciamento de uma construção.

ÁREA ABERTA: é o espaço não edificado, contíguo à edificação, com um ou mais acessos ou saídas, diretamente à via ou logradouro público.

ÁREA TOTAL ou CONSTRUÍDA: é a área que resulta da somatória das áreas úteis com as áreas das seções horizontais das paredes.

ÁREA DE FRENTE: o mesmo que testada do lote.

ÁREA DE FUNDO: é a área situada entre a fachada posterior e a divisa de fundo do lote.

ÁREA FECHADA: área livre, limitada em todo seu perímetro por paredes ou linhas de divisa do lote.

ÁREA GLOBAL DA CONSTRUÇÃO: é a somatória das áreas brutas de todos os pavimentos de uma edificação.

ÁREA LATERAL: é a área localizada entre a edificação e a divisa lateral do lote.

ÁREA LIVRE: é o espaço descoberto, livre de edificações ou construções dentro dos limites do lote.

ÁREA NÃO COMPUTÁVEL: é a somatória das áreas edificadas que não serão computadas no cálculo do coeficiente de aproveitamento, com o objetivo de incentivar a construção de áreas complementares.

ÁREA NÃO EDIFICÁVEL: é aquela na qual a legislação em vigor nada permite construir ou edificar.

ÁREA PRINCIPAL: área através da qual se efetua a iluminação e ventilação de compartimentos de permanência prolongada.

ÁREA SECUNDÁRIA: área através da qual se efetua a iluminação e ventilação de compartimentos de permanência transitória.

ÁREA ÚTIL: é a área do piso de um compartimento.

ÁTICO: é a projeção da área coberta sobre a laje de cobertura do último pavimento.

BALANÇO: avanço da edificação sobre os alinhamentos e recuos regulamentares.

BALCÃO: varanda saída da parede, com balaústre ou qualquer tipo de guarda corpo.

BEIRAL: prolongamento da cobertura que sobressai das paredes externas, no máximo 50% (cinquenta por cento) dos afastamentos.

BIOMBO: parede de altura interrompida, permitindo ventilação e iluminação pela parte superior.

CAIXA DE ROLAMENTO: parte dos logradouros destinada ao rolamento de veículos.

CASA DE BOMBAS: compartimento onde se instalam as bombas de recalque.

CASA DE MÁQUINAS: compartimento onde se instalam as máquinas comuns de uma edificação.

CERTIDÃO DE CONCLUSÃO DE OBRAS OU SERVIÇOS: resultado da vistoria final de obras ou serviços de construção, documentos que atestarão a satisfação de todas as exigências técnicas da edificação ou espaço aberto construído, com referência aos órgãos externos ao Poder Executivo Municipal e com relação às Posturas Municipais e aos demais regulamentos e Leis de sua Legislação Urbana.

CIRCULAÇÕES: designação genérica dos espaços destinados à movimentação de pessoas ou veículos.

COBERTURA: último teto de uma edificação.

COMPARTIMENTO: diz-se de cada uma das divisões dos pavimentos de uma edificação.

CONCIDADE: Conselho da Cidade de Matinhos.

CONSULTA PRÉVIA: documento emitido pela Poder Executivo Municipal constando parâmetros para o uso e ocupação de determinado imóvel.

COPA: compartimento destinado a refeitório auxiliar.

CORPO AVANÇADO: balanço fechado de mais de 20 cm (vinte centímetros).

COTA: indicação ou registro numérico de dimensões, medida, indicação do nível de um plano ou ponto em relação a outro tomado como referência.

DEPENDÊNCIA: compartimento, quarto, recinto.

DEPÓSITO: espaço aberto ou edificação destinada à armazenagem; quando compartimento de uma edificação é o compartimento não habitado, destinado à guarda de utensílios e objetos ou materiais de qualquer natureza.

DESMEMBRAMENTO: é um aspecto particular de parcelamento do solo, que se caracteriza pela subdivisão de um terreno, sem implicar na abertura de uma via ou logradouro.

ECONOMIA: unidade autônoma de uma edificação.

EDÍCULA: edificação complementar à edificação principal, sem comunicação interna com a mesma.

EDIFICAÇÕES CONTÍGUAS ou GEMINADAS: são aquelas que apresentam uma ou mais paredes contíguas às de uma outra edificação, e estão dentro do mesmo lote ou em lotes vizinhos.

EDIFÍCIO COMERCIAL: é aquele destinado a lojas ou salas comerciais, ou ambas, e no qual somente as dependências do porteiro ou zelador são utilizadas para fins residenciais.

EDIFÍCIO DE APARTAMENTOS: o mesmo que edificação residencial coletiva multifamiliar.

EDIFÍCIO GARAGEM: é aquele destinado à guarda de veículos.

EDIFÍCIO MISTO: é a edificação que abriga usos diferentes, e quando um destes for residencial, o acesso às unidades residenciais se fará sempre através de circulação independente dos demais usos, desde a via pública.

EDIFÍCIO PÚBLICO: é aquele no qual são exercidas atividades de governo, administração, serviços públicos, lazer e outros.

EMBARGO: paralisação de uma construção em decorrência de determinações administrativas e judiciais.

EMBASAMENTO: base de um edifício, de dimensões maiores que a projeção do mesmo.

ESCALA: relação entre as dimensões de um desenho e objeto representado.

ESCRITÓRIO: sala ou grupo de salas destinadas ao exercício de negócios, das profissões liberais, de comércio e atividades afins.

ESPECIFICAÇÕES: discriminação dos materiais, mão de obra e serviços empregados na edificação; memorial descritivo; descrição pormenorizada.

ESPELHO: parte do degrau da escada.

FACHADA: é a parte da edificação com a frente para o logradouro público.

FAIXA DE DRENAGEM: é a faixa de largura variável, compreendendo a faixa não edificável de drenagem propriamente dita e mais uma faixa de proteção, destinada a garantir um perfeito escoamento das águas pluviais da respectiva bacia hidrográfica.

FAIXA NÃO EDIFICÁVEL: o mesmo que área não edificável.

FOSSA SÉPTICA: tanque de alvenaria ou concreto onde se depositam as águas de esgoto e as matérias sofrem processo de desintegração.

FUNDAÇÃO: parte da estrutura localizada abaixo do nível do solo e que tem por função distribuir as cargas ou esforços da edificação pelo terreno.

GABARITO: perfil transversal de um logradouro, com a definição da largura total, largura dos passeios, pistas de rolamento, canteiros, galerias e outros, podendo também fixar a altura das edificações.

GALERIA PÚBLICA: passeio coberto por uma edificação.

GALERIA: pavimento parcial intermediário entre o piso e o forro de um compartimento e de uso exclusivo deste.

GALPÃO: edificação constituída por cobertura sem forro, fechada total ou parcialmente em pelo menos 3 (três) de suas faces. Caso as 4 faces forem fechadas a edificação classifica-se como barracão.

GARAGEM: abrigo, e oficina para automóveis.

GUARDA CORPO: é o vedo de proteção contra quedas.

GUIA AMARELA: o mesmo que Consulta Prévia.

GUIA REBAIXADA: é o meio-fio na função desejável para permitir a transposição do passeio.

HABITAÇÃO COLETIVA: é a edificação destinada a abrigar pessoas que, por diversos motivos, não residem com suas famílias, ou seja, é a edificação destinada a atividades assistenciais e comunitárias (internatos, asilos, albergues, conventos e similares).

HABITAÇÃO COLETIVA MULTIFAMILIAR: é a edificação destinada a servir de moradia para mais de uma família, contendo duas ou mais unidades autônomas e partes de uso comum.

HABITE-SE: o mesmo que Certidão de Habitabilidade fornecida pela Secretaria de Saúde.

HALL: dependência de uma edificação que serve de ligação entre os outros compartimentos.

INFRAÇÃO: violação da Lei.

INTERDIÇÃO: ato administrativo que impede a ocupação de uma edificação.

JIRAU: o mesmo que mezanino.

LICENÇA: ato administrativo, com validade determinada, que autoriza execução de obras, instalação, localização de uso e atividades permitidas.

LOGRADOURO PÚBLICO: é toda a parte da superfície do município destinada ao trânsito público, oficialmente reconhecida e designada por uma denominação.

LOTAÇÃO: é a capacidade, em número de pessoas, de qualquer local de reunião.

LOTE: porção de terreno que faz frente para um logradouro público, descrito e assegurado por título de propriedade.

LOTEAMENTO: é um aspecto particular do parcelamento do solo que se caracteriza pela subdivisão de um terreno em lotes envolvendo, obrigatoriamente, a abertura de novas vias ou logradouros públicos ou o prolongamento de vias existentes.

MANSARDA: elemento construído nos telhados com o fim de iluminação e ventilação dos mesmos.

MARQUISE: cobertura em balanço.

MEAÇÃO: direito de copropriedade entre duas pessoas.

MEIO-FIO: arremate entre o plano do passeio e o da pista de rolamento de um logradouro.

MEMORIAL: especificação; memorial descritivo; descrição completa dos serviços a executar.

MEZANINO: estrutura localizada entre o térreo e o primeiro andar de um edifício, em que o acesso se faz por escadas, rampas ou elevadores.

NBR: Norma Técnica Brasileira, estipulada pela ABNT.

NIVELAMENTO: regularização do terreno através de cortes ou aterros.

PARAPEITO: resguarde de pequena altura em terraços, sacadas e galerias.

PASSEIO: superfície pavimentada ou não. Ladeando logradouros ou circundando edificações, destinada exclusivamente ao trânsito de pedestres.

PATAMAR: superfície intermediária entre 2 (dois) lances de escada.

PÁTIO: área confinada e descoberta, adjacente à edificação, ou circunscrita pela mesma.

PAVIMENTO: conjunto de dependências situadas no mesmo nível, compreendido entre dois pisos consecutivos.

PÉ-DIREITO: distância ou medida vertical entre o piso e o forro de um compartimento.

PÉRGULA: elemento paralelo e horizontal confeccionado geralmente em madeira ou concreto, sobre qualquer área utilizável ou não, que permitam amenizar a intensidade do sol.

PLATAFORMA DE SEGURANÇA: é a armação provisória de prumos, tábuas e outros elementos, elevada do chão, para a segurança dos operários, e proteção contra queda de objetos ou material de construção sobre os transeuntes ou o terreno.

PLATIBANDA: coroamento de uma edificação formada pelo prolongamento das paredes externas acima do forro.

PLAYGROUND: local destinado à recreação infantil, aparelho com brinquedos e/ou equipamentos de ginástica.

POÇO DE VENTILAÇÃO: área de pequenas dimensões, destinada à ventilação de compartimentos de utilização transitória ou especial.

PORÃO: pavimento de edificação que tem mais de 2/3 (dois terços) da altura do pé direito abaixo do nível do terreno circundante exterior.

PROFUNDIDADE DE UM COMPARTIMENTO: é a distância entre a face que dispõe de abertura para insolação e a face oposta.

RECONSTRUIR: fazer de novo, no mesmo lugar e na forma primitiva, qualquer obra, em parte ou no todo.

RECUO: é a distância mínima que uma edificação deve guardar em relação ao alinhamento com o logradouro, tomada segundo o plano tangente da edificação mais próxima das divisas e paralelo a estas.

REFORMAS: alteração da edificação em seus elementos construtivos essenciais, sem modificar, entretanto, a forma, área ou altura.

REPAROS: serviços executados em uma edificação com a finalidade de melhorar seu aspecto e duração, sem modificar sua forma interna ou externa ou seus elementos essenciais.

SACADA: construção que avança da fachada de uma parede.

SAGUÃO: espaço livre, fechado por paredes, em parte ou em todo o seu perímetro.

SALIÊNCIA: elemento de construção que avança além do plano das fachadas.

SARJETA: escoadouro, nos logradouros públicos, para as águas da chuva.

SOBRELOJA: pavimento acima da loja e de uso exclusivo da mesma.

SÓTÃO: espaço situado entre o forro e a cobertura, aproveitável como dependência de uso comum de uma edificação.

SUBSOLO: pavimento situado abaixo do piso térreo de uma edificação, de modo que o respectivo piso esteja, em relação ao nível do terreno circundante, a uma medida maior que a metade do pé direito.

TAPUME: vedação provisória que separa um lote ou uma obra do logradouro público.

TELHEIRO: superfície coberta e sem paredes em todas as faces.

TESTADA DO LOTE: é a linha que separa o logradouro público do lote.

UNIDADE AUTÔNOMA: parte da edificação vinculada a uma fração ideal do terreno, sujeita às limitações legais, constituídas de dependências e instalações de uso privativo e de parcelas das dependências e instalações de uso comum da edificação, destinada a fins residenciais ou não, assinaladas por designação especial.

VARANDA: terraço coberto.

VIAS PÚBLICAS: são as estradas, ruas e praças oficialmente reconhecidas pelo Poder Executivo Municipal. O mesmo que logradouro público.

VISTORIA: diligência efetuada por órgão competente com a finalidade de verificar as condições de uma edificação.

ZENITAL: Iluminação e ou ventilação feita através da cobertura.

ANEXO II – PADRÕES RELATIVOS ÀS CIRCULAÇÕES E DIMENSIONAMENTO DE VAGAS PARA ESTACIONAMENTO

ANEXO III – DIMENSIONAMENTO MÍNIMO

Compartimentos Especificação	Sala de Estar	Sala de Refeição	Copa	Cozinha	1º Quarto	Demais Quartos	Banheiro	Lavanderia
Círculo Isnc. / Diâm. Mín.	2,40m	2,40m	1,50m	1,50m	2,40m	2,00m	1,00m	1,50m
Área mínima	8,00m	6,00m²	4,00m²	4,00m²	9,00m²	6,00m²	1,50m²	4,00m²
Iluminação Mínima	1/6 da área	1/6 da área	1/8 da área	1/8 da área	1/6 da área	1/6 da área	1/8 da área	1/8 da área
Ventilação Mínima	1/16 da área	1/16 da área	1/16 da área	1/8 da área	1/12 da área	1/12 da área	1/16 da área	1/16 da área
Pé-direito mínimo	2,40m	2,40m	2,20m	2,40m	2,40m	2,40m	2,20m	2,20m
Profundidade máxima	-	3x pé direito	3x pé direito	3x pé direito	3x pé direito	3x pé direito	3x pé direito	3x pé direito

HABITAÇÃO DE INTERESSE POPULAR

Compartimento	Área mínima	Largura Mínima	Pé Direito Mínimo
Sala	6,00	2,40	2,40
Quarto	9,00	2,40	2,40
Cozinha	4,00	2,00	2,40
Banheiro	1,50	1,00	2,40
Corredor	1,50	0,80	2,40

EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO COLETIVA – PARTES COMUNS

Compartimentos	Hall do Prédio	Hall da Unidade residencial	Corredores principais	Escadas	Rampas
Círculo Insc. Diâm. Mín.	2,00m	1,50m	1,20m	1,80m	1,80m
Área Mínima	6,00m²	3,00m²	-	-	-
Iluminação Mínima	-	-	-	-	-
Pé-direito máximo	2,40m	2,40m	2,40m	Altura máx. Livre 2,20	Altura máx. Livre 2,20
Profundidade máxima	4x pé direito	3x pé direito	-	-	
Ventilação mínima	-	1/20 da área	-	-	
Verga máxima	1/6 da área	1/8 da área	-	1/8 da área	1/8 da área

ANEXO IV – CÁLCULO DA CAPACIDADE SEGUNDO A RELAÇÃO VOLUME/SALA/ESPECTADOR

Relação A	Relação B
Número de Espectadores Previstos	Volume da sala, por cada espectador
0-60	35m³ / pessoa
60-150	40m³ / pessoa
150-500	50m³ / pessoa
500-1.000	60m³ / pessoa
Acima de 1.000	80m³ / pessoa

ANEXO V – ORIENTAÇÕES PARA A APROVAÇÃO DE PROJETOS SIMPLIFICADOS

DO CONTEÚDO DO PROJETO SIMPLIFICADO

Implantação, com a projeção da edificação demonstrando os seguintes itens:

a) Nome da rua para a qual o lote faz testada e o tipo de pavimentação existente;

Alinhamento predial e atingimento do lote;

b) Dimensões do lote ou sublote conforme registro do imóvel e/ou projeto cadastrado na Prefeitura Municipal de Matinhos;

c) Projeção do contorno das edificações, devidamente cotadas;

d) Cotas de nível do terreno na projeção do lote sobre o meio fio e nos vértices do terreno, considerando como nível 0,00 o nível mais baixo do meio-fio;

e) Recuo frontal e afastamento das divisas, indicadas com texto, cotas e linhas de projeção;

f) Acessos de pedestres e veículos e guia rebaixada, indicando com textos e cotas;

g) Áreas permeáveis com indicação das áreas e tipos de revestimentos;

h) Indicação de lixeira e central de gás e outros elementos permitidos na faixa de recuo frontal;

i) Representação do passeio público, com meio-fio e áreas de jardim;

j) Indicação da linha do plano de corte que deverá passar pelos diferentes elementos construtivos representados nas plantas;

k) Indicação de marquises, pérgolas, beirais, sacadas e pavimentos em balanço;

l) Estacionamento descoberto;

m) Faixas não edificáveis de drenagem, Áreas de Preservação Permanente (APP) e indicação de remanescentes vegetais, se possuir, ou outras condicionantes relevantes ao lote.

Planta esquemática do perímetro de todos os pavimentos devidamente cotadas, destacando o perímetro da área utilizada por cada unidade e com hachuras distintas para áreas computáveis e não computáveis;

Corte esquemático que demonstre a volumetria da edificação e contenha os seguintes elementos:

a) Número de pavimentos;

b) Representação dos níveis, altura e pé-direito dos pavimentos;

c) Perfil natural do terreno;

d) Altura total a partir do nível do pavimento térreo até o ponto mais alto da edificação;

e) Representação esquemática das coberturas.

Quadro estatístico presente na prancha, contendo:

a) Área do lote ou sublote (real, atingida e remanescente);

b) Taxa de ocupação e área de projeção;

c) Taxa de permeabilidade e área permeável total;

d) Coeficiente de aproveitamento;

e) Altura total da edificação;

f) Testada do lote (muro frontal);

g) Cota do nível térreo (em relação ao 0,00 no meio-fio);

h) Número de unidades habitacionais;

i) Número de unidades não habitacionais.

Quadro de identificação/legenda no canto inferior direito da prancha, contendo:

a) Indicação fiscal;

b) Endereço da obra com numeração;

c) Espaço reservado à Prefeitura Municipal de Matinhos;

d) Título do projeto (finalidade, uso e natureza da edificação);

e) Descrição do conteúdo gráfico da prancha;

f) Nome do proprietário e CPF ou CNPJ;

g) Nome e assinatura por certificado digital do profissional técnico habilitado, título profissional e número do registro no respectivo conselho de classe.

MODELOS DE PROJETO SIMPLIFICADO

Edificação Residencial Unifamiliar – 1 Pavimento – Implantação

Edificação Residencial Unifamiliar – 1 Pavimento – Planta Térreo

Edificação Residencial Unifamiliar – 1 Pavimento – Corte AA

Edificação Residencial Unifamiliar – 2 Pavimentos - Implantação

Edificação Residencial Unifamiliar – 2 Pavimentos – Planta do Pavimento Térreo

Edificação Residencial Unifamiliar – 2 Pavimentos – Planta do Pavimento Superior

Edificação Residencial Unifamiliar – 2 Pavimentos – Corte AA

Conjunto Residencial Multifamiliar 01 – Implantação

Conjunto Residencial Multifamiliar 01 – Unidade 01 – Planta Térreo

Conjunto Residencial Multifamiliar 01 – Unidades 02 e 03 – Planta Térreo

Conjunto Residencial Multifamiliar 01 – Unidades 02 e 03 – Planta do Pavimento Superior

Conjunto Residencial Multifamiliar 01 – Corte AA

Conjunto Residencial Multifamiliar 02 – Implantação

Conjunto Residencial Multifamiliar 02 – Planta Térreo – Tipo 01

Conjunto Residencial Multifamiliar 02 – Planta do Pavimento Superior – Tipo 01

Conjunto Residencial Multifamiliar 02 – Planta Térreo – Tipo 02

Conjunto Residencial Multifamiliar 02 – Corte AA

Habitação Coletiva Multifamiliar – Implantação

Habitação Coletiva Multifamiliar – Planta Térreo – Hall

Habitação Coletiva Multifamiliar – Planta do Segundo Pavimento

Habitação Coletiva Multifamiliar – Planta do Pavimento Tipo

Habitação Coletiva Multifamiliar – Planta do Ático

Habitação Coletiva Multifamiliar – Casa de Máquinas

Habitação Coletiva Multifamiliar – Corte AA

LEI MUNICIPAL Nº 2.739/2025

SÚMULA: Altera a Lei nº 1.051, de 16 de outubro de 2006, que dispõe sobre a utilização dos logradouros públicos no município de matinhos, o bem-estar, a ordem, os costumes e a segurança pública, estabelece normas de proteção e conservação do meio ambiente, observadas as normas federais e estaduais relativas às matérias.

A Câmara Municipal de Matinhos, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A Lei nº 1.051, de 16 de outubro de 2006, que dispõe sobre a utilização dos logradouros públicos no município de matinhos, o bem-estar, a ordem, os costumes e a segurança pública, estabelece normas de proteção e conservação do meio ambiente, observadas as normas federais e estaduais relativas às matérias, fica doravante denominada de "Código de Posturas do Município de Matinhos".

Art. 2º Fica acrescida a alínea h ao Artigo 4º da Lei nº 1.051, de 16 de outubro de 2006, com a seguinte redação:

"**Art. 4º** (...)

h) Divertimento público: atividades realizadas nas vias públicas ou em recintos fechados de livre acesso ao público."

Art. 3º Ficam acrescidos os incisos V e VI ao Artigo 10 da Lei nº 1.051 de 2006, com a seguinte redação:

"**Art. 10.** (...)

V- Danificar as vias públicas e/ou mobiliários urbanos;

VI- Queimar qualquer tipo de material e/ou assar qualquer tipo de alimentos sobre as vias públicas, áreas de acesso público, canteiros públicos e sobre a faixa de areia da praia para fins particulares e/ou sem autorização do município para fins comerciais."

Art. 4º Ficam acrescidos os parágrafos 2º a 4º ao Artigo 13 da Lei nº 1.051 de 2006, com a seguinte redação:

"**Art. 13.** (...)

§ 2º O descumprimento ocasionará a notificação do proprietário, que terá o prazo de 7 dias corridos, a contar do primeiro dia útil após a notificação, para regularizar a situação do quintal, pátio ou terreno.

§ 3º Aqueles que, após transcorrido o prazo, não regularizarem a situação, estarão sujeitos à multa.

§ 4º A municipalidade poderá proceder com a limpeza de propriedades particulares que descumpram o estabelecido neste artigo, cobrando do responsável as despesas de remoção, sem prejuízo à multa citada no § 3º deste artigo."

Art. 5º Os parágrafos 1º e 2º do Artigo 29 da Lei nº 1.051 de 2006 passam a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 29.** (...)

§ 1º Os estabelecimentos comerciais, bares, hotéis e similares deverão acondicionar o lixo em recipientes fechados e dentro dos limites de seu lote.

§ 2º Os estabelecimentos comerciais e as indústrias deverão seguir padrão estipulado pela Prefeitura quanto aos recipientes destinados ao armazenamento temporário dos resíduos, sendo considerados tamanhos e cores específicos destinados a cada tipo."

Art. 6º O parágrafo 1º do Artigo 35 da Lei nº 1.051 de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 35.** (...)

§ 1º É proibida a lavagem de veículos de qualquer espécie sobre as vias públicas, canteiros públicos, áreas de acessos públicos, rios, córregos e orlas marítimas."

Art. 7º Fica acrescido o Artigo 37-B à Lei nº 1.051 de 2006, com a seguinte redação:

"**Art. 37-B.** O Poder Executivo poderá regulamentar, mediante decreto, sobre a emissão de sons ou ruídos de qualquer natureza."

Art. 8º O caput do Artigo 38 da Lei nº 1.051 de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 38.** É proibido executar qualquer trabalho ou serviço que produza ruído, antes das 8 horas e depois das 20 horas, nas proximidades de hospitais, escolas, asilos e edificações residenciais."

Art. 9º O caput do Artigo 65 da Lei nº 1.051 de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 65.** As estátuas e fontes e quaisquer monumentos somente poderão ser colocados nos logradouros públicos se comprovado o seu valor artístico ou cívico, a juízo do Conselho Municipal da Cidade de Matinhos - CONCIDADE."

Art. 10. O caput do Artigo 66 da Lei nº 1.051 de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 66.** Os relógios, termômetros e outros elementos informativos somente poderão ser colocados nos logradouros públicos se comprovado sua necessidade, a juízo do Conselho Municipal da Cidade de Matinhos - CONCIDADE."

Art. 11. Ficam acrescidas as alíneas g, h e i ao parágrafo 2º do Artigo 67 da Lei nº 1.051 de 2006, com a seguinte redação:

"**Art. 67.** (...)

§ 2º (...)

g) Abrir valeta sobre a via pública sem autorização do órgão governamental competente;

h) Realizar elevação sobre a via pública;

i) Realizar qualquer tipo de obra sobre a via pública sem autorização do órgão governamental competente."

Art. 12. O Artigo 71 da Lei nº 1.051 de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 71.** É proibida a permanência de animais nas vias e logradouros públicos, bem como sobre a faixa de areia da praia."

Art. 13. Fica acrescido o artigo 71-A à Lei nº 1.051 de 2006, com a seguinte redação:

"**Art. 71-A.** As medidas de proteção aos animais serão pautadas nas seguintes diretrizes:

I- Promoção da vida animal;

II- Proteção da integridade física, da saúde e da vida dos animais;

III- Prevenção e combate a atos de maus-tratos e a abusos de qualquer natureza;

IV- Resgate e a recuperação de animais vítimas de crueldades, em situações de risco em virtude de catástrofes naturais ou em decorrência de atos humanos e abandonados;

V- Defesa dos direitos dos animais estabelecidos na legislação infraconstitucional e nos tratados internacionais de que faça parte a República Federativa do Brasil;

VI- Controle populacional de animais domésticos, especialmente cães e gatos;

VII- Criação, manutenção e atualização do registro de identificação da população animal do Município de Matinhos e de seus respectivos tutores;

VIII- Promoção da adoção de animais de estimação."

Art. 14. O caput do Artigo 79 da Lei nº 1.051 de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 79.** É proibido criar ou conservar quaisquer animais que por sua espécie ou quantidade, possam ser causa de insalubridade ou incômodo nas áreas urbanas do município, tais como:"

Art. 15. Fica acrescido o parágrafo único ao Artigo 81 da Lei nº 1.051 de 2006, com a seguinte redação:

"**Art. 81.** Parágrafo único. São vedadas as seguintes condutas, praticadas por ação ou omissão, a qualquer título:

I- Manter o animal sem abrigo, ou em condições inadequadas ao seu porte e espécie, ou em condições que lhe causem desconforto físico ou mental, ou que lhe impeçam movimentação e descanso, como o uso de correntes que aprisionem o animal a um objeto estacionário por períodos contínuos ou o uso de cadeado para fechamento da coleira;

II- Manter o animal privado de luz solar, sombra ou abrigo contra intempéries, de alimentação adequada e água, assim como deixar de prover-lhe assistência veterinária por profissional habilitado, quando necessário;

III- Lesionar, agredir ou abusar de qualquer maneira dos animais, sujeitando-os a qualquer experiência dolorosa, que cause medo, sofrimento ou o óbito;

IV- Abandoná-los em qualquer área pública ou privada, por qualquer razão;

V- Castigá-los física ou psicologicamente, ainda que como forma de adestramento;

VI- Criá-los, mantê-los ou expô-los em locais desprovidos de limpeza ou arejamento;

VII- Utilizá-los em lutas, seja entre a mesma espécie ou espécies diferentes;

VIII- Vender ou expor à venda animais em áreas públicas, sem a devida licença das autoridades competentes;

IX- Expô-los ao público alimentando-se de outros animais vivos, mesmo sendo hábito da espécie;

X- Não proporcionar morte rápida e indolor quando houver indicação de eutanásia pelo médico veterinário;

XI- Conduzi-los presos a veículos motorizados em movimento, salvo quando acondicionados de forma adequada;

XII- Exercitá-los presos a veículos, motorizados ou não, em movimento;

XIII- Enclausurá-los com outros que os perturbem ou molestem;

XIV- Obrigá-los a trabalhar de forma excessiva ou superior às suas forças, e a todo o ato que resulte em sofrimento para deles obter esforços que não seriam alcançados, senão com castigo;

XV- Toda e qualquer forma de divulgação e propaganda que estimule ou sugira qualquer prática de maus tratos ou crueldade contra os animais;

XVI- Realizar promoções, campanhas, rifas ou sorteios nos quais a premiação seja animais vivos;

XVII- Usar em animais produtos com toxicidade para a espécie, como tintas, corantes, descolorantes, entre outros;

XVIII- Submeter os animais a procedimentos cirúrgicos considerados desnecessários, que tenham finalidade exclusivamente estética ou que possam impedir a capacidade de expressão do comportamento natural da espécie, tais como caudectomia, cordectomia, conchoctomia e onicectomia em cães e gatos, salvo se houver indicação terapêutica atestada por médico veterinário regularmente inscrito no respectivo conselho de classe;

XIX- Criação e manutenção de zoológicos ou ambientes do gênero com o fim de expor animais de qualquer espécie ou origem no Município de Matinhos."

Art. 16. O Artigo 87 e Artigo 88 da Lei nº 1.051 de 2006 passam a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 87.** É de responsabilidade do proprietário comunicar ao Município a presença de insetos ou animais silvestres nocivos em sua propriedade, para que sejam tomadas as providências adequadas.

Art. 88. Os proprietários ou responsáveis pelos imóveis deverão tomar as medidas necessárias para evitar a formação de focos de insetos, principalmente a eliminação de recipientes que possam acumular água."

Art. 17. O Artigo 92 da Lei nº 1.051 de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 92.** É proibido queimar, mesmo nos próprios quintais, qualquer material em quantidade suficiente para molestar ou pôr em risco as pessoas e as propriedades circunvizinhas."

Art. 18. O Artigo 97 da Lei nº 1.051 de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 97.** É proibido fazer despejos e atirar detritos em qualquer corrente d'água, canal, lagos, poços, chafarizes, e orla marítima."

Art. 19. O Artigo 142 da Lei nº 1.051 de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 142.** A exploração dos meios de publicidade nos logradouros públicos, bem como nos lugares de acesso comum, será realizada por meio de licitação. Parágrafo único. Inclua-se ainda na obrigatoriedade deste artigo a publicidade que, embora colocada em terrenos próprios ou de domínio privado, mediante prévio licenciamento e recolhimento de taxas e ISSQN de publicidade."

Art. 20. Fica acrescido o Artigo 165-A à Lei nº 1.051 de 2006 com a seguinte redação:

"**Art. 165-A.** A Prefeitura Municipal providenciará, a pedido dos interessados, a revisão e regularização da nomenclatura das vias e logradouros que se encontrem duplicados ou repetidos."

Art. 21. Ficam revogados os seguintes dispositivos da Lei nº 1.051, de 16 de outubro de 2006: I. Alínea b do Artigo 4º; II. Artigo 17; III. Artigo 69; IV. Artigo 88; V. Artigo 89; VI. Artigo 90.

Art. 22. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Matinhos, 15 de dezembro de 2025.

EDUARDO ANTONIO DALMORA

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 2.740/2025

SÚMULA: Regulamento a Outorga Onerosa do Direito de Construir, revoga a Lei nº 1069, de 05 de dezembro de 2006 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Matinhos, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Art. 1º A outorga onerosa do direito de construir, assim como os prêmios relativos ao coeficiente de aproveitamento obedecerão ao regulamento aprovado pela presente lei.

CAPÍTULO I

DAS ESPECIFICAÇÕES PARA A OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Art. 2º A outorga onerosa do direito de construir no Município de Matinhos poderá ser exercida pelo Poder Executivo Municipal, mediante contrapartida financeira a ser prestada pelo beneficiário, de acordo com as condições estabelecidas nesta Lei.

§1.º Entende-se como outorga onerosa do direito de construir a faculdade concedida ao proprietário de imóvel, para que este, mediante contrapartida ao Município, possa construir acima do coeficiente de aproveitamento básico até o limite estabelecido pelo coeficiente de aproveitamento máximo permitido para a zona e dentro dos parâmetros determinados na lei que dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo nas áreas urbanas.

§2.º A concessão da outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso poderá ser negada pelo Poder Executivo Municipal caso se verifique possibilidade de impacto não suportável pela infraestrutura ou risco de comprometimento da paisagem urbana.

§3.º Para análise dos impactos e riscos de que se trata o parágrafo 2º deste artigo, o interessado em adquirir a outorga deverá elaborar o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança – EPIV, conforme regulamentado na Lei do Plano Diretor Municipal.

Art. 3º A outorga onerosa do direito de construir é possível para qualquer zona que possua o Coeficiente de Aproveitamento Máximo definido na Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano de Matinhos.

CAPÍTULO II

DOS PARÂMETROS TÉCNICOS PARA A OUTORGA ONEROSA DO DIRETOR DE

CONSTRUIR

Art. 4º No cálculo do valor total em Reais da outorga do direito de construir, serão considerados o coeficiente de aproveitamento a ser adquirido, o valor do Custo Unitário Básico da Construção Civil para o Estado do Paraná, a área total a ser outorgada para edificar e o dispositivo de variação de valor.

§1.º A fórmula para o cálculo da aquisição onerosa de potencial construtivo será aplicada de acordo com os seguintes parâmetros:

VT = 0,02 xCUBxATxDVV

em que:

VT= Valor total em Reais da outorga do direito de construir;

CUB= Valor do custo unitário básico da construção civil para o Estado do Paraná, do mês anterior ao da solicitação de aquisição do potencial construtivo. Será considerado para fins de cálculo o valor do CUB sem desoneração para projetos padrão residencial, padrão normal R8, independentemente do tipo de edificação.

AT=área total a ser outorgada para edificar;

DVV= dispositivo de variação de valor.

§2.º O Dispositivo de Variação de Valor (DDV) será fixado da seguinte forma:

I – Para os zoneamentos do tipo ZB1, ZB2 e ZB3, o DDV será igual a 10 (dez);

II – Para os zoneamentos do tipo ZC, ZUC1 e ZUC2, o DDV será igual a 8 (oito);

III – Para os demais zoneamentos, o DDV será igual a 4 (quatro).

§3.º O aumento do coeficiente de aproveitamento resultante da outorga onerosa do direito de construir terá como limite o gabarito de altura definido para a respectiva zona, constante na Tabela de Parâmetros de ocupação do Solo Urbano da lei que dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo nas áreas urbanas.

CAPÍTULO III

DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA A OUTORGA ONEROSADO

DIREITO DE CONSTRUIR

Art. 5º A outorga onerosa do direito de construir dependerá da prévia análise do pedido pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

Parágrafo único. O requerimento para a outorga onerosa do direito de construir deverá ser encaminhado à secretaria competente do Poder Executivo Municipal, instruído com os seguintes documentos:

I. planta de situação do imóvel, com a indicação da zona em que está inserido;

II. matrícula do imóvel em nome do requerente;

III. consulta prévia para a edificação;

IV. o uso e destinação da edificação;

V. o coeficiente de aproveitamento a ser acrescido;

VI. o número de pavimentos da edificação.

Art. 6º Como o parecer favorável do Grupo Técnico Permanente, o Poder Executivo Municipal emitirá a Guia de Recolhimento da Taxa, que deverá ser paga pelo requerente, e entregue para a Secretaria competente do Poder Executivo Municipal.

§1.º Uma vez expedida a Guia de Recolhimento pelo Poder Executivo Municipal, o interessado pela compra do potencial construtivo terá prazo máximo de 90 (noventa) dias para efetuar o pagamento da taxa.

§2.º Ficando comprovado o pagamento da taxa, a secretaria competente do Poder Executivo Municipal deverá elaborar a Certidão de Compra de Potencial Construtivo em 3 (três) vias, devendo constar:

I. nome do empreendedor e sua identificação;

II. endereço do imóvel a receber o aumento do potencial construtivo e seu número de cadastro;

III. área a ser acrescida;

IV. coeficiente de aproveitamento majorado;

V. uso da edificação;

VI. condições para a expedição do Alvará de Construção e do Certificado de Vistoria de Obras;

VII. assinatura do representante legal do Grupo Técnico Permanente.

§3.º Quando da utilização da outorga onerosa do direito de construir, a expedição do “Habite-se” estará subordinada à comprovação do pagamento total do valor apurado nos termos do Art. 4º - desta Lei.

§4.º São isentos do pagamento de contrapartida financeira os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Matinhos.

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º Os recursos auferidos com a Outorga Onerosa do Direito de Construir deverão ser aplicados em:

I. regularização fundiária;

II. execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;

III. constituição de reserva fundiária;

IV. implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

V. criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes; e

VI. proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico;

VII. execução de reurbanização de ruas.

Parágrafo único. Os recursos da contrapartida financeira serão depositados em fundo municipal criado exclusivamente para este fim.

Art. 8º Os impactos na infraestrutura e no meio ambiente decorrentes da outorga onerosa deverão ser monitorados permanentemente pelo Poder Executivo Municipal, que deverá tornar público relatórios desse monitoramento, destacando as áreas críticas próximas da saturação.

Parágrafo único. O Grupo Técnico Permanente deverá, logo após a publicação desta Lei, definir os instrumentos de acompanhamento e controle do adensamento com a revisão sistemática, como forma da população afetada manifestar-se quanto aos impactos locais decorrentes da outorga.

Art. 9º Os casos omissos serão analisados pelo Conselho Municipal da Cidade de Matinhos e pelo Grupo Técnico Permanente, ouvidos os demais órgãos competentes.

Art. 10. Fica revogada a Lei nº 1.069, de 05 de dezembro de 2006.

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Matinhos, 15 de dezembro de 2025.

EDUARDO ANTONIO DALMORA

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 2.741/2025

SÚMULA: Altera a Lei nº 1.052, de 20 de outubro de 2006, que estabelece os parâmetros para a construção ou reconstrução de passeios em vias públicas e diretrizes para implantação de arborização urbana no Município de Matinhos, e revoga a Lei nº 1.843, de 05 de julho de 2016.

A Câmara Municipal de Matinhos, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O Anexo I que integra a Lei nº 1.052, de 20 de outubro de 2006, passa a vigorar conforme o Anexo I: Padrão das calçadas, parte integrante desta Lei.

Art. 2º O Art. 2º da Lei l nº 1.052, de 20 de outubro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 2º** (...)

I – Passeio ecológico, destinado às calçadas com largura igual ou superior a 3,00m (três metros), onde serão exigidas duas áreas permeáveis, sendo elas a faixa de serviço e a faixa permeável junto ao alinhamento predial, de acordo com as especificações do Anexo I, parte integrante desta Lei.

II – Passeio padrão, destinado às calçadas com largura inferior a 3,00m (três metros), onde será exigida uma área permeável, sendo ela a faixa de serviço, de acordo com as especificações do Anexo I, parte integrante desta Lei.

III - Para calçadas que estão em frente aos comércios, que possuem largura acima de 4,00m (quatro metros), pode-se construir deck sobreposto à calçada, com a permissão de instalação de mesas e cadeiras, conforme projeto padrão apresentado à Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento Urbano.

IV - Nos casos em que, por condições consolidadas de ocupação ou características físicas da via, não seja tecnicamente viável atender integralmente ao perfil urbanístico previsto ou à largura mínima padrão das calçadas, deverá ser garantida uma faixa livre de circulação com largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros), contínua, desobstruída e em conformidade com os princípios de acessibilidade universal.

V - Em situações excepcionais, devidamente justificadas e mediante análise técnica da Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento Urbano, poderá ser admitida largura inferior à prevista no anexo I deste Artigo, desde que comprovada a impossibilidade técnica de atendimento e garantidas, na medida do possível, as condições mínimas de acessibilidade e segurança ao pedestre

§ 1º (...)

§ 2º Nos lotes de esquina, a adequação dos passeios para a acessibilidade das pessoas com dificuldade de locomoção será feita através da implantação de rampas em todos os cruzamentos, de acordo com o Anexo I, parte integrante desta Lei.

§ 3º As faixas permeáveis serão contínuas e abrangerão toda a extensão da calçada, podendo ser interrompidas apenas:

a) por faixas transversais pavimentadas, com largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros) e máxima de 2,20 (dois metros e vinte centímetros), destinadas ao acesso de pedestres;

b) por faixas transversais pavimentadas, para o acesso de veículos, com dimensão de no máximo 30% (trinta por cento) da testada do lote;

c) por faixas transversais pavimentadas, para acesso de veículos, com dimensão de no máximo 3,00m (três metros), em lotes com testada entre 5 (cinco) e 10,00m (dez metros).”

Art. 3º Fica alterado o inciso IV do art. 4º da Lei nº 1.052, de 20 de outubro de 2006, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 4º** (...)

(...)

IV – Piso intertravado.”

Art. 4º Ficam revogados os seguintes dispositivos da Lei nº 1.052, de 20 de outubro de

2006:

I. Art. 5º;

II. Art. 6º;

III. Art. 7º;

IV. Art. 8º;

V. Art. 9º;

VI. Anexo II;

VII. Anexo III;

VIII. Anexo IV.

Art. 5º Fica revogada a Lei nº 1.843, de 05 de julho de 2016.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Matinhos, 15 de dezembro de 2025.

EDUARDO ANTONIO DALMORA

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 2.742/2025

SÚMULA: Dispõe sobre a instalação de ERBs, mini ERBs e fibra ótica no Município de Matinhos.

A Câmara Municipal de Matinhos, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A instalação de infraestrutura de rede de telecomunicações em área urbana não poderá:

I. obstruir a circulação de veículos, pedestres ou ciclistas;

II. contrariar parâmetros urbanísticos e paisagísticos aprovados para a área;

III. prejudicar o uso de praças e parques;

IV. prejudicar a visibilidade dos motoristas que circulem em via pública ou interferir na visibilidade da sinalização de trânsito;

V. danificar, impedir acesso ou inviabilizar a manutenção, o funcionamento e a instalação de infraestrutura de outros serviços públicos;

VI. pôr em risco a segurança e a saúde de terceiros e de edificações vizinhas;

VII. interferir no cone aéreo de instalações aeroportuárias.

Art. 2º É obrigatório o compartilhamento de torres pelas prestadoras de serviços de telecomunicações que utilizam estações transmissoras de radiocomunicação, conforme definição constante do Art. 73 da Lei Federal nº 9.472, de 16 de julho de 1997, nas situações em que o afastamento entre elas for menor do que 500 (quinhentos) metros, exceto quando houver justificado motivo técnico.

Art. 3º As estações transmissoras de radiocomunicação, incluindo terminais de usuário, deverão atender aos limites de exposição humana aos campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos com espectro eletromagnético de frequência de 9kHz (nove quilohertz) a 300GHz (trezentos giga-hertz) em acordo com a resolução 700/2018 da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), ou a que vier a substitui-la.

§1.º A fiscalização do atendimento aos limites legais mencionados no caput deste artigo é de competência do órgão regulador federal de telecomunicações.

§2.º O município deverá comunicar ao estado e a federação sobre eventuais indícios de irregularidades quanto aos limites legais estabelecidos no caput e demais resoluções que vierem a ser instituídas pela ANATEL.

CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES

Art. 4º Para fins dessa Lei, observam-se as seguintes definições:

I. antena: dispositivo para emitir ou capturar ondas eletromagnéticas no espaço;

II. capacidade excedente: infraestrutura de suporte instalada e não utilizada, total ou parcialmente, disponível para compartilhamento;

III. CEMRF: Campos Elétricos Magnéticos e Eletromagnéticos Variáveis no Tempo na Faixa de Radiofrequência entre 8,3 kHz e 300 GHz;

IV. compartilhamento de infraestrutura: cessão, a título oneroso ou não, da capacidade ociosa de postes, torres, mastros, armários, dutos, condutos e demais meios usados para passagem ou acomodação de elementos de rede que suporte serviços de telecomunicações de interesse coletivo;

V. detentora: pessoa física ou jurídica que detém, administra ou controla, direta ou indiretamente, uma infraestrutura de suporte;

VI. direito de passagem: prerrogativa de acessar, utilizar, atravessar, cruzar, transpor e percorrer imóvel de propriedade alheia, com o objetivo de construir, instalar, alterar ou reparar infraestrutura de suporte, bem como cabos, sistemas, equipamentos ou quaisquer outros recursos ou elementos de redes de telecomunicações;

VII. empresa de infraestrutura: pessoa jurídica, terceirizada ou não da operadora de telefonia celular, capaz de executar obras e serviços de infraestrutura de suporte da Estação Transmissora de Radiocomunicação.

VIII. Estação Rádio Base (ERB): conjunto de equipamentos ou aparelhos, dispositivos e demais meios necessários à realização de comunicação, seus acessórios e periféricos que emitem radiofrequências e, quando for o caso, as instalações que os abrigam e complementam;

IX. Estação Rádio Base Móvel (ERBM): A Estação Rádio Base instalada para permanência máxima de 06 (seis) meses para cobrir demandas específicas, tais como eventos, convenções etc.;

X. Estação Transmissora de Radiocomunicação: conjunto de equipamentos ou aparelhos, dispositivos e demais meios necessários à realização de comunicação, incluindo seus acessórios e periféricos, que emitem radiofrequências, possibilitando a prestação dos serviços de telecomunicações;

XI. exposição: situação em que pessoas estão expostas a CEMRF ou estão sujeitas a correntes de contato ou induzidas, associadas a CEMRF;

XII. exposição ocupacional ou exposição controlada: situação em que pessoas são expostas a CEMRF em consequência de seu trabalho, e estão cientes do potencial de exposição, podendo exercer controle sobre sua permanência no local ou tomar medidas preventivas;

XIII. exposição da população em geral ou exposição não controlada: situação na qual a população em geral é exposta a CEMRF, ou situação na qual pessoas são expostas em consequência de seu trabalho, porém sem estarem cientes da exposição ou sem possibilidade de adotar medidas preventivas, excluindo-se a exposição durante procedimentos médicos.

XIV. fonte transmissora relevante: emissor de radiocomunicações, operando entre 8,3 kHz e 300 GHz, no qual em um determinado ponto de investigação é responsável por uma fração do limite de exposição (quociente de exposição) igual ou superior a 0,05 (cinco centésimos);

XV. infraestrutura de suporte: meios físicos fixos utilizados para dar suporte a redes de telecomunicações, entre os quais postes, torres, mastros, armários, estruturas de superfície e estruturas suspensas;

XVI. instalação externa: instalação em locais não confinados, tais como torres, postes, topo de edificações, fachadas, caixas d´água etc.;

XVII. instalação interna: instalação em locais confinados, tais como no interior de edificações, túneis, shoppings, aeroportos, estádios etc.;

XVIII. limiar de acionamento: percentual de uso da capacidade da estação transmissora de radiocomunicação que determina a necessidade de expansão da capacidade da estação ou do sistema da prestadora;

XIX. Miniestação Radio Base (Mini ERB): a ERB de pequeno porte a que seja de pequenas dimensões e opere com potência de pico máxima, medida na salda do transmissor, que não seja superior a 5 W (cinco watts). Também se enquadra nesta categoria quando os equipamentos estiverem ocultos em mobiliário urbano, enterrados ou instalados no interior da edificação ou suas antenas instaladas em postes de iluminação pública ou privada.

XX. operadora de telefonia celular: pessoa jurídica que detém a licença para funcionamento da Estação Transmissora de Radiocomunicação de telefonia móvel emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL;

XXI. prestadora: pessoa jurídica que detém concessão, permissão ou autorização para a exploração de serviço de telecomunicações;

XXII. postes: estrutura vertical apta a comportar equipamentos de telecomunicações, podendo ser metálica ou de concreto;

XXIII. profissional habilitado: trabalhador previamente qualificado e com registro no competente conselho de classe;

XXIV. radiocomunicação: telecomunicação que utiliza frequências radioelétricas não confinadas a fios, cabos ou outros meios físicos;

XXV. rede de telecomunicações: conjunto operacional contínuo de circuitos e equipamentos, incluindo funções de transmissão, comutação, multiplexação ou quaisquer outras indispensáveis à operação de serviços de telecomunicações;

XXVI. torre: modalidade de infraestrutura de suporte vertical para sustentação de equipamentos necessários ao funcionamento das Estações Transmissoras de Radiocomunicação, incluindo fundações, instaladas em lotes vagos ou edificados.

CAPÍTULO III

DAS LICENÇAS

Art. 5º A licença para instalação de infraestrutura e de redes de telecomunicações em área urbana obedecerá ao disposto nesta Lei e será pautado pelos seguintes princípios:

I. razoabilidade e proporcionalidade;

II. eficiência e celeridade;

III. integração e complementaridade entre as atividades de instalação de infraestrutura de suporte e de urbanização;

IV. redução do impacto paisagístico da infraestrutura de telecomunicações, sempre que tecnicamente possível e economicamente viável.

Art. 6º A instalação e o funcionamento de ERB e Mini-ERB e suas respectivas infraestruturas de suporte em imóveis edificados ou não, privados ou públicos deverão observar os parâmetros urbanísticos vigentes, das Leis de Uso e Ocupação, Código de Obras e demais leis que interferirem na matéria.

§1.º Além do disposto no caput deste artigo, deverá ser atendido as especificações quanto ao local de instalação das ERB e Mini-ERB, sendo que:

I. no topo de edificações:

a) as antenas poderão ser instaladas acima da última laje da edificação, não podendo, o equipamento, ultrapassar a altura de 10 (dez) metros;

b) as antenas com até 6,00m (seis metros) de altura não são contabilizadas na altura total do edifício, a partir desta altura deverá ser respeitada a altura conforme o zoneamento do lote;

c) o edifício deverá apresentar altura mínima de 10m (dez metros), medidos do nível do pavimento térreo até o nível da laje de cobertura;

d) a implantação da antena e seu elemento de suporte será limitada ainda pelo plano formado por ângulo de 60º conforme Anexo I, parte integrante desta Lei.

e) os demais equipamentos que integram a instalação como containers e armários poderão estar localizados acima da última laje devendo receber tratamento adequado, integrado à composição arquitetônica da edificação.

f) as antenas e sua infraestrutura de suporte bem como os demais equipamentos que integram a instalação deverão respeitar um afastamento mínimo dos planos das fachadas ou das empenas da edificação conforme distância estabelecida para os recuos determinados na Lei de Uso e Ocupação do Solo.

g) os equipamentos do sistema de transmissão ou recepção potencialmente geradores de ruídos ou vibrações, deverão ser submetidos a tratamento acústico e anti-vibratório de modo que o Nível de Pressão Sonora (NPS) não ultrapasse os limites previstos em legislação pertinente, bem como as vibrações oriundas do sistema não afetem a estrutura física do imóvel;

h) a instalação de qualquer equipamento de ERB e Mini-ERB deverá obedecer aos gabaritos e restrições estabelecidos pelos planos de proteção de aeródromos definidos pela União; e

i) deverão ser garantidas as condições de segurança para acesso de pessoas ao topo do edifício.

II. nas fachadas dos edifícios:

a) somente quando camufladas ou mimetizadas, preservando a harmonia com a edificação e mitigando o impacto com a paisagem;

b) é necessária a apresentação prévia de material gráfico ou fotográfico, de modo a simular a adequação com a edificação e a paisagem, possibilitando a análise e aprovação pelos órgãos municipais competentes;

c) não poderão prejudicar as partes comuns ou as ventilações dos compartimentos existentes na edificação;

d) os equipamentos do sistema de transmissão ou recepção potencialmente geradores de ruídos ou vibrações, deverão ser submetidos a tratamento acústico e anti-vibratório de modo que o Nível de Pressão Sonora (NPS) não ultrapasse os limites previstos em legislação pertinente, bem como as vibrações oriundas do sistema não afetem a estrutura física do imóvel.

III. no nível do solo:

a) quando se tratar de instalações em torres, a altura da estrutura de sustentação, deverá corresponder à da maior edificação existente no raio de 100 (cem) metros do eixo da antena ou ao gabarito ou altura estabelecido para o local pela legislação em vigor, adotada sempre a maior, acrescida de até 15 (quinze) metros, ressalvadas as exceções previstas nesta Lei.

b) quando se tratar de instalações em postes, mastros ou similar deverá ser observada a distância correspondente aos afastamentos e prismas utilizados para ventilar ou iluminar compartimentos das edificações, exigidos pela legislação em vigor, entre as instalações da ERB e Mini-ERB e

qualquer edificação existente no local, observados, em qualquer hipótese, os limites de densidade de potência estabelecidos pela ANATEL e os recuos estabelecidos na Lei de Uso e Ocupação do Solo.

§2.º As antenas e sua infraestrutura de suporte deverão ser perfeitamente afixadas à edificação ou ao solo, conforme o caso, devendo as condições de instalação, operação, segurança, estabilidade e resistência serem asseguradas e atestadas por profissional habilitado, com a devida responsabilidade técnica junto ao conselho de classe competente.

§3.º A licença para instalação em áreas de proteção ambiental ou zonas especiais, serão submetidas a prévia análise da Secretaria de Obras, da Secretaria do Meio Ambiente e do Conselho de Planejamento Urbano de Matinhos – COPUMA.

§4.º A instalação de qualquer equipamento será permitida desde que garanta a segurança prevista nas leis e normas técnicas aplicáveis.

§5.º Poderá ser admitida a instalação de ERB e Mini-ERB em postes de iluminação ou de energia elétrica, mastros ou similar, localizados em áreas públicas, observados, em qualquer hipótese, os limites de densidade de potência estabelecidos pela ANATEL, desde que as instalações sejam realizadas em harmonização estética com os elementos da infraestrutura urbana, aprovado pelo órgão municipal competente estabelecido nesta Lei.

§6.º Para a instalação de equipamentos no topo das edificações, além dos demais documentos exigidos na presente Lei, o interessado deverá apresentar:

I. comprovação da regularidade da construção onde será instalada a estrutura de suporte (projeto aprovado/certidão comprobatória);

II. laudo técnico estrutural constando que a instalação da estação é adequada, não interferindo na estabilidade do prédio e nas condições de segurança da edificação;

III. projeto Executivo do Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas - SPDA;

Seção I

DOS RITOS PARA INSTALAÇÃO

Art. 7º Para a instalação de ERB e Mini-ERB, o interessado apresentará ao Poder Público Municipal, para fins de pré-análise, os seguintes documentos:

I. Certidão Negativa de Débitos Municipais referentes ao Lote;

II. comprovante de propriedade e/ou locação do espaço, ou compromisso de locação destinado à instalação para os sistemas de propagação de telecomunicação proposto;

III. projeto contendo:

c) planta de situação do terreno ou edificação;

d) planta de locação completa, contendo as coordenadas geográficas do local pretendido, indicando se existe alguma outra estrutura similar em um raio de 500m (quinhentos metros), atendendo a legislação vigente;

e) elevações em escala adequada, demonstrando o perfil natural do terreno em relação à calçada;

IV. Estudo de Viabilidade Técnica para as instalações de telecomunicações propostas.

§1.º O órgão competente do Poder Executivo analisará e, no prazo de até 30 (trinta) dias aprovará ou não o projeto.

§2.º Caso não aprovado, o Município deverá se pronunciar sobre as possíveis insuficiências do projeto a serem suprimidas pelo interessado, que deverá reapresentar o projeto com as devidas alterações.

Art. 8º O pedido de Aprovação para Instalação de ERB e Mini-ERB deverá apresentar, além dos demais dispositivos desta Lei, o formulário constante do Anexo II desta Lei devidamente preenchido.

Parágrafo único. Todos os projetos deverão ser devidamente assinados pelo proprietário ou representante local.

Seção II

DA APROVAÇÃO DE INSTALAÇÃO DA ERB

Art. 9º Após a aprovação da pré-análise pelo órgão competente do Poder Executivo, o interessado em instalar a ERB solicitará a Aprovação de Instalação, apresentando ao Poder Público Municipal, além dos estabelecidos nos incisos I e II do Art. 7º -, os seguintes documentos:

I. Registro do Imóvel (RI) emitida em no máximo 30 (trinta) dias;

II. cópia de outorga emitida pelo Ministério das Comunicações – Mcom, para os serviços de radiodifusão (rádio e televisão), para instalações novas ou quando da alteração de localização do sistema irradiante em funcionamento, se for o caso;

III. anotação de responsabilidade técnica de profissional habilitado junto ao conselho de classe competente;

IV. 3 (três) cópias do projeto aprovado na pré-análise;

V. relatório fotográfico do entorno;

VI. laudo técnico retratando os Campos Elétricos Magnéticos e Eletromagnéticos Variáveis no Tempo na Faixa de Radiofrequência - CEMRF, totais existentes antes da instalação do sistema proposto (radiação de fundo), com a respectiva anotação de responsabilidade técnica de profissional habilitado junto ao conselho de classe competente, para os serviços de radiodifusão e estações de Rádio-Base (celular, trunking e WLL- Wireless Local Loop);

VII. cópia do Ato de Autorização emitido pela ANATEL, para os serviços propostos;

VIII. informações do CINDACTA II, com relação à altura da torre, em função do cone de aproximação de voo da Aeronáutica, para estações localizadas próximas de aeródromos.

IX. documento que comprove a anuência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da vizinhança em um raio de 100m (cem metros) do eixo da área de instalação do equipamento;

X. projeto preliminar demonstrando recuos, taxa de ocupação, altura, respeitando a legislação urbanística vigente;

XI. declaração comprobatória da destinação final quando esta for desativada.

§1.º As ERB deverão atender os limites de exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos estabelecidos na Lei Federal nº 11.934/2009, na Resolução nº 03 da ANATEL e legislação que vierem a suceder.

§2.º A Secretaria de Obras poderá exigir demais documentos pertinentes a matéria.

§3.º A Secretaria de Obras analisará os documentos no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

§4.º Quando se tratar de instalação em fachadas é obrigatória a apresentação de material gráfico demonstrando a adequação da instalação na edificação e na paisagem.

§5.º A prestadora dos serviços de telecomunicações e os profissionais responsáveis pelo projeto e pela execução da obra firmarão termo de responsabilidade obrigando-se, perante o Poder Público e terceiros, pelo cumprimento das disposições estabelecidas nesta Lei, das normas referentes a telecomunicações previstas na Legislação Federal, bem como das determinações do órgão regulador federal (ANATEL).

Art. 10. O interessado na instalação de ERB estará sujeito a um Licenciamento Municipal Simples, bastando a Prestadora de Serviços comunicar a instalação e apresentar os seguintes documentos:

I. estrutura de suporte de ERB móvel;

II. instalações internas a edificações de ERB.

Seção III

DA APROVAÇÃO DE INSTALAÇÃO DA MINI ERB

Art. 11. Após a aprovação da pré-análise, pelo órgão competente do Poder Executivo, o interessado em instalar uma Mini-ERB solicitará a Aprovação de Instalação, apresentando ao Poder Público Municipal, além dos estabelecidos nos incisos I e II do Art. 7º -, os seguintes documentos:

I. croqui do local de instalação indicando o lote, o local e dimensões da instalação;

II. anotação de responsabilidade técnica de profissional habilitado junto ao conselho de classe competente;

III. recuos de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) desde que a estrutura tenha no máximo 10m (dez) de altura, sendo que, quando a altura for superior, deverão ser atendidos os recuos estabelecidos na Lei do Uso e Ocupação do Solo.

Seção IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12. A licença concedida poderá ser modificada, suspensa ou revogada, quando houver desrespeito aos parâmetros aprovados capazes de ocasionar prejuízos à preservação da ordem urbanística e do paisagismo da Cidade.

Art. 13. O acréscimo de novos equipamentos às instalações licenciadas importará em novo requerimento de licenciamento, obedecidos no que couberem, os requisitos previstos nos artigos desta Lei.

Art. 14. A aceitação das instalações mencionadas no Art. 6º desta Lei será condicionada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I. certificado de licença de operação da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL);

II. aceite do Corpo de Bombeiros em relação a instalação de para-raios;

III. aceite do Ministério da Aeronáutica quando a infraestrutura se localizar em zonas de proteção à aeródromos;

Art. 15. Fica vedada a instalação de ERB e Mini-ERB e suas respectivas infraestruturas de suporte em:

I. áreas de preservação permanente;

II. áreas de risco;

III. áreas nas quais a localização e a altura das ERB e Mini-ERB prejudiquem os aspectos urbanísticos e paisagísticos da região, e no entorno de qualquer equipamento de interesse sociocultural, paisagístico ou ambiental;

IV. cones aéreos em regiões aeroportuárias;

V. marquises;

Art. 16. As ERB e Mini-ERB só poderão ser instaladas em Unidades de Conservação, praças e parques, mediante prévia autorização da Secretaria do Meio Ambiente.

Art. 17. A competência para o licenciamento de instalação de ERB e Mini-ERB ficam assim distribuídas:

I. à Secretaria de Meio Ambiente deverá emitir parecer favorável ou desfavorável, quando a instalação ocorrer em unidades de conservação, praças e parques;

II. o Conselho de Planejamento Urbano de Matinhos - COPUMA emitirá parecer referente as distâncias entres as antenas com decisão de influência de compartilhamento de infraestrutura ou instalação de nova;

III. À Secretaria de Urbanismo e Planejamento Urbano caberá analisar os pareceres e emitir a licença ou objeção quanto a instalação quando esta não respeitar as normativas federais, estaduais e municipais vigentes.

Art. 18. O licenciamento das ERB e Mini-ERB já implantadas deverá obedecer ao disposto nesta lei para sua regularização.

CAPÍTULO IV

DAS TAXAS

Art. 19. A taxa de licenciamento será cobrada quando da aprovação, por parte do setor competente, do projeto de instalação ou legalização de torres, postes, mastros e estações de radiocomunicação e telecomunicações das quais trata a presente Lei, na seguinte proporção:

I. para estações com torres, postes ou mastros com até 10m (dez metros) de altura, 100 (cem) UFM;

II. para estações com torres, postes ou mastros maiores que 10m (dez metros), 200 (duzentos) UFM.

Art. 20. A taxa de funcionamento será cobrada quando da solicitação, por parte do requerente, do Alvará de funcionamento a ser expedido pelo setor competente, na razão de 72 (setenta e dois) UFM por ano, calculado proporcionalmente, a partir da data de início da atividade que estará permanentemente sujeita à fiscalização quando ao atendimento das exigências previstas nesta Lei.

Art. 21. A taxa de renovação é devida anualmente, na razão de 60 (sessenta) UFM, quando da solicitação, por parte do requerente, junto ao setor competente de vistoria técnica das instalações existentes.

Art. 22. As taxas de licenciamento, funcionamento e renovação serão destinadas ao Fundo Municipal de Desenvolvimento do Município de Matinhos.

Art. 23. A concessão de área pública para a instalação de antenas será concedida por 2 (dois) anos, podendo ser prorrogada a critério do Administração Pública, mediante

solicitação da empresa interessada.

Parágrafo único. Como pagamento pelo uso do bem público, a concessionária recolherá a importância de 70 (setenta) UFM, a cada 50m² (cinquenta metros quadrados) utilizados.

CAPÍTULO V

FIBRA ÓTICA

Art. 24. O licenciamento da execução de implantação de fibra ótica no passeio público ficará vinculada à apresentação de:

I. projeto completo, contendo, no mínimo:

a) os dispositivos a serem instalados;

b) a localização de cada equipamento;

c) o detalhamento das instalações;

d) o modo de instalação (destrutivo ou não destrutivo).

II. termo de responsabilidade técnica de profissional habilitado junto ao conselho de classe competente.

§1.º É de responsabilidade do requerente, após término da obra, a reconstrução das vias, sendo que o passeio deverá ser recuperado conforme modelo disposto na Lei dos Passeios Públicos.

§2.º O requerente deverá informar ao Município, mediante ofício protocolado no órgão competente, o término das obras.

§3.º Órgão municipal competente fiscalizará a execução e, constatada qualquer irregularidade, notificará o responsável.

Art. 25. Fica facultado ao Município de Matinhos, direta ou indiretamente, por meio de empresa contratada, o planejamento, a implantação e a administração de sistema de malha, subterrânea ou aérea, de dutos para a passagem de cabos de fibra ótica, elétricos ou similares, para a transmissão de dados.

Parágrafo único. Os recursos para a manutenção desse sistema deverão ser oriundos de cobrança pela passagem dos cabos, cujo valor será definido em ato do chefe do poder executivo.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26. O alvará de funcionamento que trata a matéria desta lei, estará condicionado ao licenciamento e terá caráter precário, conforme interesse público.

Art. 27. As ERB e Mini-ERB móveis em eventos só serão admitidas quando este for de interesse público.

§1.º A área onde estará localizada as ERB e Mini-ERB deve ser isolada e sinalizada com placa de advertência.

§2.º As placas devem conter o nome da empresa, do empreendedor, do registro profissional do responsável pela manutenção, número da licença expedida pela Secretaria de Obras e o número de licença expedida pela ANATEL.

Art. 28. Em casos de desligamentos das ERB e Mini-ERB móveis ou não, a Secretaria de Obras deverá ser comunicada, tornando-se obrigatória a retirada de todo equipamento do lote e a respectiva infraestrutura de sustentação em no máximo 90 (noventa) dias com a destinação correta informada no processo do licenciamento.

Art. 29. O descumprimento das normas estabelecidas nesta lei e nas demais vigentes a matéria procederão:

I. Notificação;

II. Embargo;

III. Multa;

IV. Demolição administrativa.

§1.º O proprietário será notificado quando a prestadora dos serviços de telecomunicações não atender os termos da notificação.

§2.º As instalações irregulares serão objeto de demolição administrativa, executada pelo órgão responsável, seguida de cobrança dos custos ao infrator.

Art. 30. O direito de passagem será regulamentado por decreto específico municipal.

Art. 31. Os casos omissos nesta Lei seguirão, no que couber, os critérios gerais da Lei do Plano Diretor Municipal e de suas Leis correlatas, leis estaduais e leis federais e serão resolvidos pelo Conselho de Planejamento Urbano de Matinhos – COPUMA, devendo seu parecer ser submetido à aprovação do Prefeito Municipal e aval do Departamento Jurídico.

Art. 32. São partes integrantes desta Lei:

I. o Anexo I – Parâmetros para Definição de Altura das Torres de Telecomunicações;

II. o Anexo II – Formulário para Licenciamento de Instalação de Antenas de Estação Radio Base (ERB) e Termos de Responsabilidade do Profissional e da Prestadora de Serviço.

Art. 33. Fica revogada a Lei nº 1.679, de 14 de fevereiro de 2014.

Art. 34. Esta lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.

Matinhos, 15 de dezembro de 2025.

EDUARDO ANTONIO DALMORA

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 2.743/2025

SÚMULA: Institui a Política Municipal de Mobilidade Urbana do Município de Matinhos, dispõe sobre a Municipalização do Trânsito, cria o Conselho Municipal de Trânsito e o Fundo Municipal de Trânsito e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Matinhos, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

DOS FUNDAMENTOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA

Art. 1º Esta lei institui a Política Municipal de Mobilidade Urbana do Município de Matinhos, em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 e, tem por finalidade estabelecer diretrizes e assegurar o direito de ir e vir de toda a população e orientar as ações no que se refere aos modos, serviços e infraestrutura viária e de transporte que garantam os deslocamentos de pessoas e cargas em seu território, com vistas a atender às necessidades atuais e futuras de mobilidade da população.

Art. 2º A Política Municipal de Mobilidade Urbana constitui a referência técnica, a fundamentação e o detalhamento das propostas de mobilidade de Matinhos que deverão ser submetidas à revisão periódica, em prazo não superior a 10 (dez) anos.

Parágrafo único. É parte integrante e complementar desta Lei, o documento denominado Plano de Mobilidade Urbana de Matinhos, resultado do contrato nº 001/2019, contendo:

a) Estruturação, Mobilização e Metodologia;

b) Diagnóstico e Prognóstico;

c) Prognóstico, Cenários e Propostas;

d) Minutas de Leis;

e) Plano de Ação;

f) Relatórios de atividades.

Art. 3º Para os fins desta Lei e sem prejuízo para o definido no Código de Trânsito Brasileiro, entende-se por:

I. acesso: o dispositivo que permite a interligação para veículos e pedestres entre:

a) logradouro público e espaço de uso comum.

b) logradouro público e propriedade pública ou privada;

c) propriedade privada e áreas de uso comum;

II. acostamento: arte da via diferenciada da pista de rolamento destinada à parada ou estacionamento de veículos, em caso de emergência, e à circulação de pedestres e bicicletas, quando não houver local apropriado para esse fim.

III. alinhamento predial: a linha divisória entre o terreno e o espaço público;

IV. calçada: parte da via, normalmente segregada e em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada trânsito de pedestres e à implantação de mobiliário urbano, vegetação e sinalização viária;

V. estacionamento: o espaço público ou privado destinado à imobilização de veículos por tempo superior ao necessário para embarque ou desembarque de passageiros;

VI. estrada: via rural não pavimentada;

VII. logradouro público: é o espaço livre destinado pela municipalidade à circulação, parada ou estacionamento de veículos, ou à circulação de pedestres, tais como calçadas, parques, áreas de lazer, calçadões;

VIII. meio-fio: arremate entre o plano da calçada e o da caixa de rolamento de um logradouro, sendo de blocos ou faixa de concreto;

IX. pista de rolamento: a faixa da via destinada à circulação de veículos, excluídos os passeios, canteiros centrais, faixas de estacionamento e acostamentos;

X. rodovia: via rural pavimentada;

XI. seção transversal da via: a largura total da via, sendo a distância entre os alinhamentos prediais para as vias urbanas, poderá ser composta por: acostamento, caixa de rolamento, calçadas, canteiro central, faixa de rolamento, faixa de estacionamento e pista de rolamento;

XII. sistema viário: conjunto das vias no território do município com respectiva classificação, dimensionamento e definição de diretrizes para a expansão do sistema viário básico, visando à organização do trânsito de veículos, pessoas e animais;

XIII. vias: o espaço organizado para a circulação de veículos, motorizados ou não, pedestres e animais, compreendendo a pista de rolamento, calçadas, passeios, acostamentos e canteiros centrais;

XIV. via rural: estradas e rodovias;

XV. via urbana: ruas, avenidas, vielas, ou caminhos e similares abertos à circulação pública, situados na área urbana, caracterizados principalmente por possuírem imóveis edificados ao longo de sua extensão.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS, OBJETIVOS E DIRETRIZES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE MOBILIDADE

URBANA

Art. 4º A Política Municipal de Mobilidade Urbana possui como objetivo principal a promoção da mobilidade urbana associada com os princípios do desenvolvimento sustentável, a qual será efetivada por meio de uma gestão participativa, com a priorização da integração do transporte público coletivo e do transporte não motorizado.

Art. 5º A Política Municipal de Mobilidade Urbana deverá ser interceptada e implementada com base nos seguintes princípios:

I. desenvolvimento sustentável das cidades, nas dimensões socioeconômicas e ambientais;

II. acessibilidade universal;

III. equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo;

IV. eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano;

V. gestão democrática e controle social do planejamento e avaliação da política municipal de mobilidade urbana;

VI. segurança nos deslocamentos urbanos;

VII. justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do uso dos diferentes modos e serviços;

VIII. eficiência, eficácia e efetividade na circulação urbana.

Art. 6º A Política Municipal de Mobilidade Urbana deverá ser conduzida com o intuito do atendimento aos seguintes objetivos gerais:

I. garantir a construção contínua do aprimoramento da mobilidade urbana;

II. reduzir as desigualdades e promover a inclusão social;

III. promover o acesso aos serviços básicos e equipamentos sociais, em especial as pessoas com deficiência;

IV. proporcionar melhoria nas condições urbanas da população no que se refere à acessibilidade e à mobilidade;

V. promover o desenvolvimento sustentável com a mitigação dos custos ambientais e socioeconômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas;

VI. consolidar a gestão democrática e participativa como instrumento de implementação da política municipal de mobilidade urbana;

VII. garantir a segurança e o conforto nos deslocamentos, com redução de tempos e custos;

VIII. adaptar a malha urbana existente às melhorias das condições de circulação;

IX. hierarquizar as vias promovendo maior fluidez no tráfego;

X. reduzir a ocorrência de acidentes e de vítimas no trânsito;

XI. implementar os transportes não motorizados.

Art. 7º A Política Municipal de Mobilidade Urbana deverá ser implementada em observância das seguintes diretrizes:

I. compatibilizar o Plano de Mobilidade Urbana com a política de desenvolvimento urbano e respectivas políticas setoriais de Matinhos no que se refere à habitação, saneamento básico, planejamento e gestão do uso do solo;

II. priorizar os modos de transportes não motorizados sobre os motorizados;

III. priorizar a segurança dos usuários, pedestres e ciclistas;

IV. mitigar os custos ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas na cidade;

V. incentivar o desenvolvimento científico-tecnológico e ao uso de energias renováveis e menos poluentes;

VI. garantir a sustentabilidade econômica das redes de transporte público coletivo de passageiros, de modo a preservar a continuidade, a universalidade e a modicidade tarifária do serviço;

VII. promover o acesso integral aos serviços de mobilidade urbana;

VIII. implementar e modernizar os sistemas de monitoramento da operação do transporte coletivo e de prestação de informações ao usuário.

TÍTULO II

DO SISTEMA VIÁRIO

Art. 8º São diretrizes de intervenção no sistema viário de Matinhos:

I. promover manutenção e recuperação das vias urbanas;

II. promover manutenção e conservação permanente das estradas rurais municipais;

III. implantar a sinalização viária e de trânsito e, promover sua respectiva manutenção preventiva;

IV. padronizar e desobstruir as calçadas;

V. rebaixar as guias para mobilidade de PCD (pessoas com deficiência) e PMR (pessoas com mobilidade reduzida);

VI. implantar pontos de ônibus com abrigos;

VII. substituir gradativamente as atuais lombadas por dispositivos adequados de redução de velocidade;

VIII. implementar ciclovias.

CAPÍTULO II

DA HIERARQUIA, FUNÇÃO, DIMENSÃO E DOS PROLONGAMENTOS VIÁRIO

Art. 9º A hierarquia, a função e o dimensionamento das vias de Matinhos são definidas na Lei do Sistema Viário.

Art. 10. As vias a serem criadas nos novos loteamentos ou oficializadas por projeto urbanistico aprovado pelo órgão competente do executivo municipal serão classificadas como vias locais, se não houver necessidade de prolongamento (continuidade viária) ou implementação de outra classe de via.

Art. 11. A implantação das vias deverá ser a mais adequada às condições locais do meio físico, em especial quanto à otimização das obras de terraplanagem necessárias à abertura das vias e implantação das edificações.

Art. 12. As vias deverão acompanhar as curvas de nível do terreno e evitar, quando possível, a transposição de linhas de drenagem natural ou córregos.

Art. 13. A remoção de vegetação e a implantação de obras de terraplanagem junto a córregos e linhas de drenagem natural deverá obedecer ao previsto na legislação ambiental em vigor.

Parágrafo único. Entende-se por linhas de drenagem natural as feições topográficas em que ocorre uma concentração do fluxo das águas pluviais, independentemente do fluxo ter caráter permanente ou não.

Art. 14. A implantação de qualquer via em novos parcelamentos, inclusive aquelas componentes do Sistema Viário, será de responsabilidade exclusiva do empreendedor, sem custos para a municipalidade e, deverá ser dotada de pavimentação cuja especificação mínima será dado pelo órgão competente do executivo municipal.

Art. 15. A implantação do arruamento, calçamento e demais obras de infraestrutura em todo o parcelamento é condição imprescindível para liberação de novos parcelamentos.

Art. 16. As calçadas de vias públicas deverão contar com rampa de acesso para pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida nas confluências de vias.

Art. 17. As vias que compõem as conexões com o Contorno Viário de Matinhos deverão receber projetos de melhoria dos acessos na rodovia e dos fluxos viários, travessia em desnível, trevo e passagem em nível.

CAPÍTULO III

DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA

Art. 18. Os componentes do sistema viário deverão possuir, obrigatoriamente, sinalização horizontal, com o intuito de organizar o fluxo de condutores de veículos e pedestres, controlar e orientar os deslocamentos e complementar com os sinais verticais de regulamentação, advertência ou indicação.

Art. 19. A sinalização das vias públicas é de responsabilidade do Município, como estabelece o Código de Trânsito Brasileiro e suas alterações.

§1.º Toda e qualquer via pavimentada do município deverá receber sinalização de trânsito, segundo as exigências da legislação pertinente em vigor.

§2.º A sinalização horizontal das vias pavimentadas nos novos parcelamentos será executada às expensas dos respectivos parceladores, a partir de projeto previamente aprovado pelo órgão municipal responsável.

§3.º O sentido do tráfego das vias será definido em cada caso, dependendo do volume de tráfego e característica da via e, deverá ser dotada de sinalização viária.

CAPÍTULO IV

DA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA BINÁRIO

Art. 20. O ato de garantir a fluidez e transformar as vias paralelas próximas de mão dupla em vias de sentido único, consiste em aplicar o Sistema Binário.

Parágrafo único. O sistema binário visa a diminuição dos conflitos viários entre veículos, pedestres e ciclistas.

Art. 21. As vias que compõem o sistema binário são apresentadas nos Anexo I desta Lei.

TÍTULO III

DO SISTEMA DE MOBILIDADE URBANA

Art. 22. O Sistema de Mobilidade Urbana compreende os modos de transporte adotados, a infraestrutura necessária à sua implementação e a sua estrutura administrativa.

Art. 23. Os modos de transportes compreendem a mobilidade não motorizada e a mobilidade motorizada.

§1.º São considerados modos de transporte não motorizados todas as formas de deslocamento que utilizam esforço humano.

§2.º São considerados modos de transporte motorizados todas as formas de deslocamento de cargas e pessoas, utilizando meios que necessitem de máquinas motoras à base de combustíveis e/ou eletricidade.

CAPÍTULO I

DA CIRCULAÇÃO DE PEDESTRES

Art. 24. O sistema de circulação de pedestres é constituído pelos espaços em vias públicas destinados especificamente à circulação de pedestres incluindo vias exclusivas para pedestres, calçadas, transposições, passarelas e a sinalização específica, principalmente faixas de pedestres.

Art. 25. Os pedestres tem exclusividade e preferência no uso das calçadas e é de responsabilidade do município em garantir a acessibilidade das calçadas atendendo a ABNT NBR 9050/2020 ou suplementar.

Art. 26. São diretrizes para a garantia do sistema de circulação de pedestres:

I. melhorar as condições de acessibilidade e a conservação das calçadas que possa garantir a circulação segura e confortável ao pedestre;

II. priorizar a circulação de pedestres sobre os demais modos de transportes, especialmente em vias locais e não estruturais;

III. requalificar e padronizar os espaços públicos de calçadas, passeios, travessias e pontos de parada, mantendo-os livres e acessíveis, destinando-os ao uso primordial pelos usuários e respeitando seus desejos de deslocamento, de acesso, de espera pelo transporte coletivo e de permanência;

IV. definir áreas prioritárias para implantação de calçadas e travessias, observando-se normas técnicas de acessibilidade;

V. tratar locais críticos para pedestres, com medidas moderadoras de tráfego voltadas à redução de velocidade dos veículos e à melhoria ambiental do espaço urbano;

VI. implantar medidas de moderação do tráfego motorizado, com redução dos limites de velocidade regulamentada visando aumentar a segurança dos pedestres;

VII. adequar o tempo semafórico para os pedestres nas travessias em locais de grande fluxo de pedestres;

VIII. qualificar os pontos de parada do sistema de transporte coletivo visando melhorar a interação dos sistemas de circulação de pedestres e de transporte coletivo;

IX. criar e implementar programas educativos voltados à segurança de pedestres.

CAPÍTULO II

DO TRANSPORTE CICLOVIÁRIO

Art. 27. O transporte cicloviário de Matinhos tem por finalidade incentivar o uso do modal não motorizado, criando uma rede de vias de circulação segura e sustentável.

Art. 28. São propostas para implementar o sistema cicloviário:

I. Contemplar as vias que compõem o sistema binário, as faixas de domínio e os parques e áreas públicas com rede cicloviária;

II. implementar a longo prazo a conexão cicloviária com os eixos do sistema de transporte público coletivo;

III. promover estruturas para o estacionamento de bicicletas: bicicletários e paraciclos nas vias comerciais, nos polos geradores de tráfego, nos equipamentos públicos, nas praças e áreas de lazer.

Art. 29. As dimensões cicloviárias deverão respeitar o disposto na Lei do Sistema Viário.

Art. 30. A proposta para implantação da Rede Cicloviária está definida no PlanMob e está contida nos Anexo II, parte integrante desta Lei.

CAPÍTULO III

DO TRANSPORTE MOTORIZADO

Art. 31. Para cumprir os objetivos estabelecidos no Art. 6º desta Lei Complementar, aborda, no âmbito do Transporte Coletivo Público de Passageiros:

I - a classificação e a rede de ônibus;

II - o novo terminal de integração;

III - as conexões e locais de transferência;

IV - a política tarifária e de bilhetagem.

Art. 32. Para cumprir os objetivos estabelecidos no Art. 6º desta Lei, aborda, no âmbito do Transporte Motorizado Individual, ações específicas para:

I - o transporte motorizado individual de interesse público: transporte de aluguel, táxis, mototáxis e por aplicativos;

II - o transporte motorizado individual privado – veículos automotores e motocicletas.

SEÇÃO I

DO TRANSPORTE COLETIVO INTERMUNICIPAL

Art. 33. O transporte coletivo intermunicipal é operado pelas empresas privativas de transportes com o deslocamento de passageiros nos eixos rodoviários de integração entre cidades.

Art. 34. Para o eixo rodoviário e integração municipal/intermunicipal de transporte deve ser conduzido em obediência as seguintes diretrizes:

I. promover a melhoria dos acessos a rodovias estaduais e federais;

II. incrementar os padrões de segurança, sobretudo nas intersecções com estas rodovias;

III. incrementar a mobilidade nas áreas rurais.

SEÇÃO II

DO TRANSPORTE COLETIVO URBANO

Art. 35. As diretrizes para o transporte coletivo urbano são:

I. implementar o sistema de transporte coletivo urbano buscando redução de custo operacional, garantindo sua eficiência e subsídio tarifário;

II. promover revisão e atualização dos itinerários, sempre que necessário ou quando forem alteradas as características das vias e as demandas da população;

III. instalar equipamento de rastreamento e monitoramento da frota, buscando subsidiar estudos e informações ao município e usuário;

IV. padronizar as paradas de ônibus, garantindo que ofereçam paradas seguras, cobertas e que disponham de informações aos usuários sobre itinerários, horários, tempo de espera, ônibus acessível, etc.

Art. 36. Os itinerários das linhas de ônibus atualmente em circulação, fixados pelo Poder Executivo Municipal, podem sofrer alterações nas suas rotas e pontos de parada atendendo as demandas de usuários sempre que necessário.

SEÇÃO III

DO TRANSPORTE E LOGÍSTICA DE CARGAS E SERVIÇOS

Art. 37. Compete ao Município regulamentar os assuntos de interesse local, organizar, promover, controlar e fiscalizar o trânsito e o serviço de transporte de cargas em sua circunscrição.

Art. 38. Para cumprir os objetivos estabelecidos no Art. 6º desta Lei, aborda, no âmbito do Sistema de Logística de Cargas as seguintes diretrizes:

I - restringir o estacionamento de veículos pesados em vias locais;

II - executar correções de geometria, cruzamentos pavimentação em vias de grande circulação de veículos pesados;

III - sinalizar as vias e vagas de carga e descarga;

IV - ampliar ações de fiscalização sobre as proibições de fluxos e horários para veículos pesados.

Art. 39. O tráfego de veículos de cargas será regulamentado pelo órgão competente do executivo municipal, Decreto Municipal, o horário de permissão e vias específicas, em conformidade com o peso máximo comportado pelo veículo.

Art. 40. Ficam dispensados das restrições tráfego nas vias urbanas, os transportes que prestam os seguintes serviços:

I. caminhão de utilidade pública;

II. veículo em serviço de urgência;

III. obras e serviços de infraestrutura urbana;

IV. obras e serviços de urgência;

V. socorro mecânico de emergência; e

VI. caminhões de transporte de combustível para o fornecimento ao Município.

§1.º Consideram-se como em serviço de urgência, nos termos do artigo 29, inciso VII, do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), os caminhões destinados a socorro de incêndio e salvamento, os de polícia, os de fiscalização, operação de trânsito, devidamente identificados por dispositivos regulamentares de alarme sonoro e iluminação vermelha intermitente.

§2.º Entende-se por socorro mecânico de emergência, para fins desta Lei Complementar, o caminhão que remove veículos sinistrados ou danificados, que estejam imobilizados em vias públicas.

Art. 41. Para a melhoria do Sistema de Transporte de Cargas, deverão ser desenvolvidos a médio e longo prazo os seguintes estudos:

I. estudo para a definição de rotas de circulação de veículos de cargas; e

II. estudo para a adequação e planejamento dos procedimentos de carga e de descarga na área central da cidade.

SEÇÃO IV

DO SISTEMA DE CIRCULAÇÃO NA ÁREA CENTRAL

Art. 42. O sistema de circulação na área central compreende as infraestruturas físicas (sistema viário - binário, sistema cicloviário e de circulação de pedestres,) de serviços (sistema de transporte coletivo) e de gestão (gestão do trânsito e dos transportes de carga).

Art. 43. A política municipal de modalidade urbana terá as seguintes diretrizes para o sistema de circulação na área central:

I. desistimular o tráfego de passagem e adaptando parte do sistema viário para o tráfego de caráter local;

II. implementar a rede de linhas de transporte coletivo;

III. implantar uma política de estacionamento que desestimule o ingresso de automóveis particulares e do transporte de carga no perímetro da área central;

IV. priorizar e estimular a circulação dos meios de transporte não motorizados;

V. reprogramar os semáforos para garantia do sistema em rede “onda verde”.

SEÇÃO V

DO ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS NA ÁREA CENTRAL

Art. 44. O PlanMob propõe desestimulo do tráfego de veículos particulares na área central, visando oportunizar a rotatividade de vagas de estacionamentos nos horários de maior movimento.

Art. 45. O estacionamento rotativo funcionará de segunda a sexta-feira das 8h00 às 18h00 e aos sábados, das 8h00 às 12h00, com tempo máximo de permanência de 2 (duas) horas, nas vias estipuladas no Anexo IV parte integrante desta lei.

Art. 46. Será especificado por Lei específica ou Decreto Municipal as tarifas, formas de cobranças, operacionalização, administração e fiscalização do sistema de estacionamento rotativo regulamentado pago.

TÍTULO III

DA GESTÃO DA MOBILIDADE URBANA

Art. 47. O sistema de gestão da mobilidade compreende a estrutura organizacional da Administração Municipal o marco regulatório e os procedimentos voltados para planejamento, implementação, controle e operação dos demais sistemas que compõem a política de mobilidade no Município.

Art. 48. A política municipal de modalidade urbana terá as seguintes diretrizes para o sistema de gestão da mobilidade:

I. ampliar a eficiência e a eficácia da gestão municipal sobre as políticas de mobilidade;

II. garantir transparência e participação da sociedade na gestão da política municipal de mobilidade;

III. garantir condições de infraestrutura e de pessoal necessárias para o desempenho adequado da gestão de transportes.

CAPÍTULO I

DA MUNICIPALIZAÇÃO DO TRÂNSITO

Art. 49. A municipalização do trânsito de Matinhos deverá ser feita atendendo as disposições da Resolução do CONTRAN nº 811, de 15 de dezembro de 2020, ou disposição suplementar.

Art. 50. O município deverá se integrar ao Sistema Nacional de Trânsito e providenciar alteração da estrutura organizacional para atender o exercício das atividades e competências legais que lhe são próprias, sendo estas, no mínimo, de:

I. engenharia de tráfego;

II. fiscalização e operação de trânsito;

III. educação de trânsito;

IV. coleta, controle e análise estatística de trânsito; e

V. julgamento de recursos contra penalidades por eles impostas.

§1.º As atividades de fiscalização e operação de trânsito deverão ser realizadas pela autoridade de trânsito ou por agentes da autoridade de trânsito que tenham sido submetidos a curso de formação e de atualização, conforme norma própria do órgão máximo executivo de trânsito da União, e que se enquadrem em uma das seguintes categorias, com atuação isolada ou cumulativa:

I. agentes próprios, ocupantes de cargo ou emprego específico, com provimento efetivo mediante concurso público;

II. policiais militares do serviço ativo, quando firmado convênio para esta finalidade, de acordo com o inciso III do art. 23 do CTB; ou

III. guardas municipais, na conformidade do inciso VI do art. 5º da Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014.

§2.º O julgamento de recursos contra penalidades impostas pelos órgãos e entidades municipais deve ser realizado por Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARI), órgãos colegiados e independentes, que devem possuir regimento próprio, observado o disposto no inciso VI do art. 12 do CTB, com apoio administrativo e financeiro do órgão ou entidade junto ao qual funcione.

Art. 51. Para o processo de integração ao SNT, o município deverá criar e encaminhar ao Conselho Estadual de Trânsito (CETRAN) do Paraná, os seguintes dados de cadastro e documentação:

I. denominação do órgão ou entidade executivo de trânsito e rodoviário, fazendo juntar cópia da legislação de sua constituição;

II. cópia da legislação de constituição da JARI municipal e de seu regimento;

III. endereço, telefone, correio eletrônico institucional do órgão ou entidade executivo de trânsito e rodoviário, e sítio eletrônico (se houver); e

IV. fotos da fachada do prédio e das dependências, devidamente identificadas, dos veículos, caso existam, e de outros elementos julgados importantes para a análise dos trabalhos desenvolvidos para integração.

CAPÍTULO II

DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Art. 52. A participação popular em todo o processo de planejamento da mobilidade urbana no Município de Matinhos deverá garantir a definição de objetivos compartilhados pelos sujeitos sociais envolvidos, requerendo a criação de espaços e oportunidades de diálogo em iguais condições.

§1.º Para o estabelecimento de iguais condições de participação, o Executivo e o Legislativo Municipal devem disponibilizar as informações necessárias, em condições de pleno acesso e domínio por parte da população, garantindo:

I - diversificação dos meios de comunicação, de modo a atender todos os munícipes;

II - capacitação popular, quando for o caso, para sensibilização e conscientização sobre questões que forem objeto de deliberação.

§2.º As informações devem ser amplamente divulgadas em meios de comunicação de massa, e mantidas à disposição da população para consulta em local de fácil acesso nas sedes do Executivo e do Legislativo Municipal.

Art. 53. A participação da sociedade civil no planejamento, fiscalização e avaliação PlanMob deverá ser assegurada pelos seguintes instrumentos:

I - órgãos colegiados com a participação de representantes do Poder Executivo, da sociedade civil e dos operadores dos serviços;

II - ouvidorias na Prefeitura Municipal;

III - audiências e consultas públicas; e

IV - procedimentos sistemáticos de comunicação, de avaliação da satisfação dos cidadãos e dos usuários e de prestação de contas públicas.

Art. 54. A divulgação das audiências e consultas públicas deverá conter os seguintes requisitos:

I - ampla comunicação pública, em linguagem acessível, através dos meios de comunicação social de massa disponíveis;

II - antecedência de pelo menos 15 (quinze) dias para divulgação do cronograma dos locais das reuniões e da apresentação dos estudos e propostas sobre o tema que será discutido;

III - publicação e divulgação dos resultados dos debates e das propostas definidas nas diversas etapas dos processos de discussão.

CAPÍTULO III

DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO

Art. 55. Fica criado o Conselho Municipal de Trânsito (CMT), órgão de natureza permanente, de caráter consultivo, deliberativo e propositivo, que reúne representantes do Poder Público e da sociedade civil, respeitando os aspectos legais de sua competência.

Art. 56. O CMT será composto por 12 (doze) representantes de:

I. 02 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal;

II. 01 (um) representante da Polícia Militar;

III. 01 (um) representante da Polícia Civil;

IV. 01 (um) representante do Corpo de Bombeiros;

V. 01 (um) representante do Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN/PR);

VI. 01 (um) representante do Poder Legislativo;

VII. 06 (seis) representantes da sociedade civil de livre nomeação do Poder Executivo, podendo ser indicado das entidades: associação dos engenheiros (CREA) e arquitetos e urbanistas (CAU), associação comercial, industrial, agropecuária, sindicato rural, institutos e universidades.

Art. 57. Compete ao Conselho Municipal de Trânsito:

I. acompanhar, opinar e participar da elaboração da política municipal de trânsito e mobilidade urbana, conforme as diretrizes nas legislações vigentes, e reavaliá-la sempre que necessário;

II. colaborar na elaboração do Planejamento de Trânsito e Mobilidade Urbana do Município, propondo normas e diretrizes de planejamento, implantação e operação do sistema viário, dos sistemas de transporte público, individual e coletivo, da circulação de pessoas e distribuição de bens, nos termos das legislações vigentes;

III. emitir pareceres sobre as questões municipais relacionadas à mobilidade urbana;

IV. acompanhar e deliberar, nos limites de suas atribuições, acerca das questões relacionadas à infraestrutura urbana relacionada ao trânsito urbano e rural do Município;

V. acompanhar a gestão dos serviços do trânsito urbano e rural do município,

auxiliando no desempenho dos operadores do sistema, conforme determinações da legislação e regulamentação vigentes;

VI. acompanhar e fiscalizar regularmente a prestação dos serviços de transporte público coletivo e individual (táxi e aplicativos), em todas as suas modalidades;

VII. sugerir, anualmente, para exame do Poder Executivo Municipal, as diretrizes, prioridades e programas de alocação de recursos;

VIII. convidar representantes e técnicos do órgão executivo de trânsito ou de qualquer outro órgão da administração municipal, ou ainda técnicos, engenheiros ou outros especialistas do assunto, quando julgar necessário, para discutir questões relativas à circulação e ao planejamento urbano, democratizando as decisões e as informações sobre as políticas públicas;

IX. manter intercâmbio com entidades oficiais, federais, estaduais e municipais, no sentido de receber e fornecer informações que visem o aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades de trânsito e transporte;

X. constituir grupos técnicos ou comissões especiais, temporárias ou permanentes, quando julgar necessário para o pleno desempenho de suas funções;

XI. opinar sobre a circulação viária no que concerne a acessibilidade e mobilidade urbana dos pedestres e ciclistas;

XII. planejar, elaborar, promover e acompanhar campanhas educativas de trânsito;

XIII. elaborar o regimento interno do CMT, estabelecendo as normas para o seu funcionamento.

Art. 58. O CMT, em sessão especial, terá sua diretoria eleita dentre seus membros, para um mandato de 02 (dois) anos podendo ser reeleita por igual período, com a composição abaixo discriminada:

I. Presidente;

II. Vice-Presidente;

III. Secretário Geral.

§1.º Os membros da Diretoria serão eleitos pelo voto da maioria simples dos membros do Conselho, presentes, pelo menos, dois terços de seus integrantes no início dos trabalhos de votação.

§2.º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Trânsito será considerado extinto, antes do término, nos casos de:

I. morte;

II. renúncia;

III. ausência injustificada em 03 (três) reuniões consecutivas ou 06 (seis) alternadas;

IV. doença que exija o licenciamento por mais de um ano;

V. procedimento incompatível com a dignidade das funções;

VI. mudança de residência do Município;

VII. afastamento do cargo ou emprego do representante de órgão governamental;

VIII. extinção ou desinteresse da entidade ou órgão representado.

§3.º Em caso de vacância, a nomeação do suplente será para completar o mandato do substituído.

§4.º Na hipótese prevista no inciso VIII, do § 2º, deste artigo, a respectiva vaga de conselheiro será preenchida por representante indicado por outro órgão ou entidade, por votação da maioria simples dosdemais membros, presentes, pelo menos dois terços de seus membros.

§5.º Após a promulgação desta lei, o CMT será constituído no prazo máximo de 30 (trinta) dias, e a primeira eleição, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias.

§6.º O Conselho deverá aprovar o seu Regimento Interno e aprová-lo por Decreto Municipal no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a sua nomeação.

§7.º Um dos membros da Comissão Executiva cuidará da elaboração do Regimento Interno, atuando como relator, e será escolhido entre seus membros.

Art. 59. As atividades do CMT são de relevância de interesse público e não serão remuneradas.

CAPÍTULO IV

DO FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO

Art. 60. Fica criado o Fundo Municipal de Trânsito (FMT) de Matinhos com a finalidade de garantir recursos financeiros destinados, exclusivamente, à execução de atividades de sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento de trânsito, fiscalização e educação de trânsito.

Art. 61. O FMT ficará vinculado diretamente ao Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN - Órgão Executivo Municipal de Trânsito Urbano e Rodoviário, subordinado ao Poder Executivo Municipal.

Art. 62. O FMT se constituirá de:

I. recursos decorrentes da aplicação e arrecadação de multas de trânsito de responsabilidade do Município;

II. dotações alocadas no Orçamento Anual do Município;

III. doações, auxílios, contribuições e legados de pessoas físicas ou jurídicas, entidades internacionais e nacionais, governamentais ou não, voltadas para o objetivo do Fundo;

IV. recursos transferidos de Instituições Federais, Estaduais e outras;

V. produto de convênios firmados pelo Município com outras entidades e que se destinam aos programas cujos gastos são financiados com recursos financeiros do Fundo;

VI. produto da arrecadação de taxas e tarifas pela prestação de serviços na área de trânsito;

VII. rendimentos provenientes da aplicação dos recursos financeiros constituintes do Fundo;

VIII. outros recursos que lhe forem destinados.

Art. 63. As receitas do FMT serão aplicadas em sinalização viária, engenharia de tráfego, policiamento, fiscalização, educação de trânsito e manutenção da DEMUTRAN.

CAPÍTULO V

DA EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO

Art. 64. O município deverá elaborar manuais, cartilhas temáticas e campanhas de educação para evidenciar as normativas e regras de circulação e condutas responsáveis no trânsito.

Art. 65. Toda alteração no trânsito, mesmo que temporária, deve ser precedida por ampla divulgação.

Art. 66. As políticas de educação de trânsito devem ser estendidas para a rede municipal de educação.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 67. Fica estabelecido que a construção de lombadas, quebra-molas, aclives e rebaixamento nas vias públicas municipais, deverão receber prévia aprovação do órgão competente do executivo municipal, sob ciência e homologação do Conselho Municipal de Trânsito.

Art. 68. São parte integrante e complementar da presente Lei os seguintes Anexos:

a) Anexo I – Mapa do Sistema Binário;

b) Anexo II – Mapa da Rede Cicloviária;

c) Anexo III – Mapa das Rotas Acessíveis;

d) Anexo IV – Mapa do Estacionamento Rotativo.

Art. 69. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Matinhos, 15 de dezembro de 2025.

EDUARDO ANTONIO DALMORA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:F4348F58

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATO N° 5/2025

RETIFICAÇÃO

QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 005/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MATINHOS E A EMPRESA MEDPRIME, CLÍNICA GESTÃO E SAÚDE S/A

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE MATINHOS, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 76.017.466/0001-61, com sede à Rua Pastor Elias Abrahão nº 22, Matinhos - PR, neste ato representado pelo Exmo Prefeito Municipal, Senhor Eduardo Antonio Dalmora portador do RG n.º 13268215 PR e do CPF nº 337.613.459-68.

CONTRATADA MEDPRIME, CLÍNICA GESTÃO E SAÚDE S/A, inscrita no CNPJ Nº 23.481.981/0001-31, com sede na Rua Cajubi, 23, Bairro Santa Felicidade, Curitiba/PR, CEP 82.015-130, telefone fixo: (43)3472-5091, e endereço eletrônico: licitacao@medprimesaude.com.br, neste ato representada pelo seu representante legal o Sr Luis Silva Dos Santos, portadora do RG nº 6159215-6 inscrito no CPF sob nº 922.284.109-34

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE MATINHOS, doravante denominado CONTRATANTE e a MEDPRIME, CLÍNICA GESTÃO E SAÚDE S/A, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21, no Contrato n.º 005/2025, oriundo da Dispensa de Licitação nº 003/2025, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE SERVIÇOS MÉDICOS, ENFERMEIROS E TÉCNICOS DE ENFERMAGEM EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAÚDE – firmam o presente QUARTO TERMO ADITIVO, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE 3 (TRÊS) MESES.

As partes de comum acordo procedem a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO N° 005/2025, sendo prorrogado pelo período de 3 (três) meses, iniciando em 16 de outubro de 2025 e encerrando em 16 de janeiro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VLR UN.	VLR TOTAL
1	3.666	hora	Prestação de Serviços Médico Generalista - Clínico Geral, para atender a demanda das Unidades Básicas de Saúde - 40 horas/semanais e da Unidade de Pronto Atendimento em plantões diurnos e noturnos de 12h.	R$ 121,20	R$ 444.319,20
2	1.224	hora	Prestação de serviço médico emergencial, para atender a demanda da Unidade Pronto Atendimento - Plantões diurnos e noturnos de 12h cada.	R$135,50	R$ 165.852,00
4	2.240	hora	Prestação de Serviço de Enfermagem para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde nas Unidades Básicas de Saúde; Maternidade Nossa Senhora dos Navegantes e Unidade de Pronto Atendimento	R$ 41,20	R$ 92.288,00
5	2.600	hora	Prestação de Serviço de Técnico em Enfermagem para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde nas Unidades Básicas de Saúde; Maternidade Nossa Senhora dos Navegantes e Unidade de Pronto Atendimento	R$ 20,50	R$ 53.300,00
Total R$ 755.759,20					

CLÁUSULA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas para a cobertura do valor oriundo da Prorrogação, prevista neste Quarto Termo Aditivo, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
1528	12	001	2028	339034000000000000	496

CLÁUSULA QUARTA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS.

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato nº 005/2025 e termos aditivos subsequentes que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.

E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Quarto Termo Aditivo, em 01 (uma) via, para que surtam seus efeitos legais.

Matinhos, 17 de dezembro de 2025.

Município De Matinhos

EDUARDO ANTONIO DALMORA

CPF nº 337.613.459-68

Prefeito Municipal

Contratante

Medprime, Clínica Gestão E Saúde S/A

LUIS SILVA DOS SANTOS

CPF n° 922.284.109-34

Representante Legal

Contratada

Publicado por:
Elisiane Dos Santos
Código Identificador:FB516092

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2559/2025

Decreto Nº 2559/2025

Dispõe sobre a abertura de Crédito adicional suplementar no Orçamento Programa de 2025, aprovado pela Lei Municipal 858/2024 de 10 de dezembro de 2024.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 41.568,75 (quarenta e um mil quinhentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação		
06	Secretaria Municipal de Educação e Esportes	
06.001.12.361.0190.2.016	Manutenção do Ensino Fundamental - PME – Meta 2 – Estratégias 2.1, 2.2, 2.3, 2.6, 2.9, 2.10	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 1.818,82
01000	Recursos Ordinários (Livres)	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$ 195,63
01000	Recursos Ordinários (Livres)	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	R$ 27,13
01000	Recursos Ordinários (Livres)	
06.001.12.361.0190.2.017	Pagamento Profissionais da Educação atuando no Ensino Fundamental I e II e Jornada Ampliada FUNDEB	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 8.428,70
01101	Fundeb 60% / Fundeb mínimo 70% - inciso XI do art. 212-A da	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	R$ 101,74
01101	Fundeb 60% / Fundeb mínimo 70% - inciso XI do art. 212-A da	
06.001.12.365.0220.2.020	PME – Meta 1 – estratégias: 1.1, 1.2, 1.5, 1.7, 1.9, 1.12, 1.14.	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 14.861,20
01000	Recursos Ordinários (Livres)	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$ 1.607,00

01000	Recursos Ordinários (Livres)	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	R$ 101,75
01000	Recursos Ordinários (Livres)	
06.001.12.365.0220.2.021	Pagamento dos Profissionais da Educação atuando na Educação	R$ 2.972,24
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
01102	Fundeb 40% / Fundeb máximo 30% - inciso XI do art. 212-A d	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$ 321,40
01102	Fundeb 40% / Fundeb máximo 30% - inciso XI do art. 212-A d	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	R$ 20,35
01102	Fundeb 40% / Fundeb máximo 30% - inciso XI do art. 212-A d	
10	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	
10.001.04.122.0013.2.060	Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	R$ 4.855,56
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
01000	Recursos Ordinários (Livres)	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$ 364,00
01000	Recursos Ordinários (Livres)	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	R$ 13,57
01000	Recursos Ordinários (Livres)	
11	Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento	
11.001.04.122.0300.2.066	Manutenção da Secretaria de Agricultura e Abastecimento	R$ 5.446,66
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
01000	Recursos Ordinários (Livres)	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$ 378,73
01000	Recursos Ordinários (Livres)	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	R$ 54,27
01000	Recursos Ordinários (Livres)	
	Total Suplementação:	R$ 41.568,75

Artigo 2º - Para cobertura total de que se trata o Artigo 1º, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar os recurso definidos no artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução		
06	Secretaria Municipal de Educação e Esportes	
06.001.12.361.0190.2.017	Pagamento Profissionais da Educação atuando no Ensino Fundamental I e II e Jornada Ampliada FUNDEB	R$ 8.530,44
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
01101	Fundeb 60% / Fundeb mínimo 70% - inciso XI do art. 212-A da	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	R$ 3.313,99
01102	Fundeb 40% / Fundeb máximo 30% - inciso XI do art. 212-A d	
11	Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento	
11.001.04.122.0300.2.066	Manutenção da Secretaria de Agricultura e Abastecimento	R$ 29.724,32
3.3.90.30.00.0	MATERIAL DE CONSUMO	
01000	Recursos Ordinários (Livres)	
	Total Redução:	R$ 41.568,75

Resumo por Fonte			
Fonte	Descrição	Valor Reduzido	Valor Suplementado
1000	Recursos Ordinários (Livres)	27.682,74	27.682,74
1101	Fundeb 60% / Fundeb mínimo 70% - inciso XI do art. 212-A da CF	8.530,44	8.530,44
1102	Fundeb 40% / Fundeb máximo 30% - inciso XI do art. 212-A da CF	3.313,99	3.313,99
	Total	39.527,17	39.527,17

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 10 de dezembro de 2025.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR

Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:4FF25359

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RECONHECIMENTO, RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 38/2025

Campo	Detalhamento
ÓRGÃO/UNIDADE GESTORA	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA
CNPJ DO ÓRGÃO	75.827.204/0001-08
MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	Inexigibilidade de Licitação (Art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)
PROCESSO ADMINISTRATIVO	Nº130/2025
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	Contratação de show artístico musical da Dupla Sertaneja **JULYA & MARYANA**, por intermédio de sua empresária exclusiva, para realização de show no dia 31 de dezembro de 2025, no evento de Réveillon do Município.
CONTRATADA	**JM PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA**
CNPJ DA CONTRATADA	57.933.150/0001-75
FUNDAMENTO LEGAL	Art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão da notória popularidade da artista e da exclusividade de representação.
VALOR GLOBAL CONTRATADO	**R$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais)**
RECONHECIMENTO	A Secretária Municipal de Cultura **RECONHECE** a situação de Inexigibilidade, por estarem preenchidos os requisitos legais.
RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	A Prefeita Municipal, **TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO**, **RATIFICA** o reconhecimento da Inexigibilidade e **HOMOLOGA** a Contratação, autorizando a celebração do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, conforme a Proposta Comercial e o Estudo Técnico Preliminar (ETP).
DATA DA RATIFICAÇÃO	16/12/2025

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO

Prefeita Municipal

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:7134CA16

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 618/2025

LEI Nº 618/2025.

SÚMULA: ESTI

LEI Nº 618/2025.

SÚMULA: ESTIMA RECEITA E FIXA DESPESA DO MUNICÍPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026.

A Câmara Municipal de NOVA AMÉRICA DA COLINA Estado do Paraná aprovou e eu, TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO, Prefeita Municipal sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - O orçamento geral do Município de NOVA AMÉRICA DA COLINA Estado do Paraná para o exercício financeiro de 2026, referente aos poderes do Município, compreendendo os órgãos da Administração Direta, estima à receita e fixa a despesa em **R$ 30.436.050,00 (Trinta milhões, quatrocentos e trinta e seis mil e cinquenta reais)**.

Art. 2º - As receitas estão estimadas por categorias econômicas segundo a origem dos recursos, decorrentes do somatório da arrecadação de receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente e em conformidade com o disposto no anexo I, compreendendo:

– Poder Legislativo, em **R$ 1.504.800,00 (Hum milhão quinhentos e quatro mil e oitocentos reais)**, enquadrado devidamente ao máximo de 7% do somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5odo art. 153 e nos arts. 158 e 159 no exercício financeiro que antecede o vigor desta Lei, conforme determina a o art. 29-A da Constituição Federal.

– Poder Executivo, em R$ 28.931.250,00 (Vinte e oito milhões, novecentos e trinta e um mil e duzentos e cinquenta reais).

PARÁGRAFO ÚNICO - A receita orçamentária será desdobrada nas seguintes categorias econômicas:

– RECEITAS CORRENTES

IMPOSTOS MELHORIA	TAXAS	E	CONTRIBUIÇÃO	DE	R$ 2.393.100,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES					R$ 604.000,00
RECEITA PATRIMONIAL					R$ 676.050,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES					R$ 23.454.557,09
OUTRAS RECEITAS CORRENTES					R$ 2.097.168,68
T O T A L D A S R E C E I T A S C O R R E N T E S					**R$ 29.224.875,77**

– RECEITAS DE CAPITAL

OPERAÇÃO DE CRÉDITO	R$ 602.778,36
OUTRAS TRANSFERENCIAS CONVENIO DA UNIAO	R$ 602.778,36
ALIENAÇÃO DE BENS	R$ 5.617,51
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	**R$ 1.211.174,23**
TOTAL DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	**R$ 30.436.050,00**

Art. 3º - A receita será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação em vigor, de acordo com o desdobramento constante do anexo I da receita.

Art. 4º - A despesa orçamentária no mesmo valor da receita orçamentária está fixada em **R$ 30.436.050,00 (Trinta milhões, quatrocentos e trinta e seis mil e cinquenta reais)**, desdobradas nos termos do anexo II da despesa, compreendendo:

I – Poder Legislativo, em **R$ 1.504.800,00 (Hum milhão quinhentos e quatro mil e oitocentos reais)**:

– PODER LEGISLATIVO

II – Poder Executivo, em **R$ 28.931.250,00 (Vinte e oito milhões, novecentos e trinta e um mil e duzentos e cinquenta reais)**:

– PODER EXECUTIVO

EXECUTIVO MUNICIPAL						R$	1.286.000,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO						R$ 7.325.000,00	
SECRETARIA DA FAZENDA						R$ 1.965.250,00	
SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS						R$ 3.972.000,00	
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO						R$ 6.135.000,00	
SECRETARIA DE SAÚDE						R$ 4.283.000,00	
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						R$	1.929.000,00
SECRETARIA DE DESEN. DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E AGRICULTURA						R$ 928.000,00	
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO						R$ 440.000,00	
SECRETARIA	DE	SEGURANÇA	PÚBLICA	E	DEFESA SOCIAL	R$ 260.000,00	

RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R$ 315.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA A MULHER E AO IDOSO	R$ 93.000,00
TOTAL	**R$ 28.931.250,00**

Art. 5º - Estão plenamente assegurados os recursos para investimentos em fase de execução, em conformidade com o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026.

Art. 6º - Fica autorizado o poder executivo e legislativo municipal, respeitadas as limitações legais no que concerne à realização de despesas com pessoal:

Conceder pagamentos de gratificações, adicionais e/ou horas extras de acordo com o estabelecido no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal;

Proceder à criação de novos cargos e/ou abrir novas vagas de servidores na medida em que forem surgindo as necessidades;

Proceder à nomeação de servidores na medida das necessidades e no limite das vagas criadas pela Legislação própria;

Proceder à concessão de reajustes e/ou aumentos de vencimentos nos limites das disponibilidades financeiras do Município e de acordo com as normas legais específicas.

Proceder a readequação ou criação do plano de cargos e salários dos servidores públicos municipais.

Art. 7º - Para corrigir distorções ou defasagens salariais os vencimentos e vantagens fixas dos servidores públicos municipais, efetivos e comissionados, deverão ser reajustados na mesma época de reajuste do salário mínimo fixado pelo governo federal.

Art. 8º - As dotações para pagamento de pessoal e encargos sociais da administração direta, bem como os referentes a servidores colocados à disposição de outros órgãos, serão movimentadas pelos setores competentes da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 9º - A utilização das dotações com origem de recursos em convênios ou operações de crédito fica condicionada à celebração dos instrumentos.

Art. 10º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito com Instituições Financeiras, firmando convênios ou similares com Secretarias de Estado, e outros programas da mesma natureza, obedecendo aos limites de capacidade de endividamento do Município consoantes normas do Banco central, até o limite de 10% (dez por cento) do Orçamento Geral do Município.

Art. 11º - Ficam os Órgãos da Administração Direta, dentro de cada poder, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei nº 4.320/64, especialmente em seu artigo 43, autorizados a abrirem créditos adicionais suplementares conforme Art. 8º da Lei Municipal nº 588/2025 – LDO aprovada em 10 de julho de 2025.

Art. 12º – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar remanejamento, transposição e transferência orçamentária de recursos, de uma unidade orçamentária para outra e de um órgão para outro, de uma categoria de programação para outra e de uma categoria econômica para outra, no orçamento aprovado para o exercício de 2026, nos termos do inciso VI do art. 167 da Constituição Federal de 1988.

Art. 13º – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar as alterações oriundas de emendas aos anexos que forem necessários, na Lei Municipal nº 589/2025 – Plano Plurianual e Lei Municipal nº 588/2025 – LDO.

Art. 14º – Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para o saneamento e habitação

em áreas de baixa renda.

Art. 15º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro

de 2026.

Nova América da Colina-Pr, 17 de dezembro de 2025.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO

Prefeita Municipal

MA RECEITA E FIXA DESPESA DO MUNICÍPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026.

A Câmara Municipal de NOVA AMÉRICA DA COLINA Estado do Paraná aprovou e eu, TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO, Prefeita Municipal sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - O orçamento geral do Município de NOVA AMÉRICA DA COLINA Estado do Paraná para o exercício financeiro de 2026, referente aos poderes do Município, compreendendo os órgãos da Administração Direta, estima à receita e fixa a despesa em **R$ 30.436.050,00 (Trinta milhões, quatrocentos e trinta e seis mil e cinquenta reais)**.

Art. 2º - As receitas estão estimadas por categorias econômicas segundo a origem dos recursos, decorrentes do somatório da arrecadação de receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente e em conformidade com o disposto no anexo I, compreendendo:

– Poder Legislativo, em **R$ 1.504.800,00 (Hum milhão quinhentos e quatro mil e oitocentos reais)**, enquadrado devidamente ao máximo de 7% do somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5odo art. 153 e nos arts. 158 e 159 no exercício financeiro que antecede o vigor desta Lei, conforme determina a o art. 29-A da Constituição Federal.

– Poder Executivo, em R$ 28.931.250,00 (Vinte e oito milhões, novecentos e trinta e um mil e duzentos e cinquenta reais).

PARÁGRAFO ÚNICO - A receita orçamentária será desdobrada nas seguintes categorias econômicas:

– RECEITAS CORRENTES

IMPOSTOS MELHORIA	TAXAS	E	CONTRIBUIÇÃO	DE	R$ 2.393.100,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES					R$ 604.000,00
RECEITA PATRIMONIAL					R$ 676.050,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES					R$ 23.454.557,09
OUTRAS RECEITAS CORRENTES					R$ 2.097.168,68
T O T A L D A S R E C E I T A S C O R R E N T E S					**R$ 29.224.875,77**

– RECEITAS DE CAPITAL

OPERAÇÃO DE CRÉDITO	R$ 602.778,36
OUTRAS TRANSFERENCIAS CONVENIO DA UNIAO	R$ 602.778,36
ALIENAÇÃO DE BENS	R$ 5.617,51
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	**R$ 1.211.174,23**
TOTAL DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	**R$ 30.436.050,00**

Art. 3º - A receita será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação em vigor, de acordo com o desdobramento constante do anexo I da receita.

Art. 4º - A despesa orçamentária no mesmo valor da receita orçamentária está fixada em **R$ 30.436.050,00 (Trinta milhões, quatrocentos e trinta e seis mil e cinquenta reais)**, desdobradas nos termos do anexo II da despesa, compreendendo:

I – Poder Legislativo, em **R$ 1.504.800,00 (Hum milhão quinhentos e quatro mil e oitocentos reais)**:

– PODER LEGISLATIVO

II – Poder Executivo, em **R$ 28.931.250,00 (Vinte e oito milhões, novecentos e trinta e um mil e duzentos e cinquenta reais)**:

– PODER EXECUTIVO

EXECUTIVO MUNICIPAL	R$	1.286.000,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	R$ 7.325.000,00	
SECRETARIA DA FAZENDA	R$ 1.965.250,00	
SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	R$ 3.972.000,00	
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO	R$ 6.135.000,00	
SECRETARIA DE SAÚDE	R$ 4.283.000,00	
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R$	1.929.000,00
SECRETARIA DE DESEN. DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E AGRICULTURA	R$ 928.000,00	
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO	R$ 440.000,00	

SECRETARIA SOCIAL	DE	SEGURANÇA	PÚBLICA	E	DEFESA	R$ 260.000,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R$ 315.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA A MULHER E AO IDOSO	R$ 93.000,00
TOTAL	**R$ 28.931.250,00**

Art. 5º - Estão plenamente assegurados os recursos para investimentos em fase de execução, em conformidade com o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026.

Art. 6º - Fica autorizado o poder executivo e legislativo municipal, respeitadas as limitações legais no que concerne à realização de despesas com pessoal:

Conceder pagamentos de gratificações, adicionais e/ou horas extras de acordo com o estabelecido no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal;

Proceder à criação de novos cargos e/ou abrir novas vagas de servidores na medida em que forem surgindo as necessidades;

Proceder à nomeação de servidores na medida das necessidades e no limite das vagas criadas pela Legislação própria;

Proceder à concessão de reajustes e/ou aumentos de vencimentos nos limites das disponibilidades financeiras do Município e de acordo com as normas legais específicas.

Proceder a readequação ou criação do plano de cargos e salários dos servidores públicos municipais.

Art. 7º - Para corrigir distorções ou defasagens salariais os vencimentos e vantagens fixas dos servidores públicos municipais, efetivos e comissionados, deverão ser reajustados na mesma época de reajuste do salário mínimo fixado pelo governo federal.

Art. 8º - As dotações para pagamento de pessoal e encargos sociais da administração direta, bem como os referentes a servidores colocados à disposição de outros órgãos, serão movimentadas pelos setores competentes da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 9º - A utilização das dotações com origem de recursos em convênios ou operações de crédito fica condicionada à celebração dos instrumentos.

Art. 10º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito com Instituições Financeiras, firmando convênios ou similares com Secretarias de Estado, e outros programas da mesma natureza, obedecendo aos limites de capacidade de endividamento do Município consoantes normas do Banco central, até o limite de 10% (dez por cento) do Orçamento Geral do Município.

Art. 11º - Ficam os Órgãos da Administração Direta, dentro de cada poder, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei nº 4.320/64, especialmente em seu artigo 43, autorizados a abrirem créditos adicionais suplementares conforme Art. 8º da Lei Municipal nº 588/2025 – LDO aprovada em 10 de julho de 2025.

Art. 12º – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar remanejamento, transposição e transferência orçamentária de recursos, de uma unidade orçamentária para outra e de um órgão para outro, de uma categoria de programação para outra e de uma categoria econômica para outra, no orçamento aprovado para o exercício de 2026, nos termos do inciso VI do art. 167 da Constituição Federal de 1988.

Art. 13º – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar as alterações oriundas de emendas aos anexos que forem necessários, na Lei Municipal nº 589/2025 – Plano Plurianual e Lei Municipal nº 588/2025 – LDO.

Art. 14º – Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para o saneamento e habitação

em áreas de baixa renda.

Art. 15º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro

de 2026.

Nova América da Colina-Pr, 17 de dezembro de 2025.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO

Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Oliveira David
Código Identificador:E35C910B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EDITAL Nº 15/2025 - NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO - MEIO AMBIENTE

Lei nº 2.230/2013 e Alterações

A **Secretaria Municipal de Meio Ambiente**, faz saber aos possuidores de imóveis situado nesta urbe, nos moldes do art. 15 incisos III da Lei nº 2.230/2013, que em decorrência de Fiscalização Ambiental no Município e Comarca de Paiçandu, Estado do Paraná, foram lavrados **Autos de Infração** em desfavor de imóveis constatados como em mau estado de conservação na forma do Art. 3º e 12. Da Lei nº 2.230/2013.

Sendo emitido os respectivos autos de infração e as competentes notificações aos possuidores/proprietários constantes no cadastro imobiliário do imóvel, vez que não se conseguiu realizar a notificação pessoal ou por correspondência com preconiza a lei, o fazemos neste ato através do presente edital notificação.

Para tanto fica **NOTIFICADO** os possuidores/proprietários dos imóveis adiante mencionados a realizar a limpeza/roçada de seus imóveis no prazo adiante estipulado, sob pena de não o fazendo o município realizar e cobrar as respectivas despesas:

Nº AUTO	DATA DO AUTO	QUADRA Nº	LOTE Nº	BAIRRO	CADASTRO IMOBILIÁRIO
583/2025 /2025	31/10/2025	17	14	JARDIM NOVO CENTRO 3	62026600
CNPJ/CPF RESPONSÁVEL			**PRAZO LIMPEZA/ROÇADA (EM DIAS)**		**VALOR MULTA**
***********979-44**			14 DIAS		**R$ 399,00**
Nº AUTO	**DATA DO AUTO**	**QUADRA Nº**	**LOTE Nº**	**BAIRRO**	**CADASTRO IMOBILIÁRIO**
550/2025	09/10/2025	11	40	PARQUE IND.RED. BELA VISTA	45046500
CNPJ/CPF RESPONSÁVEL			**PRAZO LIMPEZA/ROÇADA (EM DIAS)**		**VALOR MULTA**
***********188-89**			14 DIAS		**R$ 367,45**
Nº AUTO	**DATA DO AUTO**	**QUADRA Nº**	**LOTE Nº**	**BAIRRO**	**CADASTRO IMOBILIÁRIO**
616/2025	14/11/2025	01	06	JARDIM ITAIPU I PARTE	8000500
CNPJ/CPF RESPONSÁVEL			**PRAZO LIMPEZA/ROÇADA (EM DIAS)**		**VALOR MULTA**
***********908-10**			14 DIAS		**R$ 551,17**
Nº AUTO	**DATA DO AUTO**	**QUADRA Nº**	**LOTE Nº**	**BAIRRO**	**CADASTRO IMOBILIÁRIO**
546/2025	02/10/2025	05	17	JARDIM SANTA PAULA	11007600
CNPJ/CPF RESPONSÁVEL			**PRAZO LIMPEZA/ROÇADA (EM DIAS)**		**VALOR MULTA**
***********549-53**			14 DIAS		**R$ 551,17**
Nº AUTO	**DATA DO AUTO**	**QUADRA Nº**	**LOTE Nº**	**BAIRRO**	**CADASTRO IMOBILIÁRIO**
607/2025	04/11/2025	07	17	JARDIM ITAIPU II PARTE	8038200
CNPJ/CPF RESPONSÁVEL			**PRAZO LIMPEZA/ROÇADA (EM DIAS)**		**VALOR MULTA**
***********259-72**			14 DIAS		**R$ 551,17**
Nº AUTO	**DATA DO AUTO**	**QUADRA Nº**	**LOTE Nº**	**BAIRRO**	**CADASTRO IMOBILIÁRIO**
604/2025	04/11/2025	02	02	JARDIM ITAIPU II PARTE	8027200
CNPJ/CPF RESPONSÁVEL			**PRAZO LIMPEZA/ROÇADA (EM DIAS)**		**VALOR MULTA**
***********849-72**			14 DIAS		**R$ 551,17**
Nº AUTO	**DATA DO AUTO**	**QUADRA Nº**	**LOTE Nº**	**BAIRRO**	**CADASTRO IMOBILIÁRIO**
564/2025	22/10/2025	05	21	PARQUE OURO VERDE	40013000
CNPJ/CPF RESPONSÁVEL			**PRAZO LIMPEZA/ROÇADA (EM DIAS)**		**VALOR MULTA**
***********349-91**			14 DIAS		**R$ 367,45**
Nº AUTO	**DATA DO AUTO**	**QUADRA Nº**	**LOTE Nº**	**BAIRRO**	**CADASTRO IMOBILIÁRIO**
542/2025	09/09/2025	03	31	JARDIM CAPITAL	41009300

CNPJ/CPF RESPONSÁVEL	PRAZO LIMPEZA/ROÇADA (EM DIAS)	VALOR MULTA
*********899-34	14 DIAS	R$ 399,00

Nº AUTO	DATA DO AUTO	QUADRA Nº	LOTE Nº	BAIRRO	CADASTRO IMOBILIÁRIO
608/2025	10/11/2025	04	30	PARQUE DAS LARANJEIRAS II	76008300

CNPJ/CPF RESPONSÁVEL	PRAZO LIMPEZA/ROÇADA (EM DIAS)	VALOR MULTA
*********069-34	14 DIAS	R$ 367,45

Nº AUTO	DATA DO AUTO	QUADRA Nº	LOTE Nº	BAIRRO	CADASTRO IMOBILIÁRIO
609/2025	10/11/2025	08	22	JARDIM CANADÁ I	37016900

CNPJ/CPF RESPONSÁVEL	PRAZO LIMPEZA/ROÇADA (EM DIAS)	VALOR MULTA
*********848-70	14 DIAS	R$ 367,45

Nº AUTO	DATA DO AUTO	QUADRA Nº	LOTE Nº	BAIRRO	CADASTRO IMOBILIÁRIO
610/2025	10/11/2025	08	21	JARDIM CANADÁ I	37016800

CNPJ/CPF RESPONSÁVEL	PRAZO LIMPEZA/ROÇADA (EM DIAS)	VALOR MULTA
*********848-70	14 DIAS	R$ 367,45

Nº AUTO	DATA DO AUTO	QUADRA Nº	LOTE Nº	BAIRRO	CADASTRO IMOBILIÁRIO
560/2025	16/10/2025	28	02	JARDIM CANADÁ II	38004100

CNPJ/CPF RESPONSÁVEL	PRAZO LIMPEZA/ROÇADA (EM DIAS)	VALOR MULTA
*********009-00	14 DIAS	R$ 367,45

Nº AUTO	DATA DO AUTO	QUADRA Nº	LOTE Nº	BAIRRO	CADASTRO IMOBILIÁRIO
556/2025	14/10/2025	02	02	JARDIM ITAIPU II PARTE	8027200

CNPJ/CPF RESPONSÁVEL	PRAZO LIMPEZA/ROÇADA (EM DIAS)	VALOR MULTA
********* 849-72	14 DIAS	R$ 367,45

Nº AUTO	DATA DO AUTO	QUADRA Nº	LOTE Nº	BAIRRO	CADASTRO IMOBILIÁRIO
568/2025	03/11/2025	34	06	JARDIM CANADÁ II	38009500

CNPJ/CPF RESPONSÁVEL	PRAZO LIMPEZA/ROÇADA (EM DIAS)	VALOR MULTA
*********849-34	14 DIAS	R$ 367,45

Nº AUTO	DATA DO AUTO	QUADRA Nº	LOTE Nº	BAIRRO	CADASTRO IMOBILIÁRIO
631/2025	27/11/2025	03	19	JARDIM SANTA LUCIA I	14008400

CNPJ/CPF RESPONSÁVEL	PRAZO LIMPEZA/ROÇADA (EM DIAS)	VALOR MULTA
*********109-68	14 DIAS	R$ 826,76

Nº AUTO	DATA DO AUTO	QUADRA Nº	LOTE Nº	BAIRRO	CADASTRO IMOBILIÁRIO
587/2025	04/11/2025	09	10	JARDIM NOVO CENTRO 3	62012900

CNPJ/CPF RESPONSÁVEL	PRAZO LIMPEZA/ROÇADA (EM DIAS)	VALOR MULTA
*********071-21	14 DIAS	R$ 367,45

Nº AUTO	DATA DO AUTO	QUADRA Nº	LOTE Nº	BAIRRO	CADASTRO IMOBILIÁRIO
563/2025	21/10/2025	33	½-A	CENTRO	1074200

CNPJ/CPF RESPONSÁVEL	PRAZO LIMPEZA/ROÇADA (EM DIAS)	VALOR MULTA
*********249-68	14 DIAS	R$ 1.012,41

Nº AUTO	DATA DO AUTO	QUADRA Nº	LOTE Nº	BAIRRO	CADASTRO IMOBILIÁRIO
656/2025	02/12/2025	09	08	RESIDENCIAL CIDADE JARDIM	71013200

CNPJ/CPF RESPONSÁVEL	PRAZO LIMPEZA/ROÇADA (EM DIAS)	VALOR MULTA
*********059--53	14 DIAS	R$ 367,45

Tributário Municipal e demais lei vigente fica os citados Notificados e desejando poderão apresentar recurso a presente notificação no prazo de 15 dias.

Município e Comarca de Paiçandu, 16 de Dezembro de 2025.

MARINÊS H. DE SOUZA SILVA

Matrícula 4717

Agente Fiscal.

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:9A2EFAC6

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO 626-2025

Prefeitura Municipal de Paiçandu

Rua 7 de Setembro, 499 - Centro - Fone: 44 3244-0400 - CEP: 87.140-000

CNPJ (MF): 76.282.664/0001-52 PAICANDU/PR

DECRETO N.º 626/2025

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3354/2024, de 1 de novembro de 2024.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 74.000,00, destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação(ões)	
Órgão - 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
Unidade - 03003 - DIVISAO DE RECURSOS HUMANOS	
Funcional - 04.122.0302.2030000 - MANUTENCAO DA DIVISAO DE RECUROS HUMANOS	
Despesa - 50 - 319094 - 00000 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	**24.000,00**
Órgão - 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
Unidade - 03003 - DIVISAO DE RECURSOS HUMANOS	
Funcional - 04.122.0302.2030000 - MANUTENCAO DA DIVISAO DE RECUROS HUMANOS	
Despesa - 52 - 339047 - 00000 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	**50.000,00**
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>	**74.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução(ões)	
Órgão - 02 - GABINETE DO PREFEITO	
Unidade - 02003 - OUVIDORIA MUNICIPAL	
Funcional - 04.122.0201.2003000 - MANUTENCAO DA OUVIDORIA MUNICIPAL	
Despesa - 17 - 339014 - 00000 - DIÁRIAS - CIVIL	**2.000,00**
Órgão - 02 - GABINETE DO PREFEITO	
Unidade - 02008 - CONTOLADORIA MUNICIPAL	
Funcional - 04.122.0201.2087000 - MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA MUNICIPAL	
Despesa - 27 - 339014 - 00000 - DIÁRIAS - CIVIL	**2.000,00**
Órgão - 04 - SECRETARIA DE FAZENDA	
Unidade - 04006 - DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO	
Funcional - 04.129.0403.2140000 - MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO	
Despesa - 84 - 339039 - 00000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	**20.000,00**
Órgão - 12 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
Unidade - 12001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
Funcional - 08.244.1201.2081000 - MANUT. DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA SOCIAL	
Despesa - 174 - 339032 - 00000 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	**50.000,00**
TOTAL DAS ANULAÇÕES =>	**74.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 16 de dezembro de 2025

ISMAEL BATISTA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Verônica Simão Benatti
Código Identificador:DF2E129B

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PAC 2026 ATUALIZADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU-PR

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE PAIÇANDU.

Secretário (a) Municipal Aparecida Cândida Pereira Suyti

PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES (LEI Nº 14.133/21)

1. APRESENTAÇÃO:

O Plano de Contratações Anual – PCA é fruto de uma gestão comprometida com resultados e com a transparência dos gastos públicos. É um documento que consolida todas as contratações que a Prefeitura Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Paiçandu-PR, pretende realizar no exercício financeiro de 2026.

Se constitui de uma ferramenta de planejamento dos gastos municipais que busca aperfeiçoar a governança e a gestão das contratações, possibilitando a maximização dos resultados institucionais e o uso racional dos recursos públicos, porquanto sua construção vincula as despesas previstas no PCA com as disponibilidades orçamentárias de acordo com os limites por Ação Orçamentária, Fonte de Recurso e Sub-elemento de Despesa.

A elaboração de um Planejamento de Compras e Contratações materializa a obrigação conforme Lei Federal n°. 14.133/2021, que dispõe sobre as normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

2. OBJETIVOS:

1. Fortalecer a cultura de planejamento das necessidades de suprimento de materiais e serviços na unidade administrativa da Prefeitura Municipal de Paiçandu-Pr.

2. Aperfeiçoar a gestão interna das compras por meio da previsibilidade das demandas com vistas à eficiência dos estoques em almoxarifados, com redução de desperdícios e com a economicidade e racionalização de gastos;

3. Propor alternativas de atuação e modelos de aquisições e contratações corporativas, proporcionando a redução do número de processos licitatórios;

4. Ampliar a transparência com a divulgação das estimativas de aquisição de todas as unidades compradoras no Portal da Transparência do Município e ao Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP;

5. Divulgar as expectativas de compras para o mercado fornecedor, fomentando, sobretudo a participação, das micro e pequenas empresas (MPE’s) nos processos licitatórios, e, por consequência, o desenvolvimento econômico local e regional.

3. DIRETRIZES:

O Planejamento Anual de Compras deverá adotar as seguintes diretrizes:

1. Qualidade e produtividade do gasto;

2. Garantir a transparência e a celeridade das contratações e aquisições.

3. As ações e metas estabelecidas no Plano Plurianual de Ação Governamental e suas disponibilidades orçamentárias e financeiras para as aquisições;

4. As contratações vigentes;

5. As disponibilidades de materiais em estoque.

6. O consumo médio do órgão nos últimos 12 (doze) meses que antecederem a elaboração do plano de contratações anual.

4. ETAPAS

A primeira etapa da elaboração do Plano de Contratações Anual se iniciou com a apresentação aos Diretores e demais servidores da entidade, da importância de sua elaboração e implementação para a Prefeitura Municipal de Paiçandu- Pr., para as empresas fornecedores de bens e serviços para a administração e para a sociedade, sob três perspectivas:

a) quanto ao aprendizado e crescimento da unidade administrativa da Prefeitura Municipal de Paiçandu - Pr. com o aperfeiçoamento das competências gerenciais e técnicas para as compras e contratações.

b) sob a aspectos dos recursos públicos, aprimorando a gestão e a execução dos gastos públicos e

c) sob a perspectiva de resultados com a otimização da disponibilidade e do desempenho dos objetos a serem adquiridos.

A segunda etapa consistiu no levantamento das necessidades da Prefeitura Municipal de Paiçandu -Pr.

Não foi utilizado um documento específico para preenchimento.

A terceira etapa consistiu na consolidação e tratamento das necessidades levantadas pela Unidade Gestora da Prefeitura Municipal.

Enfim, a construção do Plano de Contratações Anual foi desenvolvida pela Prefeitura Municipal de Paiçandu -Pr., após ampla análise e debates em reuniões com toda a equipe para alinhamento das ações necessárias para 2026.

5. DEFINIÇÕES

Compra: aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente, considerada imediata aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento;

Serviço: atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da Administração;

Obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;

Bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

Serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;

Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra: aqueles cujo modelo de execução contratual exige, entre outros requisitos, que:

a) Os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços;

b) O contratado não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos;

c) o contratado possibilite a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos;

Serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput do art. 6º da Lei 14133/2021, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados.

6. PRINCÍPIOS APLICÁVEIS ÀS LICITAÇÕES LEGALIDADE –

Vincula os licitantes e Unidade Gestora do Prefeitura Municipal de Paiçandu -Pr. às regras estabelecidas nas normas e princípios em vigor;

ISONOMIA - Significa dar tratamento igual a todos os interessados. É condição essencial para garantir a competição em todos os procedimentos licitatórios;

IMPESSOALIDADE - Obriga a Administração a observar nas decisões, critérios objetivos previamente estabelecidos, afastando a discricionariedade e o subjetivismo na condução dos procedimentos de licitação;

MORALIDADE E PROBIDADE ADMINISTRATIVA - A conduta dos licitantes e dos agentes públicos deve ser, além de lícita, compatível com a moral, a ética, os bons costumes e as regras da boa administração;

PUBLICIDADE - Qualquer interessado pode ter acesso às licitações públicas e ao respectivo controle, mediante divulgação dos atos praticados pelos administradores em todo procedimento de licitação;

VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO - Obriga a Administração e os licitantes a observarem as normas e condições estabelecidas no ato convocatório. Nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no instrumento convocatório;

JULGAMENTO OBJETIVO - O administrador deve observar critérios objetivos definidos no ato convocatório para julgamento da documentação e das propostas. Afasta a possibilidade de o julgador utilizar-se de fatores subjetivos ou de critérios não previstos no instrumento de convocação, ainda que em benefício da própria Administração;

CELERIDADE - Princípio consagrado como uma das diretrizes a ser observada em licitações na modalidade pregão, busca simplificar procedimentos de rigorismos excessivos e de formalidades desnecessárias. As decisões, sempre que possível, devem ser tomadas no momento da sessão;

COMPETIÇÃO - Esse princípio conduz o gestor a buscar sempre o maior número de competidores interessados no objeto licitado. Nesse sentido, a Lei de Licitações veda estabelecer, nos atos convocatórios, exigências que possam, de alguma forma, admitir, prever ou tolerar, condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação.

7. ORÇAMENTO POR ÓRGÃO/SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - PR

VALOR ESTIMADO DO PAC PARA 2026 DE TOTAL R$ 8.486.003,94 (Oito milhões, quatrocentos, oitenta e seis mil, três reais e noventa e quatro centavos).

8. DO MONITORAMENTO DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

O monitoramento do plano será realizado pela **Contabilidade, Planejamento e pelo Controle Interno**, a cada 3 (três) meses, através do acompanhamento da execução do plano de contratações anual, com o objetivo de avaliar o andamento das contratações de forma a identificar a tempestividade das contingências que possam comprometer o cumprimento do plano.

9. CONCLUSÃO

No atual cenário ao qual o País se encontra, é de suma importância encontrar maneiras eficientes para racionalizar recursos.

Ações de planejamento, como determina a Lei n. 14133/2021, além de não oferecerem custos extras à gestão, são bastante eficazes nessa racionalização, além de garantir uma boa qualidade ao produto ou serviço contratado.

Uma Administração Pública com um plano estratégico de compras consegue se planejar ao longo do ano e observar quais os produtos e serviços são realmente essenciais para realizar suas funções e, desta forma, se organizar para a realização de contratações (bens e serviços) mais assertivas, sem sobras ou gastos extras.

O presente Plano de Contratações Anual deverá entrar em vigor a partir de 1° de janeiro de 2026 e foi concebido como sendo mais conveniente, face a conjuntura econômica e racionalização dos recursos colocados à disposição, não sendo algo rígido, uma vez que, em seu decurso poderá ser reavaliado e readequado às necessidades vivenciadas, podendo sofrer alteração das despesas previstas.

O Plano de Contratações Anual da Prefeitura Municipal será publicado no Site oficial da Prefeitura e no PNCP (Portal Nacional de Contas Públicas), quando disponível, garantindo rápido acesso às informações aos cidadãos e às empresas que queiram se organizar para participar das futuras contratações públicas.

Consta neste Plano de Contratações Anual as contratações previstas e realizadas antes do início de sua vigência e que estão dentro do exercício 2026.

Integra este Plano de Contratações Anual abaixo descrito

ANEXO 1 - PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL 2026 – NOVOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO

1- SERVIÇOS

UNIDADE RESPONSÁVEL	DATA PREVISTA	CLASSIFICAÇÃO	PREVISÃO ADITIVOS	OBJETO SIMPLIFICADO	UNIDA DE	VALOR TOTAL ESTIMADO
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	JANEIRO	Serviços de Terceiros	Continuo	Coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos	Serviço	R$ 3.800.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	JANEIRO	Serviços de Terceiros	Continua	Coleta, transporte e destinação final de materiais reciclados	Serviço	R$ 480.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	JANEIRO	Serviços de terceiros/Material	Não Continuo	Cercamento do Aterro Sanitário Municipal de Paiçandu	Serviço	R$ 300.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	JANEIRO	Serviços de Terceiros	Continuo	Sistema Pet's causa animal	Serviço	R$ 60.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	JANEIRO	Serviços de Terceiros	Continuo	Projetos Educação Ambiental	Serviço	R$ 60.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	JANEIRO	Serviços de Terceiros	Continuo	Cremação de Animais de Rua	Serviço	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	JANEIRO	Serviços de Terceiros	Continuo	Conscientização ambiental / PLACAS	Serviço	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	JANEIRO	Serviços de Terceiros	Continuo	Analises de Água e solo do Cemitério e Aterro Sanitário	Serviço	R$ 80.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	JANEIRO	Serviços de Terceiros	Continuo	Credenciamento de clínica veterinária, ambulatorial UMESS	Serviço	R$250.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	JANEIRO	Serviços de Terceiros	Continuo	Credenciamento de clínica veterinária urgência	Serviço	R$150.000,00
VALOR TOTAL						R$ 5.310.000,00

2- COMPRAS

UNIDADE RESPONSÁVEL	DATA PREVISTA	CLASSIFICAÇÃO		PREVISÃO ADITIVOS	OBJETO SIMPLIFICADO	UNIDADE	VALOR TOTAL ESTIMADO
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	JANEIRO	Material Consumo	de	Continuo	Ração e medicação		R$ 100.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	JANEIRO	Material Consumo	de	Não continuo	Pneus		R$ 20.000,00

Secretaria Municipal de Meio Ambiente	JANEIRO	Material Consumo	de	Continuo	Materiais de expediente e gráficos		R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	JANEIRO	Material Consumo	de	Não Continuo	Manutenção do Viveiro		R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	JANEIRO	Material Consumo	de	Não continuo	Contratação de empresa especializada para confecção e instalação de Placa de Granito na nova sede da Secretaria de Meio Ambiente		R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	JANEIRO	Material Consumo	de	Não continuo	AQUISIÇÃO HIDRANTES E EQUIPAMENTOS		R$ 150.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	JANEIRO	Material Consumo	de	Não continuo	Manutenção da Arborização		R$ 100.000,00
VALOR TOTAL							R$ 450.000,00

3 – OBRAS

UNIDADE RESPONSÁVEL	DATA PREVISTA	CLASSIFICAÇÃO DOTAÇÃO	PREVISÃO ADITIVOS	OBJETO SIMPLIFICADO	MODALIDADE	PREVISÃO ADITIVO	VALOR TOTAL ESTIMADO	RECURSO PROPRIO

4- RENOVAÇÕES DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

UNIDADE RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO OBJETO	CLASSIFICAÇÃO DOTAÇÃO	MODALIDADE COMPRA	FORMA CONTRATAÇÃO	PREVISÃO ADITIVO	PREVISÃO DAS RENOVAÇÕES	VALOR TOTAL ESTIMADO
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	contratação de empresa habilitada para realizar serviço de dedetização de insetos, descupinização e remoção de enxames de abelhas e marimbondos com ferrão	Serviços de Terceiros	Registro De Preço	EM PROCESSO LICITATORIO	EM PROCESSO LICITATORIO	EM PROCESSO LICITATORIO	R$ 85.582,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Operação Transbordo	Serviço de Terceiros	Registro De Preço	EM PROCESSO LICITATORIO	EM PROCESSO LICITATORIO	EM PROCESSO LICITATORIO	R$ 1.424.260,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	LICITAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO	Material de Consumo	Registro De Preço	EM PROCESSO LICITATORIO	EM PROCESSO LICITATORIO	EM PROCESSO LICITATORIO	R$ 43.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Licitação para contratação de Empresa para Prestação de Serviços Especializados de Engenharia Ambiental e Sanitária, e/ou áreas afins.	Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	Pregão Eletrônico	EM PROCESSO LICITATORIO	EM PROCESSO LICITATORIO	EM PROCESSO LICITATORIO	R$ 241.271,75
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	MARCILON RODRIGUES OE OLIVEIRA, remoção de enxames de abelhas e marimbondos com ferrão	Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	Pregão Presencial	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2023	01/09/2025	Sem Renovação	R$00,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	aquisição de EQUIPAMENTOS	Material de Consumo	Pregão Eletrônico	EM PROCESSO LICITATORIO	EM PROCESSO LICITATORIO	EM PROCESSO LICITATORIO	R$116.826,05

Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Materiais permanentes, tipo mobiliário de escritório para equipar a nova sede da SEMA para a execução dos Planos, Programas e Projetos destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Paiçandu Paraná	Material de Consumo	Pregão Eletrônico	EM PROCESSO LICITATORIO	EM PROCESSO LICITATORIO	EM PROCESSO LICITATORIO	R$ 125.914,14
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	GRESCON CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA, Construção Nova Sede da Secretaria	Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	Concorrência	CONTRATO Nº 37/2024 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2024	29/05/2026	Sem Renovação	R$ 00,00
Secretaria Municipal de	L.R CELICO SERVIÇOS – ME, CARROCERIA NOVA CARGA SECA METÁLICA, MUNCK, cesto de fibra	Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	Pregão Eletrônico	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025 ATA DE	11/03/2026	Sem Renovação	R$ 00,00
Meio Ambiente				REGISTRO DE PREÇOS Nº 16			
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	AMIGOS TRUCK CENTER LTDA- EPP, ALONGAMENTO DE CHASSI DE CAMINHÃO	Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	Pregão Eletrônico	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17	11/03/2025	Sem Renovação	R$00,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	JOSE ALLES PEREIRA, coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de exumação de cemitério	Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	Pregão Eletrônico	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2024 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 138	26/09/2025	Sem Renovação	R$ 00,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	DINAMUS SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA LTDA, Contratação de empresa especializada em segurança patrimonial para a execução de serviços de vigilância desarmada.	Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	PREGÃO PRESENCIAL	Contrato 32/2023	13/12/2025	Renovação	R$ 430.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	DELMASSO & DELMASSO LTDA, elaboração de Projetos Arquitetônico do Parque Ecológico Municipal incluindo projeto de drenagem urbana	Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	PREGÃO PRESENCIAL	CONTRATO Nº 093/2021	27/10/2025	Renovação	R$ 00,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	SOL BRASIL SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, prestação de serviços de coleta de resíduos sólidos em residências e estabelecimentos comerciais de Paiçandu – Pr	Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	PREGÃO PRESENCIAL	CONTRÀTO N° 023/2022	15/05/2026	Sem Renovação	R$ 2.150.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	FALDÃO & FALDÃO LTDA, prestação de serviços de locação de caminhão basculante com motorista e escavadeira hidráulica com operador	Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	PREGÃO ELETRÔNICO	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20	08/05/2026	Renovação	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	E M MURTA CLÍNICA VETERINÁRIA EIRELI-ME, prestação de serviços de castração/consulta/procedimentos, de cães e gatos, na UMEES	Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	INEXIGIBILIDADE	DO CONTRATO Nº 20/2024 – INEXIGIBILIDADE Nº 02/2024	18/09/2025	Sem Renovação	R$ 00,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	CLÍNICA VETERINÁRIA CÃOPANHEIROS LTDA, credenciamento de pessoa jurídica prestadora de serviços médico veterinários nas especialidades de	Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	INEXIGIBILIDADE	DO CONTRATO Nº 21/2024 – INEXIGIBILIDADE Nº 01/2024	18/09/2025	Sem Renovação	R$ 00,00

	cirurgia de baixa e média complexidade						
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	CLÍNICA VETERINÁRIA CÃOPANHEIROS LTDA, prestação de serviços de castração/consulta/procedimentos, de cães e gatos, na UMEES	Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	INEXIGIBILIDADE	DO CONTRATO Nº 19/2024 – INEXIGIBILIDADE Nº 02/2024	18/09/2025	Sem Renovação	R$ 00,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	ENGEBRAX SANEAMENTO E TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA, contratação de empresa especializada na área de Engenharia Ambiental e/ou áreas afins, para a elaboração do Plano de Controle Ambiental PCA	Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	Dispensa	DISPENSA ELETRÔNICA Nº 05/2025 CONTRATO Nº 10	21/02/2026	Sem Renovação	R$ 00,00

Secretaria Municipal de Meio Ambiente	SOLUÇÃO NETWORK PROVEDOR LTDA, contratação de uma empresa especializada em Tecnologia de INTERNET	Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	PREGÃO ELETRÔNICO	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2024 CONTRATO Nº 113	02/12/2025	Renovação	R$ 2.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES ERECICLADORES DE PAIÇANDU – ACARP, contratação de serviços de coleta, triagem, processamento, transporte e destinação final de materiais reciclados	Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica		CONTRATO Nº 090/2021 DISPENSA Nº 043/2021 PROCESSO Nº 126/2021	16/11/2025	Sem Renovação	R$ 00,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	TRITECH SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, locação de britador	Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	Dispensa	DISPENSA ELETRÔNICA Nº 29/2024 CONTRATO Nº 101	04/11/2025	Sem Renovação	R$ 00,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	TRITECH SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, locação de um triturador de galhos troncos e madeiras	Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	Dispensa		04/11/2025	Sem Renovação	R$ 00,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	LIDER ENGENHARIA E PLANEJAMENTO DE CIDADES LTDA Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta e análises laboratoriais de água e solo, no Cemitério e Aterro Sanitário do município de Paiçandu,	Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	Pregão Presencial	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.31/2024 PREGÃO PRESENCIAL N. 13/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 30/2024	22/07/2025	Sem Renovação	R$ 00,00

Secretaria Municipal de Meio Ambiente	VELHA GRAFICA LTDA, aquisição por dispensa de licitação de lixo car., e impressão de folders para realização de campanha de Educação Ambiental	Material	Dispensa	DISPENSA ELETRÔNICA Nº 16/2025 CONTRATO Nº 45	NÃO	Sem Renovação	R$ 00,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	SINGLE FIN IMPORTACOES E SERVICOS LTDA, aquisição de sementes de árvores nativas, para realização de campanha de Educação Ambiental	Material	Dispensa	DISPENSA ELETRÔNICA Nº 16/2025 CONTRATO Nº 44	NÃO	Sem Renovação	R$ 00,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	LUANA PEDRA HUME LTDA, empresa especializada para fornecimento de geomembrana PEAD 2 mm, com instalação	Material/Serviço	PREGÃO ELETRÔNICO	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25	18/06/2026	Sem renovação	R$ 00,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	CWB INFOCEL BRINDES E IMPRESSOS LTDA, a aquisição de sementes de árvores nativas, e sacos para plantio campanha de Educação Ambiental	Material	Dispensa	DISPENSA ELETRÔNICA Nº 16/2025 CONTRATO Nº 43	NÃO	Sem Renovação	R$ 00,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	TUPY TUBOS DE CONCRETO E	Material de Consumo	PREGÃO ELETRÔNICO	PREGÃO ELETRÔNICO	10/06/2026	Renovação	R$ 25.000,00

	ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, aquisição de tubos de concreto, tubos PEAD corrugados perfurados, camisas geotêxtis e luvas para emenda			Nº 14/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24			
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	N63 COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, aquisição de sacos plásticos para acondicionamento de materiais recicláveis	Material	PREGÃO PRESENCIAL	Contrato 17/2023	15/04/2026	Renovação	R$ 30.000,00

Secretaria Municipal de Meio Ambiente	I. A. SAVOLDI JUNIOR & CIA. LTDA, agulha e seringa	Material	Dispensa	DO CONTRATO Nº 66/2024 – DISPENSA ELETRONICA Nº 11/2024		Sem Renovação	R$ 00,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	DIPAR FERRAGENS LTDA, aquisição de placas informativas	Material	Dispensa	DISPENSA ELETRÔNICA Nº 24/2024 CONTRATO Nº 93	14/10/2025	Sem Renovação	R$ 00,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	LICITAPHARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS VETERINARIOS, medicamentos veterinários	Material	Pregão Presencial		19/08/2025	Sem Renovação	R$ 00,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	PET VET COMERCIO DE RAÇÕES LTDA, Ração	Material	Pregão Presencial	PREGÃO PRESENCIAL N. 21 /2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 57/202	19/08/2025	Sem Renovação	R$ 00,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	STERF COMERCIO E IMPORTAÇÃO LTDA STERF COMERCIO E IMPORTAÇÃO LTDA, Microchip	Material	Pregão Eletrônico	PREGÃO ELETRONICO N.21 /2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 57/2024	19/08/2025	Sem Renovação	R$ 00,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	ALC MORAES COMERCIAL LTDA, medicamentos veterinários	Material	Pregão Eletrônico	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.52/2024 PREGÃO ELETRONICO	19/08/2025	Sem Renovação	R$ 00,00

				N.21 /2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 57/2024			
VALOR TOTAL							R$ 2.726.003,94
VALOR TOTAL GERAL						R$ 8.486.003,94	

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PUBLICOS

2- COMPRAS

UNIDADE RESPONSÁVEL	DATA PREVISTA	CLASSIFICAÇÃO	PREVISÃO ADITIVOS	OBJETO SIMPLIFICADO	UNIDADE	VALOR TOTAL ESTIMADO
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E DEMAIS SECRETARIAS	02/2026	Compras Pessoa Jurídica	SIM	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA P/ AQUISIÇAO DE PRODUTOS QUIMICOS P/ LAVAGEM DE VEICULOS	Bens de consumo	R$ 70.000,00
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS	02/2026	Compras Pessoa Jurídica	SIM	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA P/ AQUISIÇAO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO	Bens de consumo	R$ 250.000,00
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E AGRICULTURA	04/2026	Compras Pessoa Jurídica	SIM	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA P/ AQUISIÇAO DE PEÇAS P/ MAQUINAS PESADAS	Bens de consumo	R$ 650.000,00
				VALOR TOTAL		R$ 970.000,00

VALOR ATUALIZADO DO PAC PARA 2026 SERÁ NO TOTAL R$ 60.513.159,51 (Sessenta milhões, quinhentos e treze mil, cento e cinquenta e nove reais e cinquenta e um centavos).

Publicado por:
Verônica Simão Benatti
Código Identificador:8E00E43A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 379/2025

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer, Sra. DIRLENE APARECIDA DELFRATE, portador da cédula de identidade R.G n° 3.XXX.XXX-8 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n° 541.XXX.XXX-68, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal nº 17.958/2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 79/2025**, processo administrativo n.º 24507/2025, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de refeições e lanches através da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, conforme especificado no edital de licitação, que é parte integrante desta Ata.

1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: SUPERMERCADO OSTERNACK E MORES LTDA CNPJ/CPF: 38.315.455/0001-79

LOTE 2

Valor Total do Lote: 35.998,86 (trinta e cinco mil, novecentos e noventa e oito reais e oitenta e seis centavos)

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	SANDUÍCHE TIPO MISTRO FRIO: 01 UNIDADE DE PÃO FRANCÊS (OPÇÃO DE COM E SEM MARGARINA), 01 FATIA DE MUSSARELA E 01 FATIA DE PRESUNTO.	Serviço	UNID.	7.700	R$ 2,9900	R$ 23.023,0000
2	SANDUÍCHE COMPOSTO DE: 01 UNIDADE DE PÃO FRANCÊS (OPÇÃO DE COM E SEM MARGARINA), 01 FATIA DE MUSSARELA E 01 HAMBÚRGUER BOVINO TIPO CONGELADO	Serviço	UNID.	3.800	R$ 3,4147	R$ 12.975,8600

Valor Total Homologado - R$ 35.998,86

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1 – Prazo e forma de entrega/execução:

2.1.1. Os itens com código: 46261 e 108840, referidos no lote 01 (Refeição e Prato Feito) serão realizadas no próprio estabelecimento do fornecedor, caso o estabelecimento venha a não suportar as demandas de pessoas que irão frequentar nos determinados dias, a empresa deverá se atendar em um ambiente propício a atender a todos e proporcionar qualidade no atendimento e no fornecimento das refeições. Deverá ser informado através de empenho, em prazo de até 48 horas antes (2 dias);

2.1.2. O item com código igual a 108840 (Prato Feito) quando ofertado para o público infantil deverá apresentar um preparo que evite condimentos fortes, excesso de gordura, sal ou pimenta. O valor ofertado deverá ser justo e proporcional ao público atendido, considerando a menor quantidade de insumos por porção e o perfil nutricional exigido. A especificação de preparo próprio para o público infantil será mencionado previamente no;

2.1.3. Nos itens com código: 108841 e 108842, referidos no lote 02 (Sanduíches), deverão ser atendidos com um prazo de informação de pedido 24 horas antes (1 dia), disponibilizando assim os sanduíches de qualidade, com produtos frescos;

2.2 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

2.2.1. O endereço de entrega, para os itens que se fizerem necessários, serão combinados no momento da solicitação dos itens, assim como o seu horário de recebimento;

2.2.2. Informamos assim que a responsabilidade de liberação é através do responsável da pasta, podendo ser secretário ou diretor;

2.2.3 Diante aos requisitos dentre a análise de riscos e outras questões alimentícias, a empresa deverá estar **localizada dentro da área urbana da cidade de Palmeira/PR**. Visto que a demanda desse fornecimento é imprevisível e possivelmente de pouca quantidade, além da refeição ser no próprio município, a qual deve ser servida em estabelecimento da contratada, sendo inviável o deslocamento para outro município;

2.2.4 A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer desenvolverá um sistema de cupons de refeição para melhor organização/além da tratativa pessoal e comunicação verbal para liberação de refeição. Salientando que estes serão utilizados apenas em épocas de jogos de grande escala, como por exemplo: JEPAL. Sendo eventos, ações e programações esportivos que requerem tempo integral ou fornecimento de refeição, com abrangência de árbitros, equipe diretiva dos jogos e alunos residentes da área rural – participantes das competições;

2.2.5. A Empresa deverá seguir todos os parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal, portanto fica expressamente vedada a aquisição de marmita e refeição sem o prévio empenho, no qual o empenho vai ser emitido conforme a necessidade de cada Órgão Municipal, seja estimativo/ordinário. Sendo este utilizado para controle refeições, já que o mesmo deve conter a quantidade especificada de cada item a ser solicitado;

2.3 – Demais informações necessárias para execução do objeto:

2.3.1. Nota-se que nos itens com os códigos: 46261 e 108840, está descrito o fornecimento de SUCO OU REFRIGERANTE 350 ML, ou seja, é dever da secretaria requerente, diante a demanda do público, sendo informado em loco a determinação qual a opção de bebida de escolha. Portanto, a empresa, ao participar da presente licitação deverá se atentar a este requisito, visto ser uma obrigação e o não cumprimento leva a notificação e penalidade extrajudicial;

2.3.2 No requisito fornecimento em finais de semana, obrigatoriamente a empresa deverá atender as demandas solicitadas, mesmo que não ocorram em dia comercial e independente da quantidade necessária. Ex: em domingo, dia de evento esportivo necessitando de alimentação a arbitragem/atletas/dirigentes, a empresa deverá atender a demanda da refeição.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O prazo para o pagamento será de até 10 (dez) dias úteis após a emissão da Nota Fiscal, nesta, deverá constar o número do empenho, da licitação, número do contrato e descrição dos itens.

Endereço de e-mail para ser enviada a nota fiscal:

E-mail: esporteelazer.palmeira@gmail.com

3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito. Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados

3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.4 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho e o número da licitação, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.

3.6 No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso,

devidamente corrigido considerando-se o INPC-Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.

12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.

12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.

12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.

12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A fiscalização do objeto contratado será exercida através das servidoras da Secretaria Municipal de Assistência Social, que terão como atribuições acompanhar a execução do contrato, verificar o cumprimento das obrigações assumidas pelas partes e zelar pelo fiel cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis. Os fiscais de contrato foram designados conforme Decreto Municipal nº 17.920/2025

a) Thiago Henrique Rigoni de Pontes

13.2. Os fiscais de contrato deverão atuar de forma independente e imparcial, comunicando prontamente quaisquer irregularidades ou descumprimentos contratuais às partes envolvidas, a fim de que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, Estado do Paraná 07 de novembro de 2025

Município De Palmeira

CNPJ/MF sob o n.º 76.179.829/0001-65

DIRLENE APARECIDA DELFRATE

CPF/MF sob o n.° 541.XXX.XXX-68

(Decreto Municipal n.º 17.878/2025)

Secretário Municipal de Educação, Esporte e Lazer

Contratante

Supermercado Osternack E Mores

CNPJ/MF: 38.315.455/0001-79

ALESSANDRO OSTERNACH

CPF/MF sob o n.° 742.xxx.xxx-91

Contratada

Testemunhas:

_____

Thiago Henrique Rigoni de Pontes

R.G nº 73181844

Fiscal Titular do Contrato

_____

Gleicy de Cassia Bordignon Ferreira

R.G sob o nº 8.478.310-2

Fiscal Suplente do Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário.

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 SUPERMERCADO OSTERNACH E	246	38.315.455/0001-79	128.225,00	35.998,86		Sim
2 MARILENE HEGGELER DA SILVA	919	35.061.663/0001-09	128.225,00	36.000,00	0,00	Sim
3 CACIA GUERRA FRANCO - ME	915	14.476.021/0001-92	128.225,00	53.600,00	48,89	Sim
4 YASMINI GOURMET - CAFÉ E	756	19.305.062/0001-30	128.225,00	80.000,00	49,25	Sim
5 34.095.288 ODAIR PEREIRA STADLER	690	34.095.288/0001-47	128.225,00	84.199,00	5,25	Sim
6 ATEXARA TECNOLOGIA E SOLUÇÕES	685	24.925.253/0001-34	128.225,00	128.225,00	52,29	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:33852418

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 384/2025

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento

Urbano, **Sr. FABIANO BISHOP CASSANTA,** brasileiro, inscrito no **CPF/MF sob o n° 029.655.819-28,** portador da Cédula de Identidade Civil **R.G sob o n° 7.631.137-4 SSP/PR**, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 17.961/2025** considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 83/2025**, processo administrativo nº 26433/2025, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição sob demanda de tintas e moldes gabaritos para sinalização viária, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, conforme especificado no edital de licitação, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: S SILPER COMERCIAL DIAMANTE LTDA

CNPJ/CPF: 48.419.084/0001-29

LOTE 1

Valor Total do Lote: 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais)

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	TINTA ACRÍLICA A BASE DE SOLVEN-TE NA COR BRANCA, EMBALADA EM RECIPIENTES METÁLICOS, CILÍNDRI-COS, POSSUINDO TAMPA REMOVÍVEL COM DIÂMETRO IGUAL AO DA EM-BALAGEM , LATA DE 18 LITROS, COM TEMPO DE SECAGEM DE 12 MINUTOS, RESISTÊNCIA A ABRASÃO DE 80 LI-TROS, MASSA ESPECÍFICA DE 1,45 G/CM³, RESITÊNCIA AO INTEMPERIS-MO DE COR E INTEGRIDADE INALTE-RADAS EM 400 HORAS APÓS APLICA-ÇÃO NA VIA	VIAPLUS TINTA DEMARCAÇÃO 18 LITROS	UNID.	80	R$ 160,0000	R$ 12.800,0000

LOTE 2

Valor Total do Lote: 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais)

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	TINTA ACRÍLICA A BASE DE SOLVEN-TE NA COR AMARELA, EMBALADA EM RECIPIENTES METÁLICOS, CILÍN-DRICOS, POSSUINDO TAMPA REMO-VÍVEL COM DIÂMETRO IGUAL AO DA EMBALAGEM , LATA DE 18 LITROS, COM TEMPO DE SECAGEM DE 12 MINUTOS, RESISTÊNCIA A ABRASÃO DE 80 LITROS, MASSA ESPECÍFICA DE 1,45 G/CM³, RESITÊNCIA AO INTEM-PERISMO DE COR E INTEGRIDADE INALTERADAS EM 400 HORAS APÓS APLICAÇÃO NA VIA	VIAPLUS TINTA DEMARCAÇÃO 18 LITROS	UNID.	80	R$ 160,0000	R$ 12.800,0000

LOTE 3

Valor Total do Lote: 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais)

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	TINTA ACRÍLICA A BASE DE SOLVENTE NA COR AZUL, EMBALADA EM RECIPIENTES METÁLICOS, CILÍNDRICOS, POSSUINDO TAMPA REMOVÍVEL COM DIÂMETRO IGUAL AO DA EMBALAGEM, LATA DE 18 LITROS, COM TEMPO DE SECAGEM DE 12 MINUTOS, RESISTÊNCIA A ABRASÃO DE 80 LITROS, MASSA ESPECÍFICA DE 1,45 G/CM³, RESITÊNCIA AO INTEMPERISMO DE COR E INTEGRIDADE INALTERADAS EM 400 HORAS APÓS APLICAÇÃO NA VIA.	VIAPLUS TINTA DEMARCAÇÃO 18 LITROS	UN	30	R$ 160,0000	R$ 4.800,0000

LOTE 5

Valor Total do Lote: 5.070,00 (cinco mil e setenta reais)

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	SOLVENTE PARA TINTA DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA, À BASE DE RESINA ACRÍLICA, GALÃO DE 18 LITROS.	VIAPLUS SOLVENTE 18 LITROS	UN	30	R$ 169,0000	R$ 5.070,0000

LOTE 6

Valor Total do Lote: 2.938,96 (dois mil, novecentos e trinta e oito reais e noventa e seis centavos)

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	MOLDE GABARITO PARA PINTURA DE VAGA ESPECIAL PARA ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS QUE TRANSPORTAM OU QUE SEJAM CONDUZIDOS POR PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIAS FÍSICAS (DEF). FEITO EM PS 2MM OU MATERIAL DE RESISTÊNCIA SIMILAR, LAVÁVEL E REUTILIZÁVEL IDEAL PARA SINALIZAÇÃO URBANA. O TAMANHO DEVERÁ RESPEITAR O QUE DISPÕE A RESOLUÇÃO 973/2022 - CONTRAN.	VIAPLUS MOLDE PARA PINTURA VAGA ESPECIAL	UN	2	R$ 1.469,4800	R$ 2.938,9600

LOTE 7

Valor Total do Lote: 2.966,14 (dois mil, novecentos e sessenta e seis reais e quatorze centavos)

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	MOLDE GABARITO PARA PINTURA DE VAGA ESPECIAL PARA ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS QUE SEJA CONDUZIDO POR PESSOAS COM 60 ANOS OU MAIS (IDS) FEITO EM PS 2MM OU MATERIAL DE RESISTÊNCIA SIMILAR, LAVÁVEL E REUTILIZÁVEL IDEAL PARA SINALIZAÇÃO URBANA. O TAMANHO DEVERÁ RESPEITAR O QUE DISPÕE A RESOLUÇÃO 973/2022 - CONTRAN.	VIAPLUS MOLDE PARA PINTURA VAGA ESPECIAL	UN	2	R$ 1.483,0700	R$ 2.966,1400

LOTE 8

Valor Total do Lote: 3.974,02 (três mil, novecentos e setenta e quatro reais e dois centavos)

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	GABARITO PARA PINTURA DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA (FAIXA DE PEDESTRES), FEITO EM PS 2MM OU MATERIAL DE RESISTÊNCIA SIMILAR, LAVÁVEL E REUTILIZÁVEL IDEAL PARA SINALIZAÇÃO URBANA. O TAMANHO DEVERÁ RESPEITAR O QUE DISPÕE A RESOLUÇÃO 973/2022 - CONTRAN.	VIAPLUS GABARITO SINALIZAÇÃO FAIXA DE PEDESTRE	UN	2	R$ 1.987,0100	R$ 3.974,0200

Valor Total Homologado - R$ 45.349,12

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1– Prazo e forma de entrega/execução:

2.1.1. Os produtos serão fornecidos parceladamente de acordo com a(s) demanda(s) da Secretaria Municipal requisitante durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

2.1.2. A cada demanda a Secretaria emitirá Nota de Empenho, na qual constarão as quantidades necessárias e encaminhará via e-mail para a Contratada.

2.1.3. Após o recebimento da Nota de Empenho, a Contratada deverá efetuar a entrega em até 15 (quinze) dias corridos.

2.1.4. Eventuais pedidos de prorrogação, deverão ser protocolados, antes do vencimento do prazo de entrega, devidamente justificado pela Contratada, para serem submetidos à apreciação da autoridade competente.

2.2 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

a) A Contratada deverá efetuar a entrega no Departamento de Almoxarifado Central, localizado junto ao Complexo Esportivo Sebastião Amâncio dos Santos, bairro Farajala Bacila – Palmeira/PR – CEP: 84.130-000. Responsável pelo recebimento: Geraldo Nepomuceno das Neves. As entregas devem ocorrer no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, em dias de expediente da Prefeitura.

2.3 – Condições de garantia e assistência técnica:

Caberá à Contratada a responsabilidade pela entrega dos bens, nas seguintes condições:

a) Os produtos ofertados deverão ser fornecidos em embalagens lacradas devidamente identificada com a descrição e quantidade do material contido e em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, umidade ou aderência ao produto, bem como sem nenhuma avaria (vazamento, amassados, rasgos, sujeira, dentre outras).

b) O transporte/entrega dos bens deverá ser realizado em condições adequadas a sua conservação.

c) Devem ser observadas as disposições contidas na Resolução nº. 973 – CONTRAN de 18 de julho de 2022, disponível em https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/conteudoSenatran/resolucoes-contran. Esta resolução possui como anexo o Volume IV do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito – Sinalização Horizontal. Este Manual trata do padrão de formas e cores, e dispõe que a utilização das cores deve ser feita obedecendo-se aos critérios abaixo e ao padrão Munsell indicado ou outro que venha a substituir, de acordo com as normas da ABNT:

d) Os materiais aplicados para sinalização horizontal devem, obrigatoriamente, promover um coeficiente de atrito adequado para proporcionar segurança aos usuários, principalmente em situações críticas de superfície molhada, não sendo permitida a utilização de tintas de baixa aderência (como por exemplo a tinta preta simples) nem mesmo em sinalizações provisórias e/ou temporárias ou para cobrir sinalizações horizontais antigas.

e) Para proporcionar melhor visibilidade noturna a sinalização horizontal deve ser sempre retrorrefletiva.

f) A tinta deve atender às especificações da NBR 11862 da ABNT, que estabelece requisitos quantitativos e qualitativos, como a consistência, a capacidade de cobertura e a resistência a condições climáticas.

g) A tinta não pode apresentar sedimentos, natas ou grumos após a abertura do recipiente e deve ser aplicável em temperaturas entre 5°C e 40°C, com umidade relativa do ar de até 80%.

h) A tinta, quando aplicada na quantidade solicitada, deve recobrir perfeitamente o pavimento e permitir a liberação ao tráfego no período máximo de tempo de 30 minutos;

i) A tinta deve manter integralmente sua coesão e sua cor após aplicação no pavimento;

j) A tinta aplicada, após secagem física total, deve apresentar plasticidade e característica de retrorrefletividade com o seu desgaste natural, pois a tinta possui microesferas de vidro incorporadas em sua formulação, e ainda, deve produzir película seca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil, que deve ser de 24 (vinte e quatro) meses;

k) O produto entregue deve estar em conformidade com as normas ambientais, normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e Inmetro aplicáveis.

l) É vedado a oferta de produtos que contenham substâncias proibidas ou restritas por normas ambientais e sanitárias.

n) Por ocasião do recebimento, os produtos terão suas características confrontadas com as especificações contidas no edital e na proposta ofertada durante o certame licitatório.

o) Constatadas irregularidades no objeto entregue, esta Prefeitura, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:

o.1 – Rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações do Termo de Referência, determinando sua substituição/correção;

o.2 – Determinar sua complementação se houver diferença de quantidades ou de partes.

o.3 – Caso algum item seja rejeitado, a Detentora deverá no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos contados da notificação pela Prefeitura Municipal de Ourinhos, retirar, às suas expensas, o bem rejeitado no local de entrega e, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos contados da retirada, entregar novo objeto livre das causas de rejeição.

o.4 – O recebimento definitivo não exime a Detentora de sua responsabilidade, na forma da lei, pela qualidade, correção e segurança dos produtos entregues.

p) A Contratada deverá arcar com as despesas de **carga e descarga e de frete** referente à entrega dos produtos, inclusive as decorrentes da devolução e reposição das mercadorias recusadas por não atenderem ao edital;

q) A Contratada deverá responder por quaisquer danos causados aos empregados ou a terceiros, oriundos de sua culpa ou dolo durante o fornecimento do objeto deste termo;

r) A Contratada deverá entregar o material nos exatos termos constantes no edital e na proposta ofertada, principalmente no tocante à unidade de fornecimento e à marca indicada durante o certame licitatório, sob pena de recusa de recebimento.

s) A garantia do produto deve atender ao previsto no Código de Defesa do Consumidor.

2.4 - **Requisitos da Contratação:**

a) Os requisitos descritos neste instrumento visam determinar as condições indispensáveis para que a solução contratada atenda os objetivos da Administração. Eles orientam e delimitam a forma como será feita o fornecimento dos bens, assegurando que atendam às necessidades e expectativas da contratação.

b) Como requisito de exigência para esta contratação, as empresas deverão atender aos critérios da Lei Federal nº. 14.133/21, bem como as prerrogativas contidas no termo de referência e no edital.

I – Sustentabilidade/impacto ambiental

A tinta a ser fornecida deverá estar em conformidade com todas as normas ambientais vigentes e aplicáveis à natureza do objeto contratado, observando-se, especialmente, os critérios de sustentabilidade e controle de emissão de compostos orgânicos voláteis (COVs), de forma a minimizar os impactos ambientais decorrentes da sua utilização.

II – Indicação de marcas ou modelos

Na presente contratação não haverá indicação ou vedação de marca(s), bem como não haverá exigência de amostras ou prova de conceito.

III – **Subcontratação**

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

IV – Garantia da contratação

Não haverá exigência de garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, porque se trata de fornecimento de bens de baixa complexidade, não havendo risco que justifique a exigência de garantia de execução.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. A aquisição ocorrerá conforme demanda, sendo que após o recebimento definitivo das unidades solicitadas, o pagamento será efetuado em até 15 dias, mediante apresentação da nota fiscal. Na nota fiscal deverá constar o número da nota de empenho e da licitação.

3.2.A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.

3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.

3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o INPC-Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

4.2 Não existem outros órgãos participantes além do órgão gerenciador.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 13*/08/2024)*.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.

12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.

12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.

12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.

12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. gestão desta contratação ficará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. A Fiscalização ficará sob a responsabilidade do servidor Geraldo Nepomuceno das Neves, formalmente designado como fiscal de contrato através do Decreto Municipal nº.17.920/2025.

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 24 de novembro de 2025.

Município De Palmeira

CNPJ/MF sob o n.º 76.179.829/0001-65

FABIANO BISHOP CASSANTA

CPF/MF sob o n.° 029.655.819-28

(Decreto Municipal n.º 17.961/2025)

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Contratante

S Silper Comercial Diamante LTDA

CNPJ/MF sob o nº 48.419.084/0001-29

SÉRGIO DA SILVA PEREIRA

CPF/MF sob o nº 743.097.069-91

Contratada

Testemunhas:

GERALDO NEPOMUCENO DAS NEVES

Fiscal Titular de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário.

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 1

2 PORTO UNIÃO COMERCIO E	603	33.159.931/0001-96	221,00	205,00	28,13	Sim
3 PRIMOR COMERCIO DE TINTAS	980	57.598.558/0001-38	220,00	218,00	6,34	Sim
4 A.C.A EMPREENDIMENTOS LTDA ME	046	17.789.664/0001-84	520,00	320,00	46,79	Sim

LOTE 2

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 S SILPER COMERCIAL DIAMANTE LTDA	886	48.419.084/0001-29	221,00	160,00		Sim
2 PORTO UNIÃO COMERCIO E	353	33.159.931/0001-96	221,00	205,00	28,13	Sim
3 PRIMOR COMERCIO DE TINTAS	478	57.598.558/0001-38	220,00	218,00	6,34	Sim
4 A.C.A EMPREENDIMENTOS LTDA ME	639	17.789.664/0001-84	520,00	320,00	46,79	Sim

LOTE 3

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 S SILPER COMERCIAL DIAMANTE LTDA	991	48.419.084/0001-29	220,99	160,00		Sim
2 PORTO UNIÃO COMERCIO E	602	33.159.931/0001-96	220,99	218,99	36,87	Sim
3 PRIMOR COMERCIO DE TINTAS	695	57.598.558/0001-38	300,00	300,00	36,99	Sim
4 A.C.A EMPREENDIMENTOS LTDA ME	495	17.789.664/0001-84	520,00	320,00	6,67	Sim

LOTE 5

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 S SILPER COMERCIAL DIAMANTE LTDA	323	48.419.084/0001-29	184,50	169,00		Sim
2 PORTO UNIÃO COMERCIO E	301	33.159.931/0001-96	184,50	183,99	8,87	Sim
3 PRIMOR COMERCIO DE TINTAS	397	57.598.558/0001-38	210,00	210,00	14,14	Sim
4 A.C.A EMPREENDIMENTOS LTDA ME	110	17.789.664/0001-84	590,00	390,00	85,71	Sim

LOTE 6

NÃO HÁ

LOTE 7

NÃO HÁ

LOTE 8

NÃO HÁ

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:18B5110A

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 388/2025

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, **Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portador da cédula de identidade R.G n° **12.382.056-88** SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n° **089.187.509-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 17.880/2025** considerando o julgamento da licitação na modalidade DISPENSA, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 33/2025**, **processo administrativo nº 26313/2025**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição sob demanda de material médico hospitalar através da Secretaria Municipal de Saúde.

1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: LINCETRACTOR COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI - ME

CNPJ/CPF: 11.371.179/0001-00

LOTE 1

Valor Total do Lote: 1.920,00 (um mil, novecentos e vinte reais)

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	ÓLEO LUBRIFICANTE TIPO AW 150 PARA COMPRESSOR DE AR. Especificações mínimas: Tipo: AW150 (óleo mineral com aditivos antidesgaste). Produto de alta qualidade, com estabilidade térmica, resistência à oxidação e compatibilidade com os componentes internos dos compressores. Aplicação: Lubrificação de compressores de ar. Embalagem: 1(um) litro, lacrada, com identificação legível do tipo e marca. Garantia: Mínimo de 03 (três) meses. Deve atender às especificações técnicas recomendadas para o modelo de compressor MOTOMIL CMV15PL/150 – 3HP – 150 litros – 140 lbf/pol². Observações: • O produto deve ser original de fábrica, não sendo aceitos produtos reembalados ou fracionados; • A embalagem deve conter todas as informações do fabricante, incluindo lote, validade e tipo do óleo; • A contratada deverá fornecer, ficha técnica e/ou certificado de conformidade do produto.	VR LUB VR LUB	UM	96	R$ 20,00	R$ 1.920,00

Valor Total Homologado - R$ 1.920,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1 – Prazo e forma de entrega/execução:

a) Prazo de entrega: 10 dias úteis a partir da emissão da nota de empenho.

b) Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde;

c) Os itens deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde;

d) Os itens deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega, não sendo inferior a 12 (doze) meses;

e) Em caso de inexecução parcial ou total do contrato, a segunda colocada poderá ser contratada.

2.2 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

Local de entrega: Rua Flávio Santos s/n no Complexo Esportivo Sebastião Amâncio dos Santos; Bairro Farajala Bacila CEP 84130-000. - Horário de recebimento: das 08:00 às 12:00 / 13:00 às 16:30. - Responsável pelo recebimento: José Garcia Bulhões

2.3 – Condições de garantia e assistência técnica:

O produto deve possuir garantia de no mínimo de 03 (três) meses

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Prazo para pagamento se dará em até **15 (quinze) dias**, após atestado de recebimento pelo fiscaldecontrato.

3.2.A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.

3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.

3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o INPC-Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

4.2 Não existem outros órgãos participantes além do órgão gerenciador.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.

12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.

12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.

12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.

12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A fiscalização do objeto executado ficará a cargo do(s) servidor(s):

João Henrique de Souza – titular;

Lorena Czelusniak Calaça – suplente

designado(s) através do Decreto Municipal nº 17.920, DE 09 DE JANEIRO DE 2025

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 05 de dezembro de 2025.

Município De Palmeira

CNPJ/MF sob o n.º 76.179.829/0001-65

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON

CPF/MF sob o n.° 089.187.509-35

(Decreto Municipal n.º 17.880/2025)

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

Lincetractor Comércio, Importação e Exportação LTDA

CNPJ/MF sob o nº 11.371.179/0001-00

VANDIR JORGE FILHO

CPF/MF sob o nº 330.934.338-35

Contratada

Testemunhas:

_____

João Henrique de Souza

Fiscal Titular de Contrato

_____

Lorena Czelusniak Calaça

Fiscal Titular de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário.

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 01

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 LINCETRACTOR COMÉRCIO	559	11.371.179/0001-00	20,00	20,00		Não
2 JF BATERIAS, FILTROS E	153	61.195.823/0001-04	39,24	28,50	42,50	Sim
3 DIOGO EMANUEL KUHN E CIA LTDA -	895	36.374.350/0001-65	39,24	35,49	24,53	Sim
4 SOUZA SOLUTIONS LTDA	854	56.004.098/0001-00	39,24	35,50	0,03	Sim
5 L & J DOMINGUES DISTRIBUIDORA LTDA	278	28.523.774/0001-16	39,24	37,00	4,23	Sim
6 BR SILVA LTDA	694	43.172.124/0001-67	39,23	37,99	2,68	Sim
7 58.291.882 ROZANGELA DA SILVA	938	58.291.882/0001-71	39,00	38,00	0,03	Sim
8 AGROMETAL IND E COM DE PECAS	696	53.795.765/0001-21	39,00	39,00	2,63	Sim
9 TIAGO BORGES SEIXAS	562	19.584.576/0001-71	39,24	39,24	0,62	Sim
10 VIVIANE CRESTAN DE OLIVEIRA-EPP	193	08.402.260/0001-03	3.767,00	3.767,00	9499,90	Sim
11 MC SUL COMERCIO VAREJISTA E	477	51.461.488/0001-95	3.767,00	3.767,00	0,00	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:E420EC79

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 389/2025

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretaria de Gestão Pública e Finanças **Sra. CARLA BEATRIZ TURMINA,** brasileira, **i**nscrita no **CPF/MF sob o n.º 029.704.919-40**, portadora da Cédula de Identidade Civil **RG sob o n.º 5.734.204-8**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 17.957 de 17/01/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 75/2025**, **processo administrativo nº 24121/2025**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada para a locação de impressoras.

1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: CDMAK SISTEMAS DE IMPRESSÃO LTDA

CNPJ/CPF: 23.869.792/0001-30

LOTE 1

Valor Total do Lote: 618.598,80 (seiscentos e dezoito mil, quinhentos e noventa e oito reais e oitenta centavos)

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	TIPO I - IMPRESSORA LASER MULTIFUNCIONAL MONOCROMÁTICA PRETO E BRANCO. VELOCIDADE DE IMPRESSÃO MÍNIMO 34 PPM EM PAPEL CARTA; BANDEJA PARA PAPEL MÍNIMO 250 FOLHAS + BANDEJA ALIMENTAÇÃO MANUAL DE 50 FOLHAS; ALIMENTADOR DE ORIGINAIS PARA FRENTE E VERSO AUTOMÁTICO DE CÓPIAS E DIGITALIZAÇÃO; IMPRESSÃO FRENTE VERSO AUTOMÁTICA COM RESOLUÇÃO DE 1200X1200DPI PROCESSADOR MÍNIMO 400MHZ, MEMÓRIA MÍNIMA 256MB; CONEXÃO ETHERNET 100BASE-TX/10BASE-T USB2.0 TIPO B. FRANQUIA MENSAL DE 3.000 PÁGINAS	Serviço	UN	1.020	R$ 106,3900	R$ 108.517,8000
2	Tipo II - Impressora laser multifuncional monocromática preto e branco. Velocidade de impressão mínima de 40 ppm em A4; painel de operações touch de no mínimo 7"; alimentador de originais para frente e verso automático de única passagem para cópias e digitalizações; bandeja de papel com capacidade mínima de 550 folhas + bandeja de alimentação manual para 100 folhas; capacidade de saída mínima de 250 folhas; processador com velocidade mínima de 1 GHz, disco rígido com capacidade mínima de 320 GB; resolução de impressão mínima de 1200x1200 dpi; digitalização com velocidade mínima de 60 ipm, vidro de exposição com dimensões mínimas de 216x356 mm, OCR nativo incorporado ao painel; formatos de arquivos: TIFF-S, TIFF-M, JPEG, S-PDF, M-PDF, PDF pesquisável;Franquia mensal de 5.000 páginas.	Serviço	UNID	864	R$ 174,1000	R$ 150.422,4000
3	PÁGINAS EXCEDENTES EQUIPAMENTO TIPO I E/OU TIPO II MONOCROMÁTICAS PRETO E BRANCO	Serviço	UN	84.000	R$ 0,0300	R$ 2.520,0000
4	PÁGINAS EXCEDENTES EQUIPAMENTO TIPO III E/OU TIPO IV POLICROMÁTICAS	Serviço	UN	25.000	R$ 0,2400	R$ 6.000,0000
5	TIPO V - SCANNER ADF MODOS DE DIGITALIZAÇÃO SIMPLEX/DUPLEX, COLORIDO/ESCALA DE CINZA/MONOCROMÁTICO; TAMANHO DE DOCUMENTO DE 52X74MM A 216X558MM; ESPESSURA DO DOCUMENTO DE 50 A 400G/M2 E CARTÕES RÍGIDOS ATÉ 1,25MM; VELOCIDADE DE 60 PPM OU 120IPM; ALIMENTADOR DE DOCUMENTOS MÍNIMO 80 PÁGINAS; CICLO DIÁRIO MÍNIMO 5.000 PÁGINAS; VOLTAGEM: CA 100 A 240V.	Serviço	UN	240	R$ 82,3800	R$ 19.771,2000
6	Tipo III – Impressora laser multifuncional policromática color. Velocidade de impressão mínima de 40 ppm em A4; painel de operações touch de no mínimo 7"; alimentador automático de documentos para frente e verso automático em cópia e digitalização com capacidade mínima de 50 folhas; bandeja de papel com capacidade mínima de 500 folhas + bandeja de alimentação manual para 100 folhas; capacidade de saída mínima de 250 folhas; processador com velocidade mínima de 1 GHz, disco rígido com capacidade mínima de 320 GB; resolução de impressão mínima de 1200x1200 dpi; digitalização com velocidade mínima de 30 ipm, área de digitalização de até 216 mm x 297 mm; formatos de arquivos: TIFF, PG, PDF, PDF/A, PDF de alta compressão, JPEG; Franquia mensal de 1.000 páginas.	Serviço	UNID	360	R$ 286,9400	R$ 103.298,4000
7	Tipo IV: Multifuncional laser colorido A3, com impressão, digitalização, cópia. Painel touchscreen colorido com no mínimo 7"; processador mínimo de 1 GHz; memória mínima de 2 GB; interface USB 2.0 de alta velocidade; Ethernet 10/100/1000TX. Volume mensal mínimo de até 100.000 páginas. Impressão com velocidade mínima de 20 ppm, resolução de até 1200x1200 dpi, frente e verso automático. Cópia com velocidade mínima de 20 ppm, resolução mínima de 600x600 dpi, multicópia de até 999, redução e ampliação de 25% a 400%, cópia frente e verso automática. Scanner com duplex em uma única passagem, velocidade simplex mínima de 60 ipm e duplex mínima de 100 ipm, com integração em sistemas de armazenagem na web através de aplicativos. Capacidade de digitalizar para, no mínimo, os formatos PDF/A, PDF pesquisável (OCR nativo) e PDF compacto. Franquia mensal de 2.000 páginas.	Serviço	UNID	540	R$ 422,3500	R$ 228.069,0000

Valor Total Homologado - R$ 618.598,80

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

a) A contratada deverá realizar a entrega, instalação e configuração completa das impressoras locadas nos endereços indicados pelas secretarias demandantes da Prefeitura Municipal de Palmeira, abrangendo tanto a zona urbana quanto a zona rural do município, conforme necessidade da Administração.

b) A responsabilidade pelo recebimento do objeto ficará a cargo dos servidores designados por cada secretaria ou setor requisitante, que deverão atestar a conformidade da entrega, instalação e funcionamento dos equipamentos, mediante termo de recebimento ou documento equivalente.

c) A contratada não poderá impor restrições quanto à localização do local de entrega nem exigir quantitativo mínimo de equipamentos ou deslocamentos para execução dos serviços contratados.

2.1 – Condições de garantia e assistência técnica:

Durante toda a vigência do contrato de locação, os equipamentos fornecidos deverão estar cobertos por garantia total por parte da contratada, compreendendo:

· Manutenção preventiva e corretiva integral, com substituição de peças, componentes e mão de obra, sem qualquer custo adicional para a Prefeitura;

· Reposição imediata de equipamentos defeituosos que não possam ser reparados no prazo estipulado, garantindo a continuidade do serviço;

· Assistência técnica on-site, com atendimento realizado diretamente no local onde o equipamento estiver instalado, seja em área urbana ou rural do município;

· Atendimento técnico mediante abertura de chamado, com prazo máximo de resposta de 24 (vinte e quatro) horas úteis para início do atendimento e 48 (quarenta e oito) horas úteis para solução do problema, salvo situações que exijam substituição de equipamento, a qual deverá ser feita no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;

· Disponibilização de canal de atendimento (telefone, e-mail ou sistema próprio), com funcionamento durante o horário comercial, de segunda a sexta-feira, para abertura de chamados técnicos e solicitações de reposição de insumos;

· A contratada deverá manter estoque de peças e insumos compatível com a demanda contratual, de modo a garantir o pronto atendimento às solicitações.

· Os serviços de garantia e assistência técnica deverão ser prestados de forma contínua, eficiente e ininterrupta, sem prejuízo à prestação dos serviços públicos municipais.

· É vedado à contratada impor restrições relacionadas à localização do equipamento ou à quantidade de impressoras em uso para a prestação da assistência técnica.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

a) Para efetivação do pagamento correspondente a empresa vencedora deverá comprovar que estão mantidasto das as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.

b) Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

c) A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ.

d) A Nota Fiscal deverá ser encaminhada para o endereço de e-mail adm@palmeira.pr.gov.br sendo efetuado pagamento dentro de 15 dias úteis, após a confirmação de recebimento da mesma.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Gestão Pública e Finanças, bem como demais secretarias da entidade.

4.2 Não existem outros órgãos participantes além do órgão gerenciador.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.

12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.

12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.

12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.

12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n˚17.920, de 09 de janeiro de 2025.

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 09 de dezembro de 2025.

Município De Palmeira

CNPJ/MF n.º 76.179.829/0001-65

CARLA BEATRIZ TURMINA

CPF/MF n.° 029.704.919-40

Secretária Municipal de Gestão Pública e Finanças

Contratante

Cdmak Sistemas De Impressão LTDA

CNPJ/MF sob o nº 23.869.792/0001-30

RUBENS SCHERMAK

CPF/MF sob o nº 832.533.789-34

Contratada

Testemunhas:

_____

Maria Eduarda Alves de Paula

RG sob o nº 12.886.828-3

Fiscal de Contrato

_____

Tiago Dombroski Moreira

RG sob o nº 13.762.251-3

Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário.

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 01

1 CDMAK SISTEMAS DE IMPRESSÃO LTDA	538	23.869.792/0001-30	1.065.935,40	618.598,80		Sim
2 TECPRINTERS TECNOLOGIA DE	799	00.809.489/0001-47	1.065.598,80	618.651,20	0,01	Não
3 GESTPAR COMÉRCIO DE MÁQUINAS	330	85.467.264/0001-02	1.065.935,40	859.000,00	38,85	Não
4 BELINKI E SOUZA LTDA	019	08.831.603/0001-47	871.726,00	871.726,00	1,48	Sim
5 BRASPAR COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	797	44.508.905/0001-42	1.065.935,40	1.065.935,40	22,28	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:B81B6DA0

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 399/2025

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer, Sra. Dirlene Aparecida Delfrate**, inscrita no **CPF/MF sob o n.º 788.342.529-34**, a qual foi nomeada como responsável solidária pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal n.º 17958/2025** considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 84/2025**, **processo administrativo nº 14976/2025**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de dedetização, desratização, descupinização e manejo de morcegos.

1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: SOS DEDETIZADORA LTDA

CNPJ/CPF: 23.566.543/0001-76

LOTE 1

Valor Total do Lote: 12.240,00 (doze mil, duzentos e quarenta reais)

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	*Contratação de empresa especializada em desinsetização e desratização, serviço este a ser executado nas áreas gerais e internas dos prédios públicos, de propriedade do Município, situados na zona urbana e rural conforme necessidade das Secretarias Municipais.	Serviço	M2	102.000	R$ 0,1200	R$ 12.240,0000

LOTE 2

Valor Total do Lote: 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais)

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	*Contratação de empresa especializada em descupinização, serviço este a ser executado nas áreas gerais e internas dos prédios públicos, de propriedade do Município, situados na zona urbana e rural conforme necessidade das Secretarias Municipais.	Serviço	M2	22.500	R$ 0,3000	R$ 6.750,0000

LOTE 3

Valor Total do Lote: 20.300,00 (vinte mil e trezentos reais)

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	*Contratação de empresa especializada em manejo de morcegos, serviço este a ser executado nas áreas gerais e internas dos prédios públicos, de propriedade do Município, situados na zona urbana e rural conforme necessidade das Secretarias Municipais.	Serviço	M2	14.500	R$ 1,4000	R$ 20.300,0000

Valor Total Homologado - R$ 39.290,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1 – Prazo e forma de entrega/execução:

- O local da execução dos serviços será em todas as unidades escolares da zona urbana e rural e demais repartições Públicas do Município de Palmeira.

- O endereço das unidades e o responsável serão repassados no ato do pedido através de empenho, será repassado por cada secretaria solicitante.

- Horário de atendimento: das 08h00min. às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.

- A não realização do serviço ou algum descumprimento do contrato, a empresa estará sujeita as sanções previstas no edital.

- O pagamento será efetuado, 15 dias após a execução do objeto com a apresentação da respectiva fatura, mediante depósito em nome da empresa vencedora em conta-corrente devidamente identificada, indicada pela empresa na 1ª via da nota fiscal, a contratada deverá apresentar certidões negativas de débitos junto a Receita Federal, Estadual e Municipal, FGTS e Trabalhista

- Caso ocorra erro na nota fiscal apresentada, o pagamento somente será efetuado após as providências de retificação efetuadas pela empresa vencedora. - A empresa vencedora deverá informar o número do empenho e o número da licitação na nota fiscal.

- Somente serão pagos os serviços efetivamente autorizados pela CONTRATANTE, portanto, nos meses que, por necessidade das Secretarias o serviço não for solicitado, consequentemente não haverá pagamento.

- O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os serviços sejam de alta qualidade.

2.2 – Condições de garantia e assistência técnica:

- Apresentar relatório do Procedimento Operacional Padronizado, contendo a descrição da execução dos serviços realizados de desinsetização e desratização com assinatura do responsável técnico;

- O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os serviços sejam de alta qualidade.

Especificações técnicas que devem ser observadas pelas licitantes:

I) Antes da Desinsetização:

a) O técnico deverá ter acesso a todas as dependências do local para a inspeção.

b) Animais domésticos, crianças, idosos e pessoas alérgicas ou com problemas respiratórios deverão estar afastados do local desinsetizado com inseticida líquido.

c) Os móveis e pallets deverão estar limpos e afastados das paredes com um espaçamento mínimo de 50 centímetros.

d) Os locais de manipulação de alimento deverão estar limpos, sem poeira sem gordura.

e) Organizar o setor e deixá-lo limpo (sem poeira, gorduras, resíduos de alimentos e lixo).

f) Embalar em sacos plásticos fechados: alimentos e utensílio de copa e cozinha.

g) Proteger equipamentos eletrônicos e de informática com capas plásticas.

II) Durante a Desinsetização:

a) Não deverá haver durante a desinsetização líquida, pessoas no local, apenas o operador e acompanhante devidamente protegido por E.P.I.

b) Não entrar no ambiente desinsetizado durante o prazo recomendado pelo técnico. Grávidas, pessoas com problemas alérgicos e respiratórios não poderão acompanhar os serviços.

III) Após a Desinsetização

a)Entrar no ambiente desinsetizado após o prazo de segurança recomendado pelo técnico.

b) Manter o local ventilado após a desinsetização líquida.

c) Antes de fazer a limpeza nos locais desinsetizados com inseticida líquido, usar luvas emborrachadas e blusa de manga comprida.

d) Lavar utensílios e maquinários que manipulem alimentos.

e) Limpar superfícies horizontais dos móveis e bancadas.

f) Limpar os armários da cozinha, despensa e banheiro com pano úmido e detergente.

g) Lavar cozinha e banheiros.

IV) Procedimentos de Emergências em Caso de Intoxicação

a) Recolher as últimas Ordens de Serviços (documento que contém os dados dos produtos utilizados). b) Recolher as fichas técnicas e de segurança dos produtos utilizados.

c) Encaminhar a vítima junto com a documentação acima citada para um Centro de Toxicologia ou hospital mais próximo do acidente.

OBS: Caso a vítima seja um animal, encaminhá-lo a uma clínica veterinária mais próxima do local.

V - CONSIDERAÇÕES GERAIS

- Na realização dos serviços deverão estar incluídos os custos decorrentes da mão de obra e dos materiais necessários para a dedetização

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1.

O pagamento será efetuado, 15 dias após a execução do objeto com a apresentação da respectiva fatura, mediante transferência bancária em nome da empresa vencedora em conta-corrente devidamente identificada, indicada pela empresa na 1ª via da nota fiscal, a contratada deverá apresentar certidões negativas de débitos junto a Receita Federal, Estadual e Municipal, FGTS e Trabalhista.

- Caso ocorra erro na nota fiscal apresentada, o pagamento somente será efetuado após as providências de retificação efetuadas pela empresa vencedora.

- A empresa vencedora deverá informar o número do empenho e o número da licitação na nota fiscal.

- Somente serão pagos os serviços efetivamente autorizados pela CONTRATANTE, portanto, nos meses que, por necessidade das Secretarias o serviço não for solicitado, consequentemente não haverá pagamento.

- A nota fiscal deverá ser enviada no email de cada Secretaria solicitante:

Secretaria de Educação e-mail financeiroeducacao@palmeira.pr.gov.br Departamento de Esporte: esporteelazer.palmeira@gmail.com

Secretaria de Saúde: financeirosaudepalmeira@gmail.com e nafsaude1@gmail.com

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano : financeirourbano@palmeira.pr.gov.br e;

Secretaria Assistência Social: gestorsocial.palm@gmail.com

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer, bem como demais secretarias participantes.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.

12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.

12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.

12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.

12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A fiscalização do objeto executado ficará a cargo do(s) servidor(s):

Thiago Landarin Rodrigues – Titular

Cristiane Pereira - Titular;

designado(s) através do Decreto Municipal nº 17.920, DE 09 DE JANEIRO DE 2025

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 11 de dezembro de 2025.

Município De Palmeira

CNPJ/MF sob o nº 76.179.829/0001-65

DIRLENE APARECIDA DELFRATE

CPF/MF sob o nº 541.250.229-688

Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer

Contratante

SOS Dedetizadora LTDA

CNPJ/MF sob o nº 23.566.543/0001-76

JUIRCE KOSINSKI

CPF/MF sob o nº 659.331.769-15

Contratada

Testemunhas:

_____

THIAGO LANDARIN RODRIGUES

RG sob o nº 10.795.095-8

Fiscal Titular de Contrato

_____

CRISTIANE PEREIRA

RG sob o nº 7.536.133-5

Fiscal Titular de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário.

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 1

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 SOS DEDETIZADORA LTDA.	861	23.566.543/0001-76	1,43	0,12		Sim
2 DEDETIZA AG CONTROLE DE PRAGAS	800	40.157.741/0001-03	1,43	0,14	16,67	Sim
3 KLIN MULTISERVICOS E COMERCIAL	869	49.197.889/0001-38	1,40	0,22	57,14	Sim
4 DEFENSIVE CONTROLE DE PRAGAS	516	11.048.000/0001-88	1,43	0,25	13,64	Sim
5 SECO AMBIENTAL, SERVICOS,	022	33.614.013/0001-00	1,43	0,30	20,00	Sim
6 AKABINSETO DEDETIZADORA LTDA M.E.	763	77.576.478/0001-99	1,42	0,69	130,00	Sim
7 ACT BIO IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE	700	18.850.814/0001-80	1,43	0,70	1,45	Sim
8 HG AGROAMBIENTAL E CONSULTORIA	890	61.576.035/0001-68	1,43	0,72	2,86	Sim
9 DANIELE DIAS CARDOZO	408	24.005.791/0001-00	1,43	0,96	33,33	Sim
10 G.S.M EMPREENDIMENTOS LTDA	346	45.970.327/0001-24	1,42	1,39	44,79	Sim
11 SULPRASC SERVIÇOS E COMÉRCIO	573	33.685.740/0001-68	1,40	1,40	0,72	Sim
12 JOEL TINFEL GONCALVES DE ALMEIDA	633	37.503.327/0001-96	1,40	1,40	0,00	Sim
13 MICHEL BURANI PEREIRA JUNIOR	402	39.478.217/0001-47	1,40	1,40	0,00	Sim

14 SJ - CONSTRUCAO E LOCACAO DE	951	09.363.806/0001-19	1,40	1,40	0,00	Sim
15 L FERNANDES CONCEICAO LTDA	115	50.549.372/0001-40	1,40	1,40	0,00	Sim
16 JOSEMIRIA MIRANDA SILVA SANTANA -	087	14.728.474/0001-69	1,43	1,41	0,71	Sim
17 FAMILIA SOUZA RIBAS PRESTAÇÃO DE	704	50.254.087/0001-00	1,43	1,43	1,42	Sim
18 VANDERLEI PORTELLA JUNIOR	842	28.549.231/0001-78	1,43	1,43	0,00	Sim
19 ATEXARA TECNOLOGIA E SOLUÇÕES	416	24.925.253/0001-34	1,43	1,43	0,00	Sim
20 CASTRO & SANTOS CONTROLADORA	250	19.343.311/0001-81	1,43	1,43	0,00	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:7DCAB499

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 410/2025

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Assistência Social. JOCELI GOMES CUNHA,** portador da cédula de identidade R.G n° 4.323.609-1 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n° 024.319.929-50, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 17.878/2025** considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 96/2025**, **processo administrativo nº 23389/2025**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual confecção e instalação de placas de identificação., conforme especificado no edital de licitação, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: ACD LOCAÇÃO E COMUNICAÇÃO VISUAL

CNPJ/CPF: 60.996.323/0001-09

LOTE 1

Valor Total do Lote: 134.500,00 (cento e trinta e quatro mil e quinhentos reais)

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Placa de identificação para sede dos setores, com impressão em cores, contendo 5 cores, estrutura fabricada com material de aço inoxidável, o qual mostra - se ideal para ambientes externos e com alta durabilidade mesmo sendo exposta aos efeitos do tempo, sendo um material resistente e durável, a arte para impressão será fornecida pela contratante. Incluindo a Instalação	propria proprio	M2	500	R$ 269,0000	R$ 134.500,0000

LOTE 2

Valor Total do Lote: 21.520,00 (vinte e um mil, quinhentos e vinte reais)

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	As placas externas que identificarão os polos devem ser feitas de materiais resistentes e com fundo branco. Grid para construção da identidade visual na placa: As unidades de medidas são de 1X e 1Y referente ao espaço onde a sigla UAB está centralizada, 12,5Y	propria proprio	M2	8	R$ 2.690,0000	R$ 21.520,0000

	de altura por 9X de largura. O texto “UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL, terá 3y de altura por 6x de largura. Cores: A identidade deverá se apresentar nas cores azul e verde referentes à marca da capes, com a seguinte fórmula CMYK: Azul: C100, M20, Y0, K0 Verde: C100, M0, Y100, K0 A aplicação colorida deve ser feita somente nessas cores. Padrão do tamanho da placa: Padrão horizontal: Para esse padrão se sugere uma proporção de 3x por 1x, onde x é uma parte da medida. Distância das margens: De cada lado deve-se deixar uma margem mínima, a identidade UAB fica alinhada a esquerda e o nome do Polo a direita. Nome do Polo: A altura das letras maiúsculas deve ter valor máximo de 1/10 de x, com espaço a entrelinha mínimo. Caso o nome do Polo seja muito grande, a fonte deve ser reduzida e o texto sempre deve estar alinhado à direita. Marcas e assinaturas: a altura final da identidade vai ser igual a 1x e as assinaturas devem respeitar o manual de marcas do Governo Federal com seu padrão horizontal Sugestão de tamanho da placa para o Polo de Palmeira, aproximadamente 2,50m de largura por 1,25m de altura Incluindo a Instalação					

Valor Total Homologado - R$ 156.020,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. Fica a empresa contratada condicionada ao prazo de entrega de até 20 dias após o recebimento da nota de empenho.

A entrega será realizada de forma parcelada, a entrega deverá ser realizada no Setor de Almoxarifado, as solicitações dos produtos bem como as notas de empenho serão repassadas pelos emails:

gestorsocial.palm@gmail.com,

esporteelazer.palmeira@gmail.com,

financeiroeducacao@palmeira.pr.gov.br,

desenvolvimentorural@palmeira.pr.gov.br,

nafsaude1@gmail.com

sendo solicitada a confirmação de recebimento da nota de empenho pela empresa contratada.

2.2 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto: A entrega deverá ser realizada nos setores da administração pública, conforme indicado pelas secretarias solicitantes, sendo que este pode ser na zona urbana do município ou na zona rural de Palmeira/PR – CEP: 84.130-000, por se tratar de uma execução de serviço, estes serão atestados pelos fiscais de contratos nomeados através de decreto municipal, horário de funcionamento das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00. Telefones para contato:

Secretaria de Assistência Social: (42) 99107-9616.

Secretaria de Educação, esporte e lazer: (42) 99989-5013 - (42) 99942-4731

Secretaria de Desenvolvimento Rural: (42) 3909-5113

Secretaria de Saúde: (42) 3909-5097

2.3 – Condições de garantia e assistência técnica: - As placas deverão ser confeccionadas conforme solicitação das secretarias municipais, no tamanho e nas cores conforme solicitado. - As placas deverão ser instaladas em local indicado pelas secretarias municipais. - Os itens que chegarem com avarias e/ou chegarem de forma insatisfatória, serão recusados e deverão ser trocados pela empresa fornecedora.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O prazo para o pagamento será de até 15 (quinze) dias após a entrega e instalação das placas mediante emissão e apresentação da respectiva nota fiscal, nesta, deverá constar o número do empenho e da licitação. O pagamento será realizado por meio eletrônico em nome da empresa vencedora em conta corrente devidamente identificada. Para efetivação do pagamento correspondente a empresa vencedora deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução da ata, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize. Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados.

3.2. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.

3.3. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o INPC-Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

3.4. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.4.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como demais secretarias citadas no termo de referência.

4.2 Não existem outros órgãos participantes alem do órgão gerenciador.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, sem previsão de prorrogação.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.

12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.

12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.

12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.

12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Secretaria de Assistência Social será gestora desta contratação e a fiscalização ocorrerá de acordo com o Decreto N° 17.920 de 09 de janeiro de 2025 e suas alterações, sendo:

ÓRGÃO GESTOR: Carla Daiana de Souza Kavalkeviski Michele Aparecida Batista Marlana Sanson EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER: Thiago Landarin Rodrigues – Titular Cristiane Pereira - Titular DESENVOLVIMENTO RURAL: Cleber Gross Rafael Dzierva

SAÚDE: Aline Pacheski - titular; Tharin Cruz Martins - titular

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 15 de dezembro de 2025.

Município De Palmeira

CNPJ/MF sob o n.º 76.179.829/0001-65

JOCELI GOMES CUNHA

CPF/MF sob o n.° 024.319.929-50

(Decreto Municipal n.º 17.878/2025)

Secretário Municipal de Assistência Social

ACD Locação E Comunicação Visual

CNPJ/MF sob o nº 60.996.323/0001-09

CRISTIANE A. DALLFOVO DA SILVA

CPF/MF sob o nº 046.654.269.02

Contratada

Contratante

Testemunhas:

_____

CARLA DAIANA DE SOUZA

RG sob o nº 9419970-0

Fiscal Titular de Contrato

_____

KAVALKEVISKI MARLANA SANSON

RG sob o nº 10.692.311-6

Fiscal Suplente de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário.

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 1

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 ACD LOCAÇÃO E COMUNICAÇÃO	313	60.996.323/0001-09	370,00	269,00		Sim
2 VIU MIDIAS INDOOR LTDA	321	20.594.700/0001-69	371,60	289,90	7,77	Sim
3 ALUMIPLACAS SHQ NOGUEIRA	781	05.502.243/0001-41	371,60	329,50	13,66	Sim
4 WOLF SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA -	053	42.239.318/0001-70	371,00	330,00	0,15	Sim
5 CROMOART COMUNICACAO VISUAL	722	42.555.061/0001-65	371,50	362,00	9,70	Sim
6 METAL GRAPH	161	05.633.047/0001-06	371,50	371,50	2,62	Sim
7 55276132 THAMIRES DAFLON OLIVEIRA	541	55.276.132/0001-32	371,60	371,60	0,03	Sim

LOTE 2

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 ACD LOCAÇÃO E COMUNICAÇÃO	314	60.996.323/0001-09	3.290,00	2.690,00		Sim
2 CROMOART COMUNICACAO VISUAL	845	42.555.061/0001-65	3.297,90	2.834,99	5,39	Sim
3 WOLF SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA -	875	42.239.318/0001-70	3.290,00	2.870,00	1,23	Sim
4 VIU MIDIAS INDOOR LTDA	661	20.594.700/0001-69	3.298,00	3.099,99	8,01	Sim
5 ALUMIPLACAS SHQ NOGUEIRA	626	05.502.243/0001-41	3.298,00	3.284,50	5,95	Sim
6 55276132 THAMIRES DAFLON OLIVEIRA	208	55.276.132/0001-32	3.298,00	3.298,00	0,41	Sim
7 METAL GRAPH	355	05.633.047/0001-06	3.298,00	3.298,00	0,00	Sim
8 DX DISTRIBUIDORA LTDA	011	51.499.082/0001-00	3.298,00	3.298,00	0,00	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:9D683A25

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 412/2025

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, **Sr. FABIANO BISHOP CASSANTA**, brasileiro, inscrito no **CPF/MF sob o nº 029.655.819-28**, portador da Cédula de Identidade Civil **RG sob o nº 7.631.137-4**, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 17.961/2025** considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 120/2024**, **processo administrativo nº 22868/2024 e processo 26399/2025**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição sob demanda de smartphones, tablets e monitores touch screen visando atender as necessidades das Secretarias municipais., conforme especificado no edital de licitação que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: ALFA TOLEDO LICITAÇÕES LTDA

CNPJ/CPF: 55.802.991/0001-18

LOTE 1

Valor Total do Lote: 46.167,00 (quarenta e seis mil, cento e sessenta e sete reais)

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	SMARTPHONE • PROCESSADOR Mínimo: 2.5GHz Octa Core • TELA Mínimo: 6" com cantos arredondados 2.5 Resolução Mínima: 3200x1440 (Quad HD+) AMOLED Dinâmico 2x Profundidade de Cor: 16M • CÂMERAS TRASEIRAS (MÚLTIPLAS) Resolução Mínima: 12.0 MP + 64.0 MP + 12.0 MP Abertura Mínima: F1.8, F2.0, F2.2 Foco Automático Estabilizador Óptico de Imagem Zoom: Óptico 3x, Digital até 30x Flash • FRONTAL Resolução Mínima: 10.0 MP Abertura Mínima: F2.2 Foco Automático • MEMÓRIA RAM 8 GB • MEMÓRIA INTERNA 128 GB • CONEXÕES/REDES 2G GSM, 3G WCDMA, 4G LTE FDD, 4G LTE TDD Wi-fi: 802.11 a/b/g/n/ac/ax 2.4G+5GHz, HE80, MIMO, 1024- QAM Bluetooth 5.0 USB 3.2 Gen 1 – Tipo C • OUTRAS CARACTERÍSTICAS Tipo de Chip: SIM Card Cartão de Memória: MicroSD Localização: GPS, Glonass, Beidou, Galileo • BATERIA Capacidade de 4000 mAh • SISTEMA OPERACIONAL Android (versão mínima – 10) • ÁUDIO E VÍDEO Som Estéreo Formatos de Áudio: MP3, M4A, 3GA, AAC, OGG, OGA, WAV, WMA, AMR, AMR, AWB, FLAC. MID, NIDI, XMF, MXMF, IMY, RTTTL, RTX, OTA, DFF, DSF, APE Resolução de Vídeo: uhd 8k (7680 X 4320) @30fps Formatos de Vídeo: MP4, M4V, 3GP, 3G2, WMV, ASF, AVI, FLV, MKV, WEBM • GARANTIA 12 Meses	MOTOROLA MOTOG54	un	33	R$ 1.399,00	R$ 46.167,00

LOTE 3

Valor Total do Lote: 192.153,00 (cento e noventa e dois mil, cento e cinquenta e três reais)

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	TABLET TELA: mínimo 10", altura da tela mínimo 5mm, largura da tela mínimo 220mm, desbloqueio facial, multi-touch. CONECTIVIDADE: wi-fi, usb, bluetooth, microfone, saida para fones de ouvido, gps. MEMÓRIA: mínimo 4gb de memória RAM, memoria interna mínimo 128gb, entrada para cartão de memoria tipo MICROSD. SISTEMA OPERACIONAL: android 14 ou superior. CAMERA TRASEIRA: traseira mínimo 1, com resolução de vídeo 4k, mínimo 8mpx SENSORES: acelerômetro, geomagnético, giroscópio, luz RGB de Chip PROCESSADOR: velocidade mínimo 2.3 GHz, Octa-Core, 8 núcleos BATERIA: mínimo 7040mAh ACESSÓRIOS: cabo de dados, caneta S Pen, capa protetora, carregador	PRITOM TAB11	un	169	R$ 1.249,90	R$ 211.233,10

LOTE 5

Valor Total do Lote: 74.440,00 (setenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta reais)

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	Monitor touch Screen 24" LCD com retroiluminação LED; resolução 1080p 1920 x 1080 a 60Hz; distância entre pixels 0.275mm; brilho 250cd/m²; suporte de cor 16,7 milhões de cores; tempo de resposta 6ms; taxa de atualização vertical 48-75Hz; taxa de atualização horizontal 30-83Hz; Revestimento de tela antiofuscamento; dimensões (LxPxA) 53,87cm x 23,48cm x 32,32cm - com suporte (posição mais baixa); Conectividade: VGA, HDMI, DISPLAYPORT, USB 3.0 ANTERIOR, USB 3.0 POSTERIOR, 2xUSB 3.0 posterior com carregamento de bateria 1.2, saída de linha de áudio; incluído suporte, cabos: VGA, Displayport, USB e HDMI.	ACER GAMER KG1	un	38	R$ 2.200,00	R$ 83.600,00

Valor Total Homologado - R$ 341.00,10

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1– Prazo e forma de entrega/execução:

a) O prazo máximo para entrega dos materiais será de 30 (trinta) dias a contar da data de recebimento da Nota de Empenho.

b) Todos os materiais deverão possuir registro no Inmetro;

c)Todos os materiais a serem empregados serão novos, comprovadamente de primeira linha e deverão estar em conformidade com as normas exigidas neste termo em sua versão mais recente, sendo rejeitados os classificados como linha popular ou econômica, podendo ser rejeitados no recebimento, caso não atendam às expectativas da CONTRATANTE

d) O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

e) O frete e todas as despesas relacionadas a entrega do material ficam a cargo da CONTRATADA.

f) A contratada deverá garantir que o produto entregue tenha todas as licenças exigidas conforme legislação aplicável ao objeto.

g) Deverá ser entregue todo o material solicitado na Nota de Empenho de maneira total não sendo aceito entregas parceladas.

2.2 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

a)Os objetos deverão ser entregue no Almoxarifado Central, localizado na Flávio Santos, s/nº, Complexo Esportivo Sebastião Amâncio dos Santos, próximo ao Posto Guapo PR 151 e Posto Maranello BR 277. e será recebido pelo responsável, no período de segunda a sexta feira das 8:00 hrs às 12:00 hrs e das 13:00 hrs às 17:00 hrs.

Local de Entrega: Almoxarifado Central

Rua Flávio Santos, s/n – Bairro: Elias Farajala Bacila

Horário da Entrega: das 8h às 11h30 e das 13h às 16h30 (de segunda à sexta e dias úteis)

Responsável pelo recebimento: JOSÉ GARCIA BULHÕES

Fone: (42) 3909-5016

2.3 – Condições de garantia e assistência técnica:

a) O prazo de garantia contratual dos itens será de no mínimo um ano para defeitos de fabricação e/ou superior no caso de garantia por parte do fabricante;

b) A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso,sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

c) Uma vez notificado, o Contratado realizará a substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data da notificação.

d) O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

2.4 – Demais informações necessárias para execução do objeto:

Para a correta execução do proposto o município deverá:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADA, de acordo com o contrato;

b) Assegurar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;

c)Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e neste contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;

d)Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado; **e)** Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, conforme definido neste contrato;

f) Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias após o recebimento definitivo com a apresentação da respectiva nota fiscal, mediante transferência eletrônica.

3.2.A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.

3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.

3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O

valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o INPC-Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

4.2 Não existem outros órgãos participantes além do órgão gerenciador.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 245 (duzentos e quarenta e cinco) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em *10/12/2024*.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.

12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.

12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.

12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.

12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n°17.920, de 09 de janeiro de 2025.

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 15 de dezembro de 2025.

Município De Palmeira

CNPJ/MF n.º 76.179.829/0001-65

FABIANO BISHOP CASSANTA

CPF/MF n.° 029.655.819-28

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Contratante

Alfa Toledo Licitações LTDA

CNPJ/MF sob o nº 55.802.9910001-18

SILVIO SERGIO VIEIRA

CPF/MF sob o nº 741.317.532-00

Contratada

Testemunhas:

_____

DANIELE APARECIDA BACH

RG nº 104353665

Fiscal Titular do Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário.

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 1		
Colocação	**Fornecedor:**	**Valor unitário**
2 º	JUV DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA	R$ 1.200,00
3 º	ALFA TOLEDO LICITAÇÕES LTDA	R$ 1.399,00
4º	PANCHESKI & VOINASKIL LTDA	R$ 1.475,00
5º	ALXTEK SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA	R$ 1.996,98

LOTE 3		
Colocação	**Fornecedor:**	**Valor. Total**
2 º	ALFA TOLEDO LICITAÇÕES LTDA	R$ 1.249,90

3 º	JUV DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA	R$ 1.300,00
4º	L N CASTAGNARO LTDA	R$ 1.473,00
5º	ALXTEK SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA	R$ 1.473,00

LOTE 5		
Colocação	**Fornecedor:**	**Valor. Total**
2 º	ALFA TOLEDO LICITAÇÕES LTDA	R$ 2.200,00
3 º	S C T MACKERT	R$ 2.400,00
4º	JUV DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA	R$ 2.465,72

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:A262EEA6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
INEXEGIGILIDAD EDE LICITAÇÃO 35/2025

PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO Nº 158/2025

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 35/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA (SIAFIC) PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL, SOB A ÉGIDE DA UNIFICAÇÃO TECNOLÓGICA COM O PODER EXECUTIVO.

VALOR TOTAL: R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12(doze) meses

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado mediante apresentação das respectivas Notas Fiscais.

CONTRATADO: CATUZZO INFORMÁTICA LTDA CNPJ: 00.091.222/0001-67

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	980	04.003.04.121.0401.2023	0000	3.3.90.40.00.00	Do Exercício

JUSTIFICATIVA: O presente procedimento de **INEXIGIBILIDADE** tem fundamento no artigo 74,caput, e inciso I e Art. 72 da Lei n. 14.133/21, em razão do Decreto Federal 10.540/2020, nos termos do Ofício da Secretaria Municipal de Finanças, da Justificativa Técnica, bem como Parecer Jurídico, que embasam esse processo.

Palmital-PR, 16/12/2025.

ROBERTO CARLOS ROSSI

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 35/2025

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 158/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA (SIAFIC) PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL, SOB A ÉGIDE DA UNIFICAÇÃO TECNOLÓGICA COM O PODER EXECUTIVO.

Com fundamento nas informações constantes no memorando da Secretaria Municipal de Finanças, ante as Justificativas Técnicas, Parecer Jurídico, que se embasam no artigo 74,caput, e inciso I e Art. 72 da Lei n. 14.133/21, em razão do Decreto Federal 10.540/2020, o Prefeito Municipal resolve **HOMOLOGAR** a **INEXIGIBILIDADE** de licitação para a contratação supramencionada, tendo como contratada a Empresa - **CATUZZO INFORMÁTICA LTDA CNPJ: 00.091.222/0001-67**, no valor de R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), pelo período de 12(doze) meses, para a efetivação da presente INEXIGIBILIDADE levou-se em conta a necessidade de publicidade e transparência dos atos administrativos, visando o atendimento ao interesse público.

Confeccione-se o contato na forma da lei, e dê-se a publicidade.

Edifício da Prefeitura Municipal de Palmital, 16/12/2025

ROBERTO CARLOS ROSSI

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO

RATIFICAÇÃO

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 35/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA (SIAFIC) PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL, SOB A ÉGIDE DA UNIFICAÇÃO TECNOLÓGICA COM O PODER EXECUTIVO.

A documentação referente ao PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 158/2025, **INEXIGIBILIDADE de Licitação n° 35/2025,** atende a todos os requisitos do Conforme artigo 74,caput, e inciso I e Art. 72 da Lei n. 14.133/21, em razão do Decreto Federal 10.540/2020, em conformidade com o a Justificativa Técnica e Parecer Juridico.

Com efeito, **RATIFICO** todas as formalidades legais e autorizo a INEXIGIBILIDADE de Licitação n° 35/2025, para a contratação dos serviços supramencionados, com a empresa - **CATUZZO INFORMÁTICA LTDA CNPJ: 00.091.222/0001-67.**

Confeccione-se o contato na forma da lei, e dê-se a publicidade.

Encaminhe-se para publicação e demais providências legais

Edifício da Prefeitura Municipal de Palmital, 16/12/2025

ROBERTO CARLOS ROSSI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Ferraz de Lima Neto
Código Identificador:3797A1DB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
RESOLUÇÃO N° 62 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2/2025 de 01/01/2025.

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 243.900,00 (duzentos e quarenta e três mil novecentos reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação:

01		**CISLIPA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ**	
01.002		**Serviço de Atendimento Móvel de Urgência**	
01.002.10.302.0902.2.002.		**Gestão de Serviços de Saúde -SAMU**	
28 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	100.000,00
29 - 3.1.90.11.00.00	1496	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	100.000,00
27 - 3.1.90.11.00.00	0496	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	43.900,00
		Total da Suplementação:	**243.900,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
01		**CISLIPA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ**	
01.002		**Serviço de Atendimento Móvel de Urgência**	
01.002.10.302.0902.2.002.		**Gestão de Serviços de Saúde -SAMU**	
28 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	100.000,00
29 - 3.1.90.11.00.00	1496	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	100.000,00
29 - 3.1.90.11.00.00	0496	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	43.900,00
		Total da Suplementação:	**243.900,00**

Artigo 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, Paraná, em 28 de novembro de 2025.

Publicado por:
Marcelo Jose Cardozo Dias
Código Identificador:288E1B82

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO 523/2025

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade,

podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 02/02/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ALN4G19	277450T000048789	09/12/2025	76332
ALY4G94	277450T000048796	09/12/2025	55680
AQP9115	277450T000048788	09/12/2025	61220
AWK5D04	277450T000048793	09/12/2025	55500

AXG8690	277450T000048904	09/12/2025	55414
AYI0J58	277450T000048905	09/12/2025	76252
BBE9I33	277450T000048791	09/12/2025	76332
BCL5J61	277450T000048790	09/12/2025	76332
BEI5E22	277450T000048901	09/12/2025	55414
BEK8J83	277450T000048785	09/12/2025	76332
BET3H88	277450T000048792	09/12/2025	55500
BEZ3B84	277450T000037708	09/12/2025	57200
EOW2E06	277450T000048786	09/12/2025	76332
MFK7J47	277450T000047204	09/12/2025	66531
RBQ4F26	277450T000048903	09/12/2025	55414
RHL8E75	277450T000044145	09/12/2025	73400
RHZ9A91	277450T000048907	09/12/2025	53800
SDQ6A17	277450T000048783	09/12/2025	76332
SFC1J62	277450T000048795	09/12/2025	55680
TAU4H58	277450T000048794	09/12/2025	54790
TBA5C19	277450T000048787	09/12/2025	76332
TBB3E61	277450T000048784	09/12/2025	76332
TCB2B03	277450T000048906	09/12/2025	55500

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:CC777462

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO 526/2025

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 02/02/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AHG5D95	277450T000044146	10/12/2025	60501
AJN1I94	277450T000044319	11/12/2025	55414
ALD7634	277450T000038857	15/12/2025	54527
ALT7329	277450T000047219	14/12/2025	66531
AMK2843	277450T000013124	13/12/2025	60502
AMK2843	277450T000013125	13/12/2025	50450
ANI3449	277450T000048797	12/12/2025	61220
ANV2D30	277450T000047222	14/12/2025	58350
APH8987	277450T000047205	10/12/2025	66020
APH8987	277450T000047207	10/12/2025	65992
APH8987	277450T000047206	10/12/2025	50100
APZ3512	277450T000042415	12/12/2025	55414
AQF3181	277450T000047213	13/12/2025	54521
AQL8C27	277450T000049006	15/12/2025	55414
AQP1J71	277450T000044318	11/12/2025	55414
AQS0A64	277450T000049053	13/12/2025	55680
AQS0A64	277450T000045099	13/12/2025	55680
ARE9048	277450T000040580	12/12/2025	54521
ARP1E93	277450T000042416	12/12/2025	55680
ASO1J28	277450T000049007	15/12/2025	55413
ATD7D60	277450T000047220	14/12/2025	66531
ATL6H04	277450T000044317	10/12/2025	55414
ATX4C40	277450T000036857	15/12/2025	73400
AUC0702	277450T000042404	10/12/2025	73662
AVQ5B79	277450T000044502	13/12/2025	76332
AWE6G22	277450T000046356	11/12/2025	73400
AXC6D52	277450T000047216	14/12/2025	55680
AYI5640	277450T000047210	12/12/2025	55413
BAF4F71	277450T000010256	15/12/2025	55414
BAF4F71	277450T000035852	15/12/2025	55414
BAO3064	277450T000042405	10/12/2025	73662
BAT4E68	277450T000047212	13/12/2025	66531
BBG2805	277450T000044754	12/12/2025	57380
BBJ4153	277450T000045096	12/12/2025	55413
BBK3614	277450T000042323	11/12/2025	76332
BBN5504	277450T000044320	12/12/2025	55414
BBW4C71	277450T000041753	15/12/2025	55412
BCH5H11	277450T000045414	14/12/2025	54521
BCJ1A05	277450T000049055	13/12/2025	51851
BDI2I86	277450T000042411	12/12/2025	76332
BDN3E78	277450T000010257	15/12/2025	55414
BEC9G17	277450T000042418	15/12/2025	55414
BEF1585	277450T000045676	14/12/2025	60501
BEX3G21	277450T000042407	11/12/2025	55414
BEY3A95	277450T000038858	15/12/2025	54527
BEZ3B69	277450T000042410	12/12/2025	57380
BWU5E80	277450T000042327	14/12/2025	55250
CRI1056	277450T000049056	13/12/2025	51851
DII6035	277450T000040581	12/12/2025	54521
DTD7012	277450T000049005	15/12/2025	55413
EKL9F72	277450T000044147	10/12/2025	57380
ERT5377	277450T000013126	13/12/2025	55417
EXL0G97	277450T000044753	10/12/2025	60501
EYH1A11	277450T000047451	12/12/2025	54521
EZE6H76	277450T000009088	12/12/2025	55414
FEL6C65	277450T000044211	11/12/2025	55414
IMI6C38	277450T000039166	15/12/2025	55411
INT4935	277450T000047209	12/12/2025	55413

JAK8B48	116100T002701025	06/12/2025	56144
KAH9J39	277450T000046595	10/12/2025	60412
LRX7I28	277450T000045677	14/12/2025	54521
LXV5J63	277450T000045033	14/12/2025	55500
LYA4D97	277450T000047218	14/12/2025	65300
LYA4D97	277450T000047217	14/12/2025	51852
MBY7E44	277450T000049008	15/12/2025	55414
MFI1A17	277450T000048798	12/12/2025	76332
MGL0H95	277450T000042326	11/12/2025	73400
MHS1G49	277450T000047208	12/12/2025	57461
MLH4J38	277450T000048908	12/12/2025	55414
MLH4J38	277450T000042413	12/12/2025	55414
MQY2E53	277450T000045100	13/12/2025	55680
OCG1E34	277450T000010255	12/12/2025	73662
OKH2F59	277450T000049054	13/12/2025	55680
PXE1F08	116100T002879033	07/12/2025	54600
QIV7E80	277450T000047214	13/12/2025	66531
QJP6C28	277450T000047223	14/12/2025	58350
QOF1H88	277450T000047215	14/12/2025	55680
RFQ6E99	277450T000044503	13/12/2025	76332
RHA3J95	277450T000047221	14/12/2025	52741
RHZ9A91	277450T000045675	10/12/2025	61220
RHZ9A91	277450T000045674	10/12/2025	76332
RUP0A60	277450T000048909	12/12/2025	55414
RUP0A60	277450T000010254	12/12/2025	55414
RVJ1J07	277450T000044752	07/12/2025	60681
RXT3E74	277450T000044148	10/12/2025	57380
RYQ2E01	116100T003261206	08/12/2025	55411
SBW1H58	277450T000042408	11/12/2025	55414
SDS5F21	277450T000042324	11/12/2025	73400
SDS9H14	277450T000027619	12/12/2025	60501
SEC2I98	277450T000044501	13/12/2025	76332
SEG0G45	277450T000049051	12/12/2025	76331
SEI7F90	277450T000049052	12/12/2025	76332
SEK2J21	277450T000044616	12/12/2025	55414
SET1B86	277450T000046596	10/12/2025	57200
SET1B86	277450T000046597	10/12/2025	73400
SEX0D37	277450T000035851	15/12/2025	66371
SEX0D37	277450T000035500	15/12/2025	73400
SEY0I71	277450T000045095	12/12/2025	55500
SEZ7A58	277450T000047211	12/12/2025	51851
SIC1E17	277450T000048910	12/12/2025	76252
TAI8D52	277450T000042409	12/12/2025	57380
TAK9D65	277450T000042325	11/12/2025	57380
TAR1I10	277450T000007349	14/12/2025	60501
TAV8G24	277450T000009087	11/12/2025	76251
TAZ6B42	277450T000045098	12/12/2025	55413
TBH5H68	277450T000046719	13/12/2025	57380
TBI4G93	277450T000044150	13/12/2025	60501
TBJ8I51	277450T000047802	13/12/2025	60412
TBM4A42	277450T000014246	11/12/2025	68580
TBO6E19	277450T000042414	12/12/2025	55500
TDV9A74	277450T000044149	13/12/2025	73662
TEB0C79	277450T000042406	11/12/2025	55680
TEQ2C67	277450T000042412	12/12/2025	76332
TER8I26	277450T000045097	12/12/2025	55413
TES2A84	277450T000048799	12/12/2025	76331
UAT5H49	277450T000048800	12/12/2025	73400
UBD7G15	277450T000042417	15/12/2025	57380

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:98A81D2C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE 524/2025

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 02/02/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
ALN9545	277450T000046456	05/10/2025	76332	R$ 293,47
ALY2F99	277450T000046460	06/10/2025	60412	R$ 195,23
AMJ7B30	277450T000034988	06/10/2025	54521	R$ 195,23
ATG7D88	277450T000038550	06/10/2025	54527	R$ 195,23
ATN6G67	277450T000040551	13/05/2025	55500	R$ 130,16
ATT5D75	277450T000044926	05/10/2025	51851	R$ 195,23
AUY4F92	277450T000046410	06/10/2025	73400	R$ 130,16
AUY4F92	277450T000046409	06/10/2025	65992	R$ 293,47
AVA2B44	277450T000038547	06/10/2025	54527	R$ 195,23
AWE8607	277450T000038548	06/10/2025	54527	R$ 195,23

AWV0637	277450T000046417	07/10/2025	66020	R$ 293,47
AXQ7528	277450T000009887	19/05/2025	70481	R$ 293,47
AYU8G73	277450T000034351	06/10/2025	76332	R$ 293,47
AZM8I58	277450T000046451	05/10/2025	51851	R$ 195,23
BAF6D09	277450T000044924	05/10/2025	51852	R$ 195,23
BAY4H09	277450T000046411	06/10/2025	55413	R$ 195,23
BBK2B53	277450T000039064	03/10/2025	73400	R$ 130,16
BBK2B53	277450T000039067	03/10/2025	65992	R$ 293,47
BBK2B53	277450T000039065	03/10/2025	50100	R$ 880,41
BBK2B53	277450T000039066	03/10/2025	50610	R$ 880,41
BBL8G45	277450T000004421	06/10/2025	55090	R$ 130,16
BBX4H17	277450T000038542	06/10/2025	54527	R$ 195,23
BCF1C65	277450T000041253	24/05/2025	58350	R$ 195,23
BCK5765	277450T000045074	06/10/2025	57463	R$ 130,16
BCK9I06	277450T000044927	06/10/2025	73400	R$ 130,16
BCT7C52	277450T000029299	06/10/2025	60501	R$ 293,47
BCV4B31	277450T000046412	06/10/2025	55413	R$ 195,23
BCW6F73	277450T000038540	06/10/2025	54527	R$ 195,23
BCY5D30	277450T000029298	06/10/2025	76332	R$ 293,47
BDP0E16	277450T000020778	07/10/2025	57380	R$ 293,47
BDW4F56	277450T000041803	20/05/2025	76252	R$ 293,47
BEK6C02	277450T000046455	05/10/2025	73400	R$ 130,16
BER7F85	277450T000009893	06/10/2025	57380	R$ 293,47
BEU8B64	277450T000044928	06/10/2025	73400	R$ 130,16
BEY9J27	277450T000033896	01/05/2025	51691	R$ 2.934,70
BWH9E41	277450T000046459	06/10/2025	55411	R$ 195,23
DAH3C11	277450T000042304	07/10/2025	54790	R$ 130,16
FAN8I93	277450T000043151	07/06/2025	76173	R$ 5.869,40
FFM9E70	277450T000026405	26/06/2025	60501	R$ 293,47
GYW2A58	277450T000046457	05/10/2025	51851	R$ 195,23
HMR2B10	277450T000029300	06/10/2025	54521	R$ 195,23
INV7F31	277450T000038546	06/10/2025	54527	R$ 195,23
IUT3I45	277450T000046452	05/10/2025	73400	R$ 130,16
LQA4B84	277450T000046454	05/10/2025	76332	R$ 293,47
LXI1069	277450T000046407	02/10/2025	50100	R$ 880,41
LXI1069	277450T000046406	02/10/2025	65992	R$ 293,47
LYI1B65	277450T000037549	01/10/2025	55411	R$ 195,23
MIN9300	277450T000046199	05/10/2025	51851	R$ 195,23
MKT6D42	277450T000037021	14/05/2025	61220	R$ 293,47
MTI8195	277450T000040688	07/10/2025	57463	R$ 130,16
NEL1I35	277450T000046416	07/10/2025	55500	R$ 130,16
NET5I86	277450T000040689	07/10/2025	54790	R$ 130,16
PRU9472	277450T000046415	06/10/2025	57463	R$ 130,16
PVG9D99	277450T000038549	06/10/2025	54527	R$ 195,23
QBU3E81	277450T000038543	06/10/2025	54527	R$ 195,23
QHV2D10	277450T000046413	06/10/2025	55500	R$ 130,16
RGE8E68	277450NIC0044140	06/05/2025	50020	R$ 586,94
RHT6D20	277450T000034989	06/10/2025	76331	R$ 293,47
RHV8G15	277450T000034990	06/10/2025	57463	R$ 130,16
RYV6B77	277450T000038541	06/10/2025	54527	R$ 195,23
SDY0F66	277450T000016113	06/10/2025	52741	R$ 2.934,70
SDY0F66	277450T000016112	06/10/2025	58350	R$ 195,23
SEE4D81	277450T000046200	05/10/2025	73400	R$ 130,16
SEF9D12	277450T000038544	06/10/2025	54527	R$ 195,23
SEO7D24	277450T000046461	06/10/2025	60412	R$ 195,23
SEP6F25	277450T000041701	06/10/2025	55250	R$ 130,16
SFC9E38	277450T000039286	08/10/2025	55414	R$ 195,23
SFG9I46	277450T000027536	08/06/2025	66371	R$ 195,23
SFG9I46	277450T000041299	08/06/2025	58350	R$ 195,23
SFN5B84	277450T000039284	04/10/2025	54521	R$ 195,23
TAP4J94	277450T000044929	06/10/2025	66531	R$ 195,23
TAP4J94	277450T000044930	06/10/2025	66020	R$ 293,47
TAS1F84	277450T000044923	05/10/2025	66531	R$ 195,23
TAS1F84	277450T000044922	05/10/2025	73400	R$ 130,16
TAZ4J78	277450T000038155	06/10/2025	55411	R$ 195,23
TBU6E32	277450T000028568	05/10/2025	55413	R$ 195,23

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:584EEA4E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE 527/2025

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 02/02/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
ABT6400	277450NIC0044770	20/09/2025	50020	R$ 260,32
ADT9D43	277450NIC0044789	20/09/2025	50020	R$ 260,32
AFD8H13	277450NIC0044766	20/09/2025	50020	R$ 260,32

ARZ4066	277450NIC0044787	20/09/2025	50020	R$ 390,46
ASD1878	277450T000034991	09/10/2025	76332	R$ 293,47
ASN0480	277450T000009216	08/10/2025	57200	R$ 195,23
ATD6J24	277450T000026878	08/10/2025	55411	R$ 195,23
AVV9D51	277450T000041222	08/10/2025	76252	R$ 293,47
AXT0124	277450NIC0044782	20/09/2025	50020	R$ 390,46
AYK0A14	277450T000044183	08/10/2025	55411	R$ 195,23
AYS0369	277450T000026875	08/10/2025	55411	R$ 195,23
AYV9599	277450T000020779	08/10/2025	54521	R$ 195,23
AZR6174	277450NIC0044769	20/09/2025	50020	R$ 390,46
BAR8C45	277450T000026879	08/10/2025	55411	R$ 195,23
BAX9I39	277450NIC0044776	20/09/2025	50020	R$ 390,46
BBO1174	277450NIC0044778	20/09/2025	50020	R$ 390,46
BBX4H17	277450T000026883	08/10/2025	54521	R$ 195,23
BCF9I56	277450P000336249	16/09/2025	54521	R$ 195,23
BDO4J22	277450NIC0044772	20/09/2025	50020	R$ 390,46
BDO4J32	277450NIC0044779	20/09/2025	50020	R$ 390,46
BDP6G71	277450NIC0044767	20/09/2025	50020	R$ 260,32
BEQ6E07	277450NIC0044792	20/09/2025	50020	R$ 390,46
BEU3H14	277450T000026876	08/10/2025	55411	R$ 195,23
BEU8D83	277450NIC0044773	20/09/2025	50020	R$ 260,32
CLH3835	277450NIC0044795	20/09/2025	50020	R$ 390,46
DUE3B26	277450T000039287	03/10/2025	55414	R$ 195,23
DVS1H38	277450NIC0044775	20/09/2025	50020	R$ 390,46
EPC6C44	277450T000046108	08/10/2025	55413	R$ 195,23
ETV0C43	277450T000026881	08/10/2025	54521	R$ 195,23
FKC8G60	277450NIC0044768	20/09/2025	50020	R$ 260,32
FSP6F62	277450NIC0044783	20/09/2025	50020	R$ 260,32
GJB9A68	277450T000046109	08/10/2025	55413	R$ 195,23
IUR5A03	277450NIC0044784	20/09/2025	50020	R$ 390,46
JDB5I93	277450NIC0044781	20/09/2025	50020	R$ 390,46
JDJ4B96	277450NIC0044796	20/09/2025	50020	R$ 390,46
JYS1G13	277450NIC0044774	20/09/2025	50020	R$ 390,46
LLY1888	277450T000026877	08/10/2025	55411	R$ 195,23
MEU1E53	277450T000046110	09/10/2025	60412	R$ 195,23
PAJ0954	277450T000034992	09/10/2025	76332	R$ 293,47
PGY9F60	277450T000034352	09/10/2025	55413	R$ 195,23
QNY6I39	277450NIC0044788	20/09/2025	50020	R$ 390,46
RFT3D47	277450NIC0044793	20/09/2025	50020	R$ 390,46
RHG4G09	277450NIC0044786	20/09/2025	50020	R$ 390,46
RHJ8E37	277450T000044119	09/10/2025	60501	R$ 293,47
SDQ5J12	277450T000026880	08/10/2025	54521	R$ 195,23
SDR5G70	277450NIC0044780	20/09/2025	50020	R$ 390,46
SEB1E69	277450T000026882	08/10/2025	54521	R$ 195,23
SEF3D63	277450P000338653	30/09/2025	52151	R$ 293,47
SEF9D12	277450T000026884	08/10/2025	54521	R$ 195,23
SEN5A31	277450P000332187	25/09/2025	73400	R$ 130,16
SEQ6A51	277450NIC0044777	20/09/2025	50020	R$ 390,46
TAI4A66	277450NIC0044771	20/09/2025	50020	R$ 390,46
TAJ4C39	277450T000020780	08/10/2025	54521	R$ 195,23
TAT8F74	277450NIC0044790	20/09/2025	50020	R$ 260,32
TBN1B48	277450NIC0044791	20/09/2025	50020	R$ 260,32
TES6I63	277450NIC0044785	20/09/2025	50020	R$ 390,46

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:B84A6005

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Dispensa Presencial 11/2025

Processo Administrativo: 17/2025

O Sr. CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA presidente, da CAMARA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor resolve, Adjudico nesta data a presente licitação e autorizo a emissão das notas de empenho da adjudicação de acordo com os termos abaixo.

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de mesa de som analógica e microfones destinados ao Plenário da Câmara Municipal de Paranavaí, com o objetivo de garantir a qualidade e a eficiência do sistema de sonorização durante as sessões plenárias, audiências públicas e demais eventos oficiais realizados nas dependências do Poder Legislativo de Paranavaí.

CLASSIFICAÇÃO DO FORNECEDOR;

EMPRESA: SATSOM COMPONENTES ELETRONICOS LTDA

CNPJ nº: 02.634.433/0001-24

REPRESENTANTE: EDILSON ANTONIO DE OLIVEIRA

VALOR TOTAL GLOBAL DOS ITENS: R$ 18.434,00 (dezoito mil quatrocentos e trinta e quatro reais).

ESPECIFICAÇÃO.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	Mesa de som analógica profissional, com as seguintes características mínimas: Canais de entrada: Mínimo 24 (vinte e quatro) canais de entrada mono físicos, com canais numerados e identificação clara no painel frontal, sendo: Mínimo 16 canais de entrada mono com conectores XLR e P10/TRS. No mínimo 4 canais de entrada estéreo com conectores TRS (P10), sendo que pelo menos 2 destes canais devem também oferecer entradas XLR. Os demais canais poderão ser linha/Stereo, desde que a soma chegue a 24 entradas utilizáveis. Pré-amplificadores: Pré-amplificadores de microfone com controle de ganho/trim em cada canal com faixa adequada para microfones dinâmicos e condensadores. Phantom Power +48V disponível e comutável por bloco ou por canal em todos os canais XLR. Entradas e conectores: Entradas XLR balanceadas para sinal de microfone em todos os canais designados como microfônico. Entradas P10/TRS balanceadas para sinais de linha/instrumento onde aplicável. Conectores de qualidade profissional com trava (no caso de XLR). Equalização: Canais mono: no mínimo 3 bandas (graves, médios e agudos) com controle de frequência semiparamétrico ou paramétrico nos médios; Canais estéreo: no mínimo 2 bandas Envios Auxiliares: No mínimo 4 envios auxiliares por canal, comutáveis pré/pós-fader. Retornos Auxiliares: No mínimo 2 retornos auxiliares estéreo com controle de nível. Processador de Efeitos: Interno, com variedade de efeitos (reverb, delay, chorus etc.), controles de parâmetros e roteamento flexível. Saídas: - Saída estéreo principal (MAIN OUT) com conectores XLR e TRS (P10); - Saídas de monitoração (MONITOR OUT) com conectores TRS (P10); - Saídas para gravação (REC OUT) com conectores RCA ou TRS (P10); Saídas de grupo (GROUP OUT) desejáveis: mínimo 4 com TRS (P10 Phantom Power:+48V chaveável por seção de canais.Faders: Lineares de no mínimo 60mm para todos os canais e saídas principais/de grupo. Indicadores de Nível:VU meters ou LEDs para canais e saídas principais. Fonte de alimentação full range	01	SOUNDVOICE	R$ 7.100,00	R$ 7.100,00

	(100–240V) Construção: Robusta e durável, adequada para múltiplas aplicações. Equivalente ou similar ao modelo Yamaha MGP24X.				
02	**Microfone Condensador de Haste. Microfone condensador do tipo Gooseneck** com no mínimo 30,5 cm de haste, cápsula cardioide, LED de indicação de funcionamento, botão ou interruptor de mudo, haste flexível e função Phantom Power. O microfone deve acompanhar: Espuma anti-vento; base para mesa para uso de forma independente (não fixado com parafusos e através de orifício de montagem); Deve ser fornecido com um Cabo XLR Macho x XLR Fêmea Balanceado Profissional a partir de 10 m.	16	SOUNDVOICE	R$ 599,00	R$ 9.584,00
03	**Instalação completa** de mesa de som, microfones e organização de cabos.	01		R$ 1.750,00	R$ 1.750,00
VALOR TOTAL DA PROPOSTA			R$ 18.434,00		

Valor total de todos os itens adjudicados: R$ 18.434,00 (dezoito mil quatrocentos e trinta e quatro reais).

Paranavaí, 17 de dezembro de 2025.

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA

Presidente

Câmara Municipal de Paranavaí

Publicado por:
Dheymezângela Inácio Belizário
Código Identificador:AC9F79E3

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
HOMOLOGAÇÃO CP 07/2025

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR

Compras e Contratos

Termo Homologação - Credenciamento

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 25703 Ano - Minuta - Licitação: 2025 Número - Minuta - Licitação: 93 codigoCliente: 25703 anoMinuta: 2025 cotaCredenciamento: Não

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Inexigibilidade

Nº 16/2025

Processo Administrativo: 93/2025

A Diretoria Geral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, designada pelo(a) Ato de Consórcio nº 210/2025.

Homologa

Nesta data a referida decisão constante do julgamento aplicada a credenciada para o objeto da Inexigibilidade nº. 16/2025, como segue, em conformidade com o objeto de contratação solicitado no Anexo I-A das proponentes abaixo relacionadas:

Cotação dos Lotes		
281 - ASSOCIAÇÃO MEDIMAGEM DE PARANAVAI - FILIAL - PD 5320/2025		
Lote	**Qtde**	**Valor Unitário**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM ESPECIALIDADES, EXAMES DIAGNÓSTICOS E/OU TERAPIAS EM ESTRUTURA TERCEIRIZADA	1	R$13419731,83
323 - ASSOCIAÇÃO MEDIMAGEM DE PARANAVAI MATRIZ - PD 5319/2025		
Lote	**Qtde**	**Valor Unitário**
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM ESPECIALIDADES, EXAMES DIAGNÓSTICOS E/OU TERAPIAS EM ESTRUTURA TERCEIRIZADA	1	R$13419731,83
373 - LABORATÓRIO PASTEUR LTDA (PVAI) - PD 5451/2025		
Lote	**Qtde**	**Valor Unitário**
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM ESPECIALIDADES, EXAMES DIAGNÓSTICOS E/OU TERAPIAS EM ESTRUTURA TERCEIRIZADA	1	R$13419731,83
489 - MOLDE IMAGEM CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA - PD 5336/2025		
Lote	**Qtde**	**Valor Unitário**
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM ESPECIALIDADES, EXAMES DIAGNÓSTICOS E/OU TERAPIAS EM ESTRUTURA TERCEIRIZADA	1	R$13419731,83
594 - OKIMOTO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - PD 5472/2025		
Lote	**Qtde**	**Valor Unitário**
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM ESPECIALIDADES, EXAMES DIAGNÓSTICOS E/OU TERAPIAS EM ESTRUTURA TERCEIRIZADA	1	R$13419731,83
1095 - BHS SERVICOS MEDICOS LTDA - PD 5341/2025		
Lote	**Qtde**	**Valor Unitário**
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM ESPECIALIDADES, EXAMES DIAGNÓSTICOS E/OU TERAPIAS EM ESTRUTURA TERCEIRIZADA	1	R$13419731,83
1180 - CLÍNICA DO RIM PARANAVAÍ - PD 5396/2025		
Lote	**Qtde**	**Valor Unitário**
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM ESPECIALIDADES, EXAMES DIAGNÓSTICOS E/OU TERAPIAS EM ESTRUTURA TERCEIRIZADA	1	R$13419731,83
10413 - VIANA & APARICIO LTDA - PD 5315/2025		
Lote	**Qtde**	**Valor Unitário**
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM ESPECIALIDADES, EXAMES DIAGNÓSTICOS E/OU TERAPIAS EM ESTRUTURA TERCEIRIZADA	1	R$13419731,83
11037 - ANESTESIOLOGIA E.E.W.R. LTDA - PD 4934/2025		
Lote	**Qtde**	**Valor Unitário**
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM ESPECIALIDADES, EXAMES DIAGNÓSTICOS E/OU TERAPIAS EM ESTRUTURA TERCEIRIZADA	1	R$13419731,83
12777 - MEDICINA SIRENA LTDA - PD 4898/2025		
Lote	**Qtde**	**Valor Unitário**
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM ESPECIALIDADES, EXAMES DIAGNÓSTICOS E/OU TERAPIAS EM ESTRUTURA TERCEIRIZADA	1	R$13419731,83
14761 - GROUPMED SERVICOS MEDICOS E DIAGNOSTICOS LTDA - PD 5258/2025		
Lote	**Qtde**	**Valor Unitário**
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM ESPECIALIDADES, EXAMES DIAGNÓSTICOS E/OU TERAPIAS EM ESTRUTURA TERCEIRIZADA	1	R$13419731,83
15253 - CLINICA MEDICA SANTA CECILIA - PD 5275/2025		
Lote	**Qtde**	**Valor Unitário**
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM ESPECIALIDADES, EXAMES DIAGNÓSTICOS E/OU TERAPIAS EM ESTRUTURA TERCEIRIZADA	1	R$13419731,83
15679 - CLINICA CARDIOLOGICA AOKI SOCIEDADE SIMPLES LTDA - PD 5234/2025		
Lote	**Qtde**	**Valor Unitário**
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM ESPECIALIDADES, EXAMES DIAGNÓSTICOS E/OU TERAPIAS EM ESTRUTURA TERCEIRIZADA	1	R$13419731,83
15903 - LANZA CLINICA MEDICA LTDA - PD 4930/2025		
Lote	**Qtde**	**Valor Unitário**
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM ESPECIALIDADES, EXAMES DIAGNÓSTICOS E/OU TERAPIAS EM ESTRUTURA TERCEIRIZADA	1	R$13419731,83
16594 - R. L. SERVIÇOS MÉDICOS S/S - PD 5232/2025		
Lote	**Qtde**	**Valor Unitário**
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM ESPECIALIDADES, EXAMES DIAGNÓSTICOS E/OU TERAPIAS EM ESTRUTURA TERCEIRIZADA	1	R$13419731,83
23124 - CLINICA MEDICA RUBENS COSTA MONTEIRO LTDA ME - PD 5270/2025		
Lote	**Qtde**	**Valor Unitário**
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM ESPECIALIDADES, EXAMES DIAGNÓSTICOS E/OU TERAPIAS EM ESTRUTURA TERCEIRIZADA	1	R$13419731,83
25941 - CLINICA E INSTITUTO DE IMAGEM DE PARANAVAI LTDA - PD 5371/2025		
Lote	**Qtde**	**Valor Unitário**
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM ESPECIALIDADES, EXAMES DIAGNÓSTICOS E/OU TERAPIAS EM ESTRUTURA TERCEIRIZADA	1	R$13419731,83
29777 - OSMAR MILANI CLINICA LTDA - PD 4988/2025		
Lote	**Qtde**	**Valor Unitário**
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM ESPECIALIDADES, EXAMES DIAGNÓSTICOS E/OU TERAPIAS EM ESTRUTURA TERCEIRIZADA	1	R$13419731,83
32778 - FRAUCHES & PINTO LTDA - PD 5222/2025		
Lote	**Qtde**	**Valor Unitário**
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM ESPECIALIDADES, EXAMES DIAGNÓSTICOS E/OU TERAPIAS EM ESTRUTURA TERCEIRIZADA	1	R$13419731,83
32891 - PRISCILA GARDIN SORDE CLINICA MEDICA - PD 5250/2025		
Lote	**Qtde**	**Valor Unitário**
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM ESPECIALIDADES, EXAMES DIAGNÓSTICOS E/OU TERAPIAS EM ESTRUTURA TERCEIRIZADA	1	R$13419731,83
33170 - LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS OSWALDO CRUZ LTDA - PD 5337/2025		
Lote	**Qtde**	**Valor Unitário**
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM ESPECIALIDADES, EXAMES DIAGNÓSTICOS E/OU TERAPIAS EM ESTRUTURA TERCEIRIZADA	1	R$13419731,83
36781 - CREMONEZ FISIOTERAPIA LTDA - PD 5322/2025		
Lote	**Qtde**	**Valor Unitário**
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM ESPECIALIDADES, EXAMES DIAGNÓSTICOS E/OU TERAPIAS EM ESTRUTURA TERCEIRIZADA	1	R$13419731,83
36919 - TORMENA GERALDI ATIVIDADES MÉDICAS - PD 5340/2025		
Lote	**Qtde**	**Valor Unitário**
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM ESPECIALIDADES, EXAMES DIAGNÓSTICOS E/OU TERAPIAS EM ESTRUTURA TERCEIRIZADA	1	R$13419731,83
42471 - MEDCLINIC - CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM E MED DE SEG DO TRAB LTDA 2 - PD 5312/2025		
Lote	**Qtde**	**Valor Unitário**
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM ESPECIALIDADES, EXAMES DIAGNÓSTICOS E/OU TERAPIAS EM ESTRUTURA TERCEIRIZADA	1	R$13419731,83
42633 - UNILAB LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS DE LINS LTDA (PVAI) - PD 5375/2025		
Lote	**Qtde**	**Valor Unitário**
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM ESPECIALIDADES, EXAMES DIAGNÓSTICOS E/OU TERAPIAS EM ESTRUTURA TERCEIRIZADA	1	R$13419731,83
42650 - UNILAB LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS DE LINS EIRELI - (LOANDA) - PD 5376/2025		
Lote	**Qtde**	**Valor Unitário**
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM ESPECIALIDADES, EXAMES DIAGNÓSTICOS E/OU TERAPIAS EM ESTRUTURA TERCEIRIZADA	1	R$13419731,83
44393 - MANENTE E GONCALVES LTDA - PD 4900/2025		
Lote	**Qtde**	**Valor Unitário**
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM ESPECIALIDADES, EXAMES DIAGNÓSTICOS E/OU TERAPIAS EM ESTRUTURA TERCEIRIZADA	1	R$13419731,83
45152 - V H VAN DAL OLIVEIRA CLINICA DE FISIOTERAPIA - PD 4941/2025		
Lote	**Qtde**	**Valor Unitário**
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM ESPECIALIDADES, EXAMES DIAGNÓSTICOS E/OU TERAPIAS EM ESTRUTURA TERCEIRIZADA	1	R$13419731,83
47171 - LAB+ LABORATÓRIO SÃO JOSÉ LTDA - PD 5173/2025		
Lote	**Qtde**	**Valor Unitário**
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM ESPECIALIDADES, EXAMES DIAGNÓSTICOS E/OU TERAPIAS EM ESTRUTURA TERCEIRIZADA	1	R$13419731,83
55727 - LABORATÓRIO PASTEUR LTDA - (ALTO PR) - PD 5449/2025		
Lote	**Qtde**	**Valor Unitário**
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM ESPECIALIDADES, EXAMES DIAGNÓSTICOS E/OU TERAPIAS EM ESTRUTURA TERCEIRIZADA	1	R$13419731,83
59110 - CLASEN E NUNES MEDICINA LTDA - PD 5330/2025		

Lote	Qtde	Valor Unitário
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM ESPECIALIDADES, EXAMES DIAGNÓSTICOS E/OU TERAPIAS EM ESTRUTURA TERCEIRIZADA	1	R$13419731,83

Dos recursos orçamentários:

27 - 00.000.0000.3339039503000000000.00000000 - Serviços e procedimentos em saúde de média e alta complexidade

_____

Direção Geral

CIS/AMUNPAR

Paranavaí, 16 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:2546DA55

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
HOMOLOGAÇÃO CP 08/2025

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR

Compras e Contratos

Termo Homologação - Credenciamento

Entidade - Processo Administrativo – Minuta - Licitação: 25703 Ano - Minuta - Licitação: 2025 Número - Minuta - Licitação: 94 codigoCliente: 25703 anoMinuta: 2025 cotaCredenciamento: Não

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Inexigibilidade

Nº 17/2025

Processo Administrativo: 94/2025

A Diretoria Geral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, designada pelo(a) Ato de Consórcio nº 210/2025.

Homologa

Nesta data a referida decisão constante do julgamento aplicada a credenciada para o objeto da Inexigibilidade nº. 17/2025, como segue, em conformidade com o objeto de contratação solicitado no Anexo I-A das proponentes abaixo relacionadas:

238 - MAI & MAI CLINICA MEDICA LTDA ME - PD 5266/2025						
Lote: 1 - ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO EM CONSULTAS E/OU PROCEDIMENTOS/EXAMES COMPLEMENTARES						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	CONSULTAS E/OU EXAMES/PROCEDIMENTOS	UNIDADE		1	R$10.391.512,80	R$10.391.512,8
Total do Fornecedor:						R$10.391.512,80
358 - CLINICA DE ORTOPEDIA MORTATI LTDA - PD 5295/2025						
Lote: 1 - ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO EM CONSULTAS E/OU PROCEDIMENTOS/EXAMES COMPLEMENTARES						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	CONSULTAS E/OU EXAMES/PROCEDIMENTOS	UNIDADE		1	R$10.391.512,80	R$10.391.512,8
Total do Fornecedor:						R$10.391.512,80
912 - CLINICA MEDICA DR FELLIPE MAGALHAES LTDA - PD 5402/2025						
Lote: 1 - ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO EM CONSULTAS E/OU PROCEDIMENTOS/EXAMES COMPLEMENTARES						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	CONSULTAS E/OU EXAMES/PROCEDIMENTOS	UNIDADE		1	R$10.391.512,80	R$10.391.512,8
Total do Fornecedor:						R$10.391.512,80
1154 - MEDIKOS CENTRO DE INOVACAO EM SAUDE LTDA - PD 5313/2025						
Lote: 1 - ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO EM CONSULTAS E/OU PROCEDIMENTOS/EXAMES COMPLEMENTARES						

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CONSULTAS E/OU EXAMES/PROCEDIMENTOS	UNIDADE		1	R$10.391.512,80	R$10.391.512,8
Total do Fornecedor:						R$10.391.512,80

1232 - WILZA M ALVES DE ALCANTARA SERV MED LTDA - PD 5276/2025

Lote: 1 - ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO EM CONSULTAS E/OU PROCEDIMENTOS/EXAMES COMPLEMENTARES

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CONSULTAS E/OU EXAMES/PROCEDIMENTOS	UNIDADE		1	R$10.391.512,80	R$10.391.512,8
Total do Fornecedor:						R$10.391.512,80

12742 - CLINICA MEDICA CERVEIRA LTDA - PD 5282/2025

Lote: 1 - ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO EM CONSULTAS E/OU PROCEDIMENTOS/EXAMES COMPLEMENTARES

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CONSULTAS E/OU EXAMES/PROCEDIMENTOS	UNIDADE		1	R$10.391.512,80	R$10.391.512,8
Total do Fornecedor:						R$10.391.512,80

12750 - CLINICA MEDICA SANCHES LTDA - PD 5453/2025

Lote: 1 - ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO EM CONSULTAS E/OU PROCEDIMENTOS/EXAMES COMPLEMENTARES

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CONSULTAS E/OU EXAMES/PROCEDIMENTOS	UNIDADE		1	R$10.391.512,80	R$10.391.512,8
Total do Fornecedor:						R$10.391.512,80

12777 - MEDICINA SIRENA LTDA - PD 5251/2025

Lote: 1 - ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO EM CONSULTAS E/OU PROCEDIMENTOS/EXAMES COMPLEMENTARES

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CONSULTAS E/OU EXAMES/PROCEDIMENTOS	UNIDADE		1	R$10.391.512,80	R$10.391.512,8
Total do Fornecedor:						R$10.391.512,80

12955 - CLINICA DE SERVIÇOS MEDICOS ARRAIS - PD 5290/2025

Lote: 1 - ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO EM CONSULTAS E/OU PROCEDIMENTOS/EXAMES COMPLEMENTARES

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CONSULTAS E/OU EXAMES/PROCEDIMENTOS	UNIDADE		1	R$10.391.512,80	R$10.391.512,8
Total do Fornecedor:						R$10.391.512,80

14761 - GROUPMED SERVICOS MEDICOS E DIAGNOSTICOS LTDA - PD 5333/2025

Lote: 1 - ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO EM CONSULTAS E/OU PROCEDIMENTOS/EXAMES COMPLEMENTARES

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CONSULTAS E/OU EXAMES/PROCEDIMENTOS	UNIDADE		1	R$10.391.512,80	R$10.391.512,8
Total do Fornecedor:						R$10.391.512,80

15253 - CLINICA MEDICA SANTA CECILIA - PD 5277/2025

Lote: 1 - ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO EM CONSULTAS E/OU PROCEDIMENTOS/EXAMES COMPLEMENTARES

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CONSULTAS E/OU EXAMES/PROCEDIMENTOS	UNIDADE		1	R$10.391.512,80	R$10.391.512,8
Total do Fornecedor:						R$10.391.512,80

15679 - CLINICA CARDIOLOGICA AOKI SOCIEDADE SIMPLES LTDA - PD 5274/2025

Lote: 1 - ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO EM CONSULTAS E/OU PROCEDIMENTOS/EXAMES COMPLEMENTARES

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CONSULTAS E/OU EXAMES/PROCEDIMENTOS	UNIDADE		1	R$10.391.512,80	R$10.391.512,8
Total do Fornecedor:						R$10.391.512,80

15903 - LANZA CLINICA MEDICA LTDA - PD 5305/2025

Lote: 1 - ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO EM CONSULTAS E/OU PROCEDIMENTOS/EXAMES COMPLEMENTARES

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CONSULTAS E/OU EXAMES/PROCEDIMENTOS	UNIDADE		1	R$10.391.512,80	R$10.391.512,8
Total do Fornecedor:						R$10.391.512,80

17850 - CLINICA MEDICA VIEIRA LTDA - PD 5461/2025

Lote: 1 - ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO EM CONSULTAS E/OU PROCEDIMENTOS/EXAMES COMPLEMENTARES

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CONSULTAS E/OU EXAMES/PROCEDIMENTOS	UNIDADE		1	R$10.391.512,80	R$10.391.512,8
Total do Fornecedor:						R$10.391.512,80

17957 - PELISSON SERVICOS MEDICOS - PD 5281/2025

Lote: 1 - ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO EM CONSULTAS E/OU PROCEDIMENTOS/EXAMES COMPLEMENTARES

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CONSULTAS E/OU EXAMES/PROCEDIMENTOS	UNIDADE		1	R$10.391.512,80	R$10.391.512,8
Total do Fornecedor:						R$10.391.512,80

26646 - SOARES & FURSEL LTDA. - PD 5263/2025

Lote: 1 - ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO EM CONSULTAS E/OU PROCEDIMENTOS/EXAMES COMPLEMENTARES

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CONSULTAS E/OU EXAMES/PROCEDIMENTOS	UNIDADE		1	R$10.391.512,80	R$10.391.512,8
Total do Fornecedor:						R$10.391.512,80

29530 - ORTOFISIOCLIN CLINICA DE ORTOPEDIA LTDA - PD 5261/2025

Lote: 1 - ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO EM CONSULTAS E/OU PROCEDIMENTOS/EXAMES COMPLEMENTARES

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CONSULTAS E/OU EXAMES/PROCEDIMENTOS	UNIDADE		1	R$10.391.512,80	R$10.391.512,8
Total do Fornecedor:						R$10.391.512,80

29750 - MARIANA SOARES DE ALMEIDA CLINICA MEDICA LTDA - PD 5292/2025

Lote: 1 - ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO EM CONSULTAS E/OU PROCEDIMENTOS/EXAMES COMPLEMENTARES

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CONSULTAS E/OU EXAMES/PROCEDIMENTOS	UNIDADE		1	R$10.391.512,80	R$10.391.512,8
Total do Fornecedor:						R$10.391.512,80

32166 - FERNANDA DOS SANTOS BARBOSA AWADA CLINICA MEDICA - PD 5358/2025

Lote: 1 - ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO EM CONSULTAS E/OU PROCEDIMENTOS/EXAMES COMPLEMENTARES

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CONSULTAS E/OU EXAMES/PROCEDIMENTOS	UNIDADE		1	R$10.391.512,80	R$10.391.512,8
Total do Fornecedor:						R$10.391.512,80

38083 - RICARDO HIRAYAMA MONTERO EIRELI - PD 5291/2025

Lote: 1 - ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO EM CONSULTAS E/OU PROCEDIMENTOS/EXAMES COMPLEMENTARES

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CONSULTAS E/OU EXAMES/PROCEDIMENTOS	UNIDADE		1	R$10.391.512,80	R$10.391.512,8
Total do Fornecedor:						R$10.391.512,80

38121 - ANGIODERM SERVIÇOS MEDICOS LTDA - PD 5309/2025

Lote: 1 - ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO EM CONSULTAS E/OU PROCEDIMENTOS/EXAMES COMPLEMENTARES

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CONSULTAS E/OU EXAMES/PROCEDIMENTOS	UNIDADE		1	R$10.391.512,80	R$10.391.512,8
Total do Fornecedor:						R$10.391.512,80

40223 - D TAMAMARU DE SOUZA & CIA LTDA - PD 5268/2025

Lote: 1 - ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO EM CONSULTAS E/OU PROCEDIMENTOS/EXAMES COMPLEMENTARES						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	CONSULTAS E/OU EXAMES/PROCEDIMENTOS	UNIDADE		1	R$10.391.512,80	R$10.391.512,8
Total do Fornecedor:						R$10.391.512,80
43818 - CLINICA DRA FERNANDA CABRERA LTDA - PD 5362/2025						
Lote: 1 - ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO EM CONSULTAS E/OU PROCEDIMENTOS/EXAMES COMPLEMENTARES						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	CONSULTAS E/OU EXAMES/PROCEDIMENTOS	UNIDADE		1	R$10.391.512,80	R$10.391.512,8
Total do Fornecedor:						R$10.391.512,80
44377 - MR MEDICINA LTDA - PD 5447/2025						
Lote: 1 - ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO EM CONSULTAS E/OU PROCEDIMENTOS/EXAMES COMPLEMENTARES						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	CONSULTAS E/OU EXAMES/PROCEDIMENTOS	UNIDADE		1	R$10.391.512,80	R$10.391.512,8
Total do Fornecedor:						R$10.391.512,80
44393 - MANENTE E GONCALVES LTDA - PD 5272/2025						
Lote: 1 - ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO EM CONSULTAS E/OU PROCEDIMENTOS/EXAMES COMPLEMENTARES						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	CONSULTAS E/OU EXAMES/PROCEDIMENTOS	UNIDADE		1	R$10.391.512,80	R$10.391.512,8
Total do Fornecedor:						R$10.391.512,80
45225 - RUBIA MARA RODRIGUES DA SILVA- EIRELLI - PD 5430/2025						
Lote: 1 - ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO EM CONSULTAS E/OU PROCEDIMENTOS/EXAMES COMPLEMENTARES						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	CONSULTAS E/OU EXAMES/PROCEDIMENTOS	UNIDADE		1	R$10.391.512,80	R$10.391.512,8
Total do Fornecedor:						R$10.391.512,80
45683 - D S LEITE MEDICINA LTDA - PD 5273/2025						
Lote: 1 - ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO EM CONSULTAS E/OU PROCEDIMENTOS/EXAMES COMPLEMENTARES						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	CONSULTAS E/OU EXAMES/PROCEDIMENTOS	UNIDADE		1	R$10.391.512,80	R$10.391.512,8
Total do Fornecedor:						R$10.391.512,80
57819 - VICTOR SIMAO CORAL SERVICOS MEDICOS LTDA - PD 5346/2025						
Lote: 1 - ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO EM CONSULTAS E/OU PROCEDIMENTOS/EXAMES COMPLEMENTARES						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	CONSULTAS E/OU EXAMES/PROCEDIMENTOS	UNIDADE		1	R$10.391.512,80	R$10.391.512,8
Total do Fornecedor:						R$10.391.512,80
58807 - FAZOLIN & CATISTE SERVICOS MEDICOS LTDA - PD 5392/2025						
Lote: 1 - ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO EM CONSULTAS E/OU PROCEDIMENTOS/EXAMES COMPLEMENTARES						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	CONSULTAS E/OU EXAMES/PROCEDIMENTOS	UNIDADE		1	R$10.391.512,80	R$10.391.512,8
Total do Fornecedor:						R$10.391.512,80
60046 - LISBETH ARANCIBIA AGUILA CLINICA MEDICA - PD 5329/2025						
Lote: 1 - ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO EM CONSULTAS E/OU PROCEDIMENTOS/EXAMES COMPLEMENTARES						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	CONSULTAS E/OU EXAMES/PROCEDIMENTOS	UNIDADE		1	R$10.391.512,80	R$10.391.512,8
Total do Fornecedor:						R$10.391.512,80

Dos recursos orçamentários:

27 - 00.000.0000.3339039503000000000.00000000 - Serviços e procedimentos em saúde de média e alta complexidade

_____

Direção Geral

CIS/AMUNPAR

Paranavaí, 16 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:B5DBE149

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
HOMOLOGAÇÃO DISPENSA 44-25

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR

Compras e Contratos

Termo Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 25703 Ano - Minuta - Licitação: 2025 Número - Minuta - Licitação: 102 codigoCliente: 25703 anoMinuta: 2025 cotaCredenciamento: Não

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Dispensa Presencial

Nº 44/2025

Processo Administrativo: 102/2025

A Diretoria Geral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, designada pelo(a) Ato de Consórcio nº 87/2025.

Homologa

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Dispensa Presencial nº. 44/2025, o(s) participante(s):

Vencedores dos Itens						
1293 - PHS SCM - SERVICOS DE COMUNIC. MULTIMIDIA LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	ROTEADOR GIGABIT COM CINCO PORTAS, PROCESSADOR DUAL-CORE DE 800 MHZ OU SUPERIOR, MÍNIMO DE 256 MB DE RAM, PORTA USB E SLOT MICROSD , OPERANDO COM SISTEMA DEDICADO PARA ROTEAMENTO AVANÇADO E ALTA CAPACIDADE DE TRÁFEGO. INCLUI A CONFIGURAÇÃO DO EQUIPAMENTO	UNIDADE		1	R$1.020,00	R$1.020,00
Total do Fornecedor:						R$1.020,00
Total Geral:						R$1.020,00

Dos recursos orçamentários:

77 - 00.000.0000.3449052350000000000.00000000 - Equipamentos de processamento de dados

_____

Direção Geral

CIS/AMUNPAR

Paranavaí, 16 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:DCB332C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: 1° TERMO DE ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 214/2024 (PRORROGAÇÃO DE PRAZO) (PROCESSO DIGITAL 56238/2025) REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 059/2024

1° TERMO DE ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 214/2024

(Prorrogação de Prazo)

(PROCESSO DIGITAL 56238/2025)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 059/2024

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo Ilmo. Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí Sr. **RAFAEL LUCAS TORRENTE**, portador da Cédula de Identidade RG. nº8.397.170-3 e inscrito no CPF sob n° 049.598.719-03; pela Ilma. Secretária Municipal de Esporte e Lazer Sra. **JANE NUNES DE LIMA**, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº

5.825.314-6SSP/PR e inscrito no CPF. sob nº 852.920.019-53; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Agricultura o Sr. **TARCISIO BARBOSA DE SOUZA**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 10.92.255-0 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 633.166.508-06; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e TurismoSr. **CARLOS HENRIQUE SCARABELLI**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 9.249.672-4SSP/PR e inscrito no CPF 048.306.029-10; pela Ilma. Secretária Municipal de Educação Sra. **WANESSA DURANTE**, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 6.838.688-8 SSP/PRe inscrita no CPF. sob nº 025.577.729-92;pelo Ilmo. Secretário Municipal de Administração Sr. **RUI NUNES**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 6.836.063-3SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 025.649.549-10; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Meio Ambiente Sr. **ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 6.649.540-0SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 025.202.639-03; pelo Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos Sr. **RENATO DULTRA**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 3.117.393-0SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 467.626.809-25; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Proteção à Vida Patrimônio Público e Trânsito Sr. **ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR**, portador da cédula de identidade Civil RG. 6.544.123-61 e inscrito no CPF sob nº 020.387.629-61; pela Ilma. Secretária Municipal de Saúde Sra. **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí-PR, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 8.434.594-6 SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 042.081.609.77; pela Ilma. Secretária Municipal de Assistência Social Sra. **LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS**, portadora da Cédula deIdentidade RG. nº 7.034.403-3SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 005.538.459-50; pela Ilma. Procuradora Geral do Município Sra. **CÉLIA APARECIDA ZANATTA**, inscrita no CPF sob nº 628.560.499-15; pelo Ilmo. Chefe de Gabinete Sr. **ADILSON FRANCISCO**, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 7.505.763-1 SSP/PR e inscrito no CPF nº 596.187.609-87, registram os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA

O objeto desta Ata de Registro de preços para Aquisição de materiais de higiene e limpeza, destinados as Secretarias municipais de: Fundação Cultural de Paranavaí, Secretarias Municipais de Administração, Agricultura, Assistência Social, Educação, Esporte e Lazer, Infraestrutura e Serviços Públicos, Meio Ambiente, Saúde, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Proteção à Vida, Patrimônio Público e Trânsito, Gabinete do Prefeito junta Militar e Tiro de Guerra; Procuradoria Geral do Município e Procon

CLÁUSULA 2ª: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

2.1 Fica prorrogado o prazo da Ata de Registro de Preços nº 214/2024 por mais 12 (doze) meses, passando o vencimento para **19 de Dezembro de 2026**,nos termos da Cláusula Segunda, tendo em vista as justificativas, pesquisa de mercado e autorização para prorrogação da respectiva ata, apresentadas noprocesso digital 56268/2025-IPM pelo órgão gerenciador através do Memorando nº 74/2025 e considerando ainda o Parecer Jurídico Referencial nº 003/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paranáem 28/12/2023, edição 2928.

2.2 Após a prorrogação do presente termo aditivo, em conformidade com Art. 120 do Decreto Municipal n° 24.731 datado de 13 de Março de 2023, fica reestabelecido o quantitativo inicial da Ata de Registro de Preços nº 214/2024.

Fornecedor: **GLOBAL BRANDS COMERCIO LTDA**						
Item	**Especificação**	**Unid.**	**Marca**	**Quant.**	**Preço Únit.**	**Preço Total**
2	Álcool Etílico Limpeza De Ambientes. Tipo: Etílico Hidratado; Características Adicionais: Gel; Concentração: 70%. Código CATMAT 429225. Observações Complementares: Álcool Gel 70% para Mãos - Galão 05 litros.	Und	Hands Free Galão 5 litros	4.125	R$ 25,65	R$ 105.806,25
77	Álcool Etílico Limpeza De Ambientes. Tipo: Etílico Hidratado; Características Adicionais: Gel; Concentração: 70%. Código CATMAT 429225. Observações Complementares: Álcool Gel 70% para Mãos - Galão 05 litros.	Und	Hands Free Galão 5 litros	1.375	R$ 25,65	R$ 35.268,75
R$ 141.075,00						

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 214/2024), datada de 17 de Dezembro de 2024.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, 17 de dezembro de 2025.

RAFAEL LUCAS TORRENTE

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí

JANE NUNES DE LIMA

Secretária Municipal de Esporte e Lazer

TARCISIO BARBOSA DE SOUZA

Secretário Municipal de Agricultura

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

WANESSA DURANTE

Secretária Municipal de Educação

RUI NUNES

Secretário Municipal de Administração

ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA

Secretário Municipal de Meio Ambiente

RENATO DULTRA

Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR

Secretário Municipal de Proteção à Vida Patrimônio Público e Trânsito

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA

Secretária Municipal de Saúde

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS

Secretária Municipal de Assistência Social

CÉLIA APARECIDA ZANATTA

Procuradora Geral do Município

ADILSON FRANCISCO

Chefe de Gabinete

Fornecedor:

Empresa: **GLOBAL BRANDS COMERCIO LTDA.**

CNPJ: 07.308.817/0001-70

End: Rua Principal, n°1411, lote 188/0007, Quadra 000, Serra Dourada, Vespasiano - MG

CEP 33.202.520

Fone (37) 9 8803- 0800

E-mail: globallicitacoes1@gmail.com

Nome do Representante: **MARCELO RICARDO DITTRICH NAVES**

RG:22.700.251-9

CPF:126.407.798-00

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:8B33819D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL 2026

Plano de Contratações Anual - PCA 2026

	Previsão da Contratação	Demanda	Prioridade	Valor estimado	
1	Janeiro	Aquisição de Medicamentos	Alta	R$	2.600.000,00
2	Janeiro	Materiais para Piscina	Alta	R$	40.000,00
3	Janeiro	Material Escolar	Alta	R$	860.000,00
4	Janeiro	Merenda Escolar	Alta	R$	8.500.000,00
5	Janeiro	Revitalização de parques, praças e avenidas	Alta	R$	1.000.000,00
6	Janeiro	Seguranças para escolas e CMEI's	Alta	R$	150.000,00
7	Janeiro	Contratação de empresa especializada em Sistema Informatizado em Gestão Pública	Alta	R$	2.500.000,00
8	Janeiro	Livros (Inglês, Bullyng, Afrobrasilidade e Ensino Religioso)	Alta	R$	500.000,00
9	Janeiro	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria, implantação, locação e manutenção de sistema de informática para controle das declarações fiscais e controle de produção primária do Município, destinados ao departamento de INCRA e ICMS.	Alta	R$	67.200,00
10	Janeiro	Troca de Telhas sanduiches para o Centro da Juventude	Alta	R$	18.700,00
11	Janeiro	Concurso para músicos de orquestra	Alta	R$	2.166.833,95
12	Janeiro	Aquisição de Móveis Planejados	Alta	R$	150.000,00
13	Janeiro	Serviço de manutenção dos Climatizadores de Teto e Parede do Centro de Eventos	Alta	R$	10.000,00
14	Janeiro	Aquisição de Caixa de água de 36.000 litros para o Centro de Eventos	Alta	R$	80.000,00
15	Janeiro	Sondagem e Serviços de sondagem	Alta	R$	380.000,00
16	Janeiro	Percolação	Alta	R$	150.000,00
17	Janeiro	Contratação de Consultoria para elaboração da revisão do PLHIS	Alta	R$	300.000,00
18	Janeiro	Pavimentação Em Bloco Sextavado Ravidute Jesus De Souza	Alta	R$	9.898.000,00
19	Janeiro	Mesa ginecológica Elétrica	Alta	R$	15.000,00
20	Janeiro	Contratação Empresa para a II Unidade Restaurante Popular	Alta	R$	2.000.000,00
21	Janeiro	Aluguéis CRAS	Alta	R$	1.500.000,00
22	Janeiro	Credenciamento Instituiçoes Educacionais Particulares	Alta	R$	2.000.000,00
23	Janeiro	Capacitação de Servidores	Alta	R$	89.000,00
24	Janeiro	Itens de Higiene e Kit Natalidade	Média	R$	250.000,00
25	Janeiro	Tecidos	Média	R$	6.000,00
26	Janeiro	Locação de Veículos	Média	R$	90.000,00
27	Janeiro	Atendimento Veterinário Básico	Média	R$	100.000,00
28	Janeiro	Testes psicológicos	Média	R$	60.000,00
29	Janeiro	Materiais a serem utilizados para tratamento fonoaudiólogos	Média	R$	20.000,00
30	Janeiro	Locação de imóvel para a sede da SEDECTU e Sala do Empreendedor	Média	R$	180.000,00
31	Janeiro	Software de dados Econômico	Média	R$	50.000,00

32	Janeiro	Cortinas e Tapetes	Média	R$	1.015.754,20
33	Janeiro	Serviços de cercamento e proteção de áreas de preservação	Média	R$	300.000,00
34	Janeiro	Material didático para educação no trânsito	Baixa	R$	240.000,00
35	Janeiro	Aquisição de bandeiras oficiais	Baixa	R$	5.000,00

119	Abril	Implantação e habilitação do sistema de legislação, publicação e atualização de novas legislações	Alta	R$	50.000,00
120	Abril	Contratação do Sebrae para a Realização do Programa de Desenvolvimento Econômico de Paranavaí	Alta	R$	800.000,00
121	Abril	Contratação de serviços de segurança incluindo serviços de ronda para o período do Evento Natalino	Alta	R$	100.000,00
122	Abril	Reforma Escola Elza Caseli	Alta	R$	2.500.000,00
123	Abril	Reforma Escola Ilda Campano	Alta	R$	2.500.000,00
124	Abril	Avaliação Psicológica para porte de armas	Alta	R$	21.450,00
125	Abril	Reforma Deusdete Ferreira De Cerqueira Neto	Alta	R$	2.500.000,00
126	Abril	Reforma Neusa Pereira Braga	Alta	R$	2.500.000,00
127	Abril	Reforma Dacia Figueredo Fortes	Alta	R$	2.500.000,00
128	Abril	Reforma Construção Creche Mandiocaba	Alta	R$	3.000.000,00
129	Abril	Reforma Estádio Municipal	Alta	R$	8.000.000,00
130	Abril	Reforma Prefeitura	Alta	R$	1.000.000,00
131	Abril	Reforma Teatro Municipal	Alta	R$	5.000.000,00
132	Abril	Reforma Revitalização Buracão	Alta	R$	7.000.000,00
133	Abril	Reforma E Ampliação Ubs Campo Belo	Alta	R$	4.000.000,00
134	Abril	Reforma E Ampliação Ubs Central	Alta	R$	4.000.000,00
135	Abril	Reforma Centro Da Juventude	Alta	R$	7.500.000,00
136	Abril	Pavimentação Contorno Norte	Alta	R$	20.000.000,00
137	Abril	Alargamento Heitor Entre São Jorge(Praça Dos Expedicionários) Até O Trevo De Nova Aliança	Alta	R$	2.500.000,00
138	Abril	Reforço Da Galeria Da Bacia Do Jd. Ouro Branco	Alta	R$	15.000.000,00
139	Abril	Aluguel do depósito de merenda	Alta	R$	60.000,00
140	Abril	Água potável	Alta	R$	202.583,67
141	Abril	Capacitação de Servidores	Alta	R$	89.000,00
142	Abril	Bicicletas	Média	R$	50.000,00
143	Abril	CBUQ A QUENTE	Média	R$	100.000,00
144	Abril	Combo cinema	Média	R$	100.000,00
145	Abril	Locação de equipamentos para eventos culturais	Média	R$	1.375.968,39
146	Abril	Serviços de Montagem, Desmontagem de Decoração Natalina, com o Fornecimento de todos Materiais, Móveis e Equipamentos necessários por meio de Locação e contratação de profissionais para atendimento na casinha do Papai Noel.	Média	R$	4.000.000,00
147	Abril	Aquisição de EPI's	Média	R$	452.570,78
148	Abril	Troféus e medalhas destinados a premiações de eventos das Secretaria Municipais.	Média	R$	14.530,92
149	Abril	Reforma Prédio Engepec - Sede Procuradoria	Média	R$	700.000,00
150	Abril	Contratação de show para o aniversário da cidade	Média	R$	360.000,00
151	Abril	Revisão do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social	Baixa	R$	350.000,00
152	Abril	Decoração para eventos	Baixa	R$	412.000,00
153	Abril	Molduras	Baixa	R$	21.000,00
154	Abril	Serviço de desinsetização, dedetização, descupinização e limpeza de calha	Baixa	R$	238.586,79
155	Maio	Concurso para seleção e premiação (FEMUP)	Alta	R$	208.560,00
156	Maio	Gêneros Alimentícios	Alta	R$	1.095.000,00
157	Maio	Materiais e Equipamentos Odontológicos	Alta	R$	1.253.000,00
158	Maio	Pão francês, Margarina e Leite.	Alta	R$	145.000,00
159	Maio	Serviço de Castração de Cachorros e Gatos	Alta	R$	1.000.000,00
160	Maio	Pavimentação Estrada Cristo Rei	Alta	R$	50.000.000,00

161	Maio	Drenagem Na Bacia Do Parque Ouro Branco	Alta	R$	12.000.000,00
162	Maio	Locação de sistema de ar comprimido	Alta	R$	80.000,00
163	Maio	Capacitação de Servidores	Alta	R$	89.000,00
164	Maio	Corrimão de Aço	Média	R$	155.000,00
165	Maio	Equipamentos de iluminação, sonorização e elétrica	Média	R$	1.525.000,00
166	Maio	Formação de brigadista	Média	R$	17.777,60
167	Maio	Construção Cras Morumbi	Média	R$	2.000.000,00
168	Maio	Construção Novo Terminal Urbano	Média	R$	15.000.000,00
169	Maio	Construção Sede Da Guarda Municipal Na Antiga Infra / Estacionamento Veiculos Pref.	Média	R$	10.000.000,00
170	Maio	Construção Meu Campinho - São Jorge	Média	R$	1.200.000,00
171	Maio	Construção Meu Campinho - 3 Conjuntos	Média	R$	800.000,00
172	Maio	Construção Rampa Naútica	Média	R$	5.000.000,00
173	Maio	Pavimentação Contorno Sul	Média	R$	20.000.000,00
174	Maio	Reforma Praça Da Xicara	Média	R$	5.000.000,00
175	Maio	Reforma Praça Do Japão	Média	R$	600.000,00
176	Maio	01 Portico Entrada Da Cidade	Média	R$	2.000.000,00
177	Maio	Construção Usina Fotovoltaíca	Média	R$	14.000.000,00
178	Maio	Materiais de copa e cozinha/utensílios domésticos	Baixa	R$	445.593,28
179	Maio	Telemedicina	Baixa	R$	400.000,00
180	Maio	Pavimentação Amador Aguiar Entre O Jardim Ipê E Parque De Exposição	Media	R$	5.000.000,00
181	Maio	Recapeamento E Reperfilamento De Vias Urbanas	Media	R$	5.000.000,00
182	Maio	Pavimentação E Drenagem Morada Do Sol	Media	R$	15.000.000,00
183	Maio	Pavimentação E Galeria Graciosa	Media	R$	2.000.000,00
184	Junho	Ar condicionado, Instalação, limpeza e manutenção	Alta	R$	1.153.000,00
185	Junho	Gás e acessórios	Alta	R$	236.271,46
186	Junho	Materiais de construção	Alta	R$	528.453,80
187	Junho	Material de expediente	Alta	R$	1.871.471,38
188	Junho	Estruturação do centro intergeracional	Alta	R$	5.000.000,00
189	Junho	Capacitação de Servidores	Alta	R$	89.000,00
190	Junho	Cortinas hospitalares – divisória de leitos	Média	R$	50.000,00
191	Junho	Desinfetante hospitalar	Média	R$	100.000,00

192	Junho	Pilhas e Baterias	Média	R$	24.610,00
193	Junho	Canal E Galeria A Rua Santa Catarina E Rio Grande Do Sul, Prox. Gugão E Reforço De Rede Da Avenida Tancrede Neves	Média	R$	10.000.000,00
194	Junho	Quadro Negro	Média	R$	150.000,00
195	Junho	Locação de brinquedos infláveis, arco de balões	Média	R$	32.400,00
196	Junho	Aquisição Ferramentas	Baixa	R$	366.464,05
197	Junho	Embalagem e itens de festa	Baixa	R$	68.961,48
198	Junho	Vidros em geral	Baixa	R$	177.000,00
199	Junho	Biodigestor	Baixa	R$	30.000,00
200	Junho	Execução Galeria A.P Erosão "Parque Beckauser"	Baixa	R$	2.000.000,00
201	Junho	Púlpitos e Suportes para Banners	Baixa	R$	1.100,00
202	Junho	Carimbos e crachás	Baixa	R$	20.175,69
203	Junho	Extintor, suporte, luz de emergência e placas de sinalização.	Baixa	R$	48.174,45
204	Junho	Leilão de lenhas	Baixa	R$	-
205	Julho	Fórmulas infantis, Dieta Enteral e Fralda Descartável	Alta	R$	60.000,00
206	Julho	Oficinas visando atender as necessidades do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos - SCFV	Alta	R$	50.000,00
207	Julho	Roçada	Alta	R$	1.500.000,00
208	Julho	Capacitação de Servidores	Alta	R$	89.000,00
209	Julho	Instrumentos Musicais	Média	R$	99.600,00
210	Julho	Mobiliário Hospitalar	Média	R$	250.000,00
211	Julho	Mobiliários em Geral	Média	R$	1.111.000,00
212	Julho	Travesseiro e colchão Hospitalar	Média	R$	40.000,00
213	Julho	Uniformes de fanfarra	Média	R$	200.000,00
214	Julho	Tenda inflável personalizada para para atividades educativas com crianças e adoelscentes	Média	R$	9.000,00
215	Julho	Pavimentação E Galeria Distrito Deputado José Afonso	Média	R$	2.000.000,00
216	Julho	Impressos gráficos	Baixa	R$	5.000,00
217	Julho	Contratação de instituição financeira oficial para fornecimento de cartão de pagamento/setor público (valor: R$ 0,00 sem custo)	Baixa	R$	-
218	Agosto	Contratação de instituição financeira oficial para implementação das rotinas relacionadas com o cumprimento da lei complementar nº 151 de 2015	Alta	R$	70.000,00
219	Agosto	Hospedagem e oferta de um lanche “snack noturno” aos artistas, agentes culturais e demais participantes de eventos promovidos pela Fundação Cultural.	Alta	R$	42.871,51
220	Agosto	Contratação de show especial de encerramento para o FEMUP	Alta	R$	330.000,00
221	Agosto	Confecção de troféus (modelo exclusivo) para o FEMUP	Alta	R$	25.405,84
222	Agosto	Livros com as obras premiadas do FEMUP	Alta	R$	10.890,00
223	Agosto	Capacitação de Servidores	Alta	R$	89.000,00
224	Agosto	Horas Máquina	Média	R$	950.000,00
225	Agosto	Materiais para lavagem de maquinas pesadas	Média	R$	150.000,00
226	Agosto	Aquisição de veículos, motocicletas e ambulânicias	Média	R$	1.800.000,00
227	Agosto	Bolsa Femup	Média	R$	9.421,06
228	Agosto	Brindes personalizados (canetas, lapis pulseiras, canetas seringas, livros, chaveiros) para atividades educativas com crianças e adolescentes	Média	R$	15.000,00
229	Agosto	Aquisição de portões para Centro de Eventos - Portão Eletrônico e automático	Média	R$	40.000,00
230	Agosto	Contratação de produtora para atender os riders técnicos das bandas do show de aniversário de Paranavaí	Média	R$	215.000,00
231	Agosto	Livros de literatura infantil, infanto-juvenil, dicionários e gibis	Baixa	R$	207.000,00
232	Agosto	Aquisição de calculadora de mesa c/ bobina 14 dígitos	Baixa	R$	15.000,00
233	Agosto	DIVISÓRIAS	Baixa	R$	45.000,00
234	Setembro	Aluguel do prédio do CMEI Rosângela Cassorilo	Alta	R$	75.000,00
235	Setembro	Poda	Alta	R$	1.200.000,00
236	Setembro	Grama esmeralda	Alta	R$	600.000,00
237	Setembro	Locação de Imóvel: Serviço de Atendimento à criança e adolescente transtornos mentais - CAPS Infantil	Alta	R$	103.587,60
238	Setembro	Combustível	Alta	R$	1.723.554,37
239	Setembro	Capacitação de Servidores	Alta	R$	89.000,00
240	Setembro	Materiais Esportivos, Colchonetes e Tatames	Média	R$	350.000,00
241	Setembro	Passeios, Parques Áquáticos- Lazer Dourado, programas dos CRAS para os idosos	Média	R$	75.000,00
242	Outubro	Extração de tocos	Alta	R$	1.300.000,00
243	Outubro	Paisagismo	Alta	R$	1.000.000,00
244	Outubro	Capacitação de Servidores	Alta	R$	89.000,00
245	Outubro	Materiais Hidráulicos e peças sanitárias	Média	R$	67.000,00
246	Outubro	Contratação de Entidade Senai para Ministrar Cursos de Qualificação Profissional.	Média	R$	200.000,00
247	Outubro	Contratação de empresa especializada na organização, planejamento e realização de eventos	Média	R$	300.000,00
248	Outubro	Concorrência Pública para Concessão de Imóveis	Média	R$	-
249	Outubro	BOLSAS para os Agentes Comunitários de Saúde, Técnicos de Enfermagem, Enfermeiros, odontólogos e auxiliares de dentistas da Atenção Básica de Saúde, Programa Melhor em Casa e Agentes de Endemias (ACE)	Baixa	R$	52.000,00
250	Outubro	Playgrounds, bancos e lixeiras	Baixa	R$	1.556.000,00
251	Outubro	Pavimentação Ligação Vila Operária Com Populares Do São Jorge	Baixa	R$	12.000.000,00
252	Novembro	Pedras Britas	Alta	R$	5.715.000,00
253	Novembro	Serviço de plotagem, encadernação adesivagem, totens, placas pvc,banner, folder	Alta	R$	30.000,00
254	Novembro	Capacitação de Servidores	Alta	R$	89.000,00
255	Novembro	Eletrodomésticos	Média	R$	431.067,25
256	Novembro	Petpark	Média	R$	400.000,00
257	Novembro	Modelos Anatomicos (prototipos corpo humano e outros para ação educativa em saúde)	Média	R$	10.000,00
258	Novembro	Construção Creche - Ao Lado Jayme Canett	Média	R$	3.000.000,00
259	Novembro	Reforma Casa Lar Do Idoso	Média	R$	1.000.000,00
260	Novembro	Construção Sede Nova Do Procon E Sestran	Média	R$	15.000.000,00
261	Novembro	Reforma Terminal Rodoviário	Média	R$	2.000.000,00
262	Novembro	Construção Complexo De Piscinas Cobertas - Noroestão	Média	R$	7.000.000,00
263	Novembro	Reforma Centro De Artes Marciais Dojô	Média	R$	1.500.000,00
264	Novembro	Reforma Das Gramas Sinteticas Das 03 Mini Arenas	Média	R$	950.000,00

265	Novembro	Construção Terminal Turístico Na Orla Do Paranapanema	Média	R$	20.000.000,00
266	Novembro	Construção Anexo Capela Graciosa	Média	R$	1.500.000,00
267	Novembro	Construção Praça Monte Cristo	Média	R$	5.000.000,00
268	Novembro	Reforma Praça Dos Pioneiros	Média	R$	10.000.000,00
269	Novembro	Construção Pista De Skate Olímpica - Noroestão	Média	R$	7.000.000,00
270	Novembro	Construção Calçadão Getúlio Vargas - Coberto	Média	R$	12.000.000,00
271	Novembro	Posto Elétrico Para Abastecimento De Veiculos Elétricos	Média	R$	400.000,00
272	Novembro	Mudas, sementes, insumos	Baixa	R$	250.000,00
273	Novembro	Ligação Morumbi Oasis	Baixa	R$	3.000.000,00
274	Dezembro	Locação de Imóvel: Ponto de Apoio da UBS Panorama, localizada no Jd. Santos Dumont, com vistas a atender a população do conjunto Habitacional Giovini e adjacêntes.	Alta	R$	29.048,76
275	Dezembro	Pavimentação Ettore Giovinne Do Bairro São Pedro Até As Chacaras	Alta	R$	2.500.000,00
276	Dezembro	Capacitação de Servidores	Alta	R$	89.000,00
277	Dezembro	Aquisição de equipamentos de laboratórios (tubidímetro e clorimetro)	Média	R$	20.000,00
278	Dezembro	Revitalização Calçadas Centro Da Cidade	Média	R$	3.000.000,00
279	Dezembro	Construção Novo Centro Administrativo	Média	R$	10.000.000,00
280	Dezembro	Duplicação Da Rio Grande Do Sul	Média	R$	14.000.000,00
281	Dezembro	Terceirização do serviço de limpeza	Baixa	R$	300.000,00
Total				**R$**	**596.984.535,33**

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:AE00B6B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: TERMO DE RERRATIFICAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 221/2024 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 221/2024 (PRORROGAÇÃO DE PRAZO) (PROCESSO DIGITAL 56203/2025) REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 059/2024

TERMO DE RERRATIFICAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOSNº 221/2024

1º TERMO ADITIVO AATA DE REGISTRO DE PREÇOSNº 221/2024

(Prorrogação de Prazo)

(PROCESSO DIGITAL 56203/2025)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 059/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ sob nº 76.977.768/0001-81, neste ato devidamente representado por delegação pelo Ilmo. Secretário Municipal Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí Sr. RAFAEL LUCAS TORRENTE, portador da Cédula de Identidade RG. nº 8.397.170-3 e inscrito no CPF sob n° 049.598.719-03; pela Ilma. Secretária Municipal de Esporte e Lazer Sra. JANE NUNES DE LIMA, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 5.825.314-6 SSP/PR e inscrito no CPF. sob nº 852.920.019-53; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Agricultura o Sr. TARCISIO BARBOSA DE SOUZA, portador da Cédula de Identidade RG. nº 10.92.255-0 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 633.166.508-06; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo Sr. CARLOS HENRIQUE SCARABELLI, portador da Cédula de Identidade RG. nº 9.249.672-4 SSP/PR e inscrito no CPF 048.306.029-10; pela Ilma. Secretária Municipal de Educação Sra. WANESSA DURANTE, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 6.838.688-8 SSP/PR e inscrita no CPF. sob nº 025.577.729-92; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Administração Sr. RUI NUNES, portador da Cédula de Identidade RG. nº 6.836.063-3 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 025.649.549-10; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Meio Ambiente Sr. ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA, portador da Cédula de Identidade RG. nº 6.649.540-0 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 025.202.639-03; pelo Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos Sr. RENATO DULTRA, portador da Cédula de Identidade RG. nº 3.117.393-0 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 467.626.809-25; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Proteção à Vida Patrimônio Público e Trânsito Sr. ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR, portador da cédula de identidade Civil RG. 6.544.123-61 e inscrito no CPF sob nº 020.387.629-61; pela Ilma. Secretária Municipal de Saúde Sra. ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí-PR, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 8.434.594-6 SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 042.081.609.77; pela Ilma. Secretária Municipal de Assistência Social Sra. LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 7.034.403-3 SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 005.538.459-50; pela Ilma. Procuradora Geral do Município Sra. CÉLIA APARECIDA ZANATTA, inscrita no CPF sob nº 628.560.499-15; pelo Ilmo. Chefe de Gabinete Sr. ADILSON FRANCISCO, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 7.505.763-1 SSP/PR e inscrito no CPF nº 596.187.609-87, registram os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO

O objeto desta Ata de Registro de preços para Aquisição de materiais de higiene e limpeza, destinados as Secretarias municipais de: Fundação Cultural de Paranavaí, Secretarias Municipais de Administração, Agricultura, Assistência Social, Educação, Esporte e Lazer, Infraestrutura e Serviços Públicos, Meio Ambiente, Saúde, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Proteção à Vida, Patrimônio Público e Trânsito, Gabinete do Prefeito junta Militar e Tiro de Guerra; Procuradoria Geral do Município e Procon

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO

Retifica-se por este instrumento a Cláusula Segunda do 1º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 221/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 17/12/2025, edição 3216, conforme abaixo:

Onde se lê:

CLÁUSULA SEGUNDA: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

2.1 Fica prorrogado o prazo da Ata de Registro de Preços nº 221/2024 por mais 12 (doze) meses, passando o vencimento para 19de Dezembrode 2026, nos termos da Cláusula Segunda, tendo em vista as justificativas, pesquisa de mercado e autorização para prorrogação da respectiva ata, apresentadas noprocesso digital 56235/2025-IPM pelo órgão gerenciador através do Memorando nº 278/2025 e considerando ainda o Parecer Jurídico Referencial nº 003/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paranáem 28/12/2023, edição 2928.

2.2 Após a prorrogação do presente termo aditivo, em conformidade com Art. 120 do Decreto Municipal n° 24.731 datado de 13 de Março de 2023, fica reestabelecido o quantitativo inicial da Ata de Registro de Preços nº 221/2024.

Fornecedor: **JCFERRAGENSEIRELI-ME**						
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unitário	PreçoTotal
7	Coletor Copo Plástico. Material: Polipropileno; Capacidade: 300 Copos; Cor: Branca; CaracterísticasAdicionais: 1 Boca Água E 1 Boca Café; Uso: Coleta Copos Descartáveis. Código CATMAT 433290.	UNID	Nobre	285	R$32,59	R$ 9.288,15
9	CopoDescartável.Material: Plástico; Capacidade: 150 ML; Aplicação: Água.Código CATMAT451994. Observações Complementares:Fabricadoempolipropileno; Líquidos Frios E Quentes;Atóxico, De Acordo C/ NormaAbnt,Nbr14865;Os coposdevemserisentosde materiais estranhos,bolhas, rachaduras, furos e deformações, obedecendo as resoluções nº 105/1999 enº23/2000.Transparente. Caixa com 25 pacotes de 100 unidades cada.	CAIXA	ECOCO PPO	2.800	R$89,36	R$ 250.208,00
10	Desinfetante.Composição: Cloreto De Benzalcônico, Emulssificante, Essência; Aplicação: Bactericida; Princípio Ativo: Cloreto De Benzalcônico; Forma Física: Solução Aquosam Aroma; Características Adicionais 1: Com Aromaicionado. Código CATMAT 612086. Observações Complementares: Desinfetante - ermicida, para desinfecção e aromatizaçãodeambientes.	UNID	alpes	5.510	R$6,92	R$ 38.129,20
28	Papel Higiênico: Material: Celulose Virgem, Comprimento: 30 M Largura 10 CM; Tipo: Picotado; Quantidade Folhas: Dupla; Cor: Branca; Características Adicionais: Extra Macio e sem perfume. Código CATMAT 301139. Observações Complementares Pacote08 rolos	PACOTE	Multifofo	49.779	R$7,66	R$ 381.307,14

Leia-se:

CLÁUSULA SEGUNDA: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

2.1 Fica prorrogado o prazo da Ata de Registro de Preços nº 221/2024 por mais 12 (doze) meses, passando o vencimento para 19de Dezembrode 2026, nos termos da Cláusula Segunda, tendo em vista as justificativas, pesquisa de mercado e autorização para prorrogação da respectiva ata, apresentadas noprocesso digital 56235/2025-IPM pelo órgão gerenciador através do Memorando nº 278/2025 e considerando ainda o Parecer Jurídico Referencial nº 003/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paranáem 28/12/2023, edição 2928.

2.2 Após a prorrogação do presente termo aditivo, em conformidade com Art. 120 do Decreto Municipal n° 24.731 datado de 13 de Março de 2023, fica reestabelecido o quantitativo inicial da Ata de Registro de Preços nº 221/2024.

Fornecedor:**JCFERRAGENSEIRELI-ME**						
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unitário	PreçoTotal
7	Coletor Copo Plástico. Material: Polipropileno; Capacidade: 300 Copos; Cor: Branca; CaracterísticasAdicionais: 1 Boca Água E 1 Boca Café; Uso: Coleta Copos Descartáveis. Código CATMAT 433290.	UNID	Nobre	285	R$32,59	R$ 9.288,15
9	CopoDescartável.Material: Plástico; Capacidade: 150 ML; Aplicação: Água.Código CATMAT451994. Observações Complementares:Fabricadoempolipropileno; Líquidos Frios E Quentes;Atóxico, De Acordo C/ NormaAbnt,Nbr14865;Os coposdevemserisentosde materiais estranhos,bolhas, rachaduras, furos e deformações, obedecendo as resoluções nº 105/1999 enº23/2000.Transparente. Caixa com 25 pacotes de 100 unidades cada.	CAIXA	ECOCO PPO	2.800	R$89,36	R$ 250.208,00
10	Desinfetante.Composição: Cloreto De Benzalcônico, Emulssificante, Essência; Aplicação: Bactericida; Princípio Ativo: Cloreto De Benzalcônico; Forma Física: Solução Aquosam Aroma; Características Adicionais 1: Com Aromaicionado. Código CATMAT 612086. Observações Complementares: Desinfetante - ermicida, para desinfecção e aromatizaçãodeambientes.	UNID	alpes	5.510	R$6,92	R$ 38.129,20
28	Papel Higiênico: Material: Celulose Virgem, Comprimento: 30 M Largura 10 CM; Tipo: Picotado; Quantidade Folhas: Dupla; Cor: Branca; Características Adicionais: Extra Macio e sem perfume. Código CATMAT 301139. Observações Complementares Pacote08 rolos	PACOTE	Multifofo	49.779	R$7,66	R$ 381.307,14
30	Solução Limpeza. ComposiçãoBásica:Bromo ELítio;Finalidade:Limpeza Pesada; Aplicação: Limpeza Em Geral; Características Adicionais: Líquido Amarelado. Código CATMAT 480309. Observações Complementares: Removedor de sujeira pesada, alto poder desengordurante e ideal para a limpeza de pisos encardidos, graxas em pisoseparedes;Frascode 500 ML.	UNID	FAZZ	8.165	R$2,42	R$ 19.759,30
35	Sabão líquido para Lavar Roupa, Cor: Azul, com aparência uniforme, biodegradável, com detergente para lavar roupas. Composição:Linear alquil benzeno sulfonato de sódio, alquiléter sulfato de sódio, polialquiletoxiladotensoativo não-tóxico, estabilizantes, branqueador óptico, aditivo, corante, coadjuvantes, conservante, fragrância,quelanteeágua. Acondicionado em embalagens plásticas de 5 litros com dosador.	UNID	FOUR LINE	3.466	R$14,70	R$ 50.950,20
38	Saco Plástico Lixo. Capacidade: 100 L; Cor: Preta;Aplicação:ColetaDe Lixo; Material: Polietileno. Código CATMAT470833. Observações Complementares: Reforçado;Mínimode10 Micras, Pacote com 100 unidades.	UNID	BELAPL AST	2.582	R$22,08	R$ 57.010,56
39	Saco Plástico Lixo. Capacidade:200L;Cor:	UNID	BELAPL AST	1.915	R$47,31	R$ 90.598,65
40	Saco Plástico Lixo. Capacidade: 300 L; Cor: Preta;Apresentação:Peça Única. Código CATMAT 246310. Observações Complementares: Reforçado; Mínimo de 10 Micras, Pacote com 100 unidades.	UNID	BELAPL AST	1.360	R$72,54	R$ 98.654,40
41	Saco Plástico Lixo. Capacidade: 40 L; Cor: Preta;Aplicação:ColetaDe Lixo; Material: Polietileno. Código CATMAT470829. Observações Complementares: Reforçado;Mínimode05 Micras, Pacote com 100 unidades.	UNID	BELAPL AST	2.018	R$10,25	R$ 20.684,50
42	Saco Plástico Lixo. Capacidade: 60 L; Cor: Preta;Aplicação:ColetaDe Lixo; Material: Polietileno. Código CATMAT470832. Observações Complementares: Reforçado;Mínimode05 Micras, Pacote com 100 unidades.	UNID	BELAPL AST	2.713	R$12,41	R$ 33.668,33
43	Solução Limpeza Multiuso. Composição Básica: Aquilbenzeno,SulfonatoDe Sódio, Tensoativo Não; Aspecto Físico: Líquido; Tipo Uso: Limpeza; Aplicação: Limpeza Geral; Cor: Incolor. Código CATMAT 249903. Observações Complementares:Frasco de 500ml.	UNID	alpes	16.633	R$1,96	R$ 32.600,68
44	Solução Limpeza. ComposiçãoBásica:Ácido Fosfórico; Finalidade: Limpeza Alumínio; CaracterísticasAdicionais: Incolor, Antioxidante. Código CATMAT405153. Observações Complementares:Frasco de 500 ml.	UNID	alpes	6.170	R$2,08	R$ 12.833,60
47	ToalhaDePapel.Material: 100% Celulose Virgem; Tipo Folha: 2 Dobras; Comprimento: 20 CM; Largura: 21 CM; Cor: Branca; Características Adicionais: Interfolhada. Código CATMAT436328. Observações Complementares:Pacote com 1.000 folhas.	UNID	remapel	16.617	R$7,46	R$ 123.962,82
55	Coletor Copo Plástico. Material: Poliestireno Alto Impacto;Capacidade:300 Copos; Cor: Branca; CaracterísticasAdicionais: 2TubosDePvcCom8,50	UNID	Nobre	274	R$36,16	R$ 9.907,84

	CmDiâmetro;Uso:Coleta Copos Descartáveis. Código CATMAT409068.					
56	CopoDescartável,Material: Plástico, Capacidade: 50 ML, Aplicação: Café. Código CATMAT254007. Observações Complementares:Fabricadoempolipropileno; Para Líquidos Frios E Quentes; Atóxico. De Acordo C/ Norma ABNT, Nbr 14865; Os copos devem ser isentos de materiais estranhos,bolhas, rachaduras, furos e deformações, obedecendo as resoluções nº 105/1999 enº23/2000.Transparente,Caixacom50pacotesde 100 unidades cada.	CAIXA	ALTAC OPPO	726	R$106,18	R$ 77.086,68
63	Lixeira.Material:Polietileno Alta Densidade; Capacidade: 60 L; Tipo: Com Tampa Plástica Acionada Por Pedal; Características Adicionais: Formato Retangular; Cor: Branca. Código CATMAT 439211.	UNID	Lar Plastico s	538	R$91,25	R$ 49.092,50
73	Álcool Etílico. Tipo: Hidratado;TeorAlcoólico: 70%_(70°Gl); Apresentação: Líquido. CódigoCATMAT269941. Observações Complementares:Galão5 litros.	UNID	SUPER VALE	4.308	R$25,68	R$ 110.629,44
74	Cera. Tipo: Líquida; Cor: Incolor; Composição: Dispersões Acrílicas, Resina Fumática, Coadjuvante; CaracterísticasAdicionais: Autobrilho; Aplicação: Madeira.CódigoCATMAT 351157. Observações Complementares:Galão5 litros.351157. Observações Complementares:Galão5 litros.	UNID	BELAW AK	670	R$23,23	R$ 15.564,10
78	CopoDescartável.Material: Plástico; Capacidade: 150 ML; Aplicação: Água. Código CATMAT451994. Observações Complementares:Fabricadoempolipropileno; Líquidos Frios E Quentes; Atóxico, De Acordo C/ NormaAbnt,Nbr14865;Os coposdevemserisentosde materiais estranhos,bolhas, rachaduras, furos e deformações, obedecendo as resoluções nº 105/1999 enº23/2000.Transparente. Caixa com 25 pacotes de 100 unidades cada.	CAIXA	ECOCO PPO	933	R$89,36	R$ 83.372,88
79	Papel Higiênico. Material: Celulose Virgem; Comprimento: 30 M; Largura: 10 CM; Tipo: Picotado; Quantidade Folhas:Dupla;Cor:Branca; Características Adicionais: Extra Macio E Sem Perfume. Código CATMAT 301139. Observações Complementares: Pacote com 08 rolos.	PACO TE	Multifofo	16.593	R$7,66	R$ 127.102,38
80	Sabão líquido para Lavar Roupa, Cor: Azul, com aparência uniforme, biodegradável, com detergente para lavar roupas. Composição:Linear alquil benzeno sulfonato de sódio, alquiléter sulfato de sódio, polialquiletoxiladotensoativo não-tóxico, estabilizantes, branqueador óptico, aditivo, corante, coadjuvantes, conservante, fragrância,quelanteeágua. Acondicionado em embalagens plásticas de 5 litros com dosador.	UNID	FOUR LINE	1.155	R$14,70	R$ 16.978,50
81	Saco Plástico Lixo. Capacidade: 100 L; Cor: Preta;Aplicação:ColetaDe Lixo; Material: Polietileno. Código CATMAT470833. Observações Complementares: Reforçado;Mínimode10 Micras, Pacote com 100 unidades.	UNID	BELAPL AST	860	R$22,08	R$ 18.988,80
82	Saco Plástico Lixo. Capacidade: 200 L; Cor: Preta; Largura: 90 CM; Altura: 120 CM; CaracterísticasAdicionais: Peça Única. Código CATMAT. 418433.Observaçõs complementares: Reforçado Mínimo de 10 Micras, Pacote com 100 unidades.	UNID	BELAPL AST	638	R$47,31	R$ 30.183,78
83	Saco Plástico Lixo. Capacidade : 300L; Cor: Preta; Apresentação: Peça Unica. Código CATMAT 246310. Observações Complementares: Reforçado Mínimo de 10 Micras, Pacote com 100 unidades.	UNID	BELAPLAST	435	R$72,54	R$ 31.554,90
87	Desifetante. Composição Cloreto de Benzalcônico, Emulsificante, Essência; Aplicação: Bactericida; Princípio Ativo: Cloreto de Benzalconico; Forma Física: Solução Aquosam Aroma; Caracterísitcas Adicionais 1: Com Aromaicionado. Código CATMAT 612086. Observações Complementares: Desinfetante – ermicida, para desinfecção e aromatização de ambientes com ação fungicida e bactericida. Isento de partículas insolúveis. Fragrância a escolher no momento da solicitação. Com registro na anvisa Galão 5 Litros.	UNID	Alpes	1.836	R$6,92	R$ 12.705,12

VALOR TOTAL: R$ 1.802.822,45 (um milhão, oitocentos e dois mil, oitocentos e vinte e dois reais e quarenta e cinco centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições não modificadas por este instrumento permanecem íntegras e inalteradas.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ,18 DE DEZEMBRO DE 2025.

RAFAEL LUCAS TORRENTE

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí

JANE NUNES DE LIMA

Secretária Municipal de Esporte e Lazer

TARCISIO BARBOSA DE SOUZA

Secretário Municipal de Agricultura

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

WANESSA DURANTE

Secretária Municipal de Educação

RUI NUNES

Secretário Municipal de Administração

ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA

Secretário Municipal de Meio Ambiente

RENATO DULTRA

Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR

Secretário Municipal de Proteção à Vida Patrimônio Público e Trânsito

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA

Secretária Municipal de Saúde

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS

Secretária Municipal de Assistência Social

CÉLIA APARECIDA ZANATTA

Procuradora Geral do Município

ADILSON FRANCISCO

Chefe de Gabinete

Fornecedor:

Empresa: JC Ferragens EIRELI- ME

CNPJ: 10.367.732/0001-78

Endereço: AV. PARIGOT DE SOUZA, Nº 2574, JD IBIRAPUERA. PARANAVAÍ - PR - CEP 87705-020

E-mail: falcaoind@uol.com.br

Nome do Representante:

LEONARDO TADA ANTUNES

CPF: 078620709-41

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:077CB0C2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EDITAL N.º 28.003/2025 RESULTADO DEFINITIVO DA INVESTIGAÇÃO SOCIAL (IS)

O Secretário Municipal de Administração e a Presidente da Comissão de Concurso do Município de Paranavaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **Resultado definitivo da Investigação Social**do Concurso Público n.º 003/2025,nos seguintes termos.

Art.1° Após a análise dos recursos interpostos contra o resultado preliminar da Investigação Social (IS), fica **ALTERADA**a listagem de candidatos **APTOS**, divulgada na data pretérita de 09 de dezembro, passando a vigorar as disposições constantes do **ANEXO ÚNICO**deste edital.

O candidato poderá consultar individualmente a resposta do recurso contra o resultado preliminar da investigação social por intermédio da "Área do candidato" disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art.2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí (PR), 16 de dezembro de 2025.

RUI NUNES	***DAIANE APARECIDA VIANA***
Secretário Municipal de Administração	Presidente da Comissão de Concurso

ANEXO ÚNICO DO EDITAL N.º 28.003/2025 - RESULTADO DEFINITIVO DA INVESTIGAÇÃO SOCIAL

	1048 - GUARDA MUNICIPAL- PARANAVAI		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**IS**	**MODALIDADE**
0002360	ALAN MENDES SILVEIRA	Apto	Ampla Concorrência
0001684	AMANDA DOS SANTOS FERREIRA	Apto	Ampla Concorrência
0000176	ANA PAULA DA SILVA GONZALES	Apto	Ampla Concorrência
0001904	ANDERSON FREIRE MAYER	Apto	Ampla Concorrência
0002822	ANDERSON MARTINS DE OLIVEIRA	Apto	PcD - Pessoa com Deficiência
0001478	ANNA JULIA KUHN LAGO VAZ	Apto	Ampla Concorrência
0000122	ARTHUR BERTOLO BULLA	Apto	Ampla Concorrência
0002811	ARTHUR POLO DA CRUZ	Apto	Ampla Concorrência
0002241	BIANCA FRANCISCA PARDINHO	Apto	Afrodescendente
0003087	BRUNO DE MELO BARBOSA	Apto	Ampla Concorrência
0002326	CARLOS ALEXANDRE GODOI CORREA	Apto	Ampla Concorrência
0001226	CARLOS AUGUSTO PEREIRA	Apto	Ampla Concorrência
0001920	CARLOS EDUARDO CARVALHO ALMEIDA	Apto	Ampla Concorrência
0000489	CHRISTHIANO MARQUES DA SILVA	Apto	Ampla Concorrência
0001894	CINTIA JAQUELINE CORREIA ALEM	Apto	Ampla Concorrência
0002494	CRISTOFER RICARDO TUCHINSKI	Apto	Ampla Concorrência
0002374	DANILO EDUARDO DE SOUZA SANTOS	Apto	Ampla Concorrência
0001986	DENIS BENTO DE LEMOS	Apto	Afrodescendente
0000776	DIEGO HENRIQUE PEREIRA	Apto	Afrodescendente
0002698	DOUGLAS ALVES BATISTA	Apto	Ampla Concorrência
0001455	DOUGLAS FELIPE DA SILVA	Apto	Ampla Concorrência
0000071	EBERTON DE SOUZA BURATTI	Apto	Ampla Concorrência
0001296	EDSON JOAQUIM PINHEIRO ABADIA	Apto	Afrodescendente
0000423	EDUARDA DE ALMEIDA FIGUEIREDO	Apto	Ampla Concorrência
0001687	EDUARDO LAMADRIL DE LEMOS	Apto	Ampla Concorrência
0000030	EILSON HENRIQUE DE JESUS MARTINS	Apto	Ampla Concorrência
0001359	ELIANE DOS SANTOS E SILVA	Apto	Ampla Concorrência
0000123	EMANUEL DE AGUIAR DUARTE	Apto	Ampla Concorrência
0003227	EMERSON MIRANDA DE OLIVEIRA	Apto	Ampla Concorrência
0001220	EMERSON RAGAZZI	Apto	Ampla Concorrência
0001235	EVANDRO DE CAMARGO TAMBORIM	Apto	Ampla Concorrência
0001918	FELIPE NATAN MATIAS	Apto	Ampla Concorrência
0000780	FERNANDO GONÇALVES DA SILVA	Apto	Afrodescendente
0000137	FRANCISCO DIONIZIO DE PADUA DA COSTA	Apto	Afrodescendente
0002977	GABRIEL FELIPE MONTANHA	Apto	Ampla Concorrência
0001249	GABRIEL HENRIQUE DA SILVA PINTO	Apto	Ampla Concorrência
0001965	GUILHERME AUGUSTO TREVISAN DE CARVALHO	Apto	Ampla Concorrência
0002420	GUILHERME BAFFILLI SOARES	Apto	Ampla Concorrência
0001557	GUILHERME FERNANDES JACOB	Apto	Ampla Concorrência
0000455	HETTORY TCHARLY SANTOS DE BARROS	Apto	Ampla Concorrência
0002341	IGOR CUCATO DA SILVA	Apto	Ampla Concorrência
0001033	ISABELA ROCHA DE SOUZA	Apto	Ampla Concorrência
0000968	JACKSON LUÍS RAMOS	Apto	Ampla Concorrência
0000025	JEFFERSON MARTINS DE ANDRADE	Apto	PcD - Pessoa com Deficiência
0001564	JHONATAN PAULO DOS SANTOS	Apto	Ampla Concorrência
0000131	JOÃO GABRIEL A. WENCESLAU	Apto	Ampla Concorrência
0000432	JOAO MURILO ALMEIDA PEREIRA	Apto	Ampla Concorrência
0002026	JOAO PEDRO APARECIDO VICENTE	Apto	Ampla Concorrência
0001836	JONAS FERRI	Apto	Ampla Concorrência

	1048 - GUARDA MUNICIPAL- PARANAVAI		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**IS**	**MODALIDADE**
0001198	JONATHON AQUINO STREGE	Apto	Ampla Concorrência
0000024	JORGE RAFAEL MAIDANA	Apto	Ampla Concorrência
0001971	JULIANA DE ARAÚJO	Apto	Ampla Concorrência
0000291	LEANDRO SABINO ALVES	Apto	Ampla Concorrência
0001658	LEONARDO GOMES MARTINS	Apto	Ampla Concorrência
0000092	LEONARDO HENRIQUE DA COSTA	Apto	Ampla Concorrência
0001922	LEONARDO HENRIQUE DOS SANTOS LIMA	Apto	Ampla Concorrência
0001621	LEONARDO OSTHEIMER	Apto	Ampla Concorrência
0000853	LINCOLN ELVIS AARON ALVIS	Apto	Ampla Concorrência
0000299	LUCAS HIROSHI KIMURA PAES	Apto	Ampla Concorrência
0000297	LUIS CARLOS SCHIAVO JUNIOR	Apto	Ampla Concorrência

0001543	LUÍS FERNANDO APARECIDO FIGUEIREDO	Apto	Afrodescendente
0001247	MÁRCIO DE OLIVEIRA LUCENTE	Apto	Ampla Concorrência
0001258	MARCOS VINICIUS GEVIGIER	Apto	Ampla Concorrência
0001205	MARLON YURI YAMAMOTO	Apto	Ampla Concorrência
0002462	MARX LENEN RIBEIRO DA SILVA	Apto	Ampla Concorrência
0001630	MATEUS HENRIQUE SILVÉRIO DOS SANTOS	Apto	Ampla Concorrência
0002590	MATHEUS PEREIRA DE GODOI	Apto	Ampla Concorrência
0001606	MAYCON PATRIK DOS SANTOS FERREIRA GOMES JUNIOR	Apto	Ampla Concorrência
0001730	NICHOLAS MARQUES LISSE	Apto	Ampla Concorrência
0000540	OCTAVIO REAL MATTOS DE LIMA	Apto	Afrodescendente
0000341	OTAVIO AUGUSTO GABRIEL	Apto	Ampla Concorrência
0002467	PAULO GUSTAVO SOARES DE SOUZA	Apto	Ampla Concorrência
0000216	RAMON CAVALCANTI COELHO PEREIRA	Apto	Ampla Concorrência
0001346	RAQUEL DE SOUZA	Apto	Ampla Concorrência
0000492	RENATO MARQUES GUIMARÃES	Apto	Afrodescendente
0000526	RICARDO GOMES NOGUEIRA	Apto	Ampla Concorrência
0001209	RIVALDO GABRIEL BATISTA DOS SANTOS	Apto	Ampla Concorrência
0002393	ROBSON BESAGGIO BUENO	Apto	Ampla Concorrência
0000058	RONISE DA SILVA EWALD SCHULTER	Apto	Ampla Concorrência
0000207	SAMARAH RINALDI DA SILVA	Apto	Ampla Concorrência
0000042	THIAGO SEBASTIAO OLIVEIRA DOS SANTOS	Apto	Ampla Concorrência
0000476	TIAGO VOLPATO ALVES DE SOUZA	Apto	Ampla Concorrência
0002667	VAGNER DOS SANTOS ALVES	Apto	Ampla Concorrência
0002852	VARLEI BRESCIANI	Apto	Ampla Concorrência
0001737	VINICIUS MARTINS SANTOS	Apto	Ampla Concorrência
0000604	YARA SANTOS QUIRINO DA SILVA	Apto	Ampla Concorrência
0001563	YURE NAVAIS SILVA RUIZ	Apto	Ampla Concorrência

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:DC2D0712

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1378, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025.

PORTARIA Nº 1378, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o contido no Memorando nº 38.457, de 16 de dezembro de 2025, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças – Departamento de Recursos Humanos;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias aos servidores públicos da Administração Municipal, referente à fruição no mês de janeiro de 2026, conforme especificado no Anexo I – Relação de Servidores em Férias:

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, documento assinado digitalmente.

GERI DUTRA

Prefeito Municipal

ANEXO I - RELAÇÃO DE SERVIDORES EM FÉRIAS					
CONTROLADORIA GERAL					
MATRÍCULA	**SERVIDOR**	**Q.Dias**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**CONCESSÃO**	**ABONO**
72214/1	Regiane Cordeiro Szymkoviak	20	01/04/2024 - 01/04/2025	19/01/2026 - 07/02/2026	Não
GOVERNO MUNICIPAL					
MATRÍCULA	**SERVIDOR**	**Q.Dias**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**CONCESSÃO**	**ABONO**
79235/1	Eduardo Jose Grezele	20	25/10/2024 - 25/10/2025	05/01/2026 - 24/01/2026	SIM

80888/1	Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt	10	07/03/2024 - 07/03/2025	12/01/2026 - 21/01/2026	Não
54534/1	Janete Aparecida Signori	15	09/07/2024 - 09/07/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
62065/1	Simone Aparecida de Oliveira Roldo	20	16/09/2024 - 16/09/2025	05/01/2026 - 24/01/2026	Não
PROCURADORIA GERAL					
MATRÍCULA	**SERVIDOR**	**Q.Dias**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**CONCESSÃO**	**ABONO**
115282/1	Ana Paula Freitag Carneiro	5	02/01/2025 - 02/01/2026	05/01/2026 - 09/01/2026	Não
60607/1	Angela Erbes	19	01/04/2024 - 01/04/2025	05/01/2026 - 23/01/2026	Não
74004/1	Camila Tomoko Kohatsu	5	24/02/2024 - 24/02/2025	13/01/2026 - 17/01/2026	Não
81582/1	Elisandra Funghetto	14	01/10/2024 - 01/10/2025	05/01/2026 - 18/01/2026	Não
73830/1	Marilia Pilar Cezar	10	22/01/2024 - 22/01/2025	05/01/2026 - 14/01/2026	Não
82015/1	Vanderlei Ribeiro da Silva	17	21/01/2025 - 21/01/2026	05/01/2026 - 21/01/2026	Não
SEC ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS					
MATRÍCULA	**SERVIDOR**	**Q.Dias**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**CONCESSÃO**	**ABONO**
52175/1	Ademilson Candido Silva	20	03/01/2024 - 03/01/2025	05/01/2026 - 24/01/2026	SIM
63487/1	Adriane Andreia Glinke	10	19/03/2025 - 19/03/2026	19/01/2026 - 28/01/2026	Não
82775/1	Daniela Pagnoncelli Morawski	20	06/10/2024 - 06/10/2025	26/01/2026 - 14/02/2026	Não
89958/1	Denise Adelaide Gomes Elejalde	25	01/07/2024 - 01/07/2025	05/01/2026 - 29/01/2026	Não
59773/1	Eliane Del Sent Catani	20	26/09/2024 - 26/09/2025	05/01/2026 - 24/01/2026	SIM
54062/1	Elisangela Marcia Caldato Zanella	15	01/01/2024 - 01/01/2025	16/01/2026 - 30/01/2026	Não
105490/1	Elisangela Toquetto Lunelli	15	12/07/2024 - 12/07/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
105490/1	Elisangela Toquetto Lunelli	5	12/07/2025 - 12/07/2026	20/01/2026 - 24/01/2026	Não
57827/1	Iracema Nunes Dias	30	02/10/2023 - 02/10/2024	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
81019/1	Juciani Teresinha Gustmann	15	24/04/2024 - 24/04/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
70688/1	Luan Leonardo Botura	20	30/11/2024 - 30/11/2025	05/01/2026 - 24/01/2026	SIM
58785/1	Marcia Cristina Flyssak	5	25/09/2023 - 25/09/2024	05/01/2026 - 09/01/2026	Não
74870/1	Marines Bonett	20	19/08/2024 - 19/08/2025	05/01/2026 - 24/01/2026	Não
101478/1	Monica Chimello	10	02/06/2024 - 02/06/2025	05/01/2026 - 14/01/2026	SIM
61310/1	Neiva Geremia	20	04/04/2023 - 04/04/2024	19/01/2026 - 07/02/2026	SIM
72222/1	Patricia Cabral Ferronato	5	01/04/2024 - 01/04/2025	05/01/2026 - 09/01/2026	SIM
71862/1	Ronaldo Morais Vieira	20	01/03/2024 - 01/03/2025	12/01/2026 - 31/01/2026	Não
68136/1	Rosangela Angeli Teixeira	10	27/07/2024 - 27/07/2025	05/01/2026 - 14/01/2026	Não
68730/1	Rosangela da Silva Rossatti	20	26/10/2024 - 26/10/2025	05/01/2026 - 24/01/2026	Não
62359/1	Silvio Rogerio Bergamaschi	20	27/10/2024 - 27/10/2025	05/01/2026 - 24/01/2026	SIM
104906/1	Winicius Antonio Prodorutti	15	01/07/2024 - 01/07/2025	19/01/2026 - 02/02/2026	Não
59005/1	Zelia Aparecida de Oliveira	30	19/03/2024 - 19/03/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
SEC CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO					
MATRÍCULA	**SERVIDOR**	**Q.Dias**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**CONCESSÃO**	**ABONO**
67741/1	Andre Fernando Hass	30	14/06/2023 - 14/06/2024	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
63452/1	Cleunice Schneider Onning	30	14/03/2024 - 14/03/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
112496/2	Douglas Henrique Batista	10	02/01/2025 - 02/01/2026	12/01/2026 - 21/01/2026	Não
SEC DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
MATRÍCULA	**SERVIDOR**	**Q.Dias**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**CONCESSÃO**	**ABONO**
80527/1	Aline Aparecida Bonamigo	20	06/11/2023 - 06/11/2024	05/01/2026 - 24/01/2026	Não
68993/1	Aline Aparecida Bonamigo	20	21/11/2023 - 21/11/2024	05/01/2026 - 24/01/2026	Não
115932/1	Ana Paula Mokfa	15	17/04/2025 - 17/04/2026	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
107085/1	Bernardo de Bortoli	15	26/05/2025 - 26/05/2026	19/01/2026 - 02/02/2026	Não
108030/1	Carlos Henrique Galvan Gnoatto	10	06/08/2025 - 06/08/2026	12/01/2026 - 21/01/2026	Não
69825/1	Caroline Dambros Marcal Coito	20	12/03/2024 - 12/03/2025	05/01/2026 - 24/01/2026	Não
83682/1	Cleia Mara Lodi	20	12/07/2024 - 12/07/2025	19/01/2026 - 07/02/2026	Não
78638/1	Cleonice Carvalho	30	05/06/2024 - 05/06/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
59684/1	Cleuza Zanetti	30	01/09/2024 - 01/09/2025	15/01/2026 - 13/02/2026	Não
79456/1	Cristiane Ana Casagrande Klein	30	05/12/2024 - 05/12/2025	12/01/2026 - 10/02/2026	Não
89915/1	Daiane Galvao Dias	30	01/07/2024 - 01/07/2025	12/01/2026 - 10/02/2026	Não
71897/1	Daniel Avila Maciel	20	01/03/2024 - 01/03/2025	26/01/2026 - 14/02/2026	SIM
75191/1	Darla Rufato Ferrazza	15	25/03/2024 - 25/03/2025	12/01/2026 - 26/01/2026	Não
82490/1	Darla Rufato Ferrazza	15	07/04/2024 - 07/04/2025	12/01/2026 - 26/01/2026	Não
69736/1	Debora Fatini Ogliari	30	06/03/2024 - 06/03/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
70416/1	Elaine Fatima Makoski	30	06/08/2024 - 06/08/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
81094/1	Elisandra Nath Copatti	30	03/06/2024 - 03/06/2025	15/01/2026 - 13/02/2026	Não
66877/1	Eliza Cardoso Siqueira	30	28/12/2024 - 28/12/2025	29/01/2026 - 27/02/2026	Não
53830/1	Eva Bernadete Antunes Batista Machado	30	22/04/2024 - 22/04/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
70653/1	Fernanda Mariotti Carletto	30	01/11/2024 - 01/11/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
76147/1	Fernanda Martins	30	24/08/2023 - 24/08/2024	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
89990/1	Francieli Antoniolli Siqueira	30	01/07/2024 - 01/07/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
80209/1	Gabriela Frigotto Zorzan	15	23/07/2024 - 23/07/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
80098/1	Glaucimeri Terezinha Vigarani	15	04/06/2024 - 04/06/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
115940/1	Heloiza Natalia Garbin	15	05/05/2025 - 05/05/2026	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
114685/2	Iliane Nunes de Almeida Mattos	15	07/05/2025 - 07/05/2026	26/01/2026 - 09/02/2026	Não
105503/1	Ivete de Almeida de Andrade	20	12/07/2024 - 12/07/2025	05/01/2026 - 24/01/2026	Não
63037/1	Ivonete Favero Buganssa	30	10/02/2025 - 10/02/2026	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
178438/1	Joao Vitor Drapscki	30	14/03/2025 - 14/03/2026	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
115487/1	Jose Luiz de Negri	30	02/01/2025 - 02/01/2026	26/01/2026 - 24/02/2026	Não
70173/1	Kerly Lytzy Richardi	30	04/06/2024 - 04/06/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
60259/1	Leila Mara Klaus	20	26/03/2024 - 26/03/2025	05/01/2026 - 24/01/2026	Não
56758/1	Lenita Moraes Rosa	30	25/09/2024 - 25/09/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
75809/1	Lucineia Pereira da Silva Moraes	30	01/07/2024 - 01/07/2025	15/01/2026 - 13/02/2026	Não
60313/1	Marcio de Jesus Siqueira	30	27/03/2023 - 27/03/2024	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
63231/1	Marcos Edgar Hirt	20	04/03/2024 - 04/03/2025	05/01/2026 - 24/01/2026	Não
62537/1	Maria Ivonete de Jesuz Bernardo	30	23/01/2025 - 23/01/2026	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
59145/1	Maria Marta Santos de Andrade	30	01/06/2024 - 01/06/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
68675/1	Marina Particheli	30	19/10/2024 - 19/10/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
61972/1	Marina Particheli	30	25/08/2024 - 25/08/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
66842/1	Marli Aparecida Ramos	30	12/11/2024 - 12/11/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
55441/1	Neusa Procopio Tatto	15	29/11/2024 - 29/11/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
68667/1	Neusair Aparecida Medeiros Damacena	20	19/10/2024 - 19/10/2025	05/01/2026 - 24/01/2026	Não
54283/1	Rozilei Fátima Bosio	30	15/05/2024 - 15/05/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
54216/1	Rudi Fernandes	30	27/03/2024 - 27/03/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
77100/1	Salete Burile Lazzarini	30	06/04/2024 - 06/04/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
81604/1	Salete de Fatima Menezes da Silva	30	01/10/2024 - 01/10/2025	15/01/2026 - 13/02/2026	Não

68764/1	Sarah Cristina Kusma da Luz	30	01/11/2024 - 01/11/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
59218/1	Sidnei Valendorf	30	21/07/2024 - 21/07/2025	02/01/2026 - 31/01/2026	Não
75922/1	Sidneia dos Santos Ribeiro	30	06/07/2023 - 06/07/2024	13/01/2026 - 11/02/2026	Não
68802/1	Sueli Ribeiro de Jesus Matuella	30	01/11/2024 - 01/11/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
70521/1	Taciana Ferron	20	29/08/2024 - 29/08/2025	26/01/2026 - 14/02/2026	Não
107727/1	Vanessa Laskoski Furtoso	15	01/07/2025 - 01/07/2026	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
66087/1	Volneide Weitbrecht	30	24/03/2024 - 24/03/2025	01/01/2026 - 30/01/2026	Não
SEC DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO					
MATRÍCULA	**SERVIDOR**	**Q.Dias**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**CONCESSÃO**	**ABONO**
76120/1	Adenilson Lunkes	20	21/08/2024 - 21/08/2025	05/01/2026 - 24/01/2026	Não
70734/1	Davi Salomao Schlappkolh de Almeida	15	08/02/2024 - 08/02/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
50423/1	Evandra Carla Fiorini Bianco	15	01/02/2024 - 01/02/2025	19/01/2026 - 02/02/2026	Não
115401/1	Ezaul Zillmer	10	02/01/2025 - 02/01/2026	05/01/2026 - 14/01/2026	Não
54631/1	Jefferson Barbosa Barao	20	01/10/2022 - 01/10/2023	05/01/2026 - 24/01/2026	Não
78123/1	Joao Carlos Kaliski	20	06/02/2024 - 06/02/2025	05/01/2026 - 24/01/2026	Não
50288/1	Jose Schiavo Neto	20	01/02/2024 - 01/02/2025	05/01/2026 - 24/01/2026	Não
104701/1	Mayara de Jesus Alves Perin	20	01/07/2024 - 01/07/2025	05/01/2026 - 24/01/2026	Não
80977/1	Orciney Santos Rodrigues	20	05/04/2024 - 05/04/2025	05/01/2026 - 24/01/2026	Não
104760/1	Rafael dos Reis	20	01/07/2024 - 01/07/2025	05/01/2026 - 24/01/2026	Não
104779/1	Rafael Lopes Augusto	30	01/07/2024 - 01/07/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
59730/1	Sueli Terezinha Dalponte	15	16/09/2024 - 16/09/2025	20/01/2026 - 03/02/2026	Não
SEC EDUCAÇÃO E CULTURA					
MATRÍCULA	**SERVIDOR**	**Q.Dias**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**CONCESSÃO**	**ABONO**
67385/1	Adelina Benoski	30	25/05/2024 - 25/05/2025	19/01/2026 - 17/02/2026	Não
59439/1	Beatriz de Fatima Alves da Silva	30	15/03/2019 - 15/03/2020	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
78379/1	Danyele Fortes Colossi de Siqueira	30	07/04/2025 - 07/04/2026	22/01/2026 - 20/02/2026	Não
57681/1	Devair Alvarez de Faria	30	02/10/2025 - 02/10/2026	15/01/2026 - 13/02/2026	Não
57142/1	Elaine Aparecida Rodrigues	30	25/09/2024 - 25/09/2025	12/01/2026 - 10/02/2026	Não
69604/1	Eliane Polasso	30	24/02/2014 - 24/02/2015	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
76821/1	Eliane Salete Kaliski Fellini	30	16/03/2024 - 16/03/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
111449/3	Elisandra das Chagas Silvestri	30	07/05/2025 - 07/05/2026	15/01/2026 - 13/02/2026	Não
111520/3	Elvio Hanke	30	01/10/2025 - 01/10/2026	15/01/2026 - 13/02/2026	Não
70050/1	Geromil Dirceu Horn	10	11/04/2024 - 11/04/2025	21/01/2026 - 30/01/2026	Não
74357/1	Gisele Santin	30	06/05/2025 - 06/05/2026	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
86460/1	Gisele Santin	30	01/02/2025 - 01/02/2026	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
70165/1	Glaucimara Dreher Antunes	30	01/06/2025 - 01/06/2026	19/01/2026 - 17/02/2026	Não
59811/1	Julio Pawlak	30	05/05/2025 - 05/05/2026	15/01/2026 - 13/02/2026	Não
116041/1	Leonardo Bertoncello	30	14/08/2025 - 14/08/2026	15/01/2026 - 13/02/2026	Não
57967/1	Marilde Santini	15	02/01/2025 - 02/01/2026	05/01/2026 - 19/01/2026	SIM
86991/1	Mauricio Maculan	30	14/02/2025 - 14/02/2026	26/01/2026 - 24/02/2026	Não
55131/1	Myriam Helena Chueiri	30	13/10/2024 - 13/10/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
85405/1	Salete Tereza Holdefer Siqueira	30	23/09/2025 - 23/09/2026	12/01/2026 - 10/02/2026	Não
60739/1	Sandra Mara de Oliveira	30	02/04/2024 - 02/04/2025	15/01/2026 - 13/02/2026	Não
58777/1	Soeli Mota de Souza	30	24/09/2024 - 24/09/2025	19/01/2026 - 17/02/2026	Não
79995/1	Solene da Aparecida dos Santos Battistoni	30	08/05/2025 - 08/05/2026	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
104850/1	Tiberio Lopes	30	01/07/2024 - 01/07/2025	15/01/2026 - 13/02/2026	Não
78743/1	Vagner de Godois Caldato	30	13/06/2025 - 13/06/2026	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
68276/1	Valdair Fernando Madureira	30	09/08/2024 - 09/08/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
SEC ENGENHARIA, OBRAS E SERV PÚBLIC					
MATRÍCULA	**SERVIDOR**	**Q.Dias**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**CONCESSÃO**	**ABONO**
67792/1	Adriano Dalemolle	20	17/06/2024 - 17/06/2025	05/01/2026 - 24/01/2026	Não
73644/1	Agnaldo da Cruz	30	01/11/2024 - 01/11/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
71927/1	Alana Paula Mulhmann Rossatto	20	04/03/2024 - 04/03/2025	05/01/2026 - 24/01/2026	Não
70130/1	Anderson Caceres Farias Rossatto	20	24/05/2024 - 24/05/2025	05/01/2026 - 24/01/2026	Não
63665/1	Andrea Cristina Walter	30	13/04/2024 - 13/04/2025	26/01/2026 - 24/02/2026	Não
61620/1	Claercio Gregorine	15	28/04/2023 - 28/04/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
57746/1	Claudiomar Roldo	30	02/10/2023 - 02/10/2024	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
63185/1	Clauro de Arruda	30	04/03/2024 - 04/03/2025	19/01/2026 - 17/02/2026	Não
78115/1	Daniel da Silva	30	12/01/2024 - 12/01/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
57614/1	Dineu Alex Signore	10	07/10/2024 - 07/10/2025	04/01/2026 - 13/01/2026	SIM
63657/1	Douglas Vinicius Rios	15	06/04/2024 - 06/04/2025	19/01/2026 - 02/02/2026	Não
57673/1	Edson Bianco	30	01/10/2023 - 01/10/2024	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
63606/1	Elisangela Bach	15	01/04/2024 - 01/04/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
68241/1	Eraldo Serafim de Souza	30	09/08/2023 - 09/08/2024	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
74470/1	Fernanda Zianni Manarim	15	14/05/2021 - 14/05/2022	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
81620/1	Flavio Roberto Ruzza	10	08/10/2022 - 08/10/2023	12/01/2026 - 21/01/2026	Não
74780/1	Joao Carlos Monteiro da Rosa	10	11/08/2024 - 11/08/2025	04/01/2026 - 13/01/2026	Não
104566/1	Jorge Alberto Aurelio Borges	15	01/07/2024 - 01/07/2025	12/01/2026 - 26/01/2026	Não
72320/1	Jorge Eduardo Chioqueta	15	13/05/2023 - 13/05/2024	12/01/2026 - 26/01/2026	Não
57703/1	Mauricio Bondervalli	30	02/10/2024 - 02/10/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
69183/1	Nadiessa Peretto de Almeida Grezele	20	17/01/2024 - 17/01/2025	19/01/2026 - 07/02/2026	Não
63614/1	Nilvane Vega	20	01/04/2024 - 01/04/2025	05/01/2026 - 24/01/2026	Não
70181/1	Ocleicimar Marcos Witt Ribeiro	30	04/06/2024 - 04/06/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
61867/1	Rozalvo Mugnon	30	08/07/2024 - 08/07/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
115630/2	Valdecir Guarez	10	02/04/2025 - 02/04/2026	05/01/2026 - 14/01/2026	Não
63398/1	Zuziane Rigo	20	09/03/2023 - 09/03/2024	05/01/2026 - 24/01/2026	Não
SEC ESPORTE, LAZER, JUVENTUDE E IDOSO					
MATRÍCULA	**SERVIDOR**	**Q.Dias**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**CONCESSÃO**	**ABONO**
55026/1	Katia Cilene Variani	15	10/04/2025 - 10/04/2026	06/01/2026 - 20/01/2026	Não
76490/1	Marilaine Pirolla	20	01/03/2025 - 01/03/2026	12/01/2026 - 31/01/2026	Não
SEC. EXECUTIVA					
MATRÍCULA	**SERVIDOR**	**Q.Dias**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**CONCESSÃO**	**ABONO**
115746/2	Ane Elisa Faggion	7	24/06/2025 - 24/06/2026	06/01/2026 - 12/01/2026	Não
115452/1	Jaquelini Aparecida Belusso	30	02/01/2025 - 02/01/2026	15/01/2026 - 13/02/2026	Não
SECRETARIA DE SAÚDE					
MATRÍCULA	**SERVIDOR**	**Q.Dias**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**CONCESSÃO**	**ABONO**
69957/1	Adaiane Ferreira dos Santos Kronbauer	15	19/03/2024 - 19/03/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
77453/1	Adelio da Silva Lemes	15	20/05/2024 - 20/05/2025	19/01/2026 - 02/02/2026	Não
89826/1	Adilson Vitorio	15	01/07/2024 - 01/07/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não

79626/1	Adriana de Oliveira	15	01/02/2024 - 01/02/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
79537/1	Adriana Honaiser Favero	15	27/12/2023 - 27/12/2024	19/01/2026 - 02/02/2026	Não
73148/1	Adriana Honaiser Favero	15	26/08/2023 - 26/08/2024	19/01/2026 - 02/02/2026	Não
81116/1	Adriane de Fatima dos Santos	15	03/06/2023 - 03/06/2024	15/01/2026 - 29/01/2026	Não
74284/1	Adriane Terezinha Girelli	15	25/04/2024 - 25/04/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
82570/1	Alan Raimundo da Silva	15	15/05/2024 - 15/05/2025	26/01/2026 - 09/02/2026	Não
68349/1	Alcirio Gerhald	15	18/08/2023 - 18/08/2024	30/01/2026 - 13/02/2026	Não
74683/1	Alessandra Aline Grams Lauer Rauch	15	14/07/2024 - 14/07/2025	19/01/2026 - 02/02/2026	Não
70114/1	Alessandra Brustolin Theodorovicz	15	11/05/2022 - 11/05/2023	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
78263/1	Alessandra Philippi	15	06/03/2024 - 06/03/2025	02/01/2026 - 16/01/2026	Não
69060/1	Aletheia de Cassia Carolino Brumato	15	20/12/2023 - 20/12/2024	16/01/2026 - 30/01/2026	Não
72940/1	Aletheia de Cassia Carolino Brumato	15	06/08/2024 - 06/08/2025	16/01/2026 - 30/01/2026	Não
82635/1	Aline de Souza	10	20/05/2024 - 20/05/2025	05/01/2026 - 14/01/2026	Não
73580/1	Aline Ferreira Barboza	15	21/10/2023 - 21/10/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
54852/1	Aline Galleazzi Borges	15	10/06/2024 - 10/06/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
81957/1	Amanda Bragamonte Pereira Borba Baldissera	10	20/12/2023 - 20/12/2024	05/01/2026 - 14/01/2026	Não
75620/1	Ana Carolina Leonardi	10	11/06/2023 - 11/06/2024	05/01/2026 - 14/01/2026	Não
68616/1	Ana Cleide Ribeiro Borges da Maia	15	03/10/2023 - 03/10/2024	30/01/2026 - 13/02/2026	Não
78913/1	Ana Eliza Ribeiro	10	07/08/2023 - 07/08/2024	26/01/2026 - 04/02/2026	Não
80020/1	Ana Maria Barossi	30	17/05/2023 - 17/05/2024	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
64017/1	Ana Paula Armani Dobrowolski	15	29/09/2024 - 29/09/2025	21/01/2026 - 04/02/2026	Não
76546/1	Ana Paula Franca Dalanhol	15	07/03/2023 - 07/03/2024	23/01/2026 - 06/02/2026	Não
80063/1	Ana Paula Padilha de Almeida	15	04/06/2024 - 04/06/2025	20/01/2026 - 03/02/2026	Não
73075/1	Ana Victoria Bortot	10	19/08/2023 - 19/08/2024	21/01/2026 - 30/01/2026	Não
70220/1	Anderson Maciel de Oliveira	20	14/12/2024 - 14/12/2025	17/01/2026 - 05/02/2026	SIM
84778/1	Anderson Rossi	20	01/08/2024 - 01/08/2025	19/01/2026 - 07/02/2026	Não
79502/1	Andre Vigano	15	20/12/2023 - 20/12/2024	19/01/2026 - 02/02/2026	Não
105864/1	Andreia Aparecida Silveira	15	15/07/2024 - 15/07/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
61891/1	Andreia Zini	15	21/07/2023 - 21/07/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
65382/1	Andriele de Lourdes Monteiro da Silva	15	12/03/2024 - 12/03/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
105791/1	Anelize Patriarca Pereira	15	12/07/2024 - 12/07/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
73822/1	Angela Crestina Merlo	15	09/01/2024 - 09/01/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
79960/1	Angelica Cortoli Schwalenberg	15	20/04/2024 - 20/04/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
79588/1	Angelise Aparecida de Cezaro	15	16/01/2024 - 16/01/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
69710/1	Angelo Osmar Dagios	15	05/03/2024 - 05/03/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
59560/1	Antonia Irene Holek	15	09/05/2024 - 09/05/2025	19/01/2026 - 02/02/2026	Não
89419/1	Arthur Ribeiro Petkowicz	10	01/03/2024 - 01/03/2025	05/01/2026 - 14/01/2026	Não
51667/1	Bernardete de Lourdes Stahlschmidt Cordeiro	15	21/02/2021 - 21/02/2022	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
78778/1	Bianca da Cunha Lopes Hecke	20	03/07/2024 - 03/07/2025	05/01/2026 - 24/01/2026	SIM
85324/1	Bruno Cesar Sotopietra	15	14/09/2023 - 14/09/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
67458/1	Camila Mariano	15	01/06/2024 - 01/06/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
89796/1	Carolina Cecilia Coelho Sotopietra	15	14/06/2024 - 14/06/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
82473/1	Carolina da Silva Cerqueira	15	23/03/2024 - 23/03/2025	14/01/2026 - 28/01/2026	Não
105902/1	Caroline Aparecida Alberton Fabiane	15	16/07/2024 - 16/07/2025	19/01/2026 - 02/02/2026	Não
62472/1	Casiana Gubert	20	13/01/2024 - 13/01/2025	05/01/2026 - 24/01/2026	Não
73032/1	Celi Aparecida Hennig Tonial	15	15/08/2024 - 15/08/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
85103/1	Chirlei Danieli Bayerl	15	23/08/2024 - 23/08/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
80586/1	Cintian Prior de Arruda	10	03/12/2023 - 03/12/2024	05/01/2026 - 14/01/2026	Não
74560/1	Classiane Mara Dal Vesco Santos	15	02/06/2024 - 02/06/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
69230/1	Claudete de Souza Torres	10	06/02/2024 - 06/02/2025	05/01/2026 - 14/01/2026	Não
55204/1	Claudete de Vasconcelos Bochmann	15	19/06/2024 - 19/06/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
80160/1	Claudete Karpinski Ciquelero	15	17/07/2024 - 17/07/2025	12/01/2026 - 26/01/2026	Não
107255/1	Clemair Bueno de Lima	10	09/06/2025 - 09/06/2026	05/01/2026 - 14/01/2026	Não
72931/1	Cleuci da Aparecida de Quadros	15	01/08/2023 - 01/08/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
83194/1	Cleudes Dalla Maria Moreira	15	04/01/2025 - 04/01/2026	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
78557/1	Cleunice Ruzza Demezuk	15	01/06/2024 - 01/06/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
60135/1	Cleunir de Fatima Candido de Bortoli	15	17/03/2024 - 17/03/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
60372/1	Cleuza Ribeiro	15	27/03/2024 - 27/03/2025	08/01/2026 - 22/01/2026	Não
63541/1	Cristiana de Lima	10	23/03/2023 - 23/03/2024	19/01/2026 - 28/01/2026	Não
73393/1	Cristiane Able	15	03/10/2024 - 03/10/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
80705/1	Cristiane Floriano dos Santos	15	01/02/2024 - 01/02/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
65757/1	Cristiele Aparecida de Lima	15	12/03/2024 - 12/03/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
69035/1	Cristina de Souza	15	01/12/2024 - 01/12/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
69400/1	Daiane Calistro	15	09/02/2024 - 09/02/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
72699/1	Daiane Galvão de Andrade	15	10/07/2023 - 10/07/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
64882/1	Dalila Aparecida Dobrovolski	15	02/03/2024 - 02/03/2025	23/01/2026 - 06/02/2026	Não
77747/1	Dandara Pra	15	12/07/2024 - 12/07/2025	30/01/2026 - 13/02/2026	Não
76015/1	Daniel Mariano Nono	15	03/08/2024 - 03/08/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
89923/1	Daniela Ambrosio	15	01/07/2024 - 01/07/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
72664/1	Dayane Boaretto Valiati	15	09/07/2024 - 09/07/2025	19/01/2026 - 02/02/2026	Não
60518/1	Dayse Adazs Fonseca	15	01/03/2024 - 01/03/2025	19/01/2026 - 02/02/2026	Não
80012/1	Debora Cristiane Muller Costa	15	17/05/2024 - 17/05/2025	08/01/2026 - 22/01/2026	Não
64106/1	Debora Martinello Musseline Ferrazza	15	21/10/2023 - 21/10/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
77984/1	Denise Bueno de Oliveira	15	16/11/2024 - 16/11/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
81809/1	Denise Teresinha Costa	15	03/12/2024 - 03/12/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
72478/1	Dirlei Silvia Pancera	15	04/07/2023 - 04/07/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
101532/1	Edinia Sandra Burile	20	01/06/2024 - 01/06/2025	26/01/2026 - 14/02/2026	Não
82864/1	Edisson Alberto Hauschildt Junior	15	22/12/2024 - 22/12/2025	19/01/2026 - 02/02/2026	Não
75388/1	Edisson Alberto Hauschildt Junior	15	01/06/2024 - 01/06/2025	19/01/2026 - 02/02/2026	Não
88382/1	Edson Luiz Costa Zaparoli	20	24/02/2025 - 24/02/2026	26/01/2026 - 14/02/2026	SIM
60186/1	Elaine Busike Dartora	15	18/03/2023 - 18/03/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
88048/1	Elaine Zamaria	30	14/04/2023 - 14/04/2024	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
63835/1	Elenice Fatima Molinari	15	11/08/2023 - 11/08/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
67962/1	Elenir Salette Giordani dos Santos	15	07/07/2024 - 07/07/2025	19/01/2026 - 02/02/2026	Não
73261/1	Eli Sandra Rodrigues	15	12/09/2024 - 12/09/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
68365/1	Eliane Aparecida da Cruz Dias do Amaral	15	23/08/2024 - 23/08/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
79529/1	Eliane Aparecida da Rosa	15	26/12/2024 - 26/12/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
85472/1	Elidaini Moreira Cobas	15	03/10/2023 - 03/10/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
63916/1	Elisabeth Ostapiv Correia	15	25/08/2023 - 25/08/2024	19/01/2026 - 02/02/2026	Não

81329/1	Elisandra Peres da Silva	15	12/08/2023 - 12/08/2024	21/01/2026 - 04/02/2026	Não
81256/1	Elisangela Lourdes Artifon Zanatta	10	05/08/2024 - 05/08/2025	05/01/2026 - 14/01/2026	Não
63010/1	Elisangela Rocha de Faria	15	10/02/2024 - 10/02/2025	19/01/2026 - 02/02/2026	Não
64203/1	Elivete Kalinoski	15	30/12/2024 - 30/12/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
78891/1	Elizangela Greggio Vincensi	15	07/08/2023 - 07/08/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
65323/1	Elizete Leal	10	12/03/2024 - 12/03/2025	05/01/2026 - 14/01/2026	Não
69353/1	Eliziane Mara de Oliveira	15	09/02/2024 - 09/02/2025	21/01/2026 - 04/02/2026	Não
69353/1	Eliziane Mara de Oliveira	15	09/02/2023 - 09/02/2024	06/01/2026 - 20/01/2026	Não
69531/1	Emanoeli Agnes Stein	15	15/02/2024 - 15/02/2025	19/01/2026 - 02/02/2026	Não
73350/1	Enilceia Pereira de Avila	15	20/09/2024 - 20/09/2025	30/01/2026 - 13/02/2026	Não
82090/1	Estevao Luiz Langer	15	30/01/2023 - 30/01/2024	20/01/2026 - 03/02/2026	Não
74225/1	Evanice da Silva	20	26/03/2024 - 26/03/2025	26/01/2026 - 14/02/2026	Não
72630/1	Everson Baesso	15	08/07/2023 - 08/07/2024	12/01/2026 - 26/01/2026	Não
78085/1	Everson Baesso	15	16/12/2023 - 16/12/2024	09/01/2026 - 23/01/2026	Não
80772/1	Fabiana Ribeiro Machado	15	08/02/2024 - 08/02/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
61859/1	Fernanda Dambrowski de Oliveira	20	01/09/2024 - 01/09/2025	17/01/2026 - 05/02/2026	SIM
85880/1	Fernanda de Castro Cancian	15	05/01/2024 - 05/01/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
79464/1	Fernanda Nunes Piazza	15	08/12/2022 - 08/12/2023	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
73458/1	Francieli Volpato	15	10/10/2024 - 10/10/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
79600/1	Francine Fatima Romanquio Andretto	15	22/01/2024 - 22/01/2025	20/01/2026 - 03/02/2026	Não
79634/1	Francisco Luiz Battisti	15	01/02/2024 - 01/02/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
69019/1	Francyanne Rech	20	01/12/2024 - 01/12/2025	26/01/2026 - 14/02/2026	Não
85120/1	Gabriel Sbardelotto	15	26/08/2023 - 26/08/2024	30/01/2026 - 13/02/2026	Não
70378/1	Gabriela Seffrin Adler	15	01/08/2024 - 01/08/2025	21/01/2026 - 04/02/2026	Não
61875/1	Genice Pizato	15	14/07/2024 - 14/07/2025	19/01/2026 - 02/02/2026	Não
59749/1	Gilda Batistella de Marchi	15	14/09/2024 - 14/09/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
70432/1	Giliane Cristina Cantelli	15	07/08/2023 - 07/08/2024	30/01/2026 - 13/02/2026	Não
77542/1	Gizeli Terezinha Martins Lemos	15	02/06/2023 - 02/06/2024	20/01/2026 - 03/02/2026	Não
73121/1	Glaciane da Silva Buono	15	20/08/2023 - 20/08/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
65234/1	Gloria de Fatima Dambrowski Leonardi	15	12/03/2024 - 12/03/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
75175/1	Gracieli Ariani Avila	15	18/03/2022 - 18/03/2023	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
80225/1	Grasiela do Arrial	15	23/07/2024 - 23/07/2025	19/01/2026 - 02/02/2026	Não
69396/1	Grasiela Hass Reis	15	09/02/2024 - 09/02/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
105937/1	Guilherme Walter Pereira	15	16/07/2024 - 16/07/2025	15/01/2026 - 29/01/2026	Não
77909/1	Helder Soccol Junior	15	23/06/2024 - 23/06/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
85510/1	Helen Patricia Fernandes	15	14/10/2023 - 14/10/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
80608/1	Heloisa Gabriel Branco	15	03/12/2024 - 03/12/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
68560/1	Hernani Gobato	20	26/09/2022 - 26/09/2023	15/01/2026 - 03/02/2026	Não
64912/1	Hizar Fernanda Fim Marcolina	15	01/01/2023 - 01/01/2024	15/01/2026 - 29/01/2026	Não
64912/1	Hizar Fernanda Fim Marcolina	15	01/01/2024 - 01/01/2025	30/01/2026 - 13/02/2026	Não
81744/1	Indianara Tais Longo Pereira	15	13/11/2024 - 13/11/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
65684/1	Ivete Teresinha Menegon	15	12/03/2024 - 12/03/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
79901/1	Ivone Goncalves da Cruz	15	19/04/2024 - 19/04/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
60461/1	Ivone Stimer	15	31/03/2024 - 31/03/2025	19/01/2026 - 02/02/2026	Não
60348/1	Izeni Vieira	15	31/03/2023 - 31/03/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
70467/1	Jacqueline Lima	15	07/08/2023 - 07/08/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
70440/1	Janine Pessotto de Cesare	15	07/08/2023 - 07/08/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
74632/1	Joao Paulo Ribeiro Barbosa	15	23/06/2023 - 23/06/2024	12/01/2026 - 26/01/2026	Não
51241/1	Joceli Consoladora Rossoni	15	01/02/2024 - 01/02/2025	20/01/2026 - 03/02/2026	Não
51241/1	Joceli Consoladora Rossoni	15	01/02/2023 - 01/02/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
81906/1	Jocely Martins	15	18/12/2024 - 18/12/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
72389/1	Jociane Alves de Souza Medeira Forte	15	02/07/2024 - 02/07/2025	19/01/2026 - 02/02/2026	Não
65960/1	Jociane Santa Cruz Armiliato	15	19/03/2024 - 19/03/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
68683/1	Josamar Aparecida Monteiro	15	20/10/2023 - 20/10/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
68683/1	Josamar Aparecida Monteiro	15	20/10/2024 - 20/10/2025	20/01/2026 - 03/02/2026	Não
75876/1	Joscelia Medeiros	15	02/07/2024 - 02/07/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
69914/1	Jose Alves dos Santos	15	15/03/2024 - 15/03/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
75051/1	Joseane Nogueira Kichel	15	17/10/2022 - 17/10/2023	19/01/2026 - 02/02/2026	Não
104574/1	Josefa Aparecida da Costa Hosda	15	01/07/2024 - 01/07/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
68500/1	Josmari Minella Soloboda	10	12/09/2023 - 12/09/2024	28/01/2026 - 06/02/2026	Não
74764/1	Juceli Nilson	15	04/08/2023 - 04/08/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
72770/1	Juciane Eger de Almeida	15	23/07/2024 - 23/07/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
75850/1	Juliana Andreia Zardo	10	02/07/2023 - 02/07/2024	05/01/2026 - 14/01/2026	Não
78328/1	Juliane Piitov Johann	15	21/03/2024 - 21/03/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
73318/1	Juliano Cordeiro Cunha	15	16/09/2023 - 16/09/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
64220/1	Juliano Josias Santos	15	18/01/2024 - 18/01/2025	19/01/2026 - 02/02/2026	Não
75167/1	Karime Clariane Redivo	10	16/03/2024 - 16/03/2025	05/01/2026 - 14/01/2026	Não
65129/1	Karina Copetti	15	04/03/2024 - 04/03/2025	23/01/2026 - 06/02/2026	Não
69949/1	Keila Cristina Picolo Dutra	20	16/03/2024 - 16/03/2025	19/01/2026 - 07/02/2026	Não
81078/1	Keila da Costa Peixoto	15	02/05/2024 - 02/05/2025	26/01/2026 - 09/02/2026	Não
72419/1	Kelly Cristine Wolf Defaveri	15	02/07/2024 - 02/07/2025	26/01/2026 - 09/02/2026	Não
69620/1	Kelly Maria Corteler	15	27/02/2023 - 27/02/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
80454/1	Kellys Regina Dallo Alves dos Santos	15	02/10/2024 - 02/10/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
104612/1	Larissa Viapiana	15	01/07/2024 - 01/07/2025	19/01/2026 - 02/02/2026	Não
78522/1	Laudineia Aparecida Krahl	15	04/03/2024 - 04/03/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
80802/1	Lidiane Barbieri	15	12/02/2024 - 12/02/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
78018/1	Lisandra Farias Philippsen	15	16/11/2024 - 16/11/2025	20/01/2026 - 03/02/2026	Não
60437/1	Lisandro Silva Boscatto	15	28/03/2023 - 28/03/2024	17/01/2026 - 31/01/2026	Não
59013/1	Liziane Aparecida Molinari	15	19/03/2023 - 19/03/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
69612/1	Lucas Carol Miserski	15	24/02/2024 - 24/02/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
82627/1	Luciana Valendorf Venturin	15	20/05/2024 - 20/05/2025	19/01/2026 - 02/02/2026	Não
82678/1	Luciane Cordeiro Garcia	15	02/06/2023 - 02/06/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
105350/1	Luciane Vedovatto Lorenset	15	08/07/2024 - 08/07/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
69388/1	Lucineia Madureira Xavier de Lima	15	09/02/2024 - 09/02/2025	12/01/2026 - 26/01/2026	Não
72877/1	Luiza Helena Zanchet	15	29/07/2023 - 29/07/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
79618/1	Luize Vanessa Ricci	15	01/02/2024 - 01/02/2025	19/01/2026 - 02/02/2026	Não
83640/1	Lurdes Bernadete Vargas	15	01/07/2023 - 01/07/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
81949/1	Maiara Ignacio Costa	15	20/12/2023 - 20/12/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
107654/1	Maira Gesieli Siqueira	15	01/07/2025 - 01/07/2026	19/01/2026 - 02/02/2026	Não

82449/1	Maira Nanci Mota Kaliski Machado	10	20/03/2024 - 20/03/2025	14/01/2026 - 23/01/2026	Não
104663/1	Manoel de Jesus Santos Filho	15	01/07/2024 - 01/07/2025	03/01/2026 - 17/01/2026	Não
71978/1	Marcelo Gonçalves Guimaraes	20	05/03/2024 - 05/03/2025	26/01/2026 - 14/02/2026	Não
107735/1	Marcelo Junior dos Santos	15	02/07/2025 - 02/07/2026	12/01/2026 - 26/01/2026	Não
81213/1	Marcelo Valiati	15	05/08/2023 - 05/08/2024	19/01/2026 - 02/02/2026	Não
81248/1	Marcia Andreia Antoniolli de Anhaia	15	05/08/2024 - 05/08/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
72036/1	Marcia Inês Rocha da Silva	15	06/03/2024 - 06/03/2025	19/01/2026 - 02/02/2026	Não
72710/1	Marcia Provensi Maximiano	15	12/07/2024 - 12/07/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
76406/1	Marcos Fiorentin	10	11/02/2024 - 11/02/2025	19/01/2026 - 28/01/2026	Não
68489/1	Maria Aparecida Rosa	15	05/09/2023 - 05/09/2024	19/01/2026 - 02/02/2026	Não
60119/1	Maria Jurema Rangel Nunes	20	14/03/2024 - 14/03/2025	19/01/2026 - 07/02/2026	Não
80993/1	Maria Pacheco de Siqueira Hartmann	15	24/04/2024 - 24/04/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
82660/1	Mariane de Cezaro Schaedler	15	01/06/2024 - 01/06/2025	19/01/2026 - 02/02/2026	Não
105775/1	Marilese Spielmann Zamarchi	15	11/07/2024 - 11/07/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
63126/1	Marilu Alves	15	01/05/2024 - 01/05/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
88129/1	Marina Martinichen Furlaneto	15	03/07/2023 - 03/07/2024	12/01/2026 - 26/01/2026	Não
72753/1	Marisa Bagiotto Rossato	15	23/07/2023 - 23/07/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
77968/1	Marisa Pinheiro	15	16/11/2024 - 16/11/2025	19/01/2026 - 02/02/2026	Não
74713/1	Marivone da Rosa	15	18/07/2023 - 18/07/2024	19/01/2026 - 02/02/2026	Não
72079/1	Mariza de Souza de Oliveira	15	15/03/2024 - 15/03/2025	12/01/2026 - 26/01/2026	Não
72559/1	Marlene Guidio	15	08/07/2024 - 08/07/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
78310/1	Marli de Col	15	21/03/2023 - 21/03/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
76171/1	Marlize Veigas Trento	10	01/09/2024 - 01/09/2025	05/01/2026 - 14/01/2026	Não
67946/1	Marly Aparecida Zaboroski	15	04/07/2024 - 04/07/2025	26/01/2026 - 09/02/2026	Não
76090/1	Marmeidy Tatiane Parisotto Munslinger	15	06/08/2023 - 06/08/2024	30/01/2026 - 13/02/2026	Não
100129/1	Mauricio Centurion Candia	15	01/04/2023 - 01/04/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
80756/1	Mauricio Ribas Schopf	15	04/02/2024 - 04/02/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
73695/1	Melissa Soares de Lima	15	01/11/2023 - 01/11/2024	12/01/2026 - 26/01/2026	Não
78077/1	Melissa Soares de Lima	15	13/12/2023 - 13/12/2024	09/01/2026 - 23/01/2026	Não
115088/2	Natanael da Cruz Alves	10	02/01/2025 - 02/01/2026	05/01/2026 - 14/01/2026	Não
83631/1	Nathalia Tonial Meurer	15	01/07/2024 - 01/07/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
104728/1	Nathan Jose Pacheco Santos	20	01/07/2024 - 01/07/2025	15/01/2026 - 03/02/2026	Não
83488/1	Negliane Trombetta	15	09/05/2024 - 09/05/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
69337/1	Nelia Viero Rocha	15	08/02/2024 - 08/02/2025	19/01/2026 - 02/02/2026	Não
66494/1	Neusa Valdecir da Silva	15	26/05/2024 - 26/05/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
81566/1	Noeli de Fatima Rossi	15	01/10/2023 - 01/10/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
65706/1	Noely de Oliveira	15	12/03/2024 - 12/03/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
69647/1	Odete da Aparecida do Amaral Norberto	15	01/03/2024 - 01/03/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
80047/1	Odete Maria de Oliveira	15	22/05/2024 - 22/05/2025	19/01/2026 - 02/02/2026	Não
54356/1	Ofelia Regina Vilalva Trindade	10	23/05/2023 - 23/05/2024	12/01/2026 - 21/01/2026	Não
81850/1	Patricia Raquel Silva Buono	15	12/12/2022 - 12/12/2023	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
81817/1	Patricia Thomazi Reolon	15	04/12/2023 - 04/12/2024	06/01/2026 - 20/01/2026	Não
84760/1	Paulo Antonio Duarte	15	01/08/2023 - 01/08/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
83224/1	Paulo Rafael Valerio	15	14/01/2024 - 14/01/2025	02/01/2026 - 16/01/2026	Não
105830/1	Queli Daiane Moreira Teixeira	15	12/07/2024 - 12/07/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
78433/1	Rafaela Carbonari Fogolari	15	18/04/2023 - 18/04/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
82767/1	Raphael Henrique Zolinger	15	15/09/2023 - 15/09/2024	16/01/2026 - 30/01/2026	Não
75205/1	Raquel Kaliski Bocchese Balbinotti	10	26/03/2024 - 26/03/2025	19/01/2026 - 28/01/2026	Não
82805/1	Regiane Mauer Toledo	15	21/10/2023 - 21/10/2024	12/01/2026 - 26/01/2026	Não
105651/1	Ricardo Luiz Mafessoni	15	03/07/2024 - 03/07/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
83607/1	Rita Elaine Garcia Machado	15	15/06/2024 - 15/06/2025	20/01/2026 - 03/02/2026	Não
77518/1	Roberta Barbosa Colla Masur	15	01/06/2024 - 01/06/2025	26/01/2026 - 09/02/2026	Não
72613/1	Rodrigo Akira Furukawa	15	08/07/2024 - 08/07/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
85820/1	Rodrigo Haveroth	15	06/12/2023 - 06/12/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
85871/1	Rodrigo Rodrigues Fritz	15	03/01/2025 - 03/01/2026	30/01/2026 - 13/02/2026	Não
82651/1	Rosa Maria Barbosa da Silva	15	01/06/2024 - 01/06/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
80667/1	Rosane Gartner	10	02/01/2025 - 02/01/2026	05/01/2026 - 14/01/2026	Não
72745/1	Roseane Chioquetta Stedile	10	18/07/2024 - 18/07/2025	14/01/2026 - 23/01/2026	Não
80721/1	Rubia Leandra Andryjak da Silva	15	01/02/2024 - 01/02/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
105945/1	Sabrina Graciella Comin	15	17/07/2024 - 17/07/2025	21/01/2026 - 04/02/2026	Não
77593/1	Sabrina Psendziuk Rigon	15	03/06/2021 - 03/06/2022	19/01/2026 - 02/02/2026	Não
65439/1	Salete Maria Andryjak da Silva	15	12/03/2024 - 12/03/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
74730/1	Salete Maria Kuhn	15	18/07/2022 - 18/07/2023	12/01/2026 - 26/01/2026	Não
87793/1	Samyra Soligo Rovani	15	27/03/2023 - 27/03/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
72524/1	Sandra Borges da Luz	15	05/07/2024 - 05/07/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
70076/1	Sandra Maria Patriarca	15	03/05/2024 - 03/05/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
68195/1	Sandra Miola	15	03/08/2023 - 03/08/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
79944/1	Sandra Regina Rodrigues Caminski	15	19/04/2023 - 19/04/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
105783/1	Sarita de Fatima Macedo	15	11/07/2024 - 11/07/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
61964/1	Selma Aparecida Rodrigues da Silva	15	21/08/2024 - 21/08/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
80179/1	Sergio Goncalves	10	17/07/2024 - 17/07/2025	26/01/2026 - 04/02/2026	Não
67890/1	Sidelene Ribeiro da Silva	15	01/07/2024 - 01/07/2025	19/01/2026 - 02/02/2026	Não
81043/1	Siluani Aparecida Rossini Vinalski	20	02/05/2024 - 02/05/2025	29/01/2026 - 17/02/2026	Não
81043/1	Siluani Aparecida Rossini Vinalski	10	02/05/2023 - 02/05/2024	19/01/2026 - 28/01/2026	Não
73105/1	Silvana Alberton	15	19/08/2023 - 19/08/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
62448/1	Silvana Aparecida de Oliveira	10	22/12/2024 - 22/12/2025	19/01/2026 - 28/01/2026	Não
63908/1	Silvane Regina Conrad Kalsing	15	20/08/2023 - 20/08/2024	15/01/2026 - 29/01/2026	Não
81892/1	Silvania de Agostinho Bussolaro	10	18/12/2024 - 18/12/2025	14/01/2026 - 23/01/2026	Não
72680/1	Simone Aparecida de Lima de Araujo	15	09/07/2022 - 09/07/2023	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
72680/1	Simone Aparecida de Lima de Araujo	15	09/07/2023 - 09/07/2024	20/01/2026 - 03/02/2026	Não
74675/1	Simone de Campos	15	14/07/2023 - 14/07/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
81884/1	Soeli de Fatima Maranoski	15	17/12/2024 - 17/12/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
75221/1	Sonia Camargo dos Santos	15	06/04/2024 - 06/04/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
105600/1	Sueli Maria Gracioli	15	01/07/2024 - 01/07/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
79049/1	Suzana Lucia Pin	15	20/09/2023 - 20/09/2024	20/01/2026 - 03/02/2026	Não
76392/1	Suzana Salete Capelin Dal Pupo Ribero	15	12/02/2024 - 12/02/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
83801/1	Tadeu Assis Guerra	15	01/08/2023 - 01/08/2024	19/01/2026 - 02/02/2026	Não
81396/1	Taiana Ronssen de Souza	15	14/08/2024 - 14/08/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
80241/1	Tainara Aparecida Girioli	15	19/07/2024 - 19/07/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não

105619/1	Tamyciely Pavan Mezzomo Parzianello	30	01/07/2024 - 01/07/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
74659/1	Tania Cristina Kuhn	15	03/07/2023 - 03/07/2024	20/01/2026 - 03/02/2026	Não
70513/1	Terezinha Aparecida Rodrigues da Silva	20	28/08/2024 - 28/08/2025	05/01/2026 - 24/01/2026	Não
76007/1	Terezinha Aparecida Rodrigues da Silva	10	01/08/2024 - 01/08/2025	05/01/2026 - 14/01/2026	Não
62014/1	Tiago Luis Wietchikoski	15	03/09/2023 - 03/09/2024	02/01/2026 - 16/01/2026	Não
69205/1	Tiago Luis Wietchikoski	15	01/02/2025 - 01/02/2026	02/01/2026 - 16/01/2026	Não
75558/1	Valeria Duraes de Oliveira Hass	15	09/06/2023 - 09/06/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
63525/1	Vanda Cadena Cardoso	15	20/03/2024 - 20/03/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
80675/1	Vanesa da Aparecida dos Santos de Ramos	15	02/01/2025 - 02/01/2026	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
105635/1	Vanessa Carvalho da Rosa de Oliveira	15	02/07/2024 - 02/07/2025	20/01/2026 - 03/02/2026	Não
79421/1	Vanessa Ortolan	15	01/12/2024 - 01/12/2025	19/01/2026 - 02/02/2026	Não
80918/1	Vanio Marcos Demezuk	15	07/03/2024 - 07/03/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
65420/1	Vanusa Barp Lima	10	12/03/2024 - 12/03/2025	05/01/2026 - 14/01/2026	Não
69370/1	Verediana Regina Girardi	15	09/02/2024 - 09/02/2025	20/01/2026 - 03/02/2026	Não
105880/1	Vilma de Araujo	15	15/07/2024 - 15/07/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
80594/1	Vitorio Antonio Petkowicz	15	03/12/2023 - 03/12/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
82112/1	Vivian Agnes Stein	10	03/02/2024 - 03/02/2025	26/01/2026 - 04/02/2026	Não
75000/1	Vivian dos Santos	15	01/10/2024 - 01/10/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
79766/1	Viviane Saldanha de Lyra	15	06/03/2024 - 06/03/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
81787/1	Willycleia Otelakoski	15	25/11/2024 - 25/11/2025	20/01/2026 - 03/02/2026	Não
81787/1	Willycleia Otelakoski	15	25/11/2023 - 25/11/2024	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
105899/1	Yasmin Ribas Bressan	15	15/07/2024 - 15/07/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
85685/1	Yisbet Bebert Diaz	15	01/11/2024 - 01/11/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
75990/1	Zenobia Teresinha Teixeira de Almeida	15	30/07/2024 - 30/07/2025	26/01/2026 - 09/02/2026	Não
68934/1	Zenobia Teresinha Teixeira de Almeida	15	17/11/2023 - 17/11/2024	26/01/2026 - 09/02/2026	Não

SECRETARIA DE AGRICULTURA

MATRÍCULA	SERVIDOR	Q.Dias	PERÍODO AQUISITIVO	CONCESSÃO	ABONO
115380/1	Edson Roberto Silveira	20	02/01/2025 - 02/01/2026	02/01/2026 - 21/01/2026	Não
79723/1	Marcos Jamil Auache	15	21/02/2024 - 21/02/2025	12/01/2026 - 26/01/2026	Não
79715/1	Paulo Guilherme Borges	10	19/02/2025 - 19/02/2026	11/01/2026 - 20/01/2026	Não
59951/1	Sidnei Fabian	10	17/10/2024 - 17/10/2025	11/01/2026 - 20/01/2026	Não

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

MATRÍCULA	SERVIDOR	Q.Dias	PERÍODO AQUISITIVO	CONCESSÃO	ABONO
115312/1	Ademir Alves de Oliveira	30	02/01/2025 - 02/01/2026	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
84751/1	Ademir Floriano	30	01/08/2025 - 01/08/2026	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
82180/1	Adilson da Silva Oliveira	30	17/02/2023 - 17/02/2024	19/01/2026 - 17/02/2026	Não
82040/1	Adriano Luiz Baesso	30	23/01/2024 - 23/01/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
76155/1	Adriano Santos Strapasson	30	25/08/2024 - 25/08/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
82120/1	Alvaro Bertol	20	03/02/2023 - 03/02/2024	05/01/2026 - 24/01/2026	Não
26735/1	Amarildo Stroski	30	14/02/2024 - 14/02/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
57770/1	Analice dos Santos	30	02/10/2024 - 02/10/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
82201/1	Antonio Luis Candido	30	18/02/2024 - 18/02/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
74136/1	Bruno Lampert	30	28/02/2024 - 28/02/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
57789/1	Candido Kehrvald	10	02/10/2023 - 02/10/2024	05/01/2026 - 14/01/2026	Não
79669/1	Cassildo Adriano Vaz	30	06/02/2024 - 06/02/2025	12/01/2026 - 10/02/2026	Não
54232/1	Celso Antonio Balan	20	02/05/2023 - 02/05/2024	05/01/2026 - 24/01/2026	Não
82996/1	Claudio Doiczman	20	14/05/2024 - 14/05/2025	12/01/2026 - 31/01/2026	Não
67679/1	Edson Correia	30	13/06/2024 - 13/06/2025	26/01/2026 - 24/02/2026	Não
81345/1	Elias Ferreira Prestes	30	13/08/2024 - 13/08/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
79294/1	Everton Battistoni	30	01/11/2024 - 01/11/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
113514/3	Jessica Eduarda Damer	5	04/02/2025 - 04/02/2026	19/01/2026 - 23/01/2026	Não
78999/1	Keith Sandro da Conceicao	20	28/08/2023 - 28/08/2024	19/01/2026 - 07/02/2026	Não
79073/1	Keli Cristina Borges de Lima Santos	20	26/09/2023 - 26/09/2024	05/01/2026 - 24/01/2026	Não
69817/1	Leandro Ramos da Silva	30	09/03/2024 - 09/03/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
69132/1	Lucia Alves da Rocha	30	04/01/2025 - 04/01/2026	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
79375/1	Lucineia Flavia Weiss da Silva	30	20/11/2024 - 20/11/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
51829/1	Luiz Carlos Baier	30	01/03/2025 - 01/03/2026	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
115495/1	Luryan Tairini Kagimura	20	02/01/2025 - 02/01/2026	05/01/2026 - 24/01/2026	Não
67598/1	Manoel de Almeida	30	05/06/2024 - 05/06/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
61727/1	Marciano Battistoni	30	13/05/2024 - 13/05/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
75078/1	Maristela Ceccon de Oliveira	30	11/11/2024 - 11/11/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
57533/1	Milton Balhan	30	02/10/2024 - 02/10/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
57860/1	Neide Sonia Monteiro	20	02/10/2023 - 02/10/2024	19/01/2026 - 07/02/2026	Não
51926/1	Nelson Zorzan	30	01/03/2024 - 01/03/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
61492/1	Renato Janoario da Silva	20	18/04/2025 - 18/04/2026	12/01/2026 - 31/01/2026	Não
76201/1	Roberto Marcos da Silva	30	17/09/2023 - 17/09/2024	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
57886/1	Rosana Aparecida Fernandes Iung de Abreu	30	01/10/2024 - 01/10/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
59676/1	Rosane de Fatima de Oliveira Marques	30	05/09/2024 - 05/09/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
59668/1	Roseane de Fatima Macedo	30	05/09/2024 - 05/09/2025	12/01/2026 - 10/02/2026	Não
58700/1	Salete Nequel	20	13/09/2023 - 13/09/2024	19/01/2026 - 07/02/2026	Não
79081/1	Sara de Oliveira	30	02/10/2024 - 02/10/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
82341/1	Sidnei Correia	30	09/03/2024 - 09/03/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
67148/1	Sueli Siqueira	30	06/05/2023 - 06/05/2024	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
74063/1	Valcir José Kehrvald	30	26/02/2024 - 26/02/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
59900/1	Valcir Rodrigues	30	17/10/2024 - 17/10/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
74101/1	Valdenir Ferreira	30	27/02/2024 - 27/02/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
67504/1	Vanilde de Lurdes Ribeiro de Lima	30	10/07/2024 - 10/07/2025	05/01/2026 - 03/02/2026	Não

SECRETARIA DE MOBILIDADE E TRANSPORTES

MATRÍCULA	SERVIDOR	Q.Dias	PERÍODO AQUISITIVO	CONCESSÃO	ABONO
83666/1	Alcione Lovato	10	12/07/2024 - 12/07/2025	05/01/2026 - 14/01/2026	Não
83372/1	Diego Cristiano Antunes de Oliveira	15	22/03/2024 - 22/03/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
113956/3	Fabricio Correia da Silva	15	02/01/2025 - 02/01/2026	12/01/2026 - 26/01/2026	Não
75507/1	Francieli Leopoldino	15	08/06/2025 - 08/06/2026	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
82686/1	Jean Alisson Becker Onofre	15	09/06/2024 - 09/06/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
78344/1	Julio Cesar Sosnoski	20	06/04/2024 - 06/04/2025	05/01/2026 - 24/01/2026	Não
71960/1	Leandro Reichembach dos Santos	30	05/03/2025 - 05/03/2026	05/01/2026 - 03/02/2026	Não
68896/1	Leomar Claudio Trembulak	20	09/11/2024 - 09/11/2025	05/01/2026 - 24/01/2026	Não
75884/1	Luan Mezzomo Manjurma	20	02/07/2024 - 02/07/2025	05/01/2026 - 24/01/2026	Não
88137/1	Pamela Caroline Vallendorf	20	03/07/2024 - 03/07/2025	26/01/2026 - 14/02/2026	Não

104787/1	Raphael Carvalho de Lima	15	01/07/2024 - 01/07/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
115622/1	Romulo Faggion	10	02/01/2025 - 02/01/2026	05/01/2026 - 14/01/2026	Não
71951/1	Rudimar Lucas Dalpiva	15	05/03/2024 - 05/03/2025	05/01/2026 - 19/01/2026	Não
76198/1	Taiane Carolina Bertolla	10	15/09/2024 - 15/09/2025	19/01/2026 - 28/01/2026	Não
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO					
MATRÍCULA	**SERVIDOR**	**Q.Dias**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**CONCESSÃO**	**ABONO**
60291/1	Francini Lottermann de Barros Zanella	5	26/03/2023 - 26/03/2024	26/01/2026 - 30/01/2026	Não
85138/1	Mariana Martinelo	15	29/08/2023 - 29/08/2024	09/01/2026 - 23/01/2026	Não

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:3AFED320

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 75.924.290/0001-69, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. EDSOM LUIZ BAGETTI, residente e domiciliado na Rua Manoel Ribas, nº 22, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade sob nº 3.719.625-8 -SSP-PR, CPF nº 629.393.609-44.

H O M O L O G O:

PROCEDIMENTO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2025, GERENCIADA PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, SOLUÇÕES E MELHORIAS DO NORTE CENTRAL PARANAENSE - CISMEL-NCP, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DA EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PÁ CARREGADEIRA NOVA. ZERO HORA, conforme Termo de Convenio nº 140/2025, CELEBRADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO E O MUNICIPIO DE PÉROLA D'OESTE, ESTADO DO PARANÁ, conforme justificativas e Parecer da Assessoria Jurídica, com base na Lei Federal 14.133/2021 e alterações posteriores, em favor da empresa: VENEZA EQUIPAMENTOS SUL COMERCIO LTDA, inscrito no CNPJ sob o n.º 29.644.666/0001-64, com sede na Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 520, Bairro Cidade Industrial, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, neste ato representada por João Paulo Bezerra de Melo, inscrito no CPF sob o n.º 076.387.884-78, portador da carteira de identidade n.º 1800923 SESP/RN, residente e domiciliada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, declarado vencedor conforme relacionado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QNTD	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
04	PÁ CARREGADEIRA SOBRE RODAS, JOHN DEERE/ 524P última série, nova, zero hora, admissível fabricação ano de 2025, potência efetiva líquida (máxima em HP) de 142 HP, motor diesel 6 cilindros que atenda ao controle de poluentes (CONAMA, PROCONVE, MAR I) Peso operacional de 12.282kg, sistema de acoplamento conversor de torque, transmissão tipo Power Shift com deslocamento avante e a ré, com no 08 velocidades (marchas);sistema hidráulico bomba do tipo pistão de fluxo variável, ângulo de articulação de 40º para cada lado, capacidade da caçamba 1,9 m³ e borda Cortante, com dentes e segmento aparafusado, com 2 (dois) cilindros de elevação e 1 (um) cilindro de tombamento, força de desagregação na caçamba, de 9.638 kgf, carga operacional de 4.706 kg, sistema elétrico de 24 V, direção Hidráulica hidrostática, manobrabilidade articulada, PNEUS traseiros e dianteiros 20.5×25 RADIAL E3/L3 , Freios a discos banhados a óleo, radiador hidráulico, cabine fechada com ar condicionado de fábrica e certificação ROPS/FOPS, tanque capacidade de 220 litros, SISTEMA DE TELEMETRIA INTEGRADO COMDIAGNOSTICO REMOTO - GARANTIA de 12 (dose) meses ENTREGA: entrega na sede de cada Município consorciado a ser recebido por servidor municipal responsável pelo recebimento. TREINAMENTO: sim, entrega técnica e treinamento a ser realizada pelo fornecedor. ADESIVO(S) DO(S) MUNICÍPIO ADQUIRENTE.	1	JOHN DEERE/ 524P	R$ 784.900,00	R$ 784.900,00
VALOR TOTAL: R$ 784.900,00					

Pérola D'Oeste/PR, 17 de dezembro de 2025.

EDSOM LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Lais Fernanda Gindri Schwingel
Código Identificador:720D14DF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 88/2025 - Processo Administrativo nº 156/2025

OBJETO: Aquisição de distribuidor de adubo liquido mediante emenda parlamentar n° 39150001.

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei Federal n° 14.133/2021, ADJUDICA e HOMOLOGA a presente licitação nos seguintes termos:

G.ST MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA – CNPJ: 13.172.645/0001-53								
Lote	**Item**	**Produto/Serviço**	**Marca**	**Modelo**	**Unidade**	**Quantidade**	**Preço**	**Preço Total**
1	1	Distribuidor de Adubos Orgânicos Líquidos com capacidade de 6.000 litros, destinado à sucção, transporte e distribuição de dejetos orgânicos de suínos e bovinos, resíduos líquidos e pastosos, bem como à limpeza de fossas sépticas. Construído em chapa de aço carbono 3/16" (4,75 mm), o tanque possui tampas abaluadas para resistência ao vácuo, tampa traseira de abertura total com travamento por porcas borboletas e vedação em borracha nitrílica, além de pintura interna e externa com revestimento epóxi anticorrosivo e acabamento em PU. O equipamento é dotado de bomba a vácuo de anel líquido, com vazão mínima de 1.000 litros por minuto, válvulas de 4" ou 6" em bronze, visores de nível, registros de sucção e descarga, monovacuômetro, cardan com proteção plástica e acionamento pela TDP do trator. Possui estrutura reforçada em aço, rodagem tandem com pneus 900x20, macaco ajustável, leque aspersor traseiro, mangueira de sucção de 6 metros com suporte, e acompanha manual, nota fiscal e garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.	GST	DLA	UN	2.00	60.000,00	120.000,00
Total 120.000,00								

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais).

Pinhal de São Bento/PR, 17 de dezembro de 2025.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:0DDA452A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2026 - RPPS

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2026

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO2

2. OBJETIVO2

3. CATEGORIZAÇÃO DO RPPS2

4. ESTRUTURA DE GESTÃO E GOVERNANÇA3

5. META DE RENTABILIDADE6

6. ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS7

7. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO15

8. CONTROLE DE RISCO20

9. ESTUDO DE ALM - ASSET LIABILITY MANAGEMENT24

10. EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO25

11. POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA25

12. CREDENCIAMENTO E DUE DILIGENCE26

13. PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS31

14. FONTES PRIMÁRIAS DE INFORMAÇÕES37

15. POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO37

16. PLANO DE CONTINGÊNCIA38

17. CONTROLES INTERNOS39

18. DISPOSIÇÕES GERAIS40

19. ASSINATURAS41

42

1. INTRODUÇÃO

A presente Política de Investimentos tem como propósito estabelecer os fundamentos que nortearão a aplicação dos recursos do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**. Trata-se de um documento estratégico que reflete o compromisso da unidade gestora com a boa governança, a sustentabilidade e a proteção do patrimônio previdenciário.

Este instrumento busca assegurar que as decisões de investimento sejam tomadas de forma planejada, responsável e transparente, garantindo o alinhamento entre os recursos financeiros disponíveis e as obrigações previdenciárias assumidas. Para tanto, define diretrizes, limites, critérios de risco e mecanismos de acompanhamento que permitem à gestão previdenciária atuar de maneira prudente e eficiente.

A Política de Investimentos é também um instrumento de comunicação e prestação de contas à sociedade, aos segurados e beneficiários, bem como aos órgãos de controle. Sua função é demonstrar a seriedade com que a unidade gestora administra recursos de natureza pública, adotando práticas que privilegiam a segurança, a liquidez, a rentabilidade e a solvência, sempre em equilíbrio com os objetivos previdenciários de longo prazo.

Assim, esta Política de Investimentos representa, portanto, o compromisso do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** com a boa gestão dos recursos previdenciários, garantindo segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação às obrigações e transparência em todas as etapas de suas operações.

2. OBJETIVO

O objetivo central desta Política de Investimentos é estabelecer as diretrizes que assegurem a aplicação responsável e eficiente dos recursos do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**, de forma a preservar seu equilíbrio financeiro e atuarial e garantir o pagamento presente e futuro dos benefícios previdenciários.

Busca-se alinhar a estratégia de investimentos às necessidades de curto, médio e longo prazo do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**, assegurando a compatibilidade entre os ativos financeiros e as obrigações previdenciárias assumidas. Para tanto, este documento orienta a seleção, a alocação e o monitoramento dos investimentos, com base em princípios de prudência, diversificação e sustentabilidade.

Além de servir como guia para a tomada de decisões, a Política de Investimentos cumpre a função de reforçar a transparência na gestão pública, permitindo que segurados, beneficiários e órgãos de controle acompanhem de forma clara e objetiva as escolhas realizadas e os resultados obtidos.

Assim, este documento consolida-se como instrumento essencial para o fortalecimento da confiança na gestão previdenciária, contribuindo para a estabilidade do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** e para a proteção dos direitos presentes e futuros dos seus participantes.

3. CATEGORIZAÇÃO DO RPPS

Para fins de classificação, os Regimes Próprios de Previdência Social podem ser enquadrados como **Investidor Comum, Qualificado ou Profissional**. Essa categorização é importante porque define quais tipos de investimentos o **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** poderá acessar e em quais condições.

De forma prática, a classificação leva em consideração dois aspectos principais:

· **Patrimônio Aplicado:** o volume de recursos sob gestão, registrado no Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR;

· **Nível de Aderência ao Pró-Gestão RPPS:** certificação que avalia governança, controles internos e práticas de gestão.

Para ser reconhecido como **Investidor Qualificado**, o RPPS deve possuir patrimônio aplicado igual ou superior a R$ 10 milhões e ter obtido Certificação Institucional no Pró-Gestão em um dos níveis de aderência. Já para a categoria de **Investidor Profissional**, exige-se patrimônio aplicado igual ou superior a R$ 500 milhões, além da Certificação Institucional Pró-Gestão no Nível IV.

Caso o **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** não atenda a esses

requisitos, será classificado como **Investidor Comum**, ficando restrito a investimentos compatíveis com essa categoria, sem acesso a fundos destinados a investidores qualificados ou profissionais.

Para apoiar essa classificação, são observadas as seguintes informações:

Análise do Perfil	
Patrimônio Líquido sob gestão (R$)	**68.393.144,68**
Nível de Aderência conquistado no Pró-Gestão	**Não se aplica**
Vencimento da Certificação Pró-Gestão	**Não se aplica**

Fonte: O próprio **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**

Atualmente, o **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** encontra-se classificado como **INVESTIDOR COMUM**. Havendo a obtenção e/ou progressão na Certificação Pró- Gestão, a categorização será revista e o **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** deverá promover as adequações necessárias nesta Política de Investimentos dentro de prazo de **até 90 (noventa) dias**, de forma a refletir fielmente sua nova condição de enquadramento.

4. ESTRUTURA DE GESTÃO E GOVERNANÇA

Os responsáveis pela gestão da unidade gestora do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** têm como uma de suas principais responsabilidades a busca contínua pelo aperfeiçoamento técnico, exercendo suas atividades com boa-fé, legalidade e diligência. Devem zelar por elevados padrões éticos e adotar boas práticas de gestão previdenciária, em consonância com os princípios do Pró-Gestão, de modo a garantir o cumprimento das obrigações do regime.

Entende-se por responsáveis aqueles que participam dos processos de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão, assim como os agentes de mercado que atuam na distribuição, intermediação e administração de fundos de investimento e ativos financeiros relacionados. As atribuições de cada agente estão detalhadas nos manuais internos e nas políticas institucionais do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**, instituídos como Regras, Procedimentos e Controles Internos.

A governança do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** é composta por instâncias que atuam de forma integrada e complementar:

· **Conselho Deliberativo:** órgão máximo de deliberação, responsável por aprovar a Política de Investimentos e acompanhar sua execução;

· **Conselho Fiscal:** responsável por fiscalizar a gestão administrativa, contábil e financeira;

· **Comitê de Investimentos:** órgão técnico de formulação e execução da Política de Investimentos, que analisa cenários, propõe estratégias e acompanha a performance da carteira de investimentos.

Todo o processo de execução da Política de Investimentos e de outras diretrizes legais devem ser deliberadas e fiscalizadas pelos conselhos competentes, com apoio dos mecanismos de controle interno, assegurando transparência e conformidade em todas as etapas.

4.1. Modelo de Gestão

De acordo com as hipóteses previstas na Portaria MTP nº 1.467/2022, em seu art. 95, incisos I, II e III, a gestão das aplicações dos recursos poderá ser realizada por meio de gestão própria, terceirizada ou mista.

Para a vigência desta Política de Investimentos, a gestão das aplicações dos recursos do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** será **PRÓPRIA**.

A adoção deste modelo significa que a totalidade dos recursos financeiros ficará sob a gestão e responsabilidade do próprio **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**, na figura dos colaboradores diretamente envolvidos no processo de gestão dos recursos e investimentos.

A gestão das aplicações dos recursos contará com profissionais qualificados e certificados por entidade de certificação reconhecida pelo Ministério da Previdência Social, por intermédio da Secretaria de Previdência, conforme exigido na Portaria MTP nº 1.467/2022 e suas alterações.

4.2. Órgãos de Execução, Deliberação e Fiscalização

Os recursos financeiros do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** visam à constituição das reservas garantidoras dos benefícios e devem ser mantidos e controlados de forma segregada dos recursos do Ente Federativo. Esses mesmos recursos serão geridos em conformidade com a Política de Investimentos, com os critérios para credenciamento das Instituições Financeiras e contratação de prestadores de serviços.

A estrutura interna definida através da Lei Municipal n° 1243/2005, garante a segregação de atividades entre dirigentes, conselheiros, gestores dos recursos e membros do Comitê de Investimentos, em linha com as boas práticas de gestão e governança previdenciária.

4.2.1. Conselho Deliberativo

Compete ao Conselho Deliberativo aprovar a Política de Investimentos e acompanhar sua execução, deliberar sobre as estratégias de gestão de recursos e zelar pelo cumprimento das normas e objetivos previdenciários. Atua como instância máxima de decisão no âmbito do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**, com responsabilidade de orientar a condução da gestão em consonância com os princípios de legalidade, eficiência e interesse público.

4.2.2. Conselho Fiscal

Compete ao Conselho Fiscal examinar e emitir parecer sobre a gestão administrativa, contábil e financeira, acompanhar a execução orçamentária e verificar a conformidade da aplicação dos recursos com a legislação vigente e com esta Política de Investimentos. Sua atuação assegura a fiscalização independente e contínua das atividades do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**, fortalecendo o controle interno.

4.2.3. Comitê de Investimentos

Compete ao Comitê de Investimentos a formulação e execução da Política de Investimento juntamente com a Diretoria Executiva e Gestor dos Recursos, que devem submetê-la para aprovação do Conselho Deliberativo e fiscalização do Conselho Fiscal, ambos órgãos superiores de competência do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**.

4.2.4. Conflito de Interesses

Em casos de Conflito de Interesse entre os membros integrantes do Comitê de Investimentos, Diretoria Executiva e Conselhos Deliberativo e Fiscal, a participação do conflitante como voto de qualidade será impedida e/ou anulada, sendo devidamente registrado em ata de reunião.

Não fica excluída a possibilidade da participação de um Consultor de Valores Mobiliários no fornecimento de "minuta" para a elaboração da Política de Investimentos, bem como propostas de revisão para apreciação do Gestor dos Recursos, Comitê de Investimentos e Diretoria Executiva.

4.3. Observância aos Critérios de Elegibilidade

Os responsáveis pela gestão do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** e aqueles que participam diretamente do processo de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão estão submetidos a critérios de elegibilidade, em razão da relevância de suas atribuições.

Os critérios de elegibilidade e permanência nos cargos dentro do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** estão descritos na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998 (“Lei nº 9.717/1998”), incluídos pela Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019 (“Lei nº 13.846/2019”) e na Portaria MTP nº 1.467/2022, em seu Art. 76, além das exigências constantes no Manual de Certificação Profissional RPPS versão 1.5.

Os membros da Diretoria Executiva, do Comitê de Investimentos, dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e o Gestor dos Recursos do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**

deverão atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos mínimos:

· não ter sofrido condenação criminal ou incidido em alguma das situações de inelegibilidade previstas na legislação aplicável;

· possuir certificação válida, obtida junto a entidade certificadora reconhecida pelo Ministério da Previdência Social, por meio da Secretaria de Previdência, conforme os critérios do Manual de Certificação Profissional RPPS versão 1.5;

· possuir experiência comprovada no exercício de atividades nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria;

· ter formação superior.

Os critérios “a” e “b” se aplicam aos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e do Comitê de Investimentos.

De acordo com o Manual de Certificação Profissional RPPS versão 1.5, os dirigentes, membros dos conselhos, o Gestor dos Recursos e os integrantes do Comitê de Investimentos estão obrigados a apresentar suas respectivas certificações dentro dos prazos estabelecidos. Caberá ao **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** e ao Ente Federativo verificar o cumprimento dos critérios de elegibilidade e encaminhar as informações à Secretaria de Previdência.

A comprovação do critério “a” deverá ser atualizada a cada dois anos. Caso haja ocorrência impeditiva, o profissional deixará de ser considerado habilitado para o exercício da função a partir da data do ato ou fato obstativo. A comprovação do critério “b” será feita mediante apresentação do certificado emitido pela entidade certificadora após a obtenção da certificação RPPS, conforme as regras do Manual versão 1.5.

5. META DE RENTABILIDADE

A Portaria MTP nº 1.467/2022, que estabelece as normas aplicáveis às avaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social, determina que a taxa atuarial de juros a ser utilizada nas avaliações atuariais seja equivalente à taxa de juros parâmetro cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média – ETTJ esteja o mais próximo à duração do passivo do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**.

A taxa atuarial de juros, também conhecida como meta atuarial, é utilizada no cálculo das avaliações atuariais para trazer ao valor presente líquido todos os compromissos do plano de benefícios ao longo do tempo, determinando o montante de patrimônio que o RPPS deverá possuir para manter o equilíbrio atuarial.

Esse equilíbrio somente será possível se os recursos forem remunerados, no mínimo, por uma taxa igual ou superior. Caso a taxa que remunere os recursos seja inferior à taxa utilizada no cálculo atuarial, o plano de benefícios se tornará deficitário, comprometendo o pagamento futuro dos benefícios.

Considerando:

· a Portaria MPS nº 2.010, de 15 de outubro de 2025, em seu artigo 2º, que estabelece a taxa de juros parâmetro cujo ponto da ETTJ mais próximo à duração do passivo do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**, no valor de 5,61% (cinco vírgula sessenta e um por cento);

· a verificação do cumprimento da meta de rentabilidade nos últimos cinco exercícios antecedentes à data focal, podendo ser acrescidos 0,15 ponto percentual a cada ano na taxa de juros parâmetro definida, limitada a 0,6 ponto percentual;

Fica definida como Meta de Rentabilidade a variação do **IPCA + 5,76%** (cinco vírgula setenta e seis por cento).

Observada a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**, em cumprimento à Lei nº 9.717/1998, em seu art. 1º, a meta de rentabilidade poderá ser diferenciada por períodos dentro do próprio exercício, prospectada de acordo com o perfil da carteira de investimentos e com o cenário macroeconômico e financeiro.

6. ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS

Os responsáveis pela gestão das aplicações dos recursos do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** devem observar os limites e critérios estabelecidos nesta Política de Investimentos, na Resolução CMN nº 4.963/2021 e qualquer outro ato normativo relacionado ao tema, emitido pelos órgãos de fiscalização e orientação.

A estratégia de alocação dos recursos para os próximos cinco anos, leva em consideração não somente o cenário macroeconômico como também as especificidades da estratégia definida pelo resultado da análise do fluxo de caixa atuarial e das projeções futuras de déficit e/ou superávit.

Alocação Estratégica para o exercício de 2026 e os próximos 5 anos

			Estratégia de Alocação - Política de Investimento de 2026		
Segmento	**Tipo de Ativo**	**Limite da Resolução CMN %**	**Limite Inferior (%)**	**Estratégia Alvo (%)**	**Limite Superior (%)**
Renda Fixa	7º I a - Títulos do Tesouro Nacional SELIC	100,00%	0,00%	3,00%	20,00%
	7º I b - FI 100% Títulos TN	100,00%	15,00%	59,00%	90,00%
	7º I c - FI Ref em Índice de RF, 100% TP	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	7º II - Oper. compromissadas em TP TN	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	7º III a - FI Referenciados RF	60,00%	10,00%	26,00%	60,00%
	7º III b - FI de Índices Referenciado RF	60,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	7º IV - Renda Fixa de emissão bancária	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	7º V a - FI em Direitos Creditórios - sênior	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	7º V b - FI Renda Fixa "Crédito Privado"	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	7º V c - FI de Debêntures Infraestrutura	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Limite de Renda Fixa	**100,00%**	**25,00%**	**88,00%**	**170,00%**
Renda Variável, Estruturados e FII	8º I - FI de Ações	30,00%	0,00%	2,00%	10,00%
	8º II - ETF - Índice de Ações	30,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	10º I - FI Multimercado	10,00%	0,00%	3,00%	8,00%
	10º II - FI em Participações	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	10º III - FI Mercado de Acesso	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	11º - FI Imobiliário	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Limite de Renda Variável, Estruturado e FII	**30,00%**	**0,00%**	**5,00%**	**18,00%**
Exterior	9º I - Renda Fixa - Dívida Externa	10,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	9º II - Constituídos no Brasil	10,00%	0,00%	1,00%	5,00%
	9º III - Ações - BDR Nível I	10,00%	0,00%	5,00%	10,00%
	Limite de Investimentos no Exterior	**10,00%**	**0,00%**	**6,00%**	**15,00%**
Consignado	12º - Empréstimo Consignado	5,00%	0,00%	1,00%	5,00%
	Total da Carteira de Investimentos		**25,00%**	**100,00%**	**203,00%**

Alocação Estratégica para os próximos 5 anos

			Estratégia de Alocação - Política de Investimento de 2026	
Segmento	**Tipo de Ativo**	**Limite da Resolução CMN %**	**Limite Inferior (%)**	**Limite Superior (%)**
Renda Fixa	7º I a - Títulos do Tesouro Nacional SELIC	100,00%	0,00%	20,00%
	7º I b - FI 100% Títulos TN	100,00%	15,00%	90,00%
	7º I c - FI Ref em Índice de RF, 100% TP	100,00%	0,00%	0,00%
	7º II - Oper. compromissadas em títulos TN	5,00%	0,00%	0,00%
	7º III a - FI Referenciados RF	60,00%	10,00%	60,00%
	7º III b - FI de Índices Referenciado RF	60,00%	0,00%	0,00%
	7º IV - Renda Fixa de emissão bancária	20,00%	0,00%	0,00%
	7º V a - FI em Direitos Creditórios - sênior	5,00%	0,00%	0,00%
	7º V b - FI Renda Fixa "Crédito Privado"	5,00%	0,00%	0,00%
	7º V c - FI de Debêntures Infraestrutura	5,00%	0,00%	0,00%
	Limite de Renda Fixa	**100,00%**	**25,00%**	**170,00%**
Renda Variável, Estruturados e FII	8º I - FI de Ações	30,00%	0,00%	10,00%
	8º II - ETF - Índice de Ações	30,00%	0,00%	0,00%
	10º I - FI Multimercado	10,00%	0,00%	8,00%
	10º II - FI em Participações	5,00%	0,00%	0,00%
	10º III - FI Mercado de Acesso	5,00%	0,00%	0,00%
	11º - FI Imobiliário	5,00%	0,00%	0,00%
	Limite de Renda Variável, Estruturado e FII	**30,00%**	**0,00%**	**18,00%**
Exterior	9º I - Renda Fixa - Dívida Externa	10,00%	0,00%	0,00%
	9º II - Constituídos no Brasil	10,00%	0,00%	5,00%
	9º III - Ações - BDR Nível I	10,00%	0,00%	10,00%
	Limite de Investimentos no Exterior	**10,00%**	**0,00%**	**15,00%**
Consignado	12º - Empréstimo Consignado	5,00%	0,00%	5,00%

Na tabela de alocação estratégica aplica-se a regra do Túnel de Movimentação: o **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** deve manter sua alocação dentro dos limites mínimo e máximo definidos para cada segmento, não podendo ultrapassar o teto nem permanecer abaixo do piso estabelecido. A gestão deve priorizar que a carteira de investimentos permaneça próxima ao percentual de referência indicado na coluna central da tabela, que corresponde à alocação estratégica definida para o exercício.

Para a elaboração e definição dos limites apresentados foram considerados inclusive as análises mercadológicas e as perspectivas, bem como a compatibilidade dos ativos investidos atualmente pelo **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** com os prazos, montantes e taxas das obrigações atuariais presentes e futuras.

Para efeitos de alocação estratégica, segundo a Resolução CMN nº 4.963/2021, art. 3º e 6º, são considerados recursos do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**: (i) as disponibilidades oriundas das receitas correntes e de capital; (ii) os demais ingressos financeiros auferidos pelo **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**; (iii) as aplicações financeiras e (iv) os títulos e valores mobiliários.

Não serão considerados recursos do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** para efeitos de alocação estratégica os recursos provenientes de: (i) ativos vinculados por lei ao **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**; (ii) demais bens, direitos e ativos com finalidade previdenciária; (iii) as disponibilidades financeiras mantidas em conta corrente e (iv) as contas de fundos de investimento imobiliário.

6.1. Segmento de Renda Fixa

Obedecendo os limites permitidos para o segmento de renda fixa pela Resolução CMN n° 4.963/2021, o **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** propõe-se adotar o **limite de máximo de 100% dos recursos disponíveis para investimentos.**

A negociação de títulos públicos no mercado secundário (compra e venda) obedecerá ao disposto no Art. 7º, inciso I, alínea "a" da Resolução CMN n° 4.963/2021, devendo estar devidamente registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC).

Na hipótese de aquisição direta de títulos públicos, o **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** deverá comprovar:

· a consulta prévia às informações divulgadas por entidades representativas do mercado financeiro e de capitais, reconhecidas pela transparência e padrão técnico, considerando preços e taxas de referência, bem como o volume e condições das operações registradas no SELIC antes do fechamento da operação;

· a realização das operações por meio de plataformas eletrônicas administradas por sistemas autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários, nas suas respectivas áreas de competência;

· a guarda dos registros relativos aos valores, condições e volumes efetivamente negociados; e

· a titularidade dos títulos adquiridos em nome do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**, com base em informações de sistemas de registro, custódia ou liquidação financeira, devidamente depositados perante o SELIC.

Para comprovação de operações realizadas em ofertas públicas do Tesouro Nacional, o **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** deverá arquivar os documentos de comunicação com a Instituição que participou do leilão.

Na hipótese de aquisição de Letras Financeiras, o **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** observará as condições de elegibilidade previstas na Resolução CMN nº 4.963/2021, em especial quanto à emissão por Instituições Financeiras devidamente autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e incluídas na Lista Exaustiva de Instituições Financeiras divulgada pela Secretaria de Previdência - SPREV, adotando essa lista como critério **OBRIGATÓRIO** de seleção para garantir conformidade com os requisitos de governança e risco (art. 21, § 2º, inciso I, e § 8º).

As operações serão realizadas seguindo os procedimentos normais de mercado, compreendendo negociação direta com a instituição emissora ou por meio de distribuidora devidamente autorizada, participação em ofertas primárias ou negociações no mercado secundário, sempre com registro em sistemas de custódia ou liquidação financeira autorizados.

As Letras Financeiras poderão ser objeto de recompra pelo emissor ou de venda no mercado secundário, inclusive com negociação a valor de face, com prêmio ou com deságio, de acordo com as condições de mercado vigentes. O **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** manterá arquivada a documentação comprobatória de cada operação, assegurando a transparência, a rastreabilidade e a segurança das transações realizadas.

6.2. Segmento de Renda Variável e Investimentos Estruturados e Fundos de Investimentos Imobiliários

Em relação ao segmento de renda variável, investimentos estruturados e fundos de investimentos imobiliários, a Resolução CMN nº 4.963/2021 estabelece que o limite legal dos recursos alocados nos segmentos, não poderão exceder cumulativamente ao limite de 30% da totalidade dos recursos em moeda corrente.

Neste sentido, o **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** propõe **adotar como limite máximo o percentual de 30% da totalidade dos recursos.**

São considerados como investimentos estruturados segundo Resolução CMN n° 4.963/2021, os fundos de investimento classificados como multimercado, os fundos de investimento em participações - FIPs e os fundos de investimento classificados como "Ações – Mercado de Acesso".

As aplicações em Fundos de Investimento Imobiliário (FII) são admitidas dentro deste segmento, desde que respeitados os requisitos de elegibilidade e credenciamento previstos na regulamentação vigente. Ressalta-se que os FIIs não devem ser confundidos com aportes de bens, direitos e ativos de natureza imobiliária realizados diretamente pelo Ente Federativo ao **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**, que possuem regramento próprio.

As decisões de investimento em renda variável, estruturados e fundos imobiliários deverão ser fundamentadas em análises técnicas, de risco e de aderência à estratégia de alocação definida, priorizando a segurança, a liquidez e a rentabilidade compatíveis com os objetivos de longo prazo do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**.

6.3. Segmento de Investimentos no Exterior

No segmento classificado como "Investimentos no Exterior", a Resolução CMN nº 4.963/2021 estabelece que o limite legal dos recursos alocados não poderá exceder cumulativamente ao limite de 10% (dez por cento) da totalidade dos recursos em moeda corrente.

Neste sentido, o **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** propõe **adotar como limite máximo o percentual de 10% da totalidade dos recursos.**

Serão considerados aptos a receber recursos do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** apenas os fundos de investimento constituídos no exterior que possuam histórico mínimo de 12 (doze) meses, cujos gestores estejam em atividade há mais de 5 (cinco) anos e administrem, na data do aporte, montante de recursos de terceiros equivalente a pelo menos US$ 5 bilhões.

As aplicações deverão ser realizadas em conformidade com os critérios de governança, transparência e gestão de riscos estabelecidos na regulamentação vigente, observando-se sempre a compatibilidade com o perfil de investimentos e com os objetivos previdenciários de longo prazo do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**.

6.4. Empréstimo Consignado

Para o segmento de Empréstimo Consignado aos segurados em atividade, aposentados e pensionistas, a Resolução CMN nº 4.963/2021 estabelece que o limite legal é de **5,00% (cinco por cento)** da totalidade dos recursos em moeda corrente.

Com a obtenção da Certificação Institucional Pró-Gestão, o **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** poderá adotar como limite máximo o percentual de 10,00% (dez por cento) da totalidade dos recursos, observado o cumprimento dos requisitos de elegibilidade e governança exigidos, bem como a manutenção de níveis adequados de liquidez e solvência.

No processo de implantação da modalidade, caso seja de interesse do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**, não serão caracterizados desenquadramentos os excessos temporários em relação aos limites aqui definidos, aplicando-se o prazo de **60 (sessenta) dias** para revisão e adequação desta Política de Investimentos aos novos parâmetros, nos termos do art. 12, § 11, da Resolução CMN nº 4.963/2021.

6.5. Taxa de Performance

A taxa de performance corresponde a uma taxa cobrada por um fundo de investimento pela rentabilidade acima de algum *benchmark* pré-estabelecido em regulamento, sendo, portanto, uma recompensa pelo bom desempenho dos gestores.

A aplicação dos recursos efetuados pelo **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** em fundos de investimentos que prevê em regulamentos ou contratos cláusulas de pagamento da taxa de performance, deverão apresentar as seguintes condições:

· **Quando pode cobrar:** somente se a rentabilidade do fundo superar 100% do benchmark.

· **Sem prejuízo:** só haverá cobrança se o saldo do investimento estiver maior que o valor aplicado inicialmente ou maior que o saldo da última cobrança de performance (quando houver).

· **Periodicidade:** a apuração e cobrança deve ocorrer no mínimo a cada 6 (seis) meses (não pode ser mensal ou trimestral).

· **Transparência:** o regulamento/contrato deve informar, de forma simples, qual é o benchmark, qual é o percentual da taxa e como é feito o cálculo (período de medição e eventuais ajustes).

· **Relato de cobrança:** a cada evento, o administrador/gestor deve enviar demonstrativo com a memória de cálculo e a comparação com o benchmark do período.

· **Fundos de fundos:** deve-se evitar dupla cobrança (priorizar fundos com abatimento/compensação quando investem em outros fundos com performance).

· **Compatibilidade com o risco:** só utilizar fundos de investimentos com taxa de performance se estiverem alinhados à alocação estratégica e aos limites de risco desta Política.

As condições acima integram os critérios de credenciamento e diligência para seleção e acompanhamento de fundos de investimentos, devendo constar nos relatórios de análise, pareceres e nos processos de seleção e monitoramento.

6.6. Limites Gerais

Para fins de acompanhamento dos limites gerais da carteira de investimentos do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**, serão consolidadas as posições das aplicações realizadas diretamente e indiretamente por meio de fundos de investimento (FI) e fundos de investimento em cotas (FICFI). A aferição considerará o critério de transparência proporcional da carteira dos fundos (com base em informações oficiais do administrador/gestor), de modo a refletir de forma fiel a exposição por emissor, ativo e segmento.

Os limites aplicáveis a títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica serão aqueles previstos na Resolução CMN nº 4.963/2021, observados, adicionalmente, os limites internos desta Política.

No que tange ao limite geral de exposição por fundos de investimentos e em cotas de fundos de investimentos, fica o **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** limitado a **20% de exposição**, com exceção dada aos fundos de investimentos enquadrados no Art. 7º, inciso I, alínea "b" da Resolução CMN nº 4.963/2021.

A exposição do total das aplicações do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** no patrimônio líquido de um mesmo fundo de investimento fica limitada a **15% (quinze por cento)**. Para fundos classificados como FIDC – Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, Crédito Privado e Fundos de Infraestrutura, a exposição em um mesmo fundo fica limitada a **5% (cinco por cento)**. Para os fundos classificados como Investimentos no Exterior, considera-se, para efeito de cálculo, o patrimônio líquido do fundo de investimento constituído no exterior.

Os limites deste subitem não se aplicam a fundos de investimentos que apliquem seus recursos exclusivamente em títulos públicos federais ou em operações compromissadas lastreadas nesses títulos.

Para FIDC que integrem a carteira de investimentos do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** a partir de 1º de janeiro de 2015, o limite por fundo de investimentos será calculado em proporção ao total de cotas da classe sênior, e não sobre o total de cotas do fundo.

O total das aplicações dos recursos do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** em fundos de investimento não pode exceder a **5% (cinco por cento)** do volume total de recursos de terceiros gerido por um mesmo gestor ou por gestoras ligadas ao seu respectivo grupo econômico.

Na obtenção da Certificação Institucional Pró-Gestão, os limites definidos nesta Política de Investimentos serão elevados gradativamente de acordo com o nível conquistado em consonância com o disposto no art. 7º, § 7º, art. 8º, § 3º, art. 10º, § 2º e art. 14º, § único da Resolução CMN nº4.963/2021.

A verificação de limites será realizada mensalmente (ou em frequência superior quando houver eventos relevantes), com registro documental das evidências e relato ao Comitê de Investimentos e demais instâncias de governança.

Em eventual desenquadramento dos limites previstos, o Comitê de Investimentos, em conjunto com o Gestor dos Recursos, adotará as medidas previstas no Plano de Contingência desta Política, distinguindo-se, quando aplicável, situações de desenquadramento passivo e/ou ativo, com as respectivas providências, prazos e registros em ata.

6.7. Demais Enquadramentos

O **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** observa todos os limites estabelecidos nesta Política de Investimentos e na Resolução CMN nº 4.963/2021, destacando-se as disposições a seguir:

· Poderão ser mantidas em carteira de investimentos, por até 180 (cento e oitenta) dias, as aplicações que passem a ficar desenquadradas em relação a esta Política de Investimentos e a Resolução CMN nº 4.963/2021, desde que seja comprovado que o desenquadramento foi decorrente de situações involuntárias, para as quais não tenha dado causa, e que o seu desinvestimento ocasionaria, comparativamente à sua manutenção, maiores riscos para o atendimento aos princípios segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação a natureza de suas obrigações e transparência;

· Poderão ainda ser mantidas em carteira de investimentos, até seu respectivo encerramento, os fundos de investimentos que apresentem prazos para vencimento, resgate, carência ou conversão de cotas superior a 180 (cento e oitenta) dias, estando o **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** obrigado a demonstrar a adoção de medidas de melhoria da governança e do controle de riscos na gestão dos recursos.

Serão entendidos como situações involuntárias:

· Entrada em vigor de alterações da Resolução vigente;

· Resgate de cotas de fundos de investimento por um outro cotista, nos quais o **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** não efetue novos aportes;

· Valorização ou desvalorização dos demais ativos financeiros e fundos de investimentos que incorporam a carteira de investimentos do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**;

· Reorganização da estrutura do fundo de investimento em decorrência de incorporação, fusão, cisão e transformação ou de outras deliberações da assembleia geral de cotistas, após as aplicações realizadas pelo **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**;

· Ocorrência de eventos de riscos que prejudiquem a formação das reservas e a evolução do patrimônio do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** ou quando decorrentes de revisão do plano de custeio e da segregação da massa;

· Aplicações efetuadas na aquisição de cotas de fundo de investimento destinado exclusivamente a investidores qualificados ou profissionais, caso o **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** deixe de atender aos critérios estabelecidos para essa categorização em regulamentação específica, com exceção do exposto na Nota Técnica SEI nº 457/2022/MTP; e

· Aplicações efetuadas em fundos de investimentos ou ativos financeiros que deixarem de observar os requisitos e condições previstos na Resolução CMN nº 4.963/2021.

· Se os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem as carteiras dos fundos de investimentos e os seus emissores deixarem de ser considerados como de baixo risco de crédito, após as aplicações realizadas pela unidade gestora.

Na obtenção da Certificação Institucional Pró-Gestão, as alterações de limites decorrentes do nível de aderência não serão consideradas desenquadramento, ficando assegurado ao **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** o prazo de **90 (noventa) dias** para revisão e adequação desta Política aos novos parâmetros.

Todos os casos deverão ser registrados em ata, acompanhados de parecer técnico e plano de ação, com comunicação ao Comitê de Investimentos e demais instâncias de superiores de deliberação.

6.8. Vedações

As vedações previstas na Resolução CMN nº 4.963/2021 e na Portaria MTP nº 1.467/2022 aplicam-se a todas as aplicações do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**, diretas e indiretas. Compete ao Gestor dos Recursos e ao Comitê de Investimentos zelar pelo cumprimento dessas restrições.

O Gestor dos Recursos e o Comitê de Investimento do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** deverão seguir as vedações estabelecidas na Resolução CMN n° 4.963/2021, ficando adicionalmente vedada a aquisição de:

· Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos e

· Aquisição de ativos classificados abaixo do rating mínimo estabelecido nesta Política.

Quanto a aquisição de Títulos Públicos, conforme disposta na Portaria MTP nº 1.467/2022, fica o

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA vedado de adquirir:

· Títulos que não sejam emitidos pelo Tesouro Nacional;

· Títulos que não sejam registradas no SELIC; e

· Títulos que sejam emitidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios.

7. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

7.1. Objetivo

Com a possibilidade de concessão e administração de empréstimo consignado aos segurados em atividade, aposentados e pensionistas ("tomadores") pelo **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**, torna-se necessário estabelecer as políticas, condições, diretrizes, controles e a gestão dos processos que abrangem concessão, administração, operacionalização e cobrança.

O empréstimo consignado é considerado aplicação financeira para o **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**, nos termos da Resolução CMN nº 4.963/2021.

Este item integra esta **"Política de Investimentos como a Política de Crédito e Normas Operacionais"** exigida pela Portaria MTP nº 1.467/2022 para a operacionalização da modalidade, considerando-se aprovada conjuntamente com esta Política e observada em todas as fases do processo.

7.2. Abrangência e Público-Alvo

Esta "Política de Crédito e Normas Operacionais" aplica-se às operações de empréstimo consignado concedidas pelo **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** aos servidores efetivos ativos, aposentados e pensionistas vinculados ao **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**, conforme previsão nos regulamentos e normas internas.

Estão abrangidos os planos administrados pelo **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** que prevejam a possibilidade de concessão de crédito consignado, observados os limites e diretrizes desta Política e da Resolução CMN nº 4.963/2021. Operações com terceiros não vinculados ao Ente Federativo e ao **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** não são admitidas.

A formalização das operações ocorrerá diretamente com o **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**, com desconto em folha de pagamento pelo órgão/entidade responsável, nos termos de convênio que discipline a verificação de margem consignável, os fluxos de repasse e a conciliação.

Para fins de elegibilidade, o tomador deve possuir vínculo ou benefício ativo no ente pagador, margem consignável disponível e ausência de impedimentos previstos nesta Política e/ou em normas internas. É vedada a cessão do crédito a terceiros e a constituição de coobrigados.

As operações observarão os limites desta Política e deverão preservar níveis adequados de liquidez e solvência do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**. O tratamento de dados pessoais seguirá as diretrizes internas de segurança da informação e a legislação aplicável.

7.3. Critérios de Elegibilidade

Poderão contratar empréstimo consignado junto ao **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** os servidores efetivos ativos, aposentados e pensionistas dos planos de benefícios administrados pelo próprio **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** ("tomadores"). A elegibilidade observará as características biométricas, funcionais, remuneratórias e a natureza do benefício, a partir das quais serão estabelecidos os requisitos e condições de concessão

O tomador será submetido a avaliação prévia, na qual serão estimadas a data provável de aposentadoria e as regras de cálculo do futuro benefício. Quanto aos dependentes, somente serão elegíveis ao empréstimo consignado quando em gozo de pensão por morte.

Não poderão contratar operações de empréstimo os tomadores que, no momento da solicitação:

· não tenham disponibilidade de margem consignável para a contratação;

· tenham causado inadimplência em operações de empréstimo consignado anteriormente tomadas perante o **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**;

· tenham perdido o vínculo com o Ente Federativo ou tenha sido cessado o benefício;

· estejam em situação em que a remuneração/provento dependa do Ente Federativo (ou de suas transferências financeiras mensais) quando o Município não for classificado como “A” na Capacidade de Pagamento – CAPAG divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Nos casos em que o Município possua classificação CAPAG “B”, “C” ou “D”, os empréstimos somente poderão ser concedidos a aposentados e pensionistas vinculados ao **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**.

Quando houver Segregação da Massa, somente os aposentados e pensionistas do Fundo em Capitalização terão acesso ao empréstimo consignado.

As demais condições de elegibilidade previstas nesta Política — tais como margem consignável, capacidade de pagamento, idade e prazo, regularidade cadastral e consentimento/ciência das condições — permanecem aplicáveis e devem ser verificadas previamente à contratação, com a respectiva guarda documental.

7.4. Margem Consignável e Limite por Tomador

Para efeito de fixação da margem consignável, serão observadas as disposições legais vigentes e suas eventuais atualizações. Para a administração da folha de pagamento dos tomadores, poderá ser emitido “regulamento” de suporte operacional.

· **Servidor ativo:** é obrigatória a apresentação, pelo tomador, do comprovante de margem consignável disponível fornecido pelo Ente Federativo (órgão/entidade pagadora), que será validado previamente mediante análise.

· **Aposentados e pensionistas:** a margem consignável corresponderá a 35% (trinta e cinco por cento) do benefício mensal líquido pago pelo **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**.

A base de cálculo considera a remuneração/benefício líquido, após os descontos legais obrigatórios, sendo certo que verbas eventuais e transitórias, sem caráter permanente, não integram a base. A validação da margem será documentada no processo, com memória de cálculo e evidência fornecida pelo órgão/entidade pagadora.

Tabela Informativa

Informações	Critérios
Montante Disponível (%):	5% ou 10% do PL
Margem Geral (%):	35% da folha/benefício líquido
Prazo Máximo de Concessão (meses):	84 meses (teto do INSS)
Prazo Mínimo de Concessão (meses)	6 meses (mínimo do INSS)

O valor máximo do empréstimo não poderá exceder a margem consignável disponível, considerando o prazo contratado, a taxa de juros e o índice de atualização monetária. Será permitida apenas uma operação ativa por tomador, e as renovações somente ocorrerão com a quitação do contrato

anterior (liquidação/portabilidade), sendo vedada a ampliação indevida do comprometimento da margem. Deve ser preservada renda líquida suficiente após o desconto da parcela, conforme normas internas.

Os empréstimos serão concedidos pelo sistema de amortização prefixado, com prestações mensais conforme o prazo estabelecido. Em repactuações ou situações extraordinárias, poderão ser adotadas condições específicas, desde que haja ciência do tomador e registro no processo.

Todo contrato deverá conter comprovante de margem, taxa de juros, índice de atualização, cronograma de amortização e demais condições. Alterações na base de desconto (ex.: suspensão do benefício, licença sem vencimentos) devem ser comunicadas e acarretarão reavaliação da capacidade de pagamento e adoção das medidas cabíveis, nos termos desta Política.

Os parâmetros de margem, valores e prazos estabelecidos neste subitem serão reavaliados na revisão anual desta Política ou sempre que houver alteração normativa relevante ou mudança material no perfil de risco ou no fluxo de caixa do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**, devendo eventuais ajustes ser submetidos às instâncias competentes para aprovação.

7.5. Condições Financeiras e Parâmetros de Rentabilidade

As operações de empréstimo consignado observarão condições financeiras padronizadas, claras e compatíveis com os objetivos previdenciários do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**. A taxa de juros será definida por ato interno, de forma coerente com a Meta de Rentabilidade desta Política e com a preservação da solvência e da liquidez do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**. O Custo Efetivo Total (CET) será informado ao tomador antes da contratação, com memória de cálculo juntada ao processo.

A atualização monetária utilizará o Índice de Atualização Monetária (IPCA-IBGE); nos casos de atraso não imputável ao ente pagador, incidirão encargos de mora e multas conforme regulamento interno e contrato.

As operações serão celebradas pelo sistema de amortização prefixado, com prestações mensais fixadas no ato da contratação, respeitando-se os prazos mínimo de 6 (seis) meses e máximo de 84 (oitenta e quatro) meses.

É assegurada a portabilidade do crédito, mediante liquidação do saldo devedor, e a liquidação antecipada poderá ocorrer a qualquer tempo, com recálculo proporcional dos encargos contratados. Carência somente será admitida quando expressamente prevista em ato interno, com duração limitada e condicionada à preservação da margem consignável e da capacidade de pagamento do tomador. Eventuais custos administrativos e tributos serão explicitados no contrato e comporão o CET.

Os parâmetros de rentabilidade perseguidos para a carteira de consignados buscarão compatibilidade com o perfil das obrigações do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**, tendo em vista a necessidade de manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial. Além disso, as operações observarão um parâmetro mínimo de rentabilidade alinhado à Meta de Rentabilidade, após custos administrativos, tributos, encargos e perdas esperadas.

Esse parâmetro de rentabilidade será revisado anualmente na atualização da Política ou quando houver alteração normativa relevante, e seu atingimento será acompanhado nos relatórios periódicos ao Comitê de Investimentos, com proposição de ajustes em caso de desvios materiais e recorrentes.

As prestações do empréstimo serão calculadas considerando, de forma integrada:

· a Meta de Rentabilidade definida e aprovada pelo Comitê de Investimentos e pelo Conselho Deliberativo e já informada nesta Política;

· a Taxa de Administração;

· a Taxa do Fundo de Investimento de Liquidez, destinada à guarda e à gestão dos valores a conceder; e

· a Taxa do Fundo Garantidor e/ou Seguro, cobrada no ato da concessão.

O valor máximo da Taxa de Administração será fixado pelo Comitê de Investimentos e deliberado pelo Conselho Deliberativo, informado ao tomador na contratação e deduzido do principal no momento da liberação. Poderá ser cobrada quantia para composição do Fundo Garantidor, deduzida do montante solicitado; esse fundo será formado, preferencialmente, por percentual sobre as concessões e/ou por performance acima da Meta de Rentabilidade e será recomposto pelas recuperações de crédito obtidas em ações judiciais e extrajudiciais.

Após a concessão, os encargos incidentes não são passíveis de restituição; havendo quitação antecipada, haverá redução proporcional dos juros contratados. Todas as taxas e encargos integram o Custo Efetivo Total (CET) informado ao tomador.

As condições financeiras e os parâmetros de rentabilidade definidos neste item aplicam-se a todas as contratações, renovações, portabilidades e repactuações do consignado e serão verificados nos processos de contratação e de monitoramento, constituindo requisito para a manutenção da modalidade no âmbito do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**.

7.6. Cobrança das Prestações

O pagamento das prestações ocorrerá mensalmente. No caso dos servidores ativos, a amortização do saldo devedor ocorrerá por consignação na folha de pagamento do Ente Federativo. Para os beneficiários, os pagamentos serão descontados da folha de benefícios do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**.

Fica o Ente Federativo com a responsabilidade de informar o **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** o motivo pelo qual não houve o desconto em folha da parcela de empréstimos no mês subsequente ao vencimento da prestação.

Os tomadores permanecem como os únicos responsáveis pelos pagamentos dos empréstimos. Caso o Ente Federativo, por qualquer motivo, não processe os descontos mensais, o tomador está obrigado a realizar os pagamentos das prestações correspondentes diretamente ao **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**. Para isso, deverá solicitar a emissão de boleto bancário em favor do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**, com vencimento para o dia 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao que deveria ser realizado o desconto na folha de pagamento.

Poderá ser determinado um outro meio de pagamento excepcional, desde que expressamente autorizado pelo **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**, sob pena de incorrer nos encargos de mora decorrentes da situação de contrato inadimplido.

Ocorrendo o atraso do pagamento de quaisquer prestações previstas no contrato de empréstimo, serão cobrados juros de mora e atualização monetária em percentual e índice definidos nesta Política de Investimentos, contados a partir da data do vencimento da prestação em atraso.

Os tomadores que atrasarem o pagamento de qualquer parcela do empréstimo serão considerados inadimplentes, incidindo sobre o valor devido juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo IPCA ou outro índice que o venha substituir expressamente.

Caso o servidor ativo passe a condição de aposentado, concederá à **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** autorização expressa e irrevogável para descontar mensalmente, do valor do benefício a que fizer jus, as parcelas correspondentes às prestações do contrato, respeitando o valor da margem consignável a ser apurada com base na renda mensal do benefício.

Obtida a informação do óbito do tomador, que poderá ser prestada pelo Ente Federativo ou familiar, o contrato de empréstimo será quitado mediante apresentação da Certidão de Óbito e o processo de cobrança cessado imediatamente.

Para a cobrança judicial e extrajudicial poderão ser contratadas empresas terceirizadas para auxiliar na atividade, como por exemplo, escritórios jurídicos ou o próprio intermediador pela operação.

No processo de manutenção e/ou implantação da modalidade Empréstimo Consignado, não serão considerados inconformidades e/ou desenquadramentos qualquer limite ou regra cima citada, tendo o **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** prazo de **120 (cento e vinte) dias** para revisão e adequação da sua Política de Investimentos em atendimento aos novos parâmetros normativos e os que vierem a substituí-los.

8. CONTROLE DE RISCO

Diante da metodologia e os critérios a serem adotados ao analisar os riscos dos investimentos, assim como as diretrizes para seu controle e monitoramento, é necessário observar a avaliação dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, legal, sistêmico e outros específicos a cada operação e tolerância a esses riscos.

As aplicações financeiras estão sujeitas à incidência de fatores de risco que podem afetar adversamente o seu retorno, e consequentemente, fica o **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** obrigado a exercer o acompanhamento e o controle sobre esses riscos, considerando entre eles:

· **Risco de Mercado** – é o risco inerente a todas as modalidades de aplicações financeiras disponíveis no mercado financeiro; corresponde à incerteza em relação ao resultado de um investimento financeiro ou de uma carteira de investimento, em decorrência de mudanças futuras nas condições de mercado. É o risco de variações, oscilações nas taxas e preços de mercado, tais como taxa de juros, preços de ações e outros índices. É ligado às oscilações do mercado financeiro. O risco de mercado, também denominado risco sistemático, representa a exposição dos ativos às flutuações amplas e imprevisíveis do ambiente financeiro, decorrentes de fatores macroeconômicos, políticos e conjunturais globais. Trata-se de um risco que afeta transversalmente os diferentes segmentos do mercado e que não pode ser eliminado por meio da diversificação da carteira, uma vez que se refere às variações sistêmicas que impactam o conjunto dos ativos financeiros

· **Risco de Crédito** - também conhecido como risco institucional ou de contraparte, é aquele em que há a possibilidade de o retorno de investimento não ser honrado pela instituição que emitiu determinado título, na data e nas condições negociadas e contratadas. refere-se à possibilidade de o emissor ou tomador de recursos não honrar seus compromissos financeiros, total ou parcialmente, na data acordada;

· **Risco de Liquidez** - surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado. Ocorre quando um ativo está com baixo volume de negociação e apresenta grandes diferenças entre o preço que o comprador está disposto a pagar (oferta de compra) e aquele que o vendedor gostaria de vender (oferta de venda). Quando é necessário vender algum ativo num mercado ilíquido, tende a ser difícil conseguir realizar a venda sem sacrificar o preço do ativo negociado. O risco de liquidez refere- se à possibilidade de um ativo financeiro não poder ser convertido em dinheiro com rapidez e sem perdas significativas de valor. Em outras palavras, é o risco de que o investidor enfrente dificuldades para vender ou resgatar determinado ativo no mercado, especialmente em momentos de instabilidade ou necessidade urgente de recursos;

· **Risco Operacional –** é o risco de perdas financeiras causadas por erros **em** processos, políticas, sistemas ou eventos falhos ou falhas que interrompem as operações de negócios.

Erros de funcionários, atividades criminosas como fraudes e eventos físicos estão entre os fatores que podem desencadear o risco operacional. Em outras palavras, o risco operacional é qualquer ameaça que possa afetar o funcionamento do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** e reduzir a qualidade operacional como um todo. O risco operacional refere-se à possibilidade de perdas financeiras decorrentes de falhas em processos internos, políticas, sistemas ou eventos externos que comprometem o funcionamento das operações de negócios. Entre os fatores que podem desencadear esse tipo de risco estão erros humanos, atividades ilícitas como fraudes, e eventos físicos inesperados. Em outras palavras, o risco operacional representa qualquer ameaça capaz de afetar o desempenho do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** e comprometer a qualidade das operações como um todo;

· **Risco Legal** - O risco legal é a possibilidade de uma organização sofrer perdas financeiras ou de reputação como resultado de uma violação da lei ou de um processo legal. Isso pode ser causado por uma variedade de fatores. O risco legal pode ter um impacto significativo nas operações podendo levar a multas, indenizações, sindicâncias e processos administrativos. O risco legal refere-se à possibilidade de uma organização enfrentar perdas financeiras ou danos à reputação em decorrência de violações legais, litígios ou processos judiciais. Esse risco pode surgir por diversos fatores, como descumprimento de normas, contratos mal elaborados, práticas comerciais inadequadas ou mudanças na legislação. Seu impacto pode ser significativo, afetando diretamente as operações da empresa e resultando em multas, indenizações, investigações, processos administrativos e até restrições regulatórias.

8.1. Controle do Risco de Mercado

O **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** adota o **VaR - *Value-at- Risk*** para controle do risco de mercado, utilizando os seguintes parâmetros para o cálculo:

O **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** utiliza o modelo de Value- at-Risk (VaR) como principal ferramenta para o controle do risco de mercado. Essa métrica é amplamente reconhecida por sua capacidade de quantificar a exposição da carteira a variações adversas de mercado, estimando a perda máxima potencial esperada dentro de um determinado horizonte de tempo e com base em um intervalo de confiança estatístico previamente definido.

O VaR permite à organização antecipar cenários desfavoráveis, avaliar o impacto de eventos extremos e adotar estratégias mitigadoras de forma proativa, contribuindo para uma gestão de risco mais robusta e eficiente.

Metodologia de Cálculo

O cálculo do VaR pode ser realizado por meio de diferentes abordagens, classificadas em dois grandes grupos:

· **VaR Paramétrico:** Utiliza pressupostos estatísticos sobre a distribuição dos retornos dos ativos (geralmente normal), aplicando modelos como o de variância-covariância para estimar a perda esperada. É eficaz em ambientes com comportamento bem definido e baixa volatilidade;

· **VaR Não Paramétrico (Simulações):** Dispensa qualquer hipótese sobre a distribuição dos retornos. Baseia-se em técnicas empíricas, como:

- Simulação Histórica: Analisa retornos passados para projetar perdas potenciais futuras.

- **Simulação de Monte Carlo**: Gera múltiplos cenários de retornos aleatórios com base em parâmetros de volatilidade, correlação e tendência, permitindo avaliar a dispersão das perdas.

Aplicação na Carteira do RPPS

O **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** adota o indicador Value-at- Risk (VaR) como ferramenta de controle e monitoramento do risco de mercado em sua carteira de investimentos.

Nesta análise, o VaR é calculado para todos os ativos que compõem o portfólio do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e essa abordagem permite:

· Identificar os limites de exposição ao risco sistêmico;

· Avaliar a tolerância da carteira a perdas em cenários adversos;

· Subsidiar decisões estratégicas de alocação e gestão de ativos.

Essa prática reforça o compromisso do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** com:

· A governança financeira responsável;

· A transparência na administração dos recursos;

· A solidez e sustentabilidade da política de investimentos previdenciária. Conforme estabelecido nesta Política, o cálculo do VaR segue os seguintes parâmetros:

· **Modelo paramétrico**: baseado em pressupostos estatísticos sobre o comportamento dos retornos dos ativos;

· **Intervalo de confiança de 95%**: o que significa que há 95% de probabilidade de que as perdas não ultrapassem o valor estimado em condições normais de mercado;

· Horizonte temporal de 1 dia útil, 21 dias úteis e 252 dias úteis

Parâmetros de Monitoramento do Risco de Mercado

Como parte integrante do processo de controle e monitoramento do risco de mercado da carteira de investimentos, o **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** define

limites de exposição por segmento de ativos, conforme detalhado a seguir.

Esses parâmetros deverão ser rigorosamente acompanhados pelos membros do Comitê de Investimentos e pelo Gestor dos Recursos, que deverão proceder à reavaliação dos ativos sempre que os limites previamente estabelecidos, com base em uma janela móvel de 252 dias úteis, forem ultrapassados:

· Segmento de Renda Fixa: **1,29%** do valor total alocado neste segmento;

· Segmento de Renda Variável e Estruturados: **6,44%** do valor total alocado neste segmento;

· Segmento de Investimentos no Exterior: **8,86%** do valor total alocado neste segmento.

Além do monitoramento individual por segmento, será apresentado periodicamente o **VaR consolidado** da carteira de investimentos, permitindo uma visão integrada da exposição ao risco de mercado. Essa análise visa subsidiar decisões estratégicas, reforçar a governança e garantir a aderência à Política de Investimentos vigente.

VAR CONSOLIDADO	
VaR 95% 1 du	0,20%
VaR 95,0% 21 du	1,27%

VaR 95,0% 252 du	2,72%
VaR 99,0% 1 du	0,28%
VaR 99,0% 21 du	1,79%
VaR 99,0% 252 du	3,84%

Como instrumento complementar de controle, o **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** realizará o monitoramento sistemático da rentabilidade dos fundos de investimento que compõem sua carteira, considerando diferentes janelas temporais: mensal, trimestral, semestral, anual e bienal (1, 3, 6, 12 e 24 meses).

Esse acompanhamento visa verificar o nível de aderência ao benchmark de cada ativo, permitindo a identificação de desvios relevantes em relação ao desempenho esperado.

Sempre que forem observadas variações significativas, os resultados deverão ser submetidos à análise do Comitê de Investimentos e do Gestor dos Recursos, que deliberarão sobre a manutenção, substituição ou readequação dos ativos em questão, conforme critérios técnicos e estratégicos definidos na Política de Investimentos.

8.2. Controle do Risco de Crédito

Na hipótese de aplicação dos recursos financeiros em fundos de investimento que possuem em sua carteira de investimentos ativos de crédito, subordinam-se que estes sejam emitidas por companhias abertas devidamente operacionais e registrada; e que sejam de baixo risco em classificação efetuada por agência classificadora de risco, o que estiverem de acordo com a tabela abaixo:

AGÊNCIA CLASSIFICADORAS DE RISCO	RATING MÍNIMO
STANDARD & POOR'S	BBB+ (perspectiva estável)
MOODY'S	Baa1 (perspectiva estável)
FITCH RATINGS	BBB+ (perspectiva estável)
AUSTIN RATING	A (perspectiva estável)
LF RATING	A (perspectiva estável)
LIBERUM RATING	A (perspectiva estável)

As agências classificadoras de risco supracitadas estão devidamente registradas na Comissão de Valores Mobiliários – CVM e autorizadas a operacionalizar no Brasil, utilizando metodologias reconhecidas para avaliar tanto o nível de risco de ativos financeiros quanto a solidez de instituições financeiras e dos fundos de investimento.

O baixo risco de crédito não deve ser observado apenas no momento da aplicação, mas também durante todo o período em que o **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** mantiver recursos investidos, devendo ser monitorado de forma contínua. Essa avaliação compreende não apenas os ativos finais que compõem a carteira dos fundos de investimentos, mas também o *rating* das instituições financeiras que atuam como gestores, administradores, custodiantes ou contraparte das operações.

Adicionalmente, a análise deve considerar a Lista Exaustiva da Secretaria de Previdência – SPREV, a qual relaciona as Instituições Financeiras habilitadas a receber investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS. Assim, a decisão de investimento deve observar cumulativamente: (i) a nota de *rating* mínima exigida para os ativos e para as Instituições Financeiras envolvidas; e (ii) a habilitação da Instituição Financeira junto à Lista Exaustiva da SPREV.

8.3. Controle do Risco de Liquidez

Nas aplicações em ativos financeiros que tem seu prazo de liquidez superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a aprovação de alocação dos recursos deverá ser precedida de estudo que comprove a análise de evidenciação quanto a capacidade do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** em arcar com o fluxo de despesas necessárias ao cumprimento de suas obrigações atuariais, até a data da disponibilização dos recursos investidos.

Entende-se como estudo que comprova a análise de evidenciação quanto a capacidade em arcar com o fluxo de despesas necessárias ao cumprimento de suas obrigações atuariais, o estudo de ALM – Asset Liability Management.

8.4. Controle do Risco Operacional e Legal

Para minimizar o impacto causado por erros operacionais e legais, que levam a possíveis perdas financeiras, danos à reputação, interrupção das operações ou até processos administrativos e sindicâncias, o **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** classifica como importante a implantação do processo de gestão de riscos, que possibilitem identificar, avaliar e mitigar esses riscos.

O **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** poderá adotar a

Certificação Institucional Pró-Gestão como mecanismo e sistema de qualidade para minimizar o impacto do risco operacional e legal.

A adesão a Certificação Institucional Pró-Gestão tem por objetivo incentivar o **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** a adotar melhores práticas de gestão e governança, proporcionando maior controle dos seus ativos e passivos, aprimoramento da qualidade da governança no âmbito da gestão dos riscos, mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade.

9. ESTUDO DE ALM - ASSET LIABILITY MANAGEMENT

As aplicações dos recursos e sua manutenção deverão observar a compatibilidade entre os ativos investidos e os prazos, montantes e taxas das obrigações atuariais presentes e futuras do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**, de forma a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro entre ativos e passivos.

Para garantir essa compatibilidade, os responsáveis pelo **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** deverão manter procedimentos e controles internos formalizados para a gestão do risco de liquidez das aplicações, assegurando que os recursos estejam disponíveis na data de pagamento dos benefícios e demais obrigações. O acompanhamento dos fluxos de pagamentos dos ativos é imprescindível para garantir a aderência aos prazos e valores das obrigações previdenciárias.

Com o objetivo de cumprir essas diretrizes, o **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** poderá adotar a ferramenta de gestão conhecida como Estudo de **ALM – Asset Liability Management**. Este estudo compreende a análise detalhada da liquidez da carteira de investimentos frente aos compromissos presentes e futuros, permitindo identificar a melhor trajetória para o cumprimento da meta atuarial, buscando a otimização da carteira e preservando o resultado financeiro no curto, médio e longo prazos.

O Estudo de ALM deverá ser elaborado, no mínimo, uma vez ao ano, após o fechamento da Avaliação Atuarial. Além disso, seu acompanhamento deverá ocorrer de forma periódica, com a emissão de relatórios de atualização em intervalos não superiores a seis meses, possibilitando ajustes tempestivos e a constante aderência entre ativos e passivos.

10. EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

Em atendimento ao disposto no Art. 64, §§1º e 2º, da Portaria MTP nº 1.467/2022, o **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** adotará medidas para honrar os compromissos estabelecidos no Plano de Custeio e/ou no Plano de Segregação de Massas, se houver, assegurando a adequação do Plano de Custeio aprovado e sua compatibilidade com a capacidade orçamentária e financeira do Ente Federativo.

Para tanto, o **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** poderá recorrer a consultoria especializada para a emissão de estudo de viabilidade que avalie a situação econômica, financeira e orçamentária, com vistas a propor medidas de equacionamento no curto, médio e longo prazos.

Adicionalmente, o **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** realizará acompanhamento contínuo das informações constantes em seus demonstrativos, os quais deverão ser encaminhados aos órgãos de controle interno e externo, com o objetivo de subsidiar a análise da capacidade econômica, financeira e orçamentária, garantindo o cumprimento das obrigações presentes e futuras.

11. POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA

Conforme a Portaria MTP nº 1.467/2022, as informações contidas nesta Política de Investimentos, bem como em suas eventuais revisões, deverão ser disponibilizadas aos interessados no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da sua aprovação.

Atendendo ainda ao disposto no art. 4º, incisos I a V, §§1º e 2º, e no art. 5º da Resolução CMN nº 4.963/2021, a Política de Investimentos deverá ser publicada no site oficial do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**, no Diário Oficial do Município ou em outro meio de fácil acesso e ampla visualização, sem prejuízo de sua divulgação em demais canais oficiais de comunicação.

Além da Política de Investimentos, todos os documentos relacionados à análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e tomada de decisão deverão ser disponibilizados, preferencialmente, no Portal da Transparência, de forma íntegra, clara e tempestiva, garantindo o pleno acesso às informações por parte da sociedade e dos órgãos de controle.

A observância da transparência alcança, de forma especial, os órgãos de fiscalização e supervisão, como a Secretaria de Previdência – SPREV, o Tribunal de Contas do Estado – TCE, o Ministério Público e demais instâncias competentes, os quais deverão receber, sempre que requisitado, informações, relatórios e documentos que subsidiem a análise da regularidade e da sustentabilidade da gestão previdenciária.

Neste sentido, o **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** reafirma o compromisso de manter níveis adequados de divulgação, clareza e acessibilidade, assegurando que todos os interessados, internos ou externos, tenham conhecimento tempestivo sobre a condução dos investimentos, decisões do Comitê de Investimentos, e resultados obtidos, fortalecendo a governança e a confiança institucional.

12. CREDENCIAMENTO E DUE DILIGENCE

12.1. Modalidade de Credenciamento

Seguindo a Portaria MTP nº 1.467/2022, antes da realização de qualquer novo aporte, o **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**, por meio de seu Comitê de Investimentos, deverá assegurar que as instituições financeiras escolhidas para receber as aplicações dos recursos tenham sido objeto de prévio credenciamento.

Complementarmente, a Resolução CMN nº 4.963/2021, em seu art. 1º, §1º, inciso VI, e §3º, estabelece que as instituições financeiras escolhidas para receber recursos deverão passar por credenciamento prévio, incluindo o acompanhamento e a avaliação do gestor e do administrador dos fundos de investimento.

Considerando essas exigências, o **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**, mediante Edital de Credenciamento, deverá atestar o cumprimento integral de todos os requisitos mínimos, incluindo:

· comprovação de registro ou autorização na forma do §1º, e inexistência de suspensão ou inabilitação pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários ou por outro órgão competente;

· observância de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro, sem restrições que, a critério das autoridades reguladoras, desaconselhem a manutenção de relacionamento seguro;

· análise do histórico de atuação da instituição e de seus principais controladores;

· comprovação de experiência mínima de 5 (cinco) anos dos profissionais diretamente envolvidos na gestão de ativos de terceiros; e

· avaliação quanto ao volume de recursos sob gestão e administração, à qualificação do corpo técnico e à segregação de atividades

O credenciamento abrangerá também corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários (CCTVM e/ou DTVM) que mantenham relação com operações diretas com títulos de emissão do Tesouro Nacional registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, bem como títulos privados emitidos por instituições financeiras.

A conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos deverá ser formalizada em Termo de Credenciamento, observando os seguintes parâmetros:

· embasamento em formulários de diligência previstos em códigos de autorregulação relativos à administração de recursos de terceiros, disponibilizados por entidade representativa do mercado financeiro com convênio com a CVM;

· atualização obrigatória a cada 24 (vinte e quatro) meses;

· inclusão, no caso de fundos de investimento, do administrador, do gestor e do distribuidor; e

· instrução com os documentos exigidos no modelo disponibilizado na página da Previdência Social.

Em aspectos mais abrangentes, no processo de seleção dos gestores e administradores, deverão ser considerados os aspectos qualitativos e quantitativos, tendo como parâmetro de análise o mínimo:

· **Tradição e Credibilidade da Instituição** – envolvendo volume de recursos administrados e geridos, no Brasil e no exterior, capacitação profissional dos agentes envolvidos na administração e gestão de investimentos do fundo, que incluem formação acadêmica continuada, certificações, reconhecimento público etc., tempo de atuação e maturidade desses agentes na atividade, regularidade da manutenção da equipe, com base na rotatividade dos profissionais e na tempestividade na reposição, além de outras informações relacionadas com a administração e gestão de investimentos que permitam identificar a cultura fiduciária da instituição e seu compromisso com princípios de responsabilidade nos investimentos e de governança;

· **Gestão do Risco** – envolvendo qualidade e consistência dos processos de administração e gestão, em especial aos riscos de crédito – quando aplicável – liquidez, mercado, legal e operacional, efetividade dos controles internos, envolvendo, ainda, o uso de ferramentas, softwares e consultorias especializadas, regularidade na prestação de informações, atuação da área de "*compliance*", capacitação profissional dos agentes envolvidos na administração e gestão de risco do fundo, que incluem formação acadêmica continuada, certificações, reconhecimento público etc., tempo de atuação e maturidade desses agentes na atividade, regularidade da manutenção da equipe de risco, com base na rotatividade dos profissionais e na tempestividade na reposição, além de outras informações relacionadas com a administração e gestão do risco;

· **Avaliação de aderência dos Fundos aos indicadores de desempenho (Benchmark) e riscos** – envolvendo a correlação da rentabilidade com seus objetivos e a consistência na entrega de resultados no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento.

Os fundos de investimento possuem gestão discricionária, cabendo ao gestor a escolha dos ativos, desde que observados o regulamento do fundo e a regulamentação aplicável aos RPPS.

No que se refere ao distribuidor (instituições do sistema de distribuição ou agentes autônomos de investimento), a análise recairá sobre o contrato de distribuição e sua regularidade perante a CVM.

Complementarmente, apenas serão considerados aptos a receber recursos do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** os fundos de investimento que tenham, como prestadores de serviços de gestão e administração, instituições financeiras que atendam cumulativamente às seguintes condições:

· O administrador ou gestor dos recursos seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional;

· O administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% dos recursos sob sua administração oriundos Regimes Próprios de Previdência Social e

· O gestor e o administrador do fundo de investimento tenham sido objeto de prévio credenciamento e que seja considerado pelos responsáveis pela gestão dos recursos do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** como de boa qualidade de gestão e ambiente de controle de investimento.

Em atendimento aos requisitos dispostos, deverão ser observados apenas quando da aplicação dos recursos, podendo os fundos de investimentos não enquadrados nos termos acima, permanecer na carteira de investimentos do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** até seu respectivo resgate ou vencimento.

12.1.1. Processo de Execução

O credenciamento se dará por meio eletrônico, através do sistema eletrônico utilizado pelo **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**, no âmbito de controle, inclusive no gerenciamento dos documentos e certidões negativas requisitadas.

Fica definido adicionalmente como medida de segurança e como critério documental para credenciamento, o relatório *Due Diligence* da ANBIMA entendidos como "Seção UM, DOIS e TRÊS".

Encontra-se qualificado a participar do processo seletivo qualquer Instituição Financeira administradora e/ou gestora de recursos financeiros dos fundos de investimentos em que figurarem instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigadas a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos das Resoluções CMN n° 3.198/2004 e n° 4.557/2017, respectivamente. As demais Instituições Financeiras que não cumprem tais requisitos, podem ser credenciadas normalmente, entretanto para tal Instituição Financeira estar apta ao aporte do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** deve ter ao menos um dos prestadores de serviço devidamente enquadrado.

Os demais parâmetros para o credenciamento foram adotados no processo de implantação das regras, procedimentos e controles internos do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** que visam garantir o cumprimento de suas obrigações, respeitando esta Política de Investimentos, observados os segmentos, limites e demais requisitos previstos estabelecidos e os parâmetros estabelecidos nas normas gerais de organização e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, em regulamentação da Secretaria de Previdência.

12.1.2. Validade

As análises realizadas nos processos de credenciamento deverão ser atualizadas a cada **24 (vinte e quatro) meses**, ou sempre que houver necessidade em razão de alteração significativa nas condições das instituições ou de seus serviços.

12.2. Processo de Due Diligence

Como as Instituições Financeiras já são objeto de credenciamento prévio, o processo de *due diligence* aplica-se, de forma específica, à contratação da Consultoria de Valores Mobiliários, garantindo que a empresa selecionada atenda plenamente aos requisitos normativos e mantenha padrões elevados de governança, transparência e solidez técnica.

12.2.1. Contratação de Consultoria de Valores Mobiliários

O **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** tem a prerrogativa da contratação de empresa de Consultoria de Valores Mobiliários, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.963/2021, Portaria MTP n° 1.467/2022 com suas alterações e Resolução CVM nº 19/2021, na prestação dos serviços de **ORIENTAÇÃO, RECOMENDAÇÃO E ACONSELHAMENTO**, sobre investimentos no mercado de valores mobiliários, cuja adoção é de única e exclusiva responsabilidade do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**.

Para a efetiva contratação da empresa de Consultoria de Valores Mobiliários, o **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** deverá realizar diligência e avaliação quanto ao perfil dos interessados, considerando no mínimo os critérios definidos abaixo:

· Que a prestação dos serviços de orientação, recomendação e aconselhamento seja de forma profissional, sobre investimentos no mercado de valores mobiliários;

· Que a prestação dos serviços seja independente e individualizada, cuja adoção e implementação das orientações, recomendações e aconselhamentos sejam exclusivas do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**;

· Que a prestação de serviços de orientação, recomendação e aconselhamento abranjam no mínimo os temas sobre: (i) classes de ativos e valores mobiliários, (ii) títulos e valores mobiliários específicos, (iii) Instituições Financeiras no âmbito do mercado de valores mobiliários e (iv) investimentos no mercado de valores mobiliários em todos os aspectos;

· As informações disponibilizadas pelo consultor de valores mobiliários sejam verdadeiras, completas, consistentes e não induzir o investidor a erro, escritas em linguagem simples, clara, objetiva e concisa;

· Que apresente em contrato social um Consultor de Valores Mobiliários como responsável pelas atividades da Consultoria de Valores Mobiliários;

· Que apresente em contrato social um Compliance Officer como responsável pela implementação e cumprimento de regras, procedimentos e controles internos das normas estabelecidas pela Resolução CVM nº 19/2021;

· Que mantenha página na rede mundial de computadores na forma de consulta pública, as seguintes informações atualizadas: (i) formulário de referência; (ii) código de ética, de modo a concretizar os deveres do consultor de valores mobiliários; (iii) a adoção de regras, procedimentos e descrição dos controles internos e (iv) a adoção de política de negociação de valores mobiliários por administradores, empregados, colaboradores e pela própria empresa;

· Que apresentem em seu quadro de colaboradores no mínimo um Economista devidamente registrado no Conselho Regional de Economia – CORECON;

· Que os profissionais e consultores que atuam diretamente nas atividades de orientação, recomendação e aconselhamento comprovem experiência profissional nas atividades diretamente relacionadas à consultoria de valores mobiliários, gestão de recursos de terceiros ou análise de valores mobiliários;

· Que os profissionais e consultores que atuam diretamente nas atividades de orientação, recomendação e aconselhamento comprovem possuírem no mínimo as certificações: CEA (Certificação ANBIMA de Especialistas em Investimento), CGA (Certificação de Gestores ANBIMA), CNPI (Certificação Nacional do Profissional de Investimento) e registro de Consultor de Valores Mobiliários pessoa física (a comprovação das Certificações não são cumulativas por profissional).

Não serão considerados aptos os prestadores de serviços que atuem exclusivamente com as atividades:

· Como planejadores financeiros, cuja atuação circunscreva-se, dentre outros serviços, ao planejamento sucessório, produtos de previdência e administração de finanças em geral de seus clientes e que não envolvam a orientação, recomendação ou aconselhamento;

· Que promovam a elaboração de relatórios gerenciais ou de controle que objetivem, dentre outros, retratar a rentabilidade, composição e enquadramento de uma carteira de investimento à luz de políticas de investimento, regulamentos ou da regulamentação específica incidente sobre determinado tipo de cliente;

· Como consultores especializados que não atuem nos mercados de valores mobiliários, tais como aqueles previstos nas regulamentações específicas sobre fundos de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento imobiliário e

· Consultores de Valores Mobiliários que atuam diretamente na estruturação, originação, gestão, administração e distribuição de produtos de investimentos que sejam objeto de orientação, recomendação e aconselhamento aos seus clientes.

Será admitido que o Consultor de Valores Mobiliários contratado e as entidades integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e o **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** em comum acordo, estabeleçam canais de comunicação e ferramentas que permitam conferir maior agilidade e segurança à implementação das orientações, recomendações e aconselhamentos na execução de ordens.

Não serão aceitas ferramentas fornecidas ou disponibilizadas pelos integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, mesmo que de forma gratuita, não gerando assim Conflito de Interesse ou a indução a erros por parte do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA.**

Fica vedada a contratação de empresas de Consultoria de Valores Mobiliários que possuam, em sua composição societária, pessoas físicas e jurídicas que atuem na gestão, administração ou distribuição de recursos. Essa proibição tem como objetivo evitar potenciais conflitos de interesse, assegurando que as recomendações e orientações fornecidas pela consultoria sejam independentes e isentas, em conformidade com as boas práticas de governança.

O processo de *due diligence* deverá ser documentado em Relatório Específico, atualizado a cada **24 (vinte e quatro) meses** ou sempre que ocorrer alteração relevante na estrutura da consultoria ou nos requisitos normativos aplicáveis.

13. PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS

Os princípios e critérios de precificação para os ativos e os fundos de investimentos que compõe ou que virão a compor a carteira de investimentos do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**, deverão seguir o critério de precificação de marcação a mercado (MaM).

13.1. Metodologia

13.1.1. Marcações

O processo de **marcação a mercado** consiste em atribuir um preço justo a um determinado ativo ou derivativo, seja pelo preço de mercado, caso haja liquidez, ou seja, na ausência desta, pela melhor estimativa que o preço do ativo teria em uma eventual negociação.

O processo de **marcação na curva** consiste na contabilização do valor de compra de um determinado título, acrescido da variação da taxa de juros, desde que a emissão do papel seja carregada até o seu respectivo vencimento. O valor será atualizado diariamente, sem considerar a oscilações de preço auferidas no mercado.

13.2. Critérios de Precificação

13.2.1. Títulos Públicos Federais

São ativos de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional, que representam uma forma de financiar a dívida pública e permitem que os investidores emprestem dinheiro para o governo, recebendo em troca uma determinada rentabilidade. Possuem diversas características como: liquidez diária, baixo custo, baixíssimo risco de crédito, e a solidez de uma instituição enorme por trás.

Como fonte primária de dados, a curva de títulos em reais, gerada a partir da taxa indicativa divulgada pela ANBIMA e a taxa de juros divulgada pelo Banco Central, encontramos o valor do preço unitário do título público.

Marcação a Mercado

Através do preço unitário divulgado no extrato do custodiante, multiplicado pela quantidade de títulos públicos detidos pelo regime, obtivemos o valor a mercado do título público na carteira de investimentos. Abaixo segue fórmula:

Vm = PU Atual * Qt título

Onde:

Vm = valor de mercado

PU Atual = preço unitário atual

Qt título = quantidade de títulos em posso do regime

Marcação na Curva

Na aquisição dos Títulos Públicos Federais contabilizados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, o **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** deverá cumprir cumulativamente as exigências da Portaria MTP n° 1.467/2021 sendo elas:

a) seja observada a sua compatibilidade com os prazos e taxas das obrigações presentes e futuras;

b) sejam classificados separadamente dos ativos para negociação, ou seja, daqueles adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição;

c) seja comprovada a intenção e capacidade financeira do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** de mantê-los em carteira até o vencimento; e

d) sejam atendidas as normas de atuária e de contabilidade aplicáveis, inclusive no que se refere à obrigatoriedade de divulgação das informações relativas aos títulos adquiridos, ao impacto nos resultados e aos requisitos e procedimentos, na hipótese de alteração da forma de precificação dos títulos de emissão do Tesouro Nacional.

Como a precificação na curva é dada pela apropriação natural de juros até a data de vencimento do título, as fórmulas variam de acordo com o tipo de papel, sendo:

· Tesouro IPCA – NTN-B

O Tesouro IPCA – NTN-B Principal possui fluxo de pagamento simples, ou seja, o investidor faz a aplicação e resgata o valor de face (valor investido somado à rentabilidade) na data de vencimento do título.

É um título pós-fixado cujo rendimento se dá por uma taxa definida mais a variação da taxa do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo em um determinado período.

O Valor Nominal Atualizado é calculado através do VNA na data de compra do título e da projeção do IPCA para a data de liquidação, seguindo a equação:

Onde:

VNA = VNA data de compra * (1 + IPCA projetado) 1/252

VNA = Valor Nominal Atualizado

VNA data de compra = Valor Nominal Atualizado na data da compra

IPCA projetado = Inflação projetada para o final do exercício

O rendimento da aplicação é recebido pelo investidor ao longo do investimento, por meio do pagamento de juros semestrais e na data de vencimento com resgate do valor de face somado ao último cupom de juros.

· **Tesouro SELIC – LFT**

O Tesouro SELIC – LFT possui fluxo de pagamento simples pós-fixado pela variação da taxa SELIC.

O valor projetado a ser pago pelo título, é o valor na data base, corrigido pela taxa acumulada da SELIC até o dia de compra, mais uma correção da taxa SELIC meta para dia da liquidação do título. Sendo seu cálculo:

VNA = VNA data de compra∗ (1 + SELIC meta) 1/252

Onde:

VNA = Valor Nominal Atualizado

VNA data de compra = Valor Nominal Atualizado na data da compra

SELIC meta = Inflação atualizada

· **Tesouro Prefixado – LTN**

A LTN é um título prefixado, ou seja, sua rentabilidade é definida no momento da compra, que não faz pagamentos semestrais. A rentabilidade é calculada pela diferença entre o preço de compra do título e seu valor nominal no vencimento, R$ 1.000,00.

A partir da diferença entre o preço de compra e o de venda, é possível determinar a taxa de rendimento. Essa taxa pode ser calculada de duas formas:

Taxa Efetiva no Período = [Valor de Venda/Valor de Compra − 1] * 100

Onde:

Taxa Efetiva no Período = Taxa negociada no momento da compra Valor de Venda = Valor de negociação do Título Público na data final Valor de Compra = Valor de negociação do Título na aquisição

Ou, tendo como base um ano de 252 dias úteis:

Taxa Efetiva no Período = [Valor de Venda/ Valor de Compra)252/dias úteis no período− 1* 100

Onde:

Taxa Efetiva no Período = Taxa negociada no momento da compra Valor de Venda = Valor de negociação do Título Público na data final Valor de Compra = Valor de negociação do Título na aquisição

· Tesouro Prefixado com Juros Semestrais – NTN-F

Na NTN-F ocorre uma situação semelhante a NTN-B, com pagamentos semestrais de juros só que com a taxa pré-fixada e pagamento do último cupom ocorre no vencimento do título, juntamente com o resgate do valor de face.

A rentabilidade do Tesouro Pré-fixado com Juros Semestrais pode ser calculada segundo a equação:

****Equação original disponível no arquivo publicado no Portal de Transparência pelo link:https://pitanga.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/3/publicacoes*

Em que *DUn* é o número de dias úteis do período e TIR é a rentabilidade anual do título.

· Tesouro IGPM com Juros Semestrais – NTN-C

A NTN-C tem funcionamento parecido com NTN-B, com a diferença no indexador, pois utiliza o IGP-M ao invés de IPCA. Atualmente, as NTN-C não são ofertadas no Tesouro Direto sendo apenas recomprado pelo Tesouro Nacional.

O VNA desse título pode ser calculado pela equação:

VNA = VNA data de compra * (1 + IGPM projetado)N1/N2

Onde N1 representa o número de dias corridos entre data de liquidação e primeiro do mês atual e N2 sendo o número de dias corridos entre o dia primeiro do mês seguinte e o primeiro mês atual.

Como metodologia final de apuração para os Títulos Públicos que apresentam o valor nominal atualizado, finaliza-se a apuração nos seguintes passos:

(i) identificação da cotação:

Onde:

Cotação =	100
	(1+Taxa right) DU
	252

Cotação = é o valor unitário apresentado em um dia

Taxa = taxa de negociação ou compra o Título Público Federal

(ii) identificação do preço atual:

Onde:

Preço =	VNA*	Cotação
		100

Preço = valor unitário do Título Público Federal

VNA = Valor Nominal Atualizado

Cotação = é o valor unitário apresentado em um dia

13.2.2. Fundos de Investimentos

A Resolução CVM 175 dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento.

O investimento em um fundo de investimento, portanto, confere domínio direto sobre fração ideal do patrimônio dado que cada cotista possui propriedade proporcional dos ativos inerentes à composição de cada fundo, sendo inteiramente responsável pelo ônus ou bônus dessa propriedade.

Através de divulgação pública e oficial, calcula-se o retorno do fundo de investimentos auferindo o rendimento do período, multiplicado pelo valor atual. Abaixo segue fórmula:

retorno =(1+S anterior) * Rendfundo

Onde:

Retorno: valor da diferente do montante aportado e o resultado final do período

S anterior : saldo inicial do investimento

Rendfundo : rendimento do fundo de investimento em um determinado período (em percentual)

Para auferir o valor aportado no fundo de investimento quanto a sua posição em relação a quantidade de cotas, calcula-se:

Onde:

Vatual=Vcota*Qtcotas

Vatual : valor atual do investimento

Vcota : valor da cota no dia

Qtcotas : quantidade de cotas adquiridas mediante aporte no fundo de investimento

De acordo com os Arts, nº 143 a 147 da Portaria MTP nº 1.467/2022, a forma como os ativos dos Fundos de Investimentos Imobiliários – FII são precificados segue regras específicas. O Art. nº 145 determina que esses ativos podem ser classificados como **disponíveis para negociação futura** ou **para venda imediata**. Nesses casos, é obrigatória a chamada **marcação a mercado**, ou seja, os ativos devem ser avaliados de acordo com o valor de mercado atual. No entanto, se os ativos forem mantidos até o vencimento, existe a possibilidade de usar outras formas de precificação, diferentes da marcação a mercado, como a **marcação patrimonial**, que segue normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conforme descrito no Art. 147. Essa flexibilidade de escolha permite adaptar a avaliação dos ativos conforme a estratégia e o perfil do fundo, sempre em conformidade com as regulamentações aplicáveis aos FIIs.

13.2.3. Títulos Privados

A precificação dos títulos privados deve seguir critérios técnicos de marcação a mercado, assegurando que os ativos reflitam adequadamente seu valor econômico e os riscos de crédito associados ao emissor.

· Certificados de Depósito Bancário – CDB

Os certificados de depósito bancário (CDBs) são instrumentos de captação de recursos utilizados por instituições financeiras, os quais pagam ao aplicador, ao final do prazo contratado, a remuneração prevista, que em geral é flutuante ou pré-fixada, podendo ser emitidos e registrados na CETIP.

o **CDBs pré-fixados:** a precificação é feita pela marcação a mercado, calculada pelo desconto do valor futuro do título pela taxa pré-fixada de mercado, acrescida de um spread de risco definido em função do prazo e do rating do emissor.

o **CDBs pós-fixados:** atualizados pelo CDI, sua precificação é feita projetando o valor futuro pela taxa contratada (percentual ou CDI acrescido de spread) e descontando-o pela curva de juros de mercado, considerando também o spread de risco do emissor.

· Letras Financeiras – LF

As Letras Financeiras – LF's são títulos emitidos por Instituições Financeiras, com prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses e sem liquidez antes do vencimento. Têm como objetivo a captação de recursos de longo prazo.

A precificação das LFs segue o método de marcação a mercado, sendo calculada pelo desconto do fluxo de pagamentos futuros do título (juros e principal) com base nas taxas de juros praticadas no mercado secundário para o prazo remanescente, acrescidas do spread de risco de crédito do emissor.

Em síntese, os critérios de precificação adotados visam refletir, de forma transparente e tempestiva, o valor econômico dos ativos privados, assegurando maior consistência na gestão da carteira e respeito às normas aplicáveis aos RPPS.

14. FONTES PRIMÁRIAS DE INFORMAÇÕES

Como os procedimentos de marcação a mercado são diários, como norma e sempre que possível, adotam-se preços e cotações das seguintes fontes:

a) Títulos Públicos Federais e debêntures: Taxas Indicativas da ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/taxas-de-titulos-publicos.htm);

b) Cotas de fundos de investimentos: Comissão de Valores Mobiliários – CVM (http://www.cvm.gov.br/menu/regulados/fundos/consultas/fundos.html);

c) Valor Nominal Atualizado: Valor Nominal Atualizado ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/valor-nominal-atualizado.htm);

d) Ações, opções sobre ações líquidas e termo de ações: BM&FBOVESPA (http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/); e

e) Certificado de Depósito Bancário – CDB: CETIP (http://www.b3.com.br/pt_br/).

15. POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Para o acompanhamento e avaliação dos resultados da carteira de investimento e de seus respectivos fundos de investimentos, serão adotados metodologias e critérios que atendam conjuntamente as normativas expedidas pelos órgãos fiscalizadores e reguladores.

Como forma de acompanhamento, será obrigatório a elaboração de relatórios mensais, que contemple no mínimo informações sobre a rentabilidade e riscos das diversas modalidades de operações realizadas quanto as aplicações dos recursos do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**, bem como a aderência das alocações e dos processos decisórios relacionados.

O referido relatório mensal deverá ser acompanhado de parecer do Comitê de Investimentos, que deverá apresentar a análise dos resultados obtidos no mês de referência, inclusive suas considerações e deliberações.

O Comitê de Investimentos deverá apresentar no mínimo o plano de ação com o cronograma das atividades a serem desempenhadas relativas à gestão dos recursos.

Deverão fazer parte dos documentos do processo de acompanhamento e avaliação:

· Editorial sobre o panorama econômico relativo à semana e mês anterior;

· Relatório Mensal que contém: análise qualitativa da situação da carteira em relação à composição, rentabilidade, enquadramentos, aderência à Política de Investimentos, riscos; análise quantitativa baseada em dados históricos e ilustrada por comparativos gráficos; cumprindo a exigência da Portaria MTP nº 1.467/2022.

· Relatório de Análise de Fundos de Investimentos classificados a Resolução CVM 175/2022 que contém: análise de regulamento, enquadramento, prospecto (quando houver) e parecer opinativo;

· Relatório de Análise de Fundos de Investimentos classificados como “Estruturados” que contém: análise de regulamento, enquadramento, prospecto (quando houver) e parecer opinativo e

· Relatório de Análise da Carteira de Investimentos com parecer opinativo sobre estratégia tática.

16. PLANO DE CONTINGÊNCIA

O Plano de Contingência estabelecido, contempla a abrangência exigida pela Resolução CMN n° 4.963/2021, em seu Art. 4°, inciso VIII, ou seja, entende-se por “contingência” no âmbito desta Política de Investimentos a **excessiva exposição a riscos e potenciais perdas dos recursos**.

Com a identificação clara das contingências, chegamos ao desenvolvimento do plano no processo dos investimentos, que abrange não somente a Diretoria Executiva e Gestor dos Recursos, como também o Comitê de Investimentos e o Conselho Deliberativo.

16.1. Exposição Excessiva a Risco

Entende-se como Exposição ao Risco os investimentos que direcionam a carteira de investimentos do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** para o não cumprimento dos limites, requisitos e normas estabelecidos aos Regimes Próprios de Previdência Social.

O não cumprimento dos limites, requisitos e normas estabelecidos, podem ser classificados como sendo:

1 Desenquadramento da Carteira de Investimentos;

2 Desenquadramento do Fundo de Investimento;

3 Desenquadramento da Política de Investimentos;

4 Movimentações Financeiras não autorizadas;

Caso identificado o não cumprimento dos itens descritos, ficam os responsáveis pelos investimentos, devidamente definidos nesta Política de Investimentos, obrigados a:

Contingências	Medidas	Resolução
1 – Desenquadramento da Carteira de Investimentos	a) Apuração das causas acompanhado de relatório; b) Identificação dos envolvidos a contar do início do processo; c) Estudo Técnico com a viabilidade para o enquadramento.	Curto, Médio e Longo Prazo
2 – Desenquadramento do Fundo de Investimento	a) Apuração das causas acompanhado de relatório; b) Identificação dos envolvidos a contar do início do processo; c) Estudo Técnico com a viabilidade para o enquadramento.	Curto, Médio e Longo Prazo
3 – Desenquadramento da Política de Investimentos	a) Apuração das causas acompanhado de relatório; b) Identificação dos envolvidos a contar do início do processo; c) Estudo Técnico com a viabilidade para o enquadramento.	Curto, Médio e Longo Prazo
4 – Movimentações Financeiras não autorizadas	a) Apuração das causas acompanhado de relatório; b) Identificação dos envolvidos a contar do início do processo; c) Estudo Técnico com a viabilidade para resolução; d) Ações e Medidas, se necessárias, judiciais para a responsabilização dos responsáveis.	Curto, Médio e Longo Prazo

16.2. Potenciais Perdas dos Recursos

Entende como potenciais perdas dos recursos os volumes expressivos provenientes de fundos de investimentos diretamente atrelados aos riscos de mercado, crédito e liquidez.

Contingências	Medidas	Resolução
1 – Potenciais perdas de recursos	a) Apuração das causas acompanhado de relatório; b) Identificação dos envolvidos a contar do início do processo; c) Estudo Técnico com a viabilidade administrativa, financeira e se for o caso, jurídica.	Curto, Médio e Longo Prazo

17. CONTROLES INTERNOS

Antes de qualquer aplicação, resgate ou movimentações financeiras ocorridas na carteira de investimentos do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**, os

responsáveis pela gestão dos recursos deverão seguir todos os princípios e diretrizes envolvidos nos processos de aplicação dos recursos.

O acompanhamento mensal do desempenho da carteira de investimentos em relação a Meta de Rentabilidade definida, garantirá ações e medidas no curto e médio prazo do equacionamento de quaisquer distorções decorrentes dos riscos a ela atrelados.

Com base nas determinações da Portaria MTP nº 1.467/2022, foi instituído o Comitê de Investimentos através do Decreto Municipal nº189/2012, com a finalidade mínima de participar no processo decisório quanto à formulação e execução da Política de Investimentos.

Suas ações são previamente aprovadas em Plano de Ação estipulado para o exercício corrente e seu controle será promovido pelo Gestor dos Recursos e Presidente do Comitê de Investimentos.

Entende-se como participação no processo decisório quanto à formulação e execução da Política de Investimentos a abrangência de:

· garantir o cumprimento das normativas vigentes;

· garantir o cumprimento da Política de Investimentos e suas revisões;

· garantir a adequação dos investimentos de acordo com o perfil do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**;

· monitorar o grau de risco dos investimentos;

· observar que a rentabilidade dos recursos esteja de acordo com o nível de risco assumido;

· garantir a gestão ética e transparente dos recursos;

· garantir a execução dos processos internos voltados para área de investimentos;

· instaurar sindicância no âmbito dos investimentos e processos de investimentos se assim houver a necessidade;

· executar plano de contingência no âmbito dos investimentos conforme definido em Política de Investimentos se assim houver a necessidade;

· garantir a execução, o cumprimento e acompanhamento do Credenciamento das Instituições Financeiras;

· garantir que a Alocação Estratégica esteja em consonância com os estudos técnicos que nortearam o equilíbrio atuarial e financeiro e

· qualquer outra atividade relacionada diretamente a área de investimentos.

Todo o acompanhamento promovido pelo Comitê de Investimentos será designado em formato de relatório e/ou parecer, sendo disponibilizado para apreciação, análise, contestação e aprovação por parte do Conselho de Deliberação. Sua periodicidade se adequada ao porte do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**.

Os relatórios e/ou pareceres supracitados serão mantidos e colocados à disposição do Ministério da Previdência Social, Secretária de Previdência Social - SPREV, Tribunal de Contas do Estado, Conselho Fiscal, Controle Interno e demais órgãos fiscalizadores e interessados.

DISPOSIÇÕES GERAIS

A presente Política de Investimentos poderá ser revista no curso de sua execução e deverá ser monitorada no curto prazo, a contar da data de sua aprovação pelo órgão superior competente do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**, sendo que o prazo de validade compreenderá apenas o ano de 2026.

Reuniões extraordinárias promovidas pelo Comitê de Investimentos e posteriormente com Conselho Deliberativo do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**, serão realizadas sempre que houver necessidade de ajustes nesta Política de Investimentos perante o comportamento/conjuntura do mercado, quando se apresentar o interesse da preservação dos ativos financeiros e/ou com vistas à adequação à nova legislação.

A Política de Investimentos e suas possíveis revisões; a documentação que os fundamenta, bem como as aprovações exigidas, permanecerão à disposição dos órgãos de acompanhamento, supervisão e fiscalização pelo prazo de 10 (dez) anos.

Deverão estar certificados os responsáveis pelo acompanhamento e operacionalização dos investimentos do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**, através de exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, cujo conteúdo abrangerá, no mínimo, o contido no anexo a Portaria MTP nº 1.467/2022, Art. 76, Inciso II.

A comprovação da habilitação ocorrerá mediante o preenchimento dos campos específicos constantes do Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN e do Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR.

As Instituições Financeiras que operem e que venham a operar com o **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** poderão, a título institucional, oferecer apoio técnico através de cursos, seminários e workshops ministrados por profissionais de mercado e/ou funcionários das Instituições para capacitação de servidores e membros dos órgãos colegiados; bem como, contraprestação de serviços e projetos de iniciativa do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA**, sem que haja ônus ou compromisso vinculados aos produtos de investimentos.

Casos omissos nesta Política de Investimentos remetem-se à Resolução CMN n° 4.963/2021 e suas e à Portaria MTP nº 1.467/2022 e demais normativas pertinentes aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS.

É parte integrante desta Política de Investimentos, cópia da **Ata do Comitê de Investimentos** que é participante do processo decisório quanto à sua formulação e execução; cópia da **Ata do órgão superior de deliberação** competente que aprova o presente instrumento, devidamente assinada por seus membros.

Este documento deverá ser assinado:

· pelo representante do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PITANGA** e

· pelos responsáveis pela **elaboração, aprovação e execução** desta Política de Investimentos em atendimento ao art. 91° da Portaria n° 1.467/2022.

18. ASSINATURAS

Membros da Diretoria Executiva

Jaciele Aparecida Vieira Braga

Diretora

Membros do Comitê de Investimentos

Enetes Teixeira do Nascimento

Membro do Comitê de Investimentos

Jaciele Aparecida Vieira Braga

Gestora de Recursos- Membro do Comitê de Investimentos

Barbara Maria Schon

Membro do Comitê de Investimentos

Ronaldo Eurich

Membro do Comitê de Investimentos

Membros do Conselho Deliberativo

Gladson Joaquim da Luz

Membro titular do Conselho Administrativo

Edviges Antonia lubel Trojan

Membro titular do Conselho Administrativo

Leticia Nicole da Costa Scopel

Membro titular do Conselho Administrativo

Cleide Aparecida Ribeiro

Membro titular do Conselho Administrativo

Maria Derhon Prates

Membro titular do Conselho Administrativo

Enetes Teixeira do Nascimento

Membro titular do Conselho Administrativo/ Presidente do Conselho Administrativo

ANEXO I – PANORAMA ECONÔMICO

Disponível no Portal de Transparência pelo link:

https://pitanga.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/3/publicacoes/1012

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:79F4BB40

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 1116, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025

Conceder férias aos servidores abaixo descritos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o requerimento dos servidores.

RESOLVE

Art.1º Conceder **FÉRIAS** aos servidores abaixo relacionados, conforme disposto na tabela abaixo, **com início em 05 de janeiro de 2026.**

Matrícula	Nome do Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Data retorno
208021	MARIA ADRIANE CASTRO BONFIM CASTAGNOLI	Professor	2024/2025 (26 dias)	02/02/2026
51000	MELANIA BELO GERMANO	Professor	2023/2024 (15 dias)	20/01/2026
50093	MELANIA BELO GERMANO	Professor	2024/2025 (15 dias)	20/01/2026
50081	SANDRIELEN KOZAK BUREY	Professor	2025/2026 (15 dias)	20/01/2026
2534	SANDRIELEN KOZAK BUREY	Professor Pss	2025/2026 (15 dias)	20/01/2026
51001	VALDIR MACHADO GUIMARAES	Professor	2023/2024 (05 dias) 2024/2025 (10 dias)	20/01/2026
50287	VANILZA CARLA EUZEBIO	Professor	2024/2025 (15 dias)	20/01/2026
148851	VIVIANE PEREIRA CAMPOS	Professor	2024/2025 (15 dias)	20/01/2026
204371	ELIANDRA APARECIDA MENON MEZAROBA	Professor	2022/2023 (10 dias) 2023/2024 (09 dias)	26/01/2026
25043	VIANEI APARECIDA DO CARMO	Diretor Pedagógico	2025/2026 (15 dias)	20/01/2026
48982	ANA CIDINEIA DALA ROSA PITTNER	Professor	2024/2025 (15 dias)	20/01/2026
53505	CIRLETE EURICH	Professor	2024/2025 (11 dias) 2025/2026 (04 dias)	20/01/2026
52986	CLEIDE CANDIDO DE FREITAS	Professor	2025/2026 (15 dias)	20/01/2026
131531	JULIANA SEMMER CORREIA BAYER	Assessor Técnico Pedagógico	2025/2026 (15 dias)	20/01/2026
135521	MARCIA STOSKI	Professor	2024/2025 (11 dias) 2024/2025 (04 dias)	20/01/2026
135522	MARCIA STOSKI	Professor	2024/2025 (15 dias)	20/01/2026

Art. 2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 12 de dezembro de 2025.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:F5EA58D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N°65/2025.

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Pitanga no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Pregão N°65/2025, nestes termos:

Data Pregão**:** 08/12/2025.

Objeto: Aquisições de equipamentos e materiais permanentes destinados a necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Pitanga/PR. As aquisições têm por finalidade o aprimoramento das condições estruturais e operacionais das unidades de saúde, garantindo o suporte adequado às atividades administrativas e assistenciais da pasta, com recursos oriundos de Emenda Impositiva Parlamentar.

Fornecedor	**CNPJ**	**Valor Total**
60.424.559 ANA LUISA FARIAS	60.424.559/0001-70	R$ 2.450,00
AMB DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA	37.885.137/0001-80	R$ 14.985,00
FRANCIELE ELETRO LTDA	47.646.580/0001-52	R$ 12.920,00
JOSIANE GUEDES ROCHA DA SILVA	52.038.935/0001-60	R$ 57.439,80
NOVAINSTRUMENTS EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIO LTDA EPP	12.561.319/0001-75	R$ 76.713,34
SOLIZ COMERCIAL LTDA	50.204.310/0001-04	R$ 73.269,40
SOUL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA	51.659.136/0001-49	R$ 1.687,99
URSA COMERCIAL LTDA	26.628.908/0001-38	R$ 29.200,00

VSCOSTA E CIA LTDA	05.286.960/0001-83	R$ 1.625,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R$270.290,53 (Duzentos e setenta mil, duzentos e noventa reais e cinquenta centavos).

Lote	Descrição	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)	Fornecedor
1	CADEIRA DE ESCRITÓRIO MODELO PRESIDENTE, MATERIAL ESTRUTURA: FERRO, MATERIAL REVESTIMENTO, ASSENTO E ENCOSTO: COURO SINTÉTICO, MATERIAL ENCOSTO: POLIPROPIFENO INJETADO, TRATAMENTO SUPERFICIAL ESTRUTURA: CROMADO, BASE: GIRATORIA , ENCOSTO ALTO, APOIO BRAÇO, SUPORTE PARA 130 KG, PRETA, MONTADA, PRONTA PARA USO	Otello	UN	4	R$ 619,90	R$ 2.479,60	SOLIZ COMERCIAL LTDA
2	LAVADORA DE ALTA PRESSAO; UN USO PROFISSIONAL; PRESSAO DE TRABALHO MAXIMO 137.895 BAR; VAZAO 8.333 L/MIN; POTENCIA DO MOTOR 2200 W, VOLTAGEM 127 VOLTS; MANGUEIRA DE ALTA PRESSAO MEDINDO 7,5 METROS; PISTOLA DE ALTA PRESSAO COM BICO REGULAVEL; ACOMPANHA: PISTOLA, BAIONETA COM CONEXAO RAPIDA,ENGATE RAPIDO, GARANTIA MINIMA DE 12 MESES; IGUAL OU SUPERIOR A PRESSÃO WAP PROFISSIONAL 4100;	Wap	UN	2	R$ 1.484,90	R$ 2.969,80	SOLIZ COMERCIAL LTDA
3	ASPIRADOR CIRÚRGICO, MODELO ELÉTRICO PORTÁTIL, PRESSÃO DE VÁCUO CERCA DE 550 MMHG, FLUXO DE ASPIRAÇÃO ATÉ 15 LPM, TIPO FRASCO 1 FRASCO EM PLÁSTICO, VOLUME CERCA DE 1 L, COMPONENTES SISTEMA ANTITRANSBORDAMENTO, FILTRO BACTERIOLÓGICO;	NEVONI-5005BR	UN	5	R$ 325,00	R$ 1.625,00	VSCOSTA E CIA LTDA
4	BISTURI ELETRÔNICO MICROPROCESSADO COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 300 W, DESTINADO A PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS DE BAIXA, MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE. DEVE OPERAR NOS MODOS DE CORTE E COAGULAÇÃO MONOPOLAR E BIPOLAR, COM AJUSTE DIGITAL DE POTÊNCIA E DISPLAY PARA INDICAÇÃO DOS PARÂMETROS SELECIONADOS. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: – TECNOLOGIA MICROPROCESSADA; – MODOS DE CORTE MONOPOLAR E COAGULAÇÃO MONOPOLAR E BIPOLAR; – POTÊNCIA MÍNIMA PARA CORTE MONOPOLAR: 300 W; – POTÊNCIA MÍNIMA PARA COAGULAÇÃO MONOPOLAR: 100 W; – POTÊNCIA MÍNIMA PARA COAGULAÇÃO BIPOLAR: 70 W; – AJUSTE DE POTÊNCIA DIGITAL; – SAÍDAS ISOLADAS PARA SEGURANÇA ELETROMÉDICA; – MONITORAMENTO CONTÍNUO DA PLACA-PACIENTE (COMUM OU DIVIDIDA); – ALTERNÂNCIA ENTRE MODOS VIA PEDAL OU PAINEL; – ALIMENTAÇÃO AUTOMÁTICA 100–240 VAC; – PAINEL RESISTENTE E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO; – VENTILAÇÃO NATURAL OU FORÇADA. NORMAS E CERTIFICAÇÕES: – CONFORMIDADE COM NBR IEC 60601-1; – CONFORMIDADE COM NBR IEC 60601-2-2; – REGISTRO ANVISA OBRIGATÓRIO; – CERTIFICAÇÃO INMETRO OBRIGATÓRIA. ACESSÓRIOS INCLUSOS: – 01 PEDAL (SIMPLES OU DUPLO); – 01 CANETA MONOPOLAR; – 01 CABO PARA CANETA MONOPOLAR; – 01 PLACA-PACIENTE (REUTILIZÁVEL OU DESCARTÁVEL); – 01 CABO PARA PLACA-PACIENTE; – ITENS NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO, CONFORME O FABRICANTE. GARANTIA: – GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES; – ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA NO TERRITÓRIO NACIONAL.	EMAI	UN	4	R$ 7.300,00	R$ 29.200,00	URSA COMERCIAL LTDA
5	DESFIBRILADOR, TIPO EXTERNO AUTOMÁTICO, TIPO ONDA BIFÁSICA, TEMPO MÁXIMO CARGA ATÉ 10 S, MEMÓRIA GRAVAÇÃO ECG/ EVENTOS/ RCP, PESO MAXIMO DE 3 KG, ALIMENTAÇÃO BATERIA LÍTIO DE LONGA DURAÇÃO COM AUTONOMIA PARA APROXIMADAMENTE 200 CHOQUES, MÍNIMO 4H DE OPERAÇÃO CONTINUA E NO MÍNIMO 5 ANOS DE VIDA ÚTIL EM STAND-BY, COMPONENTE PÁS EXTERNAS E ADESIVAS (FORNECER 5 ADULTO E TRÊS INFANTIL JUNTO AO EQUIPAMENTO), COMPONENTES ADICIONAIS TELAC/ MENSAGEM DE TEXTO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COMANDO DE VOZ, TIPO MÓDULO PORTÁTIL, C/ ALÇA TRANSPORTE, MALETA. COMANDO DE VOZ, TIPO MÓDULO PORTÁTIL, C/ ALÇA TRANSPORTE, MALETA.	AMOUL	UN	3	R$ 4.995,00	R$ 14.985,00	AMB DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA
6	COMPUTADOR INTERMEDIÁRIO – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA PROCESSADOR: PROCESSADOR INTEL® CORE™ I3 DE 13ª GERAÇÃO OU SUPERIOR, COM NO MÍNIMO 4 NÚCLEOS E 8 THREADS, FREQUÊNCIA BASE MÍNIMA DE 3.3 GHZ E FREQUÊNCIA TURBO MÍNIMA DE 4.0 GHZ, CACHE MÍNIMO DE 12 MB. (TAMBÉM SERÃO ACEITOS PROCESSADORES EQUIVALENTES DAS FAMÍLIAS AMD RYZEN COM DESEMPENHO IGUAL OU SUPERIOR.) SISTEMA OPERACIONAL: WINDOWS 11 HOME SINGLE LANGUAGE, EM PORTUGUÊS, DEVIDAMENTE LICENCIADO. GRÁFICOS: CONTROLADORA GRÁFICA INTEGRADA COMPATÍVEL COM O PROCESSADOR, PADRÃO INTEL UHD GRAPHICS, AMD RADEON GRAPHICS OU EQUIVALENTE. MEMÓRIA RAM: MÍNIMO DE 8 GB DDR4, EM 2 MÓDULOS, FREQUÊNCIA MÍNIMA DE 2666 MHZ, EXPANSÍVEL A NO MÍNIMO 32 GB, COM 2 SLOTS DISPONÍVEIS. ARMAZENAMENTO: SSD NVME PCIE M.2 DE, NO MÍNIMO, 256 GB. CONECTIVIDADE: – WI-FI 6 OU SUPERIOR; – BLUETOOTH 5.0 OU SUPERIOR. PORTAS E INTERFACES (MÍNIMO): – 2 PORTAS USB 2.0 TIPO A; – 2 PORTAS USB 3.2 DE 1ª GERAÇÃO TIPO A; – 1 PORTA HDMI; – 1 PORTA DISPLAYPORT OU EQUIVALENTE; – 1 PORTA RJ-45 GIGABIT; – 1 CONEXÃO PARA HEADSET (ÁUDIO/MICROFONE). EXPANSÃO: – SLOTS PARA EXPANSÃO CONFORME PADRÃO DO FABRICANTE; – FONTE INTERNA COMPATÍVEL COM A CONFIGURAÇÃO; – TRAVA DE SEGURANÇA TIPO KENSINGTON OU EQUIVALENTE. PERIFÉRICOS: TECLADO USB, LAYOUT ABNT2, DE QUALQUER MARCA HOMOLOGADA. MOUSE USB, COM 3 BOTÕES, SENSOR ÓPTICO OU LASER, RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1000 DPI. MONITOR (MESMA MARCA OU COMPATÍVEL): – TELA LED DE NO MÍNIMO 21.5", RESOLUÇÃO 1920 X 1080 (FULL HD); – PORTAS: 1 HDMI + 1 DISPLAYPORT + 1 VGA (OU SUPERIOR); – CONTRASTE MÍNIMO: 1000:1; – ÂNGULO DE VISÃO MÍNIMO: 170°/170°; – BRILHO MÍNIMO: 250 CD/M²; – TEMPO DE RESPOSTA MÁXIMO: 8 MS; – BASE COM AJUSTE DE INCLINAÇÃO (ACEITA ALTURA OPCIONAL CONFORME MODELO); – MONITOR NOVO, COM SUPORTE ORIGINAL DO FABRICANTE. CONDIÇÃO DO EQUIPAMENTO: O COMPUTADOR, MONITOR E PERIFÉRICOS DEVEM SER NOVOS, SEM USO, COM FABRICAÇÃO ATUAL E COM SUPORTE ATIVO PELO FABRICANTE. NÃO SERÃO ACEITOS PRODUTOS DESCONTINUADOS. GARANTIA: GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.	Fortrek	UN	5	R$ 2.644,00	R$ 13.220,00	SOLIZ COMERCIAL LTDA
7	AR CONDICIONADO 36.000 BTU AR CONDICIONADO SPLIT PISO TETO 36000 BTUS; SISTEMA INVERTER; QUENTE/FRIO; 220 V; FUNÇÃO: REFRIGERAR, VENTILAR, DESUMIDIFICAR; TIMER/SLEEP; PROGRAMAÇÃO PARA LIGAR E DESLIGAR O AR-CONDICIONADO; DIRECIONADORES DE AR; PAINEL DE CONTROLE ELETRÔNICO; CONTROLE REMOTO COM DISPLAY DIGITAL; CONTROLE DE TEMPERATURA; FILTRO. JÁ INSCLUSO A INSTALAÇÃO	Philco	UN	6	R$ 9.100,00	R$ 54.600,00	SOLIZ COMERCIAL LTDA
8	CORTINA DE AR, 200 CM, MATERIAL METAL E PLÁSTICO, POTÊNCIA DE 120 A 300 W VAZÃO DE MÍNIMA DE 2100 M³ VOLTAGEM 220W, COM	EOS	UN	1	R$ 1.687,99	R$ 1.687,99	SOUL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E

	CONTROLE REMOTO, COM FUNÇÃO DE SEPARAR A TEMPERATURA EXTERIOR DA TEMPERATURA INTERIOR, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. JÁ INCLUSO A INSTALAÇÃO						EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA
9	Purificador de água / bebedouro, de água, sistema de refrigeração eletrônica, ligação direta a rede de água, possibilidade de água natural, fria e gelada, filtragem classe A, compressor, voltagem 110v ou bivolt automático. Fornecer com três filtros para substituição.	CNF EDITAL	UNID	5	R$ 490,00	R$ 2.450,00	60.424.559 ANA LUISA FARIAS
10	CAMARA P/ CONSERVAÇÃO DE VACINAS VERTICAL COM CAPACIDADE MINIMA DE 1.200L. CAMARA PARA CONSERVAÇÃO DE VACINAS, MEDICAMENTOS, EXAMES, BOLSAS DE SANGUE E OUTROS MATERIAIS TERMOLABEIS; VERTICAL; CAPACIDADE PARA 1.200 LITROS; FAIXA DE TEMPERATURA: +2 A +8 GRAUS CELSIUS; DISPLAY COM PAINEL LCD; ILUMINACAO INTERNA POR LED COM ACIONAMENTO AUTOMATICO, GABINETE EXTERNO E INTERNO EM ACO INXOXIDAVEL; PORTA DE VIDRO COM SISTEMA ANTI-EMBAC AMENTO; FECHAMENTO AUTOMATICO; RODIZIOS GIRATORIOS COM TRAVA E SAPATAS NIVELADORAS; MEMORIA COM REGISTRO DAS TEMPERATURAS; FREQUENCIA: 50/60HZ; COMPRESSORA COM COMPRESSOR HERMETICO AC OU DC OU AC/DC ACOPLADO. GAS R134a ECOLOGICO COM CHAVE GERAL LIGA E DESLIGA ALARMES SONOROS, VISUAIS E ESCRITOS NO PAINEL; DEGELO AUTOMATICO SECO; SAIDA USB; SISTEMA DE BATERIAS COM 72H DE AUTONOMIA; TENSÃO:110/127V E/OU 220/240VAC; CÂMARA DEVE POSSI REGULAMENTAÇÃO ANVISA E ASSSITENCIA CREDENCIADA EM TODO TERRITORIO NACIONAL. INCLUSO MANUAL DE INSTRUÇÕES. GARANTIA MINIMA DE 12 MESES	NovaInstruments	UN	2	R$ 38.356,67	R$ 76.713,34	NOVAINSTRUMENTS EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIO LTDA EPP
11	Ar Condicionado 24.000 BTU/h Quente/Frio 220V | R-32 Tipo: Aquecimento e Refrigeração Estilo: Split Hi-Wall Inverter Eficiência Energética: Classificação A Fase: Monofásico Modelo Evaporadora: FTHP24S5VL Modelo Condensadora: RHP24S5VL Peso Líquido Evaporadora (Kg): 13 Kg Peso Líquido Condensadora (Kg): 47 Kg Dimensões Evaporadora (LxAxP) mm: 990 x 295 x 263 Dimensões Condensadora (LxAxP) mm: 954 x 735 x 368 Nível de Ruído Evaporadora (dBa): Máx. 45(dBa) / Mín. 33(dBa) Nível de Ruído Condensadora (dBa): 49(dBa) Serpentina: Cobre Compressor: Inverter Conexão da Tubulação Líquido: 1/4 Conexão da Tubulação Sucção: ½" Comprimento Máximo da Tubulação: 30m Vazão de Ar (m²/h): 1.074m³/h Desnível: 20m Inspeção Técnica e Instalação: Solicitamos também que o fornecedor contratado realize uma inspeção técnica detalhada do local de instalação, garantindo a adequação do ambiente para a correta instalação e funcionamento do ar condicionado. Além disso, requeremos que a instalação seja realizada por profissionais qualificados, seguindo rigorosamente as normas técnicas e de segurança vigentes. A empresa contratada também deverá fornecer todos os matérias para a instalação, juntamente com a garantia de serviço e suporte técnico pós-instalação.	HQ	UN	4	R$ 4.639,99	R$ 18.559,96	JOSIANE GUEDES ROCHA DA SILVA
12	AR CONDICIONADO: AR CONDICIONADO INVERTER 9000 BTUS QUENTE E FRIO 220V CONDICIONADOR DE AR; DO TIPO SPLIT INVERTER; COM CAPACIDADE: NO MINIMO 9.000 BTUS; OPERACAO: QUENTE E FRIO; VAZAO DE AR DE 700 M³/H; COM FILTRO DO TIPO TIPO REMOVIVEL E LAVAVEL; VOLTAGEM: 220 V, MONOFASICO, 60 HZ; COM SELO PROCEL, CLASSIFICACAO "A"; FUNCOES: RESFRIAMENTO RAPIDO; COM MAXIMO DE 45 DB INTERNO/ 54 DB EXTERNO; EQUIPAMENTO COMPOSTO DE 01 UNIDADE CONDENSADORA INTERNA E 01 UNIDADE EVAPORADORA EXTERNA COM SAIDA HORIZONTAL; COM UTILIZACAO DO GAS R410-A; FORNECIDO CONTROLE REMOTO SEM FIO; MANUAL DE INSTRUCOES E CERTIFICADO DE GARANTIA EM MANUAL DE INSTRUCOES E CERTIFICADO DE GARANTIA EM PORTUGUES, GARANTIA MINIMA DE 12 MESES; CONFORME NORMAS ABNT VIGENTES; COM INSTALAÇÃO	HQ	UNID	16	R$ 2.429,99	R$ 38.879,84	JOSIANE GUEDES ROCHA DA SILVA
13	REFRIGERADOR, TIPO: duplex; MATERIAL: aço galvanizado, com pintura eletrostática a pó com alta resistência à corrosão; CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO: no mínimo 60 litros no congelador e 250 litros no refrigerador; COR: branca; TENSÃO: 110V; PRATELEIRAS: prateleiras removíveis de vidro temperado para latas, laticínios, garrafas, diversos, porta-ovos removível, separador de garrafas, prateleira no congelador removível, fôrmas de gelo; CARACTERÍSTICAS: degelo automático, iluminação interna, compartimento de congelamento rápido, pés niveladores, gaveta de legumes, prateleiras para garrafas; PORTAS: reversíveis, de aço galvanizado, com pintura eletrostática a pó com alta resistência à corrosão, com fechamento automático e trava de carga; CERTIFICAÇÃO: selo PROCEL A; GARANTIA: mínimo de 12 meses contados a partir da data de entrega; ASSISTÊNCIA TÉCNICA: representante autorizado em Paraná.	CONSUL	UN	3	R$ 2.120,00	R$ 6.360,00	FRANCIELE ELETRO LTDA
14	GELADEIRA/REFRIGERADOR FROST FREE CAPACIDADE MINIMA 480 LITROS Características Capacidade liquida de Armazenamento mínimo Total: 480 Litros Turbo congelamento Porta-ovos: 12 unidades Quantidade de Portas: 2 Portas Gavetão transparente com controle de umidade Tensão/Voltagem: 110V Sistema de refrigeração: Frost Free Turbo congelamento Cor: Inox Prateleira do refrigerador: Vidro temperado	ELECTROLUX	UN	2	R$ 3.280,00	R$ 6.560,00	FRANCIELE ELETRO LTDA

02 – Autorizar a emissão das notas de empenho correspondentes.

03 – **CONVOCAR** as empresas acima nominadas, vencedoras dos Itens acima descritos, para no prazo de **05 (Cinco) dias úteis**, contados a partir da publicação da homologação, **para encaminhar, via e-mail, os Contratos assinados** ou comparecer no Setor de Licitações e Contratos da Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística de Pitanga, na Rua Wanderley João Vieira Cleve, n° 711 – Bairro Santa Regina, Pitanga PR, para assinar o Contrato referente a licitação em epígrafe, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital de Licitação da Lei Federal 14.133/21.

Município de Pitanga, 15 de Dezembro de 2025.

DIRCEU MORAES

Prefeito

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:85AE9033

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

CAMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANA
RESOLUÇÃO Nº 07/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Estado do Paraná

RESOLUÇÃO Nº 07/2025

Súmula: "Regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que Dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do Poder Legislativo Municipal de Pontal do Paraná - PR."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, EM SESSÃO REALIZADA NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2025, APROVOU E EU, PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE ME SÃO CONFERIDAS, PROMULGO O SEGUINTE PROJETO DE LEI:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I – Da Finalidade e do Âmbito de Aplicação

Art. 1° Esta Resolução regulamenta a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do Poder Legislativo do Município de Pontal do Paraná-PR.

Art. 2° O disposto nesta Resolução abrange exclusivamente as compras e contratações do Poder Legislativo Municipal de Pontal do Paraná.

Art. 3° Na aplicação desta Resolução, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

TÍTULO II

DOS AGENTES ENVOLVIDOS NAS CONTRATAÇÕES

CAPÍTULO I – Dos Agentes Públicos

Art. 4º O Presidente da Câmara designará os seguintes agentes, conforme a necessidade e natureza do procedimento:

I - Agente de Contratação e Equipe de Apoio;

II - Fiscais e Gestores de contratos;

III - Membros de Comissão de Contratação, quando exigido;

IV - Servidor responsável pelo Plano de Contratações Anual;

V - Agentes de Controle Interno e Assessoramento Jurídico.

§ 1º Os agentes serão preferencialmente servidores efetivos, podendo ser comissionados nos termos da Lei, desde que comprovadamente capacitados.

§ 2º É obrigatória a capacitação prévia e continuada dos agentes designados.

§ 3º Deverá ser observada a segregação de funções em todas as etapas do processo de contratação.

Art. 5º. Em observância ao princípio da segregação de funções, é vedada a designação do mesmo agente público para atuar, simultaneamente, nas seguintes combinações de papéis:

I - Elaborador do Estudo Técnico Preliminar (ETP) ou Termo de Referência (TR) e Agente de Contratação ou membro da Comissão de Contratação;

II - Agente de Contratação ou membro da Comissão de Contratação e Gestor ou Fiscal de Contrato;

III - Gestor de Contrato e Fiscal de Contrato.

Parágrafo único. A vedação prevista no caput não se aplica à atuação do Agente de Contratação como Pregoeiro, conforme previsto no Art. 7º, § 7º desta Resolução.

SEÇÃO I – Do Agente de Contratação

Art. 6º Ao Agente de Contratação, designado nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021, ou, conforme o caso, à Comissão de Contratação, incumbe a condução das contratações no âmbito da Câmara Municipal, incluídas as licitações e as contratações diretas.

Art. 7º Ao Agente de Contratação ou à Comissão de Contratação compete a condução da fase externa do processo licitatório, incluindo o recebimento e julgamento das propostas, a negociação de condições mais vantajosas com o primeiro colocado e o exame de documentos, cabendo-lhes ainda:

I - conduzir a sessão pública;

II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e seus anexos, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

III - verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no edital;

IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances, quando for o caso;

V - verificar e julgar as condições de habilitação;

VI - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VIII - indicar o vencedor do certame;

IX - conduzir os trabalhos da equipe de apoio;

X - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente, propondo a sua homologação;

XI – tomar decisões em prol da boa condução do procedimento licitatório e/ou à contratação direta, impulsionando o procedimento, inclusive demandando às áreas internas o saneamento da fase preparatória, caso necessário;

XII – acompanhar os trâmites do processo de contratação, promovendo diligências para garantir o cumprimento do calendário de execução e observando o grau de prioridade da demanda;

XIII – instruir, conduzir e supervisionar os procedimentos auxiliares previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como os procedimentos de contratação direta, incluindo a supervisão das minutas de editais e documentos da fase preparatória;

XIV – propor à autoridade competente a revogação ou a anulação do procedimento licitatório ou da contratação direta, nos termos da legislação aplicável;

XV – providenciar a inserção dos dados relativos ao procedimento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio oficial da Câmara Municipal e realizar outras publicações legais, quando não houver setor responsável por essas atribuições.

§ 1º A Comissão de Contratação conduzirá o Diálogo Competitivo e todos os processos licitatórios que envolvam procedimentos auxiliares (art. 6º, inciso L, parte final, da Lei nº 14.133/2021), cabendo-lhe, no que couberem, as atribuições listadas neste artigo, sem prejuízo de outras tarefas inerentes.

§ 2º Caberá ao Agente de Contratação a instrução dos processos de contratação direta nos termos do art. 72 da Lei nº 14.133/2021, quando for necessária sua atuação.

§ 3º O Agente de Contratação, assim como os membros da Comissão de Contratação, poderão ser, preferencialmente, servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes do Município, ou cedidos de outros órgãos ou entidades.

§ 4º O Agente de Contratação e a Comissão de Contratação contarão, sempre que necessário, com o suporte dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho de suas funções.

§ 5º O Agente de Contratação será auxiliado por Equipe de Apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

§ 6º O Agente de Contratação poderá ser substituído por Comissão de Contratação formada por, no mínimo, três membros, que responderão solidariamente pelos atos praticados pela Comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente, fundamentada e registrada em ata.

§ 7º Em licitação na modalidade Pregão, o Agente de Contratação responsável pela condução do certame será designado Pregoeiro.

SEÇÃO II – Do Gestor de Contrato

Art. 8º A execução dos contratos administrativos firmados pela Câmara Municipal de Pontal do Paraná será acompanhada e fiscalizada por Gestor de Contrato, nos termos dos arts. 117 a 120 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante designação formal por ato da autoridade competente.

§ 1º O Gestor de Contrato atuará como representante da Administração Pública, responsável por garantir o fiel cumprimento das cláusulas contratuais pela contratada.

§ 2º Sempre que necessário, o Gestor poderá contar com o apoio de Fiscais Técnicos, designados para acompanhamentos específicos conforme a natureza do objeto contratual.

§ 3º A designação do Gestor de Contrato deverá ocorrer antes do início da execução contratual e será registrada nos autos do processo administrativo.

Art. 9º Compete ao Gestor do Contrato:

I - coordenar as atividades relacionadas à fiscalização contratual, bem como a instrução processual para a formalização dos procedimentos de gestão administrativa, tais como prorrogação, reequilíbrio econômico-financeiro, reajuste, repactuação e extinção dos contratos;

II - contribuir com a fase preparatória, quando solicitado, fornecendo informações e lições aprendidas de contratos anteriores, visando ao aprimoramento dos Estudos Técnicos Preliminares e Termos de Referência, sem manifestação técnica sobre o objeto;

III - indicar os responsáveis pela fiscalização do contrato e, quando couber, seus auxiliares, bem como informar à Presidência as alterações quanto à composição dessas equipes;

IV - controlar os prazos contidos nos contratos, zelando pela continuidade das aquisições e serviços, quando cabível, e pela conclusão do objeto no tempo avençado;

V - comunicar à Presidência as ocorrências, faltas ou defeitos observados pelo fiscal, sugerindo as medidas necessárias para o fiel cumprimento do objeto pactuado;

VI - submeter à Presidência eventuais propostas de alteração contratual, com a finalidade de aprimorar a execução do ajuste;

VII - coordenar os atos de recebimento provisório e definitivo de bens móveis ou imóveis, obras e serviços, assim como os atos relativos ao atesto da execução contratual e à liquidação da despesa;

VII - coordenar os atos de recebimento provisório e definitivo de bens, obras e serviços, e atestar a execução contratual, encaminhando ao setor competente os documentos necessários para a liquidação da despesa, após o subsídio do Fiscal de Contrato;

VIII - emitir atestado de capacidade técnica, após prévia ciência da Presidência;

IX - informar ao Departamento Contábil, Financeiro e Orçamentário as obrigações financeiras não liquidadas no exercício, visando a eventual reforço, cancelamento e/ou inscrição de saldos de empenho à na conta de restos a pagar;

X - prestar as informações necessárias à elaboração do Plano de Contratações Anual;

XI - comunicar ao seu superior hierárquico as ocorrências, que exijam medidas que decorrentes desbordem de sua esfera de atribuições.

SEÇÃO III – Do Fiscal de Contrato

Art. 10 A autoridade competente poderá designar, além do Gestor do Contrato, um ou mais Fiscais de Contrato, com a finalidade de assistir tecnicamente no acompanhamento da execução contratual, conforme a natureza, o objeto e a complexidade do ajuste.

§ 1º A designação do(s) Fiscal(is) de Contrato deverá ser formalizada por ato próprio e registrada no processo administrativo do contrato.

§ 2º Os Fiscais atuarão em conjunto com o Gestor do Contrato, exercendo função auxiliar, técnica ou especializada, conforme sua área de conhecimento ou setor de lotação.

§ 3º Poderão ser designados fiscais distintos para o acompanhamento técnico, administrativo, contábil, jurídico ou setorial, de forma individual ou colegiada.

Art. 11. Compete ao Fiscal de Contrato:

I - registrar todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a sua regularização;

II - comunicar ao Gestor de Contrato as condutas que caracterizem descumprimento contratual;

III - subsidiar o Gestor de Contrato com as informações e documentos necessários à instrução processual para prorrogação, reequilíbrio econômico-financeiro, reajuste, repactuação, pagamento e extinção dos contratos;

IV - atuar no controle dos prazos contidos no contrato, propondo ao gestor do contrato sua prorrogação, quando cabível, ou assegurando que objeto seja concluído no prazo avençado;

V - acompanhar e supervisionar as atividades atribuídas aos auxiliares de fiscalização;

VI - manter devidamente atualizados os sistemas de controle utilizados e/ou alimentados pela Câmara Municipal de Pontal do Paraná;

VII - apresentar ao Gestor do Contrato eventuais propostas de alteração contratual, com a finalidade de aprimorar a execução do ajuste;

VIII - efetuar o recebimento provisório e definitivo de bens móveis ou imóveis, obras e serviços, segundo os prazos e os métodos estabelecidos quando da elaboração do Termo de Referência ou do Projeto Básico;

IX - atestar a execução contratual e encaminhar ao Gestor de Contrato os documentos necessários para a liquidação da despesa;

X - registrar e controlar os pagamentos realizados à contratada e comunicar ao Gestor de Contrato e ao setor financeiro;

XI - instruir e encaminhar ao Gestor de Contrato pedidos de emissão de atestado de capacidade técnica;

XII - informar ao Gestor de Contrato as obrigações financeiras não liquidadas no exercício, visando a eventual reforço, cancelamento e/ou inscrição de saldos de empenho à na conta de restos a pagar;

XIII - subsidiar o Gestor de Contrato com informações necessárias à elaboração do Plano de Contratações Anual;

XIV - manter-se atualizado sobre o nicho de mercado em que o objeto contratado está inserido, informando ao Gestor do contrato acerca de mudanças significativas que possam recair sobre a contratação, especialmente sobre novos acordos coletivos de trabalho, alterações legislativas e variações de preços;

XV - intermediar a comunicação entre a Administração Pública e os contratados, especialmente quanto a eventuais questionamentos dirigidos aos órgãos de controle interno;

XVI - executar as seguintes atividades, quando no exercício da fiscalização de contratos em regime de dedicação exclusiva de mão de obra:

a) verificar a planilha de frequência dos empregados da contratada e o recolhimento dos encargos trabalhistas, previdenciários e tributários, além das respectivas obrigações acessórias, atentando para eventual subcontratação não autorizada; e

b) elaborar a planilha-resumo do contrato e encaminhá-la mensalmente à Diretoria Administrativa, com os dados dos terceirizados.

XVII - comunicar ao seu superior hierárquico as ocorrências cujas medidas delas decorrentes desbordem de sua esfera de atribuições.

SEÇÃO IV – Da Equipe de Apoio

Art. 12. A equipe de apoio poderá ser designada pela autoridade máxima do órgão, para auxiliar o agente de contratação na licitação e/ou contratação direta, formada por, no mínimo, 3 (três) membros, dentre servidores efetivos ou ocupantes de cargos em comissão da Câmara ou cedidos de outros órgãos ou entidades.

Art. 13. A equipe de apoio será designada pela autoridade competente para auxiliar o Agente de Contratação na licitação e/ou contratação direta.

§ 1º A Equipe de Apoio será coordenada pelo Coordenador de Licitações, cujas atribuições se concentram na coordenação da tramitação dos processos licitatórios e dos contratos administrativos, no controle do fluxo e na gestão dos sistemas de dados, conforme previsto na Lei Promulgada nº 2.425/2023.

§ 2º O Coordenador de Licitações e os demais membros da Equipe de Apoio prestarão assistência ao Agente de Contratação, sendo vedada a participação em atos de julgamento ou decisão que sejam de competência exclusiva do Agente de Contratação ou da Comissão de Contratação.

§ 3º A Equipe de Apoio será formada por, no mínimo, 3 (três) membros, dentre servidores efetivos ou ocupantes de cargos em comissão da Câmara ou cedidos de outros órgãos ou entidades.

SEÇÃO V – Do Controle Interno e da Assessoria Jurídica

Art. 14. As unidades de assessoramento jurídico e de controle interno desempenham um papel essencial no sistema de defesa ao qual as contratações públicas estão sujeitas, sendo incumbidas da adoção de práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo.

§ 1º Tais medidas visam assegurar a legalidade, a eficiência e a economicidade dos processos de contratação, fomentando a transparência e a responsabilidade na utilização de recursos públicos, em consonância com os princípios que regem a administração pública.

§ 2º Tais órgãos terão acesso irrestrito aos documentos e informações necessários para a realização de suas atividades, inclusive aos documentos classificados conforme a legislação aplicável.

§ 3º Faculta-se a estes órgãos sugerirem medidas de aperfeiçoamento dos controles preventivos.

§ 4º Os órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno podem contribuir para o desenvolvimento de modelos padronizados de editais, termos de referência e contratos, alinhados com a legislação vigente, visando a eficiência e a padronização dos processos de licitação.

§ 5º É estabelecido que, ao final da fase preparatória, deve ocorrer a revisão, pelo Departamento Jurídico, quanto aos aspectos de conformidade quanto aos critérios legais, com a devida avaliação da instrução do processo e a emissão das eventuais recomendações.

TÍTULO III

DO PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

CAPÍTULO I – Instrumentos de Planejamento

Art. 15. O Planejamento das contratações observará os seguintes instrumentos:

I - Plano de Contratações Anual (PCA);

II - Estudos Técnicos Preliminares (ETP);

III - Termo de Referência ou Projeto Básico;

IV – Gerenciamento de riscos.

SEÇÃO I – Do Plano de Contratações Anual

Art. 16. As contratações para o período de um exercício deverão constar no plano de contratações anual, ressalvados os casos excepcionais devidamente justificados.

Parágrafo único. Desde que justificadas, as alterações no plano de contratações anual poderão ser propostas pela Diretoria Administrativa e deliberada pela Presidência.

Art. 17. Anualmente, o plano de contratações anual deverá ser elaborado pelo Coordenador de Licitações, com a participação de todos os Departamentos da Câmara, no exercício anterior ao ano de sua execução, em consonância com a Proposta Orçamentária e o Planejamento Estratégico.

Art. 18. O PCA deverá ser consolidado até 20 de dezembro de cada ano, com publicação obrigatória no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Pontal do Paraná e no PNCP até o dia 31 de janeiro do ano seguinte.

Art. 19. Ficam dispensadas de registro no plano de contratações anual:

I – As hipóteses previstas nos incisos VI, VII e VIII do caput do artigo 75 da Lei Federal N°. 14.133 de 1º de abril de 2021;

II –As pequenas compras e a prestação de serviços de pronto pagamento, de que trata o § 2° do artigo 95 da Lei Federal N° 14.133, de 1º de abril de 2021;

III – As contratações referentes a serviços de manutenção de veículos automotores, incluindo o fornecimento de peças, de que trata o § 7° do artigo 75 da Lei N°. 14.133, de 1º de abril de 2021.

SEÇÃO II – Da Padronização das Compras

Art. 20. A Administração deverá adotar, sempre que possível, instrumentos de padronização das compras e contratações, com o objetivo de:

I – Promover a racionalização e a uniformização de especificações técnicas de bens, serviços e obras de uso rotineiro;

II – Reduzir custos administrativos e operacionais, por meio da aquisição de itens com características padronizadas;

III – Assegurar a compatibilidade e interoperabilidade entre bens e serviços utilizados no âmbito do órgão;

IV – Evitar a fragmentação indevida de despesas e promover a economia de escala;

V – Facilitar a elaboração de estudos técnicos preliminares, termos de referência, editais e minutas padronizadas.

Art. 21. A padronização será formalizada mediante ato normativo da autoridade competente, que deverá conter:

I – A descrição clara e precisa do objeto padronizado;

II – As justificativas técnicas e administrativas da padronização adotada;

III – A indicação das unidades administrativas responsáveis pela elaboração, atualização e controle da padronização;

IV – A obrigatoriedade de utilização da padronização vigente pelos setores requisitantes, salvo justificativa técnica que a desautorize.

Art. 22. Poderão ser adotados como instrumentos de padronização, entre outros:

I – Catálogos eletrônicos de bens e serviços;

II – Cadastros de bens padronizados;

III – Modelos de edital, termo de referência, projetos básicos e contratos previamente aprovados;

IV – Sistema de registro de preços com itens padronizados;

V – Manuais de especificações técnicas e orientações operacionais.

Parágrafo único. A atualização dos instrumentos de padronização será realizada sempre que houver necessidade técnica, evolução tecnológica, mudança normativa ou identificação de vantagens econômicas mais relevantes à Administração.

SEÇÃO III – Dos Bens de Consumo e de Luxo

Art. 23. Para fins deste regulamento, os bens adquiridos pela Administração classificam-se como:

I – Bens de consumo: aqueles que, em razão de seu uso corrente, perdem sua identidade física e/ou têm sua utilização limitada a um período curto, sendo consumidos ou inutilizados com o uso.

II – Bens de luxo ou de elevado valor agregado: aqueles que, por sua natureza, marca, acabamento, sofisticação, exclusividade ou características não essenciais à execução das atividades administrativas, representem custo elevado ou ostentação incompatível com os princípios da administração pública.

Art. 24. É vedada a aquisição de bens de luxo ou de elevado valor agregado que não tenham justificativa técnica plenamente fundamentada e aprovada pela autoridade competente.

Parágrafo único. Consideram-se não justificadas as aquisições que visem apenas ao conforto, sofisticação ou imagem, sem que haja relação direta com o interesse público, com a economicidade e com a eficiência do serviço prestado.

Art. 25. As unidades requisitantes deverão observar, na formulação das demandas:

I – A necessidade e adequação do bem ao uso pretendido;

II – A compatibilidade com o desempenho esperado da atividade pública;

III – A existência de itens mais econômicos que atendam aos requisitos funcionais e operacionais;

IV – A vedação à requisição de marcas específicas, salvo nas hipóteses legalmente admitidas e devidamente justificadas.

Art. 26. A administração poderá, por ato normativo ou portaria interna, manter listas de bens de consumo padronizados e de itens de aquisição restrita ou vedada, de acordo com diretrizes de economicidade, sustentabilidade e interesse público.

SEÇÃO IV – Do Gerenciamento de Riscos

Art. 27. Compete ao órgão ou entidade, no âmbito das contratações públicas da Câmara Municipal, promover a gestão de riscos e o controle preventivo, observando os seguintes objetivos e atribuições:

I – estabelecer diretrizes formais para a gestão de riscos, considerando os níveis aceitáveis de risco em processos de contratação, conforme a natureza e a complexidade do objeto;

II – implementar, quando cabível, ações de controle preventivo e análise de riscos, de acordo com as diretrizes estabelecidas, visando à mitigação de falhas e à promoção da eficiência nas contratações;

III – assegurar o acesso tempestivo às informações sobre riscos aos responsáveis pelas decisões administrativas, inclusive para fins de avaliação de delegações de competência, quando aplicável.

§ 1º A gestão de riscos e os controles preventivos deverão observar os princípios da proporcionalidade, economicidade e racionalização administrativa, devendo ser compatíveis com os riscos efetivamente envolvidos e com a complexidade da contratação.

SEÇÃO V – Das Contratações Sustentáveis

Art. 28. Nas contratações realizadas pelo Poder Legislativo Municipal, deverão ser observados critérios de sustentabilidade que considerem os aspectos ambientais, sociais e econômicos, visando à promoção do desenvolvimento sustentável.

§ 1º. Os editais, termos de referência e contratos devem conter exigências claras e específicas para atendimento aos critérios de sustentabilidade, incluindo, mas não se limitando a:

I - utilização preferencial de materiais recicláveis ou reutilizáveis e redução do consumo de recursos naturais;

II - adoção de práticas que minimizem a geração de resíduos e o impacto ambiental;

III - promoção da inclusão social, priorizando fornecedores que adotem práticas justas de trabalho e inclusão de minorias;

IV - avaliação do ciclo de vida do produto ou serviço contratado, considerando a durabilidade, eficiência e impactos ao longo do tempo;

V - incentivo à inovação sustentável e à economia circular.

§ 2º. A Comissão de Licitação deverá avaliar o cumprimento dos critérios de sustentabilidade na análise das propostas, podendo estabelecer peso específico para esses critérios no julgamento.

§ 3º. O acompanhamento da execução contratual deverá verificar o cumprimento das exigências de sustentabilidade, aplicando penalidades previstas no contrato em caso de descumprimento.

TÍTULO IV

DA FASE PREPARATÓRIA DA CONTRATAÇÃO

CAPÍTULO I – Dos Instrumentos

Seção I – Do Documento de Formalização da Demanda (DFD)

Art. 29. - O Documento de Formalização da Demanda (DFD) será elaborado pela unidade requisitante, constituindo a etapa inicial do planejamento da contratação, e deverá conter, no mínimo:

I – Descrição clara, precisa e objetiva do objeto pretendido;

II – Justificativa da necessidade da contratação, demonstrando a relação com os objetivos estratégicos e as demandas institucionais da Administração;

III – Indicação da data estimada para o atendimento da demanda;

IV – Nomeação de servidor(es) responsáveis pela composição da equipe de planejamento da contratação, quando aplicável;

V – Outras informações relevantes, conforme a natureza, a complexidade e as especificidades do objeto a ser contratado.

Parágrafo único. Após a formalização do DFD, o processo de contratação deverá observar as seguintes etapas:

I – Preparação da contratação, com a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), análise de riscos, Termo de Referência, Projeto Básico ou Projeto Executivo, conforme o caso;

II – Seleção do fornecedor, por meio do procedimento licitatório adequado ou de contratação direta, nos termos da legislação vigente;

III – Execução contratual, incluindo a designação formal do gestor e, quando necessário, dos fiscais do contrato.

Seção II – Do Estudo Técnico Preliminar

Art. 30. O Estudo Técnico Preliminar – ETP é documento obrigatório na fase preparatória da contratação e deve ser elaborado previamente à elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico.

§ 1º. A obrigatoriedade de elaboração do Estudo Técnico Preliminar aplica-se a todas as contratações e licitações da Câmara Municipal de Pontal do Paraná que envolvam:

I – aquisição de bens permanentes ou de consumo;

II – contratação de serviços contínuos ou não contínuos;

III – execução de obras e serviços de engenharia;

IV – locação de bens móveis ou imóveis;

V – contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC.

§ 2º. O Estudo Técnico Preliminar deverá conter, no mínimo:

I – a identificação da necessidade da contratação e a motivação da demanda;

II – a justificativa da solução escolhida, com análise das alternativas possíveis;

III – a descrição dos resultados pretendidos com a contratação;

IV – a estimativa preliminar do valor da contratação, quando viável;

V – os riscos associados à contratação, quando identificáveis desde esta etapa;

VI – a demonstração da compatibilidade da contratação com o Plano de Contratações Anual e com a dotação orçamentária disponível.

§ 3º. No caso de contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, o Estudo Técnico Preliminar deverá observar os parâmetros definidos nas Instruções

Normativas da Secretaria de Gestão do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – SEGES/MGI, especialmente o modelo previsto na Instrução Normativa nº 1, de 4 de abril de 2019, ou outro normativo que a venha substituir.

§ 4º. O ETP poderá ser dispensado apenas nos casos de contratação direta por dispensa ou inexigibilidade de licitação, desde que tal dispensa seja devidamente motivada e documentada no processo.

Art. 31. A elaboração do Estudo Técnico Preliminar será facultativa nas seguintes situações:

I – contratações de obras, serviços, compras e locações habitualmente realizadas pela Administração, com características padronizadas, cujo valor se enquadre nos limites estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, independentemente da forma de contratação;

II – hipóteses de dispensa de licitação previstas nos incisos VI, VII e VIII do caput do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – pequenas compras e prestações de serviços de pronto pagamento, nos termos do § 2º do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021;

IV – contratações para manutenção de veículos automotores, incluindo o fornecimento de peças, conforme o § 7º do art. 75 da referida Lei;

V – contratações de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, nos termos dos §§ 2º a 7º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021;

VI – alterações contratuais realizadas por meio de termo aditivo ou apostilamento, inclusive prorrogações contratuais relativas a serviços contínuos e acréscimos ou supressões quantitativas;

VII – demais hipóteses de contratação direta, mediante dispensa ou inexigibilidade, nas quais caberá ao administrador público ou autoridade competente delegada a decisão fundamentada sobre a necessidade ou não de elaboração do Estudo Técnico Preliminar, bem como da análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, consideram-se contratações habituais aquelas que se repetem de forma periódica ou frequente, com objeto, especificações e condições de execução semelhantes ou padronizadas no âmbito da Administração.

Seção III – Da Análise de Riscos

Art. 32. A Análise de Riscos é etapa obrigatória da fase preparatória da contratação, destinada a identificar, avaliar e mitigar os riscos inerentes ao objeto, à execução e ao ambiente da contratação pública.

§1º. A Análise de Riscos deverá contemplar, no mínimo:

I – os riscos relacionados à definição do objeto, especificações técnicas e requisitos contratuais;

II – os riscos financeiros e orçamentários, incluindo variações de preços e disponibilidade de recursos;

III – os riscos administrativos e legais, tais como o cumprimento de prazos, exigências normativas e responsabilizações;

IV – os riscos operacionais vinculados à execução, fiscalização e entrega do objeto contratado;

V – os riscos socioambientais, quando aplicáveis, incluindo impacto ambiental e responsabilidade social.

§ 2º. A Análise de Riscos será elaborada com base em informações técnicas, pareceres especializados e histórico de contratações semelhantes, devendo ser atualizada sempre que identificadas mudanças relevantes durante a fase preparatória.

§ 3º. Os resultados da Análise de Riscos deverão subsidiar a elaboração do Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência ou Projeto Básico, e as demais etapas da contratação, com a definição de estratégias de mitigação e contingência.

Art. 33. A Análise de Riscos deverá ser registrada formalmente no processo administrativo, acompanhada das recomendações para sua gestão ao longo da contratação.

§ 2º Poderá ser dispensada a análise de riscos, mediante justificativa fundamentada, nas seguintes hipóteses:

I – contratações de baixo valor, nos termos dos incisos I e II do caput do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

II – contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, quando o objeto for simples, padronizado e de reduzida complexidade;

III – contratações de natureza habitual e recorrente, com especificações padronizadas e histórico consolidado de execução satisfatória;

IV – prorrogações e alterações contratuais por termo aditivo ou apostilamento, desde que não impliquem mudanças relevantes no objeto ou na gestão contratual.

Art. 34. A não realização ou insuficiência da Análise de Riscos poderá implicar em responsabilização dos agentes envolvidos, nos termos da legislação vigente.

Seção IV – Do Termo de Referência / Projeto Básico

Art. 35. O Termo de Referência deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I – Definição detalhada do objeto, incluindo sua natureza, quantitativos, prazo contratual e, se aplicável, possibilidade de prorrogação;

II – Fundamentação da contratação, referenciando o Estudo Técnico Preliminar correspondente ou, quando este for sigiloso, o extrato das partes públicas;

III – Descrição completa da solução, abrangendo todo o ciclo de vida do objeto;

IV – Requisitos técnicos e funcionais da contratação;

V – Modelo de execução do objeto, indicando como o contrato deverá gerar os resultados esperados do início ao término;

VI – Modelo de gestão contratual, com descrição do acompanhamento e fiscalização da execução;

VII – Critérios para medição e pagamento;

VIII – Forma e critérios de seleção do fornecedor;

IX – Estimativas de valor, preços unitários referenciais, memórias de cálculo e documentos comprobatórios, que deverão constar em documento separado;

X – Adequação orçamentária;

XI – Especificações dos produtos, preferencialmente baseadas em catálogo eletrônico padronizado, considerando qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;

XII – Local de entrega e regras para recebimento provisório e definitivo, quando aplicável;

XIII – Especificação da garantia exigida e condições de manutenção e assistência técnica, se cabíveis;

XIV – Avaliação da necessidade de cláusula de logística reversa;

XV – Condições, formas, prazos e critérios para pagamento e reajuste, quando aplicável.

Art. 36. O Projeto Básico deverá conter as seguintes informações essenciais:

I – Levantamentos topográficos, cadastrais, sondagens, ensaios laboratoriais, estudos socioambientais e demais dados necessários à execução;

II – Soluções técnicas globais e específicas, detalhadas para evitar alterações que impactem qualidade, preço ou prazo;

III – Identificação dos serviços a executar, materiais e equipamentos a incorporar, com especificações técnicas para garantir resultados e segurança, sem prejudicar a competitividade;

IV – Informações para definição de métodos construtivos, instalações provisórias e organização da obra, preservando a competitividade;

V – Subsídios para montagem do plano de licitação e gestão, incluindo programação, estratégia de suprimentos, normas de fiscalização e demais dados;

VI – Orçamento detalhado do custo global, fundamentado em quantitativos avaliados, obrigatório para os regimes de execução previstos nos incisos I, II, III, IV e VII do art. 46 da Lei nº 14.133/2021.

§1º Poderão ser dispensados, mediante justificativa técnica, os conteúdos previstos nos incisos I, IV e V deste artigo.

SEÇÃO V – Da Pesquisa de Preços

Subseção I – Pesquisa de Preço para Bens e Serviços em Geral

Art. 37. No âmbito do Poder Legislativo Municipal, o procedimento administrativo para pesquisa de preços na aquisição de bens e contratação de serviços em geral, exceto serviços de engenharia, observará os parâmetros e critérios previstos no §1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, aplicando-se subsidiariamente as disposições da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, e suas alterações.

Art. 38. Para definição do preço estimado, será adotado cálculo com base em um conjunto mínimo de três preços obtidos a partir dos parâmetros legais, desconsiderando-se valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados.

§1º A partir dos valores coletados, o preço estimado poderá corresponder à média, mediana, menor valor ou outro critério devidamente justificado pelo gestor e aprovado pela autoridade competente.

§2º Os preços obtidos devem ser analisados criticamente, especialmente em caso de grande variação entre os valores.

§3º A exclusão de preços inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados deverá ser motivada nos autos do processo.

§4º Excepcionalmente, poderá ser admitida pesquisa com menos de três preços, desde que justificada adequadamente.

Art. 39. Na pesquisa para contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, observar-se-á, no que couber, a Instrução Normativa nº 5/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

Subseção II – Pesquisa de Preço para Obras e Serviços de Engenharia

Art. 40. No que se refere à elaboração do orçamento para contratações de obras e serviços de engenharia, o Poder Legislativo Municipal deverá observar as disposições dos §§ 2º, 3º, 5º e 6º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Quando aplicável, ficam autorizadas a adoção e aplicação das normas constantes do Decreto Federal nº 7.983, de 8 de abril de 2013, e suas atualizações, bem como da Portaria Interministerial nº 13.395, de 5 de junho de 2020.

TÍTULO V

DAS MODALIDADES E FORMAS DE CONTRATAÇÃO

CAPÍTULO I – Das Modalidades

Art. 41. As contratações públicas no âmbito da Câmara Municipal observarão as modalidades de licitação e procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme o objeto a ser contratado, a complexidade da demanda e os valores estimados.

SEÇÃO I – Das Modalidades de Licitação

Art. 42. As modalidades de licitação admitidas são:

I – Concorrência;

II – Concurso;

III – Leilão;

IV – Pregão;

V – Diálogo competitivo.

§1º O Pregão será adotado preferencialmente para aquisição de bens e serviços comuns, inclusive os comuns de engenharia, conforme definição constante do art. 6º, inciso XXI, da Lei nº 14.133/2021.

§2º O Diálogo competitivo será utilizado em contratações complexas, nos termos do art. 32 da Lei nº 14.133/2021, sendo admitido mediante justificativa técnica e jurídica.

§3º O Concurso será utilizado para seleção de trabalho técnico, científico ou artístico, com prêmios ou remuneração, observado o art. 31 da Lei.

§4º O Leilão destina-se à alienação de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos e de imóveis, observadas as regras específicas.

SEÇÃO II – Dos Critérios de Julgamento

Art. 43. Os critérios de julgamento das propostas serão escolhidos conforme a natureza da contratação e poderão ser:

I – Menor preço;

II – Maior desconto;

III – Melhor técnica ou conteúdo artístico;

IV – Técnica e preço;

V – Maior retorno econômico.

Parágrafo único. A escolha do critério será devidamente motivada no processo de contratação.

SEÇÃO III – Da Escolha da Modalidade

Art. 44. A modalidade de licitação será escolhida em razão das peculiaridades do objeto e das regras previstas na Lei nº 14.133/2021, sendo vedada a utilização de critérios meramente quantitativos (por valor estimado) para definição da modalidade.

SEÇÃO IV – Da Inversão de Fases

Art. 45. Nas licitações realizadas sob a modalidade pregão e, preferencialmente, nas demais modalidades, adotar-se-á o procedimento de inversão de fases, com a realização do julgamento das propostas antes da habilitação, conforme o art. 17 da Lei nº 14.133/2021.

SEÇÃO V – Da Dispensa e Inexigibilidade

Art. 46. A contratação direta, admitida nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, nos termos dos arts. 74 a 76 da Lei nº 14.133/2021, deverá ser formalizada em processo

devidamente instruído com as peças obrigatórias previstas no art. 72 da referida Lei, observando-se, no mínimo, os seguintes requisitos:

I – Documento de formalização da demanda;

II – Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Termo de Referência ou Projeto Básico, ou, quando for o caso, justificativa da contratação direta;

III – Justificativa da contratação, com demonstração do interesse público envolvido;

IV – Comprovação da hipótese legal aplicada;

V – Justificativa da escolha do contratado e da estimativa de preços;

VI – Análise de riscos, quando cabível, ou justificativa para sua não elaboração;

VII – Análise da vantajosidade econômica da contratação;

VIII – Parecer jurídico prévio, claro e conclusivo quanto à legalidade da contratação;

IX – Aprovação da autoridade competente;

X – Publicação do extrato da contratação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

XI – Observância da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).

SEÇÃO VI – Dos Procedimentos Auxiliares

Art. 47. Poderão ser utilizados os seguintes procedimentos auxiliares previstos na Lei nº 14.133/2021:

I – Credenciamento (art. 79);

II – Pré-qualificação permanente ou específica (art. 78);

III – Sistema de Registro de Preços – SRP (arts. 82 a 86);

IV – Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI (arts. 80 e 81).

§1º A regulamentação interna deverá prever os critérios e trâmites específicos para aplicação de cada procedimento auxiliar.

SEÇÃO VII – Da Publicidade dos Atos

Art. 48. Todos os atos relacionados às modalidades e procedimentos de contratação deverão ser publicados no PNCP, no portal da transparência do órgão e, quando exigido, em meio oficial de imprensa.

TÍTULO VI

DA CONTRATAÇÃO DIRETA

Art. 49. O processo de contratação direta, que abrange as hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação, será formalizado com base nos arts. 72 a 76 da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se ainda as disposições desta Resolução.

Art. 50. A contratação direta deverá ser instruída com, no mínimo:

I – Documento de formalização da demanda, com a descrição da necessidade da contratação e, quando aplicável, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II – Estimativa de despesa, nos moldes do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021;

III – Parecer jurídico e pareceres técnicos, se exigidos, que atestem a legalidade e a compatibilidade da contratação com os requisitos legais;

IV – Demonstração da viabilidade orçamentária e financeira, com comprovação de dotação orçamentária e reserva de recursos, salvo nos casos de Sistema de Registro de Preços (§6º do art. 82 da Lei nº 14.133/2021);

V – Justificativa da escolha do contratado e da compatibilidade do preço com os praticados no mercado;

VI – Comprovação de que o contratado atende aos requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VII – Declaração da unidade requisitante sobre a não ocorrência de fracionamento indevido;

VIII – Autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. A demonstração de viabilidade orçamentária e financeira será obrigatória na fase de formalização contratual.

CAPÍTULO I – Da Dispensa

Art. 51. A contratação direta com fundamento na dispensa de licitação será admitida nas hipóteses previstas no art. 75 da Lei nº 14.133/2021, observados os valores atualizados anualmente por Decreto Federal, e ainda:

§1º Os limites dos incisos I e II do art. 75 deverão considerar:

I – O somatório das contratações no exercício financeiro por unidade gestora;

II – O total das despesas com objetos de mesma natureza, identificados pelo mesmo ramo de atividade.

§2º Considera-se ramo de atividade a linha de fornecimento ou serviço conforme o CATMAT, CATSER ou CNAE, conforme o caso.

§3º Não se aplica o §1º do art. 75 às contratações de até R$ 8.000,00 relativas à manutenção de veículos oficiais, incluído o fornecimento de peças (§7º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021).

Art. 52. Sempre que justificado pelo interesse público e tecnicamente viável, a dispensa de licitação será realizada preferencialmente por meio eletrônico, com divulgação prévia de aviso de contratação direta no Portal da Transparência e no sítio oficial do Poder Legislativo Municipal, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, devendo constar o respectivo Termo de Referência ou Projeto Básico, com vistas à obtenção de propostas adicionais.

§ 1º Independentemente da forma de tramitação, a pesquisa de preços será obrigatoriamente realizada conforme a Seção V desta Resolução, instruída com no mínimo três orçamentos distintos e com justificativa da escolha da proposta mais vantajosa, conforme critérios previamente definidos.

§ 2º Dispensa com valor inferior ao limite previsto no §2º do art. 95 da Lei nº 14.133/2021 poderá ser realizada sem publicação prévia para recebimento de propostas adicionais, desde que instruída com os três orçamentos e a devida justificativa de escolha da proposta mais vantajosa.

§ 3º Dispensa com valor igual ou superior ao limite previsto no §2º do art. 95 da Lei nº 14.133/2021 deverá, obrigatoriamente, ser precedida de publicação prévia de aviso de contratação direta, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, para permitir a manifestação de eventuais interessados.

§ 4º Caso não seja obtida a quantidade mínima de 3 (três) propostas válidas, a contratação poderá ser efetivada com base nas propostas existentes, desde que haja:

I – Justificativa técnica sobre a vantajosidade da proposta apresentada, com base na pesquisa de preços realizada;

II – Ratificação da autoridade competente.

Art. 53. O disposto no art. 51 também se aplica às contratações emergenciais (inciso VIII do art. 75), podendo o prazo de divulgação do aviso ser reduzido para 1 (um) dia útil.

CAPÍTULO II – Da Inexigibilidade

Art. 54. É inexigível a licitação quando for inviável a competição, nos termos do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, mediante devida justificativa técnica e jurídica.

§1º Para exclusividade (inciso I), admitir-se-á atestado, contrato ou declaração idônea emitida por fabricante ou distribuidor, vedada preferência por marca.

§2º Para contratação de profissional do setor artístico (inciso II), a exclusividade deve ser permanente e não restrita a evento específico.

§3º Para serviços técnicos especializados (inciso III), é indispensável:

I – Especialidade e notória especialização, caracterizada por reputação, publicações, experiência, equipe técnica etc.;

II – Vedação à subcontratação de terceiros alheios à justificativa da inexigibilidade.

§4º Para locação de imóvel (inciso V), será exigido:

I – Estudo técnico preliminar comparativo entre locação e aquisição;

II – Justificativa da singularidade do imóvel e sua adequação às necessidades da Administração;

III – Inexistência de imóveis públicos disponíveis;

IV – Laudo de avaliação do imóvel, custos de adaptação e análise de amortização;

V – Documentos de habilitação do contratado e comprovação da titularidade.

§5º Havendo padronização, a inexigibilidade deverá estar precedida de processo regular nos termos do art. 43 da Lei nº 14.133/2021.

§6º O Estudo Técnico Preliminar deve demonstrar a necessidade da contratação e a inexistência de alternativas equivalentes no mercado.

TÍTULO VII

DOS PROCEDIMENTOS AUXILIARES À CONTRATAÇÃO

Art. 55. Os procedimentos auxiliares previstos na Lei Federal nº 14.133, de 2021, serão aplicados no âmbito do Poder Legislativo Municipal, nos termos desta regulamentação, com vistas a assegurar a eficiência, a economicidade, a seleção da proposta mais vantajosa e o atendimento ao interesse público.

SEÇÃO I – Do Credenciamento

Art. 56. O credenciamento poderá ser utilizado nas contratações em que for inviável a competição, para a prestação de serviços ou fornecimento de bens por múltiplos interessados que atendam aos requisitos previamente estabelecidos pela Administração.

§ 1º O edital de credenciamento deverá conter:

I – a descrição clara e objetiva do objeto e das condições para sua execução;

II – os critérios técnicos e jurídicos mínimos para habilitação dos interessados;

III – os critérios e valores de remuneração, quando cabível;

IV – o prazo de vigência do credenciamento;

V – as condições para a manutenção do credenciamento e sua eventual revogação.

§ 2º Os interessados que atenderem integralmente às exigências do edital serão credenciados, não havendo julgamento de propostas por critérios competitivos.

§ 3º É vedada a limitação do número de credenciados, salvo justificativa técnica ou legal devidamente fundamentada.

SEÇÃO II – Da Pré-qualificação

Art. 57. A pré-qualificação poderá ser adotada com o objetivo de selecionar previamente bens, serviços ou fornecedores que atendam aos requisitos técnicos, econômicos ou jurídicos exigidos pela Administração, com validade não superior a 1 (um) ano.

§ 1º A pré-qualificação será realizada mediante procedimento público, com publicação de edital contendo:

I – a especificação do objeto ou das condições de habilitação;

II – os documentos exigidos;

III – os critérios de avaliação;

IV – o prazo de validade da pré-qualificação e as condições para sua atualização.

§ 2º A relação dos pré-qualificados será publicada no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal.

§ 3º A Administração poderá exigir a atualização dos documentos e informações sempre que necessário à manutenção da qualificação.

SEÇÃO III – Do Procedimento de Manifestação de Interesse

Art. 58. A Câmara Municipal poderá admitir a participação de pessoas físicas ou jurídicas na elaboração de estudos, levantamentos, investigações ou projetos que subsidiem a contratação de soluções de interesse público, mediante Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI).

§ 1º A instauração do PMI será precedida de ato motivado da autoridade competente, com publicação de edital de chamamento contendo:

I – a descrição do objeto e dos objetivos do estudo ou projeto;

II – os critérios de seleção e aprovação das manifestações de interesse;

III – o prazo para apresentação dos estudos;

IV – as regras de indenização, se for o caso, e eventual aproveitamento dos estudos pela Administração.

§ 2º A apresentação de estudos no âmbito do PMI não gera direito à contratação, assegurado o aproveitamento dos conteúdos pela Administração mediante indenização, nos termos definidos no edital.

§ 3º É vedado que o autor do estudo participe da licitação ou da futura execução contratual se tal participação comprometer a isonomia entre os licitantes ou configurar conflito de interesses.

SEÇÃO IV – Do Sistema de Registro de Preços

Art. 59. O Sistema de Registro de Preços (SRP) poderá ser utilizado para a contratação futura de bens e serviços quando, pela natureza do objeto ou pela demanda, for recomendável a aquisição conforme necessidade, mediante seleção de fornecedor e formalização de Ata de Registro de Preços.

§ 1º O procedimento será instaurado por meio de edital específico, que conterá:

I – a descrição do objeto e das condições de fornecimento;

II – o quantitativo estimado, com indicação de possíveis variações para mais ou para menos;

III – o prazo de vigência da ata, limitado a 12 (doze) meses;

IV – a possibilidade de adesão por outros órgãos ou entidades da Administração Pública, mediante justificativa e comprovação da vantagem econômica.

§ 2º A gestão da ata competirá ao setor responsável pela contratação, que deverá:

I – controlar as aquisições realizadas com base na ata;

II – acompanhar a regularidade fiscal e contratual do fornecedor registrado;

III – garantir que os quantitativos máximos sejam respeitados.

§ 3º É permitida a adesão à ata por órgão ou entidade não participante, desde que:

I – prevista no edital da licitação;

II – comprovada a vantagem na adesão;

III – limitada ao dobro da quantidade registrada na ata para cada item, observado o interesse público e a capacidade operacional do fornecedor.

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração à contratação, podendo adquirir o objeto por outro meio, desde que demonstrada justificadamente maior vantajosidade.

§ 5º É autorizada a utilização da Ata de Registro de Preços nas contratações diretas por dispensa de licitação, nas hipóteses do inciso I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, desde que observados os princípios da vantajosidade, da razoabilidade e da motivação expressa no processo.

§ 6º A Câmara Municipal poderá aderir, como órgão não participante, a atas de registro de preços gerenciadas por outros entes ou órgãos da Administração Pública, nos termos do art. 86 da Lei nº 14.133/2021, desde que atendidos os requisitos legais de vantajosidade, previsão no edital e autorização do órgão gerenciador.

TÍTULO VIII

DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

CAPÍTULO I – Das Alterações Contratuais

Art. 60. As alterações contratuais deverão ser formalmente solicitadas pelo gestor responsável pela execução do contrato, dentro do prazo de vigência e com antecedência hábil que permita a instrução adequada do processo, de modo a evitar descontinuidade na prestação dos serviços ou fornecimentos.

Parágrafo único. A prorrogação dos contratos de prestação de serviços contínuos deverá ser solicitada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término da vigência contratual.

Art. 61. A prorrogação de contratos observará os dispositivos legais e contratuais vigentes e será admitida quando atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I – relatório circunstanciado do gestor e dos fiscais atestando a regular execução do objeto, com histórico das principais ocorrências;

II – justificativa expressa da Administração quanto à conveniência e oportunidade da prorrogação;

III – comprovação da vantajosidade econômica da continuidade contratual;

IV – manifestação formal da contratada demonstrando interesse na prorrogação.

CAPÍTULO II – Da Repactuação e Reajuste

Seção I – Da Repactuação e do Reajuste de Preços

Art. 62. O edital e o contrato deverão prever de forma clara o critério de reajuste, nos termos do inciso LVIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, com indicação expressa do índice de correção monetária aplicável.

Art. 63. A repactuação será admitida nas contratações de serviços contínuos com dedicação exclusiva ou predominância de mão de obra, desde que prevista no instrumento convocatório e vinculada:

I – à data da proposta, quanto aos custos de mercado;

II – à data do acordo, convenção ou dissídio coletivo, quanto aos custos de mão de obra.

§ 1º A repactuação é direito da contratada para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 37, XXI, da Constituição Federal.

§ 2º A repactuação poderá ser parcelada conforme a natureza dos custos e suas datas de referência.

§ 3º A existência de mais de uma categoria profissional com datas-base distintas implicará repactuações específicas por categoria.

§ 4º O repasse de custos decorrentes de convenções ou dissídios deverá ser integral, vedada a inclusão de benefícios não previstos na proposta, salvo se tornados obrigatórios por norma coletiva ou legal.

Art. 64. O prazo mínimo de um ano para a primeira repactuação será contado a partir:

I – da data-limite de apresentação da proposta, quanto aos custos de mercado;

II – da data do instrumento coletivo vigente à época da proposta, quanto à mão de obra.

Art. 65. Nas repactuações posteriores, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador da última repactuação.

Art. 66. Não se vinculam à Administração cláusulas de convenções ou acordos que tratem de matérias não trabalhistas ou encargos não previstos em lei, tais como participação nos lucros, encargos previdenciários fictos ou preços de insumos.

Art. 67. A repactuação deverá ser solicitada formalmente pela contratada, instruída com:

I – nova planilha de custos e formação de preços, com demonstração analítica da variação dos custos;

II – documentos que comprovem os reajustes reivindicados (instrumentos coletivos, tabelas oficiais, tarifas públicas, indicadores setoriais, entre outros).

§ 1º A Administração poderá solicitar diligências para verificar a variação de custos.

§ 2º O prazo preferencial para resposta é de 30 (trinta) dias, contado da entrega da documentação completa.

§ 3º O prazo será suspenso se a contratada deixar de apresentar os documentos exigidos.

§ 4º O silêncio da Administração não será interpretado como aceitação tácita.

§ 5º As repactuações serão formalizadas por apostilamento, salvo se coincidirem com a prorrogação contratual, hipótese em que será exigido termo aditivo.

§ 6º As repactuações não requeridas durante a vigência contratual serão preclusas com a assinatura de eventual prorrogação ou encerramento do contrato.

Art. 68. A vigência dos novos valores decorrentes da repactuação observará:

I – como regra, a data do fato gerador;

II – data futura acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem para a próxima repactuação;

III – data retroativa, quando prevista no instrumento coletivo, exclusivamente para recomposição de mão de obra.

Parágrafo único. Os efeitos financeiros da repactuação se restringirão à diferença dos custos efetivamente alterados.

Art. 69. O reajuste contratual em sentido estrito consiste na aplicação do índice de correção monetária previamente definido no contrato, vedada a periodicidade inferior a um ano.

§ 1º O reajuste será aplicável aos contratos com vigência igual ou superior a 12 (doze) meses, desde que não envolvam regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

§ 2º O termo inicial será a data da proposta ou do orçamento correspondente.

§ 3º São nulas cláusulas ou práticas que resultem em efeitos financeiros equivalentes a reajustes com periodicidade inferior à anual.

CAPÍTULO III – Da Duração dos Contratos

Art. 70. A vigência contratual será definida no edital ou instrumento convocatório, alinhada ao Plano Anual de Contratações e à disponibilidade orçamentária, devendo observar também o Plano Plurianual (PPA), quando ultrapassar o exercício financeiro.

Art. 71. O setor administrativo deverá manter sistema de controle e alerta de prazos contratuais, a fim de possibilitar a adoção tempestiva das providências para prorrogação, nova contratação ou encerramento, evitando descontinuidade nos serviços ou fornecimentos.

Art. 72. Os contratos de prestação de serviços contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitado o limite legal de até 10 (dez) anos, desde que:

I – haja previsão no edital e no contrato original;

II – a continuidade seja vantajosa para a Administração;

III – a contratada manifeste interesse na prorrogação;

IV – seja possível a extinção do contrato sem ônus para a Administração, quando conveniente.

Art. 73. Nos contratos com escopo definido e prazo determinado, a prorrogação por atraso na execução só será admitida por motivo justificado e aceito pela autoridade competente, quando o atraso for atribuível à contratada.

CAPÍTULO IV – Do Pagamento dos Contratos

SEÇÃO I – Da Ordem Cronológica

Art. 74. Os pagamentos contratuais deverão observar rigorosamente a ordem cronológica por fonte de recurso, conforme as seguintes classes de contratos:

I – fornecimento de bens;

II – locações;

III – prestação de serviços;

IV – realização de obras.

§ 1º As fontes de recursos são classificadas conforme a origem legal das receitas e a destinação específica estabelecida no orçamento.

§ 2º A inclusão do crédito na ordem cronológica ocorrerá a partir do registro da liquidação da despesa no sistema financeiro.

Art. 75. A liquidação da despesa observará o cumprimento integral do objeto, conforme art. 63 da Lei nº 4.320/1964, e será formalizada com base em documentos que comprovem o direito do credor.

§ 1º Nos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, a existência de débitos trabalhistas, previdenciários ou de FGTS não impede a liquidação, desde que o valor correspondente seja retido para pagamento direto.

§ 2º A Administração poderá condicionar a inclusão na ordem de pagamento à comprovação da quitação das obrigações trabalhistas vencidas.

§ 3º O pagamento será precedido da verificação da regularidade fiscal e trabalhista do contratado.

§ 4º Eventuais irregularidades não geram, por si só, a retenção do pagamento, mas exigem notificação ao contratado para regularização.

§ 5º A continuidade da irregularidade poderá ensejar a rescisão contratual e aplicação de penalidades, garantido o contraditório e a ampla defesa.

§ 6º É permitida a retenção de valores devidos até o limite dos prejuízos causados ou das penalidades aplicadas.

Art. 76. O descumprimento injustificado da ordem cronológica ensejará a apuração de responsabilidade do agente público responsável, sem prejuízo das sanções legais.

SEÇÃO II – Dos Prazos de Liquidação e Pagamento

Art. 77. Os prazos para liquidação e pagamento deverão constar expressamente dos instrumentos contratuais ou documentos equivalentes, conforme art. 92, VI, da Lei nº 14.133/2021.

Art. 78. Os seguintes prazos deverão ser observados:

I – até 10 (dez) dias úteis para a liquidação da despesa, a partir do protocolo da nota fiscal ou documento equivalente;

II – até 10 (dez) dias úteis para o pagamento, a contar do registro da liquidação.

§ 1º Para contratações com valor inferior ao limite do art. 75, II da Lei nº 14.133/2021, os prazos previstos nos incisos I e II serão reduzidos pela metade.

§ 2º Os prazos poderão ser prorrogados, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências.

§ 3º O prazo de liquidação não incluirá o tempo necessário para correção de falhas na execução ou na documentação apresentada pelo contratado.

§ 4º Em caso de força maior ou caso fortuito, os prazos serão suspensos até a regularização da situação, preservando-se a posição do credor na ordem cronológica.

§ 5º Havendo insuficiência de recursos, poderá ser realizado pagamento parcial, com o saldo mantido na mesma posição na ordem de pagamentos.

TÍTULO IX

DAS SANÇÕES E DO PROCESSO SANCIONATÓRIO

SEÇÃO I – Disposições Gerais

Art. 79. O contratado que descumprir as obrigações assumidas em contratos administrativos com o Poder Legislativo Municipal estará sujeito às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, observando-se o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

Art. 80. As sanções aplicáveis são:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

SEÇÃO II – Da Apuração e Aplicação

Art. 81. A apuração de infrações será instaurada por meio de processo administrativo sancionador, mediante ato motivado da autoridade competente.

§ 1º O processo será conduzido por comissão designada pela Presidência da Câmara, composta por, no mínimo, 3 (três) servidores efetivos ou ocupantes de cargo técnico.

§ 2º A comissão processante observará os princípios do contraditório, ampla defesa, legalidade, proporcionalidade e razoabilidade.

Art. 82. O procedimento terá as seguintes etapas mínimas:

I – notificação do contratado para ciência da infração e apresentação de defesa prévia no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

II – instrução, com possibilidade de produção de provas e diligências necessárias;

III – relatório conclusivo da comissão, com recomendação fundamentada quanto à aplicação ou não da sanção;

IV – decisão motivada da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento do relatório.

SEÇÃO III – Das Sanções Específicas

Art. 83. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de descumprimento de cláusulas contratuais de menor gravidade, sem prejuízo ao interesse público e desde que não reincidente.

Art. 84. A multa poderá ser:

I – moratória, aplicada pelo atraso injustificado na execução do objeto;

II – compensatória, aplicada pela inexecução parcial ou total do contrato, ou por outras infrações.

§ 1º O valor da multa será calculado conforme o seguinte critério de dosimetria:

I – até 5% do valor do contrato, nos casos de descumprimento parcial ou de menor gravidade;

II – até 10% do valor do contrato, nos casos de descumprimento grave que não configure inexecução total;

III – até 20% do valor do contrato, nos casos de inexecução total, fraude ou prejuízo relevante à Administração.

§ 2º O edital ou contrato poderá fixar os percentuais exatos por tipo de infração, respeitados os limites do § 1º.

§ 3º A multa poderá ser compensada com créditos devidos à contratada ou cobrada judicialmente, se necessário.

Art. 85. O impedimento de licitar e contratar será aplicado nos casos de infração grave, reincidência, ou inexecução parcial do objeto contratual com prejuízo à Administração, por até 3 (três) anos.

Art. 86. A declaração de inidoneidade será aplicada nos casos de fraude à licitação ou execução contratual, prática de atos ilícitos dolosos ou que causem dano relevante à Administração Pública.

SEÇÃO IV – Da Defesa, Recursos e Reabilitação

Art. 87. A contratada poderá apresentar recurso administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da intimação da decisão sancionatória.

§ 1º O recurso terá efeito suspensivo, salvo no caso de multa compensatória, cujo pagamento poderá ser exigido desde já, sem prejuízo da devolução em caso de provimento.

§ 2º A autoridade competente decidirá o recurso em até 10 (dez) dias úteis, podendo delegar tal competência.

Art. 88. A reabilitação da empresa punida com declaração de inidoneidade poderá ser solicitada após 2 (dois) anos do início da sanção, mediante:

I – reparação integral do dano causado, quando houver;

II – demonstração de que não subsistem as razões que motivaram a penalidade;

III – comprovação de capacidade técnica, idoneidade jurídica e regularidade fiscal.

SEÇÃO V – Disposições Finais

Art. 89. A decisão sancionatória e seus efeitos serão registrados em sistema próprio da Câmara Municipal e divulgados no Portal da Transparência e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Art. 90. A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de fundamentação expressa, inclusive quanto à dosimetria da pena, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da legislação correlata.

TÍTULO X

DA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS E TERCEIRIZAÇÃO

SEÇÃO I – Das Disposições Gerais

Art. 91. A contratação de serviços contínuos, com ou sem dedicação exclusiva de mão de obra, deverá observar os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, sendo obrigatória a gestão e fiscalização efetiva da execução contratual.

§ 1º Considera-se serviço contínuo aquele que, por sua natureza, deve manter-se ininterrupto para garantir o interesse público e o funcionamento regular das atividades da Administração.

§ 2º Os serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra somente poderão ser contratados quando for inviável a execução direta e houver demonstração da vantajosidade da terceirização, vedada a alocação de pessoal para atividades-fim típicas de cargos efetivos.

SEÇÃO II – Da Gestão e Fiscalização

Art. 92. Todo contrato de serviço contínuo deverá ter, obrigatoriamente, gestor e, quando necessário, um ou mais fiscais técnicos e administrativos, designados por ato formal da autoridade competente.

§ 1º O gestor será responsável pelo acompanhamento geral do contrato, inclusive pela adoção de providências relativas à repactuação, aditivos e sanções.

§ 2º O(s) fiscal(is) do contrato deverão:

I – acompanhar a execução diária dos serviços;

II – atestar a conformidade do objeto executado;

III – verificar o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais da contratada;

IV – elaborar relatórios de fiscalização e ocorrências.

§ 3º A atuação dos fiscais deverá ser registrada em sistema próprio ou em documentos físicos arquivados no processo de contratação.

SEÇÃO III – Do Reajuste e Repactuação

Art. 93. Os contratos de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra poderão ser objeto de:

I – repactuação, quando houver variação dos custos efetivos da contratação, em especial em razão de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

II – reajuste em sentido estrito, mediante aplicação de índice previamente definido no contrato.

§ 1º A repactuação observará os seguintes requisitos:

I – pedido formal da contratada, instruído com planilha de custos e documentos comprobatórios (como convenção coletiva ou planilhas atualizadas);

II – respeito à anualidade contada da data da proposta ou do último reajuste concedido;

III – análise técnica da variação de custos;

IV – parecer da assessoria jurídica;

V – decisão fundamentada da autoridade competente.

§ 2º A repactuação poderá ser parcial e ocorrer em datas diferentes, conforme a composição de custos (mão de obra e insumos) e datas-bases distintas.

§ 3º O reajuste em sentido estrito observará o índice definido contratualmente e sua periodicidade mínima de 12 meses, nos termos do art. 92, VI, da Lei nº 14.133/2021.

SEÇÃO IV – Do Acompanhamento Trabalhista

Art. 94. Nos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, a contratada deverá apresentar mensalmente os seguintes documentos, sob pena de retenção do pagamento:

I – comprovante de pagamento dos salários e vales (transporte e alimentação);

II – guias de recolhimento de FGTS, INSS e tributos retidos;

III – comprovante de regularidade junto ao FGTS e à Receita Federal;

IV – folha de ponto dos empregados vinculados ao contrato.

§ 1º A fiscalização deverá verificar a compatibilidade entre os documentos apresentados, os empregados efetivamente alocados e os valores contratados.

§ 2º Havendo irregularidade trabalhista que possa gerar responsabilidade subsidiária da Administração, o gestor poderá:

I – reter valores contratuais suficientes para quitação da obrigação;

II – notificar a contratada para regularização imediata;

III – recomendar a rescisão contratual em caso de inadimplemento reiterado ou grave.

§ 3º O edital e o contrato poderão prever, como condição para pagamento, a comprovação mensal da regularidade trabalhista.

SEÇÃO V – Disposições Finais

Art. 95. A duração dos contratos de prestação de serviços contínuos observará o disposto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogada até o limite de 10 (dez) anos, desde que mantida a vantajosidade e a adequação da execução contratual.

Art. 96. A Câmara Municipal poderá elaborar manual de fiscalização de contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, para uniformização de rotinas e capacitação dos servidores.

Art. 97. Os contratos deverão conter cláusula expressa sobre:

I – responsabilidade da contratada pela gestão de seus empregados;

II – proibição de subordinação direta entre os empregados terceirizados e os servidores públicos;

III – obrigação de substituição imediata de empregados em caso de inaptidão, ausência prolongada ou descumprimento de normas internas.

Art. 98. As disposições deste Capítulo aplicam-se exclusivamente aos contratos firmados a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Parágrafo único. Os contratos em vigor na data de publicação desta norma permanecerão regidos pelas condições originalmente pactuadas, inclusive quanto à forma de fiscalização, reajuste, repactuação e demais disposições contratuais, sem prejuízo da adoção subsidiária desta regulamentação, quando não conflitante e mediante decisão fundamentada da autoridade competente.

TÍTULO XI

DA TRANSPARÊNCIA E DIVULGAÇÃO DOS ATOS

Art. 99. A divulgação dos atos relacionados às contratações públicas deverá ser realizada prioritariamente por meio do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), que está em pleno funcionamento e utilização obrigatória pelo Poder Legislativo Municipal.

§ 1º. Os dados e documentos previstos em lei, especialmente aqueles relativos a processos licitatórios, contratos, aditamentos e termos de registro cadastral, devem ser inseridos no PNCP de forma completa e tempestiva.

§ 2º. A divulgação no PNCP deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato, aditamento ou ato equivalente, independentemente de qualquer condição de eficácia do sistema.

§ 3º. O registro cadastral da Câmara Municipal estará integralmente vinculado ao PNCP, sem exceções, garantindo a interoperabilidade e atualização permanente dos dados cadastrais, conforme disposto no art. 87 da Lei nº 14.133/2021.

§ 4º. A divulgação em veículos locais, como o Diário Oficial Municipal ou Portal da Transparência, será mantida apenas como medida complementar e não poderá substituir as obrigações de publicação no PNCP.

§ 5º. O Poder Legislativo Municipal assegurará o acesso amplo às informações divulgadas, observando integralmente as disposições da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

TÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 100. Os contratos administrativos celebrados com fundamento na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, permanecerão regidos por esta até seu término, renovação ou rescisão, sem prejuízo da aplicação subsidiária do presente regulamento, no que couber.

Art. 101. As alterações, aditivos ou renovações contratuais dos contratos firmados sob a égide da Lei nº 8.666/1993 deverão observar as disposições da referida norma legal, inclusive quanto aos procedimentos, prazos e exigências.

Art. 102. Este regulamento aplica-se exclusivamente às contratações iniciadas após a sua entrada em vigor, respeitando-se integralmente as condições pactuadas nos contratos em andamento, regidos por normativos anteriores.

Art. 103. Ficam instituídos os seguintes modelos-padrão, como anexos integrantes desta Resolução, os quais deverão ser utilizados e adaptados conforme a natureza da contratação:

I - Anexo I – Modelo de Termo de Referência: Inclui seções como objeto, justificativa da contratação, descrição técnica, estimativa de preços, critérios de julgamento, obrigações das partes e condições de pagamento.

II - Anexo II – Modelo de Matriz de Riscos: Contém tabela com categorias de riscos (operacionais, legais, financeiros etc.), suas probabilidades, impactos e estratégias de mitigação.

III - Anexo III – Modelo de Edital de Licitação (Pregão Eletrônico): Inclui cláusulas obrigatórias conforme a Lei nº 14.133/2021, regras para habilitação, julgamento, impugnações, recursos e condições de execução contratual.

Parágrafo único. Os modelos constantes dos anexos poderão ser atualizados por ato da Presidência, mediante proposta técnica da Assessoria Jurídica ou do setor responsável pelas contratações, com o objetivo de garantir a conformidade com a legislação vigente e as boas práticas administrativas.

Art. 104. Para matérias não regulamentadas especificamente neste instrumento, poderão ser aplicadas, de forma subsidiária, as Instruções Normativas da Secretaria de Gestão do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – SEGES/MGI, desde que compatíveis com as especificidades e a autonomia administrativa do Poder Legislativo Municipal de Pontal do Paraná.

Art. 105. O presente regulamento será revisto periodicamente, com o objetivo de assegurar sua efetividade e atualização frente às necessidades institucionais e operacionais da Câmara Municipal de Pontal do Paraná.

Art. 106. Fica expressamente revogada a Resolução nº 03/2023, bem como demais normas internas que contrariem as disposições deste regulamento.

Art. 107. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Professor Getúlio Serafim da Nascimento, em 16 de dezembro de 2025.

ELINETE GUIMARÃES ROCHA

Presidente

ANEXO I – MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto:

[Descrever de forma clara e precisa o objeto da contratação, indicando se se trata de bem, serviço comum, serviço especializado, obra, locação, etc.]

2. Justificativa da Contratação:

[Apresentar os motivos da necessidade da contratação, demonstrando a vantagem para a Administração.]

3. Descrição Técnica do Objeto:

[Especificar as características técnicas exigidas, com nível de detalhamento suficiente para orientar a elaboração das propostas.]

4. Quantitativos Estimados:

[Informar as quantidades previstas.]

5. Estimativa de Preços:

[Apresentar o resultado da pesquisa de preços com os respectivos documentos comprobatórios.]

6. Forma de Execução e Prazo:

[Indicar o prazo de entrega ou execução e a forma como se dará a prestação do serviço ou fornecimento.]

7. Critério de Julgamento:

[Ex: menor preço, maior desconto, técnica e preço, etc., conforme o caso.]

8. Obrigações da Contratada:

[Relacionar as obrigações que deverão ser cumpridas pela contratada.]

9. Obrigações da Contratante:

[Relacionar as obrigações da Câmara Municipal.]

10. Condições de Pagamento:

[Informar a forma, prazos e condições de pagamento.]

11. Fiscalização e Gestão Contratual:

[Indicar o responsável pelo acompanhamento da execução contratual.]

12. Penalidades:

[Prever as penalidades aplicáveis em caso de descumprimento contratual.]

ANEXO II – MODELO DE MATRIZ DE RISCOS

Categoria do Risco	Descrição do Risco	Probabilidade (Baixa/Média/Alta)	Impacto (Baixo/Médio/Alto)	Estratégia de Mitigação	Parte Responsável pelo Risco
Operacional	Atraso na entrega de produtos	Média	Alto	Penalidades contratuais e cronograma detalhado	Contratada
Financeiro	Reajuste de preços acima do mercado	Baixa	Médio	Cláusula de reajuste com base em índice oficial	Contratada
Jurídico	Inadimplemento por decisão judicial	Baixa	Alto	Cláusula de rescisão e garantias contratuais	Ambas
Técnico	Produto fora das especificações técnicas	Média	Alto	Testes de conformidade e aceite técnico	Contratada

ANEXO III – MODELO DE EDITAL DE LICITAÇÃO (PREGÃO ELETRÔNICO)

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº [●] /[ANO]

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: [MENOR PREÇO/MELHOR TÉCNICA E PREÇO ETC.]

REGIME DE EXECUÇÃO: [GLOBAL/POR PREÇO UNITÁRIO ETC.]

A Câmara Municipal de Pontal do Paraná, por meio do(a) Pregoeiro(a) designado(a), torna pública a realização da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, regida pela Lei nº 14.133/2021, conforme as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1. Objeto

[Descrever o objeto de forma clara.]

2. Fundamentação Legal

Este certame será regido pela Lei nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 10.024/2019, e demais normas correlatas.

3. Condições de Participação

[Incluir regras sobre quem pode ou não participar.]

4. Envio das Propostas e Disputa de Lances

[Detalhar o funcionamento do sistema eletrônico e o cronograma.]

5. Julgamento das Propostas

[Indicar o critério de julgamento e desclassificação.]

6. Habilitação

[Relacionar os documentos exigidos, inclusive declaração de cumprimento dos requisitos.]

7. Impugnações e Recursos

[Estabelecer prazos e procedimentos.]

8. Condições Contratuais

[Prever as condições essenciais do contrato, como prazos, reajustes, garantias, penalidades, fiscalização.]

9. Disposições Finais

[Outras informações relevantes, inclusive sobre o local e horário da sessão.]

Palácio Professor Getúlio Serafim do Nascimento, 16 de dezembro de 2025.

ELINETE GUIMARÃES ROCHA

Presidente

Publicado por:
Otavio Henrique Batista Gonçalves de Araújo
Código Identificador:391ECAC6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO			
Data	02/12/2025		
Local	Online		
Horário:	14:30		
Conselheiros Participantes:			
Nome	**Instituição**	**posição**	**Presentes**
Lafaete Jacomel	UFPR	titular	Ausência Justificada
Ricardo D. de Aguiar	UNINTER	suplente	X
José Juvanete Pereira	Câmara Municipal	titular	X
Nathalia Centurion Franzoi	SMTDE	suplente	X
Luciana Goldschmidt Costa	Turismóloga	titular	X
Plinio Aguiar	Presidente da COMTUR	titular	X
Junior Bratti	AMPEC	titular	Ausência Justificada
Alice Dalastra	Vice-Presidente COMTUR	titular	X
Patricia Assis	ADETUR Litoral	suplente	Ausente
José Juvanete Pereira	Câmara de Vereadores	titular	X
Valdinei Vicente da Silva (Nei da Pesca)	Câmara de Vereadores	suplente	Ausente
Roberto Stelmaki Jr	ACIAPAR	titular	X
Thiago Alessandro Valentim do Rosário	COTRANAUTA	Titular	Ausente
Reinaldo Peixoto Scpak	CONTRANAUTA	Suplente	X
Rafael Santos de Mattos	ABALINE	Titular	Ausente
Rodrigo do Carmo	ABALINE	Suplente	X
Emanuelle R. Alves	ACOMODEMA	suplente	X
Jackson Cesar Bassfeld	Sec. Meio Ambiente	titular	Ausência Justificada
Roswita Jahnke	Sec. Meio Ambiente	suplente	Ausente
João Rempel	AMPP	titular	X
Fernanda Possatto	MarBrasil	suplente	X
Eduardo Yoshio Saçaki	Cultura	titular	X
Cassiano Ricardo Soares Lopes	SMTDE	Suplente	X
Marjory Faria de Mello Raimundo	Convidada		X

Pauta:	
TÓPICO	**Assunto**
	1. Festival do Caranguejo.
	2. Evento de entrega de certificados do SEBRAE.
	3. Andamento do Projeto da praia do Robalo.
	4. Instalação dos sanitários na Orla.
	5. Linha Turismo.

Plínio inicia a sessão perguntando ao Secretário de Esporte, Lazer, Cultura e Juventude Eduardo Saçaki como foi o Festival de Teatro de Pontal do Paraná(FestPon).

Saçaki diz que foi um grande sucesso batendo o recorde de inscrições para participar do Festival sendo aproximadamente 42 inscritos, apenas 9 foram selecionados. Saçaki menciona o apoio que a Secretaria Estadual de Turismo havia oferecido para o FestPon, mas que não houve tempo hábil

para realizar os trâmites e que para o ano que vem irá buscar esses recursos para ampliar ainda mais o alcance do FestPon. Plínio dá um feedback sobre o FestPon de coisas que ouviu, fala sobre os horários das apresentações ao ar livre e a possibilidade de aumentar a quantidade de cias e apresentações.

1. Festival do Caranguejo

Plinio passa a palavra para Luciana para que ela possa falar sobre o Festival do Caranguejo. Luciana inicia apontando que o Festival do Caranguejo mudou de data através de consulta aos restaurantes que participaram nas outras edições e que perguntaram aos que não queriam o Festival em dezembro se eles participariam em dezembro mesmo assim e que a resposta foi favorável. O lançamento será no dia 6, com a abertura oficial e 7 porque o dia da família foi transferido para a praça de Shangri-lá (praça do caranguejo), também com a junção de um evento de pedalada de aniversário e convida a todos os membros do conselho a participarem das atividades, o quiosque da praça estará servindo caranguejo assim como os restaurantes no entorno da praça. A divulgação já começou em diversos veículos de comunicação e a prefeitura está tentando articular uma parceria com a RPC para que o Festival seja divulgado. Luciana passa a palavra para Nathalia.

Nathalia está acompanhando mais de perto a parte burocrática do Festival, a diretora de turismo aponta que nesse ano foi batida a meta de 25 participantes vendendo caranguejo de

diferentes formas, um recorde em relação às edições anteriores. O Festival começa no dia 5 mas a abertura será no dia 6 às 10:00, a estrutura para a abertura do dia 6 já está sendo montada. Seguindo a tradição de anos anteriores o caranguejo será enfeitado, terá uma árvore de natal atrás e nas bolas de natal terá as logos dos restaurantes participantes. Nathalia convida a todos para estarem presentes nos dias. Luciana fala que novamente a ADETUR Litoral será parceira organizadora dos eventos.

Plínio apresenta o Peixoto, que é o suplente do Thiago da CONTRANAUTA.

2. Evento de entrega dos projetos do SEBRAE

Luciana fala sobre a entrega dos projetos que o SEBRAE faz todos os anos das coisas que o SEBRAE fez durante o ano para o município, então no evento eles mostram o retorno que teve ao município, também, terá uma palestra sobre hospitalidade. Fala sobre as oficinas de atendimento, marketing, hospitalidade entre outras coisas relacionadas a área do turismo no evento Maré de Oportunidades.

3. Praça do Robalo

A praça do Robalo está iniciando o processo de construção do pergolado, o projeto está andando mas teve alguns atrasos por conta da instalação do flutuante e alguns problemas com a empresa licitada para realizar a iluminação, com isso resolvido o projeto está progredindo .

Plínio pergunta para Cassiano sobre os projetos relacionados à ciclorrota, porém, durante a elaboração da pergunta o Cassiano teve de se ausentar por uma demanda relacionada a um convênio do estado. Luciana responde por Cassiano, fala sobre os convênios com o governo do estado para marketing do Festival do Caranguejo, questões relacionadas ao cicloturismo, as ciclorrotas, a constituição de uma lei relacionada ao cicloturismo que contribui para que o município possa captar recursos, que estão conseguindo uma verba para sinalização vinda do deputado Estadual Goura Nataraj.

Alice pede a palavra e pergunta sobre o posto de informação turística perto da praça do robalo, Luciana responde que o projeto continua em pé e que a Universidade Federal do Paraná (UFPR) tem interesse em fazer um pequeno museu/memorial em parceria com a prefeitura. Juvanete pede a palavra e fala que o projeto de cicloturismo está nas comissões para ser votado, menciona um evento feito em um dos restaurante Madalosso para os vereadores do estado do Paraná relacionado ao turismo e promovido pela Secretaria Estadual de Turismo, fala sobre um evento que o Viaje Paraná que vai fazer um evento aqui no município com motorhomes e ficarão alguns dias para conhecer a cidade.

.

4. Instalação dos sanitários na Orla.

Plínio fala sobre a instalação dos sanitários container e o quanto foi benéfico neste final de semana já tiveram aproximadamente 10 ônibus de excursão no terminal de embarque para ir para a

Ilha do Mel. Luciana fala sobre os pontos de instalação dos sanitários containers, sobre os novos pontos e os processos necessários para que eles sejam instalados. Saçaki pediu a palavra para falar sobre o Guaraguaçu fala sobre uma verba que o esporte conseguiu 500 mil reais para a revitalização de 5 praças e que conseguiram mais 500 mil reais para ajudar na elaboração da marina municipal no guaraguaçu, pensa sobre a possibilidade de trazer alguma empresa para custear junto com a prefeitura e ajudar a organizar a marina municipal.

5. Informações sobre a Linha Turismo

Luciana dá informações sobre a linha turismo, rotas, sinalizações, novos pontos pelo qual o ônibus deverá percorrer.

6. Pautas Gerais

Rodrigo faz uma pergunta sobre um flutuante que do IAT que poderia ser destinado ao terminal de embarque para complementar o que já existe, e sobre a instalação dele. Plínio responde sobre a parceria com o IAT e que estão procurando orçamentos para averiguar a melhor forma de realizar a instalação. Rodrigo diz que só queria esclarecer para que eles (ABALINE) soubessem o que teriam de correr atrás para realizar a instalação do

flutuante. Luciana fala que o flutuante é similar ao do Guaraguaçu e que estão averiguando a instalação mas que a resposta demora pois depende de diversos fatores.

Plínio fala sobre a próxima reunião dia 16 que provavelmente vai ser no Iate Clube e encerra a reunião.

_____

Assinatura do Presidente

Plinio Aguiar

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:7565C2C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13.238/2025 DE 16/12/2025

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA

ESTADO DO: PR

Exercício: 2025

Decreto n° 13238/2025 de 16/12/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2625/2024 de 10/12/2024.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$230.444,08 (duzentos e trinta mil e quatrocentos e quarenta e quatro reais e oito centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02		PODER EXECUTIVO	
02.001		GABINETE DO PODER EXECUTIVO	
02.001.04.128.0002.2.004		GERENCIAMENTO DAS ACOES DE RECURSOS HUMANOS	
27 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	75.444,08
02.001.04.131.0002.2.005		GERENCIAMENTO DAS ACOES DA COMUNICACAO SOCIAL	
39 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	155.000,00
		Total Suplementação:	230.444,08

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
08		SECRETARIA MUN DE SEGURANCA PUBLICA	
08.001		DIRETORIA GERAL	
08.001.06.181.0016.2.030		GERENCIAMENTO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL	
266 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	22.175,04
268 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.000,00
270 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	56.269,04
271 - 3.3.90.47.00.00	1000	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	10.000,00
272 - 3.3.90.48.00.00	1000	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	20.000,00
274 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	106.000,00
08.002		FUNDO MUN DE POLITICAS SOBRE DROGAS	
08.002.14.422.0018.2.032		GERENCIAMENTO DE POLITICAS SOBRE DROGAS	

278 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIARIAS - CIVIL	2.500,00
279 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	2.500,00
280 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	2.500,00
08.003		FUNDO MUN DE ALTERNATIVAS PENAIS	
08.003.14.421.0019.2.033		GERENCIAMENTO DE POLITICAS DE ALTERNATIVAS PENAIS	
282 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIARIAS - CIVIL	2.500,00
283 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	2.500,00
284 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	2.500,00
		Total Redução:	230.444,08

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 16 de Dezembro de 2025.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:71D44617

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA SRP N°167/25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 167/2025

1 Pelo presente instrumento, nesta cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, em Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, RG nº XX7233XX SSP/PR, CPF nº XXX.490.069-XX, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa **YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA**, inscrita sob CNPJ 51.740.794/0001-60, estabelecida à Rua Saíra-Ouro, nº 210, Jardim Universidade, cidade de Arapongas, Estado do Paraná, CEP 86.702-820, representada por **IRENE LOPES SALVI,** inscrita no CPF XXX.443.269-XX e portadora da cédula de identidade Civil RG XX53.91XX, para assinarem a presente Ata, nos termos da lei Federal n° 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 056/2023 e do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2025 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** que tem como objeto o Registro de preços para aquisição de material de insumos e materiais básicos utilizados na Atenção Básica do Município e no Pronto Atendimento Municipal, pelo período de 12 meses, segundo quantidades e especificações contidas no Termo de Referência, ANEXO I deste instrumento convocatório.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UN	QTDD	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	271533	ABAIXADOR DE LINGUA COM SABOR É CONFECCIONADO COM PLÁSTICO ATÓXICO, NÃO ESTERILIZADO, COM SABOR E AROMA DE TUTTI-FRUTTI. SEM AÇÚCAR, BISFENOL A OU LÁTEX. COLORAÇÃO SORTIDA E DIMENSÕES12,5X1,5CM. MARCA: 3B	PCT	10	R$ 31,49	R$ 314,90
29	358885	DESINCRUSTANTE ORTOFOSFATO TRISSÓDICO – PACOTE DE 1 KG. MARCA: ICACROST	PCT	10	R$ 90,70	R$ 907,00
32	269878	DIGLICONATO DE CLOREXIDINA 0,5% SOLUÇÃO ALCOÓLICA 100 ML. COMPOSIÇÃO: CADA 100 ML CONTÉM: DIGLICONATO DE CLOREXIDINA. 0,5 G EXCIPIENTES: ÁLCOOL ETÍLICO, ESSÊNCIA FLORAL, GLICERINA E ÁGUA PURIFICADA. MARCA: VICPHARMA	FRS	10	R$ 6,09	R$ 60,90
36	600428	ESTADIÔMETRO VERTICAL, TOTALMENTE PORTÁTIL. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: A RÉGUA EM MATERIAL DE ALUMÍNIO OU ABS LEVE, COM ESCALA MÉTRICA EM CENTÍMETRO E MILÍMETRO, COMPRIMENTO: MÍNIMO 2 METROS; A BASE EM MATERIAL PLÁSTICO ABS. MARCA: AVANUTRI	UN	4	R$ 438,90	R$ 1.755,60
56	438059	PAPEL PARA ECG (ELETROCARDIOGRAMA) DE GRANDE SENSIBILIDADE, TERMO-SENSÍVEL (PARA IMPRESSÃO TÉRMICA). PRODUTO DE LONGA DURABILIDADE, FORNECE UM REGISTRO DEIMAGENSNÍTIDO. MARCA: TECNOPRINT	UN	12	R$ 33,99	R$ 407,88
60	409320	PRANCHA EM COMPENSADO NAVAL PARA RESGATE SEM CINTO. MARCA: RESGATESP	UN	2	R$ 557,70	R$ 1.115,40
62	398705	PVPI DEGERMANTE 1000 ML. MARCA: VICPHARMA	UN	5	R$ 66,00	R$ 330,00
63	398706	PVPI TOPICO 1000 ML. MARCA: VICPHARMA	UN	5	R$ 64,85	R$ 324,25
64	475888	RESERVATÓRIO (VAZIO) PARA ALCOOL GEL 70, MATERIAL PLÁSTICO, CAPACIDADE DE VOLUME DE 800ML, DE PAREDE, ALTURA 11CM X COMPRIMENTO 10CM X LARGURA 10 CM. INFORMAÇÃO ADICIONAL: COMPATÍVEL COM DISPENSER INDICADO PELO DEPARTAMENTO. MARCA: PREMISSE	UN	60	R$ 25,76	R$ 1.545,60
65	475888	RESERVATÓRIO (VAZIO) PARA SABONETE LÍQUIDO, MATERIAL PLÁSTICO, CAPACIDADE DE VOLUMEDE 800ML, APLICAÇÃO SABONETEIRA DE PAREDE, ALTURA 11CM X COMPRIMENTO 10CM X LARGURA 10 CM. INFORMAÇÃO ADICIONAL: COMPATÍVEL COM SABONETEIRA INDICADO PELO DEPARTAMENTO. MARCA: PREMISSE	UN	40	R$ 25,76	R$ 1.030,40
85	438396	SONDA PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL N 10. MARCA: SOLUMED	UN	20	R$ 11,72	R$ 234,40
90	431085	SUPORTE PARA COLETOR MATERIAL PERFUROCORTANTE (13 LITROS). ESPECIFICAÇÃO: SUPORTE PARA COLETOR MATERIAL PERFUROCORTANTE. MARCA: DESCARPACK	UN	15	R$ 28,05	R$ 420,75
Valor global						**R$ 8.447,08**

Obs: O fornecimento deverá obedecer as especificações descritas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 057/2025.

2. Todos os produtos deverão ser entregues com a nota fiscal e data de **validade mínima de 80%** (oitenta por cento) de sua vida útil, obrigatório conter em sua embalagem o número de registro no ministério da saúde, sob pena de não aceitação no momento da entrega;

3. O prazo de entrega dos produtos será de no máximo 15 (quinze) dias corridos após a emissão da requisição de compra; após a assinatura do contrato a empresa deverá obrigatoriamente indicar um responsável para recebimento desta requisição de compra, constando através de Declaração assinada e reconhecida por representante da Empresa o nome, telefone fixo, telefone celular, e-mail, cópia dos documentos de RG e CPF deste responsável pela requisição. Ficará a empresa advertida se não informar o nome do responsável designado para o recebimento da requisição de compra.

4. O endereço para entrega será: **Secretaria Municipal de Saúde, e será informado este local no momento do envio do empenho.**

5. Os horários aceitos para entrega serão os seguintes: 08h às 11h no período da manhã e das 13h às 16h no período da tarde de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados nacionais, municipais e recessos decretados em diário oficial do município.

6. **As entregas serão fracionadas**, sendo que a Administração poderá reduzir ou ampliar as quantidades para atender ao interesse público de acordo com os limites estabelecidos na Lei Federal n° 14133/21.

7. Empresas que estão em débito no fornecimento de produtos ao município ficam proibidas de participarem de nova licitação.

8. A empresa vencedora deverá apresentar Termo de responsabilidade emitido pela distribuidora garantindo a entrega do(s) itens(s) no(s) prazo(s) e quantidade(s) estabelecidas(s) na licitação.

9. O não fornecimento/entrega dos produtos devidamente no prazo assinalado nos itens 2, 3 e 4, enviado no e-mail do responsável da empresa por receber a requisição de compra, importará na aplicação automática à CONTRATADA/FORNECEDORA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do Contrato, limitada a 20% (vinte por cento) do valor contratual e demais sanções previstas em lei;

10. Constituem obrigações da CONTRATADA/FORNECEDORA: a) Providenciar, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade; b) Manter, durante o Contrato, todas as exigências contidas na Requisição de Compras bem como no Edital; c) Manter, durante todo o prazo do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; d) Remover, corrigir, reparar e substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções; e) Substituir, a suas expensas, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, todos os produtos recusados na fase de recebimento; f) Repor no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer produto visivelmente e comprovadamente danificado, deteriorado ou extraviado por seus empregados no ato do fornecimento/entrega; g) Responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os produtos vendidos, bem como se responsabilizar pelo custo de frete no fornecimento/entrega, e demais custos inerentes ao fornecimento/entrega dos produtos; h) Responder por todos os ônus decorrentes do transporte, embalagem, seguros, taxas, fretes e demais encargos que venham incidir na entrega dos itens licitados; i) Responsabilizar pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supra mencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais, e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto do contrato, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Departamento Municipal de Saúde. j) fornecer /entregar os produtos em perfeitas condições de consumo, acondicionados em embalagens de acordo com a especificação do item, livres de qualquer tipo de violação que possa contaminar ou torná-los impróprios ao uso; k) A CONTRATADA/FORNECEDORA deverá disponibilizar os produtos no ato do fornecimento, em boas condições de higiene e limpeza; l) Todos os produtos serão conferidos as especificações (quantidade, tamanho e outros), e qualidades pelo recebedor autorizado. Os produtos deverão ser fornecidos/entregues pela CONTRATADA/FORNECEDORA de acordo com as respectivas normas e transportados em embalagens e veículos apropriados de forma a garantir sua perfeita conservação; m) Assegurar que os produtos fornecidos/entregues tenham um prazo de validade mínima de acordo com a descrição de cada item cotado, contados a partir da data de entrega no Departamento Municipal de Saúde; n) Atender, prioritariamente os pedidos sinalizados como emergência pela CONTRATANTE, em prazo não superior a 96 (noventa e seis) horas; o) Não transferir a outras/terceiros, a responsabilidade parcial ou total pelo fornecimento/entrega dos produtos cotados, sem autorização expressa do Município; p) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do

Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); q) Promover o fornecimento, responsabilizando-se pela qualidade dos produtos. r) A entrega de produtos de baixa qualidade, de procedências duvidosas, ou divergentes do apresentado na proposta, ensejará rescisão contratual e aplicação das respectivas sanções legais, editalícias e contratuais, reservado o direito ao contraditório e à ampla defesa;

11. Ocorrendo possíveis divergências entre a descrição do item contido no Termo de Referência e a descrição vinculada ao código do material no sistema Comprasnet (CATMAT), prevalecerá a descrição contida no Termo de Referência.

12. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro quando solicitado pela empresa vencedora do certame, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, ficando a cargo da interessada a apresentação de todo tipo de prova da ocorrência, sem o que o pedido não será aceito, mas a empresa vencedora deverá entregar todos os pedidos realizados por empenho com data anterior ao pedido de equilíbrio econômico-financeiro registrado na sede da municipalidade.

13. **Caso a empresa vencedora solicitar o equilíbrio econômico-financeiro sobre parcelas já entregues, o mesmo não será concedido**. **Não sendo permitido que a empresa ganhadora realize pedido de reequilíbrio antes de 60 (dias) decorridos da assinatura do contrato. Essa necessidade está demostrada em vários pedidos de reequilíbrio realizados sem nem mesmo o município ter tido a necessidade de empenhar os produtos.**

14. Correrão por conta da empresa adjudicatária as despesas para efetivo atendimento ao objeto licitado, tais como embalagens, seguro, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, locação e quaisquer outros que venham a incidir no pleno atendimento do objeto e a execução deverá ocorrer sem prejuízo dos serviços normais desta Prefeitura.

15 A Gestora de Contrato é a Sra. ANELISE APARECIDA RIBAS, PORTARIA Nº045/2025 de 09 de abril de 2025 e a Fiscal do Contrato/ Ata de Registro de Preços é a Sra. CARLA FRANCIANE DA SILVA, PORTARIA Nº 045 de 09 de abril de 2025.

16. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em **R$8.447,08 (Oito mil e quatrocentos e quarenta e sete reais e oito centavos),** são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 18/12/2025, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 17/12/2026.

17. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do **Pregão Eletrônico n° 057/2025,** cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

18. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Porto Amazonas, 17/12/2025.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	***YNEMED PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA***
Prefeito Municipal	Contratada

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:42A94CC1

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA SRP N°168/25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 168/2025

1 Pelo presente instrumento, nesta cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, em Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, RG nº XX7233XX SSP/PR, CPF nº XXX.490.069-XX, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa **MASTERMEDIC DISTRIBUIDORA LTDA**, inscrita sob CNPJ 39.840.107/0001-83, estabelecida à Rua Teodoro Bernardo Schlickmann, nº 328A, Bairro Centro, cidade de Braço do Norte, Estado de Santa Catarina, CEP 88.750-000, representada por **CRISTIANI DA SILVA,** inscrito no CPF n°XXX.290.649-XX e portador da cédula de identidade Civil RG XX33.89XX, para assinarem a presente Ata, nos termos da lei Federal n° 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 056/2023 e do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2025 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** que tem como objeto o Registro de preços para aquisição de material de insumos e materiais básicos utilizados na Atenção Básica do Município e no Pronto Atendimento Municipal, pelo período de 12 meses, segundo quantidades e especificações contidas no Termo de Referência, ANEXO I deste instrumento convocatório.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UN	QTDD	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
2	479646	ADAPTADOR TRANSFERÊNCIA FLUIDO PONTA DUPLA DISPOSITIVO PARA MISTURA OU RECONSTITUIÇÃO DE DROGAS EM FRASCOS SEM CONTATO COM O AMBIENTE EXTERNO. DUAS PONTAS PERFURANTES PADRÃO ISO COM PROTETOR. PEGA ERGONÔMICA QUE EVITA O CONTATO DA MÃOS COM A PONTA PERFURANTE E FACILITA O MANUSEIO DO PROFISSIONAL. PRODUTO DE USO ÚNICO. ENCAIXE PERFEITO EM TAMPAS DE BORRACHA DE 6,3 MM OU FRASCOS/BOLSA PARA INFUSÃO; PERMITE EXCELENTE FLUXO MESMO COM FRASCOS DE VIDRO; GRANDE DIÂMETRO INTERNO; PREVINE DE FERIMENTOS PROVOCADOS POR AGULHAS. ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO. MARCA: VITALGOLD	UN	30	R$ 0,90	R$ 27,00
14	481317	BASTONETES COM 75 UN. MARCA: NATHY	CX	10	R$ 3,00	R$ 30,00
17	459034	CADARÇO SARJADO PARA FIXAÇÃO CANULA TRAQUEOSTOMIA 100% ALGODÃO 10MM C/ 50 METROS, É UM CADARÇO FINO, COM UMA TRAMA FLEXÍVEL E MACIA. ROLO MÍNIMO DE 10 METROS. MARCA: SONI	RL	10	R$ 19,27	R$ 192,70
45	339565	FITA PARA TESTE GLICEMIA CAPILAR CAIXA COM 50 TIRAS E 100 APARELHOS EM COMODATO. MARCA: G-TECH	CX	2.000	R$ 26,00	R$ 52.000,00
68	SEM CÓDIGO	SERINGA PARA INSULINA 50UI COM AGULHA 6MM X 0,25MM. MARCA: SR	UN	2.000	R$ 0,40	R$ 800,00
69	283987	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N 04. MARCA: BIOSANI	UN	5.000	R$0,56	R$2.800,00
70	289966	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N 06. MARCA: BIOSANI	UN	5.000	R$ 0,57	R$ 2.850,00
71	279765	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N 10. MARCA: BIOSANI	UN	2.000	R$ 0,59	R$ 1.180,00
72	279764	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N 12. MARCA: BIOSANI	UN	2.000	R$ 0,59	R$ 1.180,00
76	435905	SONDA NASOGASTRICA N 04 CURTA. MARCA: BIOSANI	UN	15	R$ 1,29	R$ 19,35
77	437216	SONDA NASOGASTRICA N 06 LONGA. MARCA: BIOSANI	UN	15	R$ 1,26	R$ 18,90
78	435906	SONDA NASOGÁSTRICA N 10 LONGA. MARCA: BIOSANI	UN	15	R$ 1,61	R$ 24,15
79	435307	SONDA NASOGASTRICA N 12 LONGA. MARCA: BIOSANI	UN	15	R$ 0,92	R$ 13,80
80	435908	SONDA NASOGÁSTRICA N 14 LONGA. MARCA: BIOSANI	UN	20	R$ 1,54	R$ 30,80
81	435909	SONDA NASOGÁSTRICA N 16 LONGA. MARCA: BIOSANI	UN	60	R$ 1,80	R$ 108,00
82	435910	SONDA NASOGASTRICA N 18 LONGA. MARCA: BIOSANI	UN	60	R$ 1,82	R$ 109,20
84	435912	SONDA NASOGASTRICA N 22 LONGA. MARCA: BIOSANI	UN	30	R$ 1,97	R$ 59,10
86	438395	SONDA PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL N 12. MARCA: SOLUMED	UN	20	R$ 10,51	R$ 210,20
87	438409	SONDA URETRAL N° 08. MARCA: BIOSANI	UN	100	R$ 1,00	R$ 100,00
91	452228	TALA METÁLICA PARA DEDO 12 X 25MM COM 12 UNIDADES. MARCA: MSO HOSPITALAR	PCT	24	R$ 8,50	R$ 204,00
98	431301	VASELINA LIQUIDA FRASCO 100ML. MARCA: FARMAX	UN	20	R$ 4,28	R$ 85,60
Valor global						**R$ 62.042,80**

Obs: O fornecimento deverá obedecer as especificações descritas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 057/2025.

2. Todos os produtos deverão ser entregues com a nota fiscal e data de **validade mínima de 80%** (oitenta por cento) de sua vida útil, obrigatório conter em sua embalagem o número de registro no ministério da saúde, sob pena de não aceitação no momento da entrega;

3. O prazo de entrega dos produtos será de no máximo 15 (quinze) dias corridos após a emissão da requisição de compra; após a assinatura do contrato a empresa deverá obrigatoriamente indicar um responsável para recebimento desta requisição de compra, constando através de Declaração assinada e reconhecida por representante da Empresa o nome, telefone fixo, telefone celular, e-mail, cópia dos documentos de RG e CPF deste responsável pela requisição. Ficará a empresa advertida se não informar o nome do responsável designado para o recebimento da requisição de compra.

4. O endereço para entrega será: **Secretaria Municipal de Saúde, e será informado este local no momento do envio do empenho.**

5. Os horários aceitos para entrega serão os seguintes: 08h às 11h no período da manhã e das 13h às 16h no período da tarde de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados nacionais, municipais e recessos decretados em diário oficial do município.

6. **As entregas serão fracionadas**, sendo que a Administração poderá reduzir ou ampliar as quantidades para atender ao interesse público de acordo com os limites estabelecidos na Lei Federal n° 14133/21.

7. Empresas que estão em débito no fornecimento de produtos ao município ficam proibidas de participarem de nova licitação.

8. A empresa vencedora deverá apresentar Termo de responsabilidade emitido pela distribuidora garantindo a entrega do(s) itens(s) no(s) prazo(s) e quantidade(s) estabelecidas(s) na licitação.

9. O não fornecimento/entrega dos produtos devidamente no prazo assinalado nos itens 2, 3 e 4, enviado no e-mail do responsável da empresa por receber a requisição de compra, importará na aplicação automática à CONTRATADA/FORNECEDORA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do Contrato, limitada a 20% (vinte por cento) do valor contratual e demais sanções previstas em lei;

10. Constituem obrigações da CONTRATADA/FORNECEDORA: a) Providenciar, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade; b) Manter, durante o Contrato, todas as exigências contidas na Requisição de Compras bem como no Edital; c) Manter, durante todo o prazo do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; d) Remover, corrigir, reparar e substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções; e) Substituir, a suas expensas, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, todos os produtos recusados na fase de recebimento; f) Repor no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer produto visivelmente e comprovadamente danificado, deteriorado ou extraviado por seus empregados no ato do fornecimento/entrega; g) Responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os produtos vendidos, bem como se responsabilizar pelo custo de frete no fornecimento/entrega, e demais custos inerentes ao fornecimento/entrega dos produtos; h) Responder por todos os ônus decorrentes do transporte, embalagem, seguros, taxas, fretes e demais encargos que venham incidir na entrega dos itens licitados; i) Responsabilizar pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supra mencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais, e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto do contrato, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Departamento Municipal de Saúde. j) fornecer /entregar os produtos em perfeitas condições de consumo, acondicionados em embalagens de acordo com a especificação do item, livres de qualquer tipo de violação que possa contaminar ou torná-los impróprios ao uso; k) A CONTRATADA/FORNECEDORA deverá disponibilizar os produtos no ato do fornecimento, em boas condições de higiene e limpeza; l) Todos os produtos serão conferidos as especificações (quantidade, tamanho e outros), e qualidades pelo recebedor autorizado. Os produtos deverão ser fornecidos/entregues pela CONTRATADA/FORNECEDORA de acordo com as respectivas normas e transportados em embalagens e veículos apropriados de forma a garantir sua perfeita conservação; m) Assegurar que os produtos fornecidos/entregues tenham um prazo de validade mínima de acordo com a descrição de cada item cotado, contados a partir da data de entrega no Departamento Municipal de Saúde; n) Atender, prioritariamente os pedidos sinalizados como emergência pela CONTRATANTE, em prazo não superior a 96 (noventa e seis) horas; o) Não transferir a outras/terceiros, a responsabilidade parcial ou total pelo fornecimento/entrega dos produtos cotados, sem autorização expressa do Município; p) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); q) Promover o fornecimento, responsabilizando-se pela qualidade dos produtos. r) A entrega de produtos de baixa qualidade, de procedências duvidosas, ou divergentes do apresentado na proposta, ensejará rescisão contratual e aplicação das respectivas sanções legais, editalícias e contratuais, reservado o direito ao contraditório e à ampla defesa;

11. Ocorrendo possíveis divergências entre a descrição do item contido no Termo de Referência e a descrição vinculada ao código do material no sistema Comprasnet (CATMAT), prevalecerá a descrição contida no Termo de Referência.

12. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro quando solicitado pela empresa vencedora do certame, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, ficando a cargo da interessada a apresentação de todo tipo de prova da ocorrência, sem o que o pedido não será aceito, mas a empresa vencedora deverá entregar todos os pedidos realizados por empenho com data anterior ao pedido de equilíbrio econômico-financeiro registrado na sede da municipalidade.

13. **Caso a empresa vencedora solicitar o equilíbrio econômico-financeiro sobre parcelas já entregues, o mesmo não será concedido**. **Não sendo permitido que a empresa ganhadora realize pedido de reequilíbrio antes de 60 (dias) decorridos da assinatura do contrato. Essa necessidade está demostrada em vários pedidos de reequilíbrio realizados sem nem mesmo o município ter tido a necessidade de empenhar os produtos.**

14. Correrão por conta da empresa adjudicatária as despesas para efetivo atendimento ao objeto licitado, tais como embalagens, seguro, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, locação e quaisquer outros que venham a incidir no pleno atendimento do objeto e a execução deverá ocorrer sem prejuízo dos serviços normais desta Prefeitura.

15 A Gestora de Contrato é a Sra. ANELISE APARECIDA RIBAS, PORTARIA Nº045/2025 de 09 de abril de 2025 e a Fiscal do Contrato/ Ata de Registro de Preços é a Sra. CARLA FRANCIANE DA SILVA, PORTARIA Nº 045 de 09 de abril de 2025.

16. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em **R$62.042,80 (Sessenta e dois mil e quarenta e dois reais e oitenta centavos),** são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 18/12/2025, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 17/12/2026.

17. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do **Pregão Eletrônico n° 057/2025,** cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

18. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Porto Amazonas, 17/12/2025.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	*MASTERMEDIC DISTRIBUIDORA LTDA*
Prefeito Municipal	Contratada

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:390063FC

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA SRP N°169/25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 169/2025

1 Pelo presente instrumento, nesta cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, em Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, RG nº XX7233XX SSP/PR, CPF nº XXX.490.069-XX, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa **L & P LIFE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES,** sob nº CNPJ 49.875.336/0001-97, estabelecida à Rua Manoel Lopes de Oliveira, nº 2759, Sala 001, Bairro Votoroes, CEP 85.140-000, Candói, Estado do Paraná, representada por **PATRIQUE SCHREINER,** inscrito no CPF: XXX.182.509-XX, portador da cédula de identidade Civil RG: XX22.65XX, para assinarem a presente Ata, nos termos da lei Federal n° 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 056/2023 e do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2025 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** que tem como objeto o Registro de preços para aquisição de material de insumos e materiais básicos utilizados na Atenção Básica do Município e no Pronto Atendimento Municipal, pelo período de 12 meses, segundo quantidades e especificações contidas no Termo de Referência, ANEXO I deste instrumento convocatório.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UN	QTDD	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
3	439904	AGULHA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, APLICAÇÃO P/ CANETA APLICADORA, DIMENSÕES CERCA DE 30 G X 8 MM, CONECTOR LUER LOCK OU SLIP, PROTETOR C/ LACRE, TIPO USO DESCARTÁVEL, ESTÉRIL CX C/100 UM. MARCA: WILTEX/MEDIX	CX	200	R$ 12,75	R$ 2.550,00
16	615853	BOLSA DE OSTOMIA PARA COLONOSCOPIA E ILEOSTOMIA (PLCA E BOLSA ACOPLADAS). MODELO FECHADA. OPACA, PROPRIA PARA USO DO ANEL MOLDAVEL. MARCA: LISMED	UN	600	R$ 10,25	R$ 6.150,00
21	329972	CINTA DE FIXAÇÃO CT 725. MARCA: RESGATE	UN	10	R$ 25,45	R$ 254,50
28	SEM CODIGO	CURATIVO ALLEVYN. MARCA: SILICARE/M-TEC	UN	30	R$134,1476	R$4.024,428
35	609776	EQUIPO PARA TRASNFUSÃO SANGUINEA, DISPOSITIVO PARA INFUSÃO E CONTROLE DE FLUXO E DOSAGEM DE SANGUE E HEMODERIVADOS; • CÂMARA DUPLA FLEXÍVEL, SENDO QUE A PRIMEIRA É DOTADA DE FILTRO, A SEGUNDA PARA VISUALIZAÇÃO E CONTROLE DO GOTEJAMENTO; • PONTA PERFURANTE QUE PERMITE CONEXÃO SEGURA AS BOLSAS DE SANGUE E DERIVADOS; • TUBO EXTENSOR EM PVC DE 150 CM; • CONTROLADOR DE FLUXO TIPO PINÇA ROLETE; • ENCAIXE LUER LOCK PARA DISPOSITIVO DE ACESSO VENOSO. MARCA: VITAL	UN	100	R$ 3,8025	R$ 380,25
37	SEM CODIGO	EXTENSOR DE GASTROSTOMIA. MARCA: HARTMANN	UN	30	R$6,2866	R$188,598
38	479618	FILTRO HME/HMEF BACTERIOSTATICO C/TRAQUEIA PEDIATRICO/INFANTIL; EFICÁCIA DA MEMBRANA DE FILTRAÇÃO: BACTÉRIAS: 99,999%; VÍRUS: 99,999% (LAUDO EFETUADO COM VÍRUS DE APROXIMADAMENTE 22 NM); TUBERCULOSE: 99,999% COMPATÍVEL COM TODOS	UN	20	R$ 7,35	R$ 147,00

		OS CIRCUITOS RESPIRATÓRIOS E RESPIRADORES MECÂNICOS; FILTRO HMEF TROCADOR DE CALOR E UMIDADE COM CONEXÃO UNIVERSAL RETA ESTÉRIL; BACTERIAL E VIRAL, ELETROSTÁTICO, HIDROFÓBICO E HIGROSCÓPICO; ESPAÇO MORTO (TRAQUEINHA) DE 26ML E VOLUME TIDAL DE 90 A 1500ML; ACESSO PARA MONITORAÇÃO CAPNÓGRAFO COM CONEXÃO LUER LOCK FÊMEA COM TAMPA; VOLUME CORRENTE (TIDAL): 90 - 1500 ML; CONEXÕES: 22M-15F / 22F-15M; PESO: 19G; ESTERILIZAÇÃO POR ÓXIDO DE ETILENO; MEIO FILTRANTE: CELULOSE E POLIPROPILENO HIDROFÓBICO ELETROSTÁTICO; ESTRUTURA: POLIPROPILENO; SAÍDA DE UMIDADE: >31MG/ H2O @ VT 250ML (LAUDO DE VERIFICAÇÃO DISPONÍVEL MEDIANTE SOLICITAÇÃO DO CLIENTE); EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO: BACTERIAL 99,999%; VIRAL 99,999% (LAUDO DE VERIFICAÇÃO DISPONÍVEL MEDIANTE SOLICITAÇÃO DO CLIENTE); RESISTÊNCIA AO FLUXO CM H2O A 15L/MIN: 120PA; DIMENSÕES: ALTURA 73MM; LARGURA 48MM; EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO; ATÓXICO. RECOMENDAÇÕES USO PEDIÁTRICO EM CIRCUITO RESPIRATÓRIO OU ANESTESIA, TRATAMENTO INTENSIVO OU CIRURGIA. DISPOSITIVO DE USO INDIVIDUAL DESCARTÁVEL; TROCA: 24 HORAS. MARCA: MEDIX				
39	487452	FIO SUT CAT SIMPL 2-0 AG 3 CM 24 UM. MARCA: TECHNOFIO/PROCARE/MEDIX	CX	3	R$ 89,74	R$ 269,22
40	487454	FIO SUT NYLON PRET 2-0 AG 3,0CM 45CM VALOR POR CAIXA COM 24 ENVELOPES. MARCA: TECHNOFIO/PROCARE/MEDIX	CX	10	R$ 30,99	R$ 309,90
42	487420	FIO SUT NYLON PRET 4-0 AG 1,5CM C/24UN. MARCA: TECHNOFIO/PROCARE/MEDIX	CX	10	R$ 30,00	R$ 300,00
43	487380	FIO DE NYLON 5-0 COM AGULHA 3/8 45CM COM 24 ENVELOPES. MARCA: TECHNOFIO/PROCARE/MEDIX	CX	5	R$ 30,00	R$ 150,00
44	487378	FIO DE NYLON 6-0 COM AGULHA 3/8 COM 24 ENVELOPES. MARCA: TECHNOFIO/PROCARE/MEDIX	CX	5	R$ 30,00	R$ 150,00
47	618286	LACRE COM NUMERADO 1000 LACRES MALOTE ESCADINHA 16,5CM PODENDO SER NAS CORES VERDE/AZUL/VERMELHO/AMARELO NUMERADO SEQUENCIAL, INICIANDO ALEATORIAMENTE SEM REPETIR! LACRES DE PLÁSTICO NUMERADOS SÃO UMA SOLUÇÃO PRÁTICA E EFICIENTE PARA DIVERSOS CENÁRIOS QUE EXIGEM CONTROLE E GARANTIA DE INVIOLABILIDADE. É IMPORTANTE ESCOLHER LACRES DE QUALIDADE E COM NUMERAÇÃO ÚNICA PARA GARANTIR A SEGURANÇA E RASTREABILIDADE ADEQUADAS. COMPRIMENTO: 16,5 CM. FORNECIMENTO: 1.000 UNIDADES EM CARTELAS DE 10 LACRES. CARACTERÍSTICAS: AJUSTÁVEL, FABRICADOS EM POLIPROPILENO, MATÉRIA PRIMA VIRGEM, NUMERADOS POR HOT STAMPING, COM 7 DÍGITOS SEQUENCIAIS, INICIANDO ALEATORIAMENTE. DIMENSÕES: -DIMENSÕES DA PLACA: 10MM DE LARGURA X 30MM COMPRIMENTO. - COMPRIMENTO TOTAL DO LACRE: 16,5 CM (PARA CONTROLE NÚMEROS DE LACRE DE CARRINHOS E CAIXAS PLÁSTICAS). MARCA: RIGORAN	PCT	4	R$ 457,3250	R$ 1.829,30
49	481794	LENÇOL DESCARTAVEL EM TNT COM ELASTICO VERDE/AZUL C/10 UNIDADES, GRAMATURA 20- TAMANHO - 2,40X1M. MARCA: ANADONA	PCT	100	R$ 10,22	R$ 1.022,00
52	486882	MÁSCARA N 95 CAIXA COM 10. MARCA: SPK	CX	100	R$ 8,45	R$ 845,00
53	SEM CODIGO	MÁSCARA DE OXIGENOTERAPIA PARA TRAQUEOSTOMIA. MARCA: FOYOMED	UN	300	R$6,97	R$2.091,00
73	279761	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N 14. MARCA: BIO/MEDIX	UN	2.000	R$ 0,64	R$ 1.280,00
74	436012	SONDA FOLEY LATEX 3 VIAS 18FR (30ML BALÃO) A SONDA FOLEY 3 VIAS É UM DISPOSITIVO, COMPOSTO DE UM TUBO EM LÁTEX SILICONIZADO INDICADO PARA PROCEDIMENTOS UROLÓGICOS VARIADOS, PARA CURTA E LONGA PERMANÊNCIA EM PACIENTES, PARA DRENAGEM VESICAL DE ROTINA, PARA DRENAGEM PÓS CIRÚRGICOS OU IRRIGAÇÃO VESICAL PARA ELIMINAÇAO DE COAGULOS DE SANGUE. MARCA: TERA/MEDIX	UN	10	R$ 3,55	R$ 35,50
75	436018	SONDA FOLEY LATEX 3 VIAS 20FR (30ML BALÃO) A SONDA FOLEY 3 VIAS É UM DISPOSITIVO, COMPOSTO DE UM TUBO EM LÁTEX SILICONIZADO INDICADO PARA PROCEDIMENTOS UROLÓGICOS VARIADOS, PARA CURTA E LONGA PERMANÊNCIA EM PACIENTES, PARA DRENAGEM VESICAL DE ROTINA, PARA DRENAGEM PÓS CIRÚRGICOS OU IRRIGAÇÃO VESICAL PARA ELIMINAÇAO DE COAGULOS DE SANGUE. MARCA: TERA/MEDIX	UN	10	R$ 3,55	R$ 35,50
97	389770	VÁLVULA REGULADORA FLUXÔMETRO OXIGÊNIO MEDICINAL 0 A 15 LPM ULTILIZADO COM: QUALQUER TAMANHO DE CILINDROS DE OXIGÊNIO; ROSCA PADRÃO ABNT 218-1 / CGA 540; CORPO EM LATÃO CROMADO; ATENDE TODAS AS NORMAS DE FABRICAÇÃO E SEGURANÇA; POSSUI VALVULA DE SEGURANÇA; FLUXOMETRO DE PRECISÃO NA REGULAGEM; COMPATÍVEL COM QUALQUER TAMANHO DE CILINDRO DE OXIGENIO CGA 540 / ABNT 218-1; CARACTERISTICAS DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO: MANÔMETRO DE ALTA PRESSÃO COM ESCALA DE 0 A 315 KGF/CM2. PRÉ-CALIBRADO DE FÁBRICA COM PRESSÃO FIXA DE 3,5 KGF/CM2 POSSIBILITANDO O FLUXOMETRO ATINGE ATÉ 15 LPM; ENTRADA COM FILTRO EM BRONZE SINTETIZADO. - VÁLVULA DE SEGURANÇA. FLUXÔMETRO COM ESCALA DE 0 A 15 LITROS NO FLUXÔMETRO; CORPO EM LATÃO CROMADO; CONEXÕES DE ENTRADA E SAÍDA EM LATÃO CROMADO; SAÍDA DO GÁS CALIBRADO: 3,5 + 0,3KGF/CM; CONEXÃO DE ENTRADA ABNT 218-1 OXIGÊNIO; CONEXÃO DE SAIDA ROSCA DIREITA 9/16 UNF; MANÔMETRO DE ALTA PRESSÃO COM ESCALA DE 0 A 315 KGF/CM2. MARCA: ANDRA	UN	30	R$ 226,90	R$ 6.807,00
Valor global						**R$ 28.819,196**

Obs: O fornecimento deverá obedecer as especificações descritas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 057/2025.

2. Todos os produtos deverão ser entregues com a nota fiscal e data de **validade mínima de 80%** (oitenta por cento) de sua vida útil, obrigatório conter em sua embalagem o número de registro no ministério da saúde, sob pena de não aceitação no momento da entrega;

3. O prazo de entrega dos produtos será de no máximo 15 (quinze) dias corridos após a emissão da requisição de compra; após a assinatura do contrato a empresa deverá obrigatoriamente indicar um responsável para recebimento desta requisição de compra, constando através de Declaração assinada e reconhecida por representante da Empresa o nome, telefone fixo, telefone celular, e-mail, cópia dos documentos de RG e CPF deste responsável pela requisição. Ficará a empresa advertida se não informar o nome do responsável designado para o recebimento da requisição de compra.

4. O endereço para entrega será: **Secretaria Municipal de Saúde, e será informado este local no momento do envio do empenho.**

5. Os horários aceitos para entrega serão os seguintes: 08h às 11h no período da manhã e das 13h às 16h no período da tarde de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados nacionais, municipais e recessos decretados em diário oficial do município.

6. **As entregas serão fracionadas**, sendo que a Administração poderá reduzir ou ampliar as quantidades para atender ao interesse público de acordo com os limites estabelecidos na Lei Federal n° 14133/21.

7. Empresas que estão em débito no fornecimento de produtos ao município ficam proibidas de participarem de nova licitação.

8. A empresa vencedora deverá apresentar Termo de responsabilidade emitido pela distribuidora garantindo a entrega do(s) itens(s) no(s) prazo(s) e quantidade(s) estabelecidas(s) na licitação.

9. O não fornecimento/entrega dos produtos devidamente no prazo assinalado nos itens 2, 3 e 4, enviado no e-mail do responsável da empresa por receber a requisição de compra, importará na aplicação automática à CONTRATADA/FORNECEDORA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do Contrato, limitada a 20% (vinte por cento) do valor contratual e demais sanções previstas em lei;

10. Constituem obrigações da CONTRATADA/FORNECEDORA: a) Providenciar, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade; b) Manter, durante o Contrato, todas as exigências contidas na Requisição de Compras bem como no Edital; c) Manter, durante todo o prazo do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; d) Remover, corrigir, reparar e substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções; e) Substituir, a suas expensas, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, todos os produtos recusados na fase de recebimento; f) Repor no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer produto visivelmente e comprovadamente danificado, deteriorado ou extraviado por seus empregados no ato do fornecimento/entrega; g) Responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os produtos vendidos, bem como se responsabilizar pelo custo de frete no fornecimento/entrega, e demais custos inerentes ao fornecimento/entrega dos produtos; h) Responder por todos os ônus decorrentes do transporte, embalagem, seguros, taxas, fretes e demais encargos que venham incidir na entrega dos itens licitados; i) Responsabilizar pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supra mencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais, e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto do contrato, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Departamento Municipal de Saúde. j) fornecer /entregar os produtos em perfeitas condições de consumo, acondicionados em embalagens de acordo com a especificação do item, livres de qualquer tipo de violação que possa contaminar ou torná-los impróprios ao uso; k) A CONTRATADA/FORNECEDORA deverá disponibilizar os produtos no ato do fornecimento, em boas condições de higiene e limpeza; l) Todos os produtos serão conferidos as especificações (quantidade, tamanho e outros), e qualidades pelo recebedor autorizado. Os produtos deverão ser fornecidos/entregues pela CONTRATADA/FORNECEDORA de acordo com as respectivas normas e transportados em embalagens e veículos apropriados de forma a garantir sua perfeita conservação; m) Assegurar que os produtos fornecidos/entregues tenham um prazo de validade mínima de acordo com a descrição de cada item cotado, contados a partir da data de entrega no Departamento Municipal de Saúde; n) Atender, prioritariamente os pedidos sinalizados como emergência pela CONTRATANTE, em prazo não superior a 96 (noventa e seis) horas; o) Não transferir a outras/terceiros, a responsabilidade parcial ou total pelo fornecimento/entrega dos produtos cotados, sem autorização expressa do Município; p) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); q) Promover o fornecimento, responsabilizando-se pela qualidade dos produtos. r) A entrega de produtos de baixa qualidade, de procedências duvidosas, ou divergentes do apresentado na proposta, ensejará rescisão contratual e aplicação das respectivas sanções legais, editalícias e contratuais, reservado o direito ao contraditório e à ampla defesa;

11. Ocorrendo possíveis divergências entre a descrição do item contido no Termo de Referência e a descrição vinculada ao código do material no sistema Comprasnet (CATMAT), prevalecerá a descrição contida no Termo de Referência.

12. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro quando solicitado pela empresa vencedora do certame, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, ficando a cargo da interessada a apresentação de todo tipo de prova da ocorrência, sem o que o pedido não será aceito, mas a empresa vencedora deverá entregar todos os pedidos realizados por empenho com data anterior ao pedido de equilíbrio econômico-financeiro registrado na sede da municipalidade.

13. **Caso a empresa vencedora solicitar o equilíbrio econômico-financeiro sobre parcelas já entregues, o mesmo não será concedido**. **Não sendo permitido que a empresa ganhadora realize pedido de reequilíbrio antes de 60 (dias) decorridos da assinatura do contrato. Essa necessidade está demostrada em vários pedidos de reequilíbrio realizados sem nem mesmo o município ter tido a necessidade de empenhar os produtos.**

14. Correrão por conta da empresa adjudicatária as despesas para efetivo atendimento ao objeto licitado, tais como embalagens, seguro, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, locação e quaisquer outros que venham a incidir no pleno atendimento do objeto e a execução deverá ocorrer sem prejuízo dos serviços normais desta Prefeitura.

15 A Gestora de Contrato é a Sra. ANELISE APARECIDA RIBAS, PORTARIA Nº045/2025 de 09 de abril de 2025 e a Fiscal do Contrato/ Ata de Registro de Preços é a Sra. CARLA FRANCIANE DA SILVA, PORTARIA Nº 045 de 09 de abril de 2025.

16. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em **R$28.819,196 (Vinte e oito mil e oitocentos e dezenove reais e cento e noventa e seis centésimos de centavos),** são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 18/12/2025, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 17/12/2026.

17. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do **Pregão Eletrônico n° 057/2025,** cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

18. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Porto Amazonas, 17/12/2025.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	*L & P LIFE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES*
Prefeito Municipal	Contratada

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:F7FF9EEB

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA SRP N°170/25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 170/2025

1 Pelo presente instrumento, nesta cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, em Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, RG nº XX7233XX SSP/PR, CPF nº XXX.490.069-XX, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa **HOSP MEDIC SERVIÇOS LTDA,** sob nº CNPJ 20.861.961/0001-06, estabelecida à Av. Marechal Floriano Peixoto, nº 7532, Bairro Boqueirão, CEP 81.670-000, Curitiba, Estado do Paraná, representada por **JULIANO DE LACERDA,** inscrito no CPF: XXX.937.659-XX, portador da cédula de identidade Civil RG: XX73.11XX, para assinarem a presente Ata, nos termos da lei Federal n° 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 056/2023 e do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2025 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** que tem como objeto o Registro de preços para aquisição de material de insumos e materiais básicos utilizados na Atenção Básica do Município e no Pronto Atendimento Municipal, pelo período de 12 meses, segundo quantidades e especificações contidas no Termo de Referência, ANEXO I deste instrumento convocatório.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UN	QTDD	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
13	291980	ATADURA DE RAYON 7,5CM X 5M. MARCA: POLARFIX	UN	3.000	R$ 7,25	R$ 21.750,00
41	487384	FIO SUT NYLON PRET 3-0 AG CTI 3/8 CIRG TRG 3,0CM 45CM VALOR POR CAIXA COM 24 ENVELOPES. MARCA: MEDIX	CX	25	R$ 29,00	R$ 725,00
50	SEM CODIGO	LUVA PLÁSTICA DESCARTÁVEL ESTÉRIL C/100. MARCA: MEDIX	CX	300	R$ 9,15	R$2.745,00
88	438412	SONDA URETRAL N° 10. MARCA: MEDIX	UN	4.000	R$ 0,54	R$ 2.160,00
89	435976	SONDA URETRAL N°12. MARCA: MEDIX	UN	3.000	R$ 0,54	R$ 1.620,00
Valor global						**R$ 29.000,00**

Obs: O fornecimento deverá obedecer as especificações descritas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 057/2025.

2. Todos os produtos deverão ser entregues com a nota fiscal e data de **validade mínima de 80%** (oitenta por cento) de sua vida útil, obrigatório conter em sua embalagem o número de registro no ministério da saúde, sob pena de não aceitação no momento da entrega;

3. O prazo de entrega dos produtos será de no máximo 15 (quinze) dias corridos após a emissão da requisição de compra; após a assinatura do contrato a empresa deverá obrigatoriamente indicar um responsável para recebimento desta requisição de compra, constando através de Declaração assinada e reconhecida por representante da Empresa o nome, telefone fixo, telefone celular, e-mail, cópia dos documentos de RG e CPF deste responsável pela requisição. Ficará a empresa advertida se não informar o nome do responsável designado para o recebimento da requisição de compra.

4. O endereço para entrega será: **Secretaria Municipal de Saúde, e será informado este local no momento do envio do empenho.**

5. Os horários aceitos para entrega serão os seguintes: 08h às 11h no período da manhã e das 13h às 16h no período da tarde de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados nacionais, municipais e recessos decretados em diário oficial do município.

6. **As entregas serão fracionadas**, sendo que a Administração poderá reduzir ou ampliar as quantidades para atender ao interesse público de acordo com os limites estabelecidos na Lei Federal n° 14133/21.

7. Empresas que estão em débito no fornecimento de produtos ao município ficam proibidas de participarem de nova licitação.

8. A empresa vencedora deverá apresentar Termo de responsabilidade emitido pela distribuidora garantindo a entrega do(s) itens(s) no(s) prazo(s) e quantidade(s) estabelecidas(s) na licitação.

9. O não fornecimento/entrega dos produtos devidamente no prazo assinalado nos itens 2, 3 e 4, enviado no e-mail do responsável da empresa por receber a requisição de compra, importará na aplicação automática à CONTRATADA/FORNECEDORA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do Contrato, limitada a 20% (vinte por cento) do valor contratual e demais sanções previstas em lei;

10. Constituem obrigações da CONTRATADA/FORNECEDORA: a) Providenciar, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade; b) Manter, durante o Contrato, todas as exigências contidas na Requisição de Compras bem como no Edital; c) Manter, durante todo o prazo do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; d) Remover, corrigir, reparar e substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções; e) Substituir, a suas expensas, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, todos os produtos recusados na fase de recebimento; f) Repor no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer produto visivelmente e comprovadamente danificado, deteriorado ou extraviado por seus empregados no ato do fornecimento/entrega; g) Responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os produtos vendidos, bem como se responsabilizar pelo custo de frete no fornecimento/entrega, e demais custos inerentes ao fornecimento/entrega dos produtos; h) Responder por todos os ônus decorrentes do transporte, embalagem, seguros, taxas, fretes e demais encargos que venham incidir na entrega dos itens licitados; i) Responsabilizar pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supra mencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais, e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto do contrato, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Departamento Municipal de Saúde. j) fornecer /entregar os produtos em perfeitas condições de consumo, acondicionados em embalagens de acordo com a especificação do item, livres de qualquer tipo de violação que possa contaminar ou torná-los impróprios ao uso; k) A CONTRATADA/FORNECEDORA deverá disponibilizar os produtos no ato do fornecimento, em boas condições de higiene e limpeza; l) Todos os produtos serão conferidos as especificações (quantidade, tamanho e outros), e qualidades pelo recebedor autorizado. Os produtos deverão ser fornecidos/entregues pela CONTRATADA/FORNECEDORA de acordo com as respectivas normas e transportados em embalagens e veículos apropriados de forma a garantir sua perfeita conservação; m) Assegurar que os produtos fornecidos/entregues tenham um prazo de validade mínima de acordo com a descrição de cada item cotado, contados a partir da data de entrega no Departamento Municipal de Saúde; n) Atender, prioritariamente os pedidos sinalizados como emergência pela CONTRATANTE, em prazo não superior a 96 (noventa e seis) horas; o) Não transferir a outras/terceiros, a responsabilidade parcial ou total pelo fornecimento/entrega dos produtos cotados, sem autorização expressa do Município; p) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); q) Promover o fornecimento, responsabilizando-se pela qualidade dos produtos. r) A entrega de produtos de baixa qualidade, de procedências duvidosas, ou divergentes do apresentado na proposta, ensejará rescisão contratual e aplicação das respectivas sanções legais, editalícias e contratuais, reservado o direito ao contraditório e à ampla defesa;

11. Ocorrendo possíveis divergências entre a descrição do item contido no Termo de Referência e a descrição vinculada ao código do material no sistema Comprasnet (CATMAT), prevalecerá a descrição contida no Termo de Referência.

12. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro quando solicitado pela empresa vencedora do certame, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, ficando a cargo da interessada a apresentação de todo tipo de prova da ocorrência, sem o que o pedido não será aceito, mas a empresa vencedora deverá entregar todos os pedidos realizados por empenho com data anterior ao pedido de equilíbrio econômico-financeiro registrado na sede da municipalidade.

13. **Caso a empresa vencedora solicitar o equilíbrio econômico-financeiro sobre parcelas já entregues, o mesmo não será concedido**. **Não sendo permitido que a empresa ganhadora realize pedido de reequilíbrio antes de 60 (dias) decorridos da assinatura do contrato. Essa necessidade está demostrada em vários pedidos de reequilíbrio realizados sem nem mesmo o município ter tido a necessidade de empenhar os produtos.**

14. Correrão por conta da empresa adjudicatária as despesas para efetivo atendimento ao objeto licitado, tais como embalagens, seguro, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, locação e quaisquer outros que venham a incidir no pleno atendimento do objeto e a execução deverá ocorrer sem prejuízo dos serviços normais desta Prefeitura.

15 A Gestora de Contrato é a Sra. ANELISE APARECIDA RIBAS, PORTARIA Nº045/2025 de 09 de abril de 2025 e a Fiscal do Contrato/ Ata de Registro de Preços é a Sra. CARLA FRANCIANE DA SILVA, PORTARIA Nº 045 de 09 de abril de 2025.

16. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em **R$29.000,00 (Vinte e nove mil reais),** são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 18/12/2025, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 17/12/2026.

17. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do **Pregão Eletrônico n° 057/2025,** cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

18. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Porto Amazonas, 17/12/2025.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	***HOSP MEDIC SERVIÇOS LTDA***
Prefeito Municipal	Contratada

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:F4C7E8ED

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA SRP N°171/25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 171/2025

1 Pelo presente instrumento, nesta cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, em Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, RG nº XX7233XX SSP/PR, CPF nº XXX.490.069-XX, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa **MEDMED COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES,** sob nº CNPJ 34.064.557/0001-08,

estabelecida à Rua 456, nº 365, Bairro Jardim Praiamar, CEP 88.220-000, Itapema, Estado de Santa Catarina, representada por **RODRIGO FERNANDES MARTINS,** inscrito no CPF: XXX.060.999-XX, portador da cédula de identidade Civil RG: XX588XX, para assinarem a presente Ata, nos termos da lei Federal n° 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 056/2023 e do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2025 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** que tem como objeto o Registro de preços para aquisição de material de insumos e materiais básicos utilizados na Atenção Básica do Município e no Pronto Atendimento Municipal, pelo período de 12 meses, segundo quantidades e especificações contidas no Termo de Referência, ANEXO I deste instrumento convocatório.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UN	QTDD	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
33	461243	ELETRODO PARA ELETROCARDIOGRAMA PACOTE COM 50 UNIDADES. MARCA: MEDIX	PCT	1.000	R$ 11,69	R$ 11.690,00

Obs: O fornecimento deverá obedecer as especificações descritas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 057/2025.

2. Todos os produtos deverão ser entregues com a nota fiscal e data de **validade mínima de 80%** (oitenta por cento) de sua vida útil, obrigatório conter em sua embalagem o número de registro no ministério da saúde, sob pena de não aceitação no momento da entrega;

3. O prazo de entrega dos produtos será de no máximo 15 (quinze) dias corridos após a emissão da requisição de compra; após a assinatura do contrato a empresa deverá obrigatoriamente indicar um responsável para recebimento desta requisição de compra, constando através de Declaração assinada e reconhecida por representante da Empresa o nome, telefone fixo, telefone celular, e-mail, cópia dos documentos de RG e CPF deste responsável pela requisição. Ficará a empresa advertida se não informar o nome do responsável designado para o recebimento da requisição de compra.

4. O endereço para entrega será: **Secretaria Municipal de Saúde, e será informado este local no momento do envio do empenho.**

5. Os horários aceitos para entrega serão os seguintes: 08h às 11h no período da manhã e das 13h às 16h no período da tarde de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados nacionais, municipais e recessos decretados em diário oficial do município.

6. **As entregas serão fracionadas**, sendo que a Administração poderá reduzir ou ampliar as quantidades para atender ao interesse público de acordo com os limites estabelecidos na Lei Federal n° 14133/21.

7. Empresas que estão em débito no fornecimento de produtos ao município ficam proibidas de participarem de nova licitação.

8. A empresa vencedora deverá apresentar Termo de responsabilidade emitido pela distribuidora garantindo a entrega do(s) itens(s) no(s) prazo(s) e quantidade(s) estabelecidas(s) na licitação.

9. O não fornecimento/entrega dos produtos devidamente no prazo assinalado nos itens 2, 3 e 4, enviado no e-mail do responsável da empresa por receber a requisição de compra, importará na aplicação automática à CONTRATADA/FORNECEDORA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do Contrato, limitada a 20% (vinte por cento) do valor contratual e demais sanções previstas em lei;

10. Constituem obrigações da CONTRATADA/FORNECEDORA: a) Providenciar, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade; b) Manter, durante o Contrato, todas as exigências contidas na Requisição de Compras bem como no Edital; c) Manter, durante todo o prazo do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; d) Remover, corrigir, reparar e substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções; e) Substituir, a suas expensas, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, todos os produtos recusados na fase de recebimento; f) Repor no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer produto visivelmente e comprovadamente danificado, deteriorado ou extraviado por seus empregados no ato do fornecimento/entrega; g) Responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou

venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os produtos vendidos, bem como se responsabilizar pelo custo de frete no fornecimento/entrega, e demais custos inerentes ao fornecimento/entrega dos produtos; h) Responder por todos os ônus decorrentes do transporte, embalagem, seguros, taxas, fretes e demais encargos que venham incidir na entrega dos itens licitados; i) Responsabilizar pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supra mencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais, e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto do contrato, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Departamento Municipal de Saúde. j) fornecer /entregar os produtos em perfeitas condições de consumo, acondicionados em embalagens de acordo com a especificação do item, livres de qualquer tipo de violação que possa contaminar ou torná-los impróprios ao uso; k) A CONTRATADA/FORNECEDORA deverá disponibilizar os produtos no ato do fornecimento, em boas condições de higiene e limpeza; l) Todos os produtos serão conferidos as especificações (quantidade, tamanho e outros), e qualidades pelo recebedor autorizado. Os produtos deverão ser fornecidos/entregues pela CONTRATADA/FORNECEDORA de acordo com as respectivas normas e transportados em embalagens e veículos apropriados de forma a garantir sua perfeita conservação; m) Assegurar que os produtos fornecidos/entregues tenham um prazo de validade mínima de acordo com a descrição de cada item cotado, contados a partir da data de entrega no Departamento Municipal de Saúde; n) Atender, prioritariamente os pedidos sinalizados como emergência pela CONTRATANTE, em prazo não superior a 96 (noventa e seis) horas; o) Não transferir a outras/terceiros, a responsabilidade parcial ou total pelo fornecimento/entrega dos produtos cotados, sem autorização expressa do Município; p) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); q) Promover o fornecimento, responsabilizando-se pela qualidade dos produtos. r) A entrega de produtos de baixa qualidade, de procedências duvidosas, ou divergentes do apresentado na proposta, ensejará rescisão contratual e aplicação das respectivas sanções legais, editalícias e contratuais, reservado o direito ao contraditório e à ampla defesa;

11. Ocorrendo possíveis divergências entre a descrição do item contido no Termo de Referência e a descrição vinculada ao código do material no sistema Comprasnet (CATMAT), prevalecerá a descrição contida no Termo de Referência.

12. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro quando solicitado pela empresa vencedora do certame, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, ficando a cargo da interessada a apresentação de todo tipo de prova da ocorrência, sem o que o pedido não será aceito, mas a empresa vencedora deverá entregar todos os pedidos realizados por empenho com data anterior ao pedido de equilíbrio econômico-financeiro registrado na sede da municipalidade.

13. **Caso a empresa vencedora solicitar o equilíbrio econômico-financeiro sobre parcelas já entregues, o mesmo não será concedido**. **Não sendo permitido que a empresa ganhadora realize pedido de reequilíbrio antes de 60 (dias) decorridos da assinatura do contrato. Essa necessidade está demostrada em vários pedidos de reequilíbrio realizados sem nem mesmo o município ter tido a necessidade de empenhar os produtos.**

14. Correrão por conta da empresa adjudicatária as despesas para efetivo atendimento ao objeto licitado, tais como embalagens, seguro, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, locação e quaisquer outros que venham a incidir no pleno atendimento do objeto e a execução deverá ocorrer sem prejuízo dos serviços normais desta Prefeitura.

15 A Gestora de Contrato é a Sra. ANELISE APARECIDA RIBAS, PORTARIA Nº045/2025 de 09 de abril de 2025 e a Fiscal do Contrato/ Ata de Registro de Preços é a Sra. CARLA FRANCIANE DA SILVA, PORTARIA Nº 045 de 09 de abril de 2025.

16. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em **R$11.690,00 (Onze mil e seiscentos e noventa reais),** são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 18/12/2025, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 17/12/2026.

17. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do **Pregão Eletrônico n° 057/2025,** cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

18. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Porto Amazonas, 17/12/2025.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	*MEDMED COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES*
Prefeito Municipal	Contratada

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:870D6D4B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA SRP N°172/25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 172/2025

1 Pelo presente instrumento, nesta cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, em Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, RG nº XX7233XX SSP/PR, CPF nº XXX.490.069-XX, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa **EQUIMED EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA,** inscrita sob CNPJ 38.408.899/0001-59, estabelecida à Rua Graça Aranha, nº875, Bairro Brcão, cidade de Pinhais, Estado do Paraná, CEP 83.321-020, representada por **SÉRGIO EDELBERTO VALÉRIO JUNIOR**, inscrito no CPF n°: XXX.410.899-XX e portador do RG nº XX61.54XX, para assinarem a presente Ata, nos termos da lei Federal n° 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 056/2023 e do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2025 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** que tem como objeto o Registro de preços para aquisição de material de insumos e materiais básicos utilizados na Atenção Básica do Município e no Pronto Atendimento Municipal, pelo período de 12 meses, segundo quantidades e especificações contidas no Termo de Referência, ANEXO I deste instrumento convocatório.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UN	QTDD	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
51	443839	MANGUITO PNI 1 VIA EM SILICONE P/ MONITOR MULTIPARAMÉTRICO – OBESO ADULTO COM 41 – 51 CM. MARCA: PRESSURE	UN	2	R$ 120,00	R$ 240,00
54	422565	MONITOR DE SINAIS VITAIS - MONITOR CARDIÁCO HOSPITALAR - MONITOR MULTIPARAMÉTRICO MARCA DE REFERÊNCIACMOSDRAKELEVI. MARCA: CREATIVE. MODELO: PC900	UN	3	R$ 4.485,00	R$13.455,00
Valor global						**R$ 13.695,00**

Obs: O fornecimento deverá obedecer as especificações descritas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 057/2025.

2. Todos os produtos deverão ser entregues com a nota fiscal e data de **validade mínima de 80%** (oitenta por cento) de sua vida útil, obrigatório conter em sua embalagem o número de registro no ministério da saúde, sob pena de não aceitação no momento da entrega;

3. O prazo de entrega dos produtos será de no máximo 15 (quinze) dias corridos após a emissão da requisição de compra; após a assinatura do contrato a empresa deverá obrigatoriamente indicar um responsável para recebimento desta requisição de compra, constando através de Declaração assinada e reconhecida por representante da Empresa o nome, telefone fixo, telefone celular, e-mail, cópia dos documentos de RG e CPF deste responsável pela requisição. Ficará a empresa advertida se não informar o nome do responsável designado para o recebimento da requisição de compra.

4. O endereço para entrega será: **Secretaria Municipal de Saúde, e será informado este local no momento do envio do empenho.**

5. Os horários aceitos para entrega serão os seguintes: 08h às 11h no período da manhã e das 13h às 16h no período da tarde de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados nacionais, municipais e recessos decretados em diário oficial do município.

6. **As entregas serão fracionadas**, sendo que a Administração poderá reduzir ou ampliar as quantidades para atender ao interesse público de acordo com os limites estabelecidos na Lei Federal n° 14133/21.

7. Empresas que estão em débito no fornecimento de produtos ao município ficam proibidas de participarem de nova licitação.

8. A empresa vencedora deverá apresentar Termo de responsabilidade emitido pela distribuidora garantindo a entrega do(s) itens(s) no(s) prazo(s) e quantidade(s) estabelecidas(s) na licitação.

9. O não fornecimento/entrega dos produtos devidamente no prazo assinalado nos itens 2, 3 e 4, enviado no e-mail do responsável da empresa por receber a requisição de compra, importará na aplicação automática à CONTRATADA/FORNECEDORA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do Contrato, limitada a 20% (vinte por cento) do valor contratual e demais sanções previstas em lei;

10. Constituem obrigações da CONTRATADA/FORNECEDORA: a) Providenciar, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade; b) Manter, durante o Contrato, todas as exigências contidas na Requisição de Compras bem como no Edital; c) Manter, durante todo o prazo do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; d) Remover, corrigir, reparar e substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções; e) Substituir, a suas expensas, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, todos os produtos recusados na fase de recebimento; f) Repor no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer produto visivelmente e comprovadamente danificado, deteriorado ou extraviado por seus empregados no ato do fornecimento/entrega; g) Responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os produtos vendidos, bem como se responsabilizar pelo custo de frete no fornecimento/entrega, e demais custos inerentes ao fornecimento/entrega dos produtos; h) Responder por todos os ônus decorrentes do transporte, embalagem, seguros, taxas, fretes e demais encargos que venham incidir na entrega dos itens licitados; i) Responsabilizar pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supra mencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais, e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto do contrato, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Departamento Municipal de Saúde. j) fornecer /entregar os produtos em perfeitas condições de consumo, acondicionados em embalagens de acordo com a especificação do item, livres de qualquer tipo de violação que possa contaminar ou torná-los impróprios ao uso; k) A CONTRATADA/FORNECEDORA deverá disponibilizar os produtos no ato do fornecimento, em boas condições de higiene e limpeza; l) Todos os produtos serão conferidos as especificações (quantidade, tamanho e outros), e qualidades pelo recebedor autorizado. Os produtos deverão ser fornecidos/entregues pela CONTRATADA/FORNECEDORA de acordo com as respectivas normas e transportados em embalagens e veículos apropriados de forma a garantir sua perfeita conservação; m) Assegurar que os produtos fornecidos/entregues tenham um prazo de validade mínima de acordo com a descrição de cada item cotado, contados a partir da data de entrega no Departamento Municipal de Saúde; n) Atender, prioritariamente os pedidos sinalizados como emergência pela CONTRATANTE, em prazo não superior a 96 (noventa e seis) horas; o) Não transferir a outras/terceiros, a responsabilidade parcial ou total pelo fornecimento/entrega dos produtos cotados, sem autorização expressa do Município; p) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); q) Promover o fornecimento, responsabilizando-se pela qualidade dos produtos. r) A entrega de produtos de baixa qualidade, de procedências duvidosas, ou divergentes do apresentado na proposta, ensejará rescisão contratual e aplicação das respectivas sanções legais, editalícias e contratuais, reservado o direito ao contraditório e à ampla defesa;

11. Ocorrendo possíveis divergências entre a descrição do item contido no Termo de Referência e a descrição vinculada ao código do material no sistema Comprasnet (CATMAT), prevalecerá a descrição contida no Termo de Referência.

12. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro quando solicitado pela empresa vencedora do certame, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, ficando a cargo da interessada a apresentação de todo tipo de prova da ocorrência, sem o que o pedido não será aceito, mas a empresa vencedora deverá entregar todos os pedidos realizados por empenho com data anterior ao pedido de equilíbrio econômico-financeiro registrado na sede da municipalidade.

13. **Caso a empresa vencedora solicitar o equilíbrio econômico-financeiro sobre parcelas já entregues, o mesmo não será concedido**. **Não sendo permitido que a empresa ganhadora realize pedido de reequilíbrio antes de 60 (dias) decorridos da assinatura do contrato. Essa necessidade está demostrada em vários pedidos de reequilíbrio realizados sem nem mesmo o município ter tido a necessidade de empenhar os produtos.**

14. Correrão por conta da empresa adjudicatária as despesas para efetivo atendimento ao objeto licitado, tais como embalagens, seguro, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, locação e quaisquer outros que venham a incidir no pleno atendimento do objeto e a execução deverá ocorrer sem prejuízo dos serviços normais desta Prefeitura.

15 A Gestora de Contrato é a Sra. ANELISE APARECIDA RIBAS, PORTARIA Nº045/2025 de 09 de abril de 2025 e a Fiscal do Contrato/ Ata de Registro de Preços é a Sra. CARLA FRANCIANE DA SILVA, PORTARIA Nº 045 de 09 de abril de 2025.

16. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em **R$13.695,00 (Treze mil e seiscentos e noventa e cinco reais),** são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 18/12/2025, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 17/12/2026.

17. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do **Pregão Eletrônico n° 057/2025,** cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

18. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Porto Amazonas, 17/12/2025.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	*EQUIMED EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA*
Prefeito Municipal	Contratada

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:D58C977D

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA SRP N°173/25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 173/2025

1 Pelo presente instrumento, nesta cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, em Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, RG nº XX7233XX SSP/PR, CPF nº XXX.490.069-XX, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa **EDHMED EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA,** inscrita sob CNPJ 37.955.443/0001-46, estabelecida à Rua Tereza dos Santos Rocha, nº156, Bairro Loteamento Marinoni, cidade de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, CEP 83.508-587, representada por **DANIELA REGINA PORTES MARTINS**, inscrita no CPF n°: XXX.203.029-XX e portadora do RG nº XX66.45XX, para assinarem a presente Ata, nos termos da lei Federal n° 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 056/2023 e do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2025 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** que tem como objeto o Registro de preços para aquisição de material de insumos e materiais básicos utilizados na Atenção Básica do Município e no Pronto Atendimento Municipal, pelo período de 12 meses, segundo quantidades e especificações contidas no Termo de Referência, ANEXO I deste instrumento convocatório.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UN	QTDD	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
66	478682	RESERVATÓRIO PARA REANIMADOR INFANTIL 1000ML PRODUZIDO EM PVC NÃO AUTOCLAVÁVEL. MARCA: PROTEC	UN	5	R$ 29,23	R$ 146,15

Obs: O fornecimento deverá obedecer as especificações descritas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 057/2025.

2. Todos os produtos deverão ser entregues com a nota fiscal e data de **validade mínima de 80%** (oitenta por cento) de sua vida útil, obrigatório conter em sua embalagem o número de registro no ministério da saúde, sob pena de não aceitação no momento da entrega;

3. O prazo de entrega dos produtos será de no máximo 15 (quinze) dias corridos após a emissão da requisição de compra; após a assinatura do contrato a empresa deverá obrigatoriamente indicar um responsável para recebimento desta requisição de compra, constando através de Declaração assinada e reconhecida por representante da Empresa o nome, telefone fixo, telefone celular, e-mail, cópia dos documentos de RG e CPF deste responsável pela requisição. Ficará a empresa advertida se não informar o nome do responsável designado para o recebimento da requisição de compra.

4. O endereço para entrega será: **Secretaria Municipal de Saúde, e será informado este local no momento do envio do empenho.**

5. Os horários aceitos para entrega serão os seguintes: 08h às 11h no período da manhã e das 13h às 16h no período da tarde de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados nacionais, municipais e recessos decretados em diário oficial do município.

6. **As entregas serão fracionadas**, sendo que a Administração poderá reduzir ou ampliar as quantidades para atender ao interesse público de acordo com os limites estabelecidos na Lei Federal n° 14133/21.

7. Empresas que estão em débito no fornecimento de produtos ao município ficam proibidas de participarem de nova licitação.

8. A empresa vencedora deverá apresentar Termo de responsabilidade emitido pela distribuidora garantindo a entrega do(s) itens(s) no(s) prazo(s) e quantidade(s) estabelecidas(s) na licitação.

9. O não fornecimento/entrega dos produtos devidamente no prazo assinalado nos itens 2, 3 e 4, enviado no e-mail do responsável da empresa por receber a requisição de compra, importará na aplicação automática à CONTRATADA/FORNECEDORA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do Contrato, limitada a 20% (vinte por cento) do valor contratual e demais sanções previstas em lei;

10. Constituem obrigações da CONTRATADA/FORNECEDORA: a) Providenciar, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade; b) Manter, durante o Contrato, todas as exigências contidas na Requisição de Compras bem como no Edital; c) Manter, durante todo o prazo do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; d) Remover, corrigir, reparar e substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções; e) Substituir, a suas expensas, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, todos os produtos recusados na fase de recebimento; f) Repor no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer produto visivelmente e comprovadamente danificado, deteriorado ou extraviado por seus empregados no ato do fornecimento/entrega; g) Responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os produtos vendidos, bem como se responsabilizar pelo custo de frete no fornecimento/entrega, e demais custos inerentes ao fornecimento/entrega dos produtos; h) Responder por todos os ônus decorrentes do transporte, embalagem, seguros, taxas, fretes e demais encargos que venham incidir na entrega dos itens licitados; i) Responsabilizar pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supra mencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais, e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto do contrato, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Departamento Municipal de Saúde. j) fornecer /entregar os produtos em perfeitas condições de consumo, acondicionados em embalagens de acordo com a especificação do item, livres de qualquer tipo de violação que possa contaminar ou torná-los impróprios ao uso; k) A CONTRATADA/FORNECEDORA deverá disponibilizar os produtos no ato do fornecimento, em boas condições de higiene e limpeza; l) Todos os produtos serão conferidos as especificações (quantidade, tamanho e outros), e qualidades pelo recebedor autorizado. Os produtos deverão ser fornecidos/entregues pela CONTRATADA/FORNECEDORA de acordo com as respectivas normas e transportados em embalagens e veículos apropriados de forma a garantir sua perfeita conservação; m) Assegurar que os produtos fornecidos/entregues tenham um prazo de validade mínima de acordo com a descrição de cada item cotado, contados a partir da data de entrega no Departamento Municipal de Saúde; n) Atender, prioritariamente os pedidos sinalizados como emergência pela CONTRATANTE, em prazo não superior a 96 (noventa e seis) horas; o) Não transferir a outras/terceiros, a responsabilidade parcial ou total pelo fornecimento/entrega dos produtos cotados, sem autorização expressa do Município; p) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); q) Promover o fornecimento, responsabilizando-se pela qualidade dos produtos. r) A entrega de produtos de baixa qualidade, de procedências duvidosas, ou divergentes do apresentado na proposta, ensejará rescisão contratual e aplicação das respectivas sanções legais, editalícias e contratuais, reservado o direito ao contraditório e à ampla defesa;

11. Ocorrendo possíveis divergências entre a descrição do item contido no Termo de Referência e a descrição vinculada ao código do material no sistema Comprasnet (CATMAT), prevalecerá a descrição contida no Termo de Referência.

12. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro quando solicitado pela empresa vencedora do certame, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, ficando a cargo da interessada a apresentação de todo tipo de prova da ocorrência, sem o que o pedido não será aceito, mas a empresa vencedora deverá entregar todos os pedidos realizados por empenho com data anterior ao pedido de equilíbrio econômico-financeiro registrado na sede da municipalidade.

13. **Caso a empresa vencedora solicitar o equilíbrio econômico-financeiro sobre parcelas já entregues, o mesmo não será concedido**. **Não sendo permitido que a empresa ganhadora realize pedido de reequilíbrio antes de 60 (dias) decorridos da assinatura do contrato. Essa**

necessidade está demostrada em vários pedidos de reequilíbrio realizados sem nem mesmo o município ter tido a necessidade de empenhar os produtos.

14. Correrão por conta da empresa adjudicatária as despesas para efetivo atendimento ao objeto licitado, tais como embalagens, seguro, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, locação e quaisquer outros que venham a incidir no pleno atendimento do objeto e a execução deverá ocorrer sem prejuízo dos serviços normais desta Prefeitura.

15 A Gestora de Contrato é a Sra. ANELISE APARECIDA RIBAS, PORTARIA Nº045/2025 de 09 de abril de 2025 e a Fiscal do Contrato/ Ata de Registro de Preços é a Sra. CARLA FRANCIANE DA SILVA, PORTARIA Nº 045 de 09 de abril de 2025.

16. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em **R$146,15 (Cento e quarenta e seis reais e quinze centavos),** são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 18/12/2025, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 17/12/2026.

17. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do **Pregão Eletrônico n° 057/2025,** cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

18. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Porto Amazonas, 17/12/2025.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	*EDHMED EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA*
Prefeito Municipal	Contratada

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:DAF27E58

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA SRP N°174/25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 174/2025

1 Pelo presente instrumento, nesta cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, em Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, RG nº XX7233XX SSP/PR, CPF nº XXX.490.069-XX, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa **K E M MEDICAL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n° 40.892.801/0001-23, estabelecida à Rua Cristo Redentor, nº 81, Bairro Pioneiro Catarinense, CEP 85.810-090, Cascavel, Estado do Paraná, representada por **ANSELMO FERREIRA MENDES**, inscrito no CPF: XXX.824.939-XX, portador da cédula de identidade Civil RG: XX3655XX, para assinarem a presente Ata, nos termos da lei Federal n° 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 056/2023 e do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2025 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** que tem como objeto o Registro de preços para aquisição de material de insumos e materiais básicos utilizados na Atenção Básica do Município e no Pronto Atendimento Municipal, pelo período de 12 meses, segundo quantidades e especificações contidas no Termo de Referência, ANEXO I deste instrumento convocatório.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UN	QTDD	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
93	298208	TERMÔMETRO AXILAR RÁPIDO; PONTA DE OURO (ANTI ALÉRGICA). MEDIÇÃO EM APENAS 9 SEGUNDOS.DESIGN EXCLUSIVO, COM CORPO EMBORRACHADO. SENSOR DE OURO, ANTI ALÉRGICO.PONTA FLEXÍVEL ALARME DE FEBRE. A PROVA D'ÁGUA.VISOR EXTRA GRANDE DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO, SINAL ACÚSTICO AUTOMÁTICO MEMORIZA A ÚLTIMA MEDIÇÃO.DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MEMÓRIA ÚLTIMA MEDIÇÃO; VISOR DIGITAL CRISTAL LÍQUIDO; FAIXA DE MEDIÇÃO 32,0° C ~ 43,9° C; ESCALA 0,1° C; PRECISÃO +/- 0,1° C; DESLIGAMENTO BOTÃO DESLIGA OU APÓS 10 MIN. SEM UTILIZAÇÃO TEMPO DE VIDA DA BATERIAATÉ 200H DE FUNCIONAMENTO CONTÍNUO; DIMENSÕES DO TERMÔMETRO COMP. 2,3 CM / LARG. 1 CM / ALT. 13 CM; PESO APROXIMADAMENTE 15G (INCLUINDO AS BATERIAS) CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO 10° C À 35° C - UMIDADE 30% À 75%; CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO -25° C Á 60° C -	UN	30	R$ 12,00	R$ 360,00

		UMIDADE 10% Ä 83%; ALIMENTAÇÃOLR41 (1,55V) JÁ INCLUSAS. MARCA: G-TECH				

Obs: O fornecimento deverá obedecer as especificações descritas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 057/2025.

2. Todos os produtos deverão ser entregues com a nota fiscal e data de **validade mínima de 80%** (oitenta por cento) de sua vida útil, obrigatório conter em sua embalagem o número de registro no ministério da saúde, sob pena de não aceitação no momento da entrega;

3. O prazo de entrega dos produtos será de no máximo 15 (quinze) dias corridos após a emissão da requisição de compra; após a assinatura do contrato a empresa deverá obrigatoriamente indicar um responsável para recebimento desta requisição de compra, constando através de Declaração assinada e reconhecida por representante da Empresa o nome, telefone fixo, telefone celular, e-mail, cópia dos documentos de RG e CPF deste responsável pela requisição. Ficará a empresa advertida se não informar o nome do responsável designado para o recebimento da requisição de compra.

4. O endereço para entrega será: **Secretaria Municipal de Saúde, e será informado este local no momento do envio do empenho.**

5. Os horários aceitos para entrega serão os seguintes: 08h às 11h no período da manhã e das 13h às 16h no período da tarde de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados nacionais, municipais e recessos decretados em diário oficial do município.

6. **As entregas serão fracionadas**, sendo que a Administração poderá reduzir ou ampliar as quantidades para atender ao interesse público de acordo com os limites estabelecidos na Lei Federal n° 14133/21.

7. Empresas que estão em débito no fornecimento de produtos ao município ficam proibidas de participarem de nova licitação.

8. A empresa vencedora deverá apresentar Termo de responsabilidade emitido pela distribuidora garantindo a entrega do(s) itens(s) no(s) prazo(s) e quantidade(s) estabelecidas(s) na licitação.

9. O não fornecimento/entrega dos produtos devidamente no prazo assinalado nos itens 2, 3 e 4, enviado no e-mail do responsável da empresa por receber a requisição de compra, importará na aplicação automática à CONTRATADA/FORNECEDORA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do Contrato, limitada a 20% (vinte por cento) do valor contratual e demais sanções previstas em lei;

10. Constituem obrigações da CONTRATADA/FORNECEDORA: a) Providenciar, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade; b) Manter, durante o Contrato, todas as exigências contidas na Requisição de Compras bem como no Edital; c) Manter, durante todo o prazo do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; d) Remover, corrigir, reparar e substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções; e) Substituir, a suas expensas, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, todos os produtos recusados na fase de recebimento; f) Repor no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer produto visivelmente e comprovadamente danificado, deteriorado ou extraviado por seus empregados no ato do fornecimento/entrega; g) Responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os produtos vendidos, bem como se responsabilizar pelo custo de frete no fornecimento/entrega, e demais custos inerentes ao fornecimento/entrega dos produtos; h) Responder por todos os ônus decorrentes do transporte, embalagem, seguros, taxas, fretes e demais encargos que venham incidir na entrega dos itens licitados; i) Responsabilizar pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supra mencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais, e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto do contrato, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Departamento Municipal de Saúde. j) fornecer /entregar os produtos em perfeitas condições de consumo, acondicionados em embalagens de acordo com a especificação do item, livres de qualquer tipo de violação que possa contaminar ou torná-los impróprios ao uso; k) A CONTRATADA/FORNECEDORA deverá disponibilizar os produtos no ato do fornecimento, em boas condições de higiene e limpeza; l) Todos os produtos serão conferidos as especificações (quantidade, tamanho e outros), e qualidades pelo recebedor autorizado. Os produtos deverão ser fornecidos/entregues pela CONTRATADA/FORNECEDORA de acordo com as respectivas normas e transportados em embalagens e veículos apropriados de forma a garantir sua perfeita conservação; m) Assegurar que os produtos fornecidos/entregues tenham um prazo de validade mínima

de acordo com a descrição de cada item cotado, contados a partir da data de entrega no Departamento Municipal de Saúde; n) Atender, prioritariamente os pedidos sinalizados como emergência pela CONTRATANTE, em prazo não superior a 96 (noventa e seis) horas; o) Não transferir a outras/terceiros, a responsabilidade parcial ou total pelo fornecimento/entrega dos produtos cotados, sem autorização expressa do Município; p) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); q) Promover o fornecimento, responsabilizando-se pela qualidade dos produtos. r) A entrega de produtos de baixa qualidade, de procedências duvidosas, ou divergentes do apresentado na proposta, ensejará rescisão contratual e aplicação das respectivas sanções legais, editalícias e contratuais, reservado o direito ao contraditório e à ampla defesa;

11. Ocorrendo possíveis divergências entre a descrição do item contido no Termo de Referência e a descrição vinculada ao código do material no sistema Comprasnet (CATMAT), prevalecerá a descrição contida no Termo de Referência.

12. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro quando solicitado pela empresa vencedora do certame, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, ficando a cargo da interessada a apresentação de todo tipo de prova da ocorrência, sem o que o pedido não será aceito, mas a empresa vencedora deverá entregar todos os pedidos realizados por empenho com data anterior ao pedido de equilíbrio econômico-financeiro registrado na sede da municipalidade.

13. **Caso a empresa vencedora solicitar o equilíbrio econômico-financeiro sobre parcelas já entregues, o mesmo não será concedido**. **Não sendo permitido que a empresa ganhadora realize pedido de reequilíbrio antes de 60 (dias) decorridos da assinatura do contrato. Essa necessidade está demostrada em vários pedidos de reequilíbrio realizados sem nem mesmo o município ter tido a necessidade de empenhar os produtos.**

14. Correrão por conta da empresa adjudicatária as despesas para efetivo atendimento ao objeto licitado, tais como embalagens, seguro, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, locação e quaisquer outros que venham a incidir no pleno atendimento do objeto e a execução deverá ocorrer sem prejuízo dos serviços normais desta Prefeitura.

15 A Gestora de Contrato é a Sra. ANELISE APARECIDA RIBAS, PORTARIA Nº045/2025 de 09 de abril de 2025 e a Fiscal do Contrato/ Ata de Registro de Preços é a Sra. CARLA FRANCIANE DA SILVA, PORTARIA Nº 045 de 09 de abril de 2025.

16. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em **R$360,00 (Trezentos e sessenta reais),** são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 18/12/2025, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 17/12/2026.

17. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do **Pregão Eletrônico n° 057/2025,** cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

18. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Porto Amazonas, 17/12/2025.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	***K E M MEDICAL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA***
Prefeito Municipal	Contratada

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:80095011

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA SRP N°175/25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/2025

1 Pelo presente instrumento, nesta cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, em Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, RG nº XX7233XXX SSP/PR, CPF nº XXX.490.069-XX, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa **MEDYLOG LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n° 11.958.200/0001-78, estabelecida à Rua 24, QE 40, Lote 05, Polo de Modas, Guará II, Brasília, distrito Federal, CEP 71.070-524, representada por **CLÁUDIA MARIA RODRIGUES**, inscrita no CPF: XXX.358.641-XX, portadora do documento n° XX03X OAB DF, para assinarem a presente Ata, nos termos da lei Federal n° 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 056/2023 e do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2025 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** que tem como objeto o Registro de preços para aquisição de material de insumos e materiais básicos utilizados na Atenção Básica do Município e no Pronto Atendimento Municipal, pelo período de 12 meses, segundo quantidades e especificações contidas no Termo de Referência, ANEXO I deste instrumento convocatório.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UN	QTDD	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
94	442299	TESTE RÁPIDO DE GRAVIDEZ, TESTE, DOSAGEM, BETA HCG CROMATOGRÁFRICO. MARCA: ANALISA	UN	150	R$ 0,43	R$ 64,50

Obs: O fornecimento deverá obedecer as especificações descritas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 057/2025.

2. Todos os produtos deverão ser entregues com a nota fiscal e data de **validade mínima de 80%** (oitenta por cento) de sua vida útil, obrigatório conter em sua embalagem o número de registro no ministério da saúde, sob pena de não aceitação no momento da entrega;

3. O prazo de entrega dos produtos será de no máximo 15 (quinze) dias corridos após a emissão da requisição de compra; após a assinatura do contrato a empresa deverá obrigatoriamente indicar um responsável para recebimento desta requisição de compra, constando através de Declaração assinada e reconhecida por representante da Empresa o nome, telefone fixo, telefone celular, e-mail, cópia dos documentos de RG e CPF deste responsável pela requisição. Ficará a empresa advertida se não informar o nome do responsável designado para o recebimento da requisição de compra.

4. O endereço para entrega será: **Secretaria Municipal de Saúde, e será informado este local no momento do envio do empenho.**

5. Os horários aceitos para entrega serão os seguintes: 08h às 11h no período da manhã e das 13h às 16h no período da tarde de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados nacionais, municipais e recessos decretados em diário oficial do município.

6. **As entregas serão fracionadas**, sendo que a Administração poderá reduzir ou ampliar as quantidades para atender ao interesse público de acordo com os limites estabelecidos na Lei Federal n° 14133/21.

7. Empresas que estão em débito no fornecimento de produtos ao município ficam proibidas de participarem de nova licitação.

8. A empresa vencedora deverá apresentar Termo de responsabilidade emitido pela distribuidora garantindo a entrega do(s) itens(s) no(s) prazo(s) e quantidade(s) estabelecidas(s) na licitação.

9. O não fornecimento/entrega dos produtos devidamente no prazo assinalado nos itens 2, 3 e 4, enviado no e-mail do responsável da empresa por receber a requisição de compra, importará na aplicação automática à CONTRATADA/FORNECEDORA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do Contrato, limitada a 20% (vinte por cento) do valor contratual e demais sanções previstas em lei;

10. Constituem obrigações da CONTRATADA/FORNECEDORA: a) Providenciar, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade; b) Manter, durante o Contrato, todas as exigências contidas na Requisição de Compras bem como no Edital; c) Manter,

durante todo o prazo do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; d) Remover, corrigir, reparar e substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções; e) Substituir, a suas expensas, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, todos os produtos recusados na fase de recebimento; f) Repor no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer produto visivelmente e comprovadamente danificado, deteriorado ou extraviado por seus empregados no ato do fornecimento/entrega; g) Responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os produtos vendidos, bem como se responsabilizar pelo custo de frete no fornecimento/entrega, e demais custos inerentes ao fornecimento/entrega dos produtos; h) Responder por todos os ônus decorrentes do transporte, embalagem, seguros, taxas, fretes e demais encargos que venham incidir na entrega dos itens licitados; i) Responsabilizar pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supra mencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais, e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto do contrato, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Departamento Municipal de Saúde. j) fornecer /entregar os produtos em perfeitas condições de consumo, acondicionados em embalagens de acordo com a especificação do item, livres de qualquer tipo de violação que possa contaminar ou torná-los impróprios ao uso; k) A CONTRATADA/FORNECEDORA deverá disponibilizar os produtos no ato do fornecimento, em boas condições de higiene e limpeza; l) Todos os produtos serão conferidos as especificações (quantidade, tamanho e outros), e qualidades pelo recebedor autorizado. Os produtos deverão ser fornecidos/entregues pela CONTRATADA/FORNECEDORA de acordo com as respectivas normas e transportados em embalagens e veículos apropriados de forma a garantir sua perfeita conservação; m) Assegurar que os produtos fornecidos/entregues tenham um prazo de validade mínima de acordo com a descrição de cada item cotado, contados a partir da data de entrega no Departamento Municipal de Saúde; n) Atender, prioritariamente os pedidos sinalizados como emergência pela CONTRATANTE, em prazo não superior a 96 (noventa e seis) horas; o) Não transferir a outras/terceiros, a responsabilidade parcial ou total pelo fornecimento/entrega dos produtos cotados, sem autorização expressa do Município; p) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); q) Promover o fornecimento, responsabilizando-se pela qualidade dos produtos. r) A entrega de produtos de baixa qualidade, de procedências duvidosas, ou divergentes do apresentado na proposta, ensejará rescisão contratual e aplicação das respectivas sanções legais, editalícias e contratuais, reservado o direito ao contraditório e à ampla defesa;

11. Ocorrendo possíveis divergências entre a descrição do item contido no Termo de Referência e a descrição vinculada ao código do material no sistema Comprasnet (CATMAT), prevalecerá a descrição contida no Termo de Referência.

12. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro quando solicitado pela empresa vencedora do certame, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, ficando a cargo da interessada a apresentação de todo tipo de prova da ocorrência, sem o que o pedido não será aceito, mas a empresa vencedora deverá entregar todos os pedidos realizados por empenho com data anterior ao pedido de equilíbrio econômico-financeiro registrado na sede da municipalidade.

13. **Caso a empresa vencedora solicitar o equilíbrio econômico-financeiro sobre parcelas já entregues, o mesmo não será concedido**. **Não sendo permitido que a empresa ganhadora realize pedido de reequilíbrio antes de 60 (dias) decorridos da assinatura do contrato. Essa necessidade está demostrada em vários pedidos de reequilíbrio realizados sem nem mesmo o município ter tido a necessidade de empenhar os produtos.**

14. Correrão por conta da empresa adjudicatária as despesas para efetivo atendimento ao objeto licitado, tais como embalagens, seguro, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, locação e quaisquer outros que venham a incidir no pleno atendimento do objeto e a execução deverá ocorrer sem prejuízo dos serviços normais desta Prefeitura.

15 A Gestora de Contrato é a Sra. ANELISE APARECIDA RIBAS, PORTARIA Nº045/2025 de 09 de abril de 2025 e a Fiscal do Contrato/ Ata de Registro de Preços é a Sra. CARLA FRANCIANE DA SILVA, PORTARIA Nº 045 de 09 de abril de 2025.

16. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em **R$ 64,50 (Sessenta e quatro reais e cinquenta centavos),** são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 18/12/2025, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 17/12/2026.

17. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do **Pregão Eletrônico n° 057/2025,** cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

18. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Porto Amazonas, 17/12/2025.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	*MEDYLOG LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO LTDA*
Prefeito Municipal	Contratada

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:54A58439

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE ABERTURA - PSS

EDITAL DE ABERTURA N.º 01.01/2025

O Prefeito do Município de Porto Amazonas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, em especial, a Lei Municipal n.º 1.133/2021 – *Dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado, na modalidade Processo Seletivo Simplificado (PSS), para atender à necessidade temporária de excepcional e relevante interesse público;* **TORNA PÚBLICO** a realização do **Processo Seletivo Simplificado n.º 01/2025**, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para o provimento de vagas do quadro de servidores temporários da Administração Pública Municipal.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O Processo Seletivo Simplificado a que se refere o presente Edital será executado pela Fundação FAFIPA – *Campus* de Paranavaí, CNPJ: 05.556.804/0001-76, com sede administrativa na Av. Paraná, 794 A - Esquina com Rua Guaporé, 1° Andar - Centro CEP: 87.705-190, Paranavaí – PR, endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br e correio eletrônico candidato@fundacaofafipa.org.br.

A seleção visa o preenchimento de vagas, regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para suprir a necessidade temporária de servidores da Administração Pública Municipal.

O presente certame terá prazo de validade de 02 (dois) anos, a contar da data de homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Administração Pública Municipal.

As contratações objetivadas por esse processo, serão feitas por tempo determinado, observado o prazo máximo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses.

Os contratos poderão ser feitos com prazos inferiores a 12 (doze) meses, tendo em vista as características próprias de cada contratação.

Os direitos específicos dos servidores municipais concursados e suas vantagens não se aplicam aos contratados temporariamente.

O contrato firmado por prazo determinado extinguir-se-á, sem direito a indenizações, pelo término do prazo contratual, por iniciativa do contratado e por iniciativa do contratante.

À Comissão Organizadora designada pelo **Decreto Municipal n.º 162/2025**, ficam delegados todos os poderes necessários para o pleno desenvolvimento do certame, e fornecer documentos/informações na esfera administrativa e judicial.

2. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

2.1 A seleção dos candidatos inscritos para o Processo Seletivo Simplificado de que trata o presente Edital dar-se-á por meio das seguintes etapas:

Prova objetiva (PO) de caráter eliminatório e classificatório;

Prova de títulos (PT) de caráter classificatório para as funções de **FARMACÊUTICO II**, **PSICÓLOGO** e **PROFESSOR**;

Prova prática (PP) de caráter eliminatório e classificatório para a função de **MOTORISTA II**.

2.2 Registra-se que a promoção da prova prática será de responsabilidade do Município de Porto Amazonas - PR, após conclusas as fases subjacentes coordenadas pela Fundação FAFIPA.

2.3 A convocação para as vagas ofertadas será feita de acordo com a necessidade e a conveniência do Município de Porto Amazonas – PR observando-se o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

2.4 Caso haja demanda de novas contratações acima do número de vagas previamente disponibilizadas, desde que dentro do prazo de validade do certame, a Administração Pública Municipal poderá convocar os candidatos classificados, observando a ordem de classificação.

2.5 As atribuições das funções ofertadas estão descritas no **Anexo I** deste Edital.

2.6 O conteúdo programático da prova objetiva encontra-se no **Anexo II** deste Edital.

2.7 O cronograma de execução do certame encontra-se disposto no **Anexo III** deste Edital.

2.8 A autodeclaração para os candidatos que desejarem concorrer na condição de Afrodescendente encontra-se disposta no **Anexo IV** deste Edital.

2.9 Não serão fornecidas, por telefone ou e-mail, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas e demais eventos, diverso do constante deste edital. O candidato deverá observar, rigorosamente, as formas de divulgação estabelecidas neste Edital e demais publicações no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br e www.portoamazonas.pr.gov.br. **É de exclusiva responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações.**

3. DAS FUNÇÕES PÚBLICAS

3.1 A função, o requisito, a carga horária semanal, o número de vagas para ampla concorrência (AC), o número de vagas para pessoa com deficiência (PcD), o número de vagas para afrodescendentes (AFRO), os vencimentos iniciais e o valor da taxa de inscrição são os estabelecidos a seguir:

TABELA 3.1						
FUNÇÃO DE NÍVEL FUNDAMENTAL						
VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO						**R$ 30,00**
QUADRO DE VAGAS						
FUNÇÃO	**REQUISITO**	**CHS**	**AC**	**PcD**	**AFRO**	**VENCIMENTO**
Motorista II	Ensino fundamental e Carteira de Habilitação categoria “D” ou superior.	40h	**CR**	-	-	R$ 2.733,54

TABELA 3.2						
FUNÇÕES DE NÍVEL MÉDIO | TÉCNICO						
VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO						**R$ 30,00**
QUADRO DE VAGAS						
FUNÇÃO	**REQUISITO**	**CHS**	**AC**	**PcD**	**AFRO**	**VENCIMENTO**
Professor	Nível médio, na modalidade Normal; ou, em nível superior, em curso de graduação plena em Pedagogia com habilitação ao magistério da Educação Infantil ou anos iniciais do Ensino Fundamental; ou em Curso Normal Superior; ou em Nível Superior de Licenciatura, com graduação Plena.	20h	**CR**	-	-	R$ 2.103,42
Técnico em Enfermagem	Ensino médio técnico completo - Técnico em Enfermagem, cumulado com registro no órgão de classe – COREN.	40h	**CR**	-	-	R$ 2.186.83

TABELA 3.3						
FUNÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR						
VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO						**R$ 70,00**
QUADRO DE VAGAS						
FUNÇÃO	**REQUISITO**	**CHS**	**AC**	**PcD**	**AFRO**	**VENCIMENTO**
Farmacêutico II	Curso superior em Farmácia, cumulado com registro no órgão de classe – CRF	40h	**CR**	-	-	R$ 5.125,29
Psicólogo	Curso superior em Psicologia, cumulado com registro no órgão de classe – CRP.	40h	**03**	-	-	R$ 5.125,29

***CR** = Cadastro de reserva é o conjunto de candidatos aprovados que tenham obtido classificação além do número de vagas ofertadas. Os candidatos que compõem o cadastro de reserva somente serão convocados se, durante o período de validade do PSS, ocorrer a vacância por licença ou doença.*

***AC** = Ampla Concorrência. **AFRO** = Afrodescendentes. **CHS** = Carga Horária Semanal. **PcD** = Pessoa com Deficiência.*

4. DOS REQUISITOS PARA ASSUNÇÃO DA FUNÇÃO PÚBLICA

4.1 São requisitos básicos para o ingresso no quadro de servidores temporários do Município de Porto Amazonas, Estado do Paraná:

ser brasileiro, nos termos da Constituição Federal;

ter, na data da admissão, idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;

no caso do sexo masculino, estar em dia com o Serviço Militar;

estar quite com suas obrigações eleitorais e em gozo dos direitos políticos;

possuir os requisitos indicados no item 3 deste edital;

não ter sofrido, no exercício de cargo/ emprego/ função pública, penalidade administrativa, cível ou criminal incompatível com a contratação;

não estar ocupando cargo ou emprego na administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nem ser empregado ou servidor de suas subsidiárias e controladas, salvo os casos de acumulação expressas em lei;

não perceber benefício proveniente de Regime próprio de Previdência Social (RPPS) ou do Regime geral de Previdência Social (RGPS) relativo a emprego público, nos termos do art. 37 §10 da CF/88, salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, hipóteses nas quais deverá ser observada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI, do art. 37 da Constituição Federal;

cumprir as determinações deste edital, ter sido aprovado no presente Processo Seletivo Simplificado e ser considerado apto após submeter-se aos exames médicos exigidos para a contratação.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1 A inscrição no Processo Seletivo Simplificado implica, desde logo, o conhecimento e a tácita aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital.

5.2 Antes de efetuar o pagamento do valor da inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos estabelecidos neste Edital.

5.3 O candidato, ao efetuar sua inscrição, não poderá utilizar abreviaturas quanto ao nome, data de nascimento e localidades de nascimento e residência.

5.3.1 Será assegurado a utilização de nome social mediante preenchimento de formulário próprio constante na “Área do candidato”, disponível durante o prazo de solicitação de inscrição.

5.3.2 O"nome social" é o nome que a pessoatravesti,transexualou transgênera se identifica e/ou é reconhecida socialmente e possui a mesma proteção concedida ao nome de registro, assegurada peloDecreto Federal n.º 8.727/2016.

5.4 O candidato inscrito por terceiro assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu representante, arcando com as consequências de eventuais erros no preenchimento do formulário eletrônico de solicitação de inscrição disponível pela via eletrônica.

5.5 As informações prestadas no ato de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo o Município de Porto Amazonas – PR e/ou a Instituição Organizadora excluí-lo do Processo Seletivo Simplificado, decisão esta, que será deliberada em observância à natureza e gravidade da situação fática, ainda que o fato seja constatado em momento oportuno.

5.6 A declaração falsa ou inexata dos dados constantes do formulário de solicitação de inscrição, bem como a falsificação de declarações ou de dados e/ou outras irregularidades na documentação determinarão o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos dela decorrentes, implicando, em qualquer época, a eliminação automática do candidato, sem prejuízo das cominações legais cabíveis. Caso a irregularidade seja constatada após a contratação do candidato, este poderá ser demitido mediante prévio procedimento administrativo, assegurado a ampla defesa e o contraditório.

5.7 Não será aceita solicitação de inscrição encaminhada/ protocolada por qualquer outro meio não previsto neste Edital.

5.8 No ato da inscrição, o candidato deverá optar por apenas uma das funções ofertadas. Não será admitida a dúplice inscrição, tampouco que o candidato altere a função após a efetivação do pagamento da inscrição.

5.9 As inscrições para este Processo Seletivo Simplificado serão realizadas somente via internet.

5.10 DAS SOLICITAÇÕES DE INSCRIÇÃO:

5.10.1 O período para a realização das inscrições iniciará as **08h do dia 20/12/2025 perdurando até às 23h59min do dia 08/01/2026**, observado o horário oficial de Brasília – DF, por meio do endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br**HYPERLINK "http://www.fafipa.org/concurso".**

5.10.2 A taxa de inscrição será correspondente aos valores postos na(s) tabela(s) do item 3 deste Edital.

5.10.3 Para efetuar sua inscrição, o candidato deverá:

acessar o endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br;

selecionar o processo pretendido;

declarar ter lido e concordado com os termos deste edital;

inserir o número de Cadastro de Pessoa Física - CPF;

preencher os campos de dados pessoais, foto, endereço, contato, e definir uma senha de acesso pessoal;

selecionar a função pretendida;

selecionar a modalidade de Concorrência (Afrodescendente, Ampla Concorrência, Pessoa com Deficiência), quando houver;

selecionar a condição especial, caso necessário;

selecionar o campo “Efetuar Pagamento”, imprimir o boleto bancário da Caixa Econômica Federal (código 104), conferir se os três primeiros números da linha Digitável iniciam-se com n.º 104, bem como conferir se os últimos dígitos da linha Digitável conferem com o valor da taxa de inscrição de acordo com a(s) tabela(s) do item 3. Caso haja divergência nos números dispostos no boleto bancário, **NÃO** realize o pagamento, e imediatamente entre em contato com a Fundação FAFIPA por meio dos canais de comunicação.

5.10.4 Destaca-se, que todo esse procedimento se dá em virtude do aumento de número de fraude com relação à emissão de boletos bancários. Deste modo, é dever do candidato certificar-se, quanto à existência de instalação de antivirus atualizado no computador no qual se utilizará para efetuar a sua inscrição, estando o mesmo livre de qualquer vírus Malwares. A Referida precaução, se deve ao fato da possibilidade de existência de mecanismos mal-intencionados que adulteram o código de barras do boleto de pagamento, ocasionando a não quitação do boleto, caso tenha sido gerado de forma adulterada.

5.11 O candidato, somente terá sua inscrição deferida pela Fundação FAFIPA, após o repasse da confirmação do recebimento da taxa de inscrição pela Instituição financeira credenciada – *A Atualização do status poderá levar até 72 horas.*

5.11.1 O candidato que efetuar o pagamento de sua inscrição e posteriormente proceder com o cancelamento da mesma, não fará jus ao reembolso do respectivo valor pago junto a Instituição Organizadora.

5.11.2 Do mesmo modo, não fará jus ao reembolso do respectivo valor pago, o candidato que cancelar sua inscrição e posteriormente efetuar o pagamento desta.

5.12 A Fundação FAFIPA e o Município de Porto Amazonas – PR não se responsabilizam por Boleto Bancário emitido através de endereço eletrônico diferente do www.fundacaofafipa.org.br**HYPERLINK "http://www.fafipa.org/concurso".**

5.13 **Não será permitido ao candidato, em hipótese alguma, alterar a função para a qual se inscreveu, após a efetivação do pagamento da inscrição** - *O candidato poderá alterar a função a qual pretende concorrer, até a realização do pagamento da inscrição, a partir disto, será confirmada a inscrição que tenha sido paga.*

5.14 Não será considerado o pedido de inscrição não efetivado por motivo de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação ou congestionamento de linhas, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados.

5.15 O pagamento da taxa de inscrição poderá ser efetuado em toda a rede bancária credenciada até a data limite de **09 de janeiro de 2026**, devendo ser observados os horários de compensação das Instituições financeiras.

5.15.1 Em caso de perda ou extravio do boleto bancário, o candidato poderá efetuar a emissão da **2ª via de cobrança** por intermédio da "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, até a data limite de pagamento. **As inscrições realizadas com pagamento após essa data não serão acatadas.**

5.15.2 Recomenda-se que o candidato efetue o acesso ao link supracitado e efetue a emissão do boleto com a antecedência necessária para atender ao limite de horário de compensação da Instituição financeira que o candidato irá utilizar-se para efetuar o pagamento, para que assim seja possível efetuar o pagamento da taxa de inscrição dentro do prazo registrado no boleto.

5.15.3 O candidato que tenha realizado mais de um pagamento, não terá a devolução da importância paga, ainda que efetuada em valor superior ao fixado ou em duplicidade. A devolução da importância paga somente ocorrerá na hipótese de cancelamento do Processo Seletivo Simplificado.

5.16 Em hipótese alguma, será processado qualquer registro de pagamento com data posterior à estabelecida no subitem 5.15 deste Edital. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, a não ser por anulação plena deste processo.

5.17 Não serão aceitas inscrições pagas em cheque que venha a ser devolvido por qualquer motivo, nem as pagas em depósito, PIX ou transferência bancária destinadas diretamente ao Ente Público promovente ou à Fundação FAFIPA, tampouco, as de programação de pagamento que não sejam efetivadas por insuficiência de saldo, agendamentos intempestivos, erros de ordem técnica e outros similares.

5.18 O Município de Porto Amazonas – PR e a Instituição Organizadora não se responsabilizam por solicitação de inscrição via *internet* não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação e/ou congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados: por erro ou atraso dos bancos ou entidades conveniadas, no que se refere ao processamento do pagamento da taxa de inscrição.

5.19 DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO:

5.20 Não haverá isenção total ou parcial da taxa de inscrição, exceto para os candidatos amparados pelas normas deste Edital.

5.21 A solicitação de isenção da taxa de inscrição para o Processo Seletivo Simplificado será realizada somente via internet.

5.22 Da Isenção – Cadúnico (Lei Federal n.º 13.656/2018):

5.22.1 O candidato interessado em obter a isenção da taxa de inscrição na condição de hipossuficiente deverá:

solicitá-la a partir das **08h do dia 20/12/2025 até as 23h59min do dia 27/12/2025**, observando o horário oficial de Brasília – DF, mediante preenchimento do Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição, disponível no endereço eletrônico da Fundação FAFIPA, www.fundacaofafipa.org.br;

informar no requerimento de isenção o Número de Identificação Social (NIS) válido, que esteja com cadastro atualizado, isto é, que tenha sido incluído ou atualizado há 24 meses ou menos - *caso contrário, será indeferido pelo motivo de desatualização cadastral*;

o NIS a ser informado deverá ser de titularidade do(a) candidato(a) requerente;

o NIS e o nome completo a serem informados, deverão ser idênticos aos que constam no Cadastro Único;

somente serão elegíveis candidatos/famílias com renda familiar per capita de até meio salário mínimo;

o candidato que não observar os procedimentos colacionados neste item, terá o pedido de solicitação indeferido.

5.23 Da Isenção – Doador de Medula Óssea (Lei Federal n.º 13.656/2018):

5.23.1 O candidato interessado em obter a isenção da taxa de inscrição na condição de doador de medula óssea deverá:

solicitá-la a partir das **08h do dia 20/12/2025 até as 23h59min do dia 27/12/2025**, observando o horário oficial de Brasília – DF, mediante preenchimento do Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição, disponível no endereço eletrônico da Fundação FAFIPA, www.fundacaofafipa.org.br;

comprovar cadastramento perante o Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea – REDOME, mediante juntada de documento oficial (carteirinha de doador e/ou declaração de inscrição), expedida por entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde;

o documento probante da condição de doador de medula óssea deverá ser digitalizado de forma legível.

5.24 O Município de Porto Amazonas – PR e a Instituição Organizadora não se responsabilizam pelo não recebimento dos documentos por quaisquer motivos de ordem técnica dos computadores ou falhas de comunicação, congestionamentos das linhas de comunicação e/ou procedimento indevido do candidato, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de seus dados, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar a situação da sua solicitação de isenção.

5.25 O envio da solicitação de isenção não garante o deferimento automático. A solicitação será deferida ou indeferida após criteriosa análise, obedecendo a critérios de viabilidade e razoabilidade.

5.26 A exatidão dos documentos anexados é de total responsabilidade do candidato. Após o envio, dos documentos comprobatórios, não será permitida a complementação da documentação, nem mesmo por meio de pedido de revisão e/ou recurso.

5.27 O candidato que prestar informação falsa com o intuito de usufruir da isenção estará sujeito a:

cancelamento da inscrição e exclusão do processo, se a falsidade for constatada antes da homologação de seu resultado;

exclusão da lista de aprovados, se a falsidade for constatada após a homologação do resultado e antes da contratação;

declaração de nulidade do ato de provimento, se a falsidade for constatada após a sua publicação.

5.28 Não será concedida isenção do pagamento da taxa de inscrição ao candidato que:

omitir informações e/ou torná-las inverídicas;

fraudar e/ou falsificar qualquer documentação;

não observar a forma, o prazo e os horários estabelecidos neste Edital;

não apresentar todos os documentos solicitados.

5.29 Não será aceita solicitação de isenção encaminhada/ protocolada por qualquer outro meio não previsto neste Edital.

5.30 A relação dos pedidos de inscrição/ isenção deferidos, serão divulgados no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

5.31 O candidato que tiver a solicitação de isenção da taxa de inscrição indeferida poderá interpor recurso, através da "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis subsequentes à publicação do deferimento das isenções.

5.32 Se, após a análise do recurso, permanecer a decisão de indeferimento do requerimento de isenção da taxa de inscrição, o candidato poderá optar pelo pagamento da taxa, desde que o realize dentro do prazo disposto no item 5.15.

5.32.1 Os candidatos que não tiverem seu requerimento de isenção deferido e que não realizarem o pagamento da inscrição no prazo estabelecido no subitem anterior, estarão automaticamente excluídos do certame.

6. DA INSCRIÇÃO PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PcD)

6.1 Às pessoas com deficiência serão reservados o percentual de 10% (dez por cento) das vagas ofertadas e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do processo, desde que as atribuições da função pública sejam compatíveis com a deficiência do candidato.

6.1.1 As disposições deste Edital, referentes às Pessoas com Deficiência são correspondentes às da Lei Municipal n.º 676/2001, da Lei Estadual n.º 18.419/2015, bem como a Súmula no 377 do STJ e às demais normas que venham a ampliar o rol de critérios para as Pessoas com Deficiência.

6.1.2 Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 6.1 deste edital resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, respeitando o percentual máximo de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no certame.

6.1.3 Somente haverá reserva imediata de vagas para os candidatos com deficiência nas funções com número de vagas igual ou superior a 5 (cinco).

6.1.4 No decorrer da validade do Processo Seletivo Simplificado, caso surja(m) nova(s) vaga(s) para a função que o candidato com deficiência concorreu, o candidato com deficiência classificado em 1º lugar na lista de vagas reservadas será convocado para ocupar a 5ª vaga aberta. Os demais candidatos classificados como PcD serão convocados para ocupar a 11ª, a 21ª e a 31ª vagas e, assim sucessivamente, observada a ordem de classificação e o número máximo de aprovados.

6.1.5 A compatibilidade da pessoa com deficiência com a função pública para a qual se inscreveu será declarada por junta médica especial, perdendo o candidato o direito à contratação caso seja considerado inapto para o exercício das atribuições.

6.2 A pessoa com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e às notas mínimas exigidas de acordo com o previsto no presente Edital.

6.3 Para concorrer como Pessoa com Deficiência, o candidato deverá:

6.3.1 No ato da inscrição, declarar que pretende participar do Processo Seletivo Simplificado como pessoa com deficiência e especificar no campo indicado o tipo de deficiência que possui;

6.3.2 Enviar cópia legível e digitalizada do Laudo Médico com as informações descritas no subitem 6.3.2.1 e 6.3.2.2 deste Edital;

6.3.2.1 O laudo médico deverá ser cópia legível e digitalizada, estar redigido em letra legível e dispor sobre a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente de Classificação Internacional de Doença - CID, com citação do nome por extenso do candidato, carimbo indicando o nome, número do CRM e a assinatura do médico responsável por sua emissão.

6.3.2.2 Os candidatos deverão acessar a "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, e anexar, durante o prazo de inscrição, a cópia legível e digitalizada do Laudo Médico disposto no subitem anterior em formato PDF, com o tamanho máximo de 25 (vinte e cinco) MB (megabytes).

6.3.2.3 O Município de Porto Amazonas – PR e a Instituição Organizadora não se responsabilizam pelo não recebimento dos documentos por quaisquer motivos de ordem técnica dos computadores ou falhas de comunicação, congestionamentos das linhas de comunicação e/ou procedimento indevido do candidato, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar a situação do pedido de reserva.

6.4 O candidato com deficiência que não proceder conforme as orientações deste item será considerado como não deficiente, perdendo o direito à reserva de vaga para PcD e passando à ampla concorrência.

6.5 Caso a deficiência não esteja de acordo com os termos da Organização Mundial da Saúde e de acordo com as Legislações pertinentes, a opção de concorrer às vagas destinadas às pessoas com deficiência, será desconsiderada, passando o candidato à ampla concorrência.

6.6 O deferimento das inscrições dos candidatos que se inscreverem como pessoa com deficiência será publicado no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

6.6.1 O candidato que tiver a sua inscrição indeferida como Pessoa com Deficiência (PcD) poderá interpor recurso, em formulário próprio através da "Área do Candidato" disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, no prazo improrrogável de 02 (dois) dias úteis subsequentes à publicação do deferimento das inscrições.

6.7 O candidato inscrito como Pessoa com Deficiência (PcD), se aprovado no Processo Seletivo Simplificado, terá seu nome divulgado na lista geral dos aprovados e na lista específica dos candidatos aprovados para pessoas com deficiência.

6.8 **Não havendo candidatos aprovados para a(s) vaga(s) reservada(s) às pessoas com deficiência, esta será preenchida com estrita observância da ordem de classificação geral.**

7. DA SOLICITAÇÃO DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS E CANDIDATA LACTANTE

7.1 **Da Solicitação de Condição Especial para a Realização das Provas:**

7.1.1 O candidato que necessitar de condição especial durante a realização das provas, pessoa com deficiência ou não, poderá solicitá-la com amparo na Lei Estadual n.º 18.419/2015.

7.1.2 As condições específicas disponíveis para a realização das provas são:

prova em braile;

prova ampliada (fonte 24);

sala especial (TDAH, doenças contagiosas ou situações específicas devidamente comprovadas);

sala de fácil acesso;

fiscal ledor, fiscal transcritor, intérprete de libras;

uso de equipamento especial (aparelho auditivo, marcapasso, bomba de insulina e medidor de glicose, lupa/ telelupa, caneta de ponta grossa);

guia-intérprete;

acesso à cadeira de rodas;

mesa/ carteira especial;

tempo adicional de até 01 (uma) hora para realização da prova.

7.1.3 O candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional para a realização da prova, deverá requerê-lo com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, no prazo de inscrição estabelecido no **ANEXO III** deste Edital.

7.1.4 Para solicitar condição especial, o candidato deverá:

no ato de inscrição, indicar claramente no Formulário de Solicitação de Inscrição quais condições especiais requer;

enviar cópia legível e digitalizada do Laudo Médico, conforme disposições do subitem 7.3 deste Edital.

7.1.4.1 O laudo médico deverá ser cópia legível e digitalizada, estar redigido em letra legível, dispor sobre a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente de Classificação Internacional de Doença – CID, justificando a condição especial solicitada.

7.2 **Da Candidata Lactante:**

7.2.1 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da prova deverá:

solicitar esta condição indicando claramente no Formulário de Solicitação de Inscrição a opção de lactante;

enviar certidão de nascimento do lactente ou laudo médico que ateste essa necessidade, conforme disposições do subitem 7.3 deste Edital.

7.2.2 A candidata que necessitar amamentar deverá, obrigatoriamente, levar um acompanhante adulto no dia da aplicação da prova objetiva, sob pena de ser impedida de realizar a prova na sua ausência. O acompanhante ficará responsável pela guarda do lactente (a criança) em sala reservada para amamentação. Contudo, durante a amamentação, é vedada a permanência de quaisquer pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata no local.

7.2.3 Ao acompanhante não será permitido o uso de quaisquer dos objetos e equipamentos descritos no item 16, deste Edital, durante a realização do certame.

7.2.4 Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se, temporariamente, da sala de prova acompanhada de uma fiscal. Será concedido tempo adicional para a candidata que necessitar amamentar, a título de compensação, durante o período de realização da prova (limitado ao período máximo de 01 (uma) hora).

7.2.5 Não será permitida a entrada do lactente e de seu acompanhante responsável após o fechamento dos portões.

7.2.6 A candidata lactante não poderá ter acesso à sala de provas acompanhada do lactente.

7.2.7 Não será permitida, em hipótese alguma, a permanência da lactente no local da realização da prova objetiva sem a presença de um acompanhante adulto.

7.3 Os documentos referentes às disposições dos subitens 7.1.2, 7.1.3, 7.1.4 e 7.2.1 deverão ser anexados através da "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, durante o período de inscrição.

7.3.1 Os documentos a serem anexados deverão encontrar-se em cópia legível e digitalizada, estar redigido em letra legível, em arquivo formato PDF, com tamanho máximo de 25 (vinte e cinco) MB (megabytes), sob pena de impossibilidade de cadastro.

7.4 O pedido desta solicitação não garante a(o) candidato(a) a condição especial. A solicitação somente será deferida ou indeferida após criteriosa análise dos documentos encaminhados, verificando a autenticidade destes, em observância aos critérios de viabilidade e razoabilidade.

7.5 O envio da documentação incompleta, sem observação de seus quesitos e fora do prazo definido no subitem 7.3 ou por via diversa da estabelecida neste Edital, causará o indeferimento da solicitação da condição especial.

7.6 O Município de Porto Amazonas – PR e a Instituição Organizadora não se responsabilizam pelo não recebimento dos documentos por quaisquer motivos de ordem técnica dos computadores ou falhas de comunicação, tampouco pelos congestionamentos das linhas de comunicação e/ou procedimento indevido do candidato, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de seus dados, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar a situação de sua solicitação de condição especial.

7.7 O deferimento das solicitações de condição especial estará disponível para consulta na "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, devendo o candidato que tenha solicitado tal condição acessar e verificar a situação de deferimento ou indeferimento.

7.8 O candidato que tiver a sua solicitação de condição especial indeferida poderá interpor recurso, em formulário próprio, acessando a "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, no prazo improrrogável de 02 (dois) dias úteis subsequentes à publicação do deferimento das inscrições.

8. DA RESERVA DE VAGAS PARA CANDIDATOS AFRODESCENDENTES

8.1 Aos negros e pardos serão reservados o percentual de 20% (vinte por cento) das vagas ofertadas e daquelas criadas durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem anterior resulte em número fracionado, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5, ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5, nos termos do § 2º do artigo 1 da Lei Municipal n.º 1.206/2022.

Somente haverá reserva imediata de vagas para os candidatos que se auto declararem negros nas funções com número de vagas igual ou superior a 03 (três).

No decorrer da validade do processo, caso surja(m) nova(s) vaga(s) para a função pública que o candidato negro ou pardo concorreu, o candidato classificado em 1º lugar na lista de vagas reservadas será convocado para ocupar a 3ª vaga aberta. Os demais candidatos classificados na condição de negros e pardos serão convocados para ocupar a 8ª, a 13ª e a 18ª vaga e, assim sucessivamente, observada a ordem de classificação e o número máximo de aprovados.

8.2 Para concorrer às vagas reservadas que refere-se o presente item, o candidato deverá, no ato da inscrição, optar por concorrer às vagas reservadas aos negros e autodeclarar-se (*Vide* Anexo IV) como negro, conforme quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A autodeclaração do candidato goza de presunção relativa de veracidade, logo, terá validade somente para este Processo Seletivo Simplificado, podendo ser confirmada mediante procedimento de heteroidentificação.

As informações prestadas no momento de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato.

O candidato que, no ato da inscrição, não declarar a opção de concorrer às vagas reservadas para pessoas negras e pardas, conforme determinado no subitem 8.2, deixará de concorrer às vagas reservadas e não poderá interpor recurso administrativo em desfavor desta situação.

O candidato que se autodeclarar afrodescendente participará do certame em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere à prova aplicada, ao seu conteúdo, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação da prova e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos e todas as demais normas de regência do Processo Seletivo Simplificado.

É de exclusiva responsabilidade do candidato a opção por vaga destinada ao afrodescendente, no momento da inscrição.

Os candidatos afrodescendentes concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no processo.

Os candidatos afrodescendentes aprovados dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo e, se houver sido contratado, ficará sujeito à anulação da sua admissão, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Em caso de desistência de candidato afrodescendente aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado.

8.3 Na hipótese de não haver candidatos negros aprovados em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação geral.

8.4 A convocação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservadas aos candidatos com deficiência e aos candidatos negros e pardos.

8.5 O enquadramento ou não do candidato na condição de pessoa negra não se configura ato discriminatório de qualquer natureza.

8.6 A inobservância do disposto no item 8 deste edital acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas.

9. DO DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES

9.1 O edital de deferimento das inscrições será divulgado nos endereços eletrônicos www.fundacaofafipa.org.br e www.portoamazonas.pr.gov.br, bem como será publicado em Diário Oficial comumente utilizado pelo Município de Porto Amazonas – PR.

9.2 No edital de deferimento das inscrições constará a listagem dos candidatos às vagas para ampla concorrência (AC), às vagas para candidatos afrodescendentes (AFRO), às vagas para pessoa com deficiência (PcD) e dos candidatos solicitantes de condições especiais para a realização das provas (CE).

9.3 O candidato que tiver a sua inscrição indeferida poderá interpor recurso, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de divulgação da relação de candidatos inscritos, devendo, necessariamente utilizar-se do sistema de interposição de recursos, disponível na "Área do Candidato", constante do endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

9.4 Não serão admitidos recursos fora do prazo, recursos interpostos de maneira diferente da estipulada no item 17 deste Edital, recursos sem fundamentação ou interpostos utilizando termos desrespeitosos ou ofensivos.

10. DAS FASES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

10.1 O Processo Seletivo Simplificado Público constará das seguintes provas e fases:

TABELA 10.1

NÍVEL FUNDAMENTAL – *Motorista II*

FASE	TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO PONTO	VALOR TOTAL	CARÁTER
1ª	PO	Língua Portuguesa	10	3,50	35,00	Eliminatório e Classificatório
		Matemática	05	3,00	15,00	
		Conhecimentos Gerais	05	3,00	15,00	
		Conhecimentos Específicos	10	3,50	35,00	
TOTAL DE QUESTÕES E PONTOS			**30**	--	**100,00**	--
2ª	PP	De acordo com o item 14	--	--	100,00	Eliminatório e Classificatório
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS					**200,00**	--

TABELA 10.2

NÍVEL TÉCNICO - *Técnico em Enfermagem*

FASE	TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO PONTO	VALOR TOTAL	CARÁTER
Única	PO	Língua Portuguesa	10	3,50	35,00	Eliminatório e Classificatório
		Matemática	05	3,00	15,00	
		Conhecimentos Gerais	05	3,00	15,00	
		Conhecimentos Específicos	10	3,50	35,00	
TOTAL DE QUESTÕES E PONTOS			**30**	--	**100,00**	--
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS					**100,00**	--

TABELA 10.3

NÍVEL MÉDIO - *Professor*

FASE	TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO PONTO	VALOR TOTAL	CARÁTER
1ª	PO	Língua Portuguesa	10	3,50	35,00	Eliminatório e Classificatório
		Matemática	05	3,00	15,00	
		Conhecimentos Gerais	05	3,00	15,00	
		Conhecimentos Específicos	10	3,50	35,00	
TOTAL DE QUESTÕES E PONTOS			**30**	--	**100,00**	--
2ª	PT	De acordo com o item 13	--	--	10,00	Classificatório
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS					**110,00**	--

TABELA 10.1

NÍVEL SUPERIOR - *Farmacêutico II | Psicólogo*

FASE	TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO PONTO	VALOR TOTAL	CARÁTER
1ª	PO	Língua Portuguesa	10	3,50	35,00	Eliminatório e Classificatório
		Matemática	05	3,00	15,00	
		Conhecimentos Gerais	05	3,00	15,00	
		Conhecimentos Específicos	10	3,50	35,00	
TOTAL DE QUESTÕES E PONTOS			**30**	--	**100,00**	--
2ª	PT	De acordo com o item 13	--	--	10,00	Classificatório
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS					**110,00**	--

11. DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

11.1 A prova objetiva será aplicada no Município de Porto Amazonas, Estado do Paraná. Caso o número de candidatos inscritos exceda a oferta de lugares existentes no Município, a Fundação FAFIPA e a Comissão Organizadora se reservam ao direito de alocar os locais de prova em cidades próximas àquelas inicialmente determinadas para esse fim.

11.1.1 A Fundação FAFIPA e a Comissão Organizadora, em hipótese alguma, se responsabilizarão por qualquer ônus proveniente do deslocamento e da hospedagem dos candidatos inscritos.

11.1.2 Havendo alteração da data prevista, as provas poderão ocorrer em sábados, domingos e feriados. Despesas provenientes da alteração de data serão de responsabilidade do candidato.

11.2 A prova objetiva será aplicada na data provável constante do **ANEXO III** deste edital, em horário e local a ser informado, por meio de edital próprio a ser disponibilizado no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br e no **CARTÃO DE CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO**.

11.3 O horário de início das provas será o mesmo, ainda que realizadas em diferentes locais.

11.4 O Cartão de Convocação do Candidato com o local de realização das provas deverá ser emitido através da "Área do Candidato" disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

11.5 O local e horário de realização da prova objetiva, constante do Cartão de Convocação, não será alterado, em hipótese alguma, a pedido do candidato.

11.6 O candidato deverá comparecer com antecedência mínima de 40 (quarenta) minutos do horário fixado para o fechamento do portão de acesso ao local de realização da prova, munido de caneta esferográfica transparente, preferencialmente de tinta preta, e de seu **DOCUMENTO OFICIAL DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO** e o Cartão de Convocação do Candidato.

11.6.1 Consideram-se documentos válidos para a identificação do candidato: Cédulas de Identidade expedidas por Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícia Militar e Polícia Federal; Identidade expedida pelo Ministério da Justiça para estrangeiros, inclusive aqueles reconhecidos como refugiados, em consonância com a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997; Protocolo Provisório de Solicitação de Refúgio emitido pelo Departamento de Polícia Federal, por força dos arts. 21 e 22 da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997; Carteira de Registro Nacional Migratório, de que trata a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017; Documento Provisório de Registro Nacional Migratório, de que trata o Decreto nº 9.277, de 05 de fevereiro de 2018; Identificação fornecida por Ordens ou Conselhos de Classe que por lei tenha validade como Documento de Identidade; Carteira de Trabalho e Previdência Social, emitida após 27 de janeiro de 1997; Certificado de Dispensa de Incorporação; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira Nacional de Habilitação com fotografia, na forma da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; Identidade Funcional, em consonância com o Decreto Federal n.º 10.266/2020, documentos digitais com foto (e-Título, CNH digital, RG e CIN digital) apresentados nos respectivos aplicativos oficiais.

11.6.2 Não serão aceitos documentos de identificação que não estejam listados no item 11.6.1, como: protocolos; Certidão de Nascimento; Certidão de Casamento; Título Eleitoral; Carteira Nacional de Habilitação em modelo anterior à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; Carteira de estudante; Registro Administrativo de Nascimento Indígena (Rani); Crachás e Identidade Funcional de Natureza Privada; ou ainda Cópias de Documentos Válidos, mesmo que autenticadas ou documentos digitais apresentados fora de seus aplicativos oficiais.

11.6.3 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, **30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva** e, ainda, ser submetido à identificação especial, que consiste na coleta de impressão digital.

11.7 Não haverá segunda chamada para a prova objetiva, portanto, se o candidato estiver ausente por qualquer motivo, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

11.8 Após devidamente identificado e acomodado na sala designada para a realização da prova, o candidato poderá ausentar-se da sala 60 (sessenta) minutos após o início da prova e, em caso de ausência temporária em que o candidato ainda não tiver terminado a sua prova, deverá fazê-lo acompanhado de um Fiscal. Exclusivamente, nos casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporária e necessidade extrema, em que o candidato necessite ausentar-se da sala antes dos 60 (sessenta) minutos após o início da prova, poderá fazê-lo, desde que acompanhado de um Fiscal.

11.9 Após a abertura do pacote de provas, o candidato não poderá consultar ou manusear qualquer material de estudo ou leitura.

11.10 **Em hipótese alguma, será permitido ao candidato:**

realizar a prova sem que esteja portando um documento oficial de identificação original que contenha, no mínimo, foto, filiação e assinatura;

realizar a prova sem que sua inscrição esteja previamente confirmada;

ingressar no local de prova após o fechamento do portão de acesso;

realizar a prova fora do horário ou espaço físico predeterminados;

comunicar-se com outros candidatos durante a realização da prova;

portar indevidamente e/ou fazer uso de quaisquer dos objetos e/ou equipamentos citados no subitem 16.1.3 deste Edital;

levar consigo o caderno de questões.

11.11 É altamente contraindicado que o candidato leve qualquer dos objetos ou equipamentos relacionados no item 16 deste Edital. Caso seja de extrema necessidade que o candidato porte algum desses objetos, estes deverão ser obrigatoriamente acondicionados em envelopes porta objeto fornecidos pela Instituição Organizadora no dia da prova e conforme o previsto neste Edital. Recomenda-se, nesses casos, que os candidatos retirem as baterias dos celulares, garantindo, assim, que nenhum som será emitido, inclusive do despertador, caso esteja ativado.

11.12 A Instituição Organizadora não se responsabilizará pela guarda de quaisquer dos objetos pertencentes aos candidatos, tampouco por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização da prova, ou ainda por danos neles causados.

11.13 Não será permitida a entrada de candidatos no local de prova portando qualquer tipo de arma. O candidato que estiver armado será encaminhado à Coordenação.

11.14 Não será permitido o ingresso ou a permanência de pessoa estranha ao certame, em qualquer local de prova, durante a realização da prova objetiva, salvo o previsto no subitem 7.2.2 deste Edital.

11.15 A Instituição Organizadora poderá, a seu critério, coletar impressões digitais dos candidatos bem como utilizar detectores de metais durante a realização da prova. Poderão, ainda, serem adotadas medidas adicionais de segurança.

11.16 A liberação dos candidatos ao término da prova será autorizada pelo fiscal de sala, após a realização dos procedimentos administrativos necessários. O candidato que terminar a prova deverá permanecer aguardando em sua carteira e somente poderá levantar-se para a entrega do material se solicitado pelo fiscal.

11.17 Ao terminar a prova objetiva, o candidato entregará, obrigatoriamente, ao Fiscal de Sala, o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada.

11.17.1Ao término da prova objetiva, o candidato poderá anotar suas respostas para posterior conferência, desde que isso seja feito no campo destinado para tal finalidade. Qualquer outra anotação será considerada tentativa de fraude, sujeitando o candidato à eliminação do certame, nos termos do item 16.1.5 deste Edital.

11.17.2**O candidato deverá assinalar as respostas das questões da prova objetiva na Folha de Respostas, preenchendo integralmente os alvéolos com caneta esferográfica preferencialmente de tinta preta.**

11.17.3As marcações feitas na folha de respostas, diferentes da orientação contida na capa do caderno de questões e folha de Respostas do candidato, tais como marcação rasurada, não preenchida integralmente e feitas a lápis, ou ainda, danos provocados à folha de resposta pelo ato de amassar, molhar, dobrar, rasgar ou manchar, serão de inteira responsabilidade do candidato, sendo que os prejuízos advindos poderão impossibilitar a realização do processamento eletrônico, invalidando as questões.

11.17.4**Em hipótese alguma, haverá substituição da Folha de Respostas devido a erro do candidato**.

11.18 O candidato poderá entregar sua Folha de Respostas e deixar definitivamente o local de realização da prova objetiva somente depois de decorridos, no mínimo, **60 (sessenta) minutos** do seu início.

11.19 Os três últimos candidatos só poderão deixar a sala após entregarem simultaneamente suas Folhas de Respostas e assinarem o termo de fechamento do envelope no qual serão acondicionadas as Folhas de Respostas da sala.

11.20 O candidato não poderá levar consigo o Caderno de Questões em hipótese alguma, devendo, obrigatoriamente, devolvê-lo ao fiscal de sala junto com a sua Folha de Respostas da prova objetiva, estando esta devidamente preenchida e assinada.

11.21 O candidato que terminar sua prova não poderá utilizar os banheiros destinados aos candidatos que ainda estiverem realizando-a.

11.22 A prova objetiva será composta de **30 (trinta) questões** distribuídas por áreas de conhecimento. Cada questão da prova objetiva terá **05 (cinco) alternativas**, sendo que cada questão terá apenas 1 (uma) alternativa correta, pontuadas conforme a(s) tabela(s) do item 10. Será atribuída pontuação **0 (zero) às questões** com mais de uma opção assinalada, questões sem opção assinalada, com rasuras ou preenchidas a lápis.

11.22.1A prova objetiva de caráter eliminatório e classificatório será distribuída e avaliada conforme a tabela do item 10 deste Edital.

11.23 A prova objetiva terá a duração de **03 (três) horas**, incluído o tempo de marcação na Folha de Respostas. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a realização da prova em razão do afastamento de candidato da sala de prova, salvo exceções previstas neste edital.

11.24 As imagens digitalizadas das Folhas de Respostas da prova objetiva serão divulgados na "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, na mesma data da divulgação dos respectivos resultados, ficando disponível para consulta até a homologação do certame.

11.25 O candidato deverá obter nota igual ou superior a **50 (cinquenta) pontos**, numa escala de **0 (zero) a 100 (cem) pontos, do total das áreas de conhecimento da prova objetiva**, para ser considerado aprovado e classificado no Processo Seletivo Simplificado, além de não ser eliminado por outros critérios estabelecidos neste Edital.

12. DA DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA

12.1 O gabarito preliminar e o caderno de questões da prova objetiva serão divulgados 01 (um) dia após a aplicação da prova objetiva, no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br. Os Cadernos de questões ficarão disponíveis na "Área do Candidato", para serem baixados durante o prazo improrrogável de 10 (dez) dias corridos.

12.2 Quanto ao gabarito preliminar e ao caderno de questões divulgados, caberá a interposição de recurso, devidamente fundamentado, nos termos do item 17 deste Edital.

13. DA PROVA DE TÍTULOS (PT)

13.1 A prova de títulos, de caráter classificatório, será aplicada as funções de **FARMACÊUTICO II**, **PSICÓLOGO** e **PROFESSOR**, conforme os parâmetros estabelecidos abaixo:

13.1.1 Somente estará habilitado a ter os títulos corrigidos o candidato que obter aprovação na prova objetiva e estiver classificado dentro da linha de corte estabelecida nas fases subsequentes, quando houver, além de não ser eliminado por outros critérios estabelecidos neste Edital.

13.2 A data de divulgação da relação dos candidatos habilitados a participar da prova de títulos e a data para preenchimento do formulário eletrônico encontra-se disposto no **ANEXO III** deste edital.

13.2.1 **É de exclusiva responsabilidade do candidato o anexo dos títulos no endereço eletrônico da Instituição Organizadora como forma de comprovação.**

Os candidatos habilitados e interessados em participar da prova de títulos deverão:

acessar o endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, e posteriormente logar na **"Área do candidato"**, utilizando-se da numeração de seu CPF e sua senha pessoal;

selecionar o Processo Seletivo Simplificado o qual encontra-se inscrito, e em seguida "clicar" no campo **"Enviar títulos: prova de títulos"**;

anexar os documentos no **"Formulário de cadastro de títulos"**;

os títulos que serão anexados, deverão ser digitalizados frente e verso de forma legível, em formato PDF, com o tamanho máximo de 50 (cinquenta) MB (megabytes), por título anexado.

13.4 A prova de títulos será avaliada numa escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, de acordo com a tabela 13.1 deste edital.

13.4.1 a prova de títulos terá o valor máximo de 10 (dez) pontos, ainda que a soma dos valores dos títulos apresentados seja superior a este valor, conforme prescreve a tabela 13.1 deste Edital;

13.4.2 somente serão avaliados os títulos cadastrados em conformidade com o disposto neste item.

13.5 **Os documentos pertinentes à prova de títulos deverão ser apresentados em cópias legíveis de frente e verso, preferencialmente autenticadas por cartório competente ou acompanhadas por autenticação eletrônica.**

13.6 Para comprovação da conclusão do curso de pós-graduação em nível de Especialização, Mestrado e Doutorado, será aceito diploma ou certificado atestando que o curso atende às normas da Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), do Conselho Nacional de Educação (CNE) ou está de acordo com as normas do extinto Conselho Federal de Educação (CFE). Também será aceita declaração de conclusão de Doutorado, Mestrado e Especialização, acompanhado do respectivo histórico escolar, no qual conste a carga horária do curso, as disciplinas cursadas com as respectivas menções e a comprovação da apresentação e aprovação da monografia, dissertação ou tese, quando não abrangidos pela Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018. A declaração de conclusão de Especialização *lato sensu* deverá também atestar que o curso atende às normas da Lei Federal nº 9.394/1996, do CNE, ou está de acordo com as normas do extinto CFE. Deverá constar ainda declaração da instituição de que o curso cumpriu todas as disposições estabelecidas na Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, e indicação do ato legal de credenciamento da instituição. Caso o histórico escolar ateste a existência de alguma pendência ou falta de requisito de conclusão do curso, o certificado/declaração ou diploma não será aceito.

13.7 Para os cursos de mestrado e doutorado concluídos no exterior, somente serão aceitos quando revalidados por universidades credenciadas que tenham curso de Graduação e Pós-Graduação reconhecidos e avaliados no mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação, seguindo a Portaria n.º 22/2016 – MEC.

13.8 Os certificados/certidões ou diplomas de pós-graduação, em nível de especialização lato sensu, deverão conter a carga horária cursada e histórico.

13.9 Somente serão aceitos documentos apresentados em papel com timbre do órgão emissor e respectivos registros, e se deles constarem todos os dados necessários à identificação das instituições, dos órgãos expedidores e à perfeita avaliação do documento.

13.9.1 Quando o nome do candidato for diferente do constante do Título apresentado, deverá ser anexado comprovante de alteração do nome (*por exemplo: certidão de casamento*).

Não serão avaliados os documentos:

cadastrados fora do prazo ou de forma diferente da estabelecida neste edital e do edital de convocação;

cuja digitalização esteja ilegível;

cuja digitalização esteja corrompida;

sem data de expedição;

de mestrado ou doutorado concluídos no exterior que não estejam revalidados por instituição de ensino superior no Brasil.

13.11 Na avaliação dos documentos, os títulos apresentados que excederem ao limite máximo de pontos estabelecido na tabela 13.1 não serão considerados.

13.12 Não será admitida, sob hipótese nenhuma, o pedido de inclusão de novos documentos.

13.13 Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos documentos apresentados, o candidato terá anulada a respectiva pontuação atribuída, sem prejuízo das cominações legais cabíveis.

13.14 Não serão aferidos quaisquer títulos diferentes dos estabelecidos na tabela 13.1.

13.15 A relação dos candidatos com a nota obtida na prova de títulos será publicada em edital, através do endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

13.16 Quanto ao resultado da prova de títulos, caberá interposição de recurso, devidamente fundamentado, nos termos do item 17 deste Edital.

TABELA 13.1

DISTRIBUIÇÃO DE TÍTULOS PONTUÁVEIS

ITEM	TÍTULOS	PONTOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1	Diploma ou Ata de Defesa acompanhada de Histórico Escolar correspondente a curso de pós-graduação *Stricto Sensu*, **em nível de Doutorado**, na área relacionada à função pública ofertada.	4,00 (por título)	4,00
2	Diploma ou Ata de Defesa acompanhada de Histórico Escolar correspondente a curso de pós-graduação *Stricto Sensu*, **em nível de Mestrado**, na área relacionada à função pública ofertada.	3,00 (por título)	3,00
3	Certificado ou Certidão de Conclusão de Curso de pós-graduação *Lato Sensu*, **em nível de Especialização**, na área relacionada à função pública ofertada, obrigatoriamente acompanhado de Histórico Escolar e carga horária mínima de 360 horas.	1,50	3,00

		(por título)	
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS			**10,00**

14. DA PROVA PRÁTICA (PP)

14.1 A prova prática, de caráter eliminatório e classificatório, será aplicada a função de **MOTORISTA II**.

14.1.1 Somente será convocado para participar desta fase do certame o candidato que obter a pontuação estabelecida no subitem 11.25 e que estiver classificado dentro da linha de corte estabelecida na tabela 14.1, além de não ser eliminado por outros critérios estabelecidos neste Edital.

14.1.2 Todos os candidatos empatados na última colocação, dentro da linha de corte indicada neste item, participarão da prova prática.

14.1.3 Os candidatos que não tenham obtido a pontuação mínima prevista no subitem 11.25, tampouco tenham classificado dentro da linha de corte prevista na tabela 14.1, estarão automaticamente eliminados Processo Seletivo Simplificado.

14.1.4 Caso não haja número suficiente de candidatos com deficiência e/ou afrodescendentes, as vagas remanescentes serão acrescidas ao montante das vagas que compõe a ampla concorrência.

TABELA 14.1		
LINHA DE CORTE PARA A PROVA PRÁTICA		
AMPLA CONCORRÊNCIA (AC)	**PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PcD)**	**AFRODESCENDENTE (AFRO)**
07 (sete) candidatos	01 (um) candidato	02 (dois) candidatos

14.2 A prova prática é de caráter eliminatório e classificatório.

14.2.1 O candidato deverá obter nota igual ou superior a **50 (cinquenta) pontos**, numa escala de **0 (zero) a 100 (cem) pontos**, na prova prática, para não ser eliminado do certame.

14.3 O local e o horário de realização da prova prática serão divulgados oportunamente.

14.4 Os candidatos quando da convocação, deverão comparecer ao local de prova com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência, munidos de **documento oficial de identificação com foto (original).**

14.4.1 Os candidatos, quando da realização da prova prática, em razão da tarefa avaliativa exigir a operação/ direção veicular, será necessário a apresentação de **Carteira Nacional de Habilitação – CNH (original)**, válida, com categoria compatível com o requisito da função pública.

14.4.2 O candidato que não apresentar a CNH, não poderá realizar a prova prática e estará automaticamente eliminado do certame.

14.5 A prova prática será realizada e avaliada de acordo com a tabela abaixo:

TABELA 14.2	
FUNÇÃO: *Motorista*	
DESCRIÇÃO	**PONTUAÇÃO MÁXIMA**
Tarefa: A prova de direção veicular em percurso pré-determinado por examinador técnico. **Itens que serão avaliados:** - Será avaliado o comportamento do candidato e a utilização dos equipamentos do veículo em uso; a) rotação do motor; b) uso do câmbio, dos freios e dos demais equipamentos de uso ao trabalho; c) posicionamento correto do veículo na via de circulação; d) velocidade desenvolvida e compatível com a via e as situações do percurso;	**100,00 pontos**

e) obediência à sinalização de trânsito (vertical, horizontal e semafórica) além das regras de circulação e conduta;

Hipóteses de eliminação direta:

Conforme prescreve o inciso I do Art. 19 da Resolução n.º 789 do CONTRAN será eliminado diretamente:

- O candidato que transitar na contramão de direção;

- Provocar acidente durante o percurso da prova prática;

- Não realizar de forma completa o exame de direção veicular.

As demais faltas eliminatórias contidas no dispositivo supracitado serão consideradas falta do grupo III (falta grave), conforme descrição abaixo:

GRUPO	FALTAS	PONTOS NEGATIVOS
I	Leve	5,00
II	Média	7,00
III	Grave	9,00

Obs: No decorrer do exame de direção veicular serão registradas as faltas cometidas pelo candidato sendo que, do total de pontos da prova prática, será descontada a somatória dos pontos relativos às faltas cometidas.

Tempo da prova: 30 (trinta) minutos.

14.6 A prova prática realizar-se-á, independente das diversidades físicas ou climáticas, na data estabelecida para a realização da mesma.

14.7 Os casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporários que impossibilitem a realização da prova prática não serão levados em consideração, não sendo concedido qualquer tratamento privilegiado.

14.8 Não haverá segunda chamada para a prova prática, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato. O candidato que não comparecer ao local da prova no horário determinado para o início de sua realização será automaticamente excluído do certame.

14.9 Quando a realização da prova prática envolver a operação de veículos e equipamentos que possam oferecer ameaça à integridade física dos candidatos, da equipe examinadora ou de quaisquer presentes, o examinador responsável poderá eliminar o candidato da prova prática, e consequentemente do Processo Seletivo Simplificado, quando este declarar não ter conhecimento a respeito da utilização do veículo e/ou equipamento a ser utilizada na prova, ou caso aja de forma imprudente ou imperita.

14.10 A relação com os candidatos habilitados, bem como de suas respectivas notas obtidas na prova prática será divulgada em edital no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

14.11 Quanto ao resultado da prova prática caberá interposição de recurso, devidamente fundamentado, nos termos do item 17 deste Edital.

15. DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO

15.1 Será considerado aprovado e classificado no Processo Seletivo Simplificado o candidato que obtiver a pontuação e a classificação mínimas exigidas para aprovação, nos termos deste Edital.

15.1.1 Os candidatos serão classificados em ordem decrescente de nota final, observado a função pública em que concorrem.

15.1.2 Para as funções de **FARMACÊUTICO II**, **PSICÓLOGO** e **PROFESSOR**, a Nota Final será correspondente à soma das notas obtidas na prova objetiva e na prova de títulos.

15.1.3 Para a função de **MOTORISTA II**, a Nota Final será correspondente à soma das notas obtidas na prova objetiva e na prova prática.

15.1.4 Para a função de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM**, a Nota Final será correspondente à pontuação obtida na prova objetiva.

15.2 Na hipótese de igualdade da nota final, terá preferência, sucessivamente, o candidato que:

tiver maior idade, dentre os candidatos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até a data de publicação do resultado e classificação deste certame, conforme artigo 27, parágrafo único, do **Estatuto do Idoso** (Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003);

obtiver maior pontuação em **Conhecimentos Específicos**;

obtiver maior pontuação em **Língua Portuguesa**;

obtiver maior pontuação em **Matemática**;

obtiver maior pontuação em **Conhecimentos Gerais**;

obtiver maior pontuação na **Prova de Títulos**, quando houver;

obtiver maior pontuação na **Prova Prática**, quando houver;

persistindo o empate, terá preferência o candidato com **mais idade** (exceto os enquadrados na alínea "a" deste subitem), considerando dia, mês, ano;

tenha exercido a **função de jurado** (conforme o art. 440 do Código de Processo Penal);

Sorteio Público.

O resultado final do Processo Seletivo Simplificado será publicado por meio de 03 (três) listagens, a saber:

Lista de Candidatos com Deficiência, contendo a classificação exclusiva dos candidatos habilitados inscritos como Pessoa com Deficiência em ordem de classificação;

Lista de Candidatos Afrodescendentes, contendo a classificação exclusiva dos candidatos habilitados inscritos como Pessoa preta ou parda em ordem de classificação;

Lista Geral, contendo a classificação de todos os candidatos habilitados, inclusive os inscritos como Pessoa com Deficiência e como Pessoa preta ou parda em ordem de classificação.

16. DA ELIMINAÇÃO

16.1 Será eliminado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que:

16.1.1 Não estiver presente na sala ou no local de realização das provas no horário determinado para o seu início.

16.1.2 For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato, utilizando-se de material não autorizado ou praticando qualquer modalidade de fraude para obter aprovação própria ou de terceiros.

16.1.3 For surpreendido, durante a realização da prova, utilizando e/ou portando indevidamente ou de forma diferente das orientações do item 11.10 e 11.11 deste Edital, os itens abaixo descritos, que devem ser obrigatoriamente acondicionados em envelope porta-objeto fornecido pela Instituição Organizadora:

livros, anotações, réguas de cálculo, dicionários, códigos e/ou legislação, impressos que não estejam expressamente permitidos ou qualquer outro material de consulta, canetas de material não transparente, carteira de bolso, lapiseira, corretivos, óculos escuros;

quaisquer dispositivos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, wearable tech, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, iPods®, Ipad, cigarros eletrônicos, pen drives, mp3 player ou similar, gravadores, relógios, alarmes de qualquer espécie, chaves com dispositivo eletrônico, fones de ouvido ou qualquer transmissor, gravador ou receptor de dados, imagens, vídeos e mensagens;

artigos de chapelaria, tais como: boné, chapéu, viseira, gorro ou similares.

16.1.4 Faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos.

16.1.5 Fizer anotações de informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio, que não os permitidos.

16.1.6 Afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal.

16.1.7 Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a Folha de Respostas e o Caderno de Questões.

16.1.8 Descumprir as instruções contidas no caderno de questões e na Folha de Respostas.

16.1.9 Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

16.1.10 Não permitir a coleta de sua assinatura ou da impressão digital durante a realização das provas.

16.1.11 For surpreendido portando qualquer tipo de arma e se negar a entregá-la à Coordenação.

16.1.12 Recusar-se a ser submetido ao detector de metal.

16.1.13 Ausentar-se da sala antes do tempo determinado no subitem 11.18 ou portando o caderno de questões da prova objetiva.

16.1.14 Recusar-se a entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização.

16.1.15 Passar pela vistoria do detector de metal antes da entrada aos sanitários e estiver portando qualquer objeto relacionado nos subitens 16.1.3.

16.1.16 Não atingir a pontuação mínima estabelecida neste edital para ser considerado habilitado em quaisquer das fases do certame.

16.2 As ocorrências que ensejarem a eliminação de candidatos serão registradas em ata.

16.3 Se, a qualquer tempo, for constatado por qualquer meio, ter o candidato se utilizado de procedimento ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

17. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17.1 Caberá interposição de recursos devidamente fundamentados à Banca examinadora, no prazo de **02 (dois) dias úteis** contados da publicação das decisões objetos de recursos, assim entendidos:

contra o indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição;

contra o indeferimento da inscrição nas condições: pagamento não confirmado, condição especial e Reserva de vagas (Pessoa com Deficiência & Afrodescendente);

contra as questões da prova objetiva e o gabarito preliminar;

contra o resultado da Prova objetiva (PO);

contra o resultado da Prova de títulos (PT);

contra o resultado da Prova prática (PP);

contra o resultado final e classificação dos candidatos.

17.2 Os recursos deverão ser protocolados em requerimento próprio através da “Área do Candidato” disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

17.3 Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento referido no subitem 17.1 deste Edital.

17.4 Os recursos deverão ser individuais e devidamente fundamentados.

17.4.1 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente (entendido como aquele desprovido de fundamentação lógica, legal ou fática), desarrazoado ou intempestivo será liminarmente indeferido.

17.5 Os recursos interpostos que não se refiram especificamente aos eventos aprazados ou interpostos fora do prazo estabelecido neste Edital não serão apreciados.

17.6 Recurso interposto em desacordo com este Edital não será considerado.

17.7 O prazo para a interposição de recurso é preclusivo e comum a todos os candidatos.

17.8 Os recursos serão recebidos sem efeito suspensivo, exceto no caso de ocasionar prejuízos irreparáveis ao candidato.

17.9 Não serão aceitos recursos via fax, via correio eletrônico.

17.10 **É de exclusiva responsabilidade do candidato o acompanhamento da publicação das decisões objetos dos recursos no endereço eletrônico** www.fundacaofafipa.org.br**, sob pena de perder o prazo recursal.**

17.11 Especificamente para o caso previsto na alínea "c" do subitem 17.1, os recursos deverão ser individuais e devidamente fundamentados e deverão estar acompanhados de citação da bibliografia, sendo admitido um único recurso por questão para cada candidato, não sendo aceitos recursos coletivos.

17.12 O gabarito preliminar da prova objetiva poderá sofrer alteração até a divulgação do resultado preliminar, em face de erro material. Ocorrendo esta hipótese, por se tratar de mero erro material, a correção das provas se dará com base no gabarito republicado, o qual deve ser considerado pelos candidatos para todos os efeitos de aferição de seus resultados, não sendo hipótese de atribuição de ponto ou anulação de questão.

17.13 Na hipótese de alteração do gabarito preliminar por força de provimento de algum recurso, as provas objetivas serão recorrigidas de acordo com o novo gabarito.

17.13.1Se da análise do recurso resultar anulação de questão(ões) ou alteração de gabarito da prova objetiva, o resultado será recalculado de acordo com o novo gabarito.

17.13.2No caso de anulação de questão(ões) da prova objetiva, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, inclusive aos que não tenham interposto recurso.

17.14 Caso haja procedência de recurso interposto dentro das especificações, poderá, eventualmente, alterar a classificação inicial obtida pelo candidato, ou, ainda, poderá acarretar a desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida para a aprovação.

17.15 As respostas aos recursos interpostos pelos candidatos ficarão disponíveis para consulta individual na "Área do Candidato" disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, durante o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de publicação do edital de resultado a que se refere.

17.16 As imagens digitalizadas das folhas de respostas da prova objetiva serão divulgadas na "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, na mesma data da divulgação dos respectivos resultados, ficando disponível para consulta até a homologação do certame.

17.17 A Banca Examinadora da Fundação FAFIPA, *campus* de Paranavaí, Instituição responsável pela organização do certame, constitui última instância administrativa para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos ou revisões adicionais.

18. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

18.1 O resultado final do Processo Seletivo Simplificado, após decididos todos os recursos administrativos interpostos, será homologado pelo Município de Porto Amazonas - PR e publicado no Diário Oficial e nos endereços www.fundacaofafipa.org.br e www.portoamazonas.pr.gov.br, em três listas, em ordem classificatória e pontuadas a saber: (1) lista contendo a classificação de todos os candidatos, inclusive a dos candidatos com deficiência e afrodescendentes; (2) lista exclusiva com classificação dos candidatos afrodescendentes e; (3) outra listagem somente com a classificação dos candidatos inscritos na condição de Pessoa com deficiência.

19. DOS ATOS CONVOCATÓRIOS

19.1 Os atos convocatórios, serão organizados e publicados no Diário Oficial do Município de Porto Amazonas – PR e no endereço eletrônico www.portoamazonas.pr.gov.br, sendo de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento dos editais de convocação que serão publicados.

19.2 Além das publicações oficiais, o ente promovente fará contato por meios dos canais idôneos (E-mail, WhatsApp, Telefone, etc) informados pelo candidato no ato da inscrição.

20. DA CONVOCAÇÃO

20.1 A convocação dos candidatos aprovados, dentro do número de vagas ofertadas, ocorrerá de acordo com a necessidade, disponibilidade e conveniência do Município de Porto Amazonas – PR respeitando ordem de classificação e a vigência do Edital.

20.1.1 Serão convocados, gradativamente, os candidatos aprovados em todas as etapas do Processo Seletivo Simplificado.

20.1.2 Até o encerramento da vigência do edital, deverão ser convocados todos os candidatos aprovados dentro do número de vagas ofertadas, salvo no caso de prorrogação, caso em que o provimento das funções poderá ser postergado até o final de referido prazo.

20.2 Caberá ao Município de Porto Amazonas – PR a definição da data de convocação dos candidatos, não sendo permitida modificação desta data para qualquer fim que não seja necessidade e conveniência da Administração Pública Municipal.

20.3 Será eliminado do certame o candidato que não comparecer ao local, dia e hora designados para os preparativos de provimento da função pública.

21. DA CONTRATAÇÃO

21.1 O candidato, após a convocação, deverá comparecer ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Porto Amazonas - PR, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, desde que devidamente fundamentado, contados da data da publicação do Edital de convocação, munido de documento de identidade original, para o fim de declarar se aceita a vaga ou, neste mesmo prazo, o candidato poderá formalizar pedido de opção por final de lista mediante preenchimento e protocolo de formulário próprio, oportunidade em que passará a figurar como último candidato aprovado, sendo neste caso convocado o candidato classificado imediatamente posterior.

21.1.1 O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado no Edital de convocação sem justo motivo, será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado.

21.2 A assunção da função pública será precedida de inspeção médica oficial do Município ou por órgão devidamente indicado pela Administração Pública Municipal. O candidato convocado somente será contratado se for julgado **APTO** física e mentalmente para o exercício da função pública. Caso seja considerado inapto para exercer a função pública, não será contratado, perdendo automaticamente a vaga, sendo convocado o próximo habilitado da lista, obedecida a ordem de classificação.

21.2.1 Além da inspeção médica oficial, poderão ser solicitados outros exames ou pareceres especializados necessários à avaliação completa desta fase, de forma a possibilitar a verificação da capacidade ou incapacidade do candidato para o exercício da função, face às exigências de vitalidade física requeridas para as tarefas que serão executadas rotineiramente, observadas as normas da medicina especializada, os quais serão realizados às expensas do candidato. Os exames complementares solicitados pelo médico deverão ser apresentados acompanhados dos respectivos laudos médicos, em local ou eventual meio eletrônico utilizado, data e horário estipulado para a avaliação.

21.2.2 Os candidatos com deficiência, se aprovados e classificados, serão submetidos à perícia médica para a verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função pública.

21.2.3 Caso a perícia médica conclua negativamente quanto à compatibilidade e habilitação do candidato para o exercício da função pública, este não será considerado apto à contratação e deixará sua vaga disponível para o próximo candidato na ordem de classificação.

21.3 Para assunção da função pública, o candidato, além dos demais requisitos previstos neste Edital, deverá apresentar no prazo de 10 (dez) dias úteis após o comparecimento do candidato perante o órgão de administração de pessoal, os seguintes exames/documentos:

Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;

Prova de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino;

Cópia do documento de Identificação;

Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;

Cópia do Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade exigido pelo requisito da função;

Cópia do Registro no órgão de classe, quando for requisito da função;

01 (uma) fotografia 3X4 recente;

Declaração de bens e valores que integram seu patrimônio privado, conforme prescrito na Lei nº 8.429/1992;

Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deverá ser observada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37 da CF. Neste caso deverá o candidato declarar o acúmulo de cargos e quanto ganha em cada um sob pena de desclassificação;

Firmar declaração, a ser preenchida em formulário próprio, no ato da admissão, de não ter sido demitido do serviço público estadual, federal ou municipal, nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à sua admissão;

Cópia da Certidão de Nascimento do(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;

Certidão Negativa Criminal expedida pela Polícia Judiciária (Civil e Federal) e pelo Poder Judiciário (Estadual e Federal) da Comarca e Região onde reside ou residiu nos últimos 05 (cinco) anos;

Cópia do comprovante de residência;

Número do PIS/PASEP;

Título de Eleitor com a Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral ou através do endereço eletrônico;

Certidão de Casamento com averbação de óbito se viúvo; e se divorciado com averbação de divórcio;

Outros documentos listados no momento do ato convocatório;

r) O candidato poderá optar uma única vez pelo final de lista, na forma e no prazo descrito no item 21.1 deste edital.

21.4 A falta de comprovação de quaisquer dos requisitos para a investidura até a data da admissão ou a prática de falsidade ideológica em prova documental tornará sem efeito o respectivo ato de provimento do candidato, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não estiver consumada a providência do evento que lhes diz respeito, circunstância que será mencionada em Comunicado ou Aviso Oficial, oportunamente divulgado pelo Município de Porto Amazonas – PR, no endereço eletrônico www.portoamazonas.pr.gov.br e www.fundacaofafipa.org.br.

22.1.1 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar frequentemente as publicações de todos os comunicados e Editais referentes ao Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital, no endereço eletrônico do Fundação FAFIPA – Campus de Paranavaí, www.fundacaofafipa.org.br e do Município de Porto Amazonas – PR www.portoamazonas.pr.gov.br.

22.2 Qualquer inexatidão e/ou irregularidade constatada nas informações e documentos do candidato, ou quando constatada a omissão ou declaração falsa de dados ou condições, ou ainda, irregularidade na realização das provas, com finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação, mesmo que já tenha sido divulgado o resultado deste Processo Seletivo Simplificado e embora o candidato tenha obtido aprovação, levará à sua eliminação, sendo considerados nulos todos os atos decorrentes da sua inscrição, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

22.3 Os prazos estabelecidos neste Edital são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o não cumprimento e para a apresentação de documentos após as datas estabelecidas.

22.3.1 Não serão fornecidas, por telefone ou e-mail, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas e demais eventos, diverso do constante deste edital. O candidato deverá observar rigorosamente as formas de divulgação estabelecidas neste Edital e nas demais publicações no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

22.4 Não haverá segunda chamada para quaisquer das fases do processo, seja qual for o motivo da ausência do candidato, nem serão aplicadas provas em locais ou horários diversos dos estipulados no Cartão de Convocação do Candidato e os demais editais de convocação referentes às fases deste Processo Seletivo Simplificado.

22.4.1 O não comparecimento do candidato a qualquer das fases acarretará sua eliminação do certame.

22.4.2 As ocorrências que ensejarem a eliminação de candidatos, exceto a mencionada no subitem anterior, serão registradas em ata conforme o item 16.2.

22.5 A inobservância por parte do candidato, de qualquer prazo estabelecido em convocação, será considerada, em caráter irrecorrível, como desistência.

22.6 A homologação publicada no Diário Oficial do Município, acessado pelo endereço eletrônico www.portoamazonas.pr.gov.br, servirá como documento comprobatório de classificação no Processo Seletivo Simplificado.

22.7 O Município de Porto Amazonas – PR e a Fundação FAFIPA – Campus de Paranavaí não se responsabilizam por despesas com viagens e estadia dos candidatos para prestarem as provas deste Processo Seletivo Simplificado.

22.7.1 Havendo alteração da data prevista, as provas de qualquer fase do certame poderão ocorrer em sábados, domingos e feriados. Despesas provenientes da alteração de data serão de responsabilidade do candidato.

22.8 A Instituição Organizadora não se responsabiliza por quaisquer cursos, textos e apostilas referentes a este Processo Seletivo Simplificado.

22.9 A banca examinadora do Processo Seletivo Simplificado permanecerá constituída até a homologação deste certame.

22.10 O candidato que necessitar atualizar dados pessoais e/ou endereço residencial que não interfiram no resultado final do certame, poderá realizá-las por intermédio da “Área do candidato”, disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, até a data de publicação da homologação do resultado final e classificação. Após esta data, poderá requerer a alteração junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Porto Amazonas – PR.

22.11 O Município de Porto Amazonas – PR e a Fundação FAFIPA – *Campus* de Paranavaí não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de:

endereço eletrônico incorreto e/ou desatualizado;

endereço residencial desatualizado;

correspondência devolvida pela Instituição de Correios e Telégrafos (ECT) por razões diversas;

outras informações divergentes e/ou errôneas, fornecidas pelo candidato, tais como: dados pessoais, telefones e documentos.

22.12 Não serão considerados requerimentos, reclamações, notificações extrajudiciais ou quaisquer outros instrumentos similares, cujo teor não seja objeto de recurso apontado neste Edital.

22.13 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora em conjunto com a banca examinadora.

22.14 A Fundação FAFIPA será responsável pela organização e execução do Processo Seletivo Simplificado em comento até a publicação do ato de homologação. Após este ápice, os atos serão organizados e executados exclusivamente pelo Município de Porto Amazonas – PR.

22.15 Será admitida impugnação do presente Edital no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de sua publicação, por meio do endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, em link específico.

22.15.1Para requerer a impugnação, o impugnante deverá efetuar cadastro no endereço eletrônico da Fundação FAFIPA, caso não seja cadastrado.

22.15.2As impugnações apresentadas sem fundamentação e com assuntos desconexos não condizentes com o regramento editalício serão indeferidas de plano.

22.16 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Amazonas (PR), 17 de dezembro de 2025.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA

Prefeito

ANEXO I - DAS ATRIBUIÇÕES

NÍVEL FUNDAMENTAL	**MOTORISTA II** **Descrição sumária**: Realizar atividades de natureza operacional a fim de executar serviços externos em todas as Secretarias Municipais, com as ações operativas de dirigir, conduzir, transportar, abastecer, vistoriar, examinar, recolher e monitorar, em benefício do exercício das funções necessárias ao adequado funcionamento da Administração Municipal. **Atribuições típicas**: 1. Conduzir veículo automotor destinado ao transporte de passageiros e cargas; 2. Manter o veículo em perfeita condição de funcionamento, comunicando qualquer defeito porventura existente no veículo, não transitando com o mesmo até que se realize o conserto; 3. Manter o veículo em perfeita condição de funcionamento; 4. Fazer reparos de emergência; 5. Zelar pela conservação do veículo, promovendo o abastecimento de combustível, água e óleo do veículo, providenciando a lubrificação, quando indicada, verificando o grau de densidade e nível da água de bateria, bem como a calibragem dos pneus; 6. Checar diariamente o sistema de freios e o nível de óleo do motor; 7. Verificar o funcionamento do sistema elétrico; 8. Transportar pessoas, materiais, correspondências e equipamentos, garantindo a segurança dos mesmos; 9. Executar o serviço de transporte que lhe for atribuído e, no caso de materiais, encarregar-se de sua carga e descarga; 10. Operar, eventualmente, rádio transceptor; 11. Observar e controlar os períodos de revisão e manutenção recomendados preventivamente, para assegurar plena condição de utilização do veículo; 12. Realizar anotações, segundo as normas estabelecidas e orientações recebidas, da quilometragem, viagens realizadas, objetos ou pessoas transportadas, itinerários percorridos, além de outras ocorrências, a fim de manter a boa organização e controle; 13. Encarregar-se do transporte e entrega de correspondência ou de carga que lhe for confiada; 14. Providenciar carga e descarga no interior do veículo; 15. Dirigir obedecendo à sinalização e velocidade indicadas; 16. Auxiliar médicos e enfermeiros na assistência a pacientes, conduzindo caixas de medicamentos, tubos de oxigênio, macas, etc. 17. Recolher o veículo à garagem ou local destinado a esse fim, ao término da jornada de trabalho, deixando-o corretamente estacionado e fechado; 18. Conduzir veículos de duas ou três rodas, com ou sem carro lateral, com mais que 50 de cilindrada. 19. Dirigir veículos abaixo de três mil e quinhentos quilogramas quando determinado pelo seu superior, de acordo com as necessidades da municipalidade; 18. Dirigir veículo de transporte de passageiros com mais de oito lugares quando determinado pelo seu superior, de acordo com as necessidades da municipalidade; 20. Executar outras tarefas correlatas.
NÍVEL MÉDIO | TÉCNICO	**PROFESSOR** **Atribuições típicas**: 1) Docência na Educação Infantil e Ensino Fundamental, incluindo entre outras, as seguintes atribuições: Participar na elaboração da proposta pedagógica da instituição educacional; Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da instituição educacional; Zelar pela aprendizagem das crianças; - Estabelecer e implementar estratégias de recuperação para as crianças de menor rendimento; Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidas; Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; Colaborar com as atividades de articulação da instituição educacional com as famílias e a comunidade; Divulgar as experiências educacionais realizadas; Desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da instituição educacional e ao processo de ensino aprendizagem. 2) Atividades de Suporte Pedagógico direto à docência na Educação Infantil e Ensino Fundamental, incluindo entre outras, as seguintes atribuições: Coordenar a elaboração e a execução da proposta pedagógica da escola; Administrar o pessoal e os recursos materiais e financeiros da instituição educacional, tendo em vista o atingimento de seus objetivos pedagógicos; Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas; Zelar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente; Prover meios para recuperação das crianças de menor rendimento; Promover a articulação com as famílias e a comunidade criando processos de integração da sociedade com a instituição educacional; Informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento das crianças, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da instituição educacional; Coordenar, no âmbito da instituição educacional, as atividades de planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional; Acompanhar o processo de desenvolvimento dos estudantes, em colaboração com os docentes e as famílias; Elaborar estudos, levantamentos qualitativos e quantitativos indispensáveis ao desenvolvimento do sistema ou rede de ensino ou da instituição educacional; Elaborar, acompanhar e avaliar os planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do sistema e/ou rede de ensino e da instituição educacional em relação a aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, de pessoal e de recursos materiais; Acompanhar e supervisionar o funcionamento das instituições educacionais, zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e pelo padrão de qualidade de ensino. **TÉCNICO EM ENFERMAGEM** **Descrição sumária**: Realizar atividades de natureza especializada de nível técnico, relativas à sua área de habilitação profissional, que envolvam conhecimentos gerais e específicos da área de enfermagem com ações operativas de organizar, coordenar, gerir, executar, controlar, analisar, avaliar, vistoriar, prestar informações, ministrar cursos e palestras, acompanhar projetos, sugerir e propor, em benefício do exercício das funções necessárias ao adequado funcionamento da Saúde Pública. **Atribuições típicas**: 1. Efetuar o controle das prescrições e checagem de horários após administração dos medicamentos ou procedimentos de enfermagem; 2. Encaminhar os pacientes à unidade ou bloco de internação, após os procedimentos necessários; realizar as ações de pré- consulta e pós-consulta, de acordo com o programa, com conhecimento quanto às causas das patologias e medicamentos administrados, podendo explorá-las, esclarecendo os efeitos colaterais e gerais, sob supervisão indireta do enfermeiro; 3. Aplicar, de acordo com a prescrição médica, injeções, vacinas, venóclise e administração de soluções parenterais; 4. Efetuar a checagem do paciente, após realização da ação de enfermagem, empregando técnica e instrumentos apropriados, verificando temperatura, pressão arterial, pulsação e respiração, obedecidos os horários preestabelecidos; 5. Realizar, sob supervisão do enfermeiro, procedimentos da área de enfermegem tais como: curativos simples com dreno e sonda, retirada de pontos, aspiração de secreção orofaríngea, de traqueotomia e entubação; 6. Auxiliar o médico no que se refere a procedimentos de enfermagem, parecentese abdominal, diálise peritonal e hemodiálise; 7. Auxiliar o médico em pequenas cirurgias; 8. Aplicar de técnicas adequadas, no manuseio de pacientes com moléstias infecto-contagiosas; 9. Aplicar todas e, quaisquer técnicas de primeiros socorros, sob supervisão do médico ou enfermeiro; auxiliar no preparo psicológico do paciente para os mais diversos procedimentos realizados dentro da unidade de atendimento médico; 10. Coletar e dar manutenção nos materiais físicos, químicos e biológicos para possibilitar a realização de exames laboratoriais; auxiliar na prevenção e controle sistemático da infecção hospitalar; 11. Executar outras atividades de mesma natureza e grau de complexidade.
NÍVEL SUPERIOR	**FARMACÊUTICO II** **Descrição sumária**: Realizar tarefas referentes ao desenvolvimento, produção, produção, dispensação, controle, armazenamento, distribuição e transporte de produtos da área farmacêutica tais como medicamentos, alimentos especiais, cosméticos, imunobiológicos, domissanitários e insumos correlatos. Realizar análises clínicas, toxicológicas, fisioquímicas, biológicas, microbiológicas e bromatológicas de interesse humano; participar da elaboração, coordenação e implementação de políticas de medicamentos; realizar fiscalização sobre estabelecimentos, produtos e serviços. **Atribuições típicas**: 1. Fazer manipulação dos insumos farmacêuticos, como medição, pesagem e mistura; 2. Subministrar produtos médicos e cirúrgicos conforme prescrição medica; 3. Selecionar produtos farmacêuticos e criar ou aprimorar critérios e sistemas de dispensação; 4. Avaliar prescrição e indicar medicamento conforme diagnóstico profissional; 5. Dispensar fármacos instruindo o usuário quanto ao período de tratamento e posologia adequada; 6. Instruir sobre medicamentos genéricos, conforme necessário; 7. Pesquisar e avaliar eficácia de tratamento; 8. Produzir medicamentos, alimentos, cosméticos, insumos, imunobiológicos, domissanitários e correlatos; 9. Definir especificações técnicas de matéria- prima, embalagem, materiais, equipamentos e instalações; 10. Selecionar e/ou qualificar fornecedores; 11. Opinar na aquisição de fármacos; 12. Estabelecer e programar procedimentos de produção e manipulação; 13. Controlar dispensação de psicotrópicos e demais fármacos de uso controlado; 14. Analisar produtos farmacêuticos acabados e em fase de elaboração, ou seus insumos verificando qualidade, teor, pureza e quantidade de cada elemento; 15. Realizar estudos, análises e testes com plantas medicinais; 16. Efetuar análise bromatológicas de alimentos, controle de qualidade, pureza, conservação e homogeneidade; 17. Fazer manipulação, análises, estudos de reações e balanceamento de fórmulas de cosméticos; 18. Administrar estoque de medicamentos observando condições de armazenagem e prazo de validade; 19. Coordenar política de medicamento e de serviços farmacológicos; 20. Participar na elaboração de políticas de fármacos propondo protocolos de tratamento e normatização para o uso de medicamentos; 21. Planejar, implementar e coordenar ações de assistência farmacêutica; 22. Elaborar e coordenar ações de farmacovigilância; 23. Participar de ações de vigilância epidemiológica; 24. Fiscalizar estabelecimentos, produtos e serviços; 25. Instituir normas de fiscalização e orientar quanto ao cumprimento da legislação atinente à matéria; 26. Inspecionar estabelecimentos, produtos e serviços, emitindo parecer em processos de alvará de funcionamento; 27. Assistir a Municipalidade em assuntos atinentes à sua especialidade; 28. Responder tecnicamente pelo serviço prestado na Unidade, nos termos da Resolução 236/1992; 29. Desempenhar outras atividades correlatas. **PSICÓLOGO** **Descrição sumária**: Estudar, pesquisar e avaliar o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições, com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação; diagnosticar e avaliar distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidando conflitos e questões e acompanhando o(s) paciente(s) durante o processo de tratamento ou cura; investigar os fatores inconscientes do comportamento individual e grupal, tornando-os conscientes; desenvolver pesquisas experimentais, teóricas e clínicas e coordenar equipes e atividades de área e afins. **Atribuições típicas**: 1. Desenvolver diagnóstico organizacional e psicossocial no setor em que atua visando identificar necessidades e usuários alvos de sua atuação; 2. Planejar, desenvolver, executar, acompanhar, validar e avaliar estratégias de intervenções psicossociais diversas, a partir das necessidades e usuários identificados; 3. Participar de equipes multidisciplinares e programas de ação comunitária visando a construção de ações integradas voltadas a prevenção e/ou reabilitação de pessoas com distúrbios do comportamento; 4. Desenvolver ações de pesquisas e aplicações práticas da psicologia no âmbito da saúde, educação, trabalho, social e demais áreas do comportamento humano; 5. Desenvolver outras atividades que visem a preservação, promoção, recuperação, reabilitação da saúde mental e valorização do homem; 6. Estudar, pesquisar e avaliar o desenvolvimento

	emocional e os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições, com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação; diagnosticam e avaliam distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidando conflitos e questões e acompanhando o(s) paciente(s) durante o processo de tratamento ou cura; 7. Investigar os fatores inconscientes do comportamento individual e grupal, tornando-os conscientes; 8. Reunir, interpretar e aplicar dados científicos relativos ao comportamento humano e aos mecanismos mentais; 9. Fazer observações, exames e experiências para medir certas capacidades físicas e mentais; 10. Analisar os efeitos da hereditariedade e do ambiente, a vinculação com grupos sociais e outros fatores sobre a mentalidade e o comportamento do indivíduo; 11. Definir e avaliar características afetivas, intelectuais, sensoriais e motoras para orientação, seleção e treinamento; 12. Planejar e executar planos e programas, visando estimular uma maior produtividade no trabalho, realização e satisfação pessoal, envolvendo indivíduos e grupos; 13. Orientar e encaminhar indivíduos para atendimento curativo e/ou preventivo, no âmbito da saúde mental; 14. Orientar pais e responsáveis, sobre processos de integração em unidades sociais e programas de atendimento específico, de crianças e adolescentes; 15. Planejar e coordenar grupos operativos entre funcionários e/ ou comunidade, visando a resolução de problemas referentes ao convívio sociocultural; 16. Avaliar crianças, através da aplicação de testes psicológicos de inteligência, maturidade psicomotora, sensório-motor, bem como testes informais utilizando-se de entrevista operativa centrada na aprendizagem, diagnóstico operatório, aquisição da linguagem escrita e provas acadêmicas, conforme encaminhamento; 17. Orientar pais e professores sobre processos de integração de crianças em salas de aulas, escolas especiais e outros; 18. Acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos dos professores junto as crianças, através de orientações, visando a melhoria da qualidade do ensino especial; 19. Elaborar e executar planos e programas de trabalho referentes à educação especial, através de levantamentos de necessidades, pesquisas e outros; 20. Realizar ações de promoção ao desenvolvimento e acompanhamento de equipes; 21. Realizar intervenção em situações de conflitos no trabalho; 22. Aplicar métodos e técnicas psicológicas, como testes, provas, entrevistas, jogos e dinâmicas de grupo; 23. Assessorar as diversas Secretarias para facilitar processos de grupo e desenvolvimento de lideranças para o trabalho; 24. Planejar, desenvolver e avaliar ações destinadas a facilitar as relações trabalhistas, produtivas e de promoção da satisfação de indivíduos e grupos no âmbito organizacional; 25. Propor o desenvolvimento de ações voltadas para a criatividade, auto-estima e motivação do usuário; 26. Atuação em equipe multidisciplinar e/ou interdisciplinar para elaborar, implementar, desenvolver e avaliar de programas e políticas de desenvolvimento de recursos humanos; 27. Participar em recrutamento e seleção de pessoal; 28. Participar em programas e atividades de saúde e segurança no trabalho, saúde mental do trabalhador e qualidade de vida no trabalho; 29. Realizar pesquisas relacionadas à Psicologia Organizacional e do Trabalho; 30. Participar de processos de desligamento de pessoal e programas de preparação para aposentadoria; 31. Cooperar em projetos de ergonomia (máquinas e equipamentos de trabalho); 32. Realizar avaliação psicológica em candidatos ao ingresso no quadro de pessoal da Prefeitura por meio de concurso público, bem como em servidores, utilizando instrumentos e técnicas específicas; 33. Elaborar laudos psicológicos de candidatos e servidores, envolvendo diagnósticos e prognósticos, sugerindo avaliações complementares e psiquiátricas, com a finalidade de informar sobre as condições psicológicas; 34. Realizar o encaminhamento de candidatos e servidores a instituições especializadas, indicando as necessidades terapêuticas, quando necessário; 35. Emitir diagnósticos da capacidade laborativa residual de servidores, analisando em conjunto com profissionais da equipe multidisciplinar, os indicadores necessários à readaptação, recapacitação funcional, bem como indicar as funções compatíveis com as condições do servidor a ser reabilitado; 36. Realizar ações preventivas na área da saúde do servidor; 37. Realizar avaliação, orientação, encaminhamento e acompanhamento de servidores, com problemas referentes à ingestão de álcool e outras drogas; 38. Elaborar análise profissiográfico de funções do quadro da Prefeitura, determinando os requisitos psicológicos necessários para as mesmas; 39. Elaborar e emitir laudos, atestados e pareceres mediante necessidade do indivíduo e/ou da organização; 40. Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade. 41. Desempenhar outras atividades correlatas.

ANEXO II - DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONHECIMENTOS COMUNS - NÍVEL FUNDAMENTAL

Língua Portuguesa: Análise e interpretação de texto (compreensão global; ponto de vista do autor; ideias centrais desenvolvidas em cada parágrafo, inferências); Elementos de coesão e coerência textual; Ortografia Oficial (acentuação gráfica, letra e fonema, sílaba, encontros vocálicos e consonantais, dígrafos); Emprego das classes de palavras; Semântica (sinônimos e antônimos, significação das palavras, sentido conotativo e denotativo).

Matemática: As quatro operações fundamentais; Cálculos e situações-problema envolvendo as quatro operações fundamentais; Números pares e ímpares, antecessor e sucessor; Números naturais, inteiros, fracionários e decimais; Cálculos e situações-problema envolvendo números naturais, inteiros, fracionários e decimais; Ordens crescente e decrescente, comparação de quantidades; Aproximações; Figuras geométricas planas e sólidos geométricos; Unidades de medida:comprimento, capacidade, massa, tempo e volume; Noções de direção: norte, sul, leste e oeste, esquerda e direita, para cima e para baixo; Noções de acaso: certeza ou impossível; Razão e proporção, Regra de três Simples; Sistema monetário brasileiro e porcentagem; Sequência de números, figuras e letras; Sequências lógicas; Dados, tabelas, gráficos e suas interpretações.

Conhecimentos Gerais: Aspectos culturais, sociais, históricos e geográficos do Brasil, do Município de Porto Amazonas e do Estado Paraná. Atualidades. Cenários políticos. Ciência, Tecnologia e Inovação. Constituição Federal: Título I – Dos Princípios Fundamentais (Art. 1º ao 4º), Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais (Art. 5º ao 17), Título III – Da Organização do Estado (Art. 18 e 19; Art. 29 e 30; Art. 37 ao 41), Título IV - Da Organização dos poderes (Art. 44 ao 75).

CONHECIMENTOS COMUNS - NÍVEL MÉDIO

Língua Portuguesa: Análise e interpretação de texto (compreensão global; ponto de vista do autor; ideias centrais desenvolvidas em cada parágrafo, inferências); Comunicação, linguagem e variações linguísticas; Gêneros e Tipologias textuais; Elementos de coesão e coerência textual; Ortografia Oficial (acentuação gráfica, letra e fonema, sílaba, encontros vocálicos e consonantais, dígrafos); Emprego das classes de palavras; Semântica (sinônimos e antônimos, significação das palavras, sentido conotativo e denotativo); Funções sintáticas; Concordâncias nominal e verbal; Pontuação; Uso dos porquês; Literatura Brasileira: prosa e poesia, autores e obras, figuras de linguagem.

Matemática: As quatro operações fundamentais; Comparações, arredondamentos, aproximações e estimativas; Cálculo algébrico; equações: de 1º e 2° graus com uma ou duas incógnitas, sistemas de equações de 1° grau; cálculos envolvendo monômios, polinômios e produtos notáveis; Conjuntos numéricos: números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais; Múltiplos e divisores de um número natural, MMC e MDC; Intervalos numéricos; Potenciação, radiciação e fatoração; Operações entre conjuntos: união, interseção, diferença e complementar; Funções - constantes, afim, crescentes e decrescentes; Gráficos de funções; Unidades de medida:comprimento, capacidade, massa, tempo e volume; Conversão de moedas e medidas; Geometria plana - Ângulos opostos pelo vértice, formados por retas paralelas e uma transversal, complementares e suplementares, bissetriz; Perpendicularidade, concorrência e paralelismo entre retas; Teoremas de Tales; Comprimento da circunferência; Cálculo de área: triângulos, retângulos e círculos; medidas de superfícies; Geometria espacial - Sólidos geométricos; Cálculo de volume: prismas reto-retangulares, cilindro; Geometria Analítica - Plano cartesiano, coordenadas no plano cartesiano, simetria no plano cartesiano, orientação no plano, no espaço e no tempo, Noções de direção: norte, sul, leste e oeste, esquerda e direita, para cima e para baixo; Estatística – média, moda e mediana; Dados, tabelas, gráficos e suas interpretações; Sequência de números, figuras e letras; Sequências lógicas; Probabilidade - certeza e impossibilidade, fenômenos aleatórios, espaço amostral e evento; Eventos dependentes e independentes; Probabilidades da união e interseção; Grandezas direta e inversamente proporcionais; Razão e proporção; Regra de três simples e composta; Matemática financeira - Sistema monetário brasileiro; Porcentagem; Juros simples; Resolução de problemas.

Conhecimentos Gerais: Constituição Federal: Título I – Dos Princípios Fundamentais (Art. 1º ao 4º), Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais (Art. 5º ao 17), Título III – Da Organização do Estado (Art. 18 e 19; Art. 29 e 30; Art. 37 ao 41), Título IV - Da Organização dos poderes (Art. 44 ao 75). Lei n.º 8.429/1992 e Lei nº 14.230/21 - Lei de Improbidade Administrativa. Lei n.º 12.527/2011 – Lei de Acesso à

Informações. Lei n.º 10.048/2000 - Da prioridade de atendimento às pessoas; Lei n.º 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Disposições Preliminares e Direitos Fundamentais; Lei n.º 4.657/1942 – Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro – LINDB (Art. 20 ao 30); Lei n.º 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Capítulo IV).

CONHECIMENTOS COMUNS - NÍVEL SUPERIOR

Língua Portuguesa: Análise e interpretação de texto (compreensão global; ponto de vista do autor, ideias centrais desenvolvidas em cada parágrafo, inferências); Comunicação, linguagem e variações linguísticas; Funções da linguagem; Gêneros e Tipologias textuais; Elementos de coesão e coerência textual; Ortografia Oficial (acentuação gráfica, letra e fonema, sílaba, encontros vocálicos e consonantais, dígrafos); Emprego das classes de palavras; Semântica (sinônimos e antônimos, significação das palavras, sentido conotativo e denotativo); Funções sintáticas; Sintaxe (coordenação e subordinação); Concordâncias nominal e verbal; Regências Verbal e Nominal; Emprego de sinal indicativo de crase; Pontuação; Emprego do que e do se; Uso dos porquês; Literatura Brasileira: prosa e poesia, autores e obras, figuras de linguagem.

Matemática: As quatro operações fundamentais; Comparações, arredondamentos, aproximações e estimativas; Conjuntos; operações entre conjuntos: união, interseção, diferença e complementar; Resolução de problemas envolvendo operações entre conjuntos; Proposições lógicas simples e compostas; Valor lógico; Falácias, analogias e silogismos; Princípios de identidade, de não Contradição e do terceiro excluído; Conectivos Lógicos; Condições necessárias e suficientes; Negação, contra positiva e recíproca; Equivalências lógicas; Princípio da casa dos pombos; Relações; Funções - afim e quadrática; Números reais; Múltiplos e divisores de um número natural, MMC e MDC; Intervalos reais; Sistemas lineares; Sequência de números, figuras e letras; Geometria plana - triângulo Retângulo: relações e teorema de Pitágoras; Ângulos: opostos pelo vértice, formados por retas paralelas e uma transversal, complementares e suplementares, bissetriz; Perpendicularidade, paralelismo; Teorema de Tales; Comprimento da circunferência; Medidas de área; Cálculo de área: triângulos, quadriláteros e círculos; medidas de superfícies; Geometria espacial - Sólidos geométricos; Cálculo de volume: prismas e cilindros; Medidas de volume; Geometria analítica - Plano cartesiano: coordenadas no plano cartesiano; simetria no plano cartesiano; Estatística – média, moda e mediana; Dados, tabelas, gráficos e suas interpretações; Matemática financeira - juros simples e compostos, porcentagem, sistema monetário brasileiro, conversões de moedas; Razão e proporção - Regra de três simples e composta, Grandezas diretamente e inversamente proporcionais.

Conhecimentos Gerais: Constituição Federal: Título I – Dos Princípios Fundamentais (Art. 1º ao 4º), Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais (Art. 5º ao 17), Título III – Da Organização do Estado (Art. 18 e 19; Art. 29 e 30; Art. 37 ao 41), Título IV - Da Organização dos poderes (Art. 44 ao 75). Lei n.º 8.429/1992 e Lei nº 14.230/21 - Lei de Improbidade Administrativa. Lei n.º 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informações. Lei n.º 10.048/2000 - Da prioridade de atendimento às pessoas; Lei n.º 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Disposições Preliminares e Direitos Fundamentais; Lei n.º 4.657/1942 – Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro – LINDB (Art. 20 ao 30); Lei n.º 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Capítulo IV).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FARMACÊUTICO II

Lei Orgânica do Município de Porto Amazonas (e suas respectivas atualizações e emendas). Uso Racional de Medicamentos. Assistência Farmacêutica: ciclo da assistência farmacêutica (produção, seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição, prescrição, dispensação de medicamentos). Assistência Farmacêutica na atenção básica. Assistência Farmacêutica no SUS (medicamentos disponibilizados, programas aos quais se destinam – saúde mental, excepcionais, hipertensão e diabetes, estratégicos, AIDS). Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – RENAME. Conhecimentos sobre epidemiologia e vigilância epidemiológica. Normas e diretrizes da Estratégia/ Programa Saúde da Família. Cálculos farmacêuticos. Farmacologia geral. Conhecimento de farmacotécnica e farmacodinâmica acerca dos medicamentos disponibilizados pelo SUS na rede básica de saúde. Sistemas de distribuição de medicamentos. Noções Básicas sobre estudos de utilização de medicamentos e farmacovigilância. Centros de Informação de Medicamentos: finalidade e importância. Formas farmacêuticas: cápsulas, comprimidos; sistemas de liberação prolongada de fármacos; sistemas transdérmicos; formas farmacêuticas líquidas de uso tópico e oral; pomadas, cremes, géis e pastas. Noções de farmácia magistral. Conhecimento básico sobre bioquímica clínica, microbiologia (bactérias, fungos e vírus), imunologia clínica, hematologia e toxicologia. Padronização e Seleção de Materiais Médico-hospitalares e de Medicamentos. Legislação farmacêutica. Decreto 7.508 de 28 de Junho 2011 e suas atualizações; Resolução RDC nº 306 de 07 de dezembro de 2004 e suas atualizações. Resolução nº 357/01 do Conselho Federal de Farmácia (CFF) e suas atualizações. Noções básicas de Licitação Pública e suas atualizações. Ética profissional. Sistema Único de Saúde e Leis Orgânicas de Saúde e suas atualizações (Leis 8080/90 e 8142/90); Artigos 196 a 198 da Constituição Federal do Brasil. Portaria 344/98 e suas atualizações.

MOTORISTA II

Lei Orgânica do Município de Porto Amazonas (e suas respectivas atualizações e emendas). **Constituição Federal (Dos Direitos e Garantias Fundamentais). Estatuto da Pessoa Idosa (Disposições Preliminares; Do Transporte). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Disposições Gerais;** Do Direito ao Transporte e à Mobilidade; Da Acessibilidade). Postura e atendimento ao público interno e externo. Comportamento no ambiente de trabalho e boas maneiras. Cuidados com o veículo e Ética Profissional. Improbidade Administrativa (Leis nº 8.429/1992 e 14.230/2021). Noções de Primeiros Socorros. Manual Brasileiro de Fiscalização e seus anexos. Resoluções ativas do Contran e Senatran. Código de Trânsito Brasileiro (completo). **Inibição de Consumo de Álcool no País (**Lei nº 11.705/**2008). Regulamentação da Profissão de Motorista (Lei Nº 13.103/15).** Código Penal: Dos Crimes Contra a Pessoa (Das Lesões Corporais - artigo 129), Dos Crimes contra a Honra (artigos 138-145), Dos Crimes contra o Patrimônio (Do Furto, Do Roubo e da Extorsão, Do Dano – artigos 155-160 e 163); **Dos Crimes Praticados por Funcionário Público contra a Administração em Geral (312-327); Dos Crimes Praticados por Particular contra a Administração em Geral (328 – 337-A).**

PROFESSOR

Lei Orgânica do Município de Porto Amazonas (e suas respectivas atualizações e emendas). As concepções de educação infantil e anos iniciais: currículo, função social da escola, papel do aluno, papel do professor, princípios metodológicos, avaliação, instrumento de acompanhamento da aprendizagem do aluno. A organização do trabalho pedagógico. Gestão democrática e as instâncias colegiadas. Gestão escolar. Principais autores em

pedagogia, educação e ensino. Psicologia do desenvolvimento e aprendizagem. Concepção e princípios metodológicos de alfabetização e letramento. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; Estrutura, funcionamento dos diversos níveis e modalidades de ensino. Formação continuada; planejamento e plano na área da educação; objetivos educacionais; seleção e organização dos conteúdos curriculares. Prática educativa e sociedade. Bullying, perturbação e intimidação no ambiente escolar. Educação inclusiva. Ética docente. Tendências pedagógicas. Processo de ensino e aprendizagem. Ação didática; relação professor e aluno. Metodologia do ensino: língua portuguesa, matemática, ciência, história, geografia. História do Brasil; literatura brasileira; operações fundamentais (adição, subtração, multiplicação, divisão); Tecnologia e educação. Educação inclusiva. Lei nº 9394/96 e suas alterações - Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – 2007 e suas alterações. BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

PSICÓLOGO

Lei Orgânica do Município de Porto Amazonas (e suas respectivas atualizações e emendas). Política de Saúde Mental: Reforma psiquiátrica no Brasil, nova lógica assistencial em saúde mental: superação do modelo asilar, processo de trabalho nos serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico, reabilitação psicossocial, clínica da subjetividade, compreensão do sofrimento psíquico, interdisciplinaridade; garantia dos direitos de cidadania aos portadores de sofrimento psíquico; Inserção dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS no contexto político de redemocratização do país e nas lutas pela revisão dos marcos conceituais das formas de atenção e de financiamento das ações de saúde mental; Bases legais de sustentação para o credenciamento e financiamento dos CAPS pelo SUS; características e estratégias de atuação dos CAPS, Residências Terapêuticas, Projeto terapêutico singular, acolhimento, clínica ampliada e matriciamento; Visitas domiciliares e outras formas de busca do paciente, atenção à família; características e estratégias de atuação no SUS; Os modelos de atenção e o fazer dos psicólogos; Campo e núcleo na área da psicologia, Desafios para o fortalecimento da psicologia no SUS: a produção referente a formação e a inserção profissional; Fundamentos da psicopatologia geral; Transtornos mentais e critérios diagnósticos; Teorias e técnicas psicoterápicas; Teorias da personalidade; Diferentes abordagens teóricas (Análise do Comportamento, Psicanálise, Terapia Cognitiva Comportamental, Humanismo, Gestalt, etc.); Assistência integral às pessoas em situação de risco: violência contra a criança, adolescente, mulher e idoso; Envelhecimento e subjetividade; Fundamentos básicos das intervenções grupais; grupo Operativo: conceito e panorama teórico, fenômenos do grupo, singularidades das relações grupais, enquadramento, metodologia, intervenções e manejo; Psicodinâmica do trabalho; Psicologia na saúde do trabalhador; Álcool, tabagismo, crack, outras drogas e redução de danos; Projeto Terapêutico Singular, Apoio Matricial, Clínica Ampliada; Elaboração de documentos: parecer, laudo psicológico, atestado, declaração, relatório e relatório multiprofissional; Registro de documentos; prontuários e pareceres; Código de ética Profissional; Notas técnicas sobre atualizações em função da COVID-19 e atendimento online, sobre a utilização das mídias sociais; Testes psicológicos; Recrutamento e seleção; Treinamento e Desenvolvimento.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Lei Orgânica do Município de Porto Amazonas (e suas respectivas atualizações e emendas). Lei 8080/90. Lei 814290; Lei 7498/86. Ética e legislação profissional. Farmacologia aplicada à enfermagem. Noção de interação medicamentosa e interação fármaco nutricional. Prontuário do paciente: admissão, anotação de enfermagem, alta, óbito. Sinais vitais: técnica de verificação e parâmetros de referência nos diferentes ciclos da vida. Assistência de enfermagem ao exame físico. Assistência de enfermagem aos pacientes graves e agonizantes e preparo do corpo pós-morte. Tratamento e assistência de enfermagem em: clínica médica, emergências, clínica médico cirúrgica, centro cirúrgico, pediatria, psiquiatria, ginecologia e obstetrícia, unidade de terapia intensiva, neonatologia. Recomendações para a assistência à gestante e puérpera com Covid-19. Insegurança Alimentar na Atenção Primária à Saúde: Identificação dos domicílios e organização da Rede. Estratégia Nacional para Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil; Doenças infecciosas, infectocontagiosas e parasitárias. Imunização: calendário vacinal em vigência, vias de administração, doses, contraindicação; acondicionamento e rede de frios. Procedimentos técnicos relacionados ao conforto e à segurança do paciente: higiene, massagem de conforto, posições para exames, transporte do paciente e paciente terminal. Técnicas básicas: banho de leito/aspersão, medicação, coleta de material para exames, curativo, crioterapia e termoterapia, nebulização, oxigenoterapia e sondagens. Saúde da mulher ao longo do ciclo vital, câncer de mama e de útero, planejamento familiar. Gestação, parto, puerpério e amamentação. Controle de infecção hospitalar: central de material e esterilização (CME); Biossegurança. Resíduos sólidos de saúde e legislação vigente; Política Nacional de Humanização; Normas e Diretrizes da Estratégia Saúde da Família.

ANEXO III - DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

DAS IMPUGNAÇÕES	
Prazo para protocolização de impugnação em face do edital de abertura	17/12/2025 a 19/12/2025
DAS ISENÇÕES	
Período para solicitação de isenção da taxa de inscrição	20/12/2025 a 27/12/2025
Divulgação do deferimento das solicitações de isenção	05/01/2026
Período para recurso contra o indeferimento das isenções	06/01/2026 a 07/01/2026
Homologação das isenções	08/01/2026
DAS INSCRIÇÕES	
Período para solicitação de inscrição	20/12/2026 a 08/01/2026
Período para juntada de laudo médico (PcD & Condição Especial) e autodeclaração (AFRO)	20/12/2026 a 08/01/2026
Prazo final para pagamento da taxa de inscrição	09/01/2026
Divulgação do deferimento da inscrição	14/01/2026
Período para recurso contra o indeferimento da inscrição	15/01/2026 a 16/01/2026
Homologação das inscrições	20/01/2026
DA PROVA OBJETIVA	
Divulgação do horário e local de aplicação da prova	20/01/2026
Aplicação da prova objetiva	**25/01/2026**
Divulgação do gabarito preliminar e do caderno de questões.	26/01/2026
Período para recurso contra o gabarito preliminar e caderno de questões	27/01/2026 a 28/01/2026
Divulgação do parecer dos recursos deferidos contra o gabarito preliminar.	12/02/2026
Divulgação do resultado preliminar da prova objetiva.	12/02/2026

Divulgação das folhas de respostas da prova objetiva.	12/02/2026
Período para recurso contra resultado preliminar da prova objetiva.	13/02/2026 a 17/02/2026
Divulgação do resultado definitivo da prova objetiva	25/02/2026
DA PROVA DE TÍTULOS	
Convocação para prova de títulos	20/01/2026
Período para upload da titulação no formulário online	21/01/2026 a 26/01/2026
Resultado preliminar da prova de títulos	12/02/2026
Período para recurso contra o resultado preliminar	13/02/2026 a 17/02/2026
Resultado definitivo da prova de títulos	25/02/2026
DA PROVA PRÁTICA	
Convocação para prova prática	25/02/2026
Aplicação da prova prática	**01/03/2026**
Resultado preliminar da prova prática	05/03/2026
Período para recurso contra o resultado preliminar	06/03/2026 a 09/03/2026
Resultado definitivo da prova prática	12/03/2026
DA CLASSIFICAÇÃO	
Divulgação do resultado final e classificação	12/03/2026
Período para recurso contra o resultado final e classificação	13/03/2026 a 16/03/2026
DA HOMOLOGAÇÃO	
Homologação do resultado final e classificação	18/03/2026

O cronograma apresentado trata-se de uma projeção para execução das atividades inerentes ao Processo Seletivo Simplificado do Município de Porto Amazonas, Estado do Paraná, podendo as datas sofrerem alterações segundo as necessidades da banca examinadora e do ente público promovente.

ANEXO IV – FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÃO

PARA CANDIDATOS AFRODESCENDENTE

AMA DE EXECUÇÃO

FOTO 5X7

Eu, _____, Portador(a) da Carteira de RG n.º _____, inscrito no CPF sob o nº _____, **DECLARO** que sou _____ (preto(a) ou pardo(a), para o fim específico de concorrer as vagas reservadas para Afrodescendentes do Processo Seletivo Simplificado promovido pelo Município de Porto Amazonas, Estado do Paraná, aberto por intermédio do edital n.º 01.01/2025, conforme assegura a Lei Municipal n.º 1.206/2022.

Estou ciente que, se for detectada falsidade desta declaração, estarei sujeito às penalidades legais, inclusive de eliminação deste processo, em qualquer fase, e de anulação de minha contratação após procedimento administrativo regular, em que sejam resguardados o direito ao contraditório e a ampla defesa.

_____, _____ de _____ de _____.

_____

Assinatura do Candidato

***OBS 1**: Este documento **DEVERÁ** ser **PREENCHIDO**, **ASSINADO** e **JUNTADO** pelo candidato no endereço eletrônico da Fundação FAFIPA www.fundacaofafipa.org.br, em campo específico para tal finalidade disponível durante o prazo de solicitação de inscrição.*

***OBS 2**: A foto a ser anexada em conjunto com a autodeclaração, deverá ser **COLORIDA**, sem a utilização de filtros, maquiagens, corretivos e afins.*

***OBS 3**: A foto deverá seguir os parâmetros de enquadramento definidos ao lado:*

A função de Técnico de Enfermagem receberá complemento pecuniário, conforme portaria GMM/MS n.° 1.135 de 16 de agosto de 2023, descrito na nossa Lei Municipal n° 1.249/2023.

A promoção da prova prática será de responsabilidade do Município de Porto Amazonas - PR.

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:01FE0F41

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CONTROLADORIA INTERNA
PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA 2026

1. APRESENTAÇÃO

O Plano Anual de Auditoria Interna – PAI 2026, da Controladoria Interna do Município de Prado Ferreira, tem por finalidade planejar, orientar e padronizar a execução das atividades de auditoria interna, de natureza preventiva e corretiva, a serem realizadas nas unidades administrativas previamente definidas, com base em critérios técnicos e fatores de risco avaliados.

A auditoria interna tem como escopo fiscalizar, avaliar o grau de confiabilidade e verificar a eficácia e a eficiência dos controles internos, especialmente nas áreas classificadas como de maior risco, em razão de sua complexidade, materialidade ou histórico de fiscalização.

A atuação da Controladoria Interna visa resguardar o interesse público, promovendo a transparência, a responsabilização e a regularidade na gestão dos recursos públicos, contribuindo para a boa governança.

2. OBJETIVO

O Plano Anual de Auditoria Interna tem por objetivo orientar e especificar os procedimentos, métodos e técnicas a serem observados no desenvolvimento das atividades de auditoria interna, avaliando a conformidade dos atos administrativos com a legislação vigente e os princípios da Administração Pública.

Busca-se identificar fragilidades, riscos e oportunidades de melhoria, bem como recomendar ações corretivas e preventivas, fortalecendo os controles internos e a gestão municipal.

3. FUNDAMENTAÇÃO NORMATIVA

O Controle Interno é exercido em obediência ao disposto na Constituição Federal, nas normas Gerais de Direito Financeiro contidas na Lei Federal nº 4.320/64, na Lei Complementar nº 101/2000, na Lei Orgânica do Município e das demais normas pertinentes.

A elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna para o exercício de 2025 está fundamentada nas disposições das seguintes normativas:

Constituição da Republica de 1988, artigo 70 e seu parágrafo Único e artigo 74 e seus parágrafos;

Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Lei Federal nº 8.666/1993;

Lei nº 14.133/2021;

Lei nº 174 de 05 de junho de 2007, que dispõe sobre a organização do Sistema de Controle Interno da Administração Municipal, conforme determina o artigo 31 da Constituição Federal e dá outras providências;

Decreto nº 008/2008 que institui normas e procedimentos de Controle Interno, no âmbito da Administração Direta e Indireta.

4. ESCOPO E ÁREAS AUDITÁVEIS

O escopo compreende auditorias nas áreas de planejamento, orçamento, execução financeira, licitações, contratos, patrimônio, recursos humanos, saúde, educação, assistência social, transparência e governança.

5. AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA – 2026

Ação de Auditoria nº 001 – Saúde

Esta ação de auditoria decorre diretamente das não conformidades identificadas no Questionário PROGOV 2025, eixo Saúde, conforme relatórios consolidados analisados pela Unidade de Controle Interno.

Matriz de Planejamento

Item	Situação-Problema (PROGOV)	Objetivo da Auditoria	Critério	Procedimentos	Evidências	Indicador
1	Não publicação dos RDQA no site oficial e no DigiSUS.	Avaliar a conformidade legal, a efetividade dos controles internos e a governança do processo.	Constituição Federal, legislação setorial, normas técnicas e orientações do TCE-PR.	Análise documental, entrevistas, conferências sistêmicas e testes de aderência.	Relatórios, sistemas oficiais, atos normativos, registros administrativos.	Grau de conformidade apurado.
2	Ausência de responsáveis formais pelo monitoramento do PMS.	Avaliar a conformidade legal, a efetividade dos controles internos e a governança do processo.	Constituição Federal, legislação setorial, normas técnicas e orientações do TCE-PR.	Análise documental, entrevistas, conferências sistêmicas e testes de aderência.	Relatórios, sistemas oficiais, atos normativos, registros administrativos.	Grau de conformidade apurado.
3	Inexistência de diagnóstico de dimensionamento de pessoal.	Avaliar a conformidade legal, a efetividade dos controles internos e a governança do processo.	Constituição Federal, legislação setorial, normas técnicas e orientações do TCE-PR.	Análise documental, entrevistas, conferências sistêmicas e testes de aderência.	Relatórios, sistemas oficiais, atos normativos, registros administrativos.	Grau de conformidade apurado.
4	Ausência de normativos e regulamentos das UBS.	Avaliar a conformidade legal, a efetividade dos controles internos e a governança do processo.	Constituição Federal, legislação setorial, normas técnicas e orientações do TCE-PR.	Análise documental, entrevistas, conferências sistêmicas e testes de aderência.	Relatórios, sistemas oficiais, atos normativos, registros administrativos.	Grau de conformidade apurado.
5	Não instituição do Núcleo de Segurança do Paciente.	Avaliar a conformidade legal, a efetividade dos controles internos e a governança do processo.	Constituição Federal, legislação setorial, normas técnicas e orientações do TCE-PR.	Análise documental, entrevistas, conferências sistêmicas e testes de aderência.	Relatórios, sistemas oficiais, atos normativos, registros administrativos.	Grau de conformidade apurado.
6	Inexistência de diagnóstico estrutural das UBS.	Avaliar a conformidade legal, a efetividade dos controles internos e a governança do processo.	Constituição Federal, legislação setorial, normas técnicas e orientações do TCE-PR.	Análise documental, entrevistas, conferências sistêmicas e testes de aderência.	Relatórios, sistemas oficiais, atos normativos, registros administrativos.	Grau de conformidade apurado.

Matriz de Achados

Item	Achado (PROGOV – literal)	Critério	Causa	Efeito	Risco	Recomendação	MPA
1	Não publicação dos RDQA no site oficial e no DigiSUS.	Legislação aplicável e orientações do TCE-PR.	Fragilidades de governança, normatização ou estrutura administrativa.	Comprometimento da legalidade, eficiência e transparência da gestão.	Alto	Implementar integralmente as providências corretivas previstas no MPA.	MPA 001.1
2	Ausência de responsáveis formais pelo monitoramento do PMS.	Legislação aplicável e orientações do TCE-PR.	Fragilidades de governança, normatização ou estrutura administrativa.	Comprometimento da legalidade, eficiência e transparência da gestão.	Alto	Implementar integralmente as providências corretivas previstas no MPA.	MPA 001.2
3	Inexistência de diagnóstico de dimensionamento de pessoal.	Legislação aplicável e orientações do TCE-PR.	Fragilidades de governança, normatização ou estrutura administrativa.	Comprometimento da legalidade, eficiência e transparência da gestão.	Alto	Implementar integralmente as providências corretivas previstas no MPA.	MPA 001.3
4	Ausência de normativos e regulamentos das UBS.	Legislação aplicável e orientações do TCE-PR.	Fragilidades de governança, normatização ou estrutura administrativa.	Comprometimento da legalidade, eficiência e transparência da gestão.	Alto	Implementar integralmente as providências corretivas previstas no MPA.	MPA 001.4
5	Não instituição do Núcleo de Segurança do Paciente.	Legislação aplicável e orientações do TCE-PR.	Fragilidades de governança, normatização ou estrutura administrativa.	Comprometimento da legalidade, eficiência e transparência da gestão.	Alto	Implementar integralmente as providências corretivas previstas no MPA.	MPA 001.5
6	Inexistência de diagnóstico estrutural das UBS.	Legislação aplicável e orientações do TCE-PR.	Fragilidades de governança, normatização ou estrutura administrativa.	Comprometimento da legalidade, eficiência e transparência da gestão.	Alto	Implementar integralmente as providências corretivas previstas no MPA.	MPA 001.6

Plano de Medidas e Providências – MPA

MPA	Achado	Providência	Responsável	Prazo	Prioridade

001.1	Não publicação dos RDQA no site oficial e no DigiSUS.	Adotar medidas administrativas, normativas e operacionais para sanar a não conformidade.	Secretaria responsável/Unidade de Controle Interno	Até 31/12/2026	Alta
001.2	Ausência de responsáveis formais pelo monitoramento do PMS.	Adotar medidas administrativas, normativas e operacionais para sanar a não conformidade.	Secretaria responsável/Unidade de Controle Interno	Até 31/12/2026	Alta
001.3	Inexistência de diagnóstico de dimensionamento de pessoal.	Adotar medidas administrativas, normativas e operacionais para sanar a não conformidade.	Secretaria responsável/Unidade de Controle Interno	Até 31/12/2026	Alta
001.4	Ausência de normativos e regulamentos das UBS.	Adotar medidas administrativas, normativas e operacionais para sanar a não conformidade.	Secretaria responsável/Unidade de Controle Interno	Até 31/12/2026	Alta
001.5	Não instituição do Núcleo de Segurança do Paciente.	Adotar medidas administrativas, normativas e operacionais para sanar a não conformidade.	Secretaria responsável/Unidade de Controle Interno	Até 31/12/2026	Alta
001.6	Inexistência de diagnóstico estrutural das UBS.	Adotar medidas administrativas, normativas e operacionais para sanar a não conformidade.	Secretaria responsável/Unidade de Controle Interno	Até 31/12/2026	Alta

Ação de Auditoria nº 002 – Educação

Esta ação de auditoria decorre diretamente das não conformidades identificadas no Questionário PROGOV 2025, eixo Educação, conforme relatórios consolidados analisados pela Unidade de Controle Interno.

Matriz de Planejamento

Item	Situação-Problema (PROGOV)	Objetivo da Auditoria	Critério	Procedimentos	Evidências	Indicador
1	O Município não utilizou metodologia adequada para estimar receitas do FUNDEB.	Avaliar a conformidade legal, a efetividade dos controles internos e a governança do processo.	Constituição Federal, legislação setorial, normas técnicas e orientações do TCE-PR.	Análise documental, entrevistas, conferências sistêmicas e testes de aderência.	Relatórios, sistemas oficiais, atos normativos, registros administrativos.	Grau de conformidade apurado.

Matriz de Achados

Item	Achado (PROGOV – literal)	Critério	Causa	Efeito	Risco	Recomendação	MPA
1	O Município não utilizou metodologia adequada para estimar receitas do FUNDEB.	Legislação aplicável e orientações do TCE-PR.	Fragilidades de governança, normatização ou estrutura administrativa.	Comprometimento da legalidade, eficiência e transparência da gestão.	Alto	Implementar integralmente as providências corretivas previstas no MPA.	MPA 002.1

Plano de Medidas e Providências – MPA

MPA	Achado	Providência	Responsável	Prazo	Prioridade
002.1	O Município não utilizou metodologia adequada para estimar receitas do FUNDEB.	Adotar medidas administrativas, normativas e operacionais para sanar a não conformidade.	Secretaria responsável/Unidade de Controle Interno	Até 31/12/2026	Alta

Ação de Auditoria nº 003 – Assistência Social

Esta ação de auditoria decorre diretamente das não conformidades identificadas no Questionário PROGOV 2025, eixo Assistência Social, conforme relatórios consolidados analisados pela Unidade de Controle Interno.

Matriz de Planejamento

Item	Situação-Problema (PROGOV)	Objetivo da Auditoria	Critério	Procedimentos	Evidências	Indicador
1	Inexistência de instância formal de monitoramento e avaliação do PMAS.	Avaliar a conformidade legal, a efetividade dos controles internos e a governança do processo.	Constituição Federal, legislação setorial, normas técnicas e orientações do TCE-PR.	Análise documental, entrevistas, conferências sistêmicas e testes de aderência.	Relatórios, sistemas oficiais, atos normativos, registros administrativos.	Grau de conformidade apurado.
2	Inexistência de Lei Municipal do SUAS atualizada.	Avaliar a conformidade legal, a efetividade dos controles internos e a governança do processo.	Constituição Federal, legislação setorial, normas técnicas e orientações do TCE-PR.	Análise documental, entrevistas, conferências sistêmicas e testes de aderência.	Relatórios, sistemas oficiais, atos normativos, registros administrativos.	Grau de conformidade apurado.

Matriz de Achados

Item	Achado (PROGOV – literal)	Critério	Causa	Efeito	Risco	Recomendação	MPA
1	Inexistência de instância formal de monitoramento e avaliação do	Legislação aplicável e orientações do TCE-PR.	Fragilidades de governança, normatização ou estrutura	Comprometimento da legalidade, eficiência e transparência da gestão.	Alto	Implementar integralmente as providências corretivas previstas	MPA 003.1

	PMAS.		administrativa.			no MPA.	
2	Inexistência de Lei Municipal do SUAS atualizada.	Legislação aplicável e orientações do TCE-PR.	Fragilidades de governança, normatização ou estrutura administrativa.	Comprometimento da legalidade, eficiência e transparência da gestão.	Alto	Implementar integralmente as providências corretivas previstas no MPA.	MPA 003.2

Plano de Medidas e Providências – MPA

MPA	Achado	Providência	Responsável	Prazo	Prioridade
003.1	Inexistência de instância formal de monitoramento e avaliação do PMAS.	Adotar medidas administrativas, normativas e operacionais para sanar a não conformidade.	Secretaria responsável/Unidade de Controle Interno	Até 31/12/2026	Alta
003.2	Inexistência de Lei Municipal do SUAS atualizada.	Adotar medidas administrativas, normativas e operacionais para sanar a não conformidade.	Secretaria responsável/Unidade de Controle Interno	Até 31/12/2026	Alta

Ação de Auditoria nº 004 – Aquisições e Contratações

Esta ação de auditoria decorre diretamente das não conformidades identificadas no Questionário PROGOV 2025, eixo Aquisições e Contratações, conforme relatórios consolidados analisados pela Unidade de Controle Interno.

Matriz de Planejamento

Item	Situação-Problema (PROGOV)	Objetivo da Auditoria	Critério	Procedimentos	Evidências	Indicador
1	Regulamentação do Plano de Contratações Anual (PCA) não define etapas, responsáveis e prazos.	Avaliar a conformidade legal, a efetividade dos controles internos e a governança do processo.	Constituição Federal, legislação setorial, normas técnicas e orientações do TCE-PR.	Análise documental, entrevistas, conferências sistêmicas e testes de aderência.	Relatórios, sistemas oficiais, atos normativos, registros administrativos.	Grau de conformidade apurado.
2	Ausência de modelos padronizados de Estudos Técnicos Preliminares (ETP).	Avaliar a conformidade legal, a efetividade dos controles internos e a governança do processo.	Constituição Federal, legislação setorial, normas técnicas e orientações do TCE-PR.	Análise documental, entrevistas, conferências sistêmicas e testes de aderência.	Relatórios, sistemas oficiais, atos normativos, registros administrativos.	Grau de conformidade apurado.

Matriz de Achados

Item	Achado (PROGOV – literal)	Critério	Causa	Efeito	Risco	Recomendação	MPA
1	Regulamentação do Plano de Contratações Anual (PCA) não define etapas, responsáveis e prazos.	Legislação aplicável e orientações do TCE-PR.	Fragilidades de governança, normatização ou estrutura administrativa.	Comprometimento da legalidade, eficiência e transparência da gestão.	Alto	Implementar integralmente as providências corretivas previstas no MPA.	MPA 004.1
2	Ausência de modelos padronizados de Estudos Técnicos Preliminares (ETP).	Legislação aplicável e orientações do TCE-PR.	Fragilidades de governança, normatização ou estrutura administrativa.	Comprometimento da legalidade, eficiência e transparência da gestão.	Alto	Implementar integralmente as providências corretivas previstas no MPA.	MPA 004.2

Plano de Medidas e Providências – MPA

MPA	Achado	Providência	Responsável	Prazo	Prioridade
004.1	Regulamentação do Plano de Contratações Anual (PCA) não define etapas, responsáveis e prazos.	Adotar medidas administrativas, normativas e operacionais para sanar a não conformidade.	Secretaria responsável/Unidade de Controle Interno	Até 31/12/2026	Alta
004.2	Ausência de modelos padronizados de Estudos Técnicos Preliminares (ETP).	Adotar medidas administrativas, normativas e operacionais para sanar a não conformidade.	Secretaria responsável/Unidade de Controle Interno	Até 31/12/2026	Alta

Ação de Auditoria nº 005 – Licitações

Esta ação de auditoria decorre diretamente das não conformidades identificadas no Questionário PROGOV 2025, eixo Licitações, conforme relatórios consolidados analisados pela Unidade de Controle Interno.

Matriz de Planejamento

Item	Situação-Problema (PROGOV)	Objetivo da Auditoria	Critério	Procedimentos	Evidências	Indicador
1	Inexistência de modelos padronizados de editais.	Avaliar a conformidade legal, a efetividade dos controles internos e a governança do processo.	Constituição Federal, legislação setorial, normas técnicas e orientações do TCE-PR.	Análise documental, entrevistas, conferências sistêmicas e testes de aderência.	Relatórios, sistemas oficiais, atos normativos, registros administrativos.	Grau de conformidade apurado.
2	Acompanhamento da execução contratual não formalizado por escrito.	Avaliar a conformidade legal, a efetividade dos controles internos e a governança do processo.	Constituição Federal, legislação setorial, normas técnicas e orientações do TCE-PR.	Análise documental, entrevistas, conferências sistêmicas e testes de aderência.	Relatórios, sistemas oficiais, atos normativos, registros administrativos.	Grau de conformidade apurado.

Matriz de Achados

Item	Achado (PROGOV – literal)	Critério	Causa	Efeito	Risco	Recomendação	MPA
1	Inexistência de modelos padronizados de editais.	Legislação aplicável e orientações do TCE-PR.	Fragilidades de governança, normatização ou estrutura administrativa.	Comprometimento da legalidade, eficiência e transparência da gestão.	Alto	Implementar integralmente as providências corretivas previstas no MPA.	MPA 005.1
2	Acompanhamento da execução contratual não formalizado por escrito.	Legislação aplicável e orientações do TCE-PR.	Fragilidades de governança, normatização ou estrutura administrativa.	Comprometimento da legalidade, eficiência e transparência da gestão.	Alto	Implementar integralmente as providências corretivas previstas no MPA.	MPA 005.2

Plano de Medidas e Providências – MPA

MPA	Achado	Providência	Responsável	Prazo	Prioridade
005.1	Inexistência de modelos padronizados de editais.	Adotar medidas administrativas, normativas e operacionais para sanar a não conformidade.	Secretaria responsável/Unidade de Controle Interno	Até 31/12/2026	Alta
005.2	Acompanhamento da execução contratual não formalizado por escrito.	Adotar medidas administrativas, normativas e operacionais para sanar a não conformidade.	Secretaria responsável/Unidade de Controle Interno	Até 31/12/2026	Alta

Ação de Auditoria nº 006 – Controle Interno

Esta ação de auditoria decorre diretamente das não conformidades identificadas no Questionário PROGOV 2025, eixo Controle Interno, conforme relatórios consolidados analisados pela Unidade de Controle Interno.

Matriz de Planejamento

Item	Situação-Problema (PROGOV)	Objetivo da Auditoria	Critério	Procedimentos	Evidências	Indicador
1	Inexistência de Manual de Auditoria Interna.	Avaliar a conformidade legal, a efetividade dos controles internos e a governança do processo.	Constituição Federal, legislação setorial, normas técnicas e orientações do TCE-PR.	Análise documental, entrevistas, conferências sistêmicas e testes de aderência.	Relatórios, sistemas oficiais, atos normativos, registros administrativos.	Grau de conformidade apurado.
2	Auditorias sem matriz de planejamento.	Avaliar a conformidade legal, a efetividade dos controles internos e a governança do processo.	Constituição Federal, legislação setorial, normas técnicas e orientações do TCE-PR.	Análise documental, entrevistas, conferências sistêmicas e testes de aderência.	Relatórios, sistemas oficiais, atos normativos, registros administrativos.	Grau de conformidade apurado.

Matriz de Achados

Item	Achado (PROGOV – literal)	Critério	Causa	Efeito	Risco	Recomendação	MPA
1	Inexistência de Manual de Auditoria Interna.	Legislação aplicável e orientações do TCE-PR.	Fragilidades de governança, normatização ou estrutura administrativa.	Comprometimento da legalidade, eficiência e transparência da gestão.	Alto	Implementar integralmente as providências corretivas previstas no MPA.	MPA 006.1
2	Auditorias sem matriz de planejamento.	Legislação aplicável e orientações do TCE-PR.	Fragilidades de governança, normatização ou estrutura administrativa.	Comprometimento da legalidade, eficiência e transparência da gestão.	Alto	Implementar integralmente as providências corretivas previstas no MPA.	MPA 006.2

Plano de Medidas e Providências – MPA

MPA	Achado	Providência	Responsável	Prazo	Prioridade
006.1	Inexistência de Manual de Auditoria Interna.	Adotar medidas administrativas, normativas e operacionais para sanar a não conformidade.	Secretaria responsável/Unidade de Controle Interno	Até 31/12/2026	Alta
006.2	Auditorias sem matriz de planejamento.	Adotar medidas administrativas, normativas e operacionais para sanar a não conformidade.	Secretaria responsável/Unidade de Controle Interno	Até 31/12/2026	Alta

Ação de Auditoria nº 007 – Planejamento Orçamentário

Esta ação de auditoria decorre diretamente das não conformidades identificadas no Questionário PROGOV 2025, eixo Planejamento Orçamentário, conforme relatórios consolidados analisados pela Unidade de Controle Interno.

Matriz de Planejamento

Item	Situação-Problema (PROGOV)	Objetivo da Auditoria	Critério	Procedimentos	Evidências	Indicador
1	O Município não possui instância formal designada para monitoramento do PPA.	Avaliar a conformidade legal, a efetividade dos controles internos e a governança do processo.	Constituição Federal, legislação setorial, normas técnicas e orientações do TCE-PR.	Análise documental, entrevistas, conferências sistêmicas e testes de aderência.	Relatórios, sistemas oficiais, atos normativos, registros administrativos.	Grau de conformidade apurado.

2	O Município não utiliza ferramenta tecnológica (BI) para monitoramento do PPA.	Avaliar a conformidade legal, a efetividade dos controles internos e a governança do processo.	Constituição Federal, legislação setorial, normas técnicas e orientações do TCE-PR.	Análise documental, entrevistas, conferências sistêmicas e testes de aderência.	Relatórios, sistemas oficiais, atos normativos, registros administrativos.	Grau de conformidade apurado.

Matriz de Achados

Item	Achado (PROGOV – literal)	Critério	Causa	Efeito	Risco	Recomendação	MPA
1	O Município não possui instância formal designada para monitoramento do PPA.	Legislação aplicável e orientações do TCE-PR.	Fragilidades de governança, normatização ou estrutura administrativa.	Comprometimento da legalidade, eficiência e transparência da gestão.	Alto	Implementar integralmente as providências corretivas previstas no MPA.	MPA 007.1
2	O Município não utiliza ferramenta tecnológica (BI) para monitoramento do PPA.	Legislação aplicável e orientações do TCE-PR.	Fragilidades de governança, normatização ou estrutura administrativa.	Comprometimento da legalidade, eficiência e transparência da gestão.	Alto	Implementar integralmente as providências corretivas previstas no MPA.	MPA 007.2

Plano de Medidas e Providências – MPA

MPA	Achado	Providência	Responsável	Prazo	Prioridade
007.1	O Município não possui instância formal designada para monitoramento do PPA.	Adotar medidas administrativas, normativas e operacionais para sanar a não conformidade.	Secretaria responsável/Unidade de Controle Interno	Até 31/12/2026	Alta
007.2	O Município não utiliza ferramenta tecnológica (BI) para monitoramento do PPA.	Adotar medidas administrativas, normativas e operacionais para sanar a não conformidade.	Secretaria responsável/Unidade de Controle Interno	Até 31/12/2026	Alta

Ação de Auditoria nº 008 – Tributação – Cadastro Imobiliário

Esta ação de auditoria decorre diretamente das não conformidades identificadas no Questionário PROGOV 2025, eixo Tributação – Cadastro Imobiliário, conforme relatórios consolidados analisados pela Unidade de Controle Interno.

Matriz de Planejamento

Item	Situação-Problema (PROGOV)	Objetivo da Auditoria	Critério	Procedimentos	Evidências	Indicador
1	O Município não realiza a gestão do cadastro imobiliário por meio de sistema informatizado com base georreferenciada (SIG).	Avaliar a conformidade legal, a efetividade dos controles internos e a governança do processo.	Constituição Federal, legislação setorial, normas técnicas e orientações do TCE-PR.	Análise documental, entrevistas, conferências sistêmicas e testes de aderência.	Relatórios, sistemas oficiais, atos normativos, registros administrativos.	Grau de conformidade apurado.

Matriz de Achados

Item	Achado (PROGOV – literal)	Critério	Causa	Efeito	Risco	Recomendação	MPA
1	O Município não realiza a gestão do cadastro imobiliário por meio de sistema informatizado com base georreferenciada (SIG).	Legislação aplicável e orientações do TCE-PR.	Fragilidades de governança, normatização ou estrutura administrativa.	Comprometimento da legalidade, eficiência e transparência da gestão.	Alto	Implementar integralmente as providências corretivas previstas no MPA.	MPA 008.1

Plano de Medidas e Providências – MPA

MPA	Achado	Providência	Responsável	Prazo	Prioridade
008.1	O Município não realiza a gestão do cadastro imobiliário por meio de sistema informatizado com base georreferenciada (SIG).	Adotar medidas administrativas, normativas e operacionais para sanar a não conformidade.	Secretaria responsável/Unidade de Controle Interno	Até 31/12/2026	Alta

Ação de Auditoria nº 009 – Dívida Ativa

Esta ação de auditoria decorre diretamente das não conformidades identificadas no Questionário PROGOV 2025, eixo Dívida Ativa, conforme relatórios consolidados analisados pela Unidade de Controle Interno.

Matriz de Planejamento

Item	Situação-Problema (PROGOV)	Objetivo da Auditoria	Critério	Procedimentos	Evidências	Indicador
1	O Município não possui	Avaliar a conformidade legal,	Constituição Federal,	Análise documental, entrevistas,	Relatórios, sistemas oficiais, atos	Grau de conformidade

	atos normativos que disciplinem os processos de cobrança da dívida ativa.	a efetividade dos controles internos e a governança do processo.	legislação setorial, normas técnicas e orientações do TCE-PR.	conferências sistêmicas e testes de aderência.	normativos, registros administrativos.	apurado.

Matriz de Achados

Item	Achado (PROGOV – literal)	Critério	Causa	Efeito	Risco	Recomendação	MPA
1	O Município não possui atos normativos que disciplinem os processos de cobrança da dívida ativa.	Legislação aplicável e orientações do TCE-PR.	Fragilidades de governança, normatização ou estrutura administrativa.	Comprometimento da legalidade, eficiência e transparência da gestão.	Alto	Implementar integralmente as providências corretivas previstas no MPA.	MPA 009.1

Plano de Medidas e Providências – MPA

MPA	Achado	Providência	Responsável	Prazo	Prioridade
009.1	O Município não possui atos normativos que disciplinem os processos de cobrança da dívida ativa.	Adotar medidas administrativas, normativas e operacionais para sanar a não conformidade.	Secretaria responsável/Unidade de Controle Interno	Até 31/12/2026	Alta

6. CRONOGRAMA CONSOLIDADO DE AUDITORIAS – 2026

As auditorias serão distribuídas ao longo do exercício de 2026, conforme cronograma, podendo sofrer ajustes justificados em razão de demandas extraordinárias ou orientações dos órgãos de controle externo.

Ação de Auditoria	Eixo/Área	Situação-Problema Identificada (PROGOV 2025)	Objetivo da Auditoria	Período de Execução	Unidade Auditada	Matrizes de Planejamento, Achados e MPAs Vinculados
Ação 001	Saúde	Fragilidades de governança, planejamento, estrutura e transparência	Avaliar conformidade legal e governança da saúde	Jan–Fev	Secretaria de Saúde	Matriz 001/Achados 001/MPAs 001.1 a 001.6
Ação 002	Educação	Metodologia inadequada para estimativa do FUNDEB	Avaliar conformidade do planejamento financeiro da educação	Mar	Secretaria de Educação	Matriz 002/Achados 002/MPA 002.1
Ação 003	Assistência Social	Fragilidades na governança do PMAS e SUAS	Avaliar estrutura normativa e monitoramento	Abr	Assistência Social	Matriz 003/Achados 003/MPAs 003.1 e 003.2
Ação 004	Aquisições e Contratações	Fragilidades no PCA e ETP	Avaliar planejamento das contratações	Mai	Compras e Contratos	Matriz 004/Achados 004/MPAs 004.1 e 004.2
Ação 005	Licitações	Ausência de editais padronizados e falhas contratuais	Avaliar legalidade e execução contratual	Jun	Licitação/Contratos	Matriz 005/Achados 005/MPAs 005.1 e 005.2
Ação 006	Controle Interno	Ausência de Manual e falhas metodológicas	Avaliar maturidade do Sistema de Controle Interno	Jul	Controle Interno	Matriz 006/Achados 006/MPAs 006.1 e 006.2
Ação 007	Planejamento Orçamentário	Fragilidades no monitoramento do PPA	Avaliar governança do planejamento	Ago	Planejamento	Matriz 007/Achados 007/MPAs 007.1 e 007.2
Ação 008	Tributação – Cadastro Imobiliário	Ausência de SIG cadastral	Avaliar confiabilidade da base tributária	Set	Tributação	Matriz 008/Achados 008/MPA 008.1
Ação 009	Dívida Ativa	Ausência de normatização da cobrança	Avaliar controle e eficiência da dívida ativa	Out–Nov	Fazenda	Matriz 009/Achados 009/MPA 009.1

7. RESULTADOS ESPERADOS

Fortalecimento do controle interno, mitigação de riscos, melhoria dos processos administrativos, aumento da eficiência e apoio à tomada de decisões.

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente Plano entra em vigor na data de sua aprovação, podendo ser ajustado ao longo do exercício mediante justificativa técnica da Controladoria Interna.

Prado Ferreira, 17 de dezembro de 2025.

MILENE CRISTINA LOPES DE SOUZA

Controladora Interna

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:C75BE4C4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11368/2025 DE 17/12/

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

Estado do Paraná

Exercício: 2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1683/2024 de 26/12/2024.

Decreta:

Artigo 1 º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 170.063,29 (cento e setenta mil e sessenta e três reais e vinte e nove centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação		
03.000.00.000.0000.0.000.	SEC. MUN. ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO	
03.002.00.000.0000.0.000.	Departamento de Finanças e Planejamento	
03.002.28.843.0023.0.034.	Ações para Amortização da Dívida Municipal	
31 - 3.2.90.21.00.00	01000 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	71.852,09
993 - 3.2.90.21.00.00	01511 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	19.000,00
03.002.28.846.0023.0.030.	Ações para Atender Encargos Gerais do Município	
36 - 3.3.90.47.00.00	01000 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	62.901,27
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.001.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.001.10.301.0012.2.076.	Ações para Manutenção dos Serviços da Saúde - P AB FIXO	
213 - 3.3.90.30.00.00	01303 MATERIAL DE CONSUMO	16.000,00
22.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE, AGRIC. E BEM ESTAR ANIMAL	
22.001.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
22.001.18.542.0010.2.180.	Ações para Manutenção e Desenvolvimento do Meio Ambiente Organizado e Sustentável	
493 - 3.1.90.13.00.00	01000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	309,93
	Total Suplementação:	**170.063,29**

Redução		
03.000.00.000.0000.0.000.	SEC. MUN. ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO	
03.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Administração, Finanças e Planejamento	
03.001.04.122.0002.2.008.	Ações da Sec. Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	
9 - 3.1.90.92.00.00	01000 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10.000,00
03.002.00.000.0000.0.000.	Departamento de Finanças e Planejamento	
03.002.28.843.0023.0.034.	Ações para Amortização da Dívida Municipal	

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1 º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1 º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

32 - 4.6.90.71.00.00	01000 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	71.852,09
996 - 4.6.90.71.00.00	01511 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	19.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.001.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.001.10.301.0012.2.076.	Ações para Manutenção dos Serviços da Saúde - P AB FIXO	
212 - 3.3.90.14.00.00	01303 DIÁRIAS - CIVIL	29,63
224 - 3.3.90.39.00.00	01303 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16.000,00
06.001.10.301.0012.2.080.	Ações para Manutenção do Programa Saúde da Família - PSF	
253 - 3.1.90.13.00.00	01303 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.600,00
06.001.10.301.0022.2.093.	Ações para Fortalecimento do Conselho Municipal de Saúde - CMS	
261 - 3.3.90.14.00.00	01303 DIÁRIAS - CIVIL	4.764,74
262 - 3.3.90.30.00.00	01303 MATERIAL DE CONSUMO	404,00
263 - 3.3.90.33.00.00	01303 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	2.000,00
264 - 3.3.90.39.00.00	01303 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.000,00
265 - 4.4.90.52.00.00	01303 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
06.001.10.302.0031.2.081.	Ações para Manutenção do Pronto Atendimento 24 horas	
287 - 3.3.90.39.00.00	01303 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	63,73
08.000.00.000.0000.0.000.	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
08.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DO PROCURADOR GERAL	
08.001.02.062.0013.2.084.	Ações a Cargo da Procuradoria Geral do Município	

324 - 3.1.90.91.00.00	01000 SENTENÇAS JUDICIAIS	30.349,10
330 - 3.3.90.39.00.00	01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
	Total Redução:	**170.063,29**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de QUATRO BARRAS , Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

LORENO BERNARDO TOLARDO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Valenga
Código Identificador:0A348E0E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO GERAL
RETIFICAÇÃO DO EDITAL N°032/2025

RETIFICAÇÃO DO Edital n° 032/2025

SÚMULA: RETIFICA E homologa a classificação geral FINAL E A CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS AUTODECLARADOS AFRODESCENDENTES NA PROVA DE TÍTULOS do Processo Seletivo Simplificado MARCADO PELO Edital Nº. 029/2025.

A presidente da Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo Simplificado Edital n°.029/2025 da Prefeitura Municipal de Querência do Norte - PR, ADELAIDE DA CRUZ no uso de suas atribuições legais e considerando o equívoco em relação à nominação de cada tabela constante no Edital Nº 032/2025, que constam como "Preliminar" quando deveriam constar como "Final", **RESOLVE RETIFICAR E HOMOLOGAR,** após esta correção, a Classificação Geral Final e a Classificação Final dos Candidatos autodeclarados Afrodescendentes na Prova de Títulos do Processo Seletivo Simplificado, marcado pelo Edital Nº. 029/2025, conforme segue abaixo:

Classificação Geral Final.

Nº	NOME	DATA NASC.	PONTOS	CLASSIFIC.
014	MARIA APARECIDA DA ROCHA SILVA	09/10/1958	50	**1º**
047	CARMEM GHELLER BERTOZZI	07/12/1961	50	**2º**
015	MARIA IVONETE AMORIM ROOS	08/02/1970	50	**3º**
037	CREICIMAR SOUZA SANTOS BARTH	20/04/1976	50	**4º**
012	ADRIANA APARECIDA BATISTA NUNES	27/05/1976	50	**5º**
009	ROSIMEIRE SALES DA SILVA	28/01/1977	50	**6º**
042	CLÉIA CRISTINA GUIMARÃES JACOMETI	24/09/1978	50	**7º**
078	ANDRÉA GOMES STEINHAUSER	12/06/1979	50	**8º**
024	SILVANIA DA SILVA TEIXEIRA	21/03/1980	50	**9º**
049	SANDRA DA C. NASCIMENTO BERNARDI	10/12/1980	50	**10º**
017	LUIZ CARLOS DE ARAÚJO	23/02/1982	50	**11º**
031	CAMILA MARIA COESTA TONIAL CANASSA	23/08/1988	50	**12º**
043	JAINE CRISTINA BEZERRA DOS SANTOS	27/01/1993	50	**13º**
038	EUZELINA DOS SANTOS	04/07/1979	46	**14º**
052	VANUSA MIRANDA PENTEADO	11/01/1990	46	**15º**
050	MARIA DE FÁTIMA VELÊNCIO REGINATO	18/12/1962	45	**16º**
053	MÔNICA DE ANDRADE RAMALHO	06/04/1985	45	**17º**
019	CLEUSA FRANCISCA REIS DA SILVA	04/06/1968	44	**18º**
101	ROSELI NEVES DE ARAÚJO POLINI	13/01/1974	44	**19º**
054	ANGELO MARCIO TOBIAS	08/08/1981	42	**20º**
046	SANDRA PLANTZ	03/07/1985	42	**21º**
020	WEVERTON FERNANDO SEBASTIÃO	20/12/1985	42	**22º**
010	SANDRA FELIX DA SILVA POLINI	25/02/1071	40	**23º**
059	NATÁLIA BORGES QUEIRÓZ DE C. SPÓSITO	12/06/1989	40	**24º**
013	JANAINA ROCHA DA SILVA	29/05/1990	40	**25º**
070	ROSELAINE ANGHINONI	07/05/1993	40	**26º**

028	JUCÉLIA CONSONI	30/09/1979	37	**27º**
032	FLÁVIA NICOLI GONÇALVES DE MORAIS	09/07/1996	36	**28º**
068	VANESSA DA SILVA SANTOS	03/11/1996	36	**29º**
008	MARIA EUNICE DE SOUZA RODRIGUES	21/07/1963	35	**30º**
072	JOSEFA MOREIRA SILVA	09/03/1973	35	**31º**
074	NEUZA PEREIRA DA SILVA	23/01/1977	35	**32º**
060	CRISTIANE CHRIST	20/10/1988	35	**33º**
026	JÉSSICA ALINE DA SILVA	13/06/1996	34	**34º**
106	THAYNÁ SILVA AZEVEDO	09/03/2000	34	**35º**
006	MARIANA DE BARROS AUGUSTO	17/07/2000	34	**36º**
034	MÍRIAN CRISTINA GONÇALVES SILVA	22/11/1979	32	**37º**
098	ANDRIELI CRISTINA POMARO PEDERSOLI	13/11/1984	32	**38º**
062	ALAIZE RODRIGUES DA SILVA	15/02/1991	32	**39º**
089	TACIANA FAVONI ANGELICO	11/09/1996	32	**40º**
018	MARIANE CANASSA ROMERO	03/02/1997	32	**41º**
045	SANDRA MARGARETI MILHARESI ESTEVES	09/10/1970	31	**42º**
094	ALESSANDRA PEREIRA MACEDO DE SENA	24/06/1993	31	**43º**
056	RAQUEL LIMA DA SILVA	07/04/1994	30	**44º**
117	AILSON RODRIGUES SENA SILVA	16/10/1997	30	**45º**
048	ROSANA MARIA PERES	06/03/1983	29	**46º**
003	JOSIANE CRISTINA GONÇALVES CARNIEL	28/06/1988	29	**47º**
096	ELIANE MARGARIDA EGER DOS SANTOS	22/07/1976	28	**48º**
110	ROSILAYNE APARECIDA NERY DA SILVA	16/03/1992	28	**49º**
039	SILVIA FERREIRA DA SILVA MAGENIS	07/01/1978	27	**50º**
081	ROSIMEIRE APARECIDA VIEIRA RODRIGUES	08/08/1982	27	**51º**
058	IRACI NUNES PEREIRA	08/07/1983	27	**52º**
084	ÉRICA RIBAS DE LIMA	16/03/1986	27	**53º**
077	ANITA KERBER	12/03/1984	26	**54º**
061	FERNANDA CRISTINA MENEGASSI DA SILVA	26/07/1991	26	**55º**
001	MARIA DEVANIR DE LIMA NASCIMENTO	02/03/1967	25	**56º**
055	AMANDA DE ANDRADE	03/04/1986	25	**57º**
111	VALÉRIA SOARES DE LIMA	01/02/1987	25	**58º**
036	KARLIANI ZERVANICKI SCAPINI	02/09/1993	25	**59º**
073	ANGELA RAFAELA FORTUNA DAL SANTO	16/01/1996	25	**60º**
109	LUANA DE SOUZA MAGENIS	09/08/2001	25	**61º**
076	JAQUELINE PEREIRA DA SILVA	26/07/1990	24	**62º**
107	ELENA DE FREITAS BACHIEGAS	18/01/1999	24	**63º**
004	MARIA APARECIDA DA SILVA	13/02/1987	23	**64º**
080	ELISANGELA CRISTINA TRINDADE	18/07/1979	22	**65º**
097	ROMILDA FRANCISCA DOS SANTOS	16/01/1981	22	**66º**
025	ELIZANGELA COLLI VARGAS	24/10/1981	22	**67º**
088	CLEUSA FERNANDES CARÁ	13/03/1991	22	**68º**
100	KAREN MELISSA DE FREITAS SILVA	12/03/1996	22	**69º**
023	SILVIA ROSA DE OLIVEIRA SOUZA	03/05/1976	21	**70º**
022	ANA PAULA LOBO	06/03/1988	21	**71º**
051	ALINE DOS SANTOS BEZERRA FERREIRA	01/11/1989	21	**72º**
075	ANA CAROLINA CARDOSO DE MORAIS	18/02/1998	21	**73º**
069	JANETE BARBOSA SILVA NIENKOETTER	12/03/1976	20	**74º**
027	MÁRCIA AUGUSTA PINTO DE SOUZA	02/04/1978	20	**75º**
079	EDISSOENE PEREIRA DE OLIVEIRA BENEVIDES	15/12/1986	20	**76º**
005	RENATA SILVA DE OLIVEIRA DE JESUS	24/08/1989	20	**77º**
090	DÉBORA AMANDA DA SILVA CARDOSO AZEVEDO	19/07/1999	20	**78º**
040	MARIA EDILEUZA RODRIGUES BIANCO	31/05/1976	19	**79º**
035	CAROLINA ROCHA BOMFIM	06/12/1997	19	**80º**
057	VALDINÉIA DE SOUZA SILVA	03/02/1983	18	**81º**
064	ANDRÉIA FÁTIMA DE LIMA BARBOSA	12/09/0977	17	**82º**
071	NEIVA PEREIRA	17/03/1979	17	**83º**
063	IVANETE GOMES FERREIRA ALEIXO	23/12/1979	17	**84º**
044	ELIZÂNGELA DIAS GONÇALVES	23/04/1974	15	**85º**
083	SIMONE KELLY DOS SANTOS SILVA GALOR	05/05/1985	15	**86º**
086	LUCIANA DE LIMA ALVES	09/08/1987	15	**87º**
115	EDIANE BISPO DA SILVA	24/09/1987	15	**88º**
116	DAIANE BISPO DA SILVA	28/11/1987	15	**89º**
030	FRANCIELI FERREIRA DA SILVA	21/11/1994	15	**90º**
033	INGRID BISPO DA SILVA	15/10/1997	15	**91º**
095	SIMONE SANTOS SILVEIRA CRUZ	19/04/1986	11	**92º**
102	MARIA LEONILDA TRINDADE	11/04/1964	10	**93º**
091	DORACI PEREIRA DOS SANTOS	29/05/1974	10	**94º**
104	MARYON HELENA GONÇALVES	08/09/1993	10	**95º**
011	ADRIANA DOS SANTOS	21/02/1994	10	**96º**
065	LINDIAMARA SCHAFFER	04/03/1998	10	**97º**
093	MILENA ALVES SILVA	14/11/2000	10	**98º**
041	MÁRCIA ROCHA COSTA	12/02/1984	08	**99º**
016	ALIANDRA VIEIRA DE OLIVEIRA MAGENIS	20/06/1986	08	**100º**
021	LÍDIA ZEFERINO AZEVEDO	06/04/1985	07	**101º**
103	TANI CLER MAYARA REGINI	27/03/1989	07	**102º**
085	LILIA KEILA DE CARVALHO	25/03/1998	07	**103º**
087	ELIZETE GALOR	27/10/1979	05	**104º**
114	CLAUDINEIA PAES ALEXANDRA	25/12/1979	05	**105º**
002	TAIZA FERNANDA NUNES DOS SANTOS	15/01/1988	05	**106º**
029	KELLI CRISTINA DA SILVA	06/02/1996	05	**107º**
112	FABIANA ANDRÉ DOS SANTOS	22/09/1978	04	**108º**
082	DANIELE BATISTA LEAL	17/12/1990	04	**109º**
007	BRUNA LORENA DOS SANTOS MELO	06/01/2002	04	**110º**
108	DAYANE CRISTINA MARTINS MENEZES	15/02/1992	02	**111º**
092	EDINA MARIA TOLEDO	08/02/1974	00	**112º**
066	TAIARA GRACIELE FERREIRA DOS SANTOS FRANÇA	05/08/1993	00	**113º**
099	SUSANA MARA DE QUADROS ARAÚJO	05/07/1999	00	**114º**

Classificação Final dos Candidatos autodeclarados Afrodescendentes.

Nº	NOME	DATA NASC.	PONTOS	CLASSIFIC.
012	ADRIANA APARECIDA BATISTA NUNES	27/05/1976	50	**1º**
009	ROSIMEIRE SALES DA SILVA	28/01/1977	50	**2º**
042	CLÉIA CRISTINA GUIMARÃES JACOMETI	24/09/1978	50	**3º**
017	LUIZ CARLOS DE ARAÚJO	23/02/1982	50	**4º**
019	CLEUSA FRANCISCA REIS DA SILVA	04/06/1968	48	**5º**
038	EUZELINA DOS SANTOS	04/07/1979	46	**6º**
101	ROSELI NEVES DE ARAÚJO POLINI	13/01/1974	44	**7º**
010	SANDRA FELIX DA SILVA POLINI	25/02/1071	40	**8º**
059	NATÁLIA BORGES QUEIRÓZ DE C. SPÓSITO	12/06/1989	40	**9º**
028	JUCÉLIA CONSONI	30/09/1979	37	**10º**
032	FLÁVIA NICOLI GONÇALVES DE MORAIS	09/07/1996	36	**11º**
068	VANESSA DA SILVA SANTOS	03/11/1996	36	**12º**
008	MARIA EUNICE DE SOUZA RODRIGUES	21/07/1963	35	**13º**
060	CRISTIANE CHRIST	20/10/1988	35	**14º**
026	JÉSSICA ALINE DA SILVA	13/06/1996	34	**15º**
062	ALAIZE RODRIGUES DA SILVA	15/02/1991	32	**16º**
094	ALESSANDRA PEREIRA MACEDO DE SENA	24/06/1993	31	**17º**
117	AILSON RODRIGUES SENA SILVA	16/10/1997	30	**18º**
003	JOSIANE CRISTINA GONÇALVES CARNIEL	28/06/1988	29	**19º**
039	SILVIA FERREIRA DA SILVA MAGENIS	07/01/1978	27	**20º**
081	ROSIMEIRE APARECIDA VIEIRA RODRIGUES	08/08/1982	27	**21º**
058	IRACI NUNES PEREIRA	08/07/1983	27	**22º**
001	MARIA DEVANIR DE LIMA NASCIMENTO	02/03/1967	25	**23º**
109	LUANA DE SOUZA MAGENIS	09/08/2001	25	**24º**
097	ROMILDA FRANCISCA DOS SANTOS	16/01/1981	22	**25º**
051	ALINE DOS SANTOS BEZERRA FERREIRA	01/11/1989	21	**26º**
079	EDISSOENE PEREIRA DE OLIVEIRA BENEVIDES	15/12/1986	20	**27º**
005	RENATA SILVA DE OLIVEIRA DE JESUS	24/08/1989	20	**28º**
090	DÉBORA AMANDA DA SILVA CARDOSO AZEVEDO	19/07/1999	20	**29º**
041	MÁRCIA ROCHA COSTA	12/02/1984	19	**30º**
035	CAROLINA ROCHA BOMFIM	06/12/1997	19	**31º**
057	VALDINÉIA DE SOUZA SILVA	03/02/1983	18	**32º**
063	IVANETE GOMES FERREIRA ALEIXO	23/12/1979	17	**33º**
083	SIMONE KELLY DOS SANTOS SILVA GALOR	05/05/1985	15	**34º**
033	INGRID BISPO DA SILVA	15/10/1997	15	**35º**
104	MARYON HELENA GONÇALVES	08/09/1993	10	**36º**
011	ADRIANA DOS SANTOS	21/02/1994	10	**37º**
093	MILENA ALVES SILVA	14/11/2000	10	**38º**
087	ELIZETE GALOR	27/10/1979	05	**39º**
002	TAIZA FERNANDA NUNES DOS SANTOS	15/01/1988	05	**40º**
007	BRUNA LORENA DOS SANTOS MELO	06/01/2002	04	**41º**

Querência do Norte - PR, 17 de dezembro de 2025.

ADELAIDE DA CRUZ

Presidente da Comissão Municipal Coordenadora do

Processo Seletivo Simplificado Edital n°.029/2025

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:03E4966C

LICITAÇÃO
EXTRATO 268/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 268/2025

VENCIMENTO: 10/12/2026

O Município de Querência do Norte, Estado do Paraná, com sede a Rua Waldemar dos Santos, 1197, na cidade de Querência do Norte, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 76.973.692/0001-16 neste ato representado pelo Prefeito Alex Sandro Fernandes, portador do CPF/MF nº 083.XXX.979-XX e Cédula de Identidade RG nº 10.XXX.514-X SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº. **50/2025**, RESOLVE registrar os preços da empresa **PIRACAIA COMERCIO DE PRODUTOS ELETRO-ELETRONICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 45.805.559/0001-27, Avenida AV ITABORAI, 572 - CEP: 04135000 - bairro: BOSQUE DA SAÚDE, SãO PAULO/SP, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) EDIVALDO FERNANDES CSIPAI, brasileiro, portador da RG nº 11.***.546 e CPF 574.***.318-**, indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s)

alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e Decreto Municipal nº 12/2024 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente instrumento é **AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE, FLUÍDOS, GRAXAS, ESTOPAS E PRODUTOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto da contratação:

LOTE 8

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	36588	FLUÍDO PARA FREIOS DOT 3 QUE ATENDA AS NORMAS FMVSS 116-DOT3, SAE J1703 E ABNT BR EB 155/1991 PARA FLUIDOS DE FREIO TIPO 2 E 3 FRASCOS COM 500 ML- CAIXA COM 40 UNIDADES	CX	5	R$ 580,00	R$ 2.900,00	POWER
					TOTAL:	R$ 2.900,00	

LOTE 9: LOTE 9

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	46510	FLUÍDO PARA FREIOS DOT 4 QUE ATENDA AS NORMAS FMVSS 116-DOT4, SAE J1703 E ABNT NBR 9292 EB 155/1991 TIPO 4 E MERCEDES BENZ DBL 7760.30 (DOT 4). FRASCOS COM 500 ML- CAIXA COM 40 UNIDADES	CX	8	R$ 900,00	R$ 7.200,00	POWER
					TOTAL:	R$ 7.200,00	

LOTE 13

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	46514	ÓLEO LUBRIFICANTE HIDRÁULICO TIPO ATF QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES GM TIPO A SUFIXO A E É QUALIFICADO PELA MERCEDES-BENZ,SEGUNDO A NORMA MB 236.2, PARA USO EM CAIXAS DE MUDANÇAS MANUAIS E DIREÇÕES HIDRÁULICAS ZF E TRW BALDE COM 20 LITROS	BALDE	22	R$ 278,00	R$ 6.116,00	HEXX LUB
					TOTAL:	R$ 6.116,00	

LOTE 18

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	36599	ÓLEO LUBRIFICANTE HIDRAULICO SAE 10W QUE ATENDA À CLASSIFICAÇÃO DE DE FLUIDO HIDRAULICO COM GRAU DE VISCOSIDADE SAE 10W BALDE COM 20 LITROS	BALDE	52	R$ 279,00	R$ 14.508,00	HEXX LUB
					TOTAL:	R$ 14.508,00	

LOTE 19

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	46516	ÓLEO LUBRIFICANTE P/ ENGRENAGENS SAE 90 QUE ATENDA À CLASSIFICAÇÃO API GL-5 QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES MIL-L-2105D E MB 235.6 BALDE COM 20 LITROS	BALDE	25	R$ 320,00	R$ 8.000,00	HEXX LUB
					TOTAL:	R$ 8.000,00	

LOTE 21

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	31154	OLEO LUBRIFICANTE PARA SISTEMA DE TRANSMISSÃO GL4 SAE 10W 30 BALDE COM 20 LITROS	BALDE	51	R$ 265,00	R$ 13.515,00	HEXX LUB
					TOTAL:	R$ 13.515,00	

LOTE 22

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	46517	ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL PARA CAIXAS DE TRANSMISSÃO E DE ENGRENAGENS SAE 80W - API GL-4 BALDE COM 20 LITROS	BALDE	39	R$ 323,00	R$ 12.597,00	HEXX LUB
					TOTAL:	R$ 12.597,00	

LOTE 23

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	36603	OLEO LUBRIFICANTE SINTÉTICO MULTIVISCOSO SAE 0W20 QUE ATENDA A CLASSIFICAÇÃO API SN/RC PLUS ILSAC GF-5. ATENDA A ESPECIFICAÇÃO FIAT 9.5535 FRASCOS COM 1 LITRO CAIXA COM 24 UNIDADES	CXA	15	R$ 555,00	R$ 8.325,00	HEXX LUB
					TOTAL:	R$ 8.325,00	

LOTE 24

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	46519	ÓLEO LUBRIFICANTE 85W-140 QUE ATENDA À CLASSIFICAÇÃO API GL-5, API MT-1, SAE J2360. BALDE COM 20 LITROS	BALDE	40	R$ 390,00	R$ 15.600,00	HEXX LUB
					TOTAL:	R$ 15.600,00	

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.

No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

QUERÊNCIA DO NORTE –PR, 10 de dezembro de 2025

ALEX SANDRO FERNANDES	***EDIVALDO FERNANDES CSIPAI***
Prefeito Municipal	Contratada

TESTEMUNHAS:

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:11656A73

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Eu, **EVERTON CÁSSIO ZANUTO**, Prefeito Municipal do Município de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de minhas atribuições legais e nos Termos da Lei nº 14.133/2021, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014 e demais alterações;

RESOLVE:

ADJUDICAR e HOMOLOGAR a presente contratação, nestes termos:

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025 **INEXIGIBILIDADE Nº 037/2025**	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 108/2025	
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL OU DE SUAS ORGANIZAÇÕES, DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR,	
CONTRATADO (A)	**CLAUDIMIR RODRIGUES**
CPF Nº	**559.474.509-25**
VALOR (R$)	**R$ 160.346,10 (Cento e sessenta mil trezentos e quarenta seis reais e dez centavos).**
CONTRATADO (A)	**ADELAIDE APARECIDA CAMPOS FUZINATI**
CPF Nº	**655.449.869-91**
VALOR (R$)	**R$ 37.507,80 (Trinta e sete mil quinhentos e sete reais e oitenta centavos).**
CONTRATADO (A)	**NELTON DE CASTRO SOARES**
CPF Nº	**328.574.119-87**
VALOR (R$)	**R$ 38.311,00 (Trinta e oito mil trezentos e onze reais)**
PRAZO	**12 (doze) meses**
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:	**12/12/2025**
FUNDAMENTAÇÃO:	**O presente certame será regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 com base nos arts.74, "caput", inciso IV, 78, inciso I, combinados com o art. 79, inciso I. e art. 6º, inciso XLIII, Lei Federal 11.947/2009 e Lei nº 15.226/2025 (entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026), Resolução CD/FNDE nº 06/2020 e 20/2020, 21/2021, 03/2025, Decreto Municipal 1783/2024 e demais legislação aplicáveis, observando ainda, as condições estabelecidas neste Ato Convocatório e seus anexos.**

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO"

Rancho Alegre D'Oeste/PR, 12 de Dezembro de 2025.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Sueli Batista Alves
Código Identificador:A5700DB7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - INFRAÇÕES 88

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à REALTRAN - REALEZA até 29/01/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AAH9F10	278050T000001272	01/10/2025	76332	R$ 293,47
AHY0B30	278050T000001770	02/10/2025	76332	R$ 293,47
AIX3538	116100T003129840	27/09/2025	54522	R$ 195,23
ANM2H68	116100T003162115	28/09/2025	55417	R$ 195,23
APA6I37	278050T000001718	22/09/2025	55412	R$ 195,23
APX3D90	278050T000001724	06/10/2025	54600	R$ 130,16
AQN6A43	278050T000001273	01/10/2025	55411	R$ 195,23
ARM4G52	278050T000001711	20/09/2025	55412	R$ 195,23
AUD6830	278050T000001769	02/10/2025	76332	R$ 293,47
AUS3E01	278050T000001276	02/10/2025	55414	R$ 195,23
AVJ8E23	278050T000001723	04/10/2025	55411	R$ 195,23
AWS8510	116100T003162114	27/09/2025	76251	R$ 293,47
AZK3A15	116100T003162117	28/09/2025	54521	R$ 195,23
AZZ5G40	278050T000001725	06/10/2025	55414	R$ 195,23
BBN6C79	278050T000001720	03/10/2025	55414	R$ 195,23
BBZ2H46	278050T000001285	04/10/2025	55411	R$ 195,23
BET6G56	278050T000001715	01/10/2025	76331	R$ 293,47
CYX9I39	278050T000001763	20/09/2025	55412	R$ 195,23
DSE4E41	278050T000001773	03/10/2025	76332	R$ 293,47
EGF9I83	116100T003162116	28/09/2025	54521	R$ 195,23

EIA3A48	278050T000001764	22/09/2025	55412	R$ 195,23
FMQ7J01	278050T000001721	03/10/2025	55417	R$ 195,23
FUP5D75	278050T000001717	22/09/2025	55412	R$ 195,23
GDR9G63	278050T000001275	01/10/2025	55414	R$ 195,23
ISO8A79	278050T000001712	20/09/2025	55412	R$ 195,23
JAL9H15	278050T000001771	03/10/2025	57200	R$ 195,23
KYL2J87	278050T000001716	22/09/2025	55412	R$ 195,23
MCM9C29	278050T000001768	02/10/2025	76332	R$ 293,47
MDR8I68	116100T003162120	28/09/2025	54521	R$ 195,23
MES1D59	278050T000001714	01/10/2025	76331	R$ 293,47
MFQ2H13	116100T003129841	27/09/2025	55417	R$ 195,23
MJJ5F54	278050T000001713	20/09/2025	55412	R$ 195,23
MMI4J15	278050T000001767	02/10/2025	76332	R$ 293,47
NKZ2J02	116100T003162118	28/09/2025	54521	R$ 195,23
PZC2I04	278050T000001722	03/10/2025	56060	R$ 88,38
QAI1E10	116100T003162121	28/09/2025	54521	R$ 195,23
QCE8B26	116100T001011786	28/09/2025	54522	R$ 195,23
RHG8D56	278050T000001765	02/10/2025	76332	R$ 293,47
SEA5E25	278050T000001065	22/07/2025	76332	R$ 293,47
SFI1F72	278050T000001772	03/10/2025	76332	R$ 293,47
SLL9F47	278050T000001274	01/10/2025	55414	R$ 195,23
SYO5C13	278050T000001189	07/08/2025	55412	R$ 195,23

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:6DEF25FE

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - INFRAÇÕES 89

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à REALTRAN - REALEZA até 26/01/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ASA2668	278050NIC0000202	18/11/2025	50020
CUF1J02	278050NIC0000203	18/11/2025	50020
EEW3A69	278050NIC0000197	18/11/2025	50020
MHH4F76	278050NIC0000192	18/11/2025	50020
MJT3A29	278050NIC0000200	18/11/2025	50020
PAE8D31	278050NIC0000196	18/11/2025	50020
PAE8D31	278050NIC0000193	18/11/2025	50020
RHF6H74	278050NIC0000201	18/11/2025	50020
RHP7J99	278050NIC0000190	18/11/2025	50020
RMI8J29	278050NIC0000206	18/11/2025	50020
SDR7E89	278050NIC0000198	18/11/2025	50020
SFE5D47	278050NIC0000204	18/11/2025	50020
SFE5D47	278050NIC0000199	18/11/2025	50020

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:32679CDE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO MAT-SERVIÇOS RADIOLOGICOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°20/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA

CONTRATADA: MAT - SERVIÇOS RADIOLOGICOS LTDA - ME

OBJETO: objeto Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de radiologia, para realização de exames de raio x, a serem realizados no Hospital Municipal de Realeza, visando atender as necessidades da Secretaria de Saúde de Realeza – PR.

ADITIVO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes resolvem, de comum acordo:

-Supressão e ajuste do valor unitário: Em razão da supressão parcial do objeto contratado, mantendo-se o valor global do contrato inalterado em R$ 464.000,00 (quatrocentos e sessenta e quatro mil reais), o novo valor unitário passa a ser de R$ 44,62 (quarenta e quatro reais e sessenta e dois centavos) por exame, com o objetivo de preservar o equilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 124, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e Cláusula Sétima do Contrato Administrativo nº 20/2025.

-Prorrogação da vigência: Fica prorrogada a vigência do Contrato Administrativo nº 20/2025 até 22 de janeiro de 2027, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, mantendo-se todas as demais condições contratuais.

ITENS							
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço reequilibrado
LOTE: 001 - Lote 001	1	78828	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA DISPONIBILIZAÇÃO DE profissional técnico em radiologia para operar equipamento de raio x (mão de obra), para execução de exame de raio x. A contratada deverá fornecer impressora DRY, placa DR, bem como material para impressão de imagem e laudo em papel A4 brilhante, dosímetros e todos os demais insumos pertinentes para a realização dos exames pela prestadora de serviços. Fornecimento de laudos em até 24 horas para casos não emergenciais, e havendo critério emergencial o fornecimento de laudo será em até duas horas. A contratada disponibilizará software integrado de visualização de imagens, e ficará responsável pelas manutenções do mesmo. A Secretaria Municipal de Saúde fornecerá apenas o espaço físico e o equipamento de raio x, sendo de responsabilidade da mesma as manutenções destes equipamentos. Os exames serão realizados em horário comercial de segunda a sexta feira, exceto sábados, domingos e feriados, com atendimento presencial das 7:30 ás 11:30, e a tarde das 13:30 as 17:30 horas. Fora do horário comercial, os exames serão realizados pelo profissional plantonista, que deverá atender o chamado para atendimento presencial em até 30 minutos.	UN	5.200,00	29,00	44,62
LOTE: 001 - Lote 001	2	78829	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA DISPONIBILIZAÇÃO DE profissional técnico em radiologia para operar equipamento de raio x (mão de obra), para execução de exame de raio x. A contratada deverá fornecer impressora DRY, placa DR, bem como material para impressão de imagem e laudo em papel A4 brilhante, dosímetros e todos os demais insumos pertinentes para a realização dos exames pela prestadora de serviços. Fornecimento de laudos será em até duas horas. A contratada disponibilizará software integrado de visualização de imagens, e ficará responsável pelas manutenções do mesmo. A Secretaria Municipal de Saúde fornecerá apenas o espaço físico e o equipamento de raio x, sendo de responsabilidade da mesma as manutenções destes equipamentos. Atendimento emergencial de sobreaviso nos demais dias e horários, incluindo sábados, domingos e feriados, onde o profissional plantonista deverá responder o chamado em ate 30 minutos para atendimento presencial no Hospital N.S.A	UN	5,200,00	29,00	44,62

REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 144/2024

DATA DA ASSINATURA: 17/12/2025

Publicado por:
Aline Maiara Farias
Código Identificador:4AEE90FD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
LEI Nº 1334/2025 - ALTERA DISPOSITIVOS E TABELAS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO

LEI Nº 1334/2025

SÚMULA: ALTERA DISPOSITIVOS E TABELAS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 354, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2005 - CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Esta Lei Complementar altera dispositivos e tabelas da Lei Municipal nº 354, de 16 de dezembro de 2005 - Código Tributário do Município de Reserva do Iguaçu (CTM), com fundamento na Constituição Federal, no Código Tributário Nacional, em Leis Complementares e na Lei Orgânica do Município, referentes a tributos de competência municipal.

Art. 2º. Ficam alterados o caput do art. 218 e seus parágrafos, que passam a ter a seguinte redação:

"Art. 218. As Taxas de Serviços Públicos têm como fato gerador à utilização, efetiva ou potencial, dos serviços de coleta de lixo, dos serviços de limpeza e de serviços diversos prestados pelo Município ao contribuinte ou colocados à sua disposição, com a regularidade necessária ou mediante requerimento do contribuinte.

§1º. Entende-se por serviço de coleta de lixo a remoção periódica de lixo orgânico e reciclável, gerado em imóvel edificado residencial, comercial e industrial.

§2º. Não está sujeita à taxa de coleta de lixo, a remoção especial de lixo, assim entendida a retirada de entulhos, detritos industriais, galhos de árvores e outros materiais inservíveis e, ainda, a remoção de lixo realizada em horário especial por solicitação do interessado.

§3º. Os serviços relativos à taxa de coleta de lixo poderão ser prestados diretamente pelo Município ou por terceiros, mediante concessão ou através de convênios.

§4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar com a Companhia de Saneamento do Paraná S.A. – SANEPAR, convênio visando a cobrança da taxa de coleta de lixo em lançamento individualizado, na fatura do consumo de água e esgoto.

§5º. O Poder Executivo Municipal elaborará anualmente, planilhas de custos dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final do lixo, que informarão o valor da taxa de coleta de lixo a vigorar no exercício seguinte, que será fixada por Decreto.

§6º. Entende-se por serviços de limpeza os realizados em imóveis edificados ou não, abandonados, em ruinas ou mau utilizados, situados na zona urbana e tem como fato gerador a prestação pela de serviços de roçada, remoção de entulhos e limpeza de qualquer espécie, que consiste em:

a) limpeza de terrenos baldios;

b) entulhos (restos de construção, galhos, etc).

§7º. As taxas de serviços diversos incidem sobre a prestação de serviços públicos específicos postos à disposição do contribuinte, quais sejam:

a) atestados e certidões;

b) alvará de construção quando solicitado em separado;

c) subdivisão e unificação de áreas;

d) numeração predial;

e) alinhamento;

f) liberação de bens apreendidos ou depositados, móveis, semoventes e de mercadorias;

g) serviços técnicos;

h) demarcação;

i) serviços de cemitério;

j) limpeza de terrenos;

k) limpeza de fossa.”

Art. 3º. Fica alterado o art. 220, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 220. Os cálculos para cobrança de todas a taxas descritas no art. 218 serão realizados e aplicados conforme as Tabelas X e XIII, do Anexo III, deste Código.”

Art. 4º. Fica alterado o art. 221, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 221. A taxa de coleta de lixo será lançada mensal ou anualmente em nome do contribuinte com base nos dados do cadastro imobiliário, podendo ser lançada com o IPTU, em documento de arrecadação separado ou ainda para pagamento na fatura da SANEPAR.

§1º. O pagamento da taxa de coleta do lixo não inclui:

I – o pagamento:

a) de preços ou tarifas pela prestação de serviços especiais, assim compreendidos a remoção de “*containeres*”, de entulhos de obras, de bens móveis imprestáveis, do lixo extraordinário, de animais mortos e de veículos abandonados, bem como a capinação de terrenos, a limpeza de prédios e terrenos, a disposição de lixo em aterros e a destruição ou incineração de material em aterro ou usina;

b) de penalidades decorrentes de infrações ou inobservância às normas de limpeza e posturas municipais;

II – o cumprimento de quaisquer normas ou exigências administrativas relacionadas com a coleta de lixo domiciliar, hospitalar, comercial e industrial, na forma do regulamento.

§2º. As pessoas físicas ou jurídicas, ainda que imunes ou isentas de impostos, ficam obrigadas ao pagamento da taxa de coleta de lixo, salvo as exceções previstas nesta Lei Complementar.

§3º. As demais taxas de serviços diversos previstas no art. 218 serão lançadas em nome do contribuinte requerente.”

Art. 5º. Fica acrescentado o inciso VII ao caput do art. 223, e alterado o §10, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 223. (...)

(...)

VII – A atividade econômica de Baixo Risco é dispensada de ato público de liberação para operação e funcionamento do estabelecimento, mas deverá atender aos parâmetros estabelecidos de segurança sanitária, ambiental, prevenção contra incêndios, defesa agropecuária e segurança pública, de forma concomitante, considerando sempre o critério mais restritivo, nos termos da Lei federal nº 13.874/2019 (Lei da Liberdade Econômica), Lei Estadual nº 20.436/2020 e do Decreto Estadual nº 3.434, de 14 de setembro de 2023. (NR)

(...)

§10. Os estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços podem desenvolver atividade econômica em qualquer horário ou dia da semana, inclusive feriados, sem que para isso estejam sujeitos a cobranças ou encargos adicionais, observadas:

a) as normas de proteção ao meio ambiente, incluídas as de repressão à poluição sonora e à perturbação do sossego público;

b) as restrições advindas de contrato, de regulamento condominial ou de outro negócio jurídico, bem como as decorrentes das normas de direito real, incluídas as de direito de vizinhança; e

c) a legislação trabalhista."

Art. 6º. Fica acrescentado o §5º e alterados o caput do art. 225 e os §§1º, 2º, 3º e 4º, que passam a ter a seguinte redação:

"Art. 225. As bases de cálculo das taxas que além de orientar também definem os seus específicos valores, são as constantes das Tabelas II, III, IV, V, VI, VII e XIV, do Anexo III deste Código, e decorrem do efetivo custo da atividade da Administração Pública que, no exercício regular do Poder de Polícia do Município, regula a prática de ato ou abstenção de fato em razão de interesse público.

§1º. Quando o contribuinte optar pelo pagamento integral em cota única, e até a data do vencimento, o valor total da taxa prevista no §9º do artigo 223 desta Lei, será reduzido em 20% (vinte por cento).

§2º. *Poderá ser interditado todo estabelecimento que desenvolva atividadeeconômicade médio e alto risco sem o respectivo Alvará de Funcionamento, em conformidade com os preceitos da* Lei federal nº 13.874/2019 (Lei da Liberdade Econômica), Lei Estadual nº 20.436/2020 e do Decreto Estadual nº 3.434, de 14 de setembro de 2023, *tendo o proprietário um prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação, para que requeira a expedição de Alvará de Funcionamento, sob as seguintes condições:*

I - *Expirado o prazo de 15 (quinze) dias úteis, concedido para ingressar com solicitação de expedição de Alvará de Funcionamento, e não havendo manifestação formal por parte do interessado, o estabelecimento será imediatamente interditado.*

II - *Caso seja feita solicitação de expedição de alvará no prazo de 15 (quinze) dias úteis, e estando o estabelecimento em conformidade com a legislação em vigor e demais regulamentações pertinentes será expedido o Alvará de Funcionamento imediatamente. Transcorrido o prazo fixado, o silêncio da autoridade competente importará aprovação tácita para todos os efeitos e a expedição será automática.*

III - *Caso seja feito o pedido de solicitação de expedição de alvará no prazo de 15 (quinze) dias úteis e se constatem pendências nas instalações do estabelecimento passíveis de serem regularizadas, permanecerá o estabelecimento interditado até que as mesmas sejam sanadas e vistoriadas pela Administração Municipal, após o que será expedido o Alvará de Funcionamento.*

IV - *Caso seja feito solicitação de expedição de alvará no prazo de 15 (quinze) dias e se constate desconformidade no estabelecimento ou de suas instalações com a legislação em vigor de modo que não seja possível sua regularização, o estabelecimento será imediatamente fechado.*

§3º. Ficam isentos do pagamento de taxas municipais relativas à fiscalização, verificação, vistoria, vigilância sanitária e demais exigências de funcionamento os Microempreendedores Individuais – MEIs, quando suas atividades forem consideradas de baixo risco, nos termos do art. 3º, inciso I, da Lei nº 13.874/2019 (Lei da Liberdade Econômica) e regulamentação federal, estadual ou municipal aplicável.

I – A dispensa prevista neste parágrafo não afasta a obrigatoriedade de o MEI observar as normas de segurança sanitária, ambiental, trabalhista e urbanística, sob pena de cassação do alvará ou autorização de funcionamento.

§4º. Ficam dispensadas do pagamento de quaisquer taxas municipais os atos de liberação das atividades econômicas de Baixo Risco para operação e funcionamento do estabelecimento.

I – A dispensa do pagamento não afasta a obrigação de atender aos parâmetros estabelecidos de segurança sanitária, ambiental, prevenção contra incêndios, defesa agropecuária e segurança pública, de forma concomitante, considerando sempre o critério mais restritivo, nos termos da Lei federal nº 13.874/2019 (Lei da Liberdade Econômica), Lei Estadual nº 20.436/2020 e do Decreto Estadual nº 3.434, de 14 de setembro de 2023;

II – A partir do segundo ano do exercício da atividade econômica do estabelecimento, serão devidas as taxas pelo exercício regular do Poder de Polícia pelo Município.”(NR)

Art. 7º. Ficam alterados os dispositivos do TÍTULO VI - DA CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO, EXPANSÃO E MELHORIA DO SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DE SISTEMAS DE MONITORAMENTO PARA PRESERVAÇÃO DE LOGRADOURAS PÚBLICOS – COSIP/SMSPLP, correspondentes aos art. 232 a 242, que passam a ter a seguinte redação:

“TÍTULO VI - DA CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO, EXPANSÃO E MELHORIA DO SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DE SISTEMAS DE MONITORAMENTO PARA PRESERVAÇÃO DE LOGRADOURAS PÚBLICOS – COSIP/SMSPLP

CAPÍTULO I - DA INCIDÊNCIA

Art. 232. Fica instituída a Contribuição, nos termos do art. 149-A da Constituição Federal, destinada exclusivamente ao custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos.

Art. 233. O serviço de iluminação pública compreende a iluminação de vias, logradouros, praças e demais áreas públicas, ao passo que os sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos abrangem tecnologias e estruturas que visam aprimorar a vigilância, proteção e manutenção de espaços públicos cujo objetivo principal é garantir a segurança dos cidadãos e a preservação desses locais.

§1º Entende-se como expansão e melhoria do serviço de iluminação pública, para os efeitos desta Lei a instalação, manutenção, melhoramentos, modernização, aprimoramento e expansão da rede de iluminação pública, incluindo ainda, a aquisição e instalação de sistema de geração fotovoltaica além de outras atividades correlatas.

§2º. Entende-se como sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos, além de outros correlatos:

I - Monitoramento por câmeras: Instalação de câmeras de vigilância em áreas públicas para detectar atividades suspeitas, prevenir crimes e auxiliar na investigação**.**

II - Sensores e alarmes: Utilização de sensores (como detectores de movimento, sensores de fumaça, etc.) para alertar sobre situações de risco, como incêndios, invasões ou vazamentos.

III - Iluminação inteligente: Integração de sistemas de iluminação pública com sensores para ajustar automaticamente a luminosidade com base nas condições ambientais e horários, melhorando a segurança noturna.

IV - Telegestão: Controle remoto e monitoramento dos sistemas de iluminação, permitindo ajustes eficientes e detecção de falhas.

V - Integração com serviços de emergência: Conexão direta com órgãos de segurança pública, como polícia e bombeiros, para resposta rápida a incidentes.

VI - Análise de dados: Uso de algoritmos para processar informações coletadas pelos sistemas, identificando padrões e comportamentos anômalos.

Art. 234. A Contribuição – COSIP/SMSPLP incide sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse, a qualquer título, de imóveis, edificados ou não, situados no território do Município de Reserva do Iguaçu.

CAPÍTULO II - DO SUJEITO PASSIVO

Art. 235. Sujeito passivo da COSIP/SMSPLP é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de imóveis, edificados ou não, situados em área urbana, áreas urbanizáveis, ou rurais, que disponham do serviço de Iluminação Pública e/ou quando dispor dos sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos.

§1º. É sujeito passivo solidário da COSIP/SMSPLP, o locatário, o comodatário ou possuidor a qualquer título de imóvel edificado ou não, situado no território do Município.

§2º. O lançamento da contribuição poderá ser feito indicando como obrigado quaisquer dos sujeitos passivos solidários.

Art. 236. O valor da COSIP/SMSPLP será lançado anualmente para os imóveis não edificados e mensalmente para os edificados.

CAPÍTULO III - DO VALOR DA COSIP/SMSPLP

Art. 237. Considera-se como custeio do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos, o custo decorrente dos serviços com a instalação, manutenção, melhoramentos e expansão da rede de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos, além de outras atividades correlatas.

§1º Compõe o custo do serviço de iluminação pública e dos sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos, as despesas com estudos, projetos, fiscalização, administração, execução, financiamento, além de outros serviços técnicos, bem como as despesas de máquinas, equipamentos, demais elementos e gastos necessários à realização do referido serviço.

§2º A Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana ficará encarregada da elaboração da planilha do custo total dos serviços de iluminação pública e sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos de que trata o parágrafo anterior.

§3º A Contribuição será variável de acordo com a quantidade de consumo de energia elétrica e classe/categoria do consumo (residencial, comercial e industrial) no caso de imóveis ligados a rede de energia elétrica da concessionária local.

Art. 238. O valor da COSIP/SMSPLP para os contribuintes, proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores de imóveis urbanos não edificados, será fixo e em moeda corrente e será obtido através da fórmula prevista no Anexo IV deste Código.

Parágrafo único. Relativamente à contribuição prevista no caput o lançamento da COSIP será feito diretamente pelo município, anualmente, juntamente com o IPTU ou em outro meio regulamentado pelo Executivo Municipal.

Art. 239. Para os imóveis edificados, os valores estão estabelecidos no Anexo IV, de acordo com a Classe e o Intervalo de Consumo.

§1º. A determinação da classe/categoria de consumidor observará as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL ou órgão regulador que vier a substituí-la.

§2º. O valor da COSIP/SMSPLP será reajustado mediante aplicação, sobre os valores definidos no Anexo IV desta Lei Complementar, da variação da Unidade Fiscal do Município (UFM) conforme Decreto do Executivo Municipal, anualmente.

§3º. Fica o Poder Executivo autorizado a reajustar os valores definidos no Anexo IV, através de Decreto.

Art. 240. O prazo para pagamento da Contribuição é o mesmo do vencimento da nota fiscal/fatura de energia elétrica de cada unidade consumidora ou no vencimento do carnê de IPTU, para os imóveis não edificados.

CAPÍTULO IV - DO LANÇAMENTO E DA COBRANÇA

Art. 241. O lançamento da COSIP/SMSPLP para imóveis não edificados será feito diretamente pelo Município, anualmente, juntamente com o IPTU ou outro meio de cobrança regulamentado por decreto do Poder Executivo,

Art. 242. A COSIP/SMSPLP para os imóveis edificados será lançada mensalmente e será paga juntamente com a fatura mensal de energia elétrica, na forma de convênio a ser firmado entre o Município e a empresa concessionária, distribuidora de energia elétrica titular da concessão para distribuição de energia no território do Município.

§1º. O convênio a que se refere este artigo deverá, obrigatoriamente, prever repasse imediato do valor arrecadado pela concessionária ao Município, admitida, exclusivamente, a retenção dos montantes necessários ao pagamento da energia fornecida para a iluminação, dos valores fixados para remuneração dos custos de arrecadação e de débitos que, eventualmente, tenha ou venha a ter o Município com a concessionária.

§2º. O montante devido e não pago da COSIP/SMSPLP a que se refere o "caput" deste artigo será inscrito em dívida ativa, por parte da autoridade competente, no mês seguinte à verificação da inadimplência.

§3º. Os valores não pagos no vencimento, incidirão juros de mora, multa e atualização monetária, assim como os demais tributos desta Lei Complementar."

Art. 8º. Ficam acrescentadas as disposições do LIVRO IV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ATUALIZAÇÕES SOBRE IBS/CBS)

LIVRO IV - DISPOSIÇÕES GERAIS (ATUALIZAÇÕES SOBRE IBS/CBS)

Art. 318-A O Município observará, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS e à Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS, as regras materiais, formais e procedimentais estabelecidas na Constituição Federal, na legislação complementar e nos atos do Comitê Gestor do IBS, vedada a criação de obrigações acessórias locais conflitantes. (NR)

Art. 318-B A emissão de Nota Fiscal de Serviço eletrônica – NFS-e seguirá o padrão nacional e seus layouts oficiais, inclusive campos relativos a IBS e CBS, observado o cronograma federal. (NR)

Art. 318-C Os dispositivos relativos ao ISSQN permanecerão vigentes até as datas nacionais de substituição pelo IBS, quando então considerar-se-ão automaticamente revogados. (NR)

Art. 9º. Ficam alteradas as disposições do LIVRO IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS, que passa a ter a redação do LIVRO V – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

LIVRO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 319. Fica instituída a UFM (Unidade Fiscal Municipal) como medida de valor e parâmetro de atualização monetária de tributos e de valores expressos em Reais ou equivalente, na legislação municipal, ou em atos dela derivados.

Art. 320. Os valores expressos em UFM no presente Código serão convertidos em reais na data do lançamento dos tributos, ou se extinta à época deste, pelo seu último valor divulgado, acrescido da atualização monetária do período.

Art. 321. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à atualização financeira da UFM que ocorrerá no mês de novembro de cada ano, mediante publicação de decreto municipal, conforme variação acumulada do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) ou outro índice de variação econômica que venha a substituí-lo, de forma a preservar sua expressão econômica e poder aquisitivo.

Art. 322. Os débitos para com a Fazenda Municipal, de qualquer natureza, inclusive fiscais, vencidos e vincendos, incluídas as multas de quaisquer espécies provenientes de impontualidade, total ou parcial, nos respectivos pagamentos, serão inscritos em Dívida Ativa e serão atualizados monetariamente.

Parágrafo único. A atualização monetária e os juros incidirão sobre o valor integral do crédito, neste compreendida a multa.

Art. 323. São revogadas todas as isenções do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, exceto as isenções de taxas constantes neste Código.

Art. 324. São definitivas as decisões de qualquer instância, uma vez esgotado o prazo legal para interposição de recursos, salvo se sujeitas a recurso de ofício.

Art. 325. Não se tomará qualquer medida contra o contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com decisão administrativa ou judicial transitada em julgado, mesmo que posteriormente modificada.

Parágrafo único. No caso de decisão definitiva favorável ao sujeito passivo, cumpre à autoridade exonerá-lo, de ofício, dos gravames decorrentes do litígio.

Art. 326. Todos os atos relativos à matéria fiscal serão praticados dentro dos prazos fixados na legislação tributária.

Art. 327. Os cartórios serão obrigados a exigir, sob pena de responsabilidade, para efeito de lavratura da escritura de transferência ou venda de imóvel, certidão de aprovação do loteamento, certidão negativa de tributos incidentes sobre o imóvel e ainda enviar à Administração relação mensal das operações realizadas com imóveis.

Art. 328. Consideram-se integrantes à presente Lei Complementar os anexos e as Tabelas que a acompanham.

Art. 329. Sempre que o Governo Federal modificar o padrão fiscal-monetário vigente, o Poder Executivo fica autorizado a promover as adequações ao novo padrão instituído.

Art. 330. O exercício financeiro, para os fins fiscais, corresponde ao ano civil.

Art. 331. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a celebrar convênios com a União, Estado ou outros Municípios, Conselhos Regionais de Profissionais Autônomos e Entidades de Representação Classista, órgãos governamentais e não governamentais, empresas do setor privado ou público, visando adquirir informações fiscais e utilizá-las para aperfeiçoar os mecanismos de controle e arrecadação dos tributos.

Art. 332. Os créditos tributários, regularmente constituídos, poderão ser pagos parceladamente na forma e no prazo estabelecidos em lei.

Art. 333. Nos casos em que qualquer tributo municipal for pago parceladamente, seu valor será corrigido pela aplicação de coeficiente instituído pelo Governo Municipal, para a espécie.

Art. 334. Fica permitida a apresentação pelo contribuinte, em qualquer fase do processo fiscal instaurado para constituição de crédito tributário, da declaração ou confissão de dívida, objetivando terminar com o litígio e extinguir o procedimento administrativo em curso.

Art. 335. A base de cálculo do IPTU poderá ser atualizada por decreto do Poder Executivo, conforme critérios técnicos e objetivos definidos em lei municipal, nos termos da Constituição.

Art. 336. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei Complementar naquilo que for necessário à sua interpretação.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Finanças orientará a aplicação da presente Lei Complementar, expedindo as instruções necessárias a facilitar sua fiel execução.

Art. 337. O Poder Executivo expedirá, por decreto, consolidação, em texto único do presente Código, relativo às Leis posteriores que lhe modificarem a redação, repetindo-se esta providência, até 31 de janeiro de cada ano.”

Art. 10. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos, observados os prazos e princípios tributários constitucionais.

Art. 11. Revoga-se:

I - o art. 187, seus incisos e parágrafos;

II – as Tabelas VIII, IX, XI, XII, XV e XVI;

III – os incisos I e II e os §§1º ao 6º do art. 220;

IV – os §§13, 14 e 17, do art. 223.

Art. 12. As Tabelas não alteradas e não revogadas na presente Lei Complementar, mantém-se inalteradas.

Gabinete do Prefeito de Reserva do Iguaçu, em 16 de Dezembro de 2025.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA

Prefeito Municipal

ANEXO I

TABELA II

PARA COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS

PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS	UFMs/ANO OU PROPORÇÃO MÊS
profissionais de nível superior, com ou sem estabelecimento fixo	12,00
profissionais de nível médio, com ou sem estabelecimento fixo	8,00
profissionais de nível elementar, com ou sem estabelecimento fixo	4,00

ANEXO III

TABELA II

TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E TAXA DE VERIFICAÇÃO DO REGULAR FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS

Seq.	INDÚSTRIA	UFM/ANO
1.	Até 150,00 m²	2,00
2.	De 150,01 a 300,00 m²	3,50

3.	De 300,01 a 500,00 m²	5,00
4.	500,01 m² a 1.000,00 m²	7,00
5.	Acima de 1.000,00 m²	9,00
Para o lançamento da Taxa considera-se m² o setor produtivo e administrativo, excluindo barracão ou barracões abertos para secagem.		
Seq.	**COMÉRCIO**	**UFM/ANO**
1.	Até 70,00 m²	1,50
2.	De 70,01 a 150,00 m²	2,50
3.	De 150,01 a 300,00 m²	3,50
4.	De 300,01 a 500,00 m²	5,00
5.	500,01 m² a 1.000,00 m²	6,50
6.	Acima de 1.000,00 m²	8,00
Seq.	**COOPERATIVA**	**UFM/ANO**
1.	Até 200,00 m²	2,60
2.	De 200,01 a 500,00 m²	4,90
3.	500,01 m2 a 1.000,00 m²	5,50
4.	Acima de 1.000,00 m²	7,80
Seq.	**PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**	**UFM/ANO**
1.	Até 70,00 m²	1,50
2.	De 70,01 a 150,00 m²	2,50
3.	De 150,01 a 250,00 m²	4,00
4.	Acima de 250,00 m²	5,00

TABELA III

TAXA DE LICENÇA DO COMÉRCIO EVENTUAL E AMBULANTE

DISCRIMINAÇÃO	**UFM**
I - Eventual ou Ambulante:	
a) dia sem uso de veículo	1,50
b) dia com uso de veículo	2,30
c) mês sem uso de veículo	2,50
d) mês com uso de veículo	2,70
e) ano sem uso de veículo	3,00
f) ano com uso de veículo	3,70

TABELA IV

TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE ARRUAMENTOS, LOTEAMENTOS,

OBRAS E DEMOLIÇÃO

TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS		
Seq.	**RESIDENCIAL POR M²**	**UFM/M2**
1.	Alvenaria	0,03
2.	Mista	0,02
3.	Madeira	0,01
4.	Outras obras	0,03
Seq.	**COMERCIAL POR M²**	**UFM/M2**
1.	Alvenaria	0,03
2.	Mista	0,02
3.	Madeira	0,01
4.	Outras obras	0,03
Seq.	**INDUSTRIAL POR M²**	**UFM/M2**
1.	Alvenaria	0,03
2.	Mista	0,02
3.	Madeira	0,01
4.	Outras obras	0,03
Seq.	EDÍCULAS - ÁREAS AGREGADAS POR M²	0,05
Seq.	BARRACÕES E GALPÕES (PRÉ-MOLDADOS OU NÃO) POR M²	0,02
TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE ARRUAMENTOS E LOTEAMENTOS		
Seq.	**Descrição**	**UFM/M²**
1.	Arruamentos e Loteamentos, excetuadas as vias de circulação às áreas destinadas ao Município.	0,01

TAXA DE LICENÇA PARA DEMOLIÇÃO		
1.	**Tipo de obra**	**UFM/M²**
2.	Alvenaria	0,020
3.	Mista	0,020
4.	Madeira	0,012

TABELA V

TAXA DE LICENÇA SANITÁRIA NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS

E NA EXECUÇÃO E CONCLUSÃO DE LOTEAMENTOS E OBRAS

TAXA DE LICENÇA SANITÁRIA PARA APROVAÇÃO DE PROJETOS		
Seq.	**Metragem**	**UFM/M²**
1.	Até 50,00 m²	isento
2.	De 50,01 a 100,00 m²	0,22
3.	De 100,01 a 200,00 m²	0,30
4.	De 200,01 a 300,00m²	0,35
5.	De 300,01 a 500,00 m²	0,42
6.	De 500,01 a 1.000,00 m²	0,52
7.	De 1.000,01 a 2.000,00 m²	0,70
8.	De 2.000,01 a 3.000,00 m²	0,80
9.	De 3.000,01 a 4.000,00 m²	1,00
10.	De 4.000,01 a 5.000,00 m²	1,25
11.	Acima de 5.000,00 m²	1,65

TABELA VI

TAXA PARA CERTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO DE OBRAS E HABITE-SE

CERTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO DE OBRAS E HABITE-SE		
Seq.	**Metragem**	**UFM/M²**
1.	Até 50,00 m²	isento
2.	Acima de 50,00 m²	0,011

TABELA VII

TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE

TIPO DE PUBLICIDADE	**UFM**		
	DIA	**MÊS**	**ANO**
a) Publicidade fixada em qualquer tipo de estabelecimento comercial, industrial e prestador de serviços.			6,50
b) Publicidade fixada em veículos de qualquer natureza.			6,50
c) Publicidade sonora veiculada por qualquer meio ou processo.	0,65	1,60	6,50
d) Publicidade veiculada através de filmes, projetor, retroprojetor, videocassete ou qualquer outro processo, em cinemas, teatros, circos, boates e motéis.			3,30
e) Publicidade fixada em praças de esportes, clubes, associações, terrenos particulares, em formas de painéis, placas, letreiros, ou por qualquer outro tipo de engenho de comunicação.			6,50

TABELA X

TAXA DE COLETA DE LIXO

SERVIÇO DE COLETA	**UFM / MÊS**	**UFM / ANO**
a) Residencial, Comercial e Industrial	0,06	0,72

TABELA XII

TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS

DISCRIMINAÇÃO	UFM
I - De numeração de prédios	
a) identificação do número	0,10
II - De alinhamento	
a) por m/l.	0,10
III - De liberação de bens apreendidos ou depositados:	
a) de bens e mercadorias, por período de 05 (cinco) dias ou fração.	3,30
b) de cães, por cabeça e por período de 05 (cinco) dias ou fração.	3,30
c) de outros animais, por cabeça e período de 05 (cinco) dias ou fração.	3,30
IV - Serviços Técnicos:	
a) Serviços Topográficos por lote.	0,50
b) Croquis oficiais, por lote.	0,33
c) croqui oficial por lote excedente.	1,17
V- Demarcação:	
a) Lotes ou terrenos com até 1500 m/2.	1,00
b) Lotes ou terrenos com mais de 1501 m/2. Por metro excedente	0,007
VI - Serviços de Cemitério:	
a) concessão perpétua por m/2 ou fração.	0,033
b) transferência de concessão perpétua, por m/2 ou fração:	
1 - entre parentes, até o 3º grau, ou por sucessão na ordem de vocação hereditária	0,65
2- entre outras pessoas	1,30
c) elevação de gaveta, por unidade, a partir da primeira.	3,30
d) Sepultamento em urna:	
1- adulto	1,00
2 - criança	0,65
e) Exumação e transladação.	3,30
VII - Limpeza de terrenos	
Limpeza de terrenos baldios (roçagem), por m/2	0,03
Entulhos (restos de construção, galhos, etc.) por viagem	0,90
Carga de Terra - dentro do perímetro urbano (sede)	0,90
VIII - Limpeza de fossa:	
a) para serviços dentro da sede e da Vila Copel	0,50
b) para serviços fora da sede e da Vila Copel	1,00
IX - Atestados:	
1 - até 03 laudas	0,33
2 - por lauda excedente	
X - Outros atos, não especificados nesta Tabela e que dependem de anotação, vistorias, portarias, etc., por ato.	0,20
XI - Alvará de construção quando solicitado em separado, rebaixamento de meio-fio, tapumes e assemelhados.	5,00
XII - Subdivisão e unificação de áreas, por lote.	0,50

TABELA XIV

TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E SAÚDE PÚBLICA

ALTO RISCO	
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	**UFM/ANO**
Área do estabelecimento	

Até 100,00 m²	2,00
De 100,01 a 200,00 m²	3,00
De 200,01 a 300,00m²	4,00
De 300,01 a 500,00 m²	5,00
De 500,01 a 700,00 m²	6,00
Acima de 700,00 m²	7,00
MÉDIO RISCO	
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	**UFM/ANO**
Área do estabelecimento	
Até 100,00 m²	1,50
De 100,01 a 200,00 m²	2,50
De 200,01 a 300,00m²	3,50
De 300,01 a 500,00 m²	4,50
De 500,01 a 700,00 m²	5,50
Acima de 700,00 m²	6,50
BAIXO RISCO	
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	**UFM/ANO**
Área do estabelecimento	
Até 100,00 m²	1,00
De 100,01 a 200,00 m²	2,00
De 200,01 a 300,00m²	3,00
De 300,01 a 500,00 m²	4,00
De 500,01 a 700,00 m²	5,00
Acima de 700,00 m²	6,00

ANEXO IV

CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

COSIP/SMSPLP

Imóveis não edificados

VC = UFM x T x P

Onde

VC = Valor da contribuição

UFM = Unidade Fiscal do Município de Reserva do Iguaçu

T = Testada do imóvel

P= Percentual de 3%

II. Imóveis Edificados

CLASSE	INTERVALO DE CONSUMO	VALOR DE CONTRIBUIÇÃO R$
RESIDENCIAL	0 a 30	6,41
	31 a 50	8,84
	51 a 70	12,19
	71 a 100	15,74
	101 a 150	19,61
	151 a 200	24,41
	201 a 350	30,16
	351 a 500	39,35
	501 a 1000	49,11
	1001 a 9999	61,34
CLASSE	**INTERVALO DE CONSUMO**	**VALOR DE CONTRIBUIÇÃO R$**
COMERCIAL	0 a 30	11,20

	31 a 50	13,47
	51 a 70	17,04
	71 a 90	20,87
	91 a 120	25,37
	121 a 200	30,16
	201 a 300	35,33
	301 a 500	41,12
	501 a 600	47,83
	601 a 1000	55,07
	1001 a 1500	63,25
	1501 a 9999	72,11
CLASSE	**INTERVALO DE CONSUMO**	**VALOR DE CONTRIBUIÇÃO R$**
INDUSTRIAL	0 a 30	12,87
	31 a 50	16,03
	51 a 70	20,26
	71 a 90	23,14
	91 a 120	26,99
	121 a 200	31,46
	201 a 300	37,26
	301 a 500	43,68
	501 a 1000	50,75
	1001 a 2000	58,75
	2001 a 9999	68,04
CLASSE	**INTERVALO DE CONSUMO**	**VALOR DE CONTRIBUIÇÃO R$**
PODER/SERVIÇO PÚBLICO	0 a 30	11,20
	31 a 50	13,47
	51 a 70	17,04
	71 a 90	20,87
	91 a 120	25,37
	121 a 200	30,16
	201 a 300	35,33
	301 a 500	41,12
	501 a 600	47,83
	601 a 1000	55,07
	1001 a 1500	63,25
	acima de 1500	72,11

Publicado por:
Suzana Andria
Código Identificador:3652C48B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 8.255/2025

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 778.444,77 (setecentos e setenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e setenta e sete centavos)."

KARIME FAYAD, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições legais, base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 1451 de 06 de Dezembro de 2024:

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 778.444,77 (setecentos e setenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e setenta e sete centavos), para reforço no exercício financeiro de 2025 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 07.002	DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL	
Funcional Programática: 07.002.0004.0122.0001.2002	**Atividade:**GESTÃO DE PESSOAL EFICIENTE	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 15.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.002	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR	
Funcional Programática: 08.002.0012.0368.0005.2031	**Atividade:**REFORMAS E MELHORIAS NAS ESTRUTURAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	

Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00102 - Fundeb 40%	R$ 5.191,49
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.002	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR	
Funcional Programática: 08.002.0012.0368.0005.2031	**Atividade:**REFORMAS E MELHORIAS NAS ESTRUTURAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00102 - Fundeb 40%	R$ 30.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.002	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR	
Funcional Programática: 08.002.0012.0368.0005.2031	**Atividade:**REFORMAS E MELHORIAS NAS ESTRUTURAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00102 - Fundeb 40%	R$ 6.886,58
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.002	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR	
Funcional Programática: 08.002.0012.0368.0005.2031	**Atividade:**REFORMAS E MELHORIAS NAS ESTRUTURAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00102 - Fundeb 40%	R$ 2.733,26
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.002	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR	
Funcional Programática: 08.002.0012.0368.0005.2031	**Atividade:**REFORMAS E MELHORIAS NAS ESTRUTURAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00102 - Fundeb 40%	R$ 31.324,17
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.002	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR	
Funcional Programática: 08.002.0012.0368.0005.2031	**Atividade:**REFORMAS E MELHORIAS NAS ESTRUTURAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00102 - Fundeb 40%	R$ 4.049,86
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.002	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR	
Funcional Programática: 08.002.0012.0368.0005.2031	**Atividade:**REFORMAS E MELHORIAS NAS ESTRUTURAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00102 - Fundeb 40%	R$ 161.284,34
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.002	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR	
Funcional Programática: 08.002.0012.0368.0005.2031	**Atividade:**REFORMAS E MELHORIAS NAS ESTRUTURAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	R$ 940,19
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.002	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR	
Funcional Programática: 08.002.0012.0368.0005.2031	**Atividade:**REFORMAS E MELHORIAS NAS ESTRUTURAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	R$ 37.541,97
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.002	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR	
Funcional Programática: 08.002.0012.0368.0005.2031	**Atividade:**REFORMAS E MELHORIAS NAS ESTRUTURAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	R$ 247,16
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.002	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR	
Funcional Programática: 08.002.0012.0368.0005.2031	**Atividade:**REFORMAS E MELHORIAS NAS ESTRUTURAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	R$ 2.115,81
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.002	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR	
Funcional Programática: 08.002.0012.0368.0005.2031	**Atividade:**REFORMAS E MELHORIAS NAS ESTRUTURAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	R$ 179,72
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.002	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR	
Funcional Programática: 08.002.0012.0368.0005.2031	**Atividade:**REFORMAS E MELHORIAS NAS ESTRUTURAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	R$ 180.062,73
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.002	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR	
Funcional Programática: 08.002.0012.0368.0005.2031	**Atividade:**REFORMAS E MELHORIAS NAS ESTRUTURAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	R$ 44.563,22
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.002	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR	
Funcional Programática: 08.002.0012.0368.0005.2031	**Atividade:**REFORMAS E MELHORIAS NAS ESTRUTURAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	R$ 790,31
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.002	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR	
Funcional Programática: 08.002.0012.0368.0005.2031	**Atividade:**REFORMAS E MELHORIAS NAS ESTRUTURAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	R$ 1.097,80
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.002	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR	
Funcional Programática: 08.002.0012.0368.0005.2031	**Atividade:**REFORMAS E MELHORIAS NAS ESTRUTURAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	R$ 2.567,03
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.002	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR	
Funcional Programática: 08.002.0012.0368.0005.2031	**Atividade:**REFORMAS E MELHORIAS NAS ESTRUTURAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	R$ 913,92
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.002	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR	

Funcional Programática: 08.002.0012.0368.0005.2031	**Atividade:**REFORMAS E MELHORIAS NAS ESTRUTURAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	R$ 251,55
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.002	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR	
Funcional Programática: 08.002.0012.0368.0005.2031	**Atividade:**REFORMAS E MELHORIAS NAS ESTRUTURAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	R$ 940,44
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.002	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR	
Funcional Programática: 08.002.0012.0368.0005.2031	**Atividade:**REFORMAS E MELHORIAS NAS ESTRUTURAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	R$ 1.002,32
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.002	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR	
Funcional Programática: 08.002.0012.0368.0005.2031	**Atividade:**REFORMAS E MELHORIAS NAS ESTRUTURAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	R$ 4.712,59
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.002	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR	
Funcional Programática: 08.002.0012.0368.0005.2031	**Atividade:**REFORMAS E MELHORIAS NAS ESTRUTURAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	R$ 34.552,79
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.002	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR	
Funcional Programática: 08.002.0012.0368.0005.2031	**Atividade:**REFORMAS E MELHORIAS NAS ESTRUTURAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	R$ 172.737,62
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 07.001	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
Funcional Programática: 07.001.0004.0122.0001.2003	**Atividade:**GESTÃO ADMINISTRATIVA E AQUISIÇÕES	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 36.757,90
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 778.444,77		

Art. 2° Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA		
Unidade Orçamentária: 18.001	DEPARTAMENTO DE FOMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL	
Funcional Programática: 18.001.0004.0122.0003.2018	**Atividade:** UMA VIDA ATIVA NO CAMPO	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 15.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
Funcional Programática: 08.001.0012.0368.0005.2027	**Atividade:** DIRETRIZES EDUCACIONAIS	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390360000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	00102 - Fundeb 40%	R$ 5.191,49
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
Funcional Programática: 08.001.0012.0368.0005.2027	**Atividade:** DIRETRIZES EDUCACIONAIS	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390140000 - Diárias - civil	00102 - Fundeb 40%	R$ 30.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
Funcional Programática: 08.001.0012.0368.0005.2027	**Atividade:** DIRETRIZES EDUCACIONAIS	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00102 - Fundeb 40%	R$ 6.886,58
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
Funcional Programática: 08.001.0012.0368.0005.2027	**Atividade:** DIRETRIZES EDUCACIONAIS	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00102 - Fundeb 40%	R$ 2.733,26
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.002	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR	
Funcional Programática: 08.002.0012.0368.0001.2004	**Atividade:** PREFEITURA DIGITAL	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00102 - Fundeb 40%	R$ 31.324,17
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.002	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR	
Funcional Programática: 08.002.0012.0368.0001.2004	**Atividade:** PREFEITURA DIGITAL	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00102 - Fundeb 40%	R$ 4.049,86
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.002	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR	
Funcional Programática: 08.002.0012.0368.0005.2031	**Atividade:** REFORMAS E MELHORIAS NAS ESTRUTURAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490610000 - Aquisição de imóveis	00102 - Fundeb 40%	R$ 161.284,34
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
Funcional Programática: 08.001.0012.0368.0005.2029	**Atividade:** RIO BRANCO DO SUL LIVRE DO ANALFABETISMO	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**

3390360000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	00103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	R$ 940,19
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.002	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR	
Funcional Programática: 08.002.0012.0368.0005.2031	**Atividade:** REFORMAS E MELHORIAS NAS ESTRUTURAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	00103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	R$ 37.541,97
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.003	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
Funcional Programática: 08.003.0012.0368.0001.2005	**Atividade:** NOSSO POVO, NOSSA VOZ	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	R$ 247,16
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.004	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Funcional Programática: 08.004.0012.0368.0005.2028	**Atividade:** INCLUSÃO E DIVERSIDADE	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	R$ 2.115,81
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.004	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Funcional Programática: 08.004.0012.0368.0005.2028	**Atividade:** INCLUSÃO E DIVERSIDADE	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390360000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	00103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	R$ 179,72
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.005	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA	
Funcional Programática: 08.005.0012.0368.0005.2030	**Atividade:** TRANSPORTE ESCOLAR	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390330000 - Passagens e despesas com locomoção	00103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	R$ 180.062,73
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
Funcional Programática: 08.001.0012.0368.0005.2027	**Atividade:** DIRETRIZES EDUCACIONAIS	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190130000 - Contribuições patronais	00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	R$ 44.563,22
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
Funcional Programática: 08.001.0012.0368.0005.2027	**Atividade:** DIRETRIZES EDUCACIONAIS	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	R$ 790,31
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
Funcional Programática: 08.001.0012.0368.0005.2027	**Atividade:** DIRETRIZES EDUCACIONAIS	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	R$ 1.097,80
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.002	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR	
Funcional Programática: 08.002.0012.0368.0001.2004	**Atividade:** PREFEITURA DIGITAL	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	R$ 2.567,03
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.002	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR	
Funcional Programática: 08.002.0012.0368.0005.2031	**Atividade:** REFORMAS E MELHORIAS NAS ESTRUTURAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390360000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	R$ 913,92
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.002	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR	
Funcional Programática: 08.002.0012.0368.0005.2031	**Atividade:** REFORMAS E MELHORIAS NAS ESTRUTURAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	R$ 251,55
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.003	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
Funcional Programática: 08.003.0012.0368.0001.2003	**Atividade:** GESTÃO ADMINISTRATIVA E AQUISIÇÕES	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	R$ 940,44
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.003	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
Funcional Programática: 08.003.0012.0368.0001.2005	**Atividade:** NOSSO POVO, NOSSA VOZ	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	R$ 1.002,32
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.003	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
Funcional Programática: 08.003.0012.0368.0001.2005	**Atividade:** NOSSO POVO, NOSSA VOZ	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	R$ 4.712,59
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.004	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Funcional Programática: 08.004.0012.0368.0005.2028	**Atividade:** INCLUSÃO E DIVERSIDADE	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	R$ 34.552,79
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.005	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA	
Funcional Programática: 08.005.0012.0368.0005.2030	**Atividade:** TRANSPORTE ESCOLAR	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390330000 - Passagens e despesas com locomoção	00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	R$ 172.737,62
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA		
Unidade Orçamentária: 18.001	DEPARTAMENTO DE FOMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL	
Funcional Programática: 18.001.0004.0122.0003.2018	**Atividade:** UMA VIDA ATIVA NO CAMPO	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 36.757,90
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R$ 778.444,77		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Rio Branco do Sul, em 17 de dezembro de 2025.

KARIME FAYAD

Prefeita Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:BAAF57A5

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 8.256/2025

GABINETE DA PREFEITA

"Regulamenta a Lei nº 1.520/2025 que dispõe sobre o Arquivo Público Municipal e a Gestão de Documentos de Arquivo no âmbito da Administração Pública do Município de Rio Branco do Sul e estabelece normas para a avaliação, guarda e eliminação de documentos, bem como define a Tabela de Temporalidade."

A **PREFEITA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e considerando o disposto na Lei nº 1.520/2025,

D E C R E T A:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei nº 1.520/2025, dispondo sobre as normas de avaliação, guarda, eliminação e preservação de documentos da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Os documentos de arquivo, em razão de seus valores administrativos, legais, fiscais, probatórios ou históricos, terão destinação de guarda temporária ou permanente.

CAPÍTULO II

DAS TABELAS DE TEMPORALIDADE

Art. 3º A Tabela de Temporalidade é o instrumento de avaliação documental que define prazos de guarda e a destinação final de cada série documental.

Art. 4º As Tabelas de Temporalidade deverão conter:

I - identificação do órgão produtor, através de códigos fornecidos através do Anexo I do presente Decreto;

II - séries documentais;

III - prazos de guarda, indicando no campo de observações o respaldo legal, caso haja, para que se deva guardar o documento pelo prazo indicado;

IV - destinação final indicando a eliminação ou guarda permanente;

V - fundamentação legal e administrativa para a guarda ou eliminação, caso haja.

Parágrafo único. As Tabelas de Temporalidade deverão seguir o modelo disponibilizado no anexo II deste Decreto.

Art. 5º Os prazos de guarda serão classificados em:

I - vigência;

II - prescrição;

III - precaução.

CAPÍTULO III

DA ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

Art. 6º A eliminação de documentos será precedida de processo de avaliação documental conduzido pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, com aprovação da Secretaria Municipal de Administração do Município.

Art. 7º O ato de eliminação deverá ser registrado por meio de:

I - Relação de Eliminação de Documentos;

II - Edital de Ciência de Eliminação, a ser publicado no Diário Oficial;

III - Termo de Eliminação de Documentos.

Art. 8º Dos documentos destinados à eliminação, deverão ser preservadas amostragens representativas, conforme critérios técnicos definidos pela Comissão.

Art. 9º A eliminação de documentos será feita por fragmentação mecânica ou manual, assegurando a irrecuperabilidade da informação.

CAPÍTULO IV

DA GUARDA PERMANENTE

Art. 10. São considerados documentos de guarda permanente:

I - os indicados nas Tabelas de Temporalidade;

II - os de valor histórico, probatório ou informativo;

Art. 11. A guarda permanente será realizada no Arquivo Geral do Município, observando critérios de preservação, higienização, acondicionamento e descrição.

CAPÍTULO V

DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS

Art. 12. Fica instituída a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, responsável pela elaboração, aplicação e atualização dos Planos de Classificação e das Tabelas de Temporalidade.

Art. 13. Compete à Comissão:

I - avaliar documentos e propor sua destinação;

II - elaborar e atualizar os instrumentos de gestão documental;

III - selecionar amostragens para guarda permanente.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Caberá à Secretaria Municipal de Administração coordenar a execução deste Decreto e orientar tecnicamente os órgãos da Administração Municipal.

Art. 15. Os órgãos da Administração Pública Municipal, que ainda não oficializaram sua Tabela de Temporalidade de Documento de atividades-fim e pretendam proceder à eliminação destes documentos, deverão encaminhar a respectiva Relação de Eliminação de Documentos à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Município de Rio Branco do Sul, para a devida aprovação.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Rio Branco do Sul, em 17 de dezembro de 2025.

KARIME FAYAD

Prefeita Municipal

ANEXO I – TABELA DE CÓDIGOS DOS ÓRGÃOS PRODUTORES DE DOCUMENTOS

CÓDIGO	ÓRGÃO
00	Documentos da Tabela-Meio
01	Câmara Municipal de Rio Branco do Sul
02	Gabinete
03	SEPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento e Defesa
04	PROGE – Procuradoria Geral do Município
05	CGM – Controladoria Geral do Município
06	SEFIN – Secretaria Municipal de Finanças
07	SEMAD – Secretaria Municipal de Administração
08	SEMED – Secretaria Municipal de Educação
09	SEMSA – Secretaria Municipal de Saúde
10	SEMOP – Secretaria Municipal de Obras Públicas
11	SEMDU – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
12	SMAPA – Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
13	SEMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente
14	SMASH – Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação
15	SEMDE – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
16	SEMEL – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
17	SECOL – Secretaria Extraordinária de Compras e Licitações
18	SECULT – Secretaria Municipal de Cultura

ANEXO II – ÍNDICE REMISSIVO

0-0. ADMINISTRAÇÃO GERAL

Na classe 0-0 classificam-se documentos relativos aos assuntos de atividades da administração interna dos órgãos públicos municipais.

0-0.1. Política Governamental

- Compreendem o conjunto de registros produzidos ou recebidos pelos órgãos da Prefeitura Municipal relacionados à formulação, definição, planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação das diretrizes estratégicas que orientam a atuação do governo municipal. Incluem-se nessa classificação os documentos que expressam escolhas públicas, prioridades administrativas, metas governamentais e programas estratégicos destinados ao desenvolvimento institucional e à prestação de serviços à população. Enquadram-se nessa categoria:

- Planos, programas e projetos estratégicos de governo (PPA, planos setoriais e intersetoriais).

- Diretrizes, orientações e instruções resultantes de processos de planejamento governamental.

- Documentos de formulação de políticas públicas municipais em áreas como saúde, educação, urbanismo, meio ambiente, assistência social, cultura, mobilidade, entre outras.

- Relatórios de monitoramento e avaliação de políticas públicas.

- Estudos, diagnósticos e pareceres utilizados para embasar decisões de caráter governamental.

- Atos normativos de natureza estratégica que estabelecem políticas e prioridades administrativas.

- Registros de participação social e governança que contribuam para a formulação ou revisão de políticas (consultas públicas, conferências, audiências, conselhos setoriais).

0-0.2. Modernização e Reforma Administrativa

Correspondem aos registros produzidos ou recebidos no âmbito de processos destinados à revisão, aperfeiçoamento e reestruturação da administração pública. Essa categoria abrange instrumentos que tratam da evolução organizacional, da melhoria da gestão, da inovação administrativa e da racionalização de procedimentos, visando ao aumento da eficiência, transparência e qualidade dos serviços oferecidos à população. Enquadram-se nessa classificação: Estudos, diagnósticos, análises organizacionais e mapeamentos de processos voltados à reestruturação administrativa; Projetos e programas de modernização institucional, transformação digital, desburocratização e simplificação administrativa; Documentos que tratam da reorganização de estruturas, competências, fluxos administrativos e redesenho institucional; Propostas, relatórios e pareceres que fundamentam reformas administrativas, incluindo alterações legais ou normativas; Planos de melhoria da gestão pública, gestão de pessoas, inovação, governança e desempenho institucional; Registros de implantação, acompanhamento e avaliação de iniciativas de modernização administrativa; Documentação relativa à implementação de sistemas de informação, plataformas digitais e tecnologias de gestão pública.

0-1. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E FUNCIONAMENTO

Abrange o conjunto de registros produzidos ou recebidos pelos órgãos da Prefeitura Municipal relacionados à estrutura organizacional, às competências institucionais, aos procedimentos internos e ao funcionamento cotidiano da administração pública municipal. Essa categoria reúne documentos que regulamentam, orientam, sistematizam ou registram as atividades internas necessárias ao adequado desempenho das funções administrativas.

0-1.1. Regulamento. Regimento. Estatuto. Estrutura. Organograma. Legislação

Conjunto de documentos normativos e institucionais que definem a estrutura administrativa, as competências, o funcionamento dos órgãos municipais e o regime jurídico aplicável, incluindo regulamentos, regimentos, estatutos, organogramas, leis e demais atos legais, com valor administrativo, jurídico e histórico.

0-1.2. Habilitação Jurídica e Regularização Fiscal dos Órgãos da Administração Pública Municipal

Conjunto de documentos que comprovam a constituição legal, a regularidade jurídica e a situação fiscal dos órgãos da Administração Pública Municipal, incluindo certidões, registros, inscrições cadastrais, comprovações de adimplência e demais atos necessários à habilitação institucional perante os órgãos de controle e fiscalização. Incluem-se nessa classificação: Alvarás de funcionamento; Cadastros no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS; Inscrições no Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT; Licenças ambientais; Registros na Junta Comercial do Paraná; Registros no Cadastro de Contribuinte Mobiliário – CCM; Registros no Cadastro de Contribuintes – ICMS; Registros no Cadastro Específico do Instituto Nacional de Seguridade Social – CEI; Registros no Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS; Registros no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

0-1.3. Planos, Programas e Projetos Institucionais

Conjunto de documentos que comprovam a constituição legal, a regularidade jurídica e a situação fiscal dos órgãos da Administração Pública Municipal, incluindo certidões, registros, inscrições cadastrais, comprovações de adimplência e demais atos necessários à habilitação institucional perante os órgãos de controle e fiscalização. Incluem-se nessa classificação: Certidões negativas ou positivas com efeito de negativas de débitos federais, estaduais e municipais; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); comprovantes de inscrição no CNPJ; cadastro nos sistemas federais e estaduais (SICONV/Transferegov, CAUC, SICAF, entre outros); licenças e registros institucionais; comprovantes de regularidade previdenciária (INSS/RPPS); comprovantes de regularidade do FGTS (CRF); atos de habilitação jurídica para convênios, contratos e parcerias; declarações de regularidade fiscal e documental.

0-1.4. Acordos. Ajustes. Contratos. Convênios. Termos.

Conjunto de documentos formalizadores de relações jurídicas entre a Administração Pública Municipal e pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que estabelecem obrigações, direitos, responsabilidades, prazos e condições para a execução de obras, prestação de serviços, fornecimento de bens, cooperação técnica, repasses de recursos, parcerias e outras formas de ajuste institucional, com valor administrativo, jurídico e probatório. Incluem-se documentos referentes ao acompanhamento de acordos, ajustes, contratos, convênios e termos de cooperação inclusive projetos e relatórios técnicos relativos à execução de várias atividades ao mesmo tempo.

0-1.5. Audiências e Reuniões

Conjunto de documentos produzidos e recebidos no âmbito de audiências públicas, reuniões institucionais, encontros técnicos, conselhos, comissões e grupos de trabalho, que registram discussões, deliberações, encaminhamentos e decisões da Administração Pública Municipal, incluindo convocações, pautas, atas, listas de presença, registros audiovisuais e relatórios, com valor administrativo, jurídico e informativo.

0-1.5.1. Convocação. Agenda

Conjunto de documentos utilizados para comunicar, organizar e programar a realização de eventos institucionais, como reuniões, audiências, sessões, compromissos oficiais e atividades administrativas, incluindo convocações, avisos, editais, agendas, cronogramas e pautas preliminares, com valor administrativo, informativo e probatório.

0-1.5.1.1. Agenda da Autoridade

Conjunto de documentos que registram, organizam e controlam os compromissos oficiais da autoridade municipal no exercício de suas funções, incluindo agendas diárias, semanais ou mensais, marcações de reuniões, audiências, despachos, eventos públicos e atividades externas, com valor administrativo, informativo e institucional.

0-1.5.2. Ata de Reunião

Documento que registra de forma oficial e fiel os assuntos tratados, as discussões, deliberações, decisões e encaminhamentos ocorridos em reuniões, audiências, sessões, conselhos, comissões ou grupos de trabalho da Administração Pública Municipal, contendo data, local, participantes e resultados, com valor administrativo, jurídico, probatório e histórico.

0-1.5.3. Convocação

Conjunto de documentos utilizados para comunicar, notificar ou chamar formalmente servidores, autoridades, conselheiros, cidadãos ou representantes de instituições para participarem de reuniões, audiências, sessões, eventos oficiais ou atividades administrativas da Administração Pública Municipal, contendo data, local, horário, finalidade e demais orientações, com valor administrativo, informativo e probatório.

0-1.6. Comissões, Conselhos, Grupos de Trabalho, Juntas, Comitês, Assembléias

Conjunto de documentos relativos à criação, composição, funcionamento, deliberações e atividades de instâncias colegiadas instituídas no âmbito da Administração Pública Municipal para fins consultivos, deliberativos, fiscalizatórios ou executivos, incluindo atas, resoluções, pareceres, relatórios, portarias de designação, regimentos e registros de reuniões, com valor administrativo, jurídico e institucional.

0-1.6.1. Ata de Reunião, Parecer, Relatório

Conjunto de documentos que registram, analisam e consolidam informações, decisões e resultados das atividades administrativas, técnicas ou colegiadas da Administração Pública Municipal, compreendendo atas de reunião, pareceres técnicos ou jurídicos e relatórios de atividades, com valor administrativo, jurídico, informativo e probatório.

0-1.6.2. Cronograma de Atividades

Conjunto de documentos que registram o planejamento temporal das ações, projetos, eventos e rotinas da Administração Pública Municipal, contendo a distribuição de atividades por períodos, prazos de execução, responsáveis e etapas previstas, com valor administrativo, gerencial e de controle.

0-1.7. Relatório de Atividades do Órgão

Conjunto de documentos que registram, consolidam e apresentam de forma sistematizada as ações, projetos, programas, resultados, metas e desempenho das atividades desenvolvidas pelo órgão público municipal em determinado período, destinados ao acompanhamento, avaliação, prestação de contas e controle administrativo, com valor administrativo, informativo, probatório e histórico.

0-1.8. Comunicação Administrativa. Expediente

Conjunto de documentos utilizados na comunicação formal interna e externa da Administração Pública Municipal, destinados ao registro, tramitação e formalização de atos administrativos, informações institucionais, orientações, solicitações e determinações, com valor administrativo, informativo e probatório.

0-1.8.1. Agradecimento, Felicitação, Despedida, Pêsames

Conjunto de documentos de natureza protocolar e institucional utilizados para expressar cumprimentos, congratulações, agradecimentos, despedidas e manifestações de pêsames no âmbito da Administração Pública Municipal, com valor administrativo, representativo e informativo.

0-1.8.2. Aviso. Circular. Informação. Memorando. Ofício. Requerimentos.

Conjunto de documentos utilizados para a comunicação oficial entre unidades administrativas, autoridades, servidores e cidadãos, destinados à transmissão de informações, orientações, solicitações, determinações e pedidos formais, no exercício das atividades administrativas do Município, com valor administrativo, informativo e probatório.

0-1.8.3. Documentos Ministério Público

Conjunto de documentos de expediente recebidos, expedidos ou produzidos na comunicação administrativa entre a Prefeitura Municipal e o Ministério Público, referentes a ofícios, notificações, requisições, recomendações, respostas, encaminhamentos, solicitações de informações e demais atos de natureza institucional e fiscalizatória, com valor administrativo, jurídico e probatório.

0-1.8.4. Decreto

Conjunto de documentos normativos expedidos pelo Chefe do Poder Executivo Municipal para regulamentar leis, dispor sobre a organização administrativa, estabelecer medidas de interesse público e disciplinar matérias de competência do Executivo, com valor jurídico, administrativo e institucional.

0-1.8.5. Portaria

Conjunto de documentos administrativos expedidos por autoridades competentes para estabelecer procedimentos, aplicar penalidades, conceder direitos e dispor sobre atos administrativos específicos no âmbito da Prefeitura Municipal, com valor administrativo, jurídico e probatório.

0-1.9. Comunicação Social

Conjunto de documentos produzidos e recebidos no âmbito das atividades de comunicação institucional da Administração Pública Municipal, destinados à divulgação de ações governamentais, relacionamento com a imprensa, publicidade oficial, identidade visual e informação à população, com valor administrativo, informativo e institucional.

0-1.9.1. Relatórios de Propaganda e Publicidade

Conjunto de documentos que registram, demonstram e avaliam as ações de propaganda e publicidade institucional realizadas pela Administração Pública Municipal, contendo dados de execução, veiculação, custos, resultados e cumprimento das normas legais, com valor administrativo, informativo e de controle.

0-1.9.2. Divulgação das Ações do Governo

Conjunto de documentos destinados à divulgação institucional das ações, programas, projetos, serviços e atividades desenvolvidas pela Administração Pública Municipal, por meio de diferentes meios e formatos, com valor informativo, administrativo e institucional.

0-1.9.2.1. Redação de Notícia

Conjunto de documentos contendo textos jornalísticos produzidos para divulgar ações, eventos, programas e informações institucionais da Administração Pública Municipal, destinados à publicação em meios oficiais, impressos ou digitais, com valor informativo e institucional.

0-1.9.2.2. Divulgação Interna

Conjunto de documentos destinados à divulgação de informações institucionais no âmbito interno da Administração Pública Municipal, voltados a servidores e unidades administrativas, com valor informativo, administrativo e organizacional.

0-1.9.2.3. Rádio

Conjunto de documentos relativos à produção, veiculação e controle de conteúdos institucionais divulgados por meio de rádio, incluindo roteiros, gravações, autorizações, contratos e registros de veiculação, com valor informativo, administrativo e institucional.

0-1.9.2.4. Fotografias

Conjunto de documentos fotográficos produzidos ou recebidos para registro e divulgação das ações, eventos, obras e atividades institucionais da Administração Pública Municipal, em suporte físico ou digital, com valor informativo, probatório e histórico.

0-1.9.2.5. Vídeos

Conjunto de documentos audiovisuais produzidos ou recebidos para registro, divulgação e preservação das ações, eventos, campanhas e atividades institucionais da Administração Pública Municipal, com valor informativo, probatório e histórico.

0-1.9.2.6. Produção Gráfica

Conjunto de documentos relativos à criação, elaboração, aprovação e produção de materiais gráficos institucionais, como cartazes, folders, banners, revistas, informativos e peças publicitárias, com valor administrativo, informativo e institucional.

0-1.9.2.7. Compilação de Notícias Sobre a Administração Municipal

Conjunto de documentos que reúnem e organizam matérias jornalísticas, reportagens e publicações veiculadas na mídia sobre a Administração Pública Municipal, com valor informativo, administrativo e histórico.

0-1.9.3. Identidade Visual

Conjunto de documentos que definem, padronizam e regulamentam o uso dos elementos visuais institucionais da Administração Pública Municipal, como logomarcas, marcas, cores, tipografias e aplicações gráficas, com valor administrativo, institucional e normativo.

0-1.9.4. Campanhas Administrativas, Publicidade

Conjunto de documentos relativos ao planejamento, execução, controle e avaliação de campanhas publicitárias e ações de comunicação institucional da Administração Pública Municipal, com finalidade informativa, educativa ou institucional, com valor administrativo, informativo e de controle.

0-1.9.5. Site Institucional

Conjunto de documentos referentes à criação, manutenção, atualização, gestão de conteúdo e controle do site oficial da Administração Pública Municipal, incluindo publicações institucionais, transparência e prestação de informações à sociedade, com valor informativo, administrativo e institucional.

0-1.9.6. Autorização para uso da imagem de terceiros

Conjunto de documentos que formalizam a autorização concedida por pessoas físicas ou jurídicas para utilização de sua imagem, voz ou nome em materiais institucionais, campanhas, publicações e registros oficiais da Administração Pública Municipal, com valor jurídico, administrativo e probatório.

0-1.9.7. Autorização para campanha publicitária

Conjunto de documentos que formalizam a autorização para veiculação de campanhas publicitárias institucionais da Administração Pública Municipal, incluindo aprovações legais, administrativas e de conteúdo, com valor jurídico, administrativo e de controle.

0-1.10. Cerimônia Oficial

Conjunto de documentos relativos ao planejamento, organização, realização e registro de cerimônias e atos oficiais do Poder Executivo Municipal, incluindo solenidades, inaugurações, homenagens e eventos institucionais, com valor administrativo, informativo e histórico.

0-1.10.1. Discurso, Palestra

Conjunto de documentos que registram discursos, palestras, pronunciamentos e manifestações oficiais de autoridades municipais em eventos institucionais, contendo textos, roteiros, gravações e registros correlatos, com valor informativo, institucional e histórico.

0-1.10.2. Participação em eventos produzidos por outros órgãos

Conjunto de documentos que registram a presença, representação e participação da Administração Pública Municipal em eventos organizados por outras instituições públicas ou privadas, incluindo convites, programas, listas de presença, relatórios e materiais informativos, com valor administrativo e institucional.

0-1.10.3. Participação em eventos promovidos pelo órgão

Conjunto de documentos relativos à participação da Administração Pública Municipal em eventos por ela própria organizados ou coordenados, incluindo listas de presença, materiais de divulgação, registros fotográficos e audiovisuais, relatórios e demais documentos correlatos, com valor administrativo e institucional.

0-1.10.4. Folders e cartazes

Conjunto de materiais gráficos utilizados para divulgação de eventos, campanhas, programas e atividades institucionais da Administração Pública Municipal, incluindo folders, cartazes, panfletos e peças similares, com valor informativo, administrativo e institucional.

0-1.10.5. Organização e/ou participação em solenidades

Conjunto de documentos referentes à organização, coordenação, apoio ou participação da Administração Pública Municipal em solenidades oficiais ou institucionais, incluindo roteiros, convites, listas de presença, registros fotográficos e audiovisuais, discursos e relatórios, com valor administrativo, informativo e histórico.

0-2. RECURSOS HUMANOS

Conjunto de documentos relativos à gestão de pessoal, incluindo administração de vínculos, direitos, deveres, remuneração, desenvolvimento profissional e segurança do trabalho.

0-2.1. Legislação de Recursos Humanos

Normas legais, decretos, portarias e demais instrumentos jurídicos que regulamentam a administração de pessoal no âmbito municipal.

0-2.2. Relações com Órgãos Normatizadores das Relações de Trabalho

Documentos produzidos na interlocução com entidades federais ou estaduais responsáveis pela normatização trabalhista e previdenciária.

0-2.2.1. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED

Registros enviados aos órgãos federais referentes às admissões e desligamentos de servidores celetistas.

0-2.2.2. RAIS

Documentos relativos à entrega da Relação Anual de Informações Sociais, contendo dados funcionais, trabalhistas e previdenciários dos servidores.

0-2.3. Sindicatos, Acordos, Dissídios, Coletivos, Associações de Servidores

Processos, comunicações e registros referentes à relação da Prefeitura com entidades representativas dos trabalhadores, negociações coletivas e acordos trabalhistas.

0-2.4. Assentamentos Funcionais (Pastas Funcionais)

Dossiês individuais contendo todo o histórico funcional dos servidores, desde o ingresso até o desligamento.

0-2.4.1. Cadastro de Recursos Humanos

Documentos que reúnem dados cadastrais básicos de identificação e registro funcional dos servidores.

0-2.5. Recrutamento e Seleção

Documentos referentes ao provimento de cargos, concursos, processos seletivos e ingresso de pessoal.

0-2.5.1. Candidato a Cargo Público

Solicitações, inscrições e documentos apresentados por interessados em cargos públicos.

0-2.5.2. Processo de Seleção

Atos organizacionais, editais, listas, avaliações e demais documentos relativos à seleção de candidatos.

0-2.5.3. Provas e Testes de Seleção

Avaliações aplicadas durante concursos ou processos seletivos, incluindo gabaritos e critérios de correção.

0-2.5.4. Desistência de Nomeação, Pedido Para Final de Lista, Adiamento e Posse

Registros de pedidos ou decisões que alteram a ordem de nomeação, adiamento ou desistência de ingresso.

0-2.5.5. Estágio Probatório

Processos avaliativos referentes ao desempenho do servidor no período inicial do exercício do cargo.

0-2.5.5.1. Comitê Técnico de Estágio Probatório

Atas, pareceres e relatórios emitidos por comissão responsável pela avaliação dos servidores em estágio probatório.

0-2.6. Treinamento e Desenvolvimento

Documentos relativos à capacitação, aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional dos servidores.

0-2.6.1. Cursos Promovidos pela Instituição

Registros administrativos de cursos, palestras e capacitações ofertados pela Prefeitura.

0-2.6.2. Cadastro de Colaboradores

Listas e fichas com informações dos participantes dos programas de formação.

0-2.7. Fichas de Inscrição, Relação de Participantes

Documentos que registram inscrições, confirmações e frequência em cursos.

0-2.7.1. Política de Recursos Humanos

Diretrizes, planos e estudos voltados ao planejamento e gestão estratégica do quadro de pessoal.

0-2.7.2. Estudo e Previsão de Pessoal

Análises sobre dimensionamento, necessidades futuras e adequações do quadro funcional.

0-2.7.3. Planos de Cargos, Carreiras e Salários

Instrumentos normativos que estruturam carreiras, remunerações e evolução funcional.

0-2.7.4. Reestruturações e Alterações Salariais

Documentos referentes a revisões de tabelas, readequações e modificações remuneratórias.

0-2.7.4.1. Procedimento Seletivo Específico Interno

Processos de seleção interna para progressões e promoções.

0-2.7.4.2. Avaliação de Desempenho

Relatórios e instrumentos utilizados para mensurar desempenho de servidores.

0-2.8. Movimentação de Recursos Humanos

Atos e registros relativos às mudanças na vida funcional dos servidores.

0-2.8.1. Admissão, Aproveitamento, Contratação, Nomeação, Readmissão, Readaptação, Recondução, Reenquadramento, Reintegração, Reversão, Substituição

Documentos comprobatórios de todas as formas de ingresso, retorno ou readequação funcional.

0-2.8.2. Jornada de Trabalho, Acúmulo de Cargos

Registros referentes ao controle de carga horária, turnos e verificações de acumulação.

0-2.8.3. Demissão, Dispensa, Exoneração, Rescisão Contratual, Falecimento

Documentos que tratam do encerramento do vínculo de trabalho.

0-2.8.4. Lotação, Remanejamento, Transferência

Registros sobre movimentações internas entre setores, unidades e órgãos.

0-2.8.5. Designação, Disponibilidade, Recapacitação

Atos administrativos que designam funções, afastam por necessidade de serviço ou determinam capacitação.

0-2.8.6. Requisição, Cessão, Disposição Funcional

Documentos relativos ao deslocamento do servidor para outros órgãos ou entes federativos.

0-2.9. Direitos. Vantagens. Obrigações

Documentos que tratam dos direitos, benefícios, remuneração e obrigações trabalhistas dos servidores.

0-2.9.1. Folha de Pagamento

Registros mensais de remuneração e encargos referentes ao conjunto de servidores.

0-2.9.2. Ficha Financeira

Histórico individual de pagamentos, descontos e proventos.

0-2.9.3. Folha Complementar

Pagamentos extraordinários, ajustes e complementações à folha regular.

0-2.9.4. Salário, Vencimento, Provento, Remuneração

Documentos referentes aos valores devidos ao servidor conforme vínculo.

0-2.9.4.1. Abono de Permanência em Serviços

Registros dos servidores que optaram por permanecer em atividade após cumprir requisitos para aposentadoria.

0-2.9.4.2. Comprovante de Rendimento

Documentos emitidos para fins de IRRF e comprovação anual de rendimentos.

0-2.9.5. Gratificações

Registros de adicionais remuneratórios concedidos por função, produtividade ou condições especiais.

0-2.9.6. Adicionais

Documentos referentes a adicionais de insalubridade, periculosidade, tempo de serviço, entre outros.

0-2.9.7. Descontos

Registros de descontos obrigatórios ou autorizados na remuneração.

0-2.9.8. Consignações

Documentos relativos a descontos consignados, como empréstimos e obrigações judiciais.

0-2.9.8.1. Pensões Alimentícias

Descontos determinados por decisão judicial para fins de pensão alimentícia.

0-2.9.9. Encargos Patronais

Documentos sobre recolhimento de obrigações sociais e trabalhistas de responsabilidade do Município.

0-2.9.9.1. Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS

Registros de contribuições previdenciárias.

0-2.9.9.2. Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS

Documentos relativos ao recolhimento da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social.

0-2.9.9.3. Fundo de Investimento Social – FINSOCIAL

Registros de contribuição social aplicada conforme legislação.

0-2.9.9.4. FGTS e GFIP

Guias, comprovantes e declarações relativas ao Fundo de Garantia e à Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência.

0-2.9.9.5. PASEP e PIS

Registros de contribuições e informações sobre programas de participação.

0-2.10. Férias

Documentos relativos à fruição, programação e controle de férias dos servidores.

0-2.10.1. Programação de Férias

Relações e cronogramas anuais de períodos de descanso.

0-2.10.2. Licenças

Registros de licenças concedidas, como saúde, maternidade, interesse particular, entre outras.

0-2.10.3. Afastamento

Documentos que registram afastamentos temporários do servidor.

0-2.10.4. Concessões

Atos que concedem direitos específicos, como adicionais e benefícios.

0-2.10.5. Auxílios

Benefícios complementares concedidos aos servidores (transporte, alimentação etc.).

0-2.10.6. Ajuda de Custo

Documentos relativos ao ressarcimento de despesas em razão do serviço.

0-2.11. Apuração de Ação de Responsabilidade e Ação Disciplinar

Documentos relativos à verificação de conduta e responsabilização administrativa.

0-2.11.1. Apuração Preliminar

Atos iniciais de verificação de possíveis irregularidades.

0-2.11.2. Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar

Atas, pareceres e registros de atividades das comissões.

0-2.11.3. Sindicância

Processos destinados à apuração de fatos administrativos.

0-2.11.4. Processo Administrativo Disciplinar

Processos formais destinados à responsabilização de servidores.

0-2.12. Previdência. Assistência e Seguridade Social

Documentos relativos a benefícios, aposentadorias e programas previdenciários e assistenciais.

0-2.12.1. Cadastro de Seguridade Social

Registros de identificação do servidor para fins previdenciários.

0-2.12.2. Aposentadoria

Processos de concessão e revisão de aposentadorias.

0-2.12.2.1. Contagem e Averbação de Tempo de Serviço

Documentos destinados ao reconhecimento de períodos laborais internos e externos.

0-2.12.3. Pensões

Processos de concessão de pensão por morte.

0-2.12.4. Auxílios da Previdência

Registros de benefícios como auxílio-doença, salário-maternidade, entre outros.

0-2.12.5. Outros Benefícios

Documentos referentes a benefícios adicionais não enquadrados nos itens anteriores.

0-2.12.6. Previdência Complementar

Registros de adesão e contribuições a fundos complementares.

0-2.12.7. Planos de Saúde

Documentos referentes à assistência médica ao servidor.

0-2.13. Saúde Ocupacional. Segurança do Trabalho

Documentos que tratam da promoção da saúde e prevenção de riscos ocupacionais.

0-2.13.1. Medicina Ocupacional

Registros de exames e programas de saúde relacionados ao trabalho.

0-2.13.2. Prontuários de Medicina Ocupacional

Dossiês contendo histórico de saúde ocupacional dos servidores.

0-2.13.2.1. Atestados de Saúde Ocupacional

Documentos que comprovam aptidão física e mental para funções.

0-2.13.2.2. Atestado Médico

Declarações médicas apresentadas pelos servidores.

0-2.13.2.3. Convocação Para Exames e Controle de Presença

Registros de convocação para exames periódicos e controle de comparecimento.

0-2.13.3. Segurança do Trabalho

Documentos relacionados ao planejamento e monitoramento de condições seguras no ambiente de trabalho.

0-2.13.3.1. Relatórios de Segurança do Trabalho

Análises técnicas sobre riscos e condições laborais.

0-2.13.3.2. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA

Documentos relativos ao programa de identificação e controle de riscos ambientais.

0-2.13.3.3. Prevenção de Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

Relatórios, registros e ações voltadas à prevenção de acidentes e doenças.

0-2.13.3.4. Equipamentos de Proteção Individual – EPI's

Registros de aquisição, entrega e controle de EPIs.

0-2.13.3.5. Equipamentos de Proteção e Combate a Incêndio

Documentos sobre instalação, manutenção e inspeção desses equipamentos.

0-2.13.3.6. Produtos Químicos

Registros de controle, uso e armazenamento de substâncias químicas.

0-2.13.4. Psicologia e Serviço Social

Registros de atendimento e programas de apoio psicossocial ao servidor.

0-2.13.4.1. Programas Sociais

Ações e programas destinados ao bem-estar do servidor.

0-2.13.4.2. Reabilitação Ocupacional

Documentos sobre ações voltadas à reintegração laboral do servidor.

0-2.13.5. Perícia Médica

Registros de avaliações médicas oficiais.

0-2.13.5.1. Processos de Perícia Médica

Processos formais referentes à concessão, acompanhamento e revisão de licenças e benefícios.

1. CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

Documentos produzidos ou recebidos pela Prefeitura Municipal em decorrência da comunicação institucional, administrativa ou legislativa com a Câmara Municipal de Rio Branco do Sul.

1.1-1. Requerimentos

Pedidos formais apresentados por vereadores e remetidos à Prefeitura Municipal, solicitando informações, providências, documentos ou esclarecimentos relativos à administração pública ou a ações governamentais.

2. GABINETE

Conjunto de documentos produzidos, recebidos e tramitados no âmbito do Gabinete do Chefe do Poder Executivo Municipal, relacionados à direção superior, coordenação institucional, comunicação administrativa e atos oficiais.

2.1-1. Correspondências Recebidas e Expedidas

Documentos de comunicação oficial, interna ou externa, encaminhados ao Gabinete ou emitidos por ele, tais como ofícios, cartas, convites, pedidos de informação e demais expedientes administrativos de caráter protocolar e institucional.

2.1-2. Decretos

Atos normativos editados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, de competência exclusiva do Gabinete, destinados a regulamentar leis, estabelecer medidas administrativas, organizar serviços públicos e disciplinar matérias próprias do Executivo.

2.1-3. Portarias

Atos administrativos emitidos pelo Chefe do Executivo ou por autoridades do Gabinete, destinados a designar servidores, instituir comissões, conceder direitos, estabelecer procedimentos ou disciplinar situações de caráter interno e administrativo.

3. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DEFESA

Documentos relacionados ao planejamento estratégico, gestão de convênios, defesa civil, ouvidoria e comunicação institucional da Secretaria.

3.1. GERAL

Conjunto de documentos produzidos e recebidos pela Secretaria relacionados ao planejamento, execução e monitoramento de políticas públicas municipais, ações estratégicas e atividades de defesa civil. Inclui relatórios, planos, estudos, pareceres técnicos, registros de reuniões e demais expedientes administrativos que servem para orientar decisões, subsidiar a gestão pública e garantir a documentação formal das ações de planejamento e proteção do território municipal.

3.1-1. Propostas de Convênios e Parcerias (minutas, ofícios, correspondências iniciais)

Documentos preliminares destinados à formalização de convênios e parcerias, incluindo minutas, propostas técnicas, ofícios, manifestações e correspondências que tratam da intenção de celebração.

3.1-2. Convênios firmados com órgãos federais, estaduais ou municipais (termos, aditivos, planos de trabalho)

Documentos formais referentes a convênios celebrados pela Prefeitura, incluindo termos de convênio, aditivos, planos de trabalho, compromissos assumidos, metas e responsabilidades pactuadas.

3.1-3. Prestação de Contas de Convênios (relatórios financeiros, pareceres, aprovações)

Documentação comprobatória relativa à execução financeira e técnica dos convênios firmados, incluindo relatórios, demonstrativos, pareceres, análises técnicas e aprovações dos órgãos concedentes.

3.1-4. Convênios não celebrados (negativas, desistências, documentos de tentativa de convênio)

Documentos referentes a propostas de convênio que não foram concluídas, contendo negativas, desistências, manifestações formais e registros do processo não efetivado.

3.1-5. Cadastro e controle de convênios (planilhas, bancos de dados, sistemas de acompanhamento)

Documentos e registros utilizados no acompanhamento, controle, atualização e gestão das informações referentes aos convênios vigentes ou concluídos.

3.2. PLANEJAMENTO E DEFESA

Conjunto de documentos produzidos e recebidos no âmbito das atividades de planejamento municipal e defesa civil, incluindo estudos, planos estratégicos, relatórios, pareceres técnicos, registros de reuniões, protocolos e comunicações oficiais. Esses documentos têm a finalidade de orientar a tomada de decisões, coordenar ações administrativas, prevenir riscos, proteger o território municipal e garantir a organização e rastreabilidade das ações de planejamento e defesa pública.

3.2-1. Plano Municipal de Redução de Riscos

Documentos que compõem o planejamento municipal para prevenção, mitigação e gestão de riscos geológicos, ambientais e estruturais.

3.2-2. Plano Municipal de Contingência

Documentos que definem diretrizes, procedimentos, ações emergenciais e responsabilidades para resposta a desastres e situações de risco.

3.2-3. Boletins de Ocorrência de Defesa Civil

Registros de eventos relacionados a desastres, situações de risco ou emergências atendidas pela Defesa Civil municipal.

3.2-4. Relatórios de Vistorias Técnicas e Vistorias Estruturais

Documentos resultantes de inspeções realizadas em áreas de risco, edificações e estruturas, contendo análise técnica, avaliação de danos e recomendações.

3.2-5. Mapas de Áreas de Risco

Representações cartográficas que identificam, classificam e delimitam áreas sujeitas a deslizamentos, inundações, erosões e outros riscos ambientais.

3.2-6. Alertas e Comunicados Oficiais à População

Mensagens, avisos e comunicados emitidos pela Defesa Civil para informar a população sobre riscos, orientações e medidas preventivas.

3.2-7. Relatórios Pós-Ocorrência (enchentes, deslizamentos, incêndios, etc.)

Documentos analíticos produzidos após eventos críticos, contendo descrição dos fatos, danos, providências adotadas e recomendações futuras.

3.2-8. Termos de Notificação e Autos de Interdição por risco iminente

Documentos emitidos para formalizar notificações, interdições e medidas emergenciais decorrentes de risco grave e imediato.

3.2-9. Planos de Evacuação e Simulados

Documentos que descrevem procedimentos, rotas, responsabilidades e ações de evacuação, incluindo registros de exercícios e simulações.

3.2-10. Relatórios de Ações de Prevenção e Treinamento

Documentos que registram ações educativas, campanhas preventivas, treinamentos e capacitações promovidos pela Defesa Civil.

3.3. OUVIDORIA

Documentos relacionados ao atendimento, registro, acompanhamento e encaminhamento de manifestações de cidadãos, incluindo reclamações, denúncias, sugestões, elogios e solicitações. Abrange protocolos, relatórios de análise, respostas oficiais, pareceres e demais registros administrativos que garantem transparência, controle social, prestação de contas e melhoria dos serviços públicos municipais.

3.3-1. Reclamações de usuários

Manifestação formal de insatisfação apresentada por cidadãos sobre serviços, ações ou condutas administrativas.

3.3-2. Denúncias

Comunicações formais que relatam irregularidades, infrações ou ilícitos administrativos.

3.3-3. Sugestões e elogios

Manifestações que apresentam propostas de melhoria ou reconhecimento de boas práticas e serviços.

3.3-4. Pedidos de informação (Lei de Acesso)

Solicitações de acesso a informações públicas formuladas conforme a Lei nº 12.527/2011, incluindo respostas e tramitações.

3.3-5. Relatórios anuais e estatísticas da Ouvidoria

Documentos consolidados que detalham quantitativos, análises e indicadores de desempenho das atividades da Ouvidoria.

3.3-6. Planos, programas e projetos da Ouvidoria

Documentos que estruturam ações estratégicas, melhorias, campanhas e iniciativas voltadas ao aprimoramento do atendimento ao cidadão.

3.3-7. Normativos e manuais internos

Documentos que estabelecem diretrizes, procedimentos, fluxos e padrões operacionais da Ouvidoria.

3.3-8. Requerimentos do poder legislativo

Solicitações formais enviadas por vereadores à Ouvidoria ou à Secretaria, requerendo informações, providências ou manifestações.

3.3-9. Respostas dos requerimentos

Documentos emitidos em resposta às solicitações do poder legislativo, contendo esclarecimentos, dados ou justificativas.

3.4. COMUNICAÇÃO

Documentos produzidos e recebidos relacionados à gestão da informação institucional, publicidade e divulgação das ações municipais. Inclui relatórios de campanhas, releases, notas oficiais, registros de mídia, planejamento de comunicação, materiais de publicidade e peças institucionais. Esses documentos têm como finalidade organizar e registrar a comunicação pública, promover transparência, prestar contas à sociedade e apoiar a gestão da imagem e das políticas públicas do município.

3.4-1. Fotografias institucionais

Registros fotográficos de eventos, atividades, obras, ações e campanhas da Secretaria Municipal.

3.4-2. Vídeos institucionais

Gravações audiovisuais produzidas para divulgação, documentação ou registro institucional de ações e programas.

3.4-3. Materiais gráficos (folders, cartazes, panfletos)

Peças de comunicação impressa elaboradas para divulgação de campanhas, eventos ou ações institucionais.

3.4-4. Releases e notas à imprensa

Textos e comunicados oficiais enviados à mídia, contendo informações institucionais, dados e anúncios à imprensa.

3.4-5. Identidade visual / manuais de marca

Documentos que estabelecem os padrões gráficos, logotipos, diretrizes e normas de aplicação da identidade visual institucional.

4. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Conjunto de documentos produzidos e recebidos pela Procuradoria Geral do Município relacionados à representação judicial e consultoria jurídica da Administração Pública Municipal. Inclui pareceres, manifestações, minutas de contratos, processos administrativos, notificações, defesas, relatórios jurídicos e demais expedientes que registram a atuação do órgão na proteção dos interesses do Município, na assessoria a secretarias e órgãos municipais e na garantia da legalidade e regularidade dos atos administrativos.

4.1-1. Ofícios do Ministério Público

Documentos oficiais emitidos ou recebidos pela Procuradoria Geral do Município para comunicação institucional com o Ministério Público, destinados ao encaminhamento de informações, solicitações, esclarecimentos, manifestações jurídicas ou respostas administrativas.

4.1-2. Decretos

Atos normativos do Poder Executivo analisados, revisados ou elaborados pela Procuradoria Geral do Município no exercício de suas atribuições jurídicas, contendo disposições administrativas que regulamentam leis, estabelecem normas complementares ou tratam de matérias de competência municipal.

4.1-3. Portarias

Atos administrativos submetidos à análise ou elaboração pela Procuradoria Geral do Município, utilizados para designações, instauração de procedimentos, regulamentações internas, concessões, determinações ou outras manifestações administrativas de efeito interno ou externo.

5. CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Conjunto de documentos produzidos e recebidos pela Controladoria Geral do Município, relacionados à fiscalização, controle interno, auditoria e acompanhamento da Gestão Pública Municipal. Inclui relatórios de auditoria, pareceres, análises contábeis e financeiras, inspeções, processos de tomada de contas, registros de irregularidades e recomendações. Esses documentos têm como finalidade assegurar a legalidade, eficiência e transparência na aplicação dos recursos públicos, bem como subsidiar decisões administrativas e a responsabilização em caso de irregularidades.

5.1-1. Relatórios de Tomada de Contas Especial

Conjunto de documentos resultantes dos processos de apuração de responsabilidade administrativa, instaurados para identificar irregularidades, danos ao erário ou falhas na aplicação de recursos públicos. Inclui relatórios técnicos, análises contábeis, pareceres conclusivos, recomendações, anexos comprobatórios e demais peças necessárias ao encaminhamento do processo aos órgãos competentes de controle interno e externo.

6. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Conjunto de documentos produzidos e recebidos pela Secretaria Municipal de Finanças relacionados à gestão orçamentária, contábil, fiscal e financeira do Município. Inclui registros de receitas e despesas, notas fiscais, balancetes, demonstrações contábeis, conciliações bancárias, tributos, pagamentos, arrecadação, relatórios financeiros e demais documentos que comprovam a execução da política financeira municipal. Esses documentos têm a finalidade de garantir o controle, a transparência, a legalidade e a eficiência na aplicação dos recursos públicos, bem como subsidiar auditorias e prestações de contas junto aos órgãos competentes.

6.1. CONTABILIDADE

Conjunto de documentos produzidos e recebidos pelo setor de Contabilidade da Prefeitura relacionados à escrituração, registro e controle das receitas, despesas, ativos e passivos do Município. Inclui balancetes, livros contábeis, conciliações bancárias, notas fiscais, comprovantes de pagamento, ordens de pagamento, demonstrações financeiras e demais registros contábeis. Esses documentos têm como finalidade assegurar a correta execução orçamentária, comprovar a aplicação de recursos públicos, atender exigências legais e regulamentares e subsidiar auditorias e prestações de contas junto aos órgãos de controle interno e externo.

6.1-1. Conciliação Bancária/Entrada e Saída de Caixa/Contas a pagar/Boletim Caixa

Documentos destinados ao controle diário das movimentações financeiras do Município, incluindo conferência de saldos bancários, registros de entradas e saídas de numerário, programação e quitação de despesas e elaboração de boletins de caixa. Servem para assegurar a integridade das informações contábeis e conformidade com a legislação fiscal e financeira.

6.1-2. Balancetes/Livro de Balancete

Relatórios periódicos que demonstram a posição contábil do Município, contendo registros sintéticos de receitas, despesas, ativos e passivos. Utilizados para acompanhamento da execução orçamentária e para subsidiar auditorias, prestações de contas e elaboração de demonstrativos contábeis oficiais.

6.1-3. Livro Execução de Receita

Registro formal das receitas previstas e realizadas pelo Município, discriminando fontes, valores arrecadados e etapas da execução orçamentária. Instrumento essencial para controle financeiro e comprovação da entrada legal de recursos públicos.

6.1-4. Extratos Bancários/Livro Extrato de Banco

Documentos emitidos pelas instituições financeiras contendo movimentações das contas oficiais do Município. Utilizados para conciliação, comprovação de pagamentos, apuração de saldos e instrução de processos contábeis e de prestação de contas.

6.1-5. Notas Fiscais

Documentos que comprovam aquisição de bens ou contratação de serviços pela administração municipal, contendo informações fiscais e financeiras necessárias para liquidação de despesas, registro contábil e auditoria.

6.1-6. Imposto Fiscal

Registros e documentos relacionados às obrigações tributárias do Município enquanto contribuinte, incluindo guias de recolhimento, comprovantes de pagamento, apurações e declarações fiscais exigidas pelos órgãos federais, estaduais e municipais.

6.1-7. Pagamentos/Livro de Pagamentos

Registros e comprovantes relativos aos pagamentos efetuados pelo Município, incluindo ordens bancárias, autorizações de pagamento e informações que documentam a execução financeira das despesas públicas.

6.1-8. Prestação de Contas/Livro de Prestação de Contas

Conjunto documental destinado a apresentar e comprovar a aplicação de recursos públicos, contendo relatórios financeiros, demonstrativos contábeis, análises da execução orçamentária e documentos comprobatórios utilizados para fiscalização interna e externa.

6.1-9. Livros de Contabilidade

Livros e registros formais que consolidam atos e fatos administrativos e financeiros, tais como razão, diário, almoxarifado e registros auxiliares. Fundamentais para a escrituração contábil e comprovação da gestão financeira municipal.

6.1-10. Documentos Contábeis (notas de empenho/recibos)

Peças que registram a formalização e liquidação de despesas públicas, incluindo notas de empenho, ordens de pagamento, recibos e comprovantes correlatos. Utilizados para validar a execução orçamentária e instruir prestações de contas.

6.2. TRIBUTAÇÃO

Conjunto de documentos produzidos e recebidos pelo setor de Tributação da Prefeitura relacionados à arrecadação, fiscalização e controle de tributos municipais. Inclui registros de alvarás, inscrições de contribuintes, notas fiscais de serviços, declarações tributárias, guias de recolhimento, processos de fiscalização e correspondências oficiais. Esses documentos têm como finalidade assegurar a correta aplicação da legislação tributária, comprovar a arrecadação de receitas municipais, garantir a transparência fiscal e subsidiar auditorias, controles internos e prestações de contas perante os órgãos competentes.

6.2-1. Empresas e Autônomos (alvará, processo de concessão de alvará, solicitação de inscrição municipal, alteração ou baixa)

Documentos referentes ao registro, regularização e acompanhamento de atividades econômicas no Município, incluindo processos de emissão, renovação e cancelamento de alvarás; solicitações de inscrição municipal; e registros de alterações cadastrais de empresas e profissionais autônomos.

6.2-2. Notas fiscais de serviço e Declarações

Documentos relacionados à emissão, recebimento e controle de notas fiscais de serviços, bem como declarações apresentadas pelos contribuintes para cálculo e apuração do ISSQN. Utilizados para fiscalização tributária, lançamento de créditos e comprovação de atividades econômicas.

7. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Conjunto de documentos produzidos e recebidos pela Secretaria Municipal de Administração relacionados à gestão administrativa, recursos humanos, patrimônio, infraestrutura e serviços internos do Município. Inclui processos administrativos, autorizações, termos, relatórios, ofícios, registros de pessoal, folhas de pagamento, controles de ponto, contratos, ordens de serviço e demais documentos que comprovam a organização, execução e fiscalização das atividades administrativas municipais. Esses documentos têm a finalidade de garantir a eficiência, legalidade, transparência e controle interno das ações administrativas, bem como subsidiar auditorias e prestações de contas junto aos órgãos competentes.

7.1. GERAL

Conjunto de documentos produzidos e recebidos pelo setor geral da Secretaria Municipal de Administração relacionados à gestão administrativa central do Município. Inclui processos administrativos, relatórios, ofícios, autorizações, termos, comunicações internas e externas, registros de planejamento e controle das atividades administrativas. Esses documentos têm como finalidade organizar e formalizar a administração municipal, garantir a rastreabilidade das ações, subsidiar decisões e assegurar o cumprimento de normas, regulamentos e procedimentos internos.

7.1-1. Ações Judiciais

Documentos relacionados a processos judiciais envolvendo o Município, incluindo petições, decisões, comunicações oficiais, pareceres jurídicos e expedientes administrativos vinculados ao acompanhamento das demandas judiciais.

7.1-2. Autorização

Documentos que formalizam permissões e autorizações emitidas pela Administração para atividades, processos ou uso de recursos, contendo assinaturas, justificativas e registros administrativos de aprovação.

7.1-3. Declarações

Documentos declaratórios emitidos ou recebidos pela Administração, com finalidade de comprovação de fatos, situações funcionais, informações administrativas ou atendimentos a exigências legais e regulamentares.

7.1-4. Relatórios

Registros elaborados para apresentar análises, resultados, atividades, ocorrências e desempenho das áreas administrativas, servindo como base para tomada de decisão, planejamento e fiscalização.

7.1-5. Termos

Instrumentos administrativos que formalizam compromissos, ajustes, responsabilidades, acordos ou obrigações assumidas entre o Município e servidores, cidadãos ou instituições, incluindo termos de compromisso, responsabilidade e similares.

7.1-6. Guias de Recolhimento

Documentos utilizados para registro e comprovação de pagamentos de taxas, impostos, contribuições, multas e outros valores devidos ao Município ou por ele recolhidos a outros entes públicos.

7.2. RECURSOS HUMANOS

Conjunto de documentos produzidos e recebidos pelo setor de Recursos Humanos da Prefeitura relacionados à gestão de pessoal, folha de pagamento, recrutamento, seleção, férias, rescisões, benefícios, controle de ponto, impostos retidos na fonte e demais registros funcionais dos servidores e contratados. Inclui ofícios, fichas de inscrição, recibos, holerites, registros de ponto e termos de rescisão. Esses documentos têm como finalidade assegurar a correta administração dos recursos humanos, comprovar direitos e obrigações trabalhistas, atender a exigências legais e regulamentares e subsidiar auditorias e prestações de contas.

7.2-1. Ficha de Inscrição de Concurso e Testes

Documentos que registram a participação de candidatos em concursos públicos, processos seletivos e testes, contendo dados pessoais, comprovantes e informações específicas sobre a inscrição.

7.2-2. Recibo de Pagamento 1/3 de Férias

Comprovantes de pagamento referentes ao adicional constitucional de um terço sobre férias, utilizados como prova da quitação da obrigação legal perante o servidor.

7.2-3. Livro Férias (Avisos e Recibos)

Registro sistemático dos avisos de concessão de férias e dos recibos de pagamento emitidos aos servidores, garantindo o controle e cumprimento dos períodos de descanso regulamentares.

7.2-4. Registro/Controle de Ponto Eletrônico

Documentos gerados por sistemas de registro eletrônico de jornada, incluindo espelhos de ponto, logs e relatórios que comprovam horários de entrada, saída, intervalos e carga horária cumprida pelos servidores.

7.2-5. Folhas/Cartões Ponto

Registros manuais ou mecanizados da jornada de trabalho dos servidores, utilizados para controle de frequência, apuração de horas trabalhadas, adicionais e faltas.

7.2-6. Imposto de Renda

Documentos relacionados à retenção, declaração e comprovação de imposto de renda na fonte aplicado aos servidores, incluindo informes de rendimentos, registros de retenção e comprovantes de encaminhamento à Receita Federal.

7.2-7. Folhas de Pagamentos/Holerites

Registros mensais da remuneração dos servidores, discriminando vencimentos, descontos, benefícios e encargos, servindo como comprovante oficial de pagamento e evidenciação contábil.

7.2-8. Termos de Rescisão de Contrato

Documentos que formalizam o encerramento de vínculos trabalhistas entre o Município e seus servidores ou contratados, contendo cálculos rescisórios, comprovantes e declarações legais exigidas.

7.3. PATRIMÔNIO

Conjunto de documentos produzidos e recebidos pelo setor de Patrimônio da Prefeitura relacionados ao controle, registro, guarda e manutenção dos bens móveis e imóveis do Município. Inclui termos de responsabilidade, inventários, registros de entrada e saída de bens, controle de materiais e relatórios de fiscalização patrimonial. Esses documentos têm como finalidade assegurar a correta gestão do patrimônio público, garantir a responsabilidade dos servidores, subsidiar auditorias e prestação de contas, e manter o registro histórico dos bens municipais.

7.3-1. Termo de Responsabilidade

Documento que registra a entrega e a vinculação de bens patrimoniais ao servidor responsável por seu uso, guarda e conservação, servindo como instrumento de controle patrimonial e responsabilização administrativa.

8. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Conjunto de documentos produzidos e recebidos no exercício das competências da Secretaria Municipal de Educação, relacionados ao planejamento, coordenação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas públicas educacionais do município, abrangendo a gestão administrativa e pedagógica da rede municipal de ensino, educação infantil, ensino fundamental, educação especial e inclusiva, programas educacionais, formação de profissionais, infraestrutura escolar, alimentação escolar, transporte escolar, convênios, projetos, avaliações, controles e demais atividades finalísticas e de apoio.

8.1. DIRETORIA

Conjunto de documentos produzidos e recebidos pelos setores diretivos da Secretaria Municipal, relacionados à coordenação administrativa, pedagógica e operacional. Inclui correspondências oficiais, registros de decisões, comunicações internas, instruções de serviço, acompanhamento de programas, planejamento de ações e controle das atividades das unidades subordinadas. Esses documentos servem de suporte para gestão, fiscalização e tomada de decisões no âmbito da Secretaria.

8.1-1. Ofícios sobre Execução de Atividades Pedagógicas, Orientação Escolar e Processos de Avaliação

Correspondências oficiais emitidas ou recebidas pela Secretaria ou por sua Diretoria, tratando de solicitações, encaminhamentos, comunicados, orientações administrativas e demandas relacionadas ao funcionamento das unidades escolares.

8.1-2. Documentos PSS dos Professores

Registros referentes a processos de seleção simplificada (PSS) para contratação temporária de professores, incluindo inscrições, currículos, declarações, comprovantes, avaliações e demais documentos que instruem a seleção e contratação.

8.1-3. Portarias

Atos administrativos formais que estabelecem designações, nomeações, atribuições, criação de comissões, regulamentações internas e demais deliberações emitidas pela autoridade da Secretaria de Educação.

8.2. DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR

Conjunto de registros institucionais produzidos e recebidos pelas unidades de ensino e pela Secretaria Municipal de Educação, relacionados à matrícula, frequência, rendimento e acompanhamento dos estudantes. Engloba documentos administrativos e pedagógicos que comprovam a vida escolar do aluno, asseguram direitos educacionais e atendem às exigências legais dos sistemas de ensino. Inclui históricos escolares, fichas cadastrais, certificados, listas de presença, registros de avaliação, transferências, declarações, documentos de programas governamentais vinculados à educação, entre outros arquivos necessários para organização, controle e comprovação das atividades educacionais.

8.2-1. Bolsa Família

Documentos relacionados ao acompanhamento da frequência escolar dos estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família/Auxílio Brasil, incluindo relatórios, listas de acompanhamento, registros enviados ao sistema federal e comprovantes administrativos exigidos para manutenção do benefício.

8.3. MERENDA ESCOLAR

Documentos referentes à gestão, controle, planejamento e execução do fornecimento de alimentação escolar nas unidades educacionais do Município. Inclui registros de aquisição e distribuição de gêneros alimentícios, cardápios, laudos, controles de estoque, documentos de treinamento de manipuladores de alimentos, comprovantes de recebimento, relatórios nutricionais e demais documentos que asseguram o cumprimento das normas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e das exigências sanitárias.

8.3-1. Arquivo de Foto de Treinamento de Manipulação de Alimentos

Acervo digital ou impresso contendo registros fotográficos de treinamentos destinados aos profissionais responsáveis pela preparação da merenda escolar, demonstrando participação, práticas adotadas e cumprimento das normas de higiene e segurança alimentar.

9. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Conjunto de documentos produzidos e recebidos pela Secretaria Municipal de Saúde, relacionados à gestão, planejamento, execução e controle das ações e serviços de saúde no Município. Inclui registros médicos, laudos, prontuários, atestados, relatórios de atividades, programas de saúde, campanhas de vacinação, fiscalização sanitária, protocolos e demais documentos administrativos e técnicos. Esses documentos têm a finalidade de assegurar a organização, transparência e qualidade na prestação de serviços de saúde, garantir o cumprimento da legislação vigente, subsidiar decisões administrativas e possibilitar auditorias e prestações de contas junto aos órgãos competentes.

9.1. DIRETORIA

Conjunto de documentos produzidos e recebidos pela Direção Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde, relacionados ao planejamento, coordenação e supervisão das ações, programas, serviços e unidades de saúde do Município. Inclui expedientes internos, comunicações oficiais, documentos normativos, processos de acompanhamento da execução das políticas públicas de saúde e registros de decisões administrativas.

9.1-1. Laudo Médico para Emissão de AIH

Documentos médicos utilizados para fundamentar a solicitação de internação hospitalar por meio da Autorização de Internação Hospitalar (AIH). Contêm diagnóstico, justificativas clínicas, recomendações de procedimentos e informações necessárias para encaminhamento e autorização no sistema de regulação do SUS.

9.2. VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA

Documentos vinculados às ações de fiscalização, controle sanitário, monitoramento epidemiológico e vigilância em saúde do Município. Incluem registros de imunização, inspeções sanitárias, notificações, relatórios epidemiológicos, atestados, certificados e demais documentos utilizados para prevenir riscos à saúde coletiva, monitorar doenças e assegurar o cumprimento das normas sanitárias.

9.2-1. Atestado de Vacinação

Documentos que comprovam a aplicação de imunizações em indivíduos, registrando datas, vacinas aplicadas, lote, profissional responsável e unidade de saúde. Utilizados para controle epidemiológico, atendimento a exigências legais e acompanhamento de campanhas de vacinação.

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS

Conjunto de documentos produzidos e recebidos pela Secretaria Municipal de Obras Públicas relacionados ao planejamento, execução, fiscalização e manutenção de obras e serviços de engenharia no município. Inclui processos administrativos, ordens de serviço, autorizações, projetos, plantas, relatórios técnicos, termos de responsabilidade, solicitações de serviços e registros de acompanhamento de obras. Esses documentos têm a finalidade de assegurar a correta execução das obras públicas, garantir a transparência, o controle e a rastreabilidade das ações, atender a exigências legais e regulamentares, e subsidiar auditorias e prestações de contas junto aos órgãos competentes.

10.1. ADMINISTRATIVO

Conjunto de documentos produzidos e recebidos pela área administrativa da Secretaria Municipal de Obras Públicas, relacionados ao planejamento, organização, coordenação, autorização e acompanhamento das atividades internas e externas do órgão. Inclui registros de comunicação, solicitações, autorizações, termos, relatórios e demais documentos necessários para o funcionamento operacional e para a execução de obras, serviços públicos e manutenção urbana.

10.1-1. Autorizações

Documentos emitidos pelo setor administrativo que formalizam permissões para execução de atividades, uso de equipamentos, aquisição de materiais ou realização de serviços relacionados às obras públicas. Servem como registro oficial das decisões administrativas que respaldam procedimentos operacionais.

10.1-2. Termo de Responsabilidade

Instrumentos que registram a designação de responsabilidade sobre bens, equipamentos, ferramentas, veículos ou atividades específicas no âmbito das obras públicas. Identificam o servidor ou equipe responsável pela guarda, uso adequado e devolução dos itens ou pela correta execução das tarefas atribuídas.

10.1-3. Solicitação de Serviços

Documentos utilizados para requerer a execução de serviços de manutenção, construção, reparos, limpeza urbana, obras viárias ou demais intervenções públicas. Incluem informações sobre a demanda, localização, tipo de intervenção solicitada e encaminhamentos administrativos necessários.

11. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Conjunto de documentos produzidos e recebidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano referentes ao planejamento, ordenamento e gestão do espaço urbano do município. Engloba estudos técnicos, projetos urbanísticos, pareceres, autorizações, processos de uso e ocupação do solo, regularização fundiária, licenciamento urbanístico, acompanhamento de obras e ações voltadas à melhoria da infraestrutura urbana. Esses documentos subsidiam a formulação de políticas urbanas, orientam o crescimento organizado da cidade e atendem às exigências legais de controle, transparência e registro histórico das intervenções no território municipal.

11.1. GERAL

Conjunto de documentos administrativos, técnicos e operacionais produzidos ou recebidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano no desempenho de suas atividades gerais. Engloba registros relacionados ao planejamento urbano, análise e acompanhamento de processos, execução de ações, gestão territorial, solicitações de munícipes, estudos técnicos, atos administrativos e demais documentos que subsidiam a organização, gestão e desenvolvimento das políticas urbanísticas do município.

11.1-1. Protocolos

Registros utilizados para controle da tramitação de documentos e processos administrativos no âmbito municipal, contendo informações como número de identificação, data de entrada, interessado, assunto e movimentações. Servem para garantir rastreabilidade, organização e acompanhamento das demandas internas e externas.

11.1-2. Ordens de Serviço

Documentos que formalizam determinações ou instruções emitidas pela autoridade competente para execução de atividades, obras, serviços ou procedimentos administrativos. Registram responsáveis, prazos, recursos empregados e demais orientações necessárias ao cumprimento da ação.

11.1-3. Mapas e Plantas

Documentos técnicos que representam graficamente áreas, terrenos, edificações, redes de infraestrutura ou elementos urbanos. Utilizados para planejamento, licenciamento, execução de obras, fiscalização e registro histórico das intervenções e características do território municipal.

12. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Conjunto de documentos produzidos e recebidos pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento referentes ao planejamento, coordenação e execução de políticas, programas e ações voltados ao desenvolvimento rural, fomento agropecuário, abastecimento alimentar e apoio ao produtor rural. Inclui registros de inspeção sanitária, programas de incentivo, cadastros de produtores, gestão de feiras e mercados, ações de manutenção de estradas rurais, relatórios técnicos, projetos, contratos, convênios e documentação relacionada a políticas públicas para o setor. Esses documentos subsidiam a gestão das atividades agropecuárias no município, garantem a rastreabilidade de ações públicas e atendem a obrigações legais, normativas e de controle administrativo.

12.1. GERAL

Documentos administrativos e operacionais relacionados às atividades de planejamento, coordenação e execução das ações da Secretaria voltadas ao desenvolvimento rural, apoio ao produtor, gestão agropecuária e organização do abastecimento municipal. Incluem expedientes, comunicações, registros técnicos, relatórios, laudos e demais documentos que subsidiam políticas públicas, programas setoriais, atendimento ao cidadão e ações de fiscalização e fomento.

12.1-1. Laudos Técnicos

Documentos elaborados por profissionais habilitados que apresentam análises, avaliações e conclusões sobre condições agropecuárias, ambientais, sanitárias ou de produção no âmbito municipal. Incluem vistorias de propriedades rurais, inspeções de rebanhos, avaliações de cultivo, análises de

solo, pareceres agronômicos e demais diagnósticos utilizados para tomada de decisão, fiscalização, orientação técnica e comprovação de conformidade com normas e políticas públicas do setor.

13. SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Conjunto de documentos produzidos e recebidos no âmbito das atividades de gestão ambiental municipal, abrangendo ações de planejamento, fiscalização, licenciamento, proteção de recursos naturais, educação ambiental, monitoramento ecológico, gestão de unidades de conservação e execução de políticas públicas ambientais. Inclui registros de programas, relatórios, pareceres técnicos, processos administrativos, estudos, projetos e demais documentos relacionados à preservação, recuperação e uso sustentável do meio ambiente.

13.1. GERAL

Conjunto de documentos administrativos, técnicos e operacionais relacionados às atividades gerais de gestão ambiental do Município. Abrange registros de acompanhamento de políticas ambientais, comunicações internas e externas, processos de análise e fiscalização, ações de educação ambiental, monitoramento e controle ambiental, além de documentos que subsidiam o planejamento, execução e avaliação das ações da Secretaria. Esses documentos servem para garantir rastreabilidade, comprovação de atos administrativos e suporte às atividades de proteção, conservação e recuperação do meio ambiente municipal.

13-1.1. Relatórios Anuais

Documentos produzidos anualmente pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente que consolidam informações sobre ações, programas, projetos, fiscalizações, indicadores ambientais e resultados obtidos no período. Incluem análises de desempenho, estatísticas, registros de atividades, metas e recomendações para o planejamento ambiental. Servem como instrumento de prestação de contas, avaliação de políticas públicas e histórico das práticas ambientais do Município.

14. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

Conjunto de documentos produzidos e recebidos no âmbito das políticas públicas de Assistência Social, Habitação e Direitos Humanos, abrangendo ações de proteção social básica e especial, gestão do SUAS, infraestrutura de unidades socioassistenciais, programas habitacionais, registros de atendimento, coordenação de conselhos, acompanhamento de famílias e indivíduos, projetos e campanhas, bem como atividades administrativas, jurídicas e de planejamento. Inclui documentos necessários à execução, monitoramento, avaliação e controle das políticas e serviços socioassistenciais e habitacionais no município.

14.1. PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Conjunto de documentos relacionados às ações, programas, serviços e atendimentos ofertados no âmbito da proteção social básica, com foco na prevenção de vulnerabilidades e no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Abrange registros administrativos, relatórios, instrumentos de acompanhamento e documentos que comprovam execução das políticas socioassistenciais de nível básico.

14.1-1. Relatórios de Famílias Acompanhadas (PAIF)

Documentos que registram atendimentos, acompanhamentos e encaminhamentos realizados pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), contendo informações sobre vulnerabilidades, intervenções realizadas, evolução das famílias e monitoramento das ações socioassistenciais.

14.2. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – MÉDIA COMPLEXIDADE

Documentos que registram atendimentos, procedimentos técnicos e gestão de serviços destinados a famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, cujas demandas exigem acompanhamento especializado, mas sem afastamento do núcleo familiar. Incluem materiais administrativos, registros técnicos e documentos de gestão dos serviços de média complexidade.

14.2-1. Relatórios de Famílias/Indivíduos (PAEFI)

Relatórios produzidos pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), contendo registros de acompanhamentos, avaliações técnicas, encaminhamentos, evolução dos casos e medidas de proteção adotadas no atendimento a situações de violação de direitos.

14.3. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – ALTA COMPLEXIDADE

Documentos relativos à execução de serviços destinados ao acolhimento institucional de crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência, garantindo proteção integral. Incluem registros administrativos, instrumentais técnicos, relatórios e demais documentos que evidenciam atendimento, acompanhamento e salvaguarda de direitos em contextos de alta vulnerabilidade.

14.3-1. Prontuários de Crianças, Adolescentes, Idosos e PcD em Acolhimento

Conjunto documental que reúne informações pessoais, sociais, psicológicas e jurídicas dos usuários acolhidos, incluindo relatórios técnicos, avaliações, registros de atendimentos, documentação civil e histórico de acompanhamento durante o período de acolhimento institucional.

14.4. GESTÃO DO SUAS E CONTROLE SOCIAL

Documentos referentes à coordenação, planejamento, monitoramento, normatização e avaliação da política municipal de assistência social, bem como ao suporte técnico-administrativo dos conselhos de direitos e instâncias de controle social. Abrange atas, relatórios de gestão, planos, normativas e documentos que comprovam o funcionamento das instâncias democráticas de participação.

14.4-1. Atas de Conselhos de Direitos (CMAS, CMDCA, CMDI, CMDPD, CMDM, CMH)

Registros formais das reuniões dos conselhos municipais de direitos, documentando deliberações, resoluções, votações, discussões técnicas e decisões referentes ao planejamento, fiscalização e controle das políticas públicas socioassistenciais e correlatas.

14.5. INFRAESTRUTURA E PROJETOS

Documentos relacionados ao planejamento, elaboração, execução e acompanhamento de obras, reformas, ampliações e projetos arquitetônicos vinculados às unidades socioassistenciais e habitacionais. Incluem registros técnicos, memoriais, estudos, levantamentos e documentos administrativos que subsidiem a implantação ou melhoria da infraestrutura da rede socioassistencial.

14.5-1. Projetos Arquitetônicos e Memoriais de Unidades (CRAS, CREAS, ILPI, Abrigos)

Documentos técnicos que incluem plantas, memoriais descritivos, especificações, estudos e projetos destinados à implantação, reforma ou ampliação de unidades socioassistenciais, acompanhando padrões estruturais exigidos pelo SUAS.

14.5-2. Termos de Comodato, Cessão e Parcerias

Instrumentos legais que formalizam a cessão de uso, parcerias, colaborações ou compartilhamento de espaços, veículos, equipamentos ou serviços entre o Município e outras entidades ou órgãos, com indicação de responsabilidades e prazos.

14.6. GERAL

Documentos administrativos de caráter amplo, aplicáveis ao funcionamento geral da Secretaria, abrangendo rotinas internas, comunicações oficiais, contratos, planejamento, controle administrativo e demais registros não vinculados diretamente a um dos eixos específicos da política de assistência social e habitação.

14.6.1. Departamento Administrativo

Conjunto de documentos produzidos e recebidos no âmbito da gestão administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, abrangendo atividades de organização interna, planejamento, controle, contratos, convênios, prestação de contas, gestão de recursos materiais e suporte operacional às demais unidades. Inclui registros que asseguram a execução administrativa, a conformidade legal e o acompanhamento das ações institucionais da política de assistência social e habitação.

14.6.1-1. Contratos e Convênios (Provopar, Compra Direta, etc.)

Documentos que registram acordos administrativos e parcerias para execução de ações, projetos e programas, contendo cláusulas, prazos, metas, responsabilidades e prestações de contas, inclusive convênios específicos com entidades assistenciais e programas sociais.

14.6.2. Departamento Jurídico e Cidadania

Unidade responsável pela prestação de orientação jurídica, atendimento a demandas de cidadania e acompanhamento de questões legais envolvendo usuários da assistência social. Atua na emissão de pareceres, registros de atendimentos, encaminhamentos jurídicos, mediações e apoio na garantia de direitos, articulando ações com órgãos do Sistema de Justiça e com demais setores da política de assistência social. Seus documentos registram atendimentos, análises técnicas, procedimentos administrativos e ações de defesa e promoção de direitos de indivíduos e famílias.

14.6.2-1. Registros de Atendimentos Jurídicos (DEAJC)

Documentos que registram atendimentos realizados aos usuários referentes à orientação jurídica, encaminhamentos, apoio em demandas legais, defesa de direitos e acompanhamento de situações de vulnerabilidade que exigem suporte técnico jurídico.

14.6.3. Departamento de Habitação

Conjunto de documentos relacionados ao planejamento, execução, acompanhamento e regularização das políticas habitacionais do município. Inclui registros de programas de moradia, processos de seleção de beneficiários, estudos sociais e urbanísticos, projetos arquitetônicos vinculados à habitação de interesse social, relatórios de execução, documentação de regularização fundiária, monitoramento de obras e parcerias institucionais. Abrange ainda todos os instrumentos administrativos necessários à implementação e gestão das ações de habitação municipal.

14.6.3-1. Projetos Arquitetônicos e Complementares (Reformas e Reconstruções ATHIS)

Documentos técnicos que compõem os projetos elaborados no âmbito da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), incluindo plantas, memoriais, estudos estruturais e complementares para reformas, adequações e reconstruções de moradias.

14.6.3-2. Projetos e Relatórios de Programas Habitacionais

Documentos que consolidam planejamento, execução e avaliação dos programas habitacionais municipais, incluindo diagnósticos, listas de beneficiários, relatórios de acompanhamento, metas, entregas e impactos sociais das políticas de moradia.

14.6.4. Departamento de Políticas Para Mulheres e Cidadania

Conjunto de documentos produzidos e recebidos no âmbito das ações voltadas à promoção dos direitos das mulheres, igualdade de gênero e políticas de cidadania. Engloba registros de programas, campanhas educativas, atividades de enfrentamento à violência, projetos de inclusão e autonomia econômica, articulação intersetorial, além de relatórios técnicos, materiais institucionais e documentos administrativos relacionados à gestão das políticas voltadas às mulheres e demais públicos atendidos.

14.6.4-1. Relatórios de Programas e Campanhas (Mulheres e Diversidade)

Documentos que registram ações, atividades, campanhas educativas, projetos e atendimentos desenvolvidos para a promoção dos direitos das mulheres, equidade de gênero e inclusão da diversidade, incluindo avaliações, metas e resultados das políticas implementadas.

15. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Conjunto de documentos produzidos e recebidos nas atividades de planejamento, coordenação e execução de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico local, fomento empresarial, apoio ao empreendedorismo, promoção do comércio e indústria, e articulação com entidades que atuam na expansão econômica do Município.

15.1. GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

Documentos relacionados às ações, programas e iniciativas voltadas à inserção profissional, capacitação da mão de obra, intermediação de vagas, orientação trabalhista e acompanhamento de políticas municipais destinadas à promoção de emprego, renda e oportunidades econômicas.

15.1.1. Cartas de Encaminhamento a Vaga de Emprego (Agência do Trabalhador)

Documentos emitidos pela Agência do Trabalhador para formalizar o encaminhamento de candidatos a vagas de emprego junto a empresas conveniadas ou cadastradas, contendo dados do trabalhador, informações da vaga, data de emissão e registros de atendimento. São utilizados para fins de intermediação de mão de obra, controle administrativo, comprovação do serviço prestado e acompanhamento das políticas públicas de emprego e renda.

15.1.2. Ocorrências de Contratos Administrativos – Licitações

Conjunto de registros e documentos que tratam de fatos, intercorrências e ocorrências verificadas durante a execução de contratos administrativos decorrentes de processos licitatórios, tais como notificações, advertências, atrasos, descumprimento contratual, alterações de prazos, penalidades, manifestações das partes e relatórios de fiscalização. Destinam-se ao controle, acompanhamento, apuração de responsabilidades e suporte à gestão e à tomada de decisão administrativa, em conformidade com a legislação aplicável.

15.1-3. Seguro Desemprego

Documentos referentes ao atendimento, orientação e processamento de solicitações do Seguro-Desemprego, incluindo formulários, comprovantes, registros de encaminhamento, documentação comprobatória e materiais utilizados no suporte ao trabalhador durante o processo de requerimento do benefício.

15.2. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Conjunto de documentos produzidos e recebidos no âmbito do planejamento, coordenação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas públicas municipais voltadas ao desenvolvimento da indústria e do comércio, compreendendo ações de fomento econômico, apoio a empreendedores e micro e pequenas empresas, formalização e regularização de atividades econômicas, cadastros, projetos, programas, feiras e eventos comerciais, parcerias institucionais, fiscalização, estudos técnicos e demais registros administrativos correlatos.

15.2.1. Abertura e Formalização do MEI

Conjunto documental referente aos procedimentos administrativos de orientação, abertura e formalização do Microempreendedor Individual – MEI, incluindo requerimentos, formulários, documentos pessoais, comprovantes, termos de abertura e demais anexos necessários à constituição do registro.

15.2.2. Baixa do MEI

Documentos produzidos e recebidos no processo de encerramento das atividades do Microempreendedor Individual – MEI, compreendendo solicitações formais, documentos comprobatórios, termos de baixa, declarações e demais anexos correlatos.

15.2.3. DASN (Declaração do MEI)

Registros relativos à entrega, acompanhamento e arquivamento da Declaração Anual do Simples Nacional do Microempreendedor Individual – DASN, incluindo termos de declaração, comprovantes de envio e documentação de apoio.

15.2.4. Cadastro de Feirantes da Avenida Derson Costa

Documentação referente ao cadastramento, atualização e controle dos feirantes que atuam na Avenida Derson Costa, abrangendo fichas cadastrais, documentos pessoais, autorizações, termos de compromisso e registros administrativos correlatos.

15.2.5. Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico

Conjunto de documentos relacionados à elaboração, revisão, implementação, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico, incluindo diagnósticos, estudos técnicos, propostas, relatórios, atas e instrumentos normativos.

15.2.6. Processos de Feiras Livres

Documentos administrativos referentes à organização, regulamentação e fiscalização das feiras livres municipais, compreendendo cadastros de feirantes, autorizações de uso, listas de presença, sorteios de vagas, autos de infração, notificações, autuações e demais registros correlatos.

15.3. TURISMO

Conjunto de documentos produzidos e recebidos no âmbito da formulação, planejamento, coordenação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas públicas municipais de turismo, abrangendo ações de promoção, ordenamento, fomento e desenvolvimento da atividade turística, bem como cadastros, projetos, programas, eventos, parcerias, pesquisas, infraestrutura e demais registros administrativos correlatos.

15.3.1. Plano Municipal de Turismo

Conjunto documental referente à elaboração, revisão, implementação, acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Turismo, incluindo diagnósticos, estudos técnicos, diretrizes, metas, relatórios, atas, pareceres e instrumentos normativos correlatos.

15.3.2. Cadastro de Atrativos Turísticos

Documentos relativos ao cadastramento, atualização e controle dos atrativos turísticos do município, compreendendo fichas cadastrais, levantamentos, registros fotográficos, caracterizações técnicas, georreferenciamento e demais informações pertinentes.

15.3.3. Cadastro de Empresas e Guias de Turismo

Registros administrativos referentes ao cadastro, credenciamento, atualização e controle de empresas, profissionais e guias de turismo que atuam no município, incluindo requerimentos, documentos comprobatórios, autorizações, certificados e termos correlatos.

15.3.4. Projetos e Programas Turísticos

Documentação produzida e recebida no planejamento, execução, monitoramento e avaliação de projetos e programas turísticos municipais, abrangendo propostas, planos de trabalho, cronogramas, relatórios técnicos, prestações de contas e registros administrativos associados.

15.3.5. Parcerias e Convênios Turísticos

Conjunto documental relativo à formalização, execução, acompanhamento e encerramento de parcerias, convênios e instrumentos congêneres na área de turismo, incluindo termos, planos de trabalho, relatórios, pareceres, prestações de contas e aditivos.

15.3.6. Eventos Turísticos (Feiras, Festivais e Roteiros)

Documentos referentes ao planejamento, organização, realização e avaliação de eventos turísticos, tais como feiras, festivais e roteiros temáticos, incluindo autorizações, projetos, contratos, registros de execução, relatórios e materiais de divulgação.

15.3.7. Pesquisas e Estatísticas de Turismo

Registros relacionados à coleta, análise e divulgação de dados estatísticos e pesquisas sobre a atividade turística municipal, abrangendo questionários, bancos de dados, relatórios analíticos, indicadores e estudos correlatos.

15.3.8. Mapas e Roteiros Turísticos

Documentação referente à elaboração, atualização e divulgação de mapas, roteiros e materiais de orientação turística, incluindo versões impressas e digitais, bases cartográficas, estudos técnicos e registros de distribuição.

15.3.9. Processos de Sinalização Turística

Documentos administrativos relativos ao planejamento, implantação, manutenção e avaliação da sinalização turística municipal, compreendendo projetos técnicos, autorizações, contratos, vistorias, relatórios e registros fotográficos.

15.3.10. Projetos de Infraestrutura Turística

Conjunto documental referente ao planejamento, execução e acompanhamento de obras e intervenções de infraestrutura voltadas ao turismo, incluindo estudos preliminares, projetos técnicos, licitações, contratos, medições, relatórios e demais registros administrativos.

16. SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Conjunto de documentos produzidos e recebidos no âmbito das ações voltadas à promoção do esporte, lazer e atividades socioculturais no município. Inclui registros administrativos, planejamento de atividades, relatórios, propostas de eventos, campanhas, projetos esportivos, programas de inclusão social por meio do esporte e documentos de acompanhamento e execução de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento esportivo e recreativo da população.

16.1. ESPORTE E LAZER

Documentos relacionados à execução, organização, coordenação e avaliação das atividades esportivas e de lazer ofertadas à comunidade. Abrange planejamento anual, controle de participação, registros de eventos, programas esportivos, parceria com entidades, monitoramento de modalidades, relatórios de desempenho e demais documentos que evidenciem a realização das atividades promovidas pela Secretaria.

16.1-1. Relatórios de Atividades Esportivas e Culturais Anual

Relatórios consolidados referentes às atividades esportivas, culturais e de lazer desenvolvidas ao longo do ano, apresentando registros de eventos, participação do público, modalidades ofertadas, resultados alcançados, avaliações de desempenho, impactos sociais e dados para planejamento de políticas públicas da área. Servem como instrumento oficial de prestação de contas e memória institucional da atuação da Secretaria.

17. SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÃO

Abrange o conjunto de documentos produzidos e recebidos nas atividades relacionadas aos processos de compras governamentais, licitações, contratações públicas e gestão de fornecedores no âmbito municipal. Inclui registros referentes ao planejamento das aquisições, execução dos certames, formalização de contratos, gestão de atas de registro de preços, acompanhamento de entregas, fiscalizações, empenhos, convênios, prestação de contas, credenciamento de fornecedores e demais atos administrativos vinculados à cadeia de suprimentos da administração pública. Esses documentos subsidiam a transparência, o controle interno e externo e a conformidade legal dos procedimentos de aquisição de bens, serviços e obras.

17.1. GERAL

Conjunto de documentos produzidos e recebidos pela Secretaria responsável pela gestão centralizada dos processos de aquisição de bens e serviços, incluindo planejamento de compras, controle de licitações, administração de contratos e monitoramento das rotinas orçamentárias e financeiras vinculadas às aquisições municipais.

17.1-1. Contratos

Documentos referentes à formalização, execução, fiscalização e encerramento de contratos administrativos firmados com fornecedores e prestadores de serviços, incluindo aditivos, apostilamentos, garantias, medições e termos de recebimento.

17.1-2. Convênios

Registros relativos aos instrumentos de cooperação firmados com entidades públicas ou privadas para execução de ações, repasses financeiros, prestação de contas, planos de trabalho, relatórios de atividades e demais documentos que compõem o ciclo do convênio.

17.1-3. Empenhos

Documentos que registram a reserva orçamentária destinada a cobrir despesas decorrentes de licitações, contratos e aquisições diversas, incluindo notas de empenho, liquidações, informações de pagamento e registros complementares de execução orçamentária.

18. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Conjunto de documentos produzidos e recebidos pela Secretaria Municipal de Cultura no planejamento, coordenação, execução e avaliação das políticas públicas culturais do município. Abrange registros administrativos, projetos, ações de difusão cultural, promoção de eventos, preservação do patrimônio histórico e artístico, controle de atividades culturais e interação com instituições culturais e comunitárias.

18.1. GERAL

Documentos relacionados às atividades gerais da Secretaria Municipal de Cultura, englobando planejamento administrativo, gestão de programas, elaboração de relatórios, monitoramento de atividades, comunicação institucional, articulação com outras secretarias e entidades culturais, além de registros que dão suporte às ações culturais realizadas no município.

18.1-1. *Clippings* de Mídia (matérias jornalísticas sobre eventos)

Compilação de matérias jornalísticas, publicações digitais e impressas, registros de mídia e conteúdos de imprensa que divulgam, registram ou analisam eventos, projetos e ações culturais promovidos ou apoiados pela Secretaria. Servem como evidência da repercussão pública e do impacto das atividades culturais.

18.1-2. Cartazes, Folders, Programas e Materiais Gráficos de eventos

Materiais de divulgação produzidos para eventos culturais, incluindo cartazes, folders, programas, panfletos, peças gráficas e demais conteúdos promocionais referentes a atividades artísticas, festivais, oficinas, exposições e demais ações da Secretaria. Representam a identidade visual e histórica dos eventos.

18.1-3. Arquivos Fotográficos e Audiovisuais de eventos e ações culturais

Registros fotográficos, vídeos e demais conteúdos audiovisuais produzidos durante eventos, apresentações, ações culturais, oficinas e projetos promovidos ou apoiados pelo órgão. Constituem documentação histórica e comprobatória das atividades culturais realizadas pela administração municipal.

ANEXO III – TABELAS DE TEMPORALIDADE E RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DAS ATIVIDADES-MEIO

TABELA DE TEMPORALIDADE **0. ATIVIDADES-MEIO**								**0. ATIVIDADES-MEIO**
CÓDIGOS					**ASSUNTO**	**PRAZO DE GUARDA**		**DESTINAÇÃO FINAL**	**OBSERVAÇÃO**
						CORRENTE	**INTERMEDIÁRIO**		
0	**0**	**ADMINISTRAÇÃO GERAL**							
0	**0**	**1**			**Política Governamental**	Enquanto estiver vigente	05 anos	Guarda Permanente	Resolução CONARQ – 44 e 45/2020.
0	**0**	**2**			**Modernização e Reforma Administrativa**	Enquanto estiver vigente	05 anos	Guarda Permanente	Resolução CONARQ – 44 e 45/2020.
0	**1**	**ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E FUNCIONAMENTO**							
0	**1**	**1**			**Regulamento. Regimento. Estatuto. Estrutura. Organograma. Legislação**	Enquanto estiver vigente	05 anos	Guarda Permanente	Resolução CONARQ – 44 e 45/2020.
0	**1**	**2**			**Habilitação Jurídica e Regularização Fiscal dos Órgãos da Administração Pública Municipal**	Enquanto estiver vigente	06 anos	Guarda Permanente	
0	**1**	**3**			**Planos, Programas e Projetos Institucionais**	05 anos	09 anos	Guarda Permanente	Resolução CONARQ – 44 e 45/2020.
0	**1**	**4**			**Acordos. Ajustes. Contratos. Convênios. Termos.**	Enquanto estiver vigente	20 anos	Guarda Permanente	Resolução CONARQ – 44 e 45/2020.
0	1	5	1		Convocação. Agenda	01 ano	-	Eliminação	
0	1	5	1	1	Agenda da Autoridade	01 ano	-	Eliminação	
0	1	5	2		Ata de Reunião	Ano de Exercício + 01 Ano	01 ano	Guarda Permanente	
0	1	5	3		Convocação de Reuniões	01 ano	-	Eliminação	
0	**1**	**6**			**Comissões, Conselhos, Grupos de Trabalho, Juntas, Comitês, Assembléias**	-	-	-	
0	1	6	1		Ata de Reunião, Parecer, Relatório	04 anos	05 Anos	Guarda Permanente	Resolução CONARQ – 44 e 45/2020.
0	1	6	2		Cronograma de Atividades	Ano de Exercício	01 Ano	Eliminação	
0	**1**	**7**			**Relatório de Atividades do Órgão**	05 Anos	09 Anos	Guarda Permanente	Resolução CONARQ – 44 e 45/2020.
0	**1**	**8**			**Comunicação Administrativa. Expediente**	-	-	-	
0	1	8	1		Agradecimento, Felicitação, Despedida, Pêsames	01 Ano	-	Eliminação	Elegibilidade para descarte conforme relevância determinada pelo produtor. Resolução do CONARQ – 44 e 45/2020
0	1	8	2		Aviso. Circular. Informação. Memorando. Ofício. Requerimentos. Correspondências	Ano de Exercício + 01 Ano	02 anos	Eliminação	Resolução CONARQ – 44 e 45/2020.
0	1	8	3		Documentos Ministério Público	Ano de Exercício + 01 Ano	02 anos	Eliminação	Resolução CONARQ – 44 e 45/2020.
0	1	8	4		Decreto	05 Anos	07 Anos	Guarda Permanente	Guardar Físico e Digital
0	1	8	5		Portaria	05 Anos	07 Anos	Guarda Permanente	Guardar Físico e Digital
0	**1**	**9**			**Comunicação Social**				
0	1	9	1		Relatórios de Propaganda e Publicidade	Até a Prestação de Contas	-	Eliminação	
0	1	9	2		Divulgação Das Ações Do Governo	03 Anos	03 Anos	Guarda Permanente	
0	1	9	2	1	Redação de Notícia	03 Anos	03 Anos		
0	1	9	2	2	Divulgação Interna	03 Anos	03 Anos		
0	1	9	2	3	Rádio	03 Anos	03 Anos		
0	1	9	2	4	Fotografias	03 Anos	03 Anos		
0	1	9	2	5	Vídeos	03 Anos	03 Anos		
0	1	9	2	6	Produção Gráfica	02 Anos	03 Anos	Guarda Permanente	
0	1	9	2	7	Compilação de Notícias Sobre a Administração Municipal	02 Anos	03 Anos	Guarda Permanente	
0	1	9	3		Identidade Visual	02 Anos	03 Anos	Guarda Permanente	
0	1	9	4		Campanhas Administrativas, Publicidade	Ano de Exercício + 01 Ano	-	Guarda Permanente	
0	1	9	5		Site Institucional	02 Anos	03 Anos	Guarda Permanente	Providenciar cópia de versão anterior sempre que alterações substanciais ocorram na página HTML ou XML
0	1	9	6		Autorização para uso da imagem de terceiros	02 Anos	03 Anos	Guarda Permanente	
0	1	9	7		Autorização para campanha publicitária	02 Anos	03 Anos	Guarda Permanente	

0	**1**	**10**			**Cerimônia Oficial**				
0	1	10	1		Discurso, Palestra	02 Anos	03 Anos	Guarda Permanente	
0	1	10	2		Participação em eventos produzidos por outros órgãos	02 Anos	03 Anos	Eliminação	Resolução CONARQ – 44 e 45/2020.
0	1	10	3		Participação em eventos promovidos pelo órgão	02 Anos	03 Anos	Eliminação	Resolução CONARQ – 44 e 45/2020.
0	1	10	4		Folders e cartazes	02 Anos	03 Anos	Guarda Permanente	Histórico
0	1	10	5		Organização e/ou participação em solenidades	02 Anos	03 Anos	Eliminação	
0	**2**	**RECURSOS HUMANOS**							
0	**2**	**1**			**Legislação de Recursos Humanos**	05 Anos	07 Anos	Guarda Permanente	
0	**2**	**2**			**Relações com Órgãos Normatizadores das Relações de Trabalho**	02 Anos	03 Anos	Guarda Permanente	
0	2	2	1		Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED	02 Anos	95 Anos	Eliminação	
0	2	2	2		RAIS	05 Anos	95 Anos	Eliminação	
0	**2**	**3**			**Sindicatos, Acordos, Dissídios, Coletivos, Associações de Servidores**	02 Anos	03 Anos	Guarda Permanente	Resolução CONARQ – 44 e 45/2020.
0	**2**	**4**			**Assentamentos Funcionais (Pastas Funcionais)**	Enquanto estiver com Contrato Ativo	95 Anos	Eliminação	
0	2	4	1		Cadastro de Recursos Humanos	Enquanto estiver com Contrato Ativo	95 Anos	Eliminação	
0	**2**	**5**			**Recrutamento e Seleção**	Enquanto estiver vigente	95 Anos	Eliminação	
0	2	5	1		Candidato a Cargo Público	Enquanto estiver vigente	10 Anos	Eliminação	
0	2	5	2		Processo de Seleção	05 Anos	95 Anos	Eliminação	Resolução CONARQ – 44 e 45/2020.
0	2	5	3		Provas e Testes de Seleção	05 Anos	95 Anos	Eliminação	Resolução CONARQ – 44 e 45/2020.
0	2	5	4		Desistência de Nomeação, Pedido Para Final de Lista, Adiamento e Posse	05 Anos	95 Anos	Eliminação	Resolução CONARQ – 44 e 45/2020.
0	2	5	5		Estágio Probatório	Enquanto estiver vigente	95 Anos	Eliminação	
0	2	5	5	1	Comitê Técnico de Estágio Probatório	Enquanto estiver vigente	95 Anos	Eliminação	Comitê Técnico de Estágio Probatório
0	**2**	**6**			**Treinamento e Desenvolvimento**	02 Anos	03 Anos	Eliminação	
0	2	6	1		Cursos Promovidos pela Instituição	02 Anos	03 Anos	Eliminação	
0	2	6	2		Cadastro de Colaboradores	02 Anos	03 Anos	Eliminação	
0	**2**	**7**			**Fichas de Inscrição, Relação de Participantes**	02 Anos	03 Anos	Eliminação	
0	2	7	1		Política de Recursos Humanos	05 Anos	07 Anos	Guarda Permanente	
0	2	7	2		Estudo e Previsão de Pessoal	01 ano	05 Anos	Eliminação	
0	2	7	3		Planos de Cargos, Carreiras e Salários	02 Anos	05 Anos	Guarda Permanente	
0	2	7	4		Reestruturações e Alterações Salariais	02 Anos	05 Anos	Guarda Permanente	
0	2	7	4	1	Procedimento Seletivo Específico Interno	02 Anos	05 Anos	Eliminação	Resolução CONARQ – 44 e 45/2020.
0	2	7	4	2	Avaliação de Desempenho	02 Anos	05 Anos	Eliminação	Resolução CONARQ – 44 e 45/2020.
0	**2**	**8**			**Movimentação de Recursos Humanos**	Enquanto Contrato Estiver Ativo	95 Anos	Eliminação	
0	2	8	1		Admissão, Aproveitamento, Contratação, Nomeação, Readmissão, Readaptação, Recondução, Reenquadramento, Reintegração, Reversão, Substituição	Enquanto Contrato Estiver Ativo	95 Anos	Eliminação	
0	2	8	2		Jornada de Trabalho, Acúmulo de Cargos	Enquanto Contrato Estiver Ativo	95 Anos	Eliminação	
0	2	8	3		Demissão, Dispensa, Exoneração, Rescisão Contratual, Falecimento	Enquanto Contrato Estiver Ativo	95 Anos	Eliminação	Resolução CONARQ – 44 e 45/2020
0	2	8	4		Lotação, Remanejamento, Transferência	Enquanto Contrato Estiver Ativo	95 Anos	Eliminação	
0	2	8	5		Designação, Disponibilidade, Recapacitação	Enquanto Contrato Estiver Ativo	95 Anos	Eliminação	
0	2	8	6		Requisição, Cessão, Disposição Funcional	Enquanto Contrato Estiver Ativo	95 Anos	Eliminação	
0	**2**	**9**			**Direitos. Vantagens. Obrigações**	Enquanto Contrato Estiver Ativo	95 Anos	Eliminação	
0	2	9	1		Folha de Pagamento	Enquanto Contrato Estiver Ativo	95 Anos	Eliminação	Resolução CONARQ – 44 e 45/2020
0	2	9	2		Ficha Financeira	Enquanto Contrato Estiver Ativo	95 Anos	Eliminação	Resolução CONARQ – 44 e 45/2020
0	2	9	3		Folha Complementar	Enquanto Contrato Estiver Ativo	95 Anos	Eliminação	Resolução CONARQ – 44 e 45/2020
0	2	9	4		Salário, Vencimento, Provento, Remuneração	Enquanto Contrato Estiver Ativo	95 Anos	Eliminação	Resolução CONARQ – 44 e 45/2020
0	2	9	4	1	Abono de Permanência em Serviços	Enquanto Contrato Estiver Ativo	95 Anos	Eliminação	Resolução CONARQ – 44 e 45/2020
0	2	9	4	2	Comprovante de Rendimento	Enquanto Contrato Estiver Ativo	95 Anos	Eliminação	
0	2	9	5		Gratificações	Enquanto Contrato Estiver Ativo	95 Anos	Eliminação	Resolução CONARQ – 44 e 45/2020
0	2	9	6		Adicionais	Enquanto Contrato Estiver Ativo	95 Anos	Eliminação	Resolução CONARQ – 44 e 45/2020
0	2	9	7		Descontos	Enquanto Contrato Estiver Ativo	95 Anos	Eliminação	Resolução CONARQ – 44 e 45/2020
0	2	9	8		Consignações	Enquanto Contrato Estiver Ativo	95 Anos	Eliminação	Resolução CONARQ – 44 e 45/2020
0	2	9	8	1	Pensões Alimentícias	Enquanto Contrato Estiver Ativo	95 Anos	Eliminação	Resolução CONARQ – 44 e 45/2020
0	2	9	9		Encargos Patronais	Enquanto Contrato Estiver Ativo	95 Anos	Eliminação	
0	2	9	9	1	Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	Enquanto Contrato Estiver Ativo	95 Anos	Eliminação	
0	2	9	9	2	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	Enquanto Contrato Estiver Ativo	07 Anos	Eliminação	
0	2	9	9	3	Fundo de Investimento Social - FINSOCIAL	Enquanto Contrato Estiver Ativo	07 Anos	Eliminação	
0	2	9	9	4	FGTS e GFIP	Enquanto Contrato Estiver Ativo	95 Anos	Eliminação	
0	2	9	9	5	PASEP e PIS	Enquanto Contrato Estiver Ativo	95 Anos	Eliminação	
0	**2**	**10**			**Férias**	Enquanto Contrato Estiver Ativo	95 Anos	Eliminação	
0	2	10	1		Programação de Férias	Enquanto Contrato Estiver Ativo	95 Anos	Eliminação	
0	2	10	2		Licenças	Enquanto Contrato Estiver Ativo	95 Anos	Eliminação	
0	2	10	3		Afastamento	Enquanto Contrato Estiver Ativo	95 Anos	Eliminação	

0	2	10	4		Concessões	Enquanto Contrato Estiver Ativo	95 Anos	Eliminação	
0	2	10	5		Auxílios	Enquanto Contrato Estiver Ativo	95 Anos	Eliminação	
0	2	10	6		Ajuda de Custo	Enquanto Contrato Estiver Ativo	95 Anos	Eliminação	
0	**2**	**11**			**Apuração de Ação de Responsabilidade e Ação Disciplinar**	05 Anos	95 Anos	Guarda Permanente	
0	2	11	1		Apuração Preliminar	05 Anos	07 Anos	Eliminação	
0	2	11	2		Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar	Enquanto estiver vigente	95 Anos	Guarda Permanente	
0	2	11	3		Sindicância	Enquanto estiver vigente	95 Anos	Guarda Permanente	
0	2	11	4		Processo Administrativo Disciplinar	Enquanto estiver vigente	95 Anos	Guarda Permanente	
0	**2**	**12**			**Previdência. Assistência e Seguridade Social**	05 Anos	95 Anos	Guarda Permanente	
0	2	12	1		Cadastro de Seguridade Social	05 Anos	07 Anos	Eliminação	
0	2	12	2		Aposentadoria	05 Anos	07 Anos	Eliminação	
0	2	12	2	1	Contagem e Averbação de Tempo de Serviço	05 Anos	95 Anos	Eliminação	
0	2	12	3		Pensões	05 Anos	95 Anos	Eliminação	
0	2	12	4		Auxílios da Previdência	Enquanto estiver vigente	95 Anos	Eliminação	
0	2	12	5		Outros Benefícios	05 Anos	95 Anos	Eliminação	
0	2	12	6		Previdência Complementar	Enquanto estiver vigente	95 Anos	Eliminação	
0	2	12	7		Planos de Saúde	Enquanto estiver vigente	07 Anos	Eliminação	
0	**2**	**13**			Saúde Ocupacional. Segurança do Trabalho	Enquanto estiver vigente	95 Anos	Permanente	
0	2	13	1		Medicina Ocupacional	Enquanto estiver vigente	95 Anos	Eliminação	
0	2	13	2		Prontuários de Medicina Ocupacional	Enquanto estiver vigente	95 Anos	Eliminação	Encontra-se dentro da pasta do servidor
0	2	13	2	1	Atestados de Saúde Ocupacional	Enquanto estiver vigente	95 Anos	Eliminação	Portaria MTB/SSST nº 24/1994. Encontra-se dentro da pasta do servidor
0	2	13	2	2	Atestado Médico	Enquanto estiver vigente	95 Anos	Eliminação	Encontra-se dentro da pasta do servidor
0	2	13	2	3	Convocação Para Exames e Controle de Presença	05 Anos	95 Anos	Guarda Permanente	Arquivar em prontuário ocupacional
0	2	13	3		Segurança do Trabalho	Enquanto estiver vigente	95 Anos	Guarda Permanente	
0	2	13	3	1	Relatórios de Segurança do Trabalho	Enquanto estiver vigente	95 Anos	Guarda Permanente	
0	2	13	3	2	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA	Enquanto estiver vigente	95 Anos	Guarda Permanente	Portaria MTB/SSST nº 24/1994. Lei Federal nº 6514/77 art. 160, §1º
0	2	13	3	3	Prevenção de Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais	Enquanto estiver vigente	95 Anos	Eliminação	
0	2	13	3	4	Equipamentos de Proteção Individual – EPI's	Enquanto estiver vigente	02 Anos	Eliminação	
0	2	13	3	5	Equipamentos de Proteção e Combate a Incêndio	Enquanto estiver vigente	95 Anos		
0	2	13	3	6	Produtos Químicos	Enquanto estiver vigente	15 Anos		
0	**2**	**13**	**4**		**Psicologia e Serviço Social**	Enquanto estiver vigente	05 Anos		
0	2	13	4	1	Programas Sociais	Enquanto estiver vigente	15 Anos		
0	2	13	4	2	Reabilitação Ocupacional	Enquanto estiver vigente	95 Anos		
0	**2**	**13**	**5**		**Perícia Médica**	Enquanto estiver vigente	95 Anos		
0	2	13	5	1	Processos de Perícia Médica	05 Anos	95 Anos		

ANEXO IV – TABELA DE TEMPORALIDADE E RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DA ATIVIDADE-FIM DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

TABELA DE TEMPORALIDADE									**1.1. GERAL**
1. CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL									
CÓDIGOS					**ASSUNTO**	**PRAZO DE GUARDA**		**DESTINAÇÃO FINAL**	**OBSERVAÇÃO**
						CORRENTE	**INTERMEDIÁRIO**		
1	**1**	**ADMINISTRAÇÃO GERAL**							
1	**1**	**1**			Requerimentos	05 anos	10 anos	Permanente	

ANEXO V – TABELA DE TEMPORALIDADE E RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DA ATIVIDADE-FIM DO GABINETE DA PREFEITA

TABELA DE TEMPORALIDADE									**2.1. GERAL**
2. GABINETE									
CÓDIGOS					**ASSUNTO**	**PRAZO DE GUARDA**		**DESTINAÇÃO FINAL**	**OBSERVAÇÃO**
						CORRENTE	**INTERMEDIÁRIO**		
2	**1**	**ADMINISTRAÇÃO GERAL**							
2	**1**	**1**			Correspondências Recebidas e Expedidas	05 anos	07 anos	Permanente	
2	**1**	**2**			Decretos	05 anos	07 anos	Permanente	

2	1	3			Portarias	05 anos	07 anos	Permanente	

ANEXO VI – TABELA DE TEMPORALIDADE E RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DA ATIVIDADE-FIM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DEFESA – SEPLAN

TABELA DE TEMPORALIDADE									3.1. GERAL
3. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DEFESA									
CÓDIGOS					ASSUNTO	PRAZO DE GUARDA		DESTINAÇÃO FINAL	OBSERVAÇÃO
						CORRENTE	INTERMEDIÁRIO		
3	1	GERAL							
3	1	1			Propostas de Convênios e Parcerias (minutas, ofícios, correspondências iniciais)	Até assinatura do convênio	1 ano	Eliminação	Documentos preliminares, sem valor legal após formalização
3	1	2			Convênios firmados com órgãos federais, estaduais ou municipais (termos, aditivos, planos de trabalho)	Vigência do convênio	10 anos	Permanente	Documento legal e comprobatório de repasses e obrigações
3	1	3			Prestação de Contas de Convênios (relatórios financeiros, pareceres, aprovações)	Até aprovação final do órgão concedente	10 anos	Permanente	Comprovação de aplicação de recursos públicos
3	1	4			Convênios não celebrados (negativas, desistências, documentos de tentativa de convênio)	2 anos		Eliminação	Sem valor administrativo após o encerramento do processo
3	1	5			Cadastro e controle de convênios (planilhas, bancos de dados, sistemas de acompanhamento)	Enquanto vigente	5 anos	Eliminação	Dados podem ser consolidados em relatórios anuais

TABELA DE TEMPORALIDADE									3.2. PLANEJAMENTO E DEFESA
3. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DEFESA									
CÓDIGOS					ASSUNTO	PRAZO DE GUARDA		DESTINAÇÃO FINAL	OBSERVAÇÃO
						CORRENTE	INTERMEDIÁRIO		
3	2	PLANEJAMENTO E DEFESA							
3	2	1			Plano Municipal de Redução de Riscos	Enquanto vigente	-	Guarda Permanente	Documento legal e estratégico
3	2	2			Plano Municipal de Contingência	Enquanto estiver vigente	-	Guarda Permanente	Documento legal e estratégico
3	2	3			Boletins de Ocorrência de Defesa Civil	1 ano	5 anos	Eliminação	Registrar eventos e ocorrências
3	2	4			Relatórios de Vistorias Técnicas e Vistorias Estruturais	1 ano	5 anos	Eliminação	Subsídio a ações de prevenção e resposta
3	2	5			Mapas de Áreas de Risco	Enquanto estiver vigente	-	Guarda Permanente	Documento técnico e estratégico
3	2	6			Alertas e Comunicados Oficiais à População	Enquanto estiver vigente	-	Eliminação	Guarda até a perda de validade da informação
3	2	7			Relatórios Pós-Ocorrência (enchentes, deslizamentos, incêndios, etc.)	1 ano	10 anos	Eliminação	Comprovação de ações e impactos de eventos
3	2	8			Termos de Notificação e Autos de Interdição por risco iminente	Vigência do caso	5 anos	Eliminação	Documento administrativo e de controle
3	2	9			Planos de Evacuação e Simulados	Enquanto estiver vigente	-	Guarda Permanente	Documento técnico e estratégico
3	2	10			Relatórios de Ações de Prevenção e Treinamento	Enquanto estiver vigente	-	Eliminação	Manter cópia em relatórios anuais de atividades

TABELA DE TEMPORALIDADE									3.3. OUVIDORIA
3. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DEFESA									
CÓDIGOS					ASSUNTO	PRAZO DE GUARDA		DESTINAÇÃO FINAL	OBSERVAÇÃO
						CORRENTE	INTERMEDIÁRIO		
3	3	OUVIDORIA							
3	3	1			Reclamações de usuários	2 anos	3 anos	Eliminação	Contar prazo após encerramento do atendimento
3	3	2			Denúncias	5 anos	5 anos	Eliminação	Manter sigilo conforme legislação municipal e LGPD
3	3	3			Sugestões e elogios	2 anos	2 anos	Eliminação	
3	3	4			Pedidos de informação (Lei de Acesso)	2 anos	3 anos	Eliminação	Lei 12.527/2011
3	3	5			Relatórios anuais e estatísticas da Ouvidoria	2 anos	10 anos	Permanente	Valor histórico e institucional
3	3	6			Planos, programas e projetos da Ouvidoria	2 anos	5 anos	Permanente	
3	3	7			Normativos e manuais internos	Vigência	5 anos	Permanente	Inclui manuais, instruções normativas e fluxos
3	3	8			Requerimentos do poder legislativo	2 anos	5 anos	Eliminação	
3	3	9			Respostas dos requerimentos	2 anos	5 anos	Eliminação	

TABELA DE TEMPORALIDADE									3.4. COMUNICAÇÃO
3. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DEFESA									
CÓDIGOS					ASSUNTO	PRAZO DE GUARDA		DESTINAÇÃO FINAL	OBSERVAÇÃO
						CORRENTE	INTERMEDIÁRIO		
3	4	COMUNICAÇÃO							
3	4	1			Fotografias institucionais	2 anos	10 anos	**Avaliação: preservação permanente** (valor histórico)	Selecionar amostras representativas; descartar duplicadas e fotos técnicas sem valor histórico
3	4	2			Vídeos institucionais	2 anos	10 anos	Permanente (histórico)	Conservar originais digitais e versões editadas
3	4	3			Materiais gráficos (folders, cartazes, panfletos)	1 ano	4 anos	Amostragem / eliminação	Manter 1 exemplar por campanha (valor histórico)
3	4	4			Releases e notas à imprensa	1 ano	4 anos	Amostragem	Manter os de maior repercussão

3	4	5			Identidade visual / manuais de marca	Vigência	5 anos após substituição	Permanente	Importante para memória visual institucional

ANEXO VII – TABELA DE TEMPORALIDADE E RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DA ATIVIDADE-FIM DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – PROGE

TABELA DE TEMPORALIDADE									4.1. GERAL
4. PROCURADORIA GERAL									
CÓDIGOS					ASSUNTO	PRAZO DE GUARDA		DESTINAÇÃO FINAL	OBSERVAÇÃO
						CORRENTE	INTERMEDIÁRIO		
4	1	GERAL							
4	1	1			Ofícios do Ministério Público	03 anos	05 anos	Eliminação	
4	1	2			Decretos	05 anos	07 anos	Guarda Permanente	
4	1	3			Portarias	05 anos	07 anos	Guarda Permanente	

ANEXO VIII – TABELA DE TEMPORALIDADE E RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DA ATIVIDADE-FIM DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM

TABELA DE TEMPORALIDADE									5.1. GERAL
5. CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO									
CÓDIGOS					ASSUNTO	PRAZO DE GUARDA		DESTINAÇÃO FINAL	OBSERVAÇÃO
						CORRENTE	INTERMEDIÁRIO		
5	1	GERAL							
5	1	1			Relatórios de Tomada de Contas Especial	05 anos	07 anos	Permanente	

ANEXO IX – TABELA DE TEMPORALIDADE E RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DA ATIVIDADE-FIM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS – SEFIN

TABELA DE TEMPORALIDADE									6.1. CONTABILIDADE
6. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS									
CÓDIGOS					ASSUNTO	PRAZO DE GUARDA		DESTINAÇÃO FINAL	OBSERVAÇÃO
						CORRENTE	INTERMEDIÁRIO		
6	1	CONTABILIDADE							
6	1	1			Conciliação Bancária/Entrada e Saída de Caixa/Contas a pagar/Boletim Caixa	05 anos	07 anos	Eliminação	
6	1	2			Balancetes/Livro de Balancete	05 anos após o exercício	10 anos	Eliminação	
6	1	3			Livro Execução de Receita	05 anos	Até o julgamento das contas	Eliminação	
6	1	4			Extratos Bancários/Livro Extrato de Banco	05 anos	Até o julgamento das contas	Eliminação	
6	1	5			Notas Fiscais	05 anos	07 anos	Eliminação	
6	1	6			Imposto Fiscal	05 anos	35 anos	Eliminação	
6	1	7			Pagamentos/Livro de Pagamentos	05 anos	Até o julgamento das contas	Eliminação	CTN art 173 e 174
6	1	8			Prestação de Contas/Livro de Prestação de Contas	05 anos	07 anos	Permanente	
6	1	9			Livros de Contabilidade	05 anos após o exercício	10 anos	Eliminação	
6	1	10			Documentos Contábeis (notas de empenho/recibos)	05 anos	10 anos	Eliminação	

TABELA DE TEMPORALIDADE									6.2. TRIBUTAÇÃO
6. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS									
CÓDIGOS					ASSUNTO	PRAZO DE GUARDA		DESTINAÇÃO FINAL	OBSERVAÇÃO
						CORRENTE	INTERMEDIÁRIO		
6	2	TRIBUTAÇÃO							
6	2	1			Empresas e Autônomos (alvará, processo de concessão de alvará, solicitação de inscrição municipal, alteração ou baixa)	Enquanto tiver cadastro ativo	10 anos	Eliminação	Art. 173 do CTN, Art. 109 do CP e Art. 142 da Lei n.º 8.429/92.
6	2	2			Notas fiscais de serviço e Declarações	05 anos	10 anos	Eliminação	Art. 149 e 173 do CTN, Art. 174 do CTN e LEF

ANEXO X – TABELA DE TEMPORALIDADE E RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DA ATIVIDADE-FIM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD

TABELA DE TEMPORALIDADE									7.1. GERAL
8. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO									
CÓDIGOS					ASSUNTO	PRAZO DE GUARDA		DESTINAÇÃO FINAL	OBSERVAÇÃO
						CORRENTE	INTERMEDIÁRIO		
7	1	GERAL							
7	1	1			Ações Judiciais	05 anos	07 anos	Permanente	Na ausência do original a cópia deverá ser mantida pelo produtor. Resolução CONARQ nº 14/2001
7	1	2			Autorização	Até o julgamento das contas	07 anos	Eliminação	Resolução CONARQ n.º 014/2001
7	1	3			Declarações	05 anos	07 anos	Permanente	
7	1	4			Relatórios	05 anos	07 anos	Eliminação	
7	1	5			Termos	05 anos	07 anos	Eliminação	
7	1	6			Guias de Recolhimento	Enquanto estiver vigente	07 anos	Permanente	

TABELA DE TEMPORALIDADE									7.2. RECURSOS HUMANOS
8. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO									
CÓDIGOS					ASSUNTO	PRAZO DE GUARDA		DESTINAÇÃO FINAL	OBSERVAÇÃO
						CORRENTE	INTERMEDIÁRIO		
7	2	RECURSOS HUMANOS							
7	2	1			Ficha de Inscrição de Concurso e Testes	05 anos	07 anos	Permanente	Resolução CONARQ n.º 014/2001
7	2	2			Recibo de Pagamento 1/3 de Férias	05 anos	75 anos	Eliminação	
7	2	3			Livro Férias (Avisos e Recibos)	05 anos	75 anos	Eliminação	
7	2	4			Registro/Controle de Ponto Eletrônico	02 anos	03 anos	Eliminação	
7	2	5			Folhas/Cartões Ponto	Enquanto estiver vigente	75 anos	Eliminação	
7	2	6			Imposto de Renda	07 anos	-	Eliminação	
7	2	7			Folhas de Pagamentos/Holerites	Enquanto estiver vigente	75 anos	Eliminação	
7	2	8			Termos de Rescisão de Contrato	Enquanto estiver vigente	75 anos	Eliminação	

TABELA DE TEMPORALIDADE									7.3. PATRIMÔNIO
8. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO									
CÓDIGOS					ASSUNTO	PRAZO DE GUARDA		DESTINAÇÃO FINAL	OBSERVAÇÃO
						CORRENTE	INTERMEDIÁRIO		
7	3	PATRIMÔNIO							
7	3	1			Termo de Responsabilidade	05 anos	07 anos	Permanente	

ANEXO XI – TABELA DE TEMPORALIDADE E RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DA ATIVIDADE-FIM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED

TABELA DE TEMPORALIDADE									8.1. DIRETORIA
8. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO									
CÓDIGOS					ASSUNTO	PRAZO DE GUARDA		DESTINAÇÃO FINAL	OBSERVAÇÃO
						CORRENTE	INTERMEDIÁRIO		
8	1	DIRETORIA							
8	1	1			Ofícios sobre Execução das Atividades Pedagógicas, Orientação Escolar e Processos de Avaliação	05 anos	03 anos	Eliminação	CONARQ Res. 14/2001
8	1	2			Documentos PSS dos Professores	10 anos	10 anos	Eliminação	CONARQ Res. 14/2001
8	1	3			Portarias	vigência até revogação	A definir	Permanente	Lei 8.159/1991 CONARQ

TABELA DE TEMPORALIDADE									8.2. DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR
8. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO									
CÓDIGOS					ASSUNTO	PRAZO DE GUARDA		DESTINAÇÃO FINAL	OBSERVAÇÃO
						CORRENTE	INTERMEDIÁRIO		
8	2	DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR							
8	2	1			Bolsa Família	05 anos	05 anos	Eliminação	Lei nº 8.159/1991

TABELA DE TEMPORALIDADE									8.3. MERENDA ESCOLAR
8. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO									
CÓDIGOS					ASSUNTO	PRAZO DE GUARDA		DESTINAÇÃO FINAL	OBSERVAÇÃO
						CORRENTE	INTERMEDIÁRIO		
8	3	TRIBUTAÇÃO							
8	3	1			Arquivo de Foto de Treinamento de Manipulação de Alimentos	05 anos	03 anos	Permanente	Resolução CFN nº 594/2017

ANEXO XII – TABELA DE TEMPORALIDADE E RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DA ATIVIDADE-FIM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSA

TABELA DE TEMPORALIDADE									9.1. DIRETORIA
9. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE									
CÓDIGOS					ASSUNTO	PRAZO DE GUARDA		DESTINAÇÃO FINAL	OBSERVAÇÃO
						CORRENTE	INTERMEDIÁRIO		
9	1	DIRETORIA							
9	1	1			Laudo Médico para Emissão de AIH	05 anos	75 anos	Eliminação	Portaria GM/MS n° 4.477/2024.

TABELA DE TEMPORALIDADE									9.2. VIGILANCIA SANITARIA E EPIDEMIOLOGICA
9. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE									
CÓDIGOS					ASSUNTO	PRAZO DE GUARDA		DESTINAÇÃO FINAL	OBSERVAÇÃO
						CORRENTE	INTERMEDIÁRIO		
9	2	VIGILANCIA SANITARIA E EPIDEMIOLÓGICA							
9	2	1			Atestado de Vacinação	05 anos	05 anos	Eliminação	SISTEMA

ANEXO XIII – TABELA DE TEMPORALIDADE E RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DA ATIVIDADE-FIM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS – SEMOP

TABELA DE TEMPORALIDADE									10.1. ADMINISTRATIVO
10. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS									
CÓDIGOS					ASSUNTO	PRAZO DE GUARDA		DESTINAÇÃO FINAL	OBSERVAÇÃO
						CORRENTE	INTERMEDIÁRIO		
10	1	ADMINISTRATIVO							
10	1	1			Autorizações	Enquanto estiver vigente	07 anos	Eliminação	
10	1	2			Termo de Responsabilidade	05 anos	07 anos	Eliminação	
10	1	3			Solicitação de Serviços	05 anos	05 anos	Eliminação	

ANEXO XIV – TABELA DE TEMPORALIDADE E RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DA ATIVIDADE-FIM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – SEMDU

TABELA DE TEMPORALIDADE									11.1. GERAL
11. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO									
CÓDIGOS					ASSUNTO	PRAZO DE GUARDA		DESTINAÇÃO FINAL	OBSERVAÇÃO
						CORRENTE	INTERMEDIÁRIO		
11	1	GERAL							
11	1	1			Protocolos	05 anos	05 anos	Eliminação	
11	1	2			Ordens de Serviço	05 anos	05 anos	Eliminação	
11	1	3			Mapas e Plantas	05 anos	05 anos	Permanente	

ANEXO XV – TABELA DE TEMPORALIDADE E RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DA ATIVIDADE-FIM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – SMAPA

TABELA DE TEMPORALIDADE									12.1. GERAL
12. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO									
CÓDIGOS					ASSUNTO	PRAZO DE GUARDA		DESTINAÇÃO FINAL	OBSERVAÇÃO
						CORRENTE	INTERMEDIÁRIO		
12	1	GERAL							
12	1	1			Laudos Técnicos	05 anos	05 anos	Eliminação	Seguir prazos da legislação sanitária estadual/federal

ANEXO XVI – TABELA DE TEMPORALIDADE E RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DA ATIVIDADE-FIM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMMA

TABELA DE TEMPORALIDADE									13.1. GERAL
13. SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE									
CÓDIGOS					ASSUNTO	PRAZO DE GUARDA		DESTINAÇÃO FINAL	OBSERVAÇÃO
						CORRENTE	INTERMEDIÁRIO		
13	1	GERAL							
13	1	1			Relatórios Anuais	05 anos	07 anos	Permanente	

ANEXO XVII – TABELA DE TEMPORALIDADE E RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DA ATIVIDADE-FIM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO – SMASH

TABELA DE TEMPORALIDADE									14.1. PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
14. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO									
CÓDIGOS					ASSUNTO	PRAZO DE GUARDA		DESTINAÇÃO FINAL	OBSERVAÇÃO
						CORRENTE	INTERMEDIÁRIO		
14	1	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA							
14	1	1			Relatórios Famílias acompanhadas (PAIF)	05 anos		Permanente	Documento técnico-sigiloso.

TABELA DE TEMPORALIDADE									14.2. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – MÉDIA COMPLEXIDADE
14. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO									
CÓDIGOS					ASSUNTO	PRAZO DE GUARDA		DESTINAÇÃO FINAL	OBSERVAÇÃO
						CORRENTE	INTERMEDIÁRIO		
14	2	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – MÉDIA COMPLEXIDADE							
14	2	1			Relatórios Famílias/Indivíduos (PAEFI)	10 anos	—	Permanente	Documento técnico-sigiloso. (hoje armazenado online no GESUAS)

TABELA DE TEMPORALIDADE									14.3. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – ALTA COMPLEXIDADE
14. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO									
CÓDIGOS					ASSUNTO	PRAZO DE GUARDA		DESTINAÇÃO FINAL	OBSERVAÇÃO
						CORRENTE	INTERMEDIÁRIO		
14	3	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – ALTA COMPLEXIDADE							
14	3	1			Prontuários de crianças, adolescentes, idosos e PcD em acolhimento	10 anos	—	Permanente	SAA/SIPIA.

TABELA DE TEMPORALIDADE									14.4. GESTÃO DO SUAS E CONTROLE SOCIAL
14. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO									
CÓDIGOS					ASSUNTO	PRAZO DE GUARDA		DESTINAÇÃO FINAL	OBSERVAÇÃO
						CORRENTE	INTERMEDIÁRIO		
14	4	GESTÃO DO SUAS E CONTROLE SOCIAL							
14	4	1			Atas de Conselhos de Direitos (CMAS, CMDCA, CMDI, CMDPD, CMDM, CMH)	10 anos	—	Permanente	Guarda na Secretaria.

TABELA DE TEMPORALIDADE									14.5. INFRAESTRUTURA E PROJETOS
14. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO									
CÓDIGOS					ASSUNTO	PRAZO DE GUARDA		DESTINAÇÃO FINAL	OBSERVAÇÃO
						CORRENTE	INTERMEDIÁRIO		
14	5	INFRAESTRUTURA E PROJETOS							
14	5	1			Projetos arquitetônicos e memoriais de unidades (CRAS, CREAS, ILPI, abrigos)	10 anos	—	Permanente	Consulta na Secretaria.
14	5	2			Termos de comodato, cessão e parcerias	5 anos	10 anos	Permanente	Resolução CONARQ nº 14/2001.

TABELA DE TEMPORALIDADE									14.6. GERAL
14. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO									
CÓDIGOS					ASSUNTO	PRAZO DE GUARDA		DESTINAÇÃO FINAL	OBSERVAÇÃO
						CORRENTE	INTERMEDIÁRIO		
14	6	GERAL							
14	**6**	**1**			**Departamento Administrativo**				
14	6	1	1		Contratos e Convênios (Provopar, Compra Direta, etc)	Vigência + 5 anos	10 anos	Eliminação	Guardar amostra representativa
14	**6**	**2**			**Departamento Jurídico e Cidadania**				
14	6	2	1		Registros de Atendimentos Jurídicos (DEAJC)	5 anos	10 anos	Eliminação	Guardar relatório consolidado
14	**6**	**3**			**Departamento de Habitação**				
14	6	3	1		Projetos arquitetônicos e complementares (Reformas e reconstruções ATHIS)	Vigência + 5 anos	—	Eliminação	Guardar versão consolidada
14	6	3	2		Projetos e Relatórios de Programas Habitacionais	5 anos	10 anos	Eliminação	Guardar versão consolidada

14	**6**	**4**			**Departamento de Políticas Para Mulheres e Cidadania**				
14	6	4	1		Relatórios de Programas e Campanhas (Mulheres e Diversidade)	5 anos	10 anos	Eliminação	Guardar amostra representativa

ANEXO XVIII – TABELA DE TEMPORALIDADE E RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DA ATIVIDADE-FIM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SEMDE

TABELA DE TEMPORALIDADE									**15.1. GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA**
15. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO									
CÓDIGOS					**ASSUNTO**	**PRAZO DE GUARDA**		**DESTINAÇÃO FINAL**	**OBSERVAÇÃO**
						CORRENTE	**INTERMEDIÁRIO**		
15	**1**	**GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA**							
15	1	1			Cartas de Encaminhamento a Vaga de Emprego (Agência do trabalhador)	05 anos	09 anos	Eliminação	Decreto estadual 10.763 / 11de abril de 2022
15	1	2			Ocorrências de Contratos Administrativos Licitações	05 anos		Permanente	
15	1	3			Seguro Desemprego	05 anos	09 anos	Eliminação	Decreto estadual 10.763 / 11de abril de 2022

TABELA DE TEMPORALIDADE									**15.2. INDÚSTRIA E COMÉRCIO**
15. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO									
CÓDIGOS					**ASSUNTO**	**PRAZO DE GUARDA**		**DESTINAÇÃO FINAL**	**OBSERVAÇÃO**
						CORRENTE	**INTERMEDIÁRIO**		
15	**2**	**INDÚSTRIA E COMÉRCIO**							
15	2	1			Abertura e Formalização do MEI (anexo documentos e termo de abertura)	05 anos	0	Eliminação	Arquivo Sistema Governo Federal
15	2	2			Baixa do MEI (anexo documentos e termo de baixa)	05 anos	0	Eliminação	Arquivo Sistema Governo Federal
15	2	3			DASN (Declaração do MEI) (anexo termo de declaração)	05 anos	0	Eliminação	
15	2	4			Cadastro de feirantes da Avenida Derson Costa	02 anos	0	Eliminação	
15	2	5			Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico	Vigência de 10 anos	10 Anos	Permanente	Documento estratégico de alto valor
15	2	6			Processos de Feiras Livres (Cadastro, autorização, listas e sorteios de vagas e autuações)	05 anos	0	Eliminação	

TABELA DE TEMPORALIDADE									**15.3. TURISMO**
15. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO									
CÓDIGOS					**ASSUNTO**	**PRAZO DE GUARDA**		**DESTINAÇÃO FINAL**	**OBSERVAÇÃO**
						CORRENTE	**INTERMEDIÁRIO**		
15	**3**	**TURISMO**							
15	3	1			Plano Municipal de Turismo	Vigência	10 Anos	Permanente	Documento estratégico de alto valor
15	3	2			Cadastro de atrativos turísticos	03 Anos	10 Anos	Permanente	Documento estratégico de alto valor
15	3	3			Cadastro de empresas e guias de turismo	03 Anos	05 Anos	Eliminação	Dados consolidados em relatórios
15	3	4			Projetos e programas turísticos	03 Anos	10 Anos	Permanente	Valor Técnico e institucional
15	3	5			Parcerias e convênios turísticos	Vigência + 05 anos	10 Anos	Permanente	Valor Jurídico e Institucional
15	3	6			Eventos turísticos (feiras, festivais, roteiros)	02 anos	08 Anos	Permanente	Valor Cultural e Histórico
15	3	7			Pesquisas e estatísticas de turismo	03 Anos	10 anos	Permanente	Valor estatístico e informativo
15	3	8			Mapas e roteiros turísticos	02 Anos	10 Anos	Permanente	Valor Cultural e Histórico
15	3	9			Processos de sinalização turística	05 Anos	10 Anos	Permanente	Valor técnico e patrimonial
15	3	10			Projetos de infraestrutura turística	05 Anos	10 Anos	Permanente	Valor técnico e jurídico

ANEXO XIX – TABELA DE TEMPORALIDADE E RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DA ATIVIDADE-FIM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER – SEMEL

TABELA DE TEMPORALIDADE									**16.1. ESPORTE E LAZER**
16. SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER									
CÓDIGOS					**ASSUNTO**	**PRAZO DE GUARDA**		**DESTINAÇÃO FINAL**	**OBSERVAÇÃO**
						CORRENTE	**INTERMEDIÁRIO**		
16	**1**	**ESPORTE E LAZER**							
16	1	1			Relatórios Atividades Esportivas e Culturais Anual	05 anos	10 anos	Permanente	Valor jurídico

ANEXO XX – TABELA DE TEMPORALIDADE E RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DA ATIVIDADE-FIM DA SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES – SECOL

TABELA DE TEMPORALIDADE									17.1. GERAL
17. SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÃO									
CÓDIGOS					ASSUNTO	PRAZO DE GUARDA		DESTINAÇÃO FINAL	OBSERVAÇÃO
						CORRENTE	INTERMEDIÁRIO		
17	1	GERAL							
17	1	1			Contratos	Enquanto estiver vigente	15 anos	Eliminação	Resolução CONARQ nº 35/ 2012. Lei Federal nº 2848/40, art. 109 Código Penal. Lei Federal nº 10.028/2000, art. 359, Lei Federal nº 8.666/93, art. 89 a 98. Os contratos integram o processo de aquisição de bens e serviços e obedecerão a temporalidade e destinação dos respectivos processos.
17	1	2			Convênios	Enquanto estiver vigente	15 anos	Eliminação	Resolução CONARQ nº 35/ 2012
17	1	3			Empenhos	Até a aprovação das contas	15 anos	Eliminação	Resolução CONARQ nº 14/2001

ANEXO XXI – TABELA DE TEMPORALIDADE E RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DA ATIVIDADE-FIM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SECULT

TABELA DE TEMPORALIDADE									18.1. GERAL
18. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA									
CÓDIGOS					ASSUNTO	PRAZO DE GUARDA		DESTINAÇÃO FINAL	OBSERVAÇÃO
						CORRENTE	INTERMEDIÁRIO		
18	1	GERAL							
18	1	1			Clippings de Mídia (matérias jornalísticas sobre eventos)	05 anos	07 anos	Permanente	
18	1	2			Cartazes, Folders, Programas e Materiais Gráficos de eventos	05 anos	07 anos	Permanente	
18	1	3			Arquivos Fotográficos e Audiovisuais de eventos e ações culturais	05 anos	07 anos	Permanente	

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:523CB5F5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
LEI Nº 3488/2025

Estima receita e fixa a despesa geral do Município de Rio Negro para o exercício financeiro de 2026.

A Câmara Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Rio Negro para o exercício financeiro de 2026, e obedecerá às Diretrizes Orçamentárias previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município, na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e disposições constitucionais vigentes, compreendendo:

I - Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Municipal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados.

Art. 2º A receita total estimada nos orçamentos fiscal e da seguridade social já com as devidas deduções legais representa o montante de R$ 207.340.503,58 (duzentos e sete milhões, trezentos e quarenta mil, quinhentos e três reais e cinquenta e oito centavos), este valor fixa a despesa para

o exercício de 2026 e está composto pelo Orçamento Fiscal de R$ 135.820.964,22 (cento e trinta e cinco milhões, oitocentos e vinte mil, novecentos e sessenta e quatro reais e vinte e dois centavos) e pelo Orçamento da Seguridade Social no valor de R$ 71.519.539,36 (setenta e um milhões, quinhentos e dezenove mil, quinhentos e trinta e nove reais e trinta e seis centavos).

Art. 3º A receita é constituída pela arrecadação de Receitas Correntes e Receitas de Capital próprias ou oriundas da participação na arrecadação dos impostos federais e estaduais e de outras transferências da União e do Estado, na forma da legislação vigente e especificadas no Resumo Geral da Receita, da Lei Federal 4.320, de 1964, com os seguintes valores:

1		Receitas Correntes	R$	216.722.284,17
	1100	Receita Tributária	R$	27.953.547,00
	1200	Receita de Contribuições	R$	10.253.250,47
	1300	Receita Patrimonial	R$	21.168.772,32
	1600	Receita de Serviços	R$	80.687,32
	1700	Transferências Correntes	R$	156.634.926,71
	1900	Outras Receitas Correntes	R$	631.100,35
7		Receitas Correntes Intraorçamentárias	R$	10.963.493,33
	7200	Receita de Contribuições Intraorçamentárias	R$	4.091.059,85
	7600	Receita de Serviços Intraorçamentárias	R$	753.198,23
	7900	Demais Receitas Intraorçamentárias	R$	6.119.235,25
2		Receitas de Capital	R$	2.222.000,00
	2400	Transferências de Capital	R$	2.222.000,00
		Total da Receita Bruta	R$	229.907.777,50
		(-) Deduções da Receita	R$	22.567.273,92
		Total da Receita Líquida	R$	207.340.503,58

Art. 4º A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros demonstrativos de órgãos, funções e subfunções, por programa, por unidade gestora, por unidade, por categorias econômicas e grupos da natureza da despesa, cujos desdobramentos apresentam-se com os seguintes valores:

POR ÓRGÃOS

I	Orçamento Fiscal			
	01.000	Câmara Municipal	R$	4.200.000,00
	02.000	Gabinete do Prefeito - GAP	R$	2.042.698,84
	03.000	Procuradoria Geral do Município - PGM	R$	2.749.922,44
	04.000	Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN	R$	4.054.496,10
	05.000	Secretaria Municipal de Administração - SADM	R$	6.983.826,97
	06.000	Secretaria Municipal de Educação - SMED	R$	50.260.322,50
	07.000	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo - SECTUR	R$	4.653.213,84
	08.000	Secretaria Municipal de Esportes - SES	R$	1.612.544,18
	09.000	Secretaria Municipal de Indústria e Comércio - SIC	R$	1.371.648,52
	10.000	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - SAMA	R$	6.919.509,00
	12.000	Secretaria Municipal de Assistência Social - SAS	R$	40.750,00
	13.000	Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Habitação - SOSU	R$	20.379.276,62
	14.000	Desconcentração Territorial	R$	1.794.380,60
	16.000	Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Rio Negro	R$	11.383.331,34
	17.000	Secretaria Municipal da Fazenda - SMF	R$	16.994.390,27
	18.000	Controle Interno - CI	R$	380.653,00
Total do Orçamento Fiscal			R$	135.820.964,22
II	Orçamento da Seguridade Social			
	11.000	Fundo Municipal de Saúde	R$	45.282.150,57
	12.000	Secretaria Municipal de Assistência Social - SAS	R$	4.232.835,31
	16.000	Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Rio Negro	R$	22.004.553,48
Total do Orçamento da Seguridade Social			R$	71.519.539,36
Total Geral da Despesa do Município			R$	207.340.503,58

POR FUNÇÕES

I	Orçamento Fiscal			
	01	Legislativa	R$	4.200.000,00
	03	Essencial à Justiça	R$	1.853.922,44
	04	Administração	R$	21.079.109,72
	06	Segurança Pública	R$	2.523.197,47
	11	Trabalho	R$	362.200,00
	12	Educação	R$	50.257.322,50
	13	Cultura	R$	1.735.366,58

	14	Direitos da Cidadania	R$	290.490,54
	15	Urbanismo	R$	8.791.520,70
	16	Habitação	R$	197.759,60
	17	Saneamento	R$	2.000,00
	18	Gestão Ambiental	R$	3.428.400,82
	20	Agricultura	R$	3.491.108,18
	22	Indústria	R$	1.371.648,52
	23	Comércio e Serviços	R$	2.917.847,26
	25	Energia	R$	4.608.423,69
	26	Transporte	R$	5.180.822,64
	27	Desporto e Lazer	R$	1.612.544,18
	28	Encargos Especiais	R$	7.854.646,46
	99	Reserva de Contingência	R$	14.062.632,92
Total do Orçamento Fiscal			R$	135.820.964,22
II	Orçamento da Seguridade Social			
	08	Assistência Social	R$	4.482.835,31
	09	Previdência Social	R$	22.004.553,48
	10	Saúde	R$	45.032.150,57
Total do Orçamento da Seguridade Social			R$	71.519.539,36
Total Geral da Despesa do Município			R$	207.340.503,58

POR SUBFUNÇÕES

I	Orçamento Fiscal			
	031	Ação Legislativa	R$	4.200.000,00
	091	Defesa da Ordem Jurídica	R$	808.500,00
	092	Representação Judicial e Extrajudicial	R$	1.045.422,44
	121	Planejamento e Orçamento	R$	2.527.944,51
	122	Administração Geral	R$	15.804.694,28
	123	Administração Financeira	R$	8.591.128,17
	124	Controle Interno	R$	380.653,00
	125	Normatização e Fiscalização	R$	16.000,00
	126	Tecnologia da Informação	R$	714.301,78
	128	Formação de Recursos Humanos	R$	377.100,00
	129	Administração de Receitas	R$	1.092.967,20
	131	Comunicação Social	R$	32.000,00
	182	Defesa Civil	R$	58.957,41
	183	Informação e Inteligência	R$	2.464.240,06
	331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	R$	362.200,00
	361	Ensino Fundamental	R$	25.457.023,97
	362	Ensino Médio	R$	713.804,07
	364	Ensino Superior	R$	70.000,00
	365	Educação Infantil	R$	18.279.336,06
	366	Educação de Jovens e Adultos	R$	17.000,00
	367	Educacao Especial	R$	4.247.600,00
	391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	R$	11.550,00
	392	Difusão Cultural	R$	1.723.816,58
	422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	R$	290.490,54
	451	Infra-Estrutura Urbana	R$	3.882.616,81
	452	Servicos Urbanos	R$	4.908.903,89
	482	Habitacao Urbana	R$	197.759,60
	511	Saneamento Básico Rural	R$	3.000,00
	541	Preservação e Conservação Ambiental	R$	990.046,14
	542	Controle Ambiental	R$	2.435.354,68
	543	Recuperação de Áreas Degradadas	R$	2.000,00
	573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	R$	250.000,00
	608	Promoção da Produção Agropecuária	R$	3.491.108,18
	661	Promoção Industrial	R$	1.371.648,52
	695	Turismo	R$	2.917.847,26
	752	Energia Elétrica	R$	4.608.423,69
	782	Transporte Rodoviário	R$	5.180.822,64
	812	Desporto Comunitário	R$	1.462.544,18
	813	Lazer	R$	150.000,00
	843	Serviço da Dívida Interna	R$	5.059.003,07
	846	Outros encargos Especiais	R$	2.795.643,39
	997	Reserva do RPPS	R$	10.942.331,34
	999	Reserva de contingência	R$	3.120.301,58
Total do Orçamento Fiscal			R$	143.056.085,04
II	Orçamento da Seguridade Social			
	241	Assistência a Pessoa Idosa	R$	524.924,62
	242	Assistência à Pessoa com Deficiência	R$	1.000,00
	243	Assistência à Criança e ao Adolescente	R$	521.453,52
	244	Assistência Comunitária	R$	3.436.357,17
	272	Previdência do Regime Estatutário	R$	20.781.730,58
	301	Atenção Básica	R$	19.348.977,45
	302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	R$	16.974.018,20
	303	Suporte Profilático e Terapêutico	R$	1.048.746,00
	304	Vigilância Sanitária	R$	968.176,00
	305	Vigilância Epidemiológica	R$	679.035,00
Total do Orçamento da Seguridade Social			R$	64.284.418,54
Total Geral da Despesa do Município			R$	207.340.503,58

POR PROGRAMA

I	Orçamento Fiscal			
	0000	Obrigações Especiais	R$	7.854.646,46
	0001	Ação Legislativa	R$	4.200.000,00
	0002	Apoio Administrativo	R$	45.873.945,32
	0003	Reserva de Contingência e Orçamentária	R$	14.062.632,92
	0004	Educação de Qualidade	R$	49.622.818,15
	0005	Cultura Viva	R$	1.735.366,58
	0006	Turismo em Foco	R$	2.917.847,26
	0007	Diversificação da Agricultura e Preservação Ambiental	R$	6.919.509,00
	0009	Proteção à Criança e ao Adolescente	R$	634.504,35
	0010	Assistência Social Para Quem Precisa	R$	40.750,00
	0011	Esporte e Lazer	R$	1.612.544,18
	0012	Infraestrutura, Urbanismo e Habitação	R$	185.000,00
	0013	Casa Legal	R$	10.000,00
	0014	PRODIC (Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial)	R$	50.900,00
	0015	Horizontes de Equidade: Fortalecendo Direitos	R$	100.500,00
Total do Orçamento Fiscal			R$	135.820.964,22
II	Orçamento da Seguridade Social			
	0002	Apoio Administrativo	R$	22.004.553,48
	0008	Saúde em Foco: Promoção, Prevenção, Tratamento e Reabilitação	R$	44.470.826,57
	0009	Proteção à Criança e ao Adolescente	R$	521.453,52
	0010	Assistência Social Para Quem Precisa	R$	3.711.381,79
	0016	Redução de Filas	R$	811.324,00
Total do Orçamento da Seguridade Social			R$	71.519.539,36
Total Geral da Despesa do Município			R$	207.340.503,58

POR UNIDADE GESTORA

I	Orçamento Fiscal			
	0000	Prefeitura Municipal de Rio Negro	R$	120.237.632,88
	0001	Câmara Municipal	R$	4.200.000,00
	0009	Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Rio Negro	R$	11.383.331,34
Total do Orçamento Fiscal			R$	135.820.964,22
II	Orçamento da Seguridade Social			
	0000	Prefeitura Municipal de Rio Negro	R$	49.514.985,88
	0009	Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Rio Negro	R$	22.004.553,48
Total do Orçamento da Seguridade Social			R$	71.519.539,36
Total Geral da Despesa do Município			R$	207.340.503,58

POR UNIDADE

I	Orçamento Fiscal			
	01.001	Camara Municipal	R$	4.200.000,00
	02.001	Gabinete de Assessoramento - Ga	R$	1.702.000,89
	02.002	Fundo de Reeq. do Corpo de Bombeiros	R$	18.207,41
	02.003	Assessoria de Comunicação - Ac	R$	32.000,00
	02.004	Departamento de Políticas Públicas para as Mulheres - DPPM	R$	290.490,54
	03.001	Procuradoria do Municipio - Prm	R$	1.007.000,00
	03.002	Assessoria Jurídica - AJ	R$	1.688.500,00
	03.003	Fundo M. de Defesa Direitos Difusos-fmdd	R$	16.000,00
	03.004	Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município	R$	38.422,44
	04.001	Gabinete de Assessoramento - Ga	R$	3.463.601,58
	04.002	Departamento Tecnico - Dt	R$	590.894,52
	05.001	Reserva de Contingencia	R$	1.533.885,13
	05.002	Gabinete de Assessoramento - Ga	R$	3.513.240,06
	05.003	Departamento Administrativo - da	R$	483.100,00
	05.004	Departamento Licitações e Compras - Dlc	R$	377.100,00
	05.005	Departamento de Recursos Humanos - Drh	R$	714.301,78
	05.006	Departamento de Informatica - Dinfo	R$	362.200,00
	06.001	Dpto de Medicina e Segurança do Trabalho - DMST	R$	23.979.833,81
	06.002	Depto de Gerenc. Operacional - Dgo	R$	11.160.209,47
	06.003	Depto de Educ. Perman. e Profis. - Depp	R$	7.663.720,93
	06.004	Depto de Estrutura e Funcionamento - Def	R$	7.456.558,29
	07.001	Departamento de Infra Estrutura - Die	R$	1.049.024,37
	07.002	Gabinete de Assessoramento - Ga	R$	176.098,95
	07.003	Depto Acervo e Patr. Hist. Cult. - Daphc	R$	504.573,26
	07.004	Departamento de Ação Cultural - Dac	R$	2.917.847,26
	07.005	Departamento de Turismo - Detur	R$	5.670,00
	08.001	Fundo Municipal da Cultura - Fmc	R$	650.057,07
	08.002	Gabinete de Asses. e Gerenc. - Gag	R$	912.387,11
	08.003	Departamento de Esportes e Lazer - Del	R$	50.100,00
	09.001	Fundo Municipal de Esportes - Fme	R$	782.419,52
	09.002	Gabinete de Assessoramento - Ga	R$	589.229,00
	10.001	Depto de Ind., Com. e Servicos - Eics	R$	2.234.657,00

	10.002	Gabinete de Assessoramento - Ga	R$	1.256.451,18
	10.003	Departamento de Agropecuária - Dag	R$	3.129.329,68
	10.004	Departamento de Meio Ambiente - Dema	R$	299.071,14
	12.001	Fundo Municipal Meio Ambiente - Fundema	R$	40.750,00
	13.001	Gabinete do Gestor - Ga	R$	2.798.762,64
	13.002	Departamento de Municipalização - Dem	R$	8.320.487,58
	13.003	Depto Tec. Apoio as Acoes Saude - Dats	R$	3.824.980,00
	13.004	Departamento de Assistência à Saúde -das	R$	3.584.900,00
	13.005	Gabinete de Assessoramento - Ga	R$	58.636,81
	13.006	Depto Atendimento População Usuária-dapu	R$	1.593.749,99
	13.007	Fundo Mun. de Assistencia Social - Fmas	R$	15.000,00
	13.008	Depto Atend. a Rede Ent. Soc. - Dares	R$	182.759,60
	14.001	Fundo Direitos Crianca e do Adoles-fmdca	R$	1.312.620,00
	14.002	Fundo Municipal do Idoso-fmi	R$	481.760,60
	16.001	Gabinete de Assessoramento - Ga	R$	11.383.331,34
	17.001	Depto de Urbanismo e Ser. Público - Dusp	R$	614.154,24
	17.002	Departamento de Obras Públicas - Dop	R$	12.597.877,38
	17.003	Departamento Rodoviário Municipal - Drm	R$	1.098.188,70
	17.004	Fundo Municipal de Transito	R$	2.513.675,75
	17.005	Departamento de Projetos - Dp	R$	170.494,20
	18.001	Fundo Municipal de Habitação - Fmh	R$	288.779,00
	18.002	Departamento de Habitação - Dh	R$	91.874,00
Total do Orçamento Fiscal			R$	135.820.964,22
II	Orçamento da Seguridade Social			
	11.001	Gabinete do Gestor - Ga	R$	5.042.005,92
	11.002	Departamento de Municipalização - Dem	R$	970.192,00
	11.003	Depto Tec. Apoio as Acoes Saude - Dats	R$	1.647.211,00
	11.004	Departamento de Assistência à Saúde -das	R$	37.622.741,65
	12.001	Gabinete de Assessoramento - Ga	R$	1.881.662,62
	12.002	Depto Atendimento População Usuária-dapu	R$	276.525,00
	12.003	Fundo Mun. de Assistencia Social - Fmas	R$	1.403.659,55
	12.004	Depto Atend. a Rede Ent. Soc. - Dares	R$	30.600,00
	12.005	Fundo Direitos Crianca e do Adoles-fmdca	R$	115.563,52
	12.006	Fundo Municipal do Idoso-fmi	R$	524.824,62
	16.001	Inst.de Prev.dos Serv. Mun. de Rio Negro	R$	22.004.553,48
Total do Orçamento da Seguridade Social			R$	71.519.539,36
Total Geral da Despesa do Município			R$	207.340.503,58

POR CATEGORIAS ECONÔMICAS E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA

I	Orçamento Fiscal			
	3	Despesas Correntes	R$	113.506.525,48
	31	Pessoal e Encargos Sociais	R$	51.469.169,66
	32	Juros Encargos da Divida	R$	2.357.512,61
	33	Outras Despesas Correntes	R$	59.679.843,21
	4	Despesas de Capital	R$	8.251.805,82
	44	Investimentos	R$	5.550.315,36
	46	Amortização da Divida	R$	2.701.490,46
	9	Reserva de Contingência	R$	14.062.632,92
	99	Reserva de Contingência	R$	14.062.632,92
Total do Orçamento Fiscal			R$	135.820.964,22
II	Orçamento da Seguridade Social			
	3	Despesas Correntes	R$	71.372.084,18
	31	Pessoal e Encargos Sociais	R$	50.506.162,05
	33	Outras Despesas Correntes	R$	20.865.922,13
	4	Despesas de Capital	R$	147.455,18
	44	Investimentos	R$	147.455,18
Total do Orçamento da Seguridade Social			R$	71.519.539,36
Total Geral da Despesa do Município			R$	207.340.503,58

Art. 5º A execução orçamentária do exercício financeiro de 2026 seguirá o disposto na Lei Orgânica Municipal, de 09 de dezembro de 2002, na Lei de Diretrizes orçamentárias, na Lei Municipal nº 1.346, de 27 de março de 2003 - Estrutura Básica, e as suas alterações, e na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 6º Fica fixado o valor da Reserva de Contingência em R$ 14.062.632,92 (quatorze milhões, sessenta e dois mil, seiscentos e trinta e dois reais e noventa e dois centavos).

Art. 7º Fica o Poder executivo autorizado a abrir Crédito Suplementar, por Decreto, até o limite de 30% (Trinta por cento) do total geral da despesa autorizada de cada poder da administração direta, autarquias e fundações da administração indireta.

§1º Ficam também, computados no percentual aprovado neste artigo, autorizado a:

a) Proceder por decreto á transpor, remanejar ou transferir, total ou parcialmente recursos orçamentários de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, nos termos do inciso VI, artigo 167 da Constituição Federal.

b) Proceder por decreto à suplementação de fonte para fonte iguais ou diferentes, no mesmo órgão ou de um órgão para outro órgão, das despesas definidas na Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e suas alterações posteriores.

c) Proceder por decreto á compensação, conversão ou criação de qualquer fonte de despesas dos Projetos/Atividades/Operações Especiais e das Obras, sem alterar o valor global do Orçamento, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei.

§2º Os Créditos Adicionais de que trata este artigo poderá ocorrer de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, dentro da estrutura orçamentária.

§3º Entende-se por categoria de programação até o elemento de despesa.

Art. 8º Fica o Poder executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar por excesso de arrecadação, efetivo ou tendência do exercício sobre a previsão orçamentária original, das dotações que correspondam à aplicação das respectivas receitas próprias, vinculadas, convênios, programas ou outras espécies de transferências recebidas.

§1º A compatibilização do PPA e da LDO com a LOA poderá ser efetuada no mesmo decreto que ocorreu a suplementação.

§2º As alterações de que trata o "caput" deste artigo não serão computados para efeito do limite fixado no artigo 7º desta Lei.

Art. 9º Fica o Poder executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar pelo Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

§1º A compatibilização do PPA e da LDO com a LOA poderá ser efetuada no mesmo decreto que ocorreu a suplementação.

§2 º As alterações de que trata o "caput" deste artigo não serão computados para efeito do limite fixado no artigo 7º desta Lei.

Art. 10. Fica o Poder executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar por Operação de Crédito, nas respectivas fontes de recursos.

§1º A compatibilização do PPA e da LDO com a LOA poderá ser efetuada no mesmo decreto que ocorreu a suplementação.

§2 º As alterações de que trata o "caput" deste artigo não serão computados para efeito do limite fixado no artigo 7º desta Lei.

Art. 11. No decorrer da execução orçamentária para o exercício de 2026, o Município de Rio Negro fica autorizado a contratar operações de crédito por antecipação da receita, conforme o inciso II, do artigo 7º, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, nos limites e termos fixados pela legislação pertinente.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado efetuar por Decreto, a alteração de função, subfunção, programa, projeto/atividade/operação especial, categoria econômica e fonte de recurso, da receita e da despesa no que couber, constante nesta Lei para compatibilizar com o Plano de Contas divulgado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e atualizações da Secretária do Tesouro Nacional - STN, após envio deste ao Legislativo e na execução orçamentária de 2026.

Art. 13. Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2026.

Rio Negro, 17 de dezembro de 2025.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN

Prefeito Municipal

OBS: Os anexos pertinentes a presente Lei estão disponíveis nos sites www.rionegro.pr.gov.br e www.leismunicipais.com.br

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:48BB62EF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 376/2025 - MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO N° 88/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada em coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e públicos da área urbana e rural do Município, com monitoramento via satélite, tratamento e destinação final dos resíduos em aterro sanitário devidamente licenciado.

Lote	Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
1	1	5.500,00	TON	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE, DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS (ORGÂNICOS E REJEITOS) DA ÁREA URBANA E RURAL MUNICÍPIO.	326,20	VERSA ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA
1	2	5.500,00	TON	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS (ORGÂNICOS E REJEITOS), DA ÁREA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRO-PR, EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO.	194,00	VERSA ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA

Rio Negro, 17 de dezembro de 2025

KARINA SAIBOTH –

Agente de Contratação

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:B7A023D0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 402/2025 - MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO N° 98/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção corretiva com fornecimento de peças e acessórios para roçadeiras, podadores, motosserras e soprador.

Lote	Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
9	1	1.248,00	M	FIO DE NYLON 3 MM PARA ROÇADEIRA -Fio de corte perfil quadrado 3,0 mm	1,29	GRM MAQUINAS E LOCACOES LTDA
10	1	12,00	PÇ	CABEÇOTE - De corte	80,00	INTERBRASIL DISTRIBUIDORA LTDA

Rio Negro, 15 de dezembro de 2025 –

LINDAMIR BURKAT

Agente de Contratação

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:30280A4F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 441/2025 - MODALIDADE – DISPENSA PRESENCIAL N° 216/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de Engenharia de Minas para regularização da Pedreira Municipal da Barra Grande, localizada no Município de Rio Negro/PR.

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
1	1,00	SRV	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA - para a prestação de serviços técnicos de Engenharia de Minas, para regularização da Pedreira Municipal da Barra Grande, localizada no município de Rio Negro/PR, junto à Agência Nacional de Mineração (ANM) e demais órgãos competentes. Compreendendo a elaboração, assinatura e acompanhamento de toda a documentação técnica necessária à regularização da área de lavra, incluindo, mas não se limitando a: Qualificação do requerente (Município de Rio Negro); Indicação da substância mineral a ser extraída; Memorial descritivo, contendo informações sobre a obra pública que demanda o uso do material, a localização e a extensão da área, além dos prazos de início e conclusão da obra; Planta de situação e memorial descritivo da área; notação de Responsabilidade Técnica (ART), assinada por engenheiro de minas devidamente registrado no CREA/CONFEA; Documentação técnica complementar exigida pela ANM para obtenção ou renovação de títulos minerários.	12.500,00	SOGEO GEOLOGIA APLICADA LTDA

Rio Negro, 17 de dezembro de 2025 –

JOÃO GUILHERME SCHELBAUER –

Agente de Contratação

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:BAA5DA52

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 632 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

SÚMULA: Reestima as Receitas Previstas; abre Crédito Adicional Suplementar – Por Excesso de Arrecadação, e altera o cronograma de Execução Mensal para Exercício Financeiro de 2025, previsto no Decreto nº 523 de 23 de Dezembro de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no inciso II, § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e de conformidade com o disposto nos §1º e 2º do artigo 10º e artigos 13 e 14 da Lei 4.252 de 12/12/2024– Lei Orçamentária Anual – LOA/2025.

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam Reestimadas as Receitas Correntes na Fonte de Recursos – 002 – Desvinculação das Receitas dos Municípios – DRM – EC n°93/2016, conforme a seguir demonstrado:

RED	Código	Descrição	*Valor Orçado	**Valor Arrecadado até 17/12/2025	*** Excesso de Arrecadação no Exercício
46	1.2.4.1.50.0.1.00.00.00.00.00	COSIP - Principal	2.850.000,00	3.560.803,52	710.803,52
58	1.3.2.1.01.0.1.01.05.00.00.00	Remuneração Desvinculação das Receitas do Município - DRM	21.600,00	85.195,90	63.595,90
TOTAL			**2.871.600,00**	**3.645.999,42**	**774.399,42**
* Valor da Receita prevista na Lei Municipal nº 4.252 de 12 de dezembro 2024;					
** Valor de Arrecadação;					
*** Excesso de Arrecadação no Exercício.					

Art. 2º - Fica aberto no corrente exercício financeiro um crédito adicional suplementar no valor de **R$ 774.399,42 (Setecentos e setenta e quatro mil, trezentos e noventa e nove reais e quarenta e dois centavos),** para reforço de dotações constantes da Lei de Orçamento vigente, nº 4.252 de 12/12/2024, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
07.01.26.782.0007.2.032	3.3.90.39.00.00.00	002	R$ 400.000,00
17.01.15.452.0017.2.082	3.3.90.39.00.00.00	002	R$ 374.399,42
TOTAL			**R$ 774.399,42**

Art. 3º Como recursos para a abertura do Crédito previsto no artigo anterior, o Executivo utilizar-se-á do previsto no inciso II, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e do previsto nos § 1º e 2º do artigo 10º e artigos 13 e 14 da Lei 4.252 de 12/12/2024 – Lei Orçamentária Anual – LOA/2025.

Parágrafo único. Como Excesso de Arrecadação considerar-se-á o montante de **R$ 774.399,42 (Setecentos e setenta e quatro mil, trezentos e noventa e nove reais e quarenta e dois centavos),** oriundos da Fonte de Recursos: 002 – Desvinculação das Receitas dos Municípios – DRM – EC n°93/2016.

Art. 4º Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2025, previsto no Decreto nº 523 de 23 de Dezembro de 2024, acrescendo a Previsão de Aplicação de Recursos de **R$ 774.399,42 (Setecentos e setenta e quatro mil, trezentos e noventa e nove reais e quarenta e dois centavos),** conforme a seguir especificados:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos
07.01	3.3	002	Dezembro	R$ 400.000,00
17.01	3.3	002	Dezembro	R$ 374.399,42
TOTAL				**R$ 774.399,42**

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 17 de Dezembro de 2025.

AILTON APARECIDO MAISTRO	*EDER JUNIOR EVANGELISTA*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Finanças

PAULO ROGÉRIO DE LIMA	*CÁSSIA PUZZI*
Secretário Municipal de Administração	Diretora de Elaboração e Programação Orçamentária

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:99ED3133

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 633, 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

SUMULA: Reestima as Receitas Previstas; abre Crédito Adicional Suplementar – Por Excesso de Arrecadação, e altera o cronograma de Execução Mensal para Exercício Financeiro de 2025, previsto no Decreto nº 523 de 23 de Dezembro de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no inciso II, § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e de conformidade com o disposto nos §1º e 2º do artigo 10 e artigos 13 e 14 da Lei 4.252 de 12/12/2024– Lei Orçamentária Anual – LOA/2025.

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam Reestimadas as Transferências Correntes na Fonte de Recursos – 1080 Transferência de Recursos do FUNDEB destinados á criação de matrículas em ETI, conforme a seguir demonstrado:

RED	Código	Descrição	*Valor Orçado	**Valor Arrecadado até 17/12/2025	*** Excesso de Arrecadação no Exercício	*** Excesso de Arrecadação Aberto no Exercício
492	1.7.1.5.53.0.1.00.00.00.00.00	Transf Rec Fundeb dest à criação matrículas ETI - Principal	0,00	1.008.656,38	1.008.656,38	350.000,00
TOTAL			**0,00**	**1.008.656,38**	**1.008.656,38**	**350.000,00**
* Valor da Receita prevista na Lei Municipal nº 4.252 de 12 de dezembro 2024;						
** Valor de Arrecadação;						
*** Excesso de Arrecadação no Exercício.						

Art. 2º - Fica aberto no corrente exercício financeiro um crédito adicional suplementar no valor de **R$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais),** para reforço de dotações constantes da Lei de Orçamento vigente, nº 4.252 de 12/12/2024, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
08.02.12.365.0008.6.044	3.1.90.04.00.00.00	1080	R$ 310.000,00
08.02.12.365.0008.6.044	3.1.90.13.00.00.00	1080	R$ 40.000,00
TOTAL			**R$ 350.000,00**

Art. 3º Como recursos para a abertura do Crédito previsto no artigo anterior, o Executivo utilizar-se-á do previsto no inciso II, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e do previsto nos § 1º e 2º do artigo 10º e artigos 13 e 14 da Lei 4.252 de 12/12/2024 – Lei Orçamentária Anual – LOA/2025.

Parágrafo único. Como Excesso de Arrecadação considerar-se-á o montante de **R$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais),** oriundos da Fonte de Recursos: 1080 Transferência de Recursos do FUNDEB destinados á criação de matrículas em ETI.

Art. 4º Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2025, previsto no Decreto nº 523 de 23 de Dezembro de 2024, acrescendo a Previsão de Aplicação de Recursos de **R$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais),** conforme a seguir especificados:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos
08.02	3.1	1080	Dezembro	R$ 350.000,00
TOTAL				**R$ 350.000,00**

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 17 de Dezembro de 2025.

AILTON APARECIDO MAISTRO	*EDER JUNIOR EVANGELISTA*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Finanças

PAULO ROGÉRIO DE LIMA	*CÁSSIA PUZZI*
Secretário Municipal de Administração	Diretora de Elaboração e Programação Orçamentária

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:AA60AD2C

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
2º ADITIVO DO CONTRATO 197/2023

2º ADITIVO DO CONTRATO Nº 197/2023

Ref: Pregão Eletrônico Nº 190/2023

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Rolândia, Estado do Paraná, comparecem partes, justas e contratadas, a saber, de um lado, na qualidade de contratante, o **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA,** Pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76288760/0001-08, com sede à Av. Pres. Bernardes, 809, na cidade de Rolândia-Pr, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **AILTON APARECIDO MAISTRO,** portador da Cédula de Identidade nº 865.XXX.X SSP/PR e do CPF/MF nº 152.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na Rua Mal. Deodoro Fonseca, nº 500, na cidade de ROLÂNDIA – PR, CEP 86.600-218, doravante apenas designado CONTRATANTE e de outro lado, na qualidade de contratada, e de outro lado a empresa **OXIVALLE GASES OXIGÊNIO LTDA ME** cadastrado no C.N.P.J. sob nº 19.083.326/0001-58, estabelecida na Rua Antonio Migliorini, 80, na cidade de Sabaudia/PR, email atendimento@oxivalle.com.br, Fone (43) 99607.7075, neste ato legalmente representada pelo **Sr. APARECIDO PAULO VIEIRA** brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.XXX.XXX-X e CPF nº 014.XXX.XXX.XX, doravante designada CONTRATADA, ajustam e outorgam o presente **ADITIVO DE CONTRATO**, nos termos do Artigo 65 da Lei 8.666/93, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS PRAZOS

Fica aditivada a cláusula segunda do presente contrato, prorrogando os prazos por mais 12 (doze) meses, com início em **15/12/2025** término em **14/12/2026** para execução; 60 (sessenta) dias para vigência após o término da execução.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

Fica aditivada a cláusula primeira do contrato no valor de **R$ 21.340,00** (vinte e um mil e trezentos e quarenta reais) passando o valor inicial do contrato **R$ 457.440,00** (quatrocentos e cinqüenta e sete mil quatrocentos e quarenta reais), para **R$ 478.780,00** (quatrocentos e setenta e oito mil setecentos e oitenta reais) tendo como base de reajuste o IPCA acumulado no período, representando um acréscimo aproximado de **4,68%** (quatro vírgula sessenta e oito por cento).

DE

Lote	Item	Und.	Qtd.	ESPECIFICAÇÃO	R$ Unit.	R$ Total
2	3	M³	10.000	Oxigênio medicinal gasoso em cilindro de 6 à 10m³ - aspecto gás incolor, inodoro, acondicionado em cilindro sob pressão variando de 150 a 200 bar à temperatura ambiente, pureza igual ou maior que 99,55% de umidade máxima 3ppm, gás liquefeito, atóxico não corrosivo ch4 máximo 5ppm, produto com identificação do fabricante e com garantia de cilindro em perfeitas condições e lacre inviolável - conforme determinação da ANVISA. (com fornecimento de cilindro em comodato no tamanho estabelecido pela Secretaria de Saúde)	18,29	182.900,00
2	4	M³	4.000	Oxigênio medicinal gasoso em cilindro de 1,5 a 4 m³ - aspecto gás incolor, inodoro, acondicionado em cilindro sob pressão, variando de 150 a 200 bar à temperatura ambiente, pureza igual ou maior que 99,55% de umidade máxima de 3ppm, gás liquefeito, atóxico não corrosivo ch4 máximo 5ppm, produto com identificação do fabricante e com garantia de cilindro em perfeitas condições e lacre inviolado - conforme determinação da ANVISA. (com fornecimento de cilindro em comodato no tamanho estabelecido pela Secretaria de Saúde)	32,03	128.120,00
2	5	M³	2.000	Oxigênio medicinal gasoso em cilindro de 0,6 a 1 m³ - aspecto gás incolor, inodoro, acondicionado em cilindro sob pressão, variando de 150 a 200 bar à temperatura ambiente, 69,89 139.780,00 MESSER pureza igual ou maior que 99,55% de umidade máxima de 3ppm, gás liquefeito, atóxico não corrosivo ch4 máximo 5ppm, produto com identificação do fabricante e com garantia de cilindro em perfeitas condições e lacre inviolado - conforme determinação da ANVISA. (com fornecimento de cilindro em comodato no tamanho estabelecido pela Secretaria de Saúde)	73,21	146.420,00
TOTAL R$ 457.440,00						

PARA

Lote	Item	Und.	Qtd.	ESPECIFICAÇÃO	R$ Unit.	R$ Total
2	3	M³	10.000	Oxigênio medicinal gasoso em cilindro de 6 à 10m³ - aspecto gás incolor, inodoro, acondicionado em cilindro sob pressão variando de 150 a 200 bar à temperatura ambiente, pureza igual ou maior que 99,55% de umidade máxima 3ppm, gás liquefeito, atóxico não corrosivo ch4 máximo 5ppm, produto com identificação do fabricante e com garantia de cilindro em perfeitas condições e lacre inviolável - conforme determinação da ANVISA. (com fornecimento de cilindro em comodato no tamanho estabelecido pela Secretaria de Saúde)	19,14	191.400,00
2	4	M³	4.000	Oxigênio medicinal gasoso em cilindro de 1,5 a 4 m³ - aspecto gás incolor, inodoro, acondicionado em cilindro sob pressão, variando de 150 a 200 bar à temperatura ambiente, pureza igual ou maior que 99,55% de umidade máxima de 3ppm, gás liquefeito, atóxico não corrosivo ch4 máximo 5ppm, produto com identificação do fabricante e com garantia de cilindro em perfeitas condições e lacre inviolado - conforme determinação da ANVISA. (com fornecimento de cilindro em comodato no tamanho estabelecido pela Secretaria de Saúde)	33,53	134.120,00
2	5	M³	2.000	Oxigênio medicinal gasoso em cilindro de 0,6 a 1 m³ - aspecto gás incolor, inodoro, acondicionado em cilindro sob pressão, variando de 150 a 200 bar à temperatura ambiente, 69,89 139.780,00 MESSER pureza igual ou maior que 99,55% de umidade máxima de 3ppm, gás liquefeito, atóxico não corrosivo ch4 máximo 5ppm, produto com identificação do fabricante e com garantia de cilindro em perfeitas condições e lacre inviolado - conforme determinação da ANVISA. (com fornecimento de cilindro em comodato no tamanho estabelecido pela Secretaria de Saúde)	76,63	153.260,00
TOTAL R$ 478.780,00						

CLÁUSULA TERCEIRA - FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia/PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer do presente contrato, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja. E por estarem justos e contratados, datam e assinam o presente contrato de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que o mesmo surta os seus devidos e legais efeitos.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 25 de novembro 2025.

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA	***OXIVALE GASES OXIGÊNIO LTDA ME***
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

_____ **MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI**	_____ **FABIO MARTINS**
Secretária Municipal De Compras, Licitações E Patrimônio	Secretário Municipal De Saúde(Interino)
_____ **MARCIA CRISTINA SANCHES GUEDES**	_____ **VÂNIA BONFIM SANTOS YOSHIDA**
Fiscal do Contrato	Fiscal do Contrato

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:A3828C49

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE DIÁRIA/INDENIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E/OU TRANSPORTE/ DESPESAS COM PASSAGENS TERRESTRES E AÉREAS N º 39/2025

EXTRATO DE DIÁRIA/INDENIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E/OU TRANSPORTE/ **DESPESAS COM PASSAGENS TERRESTRES E AÉREAS** **N º 39/2025**		
CÂMARA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO		
MARCELO JOÃO BARILI	FUNÇÃO: PRESIDENTE DA CÂMARA	
BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL		
SOLICITAÇÃO CONCEDIDA		
(X) SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS ( ) SOLICITAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E/OU TRANSPORTE (X) SOLICITAÇÃO DE DESPESAS COM PASSAGENS TERRESTRES OU AÉREAS		
Audiências com os Deputados Federais Fernando Giacobo, Toninho Wandscheer, Paulo Litro e o Senador Oriovisto Guimarães, para tratar de solicitações de recursos para o município de Salgado Filho-PR.		

PERÍODO DA VIAGEM	08/12/2025 A 10/12/2025
NÚMERO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS/VALOR	02 DIÁRIAS E 9:30 HORAS/R$ 2.359,38
INDENIZAÇÃO ALIMENTAÇÃO/TRANSPORTE CONCEDIDAS/VALOR	ALIMENTAÇÃO: R$ TRANSPORTE: R$

DESPESAS PASSAGEM TERRESTRE/AÉREA	R$ 2.359,38
VALOR TOTAL	R$ 4.156,25

Publicado por:
Carla Luciane Barcarol
Código Identificador:493B2D3E

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE DIÁRIA/INDENIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E/OU TRANSPORTE/ DESPESAS COM PASSAGENS TERRESTRES E AÉREAS N º 42/2025

EXTRATO DE DIÁRIA/INDENIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E/OU TRANSPORTE/ **DESPESAS COM PASSAGENS TERRESTRES E AÉREAS** **N º 42/2025**		
CÂMARA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO		
NOME	ADAIR SUGARI	FUNÇÃO: VEREADOR
DESTINO	BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL	
SOLICITAÇÃO CONCEDIDA		
(x) SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS ( ) SOLICITAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E/OU TRANSPORTE (x) SOLICITAÇÃO DE DESPESAS COM PASSAGENS TERRESTRES OU AÉREAS		
MOTIVO	Participação no Intercâmbio Legislativo (09/12/2025 a 11/12/2025), promovido pelo Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados. Audiência com o Deputado Federal Geraldo Gabriel Mendes para solicitar a destinação de recursos financeiros para as seguintes finalidades: aquisição de maquinários para a implementação do Programa Patrulha Agrícola; aquisição de maquinários para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente; reforma do ginásio de esportes do Colégio Municipal Professora Jaci Maria Lopes; aquisição de um veículo para a Câmara Municipal e recursos para área da saúde do nosso município.	
PERÍODO DA VIAGEM	08/12/2025 A 12/12/2025	
NÚMERO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS/VALOR	04 DIÁRIAS E 16:00 HORAS/VALOR: R$ 3.500,00	
INDENIZAÇÃO ALIMENTAÇÃO/TRANSPORTE CONCEDIDAS/VALOR	ALIMENTAÇÃO: R$ TRANSPORTE: R$	
DESPESAS PASSAGEM TERRESTRE/AÉREA	R$ 1.100,00	
VALOR TOTAL	R$ 4.600,00	

Publicado por:
Carla Luciane Barcarol
Código Identificador:191DEDD6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

DECRETO Nº 1262 /2025

SÚMULA: - Nomeia Membros do Conselho Municipal de Habitação de Salto do Lontra, Estado do Paraná e dá outras Providências.

Fernando Alberto Cadore,Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas em Lei nº 050/2019 de 25 de Setembro de 2019;

D E C R E T A:

Art. 1º -Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Habitação de Salto do Lontra, Estado do Paraná, os seguintes membros:

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO - GOVERNAMENTAL		
TITULAR	**SUPLENTE**	**REPRESENTAÇÃO**
Jocineia Ribeiro do Nascimento	Gessi Lini	Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania
Sedenir Rhoden	Joelcio Dalla Valle	Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças
Roberto Carlos Lucieto	Bruno Luiz de Campos	Departamento Municipal de Urbanismo
Junior Henrique Formaio	Clóvis Antunes	Câmara Municipal de Vereadores
Cleimar Moravski	Tânia Sineia Sumenssi Bassanesi	Departamento Municipal de Tributação e Cadastros Técnicos
REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL – NÃO GOVERNAMENTAL		
TITULAR	**SUPLENTE**	**REPRESENTAÇÃO**
Leila Berenice Scotton	Katiuce Cichoski	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE
Isabela Cristina Maria	Regiane Lepechaki Balsanello	Associação Comercial e Empresarial de Salto do Lontra e Nova Esperança do Sudoeste
Geovane Faust	Fabiane Patricia Civa	Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária Pioneira - CRESOL
Ivo Schlikman	Silvia de Fatima Oliboni Franco	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salto do Lontra
Laudete Fátima dos Santos Priori	Iria Schoninger	Grupo de Idosos Renascer

Parágrafo Único –Em conformidade com as normas insertas na Lei Municipal nº 050/2019, o exercício da função dos Conselheiros por este Decreto nomeados, serão considerados, serviços públicos relevantes e sem remuneração.

Art. 2º -Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra-Paraná, em 17 de Dezembro de 2025.

FERNANDO ALBERTO CADORE

Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Franz
Código Identificador:129D776C

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - FNHIS SUB 50

MUNICÍPIO DE SALTO DO LONTRA - ESTADO DO PARANÁ

O **MUNICÍPIO DE SALTO DO LONTRA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.205.707/0001-04, com sede administrativa na Rua Prefeito Neuri Bau, nº 975, Centro, CEP: 85.670-000, em Salto do Lontra, Estado do Paraná, representado pelo Prefeito Municipal, Fernando Alberto Cadore, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar **CHAMAMENTO PÚBLICO** para seleção de famílias beneficiárias de **20 (vinte) unidades habitacionais** do Programa Minha Casa Minha Vida - Faixa 1, modalidade **MCMV FNHIS Sub 50**, em conformidade com:

• **Lei Federal nº 14.620, de 13 de julho de 2023** (Institui o Programa Minha Casa, Minha Vida);

• **Portaria MCID nº 1.416, de 6 de novembro de 2023** (Dispõe sobre as diretrizes para habilitação e seleção de beneficiários);

• **Portaria MCID nº 75, de 28 de janeiro de 2025** (Estabelece normas para o Trabalho Social);

• **Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018** (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);

• **Constituição Federal de 1988**;

• **Legislação Municipal aplicável**.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Edital tem por objeto a seleção de famílias em situação de vulnerabilidade social para serem beneficiárias de **20 (vinte) unidades habitacionais** a serem construídas no Município de Salto do Lontra/PR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - FNHIS Sub 50.

1.2. As unidades habitacionais serão destinadas aos candidatos selecionados, observados os seguintes percentuais mínimos de reserva;

3% (01 unidade) para Idoso, conforme disposto no inciso I, do Art. 38, da Lei nº 10.741, de 1 de Outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso.

3% (01 unidade) para famílias que possuam em seu núcleo familiar **pessoa com deficiência**,conforme no disposto no inciso I do Art. 32 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Se encaixam pessoa com Transtorno do Espectro Autista – TEA e pessoa com deficiência física, sensorial, intelectual ou múltipla.

18 unidades destinadas à **demanda geral**, observados os critérios objetivos de pontuação e classificação previstos neste Edital.

2. DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar do processo seletivo as famílias que atendam **CUMULATIVAMENTE** aos seguintes requisitos na data de publicação deste Edital:

2.1.1. Requisitos Obrigatórios:

a) ser maior de 18 (dezoito) anos ou emancipado nos termos da legislação civil;

b) possuir cadastro **ativo e atualizado** no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com data de atualização não superior a 12 (doze) meses;

c) possuir renda familiar mensal bruta de até **R$ 2.850,00 (dois mil e oitocentos e cinquenta reais)**, comprovada por meio do CadÚnico;

Conforme Portaria nº 1416/2023 – MCID, limita o valor da renda bruta familiar em R$2.850,00, para fins de cálculo no valor de renda mensal bruta familiar, não serão considerados os Benefícios temporáris de natureza indenizatória, assistencial ou provisória, como auxílio doença, auxílio acidente, seguro desemprego, Benefício de Prestação Continuada, Benefício do Programa Bolsa Família ou outros que venham substitui-los.

d) residir no Município de Salto do Lontra/PR de forma **ininterrupta há no mínimo 5 (cinco) anos**, comprovados mediante documentação hábil;

e) não possuir, o candidato ou qualquer membro do núcleo familiar, imóvel (urbano ou rural), casa, apartamento, sala, loja, terreno ou qualquer outro bem imóvel, em qualquer localidade do território nacional;

f) não ter sido beneficiado anteriormente, o candidato ou qualquer membro do núcleo familiar, por programas habitacionais de qualquer esfera governamental (federal, estadual ou municipal) ou por programas de regularização fundiária;

g) comprometer-se a residir no imóvel a ser recebido como domicílio permanente, sendo vedada a transferência, venda, doação, locação ou qualquer outra forma de alienação pelo prazo mínimo estabelecido em contrato;

h) que tenha a mulher como responsável pela unidade familiar;

i) em situação de emergência ou calamidade pública em área de alagamento;

j) que tenha mulher vítima de violência doméstica e familiar, conforme disposto na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006;

k) com menor renda per capita;

l) apresentar toda a documentação exigida neste Edital, dentro dos prazos estabelecidos.

2.1.2. Todos os membros do núcleo familiar deverão estar cadastrados no CadÚnico.

2.1.3. Prioridades e Critérios Especiais:

2.1.3.1. Serão reservadas unidades habitacionais para os seguintes grupos prioritários, conforme deliberação do Conselho Municipal de Habitação:

3% (01 unidade) para Idoso, conforme disposto no inciso I, do Art. 38, da Lei nº 10.741, de 1 de Outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso.

3% (01 unidade) para famílias que possuam em seu núcleo familiar **pessoa com deficiência**,conforme no disposto no inciso I do Art. 32 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Se encaixam pessoa com Transtorno do Espectro Autista – TEA e pessoa com deficiência física, sensorial, intelectual ou múltipla.

2.1.3.2. Após o preenchimento das cotas específicas, as demais unidades serão destinadas à demanda geral, observada a ordem de pontuação.

2.1.3.3. Caso as cotas específicas estabelecidas no item 1.2 não sejam integralmente preenchidas por falta de candidatos habilitados que atendam aos requisitos de cada categoria, as vagas remanescentes serão **automaticamente redirecionadas para a demanda geral**, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação por pontuação.

2.1.3.4. O não preenchimento de cotas específicas poderá ocorrer nas seguintes situações:

a) ausência de candidatos inscritos na categoria específica;

b) desclassificação de todos os candidatos inscritos na categoria por não atendimento aos requisitos;

c) desistência de candidatos classificados na categoria sem candidatos remanescentes na lista de reserva da mesma cota.

2.1.3.5. A redistribuição das vagas será realizada da seguinte forma:

a) **1ª prioridade:** candidatos da lista de reserva da mesma categoria específica, se houver;

b) **2ª prioridade:** candidatos da demanda geral, respeitando a ordem decrescente de pontuação;

c) a Comissão de Seleção documentará formalmente cada redistribuição, justificando tecnicamente a impossibilidade de preenchimento da cota.

2.1.3.6. A redistribuição de vagas será divulgada juntamente com a Lista de Classificação Final, garantindo-se transparência e publicidade ao processo.

3. DOS IMPEDIMENTOS

3.1. Não poderão participar deste processo seletivo:

a) candidatos que não atendam aos requisitos estabelecidos no item 2 deste Edital;

b) servidores públicos municipais efetivos ou comissionados, seus cônjuges, companheiros e parentes até o segundo grau, que atuem diretamente na seleção, análise ou execução do programa habitacional;

c) candidatos que tenham prestado declarações falsas ou apresentado documentos inidôneos em qualquer fase do processo;

d) famílias que possuam condições financeiras de adquirir imóvel por outros meios;

e) candidatos que tenham sido excluídos de programas habitacionais anteriores por descumprimento de normas ou obrigações contratuais;

f) famílias que possuam financiamento habitacional ativo em qualquer instituição financeira.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. Do Período e Local de Inscrição:

4.1.1. As inscrições serão realizadas no período de **14 de janeiro de 2026** a **23 de janeiro de 2026**, em dias úteis, das **07:30h às 11:30h** e das **13:00h às 17:00h**;

4.1.2. Local de inscrição:

• **Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania**

• Endereço: Rua Vice Prefeito Antonio Deniz Mulinari, 948 - Centro

• Telefone: (46) 99115-7757

• E-mail: assistência.saltodolontra@outlook.com.br

4.1.3. As inscrições serão realizadas **presencialmente** pelo candidato ou por procurador legalmente constituído, mediante apresentação de procuração pública ou particular com firma reconhecida e documento de identidade do procurador.

4.2. Da Documentação para Inscrição:

4.2.1. No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar **OBRIGATORIAMENTE** os seguintes documentos **ORIGINAIS**:

A) Documentos do Candidato (Titular):

• **Documento de identificação oficial com foto** (RG, CNH);

• **CPF** (Cadastro de Pessoa Física);

• **Comprovante de inscrição no CadÚnico** (Folha Resumo do CadÚnico;

• **Certidão de Nascimento ou Casamento** (ou Certidão de União Estável, se for o caso);

• **Comprovante de residência atual** em nome do candidato ou de membro do núcleo familiar (água, luz, telefone, internet, contrato de aluguel), emitido há no máximo 90 dias;

• **Declaração de tempo de residência no município** (Anexo II);

• **Declaração de Não Propriedade de Imóveis** (Anexo III);

• **Declaração de Composição e Renda Familiar** (Anexo IV);

• **Declaração de Não Participação em Outros Programas Habitacionais** (Anexo V);

• **Declaração de Ciência e Concordância** com as regras do programa (Anexo VI).

B) Documentos de Todos os Membros Maiores de 18 Anos do Núcleo Familiar:

• **Documento de identificação oficial com foto** (RG ou CNH);

• **CPF** (Cadastro de Pessoa Física);

• **Certidão de Nascimento ou Casamento**;

• **Comprovante de renda** (contracheques, declaração de autônomo, extratos bancários) ou Declaração de Renda (Anexo VII), se não houver renda formal.

C) Documentos dos Membros Menores de 18 Anos:

• **Certidão de Nascimento**;

• **CPF** (se possuir).

D) Documentação para Comprovação de Residência no Município:

• **Mínimo de 3 (três) comprovantes** que demonstrem residência ininterrupta há pelo menos 5 anos, podendo ser:

Contas de água, luz, telefone em nome do candidato ou familiar;

Contratos de aluguel anteriores;

Declaração de vizinhos (mínimo 2);

Histórico escolar de filhos menores;

Comprovantes de atendimento em postos de saúde do município;

Declaração de trabalho com registro em CTPS;

Outros documentos que comprovem a residência.

E) Documentação Específica para Grupos Prioritários:

Para famílias com mulheres chefes de família:

Certidão de Nascimento dos filhos (se mãe solo);

Medida protetiva ou boletim de ocorrência (se vítima de violência doméstica) - *OPCIONAL, mas confere pontuação adicional*.

Para famílias com pessoa com deficiência, deve ser apresentado laudo médico atualizado (emitido há no máximo 12 meses) atestando:

Para TEA: Transtorno do Espectro Autista, conforme critérios do DSM-5 ou CID-11;

Para outras deficiências: deficiência física, sensorial, intelectual ou múltipla, nos termos da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

O laudo deve conter: CID, descrição da deficiência, assinatura e carimbo do médico com CRM.

Para famílias com idosos:

Documento de identidade comprovando idade igual ou superior a 60 anos;

O idoso deve ser o titular da inscrição.

Para mulheres gestantes:

Documento de acompanhamento de pré natal.

4.2.2. Todos os documentos deverão ser apresentados em **original**. Os originais serão devolvidos após conferência.

4.2.3. A documentação incompleta ou apresentada fora do prazo acarretará a **DESCLASSIFICAÇÃO AUTOMÁTICA** do candidato.

4.2.4. Documentos rasurados, ilegíveis ou que apresentem indícios de adulteração serão desconsiderados.

4.2.5. É de exclusiva responsabilidade do candidato a veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

4.3. Do Preenchimento da Ficha de Inscrição:

4.3.1. No momento da inscrição, o candidato deverá preencher e assinar a **Ficha de Inscrição** (Anexo I), fornecendo informações completas e verdadeiras sobre:

dados pessoais do titular e do núcleo familiar;

endereço atual completo;

composição familiar detalhada;

renda familiar;

situação habitacional atual;

dados para pontuação.

4.3.2. O candidato receberá **Protocolo de Inscrição** contendo:

número de inscrição;

data e hora da inscrição;

lista de documentos apresentados;

informações sobre prazos e etapas seguintes.

4.3.3. Cada família poderá realizar **apenas uma inscrição**. Em caso de duplicidade, será considerada válida apenas a primeira inscrição realizada.

4.4. Disposições Gerais sobre as Inscrições:

4.4.1. A inscrição implica o conhecimento e aceitação tácita das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

4.4.2. Não serão aceitas inscrições por correio, e-mail, fax ou qualquer outro meio que não o presencial no local indicado.

4.4.3. O Município poderá realizar busca ativa de famílias em situação de vulnerabilidade através da área de Assistência Social, orientando-as sobre o processo de inscrição.

4.4.4. Informações incorretas, inverídicas ou a apresentação de documentos falsos ou adulterados implicarão na **ELIMINAÇÃO AUTOMÁTICA** do candidato, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

5. DA ANÁLISE E SELEÇÃO

5.1. Da Comissão de Análise e Seleção:

5.1.1. Será constituída **Comissão Municipal de Análise e Seleção de Beneficiários**, através de Portaria específica, composta por no mínimo 6 (cinco) membros titulares e respectivos suplentes, representantes de:

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento;

Conselho Municipal de Habitação;

Secretaria Municipal de Saúde;

Área técnica (Assistente Social e/ou Psicólogo).

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;

5.1.2. Compete à Comissão:

analisar a documentação apresentada pelos candidatos;

verificar o atendimento aos requisitos deste Edital;

realizar visitas domiciliares;

aplicar os critérios de pontuação;

elaborar a lista de classificação;

julgar recursos;

encaminhar relatórios ao gestor municipal.

5.1.3. Os membros da Comissão atuarão de forma isenta e imparcial, devendo declarar impedimento em caso de parentesco ou interesse direto.

5.2. Da Análise Documental:

5.2.1. A Comissão realizará análise documental de todas as inscrições entre os dias **26 de janeiro de 2026 a 30 de janeiro de 2026**.

5.2.2. Serão verificados:

regularidade e autenticidade dos documentos;

atendimento aos requisitos obrigatórios;

informações prestadas na Ficha de Inscrição;

dados cadastrais junto ao CadÚnico;

existência de imóveis em nome dos membros da família;

participação anterior em programas habitacionais.

5.2.3. A Comissão poderá solicitar documentação complementar, concedendo prazo de **2 (dois) dias úteis** para apresentação.

5.2.4. Os candidatos que não atenderem aos requisitos mínimos serão **DESCLASSIFICADOS**.

5.3. Dos Critérios de Pontuação:

5.3.1. Os candidatos habilitados serão pontuados de acordo com os critérios estabelecidos na **Tabela de Pontuação** (Item 5.5), que considera situações de maior vulnerabilidade social e habitacional.

5.3.2. A pontuação será aplicada pela Comissão com base nas informações prestadas, documentos apresentados e visita domiciliar.

5.3.3. Em caso de empate, serão aplicados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

• Família com maior número de crianças e adolescentes (até 17 anos);

• Família com maior número de pessoas com deficiência;

• Família com maior número de idosos;

• Família com menor renda per capita;

• Família com maior tempo de residência no município;

• Candidato com maior idade;

• Sorteio público.

5.4. Tabela de Pontuação:

CRITÉRIO	SITUAÇÃO	PONTOS
1. RENDA FAMILIAR PER CAPITA	Até R$ 218,00 (extrema pobreza)	25
	De R$ 218,01 a R$ 759,00	20
	De R$ 759,01 a R$ 1.518,00	15
	De R$ 1.518,01 a R$ 2.277,00 (até 1,5 S.M)	10
	De R$ 2.277,01 a R$ 2.850,00	5
2. CONDIÇÕES DE MORADIA ATUAL	Área de risco	25
	Em situação de emergência ou calamidade pública (enchente, deslizamento)	20
	Imóvel cedido/emprestado	15
	Locação/aluguel	10
	Ocupação irregular	8
	Imóvel próprio/precário	5
3. COMPOSIÇÃO FAMILIAR	Família com 5 ou mais pessoas	15
	Família com 3 a 4 pessoas	10
	Família com 2 pessoas	7
	Pessoa sozinha	5
4. PRESENÇA DE GRUPOS VULNERÁVEIS	Pessoa com deficiência no núcleo familiar	25
	Idoso (60 anos ou +) no núcleo familiar	20
	Vítima de violência doméstica (comprovada)	15
	Criança com até 6 anos	10
	Gestante	8
	Mulher chefe de família	5
5. TEMPO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO	10 anos ou mais	10
	De 5 a 9 anos	7
	5 anos	5

5.4.1. A pontuação máxima possível é de **aproximadamente 300 pontos**, variando conforme a combinação de critérios aplicáveis a cada família.

5.5. Da Lista de Classificação Preliminar:

5.5.1. Após análise e pontuação, será elaborada **Lista de Classificação Preliminar** contendo:

número de inscrição;

nome completo do candidato;

pontuação obtida;

classificação geral;

enquadramento (cota específica ou demanda geral).

5.5.2. A lista será dividida em:

Lista Principal: 20 (vinte) candidatos selecionados, respeitadas as cotas previstas neste Edital;

Lista de Reserva imediata: 10 (dez) candidatos subsequentes, em ordem de pontuação;

Cadastro complementar: os demais candidatos habilitados, em ordem de pontuação, sem caráter eliminatório.

5.5.3. A Lista de Classificação Preliminar será publicada em **30 de janeiro de 2026** através de:

Diário Oficial do Município;

Site oficial da Prefeitura: https://www.saltodolontra.pr.gov.br/

Mural da Prefeitura Municipal;

Mural da Secretaria de Assistência Social e Cidadania.

6. DOS RECURSOS

6.1. Da publicação da Lista de Classificação Preliminar, caberá **RECURSO ADMINISTRATIVO** no prazo de **2 (dois) dias úteis**.

6.2. O recurso deverá ser:

protocolado pessoalmente na Secretaria de Assistência Social;

dirigido à Comissão de Análise e Seleção;

devidamente fundamentado e acompanhado de documentos comprobatórios, se for o caso;

assinado pelo candidato ou procurador legalmente constituído.

6.3. Não serão aceitos recursos:

fora do prazo estabelecido;

enviados por e-mail, correio ou outros meios que não o presencial;

sem fundamentação;

de caráter genérico ou sem especificação dos pontos contestados.

6.4. A Comissão terá prazo de **2 (dois) dias úteis** para análise e julgamento dos recursos, emitindo decisão fundamentada.

6.5. A decisão da Comissão será publicada nos mesmos meios da Lista de Classificação Preliminar e terá caráter **TERMINATIVO**, não cabendo novo recurso na esfera administrativa.

6.6. Após julgamento dos recursos, será elaborada a **Lista de Classificação Final** e encaminhado para a CAIXA ECONOMICA FEDERAL para análise no Cadastro Único de Mutuários. (CADMUT)

7. DA LISTA DE CLASSIFICAÇÃO FINAL

7.1. A **Lista de Classificação Final** será publicada assim que a CAIXA ECONOMICA FEDERAL fizer a devolutiva dos cadastros habilitados.

7.2. A lista conterá:

• **Lista Principal**: 20 beneficiários selecionados, identificados por:

número de inscrição;

nome completo;

pontuação final;

classificação;

enquadramento (se cota específica).

• **Lista de Reserva**: demais candidatos habilitados, em ordem decrescente de pontuação, para substituição em caso de desistência ou inabilitação.

7.3. A Lista Final terá validade de **12 (doze) meses**, prorrogável por igual período, a critério da Administração Municipal.

7.4. Os candidatos classificados na Lista Principal serão convocados para a próxima fase do processo.

8. DA CONVOCAÇÃO E HABILITAÇÃO FINAL

8.1. Da Convocação:

8.1.1. Os candidatos selecionados na Lista Final serão convocados através de:

publicação oficial nos meios estabelecidos;

telefone (se informado);

visita domiciliar pela equipe técnica.

8.1.2. A convocação indicará:

data, horário e local para comparecimento;

documentação a ser apresentada;

consequências da não apresentação.

8.1.3. O candidato convocado terá prazo de **5 (cinco) dias úteis** para comparecer, sob pena de **PERDA DA VAGA**.

8.2. Da Habilitação Final:

8.2.1. Na data agendada, o candidato deverá:

confirmar todos os dados cadastrais;

apresentar documentação atualizada (se solicitada);

assinar Termo de Aceite e Compromisso (Anexo VIII);

receber orientações sobre o Trabalho Social.

8.2.2. Serão realizadas novas verificações junto a:

CadÚnico (atualização de dados);

Cartório de Registro de Imóveis (certidões atualizadas);

Outros órgãos, conforme necessário.

8.2.3. Constatação de alteração nas condições que geraram a classificação ou identificação de informações falsas resultará em **DESCLASSIFICAÇÃO**.

8.3. Das Substituições:

8.3.1. Em caso de desistência, desclassificação ou não comparecimento de candidato da Lista Principal, será convocado o próximo da Lista de Reserva, respeitando-se as cotas quando aplicável.

8.3.2. A substituição seguirá rigorosamente a ordem de classificação.

9. DO TRABALHO SOCIAL

9.1. Os beneficiários selecionados deverão **OBRIGATORIAMENTE** participar das atividades do **Trabalho Social**, em conformidade com a Portaria MCID nº 75/2025.

9.2. O Trabalho Social compreende:

9.2.1. Fase Pré-Ocupação:

mobilização e comunicação social;

formação de grupos representativos;

orientações sobre direitos e deveres;

preparação para a mudança;

educação financeira;

orientações sobre manutenção do imóvel.

9.2.2. Fase Pós-Ocupação (mínimo 6 meses):

acompanhamento das famílias;

atividades socioeducativas;

fortalecimento de vínculos comunitários;

articulação com políticas públicas;

sustentabilidade da intervenção.

9.3. A participação nas atividades do Trabalho Social é **OBRIGATÓRIA**, sendo a ausência injustificada passível de:

advertência formal;

em caso de reincidência, rescisão do benefício conforme legislação aplicável.

9.4. Cronograma e calendário das atividades serão divulgados oportunamente pela equipe responsável.

9.5. O Trabalho Social será executado conforme Plano de Trabalho Social – PTS previamente aprovado pela Caixa Econômica Federal.

10. DA ASSINATURA DO CONTRATO E ENTREGA DAS UNIDADES

10.1. Concluída a habilitação final e iniciado o Trabalho Social, os beneficiários serão convocados para **assinatura do contrato** de cessão/concessão de uso ou outro instrumento jurídico adequado.

10.2. O contrato estabelecerá:

direitos e deveres do beneficiário;

prazo de carência para alienação (mínimo 10 anos, conforme legislação);

obrigação de residência permanente;

vedação de locação, venda ou cessão;

sanções pelo descumprimento;

condições de reversão ao Município.

10.3. A **entrega das chaves** ocorrerá após:

conclusão da obra;

vistoria técnica de recebimento;

assinatura do contrato;

vistoria conjunta do imóvel pelo beneficiário.

10.4. O beneficiário receberá:

manual do proprietário;

termo de entrega de chaves;

orientações sobre manutenção preventiva;

contatos para assistência técnica (período de garantia).

10.5. O não comparecimento para assinatura do contrato ou recebimento das chaves, após 3 (três) convocações, implicará em **DESISTÊNCIA TÁCITA** e perda da vaga.

11. DAS OBRIGAÇÕES DOS BENEFICIÁRIOS

11.1. São obrigações dos beneficiários selecionados:

a) manter atualizados os dados cadastrais junto ao CadÚnico e ao Município;

b) residir permanentemente no imóvel recebido como domicílio da família;

c) conservar o imóvel em boas condições de habitabilidade, realizando manutenções necessárias;

d) arcar com todas as despesas decorrentes do imóvel (água, luz, impostos, taxas);

e) cumprir as normas de convivência e regulamentos do condomínio/loteamento;

f) participar das atividades do Trabalho Social;

g) comunicar ao Município qualquer alteração na composição familiar;

h) não transferir, vender, alugar, ceder ou permutar o imóvel pelo prazo estabelecido em contrato;

i) permitir visitas de fiscalização e acompanhamento pela equipe técnica municipal;

j) zelar pelo patrimônio público e áreas comuns.

11.2. O descumprimento das obrigações poderá acarretar:

advertência formal;

rescisão contratual;

reversão do imóvel ao Município;

responsabilização civil e criminal, se cabível.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A inscrição neste processo seletivo não gera direito adquirido ao recebimento de unidade habitacional, mas mera expectativa de direito.

12.2. A seleção está condicionada à efetiva disponibilidade das unidades e conclusão das obras.

12.3. A definição da unidade habitacional (lote, quadra e localização específica) destinada a cada beneficiário será realizada exclusivamente por meio de sorteio público, previamente divulgado nos canais oficiais do Município. O sorteio ocorrerá em ato público, na data da assinatura dos contratos ou na ocasião da entrega das unidades habitacionais, assegurando a transparência, a impessoalidade e a igualdade de condições entre os contemplados.

12.4. O Município reserva-se o direito de:

cancelar ou adiar o processo seletivo por razões de interesse público;

alterar cronograma, mediante publicação de aditamento ao Edital;

excluir candidatos que incorram em irregularidades;

solicitar documentação complementar.

12.5. Casos omissos ou situações excepcionais serão analisados pela Comissão de Seleção e, se necessário, submetidos ao Gestor Municipal.

12.6. As informações prestadas pelos candidatos têm caráter de declaração, sujeitando-se às penalidades legais em caso de falsidade.

12.7. A qualquer tempo, constatada irregularidade ou ilegalidade na concessão do benefício, este será cancelado, sem prejuízo de outras sanções.

12.8. O processo seletivo respeita rigorosamente a **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)**, sendo os dados utilizados exclusivamente para finalidade do programa habitacional.

12.9. Para dúvidas ou informações adicionais:

• **Atendimento presencial**: Rua Vice Prefeito Antonio Deniz Mulinari, 948 – Centro, Salto do Lontra/PR

• **Telefone**: (46) 99115-7757

• **E-mail**: assistência.saltodolontra@outlook.com.br

12.10. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

12.11. Integram este Edital os seguintes anexos:

• **Anexo I** - Ficha de Inscrição

• **Anexo II** - Declaração de Tempo de Residência

• **Anexo III** - Declaração de Não Propriedade de Imóveis

• **Anexo IV** - Declaração de Composição e Renda Familiar

• **Anexo V** - Declaração de Não Participação em Outros Programas Habitacionais

• **Anexo VI** - Declaração de Ciência e Concordância

• **Anexo VII** - Declaração de Renda (Autônomo/Informal)

• **Anexo VIII** - Termo de Aceite e Compromisso

13. CRONOGRAMA

ETAPA	PERÍODO/DATA
Publicação do Edital	17/12/2025
Período de Inscrições	14/01/2026 a 23/01/2026
Análise Documental	26/01/2026 a 30/01/2026
Publicação da Lista Preliminar	30/01/2026
Prazo para Recursos	01/02/2026 a 02/02/2026
Julgamento dos Recursos	03/02/2026 a 04/02/2026

OBS: As datas poderão ser alteradas por razões de interesse público, mediante publicação de aditamento ao Edital.

Salto do Lontra/PR, 17 de dezembro de 2025.

FERNANDO ALBERTO CADORE

Prefeito Municipal de Salto do Lontra/PR

MÁRCIA FRANZ

Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO

DADOS DO CANDIDATO (TITULAR)

Nº DE INSCRIÇÃO: _____ (Preenchimento pela Secretaria)

DATA DA INSCRIÇÃO: _____/_____/_____

1. IDENTIFICAÇÃO PESSOAL

Campo	**Informação**
Nome Completo	
CPF	
RG	Órgão Expedidor: _____ UF: _____
Data de Nascimento	____/____/_____
Naturalidade	Cidade: _____ UF: _____
Estado Civil	( ) Solteiro(a) | ( ) Casado(a) | ( ) União Estável | ( ) Divorciado(a) ( ) Viúvo(a)
Sexo	( ) Masculino | ( ) Feminino
Raça/Cor	( ) Branca | ( ) Preta | ( ) Parda | ( ) Amarela | ( ) Indígena

2. DOCUMENTAÇÃO

Documento	**Possui?**
Título de Eleitor	Nº: _____ Zona: _____ Seção: _____
Certidão de Nascimento/Casamento	
NIS (Cadastro Único)	Nº_____ Data de atualização: ____/____/_____

3. CONTATO

Campo	**Informação**
Telefone Fixo	(____) _____
Celular	(____) _____
E-mail	

4. ENDEREÇO ATUAL

Campo	**Informação**

Logradouro	
Número / Complemento	
Bairro	
CEP	
Município/UF	Salto do Lontra/PR
Tempo de residência em Salto do Lontra - PR	_____ anos _____ meses

5. SITUAÇÃO HABITACIONAL ATUAL

Tipo de moradia:

• ( ) Casa/apartamento próprio precário

• ( ) Casa/apartamento alugado – Valor: R$ _____

• ( ) Casa/apartamento cedido/emprestado

• ( ) Ocupação irregular

• ( ) Em área de alagamento

• ( ) Área de risco

• ( ) Outro: _____

A moradia possui:

• ( ) Água encanada

• ( ) Energia elétrica

• ( ) Esgoto

• ( )fossa

• ( ) Coleta de lixo

COMPOSIÇÃO FAMILIAR

CANDIDATO (TITULAR) – Já preenchido acima

CÔNJUGE/COMPANHEIRO(A)

Campo	**Informação**
Nome Completo	
CPF	
RG	Órgão Expedidor: _____ UF: _____
Data de Nascimento	____/____/_____
Ocupação/Profissão	
Renda Mensal	R$ _____

DEMAIS MEMBROS DA FAMÍLIA

MEMBRO 1:

• Nome: _____ Parentesco: _____

• CPF: _____ RG: __ _____ Data Nasc.: ____/____/_____

• Ocupação: _____ Renda: R$ _____

• ( ) Pessoa com deficiência – Tipo: _____

• ( ) Idoso (60 anos ou +)

• ( ) Gestante

MEMBRO 2:

• Nome: _____ Parentesco: _____

• CPF: _____ RG: _____ Data Nasc.: ____/____/_____

• Ocupação: _____ Renda: R$ _____

• ( ) Pessoa com deficiência – Tipo: _____

• ( ) Idoso (60 anos ou +)

• ( ) Gestante

MEMBRO 3:

• Nome: _____ Parentesco: _____

• CPF: _____ RG: _____ Data Nasc.: ____/____/_____

• Ocupação: _____ Renda: R$ _____

• ( ) Pessoa com deficiência – Tipo: _____

• ( ) Idoso (60 anos ou +)

• ( ) Gestante

MEMBRO 4:

• Nome: _____ Parentesco: _____

• CPF: _____ RG: _____ Data Nasc.: ____/____/_____

• Ocupação: _____ Renda: R$ _____

• ( ) Pessoa com deficiência – Tipo: _____

• ( ) Idoso (60 anos ou +)

• ( ) Gestante

(Incluir folhas adicionais se necessário)

TOTAL DE PESSOAS NO NÚCLEO FAMILIAR: _____ **RENDA FAMILIAR MENSAL BRUTA TOTAL:** R$ _____ **RENDA PER CAPITA:** R$ _____ (Renda total ÷ nº de pessoas)

GRUPOS PRIORITÁRIOS

Marque se aplica:

• ( ) Mulher chefe de família

• ( ) Vítima de violência doméstica

• ( ) Família com pessoa com deficiência

• ( ) Família com idoso como titular

• ( ) Família com criança de até 6 anos

• ( ) Gestante na família

• ( ) Membro com doença crônica grave

DECLARAÇÕES E COMPROMISSOS

Declaro para os devidos fins que:

• ( ) Todas as informações prestadas são verdadeiras;

• ( ) Estou ciente de que a omissão ou falsidade de informações implicará em desclassificação e responsabilização civil e criminal;

• ( ) Tenho conhecimento e aceito todas as condições estabelecidas no Edital nº 001/2025;

• ( ) Comprometo-me a residir no imóvel como domicílio permanente;

• ( ) Comprometo-me a não transferir, vender, alugar ou ceder o imóvel pelo prazo estabelecido em contrato;

• ( ) Comprometo-me a participar das atividades do Trabalho Social;

• ( ) Autorizo a verificação de todas as informações prestadas.

Local e Data: Salto do Lontra/PR, _____ de Janeiro de 2026.

_____

Assinatura do Candidato (Titular)

PROTOCOLO DE RECEBIMENTO DA INSCRIÇÃO

(Preenchimento exclusivo pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania)

UMA VIA PARA A PESSOA INSCRITA E UMA VIA PARA A SECRETARIA

DADOS DO PROTOCOLO

Nº DE INSCRIÇÃO	
DATA DE RECEBIMENTO	_____/_____/_____
HORA DE RECEBIMENTO	_____:_____

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome Completo	
CPF	
Telefone/Celular	

DOCUMENTAÇÃO RECEBIDA

Marque com "X" os documentos apresentados:

A) Documentos do Candidato (Titular):

☐ Documento de identificação oficial com foto (RG, CNH ou RNE)

☐ CPF

☐ Comprovante de inscrição no CadÚnico (Folha Resumo)

☐ Certidão de Nascimento ou Casamento

☐ Comprovante de residência atual

☐ Declaração de tempo de residência no município (Anexo II)

☐ Declaração de Não Propriedade de Imóveis (Anexo III)

☐ Declaração de Composição e Renda Familiar (Anexo IV)

☐ Declaração de Não Participação em Outros Programas (Anexo V)

☐ Declaração de Ciência e Concordância (Anexo VI)

B) Documentos dos Membros Maiores do Núcleo Familiar:

☐ Documentos de identificação de todos os membros maiores de 18 anos

☐ CPFs de todos os membros maiores de 18 anos

☐ Comprovantes de renda ou Declaração de Renda (Anexo VII)

C) Documentos dos Membros Menores:

☐ Certidões de Nascimento dos menores de 18 anos

D) Comprovantes de Residência no Município:

☐ Mínimo de 3 (três) comprovantes de residência há pelo menos 5 anos

E) Documentação Específica (se aplicável):

☐ Documentos de mulher chefe de família

☐ Laudo médico de pessoa com deficiência/TEA

☐ Documento de identidade de idoso (60+ anos)

ATENÇÃO:

• Guarde este protocolo em local seguro

• Este documento é sua comprovação de inscrição

• Acompanhe as publicações no site: https://www.saltodolontra.pr.gov.br/

• Dúvidas: (46) 99115-7757

IMPORTANTE: A inscrição NÃO garante a seleção. A classificação dependerá da análise documental, visita domiciliar e pontuação obtida conforme critérios do Edital.

OBSERVAÇÕES DA EQUIPE:

DECLARAÇÃO DO CANDIDATO:

Declaro que recebi este protocolo e estou ciente das informações prestadas e das próximas etapas do processo seletivo.

Data: _____/_____/_____

Assinatura do Candidato

ATENDENTE RESPONSÁVEL:

Nome	
Matrícula	

Assinatura e Carimbo do Servidor Responsável

VIA DO CANDIDATO - *Destaque e guarde este protocolo*

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE TEMPO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO

Eu, _____, portador(a) da cédula de identidade civil (RG) nº _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, **DECLARO**, sob as penas da lei, para fins de participação no Edital de Chamamento Público nº 001/2025 do Programa **Minha Casa Minha Vida – FNHIS Sub 50**, que:

• Resido de forma **ININTERRUPTA** no Município de **Salto do Lontra, Estado do Paraná**, há _____ (_____) anos e _____ (_____) meses, desde _____/_____/_____.

• Meu endereço atual é:

Logradouro: _____ Número: _____ Complemento: _____ Bairro: _____ CEP: _____

• Declaro que todas as informações prestadas são verdadeiras e estou ciente de que a falsidade desta declaração configura crime previsto no Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da Lei, bem como implicará na minha imediata desclassificação do processo seletivo.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Local e Data: Salto do Lontra/PR, _____ de Janeiro de 2026.

_____

Assinatura do Declarante

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE NÃO PROPRIEDADE DE IMÓVEIS

Eu, _____, portador(a) da cédula de identidade civil (RG) nº _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, estado civil: _____, profissão: _____, residente e domiciliado(a) na Rua/Avenida _____,

DECLARO, sob as penas da lei, para fins de participação no Edital de Chamamento Público nº 001/2025 do Programa **Minha Casa Minha Vida – FNHIS Sub 50**, que:

• **NÃO POSSUO**, em meu nome, nem em nome de qualquer membro do meu núcleo familiar, qualquer imóvel (casa, apartamento, sala, loja, terreno, sítio, chácara ou qualquer outro bem imóvel), urbano ou rural, em qualquer localidade do território nacional.

• Compõem meu núcleo familiar as seguintes pessoas:

Nome Completo	CPF	Parentesco

• **NÃO FUI BENEFICIADO(A)**, nem qualquer membro do meu núcleo familiar, por programas habitacionais de qualquer esfera governamental (federal, estadual ou municipal), nem por programas de regularização fundiária.

• Declaro estar ciente de que:

• Esta declaração tem caráter de documento oficial;

• A falsidade desta declaração configura crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro (**falsidade ideológica**), punível com detenção de 1 a 5 anos e multa;

• A apresentação de informações falsas implicará na minha imediata desclassificação do processo seletivo;

• O Município realizará verificações junto aos Cartórios de Registro de Imóveis e outros órgãos competentes.

• Comprometo-me a apresentar, se solicitado, **Certidão Negativa de Imóveis** de todas as comarcas onde já residi.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Local e Data: Salto do Lontra/PR, _____ de Janeiro de 2026.

_____

Assinatura do Declarante

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE COMPOSIÇÃO E RENDA FAMILIAR

Eu, _____, portador(a) da cédula de identidade civil (RG) nº _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, **DECLARO**, sob as penas da lei, para fins de participação no Edital de Chamamento Público nº 001/2025 do Programa **Minha Casa Minha Vida – FNHIS Sub 50**, que:

1. COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO FAMILIAR

Meu núcleo familiar é composto por _____ (_____) pessoas, conforme discriminado abaixo:

MEMBRO 1 (Titular):

• Nome: _____

• CPF: _____ RG: _____

• Data de Nascimento: _____/_____/_____

• Parentesco: Titular

• Ocupação: _____

• Renda Mensal Bruta: R$ _____

MEMBRO 2:

• Nome: _____

• CPF: _____ RG: _____

• Data de Nascimento: _____/_____/_____

• Parentesco: Titular

• Ocupação: _____

• Renda Mensal Bruta: R$ _____

MEMBRO 3:

• Nome: _____

• CPF: _____ RG: _____

• Data de Nascimento: _____/_____/_____

• Parentesco: Titular

• Ocupação: _____

• Renda Mensal Bruta: R$ _____

MEMBRO 4:

• Nome: _____

• CPF: _____ RG: _____

• Data de Nascimento: _____/_____/_____

• Parentesco: Titular

• Ocupação: _____

• Renda Mensal Bruta: R$ _____

MEMBRO 5:

• Nome: _____

• CPF: _____ RG: _____

• Data de Nascimento: _____/_____/_____

• Parentesco: Titular

• Ocupação: _____

• Renda Mensal Bruta: R$ _____

(Incluir folhas adicionais se necessário)

2. RESUMO DA RENDA FAMILIAR

Descrição	**Valor (R$)**
Renda de trabalho formal (CLT, estatutário)	
Renda de trabalho informal/autônomo	
Benefícios sociais (Bolsa Família, BPC, etc.)	
Aposentadoria/Pensão	
Outras rendas (especificar): _____ _____	
RENDA FAMILIAR MENSAL BRUTA TOTAL	**R$ _____**
Número de pessoas no núcleo familiar	
RENDA PER CAPITA (Total ÷ nº pessoas)	**R$ _____**

3. DECLARAÇÕES

Declaro que:

• ( ) Todas as informações acima são verdadeiras e correspondem à real situação socioeconômica da minha família;

• ( ) A renda familiar mensal bruta total é de até **R$ 2.850,00 (dois mil e oitocentos e cinquenta reais)**;

• ( ) Todos os membros do núcleo familiar estão cadastrados no **Cadastro Único (CadÚnico);**

• ( ) Comprometo-me a comprovar a renda declarada, mediante apresentação de documentos, sempre que solicitado;

• ( ) Estou ciente de que a falsidade desta declaração configura crime previsto no Código Penal Brasileiro e implicará em desclassificação e responsabilização legal.

Local e Data: Salto do Lontra/PR, _____ de Janeiro de 2026.

_____

Assinatura do Declarante

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE NÃO PARTICIPAÇÃO EM OUTROS PROGRAMAS HABITACIONAIS

Eu, _____, portador(a) da cédula de identidade civil (RG) nº _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, estado civil: _____, profissão: _____, residente e domiciliado(a) na Rua/Avenida _____, DECLARO, sob as penas da lei, para fins de participação no Edital de Chamamento Público nº 001/2025 do Programa **Minha Casa Minha Vida – FNHIS Sub 50**, que:

• **NÃO FUI BENEFICIADO(A)**, nem qualquer membro do meu núcleo familiar, por programas habitacionais de qualquer natureza, nas esferas federal, estadual ou municipal, incluindo mas não se limitando a:

• Programa **Minha Casa Minha Vida** (qualquer modalidade);

• Programa Nacional de Habitação Rural (**PNHR**);

• Programas habitacionais estaduais;

• Programas habitacionais municipais;

• Programas de regularização fundiária com provisão de moradia;

• Programas de subsídio habitacional;

• Programas de lotes urbanizados.

• **NÃO POSSUO** e **NÃO POSSUO EM NOME DE MEMBROS DO NÚCLEO FAMILIAR** financiamento habitacional ativo em qualquer instituição financeira.

• **NÃO FUI EXCLUÍDO(A)** de programas habitacionais anteriores por descumprimento de normas ou obrigações contratuais.

• Declaro estar ciente de que:

• A falsidade desta declaração configura crime de **falsidade ideológica** (art. 299 do Código Penal);

• A omissão de informações sobre participação anterior em programas habitacionais implicará em desclassificação imediata;

• O Município realizará verificações junto aos órgãos competentes;

• A constatação de informações falsas resultará em responsabilização civil e criminal.

• Comprometo-me a informar imediatamente ao Município caso venha a ser contemplado(a) em outro programa habitacional durante o processo seletivo.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Local e Data: Salto do Lontra/PR, _____ de Janeiro de 2026.

_____

Assinatura do Declarante

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA COM AS REGRAS DO PROGRAMA

Eu, _____, portador(a) da cédula de identidade civil (RG) nº _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, candidato(a) ao Programa Minha Casa Minha Vida – FNHIS Sub 50, no âmbito do Edital de Chamamento Público nº 001/2025, **DECLARO** que:

1. CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES DO EDITAL

( ) Tenho pleno conhecimento de todas as condições, requisitos, direitos e deveres estabelecidos no Edital de Chamamento Público nº 001/2025 e seus anexos.

( ) Estou ciente de que a inscrição não gera direito adquirido, mas mera expectativa de direito ao recebimento de unidade habitacional.

( ) Compreendo que a seleção está condicionada à disponibilidade efetiva das unidades e à conclusão das obras.

2. COMPROMISSO DE RESIDÊNCIA PERMANENTE

( ) Comprometo-me a residir no imóvel a ser recebido como domicílio permanente da minha família.

( ) Estou ciente de que é VEDADA a transferência, venda, doação, locação, cessão, permuta ou qualquer outra forma de alienação do imóvel pelo prazo mínimo estabelecido em contrato (mínimo de 10 anos).

( ) Compreendo que o descumprimento desta obrigação poderá resultar em rescisão contratual e reversão do imóvel ao Município.

3. PARTICIPAÇÃO NO TRABALHO SOCIAL

( ) Comprometo-me a participar OBRIGATORIAMENTE das atividades do Trabalho Social, em todas as suas fases (pré-ocupação e pós-ocupação), conforme Portaria MCID nº 75/2025.

( ) Estou ciente de que a ausência injustificada nas atividades do Trabalho Social poderá acarretar advertência formal e, em caso de reincidência, rescisão do benefício.

( ) Compreendo que o Trabalho Social compreende atividades de mobilização, educação financeira, desenvolvimento socioeconômico, sustentabilidade ambiental e outras previstas no Projeto de Trabalho Social.

4. OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS

( ) Comprometo-me a arcar com todas as despesas decorrentes do imóvel, incluindo:

• Contas de água, energia elétrica e gás;

• IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano);

• Taxas municipais;

• Despesas condominiais (se aplicável);

• Custos de manutenção do imóvel.

( ) Estou ciente de que a inadimplência com estas obrigações poderá resultar em sanções contratuais.

5. CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO

( ) Comprometo-me a conservar o imóvel em boas condições de habitabilidade, realizando as manutenções necessárias.

( ) Estou ciente de que modificações estruturais no imóvel dependem de autorização prévia e que alterações não autorizadas podem resultar em penalidades.

6. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

( ) Autorizo e comprometo-me a permitir visitas de fiscalização e acompanhamento pela equipe técnica municipal, durante todo o período estabelecido em contrato.

( ) Comprometo-me a manter atualizados meus dados cadastrais junto ao CadÚnico e ao Município.

7. VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES

( ) Declaro que todas as informações prestadas no processo de inscrição são verdadeiras.

( ) Estou ciente de que a apresentação de documentos falsos ou informações inverídicas configura crime e implicará em:

• Desclassificação imediata do processo seletivo;

• Rescisão contratual (se já houver recebido o imóvel);

• Reversão do imóvel ao patrimônio público;

• Responsabilização civil e criminal.

8. ALTERAÇÕES NA COMPOSIÇÃO FAMILIAR

( ) Comprometo-me a comunicar ao Município, no prazo de 30 dias, qualquer alteração na composição do núcleo familiar (nascimentos, óbitos, separação, etc.).

9. ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES

( ) Concordo integralmente com todas as condições estabelecidas neste documento e no Edital.

( ) Estou ciente de que o descumprimento de qualquer obrigação poderá resultar em rescisão contratual e perda do benefício.

( ) Declaro que não estou sob coação e que minha participação é voluntária e consciente.

Por ser expressão da verdade e estar de pleno acordo, firmo a presente declaração.

Local e Data: Salto do Lontra/PR, _____ de Janeiro de 2026.

_____

Assinatura do Declarante

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE RENDA (AUTÔNOMO/INFORMAL)

Eu, _____, portador(a) da cédula de identidade civil (RG) nº _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, estado civil: _____, profissão: _____, residente e domiciliado(a) na Rua/Avenida _____, DECLARO, sob as penas da lei, para fins de comprovação de renda no Edital de Chamamento Público nº 001/2025, que:

1. ATIVIDADE PROFISSIONAL

Exerço a atividade de _____ de forma: ( ) autônoma | ( ) informal, sem vínculo empregatício formal.

Descrição detalhada da atividade:_____

_____

Tempo de exercício da atividade: _____ anos _____ meses

Local onde exerce a atividade:_____

2. RENDA MENSAL

Declaro que minha renda mensal **BRUTA** proveniente da atividade acima descrita é de aproximadamente: R$ _____ (_____) por mês.

Esta renda é: ( ) fixa | ( ) variável

Observações sobre a variação:_____

_____

3. FORMA DE RECEBIMENTO

Recebo pelos serviços/produtos:

• ( ) Em dinheiro

• ( ) Depósito bancário

• ( ) PIX

• ( ) Cheque

• ( ) Outra forma: _____

6. DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

( ) Declaro que não possuo vínculo empregatício formal (CLT) com nenhuma empresa

( ) Declaro que não recebo benefícios previdenciários (aposentadoria/pensão)

( ) Declaro que as informações sobre minha renda são verdadeiras e correspondem à realidade

( ) Estou ciente de que posso ser convocado(a) para apresentar comprovantes adicionais da atividade e renda declaradas

( ) Estou ciente de que a falsidade desta declaração configura crime e implicará em desclassificação e responsabilização legal

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Local e Data: Salto do Lontra/PR, _____ de Janeiro de 2026.

_____

Assinatura do Declarante

OBSERVAÇÃO: Esta declaração pode ser complementada com documentos que comprovem a atividade, tais como: notas fiscais, recibos, extratos bancários com depósitos, cadastro de MEI (se houver), fotos da atividade, contratos informais, entre outros.

ANEXO VIII

TERMO DE ACEITE E COMPROMISSO

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – FNHIS SUB 50MUNICÍPIO DE IGUATU/PR

Pelo presente instrumento particular de **TERMO DE ACEITE E COMPROMISSO**, de um lado o **MUNICÍPIO DE SALTO DO LONTRA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.205.707/0001-04, com sede na Rua Prefeito Neuri Bau, nº 975, Centro, CEP 85.670-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, FERNANDO ALBERTO CADORE, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e de outro lado:

BENEFICIÁRIO(A):

• **Nome:** _____

• **CPF:** _____ **RG:** _____

• **Estado Civil:** _____ **Profissão:** _____

• **Endereço Atual:** _____

• **Telefone:** _____ **E-mail:** _____

• **NIS (CadÚnico):** _____

Doravante denominado(a) **BENEFICIÁRIO(A)**, têm entre si justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto formalizar o **ACEITE** do(a) BENEFICIÁRIO(A) como contemplado(a) no Edital de Chamamento Público nº 001/2025 para recebimento de unidade habitacional do Programa **Minha Casa Minha Vida – FNHIS Sub 50**.

1.2. A unidade habitacional será destinada exclusivamente para **moradia permanente** do(a) BENEFICIÁRIO(A) e de seu núcleo familiar.

CLÁUSULA SEGUNDA– DO COMPROMISSO DE RESIDÊNCIA

3.1. O(A) BENEFICIÁRIO(A) compromete-se a **RESIDIR PERMANENTEMENTE** no imóvel, juntamente com seu núcleo familiar, utilizando-o exclusivamente como domicílio.

3.2. É **EXPRESSAMENTE VEDADO**, pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos:

a) Transferir o imóvel a terceiros, a qualquer título;

b) Vender, doar, permutar ou ceder o imóvel;

c) Alugar ou emprestar o imóvel;

d) Utilizar o imóvel para fins comerciais sem autorização;

e) Abandonar o imóvel.

3.3. O descumprimento desta cláusula implicará em **rescisão imediata** do benefício e **reversão do imóvel** ao patrimônio do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PARTICIPAÇÃO NO TRABALHO SOCIAL

4.1. O(A) BENEFICIÁRIO(A) compromete-se a participar **OBRIGATORIAMENTE** de todas as atividades do **Trabalho Social**, em conformidade com a Portaria MCID nº 75/2025, incluindo:

Fase Pré-Ocupação:

• Reuniões de mobilização e orientação;

• Atividades de preparação para a mudança;

• Educação financeira;

• Orientações sobre manutenção do imóvel.

Fase Pós-Ocupação:

• Reuniões de acompanhamento;

• Atividades de integração comunitária;

• Oficinas de geração de renda e sustentabilidade;

• Ações de fortalecimento da convivência social;

Local e Data: Salto do Lontra/PR, _____ de Janeiro de 2026.

_____

Assinatura do Beneficiário(a)

_____

Assinatura do Representante do Município

Publicado por:
Márcia Franz
Código Identificador:1DC01634

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1056/2025

ANTONIO CARLOS TAMAIS, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.527/2022.

I – Secretaria Municipal de saúde

Alínea	Nome	Cargo	Destino	Período	Atividade	Veículo	Valor
A	Luiz Walter Brasilino	Motorista	Curitiba	18/12/2025	Transporte de Pacientes	RHA2E66	140,00

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se.

Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 17 de dezembro de 2025

ANTONIO CARLOS TAMAIS

Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleiton Adriano Rosa Machado
Código Identificador:342AB131

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 040/2025

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE Nº 040/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 163/2025

AUTORIZO a contratação por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, conforme detalhamento:

CONTRATANTE	**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO** CNPJ nº 75.462.820/0001-02	
CONTRATADO	☐ Pessoa Física	**Nome:** **CPF nº:**
	☒ Pessoa Jurídica	**Razão Social**: STONE ASFALTO RÁPIDO LTDA **CNPJ nº:** 60.087.399/0001-11
OBJETO	**ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2025, DO COMAFEN, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2025, VISANDO À AQUISIÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE (CAUQ) PARA ESTA MUNICIPALIDADE.**	
VALOR ESTIMADO	**R$ 53.504,00 (cinquenta e três mil e quinhentos e quatro reais).**	
FUNDAMENTO DA INEXIBILIDADE	art. **74**, combinado com os **arts. 82 a 86**, da **Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como **Decreto Federal nº 11.462/2023**.	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	**05.001.15.451.0019.1018** manutenção da recuperação da pavimentação urbana - CIDE **05.001.15.451.0019.1017** recuperação da pavimentação urbana **3.3.90.30.00.00** materiais de consumo fontes **1013** - Royaties e outras compensaçoes financeiras **1017** - CIDE (lei10866/04 art. 1B	

PUBLIQUE-SE o resultado.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 17 de dezembro de 2025.

WILLIAN CEZAR VIEGA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:F0E57D69

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 142/2025

Eu Willian Cezar Viega, Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, e de conformidade com o dispositivo na Lei Federal n° 14.133/21 c/c Decreto Municipal n.º2.430/2024.

Considerando a plena regularidade e legalidade do certame, com a devida observância dos princípios constitucionais da publicidade, impessoalidade, eficiência, moralidade, ampla defesa e julgamento objetivo das propostas, proporcionando aos interessados ciência dos atos realizados;

Considerando que o presente processo licitatório resultou em proposta de preço vantajosa para a Administração Pública;

TORNO PÚBLICO

Para conhecimento de todos interessados que foi **AJUDICADA** e **HOMOLOGADA** a PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2025, com fundamento no Art. 29, da Lei Federal nº14.133/21, da empresa abaixo:

Objeto: **AQUISIÇÃO DE ITENS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À APAE DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, COM RECURSOS PROVENIENTES DA EMENDA PARLAMENTAR Nº 202442770005.**

Resolve: Adjudicar em favor das seguintes empresas:

Empresa: **DIGITALPAR INFORMATICA LTDA-ME,** inscrita no CNPJ de n.º 18.861.730/0001-42, sito na Av. 25 de Janeiro, 2460, Casa 05, Bloco 05, Jardim Menino Deus, CEP: 83.420-000, na cidade de Quadro Barras, Estado de Paraná, com valor estimado de R$ 3.140,00 (três mil cento e quarenta reais).

LOTE	DESCRIÇÃO	UND.	MARCA	QTDD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
14	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL, COM FUNÇÕES DE IMPRESSÃO, CÓPIA, DIGITALIZAÇÃO E FAX. CONECTIVIDADE SEM FIO E CAPACIDADE DE IMPRESSÃO FRENTE E VERSO AUTOMÁTICOS. IMPRESSÃO RÁPIDA E QUALIDADE PROFISSIONAL.	UND.	Pantum	1	R$ 1.550,00	R$ 1.550,00
20	PROJETOR MULTIMÍDIA, 3400 LUMENS, CONEXÃO HDMI, BIVOLT.	UND.	BrazilPC	1	R$ 1.590,00	R$ 1.590,00

Empresa: **LORENA RAMOS FIGUEIREDO ISABERTI-ME,** inscrita no CNPJ de n.º 53.088.755/0001-56, sito na Rua Pioneiro Gumercindo Mortean, 92, Jardim Nova Floresta, CEP: 87.120-000, na cidade de Floresta, Estado de Paraná, com valor estimado de R$ 1.538,00 (um mil quinhentos e trinta e oito reais).

LOTE	DESCRIÇÃO	UND.	MARCA	QTDD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
22	SMARTPHONE 256GB 5G 8GB RAM.	UND.	SANSUNG	1	R$ 1.538,00	R$ 1.538,00

Empresa: **CARVALHO ACESSORIOS PARA MÓVEIS LTDA-ME,** inscrita no CNPJ de n.º 49.704.499/0002-98, sito na Av. Americo Belay, 882, sala 01, Jardim Imperial II, CEP: 87.023-000, na cidade de Maringá, Estado de Paraná, com valor estimado de R$ 1.296,38 (um mil duzentos e noventa e seis reais e trinta e oito centavos).

LOTE	DESCRIÇÃO	UND.	MARCA	QTDD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
21	ROTEADOR WI-FI AX73 (APROXIMADAMENTE) GIGABIT AX5400 (APROXIMADAMENTE) USB 3.0 ONEMESH 6 ANTENAS 2.4GHZ/5GHZ COR PRETO.	UND.	TP LINK	1	R$ 1.296,38	R$ 1.296,38

Empresa: **PATRIUS COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA-ME,** inscrita no CNPJ de n.º 54.082.007/0001-29, sito na Rua José Bonifacio, 922, centro, CEP: 87.430-000, na cidade de Tapejara, Estado de Paraná, com valor estimado de R$ 3.250,00 (três mil duzentos e cinquenta reais).

LOTE	DESCRIÇÃO	UND.	MARCA	QTDD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
8	CÂMERA DE SEGURANÇA INFRAVERMELHO, FULL HD, COM WI-FI, 100V/240V.	UND.	HW	10	R$ 325,00	R$ 3.250,00

Empresa: **BD INFORMATICA LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ de n.º 32.109.914/0001-81, sito na Av. Tancredo Neves, 1058, Sala 01, Lote Urbano n.º19, quadra 24, CEP: 89.760-000, na cidade de Ita, Estado de Santa Catarina, com valor estimado de R$ 5.299,89 (cinco mil duzentos e noventa e nove reais e oitenta e nove centavos).

LOTE	DESCRIÇÃO	UND.	MARCA	QTDD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
18	NOTEBOOK 13ª GERAÇÃO, 8GB RAM, 512GB SSD, 15.6", FULL HD 144HZ, WINDOWS 11, NVIDIA GEFORCE RTX3050 4.500,00 NOTEBOOK DE 15,6 POLEGADAS 13ª GERAÇÃO, CACHE DE 12MB, ATÉ 5.0GHZ) WINDOWS 11 HOME SINGLE LANGUAGE (PORTUGUÊS BRASIL) 16GB DDR4 (1X16GB) 2666MT/S; LIMITE DE 16GB ATINGIDO (2 SLOTS SODIMM) SSD DE 1TB PCIE NVME M.2	UND.	acer	1	R$ 5.299,89	R$ 5.299,89

Empresa: **KW INFORMATICA LTDA-ME,** inscrita no CNPJ de n.º 14.208.959/0001-21, sito na Av. Santa Bernadethe, 690, apt L11, andar TR, Lindoia, CEP: 81.010-200, na cidade de Curitiba, Estado de Paraná, com valor estimado de R$ 3.063,00 (três mil e sessenta e três reais).

LOTE	DESCRIÇÃO	UND.	MARCA	QTDD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
1	CONJUNTO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS DE PERCUSSÃO MULTIFUNCIONAIS PARA BEBÊS E CRIANÇAS	CJ	happy toys	10	R$ 165,00	R$ 1.650,00
26	CAVALETE FLIP CHART QUADRO BRANCO MADEIRA BLOCO PAPEL DE APROXIMADAMENTE 1,50M COR AMARELO.	UND.	souza	1	R$ 215,00	R$ 215,00
27	CORTINA/ PERSIANA ROLO BLACKOUT	UND.	solar	2	R$ 599,00	R$ 1.198,00

Empresa: **FULMANN INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPUTADORES LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ de n.º 33.932.632/0001-42, sito na Rua José Pereira da Costa, s/n, Faxinal do Céu, CEP: 85.180-000, na cidade de Pinhão, Estado de Paraná, com valor estimado de R$ 5.756,00 (cinco mil setecentos e cinquenta e seis reais).

LOTE	DESCRIÇÃO	UND.	MARCA	QTDD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
7	COMPUTADOR COMPLETO COM TECLADO E MOUSE, COM 10 NÚCLEOS, WINDOWS 11, 16 GB DDR5, 512 GB SSD.	UND.	Própria	2	R$ 2.878,00	R$ 5.756,00

Empresa: **L2 – COMERCIO E SOLUÇÕES LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ de n.º 54.043.075/0001-89, sito na Av. Professor Sebastião de Almeida Machado, 178, Vila José Bonifacio, CEP: 14.802-285, na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, com valor estimado de R$ 5.005,00 (cinco mil e cinco reais).

LOTE	DESCRIÇÃO	UND.	MARCA	QTDD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
9	NOBREAK SENOIDAL DE 6 A 8 TOMADAS, BIVOLT.	UND.	CR ENERGIA	13	R$ 385,00	R$ 5.005,00

Empresa: **VL-LOJA DE VARIEDADES LTDA-ME,** inscrita no CNPJ de n.º 35.569.716/0001-99, sito na Rua Violete, 184, Primavera, CEP: 35.182-486, na cidade de Timoteo, Estado de Minas Gerais, com valor estimado de R$ 5.482,26 (duzentos e doze mil quinhentos e noventa reais).

LOTE	DESCRIÇÃO	UND.	MARCA	QTDD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
11	EXAUSTOR INDUSTRIAL, DE APROXIMADAMENTE 30 CM, MONOFÁSICO.	UND.	Ventisol	2	R$ 987,13	R$ 1.974,26
19	MÁQUINA PIPOQUEIRA ELÉTRICA ESTRUTURA: AÇO INOX; PORTAS E VITRINES: VIDRO TEMPERADO; PANELA: BASCULANTE EM AÇO CROMADO, TAMPA EM INOX, PARTE INTERNA EM ALUMÍNIO; CAPACIDADE DA PANELA: 150G DE MILHO DE PIPOCA; CONJUNTO MISTURADOR: ESTANHADO; GAVETA DE RESÍDUOS: AÇO INOX; RESISTÊNCIA INFERIOR: POTÊNCIA DE 200 W BLINDADA; RESISTÊNCIA DA PANELA: POTÊNCIA DE 1000 W BLINDADA; TERMOSTATO: CONTROLE AUTOMÁTICO DA TEMPERATURA; ILUMINAÇÃO INTERNA: LÂMPADA PARA VISUALIZAÇÃO DO PREPARO.	UND.	Nagano	1	R$ 2.487,00	R$ 2.487,00
23	TELA DE PROJEÇÃO ÁREA DE PROJEÇÃO DE APROXIMADAMENTE: 240 X 180 CM DIMENSÕESAPROXIMADAS DO ESTOJO METÁLICO: 05 X 05 X 253 CM DIMENSÕES APROXIMADAS EM POLEGADAS: 120" FORMATO: 4:3 (PADRÃO CORPORATIVO) ALTURA MÁXIMA APROXIMADA DO TRIPÉ: 315 CM TECIDO: MATTE WHITE 1.1 SUPORTE PARA TELA DE PROJEÇÃO	UND.	GRM	1	R$ 723,00	R$ 723,00
29	SUPORTE TRIPÉ PARA TELA TELÃO DE PROJEÇÃO DE APROXIMADAMENTE 2,70 M DE ALTURA, FABRICADO COM TUBOS DE ALUMÍNIO REDONDO	UND.	Estudius	1	R$ 298,00	R$ 298,00

Empresa: **TROIA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS LTDA,** inscrita no CNPJ de n.º 30.059.238/0001-53, sito na Rua Sirio Libanes, 1771, Jardim São Pedro, CEP: 86.990-000, na cidade de Marialva, Estado de Paraná, com valor estimado de R$ 4.338,00 (quatro mil trezentos e trinta e oito reais).

LOTE	DESCRIÇÃO	UND.	MARCA	QTDD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
17	PROCESSADOR DE ALIMENTOS 7 DISCOS DE APROXIMADAMENTE 203MM. TENSÃO ELÉTRICA / FREQUÊNCIA / FASES: 127/220 V / 60 HZ / 1 POTÊNCIA NOMINAL: 600 W POTÊNCIA DO MOTOR: 0,5 CV CONSUMO: 0,6 KW.H PRODUÇÃO APROXIMADA: 250 KG/H ROTAÇÃO: 380 RPM	UND.	COPAMETAL	1	R$ 4.338,00	R$ 4.338,00

Empresa: **LEANDRO ANTONIO OZANA LTDA-ME,** inscrita no CNPJ de n.º 29.199.991/0001-65, sito na Rua Marechal Deodoro, 959, Vila Esplanada, CEP: 15.840-000, na cidade de Itajobi, Estado de São Paulo, com valor estimado de R$ 1.053,98 (um mil e cinquenta e três reais e noventa e oito centavos).

LOTE	DESCRIÇÃO	UND.	MARCA	QTDD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
12	FOGÃO INDUSTRIAL 4 BOCAS, ALTA PRESSÃO COM FORNO	UND.	METALFOUR	1	R$ 1.053,98	R$ 1.053,98

Empresa: **CARDOSO & SAITO LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ de n.º 01.949.116/0001-34, sito na Rua Porto Alegre, 653, Terreo, centro, CEP: 86.020-160, na cidade de Londrina, Estado de Paraná, com valor estimado de R$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais).

LOTE	DESCRIÇÃO	UND.	MARCA	QTDD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
13	FURADEIRA DE IMPACTO - 750W 127V, EM MALETA	UND.	MAKITA	1	R$ 480,00	R$ 480,00

Empresa: **CAROL DISTRIDORA LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ de n.º 07.654.231/0001-68, sito na Av. Ney Braga, 440, Vila Franchello, CEP: 87.160-000, na cidade de Mandaguaçu, Estado de Paraná, com valor estimado de R$ 1.954,80 (um mil novecentos e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos).

LOTE	DESCRIÇÃO	UND.	MARCA	QTDD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
15	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO ITENS INCLUSOS 01 LAVADORA DE ALTA PRESSÃO; 01 PISTOLA PROFISSIONAL BAIONETA; 01 MANGUEIRA COM TRAMA DE AÇO DE APROXIMADAMENTE 7,5 METROS; 01 TUBEIRA INOX BAIONETA DE APROXIMADAMENTE 420MM; 01 BICO JATO LEQUE; 01 BICO APLICADOR DE DETERGENTE; 01 ENGATE RÁPIDO; 127 VOLTS DADOS TÉCNICOS TENSÃO (V): 127 POTÊNCIA (W): 1.900 TIPO DE MOTOR: INDUÇÃO COMPRIMENTO APROXIMADO DO CABO ELÉTRICO (M): 7,5	UND.	KARCHER HD 4/13 C	1	R$ 1.954,80	R$ 1.954,80

Empresa: **DPS COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA-ME,** inscrita no CNPJ de n.º 32.473.099/0001-35, sito na Rua Natividade, 4263, centro, CEP: 88.140-000, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, com valor estimado de R$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais).

LOTE	DESCRIÇÃO	UND.	MARCA	QTDD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
30	CADEIRA DE RODAS CONSTRUÍDA EM LIGA ALUMÍNIO AERONÁUTICO TEMPERADO; ROLAMENTOS BLINDADOS NAS QUATRO RODAS, INCLUSIVE NO EIXO VERTICAL DO GARFO; EIXOS DE AÇO REFORÇADO; PINTURA EPÓXI; ESTRUTURA MONOBLOCO; RODAS TRASEIRAS EM NYLON COM PNEU ANTIFURO DE 16 POLEGADAS; RODAS DIANTEIRAS MACIÇAS DE 7 COM GARFO DE NYLON; SISTEMA DE DESMONTAGEM RÁPIDA QUICK RELEASE NAS QUATRO RODAS; FREIOS BILATERAIS; SISTEMA MODULAR DE ASSENTO E ENCOSTO EM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE; APOIO DE CABEÇA EM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE, REGULÁVEL EM ALTURA E PROFUNDIDADE; COLETE TORÁCICO QUATRO PONTAS PARA SUSTENTAÇÃO DO TRONCO, TIPO PEITEIRA; POLTRONA DE FÁCIL DESMONTAGEM; MANOPLAS INDIVIDUAIS PARA CONDUÇÃO DE TERCEIROS; APOIO DE BRAÇO COM REGULAGEM DE ALTURA E REMOVÍVEL; PROTETOR DE ROUPAS INCORPORADO AO APOIO DE BRAÇO; SUPORTE DO PEDAL REMOVÍVEL, REGULÁVEL NA ALTURA E PROFUNDIDADE; APOIO DE PÉS TIPO PLATAFORMA COM FITA DE FIXAÇÃO; SISTEMA DE RECLÍNEO TILT, MILIMÉTRICO DA POLTRONA, DE 0º A 40º, ACIONADO COM O PÉ ATRAVÉS DO GATILHO LOCALIZADO NA ESTRUTURA DO QUADRO; SISTEMA DE RECLÍNEO DE ENCOSTO, INDEPENDENTE DO ASSENTO DA POLTRONA, DE 0º A 40º, COM SISTEMA DE ACIONAMENTO ATRAVÉS DE GATILHO LOCALIZADO NO ENCOSTO DA CADEIRA; RODA ANTITOMBO; CAPACIDADE DE PESO DE 70 KG.	UND.	ORTOBRAS	1	R$ 4.100,00	R$ 4.100,00

Empresa: **GO VENDAS ELETRONICAS LTDA-DEMAIS,** inscrita no CNPJ de n.º 36.521.392/0002-62, sito na Rua Luz Alberto Corbellini, 131, BRcao setor 510, Zona 301, quadra 0073, lote 0124, CEP: 88.509-286, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, com valor estimado de R$ 3.720,76 (três mil setecentos e vinte reais e setenta e seis centavos).

LOTE	DESCRIÇÃO	UND.	MARCA	QTDD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
24	SMART TV 50 4K UHD LED, WI-FI BLUETOOTH	UND.	MULTILASER	2	R$ 1.860,38	R$ 3.720,76

Empresa: **CV MOBILIARIOS URBANOS LTDA-ME,** inscrita no CNPJ de n.º 42.215.097/0001-08, sito na Est. Encruzilhada Cruz, s/n, interior, CEP: 89.770-000, na cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, com valor estimado de R$ 6.440,00 (seis mil quatrocentos e quarenta reais).

LOTE	DESCRIÇÃO	UND.	MARCA	QTDD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
25	BANCO/ BANQUETA ALTURA TOTAL DE APROXIMADAMENTE 45 CM LARGURA DE APROXIMADAMENTE 1.5 M QUANTIDADE DE LUGARES: 3 MATERIAL DO ASSENTO: MADEIRA PLÁSTICA	UND.	INBRASIL	10	R$ 644,00	R$ 6.440,00

Empresa: **M A BERTOLINI GONÇALVES LTDA-ME,** inscrita no CNPJ de n.º 05.156.182/0001-08, sito na Rua Minas Gerais, 398, centro, CEP: 86.690-000, na cidade de Colorado, Estado de Paraná, com valor estimado de R$ 2.165,00 (dois mil cento e sessenta e cinco reais).

LOTE	DESCRIÇÃO	UND.	MARCA	QTDD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
6	CAIXA ACÚSTICA CAIXA DE SOM COM UMA POTENTE CONFIGURAÇÃO DE CANAIS DE APROXIMADAMENTE 5.4 E UMA RESPOSTA DE FREQUÊNCIA QUE VARIA DE 40 HZ A 20 KHZ. COM AUTONOMIA DE APROXIMADAMENTE 15 HORAS, FUNCIONALIDADE DE KARAOKÊ, JUNTO COM 2 MICROFONES SEM FIO INCLUSOS. A CAIXA DEVE POSSUIR ALÇA PARA FACILITAR O TRANSPORTE E LUZES DE LED DINÂMICAS. RESISTENTE A RESPINGOS.	UND.	PHILIPS	1	R$ 2.165,00	R$ 2.165,00

Empresa: **FAP TECNOLOGIA E SOLUÇÕES LTDA-ME,** inscrita no CNPJ de n.º 55.935.697/0001-84, sito na Rua 1130, 365, QUADRA 228, LOTE22, Set. Marista, CEP: 74.180-090, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, com valor estimado de R$ 1.380,00 (um mil trezentos e oitenta reais).

LOTE	DESCRIÇÃO	UND.	MARCA	QTDD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
10	ESTABILIZADOR COM APROXIMADAMENTE 600VA BIVOLT PRETO.	UND.	CR ENERGIA	6	R$ 230,00	R$ 1.380,00

Empresa: **MA BERTOLINI GONÇALVES LTDA-ME,** inscrita no CNPJ de n.º 05.156.182/0001-08, sito na Rua Minas Gerais, 398, centro, CEP: 86.690-000, na cidade de Colorado, Estado de Paraná, com valor estimado de R$ 2.165,00 (dois mil cento e sessenta e cinco reais).

LOTE	DESCRIÇÃO	UND.	MARCA	QTDD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
6	CAIXA ACÚSTICA CAIXA DE SOM COM UMA POTENTE CONFIGURAÇÃO DE CANAIS DE APROXIMADAMENTE 5.4 E UMA RESPOSTA DE FREQUÊNCIA QUE VARIA DE 40 HZ A 20 KHZ. COM AUTONOMIA DE APROXIMADAMENTE	UND.	PHILIPS	1	R$ 2.165,00	R$ 2.165,00

	15 HORAS, FUNCIONALIDADE DE KARAOKÊ, JUNTO COM 2 MICROFONES SEM FIO INCLUSOS. A CAIXA DEVE POSSUIR ALÇA PARA FACILITAR O TRANSPORTE E LUZES DE LED DINÂMICAS. RESISTENTE A RESPINGOS.					

Empresa: **ANA DULCELIA SCHKOSKY-ME,** inscrita no CNPJ de n.º 59.108.850/0001-50, sito na Rua Henrique Schwarz, 46, Apt 05, centro, CEP: 89.295-063, na cidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, com valor estimado de R$ 6.220,00 (seis mil duzentos e vinte reais).

LOTE	DESCRIÇÃO	UND.	MARCA	QTDD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
2	POSTE COM REGULAGENS PARA VÔLEI REDE COMPOSIÇÃO: FIO 2,0 POLIETILENO (NYLON) COM TRATAMENTO UV MALHA COM APROXIMADAMENTE 14 CM ENTRE NÓS; 2 FAIXAS: SUPERIOR/INFERIOR COM APROXIMADAMENTE 4 CM, SINTÉTICAS COM CORDA GUIA; TAMANHOS APROXIMADOS: (LXA) 9,50 X 1,0 M POSTE COMPOSIÇÃO: TUBO DE AÇO CARBONO DE APROXIMADAMENTE 3 POLEGADAS, COM PAREDE DE APROXIMADAMENTE 1,5 MM; TAMANHO APROXIMADO: 2,60 M LIVES + 40 CM PARA FIXAÇÃO; PINTURA EPÓXI COR BRANCA; COM CATRACA, ROLDANAS E BUCHAS PVC PARA A FIXAÇÃO NO SOLO;	CJ	Azzure	1	R$ 1.412,00	R$ 1.412,00
3	TAPETE EMBORRACHADO PLACA PISO DE BORRACHA MOEDA, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 3MM 50X50CM, ANTIDERRAPANTE. FABRICADA COM BORRACHA RECICLADA DE ALTA QUALIDADE E ATENDENDO A TODAS AS NORMAS E PADRÕES NACIONAIS DE FABRICAÇÃO E QUALIDADE, PROPORCIONANDO SEGURANÇA E EVITANDO ACIDENTES. COM UMA ESPESSURA DE APROXIMADAMENTE 3MM, ESSA PLACA DE BORRACHA É FLEXÍVEL E RESISTENTE. ELA POSSUI UMA LARGURA APROXIMADA DE 50CM E COMPRIMENTO APROXIMADO DE 50CM, SENDO PERFEITA PARA REVESTIR DIVERSOS AMBIENTES COM ALTO TRÁFEGO DE PESSOAS. ALÉM DISSO, SEU PESO APROXIMADO É DE 1.05KG. A PLACA PISO DE BORRACHA MOEDA ANTIDERRAPANTE É IDEAL PARA SER UTILIZADA EM BANCADAS, CARROCERIAS DE VEÍCULOS DE CARGA E PASSEIO, PISOS, SUPORTE PARA MAQUINÁRIO, INDÚSTRIAS, RESIDÊNCIAS, ACADEMIAS E OUTROS LOCAIS QUE NECESSITAM DE UMA SUPERFÍCIE MAIS SEGURA E COM BOA ADERÊNCIA. SUA TEXTURA EM FORMATO DE MOEDA PROPORCIONA AINDA MAIS SEGURANÇA, EVITANDO QUEDAS E ACIDENTES.	UND.	Decofix	80	R$ 38,90	R$ 3.112,00
5	BATEDEIRA PLANETARIA TURBO INOX DOUBLE BOWL 127V	UND.	Philco	1	R$ 760,00	R$ 760,00
16	LIQUIDIFICADOR COMERCIAL 1,5 LITROS, ALTA ROTAÇÃO, 220V, AÇO INOX ESCOVADO.	UND.	Skymsen	1	R$ 663,00	R$ 663,00
28	PRANCHA DE CABELO/ CHAPINHA CHAPINHA DE CABELO, 127V	UND.	LIZZ	1	R$ 273,00	R$ 273,00

Empresa: **TIAGO CHRISTIANO DI JORGE SANTOS,** inscrita no CNPJ de n.º 11.138.213/0001-09, sito na Av. Juscelino Kubstchek, 466, centro, CEP: 87.970-000, na cidade de Nova Londrina, Estado de Paraná, com valor estimado de R$ 7.196,00 (sete mil cento e noventa e seis reais).

LOTE	DESCRIÇÃO	UND.	MARCA	QTDD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
4	APARELHO AR-CONDICIONADO 24000 BTUS. INVERTER. 220 VOLTS	UND.	vix	2	R$ 3.598,00	R$ 7.196,00

A empresa vencedora fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no contrato que será celebrado entre as partes, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados no edital e seus anexos.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 17 de dezembro de 2025.

WILLIAN CEZAR VIEGA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:AE7E04E7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AOS SERVIDORES QUE ESPECÍFICA.

PORTARIA Nº 15.679

Data: 18.12.2025

Concede FÉRIAS REGULAMENTARES aos servidores que específica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, Art. 88 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o direito adquirido dos servidores às férias regulamentares, conforme disposto na legislação municipal vigente;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir o bem-estar dos servidores públicos;

CONSIDERANDO a importância de organizar o gozo de férias de forma a assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais à população;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, nos termos do artigo 167 da Lei Complementar nº 24, de 19 de dezembro de 2022, **férias regulamentares,** aos servidores listados a seguir:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS			
NOME	**Nº CPF**	**A PARTIR DE:**	**PERÍODO AQUISITIVO**
EDUARDA BETIOLO	121.***.***-46	15/12/2025	2024/2025
LUCIMAR SCHIAVINI	034.***.***-09	15/12/2025	2024/2025
LUIZ BELO	737 .***.***-91	12/12/2025	2024/2025
MAICON JACKSON SEBOLD	060.***.***-97	18/12/2025	2022/2023
ODAIR MENEGHINI	990.***.***-53	15/12/2025	2021/2022
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE			
NOME	**Nº CPF**	**A PARTIR DE:**	**PERÍODO AQUISITIVO**
DIVA BRANDT CORDOVA	039.***.***-40	17/12/2025	2023/2024
EDIMAR DE OLIVEIRA PILAR	063.***.***-08	15/12/2025	2023/2024
MARLEI MARTINS DA SILVA	051.***.***-19	11/12/2025	2024/2025
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO			
NOME	**Nº CPF**	**A PARTIR DE:**	**PERÍODO AQUISITIVO**
JOAO ANTUNES DA ROSA	945.***.***-87	18/12/2025	2024/2025
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO			
NOME	**Nº CPF**	**A PARTIR DE:**	**PERÍODO AQUISITIVO**
MILTON LUIZ CAMARGO DE ALMEIDA	465.***.***-00	15/12/2025	2023/2024
GABINETE DO PREFEITO			
NOME	**Nº CPF**	**A PARTIR DE:**	**PERÍODO AQUISITIVO**
ANDRE JULIANO CORDEIRO	995.***.***-15	11/12/2025	2024/2025
REGINA PASQUALI	031.***.***-43	15/12/2025	2024/2025

Art.2º - Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação, ressalvadas as disposições contidas no artigo primeiro.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, 18 de dezembro de 2025.

JEAN PIERR CATTO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:CFCC2E6F

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 15.675 HOMOLOGAÇÃO CONC 11

PORTARIA Nº 15.675

Data: 16 de dezembro de 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base no Inciso II, Art. 88, da Lei Orgânica Municipal

RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO, a homologação do procedimento licitatório na modalidade Concorrência Presencial nº 11/2025, de 04 de dezembro de 2025, cujo objeto é: Pavimentação de Estrada Vicinal em CBUQ, 46.560,00m2, incluindo serviços preliminares, terraplenagem, remendo profundo, base e sub-base, revestimento, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, serviços diversos, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual, e a adjudicação em favor da(s) seguinte(s) empresa(s):

Vencedores dos Itens						
517534 - F E G ENGENHARIA DE OBRAS LTDA						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ SOBRE PEDRAS IRREGULARES COM ÁREA TOTAL DE 46.560,00 M² NOS SEGUINTES TRECHOS: ESTRADA VICINAL MUNICIPAL - LINHA NOVA ESTRELA ESTRADA VICINAL MUNICIPAL - LINHA SARANDIZINHO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO EDITAL.	OBRAS	própria	1	R$7.434.420,37	R$7.434.420,37
Total do Fornecedor:						R$7.434.420,37

Gabinete do Prefeito de Santa Izabel do Oeste, em 16 de dezembro de 2025.

JEAN PIERR CATTO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Clenir Teixeira
Código Identificador:9F29B43C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 336/2025 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025

DECRETO 336/2025

De 16 de dezembro de 2025

Sumula: Autoriza o Chefe do poder executivo municipal a abrir um crédito suplementar de provável excesso no orçamento vigente no valor R$ 408.500,00 (Quatrocentos e Oito Mil e Quinhentos Reais) e dá outras providências.

O Prefeito do município de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei 1208/2024 de 14/11/2024.

DECRETO

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir um Crédito suplementar, no orçamento vigente, no valor de R$ 408.500,00 (Quatrocentos e Oito Mil e Quinhentos Reais) na seguinte dotação orçamentária:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.001	DEPTO. DE ADM. MATERIAL E PATRIMÔNIO E REC. HUMANOS	

04.122.0003.2011	Manutenção do Departamento de Administração	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
390	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
	SUBTOTAL	50.000,00
05	SECRETARIA DE FINANÇAS	
05.001	DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO	
04.123.0004.2012	Manutenção da Secretaria de Finanças	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
540	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
	SUBTOTAL	10.000,00
06	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.001	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.361.0006.2025	Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1420	00101-Fundeb 60%	51.700,00
12.365.0006.2031	Manutenção do Ensino de Educação Infantil - FUNDEB	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1700	00101-Fundeb 60%	42.000,00
12.361.0006.2023	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1070	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	20.000,00
12.361.0006.2024	Manutenção do Ensino Fundamental - Outros Recursos	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1270	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	56.500,00
12.365.0006.2028	Manutenção do Ensino de Educação Infantil CMEI/CRECHE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1521	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	33.000,00
12.361.0006.2025	Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1421	01040-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	10.000,00
12.365.0006.2031	Manutenção do Ensino de Educação Infantil - FUNDEB	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1710	00101-Fundeb 60%	5.300,00
12.367.0006.2037	Manutenção da Educação Especial - FUNDEB	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1880	00101-Fundeb 60%	1.000,00
12.361.0006.2023	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1090	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	4.000,00
12.361.0006.2024	Manutenção do Ensino Fundamental - Outros Recursos	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1300	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	10.000,00
12.365.0006.2028	Manutenção do Ensino de Educação Infantil CMEI/CRECHE	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1541	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	8.000,00
12.361.0006.2023	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
1110	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	6.000,00
	SUBTOTAL	247.500,00
08	SECRETARIA DE SAUDE	
08.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.244.0007.2069	Ações do Programa de Agentes Comunitários	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2780	01051-Vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	30.000,00
10.305.0007.2087	Ações do Programa de Combate a Dengue	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4040	01051-Vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	12.000,00
10.244.0007.2069	Ações do Programa de Agentes Comunitários	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2800	01051-Vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	5.000,00
10.305.0007.2087	Ações do Programa de Combate a Dengue	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4060	01051-Vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	1.000,00
10.301.0007.2075	Assistência Especializada - Consórcio Intermunicipal Saúde do Oeste do Pr -CISOP	
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3290	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	37.500,00
10.305.0007.2087	Ações do Programa de Combate a Dengue	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
4100	01051-Vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	500,00
	SUBTOTAL	86.000,00
10	SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES	
10.001	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	
26.122.0002.2103	Manutenção do Departamento de Transportes	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4660	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
	SUBTOTAL	15.000,00
	TOTAL	408.500,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto em conformidade com o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação conforme demonstrativo em anexo e integrante desta Lei, de acordo com o Inciso II do Artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.1.1.4.51.1.1.00 .00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PRINCIPAL	50.000,00
1.7.5.1.50.0.1.00 .00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB - PRINCIPAL	287.000,00
1.7.1.5.52.0.1.01 .00.00.00.00	VAAR COMPLEMENTO FUNDEB	10.000,00
1.3.2.1.01.0.1.01 .00.00.00.00	REDIMENTOS DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	13.000,00
1.7.1.3.50.1.1.01 .00.00.00.00	AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS	48.500,00
TOTAL		408.500,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor a partir da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 16 de dezembro de 2025.

SILVANO TORTELLI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Valdoir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:211FB827

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO N.º 100/2025 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

DECRETO N° 100 de 13/11/2025

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Santa Maria do Oeste para o Exercício Financeiro de 2025 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no Art. 7º, da Lei Municipal n.º 690/2024 de 20/12/2024, resolve e decreta:

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento do Município de Santa Maria do Oeste, para o exercício financeiro de 2025, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 451.529,63 (Quatrocentos e Cinqüenta e Um Mil, Quinhentos e Vinte e Nove Reais e Sessenta e Três Centavos), para cobertura das despesas abaixo especificadas:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
04.004	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES	
04.122.0401.2014	Atividades do Departamento de Compras, Licitações e Encargos Gerais	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
680	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
	SUBTOTAL	3.000,00

08	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
08.003	DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL, PRE-ESCOLAR E ESPECIAL	
12.365.1201.1038	Reequipamento Educação Infantil	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
5420	01039-FUNDEB - Complementação da União - VAAT 30%	15.000,00
08.004	DEPARTAMENTO DE CONTROLE TRANSPORTE ESCOLAR	
12.361.1201.2042	Atividades Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	
1920	00107-Salário-Educação	37.000,00
5490	01040-FUNDEB - Complementação da União - VAAR	170.000,00
	SUBTOTAL	222.000,00
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E OBRAS	
11.002	DEPARTAMENTO DE OBRAS E MANUTENÇÃO	
04.122.0401.1061	Contrapartida e Execução de Convênios - Obras	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
5510	01068-Transferências do Fundo Estadual para Calamidades Públicas - FECAP - Lei Estadual n° 21.720/2023	129.829,63
	SUBTOTAL	129.829,63
13	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
13.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.1001.2080	Atividades do Fundo Municipal de Saúde	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3240	00000-Recursos Ordinários (Livres)	96.700,00
	SUBTOTAL	96.700,00
	TOTAL	451.529,63

Art. 2º - Para cobertura dos créditos abertos no artigo anterior será utilizado:

a) O cancelamento total ou parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
04.002	DEPARTAMENTO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	
04.122.0401.2112	Encargos Manutenção Clube de Mães	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
460	00000-Recursos Ordinários (Livres)	21.700,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
470	00000-Recursos Ordinários (Livres)	25.000,00
04.004	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES	
04.122.0401.2014	Atividades do Departamento de Compras, Licitações e Encargos Gerais	
3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	
720	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
	SUBTOTAL	49.700,00
09	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESPORTE E LAZER	
09.003	DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER	
27.812.2701.1051	Infraestrutura Para a Prática de Atividades Esportivas e de Lazer	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
2250	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
	SUBTOTAL	50.000,00
	TOTAL	99.700,00

b) O excesso de arrecadação das rubricas de receita:

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.7.1.4.50.0.1.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	37.000,00
1.7.1.5.50.0.1.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB VAAT - PRINCIPAL	15.000,00
1.7.1.5.52.0.1.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB VAAR - PRINCIPAL	170.000,00
1.7.2.9.99.0.1.01.00.00.00.00	TRANSF. DO FUNDO ESTADUAL PARA CALAMIDADES PÚBLICAS - FECAP - LEI EST. N.º 21.720/2023	129.829,63
	TOTAL	351.829,63

Art. 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias, no que couber.

Art. 4° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Santa Maria do Oeste, 13 de novembro de 2025.

OSCAR DELGADO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Renata Rosa
Código Identificador:E29157C0

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO N.º 102/2025 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

DECRETO N° 102 de 17/11/2025

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Santa Maria do Oeste para o Exercício Financeiro de 2025 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no Art. 7º, da Lei Municipal n.º 690/2024 de 20/12/2024, resolve e decreta:

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento do Município de Santa Maria do Oeste, para o exercício financeiro de 2025, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.182.900,00 (Um Milhão, Cento e Oitenta e Dois Mil e Novecentos Reais), para cobertura das despesas abaixo especificadas:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
02	PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	
02.001	PROCURADORIA JURÍDICA	
04.092.0401.2003	Atividades da Procuradoria Jurídica	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
10	00000-Recursos Ordinários (Livres)	13.000,00
	SUBTOTAL	13.000,00
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
04.002	DEPARTAMENTO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	
04.122.0401.2011	Atividades do Departamento Técnico Administrativo	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
360	00000-Recursos Ordinários (Livres)	49.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
370	00000-Recursos Ordinários (Livres)	7.000,00
04.004	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES	
04.122.0401.1012	Reequipamento Administração	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
570	00501-Receitas de Alienações de Ativos	43.900,00
04.005	DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO	
04.122.0401.2018	Atividades do Departamento de Patrimônio	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
750	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
	SUBTOTAL	100.900,00
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
07.002	DEPARTAMENTO DE FOMENTO AGROPECUÁRIO E GERAÇÃO DE RENDA	
20.606.2001.2031	Atividades do Departamento de Fomento Agropecuário e Geração de Renda	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1160	00000-Recursos Ordinários (Livres)	26.000,00
	SUBTOTAL	26.000,00
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
08.002	DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E APOIO PEDAGÓGICO	
12.365.1201.2039	Atividades Manutenção da Educação Infantil - Orçamento Criança	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1560	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	153.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1570	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	25.000,00
08.003	DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL, PRE-ESCOLAR E ESPECIAL	
12.366.1201.2040	Atividades Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1700	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	11.000,00

3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1710	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	2.000,00
08.004	DEPARTAMENTO DE CONTROLE TRANSPORTE ESCOLAR	
12.361.1201.2042	Atividades Manutenção do Transporte Escolar	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1800	00000-Recursos Ordinários (Livres)	73.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1820	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
08.005	DEPARTAMENTO DE FUNDEB	
12.361.1201.2043	Profissionais do Ensino Fundamental - FUNDEB 70%	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2010	00101-Fundeb 60%	11.000,00
	SUBTOTAL	279.000,00
09	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESPORTE E LAZER	
09.003	DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER	
27.812.2701.2052	Atividades do Departamento de Esporte e Lazer	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2260	00000-Recursos Ordinários (Livres)	16.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2270	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
	SUBTOTAL	20.000,00
13	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
13.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.1001.2080	Atividades do Fundo Municipal de Saúde	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3140	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	462.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3150	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	77.000,00
10.302.1001.2079	Contribuição a Consórcios Intermunicipais de Saúde	
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
3340	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	25.000,00
	SUBTOTAL	564.000,00
14	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.243.0802.6088	Manutenção da Casa Abrigo	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3700	00000-Recursos Ordinários (Livres)	11.000,00
08.244.0801.2089	Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3980	00000-Recursos Ordinários (Livres)	58.000,00
08.243.0802.6088	Manutenção da Casa Abrigo	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3710	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
08.244.0801.2089	Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4010	00000-Recursos Ordinários (Livres)	9.000,00
	SUBTOTAL	80.000,00
15	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
15.002	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
18.541.1801.2099	Atividades do Departamento de Meio Ambiente	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4300	00000-Recursos Ordinários (Livres)	17.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4310	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
	SUBTOTAL	19.000,00
16	SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	
16.002	DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA E COMÉRCIO	
22.661.2201.2094	Atividades do Departamento de Industria e Comércio	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4540	00000-Recursos Ordinários (Livres)	9.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4550	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
	SUBTOTAL	11.000,00
17	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
17.001	ENCARGOS ESPECIAIS	
28.845.2801.0101	Contribuição Para Formação do PASEP	
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	
4650	00000-Recursos Ordinários (Livres)	70.000,00
	SUBTOTAL	70.000,00
	TOTAL	1.182.900,00

Art. 2º - Para cobertura dos créditos abertos no artigo anterior será utilizado:

a) O cancelamento total ou parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
04.004	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES	

04.122.0401.1012	Reequipamento Administração	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
560	00000-Recursos Ordinários (Livres)	70.000,00
	SUBTOTAL	70.000,00
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
08.005	DEPARTAMENTO DE FUNDEB	
12.367.1201.2045	Profissionais Educação Especial - FUNDEB 70%	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2090	00101-Fundeb 60%	11.000,00
	SUBTOTAL	11.000,00
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E OBRAS	
11.002	DEPARTAMENTO DE OBRAS E MANUTENÇÃO	
04.122.0401.1062	Contrapartida e Execução de Convênios - Equipamentos	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2640	00501-Receitas de Alienações de Ativos	43.900,00
	SUBTOTAL	43.900,00
13	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
13.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.1001.1072	Reequipamento Unidades de Saúde	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3020	00000-Recursos Ordinários (Livres)	25.000,00
	SUBTOTAL	25.000,00
	TOTAL	149.900,00

b) O excesso de arrecadação das rubricas de receita:

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.1.1.3.03.1.1.01.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER EXECUTIVO	135.500,00
1.7.1.1.51.2.1.00.00.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS EXTRAORDINÁRIAS - PRINCIPAL	897.500,00
	TOTAL	1.033.000,00

c) O Superávit Financeiro do exercício anterior das fontes especificadas abaixo:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00000	Recursos Ordinários (Livres)	140.000,00
	TOTAL	140.000,00

Art. 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias, no que couber.

Art. 4° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Santa Maria do Oeste, 17 de novembro de 2025.

OSCAR DELGADO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Renata Rosa
Código Identificador:999481AB

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

HOMOLOGO o Procedimento Licitatório nº 126/2025, elaborado na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** nº 046/2025, que tem por objeto a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE TRANSPORTE**

ESCOLAR, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO, GARANTINDO O DESLOCAMENTO SEGURO E REGULAR DOS ESTUDANTES ENTRE SUAS RESIDENCIAS E AS INSTITUIÇÕES ESCOLARES, CONFORME ROTAS, ITINERARIOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DEFINIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA O ANO LETIVO DE 2026", pela proposta mais vantajosa para o Município - Menor Preço, conforme especificado no Edital, Relatório de Julgamento e Classificação e Parecer Jurídico, **ADJUDICANDO** o objeto aos licitantes abaixo especificados, sendo que os mesmos apresentaram propostas condizentes e validas ao objeto deste processo licitatório. Cujos valores estão compatíveis com os preços referenciais integrantes do processo licitatório.

VENCEDORES CONFORME PLANILHA:

• **LAUDECI RIBEIRO DE SENNE 04485169293**, CNPJ nº 40.575.351/0001-45, com sede na Localidade de Rio Feio, Município de Santa Maria do Oeste – Paraná.

Item	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço Unit.	Preço total
1	LINHA 1 - BARRA GRANDE, RIO FEIO, E RECANTO FELIZ CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) MOTORISTA, PARA ATENDER A SEGUINTE ROTA: COM SAIDA DA LOCALIDADE BARRA GRANDE, PASSANDO PELA LOCALIDADE DO RIO FEIO E RECANTO FELIZ ATÉ O ASFALTO ONDE TEM BALDEIO, FINALIZANDO ATÉ O COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO ESTRELA DO OESTE. PARA O TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I , II E ENSINO MÉDIO DO COLEGIO DO CAMPO ESTRELA DO OESTE. PERIODO: MANHÃ/TARDE ESPECIFICAÇÕES: QUILOMETRAGEM TOTAL POR DIA 159,19 KM TIPO DE VEICULO: MICRO-ONIBUS COM CAPACIDADE DE 16 LUGARES	31.838,00	KM	5,90	187.844,20

• **57.006.958 ERONDI FAGUNDES MACHADO**, C.N.P.J. Nº 57.006.958/0001-07, Localizada na Rua Francisco G. Costa, s/n, Distrito de São José, Santa Maria do Oeste–Paraná.

Item	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço Unit.	Preço total
2	LINHA 2 - RIO DO CAÇADOR, ALDEIA FELIZ E ESCOLA JOSÉ FELIX GRANDE CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) MOTORISTA, PARA ATENDER A SEGUINTE ROTA: COM SAIDA DA LOCALIDADE DO RIO DO CAÇADOR, PASSANDO PELA ALDEIA FELIZ ATÉ A ESCOLA JOSÉ FELIX GARNDE - SÃO JOSÉ. PARA O TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I , II E ENSINO MÉDIO . PERIODO: MANHÃ/TARDE ESPECIFICAÇÕES: QUILOMETRAGEM TOTAL POR DIA 61.88 KM TIPO DE VEICULO: MICRO-ONIBUS COM CAPACIDADE DE 16 LUGARES	12.376,00	KM	5,90	73.018,40

• **MARCIA REGINA MAIER DE DEUS 07291376947**, CNPJ nº 27.189.033/0001-88, com sede na Localidade de Água Doce, Município de Santa Maria do Oeste – Paraná.

Item	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço Unit.	Preço total
3	LINHA 3 - ÁGUA DOCE ATÉ O ASFALTO ONDE TEM BALDEIO CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) MOTORISTA, PARA ATENDER A SEGUINTE ROTA: COM SAIDA DA LOCALIDADE DA ÁGUA DOCE, CHEGANDO ATÉ O ASFALTO ONDE TEM BALDEIO PARA O TRANSPORTE DE ALUNOS DO	10.824,00	KM	5,30	57.367,20

	ENSINO FUNDAMENTAL I , II E ENSINO MÉDIO. PERIODO: MANHÃ/TARDE ESPECIFICAÇÕES: QUILOMETRAGEM TOTAL POR DIA 54,12 KM TIPO DE VEICULO: KOMBI/VAN				

• **58.016.772 ANDRE CORDEIRO PENTEADO**, C.N.P.J. Nº 58.016.772/0001-00, Localizada no Rio Bandeira, Sítio, Santa Maria Do Oeste – Paraná.

Item	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço Unit.	Preço total	
4	LINHA 4 - RIO DO BANDEIRA ATÉ ASFALTO ONDE TEM BALDEIO CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) MOTORISTA, PARA ATENDER A SEGUINTE ROTA: COM SAIDA DA LOCALIDADE DO RIO BANDEIRA ATÉ O ASFALTO ONDE TEM BALDEIO. PARA O TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I , II E ENSINO MÉDIO. PERIODO: MANHÃ/TARDE ESPECIFICAÇÕES: QUILOMETRAGEM TOTAL POR DIA 56,80 KM TIPO DE VEICULO: MICRO-ONIBUS COM CAPACIDADE MINIMA DE 12 LUGARES	11.360,00	KM	5,90	67.024,00	

• **ADÃO RIBEIRO DOS SANTOS 70159467934**, CNPJ nº 21.625.631/0001-76, com sede na RODOVIA BR 456, KM 30, São Manoel, Município de Santa Maria do Oeste – Paraná.

Item	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço Unit.	Preço total	
5	LINHA 5 - SOITA, RIO DO CORVO E ESCOLA ANIBAL MARTINS EM SÃO MANOEL CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) MOTORISTA, PARA ATENDER A SEGUINTE ROTA: COM SAIDA DA LOCALIDADE DO SOITA, PASSANDO PELO RIO DO CORVO ATÉ A ESCOLA ANIBAL MARTINS EM SÃO MANOEL. PARA O TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I , II E ENSINO MÉDIO. PERIODO: MANHÃ/TARDE ESPECIFICAÇÕES: QUILOMETRAGEM TOTAL POR DIA 54,52 KM TIPO DE VEICULO: KOMBI/VAN	10.904,00	KM	5,30	57.791,20	

• **PEDRO ALVES RIBEIRO 03557101967**, CNPJ nº 26.571.057/0001-34, com sede na Rua Principal, s/n, São Manoel, Município de Santa Maria do Oeste – Paraná.

Item	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço Unit.	Preço total	
6	LINHA 6 - PRATINHA, SÃO MANOEL ATÉ ESCOLA ANIBAL MARTINS CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) MOTORISTA, PARA ATENDER A SEGUINTE ROTA: COM SAIDA DA LOCALIDADE DA PRATINHA, PASSANDO PELA LOCALIDADE DE SÃO MANOEL ATÉ A ESCOLA ANIBAL MARTINS EM SÃO MANOEL. PARA O TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I , II E ENSINO MÉDIO.	13.164,00	KM	5,90	77.667,60	

	PERIODO: MANHÃ/TARDE ESPECIFICAÇÕES: QUILOMETRAGEM TOTAL POR DIA 65,82 KM TIPO DE VEICULO: MICRO-ONIBUS				

• **MARCIA APARECIDA SOARES SALDANHA 04635968906**, C.N.P.J. Nº 44.363.980/0001-07, Localizada na Rua Generoso Karpinski, s/n, Centro, Santa Maria do Oeste–Paraná.

Item	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço Unit.	Preço total
7	LINHA 7 - PRATINHA ATÉ COLEGIO JOSÉ DE ANCHIETA E ESCOLA BALBINA CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) MOTORISTA, PARA ATENDER A SEGUINTE ROTA: COM SAIDA DA LOCALIDADE DA PRATINHA ATÉ O COLEGIO JOSÉ DE ANCHIETA E ESCOLA BALBINA ALMEIDA DE SOUZA E APAE. PARA O TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I , II E ENSINO MÉDIO. PERIODO: MANHÃ/TARDE ESPECIFICAÇÕES: QUILOMETRAGEM TOTAL POR DIA 89,38 KM TIPO DE VEICULO: MICRO-ONIBUS COM CAPACIDADE MINIMA DE 16 LUGARES.	17.876,00	KM	5,90	105.468,40
13	LINHA 13 - FAZENDA BARBOSA ARAGUAI, FAZENDA SONDA, FAZENDA SPROTE CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) MOTORISTA, PARA ATENDER A SEGUINTE ROTA: COM SAIDA DA FAZENDA BARBOSA LOCALIDADE DO ARAGUAI, PASSANDO PELA FAZENDA SONDA, PELA FAZENDA SPROTE ATÉ O COLEGIO JOSÉ DE ANCHIETA E ESCOLA BALBINA ALMEIDA DE SOUZA. PARA O TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I , II E ENSINO MÉDIO. PERIODO: MANHÃ ESPECIFICAÇÕES: QUILOMETRAGEM TOTAL POR DIA 117,2 KM TIPO DE VEICULO: MICRO-ONIBUS COM CAPACIDADE MINIMA DE 12 LUGARES	23.440,00	KM	5,90	138.296,00
20	LINHA 20 - OURO VERDE, NOVO HORIZONTE CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO ONIBUS COM MOTORISTA, PARAATENDER A SEGUINTE ROTA: COM SAÍDA DA LOCALIDADE OURO VERDE E NOVO HORIZONTE ATÉ O COLEGIO ESTADUAL DO CAMPO ESTRELA DO OSTE E ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO PAULO REGLUS NEVES FREIRE, COM BALDEIO NO HORARIO DO MEIO DIA, PARA TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I, II E ENSINO MÉDIO. PERIODO: MANHÃ/TARDE. ESPECIFICAÇÕES: QUILOMETRAGEM TOTAL POR DIA 138,58 TIPO DE VEICULO: ONIBUS	27.716,00	KM	6,50	180.154,00
21	LINHA 21 - PIQUIRI PAPEIS, ESTRELA DO OESTE, BANDEIRA E QUEIMADAS CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO TIPO ONIBUS COM MOTORISTA, PARAATENDER A SEGUINTE ROTA: COM SAÍDA DA LOCALIDADE PIQUIRI PAPEIS, ENTRANDO NA LOCALIDADE DO ESTRELA DO OESTE NO PERIODO DA MANHÃ/TARDE E A NOITE ENTRANDO NO BANDEIRA E QUEIMADAS, SEGUINDO PARA O COLEGIO ESTADUAL JOSÉ DE ANCHIETA E ESCOLA MUNICIPAL BALBINA ALMEIDA DE SOUZA, PARA TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I, II E ENSINO MÉDIO. PERIODO: MANHÃ/TARDE/NOITE. ESPECIFICAÇÕES:	25.540,00	KM	6,50	166.010,00

	QUILOMETRAGEM TOTAL POR DIA 127,7 TIPO DE VEICULO: ONIBUS COM CAPPACIDADE MINIMA DE 30 LUGARES				
24	LINHA 24 - RIO DO PITO, ALTO PIQUIRI E RIO BONITO CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO TIPO MICRO- ONIBUS COM MOTORISTA, PARA ATENDER A SEGUINTE ROTA: COM SAÍDA DA LOCALIDADE DO RIO DO PITO, PASSANDO PELAS LOCALIDADE ALTO PIQUIRI E RIO BONITO, ATÉ O COLEGIO MUNICIPAL JOSÉ FELIX GRANDE EM SÃO JOSÉ. PARA TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I, II E ENSINO MÉDIO. PERIODO: MANHÃ/TARDE. ESPECIFICAÇÕES: QUILOMETRAGEM TOTAL POR DIA 78,2 TIPO DE VEICULO: MICRO-ONIUS COM CAPACIDADE MINIMA DE 23 LUGARES.	15.640,00	KM	5,90	92.276,00
25	LINHA 25 - CAMBARÁ, COLEGIO ESTADUAL JOÃO CIONEK CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO TIPO MICRO- ONIBUS COM MOTORISTA, PARAATENDER A SEGUINTE ROTA: COM SAÍDA DA LOCALIDADE CAMBARÁ, ATÉ O COLEGIO ESTADUAL JOÃO CIONEK E ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ FELIX GRANDE EM SÃO JOSÉ. PARA TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I, II E ENSINO MÉDIO. PERIODO: MANHÃ/TARDE. ESPECIFICAÇÕES: QUILOMETRAGEM TOTAL POR DIA 68,8 TIPO DE VEICULO: MICRO-ONIBUS COM CAPACIDADE MINIMA DE 16 LUGARES.	13.760,00	KM	5,90	81.184,00

• **ANTONIO RODRIGUES 97543390906**, CNPJ nº 26.929.289/0001-11, com sede na Localidade de Rio do Soita, Município de Santa Maria do Oeste – Paraná.

Item	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço Unit.	Preço total	
8	LINHA 8 - RIO CAÇADOR, RIO DO PEDRO ATÉ ESCOLA ANIIBAL MARTINS CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) MOTORISTA, PARA ATENDER A SEGUINTE ROTA: COM SAIDA DA LOCALIDADE RIO CAÇADOR, PASSANDO PELO RIO DO PEDRO ATÉ A ESCOLA ANIBAL MARTINS EM SÃO MANOEL. PARA O TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I , II E ENSINO MÉDIO. PERIODO: MANHÃ/TARDE ESPECIFICAÇÕES: QUILOMETRAGEM TOTAL POR DIA 64,17 KM TIPO DE VEICULO: KOMBI/VAN	12.834,00	KM	5,30	68.020,20	

• **MARIO APARECIDO FERREIRA DE ANDRADE 01703794931**, CNPJ nº 44.736.468/0001-14, com sede na Vila Henke, São José, Município de Santa Maria do Oeste – Paraná.

Item	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço Unit.	Preço total	
9	LINHA 9 - RIO SALGADO, VILA VENEZA, ESCOLA JOSÉ FELIX GRANDE CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) MOTORISTA, PARA ATENDER A SEGUINTE ROTA: COM SAIDA DA LOCALIDADE DO RIO SALGADO, PASSANDO PELA VILA VENEZA ATÉ A ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ FELIX GRANDE E COLEGIO ESTADUAL DO CAMPO JOÃO CIONEK. PARA O TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I , II E ENSINO MÉDIO. PERIODO: MANHÃ/TARDE ESPECIFICAÇÕES:	15.520,00	KM	5,90	91.568,00	

	QUILOMETRAGEM TOTAL POR DIA 77,60 KM TIPO DE VEICULO: MICRO-ONIBUS COM CAPACIDADE MINIMA DE 15 LUGARES.				

• **58.484.465 JESSICA MOREIRA DE ALBUQUERQUE**, CNPJ nº 58.484.465/0001-45, com sede na Localidade Estrela do Oeste, Município de Santa Maria do Oeste – Paraná.

Item	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço Unit.	Preço total	
10	LINHA 10 - ITINERAIO ASSENTAMENTO ESTRELA DO OESTE CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) MOTORISTA, PARA ATENDER A SEGUINTE ROTA: COM ITINERARIO DENTRO DO ASSENTAMENTO ESTRELA DO OESTE CHEGANDO ATÉ A ESCOLA NA SEDE DO ESTRELA DO OESTE. PARA O TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I , II E ENSINO MÉDIO. PERIODO: MANHÃ/TARDE ESPECIFICAÇÕES: QUILOMETRAGEM TOTAL POR DIA 85,70 KM TIPO DE VEICULO: MICRO-ONIBUS COM CAPACIDADE MINIMA DE 23 LUGARES.	17.140,00	KM	5,90	101.126,00	

• **59.912.089 JEANE DE FATIMA BORGES**, C.N.P.J. Nº 58.912.089/0001-42, localizada no Sítio Lagoa, Santa Maria do Oeste – Paraná.

Item	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço Unit.	Preço total	
11	LINHA 11 - BARREIRO, PODOLAN E ESCOLA JOÃO MARTINS MACHADO LAGOA CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) MOTORISTA, PARA ATENDER A SEGUINTE ROTA: COM SAIDA DA LOCALIDADE DO BARREIRO, PASSANDO PELO PODOLAN ATÉ A ESCOLA JOÃO MARTINS MACHADO- LAGOA. PARA O TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I , II. PERIODO: MANHÃ/TARDE ESPECIFICAÇÕES: QUILOMETRAGEM TOTAL POR DIA 87,40 KM TIPO DE VEICULO: KOMBI/VAN	17.480,00	KM	5,30	92.644,00	

• **PEDRO STACIAK 99475847987**, CNPJ nº 29.825.745/0001-71, com sede na Localidade de Bairro dos Maciel, Município de Santa Maria do Oeste – Paraná.

Item	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço Unit.	Preço total	
12	LINHA 12 - BAIRRO DO MACIEL, RIO DA ANTA ATÉ A ESCOLA JOÃO MARTINS CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) MOTORISTA, PARA ATENDER A SEGUINTE ROTA: COM SAIDA DA LOCALIDADE BAIRRO DO MACIEL E RIO DA ANTE ATÉ A ESCOLA JOÃO MARTINS MACHADO - LAGOA PARA O TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I , II. PERIODO: MANHÃ/TARDE ESPECIFICAÇÕES:	24.984,00	KM	5,30	132.415,20	

	QUILOMETRAGEM TOTAL POR DIA 124,92 KM TIPO DE VEICULO: KOMBI/VAN				

• **EDSON MACHADO 87042606949**, CNPJ nº 35.386.810/0001-02, com sede na Rua Professora Ilrene Terezinha Estachera, 107, Jardim Santa Clara, Município de Santa Maria do Oeste – Paraná.

Item	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço Unit.	Preço total	
14	LINHA 14 - BAIRRO DOS PINGAS LAGOA, ESCOLA JOÃO MARTINS MACHADO CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) MOTORISTA, PARA ATENDER A SEGUINTE ROTA: COM SAIDA DA LOCALIDADE DO BAIRRO DOS PINGAS PASSANDO NA LOCALIDADE DA LAGOA ATÉ A ESCOLA JOÃO MARTINS MACHADO - LAGOA. PARA O TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I , II. PERIODO: MANHÃ/TARDE ESPECIFICAÇÕES: QUILOMETRAGEM TOTAL POR DIA 72,2 KM TIPO DE VEICULO: MICRO-ONIBUS COM CAPACIDADE MINIMA DE 12 LUGARES.	14.500,00	KM	5,90	85.550,00	

• **EVERLY MARTINS DE SOUZA 04371120989**, CNPJ nº. 26.289.024/0001-04, com sede na Localidade de Pouso Alegre, Município de Santa Maria do Oeste – Paraná.

Item	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço Unit.	Preço total	
15	LINHA 15 - BAIRRO DOS MANCHUR, POUSO ALEGRE, COLEGIO FRANCISCO CAVALI CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) MOTORISTA, PARA ATENDER A SEGUINTE ROTA: COM SAIDA DO BAIRRO DOS MANCHUR, PASSANDO PELO POUSO ALEGRE ATÉ O COLEGIO FRANCISCO CAVALI DA COSTA - RIO DO TIGRE. PARA O TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I , II E ENSINO MÉDIO. PERIODO: MANHÃ/TARDE ESPECIFICAÇÕES: QUILOMETRAGEM TOTAL POR DIA 77,62 KM TIPO DE VEICULO: MICRO-ONIBUS COM CAPACIDADE MINIMA DE 23 LUGARES.	15.524,00	KM	5,90	91.591,60	

• **CLAUDINEY HEIDEMANN 02571232958**, C.N.P.J. Nº 47.975.298/0001-19, Localizada na Localidade de Rio do Tigre, Santa Maria do Oeste – Paraná.

Item	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço Unit.	Preço total	
16	LINHA 16 - RIO DA PRATA ATÉ COLEGIO FRANCISCO CAVALI DA COSTA CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) MOTORISTA, PARA ATENDER A SEGUINTE ROTA: COM SAIDA DA LOCALIDADE DE RIO DA PRATA ATÉ O COLEGIO FRANCISCO CAVALI DA COSTA. PARA O TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I , II E ENSINO MÉDIO. PERIODO: MANHÃ/TARDE ESPECIFICAÇÕES: QUILOMETRAGEM TOTAL POR DIA 72.04 KM	14.408,00	KM	5,30	76.362,40	

	TIPO DE VEICULO: KOMBI/VAN				

• **MARIA SUZANA OLENSKII 07095983095**, CNPJ nº 42.946.399/0001-48, com sede na Localidade de Rio do Tigre, Município de Santa Maria do Oeste – Paraná.

Item	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço Unit.	Preço total	
17	LINHA 17 - RIO AZUL, ARROIO DO PORTÃO, ESCOLA ANIBAL MARTINS, APAE CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) MOTORISTA, PARA ATENDER A SEGUINTE ROTA: COM SAIDA DA LOCALIDADE DE RIO AZUL, PASSANDO PELA LOCALIDADE DO ARROIO DO PORTÃO, PASSANDO PELA ESCOLA MUNICIPAL ANIBAL MARTINS ATÉ A.P.A.E. PARA O TRANSPORTE DE ALUNOS DA APAE. ESPECIFICAÇÕES: QUILOMETRAGEM TOTAL POR DIA 105,8 KM TIPO DE VEICULO: KOMBI/VAN	21.160,00	KM	5,30	112.148,00	

• **63.671.116 ADEMILSON FERREIRA OCHILE**, CNPJ N.º 63.671.116/0001-72, com sede na Localidade Rio Azul, Zona Rural, Município de Santa Maria do Oeste – Paraná.

Item	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço Unit.	Preço total	
18	LINHA 18 - BARRA GRANDE DE BAIXO (MANCHUR), IBEMA, ARROIO DO PORTÃO CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO TIPO MICRO ONIBUS COM MOTORISTA, PARA ATENDER A SEGUINTE ROTA: COM SAIDA DA LOCALIDADE DA BARRA GRANDE DE BAIXO (MANCHUR), PASSANDO PELA IBEMA, ARROIO DO PORTÃO E RIO DO TIGRE ATÉ A ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO MIGUEL ADUR FILHO E COLEGIO ESTADUAL FRANCISCO CAVALLI DA COSTA. PARA O TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I , II E ENSINO MÉDIO. PERIODO: MANHÃ/TARDE ESPECIFICAÇÕES: QUILOMETRAGEM TOTAL POR DIA 88,9 KM TIPO DE VEICULO: MICRO-ONIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 19 LUGARES.	17.780,00	KM	4,85	86.233,00	

• **DONIZETE PEREIRA DE CRISTO 06962477988**, CNPJ nº 40.584.707/0001-07, com sede na Localidade de Rio Liso, Município de Santa Maria do Oeste – Paraná.

Item	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço Unit.	Preço total	
19	LINHA 19 - RIO LISO DE CIMA ATÉ O COLEGIO ESTADUAL JOÃO CIONEK CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO TIPO KOMBI COM MOTORISTA, PARA ATENDER A SEGUINTE ROTA: COM SAIDA DA LOCALIDADE DE RIO LISO DE CIMA ATÉ O COLEGIO ESTADUAL JOÃO CIONEK E ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ FELIX GRANDE EM SÃO JOSÉ. PARA O TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I , II E ENSINO MÉDIO. PERIODO: MANHÃ/TARDE ESPECIFICAÇÕES: QUILOMETRAGEM TOTAL POR DIA 64,2 KM TIPO DE VEICULO: KOMBI/VAN	12.840,00	KM	5,30	68.052,00	

• **K R GELESKI**, CNPJ N.º 46.063.297/0001-35 com sede na Rua Deputado Francisco Costa, 770, Sala 01, Centro, Município de Pitanga – Paraná.

Item	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço Unit.	Preço total
22	LINHA 22 - INDEPENDENCIA COM ITINERARIO DENTRO DO ASSENTAMENTO ESTRELA CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO TIPO MICRO- ONIBUS COM MOTORISTA, PARAATENDER A SEGUINTE ROTA: COM SAÍDA DA LOCALIDADE INDEPENDENCIA, COM ITINERARIO DENTRO DO ASSENTAMENTO ESTRELA DO OESTE ATÉ O COLEGIO ESTADUAL DO CAMPO ESTRELA DO OESTE E ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO PAULO REGLUS NEVES FREIRE., PERIODO: MANHÃ/TARDE. ESPECIFICAÇÕES: QUILOMETRAGEM TOTAL POR DIA 125,5 TIPO DE VEICULO: MICRO-ONIBUS COM CAPACIDADE MINIMA DE 23 LUGARES	25.100,00	KM	5,89	147.839,00

• **FRANCIS ALENCAR LAMBRECHT 06031096919**, CNPJ nº 32.320.432/0001-76, com sede na Agrovila Nova Conquista, Município de Santa Maria do Oeste – Paraná.

Item	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço Unit.	Preço total
23	LINHA 23 - 10 DE JULHO, NOVA CONQUISTA E LONTRENSE CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO TIPO ONIBUS COM MOTORISTA, PARA ATENDER A SEGUINTE ROTA: COM SAÍDA DA LOCALIDADE 10 DE JULHO, PASSANDO PELA NOVA CONQUISTA E LONTRENSE NOS PERIODOS DA MANHÃ NOS PERIODOS DA MANHÃ E A TARDE PARA BALDEIO ATÉ O ASFALTO. NO PERIODO DA NOITE ATÉ O COLEGIO ESTADUAL JOSÉ DE ANCHIETA.. PERIODO: MANHÃ/TARDE/NOITE ESPECIFICAÇÕES: QUILOMETRAGEM TOTAL POR DIA 135,4 TIPO DE VEICULO: ONIBUS COM CAPACIDADE MINIMA DE 30 LUGARES	27.080,00	KM	6,50	176.020,00

Dê-se a publicação devida e elabore-se o contrato na forma da lei.

Município de Santa Maria do Oeste – PR, 17 de dezembro de 2025.

LUIZ ZENAIDE GOMES

Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:E149BC71

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

HOMOLOGO o Procedimento Licitatório nº 128/2025, elaborado na Modalidade **Pregão Eletrônico** nº 047/2025, que tem por objeto a **"AQUISIÇÃO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE MANTA GEOMEMBRANA PEAD LISA 0,80MM 7X100, 1.400m² PARA O ATERRO SANITÁRIO DO MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE - PR",** pela proposta mais vantajosa para o Município - Menor

Preço, conforme especificado no Edital, Relatório de Julgamento e Classificação e Parecer Jurídico, **ADJUDICANDO** o objeto aos licitantes abaixo especificados, sendo que os mesmos apresentaram propostas condizentes e validas ao objeto deste processo licitatório. Cujos valores estão compatíveis com os preços referenciais integrantes do processo licitatório.

VENCEDORES CONFORME PLANILHA:

• **IRRIGABEM SISTEMA DE IRRIGAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob n.º 10.957.001/0001-82, localizada na Rua Aparecida do Oeste, 2974, Centro, Itaipulândia – PR

Item	Nome do produto/serviço	Marca	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	INSTALAÇÃO MANTA GEOMEMBRANA PEAD LISA 0,80MM 7X100 1400 M²	PROPRIA	1.400,00	M2	2,99	4.186,00
2	MANTA GEOMEMBRANA PEAD LISA 0,80MM 7X100 1.400 M²	AZUL PACK – TECH GROUND	1.400,00	M2	14,89	20.846,00
TOTAL						25.032,00

Dê-se a publicação devida e elabore-se o contrato na forma da lei.

Município de Santa Maria do Oeste – PR, 17 de Dezembro de 2025.

LUIZ ZENAIDE GOMES

Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:3540219B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
PROCESSO DE DISTRIBUIÇÃO DE AULAS PARA ANO LETIVO 2026 CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA

EDITAL Nº153/2025

PROCESSO DE DISTRIBUIÇÃO DE AULAS PARA ANO LETIVO 2026

CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA

A Secretaria Municipal de Educação, após análise dos recursos interpostos pelos profissionais do magistério referentes às classificações preliminares para a distribuição de aulas e/ou turmas para o ano letivo de 2026, torna pública a Classificação Definitiva, em conformidade com as disposições da Resolução nº 01/2025, Edital 149/2025 e Edital 151/2025, bem como demais normativas vigentes.

Os recursos foram devidamente analisados pela equipe gestora escolar, onde foram arquivados os documentos comprobatórios, observando rigorosamente os critérios legais estabelecidos para pontuação, assiduidade, formação, participação em projetos, documentação obrigatória e demais parâmetros previstos na legislação municipal.

Concluído o processo de revisão das pontuações, as listas finais de classificação por unidade escolar ficam definidas da seguinte forma:

CMEI SANTA TEREZINHA

Pontuação	25 pontos	20 pontos	15 pontos	15 pontos	15 pontos	10 pontos	Total

Professor	Assiduidade	Especialização em área especifica com conteúdos referentes à etapa do ensino	Participação em cursos fornecidos pela secretaria municipal de educação	Participação com apresentação final de projetos parceiros e aderidos pela secretaria municipal de educação (União Faz Vida)	Advertência, relato, ocorrência, formalizada pela gestão escolar.	Organização dos documentos obrigatórios e prazos estabelecidos pela equipe pedagógica	
1º Helena Maria da Silva	25	05	15	15	15	10	85
2º Louise Maria da Silva	25	05	15	15	15	10	85
3º Aline de C. Marcondes	25	05	15	15	15	10	85
4º Risane Maria Ramos de Oliveira	25	05	15	15	15	10	85
5º Lucelia de L. Mendes	25	05	15	15	15	10	85
6º Neila F. de Oliveira	25	05	15	15	15	10	85
7º Rozangela A. Miranda	25	05	15	15	15	08	83
8º Marcia R. B. Bandeira	25	05	15	15	15	08	83
9º Flavia de S. Soares	25	00	15	15	15	10	80

CMEI BEIJA-FLOR

Pontuação	25 pontos	20 pontos	15 pontos	15 pontos	15 pontos	10 pontos	
Professor	Assiduidade	Especialização em área especifica com conteúdos referentes à etapa do ensino	Participação em cursos fornecidos pela secretaria municipal de educação	Participação com apresentação final de projetos parceiros e aderidos pela secretaria municipal de educação (União Faz Vida)	Advertência, relato, ocorrência, formalizada pela gestão escolar.	Organização dos documentos obrigatórios e prazos estabelecidos pela equipe pedagógica	Total
1º Layla C. Branco Teles	25	15	15	15	15	10	95
2º Marisa L. Rolim Vaciloto	25	05	15	15	15	10	85
3º Cirlene T. S. de Souza	20	05	15	15	15	10	80
4º Marta Regina S. LIma	25	05	15	15	15	10	80
5º Edina Aparecida L. Silva	25	00	15	15	15	10	80
6º Fabiele de O. Paiva	25	00	15	15	15	10	80
7º Marta Regina S. LIma	20	05	15	10	15	10	75
8º Larissa da Silva Ferreira	25	05	00	05	15	10	60
9º Cheila de F. de Oliveira	25	05	00	05	15	10	60

ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO ABÍLIO LOPES

Pontuação	25 pontos	20 pontos	15 pontos	15 pontos	15 pontos	10 pontos	Total
Professor	Assid.	Especial.	Part. Projetos	Cursos sec.	Advert./Oco	Org. doc.	
1º Maria Angélica Branco Teles	25	20	15	15	15	10	100
2º Maria Angélica Branco Teles	25	20	15	15	15	10	100
3º Édina Apª Lodovirge da Silva	25	20	15	15	15	10	100
4º Adeliane Apª da Rosa	25	20	15	15	15	10	100
5º Adeliane Apª da Rosa	25	20	15	15	15	10	100
6º Zenir Aparecida Batista	25	20	15	15	15	10	100
7º Angela Maria Estati Oliveira	25	20	15	12	15	10	97
8º Angela Maria Estati Oliveira	25	20	15	12	15	10	97
9º Maria Apª Pereira Lodovirge	25	20	12	15	15	10	97
10º Maria Apª Pereira Lodovirge	25	20	12	15	15	10	97
11º Tânia Mara Estati	25	20	15	12	15	10	97
12º Márcia de Paiva Shishito	25	20	15	12	15	09	96
13º Valdelice Marli dos Santos	25	20	10	12	15	10	92
14º Lídia Camargo dos Santos	25	20	12	15	10	09	91
15º Lídia Camargo dos Santos	25	20	12	15	10	09	91
16º Jacira Mª A. de Oliveira	25	10	15	15	15	10	90
17º Jacira Mª A. de Oliveira	25	10	15	15	15	10	90
18º Jéssica Karine Mª F. Lima	25	20	05	15	15	10	90
19º Daiane Dias Santos Araújo	25	10	15	15	15	10	90
20º Franciele Maria da Silva	25	15	10	15	15	10	90
21º Valéria Renata da Costa	25	05	15	15	15	10	85
22º Gisele de Fª Claudino Oliveira	25	05	15	15	15	10	85
23º Rosimeri Mª Barbosa Azevedo	25	05	10	15	15	10	80
24º Larissa Teles S. dos Santos	25	20	00	10	15	10	80
25º Tayla Furquim de Souza Leal	25	10	10	10	15	10	80
26º Maria Apª Costa	25	10	05	15	15	10	80
27º Maria Apª Costa	25	10	05	15	15	10	80
28º Maria Aldineia Simão	20	10	10	15	15	08	78
29º Abenice Veloso Ferreira	25	05	10	12	15	07	74
30º Márcia de Paiva Shishito	00	20	15	12	15	09	71
31º Kátia Regina de Lima	05	10	15	15	10	07	62
32º Kátia Regina de Lima	05	10	15	15	10	07	62
33º Eva Aparecida Barbosa	00	00	10	15	15	10	50
34º Luan Rafael da Silva	00	00	10	10	15	07	42

ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO ABÍLIO LOPES

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Pontuação	25 pontos	20 pontos	15 pontos	15 pontos	15 pontos	10 pontos	Total
Professor	Assid.	Especial.	Part. Projetos	Cursos sec.	Advert./Oco	Org. doc.	
1º Édina Apª Lodovirge da Silva	25	20	10	10	15	10	100
2º Valdelice Marli dos Santos	25	20	10	12	15	10	92
3º Jacira Maria A. de Oliveira	25	10	15	15	15	10	90

A presente publicação substitui integralmente as listas preliminares anteriormente divulgadas e constituirá o documento oficial para fins de distribuição das aulas efetivas e extraordinárias, conforme cronograma já estabelecido em edital.

Eventuais situações não previstas serão tratadas pela Secretaria Municipal de Educação, conforme suas competências institucionais.

São José da Boa Vista/PR, 17 de dezembro de 2025.

DIANA MARIA PICON CAMPOS

Diretora da Divisão de Educação

Publicado por:
Fernanda Leticia de Paiva Barbosa
Código Identificador:F6AEEABE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DECRETO Nº 618 DE 2025

DECRETO Nº 618 DE 2025.

SUMULA: Autoriza abertura de crédito adicional Suplementar e dá outras providências.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E COM BASE NA LEI MUNICIPAL Nº 117 DE 2025 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica autorizado a abrir no corrente exercício, um crédito Adicional Suplementar, na importância total de R$ 360.633,33 (trezentos e sessenta mil seiscentos e trinta e três reais trinta e três centavos), destinado ao reforço de dotação junto a Manutenção dos Serviços Tributários, ao Programa Estadual de Transporte Escolar PETE, Consorcio Intermunicipal de Saúde CIS Amunpar, a execução do Convênio nº 2218/2024 SECID - CONTAINERS DE LIXO e EMENDA PARLAMENTAR DE COMISSÃO - Custeio - Incremento PAP para a Secretaria Mun. de Saúde, cuja consignação far-se-á nas seguintes dotações do orçamento vigente:

CODIFICAÇÃO	DETALHAMENTO	VALOR
03.	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS	
03.001.	ADMINISTRAÇÃO GERAL – DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO DE FINANÇAS	
03.001.04.	ADMINISTRAÇÃO	
03.001.04.129.	ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	
03.001.04.129.0004.	SERVICOS COORD. PLANEJ. E ADMINISTRACAO FINANCEIRA	
03.001.04.129.0004.2.012.	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	
3.	DESPESAS CORRENTES	

3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	
Fonte TCE 510 Código Local 1510 Fonte Padrão 510.01.07.00.00	TAXAS - Exercício do Poder de Polícia	47.000,00
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOAL JURIDICA	
Fonte TCE 510 Código Local 1510 Fonte Padrão 510.01.07.00.00	TAXAS - Exercício do Poder de Polícia	15.000,00
05.	DIRETORIA DE EDUCAÇÃO	
05.001.	DIVISÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
05.001.12.	EDUCAÇÃO	
05.001.12.361.	Ensino Fundamental	
05.001.12.361.0018.2.515	PETE – Programa Estadual de Transporte Escolar – Ensino Fundamental	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	
Fonte TCE 150 Código Local 31150 Fonte Padrão 1013.09.01.05.18.00	PETE - PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR	24.700,00
07.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
07.001.	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
07.001.10.	SAÚDE	
07.001.10.301.	ATENÇÃO BÁSICA	
07.001.10.301.0022.	SAÚDE É DIREITO DE TODOS	
07.001.10.301.0022.2.060	PAB – Programa de Atenção Básica	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.1.90.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVEL	
Fonte TCE 32054 Código Local 32054 Fonte Padrão 1017.12.02.01.02	EMENDA PARL. COMISSÃO - Custeio - Incremento PAP - Proposta nº 36000716940202500	88.000,00
3.1.91.	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
Fonte TCE 32054 Código Local 32054 Fonte Padrão 1017.12.02.01.02	EMENDA PARL. COMISSÃO - Custeio - Incremento PAP - Proposta nº 36000716940202500	12.000,00
07.001.10.301.0022.2.088.	PARTICIPACAO NO CIS CORSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTE	
3.3.72.	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	
3.3.72.39.	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Fonte TCE 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente	100.000,00
12.	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	
12.001.	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO SMT	
12.001.23.	COMERCIO E SERVIÇO	
12.001.23.695.	TURISMO	
12.001.23.695.0030.	O TURISMO NO MUNICIPIO	
12.001.23.695.0030.2.100.	AÇÕES DIRETAS DE TURISMO	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.52.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
Fonte TCE 32055 Código Local 32055 Fonte Padrão 1017.12.02.01.02	CONVÊNIO Nº 2218/2025 SECID - CONTAINERS DE LIXO	70.000.00
Fonte TCE 501 Código Local 1049 Fonte Padrão 501.04.09.00.00	Receitas de Alienações de Ativos - Exercício Corrente	3.933,33
	TOTAL DO CRÉDITO AUTORIZADO	**360.633,33**

Artigo 2º - A cobertura do crédito adicional suplementar autorizado na forma do presente Decreto, far-se-á mediante a ao cancelamento parcial de dotações do orçamento vigente e de utilização do Excesso de Arrecadação de fonte de receita do orçamento vigente, a seguir discriminado:

CODIFICAÇÃO	DETALHAMENTO	VALOR
10.	SECRETARIO MUNICIPAL MEIO AMBIENTE	
10.	SECRETARIO MUNICIPAL MEIO AMBIENTE	
10.001.	SECRETARIA GERTLA – SMMA	
10.001.18.	GESTÃO ANBIENTAL	
10.001.18.541.	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	
10.001.18.541.0029.	PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	
10.001.18.541.0029.1.153.	PROSSEGUIMENTO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURAS TURISTICA NO PORTO SÃO JOSÉ	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.51.	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Fonte TCE 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente	100.000,00
	Total dos Cancelamentos	100.000,00
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE ALÍNEA DE RECEITA		
FONTE	**DENOMINAÇÃO/ALÍNEA DE RECEITA**	**VALOR**
Fonte TCE 510 Código Local 1510 Fonte Padrão 510.01.07.00.00	RECEITA 1.1.2.1.01.0.1.02.00.00.00.00. Alvará do Comércio e Industria (Exercício)	62.000,00
Fonte TCE 150 Código Local 31150 Fonte Padrão 1013.09.01.05.18.00	Receita 1.7.2.9.52.0.1.01.00.00.00.00. PETE - PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR	24.700,00
Fonte TCE 32054 Código Local 32054 Fonte Padrão 1017.12.02.01.02	Receita 1.7.1.3.50.1.1.24.00.00.00.00. EMENDA PARL. COMISSÃO - Custeio - Incremento PAP - Proposta nº 36000716940202500	100.000,00
Fonte TCE 32055 Código Local 32055 Fonte Padrão 1017.12.02.01.02	Receita 2.4.2.2.54.0.1.35.00.00.00.00. CONVÊNIO Nº 2218/2025 SECID - CONTAINERS DE LIXO	70.000.00
Fonte TCE 501 Código Local 1049 Fonte Padrão 501.04.09.00.00	Receita 1.3.2.1.05.0.1.03.03.04.00.00. Receitas de Alienações de Ativos - Exercício Corrente	3.933,33
	TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	260.633,33
	TOTAL GERAL DESTA DECRETO	**360.633,33**

Artigo 3º Em decorrência das alterações no PPA, na LDO e do Crédito Adicional Suplementar na LOA de que tratam o presente Decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a rever os instrumentos de programação financeira, efetuando para tanto as necessárias adequações.

Artigo 4º Revogadas as disposições em contrário este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de São Pedro do Paraná, aos 17 dias do mês de dezembro de 2025.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson Luis Cavenaghi
Código Identificador:F3C158B0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

SETOR DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2025 – REGISTRO DE PREÇOS

EXCLUSIVO ME E EPP

HOMOLOGAÇÃO

A Prefeita Municipal Exilaine Gaspar, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a adjudicação por parte do Agente de Contratação/Pregoeiro **homologa** os procedimentos de **Registro de Preços para a Aquisição de suprimentos de impressão (cartuchos, tintas, toners e cilindros) para atender as necessidades das Secretarias do Município de São Sebastião da Amoreira/PR,** conforme segue.

Situação: Aceito e Habilitado

Aceito para: DISTRISUPRI DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA

CNPJ Nº 10.210.196/0001-00

LOTE	ORDEM	QUANTI-DADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LOTE 1						
1	1	10,00	UNIDADE	CILINDRO COMPATÍVEL COM IMPRESSORA BROTHER DCP 1602 **MARCA: DSI** **MODELO: DR1060**	R$ 99,99	R$ 999,90
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 999,99						
LOTE 25						
25	1	85,00	UNIDADE	TINTA COMPATÍVEL COM IMPRESSORA EPSON L5590 (BLACK) **MARCA: DSI** **MODELO: T544120**	R$ 20,81	R$ 1.768,85
25	2	55,00	UNIDADE	TINTA COMPATÍVEL COM IMPRESSORA EPSON L5590 (CYAN) **MARCA: DSI** **MODELO: T544220**	R$ 20,79	R$ 1.143,45
25	3	55,00	UNIDADE	TINTA COMPATÍVEL COM IMPRESSORA EPSON L5590 (MAGENTA) **MARCA: DSI** **MODELO: T544320**	R$ 20,79	R$ 1.143,45
25	4	55,00	UNIDADE	TINTA COMPATÍVEL COM IMPRESSORA EPSON L5590 (YELLOW) **MARCA: DSI** **MODELO: T544420**	R$ 20,80	R$ 1.144,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 5.199,75						
LOTE 26						
26	1	60,00	UNIDADE	TINTA COMPATÍVEL COM IMPRESSORA EPSON L6171, L6270 (BLACK) GARRAFA	R$ 32,31	R$ 1.938,60

				127ML **MARCA: DSI** **MODELO: T504120**		
26	2	45,00	UNIDADE	TINTA COMPATÍVEL COM IMPRESSORA EPSON L6171, L6270 (CYAN) GARRAFA 70ML **MARCA: DSI** **MODELO: T504220**	R$ 32,31	R$ 1.453,95
26	3	45,00	UNIDADE	TINTA COMPATÍVEL COM IMPRESSORA EPSON L6171, L6270 (MAGENTA) GARRAFA 70ML **MARCA: DSI** **MODELO: T504320**	R$ 32,30	R$ 1.453,50
26	4	45,00	UNIDADE	TINTA COMPATÍVEL COM IMPRESSORA EPSON L6171, L6270 (YELLOW) GARRAFA 70ML **MARCA: DSI** **MODELO: T504420**	R$ 32,30	R$ 1.453,50
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 6.299,55						
LOTE 33						
33	1	10,00	UNIDADE	TONER COMPATÍVEL COM IMPRESSORA HP 200 COLOR M276NW (COM CHIP) 210 **MARCA: DSI** **MODELO: CF210A**	R$ 117,49	R$ 1.174,90
33	2	10,00	UNIDADE	TONER COMPATÍVEL COM IMPRESSORA HP 200 COLOR M276NW (COM CHIP) 211 **MARCA: DSI** **MODELO: CF211A**	R$ 117,49	R$ 1.174,90
33	3	10,00	UNIDADE	TONER COMPATÍVEL COM IMPRESSORA HP 200 COLOR M276NW (COM CHIP) 212 **MARCA: DSI** **MODELO: CF212A**	R$ 117,49	R$ 1.174,90
33	4	10,00	UNIDADE	TONER COMPATÍVEL COM IMPRESSORA HP 200 COLOR M276NW 213 (COM CHIP) **MARCA: DSI** **MODELO: CF213A**	R$ 117,49	R$ 1.174,90
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 4.699,60						
LOTE 34						
34	1	265,00	UNIDADE	TONER COMPATÍVEL COM IMPRESSORA HP 4103FDW (COM CHIP) **MARCA: DSI** **MODELO: W1030X**	R$ 105,66	R$ 27.999,90
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 27.999,90						
LOTE 41						
41	1	5,00	UNIDADE	TONER COMPATÍVEL COM IMPRESSORA HP LASER JET PRO 400 (COM CHIP) **MARCA: DSI** **MODELO: CF280A**	R$ 99,99	R$ 499,95
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 499,95						

Situação: Aceito e Habilitado

Aceito para: E A DOS SANTOS - PRODUTOS E EQUIPAMENTOS

CNPJ Nº 45.736.454/0001-63

LOTE	ORDEM	QUANTI-DADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LOTE 2						
2	1	5,00	UNIDADE	CILINDRO COMPATÍVEL COM IMPRESSORA BROTHER HL-L2360DW **MARCA: BYQUALY/PREMIUM** **MODELO: UNIDADE**	R$ 168,00	R$ 840,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 840,00						
LOTE 3						
3	1	5,00	UNIDADE	CILINDRO COMPATÍVEL COM IMPRESSORA BROTHER MFC-L2740DW **MARCA: BYQUALY/PREMIUM** **MODELO: UNIDADE**	R$ 103,00	R$ 515,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 515,00						
LOTE 7						
7	1	20,00	UNIDADE	TONER COMPATÍVEL COM IMPRESSORA BROTHER DCP - L5652DN (COM CHIP) **MARCA: BYQUALY/PREMIUM** **MODELO: UNIDADE**	R$ 147,00	R$ 2.940,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.940,00						
LOTE 8						
8	1	15,00	UNIDADE	TONER COMPATÍVEL COM IMPRESSORA BROTHER DCP 1602 (COM CHIP) **MARCA: BYQUALY/PREMIUM** **MODELO: UNIDADE**	R$ 141,00	R$ 2.115,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.115,00						
LOTE 9						
9	1	15,00	UNIDADE	TONER COMPATÍVEL COM IMPRESSORA BROTHER HL-L2320D (COM CHIP) **MARCA: BYQUALY/PREMIUM** **MODELO: UNIDADE**	R$ 203,00	R$ 3.045,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 3.045,00						
LOTE 10						
10	1	5,00	UNIDADE	TONER COMPATÍVEL COM IMPRESSORA BROTHER HL-L2360DW (COM CHIP) **MARCA: BYQUALY/PREMIUM** **MODELO: UNIDADE**	R$ 127,00	R$ 635,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 635,00						
LOTE 11						
11	1	5,00	UNIDADE	TONER COMPATÍVEL COM IMPRESSORA BROTHER MFC-L2740DW (COM CHIP) **MARCA: BYQUALY/PREMIUM** **MODELO: UNIDADE**	R$ 127,00	R$ 635,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 635,00						
LOTE 17						
17	1	10,00	UNIDADE	TINTA COMPATÍVEL COM IMPRESSORA CANON G4111, G3110 (CYAN) 70ML **MARCA: BYQUALY/EVOLUT** **MODELO: UNIDADE**	R$ 51,00	R$ 510,00
17	2	10,00	UNIDADE	TINTA COMPATÍVEL COM IMPRESSORA CANON G4111, G3110 (MAGENTA) 70ML **MARCA: BYQUALY/EVOLUT** **MODELO: UNIDADE**	R$ 51,00	R$ 510,00
17	3	10,00	UNIDADE	TINTA COMPATÍVEL COM IMPRESSORA CANON G4111, G3110 (YELOW) 70ML **MARCA: BYQUALY/EVOLUT** **MODELO: UNIDADE**	R$ 51,00	R$ 510,00
17	4	15,00	UNIDADE	TINTA COMPATÍVEL COM IMPRESSORA CANON G4111, G3110 (BLACK) 135ML **MARCA: BYQUALY/EVOUT** **MODELO: UNIDADE**	R$ 51,00	R$ 765,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.295,00						
LOTE 23						
23	1	LOTE	UNIDADE	TINTA COMPATÍVEL COM IMPRESSORA EPSON L3150 (BLACK) GARRAFA 65ML **MARCA: BYQUALY/EVOUT** **MODELO: UNIDADE**	R$ 39,95	R$ 199,75
23	2	5,00	UNIDADE	TINTA COMPATÍVEL COM IMPRESSORA EPSON L3150 (CYAN) GARRAFA 65ML **MARCA: BYQUALY/EVOUT** **MODELO: UNIDADE**	R$ 39,95	R$ 199,75
23	3	5,00	UNIDADE	TINTA COMPATÍVEL COM IMPRESSORA EPSON L3150 (MAGENTA) GARRAFA 65ML **MARCA: BYQUALY/EVOUT** **MODELO: UNIDADE**	R$ 39,95	R$ 199,75
23	4	5,00	UNIDADE	TINTA COMPATÍVEL COM IMPRESSORA EPSON L3150 (YELLOW) GARRAFA 65ML **MARCA: BYQUALY/EVOUT** **MODELO: UNIDADE**	R$ 39,95	R$ 199,75
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 799,00						
LOTE 24						
24	1	10,00	UNIDADE	TINTA COMPATÍVEL COM IMPRESSORA EPSON L395 (BLACK) **MARCA: BYQUALY/EVOUT** **MODELO: UNIDADE**	R$ 33,60	R$ 336,00
24	2	5,00	UNIDADE	TINTA COMPATÍVEL COM IMPRESSORA EPSON L395 (CYAN) **MARCA: BYQUALY/EVOUT** **MODELO: UNIDADE**	R$ 33,60	R$ 168,00
24	3	5,00	UNIDADE	TINTA COMPATÍVEL COM IMPRESSORA EPSON L395 (MAGENTA) **MARCA: BYQUALY/EVOUT** **MODELO: UNIDADE**	R$ 34,00	R$ 170,00
24	4	5,00	UNIDADE	TINTA COMPATÍVEL COM IMPRESSORA EPSON L395 (YELLOW) **MARCA: BYQUALY/EVOUT** **MODELO: UNIDADE**	R$ 33,00	R$ 165,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 839,00						
LOTE 31						
31	1	55,00	UNIDADE	CILINDRO COMPATÍVEL COM IMPRESSORA HP LASER JET PRO M227FDW **MARCA: BYQUALY** **MODELO: UNIDADE**	R$ 36,98	R$ 2.033,90
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.033,90						
LOTE 35						
35	1	70,00	UNIDADE	TONER COMPATÍVEL COM IMPRESSORA HP 432FDW (COM CHIP) **MARCA: BYQUALY/EVOLUT** **MODELO: UNIDADE**	R$ 221,41	R$ 15.498,70
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 15.498,70						
LOTE 36						
36	1	15,00	UNIDADE	TONER COMPATÍVEL COM IMPRESSORA HP LASER JET 1012 (COM CHIP) **MARCA: BYQUALY/EVOLUT** **MODELO: UNIDADE**	R$ 114,932	R$ 1.723,98
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.723,98						
LOTE 37						
37	1	10,00	UNIDADE	TONER COMPATÍVEL COM IMPRESSORA HP LASER JET 1020 (COM CHIP)	R$ 115,00	R$ 1.150,00

				MARCA: BYQUALY/EVOLUT **MODELO: UNIDADE**		
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.150,00						
LOTE 38						
38	1	80,00	UNIDADE	TONER COMPATÍVEL PARA IMPRESSORA HP LASER JET M1132 MFP (COM CHIP) **MARCA: BYQUALY/EVOLUT** **MODELO: UNIDADE**	R$ 132,00	R$ 10.560,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 10.560,00						
LOTE 39						
39	1	20,00	UNIDADE	TONER COMPATÍVEL COM IMPRESSORA HP LASER JET M1536DNF MFP (COM CHIP) **MARCA: BYQUALY/EVOLUT** **MODELO: UNIDADE**	R$ 98,55	R$ 1.971,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.971,00						
LOTE 40						
40	1	10,00	UNIDADE	TONER COMPATÍVEL COM IMPRESSORA HP LASER JET P1505 (COM CHIP) **MARCA: BYQUALY/EVOLUT** **MODELO: UNIDADE**	R$ 164,00	R$ 1.640,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.640,00						
LOTE 42						
42	1	15,00	UNIDADE	TONER COMPATÍVEL COM IMPRESSORA HP LASER JET PRO M130FW (COM CHIP) **MARCA: BYQUALY/EVOLUT** **MODELO: UNIDADE**	R$ 131,00	R$ 1.965,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.965,00						
LOTE 43						
43	1	95,00	UNIDADE	TONER COMPATÍVEL COM IMPRESSORA HP LASER JET PRO M227FDW (COM CHIP) **MARCA: BYQUALY/EVOLUT** **MODELO: UNIDADE**	R$ 89,46	R$ 8.498,70
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 8.498,70						
LOTE 44						
44	1	25,00	UNIDADE	TONER COMPATÍVEL COM IMPRESSORA HP LASER JET PRO MFP M125A (COM CHIP) **MARCA: BYQUALY/EVOLUT** **MODELO: UNIDADE**	R$ 169,96	R$ 4.249,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 4.249,00						
LOTE 45						
45	1	25,00	UNIDADE	TONER COMPATÍVEL COM IMPRESSORA HP LASER JET PRO MFP M127FN (COM CHIP) **MARCA: BYQUALY/EVOLUT** **MODELO: UNIDADE**	R$ 139,96	R$ 3.499,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 3.499,00						
LOTE 46						
46	1	60,00	UNIDADE	TONER COMPATÍVEL COM IMPRESSORA HP LASER JET PRO MFP M428FDW (COM CHIP) **MARCA: BYQUALY/EVOLUT** **MODELO: UNIDADE**	R$ 154,80	R$ 9.288,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 9.288,00						
LOTE 47						
47	1	25,00	UNIDADE	TONER COMPATÍVEL COM IMPRESSORA HP LASER JET PRO P1102W (COM CHIP) **MARCA: BYQUALY/EVOLUT** **MODELO: UNIDADE**	R$ 144,92	R$ 3.623,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 3.623,00						

Situação: Aceito e Habilitado

Aceito para: M M J INDÚSTRIA E COMÉRCIO SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA

CNPJ Nº 35.137.965/0001-36

LOTE	ORDEM	QUANTI-DADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LOTE 4						
4	1	10,00	UNIDADE	CILINDRO ORIGINAL PARA IMPRESSORA BROTHER DCP 1602 **MARCA: BROTHER** **MODELO: 1602**	R$ 187,00	R$1.870,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.870,00						
LOTE 5						
5	1	5,00	UNIDADE	CILINDRO ORIGINAL PARA IMPRESSORA BROTHER HL-L2360DW **MARCA: BROTHER** **MODELO: HL-L2360DW**	R$ 171,63	R$ 858,15
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 858,15						
LOTE 6						
6	1	5,00	UNIDADE	CILINDRO ORIGINAL PARA IMPRESSORA BROTHER MFC-L2740DW **MARCA: BROTHER** **MODELO: MFC-L2740DW**	R$ 102,00	R$ 510,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 510,00						
LOTE 12						
12	1	20	UNIDADE	TONER ORIGINAL PARA IMPRESSORA BROTHER DCP – L5652DN **MARCA:** **BROTHER** **MODELO:** **L5652DN**	R$ 235,00	R$ 4.700,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 4.700,00						
LOTE 13						
13	1	15,00	UNIDADE	TONER ORIGINAL PARA IMPRESSORA BROTHER DCP 1602 **MARCA: BROTHER** **MODELO: DCP 1602**	R$ 150,66	R$ 2.259,90
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.259,90						
LOTE 14						
14	1	15,00	UNIDADE	TONER ORIGINAL PARA IMPRESSORA BROTHER HL-L2320D **MARCA: BROTHER** **MODELO: HL – L2320D**	R$ 118,30	R$ 1.774,50
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.774,50						
LOTE 15						
15	1	5,00	UNIDADE	TONER ORIGINAL PARA IMPRESSORA BROTHER HL-L2360DW **MARCA: BROTHER** **MODELO: HL – L2360DW**	R$ 128,00	R$ 640,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 640,00						
LOTE 16						
16	1	5,00	UNIDADE	TONER ORIGINAL PARA IMPRESSORA BROTHER MFC-L2740DW (COM CHIP) **MARCA: BROTHER** **MODELO: MFC-L2740DW**	R$ 178,00	R$ 890,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 890,00						
LOTE 18						
18	1	10,00	UNIDADE	TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA CANON G4111, G3110	R$ 51,10	R$ 511,00

				(CYAN) 70ML **MARCA: CANON** **MODELO: G4111**		
18	2	10,00	UNIDADE	TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA CANON G4111, G3110 (MAGENTA) 70ML **MARCA: CANON** **MODELO: G4111**	R$ 51,15	R$ 511,00
18	3	10,00	UNIDADE	TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA CANON G4111, G3110 (YELOW) 70ML **MARCA: CANON** **MODELO: G4111**	R$ 51,15	R$ 511,50
18	4	15,00	UNIDADE	TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA CANON G4111, G3110 (BLACK) 135ML **MARCA: BROTHER** **MODELO: MFC-L2740DW**	R$ 51,10	R$ 766,50
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.300,00						
LOTE 27						
27	1	5,00	UNIDADE	TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA EPSON L3150 (BLACK) GARRAFA 65ML **MARCA: EPSON** **MODELO: L3150**	R$ 45,00	R$ 225,00
27	2	5,00	UNIDADE	TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA EPSON L3150 (CYAN) GARRAFA 65ML **MARCA: EPSON** **MODELO: L3150**	R$ 45,00	R$ 225,00
27	3	5,00	UNIDADE	TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA EPSON L3150 (MAGENTA) GARRAFA 65ML **MARCA: EPSON** **MODELO: L3150**	R$ 45,00	R$ 225,00
27	4	5,00	UNIDADE	TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA EPSON L3150 (YELLOW) GARRAFA 65ML **MARCA: EPSON** **MODELO: L3150**	R$ 45,00	R$ 225,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 900,00						
LOTE 28						
28	1	10,00	UNIDADE	TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA EPSON L395 (BLACK) **MARCA: EPSON** **MODELO: L395**	R$ 52,00	R$ 520,00
28	2	5,00	UNIDADE	TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA EPSON L395 (CYAN) **MARCA: EPSON** **MODELO: L395**	R$ 52,00	R$ 260,00
28	3	5,00	Unidades	TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA EPSON L395 (MAGENTA) **MARCA: EPSON** **MODELO: L395**	R$ 52,00	R$ 260,00
28	4	5,00	UNIDADE	TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA EPSON L395 (YELLOW)	R$ 52,00	R$ 260,00

				MARCA: EPSON **MODELO: L395**		
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.300,00						
LOTE 29						
29	1	85,00	UNIDADE	TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA EPSON L5590 (BLACK) **MARCA: EPSON** **MODELO: L5590**	R$ 32,80	R$ 2.788,00
29	2	55,00	UNIDADE	TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA EPSON L5590 (CYAN) **MARCA: EPSON** **MODELO: L5590**	R$ 32,80	R$ 1,804,00
29	3	55,00	UNIDADE	TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA EPSON L5590 (MAGENTA) **MARCA: EPSON** **MODELO: L5590**	R$ 32,80	R$ 1.804,00
29	4	55,00	UNIDADE	TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA EPSON L5590 (YELLOW) **MARCA: EPSON** **MODELO: L5**	R$ 32,80	R$ 1.804,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 8.200,00						
LOTE 30						
30	1	60,00	UNIDADE	TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA EPSON L6171, L6270 (BLACK) GARRAFA 127ML **MARCA: EPSON** **MODELO: L6171**	R$ 22,90	R$ 1.374,00
30	2	45,00	UNIDADE	TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA EPSON L6171, L6270 (CYAN) GARRAFA 70ML **MARCA: EPSON** **MODELO: L6171**	R$ 45,30	R$ 2.038,50
30	3	45,00	UNIDADE	TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA EPSON L6171, L6270 (MAGENTA) GARRAFA 70ML **MARCA: EPSON** **MODELO: L6171**	R$ 45,48	R$ 2.046,60
30	4	45,00	UNIDADE	TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA EPSON L6171, L6270 (YELLOW) GARRAFA 70ML **MARCA: EPSON** **MODELO: L6171**	R$ 45,30	R$ 2.038,50
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 7.497,60						
LOTE 32						
32	1	55,00	UNIDADE	CILINDRO ORIGINAL PARA IMPRESSORA HP LASER JET PRO M227FDW **MARCA: HP** **MODELO: M227FDW**	R$ 241,81	R$ 13.299,55
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 13.299,55						
LOTE 48						
48	1	210,00	UNIDADE	TONER ORIGINAL PARA IMPRESSORA HP LASER JET PRO MFP M426DW **MARCA: HP** **MODELO: M426DW**	R$ 133,33	R$ 27.999,30
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 27.999,30						
LOTE 49						
49	1	10,00	UNIDADE	TONER ORIGINAL PARA IMPRESSORA HP 200 COLOR	R$ 77,79	R$ 777,90

				M276NW (COM CHIP) 210 **MARCA: HP** **MODELO: 210**		
49	2	10,00	UNIDADE	TONER ORIGINAL PARA IMPRESSORA HP 200 COLOR M276NW (COM CHIP) 211 **MARCA: HP** **MODELO: 211**	R$ 90,62	R$ 906,20
49	3	10,00	UNIDADE	TONER ORIGINAL PARA IMPRESSORA HP 200 COLOR M276NW (COM CHIP) 212 **MARCA: HP** **MODELO: 212**	R$ 92,96	R$ 929,60
49	4	10,00	UNIDADE	TONER ORIGINAL PARA IMPRESSORA HP 200 COLOR M276NW 213 **MARCA: HP** **MODELO: 213**	R$ 82,62	R$ 826,20
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 3.439,90						
LOTE 50						
50	1	265,00	UNIDADE	TONER ORIGINAL PARA IMPRESSORA HP 4103FDW **MARCA: HP** **MODELO: 4103FDW**	R$ 188,67	R$ 49.997,55
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 49.997,55						
LOTE 51						
51	1	70,00	UNIDADE	TONER ORIGINAL PARA IMPRESSORA HP 432FDW **MARCA: HP** **MODELO: 432FDW**	R$ 221,42	R$ 15.499,40
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 15.499,40						
LOTE 52						
52	1	15,00	UNIDADE	TONER ORIGINAL PARA IMPRESSORA HP LASER JET 1012 **MARCA: HP** **MODELO: 1012**	R$ 227,89	R$ 3.418,35
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 3.418,35						
LOTE 53						
53	1	10,00	UNIDADE	TONER ORIGINAL PARA IMPRESSORA HP LASER JET 1020 **MARCA: HP** **MODELO: 1020**	R$ 227,89	R$ 2.278,90
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.278,90						
LOTE 54						
54	1	80,00	UNIDADE	TONER ORIGINAL PARA IMPRESSORA HP LASER JET M1132 MFP **MARCA: HP** **MODELO: M1132**	R$ 201,99	R$ 16.159,20
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 16.159,20						
LOTE 55						
55	1	20,00	UNIDADE	TONER ORIGINAL PARA IMPRESSORA HP LASER JET M1536DNF MFP **MARCA: HP** **MODELO: M1536DNF MFP**	R$ 89,00	R$ 1.780,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1780,00						
LOTE 56						
56	1	10,00	UNIDADE	TONER ORIGINAL PARA IMPRESSORA HP LASER JET P1505 (COM CHIP)	R$ 149,67	R$ 1.496,70

				MARCA: HP **MODELO: P1505**		
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.496,70						
LOTE 57						
57	1	5,00	UNIDADE	TONER ORIGINAL PARA IMPRESSORA HP LASER JET PRO 400 **MARCA: HP** **MODELO: 400**	R$ 135,92	R$ 679,60
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 679,00						
LOTE 58						
58	1	15,00	UNIDADE	TONER ORIGINAL PARA IMPRESSORA HP LASER JET PRO M130FW **MARCA: HP** **MODELO: M130FW**	R$ 83,67	R$ 1.255,05
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.255,05						
LOTE 59						
59	1	95,00	UNIDADE	TONER ORIGINAL PARA IMPRESSORA HP LASER JET PRO M227FDW **MARCA: HP** **MODELO: M227FDW**	R$ 110,00	R$ 10.450,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 10.450,00						
LOTE 60						
60	1	25,00	UNIDADE	TONER ORIGINAL PARA IMPRESSORA HP LASER JET PRO MFP M125A **MARCA: HP** **MODELO: M125A**	R$ 158,37	R$ 3.959,25
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 3.959,25						
LOTE 61						
61	1	25,00	UNIDADE	TONER ORIGINAL PARA IMPRESSORA HP LASER JET PRO MFP M127FN **MARCA: HP** **MODELO: M127FN**	R$ 131,73	R$ 3.293,25
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 3.293,25						
LOTE 62						
62	1	60,00	UNIDADE	TONER ORIGINAL PARA IMPRESSORA HP LASER JET PRO MFP M428FDW **MARCA: HP** **MODELO: M428FDW**	R$ 166,66	R$ 9.999,60
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 9.999,60						
LOTE 63						
63	1	25,00	UNIDADE	TONER ORIGINAL PARA IMPRESSORA HP LASER JET PRO P1102W **MARCA: HP** **MODELO:** P1102W	R$ 140,00	R$ 3.500,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 3.500,00						

VALOR TOTAL DO ITENS: R$ 328.262,68

São Sebastião da Amoreira - PR, 16 de dezembro de 2025.

EXILAINE GASPAR

Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:633348A1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pregão Eletrônico nº 19/2025

Ata de Registro de Preços nº 81/2025

Validade da ata: 12 (doze) meses.

A **Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n.º 08.151.884/0001-97, com sede na Avenida Londrina, nº 1764, Jardim Independência, Sarandi-Paraná, CEP 87114-010, neste ato representada por seu Diretor-Geral, em pleno exercício de suas funções, senhor **Cesar Augusto Foss**, portador do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº ***.865.289-**, e a empresa **CAMPOS SOLUCOES ATACADISTAS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 60.915.736/0001-11, com sede na Rodovia BR 282, S/N, Barracão 01-A, Bairro Índios, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, CEP 88508-650, telefone comercial nº (49) 99183-7359, neste ato representada por seu representante legal, **Sr(a) Fabiane Alano de Campos Castilhos**, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº *.421.***, e CPF nº ***.968.359-**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº 19/2025, a ser executada em fiel observância à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, mediante as seguintes cláusulas e condições.

A presente Ata tem por objeto o **registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios**, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo I do edital de licitação nº 19/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
3	56796	LEITE LONGA VIDA UHT INTEGRAL – CAIXA COM 1 LITRO. TIPO INTEGRAL; TEOR DE GORDURA MÍNIMO DE 3,0% (CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE); EMBALAGEM: CAIXA CARTONADA ASSÉPTICA (TIPO TETRA PAK OU EQUIVALENTE), RESISTENTE, COM TAMPA OU BICO VERTEDOR, CONTENDO TODAS AS INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS; ROTULAGEM EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO DA ANVISA E MAPA, INCLUINDO NOME DO PRODUTO, MARCA, CNPJ DO FABRICANTE, ENDEREÇO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS E SELO DE INSPEÇÃO; VALIDADE MÍNIMA NA DATA DE ENTREGA DE 4 (QUATRO) MESES.	TERRA VIVA	1.250	UNIDADE	3,99	4.987,50
VALOR TOTAL DA ATA (R$)							**4.987,50**

Data de assinatura: 17 de dezembro de 2025.

Sarandi, 17 de dezembro de 2025.

CESAR AUGUSTO FOSS

Diretor Geral

Decreto nº 10/2025

Águas de Sarandi-SMSA

Publicado por:
Renato Hiran Ausek
Código Identificador:1878F12E

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pregão Eletrônico nº 19/2025

Ata de Registro de Preços nº 82/2025

Validade da ata: 12 (doze) meses.

A **Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n.º 08.151.884/0001-97, com sede na Avenida Londrina, nº 1764, Jardim Independência, Sarandi-Paraná, CEP 87114-010, neste ato representada por seu Diretor-Geral, em pleno exercício de suas funções, senhor **Cesar Augusto Foss**, portador do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº ***.865.289-**, e a empresa **RPG - COMERCIO DE MERCADORIAS E SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 54.205.260/0001-22, com sede na Rua Castelo Branco, nº 206, Bairro Centro, na cidade de Jataizinho, Estado do Paraná, CEP 86210-000, telefone comercial nº (43) 98863-2869, neste ato representada por seu representante legal, **Sr(a) Rafael Pires Gonçalves**, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº **.943.***-8, e CPF nº ***.699.628-**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº 19/2025, a ser executada em fiel observância à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, mediante as seguintes cláusulas e condições.

A presente Ata tem por objeto o **registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios**, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo I do edital de licitação nº 19/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1	56792	AÇÚCAR REFINADO - PACOTE 5 KG. TIPO: REFINADO; ORIGEM: CANA-DE-AÇÚCAR; PESO LÍQUIDO: 5KG; PRODUTO ISENTO DE FERMENTAÇÕES, UMIDADE EXCESSIVA OU SUJIDADES; EMBALAGEM: SACO PLÁSTICO ATÓXICO, RESISTENTE, SELADO, COM FECHAMENTO HERMÉTICO; ROTULAGEM CONTENDO, DE FORMA LEGÍVEL, AS INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS EXIGIDAS PELA ANVISA E MAPA, INCLUINDO NOME DO PRODUTO, MARCA, CNPJ DO FABRICANTE, ENDEREÇO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS; VALIDADE MÍNIMA NA DATA DE ENTREGA DE 12 (DOZE) MESES.	GLOBO	125	PACOTE	19,99	2.498,75
2	56795	CHÁ MATE TORRADO A GRANEL – EMBALAGEM COM 250 GRAMAS. CHÁ MATE TORRADO, OBTIDO A PARTIR DAS FOLHAS E RAMOS JOVENS DA *ILEX PARAGUARIENSIS*, LIMPOS, SECOS E TORRADOS, PRÓPRIO PARA CONSUMO HUMANO, LIVRE DE IMPUREZAS, ODORES OU SABORES ESTRANHOS. PRODUTO DEVE APRESENTAR AROMA E SABOR CARACTERÍSTICOS, COLORAÇÃO UNIFORME E ESTAR DE ACORDO COM OS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE ESTABELECIDOS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE.	D'MILLE	220	UNIDADE	2,99	657,80
4	50828	MARGARINA CREMOSA COM SAL. SABOR AMANTEIGADO, COM 80% DE LIPÍDIOS E COM 0% DE GORDURA TRANS. EMBALAGEM EM POTE PLÁSTICO DE 500 GRAMAS.	DORIANA	120	POTE	6,69	802,80
VALOR TOTAL DA ATA (R$)							**3.959,35**

Data de assinatura: 16 de dezembro de 2025.

Sarandi, 17 de dezembro de 2025.

CESAR AUGUSTO FOSS

Diretor Geral

Decreto nº 10/2025

Águas de Sarandi-SMSA

Publicado por:
Renato Hiran Ausek
Código Identificador:EC64926D

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NA_20251212_172504

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade,

podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 30/01/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ABL3G67	284610NIC0032021	22/11/2025	50020
AJL8128	284610NIC0032013	22/11/2025	50020
AQN5I67	284610M000347200	08/12/2025	60503
AQQ2J44	284610NIC0032031	22/11/2025	50020
ARI3E90	284610NIC0032011	22/11/2025	50020
ASV7581	284610NIC0032032	22/11/2025	50020
ATI3861	284610NIC0032030	22/11/2025	50020
AVL2C16	284610NIC0032006	22/11/2025	50020
AXJ8325	284610NIC0032029	22/11/2025	50020
AYP8I54	284610NIC0032015	22/11/2025	50020
AZJ6I40	284610NIC0032022	22/11/2025	50020
BBH3993	284610M000346847	04/12/2025	60503
BBW1846	284610NIC0032017	22/11/2025	50020
BDU0I57	284610M000346809	03/12/2025	60503
BDV1F93	284610NIC0032018	22/11/2025	50020
EIT9H65	284610NIC0032027	22/11/2025	50020
GMJ5C24	284610NIC0032007	22/11/2025	50020
OZI4388	284610NIC0032020	22/11/2025	50020
RBS6H35	284610NIC0032028	22/11/2025	50020
SEB5F15	284610NIC0032026	22/11/2025	50020
SEB6A71	284610NIC0032016	22/11/2025	50020
SEE2H86	284610NIC0032025	22/11/2025	50020
SFM6D24	284610NIC0032009	22/11/2025	50020
SIO9I65	284610NIC0032010	22/11/2025	50020
SSG7G23	284610NIC0032012	22/11/2025	50020
STH1G64	284610NIC0032014	22/11/2025	50020
SVD1I49	284610NIC0032019	22/11/2025	50020
SWQ5E83	284610NIC0032024	22/11/2025	50020
SYD5E87	284610M000347083	07/12/2025	60503
SYG0B46	284610NIC0032008	22/11/2025	50020
TAZ3B61	284610NIC0032023	22/11/2025	50020
TBU2E04	284610NIC0032005	22/11/2025	50020

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:BB5A0A5C

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NA_20251213_172564

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 02/02/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ABZ9D43	284610T000006841	09/12/2025	66532
ABZ9D43	284610T000006840	09/12/2025	73400
ADI5F19	284610T000006836	09/12/2025	76842
ADI5F19	284610T000006835	09/12/2025	73400
ADI5F19	284610T000006834	09/12/2025	58433
ADI5F19	284610T000006833	09/12/2025	57380
ADI5F19	284610T000006832	09/12/2025	60502
ADI5F19	284610T000006828	09/12/2025	66532
ADI5F19	284610T000006827	09/12/2025	73400
ADI5F19	284610T000006826	09/12/2025	70561
ADI5F19	284610T000006837	09/12/2025	52152
ADI5F19	284610T000006838	09/12/2025	66102
AFF0E19	284610T000007515	10/12/2025	50100
AGK4469	284610T000007498	09/12/2025	72340
AIE3984	284610T000007306	03/12/2025	50100
AIE3984	284610T000007307	03/12/2025	66531
AIZ2343	284610T000007502	10/12/2025	65992
AIZ2343	284610T000007503	10/12/2025	50100
AIZ2343	284610T000007504	10/12/2025	51180
AJN6532	284610T000006824	09/12/2025	55411
ALD0D40	284610T000007484	08/12/2025	62700
ALH0579	284610T000007485	08/12/2025	51851
AMD3G18	284610T000006934	07/12/2025	76842
AMD3G18	284610T000006933	07/12/2025	66531
AMZ8C80	284610T000007487	08/12/2025	51851
AND0D49	284610T000007469	07/12/2025	73400
AND0D49	284610T000007468	07/12/2025	66531
AOC5281	284610T000007461	07/12/2025	51851
AOC5281	284610T000007462	07/12/2025	51930
AOX1D44	284610T000006822	05/12/2025	51851
APK8363	284610T000006821	05/12/2025	61220
APP1088	284610T000007470	07/12/2025	51851

APV5643	284610T000006823	05/12/2025	61220
AQM3I10	284610T000007475	08/12/2025	73400
AQR5A59	284610T000001557	11/12/2025	51851
AQR5A59	284610T000001556	11/12/2025	73662
ARA4042	284610T000007467	07/12/2025	51851
ARO0J44	284610T000006477	08/12/2025	51851
ARO6F98	284610T000007459	07/12/2025	73400
ARO6F98	284610T000007466	07/12/2025	73400
ARZ0670	284610T000007495	09/12/2025	67261
ARZ0670	284610T000007493	09/12/2025	65992
ARZ0670	284610T000007491	09/12/2025	50450
ARZ0670	284610T000007494	09/12/2025	66531
ASF2B23	284610T000007465	07/12/2025	51851
ASS1J04	284610T000007507	10/12/2025	51851
AST3F47	284610T000007481	08/12/2025	51851
ASU3B86	284610T000007350	05/12/2025	51851
ATB9C17	284610T000006839	09/12/2025	73400
ATR8271	284610T000000736	11/12/2025	51851
AWK4479	284610T000007454	05/12/2025	51851
AWK4479	284610T000007453	05/12/2025	52151
AXB2576	284610T000006842	10/12/2025	66532
AXB8J92	284610T000007514	10/12/2025	66531
AXE7C78	284610T000001841	10/12/2025	65992
AYI7J27	284610T000006945	10/12/2025	51851
AYV8F68	284610T000007473	08/12/2025	61300
AZC8017	284610T000007500	10/12/2025	55414
AZR8529	284610T000006820	05/12/2025	66532
AZS5A92	284610T000007511	10/12/2025	61220
BAB6C17	284610T000006944	10/12/2025	76842
BAX9411	284610T000006950	10/12/2025	66531
BBD6356	284610T000007451	05/12/2025	61220
BBF4C93	284610T000007458	07/12/2025	73400
BDH7F84	284610T000001343	08/12/2025	52070
BDR4I95	284610T000001344	08/12/2025	61220
BES7D56	284610T000007472	08/12/2025	58350
BVZ0595	284610T000007486	08/12/2025	51851
CGC8905	284610T000000361	11/12/2025	55680
CKR6953	284610T000007345	05/12/2025	50450
CKR6953	284610T000007346	05/12/2025	51420
CTZ6895	284610T000007489	09/12/2025	55414
CXB7F85	284610T000006478	08/12/2025	51851
CYQ9411	284610T000007455	07/12/2025	51851
DDK5J15	284610T000006479	09/12/2025	76332
DFF0144	284610T000007506	10/12/2025	51851
DQE3B87	284610T000006825	09/12/2025	51851
DVK3556	284610T000006942	10/12/2025	55414
DWN0345	284610T000007496	09/12/2025	61300
DXF0E48	284610T000007501	10/12/2025	76252
EAJ2046	284610T000007464	07/12/2025	51851
EFG8C37	284610T000006943	10/12/2025	76842
EGQ3257	284610T000006481	11/12/2025	51851
ENY3647	284610T000007505	10/12/2025	51851
EZE5F34	284610T000007452	05/12/2025	61220
FRD0H58	284610T000007463	07/12/2025	66531
IOC2H69	284610T000006480	09/12/2025	73400
JJH3I21	284610T000007349	05/12/2025	51851
JJU5B20	284610T000007460	07/12/2025	51851
KED7005	284610T000007457	07/12/2025	51851
KEK1896	284610T000007509	10/12/2025	50100
KEK1896	284610T000007510	10/12/2025	51180
KEK1896	284610T000007508	10/12/2025	65992
LNP4E05	284610T000006947	10/12/2025	51930
LNP4E05	284610T000006946	10/12/2025	51851
LNP4E05	284610T000006949	10/12/2025	61220
LNP4E05	284610T000006948	10/12/2025	65300
MGX3C91	284610T000007482	08/12/2025	51851
MKU0040	284610T000007456	07/12/2025	51851
NOL6B65	284610T000007488	08/12/2025	51851
NSZ3A01	284610T000007516	10/12/2025	65300
OAS4E33	284610T000007490	09/12/2025	55411
OBV3H25	284610T000007477	08/12/2025	51851
OJX6C86	284610T000006843	10/12/2025	58000
OOT8G80	284610T000007517	10/12/2025	66531
OOT8G80	284610T000007518	10/12/2025	73400
PQY0J71	284610T000007483	08/12/2025	51851
QIB9H49	284610T000006937	08/12/2025	60502
QUS7028	284610T000007479	08/12/2025	62700
SEI3A91	284610T000007478	08/12/2025	55840
SEW4I25	284610T000006939	08/12/2025	66531
SEW6I09	284610T000007476	08/12/2025	61300
SFK3H61	284610T000007497	09/12/2025	76332
SFN8C24	284610T000007348	05/12/2025	66531
SIC5I83	284610T000001042	11/12/2025	60502
SXP0G21	284610T000006938	08/12/2025	61220
TAN9I37	284610T000006936	08/12/2025	60502
TAR9B33	284610T000006940	08/12/2025	76842
TAS8B18	284610T000007344	05/12/2025	66531
TAS8B18	284610T000007343	05/12/2025	51180
TAS8B18	284610T000007342	05/12/2025	50100

TBL9A42	284610T000007513	10/12/2025	76842
TBL9A42	284610T000007512	10/12/2025	76332

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:A9274851

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NP_20251216_172715

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 02/02/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AAE5296	284610M000341425	27/09/2025	60503	R$ 293,47
AAY2G29	284610M000341039	21/09/2025	60503	R$ 293,47
ABB2948	284610M000341297	25/09/2025	60503	R$ 293,47
ABB3407	284610M000341002	20/09/2025	60503	R$ 293,47
ABI9E81	284610M000341030	21/09/2025	60503	R$ 293,47
ABN0F18	284610M000341021	21/09/2025	60503	R$ 293,47
ADD7391	284610M000341220	23/09/2025	60503	R$ 293,47
ADD7391	284610M000341234	23/09/2025	60503	R$ 293,47
ADF0385	284610M000341400	26/09/2025	60503	R$ 293,47
ADY1164	284610M000341326	25/09/2025	60503	R$ 293,47
AEA0C43	284610M000341452	27/09/2025	60503	R$ 293,47
AEA6546	284610M000341103	21/09/2025	60503	R$ 293,47
AEC1835	284610M000341085	21/09/2025	60503	R$ 293,47
AEL7959	284610M000341155	22/09/2025	60503	R$ 293,47
AES0H62	284610M000341312	25/09/2025	60503	R$ 293,47
AEU2755	284610M000341241	24/09/2025	60503	R$ 293,47
AFL5G28	284610M000341210	23/09/2025	60503	R$ 293,47
AFO6D21	284610M000341435	27/09/2025	60503	R$ 293,47
AFS9I96	284610M000341064	21/09/2025	60503	R$ 293,47
AFU9F72	284610M000341405	27/09/2025	60503	R$ 293,47
AGE2385	284610M000341403	26/09/2025	60503	R$ 293,47
AGO9E59	284610M000341390	26/09/2025	60503	R$ 293,47
AGS8939	284610M000341369	26/09/2025	60503	R$ 293,47
AGT9604	284610M000341263	24/09/2025	60503	R$ 293,47
AGW2B66	284610M000341447	27/09/2025	60503	R$ 293,47
AHE4I63	284610M000341120	22/09/2025	60503	R$ 293,47
AHM9440	284610M000341242	24/09/2025	60503	R$ 293,47
AHO1691	284610M000341449	27/09/2025	60503	R$ 293,47
AHO1691	284610M000341454	27/09/2025	60503	R$ 293,47
AHO1691	284610M000341243	24/09/2025	60503	R$ 293,47
AHQ4454	284610M000341153	22/09/2025	60503	R$ 293,47
AHU2624	284610M000341196	23/09/2025	60503	R$ 293,47
AHV6624	284610M000341276	25/09/2025	60503	R$ 293,47
AIF5A88	284610M000341089	21/09/2025	60503	R$ 293,47
AIH0337	284610M000341192	23/09/2025	60503	R$ 293,47
AIN4968	284610M000341337	25/09/2025	60503	R$ 293,47
AIN9I98	284610M000341165	22/09/2025	60503	R$ 293,47
AIY0H26	284610M000341205	23/09/2025	60503	R$ 293,47
AJA0D59	284610M000341023	21/09/2025	60503	R$ 293,47
AJD5F56	284610M000341080	21/09/2025	60503	R$ 293,47
AJE9852	284610M000341361	26/09/2025	60503	R$ 293,47
AJF2D61	284610M000341128	22/09/2025	60503	R$ 293,47
AJI7I06	284610M000341313	25/09/2025	60503	R$ 293,47
AJN4J12	284610M000341381	26/09/2025	60503	R$ 293,47
AJR1065	284610M000341092	21/09/2025	60503	R$ 293,47
AJR3A97	284610M000341355	26/09/2025	60503	R$ 293,47
AKE8674	284610M000341384	26/09/2025	60503	R$ 293,47
AKG2B55	284610M000341367	26/09/2025	60503	R$ 293,47
AKG6197	284610M000341345	04/10/2025	60503	R$ 293,47
AKI1783	284610M000341131	22/09/2025	60503	R$ 293,47
AKN4074	284610M000341093	21/09/2025	60503	R$ 293,47
AKN6305	284610M000341182	23/09/2025	60503	R$ 293,47
AKQ4388	284610M000340994	19/09/2025	60503	R$ 293,47
AKT4G92	284610M000341453	27/09/2025	60503	R$ 293,47
AKV4702	284610M000341309	25/09/2025	60503	R$ 293,47
AKW1120	284610M000341321	25/09/2025	60503	R$ 293,47
AKW1120	284610M000341308	25/09/2025	60503	R$ 293,47
AKW4B97	284610M000341230	23/09/2025	60503	R$ 293,47
AKW8325	284610M000341145	22/09/2025	60503	R$ 293,47
ALA8682	284610M000341310	25/09/2025	60503	R$ 293,47
ALA8682	284610M000341387	26/09/2025	60503	R$ 293,47
ALC5A71	284610M000341237	24/09/2025	60503	R$ 293,47
ALE3C73	284610M000341033	21/09/2025	60503	R$ 293,47
ALH0217	284610M000341101	21/09/2025	60503	R$ 293,47
ALO5369	284610M000341296	25/09/2025	60503	R$ 293,47
ALQ0356	284610M000341360	26/09/2025	60503	R$ 293,47
ALQ3I48	284610M000341066	21/09/2025	60503	R$ 293,47

AMK0G91	284610M000341216	23/09/2025	60503	R$ 293,47
AMS3F19	284610M000341022	21/09/2025	60503	R$ 293,47
AMS4I96	284610M000341398	25/09/2025	60503	R$ 293,47
AMZ3D78	284610M000341143	22/09/2025	60503	R$ 293,47
AMZ6A64	284610M000341335	25/09/2025	60503	R$ 293,47
ANB9J33	284610M000341078	21/09/2025	60503	R$ 293,47
ANC6J12	284610M000341419	27/09/2025	60503	R$ 293,47
ANE7506	284610M000341257	24/09/2025	60503	R$ 293,47
ANF4F63	284610M000341058	29/09/2025	60503	R$ 293,47
ANG0643	284610M000341273	25/09/2025	60503	R$ 293,47
ANM2219	284610M000341356	26/09/2025	60503	R$ 293,47
ANO0670	284610M000341096	21/09/2025	60503	R$ 293,47
ANV3B74	284610M000341009	21/09/2025	60503	R$ 293,47
ANY3J31	284610M000341015	21/09/2025	60503	R$ 293,47
AOB0058	284610M000341044	21/09/2025	60503	R$ 293,47
AOB0058	284610M000341117	21/09/2025	60503	R$ 293,47
AOB5H73	284610M000341174	22/09/2025	60503	R$ 293,47
AOD6B88	284610M000341104	21/09/2025	60503	R$ 293,47
AOF8J70	284610M000341260	24/09/2025	60503	R$ 293,47
AOK4025	284610M000341317	25/09/2025	60503	R$ 293,47
AON0A51	284610M000341072	21/09/2025	60503	R$ 293,47
AOS5E29	284610M000341441	27/09/2025	60503	R$ 293,47
AOS5E29	284610M000341451	27/09/2025	60503	R$ 293,47
AOV9845	284610M000341314	25/09/2025	60503	R$ 293,47
APC6470	284610M000341125	22/09/2025	60503	R$ 293,47
APL6860	284610M000341004	20/09/2025	60503	R$ 293,47
APN0782	284610M000341370	26/09/2025	60503	R$ 293,47
APO9658	284610M000341188	23/09/2025	60503	R$ 293,47
APR7249	284610M000341091	21/09/2025	60503	R$ 293,47
APW2711	284610M000341095	21/09/2025	60503	R$ 293,47
APY8C25	284610M000341426	27/09/2025	60503	R$ 293,47
AQC6686	284610M000341362	26/09/2025	60503	R$ 293,47
AQD8244	284610M000341316	25/09/2025	60503	R$ 293,47
AQF7852	284610M000341134	22/09/2025	60503	R$ 293,47
AQK5C72	284610M000341274	25/09/2025	60503	R$ 293,47
AQN5I67	284610M000341301	25/09/2025	60503	R$ 293,47
AQU2146	284610M000341338	25/09/2025	60503	R$ 293,47
AQU8499	284610M000341132	22/09/2025	60503	R$ 293,47
AQU8C87	284610M000341221	23/09/2025	60503	R$ 293,47
AQX7756	284610M000341055	29/09/2025	60503	R$ 293,47
AQZ9577	284610M000341442	27/09/2025	60503	R$ 293,47
ARF8J47	284610M000341010	21/09/2025	60503	R$ 293,47
ARG5077	284610M000341049	21/09/2025	60503	R$ 293,47
ARG8A63	284610M000341211	23/09/2025	60503	R$ 293,47
ARH8026	284610M000341018	21/09/2025	60503	R$ 293,47
ARJ5G63	284610M000341427	27/09/2025	60503	R$ 293,47
ARL2E67	284610M000341307	25/09/2025	60503	R$ 293,47
ARR8641	284610M000341129	22/09/2025	60503	R$ 293,47
ART5H91	284610M000341079	21/09/2025	60503	R$ 293,47
ASC4676	284610M000341270	25/09/2025	60503	R$ 293,47
ASD5728	284610M000341238	24/09/2025	60503	R$ 293,47
ASI0546	284610M000341059	30/09/2025	60503	R$ 293,47
ASI8E08	284610M000341088	21/09/2025	60503	R$ 293,47
ASK2B15	284610M000341180	23/09/2025	60503	R$ 293,47
ASL7362	284610M000341228	23/09/2025	60503	R$ 293,47
ASN3B33	284610M000341391	26/09/2025	60503	R$ 293,47
ASN4071	284610M000341189	23/09/2025	60503	R$ 293,47
ASQ6751	284610M000341357	26/09/2025	60503	R$ 293,47
ASR6J95	284610M000341041	21/09/2025	60503	R$ 293,47
AST6481	284610M000341386	26/09/2025	60503	R$ 293,47
ASV7581	284610M000340991	20/09/2025	60503	R$ 293,47
ASW5F40	284610M000341251	24/09/2025	60503	R$ 293,47
ASX8D89	284610M000341159	22/09/2025	60503	R$ 293,47
ASZ5045	284610M000341106	21/09/2025	60503	R$ 293,47
ATA4989	284610M000341067	21/09/2025	60503	R$ 293,47
ATE5A17	284610M000341150	22/09/2025	60503	R$ 293,47
ATG2B46	284610M000341280	25/09/2025	60503	R$ 293,47
ATT6D55	284610M000341206	23/09/2025	60503	R$ 293,47
AUJ2I27	284610M000341050	29/09/2025	60503	R$ 293,47
AUS3D81	284610M000341306	25/09/2025	60503	R$ 293,47
AUW3A79	284610M000341281	25/09/2025	60503	R$ 293,47
AUY4010	284610M000341141	21/09/2025	60503	R$ 293,47
AUZ2596	284610M000341354	26/09/2025	60503	R$ 293,47
AVA0I49	284610M000341052	29/09/2025	60503	R$ 293,47
AVA2C03	284610M000341343	04/10/2025	60503	R$ 293,47
AVA3E24	284610M000341395	25/09/2025	60503	R$ 293,47
AVA3E24	284610M000341385	26/09/2025	60503	R$ 293,47
AVF5J58	284610M000341047	29/09/2025	60503	R$ 293,47
AVJ1E56	284610M000341227	23/09/2025	60503	R$ 293,47
AVM7F31	284610M000341311	25/09/2025	60503	R$ 293,47
AVQ4063	284610M000341024	21/09/2025	60503	R$ 293,47
AVV6B47	284610M000341406	27/09/2025	60503	R$ 293,47
AVX4684	284610M000341334	25/09/2025	60503	R$ 293,47
AVX6948	284610M000341207	23/09/2025	60503	R$ 293,47
AVX7A22	284610M000341156	22/09/2025	60503	R$ 293,47
AWA4317	284610M000341368	26/09/2025	60503	R$ 293,47
AWB8201	284610M000341404	26/09/2025	60503	R$ 293,47
AWF3F40	284610M000341450	27/09/2025	60503	R$ 293,47
AWF5I86	284610M000341057	29/09/2025	60503	R$ 293,47

AWG4612	284610M000341324	24/09/2025	60503	R$ 293,47
AWN1391	284610M000341392	26/09/2025	60503	R$ 293,47
AWN2D59	284610M000341115	21/09/2025	60503	R$ 293,47
AWR6610	284610M000341152	22/09/2025	60503	R$ 293,47
AWW9D98	284610M000341302	25/09/2025	60503	R$ 293,47
AXA9J23	284610M000341124	22/09/2025	60503	R$ 293,47
AXB5142	284610M000341040	21/09/2025	60503	R$ 293,47
AXF8F17	284610M000341054	29/09/2025	60503	R$ 293,47
AXK8J46	284610M000341253	24/09/2025	56732	R$ 130,16
AXM0G91	284610M000341151	22/09/2025	60503	R$ 293,47
AXM7H74	284610M000341236	24/09/2025	60503	R$ 293,47
AXP5J62	284610M000341291	25/09/2025	60503	R$ 293,47
AXQ5J72	284610M000341278	25/09/2025	60503	R$ 293,47
AXS1C25	284610M000341433	27/09/2025	60503	R$ 293,47
AXW1F59	284610M000341378	26/09/2025	60503	R$ 293,47
AYD0875	284610M000341271	25/09/2025	60503	R$ 293,47
AYE8262	284610M000341448	27/09/2025	60503	R$ 293,47
AYF8D19	284610M000341377	26/09/2025	60503	R$ 293,47
AYL2088	284610M000341164	22/09/2025	60503	R$ 293,47
AYO3F24	284610M000341299	25/09/2025	60503	R$ 293,47
AYR5F34	284610M000341397	25/09/2025	60503	R$ 293,47
AYS2A83	284610M000341043	21/09/2025	60503	R$ 293,47
AYV0073	284610M000341380	26/09/2025	60503	R$ 293,47
AZD6I40	284610M000341409	27/09/2025	60503	R$ 293,47
AZI0500	284610M000341099	21/09/2025	60503	R$ 293,47
AZI0500	284610M000341074	21/09/2025	60503	R$ 293,47
AZI1F01	284610M000341331	25/09/2025	60503	R$ 293,47
AZI6722	284610M000341008	21/09/2025	60503	R$ 293,47
AZO3C35	284610M000341069	21/09/2025	60503	R$ 293,47
AZP5784	284610M000341036	21/09/2025	60503	R$ 293,47
AZR1271	284610M000341295	25/09/2025	60503	R$ 293,47
AZR2C82	284610M000341202	23/09/2025	60503	R$ 293,47
AZS2I91	284610M000341130	22/09/2025	60503	R$ 293,47
AZW9547	284610M000341163	22/09/2025	60503	R$ 293,47
AZY0870	284610M000341428	27/09/2025	60503	R$ 293,47
AZZ9898	284610M000341105	21/09/2025	60503	R$ 293,47
BAD5A15	284610M000341255	24/09/2025	60503	R$ 293,47
BAD6J27	284610M000341161	22/09/2025	60503	R$ 293,47
BAF9G22	284610M000341407	27/09/2025	60503	R$ 293,47
BAH9691	284610M000341001	20/09/2025	60503	R$ 293,47
BAL5073	284610M000340996	19/09/2025	60503	R$ 293,47
BAM6447	284610M000341186	23/09/2025	60503	R$ 293,47
BAT7H64	284610M000341432	27/09/2025	60503	R$ 293,47
BAV7708	284610M000341122	22/09/2025	60503	R$ 293,47
BAX5J57	284610M000341252	02/10/2025	60503	R$ 293,47
BBF7H08	284610M000341366	26/09/2025	60503	R$ 293,47
BBJ9A16	284610M000341121	22/09/2025	60503	R$ 293,47
BBL6J01	284610M000341212	23/09/2025	60503	R$ 293,47
BBP6H40	284610M000341288	25/09/2025	60503	R$ 293,47
BBZ5H45	284610M000341293	25/09/2025	60503	R$ 293,47
BCB4504	284610M000341100	21/09/2025	60503	R$ 293,47
BCB7324	284610M000341235	24/09/2025	60503	R$ 293,47
BCD5H10	284610M000341351	26/09/2025	60503	R$ 293,47
BCG3J52	284610M000341178	23/09/2025	60503	R$ 293,47
BCH3038	284610M000341137	22/09/2025	60503	R$ 293,47
BCJ0J66	284610M000341065	21/09/2025	60503	R$ 293,47
BCJ0J66	284610M000341330	25/09/2025	60503	R$ 293,47
BCJ0J66	284610M000341292	25/09/2025	60503	R$ 293,47
BCJ1D25	284610M000341245	24/09/2025	60503	R$ 293,47
BCJ1D25	284610M000341379	26/09/2025	60503	R$ 293,47
BCJ3C57	284610M000341223	23/09/2025	60503	R$ 293,47
BCP8J69	284610M000341341	25/09/2025	60503	R$ 293,47
BCT4G99	284610M000341034	21/09/2025	60503	R$ 293,47
BCW5H56	284610M000341076	21/09/2025	60503	R$ 293,47
BCX4H61	284610M000341019	21/09/2025	60503	R$ 293,47
BDA9I49	284610M000341201	23/09/2025	60503	R$ 293,47
BDB6J60	284610M000341412	27/09/2025	60503	R$ 293,47
BDB6J60	284610M000341011	21/09/2025	60503	R$ 293,47
BDD0F71	284610M000341417	27/09/2025	60503	R$ 293,47
BDD4E97	284610M000341340	25/09/2025	56732	R$ 130,16
BDE0J58	284610M000341017	21/09/2025	60503	R$ 293,47
BDG3E47	284610M000341375	26/09/2025	60503	R$ 293,47
BDJ1H57	284610M000341414	27/09/2025	60503	R$ 293,47
BDJ1H57	284610M000341185	23/09/2025	60503	R$ 293,47
BDK5D10	284610M000341372	26/09/2025	60503	R$ 293,47
BDL5F59	284610M000341282	25/09/2025	60503	R$ 293,47
BDU6G84	284610M000341247	24/09/2025	60503	R$ 293,47
BDW5G60	284610M000341272	25/09/2025	60503	R$ 293,47
BDX1B53	284610M000341042	21/09/2025	60503	R$ 293,47
BED7I50	284610M000341269	25/09/2025	60503	R$ 293,47
BEF4E48	284610M000341287	25/09/2025	60503	R$ 293,47
BEH7C47	284610M000341028	21/09/2025	60503	R$ 293,47
BEJ4I64	284610M000341203	23/09/2025	60503	R$ 293,47
BEO2906	284610M000341191	23/09/2025	60503	R$ 293,47
BEY2D76	284610M000341233	23/09/2025	60503	R$ 293,47
BEY6H53	284610M000341218	23/09/2025	60503	R$ 293,47
BEZ2E85	284610M000341226	23/09/2025	60503	R$ 293,47
BFG4A22	284610M000341190	23/09/2025	60503	R$ 293,47
BGR7227	284610M000340993	19/09/2025	60503	R$ 293,47

BJO5D35	284610M000341279	25/09/2025	60503	R$ 293,47
BME6222	284610M000341075	21/09/2025	60503	R$ 293,47
BME6222	284610M000341077	21/09/2025	60503	R$ 293,47
BSV0257	284610M000341197	23/09/2025	60503	R$ 293,47
CJS1368	284610M000341171	22/09/2025	60503	R$ 293,47
CMX8251	284610M000341060	21/09/2025	60503	R$ 293,47
COA7J94	284610M000341342	25/09/2025	56732	R$ 130,16
COM4933	284610M000341176	22/09/2025	60503	R$ 293,47
CPB4482	284610M000341443	27/09/2025	60503	R$ 293,47
CPP0A32	284610M000341383	26/09/2025	60503	R$ 293,47
CQF5349	284610M000341169	22/09/2025	60503	R$ 293,47
CQF7F05	284610M000341148	22/09/2025	60503	R$ 293,47
CTZ6566	284610M000341045	29/09/2025	60503	R$ 293,47
CYI5658	284610M000341396	25/09/2025	60503	R$ 293,47
CYP9B95	284610M000341416	27/09/2025	60503	R$ 293,47
CYW7127	284610M000341399	25/09/2025	60503	R$ 293,47
CZG9D42	284610M000341193	23/09/2025	60503	R$ 293,47
DAQ6131	284610M000341248	24/09/2025	60503	R$ 293,47
DAU5C98	284610M000341109	21/09/2025	60503	R$ 293,47
DBG5860	284610M000341259	24/09/2025	60503	R$ 293,47
DBQ4I34	284610M000341374	26/09/2025	60503	R$ 293,47
DCZ2J35	284610M000341000	20/09/2025	60503	R$ 293,47
DDQ6C20	284610M000341146	22/09/2025	60503	R$ 293,47
DEB9426	284610M000341294	25/09/2025	60503	R$ 293,47
DEJ6660	284610M000341006	21/09/2025	60503	R$ 293,47
DFW4E08	284610M000341231	23/09/2025	60503	R$ 293,47
DJO5620	284610M000341112	21/09/2025	60503	R$ 293,47
DMA3487	284610M000341262	24/09/2025	60503	R$ 293,47
DMT0814	284610M000341329	25/09/2025	60503	R$ 293,47
DOC3A07	284610M000341224	23/09/2025	56732	R$ 130,16
DQQ4126	284610M000341458	27/09/2025	60503	R$ 293,47
DRG0H93	284610M000341179	23/09/2025	60503	R$ 293,47
DSH4B92	284610M000341389	26/09/2025	60503	R$ 293,47
DSU2792	284610M000341170	22/09/2025	60503	R$ 293,47
DTE0C54	284610M000341199	23/09/2025	56732	R$ 130,16
DVY5C98	284610M000341436	27/09/2025	60503	R$ 293,47
EAF6114	284610M000341160	22/09/2025	60503	R$ 293,47
EAF8A61	284610M000341339	25/09/2025	60503	R$ 293,47
EAM3I13	284610M000341352	26/09/2025	60503	R$ 293,47
EAO3D60	284610M000341215	23/09/2025	60503	R$ 293,47
EAR1125	284610M000341029	21/09/2025	60503	R$ 293,47
EEU6C01	284610M000341250	24/09/2025	60503	R$ 293,47
EIW1535	284610M000341315	25/09/2025	60503	R$ 293,47
EIY4336	284610M000341325	25/09/2025	60503	R$ 293,47
EKS6A82	284610M000341194	23/09/2025	60503	R$ 293,47
ENV5G97	284610M000341016	21/09/2025	60503	R$ 293,47
EPK4618	284610M000341184	23/09/2025	60503	R$ 293,47
ERY3I69	284610M000341382	25/09/2025	60503	R$ 293,47
ESN1G30	284610M000341349	25/09/2025	60503	R$ 293,47
ETM5A21	284610M000341175	22/09/2025	60503	R$ 293,47
EUT1B08	284610M000341020	21/09/2025	60503	R$ 293,47
EUT1B08	284610M000341061	21/09/2025	60503	R$ 293,47
EWS8J81	284610M000341336	25/09/2025	56732	R$ 130,16
EXM4D61	284610M000341462	27/09/2025	60503	R$ 293,47
EYA1090	284610M000341107	21/09/2025	60503	R$ 293,47
EYA3D11	284610M000341037	21/09/2025	60503	R$ 293,47
FAA2C64	284610M000341444	27/09/2025	60503	R$ 293,47
FBV7C15	284610M000341133	22/09/2025	60503	R$ 293,47
FCV3G15	284610M000341256	24/09/2025	60503	R$ 293,47
FEW9I51	284610M000341434	27/09/2025	60503	R$ 293,47
FGJ9A46	284610M000340995	19/09/2025	60503	R$ 293,47
FGS8J90	284610M000341213	23/09/2025	60503	R$ 293,47
FKV5F01	284610M000341142	22/09/2025	60503	R$ 293,47
FMO3J12	284610M000341003	20/09/2025	60503	R$ 293,47
FNT9400	284610M000341320	25/09/2025	60503	R$ 293,47
FOZ7J57	284610M000341358	26/09/2025	60503	R$ 293,47
FSW1C78	284610M000341229	23/09/2025	60503	R$ 293,47
FUM8H13	284610M000341423	27/09/2025	60503	R$ 293,47
FUM8H13	284610M000341429	27/09/2025	60503	R$ 293,47
FUM8H13	284610M000341365	26/09/2025	60503	R$ 293,47
FVN0E38	284610M000341183	23/09/2025	60503	R$ 293,47
FWN2112	284610M000341348	04/10/2025	60503	R$ 293,47
FWU8H75	284610M000341209	23/09/2025	60503	R$ 293,47
FXP2B05	284610M000341438	27/09/2025	60503	R$ 293,47
FYF2J48	284610M000341246	24/09/2025	60503	R$ 293,47
FYK7F05	284610M000341025	21/09/2025	60503	R$ 293,47
FYL1I87	284610M000341012	21/09/2025	60503	R$ 293,47
FZF0G55	284610M000341139	22/09/2025	56732	R$ 130,16
GBB4J02	284610M000341157	22/09/2025	60503	R$ 293,47
HNN0632	284610M000341136	22/09/2025	60503	R$ 293,47
HOD2092	284610M000341323	25/09/2025	60503	R$ 293,47
HQY7128	284610M000341421	27/09/2025	60503	R$ 293,47
HRY8878	284610M000341258	24/09/2025	60503	R$ 293,47
HSG6F54	284610M000341394	25/09/2025	60503	R$ 293,47
HSJ5J09	284610M000341198	23/09/2025	60503	R$ 293,47
HSR1515	284610M000341032	21/09/2025	60503	R$ 293,47
HTF6241	284610M000341275	25/09/2025	60503	R$ 293,47
HTF6241	284610M000341289	25/09/2025	60503	R$ 293,47
IPE4C25	284610M000341204	23/09/2025	60503	R$ 293,47

IPG2577	284610M000341461	27/09/2025	60503	R$ 293,47
IRY6D14	284610M000341430	27/09/2025	60503	R$ 293,47
IXN1A77	284610M000341264	24/09/2025	60503	R$ 293,47
IXW2C51	284610M000341113	21/09/2025	56732	R$ 130,16
IYR5B57	284610M000341083	21/09/2025	60503	R$ 293,47
JGE1729	284610M000341305	25/09/2025	60503	R$ 293,47
JGE1729	284610M000341332	25/09/2025	60503	R$ 293,47
JGE1729	284610M000341084	21/09/2025	60503	R$ 293,47
JGI5F51	284610M000341446	27/09/2025	60503	R$ 293,47
JNQ7712	284610M000341086	21/09/2025	60503	R$ 293,47
JTF0F52	284610M000341138	22/09/2025	60503	R$ 293,47
KGF0724	284610M000341097	21/09/2025	60503	R$ 293,47
KGG3I53	284610M000341068	21/09/2025	60503	R$ 293,47
KHX9C44	284610M000341456	27/09/2025	60503	R$ 293,47
KKZ8F06	284610M000341460	27/09/2025	60503	R$ 293,47
KMX6D40	284610M000340998	19/09/2025	60503	R$ 293,47
KNR5B09	284610M000341298	25/09/2025	60503	R$ 293,47
KVD9G49	284610M000341005	20/09/2025	60503	R$ 293,47
LCA2317	284610M000341411	27/09/2025	60503	R$ 293,47
LCY8689	284610M000341082	21/09/2025	60503	R$ 293,47
LFV4F01	284610M000341413	27/09/2025	60503	R$ 293,47
LKR7F53	284610M000341135	22/09/2025	60503	R$ 293,47
LMW1H22	284610M000341087	21/09/2025	60503	R$ 293,47
LRM0542	284610M000341285	25/09/2025	60503	R$ 293,47
LXL0090	284610M000341007	21/09/2025	60503	R$ 293,47
MAW0E26	284610M000341318	25/09/2025	60503	R$ 293,47
MBM7305	284610M000341222	23/09/2025	60503	R$ 293,47
MCO8356	284610M000341347	25/09/2025	60503	R$ 293,47
MCX1919	284610M000341439	27/09/2025	60503	R$ 293,47
MEF3C99	284610M000341353	26/09/2025	60503	R$ 293,47
MFX2089	284610M000341286	25/09/2025	60503	R$ 293,47
MFX2089	284610M000341268	25/09/2025	60503	R$ 293,47
MGB5532	284610M000341304	25/09/2025	60503	R$ 293,47
MGH5C71	284610M000341388	26/09/2025	60503	R$ 293,47
MJS1851	284610M000341261	24/09/2025	60503	R$ 293,47
MJT5D78	284610M000341031	21/09/2025	60503	R$ 293,47
MKZ4F28	284610M000341126	22/09/2025	60503	R$ 293,47
MNJ9119	284610M000341114	21/09/2025	60503	R$ 293,47
NPF3793	284610M000341393	26/09/2025	60503	R$ 293,47
NSC2452	284610M000341254	24/09/2025	60503	R$ 293,47
NTZ6250	284610M000341440	27/09/2025	60503	R$ 293,47
ODK7C01	284610M000341014	21/09/2025	60503	R$ 293,47
OEO6D62	284610M000341459	27/09/2025	60503	R$ 293,47
OIN5B13	284610M000341410	27/09/2025	60503	R$ 293,47
OJN3F10	284610M000341214	23/09/2025	60503	R$ 293,47
OSZ0894	284610M000341346	04/10/2025	60503	R$ 293,47
OUN1I82	284610M000341073	21/09/2025	60503	R$ 293,47
OXE9H55	284610M000341333	25/09/2025	60503	R$ 293,47
PAW0A22	284610M000341363	26/09/2025	60503	R$ 293,47
PIE9C95	284610M000341420	27/09/2025	56732	R$ 130,16
PRZ7J28	284610M000341173	22/09/2025	60503	R$ 293,47
PSN6J01	284610M000341140	22/09/2025	56732	R$ 130,16
PVM4G48	284610M000341217	23/09/2025	60503	R$ 293,47
PXM8971	284610M000341424	27/09/2025	60503	R$ 293,47
QCN8J87	284610M000341249	24/09/2025	60503	R$ 293,47
QHU3A12	284610M000340999	20/09/2025	60503	R$ 293,47
QIB3I66	284610M000341162	22/09/2025	60503	R$ 293,47
QIK6E84	284610M000341035	21/09/2025	60503	R$ 293,47
QNA9J46	284610M000341181	23/09/2025	60503	R$ 293,47
QNB9J14	284610M000341111	21/09/2025	60503	R$ 293,47
QNB9J14	284610M000341240	24/09/2025	60503	R$ 293,47
QON2H21	284610M000341144	22/09/2025	60503	R$ 293,47
QOO0I10	284610M000341445	27/09/2025	60503	R$ 293,47
QOV6E56	284610M000341172	22/09/2025	60503	R$ 293,47
QPJ6F32	284610M000341431	27/09/2025	56732	R$ 130,16
QQC0H24	284610M000341239	24/09/2025	60503	R$ 293,47
QTT0E16	284610M000341284	25/09/2025	60503	R$ 293,47
QUP7I88	284610M000340992	20/09/2025	60503	R$ 293,47
QUX7F02	284610M000341123	22/09/2025	60503	R$ 293,47
RAS1A56	284610M000341457	27/09/2025	60503	R$ 293,47
RHL3F79	284610M000341208	23/09/2025	56732	R$ 130,16
RHM4D48	284610M000341013	21/09/2025	60503	R$ 293,47
RHQ0H68	284610M000341094	21/09/2025	60503	R$ 293,47
RHQ0H68	284610M000341118	21/09/2025	60503	R$ 293,47
RHQ2G50	284610M000341098	21/09/2025	60503	R$ 293,47
RHR7F02	284610M000341149	22/09/2025	60503	R$ 293,47
RHV1C38	284610M000341373	26/09/2025	60503	R$ 293,47
RHX4E03	284610M000341090	21/09/2025	60503	R$ 293,47
RKY6D56	284610M000341265	24/09/2025	60503	R$ 293,47
RMD3H51	284610M000341359	26/09/2025	60503	R$ 293,47
RNW7D01	284610M000341344	25/09/2025	60503	R$ 293,47
RNW7D01	284610M000341225	23/09/2025	56732	R$ 130,16
RTW1F22	284610M000341267	25/09/2025	60503	R$ 293,47
RUD6C36	284610M000341371	26/09/2025	60503	R$ 293,47
RVW0G76	284610M000341422	27/09/2025	60503	R$ 293,47
RVZ3G84	284610M000341244	24/09/2025	60503	R$ 293,47
SDP3B81	284610M000341266	24/09/2025	60503	R$ 293,47
SDP8H02	284610M000341110	21/09/2025	60503	R$ 293,47
SDQ0J79	284610M000341051	29/09/2025	60503	R$ 293,47

SEB4J09	284610M000341026	21/09/2025	60503	R$ 293,47
SEB6E77	284610M000340997	19/09/2025	60503	R$ 293,47
SEC9E65	284610M000341376	26/09/2025	60503	R$ 293,47
SEE0F32	284610M000341116	21/09/2025	60503	R$ 293,47
SEM8I61	284610M000341102	21/09/2025	60503	R$ 293,47
SEN8D34	284610M000341364	26/09/2025	60503	R$ 293,47
SEP2J80	284610M000341062	22/09/2025	60503	R$ 293,47
SEU1E18	284610M000341046	21/09/2025	60503	R$ 293,47
SEW8C86	284610M000341277	25/09/2025	60503	R$ 293,47
SFB3H94	284610M000341187	23/09/2025	60503	R$ 293,47
SFG4C94	284610M000341177	23/09/2025	60503	R$ 293,47
SFH4E39	284610M000341070	21/09/2025	60503	R$ 293,47
SFI6A98	284610M000341350	25/09/2025	60503	R$ 293,47
SFL8E75	284610M000341158	22/09/2025	60503	R$ 293,47
SFM8B01	284610M000341027	21/09/2025	60503	R$ 293,47
SFN1E19	284610M000341119	21/09/2025	60503	R$ 293,47
SFN4F87	284610M000341147	22/09/2025	60503	R$ 293,47
SIS2D58	284610M000341300	25/09/2025	60503	R$ 293,47
SSU7J99	284610M000341303	25/09/2025	60503	R$ 293,47
STA5I38	284610M000341038	21/09/2025	60503	R$ 293,47
TAJ2G74	284610M000341200	23/09/2025	56732	R$ 130,16
TAL2B85	284610M000341168	22/09/2025	60503	R$ 293,47
TAN3A28	284610M000341048	21/09/2025	56732	R$ 130,16
TAO9I73	284610M000341283	25/09/2025	60503	R$ 293,47
TAO9I73	284610M000341071	21/09/2025	60503	R$ 293,47
TAT4H75	284610M000341322	25/09/2025	60503	R$ 293,47
TBB7C89	284610M000341418	27/09/2025	60503	R$ 293,47
TBE9A44	284610M000341408	27/09/2025	60503	R$ 293,47
TBG4B85	284610M000341063	21/09/2025	60503	R$ 293,47
TBK6D61	284610M000341327	25/09/2025	60503	R$ 293,47
TBK6D61	284610M000341328	25/09/2025	60503	R$ 293,47
TBK6E38	284610M000341167	22/09/2025	60503	R$ 293,47
TBP3I18	284610M000341056	29/09/2025	60503	R$ 293,47
TBP3I69	284610M000341053	29/09/2025	60503	R$ 293,47
TBR1A11	284610M000341401	26/09/2025	60503	R$ 293,47
TBS6D47	284610M000341232	23/09/2025	60503	R$ 293,47
TBS6G36	284610M000341402	27/09/2025	60503	R$ 293,47
TBS9F27	284610M000341290	25/09/2025	60503	R$ 293,47
TBW8B14	284610M000341195	23/09/2025	60503	R$ 293,47
TBX3H55	284610M000341437	27/09/2025	56732	R$ 130,16

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:FBCF5B76

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

LEGISLATIVO MUNICIPAL
AUTÓGRAFO DE LEI Nº 813/2025

SÚMULA. AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVENIOS PARA EXECUÇÃO DE EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS NO MUNICÍPIO, ALIENAR IMÓVEIS E A CONCEDER, ISENÇÕES FISCAIS RELATIVAS À CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS VINCULADAS A *PROGRAMAS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL*.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com a Companhia de Habitação do Paraná – Cohapar e/ou com as empresas contratadas ou conveniadas desta, para viabilizar a construção de unidades habitacionais de interesse social nos imóveis determinados à seguir (matrículas em anexo), registrados junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Sengés, de 109 (cento e nove) unidades habitacionais na Quadra 06 – lotes 03 ao 6; Quadra 07 – lotes 01 ao 24; Quadra 08 – lotes 01 ao 30; Quadra 10 – lotes 01 ao 31; Quadra 11 – lotes 01 ao 20, no Conjunto Habitacional Jardim Bela Vista.

QUADRA	Lote	Área Lote	Matrícula	Localização
6	3	273,91	4.523	Rua Percy Joly (Antiga Rua F)
	4	283,39	4.524	Rua Osvaldo Ribeiro(Antiga Rua G)
	5	200,55	4.525	Rua Osvaldo Ribeiro(Antiga Rua G)
	6	200,55	4.526	Rua Osvaldo Ribeiro(Antiga Rua G)
7	1	257,07	4.528	Rua Paulo Maria Campos(Antiga Rua B)
	2	222,00	4.529	Rua Paulo Maria Campos(Antiga Rua B)
	3	257,09	4.530	Rua Paulo Maria Campos(Antiga Rua B)
	4	200,00	4.531	Rua Osvaldo Ribeiro(Antiga Rua G)
	5	200,00	4.532	Rua Osvaldo Ribeiro(Antiga Rua G)
	6	200,00	4.533	Rua Osvaldo Ribeiro(Antiga Rua G)
	7	200,00	4.534	Rua Osvaldo Ribeiro(Antiga Rua G)
	8	200,00	4.535	Rua Osvaldo Ribeiro(Antiga Rua G)

	9	200,00	4.536	Rua Osvaldo Ribeiro(Antiga Rua G)
	10	200,00	4.537	Rua Osvaldo Ribeiro(Antiga Rua G)
	11	200,00	4.538	Rua Osvaldo Ribeiro(Antiga Rua G)
	12	200,00	4.539	Rua Osvaldo Ribeiro(Antiga Rua G)
	13	259,07	4.540	Rua Osvaldo Ribeiro(Antiga Rua G)
	14	325,55	4.541	Rua Eriton Rodrigues Alves (Antiga Rua C)
	15	200,00	4.542	Rua Eriton Rodrigues Alves (Antiga Rua C)
	16	200,00	4.543	Rua Eriton Rodrigues Alves (Antiga Rua C)
	17	200,00	4.544	Rua Eriton Rodrigues Alves (Antiga Rua C)
	18	200,00	4.545	Rua Eriton Rodrigues Alves (Antiga Rua C)
	19	200,00	4.546	Rua Eriton Rodrigues Alves (Antiga Rua C)
	20	200,00	4.547	Rua Eriton Rodrigues Alves (Antiga Rua C)
	21	200,00	4.548	Rua Eriton Rodrigues Alves (Antiga Rua C)
	22	200,00	4.549	Rua Eriton Rodrigues Alves (Antiga Rua C)
	23	200,00	4.550	Rua Eriton Rodrigues Alves (Antiga Rua C)
	24	200,00	4.551	Rua Eriton Rodrigues Alves (Antiga Rua C)
	1	307,10	4.552	Rua Eriton Rodrigues Alves (Antiga Rua C)
	2	265,00	4.553	Rua Eriton Rodrigues Alves (Antiga Rua C)
	3	265,00	4.554	Rua Eriton Rodrigues Alves (Antiga Rua C)
	4	265,00	4.555	Rua Eriton Rodrigues Alves (Antiga Rua C)
	5	265,00	4.556	Rua Eriton Rodrigues Alves (Antiga Rua C)
	6	265,00	4.557	Rua Eriton Rodrigues Alves (Antiga Rua C)
	7	265,00	4.558	Rua Eriton Rodrigues Alves (Antiga Rua C)
	8	265,00	4.559	Rua Eriton Rodrigues Alves (Antiga Rua C)
	9	265,00	4.560	Rua Eriton Rodrigues Alves (Antiga Rua C)
	10	265,00	4.561	Rua Eriton Rodrigues Alves (Antiga Rua C)
	11	265,00	4.562	Rua Eriton Rodrigues Alves (Antiga Rua C)
	12	265,00	4.563	Rua Eriton Rodrigues Alves (Antiga Rua C)
	13	265,00	4.564	Rua Eriton Rodrigues Alves (Antiga Rua C)
	14	256,69	4.565	Rua Prof. Jussara Depa Ferreira (Antiga Rua N)
	15	228,57	4.566	Rua Prof. Jussara Depa Ferreira (Antiga Rua N)
8	16	226,30	4.567	Rua Prof. Jussara Depa Ferreira (Antiga Rua N)
	17	253,60	4.568	Rua Prof. Jussara Depa Ferreira (Antiga Rua N)
	18	267,60	4.569	Rua Irman Salvador Kappe (Antiga Rua H)
	19	267,60	4.570	Rua Irman Salvador Kappe (Antiga Rua H)
	20	267,60	4.571	Rua Irman Salvador Kappe (Antiga Rua H)
	21	267,60	4.572	Rua Irman Salvador Kappe (Antiga Rua H)
	22	267,60	4.573	Rua Irman Salvador Kappe (Antiga Rua H)
	23	267,60	4.574	Rua Irman Salvador Kappe (Antiga Rua H)
	24	267,60	4.575	Rua Irman Salvador Kappe (Antiga Rua H)
	25	267,60	4.576	Rua Irman Salvador Kappe (Antiga Rua H)
	26	267,60	4.577	Rua Irman Salvador Kappe (Antiga Rua H)
	27	267,60	4.578	Rua Irman Salvador Kappe (Antiga Rua H)
	28	267,60	4.579	Rua Irman Salvador Kappe (Antiga Rua H)
	29	267,60	4.580	Rua Irman Salvador Kappe (Antiga Rua H)
	30	310,00	4.581	Rua Irman Salvador Kappe (Antiga Rua H)
	1	238,07	4.583	Rua José Alves de Lima (Antiga Rua A)
	2	200,00	4.584	Rua José Alves de Lima (Antiga Rua A)
	3	200,00	4.585	Rua José Alves de Lima (Antiga Rua A)
	4	200,00	4.586	Rua José Alves de Lima (Antiga Rua A)
	5	200,00	4.587	Rua José Alves de Lima (Antiga Rua A)
	6	200,00	4.588	Rua José Alves de Lima (Antiga Rua A)
	7	200,00	4.589	Rua José Alves de Lima (Antiga Rua A)
	8	200,00	4.590	Rua José Alves de Lima (Antiga Rua A)
	9	200,00	4.591	Rua José Alves de Lima (Antiga Rua A)
	10	200,00	4.592	Rua José Alves de Lima (Antiga Rua A)
	11	200,00	4.593	Rua José Alves de Lima (Antiga Rua A)
	12	200,00	4.594	Rua José Alves de Lima (Antiga Rua A)
	13	200,00	4.595	Rua José Alves de Lima (Antiga Rua A)
	14	200,00	4.596	Rua José Alves de Lima (Antiga Rua A)
	15	248,71	4597	Rua Prof. Jussara Depa Ferreira (Antiga Rua N)
10	16	205,95	4.598	Rua Prof. Jussara Depa Ferreira (Antiga Rua N)
	17	292,56	4.599	Rua Prof. Jussara Depa Ferreira (Antiga Rua N)
	18	200,00	4.600	Rua Ester Conceição da Silva (Antiga Rua I)
	19	200,00	4.601	Rua Ester Conceição da Silva (Antiga Rua I)
	20	200,00	4.602	Rua Ester Conceição da Silva (Antiga Rua I)
	21	200,00	4.603	Rua Ester Conceição da Silva (Antiga Rua I)
	22	200,00	4.604	Rua Ester Conceição da Silva (Antiga Rua I)
	23	200,00	4.605	Rua Ester Conceição da Silva (Antiga Rua I)
	24	200,00	4.606	Rua Ester Conceição da Silva (Antiga Rua I)
	25	200,00	4.607	Rua Ester Conceição da Silva (Antiga Rua I)
	26	200,00	4.608	Rua Ester Conceição da Silva (Antiga Rua I)
	27	200,00	4.609	Rua Ester Conceição da Silva (Antiga Rua I)
	28	200,00	4.610	Rua Ester Conceição da Silva (Antiga Rua I)
	29	200,00	4.611	Rua Ester Conceição da Silva (Antiga Rua I)
	30	200,00	4.612	Rua Ester Conceição da Silva (Antiga Rua I)
	31	238,07	4.613	Rua Ester Conceição da Silva (Antiga Rua I)
	1	245,85	4.614	Rua Oseias G. dos Santos (Antiga Rua K)
	2	200,00	4.615	Rua Oseias G. dos Santos (Antiga Rua K)
	3	200,00	4.616	Rua Oseias G. dos Santos (Antiga Rua K)
	4	200,00	4.617	Rua Oseias G. dos Santos (Antiga Rua K)
11	5	228,05	4.618	Rua Oseias G. dos Santos (Antiga Rua K)
	6	275,00	4.619	Rua Ester Conceição da Silva (Antiga Rua I)
	7	261,80	4.620	Rua Ester Conceição da Silva (Antiga Rua I)
	8	247,50	4.621	Rua Ester Conceição da Silva (Antiga Rua I)
	9	231,00	4.622	Rua Ester Conceição da Silva (Antiga Rua I)

	10	220,00	4.623	Rua Ester Conceição da Silva (Antiga Rua I)
	11	223,48	4.624	Rua Ester Conceição da Silva (Antiga Rua I)
	12	255,99	4.625	Rua Prof. Jussara Depa Ferreira (Antiga Rua N)
	13	259,05	4.626	Rua Prof. Jussara Depa Ferreira (Antiga Rua N)
	14	239,08	4.627	Rua Célio Pansardi de Castro (Antiga Rua J)
	15	224,79	4.628	Rua Célio Pansardi de Castro (Antiga Rua J)
	16	219,89	4.629	Rua Célio Pansardi de Castro (Antiga Rua J)
	17	237,27	4.630	Rua Célio Pansardi de Castro (Antiga Rua J)
	18	249,20	4.631	Rua Célio Pansardi de Castro (Antiga Rua J)
	19	263,34	4.632	Rua Célio Pansardi de Castro (Antiga Rua J)
	20	278,50	4.633	Rua Célio Pansardi de Castro (Antiga Rua J)

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alienar de forma não onerosa (doar) diretamente aos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, ou outro que o substituir, os lotes urbanos de que trata o artigo 1º desta Lei.

Art. 3º. Só poderão ser beneficiados pelo Programa *Minha Casa, Minha Vida - PMCMV*, ou outro que o substituir, pessoas ou famílias que atendam ao estabelecido na legislação do referido programa e atendam aos requisitos estabelecidos pela política municipal de habitação vigente.

Art. 4º. A Companhia de Habitação do Paraná–COHAPAR e/ou empresas contratadas ou conveniadas, ficará isenta do pagamento de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU incidente sobre as áreas destinadas à implantação de Programas Habitacionais de Interesse Social, ainda que posteriormente parceladas, até que ocorra a construção e comercialização das unidades habitacionais.

Art. 5º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder isenção do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – I.T.B.I incidente sobre a primeira transferência feita pela Companhia de Habitação do Paraná-Cohapar e/ou pelas empresas contratadas ou conveniadas desta ao beneficiário titular do imóvel oriundo do parcelamento das áreas destinadas à implantação de Programas Habitacionais de Interesse Social.

Art. 6º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder à Companhia de Habitação do Paraná- Cohapar e/ou às empresas contratadas ou conveniadas desta, isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – I.S.S.Q.N. incidente sobre as operações relativas à construção de unidades habitacionais e obras de infraestrutura em áreas destinadas à implantação de Programas Habitacionais de Interesse Social.

Art. 7º. O Poder Executivo do Município de Sengés/PR fica autorizado a conceder à Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR e/ou às empresas contratadas ou conveniadas desta, no que se refere às unidades habitacionais vinculadas aos Programas Habitacionais de Interesse Social, isenção de taxas referentes à expedição de:

I – Alvará de construção;

II – Alvará de serviço autônomo; e

III – Habite-se.

Art. 8º. Caberá à Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR efetuar a seleção de empresa do ramo da construção civil, observando-se a Lei Federal nº 13.303 de 2016, interessada em produzir, na área relacionada no artigo 1º, empreendimento habitacional popular de interesse social, com recursos de programas federais e/ou do Programa Casa Fácil PR.

Art. 9º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

(Esta Lei foi Decretada pela Câmara Municipal de Sengés, em Sessão Ordinária realizada em data de 17-12-2025, conferindo com o original que consta no Livro de Registro de Leis deste Legislativo).

Sala das Sessões, em 17 de Dezembro de 2025.

ANÁRIO ALVES FILHO –

Presidente

MARIANE LUPINACCI –

1ª Secretária

Publicado por:
Luciane Aparecida Vieira
Código Identificador:FFAE5A11

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 103/2025 17/12/2025

SUMULA Dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Sulina para o Exercício Financeiro de 2.025.

O Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, Senhor **GILBERTO JOAO ROSSI,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1179/2024, de 06 de novembro de 2024.

DECRETA

Artigo 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Programa do Município de Sulina, para o exercício financeiro de 2025, de acordo com o art. 43, incisos II e III, da Lei 4.320/64, no valor de **R$ 699.469,21 (seiscentos e noventa e nove mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e vinte e um centavos),** destinado a dar cobertura as despesas a serem realizadas conforme classificação funcional programática abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
0300	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**		
0301	Departamento de Administração Geral		
28.846.0005.8.001000	Encargos Especiais	504	1.500,00
3.3.90.47.00.00 (50)	Obrigações Tributárias e Contributivas	000	46.219,21
4.6.90.71.00.00 (53)	Principal da Dívida Contratual Resgatado		
0400	**SEC. MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTES**		
0401	Departamento de Educação		
12.361.0007.2.010000	Manutenção do Ensino Fundamental	104	9.500,00
3.3.90.39.00.00 (74)	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	104	198.000,00
4.4.90.52.00.00 (2347)	Equipamentos e Material Permanente		
0600	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**		
0602	Departamento de Pronto Atendimento e Saúde Preventiva		
10.301.0018.2.029000	Atenção Básica	989	300.000,00
3.1.90.11.00.00 (2882)	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil		
0700	**SEC. MUNICIPAL OBRAS, VIAÇÃO SERVIÇOS PUBLICO**		
0701	Departamento de Viação e Serviços Rodoviários	504	98.500,00

26.782.0021.2.039000	Manutenção e Conservação de Estradas Vicinais	504	45.000,00
3.3.90.30.00.00 (317)	Material de Consumo		
3.3.90.39.00.00 (321)	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica		
0800	**SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**		
0801	Departamento de Agricultura		
20.608.0023.2.041000	Manutenção das Atividades da Produção Vegetal	000	750,00
4.4.90.52.00.00 (362)	Equipamentos e Material Permanente		
TOTAL.....			**699.469,21**

Artigo 2º - Os recursos para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, correrão a conta dos recursos abaixo especificados:

- **I -** Por Anulação Parcial de Dotações Fixadas na Lei Orçamentária Anual, de acordo com o art. 43, inciso III, da Lei 4.320/64:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
0700	**SEC. MUNICIPAL OBRAS, VIAÇÃO SERVIÇOS PUBLICO**		
0701	Departamento de Viação e Serviços Rodoviários		
26.782.0021.2.039000	Manutenção e Conservação de Estradas Vicinais	504	45.000,00
4.4.90.52.00.00 (327)	Equipamentos e Material Permanente		
0800	**SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**		
0802	Departamento de Meio Ambiente		
18.541.0023.2.043000	Piscicultura	000	9.653,96
3.1.90.11.00.00 (372)	Vencimentos e vantagens Fixas Pessoal Civil	000	2.315,25
3.1.90.13.00.00 (373)	Contribuições Patronais		
TOTAL.....			**56.969,21**
– **II –** Por Estimativa e Excesso de Arrecadação de Receitas, de acordo com o art. 43, inciso II, da Lei 4.320/64			
1.7.1.2.50.0.1.00.00 (34)	Cota Parte da Compensação Financeira Recursos Hídricos Principal	504	100.000,00
1.7.1.1.51.2.1.00.00 (32)	Cota-Parte FPM Cotas Extraordinárias Principal	000	207.500,00
1.3.2.1.01.0.1.01.00 (56)	Remuneração de Depósitos Bancários – Principal	000	35.000,00
1.7.1.9.57.0.1.01.00 (246)	Outras Transferências de Recursos da União Emenda Parlamentar Incremento PAP	989	300.000,00
TOTAL.....			**642.500,00**

Artigo 3º - Determina ainda alterações nas metas físicas e financeiras da Lei nº 1061, de 10 de junho de 2021 – Plano Plurianual (PPA) e Lei nº 1178, de 11 de setembro de 2024 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes deste Decreto, conforme Lei nº 1179/2024, art. 8º.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Paraná, 17 de dezembro de 2025, 39º da Emancipação e 37º de Administração.

GILBERTO JOAO ROSSI

Prefeito

Publicado por:
Elenice Minuzzi
Código Identificador:D11A0097

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
PORTARIA Nº. 204/2025

GILBERTO JOÃO ROSSI, Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Orgânica do Município, e ainda, os Artigos 149 e 150 da Lei Municipal 1.139/2023, de 27/09/2023, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Sulina,

Resolve:

Artigo 1º - **Autorizar** o pagamento na folha competência 12/2025, de Sobreavisos e horas extraordinárias laborados nas Secretarias Municipais, no mês novembro/dezembro 2025, aos Servidores Municipais abaixo relacionados, baseado em relatório assinado pelos secretários Municipais:

NOME DO SERVIDOR	MATRÍCULA FUNCIONAL	HORA EXTRA 50%	HORA EXTRA 100%	SOBREAVISO NORMAL	SOBREAVISO FERIADO/FDS
ADEMIR JOSE LORINI	6084/1	4,00		04	01
ALDEIDES DA FONSECA SANTOS	9326/1	8,00			
ALINE F. BACH	3930/1	28,00	4,00		
ALINE SILVA DUARTE	9628/1	6,00			
AMALIA A. P. DE ALMEIDA	6254/1	49,00	33,00		
ANA LAURA BRONDANI	6343/1	6,00	4,00		
ANA LUIZA ODY DOS ANJOS	9180/1	4,00			
ANDRE LUIZ SOUZA DOS SANTOS	10197/1			04	01
ANDREIA MOHR	9199/1	7,00			
ANGELA BICHEL	5657/1			01	01
ANSELMO LUIZ A. DE ANDRADE	9296/1			02	
BELONI LEMES DE ALMEIDA	6327/1				01
CLEUNICE FATIMA LOTE	3328/1		12,00		
CLEUNICE FERREIRA MACHADO	6912/1	20,00		01	
CRISTIANE N. LAZARETTI	5746/1	30,0		01	
DAIANA WILLENBORG	9598/1	4,00			01
DAIANE MAESTRO	9652/1	4,00			
DANIEL PONTES MAIA	9695/1			01	
DIOGO M. PAULINO MARTINS	9300/1			03	04
DOUGLAS KLOCK RAUBER	9784/1			02	
EDIRLEI SARTORI	9237/1			01	
EDSON RONN	9555/1	10,00			
ELIANE CRISTINA MACHADO	6904/1	4,00			
ELIEL TIAGO MOREIRA	6807/1	26,00		05	07
EMERSON ELEANDRO ZIMMER	5010/1	59,00	56,00	07	09
EVANDRO NATAL MACHADO	6823/1	14,00	6,00	03	02
FERNANDA R. DZIVIELEVSKI	9601	4,00			
GABRIELA BAGGIO	9580/1	6,00			
GIAN JACOB NEDEL	6513/1				02
IARA BICHEL	3042/1			01	
IVONETE E. DE LIMA SELZLER	10057/1	5,00			
IVONETE VERRUCK MACHADO	5100/1			01	
JOACIR ERNZEN	6092/1	80,00	13,00	16	10
JOSE ATAIDE DE CANDIDO	5037/1	4,00		01	01
JOSE PAULO MACHADO	4227/1	16,00	16,00		01
JOSLEIDA A. DA SILVA SEMIN	4880/1	15,00		02	
JUCILENE DA MOTTA ALCANTARA	5002/1	6,00			
JUREMA DOS SANTOS PADILHA	4081/1	4,00		01	
LUCIANE MACHADO	6181/1	20,00			
MARCIA PATRICIA CARDOSO	6122/1	6,00			
MARCOS FABIO BECKER	10030/1			02	03
MARIA ROZANE GOULARTE	6955/1	4,00		01	
MARILEI A. WON MILLER	6521/1	40,00	32,00		
MARIO NELSON DUARTE	5061/1			02	03
MARIZA GILIOLI	6750/1	6,00			
MATEUS DA ROCHA BORGES	9814/1			01	
NADIA NOVOCHADLEY	3883/1			08	10
NATIELE DOS SANTOS TURRA	9563/1	15,00		02	
ORIOVALDO HOLDEFER	6408/1			02	
ORLANDO JOSE ALCANTARA	6157/1				03
PATRÍCIA B. FERNANDES	6190/1	30,00	24,00		
PATRICIA CAMARGO	9709/1	4,00			
PATRICIA PEREIRA DOS SANTOS	10022/1	4,00		01	
PAULA FRANCIEL BRAGUEROLI	10049/1	4,00			
PAULO ROBERTO HORDINA	973/1			02	
PAULO WILLENBORG	10065/1			03	01
PEDRO PANOZZO	3360/1			04	
RAFAEL DE CEZARE	9776/1			02	
RAFAEL PIONTKOSKI	6319/1			04	04
RODRIGO HOFFMANN	9687/1	40,00		01	01
RUBIA LUZIA MOMOLI	6734/1	4,00			
SAMANDRA DOS SANTOS	9750/1	6,00			
SAMIRA GOMES BRAGA	4979/1		4,00		
SANDRA MARIA DE OLIVEIRA	6360/1	4,00		01	
SCHEILA TARTARI	6793/1			11	14
SIMONE C. RAUBER BORTOLOTTI	9342/1	14,00	22,00		
SUZANA DE FATIMA KURPEL	9610/1	4,00			
TAMIRES FERNANDA SCHAEFER	10014/1	12,00		01	
TATIANA BOFF	9229/1		24,00		
TERESINHA A. MONTEIRO	5134/1		22,00		
VALDECIR LOPES DE ABREU	6076/1	72,00	15,00	10	07
VALMOR DE ALMEIDA	2593/1			04	
VANICE HOLDEFER SCHAEFER	6203/1	31,00		01	
VERONICA DA SILVA RIZZARDI	9636/1	5,00			
VICENTE BARETE	930/1	118,00	25,00	02	
WAGNER PANOZZO	9270/1			02	06

Artigo 2º - Autorizar o desconto na folha competência de dezembro/2025, referente dias faltosos dos servidores abaixo descritos

NOME	MATRÍCULA	QUANTIDADE DE FALTAS

CLEVERSON ARLE RODRIGUES	**6114/1**	**18 hrs**
BERCLEI LUIS NEDEL	**6245/1**	**1 DIA**

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

GILBERTO JOÃO ROSSI

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Em 17/12/2025.

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:E4B5AA6D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO: 456/2025 REF: INEXIGIBILIDADE N° 38/2025

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: ACML SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, CNPJ nº 53.764.394/0001-10, com sede RUA SAO JOSAFAT, 1087, CENTRO, CEP 87301090, Campo Mourão - PR, tendo como representante legal o(a) Sr(a). ANDREW CARLOS CHAGAS, CPF: 029.302.091-43, carteira de Identidade nº 442663201.

OBJETO: Credenciamentos de empresa especializada com vistas à prestação de serviços de profissional

médico especializado, para atendimento de: ENDOCRINOLOGIA/METABOLISTA, GASTROENTEROLOGISTA, CARDIOLOGISTA, NEUROLOGISTA, OTORRINOLARINGOLOGISTA, PSIQUIATRA, ORTOPEDISTA/TRAUMATOLOGISTA, REUMATOLOGISTA, UROLOGISTA, OFTALMOLOGISTA, DERMATOLOGISTA, PNEUMOLOGISTA, NEFROLOGISTA, GINECOLOGISTA, ANESTESISTA, VASCULAR, PEDIATRIA e HEMATOLOGISTA.

.

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até:

Item	Descrição dos serviços	Unid.	Quant	Valor Unitário	Valor Total
03	**CARDIOLOGISTA,** Efetuar Serviço Médico ESPECIALIZADO: exames médicos, emitir diagnóstico, prescrever medicamentos e realizar tratamento de enfermidades. Receitas, emissão de atestados médicos e declarações de comparecimento; Prestar todas as informações médicas necessárias para os prepostos ou funcionários do CONTRATANTE, a fim de possibilitar a continuidade adequada da atenção à saúde do paciente, de acordo com as orientações e fluxos estabelecidos; Preencher os documentos comprobatórios do atendimento, com detalhamento da consulta, atendimento, tratamento, evolução e encaminhamento final, conforme orientações do SUS.	UNID	2.500	R$80,00	R$200.000,00

	Realizar atenção à saúde aos indivíduos sob sua responsabilidade; Realizar estratificação de risco e elaborar plano de cuidados TERAPEUTICO SINGULAR (PTS) para os pacientes de acordo com o Protocolo Municipal ou Solicitação da Rede de Atenção. Atendimento a todas as políticas públicas da saúde; Atendimento ao usuário de serviço de saúde: procedimento pertinente à atenção especializada, com base na tabela do SIGTAP; Utilizar e preencher obrigatoriamente o prontuário eletrônico (SIGSS). Horário e Agenda deverá ser agendados na Secretaria de Saúde. Atendimento de consultas em Unidade de Saúde no Município de Terra Boa-Pr O Pagamento será de acordo com a produção (atendimento) A Comprovação será por meio de relatório do sistema SIGSS – Sistema Integrado de Gestão em Saúde.				

Valor esse que será pago em ATE 30 DIAS.

PRAZO: O presente contrato terá vigência a partir de 17 de dezembro de 2025, com vencimento até 17 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/21, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 17 de dezembro de 2025.

VALTER PERES

Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:70F998E6

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 005/2025

Estabelece procedimentos para desfazimento e/ou destinação dos livros didáticos irrecuperáveis ou inservíveis do Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Terra Boa-PR, após decorrido o prazo de vigência do material.

A Secretária Municipal de Educação e Cultura, Senhora Rosane Estela Raimundo Zampar, no uso de suas atribuições legais e considerando:

· o Decreto Federal n.º 7.084, de 27 de janeiro de 2010 em seu artigo 7°, § 1º e 4°;

· a Resolução CD/FNDE n.º 42, de 28 de agosto de 2012, em seu artigo 9°, § 4°;

· a Resolução CD/FNDE n.º 44, de 13 de novembro de 2013, em seu artigo 7°, § 10°;

· a necessidade de estabelecer orientações claras sobre a gestão dos livros didáticos consumíveis ou reutilizáveis, um processo que prioriza a reutilização, a doação e, por fim, o descarte para reciclagem ou outras formas de disposição, sempre respeitando as normas locais e a legislação vigente, a fim de garantir isonomia, transparência e publicidade na execução do Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD. Estabelecem:

Art. 1º. Procedimentos para o desfazimento dos livros didáticos irrecuperáveis ou inservíveis, a fim de garantir isonomia, transparência e publicidade na execução do Programa Nacional do Livro Didático-PNLD.

Art. 2º. Decorrido o prazo de **três ou quatro anos**, os livros didáticos devem ficar em posse do estudante. Caso não haja interesse, por escolha do responsável, os livros didáticos permanecerão na instituição de ensino sob a responsabilidade da Direção que deverá adotar providências, juntamente com os membros do Conselho Escolar e APMF, para o seu descarte ou desfazimento.

Os livros inservíveis poderão ser reutilizados como uso de material de apoio pedagógico, por exemplo, recortes e exposições de textos e colagens, entre outros.

Art. 3º Os livros didáticos do PNLD irrecuperáveis e inservíveis poderão ser doados para as instituições abaixo relacionadas:

a. Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF;

b. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAES

c. Instituições de ensino que ofertam cursos de licenciatura;

d. Cooperativas de reciclagem e/ou associações de catadores de materiais recicláveis.

e. Entidades filantrópicas.

Art. 4º Fica vedado às instituições de ensino da rede pública municipal receber qualquer vantagem ou valor financeiro proveniente da destinação dos livros didáticos que ultrapassaram o prazo de vida útil vigente.

Art. 5º Para a doação dos livros didáticos do PNLD, a Direção da instituição de ensino deverá:

I. Avaliar e separar os livros didáticos de acordo com o estado de conservação;

II. Classificar aqueles que podem ser considerados inservíveis ou irrecuperável;

III. Registrar em ata avaliação dos materiais inservíveis, assinada pelo Conselho Escolar

IV. Preencher e assinar o Termo de Doação (Anexo I), que deverá ser também assinado pelo responsável legal da instituição para a qual foram doados os livros;

V. Arquivar na instituição de ensino o Termo de Doação.

Art. 6º Em anos eleitorais, a doação de que trata o Art. 4º não deve ser realizada, com fundamento no § 10, do Art. 73 da Lei Federal n.º 9.504, de 30 de setembro de 1997.

Art. 7º Ensejará a apuração das responsabilidades do servidor, na forma do Art. 306 e seguintes da lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970, sem prejuízo da responsabilização civil e penal.

Art. 8º Os casos omissos ou excepcionais serão analisados e deliberados pela Secretaria Municipal de Educação – SME.

Terra Boa, 16 de dezembro de 2025

ROSANE ESTELA RAIMUNDO ZAMPAR

Secretária Municipal De Educação E Cultura

Modelo

TERMO DE DOAÇÃO DE MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS INSERVÍVEIS

Pelo presente instrumento particular, a **Escola Municipal _____** com sede em [Endereço completo], doravante denominada simplesmente**DOADORA**, neste ato representada pela senhora, responsável legal, [Nome do Representante], [Cargo], resolve formalizar a doação dos materiais bibliográficos abaixo especificados à**[NOME DA INSTITUIÇÃO RECEBEDORA, COOPERATIVA OU PESSOA FÍSICA]**, pessoa jurídica de direito [público/privado/se for pessoa física, colocar dados pessoais], inscrita no [CNPJ/CPF] sob o nº [Inserir número], com sede/residência em [Endereço completo], doravante denominada simplesmente**RECEBEDORA**, a qual aceita a presente doação, de livre e espontânea vontade e sem quaisquer ônus ou encargos para a DOADORA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DA DOAÇÃO

O objeto do presente termo é a transferência gratuita e incondicional, da DOADORA para a RECEBEDORA, da posse, propriedade e domínio dos materiais bibliográficos considerados**inservíveis, irrecuperáveis ou desatualizados**para os fins a que se destinavam originalmente (especialmente no contexto do PNLD, onde os livros têm um ciclo de uso determinado), conforme atestado em**Termo de Inservibilidade**e **Ata de Avaliação anexos.**

Os materiais doados estão listados detalhadamente no**Anexo I**deste Termo, que é parte integrante e indissociável do mesmo, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

· **Título da Obra:**

· **Autor(es):**

· **Editora:**

· **Ano/Edição (se aplicável):**

· **Quantidade (exemplares):**

· **Motivo da Inservibilidade (Ex: desatualizado, danificado, consumível):**

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DA DOAÇÃO

1. A DOADORA transfere a plena propriedade dos bens à RECEBEDORA, que poderá dispor deles da forma que melhor lhe aprouver, seja para uso em seu próprio acervo (se ainda houver valia), para projetos de reciclagem (separando capa do miolo para descaracterização do material), ou para outra destinação adequada, em conformidade com suas normas internas e a legislação ambiental.

2. A RECEBEDORA declara estar ciente de que os materiais foram avaliados tecnicamente e considerados inservíveis para o uso didático formal, não podendo a DOADORA ser responsabilizada por qualquer uso indevido ou inadequado dos mesmos após a efetivação da doação.

3. O transporte e a responsabilidade pela destinação final dos materiais doados caberão exclusivamente à RECEBEDORA, a partir da assinatura deste termo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE E ARQUIVAMENTO

A DOADORA compromete-se a arquivar uma cópia deste Termo de Doação, juntamente com o Termo de Inservibilidade e a lista anexa, por um período mínimo de 05 (cinco) anos, para fins de controle e eventual auditoria por órgãos competentes, como o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) ou tribunais de contas.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Terra Boa ------- de --------- de 2025

DOADORA:

[Nome do Representante Legal]

[Cargo/Função]

[Nome da Instituição Doadora]

RECEBEDORA:

[Nome do Representante Legal ou Pessoa Física]

[Cargo/Função ou CPF/RG]

[Nome da Instituição Recebedora]

TESTEMUNHAS:

1.

Nome:

CPF/RG:

2.

Nome:

CPF/RG:

Anexo I - Listagem dos Materiais Bibliográficos Inservíveis

Nº Ordem	Título da Obra	Autor(es)	Editora	Ano/Edição	Quantidade	Motivo da Inservibilidade
1	Exemplo Livro Didático A	Autor X	Ed. Y	2018	50	Ciclo de uso vencido (PNLD)
2	Exemplo Livro Literatura B	Autor Z	Ed. W	2010	15	Irrecuperável (mofado/danific

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:9044717B

SECRETARIA DE FAZENDA
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO N.º 4.234/2025

MUNICIPIO DE TERRA BOA

Estado do Paraná

Exercício: 2025

Decreto nº 4234/2025 de 16/12/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1803/2024 de 10/12/2024.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 1.486.102,41 (um milhão quatrocentos e oitenta e seis mil cento e dois reais e quarenta e um centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

02.000.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Prefeito	
02.001.00.000.0000.0.000.		Chefia de Gabinete	
02.001.04.122.0004.2.002.		COMEMORAÇÕES FESTIVAS E RECEPÇÕES OFICIAIS	
1714 - 3.3.90.39.00.00	855	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	187.185,49
09.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Educação e Cultura	
09.001.00.000.0000.0.000.		Manutenção do Fundo Municipal de Educação	
09.001.12.361.0042.2.051.		ENCARGOS COM PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL	
1710 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	603.894,39
1712 - 3.1.91.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	9.381,09
09.001.12.361.0042.2.052.		MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS	
577 - 3.1.90.11.00.00	101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	51.017,57
1454 - 3.1.90.16.00.00	101	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	36,52
585 - 3.1.91.13.00.00	101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	8.075,19
1414 - 3.3.90.08.00.00	101	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	65,00
603 - 3.3.90.39.00.00	104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.417,61
09.001.12.365.0041.2.056.		MANUTENÇÃO DO CMEI TIA MARIA CARMEM FERNANDEZ RODRIGUES	
626 - 3.1.90.11.00.00	101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	177.596,30
09.001.12.365.0041.2.058.		MANUTENÇÃO DO CMEI CRIANÇA FELIZ	
654 - 3.1.90.11.00.00	101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	213.690,00
1446 - 3.1.90.16.00.00	101	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	493,17
09.001.12.365.0041.2.059.		MANUTENÇÃO DO CMEI PEQUENO POLEGAR	
681 - 3.1.90.11.00.00	101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	65.242,69
09.001.12.365.0041.2.099.		MANUTENÇÃO DO CMEI MARIA DAS DORES DE ALCÂNTARA	
1711 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	132.845,17
1713 - 3.1.91.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	16.162,22
		Total Suplementação:	**1.486.102,41**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Provável Excesso de Arrecadação;

Receita:1.1.1.2.50.01.00.00000000	Fonte: 1000	158.747,28
Receita:1.1.1.2.50.03.00.00000000	Fonte: 1000	18.116,19
Receita:1.1.1.2.50.04.00.00000000	Fonte: 1000	59.570,19
Receita:1.1.1.3.03.11.01.00000000	Fonte: 104	20.417,61
Receita:1.1.1.3.03.11.01.00000000	Fonte: 1000	14.231,83
Receita:1.1.1.4.51.11.00.00000000	Fonte: 1000	439.215,35
Receita:1.1.1.4.51.13.00.00000000	Fonte: 1000	16.457,36
Receita:1.1.1.4.51.14.00.00000000	Fonte: 1000	6.718,63
Receita:1.3.1.1.01.11.00.00000000	Fonte: 1000	49.226,04
Receita:1.3.2.1.01.01.02.00000000	Fonte: 101	44.721,28
Receita:1.7.2.4.99.01.05.00000000	Fonte: 855	187.185,49
Receita:1.7.5.1.50.01.00.00000000	Fonte: 101	471.495,16
	Total da Receita:	**1.486.102,41**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Boa , Estado do Paraná, em 16 de dezembro de 2025.

VALTER PERES	***LUIZ HENRIQUE TAVERAZ DE OLIVEIRA***
Prefeito Municipal	Contador

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:F24DE66A

SECRETARIA DE FAZENDA
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO N.º 4.235/2025

MUNICIPIO DE TERRA BOA

Estado do Paraná

Exercício: 2025

Decreto nº 4235/2025 de 16/12/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de TerraBoa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1803/2024 de 10/12/2024.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 140.166,40 (cento e quarenta mil cento e sessenta e seis reais e quarenta centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02.000.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Prefeito	
02.002.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Assessor	
02.002.04.122.0002.2.009.		INDENIZAÇÕES, CUSTAS JUDICIAIS E PRECATÓRIOS	
49 - 3.3.90.91.00.00	1000	SENTENÇAS JUDICIAIS	41.458,59
09.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Educação e Cultura	
09.001.00.000.0000.0.000.		Manutenção do Fundo Municipal de Educação	
09.001.12.361.0042.2.051.		ENCARGOS COM PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL	
1712 - 3.1.91.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	61.819,38
09.001.12.361.0042.2.052.		MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS	
585 - 3.1.91.13.00.00	101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.276,52
09.001.12.365.0041.2.058.		MANUTENÇÃO DO CMEI CRIANÇA FELIZ	
661 - 3.1.91.13.00.00	101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	29.446,91
11.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Assistência Social	
11.002.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de Assistência Social	
11.002.08.244.0005.2.081.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	
1147 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	6.165,00
		Total Suplementação:	**140.166,40**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
04.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Fazenda e Planejamento	
04.003.00.000.0000.0.000.		Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade	
04.003.04.123.0014.2.022.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS CONTÁBEIS, FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS	
257 - 9.9.99.99.00.00	1000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	47.623,59
07.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria do Meio Ambiente	
07.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Secretário	
07.001.18.122.0002.2.031.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
358 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	36.819,38
07.002.00.000.0000.0.000.		Divisão de Meio Ambiente	
07.002.18.541.0020.2.130.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO E CONTROLE DE POPULAÇÃO DOS ANIMAIS DE RUA	
385 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Educação e Cultura	
09.001.00.000.0000.0.000.		Manutenção do Fundo Municipal de Educação	
09.001.12.365.0041.2.058.		MANUTENÇÃO DO CMEI CRIANÇA FELIZ	
659 - 3.1.90.94.00.00	101	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	10.000,00
09.001.12.365.0041.2.059.		MANUTENÇÃO DO CMEI PEQUENO POLEGAR	
686 - 3.1.90.94.00.00	101	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	6.192,44
09.001.12.365.0041.2.099.		MANUTENÇÃO DO CMEI MARIA DAS DORES DE ALCÂNTARA	
714 - 3.1.90.94.00.00	101	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	14.530,99
		Total Redução:	**140.166,40**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Boa , Estado do Paraná, em 16 de dezembro de 2025.

VALTER PERES

Prefeito Municipal

LUIZ HENRIQUE TAVERAZ DE OLIVEIRA

Contador

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:00CAC0BB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
LEI N° 082/2025

LEI N° 082/2025

SÚMULA: Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2026.

A Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei...

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Artigo 1° - O Orçamento Geral do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2026, discriminados pelos anexos integrantes desta Lei, estima a RECEITA e fixa a DESPESA em R$ **141.983.780,06** (cento e quarenta e um milhões, novecentos e oitenta e três mil, setecentos e oitenta reais e seis centavos) sendo: **R$ 83.196.770,25** (oitenta e três milhões, cento e noventa e seis mil, setecentos e setenta reais e vinte e cinco centavos) de Orçamento Fiscal, (incluído o valor de **R$ 5.105.876,87** (cinco milhões, cento e cinco mil, oitocentos e setenta e seis reais e oitenta e sete centavos) de despesas de capital) e, **R$ 58.784.009,81** (cinquenta e oito milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, nove reais e oitenta e um centavos) do Orçamento da Seguridade Social.

DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Artigo 2° - O Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2026 estima a Receita em **R$ 117.837.990,76** (cento e dezessete milhões, oitocentos e trinta e sete mil, novecentos e noventa reais e setenta e seis centavos) e fixa a Despesa para o Poder Legislativo em **R$ 3.159.301,67** (três milhões, cento e cinquenta e nove mil, trezentos e um reais e sessenta e sete centavos) e para o Poder Executivo em **R$ 114.678.689,12** (cento e quatorze milhões, seiscentos e setenta e oito mil, seiscentos e oitenta e nove reais e doze centavos) valor líquido das deduções obrigatórias.

§ 1° - A Receita da Administração Direta será realizada mediante a arrecadação de Receitas Tributárias, Receita de Contribuições, Receita Patrimonial, Receita de Serviços, Transferências Correntes, e através de Outras Receitas Correntes, oriundas da nossa participação na arrecadação dos impostos federais e estaduais e de outras transferências da União e do Estado, na forma da legislação vigente e especificadas no Resumo Geral da Receita – Anexos 2, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, com os seguintes desdobramentos:

RECEITAS CORRENTES	**112.747.113,89**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	14.701.2012,96
CONTRIBUIÇÕES	4.504.926,55
RECEITA PATRIMONIAL	3.186.973,36
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.254,35
RECEITA DE SERVIÇOS	791.274,77
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	89.506.536,07
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	54.935,83
RECEITAS DE CAPITAL	**5.090.876,87**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.595.990,49

ALIENAÇÃO DE BENS	462.407,23
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.032.479,15
TOTAL GERAL	**117.837.990,76**

§ 2° - A Despesa da Administração Direta será executada segundo a discriminação dos quadros demonstrativos de órgãos, funções e sub-funções, categorias econômicas e grupos de natureza da despesa, distribuídas como segue:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	
PODER LEGISLATIVO:	
01 – CÂMARA MUNICIPAL	**3.159.301,67**
01.01 – CÂMARA MUNICIPAL	3.159.301,67
TOTAL DO PODER LEGISLATIVO	**3.159.301,67**

02 - GOVERNO MUNICIPAL	**2.507.331,94**
02.01 - GABINETE DO PREFEITO	652.000,00
02.03 - PROCURADORIA JURÍDICA	331.000,00
02.04 - DEPARTAMENTO DE DEFESA CIVÍL	1.047.331,94
02.05 - CONTROLADORIA	285.000,00
02.06 - JUNTA DE ALISTAMENTO MILITAR	192.000,00
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	**16.929.730,06**
03.01 - GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO	333.000,00
03.02 - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	9.136.730,06
03.03 - DIVISÃO DE ENGENHARIA E PLANEJAMENTO	394.000,00
03.04 - DIVISÃO DE COMPRAS, LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO	457.000,00
03.05 - DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS	201.000,00
03.06 - DIVISÃO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO	503.000,00
03.07 - DIVISÃO DE TESOURARIA	5.650.000,00
03.08 - DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO E TRIBUTOS	255.000,00
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	**31.734.961,60**
04.01 - GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	2.301.681,09
04.02 - DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL	12.342.209,56
04.03 - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	10.043.876,87
04.04 - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	1.406.000,00
04.05 - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	303.612,00
04.06 - DIVISÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR	4.281.960,28
04.07 - DIVISÃO DE MERENDA ESCOLAR	856.000,00
04.08 - DIVISÃO DE CULTURA	199.621,80
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	**34.521.008,44**
05.01 - GABINETE DO SECRETARIO DE SAUDE	1.063.512,50
05.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	33.457.495,94
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	**5.472.435,01**
06.01 - GABINETE DO SECRETARIO DE ASSISTENCIA SOCIAL	990.000,00
06.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1. .781.077,69
06.03 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	2.086.331,21
06.04 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO	615.026,11
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	**4.470.735,14**
07.01 - GABINETE DO SECRETARIO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	418.000,00
07.02 - DIVISÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	1.322.711,05
07.03 - DIVISÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	394.500,00
07.04 - DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE	2.335.524,09
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E LAZER	**1.247.600,00**
08.01 - GABINETE DO SECRETARIO TURISMO E LAZER	257.000,00
08.03 - DIVISÃO DE LAZER	414.430,00
08.04 - DIVISÃO DE TURISMO	398.000,00
10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS	**15.307.184,75**
10.01 - GABINETE DO SECRETARIO DE OBRAS, VIAÇÃO E SERV. URBANOS	331.000,00
10.02 - DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	9.673.702,17
10.03 - DIVISÃO DE LIMPEZA PÚBLICA	2.595.000,00
10.04 - DIVISÃO DE MÁQUINAS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS	2.707.482,58
11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL	**759.282,21**
11.01 - GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL	759.282,21
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	**1.728.419,97**
12.01 - GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE ESPORTES	250.000,00
12.02 - DIVISÃO DO ESPORTE	1.478.419,97
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	**114.678.689,12**

DO ORÇAMENTO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

Artigo 3° - O Orçamento do Fundo de Previdência Social do Município de Terra Rica – PRESOMTER para o exercício de 2026 estima a Receita e fixa a Despesa em **R$ 18.790.566,36** (dezoito milhões, setecentos e noventa mil, quinhentos e sessenta e seis reais e trinta e seis centavos).

§ 1° - A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas e contribuições discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	**13.525.500,00**
CONTRIBUIÇÕES	5.125.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	5.100.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	360.500,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.940.000,00
RECEITAS CORRENTES - INTRAORÇAMENTÁRIA	**5.265.066,36**
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL	5.265.066,36
TOTAL GERAL	**18.790.566,36**

§ 2° - A Despesa do PRESOMTER será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional programática e natureza econômica, distribuída como segue:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	
10 – FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE TERRA RICA	**18.790.566,36**
10.01 – FUNDO PREV. MUNICIPAL - PRESOMTER	18.790.566,36
TOTAL	**18.790.566,36**

DO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

Artigo 4° - O Orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE para o exercício de 2026 estima a Receita e fixa a Despesa em **R$ 5.355.222,94** (cinco milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e vinte e dois reais e noventa e quatro centavos).

§ 1° - A Receita será realizada mediante arrecadação de receitas patrimoniais, de serviços, outras receitas correntes, descriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	**5.340.222,94**
RECEITA PATRIMONIAL	17.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	5.310.222,94
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	13.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	**15.000,00**
ALIENAÇÃO DE BENS	15.000,00
TOTAL GERAL	**5.355.222,95**

§ 2° - A Despesa do SAMAE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	
11 – SAMAE SERVIÇO AUTONOMO MUN. DE AGUA E ESGOTO	**5.355.222,95**
11.01 - SAMAE	5.355.222,95
TOTAL	**5.355.222,95**

Artigo 5° - Fica o Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos vinculados à conta Reserva de Contingência nas situações previstas no art. 5°, III da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000 e art. 8° da Portaria Interministerial n° 163, de 04 de maio de 2001.

Artigo 6º - São aprovados os Planos de Aplicação dos seguintes Fundo Municipais de contabilização centralizada, anexos a esta Lei, nos termos do parágrafo 2º do artigo 2º da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964, inseridos no Orçamento Geral do Município:

I – do Fundo Municipal de Saúde, criado pela Lei Municipal nº 157/2007 de 15/11/2007, que fixa a sua despesa para o exercício de 2026 em **R$ 33.457.495,94** (**trinta e três milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e noventa e quatro centavos**).

II - do Fundo Municipal da Criança e Adolescente, criado pela Lei Municipal nº 030/2015 de 20/06/2015, que fixa a sua despesa para o exercício de 2026 em **R$ 2.086.331,21 (dois milhões, oitenta e seis mil, trezentos e trinta e um reais e vinte e um centavos).**

III - do Fundo Municipal de Assistência Social, criado pela Lei Municipal nº 040/2011 de 23/09/2011, que fixa a sua despesa para o exercício de 2026 em **R$ 1.781.077,69 (um milhão, setecentos e oitenta e um mil, setenta e sete reais e sessenta e nove centavos).**

IV - do Fundo Municipal do Idoso, criado pela Lei Municipal nº 018/2017 de 26/05/2017, que fixa a sua despesa para o exercício de 2026 em **R$ 615.026,11 (seiscentos e quinze mil, vinte e seis reais e onze centavos).**

Artigo 7° - Os Poderes Executivo e Legislativo Municipal, incluindo o PRESOMTER, e o SAMAE, ficam autorizados, nos termos do Art. 7° da Lei Federal n° 4.320/64 de 17 de março de 1964, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de **20% (vinte por cento)** da Despesa Prevista para o orçamento de cada uma das entidades.

Artigo 8º - Ficam também autorizadas, não sendo computado para fins do limite de que trata o artigo anterior, a compensação, o remanejamento e a criação de fontes de recursos dentro da mesma dotação orçamentária até o limite do valor da dotação orçada e dos acréscimos oriundos da abertura de créditos adicionais legalmente autorizados, para fins de compatibilização com a efetiva disponibilidade dos recursos.

Artigo 9º - Na abertura dos créditos adicionais autorizados no artigo 7º ou decorrentes de autorizações especificas com recursos provenientes de cancelamento de dotações orçamentárias, ficam autorizadas o Executivo, o Legislativo Municipal, incluindo Presomter e SAMAE a efetuar a transposição ou transferência de dotações de uns para outros órgãos e categorias de programação, dentro da respectiva esfera de governo, nos termos do inciso VI do art. 167 da Constituição Federal e utilizar as dotações da Reserva de Contingência para a cobertura dos créditos adicionais abertos para o atendimento das situações especificas no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providencias da Lei de Diretrizes Orçamentários.

Artigo 10º - Poder Executivo fica ainda autorizado a tomar as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos da legislação vigente e a realizar operações de crédito por antecipação da receita até o limite legalmente permitido.

Artigo 11º - Fica o Executivo, Samae e Presomter Municipal autorizados por ato próprio a proceder a abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como recursos o previsto no inciso I, parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal 4320/64, até o limite da efetiva existência dos recursos de superávit financeiro nas fontes de recurso livres ou vinculadas, devidamente apurados no balanço patrimonial do exercício anterior.

Artigo 12º – Fica autorizado o executivo municipal incluindo o SAMAE por ato próprio, a abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como recursos os previstos no inciso II do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal 4320/64, mediante a efetiva ocorrência ou tendência de ocorrência de excesso de arrecadação nas respectivas fontes de recursos vinculados.

Artigo 13º – Fica Autorizado a transposição ou a transferência de recursos, de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, nos termos do inciso VI do artigo 167 da Constituição Federal e proceder o remanejamento e a compensação entre as fontes, e a criação de fontes de recursos dentro da mesma dotação orçamentária, quando da abertura de créditos adicionais que utilizarem como recurso o cancelamento de dotações.

Artigo 14º – Fica autorizada a utilização de cancelamento da dotação de Reserva de Contingência para a abertura de créditos adicionais abertos para o atendimento das situações especificas no Demonstrativo de Riscos Fiscais e providencias.

Artigo 15º – A abertura de créditos autorizados nos artigos 11, 12 e 13 desta Lei não serão considerados para fins do limite da autorização constante do artigo 7º.

Artigo 16° - Fica o Executivo Municipal, em virtude da decretação de estado de emergência ou de calamidade pública, autorizado a proceder por Decreto a abertura de Créditos Extraordinários, contudo deles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo, conforme Art. 44 da Lei Federal n° 4.320/64 de 17 de março de 1964.

Artigo 17º - O Orçamento da Administração Direta e Indireta poderá ser reajustado a partir do 1º dia do 2º semestre de 2026, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC/IBGE, através de Decreto do Poder Executivo.

Artigo 18º - Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder a adequação nas metas fiscais e nos programas e ações constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias **para o exercício de 2026** e também no Plano Plurianual – PPA **Lei nº 038/2021** em conformidade com as metas fixadas nos anexos desta Lei.

Artigo 19º- As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para os recursos ordinários.

Artigo 20º – Durante o exercício de 2026 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei, através de autorização Legislativa.

Artigo 21º – A presente Lei vigorará durante o exercício de 2026 a partir de 1° de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco (17/12/2025).

AGNALDO DE SOUZA COSTA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:2D98A052

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
LEI N° 083/2025

Lei nº. 083/2025

SÚMULA: Inclui e altera dispositivos das Leis Municipais nº 003/2016 e 073/2022, que dispõem, respectivamente, sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos do SAMAE e do Poder Executivo do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei...

Art. 1°. Ficam criados e incluídos em suas respectivas tabelas de referência, contidas no **Anexo I,** da **Lei Municipal nº 003/2016**, os seguintes cargos efetivos:

Correlação de Cargos		*Referência*	*Carga Horária*	*Demonstrativo das Vagas*		
Anterior	*Atual*		*Semanal*	*Existentes*	*Ocupadas*	*Disponíveis*
	Eletricista de Manutenção	*GOSP/B*	*40 horas*	*01*	*0*	*01*
	Motorista	*GOSG/D*	*40 horas*	*01*	*0*	*01*
	Operador de Máquinas Pesadas	*GOSG/D*	*40 horas*	*01*	*0*	*01*

Art. 2°. A Referência "**B**", da **Tabela II-B: VENCIMENTOS - GRUPO OCUPACIONAL SEMIPROFISSIONAL - GOSP**, do **Anexo II** da **Lei Municipal nº 003/2016**, passa a englobar os seguintes cargos:

B - ~~TECNICO EM CONTABILIDADE~~ (Extinto pela Lei Municipal nº 008/2019)

Eletricista de Manutenção

Art. 3º. O cargo de **PEDREIRO**, descrito na **Tabela I-D: Quadro Demonstrativo – Grupo Ocupacional Serviços Gerais**, do **Anexo I**, da **Lei Municipal nº 003/2016** que trata do **PCCS – Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos** do **SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto** de Terra Rica, Estado do Paraná, passa a ter as seguintes especificações:

Correlação de Cargos		*Referência*	*Carga Horária*	*Demonstrativo das Vagas*		
Anterior	*Atual*			*Existentes*	*Ocupadas*	*Disponíveis*
Pedreiro	*Pedreiro*	*GOSG/D*	*40 horas*	*02*	*00*	*02*

Art. 4°. Fica **EXCLUÍDO** o cargo de **PEDREIRO** da Referência "**B**", da **Tabela II-D: VENCIMENTOS - GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS GERAIS - GOSG**, do **Anexo II** da **Lei Municipal nº 003/2016**.

Art. 5°. A **Correlação de Cargos** do cargo de **Operador de Estação de Tratamento de Esgoto** constante na **Tabela I-D: Quadro Demonstrativo – Grupo Ocupacional Serviços Gerais**, do **ANEXO I**, da **Lei Municipal nº 003/2016,** passa a vigorar com a seguinte redação:

Correlação de Cargos	
Anterior	**Atual**
Operador de Estação de Tratamento de Esgoto	*Operador de Rede e Estação de Tratamento de Esgoto*

Art. 6°. A Referência "**D**", da **Tabela II-D: VENCIMENTOS - GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS GERAIS - GOSG**, do **Anexo II** da **Lei Municipal nº 003/2016**, passa a englobar os seguintes cargos:

D. AGENTE OPERACIONAL, OPERADOR DE REDE E ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, PEDREIRO, MOTORISTA, OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS

Art. 7°. A **REFERÊNCIA** do cargo de **PEDREIRO** constante no **ANEXO IV - MANUAL DE ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS**, da **Lei Municipal nº 003/2016,** passa a vigorar com a seguinte redação:

REFERÊNCIA: ***GOSG/D***

Art. 8°. O **GRAU DE INSTRUÇÃO** do cargo de **ENCANADOR** constante no **ANEXO IV - MANUAL DE ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS**, da **Lei Municipal nº 003/2016,** passa a vigorar com a seguinte redação:

GRAU DE INSTRUÇÃO: ***ENSINO FUNDAMENTAL CONCLUÍDO + CNH CATEGORIA "B" OU SUPERIOR***

Art. 9°. O **GRAU DE INSTRUÇÃO** do cargo de **AUXILIAR DE ENCANADOR** constante no **ANEXO IV - MANUAL DE ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS**, da **Lei Municipal nº 003/2016,** passa a vigorar com a seguinte redação:

GRAU DE INSTRUÇÃO: ***ENSINO FUNDAMENTAL CONCLUÍDO + CNH CATEGORIA "B" OU SUPERIOR***

Art. 10. O **GRAU DE INSTRUÇÃO** do cargo de **AGENTE OPERACIONAL** constante no **ANEXO IV - MANUAL DE ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS**, da **Lei Municipal nº 003/2016,** passa a vigorar com a seguinte redação:

GRAU DE INSTRUÇÃO: ***ENSINO FUNDAMENTAL CONCLUÍDO + CNH CATEGORIA "AC" OU SUPERIOR***

Art. 11. Na **Descrição Detalhada** das atribuições do cargo de **AGENTE OPERACIONAL** constante no **Anexo IV - MANUAL DE ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS**, da **Lei Municipal nº 003/2016**, ficam incluídas a seguintes atribuições:

Realizar leitura de hidrômetros;

Operar Escavadeira/Mini Escavadeira quando necessário;

Art. 12. O **GRAU DE INSTRUÇÃO** do cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MASCULINO** constante no **ANEXO IV - MANUAL DE ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS**, da **Lei Municipal nº 003/2016,** passa a vigorar com a seguinte redação:

GRAU DE INSTRUÇÃO: ***ALFABETIZADO + CNH CATEGORIA "B" OU SUPERIOR***

Art. 13. O descritivo do cargo de **OPERADOR DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO** constante no **ANEXO IV - MANUAL DE ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS**, da **Lei Municipal nº 003/2016,** passa a vigorar com a seguinte redação:

CARGO: ***OPERADOR DE REDE E ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO***	*REFERÊNCIA:* ***GOSG/D***
GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS GERAIS	
GRAU DE INSTRUÇÃO: ***ENSINO FUNDAMENTAL CONCLUÍDO + CNH CATEGORIA "C" OU SUPERIOR***	

Art. 14. Na **Descrição Detalhada** das atribuições do cargo de **OPERADOR DE REDE E ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO** constante no **Anexo IV - MANUAL DE ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS**, da **Lei Municipal nº 003/2016**, fica incluída a seguinte atribuição:

Realizar coleta e transporte de Esgoto;

Art. 15. Inclui no **ANEXO IV - MANUAL DE ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS**, da **Lei Municipal nº 003/2016**, as atribuições do cargo de **ELETRICISTA DE MANUTENÇÃO**, com a seguinte redação:

CARGO: ***ELETRICISTA DE MANUTENÇÃO***	*REFERÊNCIA:* ***GOSP/B***
GRUPO OCUPACIONAL SEMIPROFISSIONAL	
GRAU DE INSTRUÇÃO: ***Certificado ou diploma de conclusão de curso de educação profissional de nível médio em: Técnico completo em Eletroeletrônica / Elétrica / Eletrônica / Eletrotécnica ou Superior, sendo reconhecido pelo Ministério da Educação, Secretarias ou Conselhos Estaduais de Educação.***	

Requisitos Mínimos

Registro no respectivo Conselho de Classe com habilitação técnica

Uso de Computador a nível de usuário;

CNH categoria "B" ou superior válida;

Certificado NR10 e NR35;

Disponibilidade para atuar em horários diversos.

Atribuições:

Realizar a parametrização de soft-start e inversores de frequência, ajustando os parâmetros de acordo com a aplicação e padrão do equipamento, para garantir a proteção do motor sobre corrente alta;

Trabalho elétrico industrial preventivo, preditivo e reativo completo em toda a instalação, enquanto opera ferramentas de manutenção padrão, ferramentas elétricas, ferramentas de manutenção de precisão e ferramentas de tecnologia de manutenção preventiva;

Instalar e testar sistemas de baixa tensão e auxiliar outros em outras atividades de manutenção;

Siga esquemas diretos, plantas e manuais e instruções de operação;

Documentar o trabalho concluído e as condições encontradas utilizando software de computador de manutenção;

Fazer e executar manutenção elétrica preventiva com vistoria periódica e corretivas;

Fazer manutenção em redes de alta e baixa tensão, para raios, aterramentos e outros;

Conhecimento sobre pontos de distribuição e redes de energia;

Conhecimentos em parametrização de inversores e soft-start; softwares de oscilografia de relés digitais, automação, equipamentos elétricos;

Identificação de problemas elétricos;

Conhecimento em automação, comandos elétricos, rede e fibra óptica;

Art. 16. Inclui no **ANEXO IV - MANUAL DE ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS**, da **Lei Municipal nº 003/2016**, as atribuições do cargo de **MOTORISTA**, com a seguinte redação:

CARGO: ***MOTORISTA***	*REFERÊNCIA:* ***GOSG/D***
GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS GERAIS	
GRAU DE INSTRUÇÃO: ***ENSINO MÉDIO COMPLETO + CNH categoria "C" ou superior.***	

Atribuições:

conduzir veículo motorizado, obedecendo a sinalização e os limites de velocidade indicados;

vistoriar o veículo diariamente, antes e após sua utilização;

manter o veículo em perfeitas condições de funcionamento, zelando pela sua conservação, providenciando o abastecimento, lubrificação, se necessário, observando níveis de água e de óleo, efetuando trocas, segundo recomendações técnicas, calibragem dos pneus, limpeza, checagem do sistema elétrico, etc.;

comunicar ao superior imediato quaisquer anormalidade observadas no veículo, não transitando com o mesmo sem que elas sejam sanadas;

fazer pequenos reparos de emergência, preservando as condições de segurança do veículo;

transportar pessoas, materiais, correspondências e equipamentos, garantindo a segurança dos mesmos;

executar o serviço de transporte que lhe for atribuído e, no caso de materiais, encarregar-se de sua carga e descarga;

operar, eventualmente, rádio transceptor;

observar e controlar os períodos de revisão e manutenção recomendados preventivamente, para assegurar plena condição de utilização do veículo;

realizar anotações, segundo as normas estabelecidas e orientações recebidas, da quilometragem, viagens realizadas, objetos ou pessoas transportadas, itinerários percorridos, além de outras ocorrências, a fim de manter a boa organização e controle;

recolher o veículo à garagem ou local destinado a esse fim, ao término da jornada de trabalho, deixando-o corretamente estacionado e fechado;

executar outras tarefas correlatas.

Art. 17. Inclui no **ANEXO IV - MANUAL DE ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS**, da **Lei Municipal nº 003/2016**, as atribuições do cargo de **OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS**, com a seguinte redação:

CARGO: ***OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS***	REFERÊNCIA: ***GOSG/D***
GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS GERAIS	
GRAU DE INSTRUÇÃO: ***ENSINO MÉDIO COMPLETO + CNH categoria "C" ou superior.***	

Atribuições:

Descrição sintética

Operar veículos motorizados especiais de grande porte, como: motoniveladora, trator de esteira, pá carregadeira, retroescavadeira e outros.

descrição detalhada

Operar máquinas e equipamentos pesados, providos ou não de implementos, para realização de terraplanagem, aterros, nivelamento e revestimento de estradas, desmatamento, abertura e desobstrução de valetas, nivelamento de terrenos e taludes, remoção e compactação de terra, cultivo de solos e outros;

Conduzir e manobrar a máquina, acionando o motor e manipulando os comandos de marcha e direção, para posicioná-la conforme as necessidades do serviço;

Operar mecanismos de tração e movimentação dos implementos da máquina, acionando pedais e alavancas de comando, para carregar e descarregar terra, areia, cascalho, pedras e materiais similares;

Efetuar a remoção de terras o outros materiais, empilhando-os em caminhões para serem transportados;

Relatar em impresso próprio, os serviços executados pela máquina, para efeitos de controle;

Abastecer os dispositivos da máquina com produtos ou outras substâncias para distribuição no solo durante as operações;

Controlar o consumo de combustível e lubrificantes, para levantamento do custo do serviço, bem como para a manutenção adequada da máquina;

Zelar pela conservação da máquina, informando quando detectar falhas e solicitando sua manutenção;

Efetuar o abastecimento da máquina, lubrificando-a e executando pequenos reparos para assegurar seu bom funcionamento durante a execução do serviço;

Executar outras tarefas correlatas.

Art. 18. Ficam criados e incluídos em suas respectivas tabelas de referência, contidas no **Anexo I,** da **Lei Municipal nº 073/2022**, os seguintes cargos efetivos:

Correlação de Cargos		*Referência*	*Carga Horária*	*Demonstrativo das Vagas*		
Anterior	*Atual*		*Semanal*	*Existentes*	*Ocupadas*	*Disponíveis*
	Orientador Social	*GOA/B*	*40 horas*	*01*	*0*	*01*
	Auxiliar de Educador Social	*GOSG/A*	*40 horas*	*04*	*0*	*04*
	Psicopedagogo	*GOP/B*	*40 horas*	*01*	*0*	*01*
	Médico Plantonista - I	*GOP/F*	*16 horas*	*10*	*0*	*10*
	Auxiliar de Farmácia	*GOA/A*	*40 horas*	*02*	*0*	*02*
	Educador Físico	*GOP/B*	*40 horas*	*02*	*0*	*02*
	Terapeuta Ocupacional	*GOP/A*	*40 horas*	*01*	*0*	*01*
	Auditor Fiscal da Receita Municipal	*GOP/B*	*40 horas*	*01*	*0*	*01*
	Fiscal de Obras e Postura	*GOA/D*	*40 horas*	*01*	*0*	*01*

Art. 19. A **Correlação de Cargos** do cargo de **Fiscal de Tributos e Postura** constante na **Tabela I-C: Quadro Demonstrativo – Grupo Ocupacional Administrativo**, do **ANEXO I**, da **Lei Municipal nº 073/2022,** passa a vigorar com a seguinte redação:

Correlação de Cargos	
Anterior	**Atual**
Fiscal de Tributos e Postura	*Fiscal de Tributos, Obras e Postura*

Art. 20. A Referência "**D**", da **Tabela II-C: VENCIMENTOS - GRUPO OCUPACIONAL ADMINISTRATIVO - GOA**, do **Anexo II** da **Lei Municipal nº 073/2022**, passa a englobar os seguintes cargos:

D. FISCAL DE TRIBUTOS, OBRAS E POSTURA; FISCAL DE OBRAS E POSTURA

Art. 21. A Referência "**A**", da **Tabela II-C: VENCIMENTOS - GRUPO OCUPACIONAL ADMINISTRATIVO - GOA**, do **Anexo II** da **Lei Municipal nº 073/2022**, passa a englobar os seguintes cargos:

A. AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, Auxiliar de Farmácia

Art. 22. A Referência "**B**", da **Tabela II-C: VENCIMENTOS - GRUPO OCUPACIONAL ADMINISTRATIVO - GOA**, do **Anexo II** da **Lei Municipal nº 073/2022**, passa a englobar os seguintes cargos:

B. AUXILIAR DE LABORATÓRIO, Orientador Social

Art. 23. A Referência "**A**", da **Tabela II-D: VENCIMENTOS - GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS GERAIS - GOSG**, do **Anexo II** da **Lei Municipal nº 073/2022**, passa a englobar os seguintes cargos:

A. AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS FEM/MASC, Auxiliar de Educador Social

Art. 24. A Referência "**A**", da **Tabela II-A: VENCIMENTOS - GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL - GOP**, do **Anexo II** da **Lei Municipal nº 073/2022**, passa a englobar os seguintes cargos:

FISIOTERAPÊUTA, NUTRICIONISTA, ASSISTENTE SOCIAL, FONOAUDIÓLOGO, MÉDICO VETERINÁRIO 40 HORAS, TRIBUTADOR, EDUCADOR SOCIAL, ANALISTA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (BIÓLOGO), Terapeuta Ocupacional

Art. 25. A Referência "**B**", da **Tabela II-A: VENCIMENTOS - GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL - GOP**, do **Anexo II** da **Lei Municipal nº 073/2022**, passa a englobar os seguintes cargos:

B. PSICÓLOGO, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, Educador Físico, Psicopedagogo, Auditor Fiscal da Receita Municipal

Art. 26. A Referência "**F**", da **Tabela II-A: VENCIMENTOS - GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL - GOP**, do **Anexo II** da **Lei Municipal nº 073/2022**, passa a englobar os seguintes cargos:

CONTROLADOR INTERNO, CONTADOR, ADVOGADO, Médico Plantonista - i

Art. 27. Inclui no **ANEXO IV - MANUAL DE ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS**, da **Lei Municipal nº 073/2022**, as atribuições do cargo de **ORIENTADOR SOCIAL**, com a seguinte redação:

CARGO: ***ORIENTADOR SOCIAL***	*REFERÊNCIA:* ***GOA/B***
GRUPO OCUPACIONAL ADMINISTRATIVO	
GRAU DE INSTRUÇÃO: ***Ensino Médio Completo, na modalidade Magistério***	

Atribuições:

Mediação dos processos grupais, próprios dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, ofertados e referenciados ao CRAS;

Planejamento de temas e atividades próprios dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, ofertados e referenciados ao CRAS;

Participação e mediação de reuniões sistemáticas de planejamento e avaliação do processo de trabalho com a equipe de referência do CRAS;

Orientar e supervisionar os auxiliares de Orientador Social, no processo de planejamento e execução das atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;

Executar outras tarefas correlatas.

Art. 28. Inclui no **ANEXO IV - MANUAL DE ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS**, da **Lei Municipal nº 073/2022**, as atribuições do cargo de **AUXILIAR DE EDUCADOR SOCIAL**, com a seguinte redação:

CARGO: ***AUXILIAR DE EDUCADOR SOCIAL***	*REFERÊNCIA:* ***GOSG/A***

GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS GERAIS
GRAU DE INSTRUÇÃO: ***ENSINO FUNDAMENTAL***

Atribuições:

Gerais:

Apoio às funções do Educador/Cuidador;

Cuidados com a moradia (organização e limpeza do ambiente e preparação dos alimentos, dentre outros);

Oferecer apoio em cuidados essenciais, como alimentação para crianças, e orientar sobre hábitos saudáveis.

Sob orientação do educador social ou supervisor:

Auxiliar em atividades pedagógicas, culturais e recreativas;

Auxiliar na organização de oficinas de arte, cultura, esporte e outras atividades comunitárias e recreativas;

Auxiliar na Mediação de conflitos e orientar indivíduos, grupos e famílias sobre direitos e acesso a serviços básicos, como saúde e educação;

Apoiar o acompanhamento de crianças e jovens em situações de vulnerabilidade;

Ajudar a acompanhar o progresso dos indivíduos, registrar presenças e auxiliar na elaboração de relatórios de evolução para a equipe profissional;

Outras tarefas correlatas.

Art. 29. Inclui no **ANEXO IV - MANUAL DE ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS**, da **Lei Municipal nº 073/2022**, as atribuições do cargo de **PSICOPEDAGOGO**, com a seguinte redação:

CARGO: **PSICOPEDAGOGO**	*REFERÊNCIA:* ***GOP/B***
GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL	
Grau de Instrução: ***Nível Superior em Psicopedagogia ou nível Superior em Licenciatura Plena e especialização em Psicopedagogia com duração mínima de 360h, ou nível Superior em Psicologia com especialização em Psicopedagogia com duração mínima de 360h e registro no CRP.***	

Atribuições: *Compete ao Psicopedagogo, no exercício de suas funções:*

Participar da organização das turmas;

Participar da elaboração do calendário letivo;

Participar da distribuição das aulas e disciplinas;

Participar do horário semanal de aulas.

Identificar as dificuldades e os transtornos que impedem o aluno de assimilar o conteúdo ensinado em sala de aula e desenvolver atividades relacionadas ao seu comportamento;

Coordenar serviços de psicopedagogia em unidades escolares;

Realizar diagnóstico e intervenção psicopedagogia, mediante a utilização de instrumento e técnicas próprias de psicopedagogia;

Utilizar métodos técnicos e instrumentos psicopedagógicos que tenham por finalidade a pesquisa, prevenção avaliação e intervenção relacionadas com a aprendizagem;

Realizar consultoria e assessoria psicopedagógicas objetivando a identificação, compreensão e análise dos problemas no processo de aprendizagem;

Proceder ao estudo do comportamento do aluno em relação ao sistema educacional, técnicas empregadas, e aquelas a serem adotadas, baseando-se no conhecimento dos programas de aprendizagem para colocar no planejamento de currículos escolares e na definição de técnicas de educação;

Prestar atendimento à comunidade escolar, visando o desenvolvimento intelectual, emocional e social do indivíduo;

Realizar intervenção psicopedagogia visando à solução dos problemas no processo de aprendizagem, tendo por enfoque o aprendiz ou a instituição de ensino;

Participar da dinâmica das relações da comunidade educativa a fim de favorecer o processo de integração;

Facilitar a aprendizagem de forma prazerosa, atuando no tratamento do problema já instalado e na sua prevenção;

Participar e compor equipe multiprofissional na elaboração dos projetos;

Realizar visitas domiciliares juntamente com outros profissionais;

Participar das reuniões com a equipe multiprofissional, inclusive com familiares dos usuários;

Promover orientações metodológicas de acordo com as características dos indivíduos e grupos;

Executar atividades correlatas determinadas pelo seu superior;

Orientar, atender em tratamento e investigar os problemas emergentes nos processos de aprendizagem;

Esclarecer os obstáculos que interferem para haver uma boa aprendizagem;

Favorecer o desenvolvimento de atividades e processos de aprendizagem adequados;

Realizar o diagnóstico-psicopedagógico, com especial ênfase nas possibilidades e perturbações de aprendizagem;

Esclarecimento e orientação daqueles que o consultam;

Orientação de pais e professores, orientação vocacional operativa em todos os níveis educativos;

Outras funções correlatas.

Art. 30. Inclui no **ANEXO IV - MANUAL DE ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS**, da **Lei Municipal nº 073/2022**, as atribuições do cargo de **MÉDICO PLANTONISTA - I**, com a seguinte redação:

CARGO: **MÉDICO PLANTONISTA - I**	*REFERÊNCIA:* ***GOP/F***
GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL	
Grau de Instrução: ***Nível Superior em medicina, com o devido registro no CRM/PR.***	

Atribuições: *Compete ao Médico Plantonista, no exercício de suas funções:*

Descrição sintética

Realizar tarefas inerentes à área hospitalar, em atendimentos ambulatoriais e situações de urgência e emergência.

Descrição detalhada

Efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos e realizar outras formas de tratamento para os diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos da medicina preventiva, terapêutico ou de emergência, examinando o paciente, diagnosticando, prescrevendo tratamento, prestando orientações e solicitando hospitalização, se necessário;

Atuar no setor de internamento, avaliar, diagnosticar e conduzir o tratamento de pacientes admitidos em regime de internamento, promovendo acompanhamento clínico durante a permanência hospitalar;

Atuar na sala de emergências, atendendo toda situação de urgência e emergência (cardiovasculares, acidentes e traumas, respiratórias, neurológicas, queimaduras e intoxicações e outras situações críticas), realizando estabilização e todas as intervenções imediatas que se fizerem necessárias e encaminhamento adequado em casos de risco iminente à vida;

Atuar no setor de pronto socorro, em consultas de demanda espontânea de porta de entrada do estabelecimento;

Realizar transferência de pacientes para hospitais e centros de referência regionais, acompanhando-os sempre que o caso clínico exigir;

Requisitar, analisar e interpretar exames complementares de laboratório, para fins de diagnóstico e acompanhamento clínico;

Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnostica, tratamento prescrito e evolução da doença;

Prestar atendimento em urgências clínicas, cirúrgicas e traumatológicas;

Encaminhar pacientes para tratamento especializado quando for o caso;

Participar da formulação de diagnósticos de saúde pública, realizando levantamento da situação dos serviços de saúde do município, identificando prioridades, para determinação de programação a serem desenvolvidos;

Realizar avaliação periódica dos serviços prestados;

Participar dos trabalhos de prevenção e controle de doenças transmissíveis em geral (programas de vigilância epidemiológica);

Opinar e participar tecnicamente dos programas e atividades de assistência integral e saúde individual, bem como de grupos específicos, particularmente, daqueles prioritários e de alto risco;

Participar da operacionalização do sistema de referência e contra-referência do paciente nos diferentes níveis de atenção à saúde;

Participar de programas e atividades de educação sanitária, visando à melhoria da saúde do indivíduo, da família e da comunidade;

Participar das definições dos programas de atualização e aperfeiçoamento das equipes, que atuam na área de saúde, fornecendo subsídios técnicos para a composição dos conteúdos programáticos;

Executar exames periódicos de todos os servidores ou em especial daqueles expostos a maior risco de acidentes de trabalho ou doenças profissionais, fazendo exame clínico e/ou interpretando os resultados de exames complementares para controlar as condições de saúde dos mesmos e assegurar continuidade operacional e a produtividade;

Efetuar tratamento de urgência em casos de acidentes de trabalho ou alterações agudas da saúde, orientando e/ou executando a terapia adequada, para prevenir consequências mais graves ao trabalhador;

Observar leis, normas e orientações sanitárias, atendendo-as adequadamente e garantir sua correta execução;

Notificar casos de notificação compulsória nos casos estabelecidos pela legislação sanitária e epidemiológica, bem como por orientações da instituição e autoridades sanitárias;

Cumprir normas éticas, regulatórias e institucionais relacionadas à prática médica e à segurança do paciente;

Executar outras tarefas correlatas.

Art. 31. Inclui no **ANEXO IV - MANUAL DE ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS**, da **Lei Municipal nº 073/2022**, as atribuições do cargo de **AUXILIAR DE FARMÁCIA**, com a seguinte redação:

CARGO: **AUXILIAR DE FARMÁCIA**	*REFERÊNCIA:* ***GOA/A***
GRUPO OCUPACIONAL ADMINISTRATIVO	
Grau de Instrução: ***Nível Médio***	

Atribuições: *Compete ao Auxiliar de Farmácia, no exercício de suas funções:*

Realizar atendimentos presenciais ou telefônicos para pacientes ou clientes em geral

Interpretar prescrições e receitas médicas, sabendo esclarecer dúvidas de dosagens e horários para tomar os medicamentos

Recepcionar, realizar a conferência, armazenar e lançar nos sistemas medicamentos e produtos recebidos

Realizar inventários e contagens de medicamentos controlados e psicotrópicos

Fazer a reposição de medicamentos ou produtos no estoque

Dispensar medicamentos e produtos violados, próximos do vencimento ou em mal estado de conservação

Registrar informações em sistemas farmacêuticos, como por exemplo: entrada e saída de medicamentos controlados.

Auxiliar com a manutenção da organização das prateleiras e expositores de remédios e produtos.

Juntar medicamentos para encaminhar às enfermarias ou pacientes;

Registrar diariamente as temperaturas das geladeiras que estão armazenando os medicamentos;

Art. 32. Inclui no **ANEXO IV - MANUAL DE ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS**, da **Lei Municipal nº 073/2022**, as atribuições do cargo de **EDUCADOR FÍSICO**, com a seguinte redação:

CARGO: ***Educador Físico***	*REFERÊNCIA:* ***GOP/B***
GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL	
Grau de Instrução: ***Formação em curso superior de Educação Física, Bacharelado.***	

Atribuições: *Compete ao Educador Físico, no exercício de suas funções:*

Desenvolver atividades de educação física, desportivas e de laser;

Atuar em atividades esportivas e de lazer para criança, adolescentes e adultos;

Divulgar atividades esportivas e de lazer;

Reger atividades esportivas e de lazer;

Elaborar programas e plano de trabalho, controle e avaliação de rendimento;

Organizar e acompanhar turmas de competições e excursões ainda que fora do Município;

Manter disciplina;

Organizar e participar de reuniões;

Colaborar na conservação da ordem do ambiente de trabalho;

Desempenhar tarefas afins.

Art. 33. Inclui no **ANEXO IV - MANUAL DE ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS**, da **Lei Municipal nº 073/2022**, as atribuições do cargo de **TERAPEUTA OCUPACIONAL**, com a seguinte redação:

CARGO: **TERAPEUTA OCUPACIONAL**	*REFERÊNCIA:* ***GOP/A***
GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL	
Grau de Instrução: ***Graduação (nível superior) em Terapia Ocupacional e registro no CREFITO***	

Atribuições: *Compete ao Terapeuta Ocupacional, no exercício de suas funções:*

Promover atividades grupais, reconstituir, valorizar e/ou ressignificar os espaços de pertencimento, as potencialidades e os conhecimentos, favorecendo as trocas afetivas, econômicas e de redes de apoio;

Atuar como instrumento de valorização das potencialidades/capacidades das pessoas com deficiência, das pessoas idosas e seus familiares/cuidadores;

Realizar encaminhamentos de pessoas com deficiência/idosos visando promover o acesso aos seus direitos e a obtenção de recursos;

Avaliar o idoso e a pessoa com deficiência visando à diminuição da condição de dependência e do seu agravamento, estimulando suas possibilidades de autonomia, bem como a de seus cuidadores;

Favorecer a autonomia por meio de atividades grupais, individuais e familiares, reconstruindo a valorização das habilidades ocupacionais;

Realizar visitas domiciliares e acompanhamento de famílias para conhecimento de sua história ocupacional e de participação na comunidade em que habita, a fim de desenvolver estratégias de inclusão sócio comunitária e de pertencimento social, cultural e econômico;

Avaliar o ambiente domiciliar físico funcional do usuário, sugerindo adaptações e/ou adequações quando necessárias, melhorando a acessibilidade e a rotina de vida;

Avaliar a necessidade do uso de equipamentos de tecnologia assistiva, de forma a articular serviços de outras políticas públicas e organizações privadas locais da rede de apoio e realizar os devidos encaminhamentos;

Realizar mediação sócio ocupacional em grupos socioeducativos, de convivência, sócio familiares e de desenvolvimento humano;

Coordenar/elaborar e acompanhar atividades de promoção, prevenção e enfrentamento da vulnerabilidade e risco social;

Atuar na atenção às famílias e na gestão de projetos e serviços;

Promover atividades que, enquanto tecnologias de mediação sócio ocupacional, oferecem oportunidades para que os usuários se apropriem material e simbolicamente de seus espaços de vida e convivência, exercitem seu protagonismo sobre estes e fortaleçam suas relações em redes sociais;

Desenvolver ações de empoderamento pessoal e social a serem aplicadas na reivindicação e exercícios de direitos e na produção autoral das pessoas, grupos, famílias ou comunidade;

No acompanhamento familiar orienta sobre o desempenho ocupacional de acordo com a fase de desenvolvimento, potencialidades e dificuldades;

Fortalecer a função protetiva da família por meio de orientações sobre organização e adaptação do ambiente ao usuário e de seus familiares, prevenindo situações de risco, exclusão e isolamento.

Aplicar métodos de avaliação e registro, formular objetivos, estratégias de intervenção tais como: atendimento individual para escuta qualificada, grupais, familiares, institucionais, coletivos e comunitários;

Emitir pareceres e relatórios terapêuticos ocupacionais sobre o desempenho sócio ocupacional e se necessário, realizar encaminhamentos para os serviços da rede.

Elaborar projetos singulares de vida de forma dialogada, focando as estratégias e atividades capazes de organizar a vida cotidiana, favorecer o pertencimento familiar e grupal e a adesão a um projeto de futuro;

Oferecer atenção individualizada, de forma a contribuir para a comunicação, expressão e elaboração de conflitos, lançando mão de atividades lúdicas, artísticas, corporais, verbais, entre outras;

Realizar atendimentos individuais e grupais, tanto com pacientes como com familiares e/ou cuidadores com o objetivo de manutenção de qualidade de vida de paciente e família, controle de dor, de sintomas, prevenção e alívio do sofrimento, promover a boa comunicação entre pacientes, familiares/cuidadores e equipe de saúde;

Orientar cuidados relacionados ao processo do adoecimento, hospitalização e alta do paciente, para retorno ao domicílio;

Realizar a avaliação e tratamento da dor, incapacidades físicas e dificuldades psicossociais decorrentes do adoecimento e hospitalização, das limitações, da eminência da morte, da perda e do luto;

Planejamento, execução, coordenação e supervisão de atividades terapêuticas e recreativas que visem habilitar, reabilitar, readaptar ou manter a capacidade física e mental do paciente, bem como incrementar a qualidade de vida, numa abordagem multiprofissional;

Trabalhar integrado com as equipes multiprofissionais, interdisciplinares, respeitando o código de ética profissional, e com as propostas dos projetos terapêuticos;

Obedecer os critérios e procedimentos estabelecidos em protocolos de avaliação;

Encaminhar para diagnóstico complementar ou diagnóstico diferencial e intervenção em serviços de alta complexidade;

Orientar os pais ou responsável legal, sobre as necessidades do tratamento;

Fazer as anotações pertinentes aos exames nos documentos, tais como, prontuário do paciente, livro de registro, manter o banco de dados atualizados com os dados e monitoramento do paciente;

Realizar avaliação e seguimento terapêutico dos processos funcionais;

Realizar triagem e anamnese completa dos casos para o planejamento terapêutico conforme a necessidade do caso;

Participar dos programas educativos junto à equipe multiprofissional;

Colaborar com equipes multiprofissionais em reuniões/ estudos que envolvam assuntos da competência profissional da área;

Participar de programas educativos (aprimoramento profissional) e de pesquisas relacionadas à área de terapia ocupacional;

Planejar e desenvolver treinamentos, palestras e outros eventos, sobre sua especialização, buscando favorecer a difusão do conhecimento;

Desenvolver as atividades aplicando normas e procedimentos de biossegurança;

Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados, bem como do local de trabalho;

Manter-se atualizado em relação às tendências e inovações tecnológicas de sua área de atuação e das necessidades do setor;

Orientar as chefias e servidores quanto ao uso correto dos equipamentos e utensílios disponíveis na Administração, orientando quanto à postura adequada para a realização das atividades;

Exercer outras atividades correlatas.

Art. 34. Inclui no **ANEXO IV - MANUAL DE ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS**, da **Lei Municipal nº 073/2022**, as atribuições do cargo de **auditor fiscal da receita municipal**, com a seguinte redação:

CARGO: ***AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL***	*REFERÊNCIA:* ***GOP/B***
GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL	
GRAU DE INSTRUÇÃO: ***ENSINO SUPERIOR COMPLETO EM DIREITO, ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS, ECONOMIA, OU ÁREAS CORRELATAS***	

Atribuições:

Constituir o crédito tributário mediante lançamento, conforme o Código Tributário Municipal e demais normas aplicáveis;

Fiscalizar o cumprimento das obrigações tributárias principais e acessórias, lavrando autos de infração e notificações;

Analisar livros fiscais, contábeis e documentos correlatos, verificando a regularidade dos recolhimentos efetuados;

Efetuar diligências fiscais e auditorias em estabelecimentos e contribuintes;

Proceder ao enquadramento de atividades econômicas, apurando base de cálculo e alíquotas;

Apurar indícios de sonegação fiscal, fraude ou simulação, adotando as medidas legais cabíveis;

Emitir relatórios, pareceres e informações em processos administrativos tributários;

Acompanhar programas de parcelamento, isenções e incentivos fiscais instituídos por lei;

Manter atualizados os cadastros mobiliário e imobiliário e as informações econômico-fiscais do Município;

Colaborar na elaboração e atualização do Código Tributário Municipal e normas fiscais;

Participar da formulação de políticas de arrecadação e modernização de sistemas de gestão tributária;

Planejar e executar a programação fiscal anual;

Participar de comissões e programas de educação fiscal;

Atuar como autoridade fiscal perante convênios firmados com órgãos federais e estaduais;

Zelar pela observância da legislação tributária e pela eficiência da arrecadação;

Executar outras atividades correlatas da área tributária.

Art. 35. Inclui no **ANEXO IV - MANUAL DE ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS**, da **Lei Municipal nº 073/2022**, as atribuições do cargo de **FISCAL DE OBRAS E POSTURA**, com a seguinte redação:

CARGO: ***FISCAL DE OBRAS E POSTURA***	*REFERÊNCIA:* ***GOA/D***
GRUPO OCUPACIONAL SADMINISTRATIVO	
GRAU DE INSTRUÇÃO: ***ENSINO MÉDIO COMPLETO***	

Atribuições:

Fiscalizar e orientar o cumprimento da legislação urbanística e edilícia municipal;

Inspecionar obras, reformas e demolições, verificando licenças e projetos aprovados;

Embargar obras irregulares ou clandestinas e lavrar autos de infração;

Fiscalizar terrenos baldios, muros e calçadas, notificando proprietários quanto às obrigações legais;

Verificar o licenciamento e funcionamento de atividades comerciais e de prestação de serviços quanto às posturas municipais;

Fiscalizar a instalação de feiras, circos e eventos em logradouros públicos;

Controlar normas relativas à poluição sonora, publicidade e uso de espaços públicos;

Realizar vistorias para habite-se, localização e funcionamento;

Emitir relatórios e comunicações de irregularidades à chefia;

Acompanhar técnicos e engenheiros em inspeções conjuntas;

Atuar em cooperação com demais setores municipais quando necessário;

Executar outras atividades correlatas determinadas pela chefia imediata.

Art. 36. Permanecem inalterados e em pleno vigor, os demais dispositivos das Leis Municipais nº 003/2016 e 073/2022.

Art. 37. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte cinco (17/12/2025).

AGNALDO DE SOUZA COSTA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:BF2AB78A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL
PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL 2026

CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

Plano de Contratação Anual 2026			
1. INFORMAÇÕES DA UNIDADE a. Nome do Órgão: CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL b. Data da geração do relatório: 17/12/2025 2. RESUMO DO PLANO			
Tipo de item	Valor estimado (R$)	Quantidade de categorias	Valor total estimado (R$)
Materias			R$ 167.866,26
CONSUMO	R$ 100.520,87	12	
PERMANENTE	R$ 67.345,39	2	
Serviços			R$ 732.176,71
NÃO CONTINUADO	R$ 355.798,55	10	
CONTINUADO	R$ 376.378,16	4	
Obras e imóveis			R$ 920.000,00
BEM PERMANENTE	R$ 920.000,00	1	
Serviços de Engenharia			R$ 78.854,00
NÃO CONTINUADO	R$ 78.854,00	1	
Soluções de TIC			R$ 292.647,33
SERVIÇOS DE TIC	R$ 215.976,32	14	

MATERIAIS DE TIC			R$ 76.671,01	3	
TOTAL GERAL			R$ 2.191.544,30	47	R$ 2.191.544,30
Tipo de item	Subitem	Descrição sucinta do objeto	Valor orçamentário estimado para o exercício (R$ baseado na média DE CONSUMO dos 2 últimos anos)	Data pretendida para a contratação	Prorrogação de Contrato ou de ATA? (Sim ou não)
Material	CONSUMO	GENEROS ALIMENTÍCIOS	R$ 17.281,20	ABRIL E OUTUBRO	NÃO
Material	CONSUMO	ITENS DE PANIFICAÇÃO	R$ 15.785,45	ABRIL E OUTUBRO	NÃO
Material	CONSUMO	LANCHES CÂMARA MIRIM	R$ 6.986,00	FEVEREIRO E AGOSTO	NÃO
Material	CONSUMO	MATERIAL DE EXPEDIENTE	R$ 6.189,32	OUTUBRO	NÃO
Material	CONSUMO	COPA E COZINHA	R$ 3.609,21	ABRIL E OUTUBRO	NÃO
Material	CONSUMO	MATERIAIS DE LIMPEZA	R$ 8.663,54	ABRIL E OUTUBRO	NÃO
Material	CONSUMO	MATERIAL GRÁFICO	R$ 17.209,35	MARÇO	NÃO
Material	CONSUMO	CARIMBOS E CRACHÁS	R$ 1.258,00	FEVEREIRO	NÃO
Material	CONSUMO	COFFEE BREAK EVENTOS DIVERSOS	R$ 3.384,00	MAR/ AGOS/ OUT	NÃO
Material	CONSUMO	BANDEIRAS	R$ 1.980,00	OUTUBRO	
Material	CONSUMO	PREMIAÇÕES	R$ 1.174,80	FEVEREIRO	NÃO
Material	CONSUMO	LICENÇA WINDOWS	R$ 17.000,00	JANEIRO	NÃO
Material	PERMANENTE	MOBILIÁRIO E QUADROS	R$ 67.345,39	FEVEREIRO	NÃO
Material	PERMANENTE	EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E MULTIMÍDIA	R$ 3.242,30	FEVEREIRO	NÃO
Material	PERMANENTE	EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA	R$ 58.240,76	FEVEREIRO	NÃO
Material	PERMANENTE	AQUISIÇÃO DE TABLETS	R$ 15.187,95	MAIO	NÃO
Bem	PERMANENTE	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO	R$ 120.000,00	AGOSTO	NÃO
Bem	PERMANENTE	OBRAS DE ENGENHARIA	R$ 800.000,00	MAIO	NÃO
Serviço	CONTINUO	LOCAÇÃO DE PRÉDIO	R$ 119.563,44	DEZEMBRO	SIM
Serviço	CONTINUO	ESTAGIÁRIOS	R$ 123.447,72	NOVEMBRO	SIM
Serviço	CONTINUO	SERVIÇOS DE PERÍCIA E MEDICINA DO TRABALHO/ SST ESOCIAL	R$ 31.136,00	JANEIRO	NÃO
Serviço	CONTINUO	TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA	R$ 102.231,00	JUNHO	SIM
Serviço	CONTINUO	RELÓGIO PONTO	R$ 1.798,80	JANEIRO	SIM
Serviço	CONTINUO	FORNECIMENTO DE INTERNET	R$ 2.388,00	DEZEMBRO	SIM
Serviço	CONTINUO	SUPORTE DE PARAMETRIZAÇÃO	R$ 83.098,08	MAIO	SIM
Serviço	CONTINUO	SISTEMA DE GESTÃO	R$ 48.475,44	SETEMBRO	SIM
Serviço	CONTINUO	SOFTWARE LEGISLATIVO	R$ 24.437,52	FEVEREIRO	SIM
Serviço	CONTINUO	PLATAFORMA PESQUISA DE PREÇO	R$ 9.659,88	SETEMBRO	SIM
Serviço	CONTINUO	LOCAÇÃO DE PLATAFORMA DE TRANSMISSÃO DAS SESSÕES	R$ 10.956,00	JANEIRO	NÃO
Serviço	CONTINUO	LICENÇA SOFTWARE CANVA PRO DROPBOX E CAPCUT	R$ 3.680,20	MARÇO	NÃO
Serviço	CONTINUO	LICENÇA SOFTWARE DE CONTROLE INTERNO	R$ 1.923,60	MARÇO	NÃO
Serviço	CONTINUO	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE REDE DE COMPUTADORES	R$ 3.120,00	NOVRMBRO	SIM
Serviço	CONTINUO	SERVIÇOS DE TELEFONIA VOIP	R$ 3.360,00	MARÇO	NÃO
Serviço	CONTINUO	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ACESSORIOS DE INFORMÁTICA	R$ 19.865,00	NOVEMBRO	SIM
Serviço	NÃO CONTINUO	ASSINATURAS DIGITAIS E PERIODICOS	R$ 1.978,80	MARÇO	NÃO
Serviço	NÃO CONTINUO	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE TELEFONIA	R$ 1.235,00	ABRIL	NÃO
Serviço	NÃO CONTINUO	PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	R$ 15.640,00	MAIO	NÃO
Serviço	NÃO CONTINUO	DECORAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS	R$ 1.520,00	MAR/ AGOS/ OUT	NÃO
Serviço	NÃO CONTINUO	TRANSPORTE CÂMARA MIRIM	R$ 34.450,80	MARÇO OUTUBRO	SIM
Serviço	NÃO CONTINUO	AR CONDICIONADO (MANUTENÇÃO)	R$ 8.087,75	JUNHO	NÃO
Serviço	NÃO CONTINUO	CURSOS DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO	R$ 154.000,00	MARÇO	NÃO
Serviço	NÃO CONTINUO	PASSAGENS ÁEREAS	R$ 64.800,00	JULHO	NÃO
Serviço	NÃO CONTINUO	ALARME E MONITORAMENTO	R$ 19.800,00	NOVEMBRO	SIM
Serviço	NÃO CONTINUO	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREDIAL COM INSUMOS E MATERIAIS	R$ 27.500,00	MARÇO	NÃO
Serviço	NÃO CONTINUO	PALESTRAS E OFICINAS	R$ 5.500,00	MAR/ AGOS/ OUT	NÃO
Serviço	NÃO CONTINUO	EVENTOS DE INTEGRAÇÃO E CAPACITAÇÃO	R$ 24.500,00	ABRIL/ DEZEMBRO	NÃO
Serviço	NÃO CONTINUO	PROJETO DE ENGENHARIA COMPLETO	R$ 78.854,00	FEVEREIRO	NÃO

Publicado por:
Andreia de Fatima Silveira do Vale
Código Identificador:292DD82F

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS N°01/2025

O Presidente da comissão de avaliação de documentos, designado pelo decreto 4771 de 19 de dezembro de 2023, publicado no diário oficial do município de Tijucas do Sul de acordo com a listagem de eliminação de documentos n° 01/2025 aprovada pela comissão de avaliação de documentos, informa que a partir do trigésimo dia subsequente a data de publicação deste edital do diário oficial do município, se não houver oposição, as secretarias dos quais os documentos contam na LED (listagem de eliminação de documentos),serão eliminados os documentos constante na listagem em anexo.

Os interessados, no prazo citado, poderão requereras suas expensas o desentranhamento de documentos ou cópias das peças do processo, mediante petição, desde que tenham respectivas qualificação e demonstração de legitimidade do pedido, dirigido a comissão de avaliação de documentos.

Tijucas do sul 19 de dezembro 2025

JOSE ALTAIR MOREIRA

Prefeito Municipal

Presidente da comissão de avaliação de documentos

LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTO

ASSUNTO	DATAS ABRANGENTES	NATUREZA DOS DOCUMENTOS	QUANTIDADE CAIXA	FORMA DE ELIMINAÇÃO
PAGAMENTOS	2009 2012	SECRETARIA DE FINANÇAS	100 CAIXAS	FRAGMENTAÇÃO
EXTRATOS BANCARIOS	2003/2013	SECRETARIA DE FINANÇAS	06 CAIXAS	FRAGMENTAÇÃO
CONCILIAÇÃO BANCARIA	2009/2013	SECRETARIA DE FINANÇAS	06 CAIXAS	FRAGMENTAÇÃO
MEMORANDOS	2003/2013	DIVERSAS SECRETARIAS	10 CAIXAS	FRAGMENTAÇÃO
PEDIDOS E REQUISIÇÕES	2009/2010/2011/2012	DIVERSAS SECRETRAIAS	15 CAIXAS	FRAGMENTAÇÃO
REQUISIÇOES DE COMBUSTIVEL	2009/2013	VIAÇÃO E OBRAS	03 CAIXAS	FRAGMENTAÇÃO
BLOCOS DE COMBUSTIVEL	2010 A 2015	VIAÇÃO E OBRAS	03 CAIXAS	FRAGMENTAÇÃO
TACOGRAFOS	2011/2012	VIAÇÃO E OBRAS	01 CAIXA	FRAGMENTAÇÃO
REQUERIMENTOS	2009/2015	DIVERSAS SECRETARIAS	05 CAIXAS	FRAGMENTAÇÃO
CARNES DE IPTU NÃO RETIRADOS	2015	SECRETARIA DE URBANISMO	03 CAIXAS	FRAGMENTAÇÃO
RELATORIOS DE VACINAS	2011/2012 2014/2015	SECRETARIA DE SAUDE	03 CAIXAS	FRAGMENTAÇÃO
RELATORIO CARTÃO SUS	2009	SECRETARIA DE SAUDE	01 CAIXA	FRAGMENTAÇÃO
LICENÇA E INTIMAÇÃO	1994/1999/2000/2005	SECRETARIA DE SAUDE	02 CAIXAS	FRAGMENTAÇÃO
BALANÇO E AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS	2001/2004	SECRETARIA DE SAUDE	03 CAIXAS	FRAGMENTAÇÃO
PROGRAMA DO LEITE/BOLSA FAMILIA	2007/2011	SECRETARIA DE SAUDE	02 CAIXAS	FRAGMENTAÇÃO
CONTROLE DENGUE	2012	SECRETARIA DE SAUDE	01 CAIXA	FRAGMENTAÇÃO
COLETA DE AGUA	2012	SECRETARIA DE SAUDE	01 CAIXA	FRAGMENTAÇÃO
REQUISIÇOES DE EXAMES	2004	SECRETARIA DE SAUDE	03 CAIXAS	FRAGMENTAÇÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE ATENÇÃO BASICA	1999/2005	SECRETARIA DE SAUDE	03 CAIXAS	FRAGMENTAÇÃO
LISTAS DE PRESENÇA	2004	SECRETARIA DE SAUDE	01 CAIXA	FRAGMENTAÇÃO
DECLARAÇÕES	2004	SECRETARIA DE SAUDE	02 CAIXAS	FRAGMENTAÇÃO
MONITORAMENTO DE DOENÇAS AGUDAS	2014	SECRETARIA DE SAUDE	01 CAIXA	FRAGMENTAÇÃO
AGENDAS DE CONSULTAS	2011/2012	SECRETARIA DE SAUDE	4 CAIXAS	FRAGMENTAÇÃO
CERTIFICADO DE REGISTRO DE BOAS PRATICAS		SECRETARIA DE SAUDE	2 CAIXAS	FRAGMENTAÇÃO
RELATORIOS DE PRODUÇÃO MENSAL PAB E FAE	2012/2005	SECRETARIA DE SAUDE	02 CAIXAS	FRAGMENTAÇÃO
EXAMES E RECEITAS	2015	SECRETARIA DE SAUDE	02 CAIXAS	FRAGMENTAÇÃO
SISNAN	2012/2013	SECRETARIA DE SAUDE	02 CAIXAS	FRAGMENTAÇÃO
FICHA DE ATIVIDADE INFERMAGEM	2014/2015	SECRETARIA DE SAUDE	03 CAIXAS	FRAGMENTAÇÃO
CONTROLE DE TEMPERATURA	2015	SECRETARIA DE SAUDE	01 CAIXA	FRAGMENTAÇÃO
BOLETIM MENSAL VACINA	2015/2014	SECRETARIA DE SAUDE	02 CAIXAS	FRAGMENTAÇÃO
PANFLETOS E LIVROS EXPLICATIVOS DE DOENÇAS	S/D	SECRETARIA DE SAUDE	03 CAIXAS	FRAGMENTAÇÃO
CONTROLE DE MEDICAÇÃO	2015	SECRETARIA DE SAUDE	04 CAIXAS	FRAGMENTAÇÃO
INFORME TÉCNICOS	2014	SECRETARIA DE SAUDE	01 CAIXA	FRAGMENTAÇÃO
MANUAIS TECNICOS	S/D	SECRETARIA DE SAUDE	02 CAIXAS	FRAGMENTAÇÃO
BALANÇO DE MEDICAMENTOS PSICOATIVOS	2012	SECRETARIA DE SAUDE	02 CAIXAS	FRAGMENTAÇÃO
COMPROVANTE DE ATENDIMENTO MÉDICO	2004	SECRETARIA DE SAUDE	03 CAIXA	FRAGMENTAÇÃO
AVALIAÇÃO PARA FISIOTERAPIA	2001/2004	SECRETARIA DE SAUDE	01 CAIXA	FRAGMENTAÇÃO
PROTOCOLO DE ENTREGA DE CARTOES	2002	SECRETARIA DE SAUDE	01 CAIXA	FRAGMENTAÇÃO
CADASTRO CARTÃO SUS	2005/2008	SECRETARIA DE SAUDE	01 CAIXA	FRAGMENTAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS RADIOLOGICO9S	1996	SECRETARIA DE SAUDE	01 CAIXA	FRAGMENTAÇÃO
SISTEMA DE VIGILANCIA A SAUDE	2005	SECRETARIA DE SAUDE	01 CAIXA	FRAGMENTAÇÃO
SOLICITAÇÃO DE TOCA DE PLANTÃO	2012/2015	SECRETARIA DE SAUDE	01 CAIXA	FRAGMENTAÇÃO
BOLETIM DE PRODUÇÃO AMBULATORIAL	2004	SECRETARIA DE SAUDE	02 CAIXAS	FRAGMENTAÇÃO
PROCESSOS LICITATÓROS	2001 a 2009	LICITAÇÃO E COMPRAS	52 CAIXAS	FRAGMENTAÇÃO

Nome do Responsável pela eliminação: MARCIA TATIANE DE OLIVEIRA

Assinatura

Presidente da comissão de avaliação de documentos:

Assinatura

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:04934A5C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 51 ANO 2025

Nº DO CONTRATO	PROCESSO DE LICITAÇÃO	OBJETO ADITIVO	CONTRATADA	DATA DE ASSINATURA
N° 51/2025	Pregão Presencial n° 20/2025	Prorrogação de prazo por 06 (seis) meses (05.07.2026).	DIRETRIZ SERVIÇOS MEDICOS, CONSERVAÇÃO E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA CNPJ: 15.352.600/0001-96	17/12/2025

Publicado por:
Tiago Vinicius da Silva Alves
Código Identificador:7EC46FD3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 145 - ANO 2023

Nº DO CONTRATO	PROCESSO DE LICITAÇÃO	OBJETO ADITIVO	CONTRATADA	DATA DE ASSINATURA
N° 145/2023	Tomada de Preços N° 11/2023	Prorrogação de prazo por 12 (doze) meses (08.12.2026), correção monetária e supressão de itens (01-04-07-08-11-13-16-17-23-27-32)	EQUIPLANO SISTEMAS LTDA CNPJ: 76.030.717/0001-48	09/12/2025

Publicado por:
Tiago Vinicius da Silva Alves
Código Identificador:24D38F82

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 6834/2025

DATA 11/12/2025

Súmula. Abre um crédito suplementar no Orçamento Geral do município de Três Barras do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, SENHOR**GERSO FRANCISCO GUSSO,**NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O CONTIDO NAS LEIS Nº 2784/2024 DE 18/12/2024, 2785/2024 DE 26/12/2024, E 2786/2024 DE 26/12/2024.

D E C R E T A

Art. 1º. Fica aberto crédito suplementar no Orçamento Geral do Município de Três Barras do Paraná no valor de R$ 546.500,00 (quinhentos e quarenta e seis mil e quinhentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

06	Secretaria Munic. de Assistência Social	
06.01	Departamento de Promoção Social	
082440009.2.019000	Programa Benefícios Eventuais	
3.3.90.32 (172) (000)	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	6.500,00

08	Secretaria Munic. de Esportes	
08.01	Departamento de Esportes	
278120014.2.040000	Manutenção do Desporto Amador	
3.1.90.11 (392) (000)	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	500,00

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.03	Departamento de Ensino Especial	
123670012.2.034000	Educação Especial – FUNDEB 70%	
3.1.90.11 (530) (101)	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	9.500,00

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.01	Departamento de Ensino Fundamental	
123610010.2.030000	Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.13 (429) (103)	Contribuições patronais	1.500,00

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.02	Departamento de Ensino Infantil	
123650011.2.029000	Manutenção da Educação Infantil/Pré-escola	
3.1.90.11 (458) (103)	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	80.500,00
3.1.90.13 (460) (103)	Contribuições patronais	12.000,00
123650011.2.032000	Manutenção da Educação Infantil/Creche	
3.1.90.11 (487) (103)	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	17.000,00
3.1.90.13 (489) (103)	Contribuições patronais	2.500,00

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.02	Departamento de Ensino Infantil	
123650011.2.029000	Manutenção da Educação Infantil/Pré-escola	
3.1.90.11 (459) (104)	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	256.500,00
3.1.90.13 (461) (104)	Contribuições patronais	32.500,00
123650011.2.032000	Manutenção da Educação Infantil/Creche	
3.1.90.11 (488) (104)	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	97.000,00
3.1.90.13 (490) (104)	Contribuições patronais	14.500,00

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103010008.2.009000	Manutenção das Atividades de Atenção Básica em Saúde	
3.1.90.11 (296) (303)	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	16.000,00

Total.....R$ 546.500,00

Art. 2º. Para a cobertura do presente Crédito Suplementar será à anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

02	Poder Executivo Municipal	
02.01	Gabinete do Prefeito	
041220002.2.002000	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
3.1.90.11 (15) (000)	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	3.400,00

04	Secretaria Munic. da Fazenda	
04.01	Dpto de Faz. Tesouraria e Contabilidade	
999990004.2.004000	Reserva de Contingência	
9.9.99.99 (96) (000)	Reserva de contingência	133.823,62

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.03	Departamento de Ensino Especial	
123670012.2.034000	Educação Especial – FUNDEB 70%	
3.1.90.13 (531) (101)	Contribuições patronais	9.500,00

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.01	Departamento de Ensino Fundamental	
123610010.1.008000	Execução de obras de infraestrutura na área da educação.	
4.4.90.51 (406) (103)	Obras e instalações	67.053,44
123610010.1.009000	Aquisição de Equipamentos e Veículos para Educação.	
4.4.90.52 (408) (103)	Equipamentos e material permanente	16.910,00
123610010.2.030000	Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.50.41 (433) (103)	Contribuições	3.000,00
3.3.90.14 (434) (103)	Diárias – pessoal civil	10.000,00
3.3.90.30 (435) (103)	Material de consumo	11.536,56
3.3.90.40 (454) (103)	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ	5.000,00

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.01	Departamento de Ensino Fundamental	
123610010.2.030000	Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.90.30 (436) (104)	Material de consumo	10.439,27
3.3.90.33 (445) (104)	Passagens e despesas com locomoção	144.340,33
3.3.90.36 (450) (104)	Outros serviços de terceiros – pessoa física	3.898,36
3.3.90.39 (452) (104)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	10.977,51
3.3.90.40 (455) (104)	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ	539,04

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.02	Departamento de Ensino Infantil	
123650011.2.029000	Manutenção da Educação Infantil/Pré-escola	
3.3.90.30 (467) (104)	Material de consumo	25.302,46
3.3.90.33 (474) (104)	Passagens e despesas com locomoção	15.054,83
3.3.90.39 (479) (104)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	3.549,35
4.4.90.52 (483) (104)	Equipamentos e material permanente	11.750,00
123650011.2.032000	Manutenção da Educação Infantil/Creche	
3.3.90.30 (496) (104)	Material de consumo	29.660,21
3.3.90.39 (507) (104)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	13.615,01
4.4.90.52 (511) (104)	Equipamentos e material permanente	650,01

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.03	Departamento de Ensino Especial	
123670012.2.033000	Manutenção da Educação Especial	
3.3.90.30 (519) (104)	Material de consumo	500,00

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103010008.2.009000	Manutenção das Atividades de Atenção Básica em Saúde	
3.3.90.32 (302) (303)	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	16.000,00

Total.....R$ 546.500,00

Art. 3º. Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2025, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA), Lei nº 2165/21; Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), Lei nº 2784/2024, e Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei n° 2786/2024.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 11 de dezembro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:9D6700BE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 100-2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 79/2025

VALIDADE: 01 (um) ano

O **MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 68.703.834/0001-05, com sede na Rua Eros Ruppel Abdala, 189, na cidade de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor **MARCO ANTONIO BALDÃO**, portador da Carteira de Identidade n.º4.916.228-6, CPF: 728.807.679-20, residente e domiciliado na Rua Eros Ruppel Abdala, 376, na cidade de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado à empresa **SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA** estabelecida na Av Rocha Pombo , nº. 2561, Bloco 3, Bairro Águas Belas , Cidade de São Jose dos Pinhais, Estado do Pr, CEP 83010-620 inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº.09.944.371/0005-20 por seu representante legal **JOSE PAULO GESSER ,** portador da CPF nº. 541.063.899-91, residente e domiciliado no Município de Joinville, Estado do Pr, , ao final assinados, doravante designada **CONTRATADA**, nos termos da Lei n.º14.133, de 01 de abril de 2021, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 79/2025 para Futuras e Eventuais Aquisições de Medicamentos, conforme especificações constantes do Anexo I do Edita**l**, – TERMO DE REFERÊNCIA do Eletrônico nº 79/2025, que passa a fazer parte desta.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Registro de Preços para Futuras e Eventuais Aquisições de Materiais Medicamentos, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital**,** conforme especificações constantes do Anexo I do Edital**.**

	LOTE 6 R$ 12.320,00 (Doze mil com trezentos e vinte reais)					
ITEM	**CÓDIGO BR**	**DESCRIÇÃO**	**APRESENTAÇÃO**	**QUANTIDADE**	**MÉDIA**	**Valor Total**
1	BR0273818	DIOSMINA, associada a hesperidina Marca Brainfarma	COMPRIMIDO 450 mg + 50 mg	30000	R$0,4107	R$12.320,00

	LOTE 9 R$ 665,00 (Seiscentos e sessenta e cinco reais)					
ITEM	**CÓDIGO BR**	**DESCRIÇÃO**	**APRESENTAÇÃO**	**QUANTIDADE**	**MÉDIA**	**Valor Total**
1	BR0273710	NIMESULIDA Marca Brainfarma	COMPRIMIDO 100 mg	10000	R$0,0665	R$665,00

	LOTE 11 R$ 2.900,00 (Dois mil com novecentos reais)					
ITEM	**CÓDIGO BR**	**DESCRIÇÃO**	**APRESENTAÇÃO**	**QUANTIDADE**	**MÉDIA**	**Valor Total**
1	BR0399414	RETINOL + COLECALCIFEROL Marca Adtil	SOLUÇÃO ORAL 50000 UI/Ml + 10000 UI/mL Frasco 10 mL	500	R$5,80	R$ 2.900,00

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços vigorará por um período de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço e condições vantajosos, (art. 84 da Lei n.º14.133/2021.Caso que os valores serão reajustados pelo IPCA/IBGE.

Parágrafo único. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Tunas do Paraná – PR, não será obrigado a adquirir o material referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Em cada fornecimento decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço registrado, às cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão Eletrônico nº 79/2025, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.2. O fornecimento dos itens ora licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinarem a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

3.3. No caso da impossibilidade do fornecimento dos produtos ora licitadas pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço do primeiro, para o fornecimento destas destes produtos, e assim sucessivamente.

CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES

4.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com os itens solicitados as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pela Divisão de Compras e Licitação.

4.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado no prazo máximo de 10 (dez) dias contados do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização do contrato;

43. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, serão devolvidos à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 4.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

4.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

4.5 Como critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento da parcela, até a data do efetivo pagamento, admitir-se-á a atualização se decorridos mais de 30 (trinta) dias de atraso, e será utilizado o IGP-DI (FGV), ou outro índice que venha a substituí-lo, calculado pró-rata dia.

4.6 O fornecedor deverá comprovar mediante o envio do arquivo XML, o correto preenchimento na nota fiscal Eletrônica-NF-e, código GTIN e dos campos dos grupos I80 e K modelo 55.

4.7. As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão às contas de recursos próprios consignados no Orçamento desta Prefeitura, e serão empenhados nas rubricas:

08.002.10.301.0013.2041 Manutenção da Rede Municipal de Saúde Media Complexidade			
Cód. Reduzido	Elemento de Despesa		Fonte
308	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	1496
08.002.10.301.0024.2049 Manutenção da Farmácia Municipal			
Cód. Reduzido	Elemento de Despesa		Fonte
298	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	1303
299	3.3.90.32.00.00	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	1303

CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. A contratada ficará obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

5.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação e emissão da Ordem de Fornecimento pela Divisão de Compras e Licitação.

5.3. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Compra, deverá realizar o fornecimento conforme estipulado na solicitação, na Farmácia Municipal de Saúde, Rua Eros Ruppel Abdalla, 229 –Centro – Tunas do Paraná:

5.4. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

Os itens objetos deste pregão serão considerados aceitos, somente após terem sidos conferidos pela respectiva comissão de recebimento ou o órgão solicitante que deverá atestar o seu recebimento, atendidas às condições e especificações exigidas no edital.

5.4. Os produtos entregues deverão conter o número do lote e o prazo de validade gravado em cada unidade.

5.5. Será aceito apenas um só lote por produto; nos casos cujas quantidades solicitadas excederem ao número de unidades fabricadas por lote, aceitar-se –à somente número dos lotes suficientes para atendimento do pedido;

4.6. Os produtos entregues deverão estar acondicionados de forma compatível com sua conservação, em embalagens de fábrica lacradas pelo fabricante (embalagem primaria), exceção será feita àqueles produtos comprados em quantidades inferiores a menor embalagem expedida pelo fabricante.

4.6. Por ocasião da entrega na unidade requisitante os produtos devem apresentar validade equivalente a pelo menos 60% (sessenta por cento) do prazo de validade total. Todos os produtos entregues deverão apresentar o registro na ANVISA.

4.7 . A empresa quando da entrega dos insumos obrigatoriamente informar na nota fiscal:

a) Número do empenho;

c) número do lote data de validade e a quantidade correspondente a cada lote.

d) Enviar o arquivo XML deverá proceder ao correto preenchimento na nota fiscal Eletrônica-NF-e, código GTIN e dos campos dos grupos I80 e K modelo 55.

OBS: Para o saneamento de dúvidas referente aos produtos fazer contato com a Sra. Joice pelo telefone: (41)3659-1460.

4.8. Os medicamentos quando solicitados deverão ser entregues na totalidade do empenho, sendo que não será recebido empenho parcial.

4.9. Os produtos deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Eros Ruppel Abdala, 229(Farmácia Municipal), Centro, Tunas do Paraná – PR., CEP Nº 83480-000.Em horário compreendido entre as 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min, de segunda a sexta feira, com verificação prévia de feriados.

4.10. O recebimento e a aceitação dos produtos, objeto deste pregão, estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas neste Termo de Referência e em conformidade com art. 140 da Lei Federal n.º14.133/2021

5.4. A detentora da ata de registro de preços deverá realizar a entrega e/ou fornecimento do serviço de acordo com as demandas da Secretaria de Administração conforme o Anexo I deste edital.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

6.1. Cumprir todas as disposições constantes do Edital de Pregão Eletrônico nº 75/2025 e todos os seus anexos.

6.2. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da adjudicação de cada fornecimento desta Licitação;

6.3. Manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação;

6.4. Os produtos entregues, deverão conter o número do lote e o prazo de validade gravado em cada unidade.

6.5. Será aceito apenas um só lote por produto; nos casos cujas quantidades solicitadas excederem ao número de unidades fabricadas por lote, aceitar-se –à somente número dos lotes suficientes para atendimento do pedido;

6.6. Os produtos entregues deverão estar acondicionados de forma compatível com sua conservação, em embalagens de fábrica lacradas pelo fabricante (embalagem primaria), exceção será feita àqueles produtos comprados em quantidades inferiores a menor embalagem expedida pelo fabricante.

6.7. Por ocasião da entrega na unidade requisitante os produtos devem apresentar validade equivalente a pelo menos 60% (sessenta por cento) do prazo de validade total. Todos os produtos entregues deverão apresentar o registro na ANVISA.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:

Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa de mercado.

Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiverem menor que os registrados.

Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos da ata de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Outras obrigações constantes da ata de registro de preços.

Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Edital;

7.3. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

8.1. A licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente, justificados e comprovados a juízo da administração, Aplicar-se-ão as penalidades, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse da Administração.

Pela inexecução total ou parcial do contrato ou pelo retardamento na sua execução, bem como execução fora das condições e especificações definidas neste instrumento, garantido a prévia defesa, a CONTRATADA sujeitar-se-á, as seguintes penalidades enunciadas no Art. 156 a 88 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízos da extinção contratual em sendo o caso, (conforme art. 137 da Lei Federal n.º14.133/2021):

Advertência.

Multa de 0,3% (zero vírgula três décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

III) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total.

No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 03 (três) anos, conforme a Lei n.º14.133/2021.

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa.

Cancelamento da Ata de Registro de Preços e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 03 (três) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Compra ou nota de empenho.

8.2. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceitos pela contratante;

8.3 Poderá ser aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo até 06 (seis) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

8.4. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município;

8.5. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA IX - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

9.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preço, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes da Lei n.º14.133/2021, devidamente comprovadas, que, se a Administração julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

CLÁUSULA X - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pelo requisitante consoante o disposto na Lei n.º14.133/2021.

CLÁUSULA XI - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

Pela Administração, quando:

I). A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

II). A detentora não retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

II) A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

IV) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

V) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

11.2. A comunicação do cancelamento será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

11.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;

11.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Eletrônico nº 79/2025 e a proposta da empresa classificada no certame supra numerado.

12.2. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Bocaiuva do Sul - PR, com expressa renúncia de qualquer outro.

12.3. Com tudo dado por certo e correto, solicita a oposição primeiramente dos representantes legais, além de duas testemunhas que a tudo assistiram.

Tunas do Paraná,15 de dezembro de 2025.

MARCO ANTONIO BALDÃO

Prefeito Municipal

JOSE PAULO GESSER

Empresa Contratada

EDIPO DAMASCENO DE ALMEIDA

Advogado da Licitante

TESTEMUNHAS

1)

2)

Publicado por:
Wilson Ricardo Cordeiro
Código Identificador:9ED2057E

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 51/2025

Processo Administrativo Nº 136-2025

Inexigibilidade Nº 23-2025/Adesão ARP

PARTES: **MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ** CNPJ/MF sob nº. 68.703.834/0001-05, e, de outro lado a empresa **SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA** CNPJ: 06.224.121/0006-08

OBJETO: O presente contrato é decorrente da Ata de Registro de Preços- Nº 10-2025, Pregão Nº 03/2025 do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL CIDES – VALE DO IVAI, do qual foi vencedora a CONTRATADA, visando a aquisição de uma MOTONIVELADORA NEW HOLLAND – RG140 NOVA em atendimento da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura.

IT.	PAL.	PREGÃO.	DESCRIÇÃO.	QNTD.	MARCA/MODELO.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL.
5	07/2025	03/2025	MOTONIVELADORA, última série, nova, zero hora, admissível fabricação segundo semestre de 2024 ou superior, potência efetiva líquida (máxima em HP) mínima de 140 HP, MOTOR A DIESEL DA MESMA MARCA DO FABRICANTE OU GRUPO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO que atenda ao controle de poluentes (CONAMA, PROCONVE, MAR III), Peso operacional de 14.000 kg a 17.550 kg, número de marcha 6 (seis) a frente e 3 (três) a ré; sistema de acoplamento conversor de torque ou transmissão direta, transmissão tipo PowerShift, sistema hidráulico bomba do tipo pistão fluxo variável, lâmina com largura/altura mínimas 3.650 mm/610mm, tombamento e deslocamento da lâmina hidráulico, sistema elétrico de 24 V, raio de giro mínimo de 7.200mm, direção hidrostática, manobrabilidade articulada, raio de giro 360º, ângulo máximo de talude de 90º, ripper traseiro com 05 (cinco) dentes grandes, PNEUS traseiros e dianteiros 14x24 G2/L2 cabine fechada com ar condicionado de fábrica e certificação ROPS/FOPS, rastreador via satélite de fábrica, GARANTIA de 12 (doze)meses, e todas as REVISÕES de manutenção preventiva, logística e insumos, às expensas da CONTRATADA durante o período de garantia ou 2.000 horas, ENTREGA: tanque cheio, capacidade mínima de 280 litros, sendo a CONTRATADA responsável por todas as despesas, por danos , ou avarias do bem até a efetiva entrega na sede de cada Município participante do(s) Programa(s), a ser recebido por servidor municipal responsável pelo recebimento. TREINAMENTO: sim, entrega técnica e treinamento a ser realizada pelo fornecedor, com fornecimento de certificado. ADESIVO ESPECÍFICO DE CADA PROGRAMA	1	NEW HOLLAND/RG 140.	R$ 1.119.000,00	R$ 1.119.000,00
VALOR TOTAL: R$ 1.119.000,00							

DATA: Tunas do Paraná, 15 de dezembro de 2025.

ASSINAM O TERMO: MARCO ANTONIO BALDÃO - Prefeito Municipal e

SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA

- Empresa Contratada.

Publicado por:
Wilson Ricardo Cordeiro
Código Identificador:E75D1ADF

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 53/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 22-2025

PARTES: **MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ** CNPJ/MF sob nº. 68.703.834/0001-05, e, de outro lado a empresa, **COMUNIDADE TERAPEUTICA SÃO JOSÉ**, CNPJ 18.586.371/0001-62.

OBJETO: Prestação de Serviços de abrigamento para recuperação de pessoas com dependência química de álcool/drogas.

Item	Descrição	Quantidade de pessoas	Quantidade estimada (diárias)	Valor diário R$	Valor total R$
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS/ABRIGAMENTO PARA RECUPERAÇÃO DE PESSOAS COM DEPENDÊNCIA QUÍMICA DE ÁLCOOL/DROGAS - SEXO: FEMININO	1	90	R$ 77,072	R$ 6.936,48

Orçamentária consignada no orçamento geral do município, conforme descrito abaixo.

08.002.10.301.0013.2041 Manutenção da Rede Municipal de Atenção Primária à Saúde			
Cód. Reduzido	Elemento de Despesa		Fonte
271	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1303

08.002.10.302.0014.2.044. Manutenção da Rede Municipal de Saúde Média Complexidade			
Cód. Red.	Elemento de Despesa		Fonte
306	3.3.72.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1303

Tunas do Paraná, 15 de dezembro de 2025.

ASSINAM O TERMO: MARCO ANTONIO BALDÃO - Prefeito Municipal e

CLEUVER NASCIMENTO ABELANEDA, Representante Empresa Contratada.

Publicado por:
Wilson Ricardo Cordeiro
Código Identificador:315DA77A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 204/2025

Abre no Orçamento do Executivo Municipal do exercício financeiro de 2025, Crédito Adicional Suplementar em virtude do cancelamento de dotações do exercício, superávit financeiro do exercício anterior e excesso de arrecadação

O Prefeito do Município de Turvo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com base na Lei Federal n° 4.320/64 e na Lei Municipal n° 28 de 22 de novembro de 2024, resolve e

DECRETA:

Art. 1º Abre no orçamento do Município para o exercício financeiro de 2025, **Crédito Adicional Suplementar** no valor de **R$ 80.578,03** (oitenta mil, quinhentos e setenta e oito reais e três centavos), destinados a suplementar as dotações do orçamento conforme segue:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
06.002	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.306.0601.2047	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ- ESCOLA	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
2205	00129-Transferências Voluntárias Públicas Federais	7.212,18
12.361.0601.2048	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	
2725	00120-Transferências Voluntárias Públicas Federais	27.165,85
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2750	00000-Recursos Ordinários (Livres)	24.300,00
2760	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	24.900,00
	TOTAL	**80.578,03**

Art. 2º Os Recursos para Abertura do **Crédito Adicional Suplementar**, que trata o art. 1º deste decreto, decorrerão:

§ 1º Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, em conformidade com o artigo Art. 43 da Lei Federal n° 4320/1964, § 1º, Inciso III, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias no valor de **R$ 49.200,00** (quarenta e nove mil e duzentos reais), conforme segue:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
06.002	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.361.0601.2038	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ENSINO - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
2350	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2360	00000-Recursos Ordinários (Livres)	8.700,00
12.361.0601.2048	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	
2660	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.200,00
2690	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	11.300,00
12.365.0601.2119	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR - EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ ESCOLA	
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	
2920	00000-Recursos Ordinários (Livres)	11.400,00
2940	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	13.600,00

	TOTAL	**49.200,00**

§ 2º Para dar cobertura ao **Crédito Adicional Suplementar** aberto em conformidade com o artigo Art. 43 da Lei Federal n° 4320/1964, § 1º, Inciso I, os provenientes do superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior de fontes vinculadas do orçamento vigente no valor de **R$ 11.688,58** (onze mil, seiscentos e oitenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), conforme segue:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00120	Transferências Voluntárias Públicas Federais	4.989,38
00129	Transferências Voluntárias Públicas Federais	6.699,20
	TOTAL	**11.688,58**

§ 3º Para dar cobertura ao **Crédito Adicional Suplementar** aberto em conformidade com o artigo Art. 43 da Lei Federal n° 4320/1964, § 1º, Inciso II, os provenientes do excesso de arrecadação orçamentária de fontes vinculadas do orçamento vigente no valor de **R$ 22.689,45** (vinte e dois mil, seiscentos e oitenta e nove reais e quarenta e cinco centavos), conforme segue:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00129	Transferências Voluntárias Públicas Federais	512,98
00120	Transferências Voluntárias Públicas Federais	22.176,47
	TOTAL	**22.689,45**

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Turvo, em 16 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO MARCOS SEGURO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:4CF6A07B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 205/2025

Abre no Orçamento do Executivo Municipal do exercício financeiro de 2025, Crédito Adicional Suplementar em virtude do cancelamento de dotações do exercício, excesso de arrecadação e superávit financeiro do exercício anterior

O Prefeito do Município de Turvo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com base na Lei Federal n° 4.320/64 e na Lei Municipal n° 28 de 22 de novembro de 2024, resolve e

DECRETA:

Art. 1º Abre no orçamento do Município para o exercício financeiro de 2025, **Crédito Adicional Suplementar** no valor de **R$ 2.076.994,97** (dois milhões, setenta e seis mil, novecentos e noventa e quatro reais e noventa e sete centavos), destinados a suplementar as dotações do orçamento conforme segue:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
02	PODER EXECUTIVO	
02.002	ASSESSORIA DE GABINETE	
04.122.0201.2004	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO DA ASSESSORIA DE GABINETE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
260	00000-Recursos Ordinários (Livres)	562,17
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.002	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0201.2012	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
600	00000-Recursos Ordinários (Livres)	630,38
03.003	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
04.122.0201.2014	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
760	00000-Recursos Ordinários (Livres)	252,72
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
800	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.242,11
03.004	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E ALMOXARIFADO	
04.122.0201.2015	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E ALMOXARIFADO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
840	00000-Recursos Ordinários (Livres)	9.163,04
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
850	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.279,70
03.005	DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	
04.122.0201.2018	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
950	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.785,96
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
960	00000-Recursos Ordinários (Livres)	383,36
04	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	
04.002	DEPARTAMENTO FINANÇAS E PLANEJAMENTO	
04.123.0301.2022	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1130	00000-Recursos Ordinários (Livres)	27.738,00
04.123.0301.2023	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TESOURARIA	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1150	00000-Recursos Ordinários (Livres)	14.752,54
04.003	DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	
04.123.0301.2024	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1260	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.207,48
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS	
05.001	GABINETE DO SECRETÁRIO	
15.451.0502.2128	MANUTENÇAO DOS SERVIÇOS DO DISTRITO DE FBV	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1460	00000-Recursos Ordinários (Livres)	14.857,25
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1490	00000-Recursos Ordinários (Livres)	721,79
05.002	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS RURAIS	
15.451.0502.1031	GESTÃO DA COORDENADORIA DE SERVIÇOS ESTRATÉGICOS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1650	00000-Recursos Ordinários (Livres)	19.667,13
15.451.0501.2030	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS RURAIS	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1570	00000-Recursos Ordinários (Livres)	145,90
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1580	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.785,30
15.451.0502.1031	GESTÃO DA COORDENADORIA DE SERVIÇOS ESTRATÉGICOS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1670	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.946,90
05.003	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.451.0502.2032	MANUTENÇÃO E AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1730	00000-Recursos Ordinários (Livres)	6.630,30
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1750	00000-Recursos Ordinários (Livres)	290,77
05.004	DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE FROTAS	
15.451.0502.2035	MANUTENÇÃO E AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE FROTAS	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1970	00000-Recursos Ordinários (Livres)	697,61
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
06.002	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.361.0601.2038	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ENSINO - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2250	00000-Recursos Ordinários (Livres)	200.000,00
2260	00101-Fundeb 60%	89.399,38
12.361.0601.2048	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2586	00101-Fundeb 60%	59.332,60
12.365.0601.2122	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ENSINO - EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ - ESCOLA	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3190	00101-Fundeb 60%	217.165,81
12.365.0601.2123	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ENSINO - EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3480	00101-Fundeb 60%	267.468,37
12.361.0601.2038	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ENSINO - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2300	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.241,55

2310	00101-Fundeb 60%	2.884,90
12.361.0601.2048	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2596	00101-Fundeb 60%	504,05
12.365.0601.2123	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ENSINO - EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3530	00101-Fundeb 60%	898,37
12.361.0601.2038	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ENSINO - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2370	00101-Fundeb 60%	22.327,73
12.361.0601.2048	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2606	00101-Fundeb 60%	4.721,73
12.365.0601.2122	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ENSINO - EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ - ESCOLA	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3290	00101-Fundeb 60%	18.537,43
12.365.0601.2123	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ENSINO - EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3580	00101-Fundeb 60%	26.754,60
12.361.0601.2038	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ENSINO - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
2490	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.972,26
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2520	00000-Recursos Ordinários (Livres)	31.334,89
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
07.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0701.2055	MANUTENÇÃO DAS EQUIPES DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4260	00000-Recursos Ordinários (Livres)	500.000,00
4270	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	11.230,91
10.301.0701.2056	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES COMUNITARIOS DE ENDEMIAS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4410	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	130.790,69
10.301.0701.2055	MANUTENÇÃO DAS EQUIPES DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4310	00000-Recursos Ordinários (Livres)	29.828,33
10.301.0701.2059	MANUTENÇÃO E AÇÕES DO TRANSPORTE E EMERGÊNCIAS	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4590	00000-Recursos Ordinários (Livres)	9.486,23
10.301.0701.2056	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES COMUNITARIOS DE ENDEMIAS	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4430	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	1.187,40
10.301.0701.2055	MANUTENÇÃO DAS EQUIPES DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4350	00000-Recursos Ordinários (Livres)	47.918,79
10.301.0701.2059	MANUTENÇÃO E AÇÕES DO TRANSPORTE E EMERGÊNCIAS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4610	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.735,64
10.301.0701.2056	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES COMUNITARIOS DE ENDEMIAS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4450	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	15.110,26
10.301.0701.2051	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
3970	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.109,22
3980	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	1.207,01
08	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
08.001	GABINETE DO SECRETÁRIO	
08.122.0802.2064	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO DO GABINETE DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4870	00000-Recursos Ordinários (Livres)	11.388,09
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4880	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.453,71
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
4900	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.447,74
08.002	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
08.243.0801.2065	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4920	00000-Recursos Ordinários (Livres)	21,08
08.245.0802.2115	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
5000	00000-Recursos Ordinários (Livres)	833,03
08.003	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.245.0801.2068	DIVISÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
5170	00000-Recursos Ordinários (Livres)	78.182,98
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
5200	00000-Recursos Ordinários (Livres)	8.248,18
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
5230	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.702,97
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
5320	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.108,56
08.004	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
08.243.0801.5069	APOIO AS ENTIDADES DE ATENDIMENTO DE CRIANÇA E ADOLESCENTE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
5580	00880-Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA	40.000,00
09	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	

09.002	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	
20.606.0901.2078	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
5880	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.831,18
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO	
10.002	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
22.661.1001.2086	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
6140	00000-Recursos Ordinários (Livres)	7.455,10
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
6160	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO	
11.001	GABINETE DO SECRETÁRIO	
27.122.1301.2114	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DO GABINETE DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
6300	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.465,27
11.002	DEPARTAMENTO DE ESPORTE	
27.812.2701.2090	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
6420	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.417,65
11.003	DEPARTAMENTO DE CULTURA E CERIMONIAIS	
13.392.1301.2091	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE CULTURA E CERIMONIAIS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
6460	00000-Recursos Ordinários (Livres)	8.998,48
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
6480	00000-Recursos Ordinários (Livres)	769,25
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, ENGENHARIA E URBANISMO	
12.002	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
18.541.0902.2094	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
6760	00000-Recursos Ordinários (Livres)	40.740,19
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
6770	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.684,73
12.003	DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E URBANISMO	
15.122.0201.2101	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E URBANISMO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
6880	00000-Recursos Ordinários (Livres)	25.610,97
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
6890	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.982,17
13	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
13.001	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
02.062.2702.2105	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
7010	00000-Recursos Ordinários (Livres)	18.765,08
	TOTAL	**2.076.994,97**

Art. 2º Os Recursos para Abertura do **Crédito Adicional Suplementar**, que trata o art. 1º deste decreto, decorrerão:

§ 1º Para dar cobertura ao **Crédito Adicional Suplementar** aberto, em conformidade com o artigo Art. 43 da Lei Federal n° 4320/1964, § 1º, Inciso III, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias no valor de **R$ 709.994,97** (setecentos e nove mil, novecentos e noventa e quatro reais e noventa e sete centavos), conforme segue:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
06.002	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.365.0601.2122	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ENSINO - EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ - ESCOLA	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3200	00102-Fundeb 40%	689.994,97
12.361.0601.2048	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	
2670	00102-Fundeb 40%	20.000,00
	TOTAL	**709.994,97**

§ 2º Para dar cobertura ao **Crédito Adicional Suplementar** aberto em conformidade com o artigo Art. 43 da Lei Federal n° 4320/1964, § 1º, Inciso II, os provenientes do excesso de arrecadação orçamentária de fontes livres e vinculadas do orçamento vigente no valor de **R$ 667.000,00** (seiscentos e sessenta e sete mil reais), conforme segue:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00000	Recursos Ordinários (Livres)	467.473,73
00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	159.526,27
00880	Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA	40.000,00

	TOTAL	**667.000,00**

§ 3º Para dar cobertura ao **Crédito Adicional Suplementar** aberto em conformidade com o artigo Art. 43 da Lei Federal n° 4320/1964, § 1º, Inciso I, os provenientes do superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior de fonte livre do orçamento vigente no valor de **R$ 700.000,00** (setecentos mil reais), conforme segue:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00000	Recursos Ordinários (Livres)	700.000,00
	TOTAL	**700.000,00**

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Turvo, em 17 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO MARCOS SEGURO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:15B6DF5B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES - ANEXO DA LEI Nº 94/2025

ANEXO 09 DA LEI 4.320/64			**Exercício 2026**
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES			
Unidade gestora: Município de Turvo			
ÓRGÃO	FUNÇÃO	DESPESA FIXADA	TOTAL
02 PODER EXECUTIVO			
	04 ADMINISTRAÇÃO	1.356.508,68	
	24 COMUNICAÇÕES	392.496,00	1.749.004,68
03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO			
	04 ADMINISTRAÇÃO	4.428.327,03	4.428.327,03
04 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO			
	04 ADMINISTRAÇÃO	2.654.960,00	
	28 ENCARGOS ESPECIAIS	5.253.166,75	
	99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	185.000,00	8.093.126,75
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS			
	15 URBANISMO	8.141.096,77	8.141.096,77
06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
	12 EDUCAÇÃO	30.130.372,28	30.130.372,28
07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE			
	10 SAÚDE	21.219.894,11	21.219.894,11
08 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
	08 ASSISTÊNCIA SOCIAL	11.710.910,00	11.710.910,00
09 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA			
	20 AGRICULTURA	2.445.917,84	2.445.917,84
10 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO			
	22 INDÚSTRIA	907.000,00	
	23 COMÉRCIO E SERVIÇOS	5.692.000,00	6.599.000,00
11 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO			
	13 CULTURA	532.019,19	
	23 COMÉRCIO E SERVIÇOS	385.800,00	
	27 DESPORTO E LAZER	728.500,00	1.646.319,19
12 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, ENGENHARIA E URBANISMO			
	15 URBANISMO	850.000,00	
	17 SANEAMENTO	50.000,00	
	18 GESTÃO AMBIENTAL	2.742.000,00	3.642.000,00
13 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO			
	02 JUDICIÁRIA	385.800,00	385.800,00

RESUMO	
FUNÇÃO	DESPESA FIXADA

02 JUDICIÁRIA	385.800,00
04 ADMINISTRAÇÃO	8.439.795,71
08 ASSISTÊNCIA SOCIAL	11.710.910,00
10 SAÚDE	21.219.894,11
12 EDUCAÇÃO	30.130.372,28
13 CULTURA	532.019,19
15 URBANISMO	8.991.096,77
17 SANEAMENTO	50.000,00
18 GESTÃO AMBIENTAL	2.742.000,00
20 AGRICULTURA	2.445.917,84
22 INDÚSTRIA	907.000,00
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS	6.077.800,00
24 COMUNICAÇÕES	392.496,00
27 DESPORTO E LAZER	728.500,00
28 ENCARGOS ESPECIAIS	5.253.166,75
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	185.000,00
TOTAL GERAL	100.191.768,65

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:0F4CD8B4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO E PROGRAMA POR VÍNCULO DE RECURSOS - ANEXO DA LEI Nº 94/2025

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO - ANEXO 08 DA LEI 4.320/64			**Exercício 2026**	
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO E PROGRAMA POR VÍNCULO DE RECURSOS				
Unidade gestora: Município de Turvo				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VINCULADOS	ORDINÁRIOS	TOTAL
02	JUDICIÁRIA		385.800,00	385.800,00
02 062	DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO		385.800,00	385.800,00
02 062 1301	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		385.800,00	385.800,00
04	ADMINISTRAÇÃO	237.000,00	8.202.795,71	8.439.795,71
04 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		5.638.645,71	5.638.645,71
04 122 0201	APOIO À GESTÃO ADMINISTRATIVA		5.638.645,71	5.638.645,71
04 123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	215.000,00	1.417.960,00	1.632.960,00
04 123 0301	COORDENAR, SUPERVISIONAR E EXECUTAR AÇÕES DE NATUREZA FINANCEIRA,	215.000,00	1.417.960,00	1.632.960,00
04 124	CONTROLE INTERNO		146.190,00	146.190,00
04 124 0201	APOIO À GESTÃO ADMINISTRATIVA		146.190,00	146.190,00
04 846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	22.000,00	1.000.000,00	1.022.000,00
04 846 0000	ENCARGOS ESPECIAIS	22.000,00	1.000.000,00	1.022.000,00
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	8.292.910,00	3.418.000,00	11.710.910,00
08 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		176.500,00	176.500,00
08 122 0802	GESTÃO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL (SUAS)		176.500,00	176.500,00
08 241	ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA		100.000,00	100.000,00
08 241 0801	FORTALECIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO MUNICÍPIO DE TURVO		100.000,00	100.000,00
08 242	ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA		64.000,00	64.000,00
08 242 0801	FORTALECIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO MUNICÍPIO DE TURVO		64.000,00	64.000,00
08 243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	110.730,00	749.900,00	860.630,00
08 243 0801	FORTALECIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO MUNICÍPIO DE TURVO	110.730,00	749.900,00	860.630,00
08 245	SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	282.180,00	2.038.100,00	2.320.280,00
08 245 0801	FORTALECIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO MUNICÍPIO DE TURVO	274.570,00	1.730.500,00	2.005.070,00
08 245 0803	PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL (PSE)	7.610,00	307.600,00	315.210,00
08 482	HABITAÇÃO URBANA	7.900.000,00	289.500,00	8.189.500,00
08 482 0801	FORTALECIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO MUNICÍPIO DE TURVO	7.900.000,00	289.500,00	8.189.500,00
10	SAÚDE	16.112.049,25	5.107.844,86	21.219.894,11
10 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	150.060,00	6.000,00	156.060,00
10 122 0701	TURVO SAÚDE PARA TODOS	150.060,00	6.000,00	156.060,00
10 301	ATENÇÃO BÁSICA	14.065.341,62	2.791.675,60	16.857.017,22
10 301 0701	TURVO SAÚDE PARA TODOS	14.065.341,62	2.791.675,60	16.857.017,22
10 302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	1.843.552,13	1.773.539,80	3.617.091,93
10 302 0701	TURVO SAÚDE PARA TODOS	1.843.552,13	1.773.539,80	3.617.091,93
10 304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	53.095,50	51.750,00	104.845,50
10 304 0701	TURVO SAÚDE PARA TODOS	53.095,50	51.750,00	104.845,50
10 607	IRRIGAÇÃO		484.879,46	484.879,46
10 607 0701	TURVO SAÚDE PARA TODOS		484.879,46	484.879,46
12	EDUCAÇÃO	23.422.517,47	6.707.854,81	30.130.372,28
12 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	76.072,50	51.540,00	127.612,50
12 122 0601	TURVO MAIS EDUCAÇÃO	76.072,50	51.540,00	127.612,50
12 306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	211.100,00	692.414,73	903.514,73
12 306 0601	TURVO MAIS EDUCAÇÃO	211.100,00	692.414,73	903.514,73
12 361	ENSINO FUNDAMENTAL	13.456.044,87	4.477.825,42	17.933.870,29
12 361 0601	TURVO MAIS EDUCAÇÃO	13.456.044,87	4.477.825,42	17.933.870,29
12 364	ENSINO SUPERIOR		268.750,00	268.750,00
12 364 0601	TURVO MAIS EDUCAÇÃO		268.750,00	268.750,00
12 365	EDUCAÇÃO INFANTIL	9.544.750,10	1.098.498,79	10.643.248,89
12 365 0601	TURVO MAIS EDUCAÇÃO	9.544.750,10	1.098.498,79	10.643.248,89
12 367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	134.550,00	118.825,87	253.375,87
12 367 0601	TURVO MAIS EDUCAÇÃO	134.550,00	118.825,87	253.375,87
13	CULTURA		532.019,19	532.019,19
13 392	DIFUSÃO CULTURAL		532.019,19	532.019,19
13 392 1102	TURVO CULTURAL: FORMAÇÃO E TRADIÇÃO		532.019,19	532.019,19
15	URBANISMO	1.741.320,00	7.249.776,77	8.991.096,77
15 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		850.000,00	850.000,00
15 122 1202	TURVO URBANO SUSTENTÁVEL: ENGENHARIA E URBANISMO		850.000,00	850.000,00
15 451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	1.741.320,00	6.399.776,77	8.141.096,77
15 451 0501	CAMINHOS DE TURVO	1.741.320,00	6.399.776,77	8.141.096,77
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VINCULADOS	ORDINÁRIOS	TOTAL

17	SANEAMENTO		50.000,00	50.000,00
17 512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO		50.000,00	50.000,00
17 512 1202	TURVO URBANO SUSTENTÁVEL: ENGENHARIA E URBANISMO		50.000,00	50.000,00
18	GESTÃO AMBIENTAL	295.399,54	2.446.600,46	2.742.000,00
18 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		157.000,00	157.000,00
18 122 1201	GESTÃO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL		157.000,00	157.000,00
18 423	ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS		200.000,00	200.000,00
18 423 1201	GESTÃO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL		200.000,00	200.000,00
18 541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL		1.449.000,00	1.449.000,00
18 541 1201	GESTÃO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL		1.449.000,00	1.449.000,00
18 542	CONTROLE AMBIENTAL	295.399,54	640.600,46	936.000,00
18 542 1201	GESTÃO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL	295.399,54	640.600,46	936.000,00
20	AGRICULTURA	5.000,00	2.440.917,84	2.445.917,84
20 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		239.100,00	239.100,00
20 122 0901	TURVO RURAL		239.100,00	239.100,00
20 606	EXTENSÃO RURAL		2.061.817,84	2.061.817,84
20 606 0901	TURVO RURAL		2.061.817,84	2.061.817,84
20 608	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA		65.000,00	65.000,00
20 608 0901	TURVO RURAL		65.000,00	65.000,00
20 609	DEFESA AGROPECUÁRIA	5.000,00	75.000,00	80.000,00
20 609 0901	TURVO RURAL	5.000,00	75.000,00	80.000,00
22	INDÚSTRIA		907.000,00	907.000,00
22 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		200.000,00	200.000,00
22 122 1001	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E INOVAÇÃO		200.000,00	200.000,00
22 333	EMPREGABILIDADE		65.000,00	65.000,00
22 333 1001	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E INOVAÇÃO		65.000,00	65.000,00
22 661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL		642.000,00	642.000,00
22 661 1001	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E INOVAÇÃO		642.000,00	642.000,00
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	5.500.000,00	577.800,00	6.077.800,00
23 691	PROMOÇÃO COMERCIAL	5.500.000,00	192.000,00	5.692.000,00
23 691 1001	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E INOVAÇÃO	5.500.000,00	192.000,00	5.692.000,00
23 695	TURISMO		385.800,00	385.800,00
23 695 1103	TURISMO TURVO: GESTÃO, PROMOÇÃO E SUSTENTABILIDADE		385.800,00	385.800,00
24	COMUNICAÇÕES		392.496,00	392.496,00
24 131	COMUNICAÇÃO SOCIAL		392.496,00	392.496,00
24 131 0201	APOIO À GESTÃO ADMINISTRATIVA		392.496,00	392.496,00
27	DESPORTO E LAZER		728.500,00	728.500,00
27 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		126.500,00	126.500,00
27 122 1101	ESPORTE PARA TODOS FORMAÇÃO, ESTRUTURA E PARTICIPAÇÃO		126.500,00	126.500,00
27 812	DESPORTO COMUNITÁRIO		602.000,00	602.000,00
27 812 1101	ESPORTE PARA TODOS FORMAÇÃO, ESTRUTURA E PARTICIPAÇÃO		602.000,00	602.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS		5.253.166,75	5.253.166,75
28 846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		5.253.166,75	5.253.166,75
28 846 0000	ENCARGOS ESPECIAIS		5.253.166,75	5.253.166,75
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		185.000,00	185.000,00
99 999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		185.000,00	185.000,00
99 999 0301	COORDENAR, SUPERVISIONAR E EXECUTAR AÇÕES DE NATUREZA FINANCEIRA,		185.000,00	185.000,00
	TOTAL:	55.606.196,26	44.585.572,39	100.191.768,65

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:67846587

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES - ANEXO DA LEI Nº 94/2025

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO - ANEXO 07 DA LEI 4.320/64					**Exercício 2026**
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES					
Unidade gestora: Município de Turvo					
CÓDIGO	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	OP. ESPECIAIS	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
02	JUDICIÁRIA			385.800,00	385.800,00
02 062	DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO			385.800,00	385.800,00
02 062 1301	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO			385.800,00	385.800,00
04	ADMINISTRAÇÃO	1.022.000,00		7.417.795,71	8.439.795,71
04 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL			5.638.645,71	5.638.645,71
04 122 0201	APOIO À GESTÃO ADMINISTRATIVA			5.638.645,71	5.638.645,71
04 123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			1.632.960,00	1.632.960,00
04 123 0301	COORDENAR, SUPERVISIONAR E EXECUTAR AÇÕES DE NATUREZA FINANCEIRA,			1.632.960,00	1.632.960,00
04 124	CONTROLE INTERNO			146.190,00	146.190,00
04 124 0201	APOIO À GESTÃO ADMINISTRATIVA			146.190,00	146.190,00
04 846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	1.022.000,00			1.022.000,00
04 846 0000	ENCARGOS ESPECIAIS	1.022.000,00			1.022.000,00
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL		8.225.230,00	3.485.680,00	11.710.910,00
08 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL			176.500,00	176.500,00
08 122 0802	GESTÃO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL (SUAS)			176.500,00	176.500,00
08 241	ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA			100.000,00	100.000,00
08 241 0801	FORTALECIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO MUNICÍPIO DE TURVO			100.000,00	100.000,00
08 242	ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA			64.000,00	64.000,00
08 242 0801	FORTALECIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO MUNICÍPIO DE TURVO			64.000,00	64.000,00
08 243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		35.730,00	824.900,00	860.630,00
08 243 0801	FORTALECIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO MUNICÍPIO DE TURVO		35.730,00	824.900,00	860.630,00
08 245	SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS			2.320.280,00	2.320.280,00
08 245 0801	FORTALECIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO MUNICÍPIO DE TURVO			2.005.070,00	2.005.070,00
08 245 0803	PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL (PSE)			315.210,00	315.210,00
08 482	HABITAÇÃO URBANA		8.189.500,00		8.189.500,00
08 482 0801	FORTALECIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO MUNICÍPIO DE TURVO		8.189.500,00		8.189.500,00
10	SAÚDE			21.219.894,11	21.219.894,11
10 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL			156.060,00	156.060,00

10 122 0701	TURVO SAÚDE PARA TODOS			156.060,00	156.060,00
10 301	ATENÇÃO BÁSICA			16.857.017,22	16.857.017,22
10 301 0701	TURVO SAÚDE PARA TODOS			16.857.017,22	16.857.017,22
10 302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL			3.617.091,93	3.617.091,93
10 302 0701	TURVO SAÚDE PARA TODOS			3.617.091,93	3.617.091,93
10 304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA			104.845,50	104.845,50
10 304 0701	TURVO SAÚDE PARA TODOS			104.845,50	104.845,50
10 607	IRRIGAÇÃO			484.879,46	484.879,46
10 607 0701	TURVO SAÚDE PARA TODOS			484.879,46	484.879,46
12	EDUCAÇÃO		702.230,18	29.428.142,10	30.130.372,28
12 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL			127.612,50	127.612,50
12 122 0601	TURVO MAIS EDUCAÇÃO			127.612,50	127.612,50
12 306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO			903.514,73	903.514,73
12 306 0601	TURVO MAIS EDUCAÇÃO			903.514,73	903.514,73
12 361	ENSINO FUNDAMENTAL		389.036,88	17.544.833,41	17.933.870,29
12 361 0601	TURVO MAIS EDUCAÇÃO		389.036,88	17.544.833,41	17.933.870,29
12 364	ENSINO SUPERIOR			268.750,00	268.750,00
12 364 0601	TURVO MAIS EDUCAÇÃO			268.750,00	268.750,00
12 365	EDUCAÇÃO INFANTIL		313.193,30	10.330.055,59	10.643.248,89
12 365 0601	TURVO MAIS EDUCAÇÃO		313.193,30	10.330.055,59	10.643.248,89
12 367	EDUCAÇÃO ESPECIAL			253.375,87	253.375,87
12 367 0601	TURVO MAIS EDUCAÇÃO			253.375,87	253.375,87
13	CULTURA			532.019,19	532.019,19
13 392	DIFUSÃO CULTURAL			532.019,19	532.019,19
13 392 1102	TURVO CULTURAL: FORMAÇÃO E TRADIÇÃO			532.019,19	532.019,19
15	URBANISMO			8.991.096,77	8.991.096,77
15 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL			850.000,00	850.000,00
15 122 1202	TURVO URBANO SUSTENTÁVEL: ENGENHARIA E URBANISMO			850.000,00	850.000,00
15 451	INFRA-ESTRUTURA URBANA			8.141.096,77	8.141.096,77
15 451 0501	CAMINHOS DE TURVO			8.141.096,77	8.141.096,77
17	SANEAMENTO		50.000,00		50.000,00
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO - ANEXO 07 DA LEI 4.320/64					**Exercício 2026**
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES					
Unidade gestora: Município de Turvo					
CÓDIGO	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	OP. ESPECIAIS	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
17 512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO		50.000,00		50.000,00
17 512 1202	TURVO URBANO SUSTENTÁVEL: ENGENHARIA E URBANISMO		50.000,00		50.000,00
18	GESTÃO AMBIENTAL		805.000,00	1.937.000,00	2.742.000,00
18 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL			157.000,00	157.000,00
18 122 1201	GESTÃO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL			157.000,00	157.000,00
18 423	ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS		200.000,00		200.000,00
18 423 1201	GESTÃO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL		200.000,00		200.000,00
18 541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL		605.000,00	844.000,00	1.449.000,00
18 541 1201	GESTÃO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL		605.000,00	844.000,00	1.449.000,00
18 542	CONTROLE AMBIENTAL			936.000,00	936.000,00
18 542 1201	GESTÃO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL			936.000,00	936.000,00
20	AGRICULTURA		645.000,00	1.800.917,84	2.445.917,84
20 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL			239.100,00	239.100,00
20 122 0901	TURVO RURAL			239.100,00	239.100,00
20 606	EXTENSÃO RURAL		500.000,00	1.561.817,84	2.061.817,84
20 606 0901	TURVO RURAL		500.000,00	1.561.817,84	2.061.817,84
20 608	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA		65.000,00		65.000,00
20 608 0901	TURVO RURAL		65.000,00		65.000,00
20 609	DEFESA AGROPECUÁRIA		80.000,00		80.000,00
20 609 0901	TURVO RURAL		80.000,00		80.000,00
22	INDÚSTRIA			907.000,00	907.000,00
22 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL			200.000,00	200.000,00
22 122 1001	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E INOVAÇÃO			200.000,00	200.000,00
22 333	EMPREGABILIDADE			65.000,00	65.000,00
22 333 1001	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E INOVAÇÃO			65.000,00	65.000,00
22 661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL			642.000,00	642.000,00
22 661 1001	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E INOVAÇÃO			642.000,00	642.000,00
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS			6.077.800,00	6.077.800,00
23 691	PROMOÇÃO COMERCIAL			5.692.000,00	5.692.000,00
23 691 1001	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E INOVAÇÃO			5.692.000,00	5.692.000,00
23 695	TURISMO			385.800,00	385.800,00
23 695 1103	TURISMO TURVO: GESTÃO, PROMOÇÃO E SUSTENTABILIDADE			385.800,00	385.800,00
24	COMUNICAÇÕES			392.496,00	392.496,00
24 131	COMUNICAÇÃO SOCIAL			392.496,00	392.496,00
24 131 0201	APOIO À GESTÃO ADMINISTRATIVA			392.496,00	392.496,00
27	DESPORTO E LAZER			728.500,00	728.500,00
27 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL			126.500,00	126.500,00
27 122 1101	ESPORTE PARA TODOS FORMAÇÃO, ESTRUTURA E PARTICIPAÇÃO			126.500,00	126.500,00
27 812	DESPORTO COMUNITÁRIO			602.000,00	602.000,00
27 812 1101	ESPORTE PARA TODOS FORMAÇÃO, ESTRUTURA E PARTICIPAÇÃO			602.000,00	602.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	5.253.166,75			5.253.166,75
28 846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	5.253.166,75			5.253.166,75
28 846 0000	ENCARGOS ESPECIAIS	5.253.166,75			5.253.166,75
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			185.000,00	185.000,00
99 999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			185.000,00	185.000,00
99 999 0301	COORDENAR, SUPERVISIONAR E EXECUTAR AÇÕES DE NATUREZA FINANCEIRA,			185.000,00	185.000,00
	TOTAL	: 6.275.166,75	10.427.460,18	83.489.141,72	100.191.768,6

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:0EF1C220

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
NATUREZA DA DESPESA - ANEXO 02 DA LEI 4.320/64 - ANEXO DA LEI Nº 94/2025

NATUREZA DA DESPESA - ANEXO 02 DA LEI 4.320/64				Exercício 2026
Unidade gestora: Município de Turvo				
CÓDIGO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES		80.423.465,44
3.1.00.00.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		39.380.510,96
3.1.71.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTRATO DE RATEIO		104.000,00
3.1.71.70.00.00		RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	104.000,00	
	000	Recursos Ordinários (Livres)	104.000,00	
3.1.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS		36.015.030,56
3.1.90.01.00.00		APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	20.000,00	
	000	Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00	
3.1.90.03.00.00		PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	7.500,00	
	000	Recursos Ordinários (Livres)	7.500,00	
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	32.830.830,23	
	000	Recursos Ordinários (Livres)	10.552.603,62	
	101	Fundeb 60%	11.679.912,89	
	102	Fundeb 40%	1.606.939,39	
	103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	177.459,01	
	104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	725.060,26	
	303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	4.437.006,74	
	492	Estadual - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	53.148,00	
	494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.079.560,32	
	510	Taxas - Exercício Poder de Polícia	80.000,00	
	934	Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	25.000,00	
	937	Bloco de Investimentos - SUAS	20.000,00	
	1051	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes	1.269.780,00	
	1064	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais	124.360,00	
3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.622.665,33	
	000	Recursos Ordinários (Livres)	878.854,51	
	101	Fundeb 60%	310.385,66	
	102	Fundeb 40%	72.897,78	
	103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	12.305,38	
	104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	26.447,00	
	303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	201.625,00	
	494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	113.850,00	
	510	Taxas - Exercício Poder de Polícia	5.000,00	
	934	Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	100,00	
	937	Bloco de Investimentos - SUAS	100,00	
	1051	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes	1.000,00	
	1064	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais	100,00	
3.1.90.46.00.00		AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1.293.000,00	
	000	Recursos Ordinários (Livres)	1.293.000,00	
3.1.90.94.00.00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	241.035,00	
	000	Recursos Ordinários (Livres)	241.035,00	
3.1.91.00.00.00		APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES		3.261.480,40
3.1.91.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	3.261.480,40	
	000	Recursos Ordinários (Livres)	840.499,86	
	101	Fundeb 60%	1.075.605,20	
	102	Fundeb 40%	410.545,78	
	103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	80.278,02	
	104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	94.521,54	
	303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	552.080,00	
	492	Estadual - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	31.050,00	
	494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	165.600,00	
	510	Taxas - Exercício Poder de Polícia	10.000,00	
	934	Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	100,00	
	937	Bloco de Investimentos - SUAS	100,00	
	1051	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes	1.000,00	
	1064	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais	100,00	
3.2.00.00.00.00		JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		2.107.989,04
3.2.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS		2.107.989,04
3.2.90.21.00.00		JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	2.107.989,04	
	000	Recursos Ordinários (Livres)	2.107.989,04	
3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		38.934.965,44
3.3.50.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		690.038,92
3.3.50.43.00.00		SUBVENÇÕES SOCIAIS	690.038,92	
	000	Recursos Ordinários (Livres)	499.758,92	
	102	Fundeb 40%	134.550,00	
NATUREZA DA DESPESA - ANEXO 02 DA LEI 4.320/64				**Exercício 2026**
Unidade gestora: Município de Turvo				
CÓDIGO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
	303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	50.000,00	
	880	Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA	5.730,00	
3.3.71.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTRATO DE RATEIO		776.908,13
3.3.71.70.00.00		RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	776.908,13	
	000	Recursos Ordinários (Livres)	48.000,00	

	303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	622.950,00	
	494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	105.958,13	
3.3.72.00.00.00		EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		1.357.804,51
3.3.72.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.357.804,51	
	000	Recursos Ordinários (Livres)	251.919,88	
	303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	950.634,63	
	492	Estadual - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	155.250,00	
3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS		34.850.213,88
3.3.90.08.00.00		OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	19.783,53	
	000	Recursos Ordinários (Livres)	13.385,00	
	103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	5.332,75	
	104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	1.065,78	
3.3.90.14.00.00		DIÁRIAS - CIVIL	457.947,01	
	000	Recursos Ordinários (Livres)	272.522,19	
	103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	48.645,00	
	104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	6.769,24	
	107	Salário-Educação	15.048,90	
	303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	113.926,68	
	492	Estadual - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.035,00	
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO	7.997.330,19	
	000	Recursos Ordinários (Livres)	4.801.318,73	
	103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	618.645,18	
	104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	369.235,73	
	107	Salário-Educação	51.750,00	
	303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	822.855,00	
	492	Estadual - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	175.837,00	
	494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	327.360,15	
	505	Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás	384.083,00	
	507	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	145.575,40	
	510	Taxas - Exercício Poder de Polícia	207.030,00	
	511	Taxas - Prestação de Serviços	10.000,00	
	512	CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	12.180,00	
	880	Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA	5.000,00	
	934	Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	38.850,00	
	937	Bloco de Investimentos - SUAS	20.000,00	
	939	Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial - SUAS	7.610,00	
3.3.90.31.00.00		PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	108.000,00	
	000	Recursos Ordinários (Livres)	106.000,00	
	880	Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA	2.000,00	
3.3.90.32.00.00		MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	3.569.194,79	
	000	Recursos Ordinários (Livres)	2.512.564,79	
	143	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar	211.100,00	
	303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	751.680,00	
	880	Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA	15.000,00	
	920	PISO ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS	78.850,00	
3.3.90.33.00.00		PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	5.366.254,27	
	000	Recursos Ordinários (Livres)	1.430.055,26	
	102	Fundeb 40%	83.911,24	
	103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	2.162.152,65	
	104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	274.275,00	
	107	Salário-Educação	272.335,12	
	130	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais	924.030,00	
	144	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte	219.495,00	
3.3.90.34.00.00		OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	1.198.060,00	
	000	Recursos Ordinários (Livres)	998.060,00	
	303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	150.000,00	
	492	Estadual - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	50.000,00	
3.3.90.36.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.153.492,03	
	000	Recursos Ordinários (Livres)	978.152,37	
	103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	21.397,66	
NATUREZA DA DESPESA - ANEXO 02 DA LEI 4.320/64				**Exercício 2026**
Unidade gestora: Município de Turvo				
CÓDIGO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
	104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	25.875,00	
	303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	117.032,00	
	492	Estadual - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.035,00	
	934	Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	10.000,00	
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12.551.621,21	
	000	Recursos Ordinários (Livres)	7.961.008,28	
	103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	314.728,88	
	104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	801.425,45	
	107	Salário-Educação	71.199,06	
	144	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte	46.575,00	
	303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	1.571.397,00	
	492	Estadual - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	15.525,00	
	494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	291.911,40	
	505	Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás	229.457,00	
	507	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	296.864,60	
	510	Taxas - Exercício Poder de Polícia	581.250,00	
	511	Taxas - Prestação de Serviços	275.399,54	
	512	CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	9.880,00	

	880	Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA	5.000,00	
	934	Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	80.000,00	
3.3.90.40.00.00		SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	794.267,24	
	000	Recursos Ordinários (Livres)	648.642,74	
	103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	10.350,00	
	104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	10.350,00	
	303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	124.924,50	
3.3.90.47.00.00		OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.022.000,00	
	000	Recursos Ordinários (Livres)	1.000.000,00	
	505	Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás	20.000,00	
	512	CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	2.000,00	
3.3.90.91.00.00		SENTENÇAS JUDICIAIS	542.263,61	
	000	Recursos Ordinários (Livres)	542.263,61	
3.3.90.92.00.00		DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	50.000,00	
	000	Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00	
3.3.90.93.00.00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	20.000,00	
	000	Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00	
3.3.91.00.00.00		APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES		1.260.000,00
3.3.91.97.00.00		APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1.260.000,00	
	000	Recursos Ordinários (Livres)	1.260.000,00	
4.0.00.00.00.00		DESPESAS DE CAPITAL		19.583.303,21
4.4.00.00.00.00		INVESTIMENTOS		17.050.389,11
4.4.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS		17.050.389,11
4.4.90.51.00.00		OBRAS E INSTALAÇÕES	7.084.524,00	
	000	Recursos Ordinários (Livres)	868.024,00	
	303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	315.500,00	
	616	Operações de Crédito Internas FINISA PRO MORADIA	1.500.000,00	
	617	PROGRAMA FINISA 2025	4.400.000,00	
	880	Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA	1.000,00	
4.4.90.52.00.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.465.865,11	
	000	Recursos Ordinários (Livres)	1.560.500,49	
	107	Salário-Educação	449.916,92	
	303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	259.785,00	
	510	Taxas - Exercício Poder de Polícia	10.000,00	
	517	Estadual - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	94.782,70	
	518	Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	12.410,00	
	880	Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA	2.000,00	
	934	Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	70.000,00	
	937	Bloco de Investimentos - SUAS	6.470,00	
4.4.90.61.00.00		AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	7.500.000,00	
	617	PROGRAMA FINISA 2025	7.500.000,00	
4.6.00.00.00.00		AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		2.532.914,10
4.6.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS		2.532.914,10
4.6.90.71.00.00		PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	2.532.914,10	
	000	Recursos Ordinários (Livres)	2.532.914,10	
9.0.00.00.00.00		RESERVA DE CONTINGÊNCIA		185.000,00
9.9.00.00.00.00		RESERVA DE CONTINGÊNCIA		185.000,00
NATUREZA DA DESPESA - ANEXO 02 DA LEI 4.320/64				**Exercício 2026**
Unidade gestora: Município de Turvo				
CÓDIGO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
9.9.99.00.00.00		RESERVA DE CONTINGÊNCIA		185.000,00
9.9.99.99.00.00		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	185.000,00	
	000	Recursos Ordinários (Livres)	185.000,00	
			TOTAL GERAL:	100.191.768,65

RESUMO	
DESPESAS CORRENTES	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	39.380.510,96
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.107.989,04
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	38.934.965,44
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES	80.423.465,44
DESPESAS DE CAPITAL	
INVESTIMENTOS	17.050.389,11
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.532.914,10
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL	19.583.303,21
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	185.000,00
TOTAL DE RESERVA DE CONTINGÊNCIA	185.000,00
TOTAL GERAL	100.191.768,65

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:AB44BCA3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
NATUREZA DA DESPESA - ANEXO 02 DA LEI 4.320/64 - ANEXO DA LEI Nº 94/2025

NATUREZA DA DESPESA - ANEXO 02 DA LEI 4.320/64				**Exercício 2026**	
Unidade gestora: Município de Turvo					
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO				TOTAL ÓRGÃO:	1.749.004,68
Unidade: 001 GABINETE DO PREFEITO				TOTAL UNIDADE:	822.600,00
CÓDIGO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES			822.600,00
3.1.00.00.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			723.460,00
3.1.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS		723.460,00	
3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	593.000,00		

3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	130.460,00		
3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES			99.140,00
3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS		99.140,00	
3.3.90.14.00.00	000	DIÁRIAS - CIVIL	35.000,00		
3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00		
3.3.90.32.00.00	000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	8.000,00		
3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00		
3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	31.140,00		
Órgão: 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				TOTAL ÓRGÃO:	4.428.327,03
Unidade: 001 GABINETE DO SECRETÁRIO				TOTAL UNIDADE:	160.060,00
CÓDIGO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES			160.060,00
3.1.00.00.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			150.060,00
3.1.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS		150.060,00	
3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	123.000,00		
3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	27.060,00		
3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES			10.000,00
3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS		10.000,00	
3.3.90.14.00.00	000	DIÁRIAS - CIVIL	5.000,00		
3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00		
Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO				TOTAL ÓRGÃO:	8.093.126,75
Unidade: 001 GABINETE DO SECRETÁRIO				TOTAL UNIDADE:	155.060,00
CÓDIGO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES			155.060,00
3.1.00.00.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			155.060,00
3.1.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS		150.060,00	
3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	123.000,00		
3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	27.060,00		
3.1.91.00.00.00		APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES		5.000,00	
3.1.91.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00		
Órgão: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS				TOTAL ÓRGÃO:	8.141.096,77
Unidade: 001 GABINETE DO SECRETÁRIO				TOTAL UNIDADE:	152.700,00
CÓDIGO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES			152.700,00
3.1.00.00.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			150.100,00
3.1.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS		150.100,00	
3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	123.000,00		
3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	27.100,00		
3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES			2.600,00
3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS		2.600,00	
3.3.90.14.00.00	000	DIÁRIAS - CIVIL	2.600,00		
Órgão: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				TOTAL ÓRGÃO:	30.130.372,28
Unidade: 001 GABINETE DO SECRETARIO				TOTAL UNIDADE:	5.000,00
CÓDIGO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES			5.000,00
3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES			5.000,00
3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS		5.000,00	
3.3.90.14.00.00	000	DIÁRIAS - CIVIL	2.500,00		
3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.500,00		
Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE				TOTAL ÓRGÃO:	21.219.894,11
Unidade: 001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				TOTAL UNIDADE:	21.219.894,11
CÓDIGO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES			20.074.481,95
3.1.00.00.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			10.501.995,00
3.1.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS		9.673.505,00	
3.1.90.11.00.00	303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.437.006,74		
3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.055.664,94		
3.1.90.11.00.00	492	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	53.148,00		
3.1.90.11.00.00	494	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.079.560,32		
3.1.90.11.00.00	1064	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	124.360,00		
3.1.90.11.00.00	1051	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.269.780,00		
3.1.90.13.00.00	303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	201.625,00		
3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	26.910,00		
3.1.90.13.00.00	494	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	113.850,00		
3.1.90.13.00.00	1064	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	100,00		
3.1.90.13.00.00	1051	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.000,00		
3.1.90.46.00.00	000	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	310.500,00		
3.1.91.00.00.00		APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES		828.490,00	
3.1.91.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	78.660,00		
3.1.91.13.00.00	303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	552.080,00		
3.1.91.13.00.00	492	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	31.050,00		
3.1.91.13.00.00	494	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	165.600,00		
3.1.91.13.00.00	1064	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	100,00		
3.1.91.13.00.00	1051	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.000,00		
3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES			9.572.486,95
3.3.50.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		469.758,92	
3.3.50.43.00.00	303	SUBVENÇÕES SOCIAIS	50.000,00		
3.3.50.43.00.00	000	SUBVENÇÕES SOCIAIS	419.758,92		
3.3.71.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTRATO DE RATEIO		729.908,13	
3.3.71.70.00.00	303	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	622.950,00		
3.3.71.70.00.00	494	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	105.958,13		
3.3.71.70.00.00	000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	1.000,00		
3.3.72.00.00.00		EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		1.357.804,51	
3.3.72.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	251.919,88		
3.3.72.39.00.00	303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	950.634,63		
3.3.72.39.00.00	492	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	155.250,00		
3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS		7.015.015,39	
3.3.90.08.00.00	000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1.000,00		
3.3.90.14.00.00	000	DIÁRIAS - CIVIL	23.722,12		

3.3.90.14.00.00	303	DIÁRIAS - CIVIL	113.926,68		
3.3.90.14.00.00	492	DIÁRIAS - CIVIL	1.035,00		
3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	358.225,00		
3.3.90.30.00.00	303	MATERIAL DE CONSUMO	822.855,00		
3.3.90.30.00.00	492	MATERIAL DE CONSUMO	175.837,00		
3.3.90.30.00.00	494	MATERIAL DE CONSUMO	327.360,15		
3.3.90.32.00.00	000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	113.621,08		
3.3.90.32.00.00	303	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	751.680,00		
3.3.90.34.00.00	000	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	998.060,00		
3.3.90.34.00.00	303	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	150.000,00		
3.3.90.34.00.00	492	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	50.000,00		
3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	8.245,00		
3.3.90.36.00.00	303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	117.032,00		
3.3.90.36.00.00	492	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.035,00		
3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	935.523,46		
3.3.90.39.00.00	303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.571.397,00		
3.3.90.39.00.00	494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	291.911,40		
3.3.90.39.00.00	492	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.525,00		
3.3.90.40.00.00	000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	62.100,00		
3.3.90.40.00.00	303	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	124.924,50		
4.0.00.00.00.00		DESPESAS DE CAPITAL			1.145.412,16
4.4.00.00.00.00		INVESTIMENTOS			1.145.412,16
4.4.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS		1.145.412,16	
4.4.90.51.00.00	000	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.250,00		
4.4.90.51.00.00	303	OBRAS E INSTALAÇÕES	315.500,00		
4.4.90.52.00.00	000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	357.684,46		
4.4.90.52.00.00	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	259.785,00		
4.4.90.52.00.00	517	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	94.782,70		
4.4.90.52.00.00	518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.410,00		
Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL				TOTAL ÓRGÃO:	11.710.910,00
Unidade: 001 GABINETE DO SECRETÁRIO				TOTAL UNIDADE:	176.500,00
CÓDIGO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES			176.500,00
3.1.00.00.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			170.000,00
3.1.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS		170.000,00	
3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	130.000,00		
3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	16.000,00		
3.1.90.46.00.00	000	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	24.000,00		
3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES			6.500,00
3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS		6.500,00	
3.3.90.14.00.00	000	DIÁRIAS - CIVIL	3.500,00		
3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.000,00		
Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA				TOTAL ÓRGÃO:	2.445.917,84
Unidade: 001 GABINETE DO SECRETÁRIO				TOTAL UNIDADE:	239.100,00
CÓDIGO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES			239.100,00
3.1.00.00.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			237.100,00
3.1.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS		237.100,00	
3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	210.000,00		
3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	27.100,00		
3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES			2.000,00
3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS		2.000,00	
3.3.90.14.00.00	000	DIÁRIAS - CIVIL	1.000,00		
3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00		
Órgão: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO				TOTAL ÓRGÃO:	6.599.000,00
Unidade: 001 GABINETE DO SECRETÁRIO				TOTAL UNIDADE:	200.000,00
CÓDIGO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES			200.000,00
3.1.00.00.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			194.000,00
3.1.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS		194.000,00	
3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	171.000,00		
3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	23.000,00		
3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES			6.000,00
3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS		6.000,00	
3.3.90.14.00.00	000	DIÁRIAS - CIVIL	5.000,00		
3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00		
Órgão: 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO				TOTAL ÓRGÃO:	1.646.319,19
Unidade: 001 GABINETE DO SECRETÁRIO				TOTAL UNIDADE:	126.500,00
CÓDIGO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES			126.500,00
3.1.00.00.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			124.500,00
3.1.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS		124.500,00	
3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	110.000,00		
3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	14.500,00		
3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES			2.000,00
3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS		2.000,00	
3.3.90.14.00.00	000	DIÁRIAS - CIVIL	2.000,00		
Órgão: 12 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, ENGENHARIA E URBANISMO				TOTAL ÓRGÃO:	3.642.000,00
Unidade: 001 GABINETE DO SECRETÁRIO				TOTAL UNIDADE:	157.000,00
CÓDIGO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES			157.000,00
3.1.00.00.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			142.000,00
3.1.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS		142.000,00	
3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	126.000,00		
3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	16.000,00		
3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES			15.000,00
3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS		15.000,00	
3.3.90.14.00.00	000	DIÁRIAS - CIVIL	10.000,00		
3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00		

Órgão: 13 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO				TOTAL ÓRGÃO:	385.800,00
Unidade: 001 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO				TOTAL UNIDADE:	385.800,00
CÓDIGO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES			385.800,00
3.1.00.00.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			375.800,00
3.1.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS		352.800,00	
3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	332.000,00		
3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	16.500,00		
3.1.90.46.00.00	000	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	4.300,00		
3.1.91.00.00.00		APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES		23.000,00	
3.1.91.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	23.000,00		
3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES			10.000,00
3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS		10.000,00	
3.3.90.14.00.00	000	DIÁRIAS - CIVIL	5.000,00		
3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00		

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:23A72803

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 1023/2025

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, em especial o capítulo VI, artigo 27 da Lei Complementar Municipal N° 04/2023 – Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Turvo,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulares para os servidores da Secretaria Municipal de Educação, relacionados abaixo:

Matrícula	Nome	Período
100873	ADAIANE CORDEIRO BRITO DA SILVA	02/01/2026 à 31/01/2026
1003141	ADEMIR DE JESUS CAETANO	02/01/2026 à 31/01/2026
1004941	ADERLI DE FATIMA SANTANA	02/01/2026 à 31/01/2026
1007341	ADRIANE REGINA CHORTOSZKO FERREIRA	02/01/2026 à 31/01/2026
1002651	ALESSANDRA APARECIDA CHICOUSKI DE CAMARGO	02/01/2026 à 31/01/2026
100986	ALESSANDRA HELOISA DE SOUZA FEIO CONRADO	02/01/2026 à 31/01/2026
1007871	ALINE POTERIKO MEIRA	02/01/2026 à 31/01/2026
100988	ALINE POTERIKO MEIRA	02/01/2026 à 31/01/2026
100968	ALISANE DA SILVA	02/01/2026 à 31/01/2026
1005781	AMARILDA DA APARECIDA MATOS LEAO DE QUADROS	02/01/2026 à 31/01/2026
100846	ANA CHUMLHAK CHMILOUSKI	02/01/2026 à 31/01/2026
1004321	ANA MARIA PLAVAK FERREIRA	02/01/2026 à 31/01/2026
1003191	ANAIZIS MAZUROK	02/01/2026 à 31/01/2026
100974	ANDREIA KOROBINSKI	02/01/2026 à 31/01/2026
1008251	ANDREIA LOPES DA ROSA VAZ	02/01/2026 à 31/01/2026
100026	ANGELICA NEUMANN DA SILVA	02/01/2026 à 31/01/2026
1007041	ANGELITA DE CASSIA GARCIA	02/01/2026 à 31/01/2026
1007211	ARNOLDO JOMES NETO	02/01/2026 à 31/01/2026
1007141	BERNADETE GURNASKI DE LIMA	02/01/2026 à 31/01/2026
100983	BERNADETE GURNASKI DE LIMA	02/01/2026 à 31/01/2026
100992	BRUNA MACIEL DE OLIVEIRA	02/01/2026 à 31/01/2026
100027	BRUNA VALERIA GRECHECHEN CORDEIRO	02/01/2026 à 31/01/2026
100869	CELIA DE FATIMA RUTH MENDES DE LARA	02/01/2026 à 31/01/2026
100925	CELMA APARECIDA DA SILVA MENDES	02/01/2026 à 31/01/2026
10006	CESAR AUGUSTO SYDOR	02/01/2026 à 31/01/2026
1001561	CIRENE RODRIGUES PORTELA ZAMPIER	02/01/2026 à 31/01/2026
1007251	CLAIRTON RIVA	02/01/2026 à 31/01/2026
100920	CLARICE APARECIDA DE CAMPOS ZAMPIER	02/01/2026 à 31/01/2026
6491	CLAUDINEIA BARBOSA DE LARA HIURCARTZ	02/01/2026 à 31/01/2026
1002851	CLAUDINEIA BARBOSA DE LARA HIURCARTZ	02/01/2026 à 31/01/2026
1005751	CLEIA DE FATIMA PROCOPIO	02/01/2026 à 31/01/2026
1007161	CLEIA DE FATIMA PROCOPIO	02/01/2026 à 31/01/2026
1007951	CLEUNICE PERON	02/01/2026 à 31/01/2026
1006001	CRISLAINE DE FATIMA PEREIRA	02/01/2026 à 31/01/2026
1007881	CRISLAINE DE FATIMA PEREIRA	02/01/2026 à 31/01/2026
100985	DAIANE DE JESUS SCHON	02/01/2026 à 31/01/2026
100862	DAIANE DIRINGS	02/01/2026 à 31/01/2026
100011	DAIARA FERREIRA BITENCOURT	02/01/2026 à 31/01/2026
1007761	DALVA FERNANDES SOARES BRUGGE	02/01/2026 à 31/01/2026
1005031	DANIELA HAMMEL MEDEIROS	02/01/2026 à 31/01/2026
100934	DANIELE NOGUEIRA MACHADO DE MATOS	02/01/2026 à 31/01/2026
1008410	DAYANE DE MOURA	02/01/2026 à 31/01/2026
1006071	DIOGENES MAURICIO GARCIA	02/01/2026 à 31/01/2026

100020	DIVONEI FERNANDES	02/01/2026 à 31/01/2026
1002861	DULCINEIA BARBOSA DE LARA ZAGULSKI	02/01/2026 à 31/01/2026
100954	EDEJANE VENSKI MACHADO	02/01/2026 à 31/01/2026
100907	EDILSON LEAL BOEIRA	02/01/2026 à 31/01/2026
6751	EDINA APARECIDA BINDE DE OLIVEIRA LOPES	02/01/2026 à 31/01/2026
1002811	EDINA APARECIDA BINDE DE OLIVEIRA LOPES	02/01/2026 à 31/01/2026
100911	EDINA PELOSI ARAUJO	02/01/2026 à 31/01/2026
1007221	EDISON GASPARETO	02/01/2026 à 31/01/2026
1006541	ELAINE TRATCH WEBER	02/01/2026 à 31/01/2026
1008191	ELAINE TRATCH WEBER	02/01/2026 à 31/01/2026
6741	ELEMAIR DO ESPIRITO SANTO CAMARGO	02/01/2026 à 31/01/2026
1003691	ELIANE BROTSKO	02/01/2026 à 31/01/2026
1005491	ELIANE BROTSKO	02/01/2026 à 31/01/2026
100843	ELIANE ZIMERMANN LEPAMARA	02/01/2026 à 31/01/2026
1007281	ELIETE APARECIDA VAZ	02/01/2026 à 31/01/2026
1008071	ELIETE APARECIDA VAZ	02/01/2026 à 31/01/2026
1007621	ELIS CRISTINA PESK	02/01/2026 à 31/01/2026
100924	ELIS REGINA DA LUZ BAGIO	02/01/2026 à 31/01/2026
1005701	ELIZABETH APARECIDA MARTINS FERREIRA MADUREIRA	02/01/2026 à 31/01/2026
1002961	ELIZABETH DE OLIVEIRA NEUMANN DOS SANTOS	02/01/2026 à 31/01/2026
1007021	ELIZANDRA APARECIDA GHIDIN RODRIGUES	02/01/2026 à 31/01/2026
6111	ELIZANGELA DE OLIVEIRA BABIUK	02/01/2026 à 31/01/2026
1005131	ELIZANGELA DE OLIVEIRA BABIUK	02/01/2026 à 31/01/2026
100867	ELVIRA CRISTINA SCHNEIDER	02/01/2026 à 31/01/2026
1008413	ENICE EURICH NASCIMENTO	02/01/2026 à 31/01/2026
990078	ERIKA MACHADO DOS SANTOS	02/01/2026 à 31/01/2026
1003851	ERONILDA DA APARECIDA BRUGGE GONCALVES	02/01/2026 à 31/01/2026
1007901	FABIANE CRISTINE DE ANDRADE	02/01/2026 à 31/01/2026
100905	FERNANDA SOARES PEREIRA	02/01/2026 à 31/01/2026
1008151	FRANCESLAINE FERREIRA DA SILVA	02/01/2026 à 31/01/2026
100933	FRANCESLAINE FERREIRA DA SILVA	02/01/2026 à 31/01/2026
100989	FRANCIELE DE FATIMA LARA	02/01/2026 à 31/01/2026
100993	FRANCIELE TOMAZ DE ANDRADE	02/01/2026 à 31/01/2026
1008414	FRANCIELLY TLUSCIK HALMA	02/01/2026 à 31/01/2026
100962	GABRIELLY SILVIA CURY DE OLIVEIRA	02/01/2026 à 31/01/2026
100898	GEOVANE SZYMONEK	02/01/2026 à 31/01/2026
100901	GESSICA SOARES DE CARVALHO	02/01/2026 à 31/01/2026
1007201	GISELE PEPES DA SILVA	02/01/2026 à 31/01/2026
100980	GISLAINE DE FÁTIMA RODRIGUES	19/01/2026 à 17/02/2026
100937	GISLAINE GOMES DE MIRANDA	02/01/2026 à 31/01/2026
100979	GISLAINE MAIARA NOVAK	02/01/2026 à 31/01/2026
100947	GRACIELE TLUSCIK	02/01/2026 à 31/01/2026
100841	GUILHERME HENRIQUE DE SENE VIEIRA	02/01/2026 à 31/01/2026
100896	GUILHERME HONORIO	02/01/2026 à 31/01/2026
100927	GUIVANIA RESAESKI	02/01/2026 à 31/01/2026
1002661	HELENICE TEREZINHA MURAROTO DE MELO	02/01/2026 à 31/01/2026
1007131	IRINEIA MICHALICHEN	02/01/2026 à 31/01/2026
100028	IRINEIA MICHALICHEN	02/01/2026 à 31/01/2026
1005761	IVETE NOVAKOSKI DOS SANTOS	02/01/2026 à 31/01/2026
1005721	IVONETE HEIDEMANN	02/01/2026 à 31/01/2026
100030	IVONETE HEIDEMANN	02/01/2026 à 31/01/2026
1005191	JACIRA MERLO	02/01/2026 à 31/01/2026
1008181	JACIRA MERLO	02/01/2026 à 31/01/2026
100984	JANE APARECIDA ANDRADE GUSSO FIUZA	02/01/2026 à 31/01/2026
100917	JANETE ALCANGELA OLIVEIRA KARPINSKI	02/01/2026 à 31/01/2026
1002691	JANETE DA APARECIDA DE LARA	02/01/2026 à 31/01/2026
1004171	JANETE DA APARECIDA DE LARA	02/01/2026 à 31/01/2026
1003811	JANETE FERREIRA HACK	02/01/2026 à 31/01/2026
1001931	JAQUELINE GARCIA DA LUZ	02/01/2026 à 31/01/2026
1002601	JAQUELINE GARCIA DA LUZ	02/01/2026 à 31/01/2026
100930	JAQUELINE REIGUEL	02/01/2026 à 31/01/2026
1007891	JOCIANE CORONETTI	02/01/2026 à 31/01/2026
1006011	JOCIMARA DE JESUS NOGUEIRA	02/01/2026 à 31/01/2026
202539	JOEL DOS SANTOS LEMOS	02/01/2026 à 31/01/2026
1008311	JOELMA FERREIRA IZIDORO GONCALVES	02/01/2026 à 31/01/2026
1002231	JOSANE APARECIDA GEVENKA MARCONDES	02/01/2026 à 31/01/2026
1004821	JOSANE APARECIDA GEVENKA MARCONDES	02/01/2026 à 31/01/2026
100999	JOSE JAURI DE QUADROS	02/01/2026 à 31/01/2026
1007771	JOSELI IZIDORO FARIAS LEMOS	02/01/2026 à 31/01/2026
1007711	JOSIANE APARECIDA DE LARA	19/01/2026 à 17/02/2026
100902	JOSIANE OTALAKOSKI GOMES	02/01/2026 à 31/01/2026
1008141	JUCIMARA DOS SANTOS BATISTA	02/01/2026 à 31/01/2026
100023	JUCIMARA DOS SANTOS BATISTA	02/01/2026 à 31/01/2026
100034	JULIANA REGINA BINSFELD	02/01/2026 à 31/01/2026
100031	JULIANE GURNASKI NEVES	02/01/2026 à 31/01/2026
1007151	JULIANE JADVIZAK	02/01/2026 à 31/01/2026
100022	JULIANE JADVIZAK	02/01/2026 à 31/01/2026
1006981	JULIANE MIRANDA DE RAMOS	02/01/2026 à 31/01/2026
100019	JULLY GABRIELE NAVA LATCZUK	02/01/2026 à 31/01/2026
1008416	KAUANE LINO DA SILVA	02/01/2026 à 31/01/2026
1006951	KELER DE FATIMA BARBOSA	02/01/2026 à 31/01/2026
1008041	KELI CHAIANE MERETH GONCALVES	02/01/2026 à 31/01/2026
1007001	KELLY CRISTINA ROSA DE SOUZA	02/01/2026 à 31/01/2026
1008407	KEYMILI TRATHZ	02/01/2026 à 31/01/2026
100926	KEZIA DE OLIVEIRA FIUZA	02/01/2026 à 31/01/2026
1008405	LAIS MACIEL WEBER	02/01/2026 à 31/01/2026
1008419	LARISSA FERREIRA MOTEKA	02/01/2026 à 31/01/2026
100899	LEONICE BRAGA PENTEADO	02/01/2026 à 31/01/2026
100866	LETICIA FERNANDA SANTOS	02/01/2026 à 31/01/2026

1002681	LICERIA ZWARETCK GIOVANELLA	02/01/2026 à 31/01/2026
100932	LOISLENE PEREIRA BRITO	02/01/2026 à 31/01/2026
100876	LUCIA APARECIDA NAVROSKI	02/01/2026 à 31/01/2026
1002901	LUCIA GRALAK BERNARDINE	02/01/2026 à 31/01/2026
1005231	LUCIA XAVIER PEREIRA	02/01/2026 à 31/01/2026
100990	LUCIANA DE SOUZA PACHECO	02/01/2026 à 31/01/2026
1003051	LUCIANE TEREZINHA MATEUS GULA	02/01/2026 à 31/01/2026
1002511	LUCIMARA DOS SANTOS VIANA	02/01/2026 à 31/01/2026
1003011	MADALENA VALUS	02/01/2026 à 31/01/2026
1007101	MAGALI MACHADO	02/01/2026 à 31/01/2026
100842	MARCELA APARECIDA WYNNEK	02/01/2026 à 31/01/2026
100916	MARCELA SZYMANSKI	02/01/2026 à 31/01/2026
1008412	MARCELA VALUS SIMEONATO	02/01/2026 à 31/01/2026
100874	MARCIA APARECIDA CORDEIRO DOS SANTOS EURICH	02/01/2026 à 31/01/2026
100018	MARCIA BILOBRAM	02/01/2026 à 31/01/2026
1007651	MARCIA MIRANDA PAULOWSKI	02/01/2026 à 31/01/2026
1008161	MARCIA REGINA DOS SANTOS CAMARGO	02/01/2026 à 31/01/2026
1007271	MARCOS BILOBRAM	02/01/2026 à 31/01/2026
100024	MARGARET DE FATIMA MOREIRA	02/01/2026 à 31/01/2026
1001441	MARGARETE FERREIRA	02/01/2026 à 31/01/2026
1003751	MARI SANDRA SEIFFERT MATOBA	02/01/2026 à 31/01/2026
1003671	MARIA CLAUDET OLIVEIRA RAIFFER DE PAULA	02/01/2026 à 31/01/2026
1005151	MARIA CLAUDET OLIVEIRA RAIFFER DE PAULA	02/01/2026 à 31/01/2026
1008411	MARIA DE LOURDES DE OLIVEIRA	02/01/2026 à 31/01/2026
1007371	MARIA DE LOURDES VERHAGEN	02/01/2026 à 31/01/2026
1002951	MARIA NOELI HALMA	02/01/2026 à 31/01/2026
1004891	MARIA VANDERLEA LARA DE OLIVEIRA	02/01/2026 à 31/01/2026
100032	MARIELI EURICH RUTHS	02/01/2026 à 31/01/2026
100955	MARIELLI ALVES DE LIMA	02/01/2026 à 31/01/2026
1002181	MARISE RICKLI HORST ANDRADE	02/01/2026 à 31/01/2026
1003861	MARISE RICKLI HORST ANDRADE	02/01/2026 à 31/01/2026
1005961	MARISTELA DA FAMA	02/01/2026 à 31/01/2026
100936	MARISTELA DA FAMA	02/01/2026 à 31/01/2026
100944	MARISTELA DE FATIMA SCHULZ	02/01/2026 à 31/01/2026
1007301	MARLI PENTEADO	02/01/2026 à 31/01/2026
100025	MARLUCI KURLHIAK	02/01/2026 à 31/01/2026
1008409	NAJILA FERNANDA BIANCHI	02/01/2026 à 31/01/2026
100845	NATHALI CRISTHINI ASCHI GUSSO	02/01/2026 à 31/01/2026
1007111	NOELI RUTHS RICKLI	02/01/2026 à 31/01/2026
100029	OSMIR MARQUES SOUZA	02/01/2026 à 31/01/2026
100919	PABLO DOS SANTOS RIBAS	02/01/2026 à 31/01/2026
1002191	PAULO SEZAR KRUGER	02/01/2026 à 31/01/2026
1001881	PEDRO RIBAS DE FREITAS NETO	02/01/2026 à 31/01/2026
1004851	PRISCILA RICKLI EURICK DE CAMPOS	02/01/2026 à 31/01/2026
100935	RAFAELA NOVAKOSKI	02/01/2026 à 31/01/2026
100939	REGIANE LETICIA VIANA PUPO KRAUTCHUK	02/01/2026 à 31/01/2026
1008331	ROBERSON GRANDO	02/01/2026 à 31/01/2026
100913	ROBERSON GRANDO	02/01/2026 à 31/01/2026
1003401	ROBERTO NEUMANN	02/01/2026 à 31/01/2026
1006021	ROBERTO NEUMANN	02/01/2026 à 31/01/2026
100895	ROBSON LUIZ DE BASTOS SILVESTRI	02/01/2026 à 31/01/2026
1008404	ROSA TABORDA	02/01/2026 à 31/01/2026
1004161	ROSANA MARCIA POVROZNIK	02/01/2026 à 31/01/2026
1004091	ROSANE DE FATIMA PORTELA OPUCHKEVICZ	02/01/2026 à 31/01/2026
1005011	ROSANE DE FATIMA PORTELA OPUCHKEVICZ	02/01/2026 à 31/01/2026
1003491	ROSANE GASPAR DA SILVA	02/01/2026 à 31/01/2026
1004781	ROSANE GASPAR DA SILVA	02/01/2026 à 31/01/2026
1006031	ROSANGELA MENDES PEREIRA TERLESKI	02/01/2026 à 31/01/2026
1007751	ROSANGELA NEVES DE OLIVEIRA DO NASCIMENTO	02/01/2026 à 31/01/2026
1003651	ROSELI FIUZA WEBER IVANSKI	02/01/2026 à 31/01/2026
1007791	ROSENILDA TILP	02/01/2026 à 31/01/2026
1005901	ROSI TEREZINHA DE SIQUEIRA ARAUJO	02/01/2026 à 31/01/2026
1005041	ROSMARI GOBBI VERHAGEN	02/01/2026 à 31/01/2026
1008415	SABRINA MATTEI	02/01/2026 à 31/01/2026
1006901	SANDRA REGINA DE PAULA DA SILVA	02/01/2026 à 31/01/2026
1008221	SELMA BASSO RIBEIRO MOREIRA	02/01/2026 à 31/01/2026
1003771	SELMA IRENE PEPLINSKI ANTUNES	02/01/2026 à 31/01/2026
1001911	SERGIO ZAK	02/01/2026 à 31/01/2026
1002721	SERGIO ZAK	02/01/2026 à 31/01/2026
1008171	SIBELE PEREIRA SCHINEMANN	02/01/2026 à 31/01/2026
100879	SILVANA CHAMORRA GONCALVES	02/01/2026 à 31/01/2026
1003341	SIRLEI VEBER FIUZA KUCHLA	02/01/2026 à 31/01/2026
1006511	SOELI DE FATIMA GALVAO ZAMPIER MEIRA	02/01/2026 à 31/01/2026
100931	SOLANGE MEIRA DE SOUZA POCZENEK	02/01/2026 à 31/01/2026
6061	SOLANGE SCHINEMANN DE ANDRADE	02/01/2026 à 31/01/2026
100940	SONIA MARA FIEKER CARRIEL	02/01/2026 à 31/01/2026
1008201	SUELLEN CRISTINE DO VALE PAULUK	02/01/2026 à 31/01/2026
1004231	SUZANE APARECIDA PUPO	02/01/2026 à 31/01/2026
1004871	SUZANE APARECIDA PUPO	02/01/2026 à 31/01/2026
1004981	TAISA DE ALMEIDA	02/01/2026 à 31/01/2026
1005971	TAISA DE ALMEIDA	02/01/2026 à 31/01/2026
1007291	TATIANE DE FATIMA ANDRADE STORI	02/01/2026 à 31/01/2026
1008081	TATIANE DE FATIMA GRANDO	02/01/2026 à 31/01/2026
100910	THAIS SCHNEIDER DA CRUZ	02/01/2026 à 31/01/2026
1008420	THAIZ ESTEFANI DA LUZ PORTELA	02/01/2026 à 31/01/2026
1007231	VALDECI CAETANO CARRIEL	02/01/2026 à 31/01/2026
100982	VALERIA BUCZEK RIBEIRO	02/01/2026 à 31/01/2026
1001891	VALMIR ISIDORO	02/01/2026 à 31/01/2026
100995	VANDERLEI JOSE DA LUZ	02/01/2026 à 31/01/2026

100996	VANESSA PENTEADO DOS SANTOS	02/01/2026 à 31/01/2026
1008091	VILZA CARLA MOREIRA DOS SANTOS SCHINEMANN	02/01/2026 à 31/01/2026
6471	VIVIANE DE FATIMA PORTELA CORDEIRO	02/01/2026 à 31/01/2026
1002771	VIVIANE DE FATIMA PORTELA CORDEIRO	02/01/2026 à 31/01/2026
100900	VIVIANE DO BELEM MACHADO LEAL	02/01/2026 à 31/01/2026
1007091	ZEILA VALUS	02/01/2026 à 31/01/2026
1007092	ZEILA VALUS	02/01/2026 à 31/01/2026
1004881	ZENAIDE SOETHE	02/01/2026 à 31/01/2026

Art. 2º - Conceder férias proporcionais aos servidores da Secretaria Municipal de Educação relacionados abaixo, considerando que foram admitidos durante o ano de 2025 e, portanto, ainda não completaram o período aquisitivo de 12 (doze) meses exigido para a concessão integral das férias:

Matrícula	Nome	Quantidade	Período
99174	ANA AMELIA BILLECK	22 dias	02/01/2026 à 23/01/2026
1008438	ANA CHUMLHAK CHMILOUSKI	25 dias	02/01/2026 à 26/01/2026
1008457	ANDREINA LILIAN ERVITE	17 dias	02/01/2026 à 18/01/2026
1008466	ANDRESSA SCHIMAICHEL MIRANDA	15 dias	02/01/2026 à 16/01/2026
1008429	ANDRIELI IZIDORO MARTINS DE DEUS	25 dias	02/01/2026 à 26/01/2026
202543	CLEBER NOVAKOSKI	15 dias	02/01/2026 à 16/01/2026
1008464	DEYSE LORRAYNE PEREIRA DOS SANTOS BUHRER	15 dias	02/01/2026 à 16/01/2026
1008463	EDILAINE OLIVEIRA DE LIMA	15 dias	02/01/2026 à 16/01/2026
1008441	ELAINE SCHINEMANN BAHLS	25 dias	02/01/2026 à 26/01/2026
1008470	ELIS CRISTINY GARCIA	12 dias	02/01/2026 à 13/01/2026
1008443	GEANE CORREA CAMARGO	25 dias	02/01/2026 à 26/01/2026
1008452	GISELE PEPES DA SILVA	20 dias	02/01/2026 à 21/01/2026
1008458	GRACIELE TLUSCIK	17 dias	02/01/2026 à 18/01/2026
1008456	GUILHERME HENRIQUE DE SENE VIEIRA	17 dias	02/01/2026 à 18/01/2026
99177	INES RUTES DA SILVA	20 dias	02/01/2026 à 21/01/2026
1008433	ISIS BEATRIZ AMARAL	27 dias	02/01/2026 à 28/01/2026
1008462	JACKCIANE CORONETTI	17 dias	02/01/2026 à 18/01/2026
1008428	JACKSON MACIEL	27 dias	02/01/2026 à 28/01/2026
1008436	JANAINA DE LARA	25 dias	02/01/2026 à 26/01/2026
1008426	JANAINA MOTEKA	27 dias	02/01/2026 à 28/01/2026
1008460	JAQUELINE BRUGGE DOS SANTOS	17 dias	02/01/2026 à 18/01/2026
99173	JAQUELINE TEREZINHA BINI	22 dias	02/01/2026 à 23/01/2026
99192	JHENIFFER KAROL DA SILVA	17 dias	02/01/2026 à 18/01/2026
99182	JULIANE CRISTINA DRANSKI	20 dias	02/01/2026 à 21/01/2026
1008454	KARINE RICKLI ANDRADE	20 dias	02/01/2026 à 21/01/2026
1008442	KELIS APARECIDA DA SILVA MOREIRA	25 dias	02/01/2026 à 26/01/2026
1008461	LETICIA FERNANDA SANTOS	17 dias	02/01/2026 à 18/01/2026
99171	LEUZINETE DE FATIMA ROCHA ASCHI	22 dias	02/01/2026 à 23/01/2026
1008469	LUANA PATRICIA NAVROSKI	15 dias	02/01/2026 à 16/01/2026
1008440	MANUELA CONRADO CORDEIRO	25 dias	02/01/2026 à 26/01/2026
1008472	MARCELA APARECIDA WYNNEK	07 dias	02/01/2026 à 08/01/2026
1008459	MARCIA REGINA VULCZAK DA LUZ	17 dias	02/01/2026 à 18/01/2026
99212	MARINA RIBEIRO DA CRUZ	15 dias	02/01/2026 à 16/01/2026
99220	MARYANGELA MEIRA ZEVERICOSKI	12 dias	02/01/2026 à 13/01/2026
1008435	MAYARA PADILHA DE MATTOS	27 dias	02/01/2026 à 28/01/2026
99189	MIRIANE DOMINGUES DE RAMOS	17 dias	02/01/2026 à 18/01/2026
99186	MONICA RODRIGUES FIUZA PAULUK	17 dias	02/01/2026 à 18/01/2026
1008455	NATHALI CRISTHINI ASCHI GUSSO	17 dias	02/01/2026 à 18/01/2026
1008432	RAFAELA VIEIRA FERNANDES	27 dias	02/01/2026 à 28/01/2026
1008444	RENATA CRISTIANE NOVAKOSKI	25 dias	02/01/2026 à 26/01/2026
1008474	ROSEMARA DA CONCEICAO GOES	07 dias	02/01/2026 à 08/01/2026
99188	RUBIA CAMARGO	17 dias	02/01/2026 à 18/01/2026
1008447	SANDI ELLEN GLOEDEN TLUSCIK	22 dias	02/01/2026 à 23/01/2026
1008437	SANDRA WEBER	25 dias	02/01/2026 à 26/01/2026
1008453	SIBELE PEREIRA SCHINEMANN	20 dias	02/01/2026 à 21/01/2026
99184	SIMONE DE FATIMA CORREA	20 dias	02/01/2026 à 21/01/2026
1008427	SUSANE KAVESKI SCHINEMANN	25 dias	02/01/2026 à 26/01/2026
1008473	VANESSA PIRES ATANAZILDO	07 dias	02/01/2026 à 08/01/2026
1008434	VIVIANE ROTH VIANA	27 dias	02/01/2026 à 28/01/2026

Art. 3º - Conceder férias proporcionais aos servidores da Secretaria Municipal de Educação relacionados abaixo, que atuam na gestão das escolas municipais e na própria Secretaria, considerando a necessidade de retorno às atividades antes do início do ano letivo. O remanescente de dias de férias deverá ser usufruído oportunamente:

Matrícula	Nome	Quantidade	Período
1005991	ALESSANDRA DE FATIMA MACHADO	20 dias	02/01/2025 à 21/01/2025
1007121	ALESSANDRA DE FATIMA MACHADO	20 dias	02/01/2025 à 21/01/2025
1007081	ALEXANDRA DE QUADROS	20 dias	02/01/2025 à 21/01/2025
1008211	ALEXANDRA DE QUADROS	20 dias	02/01/2025 à 21/01/2025
1008291	ALINE JACOSKI DE OLIVEIRA KRUGER DA SILVA	20 dias	02/01/2026 à 21/01/2026
1007171	ADRIANE AMERICANO RODRIGUES BARBOSA	20 dias	02/01/2025 à 21/01/2025
100847	ADRIANE AMERICANO RODRIGUES BARBOSA	20 dias	02/01/2025 à 21/01/2025
100981	CAMILA PAULA DE BARROS	20 dias	02/01/2025 à 21/01/2025
100897	DALVANA HONORIO RIBAS	20 dias	02/01/2025 à 21/01/2025

1004841	DIMARILDA DO NASCIMENTO	20 dias	02/01/2025 à 21/01/2025
1003661	DIOCELIA APARECIDA BARBOSA	20 dias	02/01/2025 à 21/01/2025
1005561	ELIEU BUENO DE MATOS	20 dias	02/01/2026 à 21/01/2026
1001961	FERNANDA HACK KARPINSKI	20 dias	02/01/2025 à 21/01/2025
1007851	FERNANDA HACK KARPINSKI	20 dias	02/01/2025 à 21/01/2025
100918	JOCELENE BOTINI	20 dias	02/01/2025 à 21/01/2025
100890	NEUSA BIAVATI	20 dias	02/01/2025 à 21/01/2025
1008401	SAMOEL CORDEIRO DE SOUZA PRIMO	15 dias	02/01/2026 à 16/01/2026
1002121	SANDRA DENISE MATEUS	20 dias	02/01/2025 à 21/01/2025
1003591	SANDRA DENISE MATEUS	20 dias	02/01/2025 à 21/01/2025
6431	SILVANE RICKLI HORST SCHNEIDER	15 dias	02/01/2026 à 16/01/2026
100940	SONIA MARA DA APARECIDA PEREIRA	20 dias	02/01/2025 à 21/01/2025
1004971	SONIA MARA DA APARECIDA PEREIRA	20 dias	02/01/2025 à 21/01/2025
100946	VANESSA PIRES ATANAZILDO	20 dias	02/01/2025 à 21/01/2025

Art. 4º - Esta Portaria terá efeito a partir desta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo-PR, em 16 de dezembro de 2025.

ANTONIO MARCOS SEGURO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:798214C0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE TRABALHO - ANEXO 06 DA LEI 4.320/64 - ANEXO DA LEI Nº 94/2025

PROGRAMA DE TRABALHO - ANEXO 06 DA LEI 4.320/64		**Exercício 2026**			
Unidade gestora: Município de Turvo					
		OP. ESPECIAIS	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO				822.600,00	822.600,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO				
04	ADMINISTRAÇÃO			1.356.508,68	1.356.508,68
04 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL			1.210.318,68	1.210.318,68
04 122 0201	APOIO À GESTÃO ADMINISTRATIVA			1.210.318,68	1.210.318,68
04 124	CONTROLE INTERNO			146.190,00	146.190,00
04 124 0201	APOIO À GESTÃO ADMINISTRATIVA			146.190,00	146.190,00
24	COMUNICAÇÕES			392.496,00	392.496,00
24 131	COMUNICAÇÃO SOCIAL			392.496,00	392.496,00
24 131 0201	APOIO À GESTÃO ADMINISTRATIVA			392.496,00	392.496,00
PROGRAMA DE TRABALHO - ANEXO 06 DA LEI 4.320/64		**Exercício 2026**			
Unidade gestora: Município de Turvo					
		OP. ESPECIAIS	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO				822.600,00	822.600,00
Unidade: 001 GABINETE DO PREFEITO				822.600,00	822.600,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO				
04	ADMINISTRAÇÃO			822.600,00	822.600,00
04 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL			822.600,00	822.600,00
04 122 0201	APOIO À GESTÃO ADMINISTRATIVA			822.600,00	822.600,00
04 122 02012 015	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO DO GABINETE DO PREFEITO			799.600,00	799.600,00
	Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito, incluindo despesas com salários, encargos patronais, diárias, adiantamentos, locomoção e pagamentos relacionados a questõesde natureza jurídicas da administração pública.				
04 122 02012 016	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DEFESA CIVIL			23.000,00	23.000,00
	Prestar apoio técnico, logístico e operacional às ações de Defesa Civil no âmbito municipal, contribuindo para a prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação diante de situações de risco e desastres naturais ou tecnológicos, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDC), promovendo a segurança e o bem-estar da população.				
PROGRAMA DE TRABALHO - ANEXO 06 DA LEI 4.320/64		**Exercício 2026**			
Unidade gestora: Município de Turvo					
		OP. ESPECIAIS	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
Órgão: 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				160.060,00	160.060,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO				
04	ADMINISTRAÇÃO			4.428.327,03	4.428.327,03
04 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL			4.428.327,03	4.428.327,03
04 122 0201	APOIO À GESTÃO ADMINISTRATIVA			4.428.327,03	4.428.327,03
PROGRAMA DE TRABALHO - ANEXO 06 DA LEI 4.320/64		**Exercício 2026**			
Unidade gestora: Município de Turvo					

		OP. ESPECIAIS	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
Órgão: 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				160.060,00	160.060,00
Unidade: 001 GABINETE DO SECRETÁRIO				160.060,00	160.060,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO				
04	ADMINISTRAÇÃO			160.060,00	160.060,00
04 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL			160.060,00	160.060,00
04 122 0201	APOIO À GESTÃO ADMINISTRATIVA			160.060,00	160.060,00
04 122 02012 009	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO DO GABINETE DA ADMINISTRAÇÃO			160.060,00	160.060,00
	A Secretaria da Administração tem como responsabilidades elaborar e coordenar, juntamente com o Prefeito Municipal, as políticas públicas no setor administrativo. Além disso, deve manter as atividades do Gabinete da Secretaria, coordenando os serviços e atos administrativos da municipalidade. A Secretaria também é responsável por atender às necessidades dos servidores, garantindo o cumprimento de seus direitos dentro dos parâmetros legais. Outro papel importante da Secretaria é a coordenação dos serviços de protocolo, além da implementação, acompanhamento e supervisão da gestão de documentos arquivísticos produzidos e recebidos pela Administração Pública Municipal. A Secretaria deve promover a organização, preservação e o acesso a documentos de valor permanente ou histórico, coletados de diversos órgãos e entidades municipais. Além disso, a Secretaria tem a função de contratar projetos de estudo de viabilidade e fornecer a estrutura física, administrativa e recursos humanos necessários para a realização de suas atribuições.				
PROGRAMA DE TRABALHO - ANEXO 06 DA LEI 4.320/64				**Exercício 2026**	
Unidade gestora: Município de Turvo					
		OP. ESPECIAIS	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E				155.060,00	155.060,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO				
04	ADMINISTRAÇÃO	1.022.000,00		1.632.960,00	2.654.960,00
04 123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			1.632.960,00	1.632.960,00
04 123 0301	COORDENAR, SUPERVISIONAR E EXECUTAR AÇÕES DE NATUREZA FINANCEIRA,			1.632.960,00	1.632.960,00
04 846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	1.022.000,00			1.022.000,00
04 846 0000	ENCARGOS ESPECIAIS	1.022.000,00			1.022.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	5.253.166,75			5.253.166,75
28 846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	5.253.166,75			5.253.166,75
28 846 0000	ENCARGOS ESPECIAIS	5.253.166,75			5.253.166,75
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			185.000,00	185.000,00
99 999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			185.000,00	185.000,00
99 999 0301	COORDENAR, SUPERVISIONAR E EXECUTAR AÇÕES DE NATUREZA FINANCEIRA,			185.000,00	185.000,00
PROGRAMA DE TRABALHO - ANEXO 06 DA LEI 4.320/64		**Exercício 2026**			
Unidade gestora: Município de Turvo					
		OP. ESPECIAIS	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E				155.060,00	155.060,00
Unidade: 001 GABINETE DO SECRETÁRIO				155.060,00	155.060,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO				
04	ADMINISTRAÇÃO			155.060,00	155.060,00
04 123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			155.060,00	155.060,00
04 123 0301	COORDENAR, SUPERVISIONAR E EXECUTAR AÇÕES DE NATUREZA FINANCEIRA,			155.060,00	155.060,00
04 123 03012 111	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO DO GABINETE DA FAZENDA,			155.060,00	155.060,00
	Coordenar as atividades econômicas e financeiras do município, em articulação com o Chefe do Executivo, promovendo o planejamento, a execução e o controle orçamentário dos recursos públicos. Assegurar o funcionamento do Gabinete da Fazenda, Planejamento e Orçamento, por meio da manutenção da estrutura física, administrativa e dos recursos humanos necessários ao desempenho eficiente das funções públicas.				
PROGRAMA DE TRABALHO - ANEXO 06 DA LEI 4.320/64		**Exercício 2026**			
Unidade gestora: Município de Turvo					
		OP. ESPECIAIS	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
Órgão: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS				152.700,00	152.700,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO				
15	URBANISMO			8.141.096,77	8.141.096,77
15 451	INFRA-ESTRUTURA URBANA			8.141.096,77	8.141.096,77
15 451 0501	CAMINHOS DE TURVO			8.141.096,77	8.141.096,77
PROGRAMA DE TRABALHO - ANEXO 06 DA LEI 4.320/64		**Exercício 2026**			
Unidade gestora: Município de Turvo					
		OP. ESPECIAIS	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
Órgão: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS				152.700,00	152.700,00
Unidade: 001 GABINETE DO SECRETÁRIO				152.700,00	152.700,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO				
15	URBANISMO			152.700,00	152.700,00
15 451	INFRA-ESTRUTURA URBANA			152.700,00	152.700,00
15 451 0501	CAMINHOS DE TURVO			152.700,00	152.700,00
15 451 05012 029	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO DO GABINETE DA SECRETARIA			152.700,00	152.700,00
	Coordenar, juntamente com o chefe do Poder Executivo, as políticas de infraestrutura e obras. Propiciar uma melhor infraestrutura de mobilidade rural para a melhoria do escoamento da produção das comunidades rurais. Executar a política urbana definida no Plano Diretor Municipal. Praticar os vetores de ocupação urbana como novos elementos de dinamização urbana. Observar e cumprir o macrozoneamento urbano. Manter as atividades desempenhas com despesas de custeio relativas ao gabinete.				
PROGRAMA DE TRABALHO - ANEXO 06 DA LEI 4.320/64		**Exercício 2026**			
Unidade gestora: Município de Turvo					
		OP. ESPECIAIS	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
Órgão: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				5.000,00	5.000,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO				
12	EDUCAÇÃO		702.230,18	29.428.142,10	30.130.372,28

12 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL			127.612,50	127.612,50
12 122 0601	TURVO MAIS EDUCAÇÃO			127.612,50	127.612,50
12 306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO			903.514,73	903.514,73
12 306 0601	TURVO MAIS EDUCAÇÃO			903.514,73	903.514,73
12 361	ENSINO FUNDAMENTAL		389.036,88	17.544.833,41	17.933.870,29
12 361 0601	TURVO MAIS EDUCAÇÃO		389.036,88	17.544.833,41	17.933.870,29
12 364	ENSINO SUPERIOR			268.750,00	268.750,00
12 364 0601	TURVO MAIS EDUCAÇÃO			268.750,00	268.750,00
12 365	EDUCAÇÃO INFANTIL		313.193,30	10.330.055,59	10.643.248,89
12 365 0601	TURVO MAIS EDUCAÇÃO		313.193,30	10.330.055,59	10.643.248,89
12 367	EDUCAÇÃO ESPECIAL			253.375,87	253.375,87
12 367 0601	TURVO MAIS EDUCAÇÃO			253.375,87	253.375,87
PROGRAMA DE TRABALHO - ANEXO 06 DA LEI 4.320/64		**Exercício 2026**			
Unidade gestora: Município de Turvo					
		OP. ESPECIAIS	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
Órgão: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				5.000,00	5.000,00
Unidade: 001 GABINETE DO SECRETARIO				5.000,00	5.000,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO				
12	EDUCAÇÃO			5.000,00	5.000,00
12 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL			5.000,00	5.000,00
12 122 0601	TURVO MAIS EDUCAÇÃO			5.000,00	5.000,00
12 122 06012 036	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO DO GABINETE DE EDUCAÇÃO			5.000,00	5.000,00
	Elaborar, em conjunto com o Prefeito Municipal e o Conselho de Educação, as políticas de desenvolvimento do ensino do Município conforme o Plano Municipal de Educação; Gerenciar a implantação das políticas de desenvolvimento do ensino; manter o gabinete da Secretaria Municipal da Educação de estrutura física, administrativa e de recursos humanos para apoio administrativo e pedagógico vinculados a educação.				
PROGRAMA DE TRABALHO - ANEXO 06 DA LEI 4.320/64		**Exercício 2026**			
Unidade gestora: Município de Turvo					
		OP. ESPECIAIS	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE				21.219.894,11	21.219.894,11
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO				
10	SAÚDE			21.219.894,11	21.219.894,11
10 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL			156.060,00	156.060,00
10 122 0701	TURVO SAÚDE PARA TODOS			156.060,00	156.060,00
10 301	ATENÇÃO BÁSICA			16.857.017,22	16.857.017,22
10 301 0701	TURVO SAÚDE PARA TODOS			16.857.017,22	16.857.017,22
10 302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL			3.617.091,93	3.617.091,93
10 302 0701	TURVO SAÚDE PARA TODOS			3.617.091,93	3.617.091,93
10 304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA			104.845,50	104.845,50
10 304 0701	TURVO SAÚDE PARA TODOS			104.845,50	104.845,50
10 607	IRRIGAÇÃO			484.879,46	484.879,46
10 607 0701	TURVO SAÚDE PARA TODOS			484.879,46	484.879,46
PROGRAMA DE TRABALHO - ANEXO 06 DA LEI 4.320/64		**Exercício 2026**			
Unidade gestora: Município de Turvo					
		OP. ESPECIAIS	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE				21.219.894,11	21.219.894,11
Unidade: 001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				21.219.894,11	21.219.894,11
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO				
10	SAÚDE			21.219.894,11	21.219.894,11
10 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL			156.060,00	156.060,00
10 122 0701	TURVO SAÚDE PARA TODOS			156.060,00	156.060,00
10 122 07012 017	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO DO GABINETE DE SAÚDE			156.060,00	156.060,00
	Manter as atividades do Gabinete da Secretaria de Saúde; realizar a manutenção das despesas com pagamentos de salários, encargos patronais, diárias, adiantamentos e despesas com locomoções. Coordenação dos serviços e atos administrativos pertinentes a secretaria. Garantir o Sistema Único de Saúde (SUS) previsto pela Constituição Federal de 1988, cujo artigo 196 dispõe que A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação.				
10 301	ATENÇÃO BÁSICA			16.857.017,22	16.857.017,22
10 301 0701	TURVO SAÚDE PARA TODOS			16.857.017,22	16.857.017,22
10 301 07012 018	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE			3.260.701,93	3.260.701,93
	Realizar a manutenção e o aprimoramento das atividades do Departamento de Gestão em Saúde, assegurando o cumprimento dos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme previsto no artigo 196 da Constituição Federal de 1988, que estabelece a saúde como direito de todos e dever do Estado. Promover a adequação e modernização da estrutura física das unidades de saúde, visando à excelência no atendimento; garantir o encaminhamento ágil e organizado de exames e consultas; manter e ampliar campanhas de prevenção de doenças para toda a população turvense. Padronizar e atualizar continuamente as informações, avaliando procedimentos e implementando melhorias na rede de informações do SUS; implantar e fortalecer a Política Nacional de Humanização, assegurando atendimento acolhedor e resolutivo. Organizar as agendas das Unidades Básicas de Saúde para contemplar tanto demandas programadas quanto espontâneas. Priorizar a aquisição de materiais, insumos e equipamentos de proteção individual, prevenindo a falta de recursos. Garantir estrutura física, administrativa e recursos humanos adequados, assegurando a manutenção e o custeio do departamento, incluindo despesas com pessoal, encargos patronais, material de consumo, diárias, locomoção e demais necessidades para a continuidade e qualidade dos serviços prestados à população.				
10 301 07012 019	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE E CONTROLE			5.140,00	5.140,00
	Manter e fortalecer as ações de participação da sociedade e controle social no SUS, ampliando e qualificando a participação de usuários, trabalhadores, gestores e prestadores na construção da política municipal de saúde. Realizar a Conferência ou Plenária Municipal de Saúde, garantindo ampla representatividade da comunidade, dos profissionais de saúde e dos gestores, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Saúde. Apresentar, por meio da Ouvidoria da Secretaria Municipal de Saúde, relatórios quadrimestrais que contemplem o registro, a análise e a resposta de 100% das manifestações no prazo estabelecido. Realizar reuniões mensais do Conselho Municipal de Saúde, assegurando a participação efetiva da sociedade no processo de controle social. Promover, anualmente, capacitações para conselheiros de saúde, abordando o funcionamento do SUS, o papel do Conselho e os instrumentos de gestão e fiscalização. Publicar integralmente, no portal eletrônico da Prefeitura Municipal, os Relatórios Quadrimestrais e Anuais de Gestão da Saúde, garantindo transparência e acesso às informações para toda a população.				
10 301 07012 020	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA			1.193.743,13	1.193.743,13
	Fortalecer a manutenção da assistência farmacêutica; assegurar a qualificação e a ampliação das ações de Assistência Farmacêutica no município de Turvo, garantindo o acesso universal e oportuno a medicamentos essenciais e promovendo o uso racional. Realizar, anualmente, ações de educação em saúde voltadas para a conscientização sobre o uso indiscriminado de medicamentos, com ênfase em antibióticos e psicotrópicos. Manter a vinculação do município à Consórcios públicos,				

	assegurando a aquisição de medicamentos com eficiência e economicidade. Revisar a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME), de forma participativa e fundamentada em evidências científicas. Garantir à população o acesso a 100% dos medicamentos constantes da REMUME, em todas as unidades dispensadoras, dentro do prazo adequado. Implantar, no âmbito municipal, um projeto de fitoterápicos no SUS. Prover estrutura física adequada, materiais, equipamentos e recursos humanos para a manutenção e aprimoramento dos serviços de Assistência Farmacêutica.				
10 301 07012 022	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA			7.749.055,00	7.749.055,00
	Fortalecer as ações das atividades da Estratégia Saúde da Família. Manter o Sistema Único de Saúde (SUS) previsto pela Constituição Federal de 1988, cujo artigo 196 dispõe que "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação". Dotar de estrutura física e recursos humanos, promovendo o pagamento de despesas de custeio com manutenção de vencimentos e encargos patronais.				
10 301 07012 023	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS			1.581.580,00	1.581.580,00
	Fortalecer as ações desenvolvidas pelos agentes comunitários de saúde ACS; Implementar e ampliar o atendimento com as visitas in loco, intensificar as campanhas que visem a prevenção de doenças e cuidado da população, garantindo o cumprimento de metas estabelecidos pelos órgãos reguladores. Manter a estrutura física, recursos humanos e a manutenção do departamento dispondo de despesas de pessoal, encargos, bem como a manutenção de despesas de custeio, incluindo os equipamentos de proteção individual os quais são necessários ao desenvolvimentos dos trabalhos, promovendo a valorização e capacitações dos servidores.				
10 301 07012 024	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE BUCAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À			844.867,70	844.867,70
	Manutenção das atividades de saúde bucal incluindo toda estrutura física, administrativa e recursos humanos, visando a execução dos programas e serviços desempenhados no atendimento odontológico nas unidades básica de saúde, promover a saúde bucal da população; Garantir e dotar de estrutura para realização das ações voltadas no desempenhos das atividades diárias; manter os materiais necessários, tais como as despesas de custeio, pessoal, encargos patronais,				
PROGRAMA DE TRABALHO - ANEXO 06 DA LEI 4.320/64		**Exercício 2026**			
Unidade gestora: Município de Turvo					
	material de consumo, diárias, despesas com locomoções e pertinentes para o desenvolvimento de serviços no atendimento aos usuários.				
10 301 07012 025	MANUTENÇÃO E AÇÕES DO TRANSPORTE			1.997.550,00	1.997.550,00
	Manutenção das atividades do transporte sanitário da Secretaria de Saúde. Dotar de estrutura física, administrativa, recursos humanos as quais destinam ao desenvolvimento de atividades de custeio, despesas de pessoal, encargos, diárias, despesas com locomoção, com manutenção de veículos, aquisição de materiais de suma importância para realização dos serviços de competência do Sistema Único de Saúde (SUS).				
10 301 07012 026	MANUTENÇÃO DE SUPRIMENTOS ALIMENTARES E MATERIAIS DE LIMPEZA			83.800,00	83.800,00
	Garantir o fornecimento de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza destinados às unidades de saúde e demais setores vinculados à Secretaria Municipal de Saúde. Garantir a qualidade e a regularidade no abastecimento, observando normas sanitárias e de segurança alimentar. Assegurar que os produtos de limpeza utilizados atendam aos padrões de eficácia e segurança, preservando a saúde dos usuários e dos profissionais. Manter ambiente limpo, seguro e acolhedor, bem como oferecer alimentação adequada sempre que necessária para pacientes, profissionais ou eventos institucionais.				
10 301 07012 124	EMENDA IMPOSITIVA Nº 02/2025 E 03/2025			140.579,46	140.579,46
10 302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL			3.617.091,93	3.617.091,93
10 302 0701	TURVO SAÚDE PARA TODOS			3.617.091,93	3.617.091,93
10 302 07012 021	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA, AMBULATORIAL E HOSPITALAR E			2.956.694,63	2.956.694,63
	Garantir o atendimento especializado qualificado e integral aos usuários do SUS; aprimorar o atendimento especializado em Média e Alta Complexidade, manter a participação do município nos consórcios públicos por meio do contrato de rateio firmado. Manter a contratualização com o Hospital Bom Pastor para atendimento às condições agudas fora do horário de funcionamento das Unidades de Saúde, bem como urgências e emergências 24 horas, incluindo os atendimentos em urgência em saúde mental e serviço de transferência de pacientes. Manter em funcionamento o Serviço Móvel de Urgência SAMU 192.				
10 302 07012 121	EMENDA IMPOSITIVA 01/2025; 04/2025; 05/2025; 06/2025; 07/2025; 08/2025 E			419.758,92	419.758,92
10 302 07012 123	EMENDA IMPOSITIVA 01/2025; 06/2025; 07/2025 E 08/2025			240.638,38	240.638,38
10 304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA			104.845,50	104.845,50
10 304 0701	TURVO SAÚDE PARA TODOS			104.845,50	104.845,50
10 304 07012 027	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE			104.845,50	104.845,50
	Manter a manutenção das atividades da vigilância epidemiologia, vigilância sanitária, vigilância ambiental e vigilância em saúde do trabalhador. Conforme compreendido pela Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS), garantir as atividades que monitoram a saúde da população, identificam riscos e buscam evitar o surgimento de doenças e outros problemas de saúde; executar serviços de orientações, prevenções de doenças e propagação; Disponibilizar estrutura física, recursos humanos e administrativa atender despesas de pessoal, encargos, de custeio, e todas despesas necessárias ao desenvolvimento das ações de vigilância em saúde.				
10 607	IRRIGAÇÃO			484.879,46	484.879,46
10 607 0701	TURVO SAÚDE PARA TODOS			484.879,46	484.879,46
10 607 07012 028	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ÁGUA É SAÚDE			208.000,00	208.000,00
	Implantar e ampliar sistema de abastecimento de água coletiva do município, construção e manutenção dos sistemas existentes, bem como poços artesianos, garantindo o bem estar da população turvense.				
10 607 07012 122	EMENDA IMPOSITIVA 01/2025; 02/2025; 04/2025 E 09/2025			246.879,46	246.879,46
10 607 07012 125	EMENDA IMPOSITIVA Nº 07/2025			30.000,00	30.000,00
PROGRAMA DE TRABALHO - ANEXO 06 DA LEI 4.320/64		**Exercício 2026**			
Unidade gestora: Município de Turvo					
		OP. ESPECIAIS	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO				176.500,00	176.500,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO				
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL		8.225.230,00	3.485.680,00	11.710.910,00
08 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL			176.500,00	176.500,00
08 122 0802	GESTÃO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL (SUAS)			176.500,00	176.500,00
08 241	ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA			100.000,00	100.000,00
08 241 0801	FORTALECIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO MUNICÍPIO DE TURVO			100.000,00	100.000,00
08 242	ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA			64.000,00	64.000,00
08 242 0801	FORTALECIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO MUNICÍPIO DE TURVO			64.000,00	64.000,00
08 243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		35.730,00	824.900,00	860.630,00
08 243 0801	FORTALECIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO MUNICÍPIO DE TURVO		35.730,00	824.900,00	860.630,00
08 245	SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS			2.320.280,00	2.320.280,00
08 245 0801	FORTALECIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO MUNICÍPIO DE TURVO			2.005.070,00	2.005.070,00
08 245 0803	PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL (PSE)			315.210,00	315.210,00
08 482	HABITAÇÃO URBANA		8.189.500,00		8.189.500,00
08 482 0801	FORTALECIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO MUNICÍPIO DE TURVO		8.189.500,00		8.189.500,00
PROGRAMA DE TRABALHO - ANEXO 06 DA LEI 4.320/64		**Exercício 2026**			
Unidade gestora: Município de Turvo					
		OP. ESPECIAIS	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO				176.500,00	176.500,00
Unidade: 001 GABINETE DO SECRETÁRIO				176.500,00	176.500,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO				
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL			176.500,00	176.500,00
08 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL			176.500,00	176.500,00
08 122 0802	GESTÃO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL (SUAS)			176.500,00	176.500,00
08 122 08022 056	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO DO GABINETE DA FAMÍLIA E			176.500,00	176.500,00
	Elaborar e coordenar juntamente com o Prefeito Municipal as políticas públicas dos serviços socioassistenciais, preconizados na legislação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Dotar de estrutura física, administrativa e recursos humanos, bem como despesas de custeio de pessoal, encargos, diárias, locomoções e pertinentes aos serviços executados.				
PROGRAMA DE TRABALHO - ANEXO 06 DA LEI 4.320/64		**Exercício 2026**			
Unidade gestora: Município de Turvo					
		OP. ESPECIAIS	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA				239.100,00	239.100,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO				
20	AGRICULTURA		645.000,00	1.800.917,84	2.445.917,84
20 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL			239.100,00	239.100,00
20 122 0901	TURVO RURAL			239.100,00	239.100,00
20 606	EXTENSÃO RURAL		500.000,00	1.561.817,84	2.061.817,84
20 606 0901	TURVO RURAL		500.000,00	1.561.817,84	2.061.817,84
20 608	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA		65.000,00		65.000,00
20 608 0901	TURVO RURAL		65.000,00		65.000,00
20 609	DEFESA AGROPECUÁRIA		80.000,00		80.000,00
20 609 0901	TURVO RURAL		80.000,00		80.000,00
PROGRAMA DE TRABALHO - ANEXO 06 DA LEI 4.320/64		**Exercício 2026**			
Unidade gestora: Município de Turvo					
		OP. ESPECIAIS	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA				239.100,00	239.100,00
Unidade: 001 GABINETE DO SECRETÁRIO				239.100,00	239.100,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO				
20	AGRICULTURA			239.100,00	239.100,00
20 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL			239.100,00	239.100,00
20 122 0901	TURVO RURAL			239.100,00	239.100,00
20 122 09012 077	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO DO GABINETE DA SECRETARIA DE			239.100,00	239.100,00
	Elaborar e coordenar, juntamente com o Prefeito Municipal, as políticas de desenvolvimento do setor agrícola e pecuário; Realizar avaliação periódica sobre o desenvolvimento do setor agropecuário; Dotar de estrutura física, administrativa e de recursos humanos para realização de atribuições.				
PROGRAMA DE TRABALHO - ANEXO 06 DA LEI 4.320/64		**Exercício 2026**			
Unidade gestora: Município de Turvo					
		OP. ESPECIAIS	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
Órgão: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO				200.000,00	200.000,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO				
22	INDÚSTRIA			907.000,00	907.000,00
22 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL			200.000,00	200.000,00
22 122 1001	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E INOVAÇÃO			200.000,00	200.000,00
22 333	EMPREGABILIDADE			65.000,00	65.000,00
22 333 1001	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E INOVAÇÃO			65.000,00	65.000,00
22 661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL			642.000,00	642.000,00
22 661 1001	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E INOVAÇÃO			642.000,00	642.000,00
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS			5.692.000,00	5.692.000,00
23 691	PROMOÇÃO COMERCIAL			5.692.000,00	5.692.000,00
23 691 1001	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E INOVAÇÃO			5.692.000,00	5.692.000,00
PROGRAMA DE TRABALHO - ANEXO 06 DA LEI 4.320/64		**Exercício 2026**			
Unidade gestora: Município de Turvo					
		OP. ESPECIAIS	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
Órgão: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO				200.000,00	200.000,00
Unidade: 001 GABINETE DO SECRETÁRIO				200.000,00	200.000,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO				
22	INDÚSTRIA			200.000,00	200.000,00
22 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL			200.000,00	200.000,00
22 122 1001	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E INOVAÇÃO			200.000,00	200.000,00
22 122 10012 086	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO DO GABINETE DESENVOLVIMENTO			200.000,00	200.000,00
	Elaborar e coordenar, juntamente com o Prefeito Municipal, as políticas de desenvolvimento Econômico e Inovação; Realizar avaliação periódica sobre o desenvolvimento do setor econômico do município; Dotar de estrutura física, administrativa e de recursos humanos para a realização das atribuições; Custeio de despesas com pessoal, encargos, diárias, locomoção.				
PROGRAMA DE TRABALHO - ANEXO 06 DA LEI 4.320/64		**Exercício 2026**			
Unidade gestora: Município de Turvo					
		OP. ESPECIAIS	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
Órgão: 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO				126.500,00	126.500,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO				
13	CULTURA			532.019,19	532.019,19
13 392	DIFUSÃO CULTURAL			532.019,19	532.019,19
13 392 1102	TURVO CULTURAL: FORMAÇÃO E TRADIÇÃO			532.019,19	532.019,19
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS			385.800,00	385.800,00
23 695	TURISMO			385.800,00	385.800,00

23 695 1103	TURISMO TURVO: GESTÃO, PROMOÇÃO E SUSTENTABILIDADE			385.800,00	385.800,00
27	DESPORTO E LAZER			728.500,00	728.500,00
27 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL			126.500,00	126.500,00
27 122 1101	ESPORTE PARA TODOS FORMAÇÃO, ESTRUTURA E PARTICIPAÇÃO			126.500,00	126.500,00
27 812	DESPORTO COMUNITÁRIO			602.000,00	602.000,00
27 812 1101	ESPORTE PARA TODOS FORMAÇÃO, ESTRUTURA E PARTICIPAÇÃO			602.000,00	602.000,00
PROGRAMA DE TRABALHO - ANEXO 06 DA LEI 4.320/64		**Exercício 2026**			
Unidade gestora: Município de Turvo					
		OP. ESPECIAIS	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
Órgão: 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO				126.500,00	126.500,00
Unidade: 001 GABINETE DO SECRETÁRIO				126.500,00	126.500,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO				
27	DESPORTO E LAZER			126.500,00	126.500,00
27 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL			126.500,00	126.500,00
27 122 1101	ESPORTE PARA TODOS FORMAÇÃO, ESTRUTURA E PARTICIPAÇÃO			126.500,00	126.500,00
27 122 11012 073	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO DO GABINETE DE ESPORTE, CULTURA			126.500,00	126.500,00
	Elaborar e coordenar, juntamente com o Prefeito Municipal, as políticas de desenvolvimento de Esporte, Cultura e Turismo; Dotar de estrutura física, administrativa e de recursos humanos para a realização das atribuições; Custeio de despesas com pessoal, encargos, diárias, locomoção.				
PROGRAMA DE TRABALHO - ANEXO 06 DA LEI 4.320/64		**Exercício 2026**			
Unidade gestora: Município de Turvo					
		OP. ESPECIAIS	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
Órgão: 12 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, ENGENHARIA E				157.000,00	157.000,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO				
15	URBANISMO			850.000,00	850.000,00
15 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL			850.000,00	850.000,00
15 122 1202	TURVO URBANO SUSTENTÁVEL: ENGENHARIA E URBANISMO			850.000,00	850.000,00
17	SANEAMENTO		50.000,00		50.000,00
17 512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO		50.000,00		50.000,00
17 512 1202	TURVO URBANO SUSTENTÁVEL: ENGENHARIA E URBANISMO		50.000,00		50.000,00
18	GESTÃO AMBIENTAL		805.000,00	1.937.000,00	2.742.000,00
18 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL			157.000,00	157.000,00
18 122 1201	GESTÃO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL			157.000,00	157.000,00
18 423	ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS		200.000,00		200.000,00
18 423 1201	GESTÃO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL		200.000,00		200.000,00
18 541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL		605.000,00	844.000,00	1.449.000,00
18 541 1201	GESTÃO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL		605.000,00	844.000,00	1.449.000,00
18 542	CONTROLE AMBIENTAL			936.000,00	936.000,00
18 542 1201	GESTÃO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL			936.000,00	936.000,00
PROGRAMA DE TRABALHO - ANEXO 06 DA LEI 4.320/64		**Exercício 2026**			
Unidade gestora: Município de Turvo					
		OP. ESPECIAIS	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
Órgão: 12 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, ENGENHARIA E				157.000,00	157.000,00
Unidade: 001 GABINETE DO SECRETÁRIO				157.000,00	157.000,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO				
18	GESTÃO AMBIENTAL			157.000,00	157.000,00
18 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL			157.000,00	157.000,00
18 122 1201	GESTÃO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL			157.000,00	157.000,00
18 122 12012 095	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO DO GABINETE DE MEIO AMBIENTE,			157.000,00	157.000,00
	Elaborar e coordenar, juntamente com o Prefeito Municipal, as políticas de desenvolvimento do Meio Ambiente, Engenharia e Urbanismo; Dotar de estrutura física, administrativa e de recursos humanos para a realização das atribuições; Custeio de despesas com pessoal, encargos, diárias, locomoção.				
PROGRAMA DE TRABALHO - ANEXO 06 DA LEI 4.320/64		**Exercício 2026**			
Unidade gestora: Município de Turvo					
		OP. ESPECIAIS	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
Órgão: 13 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO				385.800,00	385.800,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO				
02	JUDICIÁRIA			385.800,00	385.800,00
02 062	DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO			385.800,00	385.800,00
02 062 1301	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO			385.800,00	385.800,00
PROGRAMA DE TRABALHO - ANEXO 06 DA LEI 4.320/64		**Exercício 2026**			
Unidade gestora: Município de Turvo					
		OP. ESPECIAIS	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
Órgão: 13 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO				385.800,00	385.800,00
Unidade: 001 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO				385.800,00	385.800,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO				
02	JUDICIÁRIA			385.800,00	385.800,00
02 062	DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO			385.800,00	385.800,00
02 062 1301	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO			385.800,00	385.800,00
02 062 13012 033	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO			385.800,00	385.800,00
	Coordenar e delinear a orientação jurídica a ser seguida pelo Poder Executivo; desenvolver atividades de consultoria e assessoramento jurídicos; representar o Município judicial e extra-judiciamente, recebendo as citações, intimações e notificações judiciais dirigidas contra a Prefeitura ou o Município; elaborar defesas e prestar informações ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado; defender em juízo os interesses da Administração; realizar cobrança judicial da dívida ativa; prestar informações ao Poder Judiciário, Defensoria Pública do Estado, Polícia Civil do Estado e Departamento de Polícia Federal. Dotar de estrutura física, administrativa e recursos humanos, atender despesas de custeio tais como; pessoal, encargos, diárias, locomoção e pertinentes ao desenvolvimento dos trabalhos.				
	TOTAL:	0,00	0,00	23.800.214,11	23.800.214,11

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:28438748

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE TRABALHO - ANEXO DA LEI 4.320/64 - ANEXO DA LEI Nº 94/2025

PROGRAMA DE TRABALHO - ANEXO DA LEI 4.320/64		**Exercício 2026**
Unidade gestora: Município de Turvo		
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO		TOTAL ÓRGÃO: 1.749.004,68
Unidade: 001 GABINETE DO PREFEITO		TOTAL UNIDADE: 822.600,00
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR
04 122 02012 015	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO DO GABINETE DO PREFEITO	799.600,00
	Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito, incluindo despesas com salários, encargos patronais, diárias, adiantamentos, locomoção e pagamentos relacionados a questõesde natureza jurídicas da administração pública.	
04 122 02012 016	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DEFESA CIVIL	23.000,00
	Prestar apoio técnico, logístico e operacional às ações de Defesa Civil no âmbito municipal, contribuindo para a prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação diante de situações de risco e desastres naturais ou tecnológicos, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDC), promovendo a segurança e o bem-estar da população.	
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO		TOTAL ÓRGÃO: 1.749.004,68
Unidade: 002 ASSESSORIA DE GABINETE		TOTAL UNIDADE: 609.805,34
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR
04 122 02012 004	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE GABINETE DO PREFEITO	170.409,34
	Elaborar e coordenar juntamente com o prefeito municipal as politicas de atendimento da população, fazer intermediação politica entre o executivo e legislativo. Atender despesas de custeios tais como salários, encargos patronais, diárias, passagens, despesas de locomoção, adiantamentos.	
04 122 02012 008	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA JUNTA MILITAR	46.900,00
	Assegurar o pleno funcionamento da Junta de Serviço Militar no município, garantindo o cumprimento das obrigações legais relacionadas ao alistamento, à regularização e ao atendimento dos cidadãos quanto às demandas do serviço militar obrigatório. A ação visa manter a estrutura física e administrativa necessária, apoiar a execução dos processos de alistamento militar, expedição de documentos e demais atividades previstas pela legislação federal, em parceria com o Exército Brasileiro. Além disso, busca oferecer um atendimento eficiente, humanizado e acessível à população jovem, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e o cumprimento dos deveres cívicos.	
24 131 02012 007	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE GESTÃO ESTRATEGICA	392.496,00
	O Departamento de Gestão Estratégica e Comunicação tem como responsabilidade elaborar e coordenar, em conjunto com o Prefeito, as políticas de desenvolvimento da comunicação social no âmbito do município. Atua estrategicamente na promoção da transparência, da boa imagem institucional e do fortalecimento do relacionamento entre a administração pública, a imprensa e a população. Entre suas atribuições está a coordenação da elaboração de matérias oficiais e institucionais para divulgação das ações da gestão municipal, bem como pela organização de entrevistas coletivas com a participação do Prefeito e dos Secretários, conforme as demandas administrativas. Cabe ao departamento o agendamento e o acompanhamento de entrevistas solicitadas por veículos de comunicação, além do atendimento cotidiano à imprensa. Produz conteúdos institucionais de interesse da administração para veículos oficiais de comunicação, entre eles as redes sociais, portais, rádio e TV, realiza cobertura fotográfica e jornalística de eventos oficiais, e mantém registros audiovisuais que documentam a atuação governamental. A estruturação física adequada para a execução das atividades de comunicação é outra atribuição da pasta, incluindo a implementação de uma agência de notícias no portal oficial da Prefeitura e a criação de um banco de imagens institucional. A secretaria também é responsável pelo desenvolvimento de um novo design para o site da Prefeitura, promovendo sua integração com redes sociais e ampliando os canais de comunicação institucional. Por fim, cabe ao departamento auxiliar no planejamento e organização de eventos institucionais, como inaugurações, reuniões comunitárias e com servidores, festividades e cerimônias oficiais. Também é responsável por elaborar ou coordenar a criação de peças gráficas e materiais utilizados na divulgação dos atos da administração pública.	
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO		TOTAL ÓRGÃO: 1.749.004,68
Unidade: 003 ASSESSORIA JURÍDICA		TOTAL UNIDADE: 170.409,34
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR
04 122 02012 005	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSESSORIA JURÍDICA	170.409,34
	Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito, incluindo despesas com salários, encargos patronais, diárias, adiantamentos, locomoção e pagamentos relacionados a questõesde natureza jurídicas da administração pública.	
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO		TOTAL ÓRGÃO: 1.749.004,68
Unidade: 004 UNIDADE DE CONTROLE INTERNO		TOTAL UNIDADE: 146.190,00
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR
04 124 02012 006	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	146.190,00
	Compete ao setor responsável elaborar normas e procedimentos voltados à prevenção, detecção e correção de possíveis erros, fraudes ou omissões no âmbito da administração pública municipal. É também atribuição exercer a fiscalização contábil, financeira, administrativa, orçamentária, operacional e patrimonial do Município, abrangendo os órgãos da administração direta, fundos especiais, autarquias e fundações, com foco na legalidade, legitimidade, economicidade, correta aplicação dos recursos públicos, inclusive os transferidos a entidades, bem como no controle de renúncias de receita e impactos orçamentários. Essa fiscalização será realizada por meio de inspeções, recomendações, correções, monitoramentos e auditorias, especialmente quando forem constatadas irregularidades ou omissões, em atendimento às determinações superiores e às diligências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR). Também é função do setor acompanhar o cumprimento dos índices constitucionais mínimos de investimento em educação e saúde, conforme estabelecido na Constituição Federal. Além disso, cabe emitir parecer prévio sobre as contas anuais de cada entidade da administração pública municipal, as quais serão submetidas à apreciação do TCE-PR. Por fim, inclui-se entre as atribuições a gestão das despesas de custeio necessárias ao funcionamento do setor, como o pagamento de salários, encargos patronais, diárias, passagens, despesas de locomoção e adiantamentos.	
Órgão: 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		TOTAL ÓRGÃO: 4.428.327,03
Unidade: 001 GABINETE DO SECRETÁRIO		TOTAL UNIDADE: 160.060,00
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR
04 122 02012 009	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO DO GABINETE DA ADMINISTRAÇÃO	160.060,00
	A Secretaria da Administração tem como responsabilidades elaborar e coordenar, juntamente com o Prefeito Municipal, as políticas públicas no setor administrativo. Além disso, deve manter as atividades do Gabinete da Secretaria, coordenando os serviços e atos administrativos da municipalidade. A Secretaria também é responsável por atender às necessidades dos servidores, garantindo o cumprimento de seus direitos dentro dos parâmetros legais. Outro papel importante da Secretaria é a coordenação dos serviços de protocolo, além da implementação, acompanhamento e supervisão da gestão de documentos arquivísticos produzidos e recebidos pela Administração Pública Municipal. A Secretaria deve promover a organização, preservação e o acesso a documentos de valor permanente ou histórico, coletados de diversos órgãos e entidades municipais. Além disso, a Secretaria tem a função de contratar projetos de estudo de viabilidade e fornecer a estrutura física, administrativa e recursos humanos necessários para a realização de suas atribuições.	
Órgão: 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		TOTAL ÓRGÃO: 4.428.327,03
Unidade: 002 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO		TOTAL UNIDADE: 2.038.167,03
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR
04 122 02012 010	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	1.994.330,00

	Executar as diretrizes e políticas públicas do Governo, estabelecidas pelo Chefe do Executivo Municipal ou pelas Secretarias Municipais. Organizar a estrutura humana e material do Município para garantir a implementação de programas, projetos e serviços públicos à população, tanto nas áreas internas quanto externas de atuação. Além disso, fornecer a estrutura física, administrativa e os recursos humanos necessários para o cumprimento dessas funções.	
04 122 02012 120	EMENDA IMPOSITIVA N° 01/2025; 06/2025; 07/2025; 08/2025 E 09/2025	43.837,03
Órgão: 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		TOTAL ÓRGÃO: 4.428.327,03
Unidade: 003 DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		TOTAL UNIDADE: 1.674.500,00
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR
04 122 02012 011	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	1.674.500,00
	Elaborar e coordenar, junto ao Prefeito e demais Secretarias, as políticas de desenvolvimento de recursos humanos. Garantir a estrutura física, administrativa e de pessoal para o Departamento de Recursos Humanos. Atender questões como previdência social para servidores não efetivos, recrutamento, remoções, transferências, controle de ponto, horas extras, férias, licenças e jornadas de trabalho. Adequar as jornadas de trabalho para servidores com necessidades especiais ou que sejam estudantes. Administrar o sistema de controle de frequência eletrônico e implementar sistemas de microfilmagem e digitalização de documentos. Oferecer oportunidades de estágio para estudantes e realizar exames admissionais e demissionais para candidatos e servidores.	
Órgão: 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		TOTAL ÓRGÃO: 4.428.327,03
Unidade: 004 DEPARTAMENTO DE COMPRAS E ALMOXARIFADO		TOTAL UNIDADE: 439.000,00
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR
04 122 02012 012	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E ALMOXARIFADO	294.000,00
	Coordenar as ações do Almoxarifado Central para garantir o abastecimento dos órgãos da administração pública. Realizar o recebimento e conferência dos itens adquiridos, incluindo empenhos e notas fiscais, além de registrar os itens no sistema e armazená-los adequadamente. Controlar lotes, validades, fazer a separação e distribuição dos itens, e verificar se os bens atendem às especificações da licitação. Manter a estrutura física do almoxarifado e providenciar os recursos humanos necessários para a execução das atividades	
04 122 02012 013	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ALMOXARIFADO	145.000,00
	Coordenar as ações do Almoxarifado Central para garantir o abastecimento dos órgãos da administração pública. Realizar o recebimento e conferência dos itens adquiridos, incluindo empenhos e notas fiscais, além de registrar os itens no sistema e armazená-los adequadamente. Controlar lotes, validades, fazer a separação e distribuição dos itens, e verificar se os bens atendem às especificações da licitação. Manter a estrutura física do almoxarifado e providenciar os recursos humanos necessários para a execução das atividades.	
Órgão: 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		TOTAL ÓRGÃO: 4.428.327,03
Unidade: 005 DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS		TOTAL UNIDADE: 116.600,00
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR
04 122 02012 014	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	116.600,00
	Elaborar editais para processos licitatórios em todas as modalidades, com o objetivo de adquirir bens, serviços e executar obras para o Município. Redigir e enviar extratos de editais, resultados, contratos, aditivos, rescisões, entre outros, para publicação no Diário Oficial do Município, jornais locais, regionais e nos Diários Oficiais do Estado e da União, além de disponibilizar as informações no site do Município. Coordenar a abertura dos processos licitatórios por meio da Comissão Permanente de Licitação e acompanhar o fluxo desses processos entre as diversas instâncias. Analisar e julgar recursos administrativos e impugnações apresentadas pelos proponentes. Registrar os processos licitatórios e contratos em sistemas como SCP, SIM-AM, SICONV e Mural do Tribunal de Contas. Elaborar contratos, termos aditivos, rescisões e processos de punição. Fornecer a estrutura física, administrativa e recursos humanos necessários para o funcionamento do Departamento de Licitações e Contratos.	
Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO		TOTAL ÓRGÃO: 8.093.126,75
Unidade: 001 GABINETE DO SECRETÁRIO		TOTAL UNIDADE: 155.060,00
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR
04 123 03012 111	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO DO GABINETE DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	155.060,00
	Coordenar as atividades econômicas e financeiras do município, em articulação com o Chefe do Executivo, promovendo o planejamento, a execução e o controle orçamentário dos recursos públicos. Assegurar o funcionamento do Gabinete da Fazenda, Planejamento e Orçamento, por meio da manutenção da estrutura física, administrativa e dos recursos humanos necessários ao desempenho eficiente das funções públicas.	
Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO		TOTAL ÓRGÃO: 8.093.126,75
Unidade: 002 DEPARTAMENTO FINANÇAS E PLANEJAMENTO		TOTAL UNIDADE: 7.374.066,75
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR
04 123 03012 112	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO	450.000,00
	Assegurar o contínuo desempenho das atividades do Departamento de Finanças e Planejamento, garantindo sua estrutura física adequada e a aquisição de equipamentos permanentes necessários para a continuidade das operações. Além disso, busca-se realizar as despesas de custeio necessárias à manutenção e aprimoramento do departamento, garantindo sua eficiência, adequação às demandas e sustentabilidade no longo prazo.	
04 123 03012 113	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO	434.000,00
	Manter o desempenho das atividades voltadas ao lançamento dos recursos financeiros; Realizar a contabilização geral do Município para que as informações sejam usadas para a tomada de decisões, assim para que a administração possa corrigir desvios que possam acontecer no caminho; realizar o controle dos convênios realizados a nível estadual, tais como SIT, federais tais como SIGPC; realizar a prestação de contas anual dos convênios; Efetuar o registro da arrecadação dos impostos, taxas, contribuições; prestações de contas mensais, bimestrais e anual junto ao tribunal de contas do Paraná; manter o arquivo da contabilidade organizado; dotar de estrutura física, administrativa e recursos humanos da Divisão de Contabilidade para realização de suas atribuições.	
04 123 03012 114	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TESOURARIA	214.900,00
	Controlar os pagamentos dos fornecedores para que os mesmos não fiquem atrasados, efetuar a conciliação bancária das contas bancárias e fontes de recursos; entre outras atividades ligadas ao controle financeiros das contas públicas.	
04 846 00000 108	ENCARGOS DO PASEP	1.022.000,00
	Manter a manutenção com os encargos do PASEP	
28 846 00000 109	AMORTIZAÇÃO DO PRINCIPAL E JUROS DE DÍVIDAS	4.640.903,14
	Realizar as manutenções das amortizações e encargos das dívidas internas contratadas	
28 846 00000 110	MANUTENÇÃO COM DESPESAS DE RESTITUIÇÃO, DEVOLUÇÃO DE CONVÊNIOS, DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES, PRECATÓRIOS, 612.263,61	
	Realizar manutenção com despesas de restituição, devolução de convênios seja no âmbito municipal, estadual e federal, despesas de exercícios anteriores, precatórios e sentenças e acordos judiciais.	
Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO		TOTAL ÓRGÃO: 8.093.126,75
Unidade: 003 DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		TOTAL UNIDADE: 379.000,00
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR
04 123 03012 115	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	379.000,00
	Manter o desempenho das atividades realizadas pelo departamento de tributação e fiscalização para atendimento dos contribuintes dos impostos pertinentes ao município, dotar de equipamento e recursos humanos para o atendimento aos produtores rurais com informações sobre o Cad/Pró- Cadastro do Produtor Rural; realizar constantemente a cobrança de tributos municipais e elaborar procedimentos internos para a efetiva constituição de créditos tributários; acompanhar, através de auditoria fiscal, as informações tributárias fornecidas pelas empresas; realizar, com presteza e dedicação, o atendimento ao público, realizar visitas e questionário social junto à pessoas carentes referente à isenções tributárias, realizar constantemente a inovação das ferramentas de fiscalização, lançamento e arrecadação dos tributos municipais; revisar e readequar os tributos	

	municipais com racionalidade e justiça fiscal; Realizar campanha de incentivo de emissão de nota fiscal visando ampliação do retorno do ICMS; Desenvolver ações voltadas a atualização do cadastro imobiliário e econômico do município, visando o aumento de arrecadação, tudo de conformidade com as exigências do código tributário. Realizar a manutenção do departamento para possua toda estrutura necessária ao desenvolvimento das atividades diárias, tais como manutenção das despesas de custeio e aquisição de equipamentos pemanentes.	
Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO		TOTAL ÓRGÃO: 8.093.126,75
Unidade: 099 RESERVA DE CONTINGENCIA		TOTAL UNIDADE: 185.000,00
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR
99 999 03019 116	RESERVA DE CONTIGENCIA	185.000,00
	A Reserva de Contingência destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais, bem como a eventos imprevistos e de urgente necessidade que possam comprometer o equilíbrio das contas públicas. Sua previsão tem como objetivo assegurar flexibilidade à gestão orçamentária, permitindo que a Administração Municipal disponha de recursos para situações emergenciais, tais como: Cobertura de despesas decorrentes de calamidades públicas ou situações de emergência; Atendimento de demandas judiciais de caráter imprevisto; Reforço de dotações orçamentárias insuficientes; Garantia de equilíbrio fiscal, em conformidade com as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF Lei Complementar nº 101/2000). A utilização da Reserva de Contingência deverá observar rigorosamente os critérios legais, com abertura de créditos adicionais e autorização legislativa, assegurando transparência e responsabilidade na aplicação dos recursos públicos.	
Órgão: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS		TOTAL ÓRGÃO: 8.141.096,77
Unidade: 001 GABINETE DO SECRETÁRIO		TOTAL UNIDADE: 152.700,00
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR
15 451 05012 029	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO DO GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS	152.700,00
	Coordenar, juntamente com o chefe do Poder Executivo, as políticas de infraestrutura e obras. Propiciar uma melhor infraestrutura de mobilidade rural para a melhoria do escoamento da produção das comunidades rurais. Executar a política urbana definida no Plano Diretor Municipal. Praticar os vetores de ocupação urbana como novos elementos de dinamização urbana. Observar e cumprir o macrozoneamento urbano. Manter as atividades desempenhas com despesas de custeio relativas ao gabinete.	

Órgão: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS	TOTAL ÓRGÃO:	8.141.096,77
Unidade: 002 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS RURAIS	TOTAL UNIDADE:	3.635.800,00
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR
15 451 05012 030	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS RURAIS	2.758.800,00
	Realizar a manutenção das atividades desenvolvidas pelo Departamento de Estradas Rurais, tais como melhoria, readequação, recuperação e aberturas de novas estradas; construção de bueiros, pontes de acessos e moradias; Dotar de estrutura física e recursos humanos.	
15 451 05012 031	GESTÃO DE COORDENADORIA DE SERVIÇOS ESTRATÉGICOS	877.000,00
	Manutenção e ações do Departamento de Gestão de Frotas, dotar de recursos humanos e estrutura física para o desempenho das atividades rotineiras da pasta.	
Órgão: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS	TOTAL ÓRGÃO:	8.141.096,77
Unidade: 003 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	TOTAL UNIDADE:	3.871.596,77
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR
15 451 05012 032	MANUTENÇÃO E AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	3.290.320,00
	Manutenção e ações do Departamento de serviços urbanos, dotar de recursos humanos e estrutura física para o desempenho das atividades rotineiras da pasta; manter os serviços da construção e manutenção de vias, ruas e avenidas, construção e manutenção de galerias pluviais; limpezas de praças, jardinagem de espaços públicos; manutenção e fiscalização da rede de iluminação pública; limpeza de fossas; pavimentações; construção e manutenção de pontos de ônibus.	
15 451 05012 118	EMENDA DE BANCADA Nº 02/2025	581.276,77
Órgão: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS	TOTAL ÓRGÃO:	8.141.096,77
Unidade: 004 DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE FROTAS	TOTAL UNIDADE:	481.000,00
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR
15 451 05012 035	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE FROTAS	481.000,00
	Manutenção e ações do Departamento de Gestão de Frotas, dotar de recursos humanos e estrutura física para o desempenho das atividades rotineiras da pasta.	
Órgão: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	TOTAL ÓRGÃO:	30.130.372,28
Unidade: 001 GABINETE DO SECRETARIO	TOTAL UNIDADE:	5.000,00
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR
12 122 06012 036	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO DO GABINETE DE EDUCAÇÃO	5.000,00
	Elaborar, em conjunto com o Prefeito Municipal e o Conselho de Educação, as políticas de desenvolvimento do ensino do Município conforme o Plano Municipal de Educação; Gerenciar a implantação das políticas de desenvolvimento do ensino; manter o gabinete da Secretaria Municipal da Educação de estrutura física, administrativa e de recursos humanos para apoio administrativo e pedagógico vinculados a educação.	
Órgão: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	TOTAL ÓRGÃO:	30.130.372,28
Unidade: 002 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	TOTAL UNIDADE:	30.125.372,28
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR
12 122 06012 037	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	122.612,50
	Manter a estrutura física do Departamento, administrativa e de recursos humanos para programar suas atribuições; adequar-se às legislações pertinentes a educação; acompanhar o desenvolvimento das questões administrativas das escolas municipais; resolver questões administrativas em conjunto com as direções das escolas; elaborar dados informativos e estatísticos relacionados aos serviços de educação; criar e implantar sistema de registro de documentação próprio; disponibilizar e manter acesso de qualidade a internet e telefonia nas escolas municipais; realizar o levantamento das necessidades de conservação e a manutenção das edificações de ensino.	
12 306 06012 041	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	465.854,33
	Fornecer merenda escolar a todos os alunos matriculados nas escolas municipais e entidades educacionais, com inclusão de produtos da região na alimentação escolar; proporcionar melhores condições de alimentação; diminuição dos índices de desnutrição da criança em idade escolar; prevenção e controle dos distúrbios nutricionais; Estudos de viabilidade de implantação de um sistema de acompanhamento do desenvolvimento nutricional dos alunos.	
12 306 06012 042	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ ESCOLA	260.981,83
	Fornecer merenda escolar a todos os alunos matriculados nas escolas municipais e entidades educacionais, com inclusão de produtos da região na alimentação escolar; proporcionar melhores condições de alimentação; diminuição dos índices de desnutrição da criança em idade escolar; prevenção e controle dos distúrbios nutricionais; Estudos de viabilidade de implantação de um sistema de acompanhamento do desenvolvimento nutricional dos alunos.	
12 306 06012 043	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	154.722,15
	Fornecer merenda escolar a todos os alunos matriculados nas escolas municipais e entidades educacionais, com inclusão de produtos da região na alimentação escolar; proporcionar melhores condições de alimentação; diminuição dos índices de desnutrição da criança em idade escolar; prevenção e controle dos distúrbios nutricionais; Estudos de viabilidade de implantação de um sistema de acompanhamento do desenvolvimento nutricional dos alunos.	
12 306 06012 044	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - EDUCAÇÃO ESPECIAL	21.956,42
	Fornecer merenda escolar a todos os alunos matriculados nas escolas municipais e entidades educacionais, com inclusão de produtos da região na alimentação escolar; proporcionar melhores condições de alimentação; diminuição dos índices de desnutrição da criança em idade escolar; prevenção e controle dos distúrbios nutricionais; Estudos de viabilidade de implantação de um sistema de acompanhamento do desenvolvimento nutricional dos	

	alunos.	
12 361 06011 045	AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - ESCOLA E CMEI	90.274,00
	Manter e aprofundar programa nacional de reestruturação; Garantir de forma gradativa a melhorar a infraestruturas das escolas da Rede Municipal, viabilizando o aperfeiçoamento desses espaços com reformas, adequações e construções de novas salas, refeitórios, áreas de serviços, Playground, espaços apropriados para aprendizagem como laboratórios, biblioteca, espaços internos e externos lúdico pedagógico.	
12 361 06011 046	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	298.762,88
	Conforme estabelecido na meta 2 do Plano Nacional de Educação visando as estratégias de manter o programa nacional de aquisição de equipamentos para as escolas; Ampliar programa nacional de aquisição de veículos para transporte dos estudantes do campo, com objetivos de renovar e padronizar a frota rural de veículos escolares, reduzir evasão escolar da educação do campo e racionalizar o processo de compra de veículos para o transporte escolar do campo, garantindo o transporte intracampo, cabendo aos sistemas estaduais e municipais reduzir o tempo máximo dos estudantes em deslocamento a partir de suas realidades. Universalizar o acesso à rede municipal de computadores em banda larga de alta velocidade e aumentar a relação de computadores/ estudantes nas escolas de rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.	
12 361 06012 038	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ENSINO - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	12.366.969,50
	Manutenção das atividades da Divisão de Ensino; Aperfeiçoamento da estrutura física dos estabelecimentos de ensino da Rede Municipal através da manutenção, melhora e aquisição de material permanente como aparelhos e equipamentos de comunicação, equipamentos domésticos, coleções e materiais bibliográficos, equipamentos de proteção, equipamentos para áudio, vídeo e processamento de dados, mobiliário em geral, peças não incorporáveis a imóveis assim como materiais de consumo por meio de material educativo e esportivo, material de expediente, material de processamento de dados, material de cama, mesa e banho, material de copa e cozinha, material de limpeza e produção de higienização, material para manutenção de bens imóveis, material elétrico e eletrônico, material de proteção e segurança, manutenção e conservação de bens imóveis, serviços de áudio, vídeo e foto, serviços gráficos; Viabilizar a distribuição de material didático e pedagógico necessário aos alunos e professores através do Sistema de Ensino. Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, em prol da educação do campo e da educação indígena. Disciplinar no âmbito dos sistemas de ensino, a organização do trabalho pedagógico incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local e com as condições climáticas da região. Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais. Viabilizar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas nos estabelecimentos de ensino que assegurem a alfabetização que favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade. Apoiar a alfabetização de crianças indígenas e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas.	
12 361 06012 049	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	4.797.225,53
	Proporcionar aos alunos da Rede Municipal e da Rede Estadual de ensino condições para locomoção até as escolas; contemplar transporte adaptado conforme a demanda; contratar/locar empresas/veículos para realização do transporte escolar; envidar ações junto ao Governo do Estado para que o mesmo assuma as despesas do transporte escolar dos alunos da rede escolar, conforme o que determina a lei; melhorar a qualidade de vida dos alunos.	
12 361 06012 117	EMENDA IMPOSITIVA N° 06/2025; 07/2025; 08/2025 E 09/2025	90.000,00
12 361 06012 119	EMENDA DE BANCADA N° 001/2025	290.638,38
12 364 06012 050	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR - UNIVERSITÁRIO	258.750,00
	Proporcionar aos Estudantes Universitários condições para locomoção até as cidades de Guarapuava e Pitanga, contemplar transporte adaptado conforme a demanda .Oferecer um serviço de transporte universitário seguro, confortável e pontual, ideal para estudantes que precisam se deslocar diariamente até suas universidades. Com rotas planejadas e horários fixos, garantimos praticidade e tranquilidade durante o trajeto, permitindo que os alunos aproveitem melhor seu tempo e cheguem às aulas com mais comodidade.	
12 364 06012 055	CAPES - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - EAD	10.000,00
	O projeto visa manter e modernizar a estrutura física e tecnológica do Polo da Universidade Aberta do Brasil (UAB), garantindo melhores condições de ensino, aprendizagem e atendimento aos estudantes da educação a distância. A iniciativa contempla melhorias na infraestrutura, aquisição de equipamentos atualizados, atualização de recursos tecnológicos e adequações para acessibilidade. Com isso, busca-se promover um ambiente mais acolhedor, eficiente e alinhado às demandas atuais da educação superior, contribuindo para a permanência e o sucesso dos alunos no ensino público de qualidade.	
12 365 06011 047	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ- ESCOLA	160.125,44
	Manter e aprofundar programa nacional de reestruturação; Garantir de forma gradativa a melhorar a infraestruturas das escolas da Rede Municipal, viabilizando o aperfeiçoamento desses espaços com reformas, adequações e construções de novas salas, refeitórios, áreas de serviços, Playground, espaços apropriados para aprendizagem como laboratórios, biblioteca, espaços internos e externos lúdico pedagógico; Equipar os CMEIs através da manutenção, melhora e aquisição de material permanente como aparelhos e equipamentos de comunicação, equipamentos domésticos, coleções e materiais bibliográficos, equipamentos de proteção, equipamentos para áudio, vídeo e processamento de dados, mobiliário em geral.	
12 365 06011 048	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	153.067,86
	Manter e aprofundar programa nacional de reestruturação; Garantir de forma gradativa a melhorar a infraestruturas das escolas da Rede Municipal, viabilizando o aperfeiçoamento desses espaços com reformas, adequações e construções de novas salas, refeitórios, áreas de serviços, Playground, espaços apropriados para aprendizagem como laboratórios, biblioteca, espaços internos e externos lúdico pedagógico; Equipar os CMEIs através da manutenção, melhora e aquisição de material permanente como aparelhos e equipamentos de comunicação, equipamentos domésticos, coleções e materiais bibliográficos, equipamentos de proteção, equipamentos para áudio, vídeo e processamento de dados, mobiliário em geral.	
12 365 06012 039	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ENSINO - EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ-ESCOLA	4.071.935,52
	Manutenção das atividades da Divisão de Ensino; Aperfeiçoamento da estrutura física dos estabelecimentos de ensino da Rede Municipal através da manutenção, melhora e aquisição de material permanente como aparelhos e equipamentos de comunicação, equipamentos domésticos, coleções e materiais bibliográficos, equipamentos de proteção, equipamentos para áudio, vídeo e processamento de dados, mobiliário em geral, peças não incorporáveis a imóveis assim como materiais de consumo por meio de material educativo e esportivo, material de expediente, material de processamento de dados, material de cama, mesa e banho, material de copa e cozinha, material de limpeza e produção de higienização, material para manutenção de bens imóveis, material elétrico e eletrônico, material de proteção e segurança, manutenção e conservação de bens imóveis, serviços de áudio, vídeo e foto, serviços gráficos; Viabilizar a distribuição de material didático e pedagógico necessário aos alunos e professores através do Sistema de Ensino. Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, em prol da educação do campo e da educação indígena. Disciplinar no âmbito dos sistemas de ensino, a organização do trabalho pedagógico incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local e com as condições climáticas da região. Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais. Viabilizar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas nos estabelecimentos de ensino que assegurem a alfabetização que favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade. Apoiar a alfabetização de crianças indígenas e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas.	
12 365 06012 040	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ENSINO - EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	3.773.593,93
	Manutenção das atividades da Divisão de Ensino; Aperfeiçoamento da estrutura física dos estabelecimentos de ensino da Rede Municipal através da manutenção, melhora e aquisição de material permanente como aparelhos e equipamentos de comunicação, equipamentos domésticos, coleções e materiais bibliográficos, equipamentos de proteção, equipamentos para áudio, vídeo e processamento de dados, mobiliário em geral, peças não incorporáveis a imóveis assim como materiais de consumo por meio de material educativo e esportivo, material de expediente, material de processamento de dados, material de cama, mesa e banho, material de copa e cozinha, material de limpeza e produção de higienização, material para manutenção de bens imóveis, material elétrico e eletrônico, material de proteção e segurança, manutenção e conservação de bens imóveis, serviços de áudio, vídeo e foto, serviços gráficos; Viabilizar a distribuição de material didático e pedagógico necessário aos alunos e professores através do Sistema de Ensino. Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, em prol da educação do campo e da educação indígena. Disciplinar no âmbito dos sistemas de ensino, a organização do trabalho pedagógico incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local e com as condições climáticas da região. Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais. Viabilizar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas nos estabelecimentos de ensino que assegurem a alfabetização que favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade. Apoiar a alfabetização de crianças indígenas e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas.	
12 365 06012 051	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR - EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ ESCOLA	1.445.587,28
	Garantir a continuidade e o bom funcionamento do transporte escolar destinado às crianças da educação infantil, especialmente da etapa de Pré escola. A ação assegura o deslocamento diário dos alunos entre suas residências e as unidades de ensino, de forma segura, confortável e pontual. A manutenção envolve o custeio de veículos, combustível, motoristas e demais despesas operacionais, garantindo o acesso à educação desde os primeiros anos de vida. Com isso, promove-se a inclusão, a frequência escolar e o apoio às famílias que dependem do serviço para que suas crianças estejam regularmente na escola.	
12 365 06012 052	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR - EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	1.038.938,86
	Atualmente, o município não realiza a oferta de transporte escolar específico para crianças matriculadas na etapa de creche da educação infantil. Essa decisão baseia-se na legislação vigente, que não obriga os municípios a fornecerem transporte para esta faixa etária, considerando-se também a limitação orçamentária e a necessidade de priorização de recursos para outras etapas do ensino obrigatório. Ainda assim, o município segue comprometido com o acesso à educação infantil, investindo na ampliação de vagas, melhoria da infraestrutura das unidades e suporte às famílias por meio de outras políticas públicas complementares.	
12 367 06012 053	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ENSINO - EDUCAÇÃO ESPECIAL	118.825,87

	Ampliar o atendimento aos alunos com necessidades especiais; aumentar o número de escolas que possuam Sala de Recursos Multifuncionais; - Núcleo de Atendimento a Diversidade e Inclusão, através da contratação de profissionais especializados; criação de um centro de atendimento a portadores de educação especial, formação continuada a todos os profissionais; aquisição de materiais específicos para implementar o atendimento à Educação Especial.	
12 367 06012 054	CONVÊNIO COM APAE	134.550,00
	A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Turvo, Pr, mantenedoura da Escola Emilio Mudrey EL e EF Modalidade Educação Especial, destina-se ao atendimento atualmente de portadores de necessidades especiais, também desenvolve um trabalho multidisciplinar, quanto ao atendimento dos alunos inclusos, realizando apoio técnico pedagógico especifico, bem como avaliações técnicas, sendo psicologia, fisioterapia ocupacional, fonoaudiologia, assitência social e médico psiquiatra. O objetivo principal da parceria é manter oquadro de funcionários, ocupando a vaga de professor e servente, para continuar promovendo a melhoria e a qualidade do ensino aprendizado.	
Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	TOTAL ÓRGÃO:	21.219.894,11
Unidade: 001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	TOTAL UNIDADE:	21.219.894,11
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR
10 122 07012 017	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO DO GABINETE DE SAÚDE	156.060,00
	Manter as atividades do Gabinete da Secretaria de Saúde; realizar a manutenção das despesas com pagamentos de salários, encargos patronais, diárias, adiantamentos e despesas com locomoções. Coordenação dos serviços e atos administrativos pertinentes a secretaria. Garantir o Sistema Único de Saúde (SUS) previsto pela Constituição Federal de 1988, cujo artigo 196 dispõe que A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação.	
10 301 07012 018	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE	3.260.701,93
	Realizar a manutenção e o aprimoramento das atividades do Departamento de Gestão em Saúde, assegurando o cumprimento dos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme previsto no artigo 196 da Constituição Federal de 1988, que estabelece a saúde como direito de todos e dever do Estado. Promover a adequação e modernização da estrutura física das unidades de saúde, visando à excelência no atendimento; garantir o encaminhamento ágil e organizado de exames e consultas; manter e ampliar campanhas de prevenção de doenças para toda a população turvense. Padronizar e atualizar continuamente as informações, avaliando procedimentos e implementando melhorias na rede de informações do SUS; implantar e fortalecer a Política Nacional de Humanização, assegurando atendimento acolhedor e resolutivo. Organizar as agendas das Unidades Básicas de Saúde para contemplar tanto demandas programadas quanto espontâneas. Priorizar a aquisição de materiais, insumos e equipamentos de proteção individual, prevenindo a falta de recursos. Garantir estrutura física, administrativa e recursos humanos adequados, assegurando a manutenção e o custeio do departamento, incluindo despesas com pessoal, encargos patronais, material de consumo, diárias, locomoção e demais necessidades para a continuidade e qualidade dos serviços prestados à população.	
10 301 07012 019	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE E CONTROLE SOCIAL	5.140,00
	Manter e fortalecer as ações de participação da sociedade e controle social no SUS, ampliando e qualificando a participação de usuários, trabalhadores, gestores e prestadores na construção da política municipal de saúde. Realizar a Conferência ou Plenária Municipal de Saúde, garantindo ampla representatividade da comunidade, dos profissionais de saúde e dos gestores, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Saúde. Apresentar, por meio da Ouvidoria da Secretaria Municipal de Saúde, relatórios quadrimestrais que contemplem o registro, a análise e a resposta de 100% das manifestações no prazo estabelecido. Realizar reuniões mensais do Conselho Municipal de Saúde, assegurando a participação efetiva da sociedade no processo de controle social. Promover, anualmente, capacitações para conselheiros de saúde, abordando o funcionamento do SUS, o papel do Conselho e os instrumentos de gestão e fiscalização. Publicar integralmente, no portal eletrônico da Prefeitura Municipal, os Relatórios Quadrimestrais e Anuais de Gestão da Saúde, garantindo transparência e acesso às informações para toda a população.	
10 301 07012 020	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	1.193.743,13
	Fortalecer a manutenção da assistência farmacêutica; assegurar a qualificação e a ampliação das ações de Assistência Farmacêutica no município de Turvo, garantindo o acesso universal e oportuno a medicamentos essenciais e promovendo o uso racional. Realizar, anualmente, ações de educação em saúde voltadas para a conscientização sobre o uso indiscriminado de medicamentos, com ênfase em antibióticos e psicotrópicos. Manter a vinculação do município à Consórcios públicos, assegurando a aquisição de medicamentos com eficiência e economicidade. Revisar a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME), de forma participativa e fundamentada em evidências científicas. Garantir à população o acesso a 100% dos medicamentos constantes da REMUME, em todas as unidades dispensadoras, dentro do prazo adequado. Implantar, no âmbito municipal, um projeto de fitoterápicos no SUS. Prover estrutura física adequada, materiais, equipamentos e recursos humanos para a manutenção e aprimoramento dos serviços de Assistência Farmacêutica.	
10 301 07012 022	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA	7.749.055,00
	Fortalecer as ações das atividades da Estratégia Saúde da Família. Manter o Sistema Único de Saúde (SUS) previsto pela Constituição Federal de 1988, cujo artigo 196 dispõe que "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação". Dotar de estrutura física e recursos humanos, promovendo o pagamento de despesas de custeio com manutenção de vencimentos e encargos patronais.	
10 301 07012 023	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS	1.581.580,00
	Fortalecer as ações desenvolvidas pelos agentes comunitários de saúde ACS; Implementar e ampliar o atendimento com as visitas in loco, intensificar as campanhas que visem a prevenção de doenças e cuidado da população, garantindo o cumprimento de metas estabelecidos pelos órgãos reguladores. Manter a estrutura física, recursos humanos e a manutenção do departamento dispondo de despesas de pessoal, encargos, bem como a manutenção de despesas de custeio, incluindo os equipamentos de proteção individual os quais são necessários ao desenvolvimentos dos trabalhos, promovendo a valorização e capacitações dos servidores.	
10 301 07012 024	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE BUCAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	844.867,70
	Manutenção das atividades de saúde bucal incluindo toda estrutura física, administrativa e recursos humanos, visando a execução dos programas e serviços desempenhados no atendimento odontológico nas unidades básica de saúde, promover a saúde bucal da população; Garantir e dotar de estrutura para realização das ações voltadas no desempenhos das atividades diárias; manter os materiais necessários, tais como as despesas de custeio, pessoal, encargos patronais, material de consumo, diárias, despesas com locomoções e pertinentes para o desenvolvimento de serviços no atendimento aos usuários.	
10 301 07012 025	MANUTENÇÃO E AÇÕES DO TRANSPORTE	1.997.550,00
	Manutenção das atividades do transporte sanitário da Secretaria de Saúde. Dotar de estrutura física, administrativa, recursos humanos as quais destinam ao desenvolvimento de atividades de custeio, despesas de pessoal, encargos, diárias, despesas com locomoção, com manutenção de veículos, aquisição de materiais de suma importância para realização dos serviços de competência do Sistema Único de Saúde (SUS).	
10 301 07012 026	MANUTENÇÃO DE SUPRIMENTOS ALIMENTARES E MATERIAIS DE LIMPEZA	83.800,00
	Garantir o fornecimento de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza destinados às unidades de saúde e demais setores vinculados à Secretaria Municipal de Saúde. Garantir a qualidade e a regularidade no abastecimento, observando normas sanitárias e de segurança alimentar. Assegurar que os produtos de limpeza utilizados atendam aos padrões de eficácia e segurança, preservando a saúde dos usuários e dos profissionais. Manter ambiente limpo, seguro e acolhedor, bem como oferecer alimentação adequada sempre que necessária para pacientes, profissionais ou eventos institucionais.	
10 301 07012 124	EMENDA IMPOSITIVA N° 02/2025 E 03/2025	140.579,46
10 302 07012 021	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA, AMBULATORIAL E HOSPITALAR E URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	2.956.694,63
	Garantir o atendimento especializado qualificado e integral aos usuários do SUS; aprimorar o atendimento especializado em Média e Alta Complexidade, manter a participação do município nos consórcios públicos por meio do contrato de rateio firmado. Manter a contratualização com o Hospital Bom Pastor para atendimento às condições agudas fora do horário de funcionamento das Unidades de Saúde, bem como urgências e emergências 24 horas, incluindo os atendimentos em urgência em saúde mental e serviço de transferência de pacientes. Manter em funcionamento o Serviço Móvel de Urgência SAMU 192.	
10 302 07012 121	EMENDA IMPOSITIVA 01/2025; 04/2025; 05/2025; 06/2025; 07/2025; 08/2025 E 09/2025	419.758,92
10 302 07012 123	EMENDA IMPOSITIVA 01/2025; 06/2025; 07/2025 E 08/2025	240.638,38
10 304 07012 027	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	104.845,50
	Manter a manutenção das atividades da vigilância epidemiologia, vigilância sanitária, vigilância ambiental e vigilância em saúde do trabalhador. Conforme compreendido pela Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS), garantir as atividades que monitoram a saúde da população, identificam riscos e buscam evitar o surgimento de doenças e outros problemas de saúde; executar serviços de orientações, prevenções de doenças e propagação; Disponibilizar estrutura física, recursos humanos e administrativa atender despesas de pessoal, encargos, de custeio, e todas despesas necessárias ao desenvolvimento das ações de vigilância em saúde.	
10 607 07012 028	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ÁGUA É SAÚDE	208.000,00
	Implantar e ampliar sistema de abastecimento de água coletiva do município, construção e manutenção dos sistemas existentes, bem como poços artesianos, garantindo o bem estar da população turvense.	
10 607 07012 122	EMENDA IMPOSITIVA 01/2025; 02/2025; 04/2025 E 09/2025	246.879,46
10 607 07012 125	EMENDA IMPOSITIVA N° 07/2025	30.000,00
Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	TOTAL ÓRGÃO:	11.710.910,00
Unidade: 001 GABINETE DO	TOTAL UNIDADE:	176.500,00

SECRETÁRIO		
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR
08 122 08022 056	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO DO GABINETE DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	176.500,00
	Elaborar e coordenar juntamente com o Prefeito Municipal as políticas públicas dos serviços socioassistenciais, preconizados na legislação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Dotar de estrutura física, administrativa e recursos humanos, bem como despesas de custeio de pessoal, encargos, diárias, locomoções e pertinentes aos serviços executados.	
Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	TOTAL ÓRGÃO:	11.710.910,00
Unidade: 002 DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	TOTAL UNIDADE:	353.900,00
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR
08 243 08012 057	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	353.900,00
	Realizar a manutenção das ações do Conselho Tutelar; Promover capacitação dos conselheiros tutelares; Manter a estrutura física, administrativa e de recursos humanos; Garantir despesas com custeio tais como: despesas com pessoal, encargos, diárias, locomoções e despesas pertinentes ao desempenhos das atividades; Viabilizar a prestação de serviços para o atendimento as crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social.	

Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	TOTAL ÓRGÃO:	11.710.910,00
Unidade: 003 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	TOTAL UNIDADE:	1.113.060,00
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR
08 243 08012 059	SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS	281.000,00
	Garantir os serviços realizados em grupos para as crianças e adolescentes, jovens e mulheres, idosos e pessoas com deficiência nos serviços de proteção e fortalecimento as relações familiares e comunitárias, promover a integração em sociedade; Prevenir a ocorrências de situações de exclusão e risco social; Atendimento de grupos prioritários conforme identificados por meio do Cadastro Único e Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Rede de Proteção; Executar serviços socioassistenciais com repasses de recursos estaduais e federais para manutenção das atividades desenvolvidas; Dotar de estrutura física, recursos humanos, administrativa, atender despesas com pessoal, encargos, materiais de consumo, diarias, despesas com equipamentos permanentes, equipamentos de proteção individual, prestação de serviços relacionados ao desempenhos das ações.	
08 245 08012 061	DIVISÃO DE PROJETOS E PROGRAMAS SOCIAIS	54.000,00
	Desenvolvimento de Programa de transferência de renda municipal, de projetos de geração de renda para indivíduos e famílias em situação de extrema vulnerabilidade Social com busca de parcerias da sociedade civil organizada, visando a inclusão e promoção social destes.	
08 245 08012 064	BENEFÍCIOS EVENTUAIS	360.850,00
	Manter a manutenção dos benefícios eventuais conforme a Lei Orgânica de Assistência Social nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e Lei n° 32-2021 que Dispõe sobre a concessão de benefícios eventuais no âmbito do Município de Turvo, regulamentada através da Resolução n° 20/2021 do Conselho Municipal de Assistência Social CMAS, serão fornecidos nas modalidades de pecúnia, bens materiais ou serviços os benefícios de nascimento; morte; vulnerabilidade temporária serão composto em: Auxílio Documentação, Auxílio Alimentação, Auxílio Construção, Auxílio Colchão e/ou Cobertor, Auxílio Transporte, Auxílio Hospedagem, Auxílio Aluguel Social, Auxílio Mudança, Auxílio Transição Familiar; e calamidade pública.	
08 245 08012 065	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENDIMENTOS DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	95.000,00
	Realizar a manutenção dos edifícios públicos destinados ao atendimentos e execução de serviços de proteção social básica e especial no município.	
08 245 08012 066	MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.000,00
	Efetuar a manutenção dos conselhos municipais, com a disponibilização de espaço para a realização das reuniões/assembleias/ conferencias, garantir material de consumo, equipamentos e material permanente e locomoção para realização do controle social, através de fiscalização, e deliberações das políticas públicas dos conselhos vinculados a Secretaria da Família e Desenvolvimento Social.	
08 245 08032 062	DIVISÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - CREAS	315.210,00
	Promover a manutenção das ações do departamento de desenvolvimento social; Implementar os serviços de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (PAEFI); Fortalecer os atendimentos através de programas sócio assistenciais com objetivo de fortalecer os atendimentos através dos proogramas sócio assistenciais de média e alta complexidade, conforme diretrizes e legislações afins de implantação e implementação do SUAS. Garantir estrutura física, administrativa, recursos humanos, custeio de despesas, materiais de consumo, serviços de terceiros, locomoção, diárias, equipamentos permanentes, entre outros pertinentes para o desenvolvimento de projetos e atividades na pasta.	
Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	TOTAL ÓRGÃO:	11.710.910,00
Unidade: 004 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	TOTAL UNIDADE:	225.730,00
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR
08 243 08012 067	FAMILIA ACOLHEDORA	150.000,00
	Promover a guarda familiar temporária de crianças e adolescentes que estão afastados de suas famílias de origem, priorizando ações para a construção e reintegração ao seu núcleo familiar.	
08 243 08012 068	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES VOLTADAS A CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	40.000,00
	Realizar ações para atendimento das crianças e adolescentes.	
08 243 08015 063	APOIO AS ENTIDADES DE ATENDIMENTO DE CRIANÇA E ADOLESCENTE	35.730,00
	Realizar no âmbito do município conforme disciplinado em lei, subvenções sociais as entidades que executam e desenvolvem atividades voltadas à criança e adolescente.	
Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	TOTAL ÓRGÃO:	11.710.910,00
Unidade: 005 FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO	TOTAL UNIDADE:	100.000,00
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR
08 241 08012 069	MANUTENÇÃO E AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO	100.000,00
	Prestar atendimento socioassistencial as pessoas idosas, assegurando os direitos previstos na Lei Federal n° 10.741/2003 que dispõe sobre o estatuto do idoso e dá outras providências. Captar os recursos estaduais e federais para investimentos nas ações voltadas ao desenvolvimento de atividades política pública para a pessoa idosa.	
Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	TOTAL ÓRGÃO:	11.710.910,00
Unidade: 006 FUNDO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	TOTAL UNIDADE:	64.000,00
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR
08 242 08012 070	ATENDIMENTO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA	64.000,00
	Prestar atendimento socioassistencial as pessoas com deficiência, assegurando os direitos previstos na Lei Federal n° 13.146/2015 que dispõe sobre o estatuto da pessoa com deficiência e dá outras providencias. Captar recursos federais e estaduais para o desenvolvimento das atividades.	
Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	TOTAL ÓRGÃO:	11.710.910,00
Unidade: 007 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FHIS	TOTAL UNIDADE:	8.189.500,00
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR

08 482 08011 071	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	6.565.000,00
	Viabilizar à população de baixa renda o acesso à moradia adequada e regular, bem como o acesso aos serviços públicos reduzindo a desigualdade social, promovendo ocupação urbana planejada, através de Programas Municipal, Estadual e Federal, conforme previsto na Lei Municipal n° 12/2009.	
08 482 08011 072	OPERAÇÃO DE CRÉDITO - PROGRAMA PRÓ-MORADIA	1.624.500,00
Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	TOTAL ÓRGÃO:	11.710.910,00
Unidade: 008 FUNDO DA MULHER	TOTAL UNIDADE:	1.488.220,00
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR
08 245 08012 058	DIVISÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES	169.500,00
	Realizar a manutenção das ações da Divisão de Políticas Públicas para Mulheres; Articular politicas ao enfrentamento da violência domésticas; Realizar divulgações em espaços públicos sobre a Lei Maria da Penha; Desenvolver campanhas do empoderamento feminino na sociedade Turvense; Promover campanhas em parceria com Secretaria Municipal de Saúde Dia Internacional da Mulher; Dia Internacional de Luta pela Saúda da Mulher e Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna; Outubro Rosa; Enfrentamento à violência contra a mulher; Promover projetos junto com a sociedade que visem capacitar as mulheres para o mercado de trabalho. Dotar de estrutura física, administrativo e recursos humanos para custeio das despesas de pessoal, encargos, diárias, locomoção, e demais despesas relacionadas as ações do departamento.	
08 245 08012 060	DIVISÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS	1.318.720,00
	Promover a manutenção das ações da divisão de proteção social básica - CRAS; Implementar os serviços de proteção e atendimento integral à família (PAIF); Fortalecer os atendimentos através de programas sócio assistenciais com objetivo de: elaborar, financiar, fiscalizar, avaliar e monitorar, em parceria com a administração municipal e instâncias de controle social a política de assistência social, conforme diretrizes e legislações afins de implantação e implementação do SUAS. Garantir estrutura física, administrativa, recursos humanos, custeio de despesas, tais como pessoal, encargos, materiais de consumo, serviços de terceiros, locomoção, diárias, equipamentos permanentes, entre outros pertinentes para o desenvolvimento de projetos e atividades na pasta.	
Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	TOTAL ÓRGÃO:	2.445.917,84
Unidade: 001 GABINETE DO SECRETÁRIO	TOTAL UNIDADE:	239.100,00
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR
20 122 09012 077	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO DO GABINETE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	239.100,00
	Elaborar e coordenar, juntamente com o Prefeito Municipal, as políticas de desenvolvimento do setor agrícola e pecuário; Realizar avaliação periódica sobre o desenvolvimento do setor agropecuário; Dotar de estrutura física, administrativa e de recursos humanos para realização de atribuições.	
Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	TOTAL ÓRGÃO:	2.445.917,84
Unidade: 002 DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	TOTAL UNIDADE:	1.971.817,84
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR
20 606 09011 079	PROGRAMA LEITE 10	100.000,00
	Fomentar às atividades relacionadas à distribuição de sêmen, vacinas, nitrogênio, leiteira e insumos necessário ao desenvolvimento de ações da agricultura familiar no município.	
20 606 09011 080	PROGRAMA DE INCENTIVO AO ASSOCIATIVISMO RURAL E OLIMPIADA RURAL	280.000,00
	Apoiar as organizações existentes no município com auxílio financeiro para realização de olímpiada rural.	
20 606 09011 106	PROGRAMA MULHERES NO CAMPO	10.000,00
	Executar serviços dentro das propriedades dos agricultores familiares do município, tais como aquisição de cascalhos, peças mecânicas, entre outros insumos para o desenvolvimento das atividades.	
20 606 09011 107	PROGRAMA EDUCA CAMPO	10.000,00
	Executar serviços dentro das propriedades dos agricultores familiares do município, tais como aquisição de cascalhos, peças mecânicas, entre outros insumos para o desenvolvimento das atividades.	
20 606 09012 078	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	1.156.000,00
	Desenvolver atividades pertinentes a manutenção do departamento de agricultura; Fortalecer a Feira do Produtor Rural; Dotar de estrutura física, administrativa, recursos humanos, custeio de despesas com pessoal, encargos, materiais de consumo, prestação de serviços, diárias, realização de capacitação aos servidores lotados, equipamentos permanentes; e demais ações que sejam necessárias para o andamentos dos serviços prestados pelo município.	
20 606 09012 126	EMENDA IMPOSITIVA N° 02/2025; 03/2025; 06/2025; 07/2025; 08/2025 E 09/2025	405.817,84
20 609 09011 081	PROGRAMA DE COMERCIALIZAÇÃO, AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM)	10.000,00
	Manter as ações de comercialização, agroindustrialização e serviços de inspeção municipal conforme disposto na Lei n° 24/2017 do Município, cujo objetivo de fiscalizar previamente, sob o ponto de vista industrial, higiênico e sanitário, os produtos de origem animal em todo território do Município de Turvo; Disposto na lei a Inspeção Industrial e sanitária dos estabelecimentos e A regularização de que trata este artigo será exercida nos termos da Lei Federal nº 8.080/90 de 19 de setembro de 1990 e abrangerá: 1 - As condições higiênico-sanitárias e tecnológicas de produção, manipulação, beneficiamento, armazenagem, transporte e comercialização dos produtos de origem animal e suas matérias-primas, adicionadas ou não de vegetais;2. A fiscalização e o controle do uso de aditivos empregados na industrialização dos produtos de origem animal; 3. Os exames tecnológicos, microbiológicos, histológicos e químicos da matéria-prima e de produtos, quando necessários; 4. A fiscalização e o controle de todo o material utilizado na manipulação, acondicionamento e embalagem dos produtos de origem animal; 5. A qualidade e as condições técnicas sanitárias dos estabelecimentos em que são produzidos, preparados, manipulados, beneficiados, acondicionados, armazenados, transportados, distribuídos e/ou comercializados os produtos de origem animal; 6. A fiscalização das condições de higiene e saúde das pessoas que trabalham nos estabelecimentos referidos nos incisos anteriores; 7. Os padrões higiênicos sanitários e tecnológicos de produtos de origem animal; 8. Os meios de transportes de animais vivos e produtos derivados e de suas matérias-primas, destinados à alimentação humana e/ou animal; 9. Os produtos e subprodutos existentes nos mercados de consumo, por efeito de verificação do cumprimento das normas estabelecidas; 10. Outros detalhes necessários a uma maior eficiência dos serviços. Dotar de estrutura física, recursos humanos e administrativa realizar capacitação dos servidores e despesas necessárias ao aprimoramento e desenvolvimento das atividades.	
Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	TOTAL ÓRGÃO:	2.445.917,84
Unidade: 003 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	TOTAL UNIDADE:	235.000,00
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR
20 606 09011 085	PROGRAMA DE DIVERSIFICAÇÃO DAS PROPRIEDADES	100.000,00
	Manter e apoiar a diversificação das propriedades de culturas alternativas; Implementar ações voltadas as associações rurais estabelecidas no município, de acordo com o previsto em lei; Realizar a captação de recursos no âmbito federal e estadual em benefício a agricultura familiar.	
20 608 09011 083	PROGRAMA ECOMATE	20.000,00
	Capacitação técnica ao produtor no cultivo de erva mate orgânica, realização de contratação de empresa para levantamento e analise de estudos pertinentes ao cultivo de erva mate; Aquisição de insumos destinadas ao produtor; Realização de convênios para o desenvolvimento das ações no município.	
20 608 09011 084	PROGRAMA PORTEIRA A DENTRO	45.000,00
	Executar serviços dentro das propriedades dos agricultores familiares do município, tais como aquisição de cascalhos, peças mecânicas, entre outros insumos para o desenvolvimento das atividades.	
20 609 09011 082	PROGRAMA DE CORREÇÃO DE SOLOS	70.000,00
	Fortalecer a manutenção da correção de solo no município, desenvolver ações que promovam a conservação dos recursos ambientais e dos diferentes sistemas produtivos; minimizar os impactos ambientais com a conservação dos solos, água e meio ambiente; promover a captação de recursos estaduais e federais para o desenvolvimento de ações de melhoria e correção de passivos ambientais na região.	

Órgão: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO	TOTAL ÓRGÃO:	6.599.000,00
Unidade: 001 GABINETE DO SECRETÁRIO	TOTAL UNIDADE:	200.000,00
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR
22 122 10012 086	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO DO GABINETE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E INOVAÇÃO	200.000,00
	Elaborar e coordenar, juntamente com o Prefeito Municipal, as políticas de desenvolvimento Econômico e Inovação; Realizar avaliação periódica sobre o desenvolvimento do setor econômico do município; Dotar de estrutura física, administrativa e de recursos humanos para a realização das atribuições; Custeio de despesas com pessoal, encargos, diárias, locomoção.	

PROGRAMA DE TRABALHO - ANEXO DA LEI 4.320/64		**Exercício 2026**
Unidade gestora: Município de Turvo		
Órgão: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO	TOTAL ÓRGÃO:	6.599.000,00
Unidade: 002 DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	TOTAL UNIDADE:	6.399.000,00
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR
22 333 10012 088	DIVISÃO DE EMPREENDEDORISMO	65.000,00
	Implementar e manter a política de marketing das potencialidades econômicas do município, como forma de atração de novos investimentos; Garantir que a duplicação da PR466 contribuia com o desenvolvimento econômico; Prosseguir com ações do Programa Pró-Turvo. Incubadoras comerciais independentes as quais são resultado de atividades desenvolvidas por empresários ou empesas, pois essas incubadoras se baseiam nas suas competências internas e são orientadas para o lucro, caracterizadas por uma maior liberdade em elaborar seus planos de negócios; Incubadoras virtuais as quais não possuem espaço físico: têm por objetivo construir e fortalecer plataformas e redes de acesso a empresários, investidores e consultores. Implantação de uma cozinha industrial, com curso ensinado como preparar a produção para que possa ser comercializada, (boas práticas). Incentivo ao jovem empreendedor recém formado. Garantir a oferta de cursos de capacitação e formação; Manter e ampliar a Expo Turvo e a Feira Sabor e Arte; Estruturar o Plano Municipal de Atração de Investimentos (PMAI); Fortalecimento da agência do trabalhador e do banco empreendedor. Implantar e manter o desenvolvimento da sala do empreendedor com estrutura física e recursos humanos. Aquisição de veículo. Consolidar Turvo como uma cidade digital e inteligente; Ampliar a oferta de WIFI em espaços públicos; Digitalizar o atendimento ao cidadão; Programa de mobilidade sustentável, garantindo bicicletas no parque ambiental.	
22 661 10012 087	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	642.000,00
	Manter as atividades desta secretaria, adquirir equipamentos de informática, móveis e eletroeletrônicos para modernizar as ações, coordenar os projetos e programas de desenvolvimento econômico. Dotar de estrutura física, administrativa e recursos humanos. Realizar despesas de custeios com pessoal, encargos, diárias, locomoção, capacitação, equipamentos de proteção; Firmar e manter convênios com diversas instituições. Promover o desenvolvimento tecnológico da Gestão Pública; Implementar ações voltadas a tecnologia para melhoramento dos serviços públicos; Realizar implementações de sistemas, para melhor prestação de serviços à população turvense; Consolidar as políticas públicas voltadas para o Turvo como CIDADE DIGITAL. Fomentar novas agroindústrias e Fortalecer as existentes. Promover apoiar e participar de eventos e feiras para promover o desenvolvimento empresarial do município; Criar APP com cadastro industrial, comercial e de serviços no município; Realizar campanha de conscientização sobre saúde e segurança do trabalho. Promover capacitação e consutorias para empresários a fim de fortalecer as compras públicas locais por meio do Escritório de Compras Públicas.	
23 691 10012 089	CENTRO COMERCIAL MUNICIPAL	3.565.000,00
	Criar e manter o Centro Comercial Municipal; Aquisição de bens permanentes para as areas comuns, subsidio de consultoria para empreendedores que compartilham os espaços.	
23 691 10012 090	MANUTENÇÃO DO SETOR INDUSTRIAL	2.127.000,00
	Manutenção das estruturas incuboradoras industriais; Aquisição de bens permanetes e consumo para os espaços de convivencia entre as empresas credenciadas. Viabilizar as atividades e instalação de empresas no parque industrial II. Manutenção das estradas, rede pluvial, calçadas e inluminação pública. Garantindo infraestutura básica para os Parque Mercedes Paes Barbosa e Antônio Bettega, contribuindo assim para a segurança dos trabalhadores.	
PROGRAMA DE TRABALHO - ANEXO DA LEI 4.320/64		**Exercício 2026**
Unidade gestora: Município de Turvo		
Órgão: 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO	TOTAL ÓRGÃO:	1.646.319,19
Unidade: 001 GABINETE DO SECRETÁRIO	TOTAL UNIDADE:	126.500,00
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR
27 122 11012 073	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO DO GABINETE DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO	126.500,00
	Elaborar e coordenar, juntamente com o Prefeito Municipal, as políticas de desenvolvimento de Esporte, Cultura e Turismo; Dotar de estrutura física, administrativa e de recursos humanos para a realização das atribuições; Custeio de despesas com pessoal, encargos, diárias, locomoção.	
PROGRAMA DE TRABALHO - ANEXO DA LEI 4.320/64		**Exercício 2026**
Unidade gestora: Município de Turvo		
Órgão: 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO	TOTAL ÓRGÃO:	1.646.319,19
Unidade: 002 DEPARTAMENTO DE ESPORTE	TOTAL UNIDADE:	602.000,00
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR
27 812 11012 074	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO DEPARTAMENTO DE ESPORTE	602.000,00
	Manutenção do departamento de esportes; organizar eventos esportivos integrando as comunidades e as pessoas; oferecer condições para realização de eventos, aquisição de materiais esportivos e recreativos. Proporcionar a prática esportiva em diferentes modalidades; criar parcerias com federações e iniciativa privada; incentivar a prática do lazer, proporcionando uma melhor qualidade de vida; criar projetos esportivos para atender crianças, jovens e adolescentes; criar um calendário esportivo municipal; promover eventos esportivos relevantes para o município; incentivar a prática de esportes para portadores de necessidades especiais; incentivar a participação do município no jogos oficiais do Paraná; promover a qualificação dos profissionais da área de educação física, ligados ao departamento; realizar campeonatos nas diferentes modalidades esportivas; concurso para contratação de professores de educação física; criar lei de incentivo ao esportes; criar a lei de incentivo fiscal; inserir o município a nível estadual sendo sede de jogos; criar equipe de tênis de mesa, futsal, futebol, atletismo, entre outras, para representar o município; criar informativo das ações realizadas e a serem realizadas pelo departamento; melhoria das condições da prática do esporte e lazer do município; projetos de incentivo ao esporte; reformas de equipamentos existentes; realização de colônia de férias; buscar parecerias junto a órgãos estaduais e ou federais para viabilizar um centro poliesportivo (ginásio de esportes, pista de atletismo); construir academia da melhor idade nas comunidades do interior; incentivar as escolinhas esportivas; apoiar a construção e ampliação de campos de futebol.	
PROGRAMA DE TRABALHO - ANEXO DA LEI 4.320/64		**Exercício 2026**
Unidade gestora: Município de Turvo		
Órgão: 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO	TOTAL ÓRGÃO:	1.646.319,19
Unidade: 003 DEPARTAMENTO DE CULTURA E CERIMONIAIS	TOTAL UNIDADE:	532.019,19
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR
13 392 11022 075	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE CULTURA E CERIMONIAIS	405.700,00
	Promover um levantamento de áreas para a criação de locais de lazer nas áreas urbanas; Fomentar e promover áreas de lazer públicas; Realizar parcerias para a criação de espaços de lazer; Reintegrar os cursos dágua à paisagem urbana; Buscar, organizar e equipar as áreas públicas destinadas (por lei) pelos novos loteamentos; Conscientizar os proprietários de glebas loteáveis sobre a importância das áreas	

	públicas de lazer; Recuperar as áreas de lazer (praças e outras). Manter as ações do departamento de cultura, proporcionar o acesso aos bens culturais, través de oficinas e festivais municipais, cursos de dança, cursos de desenho, festivais musicais, festas típicas, entre outros. Promover o desenvolvimento das atividades culturais do município de turvo, criação de leis de incentivo para implantação de empreendimento cultural, elaboração de materiais culturais, realização de eventos, implementação de cursos técnicos, criação e manutenção de rádio web e participação em eventos regionais, estaduais, nacionais e internacionais, descentralização da festa de aniversário do município, ativação de grupos artísticos. Desenvolver uma política para a cultura que estimule a produção artística dos estudantes e disponibilize o acervo cultural para escolas como espaço de circulação da diversificação cultural brasileira; incentivar a formação de plateia; garantir a melhoria da qualidade dos eventos. Dotar de estrutura física, administrativa e recursos humanos; custear despesas de custeio tais como pessoal, encargos, diárias, locomoção, passagens, prestação de serviços e equipamentos necessários para o desempenho das atividades.	
13 392 11022 127	EMENDA IMPOSITIVA N° 05/2025; 06/2025; 07/2025; 08/2025 E 09/2025	126.319,19
PROGRAMA DE TRABALHO - ANEXO DA LEI 4.320/64		**Exercício 2026**
Unidade gestora: Município de Turvo		
Órgão: 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO	TOTAL ÓRGÃO:	1.646.319,19
Unidade: 004 DEPARTAMENTO DE TURISMO E EVENTOS	TOTAL UNIDADE:	385.800,00
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR
23 695 11032 076	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE TURISMO E EVENTOS	385.800,00
	Desenvolver um plano turístico municipal com a participação das diversas comunidades etnias, e o Conselho Municipal de Turismo; Mapear as potencialidades turísticas; Compatibilizar um roteiro turístico a partir de caminhos definidos no sistema viário municipal e definido no plano diretor; Realizar projeto de sinalização nos caminhos definidos como prioritários para a localização das comunidades; Criar alternativas para o turismo rural, englobando a natureza, as comunidades, o bem estar, o voluntarismo e a pesquisa científica; Definir o papel da comunidade no processo turístico; Utilizar a gastronomia diversificada existente nas comunidades como patrimônio e atrativo imaterial, e implementar parcerias com cursos de gastronomia na região; Captar recursos estaduais e federais no investimento do turismo no município; Conciliar os eventos municipais já consolidados com a oferta turística; Conceber um calendário turístico tendo em vista as datas comemorativas municipais e os feridos nacionais e estaduais; Disponibilizar em conjunto com as comunidades diferentes tipologias de transporte para o turismo; Procurar obter o Selo de Qualidade do Turismo, objeto proposto no plano estadual de turismo; Criar e estruturar o parque da cachoeira urbana no rio Turvo na Sede; Promover a complementação do parque urbano já existente. Dotar de estrutura física, administrativa e recursos humanos, realizar despesas com custeio tais como dispêndios pessoal, encargos, diárias, locomoção, diárias, contratações de terceiras, e demais materiais necessários para realização das ações.	
PROGRAMA DE TRABALHO - ANEXO DA LEI 4.320/64		**Exercício 2026**
Unidade gestora: Município de Turvo		
Órgão: 12 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, ENGENHARIA E URBANISMO	TOTAL ÓRGÃO:	3.642.000,00
Unidade: 001 GABINETE DO SECRETÁRIO	TOTAL UNIDADE:	157.000,00
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR
18 122 12012 095	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO DO GABINETE DE MEIO AMBIENTE, ENGENHARIA E URBANISMO	157.000,00
	Elaborar e coordenar, juntamente com o Prefeito Municipal, as políticas de desenvolvimento do Meio Ambiente, Engenharia e Urbanismo; Dotar de estrutura física, administrativa e de recursos humanos para a realização das atribuições; Custeio de despesas com pessoal, encargos, diárias, locomoção.	
PROGRAMA DE TRABALHO - ANEXO DA LEI 4.320/64		**Exercício 2026**
Unidade gestora: Município de Turvo		
Órgão: 12 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, ENGENHARIA E URBANISMO	TOTAL ÓRGÃO:	3.642.000,00
Unidade: 002 DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	TOTAL UNIDADE:	2.585.000,00
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR
18 423 12011 097	APOIO AO SILVÍCOLA E COMUNIDADES TRADICIONAIS	200.000,00
	Promover apoio aos silvícolas e comunidades tradicionais; Instigar com a comunidade indígena a elaboração e execução de projetos em atividades agrícola produtivas; Manter o Projeto Florestação o qual visa aumentar a cobertura florestal e o uso sustentável da floresta nativa dos povos e comunidades tradicionais, com à obtenção de mudas de plantas nativas para a recomposição de florestas; proteção dos recursos hídricos; Com o plantio e extrativismo sustentável da erva-mate obtendo aumento da renda.	
18 541 12011 100	PROGRAMA DE PAISAGISMO URBANO E VIVEIRO MUNICIPAL	120.000,00
	Implantar viveiro municipal para o desenvolvimento de espécies nativas; Elaborar o plano de arborização urbana com espécies nativas da região; aquisição de mudas e uso no paisagismo nas vias públicas juntamente com espécies adquiridas de terceiros	
18 541 12011 101	PARQUE MUNICIPAL	35.000,00
	Implantação de um parque municipal para propiciar condição de lazer, recreação e turismo de forma compatível com os demais objetivos de um parque municipal.	
18 541 12011 103	PROGRAMA PARCERIA DO LIXO	450.000,00
	Desenvolvimento de atividades para manutenção da coleta seletiva e a separação do material reciclável.	
18 541 12012 096	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	569.000,00
	Articular a política municipal ambiental à produção agropecuária do município, através de protocolos a serem formulados; Ampliar e fortalecer a fiscalização ambiental; Promover parcerias com as comunidades para valorizar, preservar e recuperar as áreas de interesse ambiental; Desenvolver em parceria com os órgãos municipais, diferentes técnicas de manejo ambiental, auxiliando a produção agropecuária; Modernizar a produção agropecuária, com inovação, para que sejam possíveis processos agroindustriais diferenciados; Incentivar a produção das indústrias locais, notadamente a de móveis, contemplando a extração de madeira de reflorestamento para esta finalidade; Praticar a fiscalização das ocupações urbanas em discordâncias com as leis, no que diz respeito à ocupação nas áreas de preservação permanente dos rios, córregos e nascentes . Dotar de estrutura física, administrativa e recursos humanos, adquirir equipamentos necessários ao desenvolvimento das atividades, custear despesas com pessoal, encargos, diárias, locomoção, contratações, insumos e materiais de consumo.	
18 541 12012 098	ESTAÇÃO ECOLÓGICA MUNICIPAL	90.000,00
	Realizar as manutenções necessárias do Parque Ecológico Municipal.	
18 541 12012 099	CENTRO DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS	185.000,00
	Realizar as manutenções necessárias da central de tratamento de resíduos com a triagem, compostagem, transbordo, recuperação do lixão e manutenção da associação de catadores de materiais recicláveis.	
18 542 12012 102	MANUTENÇÃO DA COLETA E TRANSBORDO DE RESÍDUOS SOLÍDOS	936.000,00
	Executar a coleta resíduos domiciliares não recicláveis na sede do município e no distrito do município e transbordo de resíduos sólidos.	
PROGRAMA DE TRABALHO - ANEXO DA LEI 4.320/64		**Exercício 2026**
Unidade gestora: Município de Turvo		
Órgão: 12 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, ENGENHARIA E URBANISMO	TOTAL ÓRGÃO:	3.642.000,00
Unidade: 003 DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E URBANISMO	TOTAL UNIDADE:	850.000,00
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR
15 122 12022 104	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E URBANISMO	850.000,00
	Coordenar e promover o crescimento organizado do desenvolvimento urbano e rural, segundo as leis complementares que constam no plano diretor, manter atualizados os dados do município, conforme implantação de novos loteamentos ou desmembramentos. Analisar e fiscalizar projetos de obras, onde exista interesse de execução em área urbana. Emitir os documentos necessários para aprovação e execução de projetos dentro do perímetro urbano, fornece numeração predial. Emitir autorização,	

	permissão ou concessão de uso e parcelamento do solo. Arquivar projetos e documentos equivalentes a aprovação para controle interno. Fiscalizar obras públicas, executadas por empresas contratadas, de modo a garantir a qualidade conforme descrita em projeto, bem como fornece informações para diversos sistemas de prestação de contas. Arquivar e controlar os mapas cartográficos do município. Emitir laudos quando necessário. Dotar de estrutura física, administrativa e recursos humanos, atender despesas de custeio tais como; pessoal, encargos, diárias, locomoção, contratações, materiais de consumo, equipamentos permanentes e pertinentes ao desenvolvimento dos trabalhos.	
PROGRAMA DE TRABALHO - ANEXO DA LEI 4.320/64		**Exercício 2026**
Unidade gestora: Município de Turvo		
Órgão: 12 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, ENGENHARIA E URBANISMO	TOTAL ÓRGÃO:	3.642.000,00
Unidade: 005 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO	TOTAL UNIDADE:	50.000,00
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR
17 512 12021 105	PROGRAMA DE SANEAMENTO BÁSICO	50.000,00
	Elaborar um plano de saneamento para o controle dos efluentes, procurando a preservação das águas e rios e córregos, principalmente dos cemitérios conforme estabelecido no plano diretor.	
PROGRAMA DE TRABALHO - ANEXO DA LEI 4.320/64		**Exercício 2026**
Unidade gestora: Município de Turvo		
Órgão: 13 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	TOTAL ÓRGÃO:	385.800,00
Unidade: 001 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	TOTAL UNIDADE:	385.800,00
CÓDIGO	CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	VALOR
02 062 13012 033	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	385.800,00
	Coordenar e delinear a orientação jurídica a ser seguida pelo Poder Executivo; desenvolver atividades de consultoria e assessoramento jurídicos; representar o Município judicial e extra-judiciamente, recebendo as citações, intimações e notificações judiciais dirigidas contra a Prefeitura ou o Município; elaborar defesas e prestar informações ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado; defender em juízo os interesses da Administração; realizar cobrança judicial da dívida ativa; prestar informações ao Poder Judiciário, Defensoria Pública do Estado, Polícia Civil do Estado e Departamento de Polícia Federal. Dotar de estrutura física, administrativa e recursos humanos, atender despesas de custeio tais como; pessoal, encargos, diárias, locomoção e pertinentes ao desenvolvimento dos trabalhos.	
	TOTAL GERAL:	100.191.768,65

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:76FC09CE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1419/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
ALINE BUNHAK YAGNYCZ	991505060	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
CHIRLEI TEREZINHA DE PAULA CORDEIRO	1496901	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
CLAUDINEIA GENY DOS ANJOS BERRES	1512229	2025/2026	PROFESSORA EDUCAÇÃO FISICA	02/01/2026 A 31/01/2026
DANIELLI SUSKI	1512246	2024/2025	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
DANIELLI SUSKI	1483301	2024/2025	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
DEBORA PATRICIA FERNANDES LOTEK	991505050	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
GLAUCIA NOGARA	1491701	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ILIANE STEIN	1503001	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ILIANE STEIN	1275001	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
JAIME APARECIDO STELMATCHUK	991506061	2025/2026	TECNICO ADMINISTRATIVO	02/01/2026 A 31/01/2026
MARIA JANETE BICHEWICZ	991505091	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
MARILI TRAVINSKI BRUSKE	991505545	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
PRISCILA BOAVENTURA MULLER	991505203	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
REGIANE SOARES	991505246	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
VERONICA MAZUR	991505238	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
VERONICA MAZUR	1512451	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 08 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:9D42D9C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1424/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
ANA CARLA FLISSAK WICTOR	1512487	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ANA PAULA DORNELIS TRINDADE	991505024	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ANDREIA MAUREN CORREA	1512265	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
CRISLAINE ARIELE BERRES HENZ	991505048	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
DEOLINA SANDRIELI SANTONI	1489601	2024/2025	MERENDEIRA/COZINHEIRA	02/01/2026 A 31/01/2026
GABRIELLE APARECIDA KREUTZFELT	991505543	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
GICELI MARIA SCHNEIDER DE OLIVEIRA	1512220	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
GISELE CLAUSEN HOFF ILKIU	1480201	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
INES APARECIDA PRZYSIESNY	1512632	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
JULIANA GREGORIO PASTERNAK SZEIKO	1512466	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
JULIANA GREGORIO PASTERNAK SZEIKO	991505352	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
JULIANE DROSZAK	1483601	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
MARCIA ROSANA ALVES DA SILVA	1474501	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
MARLENE IZABEL MAXIMO SCHARNOSKI	1428101	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
NADIA BURTET	1512281	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 08 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:467659B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1425/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
ANA CRISTINA AMARAL	1486601	2025/2026	MERENDEIRA/COZINHEIRA	02/01/2026 A 31/01/2026
ANDREIA HENIK DOS SANTOS	991505172	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026

CARLOS RAFAEL SCHNEIDER	1478001	2025/2026	PROFESSOR	02/01/2026 A 31/01/2026
CLAUDIA CRISTINA TOPOLSKI	1477601	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ELISIANE NEIVA BAHNERT	991505345	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ESTER GONÇALVES	1512534	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
GILMARA MISCHKA	991505136	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
JANETE MARIA LEVANDOVSKI RODRIGUES	1419201	2025/2026	ZELADORA	02/01/2026 A 31/01/2026
JULIANA BASE FERREIRA	1405201	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
JULIANE ROGOSKI HENIK	991504035	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
LAURA APARECIDA DREYER SCHNEIDER	1512443	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ROSALIA MATILDE BAUR	1426501	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
SILVANE WEBER	1430301	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
SIMONE DA SILVA BARTH	1409501	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
TAMARA TATIANE STACIAK GHIDINI FERREIRA	991505346	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 08 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:10FC3A52

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1426/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
ANDREA CRISTINA RIBEIRO RUCKER	1375701	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
CATIA APARECIDA PIALA MOSKVIAK	991505337	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
CHELY SARAIVA CALIXTO	1483201	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
CHELY SARAIVA CALIXTO	991505130	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
CLEUSA CRISTINA KEPP	991505770	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
CRISTIANE CANDIDO DA SILVA	1476301	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
FRANCIELI WENNINGKAMP MARTINS	1476901	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
GRAZIELE SERAFINI	1480601	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
GRAZIELE SERAFINI	1512442	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
JOSIANE PAULA CORDEIRO SALESKI	1477101	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
KARLA ATANASIO NADOLNY	991505756	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
LUIZ CESAR MARTINS	991505094	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ROSANJELA APARECIDA PEREIRA MISVA	1232701	2025/2026	ZELADORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ROSICLER FERREIR DE ALCANTARA	1512298	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ROSICLER FERREIR DE ALCANTARA	991505479	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 08 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:8801FE96

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1440/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
BEATRIZ APARECIDA VANIN PARABOCZ	1496501	2025/2026	MERENDEIRA/COZINHEIRA	02/01/2026 A 31/01/2026
BERNADETE MARIA RODRIGUES HORTIZ	991505104	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
BERNADETE MARIA RODRIGUES HORTIZ	1476701	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
CARLA VALDERES ILCHECHEN RAMOS	1465601	2025/2026	ZELADORA	02/01/2026 A 31/01/2026
CLAUDIA APARECIDA WLODARCZYK SLIVINSKI	991505472	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
DAIANA DANIEL DOS SANTOS	991505481	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
JANETE RIBAS DA SILVA GODOY	991505271	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
MARCIA LUZIA WEBER RICHARDT	991505116	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
MARCIA LUZIA WEBER RICHARDT	1481201	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
MAYARA GISLAINE BEDRITCHUK FURLAN	991505476	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
MIRIAN APARECIDA CIOCZEK	991505219	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ROSILIANE ANTUNES DE PAULA	991505265	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
SANDRA MARA CORDEIRO SANT ANA	1512718	2025/2026	SERVENTE	02/01/2026 A 31/01/2026
SIMONE DE FATIMA CHAGAS	991505258	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
SONALE APARECIDA LUMIKOSKI SAMONEK	1512452	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 09 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:F8CDE784

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1450/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
ANGELA MORESCHI	991505975	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
DULCIMARA TOMKI DE LIMA	991505898	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ELIANE HOFF TRENTIN	991506033	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
FRANCIELE DOS SANTOS CAVALHEIRO	991506175	2025/2026	AUXILIAR ESCOLAR-PSS	02/01/2026 A 31/01/2026
IZABEL CRISTINA VALKIV	991506057	2025/2026	AUXILIAR ESCOLAR-PSS	02/01/2026 A 31/01/2026
JACYLENE GOMES BEREZA	991505806	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
JESSICA CORDEIRO	991506142	2025/2026	PROFESSORA EDUCAÇÃO FISICA	02/01/2026 A 31/01/2026
JOCIELI JOCOSKI	991506155	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
JULIANA JANETE BLAZIK	991505907	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
JULIANE TRATZ	991506367	2025/2026	TECNICA ADMINISTRATIVA	02/01/2026 A 31/01/2026
KARINA DE OLIVEIRA	991506368	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026

MIRIA SCHRAEGLE SOARES	991505634	2025/2026	AUXILIAR ESCOLAR-PSS	02/01/2026 A 31/01/2026
NERLI APARECIDA BAZE LESZUK	991506073	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
SANDRA APARECIDA BONFANTI DA LUZ	991505415	2025/2026	MERENDEIRA-PSS	02/01/2026 A 31/01/2026
TALITA MIRANDA	991505919	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
TATIANE CRISTINA DE FREITAS DE OLIVEIRA	1483401	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
TATIANE CRISTINA DE FREITAS DE OLIVEIRA	991506064	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
VANIELE APARECIDA RODRIGUES	991506104	2025/2026	AUXILIAR ESCOLAR-PSS	02/01/2026 A 31/01/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 10 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:F3DB8DAF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1453/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
ALINE CRISTINE MARTINS ZATORSKI	991505675	2025/2026	AUXILIAR ESCOLAR-PSS	02/01/2026 A 31/01/2026
ANDRIELI LUMIKOSKI MAZEIKA	991506048	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ANDRIELI LUMIKOSKI MAZEIKA	1512550	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
BARBARA MORGANA FAUSTINO	991505954	2025/2026	AUXILIAR ESCOLAR-PSS	02/01/2026 A 31/01/2026
CARLA KELEN SOARES	991505905	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ELIETE FERREIRA	991506506	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ELIETE FERREIRA	1492501	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
FABIANA FUCK FRAGOSO	991506177	2025/2026	AUXILIAR ESCOLAR-PSS	02/01/2026 A 31/01/2026
HERICA CARLA DE OLIVEIRA	991505894	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ISABELLE FERNANDA GRIM	991504077	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ISABELLE FERNANDA GRIM	991506006	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
JOSIANE DE PAULA DROSZAK	991505204	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
KALYNE APARECIDA SCHNEIDER MENTGES	991505615	2025/2026	AUXILIAR ESCOLAR-PSS	02/01/2026 A 31/01/2026
LIDIANE CRISTINA WOLDAM DE MORAES BARTH	1479701	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
LIDIANE CRISTINA WOLDAM DE MORAES BARTH	1512477	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
LILLIAN RODRIGUES	991506152	2025/2026	MERENDEIRA-PSS	02/01/2026 A 31/01/2026
MARCIA DA SILVA FERREIRA DOS ANJOS	991505893	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
SOLANGE VERBANEK VASILKO	1182701	2024/2025	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 10 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:5D723135

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1454/2025

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
ARLETE ALVES DAUBERMANN	1359501	2025/2026	ZELADORA	02/12/2025 A 31/01/2026
CAROLINE SUELI DE OLIVEIRA DOS SANTOS	991506218	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
CASSIANE DE ALMEIDA E SOUZA	991505260	2025/2026	PROFESSORA	28/01/2026 A 26/02/2026
GISELE PETCHEVIST BRAZ	991505989	2025/2026	PROFESSORA EDUCAÇÃO FISICA	02/01/2026 A 31/01/2026
JOSIANE JOCOSKI BUENO	991505321	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
JOSIANE MENDES DE SOUZA	1394301	2025/2026	ZELADORA	02/01/2026 A 31/01/2026
JUCIELI OLIVEIRA FRUTUOSO DE JESUS	991504083	2025/2026	ZELADORA	02/01/2026 A 31/01/2026
MARIA DA GLORIA FERNANDES DOS SANTOS	991504276	2024/2025	ZELADORA	02/01/2026 A 31/01/2026
MARLI HORN	544401	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
MARRA DO ROCIO SALES	991505039	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
MIRIAN DE PAULA KAMPMANN	991506235	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
PATRICIA DALLAZUANA	991505624	2025/2026	AUXILIAR ESCOLAR-PSS	02/01/2026 A 31/01/2026
ROSANA MARIA SANT ANNA	991505423	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ROSANGELA RODRIGUES DA SILVA	1476801	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
ROSANGELA RODRIGUES DA SILVA	991505084	2025/2026	PROFESSORA	02/01/2026 A 31/01/2026
TANIA RAQUEL LECH PIRES LIPINSKI	1338201	2025/2026	ZELADORA	02/01/2026 A 31/01/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 10 de dezembro de 2025.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI

Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:6EF04895



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

RECURSOS HUMANOS
EDITAL N° 13/2025 DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 08/2025

EDITAL N° 13/2025 DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 08/2025

O MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL, Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, em conjunto com a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 08/2025, instituída pela Portaria nº 93/2025, no uso de suas atribuições legais, e

RESOLVE:

Art. 1º DIVULGAR o RESULTADO PRELIMINAR do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 08/2025, referente à avaliação de títulos e experiência profissional, conforme listas anexas a este Edital.

Art. 2º As listas do resultado preliminar encontram-se organizadas por cargo, contendo, para cada candidato:

I – nome completo;

II – pontuação obtida na avaliação de títulos;

III – pontuação obtida na experiência profissional;

IV – pontuação total;

V – classificação provisória.

Art. 3º A classificação divulgada neste Edital possui caráter exclusivamente preliminar, estando sujeita a alterações decorrentes da análise de eventuais recursos administrativos interpostos pelos candidatos, bem como de revisão de ofício pela Comissão Organizadora, se constatado erro material.

Art. 4º Fica assegurado aos candidatos o direito à interposição de recurso administrativo contra o resultado preliminar, no prazo e na forma previstos no Edital de Abertura do PSS nº 08/2025.

§ 1º Os recursos deverão ser apresentados de forma fundamentada, contendo a identificação do candidato, o cargo pretendido e a exposição clara e objetiva das razões do inconformismo.

§ 2º Não serão conhecidos recursos intempestivos, genéricos ou desacompanhados de fundamentação mínima.

Art. 5º Encerrado o prazo para recursos, a Comissão Organizadora procederá à análise e julgamento das impugnações, com posterior publicação do Resultado Final e Homologação do Processo Seletivo Simplificado, nos termos do cronograma oficial.

Art. 6º Serão divulgados por meio de Edital de Convocação a data, o local e o horário para entrega de documentações para Contratação, no endereço do Diário Oficial Eletrônico, a qualquer momento, durante o período de vigência deste Processo Seletivo Simplificado – PSS 08/2025.

§ 1º A convocação respeitará rigorosamente a ordem de classificação.

§ 2º O candidato que não atender à convocação será considerado desistente, ou se não tiver interesse pela vaga ofertada assinará termo de desistência, convocando-se o próximo da lista de classificação.

§ 3º Não se efetivará a contratação o candidato que não preencher os requisitos previstos no item 2 e 3 do Edital 08/2025, hipótese que dará o direito a convocação do próximo da lista de classificação.

Art. 7º É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nº 08/2025 no Diário Oficial Eletrônico do Município de Bocaiúva do Sul, não podendo alegar desconhecimento de quaisquer atos administrativos.

Art. 8º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Bocaiúva do Sul, 17 de Dezembro de 2025.

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL – PR

EDITAL N° 13/2025 DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 08/2025

Cargo: Agente de Apoio Educacional

Nome Completo	Data de Nascimento	Cargo de Inscrição	Ensino Médio	Cursos	Tempo de Serviço	Total	Cotas Raciais	Pessoa com Deficiência
Indianara dos Santos Veiga	28/10/1994	Agente de Apoio Educacional	50	20	30	100		
Thamiris Christina De Souza	30/08/1996	Agente de Apoio Educacional	50	20	30	100		
Talita Karen Rodrigues Souto	08/06/2000	Agente de Apoio Educacional	50	20	30	100		
Thaila Rhuana Lourenço de Negreiro	05/02/2002	Agente de Apoio Educacional	50	20	30	100		
Alessandra da Rosa Dalazoana	07/07/1991	Agente de Apoio Educacional	50	4	44	98		
Carlos Eduardo Machado da Conceição	22/01/1988	Agente de Apoio Educacional	50	16	30	96	Sim	Sim
Leticia de Oliveira Batista	03/10/1996	Agente de Apoio Educacional	50	16	30	96		
Uriene Peixoto da Costa	27/08/1988	Agente de Apoio Educacional	50	12	30	92		
Victoria Ferraz Celestino	05/03/2005	Agente de Apoio Educacional	50	8	30	88		
Grasiele Broto Bomfim	23/10/2000	Agente de Apoio Educacional	50	12	24	86		
Jannaina Cristina da Silva Miranda	26/12/1987	Agente de Apoio Educacional	50	4	30	84		
Bruna Rodrigues dos Santos	12/01/2000	Agente de Apoio Educacional	50	4	30	84		
Elis Thaina da Cruz	16/08/2002	Agente de Apoio Educacional	50	4	30	84		
Vanessa Pontes de Carvalho	27/02/1982	Agente de Apoio Educacional	50	0	30	80		

Cilene Bandaszewski Da silva	24/11/1982	Agente de Apoio Educacional	50	0	30	80		
Rafaela Trindade Da Silva	16/04/1983	Agente de Apoio Educacional	50	0	30	80		
Maria Daniela de Freitas	22/07/1986	Agente de Apoio Educacional	50	4	26	80		
Jaqueline Ribas dos Santos	29/09/1993	Agente de Apoio Educacional	50	16	14	80		
Gabriella Barbosa Chiquiti	20/01/2005	Agente de Apoio Educacional	50	0	30	80		
Vinícius Zanoni Andrade	12/04/2005	Agente de Apoio Educacional	50	0	30	80		
Thaynara Freitas Correia Siqueira	12/11/2003	Agente de Apoio Educacional	50	4	24	78		
Suzeli Chius Mazzini	05/10/1978	Agente de Apoio Educacional	50	4	20	74		
Kauane Alves de Lima	09/11/2005	Agente de Apoio Educacional	50	8	16	74		
Paula Priscila de Mattos	21/04/2003	Agente de Apoio Educacional	50	4	18	72		
Ovidia Maria de França	18/09/1967	Agente de Apoio Educacional	50	20	0	70		
José Nilson Vitoria Lima Lopes	03/11/1967	Agente de Apoio Educacional	50	20	0	70		
Eliane Vianna dos Santos	18/01/1987	Agente de Apoio Educacional	50	20	0	70	Sim	Sim
Daiane de Mattos dos Santos	28/03/1992	Agente de Apoio Educacional	50	20	0	70		
Mariane Cordeiro Rocha	23/07/2003	Agente de Apoio Educacional	50	20	0	70		
Thays Gabrielle Santos Godoi	04/06/2005	Agente de Apoio Educacional	50	0	20	70		
Valdelis Soares Ferreira	14/10/1987	Agente de Apoio Educacional	50	16	0	66		
Jaine Freitas Bento	15/12/2007	Agente de Apoio Educacional	50	4	12	66		
Joana Conceição do Nascimento Ramos	07/12/1967	Agente de Apoio Educacional	50	12	0	62		
Gracieli Aparecida Ribeiro de Lima	20/03/1992	Agente de Apoio Educacional	50	0	10	60		
Luana Bonetti de Godoi	08/11/1993	Agente de Apoio Educacional	50	0	10	60	Sim	
Jessica Franco de Lima Bandeira	15/03/1995	Agente de Apoio Educacional	50	12	0	62	Sim	
Luan de Jesus Mangger	21/04/1999	Agente de Apoio Educacional	50	12	0	62		
Kamile Veríssimo De Freitas	08/09/2005	Agente de Apoio Educacional	50	12	0	62		
Ronise da Cruz	16/12/1968	Agente de Apoio Educacional	50	4	4	58		
Marina Do Amor Divino Da Silva	13/09/1983	Agente de Apoio Educacional	50	8	0	58	Sim	Sim
Jaqueline Fernanda Rosa de Faria	31/10/1996	Agente de Apoio Educacional	50	8	0	58		
Otilia Daniel Marinho	08/08/2003	Agente de Apoio Educacional	50	8	0	58		
Eloha Camylli Chiquiti	23/01/2007	Agente de Apoio Educacional	50	8	0	58		
Bruna Patricia Godoi	21/09/1995	Agente de Apoio Educacional	50	4	2	56		
Helediane Godoy Dos Santos	26/07/1989	Agente de Apoio Educacional	50	4	0	54		
Joyce Alonso Silva	09/06/2000	Agente de Apoio Educacional	50	4	0	54		
Suelen Aparecida Porcote	26/03/1991	Agente de Apoio Educacional	50	0	2	52		
Elaine Cristina dos Santos Rocha	01/11/1996	Agente de Apoio Educacional	50	0	2	52	Sim	
Joselia Henemann Ceccon	11/07/1976	Agente de Apoio Educacional	50	0	0	50		
Joana Crokoch de Lima	04/07/1980	Agente de Apoio Educacional	50	0	0	50		
Gisele de Fátima Xavier Rosa Mottin	19/04/1981	Agente de Apoio Educacional	50	0	0	50		
Denise Elesbao Gouveia	25/04/1987	Agente de Apoio Educacional	50	0	0	50	Sim	
Ana Paula Tomaz	14/06/1987	Agente de Apoio Educacional	50	0	0	50		
Luciana Dos Santos	24/05/1988	Agente de Apoio Educacional	50	0	0	50		
Solange de Fátima Machado	31/07/1989	Agente de Apoio Educacional	50	0	0	50		
Valeria Isabel Santos butcher	09/12/1989	Agente de Apoio Educacional	50	0	0	50		
Patrícia Gusso dos Santos	12/02/1991	Agente de Apoio Educacional	50	0	0	50		
Eliane dos Santos	06/08/1991	Agente de Apoio Educacional	50	0	0	50		
Clodoaldo Aparecido Lopes Vasconcelos	04/09/1991	Agente de Apoio Educacional	50	0	0	50		
Caroline Cristina Santos Carvalho	07/11/1991	Agente de Apoio Educacional	50	0	0	50		
Ana Claudia Rodrigues de Brito	15/04/1992	Agente de Apoio Educacional	50	0	0	50		
Daiana Vianna dos Santos	29/06/1992	Agente de Apoio Educacional	50	0	0	50		Sim
Mirian Ramos Barbosa	13/07/1992	Agente de Apoio Educacional	50	0	0	50		
Willian Picanco dos Reis	24/12/1993	Agente de Apoio Educacional	50	0	0	50	Sim	
Arielly Lorraine de Freitas Gonçalves	29/06/1996	Agente de Apoio Educacional	50	0	0	50	Sim	
Diana Valentin Dalla Rosa	07/12/1996	Agente de Apoio Educacional	50	0	0	50		
Lucineia Santos Pacheco	30/03/1998	Agente de Apoio Educacional	50	0	0	50		
Ailson Taborda Batista dias junior	25/06/1999	Agente de Apoio Educacional	50	0	0	50		
Solaya Prestes Leonardo Straub	06/02/2000	Agente de Apoio Educacional	50	0	0	50		
Lauana Cristina Rocha da Silva	27/11/2001	Agente de Apoio Educacional	50	0	0	50		
Gleidiane Carvalho dos Santos	03/03/2002	Agente de Apoio Educacional	50	0	0	50		
Suelen Cristina Falcade Strapasson Gasparin	15/04/2002	Agente de Apoio Educacional	50	0	0	50		
Júlia Gabriela de Jesus dos Santos	28/07/2002	Agente de Apoio Educacional	50	0	0	50		
Jessika Gabriele Dutra Martins	29/08/2003	Agente de Apoio Educacional	50	0	0	50		
Fabíola Oliveira dos Santos	01/02/2004	Agente de Apoio Educacional	50	0	0	50		

Asheley de Oliveira Freitas Costa	10/02/2004	Agente de Apoio Educacional	50	0	0	50		
Herika Schimidt Martins	09/04/2004	Agente de Apoio Educacional	50	0	0	50		
Samanta leal crokoch	14/04/2004	Agente de Apoio Educacional	50	0	0	50		
Isabelle Leticia Caldeira de Faria	27/07/2004	Agente de Apoio Educacional	50	0	0	50		
Ana Clara Santana Lopes	28/08/2005	Agente de Apoio Educacional	50	0	0	50		
Amanda Carrão Bernardi	06/03/2006	Agente de Apoio Educacional	50	0	0	50		
Daniel Issamu Nagita	28/12/2006	Agente de Apoio Educacional	50	0	0	50		
Celine Cordeiro Santos	21/05/2007	Agente de Apoio Educacional	50	0	0	50		
Rayssa Pereira França Arsie	02/08/2007	Agente de Apoio Educacional	50	0	0	50		
Lorena Alves Ferreira	26/01/2008	Agente de Apoio Educacional	50	0	0	50		

Cargo: Professor

Nome Completo:	Data De Nascimento	Cargo De Inscrição	Situação Da Inscrição	Graduação	Mestrado	Pós - Graduação	Cursos	Tempo De Serviço	Total	Cotas Raciais	Pessoa Com Deficiência
Erinaldo Ferreira Do Nascimento	22/03/1995	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	10	15	10	20	95	Sim	
Edson José Veiga Silva	17/09/1960	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	10	15	4	20	89		
Roberto Cunha Bittencourt	05/12/1961	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	15	10	20	85		
Maria Inês De Deus	13/06/1972	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	15	10	20	85		
Silmara Dannemann Rocha Maia	08/03/1973	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	15	10	20	85		
Sonia Elizabete Santos	23/05/1975	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	15	10	20	85		
Elizangela De Oliveira	20/10/1981	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	15	10	20	85		
Vanderli Alves Dos Santos	24/03/1983	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	15	10	20	85		
Lucimara Morais De Paula Martinowitz	11/03/1986	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	15	10	20	85		
Anilly Fernanda Santos Ribeiro	08/02/1998	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	15	10	20	85		
Marili Bonfim De Lima	01/07/1968	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	15	6	20	81		
Vivian Costacurta	14/12/1980	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	15	6	20	81		
Maria Antonia Moreira Vais	07/02/1971	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	10	10	20	80		
Gislaine Gonçalves Conti	17/05/1976	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	10	10	20	80		
Beatriz De Souza Assunção	15/03/1981	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40		10	10	20	80		
Veralucia Thomaz Cardozo Silva	18/09/1981	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	10	10	20	80		
Francisco Muriel Antunes Pereira	03/10/1982	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	10	10	20	80		
Elizangeles De Lima Cachoeira	03/06/1988	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	10	10	20	80		
Camila Santos Rodrigues Pedroso	10/11/1994	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	10	10	20	80		
Flávia Fernanda Nascimento Vandelao	31/05/1999	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	10	10	20	80		
Elisiely De Jesus Pádua	22/08/2000	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	10	10	20	80		
Vanea Elizabete Costa	09/08/1982	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	15	4	20	79		
Vanilza Martins	03/11/1988	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	15	4	20	79		
Megui Talita Padilha Costa	02/12/1988	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	15	4	20	79		
Elisandra Gonçalves Calixto	02/12/1983	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	10	8	20	78	Sim	Sim
Franciele Patrícia Almeida Depoli	20/12/1991	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	10	8	20	78		
Jhony Lucas Fagundes Barboza	11/11/1998	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	10	8	20	78		
Adriane Aparecida Mocelin Polli	29/12/1970	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	15	10	12	77		
Salete Gomes Da Silva Schneider	21/09/1978	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	10	5	2	20	77		
Tatiana Regina Collet Repetti	15/03/1980	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	15	10	12	77		
Jheniffer Antunes Nichele	31/05/1990	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	15	2	20	77		
Laura Hiromi Ouyama	29/03/1970	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	10	6	20	76		
Queleonirce Dos Santos Pacheco Lucas	22/01/1972	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	10	6	20	76		
Maria Da Aparecida De Oliveira Rosa	21/03/1972	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	10	6	20	76		
Regina Ramos Cavalheiro	09/07/1983	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	10	6	20	76		
Vania Silva De Oliveira	11/01/1984	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	10	6	20	76		
Aniziane Fron Fitz	01/03/1987	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	10	6	20	76		
Mistia Roberta Sanches	09/08/1964	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	5	10	20	75		
Joao Batista Costa Ribeiro	19/05/1977	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	5	10	20	75		
Claudia Angelina De Almeida Cavalli	10/07/1977	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	5	10	20	75		
Juciliane Lopes Dos Santos De Lima	01/11/1979	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	5	10	20	75		
Paulo Carvalho De Moura	04/07/1984	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	15	0	20	75	Sim	
Valdilene Silva Da Silva	29/11/1986	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	5	10	20	75		

Adrielly Caroliny Prezniska	12/01/1996	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	5	10	20	75		
Gabrieli Aparecida Tavares Milani	11/06/1998	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	5	10	20	75		
Lucilaine Maiara Dos Santos Batista	23/09/1998	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	5	10	20	75		
Mari'stela Sanches	25/03/1960	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	10	4	20	74		
Clarice Santos Bandeira	11/10/1980	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	10	4	20	74		
Daiane Do Rocio Krigas	11/06/1997	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	10	4	20	74		
Liliane Ferreira Dos Santos	29/10/1983	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	5	8	20	73		
Marinez De Lima Dos Santos	09/10/1992	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	15	10	8	73		
Carolaine Nascimento Lopes	30/04/1998	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	5	10	18	73		
Lindinaura Rodrigues Da Cruz Nagita	29/06/1979	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	10	2	20	72		
Ana Maria Morais	21/07/1972	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	5	8	18	71		
Mariane Aparecida Godoi Falcade	30/05/1991	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	15	10	6	71		
Stheffany Alanis Da Luz De Brito	19/03/1999	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	15	10	6	71		
Daniel Eugênio De Lara	22/12/1967	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	10	20	70		
Vanderlene Santos Machado Da Silva	09/09/1969	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	10	20	70		
Selma Ceccon	02/11/1970	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	10	10	2	8	70		
Lucimeire Santana Messias	02/10/1972	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	10	0	20	70	Sim	
Vivian De Oliveira Correa	21/01/1978	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	10	20	70		
Nilceia Miss Bazzotti	07/02/1981	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	10	0	20	70		
Kelli Martin Dos Santos	13/03/1982	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	5	8	17	70		
Gisele Nascimento Beira Soares	05/11/1982	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	10	0	20	70		
Rosicler Eroni De Siqueira Carvalho	26/08/1984	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	10	20	70		
Ana Caroline Fernandes Koehler	09/02/1986	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	10	0	20	70		
Jandesmeri De Oliveira De Souza	26/05/1986	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	10	20	70	Sim	
Miriam Guth De Paula	09/11/1988	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	15	10	5	70		
Andressa Carla De Oliveira Duarte	05/09/1994	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	10	20	70		
Ingrid Dos Santos Neres	18/10/1995	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	10	20	70		
Cleize Pacheco Dos Santos Da Silva	19/11/2025	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	10	20	70		
Liliane Marcia Bento De Goes	24/09/1976	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	10	6	13	69		
Alda Maria Camolez De Souza	12/03/1983	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	15	2	12	69		
Rodrigo Santos Ramos.	07/02/1991	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	10	18	68		
Gabriela Kaviak Pontes	29/11/2001	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	10	18	68		
Debora Silvério	03/05/1966	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	5	2	20	67		
Tatiane Dos Santos Bairros	18/08/1980	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	5	2	20	67		
Adriana Biscaia Pereira	05/02/1987	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	10	10	7	67	Sim	
Mateus Batista De Souza	16/07/1998	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	5	10	12	67		
Lauriane Marques Ferreira	20/01/2000	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	15	10	2	67		
Andreia Adriane Faria Dos Santos	30/04/1976	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	6	20	66		
Susan Keila Pedreira Lima	01/08/1981	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	6	20	66	Sim	
Emanuelle Nascimento	06/06/1988	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	10	15	0	1	66	Sim	
Liamara Ripplinger	28/11/1978	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	15	10	0	65		
Francielli Castilho Farias	03|08|1982	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	15	0	10	65		
Gysele Carpanese De Sousa	10/01/1983	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	10	4	11	65		
Jaquesson Luis De Oliveira	06/10/1987	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	15	10	0	65		
Guilherme Juliano Camargo Ramos	05/10/1993	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	5	0	20	65		
Pâmela Cristina Streitenberger Da Costa	03/12/1994	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	5	0	20	65		
Daniele Dos Santos Moraes	25/09/1999	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	5	20		65		
Solange Drula	08/04/1983	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	4	20	64		
Maysa Luciano Mendes	26/04/1990	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	10	10	4	64		
Amanda Vitória Alves	15/08/2002	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	4	20	64		
Ivo Monteiro Dos Santos	12/03 /1975	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	15	6	2	63		
Suany Costa De Souza	21/07/1977	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	15	6	2	63		
Jane Suelen Prestes Melo	23/12/1992	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	10	10	3	63		
Jocieli Aparecida Santos Fernandes	17/09/1994	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	6	17	63		
Luzita Elias Portela	27/03/1966	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	10	12	62		
Andryelle Cristina Alves	07/06/1982	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	2	20	62		
Leandra Dos Santos Da Silva	01/05/1984	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	4	18	62		
Janahina De Fátima Alves	25/10/1985	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	2	20	62		
Josiele Oliveira Da Silva	29/04/1997	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	10	12	62		
Elaine Cristina Mehl Dolci	03/05/1979	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	0	20	60		

Marisete Taborda Dos	22/11/1980	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	10	10	0	60		
Adriane Gonçalves Godoi	14/03/1983	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	0	20	60		
Jacqueline Guth Costa	28/09/1984	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	0	20	60		
Leila Ginko Zinnau	01/07/1985	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	8	12	60		
Ana Paula Bigas	16/06/1986	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	0	20	60		
Priscila Dos Santos Cruz	18/07/1989	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	0	20	60		
Priscila Gluchowiski Da Costa	21/09/1992	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	0	20	60		
Pâmela Pereira De Oliveira	10/05/1995	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	10	10	0	60		
Amanda Santos De Andrade	19/02/1996	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	0	20	60		
Francine Schena Maciel	24/07/1996	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	0	20	60		
Thalita Cristina Lima Da Silva	20/02/1997	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	0	20	60		
Thatiane Camily Bonato	18/05/1997	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	0	20	60		
Veridiana Rodrigues Da Silva Dos Anjos	13/03/1994	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	5	0	14	59		
Anderson Fagundes Gimenes	23/09/1983	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	10	2	6	58		
Rosangela Maria Da Silva	05/ 05//1967	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	5	0	12	57		
Vera Lúcia Vicente	03/08/1969	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	5	0	12	57		
Márcia Damasceno Borba	05/11/1973	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	10	7		57		
Valdelinda Correa Da Silva	26-05-1971	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	4	12	56		
Regina Célia Viriato Silva	26/06/1976	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	5	6	5	56		
Sidineia Aparecida Maria Dos Anjos	18/09/1984	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	5	4	7	56		
Celso Eduardo Jorge	18/12/1972	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	10	4	1	55		
Elaine Cristina Gonçalves Gering	25/11/1981	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	10	0	5	55		
Daniele Straube Franco	28/02/1986	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	10	5	55		
Dayane Gonçalves Godoi Andreatta	09/06/1995	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	10	5	55		
Angelita Karin Cardoso Dos Santos	20/02/1974	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	2	12	54		
Sandoval Dantas Souza	26/09/1977	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	10	4	0	54	Sim	
Izabel Cristina Simões Santos	22/06/1969	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	5	8	0	53	Sim	Sim
Angela Silmara Alberti Dallin	20/10/1969	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	10	3	53		
Nilce Cristina Ferri De Almeida	20/08/1965	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	10	2	0	52		
Maria Luiza Xavier Krause	17/08/1976	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	10	2		52	Sim	
Osvaldo Yoshio Nagita	13/02/1978	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	10	2	0	0	52		
Jucelia Bonfim De Lima	04/04/1983	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	0	12	52		
Flaviana Silveira Silva	09/02/1984	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	2	10	52		
Janaína Cristina Farias Dos Santos	30/09/1987	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	0	12	52	Sim	
Heloise Giovana Canestraro	02/08/1996	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	5	4	3	52		
Vilma De Souza Couto Dos Santos	17/10/1961	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	5	6	0	51		
Adrieli Carolina Garcia Matos	08/01/1986	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	5	2	4	51		
Camila Polli Baldon	20/03/1995	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	10	1	51		
Juliane Belemer De Lima	15/07/1995	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	2	8	50		
Larissa Alves Nascimento	22/02/1999	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	10	0	0	50		
Ana Gabriela Razzoto	25/06/2002	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	2	8	50		
Felix Da Silva Domingues	17/05/1997	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	3	3	46		
Isabela Maria Da Silva Santos	17/10/1997	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	6	0	46		
Ariane Cabral Gonçalves Zimmermann	04/07/1985	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	5	0	0	45		
Dulcileide Dos Santos Ramos	22/10/1979	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	5	0	0	45		
Daiane Fugazza Castro	23/04/1990	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	5	0	0	45		
Carla Dos Santos Carvalho Amaro Do Rosario	24/11/1985	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	5	0	0	45		
Daiane Fonseca De Araújo Silva	25/07/1994	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	5	0	0	45		
Luciana Rodrigues Faria	16/12/1984	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	0	4	44		
Gabriela Donata Sphair	28/02/1993	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	4	0	44		
Priscila Castro Vaz De Oliveira	23/04/1988	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	0	3	43		
Valter Jesus Dos Santos	27021967	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	0	0	40		
Maevellyn Arcos Carvalho	08/12/1999	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	0	0	40		
Francisca Alencar Queiroz	10/11/1986	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	0	0	40		
Mislane Medeiros Francklin Da Silva	11/03/1993	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	0	0	40		
Evaneide Rodrigues Dos Santos	11/10/1963	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	0	0	40		
Thais Fernanda De Paula Ferreira	11/11/2004	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	0	0	40		
Juliana Gâmbaro Pereira Fernandes	16/03/1998	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	0		40		
Lislaine Gonçalves Cacilha	17/03/1995	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	0	0	40		
Jaqueline Klaina Moreira Da Silva	18/06/1986	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	0	0	40		
Keila Paulus Harzke	24/05/1981	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0		0	0	40		

Marilda Santos Da Silva	28/06/1970	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	0	0	40		
Aline Patrícia Beato Santos	31/01/2006	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	0	0	40		
Geovane Dos Santos Maciel	31/07/2000	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	0	0	40		
Erica Jeniffer De Souza Costa		Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	Deferida	40	0	0	0	0	40		

Cargo: NUTRICIONISTA

Nome Completo	Data de Nascimento	Cargo de Inscrição	Graduação	Mestrado	Doutorado	Pós graduação	Cursos	Tempo de Serviço	Total	Cotas Raciais	Pessoa com Deficiência
Andressa Carine Kretschmer	22/10/1991	Nutricionista	40	15	15	15	10	20	115		
Caroline De Oliveira Galindo	20/12/1992	Nutricionista	40	0	15	15	8	20	98		
Maria Das Graças De Lourdes Kantikas	26/01/1960	Nutricionista	40	0	15	15	2	20	92		
Edmar Rocha Damasceno	10/09/1976	Nutricionista	40	0	0	15	10	20	85		
Mylena Rodrigues De Araújo	01/10/1993	Nutricionista	40	0	0	15	10	20	85	Pardo (a)	Sim
Hillary Silva Dos Santos	26/09/1995	Nutricionista	40	0	0	15	10	20	85	Pardo (a)	
Deisy Liana Da Silva Ferracine	30/07/1997	Nutricionista	40	0	0	15	10	20	85		
Julia Fernanda Busato Bernardi	10/05/1989	Nutricionista	40	0	0	15	8	20	83		
Viviana De Paula Gandin	10/07/1987	Nutricionista	40	0	0	15	6	20	81		
Andreza Zanon	03/12/1994	Nutricionista	40	0	0	15	6	20	81		
Susana Pinto Bolze	04051975	Nutricionista	40	0	0	15	4	20	79		
Marielly Stasyszen De Freitas Scherruth	25/01/1983	Nutricionista	40	0	0	7,5	10	20	77,5		
Noemi Dos Santos Alves	22/06/1994	Nutricionista	40	0	0	7,5	10	20	77,5		
Jardson Rodrigues Rafael	07/11/1983	Nutricionista	40	0	0	15	2	20	77	Preto (a)	
Juliane Klosinski Fernandes	25/07/1985	Nutricionista	40	0	0	15	2	20	77		
Lucas Gomes Teixeira	21/09/1994	Nutricionista	40	0	0	15	2	20	77		
Thalita Milena Ribeiro Alves Pereira	22/05/2001	Nutricionista	40	0	0	15	10	12	77		
Gabriela Borsero Lima	26/07/1997	Nutricionista	40	0	0	7,5	8	20	75,5		
Nayelle Acorsi Horizonte	31/01/1988	Nutricionista	40	0	0	15	0	20	75	Pardo (a)	
Larissa Camilo Freire	18/11/1998	Nutricionista	40	0	0	15	0	20	75		
Versiane Janaina Heinzen	22/01/1981	Nutricionista	40	0	0	15	0	20	75		
Schaina Andriela Etgeton De Senna	10/05/1999	Nutricionista	40	0	15	7,5	10	0	72,5		
Amanda Lopes Lago	16/09/1988	Nutricionista	40	0	0	7,5	4	20	71,5		
Tamiris Andressa Leite	30/01/1998	Nutricionista	40	0	0	7,5	4	20	71,5		
Érika De Fátima Da Silva Ferreira	09/09/2000	Nutricionista	40	0	0	7,5	10	14	71,5		
Milena Gabriele Rosa Carneiro	09/12/1999	Nutricionista	40	0	0	0	10	20	70		
Rafael Alves Rosa	05/08/1979	Nutricionista	40	0	0	7,5	2	20	69,5		
Cristiane Fernandes Bettim	05/10/1989	Nutricionista	40	0	0	7,5	2	20	69,5		
Larissa Maximiliano Koutroularis	02/03/1995	Nutricionista	40	0	0	7,5	2	20	69,5		
Michele Cristiane De Almeida	20/09/1981	Nutricionista	40	0	0	7,5	6	15	68,5	Pardo (a)	
Sarah Louise Santana Silva	13/12/1997	Nutricionista	40	0	0	15	10	3	68	Preto (a)	
Suelen Ribeiro De Mello	18/08/1994	Nutricionista	40	0	0	15	6	7	68		
Ana Carla Daniela Campos Strapasson Da Gama	23/06/1999	Nutricionista	40	0	0	7,5	0	20	67,5		
Marcelly Maçaneiro Martins	23/01/2001	Nutricionista	40	0	0	7,5	0	20	67,5		
Daniella Renata Dos Santos Petters Arsie	26/01/1993	Nutricionista	40	0	0	15	2	9	66		
Mariana Da Silva	25/01/1995	Nutricionista	40	0	0	15	6	3	64		
Andressa Celeste De Freitas	27/09/1984	Nutricionista	40	0	0	15	4	1	60		
Jéssica Da Cruz	20/06/1996	Nutricionista	40	0	0	0	10	10	60	Pardo (a)	
Josiane De Fatima Cordeiro Da Costa	16/10/1981	Nutricionista	40	0	0	0	0	20	60		
Kezia Cristina Pereira De Lima	10/07/1995	Nutricionista	40	0	0	0	6	12	58		
Willian Henrique Da Costa Skruchinski	28/08/1997	Nutricionista	40	0	0	0	0	20	60		
João Vítor De Oliveira	24/06/2001	Nutricionista	40	0	0	15	0	5	60		
Maksuene Peterssen Fernandes	16/10/1985	Nutricionista	40	0	0	7,5	10	0	57,5		
Flávia Juliana Gonçalves Rodrigues Santos	16/07/1996	Nutricionista	40	0	0	7,5	4	5	56,5	Pardo (a)	
Debora Faggiano Alves Refo	11/12/1991	Nutricionista	40	0	0	0	4	12	56		
Anne Caroline Da Maia	18/01/2002	Nutricionista	40	0	0	0	10	0	50		
Francieli Da Silva Moreira	27031992	Nutricionista	40	0	0	7,5	0	0	47,5	Pardo (a)	
Priscila Ribeiro Pinter	08/02/1985	Nutricionista	40	0	0	7,5	0	0	47,5		

Thaiza Mayara Ribeiro De Aguiar	06/07/1996	Nutricionista	40	0	0	7,5	0	0	47,5		
Analu Ferreira Lourenço Braga	16/03/1996	Nutricionista	40	0	0	0	0	3	43		
Kathleen Duarte Bezerra	20/07/1999	Nutricionista	0	0	0	0	6	3	9		

Cargo: ASSISTENTE SOCIAL

Nome Completo	Data de Nascimento	Cargo de Inscrição	Graduação	Mestrado	Doutorado	Pós graduação	Cursos	Tempo de Serviço	Total	Cotas Raciais
SELMA CRISTIANE BATISTA XAVIER QUEIROZ	14/09/1973	Assistente Social	40	0	0	15	10	20	85	
Geine Larice Taborda de Castro Lima	10/09/1979	Assistente Social	40	0	0	15	10	20	85	
JEAN CARLOS BALDO	29/06/1982	Assistente Social	40	0	0	15	10	20	85	Preto (a)
Gilda Gomes Alves	13/11/1984	Assistente Social	40	0	0	15	10	20	85	
SAYRA NONATO LEITE SOARES	22/09/1989	Assistente Social	40	0	0	15	10	20	85	Pardo (a)
Kelem Pereira Faria	17/11/1994	Assistente Social	40	0	0	15	10	20	85	
Bruna Alves	23/09/1996	Assistente Social	40	0	0	15	10	20	85	
Willian Robson Martins de Freitas	27/09/1984	Assistente Social	40	0	0	15	8	19	82	
Ione Aparecida de Campos	14/06/1989	Assistente Social	40	0	0	15	6	20	81	Pardo (a)
WILLIAM DAVID PINHEIRO RIBEIRO	01/09/1982	Assistente Social	40	0	0	15	10	15	80	
Cristiane Hass	23/12/1982	Assistente Social	40	0	0	15	10	15	80	
ADRIANA DA SILVA PINHEIRO DE SOUZA LIMA PAES	18/11/1970	Assistente Social	40	0	0	7,5	10	20	77,5	Pardo (a)
Erika Pereira Souza	26/08/1975	Assistente Social	40	0	0	7,5	10	20	77,5	Pardo (a)
Gislaine Munhoz Martins	02/07/1981	Assistente Social	40	0	0	15	10	10	75	Pardo (a)
Ronisi de oliveira lutz	16/08/1977	Assistente Social	40	0	0	15	10	9	74	
Dirce Arruda pereira	09/11/1966	Assistente Social	40	0	0	7,5	6	20	73,5	Pardo (a)
Danieli Padilha Ferreira	19/08/1986	Assistente Social	40	0	0	15	0	18	73	Pardo (a)
Cristina Villar Salvatori	12/12/1979	Assistente Social	40	0	0	0	10	20	70	
Fernanda Ferreira de Jesus	07/02/2000	Assistente Social	40	0	0	0	10	20	70	
ELAINE PEROCELLI	18/11/1978-	Assistente Social	40	0	0	15	10	4	69	
Fabricia Santos Santana	28/04/1969	Assistente Social	40	0	0	7,5	0	20	67,5	Pardo (a)
CLAUDINEIA MILCZEWSKI	26/05/1968	Assistente Social	40	0	0	15	10	2	67	
Erika Leticia Almeida Pereira	02/02/1997	Assistente Social	40	0	0	7,5	10	9	66,5	Pardo (a)
Ana Paula Avelar de Souza	09/10/1987	Assistente Social	40	0	0	0	6	20	66	Pardo (a)
Gabrielle Fernanda Rocha Pinto	25/11/1999	Assistente Social	40	0	0	15	10	0	65	Pardo (a)
Danielly Motta Dutra	07061993	Assistente Social	40	0	0	7,5	8	8	63,5	
Eduardo Pinto Martins	18041987	Assistente Social	40	0	0	15	6	0	61	Pardo (a)
Wesley Silvério dos Santos	16/05/1983	Assistente Social	40	0	0	7,5	10	0	57,5	Pardo (a)
SIDNEY FRANCISCO SILVERIO DOS SANTOS	04/07/1982	Assistente Social	40	0	0	15	2	0	57	Pardo (a)
Nilcelia Aparecida de Oliveira	26/07/1983	Assistente Social	40	0	0	0	2	8	50	
Nayara pereira da cruz	02 06 1993	Assistente Social	40	0	0	0	8	0	48	Preto (a)
Jaqueline Rabelo De Souza	26/05/1983	Assistente Social	40	0	0	7,5	0	0	47,5	Pardo (a)
Stephany Prudencio da Silva	22/04/2001	Assistente Social	40	0	0	0	0	4	44	
Thatiane Kevilin Esquedino	24/09/1993	Assistente Social	0	0	0	7,5	0	16	23,5	
Talita de brito sagaz a	30/03/2005	Assistente Social	0	0	0	0	0	0	0	Pardo (a)

Cargo: CIRURGIÃO DENTISTA 20H

Nome Completo	Data de Nascimento	Cargo de Inscrição	Graduação	Mestrado	Doutorado	Pós graduação	Cursos	Tempo de Serviço	Total	Cotas Raciais
Giuliana Martina Bordin	20/03/1984	Cirurgião Dentista 20h	40	15	15	15	10	10	105	
Diego Hertl Dos Santos	03/10/1990	Cirurgião Dentista 20h	40	15	0	15	10	20	100	Pardo (a)
André Vieira De Souza	27/03/1987	Cirurgião Dentista 20h	40	0	15	15	4	20	94	
Gabrielle Gobbo Agnoletto	13/04/1995	Cirurgião Dentista 20h	40	0	15	15	0	20	90	
Jhenive Keller Cunha Hertl	29/08/1989	Cirurgião Dentista 20h	40	0	0	15	10	20	85	Pardo (a)
Daniele Dutra De Almeida	20/03/1997	Cirurgião Dentista 20h	40	0	0	15	10	20	85	
Vinicius Villas Boas Petroni	14/10/1992	Cirurgião Dentista 20h	40	0	15	7,5	0	20	82,5	
Larissa Steilmann Demarchi	26/02/1996	Cirurgião Dentista 20h	40	0	15	0	6	20	81	
Juliana Andrade Dos Santos	30/08/1992	Cirurgião Dentista 20h	40	0	0	15	4	20	79	

Fernanda Aparecida Stresser	24/02/2000	Cirurgião Dentista 20h	40	0	0	7,5	10	20	77,5	
Geovana Ferreira Lourenço	09/04/1998	Cirurgião Dentista 20h	40	0	0	7,5	8	20	75,5	
Milena Caron Lobo Castro	12/05/2000	Cirurgião Dentista 20h	40	0	0	7,5	10	15	72,5	Pardo (a)
Gabrielli Cristine Simeão	23/11/1999	Cirurgião Dentista 20h	40	0	0	7,5	4	20	71,5	
Marlize Rachid Schwarz	02/09/1980	Cirurgião Dentista 20h	40	0	0	0	10	20	70	
Thiago Rodrigo Silva	18/05/1989	Cirurgião Dentista 20h	40	0	0	7,5	2	20	69,5	
Ricardo De Almeida Vieira	02/06/1991	Cirurgião Dentista 20h	40	0	0	7,5	2	20	69,5	
Karen Cristina Pegoretti	22/09/1994	Cirurgião Dentista 20h	40	0	0	7,5	2	20	69,5	
Yasmim Lopes Sora	02/06/2001	Cirurgião Dentista 20h	40	0	0	15	4	10	69	
Emmily Grace Saraiva Ferreira	07/08/1996	Cirurgião Dentista 20h	40	0	0	15	0	13	68	Pardo (a)
Franciele Tami Terajima	30/04/1988	Cirurgião Dentista 20h	40	0	0	7,5	0	20	67,5	
Micaellen Leticia Lima Oliveira	10031996	Cirurgião Dentista 20h	40	0	0	7,5	10	10	67,5	Pardo (a)
Caroline Moura Schmockel	25/08/1993	Cirurgião Dentista 20h	40	0	0	7,5	4	14	65,5	
Cristiano Santana Bentes Junior	11/01/1997	Cirurgião Dentista 20h	40	0	0	15	10	0	65	Pardo (a)
Gabrielle Zirondi Nunes	12/01/2000	Cirurgião Dentista 20h	40	0	0	0	10	14	64	
Mayara Schimerski Bertolini	30/11/2001	Cirurgião Dentista 20h	40	0	0	0	2	20	62	
Tania Esteves Garcias Garcia	22/10/1977	Cirurgião Dentista 20h	40	0	0	7,5	6	05	58,5	
Evelyn Fabieli Bueno Alves	08/08/2000	Cirurgião Dentista 20h	40	0	0	0	4	14	58	
Farlei Willian E Silva	11/04/1989	Cirurgião Dentista 20h	40	0	0	7,5	0	5	52,5	Pardo (a)
Carlos Henrique Apoluceno De Souza	11/06/1988	Cirurgião Dentista 20h	40	0	0	7,5	4	0	51,5	
Julia Teodoro Correa	12/10/1999	Cirurgião Dentista 20h	40	0	0	7,5	4	0	51,5	
Izadora Araujo Centanini Precoma	07/03/2002	Cirurgião Dentista 20h	40	0	0	0	2	4	46	
Luana Da Silva Duarte	15/01/1997	Cirurgião Dentista 20h	40	0	0	0	0	0	40	
Rafaela Maria Bertolin	07/12/2003	Cirurgião Dentista 20h	40	0	0	0	0	0	40	

Cargo: CIRURGIÃO DENTISTA 40H

Nome Completo	Data de Nascimento	Cargo de Inscrição	Graduação	Mestrado	Doutorado	Pós graduação	Cursos	Tempo de Serviço	Total	Preto/ Parda	Deficiente
Janis Marin Ortega	27/08/1982	Cirurgião Dentista 40h	40	0	15	15	10	20	100		
Dionatan Gomes	24/02/1992	Cirurgião Dentista 40h	40	0	15	15	10	20	100		Sim
Graziele Parize Souza de Oliveira	28/12/1989	Cirurgião Dentista 40h	40	15	15	7,5	0	20	97,5		
Andréa Luísa de Souza Melo	07/02/1984	Cirurgião Dentista 40h	40	0	15	15	2	20	92	Pardo (a)	
Tamires de Oliveira Silva	28/10/1988	Cirurgião Dentista 40h	40	15	15	0	0	20	90		
Elismar Pereira Teixeira	08/11/1974	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	15	10	20	85		
Igor Alfredo da Silva Serrano	10/02/1981	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	15	10	20	85		
Gervania Pereira Gigante	01/06/1983	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	15	10	20	85	Pardo (a)	
gustavo cafieiro de toledo	27/05/1985	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	15	10	20	85		
MICHELE PORTELA DA LUZ	06/02/1990	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	15	10	20	85		
Dheniffer França Rodrigues	04/01/1991	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	15	10	20	85	Pardo (a)	
VIVIANE BISPO DE ASSIS	29/05/1992	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	15	10	20	85		
GABRIELA PESTANA DA COSTA	27/06/1995	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	15	8	20	83	Pardo (a)	
luiz pedro da silva fernandes	03/06/1997	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	15	10	20	85		
Gilliane da Silva Bentes	08/04/1999	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	15	10	20	85		
SAULO KFOURI LOPES	29/06/1985	Cirurgião Dentista 40h	40	0	15	15	6	5	81		
Estefani Luz Batista Foss	04/03/1994	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	15	6	20	81		
LETÍCIA JULIANA SILVA PEDRAÇA	06/08/1992	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	15	4	19	78		
renato santana silva	06/06/1969	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	7,5	10	20	77,5		
JAYANNE SABRINA REBOUÇAS MORAES	26/12/1981	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	7,5	10	20	77,5		
Tamara dos Santos Ferreira	15/12/1986	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	7,5	10	20	77,5	Pardo (a)	
Karysma Kalderash Dela Torre	16/09/1991	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	7,5	10	20	77,5		
Luan Machado	13/10/1991	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	7,5	10	20	77,5		
Marcelo Cavalcante Siqueira Galdino	20/05/1996	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	7,5	10	20	77,5	Preto (a)	
Amanda Zanicotti Buchmann	15/05/1998	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	7,5	10	20	77,5		
Marisol Bechelli	07/06/1963	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	15	2	20	77		
CRISTIANO SHIGUEMI AMORIM	30/10/1978	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	15	2	20	77		
Fernanda jupyra Leguthi de Souza	15/04/1986	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	15	2	20	77		
Larissa Justina Wessler	23/04/1996	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	15	2	20	77		

CHRISTIELLE DA SILVA ALENCAR	26/07/1985	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	15	0	20	75	Pardo (a)	
Tomaz Manoel Joppert Minatti	16/11/1985	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	15	0	20	75		
Rodrigo Zielonka Pereira	09/03/1992	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	15	8	12	75		
SILVIA LETICIA DE CAMARGO	01/07/1992	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	7,5	6	20	73,5		
Suzane Aparecida dos Santos	03/06/1991	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	15	10	7	72		
Elcio Rodolfo Kosciuk	29/12/1970	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	7,5	4	20	71,5		
Luiz Alessandro Saraiva Serafim	10/02/1976	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	7,5	4	20	71,5	Pardo (a)	
Ana Patrícia Esmael da SIlva	22/03/1998	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	0	10	20	70	Preto (a)	
JOSIELEM SOBRALINO TORRES	23/07/1989	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	7,5	10	12	69,5		Sim
Indira Rhana Nascimento da Silva	10/12/1991	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	7,5	2	20	69,5	Pardo (a)	
luan rangel costa dos anjos	29/06/1994	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	7,5	2	20	69,5		
Isabella Kimura de Lima	01/06/1998	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	7,5	2	20	69,5		
Julia taborda Mendes	13/01/2000	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	7,5	2	20	69,5		
RICARDO PRADO BONETTE	26/12/1991	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	7,5	2	20	69,5		
Sthefani Inacio Schoel	11/12/2000	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	7,5	2	20	69,5		
Deborah Cavalheiro Apoluceno	03/05/1988	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	7,5	0	20	67,5		
Andressa Carla de Souza Melo	05/10/1989	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	7,5	0	20	67,5		
Paola Fernanda Grochentz avila	23/09/1984	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	15	10	0	65		
Lohany Ribeiro	24/05/2000	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	0	4	20	64		Sim
Camila Segatto Hartmann	17/12/1999	Cirurgião Dentista 40h	40	0	15	0	8	0	63		
Miriã Dias Santos	22/07/1997	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	7,5	10	5	62,5	Pardo (a)	
Pablo Schio Pacheco	15/02/1980	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	0	2	20	62		
GIOVANNA GONÇALVES BREOWICZ WENDT	06/02/1995	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	0	2	20	62		
Claudia Christine Rocha de Freitas	19/07/2001	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	7,5	10	4	61,5		
VANESSA RENATA BUDNIK MELLO	03/06/1983	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	15	4	0	59		
Giovana Carolina Lisboa Candido	28/06/1997	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	7,5	8	01	56,5		Não
Francielle Fernanda da Cruz Melink sanada	17/12/1989	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	7,5	6	1	54,5	Preto (a)	Não
Patrícia Sá Corrêa Amaral	11/07/1973	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	0	0	11	51		Não
Mariane Castro Chiquite	08/05/1997	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	0	4	5	49		Não
Isabelle Alissa Kunihiro Kashiwaqui	03/10/2000	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	0	2	6	48		
Miriã da Silva Paz de Melo	23/04/1999	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	7,5	0	0	47,5	Pardo (a)	
GABRIEL DEITOS DALL SANTO	28/06/2000	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	0	6	0	46	Pardo (a)	
Caio César Santos da Conceição	02/09/1999	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	0	0	5	45		
Camilly Victoria Silva	01/06/2002	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	0	0	5	45		
Luana da Cunha Borowiak	17/10/2003	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	0	0	3	43		
Euller Miller Martins Almeida	15/03/1994	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	0	2	0	42		
Telma Fernanda Voinarski Stanski Lançoni	16/09/2002	Cirurgião Dentista 40h	40	0	0	0	0	02	42		
Elói Dalla Nora Júnior	29/12/1983	Cirurgião Dentista 40h	0	0	0	0	0	20	20		
Igor dos Santos	28/04/1999	Cirurgião Dentista 40h	0	0	0	0	0	0	0	Preto (a)	

Cargo: FISIOTERAPEUTA

Nome Completo	Data de Nascimento	Cargo de Inscrição	Graduação	Mestrado	Doutorado	Pós graduação	Cursos	Tempo de Serviço	Total	Cotas Raciais
Daniela Gallon Corrêa	13/09/1980	Fisioterapeuta	40	0	15	15	10	20	100	
Cleidimara Falcade Scremim	11/05/1992	Fisioterapeuta	40	0	15	15	10	20	100	
Janete Kaiser Vieira	18/12/1973	Fisioterapeuta	40	0	0	15	10	20	85	
Silvana Alves De Lima	12/06/1982	Fisioterapeuta	40	0	0	15	8	20	83	Pardo (a)
Mariane Boratp	28/02/2000	Fisioterapeuta	40	0	0	7,5	10	20	77,5	
Antoniel Bruno Dos Anjos	13/11/1992	Fisioterapeuta	40	0	0	7,5	2	20	69,5	Pardo (a)
Claudine Jandira Ramos Da Silva	31/08/1989	Fisioterapeuta	40	0	0	15	4	4	63	
Pâmela Cristina Da Rosa	21/10/1990	Fisioterapeuta	40	0	0	0	10	12	62	Pardo (a)
Ana Paula Da Silva De Camargo	22/06/1997	Fisioterapeuta	40	0	0	0	0	2	42	Preto (a)

Cargo: PSICÓLOGO

Nome Completo	Data de Nascimento	Cargo de Inscrição	Graduação	Doutorado	Mestrado	Pós graduação	Cursos	Tempo de Serviço	Total	Preto/ Parda	Deficiente
Bianca Stefany Dias De Jorge	22/08/1997	Psicólogo	40	0	15	7,5	6	20	88,5		
Marlete Frare	04/08/1964	Psicólogo	40	0	0	15	10	20	85		
Gilmara Dos Santos Martins	18/02/1972	Psicólogo	40	0	0	15	10	20	85		
Lucelia Fátima De Oliveira	24/07/1980	Psicólogo	40	0	0	15	10	20	85		
Josiane Sompo De Lima	18/09/1991	Psicólogo	40	0	0	15	10	20	85	Pardo (a)	
Paula Cristina França Menegusso	21/08/1995	Psicólogo	40	0	0	15	10	20	85		
Ingrid Stefani De Souza Ferreira	20/09/1996	Psicólogo	40	0	0	15	10	20	85		
Giovanna Leonardi	28/05/2001	Psicólogo	40	0	0	15	10	20	85		
Marinês Silveira Marcondes	24/01/1985	Psicólogo	40	0	0	15	10	19	84		
Rosivane De Aguiar Araujo	130/01/1984	Psicólogo	40	0	0	15	8	20	83		
Jonathan Ferreira Paraizo	24/05/1993	Psicólogo	40	0	0	15	6	20	81		
Sirlei Adelaide De Andrade	11/06/1976	Psicólogo	40	0	0	15	4	20	79		
Jamille Carolina De Carvalho Dos Santos Martins	04/08/1993	Psicólogo	40	0	0	15	4	20	79		Sim
Edinaldo Malta Da Silva	16/02/1977	Psicólogo	40	0	0	15	4	19	78	Pardo (a)	
Roberta Barbosa De Oliveira	24/12/1992	Psicólogo	40	0	0	7,5	10	20	77,5	Pardo (a)	
Paula Ereni Palhano Silva	04/03/1980	Psicólogo	40	0	0	15	2	20	77		
Paola Roik Mancini	03/09/1983	Psicólogo	40	0	0	15	2	20	77		
Enzo Vinicius Lesniowski	29/06/1998	Psicólogo	40	0	15	0	2	20	77		
Katia Maria Mendonça	20/08/1957	Psicólogo	40	0	0	15	0	20	75		
Kirsilane Aguiar Falcão	23/04/1974	Psicólogo	40	0	0	15	0	20	75		
Fabiane De Oliveira Bollauf	18/12/1980	Psicólogo	40	0	0	15	0	20	75		
Helen Cristine Dinis Vilhalva	19/07/1985	Psicólogo	40	0	0	15	0	20	75	Pardo (a)	
Márcus Vinícius Gomes Moreira	02/07/1998	Psicólogo	40	0	0	15	10	10	75		
Karina Duarte Ferreira	16/03/1999	Psicólogo	40	0	0	15	0	20	75		
Caroline Cristina Da Silva Mocelim	19/12/1991	Psicólogo	40	0	0	7,5	6	20	73,5		
Guilherme Augusto Scheffler Seidel	18/12/1998	Psicólogo	40	0	0	7,5	6	20	73,5		
Luciane Bonfim	18/03/1971	Psicólogo	40	0	0	7,5	4	20	71,5		
Ana Paula Reggiani	24/01/1983	Psicólogo	40	0	0	15	6	9	70		
Gabriele Xavier	04/05/1999	Psicólogo	40	0	0	0	10	20	70		
Luiza Victória Ribeiro Aragão	17/11/1995	Psicólogo	40	0	0	7,5	2	20	69,5		
Bruno Levis Andrade	15/12/1997	Psicólogo	40	0	0	15	10	3	68		
Alexandre Reif Junior	26/09/1951	Psicólogo	40	0	0	7,5	0	20	67,5		
Weslei Henrique Justino De Oliveira Lamego	10/01/1995	Psicólogo	40	0	0	7,5	0	20	67,5		
Ana Beatriz Masini Paes	06/10/1995	Psicólogo	40	0	0	7,5	0	20	67,5		
Ezequiel Francisco Carvalho Viana	04/09/1999	Psicólogo	40	0	0	7,5	0	20	67,5		
Alexandre Da Silva Ferri	25/07/1972	Psicólogo	40	0	0	7,5	4	15	66,5		
Michaela Leticia Lemes	16/01/1997	Psicólogo	40	0	0	7,5	10	7	64,5	Pardo (a)	
Thais Aparecida Barbosa	02/10/1999	Psicólogo	40	0	0	15	8	0	63		
Herick Oliveira Camargo	01/06/1999	Psicólogo	40	0	0	7,5	0	12	59,5		
Camille Maria Arcie Domingos	08/09/1999	Psicólogo	40	0	0	0	0	18	58		
Andréia Muza (Custódio)	14/12/1974	Psicólogo	40	0	0	15	2	0	57		
Cecilia Frederico Loureiro Ostoja Roguski	27/09/1980	Psicólogo	40	0	0	0	10	7	57		
Beatriz Arissa Cabolon Guimarães	23/11/1998	Psicólogo	40	0	0	0	2	15	57		
Carolina Coutinho Fernandes Dos Santos	14/01/1998	Psicólogo	40	0	0	0	0	14	54		
Fernanda Graciele De Lara	15081978	Psicólogo	40	0	0	7,5	4	2	53,5		
Leonardo Figueiredo Caldas	30/07/1970	Psicólogo	40	0	0	7,5	0	5	52,5		
Gislaine Dos Santos	10/09/1999	Psicólogo	40	0	0	7,5	2	0	49,5		
Valdete Pereira De Lima	02/05/1975	Psicólogo	40	0	0	7,5	2	0	49,5		
Luis Dirceu Da Silva	01/06/1995	Psicólogo	40	0	0	7,5	0	0	47,5		Sim
Mariliz Dos Santos Ribeiro	02)10)1979	Psicólogo	40	0	0	0	0	4	44	Pardo (a)	
Lucas Da Paz Mendes	08/08/1998	Psicólogo	40	0	0	0	0	3	43		
Marcio Augusto Cavallari	20/03/1992	Psicólogo	40	0	0	0	2	0	42		
Bárbara Caroline	09041997	Psicólogo	40	0	0	0	0	0	40	Pardo (a)	
Gheorgia Magiorie Polla Da Silva	24/01/997	Psicólogo	40	0	0	0	0	0	40		
Isabelle Dos Santos Oliveira	08/07/1998	Psicólogo	40	0	0	0	0	0	40	Preto (a)	
Rafaela Morais Werneque Ribas	30/10/2000	Psicólogo	40	0	0	0	0	0	40		
Sirlei Mendes De Ramos	03/11/1967	Psicólogo	0	0	0	0	0	7	7	Pardo (a)	

Cargo: FARMACÊUTICO

Nome Completo	Data de Nascimento	Cargo de Inscrição	Graduação	Doutorado	Mestrado	Pós graduação	Cursos	Tempo de Serviço	Total	Cotas Raciais	Pessoa com deficiência
Patrícia Aparecida Müller Rabak	07/08/1977	Farmacêutico	40	0	0	15	10	20	85	Pardo (a)	
Miterram Da Costa Castro	20/09/1985	Farmacêutico	40	0	0	15	10	20	85		
Diana Da Silva Macêdo	26/02/1986	Farmacêutico	40	0	0	15	10	20	85	Pardo (a)	
Gabriela Maciel Chiullo	12/12/1995	Farmacêutico	40	0	0	15	10	20	85		
Ludson Vinícius Euzébio Pereira Da Silva	20/08/1997	Farmacêutico	40	0	0	15	10	20	85	Pardo (a)	
Alex Sandro Freire De Oliveira	19/05/1978	Farmacêutico	40	0	0	15	8	20	83	Pardo (a)	
Marques Soal Da Camara Da Silva	23/01/1983	Farmacêutico	40	0	0	15	8	20	83	Pardo (a)	Sim
Flávia Batista Ramos	13/07/1992	Farmacêutico	40	0	0	15	6	20	81		
Debora Cristina Rodrigues	28/06/1970	Farmacêutico	40	0	0	7,5	10	20	77,5		
Rute Helen De Souza Silva	28/06/1996	Farmacêutico	40	0	0	7,5	10	20	77,5		
Aiane Cristina Alves Cordeiro	15/08/1983	Farmacêutico	40	0	0	15	2	20	77		
IONAN Rocha NEPONUCENO	13/02/1981	Farmacêutico	40	0	0	7,5	8	20	75,5		
Ketelin Lorena De Oliveira Nascimento Ferracine	18/08/1994	Farmacêutico	40	0	0	0	10	20	70		
Mariana Tavares De Figueiredo	15/09/1987	Farmacêutico	40	0	0	0	8	20	68		
Debora Cristina Lopes Dallagnol	14/04/1969	Farmacêutico	40	0	0	0	4	20	64		
Alessandro Colere Fagundes	04/04/1986	Farmacêutico	40	0	0	0	0	20	60		
Jonatas Oliveira De Assis	04/12/1991	Farmacêutico	40	0	0	0	0	20	60		Sim
Veronica Do Carmo Alves Caron	07/11/1995	Farmacêutico	40	0	0	0	0	20	60		
Rafael Santos Werzel	01/12/1995	Farmacêutico	40	0	0	0	0	20	60	Pardo (a)	
Erica Ferreira De Avilar	18/09/1996	Farmacêutico	40	0	0	15	2	3	60	Preto (a)	
Andreia Ribeiro Dos Santos	12/06/1989	Farmacêutico	40	0	0	0	2	12	54	Pardo (a)	
Edvaldo Tagawa Brandão	23/12/1973	Farmacêutico	40	0	0	0	0	12	52		Sim
Cristiane Presaniuki Vitorino	21/06/1984	Farmacêutico	40	0	0	0	10	1	51		
Regiane Cristina Alves Moreira	03/02/1988	Farmacêutico	40	0	0	7,5	2	0	49,5	Pardo (a)	
Samara Nascimento Melo	25/06/1992	Farmacêutico	40	0	0	7,5	0	0	47,5		
Mahalia Fonseca Farias	18/07/2003	Farmacêutico	40	0	0	0	0	4	44		
Thiago José Antonio Da Silva	14/05/1986	Farmacêutico	40	0	0	0	0	4	44		

Cargo: Enfermeiro

Nome Completo	Data de Nascimento	Cargo de Inscrição	Graduação	Mestrado	Doutorado	Pós graduação	Cursos	Tempo de Serviço	Total	Preto/ Parda	Deficiente
Diere Conceição Pereira Silva	08/12/1968	Enfermeiro	40	0	0	15	10	20	85	Preto (a)	
Israel Correi Cintra	04/09/1972	Enfermeiro	40	0	0	15	10	20	85	Pardo (a)	
Luzimar Batista Dos Santos	08/03/1974	Enfermeiro	40	0	0	15	10	20	85	Pardo (a)	
Luciane Patricio Redede	09/11/1974	Enfermeiro	40	0	0	15	10	20	85		
Antonio Marcos Hirt Ferreira	28/10/1978	Enfermeiro	40	0	0	15	10	20	85		
Joyce Aniceto Moreira	19/11/1982	Enfermeiro	40	0	0	15	10	20	85	Preto (a)	
Vanusa Maria De Sousa Da Silva	17/11/1984	Enfermeiro	40	0	0	15	10	20	85	Pardo (a)	
Sílvia Michelle Araújo Dos Santos	31/07/1985	Enfermeiro	40	0	0	15	10	20	85	Pardo (a)	
José Dione Bonfim	15/11/1990	Enfermeiro	40	0	0	15	10	20	85		
Tamires Valeria Polli Porkote	21/06/1993	Enfermeiro	40	0	0	15	10	20	85		
Marilene De Oliveira	29/09/1969	Enfermeiro	40	0	0	15	10	15	80		
Carmelina Vasco Amancio Dos Santos Chaves	27/10/1982	Enfermeiro	40	0	0	15	4	20	79		
Monica Lucia Dos Santos De Amaral	10/05/1967	Enfermeiro	40	0	0	15	4	20	79	Preto (a)	
Edirlene Emerenciano Zanesco Boeira	25/12/1979	Enfermeiro	40	0	0	15	4	20	79	Pardo (a)	
Carolayne Rosa Ribeiro	17/03/1998	Enfermeiro	40	0	0	15	4	20	79	Pardo (a)	
Dacir Antonio Addad	18/07/1961	Enfermeiro	40	0	0	7,5	10	20	77,5		
Gislaila Ferreira Rocha	29/12/1980	Enfermeiro	40	0	0	7,5	10	20	77,5	Pardo (a)	
Brenda Giovanna Dos Santos	05/10/2001	Enfermeiro	40	0	0	7,5	10	20	77,5		
Altemir Gonçalves Dias	13/01/1986	Enfermeiro	40	0	0	15	2	20	77	Pardo (a)	Sim
Aryelle Christie Gomes Leston	12/02/1997	Enfermeiro	40	0	0	15	6	16	77	Pardo (a)	
Larissa Jurevitz Vipiesk	24/09/1999	Enfermeiro	40	0	0	15	2	20	77		

Adriano Da Silva Meireles	11/05/1991	Enfermeiro	40	0	0	15	10	11	76	Pardo (a)	
Jose Kapp	06/08/1974	Enfermeiro	40	0	0	15	0	20	75		
Joseleia Posonski Da Silva	14/12/1977	Enfermeiro	40	0	0	15	0	20	75	Preto (a)	
Daniele Cristina De Oliveira Santos De Lima	07/08/1985	Enfermeiro	40	0	0	15	0	20	75	Pardo (a)	
Elizete Cristiane Schimerski Dos Santos	09/08/1975	Enfermeiro	40	0	0	15	10	8	73		
Andreia Gueno Rissetto	26/08/1976	Enfermeiro	40	0	0	7,5	4	20	71,5		
Jaqueline Aparecida Bello Polli	19/04/1993	Enfermeiro	40	0	0	7,5	4	20	71,5		
Érica Aparecida Cardoso Dos Santos	09/09/2000	Enfermeiro	40	0	0	7,5	4	20	71,5		
Lurdes De Almeida Santos Gomes	23/03/1977	Enfermeiro	40	0	0	0	10	20	70	Preto (a)	
Paola Fernanda Grochentz Ávila	23/09/1984	Enfermeiro	40	0	0	15	10	5	70		
José Amâncio De Lima Netto	07/05/1983	Enfermeiro	40	0	0	7,5	10	12	69,5		
Verônica Vieira Batista	20/09/1996	Enfermeiro	40	0	0	7,5	2	20	69,5		
Bruno Do Prado Silva	19/05/1998	Enfermeiro	40	0	0	7,5	2	20	69,5	Pardo (a)	
Shakira Colera Da Silva	04/01/2002	Enfermeiro	40	0	0	7,5	2	20	69,5		
Patrícia Toniolo Jorge	08/03/1978	Enfermeiro	40	0	0	15	8	5	68		
Gabriela De Souza	30/06/1995	Enfermeiro	40	0	0	0	8	20	68		
Silvia Maximiano	28/04/1980	Enfermeiro	40	0	0	7,5	0	20	67,5		
Emerson Silva De Oliveira	22/07/1985	Enfermeiro	40	0	0	7,5	0	18	65,5	Preto (a)	
Christiane Frieda Lopes Siqueira	04/12/1974	Enfermeiro	40	0	0	15	10	0	65		
Jana Cristina Mirovski Ferreira	29/07/2975	Enfermeiro	40	0	0	15	6	3	64		
Lucio Alves Xavier	22/04/1987	Enfermeiro	40	0	0	15	8	0	63	Preto (a)	
Angela Rodrigues Da Silva	04/08/1980	Enfermeiro	40	0	0	7,5	10	5	62,5		Sim
Polyana Manguer	11/05/2002	Enfermeiro	40	0	0	7,5	10	5	62,5		
Jaylhanne Martins Mariano	19012001	Enfermeiro	40	0	0	0	10	12	62	Pardo (a)	
Karina Sousa De Almeida	12/01/1992	Enfermeiro	40	0	0	15	4	0	59	Pardo (a)	
Christian Oliveira Lustosa	18092000	Enfermeiro	40	0	0	0	4	14	58	Pardo (a)	
Neuma Aparecida Damasceno De Almeida	03/08/1965	Enfermeiro	40	0	0	15	2	00	57	Pardo (a)	
Gisele Batista De Oliveira	26/11/1988	Enfermeiro	40	0	0	15	2	00	57	Pardo (a)	
Elizabete De Almeida Da Luz	11021975	Enfermeiro	40	0	0	0	0	12	52		
Daniel Costa Araujo	13/01/1981	Enfermeiro	40	0	0	7,5	4	0	51,5		
Ellen Do Nascimento Elias	057.589.389-39	Enfermeiro	40	0	0	7,5	2	1	50,5		
Iris Machado Sangi	31/12/2001	Enfermeiro	40	0	0	0	10	00	50		
Elidia Fernanda Timm Lustosa	03/06/1982	Enfermeiro	40	0	0	7,5	0	2	49,5		
Izabelle Andreata Dos Santos	05/03/2002	Enfermeiro	40	0	0	0	2	6	48		
Valquíria Baltazar Da Silva	26/07/2000	Enfermeiro	40	0	0	0	4	0	44	Pardo (a)	
Zilda Dos Santos Da Silva	21/04/1980	Enfermeiro	40	0	0	0	2	2	44	Pardo (a)	
Jheniffer Christini Schneider Rosa	12/09/2001	Enfermeiro	40	0	0	0	2	0	42		
Neide Janete Gonçalves	27/11/1976	Enfermeiro	40	0	0	0	2	0	42		
Luana De Lima Bastos	21/01/1990	Enfermeiro	40	0	0	0	0	0	40	Pardo (a)	

Curso : Técnico em Enfermagem

Nome Completo	Data de Nascimento	Cargo de Inscrição	Situação da Inscrição	Curso técnico	Cursos	Cursos Urgencia e emergencia	Tempo de Serviço	Total	Preto/ Parda
Maurea Joice de Brito	07/12/1971	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	15	15	20	100	Pardo (a)
MARCOS PAULO VIANA	15/10/1974	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	15	15	20	100	Pardo (a)
Luciane Souza Formigheri	24/01/1980	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	15	15	20	100	Pardo (a)
Disneida Geffer Machado Salatta	20/02/1980	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	15	15	20	100	Pardo (a)
Josiane Fátima Silva Moreira Aoki	21/01/1983	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	15	15	20	100	
Angelica chaves paim	12/07/1983	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	15	15	20	100	Preto (a)
Jocilene santos sergio	24/01/1986	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	15	15	20	100	Pardo (a)
Franciele de Oliveira lissaraça	27/09/1986	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	15	15	20	100	Pardo (a)
KARINE APARECIDA CECCON DE SIQUEIRA	12/10/1997	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	15	15	20	100	Pardo (a)
Maria Aparecida Melo da Cruz	16/12/1997	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	15	15	20	100	Preto (a)
Irene aparecida Rodrigues de Lima do Nascimento	21/07/2025	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	15	15	20	100	Pardo (a)
LINDALVA DE CASTRO LIMA TAVARES	12/06/1970	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	10	15	20	95	
Ivone te prestes Teixeira dos anjos	07/02/1984	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	15	10	20	95	Pardo (a)
Marilza Batista Pereira camargo	30/10/1984	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	10	15	20	95	Pardo (a)

Francelise Alves de souza	08/12/1991	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	15	10	20	95	Pardo (a)
Amanda Batista Guartys	22/02/2000	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	10	15	20	95	Pardo (a)
Caelen da Silva Domingues	12/10/2025	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	15	10	20	95	Pardo (a)
TATIELE TAVARES VIEIRA	04/09/1990	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	15	10	19	94	
Elen da Silva	25/06/1978	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	15	15	12	92	Pardo (a)
Geysa Alessandra	09/05/1980	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	15	15	12	92	Pardo (a)
Andreza Formigheri Matheus	21/06/1998	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	15	15	12	92	Pardo (a)
Josiane Silveira dos Santos da Rosa	21/09/1984	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	5	15	20	90	Pardo (a)
Emeli maira Lourenco	04/02/1987	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	10	10	20	90	Pardo (a)
Juliane de Castro Nascimento de Souza	13/01/1997	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	15	5	20	90	
Anili Assunção Bruno	03/01/2000	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	10	10	20	90	
Marcieli dos Santos de Oliveira	23/07/1997	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	15	15	7	87	Pardo (a)
Jaqueline dos Santos Castro	14/10/1997	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	15	10	12	87	Pardo (a)
Maria Cristiane dos Santos brocanello coelho	02112983	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	15	15	6	86	Preto (a)
Leonilda Rosa de Lara	11/04/1967	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	5	10	20	85	Pardo (a)
SÍLVIA Regina Rosa	09/06/1971	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	15	0	20	85	Pardo (a)
Leandro Cesar Moraes	01/05/1975	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	0	15	20	85	Preto (a)
Adriana Medeiros Proença	26/04/1976	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	15	0	20	85	
Cristiane Aparecida Rodrigues Fortes	12/08/1976	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	10	5	20	85	Pardo (a)
Elisabete dos Santos de Lima Soares	04/11/1983	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	15	0	20	85	Pardo (a)
Rosa aparecida Paulo	20/03/1972	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	15	15	2	82	Pardo (a)
Rai de Souza Silva	12/11/1987	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	10	10	12	82	Pardo (a)
Vera Alcídia Bandeira de Castro	21/03/1961	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	15	10	6	81	Pardo (a)
Cleonice Aparecida Vieira Wisniewski	25/01/1992	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	15	10	6	81	
Jane Margarete Fernandes dos Santos	22/06/1976	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	5	5	20	80	Pardo (a)
Luana de Paula Mateus	13/12/1987	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	5	5	20	80	
Daiana Nunes	14/11/1988	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	15	15	0	80	
Rafael Vieira	18/11/1989	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	10	0	20	80	Pardo (a)
Lauro Barbosa Junior	11/11/1991	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	15	15	0	80	Pardo (a)
Jean torres nunes	29/05/1993	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	5	5	20	80	Pardo (a)
Larissa do rocio Batista Ferreira Marcolino	13/11/1993	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	10	0	20	80	Pardo (a)
Nelsiane Karine Souza Alves	28/06/1997	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	15	15	0	80	Pardo (a)
Edimara Machuga	27/08/1985	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	15	10	3	78	
Flávia kaline de Lima campos	11/05/2001	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	5	10	12	77	Pardo (a)
Ana Paula Cordeiro viana	02/09/1990	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	10	10	6	76	Pardo (a)
Eva Aparecida dos Santos molina	27/05/1967	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	10	15	0	75	
Solange Francisco. da Silva	30/11/1973	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	10	5	10	75	Pardo (a)
Maria Izabel Moreira	19/12/1979	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	15	10	0	75	
SILMARA CRISTINA BORATTO	05/12/1985	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	15	10	0	75	
Silvania Moreira de Souza Silva	15/01/1992	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	15	10	0	75	Pardo (a)
Fernanda Cristina da Silva	29/08/1997	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	5	0	20	75	Pardo (a)
Vinicius Nogueira de Lima	16/06/2000	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	5	0	20	75	
RITA DE CASSIA PIETROSKI CARON	23/05/1993	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	15	5	3	73	
Suellen Batista de Souza	20/11/1985	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	15	0	6	71	Pardo (a)
Marli Paluch	25/05/1970	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	0	15	5	70	
Alessandra Vieira Batista	25/05/1976	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	0	0	20	70	
Edileide Aparecida dos Santos Neckel	08/02/1980	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	0	0	20	70	
Marynes Quadros	15/12/1986	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	0	0	20	70	
Maiara Vanessa Carvalho Bonette	19/10/1995	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	5	15	0	70	
Keila Anais do Nascimenmto Rosa	13/05/1999	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	0	0	20	70	Pardo (a)
Daiane Paulin Santos	14/02/1985	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	10	0	8	68	
Jeile Prodossimk	04/01/2001	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	5	10	0	65	Pardo (a)
Lindiara Paulo de Lima	28/04/2001	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	5	5	5	65	Preto (a)
CHRISTOPHER HENRIQUE DE ALMEIDA DUARTE	10/07/1995	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	15	0	0	65	
ELIZANGELA SOARES DA CRUZ	26/01/1978	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	5	5	1	61	Pardo (a)
Cintia Alves dos Santos	24/06/1981	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	0	10	0	60	
Jovana Da luz Nascimento Rosa Souza	27/10/1993	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	5	5	0	60	Pardo (a)
Vanessa Oliveira Ribeiro	01/05/1994	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	5	5	0	60	
Roseane de jesus de Souza caillet	04/02/1995	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	5	5	0	60	
Jessica saraiva torres	23/12/1996	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	5	5	0	60	Pardo (a)

Mayla Vanessa de Melo Broncovski	25/01/2007	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	5	5	0	60	
Lucimeri Alberti	03/08/1958	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	0	0	8	58	Pardo (a)
Viviane de Oliveira Freitas Costa	12/12/1983	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	50	0	5	0	55	
Débora Moreira augusto marinho	19/08/1971	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	0	10	10	7	27	Preto (a)
Sandra Mara	19/09/1976	Técnico de Enfermagem	DEFERIDO	0	5	15	0	20	Pardo (a)

Cargo: AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

Nome Completo	Data de Nascimento	Cargo de Inscrição	Situação da Inscrição	Ensino Médio	Cursos	Tempo de Serviço	Total	Preto/ Parda	Deficiente
Karla Campos de Sousa	14/09/1987	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	20	30	100	Pardo (a)	
RENATO OLIVEIRA CAMPOS	24/04/1989	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	20	30	100		
Joel joaquim de castro	25/03/1957	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	10	30	90	Pardo (a)	
Mailon do nascimento	01/03/1995	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	10	30	90	Pardo (a)	
Edicleia Thainá Taborda	24/11/1995	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	10	24	84	Pardo (a)	
Ademir Martins Pedro	20/02/1972	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	30	80	Pardo (a)	
Diogo Henrique Fagundes Almeida	16/06/2002	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	5	24	79		
Susana Nascimento da Silva	27/05/1978	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	5	22	77		
Maria Marineide Batista de Souza	30/09/1970	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	20	70		
Gissele Cardoso Prestes	03/06/1972	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	20	0	70	Pardo (a)	
Vânia de Oliveira Freitas	09/11/1979	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	20	0	70		
Josiane ceccon da silva santos	22/06/1978	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	20	0	70		
João Paulo Rodrigues	02/08/1980	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	10	10	70		
Vilmara de Souza de Oliveira	18/03/1981	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	10	10	70	Pardo (a)	
Marcos Queiroz da Silva	02/04/1985	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	20	0	70	Preto (a)	
Dyego Glaudyston Santos Metodio	15/03/1987	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	20	0	70		Sim
SARA ALVES DE MORAES	06/05/1987	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	20	0	70	Pardo (a)	
Diego Augusto Chalamay Ferreira	29/08/1993	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	20	0	70		
Walber Marino Nascimento	17/06/1994	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	20	0	70		
warllington luiz almeida lopes	09/07/1996	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	20	70	Preto (a)	
Alessandra Klettenberg Machado	17/12/1997	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	20	0	70		
Deolinda Bessa Pinto	04/06/1980	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	15	0	65		
Helyara Cristina Fontes	11/02/1996	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	15	0	65		
Daniel José Ceccon	05/09/1983	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	12	62	Pardo (a)	
Alriton geckson santos	12/09/1989	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	10	0	60	Pardo (a)	
JACKELINE DAMBROSKI DOS SANTOS CALORINO	09/04/1992	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	10	0	60		
Ariane de Almeida Valentim	12/02/1999	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	10	0	60		
Solange machado da silva	08/06/1979	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	8	58	Preto (a)	
DENIZIA DOS SANTOS	07/07/1969	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	5	0	55		
Gisele Feltes de Souza	14/05/1974	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	5	0	55		
David Elias Favoreto	28/07/1982	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	5	0	55		
EVERTON NEWMAR CARNEIRO DE SOUZA	26/01/1984	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	5	0	55		
Fabiana Alves Pires de matos	30/04/1983	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	0	50	Pardo (a)	Sim
Paulo Roberto Paes	27/05/1988	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	5	0	55		
Fernanda da Silva de Freitas do Nascimento	24/02/1993	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	5	0	55		
Gabrielly Stefani de Lima dos Reis	22/09/1998	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	5	0	55		
Maria Eduarda Ribeiro de Souza	19/08/2000	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	5	0	55	Preto (a)	
Evando Chaves Camelo de Freitas Neto	30/11/2001	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	5	0	55		
Maria Eduarda Vieira	20/01/2006	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	5	0	55		
Débora Gomes de Souza	27/07/1977	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	0	50		
Nivaldo de Castro Guilherme	25/10/1960	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	0	50		
Giovane de Castro Guilherme	05 /04/1963	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	0	0	0	0		
Silvia Maria Silvério de carvalho	25/09/1970	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	0	0	0	0	Pardo (a)	
Ivanete paulo dos Santos	20/01/1971	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	0	50	Pardo (a)	
Marcelo Luiz Pereira Santos	03/08/1978	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	0	0	2	2	Pardo (a)	
Regiane Alves de Aquino	24/06/1980	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	0	50	Pardo (a)	
Maria Elisabeth de Souza Silva Firmino	11/07/1980	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	0	50	Pardo (a)	
Jonas José de Deus razoto	24/03/1981	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	0	50	Pardo (a)	

Rosemari Cordeiro Dos santos	04/10/1982	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	0	50	Pardo (a)	
Selma de Paula Sousa	03/02/1984	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	0	50	Pardo (a)	
Elvis Leno Leite Ouyama	06/12/1984	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	0	50		
ALEXANDRE DOS SANTOS DE SOUZA	18/06/1985	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	0	50	Pardo (a)	
Micheli Padilha Costa	11/04/1985	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	0	50	Pardo (a)	
Indiamara Fernanda da Silva simonetto	26/05/1986	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	0	50		
Maria lucia poleza dos santos	08/08/1986	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	0	50	Pardo (a)	
Angela maria dos santos souza	25/12/1986	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	0	0	0	0	Pardo (a)	
Leandro William dos Santos Hurbam	09/01/1987	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	0	50		
Heber Manrique do Amaral Bruschi	16/01/1989	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	0	50		
Ronei Claudino	20/11/1989	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	0	50		
Kátia Gesiane Santos carvalho	23/11/1989	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	0	50	Pardo (a)	
Miriam ribeiro de lima	02/12/1989	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	0	0	0	0	Pardo (a)	
Ivan Felipe Anacleto	30/07/1990	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	0	50	Pardo (a)	
Suelen Ribeiro Bonfim	02/08/1990	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	0	50	Pardo (a)	
Jéssica Fracaro De Brito Coleti	03/11/1991	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	0	0	0	0	Pardo (a)	
Danielle Rodrigues Almeida Lopes	29/03/1992	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	0	0	0	0	Preto (a)	
Sindianara Cizerza da Maia	15/06/1992	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	0	10	0	10		
Crislaine andreata paula	28/08/1992	Agente de Combate a Endemias	INDEFERIDA	0	0	0	0	Pardo (a)	
Paula da Silva domingues	01/09/1993	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	0	0	0	0		
DAVI EURICH DA SILVA	23/03/1994	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	0	50		
Deisiele dos Santos Pereira	26/04/1994	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	0	0	0	0		
Jonatas gilmar delgado	15/12/1994	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	0	50	Preto (a)	
Helmuth Neuwirth Neto	16/05/1995	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	0	50		
Talita Tigre tucumi	13/02/1996	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	0	50		
Helena Antônia Razzoto	24/09/1996	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	0	50		
MATHEUS DOS SANTOS COELHO	13/01/1997	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	0	50	Preto (a)	
Gislaine de Lima Lopes	02/07/1997	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	0	50		
Cleber Henrique do Amaral Bruschi	03/12/1997	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	0	20	14	34		
Jéssica Carolina Farias Timóteo	15/06/1998	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	0	0	2	2		
Thiffany Luciana Andrade da silva	01/11/1998	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	0	50		
Camila Camargo da Silva	21/11/1998	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	0		0	0	Pardo (a)	
Caroline Cordeiro	02/06/1999	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	0	0	0	0	Pardo (a)	
Flávia Vitória Martins Rocha Olopes	04/01/2000	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	0	50		
Patricia pereira de freitas	12/01/2000	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	0	50		
Mauro Erikson Rodrigues do Prado de Andrade	01/03/2000	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	0	50	Pardo (a)	
Maria Eduarda Rodrigues	20/05/2001	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	0	50	Pardo (a)	
Sara Bernardi	20/06/2001	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	0	50	Pardo (a)	
Maria Fernanda dos Santos Nascimento	26/09/2002	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	0	50	Pardo (a)	
Raiane Cardoso dos Santos	15/10/2002	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	0	50		
Larissa Tyszkouski Strapasson	23/10/2002	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	0	50		
Kauane Ramos cavalheiro poles	15/08/2003	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	0	50		
Matheus Gabriel Falcade De Oliveira	02/10/2004	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	0	50	Pardo (a)	
Nicoly kaczyk scremin da Silva	24/02/2005	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	0	0	0	0	Pardo (a)	
Yasmin Moreira da Rocha	02/08/2005	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	0	0	0	0	Preto (a)	
Samuel Ramos Pignatti Silva	13/06/2006	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	0	0	0	0		
Ana Maria Ferreira De Jesus	22/02/2006	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	50	0	0	50		
Vitor Hugo Dos Santos Bernardi	09/03/2007	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	0	0	0	0		
Samuel Ribeiro Batista da Silva	08/10/2007	Agente de Combate a Endemias	DEFERIDO	0	0	0	0		

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:901883B1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 100/2025 DIVULGAÇÃO DO GABARITO DEFINITIVO DA PROVA ESCRITA (EDITAL PSS SESAU Nº 076/2025 – MÉDICO PLANTONISTA)

O Prefeito do **MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal de 1988, e nos termos da Lei Municipal nº 947/2017, torna público o presente edital para o seguinte fim de:

1. **Divulgar** o **Gabarito Definitivo da Prova Escrita** realizada em 07/12/2025 (domingo), conforme Anexo I, deste Edital.

2. **Informar** que a divulgação do Resultado Provisório da Prova Escrita e da Prova de Títulos está prevista para o dia 12/01/2026 (segunda-feira), a partir das 18h, nos seguintes endereços eletrônicos: www.campomagro.pr.gov.br e www.diariomunicipal.com.br/amp.

3. E, para que ninguém possa alegar desconhecimento, é expedido o presente Edital.

Campo Magro, 17 de dezembro de 2025

RILTON BOZA

Prefeito Municipal

ANEXO I

GABARITO DEFINITIVO DA PROVA ESCRITA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N°076/2025

MÉDICO PLANTONISTA

GABARITO											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
	Anulada	D	C	B	C	C	A	D	C	B	
	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	
	A	B	C	B	A	B	C	B	D	C	

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:C0CCD70C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - LOA 2026

MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

DECRETO 427/2025

Súmula: "Dispõe sobre a Programação Financeira de Arrecadação e Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, do Município de Contenda e do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Contenda – IPRE Contenda, para o exercício de 2026"

O Prefeito Municipal de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º. Em cumprimento as determinações do artigo 8º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – LRF, fica estabelecida a Programação Financeira de Arrecadação e Cronograma de Execução Mensal de Desembolso do Município de Contenda e do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Contenda – IPRE/Contenda, conforme Lei Orçamentária Anual, aprovada pela Lei Municipal nº 2293/2025 de 09 de dezembro de 2025, para o Exercício Financeiro de 2026, na forma dos anexos do presente Decreto.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor nesta data revogada as disposições ao contrário.

Prefeitura Municipal de Contenda, 16 de dezembro de 2025.

ANTONIO ADAMIR DIGNER

Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE CONTENDA							
Estado do Paraná - 76.105.519/0001-04							
AVENIDA JOÃO FRANCO, 400 CENTRO (41) 3625-1212 - CEP 83.730-000							
Exercício: 2026							
RESUMO - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO							
Descrição	**1º Bimestre**	**2º Bimestre**	**3º Bimestre**	**4º Bimestre**	**5º Bimestre**	**6º Bimestre**	**Total**
TOTAL RECEITAS	**17.000.000,02**	**17.000.000,02**	**17.000.000,02**	**17.000.000,02**	**17.000.000,02**	**16.999.999,90**	**102.000.000,00**
TOTAL DESPESAS	**16.241.666,68**	**16.241.666,68**	**16.241.666,68**	**16.241.666,68**	**16.241.666,68**	**16.241.666,60**	**97.450.000,00**
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	**758.333,34**	**758.333,34**	**758.333,34**	**758.333,34**	**758.333,34**	**758.333,30**	**4.550.000,00**
Interferência Financeira - Egressos Câmara	764.990,00	626.255,00	582.755,00	579.000,00	579.000,00	768.000,00	3.900.000,00
Interferência Financeira - Egressos IPRECONTENDA	108.333,33	108.333,33	108.333,33	108.333,33	108.333,33	108.333,33	650.000,00

MARLI TEREZINHA FILIPAK RETAMERO	***MARIO CELSO DZIERVA***	***ANTONIO ADAMIR DIGNER***
Contadora	Controle Interno	Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE CONTENDA													
Estado do Paraná - 76.105.519/0001-04													
AVENIDA JOÃO FRANCO, 400 CENTRO (41) 3625-1212 - CEP 83.730-000													
Exercício: 2026													
DEMONSTRATIVO DA RECEITA, DESDOBRADA EM METAS MENSAIS DE ARRECADAÇÃO POR FONTE DE RECURSOS													
Fonte de Recurso	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA												
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
1000 Recursos Ordinários (Livres)	4.292.811,67	4.292.811,67	4.292.811,67	4.292.811,67	4.292.811,67	4.292.811,67	4.292.811,67	4.292.811,67	4.292.811,67	4.292.811,67	4.292.811,67	4.292.811,63	51.513.740,00
101 Fundeb 70%	1.099.653,33	1.099.653,33	1.099.653,33	1.099.653,33	1.099.653,33	1.099.653,33	1.099.653,33	1.099.653,33	1.099.653,33	1.099.653,33	1.099.653,33	1.099.653,37	13.195.840,00
102 Fundeb 30%	471.280,00	471.280,00	471.280,00	471.280,00	471.280,00	471.280,00	471.280,00	471.280,00	471.280,00	471.280,00	471.280,00	471.280,00	5.655.360,00
103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	265.666,66	265.666,66	265.666,66	265.666,66	265.666,66	265.666,66	265.666,66	265.666,66	265.666,66	265.666,66	265.666,66	265.666,74	3.188.000,00
104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	320.648,97	320.648,97	320.648,97	320.648,97	320.648,97	320.648,97	320.648,97	320.648,97	320.648,97	320.648,97	320.648,97	320.648,83	3.847.787,50
107 Salário-Educação	126.083,33	126.083,33	126.083,33	126.083,33	126.083,33	126.083,33	126.083,33	126.083,33	126.083,33	126.083,33	126.083,33	126.083,37	1.513.000,00
128 Transferencias de Outros Programas - Transporte Estadual PETE	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	720.000,00
303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	941.889,38	941.889,38	941.889,38	941.889,38	941.889,38	941.889,38	941.889,38	941.889,38	941.889,38	941.889,38	941.889,38	941.889,32	11.302.672,50
369 Serviços Prestados SUS/Faturamento AIHs	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,37	400.000,00
494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	197.691,66	197.691,66	197.691,66	197.691,66	197.691,66	197.691,66	197.691,66	197.691,66	197.691,66	197.691,66	197.691,66	197.691,74	2.372.300,00
504 Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	60.724,99	60.724,99	60.724,99	60.724,99	60.724,99	60.724,99	60.724,99	60.724,99	60.724,99	60.724,99	60.724,99	60.725,11	728.700,00
507 COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149- A, CF	156.641,67	156.641,67	156.641,67	156.641,67	156.641,67	156.641,67	156.641,67	156.641,67	156.641,67	156.641,67	156.641,67	156.641,63	1.879.700,00
510 Taxas - Exercício Poder de Polícia	59.583,34	59.583,34	59.583,34	59.583,34	59.583,34	59.583,34	59.583,34	59.583,34	59.583,34	59.583,34	59.583,34	59.583,26	715.000,00
511 Taxas - Prestação de Serviços	181.916,67	181.916,67	181.916,67	181.916,67	181.916,67	181.916,67	181.916,67	181.916,67	181.916,67	181.916,67	181.916,67	181.916,63	2.183.000,00
512 CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	4.416,67	4.416,67	4.416,67	4.416,67	4.416,67	4.416,67	4.416,67	4.416,67	4.416,67	4.416,67	4.416,67	4.416,63	53.000,00
555 SANEPAR - Compensação Financeira ao MEIO AMBIENTE do Município	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,37	85.000,00
787 Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - Piso Paranaense de Assistência Social.	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,37	100.000,00
788 Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - IPFP Fam. Paranaense	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
933 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	187,50	187,50	187,50	187,50	187,50	187,50	187,50	187,50	187,50	187,50	187,50	187,50	2.250,00
934 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	12.616,67	12.616,67	12.616,67	12.616,67	12.616,67	12.616,67	12.616,67	12.616,67	12.616,67	12.616,67	12.616,67	12.616,63	151.400,00
940 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica -SUAS	4.445,83	4.445,83	4.445,83	4.445,83	4.445,83	4.445,83	4.445,83	4.445,83	4.445,83	4.445,83	4.445,83	4.445,87	53.350,00
941 Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	11.333,34	11.333,34	11.333,34	11.333,34	11.333,34	11.333,34	11.333,34	11.333,34	11.333,34	11.333,34	11.333,34	11.333,26	136.000,00
1042 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	31.666,67	31.666,67	31.666,67	31.666,67	31.666,67	31.666,67	31.666,67	31.666,67	31.666,67	31.666,67	31.666,67	31.666,63	380.000,00
1043 Transferencias de Recursos do FNDE Ref ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	22.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00	270.000,00
1051 Bloco Custeio - Vencimento dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	1.200.000,00
4941 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	24.491,67	24.491,67	24.491,67	24.491,67	24.491,67	24.491,67	24.491,67	24.491,67	24.491,67	24.491,67	24.491,67	24.491,63	293.900,00

10000 Recursos Ordinários (Livres) - Ônus de Sucumbência	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,63	50.000,00
Total	8.500.000,01	8.500.000,01	8.500.000,01	8.500.000,01	8.500.000,01	8.500.000,01	8.500.000,01	8.500.000,01	8.500.000,01	8.500.000,01	8.500.000,01	8.499.999,89	102.000.000,00

MARLI TEREZINHA FILIPAK RETAMERO	***MARIO CELSO DZIERVA***	***ANTONIO ADAMIR DIGNER***
Contadora	Controle Interno	Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE CONTENDA

Estado do Paraná - 76.105.519/0001-04

AVENIDA JOÃO FRANCO, 400 CENTRO (41) 3625-1212 - CEP 83.730-000

Exercício: 2026

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Fonte de Recurso	CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO												
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
1000 Recursos Ordinários (Livres)	3.807.395,00	3.807.395,00	3.807.395,00	3.807.395,00	3.807.395,00	3.807.395,00	3.807.395,00	3.807.395,00	3.807.395,00	3.807.395,00	3.807.395,00	3.807.395,00	45.688.740,00
101 Fundeb 70%	1.469.750,00	1.469.750,00	1.469.750,00	1.469.750,00	1.469.750,00	1.469.750,00	1.469.750,00	1.469.750,00	1.469.750,00	1.469.750,00	1.469.750,00	1.469.750,00	17.637.000,00
102 Fundeb 30%	101.183,33	101.183,33	101.183,33	101.183,33	101.183,33	101.183,33	101.183,33	101.183,33	101.183,33	101.183,33	101.183,33	101.183,37	1.214.200,00
103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	265.666,67	265.666,67	265.666,67	265.666,67	265.666,67	265.666,67	265.666,67	265.666,67	265.666,67	265.666,67	265.666,67	265.666,63	3.188.000,00
104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	320.648,96	320.648,96	320.648,96	320.648,96	320.648,96	320.648,96	320.648,96	320.648,96	320.648,96	320.648,96	320.648,96	320.648,94	3.847.787,50
107 Salário-Educação	126.083,33	126.083,33	126.083,33	126.083,33	126.083,33	126.083,33	126.083,33	126.083,33	126.083,33	126.083,33	126.083,33	126.083,37	1.513.000,00
128 Transferencias de Outros Programas - Transporte Estadual PETE	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	720.000,00
303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	941.889,38	941.889,38	941.889,38	941.889,38	941.889,38	941.889,38	941.889,38	941.889,38	941.889,38	941.889,38	941.889,38	941.889,32	11.302.672,50
369 Serviços Prestados SUS/Faturamento AIHs	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,37	400.000,00
494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	197.691,67	197.691,67	197.691,67	197.691,67	197.691,67	197.691,67	197.691,67	197.691,67	197.691,67	197.691,67	197.691,67	197.691,63	2.372.300,00
504 Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	60.725,00	60.725,00	60.725,00	60.725,00	60.725,00	60.725,00	60.725,00	60.725,00	60.725,00	60.725,00	60.725,00	60.725,00	728.700,00
507 COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149- A, CF	156.641,67	156.641,67	156.641,67	156.641,67	156.641,67	156.641,67	156.641,67	156.641,67	156.641,67	156.641,67	156.641,67	156.641,63	1.879.700,00
510 Taxas - Exercício Poder de Polícia	59.583,33	59.583,33	59.583,33	59.583,33	59.583,33	59.583,33	59.583,33	59.583,33	59.583,33	59.583,33	59.583,33	59.583,37	715.000,00
511 Taxas - Prestação de Serviços	181.916,67	181.916,67	181.916,67	181.916,67	181.916,67	181.916,67	181.916,67	181.916,67	181.916,67	181.916,67	181.916,67	181.916,63	2.183.000,00
512 CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	4.416,67	4.416,67	4.416,67	4.416,67	4.416,67	4.416,67	4.416,67	4.416,67	4.416,67	4.416,67	4.416,67	4.416,63	53.000,00
555 SANEPAR - Compensação Financeira ao MEIO AMBIENTE do Município	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,37	85.000,00
787 Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - Piso Paranaense de Assistência Social.	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,37	100.000,00
788 Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - IPFP Fam. Paranaense	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
933 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	187,50	187,50	187,50	187,50	187,50	187,50	187,50	187,50	187,50	187,50	187,50	187,50	2.250,00
934 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	12.616,67	12.616,67	12.616,67	12.616,67	12.616,67	12.616,67	12.616,67	12.616,67	12.616,67	12.616,67	12.616,67	12.616,63	151.400,00
940 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica -SUAS	4.445,83	4.445,83	4.445,83	4.445,83	4.445,83	4.445,83	4.445,83	4.445,83	4.445,83	4.445,83	4.445,83	4.445,87	53.350,00
941 Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	11.333,33	11.333,33	11.333,33	11.333,33	11.333,33	11.333,33	11.333,33	11.333,33	11.333,33	11.333,33	11.333,33	11.333,37	136.000,00
999 Reservas de Contingências	106.250,00	106.250,00	106.250,00	106.250,00	106.250,00	106.250,00	106.250,00	106.250,00	106.250,00	106.250,00	106.250,00	106.250,00	1.275.000,00
1042 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	31.666,67	31.666,67	31.666,67	31.666,67	31.666,67	31.666,67	31.666,67	31.666,67	31.666,67	31.666,67	31.666,67	31.666,63	380.000,00
1043 1043 Transferencias de Recursos do FNDE Ref ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	22.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00	270.000,00
1051 1051 Bloco Custeio - Vencimento dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	1.200.000,00
4941 4941 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	24.491,67	24.491,67	24.491,67	24.491,67	24.491,67	24.491,67	24.491,67	24.491,67	24.491,67	24.491,67	24.491,67	24.491,63	293.900,00
10000 Recursos Ordinários (Livres) - Ônus de Sucumbência	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,63	50.000,00
Total	8.120.833,34	8.120.833,34	8.120.833,34	8.120.833,34	8.120.833,34	8.120.833,34	8.120.833,34	8.120.833,34	8.120.833,34	8.120.833,34	8.120.833,34	8.120.833,26	97.450.000,00

MARLI TEREZINHA FILIPAK RETAMERO	***MARIO CELSO DZIERVA***	***ANTONIO ADAMIR DIGNER***
Contadora	Controle Interno	Prefeito Municipal

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONTENDA

Estado do Paraná - 76.105.519/0001-04

AVENIDA JOÃO FRANCO, 400 CENTRO (41) 3625-1212 - CEP 83.730-000

Exercício: 2026

DEMONSTRATIVO DA RECEITA, DESDOBRADA EM METAS MENSAIS DE ARRECADAÇÃO POR FONTE DE RECURSOS

Fonte de Recurso	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA												
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total

40 Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	1.312.500,11	1.312.499,99	1.312.499,99	1.312.499,99	1.312.499,99	1.312.499,99	1.312.499,99	1.312.499,99	1.312.499,99	1.312.499,99	1.312.499,99	1.312.499,99	15.750.000,00
100 Reservas de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,63	50.000,00
551 Compensação entre Regimes Previdenciários	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,63	50.000,00 -
999 Reservas de Contingências	1.320.833,45	1.320.833,33	1.320.833,33	1.320.833,33	1.320.833,33	1.320.833,33	1.320.833,33	1.320.833,33	1.320.833,33	1.320.833,33	1.320.833,33	1.320.833,25	15.850.000,00

CELY CRISTINA PADILHA BAUMEL	***MARIO CELSO DZIERVA***	***FABIO LUIS MALINOVSKI PADILHA***
Contadora	Controle Interno	Presidente IPRE

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONTENDA

Estado do Paraná - 76.105.519/0001-04

AVENIDA JOÃO FRANCO, 400 CENTRO (41) 3625-1212 - CEP 83.730-000

Exercício: 2026

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Fonte de Recurso	CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO												
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
40 Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	929.166,67	929.166,67	929.166,67	929.166,67	929.166,67	929.166,67	929.166,67	929.166,67	929.166,67	929.166,67	929.166,67	929.166,63	11.150.000,00
100 Reservas de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	58.333,33	58.333,33	58.333,33	58.333,33	58.333,33	58.333,33	58.333,33	58.333,33	58.333,33	58.333,33	58.333,33	58.333,37	700.000,00
551 Compensação entre Regimes Previdenciários	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,63	50.000,00
999 Reservas de Contingências	383.333,33	383.333,33	383.333,33	383.333,33	383.333,33	383.333,33	383.333,33	383.333,33	383.333,33	383.333,33	383.333,33	383.333,37	4.600.000,00 -
999 Reservas de Contingências	1.375.000,00	1.375.000,00	1.375.000,00	1.375.000,00	1.375.000,00	1.375.000,00	1.375.000,00	1.375.000,00	1.375.000,00	1.375.000,00	1.375.000,00	1.375.000,00	16.500.000,00

CELY CRISTINA PADILHA BAUMEL	***MARIO CELSO DZIERVA***	***FABIO LUIS MALINOVSKI PADILHA***
Contadora	Controle Interno	Presidente IPRE

CÂMARA MUNICIPAL DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

CRONOGRAMA FINANCEIRO 2026

ART. 13º - L.R.F 101/00 - METAS BIMESTRAIS — R$ 1,00

FONTE DE RECURSOS	1º Bim.	2º Bim.	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
00001 - Recursos Ordinários (Livres)	764.990,00	626.255,00	582.755,00	579.000,00	579.000,00	768.000,00	3.900.000,00

ART. 8.º L.R.F 101/00 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO

Despesas	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Pessoal e encargos	236.250,00	236.250,00	236.250,00	236.250,00	252.000,00	252.000,00	252.000,00	252.000,00	252.000,00	252.000,00	252.000,00	441.000,00	3.150.000,00
	7,50%	7,50%	7,50%	7,50%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	14,00%	100,00%
Outras Despesas Correntes	134.980,00	134.980,00	67.490,00	67.490,00	33.745,00	33.745,00	33.745,00	33.745,00	33.745,00	33.745,00	33.745,00	33.745,00	674.900,00
	20,00%	20,00%	10,00%	10,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	100,00%
Despesas de Capital	11.265,00	11.265,00	11.265,00	7.510,00	7.510,00	3.755,00	3.755,00	3.755,00	3.755,00	3.755,00	3.755,00	3.755,00	75.100,00
	15,00%	15,00%	15,00%	10,00%	10,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	100,00%
Total Despesas	382.495,00	382.495,00	315.005,00	311.250,00	293.255,00	289.500,00	289.500,00	289.500,00	289.500,00	289.500,00	289.500,00	478.500,00	3.900.000,00

Contenda, 12 de dezembro de 2025

MARINA SCHULTZ FRAGOSO PADILHA	***MARCOS SCHINDA DA SILVA***
CRC/PR 067849/O-4	Presidente
Contadora	

Publicado por:
Cely Cristina Padilha Baumel
Código Identificador:BB684A76

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

CONSÓRCIO PÚBLICO SUDOESTE PINHAIS
PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DESPESA_2026_ CONSÓRCIO PINHAIS

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOL														
Estado do Paraná														
Exercício 2026														
PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA POR CATEGORIA ECONÔMICA														
Despesa	**Previsto**	**PROGRAMAÇÃO**												
		Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**	**Julho**	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**	**Total**
01.000.00.000.0000.0.000.0.0.00.00.00.00.	Divisão de Administração													
	509.280,00	42.440,00	42.440,00	42.440,00	42.440,00	42.440,00	42.440,00	42.440,00	42.440,00	42.440,00	42.440,00	42.440,00	42.440,00	509.280,00
01.001.00.000.0000.0.000.0.0.00.00.00.00.	Administração Geral													
	509.280,00	42.440,00	42.440,00	42.440,00	42.440,00	42.440,00	42.440,00	42.440,00	42.440,00	42.440,00	42.440,00	42.440,00	42.440,00	509.280,00
01.001.04.000.0000.0.000.0.0.00.00.00.00.	Administração													
	442.320,00	36.860,00	36.860,00	36.860,00	36.860,00	36.860,00	36.860,00	36.860,00	36.860,00	36.860,00	36.860,00	36.860,00	36.860,00	442.320,00
01.001.04.122.0000.0.000.0.0.00.00.00.00.	Administração Geral													
	442.320,00	36.860,00	36.860,00	36.860,00	36.860,00	36.860,00	36.860,00	36.860,00	36.860,00	36.860,00	36.860,00	36.860,00	36.860,00	442.320,00
01.001.04.122.0001.0.000.0.0.00.00.00.00.	Manutenção das Atividades Administrativas													
	442.320,00	36.860,00	36.860,00	36.860,00	36.860,00	36.860,00	36.860,00	36.860,00	36.860,00	36.860,00	36.860,00	36.860,00	36.860,00	442.320,00
01.001.04.122.0001.2.001.0.0.00.00.00.00.	Manutenção das Atividades Administrativas													
	442.320,00	36.860,00	36.860,00	36.860,00	36.860,00	36.860,00	36.860,00	36.860,00	36.860,00	36.860,00	36.860,00	36.860,00	36.860,00	442.320,00
01.001.04.122.0001.2.001.3.0.00.00.00.00.	DESPESAS CORRENTES													
	412.080,00	34.340,00	34.340,00	34.340,00	34.340,00	34.340,00	34.340,00	34.340,00	34.340,00	34.340,00	34.340,00	34.340,00	34.340,00	412.080,00
01.001.04.122.0001.2.001.3.1.00.00.00.00.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS													
	111.240,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	111.240,00
01.001.04.122.0001.2.001.3.1.90.00.00.00.	APLICAÇÕES DIRETAS													
	111.240,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	111.240,00
01.001.04.122.0001.2.001.3.1.90.04.00.00.	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO													
	24.840,00	2.070,00	2.070,00	2.070,00	2.070,00	2.070,00	2.070,00	2.070,00	2.070,00	2.070,00	2.070,00	2.070,00	2.070,00	24.840,00
1 Recursos do Tesouro	24.840,00	2.070,00	2.070,00	2.070,00	2.070,00	2.070,00	2.070,00	2.070,00	2.070,00	2.070,00	2.070,00	2.070,00	2.070,00	24.840,00
(Descentralizados)														
01.001.04.122.0001.2.001.3.1.90.11.00.00.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL													
	61.560,00	5.130,00	5.130,00	5.130,00	5.130,00	5.130,00	5.130,00	5.130,00	5.130,00	5.130,00	5.130,00	5.130,00	5.130,00	61.560,00
1 Recursos do Tesouro	61.560,00	5.130,00	5.130,00	5.130,00	5.130,00	5.130,00	5.130,00	5.130,00	5.130,00	5.130,00	5.130,00	5.130,00	5.130,00	61.560,00
(Descentralizados)														
01.001.04.122.0001.2.001.3.1.90.13.00.00.	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS													
	24.840,00	2.070,00	2.070,00	2.070,00	2.070,00	2.070,00	2.070,00	2.070,00	2.070,00	2.070,00	2.070,00	2.070,00	2.070,00	24.840,00
1 Recursos do Tesouro	24.840,00	2.070,00	2.070,00	2.070,00	2.070,00	2.070,00	2.070,00	2.070,00	2.070,00	2.070,00	2.070,00	2.070,00	2.070,00	24.840,00
(Descentralizados)														
01.001.04.122.0001.2.001.3.3.00.00.00.00.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES													
	300.840,00	25.070,00	25.070,00	25.070,00	25.070,00	25.070,00	25.070,00	25.070,00	25.070,00	25.070,00	25.070,00	25.070,00	25.070,00	300.840,00
01.001.04.122.0001.2.001.3.3.90.00.00.00.	APLICAÇÕES DIRETAS													
	300.840,00	25.070,00	25.070,00	25.070,00	25.070,00	25.070,00	25.070,00	25.070,00	25.070,00	25.070,00	25.070,00	25.070,00	25.070,00	300.840,00
01.001.04.122.0001.2.001.3.3.90.14.00.00.	DIÁRIAS - CIVIL													
	6.480,00	540,00	540,00	540,00	540,00	540,00	540,00	540,00	540,00	540,00	540,00	540,00	540,00	6.480,00
1 Recursos do Tesouro	6.480,00	540,00	540,00	540,00	540,00	540,00	540,00	540,00	540,00	540,00	540,00	540,00	540,00	6.480,00
(Descentralizados)														
01.001.04.122.0001.2.001.3.3.90.30.00.00.	MATERIAL DE CONSUMO													
	30.240,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	30.240,00

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOL														
Estado do Paraná														
Exercício 2026														
PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA POR CATEGORIA ECONÔMICA														
Despesa	**Previsto**	**PROGRAMAÇÃO**												
		Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**	**Julho**	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**	**Total**
1 Recursos do Tesouro	30.240,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	30.240,00

(Descentralizados)														
01.001.04.122.0001.2.001.3.3.90.33.00.00.	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO													
	12.960,00	1.080,00	1.080,00	1.080,00	1.080,00	1.080,00	1.080,00	1.080,00	1.080,00	1.080,00	1.080,00	1.080,00	1.080,00	12.960,00
1 Recursos do Tesouro	12.960,00	1.080,00	1.080,00	1.080,00	1.080,00	1.080,00	1.080,00	1.080,00	1.080,00	1.080,00	1.080,00	1.080,00	1.080,00	12.960,00
(Descentralizados)														
01.001.04.122.0001.2.001.3.3.90.36.00.00.	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA													
	11.880,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	11.880,00
1 Recursos do Tesouro	11.880,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	11.880,00
(Descentralizados)														
01.001.04.122.0001.2.001.3.3.90.39.00.00.	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA													
	50.760,00	4.230,00	4.230,00	4.230,00	4.230,00	4.230,00	4.230,00	4.230,00	4.230,00	4.230,00	4.230,00	4.230,00	4.230,00	50.760,00
1 Recursos do Tesouro	50.760,00	4.230,00	4.230,00	4.230,00	4.230,00	4.230,00	4.230,00	4.230,00	4.230,00	4.230,00	4.230,00	4.230,00	4.230,00	50.760,00
(Descentralizados)														
01.001.04.122.0001.2.001.3.3.90.40.00.00.	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA													
	118.800,00	9.900,00	9.900,00	9.900,00	9.900,00	9.900,00	9.900,00	9.900,00	9.900,00	9.900,00	9.900,00	9.900,00	9.900,00	118.800,00
1 Recursos do Tesouro	118.800,00	9.900,00	9.900,00	9.900,00	9.900,00	9.900,00	9.900,00	9.900,00	9.900,00	9.900,00	9.900,00	9.900,00	9.900,00	118.800,00
(Descentralizados)														
01.001.04.122.0001.2.001.3.3.90.47.00.00.	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS													
	9.720,00	810,00	810,00	810,00	810,00	810,00	810,00	810,00	810,00	810,00	810,00	810,00	810,00	9.720,00
1 Recursos do Tesouro	9.720,00	810,00	810,00	810,00	810,00	810,00	810,00	810,00	810,00	810,00	810,00	810,00	810,00	9.720,00
(Descentralizados)														
01.001.04.122.0001.2.001.3.3.90.93.00.00.	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES													
	60.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	60.000,00
1 Recursos do Tesouro	60.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	60.000,00
(Descentralizados)														
01.001.04.122.0001.2.001.4.0.00.00.00.00.	DESPESAS DE CAPITAL													
	30.240,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	30.240,00
01.001.04.122.0001.2.001.4.4.00.00.00.00.	INVESTIMENTOS													
	30.240,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	30.240,00
01.001.04.122.0001.2.001.4.4.90.00.00.00.	APLICAÇÕES DIRETAS													
	30.240,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	30.240,00
01.001.04.122.0001.2.001.4.4.90.52.00.00.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE													
	30.240,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	30.240,00
1 Recursos do Tesouro	30.240,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	30.240,00
(Descentralizados)														
01.001.28.000.0000.0.000.0.0.00.00.00.00.	Encargos Especiais													
	23.760,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	23.760,00
01.001.28.846.0000.0.000.0.0.00.00.00.00.	Outros Encargos Especiais													
	23.760,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	23.760,00
01.001.28.846.0001.0.000.0.0.00.00.00.00.	Manutenção das Atividades Administrativas													
Despesa	**Previsto**	**PROGRAMAÇÃO**												
		Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**	**Julho**	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**	**Total**
	23.760,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	23.760,00
01.001.28.846.0001.0.001.0.0.00.00.00.00.	PRECATÓRIOS JUDICIAIS													
	23.760,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	23.760,00
01.001.28.846.0001.0.001.3.0.00.00.00.00.	DESPESAS CORRENTES													
	23.760,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	1.980,00	23.760,00
01.001.28.846.0001.0.001.3.1.00.00.00.00.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS													
	11.880,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	11.880,00
01.001.28.846.0001.0.001.3.1.90.00.00.00.	APLICAÇÕES DIRETAS													
	11.880,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	11.880,00
01.001.28.846.0001.0.001.3.1.90.91.00.00.	SENTENÇAS JUDICIAIS													
	11.880,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	11.880,00
1 Recursos do Tesouro	11.880,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	11.880,00
(Descentralizados)														
01.001.28.846.0001.0.001.3.3.00.00.00.00.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES													
	11.880,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	11.880,00
01.001.28.846.0001.0.001.3.3.90.00.00.00.	APLICAÇÕES DIRETAS													
	11.880,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	11.880,00
01.001.28.846.0001.0.001.3.3.90.91.00.00.	SENTENÇAS JUDICIAIS													
	11.880,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	11.880,00

1 Recursos do Tesouro	11.880,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	990,00	11.880,00
(Descentralizados)														
01.001.99.000.0000.0.000.0.0.00.00.00.00.	Reserva de Contingência													
	43.200,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	43.200,00
01.001.99.999.0000.0.000.0.0.00.00.00.00.	Reserva de Contingência geral													
	43.200,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	43.200,00
01.001.99.999.0001.0.000.0.0.00.00.00.00.	Manutenção das Atividades Administrativas													
	43.200,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	43.200,00
01.001.99.999.0001.2.999.0.0.00.00.00.00.	RESERVA DE CONTINGÊNCIA													
	43.200,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	43.200,00
01.001.99.999.0001.2.999.9.0.00.00.00.00.	RESERVA DE CONTINGÊNCIA													
	43.200,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	43.200,00
01.001.99.999.0001.2.999.9.9.00.00.00.00.	RESERVA DE CONTINGÊNCIA													
	43.200,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	43.200,00
01.001.99.999.0001.2.999.9.9.99.00.00.00.	RESERVA DE CONTINGÊNCIA													
	43.200,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	43.200,00
01.001.99.999.0001.2.999.9.9.99.99.00.00.	RESERVA DE CONTINGÊNCIA													
	43.200,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	43.200,00
1 Recursos do Tesouro	43.200,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	43.200,00
(Descentralizados)														
02.000.00.000.0000.0.000.0.0.00.00.00.00.	Divisão de Infra-estrutura e Desenvolvim													
Despesa	**Previsto**	**PROGRAMAÇÃO**												
		Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**	**Julho**	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**	**Total**
	3.411.720,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	3.411.720,00
02.001.00.000.0000.0.000.0.0.00.00.00.00.	Administracao de Infra-estrutura													
	3.411.720,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	3.411.720,00
02.001.26.000.0000.0.000.0.0.00.00.00.00.	Transporte													
	3.411.720,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	3.411.720,00
02.001.26.782.0000.0.000.0.0.00.00.00.00.	Transporte Rodoviário													
	3.411.720,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	3.411.720,00
02.001.26.782.0002.0.000.0.0.00.00.00.00.	Manutenção das Atividades de Patrulha Asfaltica e Patrulha Mecanizada Urbana e Rural													
	3.411.720,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	3.411.720,00
02.001.26.782.0002.2.002.0.0.00.00.00.00.	Infraestrutura Urbana e Rural													
	3.411.720,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	284.310,00	3.411.720,00
02.001.26.782.0002.2.002.3.0.00.00.00.00.	DESPESAS CORRENTES													
	2.688.120,00	224.010,00	224.010,00	224.010,00	224.010,00	224.010,00	224.010,00	224.010,00	224.010,00	224.010,00	224.010,00	224.010,00	224.010,00	2.688.120,00
02.001.26.782.0002.2.002.3.1.00.00.00.00.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS													
	1.171.800,00	97.650,00	97.650,00	97.650,00	97.650,00	97.650,00	97.650,00	97.650,00	97.650,00	97.650,00	97.650,00	97.650,00	97.650,00	1.171.800,00
02.001.26.782.0002.2.002.3.1.90.00.00.00.	APLICAÇÕES DIRETAS													
	1.171.800,00	97.650,00	97.650,00	97.650,00	97.650,00	97.650,00	97.650,00	97.650,00	97.650,00	97.650,00	97.650,00	97.650,00	97.650,00	1.171.800,00
02.001.26.782.0002.2.002.3.1.90.04.00.00.	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO													
	37.800,00	3.150,00	3.150,00	3.150,00	3.150,00	3.150,00	3.150,00	3.150,00	3.150,00	3.150,00	3.150,00	3.150,00	3.150,00	37.800,00
1 Recursos do Tesouro	37.800,00	3.150,00	3.150,00	3.150,00	3.150,00	3.150,00	3.150,00	3.150,00	3.150,00	3.150,00	3.150,00	3.150,00	3.150,00	37.800,00
(Descentralizados)														
02.001.26.782.0002.2.002.3.1.90.11.00.00.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL													
	810.000,00	67.500,00	67.500,00	67.500,00	67.500,00	67.500,00	67.500,00	67.500,00	67.500,00	67.500,00	67.500,00	67.500,00	67.500,00	810.000,00
1 Recursos do Tesouro	810.000,00	67.500,00	67.500,00	67.500,00	67.500,00	67.500,00	67.500,00	67.500,00	67.500,00	67.500,00	67.500,00	67.500,00	67.500,00	810.000,00
(Descentralizados)														
02.001.26.782.0002.2.002.3.1.90.13.00.00.	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS													
	259.200,00	21.600,00	21.600,00	21.600,00	21.600,00	21.600,00	21.600,00	21.600,00	21.600,00	21.600,00	21.600,00	21.600,00	21.600,00	259.200,00
1 Recursos do Tesouro	259.200,00	21.600,00	21.600,00	21.600,00	21.600,00	21.600,00	21.600,00	21.600,00	21.600,00	21.600,00	21.600,00	21.600,00	21.600,00	259.200,00
(Descentralizados)														
02.001.26.782.0002.2.002.3.1.90.16.00.00.	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL													
	64.800,00	5.400,00	5.400,00	5.400,00	5.400,00	5.400,00	5.400,00	5.400,00	5.400,00	5.400,00	5.400,00	5.400,00	5.400,00	64.800,00
1 Recursos do Tesouro	64.800,00	5.400,00	5.400,00	5.400,00	5.400,00	5.400,00	5.400,00	5.400,00	5.400,00	5.400,00	5.400,00	5.400,00	5.400,00	64.800,00
(Descentralizados)														
02.001.26.782.0002.2.002.3.3.00.00.00.00.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES													
	1.516.320,00	126.360,00	126.360,00	126.360,00	126.360,00	126.360,00	126.360,00	126.360,00	126.360,00	126.360,00	126.360,00	126.360,00	126.360,00	1.516.320,00
02.001.26.782.0002.2.002.3.3.90.00.00.00.	APLICAÇÕES DIRETAS													
	1.516.320,00	126.360,00	126.360,00	126.360,00	126.360,00	126.360,00	126.360,00	126.360,00	126.360,00	126.360,00	126.360,00	126.360,00	126.360,00	1.516.320,00
02.001.26.782.0002.2.002.3.3.90.30.00.00.	MATERIAL DE CONSUMO													

	864.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00	864.000,00
1 Recursos do Tesouro	864.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00	864.000,00
(Descentralizados)														
Despesa	**Previsto**	**PROGRAMAÇÃO**												
		Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**	**Julho**	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**	**Total**
02.001.26.782.0002.2.002.3.3.90.32.00.00.	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA													
	8.640,00	720,00	720,00	720,00	720,00	720,00	720,00	720,00	720,00	720,00	720,00	720,00	720,00	8.640,00
1 Recursos do Tesouro	8.640,00	720,00	720,00	720,00	720,00	720,00	720,00	720,00	720,00	720,00	720,00	720,00	720,00	8.640,00
(Descentralizados)														
02.001.26.782.0002.2.002.3.3.90.36.00.00.	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA													
	8.640,00	720,00	720,00	720,00	720,00	720,00	720,00	720,00	720,00	720,00	720,00	720,00	720,00	8.640,00
1 Recursos do Tesouro	8.640,00	720,00	720,00	720,00	720,00	720,00	720,00	720,00	720,00	720,00	720,00	720,00	720,00	8.640,00
(Descentralizados)														
02.001.26.782.0002.2.002.3.3.90.39.00.00.	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA													
	615.600,00	51.300,00	51.300,00	51.300,00	51.300,00	51.300,00	51.300,00	51.300,00	51.300,00	51.300,00	51.300,00	51.300,00	51.300,00	615.600,00
1 Recursos do Tesouro	615.600,00	51.300,00	51.300,00	51.300,00	51.300,00	51.300,00	51.300,00	51.300,00	51.300,00	51.300,00	51.300,00	51.300,00	51.300,00	615.600,00
(Descentralizados)														
02.001.26.782.0002.2.002.3.3.90.40.00.00.	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA													
	19.440,00	1.620,00	1.620,00	1.620,00	1.620,00	1.620,00	1.620,00	1.620,00	1.620,00	1.620,00	1.620,00	1.620,00	1.620,00	19.440,00
1 Recursos do Tesouro	19.440,00	1.620,00	1.620,00	1.620,00	1.620,00	1.620,00	1.620,00	1.620,00	1.620,00	1.620,00	1.620,00	1.620,00	1.620,00	19.440,00
(Descentralizados)														
02.001.26.782.0002.2.002.4.0.00.00.00.00.	DESPESAS DE CAPITAL													
	723.600,00	60.300,00	60.300,00	60.300,00	60.300,00	60.300,00	60.300,00	60.300,00	60.300,00	60.300,00	60.300,00	60.300,00	60.300,00	723.600,00
02.001.26.782.0002.2.002.4.4.00.00.00.00.	INVESTIMENTOS													
	723.600,00	60.300,00	60.300,00	60.300,00	60.300,00	60.300,00	60.300,00	60.300,00	60.300,00	60.300,00	60.300,00	60.300,00	60.300,00	723.600,00
02.001.26.782.0002.2.002.4.4.90.00.00.00.	APLICAÇÕES DIRETAS													
	723.600,00	60.300,00	60.300,00	60.300,00	60.300,00	60.300,00	60.300,00	60.300,00	60.300,00	60.300,00	60.300,00	60.300,00	60.300,00	723.600,00
02.001.26.782.0002.2.002.4.4.90.52.00.00.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE													
	723.600,00	60.300,00	60.300,00	60.300,00	60.300,00	60.300,00	60.300,00	60.300,00	60.300,00	60.300,00	60.300,00	60.300,00	60.300,00	723.600,00
1 Recursos do Tesouro	324.000,00	27.000,00	27.000,00	27.000,00	27.000,00	27.000,00	27.000,00	27.000,00	27.000,00	27.000,00	27.000,00	27.000,00	27.000,00	324.000,00
(Descentralizados)														
501 RECEITAS ALIENAÇÕES DE	399.600,00	33.300,00	33.300,00	33.300,00	33.300,00	33.300,00	33.300,00	33.300,00	33.300,00	33.300,00	33.300,00	33.300,00	33.300,00	399.600,00
ATIVOS														
Totais	3.921.000,00	326.750,00	326.750,00	326.750,00	326.750,00	326.750,00	326.750,00	326.750,00	326.750,00	326.750,00	326.750,00	326.750,00	326.750,00 3.921.000,00	

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:0A93252B

CONSÓRCIO PÚBLICO SUDOESTE PINHAIS
PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA RECEITA_2026_ CONSÓRCIO PINHAIS

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOL														
Estado do Paraná														
Exercício 2026														
DEMONSTRATIVO DA RECEITA, DESDOBRADA EM METAS MENSAIS DE ARRECADAÇÃO														
Receita	**Previsto**	**PROGRAMAÇÃO**												
		Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**	**Julho**	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**	**Total**
1.0.0.0.00.0.0.00.00RECEITAS CORRENTES	2.811.840,00	234.320,00	234.320,00	234.320,00	234.320,00	234.320,00	234.320,00	234.320,00	234.320,00	234.320,00	234.320,00	234.320,00	234.320,00	2.811.840,00
1.1.0.0.00.0.0.00.00IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	103.200,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	103.200,00
1.1.1.0.00.0.0.00.00IMPOSTOS	103.200,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	103.200,00
1.1.1.3.00.0.0.00.00IMPOSTOS SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	103.200,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	103.200,00
1.1.1.3.03.0.0.00.00IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE	103.200,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	103.200,00
1.1.1.3.03.4.0.00.00IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS	103.200,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	103.200,00
1.1.1.3.03.4.1.00.00IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS - PRINCIPAL	103.200,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	103.200,00
1.1.1.3.03.4.1.01.00IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - PRINCIPAL	103.200,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	103.200,00
1.1.1.3.03.4.1.01.01IRRF-S/FOLHA DE PAGAMENTO DO PESSOAL CIVIL-EXEC.EENT.INDIRE T	30.240,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	30.240,00
1.1.1.3.03.4.1.01.02IRRF-SOBRE RETENÇÃO DE TERCEIROS	72.960,00	6.080,00	6.080,00	6.080,00	6.080,00	6.080,00	6.080,00	6.080,00	6.080,00	6.080,00	6.080,00	6.080,00	6.080,00	72.960,00
1.3.0.0.00.0.0.00.00RECEITA PATRIMONIAL	180.360,00	15.030,00	15.030,00	15.030,00	15.030,00	15.030,00	15.030,00	15.030,00	15.030,00	15.030,00	15.030,00	15.030,00	15.030,00	180.360,00

1.3.2.0.00.0.0.00.00VALORES MOBILIÁRIOS	180.360,00	15.030,00	15.030,00	15.030,00	15.030,00	15.030,00	15.030,00	15.030,00	15.030,00	15.030,00	15.030,00	15.030,00	15.030,00	180.360,00
1.3.2.1.00.0.0.00.00JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS	180.360,00	15.030,00	15.030,00	15.030,00	15.030,00	15.030,00	15.030,00	15.030,00	15.030,00	15.030,00	15.030,00	15.030,00	15.030,00	180.360,00
1.3.2.1.01.0.0.00.00REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	180.360,00	30.060,00	30.060,00	30.060,00	30.060,00	30.060,00	30.060,00	30.060,00	30.060,00	30.060,00	30.060,00	30.060,00	30.060,00	360.720,00
1.3.2.1.01.0.1.00.00REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	180.360,00	15.030,00	15.030,00	15.030,00	15.030,00	15.030,00	15.030,00	15.030,00	15.030,00	15.030,00	15.030,00	15.030,00	15.030,00	180.360,00
1.3.2.1.01.0.1.01.00Rendimentos BB c/c 17179-4	50.760,00	4.230,00	4.230,00	4.230,00	4.230,00	4.230,00	4.230,00	4.230,00	4.230,00	4.230,00	4.230,00	4.230,00	4.230,00	50.760,00
1.3.2.1.01.0.1.02.00Rendimentos CEF c/c 150-9 Agência Coronel Vivida	61.560,00	5.130,00	5.130,00	5.130,00	5.130,00	5.130,00	5.130,00	5.130,00	5.130,00	5.130,00	5.130,00	5.130,00	5.130,00	61.560,00
Receita	**Previsto**	**PROGRAMAÇÃO**												
		Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**	**Julho**	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**	**Total**
1.3.2.1.01.0.1.03.00Rend. CEF c/c 71052-6 Alienação de Bens	68.040,00	5.670,00	5.670,00	5.670,00	5.670,00	5.670,00	5.670,00	5.670,00	5.670,00	5.670,00	5.670,00	5.670,00	5.670,00	68.040,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.417.040,00	201.420,00	201.420,00	201.420,00	201.420,00	201.420,00	201.420,00	201.420,00	201.420,00	201.420,00	201.420,00	201.420,00	201.420,00	2.417.040,00
1.7.3.0.00.0.0.00.00TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	2.417.040,00	201.420,00	201.420,00	201.420,00	201.420,00	201.420,00	201.420,00	201.420,00	201.420,00	201.420,00	201.420,00	201.420,00	201.420,00	2.417.040,00
1.7.3.9.00.0.0.00.00OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	2.417.040,00	201.420,00	201.420,00	201.420,00	201.420,00	201.420,00	201.420,00	201.420,00	201.420,00	201.420,00	201.420,00	201.420,00	201.420,00	2.417.040,00
1.7.3.9.50.0.0.00.00TRANSFERÊNCIAS DE MUNICÍPIOS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	2.417.040,00	402.840,00	402.840,00	402.840,00	402.840,00	402.840,00	402.840,00	402.840,00	402.840,00	402.840,00	402.840,00	402.840,00	402.840,00	4.834.080,00
1.7.3.9.50.0.1.00.00TRANSFERÊNCIAS DE MUNICÍPIOS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS - PRINCIPAL	2.417.040,00	201.420,00	201.420,00	201.420,00	201.420,00	201.420,00	201.420,00	201.420,00	201.420,00	201.420,00	201.420,00	201.420,00	201.420,00	2.417.040,00
1.7.3.9.50.0.1.01.00Transferências Coronel Domingos Soares	285.120,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	285.120,00
1.7.3.9.50.0.1.02.00Transferências Coronel Vivida	213.840,00	17.820,00	17.820,00	17.820,00	17.820,00	17.820,00	17.820,00	17.820,00	17.820,00	17.820,00	17.820,00	17.820,00	17.820,00	213.840,00
1.7.3.9.50.0.1.03.00Transferências Honório Serpa	285.120,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	285.120,00
1.7.3.9.50.0.1.04.00Transferências Irapejara D´Oeste	285.120,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	285.120,00
1.7.3.9.50.0.1.05.00Transferências São João	285.120,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	285.120,00
1.7.3.9.50.0.1.06.00Transferências Verê	285.120,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	23.760,00	285.120,00
1.7.3.9.50.0.1.07.00Coronel Domingos Soares (Serviços)	129.600,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	129.600,00
1.7.3.9.50.0.1.08.00Coronel Vivida (Serviços)	129.600,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	129.600,00
1.7.3.9.50.0.1.09.00Honório Serpa (Serviços)	129.600,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	129.600,00
1.7.3.9.50.0.1.10.00Itapejara D´Oeste (Serviços)	129.600,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	129.600,00
1.7.3.9.50.0.1.11.00São João (Serviços)	129.600,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	129.600,00
1.7.3.9.50.0.1.12.00Verê (Serviços)	129.600,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	129.600,00
1.9.0.0.00.0.0.00.00OUTRAS RECEITAS CORRENTES	111.240,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	111.240,00
1.9.9.0.00.0.0.00.00DEMAIS RECEITAS CORRENTES	111.240,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	111.240,00
1.9.9.9.00.0.0.00.00OUTRAS RECEITAS CORRENTES	111.240,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	111.240,00
1.9.9.9.99.0.0.00.00OUTRAS RECEITAS	111.240,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	111.240,00
Receita	**Previsto**	**PROGRAMAÇÃO**												
		Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**	**Julho**	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**	**Total**
1.9.9.9.99.1.0.00.00OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB	111.240,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	111.240,00
1.9.9.9.99.1.1.00.00OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB - PRINCIPAL	111.240,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	9.270,00	111.240,00
1.9.9.9.99.1.1.01.00Restituição por pagamentos indevidos	84.240,00	7.020,00	7.020,00	7.020,00	7.020,00	7.020,00	7.020,00	7.020,00	7.020,00	7.020,00	7.020,00	7.020,00	7.020,00	84.240,00
1.9.9.9.99.1.1.02.00Ressarcimento multas servidores	19.440,00	1.620,00	1.620,00	1.620,00	1.620,00	1.620,00	1.620,00	1.620,00	1.620,00	1.620,00	1.620,00	1.620,00	1.620,00	19.440,00
1.9.9.9.99.1.1.03.00Demais receitas correntes	7.560,00	630,00	630,00	630,00	630,00	630,00	630,00	630,00	630,00	630,00	630,00	630,00	630,00	7.560,00
2.0.0.0.00.0.0.00.00RECEITAS DE CAPITAL	1.109.160,00	92.430,00	92.430,00	92.430,00	92.430,00	92.430,00	92.430,00	92.430,00	92.430,00	92.430,00	92.430,00	92.430,00	92.430,00	1.109.160,00
2.2.0.0.00.0.0.00.00ALIENAÇÃO DE BENS	331.560,00	27.630,00	27.630,00	27.630,00	27.630,00	27.630,00	27.630,00	27.630,00	27.630,00	27.630,00	27.630,00	27.630,00	27.630,00	331.560,00
2.2.1.0.00.0.0.00.00ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	331.560,00	27.630,00	27.630,00	27.630,00	27.630,00	27.630,00	27.630,00	27.630,00	27.630,00	27.630,00	27.630,00	27.630,00	27.630,00	331.560,00
2.2.1.3.00.0.0.00.00ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES	331.560,00	27.630,00	27.630,00	27.630,00	27.630,00	27.630,00	27.630,00	27.630,00	27.630,00	27.630,00	27.630,00	27.630,00	27.630,00	331.560,00
2.2.1.3.01.0.0.00.00ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES	331.560,00	55.260,00	55.260,00	55.260,00	55.260,00	55.260,00	55.260,00	55.260,00	55.260,00	55.260,00	55.260,00	55.260,00	55.260,00	663.120,00
2.2.1.3.01.0.1.00.00ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES - PRINCIPAL	331.560,00	27.630,00	27.630,00	27.630,00	27.630,00	27.630,00	27.630,00	27.630,00	27.630,00	27.630,00	27.630,00	27.630,00	27.630,00	331.560,00
2.2.1.3.01.0.1.01.00Alienação de Veículos	108.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	108.000,00
2.2.1.3.01.0.1.02.00Alienação de Máquinas Rodoviárias, Acessórios e Equipamentos	223.560,00	18.630,00	18.630,00	18.630,00	18.630,00	18.630,00	18.630,00	18.630,00	18.630,00	18.630,00	18.630,00	18.630,00	18.630,00	223.560,00
2.4.0.0.00.0.0.00.00TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	777.600,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	777.600,00
2.4.3.0.00.0.0.00.00TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	777.600,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	777.600,00
2.4.3.9.00.0.0.00.00OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	777.600,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	777.600,00
2.4.3.9.50.0.0.00.00TRANSFERÊNCIAS DE MUNICÍPIOS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	777.600,00	129.600,00	129.600,00	129.600,00	129.600,00	129.600,00	129.600,00	129.600,00	129.600,00	129.600,00	129.600,00	129.600,00	129.600,00	1.555.200,00
2.4.3.9.50.0.1.00.00TRANSFERÊNCIAS DE MUNICÍPIOS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS - PRINCIPAL	777.600,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	64.800,00	777.600,00
2.4.3.9.50.0.1.01.00Transferência de capital de Coronel Domingos Soares	129.600,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	129.600,00
Receita	**Previsto**	**PROGRAMAÇÃO**												
		Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**	**Julho**	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**	**Total**
2.4.3.9.50.0.1.02.00Transferência de capital de Coronel Vivida	129.600,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	129.600,00
2.4.3.9.50.0.1.03.00Transferência de capital de Honório Serpa	129.600,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	129.600,00
2.4.3.9.50.0.1.04.00Transferência de capital de Itapejara D´Oeste	129.600,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	129.600,00
2.4.3.9.50.0.1.05.00Transferência de capital de São João	129.600,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	129.600,00
2.4.3.9.50.0.1.06.00Transferência de capital de Verê	129.600,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	129.600,00
Totais	**3.921.000,00**	**326.750,00**	**326.750,00**	**326.750,00**	**326.750,00**	**326.750,00**	**326.750,00**	**326.750,00**	**326.750,00**	**326.750,00**	**326.750,00**	**326.750,00**	**326.750,00**	**3.921.000,00**

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:BFAC9995

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LOA - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES											
Estado do Paraná											
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS											
ANEXO DE METAS FISCAIS											
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES											
2026											
Consolidado											
AMF – Demonstrativo III (LRF, art.4o, §2o, inciso II)											
ESPECIFICAÇÃO	VALOR A PREÇOS CORRENTES										
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	32.913.756,69	39.682.822,72	-17,058	30.596.374,93	29,698	37.042.989,30	-17,403	39.122.569,09	-5,316	41.458.818,59	-5,635
Receitas Primárias (I) (EXCETO FONTES RPPS)	32.141.750,35	38.824.929,50	-17,214	30.596.374,93	26,894	37.005.100,90	-17,318	39.082.407,39	-5,315	41.416.247,19	-5,635
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	32.411.245,13	40.301.121,50	-19,577	30.596.374,93	31,719	32.432.157,43	-5,660	34.378.086,87	-5,660	36.440.772,08	-5,660
Despesas Primarias (II) (EXCETO FONTES RPPS)	32.055.708,23	39.823.863,14	-19,506	29.921.851,31	33,093	31.717.162,39	-5,660	33.620.192,13	-5,660	35.637.403,66	-5,660
Receita Total (COM FONTES RPPS)	2.789.029,11	2.603.311,08	7,134	1.928.952,12	34,960	2.044.689,25	-5,660	2.167.370,60	-5,660	2.297.412,83	-5,660
Receitas Primárias (III) (COM FONTES RPPS)	1.660.202,51	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	1.881.340,94	2.396.452,57	-21,495	1.928.952,12	24,236	2.044.689,25	-5,660	2.167.370,60	-5,660	2.297.412,84	-5,660
Despesas Primarias (IV) (COM FONTES RPPS)	1.881.340,94	2.396.452,57	-21,495	1.928.952,12	24,236	2.044.689,25	-5,660	2.167.370,60	-5,660	2.297.412,84	-5,660
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha V = (I) - (II)	86.042,12	-998.933,64	-108,613	674.523,62	-248,095	5.287.938,51	-87,244	5.462.215,26	-3,191	5.778.843,53	-5,479
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha VI = V + (III - IV)	-135.096,31	-3.395.386,21	-96,021	-1.254.428,50	170,672	3.243.249,26	-138,678	3.294.844,66	-1,566	3.481.430,69	-5,359
Dívida Pública Consolidada (DC)	9.342.545,46	9.225.501,57	1,269	8.709.212,45	5,928	9.797.864,01	-11,111	11.022.597,01	-11,111	12.400.421,63	-11,111
Dívida Pública Consolidada Líquida (DCL)	1.602.230,44	-840.732,10	-290,576	-2.646.208,02	-68,229	-2.971.822,80	-10,957	-3.337.829,76	-10,965	-3.749.259,34	-10,974
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	474.243,41	-2.442.962,54	-119,413	-1.805.475,92	35,309	-325.614,78	454,482	-366.006,96	-11,036	-411.429,58	-11,040
ESPECIFICAÇÃO	VALOR A PREÇOS CONSTANTES										
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	35.428.367,70	41.071.721,51	-13,740	30.596.374,93	34,237	35.894.369,48	-14,760	36.803.922,00	-2,471	37.865.392,81	-2,803
Receitas Primárias (I) (EXCETO FONTES RPPS)	34.597.380,08	40.183.802,03	-13,902	30.596.374,93	31,335	35.857.655,91	-14,673	36.766.140,54	-2,471	37.826.511,27	-2,803
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	34.887.464,26	41.711.660,75	-16,360	30.596.374,93	36,329	31.426.509,13	-2,642	32.340.627,35	-2,827	33.282.283,40	-2,829
Despesas Primarias (II) (EXCETO FONTES RPPS)	34.504.764,34	41.217.698,35	-16,287	29.921.851,31	37,751	30.733.684,48	-2,642	31.627.650,17	-2,827	32.548.546,59	-2,829
Receita Total (COM FONTES RPPS)	3.002.110,93	2.694.426,97	11,419	1.928.952,12	39,683	1.981.288,03	-2,642	2.038.918,72	-2,827	2.098.285,53	-2,829
Receitas Primárias (III) (COM FONTES RPPS)	1.787.041,98	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	2.025.075,39	2.480.328,41	-18,355	1.928.952,12	28,584	1.981.288,03	-2,642	2.038.918,72	-2,827	2.098.285,54	-2,829
Despesas Primarias (IV) (COM FONTES RPPS)	2.025.075,39	2.480.328,41	-18,355	1.928.952,12	28,584	1.981.288,03	-2,642	2.038.918,72	-2,827	2.098.285,54	-2,829
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha V = (I) - (II)	92.615,74	-1.033.896,32	-108,958	674.523,62	-253,278	5.123.971,43	-86,836	5.138.490,37	-0,283	5.277.964,68	-2,643
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha VI = V + (III - IV)	-145.417,67	-3.514.224,73	-95,862	-1.254.428,50	180,145	3.142.683,40	-139,916	3.099.571,65	1,391	3.179.679,14	-2,519
Dívida Pública Consolidada (DC)	10.056.315,93	9.548.394,12	5,319	8.709.212,45	9,636	9.494.054,27	-8,267	10.369.329,26	-8,441	11.325.620,27	-8,444
Dívida Pública Consolidada Líquida (DCL)	1.724.640,84	-870.157,72	-298,199	-2.646.208,02	-67,117	-2.879.673,26	-8,107	-3.140.009,18	-8,291	-3.424.293,85	-8,302
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	510.475,60	-2.528.466,23	-120,189	-1.805.475,92	40,044	-315.518,20	472,226	-344.315,11	-8,364	-375.769,09	-8,371
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES, emitido em 16/dez/2025 as 11h e 21m.											
NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, no cálculo do Resultado Primário (SEM RPPS) - acima da linha, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do											
RPPS. Estas serão apresentadas de forma apartada, com impacto apenas no cálculo do Resultado Primário (COM RPPS) - acima da linha, para fins de transparência. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo do											
Resultado Nominal (SEM RPPS) - abaixo da linha.											

DOUTOR ULYSSES 16 de dezembro de 2025

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR	*ELIAS ANDERSON STRAUBE*
Prefeito Municipal	Contador

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:0EDBE445

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PPA - PROGRAMAS FINALÍSTICOS E DE APOIO ADMINISTRATIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES
Estado do Paraná
Exercício: 2026 a 2029
PPA - PROGRAMAS FINALÍSTICOS E DE APOIO ADMINISTRATIVO
Órgão : 01 CAMARA MUNICIPAL
Unidade : 001 CAMARA MUNICIPAL
Programa : 01.031.0001 Processo Legislativo
Objetivo : Assegurar o funcionamento da Câmara de Vereadores, em consonância com os preceitos constitucionais e com as normas estabelecidas na Lei Orgânica, oferecendo plenas condições aos vereadores no exercício de suas funções.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Assegurar o funcionamento da Câmara de Vereadores, em consonância com os preceitos constitucionais e com as normas estabelecidas na Lei Orgânica, oferecendo plenas condições aos vereadores no exercício de suas funções.
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA

Ação	Unid.Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2001 Outras	Unidades e Medidas	A	1	2.260.318,29	1	2.395.937,39	1	2.539.693,63	1	2.692.075,26	4	9.888.024,57

Descrição: Manutenção das Atividades Legislativas
Produto : Outros Produtos

Nat. Despesa	Fonte Recurso	Descrição	2026	2027	2028	2029	TOTAL
3.1.90.11.00.00	1005	Recursos do Tesouro (Descentralizados) - E	1.340.269,51	1.420.685,68	1.505.926,82	1.596.282,43	5.863.164,44
3.1.90.13.00.00	1005	Recursos do Tesouro (Descentralizados) - E	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16	43.746,16
3.1.90.16.00.00	1005	Recursos do Tesouro (Descentralizados) - E	26.000,00	27.560,00	29.213,60	30.966,42	113.740,02
3.1.91.13.00.00	1005	Recursos do Tesouro (Descentralizados) - E	191.390,48	202.873,91	215.046,34	227.949,12	837.259,85
3.3.72.40.00.00	1005	Recursos do Tesouro (Descentralizados) - E	48.000,00	50.880,00	53.932,80	57.168,77	209.981,57
3.3.90.14.00.00	1005	Recursos do Tesouro (Descentralizados) - E	40.000,00	42.400,00	44.944,00	47.640,64	174.984,64
3.3.90.30.00.00	1005	Recursos do Tesouro (Descentralizados) - E	170.875,28	181.127,80	191.995,47	203.515,20	747.513,75
3.3.90.36.00.00	1005	Recursos do Tesouro (Descentralizados) - E	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08	21.873,08
3.3.90.39.00.00	1005	Recursos do Tesouro (Descentralizados) - E	140.000,00	148.400,00	157.304,00	166.742,24	612.446,24
3.3.90.40.00.00	1005	Recursos do Tesouro (Descentralizados) - E	60.000,00	63.600,00	67.416,00	71.460,96	262.476,96
3.3.90.46.00.00	1005	Recursos do Tesouro (Descentralizados) - E	180.000,00	190.800,00	202.248,00	214.382,88	787.430,88
3.3.90.47.00.00	1005	Recursos do Tesouro (Descentralizados) - E	13.783,02	14.610,00	15.486,60	16.415,80	60.295,42
4.4.90.52.00.00	1005	Recursos do Tesouro (Descentralizados) - E	35.000,00	37.100,00	39.326,00	41.685,56	153.111,56
		Total:	**2.260.318,29**	**2.395.937,39**	**2.539.693,63**	**2.692.075,26**	**9.888.024,57**

Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8143			2026	2027	2028	2029	TOTAL
	1005	Recursos do Tesouro (Descentralizados) - Exercício Corrente	2.260.318,29	2.395.937,39	2.539.693,63	2.692.075,26	9.888.024,57

		Total:	**2.260.318,29**		**2.395.937,39**		**2.539.693,63**		**2.692.075,26**		**9.888.024,57**	
Órgão : 02 GABINETE DO PREFEITO												
Unidade : 001 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO												
Programa : 04.122.0001 APOIO ADMINISTRATIVO												
Objetivo : APOIO ADMINISTRATIVO												
Gerente :												
Público Alvo :												
Justificativa :												
Problema :												
Causa :												
Externalidade :												
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**	**Multisetorial**		**Tipo**							
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**Indice Final PPA**	
Ação Unid.	**Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2002 Outras	Unidades e Medidas A		1	763.778,61	1	764.967,03	1	810.865,05	1	859.516,96	4	3.199.127,65
Descrição: Manutenção da Assessoria do Gabinete												
Produto : Apoio Administrativo												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.1.90.11.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	538.000,00		570.280,00		604.496,80		640.766,61		2.353.543,41	
3.1.90.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	42.778,61		45.345,33		48.066,05		50.950,01		187.140,00	
3.1.90.94.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	21.000,00		22.260,00		23.595,60		25.011,34		91.866,94	
3.1.91.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	15.000,00		15.900,00		16.854,00		17.865,24		65.619,24	
3.3.90.14.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	60.000,00		63.600,00		67.416,00		71.460,96		262.476,96	
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	25.000,00		26.500,00		28.090,00		29.775,40		109.365,40	
3.3.90.36.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	1.000,00		1.060,00		1.123,60		1.191,02		4.374,62	
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	30.000,00		31.800,00		33.708,00		35.730,48		131.238,48	
3.3.90.47.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	1.000,00		1.060,00		1.123,60		1.191,02		4.374,62	
4.4.90.52.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	30.000,00		31.800,00		33.708,00		35.730,48		131.238,48	
		Total:	**763.778,61**		**809.605,33**		**858.181,65**		**909.672,56**		**3.341.238,15**	
Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8003			**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	763.778,61		809.605,33		858.181,65		909.672,56		3.341.238,15	
		Total:	**763.778,61**		**809.605,33**		**858.181,65**		**909.672,56**		**3.341.238,15**	
Órgão : 03 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO												
Unidade : 001 ASSESSORIA JURÍDICA												
Programa : 02.092.0001 APOIO ADMINISTRATIVO												
Objetivo : APOIO ADMINISTRATIVO												
Gerente :												
Público Alvo :												
Justificativa :												
Problema :												
Causa :												
Externalidade :												
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**	**Multisetorial**		**Tipo**							
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**Indice Final PPA**	
APOIO ADMINISTRATIVO	Percentual	100	100		100		100		100		100	
Ação Unid.	**Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2003 Outras	Unidades e Medidas	A	1	810.312,09	1	858.930,82	1	910.466,67	1	965.094,68	4	3.544.804,26
Descrição: Manutenção da Assessoria Jurídica												
Produto : Apoio Administrativo												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	

3.1.90.11.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	387.000,00	410.220,00	434.833,20	460.923,19	1.692.976,39	
3.1.90.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	30.312,09	32.130,82	34.058,67	36.102,19	132.603,77	
3.1.90.94.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	8.000,00	8.480,00	8.988,80	9.528,13	34.996,93	
3.1.91.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	13.000,00	13.780,00	14.606,80	15.483,21	56.870,01	
3.3.90.14.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16	43.746,16	
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	500,00	530,00	561,80	595,51	2.187,31	
3.3.90.36.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	500,00	530,00	561,80	595,51	2.187,31	
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08	21.873,08	
3.3.90.47.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62	
3.3.90.91.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	350.000,00	371.000,00	393.260,00	416.855,60	1.531.115,60	
4.4.90.52.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08	21.873,08	
		Total:	**810.312,09**	**858.930,82**	**910.466,67**	**965.094,68**	**3.544.804,26**	
Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8005			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**TOTAL**	
	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	810.312,09	858.930,82	910.466,67	965.094,68	3.544.804,26	
		Total:	**810.312,09**	**858.930,82**	**910.466,67**	**965.094,68**	**3.544.804,26**	

Órgão : 04 CONTROLADORIA GERAL

Unidade : 001 CONTROLADORIA GERAL

Programa : 04.124.0001 APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo : APOIO ADMINISTRATIVO

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**	**Multisetorial**	**Tipo**

Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Indice Final PPA**
APOIO ADMINISTRATIVO	Percentual	100	100	100	100	100	100

Ação Unid.	**Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2004 Outras	Unidades e Medidas	A	1	180.750,00	1	191.595,00	1	203.090,70	1	215.276,15	4	790.711,85

Descrição: Manutenção da Controladoria Geral

Produto : Apoio Administrativo

Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**TOTAL**
3.1.90.11.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	141.750,00	150.255,00	159.270,30	168.826,52	620.101,82
3.1.90.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
3.1.90.94.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	500,00	530,00	561,80	595,51	2.187,31
3.1.91.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24	65.619,24
3.3.90.14.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08	21.873,08
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	2.500,00	2.650,00	2.809,00	2.977,54	10.936,54
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08	21.873,08
4.4.90.52.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16	43.746,16
		Total:	**180.750,00**	**191.595,00**	**203.090,70**	**215.276,15**	**790.711,85**
Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8007			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**TOTAL**
	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	180.750,00	191.595,00	203.090,70	215.276,15	790.711,85

		Total:	**180.750,00**		**191.595,00**		**203.090,70**		**215.276,15**		**790.711,85**	
Órgão : 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO												
Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS												
Programa : 04.128.0001 APOIO ADMINISTRATIVO												
Objetivo : APOIO ADMINISTRATIVO												
Gerente :												
Público Alvo :												
Justificativa :												
Problema :												
Causa :												
Externalidade :												
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**	**Multisetorial**		**Tipo**							
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**Indice Final PPA**	
APOIO ADMINISTRATIVO	Percentual	100	100		100		100		100		100	
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2005	Pessoas	A	1	169.000,00	1	182.320,00	1	193.259,20	1	204.854,77	4	749.433,97
Descrição: Manutenção do Departamento de Recursos Humanos												
Produto : Servidores Atendidos												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.1.90.11.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	135.000,00		143.100,00		151.686,00		160.787,16		590.573,16	
3.1.90.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	6.000,00		6.360,00		6.741,60		7.146,10		26.247,70	
3.1.90.94.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	1.000,00		1.060,00		1.123,60		1.191,02		4.374,62	
3.1.91.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	10.000,00		10.600,00		11.236,00		11.910,16		43.746,16	
3.3.90.14.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	5.000,00		5.300,00		5.618,00		5.955,08		21.873,08	
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	5.000,00		5.300,00		5.618,00		5.955,08		21.873,08	
4.4.90.47.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	1.000,00		1.060,00		1.123,60		1.191,02		4.374,62	
4.4.90.52.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	6.000,00		6.360,00		6.741,60		7.146,10		26.247,70	
		Total:	**169.000,00**		**179.140,00**		**189.888,40**		**201.281,72**		**739.310,12**	
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2077	Outras Unidades e Medidas	A	1	120.000,00	1	127.200,00	1	134.832,00	1	142.921,92	4	524.953,92
Descrição: Indenizações e Restituições Trabalhistas												
Produto : Apoio Administrativo												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.1.90.94.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	120.000,00		127.200,00		134.832,00		142.921,92		524.953,92	
		Total:	**120.000,00**		**127.200,00**		**134.832,00**		**142.921,92**		**524.953,92**	
Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8009			**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	289.000,00		306.340,00		324.720,40		344.203,64		1.264.264,04	
		Total:	**289.000,00**		**306.340,00**		**324.720,40**		**344.203,64**		**1.264.264,04**	

Órgão : 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Unidade : 002 DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
Programa : 04.122.0001 APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo : APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
APOIO ADMINISTRATIVO	Percentual	100	100	100	100	100	100

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2006	Outras Unidades e Medidas	A	1	299.565,96	1	323.728,79	1	343.152,52	1	363.741,68	4	1.330.188,95

Descrição: Manutenção do Departamento de Compras e Licitações

Produto : Apoio Administrativo

Nat. Despesa	Fonte Recurso	Descrição	2026	2027	2028	2029	TOTAL
3.1.90.11.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	175.500,00	186.030,00	197.191,80	209.023,31	767.745,11
3.1.90.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48	131.238,48
3.1.90.94.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	44.404,52	47.068,79	49.892,92	52.886,50	194.252,73
3.1.91.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	23.661,44	25.081,13	26.586,00	28.181,16	103.509,73
3.3.71.70.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.14.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	7.000,00	7.420,00	7.865,20	8.337,11	30.622,31
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,05	13.123,85
3.3.90.36.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08	21.873,08
3.3.90.47.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.4.90.52.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16	43.746,16
		Total:	**299.565,96**	**317.539,92**	**336.592,32**	**356.787,87**	**1.310.486,07**

Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8011			2026	2027	2028	2029	TOTAL
	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	299.565,96	317.539,92	336.592,32	356.787,87	1.310.486,07
Total:			**299.565,96**	**317.539,92**	**336.592,32**	**356.787,87**	**1.310.486,07**

Órgão : 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade : 003 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Programa : 04.122.0001 APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo : APOIO ADMINISTRATIVO

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
APOIO ADMINISTRATIVO	Percentual	100	100	100	100	100	100

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2007	Outras Unidades e Medidas	A	1	2.359.356,28	1	2.599.369,77	1	2.755.331,99	1	2.920.651,71	4	10.634.709,75

Descrição: Manutenção do Departamento de Administração

Produto : Apoio Administrativo

Nat. Despesa	Fonte Recurso	Descrição	2026	2027	2028	2029	TOTAL
3.1.90.11.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	690.000,00	731.400,00	808.125,14	856.612,46	3.086.137,60

3.1.90.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		55.600,00		58.936,00		62.472,16		66.220,49		243.228,65					
3.1.90.94.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		2.000,00		2.120,00		2.247,20		2.382,03		8.749,23					
3.1.91.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		71.500,00		75.790,00		80.337,40		85.157,64		312.785,04					
3.3.71.70.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		15.000,00		15.900,00		16.854,00		17.865,24		65.619,24					
3.3.90.14.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		30.000,00		31.800,00		33.708,00		35.730,48		131.238,48					
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		149.461,72		189.411,59		167.935,19		178.011,30		684.819,80					
3.3.90.36.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		60.000,00		63.600,00		67.416,00		71.460,96		262.476,96					
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		298.388,40		348.333,87		336.392,80		356.576,37		1.339.691,44					
3.3.90.40.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		250.372,51		300.822,64		351.713,10		372.815,89		1.275.724,14					
3.3.90.47.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		690.000,00		731.400,00		775.284,00		821.801,04		3.018.485,04					
3.3.90.47.00.00	1504	Outros Royalties e Compensações Financei		13.000,00		13.780,00		14.606,79		15.483,19		56.869,98					
3.3.90.47.00.00	1512	CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB) Exercício Co		14.033,65		14.875,67		15.768,21		16.714,30		61.391,83					
4.4.90.52.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		20.000,00		21.200,00		22.472,00		23.820,32		87.492,32					
		Total:		**2.359.356,28**		**2.599.369,77**		**2.755.331,99**		**2.920.651,71**		**10.634.709,75**					
Ação		**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**				
2087		Pessoas	A	1	20.000,00	1	21.200,00	1	22.472,00	1	23.820,32	4	87.492,32				
Descrição: Valorização do Servidor Público Municipal - capacitação nas áreas específicas																	
Produto : Servidores Atendidos																	
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**		**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**					
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		20.000,00		21.200,00		22.472,00		23.820,32		87.492,32					
		Total:		**20.000,00**		**21.200,00**		**22.472,00**		**23.820,32**		**87.492,32**					
Ação		**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**				
2082		Outras Unidades e Medidas	O	1	1.627.685,28	1	1.725.346,40	1	1.828.867,18	1	1.938.599,21	4	7.120.498,07				
Descrição: Aporte para cobertura do Déficit Atuarial do RPPS																	
Produto : Apoio Administrativo																	
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**		**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**					
3.3.91.97.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		1.627.685,28		1.725.346,40		1.828.867,18		1.938.599,21		7.120.498,07					
		Total:		**1.627.685,28**		**1.725.346,40**		**1.828.867,18**		**1.938.599,21**		**7.120.498,07**					
Ação		**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**				
2104		Unidade	A	0	1.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	1.000,00				
Descrição: Aquisição de 04 (quatro) - CONVÊNIO 393/2025 - SECID																	
Produto : Veículos																	
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**		**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**					
4.4.90.52.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		1.000,00		1.060,00		1.123,60		1.191,02		4.374,62					
		Total:		**1.000,00**		**1.060,00**		**1.123,60**		**1.191,02**		**4.374,62**					
Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8013				**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**					
	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente		3.981.007,91		4.318.320,50		4.577.419,77		4.852.064,77		17.728.812,95					
	1504	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais Não Previdenciá		13.000,00		13.780,00		14.606,79		15.483,19		56.869,98					
	1512	CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB) Exercício Corrente		14.033,65		14.875,67		15.768,21		16.714,30		61.391,83					
		Total:		**4.008.041,56**		**4.346.976,17**		**4.607.794,77**		**4.884.262,26**		**17.847.074,76**					
Órgão : 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS																	
Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE																	
Programa : 04.122.0001 APOIO ADMINISTRATIVO																	
Objetivo : APOIO ADMINISTRATIVO																	
Gerente :																	
Público Alvo :																	
Justificativa :																	
Problema :																	
Causa :																	
Externalidade :																	
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**	**Multisetorial**	**Tipo**													
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**Indice Final PPA**					
APOIO ADMINISTRATIVO		Percentual	100	100		100		100		100		100					
Ação		**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**				
2008		Outras Unidades e Medidas	A	1	364.000,00	1	385.840,00	1	408.990,40	1	433.529,83	4	1.592.360,23				
Descrição: Manutenção do Departamento de Contabilidade																	
Produto : Apoio Administrativo																	
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**		**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**					

3.1.90.11.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	265.000,00	280.900,00	297.754,00	315.619,24	1.159.273,24
3.1.90.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24	65.619,24
3.1.90.16.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.94.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
3.1.91.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	29.000,00	30.740,00	32.584,40	34.539,46	126.863,86
3.3.90.14.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24	65.619,24
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16	43.746,16
3.3.90.36.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16	43.746,16
3.3.90.47.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.4.90.52.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	18.000,00	19.080,00	20.224,80	21.438,29	78.743,09
		Total:	**364.000,00**	**385.840,00**	**408.990,40**	**433.529,83**	**1.592.360,23**
Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8015			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**TOTAL**
	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	364.000,00	385.840,00	408.990,40	433.529,83	1.592.360,23
		Total:	**364.000,00**	**385.840,00**	**408.990,40**	**433.529,83**	**1.592.360,23**

Órgão : 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Unidade : 002 DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO
Programa : 04.129.0001 APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo : APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**	**Multisetorial**	**Tipo**

Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Indice Final PPA**
APOIO ADMINISTRATIVO	Percentual	100	100	100	100	100	100

Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2009	Outras Unidades e Medidas	A	1	222.667,95	1	236.028,03	1	250.189,71	1	265.201,10	4	974.086,79

Descrição: Manutenção do Departamento de Tributação
Produto : Apoio Administrativo

Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**TOTAL**
3.1.90.11.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	168.667,95	178.788,03	189.515,31	200.886,23	737.857,52
3.1.90.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	8.000,00	8.480,00	8.988,80	9.528,13	34.996,93
3.1.90.94.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	500,00	530,00	561,80	595,51	2.187,31
3.1.91.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24	65.619,24
3.3.90.14.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08	21.873,08
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08	21.873,08
3.3.90.36.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16	43.746,16
3.3.90.47.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	500,00	530,00	561,80	595,51	2.187,31
4.4.90.52.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16	43.746,16
		Total:	**222.667,95**	**236.028,03**	**250.189,71**	**265.201,10**	**974.086,79**
Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8017			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**TOTAL**
	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	222.667,95	236.028,03	250.189,71	265.201,10	974.086,79
		Total:	**222.667,95**	**236.028,03**	**250.189,71**	**265.201,10**	**974.086,79**

Órgão : 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Unidade : 003 DEPARTAMENTO DE TESOURARIA
Programa : 04.123.0001 APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo : APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**	**Multisetorial**	**Tipo**

Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Indice Final PPA**

APOIO ADMINISTRATIVO	Percentual	100	100		100		100		100		100
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2010	Outras Unidades e Medidas	A	1	233.350,00	1	247.351,00	1	262.192,06	1	277.923,59	4	1.020.816,65

Descrição: Manutenção do Departamento de Tesouraria e Finanças

Produto : Apoio Administrativo

Nat. Despesa	Fonte Recurso	Descrição	2026	2027	2028	2029	TOTAL
3.1.90.11.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	171.850,00	182.161,00	193.090,66	204.676,10	751.777,76
3.1.90.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32	87.492,32
3.1.90.94.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
3.1.91.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.14.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24	65.619,24
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08	21.873,08
3.3.90.36.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16	43.746,16
3.3.90.47.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	500,00	530,00	561,80	595,51	2.187,31
4.4.90.52.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16	43.746,16
		Total:	**233.350,00**	**247.351,00**	**262.192,06**	**277.923,59**	**1.020.816,65**

Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8019			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**TOTAL**
	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	233.350,00	247.351,00	262.192,06	277.923,59	1.020.816,65
		Total:	**233.350,00**	**247.351,00**	**262.192,06**	**277.923,59**	**1.020.816,65**

Órgão : 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Unidade : 003 DEPARTAMENTO DE TESOURARIA

Programa : 28.843.0000 ENCARGOS ESPECIAIS

Objetivo : ENCARGOS ESPECIAIS

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
APOIO ADMINISTRATIVO	Percentual	100	100	100	100	100	100

Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2065	Outras Unidades e Medidas	A	1	680.000,00	1	720.800,00	1	764.048,00	1	809.890,88	4	2.974.738,88

Descrição: Encargos e Amortização da Dívida Pública

Produto : Apoio Administrativo

Nat. Despesa	Fonte Recurso	Descrição	2026	2027	2028	2029	TOTAL
3.2.90.21.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	100.000,00	106.000,00	112.360,00	119.101,60	437.461,60
4.6.90.72.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	580.000,00	614.800,00	651.688,00	690.789,28	2.537.277,28
		Total:	**680.000,00**	**720.800,00**	**764.048,00**	**809.890,88**	**2.974.738,88**

Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8021			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**TOTAL**
	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	680.000,00	720.800,00	764.048,00	809.890,88	2.974.738,88
		Total:	**680.000,00**	**720.800,00**	**764.048,00**	**809.890,88**	**2.974.738,88**

Órgão : 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade : 001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Programa : 10.122.0013 DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL

Objetivo : Manutençao e desenvolvimento das atividades de competência da Secretaria Municipal de Saúde.

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**Indice Final PPA**	
TAXA DE ATENDIMENTO A POPULAÇÃO		Percentual	100	100		100		100		100		100	
Ação Unid.		**Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2039		Outras Unidades e Medidas	A	1	2.414.527,33	1	2.589.097,67	1	2.744.443,53	1	2.909.110,15	4	10.657.178,68
Descrição: Manutenção de Desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde													
Produto : Apoio Administrativo													
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**			**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**
3.1.90.11.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15			1.759.753,15		1.895.037,04		2.008.739,26		2.129.263,62		7.792.793,07
3.1.90.13.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15			160.104,84		169.711,13		179.893,80		190.687,43		700.397,20
3.1.90.94.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15			10.000,00		10.600,00		11.236,00		11.910,16		43.746,16
3.1.91.13.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15			165.669,34		175.609,50		186.146,07		197.314,83		724.739,74
3.3.71.70.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15			100.000,00		106.000,00		112.360,00		119.101,60		437.461,60
3.3.72.39.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15			0,00		0,00		0,00		0,00		0,00
3.3.90.14.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15			15.000,00		15.900,00		16.854,00		17.865,24		65.619,24
3.3.90.30.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15			50.000,00		53.000,00		56.180,00		59.550,80		218.730,80
3.3.90.36.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15			10.000,00		10.600,00		11.236,00		11.910,16		43.746,16
3.3.90.39.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15			60.000,00		63.600,00		67.416,00		71.460,96		262.476,96
3.3.90.40.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15			83.000,00		87.980,00		93.258,80		98.854,33		363.093,13
3.3.90.47.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15			0,00		0,00		0,00		0,00		0,00
3.3.90.93.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15			0,00		0,00		0,00		0,00		0,00
4.4.90.52.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15			1.000,00		1.060,00		1.123,60		1.191,02		4.374,62
		Total:			**2.414.527,33**		**2.589.097,67**		**2.744.443,53**		**2.909.110,15**		**10.657.178,68**
Ação		**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2041		Outras Unidades e Medidas	A	1	4.500,00	1	4.770,00	1	5.056,20	1	5.359,56	4	19.685,76
Descrição: Estruturar e Manter Conselho Municipal de Saúde													
Produto : Apoio Administrativo													
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**			**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**
3.3.90.30.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15			1.500,00		1.590,00		1.685,40		1.786,52		6.561,92
3.3.90.36.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15			1.500,00		1.590,00		1.685,40		1.786,52		6.561,92
3.3.90.39.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15			1.500,00		1.590,00		1.685,40		1.786,52		6.561,92
		Total:			**4.500,00**		**4.770,00**		**5.056,20**		**5.359,56**		**19.685,76**
Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8023					**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**
	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente			2.419.027,33		2.593.867,67		2.749.499,73		2.914.469,71		10.676.864,44
		Total:			**2.419.027,33**		**2.593.867,67**		**2.749.499,73**		**2.914.469,71**		**10.676.864,44**
Órgão : 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE													
Unidade : 001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE													
Programa : 10.301.0013 DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL													
Objetivo : Manutençao e desenvolvimento das atividades de competência da Secretaria Municipal de Saúde.													
Gerente :													
Público Alvo :													
Justificativa :													
Problema :													
Causa :													
Externalidade :													
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**	**Multisetorial**	**Tipo**									
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**Indice Final PPA**	
TAXA DE ATENDIMENTO A POPULAÇÃO		Percentual	100	100		100		100		100		100	
Ação		**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2040		Outras Unidades e Medidas	A	1	3.512.782,22	1	3.723.549,15	1	3.946.962,11	1	4.183.779,85	4	15.367.073,33
Descrição: Manutenção da Atenção Básica de Saúde													
Produto : Apoio Administrativo													
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**			**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**
3.1.90.11.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15			1.470.014,92		1.558.215,82		1.651.708,77		1.750.811,30		6.430.750,81
3.1.90.13.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15			70.970,21		75.228,42		79.742,13		84.526,66		310.467,42
3.1.90.94.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15			10.000,00		10.600,00		11.236,00		11.910,16		43.746,16
3.1.91.13.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15			5.000,00		5.300,00		5.618,00		5.955,08		21.873,08
3.3.72.30.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15			1.000,00		1.060,00		1.123,60		1.191,02		4.374,62
3.3.72.32.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15			10.000,00		10.600,00		11.236,00		11.910,16		43.746,16
3.3.72.39.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15			364.463,06		386.330,84		409.510,69		434.081,33		1.594.385,92
3.3.90.14.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15			140.000,00		148.400,00		157.304,00		166.742,24		612.446,24
3.3.90.14.00.00	1494	Custeio Estadual - Bloco de Custeio das Açõ			105.000,00		111.300,00		117.978,00		125.056,68		459.334,68

3.3.90.30.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15			176.078,64		186.643,36		197.841,96		209.712,48		770.276,44
3.3.90.30.00.00	1494	Custeio Estadual - Bloco de Custeio das Açõ			139.264,20		147.620,05		156.477,25		165.865,88		609.227,38
3.3.90.30.00.00	494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públ			362.675,38		384.435,90		407.502,05		431.952,17		1.586.565,50
3.3.90.34.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15			180.500,00		191.330,00		202.809,80		214.978,39		789.618,19
3.3.90.34.00.00	494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públ			100.000,00		106.000,00		112.360,01		119.101,60		437.461,61
3.3.90.36.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15			1.455,00		1.542,30		1.634,84		1.732,93		6.365,07
3.3.90.39.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15			141.360,81		149.842,46		158.833,01		168.362,99		618.399,27
3.3.90.39.00.00	1494	Custeio Estadual - Bloco de Custeio das Açõ			100.000,00		106.000,00		112.360,00		119.101,60		437.461,60
3.3.90.39.00.00	494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públ			130.000,00		137.800,00		146.068,00		154.832,10		568.700,10
4.4.90.52.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15			5.000,00		5.300,00		5.618,00		5.955,08		21.873,08
		Total:			**3.512.782,22**		**3.723.549,15**		**3.946.962,11**		**4.183.779,85**		**15.367.073,33**
Ação		**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2042		Outras Unidades e Medidas	A	1	582.912,00	1	617.886,72	1	654.959,92	1	694.257,52	4	2.550.016,16
Descrição: Manutenção das Atividades do Programa Agente Comunitário de Saúde - ACS													
Produto : Apoio Administrativo													
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**			**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**
3.1.90.11.00.00	10051	Transf. Gov.Fed. dest. ao vencto dos agente			497.912,00		527.786,72		559.453,92		593.021,16		2.178.173,80
3.1.90.13.00.00	10051	Transf. Gov.Fed. dest. ao vencto dos agente			45.000,00		47.700,00		50.562,00		53.595,72		196.857,72
3.1.91.13.00.00	10051	Transf. Gov.Fed. dest. ao vencto dos agente			40.000,00		42.400,00		44.944,00		47.640,64		174.984,64
		Total:			**582.912,00**		**617.886,72**		**654.959,92**		**694.257,52**		**2.550.016,16**
Ação		**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2044 Outras		Unidades e Medidas	A	1	793.800,00	1	841.428,00	1	891.913,68	1	945.428,49	4	3.472.570,17
Descrição: Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Equipe de Saúde Bucal													
Produto : Apoio Administrativo													
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**			**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**
3.1.90.11.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15			590.900,00		626.354,00		663.935,24		703.771,35		2.584.960,59
3.1.90.13.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15			53.300,00		56.498,00		59.887,88		63.481,15		233.167,03
3.1.91.13.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15			54.600,00		57.876,00		61.348,56		65.029,47		238.854,03
3.3.90.30.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15			60.000,00		63.600,00		67.416,00		71.460,96		262.476,96
3.3.90.39.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15			20.000,00		21.200,00		22.472,00		23.820,32		87.492,32
4.4.90.52.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15			15.000,00		15.900,00		16.854,00		17.865,24		65.619,24
		Total:			**793.800,00**		**841.428,00**		**891.913,68**		**945.428,49**		**3.472.570,17**
Ação		**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2045		Outras Unidades e Medidas	A	1	310.000,00	1	328.600,00	1	348.316,00	1	369.214,96	4	1.356.130,96
Descrição: Manutenção da Assistência Farmacêutica													
Produto : Apoio Administrativo													
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**			**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**
3.3.72.30.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15			300.000,00		318.000,00		337.080,00		357.304,80		1.312.384,80
4.4.90.52.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15			10.000,00		10.600,00		11.236,00		11.910,16		43.746,16
		Total:			**310.000,00**		**328.600,00**		**348.316,00**		**369.214,96**		**1.356.130,96**
Ação		**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2067		Unidade	A	1	57.600,20	1	61.056,21	1	64.719,58	1	68.602,75	4	251.978,74
Descrição: Manutenção do Serviço Movel de Urgência e Emergência - SAMU													
Produto : Veículos													
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**			**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**
3.3.72.39.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15			57.600,20		61.056,21		64.719,58		68.602,75		251.978,74
		Total:			**57.600,20**		**61.056,21**		**64.719,58**		**68.602,75**		**251.978,74**
Ação		**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2083		Pessoas	O	0	85.500,00	0	90.630,00	0	96.067,80	0	101.831,87	0	374.029,67
Descrição: Programa Mais Médicos.													
Produto : Servidores Atendidos													
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**			**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**
3.1.96.16.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15			36.000,00		38.160,00		40.449,60		42.876,58		157.486,18
3.3.96.46.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15			49.500,00		52.470,00		55.618,20		58.955,29		216.543,49
		Total:			**85.500,00**		**90.630,00**		**96.067,80**		**101.831,87**		**374.029,67**
Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8026					**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**
	494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - 494			592.675,38		628.235,90		665.930,06		705.885,87		2.592.727,21
	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente			3.822.742,84		4.052.107,41		4.295.233,86		4.552.947,89		16.723.032,00
	1494	Custeio Estadual - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - E			344.264,20		364.920,05		386.815,25		410.024,16		1.506.023,66
	10051	Transf. Gov.Fed. dest. ao vencto dos agentes com.de saúde e dos agentes de c			582.912,00		617.886,72		654.959,92		694.257,52		2.550.016,16
	Total:				**5.342.594,42**		**5.663.150,08**		**6.002.939,09**		**6.363.115,44**		**23.371.799,03**

Órgão : 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade : 001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa : 10.304.0013 DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL
Objetivo : Manutençao e desenvolvimento das atividades de competência da Secretaria Municipal de Saúde.
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
TAXA DE ATENDIMENTO A POPULAÇÃO	Percentual	100	100	100	100	100	100

Ação	Unid.Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2046	Pessoas	A	1	40.500,00	1	42.930,00	1	45.505,80	1	48.236,15	4	177.171,95

Descrição: Manutenção da Vigiância Sanitária
Produto : Pacientes Atendidos

Nat. Despesa	Fonte Recurso	Descrição	2026	2027	2028	2029	TOTAL
3.1.90.11.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15	30.500,00	32.330,00	34.269,80	36.325,99	133.425,79
3.1.91.13.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08	21.873,08
3.3.90.30.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08	21.873,08
		Total:	**40.500,00**	**42.930,00**	**45.505,80**	**48.236,15**	**177.171,95**

Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8029			2026	2027	2028	2029	TOTAL
	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	40.500,00	42.930,00	45.505,80	48.236,15	177.171,95
Total:			**40.500,00**	**42.930,00**	**45.505,80**	**48.236,15**	**177.171,95**

Órgão : 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade : 001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa : 10.305.0013 DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL
Objetivo : Manutençao e desenvolvimento das atividades de competência da Secretaria Municipal de Saúde.
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2096	Pessoas	O	1	145.000,00	1	153.700,00	1	162.922,00	1	172.697,32	4	634.319,32

Descrição: Manutenção da Vigilância Epidemiológica
Produto : Contribuintes Atendidos

Nat. Despesa	Fonte Recurso	Descrição	2026	2027	2028	2029	TOTAL
3.1.90.11.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15	130.000,00	137.800,00	146.068,00	154.832,08	568.700,08
3.1.90.13.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08	21.873,08
3.1.91.13.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08	21.873,08
3.3.90.30.00.00	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08	21.873,08
Total:			**145.000,00**	**153.700,00**	**162.922,00**	**172.697,32**	**634.319,32**

Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8276			2026	2027	2028	2029	TOTAL
	1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	145.000,00	153.700,00	162.922,00	172.697,32	634.319,32
Total:			**145.000,00**	**153.700,00**	**162.922,00**	**172.697,32**	**634.319,32**

Órgão : 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade : 001 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa : 08.122.0012 SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Objetivo : Administrar os recursos recebidos na sua total utilização para o atendimento as crianças, adolescentes e idosos.

Gerente :													
Público Alvo :													
Justificativa :													
Problema :													
Causa :													
Externalidade :													
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**	**Multisetorial**	**Tipo**									
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**Indice Final PPA**	
FAMÍLIAS ATENDIDAS NO CRAS		Unidade	800	800		800		800		800		1.000	
Ação		**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2035		Outras Unidades e Medidas	A	1	1.592.942,51	1	1.688.519,06	1	1.789.830,21	1	1.897.220,03	4	6.968.511,81
Descrição: Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social													
Produto : Apoio Administrativo													
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**		**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.1.90.11.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		983.143,16		1.042.131,75		1.104.659,66		1.170.939,24		4.300.873,81	
3.1.90.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		69.559,35		73.732,91		78.156,88		82.846,29		304.295,43	
3.1.90.94.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		18.000,00		19.080,00		20.224,80		21.438,29		78.743,09	
3.1.91.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		98.000,00		103.880,00		110.112,80		116.719,57		428.712,37	
3.3.71.70.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		15.000,00		15.900,00		16.854,00		17.865,24		65.619,24	
3.3.72.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		15.000,00		15.900,00		16.854,00		17.865,24		65.619,24	
3.3.90.14.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		65.000,00		68.900,00		73.034,00		77.416,04		284.350,04	
3.3.90.14.00.00	935	Bloco de Financiamento da Proteção Social E		5.040,00		5.342,40		5.662,95		6.002,72		22.048,07	
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		160.000,00		169.600,00		179.776,00		190.562,56		699.938,56	
3.3.90.30.00.00	934	Bloco de Financiamento da Proteção Social B		36.860,00		39.071,60		41.415,90		43.900,85		161.248,35	
3.3.90.30.00.00	935	Bloco de Financiamento da Proteção Social E		38.340,00		40.640,40		43.078,82		45.663,55		167.722,77	
3.3.90.36.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		6.000,00		6.360,00		6.741,60		7.146,10		26.247,70	
3.3.90.36.00.00	934	Bloco de Financiamento da Proteção Social B		500,00		530,00		561,80		595,51		2.187,31	
3.3.90.36.00.00	935	Bloco de Financiamento da Proteção Social E		500,00		530,00		561,80		595,51		2.187,31	
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		63.000,00		66.780,00		70.786,80		75.034,01		275.600,81	
3.3.90.39.00.00	934	Bloco de Financiamento da Proteção Social B		500,00		530,00		561,80		595,51		2.187,31	
3.3.90.39.00.00	935	Bloco de Financiamento da Proteção Social E		500,00		530,00		561,80		595,51		2.187,31	
3.3.90.40.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		2.500,00		2.650,00		2.809,00		2.977,54		10.936,54	
3.3.90.47.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		500,00		530,00		561,80		595,51		2.187,31	
4.4.90.52.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		15.000,00		15.900,00		16.854,00		17.865,24		65.619,24	
Total:				**1.592.942,51**		**1.688.519,06**		**1.789.830,21**		**1.897.220,03**		**6.968.511,81**	
Ação		**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2072		Outras Unidades e Medidas	A	0	1.000,00	0	1.500,00	0	0,00	0	0,00	0	2.500,00
Descrição: Assistência ao Portador de Deficiência													
Produto : Outros Produtos													
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**		**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		500,00		530,00		561,80		595,51		2.187,31	
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		500,00		530,00		561,80		595,51		2.187,31	
4.4.90.52.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		0,00		500,00		530,00		561,80		1.591,80	
Total:				**1.000,00**		**1.560,00**		**1.653,60**		**1.752,82**		**5.966,42**	
Ação		**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2073		Outras Unidades e Medidas	A	0	55.000,00	0	58.300,00	0	61.798,00	0	65.505,88	0	240.603,88
Descrição: Proteção Especial Social													
Produto : Apoio Administrativo													
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**		**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		5.000,00		5.300,00		5.618,00		5.955,08		21.873,08	
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		50.000,00		53.000,00		56.180,00		59.550,80		218.730,80	
Total:				**55.000,00**		**58.300,00**		**61.798,00**		**65.505,88**		**240.603,88**	
Ação		**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2089		Outras Unidades e Medidas	A	0	12.500,00	0	13.250,00	0	14.045,00	0	14.887,71	0	54.682,71
Descrição: CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social													
Produto : Outros Produtos													
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**		**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.3.90.14.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		1.000,00		1.060,00		1.123,60		1.191,02		4.374,62	

3.3.90.14.00.00	935	Bloco de Financiamento da Proteção Social E		500,00		530,00		561,80		595,51		2.187,31	
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		5.000,00		5.300,00		5.618,00		5.955,08		21.873,08	
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		1.000,00		1.060,00		1.123,60		1.191,02		4.374,62	
4.4.90.52.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		5.000,00		5.300,00		5.618,00		5.955,08		21.873,08	
Total:				**12.500,00**		**13.250,00**		**14.045,00**		**14.887,71**		**54.682,71**	
Ação		**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2074		Outras Unidades e Medidas	A	0	6.000,00	0	6.360,00	0	6.741,60	0	7.146,10	0	26.247,70
Descrição: Manutenção do Programa IGD - Bolsa Família													
Produto : Apoio Administrativo													
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**		**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.3.90.30.00.00	934	Bloco de Financiamento da Proteção Social B		6.000,00		6.360,00		6.741,60		7.146,10		26.247,70	
Total:				**6.000,00**		**6.360,00**		**6.741,60**		**7.146,10**		**26.247,70**	
Ação		**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2075		Outras Unidades e Medidas	A	0	1.500,00	0	1.590,00	0	1.685,40	0	1.786,53	0	6.561,93
Descrição: Manutenção do Programa IGD SUAS													
Produto : Apoio Administrativo													
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**		**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.3.90.30.00.00	935	Bloco de Financiamento da Proteção Social E		500,00		530,00		561,80		595,51		2.187,31	
3.3.90.39.00.00	935	Bloco de Financiamento da Proteção Social E		500,00		530,00		561,80		595,51		2.187,31	
4.4.90.52.00.00	935	Bloco de Financiamento da Proteção Social E		500,00		530,00		561,80		595,51		2.187,31	
Total:				**1.500,00**		**1.590,00**		**1.685,40**		**1.786,53**		**6.561,93**	
Ação		**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2099		Metro Quadrado	A	0	100,00	0	106,00	0	112,36	0	119,10	0	437,46
Descrição: Construção de Creches - CEDCA/PR													
Produto : Creche Construída/Ampliada ou Reformada													
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**		**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
4.4.90.51.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		100,00		106,00		112,36		119,10		437,46	
Total:				**100,00**		**106,00**		**112,36**		**119,10**		**437,46**	
Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8032				**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
	934	Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS		43.860,00		46.491,60		49.281,10		52.237,97		191.870,67	
	935	Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial - SUAS		46.380,00		49.162,80		52.112,57		55.239,33		202.894,70	
	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente		1.578.802,51		1.674.030,66		1.774.472,50		1.880.940,87		6.908.246,54	
Total:				**1.669.042,51**		**1.769.685,06**		**1.875.866,17**		**1.988.418,17**		**7.303.011,91**	
Órgão : 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL													
Unidade : 002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL													
Programa : 08.245.0009 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA													
Objetivo : A Proteção Social Básica tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).													
Gerente :													
Público Alvo :													
Justificativa :													
Problema :													
Causa :													
Externalidade :													
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**	**Multisetorial**	**Tipo**									
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**Indice Final PPA**	
Ação		**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2036		Outras Unidades e Medidas	A	2	1.500,00	2	1.590,00	2	1.685,40	2	1.786,53	8	6.561,93
Descrição: Manutenção de Benefícios Eventuais													
Produto : Apoio Administrativo													
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**		**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		500,00		530,00		561,80		595,51		2.187,31	
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		500,00		530,00		561,80		595,51		2.187,31	
3.3.90.93.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		500,00		530,00		561,80		595,51		2.187,31	
Total:				**1.500,00**		**1.590,00**		**1.685,40**		**1.786,53**		**6.561,93**	
Ação		**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**

2038	Outras Unidades e Medidas	A	0	7.000,00	0	7.420,00	0	7.865,20	0	8.337,12	0	30.622,32

Descrição: Manutenção do Programa Nossa Gente Paraná - CRAS

Produto : Apoio Administrativo

Nat. Despesa	Fonte Recurso	Descrição	2026	2027	2028	2029	TOTAL
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
3.3.90.36.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.4.90.51.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08	21.873,08
Total:			**7.000,00**	**7.420,00**	**7.865,20**	**8.337,12**	**30.622,32**

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2037	Outras Unidades e Medidas	A	0	372.000,00	0	394.320,00	0	417.979,20	0	443.057,95	0	1.627.357,15

Descrição: Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS

Produto : Apoio Administrativo

Nat. Despesa	Fonte Recurso	Descrição	2026	2027	2028	2029	TOTAL
3.1.90.11.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	152.000,00	161.120,00	170.787,20	181.034,43	664.941,63
3.1.90.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08	21.873,08
3.1.91.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	8.000,00	8.480,00	8.988,80	9.528,13	34.996,93
3.3.90.14.00.00	934	Bloco de Financiamento da Proteção Social B	2.000,00	2.120,00	2.247,20	2.382,03	8.749,23
3.3.90.14.00.00	935	Bloco de Financiamento da Proteção Social E	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08	21.873,08
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	150.000,00	159.000,00	168.540,00	178.652,40	656.192,40
3.3.90.30.00.00	934	Bloco de Financiamento da Proteção Social B	8.000,00	8.480,00	8.988,80	9.528,13	34.996,93
3.3.90.30.00.00	935	Bloco de Financiamento da Proteção Social E	2.000,00	2.120,00	2.247,20	2.382,03	8.749,23
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24	65.619,24
3.3.90.39.00.00	934	Bloco de Financiamento da Proteção Social B	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08	21.873,08
3.3.90.39.00.00	935	Bloco de Financiamento da Proteção Social E	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16	43.746,16
4.4.90.52.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16	43.746,16
Total:			**372.000,00**	**394.320,00**	**417.979,20**	**443.057,95**	**1.627.357,15**

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2079	Outras Unidades e Medidas	A	0	100,00	0	106,00	0	112,36	0	119,10	0	437,46

Descrição: Construção do espaço físico para o CRAS

Produto : Outros Produtos

Nat. Despesa	Fonte Recurso	Descrição	2026	2027	2028	2029	TOTAL
4.4.90.51.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	100,00	106,00	112,36	119,10	437,46
Total:			**100,00**	**106,00**	**112,36**	**119,10**	**437,46**

Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8290			2026	2027	2028	2029	TOTAL
	934	Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24	65.619,24
	935	Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial - SUAS	17.000,00	18.020,00	19.101,20	20.247,27	74.368,47
	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	348.600,00	369.516,00	391.686,96	415.188,19	1.524.991,15
Total:			**380.600,00**	**403.436,00**	**427.642,16**	**453.300,70**	**1.664.978,86**

Órgão : 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade : 003 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLES

Programa : 08.243.0009 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Objetivo : A Proteção Social Básica tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
FAMÍLIAS ATENDIDAS NO CRAS	Unidade	800	800	800	800	800	1.000

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
6002	Pessoas	A	1	11.800,00	1	12.508,00	1	13.258,48	1	14.053,99	4	51.620,47

Descrição: Manutenção do Fundo Municipal do Direito da Criança e do Adolescente

Produto : Adolescentes Atendidos

Nat. Despesa	Fonte Recurso	Descrição	2026	2027	2028	2029	TOTAL
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	2.000,00	2.120,00	2.247,20	2.382,03	8.749,23

3.3.90.30.00.00	11011	Transferências de Outros Programas	4.800,00	5.088,00	5.393,28	5.716,88	20.998,16	
3.3.90.36.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	500,00	530,00	561,80	595,51	2.187,31	
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	2.000,00	2.120,00	2.247,20	2.382,03	8.749,23	
4.4.90.52.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	2.500,00	2.650,00	2.809,00	2.977,54	10.936,54	

		Total:	**11.800,00**		**12.508,00**		**13.258,48**		**14.053,99**		**51.620,47**	
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
6003	Pessoas	A	1	225.000,00	1	238.500,00	1	252.810,00	1	267.978,60	4	984.288,60
Descrição: Manutenção do Conselho Tutelar												
Produto : Adolescentes Atendidos												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.1.90.11.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	145.000,00		153.700,00		162.922,00		172.697,32		634.319,32	
3.1.90.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	20.000,00		21.200,00		22.472,00		23.820,32		87.492,32	
3.1.91.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	10.000,00		10.600,00		11.236,00		11.910,16		43.746,16	
3.3.90.14.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	5.000,00		5.300,00		5.618,00		5.955,08		21.873,08	
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	15.000,00		15.900,00		16.854,00		17.865,24		65.619,24	
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	30.000,00		31.800,00		33.708,00		35.730,48		131.238,48	
		Total:	**225.000,00**		**238.500,00**		**252.810,00**		**267.978,60**		**984.288,60**	
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
6006	Pessoas	A	1	2.001,00	1	2.121,06	1	2.248,32	1	2.383,22	4	8.753,60
Descrição: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA												
Produto : Adolescentes Atendidos												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	1.000,00		1.060,00		1.123,60		1.191,02		4.374,62	
4.4.90.52.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	1.001,00		1.061,06		1.124,72		1.192,20		4.378,98	
		Total:	**2.001,00**		**2.121,06**		**2.248,32**		**2.383,22**		**8.753,60**	
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
6007	Pessoas	A	0	1.000,00	0	1.060,00	0	1.123,60	0	1.191,02	0	4.374,62
Descrição: Programa Incentivo Estadual voltado a Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes – FIA Estadual												
Produto : Crianças Atendidas												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	1.000,00		1.060,00		1.123,60		1.191,02		4.374,62	
		Total:	**1.000,00**		**1.060,00**		**1.123,60**		**1.191,02**		**4.374,62**	
Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8041			**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	235.001,00		249.101,06		264.047,12		279.889,95		1.028.039,13	
	11011	Transferências de Outros Programas	4.800,00		5.088,00		5.393,28		5.716,88		20.998,16	
		Total:	**239.801,00**		**254.189,06**		**269.440,40**		**285.606,83**		**1.049.037,29**	
Órgão : 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL												
Unidade : 004 FUNDO MUNCIPAL AO IDOSO												
Programa : 08.241.0009 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA												
Objetivo : A Proteção Social Básica tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).												
Gerente :												
Público Alvo :												
Justificativa :												
Problema :												
Causa :												
Externalidade :												
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**	**Multisetorial**	**Tipo**								
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**Indice Final PPA**	

TAXA DE ATENDIMENTO AO IDOSO	Percentual	100	100		100		100		100		100		
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**	
2076	Pessoas	A	1	1.500,00	1	1.590,00	1	1.685,40	1	1.786,53	4	6.561,93	
Descrição: Assitencia à Pessoa Idosa													
Produto : Idosos Atendidos													
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**		
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	500,00		530,00		561,80		595,51		2.187,31		
3.3.90.36.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	500,00		530,00		561,80		595,51		2.187,31		
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	500,00		530,00		561,80		595,51		2.187,31		
		Total:	**1.500,00**		**1.590,00**		**1.685,40**		**1.786,53**		**6.561,93**		
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**	
2088	Pessoas	A	1	1.500,00	1	1.590,00	1	1.685,40	1	1.786,52	4	6.561,92	
Descrição: Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI													
Produto : Idosos Atendidos													
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**		
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	1.500,00		1.590,00		1.685,40		1.786,52		6.561,92		
		Total:	**1.500,00**		**1.590,00**		**1.685,40**		**1.786,52**		**6.561,92**		
Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8044			**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**		
	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	3.000,00		3.180,00		3.370,80		3.573,05		13.123,85		
		Total:	**3.000,00**		**3.180,00**		**3.370,80**		**3.573,05**		**13.123,85**		
Órgão : 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO													
Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS													
Programa : 12.306.0005 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR													
Objetivo : QUALIFICAR E AMPLIAR A INFRAESTRUTURA PARA ATENDIMENTO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL. REFORMULAÇÃO DO PROCESSO DE CAMPO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, DANDO PRIORIDADE AO PRODUTOR DO MUNICIPIO.													
Gerente :													
Público Alvo :													
Justificativa :													
Problema :													
Causa :													
Externalidade :													
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**	**Multisetorial**	**Tipo**									
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Recente Mais**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**Indice Final PPA**		
Ação Unid.	**Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**	
2025	Pessoas	A	1	228.458,15	1	242.165,64	1	256.695,58	1	274.998,74	4	1.002.318,11	
Descrição: Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Fundamental													
Produto : Alunos Atendidos													
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**		
3.3.90.32.00.00	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais F	60.000,00		63.600,00		67.416,00		74.362,40		265.378,40		
3.3.90.32.00.00	1028	Demais impostos vinculados à educação bá	130.000,00		137.800,00		146.068,00		154.832,07		568.700,07		
3.3.90.32.00.00	11042	Programa Nacional de Alimentação Escolar (	38.458,15		40.765,64		43.211,58		45.804,27		168.239,64		
		Total:	**228.458,15**		**242.165,64**		**256.695,58**		**274.998,74**		**1.002.318,11**		
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**	
2024	Pessoas	A	1	139.458,15	1	147.825,64	1	156.695,18	1	166.096,89	4	610.075,86	
Descrição: Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Infantil - Creche													
Produto : Crianças Atendidas													
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**		
3.3.90.32.00.00	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais F	40.000,00		42.400,00		44.944,00		47.640,64		174.984,64		
3.3.90.32.00.00	1028	Demais impostos vinculados à educação bá	80.000,00		84.800,00		89.888,00		95.281,28		349.969,28		
3.3.90.32.00.00	11042	Programa Nacional de Alimentação Escolar (	19.458,15		20.625,64		21.863,18		23.174,97		85.121,94		
		Total:	**139.458,15**		**147.825,64**		**156.695,18**		**166.096,89**		**610.075,86**		
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**	

1058	Pessoas	A	0	145.000,00	0	153.700,00	0	162.922,00	0	172.697,33	0	634.319,33
Descrição: Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Infantil - Pré Escola												
Produto : Alunos Atendidos												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.3.90.32.00.00	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais F	45.000,00		47.700,00		50.562,00		53.595,72		196.857,72	
3.3.90.32.00.00	1028	Demais impostos vinculados à educação bá	80.000,00		84.800,00		89.888,00		95.281,28		349.969,28	
3.3.90.32.00.00	11042	Programa Nacional de Alimentação Escolar (	20.000,00		21.200,00		22.472,00		23.820,33		87.492,33	
		Total:	**145.000,00**		**153.700,00**		**162.922,00**		**172.697,33**		**634.319,33**	
Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8266			**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	145.000,00		153.700,00		162.922,00		175.598,76		637.220,76	
	1028	Demais impostos vinculados à educação básica	290.000,00		307.400,00		325.844,00		345.394,63		1.268.638,63	
	11042	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	77.916,30		82.591,28		87.546,76		92.799,57		340.853,91	
		Total:	**512.916,30**		**543.691,28**		**576.312,76**		**613.792,96**		**2.246.713,30**	
Órgão : 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO												
Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS												
Programa : 12.361.0004 EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL												
Objetivo : AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO ESTE PROGRAMA TEM POR FINALIDADE QUALIFICAR E AMPLIAR A INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O ATENDIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL.												
Gerente :												
Público Alvo :												
Justificativa :												
Problema :												
Causa :												
Externalidade :												
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**	**Multisetorial**	**Tipo**								
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**Indice Final PPA**	
TAXA DE FREQUENCIA ESCOLAR	Percentual	95	95		95		95		95		100	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
1007 Outras	Unidades e Medidas	P	1	5.000,00	1	5.300,00	1	5.618,00	1	5.955,08	4	21.873,08
Descrição: Aquisição de Equipamentos de informática – Ensino Fundamental												
Produto : Outros Produtos												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
4.4.90.52.00.00	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais F	5.000,00		5.300,00		5.618,00		5.955,08		21.873,08	
		Total:	**5.000,00**		**5.300,00**		**5.618,00**		**5.955,08**		**21.873,08**	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
1008 Metros	Quadrados	P	1	170.000,00	1	180.200,00	1	191.012,00	1	202.472,72	4	743.684,72
Descrição: Construção, Reforma e Ampliação das Escolas – Ensino Fundamental												
Produto : Escola Construída/Ampliada ou Reformada												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
4.4.90.51.00.00	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais F	170.000,00		180.200,00		191.012,00		202.472,72		743.684,72	
		Total:	**170.000,00**		**180.200,00**		**191.012,00**		**202.472,72**		**743.684,72**	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2017	Pessoas	A	1	2.066.600,00	1	2.190.596,00	1	2.322.031,76	1	2.461.353,67	4	9.040.581,43
Descrição: Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 70%												
Produto : Alunos Atendidos												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.1.90.11.00.00	1022	FUNDEF/FUNDEB 70%	1.709.500,00		1.812.070,00		1.920.794,20		2.036.041,86		7.478.406,06	
3.1.90.13.00.00	1022	FUNDEF/FUNDEB 70%	67.100,00		71.126,00		75.393,56		79.917,17		293.536,73	
3.1.91.13.00.00	1022	FUNDEF/FUNDEB 70%	290.000,00		307.400,00		325.844,00		345.394,64		1.268.638,64	
		Total:	**2.066.600,00**		**2.190.596,00**		**2.322.031,76**		**2.461.353,67**		**9.040.581,43**	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2018	Pessoas	A	1	88.615,00	1	93.931,90	1	99.567,81	1	105.541,88	4	387.656,59
Descrição: Manutenção do Ensino Fundamental												
Produto : Alunos Atendidos												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	

3.3.90.30.00.00	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais F	15.000,00		15.900,00		16.854,00		17.865,24		65.619,24	
3.3.90.30.00.00	1028	Demais impostos vinculados à educação bá	50.000,00		53.000,00		56.180,00		59.550,80		218.730,80	
3.3.90.30.00.00	11041	Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE	6.615,00		7.011,90		7.432,61		7.878,57		28.938,08	
3.3.90.36.00.00	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais F	10.000,00		10.600,00		11.236,00		11.910,16		43.746,16	
3.3.90.40.00.00	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais F	7.000,00		7.420,00		7.865,20		8.337,11		30.622,31	
		Total:	**88.615,00**		**93.931,90**		**99.567,81**		**105.541,88**		**387.656,59**	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2019	Pessoas	A	1	20.000,00	1	21.200,00	1	22.472,00	1	23.820,32	4	87.492,32
Descrição: Capacitação de Professores do Ensino Fundamental												
Produto : Alunos Atendidos												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.3.90.14.00.00	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais F	5.000,00		5.300,00		5.618,00		5.955,08		21.873,08	
3.3.90.39.00.00	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais F	15.000,00		15.900,00		16.854,00		17.865,24		65.619,24	
		Total:	**20.000,00**		**21.200,00**		**22.472,00**		**23.820,32**		**87.492,32**	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2020 Metros	Quadrados	A	1	20.000,00	1	21.200,00	1	22.472,00	1	23.820,32	4	87.492,32
Descrição: Manutenção Predial das Escolas - Ensino Fundamental												
Produto : Escola Construída/Ampliada ou Reformada												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.3.90.30.00.00	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais F	10.000,00		10.600,00		11.236,00		11.910,16		43.746,16	
3.3.90.39.00.00	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais F	10.000,00		10.600,00		11.236,00		11.910,16		43.746,16	
		Total:	**20.000,00**		**21.200,00**		**22.472,00**		**23.820,32**		**87.492,32**	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2021	Pessoas	A	1	44.600,00	1	47.276,01	1	50.112,57	1	53.119,33	4	195.107,91
Descrição: Aquisição de Uniforme e Material Didático - Ensino Fundamental												
Produto : Alunos Atendidos												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.3.90.32.00.00	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais F	21.600,00		22.896,01		24.269,77		25.725,96		94.491,74	
3.3.90.32.00.00	1028	Demais impostos vinculados à educação bá	23.000,00		24.380,00		25.842,80		27.393,37		100.616,17	
		Total:	**44.600,00**		**47.276,01**		**50.112,57**		**53.119,33**		**195.107,91**	
Ação Unid.	**Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2062 Outras	Unidades e Medidas	A	1	879.235,32	1	931.989,44	1	987.908,81	1	1.047.183,34	4	3.846.316,91
Descrição: Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 30%												
Produto : Apoio Administrativo												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.1.90.11.00.00	1024	FUNDEF/FUNDEB 30%	756.384,15		783.905,76		830.940,11		880.796,52		3.252.026,54	
3.1.90.13.00.00	1024	FUNDEF/FUNDEB 30%	12.851,17		13.622,24		14.439,57		15.305,94		56.218,92	
3.1.90.94.00.00	1024	FUNDEF/FUNDEB 30%	0,00		2.000,00		2.120,00		2.247,20		6.367,20	
3.1.91.13.00.00	1024	FUNDEF/FUNDEB 30%	110.000,00		116.600,00		123.596,00		131.011,76		481.207,76	
3.3.90.30.00.00	1024	FUNDEF/FUNDEB 30%	0,00		5.000,00		5.300,00		5.618,00		15.918,00	
3.3.90.39.00.00	1024	FUNDEF/FUNDEB 30%	0,00		5.000,00		5.300,00		5.618,00		15.918,00	
4.4.90.52.00.00	1024	FUNDEF/FUNDEB 30%	0,00		5.861,44		6.213,13		6.585,92		18.660,49	
		Total:	**879.235,32**		**931.989,44**		**987.908,81**		**1.047.183,34**		**3.846.316,91**	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2063	Outras Unidades e Medidas	A	1	120.500,00	1	845,00	1	946,40	1	1.116,76	4	123.408,16
Descrição: Implantação da Educação Integral												
Produto : Apoio Administrativo												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.3.90.30.00.00	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais F	500,00		530,00		561,80		595,51		2.187,31	
3.3.90.39.00.00	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais F	0,00		105,00		111,30		117,98		334,28	
4.4.90.51.00.00	1026	5% Sobre Transferências	120.000,00		127.200,00		134.832,00		142.921,92		524.953,92	

		Constitucionais F											
4.4.90.52.00.00	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais F	0,00		105,00		111,30		117,98		334,28		
		Total:	**120.500,00**		**127.940,00**		**135.616,40**		**143.753,39**		**527.809,79**		
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**	
1052	Pessoas	A	0	20.000,00	0	21.200,00	0	22.472,00	0	23.820,32	0	87.492,32	
Descrição: Mala Viajante													
Produto : Alunos Atendidos													
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**		
3.3.90.30.00.00	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais F	10.000,00		10.600,00		11.236,00		11.910,16		43.746,16		
3.3.90.32.00.00	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais F	10.000,00		10.600,00		11.236,00		11.910,16		43.746,16		
		Total:	**20.000,00**		**21.200,00**		**22.472,00**		**23.820,32**		**87.492,32**		
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**	
1059	Pessoas	A	0	1.269.000,00	0	1.345.140,00	0	1.425.848,40	0	1.511.399,30	0	5.551.387,70	
Descrição: Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 70% - Profissionais do Campo													
Produto : Alunos Atendidos													
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**		
3.1.90.11.00.00	1022	FUNDEF/FUNDEB 70%	1.100.000,00		1.166.000,00		1.235.960,00		1.310.117,60		4.812.077,60		
3.1.90.13.00.00	1022	FUNDEF/FUNDEB 70%	15.000,00		15.900,00		16.854,00		17.865,24		65.619,24		
3.1.91.13.00.00	1022	FUNDEF/FUNDEB 70%	154.000,00		163.240,00		173.034,40		183.416,46		673.690,86		
		Total:	**1.269.000,00**		**1.345.140,00**		**1.425.848,40**		**1.511.399,30**		**5.551.387,70**		

Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
1060	Pessoas	A	0	663.164,68	0	702.954,56	0	745.131,83	0	789.839,74	0	2.901.090,81
Descrição: Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 30% - Profissionais do Campo												
Produto : Alunos Atendidos												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.1.90.11.00.00	1024	FUNDEF/FUNDEB 30%	573.164,68		607.554,56		644.007,83		682.648,30		2.507.375,37	
3.1.90.13.00.00	1024	FUNDEF/FUNDEB 30%	10.000,00		10.600,00		11.236,00		11.910,16		43.746,16	
3.1.91.13.00.00	1024	FUNDEF/FUNDEB 30%	80.000,00		84.800,00		89.888,00		95.281,28		349.969,28	
		Total:	**663.164,68**		**702.954,56**		**745.131,83**		**789.839,74**		**2.901.090,81**	
Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8046			**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
	1022	FUNDEF/FUNDEB 70%	3.335.600,00		3.535.736,00		3.747.880,16		3.972.752,97		14.591.969,13	
	1024	FUNDEF/FUNDEB 30%	1.542.400,00		1.634.944,00		1.733.040,64		1.837.023,08		6.747.407,72	
	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	409.100,00		433.856,01		459.887,37		487.480,62		1.790.324,00	
	1028	Demais impostos vinculados à educação básica	73.000,00		77.380,00		82.022,80		86.944,17		319.346,97	
	11041	Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	6.615,00		7.011,90		7.432,61		7.878,57		28.938,08	
		Total:	**5.366.715,00**		**5.688.927,91**		**6.030.263,58**		**6.392.079,41**		**23.477.985,90**	
Órgão : 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO												
Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS												
Programa : 12.361.0006 TRANSPORTE ESCOLAR												
Objetivo : QUALIFICAR E AMPLIAR A INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O ATENDIMENTO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO												
Gerente :												
Público Alvo :												
Justificativa :												
Problema :												
Causa :												
Externalidade :												
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**	**Multisetorial**	**Tipo**								
Indicador	**Unid. Medida**		**Indice Mais Recente**	**2026**	**2027**		**2028**		**2029**		**Indice Final PPA**	
TAXA DE EVASÃO ESCOLAR	Percentual		98	98	98		98		98		100	
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2026	Pessoas	A	1	2.050.691,10	1	2.199.330,70	1	2.331.290,55	1	2.468.266,53	4	9.049.578,88
Descrição: Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental												
Produto : Alunos Atendidos												

Nat. Despesa	Fonte Recurso	Descrição	2026	2027	2028	2029	TOTAL
3.3.90.30.00.00	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais F	70.000,00	74.200,00	78.652,00	83.371,12	306.223,12
3.3.90.30.00.00	1028	Demais impostos vinculados à educação bá	105.000,00	120.272,27	127.488,61	135.137,93	487.898,81
3.3.90.33.00.00	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais F	453.818,42	485.018,04	514.119,12	542.064,82	1.995.020,40
3.3.90.33.00.00	1028	Demais impostos vinculados à educação bá	273.717,12	302.795,50	320.963,23	340.221,01	1.237.696,86
3.3.90.33.00.00	1034	Salário Educação - Exercício Corrente	315.584,40	334.519,46	354.590,63	375.866,07	1.380.560,56
3.3.90.33.00.00	11013	Programa Estadual de Transporte Escolar - P	573.023,40	607.404,80	643.849,09	682.480,04	2.506.757,33
3.3.90.33.00.00	11043	Programa Nacional de Apoio ao Transporte E	179.547,76	190.320,63	201.739,87	213.844,26	785.452,52
3.3.90.39.00.00	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais F	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32	87.492,32
3.3.90.39.00.00	1028	Demais impostos vinculados à educação bá	60.000,00	63.600,00	67.416,00	71.460,96	262.476,96
		Total:	**2.050.691,10**	**2.199.330,70**	**2.331.290,55**	**2.468.266,53**	**9.049.578,88**

Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8050			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**TOTAL**
	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	543.818,42	580.418,04	615.243,12	649.256,26	2.388.735,84
	1028	Demais impostos vinculados à educação básica	438.717,12	486.667,77	515.867,84	546.819,90	1.988.072,63
	1034	Salário Educação - Exercício Corrente	315.584,40	334.519,46	354.590,63	375.866,07	1.380.560,56
	11013	Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE	573.023,40	607.404,80	643.849,09	682.480,04	2.506.757,33
	11043	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	179.547,76	190.320,63	201.739,87	213.844,26	785.452,52
		Total:	**2.050.691,10**	**2.199.330,70**	**2.331.290,55**	**2.468.266,53**	**9.049.578,88**

Órgão : 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS

Programa : 12.361.0024 APOIO A AGRICULTURA

Objetivo :

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA

Ação	Unid.Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
1053	Pessoas	A	1	36.000,00	1	38.160,00	1	40.449,60	1	42.876,58	4	157.486,18

Descrição: Transporte de Alunos do Ensino Técnico e Superior

Produto : Alunos Atendidos

Nat. Despesa	Fonte Recurso	Descrição	2026	2027	2028	2029	TOTAL
3.3.90.14.00.00	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais F	6.000,00	6.360,00	6.741,60	7.146,10	26.247,70
3.3.90.33.00.00	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais F	30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48	131.238,48
		Total:	**36.000,00**	**38.160,00**	**40.449,60**	**42.876,58**	**157.486,18**

Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8263			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**TOTAL**
	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	36.000,00	38.160,00	40.449,60	42.876,58	157.486,18
		Total:	**36.000,00**	**38.160,00**	**40.449,60**	**42.876,58**	**157.486,18**

Órgão : 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS

Programa : 12.365.0003 EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS - EDUCAÇÃO INFANTIL

Objetivo : QUALIFICAR E AMPLIAR A INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O ATENDIMENTO DA EDCAÇÃO INFANTIL (CRECHE E PRÉ-ESCOLA) CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS, NO ATENDIMENTO JÁ EXISTENTE, BEM COMO AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE VAGAS NO MUNICIPIO COM A AMPLIAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO.

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
TAXA DE ALFABESTISMO	Percentual	90	90	90	90	90	100

Ação	Unid.Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL

2016 Outras	Unidades e Medidas		A	1	15.000,00	1	15.900,00	1	16.854,00	1	17.865,24	4	65.619,24
Descrição: Aquisição de Material Didático - Educação Infantil													
Produto : Outros Produtos													
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**		**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.3.90.32.00.00	1028	Demais impostos vinculados à educação bá		15.000,00		15.900,00		16.854,00		17.865,24		65.619,24	
		Total:		**15.000,00**		**15.900,00**		**16.854,00**		**17.865,24**		**65.619,24**	
Ação	**Unid.Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2085	Pessoas		A	0	325.000,00	0	344.500,00	0	365.170,00	0	387.080,20	0	1.421.750,20
Descrição: Manutenção da Educação Infantil - Pré-Escola													
Produto : Alunos Atendidos													
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**		**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.1.90.11.00.00	1022	FUNDEF/FUNDEB 70%		229.000,00		242.740,00		257.304,40		272.742,66		1.001.787,06	
3.1.90.11.00.00	1024	FUNDEF/FUNDEB 30%		30.000,00		31.800,00		33.708,00		35.730,48		131.238,48	
3.1.90.13.00.00	1024	FUNDEF/FUNDEB 30%		5.000,00		5.300,00		5.618,00		5.955,08		21.873,08	
3.1.91.13.00.00	1022	FUNDEF/FUNDEB 70%		30.000,00		31.800,00		33.708,00		35.730,48		131.238,48	
3.1.91.13.00.00	1024	FUNDEF/FUNDEB 30%		5.000,00		5.300,00		5.618,00		5.955,08		21.873,08	
3.3.90.14.00.00	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais F		2.000,00		2.120,00		2.247,20		2.382,03		8.749,23	
3.3.90.30.00.00	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais F		5.000,00		5.300,00		5.618,00		5.955,08		21.873,08	
3.3.90.30.00.00	1028	Demais impostos vinculados à educação bá		15.000,00		15.900,00		16.854,00		17.865,24		65.619,24	
3.3.90.39.00.00	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais F		2.000,00		2.120,00		2.247,20		2.382,03		8.749,23	
3.3.90.39.00.00	1028	Demais impostos vinculados à educação bá		2.000,00		2.120,00		2.247,20		2.382,03		8.749,23	
		Total:		**325.000,00**		**344.500,00**		**365.170,00**		**387.080,19**		**1.421.750,19**	
Ação	**Unid.Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2086	Pessoas		A	0	354.100,00	0	375.346,00	0	397.866,76	0	421.738,77	0	1.549.051,53
Descrição: Manutenção da Educação Infantil - creche													
Produto : Alunos Atendidos													
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**		**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.1.90.11.00.00	1022	FUNDEF/FUNDEB 70%		168.500,00		178.610,00		189.326,60		200.686,20		737.122,80	
3.1.90.11.00.00	1024	FUNDEF/FUNDEB 30%		30.000,00		31.800,00		33.708,00		35.730,48		131.238,48	
3.1.90.11.00.00	1028	Demais impostos vinculados à educação bá		78.500,00		83.210,00		88.202,60		93.494,76		343.407,36	
3.1.90.13.00.00	1024	FUNDEF/FUNDEB 30%		5.000,00		5.300,00		5.618,00		5.955,08		21.873,08	
3.1.91.13.00.00	1022	FUNDEF/FUNDEB 70%		22.500,00		23.850,00		25.281,00		26.797,86		98.428,86	
3.1.91.13.00.00	1024	FUNDEF/FUNDEB 30%		5.000,00		5.300,00		5.618,00		5.955,08		21.873,08	
3.1.91.13.00.00	1028	Demais impostos vinculados à educação bá		8.600,00		9.116,00		9.662,96		10.242,74		37.621,70	
3.3.90.14.00.00	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais F		2.000,00		2.120,00		2.247,20		2.382,03		8.749,23	
3.3.90.30.00.00	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais F		15.000,00		15.900,00		16.854,00		17.865,24		65.619,24	
3.3.90.30.00.00	1028	Demais impostos vinculados à educação bá		15.000,00		15.900,00		16.854,00		17.865,24		65.619,24	
3.3.90.39.00.00	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais F		2.000,00		2.120,00		2.247,20		2.382,03		8.749,23	
3.3.90.39.00.00	1028	Demais impostos vinculados à educação bá		2.000,00		2.120,00		2.247,20		2.382,03		8.749,23	
		Total:		**354.100,00**		**375.346,00**		**397.866,76**		**421.738,77**		**1.549.051,53**	
Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8052				**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
	1022	FUNDEF/FUNDEB 70%		450.000,00		477.000,00		505.620,00		535.957,20		1.968.577,20	
	1024	FUNDEF/FUNDEB 30%		80.000,00		84.800,00		89.888,00		95.281,28		349.969,28	
	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		28.000,00		29.680,00		31.460,80		33.348,44		122.489,24	
	1028	Demais impostos vinculados à educação básica		136.100,00		144.266,00		152.921,96		162.097,28		595.385,24	
		Total:		**694.100,00**		**735.746,00**		**779.890,76**		**826.684,20**		**3.036.420,96**	
Órgão : 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO													
Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS													
Programa : 12.366.0004 EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL													
Objetivo : AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO ESTE PROGRAMA TEM POR FINALIDADE QUALIFICAR E AMPLIAR A INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O ATENDIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL.													
Gerente :													
Público Alvo :													
Justificativa :													
Problema :													
Causa :													
Externalidade :													
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**	**Multisetorial**	**Tipo**									
Indicador	**Unid. Medida**		**Indice Mais Recente**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**Indice Final PPA**	
TAXA DE EVASÃO ESCOLAR	Percentual		98	98		98		98		98		100	
Ação	**Unid.Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2023	Pessoas		A	0	1.000,00	0	1.060,00	0	1.123,60	0	1.191,02	0	4.374,62

Descrição: Manutenção da Educação de Jovens e Adultos

Produto : Adolescentes Atendidos

Nat. Despesa	Fonte Recurso	Descrição	2026	2027	2028	2029	TOTAL
3.3.90.39.00.00	1028	Demais impostos vinculados à educação bá	500,00	530,00	561,80	595,51	2.187,31
4.4.90.52.00.00	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais F	500,00	530,00	561,80	595,51	2.187,31
		Total:	**1.000,00**	**1.060,00**	**1.123,60**	**1.191,02**	**4.374,62**

Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8056		2026	2027	2028	2029	TOTAL
1026	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	500,00	530,00	561,80	595,51	2.187,31
1028	Demais impostos vinculados à educação básica	500,00	530,00	561,80	595,51	2.187,31
	Total:	**1.000,00**	**1.060,00**	**1.123,60**	**1.191,02**	**4.374,62**

Órgão : 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS

Programa : 12.367.0004 EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL

Objetivo : AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO ESTE PROGRAMA TEM POR FINALIDADE QUALIFICAR E AMPLIAR A INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O ATENDIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL.

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
TAXA DE EVASÃO ESCOLAR	Percentual	98	98	98	98	98	100

Ação	Unid.Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
1009	Metros Quadrados	P	0	1.000,00	0	1.060,00	0	1.123,60	0	1.191,02	0	4.374,62

Descrição: Aparelhar as Escolas com Móveis e Equipamentos Adaptados aos Alunos com Deficiência

Produto : Creche Construída/Ampliada ou Reformada

Nat. Despesa	Fonte Recurso	Descrição	2026	2027	2028	2029	TOTAL
4.4.90.52.00.00	1028	Demais impostos vinculados à educação bá	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
		Total:	**1.000,00**	**1.060,00**	**1.123,60**	**1.191,02**	**4.374,62**

Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8058		2026	2027	2028	2029	TOTAL
1028	Demais impostos vinculados à educação básica	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
	Total:	**1.000,00**	**1.060,00**	**1.123,60**	**1.191,02**	**4.374,62**

Órgão : 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS

Programa : 12.367.0006 TRANSPORTE ESCOLAR

Objetivo : QUALIFICAR E AMPLIAR A INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O ATENDIMENTO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
TAXA DE EVASÃO ESCOLAR	Percentual	98	98	98	98	98	100

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2027	Unidade	A	1	1.000,00	1	1.060,00	1	1.123,60	1	1.191,02	4	4.374,62

Descrição: Manutenção e Aquisição de Veículo para Transporte Escolar - Educação Especial

Produto : Veículos

Nat. Despesa	Fonte Recurso	Descrição	2026	2027	2028	2029	TOTAL
4.4.90.52.00.00	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais F	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
Total:			**1.000,00**	**1.060,00**	**1.123,60**	**1.191,02**	**4.374,62**
Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8060			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**TOTAL**
	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
		Total:	**1.000,00**	**1.060,00**	**1.123,60**	**1.191,02**	**4.374,62**

Órgão : 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade : 002 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
Programa : 12.365.0006 TRANSPORTE ESCOLAR
Objetivo : QUALIFICAR E AMPLIAR A INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O ATENDIMENTO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
TAXA DE EVASÃO ESCOLAR	Percentual	98	98	98	98	98	100

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2028	Pessoas	A	0	5.000,00	0	5.300,00	0	5.618,00	0	5.955,08	0	21.873,08

Descrição: Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Infantil
Produto : Alunos Atendidos

Nat. Despesa	Fonte Recurso	Descrição	2026	2027	2028	2029	TOTAL
3.3.90.33.00.00	1028	Demais impostos vinculados à educação bá	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08	21.873,08
Total:			**5.000,00**	**5.300,00**	**5.618,00**	**5.955,08**	**21.873,08**
Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8062			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**TOTAL**
	1028	Demais impostos vinculados à educação básica	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08	21.873,08
		Total:	**5.000,00**	**5.300,00**	**5.618,00**	**5.955,08**	**21.873,08**

Órgão : 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade : 003 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Programa : 12.122.0002 EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo : ESTE PROGRAMA TEM POR FINALIDADE OFERECER CONDIÇÕES ESTRUTURAIS E DE PESSOAL Á SECRETARIA MUNICIPAL COM FOCO NA QUALIDADE DE ATENDIMENTO ADMINISTRATIVO E PEDAGOGICO DA REDE.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : FINALIDADE OFERECER CONDIÇÕES ESTRUTURAIS E DE PESSOAL Á SECRETARIA MUNICIPAL COM FOCO NA QUALIDADE DE ATENDIMENTO ADMINISTRATIVO E PEDAGOGICO DA REDE.
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Indice Final PPA**
APOIO ADMINISTRATIVO	Percentual	100	100	100	100	100	100

Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2013	Outras Unidades e Medidas	A	1	368.865,77	1	393.580,00	1	417.194,79	1	442.226,48	4	1.621.867,04
Descrição: Manutenção da Secretária Municipal de Educação												
Produto : Apoio Administrativo												

Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**TOTAL**
3.1.90.11.00.00	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais F	240.000,00	254.400,00	269.664,00	285.843,84	1.049.907,84
3.1.90.13.00.00	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais F	26.000,00	27.560,00	29.213,60	30.966,42	113.740,02
3.1.90.94.00.00	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais F	15.500,00	16.430,00	17.415,80	18.460,75	67.806,55
3.3.71.70.00.00	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais F	25.000,00	26.500,00	28.090,00	29.775,40	109.365,40
3.3.90.14.00.00	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais F	17.365,77	18.407,72	19.512,18	20.682,91	75.968,58
3.3.90.30.00.00	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais F	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24	65.619,24
3.3.90.39.00.00	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais F	25.000,00	26.500,00	28.090,00	29.775,40	109.365,40

3.3.90.40.00.00	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais F	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08	21.873,08
		Total:	**368.865,77**	**390.997,72**	**414.457,58**	**439.325,04**	**1.613.646,11**
Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8064			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**TOTAL**
	1026	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	368.865,77	390.997,72	414.457,58	439.325,04	1.613.646,11
Total:			**368.865,77**	**390.997,72**	**414.457,58**	**439.325,04**	**1.613.646,11**

Órgão : 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO E OBRAS
Programa : 15.452.0014 DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA
Objetivo : Ofertar à população melhores estradas vicinais e rurais em condições de tráfego para a população, Conservação dos Bens Públicos.
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**	**Multisetorial**	**Tipo**			
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Indice Final PPA**

Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2047	Outras Unidades e Medidas	A	1	571.661,05	1	605.960,71	1	642.318,35	1	680.857,46	4	2.500.797,57

Descrição: Manutenção da Secretaria Municipal de Obras
Produto : Apoio Administrativo

Nat. Despesa	Fonte Recurso	Descrição	2026	2027	2028	2029	TOTAL
3.1.90.11.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	260.000,00	275.600,00	292.136,00	309.664,16	1.137.400,16
3.1.90.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	85.000,00	90.100,00	95.506,00	101.236,36	371.842,36
3.1.91.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	52.000,00	55.120,00	58.427,20	61.932,83	227.480,03
3.3.72.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	100.000,00	106.000,00	112.360,00	119.101,60	437.461,60
3.3.90.14.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	13.000,00	13.780,00	14.606,80	15.483,21	56.870,01
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08	21.873,08
3.3.90.30.00.00	1511	TAXA - PRESTAÇAO DE SERVIÇOS	11.661,05	12.360,71	13.102,35	13.888,50	51.012,61
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	35.000,00	37.100,00	39.326,00	41.685,56	153.111,56
4.4.90.52.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16	43.746,16
		Total:	571.661,05	605.960,71	642.318,35	680.857,46	2.500.797,57

Ação Unid.	Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2084	Outras Unidades e Medidas	P	1	1.000,00	1	1.060,00	1	1.123,60	1	1.191,02	4	4.374,62
Descrição: Iluminação da Vila de Acesso ao Bairro Cerrado (PR092)												
Produto : Outros Produtos												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**		**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**
3.3.22.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		1.000,00		1.060,00		1.123,60		1.191,02		4.374,62
Total:				**1.000,00**		**1.060,00**		**1.123,60**		**1.191,02**		**4.374,62**
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
1047			0	150.000,00	0	159.000,00	0	168.540,00	0	178.652,40	0	656.192,40
Descrição: Asfalto novo Vida Nova - Convênio Nº 438/2023.												
Produto :												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**		**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**
4.4.90.51.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		50.000,00		53.000,00		56.180,00		59.550,80		218.730,80
4.4.90.51.00.00	31770	Transferências Voluntárias Públicas Estadua		100.000,00		106.000,00		112.360,00		119.101,60		437.461,60
Total:				**150.000,00**		**159.000,00**		**168.540,00**		**178.652,40**		**656.192,40**
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2105	Unidade	P	0	1.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	1.000,00
Descrição: CONVÊNIO AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO - SECID - 24.126.583-8												
Produto : Veículos												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**		**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**
4.4.90.52.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		1.000,00		1.060,00		1.123,60		1.191,02		4.374,62
Total:				**1.000,00**		**1.060,00**		**1.123,60**		**1.191,02**		**4.374,62**
Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8066				**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**
	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente		612.000,00		648.720,00		687.643,20		728.901,80		2.677.265,00
	1511	TAXA - PRESTAÇAO DE SERVIÇOS		11.661,05		12.360,71		13.102,35		13.888,50		51.012,61

31770	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais	100.000,00	106.000,00	112.360,00	119.101,60	437.461,60
Total:		**723.661,05**	**767.080,71**	**813.105,55**	**861.891,90**	**3.165.739,21**

Órgão : 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS								
Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO E OBRAS								
Programa : 15.452.0023 CIDADÃO ULYSSENSSE INDO E VINDO								
Objetivo :								
Gerente :								
Público Alvo :								
Justificativa :								
Problema :								
Causa :								
Externalidade :								
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**	**Multisetorial**	**Tipo**				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Indice Final PPA**	

Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
1057	Unidade	A	6	15.000,00	6	15.900,00	6	16.854,00	6	17.865,24	24	65.619,24
Descrição: Manutenção Preventiva e Corretiva da Infraestrutura Pública												
Produto : Unidades Produzidas/Adquiridas												

Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**TOTAL**
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08	21.873,08
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16	43.746,16
		Total:	**15.000,00**	**15.900,00**	**16.854,00**	**17.865,24**	**65.619,24**
Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8210			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**TOTAL**
	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24	65.619,24
Total:			**15.000,00**	**15.900,00**	**16.854,00**	**17.865,24**	**65.619,24**

Órgão : 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS								
Unidade : 002 Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo								
Programa : 16.482.0026 ESPORTE "SAÚDE E LAZER"								
Objetivo :								
Gerente :								
Público Alvo :								
Justificativa :								
Problema :								
Causa :								
Externalidade :								
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**	**Multisetorial**	**Tipo**				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Indice Final PPA**	

Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2110	Outras Unidades e Medidas	P	25	1.000,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	28	1.003,00
Descrição: Construção de Melhoria de 25 Unidades Habitacionais de Interesse Social (Sub 50)												
Produto : Unidade Habitacional Construída / Reformada												

Nat. Despesa	Fonte Recurso	Descrição	2026	2027	2028	2029	TOTAL
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
4.4.90.51.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
		Total:	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.000,00**

Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8296							
			2026	**2027**	**2028**	**2029**	**TOTAL**
	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Total:			**1.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.000,00**

Órgão : 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E CONTROLE DA FROTA M
Programa : 26.782.0015 FROTA CONSERVADA E RENOVADA
Objetivo : Manter os veículos em condições de uso e buscar recursos para a renovação da frota municipal.
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo			
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Indice Final PPA**

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2048	Outras Unidades e Medidas	A	1	737.000,00	1	781.220,00	1	828.093,20	1	877.778,80	4	3.224.092,00
Descrição: Manutenção da Secretaria Municipal de Transportes												
Produto : Apoio Administrativo												

Nat. Despesa	Fonte Recurso	Descrição	2026	2027	2028	2029	TOTAL
3.1.90.11.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	650.000,00	689.000,00	730.340,00	774.160,40	2.843.500,40
3.1.90.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16	43.746,16
3.1.90.94.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
3.3.90.14.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24	65.619,24
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	25.000,00	26.500,00	28.090,00	29.775,40	109.365,40
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	35.000,00	37.100,00	39.326,00	41.685,56	153.111,56
3.3.90.40.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62

Total:			**737.000,00**		**781.220,00**		**828.093,20**		**877.778,80**		**3.224.092,00**	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2049	Outras Unidades e Medidas	A	1	848.440,43	1	899.346,86	1	953.307,67	1	1.010.506,12	4	3.711.601,08
Descrição: Manutenção do Departamento da Frota Municipal												
Produto : Apoio Administrativo												

Nat. Despesa	Fonte Recurso	Descrição	2026	2027	2028	2029	TOTAL
3.1.90.11.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	61.918,43	65.633,54	69.571,55	73.745,84	270.869,36
3.1.90.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08	21.873,08
3.1.90.94.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
3.1.91.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24	65.619,24
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	380.000,00	402.800,00	426.968,00	452.586,08	1.662.354,08
3.3.90.30.00.00	1510	TAXA - EXERCICIO PODER DE POLICI	86.522,00	91.713,32	97.216,12	103.049,08	378.500,52
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	279.000,00	295.740,00	313.484,40	332.293,46	1.220.517,86
4.4.90.52.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32	87.492,32
Total:			**848.440,43**	**899.346,86**	**953.307,67**	**1.010.506,12**	**3.711.601,08**
Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8068			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**TOTAL**
	1001	Corrente Recursos Ordinários (Livres) - Exercício	1.498.918,43	1.588.853,54	1.684.184,75	1.785.235,84	6.557.192,56
	1510	TAXA - EXERCICIO PODER DE POLICIA	86.522,00	91.713,32	97.216,12	103.049,08	378.500,52
Total:			**1.585.440,43**	**1.680.566,86**	**1.781.400,87**	**1.888.284,92**	**6.935.693,08**

Órgão : 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

Unidade : 002 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS E

Programa : 26.782.0016 CIDADÃO ULYSSENSSE INDO E VINDO

Objetivo : Manter as estradas vicinais e rurais em plena condições de uso, viabilizando a locomoção dos munícipes e a entrada e saíde de produtos produzidos e consumidos na região do Município de Doutor Ulysses.

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
APOIO ADMINISTRATIVO	Percentual	100	100	100	100	100	100

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2050	Outras Unidades e Medidas	A	1	1.239.884,70	1	1.314.277,78	1	1.393.134,45	1	1.476.722,51	4	5.424.019,44

Descrição: Manutenção do Departamento de Estradas Rurais e Vicinais

Produto : Apoio Administrativo

Nat. Despesa	Fonte Recurso	Descrição	2026	2027	2028	2029	TOTAL
3.1.90.11.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	346.814,02	367.622,86	389.680,23	413.061,04	1.517.178,15
3.1.90.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	17.000,00	18.020,00	19.101,20	20.247,27	74.368,47
3.1.90.94.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32	87.492,32
3.1.91.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	42.000,00	44.520,00	47.191,20	50.022,67	183.733,87
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	400.000,00	424.000,00	449.440,00	476.406,40	1.749.846,40
3.3.90.30.00.00	1504	Outros Royalties e Compensações Financei	414.070,68	438.914,92	465.249,82	493.164,81	1.811.400,23
Total:			**1.239.884,70**	**1.314.277,78**	**1.393.134,45**	**1.476.722,51**	**5.424.019,44**

Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8070			2026	2027	2028	2029	TOTAL
	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	825.814,02	875.362,86	927.884,63	983.557,70	3.612.619,21
	1504	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais Não Previdenciá	414.070,68	438.914,92	465.249,82	493.164,81	1.811.400,23
Total:			**1.239.884,70**	**1.314.277,78**	**1.393.134,45**	**1.476.722,51**	**5.424.019,44**

Órgão : 12 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA A AGRICULTURA
Programa : 20.606.0017 APOIO A AGRICULTURA
Objetivo : Promover o crescimento da agricultura e pecuária do município e incentivar a diversificação agropecuária; oferecer aos produtores rurais possibilidade de empregar novas técnicas para desenvolvimento de suas atividades.
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
APOIO ADMINISTRATIVO	Percentual	100	100	100	100	100	100

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2051	Outras Unidades e Medidas	A	1	370.000,00	1	392.200,00	1	415.732,00	1	440.675,92	4	1.618.607,92

Descrição: Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura
Produto : Apoio Administrativo

Nat. Despesa	Fonte Recurso	Descrição	2026	2027	2028	2029	TOTAL
3.1.90.11.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	260.000,00	275.600,00	292.136,00	309.664,16	1.137.400,16
3.1.90.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48	131.238,48
3.1.90.94.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08	21.873,08
3.3.90.14.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24	65.619,24
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48	131.238,48
3.3.90.36.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08	21.873,08
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	25.000,00	26.500,00	28.090,00	29.775,40	109.365,40

Total:				370.000,00		392.200,00		415.732,00		440.675,92		1.618.607,92
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2052	Outras Unidades e Medidas	A	1	962.465,01	1	1.018.622,91	1	1.079.740,28	1	1.144.524,69	4	4.205.352,89

Descrição: Manutenção do Departamento de Agricultura
Produto : Apoio Administrativo

Nat. Despesa	Fonte Recurso	Descrição	2026	2027	2028	2029	TOTAL
3.1.90.11.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	111.068,95	117.733,09	124.797,08	132.284,90	485.884,02
3.1.90.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	48.428,84	51.334,57	54.414,64	57.679,52	211.857,57
3.1.91.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	31.097,97	32.963,85	34.941,68	37.038,18	136.041,68
3.3.71.70.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	500,00	530,00	561,80	595,51	2.187,31
3.3.72.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	500,00	530,00	561,80	595,51	2.187,31
3.3.72.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	500,00	530,00	561,80	595,51	2.187,31
3.3.90.14.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16	43.746,16
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	550.906,20	583.960,57	618.998,20	656.138,09	2.410.003,06
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	176.463,05	187.050,83	198.273,88	210.170,31	771.958,07
3.3.90.40.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,05	13.123,85
4.4.90.52.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48	131.238,48
Total:			**962.465,01**	**1.020.212,91**	**1.081.425,68**	**1.146.311,22**	**4.210.414,82**

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
1041	Outras Unidades e Medidas	P	1	68.000,00	1	72.080,00	1	76.404,80	1	80.989,09	4	297.473,89
Descrição: Armazém da Família												
Produto : Outros Produtos												

Nat. Despesa	Fonte Recurso	Descrição	2026	2027	2028	2029	TOTAL
3.3.90.14.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,05	13.123,85
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08	21.873,08
3.3.90.36.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48	131.238,48
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48	131.238,48
Total:			**68.000,00**	**72.080,00**	**76.404,80**	**80.989,09**	**297.473,89**

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL

2094	Unidade	A	0	1.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	1.000,00
Descrição: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS" – CONVÊNIO 947416/2023												
Produto : Tratores												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**		**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**
4.4.90.52.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		1.000,00		1.060,00		1.123,60		1.191,02		4.374,62
Total:				**1.000,00**		**1.060,00**		**1.123,60**		**1.191,02**		**4.374,62**
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2098	Unidade	P	0	1.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	1.000,00
Descrição: Aquisição de Maquinas e Equipamentos - 005563/2024												
Produto : Tratores												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**		**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**
4.4.90.52.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		1.000,00		1.060,00		1.123,60		1.191,02		4.374,62
Total:				**1.000,00**		**1.060,00**		**1.123,60**		**1.191,02**		**4.374,62**
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2103	Outras Unidades e Medidas	A	0	500,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	500,00
Descrição: Aquisição de Equipamentos- Convênio 348/2025 - SEAB												
Produto : Outros Produtos												

Nat. Despesa	Fonte Recurso	Descrição	2026	2027	2028	2029	TOTAL
4.4.90.52.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	500,00	530,00	561,80	595,51	2.187,31
Total:			**500,00**	**530,00**	**561,80**	**595,51**	**2.187,31**
Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8072			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**TOTAL**
	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.402.965,01	1.487.142,91	1.576.371,48	1.670.953,78	6.137.433,18
Total:			**1.402.965,01**	**1.487.142,91**	**1.576.371,48**	**1.670.953,78**	**6.137.433,18**

Órgão : 12 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
Unidade : 002 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA A PECUÁRIA
Programa : 20.606.0017 APOIO A AGRICULTURA
Objetivo : Promover o crescimento da agricultura e pecuária do município e incentivar a diversificação agropecuária; oferecer aos produtores rurais possibilidade de empregar novas técnicas para desenvolvimento de suas atividades.

Gerente :							
Público Alvo :							
Justificativa :							
Problema :							
Causa :							
Externalidade :							
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**	**Multisetorial**	**Tipo**			
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Indice Final PPA**

Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2053	Outras Unidades e Medidas	A	1	10.000,00	1	10.600,00	1	11.236,00	1	11.910,16	4	43.746,16
Descrição: Manutenção do Departamento de Pecuária												
Produto : Apoio Administrativo												

Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**TOTAL**
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08	21.873,08
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08	21.873,08
Total:			**10.000,00**	**10.600,00**	**11.236,00**	**11.910,16**	**43.746,16**
Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8074			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**TOTAL**
	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16	43.746,16
Total:			**10.000,00**	**10.600,00**	**11.236,00**	**11.910,16**	**43.746,16**

Órgão : 12 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA							
Unidade : 002 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA A PECUÁRIA							
Programa : 20.606.0021 INFRAESTRUTURA URBANA EM DESENVOLVIMENTO							
Objetivo :							
Gerente :							
Público Alvo :							
Justificativa :							
Problema :							
Causa :							
Externalidade :							
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**	**Multisetorial**	**Tipo**			
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Indice Final PPA**

Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
1055	Pessoas	A	0	50.000,00	0	53.000,00	0	56.180,00	0	59.550,80	0	218.730,80
Descrição: Porteira Dentro												
Produto : Pessoas Atendidas												

Nat. Despesa	Fonte Recurso	Descrição	2026	2027	2028	2029	TOTAL
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48	131.238,48
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32	87.492,32
Total:			**50.000,00**	**53.000,00**	**56.180,00**	**59.550,80**	**218.730,80**
Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8158			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**TOTAL**
	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	50.000,00	53.000,00	56.180,00	59.550,80	218.730,80
Total:			**50.000,00**	**53.000,00**	**56.180,00**	**59.550,80**	**218.730,80**

Órgão : 13 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO
Programa : 15.122.0014 DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA
Objetivo : Ofertar à população melhores estradas vicinais e rurais em condições de tráfego para a população, Conservação dos Bens Públicos.
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
APOIO ADMINISTRATIVO	Percentual	100	100	100	100	100	100

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2054	Outras Unidades e Medidas	A	1	58.505,80	1	62.016,15	1	65.737,11	1	69.681,34	4	255.940,40
Descrição: Manutenção do Deparatamento de Planejamento Urbano												
Produto : Outros Produtos												

Nat. Despesa	Fonte Recurso	Descrição	2026	2027	2028	2029	TOTAL
3.1.90.11.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	38.463,59	40.771,41	43.217,69	45.810,75	168.263,44
3.1.90.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	15.042,21	15.944,74	16.901,42	17.915,51	65.803,88
3.1.91.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08	21.873,08
Total:			**58.505,80**	**62.016,15**	**65.737,11**	**69.681,34**	**255.940,40**
Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8076			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**TOTAL**
	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	58.505,80	62.016,15	65.737,11	69.681,34	255.940,40
		Total:	**58.505,80**	**62.016,15**	**65.737,11**	**69.681,34**	**255.940,40**

Órgão : 13 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
Unidade : 002 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
Programa : 15.452.0014 DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA
Objetivo : Ofertar à população melhores estradas vicinais e rurais em condições de tráfego para a população, Conservação dos Bens Públicos.
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo							
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	**2027**		**2028**		**2029**		**Indice Final PPA**
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2055	Outras Unidades e Medidas	A	1	837.388,83	1	887.632,16	1	940.890,09	1	997.343,50	4	3.663.254,58
Descrição: Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos												
Produto : Apoio Administrativo												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**			**2027**	**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.1.90.11.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	348.700,67		369.622,71		391.800,07		415.308,07		1.525.431,52	
3.1.90.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	21.000,00		22.260,00		23.595,60		25.011,34		91.866,94	
3.1.90.94.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	1.000,00		1.060,00		1.123,60		1.191,02		4.374,62	
3.1.91.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	22.688,16		24.049,45		25.492,42		27.021,97		99.252,00	
3.3.90.14.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	10.000,00		10.600,00		11.236,00		11.910,16		43.746,16	
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	280.000,00		296.800,00		314.608,00		333.484,48		1.224.892,48	
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	140.000,00		148.400,00		157.304,00		166.742,24		612.446,24	
4.4.90.52.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	14.000,00		14.840,00		15.730,40		16.674,22		61.244,62	
Total:			**837.388,83**		**887.632,16**		**940.890,09**		**997.343,50**		**3.663.254,58**	
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2064	Outras Unidades e Medidas	A	1	186.609,64	1	203.364,00	1	215.565,84	1	228.499,79	4	834.039,27
Descrição: Manutenção com Iluminação Pública												
Produto : Apoio Administrativo												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	15.000,00		15.900,00		16.854,00		17.865,24		65.619,24	
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	15.000,00		15.900,00		16.854,00		17.865,24		65.619,24	
3.3.90.39.00.00	1507	COSIP - Contribuição de Iluminação Públi	131.609,64		145.064,00		153.767,84		162.993,91		593.435,39	
4.4.90.52.00.00	1507	COSIP - Contribuição de Iluminação Públi	25.000,00		26.500,00		28.090,00		29.775,40		109.365,40	
Total:			**186.609,64**		**203.364,00**		**215.565,84**		**228.499,79**		**834.039,27**	
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
1043	Unidade	P	0	120.000,00	0	127.200,00	0	134.832,00	0	142.921,92	0	524.953,92
Descrição: Construção da Praça do Bairro do Cerrado												
Produto : Caminhões												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
4.4.90.51.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	100.000,00		106.000,00		112.360,00		119.101,60		437.461,60	
4.4.90.52.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	20.000,00		21.200,00		22.472,00		23.820,32		87.492,32	
Total:			**120.000,00**		**127.200,00**		**134.832,00**		**142.921,92**		**524.953,92**	
Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8078			**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	987.388,83		1.046.632,16		1.109.430,09		1.175.995,90		4.319.446,98	
	1507	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	156.609,64		171.564,00		181.857,84		192.769,31		702.800,79	
		Total:	**1.143.998,47**		**1.218.196,16**		**1.291.287,93**		**1.368.765,21**		**5.022.247,77**	
Órgão : 14 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE												
Unidade : 001 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE												
Programa : 18.541.0007 EDUCAÇÃO AMBIENTAL												
Objetivo : DESPERTAR NA POPULAÇÃO VALORES E IDEIAS DE PRESERVAÇÃO, SENSIBILIZANDO SOBRE O USO SUSTENTAVEL DOS RECURSOSO NATURAIS E ESTIMULAR A MUDANÇA, PRATICAS, ESTIMULANDO A FORMAÇÃO DE NOVOS HÁBITOS COM RELAÇÃO À UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS.												
Gerente :												
Público Alvo :												
Justificativa :												
Problema :												

Causa :												
Externalidade :												
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**	**Multisetorial**	**Tipo**								
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**		**2026**	**2027**		**2028**		**2029**		**Indice Final PPA**	
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
1013	Outras Unidades e Medidas	P	0	5.000,00	0	5.300,00	0	5.618,00	0	5.955,08	0	21.873,08
Descrição: Aquisição de Equipamento para Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos												
Produto : Outros Produtos												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
4.4.90.52.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	5.000,00		5.300,00		5.618,00		5.955,08		21.873,08	
Total:			**5.000,00**		**5.300,00**		**5.618,00**		**5.955,08**		**21.873,08**	
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2029	Pessoas	A	0	20.000,00	0	21.200,00	0	22.472,00	0	23.820,32	0	87.492,32
Descrição: Manutenção da Educação Ambiental												
Produto : Alunos Atendidos												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	5.000,00		5.300,00		5.618,00		5.955,08		21.873,08	
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	10.000,00		10.600,00		11.236,00		11.910,16		43.746,16	
4.4.90.52.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	5.000,00		5.300,00		5.618,00		5.955,08		21.873,08	
		Total:	**20.000,00**		**21.200,00**		**22.472,00**		**23.820,32**		**87.492,32**	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2030	Outras Unidades e Medidas	A	1	95.000,00	1	100.700,00	1	100.700,00	1	106.742,00	4	403.142,00
Descrição: Manutenção do Cemitério Municipal												
Produto : Outros Produtos												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.1.90.11.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	25.000,00		26.500,00		28.090,00		29.775,40		109.365,40	
3.1.90.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	5.000,00		5.300,00		5.618,00		5.955,08		21.873,08	
3.1.91.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	5.000,00		5.300,00		5.618,00		5.955,08		21.873,08	
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	15.000,00		15.900,00		16.854,00		17.865,24		65.619,24	
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	15.000,00		15.900,00		16.854,00		17.865,24		65.619,24	
4.4.90.51.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	30.000,00		31.800,00		33.708,00		35.730,48		131.238,48	
Total:			**95.000,00**		**100.700,00**		**106.742,00**		**113.146,52**		**415.588,52**	
Ação Unid.	**Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2033	Outras Unidades e Medidas	A	0	30.000,00	0	31.800,00	0	33.708,00	0	35.730,48	0	131.238,48
Descrição: Conservação e Recuperação de Matas Ciliares e Manutenção do Sistema de Drenagem Pluvial												
Produto : Outros Produtos												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	5.000,00		5.300,00		5.618,00		5.955,08		21.873,08	
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	15.000,00		15.900,00		16.854,00		17.865,24		65.619,24	
4.4.90.52.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	10.000,00		10.600,00		11.236,00		11.910,16		43.746,16	
Total:			**30.000,00**		**31.800,00**		**33.708,00**		**35.730,48**		**131.238,48**	
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2056	Outras Unidades e Medidas	A	1	435.456,57	1	461.583,97	1	489.279,01	1	518.635,75	4	1.904.955,30
Descrição: Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente												
Produto : Apoio Administrativo												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.1.90.11.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	113.210,96		120.003,62		127.203,84		134.836,07		495.254,49	
3.1.90.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	6.245,61		6.620,35		7.017,57		7.438,62		27.322,15	

3.1.90.94.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	1.000,00		1.060,00		1.123,60		1.191,02		4.374,62	
3.1.91.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	10.000,00		10.600,00		11.236,00		11.910,16		43.746,16	
3.3.90.14.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	34.000,00		36.040,00		38.202,40		40.494,54		148.736,94	
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	200.000,00		212.000,00		224.720,00		238.203,20		874.923,20	
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	60.000,00		63.600,00		67.416,00		71.460,96		262.476,96	
3.3.90.40.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	1.000,00		1.060,00		1.123,60		1.191,02		4.374,62	
4.4.90.52.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	10.000,00		10.600,00		11.236,00		11.910,16		43.746,16	
		Total:	**435.456,57**		**461.583,97**		**489.279,01**		**518.635,75**		**1.904.955,30**	
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
1032	Outras Unidades e Medidas	A	1	15.000,00	1	15.900,00	1	16.854,00	1	17.865,24	4	65.619,24
Descrição: Promoção da Educação Ambiental no município												
Produto : Outros Produtos												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.3.22.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	15.000,00		15.900,00		16.854,00		17.865,24		65.619,24	
Total:			**15.000,00**		**15.900,00**		**16.854,00**		**17.865,24**		**65.619,24**	
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
1033	Outras Unidades e Medidas	P	1	10.000,00	1	10.600,00	1	11.236,00	1	11.910,16	4	43.746,16
Descrição: Preservação de áreas de matas nativas e/ou mananciais												
Produto : Outros Produtos												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	10.000,00		10.600,00		11.236,00		11.910,16		43.746,16	
Total:			**10.000,00**		**10.600,00**		**11.236,00**		**11.910,16**		**43.746,16**	
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
1034	Outras Unidades e Medidas	P	1	10.000,00	1	10.600,00	1	11.236,00	1	11.910,16	4	43.746,16
Descrição: Programas voltados para a arborização das ruas e espaços públicos												
Produto : Outros Produtos												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	10.000,00		10.600,00		11.236,00		11.910,16		43.746,16	
Total:			**10.000,00**		**10.600,00**		**11.236,00**		**11.910,16**		**43.746,16**	
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2093	Outras Unidades e Medidas	P	0	35.000,00	0	37.100,00	0	39.326,00	0	41.685,56	0	153.111,56
Descrição: PROGRAMA "ITAIPU MAIS QUE ENERGIA"												
Produto : Outros Produtos												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
4.4.90.52.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	35.000,00		37.100,00		39.326,00		41.685,56		153.111,56	
Total:			**35.000,00**		**37.100,00**		**39.326,00**		**41.685,56**		**153.111,56**	
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
1049			0	10.000,00	0	10.600,00	0	11.236,00	0	11.910,16	0	43.746,16
Descrição: Manejo de Resíduos Sólidos												
Produto :												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	10.000,00		10.600,00		11.236,00		11.910,16		43.746,16	
Total:			**10.000,00**		**10.600,00**		**11.236,00**		**11.910,16**		**43.746,16**	
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2106	Outras Unidades e Medidas	A	30.000	30.000,00	31.800	31.800,00	33.708	33.708,00	35.730,	35.730,48	131.23	131.238,48
Descrição: CastraPet Paraná												
Produto : Outros Produtos												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	2.000,00		2.120,00		2.247,20		2.382,03		8.749,23	
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	28.000,00		29.680,00		31.460,80		33.348,45		122.489,25	
Total:			**30.000,00**		**31.800,00**		**33.708,00**		**35.730,48**		**131.238,48**	

Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8080			**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**							
	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	695.456,57		737.183,97		781.415,01		828.299,91		3.042.355,46							
Total:			**695.456,57**		**737.183,97**		**781.415,01**		**828.299,91**		**3.042.355,46**							
Órgão : 15 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E RECREAÇÃO																		
Unidade : 001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E RECREAÇÃO																		
Programa : 27.812.0018 ESPORTE "SAÚDE E LAZER"																		
Objetivo : Oferecer a sociedade atividades esportivas e recreações melhorando a qualidade de vida e lazer.																		
Gerente :																		
Público Alvo :																		
Justificativa :																		
Problema :																		
Causa :																		
Externalidade :																		
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**	**Multisetorial**	**Tipo**														
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	**2027**		**2028**		**2029**		**Indice Final PPA**							
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**						
2057	Outras Unidades e Medidas	A	1	339.800,00	1	360.188,00	1	381.799,28	1	404.707,24	4	1.486.494,52						
Descrição: Desenvolver Atividades Esportivas e Recreativas																		
Produto : Apoio Administrativo																		
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**							
3.1.90.11.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	145.800,00		154.548,00		163.820,88		173.650,13		637.819,01							
3.1.90.94.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	1.000,00		1.060,00		1.123,60		1.191,02		4.374,62							
3.1.91.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	15.000,00		15.900,00		16.854,00		17.865,24		65.619,24							
3.3.90.14.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	5.000,00		5.300,00		5.618,00		5.955,08		21.873,08							
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	60.000,00		63.600,00		67.416,00		71.460,96		262.476,96							
3.3.90.31.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	30.000,00		31.800,00		33.708,00		35.730,48		131.238,48							
3.3.90.36.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	5.000,00		5.300,00		5.618,00		5.955,08		21.873,08							
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	52.000,00		55.120,00		58.427,20		61.932,83		227.480,03							
3.3.90.40.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	1.000,00		1.060,00		1.123,60		1.191,02		4.374,62							
4.4.90.52.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	25.000,00		26.500,00		28.090,00		29.775,40		109.365,40							
Total:			**339.800,00**		**360.188,00**		**381.799,28**		**404.707,24**		**1.486.494,52**							
Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8084			**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**							
	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	339.800,00		360.188,00		381.799,28		404.707,24		1.486.494,52							
Total:			**339.800,00**		**360.188,00**		**381.799,28**		**404.707,24**		**1.486.494,52**							
Órgão : 16 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO																		
Unidade : 001 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO																		
Programa : 13.392.0019 APRIMORAMENTO DA CULTURA E TURISMO																		
Objetivo : Proporciornar o conhecimento cultural e territorial do Município de Doutor Ulysses a todas as pessoas incentivando a valorização das cultura ulyssense e seu território.																		
Gerente :																		
Público Alvo :																		
Justificativa :																		
Problema :																		
Causa :																		
Externalidade :																		
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**	**Multisetorial**	**Tipo**														
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**Indice Final PPA**							
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**						
2058	Outras Unidades e Medidas	A	1	217.174,32	1	230.204,78	1	244.017,07	1	258.658,10	4	950.054,27						

Descrição: Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo							
Produto : Apoio Administrativo							
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**TOTAL**
3.1.90.11.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	156.174,32	165.544,78	175.477,47	186.006,12	683.202,69
3.1.90.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32	87.492,32
3.1.90.94.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
3.3.90.14.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16	43.746,16
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16	43.746,16
3.3.90.36.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08	21.873,08
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08	21.873,08

4.4.90.52.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16	43.746,16					
		Total:	**217.174,32**	**230.204,78**	**244.017,07**	**258.658,10**	**950.054,27**					
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
1051	Pessoas	A	0	44.000,00	0	44.000,00	0	0,00	0	0,00	0	88.000,00
Descrição: "Implantação e Funcionamento da Casa da Cultura"												
Produto : Pessoas Atendidas												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**TOTAL**					
3.3.90.14.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62					
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16	43.746,16					
3.3.90.36.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	8.000,00	8.480,00	8.988,80	9.528,13	34.996,93					
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	15.000,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24	65.619,24					
4.4.90.52.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16	43.746,16					
		Total:	**44.000,00**	**46.640,00**	**49.438,40**	**52.404,71**	**192.483,11**					
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2100	Unidade	P	0	500,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	500,00
Descrição: Aquisição de 01(um) veículo hatch - Convênio nº 1030/25												
Produto : Veículos												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**TOTAL**					
4.4.90.52.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	500,00	530,00	561,80	595,51	2.187,31					
		Total:	**500,00**	**530,00**	**561,80**	**595,51**	**2.187,31**					
Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8086			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**TOTAL**					
	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	261.674,32	277.374,78	294.017,27	311.658,32	1.144.724,69					
		Total:	**261.674,32**	**277.374,78**	**294.017,27**	**311.658,32**	**1.144.724,69**					
Órgão : 16 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO												
Unidade : 001 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO												
Programa : 13.392.0022 FROTA CONSERVADA E RENOVADA												
Objetivo :												
Gerente :												
Público Alvo :												
Justificativa :												
Problema :												
Causa :												
Externalidade :												
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**	**Multisetorial**	**Tipo**								
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	**2027**		**2028**		**2029**		**Indice Final PPA**	
Ação	**Unid.Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
1056	Ano	A	1	114.012,46	1	120.853,21	1	128.104,40	1	135.790,67	4	498.760,74
Descrição: Promoção e Realização de Atividades Culturais e Festivas												
Produto : Outros Produtos												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**TOTAL**					

3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	25.000,00	26.500,00	28.090,00	29.775,40	109.365,40		
3.3.90.36.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	6.000,00	6.360,00	6.741,60	7.146,10	26.247,70		
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	48.012,46	50.893,21	53.946,80	57.183,61	210.036,08		
4.4.90.52.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co	35.000,00	37.100,00	39.326,00	41.685,56	153.111,56		
		Total:	**114.012,46**	**120.853,21**	**128.104,40**	**135.790,67**	**498.760,74**		
Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8159			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**TOTAL**		
	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	114.012,46	120.853,21	128.104,40	135.790,67	498.760,74		
		Total:	**114.012,46**	**120.853,21**	**128.104,40**	**135.790,67**	**498.760,74**		
Órgão : 17 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO									
Unidade : 001 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO									
Programa : 04.121.0001 APOIO ADMINISTRATIVO									
Objetivo : APOIO ADMINISTRATIVO									
Gerente :									
Público Alvo :									
Justificativa :									
Problema :									
Causa :									
Externalidade :									
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**	**Multisetorial**	**Tipo**					
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Indice Final PPA**	
Ação	**Unid.Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2059	Outras Unidades e Medidas		A	1	131.000,00	1	138.860,00	1	147.191,60	1	156.023,10	4	573.074,70
Descrição: Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento													
Produto : Apoio Administrativo													
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**		**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.1.90.11.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		109.000,00		115.540,00		122.472,40		129.820,74		476.833,14	
3.1.90.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		20.000,00		21.200,00		22.472,00		23.820,32		87.492,32	
3.1.90.94.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		1.000,00		1.060,00		1.123,60		1.191,02		4.374,62	
3.3.90.14.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		1.000,00		1.060,00		1.123,60		1.191,02		4.374,62	
		Total:		**131.000,00**		**138.860,00**		**147.191,60**		**156.023,10**		**573.074,70**	
Ação	**Unid.Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2060	Outras Unidades e Medidas		A	0	38.002,00	0	40.282,12	0	42.699,04	0	45.260,98	0	166.244,14
Descrição: Manutenção do Departamento de Projetos													
Produto : Apoio Administrativo													
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**		**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.1.90.11.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		20.000,00		21.200,00		22.472,00		23.820,32		87.492,32	
3.1.90.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		5.000,00		5.300,00		5.618,00		5.955,08		21.873,08	
3.1.91.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		5.000,00		5.300,00		5.618,00		5.955,08		21.873,08	
3.3.90.14.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		1.001,00		1.061,06		1.124,72		1.192,20		4.378,98	
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		1.000,00		1.060,00		1.123,60		1.191,02		4.374,62	
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		1.001,00		1.061,06		1.124,72		1.192,20		4.378,98	
4.4.90.52.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		5.000,00		5.300,00		5.618,00		5.955,08		21.873,08	
		Total:		**38.002,00**		**40.282,12**		**42.699,04**		**45.260,98**		**166.244,14**	
Ação	**Unid.Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2061	Outras Unidades e Medidas		A	0	15.000,00	0	15.900,00	0	16.854,00	0	17.865,24	0	65.619,24
Descrição: Manutenção do Departamento de Apoio Técnico Administrativo													
Produto : Apoio Administrativo													
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**		**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		5.000,00		5.300,00		5.618,00		5.955,08		21.873,08	
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		5.000,00		5.300,00		5.618,00		5.955,08		21.873,08	
4.4.90.52.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		5.000,00		5.300,00		5.618,00		5.955,08		21.873,08	
		Total:		**15.000,00**		**15.900,00**		**16.854,00**		**17.865,24**		**65.619,24**	
Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8088				**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente		184.002,00		195.042,12		206.744,64		219.149,32		804.938,08	
		Total:		**184.002,00**		**195.042,12**		**206.744,64**		**219.149,32**		**804.938,08**	
Órgão : 18 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE													
Unidade : 001 SERVIÇOS AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAM													
Programa : 17.512.0028 ÁGUA É VIDA													
Objetivo : ÁGUA É VIDA													
Gerente : PATRICK DE SOUZA ZELINSKI CPF: ***.156.019-**													
Público Alvo : Contribuinte													

Justificativa : ÁGUA É VIDA													
Problema :													
Causa :													
Externalidade :													
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**	**Multisetorial**	**Tipo**									
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**Indice Final PPA**	
APOIO ADMINISTRATIVO		Percentual	100	100		100		100		100		100	
Ação	**Unid.Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
1100	Outras Unidades e Medidas		P	1	3.000,00	1	3.180,00	1	3.370,80	1	3.573,02	4	13.123,82
Descrição: Ampliação da rede de Distribuição de Água													
Produto : Outros Produtos													
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**		**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		1.000,00		1.060,00		1.123,60		1.191,02		4.374,62	
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		1.000,00		1.060,00		1.123,60		1.191,02		4.374,62	
4.4.90.52.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		1.000,00		1.060,00		1.123,60		1.190,98		4.374,58	
		Total:		**3.000,00**		**3.180,00**		**3.370,80**		**3.573,02**		**13.123,82**	
Ação	**Unid.Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2100	Outras Unidades e Medidas		A	1	534.617,47	1	566.694,52	1	600.696,19	1	636.737,97	4	2.338.746,15
Descrição: Manutenção dos Serviços de Abastecimento de Água													
Produto : Apoio Administrativo													
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**		**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.1.90.11.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		60.142,81		63.751,38		67.576,46		71.631,05		263.101,70	
3.1.90.13.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		30.500,00		32.330,00		34.269,80		36.325,99		133.425,79	
3.1.90.16.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		500,00		530,00		561,80		595,51		2.187,31	
3.3.90.14.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		6.000,00		6.360,00		6.741,60		7.146,10		26.247,70	
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		80.874,66		85.727,14		90.870,77		96.323,02		353.795,59	
3.3.90.36.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		110.000,00		116.600,00		123.596,00		131.011,76		481.207,76	
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		212.600,00		225.356,00		238.877,36		253.210,00		930.043,36	
3.3.90.40.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		12.000,00		12.720,00		13.483,20		14.292,19		52.495,39	
3.3.90.47.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		2.000,00		2.120,00		2.247,20		2.382,03		8.749,23	
4.4.90.52.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		20.000,00		21.200,00		22.472,00		23.820,32		87.492,32	
		Total:		**534.617,47**		**566.694,52**		**600.696,19**		**636.737,97**		**2.338.746,15**	
Ação	**Unid.Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2101	Outras Unidades e Medidas		A	1	2.000,00	1	2.120,00	1	2.247,20	1	2.382,04	4	8.749,24
Descrição: Amortização do Reparcelamento da Dívida													
Produto : Apoio Administrativo													
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**		**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.2.90.21.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		1.000,00		1.060,00		1.123,60		1.191,02		4.374,62	
4.6.90.71.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		1.000,00		1.060,00		1.123,60		1.191,02		4.374,62	
		Total:		**2.000,00**		**2.120,00**		**2.247,20**		**2.382,04**		**8.749,24**	
Ação	**Unid.Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2102 Outras	Unidades e Medidas		A	0	3.000,00	0	3.180,00	0	3.370,80	0	3.573,06	0	13.123,86
Descrição: Amplicação de Rede Coletora de Esgoto													
Produto : Outros Produtos													
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**		**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.3.90.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		1.000,00		1.060,00		1.123,60		1.191,02		4.374,62	
3.3.90.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		1.000,00		1.060,00		1.123,60		1.191,02		4.374,62	
4.4.90.52.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		1.000,00		1.060,00		1.123,60		1.191,02		4.374,62	
		Total:			**3.000,00**		**3.180,00**		**3.370,80**		**3.573,06**		**13.123,86**
Ação	**Unid.Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2103	Outras Unidades e Medidas		A	0	119.000,00	0	126.140,00	0	133.708,40	0	141.730,90	0	520.579,30
Descrição: Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná													
Produto : Outros Produtos													
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**		**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
3.3.71.70.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		10.000,00		10.000,00		10.000,00		10.000,00		40.000,00	
3.3.72.30.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		20.000,00		21.200,00		22.472,00		23.820,32		87.492,32	
3.3.72.39.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		20.000,00		21.800,00		23.708,00		25.730,48		91.238,48	
3.3.72.40.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		19.000,00		20.140,00		21.348,40		22.629,30		83.117,70	
4.4.72.52.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		50.000,00		53.000,00		56.180,00		59.550,80		218.730,80	
		Total:		**119.000,00**		**126.140,00**		**133.708,40**		**141.730,90**		**520.579,30**	
Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8148				**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente		661.617,47		701.314,52		743.393,39		787.996,99		2.894.322,37	

		Total:		**661.617,47**		**701.314,52**		**743.393,39**		**787.996,99**		**2.894.322,37**			
Órgão : 19 CONSELHO ADMINISTRATIVO DO REGIME PREVIDENCIÁRIO															
Unidade : 001 CONSELHO ADMINISTRATIVO DO REGIME PREVIDENCIÁRIO															
Programa : 09.272.0029 MANUTENÇÃO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL															
Objetivo : MANUTENÇÃO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL															
Gerente :															
Público Alvo : Servidor															
Justificativa : MANUTENÇÃO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL															
Problema :															
Causa :															
Externalidade :															
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**	**Multisetorial**	**Tipo**											
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**Indice Final PPA**			
APOIO ADMINISTRATIVO		Percentual	100	100		100		100		100		100			
Ação Unid.	**Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**		
2201 Outras	Unidades e Medidas		A	1	3.151.947,14	1	3.341.063,97	1	3.541.527,81	1	3.754.019,48	4	13.788.558,40		
Descrição: Manutenção do Regime de Previdência Social															
Produto : Outros Produtos															
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**		**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**			
3.1.90.01.00.00	1015	Regime Próprio de Previdencia Social - Exer		2.228.046,83		2.361.729,64		2.503.433,42		2.653.639,43		9.746.849,32			
3.1.90.03.00.00	1015	Regime Próprio de Previdencia Social - Exer		480.000,00		508.800,00		539.328,00		571.687,68		2.099.815,68			
3.1.90.11.00.00	100	Reserva de Sobras da Taxa de Administraçã		100.000,00		106.000,00		112.360,00		119.101,60		437.461,60			
3.1.90.13.00.00	100	Reserva de Sobras da Taxa de Administraçã		4.200,40		4.452,42		4.719,57		5.002,74		18.375,13			
3.1.91.13.00.00	100	Reserva de Sobras da Taxa de Administraçã		17.697,93		18.759,81		19.885,40		21.078,52		77.421,66			
3.3.90.30.00.00	100	Reserva de Sobras da Taxa de Administraçã		7.000,67		7.420,71		7.865,95		8.337,91		30.625,24			
3.3.90.36.00.00	100	Reserva de Sobras da Taxa de Administraçã		5.788,12		6.135,41		6.503,53		6.893,74		25.320,80			
3.3.90.39.00.00	100	Reserva de Sobras da Taxa de Administraçã		52.000,00		55.120,00		58.427,20		61.932,83		227.480,03			
3.3.90.40.00.00	100	Reserva de Sobras da Taxa de Administraçã		36.000,00		38.160,00		40.449,60		42.876,58		157.486,18			
3.3.90.93.00.00	1015	Regime Próprio de Previdencia Social - Exer		20.000,00		21.200,00		22.472,00		23.820,32		87.492,32			
4.4.90.52.00.00	100	Reserva de Sobras da Taxa de Administraçã		10.159,68		10.769,26		11.415,42		12.100,35		44.444,71			
9.9.99.99.00.00	1015	Regime Próprio de Previdencia Social - Exer		191.053,51		202.516,72		214.667,72		227.547,78		835.785,73			
		Total:		**3.151.947,14**		**3.341.063,97**		**3.541.527,81**		**3.754.019,48**		**13.788.558,40**			
Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8140				**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**			
	100	Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS		232.846,80		246.817,61		261.626,67		277.324,27		1.018.615,35			
	1015	Regime Próprio de Previdencia Social - Exercício Corrente		2.919.100,34		3.094.246,36		3.279.901,14		3.476.695,21		12.769.943,05			
		Total:		**3.151.947,14**		**3.341.063,97**		**3.541.527,81**		**3.754.019,48**		**13.788.558,40**			
Órgão : 99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA															
Unidade : 999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA															
Programa : 99.999.9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA															
Objetivo : RESERVA DE CONTINGÊNCIA															
Gerente :															
Público Alvo :															
Justificativa :															
Problema :															
Causa :															
Externalidade :															
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**	**Multisetorial**	**Tipo**											
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**Indice Final PPA**			
Ação	**Unid.Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**		
9999	Outras Unidades e Medidas		A	1	190.329,93	1	201.749,73	1	213.854,71	1	226.685,99	4	832.620,36		
Descrição: Reserva de Contingência															
Produto : Outros Produtos															
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**		**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**			
9.9.99.99.00.00	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Co		190.329,93		201.749,73		213.854,71		226.685,99		832.620,36			
		Total:		**190.329,93**		**201.749,73**		**213.854,71**		**226.685,99**		**832.620,36**			
Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8090				**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**			
	1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente		190.329,93		201.749,73		213.854,71		226.685,99		832.620,36			
		Total:		**190.329,93**		**201.749,73**		**213.854,71**		**226.685,99**		**832.620,36**			

	Total Geral :	**41.217.933,24**	**43.680.594,86**	**46.247.209,20**	**49.022.155,23**	**180.167.892,53**
ESEQUIEL BESTEL JUNIOR			***ELIAS ANDERSON STRAUBE***			
Prefeito Municipal			Contador			

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:1AD729A5

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PPA - PROGRAMAS FINALÍSTICOS E DE APOIO ADMINISTRATIVO ECA / FMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES													
Estado do Paraná													
Exercício: 2026 a 2029													
PPA - PROGRAMAS FINALÍSTICOS E DE APOIO ADMINISTRATIVO ECA / FMDCA													
Órgão : 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL													
Unidade : 001 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL													
Programa : 08.122.0012 SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL													
Objetivo : Administrar os recursos recebidos na sua total utilização para o atendimento as crianças, adolescentes e idosos.													
Gerente :													
Público Alvo :													
Justificativa :													
Problema :													
Causa :													
Externalidade :													
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**	**Multisetorial**	**Tipo**									
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**Indice Final PPA**	
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2099 Metro	Quadrado		A	0	100,00	0	106,00	0	112,36	0	119,10	0	437,46
Descrição: Construção de Creches - CEDCA/PR													
Produto : Creche Construída/Ampliada ou Reformada													
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**		**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
		Total:											
Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8348				**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
		Total:											
PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES													
Estado do Paraná													
Exercício: 2026 a 2029													
PPA - PROGRAMAS FINALÍSTICOS E DE APOIO ADMINISTRATIVO ECA / FMDCA													
Órgão : 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL													
Unidade : 002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL													
Programa : 08.245.0009 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA													
Objetivo : A Proteção Social Básica tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).													
Gerente :													
Público Alvo :													
Justificativa :													
Problema :													
Causa :													
Externalidade :													
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**	**Multisetorial**	**Tipo**									
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**Indice Final PPA**	
Ação Unid.	**Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2079 Outras	Unidades e Medidas		A	0	100,00	0	106,00	0	112,36	0	119,10	0	437,46
Descrição: Construção do espaço físico para o CRAS													
Produto : Outros Produtos													

Nat. Despesa	Fonte Recurso	Descrição	2026	2027	2028	2029	TOTAL
		Total:					
Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8349			2026	2027	2028	2029	TOTAL
		Total:					

Órgão : 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade : 003 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLES

Programa : 08.243.0009 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Objetivo : A Proteção Social Básica tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo									
Indicador		Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026		2027		2028		2029		Indice Final PPA	
Ação	Unid.Medida		Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
6002	Pessoas		A	1	11.800,00	1	12.508,00	1	13.258,48	1	14.053,99	4	51.620,47

Descrição: Manutenção do Fundo Municipal do Direito da Criança e do Adolescente

Produto : Adolescentes Atendidos

Nat. Despesa	Fonte Recurso	Descrição	2026	2027	2028	2029	TOTAL
		Total:					

Ação	Unid. Medida		Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
6003	Pessoas		A	1	225.000,00	1	238.500,00	1	252.810,00	1	267.978,60	4	984.288,60

Descrição: Manutenção do Conselho Tutelar

Produto : Adolescentes Atendidos

Nat. Despesa	Fonte Recurso	Descrição	2026	2027	2028	2029	TOTAL
		Total:					

Ação Unid.	Medida		Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
6006	Pessoas		A	1	2.001,00	1	2.121,06	1	2.248,32	1	2.383,22	4	8.753,60

Descrição: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA

Produto : Adolescentes Atendidos

Nat. Despesa	Fonte Recurso	Descrição	2026	2027	2028	2029	TOTAL
		Total:					

Ação Unid.	Medida		Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
6007	Pessoas		A	0	1.000,00	0	1.060,00	0	1.123,60	0	1.191,02	0	4.374,62

Descrição: Programa Incentivo Estadual voltado a Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes – FIA Estadual

Produto : Crianças Atendidas

Nat. Despesa	Fonte Recurso	Descrição	2026	2027	2028	2029	TOTAL
		Total:					
Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8350			2026	2027	2028	2029	TOTAL
		Total:					
		Total Geral :	240.001,00	254.401,06	269.665,12	285.845,03	1.049.912,21

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR	*ELIAS ANDERSON STRAUBE*
Prefeito Municipal	Contador

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:B64E0275

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PPA - PROGRAMAS FINALÍSTICOS E DE APOIO ADMINISTRATIVO PMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES

Estado do Paraná

Exercício: 2026 a 2029

PPA - PROGRAMAS FINALÍSTICOS E DE APOIO ADMINISTRATIVO PMS

Órgão : 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade : 001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Programa : 10.122.0013 DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL

Objetivo : Manutençao e desenvolvimento das atividades de competência da Secretaria Municipal de Saúde.

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2039	Outras Unidades e Medidas	A	1	2.414.527,33	1	2.589.097,67	1	2.744.443,53	1	2.909.110,15	4	10.657.178,68

Descrição: Manutenção de Desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde

Produto : Apoio Administrativo

Nat. Despesa	Fonte Recurso	Descrição	2026	2027	2028	2029	TOTAL
		Total:					

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2041	Outras Unidades e Medidas	A	1	4.500,00	1	4.770,00	1	5.056,20	1	5.359,56	4	19.685,76

Descrição: Estruturar e Manter Conselho Municipal de Saúde

Produto : Apoio Administrativo

Nat. Despesa	Fonte Recurso	Descrição	2026	2027	2028	2029	TOTAL
		Total:					

Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8343	2026	2027	2028	2029	TOTAL
Total:					

Órgão : 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade : 001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Programa : 10.301.0013 DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL

Objetivo : Manutençao e desenvolvimento das atividades de competência da Secretaria Municipal de Saúde.

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2040	Outras Unidades e Medidas	A	1	3.512.782,22	1	3.723.549,15	1	3.946.962,11	1	4.183.779,85	4	15.367.073,33

Descrição: Manutenção da Atenção Básica de Saúde

Produto : Apoio Administrativo

Nat. Despesa	Fonte Recurso	Descrição	2026	2027	2028	2029	TOTAL
		Total:					

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2042	Outras Unidades e Medidas	A	1	582.912,00	1	617.886,72	1	654.959,92	1	694.257,52	4	2.550.016,16

Descrição: Manutenção das Atividades do Programa Agente Comunitário de Saúde - ACS

Produto : Apoio Administrativo

Nat. Despesa	Fonte Recurso	Descrição	2026	2027	2028	2029	TOTAL
		Total:					

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2044	Outras Unidades e	A	1	793.800,00	1	841.428,00	1	891.913,68	1	945.428,49	4	3.472.570,17

	Medidas											
Descrição: Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Equipe de Saúde Bucal												
Produto : Apoio Administrativo												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
		Total:										
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2045	Outras Unidades e Medidas	A	1	310.000,00	1	328.600,00	1	348.316,00	1	369.214,96	4	1.356.130,96
Descrição: Manutenção da Assistência Farmacêutica												
Produto : Apoio Administrativo												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
		Total:										
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2067	Unidade	A	1	57.600,20	1	61.056,21	1	64.719,58	1	68.602,75	4	251.978,74
Descrição: Implantação do Serviço de Atendimento Móvel as Urgências - SAMU												
Produto : Veículos												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
		Total:										
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2083	Pessoas	O	0	85.500,00	0	90.630,00	0	96.067,80	0	101.831,87	0	374.029,67
Descrição: Programa Mais Médicos.												
Produto : Servidores Atendidos												
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
		Total:										
Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8344			**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
Total:												
Órgão : 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE												
Unidade : 001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE												
Programa : 10.304.0013 DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL												
Objetivo : Manutençao e desenvolvimento das atividades de competência da Secretaria Municipal de Saúde.												
Gerente :												
Público Alvo :												
Justificativa :												
Problema :												
Causa :												
Externalidade :												
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**	**Multisetorial**	**Tipo**								
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**	**Indice Final PPA**	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**		**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2046	Pessoas	A		1	40.500,00	1	42.930,00	1	45.505,80	1	48.236,15	4	177.171,95
Descrição: Manutenção da Vigiância Sanitária e Epidemiológical													
Produto : Pacientes Atendidos													
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**		**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
		Total:											
Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8345				**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
Total:													
Órgão : 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE													
Unidade : 001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE													
Programa : 10.305.0013 DOUTOR ULYSSES SAUDÁVEL													
Objetivo : Manutençao e desenvolvimento das atividades de competência da Secretaria Municipal de Saúde.													
Gerente :													
Público Alvo :													
Justificativa :													

Problema :													
Causa :													
Externalidade :													
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**	**Multisetorial**	**Tipo**									
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**Indice Final PPA**	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**		**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2096	Pessoas	O		1	145.000,00	1	153.700,00	1	162.922,00	1	172.697,32	4	634.319,32
Descrição: Manutenção da Vigilância Epidemiológica													
Produto : Contribuintes Atendidos													
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**		**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
		Total:											
Total do Programa por Fonte de Recurso (Dados Financeiros em R$) - 8346				**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**TOTAL**	
Total:													
Total Geral :				**7.947.121,75**		**8.453.647,75**		**8.960.866,62**		**9.498.518,62**		**34.860.154,74**	
ESEQUIEL BESTEL JUNIOR				***ELIAS ANDERSON STRAUBE***									
Prefeito Municipal				Contador									

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:ED11E12C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM
RESOLUÇAO 01-2025 - INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇAO FINANCEIRA

RESOLUÇAO Nº 01/2025

SUMULA: Dispõe sobre a Programação Financeira mensal e cronograma de Execução mensal de desembolso para o exercício de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais:

D E C R E T A

Art. 1º . Em cumprimento a determinações contidas no artigo 8º da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, fica estabelecida a programação financeira de arrecadação mensal e o cronograma de execução mensal de desembolso para o exercício de 2026 na forma dos anexos I e II da presente Resolução.

Art. 2º . As receitas previstas na Lei Orçamentária Anual, aprovada pela Lei Municipal nº 945 de 05 de dezembro de 2025 para o exercício de 2026, ficam desdobradas em metas bimestrais na forma do anexo II a presente Resolução, consoante ao disposto no artigo 13 da Lei Complementar 101/2000.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor em 01/01/2026, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, em 17 de Dezembro de 2025.

EDER DOS SANTOS,

Prefeito Municipal.

ANEXO II –RESOLUÇAO nº 01/2025

PROGRAMAÇAO FINANCEIRA POR CATEGORIA ECONOMICA

	PREVISTA		PREVISTA		PREVISTA	TOTAL PREVISTA
RECEITAS CORRENTES						**43.125.000,00**
Janeiro	3.188.864,90	Maio	3.253.864,90	Setembro	3.745.520,70	
Fevereiro	3.343.114,90	Junho	3.270.814,90	Outubro	3.288.184,90	
Março	3.283.364,90	Julho	4.869.219,70	Novembro	3.261.184,90	
Abril	4.063.749,90	Agosto	3.381.184,90	Dezembro	4.175.930,50	
RECEITA						**49.863.000,00**
Janeiro	3.743.810,3	Maio	3.808.810,30	Setembro	4.366.466,10	
Fevereiro	3.898.060,30	Junho	3.825.760,30	Outubro	3.851.130,30	
Março	3.838.310,30	Julho	5.424.165,10	Novembro	3.817.130,30	
Abril	4.618.695,30	Agosto	3.936.130,30	Dezembro	4.734.531,10	
DEDUÇOES PARA FORMAÇAO DO FUNDEB						**-6.738.000,00**
Janeiro	(554.945,40)	Maio	(554.945,40)	Setembro	(554.945,40)	
Fevereiro	(554.945,40)	Junho	(554.945,40)	Outubro	(554.945,40)	
Março	(554.945,40)	Julho	(554.945,40)	Novembro	(554.945,40)	
Abril	(554.945,40)	Agosto	(554.945,40)	Dezembro	(554.945,40)	
RECEITAS DE CAPITAL						**6.875.000,00**
Janeiro	-	Maio	200.000,00	Setembro	-	
Fevereiro	-	Junho	5.819.000,00	Outubro	-	
Março	406.000,00	Julho	400.000,00	Novembro	-	
Abril	50.000,00	Agosto	-	Dezembro	-	
TOTAL GERAL DAS RECEITAS						**50.000.000,00**
Janeiro	3.188.864,90	Maio	3.453.864,90	Setembro	3.745.520,70	
Fevereiro	3.343.114,90	Junho	9.089.814,90	Outubro	3.288.184,90	
Março	3.689.364,90	Julho	5.269.219,70	Novembro	3.261.184,90	
Abril	4.113.749,90	Agosto	3.381.184,90	Dezembro	4.175.930,50	

EDER DOS SANTOS,

Prefeito Municipal.

ANEXO I –RESOLUÇAO nº 01/2025

PROGRAMAÇAO FINANCEIRA POR CATEGORIA ECONOMICA – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Categoria/Meses	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
DESP. CORRENTES	**3.261.327,98**	**3.275.656,66**	**3.185.656,65**	**3.596.524,15**	**3.186.156,45**	**3.450.884,13**	**3.262.706,45**	**3.596.474,15**	**3.185.656,65**	**3.185.706,65**	**3.584.224,15**	**4.674.626,10**	**41.445.600,17**
Pessoal e Enc. Sociais	1.962.276,65	1.962.234,85	1.906.634,85	1.906.634,85	1.906.634,85	1.795.434,85	1.943.634,85	1.906.634,85	1.906.634,85	1.906.634,85	1.906.634,85	2.834.974,85	**23.845.000,00**
Juros e Encargos da Divida	17.600,00	17.600,00	17.600,00	17.600,00	17.600,00	17.600,00	17.600,00	17.600,00	17.600,00	17.600,00	17.600,00	26.400,00	**220.000,00**
Outras Desp. Correntes	1.281.451,33	1.295.821,81	1.261.421,80	1.672.289,30	1.261.921,60	1.637.849,28	1.301.471,60	1.672.239,30	1.261.421,80	1.261.471,80	1.659.989,30	1.813.251,25	**17.380.600,20**
DESPESAS DE CAPITAL	**566.715,37**	**574.763,37**	**566.715,37**	**566.715,37**	**566.715,37**	**1.886.315,37**	**617.715,37**	**566.715,37**	**566.715,37**	**566.715,37**	**566.715,37**	**620.582,99**	**8.233.099,83**
Investimentos	529.275,37	537.323,37	529.275,37	529.275,37	529.275,37	1.848.875,37	580.275,37	529.275,37	529.275,37	529.275,37	529.275,37	564.422,99	**7.765.099,83**
Amortização da Divida	37.440,00	37.440,00	37.440,00	37.440,00	37.440,00	37.440,00	37.440,00	37.440,00	37.440,00	37.440,00	37.440,00	56.160,00	**468.000,00**
Reserva de Contingencia	25.704,00	25.704,00	25.704,00	25.704,00	25.704,00	25.704,00	25.704,00	25.704,00	25.704,00	25.704,00	25.704,00	38.556,00	**321.300,00**
TOTAL GERAL	**3.853.747,35**	**3.876.124,03**	**3.778.076,02**	**4.188.943,52**	**3.778.575,82**	**5.362.903,50**	**3.906.125,82**	**4.188.893,52**	**3.778.076,02**	**3.778.126,02**	**4.176.643,52**	**5.333.765,09**	**50.000.000,00**

EDER DOS SANTOS,

Prefeito Municipal.

Publicado por:
Jocelio Kordiaki
Código Identificador:68827456

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
12 - DEZEMBRO - RELATÓRIO QUINZENAL DE GASTOS COM DIÁRIAS PERÍODO 01 A 15.12.2025

Gerenciamento do Sistema
Despesas com Diárias
Entidade: HONÓRIO SERPA CÂMARA DE VEREADORES / Espécie: Ordinário, Global, Estimativo / Tipo: Todos / Ano Igual 2025 / Data de Início Entre 01/12/2025 e 15/12/2025

Credor	Entidade	Empenho Cargo	Data de Início	Data do Fim	Destino	Objetivo	Meio de Transporte	Número de Diárias	Valor Unitário	Valor	Total de Diárias
											Soma:
								Total de Registros:			0

Publicado por:
José Carlos Cardoso
Código Identificador:E8C9FDE6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

CONSOLIDADO DE LUPIONÓPOLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO

DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o	% (b/total b)		No bimestre	Até o	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	46.678.132,00	61.866.882,26	8.465.900,62	38.216.230,16	100,00	23.650.652,10	10.729.523,41	37.038.463,80	100,00	24.828.418,46
LEGISLATIVA	1.860.000,00	2.056.558,96	295.436,42	1.554.178,32	4,07	502.380,64	295.436,42	1.554.178,32	4,20	502.380,64
AÇÃO LEGISLATIVA	1.860.000,00	2.056.558,96	295.436,42	1.554.178,32	4,07	502.380,64	295.436,42	1.554.178,32	4,20	502.380,64
ADMINISTRAÇÃO	8.538.174,00	7.812.901,91	1.018.377,01	5.121.652,95	13,40	2.691.248,96	1.015.815,03	5.054.481,85	13,65	2.758.420,06
ADMINISTRAÇÃO GERAL	7.140.040,00	6.315.479,74	895.732,77	3.985.826,26	10,43	2.329.653,48	893.170,79	3.918.655,16	10,58	2.396.824,58
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1.305.686,00	1.409.676,83	111.964,85	1.090.980,73	2,85	318.696,10	111.964,85	1.090.980,73	2,95	318.696,10
CONTROLE INTERNO	80.448,00	75.745,34	10.679,39	44.845,96	0,12	30.899,38	10.679,39	44.845,96	0,12	30.899,38
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.450.382,00	3.919.015,97	385.709,06	2.528.085,35	6,62	1.390.930,62	462.826,46	2.391.294,32	6,46	1.527.721,65
ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	175.500,00	755.735,74	120.027,91	700.835,74	1,83	54.900,00	120.027,91	700.835,74	1,89	54.900,00
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	549.472,00	646.068,00	20.001,80	514.771,83	1,35	131.296,17	62.901,80	389.908,83	1,05	256.159,17
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	1.725.410,00	2.517.212,23	245.679,35	1.312.477,78	3,43	1.204.734,45	279.896,75	1.300.549,75	3,51	1.216.662,48
SAÚDE	11.619.895,00	16.740.302,99	3.740.324,16	11.251.130,63	29,44	5.489.172,36	3.303.176,50	10.647.862,17	28,75	6.092.440,82
ADMINISTRAÇÃO GERAL	477.422,00	511.422,00	77.743,00	328.525,41	0,86	182.896,59	75.713,11	317.223,42	0,86	194.198,58
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	6.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
ATENÇÃO BÁSICA	5.157.148,00	9.174.909,85	2.748.130,81	5.963.973,93	15,61	3.210.935,92	2.278.778,18	5.479.786,41	14,79	3.695.123,44
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	4.462.047,00	5.438.713,62	793.685,69	3.971.160,12	10,39	1.467.553,50	825.723,25	3.895.414,11	10,52	1.543.299,51
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	670.000,00	715.000,00	33.405,11	435.738,07	1,14	279.261,93	40.907,31	422.621,05	1,14	292.378,95
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	628.038,00	665.397,52	61.186,09	431.299,83	1,13	234.097,69	62.346,09	419.125,91	1,13	246.271,61
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	134.240,00	145.860,00	8.994,19	51.546,55	0,13	94.313,45	2.252,19	44.804,55	0,12	101.055,45
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	85.000,00	85.000,00	17.179,27	68.886,72	0,18	16.113,28	17.456,37	68.886,72	0,19	16.113,28
EDUCAÇÃO	9.356.925,00	10.170.087,65	1.539.581,22	7.295.501,34	19,09	2.874.586,31	1.397.943,16	7.105.541,59	19,18	3.064.546,06
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	586.660,00	586.660,00	143.824,64	419.101,85	1,10	167.558,15	153.817,72	395.317,60	1,07	191.342,40
ENSINO FUNDAMENTAL	4.353.433,00	5.220.477,77	1.155.712,11	4.290.733,93	11,23	929.743,84	1.002.754,73	4.131.688,16	11,16	1.088.789,61
EDUCAÇÃO INFANTIL	4.192.332,00	4.022.420,38	240.044,47	2.245.136,06	5,87	1.777.284,32	241.370,71	2.238.006,33	6,04	1.784.414,05
EDUCAÇÃO ESPECIAL	224.500,00	340.529,50	0,00	340.529,50	0,89	0,00	0,00	340.529,50	0,92	0,00
CULTURA	1.410.000,00	1.299.658,18	31.615,00	99.113,42	0,26	1.200.544,76	32.415,00	99.113,42	0,27	1.200.544,76
DIFUSÃO CULTURAL	1.410.000,00	1.299.658,18	31.615,00	99.113,42	0,26	1.200.544,76	32.415,00	99.113,42	0,27	1.200.544,76
URBANISMO	2.522.844,00	5.559.814,21	857.751,22	4.394.685,53	11,50	1.165.128,68	880.574,20	4.364.100,93	11,78	1.195.713,28
INFRA-ESTRUTURA URBANA	313.730,00	2.767.536,70	555.575,20	2.465.071,47	6,45	302.465,23	551.250,20	2.460.746,47	6,64	306.790,23
SERVIÇOS URBANOS	2.209.114,00	2.792.277,51	302.176,02	1.929.614,06	5,05	862.663,45	329.324,00	1.903.354,46	5,14	888.923,05
SANEAMENTO	1.694.000,00	1.694.000,00	0,00	0,00	0,00	1.694.000,00	0,00	0,00	0,00	1.694.000,00
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	1.694.000,00	1.694.000,00	0,00	0,00	0,00	1.694.000,00	0,00	0,00	0,00	1.694.000,00
GESTÃO AMBIENTAL	72.000,00	354.000,00	0,00	2.400,00	0,01	351.600,00	0,00	2.400,00	0,01	351.600,00
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	42.000,00	50.000,00	0,00	2.400,00	0,01	47.600,00	0,00	2.400,00	0,01	47.600,00
RECURSOS HÍDRICOS	30.000,00	304.000,00	0,00	0,00	0,00	304.000,00	0,00	0,00	0,00	304.000,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o	% (b/total b)		No bimestre	Até o	% (d/total d)	
AGRICULTURA	863.500,00	5.951.889,07	204.851,22	3.969.729,29	10,39	1.982.159,78	2.970.098,63	3.848.829,31	10,39	2.103.059,76
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	863.500,00	5.951.889,07	204.851,22	3.969.729,29	10,39	1.982.159,78	2.970.098,63	3.848.829,31	10,39	2.103.059,76
INDÚSTRIA	20.000,00	50.060,37	0,00	50.060,37	0,13	0,00	0,00	50.060,37	0,14	0,00
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	20.000,00	50.060,37	0,00	50.060,37	0,13	0,00	0,00	50.060,37	0,14	0,00
TRANSPORTE	4.651.736,00	4.712.636,00	177.661,71	963.866,40	2,52	3.748.769,60	157.236,91	935.367,46	2,53	3.777.268,54
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	4.651.736,00	4.712.636,00	177.661,71	963.866,40	2,52	3.748.769,60	157.236,91	935.367,46	2,53	3.777.268,54
DESPORTO E LAZER	193.376,00	193.376,00	19.257,02	67.533,69	0,18	125.842,31	18.664,52	66.941,19	0,18	126.434,81
DESPORTO COMUNITÁRIO	193.376,00	193.376,00	19.257,02	67.533,69	0,18	125.842,31	18.664,52	66.941,19	0,18	126.434,81
ENCARGOS ESPECIAIS	1.075.300,00	1.296.300,00	195.336,58	918.292,87	2,40	378.007,13	195.336,58	918.292,87	2,48	378.007,13
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	610.000,00	711.000,00	126.895,33	572.055,21	1,50	138.944,79	126.895,33	572.055,21	1,54	138.944,79
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	465.300,00	585.300,00	68.441,25	346.237,66	0,91	239.062,34	68.441,25	346.237,66	0,93	239.062,34
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	350.000,00	56.280,95	0,00	0,00	0,00	56.280,95	0,00	0,00	0,00	56.280,95
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	350.000,00	56.280,95	0,00	0,00	0,00	56.280,95	0,00	0,00	0,00	56.280,95
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL III = (I +	46.678.132,00	61.866.882,26	8.465.900,62	38.216.230,16	100,00	23.650.652,10	10.729.523,41	37.038.463,80	100,00	24.828.418,46
Entidades:										
Câmara Municipal de Lupionópolis										
Prefeitura Municipal de Lupionópolis										
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 15/12/2025 10:56										

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:A32A4F3D

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO DE 2024 A OUTUBRO DE 2025
LRF, Art. 53, inciso I - Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													Previsão atualiza 2025
	11/2024	12/2024	01/2025	02/2025	03/2025	04/2025	05/2025	06/2025	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	TOTAL	
RECEITAS CORRENTES (I)	2.946.091,30	6.300.636,74	4.129.194,93	3.687.695,60	3.037.386,24	3.050.031,92	3.766.586,11	3.346.077,99	3.881.056,12	4.361.223,49	3.582.083,73	3.829.527,38	45.917.591,55	50.105.676,77
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	162.217,34	317.610,31	217.406,68	221.977,81	136.207,94	167.569,23	550.705,80	193.962,11	185.312,57	218.781,55	197.332,30	240.908,31	2.809.991,95	2.817.716,00
IPTU	31.652,07	69.787,15	63.637,27	62.727,79	16.016,73	22.372,35	280.999,92	52.683,32	42.456,79	42.458,71	36.463,67	24.382,76	745.638,53	897.800,00
ISS	37.676,66	41.178,17	47.397,62	43.674,50	36.844,89	46.376,61	122.415,29	38.253,08	31.823,62	47.688,76	43.970,90	58.521,15	595.821,25	573.760,00
ITBI	25.799,97	59.564,88	44.699,48	17.383,01	5.822,00	20.459,63	20.178,71	14.581,26	23.835,67	36.136,97	16.460,00	33.737,16	318.658,74	302.000,00
IRRF	62.672,00	138.806,84	32.316,87	84.396,70	73.930,77	73.846,85	92.851,08	80.043,66	80.981,38	86.215,79	95.517,15	119.851,41	1.021.430,50	876.700,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.416,64	8.273,27	29.355,44	13.795,81	3.593,55	4.513,79	34.260,80	8.400,79	6.215,11	6.281,32	4.920,58	4.415,83	128.442,93	167.456,00
Contribuições	53.179,99	58.162,19	64.947,60	66.927,97	61.780,84	64.459,50	73.373,95	60.097,44	52.778,49	51.307,13	47.998,40	46.385,36	701.398,86	887.500,00
Receita patrimonial	29.830,10	40.979,79	54.903,64	58.443,80	56.079,95	60.579,64	63.556,38	64.541,30	98.361,12	64.897,26	85.928,14	83.402,52	761.503,64	455.036,89
Rendimentos de Aplicação Financeira	25.489,43	36.248,55	49.898,79	52.560,96	51.121,95	54.743,16	59.347,89	58.111,15	92.732,18	62.485,47	82.546,97	79.376,96	704.663,46	389.950,89
Outras Receitas Patrimoniais	4.340,67	4.731,24	5.004,85	5.882,84	4.958,00	5.836,48	4.208,49	6.430,15	5.628,94	2.411,79	3.381,17	4.025,56	56.840,18	65.086,00
Receita agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de serviços	3.177,58	4.821,40	4.801,03	6.128,56	4.891,58	2.946,51	10.114,74	2.513,73	5.017,84	5.090,84	3.981,27	4.523,64	58.008,72	170.914,00
Transferências correntes	2.697.621,63	5.878.959,15	3.787.032,41	3.334.165,34	2.680.723,19	2.754.425,59	3.067.630,69	3.024.911,29	3.539.205,34	3.866.967,55	3.246.840,29	3.454.228,42	41.332.710,89	45.127.509,88
Cota parte do FPM	1.561.506,84	2.518.916,72	1.572.358,67	2.109.923,79	1.389.481,88	1.411.950,67	1.801.143,31	1.850.021,63	1.944.488,42	1.498.336,02	1.901.447,24	1.275.233,87	20.834.809,06	22.582.000,00
Cota parte do ICMS	507.834,45	641.683,26	540.220,54	450.312,41	489.444,22	546.817,33	417.328,17	495.627,92	569.166,18	457.011,93	561.960,70	509.139,13	6.186.546,24	7.723.400,00
Cota parte do IPVA	18.064,63	23.038,86	257.722,52	86.438,67	81.171,69	75.432,46	92.530,68	39.315,70	27.898,80	28.190,42	19.691,48	30.320,61	779.816,52	1.014.900,00
Cota parte do ITR	6.212,81	4.789,88	914,10	7,85	474,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.430,41	418.333,31	445.162,77	468.200,00

Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	8.356,96	9.811,10	6.222,58	7.044,01	7.671,14	7.202,29	6.997,18	7.965,72	6.834,43	7.549,40	8.005,97	7.677,79	91.338,57	94.000,00
Transferências do FUNDEB	281.127,83	333.850,95	396.104,47	325.885,73	296.196,43	327.941,40	283.866,66	301.929,63	288.431,51	268.582,02	263.320,66	354.726,30	3.721.963,59	4.813.800,00
Outras transferências correntes	314.518,11	2.346.868,38	1.013.489,53	354.552,88	416.283,42	385.081,44	465.764,69	330.050,69	702.386,00	1.607.297,76	477.983,83	858.797,41	9.273.074,14	8.431.209,88
Outras receitas correntes	64,66	103,90	103,57	52,12	97.702,74	51,45	1.204,55	52,12	380,76	154.179,16	3,33	79,13	253.977,49	647.000,00
DEDUÇÕES (II)	420.404,32	486.418,01	475.487,62	530.745,30	393.648,58	408.280,51	463.599,81	478.586,15	347.912,41	398.217,49	362.768,68	448.140,87	5.214.209,75	5.768.620,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	9,25	4,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14,22	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	420.395,07	486.413,04	475.487,62	530.745,30	393.648,58	408.280,51	463.599,81	478.586,15	347.912,41	398.217,49	362.768,68	448.140,87	5.214.195,53	5.768.620,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.525.686,98	5.814.218,73	3.653.707,31	3.156.950,30	2.643.737,66	2.641.751,41	3.302.986,30	2.867.491,84	3.533.143,71	3.963.006,00	3.219.315,05	3.381.386,51	40.703.381,80	44.337.056,77
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	1.399.380,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	1.899.380,00	320.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	2.525.686,98	4.414.838,73	3.653.707,31	3.156.950,30	2.643.737,66	2.641.751,41	3.302.986,30	2.867.491,84	3.533.143,71	3.963.006,00	3.219.315,05	2.881.386,51	38.804.001,80	44.017.056,77
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC120/22) (VII)	33.888,00	69.383,40	51.612,00	51.612,00	51.612,00	51.612,00	51.612,00	51.612,00	51.612,00	51.612,00	51.612,00	51.612,00	619.391,40	585.300,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VIII) = (V - VI - VII)	2.491.798,98	4.345.455,33	3.602.095,31	3.105.338,30	2.592.125,66	2.590.139,41	3.251.374,30	2.815.879,84	3.481.531,71	3.911.394,00	3.167.703,05	2.829.774,51	38.184.610,40	43.431.756,77
Entidades: Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 15/12/2025 1														
Prefeitura Municipal de Lupionópolis														

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:1BAA7096

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

CONSOLIDADO DE LUPIONÓPOLIS				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A OUTUBRO DE 2025				
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)				
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	1.986.760,00	2.650.260,00	2.214.411,28	83,55
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	827.800,00	897.800,00	644.199,31	71,75
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	302.000,00	302.000,00	233.293,89	77,25
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	573.760,00	573.760,00	516.966,42	90,10
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	283.200,00	876.700,00	819.951,66	93,53
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	28.843.100,00	29.880.500,00	21.536.940,09	72,08
Cota-Parte FPM	20.200.000,00	20.580.000,00	15.253.867,94	74,12
Cota-Parte ITR	468.200,00	468.200,00	434.160,08	92,73
Cota-Parte IPVA	1.014.900,00	1.014.900,00	738.713,03	72,79
Cota-Parte ICMS	7.066.000,00	7.723.400,00	5.037.028,53	65,22
Cota-Parte IPI-Exportação	94.000,00	94.000,00	73.170,51	77,84
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	30.829.860,00	32.530.760,00	23.751.351,37	73,01

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100

ATENÇÃO BÁSICA (IV)	2.334.800,0	3.429.242,0	2.856.397,08	83,30	2.852.676,33	83,19	2.608.194,98	76,06
Despesas Correntes	2.320.800,0	3.379.742,0	2.811.997,08	83,20	2.808.276,33	83,09	2.563.794,98	75,86
Despesas de Capital	14.000,00	49.500,00	44.400,00	89,70	44.400,00	89,70	44.400,00	89,70
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	3.730.497,0	4.409.089,1	3.397.332,56	77,05	3.344.048,24	75,84	3.172.437,37	71,95
Despesas Correntes	3.704.097,0	4.392.689,1	3.396.194,66	77,31	3.342.910,34	76,10	3.171.413,26	72,20
Despesas de Capital	26.400,00	16.400,00	1.137,90	6,94	1.137,90	6,94	1.024,11	6,24
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	180.000,00	215.000,00	426.088,52	198,18	415.532,50	193,27	412.361,00	191,80
Despesas Correntes	180.000,00	215.000,00	426.088,52	198,18	415.532,50	193,27	412.361,00	191,80
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	267.736,00	221.736,00	143.220,02	64,59	143.220,02	64,59	125.421,88	56,56
Despesas Correntes	265.736,00	219.736,00	143.220,02	65,18	143.220,02	65,18	125.421,88	57,08
Despesas de Capital	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	97.140,00	92.140,00	25.672,47	27,86	25.672,47	27,86	25.254,36	27,41
Despesas Correntes	92.140,00	87.140,00	25.672,47	29,46	25.672,47	29,46	25.254,36	28,98
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	52.181,15	0,00	52.181,15	0,00	52.181,15	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	52.181,15	0,00	52.181,15	0,00	52.181,15	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	470.422,00	502.422,00	328.525,41	65,39	317.223,42	63,14	291.331,54	57,99
Despesas Correntes	466.422,00	493.422,00	323.925,41	65,65	312.623,42	63,36	286.731,54	58,11
Despesas de Capital	4.000,00	9.000,00	4.600,00	51,11	4.600,00	51,11	4.600,00	51,11
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	7.080.595,0	8.869.629,1	7.229.417,21	81,51	7.150.554,13	80,62	6.687.182,28	75,39

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	7.229.417,21	7.150.554,13	6.687.182,28
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	7.229.417,21	7.150.554,13	6.687.182,28
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	3.562.702,71		
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	3.666.714,50	3.587.851,42	3.124.479,57
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Le i Orgânica Municipal)	30,44	30,11	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo inicial (no exercicio atual)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado)
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	(l) = (h - (i ou
Diferença de limite não cumprido em 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n -	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscrito indevidamente no exercício sem disponibilidade financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no limite (r) = (p -	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total RP cancelado ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelado

Empenhos de 2025	3.562.702,7	7.229.417,2	3.666.714,5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.666.714,5

TOTAL DOS VALORES A COMPENSAR ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO SEGUINTE (XXI)	0,00

"CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a compensar (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	3.741.500,00	6.374.018,97	4.194.481,73	65,81
Proveniente da União	3.108.300,00	3.428.300,00	1.859.846,40	54,25
Proveniente dos Estados	633.200,00	2.945.718,97	2.334.635,33	79,26
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	136.900,00	136.925,96	82.677,95	60,38
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	3.878.400,00	6.510.944,93	4.277.159,68	65,69

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	2.712.848,0	5.636.167,8	3.081.266,85	54,67	2.600.800,08	46,14	2.484.129,89	44,07
Despesas Correntes	2.704.088,0	2.922.786,8	1.194.499,65	40,87	1.190.532,88	40,73	1.073.862,69	36,74
Despesas de Capital	8.760,00	2.713.381,0	1.886.767,20	69,54	1.410.267,20	51,97	1.410.267,20	51,97
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	695.050,00	993.124,45	490.776,96	49,42	482.150,37	48,55	464.776,44	46,80
Despesas Correntes	672.790,00	958.044,97	478.016,96	49,90	469.390,37	48,99	452.016,44	47,18
Despesas de Capital	22.260,00	35.079,48	12.760,00	36,37	12.760,00	36,37	12.760,00	36,37
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	10.000,00	20.000,00	9.139,60	45,70	6.578,60	32,89	6.578,60	32,89
Despesas Correntes	10.000,00	20.000,00	9.139,60	45,70	6.578,60	32,89	6.578,60	32,89
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	355.302,00	443.661,52	288.079,81	64,93	275.905,89	62,19	263.966,44	59,50
Despesas Correntes	339.302,00	367.102,00	211.559,85	57,63	210.779,85	57,42	198.840,40	54,16
Despesas de Capital	16.000,00	76.559,52	76.519,96	99,95	65.126,04	85,07	65.126,04	85,07
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	32.100,00	48.720,00	25.874,08	53,11	19.132,08	39,27	17.229,89	35,37
Despesas Correntes	32.100,00	48.720,00	25.874,08	53,11	19.132,08	39,27	17.229,89	35,37
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	3.805.300,0	7.141.673,8	3.895.137,30	54,54	3.384.567,02	47,39	3.236.681,26	45,32

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	5.047.648,0	9.065.409,8	5.937.663,93	65,50	5.453.476,41	60,16	5.092.324,87	56,17
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	4.425.547,0	5.402.213,6	3.888.109,52	71,97	3.826.198,61	70,83	3.637.213,81	67,33
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	190.000,00	235.000,00	435.228,12	185,20	422.111,10	179,62	418.939,60	178,27
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	623.038,00	665.397,52	431.299,83	64,82	419.125,91	62,99	389.388,32	58,52
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	129.240,00	140.860,00	51.546,55	36,59	44.804,55	31,81	42.484,25	30,16
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	52.181,15	0,00	52.181,15	0,00	52.181,15	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	470.422,00	502.422,00	328.525,41	65,39	317.223,42	63,14	291.331,54	57,99
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	10.885.895,	16.011.302,	11.124.554,51	69,48	10.535.121,15	65,80	9.923.863,54	61,98

Entidades:

Câmara Municipal de Lupionópolis Prefeitura Municipal de Lupionópolis

Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 15/12/2025 11:09

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:54560553

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

CONSOLIDADO DE LUPIONÓPOLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025
RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)

PODER / ORGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L=(e+k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k=(f+g)-	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de (b)				Em Exercícios Em Anteriores (f)	31 de dezembro de (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIOS) (I)	**0,00**	**1.512.181,05**	**1.493.033,14**	**0,00**	**19.147,91**	**157.185,22**	**203.312,36**	**327.773,49**	**327.773,49**	**1.178,98**	**31.545,11**	**50.693,02**
EXECUTIVO												
Prefeitura Municipal de Lupionópolis	**0,00**	**1.512.181,05**	**1.493.033,14**	**0,00**	**19.147,91**	**157.185,22**	**203.312,36**	**327.773,49**	**327.773,49**	**1.178,98**	**31.545,11**	**50.693,02**
PODER EXECUTIVO	0,00	1.623,03	1.623,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	33.468,61	32.080,51	0,00	1.388,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.388,10
SECRETARIA DE FINANÇAS	0,00	19.687,25	13.507,45	0,00	6.179,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.179,80
SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS	0,00	1.058.368,59	1.058.368,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	0,00	27.708,65	27.708,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE TRANSPORTE E MANUTENÇÃO	0,00	5.432,35	5.432,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE SAUDE	0,00	112.010,97	109.270,83	0,00	2.740,14	0,00	126.205,99	114.908,89	114.908,89	0,00	11.297,10	14.037,24
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	169.701,43	161.968,35	0,00	7.733,08	0,00	17.135,06	28,05	28,05	1.138,94	15.968,07	23.701,15

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00	83.497,17	82.390,38	0,00	1.106,79	0,00	4.348,03	28,05	28,05	40,04	4.279,94	5.386,73
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	683,00	683,00	0,00	0,00	0,00	55.623,28	55.623,28	55.623,28	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	157.185,22	0,00	157.185,22	157.185,22	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (III) =	**0,00**	**1.512.181,05**	**1.493.033,14**	**0,00**	**19.147,91**	**157.185,22**	**203.312,36**	**327.773,49**	**327.773,49**	**1.178,98**	**31.545,11**	**50.693,02**
Entidades:												
Câmara Municipal de Lupionópolis												
Prefeitura Municipal de Lupionópolis												

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:C54F9EFB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL – 2026

A Presidente da Câmara Municipal de Mandirituba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO o artigo 12, inc. VII, da Lei nº 14.133/2021, regulamentada pela Resolução 01/2024, estabelece o Plano de Contratações Anual do Poder Legislativo para o exercício de 2026, conforme a seguir:

Plano de Contratações Anual 2026

1 – MATERIAIS DE COPA E COZINHA								
Item	**Elemento de despesa**	**Área requisitante**	**Qtde**	**Unid. medida**	**Descrição**	**Prorrogação ou Contratação**	**Data para nova Contratação**	**Valor Estimado R$**
1	3.3.90.30	Serviços Gerais	12	5 Kg	Açúcar	Contratação	Janeiro	R$ 249,86
2	3.3.90.30	Serviços Gerais	1600	Unid.	Água Mineral Natural - Tipo: Sem Gás Copo de 200 ml	Contratação	Janeiro	R$ 1.920,80
3	3.3.90.30	Serviços Gerais	288	Fardo 12	Água Mineral Natural - Tipo: Com Gás Garrafinha de 200 ml	Contratação	Janeiro	R$ 855,79
4	3.3.90.30	Serviços Gerais	100	Gal	Água Mineral Natural - Tipo: Sem Gás Galão de 20 Litros	Contratação	Janeiro	R$ 2.334,15
5	3.3.90.30	Serviços Gerais	30	Pctes	Biscoito Salgado - Tipo: Cream Cracker	Contratação	Janeiro	R$ 208,53
6	3.3.90.30	Serviços Gerais	400	Pctes	Biscoito Sabor: Leite Com Gotas de Chocolate - Tipo: Amanteigado	Contratação	Janeiro	R$ 4.303,60
7	3.3.90.30	Serviços Gerais	150	Pctes	Biscoito Sabor: Chocolate - Tipo: Wafer	Contratação	Janeiro	R$ 765,45
8	3.3.90.30	Serviços Gerais	150	Pctes	Biscoito Sabor: Morango - Tipo: Wafer	Contratação	Janeiro	R$ 769,65
9	3.3.90.30	Serviços Gerais	4	Pctes	Botijão de Gás - Capacidade: Aproximadamente 13 kg	Contratação	Janeiro	R$ 505,30
10	3.3.90.30	Serviços Gerais	100	Pctes	Café Empacotamento: Vácuo	Contratação	Janeiro	R$ 4.038,30
11	3.3.90.30	Serviços Gerais	50	Cx	Chá Alimentação Tipo: Chá Mate - Caixa de 40 g	Contratação	Janeiro	R$ 465,68
12	4.4.96.52	Serviços Gerais	1	Unid.	Chaleira Material: Alumínio Capacidade: 2 L	Contratação	Janeiro	R$ 83,86
13	3.3.90.30	Serviços Gerais	30	Cx. 30 unid.	Coador Descartável Café Material: Papel - Tamanho: 103	Contratação	Janeiro	R$ 250,74
14	3.3.90.30	Serviços Gerais	1	Cx. 1.000 unid.	Colher Descartável Material: Plástico Cor: Branca	Contratação	Janeiro	R$ 73,66
15	3.3.90.30	Serviços Gerais	100	Pc. 100 Unid.	Copo Descartável Material: Plástico com Capacidade: 180 ml	Contratação	Janeiro	R$ 570,50
16	3.3.90.30	Serviços Gerais	50	Pc. 100 Unid.	Copo Descartável Material: Plástico, Capacidade: 50 ml	Contratação	Janeiro	R$ 257,95
17	4.4.96.52	Serviços Gerais	1	Unid.	Faqueiro Material: Aço Inoxidável Cabo: Plástico com 96 Unidades	Contratação	Janeiro	R$ 270,15
18	4.4.96.52	Serviços Gerais	1	Unid.	Garrafa Térmica Material: Aço Inoxidável Capacidade: 1 L	Contratação	Janeiro	R$ 126,35
19	4.4.96.52	Serviços Gerais	2	Unid.	Garrafa Térmica Material: Aço Inoxidável Capacidade: 2,5 L	Contratação	Janeiro	R$ 334,42
20	4.4.96.52	Serviços Gerais	2	Unid.	Garrafa Térmica Material: Aço Inoxidável Capacidade: 3 L	Contratação	Janeiro	R$ 453,46

21	3.3.90.30	Serviços Gerais	200	Cx 1 Litro	Leite Fluido de Vaca, Tipo: B, Integral, Pasteurizado Caixa 1 Litro	Contratação	Janeiro	R$ 1.187,90
22	3.3.90.30	Serviços Gerais	1	CX. 1.000 UNID.	Prato Descartável Plástico Diâmetro: 15 CM Cor: Branca	Contratação	Janeiro	R$ 201,09
23	3.3.90.30	Serviços Gerais	15	Unid.	Prato Material Vidro, Fundo Aplicação: Refeição	Contratação	Janeiro	R$ 124,90
24	3.3.90.30	Serviços Gerais	1	Cx. 1.000 unid.	Talher Descartável Material: Plástico Tipo: Garfo Aplicação: Sobremesa	Contratação	Janeiro	R$ 146,66
25	3.3.90.30	Serviços Gerais	50	Pcte. 2 Unid.	Toalha de Papel Comprimento: 100 m, Largura: 20 cm, Cor: Branca	Contratação	Janeiro	R$ 906,50

2 – MATERIAIS DE LIMPEZA

Item	Elemento de despesa	Área requisitante	Qtde	Unid.	Descrição	Prorrogação ou Contratação	Data para Contratação	Valor Estimado R$
1	3.3.90.30	Serviços Gerais	15	Gal. 5 Litros	Água Sanitária Tipo: Comum.	Contratação	Janeiro	R$ 287,49
2	3.3.90.30	Serviços Gerais	24	FR. 1 L	Álcool Etílico Concentração: 46°Inpm	Contratação	Janeiro	R$ 320,04
3	3.3.90.30	Serviços Gerais	6	FR. 500 ml	Álcool Etílico Teor Alcoólico: 70% V/V Forma Farmacêutica: Gel	Contratação	Janeiro	R$ 110,08
4	3.3.90.30	Serviços Gerais	4	Gal. 5 L	Amaciante de Roupa	Contratação	Janeiro	R$ 89,25
5	3.3.90.30	Serviços Gerais	50	Litro	Desinfetante	Contratação	Janeiro	R$ 552,83
6	3.3.90.30	Serviços Gerais	40	Fr. 360 ml	Desodorante/ Aromatizante Ambiente Tipo: Aerosol.	Contratação	Janeiro	R$ 816,20
7	3.3.90.30	Serviços Gerais	20	Unid.	Desodorizador Sanitário Composição: Paradicloro Benzeno Min 98%	Contratação	Janeiro	R$ 52,36
8	3.3.90.30	Serviços Gerais	20	Fr. 500 ml	Detergente Neutro Características Adicionais: Ph 6,5 a 7,5	Contratação	Janeiro	R$ 51,73
9	3.3.90.30	Serviços Gerais	30	Unid.	Esponja de Limpeza Largura Mínima: 12 cm, Espessura Mínima: 3,5 cm	Contratação	Janeiro	R$ 88,20
10	3.3.90.30	Serviços Gerais	15	Unid.	Inseticida Aerossol Tipo: Líquido Frasco de 300 ml	Contratação	Janeiro	R$ 282,98
11	3.3.90.30	Serviços Gerais	12	FR. 500 ml	Solução Limpeza Multiuso	Contratação	Janeiro	R$ 76,61
12	3.3.90.30	Serviços Gerais	3	FR. 500 ml	Lustrador Móveis	Contratação	Janeiro	R$ 61,86
13	3.3.90.30	Serviços Gerais	4	Rolo 50 Unid.	Pano Limpeza Material: 50% Celulose e 50% Poliéster, Gram: 35 G/M2, Comp: 50 cm, Larg: 30 cm	Contratação	Janeiro	R$ 94,53
14	3.3.90.30	Serviços Gerais	25	Unid.	Pano Limpeza Tipo: Saco - Material: 100% Algodão, Comp: 70 cm, Larg: 58 cm, Cor: Branca	Contratação	Janeiro	R$ 216,83
15	3.3.90.30	Serviços Gerais	20	Unid.	Pano Prato Material: Algodão Atoalhado - Comprimento: 45 X 70 cm	Contratação	Janeiro	R$ 95,41
16	3.3.90.30	Serviços Gerais	800	Unid.	Papel Higiênico Características Adicionais: Folha Dupla, Gofrado, Neutro e Extramacio, Comprimento: 60 m, Largura: 10 cm, Cor: Branca	Contratação	Janeiro	R$ 3.018,40
17	3.3.90.30	Serviços Gerais	80	Fardo 8 Rolos	Papel Higiênico Folhas: Dupla, Comprimento: 300 m, Largura: 10 cm, Cor: Branca	Contratação	Janeiro	R$ 152,20
18	3.3.90.30	Serviços Gerais	120	Fardo 1.000 folhas	Toalha de Papel Tipo Folha: Simples Comp: 20 cm, Larg: 20 cm Cor: Branca - Características Adicionais: Interfolhado	Contratação	Janeiro	R$ 2.891,28
19	3.3.90.30	Serviços Gerais	10	Litro	Querosene Tipo: Comum	Contratação	Janeiro	R$ 325,57
20	3.3.90.30	Serviços Gerais	6	Pctes	Sabão Pó	Contratação	Janeiro	R$ 87,00
21	3.3.90.30	Serviços Gerais	18	FR. 500 ml	Sabonete Líquido	Contratação	Janeiro	R$ 244,44
22	3.3.90.30	Serviços Gerais	20	Pcte. 100 Unid.	Saco Plástico Lixo - Capacidade: 100 L, Cor: Preto, Espessura: 10 Micra	Contratação	Janeiro	R$ 1.085,70
23	3.3.90.30	Serviços Gerais	15	Pcte. 100 Unid.	Saco Plástico Lixo, Capacidade: 20 L, Cor: Preto, Espessura: 7 Micra	Contratação	Janeiro	R$ 381,73
24	3.3.90.30	Serviços Gerais	4	Fr. 300 ml.	Saponáceo em Pó - Composição: Tensoativos Aniônicos, Alcalinizantes, Abrasivo	Contratação	Janeiro	R$ 29,04
25	3.3.90.30	Serviços Gerais	2	Unid.	Vassoura de Palha	Contratação	Janeiro	R$ 86,48
26	3.3.90.30	Serviços Gerais	10	Unid.	Esponja Mágica	Contratação	Janeiro	R$ 101,26

3 – MATERIAIS DE ESCRITÓRIO

Item	Elemento de despesa	Área requisitante	Qtde	Unid.	Descrição	Prorrogação ou Contratação	Data para Contratação	Valor Estimado R$
1	3.3.90.30	Administração	50	Unid.	Agenda Permanente	Contratação	Janeiro	R$ 2.509,33
2	3.3.90.30	Administração	1	Cx 12 Unid.	Apontador Lápis Material: Plástico - Características Adicionais: Com Depósito	Contratação	Janeiro	R$ 30,80
3	3.3.90.30	Administração	10	Pcte. 4 Unid.	Bloco Recado,Auto-Adesivo, Post It- Larg: 38 MM, Comp: 50 MM, Qtde Folhas: 100 UN	Contratação	Janeiro	R$ 148,93
4	3.3.90.30	Administração	10	Pcte 4 Unid.	Bloco Recado - Cor: Amarelo, Larg: 76 MM, Comp: 102 MM, Qtde Folhas: 100 UN	Contratação	Janeiro	R$ 108,12
5	3.3.90.30	Administração	10	Unid.	Caderno, Capa Dura, Comp: 200 mm, Largura: 275 mm, Qtde Folhas: 200 FL	Contratação	Janeiro	R$ 197,68

6	3.3.90.30	Administração	5	Cx. 50 Unid.	Caneta Esferográfica Plástico, Qtde 1 un, escrita fina tinta azul	Contratação	Janeiro	R$ 252,51
7	3.3.90.30	Administração	2	Cx. 50 Unid.	Caneta Esferográfica Plástico, Qtde 1 un, escrita fina tinta preta	Contratação	Janeiro	R$ 94,71
8	3.3.90.30	Administração	2	Cx. 50 Unid.	Caneta Esferográfica Plástico, Qtde 1 un, escrita fina tinta vermelha	Contratação	Janeiro	R$ 116,34
9	3.3.90.30	Administração	2	Cx. 12 Unid.	Caneta Marca-Texto, plásico, cor Amarela, traço 4mm	Contratação	Janeiro	R$ 62,59
10	3.3.90.30	Administração	6	Unid.	Fita Adesiva Acrílico Alta Resistência, Tipo: Dupla Face, Larg: 24 mm, Comp: 2 m, Capacidade de Fixação: 5kg a Cada 20cm	Contratação	Novembro	R$ 118,69
11	3.3.90.30	Administração	10	Unid.	Fita Adesiva Monoface, Larg: 48 mm, Comp: 50 m	Contratação	Novembro	R$ 61,36
12	3.3.90.30	Administração	5	Unid.	Fita Adesiva Monoface Incolor, Larg: 12 mm, Comp: 40 m, Multiuso	Contratação	Novembro	R$ 17,68
13	3.3.90.30	Administração	70	Embal. 500 fl	Papel Para Impressão Formatado Sulfite/Apergaminhado/Ofício, Tamanho (C X L): 297 X 210 mm, Cor Branco	Contratação	Janeiro	R$ 1.688,05
14	3.3.90.30	Administração	10	Unid.	Papel bobina Termo sensível, Uso: Relógio de Ponto, Largura: 57 mm, Comprimento: 300 m, cor branco	Contratação	Janeiro	R$ 443,45
15	3.3.90.30	Administração	20	Embal. 4 Unid.	Pilha Pequena AA Alcalina	Contratação	Novembro	R$ 209,09
16	3.3.90.30	Administração	10	Embal. 4 Unid.	Pilha Palito AAA Alcalina	Contratação	Novembro	R$ 153,62
17	3.3.90.30	Administração	10	Unid.	Régua 30 cm	Contratação	Novembro	R$ 47,85
18	4.4.90.52	Administração	1	Unid.	Desumidificador de folhas (600 folhas)	Contratação	Janeiro	R$ 338,10
19	3.3.90.30	Administração	40	Unid.	Pasta Arquivo; Material: Polipropileno Tipo: L; Largura: 210 MM; Altura: 297 MM; Cor: Incolor; Aplicação: Documentos; Características Adicionais: Transparente	Contratação	Janeiro	R$ 509,32
20	3.3.90.30	Administração	10	Cx 100 Unid	Clipe Tratamento Superficial: Galvanizado Aplicação: Fixar Papéis e Similares Tamanho: 2/0 Material: Arame de Aço Formato: Paralelo	Contratação	Janeiro	R$ 58,31
21	3.3.90.30	Administração	12	Unid.	Cola Características Adicionais: Atóxica, Tipo: Bastão, Transmitância: Transparente Embalagem de 40 g	Contratação	Janeiro	R$ 167,16
22	3.3.90.30	Administração	200	Unid.	Envelope Material: Kraft Modelo: Ofício Tamanho (C X L): 240 X 340 mm Cor: Parda Gramatura: 90 G/M2	Contratação	Janeiro	R$ 153,30
23	3.3.90.30	Administração	10	Unid.	Envelope Plástico Tipo Plástico: Polipropileno Cristal	Contratação	Janeiro	R$ 633,50

					Espessura: 20 Micra Comprimento: 33 cm Largura: 24 cm Cor: Transparente Características Adicionais: 2 Faces Com 1 Abertura e Atóxico Tipo: Saco			
24	3.3.90.30	Administração	1	Cx. 12 Unid.	Caneta Marca-Texto Material: Plástico Tipo Ponta: Fluorescente Cor: Verde Tipo: Não Recarregável Características Adicionais: Traço 4 mm	Contratação	Janeiro	R$ 34,89
25	3.3.90.30	Administração	2	Pcte 50 Unid.	Grampo Trilho Encadernador Material: Plástico Comprimento: 300 mm Tipo: Garra Cor: Branca	Contratação	Janeiro	R$ 62,22
26	3.3.90.30	Administração	40	Embal. 500 fl	Papel Para Impressão Formatado Tipo: Sulfite/Apergaminhado/ Ofício Tamanho (C X L): 297 X 210 mm Gramatura: 75 G/M2 Cor: Verde Característica Adicional: Ph Alcalino	Contratação	Janeiro	R$ 1.710,52
27	3.3.90.30	Administração	20	Embal. 500 fl	Papel Para Impressão Formatado Tipo: Sulfite/Apergaminhado/ Ofício Tamanho (C X L): 297 X 210 mm	Contratação	Janeiro	R$ 937,65

					Gramatura: 75 G/M2 Cor: Azul			
28	3.3.90.30	Administração	30	Unid.	Pasta Arquivo Material: Papelão Prensado C/ Revestimento Polipropileno Tipo: AZ Largura: 285 mm Altura: 345 mm Lombada: 75 mm Cor: Preta Prendedor Interno: Ferragem e Compressor Niquelados de Alta Precisão Características Adicionais 2: Rado de Travamento Niquelado, Olhal Niquelado na Lombada	Contratação	Janeiro	R$ 46,73
29	3.3.90.30	Administração	6	Unid.	Filtro Linha Tensão Alimentação: 127/220 V Potência Máxima: 1.500 VA Corrente Máxima: 10 A Quantidade Saída: 6 Tomadas Padrão Nbr14136 Características Adicionais: Chave On/Off /Fusíveis e LED Indicador Comprimento Cabo: 5 m	Contratação	Janeiro	R$ 131,40

30	3.3.90.30	Administração	1	Cx. 20 Unid.	Borracha Apagadora Escrita Material: Borracha Comprimento: 45 mm Largura: 23 mm Altura: 12 mm Cor: Branca	Contratação	Janeiro	R$ 45,71
31	3.3.90.30	Administração	5	Unid.	Caixa Correspondência Material: Acrílico Cor: Cristal Tipo: Tripla Comprimento: 370 mm Largura: 260 mm Altura: 50 mm Características : Acrílico	Contratação	Janeiro	R$ 300,39

4 – VESTUÁRIO

Item	Elemento de despesa	Área requisitante	Qtde	Unid.	Descrição	Prorrogação ou Contratação	Data para Contratação	Valor Estimado R$
1	3.3.90.30	Administração	50	Unid.	Camisa Uniforme, Gola Pólo, Meia Manga, Material: Malha Piquet, Cor: Preta	Contratação	Fevereiro	R$ 2.957,15
2	3.3.90.30	Administração	50	Unid.	Suéter de lã batida Gola V	Contratação	Fevereiro	R$ 6.905,50

5 – ELETRODOMÉSTICOS

Item	Elemento de despesa	Área requisitante	Qtde	Unid.	Descrição	Prorrogação ou Contratação	Data para Contratação	Valor Estimado R$
1	4.4.90.52	Diretoria Geral	1	Unid.	Bebedouro Coluna Garrafão	Contratação	Março	R$ 702,45
2	4.4.90.52	Diretoria Geral	1	Unid.	Bebedouro de Água – Bancada	Contratação	Março	R$ 622,27
3	4.4.90.52	Diretoria Geral	1	Unid.	Climatizador Evaporativo Com Pedestal	Contratação	Março	R$ 5.238,80
4	4.4.90.52	Diretoria Geral	1	Unid.	Geladeira	Contratação	Março	R$ 2.701,14
5	4.4.90.52	Diretoria Geral	1	Unid.	Microondas	Contratação	Março	R$ 647,60
6	4.4.90.52	Diretoria Geral	6	Unid.	Ventilador de Mesa – diâmetro médio 30-40 cm	Contratação	Março	R$ 2.330,83

6 – MOBILIÁRIOS

Item	Elemento de despesa	Área requisitante	Qtde	Unid.	Descrição	Prorrogação ou Contratação	Data para Contratação	Valor Estimado R$
1	4.4.90.52	Diretoria Geral	2	Unid.	Confecção de Mesas de Escritório sob medida	Contratação	Março	R$ 1.407,00
2	4.4.90.52	Diretoria Geral	1	Unid.	Pia da Cozinha	Contratação	Março	R$ 932,42
3	4.4.90.52	Diretoria Geral	1	Unid.	Balcão	Contratação	Março	R$ 1.210,97

7 – SOFTWARES E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Item	Elemento de despesa	Área requisitante	Qtde	Unid.	Descrição	Prorrogação ou Contratação	Data para Contratação	Valor Estimado R$
1	3.3.90.40	Diretoria Geral	21	Unid.	Pacote Office 2024	Contratação	Fevereiro	R$ 30.840,60
2	4.4.90.52	Diretoria Geral	2	Unid.	Notebook	Contratação	Fevereiro	R$ 7.028,67

8 – CURSOS - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Item	Elemento de despesa	Área requisitante	Qtde	Unid.	Descrição	Prorrogação ou Contratação	Data para Contratação	Valor Estimado R$
1	3.3.90.39	Diretoria Geral	1	Ano	Treinamento Técnico para Servidores e Vereadores	Contratação	Janeiro	R$ 40.002,90

9 – CONTRATOS

Item	Elemento de despesa	Área requisitante	Qtde	Unid.	Descrição	Prorrogação ou Contratação	Data para Contratação	Valor Estimado R$
1	3.3.90.36	Diretoria Geral	2	Estag.	Estágio Supervisionado de Estudantes de Curso de Ensino Superior, Técnico e Médio	Contratação	Fevereiro	R$ 31.500,00
2	3.3.90.39	Diretoria Geral	1	Ano	Locação de Imóvel para a Sede da Câmara Municipal de Mandirituba	Prorrogação	Janeiro	R$ 141.750,00
3	3.3.90.40	Diretoria Geral	1	Serviço	Desenvolvimento e Manutenção de Web site	Prorrogação	Janeiro	R$ 16.239,30
4	3.3.90.40	Diretoria Geral	2	Unid.	Locação de Impressora	Prorrogação	Janeiro	R$ 10.029,60
5	3.3.90.40	Diretoria Geral	12	Mensal	Serviços de Internet Via Fibra Óptica	Prorrogação	Janeiro	R$ 3.024,00
6	3.3.90.40	Diretoria Geral	1	Serviço	Serviços de Sistema de Gestão Pública	Prorrogação	Janeiro	R$ 90.300,00

10 – SERVIÇOS

Item	Elemento de despesa	Área requisitante	Qtde	Unid.	Descrição	Prorrogação ou Contratação	Data para Contratação	Valor Estimado R$
1	3.3.90.39	Diretoria Geral	1	Serviço	Limpeza da Caixa de Gordura	Contratação	Maio	R$ 1.050,00
2	3.3.90.39	Diretoria Geral	1	Serviço	Limpeza da Caixa D'água	Contratação	Maio	R$ 630,00
3	3.3.90.36	Diretoria Geral	1	Serviço	Manutenção Externa do Prédio	Contratação	Maio	R$ 15.750,00
4	3.3.90.36	Diretoria Geral	1	Serviço	Manutenção em Máquina Fragmentadora de Papel	Contratação	Maio	R$ 945,40
5	3.3.90.39	Diretoria Geral	1	Serviço	Fornecimento de Água	Andamento	Janeiro	R$ 7.012,27
6	3.3.90.39	Diretoria Geral	1	Serviço	Fornecimento de Energia Elétrica	Andamento	Janeiro	R$ 4.561,47
7	3.3.90.40	Diretoria Geral	1	Serviço	Serviços de Telefonia	Andamento	Janeiro	R$ 252,00
8	3.3.90.36	Diretoria Geral	1	Serviço	Confecção / Instalação Insulfilm Espelhado	Contratação	Março	R$ 4.200,00

11 – EVENTOS OFICIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

Item	Elemento de despesa	Área requisitante	Qtde	Unid.	Descrição	Prorrogação ou Contratação	Data para Contratação	Valor Estimado R$
1	3.3.90.30	Diretoria Geral	1	Serviço	Produtos Alimentícios e Bebidas Não Alcoólicas para Eventos na Câmara	Contratação	Janeiro	R$ 12.600,00
2	3.3.90.30	Diretoria Geral	100	Cento	Salgadinhos	Contratação	Janeiro	R$ 11.681,25

12 – VIAGENS OFICIAIS

Item	Elemento de despesa	Área requisitante	Qtde	Unid.	Descrição	Prorrogação ou Contratação	Data para Contratação	Valor Estimado R$
1	3.3.90.39	Diretoria Geral	41	Viagens	Viagem a Brasília / Foz do Iguaçu.	Contratação	Janeiro	R$ 224.716,26
2	3.3.90.39	Diretoria Geral	200	Diária	Diárias	Contratação	Janeiro	R$ 142.592,59

13 - EQUIPAMENTOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL

Item	Elemento de despesa	Área requisitante	Qtde	Unid.	Descrição	Prorrogação ou Contratação	Data para Contratação	Valor Estimado R$
1	4.4.90.52	Informática	1	Unid.	Escada Material: Alumínio	Contratação	Fevereiro	R$ 671,58

					Tipo: Articulada Multifuncional Quantidade Degraus: 16 UN Características Adicionais: Sapatas Emborrachadas e Travas Automáticas nas Cat Capacidade: 150 kg Posições: 13 UN				
2	3.3.90.30	Informática	1	Unid.	Caixa Organizadora para Ferramentas e Peças	Contratação	Fevereiro	R$ 287,28	

Mês	**Materiais**			
Janeiro	Materiais de copa, cozinha, materiais de escritório, cursos, contratos, serviços, eventos, viagens oficiais			
Fevereiro	Vestuário, softwares e serviços de informática, contratos, equipamentos de manutenção			
Março	Softwares e serviços de informática			
Abril	-			
Maio	Serviços			
Junho	-			
Julho	-		**Área requisitante**	**Valor**
Agosto	-		Serviços Gerais	R$ 33.004,73
Setembro	-		Administração	R$ 21.252,59
Outubro	-		Diretoria Geral	R$ 812.499,80
Novembro	Materiais de escritório		Informática	R$ 958,86
Dezembro	-		**Valor Total**	**R$ 867.715,97**

Mandirituba, 17 de dezembro de 2025.

BRENDA CAROLINA LECHETA

Presidente da Câmara Municipal de Mandirituba

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:F98744E5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ANEXO I DO EDITAL N.º 18.003/2025 – HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO (PCD)

580 - PROFESSOR DE APOIO - PATO BRANCO

INSCRIÇÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	NASC.	LPO	MAT	CG	CE	PT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE

0004120	MARISTELA CAMARGO DO COUTO	15/04/1975	6,00	12,00	6,00	65,00	2,00	91,00	1º	Aprovado	PcD - Pessoa com Deficiência
0004252	JOICE SALETE CAPPOANI	28/02/1974	3,00	9,00	3,00	60,00	0,00	75,00	2º	Aprovado	PcD - Pessoa com Deficiência
0004320	FLAVIANI DA SILVA QUEIROZ	13/05/1992	3,00	0,00	1,50	55,00	-	59,50	3º	Aprovado	PcD - Pessoa com Deficiência
0004104	GISELE DAMBROS	17/05/1993	0,00	6,00	3,00	50,00	-	59,00	4º	Aprovado	PcD - Pessoa com Deficiência

585 - PROFESSOR TRADUTOR E INTÉRPRETE EM LIBRAS - PATO BRANCO

INSCRIÇÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	NASC.	LPO	MAT	CG	CE	PT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE
0004404	ILIANE SELZLEIN	09/06/1977	3,00	3,00	6,00	50,00	-	62,00	1º	Aprovado	PcD - Pessoa com Deficiência

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:DC4FD1C5

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ANEXO II DO EDITAL N.º 18.003/2025 – HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO (AFRO)

ANEXO II DO EDITAL N.º 18.003/2025 – HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO (AFRO)

580 - PROFESSOR DE APOIO - PATO BRANCO

INSCRIÇÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	NASC.	LPO	MAT	CG	CE	PT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE
0004108	EMANUELLY DA COSTA SILVA	07/09/1983	3,00	3,00	4,50	62,50	2,00	75,00	1º	Aprovado	Afrodescendente
0004131	TEREZINHA MARLI DE OLIVEIRA	15/06/1979	3,00	6,00	1,50	52,50	2,00	65,00	2º	Aprovado	Afrodescendente

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:A4005492

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ANEXO III DO EDITAL N.º 18.003/2025 –HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO (AC)

580 - PROFESSOR DE APOIO - PATO BRANCO

INSCRIÇÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	NASC.	LPO	MAT	CG	CE	PT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE
0004249	EDIANA TREVISAN LEITE	16/10/1985	9,00	12,00	6,00	65,00	2,00	94,00	1º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004209	AMANDA EDUARDA BOSIO	10/01/2001	9,00	6,00	6,00	70,00	1,00	92,00	2º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004115	IZIS DE COL ACORSI GOULART	16/04/1977	6,00	9,00	4,50	70,00	2,00	91,50	3º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004364	ROSIMARY TATTO	19/08/1969	12,00	9,00	4,50	65,00	1,00	91,50	4º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004120	MARISTELA CAMARGO DO COUTO	15/04/1975	6,00	12,00	6,00	65,00	2,00	91,00	5º	Aprovado	PcD - Pessoa com Deficiência
0004278	JULIANA KUNEN AMÉRICO	05/12/1985	6,00	6,00	4,50	70,00	2,00	88,50	6º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004262	DENIZE REGINA MAGGI	21/01/1987	6,00	6,00	4,50	70,00	2,00	88,50	7º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004304	EVELÇO BARBOSA	14/07/1958	12,00	3,00	6,00	65,00	2,00	88,00	8º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004163	ELISANGELA LEONARDI MESQUITA	23/11/1980	9,00	3,00	6,00	67,50	2,00	87,50	9º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004098	JULIANA PASQUALI	05/12/1981	3,00	9,00	3,00	70,00	2,00	87,00	10º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004234	BIANCA DUARTE DO AMARAL	11/01/1992	12,00	9,00	6,00	60,00	0,00	87,00	11º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004295	RUTE RAMOS DA SILVA MARIANO	13/04/1988	6,00	6,00	4,50	67,50	2,00	86,00	12º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004126	VANESSA PAULA RODRIGUES	25/01/1986	6,00	9,00	6,00	65,00	-	86,00	13º	Aprovado	Ampla Concorrência

0004321	KELLI DAIANE DA SILVA	16/11/1987	6,00	9,00	4,50	65,00	1,00	85,50	14º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004347	DANIELA BORTOLINI	05/07/1993	9,00	6,00	6,00	62,50	2,00	85,50	15º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004110	ANA PAULA DA CONCEIÇÃO DE LIMA	30/06/1988	6,00	9,00	6,00	62,50	2,00	85,50	16º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004312	DAIANA DO AMARAL	14/11/1989	3,00	12,00	4,50	62,50	2,00	84,00	17º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004140	ELAINE MOREIRA ALVES	18/02/1987	12,00	0,00	6,00	65,00	-	83,00	18º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004412	ANELIZE FERNANDA DA ROSA RIGOTTI	15/05/1988	6,00	9,00	4,50	62,50	1,00	83,00	19º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004337	LISANGELA MARONI	15/04/1989	6,00	9,00	6,00	60,00	2,00	83,00	20º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004313	ROSELIA ANTUNES DE JESUS	15/08/1979	12,00	9,00	4,50	57,50	-	83,00	21º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004193	SIMONE D EFATIMA DALAPICOLA	05/06/1986	9,00	6,00	3,00	62,50	2,00	82,50	22º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004223	POLIANE FONTANA	18/04/1989	9,00	6,00	3,00	62,50	2,00	82,50	23º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004279	LILIANE GONÇALVES MENDES	06/02/1979	6,00	9,00	3,00	62,50	2,00	82,50	24º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004367	NEIMARA CECCHI DE ALMEIDA	27/08/2000	12,00	6,00	4,50	60,00	0,00	82,50	25º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004400	CLARICE MONTEIRO DA LUZ	29/08/1975	9,00	9,00	4,50	60,00	-	82,50	26º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004374	MARIA JOCELI PONTES	24/04/1985	6,00	6,00	3,00	65,00	2,00	82,00	27º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004250	ROSELI DE MATTOS TURMINA	25/09/1973	6,00	3,00	6,00	65,00	2,00	82,00	28º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004414	MARIA EDUARDA COTTET	28/09/2007	9,00	6,00	4,50	62,50	0,00	82,00	29º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004233	JOANA CRISTINA DA ROSA INGLES	13/04/2000	9,00	6,00	6,00	60,00	1,00	82,00	30º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004254	AMABILE SANTOS MARCANTE	23/06/1997	6,00	6,00	4,50	65,00	-	81,50	31º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004097	SALETE DE FATIMA MENEZES DA SILVA	27/05/1964	6,00	12,00	4,50	57,50	1,00	81,00	32º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004288	ANA PAULA MASCARELLO	06/04/1987	3,00	6,00	4,50	65,00	2,00	80,50	33º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004257	ROBERTA FIORI	10/04/1984	6,00	9,00	4,50	60,00	1,00	80,50	34º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004413	KAUANE CARNEIRO NUNES	06/04/2006	3,00	6,00	3,00	67,50	0,00	79,50	35º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004307	EMILY DOS SANTOS XAVIER	22/09/1999	3,00	3,00	6,00	67,50	0,00	79,50	36º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004303	LEILA CRISTINA BONADIMANN	28/07/1975	6,00	3,00	4,50	65,00	1,00	79,50	37º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004128	VANDERLEIA MARTINS DOS REIS	09/11/1978	6,00	3,00	4,50	65,00	1,00	79,50	38º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004308	EDIANA APARECIDA AGUIAR THOMÉ	12/08/1985	6,00	9,00	4,50	60,00	0,00	79,50	39º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004317	LEONETE DE GODOY	08/12/1988	3,00	3,00	6,00	65,00	2,00	79,00	40º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004402	LUCIANA PEREIRA DA CRUZ	26/04/1984	9,00	3,00	4,50	62,50	0,00	79,00	41º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004256	DALVANE SOARES PALUDO	23/01/1994	9,00	3,00	4,50	62,50	-	79,00	42º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004153	CRISTIANE DOS SANTOS ALVES	10/07/1988	3,00	9,00	4,50	62,50	-	79,00	43º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004406	SUZANE SANAGIOTTO FACCIN	09/03/1987	9,00	3,00	3,00	62,50	1,00	78,50	44º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004151	DÉBORA MACHADO LOPES	17/03/1990	6,00	6,00	4,50	60,00	2,00	78,50	45º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004401	IONE APARECIDA FLORENCO DE MATTOS DANGUI	25/02/1978	9,00	9,00	3,00	57,50	0,00	78,50	46º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004305	JULIANA FELIPPE	05/04/1988	6,00	6,00	0,00	65,00	1,00	78,00	47º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004338	ROSELI FERNANDES	08/04/1990	9,00	3,00	4,50	60,00	1,00	77,50	48º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004121	DEISE CRISTINA BARONI PIERIN	13/03/1976	3,00	9,00	4,50	60,00	1,00	77,50	49º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004205	ELAINE DE FÁTIMA MENSCH BUFFON	21/02/1986	6,00	9,00	3,00	57,50	2,00	77,50	50º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004363	JUÇARA CARDOSO RIBAS	14/08/1963	6,00	3,00	3,00	65,00	0,00	77,00	51º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004214	JANAINA GRAICY PICOLOTTO	27/02/1982	3,00	6,00	3,00	65,00	0,00	77,00	52º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004130	JOCELAINE BARONI	21/08/1986	3,00	6,00	4,50	62,50	1,00	77,00	53º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004282	FRANCIELI TROJAN	15/10/1985	3,00	9,00	3,00	60,00	2,00	77,00	54º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004260	NEUSA FATIMA RIGO POCIANO	11/06/1965	6,00	9,00	3,00	57,50	1,00	76,50	55º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004137	SANDRIANI C	21/10/1978	0,00	9,00	3,00	62,50	2,00	76,50	56º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004375	JUCERLI RODRIGUES DE OLIVEIRA VIANA	22/08/1976	9,00	6,00	1,50	60,00	0,00	76,50	57º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004353	FERNANDA FELIPPE	04/02/1986	6,00	9,00	4,50	55,00	2,00	76,50	58º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004221	SILVANA APARECIDA RODRIGUES PINTO	29/08/1984	3,00	6,00	4,50	62,50	-	76,00	59º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004171	SUELIN CRISTINE BEATRIZ BENTO	27/09/1988	3,00	6,00	4,50	62,50	0,00	76,00	60º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004099	DAIANE DALLAGNOL	22/01/1990	9,00	3,00	1,50	60,00	2,00	75,50	61º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004123	IARA DE LIMA RETORE	05/07/1999	6,00	3,00	4,50	60,00	2,00	75,50	62º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004346	DARLEI JOSE RODRIGUES DA ROSA	17/10/1994	6,00	9,00	4,50	55,00	1,00	75,50	63º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004147	FRANCELIA APARECIDA TITTON DOS PASSOS	19/11/1978	3,00	3,00	3,00	65,00	1,00	75,00	64º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004108	EMANUELLY DA COSTA SILVA	07/09/1983	3,00	3,00	4,50	62,50	2,00	75,00	65º	Aprovado	Afrodescendente
0004270	LEIDIANE DE OLIVEIRA	06/04/1990	3,00	3,00	4,50	62,50	2,00	75,00	66º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004351	MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA	11/06/1998	9,00	3,00	3,00	60,00	-	75,00	67º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004211	MARLENE TRICHES PAINIM	30/08/1966	9,00	0,00	6,00	60,00	-	75,00	68º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004391	CAMILA SOARES DE PAULA	14/07/2002	6,00	6,00	3,00	60,00	0,00	75,00	69º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004252	JOICE SALETE CAPPOANI	28/02/1974	3,00	9,00	3,00	60,00	0,00	75,00	70º	Aprovado	PcD - Pessoa com Deficiência
0004096	GÉSSICA DE ALMEIDA TRINDADE CARDOSO	25/12/1990	3,00	9,00	3,00	60,00	-	75,00	71º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004133	ANALICE CECATTO	14/04/1995	3,00	9,00	3,00	60,00	0,00	75,00	72º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004291	MARICLEIA MAY	16/11/1973	6,00	6,00	4,50	57,50	1,00	75,00	73º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004348	DAIANE SCHERVINSKI PATRICIO	18/10/1991	6,00	3,00	3,00	62,50	0,00	74,50	74º	Aprovado	Ampla Concorrência

0004251	ELIENE MATOS ANDRADE	20/01/1968	6,00	3,00	4,50	60,00	1,00	74,50	75º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004207	INDIAMARA PADILHA TONIAL	15/04/1981	6,00	3,00	4,50	60,00	1,00	74,50	76º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004148	SANDRA APARECIDA FERNANDES	23/07/1976	3,00	9,00	3,00	57,50	2,00	74,50	77º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004229	VANUSA CARLI NOGUEIRA	15/09/1987	3,00	9,00	3,00	57,50	2,00	74,50	78º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004326	LIGIA MARA DE SOUZA	03/04/1988	9,00	9,00	3,00	52,50	1,00	74,50	79º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004266	BRUNA BETENCOURT CARVALHO	19/05/1999	3,00	3,00	3,00	65,00	-	74,00	80º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004119	JEISIBEL BARBOZA	20/04/1998	6,00	3,00	1,50	62,50	1,00	74,00	81º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004160	IVONE FAUST	08/06/1978	6,00	3,00	3,00	60,00	2,00	74,00	82º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004300	BETANIA CRISTINA RIGHI	16/03/1976	9,00	3,00	4,50	57,50	-	74,00	83º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004339	JAYLANE STEFANE REBOUÇAS NASCIMENTO	25/01/1998	6,00	6,00	4,50	57,50	-	74,00	84º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004114	KÉDIMA ALVES DA COSTA	28/11/1987	3,00	9,00	4,50	57,50	-	74,00	85º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004226	GISELI TARTARI BOASTIK	15/04/2002	3,00	6,00	4,50	60,00	0,00	73,50	86º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004216	ANDRESSA TOMAZINI ROSANELI	03/09/1992	6,00	9,00	1,50	55,00	2,00	73,50	87º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004387	ESTELA MARI ZIERHUT	07/05/1975	3,00	9,00	4,50	55,00	2,00	73,50	88º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004334	LURDES BUNN	25/01/1980	3,00	9,00	4,50	55,00	2,00	73,50	89º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004289	FRANCIENE SUMITIAN SILVA LACERDA	03/08/1982	3,00	0,00	3,00	65,00	2,00	73,00	90º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004394	ELAINE MARIA LEONARDI LEMONIE	12/05/1974	6,00	3,00	3,00	60,00	1,00	73,00	91º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004236	LEONILDA SIMÃO RIBEIRO	09/08/1962	3,00	3,00	4,50	60,00	2,00	72,50	92º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004276	SILMARA RODRIGUES DA ROSA BOGGIO	07/06/1978	3,00	3,00	3,00	62,50	1,00	72,50	93º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004370	JOSÉ HENRIQUE DOS REIS	20/12/2001	3,00	3,00	3,00	62,50	1,00	72,50	94º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004111	JOSEANE ANDREIA LIBRELATO	26/10/1980	3,00	3,00	4,50	60,00	2,00	72,50	95º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004184	MARIA CECÍLIA BELUSSO	29/07/2003	9,00	6,00	0,00	57,50	0,00	72,50	96º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004324	FABIANA DE FRAGA	28/02/1991	6,00	3,00	6,00	57,50	0,00	72,50	97º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004356	JANICE DE FÁTIMA CHAGAS LEAL	16/09/1976	3,00	9,00	3,00	57,50	0,00	72,50	98º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004393	INESITA BONETTI VIEIRA	24/07/1967	9,00	3,00	4,50	55,00	1,00	72,50	99º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004298	CATIANA DA COSTA FLORES MESQUITA	23/08/1983	0,00	3,00	4,50	62,50	2,00	72,00	100º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004208	ALINE FERNANDA BOSIO	22/02/1989	6,00	6,00	1,50	57,50	1,00	72,00	101º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004285	IVONE SANTOS HAEFLIGER	25/02/1974	3,00	6,00	4,50	57,50	1,00	72,00	102º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004253	JHULYANE CRISTINA MAYER PEREIRA	15/11/1990	6,00	0,00	4,50	60,00	1,00	71,50	103º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004237	ESTELA APARECIDA MARTINS FABIAN	20/01/1991	6,00	3,00	3,00	57,50	2,00	71,50	104º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004293	SANDRA MARA GOMES DA SILVA BIN	26/02/1977	3,00	3,00	3,00	60,00	2,00	71,00	105º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004142	CELIANE CRISTINA BORGES	10/05/1984	3,00	3,00	3,00	60,00	2,00	71,00	106º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004325	ANDRÉIA ZANCANARO GIACOMELLI	02/06/1987	6,00	3,00	4,50	57,50	0,00	71,00	107º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004378	ANGELA ARAÚJO DA SILVA RIBEIRO	25/01/1984	3,00	6,00	4,50	57,50	0,00	71,00	108º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004201	SAMARA TIBES PEGORINI	14/10/1997	3,00	0,00	1,50	65,00	1,00	70,50	109º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004203	PATRICIA NATIELY RIBEIRO	20/12/1991	0,00	6,00	4,50	60,00	0,00	70,50	110º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004166	VANIA MANGONI BARONI	15/02/1975	9,00	6,00	3,00	52,50	-	70,50	111º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004222	SUSANA CLEIA MARONI MARTINS	18/11/1985	3,00	3,00	3,00	60,00	1,00	70,00	112º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004395	ELIZANDRA REGINA ORLICZEK	28/04/1980	3,00	3,00	1,50	60,00	2,00	69,50	113º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004220	AMANDA CAROLINI PINTO GUEDES ZINI	23/07/1990	3,00	6,00	3,00	57,50	-	69,50	114º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004275	ANDRÉIA APARECIDA DE PAULA DOS SANTOS	30/01/1993	3,00	6,00	4,50	55,00	1,00	69,50	115º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004390	SUZANA KUZMA	05/05/1995	3,00	6,00	4,50	55,00	1,00	69,50	116º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004376	DENISE ZANCANARO	26/10/1983	6,00	3,00	3,00	55,00	2,00	69,00	117º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004385	JOICE LIBIA PEREIRA DA SILVA	15/06/1972	3,00	0,00	3,00	62,50	0,00	68,50	118º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004336	DILMARA APARECIDA DE QUADROS SIMONGOZESKI	18/02/1984	0,00	3,00	3,00	62,50	-	68,50	119º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004343	JOCIMAR MORAES	06/09/1969	0,00	6,00	3,00	57,50	2,00	68,50	120º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004146	MARIA FRANCIELI MACIEL	28/02/1994	9,00	0,00	4,50	55,00	0,00	68,50	121º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004158	NATHALIA MONTEIRO	11/03/1993	6,00	3,00	4,50	55,00	0,00	68,50	122º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004195	MONICA LUIZA BALBINOTTI	17/07/1985	0,00	9,00	4,50	55,00	-	68,50	123º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004094	LEILA BATTISTI	16/10/1987	3,00	0,00	3,00	60,00	2,00	68,00	124º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004180	DAIANE MARTINS	19/07/1989	3,00	3,00	4,50	57,50	-	68,00	125º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004379	ALINE ANTUNES	06/10/1985	3,00	3,00	4,50	55,00	2,00	67,50	126º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004116	PRISCILA CAROLINE RODRIGUES SOARES	26/06/1989	6,00	6,00	3,00	52,50	-	67,50	127º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004185	JOYCE ALESSANDRA BORGES	09/08/2000	6,00	6,00	3,00	52,50	-	67,50	128º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004175	SILVANE MALAGGI LUSA	25/05/1977	9,00	6,00	3,00	47,50	2,00	67,50	129º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004355	LIDIANE ZINI	24/06/1995	3,00	0,00	3,00	60,00	1,00	67,00	130º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004231	CLECI FRARÃO BORDIN	08/07/1975	3,00	6,00	3,00	55,00	0,00	67,00	131º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004396	DANIELE MASCARELO	16/11/1988	3,00	6,00	4,50	52,50	1,00	67,00	132º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004255	LUCIANE DO AMARAL DA COSTA	11/02/1978	0,00	0,00	4,50	60,00	2,00	66,50	133º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004373	ROSEMARI DA SILVA ANTUNES	03/08/1974	6,00	0,00	4,50	55,00	1,00	66,50	134º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004136	LUCIELI FABRIS DOS SANTOS	17/01/1987	6,00	0,00	4,50	55,00	1,00	66,50	135º	Aprovado	Ampla Concorrência

0004296	ROSELI DA SILVA FERREIRA	14/04/1986	6,00	3,00	3,00	52,50	2,00	66,50	136º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004277	FABIANA TELLES DA SILVA	17/08/1995	6,00	3,00	3,00	52,50	2,00	66,50	137º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004172	FRANCIELY NAYANA CORDEIRO CARDOSO	26/12/1988	0,00	0,00	4,50	60,00	1,00	65,50	138º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004287	MARIA ZENORI DA SILVA GUIMARÃES	24/11/1971	3,00	3,00	4,50	55,00	0,00	65,50	139º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004149	TAINARA SCHIOCHET DOS SANTOS	23/01/1998	3,00	3,00	3,00	55,00	1,00	65,00	140º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004131	TEREZINHA MARLI DE OLIVEIRA	15/06/1979	3,00	6,00	1,50	52,50	2,00	65,00	141º	Aprovado	Afrodescendente
0004381	MARGARETE DIAS	25/05/1972	3,00	6,00	3,00	52,50	-	64,50	142º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004359	LUCIANE MATTOS CARVALHO	14/05/1995	6,00	6,00	3,00	47,50	2,00	64,50	143º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004280	DERCILDA FRAGA GIARETTA	04/06/1967	3,00	0,00	1,50	57,50	2,00	64,00	144º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004361	MARLICE DE SOUZA	15/07/1989	3,00	3,00	3,00	55,00	-	64,00	145º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004138	EDUARDA ANDREONI	15/07/1993	3,00	3,00	3,00	55,00	-	64,00	146º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004330	KATLEN DE SOUZA	28/04/1996	6,00	3,00	3,00	50,00	2,00	64,00	147º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004156	ANALICE ANTUNES DE CASTRO	23/04/1980	9,00	3,00	4,50	47,50	0,00	64,00	148º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004315	FERNANDA CRISTINA VENTURIN DA SILVA	16/06/1992	3,00	3,00	4,50	52,50	0,00	63,00	149º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004103	TAMI ALVES DE CARVALHO	01/10/1982	3,00	3,00	1,50	55,00	-	62,50	150º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004154	PATRICIA SARTURI	01/08/1994	0,00	6,00	3,00	52,50	1,00	62,50	151º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004176	LUCIANA DE FATIMA BURILLE	03/10/1972	6,00	3,00	1,50	50,00	2,00	62,50	152º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004357	MARCELI SOARES	24/03/1995	3,00	3,00	6,00	50,00	-	62,00	153º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004365	ROSANA APARECIDA DALLEMOLE	25/06/1974	3,00	0,00	0,00	57,50	1,00	61,50	154º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004169	MAYRA SARTURI	18/11/2002	6,00	0,00	3,00	52,50	0,00	61,50	155º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004188	DENISE DUARTE RIBEIRO	24/11/1994	0,00	3,00	3,00	55,00	0,00	61,00	156º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004118	JOELMA GERTRUDES VAIZ	27/02/1980	3,00	3,00	1,50	52,50	0,00	60,00	157º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004309	MARIA APARECIDA VIEIRA DA SILVA	29/09/1979	3,00	0,00	1,50	55,00	0,00	59,50	158º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004320	FLAVIANI DA SILVA QUEIROZ	13/05/1992	3,00	0,00	1,50	55,00	-	59,50	159º	Aprovado	PcD - Pessoa com Deficiência
0004267	ROSELAINE CHAVES	24/07/1980	3,00	0,00	3,00	52,50	1,00	59,50	160º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004104	GISELE DAMBROS	17/05/1993	0,00	6,00	3,00	50,00	-	59,00	161º	Aprovado	PcD - Pessoa com Deficiência
0004408	JANE CARVALHO	17/10/1985	3,00	0,00	3,00	52,50	-	58,50	162º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004323	GILMARA APARECIDA TAJARIOL	27/07/1983	3,00	3,00	1,50	50,00	1,00	58,50	163º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004213	JESSICA DA SILVA LISBOA	19/10/1993	6,00	0,00	1,50	50,00	0,00	57,50	164º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004407	SILMARA APARECIDA DOS SANTOS	14/06/1976	0,00	3,00	1,50	52,50	0,00	57,00	165º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004397	RAQUEL DA TRINDADE DE MELLO	16/01/1989	3,00	6,00	3,00	45,00	-	57,00	166º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004143	SABRINA DAS GRAÇAS ANDRYJAK PEREIRA	24/12/1998	6,00	0,00	3,00	47,50	0,00	56,50	167º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004187	GIZELE KARPINSKI BATTISTONI	25/07/1990	3,00	3,00	1,50	47,50	1,00	56,00	168º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004168	ELEANDRA MEDEIROS WIETHOLTER	14/01/1981	3,00	3,00	4,50	45,00	0,00	55,50	169º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004383	CLEUDES MARLI RODRIGUES VIERA FARIAS	04/03/1968	3,00	9,00	1,50	40,00	2,00	55,50	170º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004155	SIRLEI CARVALHO DE ALMEIDA	27/05/1982	3,00	6,00	4,50	40,00	2,00	55,50	171º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004182	DIANA ALVES	20/03/1996	0,00	3,00	4,50	47,50	0,00	55,00	172º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004200	CLAIR ALVES DE MIRANDA	06/06/1970	3,00	3,00	1,50	45,00	1,00	53,50	173º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004259	LAIANA CORREA BAPTISTA CAIÇARA	21/08/1993	0,00	3,00	4,50	45,00	-	52,50	174º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004333	ERENI KOSLINSKI REDIVO	10/09/1965	9,00	0,00	3,00	40,00	0,00	52,00	175º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004224	CASSIANE REGINA BALBINOTTI	03/03/1986	9,00	0,00	3,00	40,00	0,00	52,00	176º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004204	RENATA SVIDZINSKI	12/06/1996	3,00	3,00	3,00	42,50	-	51,50	177º	Aprovado	Ampla Concorrência

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:09D22729

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ANEXO III DO EDITAL N.º 18.003/2025 –HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO (AC)

585 - PROFESSOR TRADUTOR E INTÉRPRETE EM LIBRAS - PATO BRANCO

0004152	CLARICE WEIHRICH ZANOTTO	21/01/1979	12,00	12,00	6,00	62,50	2,00	94,50	1º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004342	MONICA SANTINI DE OLIVEIRA DOKI	13/10/1978	6,00	12,00	4,50	67,50	0,00	90,00	2º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004366	LARISSA DE QUADROS	16/10/1991	9,00	3,00	6,00	57,50	1,00	76,50	3º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004117	GIGLIANE PATRÍCIA PASSOS DE ANDRADE	03/11/1975	9,00	9,00	1,50	45,00	1,00	65,50	4º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004404	ILIANE SELZLEIN	09/06/1977	3,00	3,00	6,00	50,00	-	62,00	5º	Aprovado	PcD - Pessoa com Deficiência
0004165	NATANIELY RUFATTO CALDALTO	03/07/2001	3,00	6,00	4,50	45,00	2,00	60,50	6º	Aprovado	Ampla Concorrência

0004102	LUCAS FANTINEL SAGGIN	04/07/1997	3,00	6,00	1,50	45,00	-	55,50	7º	Aprovado	Ampla Concorrência

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:88045DF6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL EXERCÍCIO 2026 - EMENDAS IMPOSITIVAS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 1/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**HÉLIO DOMINGUES**
VALOR:	3.060,02 (três mil e sessenta reais e dois centavos)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

CIDADE Paula Freitas	UF Paraná	CEP 84.630-000	DDD/FONE1	DDD/FONE2
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
REPRESENTANTE			CPF	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
Departamento de Cultura e Turismo	INÍCIO	TÉRMINO
	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Auxiliar o grupo de dança municipal nos seus eventos.		
JUSTIFICATIVA		
Para dar suporte No grupo de dança em suas apresentações.		
OBJETIVOS		

Apoio nas demandas e novas aquisições.

Paula Freitas – PR, 26 de novembro de 2025.

HÉLIO DOMINGUES

VEREADOR - UNIÃO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 2/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**HÉLIO DOMINGUES**
VALOR:	3.000,0 (três mil reais)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

CIDADE Paula Freitas	UF Paraná	CEP 84.630-000	DDD/FONE1	DDD/FONE2
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
REPRESENTANTE			CPF	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
	INÍCIO	TÉRMINO
Secretaria de Educação	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Repassar ao CMEI Ruth Jensen de Lara.		
JUSTIFICATIVA		
Para suprir as demandas do CMEI, bem como investimentos na aquisição de materiais.		
OBJETIVOS		

Apoio nas demandas e novas aquisições na esfera educacional.

Paula Freitas – PR, 28 de novembro de 2025.

_____

HÉLIO DOMINGUES

VEREADOR - UNIÃO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 3/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**HÉLIO DOMINGUES**
VALOR:	3.000,00 (três mil reais)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

Associação Esportiva, Recreativa e Beneficente Botafogo			05.655.513/0001-54	
CIDADE	UF Paraná	CEP	DDD/FONE1	DDD/FONE2

Paula Freitas	Paraná	84.630-000		
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
21.701-4	Brasil	0217-8	União da Vitória-PR	
REPRESENTANTE			CPF	
Volney Rodrigo Loth Mazurek			033.253.889-30	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
			Presidente	
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2
clubebotafogopf@gmail.com			42 9 8803-2316	

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
	INÍCIO	TÉRMINO
Associação Esportiva, Recreativa e Beneficente Botafogo	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Auxiliar nas demandas e melhorias no espaço da Associação.		
JUSTIFICATIVA		
Para suprir as demandas da entidade e melhorias.		
OBJETIVOS		

Apoio nas demandas e novas aquisições na entidade.

Paula Freitas – PR, 26 de novembro de 2025.

_____

HÉLIO DOMINGUES

VEREADOR - UNIÃO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 4/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**HÉLIO DOMINGUES**

VALOR:	21.000,00 (vinte e um mil reais)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

CIDADE Paula Freitas	UF Paraná	CEP 84.630-000	DDD/FONE1	DDD/FONE2
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
REPRESENTANTE			CPF	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
	INÍCIO	TÉRMINO
Secretária de Saúde	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Reforma e demais melhorias do Posto de Saúde do centro.		
JUSTIFICATIVA		
Para aplicar melhorias e reforma do Posto de Saúde do centro.		
OBJETIVOS		

Atendimento aos munícipes com melhor estrutura do local, bem como os profissionais tenham um local melhor para exercer a profissão, visando atender as demandas do Município que crescem a cada dia.

Paula Freitas – PR, 28 de novembro de 2025

_____

HÉLIO DOMINGUES

VEREADOR - UNIÃO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 5/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**HÉLIO DOMINGUES**
VALOR:	30.060,02 (trinta mil e sessenta reais e dois centavos)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

CIDADE Paula Freitas	UF Paraná	CEP 84.630-000	DDD/FONE1	DDD/FONE2
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
REPRESENTANTE			CPF	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
	INÍCIO	TÉRMINO
Secretária de Saúde	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Reforma e demais melhorias do Posto de Saúde do centro.		
JUSTIFICATIVA		
Para aplicar melhorias e reforma do Posto de Saúde do centro.		
OBJETIVOS		

Atendimento aos munícipes com melhor estrutura do local, bem como os profissionais tenham um local melhor para exercer a profissão, visando atender as demandas do Município que crescem a cada dia.

Paula Freitas – PR, 28 de novembro de 2025

_____

HÉLIO DOMINGUES

VEREADOR - UNIÃO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 6/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**VALDENIR JOSÉ SOCOLOSKI**
VALOR:	10.000,00 (dez mil reais)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

CIDADE Paula Freitas	UF Paraná	CEP 84.630-000	DDD/FONE1	DDD/FONE2
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
REPRESENTANTE			CPF	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
	INÍCIO	TÉRMINO
Secretaria de Educação	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Repassar ao CMEI Ruth Jensen de Lara o valor de 5 mil reais e a Escola Mauro de Oliveira Cavalinn o valor de 5 mil reais.		
JUSTIFICATIVA		
Ao CMEI Ruth Jensen de Lara o valor se destina a aquisição de berços infantil; a Escola Mauro de Oliveira Cavalinn para aquisição de cromobook.		
OBJETIVOS		

Apoio nas demandas e novas aquisições na esfera educacional.

Paula Freitas – PR, 28 de novembro de 2025.

VALDENIR JOSÉ SOCOLOSKI

VEREADOR - PSD

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 7/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**VALDENIR JOSÉ SOCOLOSKI**
VALOR:	30.060,02 (trinta mil e sessenta reais e dois centavos)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

CIDADE Paula Freitas	UF Paraná	CEP 84.630-000	DDD/FONE1	DDD/FONE2
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
REPRESENTANTE			CPF	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
	INÍCIO	TÉRMINO
Secretaria de Saúde	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Reforma e demais melhorias do Posto de Saúde do centro.		
JUSTIFICATIVA		
Para aplicar melhorias e reforma do Posto de Saúde do centro.		
OBJETIVOS		

Atendimento aos munícipes com melhor estrutura do local, bem como os profissionais tenham um local melhor para exercer a profissão, visando atender as demandas do Município que crescem a cada dia.

Paula Freitas – PR, 28 de novembro de 2025

VALDENIR JOSÉ SOCOLOSKI

VEREADOR - PSD

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 8/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**VALDENIR JOSÉ SOCOLOSKI**
VALOR:	15.060,02 (quinze mil e sessenta reais e dois centavos)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

Associação Esportiva, Recreativa e Beneficente Botafogo			05.655.513/0001-54	
CIDADE	UF Paraná	CEP	DDD/FONE1	DDD/FONE2
Paula Freitas	Paraná	84.630-000		
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
21.701-4	Brasil	0217-8	União da Vitória-PR	
REPRESENTANTE			CPF	
Volney Rodrigo Loth Mazurek			033.253.889-30	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
			Presidente	
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2
clubebotafogopf@gmail.com			42 9 8803-2316	

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
Associação Esportiva, Recreativa e Beneficente Botafogo	INÍCIO	TÉRMINO
	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		

Auxiliar nas demandas e melhorias no espaço da Associação.
JUSTIFICATIVA
Para suprir as demandas da entidade e melhorias.
OBJETIVOS
Apoio nas demandas e novas aquisições na entidade.

Paula Freitas – PR, 28 de novembro de 2025.

VALDENIR JOSÉ SOCOLOSKI

VEREADOR - PSD

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 9/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**VALDENIR JOSÉ SOCOLOSKI**
VALOR:	5.000,00 (cinco mil reais)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

Associação Agro Palmital, CNPJ/MF sob o nº 18.454.653/0001-06				
CIDADE	UF	CEP	DDD/FONE1	DDD/FONE2
Paula Freitas	PR	84.630-000		
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
66.033.639-1	756 - SICOOB	0001	Paula Freitas-PR	
REPRESENTANTE			CPF	
Luciane Maria Pavoski de Souza			017.113.549-02	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
23R32471688 SC	Casada	Agricultora	Presidente	

EMAIL DO REPRESENTANTE	DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2
lucianepavoski@gmail.com	(47) 9 8902-0857	

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
	INÍCIO	TÉRMINO
Associação Agro Palmital, CNPJ/MF sob o nº 18.454.653/0001-06	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Destinar à Associação Agro Palmital, CNPJ/MF sob o nº 18.454.653/0001-06.		
JUSTIFICATIVA		
Para livre escolha da Associação em suas demandas.		
OBJETIVOS		

Para desenvolvimento da Associação e melhorias necessárias.

Paula Freitas – PR, 28 de novembro de 2025.

_____

VALDENIR JOSÉ SOCOLOSKI

VEREADOR - PSD

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 10/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**VALDIR FERREIRA DE SOUZA**
VALOR:	10.000,00 (dez mil reais)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

CIDADE Paula Freitas	UF Paraná	CEP 84.630-000	DDD/FONE1	DDD/FONE2
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
REPRESENTANTE			CPF	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
	INÍCIO	TÉRMINO
Secretaria de Educação	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Repassar as Escolas municipais e aos CMEIs Juliana Apª Bueno e Neusa Behety Franco parcelas iguais de 2 mil reais.		
JUSTIFICATIVA		
Para suprir as demandas das Escolas e dos CMEIs, bem como investimentos na aquisição de materiais.		
OBJETIVOS		

Apoio nas demandas e novas aquisições na esfera educacional.

Paula Freitas – PR, 28 de novembro de 2025.

_____

VALDIR FERREIRA DE SOUZA

VEREADOR - UNIÃO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 11/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**VALDIR FERREIRA DE SOUZA**
VALOR:	5.060,02 (cinco mil e sessenta reais e dois centavos)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

CIDADE Paula Freitas	UF Paraná	CEP 84.630-000	DDD/FONE1	DDD/FONE2
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
REPRESENTANTE			CPF	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
	INÍCIO	TÉRMINO
Secretaria de Educação	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Repassar ao CMEI Ruth Jensen de Lara.		
JUSTIFICATIVA		
Para suprir as demandas do CMEI, bem como investimentos na aquisição de materiais.		
OBJETIVOS		

Apoio nas demandas e novas aquisições na esfera educacional.

Paula Freitas – PR, 28 de novembro de 2025.

_____

VALDIR FERREIRA DE SOUZA

VEREADOR - UNIÃO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 12/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**VALDIR FERREIRA DE SOUZA**
VALOR:	30.060,02 (trinta mil e sessenta reais e dois centavos)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

CIDADE Paula Freitas	UF Paraná	CEP 84.630-000	DDD/FONE1	DDD/FONE2
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
REPRESENTANTE			CPF	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
	INÍCIO	TÉRMINO
Secretaria de Saúde	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Reforma e demais melhorias do Posto de Saúde do centro.		
JUSTIFICATIVA		
Para aplicar melhorias e reforma do Posto de Saúde do centro.		
OBJETIVOS		

Atendimento aos munícipes com melhor estrutura do local, bem como os profissionais tenham um local melhor para exercer a profissão, visando atender as demandas do Município que crescem a cada dia.

Paula Freitas – PR, 28 de novembro de 2025

_____

VALDIR FERREIRA DE SOUZA

VEREADOR - UNIÃO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 13/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**VALDIR FERREIRA DE SOUZA**
VALOR:	15.000,00 (quinze mil reais)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

Associação Agro Palmital, CNPJ/MF sob o nº 18.454.653/0001-06				
CIDADE	UF	CEP	DDD/FONE1	DDD/FONE2
Paula Freitas	PR	84.630-000		
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
66.033.639-1	756 - SICOOB	0001	Paula Freitas-PR	
REPRESENTANTE			CPF	
Luciane Maria Pavoski de Souza			017.113.549-02	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
23R32471688 SC	Casada	Agricultora	Presidente	
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2
lucianepavoski@gmail.com			(47) 9 8902-0857	

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
Associação Agro Palmital, CNPJ/MF sob o nº 18.454.653/0001-06	INÍCIO	TÉRMINO
	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Destinar à Associação Agro Palmital, CNPJ/MF sob o nº 18.454.653/0001-06.		
JUSTIFICATIVA		
Para livre escolha da Associação em suas demandas.		
OBJETIVOS		

Para desenvolvimento da Associação e melhorias necessárias.

Paula Freitas – PR, 28 de novembro de 2025.

VALDIR FERREIRA DE SOUZA

VEREADOR – UNIÃO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 14/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**LEANDRO HERMANN**
VALOR:	30.060,02 (trinta mil e sessenta reais e dois centavos)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

CIDADE Paula Freitas	UF Paraná	CEP 84.630-000	DDD/FONE1	DDD/FONE2
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
REPRESENTANTE			CPF	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
	INÍCIO	TÉRMINO
Secretaria de Saúde	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Reforma e demais melhorias do Posto de Saúde do centro.		
JUSTIFICATIVA		
Para aplicar melhorias e reforma do Posto de Saúde do centro.		
OBJETIVOS		

Atendimento aos munícipes com melhor estrutura do local, bem como os profissionais tenham um local melhor para exercer a profissão, visando atender as demandas do Município que crescem a cada dia.

Paula Freitas – PR, 28 de novembro de 2025

LEANDRO HERMANN

VEREADOR - PL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 15/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**LEANDRO HERMANN**
VALOR:	4.000,00 (quatro mil reais)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

CIDADE Paula Freitas	UF Paraná	CEP 84.630-000	DDD/FONE1	DDD/FONE2
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
REPRESENTANTE			CPF	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
Secretaria de Saúde	INÍCIO	TÉRMINO
	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		

Destinar ao Posto de Saúde da Localidade de Vargem Grande.
JUSTIFICATIVA
Para aplicar melhorias e compras de materiais de Saúde.
OBJETIVOS

Atendimento aos munícipes com melhor estrutura do local, bem como os profissionais tenham um local melhor para exercer a profissão, visando atender as demandas do Município que crescem a cada dia.

Paula Freitas – PR, 28 de novembro de 2025

_____

LEANDRO HERMANN

VEREADOR - PL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 16/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**LEANDRO HERMANN**
VALOR:	20.000,00 (vinte mil reais)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

CIDADE Paula Freitas	UF Paraná	CEP 84.630-000	DDD/FONE1	DDD/FONE2
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
REPRESENTANTE			CPF	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA

EMAIL DO REPRESENTANTE	DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
	INÍCIO	TÉRMINO
Secretaria de Educação	01.01.2026	31.12.2026

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO
Repassar as Escolas e CMEIs municipais, sendo 5 mil reais para Escola Paulo Ider Hermann, e as demais escolas e CMEIS o valor de 3 mil reais para cada.
JUSTIFICATIVA
Para suprir as demandas das Escolas e CMEIs, bem como investimentos na aquisição de materiais.
OBJETIVOS

Apoio nas demandas e novas aquisições na esfera educacional.

Paula Freitas – PR, 28 de novembro de 2025.

_____

LEANDRO HERMANN

VEREADOR - PL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 17/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**LEANDRO HERMANN**
VALOR:	2.060,02 (dois mil e sessenta reais e dois centavos)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

CIDADE Paula Freitas	UF Paraná	CEP 84.630-000	DDD/FONE1	DDD/FONE2
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
REPRESENTANTE			CPF	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
Departamento de Cultura e Turismo	INÍCIO	TÉRMINO
	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Auxiliar nas demandas e investimentos.		
JUSTIFICATIVA		
Para dar suporte no departamento.		
OBJETIVOS		

Apoio nas demandas e novas aquisições do Departamento de cultura.

Paula Freitas – PR, 28 de novembro de 2025.

_____

LEANDRO HERMANN

VEREADOR - PL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 18/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**LEANDRO HERMANN**
VALOR:	2.000,00 (dois mil reais)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

Associação Esportiva, Recreativa e Beneficente Botafogo			05.655.513/0001-54	
CIDADE	UF Paraná	CEP	DDD/FONE1	DDD/FONE2
Paula Freitas	Paraná	84.630-000		
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
21.701-4	Brasil	0217-8	União da Vitória-PR	
REPRESENTANTE			CPF	
Volney Rodrigo Loth Mazurek			033.253.889-30	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
			Presidente	
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2
clubebotafogopf@gmail.com			42 9 8803-2316	

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
	INÍCIO	TÉRMINO
Associação Esportiva, Recreativa e Beneficente Botafogo	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Auxiliar nas demandas e melhorias no espaço da Associação.		
JUSTIFICATIVA		
Para suprir as demandas da entidade e melhorias.		
OBJETIVOS		

Apoio nas demandas e novas aquisições na entidade.

Paula Freitas – PR, 26 de novembro de 2025.

_____

LEANDRO HERMANN

VEREADOR - PL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 19/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**LEANDRO HERMANN**
VALOR:	2.000,00 (dois mil reais)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

Associação Agro Palmital, CNPJ/MF sob o nº 18.454.653/0001-06				
CIDADE	UF	CEP	DDD/FONE1	DDD/FONE2
Paula Freitas	PR	84.630-000		
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
66.033.639-1	756 - SICOOB	0001	Paula Freitas-PR	
REPRESENTANTE			CPF	
Luciane Maria Pavoski de Souza			017.113.549-02	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
23R32471688 SC	Casada	Agricultora	Presidente	
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2
lucianepavoski@gmail.com			(47) 9 8902-0857	

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
Associação Agro Palmital, CNPJ/MF sob o nº 18.454.653/0001-06	INÍCIO	TÉRMINO
	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Destinar à Associação Agro Palmital, CNPJ/MF sob o nº 18.454.653/0001-06.		
JUSTIFICATIVA		
Para livre escolha da Associação em suas demandas.		
OBJETIVOS		

Para desenvolvimento da Associação e melhorias necessárias.

Paula Freitas – PR, 27 de novembro de 2025.

_____

LEANDRO HERMANN

VEREADOR - PL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 20/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**FRANCISCO JOSUEL DA ROCHA**
VALOR:	19.060,02 (dezenove mil e sessenta reais e dois centavos)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

CIDADE Paula Freitas	UF Paraná	CEP 84.630-000	DDD/FONE1	DDD/FONE2
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
REPRESENTANTE			CPF	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
	INÍCIO	TÉRMINO
Secretaria de Saúde	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Destinar ao Posto de Saúde da Localidade de Vargem Grande.		
JUSTIFICATIVA		
Para aplicar melhorias e compras de materiais de Saúde.		
OBJETIVOS		

Atendimento aos munícipes com melhor estrutura do local, bem como os profissionais tenham um local melhor para exercer a profissão, visando atender as demandas do Município que crescem a cada dia.

Paula Freitas – PR, 27 de novembro de 2025

FRANCISCO JOSUEL DA ROCHA

VEREADOR - PDT

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 21/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**FRANCISCO JOSUEL DA ROCHA**
VALOR:	2.000,00 (dois mil reais)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

Associação Esportiva, Recreativa e Beneficente Botafogo			05.655.513/0001-54	
CIDADE	UF Paraná	CEP	DDD/FONE1	DDD/FONE2
Paula Freitas	Paraná	84.630-000		
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
21.701-4	Brasil	0217-8	União da Vitória-PR	
REPRESENTANTE			CPF	
Volney Rodrigo Loth Mazurek			033.253.889-30	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
			Presidente	
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2
clubebotafogopf@gmail.com			42 9 8803-2316	

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
Associação Esportiva, Recreativa e Beneficente Botafogo	INÍCIO	TÉRMINO
	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Auxiliar nas demandas e melhorias no espaço da Associação.		
JUSTIFICATIVA		
Para suprir as demandas da entidade e melhorias.		
OBJETIVOS		

Apoio nas demandas e novas aquisições na entidade.

Paula Freitas – PR, 27 de novembro de 2025.

FRANCISCO JOSUEL DA ROCHA

VEREADOR - PDT

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 22/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**FRANCISCO JOSUEL DA ROCHA**
VALOR:	5.000,00 (cinco mil reais)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

CIDADE Paula Freitas	UF Paraná	CEP 84.630-000	DDD/FONE1	DDD/FONE2
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
REPRESENTANTE			CPF	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
Secretaria de Educação	INÍCIO	TÉRMINO
	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		

Repassar a Escola Barão do Rio Branco.
JUSTIFICATIVA
Para suprir as demandas da Escola.
OBJETIVOS
Apoio nas demandas e novas aquisições na esfera educacional.

Paula Freitas – PR, 27 de novembro de 2025.

_____

FRANCISCO JOSUEL DA ROCHA

VEREADOR - PDT

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 23/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**FRANCISCO JOSUEL DA ROCHA**
VALOR:	30.060,02 (trinta mil e sessenta reais e dois centavos)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

CIDADE Paula Freitas	UF Paraná	CEP 84.630-000	DDD/FONE1	DDD/FONE2
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
REPRESENTANTE			CPF	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA

EMAIL DO REPRESENTANTE	DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
	INÍCIO	TÉRMINO
Secretaria de Saúde	01.01.2026	31.12.2026

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO
Reforma e demais melhorias do Posto de Saúde do centro.
JUSTIFICATIVA
Para aplicar melhorias e reforma do Posto de Saúde do centro.
OBJETIVOS

Atendimento aos munícipes com melhor estrutura do local, bem como os profissionais tenham um local melhor para exercer a profissão, visando atender as demandas do Município que crescem a cada dia.

Paula Freitas – PR, 27 de novembro de 2025

_____

FRANCISCO JOSUEL DA ROCHA

VEREADOR - PDT

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 24/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**FRANCISCO JOSUEL DA ROCHA**
VALOR:	4.000,00 (quatro mil reais)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

Associação Agro Palmital, CNPJ/MF sob o nº 18.454.653/0001-06	

CIDADE	UF	CEP	DDD/FONE1	DDD/FONE2
Paula Freitas	PR	84.630-000		
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
66.033.639-1	756 - SICOOB	0001	Paula Freitas-PR	
REPRESENTANTE			CPF	
Luciane Maria Pavoski de Souza			017.113.549-02	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
23R32471688 SC	Casada	Agricultora	Presidente	
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2
lucianepavoski@gmail.com			(47) 9 8902-0857	

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
	INÍCIO	TÉRMINO
Associação Agro Palmital, CNPJ/MF sob o nº 18.454.653/0001-06	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Destinar à Associação Agro Palmital, CNPJ/MF sob o nº 18.454.653/0001-06.		
JUSTIFICATIVA		
Para livre escolha da Associação em suas demandas.		
OBJETIVOS		

Para desenvolvimento da Associação e melhorias necessárias.

Paula Freitas – PR, 27 de novembro de 2025.

_____

FRANCISCO JOSUEL DA ROCHA

VEREADOR - PDT

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 25/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**MARCELO STUCKI**
VALOR:	10.000,00 (dez mil reais)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

CIDADE Paula Freitas	UF Paraná	CEP 84.630-000	DDD/FONE1	DDD/FONE2
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
REPRESENTANTE			CPF	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
	INÍCIO	TÉRMINO
Secretaria de Educação	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Repassar as Escolas Barão do Rio Branco e Paulo Ider Hermann os valores iguais de 5 mil reais.		
JUSTIFICATIVA		
Para a Escola Barão do Rio Branco que sejam adquiridos bens para a cozinha; para a Escola Paulo Ider Hermann que sejam adquiridos materiais didáticos.		
OBJETIVOS		

Apoio nas demandas e novas aquisições na esfera educacional.

Paula Freitas – PR, 28 de novembro de 2025.

_____

MARCELO STUCKI

VEREADOR - PP

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 26/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**MARCELO STUCKI**
VALOR:	9.000,00 (nove mil reais)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

CIDADE Paula Freitas	UF Paraná	CEP 84.630-000	DDD/FONE1	DDD/FONE2
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
REPRESENTANTE			CPF	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
Secretaria de Educação	INÍCIO	TÉRMINO
	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Repassar ao CMEI Juliana Apº Bueno o valor de 5 mil reais; o valor de 2 mil reais ao CMEI Ruth Jensen de Lara e 2 mil reais ao CMEI Neuza Behety Franco.		
JUSTIFICATIVA		
Para aquisição de instrumentos musicais infantil, brinquedos pedagógicos de madeira, peças geométricas de encaixe lúdico, blocos lógicos, bolas e rolo de bobath, fantoches de animais, conjunto de montagem com peças em formato geométrico, camas infantil, túnel baby.		
OBJETIVOS		

Apoio nas demandas e novas aquisições na esfera educacional.

Paula Freitas – PR, 26 de novembro de 2025.

_____

MARCELO STUCKI

VEREADOR - PP

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 27/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**MARCELO STUCKI**
VALOR:	30.060,02 (trinta mil e sessenta reais e dois centavos)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

CIDADE Paula Freitas	UF Paraná	CEP 84.630-000	DDD/FONE1	DDD/FONE2
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
REPRESENTANTE			CPF	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
	INÍCIO	TÉRMINO
Secretaria de Saúde	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Reforma e demais melhorias do Posto de Saúde do centro.		
JUSTIFICATIVA		
Para aplicar melhorias e reforma do Posto de Saúde do centro.		
OBJETIVOS		

Atendimento aos munícipes com melhor estrutura do local, bem como os profissionais tenham um local melhor para exercer a profissão, visando atender as demandas do Município que crescem a cada dia.

Paula Freitas – PR, 28 de novembro de 2025

MARCELO STUCKI

VEREADOR - PP

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 28/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**MARCELO STUCKI**
VALOR:	2.000,00 (dois mil reais)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

Associação Esportiva, Recreativa e Beneficente Botafogo			05.655.513/0001-54	
CIDADE	UF Paraná	CEP	DDD/FONE1	DDD/FONE2
Paula Freitas	Paraná	84.630-000		
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
21.701-4	Brasil	0217-8	União da Vitória-PR	
REPRESENTANTE			CPF	
Volney Rodrigo Loth Mazurek			033.253.889-30	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
			Presidente	
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2
clubebotafogopf@gmail.com			42 9 8803-2316	

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
Associação Esportiva, Recreativa e Beneficente Botafogo	INÍCIO	TÉRMINO
	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Auxiliar nas demandas e melhorias no espaço da Associação.		
JUSTIFICATIVA		
Para suprir as demandas da entidade e melhorias.		
OBJETIVOS		

Apoio nas demandas e novas aquisições na entidade.

Paula Freitas – PR, 26 de novembro de 2025.

MARCELO STUCKI

VEREADOR - PP

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 29/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**MARCELO STUCKI**
VALOR:	5.060,02 (cinco mil e sessenta reais e dois centavos)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE				
CIDADE	UF	CEP	DDD/FONE1	DDD/FONE2
Paula Freitas	PR	84.630-000		
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
44.919-9	BRASIL	0217-8	União da Vitória/PR	
REPRESENTANTE			CPF	
Veronice Pereira de Almeida			026.895.989-73	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
		Agricultora	Presidente	
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2
Veronicep68@gmail.com			(42) 9 8844-1638	

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE	INÍCIO	TÉRMINO
	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		

Auxiliar nas demandas e melhorias no espaço da Instituição.
JUSTIFICATIVA
Para estar atendendo as demandas da Instituição.
OBJETIVOS

Considerando a relevância e o impacto positivo da APAE para nosso Município, e a crescente demanda por atendimentos especializados, tona-se imprescindível o apoio financeiro para a manutenção de suas atividades. O recurso destinado será alocado, prioritariamente, para compras de materiais pedagógicos, ampliação dos serviços, manutenção da instalação, etc.

Paula Freitas – PR, 28 de novembro de 2025.

_____

MARCELO STUCKI

VEREADOR - PP

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 30/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**MARCELO STUCKI**
VALOR:	4.000,00 (quatro mil reais)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

Associação Agro Palmital, CNPJ/MF sob o nº 18.454.653/0001-06				
CIDADE	UF	CEP	DDD/FONE1	DDD/FONE2
Paula Freitas	PR	84.630-000		
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
66.033.639-1	756 - SICOOB	0001	Paula Freitas-PR	
REPRESENTANTE			CPF	
Luciane Maria Pavoski de Souza			017.113.549-02	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA

23R32471688 SC	Casada	Agricultora	Presidente	
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2
lucianepavoski@gmail.com			(47) 9 8902-0857	

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
	INÍCIO	TÉRMINO
Associação Agro Palmital, CNPJ/MF sob o nº 18.454.653/0001-06	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Destinar à Associação Agro Palmital, CNPJ/MF sob o nº 18.454.653/0001-06.		
JUSTIFICATIVA		
Para livre escolha da Associação em suas demandas.		
OBJETIVOS		
Para desenvolvimento da Associação e melhorias necessárias.		

Paula Freitas – PR, 28 de novembro de 2025.

MARCELO STUCKI

VEREADOR - PP

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 31/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**ANDRESSA TALITA KUZMA**
VALOR:	30.060,02 (trinta mil e sessenta reais e dois centavos)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

CIDADE Paula Freitas	UF Paraná	CEP 84.630-000	DDD/FONE1	DDD/FONE2
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
REPRESENTANTE			CPF	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
	INÍCIO	TÉRMINO
Secretaria de Saúde	01.01.2026	31.12.2026

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Reforma e demais melhorias do Posto de Saúde do centro.

JUSTIFICATIVA

Para aplicar melhorias e reforma do Posto de Saúde do centro.

OBJETIVOS

Atendimento aos munícipes com melhor estrutura do local, bem como os profissionais tenham um local melhor para exercer a profissão, visando atender as demandas do Município que crescem a cada dia.

Paula Freitas – PR, 27 de novembro de 2025

_____

ANDRESSA TALITA KUZMA

VEREADORA - PSD

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 32/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**ANDRESSA TALITA KUZMA**
VALOR:	8.000,00 (oito mil reais)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

CIDADE Paula Freitas	UF Paraná	CEP 84.630-000	DDD/FONE1	DDD/FONE2
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
REPRESENTANTE			CPF	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
	INÍCIO	TÉRMINO
Secretaria de Educação	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Repassar a Escola Paulo Ider Hermann.		
JUSTIFICATIVA		
Seja destinado para compra de eletrodomésticos para a cozinha da Escola.		
OBJETIVOS		

Atendimento aos alunos, professores e funcionários da Escola para um melhor local de ensino.

Paula Freitas – PR, 27 de novembro de 2025

_____

ANDRESSA TALITA KUZMA

VEREADORA - PSD

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 33/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**ANDRESSA TALITA KUZMA**
VALOR:	7.060,02 (sete mil e sessenta reais e dois centavos)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

CIDADE Paula Freitas	UF Paraná	CEP 84.630-000	DDD/FONE1	DDD/FONE2
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
REPRESENTANTE			CPF	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
Secretaria de Educação	INÍCIO	TÉRMINO
	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Repassar a Escola Barão do Rio Branco.		
JUSTIFICATIVA		
Para aplicar na instalação de grades de segurança; aquisição de livros e Reposição de materiais furtados.		
OBJETIVOS		

Atendimento aos alunos, professores e funcionários da Escola para um melhor local de ensino.

Paula Freitas – PR, 27 de novembro de 2025

_____

ANDRESSA TALITA KUZMA

VEREADORA - PSD

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 34/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**ANDRESSA TALITA KUZMA**
VALOR:	6.000,00 (seis mil reais)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

CIDADE Paula Freitas	UF Paraná	CEP 84.630-000	DDD/FONE1	DDD/FONE2
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
REPRESENTANTE			CPF	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
	INÍCIO	TÉRMINO
Secretaria de Educação	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Repassar ao CMEI Ruth Jensen de Lara.		
JUSTIFICATIVA		
Seja destinado para compra de caminhas empilháveis infantil.		
OBJETIVOS		

Atendimento as crianças, para um melhor ambiente educacional.

Paula Freitas – PR, 27 de novembro de 2025

ANDRESSA TALITA KUZMA

VEREADORA - PSD

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 35/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**ANDRESSA TALITA KUZMA**
VALOR:	5.000,00 (cinco mil reais)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

Associação Esportiva, Recreativa e Beneficente Botafogo			05.655.513/0001-54	
CIDADE	UF Paraná	CEP	DDD/FONE1	DDD/FONE2
Paula Freitas	Paraná	84.630-000		
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
21.701-4	Brasil	0217-8	União da Vitória-PR	
REPRESENTANTE			CPF	
Volney Rodrigo Loth Mazurek			033.253.889-30	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
			Presidente	
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2
clubebotafogopf@gmail.com			42 9 8803-2316	

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
Associação Esportiva, Recreativa e Beneficente Botafogo	INÍCIO	TÉRMINO
	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Compras de matérias de construção.		
JUSTIFICATIVA		
Para suprir as demandas da entidade e melhorias.		
OBJETIVOS		

Apoio nas demandas e novas aquisições na entidade.

Paula Freitas – PR, 26 de novembro de 2025.

ANDRESSA TALITA KUZMA

VEREADORA - PSD

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 36/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**ANDRESSA TALITA KUZMA**
VALOR:	4.000,00 (quatro mil reais)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

CIDADE Paula Freitas	UF Paraná	CEP 84.630-000	DDD/FONE1	DDD/FONE2
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
REPRESENTANTE			CPF	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
Secretaria de Educação	INÍCIO	TÉRMINO
	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		

Repassar ao CMEI Juliana Apª Bueno.
JUSTIFICATIVA
Para suprir as demandas do CMEI.
OBJETIVOS

Atendimento as crianças, para um melhor ambiente educacional.

Paula Freitas – PR, 27 de novembro de 2025

_____

ANDRESSA TALITA KUZMA

VEREADORA - PSD

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 37/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**EDUARDO HIPÓLITO TESSEROLI**
VALOR:	10.000,00 (dez mil reais)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

Associação Agro Palmital, CNPJ/MF sob o nº 18.454.653/0001-06				
CIDADE Paula Freitas	UF Paraná	CEP 84.630-000	DDD/FONE1	DDD/FONE2
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
REPRESENTANTE			CPF	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA

EMAIL DO REPRESENTANTE	DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
	INÍCIO	TÉRMINO
Associação Agro Palmital, CNPJ/MF sob o nº 18.454.653/0001-06	01.01.2026	31.12.2026

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO
Destinar à Associação Agro Palmital, CNPJ/MF sob o nº 18.454.653/0001-06.
JUSTIFICATIVA
Para livre escolha da Associação em suas demandas.
OBJETIVOS

Para desenvolvimento da Associação e melhorias necessárias.

Paula Freitas – PR, 28 de novembro de 2025.

_____

EDUARDO HIPÓLITO TESSEROLI

VEREADOR - PL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 38/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**EDUARDO HIPÓLITO TESSEROLI**
VALOR:	5.060,02 (cinco mil e sessenta reais e dois centavos)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

CIDADE Paula Freitas	UF Paraná	CEP 84.630-000	DDD/FONE1	DDD/FONE2
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
REPRESENTANTE			CPF	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
Secretaria de Educação	INÍCIO	TÉRMINO
	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Repassar ao CMEI Ruth Jensen de Lara.		
JUSTIFICATIVA		
Para aquisição de instrumentos musicais infantil, brinquedos pedagógicos de madeira, peças geométricas de encaixe lúdico, blocos lógicos, bolas e rolo de bobath, fantoches de animais, conjunto de montagem com peças em formato geométrico, camas infantil, túnel baby.		
OBJETIVOS		

Apoio nas demandas e novas aquisições na esfera educacional.

Paula Freitas – PR, 28 de novembro de 2025.

_____

EDUARDO HIPÓLITO TESSEROLI

VEREADOR - PL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 39/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**EDUARDO HIPÓLITO TESSEROLI**
VALOR:	10.000,00 (dez mil reais)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

Associação Esportiva, Recreativa e Beneficente Botafogo			05.655.513/0001-54	
CIDADE	UF Paraná	CEP	DDD/FONE1	DDD/FONE2
Paula Freitas	Paraná	84.630-000		
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
21.701-4	Brasil	0217-8	União da Vitória-PR	
REPRESENTANTE			CPF	
Volney Rodrigo Loth Mazurek			033.253.889-30	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
			Presidente	
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2
clubebotafogopf@gmail.com			42 9 8803-2316	

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
	INÍCIO	TÉRMINO
Associação Esportiva, Recreativa e Beneficente Botafogo	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Auxiliar nas demandas e melhorias no espaço da Associação.		
JUSTIFICATIVA		
Para suprir as demandas da entidade e melhorias.		
OBJETIVOS		

Apoio nas demandas e novas aquisições na entidade.

Paula Freitas – PR, 27 de novembro de 2025.

_____

EDUARDO HIPÓLITO TESSEROLI

VEREADOR - PL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 40/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**EDUARDO HIPÓLITO TESSEROLI**
VALOR:	2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

CIDADE Paula Freitas	UF Paraná	CEP 84.630-000	DDD/FONE1	DDD/FONE2
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
REPRESENTANTE			CPF	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
Secretaria de Educação	INÍCIO	TÉRMINO
	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Repassar ao CMEI Juliana Apª Bueno.		
JUSTIFICATIVA		
Para aquisição de brinquedos sensoriais e educacionais.		
OBJETIVOS		

Apoio nas demandas e novas aquisições na esfera educacional.

Paula Freitas – PR, 28 de novembro de 2025.

_____

EDUARDO HIPÓLITO TESSEROLI

VEREADOR - PL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 41/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**EDUARDO HIPÓLITO TESSEROLI**
VALOR:	2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

CIDADE Paula Freitas	UF Paraná	CEP 84.630-000	DDD/FONE1	DDD/FONE2
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
REPRESENTANTE			CPF	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
	INÍCIO	TÉRMINO
Secretaria de Educação	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Repassar ao CMEI Neuza Behety Franco.		
JUSTIFICATIVA		
Para aquisição de porta de vidro para o refeitório.		
OBJETIVOS		

Apoio nas demandas e novas aquisições na esfera educacional.

Paula Freitas – PR, 28 de novembro de 2025.

EDUARDO HIPÓLITO TESSEROLI

VEREADOR - PL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 42/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**EDUARDO HIPÓLITO TESSEROLI**
VALOR:	30.060,02 (trinta mil e sessenta reais e dois centavos)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

CIDADE Paula Freitas	UF Paraná	CEP 84.630-000	DDD/FONE1	DDD/FONE2
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
REPRESENTANTE			CPF	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
	INÍCIO	TÉRMINO
Secretaria de Saúde	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Reforma e demais melhorias do Posto de Saúde do centro.		
JUSTIFICATIVA		
Para aplicar melhorias e reforma do Posto de Saúde do centro.		
OBJETIVOS		

Atendimento aos munícipes com melhor estrutura do local, bem como os profissionais tenham um local melhor para exercer a profissão, visando atender as demandas do Município que crescem a cada dia.

Paula Freitas – PR, 27 de novembro de 2025

EDUARDO HIPÓLITO TESSEROLI

VEREADOR - PL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 43/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**EDSON JOSÉ DE MOURA CORDEIRO**
VALOR:	3.060,02 (três mil e sessenta reais e dois centavos)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE				
CIDADE	UF	CEP	DDD/FONE1	DDD/FONE2
Paula Freitas	PR	84.630-000		
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
44.919-9	BRASIL	0217-8	União da Vitória/PR	
REPRESENTANTE			CPF	
Veronice Pereira de Almeida			026.895.989-73	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
		Agricultora	Presidente	
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2
Veronicep68@gmail.com			(42) 9 8844-1638	

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE	INÍCIO	TÉRMINO
	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		

Auxiliar nas demandas e melhorias no espaço da Instituição.
JUSTIFICATIVA
Para estar atendendo as demandas da Instituição.
OBJETIVOS

Considerando a relevância e o impacto positivo da APAE para nosso Município, e a crescente demanda por atendimentos especializados, tona-se imprescindível o apoio financeiro para a manutenção de suas atividades. O recurso destinado será alocado, prioritariamente, para compras de materiais pedagógicos, ampliação dos serviços, manutenção da instalação, etc.

Paula Freitas – PR, 26 de novembro de 2025.

_____

EDSON JOSÉ DE MOURA CORDEIRO

VEREADOR - REPUBLICANOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 44/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**EDSON JOSÉ DE MOURA CORDEIRO**
VALOR:	3.000,00 (três mil reais)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

CIDADE Paula Freitas	UF Paraná	CEP 84.630-000	DDD/FONE1	DDD/FONE2
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
REPRESENTANTE			CPF	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA

EMAIL DO REPRESENTANTE	DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
Departamento de Cultura e Turismo	INÍCIO	TÉRMINO
	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Auxiliar a Banda municipal em seus eventos e aquisições de instrumentos.		
JUSTIFICATIVA		
Para dar suporte na Banda em suas apresentações.		
OBJETIVOS		

Apoio nas demandas e novas aquisições na Banda municipal.

Paula Freitas – PR, 26 de novembro de 2025.

EDSON JOSÉ DE MOURA CORDEIRO

VEREADOR - REPUBLICANOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 45/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**EDSON JOSÉ DE MOURA CORDEIRO**
VALOR:	3.000,00 (três mil reais)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

Associação Esportiva, Recreativa e Beneficente Botafogo	05.655.513/0001-54

CIDADE	UF Paraná	CEP	DDD/FONE1	DDD/FONE2
Paula Freitas	Paraná	84.630-000		
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
21.701-4	Brasil	0217-8	União da Vitória-PR	
REPRESENTANTE			CPF	
Volney Rodrigo Loth Mazurek			033.253.889-30	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
			Presidente	
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2
clubebotafogopf@gmail.com			42 9 8803-2316	

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
	INÍCIO	TÉRMINO
Associação Esportiva, Recreativa e Beneficente Botafogo	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Auxiliar nas demandas e melhorias no espaço da Associação.		
JUSTIFICATIVA		
Para suprir as demandas da entidade e melhorias.		
OBJETIVOS		

Apoio nas demandas e novas aquisições na entidade.

Paula Freitas – PR, 26 de novembro de 2025.

_____

EDSON JOSÉ DE MOURA CORDEIRO

VEREADOR - REPUBLICANOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 46/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**EDSON JOSÉ DE MOURA CORDEIRO**
VALOR:	30.060,02 (trinta mil e sessenta reais e dois centavos)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

CIDADE Paula Freitas	UF Paraná	CEP 84.630-000	DDD/FONE1	DDD/FONE2
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
REPRESENTANTE			CPF	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
	INÍCIO	TÉRMINO
Secretaria de Saúde	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Reforma e demais melhorias do Posto de Saúde do centro.		
JUSTIFICATIVA		
Para aplicar melhorias e reforma do Posto de Saúde do centro.		
OBJETIVOS		

Atendimento aos munícipes com melhor estrutura do local, bem como os profissionais tenham um local melhor para exercer a profissão, visando atender as demandas do Município que crescem a cada dia.

Paula Freitas – PR, 26 de novembro de 2025

_____

EDSON JOSÉ DE MOURA CORDEIRO

VEREADOR - REPUBLICANOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 47/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**EDSON JOSÉ DE MOURA CORDEIRO**
VALOR:	18.000,00 (dezoito mil reais)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

CIDADE Paula Freitas	UF Paraná	CEP 84.630-000	DDD/FONE1	DDD/FONE2
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
REPRESENTANTE			CPF	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
Secretaria de Educação	INÍCIO	TÉRMINO
	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Repassar as Escolas e CMEIs municipais em parcelas iguais de 3 (três) mil reais.		
JUSTIFICATIVA		
Para suprir as demandas das Escolas e CMEIs, bem como investimentos na aquisição de materiais.		
OBJETIVOS		

Apoio nas demandas e novas aquisições na esfera educacional.

Paula Freitas – PR, 26 de novembro de 2025.

_____

EDSON JOSÉ DE MOURA CORDEIRO

VEREADOR - REPUBLICANOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício 2026

Emenda Impositiva nº 48/2025

AUTOR DA EMENDA IMPOSITIVA

NOME DO AUTOR DA EMENDA:	**EDSON JOSÉ DE MOURA CORDEIRO**
VALOR:	3.000,00 (quatro mil reais)

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE (quando destinada a entidade sem fins lucrativos)

Associação Agro Palmital, CNPJ/MF sob o nº 18.454.653/0001-06				
CIDADE	UF	CEP	DDD/FONE1	DDD/FONE2
Paula Freitas	PR	84.630-000		
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
66.033.639-1	756 - SICOOB	0001	Paula Freitas-PR	
REPRESENTANTE			CPF	
Luciane Maria Pavoski de Souza			017.113.549-02	
IDENTIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA
23R32471688 SC	Casada	Agricultora	Presidente	
EMAIL DO REPRESENTANTE			DDD/CELULAR1	DDD/CELULAR2
lucianepavoski@gmail.com			(47) 9 8902-0857	

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
Associação Agro Palmital, CNPJ/MF sob o nº 18.454.653/0001-06	INÍCIO	TÉRMINO
	01.01.2026	31.12.2026
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Destinar à Associação Agro Palmital, CNPJ/MF sob o nº 18.454.653/0001-06.		
JUSTIFICATIVA		
Para livre escolha da Associação em suas demandas.		
OBJETIVOS		

Para desenvolvimento da Associação e melhorias necessárias.

Paula Freitas – PR, 27 de novembro de 2025.

EDSON JOSÉ DE MOURA CORDEIRO

VEREADOR - REPUBLICANOS

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:2749B2CD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO GERAL
ANEXO DA LEI N° 2.084/2025

ANEXO ÚNICO

GRUPO OCUPACIONAL DE APOIO ADMINISTRATIVO - GOAA																			
CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO																			
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 HORAS																			
CLASSES																			
NÍVEIS	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**
B	3025,98	3062,30	3099,04	3136,24	3173,87	3211,94	3250,49	3289,51	3328,98	3368,93	3409,34	3450,27	3491,66	3533,57	3575,98	3618,88	3662,31	3706,26	3750,73
C	3177,29	3215,41	3253,99	3293,04	3332,56	3372,56	3413,02	3453,98	3495,42	3537,36	3579,82	3622,77	3666,25	3710,24	3754,76	3799,83	3845,42	3891,57	3938,27
D	3336,14	3376,18	3416,70	3457,70	3499,19	3541,17	3583,67	3626,68	3670,20	3714,23	3758,81	3803,92	3849,56	3895,75	3942,51	3989,81	4037,70	4086,15	4135,18
E	3669,76	3713,79	3758,36	3803,46	3849,10	3895,29	3942,04	3989,34	4037,21	4085,66	4134,69	4184,30	4234,51	4285,33	4336,76	4388,79	4441,46	4494,77	4548,70
F	4220,23	4270,86	4322,11	4373,99	4426,48	4479,59	4533,34	4587,74	4642,80	4698,51	4754,89	4811,95	4869,70	4928,13	4987,27	5047,12	5107,68	5168,97	5231,00
CLASSES																			
NÍVEIS	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**
B	3795,73	3841,29	3887,39	3934,03	3981,24	4029,01	4077,37	4126,29	4175,81	4225,92	4276,62	4327,94	4379,88	4432,45	4485,62	4539,46	4593,94	4649,06	4704,84
C	3985,53	4033,35	4081,76	4130,74	4180,30	4230,46	4281,23	4332,61	4384,60	4437,22	4490,45	4544,34	4598,87	4654,06	4709,92	4766,43	4823,62	4881,51	4940,09
D	4184,80	4235,02	4285,85	4337,26	4389,31	4441,98	4495,29	4549,24	4603,83	4659,07	4714,98	4771,57	4828,83	4886,77	4945,41	5004,75	5064,80	5125,59	5187,10
E	4603,28	4658,52	4714,42	4771,00	4828,24	4886,18	4944,82	5004,16	5064,20	5124,97	5186,48	5248,72	5311,70	5375,43	5439,95	5505,23	5571,29	5638,15	5705,80
F	5293,77	5357,29	5421,58	5486,65	5552,48	5619,11	5686,55	5754,78	5823,85	5893,73	5964,44	6036,02	6108,46	6181,76	6255,94	6331,01	6406,98	6483,86	6561,67

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:4DDDD290

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

HOMOLOGO o Procedimento Licitatório nº 129/2025, elaborado na Modalidade **Pregão Eletrônico** nº 048/2025, que tem por objeto a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM, DESMONTAGEM E CONSERTO DE PNEUS",** pela proposta mais vantajosa para o Município - Menor Preço, conforme especificado no Edital, Relatório de Julgamento e Classificação e Parecer Jurídico, **ADJUDICANDO** o objeto aos licitantes abaixo especificados, sendo que os mesmos apresentaram propostas condizentes e validas ao objeto deste processo licitatório. Cujos valores estão compatíveis com os preços referenciais integrantes do processo licitatório.

VENCEDORES CONFORME PLANILHA:

• **PEDRO PEREIRA DOS SANTOS – COMERCIO E SERVIÇOS**, inscrita no CNPJ sob n.º 40.607.811/0001-70, localizada na Rua Alexandre Kordiak, 642, Centro, Santa Maria do Oeste - PR.

Lote: 1					
Item	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço Unit.	Preço Total
1	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEUS DE VAN E AMBULÂNCIA	210,00	UND	32,37	6.797,70
2	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEUS DE ÔNIBUS	100,00	UND	55,00	5.500,00
3	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEUS DE MICRO-ÔNIBUS	280,00	UND	47,12	13.193,60
4	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEUS DE VEÍCULOS LINHA LEVE E UTILITÁRIOS	600,00	UND	24,08	14.448,00
5	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEUS DE CAMINHÃO	462,00	UND	48,86	22.573,32
6	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEUS DE MÁQUINAS PESADAS	200,00	UND	118,75	23.750,00
7	SERVIÇO DE CONSERTO DE PNEUS DE VEÍCULOS LINHA LEVE E UTILITÁRIOS	700,00	UND	28,30	19.810,00
8	SERVIÇO DE CONSERTO DE PNEUS DE ÔNIBUS	60,00	UND	61,37	3.682,20
9	SERVIÇO DE CONSERTO DE PNEUS DE MICRO-ÔNIBUS	240,00	UND	56,62	13.588,80
10	SERVIÇO DE CONSERTO DE PNEUS DE CAMINHÕES	512,00	UND	61,37	31.421,44
11	SERVIÇO DE CONSERTO DE PNEUS DE MÁQUINAS PESADAS	350,00	UND	147,25	51.537,50
12	SERVIÇO DE CONSERTO DE PNEUS DE VANS E AMBULÂNCIA	310,00	UND	36,87	11.429,70
TOTAL					217.732,26

Dê-se a publicação devida e elabore-se o contrato na forma da lei.

Município de Santa Maria do Oeste – PR, 17 de Dezembro de 2025.

LUIZ ZENAIDE GOMES

Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:2722CE55

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 533, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Aprova o Calendário Anual de Tributos e Taxas, o qual determina a data limite de vencimento dos tributos de competência do Município de Tijucas do Sul, para o ano de 2026.

O Prefeito Municipal de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Aprovar o Calendário Anual de Tributos e Taxas para o ano de 2026, que dispõe sobre a determinação da data limite de vencimento dos tributos de competência do Município de Tijucas do Sul, para o ano de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA

Prefeito

CALENDÁRIO ANUAL DE TRIBUTOS E TAXAS – 2026

ISSQN

OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS – DESIF, DECLARAÇÃO DE SERVIÇOS PRESTADOS E TOMADOS

REF	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Abr/26	Mai/26	Jun/26	Jul/26	Ago/26	Set/26	Out/26	Nov/26	Dez/27
COMP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Data	10/02	10/03	10/04	11/05	10/06	10/07	10/08	10/09	13/10	10/11	10/12	11/01

OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS

AD VALOREM:

REF	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Abr/26	Mai/26	Jun/26	Jul/26	Ago/26	Set/26	Out/26	Nov/26	Dez/27
COMP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Data	10/02	10/03	10/04	11/05	10/06	10/07	10/08	10/09	13/10	10/11	10/12	11/01

ISSQN FIXO:

REF	Cota única
Data	10/09

IPTU:

REF	Cota única	1	2	3	4
Data	11/05	11/05	10/06	10/07	10/08

TAXA DE COLETA DE LIXO (ÁREA RURAL):

REF	1	2	3	4	5	6	7
Data	10/06	10/07	10/08	10/09	13/10	10/11	10/12

TAXA ANUAL DE FISCALIZAÇÃO (ALVARÁ):

REF	Cota única
Data	10/08

TAXA ANUAL DE MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL:

REF	Cota única
Data	10/12

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:924E6D35